23º ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

Aliança dos povos: Psicologia Social face à destruição de todas as formas de vida



ENA OBRA 23º ABPSO

ANAIS

23º ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇAO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

Aliança dos povos: Psicologia Social face à destruição de todas as formas de vida

ANAIS



ENA BRA PSO 23º

23º ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

Aliança dos povos: Psicologia Social face à destruição de todas as formas de vida

4 a 7 de setembro de 2025 - Manaus-AM

ISSN 1981-4321

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

EXPEDIENTE

DIRETORIA ABRAPSO
(GESTÃO 2024-2025)

Iolete Ribeiro da Silva
(Presidenta)

José Fernando de Andrade Costa
(Tesoureiro)

Suzana Santos Libardi
(1a Secretária)

Edinaldo dos Santos Rodrigues
(2a Secretário)

Caní Jakson Alves da Silva
(Direção de Comunicação)

Adriana Eiko Matsumoto
(Direção de Relações Institucionais, Movimentos e Coletivos)

Solange Struwka
(Direção de Relações Institucionais, Movimentos e Coletivos)

REALIZAÇÃO: ABRAPSO
APOIO: IAÍ PROMOÇÕES, UFAM, UEA
FINANCIAMENTO: CNPq, CAPES, Conselho Federal de Psicologia

COMISSÃO CIENTÍFICA

Iolete Ribeiro da Silva (UFAM)
Solange Struwka (UNIR)
Adriana Eiko Matsumoto (UNIFESP)
Maria Lúcia Chaves Lima (UFPA)
Dayse da Silva Albuquerque (UFAM)
Fellipe Coelho Lima (UFRN)
Tulio Romério Lopes Quirino (UFRN)
Débora Cristina Fonseca (UNESP)
Cecília Pescatore Alves (PUC-SP)
Claudia Mayorga (UFMG)
Luciana Kind do Nascimento (PUC-MG)
Maria Helena Rodrigues Navas Zamora (PUC-RJ)
Hildeberto Vieira Martins (UFF)
Dayane Triano (Dayane Teixeira Almeida Boni) (UFSCAR)
Claudia de Oliveira Alves (UNB)
Fábio Santos Bispo (UFES)
Marcos Mesquita (UFAL)
Simone Hünning (UFAL)
Ronaldo Gomes Sousa (UFAM)
Marck de Souza Torres (UFAM)
Flávia Cristina Silveira Lemos (UFPA)
Denise Machado Duran Gutierrez (UFAM)
Marcelo Gustavo Calegare (UFAM)
Fábio Henrique Dantas (UFAM)
Socorro de Fátima Moraes Nina (UFAM)

COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO

Adria Pimentel Silva
Andria Tainá Moreira Santos
Amanda Carla da Cruz Alves
Anna Beatriz Raitz Nunes
Brenda de Lima Paiva
Caní Jakson Alves da Silva
Carla de Souza Costa
Dinelsa de Souza Rodrigues
Emilly de Oliveira Soares Reis
João Victor Baraúna dos Santos
Julie Pedrosa
Luana Spinillo
Maicon Vasconcelos de Lima
Maria Clara Weil da Silva
Maria Júlia de Souza Barbosa
Mariah de Moraes Martins Pereira
Mariana Rosa Rocha da Silva
Mikelen Oliveira de Carvalho
Mitca Harada Teixeira de Oliveira
Rayssa Karoline Dias de Pinho
Sarah Raquel Azevedo Rodrigues
Vanessa Lopes Brasil
Vitória Maria da Silva Miranda

COMISSÃO ORGANIZADORA NACIONAL

Iolete Ribeiro da Silva (Presidenta da Comissão Organizadora)
Edinaldo Dos Santos Rodrigues Xucuru
Gabriela Dos Santos Silva
José Fernando Andrade Costa
Maria Conceição Costa
Simone Maria Hüning
Suzana Santos Libardi

COMISSÃO ORGANIZADORA LOCAL

Adria de Lima Sousa
Aimê da Silva Praia
Alessandra dos Santos Pereira
Aline de Lima Sousa
Ana Paula de Seixas Pontes
André Luiz Machado das Neves
Camila Ribeiro da Silva
Claudia Regina Brandão Sampaio
Dara Campos Gomes da Silva
Denise Machado Duran Gutierrez
Edinaldo Rodrigues
Ellen Oliveira Nobre Holanda
Elves de Sá Guedes
Ester Naiá Ferrreira Melo
Estevão Freitas do Nascimento
Fabiane Rodrigues Fonseca
Fábio Alves Gomes
Fábio Henrique Almeida
Frank Lindoso da Silva
Gabriela dos Santos Silva
Gisele Cristina Resende
Gisele Pereira da Silva
Janaína Duarte Ferreira Vieiralves
Jhanine Magalhães Cabral
Jolorena de Paula Tavares
Jovana Nogueira Bruno
Keyla Caroline Rocha de Araújo
Letícia Moura Patrício da Silva
Marcelo Augusto Zacarias
Maria Clara Gadelha Prazeres
Marília Freire da Silva
Mayra Costa Rosa Farias de Lima
Michele Rocha de Araújo el Kadri
Milena Menezes Mendonça
Mirlene Carvalho Parente
Priscila Moreira Santana
Renan Vinicius de Freitas Guerra da Costa
Robert Filipe dos Passos
Ronaldo Gomes Souza
Rosemary Amanda Lima Alves
Samanta Beleza da Silva Almeida
Sander Firmo de Souza
Silvia Carla Macedo Cardoso Furtado
Tharcio Vito Marialva Ferreira
Valexa Moraes de Barros
Vanessa Miranda
Viviane Drumond da Paz

SUMÁRIO

Apresentação ---------- 5
Identidade Visual ---------- 7
Eixos Temáticos ---------- 8
Resumo da Programação ---------- 15
Conferência de Abertura ---------- 17
Atividades Vivenciais & Pré-Enabrapso ---------- 18
Simpósios ---------- 22
Grupos de Trabalho ---------- 34
Comunicações Orais ---------- 204
Pôsteres ---------- 2080
Minicursos ---------- 2316
Lançamentos de Livros e Ebooks ---------- 2493
Enabrapso vai às ruas: 31º Grito dos Excluídos e Excluídas de Manaus ---------- 2558
Espaços de acolhimentos e cuidado ---------- 2564
Site e Fotos de 23º ENABRAPSO ---------- 2568

APRESENTAÇÃO ANAIS 23º ENABRAPSO

É com profunda alegria e compromisso que apresentamos o Anais do 23º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social – ABRAPSO, realizado no coração do território Pan-Amazônico, em Manaus, no campus da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), de 4 a 7 de setembro de 2025. Em seus 45 anos de trajetória, a ABRAPSO celebra com este encontro um marco histórico: o primeiro Encontro Nacional da entidade na região Norte, em diálogo com a riqueza e a diversidade cultural e tecnológica milenar dos povos que constituem este território há mais de onze mil anos - "o começo, o meio e o começo", como nos inspira o saudoso mestre quilombola Nego Bispo.

O tema central, **"Aliança dos Povos: Psicologia Social face à destruição de todas as formas de vida"**, nos convocou a refletir sobre o papel da Psicologia Social na resistência frente às múltiplas expressões das crises socioambientais produzidas pela sociabilidade colonialista, racista, patriarcal e capitalista. Nesta região, formada pela união entre rios, florestas e povos, o encontro reafirmou o compromisso de uma psicologia comprometida com a vida, com povos tradicionais e periferizados e em apoio à luta popular no enfrentamento das desigualdades históricas que atravessam a diversa, porém una, Pan-Amazônia e América Latina.

Reunimos aqui as propostas e os resumos de várias atividades ocorridas durante o encontro – Conferência de Abertura, vivências, pôsteres, minicursos, comunicações orais em Grupos de Trabalho, Simpósios e lançamentos de livros e ebooks – que traduzem a vitalidade e a pluralidade da Psicologia Social que produzimos no Brasil. São contribuições que refletem os desafios contemporâneos, a urgência da defesa dos direitos humanos, a luta contra todas as formas de exploração e opressão e a valorização dos saberes e práticas dos povos originários, comunidades tradicionais, movimentos populares e sujeitos coletivos que constroem outros modos de existir.

O 23º ENABRAPSO contou com 1919 pessoas inscritas, 73 minicursos, 12 simpósios, 58 grupos de trabalho, 755 comunicações orais, 121 apresentações de pôster, 48 lançamentos de livros, além de 9 atividades vivenciais. A amplitude e diversidade dessa programação expressam a potência do encontro e a força coletiva de todas as pessoas que contribuíram para essa programação tão representativa do saber e fazer psi social em nosso país.

A efetivação deste encontro só foi possível pela contribuição de inúmeras pessoas, grupos e comissões. Comissão Científica, Comissão de Comunicação, Comissão organizadora nacional e local, Comissão do Espaço de Saúde: Encantarias, Cuidados Ancestrais e Resistência; Comissão de acolhimento; Comissão de Vivências; Comissão do Espaço Cunhantãs e Curumins, Comissão de

Ações Afirmativas, Comissão de Infraestrutura, Equipe de produção (empresas) e por fim, o fundamental trabalho das mais 185 estudantes que estão distribuídos nas comissões e, em especial 170 estudantes na Comissão de monitora e que possibilitaram que este Encontro ocorresse da melhor forma possível.

Agradecemos à CAPES, ao CNPq, ao Conselho Federal de Psicologia, à Universidade Federal do Amazonas, à Universidade do Estado do Amazonas pelo apoio fundamental.

Que estes anais sejam não apenas o registro de um evento, mas o testemunho vivo de alianças e de saberes insurgentes que se encontram para pensar e construir outras formas de vida. Que a força dos povos da Amazônia e de toda a América Latina continue a inspirar a Psicologia Social na construção de um presente-futuro em que a justiça social, racial e de gênero, dignidade, autonomia, soberania popular e o cuidado com a Terra sejam princípios inegociáveis.

Diretoria Nacional da ABRAPSO gestão 2024-2025

Manaus, setembro de 2025.

IDENTIDADE VISUAL

A identidade visual é composta por símbolos, tipografia, cores e padrões.

No *Design*, alguns chamam de *problema* as escolhas para transformar um conceito em visualidade. Na primeira parte do processo, procurámos informações sobre a fase de Nego Bispo que se chama: *o começo meio e começo.*

> *"no começo estou dizendo nós temos a geração avó que é o começo, a geração mãe que é o meio e a geração neta que é o começo de novo. E assim vai acontecendo..."*

Nessa etapa, enxergamos movimentos que o Bispo fazia com as mãos. Além disso, o *começo – meio - começo* lembrava um círculo ou, pelo menos, uma forma que fosse orgânica.

Sabendo disso, fomos para o lápis e papel entender como encaixar essas referências e depois de rabiscar muito chegamos a umas formas e eram grandes e arredondadas e tinham muito movimento. Essas formas resultaram no logotipo que é composta por tipografia e também tem a referência da própria tipografia da ABRAPSO.

Continuando as pesquisas, construímos a partir do símbolo do Cardeal da Amazônia que é uma ave vive em todo o território da Amazônia. Então, a Amazônia é outro símbolo importante que acompanha a identidade visual porque ela fala sobre essa floresta que passa das Fronteiras colonialista que a gente conhece. Então, a gente queria falar dessa Amazônia que ultrapassa o Brasil e vai para outros países da América Latina.

O próximo passo foi escolher as cores do projeto. Entendemos que por se tratar de diversos temas consideramos uma paleta colorida, uma das referências foi a Wiphala que representa a diversidade das populações que vivem nos Andes e ela fala um pouco da resistência Andina.

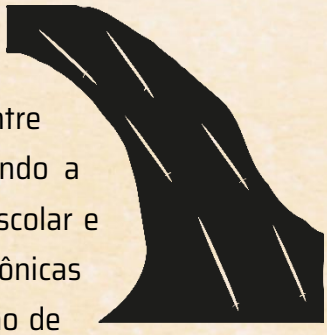
Usamos algumas cores para referenciar as queimadas que também demonstram a fase da vida, da morte e da continuação da vida da natureza, combinando com a frase do Nego Bispo.

Link: https://www.instagram.com/reels/DDeuF72R6vM/

Produção, criação, edição e conceito por Camila Sá e Mateus Chaves
Colaboração de Solange Struwka, membra da Direção Nacional da ABRAPSO gestão 2024/2025

EIXOS TEMÁTICOS

01. Psicologia Social e Educação



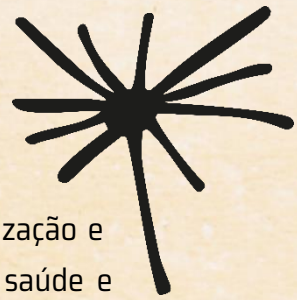
Resumo: O eixo acolherá propostas de trabalho que discutam a relação entre psicologia social e educação em âmbito escolar e não escolar, incluindo a docência em psicologia em diferentes níveis, a atuação em psicologia escolar e educacional, as políticas e práticas educacionais nas suas dimensões canônicas e insurgentes, bem como os atravessamentos ético-políticos da produção de subjetividade e da saúde mental na educação e os processos de construção de conhecimento perspectivados pelos temas de interesse da contemporaneidade e pelas novas tecnologias. Esse eixo confere especial atenção aos debates sobre projetos e experiências educativas de origem popular e comunitárias criados por populações subalternizadas, do campo e da cidade.



02. História, epistemologias e formação em Psicologia Social

Resumo: Este eixo contribui para fortalecer os debates relacionados à história da Psicologia Social no Brasil, a partir de sua presença nas diferentes regiões do país. A história é entendida não como linear, no sentido apenas de uma descrição única e progressiva de fatos pregressos selecionados, mas de observar e analisar tais fatos a partir também dos atravessamentos contemporâneos sobre o fazer psi, bem como sobre quais futuros imaginamos para a Psicologia Social no país. O eixo acolherá propostas de trabalho que abordem os entrelaçamentos entre história e epistemologias em Psicologia Social, abarcando diferentes perspectivas teóricas e metodológicas e suas implicações ético-políticas na formação, nas pesquisas, nas práticas e políticas sociais. Espera-se uma posição crítica e de denúncia da colonialidade e do silenciamento epistêmico; retomando cosmologias e epistemologias afro centradas, indígenas e feminismos subalternos, que se desdobram na produção de desobediências epistêmicas e políticas de escrita e pesquisa contra-hegemônicas na Psicologia Social.

03. Psicologia Social e Saúde



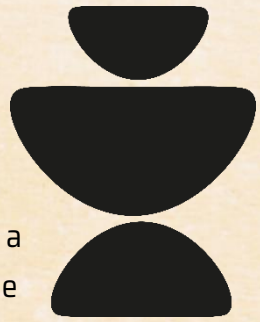
Resumo: O eixo acolherá propostas de atividades situadas na interface entre a Psicologia Social, a Saúde e a Saúde Coletiva, tendo como focos: a atuação profissional crítica, ética e politicamente situada; os processos de patologização e medicalização da vida; os processos participativos na luta pelo direito à saúde e promoção da cidadania; a precarização da oferta de serviços, o cotidiano assistencial e a produção da atenção integral à saúde; discussões sobre a saúde dos/das/des trabalhadores/as e os processos de adoecimento frente às precarizações do trabalho; as tensões entre o público e o privado na construção das políticas de saúde; e, as diferentes formas de atuação e defesa do Sistema Único de Saúde desde a Psicologia Social.



04. Direitos, movimentos sociais e desafios à Democracia

Resumo: Este eixo acolherá propostas de trabalho que discutam sobre a práxis psicossocial junto aos movimentos sociais e coletivos de luta pela garantia de direitos, representatividade, justiça social e defesa da democracia, em uma sociedade atravessada pelo autoritarismo estrutural, bem como pela desigualdade social e racial presentes e associadas a essa história de violências, ainda viva no Brasil. O eixo acolherá também propostas que discutam processos participativos na interface com o poder público, fundamentais para a democratização da sociedade. Entendemos aqui a Psicologia Social como campo de luta pela garantia dos direitos sociais e de cidadania de todos os povos, considerando as diferenças e singularidades culturais e sociais dos mais variados segmentos sociais, com destaque para aqueles mais vulnerabilizados.

05. Assistência Social, vulnerabilidades, violências e promoção de direitos humanos



Resumo: O eixo acolherá propostas de trabalho que compreendam os campos da Assistência Social, promoção de direitos humanos e enfrentamentos a violências, em interface com a Psicologia Social, como direito fundamental e espaço de luta pela superação das desigualdades sociais e vulnerabilidades dos diferentes segmentos populacionais, problematizando a inserção e atuação de psicólogos/as de forma intersetorial nas políticas públicas, no combate e superação das discriminações, vulnerabilidades e violências sociais e individuais e que promovam o debate crítico sobre as práticas no âmbito do Sistema Único de Assistência Social, da Política Nacional de Assistência Social, bem como de outras políticas públicas visando a promoção e proteção de direitos humanos. Aqui as violências também são tematizadas na interface com a segurança pública, o sistema de justiça e o campo da luta pelos direitos humanos ao debate.



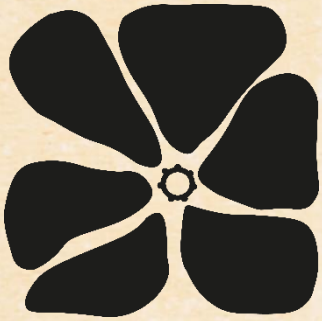
06. Direitos Humanos e infâncias, juventudes, velhices

Resumo: O eixo acolherá propostas de trabalho que discutam infâncias, juventudes, velhices e famílias no Brasil, a partir da Psicologia Social e na interface com direitos humanos e com as políticas públicas e sociais. Tem como foco a intersecção idade, classe, raça e gênero como fundamental ao entendimento das desigualdades sociais, protagonismos e ativismos de sujeitos de diferentes grupos geracionais em seus contextos existenciais, com destaque para políticas e práticas emancipatórias. A proposta convoca para o debate no campo das infâncias, juventudes e velhices na trajetória de vida dos sujeitos e nas trocas entre os grupos geracionais.

07. Mídia, cultura e tecnologias digitais



Resumo: O eixo acolherá propostas de trabalho que reflitam a respeito das formas como as mídias e tecnologias digitais atravessam diversas dimensões da vida em sociedade, constituindo-se como espaços de interação e de ocupação social de relevo na contemporaneidade, aberta a experimentações e expressões artísticas, mas também a movimentos de desinformação, violências e adoecimentos. Acolhe iniciativas que discutam limites e possibilidades das mídias sociais e plataformas digitais, em seu papel na cultura atual, nas políticas públicas de comunicação, na democratização das comunicações, nas formas de resistência, existência e expressão. Trabalhos que abordem a produção das fake news, a relação entre mídia e memória, perspectivas críticas sobre a cultura do espetáculo, os mecanismos de monitoramento e controle social das mídias, e as tensões entre público e privado, virtual e real, alinham-se a este eixo.



08. Questões socioambientais e contextos rurais e urbanos

Resumo: Para este eixo serão recebidos trabalhos que abordem a inter-relação entre aspectos psicossociais e as questões ambientais, políticas urbanas e rurais, direitos sociais, enfrentamento de desastres ambientais e a crise climática. Discussões sobre a importância da interface entre Psicologia Social e as diferentes formas de vida, incluindo processos de vulnerabilização e precarização das condições de vida, políticas de habitação e moradia, conflitos territoriais e comunidades tradicionais. Serão considerados os aspectos psicossociais, numa perspectiva interseccional, as consequências psicológicas e sociais nas populações vulneráveis frente a eventos climáticos extremos e desastres naturais e como consequência da exploração capitalista. Por fim, reflexões sobre as formas coletivas e institucionais de enfrentamento e resistência à destruição, aos desastres e conflitos socioambientais, a relevância dos saberes tradicionais para a sobrevivência do planeta e dos povos.

09. Psicologia Social em interface com o trabalho



Resumo: O eixo acolherá propostas de trabalho que discutam os efeitos das transformações contemporâneas no mundo do trabalho e das políticas destinadas à geração de trabalho e renda junto à classe trabalhadora em suas diversas dimensões. Considera a relação indissociável entre o trabalho e a questão racial, de gênero, o colonialismo, capacitismo, etarismo, a crise ecológica e tantos outros processos sociais relacionados ao trabalho. Inclui debates sobre as relações laborais, informais e institucionais no contexto neoliberal, e possíveis alternativas a ele. Também abarca as implicações psicossociais da precarização das condições e processos ocupacionais, da uberização e plataformização do trabalho, do desemprego, da Reforma Trabalhista Brasileira e das relações de trabalho. Inclui as políticas e práticas de resistência e enfrentamentos, a economia solidária e seus empreendimentos, os movimentos sindicais e sociais de trabalhadores/as, do campo e da cidade. Também está contido debates sobre as políticas, experiências e debates acerca da saúde dos trabalhadores. Em 2025, este eixo também promoverá um simpósio no Enabrapso.



10. Deficiência, Capacitismo e Psicologia Social

Resumo: O eixo acolherá propostas de trabalhos que discutam a deficiência como uma categoria de análise constitutiva da subjetividade e que produz efeitos em nosso tecido social. Portanto, trabalhos comprometidos com os desafios ético-políticos de tirar a deficiência do campo da patologia e da abjeção. Propõe-se o diálogo da Psicologia Social com o campo dos Estudos da Deficiência voltados às seguintes temáticas: história do movimento político das pessoas com deficiência; modelos de compreensão da deficiência e suas implicações na pesquisa e atuação profissional em Psicologia; políticas públicas e direitos de pessoas com deficiência, deficiência e outras intersecções; os efeitos psicossociais do capacitismo; pessoas com deficiência e violências; e a luta anticapacitista.

11. Psicologia Social e Relações étnico-raciais



Resumo: O eixo acolherá propostas de trabalho que abordem as contribuições da Psicologia Social para o estudo das relações étnico-raciais em suas múltiplas dimensões: acesso a recursos materiais e simbólicos; a luta por direitos sociais; as organizações sociais e coletivas; os efeitos psicossociais do racismo; os impactos na saúde, no trabalho, na educação, nos processos de subjetivação e na formação de identidades raciais; estratégias interventivas; e formulação e aprimoramento de políticas públicas. O objetivo é fomentar análises críticas e interseccionais dos processos históricos e sociais do racismo brasileiro, que ampliem as reflexões e estratégias de enfrentamento ao "racismo à brasileira" e à incidência da branquitude e do racismo epistemológico nas ciências psicológicas. Além disso, esperam-se trabalhos que contemplem as perspectivas indígenas e quilombolas de produção de cuidado e resistência, opondo-se a uma psicologia universalista, opressora e racista e propondo a construção de caminhos plurais com os povos originários.



12. Gênero, Sexualidades e Intersecções

Resumo: Este eixo acolherá a proposição de atividades que busquem focalizar as relações de poder que configuram práticas e posições de sujeito a partir de marcadores sociais em sua dinâmica interseccional, tais como: sexo-gênero, orientação sexual, diversidade corporal, corpos dissidentes, direitos sexuais e reprodutivos, conjugalidades, entre outros. Serão bem vindas discussões a respeito de preconceito, discriminação e enfrentamento às violências baseadas em gênero, ao racismo e à LGBTQIAPN+ fobia, à garantia dos Direitos Humanos e Sociais no campo das diversidades, e à defesa do Estado laico na construção de políticas públicas voltadas a estes temas. Propõe, ainda, o debate de experiências que abordem os modos como o patriarcado e a cisheteronorma incidem sobre os corpos-experiências. Visa partilhar, portanto, conhecimentos e epistemes feministas, transfeministas e mulheristas, interseccionados aos debates antirracista e decolonial, visibilizando estratégias de resistência às diversas formas de opressões e violências nessa esfera.

13. Insurgências ético-estético-políticas: artes, tecnologias e subjetivação



Resumo: Este eixo acolhe estudos, pesquisas e intervenções que problematizam agenciamentos entre arte, tecnologias, psicologia social e política. Visa-se reunir reflexões sobre as mais diversas expressões artísticas situadas como planos para processos de subjetivação, criação poética e resistência política. Dentre as diversas formas de expressão, podem ser citadas as Artes Cênicas, Artes do Corpo, Artes Visuais, Cinema, Literatura, dentre outras. Os trabalhos devem necessariamente dialogar com aportes teórico-metodológicos da Psicologia Social, seja no sentido de ampliá-los a partir das contribuições de experimentações artísticas, seja no sentido de evidenciar a atualidade de teorias que vêm sendo desenvolvidas para o estudo das artes, tecnologias e suas interfaces como insurgências que revolvem as camadas sedimentadas do presente ao mesmo tempo que constituem a ontologia do modo como constituímos a nós mesmos.

PROGRAMAÇÃO ENABRAPSO

Atividades vivenciais & pré-Enabrapso

(01 a 04 de Setembro)

- Trilha no Campus UFAM
- Vivência Agroecológica na APA Adolpho Ducke (Conhecendo a alimentação Nativa Amazônica)
- Passeio Guiado (Centro Histórico – As Origens de Manaus)
- Vivência na Unidade Básica de Saúde da Família – UBSF (Parque das Tribos)
- Vivência no Quilombo Urbano de São Benedito
- Vivência na Unidade de Saúde da Família Rural – USFR (Nossa Senhora do Livramento)

04 de Setembro

Credenciamento
08:00 às 17:00

Minicursos
09:00 às 12:00 e 14:00 às 17:00

Cerimônia de Premiação CFP: I Mostra Nacional de Práticas Profissionais "A Psicologia na luta pelo cuidado em liberdade: ontem, hoje, sempre!"
16:30 às 17:30

Atividade Cultural CFP
(Ângelo Esperança)
16:30 às 17:30

Apresentação de Pôsters
17:00 às 18:30

Atividade Cultural
(Beiradão - Fidel Graça)
18:30 às 19:00

Círculo de Boas-Vindas: Reitora da UFAM e Presidenta da ABRAPSO
19:00 às 19:30

Alianças de saberes: começo, meio e começo
20:00 às 21:00

Atividade Cultural
(Boi-bumbá – Cantora Ianayra)
22:00 às 23:00

05 de Setembro

Simpósios 1, 2, 3 e 4
08:30 às 10:30

Assembleias Regionais
10:30 às 12:30

Atividade Cultural
(Roda de Samba - Maria vai com as outras)
12:30 às 13:30

ABRAPSO no Grito dos Excluídos: alianças entre os povos
(evento externo)
15:00

- - - - - - - - - - - - -

06 de Setembro

Lançamento de livros e ebooks
08:00 às 09:30

GTs - Sessão 1
09:00 às 12:00

Atividade Cultural
12:30 às 13:30 (Axon)

Simpósio 5, 6, 7 e 8
14:00 às 16:00

Atividade Cultural
16:00 às 17:00 (DJ Ravi)

Assembleia Nacional ABRAPSO
17:00 às 20:00

- - - - - - - - - - - - -

07 de setembro

GTs - Sessão 2
09:00 às 12:00

Reunião de entidades
11:00 às 12:30

Simpósios 9,10,11 e 12
12:30 às 16:30

Atividade Cultural
12:00 às 13:00 (Mr Rey e Banda)

Dabacuri – Encerramento
16:30 às 17:00

CONFERÊNCIA DE ABERTURA

Alianças de saberes: começo, meio e começo.

Iolete Ribeiro (Presidenta da ABRAPSO), Paulo Galo (referência na organização das lutas dos trabalhadores precarizados e entregadores), Danielle Munduruku (liderança e defensora dos direitos dos povos originários), Joice Barbosa Becerra (integra movimentos populares do Sul Global e América Latina) e Alessandra Almeida (representante do Conselho Federal de Psicologia).















ATIVIDADES VIVENCIAIS & PRÉ-ENABRAPSO

Apresentação: As vivências foram uma das novidades do 23º Enabrapso: "Aliança dos povos: Psicologia Social face à destruição de todas as formas de vida". Elas foram pensadas para proporcionar uma imersão prática e sensorial, permitindo que participantes escutassem, vivenciassem, refletissem e se conectassem com as lutas, a cultura, as riquezas, os desafios e as resistências dos povos da Amazônia.

Além disso, as vivências foram uma estratégia do evento para dialogar com grupos organizados da cidade sede, promovendo um contato direto com a realidade local. Por meio de parcerias com instituições, coletivos e comunidades, as participantes do 23º Enabrapso tiveram a oportunidade de conhecer de forma mais aprofundada as iniciativas, desafios e soluções desenvolvidas no território, fortalecendo a conexão entre teoria e prática.

As vivências ocorreram em dois momentos:

Vivências Pré-Enabrapso (pré-evento): De 1 a 3 de setembro, com atividades vivenciais que antecederam a programação principal e incentivam que visitantes de fora de Manaus cheguem à cidade antes do 23º Enabrapso de fato começar.

Vivências durante o evento: Só dia 4 de setembro, integradas à programação oficial do evento.

Locais das vivências: Dentro e fora do campus da UFAM: A comissão organizadora do 23º Enabrapso se articulou com 6 instituições, comunidades e coletivos parceiros para proporcionar as atividades vivenciais dentro e fora do campus sede do evento. Veja a lista abaixo.

Como Funcionaram as Vivências? Exclusivas para pessoas inscritas no 23º Enabrapso: Somente participantes com inscrição confirmada no 23º Enabrapso puderam se inscrever nas vivências;

Vagas limitadas: Cada vivência teve um número máximo de participantes, garantindo experiências mais significativas e adequadas para parceiros que nos acolheram;

Inscrições prévias: As inscrições para as vivências foram feitas antecipadamente.

Transporte: Algumas vivências ocorreram em locais que demandaram transporte próprio por parte das participantes. Todas as orientações sobre deslocamento foram fornecidas. Outras vivências, realizadas dentro ou nas redondezas do campus da UFAM, não exigiram transporte;

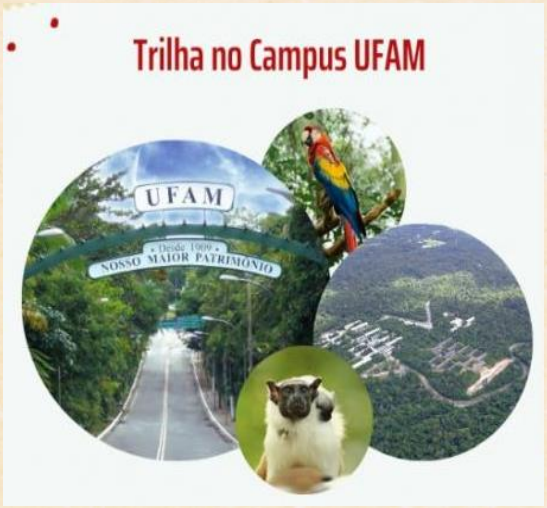
Taxa à parte: Algumas vivências tiveram uma taxa adicional, que foi utilizada para cobrir custos logísticos e apoiar as comunidades e coletivos parceiros;

Apoio: a organização do 23ºEnabrapso proveu facilitadoras e monitoras de apoio para as atividades, mas lembramos da responsabilidade de cada visitante que promoveu trocas respeitosas com parceiros da atividade. Contamos também com o interesse dos participantes que fizeram das vivências algo qualificado para a sua formação;

Confirmação e certificado: Após a inscrição, participantes receberam uma carta de confirmação. Ao final do evento, aqueles que participarem das vivências receberam um certificado específico atestando sua participação.

As vivências foram uma oportunidade única para transformar conhecimento em experiência e inspirar diálogos críticos e construtivos.

Trilha no campus da UFAM



Atividade vivencial: Trilha no campus da UFAM

Parceria com: Welton Oda (Prof. Biologia UFAM; Diversa - Grupo de Pesquisa em Educação para a Biodiversidade).

Local de encontro: Início da Trilha do R.U. da UFAM.

Condições: usar calça, sapato fechado, garrafa d'água, protetor solar. Atenção, esta trilha não é acessível a cadeirantes nem pessoas com dificuldade de locomoção.

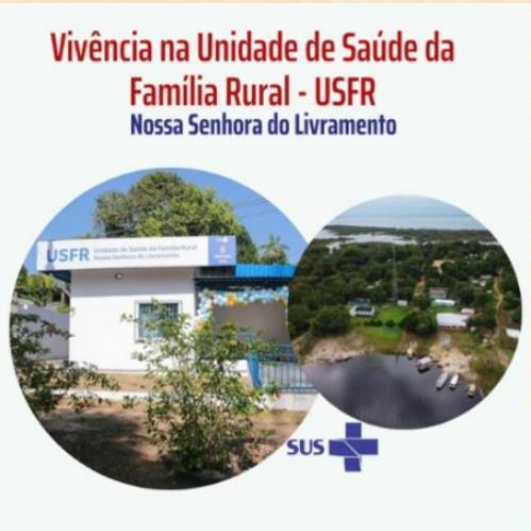
Facilitadores: Grupo Diversa.

Vagas: 20 vagas cada turma/horário. **Custo por participante:** Gratuito.

Responsável da subcomissão vivências: Suzana Libardi.

Quando: 01/09/25, das 14:00h às 17:00h; 02/09/25, das 8:00h às 10:00h; 03/09/25, das 8:00h às 10:00h; e 04/09/25, das 8:00h às 10:00h.

Vivência na Unidade de Saúde da Família Rural - USFR Nossa Senhora do Livramento



Endereço: Comunidade Nossa Sra. do Livramento, Área Rural Ribeirinha, Igarapé do Tarumã-Mirim, Manaus-AM.

Parceria com: Instituto Leônidas & Maria Deane (ILMD)/ Fiocruz Amazônia

Local do encontro: Marina do Davi (Av. Coronel Teixeira, Ponta Negra, Manaus), de onde acessamos a via fluvial. Será necessário uso de barco e, dependendo do nível de água no rio, a caminhada será mais curta ou mais longa.

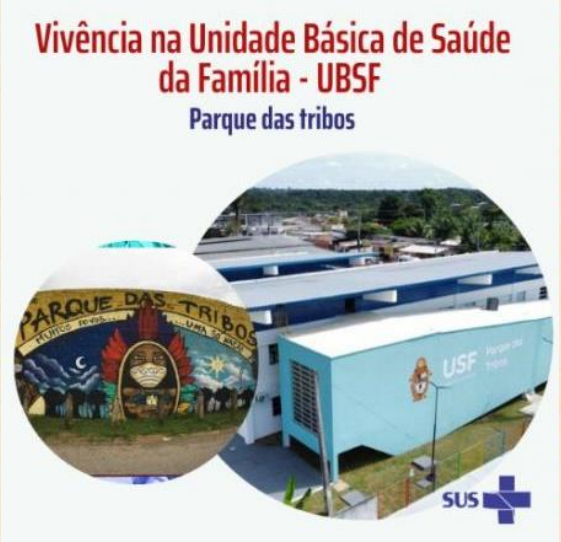
Condições: usar protetor solar, repelente, sapato fechado e levar água potável para consumo próprio.

Facilitadoras: Elves de Sá Guedes, Priscila Santana, Mayra Costa Rosa Farias de Lima e Michele Rocha de Araújo el Kadri.

Vagas: 20. **Custo por participante**: R$45,00 (inclui barco e almoço).

Responsável da subcomissão vivências: Priscila Santana. **Quando**: 03/09/25, das 08:00 às 16:00.

Vivência na Unidade Básica de Saúde da Família - UBSF Parque das tribos



Endereço: R. Piratapuia, 19 - Tarumã Açu, Manaus - AM, CEP: 69022-400.

Parceria com: Instituto Leônidas & Maria Deane (ILMD)/ Fiocruz Amazônia.

Local do encontro: às 7h30min no Restaurante Universitário da UFAM, Setor Sul (Bloco R) da UFAM, na Av. Janauari Marinho, para pegar o ônibus da UFAM.

Facilitadoras: Priscila Santana, Mayra Costa Rosa Farias de Lima e Michele Rocha de Araújo el Kadri.

Vagas: 24. **Custo por participante:** Gratuito. **Responsável da subcomissão vivências:** Priscila Santana.

Quando: 04/09/25, das 7:30 às 12:00h.

Vivência Agroecológica na APA Adolpho Ducke: Conhecendo a Alimentação Nativa Amazônica



Parceria com: Nora Hauswirth (APA Adolpho Ducke, Inst. Tera Kuno, Coletivo arte e escola na floresta @arteescolanafloresta).

Local de encontro: UFAM.

Condições: usar sapato fechado, garrafa d'água, protetor solar.

Facilitadores: Fornecidos pela parceira. **Vagas:** 30 vagas.

Custo por participante: R$70,00 (inclui transporte de ida e volta - viagem dura 45' cada trecho - facilitadora contratada, taxa para APA, almoço).

Responsável da subcomissão vivências: Suzana Libardi.

Quando: 04/09/25, das 8:00h às 17:00h.

Quilombo urbano de São Benedito



Parceria com: Adriana Barbosa dos Santos, Fabiane Rodrigues Fonseca, Keilah Maria Fonseca da Silva, Kelly Fonseca da Silva, Rafaela Fonseca da Silva (facilitadoras).

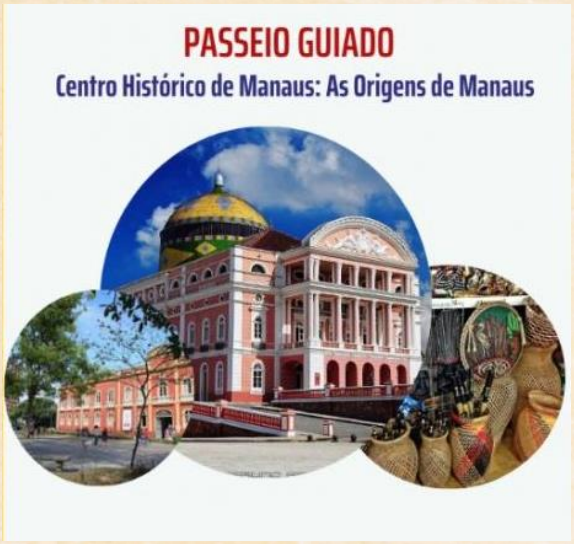
Local de encontro: Quilombo Urbano de São Benedito, Manaus/AM. Endereço: Av. Japurá, Praça 14 de Janeiro (Entre as ruas Duque de Caxias e Visconde de Porto Alegre).

Vagas: 30. **Custo por participante:** R$100,00 (inclui almoço, água e refrigerante).

Responsável da subcomissão vivências: Rosemary Alves

Quando: 04/09/25, das 9:00h às 14:00h.

Caminhada no centro histórico de Manaus: origens de Manaus



Parceria com: Júlio Sales, guia de turismo credenciado no Ministério do Turismo (facilitador)

Local de encontro: Praça da Polícia, Manaus/Am. Endereço: Av. Sete de Setembro, Centro, CEP 69020-125.

Condições: garrafa d'água, protetor solar, chapéu ou boné. Atenção, esta caminhada percorrerá vias públicas numa região central da cidade. A atividade não é acessível a cadeirantes nem pessoas com dificuldade de locomoção.

Vagas: 20 vagas.

Custo por participante: R$80,00 (inclui: imersão na história da Cidade de Manaus, entradas no Teatro Amazonas, brindes, material de Educação Patrimonial - álbum de fotos expositivo)

Responsável da subcomissão vivências: Camila Ribeiro. **Quando:** 04/09/25, das 9:00h às 12:00h.]

SIMPÓSIOS

SIMPÓSIO 01 - Psicologia Social e Experiências Educativas de Origem Popular e Comunitárias

Lygia de Sousa Viégas (UFBA), Ytanajé Coelho Cardoso Munduruku (UFAM/UEA), Maria da Graça Costa (UFSB)



SIMPÓSIO 02 - História, Epistemologias e Formação em Psicologia Social

Hildeberto Vieira Martins (UFF), André Machado (UEA), Julieta Paredes (Coletivo Feminismo Comunitário Abya Yala)



SIMPÓSIO 03 - Psicologia Social e Saúde

Adriana Eiko (UNIFESP), Emiliano de Camargo David (UERJ), Rachel Gouveia Passos (UFRJ), Andreza Costa (CFP)



SIMPÓSIO 04 - Políticas Públicas, Movimentos Sociais e Desafios à Democracia

Pedro Costa (UNB), Alessandra Pereira (FIOCRUZ/UFAM), Renato Freitas (Deputado Estadual pelo Paraná), Gessica de Paula (Saúde Mental nas Periferias)



SIMPÓSIO 05 - Assistência Social e Psicologia: Enfrentamento de Vulnerabilidade, Violências e Desigualdades

Mariana Prioli Cordeiro (USP), Gustavo Henrique Carreteiro (UFMG), Maria Sueli Sobral de Oliveira (MNPR)



SIMPÓSIO 06 - Debates Intergeracionais: Psicologia Social, Trajetórias de Vida e Lutas por Direitos

Suzana Libardi (UFAL), Jocicleia Printes (UEA), Maria Raimunda César de Souza (MST), Josevânia da Silva (UEPB)



SIMPÓSIO 07 - Mídia, Cultura, Tecnologias Digitais

Luis Henrique do Nascimento Gonçalves (GT Tec-Sub ABRAPSO), Deivison Mendes Faustino (USP), Marina Poniwas (CFP), Horrara Moreira da Silva (Advogada Popular)



Simpósio 08 - Alianças pela Vida nas Realidades Urbanas e Rurais: Respostas à Crise Socioambiental

Claudia Mayorga (UFMG), Joice Barbosa Becerra (Universidade Nacional Tres de Febrero e Universidade de Buenos Aires), Nita Tuxá (ABIPSI), Tanawy Xukuru-Kariri (DSEI AL/SE)



SIMPÓSIO 09 - Psicologia Social e Trabalho: Resistências e Subjetivações em Tempos de Precarização

Socorro de Fátima Moraes Nina (UEA), Egeu Gómez Esteves (UNIFESP), Rick Azevedo (Movimento VAT)



SIMPÓSIO 10 - Psicologia Social e Deficiência: Desafiando o Capacitismo e Promovendo Direitos

Marivete Gesser (UFSC), Márcia Oliveira Moraes (UFF), Juliana Paiva (Coletivo Helen Keller), Izabel Hazin (UFRN)



SIMPÓSIO 11 - Alianças antirracistas: o lugar da psicologia social

Daniele Vasco (UFPA), Eliane Costa (UFBA), Vanessa Terena (ABIPSI), Fabiane Fonseca (CFP)



SIMPÓSIO 12 - Gênero, Sexualidade e Intersecções

Fábio Henrique Almeida Dantas (UFAM), Elton Santa Brígida do Rosário (UFAM), Paula Gonzaga (UFMG)



GRUPOS DE TRABALHO

GT 01: A psicologia social no campo dos estudos das relações etnocorraciais

Eliete Edwiges Barbosa (USP), Reimy Solange Chagas (PUCSP), Maria da Glória Calado (UNIP)

Resumo: Este grupo de trabalho visa debater pesquisas apresentadas por pesquisadores que investigam o campo das relações etnicorraciais em conexão com as bases teóricas e/ou metodológicas da Psicologia Social, concentrando-se em estudos sobre experiências político-organizacionais de negros e negras no combate a todas as formas de racismo, seja ele comportamental, institucional ou estrutural.

O propósito deste Grupo de Trabalho é discutir e ampliar as reflexões acerca das dinâmicas identitárias, o contexto da desigualdade social e a questão social deixada pelo processo de escravização na história brasileira da população negra.

Esta questão social persiste na sociedade brasileira atual e se aprofunda com o neoliberalismo e as iniciativas conservadoras que se rejuvenescem na sociedade brasileira.

A correlação entre as dinâmicas do racismo no Brasil, a psicologia social e as formas de destruição das formas de vida é profunda e multifacetada. O racismo no Brasil é estrutural e está enraizado desde a colonização, sustentado por séculos de escravidão e posteriormente por políticas e narrativas de embranquecimento e apagamento cultural. Ao contrário do modelo norte-americano de segregação explícita, no Brasil o racismo atua de maneira mais dissimulada, através da negação da existência de racismo ("democracia racial") e da naturalização das desigualdades.

Isso se manifesta em diversas esferas. Primeiro, pelas desigualdades socioeconômicas manifestadas pelos indicadores de pobreza, desemprego, falta de acesso a políticas públicas que atestam que a população negra e indígena ocupa a base da pirâmide social. Segundo, pelos mecanismos sistemáticos e assistemáticos de violência que atinge, principalmente, a juventude negra alvo da violência policial e submetida a mecanismos de encarceramento em massa. Terceiro, pelo ocultamento e invisibilização das perspectivas epistêmicas tradicionais dos povos de matriz africana e indígena reforçando o eurocentrismo.

O campo de estudos da psicologia social oferece conceitos teóricos para entender como o racismo atua não só no plano estrutural, mas também subjetivo, afetando diretamente a construção da identidade e a saúde mental dos indivíduos. A desumanização, por exemplo, evidenciada em grupos racializados como forma de justificar sua exclusão e violência contra eles; os estigmas e estereótipos negativos que prejudicam uma construção positiva de identidade afetando o bem estar psicológico; a internalização destes preconceitos e estigmas dificultando a sua articulação coletiva como grupo específico sem contar os mecanismos sutis de dominação configurando a violência simbólica, de que fala o pensador francês Pierre Bourdieu.

O tema do congresso da ABRAPSO deste ano - Psicologia social face a destruição de todas as formas de vida - dialoga diretamente com estas ideias, pois quando se fala em “formas de vida”, está se tratando de formas de existir,

de saber, de se relacionar com o mundo não necessariamente dentro dos paradigmas hegemônicos impostos pelo capitalismo. Populações histórica e estruturalmente excluídas cujas experiências tradicionais, formas de organização e repertórios de resistência constituídos sinalizam para possibilidades contra-hegemônicas de sentido de existir e viver, razão pela qual a psicologia social pode constituir um campo de conhecimentos importante neste contexto de recrudescimento dos mecanismos de poder do capital. Ao mesmo tempo, este poder do capital destrói as formas de vida por meio de processos de genocídio, necropolítica e epistemicídio.

O objetivo é fomentar pesquisas críticas e interseccionais sobre os processos históricos e sociais do racismo no Brasil, expandindo as reflexões e buscando estratégias para combater a hegemonia imposta. Sugerimos, com base nas discussões e experiências compartilhadas, criar um fórum de debate sobre pesquisas e relatos que discutem as desigualdades de gênero e raça.

No âmbito do trabalho, em territórios periféricos, na saúde, educação, onde a desigualdade histórica tenha deixado suas marcas de opressões.

A precarização do trabalho, o desmonte das políticas públicas e o aumento das disparidades geram um ambiente propício para a intensificação das opressões direcionadas a mulheres, mulheres negras, homens negros e pessoas homoafetivas. Nesse contexto, surgem referenciais identitários coercitivos que impõem padrões hegemônicos. Diante desse panorama, propomos, com base nos debates e nas experiências compartilhadas, abrir um espaço de discussão sobre as pesquisas e relatos que abordam as desigualdades de gênero e raça.

Além disso, no enfrentamento ao epistemicídio, há que se levar em conta a necessidade de se visibilizar a contribuição do pensamento negro para o campo da psicologia social. A contribuição deste pensamento negro pode ser sintetizada nos seguintes pontos:

• A racialização da subjetividade: não há sujeito "neutro".

• A importância da memória histórica e da ancestralidade.

• A crítica à neutralidade da ciência e da psicologia eurocêntrica.

• A valorização dos saberes tradicionais e comunitários.

• O papel da linguagem e da cultura na formação do self.

• A psicologia como ferramenta de resistência, cuidado e reconstrução da identidade.

Dentre as principais referências negras utilizadas nos estudos da psicologia social, destacam-se:

a-) Frantz Fanon, autor de “Peles negras, máscaras brancas” onde analisou como a desumanização psicológica do sujeito negro como efeito do olhar do branco, da linguagem e da colonialidade; e em “Os condenados da terra", como o colonialismo afeta profundamente a psique dos colonizados, gerando alienação, autonegação e racismo internalizado.

b-) Neusa Santos, autora de "Tornar-se negro", entre outras obras. Neusa Santos demonstrou como o racismo opera no inconsciente, afetando a formação da identidade de pessoas negras em ascensão social, pioneira no Brasil da perspectiva psicossocial e descolonial, mostrando os efeitos emocionais do racismo na subjetividade negra.

c-) Lélia Gonzalez, intelectual de ponta do pensamento negro brasileiro, autora de uma vasta obra na qual desenvolve a ideia do racismo como uma “neurose cultural” uma vez que a branquitude brasileira denega o fato de pertencer a um país ladino-amefricano (categoria político-identitária proposta por ela para aplicar ao Brasil) que se expressa pela prática de destruição (genocídio) do sujeito negro e/ou da parcialização do outro objetificando-o e retirando a dimensão subjetiva (por exemplo, a apropriação do corpo da mulher negra como objeto sexual).

d-) Sueli Carneiro, ao pensar o racismo como dispositivos de poder, na perspectiva foucaultiana.

e-) Patricia Hill Collins, e o conceito de "matriz de dominação" para designar as múltiplas formas de opressão interseccional (classe, gênero, raça) que se entrelaçam e formam tipologias específicas de subjetividade e formas de resistência.

Observa-se, assim, um sofisticado repertório conceitual desenvolvido por intelectuais negras e negros que demonstram possibilidades de se constituir pensamentos afrodiaspóricos de excelência para se pensar os dilemas que afetam a sociabilidade contemporânea.

A contribuição da psicologia social é fundamental para entender como racismo opera subjetivamente e socialmente para naturalizar a destruição, assim como também como a luta contra o racismo protagonizada por pessoas negras sinalizam para outras possibilidades de sociabilidade e subjetividade. Assim, o Grupo de Trabalho será um espaço privilegiado para o aprofundamento destas reflexões bem como para incentivar que estes temas estejam mais presentes nos estudos da psicologia social.

GT 02: Aliança dos povos: a psicologia social em defesa da população migrante

Marcela de Andrade Gomes (UFSC), Henrique Galhano Balieiro (CRP Minas Gerais), Elaine Cristina Schmitt Ragnini (UFPR)

Resumo: Deslocamentos populacionais pelos espaços geográficos, temporários ou permanentes, são feitos desde o início da humanidade, garantindo inclusive nossa sobrevivência. Também podem ser compreendidos como fenômenos sociais engendrados por relações de poder na geopolítica mundial. Destacam-se alguns fatores relevantes para o aumento do fenômeno migratório contemporâneo por consequência de conflitos armados, violência étnica ou política, ditadura militar, pobreza extrema, crimes ambientais e mudanças climáticas. Sendo que as guerras e as tensões entre as nações são as principais fontes de deslocamento forçado, como podemos observar na atual guerra na Ucrânia, Palestina e Sudão.

Por outro lado, não há como ser deixado de lado o movimento daqueles que saem do Brasil em busca de melhores condições de vida e proteção, migrantes e asilados brasileiros. Esse contingente, especialmente elevado no estado de Minas Gerais, leva à criação da corrente oposta, os retornados, quer por livre escolha ou deportados, retornam para o Brasil por via aérea.

Frente ao aumento do movimento migratório que estamos vivenciando na última década faz-se necessário pensar como as políticas públicas de saúde e assistência social têm realizado os atendimentos desta população e como seus equipamentos públicos podem contribuir diante deste fenômeno, tendo em vista a sua relevância para se refletir sobre os processos subjetivos, psicossociais e a promoção de saúde destes sujeitos que se deslocam do seu território de maneira forçada. Desde as discussões sobre o atendimento às populações migrantes nas políticas públicas em geral, que se iniciaram com a chegada de haitianos a partir de 2010, poucos foram os avanços na construção de políticas públicas para a população migrante, sendo que os dispositivos públicos são os espaços de acolhimento por excelência das pessoas migrantes no país de acolhimento. No caso das migrações forçadas, o que se observa é que quando a política pública não é eficaz para acolher e atender essa população, outras organizações da sociedade civil se mobilizam para o atendimento, como é o caso de instituições religiosas, organizações não governamentais financiadas com dinheiro de outros países e até mesmo universidades. Na última década, o fluxo migratório para o Brasil teve um aumento em 24% de grupos de migrantes racializados e originários de países das margens do capitalismo global. Segundo os dados referente ao ano de 2024, atualmente temos 2.441,934 pessoas migrantes internacionais com Registro Nacional Migratório - RNM como residentes no Brasil.

Os fluxos migratórios recentes para o Brasil são majoritariamente de outros países da América Latina e Caribe, sendo o Norte do país o local que recebe imediatamente maior número desses imigrantes, que se estabelecem nessa região ou se interiorizaram para outros estados do país. Essa migração recente para o país também é composta, em grande parte, por deslocamentos forçados, o que impõe maior vulnerabilidade para a população migrante, principalmente para determinados grupos, como mulheres, crianças, população LGBTQIA+, pessoas negras, trabalhadores qualificados, entre outros.

Apesar do número expressivo de sujeitos migrantes vivendo no país, não temos políticas públicas específicas para essa população, em razão da omissão de cuidado e

garantia de proteção e de direitos humanos para este público. Por outro lado, observamos com muita preocupação a presença do governo dos Estados Unidos, por meio da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), nas discussões sobre a temática migratória. É conhecido que essa agência possui uma extensa lista de atuação em outros Estados, com participação em golpes; desestabilização de governos democraticamente eleitos; sabotagem ativa de políticas públicas de caráter emancipatório na América Latina; e na organização de processos de consulta, elaboração e execução de políticas públicas. Essas intervenções têm sido historicamente estruturadas de maneira abusiva e assimétrica. Nesse sentido, a política de expansão de fronteiras para a América Latina indica a presença de uma crescente política de externalização das fronteiras, cujo objetivo é desenhar e executar a política migratória dos EUA nos países da América do Sul e Latina, a despeito das necessidades locais (Branco-Pereira, Balieiro, 2024).

Diante deste cenário, este GT tem como objetivo: debater a promoção de direitos humanos e o enfrentamento a violências, em interface com a Psicologia Social, como direito fundamental e espaço de luta pela superação das desigualdades sociais e vulnerabilidades dos diferentes segmentos populacionais, problematizando a inserção e atuação de psicólogos/as de forma intersetorial nas políticas públicas, no combate e superação das discriminações, vulnerabilidades e violências sociais e individuais e que promovam o debate crítico sobre as práticas no âmbito do Sistema Único de Assistência Social, da Política Nacional de Assistência Social, bem como de outras políticas públicas visando a promoção e proteção de direitos humanos; compreender como a Psicologia Social face à destruição de todas as formas de vida pode contribuir com as dimensões psíquicas, sociais e políticas dos fluxos migratórios (sejam internos ou externos); mapear a caracterizar os atuais fluxos migratórios em solo brasileiro; conhecer as estratégias de intervenção e práticas profissionais desenvolvidas junto a este grupo social; debater epistemologicamente os conceitos que têm sustentado as pesquisas e intervenções neste campo; e identificar os métodos que têm sido utilizados nas pesquisas, bem como seus resultados e conclusões. Nesse sentido, este Grupo de Trabalho tem como objetivo construir um espaço de trocas e debates teóricos, metodológicos, epistemológicos e políticos sobre os atuais processos migratórios no Brasil e no mundo. Nossa perspectiva teórico-política vem ao encontro do tema 23º Encontro Nacional da ABRAPSO- psicologia social em defesa da união dos povos e do direito à vida-, e tem como proposta incluir e consolidar o tema das migrações na agenda de debates acadêmicos e políticos, dando continuidade aos debates já iniciados no último Encontro Nacional realizado na cidade de Niterói (RJ).

BRANCO-PEREIRA, Alexandre; BALIEIRO, Henrique Galhano. A preocupante presença dos EUA na política migratória brasileira. Latinoamerica21, 06 de jun. de 2024. Disponível em: https://latinoamerica21.com/pt-br/a-preocupante-presenca-dos-eua-na-politica-migratoria-brasileira/. Acesso em: 14 de abril de 2025.

Gomes, M.A. (2023). Migrações, saúde mental e política: a potência da escuta psicanalítica junto a imigrantes e refugiados em solo brasileiro. Revista Plural, 6, 38-47.

Ragnini, E. C. S.; Silva, G. P.; Fromohls, L. B. (2020) (Des)enlaces na experiência da Psicologia com migrantes e refugiados na pandemia da Covid-19. CadernoS de PsicologiaS, v. 1, p. 1-11.

GT 03: Alianças e produção do comum nos territórios escolares e educacionais

Tadeu Lucas de Lavor Filho (UECE), Rochelly Rodrigues Holanda (UNINTA), Lara Thayse de Lima Gonçalves (UFC)

Resumo: Os territórios escolares e educacionais são constituídos por suas estruturas macro e microssociais, cujos processos educacionais formais, não formais e informais estão presentes no contexto da aprendizagem e da sociabilidade dos sujeitos. A relação estabelecida entre a educação e a emancipação humana podem ser discutidas a partir de diferentes óticas ontológicas, contudo apostamos na premissa freiriana de que a transformação social advém de uma mudança de paradigma da realidade possibilitada pela práxis da educação e da implicação do indivíduo com a própria realidade social, histórica e política.

A relação Psicologia e Educação tem raízes históricas no berço da própria fundação das ciências psicológicas no que se refere aos postulados sobre o comportamento humano e as condições de aprendizagem, sejam elas atreladas aos estudos do desenvolvimento humano e estudos da cognição, sejam ao caráter remediativo de saúde atrelado aos considerados desajustamentos de aprendizagens. Tal aproximação exige uma análise dos diferentes períodos históricos, considerando que, em cada contexto social, político e cultural, a educação desempenha um papel específico e atende a finalidades distintas. No Brasil, esse encontro chega na formação de professores, no fazer de muitas psicólogas e psicólogos, e passam a vigorar como um modus operandi de reconhecimento da atuação de décadas.

Com a crise da Psicologia na década de 1980, em período de superação de uma ditadura militar, a insurgência de uma psicologia social reivindicada a partir de um paradigma epistemológico, teórico e metodológico passou a emergir como uma nova diretriz crítica para análise da realidade sócio-histórica da sociedade brasileira. Ao mesmo tempo, emergem questionamentos sobre a práxis dos profissionais psis, contestando práticas individualizantes e estigmatizantes produzidas pelo campo em sua relação com o campo educacional.

Os contextos escolares e educacionais aos poucos também passaram a ser modificados em termos de política educacional, ampliação e concepção de instituição, cuja função social é reparar as mazelas e iniquidades sociais. Estudos oriundos do debate sobre a produção do fracasso escolar e os impactos da dimensão psicossocial da pobreza (1990) ganharam destaque no cenário brasileiro, a partir das contribuições da psicóloga Maria Helena Souza Patto no campo fértil de análises que compõem a interface entre Educação, Psicologia e Sociedade. Além de enunciar um marco para a Psicologia Escolar e Educacional no Brasil, a proposta analítica empreendida pela autora corroborou para ampliar uma visão crítica sobre a composição de políticas públicas educacionais efetivas para a abissal desigualdade socioeconômica e os atravessamentos causados por ela ao espaço escolar e ao processo de ensino e aprendizagem. Tal esforço articulou a potencialidade de aproximação do debate sobre acesso e permanência na escola, englobando a comunidade escolar, bem como o processo de inclusão de crianças e adolescentes na educação, após a implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/1996, que regulamenta o sistema educacional brasileiro.

A comunidade escolar composta por discentes, família e professores, além de movimentos sociais e entidades que apoiam a transformação da educação, passam a requerer uma nova estrutura e legitimação dos processos escolares como garantia de direitos sociais como, por exemplo, a participação política de estudantes e docentes no cotidiano escolar, fortalecimento da escola como um território da diversidade e da inclusão, o acesso ao ensino superior e ao mercado de trabalho. A psicologia social e a

psicologia escolar e educacional se alianças em saberes que adentram a escola e possibilitam um engendramento da micropolítica do cotidiano escolar como categoria analítica importante para a compreensão dos processos grupais, da produção discursiva e não-discursiva e dos modos de subjetivação.

As encruzilhadas entre saberes e práticas psicológicas em contextos escolares e educacionais potencializam o protagonismo de uma juventude cada vez mais implicada criticamente com aspectos de uma conjuntura social diversa e plural. Nesse sentido, o encontro entre psicologia escolar e educacional e a psicologia social ampliam o escopo de vivências e tessituras coletivas implicadas por marcadores sociais específicos e cada vez mais discutidos a partir do cenário brasileiro. Traçando um panorama sobre os contornos do chão da escola pública nos últimos anos, é imprescindível denotar contornos teórico-epistemológicos e metodológicos sobre perspectivas participativas que compreendem fenômenos sociais complexos sobre as vivências da comunidade escolar em diálogo com a sociedade na qual se insere. O enfoque sobre a confluência de saberes e práticas com as quais nos debruçamos elenca perspectivas acerca da produção do comum nos atravessamentos de um cotidiano escolar vivo e em movimento.

É a partir dessa interface de psicologias críticas que os territórios escolares e educacionais são compreendidos como produtores de experiências de alianças e produção do comum acerca das experiências juvenis que convivem e são construídas subjetivamente no/com o espaço escolar, assim como as de educadores, familiares e membros da comunidade em que a escola está inserida. Dessa forma, as escolas atuam como espaço de encontro e de coletivização das multiplicidades que compõem os territórios em que se inserem, fazendo uma abertura para a criação de si, do outro e do mundo, movimentando práticas instituídas e deslocando micropoliticamente saberes e práticas.

São nessas linhas de tensionamentos invisíveis, mas densas e palpáveis em que, o presente Grupo de Trabalho (GT) tem como objetivo propiciar um espaço dialógico de troca de experiências que discutam o contexto escolar e educacional brasileiro, com base nas questões acima elencadas. Serão aceitos trabalhos na modalidade de comunicação oral oriundos de pesquisa, extensão, seja de graduação ou pós-graduação, de atuação profissional e/ou estágio em escolas ou equipamentos educacionais que, tenham como base, a pesquisa participativa em suas diferentes matrizes para pensar os desafios da interface Psicologia e educação no contexto atual.

Por fim, o GT "Alianças e produção do comum nos territórios escolares e educacionais" se alinha com o tema do encontro, pois busca-se enfatizar os processos de subjetivação produzidos em territórios escolares/educacionais através de intervenções críticas da realidade, cuja liderança é multideterminada pelos agentes escolares, movimentos sociais e os profissionais psicólogas(es/os) que se debruçam sobre práticas insurgentes que não restringem e individualizam as problemáticas institucionais e sociais que ocupam as fronteiras dialéticas dos entremuros escolares. As interfaces entre a Psicologia Social e Educação deste GT se destinam a criar um espaço de diálogo com experiências das diversas regiões do Brasil em torno de uma produção de conhecimento pautado no fortalecimento da democracia e do enfrentamento de práticas dominadores e opressoras, visando discutir práxis coletivas de promoção dos modos de viver.

GT 04: Alianças territoriais no SUAS: práticas psicossociais no enfrentamento às vulnerabilidades e violações de direito

Gustavo Henrique Carretero (UFMG), Mariana Prioli Cordeiro (USP), George Moraes De Luiz (UFR)

Resumo: A proposta do Grupo de Trabalho se insere no eixo temático Assistência Social, vulnerabilidades, violências e promoção de direitos humanos, cuja finalidade é acolher trabalhos que:

compreendam os campos da Assistência Social, promoção de direitos humanos e enfrentamentos a violências, em interface com a Psicologia Social, como direito fundamental e espaço de luta pela superação das desigualdades sociais e vulnerabilidades dos diferentes segmentos populacionais, problematizando a inserção e atuação de psicólogos/as de forma intersetorial nas políticas públicas, no combate e superação das discriminações, vulnerabilidades e violências sociais e individuais e que promovam o debate crítico sobre as práticas no âmbito do Sistema Único de Assistência Social, da Política Nacional de Assistência Social, bem como de outras políticas públicas visando a promoção e proteção de direitos humanos. Aqui as violências também são tematizadas na interface com a segurança pública, o sistema de justiça e o campo da luta pelos direitos humanos ao debate (ABRAPSO, 2025).

Trata-se de proposta de continuidade dos debates do GT realizado em 2023, intitulado: “Reflexões e práticas psicossociais no SUAS: a psicologia na interface com vulnerabilidade e questão social”.

Desde a promulgação da Constituição de 1988, a Assistência Social passou por importantes transformações, que culminaram na aprovação da Política Nacional de Assistência Social (Brasil, 2004) e na consequente implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Com isso, a ideia de assistência social como caridade, benesse e ajuda deu lugar às noções de direito, cidadania e política pública (L. Cruz & Guareschi, 2013; Yamamoto & Oliveira, 2010), fazendo que o combate às diversas formas de vulnerabilidade e risco pessoal/social passasse a ser uma responsabilidade do Estado.

Desse modo, no SUAS, a vulnerabilidade social é tida como objeto de intervenção. Tal concepção surge no bojo das discussões a respeito da pobreza, nova pobreza e exclusão social. Trata-se de uma noção polissêmica, geralmente, concebida a partir da distribuição territorial da desigualdade. De acordo com Katzman (Brasil, 2012), ela resultaria da relação entre duas variáveis: estrutura de oportunidades e capacidades dos lugares (territórios). Por estrutura de oportunidades se compreenderia a composição entre: a) mercado (empregos, estrutura ocupacional, salários pagos); b) sociedade (em especial capital social); c) Estado (políticas de bem-estar e estrutura de representação de demandas e interesses). O conceito de capacidades dos lugares (territórios) engloba as possibilidades de acesso a condições habitacionais, sanitárias, de transporte, serviços públicos, entre outros, enfim acesso a serviços públicos. Tais elementos incidem no acesso aos direitos. Assim, tal concepção indicaria que a superação da vulnerabilidade não estaria relacionada a capacidades individuais, mas ao contexto histórico, econômico e social formado de oportunidades e precariedades, bem como da intermediação/proteção social estatal. Dialogando com essa concepção, Bronzo (2009) sustenta que a vulnerabilidade geralmente envolveria a precariedade de renda, direitos não garantidos em múltiplos âmbitos e relações sociais fragilizadas. Ou seja, privações materiais e subjetivas, que são consideradas dimensões da pobreza.

No contexto atual, é fundamental ampliar essa compreensão para incluir a dimensão socioambiental das

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

vulnerabilidades, especialmente considerando a realização do evento em Manaus, no coração da Amazônia. As populações em situação de vulnerabilidade social são as primeiras e mais intensamente afetadas pela destruição ambiental, insegurança alimentar, desastres ambientais e outros fenômenos relacionados às mudanças climáticas. Essa perspectiva dialoga diretamente com o tema central do encontro "Aliança dos povos: psicologia social face à destruição de todas as formas de vida".

A Psicologia vem refletindo, há algumas décadas, sobre suas possibilidades de intervenção frente às desigualdades sociais que grassam na sociedade brasileira. Dessa maneira, tem desenvolvido práticas que procuram ocupar espaços que vão além do psicoterapêutico, no sentido de intervir em processos sociais que possibilitam a formação de subjetividades subalternas. Mas se a preocupação com o tema não é nova, é inegável que, a partir de 2005, com a implementação do SUAS, o número de psicólogas/os que atuam em cenários de intensa desigualdade aumentou enormemente, uma vez que a normativas da política preveem a presença dessas/es profissionais nas equipes de referência dos serviços socioassistenciais. Com isso, tornou-se, ainda mais urgente, a produção de práticas e conhecimentos que busquem superar vieses psicologizantes da questão social e se voltem para o desenvolvimento de aspectos relacionais, coletivos, participativos, que busquem processos de autonomia e fortaleçam potencialidades.

Oliveira et al. (2011) destacam que a inserção de profissionais de psicologia no SUAS traz desafios teórico-metodológicos à ciência e à profissão, sobretudo, em função da parcialidade das teorias psicológicas tradicionais, assim como, do necessário rompimento com a concepção de que caberia à Psicologia trabalhar, apenas, com o sofrimento de mônadas psíquicas e com a subjetividade. Yamamoto e Oliveira (2010) destacam que o trabalho no SUAS exige de profissionais de psicologia não apenas a adequação do trabalho, mas conhecimentos que estão fora do escopo da Psicologia tradicional. Atuar em situações de vulnerabilidade social exigiria não apenas adequação de conhecimentos teóricos e técnicos, mas criação de novos conhecimentos que poderiam partir ou não dos já consolidados.

Desde a criação do SUAS muito já se avançou no sentido da sistematização teórica e de práticas que procurem fugir das tradicionais. Todavia, o debate sobre as práticas psicológicas no SUAS ainda merece grande atenção no campo da Psicologia, enquanto ciência e profissão.

Considerando os elementos expostos, este Grupo de Trabalho receberá relatos de pesquisas, experiências profissionais e estágios, construídos a partir de vivências em diferentes níveis de Gestão, Proteção e Controle Social no SUAS, bem como nas suas interfaces intersetoriais e interinstitucionais. Seu objetivo consiste em criar um espaço de trocas e reflexões, a partir de uma postura crítica, sobre o que temos feito e/ou gostaríamos de fazer na Política de Assistência social. Os relatos devem procurar conceber a vulnerabilidade como fenômeno complexo, multifacetado, com diferentes incidências em territórios. Serão aceitas comunicações dos mais diversos referenciais teóricos e metodológicos, contanto que compartilhem uma postura crítica, que coloca em evidência as contradições da ciência psicológica e busca contribuir para redução de vulnerabilidades e violências, bem como para a promoção de direitos humanos.

Referências Bibliográficas

ABRAPSO, XXIII Encontro Nacional da ABRAPSO (2025) Eixos temáticos. Manaus: ABRAPSO. Disponível em: https://www.encontro2025.abrapso.org.br/simposio/view?ID_SIMPOSIO=234 Consultado em 08 de abril de 2025.

Brasil (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Consultado em 08 de abril de 2025.

Brasil (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Consultado em 08 de abril de 2025.

Brasil, Conselho Nacional de Assistência Social (2004). Política Nacional de Assistência Social, resolução nº145 de 15 de outubro de 2004. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf Consultado em 08 de abril de 2025.

Brasil, Conselho Nacional de Assistência Social (2005). Norma Operacional Básica SUAS, resolução nº 130 de 15 de julho de 2005. Brasília: Conselho Nacional de Assistência Social. Disponível em: https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/crianca-e-adolescente/suas/resolucoes/resolucao_cnas_130_2005.pdf Consultado em: 08 de abril de 2025.

Brasil, Ministérios do Desenvolvimento Social (2012). Orientações Técnicas sobre o PAIF: O Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família –PAIF. Vol. 2. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Orientacoes_PAIF_2.pdf Consultado em 08 de abril de 2025.

Brasil, Secretaria Nacional de Assistência Social (2013). Materialização da proteção social de assistência social: benefícios e serviços socioassistenciais. In: Brasil, Secretaria Nacional de Assistência Social (2013). CapacitaSUAS vol. 2. Brasília: SNAS, p. 24-46. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/CapacitaSUAS_Caderno_2.pdf Consultado em 08 de abril de 2025.

Bronzo, Carla (2009). Vulnerabilidade, empoderamento e metodologias centradas na família: conexões e uma experiência para reflexão. In: Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social & UNESCO (2009). Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e UNESCO, 2009. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/concepcao_gestao_protecaosocial.pdf Consultado em 08 de abril de 2025.

Carretero, Gustavo Henrique (2018). Psicologia e Assistência Social: o sofrimento ético-político e a escuta, ação e garantia de direitos In: Sawaia, Bader Burihan., Albuquerque, Renan. e Bussarello, Flávia Roberta (2018). Afeto & comum: reflexões sobre a práxis psicossocial. Embú das Artes: Alexa Cultural, p. 145-162. Disponível em: https://www5.pucsp.br/nexin/livros/2018_08_06_ebook_afeto_comum.pdf Consultado em 08 de abril de 2025.

Oliveira, Isabel Fernandes de, Dantas, Candida Maria Bezerra, Solon, Avrairan Fabrícia Alves Caetano, & Amorim, Keula Mafalda de Oliveira (2011). A prática psicológica na proteção social básica do SUAS. Psicologia & Sociedade, 23(spe), 140–149. https://doi.org/10.1590/S0102-71822011000400017

Sawaia, Bader Burihan (1999). O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão In: Sawaia, Bader Burihan (1999) (org.) As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Editora Vozes (p. 97-118).

Yamamoto, Oswaldo Hajime, & Oliveira, Isabel Fernandes de .. (2010). Política Social e Psicologia: uma trajetória de 25 anos. Psicologia: Teoria E Pesquisa, 26(spe), 9–24. https://doi.org/10.1590/S0102-37722010000500002

GT 05: Antropoceno, povos indígenas, saúde planetária e as mediações das políticas

Francine Rocha (UFPR), Mario Ramão Villalva Filho (UNILA), Venâncio, Ana Carolina Lopes (PREFEITURA)

Resumo: Questões da autoidentificação individual e coletiva de indígenas decorrentes da salvaguarda de direitos na Constituição Federal do Brasil (1988) e do incentivo de políticas afirmativas têm reflexos nas suas identidades. Com a presença de indígenas na Coordenação do GT, pretende-se refletir sobre diversos temas que nossa trajetória de mais de 20 anos acompanhando os acadêmicos indígenas da UFPR nos permitiu perceber que se presentificam nas fricções interculturais que podem interferir nas condições concretas do sucesso acadêmico dos indígenas na universidade: o fenótipo indígena idealizado, o uso de recursos tecnológicos e informacionais pelos indígenas, o enfrentamento indígena ao epistemicídio nos espaços educacionais e nas ciências, a reprodução cultural dos povos indígenas no embate com culturas que se pretendem hegemônicas, o viver entre dois mundos, o lugar da causa indígena como elemento motivacional para a persistência na permanência rumo ao sucesso acadêmico (expresso na conclusão de seus cursos) e outros temas que os participantes indígenas e não-indígenas propuserem para discutir a construção de uma universidade pluriétnica, onde o racismo anti-indígena não mais vigore. Isso porque defendemos que a existência de artefatos mediacionais, como políticas inclusivas (mesmo que ainda pouco afirmativas), podem engendrar espaços de fomentos identitários indígenas para sujeitos (individualmente) e para coletivos, dos mais variados povos, o que repercute na saúde mental dos mesmos e na legitimação de sua participação social e profissional expressa pelo reconhecimento de suas titulações. A despeito do avanço das políticas nacionais no sentido do reconhecimento da diferenciação do componente indígena da inclusão ao ensino superior em relação a outros, não é exagero afirmar que ainda há muito a evoluir no sentido da produção da equidade. Políticas de Ações Afirmativas de acesso diferenciado à educação superior pública para indígenas, inclusão não excludente, permanência, diplomação, exigem mudanças radicais ante um sistema educacional político-epistêmico hegemonicamente eurocêntrico e estadunidense. Problematizações referentes às políticas educacionais para indígenas exigem processos de ensino e aprendizagem e de conhecimento que reconheçam, contemplem e valorizem os saberes e a organização política e cultural dessas populações. E, no processo de reforma das universidades, faz-se necessário criar e investir em conhecimentos, práticas, ações e movimentos contra-hegemônicos de combate ao racismo anti-indígena, ao etnocídio e ao epistemicídio de cosmopolíticas, cosmologias, cosmovisões e saberes indígenas. Para tanto, torna-se essencial promover a visibilidade, o fortalecimento, o enaltecimento e a valorização da participação indígena em contextos acadêmicos e espaços que lhes seja de interesse. Sensibilizar a sociedade a se dispor a conhecer, respeitar, valorizar e aprender com os povos indígenas e não os discriminar, entendendo a conscientização como tecnologia de combate ao racismo anti-indígena. Com a convicção que somente a experiência é capaz de conferir, reverberamos que no convívio com as alteridades indígenas são os não-indígenas que muito mais têm a aprender do que a ensinar, e, ao se permitirem serem afetados (de afeto) pelas necessárias presenças indígenas na universidade, passam a confluir com eles e seus povos na busca por uma vida livre de opressão, exploração, indignidade, intimidação e desrespeito à vida no planeta, dentro e fora da universidade! Os povos originários têm muito a nos ensinar sobre a vivência sustentável no planeta, e esse GT conclama que haja “Aliança dos povos” para o enfrentamento das diversas formas de destruição de todas as formas de vida, o que remete ao alerta da emergência climática, mas também denuncia o quanto isso que foi alcunhado de Antropoceno decorre da relação dos não-indígenas com a “Terra-mãe”. Dessa forma, argumentamos

que cabe à Psicologia Social sensibilizar-se e sensibilizar para essa catástrofe que se aproxima desafiando a manutenção da vida humana e não humana no planeta. Tal debate passa pelo aprofundamento das pesquisas e discussões que se debruçam sobre as Relações étnico-raciais (eixo temático 11), em especial ao componente indígena, na interface com os não-indígenas. A psicologia é predominantemente fundamentada em epistemologias, ontologias, deontologias, axiologias, teorias, metodologias, práticas, perspectivas, princípios, conceitos e lógicas hegemonicamente europeias e estadunidenses, aos quais, muito da nossa psicologia brasileira ainda serve. Entretanto, a Psicologia Social Crítica enfrenta o desafio de reconhecer esse conflito e os impactos destes sobre a atuação profissional, ética e política do psicólogo. Atribuímos aos psicólogos formados a partir da Psicologia Social Crítica a missão de desenvolver conhecimentos sobre os desafios e possibilidades da psicologia frente a sofrimentos, demandas, saberes e especificidades dos povos indígenas. Nossas pesquisas vêm no sentido de colaborar para a construção de uma psicologia para indígenas feita por indígenas e suas inter-relações com questões étnicas, raciais, culturais, sociais e científicas, de forma articulada à vida no Planeta e ao respeito à Terra Mãe, conforme o Prof Dr Gersem Baniwa Luciano prefere alcunhar nosso planeta. Dedicamo-nos a essa proposta sempre com o aval, o consentimento e a participação de indígenas. Em respeito ao lema "Nada para nós sem nós!" da Declaración de Los Pinos [Chapoltepek] Construyendo un decenio de acciones para las lenguas indígenas, referendado pela Unesco em 2020, pedimos licença aos indígenas para estarmos juntos a conhecer, estudar, pesquisar, pensar e escrever sobre temáticas que lhes dizem respeito. E nesse GT estamos abertos a dialogar e refletir juntos sobre pesquisas, relatos de experiências e vivências interétnicas entre indígenas e desses com os não-indígenas (e vice-versa), especialmente as vinculadas de alguma forma à presença ou ausência (física ou simbólica) dos povos originários na universidade como um todo, não apenas no campo psi. Isso sob entendimento que esta ausência denuncia mais do que o preconceito social, mas também o fracasso de toda a sociedade em promover o processo de inclusão educacional e social que tão diligentemente é celebrado em discursos, mas que não possui estratégias práticas suficientes e adequadas para este propósito. Defendemos que o investimento dos povos indígenas na formação superior é um modo de fortalecimento coletivo e instrumento de luta, diante do persistente desrespeito aos seus direitos, culturas, saberes, cosmovisões, modos de existência. Os processos de estigmatização correntes mantêm práticas de genocídio, promovem injustiças, sustentam, portanto, práticas ainda colonialistas pautadas na exploração dos povos originários, na sua desvalorização e na invisibilização de suas necessidades e lutas. A psicologia tem papel essencial contra essa violência, sendo urgente trabalhar e difundir o racismo anti-indígena. Lutar por e com os indígenas é, na nossa visão, fundamental para que as práticas holísticas milenares de promoção da saúde humana e planetária dos povos originários tenham a permeabilidade necessária à superação do risco da extinção da vida humana sobre a terra. A Psicologia Social Crítica deveria enfatizar relações, relações dos humanos com a Terra Mãe e destes com seus pares nos diferentes grupos humanos, entendendo que as relações estabelecidas detêm potencial para modificar representações sociais vigentes e produzir novos modos de ser, estar e agir no mundo, de forma co-responsável, afetiva e sustentável. O respeito e a escuta ativa das alteridades indígenas é, portanto, uma alternativa para a atuação da Psicologia Social no sentido da produção de uma Educação Superior e Ciência pluriétnicas e socioetnicoracialmente engajadas.

GT 06: Arte e Psicologia Social: Sonhar, Expressar, Contracolonizar

Christine Gryschek (UFRGS), Laura Barcellos Pujol de Souza (Editora do Jornal O Onírico), Édio Raniere (UFPel)

Resumo: O Grupo de Trabalho Arte e Psicologia Social: Sonhar, Expressar, Contracolonizar, proposto dentro do Eixo 13 Insurgências ético-estético-políticas: artes, tecnologias e subjetivação, convida e acolhe trabalhos que dialogam com processos de subjetivação, com processos expressivos de criação. Guiarão nossos processos, pesquisa, e / ou práticas, estéticas produzidas em torno da imbricada relação sonho-expressão, assim como movimentos engajados na produção de surrealidades (epistemológicas; visuais; literárias) e de métodos que encontram-se na produção de conhecimento numa perspectiva do (s) comun (s). Assim, pesquisas polinizadas em linhas criativas, instituintes, em grupos contra-hegemônicos, nos mais diversos espaços de expressão, nas pesquisas rizomáticas em arte, na educação social, em tekoás urbanos e rurais, nos aquilombamentos culturais, nas clínicas ampliadas, na promoção de direitos sexuais e reprodutivos, em políticas de educação ou de saúde, em contexto comunitário ou institucional, nas ruas da cidade, nas florestas, nos agenciamentos encantados, são alguns exemplos de cenários criativos que nos convocam e que convocamos para criar com. Esse grupo de trabalho configura-se prezando pelo encontro de pensamentos diversos, e de aproximações inclusivas com o tema da Surrealidade e da invenção, a partir das expressões polinizadas em sonhos.

A construção deste Grupo de Trabalho conflui os desdobramentos do Grupo de Trabalho Arte e Psicologia Social: métodos inventivos, pesquisas híbridas e poéticas do contágio, proposto dentro do EIXO 2: História, epistemologias e formação em Psicologia Social, realizado em ocasião do XXII Encontro Nacional da Abrapso, A 'queda do céu': implicações da Psicologia Social [Édio Raniere (UFPel), Cristina Thorstenberg Ribas (Cosmopolíticas do cuidado no fim do mundo, FSP/USP/ Fapesp), Rodrigo Lages (UFRGS)], com a prática, a ética e a estética, do O Onírico (O primeiro jornal oniropolítico do Brazil), e com métodos e epistemes provindas de surrealidades feministas e contracoloniais. Onde o foco e a ênfase foram, e serão, os métodos de pesquisa que dourem a invenção de modos de pensar-produzir mundos e Surrealidades. A ênfase do encontro estará em métodos de criação e de expressão advindos da tela, da matéria-prima, onírica. Interessa-nos o material onírico, provindo do Originário, e a sua ressonância política e contracolonial. Ao entendermos a produção de Surrealidades como uma ferramenta, uma metodologia, advinda de uma tecnologia ancestral, encantada, anti-facista, e principalmente, motor de processos de subjetivação, entendemos que o sonho, é potência e força criativa e política. O que objetiva-se, então, é o compartilhar de pesquisas, de práticas, de modos de vida, propriamente Surrealistas, Ancestrais, e Contracoloniais. A criação, a expressão, fomentada pelos percursos, imagens e narrativas oníricas, é o ponto de conexão para que dialoguem e que se aconcheguem pesquisas pesquisas, poéticas e práticas calcadas e encantadas por: psicologia social crítica, ativismo político, epistemologias do sul, arte, literatura, jornalismo, minoritárias e não hegemônicas.

Sonhar, Expressar, Contracolonizar, como verbos, e como Grupo de Trabalho em consonância com o 23º Encontro Nacional da ABRAPSO Aliança dos povos: Psicologia Social face à destruição de todas as formas de vida, são imperativos, são desejos e convites para que nos atentemos à realidade Neoliberal, e atuemos em conformidade com uma ética conectiva (e coletiva) de saberes e de práticas (decoloniais). Porque defendemos, juntamente e a partir de Gloria Anzaldúa (1987;2009), que

a organicidade da imagem (da imaginação e do sonho) é alcançada pela entrada em um estado de conexão com o inconsciente anterior, ancestral e, por isso, político. Para Gloria (1987;2009), a dicotomia que conserva o pensamento branco como racional e desperto e o pensamento dos Povos Originários mexicanos como "mágico", "selvagem", "faz de conta", fincando a objetividade como lei, é a raiz de toda violência. Defendemos, juntamente e a partir de Gloria Anzaldúa (1987;2009), que um envolvimento orgânico com a imagem, e a criação ressoada pelo envolvimento, supõe conceber que não existe essa divisão tão marcada culturalmente entre sonho-despertar, entre sonho-dia. O sonho é método, episteme, e política, portanto. Tanto que Davi Kopenawa (2015), em A Queda do Céu: palavras de um xamã yanomami, nos revela que os yanomami, quando querem conhecer as coisas, esforçam-se para vê-las em sonhos, porque é o modo como guardam seus conhecimentos. Sonhos são, então, episteme e talismã. O ato de sonhar se revela não apenas como uma atividade individual, mas como uma maquinaria coletiva de produção de significados e de potenciais transformações, capaz de nos conectar com as profundezas e superfícies do tempo e com os horizontes do porvir. Ler, ouvir, acompanhar sonhos são formas de formular o acontecido e o desconhecido, de fabular e compreender desejos e preocupações coletivas. Krenak (2021) nos convida à partilha do mundo onírico, ressaltando que há no sonho uma instituição educativa - uma instituição que admite sonhadoras.

Temos que séries de imagens oníricas, se colocadas para operar juntas, formam uma coleção comparável à série de castelos que se erguem ao longo de um rio, e uma tarefa do surrealismo é a exploração desse espaço mítico, desse espaço de imagens. A elaboração deste conjunto de imagens, pensamentos, relatos e produções tem sido tema de diferentes projetos de pesquisas em grupos de pesquisa ao redor do Brasil. Aposta-se na possibilidade de o relato dos sonhos ser tomado como uma "fonte não-oficial" para contar a história do tempo presente, abrindo-a para outros modos de temporalidade. Essa abertura, que decorre do encontro com o sonho e o sonhar, pode contar uma outra história sobre os acontecimentos do mundo, deslocando dos discursos "oficiais" da realidade factual, realidade está sempre em disputa. Desde o ano de 2021 tem sido produzido e lançado o jornal O Onírico - o primeiro jornal oniropolítico do Brazil, periódico contínuo, produzido em universidade e com a intenção de alcançar um fora: dialogar com uma comunidade expandida, fomentar trocas com pesquisadoras, escritoras e artistas, produzindo encontros para compartilhar sonhos e compor coletivamente. Em um jornal cuja matéria criadora é o próprio sonho, enfatizamos a transformação do relato, na qual a posição do sonhador passa de primeira pessoa do singular para terceira, e os acontecimentos do sonho passam a ser narrados factualmente, como na ficção ou na notícia. O "eu sonhei que" ou o "eu sonhei com" passa a ser: "o sonhador viveu tal coisa em sonho", ou "sonhadora relata ter encontrado tal coisa durante o sono". Com essa operação de passagem da primeira à terceira pessoa, o sujeito que sonha é deslocado da posição de eu para a de um outro, podendo ser, este outro, qualquer um de nós.

Assim, o Grupo de Trabalho Arte e Psicologia Social: Sonhar, Expressar, Contracolonizar, é proposto dentro do Eixo 13 Insurgências ético-estético-políticas: artes, tecnologias e subjetivação, porque problematiza e visa reunir reflexões e expressões rizomáticas nos campos artísticos, políticos e filosóficos, próprios da Psicologia Social enquanto um percurso de conhecimentos. Entendemos que as interfaces das experimentações artísticas são insurgentes, portanto, necessárias e potencializadoras.

É ao considerar as (cosmos) visões como episteme e método, ao configurar os materiais oníricos como prancheta e militância anti-fascista, anti-racista, anarquista e contracolonial, que entendemos que as expressões e as criações artísticas daí advindas são

críticas à ciência moderna, ao racionalismo patriarcal e colonizador. Em nossa cesta de talismãs teórica-metodológica, carregamos e partilhamos dispositivos, inspirações e sabedorias para além das fronteiras entre a psicologia social, e as artes, em uma conversa íntima e profícua com saberes ancestrais, filosóficos, literários, musicais, cinematográficos, e práticas afins. Estamos em comunicação e aprendizado com pessoas que destinaram polinizar os Afectos, as reflexões e os sentimentos em produções acadêmicas e não acadêmicas, literárias, expressivas e tocantes. Conversamos e experimentamos percepções de pessoas como Anne Sauvagnargues, Andre Breton, Ailton Krenak, Barbara Glowczewski, Benjamin Perét, Carl Jung, Davi Kopenawa, Félix Guattari, Franz Fanon, Frida Kahlo, Gilles Deleuze, Gloria Anzaldúa, Hanna Limulja, Herta Muller, Isabelle Stengers, Margareth Rago, Leonora Carrington, Luiz Antonio Simas, Luiz Rufino, Louis Aragon, Lygia Fagundes Telles, Nêgo Bispo, Marilene Felinto, Michèle Petit, Nise da Silveira, Olga Tokarczuk, Remedios Varo, Rosa Montero, Sidarta Ribeiro, Sigmund Freud, Silvia Federici, Silvia Rivera Cusicanqui, Silvina Ocampo, Suzanne Césaire, Tania Galli da Fonseca, e Vinciane Despret.

Então, reflexões e conceitos como acontecimento, afeto, alteridade, animais poéticos, arquivo, cartografias e relações estéticas, corporeidades dissidentes, cosmopolíticas, delírio, desejo, devir-animal, devires totêmicos, contracolonização do imaginário, diferença, duração, ecologias da imaginação, encantaria, ensaio autobiográfico, errância, escritos de dissidência, feminismo contracolonial, ficção etnográfica, imagem, imaginação, instauração, memória, mistério e conjunção, onirogeografias, oniropolíticas, oniropoéticas, pensamento selvagem, políticas cognitivas e oníricas, produção de comunidades, realismo mágico, tecnologia ancestral, tecnoxamanismo, saberes localizados, surrealidade, surrealismo, temporalidades e testemunho, são exemplos de modos de percepção, e de práxis, que nos orientam em nossas concepções e partilhas.

Buscamos problematizar as intersecções entre arte e psicologia social, em seu profundo, em como ambas dialogam com insurgências éticas, estéticas e políticas. São as paisagens habitadas pelo sonho, onde a dimensão onírica ultrapassa a metáfora, e assim, se torna potência criadora: capaz de reinventar realidades e modos de existir. Nesse contexto, a arte se expande como um campo de atravessamentos e devires, tensionando os limites entre o vivido e o imaginado, entre a vigília e o sonho, e constrói surrealidades combativas, douradas e selvagens.

Imaginamos e convidamos a submissão de processos, de práticas e de trabalhos que habitem a potência da escrita, da narração, da ficção e de outras formas expressivas que procurem atuar como artefatos capazes de produzir corpos, subjetividades, existências e agenciamentos. Encanta-nos, em especial, investigações que circulem e ressoem em diferentes registros – acadêmicos, poéticos, visuais, sonoros, performáticos – e que experimentem modos de criar e de expor que alarguem o campo do sensível e do pensamento onírico, bem como as suas implicações ético-políticas. Serão bem-vindas, e muito apreciadas, proposições que acionem os sonhos como dispositivos de criação, fabulação e resistência, que investiguem seus agenciamentos com a imaginação política, com os territórios dissidentes, com os devires transespécies e com políticas do sensível que fogem e que contrariam às normatividades. Honramos processos que desconfigurem, e que borrem, as fronteiras disciplinares e que proponham frescas e nutritivas cartografias do possível, abrindo espaço para formas de conhecimento que se afetem pelo delírio, pela errância, pela memória, pelo devir e pela radicalidade do sonho como campo de invenção.

A partir do Grupo de Trabalho Arte e Psicologia Social: Sonhar, Expressar, Contracolonizar, convidamos à construção de um espaço de experimentação coletiva, onde as reflexões e criações compartilhadas possam se desdobrar para além do encontro. Imaginamos uma produção conjunta que reúna essas investigações e

expressões em múltiplos formatos, como um livro, como uma edição do Jornal Onírico, como um dossiê e / ou como uma exposição. Essa criação coletiva almeja atuar como um território expandido de pensamento e fabulação, um arquivo vivo que registre, que transmute, e que polinize os modos diversos de abordar o sonho, a imaginação e suas insurgências. Intuímos e queremos, assim, dar continuidade ao diálogo, ativando novas conexões entre arte, psicologia, política e os devires oníricos que conectem e polinizam corpos, territórios e temporalidades.

Referências Bibliográficas

ANZALDÚA, Gloria. Borderlands. La frontera. Editora. Capitan Swing, España, 1987.

ANZALDÚA, Gloria; KEATING, Ana Louise (org.). The Gloria Anzaldúa Reader. London: Duke University Press, 2009. 187 p.

ARAGON, Louis. Uma vaga de sonhos. Tradução: Flávia Falleiros. 1 ed. São Paulo: edições 100/cabeças, 2024. 123 p.

BRETON, Andre. Manifesto Surrealista. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2004.

BORGES, Fabiane Moraes et al. Pandemic Dreams Archive. http://https://archivedream.wordpress.com/ Para pedir sonhos para Macuna: https://t.me/joinchat/AdfvchPm6TmpjTcSwCzizw

CARRINGTON, Leonora. La casa del miedo: memorias de abajo. Tradução: Francisco Torres Xavier. Ciudad de México: Siglo Veintiuno Editores, 1992.

CESAÍRE, Suzanne. A grande camuflagem. Escritos de dissidência (1941-1945). Tradução: Júlio Castañón Guimarães. Rio de Janeiro:Papéis Selvagens Edições, 2022.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. Um mundo CH'IXI é possível: ensaios de um presente em crise. Tradução: Sue Iamamoto. São Paulo: Editora Elefante: 2024.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia. Tradução: Suely Rolnik. Volume 4. São Paulo: Editora 34, 1997. 176 p.

DESPRET, Vinciane. Autobiografia de um polvo e outras narrativas de antecipação. Tradução: Milena P. Duchiade. 1 ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022. 160 p.

FANON, Franz. Pele negra, máscaras brancas. Tradução: Renato da Silveira. Salvador : EDUFBA, 2008. 194 p.

FEDERICI, Silvia. Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FELINTO, Marilene. As mulheres de Tijucopapo. São Paulo: Ubu Editora, 2021.

FONSECA, Tania Mara Galli; et al. O delírio como método: a poética desmedida das singularidades. Estudos e Pesquisas em Psicologia, ano 10, n.1, p.169/189, jan-abr 2010, UERJ, RJ. Disponível em: http://www.revispsi.uerj.br/v10n1/artigos/pdf/v10n1a12.pdf . Acesso em: 20 set. 2023.

FREUD, Sigmund. A Interpretação dos Sonhos (1900). Obras completas, Vol.4. Tradução: Paulo César de Souza. 1 ed. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2019. 729 p.

GLOWCZEWSKI, Barbara. Devires totêmicos: cosmopolítica do sonho. Tradução: Pinheiro, Jamille; Santos, Abrahão de Oliveira. . São Paulo: n-1 edições, 2015.

GRYSCHEK, Christine. Sonho: episteme e enigma. 22.º Encontro Nacional ABRAPSO "A 'queda do céu': implicações da Psicologia Social", 2023. Anais. Editora Abrapso, 2024.

GUATTARI, Félix. O Inconsciente Maquínico: ensaios de esquizo-análise. Tradução: Constança Marcondes César, Lucy Moreira César. Campinas: Editora Papirus, 1988. 317 p.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Cadernos pagu, n. 5, p. 7-41, 1995.

JUNG, C. G. O Livro Vermelho (Liber Novus): edição sem ilustrações. Tradução: Edgar Orth. Rio de Janeiro: Editora Vozes Ltda., 2013. 516 p.

KAHLO, Frida. O diário de Frida Kahlo: um autoretrato íntimo. 3. ed. Tradução Mário Pontes; Introdução de Frederico Morais. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. 2015. A queda do céu: palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras. p. 455-466

KRENAK, Ailton. A vida não é útil. São Paulo: Companhia das Letras , 2021.

KRENAK, Ailton. Ideias para Adiar o Fim do Mundo. – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LAPOUJADE, David. As existências mínimas. Tradução: Hortencia Santos Lencastre. São Paulo: Editora n-1, 2017. 128 p.

LIMULJA, Hanna. O desejo dos outros: uma etnografia dos sonhos yanomami. São Paulo: Ubu Editora, 2022. 192 p.

MONTERO, Rosa. O perigo de estar lúcida. Tradução Mariana Sanchez. São Paulo: Editora Todavia, 2023.

MÜLLER, Herta. O rei se inclina e mata / Herta Müller; tradução Rosvitha Friesen Blume. São Paulo: Globo, 2013.

OCAMPO, Silvina. A FÚRIA e outros contos. Tradução: Livia Deorsola. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

PETIT, Michéle. Somos animais poéticos: a arte, os livros e a beleza em tempos de crise. Tradução de Raquel Camargo. São Paulo: Editora 34, 2024.

PÉRET, Benjamin. Antologia de mitos, lendas e contos populares da América. Tradução: Alexandre Barbosa de Souza. São Paulo: 100/cabeças edições, 2023.

RIBEIRO, Sidarta. O Oráculo da Noite: A História e a Origem do Sonho. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SANTOS, Antônio Bispo dos. A terra dá, a terra quer. São Paulo: Ubu Editora/ PISEAGRAMA, 2023.

SAUVAGNARGUES, Anne. Deleuze and Art. Tradução: Samantha Bankson. London: Bloomsbury Academic, 2013.

STENGERS, Isabelle. Uma outra ciência é possível.Tradução: Fernando Silva e Silva. São Paulo: Bazar do tempo, 2023.

SILVEIRA, Nise. Imagens do inconsciente. Rio de Janeiro: Alhambra, 1981.

SIMAS, Luiz Antonio; RUFINO, Luiz. Encantamento sobre política de vida. Rio de Janeiro: Mórula, 2020. pp. 7-9.

SOUZA, Laura Barcellos Pujol de; COSTA, Luciano Bedin da. O Onírico: o primeiro jornal oniropolítico do Brazil. Edições I(2021), II(2022), III(2023) e IV(2024). Disponível em: https://www.ufrgs.br/politicasdotexto/o-onirico/

TOKARCZUK, Olga. Correntes. Tradução Olga Bagińska-Shinzato. São Paulo: Ed. Todavia, 2021.

TUPAN, Cris. Brasil, Terra Indígena. Noticiário Oniropolítico em O Onírico II - a paranoia delirante, março de 2022, p 6 -7. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.ufrgs.br/da.php?nrb=001128691&loc=2022&arq=2&l=112509a08c08000d

VARO, Remedios. Cartas, sueños y otros textos. Ciudad de México: Ediciones Era, 1997. 71 p.

GT 07: Arte, Processos de Subjetivação e Práticas de Resistência Contracoloniais

Ana Karenina de Melo Arraes Amorim (UFRN), Michele de Freitas Faria de Vasconcelos (UFS), Flávia Helena Miranda de Araújo Freire (UFF)

Resumo: O GT propõe-se a acolher estudos, trabalhos de pesquisa e ou relatos de experiências que problematizem processos de subjetivação atuais por meio de expressões estéticas e experimentações artísticas tomadas como práticas de resistências e insurgências de grupos, coletivos ou comunidades vulnerabilizados, contribuindo para análises em psicologia social nos campos da saúde mental e da reforma psiquiátrica, do movimento social de luta antimanicomial interseccionalmente com os movimentos socioambientais, feministas, antirracistas e contracoloniais.

Interessa-nos como expressões estéticas e culturais podem configurar práticas de resistência (Foucault, 2006; Deleuze, 2019) ou práticas de "supravivência" (Simas e Rufino, 2020); interessa-nos cartografar seus efeitos-subjetividade, ali onde elas se desenham, ali onde o desejo produz suas curvas e desvios. A posição de resistência ou de "supravivência" diz de perspectivas críticas à colonialidade com as quais dialogamos e que sustentam nossa posição ontoepistêmica que afirma criativamente outros conhecimentos, como os Saberes Tradicionais e as Artes Populares, que historicamente foram silenciados, desqualificados e negados.

Os trabalhos devem ser subsidiados pelo Paradigma Estético (Esquizoanálise), pelas perspectivas críticas à Psiquiatria (como aquelas propostas por Nise da Silveira, Michel Foucault, Félix Guattari), pelas perspectivas feministas interseccionais, antirracistas e ou pelas cosmologias contracoloniais latino-americanas, que ofertam problematizações às formações históricas e às relações de saber-poder que produzem nossas paisagens subjetivas. Assim, visa-se reunir diferentes instalações conceituais-metodológicas-artísticas tomadas como linhas de subjetivação, criação poética e resistência política. Levando-se em consideração, o anúncio do biólogo chileno Francisco Varela: “o fazer é ontológico”, os trabalhos devem dialogar com aportes teórico-metodológicos da Psicologia Social, no sentido de ampliá-los por meio de experimentações artísticas insurgentes que revolvem nossas camadas ontoepistêmicas, problematizando paisagens sedimentadas do presente. Assim, as propostas devem apresentar composições teórico-metodológicas que permitam pensar novas estratégias de enfrentamento às históricas desigualdades produzidas pelo regime colonial-patriarcal-capitalístico no Brasil e na América Latina.

Dessa forma, o objetivo do Grupo de Trabalho “Arte, Processos de Subjetivação e Práticas de Resistência Contracoloniais” é o de aglutinar pesquisadoras/es que trabalham articulando arte, política, subjetivação e ativismos, por meio de perspectivas capazes de cartografar suas composições teóricas e interventivas em planos de composições disruptivos com os racismos, sexismos, etarismos, capacitismos, preconceitos territoriais, poderes, saberes, discriminações de gênero e de classe, xenofobias racializadas, misoginias, genocídios, epistemicídios, etnocídios e ecocídios. Dessa forma, buscamos, pela cartografia de experimentações artístico-subjetivas, ensaiar um devir-ciência (Stengers, 2023), um devir da Psicologia Social, em que as ciências não mais se alinhem com o empreendimento de dominação e extração que ameaçam agora todos os viventes da Terra. Intentamos por meio dessa partilha de instalações conceituais-artísticas situar nossas práticas psi em dívida com a existência de loucas e loucos, de comunidades

tradicionais e periféricas, com os saberes e artes populares. Almejamos situar os saberes psi por esses outros saberes e fazeres artesãos, pela mestria e encanterias das ruas, das gingas, das rodas que sempre se formam pelas artes que abrem mão de ser belas e verdadeiras. Queremos, reconhecer tais fazeres na academia!

Com isso, propomos que a apresentação dos trabalhos possam também fazer valer de modos inventivos, tomando o campo da arte como espaço de criação, produzindo esteticamente formas de compartilhamento, que sejam ativados pela via de uma expressividade artística.

Atualmente, no país, estão sendo desenvolvidas muitas pesquisas no campo da Psicologia Política e da Psicologia Social que realizam essa articulação entre esquizoanálise, as análises institucionais e as perspectivas contracoloniais como referenciais teórico-metodológicos para a análise de movimentos sociais, identitários e políticos, tais como: os movimentos de gênero e diversidade sexual, os movimentos étnico-raciais, movimentos estéticos periféricos, os movimentos e lutas antimanicomiais no campo da saúde coletiva, as manifestações anticapitalistas e antifascistas, as lutas territoriais e pela memória política, as resistências contra os capacitismos e etarismos. Enfim, há na Psicologia Social latinoamericana todo um campo de minorias insurgentes, havendo uma rica e original articulação com as diversas modalidades de pensamento decolonial e contracolonial, assumindo compromissos ético-estético-políticos com a produção de novos mundos, frente aos (micro)fascismos e o fomento de devires-revolucionários. Portanto, vemos que trabalhos como esses ao focalizarem suas análises nas produções estéticas/experimentações artísticas desses movimentos e coletivos podem trazer pistas que podem contribuir com a construção de práticas éticas, estéticas e políticas transversais e transdisciplinares capazes de atualizar ou ativar os saberes locais, tensionando e desconstruindo práticas necropolíticas e as colonialidades nas suas distintas formas.

Discutir as resultantes da articulação das ferramentas conceituais das teorias com as cosmologias dos povos, fazer da academia um espaço de produção de comuns pela manutenção do incomum entre esses mundos e saberes, pode movimentar escritas, pesquisas, ensino, práticas cotidianas, atuações profissionais, clínicas, modos de vida, formas de pensar, maneiras de agir, experiências formativas nas Psicologias por meio de conversações transdisciplinares e transversais à produção da diferença no campo estético.

Nesse sentido, como objetivos específicos, almejamos: 1) conhecer e articular pesquisas e práticas que estão sendo realizados nesse diálogo entre e com perspectivas contracoloniais, a esquizoanálise, a crítica à Psiquiatria e outras cosmologias/epistemologias amefricanas nas Psicologias, no Brasil; 2) cartografar coletivamente processos de subjetivação e insurgências estético-políticas fomentados no sentido da afirmação da vida, em contraposição e tensionamento com os modos de subjetivação capitalísticos, genocidas, necropolíticos e neofascistas; 3) analisar práticas estéticas como práticas de resistência e o lugar das ancestralidades no processo de construção de novas subjetivações e produções do bem-viver (Acosta, 2016) e de um plano do comum que se ancora em compostagem do fazer e ficar com o problema, no sentido proposto por autoras como Donna Haraway, Isabelle Stengers, Félix Guattari, bell hooks, Martín-Baró, Silvia Cusicanqui, Vinciane Despret, Nise da Silveira, Paulo Freire, Glória Anzaldúa, Lélia Gonzalez, Conceição Evaristo, Geni Núñez, Ailton Krenak, Davi Kopenawa, entre outros(as)(es) pensadoras(es) cujas obras produzem guianças para as diferentes lutas políticas por justiça social, climática, de gênero e raça, procuram afirmar a vida como diferença; 4) constituir um grupo de pesquisadoras/es para um futuro trabalho conjunto que seja a possibilidade da formação de uma rede de pesquisa interessada na interface Arte/Subjetivação e Resistências

para a realização de publicações coletivas, fóruns e debates que almejem operar no campo do bem-viver, das perspectivas contracoloniais e das ontoepistemologias e cosmologias amefricanas em composições com perspectivas críticas na Psicologia Social, como a esquizoanálise e a Análise Institucional.

Consideramos que o GT "Arte, Processos de Subjetivação e Práticas de Resistência Contracoloniais" está totalmente articulado aos propósitos políticos-institucionais do 23º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social (ENABRAPSO), com o tema Aliança dos Povos: Psicologia Social face à destruição de todas as formas de vida. No âmbito político-social estamos constatando necropolíticas, em que a extração e precarização da vida das populações não-brancas acontece em diferentes espaços de vida, territórios, políticas públicas, ocupando lugar estratégico para as políticas neoliberais. Nesse cenário, testemunhamos a neocolonização cultural e subjetiva contribuindo para essas necropolíticas, ratificando a moderna imagem modelo de uma raça, o branco-europeu-civilizado, e que entra numa relação hierárquica com as outras raças-etnias, consolidando ainda mais o Estado racista (Foucault, 1976). Configura-se, assim, um aparato que segue justificando a eliminação desses "outros povos", que continuam a ser vistos como "outros", ameaças que supostamente bloqueiam o desenvolvimento econômico do país.

Nesse sentido, interessa-nos as expressões estéticas e culturais criadas por coletivos e grupos vulnerabilizados (alvos dessas desigualdades e precarização da vida), tomando-as como analisadoras com poder de problematizar esse contexto de neocolonização e capitalização da vida, afirmando outras vidas, outras formas de viver, outros mundos.

Nosso GT se situa melhor no Eixo Temático 13. Insurgências ético-estético-políticas: artes, tecnologias e subjetivação, pois compreendemos que a esquizoanálise, as análises institucionais e as perspectivas contracoloniais disponibilizam aportes teórico-metodológicos em crescimento na Psicologia Social latino-americana e que deste encontro estão derivando-se novas práticas e dispositivos ético, estéticos e políticos para a produção de vidas mais potentes, a afirmação da multiplicidade inerente à vida, das ancestralidades e contra toda sorte de autoritarismos. Compreendemos assim que os conceitos e dispositivos desses encontros teórico-metodológicos podem compor um amplo manancial de novas reflexões e práticas que atualizem os princípios caros de autoanálise e autogestão, culminando no exercício de uma democracia radical e participativa.

Referências

Acosta, A. (2016). O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Autonomia Literária.

Bispo dos Santos, A. (2023). A terra dá, a terra quer. São Paulo: Ubu editora, 2023.

Deleuze, G.; Guattari, F. (1972). O Anti-Édipo. São Paulo: 34, 2010.

Foucault, M. (1976). Em defesa da sociedade: Curso dado no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

Foucault, M. (1977). Preface. In Gilles Deleuze & Félix Guattari. Anti-Oedipus: Capitalism and Schizophrenia. New York: Viking Press.

Foucault, M.(2006). Ditos e escritos IV: estratégias saber-poder. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Gonzalez, L. (1988). "A categoria político-cultural de amefricanidade". Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun.

Haraway, D. (2016) Antropoceno, capitaloceno, plantationoceno, chthuluceno: Fazendo parentes. ClimaCom: Cultura Científica, 3(5).

Kopenawa, D. & Albert, B. (2015). A queda do céu: palavras de um xamã yanomami, São Paulo: Cia das letras.

Krenak, A. (2019). Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Cia das Letras.

Martins, Leda Maria. (2021). Performance do tempo espiralar: poéticas do corpo-tela. Rio de Janeiro: Cobogó.

Mello, Luiza Carlos (2014) Nise da Silveira: caminho de uma psiquiatra rebelde. Rio de Janeiro: Automatica Edições

Simas, L. A.; Rufino, L.(2020). Encantamento. Sobre Política de Vida. [e-book]. Rio de Janeiro: Mórula editorial, 2020. ISBN: 978-65-86464-13-9. Disponível em: https://morula.com.br/produto/encantamento-sobre-politica-de-vida.

Silveira, N (2015) Imagens do Inconsciente. Petrópolis, Rj: Editora Vozes

Silveira, N. (2021) Nise: a revolução pelo afeto. Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil (Exposição de arte).

Stengers, Isabelle. (2023). Uma outra ciência é possível: manifesto por uma desaceleração das ciências. Rio de Janeiro: Bazar do tempo.

Viveiros de Castro, E. (2018). Metafísicas canibais: Elementos para uma antropologia pós-estrutural. Ubu Editora, n-1 edições.

GT 08: As interfaces do Juvenicídio no Brasil: raça, classe e gênero

Marisa Feffermann (Instituto de Saúde), Ilana Lemos de Paiva (UFRN), Gabriel Miranda Brito (IFPA)

Resumo: A presente proposta tem como objetivo discutir os principais desafios para compreender e enfrentar a complexidade da questão da violência letal e sua relação com as juventudes na atualidade. Segundo dados recorrentes do Atlas da Violência, a violência letal entre os jovens no Brasil tem se mostrado um problema alarmante. O Atlas da Violência é um portal que reúne, organiza e disponibiliza informações sobre violência no Brasil, bem como reúne publicações do Ipea sobre violência e segurança pública. Foi criado em 2016 e é gerido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) com a colaboração do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Em geral, os dados são atualizados regularmente, com periodicidade anual. No Atlas, é possível obter informações de temas como homicídio, violência por raça, violência por gênero, mortes por causa indeterminada e óbito por armas de fogo.

Neste grupo de trabalho, a proposta é nos debruçarmos sobre a realidade das juventudes brasileiras e a sua interface com as múltiplas expressões da violência que, não raras vezes, culminam na morte. Importante ressaltar que a juventude é uma construção social (Bourdieu, 1983) que só pode ser definida dentro de contextos sócio-históricos específicos. Assim, a condição juvenil é uma categoria que só faz sentido de uma perspectiva de articulação contextual.

Na América Latina, vivemos o persistente assassinato de jovens, condição que denominamos juvenicídio e é produzido por estratégias bionecropolíticas. Um grande contingente de jovens na América Latina vive em situação de vulnerabilidade, agravada pelas turbulentas condições socioeconômicas, o que contribui para a tensão existente. Juvenicídio é a condição limite produzida por vários processos de precarização e construção de identidades estigmatizadas que produzem vidas vulneráveis, vidas proscritas, vidas descartáveis, vidas dispensáveis. O conceito de "juvenicídio" amplia a ideia da morte real, ou do simples registro de mortes de jovens, para um complexo processo de precarização e criminalização desses indivíduos. Ser jovem latino-americano aumenta o risco de levar um tiro, pois, segundo a Organização Pan-Americana da Saúde, a média de mortes violentas por armas de fogo nessa região é meio ponto percentual maior nessa faixa etária do que na população em geral. (Otamendi, 2019). Desta forma, é de extrema importância, reconhecer, analisar e enfrentar o problema urgente da perda de vidas causada pela «violência que ocorre na forma de precariedade, limpeza social, execuções sumárias, falsos positivos, extermínio», levantones, desaparecimentos, racismo» (Valenzuela, 2019, p. 223).

Juvenicídio pode ser entendido como expressão da violência sistemática e persistente que tira a vida de jovens, uma morte atroz e sistemática. Refere-se a um ato limite precedido por vários processos de precariedade econômica, social e cultural que definem o iuvenis sacer e, implica a conjunção de várias identidades desacreditadas. O juvenicídio tem vários elementos constitutivos que incluem a precariedade, a pobreza, a desigualdade, a estigmatização e estereotipagem dos comportamentos juvenis (especialmente de alguns grupos e setores juvenis) e a banalização da violência. A ordem dominante ampliou as condições de precariedade, vulnerabilidade e indefesa desses grupos por meio de ordens classistas, racistas, sexistas, LGBTfóbicas e uma lógica proibicionista que, a pretexto de enfrentar o chamado crime organizado, funcionou como uma estratégia que limita os espaços liberdade sociais. Juvenicídio é a condição limitante da vários processos da vida: precariedade econômica, social, cultural e identidades simbólicas e estigmatizadas que produzem vidas vulneráveis, vidas proscritas, vidas prisioneiras, vidas sequestradas, vidas desaparecidas,

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

vidas descartáveis, vidas fugitivas, vidas dispensáveis, vidas dessubjetivadas, deslocadas.

A origem deste conceito ocorre a partir do desaparecimento dos jovens estudantes em Ayotzinapa. Em 26 de setembro de 2014, alunos do Centro de Formação de Professores Ayotzinapa, em Iguala - Guerrero, pegaram ônibus para ir à Cidade do México e participar da marcha em memória ao massacre de estudantes que ocorreu em 2 de outubro de 1968, mas foram interceptados pela polícia e o exército. Os jovens foram sequestrados e entregues ao grupo de traficantes Guerreros Unidos. Os eventos em Ayotzinapa fazem parte de um quadro definido pelo juvenicídio, um processo que implica uma condição precária persistente que custou a vida de dezenas de milhares de jovens no México, centenas de milhares na América Latina e também se espalhou por toda a Europa.

Juvenicídio implica dessubjetivação, negação do sujeito, sua inviabilidade, sua condição dispensável, a banalização e o apagamento de seu mundo interior. A dessubjetivação recorre à violência simbólica para destruir os pensamentos e sentimentos das pessoas através de sua estigmatização, estereótipos, racismo, homofobia ou aporofobia. Nesse sentido, suas opiniões não contam, seus sentimentos são considerados negativos ou maléficos, e esses sujeitos são vistos como inferiores por natureza e com tendências criminosas (Bourdieu e Wacquant 1995)

No Brasil, o tema do juvenicídio está intimamente relacionado ao genocídio da juventude negra, um grupo étnico/racial historicamente exterminado e encarcerado. Dados alarmantes revelam que os jovens negros são as principais vítimas dessa violência. Segundo relatórios recentes, o índice de homicídios entre os jovens negros é significativamente mais alto do que entre os jovens brancos. Eles são frequentemente afetados pela violência policial, alimentada pelo racismo institucional, que os estigmatiza como ameaças e suspeitos principais. Além disso, o racismo estrutural nega a eles o acesso a condições básicas de existência.

Segundo Atlas da Violência 2024, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, foram registrados 46.409 homicídios. Contudo, essa violência não se expressou de maneira homogênea entre o conjunto da população brasileira. Ao contrário, a distribuição da violência física letal segue critérios raciais, afetando principalmente as pessoas não brancas. Ainda de acordo com o relatório supracitado, no Brasil, 76,5% das vítimas de homicídio são negras. Nos últimos 10 anos, um brasileiro negro teve, pelo menos, o dobro de chance de morrer de forma violenta. Especificamente em relação a adolescentes e jovens os dados apontam para uma geração perdida: 333.330 adolescentes e jovens com idade entre 15 e 29 anos foram assassinados entre 2009 e 2019.

Nesse sentido, o termo "juvenicídio" tem sido utilizado por especialistas para compreender e denunciar o assassinato sistemático de jovens. Trata-se de uma abordagem acadêmica, ética e política que busca destacar as mortes prematuras de jovens no Brasil e em toda a América Latina.

No cerne desses fenômenos estão os marcadores de precarização da vida em suas diversas formas: desigualdade estrutural, pobreza e racismo sistêmico, acesso precário à justiça e políticas sociais. Além disso, destaca-se a precarização simbólica, pois os jovens que mais são vítimas de assassinatos são profundamente criminalizados, considerados descartáveis, sujeitos a serem mortos.

Essa realidade contradiz o mito fundador do Brasil de ser um país de não violência. A violência letal contra a juventude negra é impulsionada por uma série de fatores, que vão desde a explícita segregação social até o racismo velado. Os meios de comunicação também desempenham um papel na construção e reforço dos estigmas sociais,

reproduzindo imagens negativas e estereótipos prejudiciais.

É urgente que a pauta do juvenicídio seja inserida na agenda da Psicologia Social comprometida com a democracia e a emancipação humana. As respostas do Estado, no entanto, têm se voltado para um endurecimento punitivo em relação a esses jovens, o que acaba por perpetuar a violência e ameaçar sua sobrevivência, bem-estar e perspectivas futuras. Medidas efetivas para enfrentar o juvenicídio incluem políticas de enfrentamento à violência letal contra as juventudes, o que implica enfrentar a agenda neoliberal, desmantelar as estruturas racistas que formatam a sociedade brasileira e produzem cenários de discriminação que perpetuam essa realidade.

Diante desse contexto, é fundamental que os resumos dos trabalhos estejam relacionados ao eixo temático "Debates intergeracionais: infâncias, juventudes, velhices", buscando traçar novas rotas para essa parcela da juventude brasileira, majoritariamente preta e pauperizada que, assim como outros grupos marginalizados no país, vem resistindo às tentativas de sua aniquilação. Eles devem abordar dados e discussões sobre políticas de encarceramento e suas consequências para as juventudes, letalidade juvenil, sistema socioeducativo, genocídio ou extermínio da juventude negra, reprodução da violência na mídia, políticas de enfrentamento à violência letal contra a juventude, entre outros assuntos correlatos e de interesse do GT. Os resumos também deverão ser originários de projetos de pesquisa finalizados/em andamento ou relatos de experiência profissional e/ou extensão acadêmica. Serão avaliados os seguintes aspectos: nitidez na expressão de ideias; objetividade e coerência entre os aspectos abordados; análise crítica do conteúdo abordado; contextualização do tema; se possui objetivos, método e conclusão.

Bibliografia

ALVES, P. P. et al. Atlas da violência 2021. Brasília: IPEA; FBSP, 2021. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes/212/atlas-da-violencia-2021. Acesso em: [17 de março de 2025].

BOURDIEU, P. A juventude é apenas uma palavra. In: _____. Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 113.

VALENZUELA, J. M. Trazos de sangre y fuego: bionecropolítica y juvenicidio en América Latina. San José: Editorial UCR, 2019.

OTAMENDI, M. «Juvenicidio armado»: homicidios de jóvenes y armas de fuego en América Latina. Salud Colectiva, v. 15, p. 1-16, 2019. DOI: https://doi.org/10.18294/sc.2019.1690.

GT 09: Atuação da Psicologia no enfrentamento da Mudança Climática

Dayse da Silva Albuquerque (UFAM), Maria Inês Gasparetto Higuchi (INPA), Daniele da Costa Cunha Borges Rosa (UFRR)

Resumo: A perspectiva socioambiental, em diálogo interdisciplinar, tem entre seus principais direcionamentos a proposição de estratégias que possibilitem pensar o ambiente a partir das inter-relações culturais, sociais, materiais e biológicas. Nesse entendimento, seres humanos e natureza constituem um sistema integrado, cujos fatores se influenciam mutuamente (Carvalho, 2012). No entanto, as ações humanas direcionadas ao ambiente têm gerado consequências cada vez mais drásticas, em particular, a da mudança climática (MC) (IPCC, 2007, 2023). Os relatórios do Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC) sinalizam o impacto decorrente do uso desenfreado e inadequado dos recursos naturais, que tem gerado alterações cada vez mais severas. Os relatórios sugerem o engajamento amplo de organizações, instituições e comunidades com o propósito de construir práticas para mitigação e adaptação aos efeitos da MC em nível mundial (IPCC, 2023). Tendo em vista as influências antropogênicas no desequilíbrio planetário, as ações nos campos das ciências humanas e sociais ganham um sentido especial para que haja um aprofundamento da compreensão das relações pessoa-ambiente em contextos específicos. Além disso, chamam a atenção para as questões relacionadas à justiça climática, uma vez que os dados mostram que, em muitas situações, regiões e populações que geram menos impacto em termos de emissões de gases de efeito estufa (GEE), são as mais afetadas pelas consequências dessas ações (APA, 2022). Alguns grupos enfrentam desproporcionalmente estes impactos, como os povos e comunidades tradicionais, dentre outros grupos economicamente desfavorecidos. Estas disparidades podem ser atribuídas, em parte, ao fato de essas comunidades terem maior probabilidade de estar localizadas em áreas onde ocorrem condições meteorológicas extremas ou nas quais há menos proteções contra essas condições, além de enfrentarem outros desafios econômicos e de saúde e terem menos acesso a recursos para se recuperarem dos impactos. Outros grupos em situação de vulnerabilidade também podem sofrer maiores impactos das alterações climáticas devido a fatores ambientais, de saúde, econômicos e sociais. Diante disso, questiona-se como a Psicologia tem se inserido nessas discussões e como tem atuado para minimizar os impactos psicossociais resultantes da mudança climática. Sob esse enfoque, esta proposta se articula ao eixo temático 8 – questões socioambientais e contextos rurais e urbanos – pois visa discutir como a Psicologia Social do Ambiente em diálogo interdisciplinar pode auxiliar em pelo menos três direções distintas, mas complementares. Primeiro na busca do entendimento do porquê e como as pessoas agem de modo a contribuir no agravo da mudança do clima. Segundo, nas barreiras de inação diante da necessidade de mitigação das emissões de gases de efeito estufa. Terceiro, considerando que a MC, está aqui e agora, é necessário ainda contribuir na formação de estratégias psicossociais que possam ser utilizadas para o enfrentamento dos desastres e da adaptação às consequências resultantes desse cenário. Buscar aprofundar tais conhecimentos acerca de desastres socioambientais e da crise climática, é fundamental para a elaboração de iniciativas na educação e na saúde voltadas para a implementação de uma agenda climática e a elaboração de políticas nesse âmbito. No que se refere ao tema do evento, a proposta prevê contribuições a respeito do que se trata esse fenômeno a partir de uma agenda científica, a qual busca informar sobre causas e consequências do fenômeno climático; refletir sobre uma agenda sociocultural onde distingue os povos em seus saberes e suas ações incluindo as trocas

possíveis e necessárias com o saber científico; pensar no fortalecimento de saberes que fortalecem a superação das barreiras psicossociais que impedem uma ação efetiva de transformação do atual estilo de vida; pensar numa agenda de suporte e apoio de redes para o enfrentamento dos desastres e modos de adaptação para o enfrentamento da crise climática. Tais agendas na seara da psicologia podem contribuir significativamente no diálogo entre distintos tipos de conhecimento, numa aliança de troca entre os povos para superação do desconhecimento e das incertezas de aspectos relacionados à temática, as ideologias que propagam diferentes visões de mundo nos meios de comunicação, as normas sociais vigentes e a consequente percepção das desigualdades baseada na oferta de recursos para o enfrentamento de situações de desastres, os custos financeiros diante de tais situações, as opiniões divergentes que podem gerar desconfiança para o engajamento coletivo, as percepções de risco e as limitações para lidar com as consequências da degradação. A partir destes aspectos, o olhar crítico da Psicologia Social permite avançar nos esforços de atuação diante deste fenômeno. Com esse esforço, prevê-se a formação de pessoas como ativos participantes nas discussões públicas e nas ações sociais em torno da MC. Redirecionar o papel da psicologia de forma estratégica para ampliar o entendimento de como as pessoas percebem e se relacionam com o entorno, auxiliando no desenvolvimento de processos coletivos de tomada de decisão diante das problemáticas de cada contexto e na concepção de políticas para garantir direitos destas populações, é uma forma de fortalecer competências, estratégias e recursos tornando mais eficaz a gestão dos impactos e a redução dos níveis de sofrimentos próprios deste cenário. Diante desse panorama, este GT irá congregar estudos teóricos e empíricos, relatos de experiências, estudos de caso, entre outras formas de comunicação que possam envolver elementos artísticos e culturais que permitam discutir as relações pessoa-ambiente e as barreiras psicossociais que têm se estabelecido diante da crise climática. O objetivo é promover debates acerca do papel da Psicologia nas discussões sobre desastres ambientais de relevância local e global e os impactos psicológicos para diferentes grupos, comunidades urbanas e rurais, incluindo povos e comunidades tradicionais e a atuação da psicologia em processos de mitigação e adaptação frente à mudança do clima. Outra possibilidade é incorporar discussões que atendam aos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). A esse respeito, o percurso de pesquisa pode estar alinhado a distintos ODS, mas principalmente aos que pontuam a busca por cidades e comunidades mais sustentáveis e as ações contra a mudança do clima. Além disso, poderão ser recebidos trabalhos que discutam pressupostos teórico-metodológicos utilizados em estudos e intervenções associados ao campo pessoa-ambiente na interface com a Psicologia Ambiental, Psicologia Social, Psicologia Comunitária, Psicologia do Desenvolvimento e Educação Ambiental.

GT 10: Bem-vindos ao deserto do campus: o esvaziamento da experiência universitária frente ao neoliberalismo e à ultradireita

Samir Perez Mortada (IFBA), Cássia Beatriz Batista (UFSJ), Marcos Ribeiro Mesquita (UFAL)

Resumo: A universidade tem sofrido profundas transformações nas últimas décadas. Tomando como primeiro marco os anos 1990, início da hegemonia neoliberal, a linguagem e as demandas do mercado têm penetrado, tomado e dominado todas as esferas da vida acadêmica. A pressão por produtividade, a lógica dos serviços, a gestão tecnoburocrática, são elementos que atravessam as agências de fomento, as formas de avaliação, os departamentos acadêmicos. A universidade administrada (CHAUI, 1999) tem sido cada vez mais naturalizada, aceita quase consensualmente pelos gestores acadêmicos, encontrando pouca ou fraca resistência, apesar de sua evidente ineficiência e contradições.

A universidade vem sendo atacada, convertida em instrumento de produção de tecnologia aplicável, que agregue valor. É a universidade funcional, subalterna, dependente daquilo que o grande capital condiciona, define como necessário (COGGIOLA, 2001. Esse processo se intensificou rapidamente, acelerado pela pandemia da COVID-19, bem como pelo recrudescimento do ataque às universidades atrelado à ascensão ultraconservadora. Aliada às novas formas monopolizadas de comunicação, às redes sociais controladas por oligopólios, o virtual invade também o meio acadêmico. Vivemos um fenômeno de esvaziamento dos espaços físicos, habitando as potencialidades das TICs, ao mesmo tempo que sentimos o esgarçamento de vínculos sociais em torno do trabalho, do estudo e da vida no campus.

Isso provoca diferentes impactos na experiência universitária. São diversas as consequências desse contexto para a experiência e a vida acadêmica, que se desdobram em condições de trabalho precarizadas, adoecimentos, desgaste mental (SOUSA e MARTINS, 2013; BATISTA et al, 2019). Entre estudantes, professores e TAES, são fartos e preocupantes os dados sobre o tema. Em isolamento, sofrem de ansiedade, depressão, suicídios.

São diversos os fatores que determinam tais condições. O excesso de tarefas e demandas, a submissão a prazos e padrões de produtividade cada vez mais severos e desproporcionais, ambientes cada vez menos cooperativos e mais competitivos, compõem um espaço que provoca aversão, do qual se quer evadir. A experiência universitária, seja de estudantes, seja de docentes ou técnicos, passa a ser algo a ser evitado, provoca repulsa.

A Universidade então torna-se um lugar de passagem. Para os estudantes, lugar de assistir às aulas e ir embora (MORTADA, 2009). Para os docentes, lugar de dar as aulas, e ir embora. Para os técnicos, desvalorizados e cada vez mais sujeitos a condições precárias de trabalho, lugar de passagem, até um concurso melhor.

A universidade, assim, passa a não ser mais habitada. Os corpos estão lá, existem materialmente. Mas param, não ficam, ocupam um espaço físico no qual a interação se esvaziou, empobreceu em sentidos. Vemos aqui o mesmo declínio da experiência que Walter Benjamin (1994) há muito apontou como uma tendência da modernidade em diferentes esferas da vida. Os espaços, a vida coletiva esvaziada, substituída pelo encontro funcional, passageiro, protocolar.

Neste grupo de trabalho, reconhecemos essa tendência à desertificação da vida e da experiência universitária, seja estudantil, docente ou dos trabalhadores. Esse fim das formas de vida que trata o encontro, também o reconhecemos na educação superior. Um fim que pode parecer ainda distante, mas que se acelera, e que

testemunhamos frequentemente, impotentes em nossa vida acadêmica. Na expressão inspirada em ZIZEK (1996), bem-vindos ao deserto do campus.

Pensar o declínio da experiência é também pensar a nossa relação com o tempo, e como ela tem rapidamente se transformado nas últimas décadas. Diferentes autores têm se debruçado sobre o tema. Byung-Chul Han (2018), inspirado em Walter Benjamin, identifica na atualidade o esvaziamento da experiência e da narrativa que a sustenta. O fenômeno é indissociável e integrado à transformação de nossa experiência com o tempo, imposta pela dinâmica da sociedade neoliberal (HAN, 2015, 2017, 2020). Hartmut Rosa (2010, 2019), seguindo a tradição da teoria crítica, aponta o fenômeno da Aceleração social em diferentes campos, seja na cultura, na política ou na economia, bem como sua associação com a alienação. Trata-se de um tempo que se encurta e se reduz ao presente. Um presente acelerado, comprimido e apocalíptico, como bem apontado por Paulo Arantes (2014). Trata-se de um tempo branco, ocidental, avesso ao tempo tal como se estrutura em diversos povos originários, como bem reflete Ailton Krenak (2019; 2022) em diferentes ensaios.

O tempo da universidade torna-se o tempo acelerado, do agora. Presa na cadência do presente, ela se submete de forma acrítica às demandas do capital, tendo sua experiência esvaziada.

Reconhecemos esse quadro, essa tendência que ano a ano se consolida na universidade administrada, em que impera a lógica dos serviços, a burocracia fria, o controle ora explícito, ora velado do capital, que se manifesta em uma experiência pobre, de passagem, ou de consumo, restrita e aprisionada em seu tempo. Mas destacamos aqui resistências, fissuras que se manifestam nas ações coletivas, no ativismo de diferentes grupos coletivos, e movimentos sociais. Testemunhamos também, no contexto brasileiro, considerável expansão das universidades, a entrada de estudantes pretos, pobres; a crescente participação de estudantes organizados em torno de lutas de gênero, raciais, LGBTQIAPN+ (MESQUITA, 2016). A universidade manteve sua estrutura e tendência hegemônica, mas foi forçada, invadida e assim sujeitada em suas contradições por dentro, por esses novos agentes que se colocaram em cena, aproveitam as fissuras acadêmicas para escovar a universidade a contrapelo, um modo de, talvez, esperançar a academia.

Este GT tem como objetivo (a) acolher e aproximar trabalhos, reflexões, práticas e pensamentos que remetem à resistência a esse processo de desertificação da experiência universitária, seja estudantil, docentes ou de técnicos e trabalhadores. Sob um enfoque psicossocial, pretende estabelecer um espaço de interlocução, trocas e organização a partir de pesquisas, práticas, trabalhos que enfoquem a participação política, o engajamento e a militância universitária, resistindo e existindo dentro do quadro e do ataque que a universidade vem sofrendo.

Este GT articula-se com o tema do ENABRAPSO (Aliança dos povos: psicologia social face à destruição de todas as formas de vida), refletindo sobre ele no contexto universitário (b). Tem como foco a destruição da vida e da experiência acadêmica. Inspirado na organização e resistência dos povos em diferentes contextos, que resistem à ascensão fascista, procura também produzir novos encontros, novas reflexões, potencializando resistências e existências. O campus ainda vive, pulsa.

O GT se alinha ao Eixo Temático “Direitos, movimentos sociais e desafios à Democracia” (c), na medida em que intenciona pensar e discutir as resistências produzidas na universidade no sentido de apostar nos seus processos de democratização, participação e luta política, tão necessários ao combate à universidade operacional, pautada na lógica produtivista e no enfraquecimento dos vínculos voltados à coletividade.

Em sintonia com a história da ABRAPSO (d), este GT reconhece a pluralidade teórica e metodológica da

Psicologia Social brasileira. Reconhece e é consonante com a tradição crítica e política da ABRAPSO, com seu compromisso político e com os movimentos sociais.

Enfim, o GT pretende estabelecer um espaço de encontro entre militantes pesquisadores do contexto acadêmico; de participação, crítica e reflexão coletivos em torno do esvaziamento, da desertificação da experiência universitária que avança nos últimos anos, bem como das possíveis existências e resistências a esse processo. Serão, portanto, bem-vindos estudos, pesquisas, ensaios e práticas que tratem a experiência universitária sob uma perspectiva crítica e engajada (e).

REFERÊNCIAS

ARANTES, Paulo. O novo tempo do mundo. O novo tempo do mundo: e outros estudos sobre a era da emergência. São Paulo: Boitempo, 2014, p . 27-97.

BATISTA, C. B.; DAMASIO, J.; PEREIRA, B.; CONCEIÇÃO, L.; SANTOS, G.; CARNIERE, R. É muita pressão! Percepções sobre o desgaste mental entre estudantes de medicina. Revista Brasileira de Orientação Profissional, 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902019000200004 . Acesso em: 21/03/2025.

BENJAMIN, W. O Narrador: considerações sobre a obra de Nicolai Leskov. In: ____. Walter Benjamin: Obras Escolhidas, v. 1. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 197-221.

CHAUI, M.. Escritos sobre a universidade. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

COGGIOLA. O. Universidade e ciência da crise global. São Paulo: Xamã, 2001.

HAN, B-Cl. A crise da narração: da ficção à narrativa. Tradução de Ana Carolina S. Pereira. São Paulo: Editora Vozes, 2018.

HAN, B-C. A sociedade do cansaço. Petrópolis: Vozes, 2015.

HAN, B-C. 2020. La desaparición de los rituales. Trad. De Alberto Ciria. Barcelona: Herder Editorial, 2020.

HAN, B-C. O aroma do tempo: um ensaio sobre a cultura da aceleração. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

KRENAK, A. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, A. Futuro Ancestral. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

MESQUITA, M. R; BASTOS, B.; PADILHA, PADILHA, E; SILVA, A. C.. Juventudes e participação: Compreensão de política, valores e práticas sociais. Psicologia e Sociedade, 28 (02), Maio-Agosto de 2016. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1807-03102016v28n2p288. Acesso em: 21/03/2025.

MORTADA, S. P. De jovem a estudante: apontamentos críticos. Psicologia & Sociedade, v. 21, n. 3, p. 373-382, 2009. Disponível em: SciELO Brasil . Acesso em: 21 mar. 2025.SciELO Brasil+4SciELO Brasil+4Directory .

ROSA, H. Aceleração: a transformação das estruturas temporais na modernidade. São Paulo: Unesp, 2019.

ROSA, H. Alienação e aceleração: para uma teoria da modernidade tardia. Tradução de André Telles. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

SOUZA, M. L.; MARTINS, V. L. N. A saúde mental na universidade: entre o cuidado e o sofrimento. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

ŽIŽEK, S. O espectro da ideologia. In: ____. (org.). Um mapa da ideologia. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p. 7-38.

GT 11: Desafios e Implicações na Formação em Psicologia: DCNs, Estágios e Precarização

Moisés José de Melo Alves (FADERGS), Luis Henrique da Silva Souza (UFRGS), Neuza Maria de Fátima Guareschi (UFRGS)

Resumo: A formação em Psicologia no Brasil enfrenta desafios significativos, ainda mais quando relacionamos as dificuldades de se implementar as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), as práticas de estágio supervisionado e a crescente precarização do ensino superior. A formação em Psicologia no Brasil passou por transformações significativas desde a regulamentação da profissão e a instituição das DCNs. A evolução dessas diretrizes buscou adaptar o ensino às necessidades contemporâneas da profissão, mas também trouxe desafios que impactam a qualidade da formação, especialmente no que se refere às práticas de estágio supervisionado e às condições que essas são ofertadas nos cursos de Psicologia. Nessa perspectiva, este Grupo de Trabalho propõe uma reflexão crítica sobre esses temas, a partir da análise das DCNs do curso de Psicologia, do documento de orientação sobre estágios desenvolvido pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) em parceria com a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP), e do cenário atual da educação superior.

Ao problematizar a relação entre formação acadêmica e exigências do mercado de trabalho, bem como as condições estruturais dos cursos de Psicologia (em suas modalidades públicas e privadas), buscamos compreender as consequências da precarização para a qualidade do ensino. Além disso, o grupo também pretende analisar suas implicações para a construção do conhecimento, através das epistemes e como estas se relacionam para a construção da identidade profissional de estudantes que serão os futuros profissionais da psicologia, especialmente no que concerne ao trabalho implicado com as transformações sociais e a equidade do cuidado.

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para os cursos de Psicologia no Brasil têm como objetivo estabelecer padrões mínimos de qualidade para a formação acadêmica e profissional. As diretrizes enfatizam a formação generalista, crítica e ética, além de destacar a necessidade de articular ensino, pesquisa e extensão. No entanto, a diversidade de instituições e as diferentes condições estruturais impactam a implementação efetiva dessas diretrizes. A falta de infraestrutura adequada, o baixo número de docentes qualificados e as desigualdades regionais são fatores que comprometem a qualidade da formação. A flexibilização curricular proposta pelas DCNs visa permitir que os cursos se adaptem às diferentes realidades regionais e sociais. No contexto brasileiro, temos enfrentado um conjunto de desafios que se relacionam diretamente com as políticas educacionais e os paradigmas econômicos e políticos que atravessam a sociedade. O campo da Psicologia, conforme delineado na Resolução CNE/CES nº 1, de 11 de outubro de 2023, está inserido em um cenário permeado pelo neoliberalismo, a mercantilização da educação, e a redução do Estado de bem-estar social.

O documento de orientação sobre estágios na graduação em Psicologia, elaborado pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) e pela Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP), apresenta diretrizes importantes para a prática de estágios supervisionados (CFP, 2025). Ele reforça a necessidade de supervisão qualificada, de condições adequadas para a execução das atividades de estágio e da articulação entre teoria e prática. No entanto, na realidade de muitas instituições, a implementação dessas diretrizes enfrenta dificuldades devido à

sobrecarga das supervisoras acadêmicas e de campo, assim como de tutoras.

Os estágios são fundamentais para a formação profissional, pois representam o primeiro contato do estudante com a prática psicológica. No entanto, muitas Instituições de Ensino Superior (IES) não oferecem suporte adequado para que os estágios ocorram de maneira satisfatória. Outro ponto crítico é que nos cursos de Psicologia, enfrentamos a crescente oferta da modalidade de ensino a distância (EaD) - embora o nosso Conselho seja completamente contrário a essa modalidade de ensino para os cursos de psicologia - em cursos presenciais. A impossibilidade de garantir a supervisão presencial e a dificuldade de estabelecer vínculos entre teoria e prática são aspectos que precisam ser urgentemente discutidos. Além disso, o documento enfatiza que o estágio deve ocorrer em condições adequadas, garantindo que os estudantes possam desenvolver suas atividades sem comprometer a qualidade dos serviços prestados à sociedade. No entanto, há dificuldades na implementação dessas diretrizes, especialmente em contextos onde a precarização do ensino compromete a supervisão e a infraestrutura dos estágios.

Entre os principais desafios apontados pelo documento, destacam-se: a) A sobreposição de papéis e falta de supervisão qualificada, já que em algumas instituições, a ausência de professores dedicados exclusivamente à supervisão prejudica o acompanhamento efetivo dos estagiários; b) a precarização dos campos de estágio, sendo que em muitos campos de prática apresentam condições inadequadas para o exercício profissional, seja por sobrecarga de demanda, falta de estrutura ou ausência de supervisores capacitados; c) a expansão da porcentagem EaD em cursos presenciais e seus impactos nos estágios, temos no documento um espaço que destaca preocupações sobre a possibilidade de formação inadequada quando a supervisão dos estágios ocorre de forma remota, sem a presença ativa do docente supervisor; e por fim d) A articulação entre teoria e prática, já que o documento reforça a necessidade de que os estágios estejam integrados ao currículo acadêmico, garantindo uma formação consistente e crítica.

Este panorama corrobora a precarização do ensino de Psicologia no Brasil. Nos últimos anos, observa-se um crescimento expressivo da oferta de cursos de Psicologia no Brasil, especialmente no setor privado. Esse aumento, porém, nem sempre é acompanhado de melhorias na qualidade do ensino. A proliferação de cursos a distância, a redução do número de professores em regime de dedicação exclusiva, a falta de investimento em infraestrutura e a mercantilização da educação superior são fatores que impactam diretamente na formação dos estudantes. A precarização do ensino compromete não apenas a formação técnica e científica das futuras psicólogas, mas também sua capacidade de reflexão crítica sobre a prática profissional.

A mercantilização do ensino superior tem levado à expansão indiscriminada de cursos sem critérios rigorosos de qualidade. Instituições de ensino buscam maximizar seus lucros reduzindo custos, o que se reflete na contratação de docentes com cargas horárias elevadas - para a sala de aula - e em um ensino pautado na reprodução de conteúdos, sem incentivo ao pensamento crítico. Uma vez que se apresenta a contradição da redução do número de docentes e o aumento da carga horária, ou seja, àqueles que sobrevivem ao corte no quadro funcional nas instituições, fica o aumento da responsabilidade de lecionar em áreas do conhecimento que não lhe competem diretamente. O que acarreta na desqualificação do ensino, haja vista que não é possível trabalhar com qualidade nas muitas expertises que um curso de Psicologia necessita ofertar.

O avanço do neoliberalismo e o Estado mínimo sugere que a formação em Psicologia está cada vez mais sob pressão para se alinhar às exigências do mercado. O neoliberalismo, ao transformar todas as esferas da vida

em mercadoria, cria um ambiente onde a psicologização do sofrimento individual é incentivada, em detrimento de uma análise crítica das causas estruturais das desigualdades sociais.

O neoliberalismo redefine o sujeito, fomentando a constante e desesperada busca pela construção do "eu-empresa", como um empreendedor de si, reforçando uma cultura da responsabilização individual e da autoajuda coach, o que impacta diretamente as práticas psicológicas. Isso levanta uma questão fundamental: como a formação em Psicologia pode resistir a essa lógica e formar profissionais que atuem de maneira crítica e engajada, comprometidos com a justiça social?

Além disso, se não tomarmos cuidado colocamos em nós mesmos como empreendedores de si, uma vez que o mercado joga em nós essa visão cristalizada do profissional da psicologia que atua apenas na clínica individual, fechado em um espaço, longe do campo do social, como se este não atravessasse nossa vida.

Essa realidade tem impacto direto na formação dos estudantes, que se deparam com dificuldades para encontrar estágios, desenvolver pesquisas e se inserir no mercado de trabalho com segurança. Somado a isso, a precarização também se manifesta na dificuldade de acesso a materiais didáticos, laboratórios e bibliotecas atualizadas. O ensino de Psicologia exige práticas presenciais e interação contínua com a realidade social, e a ausência desses recursos compromete a formação integral dos estudantes.

Diante dos desafios impostos pelas DCNs, pelas condições de estágio e pelo contexto de precarização do ensino superior, é fundamental aprofundar as discussões sobre a formação em Psicologia, assim propomos este grupo de trabalho para pensar resistências, fissuras e trazer à tona experiências outras deste campo. A garantia de uma formação de qualidade passa pela implementação efetiva das diretrizes curriculares, pelo fortalecimento das condições de estágio supervisionado e pela regulação mais rigorosa da expansão dos cursos. Além disso, a mobilização de estudantes, docentes e entidades de classe é essencial para enfrentar os desafios e reivindicar condições adequadas para a formação dos futuros psicólogos no Brasil.

Um dos desafios mais significativos da formação em Psicologia é a capacidade de lidar com as forças de controle e normatização que atravessam tanto o campo acadêmico quanto o exercício profissional. Na história da Psicologia no Brasil, destaca-se como o campo foi, em muitos momentos, cúmplice de práticas de exclusão e controle social. Ao mesmo tempo, se mantém como uma importante forma de mapear as resistências micropolíticas, entendidas como práticas localizadas e situadas que criam fissuras nas lógicas dominantes, que podem assim desmantelar as mesmas.

A noção de micropolítica emerge como uma forma de pensar a resistência a partir de pequenos gestos e ações cotidianas que, embora pareçam insignificantes em um primeiro momento, têm o poder de subverter as macropolíticas hegemônicas. A formação em Psicologia, nesse contexto, deve ser capaz de criar espaços onde essas resistências possam ser cultivadas, possibilitando aos futuros profissionais a criação de novas práticas que escapem às normas de controle e adaptação.

As resistências micropolíticas são aquelas que nascem nos interstícios das práticas psicológicas e acadêmicas, nas brechas do cotidiano. Essas resistências não precisam necessariamente de grandes atos de rebeldia, mas, sim, de pequenas ações que questionem as lógicas dominantes, tais como a psicologização do sofrimento ou a culpabilização individual dos sujeitos. Ao criar fissuras nos dispositivos de controle, a Psicologia pode se alinhar a um projeto de emancipação social, produção de subjetividades mais livres e autônomas, ligadas ao respeito e produção de novas possibilidades de vida.

A Psicologia, como dispositivo, pode, ao mesmo tempo, reforçar lógicas opressivas ou criar linhas de fuga que

permitam a criação de novas formas de vida. Para que isso seja possível, é fundamental que o currículo promova uma atitude crítica e ética que se oponha à naturalização de práticas violentas ou despotencializadoras. Essa é uma pauta a se somar ao enfrentamento da precarização universitária, para que não se tenha uma continuação e naturalização de práticas e teorias herdadas da colônia e que são apenas replicadas sem serem atualizadas para o nosso contexto e tempo presente. É necessário que a formação promulgada pelas DCNs de 2023 e o documento sobre os estágios de 2025 sejam capazes de instigar o inquietamento constante nos gestores, diretores, coordenadores, educadores, aqueles e aquelas que trabalham com a formação, e com o tempo presente que urge por mudanças. Esse convite aos processos reflexivos também versa sobre a inclusão de pautas fundamentais para a atualização dos currículos em torno de epistemes pluriversas, a fim de reposicionar o pensamento crítico nas IES.

A Psicologia é uma ciência e profissão que exige rigor teórico e prático, e a qualidade da formação impacta diretamente a atuação profissional e o atendimento à população. Dessa forma, fortalecer a formação em Psicologia é também fortalecer o compromisso social da profissão e garantir que as futuras psicólogas estejam preparadas para os desafios contemporâneos da sociedade. Para enfrentar os desafios mencionados e a mercantilização da formação, é necessário adotar medidas que garantam a qualidade da formação em Psicologia. Essas estratégias podem passar pela revisão e fiscalização rigorosa dos cursos de Psicologia, assegurando que todas as instituições cumpram as exigências mínimas de qualidade estabelecidas pelas DCNs, como: a ampliação e regulamentação dos estágios supervisionados, garantindo que os estudantes tenham acesso a experiências práticas significativas e bem acompanhadas por profissionais qualificados; maior controle sobre a abertura de novos cursos, evitando a proliferação de formações de baixa qualidade e assegurando que as instituições tenham infraestrutura adequada; incentivo à formação continuada de docentes e supervisores de estágio, promovendo condições adequadas de trabalho para que possam oferecer um ensino de qualidade; e regulamentação da oferta de cursos com porcentagem crescente EaD em Psicologia, assegurando que os estágios e a formação prática sejam realizados de forma presencial e com supervisão adequada. Esses são alguns indícios, mas que precisam ser trabalhados, situados, localizados epistemicamente e regionalizados por experiências múltiplas de cada território.

Assim, reposicionamos a pergunta: frente a todas essas questões, quais caminhos são possíveis para pensar perspectivas de melhoria da formação em Psicologia e em Psicologia Social? Que resistências epistêmicas-éticas-clínicas-políticas podem ser estruturadas para darmos respostas coletivas à qualificação da formação profissional?

GT 12: Diálogos entre as práticas em psicologia social e estudos das infâncias no contemporâneo

Conceição Firmina Seixas Silva (UERJ), Suzana Santos Libardi (UFAL), Beatriz Corsino Pérez (UFF)

Resumo: O presente Grupo de Trabalho (GT) tem como objetivo debater experiências, pesquisas e intervenções em psicologia social que contemplem o recorte geracional, dando foco às crianças nos territórios onde tecem suas infâncias - as comunidades indígenas, quilombolas, do campo, dos centros urbanos, das periferias, as escolas, os espaços de criação lúdica, os movimentos sociais, entre outros.

Compreendemos que nesses espaços e instituições as crianças, em relação com seus pares e com as pessoas mais velhas, constroem suas subjetividades de forma relacional e interdependente, sendo este processo atravessado por diversos fatores - culturais, étnico-raciais, socioambientais, socioeconômicos, geopolíticos, históricos, de gênero. Considerando que as pesquisas em psicologia social sobre modos de vida de diversas populações não focalizam, historicamente, no ponto de vista das crianças, o presente GT tem o intuito de privilegiar experiências que escutem as novas gerações e que tragam a infância e as crianças como centro de suas análises. Além disso, entendemos o papel potente da psicologia social em contemplar a geração como eixo interseccional de análise dos fenômenos psicossociais envolvendo as crianças; ampliando a abordagem da psicologia sobre as novas gerações para além das tradicionalmente pregnantes, como a psicologia do desenvolvimento. Neste sentido, o GT é proposto ao 23º ENABRAPSO por meio do eixo temático 06 “Direitos Humanos e infâncias, juventudes, velhices”, visto que tal eixo aponta para o entendimento das questões globais, tais como as injustiças, as desigualdades, as políticas sociais, e questões socioambientais, a partir do recorte geracional.

A forma de narrar a infância mantém uma estreita relação ao modo como os outros grupos geracionais (adolescência, juventude, adultez, velhice) são também narrados, e essa relação é fruto de uma construção sociohistórica que elenca características, posições e funções para os diferentes sujeitos dentro da trama geracional. No mundo ocidental, a diferença entre crianças e adultos, conformada a partir do discurso da racionalidade, confere àquelas primeiras (indivíduos não-racionais) um lugar de silenciamento e de submissão e àqueles últimos (indivíduos racionais) o poder e controle sobre as decisões comuns e mesmo sobre assuntos que digam respeito às crianças diretamente. Essas decisões sobre o mundo comum, tomadas pelos adultos, têm sido problematizadas ao priorizar o desenvolvimento econômico e as disputas políticas em detrimento da própria existência humana ao promover guerras, desastres ambientais, aquecimento global e a destruição do planeta. Nesse sentido, podemos problematizar: qual a preocupação que a geração mais velha tem com as gerações posteriores? Qual o futuro possível destinaremos aos mais novos e que implicação estes podem ter na construção do mundo em que querem viver? A proteção à infância também não envolve o cuidado com o mundo no qual as crianças vivem? Como atentou Krenak, não seria a possibilidade de viver o futuro um direito humano? Que entendimento podemos tecer socialmente acerca da ideia de direitos humanos que inclua as gerações mais novas naquilo que tomamos por humanidade?

O discurso científico produzido pela modernidade sobre a infância apresentou-se pretensamente como universal, tomando como referência crianças burguesas, brancas, europeias e urbanas; difundindo-se sobre diversas outras

populações por meio da colonialidade. A produção de saber da psicologia, em específico, ao se concentrar nos grandes centros urbanos produziu uma desvalorização das vidas do campo e das florestas, consideradas como atrasadas e primitivas, diante de uma perspectiva eurocêntrica, universalista e desenvolvimentista. No presente GT, propomos o debate da infância a partir de uma perspectiva crítica à modernidade e à racionalidade colonial e direcionamos para teorias e práticas condizentes com as instituições, os territórios e com os povos onde as crianças vivem e frequentam, permitindo a emergência das diferenças geradas na diversidade das realidades de crianças urbanas, em situação de rua, moradoras de favelas, periferias, migrantes, refugiadas, crianças camponesas, assentadas, indígenas, quilombolas, ribeirinhas, caiçaras, ciganas e das mais diversas comunidades tradicionais presentes no país.

Com o diálogo no GT, buscamos promover outras produções epistemológicas que versem sobre a realidade de crianças e suas infâncias situadas a partir de suas relações geracionais e de referenciais geográficos, sociais e políticos. A produção teórico-conceitual da psicologia social é colocada em diálogo com outros campos disciplinares, buscando uma troca interdisciplinar profícua para o entendimento das relações complexas das crianças com a cultura em que vivem e as infâncias aí produzidas. Significa, assim, analisar, refletir e intervir a partir de um olhar situado, localizado, que seja capaz de ressignificar nossos entendimentos sobre infância e sua participação no mundo. Isso implica, dentro de uma geopolítica do conhecimento, a possibilidade de abalar as supostas verdades universais acerca da infância, responsável por ocultar e invisibilizar outros saberes e demandas, como aqueles construídos inclusive pelas próprias crianças quando dizem sobre suas vidas, seus desejos, suas fantasias, seus medos, suas esperanças. Dessa forma, este GT também é uma convocação para a desconstrução de processos colonizadores da ciência e da sociedade, que submetem crianças e adultos a locais determinados e de poucas negociações.

A partir disso, trazemos algumas questões que podem ser instigadoras para submissão de trabalhos ao GT: de quais formas as crianças se envolvem e participam com os mais velhos no mundo em que habitam? Quais sentidos dão às suas ações e aos espaços a que pertencem? Como se dá a transmissão intergeracional e intrageracional de religiões, tradições, brincadeiras e conhecimentos populares nos territórios e instituições? Como a infância é narrada e vivida pelas crianças? Quais são os papéis sociais e os lugares designados às crianças como esses sujeitos tensionam as fronteiras delimitam sua ação e posição no mundo? Quais são as perspectivas e os desejos das crianças para as instituições, culturas e os povos onde vivem, agem e circulam? Como os conflitos, as diferenças e as desigualdades sociais, étnico-raciais e de gênero atravessam a vida das crianças? Quais problemáticas a questão socioambiental coloca para as crianças? Qual o papel da criança na luta por um país mais justo? Se viver um futuro é um direito, que ações, no presente, os sujeitos - adultos e crianças - têm assumido como um dever coletivo?

Serão acolhidos no GT trabalhos em diferentes modalidades, derivados de experiências de práticas profissionais, projetos e relatos de pesquisa, estágios, extensão universitária e/ou de militância social, nos mais diversos contextos institucionais. As pesquisas e experiências devem dialogar com a proposta que aqui trazemos - como as crianças, na relação com seus pares e pessoas mais velhas, filiam-se aos diversos povos os quais integram, constroem suas infâncias e participam dos territórios e instituições onde vivem e frequentam.

GT 13: Educação, Pesquisa e Transformação Social

Fábio Alves Gomes (UEA), Wanda M. Junqueira Aguiar (PUC-SP), Luciana de Oliveira Rocha Magalhães (UNITAU)

Resumo: A constituição de processos educacionais e de pesquisa na perspectiva da transformação social deve ser entendida como um esforço contínuo e coletivo, com o objetivo de superar as desigualdades estruturais que marcam a sociedade capitalista contemporânea. Ao enfatizar sua função social, é imprescindível que se tenha como base a teoria e o método marxistas, bem como a Psicologia Social Crítica, para debater práticas educativas e metodologias de pesquisa que visem transformar a realidade. Estas, quando alinhadas a princípios autogestionários e à crítica radical da realidade social em suas múltiplas determinações, possibilitam mediações fundamentais que apontam para a emancipação humana em sua dimensão coletiva e histórica. Esta proposta se vincula intrinsecamente ao tema central do encontro – "Aliança dos Povos: Psicologia Social face à Destruição de Todas as Formas de Vida". A educação na perspectiva da emancipação humana e a pesquisa comprometida, quando mediadas pelo arcabouço teórico-crítico da Psicologia Social, se constituem como poderosos instrumentos de resistência ativa e transformação radical diante da crise civilizatória multidimensional que vivemos. Esta crise manifesta-se não apenas na esfera econômica, mas também nas esferas ambiental, política (com o avanço das ideologias neofascistas) e subjetiva. Ao inserir-se no eixo temático "Psicologia Social e Educação", este Grupo de Trabalho (GT) assume o compromisso de aprofundar as sínteses dialéticas entre esses campos do conhecimento. As contribuições da Psicologia Social de base marxista, em diálogo com outras tradições críticas, são referenciais fundamentais. Este GT se propõe a problematizar, de forma rigorosa, como os processos educativos – tanto os desenvolvidos no espaço formal da escola quanto aqueles que emergem dos movimentos sociais populares e das práticas comunitárias autônomas – podem constituir-se como territórios privilegiados de resistência cultural e transformação social. A crítica rigorosa dos atravessamentos ético-políticos envolvidos, tanto na produção de subjetividades contra hegemônicas quanto na construção coletiva de conhecimentos engajados, é essencial para este processo. A perspectiva da incompletude crítica, central na práxis transformadora, orienta um processo contínuo de reflexão coletiva e diálogo crítico. Esse processo é indispensável para a constituição de processos transformadores e acolhe, prioritariamente, trabalhos que discutam, com rigor teórico e densidade empírica, metodologias de pesquisa crítico-participativas que rompam com a falsa neutralidade científica. Também são fundamentais as experiências educativas autogestionárias que desafiem a lógica bancária da educação tradicional. Além disso, o GT promove análises consistentes sobre a intrínseca relação entre as lutas sociais anticapitalistas e os processos educativos na perspectiva da emancipação humana. Críticas fundamentadas aos modelos hegemônicos de educação são essenciais para fomentar debates qualificados sobre a educação como um espaço potencial de resistência e transformação. Outro ponto relevante é a função social da pesquisa na produção de conhecimentos verdadeiramente comprometidos com a justiça social e as estratégias pedagógicas inovadoras para fortalecer o engajamento crítico nos processos formativos, em seus múltiplos contextos. A abordagem da Pesquisa-Trans-Formação, conforme discutido por Magalhães e Aguiar (2022), oferece um marco teórico-metodológico essencial para este GT. Ela demonstra como a pesquisa crítica marxista pode ser um instrumento de transformação social. Fundamentada no método materialista histórico-dialético e na abordagem categorial, a Pesquisa-Trans-Formação enfatiza a necessidade da crítica marxista como

princípio orientador de qualquer pesquisa que se proponha transformadora. Não se trata apenas de descrever a realidade, mas de desvelar as estruturas de dominação que a permeiam, utilizando categorias como "dimensão subjetiva da realidade" e "incompletude crítica" para superar as aparências e alcançar uma compreensão mais profunda dos fenômenos sociais. A categoria "dimensão subjetiva da realidade" revela-se central nesse processo, pois permite apreender como as subjetividades são constituídas nas relações sociais concretas, mediadas pelas contradições do modo de produção capitalista. Essa categoria, desenvolvida no âmbito da Psicologia Sócio-histórica, nos ensina que a subjetividade não é um fenômeno isolado, mas uma expressão da realidade objetiva. Para compreender como os indivíduos internalizam e resistem às ideologias dominantes, é fundamental considerar a interação entre o sujeito e a sociedade em que vive. A perspectiva da incompletude crítica assume um papel vital nos processos educativos e de pesquisa, reconhecendo que o conhecimento é sempre parcial e em constante movimento. Como afirma Paulo Freire (2000), o inacabamento é próprio da condição humana. Essa incompletude nos impulsiona a buscar novos saberes e a nos engajar em processos coletivos de transformação. Na Pesquisa-Trans-Formação, essa perspectiva se materializa em estratégias didático-pedagógicas que estimulam a auto confrontação e a reflexão crítica, como os estudos de caso e as discussões coletivas sobre práticas educativas. Essas estratégias não apenas produzem dados para a pesquisa, mas também funcionam como dispositivos de formação política, capacitando os participantes a questionarem as estruturas opressivas e a imaginar alternativas viáveis. A autogestão, como princípio metodológico e político, é destacada como uma prática fundamental. Inspirada na concepção marxista de que os trabalhadores devem se auto-organizar para superar o capitalismo, a autogestão na pesquisa e na educação se traduz em práticas horizontais e colaborativas, rompendo com a lógica hierárquica da academia tradicional. A autogestão pedagógica é especialmente relevante para os movimentos sociais e as experiências educativas comunitárias, que muitas vezes operam à margem das instituições formais, criando espaços de resistência e inovação pedagógica. Neste contexto, o GT busca criar um espaço plural para debates que articulem de maneira dialética a relação entre teoria e prática. A proposta é contribuir significativamente para os avanços tanto no campo acadêmico quanto no político-social, especialmente nas áreas da educação popular, da pesquisa engajada e da formação humana integral. Este GT mantém uma sintonia fina com as urgências históricas apresentadas pelo tema do encontro, especialmente no que se refere ao enfrentamento das múltiplas formas de opressão e à construção de alternativas civilizatórias radicalmente democráticas. Em um contexto marcado pela crise estrutural do capital, pela destruição acelerada do meio ambiente e pelo recrudescimento de formas arcaicas de dominação, a educação crítica e a pesquisa se apresentam como trincheiras fundamentais de resistência ativa e construção de alternativas. Cabe a este GT assumir o papel de um espaço aglutinador, onde educadores populares, pesquisadores engajados e militantes sociais possam compartilhar experiências concretas, refletir coletivamente sobre os desafios teóricos e práticos que enfrentam e fortalecer as alianças políticas necessárias para a construção de um projeto educativo verdadeiramente comprometido com a perspectiva da emancipação humana. É através desse espaço de debate e de ação que será possível avançar no fortalecimento de práticas pedagógicas comprometidas com a transformação social.

GT 14: Educação, subjetividade e crítica da cultura

Nivaldo Alexandre de Freitas (UFR), Carlos Eduardo Ramos (UFRR), Maria Cristina Dancham Simões (UNIP)

Resumo: A educação - instituição que compõe parte dos processos de formação do indivíduo e da constituição da subjetividade e, portanto, estrutura parte da vida comum e penetra a consciência dos membros da sociedade - é, em nosso modelo de organização social, indispensável para a garantia de inclusão e participação efetiva de seus membros. Deve ser considerada, desse modo, como direito a todos os cidadãos em todos os seus níveis. O acesso a este direito, que implica seu caráter público e garantias de permanência e de qualidade, é de responsabilidade do estado, mas também pode ter serviços ofertados pelo setor privado, de acordo com a Constituição Federal de 1988. A escola, ainda que contenha em seu interior inúmeras contradições, em especial aquelas referentes à dicotomia público/privado e em relação à qualidade do ensino, possui significativa relevância para o desenvolvimento intelectual e afetivo de crianças e jovens.

A educação superior, por sua vez, se propõe a dar continuidade aos processos formativos, por meio da apresentação de conhecimentos técnicos e científicos aliados a princípios éticos e de cidadania, formação profissional e incentivo a pesquisas e ações junto à comunidade, obedecendo, no caso das universidades, o princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Ao se lançar um olhar histórico sobre a relação público/privado na educação, percebe-se que, de modo geral, o setor das empresas educacionais colaborou para o enfraquecimento da conquista social do direito à educação pública, gratuita, democrática e de qualidade. No âmbito do ensino superior, como desdobramento da reforma universitária de 1968, abriu-se para o setor privado uma alternativa de oferta de educação voltada quase exclusivamente para a qualificação profissional, deixando de lado uma proposta de formação crítica e cidadã. Seu processo de expansão se intensificou na década de 1990 e no século XXI não demonstrou sinais de enfraquecimento. De acordo com o Censo da Educação Superior no Brasil (Brasil, 2024), nos últimos 25 anos a diferença no percentual de Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e privadas no país oscilou muito pouco, com 88% de IES privadas e 12% de IES públicas, ainda que o crescimento total do número de estabelecimentos de ensino superior nas últimas duas décadas tenha sido de 256% (Bielschowsky, 2020).

Na educação básica, instaurou-se há décadas o mito de superioridade do setor privado sobre o público, pela via dos cursos preparatórios para o vestibular. Aproveitando brechas nos direitos sociais conquistados, o processo de precarização do ensino público por meio de reformas governamentais fortaleceu o processo de privatização da educação atendendo ao planejamento estratégico desse segmento, conforme o constatado em sugestões de documentos como as diretrizes do Banco Mundial para a área educacional, por exemplo (Figueiredo; Guerra, 2021). As propostas desta organização são pautadas nas tentativas de administração da pobreza pela via da conquista de empregos mediante capacitação técnica obtida na formação escolar. Essa lógica, por sua vez, contribui para a manutenção do mito da ascensão social por meio da qualificação profissional (Rosa, 1990).

Partindo da relação público/privado na educação, central para uma discussão acerca da cultura em nossa sociedade, este Grupo de Trabalho se situa em uma perspectiva crítica com o objetivo de congregar pesquisas científicas e/ou relatos de experiência que discutam a intersecção entre Psicologia Social, Educação e Cultura, problematizando as atuais tendências políticas,

econômicas, sociais e culturais relacionadas à formação dos indivíduos e que interferem na constituição da subjetividade. Também visa incentivar discussões relativas às políticas educacionais no Brasil e em outros países da América Latina, uma vez que os retrocessos em diversas áreas têm atingido escalas continentais e mundiais.

O tema do 23º Encontro Nacional da Abrapso, diretamente relacionado à crise nos processos democráticos instalada nos últimos anos e que representa uma constante ameaça de destruição de qualquer possibilidade de vida digna em nossa sociedade, nos permite refletir acerca da questão das políticas públicas em educação com base no sistemático projeto de desmonte da educação pública, principalmente no contexto brasileiro, se considerarmos as noções de Democracia e Estado Laico e os ataques sofridos na esfera educacional, tendo em vista o teor da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o Movimento Escola sem Partido e os projetos de lei decorrentes dele, o desmantelamento da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI-MEC), a desestruturação da Secretaria de Educação e Formação Artística e Cultural (SEFAC-MinC), o Programa Nacional das Escolas Cívico-militares (Pecim), o descaso frente à educação indígena e quilombola, a precarização da universidade pública, a mercantilização da educação e o novo ensino médio. Estes projetos, dentre outros, contribuíram significativamente para inibir as discussões essenciais para uma formação escolar e universitária voltadas para os direitos humanos e para a inclusão. Mais ainda, intensifica a ameaça contra as minorias, o respeito às diferenças e à individualidade e às possibilidades de continuidade da cultura de povos indígenas e quilombolas face a uma sociedade em que predomina a barbárie.

Partindo da concepção de história segundo Walter Benjamin, observa-se que o movimento articulado de reformas e medidas governamentais atende a um projeto político de dominação que apenas revela que o "tempo de exceção" dos períodos de radicalização da extrema direita é, na verdade, a explicitação dos fundamentos sistêmicos de nosso tempo atual. Ao construir um conceito de história distinto e distante dos historicistas e de uma concepção de história universal, Benjamin situa-se na tradição dos oprimidos e, desse ponto de vista, o que se chama de estado de exceção seria na verdade a regra geral (Benjamin, 2008), instituída desde os primórdios da civilidade romana, cujo modelo normatizador da jurisprudência imperialista vigora até então.

Um dos vários efeitos dessa tendência histórica para o presente é dificultar a existência de um modelo educacional emancipatório, propício a formar indivíduos autônomos, membros de uma sociedade capaz de resolver suas contradições. No Brasil, os ataques às políticas educacionais têm se intensificado desde 2016, de tal modo que se tornaram notórios mesmo para aqueles que em governos anteriores não percebiam de imediato seus resultados. Também têm sido atacados os professores e o próprio valor do conhecimento, por meio de noções decorrentes de políticas de direita que disseminam a anticiência e a antiintelectualidade. Como efeito desse contexto e seguindo a tendência de uma sociedade que nunca primou por elaborar a violência que acompanha a civilização desde seus primórdios, a própria escola tem sido alvo de ataques violentos de pessoas que, empunhando armas de fogo, dirigem seu ódio para os membros da comunidade escolar. No interior da escola o bullying se configura como uma forma de expressão da violência social, que precisa ser mais pesquisada, refletida e combatida.

A relação entre educação pública, privada e desigualdade social no Brasil possui longa história e o sistema educacional brasileiro, como mecanismo de manutenção da desigualdade, não se configura como algo recente, haja vista as denúncias contidas na produção dos educadores e políticos brasileiros entre as décadas de 1940 e 1960, como Anísio Teixeira, Paulo Freire, Darcy Ribeiro entre outros. Suas propostas educacionais foram revolucionárias e progressistas, mas sofreram retaliações

semelhantes às que se pode observar no Brasil hodierno. Considerando a educação básica, nos estudos de Patto (1984) sobre a produção do fracasso escolar, assim como os estudos subsequentes de diversas pesquisadoras e pesquisadores da Psicologia Escolar Crítica, encontram-se exemplos que apontam o longo processo de abertura para o capital privado, de interferência de agências internacionais (como a United States Agency for International Development, USAID, na década de 1960) e da sistemática difamação da educação pública como ineficiente.

Como já foi apontado anteriormente, o século XXI se caracteriza por uma intensificação no investimento privado na educação e pela precarização da qualidade do ensino, por um movimento de oligopolização que pode ser percebido nos grandes grupos educacionais privados (Gaspar; Fernandes, 2014). Este processo, no entanto, não é um fenômeno atual. Desde a reforma de 1968 percebemos o processo de ampliação da educação, em especial no nível superior via privatização. Se as propagandas veiculadas no período do governo de Michel Temer sobre a reforma do ensino médio foram uma afronta à dignidade da população brasileira e dos trabalhadores da educação, já em 2012 o MEC veiculava propagandas em favor do financiamento público para inserção de alunos em instituições privadas, o que reforça a tentativa do governo da época em promover a aceitação do inaceitável (Helene, 2013). Entretanto, a reação social, do outro lado da história, também pôde ser verificada, a exemplo do forte movimento de ocupação das escolas da rede pública de todo o país em 2016.

O governo anterior, de Jair Bolsonaro, aprofundou ainda mais a barbárie promovida pelo governo Temer, apresentando propostas de reformulação da educação que favorecem o setor privado aliadas a um discurso delirante contra as ameaças do comunismo em nossa sociedade. Dentre elas podemos mencionar: a extinção de diversos ministérios e a formação de um quadro ministerial ultraconservador composto por militares, evangélicos e economistas neoliberais; a defesa do projeto de regulamentação da educação domiciliar; a retirada de temas como a defesa dos povos quilombolas e o combate à violência contra a mulher no programa nacional do livro e do material didático; dezenas de demissões e exonerações, com argumento de "limpeza ideológica"; retirada de vídeos de Marx, Engels, Walter Benjamin, Marilena Chauí, dentre outros, da TV Ines; corte de verbas em universidades e institutos federais, com sua suspensão condicionada à aprovação da reforma da previdência; expansão de escolas militarizadas pelo Programa Nacional das escolas cívico-militares; tentativa de desmonte do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb); abertura das universidades ao setor privado pelo programa Future-se; instabilidade na direção do INEP; redução significativa de alunos inscritos no Enem; intervenção na escolha de reitores nas universidades, ferindo a autonomia universitária; corte de bolsas e ataques à pesquisa científica e pós-graduação; redução orçamentária que afetou diretamente as universidades e institutos federais; ameaças a alunos e professores que participaram de protestos e greves; propostas de redução de verbas para cursos da área de Humanas; combate ao chamado "marxismo cultural", herdeiro do antigo "bolchevismo cultural", termo utilizado pelos nazistas (Adorno, 1991); e desmonte da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Essas medidas apontam que a educação ganhou especial atenção para aquele governo, que atuou no sentido de seu desmonte e de sua entrega ao capital sem qualquer escrúpulo, além de promover ódio aos professores, tidos como doutrinadores de ideias comunistas, ataque que se intensificou com projetos obtusos como o Escola sem Partido, que apesar de suspenso em âmbito federal, constitui matéria que em âmbitos estadual e municipal tende a ser defendida pelos representantes da direita política, de forma explícita ou não.

Ainda sobre as reformulações recentes na educação, cabe insistir na forma não dialogada com que a BNCC tem sido imposta, como ocorre com a implementação do Novo Ensino Médio. Assim como outras reformas que foram impostas à educação de maneira autoritária, a reforma do ensino médio é mais um elemento da pseudoformação, já que se afasta de um modelo que incentiva a criticidade do sujeito vivendo em um mundo irracional, mas busca implantar, pela via de uma educação tecnicista, a lógica obsoleta de um sistema econômico sem conexão com a realidade e alheio às reais necessidades humanas, tais como apontadas por Marcuse (1979). Tal modelo se baseia em uma compreensão de competência como mobilização de conhecimento, habilidade, atitude e valor, para melhor adaptar o sujeito a este mundo. A consciência crítica e a transcendência do modo como se organiza a sociedade não têm vez, pois as referências dessa política são o cotidiano, o trabalho, a atuação profissional, tomados sem crítica, sem atualização, sem vida.

Mesmo com a clareza dos "tempos de exceção" e com o movimento de crítica presente no Brasil e em outros países da América Latina, observamos, concomitantemente, a prevalência do discurso de legitimação do desmantelamento de políticas públicas e direitos sociais como reformas necessárias para ajuste do Estado; de criminalização das lideranças políticas e dos movimentos sociais como promotores da discórdia em tempos de crise; de escamoteamento das evidências da luta de classes pelo discurso da meritocracia como caminho de construção de uma sociedade melhor. Dessa forma, no atual momento, ainda que a vitória de uma frente democrática nas últimas eleições para o executivo federal represente uma resistência às tendências destrutivas impostas à esfera da educação, é imprescindível a problematização, por meio da relação entre Psicologia Social e Educação, do contexto aqui descrito, para a construção de um movimento de crítica radical que nos permita, de um lado, revelar a produção da barbárie em nossa sociedade e, de outro, promover, por meio da crítica e da criação, o movimento de construção concreta de uma visão de ser humano e de mundo centrada na emancipação (Lane; Codo, 2007).

Neste Grupo de Trabalho, valorizamos a concepção de políticas educacionais que prezam por uma educação pública, gratuita, democrática e de qualidade, na qual todas as pessoas possam ser incluídas e serem tratadas com igualdade. Isso implica, por sua vez, a valorização de políticas que considerem a diversidade, questões étnico-raciais e de gênero, educação inclusiva, políticas de inclusão e de permanência, valorização da arte e outras esferas da vida humana. Este Grupo de Trabalho integra o Eixo Temático 1, Psicologia Social e Educação, que congrega as discussões sobre lutas por direitos sociais e políticas públicas na área da educação, e busca refletir sobre maneiras de pensar em práticas para uma psicologia social de caráter emancipatório em meio a tendências autoritárias da objetividade social.

Esperamos discussões que contemplem temáticas relacionadas à educação em qualquer nível de ensino, com discussões acerca da formação de professores, práxis na educação formal, enfrentamento da violência nas instituições educacionais, acesso à educação, questões referentes à diversidade, políticas educacionais voltadas para a educação indígena e quilombola e outras, desde que consideradas por uma compreensão da subjetividade humana pautada por uma psicologia social crítica, sem impor restrições de método de investigação ou de orientação teórica. Esta proposta é norteada por uma perspectiva que impõe a necessidade de retomar suas compreensões teórico-metodológicas e não limita as possibilidades de trabalhos submetidos, mas antes delineia pontos de partida e convergência, no Brasil e em outros países da América Latina.

Tais compreensões dizem respeito ao indivíduo forjado nesta sociedade e, para isso, recorre-se ao conceito de formação que, para Adorno (2004), não prescinde da cultura, de referência burguesa e, portanto, inserida na

modernidade e imprimindo sua marca no processo civilizatório e na constituição da subjetividade dos sujeitos. O autor indica a possibilidade de consideração de dois entendimentos, assumindo que a formação, como apropriação subjetiva da cultura, implica adaptação e resistência. A pseudoformação, que vigora atualmente, encerra-se na adaptação e na integração; como forma social da subjetividade determinada nos termos do capital, é pautada pela adequação ao existente (Maar, 2001).

A concepção de educação para o autor não se restringe à mera adaptação, modelagem de pessoas e transmissão de conteúdo, mas abarca também "(...) a produção de uma consciência verdadeira" (Adorno, 2004). Esta, porém, na medida em que se encontra balizada pela lógica da administração, resignou-se à capacitação e instrumentação para exercícios de funções; os trabalhadores foram integrados à cultura por meio da adaptação dos conteúdos educativos aos mecanismos do mercado, relegando aqueles que mantinham uma relação viva com sujeitos vivos, que proporcionariam condições à experiência. Sobre esta última, tanto Adorno quanto Benjamin apontam o soterramento cotidiano do momento de espontaneidade possível ao indivíduo, o que impediria sua emergência, dando lugar à praticidade e levando os indivíduos a, inclusive, desejarem ostentar sua pobreza interna e externa (Benjamin, 2008).

A mentalidade do indivíduo desta sociedade, ao separar cultura e práxis, assenta-se em uma racionalidade comensurável, que permite a submissão a regras abstratas e, pela lógica da equivalência do diferente, dificultaria a resistência. Tal mentalidade é valorizada no atual modelo de cultura, administrada e regulada até nas esferas mais íntimas da subjetividade humana, o que expressa a própria realidade econômica e de poder da sociedade em que se insere. Em contraponto, faz-se necessário refletir sobre as palavras de Paulo Freire (2011), quando aponta que educar é um trabalho político através de uma Cultura popular viva e pulsante, na dimensão em que a Cultura se realiza como Educação.

Com base nos elementos apresentados nesta discussão almejamos apenas iniciar a reflexão crítica acerca das possibilidades de formação dos indivíduos nesta sociedade, de maneira que não restringimos as submissões de propostas a uma ou outra perspectiva teórica, mas antes oferecermos abertura para congregar trabalhos, manifestações culturais ou relatos de experiências que situem a constituição da subjetividade e dos indivíduos de maneira crítica e que, no atual momento, realizem a defesa e promovam a educação como ação política e prática da liberdade (Freire, 2011).

Referências

Adorno, T. W. Engagement. In: Adorno, T. W. Notas de literatura. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991.

Adorno, T. W. (2004). Escritos sociológicos I. Madrid: Akal.

Benjamin, W. (2008). Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense.

Bielschowsky, C. E. Tendências de precarização do ensino superior privado no Brasil. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBPAE) - v. 36, n. 1, p. 241 - 271, jan./abr., 2020.

Brasil. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2022 [recurso eletrônico]. – Brasília, DF : Inep, 2024.

Figueiredo, I.M.Z.; Guerra, D. Proposições do Banco Mundial para a política educacional brasileira (2016-2018). Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 47, e231359, 2021.

Gaspar, R. F. & Fernandes, T. C. Mercantilização e Oligopolização no Ensino Superior Privado. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 39, n. 3, p. 945-966, jul./set., 2014.

Helene, O. (2013). Um diagnóstico da educação brasileira e de seu financiamento. Campinas: Autores Associados.

Lane, S. T. M. & Codo, W. (2007). Psicologia social: O homem em movimento. São Paulo: Brasiliense.

Maar, W. L. (2001) Da subjetividade deformada à semiformação como sujeito. Psicologia e Sociedade, Belo Horizonte, vol. 13, n. 2, p. 92-141, jul 2001.

Marcuse, Herbert. A ideologia da sociedade industrial. O homem unidimensional. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

Patto, M. H. S. (1984). Psicologia e ideologia: (uma introdução critica à psicologia escolar). São Paulo: T.A. Queiroz.

Rosa, M. I. Ensino superior: ascensão ou redenção. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, (74), p. 57-61, ago. 1990.

GT 15: Entre dores e (re)existências: estratégias de cuidado em saúde mental a partir da perspectiva interseccional

Amanda Pereira de Carvalho Cruz (UNIFAMAZ), Lucas de Almeida Modesto (UFPA), Rebeca Rafaelly de Souza Costa (UNIFAMAZ)

Resumo: Este grupo de trabalho tem como objetivo realizar uma compreensão sobre como os processos de vulnerabilidade social (privação de renda ou de acesso a serviços à fragilização de vínculos afetivos ou de pertencimento) desenvolvem uma gama de sofrimentos na saúde mental da população amazônica, frente à violências estruturais interseccionais, buscando abordar estratégias possíveis de cuidado em saúde mental realizadas no Brasil, em especial, no contexto amazônico.

Compreendendo o cuidado em saúde como um processo ético-estético-político (Ferla, 2007), as questões que atravessam o contexto da territorialidade amazônica, envolvem marcadores sociais interseccionais que precisam ser considerados (Miranda e Costa, 2021). Contudo, tais processos de cuidado, envoltos pela lógica capitalista, envolvem processos que ditam quais corpos são permitidos viver e morrer que, segundo Achille Mbembe (2016), comporta uma política de morte, em torno do extermínio de indivíduos e comunidades sob o discurso de dispositivos de saúde e pedagogias sociais. Observamos, então, mecanismos biopolíticos de extermínios de todas as formas de vida que fogem ao modelo classista, branco, cisheternomativo, sem deficiências e magro.

Deste modo, as discussões que consideram a interseccionalidade, especialmente no campo da saúde mental, situam-se na encruzilhada entre a psicologia social e a saúde coletiva. A interseccionalidade, conceito cunhado por Kimberlé Crenshaw (2002) e desenvolvido no Brasil por autoras como Carla Akotirene (2019), permite compreender como sistemas de opressão como racismo, sexismo, classismo e LGBTQIA+fobia se entrecruzam na vida dos sujeitos, produzindo vulnerabilidades específicas. Para Spink (2007), são os processos sociais e simbólicos que constroem os sentidos de saúde e doença atribuídos pelos sujeitos. Assim, pensar a saúde exclusivamente a partir de indivíduos isolados torna-se uma abordagem insuficiente.

No que tange à saúde mental, o aspecto coletivo revela-se indispensável. Fagundes (2006) insere essa temática no campo da saúde coletiva, compreendendo-a como a construção de sujeitos sociais capazes de provocar transformações na maneira de pensar, agir, fazer política, ciência e, principalmente, gerir o cotidiano.

Contribuindo com essa perspectiva, Belloc, Cabral e Reis (2023) destacam a indissociabilidade entre saúde mental e cidadania, reforçando que a produção de saúde mental depende do acesso efetivo aos direitos básicos. Entretanto, é importante reconhecer que o social nem sempre é promotor de saúde — sobretudo para populações historicamente marginalizadas.

Nesse contexto, a interseccionalidade emerge como uma ferramenta teórica fundamental não apenas para compreender as múltiplas formas de violência que atravessam determinados sujeitos, mas também para analisar como essas violências geram sofrimentos que se expressam cotidianamente nos serviços de saúde mental, em seus diferentes pontos de atenção.

Este debate, portanto, contribui para a formulação de políticas públicas em saúde mental que visem mitigar as sequelas emocionais produzidas por essas violências. Além disso, pode implicar diretamente trabalhadoras(es) da saúde nas lutas sociais desses grupos, possibilitando o desenvolvimento de estratégias que considerem os

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

determinantes sociais do processo saúde-doença e promovam transformações concretas nos contextos em que esses sujeitos estão inseridos.

Segundo Patto (1997), a psicologia social crítica compreende o sofrimento psíquico como um fenômeno socialmente construído, cuja vivência é profundamente atravessada por marcadores sociais. Nesse sentido, populações LGBTQIAPN+, indígenas, negras, pessoas com deficiência, entre outros grupos historicamente marginalizados, estão cotidianamente expostas a diversas formas de violência que geram sofrimentos específicos — frequentemente ignorados por abordagens de cuidado baseadas exclusivamente no modelo biomédico.

A análise interseccional contribui para evidenciar os determinantes sociais que estruturam essas desigualdades, permitindo compreender como tais condições impactam diretamente a saúde mental dessas populações. Ao valorizar o protagonismo de sujeitos e coletivos, a psicologia social crítica revela o potencial das práticas emancipatórias na construção de formas de cuidado mais sensíveis às particularidades e demandas desses grupos. Para que isso se concretize, é imprescindível que as políticas de saúde mental incorporem uma perspectiva interseccional, priorizando a escuta das vozes daqueles(as) que vivenciam múltiplas opressões. Somente assim será possível construir um cuidado verdadeiramente integral e promotor de cidadania (Bento, 2006).

Nesse contexto, assumir a interseccionalidade como eixo estruturante das práticas em saúde mental implica reconhecer e integrar saberes populares, comunitários, indígenas e de matriz africana aos debates e políticas do campo. A crítica à colonialidade do saber, formulada por autoras como Lélia Gonzalez (2020) e Grada Kilomba (2019), constitui um dos pilares dessa abordagem, ao apontar a urgência de epistemologias não hegemônicas que ampliem as formas de compreender e cuidar do sofrimento psíquico.

Neste sentido, debates que envolvam processos de saúde-doença, compondo com a medicalização e psicopatologização da vida, evidenciam as diversas demandas sociais, históricas e culturais que permeiam gênero, raça, classe, etnia e regionalidade, são compostas por lógicas neoliberais que produzem sofrimentos psíquicos frente a tais processos de exclusão e preconceito.

Desta forma, a proposta deste Grupo de Trabalho é promover um espaço de articulação à diversidade de produções científicas que pensam os processos de adoecimento e de cuidado a partir de uma ótica interseccional, reconhecendo que as percepções sobre saúde mental são atravessadas por diferentes corpos, histórias e territórios. Assim, buscamos acolher trabalhos que relacionam as vivências e dores de populações marginalizadas aos processos de sofrimento psíquico, sem perder de vista as estratégias individuais e coletivas que esses sujeitos constroem para reexistir frente às práticas de dominação de corpos, práticas essas que sustentam e atualizam as violências de um sistema político econômico que insiste em nos apagar.

Referências:

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BELLOC, M. M.; CABRAL, K. V.; REIS JUNIOR, L. P. Freire susiano, SUS freireano. In: LEMOS, F. C. S. et al. (Orgs.). Psicologia Social, Educação e Análise Institucional. Curitiba: CRV, 2023. p. 375–390.

BENTO, Berenice. A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. ONU/UNESCO, 2002.

FAGUNDES, S. M. S. Águas da pedagogia da implicação: intercessões da educação para políticas públicas de saúde. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

FERLA, Alcindo Antonio. Clínica em movimento: cartografia do cuidado em saúde. Caxias do Sul: EDUCS, 2007.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. Arte & Ensaios. Revista do ppgav/eba/ufrj. n. 32, dezembro, 2016, p.123-151.

MIRANDA, Danielle Santos de; e COSTA, Marcilene Silva da (org). Perspectivas afroindigenas da Amazônia. Curitiba: CRV, 2021.

PATTO, Maria Helena Souza. A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

SPINK, Mary Jane Paris. O sujeito e a saúde: abordagens sociais em saúde coletiva. Petrópolis: Vozes, 2007.

GT 16: Especulando impossíveis: práticas clínico-políticas como experimentações coletivas desde perspectivas ecológicas

Luis Artur Costa (UFRGS), Everson Rach Vargas (UFF), Iacã Macerata (UFSC)

Resumo: O presente grupo de trabalho tem como principal objetivo promover o encontro e articulação entre diferentes experimentações clínico-políticas que estejam a especular novas possibilidades de (de)formar coletivos. Buscamos confluir diferentes práticas de cuidado e práticas clínicas que transversalizam a mesma matéria daquilo que faz a comunidade emergir como imanente e inerente a qualquer experimentação clínica. Aqui tal dimensão política adquire uma modulação ecológica: falamos de tramas, redes, ecossistemas complexos e abertos, emaranhados entre linhas libidinais, de produção, semióticas e muito mais. Como cultivar tais ecossistemas em uma certa declinação política ético-estética de constituirmos modos de conviver que escapem das formas hegemônicas de nossas cidades e suas muitas fronteiras segmentares? Como especular nossa realidade para além de uma lógica capitalístico-colonial que parece mais perene do que qualquer ecossistema que resista a suas investidas há séculos? Nosso convite é para profissionais, movimentos sociais, artistas, atores das políticas públicas, pesquisadores, etc. que tem especulado coletivos impossíveis mesmo diante da asfixia de horizontes vigente.

Entendemos que o problema ecológico abrange as questões políticas-existenciais mais prementes do contemporâneo humano, ganhando várias definições: catástrofe ambiental, aquecimento global, mudanças climáticas, antropoceno, intrusão de Gaia. As mudanças nas condições de vida na terra se impõem de forma massiva, como fatos totais (Stengers, 2015), fenômenos de transversalidade ontológica radical (Viveiros de Castro, 2022). O caráter total e transversal deste fenômeno dissolve a fronteira entre os campos epistemológicos, embaralha ciência e política, e exige uma perspectiva que possa articular heterogêneas expressões e gêneros de saberes. Uma perspectiva ecológica abrangeria uma multiplicidade de saberes que constroem um tipo de associação específica entre diferentes mundos e percepções, mas que não formam um todo, no sentido de uma escola ou de um objeto circunscrito. Elas comungariam a compreensão de que todo saber é um fazer, sendo este sempre coletivo e, portanto, político. Estas práticas onto-epistêmico-políticas se fazem sempre em meio a um mundo, não havendo separação entre teoria e prática ou técnica e ético-política, o que tem por consequência a possibilidade de cultivarmos uma democratização da noção de epistemologia para além da Ciência institucionalizada na autoridade hierárquica moderno-colonial do expert. Assim, se poderia reconhecer epistemologias ecológicas em uma multiplicidade de práticas, narrativas e teorias que têm como solo comum o esforço de superação de dualidades modernas: natureza e cultura, sujeito e sociedade, corpo e mente, artifício e natureza, sujeito e objeto (Steil, Carvalho, 2014), humano e não-humano (Despret, 2021), vivo e não-vivo (Povinelli, 2016), lutas contra a colonialidade e lutas pela preservação ecológica (Ferdinand, 2022). Elas envolvem uma posição crítica que associa as bases epistemológicas que fundamentam a ciência moderna e a produção da crise ambiental. Especificamente no que descola chamou de a grande divisão: a separação entre natureza e cultura, fundante da epistemologia moderna, que produz duas ontologias opostas e intransponíveis, a qual repercute, por sua vez, na fratura entre os movimentos pela descolonização e pela ecologia, ressaltada por Malcon Ferdinand (2022).

Assim, o campo de trabalho com a subjetividade não pode estar separado dessa problemática ecológica. Guattari (1990) já propunha pensar uma ecologia que fosse para além da preservação da “natureza”, onde a produção de subjetividade e o trabalho com ela teriam uma função axial. As três ecologias - ambientais, social e subjetiva -

propõem uma alteração tanto nos modos de conhecer, conceber e ver quando de intervir, e vão no sentido de uma heterogeneização das formas vida, dos arranjos coletivos e da produção de subjetividade. A subjetivação ocidental não experiencia a relação com o mundo além-do-humano como pertencimento, e isso estaria no cerne do problema ecológico na escala humana. Para Latour (2020, p. 21) "não existe cura para o pertencimento ao mundo. Mas, pelo cuidado, é possível se curar da crença de que não se pertence ao mundo; que essa não é a questão essencial".

Definimos o cuidado como uma amplitude muito vasta de práticas corriqueiras e cotidianas que incluem atividades, posições, afetos e valores éticos que performam corpos, subjetividades, configurando políticas que operam entre fenômenos empíricos e categorias teóricas (Drotbohm, 2022). Podemos dizer que o cuidado envolve a produção de realidade baseada em uma ética do cultivo - uma intervenção que abre mão do controle, distribui a ação e visa promover a vitalidade do sistema em questão - e criação, pois para a vitalidade nunca se trata retornar a um estado anterior ou a um modelo ideal, mas criar novos caminhos em um mundo cujos contornos não são absolutamente fixos nem predeterminados. Puig de la Bellacasa (2011) propõe considerar o cuidado no entrelaçamento de vidas que não podem ser consideradas individualmente, envolvendo existências além das humanas, e como prática de promoção da sustentabilidade das existências, tendo como cerne o coletivo. A clínica, por sua vez, é aqui tomada como um modo, uma expressão possível destas práticas de cuidado. Em nossa perspectiva ela teria duas diretrizes e duas operações: o sentido-direção de acolhimento como um debruçar-se (Klinikós), e o de atentar a uma situação que pede reparação, do sentido-direção de promover desvios, transgressões, transformações (clinamen); como operação, ela constituiria uma operação de análise, corte, desmontagem do que aparece como dado, natural ou universal e outra operação de articulação, rearranjo, costura daquilo que estava separado, do que não estava em relação. A clínica assim é tomada como acolhimento e produção de desvio, que se faz por corte, desmontagem e costura, (re)montagem (Passos, Barros, 2000).

Ao tomarmos cuidado e clínica como práticas de criação de si e de mundos, coloca-se o problema da criação de possível. Quando assumimos uma ética especulativa diante do mundo, partimos do pressuposto que mesmo diante do fato mais instituído ainda cabe sempre um exercício clínico-político de abertura de possíveis. Conceber que nosso mundo é um processo de cultivos múltiplos a construírem nossa realidade não nega a concretude das formas estabelecidas e o difícil tensionamento destas em novas forças emergentes. Como dizia Bruno Latour (2001), saber que um prédio foi construído não derruba suas paredes: a demolição deste edifício é um trabalho árduo que exige seu estudo meticuloso e planejamento constante de onde aplicar a força das nossas marretas para poder reinventar nossas territorialidades. Cada golpe contra o duro concreto é, ao mesmo tempo, um gesto de recusa do que há e uma ação especulativa que afirma um por vir. Quando Deleuze (2002), inspirado em Espinosa (2009), nos aponta para o deslocamento da questão ontológica do "o que é?" para "o que pode?", ele nos conclama a nos lançarmos em uma ontologia especulativa, ou seja, em uma ética que se propõem a experimentar os possíveis para além do imaginável, pensável, sensível, etc. Em tempos de esgotamento de nossa imaginação política-libidinal, se faz ainda mais necessário dobrar nossa aposta na experimentação para além do imaginável, reinventando nosso campo de possibilidades de atuação e de percepção. Para além de utopias totais que se querem transparentes (Glissant, 2021) e sem cair no fatalismo distópico da impossibilidade de agir, podemos especular mundos desde uma ética experimental que abrace a opacidade de nosso porvir como uma potência a ser cultivada mais do que uma vertigem a ser evitada (Glissant, 2021). A fragilidade da ausência de pontos fixos certeiros para servirem de guias na coordenação de ações nos parece um ponto forte das perspectivas frágeis, abertas à errância, ao cuidado e à explicitação de suas posicionalidades e limitações imanentes.

A noção de desenvolvimento capitalístico vem demonstrando seu uso deletério na dimensão dos modos de produção sócio-econômicos, mas podemos dizer

também, no âmbito da produção de subjetividade, já que parte de um diagrama pré-estabelecido para a produção da realidade, uma linha de desenvolvimento normal que se se assemelha ao esquadro que restringe, coloniza e mata o campo do possível. É urgente quebrar o esquema cognitivo-sensível do realismo capitalista (Fisher, 2020) para podermos especular, fabular, ficcionalizar e formular outras configurações da subjetividade e da experiência coletiva, que implica também a dimensão de si para si. Desse modo, estamos entendendo então que a prática especulativa e ficcional é um dos vínculos possíveis entre clínica e ecologia por se centrarem no problema do possível como 'o que pode?' e, como diz Stengers (2014), a questão não do desvelamento da realidade, mas do acréscimo de realidade, da produção de realidade, da articulação do que não estava articulado. A potência do que pode, entendemos, está na matéria do plano sensível da relação, e envolve uma potência crítica e clínica, uma prática de cuidado como último de mundos.

Referências

CASTRO, Eduardo Viveiros de. Prólogo. In: DANOWSKI, Déborah; VIVEIROS DE

CASTRO, Eduardo; SALDANHA, Rafael (orgs.). Os mil nomes de Gaia. Do Antropoceno à Idade da Terra. Rio de Janeiro: Machado, 2022.

DELEUZE, Gilles. Spinoza: Filosofia Prática. São Paulo: Escuta, 2002.

DESPRET, Vinciane. O que diriam os animais? São Paulo: Ubu, 2021.

DROTBOHM, H. O Cuidado além do Reparo. Mana, 28(1), e281206, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1678-49442022v28n1a206 Acesso em dezembro de 2024.

ESPINOSA, B. Etica. [tradução de Tomaz Tadeu]. - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

GLISSANT, Edouard. Poética da Relação. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2021.

GUATTARI, Félix. (1989/1990). As três ecologias. Campinas: Papirus.

FERDINAND, Malcon. Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho. São Paulo: UBU Editora, 2022.

FISHER, Mark. Realismo capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo? Tradução Rodrigo Gonsalves, Jorge Adeodato, Maikel da Silveira. 1. ed. São Paulo: Autonomia Literária, 2020, p. 116.

LATOUR, Bruno. A esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos. Bauru: Edusc, 2001.

LATOUR, Bruno. Diante de Gaia: oito conferências sobre a natureza no Antropoceno. São Paulo: Ubu; 2020.

STEIL, C. A., & Carvalho, I. C. de M.. (2014). Epistemologias ecológicas: delimitando um conceito. Mana, 20(1), 163–183. https://doi.org/10.1590/S0104-93132014000100006

PASSOS, E. BARROS, R. B. A construção do plano da clínica e o conceito de transdisciplinaridade. Psicologia: Teoria E Pesquisa, 16(1), 71–79, 2000. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0102-37722000000100010 Acesso em dezembro de 2024.

POVINELLI, E. A. (2016). Geontologies: a requiem to late liberalism London: Duke University Press.

STENGERS, Isabelle. No tempo das catástrofes: resistir à barbárie que se aproxima. Tradução Eloisa Araújo Ribeiro. São Paulo: Cosac Naify, 2015. (Coleção Exit).

STENGERS, Isabelle. Gaia, the urgency to think (and feel). In: COLÓQUIO INTERNACIONAL OS MIL NOMES DE GAIA DO ANTROPOCENO À IDADE DA TERRA, 2014, Rio de Janeiro. Anais eletrônicos.. Rio de Janeiro: Departamento de Filosofia/PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 2014. Disponível em: <https://osmilnomesdegaia.files.wordpress.com/2014/11/isabelle-stengers.pdf>. Acesso em: 1 ago. 2018

GT 17: Experiências estéticas em contextos diversos

Katia Maheirie (UFSC), Daniele Nunes Henrique Silva (UNB), Lavínia Lopes Salomão Magiolino (UNICAMP)

Resumo:

Experiência Estética em Contextos Diversos

Pensar este GT a partir da experiência estética tem como norteador o dossiê intitulado Educação Estética, publicado em 2024, no periódico Caderno CEDES, no volume 44, número 124, organizado por nós e por Lavínia Magiolino, cuja escrita que se segue, acompanha e se inspira no Editorial do referido Dossiê.

Seguindo essa orientação geral, a proposta do presente GT articula-se às demandas acerca dos espaços conferidos à arte e à estética no contexto atual brasileiro. No Brasil, temos assistido a um paradoxo: por um lado, observamos, por exemplo, a emergência de políticas educacionais pautadas por uma visão militarizada, servil e moralizante dos processos formativos. Por outro lado, contraditoriamente, vimos surgir movimentos de resistência mobilizados pelas artes, em contextos diversos de emergência de espaços coletivos que apontam para uma direção da transformação social redimensionando as (in)tensas relações entre arte e vida.

Refletir sobre tais sentidos, nos remonta aos pensadores do campo marxista, como G. Lukács. Ele, ao tratar da função catártica para além da estética, coloca-a como uma forma de superação do fetichismo que marca as relações sociais no modo de produção capitalista. Vigotski, por seu turno, na obra Psicologia da Arte (1915/1999), afirma que a arte é um modo de reconstruir os sentidos da vida, destacando a dimensão revolucionária da mesma. Ainda na obra supracitada, Vigotski vai defender que a arte é "o social em nós" (1999, p. 335). Ela é também "a técnica social das emoções" (1999, p.3) que mobiliza processos psíquicos complexos. Quando ele ressalta esta dimensão psicológica, portanto, tipicamente humana, sua preocupação versa sobre aquilo que só a arte promove ao redimensionar a experiência cotidiana: o alargamento da vivência subjetiva.

Isso ocorre porque há processos psíquicos que só são mobilizados quando nos deparamos com o efeito estético da obra de arte, quando vivenciamos ou participamos de processos criadores e catárticos. Sobre isso, Vendrines e Schneuwly (2024, p. 296) comentam que aquilo que caracteriza a catarse é exatamente a relação entre o sentimento e a imaginação.

Mas, obviamente, como vimos, essa imaginação contém emoções contraditórias, que por esse mesmo fato criam a catarse (...). É, portanto, na própria obra artística, em todas as suas formas, que reside a especificidade da arte, que desencadeia a catarse possível. E tal como a produção artística, a reação estética, a vivência artística, baseia-se inteiramente na unidade do sentimento e da imaginação.

Isso na Teoria Histórico-Cultural não é um detalhe, mas o centro de uma preocupação sobre a formação humana como um todo. Por isso, as questões que os autores desta abordagem anunciam sobre experiência estética se fazem necessárias no debate contemporâneo em diferentes contextos.

Vigotski já nos alertava, no início do século XX, sobre a importância de uma educação estética menos instrumentalizada e menos submetida à aquisição de algum tipo de conteúdo pedagogicamente correto com preponderância de uma educação moralizante (VIGOTSKI, 2010). Sobre esta questão, Vigotski polemiza quando se refere à utilização de um suposto efeito moral produzido na criança e no jovem pela obra de arte. Ou seja: se há algo bom ou ruim que a arte ensina, a criança deveria tomá-la como uma certa lição de vida. Para Vigotski (2003), essa

forma de apreensão da vivência estética acarreta uma tediosa moral convencional com falsas lições e prenhe de insinceridades. (Silva; Magiolino, 2024, p. 270 - grifo nosso).

Ele também defendia uma educação estética, não fixada na ideia de reação, no sentido meramente reflexológico, mas em termos de uma ação contempl(ativa) que se abre ao acontecimento provocado, por exemplo, pela vivência na relação com uma obra de arte. A ênfase deste autor estava na possibilidade de, a partir dessa relação, se redimensionar os sentidos, por meio da imaginação, emoção e da recriação da obra, alargando os horizontes subjetivos para a ampliação do campo de possibilidades. A arte, nesses termos, provoca curto-circuitos capazes de mergulhar os sujeitos em diferentes e amplas experiências, as quais os lança na possibilidade de outros modos de ser e estar no mundo. Para Vigotski, a vivência estética "envolve uma atividade construtiva muito complexa que é efetuada pelo ouvinte ou pelo espectador. [...] Com as impressões externas apresentadas, a pessoa constroi e cria um objeto estético ao qual se referem todas suas reações posteriores" (Vigotski, 2003, p. 230). Para Andrade, Gomes, Maheirie, Rueda (2024, p. 393), essa colocação é fundamental, já que

Novamente, o autor reafirma a concepção de atividade do leitor e/ou espectador, contrariando a perspectiva da passividade. Além disso, é possível perceber que os elementos da obra de arte não são importantes por si só, mas o cerne encontra-se na reação provocada, pautada nos afetos.

Visando pensar e problematizar a experiência estética, este GT busca dialogar com diferentes concepções teóricas para além da Psicologia Histórico-Cultural, de modo a garantir maior debate sobre a temática e a costura teórico-metodológica com outros autores contemporâneos, trazendo diversidade e riqueza para este campo de estudo que carece de investimentos conceituais e proposições práticas e contextualizadas à realidade brasileira.

Diante dessas considerações gerais, o objetivo do presente GT é problematizar as questões levantadas e ir além, contribuindo para melhor demarcação conceitual do campo da experiência estética por meio de um olhar às práticas institucionais diversas; formais e não-formais.

Isso nos parece fundamental. É uma tarefa inadiável, em razão da centralidade da temática para um projeto de sociedade orientado à construção da emancipação humana e transformação social.

Referências

Andrade, L. de, Gomes, A. H., Maheirie, K., & Iñiguez-Rueda, L. (2024). Educação estética na educação permanente: Princípios, desafios e perspectivas. Cadernos CEDES, 44(124), 391–401. https://doi.org/10.1590/CC287776

Magiolino, L., Silva, D. N. H., & Maheirie, K. (Orgs.). (2024). Educação estética [Dossiê temático]. Cadernos CEDES, 44(124). https://www.scielo.br/j/ccedes/2024.v44n124/

Silva, D. N. H., & Magiolino, L. (2024). Educação estética: Princípios e fundamentos a partir das elaborações de L. S. Vigotski. Cadernos CEDES, 44(124), 268–279. https://doi.org/10.1590/CC287818

Vigotski, L. S. (1999). Psicologia da arte (S. B. Martins & J. C. Martins, Trads.). Martins Fontes. (Original publicado em 1925)

Vigotski, L. S. (2001). Psicologia pedagógica (A. M. D. Souza & N. M. A. de Souza, Trads.). Ática. (Original publicado em 1926)

Védrines, B., & Schneuwly, B. (2024). Arte, imaginação e realidade: A ficção como ação educativa. Cadernos CEDES, 44(124), 292–303. https://doi.org/10.1590/CC288182_port

GT 18: Experimentações de substâncias psicoativas: gênero, sexualidade e práticas de cuidado

Anacely Guimarães Costa (UNESP), Luísa Escher Furtado (Revista Brejeiras), Breno de Oliveira Ferreira (UFAM)

Resumo: A relação entre diferentes povos e o que foi sendo considerado substâncias psicoativas é atravessada por ritos, interdições, experimentações espirituais e experiências recreativas. O processo colonial capitalista institui modos de produção em excedente que são dependentes da comercialização e do consumo abusivo de determinadas substâncias ao mesmo tempo que produz um sistema jurídico-legal de regulamentação, taxação ou criminalização desses produtos. No bojo deste processo, no início do século XX, os EUA emplacam o modelo médico-psiquiátrico do proibicionismo, baseado na abstinência e isolamento como proposta de tratamento, e na proibição do uso e da venda de determinadas substâncias.

Fortalecendo as práticas de criminalização e a distinção entre drogas lícitas e ilícitas, a noção de "Guerra às drogas", forjada na década de 1960, apoia-se em uma metáfora bélica a partir do qual aciona um imaginário social de um inimigo a ser eliminado que, no caso, passou a ser uma figura estereotipada de traficante e usuário. Esse paradigma não apenas é ineficaz do ponto de vista da saúde pública como tem produzido mais estigmatização de indivíduos, povos e culturas bem como inúmeras outras violências.

Segundo o Relatório Mundial sobre Drogas 2024 produzido pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) em 2022, estima-se que 7 milhões de pessoas tiveram algum contato formal com a polícia (prisões, advertências, notificações) por delitos relacionados a drogas, das quais quase dois terços foram por uso ou posse de drogas para consumo. Além disso, 2,7 milhões de pessoas foram processadas por delitos relacionados a drogas e mais de 1,6 milhão foram condenadas. Embora existam diferenças significativas entre os países em termos de uso ou posse de drogas e diferenças significativas entre os países na resposta da justiça criminal às infracções relacionadas a isto, todos os países do mundo possuem em suas legislações normativas restritivas à circulação e consumo de substâncias que vão sendo classificadas como drogas.

Este mesmo relatório aponta que, em 2022, a maioria das pessoas detidas por esses crimes relacionados ao universo de guerra às drogas são homens, por volta de 9 de cada 10 pessoas. As mulheres representam aproximadamente 9% das pessoas detidas por tráfico de drogas e 12% das detidas por consumo ou posse de drogas. Assim, podemos perceber que em um mundo onde gênero é uma categoria primária de classificação de pessoas, a presença de homens e mulheres nas estatísticas das políticas de drogas é constantemente desigual, seja relativa aos usos, aos processos de criminalização e de acesso aos cuidados em saúde. O documento enfatiza que embora cerca de 64 milhões de pessoas em todo o mundo sofram de transtornos associados ao uso de drogas, apenas uma em cada 11 pessoas recebeu tratamento, sendo que as mulheres têm menos acesso ao tratamento do que os homens, e apenas uma em cada 18 mulheres com transtornos associados ao uso de drogas recebeu tratamento, em comparação com um em cada sete homens.

Esses dados oficiais revelam uma profunda desigualdade entre homens e mulheres, relatada de maneira global, sem grandes nuances culturais, raciais e de classe. Ao mesmo tempo aparece uma compreensão binária de

mundo que apaga sujeitos dissidentes de gênero como se travestis, transexuais, pessoas não binaries e tantas outras formas de viver não fizessem vulto nessas estatísticas globais. No entanto, nas estatísticas, nas literaturas, nos filmes e no imaginário popular as diferentes letrinhas do caldo político LGBTQIA+ tem suas existências gravemente marcadas pelos usos e abusos de substâncias, dificuldades de acessos a tratamentos e significativos casos de encarceramento. As diferenças são estruturais e cotidianas: como o tráfico encarcera travestis negras? Como se enfrenta o tabagismo na população lésbica? As questões de alcoolismo atravessam indígenas gays tanto quanto heterossexuais? Os índices de suicídio e consumo de antidepressivos entre bissexuais brancas e negras podem nos revelar que diferenças?

No Brasil e no mundo, as últimas décadas assistem ao crescente consumo de medicamentos, entre eles, os psicotrópicos que vem assumindo um papel central nos tratamentos. Do ponto de vista da saúde pública, o uso medicamentos também implica em potencial de gerar efeitos adversos como dependência e outras reações indesejadas. Em outra direção, o uso da maconha medicinal, ayahuasca, LSD, entre outras, mobiliza um conjunto de sujeitos e práticas para o seu emprego como cuidado alternativo em diversas doenças crônicas.

O que é droga, quais as substâncias que precisam ser vigiadas, quais usos devem ser investigados e controlados pelo Estado é um dado histórico, político conceitual, que está diretamente ligado ao controle de uma população específica. Por exemplo, segundo o relatório do Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas, que reúne dados para subsidiar ações do Governo Federal, lançado em março de 2025, aponta que a quantidade de brasileiros que já fez uso de analgésicos opioides (medicações potentes para tratar a dor), benzodiazepínicos (calmantes) e estimulantes aumentou. Nos três casos, o crescimento foi mais acentuado entre a população feminina. Esse mesmo relatório aponta que mais de um terço das pessoas que participam de jogos de apostas (38,6%) enfrenta algum grau de risco ou transtorno relacionado ao vício. Os adolescentes são o grupo mais vulnerável: 55,2% dos apostadores na faixa etária de 14 a 17 anos estão nessa zona. Os jovens se destacam também no uso de dispositivos eletrônicos de fumar (DEFs), conhecidos como cigarros eletrônicos ou vapes.

Droga em geral é uma planta, um substrato, mas também pode ser o comportamento ligado a uma tecnologia. Os traficantes podem ser os latinos da américa e sua coca, os talibãs do oriente e seu ópio, mas também se vestem de um segmento da indústria farmacêutica, ou da indústria do entretenimento e seus jogos de aposta. O modo de produção capitalista vai se reproduzindo de maneira desigual e global em suas vigilâncias de maneira compulsiva e compulsória. As substâncias consumidas, as cenas de uso e as quantidades consideradas abusivas fazem parte dos processos de produção dos sujeitos e suas inscrições de gênero, sexualidade, raça, classe e normatividade.

Como poetisa Mestre Antônio Bispo dos Santos, Nego Bispo, “Nós somos o começo, o meio e o começo. Existiremos sempre, sorrindo nas tristezas para festejar a vinda das alegrias. Nossas trajetórias nos movem, nossa ancestralidade nos guia.” Alinhando-se à psicologia social crítica e ao tema do evento, “Aliança dos povos: Psicologia Social face à destruição de todas as formas de vida”, este GT é um convite à alegria de ser meio, se as gerações avós são começo e as gerações filhas são começo, o que podemos ser é um meio onde se pode sorrir e sentir tristeza, reunir pessoas para trabalhar na contramão do compulsório, não há fim, a saideira é uma ilusão, não buscamos o último copo, a última picada ou o último tiro, o que podemos ser é meio de aliança, vamos confabular caminhos, reunir sabedorias de diferentes povos, experiências que possam confluir saberes e fazeres em Psicologia Social afirmando diversas formas de vida.

É, portanto, objetivo deste GT discutir sobre a complexidade do atual cenário das substâncias psicoativas a partir de sua base moral e ideológica bem como dos interesses que sustentam a proibição de determinadas substâncias psicoativas, acolhendo trabalhos centrados em estratégias de cuidado e enfrentamento a esses problemas produzidas em intersecções com gênero, sexualidade, raça e classe, entre outras. Espera-se ainda receber propostas que versem sobre a atuação dos movimentos sociais e as diferentes lutas ancoradas na problematização de soluções individualizantes e criminalizantes.

GT 19: Fazeres em gênero, suas intersecções e políticas públicas: colaborações para adiar o fim do mundo

Fábio Henrique Almeida Dantas (UFAM), Maise Caroline Zucco (Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher - BA), Darlane Silva Vieira Andrade (UFBA)

Resumo: Este GT tem como objetivo discutir as reverberações do patriarcado, enquanto lógica de atravessamento social, e das questões de gênero, raça e diversidade sexual sobre os modos de vida e opressões de pessoas vulnerabilizadas, além dos impactos dessas questões nas agendas, formulações, implementação e avaliação de políticas públicas. Como um espaço de debate pensado a partir de problemas sociais emergentes de populações invisibilizadas e aniquiladas, às margens da intervenção direta do Estado, o presente grupo de trabalho relaciona-se de forma direta com o tema geral do evento: "Aliança dos povos: Psicologia social face à destruição de todas as formas de vida". Mais especificamente ao eixo temático 12: "Gênero, sexualidades e intersecções".

A proposta considera uma trajetória nacional de avanços e retrocessos nas lutas anti-opressões, habitualmente conhecidas por "pautas identitárias" que, popularizadas em meio à sociedade civil, passaram a representar um campo de disputas discursivas que influenciaram diretamente as políticas públicas/sociais e as populações delas beneficiadas. As narrativas da ameaça sobre o que supostamente seria uma "ideologia de gênero" a dissolver os limites sociais de uma compreensão antagonicamente binária entre o feminino e o masculino ganharam a mídia e se estenderam entre as gestões dos governos federais até os dias de hoje. Essas articulações e conflitos políticos se desdobraram nas esferas estaduais e municipais tencionando conquistas históricas e mesmo a manutenção de direitos, quando falamos da população LGBTIQAPN+. O combate a esses temas, tomados como "da diversidade" ainda é utilizado como plataformas políticas em cargos eletivos das três esferas o que nos mostra que, embora com variações governamentais possam dar a impressão de novos tempos, o embate discursivo ainda continua vigente.

Trabalhar com o campo das políticas públicas é, por pressuposto, atravessar diferentes áreas de conhecimento. Ao atender a demanda de mulheres em situação de violência, por exemplo, cabe a preocupação da segurança pública, saúde, assistência social; como a compreensão do problema a partir de um olhar interseccional fornecendo serviços em distintas áreas de saber. Espera-se que um dado problema apresentado pela sociedade civil e visibilizado pelos movimentos sociais e pelas mídias possa ser atendido por mais de uma secretaria, ampliando seu impacto. Nesse sentido, a expectativa é de que os trabalhos tragam preocupações interdisciplinares e interseccionais no campo das políticas públicas em diferentes setores como Educação, Saúde, Cultura, Segurança Pública, Assistência Social, etc. (Lisboa, Teresa K; Lolatto, Simone, 2012.), em diálogo com a Psicologia, tendo em vista seu compromisso social como formação, ciência e profissão especialmente no contexto atual de grande ameaça à existência humana.

Muitos são os recortes possíveis como reflexões sobre a construção das agendas e como o Estado passa a incorporar determinadas pautas, o estudo das etapas dos ciclos das políticas públicas, a análise dos problemas sociais e seus diagnósticos, os indicadores sociais e seus usos, o foco no orçamentos e nos recursos disponibilizados para as ações, os jogos de poder que influenciam as tomadas de decisão, as demandas emergentes da sociedade civil, inclusive os problemas sociais os quais o Estado decide não intervir são lidos pelo

campo teórico como políticas públicas. Tais pautas se relacionam diretamente com produções de subjetividades, de modos de vida, relações que remetem a atuação da Psicologia como as populações mais vulneráveis em seus diferentes contextos e adoecimentos, mas também protagonismos nas diferentes formas de superação das iniquidades sociais.

Desse modo, serão aceitos trabalhos teóricos, de pesquisa, relatos de experiência e resultados oriundos de produtos de dissertações e teses, considerando os aspectos interseccionais e suas interfaces com gênero, raça, sexualidades e classe social, além dos seus modos de existência e resistência às desigualdades de acesso às políticas públicas/sociais. Interessa conhecer metodologias inovadoras e criativas nestas ações e estudos que tragam olhar crítico para a construção do conhecimento que não se faça neutra, de modo a tecer reflexões sobre os lugares de fala de quem produz saberes, bem como a interlocução destas construções com o contexto dos sujeitos e situações investigadas, discutindo as contribuições para a uma psicologia em conexão com outras ciências, que dialogue com a diversidade que compõe o Brasil e ao mesmo tempo atenta às especificidades regionais/locais.

Em associação às preocupações políticas pertinentes ao campo dos estudos feministas, de gênero, e as psicologias, atentar para a identificação dos marcadores que promovem experiências sociais específicas, frente à associação de opressões que passam por outros marcadores não mencionados, como as deficiências e as territorialidades, traz uma preocupação com o debate interseccional (mas que poderá estar alinhado à outras perspectivas teóricas como consubstancialidade, por exemplo). Dessa forma, tal qual o conceito de interseccionalidade a preocupação não está apenas na identificação e na desagregação dos marcadores sociais, mas nos efeitos desse levantamento que promovem a identificação das especificidades de opressões articuladas, que geram dadas experiências e desigualdades. Preocupações nesse sentido trazem um diagnóstico qualificado, propiciam o monitoramento das questões, evidenciam o nível de prioridade de intervenção, definem o perfil das pessoas a serem assistidas, bem como sinalizam caminhos para a construção da agenda governamental atentando para a manutenção politicamente engajada do termo, tal qual enunciado por Sirma Bilge (2018).

Nesse sentido, almeja-se também discutir estratégias de resistências, práticas comunitárias e organização política e movimentos sociais, que se manifestam como uma refração das contradições do modo de produção capitalista e em resposta à "questão social". Assim como se constituem os coletivos organizados como movimento LGBTQIAPN+ e o movimento feminista pela redução das desigualdades de gênero, luta por conquistas e por direitos, além do enfrentamento das múltiplas violências contra minorias sociais e pela preservação da vida no enfrentamento da "questão social". Assim, entende-se por "questão social" um conjunto de problemas econômicos, políticos e sociais existentes em decorrência dos modos estruturais de exploração e opressão das populações vulnerabilizadas, impactadas pelas suas condições/representações de gênero/raça, sexualidades e classe social, permitindo um diálogo mais próximo às categorias e campos da Psicologia Social crítica. Para o campo das políticas públicas uma questão social nem sempre entra na agenda das ações governamentais, pelos diversos elementos que compõem uma janela de oportunidades, e passam a ser alvo de proposições. É nesse universo entre o problema e a intervenção que o Grupo de trabalho estará situado para pensar formas de Bem Viver.

GT 20: Fissurando os saberes sintéticos da Psicologia: Interseccionalidade e Decolonialidade nas práticas clínicas

Domitila Shizue Kawakami Gonzaga (Clínica), Camilla de Melo Silva, Diana Montenegro Ribeiro (Coletiva Olhares)

Resumo: Historicamente, a psicologia clínica tem se alinhado a uma postura higienista, orientada por ideais de normalidade, saúde e adaptação social que operam como dispositivos de exclusão. Essa lógica marginaliza subjetividades que escapam aos padrões hegemônicos de gênero, sexualidade, raça e modos de existência, tratando a diferença como desvio a ser corrigido. É nesse cenário que a proposta da autora Sofia Favero (2022), com a Psicologia Suja, se apresenta como uma ruptura necessária. Favero propõe sujar a psicologia — isto é, tensionar seus limites, acolher afetos negativos e experiências incômodas como a raiva, o luto, o fracasso e a dissidência, para que possam ocupar um lugar legítimo na escuta clínica. Sujar, aqui, significa resistir à assepsia da norma e aos discursos de adaptação que sustentam violências. E é justamente por isso que precisamos repensar o que compreendemos como "social" na clínica — não apenas como referência ao atendimento de baixo custo, mas como uma radical inserção do social no próprio modo de operar da clínica. Pensar o social é reconhecer que o sofrimento psíquico é atravessado por relações de poder, desigualdades estruturais e experiências coletivas, exigindo uma prática que se afete por essas dimensões, em vez de silenciá-las.

A confluência entre a psicologia clínica e a psicologia social crítica torna-se fundamental quando buscamos uma escuta e uma prática comprometidas com a complexidade da existência humana em contextos marcados por desigualdade, exclusão e violência. Embora partam de tradições epistemológicas distintas — a clínica, mais voltada para os processos subjetivos e individuais; a social crítica, centrada nas relações de poder e nas determinações históricas e coletivas — ambas podem se enriquecer mutuamente quando colocadas em diálogo ético e político. Essa aproximação não implica em homogeneizar seus campos, mas reconhecer que os sofrimentos psíquicos não se produzem no vazio e sim em contextos concretos de vida. Integrar essas perspectivas permite que a clínica deixe de ser um espaço de normatização individualizante e passe a se constituir como uma prática sensível às contradições sociais, à violência estrutural e aos modos de resistência. Assim, a escuta clínica se torna também uma escuta do mundo — e a psicologia, uma prática que se suja de realidade para poder, de fato, cuidar. Nesse sentido, sujar a Psicologia é também desbancar a ideia de neutralidade que ainda persevera no imaginário social acerca dessa profissão, ou seja, desconstruir o entendimento de uma atuação que precisa ser exercida a partir de técnicas que deixam de lado as percepções de mundo e os afetos das pessoas que as exercem.

Este modelo de Psicologia neutra e higienista, foi difundido com veemência especialmente entre as décadas de 1930 e 1970 pela vertente positivista e individualista da ciência, de origem estadunidense, bastante observada no modelo cognitivo-experimental, e que foi disseminada por grande parte do Ocidente, incluindo o Brasil (SILVA, 2019). É um modelo performado pela "cara de paisagem", estereótipo que aponta, dentre outras características, para a suposta necessidade da(o) profissional da área não demonstrar suas emoções ou opiniões enquanto estiver em atuação. Contudo, no Brasil, desde que a Psicologia foi regulamentada, na década de 1960, surge também um entendimento de que apenas o modelo de consultório privado não dá conta da nossa realidade. Não só em solo brasileiro, mas ao redor do mundo, foram surgindo práticas contra-hegemônicas que apostam em outras formas de atuação, buscando "deselitizar" a profissão, deslocando-a dos consultórios e/ou tornando-os mais próximos das realidades e dos contextos onde se inserem (SILVA, RIBEIRO e GONZAGA, 2024). De acordo com Moraes (2010), é exatamente nesta

contra hegemonia que vê-se instituir o contraditório e os necessários tensionamentos no que parecia uníssono, asséptico e estável.

Ao pensarmos em práticas não-hegemônicas na nossa profissão, urge a proposição de formações que consigam se distanciar do viés mercadológico de muitas instituições formadoras no campo da psicologia, que pautam-se num emaranhado de interpretações e descrição dos fenômenos e complexidades humanas desimplicadas com os interesses da população (AMENDOLA, 2014).

O CensoPsi, pesquisa realizada pelo Conselho Federal de Psicologia (2022) que contou com mais de 20 mil participantes e resultou no maior compilado de informações sobre a formação e a atuação na Psicologia brasileira até então, nos permite reproduzir algumas fotografias importantes desse cenário (SILVA, RIBEIRO e GONZAGA, 2024). Destacamos aqui duas delas.

A primeira diz respeito a quem faz a Psicologia no Brasil hoje:

Sobre a raça: a Psicologia é uma profissão majoritariamente feita por pessoas brancas (63%). Já 26% se autodescreve como parda, 8% como preta, 1% como amarela, 0,3% como indígena;

Sobre o gênero: 79% de profissionais se identificam com o gênero feminino, 20% com o gênero masculino. Desses, 99,7% se identificam como pessoas cis e 0,3% como pessoas trans. Já 0,7% das pessoas se identificam como não-binários;

Em relação à orientação sexual: 83,8% se definem como heterossexual, 8% como homossexual, 7,1% como bissexual e 1% como pansexual ou assexual;

Apenas 5% das pessoas que responderam à pesquisa identificaram-se como pessoas com deficiência;

72% das psicólogas e dos psicólogos em atuação se graduaram em instituições privadas de ensino e 27% em instituições públicas.

A segunda nos mostra o perfil das formações em Psicologia:

90% dos cursos de Psicologia no Brasil hoje são de instituições privadas;

A qualidade dos cursos, utilizando a avaliação do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação que realiza pesquisas e avaliações sobre o sistema educacional brasileiro): 20% não possuem avaliação; 7,6% contam com conceito 5; 51,1% possuem conceito 4; 20,6% receberam conceito 3 e 1% conceito 2.

Tais fotografias anunciam que a neutralidade na psicologia é fictícia e tenta esconder a presença das nossas localizações sociais, culturais, históricas e políticas enquanto profissionais dessa área. Do mesmo modo, esses dados revelam porque ainda se sustenta na psicologia um perfil construído e operado por uma estrutura capitalista, cisheteropatriarcal e racista. Entendemos que essa é mais uma construção do projeto moderno-colonial de legitimação e estruturação dos saberes. Nessa área, isso intensifica o risco de que sejam reforçadas relações de dominação por meio da oferta de espaços de atuação pouco cuidadosos e atentos às diversidades, insistentes na descorporificação das pessoas e desinteressados na interseccionalidade.

Diante da figuração hegemônica, que pouco se sustenta se pensarmos o sentido plural da psicologia e de quem a busca, encontramos psicologias que têm se localizado histórica e socialmente, indo além do confronto entre abordagens psicológicas e assumindo as complexidades que dizem da existência humana. Essas "outras psicologias" foram entendendo a necessidade de abandonar algumas terminologias, sentidos e concepções práticas e teóricas que ainda são amplamente compartilhados nos espaços de formação desta profissão. É urgente, pois, pautarmos a interseccionalidade enquanto instrumentalidade que nos ajuda a situar as diversidades. De acordo Carla Akotirene (2019), essa é uma ferramenta imprescindível para a compreensão da inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado - produtores de avenidas identitárias que fazem o entrecruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe reconhecidos, conforme a autora, enquanto

modernos aparatos coloniais. Como seria, então, apostar em uma psicologia clínica que intencionalmente se suja? Uma psicologia clínica que propositadamente busca ser atravessada pela interseccionalidade e a decolonialidade?

A partir do cenário fotográfico apresentado, partimos de três críticas principais às práticas profissionais desimplicadas ética e politicamente. A primeira versa a respeito das técnicas e posturas massificadas e (re)aplicadas, que não consideram os contextos e os marcadores sociais das pessoas que buscam os serviços. Ou seja, o aparato teórico e suas técnicas universalizadas e universalizantes vêm antes da preocupação sobre "quem é essa pessoa que está diante de mim?" e também "quem sou eu quando estou diante dessa pessoa?". A segunda crítica corresponde aos efeitos de ampliação que essas posturas massificadas podem ter no contexto digital e informativo no qual vivemos hoje, já que a psicologia é uma profissão que tem correspondido aos moldes das redes sociais, com conteúdos palatáveis, curtos e reducionistas. Estes conteúdos, que abordam assuntos de forma generalista, individualizante e irresponsável, focam no que pode ter um potencial para viralizar e respondem aos interesses de uma agenda neoliberal. Por fim, retomamos a crítica a respeito das formações em psicologia, uma vez que tais práticas respondem aos currículos de graduação que mais se preocupam em formar empreendedores, mantendo a psicologia no lugar de reprodução dos saberes sintéticos, sem comprometimento com a construção de saberes orgânicos. Como nos indica o mestre Antônio Bispo dos Santos (2023), os saberes sintéticos são os saberes canonizados pela academia, aqueles que se constroem para compor o mundo do consumo, o mundo do Ter. Já os saberes orgânicos são aqueles constitutivos do desenvolvimento do Ser, uma alternativa civilizatória baseada na biointeração, na confluência com saberes populares e de comunidades tradicionais. O aspecto empreendedor da formação em Psicologia cria espaços para reflexões e questionamentos cada vez mais reduzidos, profissionais cada vez menos interessados em políticas públicas, com a ideia de moldar subjetividades sem legados simbólicos, com entendimentos generalistas e descontextualizados (ALEMÁN, 2016).

Essas críticas não se pretendem apenas enquanto pontuações pertinentes, mas construções transformadoras, aberturas para diálogos e fortalecimentos entre as psicologias que estão sujando uma realidade que não nos serve. Destacamos que este não é um desejo isolado e sem precedente, o contrário. Como apontamos anteriormente, em solo brasileiro essa psicologia hegemônica sempre esteve em crise. E como nos apresenta a psicóloga e pensadora indígena guarani Geni Núñez (2019), a descolonização da psicologia é um processo que já vem sendo construído por ativistas, pensadores e pensadoras indígenas e autoras não brancas.

Núñez (2019) nos provoca a questionarmos o fato de que os espaços hegemônicos do saber tenham desconsiderado um arsenal político de discussões. No contexto das ditas "práticas clínicas", tenta-se instaurar um silêncio sobre isso. Mas esse silêncio tem se tornado ensurdecedor, pois é sabido que a colonialidade se expressa na exploração do trabalho, nas hierarquias sócio-raciais, nas subjetividades diminuídas por meio do racismo, do não moderno, nas epistemes que vão traduzindo o mundo de acordo com parâmetros eurocêntricos. É a luz versus a treva, o puro versus o impuro. A dicotomia, o binarismo. Diante disso, torna-se imprescindível que pensemos as práticas clínicas em sua complexidade - indo além dessa escuta individualizante e psicopatologizante - localizando a nossa escuta no complexo emaranhado social e entendendo-a enquanto parte integrante das estruturas de opressão. Entendemos, portanto, que há a necessidade de produzir um borramento da fronteira entre psicologia social e psicologia clínica, sem desconsiderar as suas especificidades epistemológicas, para apostarmos em práticas que se construam em diálogo e que tenham como intento novas dimensões da escuta.

Partindo do olhar da psicologia social crítica, o GT "Fissurando os saberes sintéticos da Psicologia: Interseccionalidade e Decolonialidade nas práticas

clínicas" tem como objetivo facilitar a construção de um espaço de discussões para profissionais e pesquisadoras que desejam apresentar como têm refletido sobre este expressivo campo de atuação - a saber, a prática clínica em seus diferentes contextos - assumindo a decolonialidade e a interseccionalidade enquanto postura e ferramentas analítico-sensibilizadoras de tais práticas. Busca-se, desse modo, pautar coletivamente a produção de práticas clínicas que se saibam cocriadas nas e pelas margens - assumindo o intencional desmantelamento de psicologias clínicas sabidamente higienistas e pouco atentas às necessárias fissuras de um arsenal de abordagens e práticas psicológicas e seus saberes sintéticos.

Entendemos que relatos de pesquisas e práticas profissionais podem contribuir para o compartilhamento de diversidades e apontar críticas aos efeitos de discursos hegemônicos (re)produtores da normatização das existências nas relações cotidianas, além de fomentar reflexões sobre a pertinência de proposições de clínicas críticas, eticamente localizadas e politizadas. Para tal, serão acolhidos trabalhos e discussões oriundas de comunicações de pesquisas, vivências profissionais, em estágios, extensões universitárias e/ou de ativismo.

Nesse sentido, entendemos que o GT proposto dialoga com o tema do encontro na medida em que busca construir um espaço de confluência entre teorias e práticas do "campo psi" que se coloquem como resistência ao modelo de formação ainda eurocentrado, colonialista e neoliberal - entendendo que a prática clínica é também uma prática de mudança social que necessita dialogar com epistemologias interseccionais e decoloniais. O GT proposto está diretamente ligado ao eixo temático 02 "História, epistemologias e formação em Psicologia Social", pois, levando em conta o percurso histórico das epistemes que estruturam as práticas psicológicas (e psicologizantes), busca abrir espaço para a necessária fissura dos/nos saberes sintéticos (BISPO DOS SANTOS, 2023), além de tensionar os efeitos da formação em Psicologia para a atuação.

Referências

AKOTIRENE, Carla. O que é interseccionalidade? Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018.

ALEMÁN, Jorge. Horizontes neoliberales en la subjetividad. Olivos: Grama Ediciones, 2016.

AMENDOLA, Marcia Ferreira. Formação em Psicologia, Demandas Sociais Contemporâneas e

Ética: uma perspectiva. Psicologia: Ciência e Profissão, 34, 4, p.971-983, 2014.

BISPO DOS SANTOS, Antônio. A terra dá, a terra quer. 1. ed. São Paulo: Ubu; Piseagrama, 2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Brasil). Quem faz a psicologia brasileira? Um olhar sobre o presente para construir o futuro: formação e inserção no mundo do trabalho. Volume I. Brasília : CFP, 2022.

MORAES, Dênis de. Comunicação, Hegemonia e Contra-Hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. Revista Debates, Porto Alegre, v.4, n.1, p. 54-77, jan.-jun, 2010.

FAVERO, Sofia. Psicologia suja. São Paulo: Editora Devires, 2022.

NÚNEZ, Geni. Descolonização do pensamento psicológico. Plural: valorização profissional em tempos de 'novas' práticas em Psicologia, Florianópolis, p. 06 - 11, 21 ago. 2019.

SILVA, Camilla; RIBEIRO, Diana; GONZAGA, Domitila. Ampliando Frestas e Possibilidades na Formação Continuada em Psicologia. Sul-Sul-Revista de Ciências Humanas e Sociais, v. 5, n. 1, p. 157-177, 2024.

SILVA, Gervásio de Araújo Marques da. A crise da psicologia social brasileira: apontamentos históricos. Arquivos Brasileiros de Psicologia, 71(3), 48-63, 2019.

GT 21: Gênero, sexualidade e educação: apostas decoloniais

Maria Lucia Chaves Lima (UFPA), Jullyane Chagas Barboza Brasilino (UPE), Bárbara Araújo Sordi (UNIFAMAZ)

Resumo: Este Grupo de Trabalho tem como objetivo dar visibilidade à diversidade de produções científicas em psicologia social sobre gênero, sexualidade e educação, a partir de uma perspectiva decolonial, reunindo trabalhos na interface entre a produção acadêmica e o ativismo em direitos humanos, especialmente de orientação feminista, LGBTQIAPN+ e antirracista.

Pretende-se aprovar trabalhos que priorizem a criação de espaços de discussões sobre gênero e sexualidade que se afastam da ideia de vigilância e controle, que visam a docilidade de corpos (Foucault, 2003).

Um corpo escolarizado é treinado para permanecer em silêncio, é ensinado a ser disciplinado e lhe é instituído que adie sua sexualidade para vivenciá-la, explorá-la e até mesmo pensá-la, para além da vida adulta, somente depois da escola (LOURO, 1997). Assim, refletindo que as questões de gênero e sexualidade não são identidades acabadas, e sim construídas socialmente; bem como relacionando esse fato à consciência do caráter social - por consequência, de construção de indivíduos, crenças e pressupostos -, a interface entre Psicologia Social, gênero, sexualidade e educação se faz pertinente.

Nosso objetivo principal é remeter à discussão sobre gênero, sexualidade e educação a uma arte de viver, especialmente orientada pela perspectiva decolonial.

A proposta decolonial, afirma Santos (2018), além de denunciar a colonialidade de poder, propõe um movimento insurgente de rompimento com a base epistêmica moderna. Nessa direção, Lugones (2014) propôs uma nova lente de análise ao considerar que o sistema-mundo deveria ser lido como um "sistema moderno colonial de gênero", com sua criação moderna de categorias homogêneas, separáveis e binárias (homem x mulher) sendo utilizada como dispositivo primordial para a consolidação e a permanência do capitalismo/modernidade, sobre marcadores de raça/etnia, gênero e sexualidade.

A matriz colonial de gênero, proposta por Lugones (2014), é atravessada pelas diferentes formas de colonialidade: a de poder (que envolve relações econômicas, espaços, leis, instituições, religiosidades), a de saber (com discurso científico que propõe uma verdade universal e absoluta, "globalizada", e atravessa as formações acadêmicas, consumo literário e leituras de mundo a partir da perspectiva europeia) e a de ser, que afeta emocionalidades, performances, sonhos, desejos, ideais, autoimagens, referências e afins. Sendo estas colonizações um processo que em solos brasileiros se inaugurou desde a invasão portuguesa, de diversas formas, inclusive com a utilização de práticas de violência, como a coerção.

Nessa trilha, Gomes (2018) propõe gênero como categoria de análise decolonial, pois, além de desestabilizar as noções de "homem", "homens", "mulher", "mulheres", "humano", "sexo" e "corpo", exige que esses termos sejam analisados sob o signo de raça, dentro da compreensão da Modernidade colonial, fazendo com que tais termos precisem se submeter a uma epistemologia performativa-decolonial.

Utilizando a afirmativa de Butler sobre o gênero ser um modo de fazer perguntas, não necessariamente nefasto ou emancipatório, Gomes (2018) faz uma provocação ao afirmar que nem toda teoria de gênero e seus usos são uma expansão sobre a condição do "humano", posto que podem se manter em análises antropocêntricas, assentando-se na posição humano/não humano. É

preciso, portanto, que as perguntas sejam performativas-decoloniais, isto é, que desativem pressupostos essencialistas subjetivantes.

Nessa emergência de debate, surge a importância de pensar uma Psicologia Feminista decolonial, isto é, que avance nas proposições da Psicologia Feminista no sentido de se propor dialogar com saberes locais, com marcadores históricos da colonização, reconhecendo a pluralidade brasileira, especialmente a amazônida.

Dessa maneira, ampliando os conceitos da Psicologia Feminista, a Psicologia Feminista decolonial se apresenta como um pilar de compreensão da subjetivação humana, das relações, dos espaços, das leis, das instituições, assim como das práticas psis, visando a um manejo técnico engajado na descolonização de ser-saber-poder, a partir do reconhecimento de si enquanto sujeito político, coletivo, histórico, e a partir do resgate de saberes ancestrais e da possibilidade de emergência do novo pelo encontro, tendo como eixo norteador as perguntas performativas-decoloniais.

Nesse sentido, o GT se relaciona com o tema geral do XXIII Encontro Nacional de Psicologia Social da ABRAPSO, "Aliança dos povos: a psicologia social face à destruição de todas as formas de vida", uma vez que pretende receber trabalhos sobre gênero/sexualidade e educação que rompam com o saber epistêmico hegemônico dentro da Psicologia Social. Esperamos reunir apresentações sobre iniciativas que aliem debates em campos de saber diversos e interdisciplinares, promovendo modos de fazer ciência que reflitam criticamente sobre os lugares de privilégios sexistas no campo epistemológico e superem a universalidade reducionista. Uma Psicologia Social que opere a partir do conceito de decolonialidade, ou seja, considerando o atravessamento de questões étnicas, raciais, especistas, culturais, de gênero, sexualidade, de classe social e território na sua atuação com pessoas ou comunidades, comprometendo-se com projetos de vida diversificados e de enfrentamento a necropolítica. Portanto, uma psicologia social que dialoga com estudos históricos, geográficos, antropológicos, filosóficos, sociológicos, com o saber popular e as sabedorias ancestrais.

Portanto, esse GT - inserido no eixo temático 12: Gênero, Sexualidades e Intersecções – está aberto a receber trabalhos que visem dialogar, a partir de uma Psicologia Social Crítica, sobre os mais diversos temas presentes na interface entre gênero/sexualidade, educação e decolonialidade, tais como educação sexual, seja no contexto escolar, na saúde ou comunidade; desigualdade de gênero na educação; práticas pedagógicas e terapêuticas inclusivas para diversidade de gênero; inclusão de pessoas trans e não-binárias no sistema educacional; transfobia e homofobia nas escolas; políticas públicas de gênero e educação no Brasil; educação antidiscriminatória e currículo escolar; experiências escolares de estudantes LGBTQIAPN+; gênero e evasão escolar, entre outras temáticas.

Espera-se que os trabalhos apresentados neste GT, que podem ser originados de pesquisas, experiências profissionais, de estágio/extensão ou artísticas/inventivas, dialoguem com o cenário político mais amplo que, nos últimos anos, promoveu, entre outras coisas, impasses ao desenvolvimento de estudos em gênero e sexualidade a partir de expressas ofensivas antigênero.

Pretende-se que os trabalhos submetidos a este GT possam não apenas dialogar sobre resultados e análises produzidos, mas sobretudo sobre as questões que mobilizaram o desenvolvimento de seus trabalhos de pesquisa e sobre as escolhas metodológicas, com destaques às dificuldades, obstáculos, ajustes e reorientações necessárias no curso do trabalho.

Por fim, almeja-se um espaço de diálogo crítico e de trocas de experiências regionais que possam fomentar novas práticas e difundir as existentes, considerando-as fundamentais para fissurar colonialidade de poder, ser e

saber fundada na matriz colonial de gênero, e para promoção e consolidação da práxis de psicologia feminista decolonial.

Palavras-chave: gênero, sexualidade, educação, decolonialidade, feminismo.

Referências

FOUCAULT, Michel. A História da Sexualidade I: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.

SANTOS, Vivian Matias do. Notas desobedientes: decolonialidade e a con tribuição para a crítica feminista à ciência. Psicologia e sociedade, 30, 2018.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista. Vozes, Rio de Janeiro, p. 14-36, 1997.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. Tabula Rasa. Bogotá. Nº 9: 73 101, jul-dez., 2008.

GOMES, Camilla de Magalhães. Gênero como categoria de análise decolo nial. Dossiê: Gênero e sexualidade. Civitas, Rev. Ciênc. Soc. 18 (1), Jan--Abr., 2018.

GT 22: Interseccionalidade, investigação-ação participativa e psicologia comunitária nas relações de gênero, sexualidades e violências

Consuelena Lopes Leitão (UFAM), Aline Maria Barbosa Domício Sousa (UNIFOR), Maria da Conceição de Oliveira Carvalho Nogueira (Universidade do Porto)

Resumo: Este Grupo de Trabalho propõe uma abordagem integrada para estudar as complexas relações entre gênero, sexualidades e violências, articulando três perspectivas fundamentais: a interseccionalidade, a investigação-ação participativa e a psicologia comunitária de base latino-americana. Como destacam Nogueira (2019) e Ibañez (1996), "a responsabilidade enquanto psicólogos é da responsabilidade de elegermos os conhecimentos que queremos produzir, no nosso caso um conhecimento libertador, emancipador, que traga para arena as lutas das pessoas contra a dominação". Esta premissa orienta nosso compromisso em construir uma psicologia que se oponha às estruturas de dominação, transformando-se em ferramenta de libertação.

Nosso objetivo central é desenvolver intervenções transformadoras que promovam cidadania e inclusão, considerando as múltiplas dimensões das opressões. Como afirma Lopes (2025), "não se assume, nessa proposta, que uma política aparentemente unificada de vivenciar a fronteira resultará necessariamente em emancipação, pelo contrário, busca-se construir um conteúdo que seja contextualizado às nuances e complexidades das experiências vívidas". Esta perspectiva nos alerta para a importância de abordagens situadas e atentas às particularidades dos contextos.

Do ponto de vista epistemológico, esta proposta se fundamenta na crítica decolonial aos paradigmas hegemônicos em psicologia social, problematizando a colonialidade do saber e do poder (Quijano, 2000; Grosfoguel, 2016). A abordagem teórico-metodológica dialoga criticamente com a psicologia da libertação de Martín-Baró (1998), que propõe uma desnaturalização das opressões a partir das necessidades concretas das populações marginalizadas. Esta perspectiva permite questionar modelos psicológicos eurocêntricos e construir alternativas epistemológicas emergentes das realidades latino-americanas, articulando saberes acadêmicos e populares de forma contra-hegemônica.

Partimos do reconhecimento, tal como enfatiza Aline Domício (2013), de que as violências de gênero se manifestam de forma diferenciada quando intersectadas por marcadores como raça, classe, idade, território, gênero e sexualidade. A perspectiva interseccional, fundamentada em Crenshaw (1989) e Akotirene (2018), nos permite analisar essas sobreposições de opressão e desenvolver respostas mais efetivas e críticas nas realidades interseccionais propostas.

Combinamos esta abordagem com a Investigação-Ação Participante (IAPA) conforme proposto por Fals Borda (2009) e Carrillo (2010). A IAPA se configura como método de investigação que integra conhecimento e ação simultaneamente, servindo como ferramenta para promover mudanças educativas e socioculturais. Esta metodologia implica a participação ativa tanto do pesquisador quanto dos sujeitos envolvidos no processo investigativo, rompendo com a tradicional dicotomia sujeito-objeto da pesquisa convencional. De forma complementar, adota-se uma perspectiva qualitativa crítica (Kincheloe & McLaren, 2015) que concebe a pesquisa como prática sócio-política. Os procedimentos combinam análise crítica do discurso (Foucault ,1987) com etnografias críticas em territórios periféricos (Madison, 2012), complementadas pela pesquisa-ação participativa emancipatória (Fals Borda, 2015) e sistematização de

experiências (Jara, 2018). Esta abordagem metodológica mista permite não apenas compreender as realidades estudadas, mas intervir de forma transformadora, produzindo conhecimentos situados.

O GT acolhe ainda metodologias participativas como a pesquisa-ação (Thiollent, 2011) e os princípios da psicologia comunitária (Montero, 2004), criando um modelo de trabalho que valoriza o conhecimento local e a transformação social, que incluem (1) feminilidades, masculinidades, infância e adolescências - contextualizando as construções não-hegemônicas e estratégias para romper com ciclos de violência; (2) crianças e adolescentes - com foco em educação sexual interseccional e prevenção de violências; (3) relações de poder - investigando hierarquias de gênero em instituições como escolas e serviços de saúde; (4) territórios - desenvolvendo atividades comunitárias locais em contextos rurais e urbanos.

Metodologicamente, adotamos procedimentos participativos como diagnósticos comunitários, rodas de conversa, formação de agentes multiplicadores, oficinas temáticas e sistematização de experiências. Priorizamos parcerias com movimentos sociais de base, escolas públicas, serviços de saúde e socioassistenciais nos territórios, garantindo que a produção acadêmica dialogue com as necessidades específicas das populações locais.

Como resultados, buscamos: produzir conhecimento crítico sobre as interseccionalidades das violências; desenvolver protocolos de intervenção para profissionais; criar materiais educativos acessíveis; e fortalecer redes de colaboração entre Brasil e Portugal. Nossa abordagem se diferencia pela ênfase na práxis e pelo compromisso com transformações sociais concretas, alinhando-se ao que Conceição Nogueira (2019) destaca sobre a necessidade de fazer da psicologia uma prática verdadeiramente libertadora.

Envolvemos ainda reflexões sobre a educação popular (Freire, 2000; Gadotti e Torres, 1994) e a pedagogia decolonial, que sinaliza a necessidade de adequação da ciência psicológica aos contextos geográficos, culturais e sociohistóricos concretos para a construção de uma ciência própria e latino-americana (Fals Borda & Mora-Osejo, 2007). Como aponta Aline Domício (2013), essa contextualização é fundamental para que as intervenções de fato respondam às complexidades das experiências vividas pelas comunidades.

A fundamentação teórica articula três eixos analíticos principais. A teoria interseccional crítica na psicologia (Nogueira, 2019) oferece ferramentas para compreender os entrelaçamentos estruturais das opressões, superando análises fragmentadas. Os estudos feministas decoloniais (Lugones, 2008) contribuem para desvelar a matriz colonial do gênero e suas manifestações contemporâneas. Por fim, a psicologia social comunitária latino-americana (Montero, 2004) fornece o substrato ético-político para intervenções comprometidas com a transformação social. Esta tríade conceitual permite analisar as violências de gênero como manifestações de estruturas complexas de dominação que se retroalimentam.

Como contribuição teórica original, propõe-se o conceito de "interseccionalidade situada", que busca superar generalizações abstratas através da análise contextualizada das imbricações entre marcadores sociais em territórios específicos. Este conceito emerge das experiências de pesquisa-intervenção do grupo e representa um esforço de teorização a partir de realidades locais, contribuindo para o debate sobre interseccionalidade na psicologia social crítica.

No que concerne à produção e socialização do conhecimento, o grupo adota uma abordagem multidimensional que valoriza tanto a rigorosidade acadêmica quanto o impacto social. Privilegiamos a construção coletiva de saberes através de processos

dialógicos que articulam universidade e comunidades, promovendo encontros entre diferentes formas de conhecimento. Desenvolvemos estratégias de devolução do conhecimento produzido às comunidades participantes, criando canais de comunicação bidirecionais que ultrapassam os muros acadêmicos. Investimos na formação de pesquisadores críticos através de processos de orientação que vão desde a iniciação científica até a pós-graduação, enfatizando a indissociabilidade entre teoria e prática. Paralelamente, fortalecemos redes de colaboração interinstitucionais que ampliam o alcance das intervenções e potencializam trocas de experiências entre diferentes contextos territoriais e culturais.

A proposta se distingue por superar dicotomias estéreis entre teoria e prática, entre produção de conhecimento e transformação social. Assume-se o desafio de construir uma psicologia social que conjugue rigor acadêmico com compromisso político radical com a superação das opressões. Neste sentido, o grupo se propõe a contribuir para o desenvolvimento de uma psicologia verdadeiramente emancipatória, capaz de responder aos complexos desafios das sociedades contemporâneas.

Coordenado por Aline Domício (UNIFOR), Conceição Nogueira (FPCEUP) e Consuelena Lopes Leitão (UFAM), este GT propõe um espaço plural para pesquisadores/as e ativistas comprometidos com a justiça social. Acreditamos, conforme a perspectiva de Consuelena Lopes (2025), que somente através de abordagens interseccionais, críticas e participativas - atentas às nuances e contradições dos contextos reais - podemos enfrentar efetivamente as manifestações das violências de gênero e poder na contemporaneidade. Esta proposta se consolida como um esforço coletivo para construir conhecimentos e práticas psicológicas verdadeiramente comprometidas com a emancipação e a transformação social.

GT 23: Intersetorialidade, práticas de enfrentamento a violências e produção de vulnerabilidade na política penal colonial brasileira

Luisa Bertrami D'Angelo (UERJ), Roberta Brasilino Barbosa, Isabel Scrivano M. Santa Bárbara (IFRJ)

Resumo: O Brasil é um país cujas relações sociais foram forjadas a partir da lógica colonial (Santos, 2015), sendo por isso indispensável a consideração das implicações desse marco em toda prática profissional, em qualquer política pública. Neste sentido, destacamos na lógica colonial, em especial, seu aspecto fundador de racismo, que hierarquiza hábitos, culturas, territórios de pessoas brancas e não brancas neste país. Hierarquiza e criminaliza. Criminaliza e incrimina (Barbosa & Bicalho, 2014), estratégias distintas que podem (incriminação) ou não (criminalização) se valer de normas positivadas para justificar a manutenção de privilégios da branquitude (Schucman, 2012) brasileira. Nas últimas décadas, a questão penitenciária passou a ser abordada a partir de novos paradigmas, redefinindo seus princípios e finalidades. Se, antes, a prisão e as políticas penitenciárias eram o foco da intervenção estatal, hoje pode-se dizer que os limites físicos da prisão foram alargados, de modo que o olhar para a privação de liberdade como única expressão da questão penitenciária dá lugar à perspectiva da "política penal", entendida como a política pública que, em articulação com as demais políticas setoriais, o sistema de justiça e a segurança pública, visa promover a gestão dos processos de responsabilização penal no país. Assim, para além dos estabelecimentos prisionais e diferentes regimes de cumprimento de pena, a política penal engloba, ainda, o contexto das audiências de custódia, das alternativas penais, como as Centrais Integradas de Alternativas Penais e Centrais de Monitoração Eletrônica, da justiça restaurativa e dos serviços a pessoas egressas do sistema prisional e suas famílias. Nesse cenário de ampliação e alargamento das intervenções do Estado nos processos de responsabilização penal, ampliam-se também as demandas em relação a práticas (e aqui partimos do pressuposto de que toda pesquisa também é uma prática, tal qual afirmam Passos, Kastrup & Escóssia, 2009) da Psicologia, um dos saberes convocados a atuar. Mas de que forma a Psicologia vem se afirmando/quer se afirmar nessa interface com a política penal de um país com lastros coloniais como o Brasil? Diante da relação historicamente complexa entre a Psicologia e o campo penal, em que os saberes psi foram acionados para reafirmar perspectivas racistas, coloniais e produtoras de violência em relação aos sujeitos e grupos vulnerabilizados e capturados pelas malhas da seletividade penal, que lugar outro pode ocupar a Psicologia diante das constantes transformações da política penal? Esses são alguns dos questionamentos que conduzem a proposta deste grupo de trabalho (GT), diretamente relacionado ao eixo temático de número 5: Assistência Social, vulnerabilidades, violências e promoção de direitos humanos. Aqui não se pretende encontrar respostas fixas e imutáveis, mas sim movimentar reflexões críticas acerca dos limites e potencialidades das intervenções da Psicologia neste campo, a partir da perspectiva da psicologia social jurídica e da criminologia crítica. Neste cenário de transformação e consolidação de novos paradigmas, a política penal enfrenta importantes desafios para operacionalizar a dimensão intersetorial que sustenta a própria noção de política pública; fechada em si mesma por séculos, a prisão, hoje, é tensionada pela necessidade de fazer passar por entre os muros integrações que garantam as articulações necessárias à promoção e garantia de direitos das pessoas afetadas pelo sistema de justiça criminal. Assim, apesar da intersetorialidade e do trabalho em rede serem, de fato, desafiadores para qualquer política pública, para a política penal tais desafios amplificam-se tanto pelo fato de tais debates serem ainda recentes neste campo, quanto por se somarem aos desafios

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

históricos de uma política que é historicamente construída a partir da lógica colonial, de controle e violência, entre pessoas brancas e não brancas deste país. Deste modo, o GT pretende discutir não só os desafios para a atuação intersetorial no campo da política penal, mas também a importância destas articulações para o enfrentamento às violências produzidas e acirradas pela própria política penal. Partindo dessas reflexões, este grupo de trabalho (GT) tem como objetivo discutir pesquisas e práticas nos campos da psicologia social, da psicologia jurídica e da criminologia crítica que abordem processos de vulnerabilização e de enfrentamento à violência na interlocução da política penal com as demais políticas públicas. Pretende-se articular discussões intersetoriais no campo das políticas públicas que partam do reconhecimento dos impactos do racismo e da colonialidade como fundantes das práticas estatais contemporâneas e que investiguem as atualizações do sistema colonial nos dias atuais. Poderão ser acolhidos trabalhos teóricos, pesquisas de campo, relatos de experiências e de práticas profissionais desenvolvidos na interface da política penal, tanto no sistema prisional, quanto no âmbito das alternativas penais, com outras políticas públicas. Interessa-nos promover a partir do GT um espaço de discussão com pesquisas e outras práticas profissionais desenvolvidas no campo das políticas públicas de educação, saúde, trabalho e assistência social, em atuação intersetorial com a política penal brasileira, tendo como premissas o enfrentamento a violências e a produção de vulnerabilidade. E é neste sentido que o GT se relaciona com o tema central do 23º Encontro Nacional da ABRAPSO, o primeiro realizado na região norte do Brasil: assumimos o compromisso de operacionalizar a construção de um saber no âmbito da Psicologia Social que se posiciona frente a destruição de algumas formas de vida, que ocorrem no campo das políticas públicas brasileiras (inclusive no da política penal). Posiciona-se fazendo rede, responde com a intersetorialidade. Por fim, é também nosso interesse constituir a partir do GT mais uma rede, em que as integrantes interessadas possam compartilhar uma publicação comum, uma forma de publicizar as reflexões fomentadas no encontro. Referências: Barbosa, Roberta Brasilino & Bicalho, Pedro Paulo Gastalho de (2014). O modo indivíduo nas políticas públicas sobre drogas no Brasil e as encomendas endereçadas à psicologia. Revista Polis e Psique. 4 (2): 230-249. / Passos, Eduardo & Kastrup, Virgínia & Escóssia, Liliana da (2009). Pistas do método da cartografia: Pesquisa intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina. / Santos, Antônio Bispo (2015). COLONIZAÇÃO, QUILOMBOS: Modos e Significações. Brasília: AYÔ. / Schucman, Lia Vainer (2012). Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo": raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana (tese de doutorado). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

GT 24: Memória, Reparação Histórica, Lutas por Direitos e Redistribuição

Luis Guilherme Galeao-Silva (Instituto de Psicologia da USP), Fauston Negreiros (UNB), Diego da Silva Placido (USP)

Resumo: Este Grupo de Trabalho tem como objetivo debater, a partir da Psicologia Política e da Psicologia Social Crítica, os conceitos, as ações e as interconexões entre: a Memória Social; a Reparação Histórica e as Lutas por Direitos e Redistribuição. Os cenários de opressão e dominação estão presentes no cotidiano dos povos latino americanos, em especial para os povos tradicionais e ameaçados pela crise climática, por meio de uma política de morte, da violência e das violações de direitos. As alianças entre os oprimidos e questionamentos à colonialidade do conhecimento por vezes são forças motrizes de lutas por reconhecimento, indicando a importância da memória social, como forma de socialização e transmissão de experiências coletivas.

Assim, convidamos a todos as interessadas em compartilhar experiências acadêmicas, profissionais e de mobilização social, com foco em diferentes formas de resistência e insurgência, para promovermos debates críticos sobre as perspectivas de políticas emancipatórias e libertadoras.

A memória social é um trabalho que ocorre no presente. Tecer este ofício leva a necessidade da Reparação Histórica das injustiças, do racismo, do sexismo, da opressão e da dominação. Desta maneira, partimos de um pressuposto - não há reparação sem memória. Para que elas sejam válidas, como efetivação da justiça social e de reconhecimento, suas ações devem ter os termos dos oprimidos, aqueles que resistem à colonialidade no Brasil, na América Latina e em relação a todas as formas de vida.

A normatividade também é campo do colonialismo. Os direitos são objeto de lutas sociais significativas, como o direito ao bem viver, à saúde, bem como outros necessários à dignidade dos seres viventes. As lutas sociais impulsionam transformações dos direitos humanos para além de uma plataforma inicial relacionada ao ocidente e as forças políticas dominantes. Direitos como os sexuais, a renda, e moradia digna se somam hoje ao direito à memória. Este se inscreve como parte da integralidade dos direitos humanos, ou seja, não garantia da dignidade da pessoa humana e dos entes da natureza sem todo o conjunto de direitos.

Logo, a memória e a reparação são indissociáveis das reflexões e das experiências de Lutas por direitos e redistribuição. Os direitos são expectativas e instrumentos de reconhecimento social, já a redistribuição é a realocação de bens divisíveis, desigualmente distribuídos, a partir de marcadores da desigualdade e da dominação. Assim, tanto a memória passa a ser instrumento das lutas, quanto as próprias lutas demandam o trabalho da memória na medida em que formam a luta social. A memória e a reparação histórica são instrumentos interessantes para a reconciliação entre os povos oprimidos e são necessárias para a sua aliança e outras formas de reunião e aliança na luta por transformações sociais e na relação com a natureza.

O tema do encontro: “Aliança dos povos: Psicologia Social face à destruição de todas as formas de vida" nos inspira para a formulação da nossa proposta. O GT - Memória, Reparação Histórica, Lutas por Direitos e Redistribuição, visará uma análise a partir do cotidiano das lutas sociais, o contexto sócio-político atual, em que assistimos ao recrudescimento das pautas autoritárias e da lógica privatista, sobretudo, naquilo que tange à privação de direitos. Assim, é urgente refletirmos sobre as diversas formas de resistência e enfrentamento que contribuam para trilharmos caminhos de transformação social e valorização da vida. A aliança dos povos é forma e conteúdo de resistência e projetos de transformações sociais e ambientais. Estas formas de resistência, que articulam as lutas por direitos e redistribuição, se aliam com o trabalho da memória e das demandas por reparação histórica.

A política precisa ser resgatada do seu uso instrumental por uma compreensão crítica. A resistência e as existências dos povos oprimidos e outros seres vivos são atos de insurgência contra a dominação e a destruição ambiental. Nesta perspectiva não há o enfrentamento da crise climática sem uma mudança de patamar na organização e luta políticas. Neste sentido a psicologia política de matriz crítica passa a ser instrumento das demandas dos movimentos sociais em prol de uma democracia social e ambiental. A redistribuição dos produtos, do valor do cuidado e o reconhecimento do protagonismo e direitos dos seres vivos são finalidades políticas no sentido forte do termo.

O eixo temático escolhido foi o de número 04. Direitos, movimentos sociais e desafios à Democracia. Porque a psicologia social e a psicologia política tem como objeto de crítica o papel do Estado na sociedade Latino-Americana, quer como agente de políticas públicas que efetivem direitos, quer como força opressora das demandas por direitos e redistribuição dos bens sociais. A segunda forma é como a expressão do colonialismo e da colonialidade dos saberes, historicamente mais presente na América Latina e no Sul Global, mantém a opressão social, por meio de práticas violentas contra a população, em especial nas intersecções raça, classe e gênero. A crítica social analisa que não há democracia sem equidade social. É necessário distinguir o regime que apresenta regras democráticas meramente formais de organização do poder que se auto denominam democracias sem, contudo, garantir nem o direito à vida. Assim, consideramos que a psicologia social crítica é instrumento de movimentos sociais que almejam a libertação, emancipação e a garantia de formas diversas de vida que almejam a democracia efetiva.

Para a Psicologia Social Crítica a psicologia e a psicologia social são ciências originadas de saberes coloniais com objetivo explícitos de identificação, destinação e, se possível, adaptação dos desviantes das normas sociais. A psicologia social crítica por outro lado reflete sobre essa associação à dominação e à opressão para rejeitar este vetor em prol de outro sentido. Este novo sentido está situado na territorialidade, nas resistências e nas insurgências dos povos. Deste modo, a memória é instrumento de recontar a história dos vencidos, dos oprimidos. Também é exercício de militância e transmissão de raízes das formas de luta por emancipação e libertação.

As discussões e reflexões sobre memória social e reparação histórica são um campo fértil para a compreensão tanto de metodologias de ação e pesquisa quanto para teorias intrinsecamente relacionadas a práxis. Neste sentido acolhemos neste grupo diferentes teorias e práticas da psicologia social crítica.

Os tipos de trabalhos esperados neste GT devem seguir relacionados com pelo menos um dos temas chave: 1. Memória; 2. Reparação Histórica; 3. Lutas por Direitos e Redistribuição. Serão aceitos trabalhos acadêmicos de orientação teórico-metodológica plurais, experiências de resistência, intervenções de insurgência e relatos também provenientes de organizações comunitárias e movimentos sociais. A partir da participação de todas/os/es promovemos dialogias críticas acerca das lutas por direitos e redistribuição, incluindo a memória social e a reparação histórica como agentes deste debate. Espera-se promover debates intersetoriais, interdisciplinares e interseccionais sobre as estratégias de resistência e insurgência a favor da emancipação, libertação e do bem viver.

Os tipos de trabalhos esperados neste GT devem seguir relacionados com pelo menos um dos temas chave: 1. Memória; 2. Reparação Histórica; 3. Lutas por Direitos e Redistribuição. Serão aceitos trabalhos acadêmicos de orientação teórico-metodológica plurais, experiências de resistência, intervenções de insurgência e relatos também provenientes de organizações comunitárias e movimentos sociais. A partir da participação de todas/os/es promovemos dialogias críticas acerca das lutas por direitos e redistribuição, incluindo a memória social e a reparação histórica como agentes deste debate. Espera-se promover debates intersetoriais, interdisciplinares e interseccionais sobre as estratégias de resistência e insurgência a favor da emancipação, libertação e do bem viver.

GT 25: Memória, sonhos e insurgência.

Carlos Eduardo Silva Feitosa (SEMTAS), Wamberto da Silva Medeiros (UFRN), Marcelo de Almeida Ferreri (UFS)

Resumo: A Psicologia Social, como campo de estudo e prática, tem um papel crucial em momentos de crise e na instituição de estados de exceção. Historicamente comprometida com a compreensão das dinâmicas sociais e com a promoção do bem-estar coletivo, por meio de agenciamentos com diferentes esferas da produção de saber, a Psicologia Social nos convoca a assumir um posicionamento político de responsabilidade e enfrentamento às políticas de morte e apagamento de pessoas, grupos, pensamentos e histórias. Assim, nos questionamos: como falar de uma psicologia que assuma esse compromisso? Como contar histórias de práticas potentes que estão por aí, dividindo memórias dos pequenos e grandes feitos que, também em toda parte, afastam a opressão? Como sonhar e pôr em movimento saberes e fazeres que se insurgem contra o quadro apocalíptico vendido em todo canto? Diante do cenário atual, marcado pela ascensão de uma política nacional e internacional de extrema direita, que reivindica as vestes do fascismo, encontramos nas produções artísticas, nas tecnologias e nos saberes dissidentes potentes fontes de agenciamento produtoras de resistência. Nesse sentido, a proposta do Grupo de Trabalho "Memória, sonhos e insurgências" alinha-se ao Eixo Temático 13 — "Insurgências ético-estético-políticas: artes, tecnologias e subjetivação" —, com o objetivo de discutir produções que tomem as esferas da memória e do sonho como elementos importantes na experimentação de modos insurgentes de atuação contra estados aparentemente inquebrantáveis e opressivos de realidade. Por meio de um compromisso ético-estético-político da psicologia com os demais conhecimentos acadêmicos e populares, na invenção de práticas e saberes de formas artísticas, sociais e políticas de expressão, procuramos tensionar a produção de subjetividades que façam enfrentamento ao fascismo cotidiano e mortífero, por meio de experimentações de vida e de outras formas de construção de realidades possíveis de serem vividas, articulando a afirmação da memória e a produção de sonhos como práticas insurgentes de enfrentamento. A proposta do presente GT coaduna com o tema do encontro ao propor um posicionamento ético-político de afirmação da vida a partir das ideias de aliança e da afirmação da diferença. Por meio delas, nos propomos a testemunhar as memórias e histórias precarizadas pelo projeto colonial capitalista que caracteriza o Brasil — do chamado dos mortos ao reconhecimento de suas existências —, ao passo em que desejamos o porvir, encontrando nos sonhos matéria capaz de costurar múltiplas esferas de tempo e de articular o desejo na construção de outros mundos possíveis. Tomamos a ideia de memória a partir de um campo político, coletivo, de enunciação que transversaliza os corpos e traz a possibilidade da criação de novos porvires. Abordamos a memória em sua dimensão minoritária e disruptiva para pensar as relações de poder, encontrando nas diferentes modalidades de produções artísticas o caráter subversivo que tensiona uma "memória oficial", historicamente estabelecida por meio de processos de dominação e barbárie. Apontamos aqui o caráter artesanal da produção artística como forma de afirmar memórias menores, de produzir cortes em uma história maior, de criar desvios e de construir diferentes dispositivos que articulem passado e presente, com vistas ao futuro. A perspectiva de sonho que utilizamos aqui está em relação de afinidade com ideias que consideram seu potencial criativo articulado a realidades necessariamente partilhadas. Aproximamo-nos de pensamentos que entendem o sonho como meio para mover as coisas de seu lugar já dado, para a construção de conhecimento e para a abertura de conexões, o desconfinamento e a

criação partilhada de mundos. Essas ideias e propostas são encontradas nas palavras do pensamento ameríndio e nos incitam a ir além da faceta representacional individualizante que a tradição psicológica nos lega, agregando a ela outras facetas — de viagem, criação, errância, fuga, relação e resistência. Além da interpretação, que agenciamentos são possíveis para o sonhar? É na aposta de que é preciso fazer algo com o que sonhamos, de que é preciso agir para efetivá-los ou contraefetivá-los, que o afirmamos como meio de atualização, animação e recomposição da memória e de atuação para a transformação do presente, de insurgência transgressora de toda forma de opressão. No que diz respeito à insurgência, a consideramos tanto efeito quanto estopim e catalisador dos processos subversivos de afirmar existências que se querem destruídas ou apagadas. Nesse aspecto, memória e sonho se rebelam frente a processos históricos e cotidianos de dominação. Lidar com os restos e fazer deles produtos do desejo, da vida e da existência requer uma posição insurgente frente à dominação, por meio de ações que privilegiam tanto o coletivo quanto as ações políticas reivindicadas por sujeitos, grupos sociais e demais movimentos de contestação, por meio de expressões que transitam entre a arte e as tecnologias, produzindo alianças. Dessa forma, o presente GT parte da ideia de agenciamento de expressões artísticas com a política e a psicologia, como forma de produção de tensões e questionamentos institucionais e sociais. Propõe-se a pensar o processo de criação como elemento que potencializa e afirma a vida por meio de componentes como a história, a memória e os sonhos, como armas de afirmação de existências, realidades e mundos, por meio da insurreição político-social que a arte proporciona em suas mais diferentes expressões. O Grupo de Trabalho proposto parte da perspectiva de uma psicologia crítica, que sustenta um compromisso ético, estético e político com a afirmação da vida, das histórias precarizadas e da produção e do trabalho por meio do encontro e da aliança com a diferença, que afirmem uma vida antifascista, pela construção de pontes entre saberes atravessados pela arte como elemento agenciador dessas produções. Esperamos, dentro da proposta deste Grupo de Trabalho, a troca e a experimentação entre trabalhos que tragam reflexões, experiências e possibilidades de uma produção que afirme modos de vida e existência, sustentados na diferença, assim como produções que proponham posições e ações insurgentes dentro do campo de embate político, social e acadêmico e que agreguem memórias e sonhos na expressão artística e em práticas de cuidado, de pesquisa e de mobilização coletiva. A partir desse desejo, pretendemos produzir territórios de debates sobre o fazer da psicologia frente aos modos de captura das vidas, por meio da produção de composições de saberes, diante do apagamento das histórias e memórias. Também procuramos tensionar o debate sobre a experiência onírica como ferramenta de enfrentamento e produção de mundos porvir, assim como a insurgência enquanto máquina de guerra dentro da psicologia e das práticas psicológicas pela afirmação da vida. Ao fim dos trabalhos, o GT propõe formar um caleidoscópio dessas produções. Num terreno chamado Psicologia Social, deixar na memória desse encontro as marcas e a força dessas produções que não querem terra arrasada, que não querem que o céu caia, que querem o fim das iniquidades coloniais, das pilhagens neoliberais, da mercantilização da vida, do desprezo, da reificação e do aniquilamento de formas de vida e de produção geradas pela capitalística planetária.

GT 26: Mulheres em movimentos e redes de luta: desafios na produção de alianças, cuidado coletivo e enfrentamento político no contexto neoliberal e de ascensão neofascista

Sandra Raquel Santos de Oliveira (UFS), Indianara Maria Fernandes Ferreira (Travessias - Psicologia Clínica), Yasmim Nascimento de Oliveira (UFRN)

Resumo: A proposta do Grupo de Trabalho em questão, inserido no eixo temático 4 – "Direitos, movimentos sociais e desafios à Democracia", parte de uma articulação entre grupos de estudos e pesquisa vinculados a instituições de ensino superior de diferentes estados, mas com uma regionalização - tanto geográfica quanto dos campos de análise - evidentemente nordestina. A institucionalização dessas pesquisas e atividades de extensão se faz por dentro de Universidades Públicas, apostando no seu caráter socialmente referenciado, promovendo alianças com diversos movimentos sociais e redes articuladas de luta que se entendem em processos de produção e invenção de formas de resistência em diversos níveis de atuação política diante da intensificação da lógica neoliberal de gestão das formas de viver, do avanço predatório do grande capital, ampliando a imposição de seu modelo de desenvolvimento em cada canto do mundo, alçando sem pestanejar, com sua sanha destruidora, todo e qualquer território – geográfico, corporal, existencial. As estratégias correlatas de manutenção desse modelo envolvem a produção de crises como forma de gestão da miséria, recrudescimento dos aparatos de repressão, ampliação e refinamento das lógicas punitivistas, proibicionistas, ameaçando, de forma absolutamente reacionária, direitos historicamente constituídos. Aliadas dessas estratégias de manutenção desse modelo, que apesar de velho conhecido, se apresenta com atualizações especialmente brutalizadas, vemos ascender forças políticas globais neofascistas que se aliam estrategicamente na extensão infinita dos projetos colonialistas de redução da vida à lógica de exploração, pilhagem e consumo. Nesse contexto, as condições de sociabilidades democráticas encontram novos desafios de produção de comum, de articulação e transversalização das lutas, vitais para qualquer atividade macropolítica, especialmente no que tange ao fortalecimento e organização dos movimentos sociais e de redes organizadas da sociedade civil que se colocam na linha de frente do enfrentamento desse modelo. Nossa proposta passa por articular pesquisas, experiências extensionistas, assessorias político-pedagógicas, atuações na linha de frente dos movimentos e das lutas sociais que se situam no campo de uma Psicologia Social crítica com ênfase em processos de subjetivação e política, Estado e produção de violência, perspectivas abolicionistas no contexto prisional, políticas públicas em saúde mental, redes de lutas articuladas e movimentos sociais de mulheres. Engloba, portanto, estudos sobre os modos de subjetivação na contemporaneidade, partindo da análise da tensão conceitual entre as noções de indivíduo e sociedade, ao mesmo tempo em que considera as circunstâncias sócio-históricas e as diferentes formas de ação política. Situa-se numa perspectiva transdisciplinar, em que articula a produção do conhecimento a um diálogo permanente com as humanidades (a História, a Filosofia, a Sociologia, a Política, a Antropologia) através de perspectivas temáticas transversais, e se vincula a procedimentos metodológicos que pretendem dar visibilidade às análises realizadas em situação, de forma horizontalizada, apostando numa produção coletiva, fazendo com que os processos de produção de conhecimento assumam, também, o caráter de intervenção. A partir de trajetórias de trabalhos elaborados até aqui, e assumindo a

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

recomendação de uma perspectiva feminista acerca da necessidade de manter a vigilância, pois os direitos, especialmente os das mulheres, não são nunca permanentes – bastando uma crise política, econômica ou religiosa para serem questionados -, pensamos como eixo central de debate do Grupo de Trabalho o fortalecimento coletivo de mulheres organizadas em luta, de forma capilarizada e articulada, com foco em alguns eixos de análise e intervenção, tais como: seus processos de auto-organização e autonomia político-financeira; o trabalho infinito feminino, invisibilidade e os processos de geração de renda; enfrentamento das múltiplas violências sofridas pela rede de instituições que sustentam o Estado colonial capitalista e no confronto pela garantia de seus direitos - trabalhistas, previdenciários, reprodutivos, sociais, territoriais e socioambientais; produção de saúde e estratégias de cuidado entre mulheres e com redes de solidariedade como aposta no fortalecimento da luta e do enfrentamento às múltiplas violências; produção cooperativa de conhecimento por meio do desenvolvimento de pesquisas, estratégias de intervenção, produção e compartilhamento de dados e de estratégias comunicacionais. Se, por um lado, os eixos supracitados que devem orientar determinados percursos de ação do referido Grupo de Trabalho e definem também seus posicionamentos ético-políticos; por outro, são os cenários de vulnerabilização que acometem as sujeitas dos processos com as quais trabalhamos e seus territórios geográficos e existenciais que justificam a insistência neles como ferramentas metodológicas. Assim, nossas apostas de trabalho nos colocam nos entremeios de identificar e compor instrumentos participativos e de intervenção quando as lutas cotidianas (e a ausência delas) ameaçam a própria vida. É diante de contextos tão sitiados que se faz imprescindível a aposta na construção e reinvenção de planos coletivos de luta como possibilidade de fortalecimento coletivo de mulheres, de produção de cuidado, saúde e força política para insistir viver nos escombros produzidos pelo cenário individualizado, explorado e patologizado imposto pela lógica neoliberal brutalizada. Parece, portanto, incontornável a aposta no fortalecimento e organização das redes coletivas de luta e movimentos sociais na disputa por garantias, pretensamente democráticas e constitucionais, de dignidade humana e de manutenção saudável e sustentável da diversidade dos territórios de vida e dos modos de viver. Do ponto de vista do caráter extensionista da academia, sustentamos a necessidade de fomentar tais ações, ratificando a imprescindibilidade do compromisso com o caráter político-pedagógico que compõe o trabalho acadêmico. Desse modo, trata-se de fortalecer a aposta no estreitamento das relações entre academia e movimentos sociais, universidade e cotidiano, como possibilidade de criação de espaços de formação e de produção de conhecimento compartilhado. É nesse sentido que se busca reafirmar o compromisso ético-político de uma Universidade socialmente referenciada na defesa dos direitos das mulheres, de seus territórios de vida, do reconhecimento do trabalho invisibilizado, através de estratégias de assessorias político-pedagógicas, pesquisa-intervenção, mas acima de tudo na produção permanente de alianças que costurem aproximações no abismo criado pela produção de conhecimento historicamente encastelada. Entendendo ainda a indissociabilidade entre fortalecimento afetivo e político na produção da autonomia dos corpos de mulheres organizadas em redes de luta e movimentos sociais, a aposta na produção de vida e cuidado coletivo se coloca na esteira da disputa política do que se entende por saúde –numa perspectiva ampliada e crítica – assim como nos processos de desmedicalização da vida como etapa emancipatória indispensável. Nesse sentido, a proposta deste grupo de trabalho se coloca na construção de um espaço coletivo de formação e de produção e compartilhamento de conhecimentos, fazeres e saberes, que possibilitem trocas acerca de múltiplas experiências que compõem a tessitura da luta e da resistência dos segmentos sociais historicamente subalternizados, especialmente as mulheres.

GT 27: Mulheres, mutações climáticas e bem viver: práticas de cuidado e resistência à devastação necropolítica

Robert Filipe dos Passos (UFAM), Luísa Horn de Castro Silveira (UFS), Simone Mainieri Paulon (UFRGS)

Resumo: As propostas de GT deverão ter um título e ser redigidas conforme as questões a seguir: a) qual o objetivo deste GT? b) qual a relação deste GT com o tema do encontro? c) qual a relação com o eixo temático escolhido? d) Que aspectos nos permitem articular discussões sobre a Psicologia Social Crítica? E) Que tipo de trabalho será acolhido e quais as discussões que o GT pretende promover?

O colapso climático dá sinais do limite socioambiental no modo de produção colonial-moderno capitalista e extrativista em sua relação com a Terra, o que inclui formas de conhecimento científico e processos de subjetivação. Tal situação afeta populações diversas, aprofunda desigualdades, induz migrações forçadas de viventes, humanos e não humanos, levando à homogeneização subjetiva, social e ambiental.

Este Grupo de Trabalho busca promover um espaço de encontro e reflexão de pesquisas e experiências que considerem os efeitos das mutações climáticas na saúde mental, nas maneiras de cuidar e conviver, nos modos de intensificação da exploração do trabalho, a partir de uma perspectiva interseccional e contra-colonial, bem como da noção de Bem Viver dos povos ameríndios. Nosso objetivo, portanto, é construir uma cartografia coletiva das estratégias de cuidado, lutas e resistências coletivas protagonizadas por mulheres de povos, comunidades e coletivos afetados pelo colapso climático - de comunidades tradicionais, especialmente dos povos das águas e da floresta, e urbano-periféricas - compondo redes político-afetivas multiespécies.

Este Grupo de Trabalho procura construir espaço de partilha de experiências que reflitam a temática do 23º Enabrapso, na medida em que pretende cartografar práticas que sinalizam o esforço de povos, comunidades e coletivos em resistir ao avanço destrutivista do capital. Além disso, alinha-se ao eixo temático 08: Questões socioambientais e contextos rurais e urbanos, uma vez que se ocupa dos modos de vida destes diferentes territórios e os desafios que a crise socioambiental estabelece.

Nosso interesse é colher e semear estratégias de produção de seus territórios vivos, modos de cuidar de si e reproduzir a vida, suas redes político-afetivas e relações cosmopolíticas com a Terra. Nos interessa também a partilha de modos distintos de produção de conhecimento, assim como o intercâmbio de distintos escopos metodológicos de pesquisa e intervenção em aliança com os povos, comunidades e coletivos que resistem ao avanço e intensificação do caráter destrutivo do capital.

Com o encontro entre a ecologia de práticas acadêmicas e saberes ancestrais quer-se evidenciar tecnologias comunitárias que articulem saúde mental à luta socioambiental, publicizar experiências de redes político-afetivas feministas e multiespécies capazes de ajudar a enfrentar o novo regime climático e, nele, existir, resistir, insistir com a vida.

A mutação climática indica que viveremos eventos extremos cada vez mais intensos, abrangentes e frequentes, resultantes do aquecimento global e oriundos de um modo capitalista, desenvolvimentista e moderno de viver e tratar a natureza (IPCC 2021; 2022). Tanto cientistas quanto a ancestral sabedoria indígena alertam que as questões do clima e os modos como nos

relacionamos com a Terra e suas condições materiais de existência precisam estar no centro das decisões políticas (Artaxo, 2021; Albert, Kopenawa, 2013; Krenak, 2020). Paulo Artaxo (2021) afirma que estamos em uma crise global que impacta profundamente os modos de vida no planeta, exacerbando desigualdades estruturais e ameaçando o bem-estar de populações já vulnerabilizadas - como mulheres negras e de comunidades tradicionais, cujos modos de vida dependem ainda mais diretamente dos recursos naturais. Nesse cenário, as estruturas de poder, em vez de abrirem espaço para a coprodução de conhecimentos que possam desacelerar o processo extrativista, continuam desconsiderando o limite ecológico do planeta. No contraponto ao modo de subjetivação individualista e predatório, típico do neoliberalismo, o Bem Viver resgata a sabedoria dos povos originários das Américas e aposta na interdependência e reciprocidade entre natureza, indivíduos e comunidades. Trata-se de construir uma sociedade solidária, sinalizando "uma ética da suficiência para toda a comunidade, e não somente para o indivíduo" (Acosta, 2016, p.102).

Na América Latina, diversas cosmopercepções têm sido incorporadas nas discussões atuais sobre o Bem Viver, formando um conjunto heterogêneo de ideias entrelaçadas na perspectiva de que as relações comunitárias componham um território de equilíbrio entre todos os seres - a boa convivência multiespécies, com respeito ao tempo e ao espaço de todos os viventes, reconhecendo que plantas e animais não são objetos externos e sim uma continuidade (Siqueira Júnior, Gonçalves e Santos, 2021). Silvia Federici (2022) afirma que pensar a relação com os comuns das comunidades indígenas e tradicionais é uma questão urgente: "demonstrar o potencial das relações comunais como garantia de sobrevivência, de maior capacidade de resistência e de transformação da nossa subjetividade" (Federici, 2022, p. 140) capitalista individualizante é tarefa política fundamental nesses nossos tempos colapsantes.

A autora ainda aponta que as mulheres sempre lideraram a produção e a defesa dos comuns. Da mesma forma, já se reconhece que, em situação de colapso climático, as mulheres são protagonistas e agentes ativas na composição de formas de cuidado com a saúde mental-ambiental (McNamara, Clissold, Westoby, 2021; Roy 2023).

Em face a esse cenário, é necessário conhecer e valorizar as práticas cotidianas de Bem Viver e de cuidado comunal entre mulheres com a Terra e todas as espécies que a habitam - de forma atenta às interseccionalidades entre gênero, raça/etnia, classe e região. Articulando saberes ancestrais e práticas ecofeministas como formas de resistência, essas mulheres, mesmo diante de condições predatórias, afirmam o Bem Viver no cotidiano, construindo modelos inovadores de atenção à saúde mental em seus territórios vivos: comunidades tradicionais -especialmente das águas e da floresta - e regiões urbano-periféricas afetadas por desastres e crimes socioambientais - seca, derramamento de petróleo, enchentes, queimadas, especulação imobiliária, cercamento de terras e águas etc. Assim, o campo problemático que delimita o conjunto de interesses deste Grupo de Trabalho permeia algumas questões: Como as mulheres de comunidades tradicionais e urbano-periféricas, afetadas pelas mutações climáticas, tecem redes de cuidado comunal e multiespécies, sustentando práticas de Bem Viver? De que maneira essas redes compõem tecnologias de cuidado que articulam saúde mental à luta socioambiental? Como associar conhecimento ancestral e acadêmico para o enfrentamento ao novo regime climático? A Organização Mundial da Saúde, em sua maior revisão sobre saúde mental desde a virada do século, sinaliza a necessidade de mudanças nas abordagens de atenção à saúde mental e seus determinantes, destacando a crise climática como uma das ameaças estruturais à saúde mental a nível global (WHO, 2022).

De acordo com a Agenda de pesquisa e ação para a América Latina e Caribe (CONNECTING CLIMATE MINDS, 2024), é crescente a necessidade de pesquisas sobre a interseção entre mudanças climáticas e saúde mental. Além da importância de estudar os impactos na saúde mental das populações identificadas como mais vulneráveis aos eventos climáticos (povos indígenas, comunidades costeiras e agrícolas, mulheres, entre outros), a Agenda considera igualmente relevante entender como elas experimentam resistência a esses efeitos. As mulheres representam 80% dos deslocamentos por desastres climáticos e são as primeiras a sentir os efeitos da mudança climática, especialmente em países em desenvolvimento, onde, em geral, são as responsáveis por gerir o capital ambiental que as rodeia (coleta de água, uso da terra, gestão de alimentos, etc.), interagindo diretamente com os recursos naturais e ecossistemas (ONU, 2021). Diferentes pesquisas (ZABANIOTOU, PRITSA, KYRIAKOU, 2021; DAALEN et al., 2022; DANIELSSON, ERIKSSO N, 2022) demonstram que a sobrecarga invisível das mulheres nas tarefas do cuidado, tanto familiares como ao nível da comunidade, as expõe a maiores riscos em eventos climáticos. Além disso, mulheres e meninas em situação de deslocamento forçado e em abrigos temporários estão particularmente expostas à violências físicas e sexuais (FIOCRUZ, 2024).

Por essas razões, os planos de ação governamentais e políticas públicas devem considerar e reconhecer necessidades e as multiplicidades de vivências associadas ao gênero, frequentemente ignoradas (ROY et. al, 2023), pois investir no cuidado a mulheres e meninas em eventos climáticos gera efeitos cascata que contribuem para comunidades inteiras (ONU, 2021). Vale, entretanto, lembrar que ações realmente efetivas requerem um debate sobre a violência de gênero como problema estrutural. Talita Gantus-Oliveira (2024) defende que, no Brasil, a feminização da pobreza reflete na vulnerabilidade a desastres e aponta a escassez de discussões raciais nos instrumentos internacionais para redução de risco, o que "abre precedentes para investigações que busquem suprir a demanda de uma análise interseccional do gênero na ciência dos desastres" (GANTUS-OLIVEIRA, 2024, p.12). Segundo relatórios internacionais (OECD, 2023), a mortalidade feminina é significativamente superior em desastres causados pela mutação climática. Todavia, o estudo de Gabriela de Azevedo Couto (2023) demonstra que as mulheres brasileiras parecem ser mais capazes de sobreviver a desastres. Tal pesquisa converge a resultados de outros estudos que corroboram com a ideia de que o conhecimento e potencial de agência das mulheres deve ser reconhecido e valorizado, não reduzindo o gênero a uma categoria de vulnerabilidade (MCNAMARA, CLISSOLD, WESTOBY, 2021). Nesse sentido, embora mulheres em comunidades tradicionais e urbano-periféricas enfrentem múltiplas adversidades causadas pelo colapso climático, elas estão na vanguarda da produção e manutenção de comuns e na criação de redes de cuidado que sustentam o Bem Viver, em sua dimensão sempre coletiva e indissociada da produção de saúde e vida para todas as espécies (NASCIMENTO et al., 2022; OLIVEIRA et al., 2024). Esses saberes ancestrais, tradicionais e populares podem funcionar como polinizadores dos nossos modos de fazer ciência e produzir conhecimentos, a fim de tramar ciência, política e cuidado em uma perspectiva feminista, que inunde a academia de outros saberes e ecologias, possibilitando, assim, seu reflorestamento (VASCONCELOS et al., 2022).

GT 28: Mulheridades e a intersecção de suas lutas: Feminismos, Raça e Psicologia Social Crítica

Mariana Serafim Xavier Antunes (psicoterapeuta), Daniela Alves Calaça (UNICEUB), Nicole Soares Resende (PUCSP)

Resumo: Este Grupo de Trabalho tem como objetivo reunir pesquisadoras, estudantes, trabalhadoras, militantes e demais interessades na articulação entre Psicologia Social Crítica e epistemologias feministas e contra-coloniais para refletir sobre os desafios contemporâneos impostos pelas múltiplas violências estruturais do Brasil. Serão acolhidos trabalhos, relatos de experiência e intervenções em outras linguagens que abordem pesquisas, ações em territórios, práticas comunitárias, atividades culturais e políticas que apresentem e problematizem relações entre gênero, sexo, raça, classe e justiça socioambiental. Sobretudo, esperamos proporcionar e servir como um espaço de encontro, cuidado e acolhimento para mulheridades com interesses afins.

Pretende-se discutir como as práticas feministas e contra-coloniais da Psicologia Social Crítica podem contribuir para a defesa de direitos e o reconhecimento das diferenças, para a justiça social e reprodutiva e para o enfrentamento das violências de gênero, sexo, raça e classe em diferentes territórios, considerando também os impactos socioambientais da crise climática e do avanço do neoliberalismo sobre corpos, territórios e modos de vida. A destruição de todas as formas de vida é um projeto político sustentado pelo colonialismo, patriarcado e capitalismo, que se manifesta na devastação ambiental, no extermínio de povos indígenas, comunidades quilombolas, periféricas e na manutenção de desigualdades de gênero, raça e classe. A Psicologia Social Crítica, alinhada aos feminismos contra-coloniais, precisa se posicionar frente à emergência climática e a negligência proposital das políticas de Estado que, coerente com uma cultura fascista, misógina, racista e com interesse de controle social, exerce sua autoridade com violência sobre corpos e itinerários de vida não heteronormativos.

O GT dialoga com os eixos do evento ao enfatizar a luta feminista contra-colonial como parte da luta antirracista, anticapacitista, antiproibicionista, antimanicomial, anti-fascista. Além disso, destaca o protagonismo dos saberes comunitários e populares na produção de resistências frente à destruição socioambiental. Articular saberes e práticas que fortaleçam o bem viver, os direitos reprodutivos, os direitos dos povos originários e a justiça social e ambiental, valorizando experiências de cuidado, a proteção dos diferentes territórios e a defesa dos direitos humanos como práxis fundamental para uma Psicologia Social Crítica comprometida com a transformação social. Conforme Geni Nunez (2023) a colonialidade não é um processo encerrado no passado, mas uma invasão contínua que se atualiza nos territórios – sejam eles geográficos, subjetivos ou epistêmicos – por meio de cortes, hierarquizações e binarismos que sustentam a racionalidade dominante. Essa lógica colonizadora opera ao classificar corpos, afetos e saberes em polos opostos, desvalorizando tudo o que escapa à norma ocidental, branca, cisheteropatriarcal. Diante disso, a noção de reflorestar mundos emerge não como metáfora, mas como ação política concreta e urgente, voltada à superação do sistema de monoculturas que regula a existência: a monocultura da fé, ancorada no monoteísmo cristão; a dos afetos, imposta pela monogamia compulsória; e a da sexualidade, estruturada pelo monocissexismo. Reflorestar, nesse sentido, é cultivar possibilidades de vida que rompam com os regimes coloniais de controle e façam florescer outras formas de existência, enraizadas na diversidade, na reciprocidade, no bem-viver e na justiça social.

Assim, reafirmamos nosso compromisso para composição de um novo horizonte político, que valorize o movimento dialético da vida, o direito à existência com dignidade, em suas diversidades, multiplicidades e intersecções, e que

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

reconheça nas vozes destituídas o centro da produção de conhecimento e ação. É nesse contexto que nosso grupo de trabalho se insere como espaço de insurgência e insubmissão, ao valorizar experiências e epistemologias que desestabilizam as normatividades políticas coloniais e de dominação. Ao convocar uma escuta sensível às multiplicidades da vida, o grupo pretende contribuir para a reconstituição de mundos florestados — plurais, interdependentes e implicados com a justiça socioambiental —, articulando debates sobre subjetividades, territórios e modos de existência que resistem às lógicas extrativistas.

É fundamental que a psicologia reconheça e incorpore as vozes e experiências dos povos indígenas, povos quilombolas, povos tradicionais, população negra, pessoas lgbtqiapn+ e, entre outras sujeites políticas e saberes não hegemônicos, busque um diálogo que respeite suas identidades e experiências. Pelas obras de autoras como Eliane Potiguara (2008) e Geni Nunez (2023), por exemplo, podemos nos aproximar de uma ideia de ciência que respeita e valoriza as práticas e conhecimentos ancestrais, destacando como a desconexão com a cultura e a terra pode impactar o bem-estar psicológico, a construção geracional e histórica de uma comunidade e quais são as repercussões na sociedade como um todo, com o mesmo efeito de uma árvore que é arrancada de sua biosfera, repercutindo em todo o ecossistema. Nesta mesma analogia, podemos pensar que um campo de conhecimento científico como as psicologias podem representar canais de intervenção colonialistas sobre territórios, corpos, culturas e organizações sociais. Confiamos que epistemologias feministas contra-coloniais permitam sustentar o que Haraway (1995, p.11) indica: “a ciência é um texto contestável e um campo de poder”, em que o diálogo entre saberes é o alicerce do pensamento crítico.

Esse GT propõe, desta maneira, partir de conhecimentos situados, como descritos por Donna Haraway (1995), como aqueles que contemplam a historicidade, a factualidade e a subjetividade da experiência vivida, pois “precisamos de uma rede de conexões para a Terra, incluída a capacidade parcial de traduzir conhecimentos entre comunidades muito diferentes - e diferenciadas em termos de poder” (Haraway, 1995, p. 16). Discutir como as epistemologias e práticas feministas contra-coloniais contribuem para construir uma Psicologia Social Crítica territorializada em formas de intervenção que considerem o impacto das políticas neoliberais, do fundamentalismo religioso, das propostas e intervenções tecnocientíficas dentro de territórios específicos que sustentam dinâmicas coloniais na produção do sofrimento psíquico e na precarização da qualidade de vida e acesso aos direitos, ao bem estar e à saúde psicossocial e comunitária. Nossa proposta se dispõe a acolher, especialmente, relatos de experiência dos bastidores das atividades e pesquisas apresentadas como forma de consolidar um espaço de aprendizado, compromisso e confiança com a diversidade e a universalidade dos pontos que nos humanizam.

São bem vindos para o diálogo temas como violência política de gênero e raça, feminicídio, justiça reprodutiva, juvenicídio, etnocídio, dupla moral e desigualdade de gênero, impactos da crise climática sobre populações vulnerabilizadas, resistências populares, protagonismos e autorias femininas e feministas, distribuição de renda, conquista e manutenção de direitos, pautas identitárias e representações sociais que possam dialogar sobre o papel da Psicologia Social Crítica Feminista Contra-colonial na construção de alternativas emancipatórias e contra-coloniais.

Referências:

Haraway, D. (1995). Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminino e o privilégio da perspectiva parcial. Cadernos Pagu, 5, 7-41.

Núñez, G. (2023). As monoculturas como violação da singularidade. Jornal de Psicanálise, 56(105), 107-120.

Potiguara, E. (2008). Identidade e voz indígenas. Revista Filosofia Capital - ISSN 1982-6613, 2(5), 72–85. Recuperado de https://filosofiacapital.org/index.php/filosofiacapital/article/view/53 (último acesso: 14/04/2025)

GT 29: O Pensamento de Ignácio Martín-Baró na América Latina e a libertação das amarras colonizadoras

Marilene Proença Rebello de Souza (USP), Nilson de Jesus Oliveira Leite Júnior (UNICSUL), Alayde Maria pinto Digiovanni (UNICENTRO)

Resumo: Descrição: O Grupo de Trabalho (GT) O Pensamento de Ignacio Martín-Baró na América Latina e a libertação das amarras colonizadoras, em sua segunda edição, tem como objetivo constituir-se enquanto um espaço de apresentação de pesquisas, práticas profissionais, atividades de extensão e relatos de experiências que tenham como interface a Psicologia da Libertação, conforme apresentada por Ignacio Martín-Baró em sua vida e obra. Este GT articula-se com os eixos 01 - Psicologia Social e Educação e 05 - Assistência Social, vulnerabilidades, violências e promoção de direitos humanos, neste 23º Encontro Nacional da ABRAPSO (XXIII ENABRAPSO), e dedica-se especialmente aos debates sobre políticas públicas em Educação e Assistência Social, desde a perspectiva da Psicologia da Libertação, da promoção de direitos humanos coletivos e do enfrentamento às violências, em interface com a Psicologia Social. O pensamento de Ignacio Martín-Baró tem se caracterizado como um importante instrumento de reflexão e de ação na perspectiva da compreensão de processos psicossociais baseados na violência, na opressão e na discriminação que se efetivam no âmbito da América Latina. O enraizamento de suas análises na complexa e desigual realidade dos povos latino-americanos possibilita uma compreensão crítica, situada e combativa, voltada aos enfrentamentos necessários frente ao processo de exploração econômica e suas repercussões na constituição das subjetividades. Martín-Baró defendia os meios científicos como ferramentas para a transformação da realidade, destacando em seus escritos uma crítica anticolonial fundamental. Considerava que a crítica não poderia se ausentar da prática de pesquisadores e estudiosos. Dessa forma, a constituição de um espaço na ABRAPSO que possibilite identificar trabalhos que, neste momento histórico de aprofundamento das injustiças e desigualdades sociais, estejam implicados com o pensamento de Ignacio Martín-Baró, nos parece muito importante para que se possa visualizar as práticas e as pesquisas latino-americanas. Almeja-se, assim, contribuir com a constituição de redes de pesquisadoras/es, entidades e movimentos sociais que tenham como mote a identificação com os princípios da libertação dos povos latino-americanos, em uma mirada a partir das maiorias populares e de enfrentamento às formas de discriminação, exploração e violência impostas pelas amarras colonizadoras. Em uma sociedade em que os direitos sociais são negados e usurpados, a luta política e científica, orientada na perspectiva de uma Psicologia com um projeto ético-político-social, tem se mostrado fundamental para a construção das instituições democráticas. Nessa perspectiva, o GT tem como objetivo congregar trabalhos de pesquisa, experiência profissional, vivências em extensão universitária e práticas desenvolvidas nos mais diversos territórios, que estejam voltadas à efetivação de políticas públicas comprometidas com a garantia de direitos sociais, políticos, culturais, educacionais e com a livre expressão de todos os segmentos da sociedade, com ênfase nas tradições dos povos originários, nas matrizes africanas e na diversidade humana. Relação do GT com o tema do encontro: O tema do encontro foca na Psicologia Social face à destruição de todas as formas de vida. Este tema nos convoca a pensar sobre a necessidade de nos voltarmos ao meio ambiente e todos e todas que o constituem, diante dos desafios climáticos e das suas repercussões para a vida no planeta. Convoca-nos,

também, a analisar as diversas formas de violência que se encontram "naturalizadas" em processos de destruição presentes nos conflitos, guerras e disputas por riquezas e recursos naturais, com base na exploração extrema dos bens necessários à sobrevivência humana e planetária. Tais violências são pautadas pelo imperialismo e por diversas expressões do neocolonialismo. Para além disso, é necessário um questionamento profundo do papel do conhecimento que responde ao modelo colonizador, o perpetua e o justifica, colocando em cheque o lugar da Universidade, de seus saberes e de suas/seus pesquisadoras/es. Assim como Ignacio Martín-Baró denunciava os processos vividos pelo povo salvadorenho e, ao mesmo tempo, convocava a psicologia a ocupar esse lugar ao lado da população salvadorenha e latino-americana em suas dores mais profundas, compreendemos que o pensamento da Psicologia da Libertação tem conexões e objetivos que se aproximam da temática do encontro, propondo uma psicologia que avance em seu processo de libertação das epistemologias colonizadoras que a conformam. Bem como nos chama para pensar profundamente a aliança das maiorias populares e da necessidade da conscientização para o enfrentamento ao fatalismo e à violência. Relação com o eixo temático escolhido: O GT O Pensamento de Ignacio Martín-Baró na América Latina e a libertação das amarras colonizadoras articula-se com os eixos 01 - Psicologia Social e Educação e 05 - Assistência Social, vulnerabilidades, violências e promoção de direitos humanos neste 23º Encontro Nacional da ABRAPSO pelo fato de, a partir da Psicologia da Libertação, centrar suas discussões em trabalhos de pesquisa e relatos de experiência que discutam políticas públicas sociais na América Latina, visando os direitos humanos e a emancipação dos povos latino-americanos, além do debate inclusão/exclusão e desigualdade social, de forma crítica e propositiva. Com relação ao eixo 1 - Psicologia Social e Educação - a escolha reside no fato de que os processos de emancipação propostos enquanto ação na prática da Psicologia, se relacionam com atividades no campo da educação e da cultura, visando ampliar a conscientização sobre as situações de classe, de violência, de retirada de direitos ou de cerceamento da participação. A perspectiva da Psicologia da Libertação evidencia o caráter ético-político da atuação e discussão de políticas sobre processos educacionais, de desenvolvimento humano e de aprendizagem, bem como o caráter fundamental das relações sociais e aspectos de convivência nos processos educacionais, formais e informais, desde uma perspectiva popular e libertadora. Da mesma forma, a relação com o eixo 2 - Assistência Social, vulnerabilidades, violências e promoção de direitos humanos -, reside na medida em que reconhece que o capitalismo, em sua lógica expropriadora e excludente, precariza de forma sistemática as condições de vida das maiorias populares na América Latina. Essa precarização não se dá apenas no plano material, mas produz implicações psicossociais, como o sofrimento ético-político e a humilhação social, além da desintegração dos vínculos comunitários e a naturalização da violência estrutural e política. Dessa forma, a luta dos povos latino-americanos, das maiorias populares, como destaca Ignacio Martín-Baró, propõe a constituição de uma Psicologia popular que esteja intimamente enraizada nas necessidades e na realidade da vida diária daqueles e daquelas que vivem diretamente a ausência da condição básica de acesso aos direitos sociais. Nesse sentido, a temática deste GT, por meio dos trabalhos a serem apresentados, possibilitará que questões centrais que comparecem hoje na vida social se façam presentes, bem como terá a possibilidade de provocar reflexões e propostas de ação que busquem o enfrentamento da dura realidade social, por meio de movimentos de re-existência e de emancipação humana. Que tipo de trabalho será acolhido e quais discussões o GT pretende promover: Serão aceitos trabalhos de pesquisa em andamento ou finalizados, ensaios teóricos ou metodológicos e relatos de experiências em atividades desenvolvidas por pesquisadores, profissionais, estudantes de Ensino Médio, Técnico, Graduação e Pós-Graduação, bem como

atividades de extensão e propostas de intervenção realizadas no interior dos movimentos sociais que se articulem com fundamentos da Psicologia da Libertação em uma perspectiva de emancipação social e humana. Pretende-se ampliar as redes entre pesquisadoras/es e interessados nas temáticas da Psicologia da Libertação de forma articulada aos movimentos sociais presentes na América Latina. O espaço de diálogo a ser constituído neste GT possibilitará que sejam debatidas questões que estarão no âmbito da defesa da efetivação de políticas públicas sociais que possam atuar no campo da garantia de direitos, com ênfase aos trabalhos que abordam as lutas emancipatórias que vêm sendo travadas pelos povos originários, nas etnias indígenas, nas matrizes africanas e na extensa diversidade humana segregada pela desigualdade social. Tais lutas se apresentam de forma interseccional, intersetorial, interdisciplinar e transdisciplinar, intercultural e transcultural, nas diversas esferas da vida como nas áreas da educação, da saúde, da assistência social, da garantia de direitos, da urbanização, do conhecimento científico e do meio ambiente.

GT 30: Pluralidade Epistemológica e Saberes e Práticas de Cuidado e Cura Outras

Socorro de Fatima Moraes Nina (UEA), Marcelo Gustavo Aguilar Calegare (UFAM), André Fernando (SESAI)

Resumo: O Grupo de Trabalho Pluralidade Epistemológica e Saberes e Práticas de Cuidado e Cura Outras tem como objetivo reconhecer a importância dos saberes outros na relação com o território e com as diversas culturas, valorizando as múltiplas formas de compreender as interações humanas entre pessoas, com seres visíveis e invisíveis, com a ancestralidade e com toda a natureza.

Essa proposta está profundamente implicada com uma abordagem crítica da Psicologia, ao questionar os paradigmas dominantes especialmente os modelos eurocêntricos, individualistas e descontextualizados da psicologia tradicional. O pluralismo epistemológico, ao reconhecer esses saberes outros, propõe um diálogo com formas de conhecer e compreender o ser humano enraizadas em experiências culturais, históricas, cosmológicas e territoriais diversas.

A temática se relaciona fortemente com a Psicologia Crítica, ao propor uma psicologia comprometida com as vivências coletivas e com o enraizamento sociocultural e territorial dos sujeitos. Em oposição ao universalismo abstrato, defende uma abordagem situada, plural e sensível às realidades locais e abrindo espaço para práticas comunitárias, espirituais e relacionais, fundamentais para a saúde coletiva e subjetiva de muitos povos.

Nesse sentido, o GT se insere no eixo temático “Questões socioambientais e contextos rurais e urbanos” como semente que brota entre os territórios e seus silêncios. As questões socioambientais, agravadas pelo capital baseado na exploração dos recursos naturais e na marginalização de populações vulneráveis, impactam diretamente os modos de viver na Amazônia, as subjetividades e as relações sociais. O tema da ENABRAPSO, “Aliança dos povos: Psicologia Social face à destruição de todas as formas de vida”, convida a uma reflexão crítica sobre esse sistema hegemônico destrutivo e aponta para a urgência de alianças entre povos na defesa da vida.

O GT propõe o reconhecimento de outras linguagens e racionalidades para repensar um sistema que promove a destruição em múltiplas dimensões — ambiental, social, cultural e subjetiva. A degradação da natureza está profundamente imbricada com a violação de direitos humanos, a desvalorização dos saberes tradicionais e a imposição de modos de vida precarizados, marcados pela exclusão e pela negação de formas dignas de existência. Entretanto, é justamente nesses territórios de resistência que florescem alternativas potentes, enraizadas em modos outros de viver, produzir e cuidar. Caminhos que nascem da experiência e da sabedoria dos povos e comunidades tradicionais e que, por isso, devem ser reconhecidos pela Psicologia Social como expressões legítimas de existência e de cuidado com a vida. Ao denunciar o modelo econômico dominante — que coloca o lucro acima da sustentabilidade ecológica e da justiça social — essa crítica se fortalece, evidenciando como as injustiças ambientais recaem, de forma desproporcional, sobre povos originários, comunidades quilombolas, ribeirinhas e populações periféricas.

Frente a esse cenário, a construção de uma “aliança dos povos” é urgente. Os saberes diversos e os modos de existência que resistem à lógica destrutiva se tornam protagonistas. Grupos tradicionalmente conectados à terra e à natureza — com práticas centradas na coletividade, no cuidado e na reciprocidade — contrastam com a racionalidade instrumental do sistema dominante e se colocam como fonte de inspiração e resistência.

Em síntese, no âmbito das discussões promovidas por este GT, torna-se evidente que o respeito aos saberes outros é essencial para uma compreensão crítica das questões socioambientais. Essa perspectiva articula a destruição ambiental com processos históricos de dominação e subjetivação, ao mesmo tempo em que reconhece e valoriza a diversidade de conhecimentos como expressão legítima de uma pluralidade epistemológica, fundamental para pensar

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

alternativas ao modelo hegemônico de cura, cuidado, e relação com a natureza.

Ao reconhecer a natureza como viva, pulsante e relacional, sintoniza-se com as cosmologias indígenas, afro-brasileiras e de tantos outros povos originários que jamais separaram o corpo da terra, o espírito da mata, o cuidado do sagrado. Aqui, as relações ultrapassam o humano. São fios que tecem o espiritual, o simbólico e o ecológico — dimensões inseparáveis do existir. Não se tratar apenas de mapear geografias rurais ou urbanas, mas de reconhecer corpos-territórios, marcados por histórias de luta, dor, cura e existências ressignificadas. Cada corpo é também solo, rio, folha e ancestralidade. É nesse entrelaçar que emergem práticas de cuidado e saberes que sustentam a vida contra a lógica do aniquilamento.

O pluralismo epistemológico, considerado pelas Psicologias Social, Ambiental, Rural e da Florestalidade, oferece uma abordagem que reconhece a importância dos saberes outros nas interações humanas com a ancestralidade, com os seres visíveis e invisíveis e com a natureza — esta compreendida como viva e relacional, e não inerte ou inanimada.

Um dos desdobramentos dessa abordagem diz respeito às práticas de cuidado, cura, doença e saúde, que partem de compreensões distintas sobre o ser humano, moldadas por visões de mundo e experiências cosmológicas, culturais, históricas e sociais. Compartilhamos, assim, de uma corrente de pensamento crítico que valoriza a multiplicidade de perspectivas sobre o ser humano, permitindo que vozes diversas sejam ouvidas, respeitadas e compreendidas para além da lente científica ocidental.

Ao lidar com o pluralismo epistemológico, reconhecemos um processo de ensino-aprendizagem que não hierarquiza saberes, mas os integra. Isso significa contextualizar seus conteúdos e relacioná-los com as práticas e culturas locais de cuidado e cura, enriquecendo o aprendizado e fortalecendo a identidade e autonomia das comunidades. Essa perspectiva promove um diálogo respeitoso entre o conhecimento científico e os saberes tradicionais, criando pontes para uma atuação profissional ética, sensível e transformadora.

Além disso, o pluralismo epistemológico amplia as possibilidades de atuação da Psicologia, abrindo espaço para metodologias diversas e abordagens inovadoras que permitam enfrentar os desafios socioambientais em suas múltiplas dimensões, sempre em diálogo com os saberes e práticas de cuidado e cura presentes nos cotidianos dos territórios.

Diante dessas reflexões, e tomando como premissa o reconhecimento e a validade da pluralidade epistemológica, este GT propõe discutir a articulação entre saberes e práticas das Psicologias (Social, Ambiental, Rural, da Florestalidade ou outras) com os saberes de povos e comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, das águas e do campo — ou qualquer outra autodefinição — a respeito das formas de cuidado, cura, doença e saúde.

O tema da ENABRAPSO denuncia a destruição de todas as formas de vida como um processo ambiental, político, social e epistêmico. Tal destruição está ligada à imposição de uma única forma de conhecimento: o saber científico ocidental, moderno e colonial, que fragmenta corpo, mente, natureza e cultura. Neste cenário, o GT sobre pluralidade epistemológica emerge como resistência a esse modelo, propondo escuta, valorização e articulação de saberes outros — indígenas, quilombolas, ribeirinhos, povos tradicionais — que sustentam formas de vida baseadas na relação, no cuidado, na coletividade e no pertencimento ao território.

Serão acolhidos neste GT trabalhos que contenham reflexões teóricas, escrevivências, pesquisas bibliográficas, relatos de experiências profissionais ou estudantis, bem como investigações científicas em nível de graduação, mestrado ou doutorado, que abordem a pluralidade epistemológica e os saberes e práticas de cuidado e cura.

GT 31: Políticas Penais e de Segurança em Disputa: enfrentamentos da Psicologia Social Jurídica diante das Práticas Genocidas

Lisandra Espíndula Moreira (UFMG), João Paulo Roberti Junior (UFRR), Poliana de Oliveira Pinto (SENAPPEN)

Resumo: Colocamos como central nesta proposta de grupo de trabalho a pergunta: Como trabalhar e pesquisar as vidas que são impactadas em diversificadas políticas penais e de segurança com uma perspectiva da psicologia social que se propõe atenta e comprometida com a diversidade das formas de vida e com o combate às ferramentas genocidas? A articulação da Psicologia Social com o campo da justiça e dos direitos, em especial, quando falamos das políticas penais e de segurança, se vê diante da dificuldade de ser muitas vezes chamada a contribuir com formas de captura e criminalização da existência, tendo em vista que o próprio sistema de justiça é expressão direta de uma lógica colonial. Assim, colocar em questão as estruturas violentas que sustentam o sistema penal e de justiça nos obrigam a algumas desobediências epistêmicas e, para além de temer tempos de crise, pensar a partir de outras epistemologias, nos permitiria sonhar com a implosão de algumas dessas amarras e com outros mundos possíveis. O campo da Psicologia Social Jurídica tem se expandido como um espaço de reflexão crítica sobre as políticas penais e o sistema de justiça, problematizando suas articulações com práticas de controle, punição e produção de subjetividades. Nesse contexto, este GT se insere no debate sobre os impactos dessas políticas na organização social, nas dinâmicas de poder e na reprodução das desigualdades estruturais, bem como nas possibilidades de resistência e transformação. O compromisso com a mudança social exige dar visibilidade aos trabalhos que investigam e denunciam políticas penais e os fragmentos de políticas que visam a garantia de direito e da diversidade das formas de viver que persistem e se reconfiguram em tempos de crise. A ideia de crise ou de "fim do mundo" aponta para um contexto marcado por múltiplas e profundas transformações sociais, políticas e econômicas que intensificam as desigualdades estruturais e expõem as fragilidades e pactuações do sistema de justiça. Momentos importantes para colocar em questão o aspecto moderno colonial do sistema de justiça que, como nos lembra Akotirene (2023), "realiza as benesses raciais da diferenciação, teorizando ativismos e justificando a colonialidade por meio do terror e de técnicas de vigilância de corpos, mentes e espíritos". Mapear e descrever práticas e saberes na interface com o sistema de justiça penal possibilita revelar a precarização das políticas públicas e a ampliação de práticas punitivas e seletivas, que afetam diretamente a vida de sujeitos marginalizados. Nesse cenário, o sistema penal não apenas reflete, mas também contribui para a perpetuação de processos de exclusão e violência, desafiando os limites da justiça e a efetividade dos direitos humanos em tempos de crise, colocando em questão inclusive a noção de direitos humanos, muitas vezes utilizada não para a garantia da humanização a todas pessoas, mas para dissimulação do pacto narcísico da branquitude (Bento, 2022). Krenak (2019) nos provoca a pensar sobre a colonialidade presente na estrutura do Estado e em suas formas de controle, que historicamente criminalizam corpos e existências dissidentes. Ao questionar a lógica destrutiva do progresso e da modernidade, evidenciamos como as políticas penais perpetuam violências coloniais e promovem a exclusão de determinados grupos sociais sob a justificativa de manutenção da ordem. Nesse sentido, discutir as políticas penais a partir da Psicologia Social Jurídica significa, também, questionar o próprio modelo de justiça vigente e pensar em possibilidades de resistência

e insurgência contra esse modelo hegemônico. Ao rastrear esses vestígios, buscamos evidenciar como o sistema penal opera seletivamente, reforçando desigualdades estruturais e aprofundando processos de exclusão e controle social. Para isso, é fundamental "esmiuçar as tramas cotidianas do racismo estrutural e institucional ... romper com o silenciamento que tem servido para a manutenção do racismo no sistema de justiça criminal" (Alves e Moreira, 2022). Vivemos um período marcado pelo aprofundamento das crises socioeconômicas, políticas e ambientais, que acentuam as contradições do sistema penal. O aumento do encarceramento, a seletividade penal e a precarização das políticas de justiça evidenciam a necessidade de reflexões interdisciplinares que articulem Psicologia, Direito, Sociologia e Ciências Políticas. Além disso, o avanço de discursos punitivistas e a expansão das lógicas de controle penal para além das prisões – como nas políticas de assistência social, saúde mental e educação – tornam urgente a ampliação do debate, tendo em vista que "tanto a psicologia quanto o direito possuem dívidas históricas pelo modo como contribuíram com a desumanização de pessoas negras e indígenas na vigência da falácia do racismo científico, e ainda carregamos marcas dessas teorias essencialistas" (Moreira, Soares, Fraga, Poniwas, 2024). Nesse sentido, o rastro dos debates e paradoxos enfrentados ao problematizar as políticas penais nos permite compreender como o Estado gerencia a vida e a morte, ora utilizando discursos de segurança pública para justificar o encarceramento em massa, ora expandindo o controle penal para outras políticas sociais. Isso reforça a necessidade de uma Psicologia Social Jurídica crítica, que não apenas analise as injustiças e os diferentes modos de se fazer justiça, mas atue de forma incisiva na desconstrução das lógicas punitivas e na busca por alternativas orientadas pela justiça social e pelos direitos humanos. A proposta deste GT dialoga diretamente com o tema do 23º ENABRAPSO, "Aliança dos povos: Psicologia Social face à destruição de todas as formas de vida", ao problematizar as formas como a gestão da vida e da morte são operadas pelo Estado por meio do sistema penal. Dessa maneira, discutiremos alternativas para além do punitivismo e para a construção de políticas realmente comprometidas com os direitos humanos e a justiça social. Salientamos como objetivos deste GT: 1) Analisar políticas penais e de segurança e suas implicações para a vida de sujeitos e coletividades em tempos de crise, considerando a subjetivação dos indivíduos e suas relações com o sistema de justiça. 2) Refletir sobre filtragem racial na segurança pública e seletividade penal e as interseccionalidades de raça, classe e gênero no sistema de justiça. 3) Discutir o papel da Psicologia Social na crítica às práticas genocidas, ao punitivismo, ao racismo estrutural e na construção de políticas voltadas à promoção da justiça e dos direitos humanos. 4) Fomentar debates sobre experiências e práticas que busquem alternativas à lógica penal tradicional, como práticas restaurativas, justiça comunitária e políticas de desencarceramento, visando à reconfiguração das relações entre sujeitos e o sistema de justiça. Assim, buscamos o diálogo com pesquisadores, profissionais, ativistas e estudantes interessados em debater relações raciais, genocídio, políticas de segurança pública, criminologia crítica, direitos humanos, políticas públicas, sistema prisional e socioeducativo, violência institucional e justiça restaurativa. Além disso, ele se alinha ao evento e fortalece a Psicologia Social Jurídica como um campo de produção crítica e de transformação social. Acolheremos trabalhos teóricos, empíricos e relatos de experiência que abordem temas como: 1) Criminologia crítica, políticas penais e seletividade do sistema de justiça. 2) Psicologia Social e violências institucionais, incluindo violência policial e socioeducativa. 3) Racismo estrutural e suas implicações nas políticas de segurança pública e no encarceramento em massa. 4) Justiça restaurativa, práticas comunitárias e alternativas ao punitivismo. 5) Impactos da violência estatal na saúde mental de populações vulnerabilizadas. 6) Intervenções em contextos prisionais, socioeducativos e de assistência a vítimas de violência institucional. Ao reunir essas

discussões, o GT pretende contribuir para o fortalecimento da Psicologia Social Jurídica como um campo de produção crítica e de transformação social, articulado com lutas por direitos e justiça. Este GT propõe uma análise crítica das políticas penais e do sistema de justiça criminal, destacando como esses mecanismos atuam na produção e manutenção das desigualdades estruturais. A articulação entre Psicologia Social Jurídica, segurança pública e políticas penais evidencia a necessidade de discutir como as estratégias de controle e punição operam historicamente na gestão da vida e da morte, tema profundamente conectado às discussões sobre democracia e direitos humanos. A partir das contribuições de Foucault (1999), compreendemos que o sistema penal não apenas regula comportamentos desviantes, mas participa ativamente da biopolítica, ou seja, da administração das populações por meio de dispositivos de vigilância, encarceramento e normatização da vida. O encarceramento em massa e a seletividade penal são expressões desse poder disciplinar e biopolítico, afetando desproporcionalmente grupos racializados e empobrecidos. Nesse sentido, analisando as terríveis práticas genocidas praticadas contra pessoas negras e indígenas (Nascimento, 2017), implantadas ou negligenciadas pelas políticas públicas, se faz necessário também giros epistemológicos que coloquem em evidência o fator necropolítico (Mbembe, 2018). “Não se pode compreender que a presença do Estado nas favelas e periferias necessariamente atua de modo a fazer viver” (Cunha e Moreira, 2023), práticas que não se efetivaram sem a negligência pactuada com as políticas penais e o sistema de justiça. Nessa lógica, o discurso punitivista e racista, ao se expandir para além das prisões e atravessar políticas de assistência social, saúde e educação, reforça a necessidade de uma Psicologia Social crítica, capaz de problematizar tais dispositivos e construir alternativas de justiça e da judicialização no reconhecimento dos sujeitos. No contexto das políticas penais e da segurança pública, essa perspectiva permite analisar os impactos subjetivos e sociais da violência de Estado, incluindo o encarceramento em massa e as execuções extrajudiciais e fomentar práticas que fortaleçam a autonomia e a resistência de comunidades afetadas pelo encarceramento e pela violência estatal. Portanto, o GT se alinha ao Eixo 04 ao propor uma reflexão crítica sobre a democracia, entendida não apenas como um regime político, mas como um campo de disputa de narrativas e práticas. A Psicologia Social, ao se comprometer com a luta pela garantia de direitos, deve problematizar os mecanismos de punição e exclusão que sustentam desigualdades estruturais, buscando formas alternativas de justiça, como práticas restaurativas, justiça comunitária e políticas de desencarceramento.

Referências

Akotirene, Carla. “É fragrante forjado doutor vossa excelência”: audiências de custódia, africanidades e encarceramento em massa no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023.

Alves, J. S., & Moreira, L. E.. (2022). Enquadro e banco dos réus: racismo e sistema de justiça. Psicologia & Sociedade, 34. https://doi.org/10.1590/1807-0310/2022v34256057

Bento, C. (2022). O pacto da branquitude. Companhia das Letras.

Cunha, V. M. & Moreira, L.E. (2023). A subtração da vida como política de morte: vozes de mães de jovens negros assassinados. Psicologia: Ciência e Profissão, 43, 1-16. https://doi.org/10.1590/1982-3703003246660

Foucault, M. (1999). Em defesa da sociedade: Curso dado no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes.

Krenak, Ailton. (2019). Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 85p.

Mbembe, A. (2018). Necropolítica. (R. Santini, Trad.). N-1 edições.

Moreira, L. E., Soares, L. C. E. C., Fraga, Y. B. C., & Poniwas, M. P. (2024). Psicologia e Sistema de Justiça: Desafios e compromissos. Psicologia: Ciência e Profissão, 44 (n.spe1), 1-19. https://doi.org/10.1590/1982 3703003287265

Nascimento, A. (2017). O Genocídio do negro brasileiro: Processo de um racismo mascarado. Perspectiva. (Trabalho original publicado em 1978)

GT 32: Por uma Psicologia Social Contracolonial

Lorena Rodrigues de Sousa (UFMG), Noeli de Almeida Godoy (UNESA), Alline Aparecida Pereira (UNISUAM)

Resumo: O presente Grupo de Trabalho Por uma Psicologia Social Contracolonial, visa contribuir para uma construção, ou melhor retomada, de uma psicologia que tem em sua base a contracolonização. Por contracolonização, compreendemos com base nos ensinamentos do mestre de ofícios quilombola piauiense Antônio Bispo dos Santos, o Nêgo Bispo, que visa "todos os processos de resistências de lutas em defesa dos territórios dos povos contracolonizadores, os símbolos, as significações e os modos de vida praticados nesses territórios" (SANTOS, 2015, p.48), territórios como as favelas e periferias, nos quais habitam a maioria da população negra e indígena de contexto urbano; as aldeias indígenas e os quilombos.

Salientamos "retomada" pois estamos retomando o acesso a estes conhecimentos e modos de vida que já existiam, mas foram apagados pelo epstemicídio como salienta Sueli Carneiro, que apaga tanto a produção de conhecimentos dos povos indígenas, negros, bem como apaga o modo como produzimos esse conhecimento, nossos modos de vida, impondo o monoteísmo (SANTOS, 2023) e verdade única, história única (ADICHIE, 2019), diante disso, fica nítida a importância da psicologia se fazer a partir da referência dos povos afropindorâmicos, Antonio Bispo Santos (2023) contesta a denominação genérica imposta pelos colonizadores quando esses utilizaram apenas a palavra "índios" (para os pindorâmicos) e "negros" (para aqueles arrancados de África e forçosamente trazidos para essa terra) em detrimento das várias autodenominações que esses povos já possuíam antes de serem colonizados (SANTOS, 2015, p.27), salientando as cosmologias de povos afropindorâmicos.

O princípio das diretrizes da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas e da Reforma Psiquiátrica e da atenção psicossocial, aposta no cuidado em saúde mental ou poderíamos pensar, integral, considerando que somos corpo território, consideram cuidado em liberdade e respeito à autonomia terapêutica dos indivíduos, e podemos pensar também no cuidado coletivo e comunitário como aprendemos com nossos povos afro panorâmicos. Podemos pensar nestes modos de cuidado em qualquer âmbito das políticas públicas, sejam elas da saúde, ou assistência social, habitação, educação, justiça ambiental.

Este Grupo de Trabalho nasce, a partir do projeto de extensão: Contracolonização da Psicologia através das periferias, favelas, aldeias e quilombos, coordenado por Alline Aparecida Pereira – Unisuam-RJ, Noeli Godoy Para'í Goytaká, Lorena Rodrigues de Sousa - UFMG e Faculdade Anhanguera Divinópolis-MG, Amanda Mara Goytaká – Universidade Indígena Pluriétnica Aldeia Maracanã, Ueslei Solaterrar – UERJ, Jessica Candido - Coordenadora CECCOZO Fazendo Arte, Leonídia Insfran - Presidente do Quilombo Dona Bilina, que objetiva possibilitar o letramento dos estudantes de psicologia para atender as demandas e diversidades de encontros com as pessoas e suas diferenças, com enfoque para a população negra e indígena, entre outros aspectos.

Assim como essa iniciativa, que reúne professores de diferentes lugares do Brasil, e contribui com a Psicologia Social Contracolonial, reconhecemos a importância de visibilizar trabalhos que subvertem a lógica colonial, e que estejam a serviço dos nossos povos, uma psicologia que não tenha como base referencial somente o espelho de Narciso que não reflete a imagem dos nossos povos, mas tenha também como referência espelhos como Espelho de Oxum que reflete as nossas imagens e reconhece nossas potêncialicidades (EVARISTO, 2020).; (GONZAGA, 2019), contrapondo um projeto colonial de sociedade que coloca a população aforpindorimica como alvo do etnocidio, genocídio e epistemicídio.

Como a psicologia social brasileira tem promovido cuidados em suas práticas? Tanto na suas produções acadêmicas advindas de pesquisas teóricas, ou ainda, considerando experiências de atuação de profissionais da psicologia social, e em outras áreas, tendo em vista que como nos ensina Silvia Lane, toda psicologia é social. Uma psicologia que desconsidera o social, as intersecções de raça, etnia, classe, território, gênero, sexualidade, pode correr o risco de se tornar instrumento neoliberal, feito para sujeitos "universais".

Assim, apostamos na importância de conhecer perspectivas que elucidem respostas ou reflexões acerca dessas perguntas, queremos conhecer trabalhos de profissionais da psicologia e de quem mais quiser compartilhar conosco, que contribuem para o envolvimento de uma psicologia social que se propõe a ser contracolonial.

Precisamos de uma psicologia que se envolva, que se envolva, "a humanidade é contra o envolvimento, é contra vivermos envolvidos com as árvores, com as terras, com as matas" Santos (2023, p. 30), assim como a psicologia que historicamente é desenvolvida pregando um distanciamento e neutralidade que não se faz presente na prática a medida em o lugar que de onde gente vêm e a nossa identidade, influência no modo como vamos ver.

Por isso estamos falando em envolvimento e não desenvolvimento, "Desenvolvimento é sinônimo de desconectar, tirar do cosmo, quebrar a originalidade" Santos (2023, p. 30), sendo assim, estamos refletindo sobre a necessidade de aprender com o quilombola Nêgo Bispo, com Rejane Paféj kanhgág, Noely Goitaká, que ecoam as vozes de seus povos, ela nos ensina o que a psicologia pode aprender com o povo kanhgág, ao questionar a ditadura do relógio e conta que para seu povo não era o relógio que determinava a organização do tempo, a autora do livro Psicologia das Florestas, ainda reflete "que a interpretação do sofrimento de uma pessoa e o reconhecimento dos sinais de uma doença também são um processo cultural" (KANHGÁG, 2020, p. 32), bem como Nita Tuxa ao falar sobre A sua psicologia no livro Pintando a Psicologia de Jenipapo e Urucum, mostram como a psicologia têm a aprender com nossos povos afropindoramicos.

A sociedade desenvolvida pela colonização impacta na formação de subjetividades, no que vamos acessar acerca da história do nosso território, contada geralmente a partir de uma perspectiva única contada pelos colonizadores, e até mesmo na formação em psicologia, ao estudar sobre teorias e técnicas em diversas aborgagens, nem sempre ou quase nunca discutimos sobre a composição dos nossos povos. Vamos fazer psicologia para quem?

De acordo com dados do Censo Demográfico 2022, 55,5% da população brasileira se autodeclara negra (pretos e pardos). Por sua vez, o país tem 1,7 milhão de pessoas indígenas, o que representa 0,83% da população total do país. Um dado é importante ser destacado, das 5.570 cidades do país, 4.832 têm moradores indígenas (86,8%). Ou seja, grande parte da população indígena (63%) vive fora das 573 terras oficialmente demarcadas pela Funai in (SOLATERRAR, 2024). Grande parte dessa população vive no contexto urbano. Quando olhamos para os dados de acesso a direitos fundamentais básicos, inclusive o direito a saúde mental, é justamente a população negra e indígena quem mais é afetada.

São essas populações que seguem, de diversas formas, (sobre)vivendo na zona de quase-morte (SOLATERRAR, 2024). Por tudo isso, o Grupo de Trabalho se alinha às diretrizes da 6ª Conferência Nacional de Saúde Indígena, realizada em 2022 e certamente a também I Conferência Livre de Saúde Mental dos Povos Indígenas, realizada na Aldeia Maracanã, que, assim como a 1ª Conferência Livre Nacional de Saúde Mental da População Negra, que apontam para as questões de saúde mental como um dos temas prioritários a serem cuidados.

Portanto, pretende-se aqui contribuir para visibilizar como os processos de contracolonização da Psicologia e das práxis de cuidado, por meio também dos processos de lutas e resistências trazidas nos modos de nos ajuntarmos, povos quilombolas, das favelas, periferias e de aldeias indígenas, para dizermos de uma Psicologia que cuide de cuidar de nós mesmas (os), a partir de nossos próprios aquilombamentos e aldeamentos, nossos

próprios jeitos de saber-fazer-cuidar (PEREIRA, 2019). Uma Psicologia antirracista, portanto. E por assim dizer, contracolonial.

Assim, fica demarcado o compromisso ético poltico ancestral da psicologia que se construa com, para e por uma psicologia social contracolonial, ou seja, os nosso povos, para os nossos povos e por nossos povos, e este GT pretende abrir espaço para compartilhamentos nesse vies, afinal quando a gente compartilha a gente rende (SANTOS, 2023), retomado assim:

Uma psicologia que nos vê, nós enxerga, nos ouve

Uma psicologia que reconhece as diversas possibilidades de cuidado

Que não quer salvar

Que entende que as construções são coletivas

Que não quer alinhar, que quer circular

Que não quer palco

Quer roda

Quer não quer inventar a Roda

Que como diz Nego Bispo

“É começo, meio e começo”

Nós, negras, indígenas, quilombolas, trans, travestis, não binárias, lésbicas, gays, bissexuais, assexuais, intersexuais, pessoas com deficiência: nós somos a psicologia.

E o nosso compromisso é:

Ético, político, futuro-ancestral.

Podem até querer nos silenciar

Mas nossos passos vêm de longe

E nós vamos falar, ouvir, ocupar, aquilombar e contracolonizar.

Lorena Rodrigues de Sousa

Referências:

ALDEIA MARAKÁ'NÁ, Universidade Pluriétnica Indígena. Em nossas artérias, nossas raízes. Rio de Janeiro, 2023.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. O perigo de uma história única. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

CARVALHO, Rejane Nunes Carvalho. Rejane Paféj kanhgág. KANHGANG ÊG MY HÁ: PARA UMA PSICOLOGIA KAINGANG. Trabalho de Conclusão e Curso (TCC Psicologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2020.

EVARISTO, Conceição. A escrevivência e seus subtextos. In: DUARTE. Constância Lima, NUNES. Isabella Rosado (org.) Escrevivência: a escrita de nós Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro. Mina. Itaú Social. p. 1-.277. 2020.

EVARISTO, Conceição. Da grafia desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (org.). Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, p. 48-54. 2020.

GONZAGA, Paula Rita Bacellar. "A GENTE É MUITO MAIOR, A GENTE É UM CORPO COLETIVO": Produções de si e de mundo a partir da ancestralidade, afetividade e intelectualidade de mulheres negras lésbicas e bissexuais. (Tese de doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Programa de pós-graduação de psicologia social da UFMG, 2019, 347 p.

PEREIRA, Alline Aparecida. Memória, ancestralidade e comunidade como ferramentas para uma psicologia do aquilombamento. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal Fluminense (UFF). Programa de pós-graduação de psicologia da UFF, 2019, 101 p.

SOLATERRAR, Ueslei. (Sobre)viver na zona de quase-morte: o (des)fazer do cuidado em saúde mental a pessoas negras no cotidiano pandêmico da Baixada Fluminense. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro, 2024. 356f.

SANTOS, Antônio Bispo dos. Colonização, quilombos: Modos e significações. Brasília: INCTI/UnB/CNPq, 2015.

TUXÁ, Nita. A minha psicologia, p. 182. in: ABIPSI. org, Articulação Brasileira dos(as) Indígenas Psicólogos(as) (Organizadora). Pintando a psicologia de Jenipapo e Urucum. Casa Leiria. São Leopoldo - RS. 2022.

GT 33: Povos de todo o mundo, uni-vos! Psicologia e Marxismo para enfrentar o capitalismo contemporâneo destruidor de todas as formas de vida

Lisandra Chaves de Aquino Morais (UFRN), Marcelo Dalla Vecchia (UFSJ), Guilherme Araújo Marques da Silva (UFG)

Resumo: Com a perspectiva de dar continuidade às atividades realizadas nos encontros nacionais da ABRAPSO desde 2015, o Grupo de Trabalho (GT) "Psicologia e Marxismo" submete a presente proposta buscando alinhar-se às temáticas da 23ª edição do ENABRAPSO, tendo como foco específico contribuir para o eixo "Direitos, movimentos sociais e desafios para a democracia". O GT objetiva reunir trabalhos que articulem Psicologia e Marxismo a partir de uma abordagem crítica aos diversos processos vigentes no capitalismo, especialmente em suas expressões no contexto brasileiro, elaborando reflexões e intervenções fundamentadas em um projeto societário de emancipação humana em uma ontologia histórico-crítica do ser social.

O pensamento marxiano é fundamentalmente uma análise sobre a gênese, o desenvolvimento, as crises e a proposição de superação da sociedade burguesa. Entendemos que a análise da gênese e do desenvolvimento do capital e de objetos particulares só é possível considerando sua relação com a totalidade. A elaboração teórica não é reduzida à descrição ou apreensão de objetos singulares isolados. Isolar um objeto específico é apenas o início do processo e se trata de uma abstração, uma operação do pensamento, pois o objeto só existe articulado com a totalidade. Levando isso em consideração, compreendemos a emancipação humana como a resolução da contradição entre capital e trabalho, que opõe a existência objetiva de condições sociais que possibilitam o livre e multilateral desenvolvimento das capacidades humanas; contradição essa produtora de relações sociais que, embora lancem possibilidades reais de melhorias de vida, bloqueiam a sua realização para o conjunto da humanidade. Possivelmente, a manifestação mais importante dessa contradição é a permanência e a intensificação da "questão social", isto é, do conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos postos pela emergência da classe trabalhadora no capitalismo. Entendemos, contudo, que diante das formas de organização, refuncionalização e reprodução do capital, a perspectiva da emancipação humana coloca-se como possibilidade, só e somente só, com a superação dessa ordem.

A proposta do GT "Psicologia e Marxismo" se vincula diretamente ao tema "Aliança dos povos: Psicologia social face à destruição de todas as formas de vida", ao compreender que a crise estrutural do capitalismo, em sua etapa atual, aprofunda os processos de devastação da vida humana e não humana. O tardo-capitalismo já não oferece qualquer horizonte civilizatório e conduz, em ritmo acelerado, a formas de barbárie que se manifestam no avanço da miséria, das guerras, do racismo, da xenofobia, da destruição ambiental e do genocídio de povos originários e periféricos. Essa dinâmica não apenas compromete os direitos historicamente conquistados, mas revela o esgotamento das possibilidades civilizatórias/progressistas e da própria democracia liberal, especialmente em contextos como o brasileiro, marcados pela dependência econômica, pelo autoritarismo estrutural e pela reprodução das desigualdades.

Interpretar e transformar o mundo exige apreender o movimento do real sem, jamais, cindir a totalidade social,

e pôr à prova hipóteses e representações por meio da práxis social na história humana. Nessa direção, a tradição marxista assume a intencionalidade de compreender, criticar e ultrapassar o capital e sua dinâmica social. Assim, a tarefa aqui proposta é imperativa diante de alguns elementos que são centrais na atualidade, em especial, a destruição de todas as formas de vida. Nesse sentido, a proposta do GT parte do reconhecimento de que a emancipação política, embora limitada pelas formas institucionais do Estado burguês, pode constituir-se como tática fundamental para a construção de mediações históricas no processo de emancipação humana. A radicalização dos direitos sociais e a luta pela ampliação da esfera pública popular aparecem, assim, como momentos de negação determinada da ordem vigente, sendo inseparáveis da crítica à propriedade privada dos meios de produção, à mercantilização das relações sociais e à devastação do comum. A Psicologia, nesse contexto, é convocada a posicionar-se como práxis crítica, recusando a neutralidade científica e afirmando seu compromisso com os sujeitos e coletivos que enfrentam as formas mais brutais da sociabilidade capitalista.

O GT propõe-se, portanto, como espaço de acolhimento e elaboração de trabalhos que discutam, à luz do marxismo, os efeitos psicossociais da crise capitalista sobre os sujeitos e suas formas de resistência. São especialmente bem-vindas análises que articulem a Psicologia com os processos de luta dos movimentos sociais, indígenas, quilombolas, camponeses, feministas, antirracistas, da classe trabalhadora urbana e rural, da juventude negra, da população LGBTQIAPN+, entre outros coletivos historicamente marginalizados. Compreendemos que tais sujeitos se colocam, com suas formas de organização, como mediações históricas fundamentais para a construção de alianças políticas em torno da defesa da vida e da produção de um novo horizonte societário.

Assim, ao reafirmar a totalidade como categoria fundante da análise e da intervenção, o GT se alinha à compreensão de que interpretar e transformar o mundo são momentos indissociáveis da práxis. A "aliança dos povos" não é apenas uma urgência ética diante da catástrofe, mas uma necessidade histórica objetiva frente à impossibilidade de continuidade da vida sob a lógica destrutiva do capital. A construção de novas formas de sociabilidade, centradas na cooperação, na solidariedade e na justiça social, demanda não apenas resistência, mas também a formulação e experimentação de alternativas que expressem, no imediato, o conteúdo emancipador de um futuro possível.

Ao explorar as relações entre Marxismo, Psicologia Social e crise do capital partindo das temáticas supracitadas, o Grupo de Trabalho articula-se com o eixo temático "Direitos, movimentos sociais e desafios para a democracia". O GT pretende ser um espaço para a apresentação e discussão de trabalhos que, de alguma maneira, enfrentam as múltiplas expressões da regressividade e da destrutividade que estão, cada vez mais, presentes na vida cotidiana. Na direção de contribuir para esses debates, torna-se imprescindível considerar a realidade concreta em sua construção histórica e as possibilidades de emancipação política e de protagonismo social dos segmentos mais subalternizados da população, sem perder de vista um horizonte de emancipação humana. Intenta-se proporcionar espaço para debates alinhados à concepções de Psicologia Social contrários à referenciais teóricos que, em última instância, contribuem para a naturalização, justificação e individualização de contradições sociais, bem como propiciar discussões de estudos e intervenções relacionados a contextos de vulnerabilidade e risco social, desde que amparadas na tradição do pensamento marxista. Desse modo, não se despreza a importância do debate crítico sobre os retrocessos democráticos e de direitos (emancipação política), mas também a sua limitação quando se tem como horizonte a emancipação humana. Neste sentido, os movimentos sociais (aliança dos povos) foram, e permanecem sendo, o caminho para combater a denominada "questão social" e todas as formas de

opressão, para fazer frente ao capitalismo, que vem destruindo todas as formas de vida, e construir um mundo com emancipação humana.

Nesta situação, é de suma importância pensar como a Psicologia Social vem se posicionando frente a conjuntura atual e aos processos de barbarização da vida social. Na Psicologia Social brasileira é possível identificar diversas ideias e práticas que buscam estabelecer novos horizontes para a ciência e para a profissão que, historicamente, forneceu subsídios para práticas excludentes e opressoras. Nesse sentido, encontram-se importantes análises sobre a relação entre Psicologia e desigualdade social, assim como propostas que buscam politizar a ação da/o psicóloga/o, promover compromissos ético-políticos com as maiorias populares, estudar e fortalecer os movimentos sociais e criticar ideias e práticas que violem os direitos humanos, a democracia e fortaleçam o mercado e o neoliberalismo.

Essas propostas críticas emergiram na Psicologia Social no Brasil a partir da chamada "crise" da década de 1970, que repensaram as teorias, metodologias e práticas hegemônicas até então e apontaram para a necessidade de superação das concepções a-históricas e dicotômicas de ser humano, a suposta neutralidade e assepsia científica, a exclusividade da pesquisa básica-experimental como método e adotaram um compromisso ético-político em prol da transformação social. Essas propostas críticas de Psicologia Social é o que denominamos atualmente de Psicologia Social Crítica. Dessa "crise" também surgiu a ABRAPSO, como resultado do descontentamento com as propostas teórico-metodológicas hegemônicas e sua irrelevância social para os problemas do país; e como a instância de emergência e/ou sistematização das novas correntes críticas.

Assim, podemos destacar que a Psicologia Social Crítica no Brasil possui pontos em comum com a perspectiva de emancipação humana apresentada. Ambas apontam para a superação da cisão entre o indivíduo e a sociedade, a importância dos movimentos sociais para a superação da exploração e da opressão e, consequentemente, para a transformação social e, assim, alcançar a liberdade humana, a autodeterminação.

Entretanto, as discussões da Psicologia Social Crítica no Brasil sobre transformação social têm recuado a partir dos anos 2000, abandonando o horizonte da superação radical da sociedade do capital e passando a se acomodar à ordem democrática burguesa. Apesar de não ter abandonado o debate sobre a necessidade de superação da desigualdade social, ainda precisa frear seu recuo ético-político e avançar, se realmente quer contribuir com a construção de outra sociedade. A categoria marxiana de emancipação humana é fundamental, porque possibilita à Psicologia Social Crítica se questionar enquanto ciência e profissão e analisar os problemas sociais de forma radical, chegando às suas raízes e apontando para a transformação revolucionária da ordem estabelecida. Com isso, ao que nos parece, o marxismo oferece um horizonte para um outro projeto de sociedade: a possibilidade de um mundo com real justiça social, e liberdade plena, em que as relações sociais não sejam assentadas na exploração de um ser humano por outro.

Para fomentar tais discussões, os tipos de trabalho que o GT espera receber são relatos de pesquisas, estudos teóricos e relatos de experiência que partam da Tradição Marxista e que visem colaborar para a análise e a atuação crítica frente às diferentes faces da crise social em direção à emancipação humana. Queremos explorar as diversas contribuições do Marxismo para se estudar e intervir, desde a Psicologia Social crítica, em processos relacionados às políticas sociais, direitos humanos, democracia e processos antidemocráticos, protagonismo social, inclusão/exclusão, desigualdade social e movimentos sociais, sem desprezar as especificidades sócio-históricas dos diversos segmentos da população brasileira, e com especial atenção para aqueles que estão em contextos de vulnerabilidade e do risco social.

Para contribuir no processo de formulação de propostas para o Grupo de Trabalho, destacamos que esperamos receber, em especial, estudos que abordem, a partir do referencial teórico proposto:

(1) Psicologia Social, crítica e emancipação. Quais são as implicações teóricas e metodológicas de uma Psicologia Social elaborada a partir da perspectiva imediata da emancipação política e tendo a emancipação humana como horizonte? Que ideias, teorias, conceitos e pesquisas favorecem, promovem ou refletem a perspectiva da emancipação humana? Que análises críticas da Psicologia e da sociedade podem ser feitas a partir da perspectiva da emancipação humana? Que possíveis diálogos há entre a Psicologia e o Marxismo? Como a Psicologia Social brasileira abordou e enfrentou a atual crise social, as múltiplas manifestações da desigualdade social e as ações de luta que buscam uma sociedade para além do capital? Quais são as principais dificuldades da Psicologia e sua relação com a desigualdade social, os movimentos sociais e o neoliberalismo? Quais são os limites e as possibilidades para a Psicologia, como ciência e profissão, em sua articulação com a emancipação humana?

(2) Psicologia e movimentos sociais. Que diálogos a Psicologia estabeleceu com movimentos sociais que enfrentam a desigualdade social e buscam emancipação? O que a Psicologia Social e o Marxismo podem dizer sobre os diversos movimentos sociais de direita e de esquerda na atualidade? Qual tem sido a contribuição da Psicologia para estudar movimentos sociais que lutam contra a retirada de direitos? Que avaliações podem ser feitas das experiências de participação da Psicologia nos movimentos sociais? Como as discussões e a militância dos movimentos sociais contribuíram para a Psicologia Social? Quais instrumentais teórico-metodológicos têm sido usados nas práticas da Psicologia em equipamentos públicos, movimentos sociais e outros espaços? Como têm se desenvolvido os novos papeis e funções da Psicologia, especialmente em sua articulação com os movimentos sociais?

(3) Psicologia, retirada de direitos, conservadorismo e ataques à democracia. Como os recentes movimentos conservadores têm sido analisados pelo Marxismo e pela Psicologia Social? Quais são as bases sociais, políticas e ideológicas do conservadorismo atual? Que análises e pesquisas existem sobre as consequências psicossociais dos diversos e múltiplos retrocessos produzidos pela agenda neoliberal? Que críticas podem ser feitas às bases teóricas e ideológicas do neoliberalismo e da agenda de contrarreformas? Como a ascensão da extrema-direita no Brasil e no mundo, e a consequente intensificação de manifestações antidemocráticas de conteúdo xenófobo, racista, fascista etc., podem ser compreendidas e enfrentadas pela teoria social marxiana?

(4) Psicologia, marxismo e estudos sobre opressões: classe, raça, gênero, sexualidade, capacidades, idade. Qual a relação da crise social atual com a intensificação da atividade de movimentos contra opressões de gênero e raça? De que modo as diversas formas de opressões se relacionam com os processos de dominação na sociedade burguesa? Como o marxismo aborda fenômenos opressivos relacionados à classe trabalhadora, grupos étnico-raciais, relações de gênero, sexualidade, capacitismo, pessoas LGBTQIAP+ e etarismo? De que maneira a prática psicológica fomenta formas de resistência, subversão e eliminação das violências e opressões?

(5) Psicologia, políticas sociais e enfrentamento da desigualdade social. Como a Psicologia Social tem estudado a desigualdade social? Que ideias, experiências e práticas surgiram a partir da preocupação em enfrentar a desigualdade social e colocar a Psicologia a serviço da emancipação política e da emancipação humana? Qual a contribuição da Psicologia Social para o enfrentamento da desigualdade social ou para a elaboração e implementação das políticas sociais? Quais as implicações

teórico-metodológicas da inserção da Psicologia no campo das políticas sociais? Que experiências foram produzidas pela "intervenção social" da Psicologia frente à questão social? Quais instrumentais teórico-metodológicos têm sido usados nas práticas da Psicologia em equipamentos públicos, movimentos sociais e outros espaços? Como têm se desenvolvido os novos papeis e funções da Psicologia, especialmente em sua articulação com as políticas sociais? Quais contribuições teóricas e práticas o marxismo tem podido aportar à Psicologia no campo das políticas públicas e no enfrentamento dos impactos do desenvolvimento capitalista para os diferentes segmentos da população, especialmente aqueles mais vulnerabilizados?

Entendemos que estas cinco dimensões são o ponto de partida necessário para a pactuação de um projeto ético-político que move uma Psicologia que não oculta suas opções éticas, políticas e de classe. Em síntese, esse Grupo de Trabalho pretende incitar discussões que analisam as contribuições do Marxismo para a Psicologia Social na produção de reflexões críticas aos processos societários vigentes, em uma conjuntura que têm raízes na inerente contradição entre capital e trabalho, que atravessa todas as esferas da sociedade atual.

GT 34: Práticas insurgentes em contextos educacionais

Rodrigo Toledo (PUCSP), Elizangela André dos Santos (UNIP), Maria Rozineti Gonçalves (UNIP / ABRAPEE)

Resumo: A proposta de criação do Grupo de Trabalho (GT) "Práticas insurgentes em contextos educacionais" surge de uma convergência de demandas emergentes na sociedade contemporânea, em especial das escolas. Por um lado, vivemos um momento histórico marcado por crises profundas ao nível ambiental, social e político, cujo impacto se reflete na precarização da existência e na ampliação dos cenários de desigualdade. Por outro lado, verifica-se a potência de movimentos populares, organizações não-governamentais, iniciativas comunitárias e ações institucionais que tentam, de forma criativa, enfrentar os múltiplos desafios da atualidade. Nesse sentido, este GT tem como intuito reunir pesquisadoras(es), estudantes e profissionais que discutam as contribuições da Psicologia Social para processos de transformação que abarquem a educação formal e não-formal, além de outros espaços e experiências de produção de saberes educacionais críticos.

O objetivo do GT "Práticas insurgentes em contextos educacionais" consiste em criar um espaço de reflexão e partilha de práticas que contribuam para a (re)construção de laços solidários e para o questionamento de dinâmicas de exploração e de exclusão social. Uma vez que o tema do congresso chama a atenção para a "destruição de todas as formas de vida", busca-se evidenciar que as crises que acometem o planeta, inclusive as ecológicas, estão engendradas em uma crise civilizatória, que coloca em xeque o sujeito universal moderno e a colonialidade dos saberes. A dificuldade que temos tido, como sociedade, de superar o projeto colonial acirra as desigualdades étnico-raciais, de gênero, de classe, vem alimentando um conjunto de ideologias que colocam em risco a vida das populações historicamente oprimidas.

O GT, nesse sentido, convoca pesquisadoras(es), estudantes e profissionais da psicologia e da educação a pensarem, coletivamente, a construção de um projeto que articule Psicologia Social, Educação e participação comunitária, em torno de práticas concretas. Esse propósito se ancora na ideia de promover análises críticas sobre o papel da Psicologia em processos educativos – tanto no âmbito das escolas formais quanto de espaços não-escolares, como coletivos culturais, movimentos sociais e outras iniciativas populares. O destaque recai na perspectiva de que o trabalho do psicólogo não deve ficar restrito à compreensão individualizada dos fenômenos, mas integrar processos coletivos de mudança (Paiva e Yamamoto, 2010).

Além disso, o GT coloca como horizonte a reflexão sobre metodologias de pesquisa-ação/pesquisa-intervenção, entendidas como estratégias de ação participativa que permitam às populações subalternizadas, a formação de agências, como forma de fazer avançar a ideia de protagonismo. Dessa maneira, sintetiza-se o espírito do GT, ao se colocar como campo de trocas inventivas, criativas e articuladas a práticas emancipatórias.

O tema do 23º ENABRAPSO "Aliança dos povos: psicologia social face à destruição de todas as formas de vida" remete a uma crítica contundente às estruturas socioeconômicas que intensificam desigualdades e vulnerabilidades. Tais estruturas se sustentam, por exemplo, na lógica extrativista, nos regimes discriminatórios e na manutenção de privilégios históricos. Nesse cenário, é fundamental que a Psicologia Social amplie sua compreensão para além das fronteiras disciplinares, atuando em convergência com outros campos de conhecimento, como a Ciências Política, a Educação, a Sociologia e outras áreas do conhecimento, a

fim de propor práticas éticas voltadas à proteção da vida humana e não-humana.

É relevante lembrar que a destruição do mundo ameaça não apenas a vida humana, mas toda a biodiversidade, o que também faz com que a Psicologia tenha que repensar seu lugar no debate frente à crise climática instaurada e suas repercussões na constituição da subjetividade. Essas questões demandam novas abordagens, pois os problemas decorrentes da crise climática afetam, de maneira desigual, regiões e populações vulneráveis. Dessa maneira, compreendemos que a "Aliança dos povos" ganha força, já que a resposta à crise socioambiental passa, necessariamente, pela articulação de saberes científicos e tradicionais, e pela mobilização de comunidades locais em busca de soluções integradas (Martin-Baró, 1997).

O eixo "Psicologia Social e Educação" enfatiza a necessidade de análise crítica das políticas e práticas educacionais nas dimensões canônicas e insurgentes, incorporando a docência em Psicologia em seus diferentes níveis, assim como reflexões sobre a atuação em Psicologia Escolar e Educacional. Essa integração se faz pertinente quando se considera que a educação é, muitas vezes, o terreno central onde se revelam desigualdades de raça, classe, gênero, sexualidade e geração. Tornam-se visíveis, então, as contradições do sistema educacional, que pode reproduzir hierarquias e segregações, mas também se converter em local de resistência e transformação (Moravia e Muylaert, 2025)

De um lado, temos as dimensões clássicas das políticas educacionais, marcadas por reformas curriculares, exames padronizados e metas de desempenho que nem sempre dialogam com a pluralidade das realidades sociais (Gatti, 2010). De outro, emergem expressões "insurgentes," relacionadas a pedagogias críticas, projetos de educação popular e movimentos que constroem alternativas baseadas na autonomia e na participação comunitária. Tais iniciativas valorizam metodologias que rompem com o modelo bancário de educação (Freire, 1970), revisitando debates sobre questões étnico-raciais, decolonialidade, currículo afrocentrado, práticas inclusivas anticapacitistas e metodologias horizontais de ensino e aprendizagem.

Defendemos que a Psicologia Social, ao se debruçar sobre o campo educacional, precisa levar em conta que a subjetividade está diretamente implicada nos processos históricos e culturais. Desse modo, os espaços educativos não podem ser entendidos apenas como espaço de instrução individual, mas como microcosmo social que traduz valores políticos, disputas ideológicas e condições estruturais. Nesse contexto, o GT busca contemplar múltiplas vozes e as experiências de diferentes coletividades, sobretudo populações subalternizadas em áreas urbanas, rurais, florestais e ribeirinhas, que se organizam para construir práticas pedagógicas autorais.

Do ponto de vista da docência em Psicologia, a proposta é repensar o papel das(os) educadoras(es) na formação de sujeitos capazes de refletir criticamente sobre o mundo e engajar-se na transformação das realidades de opressão. Assim, a psicologia escolar e educacional, quando abordada a partir de uma matriz social e comunitária, passa a integrar debates sobre políticas inclusivas, interseccionalidade e estratégias de acolhimento que incorporem elementos culturais e linguísticos diversos. Adicionalmente, o GT se interessa por experiências que transcendam o espaço formal de ensino, abarcando contextos não-escolares, nos quais práticas educativas emergem como formas de organização popular.

A Psicologia Social Crítica (Lane, 1984; Martin-Baró, 1986) parte do pressuposto de que as pessoas e os grupos constroem sentidos a partir de processos históricos, políticos e culturais marcados por desigualdades. Logo, não basta analisar fenômenos individuais – é necessário compreender como ideologias, relações de poder e dinâmicas estruturais condicionam a produção de subjetividades (Sawaia, 2009). Essa linha teórica enfatiza

que a psicologia, por si só, não é neutra; ela pode reforçar visões individualizantes que culpabilizam o sujeito ou, alternativamente, contribuir para o fortalecimento de ações transformadoras.

Ao articular Psicologia Social Crítica, Educação, o GT propõe reflexões acerca da importância de se construir epistemologias que rejeitem a colonialidade do saber e se abram a propostas decoloniais (Quijano, 2005). No Brasil, essa discussão ganha relevo em estudos que evidenciam como as populações negras, indígenas e periféricas historicamente sofreram apagamento em currículos oficiais e em práticas de ensino, enquanto vivenciam altos índices de violência (Tolentino, 2021). Inserir esses grupos no centro da elaboração pedagógica e das pesquisas em Psicologia Social significa questionar as bases que sustentam privilégios, bem como reconhecer as lutas cotidianas por existência digna (Martins, 2007).

A Psicologia Social Crítica permite analisar as contradições das instituições educacionais e como estas podem favorecer a internalização de valores dominantes. Entretanto, abre-se espaço para a potencialização de movimentos contra-hegemônicos que valorizam experiências de vida, narrativas de resistência e pedagogias críticas ou comunitárias. Desse modo, a função do(a) psicólogo(a) deixa de ser meramente adaptativa ou de gestão de conflitos individuais para se tornar parte de um projeto político mais amplo, que vise construir relações sociais mais justas e igualitárias (Bock et al., 2022).

A importância do eixo ético se destaca quando refletimos sobre as possibilidades e limites de intervenções psicossociais. Uma psicologia social crítica deve estar atenta para não reproduzir práticas colonizadoras. Da mesma forma, a articulação entre Psicologia Social e Educação requer um posicionamento político claro quanto à defesa dos direitos humanos e do combate à precarização do trabalho docente, considerando ainda as particularidades de gênero, raça e território. Nesse sentido, o GT constitui um espaço voltado a questionar os pilares do sistema educacional dominante.

Assim, o GT acolherá trabalhos de natureza teórica, empírica e metodológica. Serão bem-vindos estudos de caso, relatos de experiências de práticas profissionais e de práticas de estágio ou extensão, práticas docentes inovadoras e relatos de pesquisas que abordem os aspectos centrais aqui delineados. O objetivo é contemplar a pluralidade de abordagens que circundam o campo da Psicologia Social e da Educação.

Pretende-se, portanto, promover debates acerca dos seguintes temas: I) Educação popular e práticas comunitárias: espera-se receber trabalhos que ilustrem iniciativas de educação não-escolar, desenvolvidas em contextos urbanos ou rurais, onde populações subalternizadas criam estratégias formativas autônomas; II) Docência em Psicologia: desafios e perspectivas: busca-se acolher reflexões sobre a formação de futuras(os) psicólogas(os) e educadoras(es) comprometidos com a emancipação social, considerando aspectos como transversalidade curricular, estratégias de ensino participativas e inclusão de debates decoloniais; III) Políticas públicas e promoção de direitos: espera-se receber trabalhos que relacionam a atuação da Psicologia Social em políticas de educação, saúde mental, assistência social e infância e juventude: IV) Processos identitários, diversidade e inclusão:

serão recebidos trabalhos cuja preocupação se volte para questões de gênero, raça, orientação sexual e geração, que atravessam as práticas educacionais e a formação em Psicologia. Nesse sentido, o GT abrigará estudos que discutam a invisibilização de narrativas, bem como propostas que ampliem a participação de pessoas historicamente excluídas.

Em síntese, as discussões promovidas pelo GT pretendem articular de forma orgânica os eixos da Psicologia Social e Educação. Busca-se aliar a crítica às estruturas hegemônicas a práticas concretas de transformação,

ancoradas em valores como cooperação, solidariedade, comunidade e respeito à diversidade. Espera-se que a produção e a socialização de conhecimentos aconteçam de maneira horizontal, valorizando experiências plurais e engajamentos diretos com populações que vivem as mazelas das injustiças socioambientais.

O GT, assim, se coloca como um espaço de convivência acadêmico-política, em que o debate não se restringe às formulações teóricas, mas também se abre à experimentação metodológica e à partilha de vivências de intervenção. Espera-se que, por meio dessa iniciativa, ocorra não somente a teorização dos problemas que assolam as populações mais vulneráveis, mas a proposição de caminhos coletivos, em que a Educação possa se (re)articular ativamente na defesa dos direitos humanos e na promoção de práticas capazes de reafirmar a dignidade de todas e todos.

Referências Selecionadas

BOCK, A. M. B. et al.. O Compromisso Social da Psicologia e a Possibilidade de uma Profissão Abrangente. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 42, n. spe, p. e262989, 2022.

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

GATTI, B. A. Formação de professores no Brasil: características e problemas. Educação & Sociedade, v. 31, p. 1355-1379, 2010.

LANE, S. T. M. O que é psicologia social crítica? São Paulo: Brasiliense, 1984.

MARTÍN-BARÓ, I. O papel do psicólogo. Estudos de psicologia (Natal), v. 2, p. 7-27, 1997

MARTINS, S. T. F. Psicologia social e processo grupal: a coerência entre fazer, pensar sentir em Sívia Lane. Psicologia & Sociedade, v. 19, n. spe2, p. 76–80, 2007.

MORAVIA, W.; MUYLAERT, N. Discriminação no contexto escolar brasileiro: Panorama das pesquisas. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 55, p. e11288, 2025.

PAIVA, I. L. de.; YAMAMOTO, O. H.. Formação e prática comunitária do psicólogo no âmbito do "terceiro setor". Estudos de Psicologia (Natal), v. 15, n. 2, p. 153–160, maio 2010.

GT 35: Práticas psicossociais e participação social na promoção de direitos humanos e sociais

Sandra Luzia Assis da Silva (UNIP), Jean Fernando dos Santos (USCS), Renata Aparecida Ferreira (UNOPS)

Resumo: Em um contexto global marcado por desigualdades estruturais, violações sistemáticas de direitos humanos e crises sociais multidimensionais — agravadas por fenômenos como migrações forçadas, pandemias, mudanças climáticas e ascensão de discursos autoritários —, a integração entre práticas psicossociais e participação social emerge como um eixo estratégico para a promoção da dignidade humana e da justiça social. A persistência de violações de direitos humanos — como racismo, LGBTQIA+fobia, violência de gênero, intolerância religiosa, violências de Estado, novas formas de precarização do trabalho e negação de direitos socioeconômicos e ambientais — revela a necessidade de abordagens que combinem intervenções técnicas com mobilização política. Embora avanços normativos tenham ocorrido em diversos países, e no Brasil, particularmente, a partir da redemocratização ampliaram-se dispositivos legais, a efetivação desses marcos esbarra em desafios estruturais, o avanço de uma agenda econômica adversa e a falta de acesso a serviços públicos de qualidade, além de uma cultura institucional hierárquica e autoritária.

Nesse cenário, as práticas psicossociais críticas são fundamentais no desvelamento das opressões sistêmicas que dão contorno para as experiências dos grupos sociais e sujeitos. A integração entre práticas psicossociais e participação social tem se consolidado como um eixo fundamental para a promoção de direitos humanos e sociais, especialmente em contextos marcados por desigualdades estruturais, violência e exclusão. Essas práticas podem fortalecer a autonomia de comunidades, combater opressões e reivindicar políticas públicas inclusivas. Para isso, é fundamental o diálogo com referenciais teóricos da Psicologia Social crítica, experiências comunitárias latino-americanas e marcos internacionais de direitos humanos. A perspectiva psicossocial, entendida como um campo com perspectivas onde há leituras e práticas com visão multifacetada dos fenômenos, comprometidas com a integralidade, intersetorialidade e interdisciplinaridade, integrando saberes da psicologia, sociologia, antropologia e saúde coletiva, entre outros, e que orienta-se para a compreensão e transformação de realidades marcadas por opressões, traumas coletivos e exclusão. Já a participação social, enquanto direito e prática democrática, configura-se como um mecanismo essencial para a construção de políticas inclusivas, partindo do reconhecimento das necessidades e potencialidades das pessoas afetadas diretamente por essas questões, considerando as contribuições das perspectivas e atuações desses grupos marginalizados na produção de respostas, por meio do poder popular.

Práticas psicossociais e participação social não são meras técnicas, mas atos políticos de reconhecimento da humanidade de grupos marginalizados. Como demonstram as experiências aqui citadas, sua integração permite enfrentar a dicotomia entre cuidado individual e transformação coletiva, articulando saúde mental, justiça social e democracia. A convergência entre esses dois campos permite não apenas responder a crises, mas também construir alternativas sustentáveis baseadas na autonomia, no diálogo comunitário e na corresponsabilidade social, na perspectiva do enfrentamento das violações de direitos humanos e suas consequências psicossociais para as pessoas.

As violações de direitos humanos e sociais produzem nas pessoas a experiência de trauma psicossocial, ou seja, uma ferida coletiva. Assim, é necessário que haja uma implicação com processos de responsabilização, e que as situações geradoras desses danos possam ser reconhecidas, lembradas e reparadas, contribuindo para a promoção da justiça e do bem-estar da população

atingida. Deste modo, a reparação, não é algo que deve ser considerada apenas no âmbito do Direito, como reparar algum prejuízo causado, é necessário que ela ocorra a partir da dimensão psicossocial, por meio da re-construção de novas redes de apoio e da participação social, da recuperação da memória e dos laços sociais e afetivos, e da compensação da ausência de espaços de relações de convívio social.

É fundamental um esforço coletivo na reflexão-ação para enfrentamento das diversas formas de destruição da vida desenvolvidas pela humanidade, e, assim contribuir com iniciativas de promoção do controle social do Estado e a co-produção de saberes locais, regionais, nacionais e internacionais, pautados em semelhanças e diferenças, acolhendo uma pluralidade de perspectivas.

Este Grupo de Trabalho (GT) propõe-se a congregar trabalhos de pesquisadores, profissionais da área social, ativistas e formuladores de políticas públicas para debater, sistematizar e ampliar conhecimentos e ações que articulem intervenções psicossociais críticas com processos participativos, visando fortalecer direitos humanos e sociais em contextos de vulnerabilidade. O eixo temático que este trabalho integra é o 4. Direitos, movimentos sociais e desafios à Democracia porque aqui cabem práticas e pesquisas que dialogam com a Psicologia Social Crítica, priorizam a mobilização comunitária, a valorização de saberes locais e a criação de redes de apoio, que tenham a participação social — seja através de conselhos gestores, audiências públicas, ou movimentos populares — como aquela que deve assegurar que as políticas públicas não sejam impostas "de cima para baixo", mas co-construídas com os sujeitos atingidos. Portanto, propõe-se um espaço que relação direta com o tema do Encontro ALIANÇA DOS POVOS: PSICOLOGIA SOCIAL FACE À DESTRUIÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE VIDA, pela urgência em consolidar um espaço plural para superar essas lacunas, articulando teoria e prática em prol de sociedades mais justas. Este GT pretende ser mais que um espaço acadêmico: uma trincheira de resistência e criatividade, onde saberes marginais e institucionais dialoguem para reinventar práticas comprometidas com a vida, assim como, contribuir com o debate da reparação psicossocial de danos morais coletivos causados pela violação de direitos, especialmente das pessoas socialmente mais vulneráveis. Com esse GT, espera-se não apenas produzir conhecimento, mas também fortalecer laços entre aqueles que, nas universidades, nas ruas e nos territórios, lutam por um mundo onde direitos humanos não sejam um privilégio, mas uma realidade vivida por todos.

Para tanto, busca-se fomentar um espaço interdisciplinar de diálogo, pesquisa e ação sobre a integração entre práticas psicossociais e participação social, visando a promoção de direitos humanos e sociais em contextos de vulnerabilidade. Nesse sentido, espera-se que os trabalhos contribuam com a análise de casos emblemáticos de intervenções psicossociais com enfoque participativo; com a discussão de metodologias inovadoras para engajar comunidades em processos decisórios; com a identificação dos desafios éticos e políticos em contextos de violência institucional; com a produção de pesquisas com contribuições da psicologia social e interdisciplinares, relacionadas às práticas psicossocial e participação social; com a promoção de intercâmbio entre universidades, serviços públicos e movimentos sociais; por fim, com a produção de diretrizes para políticas públicas e formação profissional na área.

Referências

AMARANTE, P.; TORRE, E. H. G. Saúde Mental e Saúde Coletiva. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2018.

FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

GÓMEZ, A.; SÁNCHEZ, L. Diálogos Posibles: Experiencias de Reconciliación en Colombia. Bogotá: Universidad Nacional, 2019.

KILOMBA, G. Memórias da Plantação: Episódios de Racismo Cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MARTÍN-BARÓ, I. Psicología de la Liberación. Madrid: Trotta, 1994.

MONTERO, M. Introducción a la Psicología Comunitaria. Buenos Aires: Paidós, 2004.

SANTOS, B. S. O Fim do Império Cognitivo. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

GT 36: Processos de precarização do trabalho e seus impactos na saúde mental do trabalhador e da trabalhadora

Eduardo Breno Nascimento Bezerra (UFPB), Guilherme Paim Mascarenhas (UFAM), Joeder da Silva Messias (UESB)

Resumo: Objetivo deste GT

O processo de precarização do trabalho é um fenômeno que se configura como a intensificação daquilo que Karl Marx (1867/2023) denomina de mais valia e se encontra cada vez mais presente no contexto do capitalismo neoliberal. No cenário contemporâneo o referido processo tem se expressado de diversas formas, através de diferentes iniciativas de flexibilização (Alves, 2007; Bendassolli & Soares, 2021), como no trabalho intermitente (Araújo, 2013), no trabalho uberizado (Abílio, 2020), na pejotização (Oliveira, 2013), no acúmulo de tarefas alheias ao ofício (Messias, Falcão e Bezerra, 2024), na terceirização (Alves, 2007), dentre outras.

Cabe ressaltar que o processo de precarização do trabalho produz impactos negativos nas vidas das(os) trabalhadoras(es) e está relacionado a questões como: a perda de direitos, a redução salarial, a intensificação da jornada, o agravamento das condições laborais, a fragilização dos vínculos contratuais, o comprometimento na construção de sentido positivo relacionado ao trabalho. É possível notar que a dimensão econômica está no cerne dos processos de precarização do trabalho, em suas diversas estratégias de intensificação da exploração da força de trabalho. No entanto, além dos prejuízos materiais, este fenômeno produz impactos deletérios à saúde das(os) trabalhadoras(es), tanto no âmbito da saúde física quanto mental.

Nesse sentido, este Grupo de Trabalho tem como objetivo criar um espaço para discussão e reflexão crítica acerca das transformações contemporâneas do mundo do trabalho e seus rebatimentos nas produções subjetivas e nas condições de vida da classe trabalhadora. Dessa maneira, pretendemos analisar os processos de precarização laboral intensificados pelo avanço do neoliberalismo e agravados pela emergência de novas tecnologias digitais que promovem a "uberização" do trabalho. Buscaremos compreender como esses processos se configuram especificamente na periferia do capitalismo, com foco nas experiências do contexto latino-americano. Por se tratar de uma região constituída por economias periféricas dependentes, a América Latina enfrenta formas particulares de precarização caracterizadas pela superexploração da força de trabalho, processo esse que tem aprofundado o desemprego estrutural e a informalidade das trabalhadoras e trabalhadores.

Além disso, o espaço do GT proposto também busca compreender as articulações do processo de precarização com os marcadores sociais de gênero, sexualidade, raça e classe, e como estes atravessamentos produzem formas heterogêneas de exploração e sofrimento.

Pretendemos também analisar as diversas formas de resistências produzidas diante da exploração do trabalho em sua face precarizada. Assim, o espaço estará aberto às discussões sobre experiências concretas de organizações e mobilizações coletivas que constituem a luta da classe trabalhadora frente aos desafios impostos pela expressão do neoliberalismo no contexto dos países de economia dependente latino-americanos.

Nossa proposta tem particular interesse pelas contribuições teórico-metodológicas da Psicologia Social do Trabalho para a compreensão desses processos, bem como para a construção de alternativas teóricas e práticas frente à exploração laboral. Assim, acolheremos debates que tenham como fundamentação as abordagens críticas desenvolvidas no contexto latino-americano, que reconhecem as singularidades históricas, políticas,

econômicas e culturais na produção das condições objetivas e subjetivas relacionadas ao trabalho.

Relação deste GT com o tema do encontro

Entendemos que a degradação das relações de trabalho via processo de precarização, em suas mais diversas manifestações, opera como uma forma sistemática de destruição da reprodução ampliada da vida humana. Esta perspectiva se alinha diretamente com o tema central do encontro "Aliança dos povos: Psicologia Social face à destruição de todas as formas de vida", que evidencia a urgência de ações coletivas frente às múltiplas formas de violência enfrentadas na contemporaneidade.

Discutir a precarização do trabalho a partir da "aliança dos povos", significa reconhecer, por um lado, as diferentes formas de manifestação da exploração do trabalho para os distintos grupos sociais e, por outro lado, construir laços solidários entre os segmentos da classe trabalhadora para promoção de formas de resistências comuns. Nesse sentido, os saberes e práticas ancestrais dos povos originários e comunidades tradicionais contribuem com estas lutas ao apresentar cosmologias e modos de reprodução da vida que desafiam a lógica mercantil que fundamenta a exploração do trabalho e da natureza. Ao dar visibilidade a essas experiências, o GT promove um espaço de troca de conhecimentos e experiências alternativas. Dessa maneira, permite-se que as estratégias desenvolvidas por comunidades tradicionais, povos indígenas e quilombolas na defesa de seus territórios e modos de vida inspirem novas formas de resistência para fazer frente à dinâmica opressiva do modo de produção capitalista em suas novas configurações de exploração.

Relação com o eixo temático escolhido

O GT em questão se insere no eixo temático "Psicologia Social em interface com o trabalho", propondo-se analisar criticamente os processos de precarização e seus impactos psicossociais bem como as resistências e alternativas que surgem diante dos desafios impostos a luta da classe trabalhadora no contexto do capitalismo neoliberal dos países dependentes da América Latina. Nesse sentido, o GT busca contribuir com a tradição crítica da psicologia social latino-americana em sua interface com os estudos do trabalho. O espaço proposto pretende superar perspectivas homogeneizantes da classe trabalhadora, destacando o atravessamento dos marcadores sociais na produção de experiências distintas de trabalho, precarização e resistência. Assim, analisaremos não apenas os processos macrossociais relacionados ao mundo do trabalho, mas também os impactos dessas transformações na vida cotidiana, na saúde mental e na produção de subjetividades.

Aspectos nos permitem articular discussões sobre a Psicologia Social Crítica

As discussões sobre a precarização do trabalho que serão realizadas neste GT se enlaçam com os fundamentos da Psicologia Social Crítica (PSC) por compreender este campo teórico-prática como movimento comprometido com a denúncia e com a transformação da sociedade no sentido de superar as relações de dominação e de exploração do ser humano pelo ser humano. Assim, as discussões do GT estão articuladas à PSC a partir de quatro aspectos fundamentais: primeiro, a crítica ao individualismo que reduz os fenômenos sociais à dimensão psicológica e no caso da precarização, responsabiliza os sujeitos por sua situação de vida, portanto, deixa de reconhecer os determinantes históricos que configuram o mundo do trabalho; segundo, a influência crítica da perspectiva do materialismo histórico-dialético, que identifica as contradições do capitalismo e suas manifestações nas experiência subjetivas, inserindo no campo teórico, metodológico e prático a centralidade de categorias como trabalho, luta de classes, alienação do trabalho, ideologia, bem como as especificidades das economias dependentes que, na américa-latina, se manifestam de maneira particular pelos atravessamentos da exploração do trabalho e nas formas de resistência a partir de marcadores sociais como gênero, sexualidade, raça e classe; terceiro, o compromisso ético-político endereçado aos interesses da classe trabalhado em sua diversidade, contrapondo-se, dessa maneira, a abordagens pretensamente neutra e a-históricas; por fim, a valorização dos saberes populares produzidos pela

classe trabalhadora em suas lutas e formas de resistências cotidiana.

Estes quatro aspectos se alinham à tradição da Psicologia Social do trabalho ao reconhecer que o conhecimento científico não é neutro, mas está sempre situado em contextos históricos, culturais e políticos. No contexto latino-americano, isso implica reconhecer as particularidades de nossa formação social marcada pelo passado colonial, pela escravidão, pelo patriarcado e pela dependência econômica e como essas especificidades se experessam na configuração do mundo do trabalho e na produção das subjetividades estabelecida pelas relações sociais deste contexto.

Tipos de trabalhos serão acolhidos e quais as discussões que o GT pretende promover

Este GT privilegiará trabalhos teóricos, relatos de pesquisa e de experiência que abordam criticamente as transformações atuais do mundo do trabalho e suas implicações psicossociais. Serão recebidos trabalhos que discutam: velhas e novas formas de precarização do trabalho; formas atuais de trabalho como trabalho intermitente, terceirização, uberização, plataformização, etc.; a relação entre os marcadores sociais de raça, gênero, sexualidade, classe, dentre outros, com as determinações particulares das atividades laborais e de modos de vida, a articulação entre a exploração do trabalho e a degradação ambiental; saúde do trabalhador e a produção de saúde e adoecimento físico ou mental diante do trabalho precarizado; experiências alternativas de organização do trabalho (economia solidária, cooperativismo e autogestão do trabalho); antigas e atualizadas formas de movimentos sociais e sindicalismo; impacto das novas tecnologias digitais nas relações de trabalho; políticas públicas de trabalho; estudos sobre as relações entre trabalho e educação, incluindo a formação profissional; por fim, práticas interventivas da Psicologia Social junto a trabalhadores e seus contextos organizacionais.

É importante destacar que o GT proposto é um espaço de diálogo, portanto, buscaremos promover um encontro entre os saberes e práticas da academia e dos movimentos sociais organizados. Dessa maneira, pretendemos ampliar a compreensão crítica do trabalho e superar as abordagens individualizantes, despolitizadas e a-históricas. Além disso, é nossa intenção articular a teoria e a prática relacionadas ao campo do trabalho. Para isso, partimos da compreensão que as alternativas à precarização do trabalho serão construídas pelo protagonismo da classe trabalhadora e da articulação dos diversos contextos em que estão inseridos.

Referências

Alves, G. (2007). Dimensões da reestruturação produtiva: ensaios de sociologia do trabalho. Londrina: Praxis.

Bendassolli, P. F., & Soares, L. K. A. (2021). Trabalho precário, subjetividade precária? Refletindo sobre a função psicológica do trabalho e a atuação da psicologia no drama da precarização. In P. F. Bendassolli & L. A. P. Soboll (Orgs.), Clínicas do trabalho (2a ed. rev. e ampl.) (pp. 306-322). Belo Horizonte: Artesã.

Araújo, S. M. (2013). Da precarização do trabalhador portuário avulso a uma teoria da precariedade do trabalho. Sociedade e Estado [online], 28(3), 565-586. doi: https://doi.org/10.1590/S0102-69922013000300006

Abílio, L. C. (2020). Uberização: a era do trabalhador just-in-time? Estudos Avançados [online], 34(98), 111-126. doi: https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3498.008

Messias, J. da S., Falcão, J. T. da R., & Bezerra, E. B. N. (2024). O acúmulo de tarefas alheias ao ofício e o emergir de um gênero profissional invasivo. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, 27, e-206020. Epub 05 de julho de 2024. https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.cpst.2024.206020

Marx, K. (1867/2023). O capital: Crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. Boitempo.

GT 37: Psicologia comunitária e desigualdades sociais na produção de cuidado e na promoção da saúde

Bernardo Parodi Svartman (IPUSP), Rita de Cassia Andrade Martins (UFJ), Fernanda Nogueira Campos Rizzi (UFU)

Resumo: O GT "Psicologia comunitária e desigualdades sociais na produção de cuidado e na promoção da saúde" é proposto por integrantes do GT de Psicologia Social Comunitária da ANPEPP e se insere no eixo 3 "Psicologia Social e Saúde" do ENABRAPSO com objetivo de oferecer espaço para troca entre experiências que congregam saberes acadêmicos e populares, numa perspectiva participativa, voltadas para o cuidado e para promoção da saúde com enfoque na saúde mental.

O GT parte de uma concepção ampliada de saúde, que considera determinantes biopsicossociais para sua compreensão e abordagem. Neste sentido, diferentes aspectos influenciam de forma significativa a saúde, e a saúde mental em particular, tanto no que diz respeito à sua promoção quanto aos seus cuidados. O GT se assenta no diálogo entre a Psicologia Comunitária e a Saúde Coletiva, em especial na área de Promoção da Saúde articulada à produção sobre Determinação Social da Saúde.

Ainda na década de 1970, a Psicologia Comunitária emerge a partir de experiências comunitárias dispersas fazendo frente a práticas psicológicas nos moldes individualistas atendendo as expectativas do mercado (FREITAS, 2016). Desta forma, desde aquela época, a Psicologia Comunitária tem se posicionado como um campo crítico dentro da psicologia quanto à reprodução de epistemologias que se afastam de nossos saberes e práticas e o enquadramento de nossos diferentes contextos e culturas a essas epistemologias (GUZZO, 2016).

A Psicologia Comunitária prioriza relações horizontais entre as/os profissionais da psicologia e a comunidade, partindo da compreensão de que a relação se dá entre sujeitos e não entre sujeito e objeto. Como nos recomenda Freitas (1998), faz-se psicologia com a comunidade e não na comunidade. A construção do conhecimento e sua autoria são conjuntas, na medida em que são tecidas no encontro entre os saberes acadêmicos e populares e nos desdobramentos desse encontro (MONTEIRO, 2000). Para tanto, a Psicologia Comunitária tem como referências teórico-práticas epistemologias não hegemônicas, alinhadas à realidade dos povos latino-americanos e também às suas histórias, culturas e cosmologias.

Por sua vez, a Saúde Coletiva é um campo interdisciplinar que se constitui da interface entre ciências biomédicas e ciências sociais e humanas, que tem entre seus objetivos investigar e compreender a produção social da saúde, bem como do adoecimento, visando produzir conhecimentos voltados aos cuidados e a promoção da saúde. É um campo que está a serviço da saúde pública e do enfrentamento das iniquidades em saúde. A noção de promoção da saúde foi definida a partir da década de 1980 como crítica à concepção de que a atuação clínico-assistencial deve se basear em evidências estritamente biológicas.

De acordo com Ferreira & Buss (2007), esse processo de redefinição da concepção de promoção da saúde teve início ainda na década de 60, com debates em diferentes regiões do mundo, o que contribuiu para um novo paradigma na concepção de promoção da saúde, sistematizado na Conferência de Alma-Ata (1978). Na Primeira Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde (1986) essa concepção ampliada de promoção da saúde ganha destaque e expressão no documento final do

evento, na chamada Carta de Ottawa (BRASIL, 2002). A Carta de Ottawa estabelece que a promoção da saúde deve necessariamente envolver a participação popular e o protagonismo comunitário no sentido de melhorar a qualidade de vida e saúde das pessoas, bem como incentivar e buscar garantir o controle social nesse processo (BRASIL, 2002, p.19). Para se discutir estratégias de intervenção, políticas públicas e produção de conhecimento sobre promoção da saúde faz-se necessário considerar a determinação social da saúde (CNDSS, 2008) e as desigualdades sociais que expressam os efeitos do racismo e do colonialismo na população brasileira e no cotidiano da vida das pessoas na comunidade (FARO & PERREIRA, 2011; WERNECK, 2016).

Estas diferentes determinações sociais demandam um olhar atento às interfaces e diálogos entre marcadores da diferença entre sujeitos e grupos, que produzem hierarquias sociais que privilegiam alguns segmentos da sociedade às custas da subalternização de outros segmentos. Essa perspectiva analítica, que considera as relações étnico-raciais e de gênero intrinsecamente indissociáveis, é uma contribuição importante do feminismo negro, conforme podemos verificar no texto de Lélia Gonzalez "Racismo e sexismo na cultura brasileira", publicado ainda em 1983 (LIMA & RIOS, 2020, P.75). Esta perspectiva analítica, nomeada de interseccionalidade pela intelectual afro-estadunidense Kimberlé Crenshaw, sublinha a importância do diálogo entre os marcadores sociais, notadamente de raça, gênero e classe, na produção de desigualdades. Segundo a autora, além de indissociáveis, as dimensões raciais e de gênero são estruturais e estruturantes e, por isso, devem ser analisadas sempre no mesmo plano e não em planos sobrepostos ou concorrentes (CRENSHAW, 2002).

Essa interface entre a Psicologia Comunitária e a Saúde Coletiva, aqui proposta pelo GT, é construída a partir de uma perspectiva decolonial, buscando referências teórico-práticas que problematizam as iniquidades em saúde que se expressam nas relações raciais, de gênero, de capacidade, de acesso à riqueza material, intergeracionais, de forma interseccional. Busca-se, assim, através deste GT, debater sobre práticas atuais no campo da psicologia social que se baseiam no fortalecimento da autonomia e do protagonismo comunitário, trazendo visibilidade a iniciativas voltadas para o enfrentamento das desigualdades através de experiências coletivas de cuidado e promoção da saúde.

Além da Psicologia Comunitária, o trio proponente do grupo de trabalho têm em comum a militância e o ativismo junto à Luta Antimanicomial e outros movimentos sociais, partindo de direcionamentos que priorizam a centralidade do sujeito e da comunidade nas proposições e condução de seus próprios processos de transformação social.

Sendo assim, ao tematizar a crítica das condições de desigualdades do presente e enfatizar a busca por estratégias de transformação social, o GT se apresenta em consonância com a proposta do 23º Encontro Nacional da ABRAPSO "Aliança dos povos: Psicologia Social face à destruição de todas as formas de vida". Neste sentido, o grupo espera acolher relatos e vivências oriundas de pesquisas, estágios, extensão universitária, mas também iniciativas organizadas pela população e por profissionais no cotidiano comunitário. Incentivamos uma participação plural através de relatos de grupos de auto e mútua-ajuda, grupos de apoio por pares e de narrativas do saber da experiência, cooperativas sociais, associações, coletivos culturais, entre outros grupos de protagonismo comunitário do campo da saúde mental, compreendendo que são também iniciativas de cuidado e promoção da saúde. Também serão bem-vindos relatos de experiências que envolvam performances artísticas, vivências, exibição de audiovisuais, dentre outros, desde que estejam atravessadas pelas questões propostas pelo GT e em consonância com a Psicologia Comunitária e na defesa do SUS e de outras políticas sociais. Sendo assim, cabe a nós enfatizar o papel da Psicologia Social como promotora de debates e incentivadora de ações coletivas, no intuito de problematizar privilégios e operacionalizar vias de fuga

para sujeitos e coletividades em situações de desigualdade, adoecimento e exclusão.

Referências Bibliográficas:

BRASIL/MS/SPS. As Cartas da Promoção da Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. BRASIL/MS/SE/SVS. Glossário temático: promoção da saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. BUSS, P.M. & PELLEGRINI FILHO, A. A Saúde e seus Determinantes Sociais. PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 17(1):77-93, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/physis/v17n1/v17n1a06.pdf . Acesso em: 30.08.2021. CNDSS. As causas sociais das iniquidades em saúde no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008. CRENSHAW, K. Documento para o encontro de Especialistas em aspectos da Discriminação racial Relativos ao gênero. Revista Estudos Feministas, Ano 10, nº1, 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-026X2002000100011&lng=es&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 30.08.2021. FARO, A. & PEREIRA, M.E. Raça, racismo e saúde: a desigualdade social da distribuição do estresse. Estud. psicol. Natal , v. 16, n. 3, p. 271-278, Dec. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2011000300009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30.08.2021. FREITAS, M. F. Q. Inserção na comunidade e análise de necessidades: reflexões sobre a prática do psicólogo. Psicol. Reflex. Crit. (Porto Alegre), 11(1), 175-189. 1998. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-79721998000100011&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso 30.08.2021. FREITAS, M.F.Q. Desafios atuais e antigas sutilezas nas práticas da psicologia social comunitária. Psicología, Conocimiento y Sociedad, 6(1), 131-163. 2016. Disponível em http://revista.psico.edu.uy/index.php/revpsicologia. Acesso em: 30.08.2021. GUZZO, R. A quem a psicologia serve? Sobre a importância da psicologia comunitária. In. XIMENES, V.; SARRIERA, J. C.; BONFIM, Z. A. C. (orgs). Psicologia Comunitária no mundo atual: desafios, limites e fazeres. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016. MONTEIRO, M. Construcción, Desconstrucción y Crítica: teoria e sentido de la psicología social comunitaria en América Latina. In. CAMPOS, R. H. F.; GUARESCHI, P. A. (org.) Paradigmas em Psicologia Social. A perspectiva latinoamericana. Petrópolis: Vozes, 2000. NÓBREGA JÚNIOR, F.R.da. Fake News e Pandemia: a propagação do discurso "anticientífico" por grupos bolsonaristas em redes sociais digitais no Brasil no contexto da Covid-19. V.11/N.2, Pensata, 2022. RIOS, F & LIMA, M. (orgs). Lélia Gonzalez – por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. WERNECK, J. Racismo institucional e saúde da população negra. Saúde Soc. São Paulo, v.25, n.3, p.535-549, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v25n3/1984-0470-sausoc-25-03-00535.pdf. Acesso em 30.089.2021.

GT 38: Psicologia e relações raciais no Brasil do séc XXI: aspectos históricos, teóricos e metodológicos.

Lia Vainer Schucman (UFSC), Hildeberto Vieira Martins (UFF), Cláudia de Oliveira Alves (Universidade de Brasília)

Resumo: O GT Psicologia e Relações Raciais no Brasil do Séc. XXI: Aspectos históricos, teóricos e metodológicos tem como objetivo contribuir para a ampliação do debate entre pesquisadores e psicólogos que, nas suas várias frentes de trabalho, têm sido interpelados pela problemática das relações raciais, e para aprofundar a reflexão sobre os discursos e as práticas da Psicologia ao longo de sua história quanto a essa questão. Neste sentido a proposta do GT está intrinsecamente ligada à temática do encontro da ABRAPSO "Aliança dos povos: Psicologia Social face à destruição de todas as formas de vida" já que se pretende fazer uma discussão que articule o debate das relações raciais brasileiras com as práticas das(os) psicólogas(os) e as pesquisas recentes desenvolvidas no âmbito da psicologia na promoção da igualdade racial e promoção de saúde psíquica para as vítimas do racismo brasileiro. O fato de existir neste encontro um eixo temático, no qual este GT se insere, intitulado Psicologia Social e Relações Étnico-Raciais demonstra que a Psicologia Social Brasileira tem se atentado à necessidade de ampliar as perspectivas sobre os fenômenos do racismo no que se refere não só às estruturas sociais que afetam a população negra na dificuldade de acesso aos recursos públicos, como educação e inserção no mercado de trabalho, mas também aos aspectos relacionados às dimensões psicossociais e constitutivas de subjetividades.

A Psicologia Social, enquanto campo de estudo e intervenção, tem o compromisso de compreender e transformar as dinâmicas que estruturam as relações humanas, especialmente em contextos marcados por desigualdades e conflitos. No Brasil do século XXI, as relações raciais constituem um eixo central para a análise e a atuação psicológica, uma vez que o racismo estrutural persiste como um fenômeno profundamente enraizado na sociedade, impactando a subjetividade, as interações sociais e as oportunidades de vida de milhões de pessoas. O século XXI tem sido palco de importantes movimentos sociais que colocam as questões raciais em evidência, como o fortalecimento do movimento negro, a implementação de políticas de ação afirmativa e a crescente visibilidade de vozes historicamente marginalizadas. No entanto, persistem desafios significativos, como a naturalização do racismo, a violência contra populações negras e indígenas, e a dificuldade de superar estereótipos e preconceitos enraizados. Nesse contexto, a Psicologia tem um papel fundamental a desempenhar. Ao investigar os mecanismos psicossociais que sustentam o racismo, a Psicologia Social pode contribuir para a desconstrução de discursos e práticas discriminatórias, promovendo a reflexão crítica e a transformação social. Além disso, é essencial que a Psicologia reconheça e valorize os saberes e as experiências das populações racializadas, construindo práticas profissionais que sejam culturalmente sensíveis e comprometidas com a justiça social. Este grupo de trabalho busca, portanto, fomentar um espaço de diálogo e produção de conhecimento sobre as relações raciais no Brasil, reunindo pesquisadores, profissionais e estudantes interessados em avançar na compreensão e no enfrentamento do racismo. Ao fazer isso, espera-se contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e equânime, onde possa se almejar um mundo onde as desigualdades raciais sejam efetivamente superadas.

Pretende-se neste GT acolher trabalhos que façam uma discussão da história da psicologia para a compreensão das relações raciais brasileiras; trabalhos que tragam contribuições teóricas para a compreensão do racismo e do sofrimento psicossocial advindo deste; e por último trabalhos que apresentem diferentes práticas e atuações de psicólogos para a promoção de igualdade racial. Desta forma, queremos promover neste GT discussões que respondam a perguntas

como: qual foi o papel da psicologia na manutenção, legitimação e construção das desigualdades raciais brasileiras? Como foi construída historicamente a produção psicossociológica brasileira sobre a questão racial no Brasil? Qual o papel atual de uma psicologia crítica para a luta antirracista? Quais são as possíveis frentes que os psicólogos podem atuar para a desconstrução do racismo e promover igualdade racial? Que lentes teóricas e metodologias podem auxiliar neste processo? Assim este GT visa promover debates, através de estudos e pesquisas, sobre como a psicologia social brasileira pode contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária no tocante a questão racial brasileira.

Para que estas discussões sejam estimuladas, abriremos o GT com a apresentação de três diferentes pesquisas realizadas pelos proponentes deste. Hildelberto Vieira Martins irá discutir o papel das teorias psicológicas acerca do negro produzidas pela medicina em finais do século XIX. O autor faz uma investigação histórica da "Escola Baiana de Antropologia" e de seus estudos a respeito de uma nova maneira de lidar e pensar a liberdade individual, derivada da virada permitida pelo emprego cada vez mais difundido de um discurso psicológico. Tal movimento de "interiorização do eu" seria favorecedor de uma valorização do modelo médico-psicológico, e que agora se deteria sobre o indivíduo e suas manifestações "psicológicas".O objetivo de tal pesquisa é mapear a proliferação de uma série de discursos em torno da construção de um projeto nacional e civilizatório que teve como eixo principal a produção de um discurso racializado que engendram a criação do que convencionamos chamar de elemento negro, produtora de ideias e práticas racistas voltadas para determinada parcela da população brasileira. Discutimos em especial a efetivação da naturalização da diferença presente no discurso racial e racista em finais do século XIX e inícios do século XX. A "Escola" teve papel importante para a formação de um saber e de uma prática médico-psiquiátrica no Brasil durante as primeiras décadas da nossa sociedade, influenciando a formação teórica e prática de importantes personalidades do campo psicológico, psiquiátrico e psicanalítico ainda nascentes em nosso país. O segundo trabalho visa apresentar a produção acadêmica, e principais vertentes teóricas sobre o tema raça e racismo na Psicologia Social Brasileira. Para tanto, Lia Vainer Schucman faz uma análise dos principais artigos teses e dissertações produzidos na psicologia brasileira entre 2010 e 2022, e que utilizaram essas categorias para compreensão de fenômenos psicossociais. Dentre outros aspectos, constata-se que os trabalhos se dividem principalmente em três grandes eixos: denúncia do racismo; modos de subjetivação do racismo; e estratégias para superá-lo. O que remete a uma discussão em torno de conceitos como identidade, estereótipos, subjetividade e modos de resistência. No terceiro trabalho, Cláudia Alves apresentará e discutirá os aspectos metodológicos de uma intervenção psicossocial realizada com famílias em processo de adoção de crianças e adolescentes que, em sua maioria, configuram-se como contextos de constituição de famílias inter-raciais. A intervenção teve como objetivo principal a implementação de grupos reflexivos voltados para as dinâmicas étnico-raciais nas relações familiares, com foco nos seguintes aspectos: letramento racial; criação de espaço seguro para reflexões acerca das questões étnico-raciais no cotidiano das dinâmicas relacionais das famílias; análise das implicações objetivas e subjetivas dessas questões. Os resultados apontam para: elaboração de estratégias de enfrentamento dos impactos e das consequências psicossociais do racismo; e engajamento das famílias na construção de relações que não reproduzam o racismo.

GT 39: Psicologia Social Crítica e Comunidades em processos de vulnerabilizações: Intervenções desde perspectivas contracoloniais

Felipe Cazeiro da Silva (UPE), Jáder Ferreira Leite (UFRN), Wanderson Vilton Nunes da Silva (UEMS)

Resumo: O GT objetiva promover discussões e trocas de experiências de atuação da Psicologia em territórios rurais, tais como assentamentos, comunidades tradicionais, quilombolas, indígenas, comunidades de terreiros de matrizes africanas e populações periféricas pensando em como a Psicologia em seu campo prático, teórico e político pode contribuir nestes espaços. O GT faz relação com os eixos temáticos 08: Questões socioambientais e contextos rurais e urbanos por se direcionar também para a relação entre os aspectos psicossociais e as questões ambientais das comunidades, bem como também se relaciona com o eixo 11 Psicologia Social e Relações étnico-raciais por sua intenção de fomentar análises críticas e interseccionais dos processos históricos e sociais do racismo brasileiro e sua relação com a luta das comunidades citadas. Neste sentido, parte-se de uma Psicologia Socia Crítica que buscará refletir sobre as determinações da questão agrária, do racismo e as determinações sociais na vida concreta dessas comunidades e suas formas de enfrentamento e superação das mazelas e violências produzidas pelo racismo ambiental a partir da organização popular e dos movimentos sociais. Com isso, pretendemos contribuir para a formação acadêmica e profissional das e dos participantes em uma perspectiva crítica, empregando o pensamento latino-americano e contracolonial como base epistemológica de nossas pesquisas e intervenções, inspiradas/os em Ailton Krenak (2024) que defende a ideia de que a crítica deve ser contracolonial, e não decolonial. Assim, o GT justifica-se por sua temática relevante e por abranger populações vulnerabilizadas em diversas formas na dinâmica de desigualdades sociais e opressões que estão inseridas no bojo da sociedade como, por exemplo, às populações que estão adoecendo por exposições aos empreendimentos eólicos ou dos impactos do agronegócio e, assim, se relaciona com o tema do evento no que diz respeito a aliança dos povos em sua ação contracolonial das destruições de todas as formas de vida. Aqui a primazia é pela apreensão da determinação social e não de “determinantes sociais da saúde”, porque estes, diferentemente da anterior, seguem dentro do desígnio do modelo biomédico. Portanto, na “determinação social” as questões sociais, históricos, culturais, econômicas caminham pela compreensão dos elementos fundamentais para a explicação dos processos saúde e doença e das vulnerabilizações em que perpassam estas comunidades. Desta maneira, o processo saúde e doença e a vulnerabilização são compreendidos como um processo que decorre da relação do ser humano com o meio, concluindo que seu desvendamento precisa mergulhar em um complexo de mediações e particularidades a fim de construir uma análise concreta. Desta forma, a determinação social demonstra como a expressão de fenômenos e sua constituição influenciam na gênese e nas formas de manifestação de violências, doenças, sinais e sintomas em saúde. Como traz Jaime Breilh, ponderar criticamente o campo da epidemiologia (crítica) é a possibilidade de produzir dados técnicos e científicos como “ferramenta para trabalhar a relação entre a reprodução social, os modos de viver e de adoecer e de morrer.” (Breilh, 2013 p. 14 – tradução nossa). “(...) a noção de determinação social da saúde, como toda ideia de ruptura, não é produto isolado de elucubrações pessoais, mas sim a expressão do pensamento crítico do qual havia se apoderado o movimento latino-americano de medicina social (agora melhor conhecido como saúde coletiva); cuja a origem convergiram as inquietudes de coletivos mobilizados, o desenvolvimento de novos instrumentos de análises e a presença de um projeto expresso de

transformação do paradigma obsoleto da velha saúde pública empírico-funcionalista da década de 70". Correlacionar o processo de vulnerabilização e de adoecimento dessas populações com a determinação social aponta, portanto, para processos que não são meramente isolados e individuais e rompem com a base fundante de análises do processo patológico apenas de forma individual, reduzindo ou ao biológico daquelas pessoas ou a aspectos intrínsecos a história de vida daqueles sujeitos em particular em sua dinâmica de funcionamento psíquico, onde tanto o psiquismo e seu funcionamento como o biológico são considerados como constituídos de forma isolada do meio social e histórico em que o sujeito está inserido, de seu ambiente. Portanto, Breilh enfatiza (2013 p. 20): "Daí a necessidade de assumir uma lógica dialética que mantenha com vida os dois polos do movimento de determinação (individual e coletivo), mas entendendo o papel de cada um. Um movimento que Samaja descreveu acertadamente e que mantém vivos os dois polos da ordem: um processo de geração de mudanças que vai do micro (indivíduo, mais simples) até o macro (social, mais complexo); ao que se supõe dialeticamente um processo de reprodução das condições gerais da sociedade". Assim é que a dimensão do adoecimento e vulnerabilização dessas populações está profundamente relacionada com a expressão da determinação social, pois são povos que estão lidando com diversos prejuízos na vida. Neste sentido, essa proposta visa construir uma rede entre a Universidade em sua interiorização e trabalho com as referidas comunidades. Assim, congrega não só o público da Psicologia, mas da área da Saúde, pois propõe o compartilhamento de experiências e conhecimentos para atuação mais politizada, humanizada e política nestes territórios que enfrentam diversas questões sociais. Trata-se, portanto, de fazer movimentar a própria academia. Nessa perspectiva, serão privilegiados trabalhos de estudantes, profissionais, pesquisadoras/es e militantes, que apresentem ensaios teóricos, relatos de pesquisa, extensão e outras intervenções junto a movimentos populares, grupos, coletivos, povos de religiões de matrizes africanas e assentamentos rurais, quilombolas, indígenas, periféricos e tradicionais, populações impactadas por empreendimento eólicos. Trabalhos que, a partir das contribuições da psicologia social crítica, tratem das diversas facetas que atravessam essas populações no contexto brasileiro e de suas lutas sociais atreladas a temas diversos, como, por exemplo, saúde, educação, terra, geração de renda e cooperativismo, matrizes produtivas, energéticas e de organização popular, autodeterminação, expressões artísticas e culturais e outras necessidades básicas, articuladas as determinações raciais, étnicas, de gênero, orientação sexual e classe. Serão aceitas discussões que abordem criticamente os diversos processos vigentes no capitalismo e do racismo ambiental e suas determinações particulares sobre a vida dessas comunidades e a necessidade da organização popular privilegiando os saberes tradicionais desses povos. As apresentações dos trabalhos aceitos poderão, a critério das e dos participantes, fazer uso de outras formas de expressão, como poesias, contos, imagens, música, vídeos, entre outras linguagens artísticas.

REFERENCIAS

BREILH, J. La Determinación Social de la Salud como Herramienta de Transformación Hacia una Nueva Salud Pública (salud colectiva). Rev. Fac. Nac. Salud Pública, Medellín, v. 31, supl. 1, p. 13-27, dez. 2013. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0120-386X2013000400002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 30 mar. 2025.

KRENAK, A. 2024. Ailton Krenak: 'Não temos de fazer crítica decolonial, e sim, contracolonial', [Online]. Disponível em: https://ufmg.br/comunicacao/noticias/ailton-krenak-nao-temos-de-fazer-critica-decolonial-e-sim-contracolonial. Acesso em: 14 de Jan. de 2025.

GT 40: Psicologia Social do trabalho no enfrentamento da precariedade do trabalho e na busca pela reinvenção da vida

Juliano Almeida Bastos (UPE), Flavia Manuella Uchoa de Oliveira (UFF), Fábio de Oliveira (USP)

Resumo: Esse Grupo de Trabalho (GT) tem o propósito de difundir, discutir e estabelecer conexões entre o conhecimento produzido por psicólogas e psicólogos que estudam e propõem intervenções tendo as questões contemporâneas do trabalho como foco. Os proponentes reúnem-se em torno da Psicologia Social do Trabalho (PST), e, assim como no 22º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social (ENABRAPSO), especialmente, no GT "Psicologia Social do Trabalho e o trabalho humano em movimento: resistir, transformar e vislumbrar futuros possíveis", reafirmam uma perspectiva crítica em suas análises, característica fundante dessa psicologia social que focaliza o trabalho. Como também foi marcado naquela ocasião, é importante reafirmar que nos últimos quarenta anos, a PST pode ser considerada um esforço coletivo em construir possibilidades de enfrentamento e resistência face ao desmantelamento da proteção ao trabalho e consequentemente à vulnerabilização social de trabalhadoras e trabalhadores em todas as esferas da vida. A PST emerge na década de 1980, no final do período de ditadura civil-militar no Brasil, quando da reabertura política e da reconfiguração das políticas públicas de saúde, momento em que a psicologia foi chamada a atuar nos diversos equipamentos então em construção. O campo da saúde dos trabalhadores e das trabalhadoras foi um dos terrenos férteis encontrados, por meio do qual psicólogas e psicólogos deslocaram-se dos espaços das empresas e puderam pensar o trabalho para além da lógica da gestão. Dessa forma, a consolidação da PST faz parte das profundas mudanças de pensar uma outra sociedade em nosso país e de pensar a própria psicologia a partir de nosso lugar no mundo, o que se traduz nas leituras multi e transdisciplinar desse campo (Sato et al., 2017). Pensar o trabalho a partir do solo da PST é, por isso, pressupor outras formas de trabalho, por dentro do emprego e fora dele (Sato, 2017), nas feiras (Carvalho et al., 2020), nas ruralidades (Melo & Scopinho, 2018), distantes das exigências de uma economia estritamente capitalista (Andrada & Esteves, 2017) e dos imperativos do produtivismo e do consumismo predatórios. Considerando que o trabalho, em suas mais diversas formas, tem sido ao longo das últimas décadas, objeto de intenso processo de precarização, o que, invariavelmente, tem tornado também precária a vida de todas e todos que precisam trabalhar para sobreviver, entendemos que nossa proposta se articula diretamente com o tema do 23º ENABRAPSO: "Aliança dos povos: Psicologia Social face à destruição de todas as formas de vida". A instabilidade e a insegurança decorrente dos processos de desregulamentação do trabalho minam qualquer possibilidade de dignidade no trabalho, obrigando trabalhadoras e trabalhadores a se submeterem a condições que de tão precárias, têm se tornado dramáticas. A metáfora proposta por Coutinho (2015) "máquina de moer gente", traduz o cenário do trabalho em nosso tempo e escancara o processo de precarização total e irrestrita que vivenciamos. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) menciona as várias normas relacionadas à Segurança e Saúde no Trabalho (SST), sejam condutas, convenções, orientações e recomendações relacionadas às alterações climáticas, desde a exposição ao calor excessivo, à radiação Ultravioleta (UV), à poluição do ar, aos adoecimentos decorrentes da transmissão por vetores, aos produtos fitofarmacêuticos, incluindo os pesticidas, até a ocorrência de eventos meteorológicos extremos, o que atinge diretamente a saúde das trabalhadoras e trabalhadores (OIT, 2024). Apesar das diversas normas internacionais, o que ainda se constata é a não observância destas condutas, especialmente, nos países do chamado sul

global, destacando-se aqui a América Latina e, particularmente, o Brasil. Por exemplo, desde o último ENABRAPSO, quando se discutiu "A queda do Céu" (Kopenawa & Albert, 2010), eventos meteorológicos extremos vem aumentando sua frequência, sem a devida atenção de governos e mesmo de algumas políticas públicas. O caso das enchentes ocorridas em maio de 2024 no Rio Grande do Sul (RS) é emblemático para pensar nas mudanças climáticas e como estas atingem todas as formas de vida, todas e todos trabalhadores. Também fazemos alusão ao II Encontro Internacional de Psicologia Social do Trabalho, ocorrido neste mesmo período, maio do ano passado, quando na Conferência de Abertura discutiu-se o "Mundo do trabalho, a precariedade como regra" (Braga & Navarro, 2024), e, no Encerramento, "Eu sou tudo o que eles não esperavam: conhecimentos e práticas de mulheres negras médicas, engenheiras e advogadas" (Sousa, 2024), dentre outras exposições em diálogo com pesquisadores e pesquisadoras de diferentes regiões brasileiras e da América Latina. A memória deste evento indica que o enfrentamento da precariedade e destruição do trabalho e da vida precisa estar conectado às lutas sociais contra o machismo, o racismo, o capacitismo, a transfobia, o etarismo, etc, assim como à possibilidade de vislumbrar novos futuros para uma reinvenção dos modos de trabalho e da vida. Nesse sentido, a partir de Sato et al. (2024), questiona-se "Trabalhar para quê? Trabalhar como?" e como produzir enfrentamentos para a condição de destruição, contra a "máquina de moer gente"? Ainda de acordo com Sato et al. (2024, p. 5), que tratam das relações solidárias como possibilidade de enfrentar as condições dramáticas situadas anteriormente, "O que interessa aqui é a capacidade coletiva de costurar relações de ajuda mútua, planejar e concretizar transformações possíveis no cotidiano, resistindo à racionalidade econômica capitalista e também à precarização do trabalho. São práticas autóctones que reúnem a busca de satisfação de necessidades de sobrevivência material com a convivência social, a reprodução da cultura e a construção de formas de ser solidárias". Entendemos que a PST pode dar pistas ao reafirmar seu compromisso ético político junto aos trabalhadores e trabalhadoras em suas lutas coletivas pela garantia e manutenção de direitos que assegurem suas sobrevivências com dignidade, daí a possibilidade de criar alianças com os povos pela manutenção da vida como traz o título do encontro. Dessa forma, o GT está diretamente relacionado ao Eixo 09 - Psicologia Social em interface com o trabalho. Nesse contexto, interessa-nos expandir os espaços de reflexão crítica sobre a precarização do trabalho e a destruição da vida, e debater a proposição de ações junto a trabalhadoras e trabalhadores na busca por vias de reconstrução e superação das condições atuais. Enfim, neste GT pretendemos acolher pesquisas e relatos de intervenção que estejam relacionados aos seguintes temas: trabalho informal; desemprego; trabalho reprodutivo e de cuidado; trabalho rural; precarização; uberização; políticas públicas e trabalho; saúde e adoecimento no trabalho; trabalho e subjetividade; crítica ao gerencialismo; trabalho e bem-viver, outras economias e compreensões do trabalho; organização e resistência de trabalhadoras e trabalhadores; trabalho e meio ambiente; os futuros do trabalho humano. Assim, pretendemos reunir uma pluralidade de comunicações que nos possibilite o diálogo com diferentes aproximações, as mais variadas possíveis, daquelas e daqueles que fazem a psicologia social e tematizam ou focalizam o trabalho em seus estudos e intervenções, para juntos pensarmos em alianças pela manutenção, e/ou reinvenção, de todas as formas de vida.

Referências:

Andrada, C. F., & Esteves, E. (2017). Sonho, história, loucura: Economia Solidária – um movimento de resistência no mundo do Trabalho. In Democracia participativa, estado e laicidade: psicologia social e enfrentamentos em tempos de exceção (pp. 169-187). ABRAPSO. https://pt.scribd.com/document/471718686/Andrada-Esteves-

2017-Sonho-Historia-Loucura-Economia-Solidaria-Um-Movimento-de-Resistencia-No-Mundo-Do-Trabalho

Braga, R.; Navarro, V. [Instituto de Psicologia da USP]. (2024, Maio 2). II Encontro Internacional de Psicologia Social do Trabalho (Dia 1 - Manhã). Mesa Redonda: Mundo do Trabalho, a precarização como regra. [Vídeo] YouTube. https://www.youtube.com/live/ZC6C-bFBKFo

Carvalho, R. G., Maciel, R. H., Matos, T. G. R., & Aquino, C. A. B. (2020). Vivências de trabalho na informalidade: um estudo com feirantes de roupas na cidade de Fortaleza-CE. Psico (Porto Alegre), 51(2), 33744.

Coutinho, G. F. (2015). Terceirização: máquina de moer gente trabalhadora. São Paulo: LTR.

Kopenawa, D., & Albert, B. (2010). A queda do céu (B. Perrone-Moisés, Trad.). Companhia das Letras.

Melo, T. G., & Scopinho, R. A. (2018). Políticas públicas para os assentamentos rurais e cooperativismo: entre o idealizado e as práticas possíveis. Sociedade e Estado, 33, 61-84. https://doi.org/10.1590/s0102-699220183301003

Organização Internacional do Trabalho - OIT (2024). Garantir a segurança e a saúde no trabalho num clima em mudança. Síntese do relatório. (OIT Lisboa, Trad.). OIT. https://www.ilo.org/sites/default/files/2024-04/OIT_SafeDay24_S%C3%ADntese-do-Relat%C3%B3rio.pdf

Sato, L. (2017). Diferentes faces do trabalho no contexto urbano. In Psicologia Social do Trabalho (pp. 151-174). Vozes.

Sato, L., Coutinho, M. C. & Bernardo, M. H. (2017). A perspectiva da Psicologia Social do Trabalho. In Psicologia Social do Trabalho. (pp. 11-24). Vozes.

Sato, L.; Andrada, C. F.; Esteves, E. G.; Nóbrega, J. da S. (2024). Trabalhar para quê? Trabalhar como? Relações Solidárias para o enfrentamento da precariedade do trabalho e da vida. Laboreal [Online], 20, 1, http://journals.openedition.org/laboreal/22137

Sousa, A. T. [Instituto de Psicologia da USP]. (2024, Maio 3). II Encontro Internacional de Psicologia Social do Trabalho (Dia 2). Conferência de Encerramento - Eu sou tudo o que eles não esperavam: conhecimentos e práticas de mulheres negras médicas, engenheiras e advogadas. [Vídeo] YouTube https://www.youtube.com/live/Ui_qKfHq71E

GT 41: Psicologia Social e Comunitária na Amazônia: agenciamentos frente a processos de desigualdades

Lílian Caroline Urnau (UNIR), André Luiz Machado das Neves (Universidade do Estado do Amazonas), Estephania de Lima Oliveira (UFAM)

Resumo: A Amazônia, este território historicamente constituído como uma invenção do período das invasões portuguesas e espanholas sobre a América, marcado por relatos ficcionais do exótico, em suas maravilhas e monstruosidades, tal como analisa Gondin (2019) na obra A invenção da Amazônia, por sua rica biodiversidade de flora e fauna e sua caudalosa hidrografia — maior floresta tropical do mundo, já entendida como "pulmão do planeta" —, é marcada pelo apelo à preservação ambiental e, contraditoriamente, vista como mercadoria fetichizada a ser explorada e patenteada.

Este El Dorado, que povoa imaginários, mobiliza ações concretas em contínuos ciclos de exploração: o garimpo de ouro, pedras preciosas, cassiterita, entre outros minérios; a extração da borracha; e as mais recentes obras de engenharia para a produção energética. Esses ciclos coloniais e neocoloniais não apenas devastam o território físico, mas aprofundam desigualdades históricas, instauram lógicas de violência institucionalizada e impactam subjetividades marcadas pelo sofrimento ético-político (Sawaia, 2001). A lógica do lucro opera como racionalidade dominante, promovendo violações de direitos contra povos originários, populações das florestas, das águas e do campo (indígenas, ribeirinhos, quilombolas, campesinos). Suas repercussões atingem também os espaços urbanos, atravessados por desigualdade, precariedade dos serviços públicos e exclusão das decisões políticas.

As Amazônias – plurais, interseccionadas e em constante tensão entre projetos de vida e projetos de morte – são territórios de resistência. Diante da diversidade cultural e simbólica pré-colonial e das hibridizações produzidas pelas migrações coloniais e pós-coloniais, este não é um território único, homogêneo, mas múltiplo. Populações que insistem em resistir não apenas às adversidades naturais, mas principalmente à destruição sociopolítica promovida por um Estado muitas vezes omisso, quando não cúmplice.

Pensar a Psicologia Social e Comunitária na Amazônia é, portanto, um gesto radical de enfrentamento das formas hegemônicas de produção do saber e de reorganização do fazer profissional a partir dos territórios e de suas lutas. Não se trata apenas de uma localização geográfica, mas de uma posição política. Questionar a neutralidade da Psicologia implica reposicioná-la como campo de disputa, implicada na construção de outras formas de existir e resistir, junto às populações historicamente silenciadas.

O mapa da Psicologia Social e Comunitária brasileira é revelador neste sentido. Na Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), a Regional Norte está entre as mais recentemente constituídas, desmembrada da Regional Norte-Nordeste no ano de 2016. Esse processo de desmembramento, mais do que uma reconfiguração organizacional, expressa a afirmação política de uma Psicologia Social comprometida com as especificidades da Amazônia e com a construção de um campo crítico ancorado nos saberes e lutas territoriais. Nesse marco histórico, a constituição da Regional Norte pode ser compreendida como parte de um movimento de insurgência epistemológica e de enraizamento de práticas que desafiam os modelos hegemônicos de produção do conhecimento e de intervenção psicossocial.

Muitos de seus núcleos também foram criados recentemente e muitos outros ainda estão por ser implementados: Núcleo Belém (criado no ano de 2005, posteriormente reativado em 2015); Núcleo Manaus (2011); Núcleo Santarém (2016); Núcleo Rondônia, hoje Núcleo Porto Velho (2014); Núcleo Altamira (2021); Núcleo Miracema Palmas (2023). Estes núcleos vêm se

consolidando como espaços de articulação política, produção de pesquisa situada, formação crítica e atuação comprometida com os direitos humanos e com os desafios das populações amazônicas. Seu fortalecimento reflete o amadurecimento de uma rede que não apenas resiste, mas produz práticas e teorias desde e para os territórios amazônicos, conectando sujeitos coletivos, universidades, movimentos sociais e comunidades.

Nesse contexto, o Grupo de Trabalho "Psicologia Social e Comunitária na Amazônia: agenciamentos frente a processos de desigualdades" inscreve-se como continuidade e intensificação deste processo coletivo. Agenciar é exercer a capacidade de ação reflexiva dos sujeitos em contextos historicamente estruturados, mas nunca completamente determinados. Ou seja, mesmo diante de constrangimentos institucionais, normativos e materiais — como os impostos pelas desigualdades sociais, pelo racismo ambiental (Filgueira, 2021; Herculano, 2006), pelo apagamento de saberes tradicionais e pelas políticas de exclusão vivenciadas nas Amazônias — os sujeitos não são passivos. Eles interpretam, ressignificam e transformam suas condições de vida por meio da ação, construindo trajetórias possíveis e formas coletivas de resistência. Essa abordagem nos permite compreender os modos como coletivos amazônicos agem na cena pública, disputam direitos, constroem práticas de cuidado e produzem novas possibilidades de pertencimento e de democracia local (Giddens, 2009).

Desta feita, o GT propõe-se a reunir reflexões, experiências e pesquisas que abordem modos críticos de enfrentamento às desigualdades nos territórios amazônicos, a partir de uma perspectiva crítica da Psicologia Social. Partimos da compreensão de que os espaços hegemônicos — como instituições, políticas e práticas normativas — muitas vezes operam como dispositivos de exclusão e silenciamento, especialmente frente às populações historicamente vulnerabilizadas. Ainda assim, nas frestas desses sistemas, emergem práticas de resistência que afirmam a vida, a coletividade e o cuidado como estratégias políticas.

O GT pretende mobilizar o debate sobre práticas comunitárias, processos formativos, estratégias de cuidado coletivo e outras experiências que afirmam a permanência e a dignidade em territórios marcados por múltiplas opressões. Interessa-nos, sobretudo, a articulação entre teoria e prática na Psicologia Social e Comunitária, valorizando saberes situados, epistemologias insurgentes e práticas que confrontem as lógicas coloniais, racistas, patriarcais e cisheteronormativas. Convidamos trabalhos que dialoguem com epistemologias do Sul, perspectivas descoloniais, participação popular, saúde coletiva e movimentos sociais — entendendo a Psicologia como prática comprometida com a justiça social e a radicalização da democracia.

Referências

Filgueira, A. L. de S. Racismo ambiental, cidadania e biopolítica: considerações gerais em torno de espacialidades racializadas. Ateliê Geográfico, v. 15, n.2, p. 186–201, 2021. https://doi.org/10.5216/ag.v15i2.69990.

Gondim, N. A invenção da Amazônia. 3 ed. Manaus: Editora Valer, 2019.

Giddens, Anthony. A constituição da sociedade: bases para a teoria da estruturação. Tradução de Marcos Costa Lopes. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

Herculano, S. Introdução: "Racismo ambiental", o que é isso? In: S. de S. C. H. dos Santos; T. Pacheco (Eds.), Racismo Ambiental - I Seminário Brasileiro contra o Racismo Ambiental, p. 21–28, 2006.

Fonseca, D. R. da. Estudos de História da Amazônia. Porto Velho: Maia, 2007.

Medeiros, E. L. de. Seringueiro: o desbravador da Amazônia. Porto Velho: Rondoforms, 2010.

Sawaia, B. B. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: ___ (Org.) As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2001.

Teixeira, M. A. D.; Fonseca, D. R. da. História Regional (Rondônia). 4ª Ed. Porto Velho: Rondoniana, 2003.

GT 42: Psicologia social e o trabalho na economia solidária: pesquisas, práticas e compromissos

Letícia Dal Picolo Dal Secco de Oliveira (PUC MINAS), Thainara Granero de Melo (PUCPR), Caique Lima Sette Franzoloso (FPP)

Resumo: Integrado ao eixo temático "Psicologia Social em interface com o trabalho", este Grupo de Trabalho (GT) contemplará pesquisas empíricas e/ou teórico-metodológicas, relatos de experiências e ações de ensino e extensão que contribuam para a compreensão do mundo do trabalho e das condições de existência de trabalhadores/as brasileiros/as, sob a ótica da Psicologia Social. Em especial, o GT se interessa pelas discussões emergentes que envolvam a Economia Solidária - enquanto projeto político de resistência às formas de exploração do trabalho e alternativas de emancipação - em diálogo com temáticas do trabalho em geral (organização do trabalho, saúde mental, seguridade social, redes de solidariedade, dentre outras).

Essa proposta de GT, busca, então, compartilhar conceitos, práticas, ferramentas e teorias derivadas do encontro entre Psicologia Social e o trabalho na Economia Solidária, de modo a sistematizar conhecimentos - acumulados e emergentes – que abordem a complexidade e heterogeneidade de atores (singulares e coletivos), processos de subjetivação, sofrimentos, vulnerabilizações, resistências e interseccionalidades (raça, etnia, classe, gênero, orientação sexual, intergeracionalidade, deficiência, territórios e outras) articuladas às lutas cotidianas de trabalhadoras e trabalhadores, do campo e da cidade, com variadas ocupações, pela afirmação das distintas formas de vida.

Na esteira do tema central do Enabrapso 2025, "Aliança dos povos: Psicologia Social face à destruição de todas as formas de vida," este GT se vê desafiado a produzir reflexões que deem conta da compreensão de modos de viver e trabalhar para além do capitalismo e suas mazelas, a exemplo do colapso climático e do aprofundamento da exploração da classe trabalhadora, especialmente dos grupos historicamente marginalizados. Interessa, portanto, propostas de trabalhos, pesquisas e relatos que abarquem as diferentes implicações psicossociais decorrentes da precarização das condições de trabalho, da uberização e plataformização do trabalho, do empobrecimento extremo da população, do desemprego, dos retrocessos da Reforma Trabalhista e das demais problematizações das relações no contexto do mundo do trabalho brasileiro.

A Economia Solidária, como proposta coletiva e contra-hegemônica, configura-se como arena de tensionamentos para pensar resistências e processos organizativos que desafiem a lógica neoliberal. Tanto Sawaia (2014) quando Veronese (2008) apontam que a Psicologia tem como papel e responsabilidade contribuir com esse enfrentamento, buscando compreender as formas de subjetivação que esses novos arranjos promovem na sociedade. Por isso, pretende-se, ainda, dar espaço e visibilidade a proposições outras que tenham como objetivo operar no circuito de experiências autogestionárias e não organizadas pela lógica do capital, tais como a Economia Solidária Digital e Economia Social, esta última, tradicionalmente discutida no seu contexto de origem, europeu, mas atravessando uma variedade de pensamentos e práticas na América Latina (Silva, 2015). Além das discussões entre as economias capitalista e solidária, outros aspectos se articulam ao modo de organização para a geração de renda nos debates atuais sobre sustentabilidade. Principalmente sobre a articulação das faces ambiental e econômica da sustentabilidade, temos a Economia Circular (EC) sendo discutida com força internacionalmente. Ela pode ser considerada:

Uma estrutura de solução de sistemas que aborda desafios globais como mudanças climáticas, perda de biodiversidade, resíduos e poluição. Baseia-se em três princípios, orientados pelo design: eliminar resíduos e poluição, fazer circular produtos e materiais (com o seu valor mais elevado) e regenerar a natureza. É sustentado por uma transição para

energias e materiais renováveis. A transição para uma economia circular implica dissociar a atividade econômica do consumo de recursos finitos (Ellen Mcarthur Foundation, [2025], p. 3, tradução nossa).

Contudo, sendo um dos desafios da EC a articulação da esfera social às econômica e ambiental, e havendo ainda uma corresponsabilidade de produção de lucros para justificar as ações ambientais, reflexões cautelosas devem ser realizadas sobre essa proposta de "transição". Gutberlet e Carenzo (2020), nesse viés, refletem que enquanto a EC aparece como inovação no norte global, principalmente em relação à gestão de resíduos, isso já era e é feito pelos catadores ao redor de todo o mundo, principalmente no cone sul, com ênfase, ainda, ao Brasil. Outra evidência das autoras é de que a discussão entre Economia Solidária e EC partem de autores e atores da Economia Solidária - incluindo catadoras e catadores -, ressaltando as imensas contribuições que ela tem para uma possível efetivação da EC. Evidencia-se, portanto, uma disputa epistemológica abissal sobre os conhecimentos que são valorizados internacionalmente, o que demanda pautar com mais ênfase nas discussões sobre as transições necessárias, os saberes latino-americanos, proposta ética que se articula com a Psicologia Social Crítica.

Ao caracterizar a Economia Solidária, é importante ressaltar que existem muitas definições em disputa, tanto considerando o contexto teórico, quanto o prático. Ela aparece, dentre vários aspectos, como um modo de enfrentamento ao sistema capitalismo ou como em convivência com ele, dentre outras possibilidades de interpretação e os variados elementos que as compõem (Secco-Oliveira, 2018).

Embora esta proposta convide produções que dialoguem com as diversas epistemologias da Psicologia Social em interface com a Economia Solidária, neste GT, parte-se dos pressupostos da Psicologia Social do Trabalho (PST) que, desde uma perspectiva crítica latino-americana e centrada no trabalho, convoca uma "modalidade engajada" com as trabalhadoras e trabalhadores nas formas de pesquisar e atuar (Esteves, Bernardo & Sato, 2017). Para isso, considera-se que a compreensão das dinâmicas psicossociais, dos problemas cotidianos e as estratégias de luta são fundamentais para pensar os desafios da Economia Solidária (Secco-Oliveira & Scopinho, 2024).

Nesse sentido, a PST se entrelaça à Psicologia Social Crítica ao produzir conceitos, práticas e teorias que assumem "o desafio de um outro desenvolvimento cotidiano e uma compreensão mais coletiva de dignidade e de cidadania" (Spink, 2009, p. 230). Como destacam Sato, Coutinho e Bernardo (2016), a insistência no "social" e no "trabalho" visa focalizar os fenômenos do trabalho que o singularizam, ao mesmo tempo em que dialoga com diferentes áreas e disciplinas que compartilham de um sentimento de indignação com as injustiças que limitam as condições de vida e os diferentes modos de ser e existir no mundo. Essa perspectiva não dissocia sujeito e objeto, objetividade e subjetividade, macro e micropolítica, pois considera essencial compreender as perspectivas e experiências concretas dos trabalhadores e trabalhadoras, enfatizando o sentido coletivo de suas lutas por justiça social e estratégias de solidariedade.

Assim, ao problematizar o trabalho na sociedade contemporânea, suas disputas, formas de exploração e resistências coletivas, aspectos sociotécnicos (materiais e imateriais) e, ao buscar estudar e intervir sobre os contextos reais de trabalho, a PST se vale de lentes interdisciplinares que rompem com a tradição positivista hegemônica, posicionando-se de forma crítica e dialógica com os saberes dos coletivos e implicada com a transformação social. Esse compromisso se alinha, ainda, ao imperativo ético-político atribuído à pessoa psicóloga, amparado pelo Código de Ética Profissional da Psicologia (Conselho Federal de Psicologia [CFP], 2005), que estabelece como princípio a desnaturalização das relações de poder e o enfrentamento das desigualdades de raça, gênero, classe, etnia e sexualidade que atravessam tanto as teorias e práticas profissionais quanto as dinâmicas da Economia Solidária.

Do encontro entre a Psicologia Social brasileira e a Economia Solidária surgiram articulações potentes a partir dos anos 1990, quando as experiências associativas e cooperativas demandavam uma agenda de pesquisa e intervenção

implicada com as lutas históricas das trabalhadoras e trabalhadores contra o desemprego, a exclusão e a crise econômica. Agenda esta que assumiu uma diversidade de temáticas e de afiliações teórico-metodológicas para dar conta do "espectro de expectativas, experiências e práticas" próprios da Economia Solidária (Guareschi & Veronese, 2009, p. 96), incluindo fábricas recuperadas, costureiras, quebradeiras de coco, catadores de materiais recicláveis, os assentamentos de reforma agrária, a população em situação de rua, cooperativas de plataforma, pessoas em sofrimento psíquico, entre outros. Com a recente promulgação da Lei de Economia Solidária (Lei Paul Singer), em dezembro de 2024, que institucionaliza e fortalece a Economia Solidária no Brasil, os debates sobre os desafios e contradições da implementação dessas iniciativas no contexto das políticas públicas ganham novos contornos. Enquanto a Lei representa uma reivindicação histórica de empreendimentos econômicos solidários, sua efetivação ocorre em um cenário de aprofundamento da precarização das condições de trabalho e do neoliberalismo, marcado pelo anterior processo de desmonte de direitos trabalhistas e pelo enfraquecimento do Estado como garantidor da proteção social. Nesse sentido, a Psicologia Social Crítica contribui ao problematizar as condições objetivas, subjetivas e coletivas que sustentam essas iniciativas, localizando sua luta política não simplesmente como paliativo às contradições do capitalismo, mas reconhecendo as ambiguidades da sua construção nas fendas do próprio sistema que busca superar (Esteves & Andrada, 2021).

A complexidade desses fenômenos se aprofunda quando colocada em perspectiva político-institucional. Desde a primeira década do século XXI, a Economia Solidária se desenvolve no Brasil em um cenário de controvérsias, angariando conquistas importantes após intensa mobilização popular, com convergências ideológicas ao Governo Lula iniciado em 2003 e, em menor intensidade, ao Governo Dilma, iniciado em 2011. Essas disputas resultaram no desenvolvimento de legislações e políticas públicas de Economia Solidária ainda que sob diretrizes neoliberais, a exemplo da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), em 2003, e da Portaria Interministerial MS/MTE [Ministério de Saúde/Ministério do Trabalho e Emprego] nº 353 de 07/03/2005, que regulamentou a Economia Solidária como estratégia de reabilitação psicossocial na atenção em saúde mental (Brasil, 2005). A partir de 2016, com o Governo Temer tomando por golpe o segundo mandato do Governo Dilma, os instrumentos e ações institucionais da Economia Solidária sofreram grave desmonte, conjuntura agravada pela agenda necropolítica do Governo Bolsonaro em 2019 (Secco-Oliveira, Santiago & Scopinho, 2024).

Esses tensionamentos também são reveladores da polissemia de definições e sentidos disputados em torno da Economia Solidária. Seus usos e interpretações nem sempre correspondem ao chamamento de Singer (2002) à superação do modo de produção capitalista, ou não contemplam a complexidade dos fenômenos psicossociais envolvidos nesta prática, quais sejam: o processo de luta pelo direito ao trabalho que institui sujeitos coletivos; o processo organizativo que vincula as pessoas; e o ato cooperativo que reforça as trocas econômicas (Esteves, Andrada & Sato, 2023). De fato, Secco-Oliveira e Scopinho (2021) verificam que parte da literatura compreende os empreendimentos econômico-solidários como potenciais a desenvolver os princípios da Economia Solidária, já que a existência de múltiplas representações e sentidos podem se disseminar pela influência mútua. Ela ocorreria pela criação de mecanismos para que as trocas subjetivas sejam um instrumento de mudança, nos quais os apoiadores teriam importância fundamental. Em contrapartida, outros estudos argumentam que a Economia Solidária produz importantes sentidos para os trabalhadores enquanto mecanismo de geração de renda e inclusão social, porém não se configura como dispositivo transformativo, podendo conviver hibridamente com outras economias.

Se, nos últimos anos, o capitalismo tem exercido todo o seu poder destrutivo ampliando as formas de exploração dos/as trabalhadores/as e da natureza (Antunes, Festi & Zazula, 2022) por meio da plataformização do trabalho, em paralelo, as experiências de organização coletiva e solidária entre trabalhadores em plataformas digitais têm reconfigurado territórios em disputa e as próprias possibilidades da

Economia Solidária em meio aos desafios econômicos, políticos e tecnológicos do mundo do trabalho contemporâneo. Enquanto Zanatta (2024) defende a emergência de uma Plataformização Solidária, Alvear, Neder e Santini (2023) argumentam que a Economia Solidária 2.0 é a categoria mais coerente com as experiências de diferentes coletivos e movimentos sociais, urbanos e rurais, que hoje compõem estratégias autogestionárias diversas quanto à distribuição, prestação de serviços, comercialização e comunicação por intermédio das plataformas digitais. Há, sem dúvidas, complexidades e contradições nas formas solidárias de agenciamento das plataformas pelos trabalhadores e trabalhadoras, demonstrando que não há saídas fáceis ou caracterizações precisas (Salvagni, Grohmann & Silva, 2024).

Por fim, se essas e outras contradições históricas têm sido incontornáveis à Psicologia Social em seu diálogo com a Economia Solidária, dada a miríade de concepções, práticas, interesses, sentidos e disputas entre os diferentes interlocutores, vislumbrar as saídas destes impasses em direção a um horizonte radicalmente democrático e popular exigirá redefinir nossas lentes conceituais e reafirmar os compromissos de nossas práticas e pesquisas.

Para refletirmos qualitativamente e construirmos, coletivamente, saberes e modos de ação insurgentes e contracoloniais para essas demandas, como nos convoca Antônio Bispo dos Santos (2023), serão bem-vindas propostas das diferentes epistemologias da Psicologia Social que abordem o trabalho em diferentes experiências no âmbito da Economia Solidária nos seguintes tópicos: processos de subjetivação, significados e sentidos do trabalho entre diferentes agentes; políticas públicas, processos instituintes e incidência política; autogestão, processos organizativos e redes de cooperação no mundo do trabalho; trabalho, gênero, afetos e a coletivização do cuidado; informalidade, precarização e cooperativismo de plataforma; Economia Solidária digital e modos de subjetivação; aproximações entre trabalho, identidades, territorialidades e o bem-viver; trabalho urbano e ruralidades, meio ambiente e trabalho; trabalho e sustentabilidade - indissociavelmente social, ambiental e econômica; trabalho, saúde mental, sofrimento psíquico, reabilitação psicossocial, Clínica Ampliada e a luta antimanicolonial; e saúde mental do/a trabalhador/a.

Sem a intenção de esgotar as possibilidades de tópicos passíveis de discussão na interlocução entre a PST e a Economia Solidária, esperamos que esse conjunto de temáticas contribua para os compartilhamentos propostos como objetivo deste GT.

REFERÊNCIAS

Antunes, R., Festi, R. C., & Zazula, M. (2022). Tecnologias e trabalho: Um cenário em transformação. O que há de novo nas mudanças que estão acontecendo nas relações de trabalho afetadas pelas novas tecnologias? Ciência e Cultura, 1(1), 1-1. Recuperado de: https://portal.sbpcnet.org.br/noticias/tecnologias-e-trabalho-um-cenario-em-transformacao/.

Alvear, C. A., Neder, R., & Santini, D. (2023). Economia solidária 2.0: Por um cooperativismo de plataforma solidário. Revista P2P e Inovação, 9(1). https://doi.org/10.21721/p2p.2023v9n2.p42-61

Brasil. Ministério da Saúde. Ministério do Trabalho e Emprego. (2005). Portaria Interministerial MS/MTE nº 353 de 07/03/2005. DF: Ministério da Saúde. Ministério do Trabalho e Emprego. Recuperado de: https://www.normasbrasil.com.br/norma/portaria-interministerial-353-2005_192072.html

Conselho Federal de Psicologia. (2005). Código de Ética Profissional do Psicólogo. Brasília, DF: CFP. Recuperado de: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf

Ellen Macarthur Foundation [2025]. Introdução à economia circular. Países Baixos: Ellen Macarthur Foundation. Recuperado de: https://www.ellenmacarthurfoundation.org/pt/temas/economia-circular-introducao/glossario

Esteves, E. G., Bernardo, M. H., & Sato, L. (2017). Fontes do pensamento e das práticas em Psicologia Social do Trabalho. In L. Sato, M. C. Coutinho, & M. H. Bernardo. Psicologia social do trabalho. Porto Alegre: Vozes.

Esteves, E. G., & Andrada, C. F. (2021). O que é Economia Solidária? In: F. G. Leonardi, G. A. Wagner, & R. P. S. Assumpção (orgs.), Metodologias participativas para a construção de uma educação em direitos humanos (pp. 36-44). São Paulo: Alameda.

Esteves, E. G., Andrada, C. F., & Sato. L. (2023). Economia Solidária. In: E. R. Parisi, D. Hur, & F. Lacerda Junior (Org.). Dicionário de Psicologia Política Latino-Americana. Campinas: Alínea.

Guareschi, P. A., & Veronese, M. V. (2009). Porque trabalhar com economia solidária na Psicologia Social. Psico, 40(1). Recuperado de: https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5161489.pdf

Gutberlet, J., & Carenzo, S (2020). Waste Pickers at the Heart of the Circular Economy: A Perspective of Inclusive Recycling from the Global South. Worldwide Waste, 3(1), pp. 6. https://doi.org/10.5334/wwwj.50

Salvagni, J., Grohmann, R., & Silva, V. M. (2024). Contrate quem luta: movimento dos trabalhadores sem-teto, tecnologias e economia digital solidária. Sociedade & Estado, 39(3), e50567. https://doi.org/10.1590/s0102-6992-20243903e50567

Santos, A. B. (2023). A terra dá, a terra quer. São Paulo: Ubu Editora.

Sawaia, B. (2014). As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópoles: Vozes.

Secco-Oliveira, L. D. P. D. (2018). Representações sociais de autonomia e autogestão de catadores de materiais recicláveis e apoiadores da Coopervida, São Carlos/SP, 2018. 361f. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de São Carlos. Recuperado de: https://repositorio.ufscar.br/handle/20.500.14289/10835

Secco-Oliveira, L. D. P. D., & Scopinho, R. A. (2021). Economia solidária e subjetividade: reflexões sobre teorias e práticas. In: M. J. V. M. Mattos, R. S. Quinteiro, & S. C. Pereira. (Org.). Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade: um diálogo com diferentes campos de conhecimento. Curitiba: CRV.

Secco-Oliveira, L. D. P. D., Santiago, C. D., & Scopinho, R. A. (2024). Economia solidária e catadores de materiais recicláveis: cenários políticos e legislativos de desenvolvimento. In: J. P. S. Fortes, L. F. Silva, & M. Z. Beatriz (Orgs.). A economia solidária diante da grande crise pandêmica. Veranópolis: Diálogo Freiriano, 2024.

Silva, S. P. (2025). Da economia social europeia à economia solidária latino-americana: trajetórias conceituais, práticas coletivas e diretrizes de políticas públicas. Rio de Janeiro: Ipea. Recuperado de: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/16906/1/TD_3092_web.pdf

Singer, P. (2002). A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: B. S. Santos (Org.). Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Veronese, M. V. (2008). Psicologia Social e Economia Solidária. Porto Alegre: Idéias & Letras.

Zanatta, R. (2024). Cooperativismo de plataforma ou plataformização solidária? In: R. Neder, & F. Henriques (Orgs.). Um horizonte de lutas para a autogestão por plataforma digital. Lutas Anticapital.

GT 43: Psicologia Social Jurídica e Assistência Social: resistências e enfrentamentos no campo da Justiça Social

David Tiago Cardoso (UNIVALI), Juliane Dominoni Gomes de Oliveira (UFCG), Munique Therense Costa de Morais Pontes (UEA)

Resumo: Esta proposta do Grupo de Trabalho "Psicologia Social Jurídica e Assistência Social: Resistências e Enfrentamentos no Campo da Justiça Social" busca fortalecer o debate sobre a Psicologia Jurídica a partir das ferramentas teóricas e práticas da Psicologia Social Crítica. O encontro dos saberes da Psicologia e do Direito no contexto brasileiro tem sido problematizado nas últimas décadas, com críticas ao modelo hegemônico de produção de conhecimento e práticas profissionais centradas na avaliação psicológica, judicialização da vida e responsabilização de sujeitos e famílias empobrecidos por suas vulnerabilidades sociais.

Com a consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em 2005, a Psicologia passou a atuar em um campo intersetorial, dialogando diretamente com o sistema de garantia de direitos. Se antes a atuação de psicólogos/as estava restrita aos tribunais de justiça, hoje é fundamental compreender sua inserção no contexto das políticas públicas voltadas para a promoção da justiça social. Isso inclui o enfrentamento de demandas relacionadas à avaliação psicológica de usuários/as dos serviços socioassistenciais e a problematização de práticas que podem reforçar desigualdades sociais e processos de exclusão.

O Sistema Judiciário ainda solicita da Psicologia uma suposta neutralidade científica, frequentemente baseada em técnicas de avaliação psicológica que desconsideram os determinantes históricos, sociais e políticos das condições de vida dos sujeitos. Profissionais que atuam exclusivamente com perícias psicológicas muitas vezes não articulam suas práticas com a rede socioassistencial, limitando a efetividade das políticas públicas e da proteção de direitos.

A judicialização da vida tem sido um fenômeno crescente no Brasil, especialmente no que se refere às populações em situação de vulnerabilidade social. A responsabilização individualizada de sujeitos e famílias pelo Estado é um dos principais efeitos desse processo, que frequentemente ignora os determinantes sociais e políticos das condições de vida das pessoas. A Psicologia, quando utilizada apenas como ferramenta de avaliação e controle, acaba por reforçar essas lógicas excludentes.

O modelo hegemônico de atuação da Psicologia Jurídica, voltado para a avaliação de capacidades parentais, perícias psicológicas em processos criminais e interdições civis, muitas vezes desconsidera os impactos das desigualdades sociais e da ausência de políticas públicas efetivas. Dessa forma, a Psicologia pode acabar servindo como instrumento de manutenção do status quo, ao invés de contribuir para a promoção de direitos e para a superação de desigualdades estruturais.

Desde o Encontro Nacional da ABRAPSO em 2017, pesquisadoras do Grupo de Trabalho de Psicologia Social Jurídica da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP) têm promovido debates e publicações sobre os desafios e resistências no campo da Psicologia Jurídica. Nesta edição do ENABRAPSO 2025, avançam no campo das resistências e enfrentamentos, convidando pesquisadoras que também atuam em campos que transcendem os muros institucionais das universidades e constroem saberes e práticas que podem contribuir com as mudanças necessárias para a sociedade brasileira, em especial,

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

àquelas usuárias que são atendidas e acompanhadas na Assistência Social. Dessa forma, este GT insere-se no eixo 5 "Assistência Social, vulnerabilidades, violências e promoção de direitos humanos" ao discutir criticamente a relação entre Psicologia, Direito e Políticas Públicas. Pretende-se fomentar um debate sobre práticas que promovam a justiça social, questionando processos de judicialização da vida, discriminações, racismos, lgbtfobias, ou seja, a partir de estratégias de resistência e transformação.

Diante destes desafios apresentados, torna-se fundamental pensar em estratégias de resistência e transformação na interface entre Psicologia, Direito e Políticas Públicas. Uma das principais estratégias é a intersetorialidade e a articulação com a rede de proteção social, garantindo que a atuação da Psicologia Jurídica esteja conectada com as políticas públicas de assistência social, saúde e educação. Esse trabalho em rede é essencial para fortalecer a proteção social e assegurar o acesso efetivo a direitos. Além disso, a formação crítica de profissionais é um aspecto central nesse processo. A inclusão de conteúdos críticos nos currículos dos cursos de Psicologia possibilita que futuros profissionais desenvolvam uma visão ampliada sobre os determinantes sociais das condições de vida dos sujeitos e compreendam o papel da Psicologia na promoção da justiça social.

Outra estratégia relevante é a produção de conhecimento comprometido com a justiça social. A pesquisa acadêmica deve ser direcionada ao desenvolvimento de práticas que questionem as desigualdades estruturais e promovam transformações significativas na sociedade. Paralelamente, o acolhimento e a escuta qualificada devem ser priorizados no trabalho dos psicólogos e psicólogas. Isso significa valorizar as narrativas dos sujeitos em sua complexidade, respeitando suas vivências e trajetórias, ao invés de reduzir suas experiências a diagnósticos ou pareceres técnicos que desconsiderem os contextos sociais nos quais estão inseridos.

A incidência política e a mobilização social são fundamentais para garantir políticas públicas mais justas e inclusivas. A participação ativa de profissionais da Psicologia em movimentos sociais, conselhos de direitos e espaços de formulação de políticas contribui para a construção de uma sociedade mais democrática e igualitária. Essas estratégias, articuladas entre si, são caminhos essenciais para transformar a atuação da Psicologia Jurídica, fortalecendo seu compromisso ético-político com a justiça social.

Serão acolhidos trabalhos que abordam a Psicologia Jurídica na perspectiva da Psicologia Social Crítica, incluindo experiências práticas, pesquisas e estudos teóricos, nos subeixos sobre:

1. Assistência Social e Psicologia na garantia de direitos: pesquisas e práticas sobre a atuação de psicólogas/os nos Centros de Referência na proteção do público usuário em situação de vulnerabilidade social; acompanhamento a famílias em situação de vulnerabilidade e risco social e a construção de estratégias para acesso a políticas públicas;

2. Judicialização das vulnerabilidades e seus impactos na vida dos sujeitos: Estudos sobre como a judicialização de demandas sociais afeta o cotidiano de trabalho com as populações marginalizadas; patologização de usuários em processos judiciais envolvendo demandas sociais como consumo de álcool e outras drogas, entre outras;

3. Segurança pública, sistema de justiça e proteção social: o impacto da abordagem policial em comunidades periféricas e as consequências na vida da população acompanhada; práticas psicossociais e socioassistenciais em serviços, programas e projetos no âmbito do SUAS para mediação de conflitos envolvendo jovens e forças de segurança;

4. Práticas intersetoriais na interface entre Psicologia, Direito e Políticas Públicas: a atuação de psicólogas/os em comitês intersetoriais de proteção a vítimas de violência

doméstica; os desafios da articulação entre psicólogas/os e defensores públicos na garantia de direitos sociais;

5. Violências e estratégias de enfrentamento: narrativas de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas sobre suas experiências no sistema de garantia de direitos; práticas reflexivas e colaborativas na atuação com pessoas autoras de violência;

6. Direitos humanos e articulações entre os sistemas de proteção social e justiça: atendimento socioassistencial a migrantes e refugiados, analisando desafios na articulação entre assistência social e justiça; a abordagem do sistema judiciário em relação a casos de violência contra populações LGBTQIA+ e as implicações para o SUAS no atendimento às vítimas.

Com isso, busca-se ampliar o debate sobre os desafios e possibilidades da Psicologia Social Jurídica na Assistência Social e no sistema de justiça, reafirmando seu compromisso ético-político com a proteção de direitos, a superação das desigualdades sociais e a promoção da justiça social no Brasil.

GT 44: Psicologia Social, Deficiência e Anticapacitismo: desafios ético-políticos para a emancipação social

Marcia Oliveira Moraes (UFF), Marivete Gesser (UFSC), Karla Garcia Luiz (IFSC)

Resumo: Nesta proposta de GT, em consonância com o eixo temático do evento "Deficiência, Capacitismo e Psicologia Social", serão acolhidos trabalhos referentes a pesquisas, experiências profissionais, e relatos de estágio e de extensão que estejam comprometidos com a luta anticapacitista. Partimos do pressuposto de que a psicologia social tem o desafio ético-político de tirar a deficiência do campo da patologia e da abjeção e de considerá-la uma categoria de análise que, assim como gênero, raça, sexualidade, classe, entre outras, é constitutiva da subjetividade que produz efeitos em nosso tecido social. Propomos o diálogo com o campo dos Estudos da Deficiência (Disability Studies) - que vem sendo constituído por saberes produzidos pelo ativismo da deficiência e pessoas aliadas à luta anticapacitista. Consideramos também que trazer as discussões dos estudos da deficiência para a psicologia social é reafirmar o compromisso com uma concepção democrática em defesa da emancipação humana. Ademais, a presente proposta parte de debates que viemos realizando por meio de uma parceria interinstitucional entre o Núcleo de Estudos da Deficiência da UFSC e o Laboratório PesquisarCOM da UFF desde o ano de 2018, e destes com diversos coletivos de pessoas com deficiência do Brasil. A partir desta parceria, temos proposto Grupos de Trabalhos no XX Encontro Nacional da Abrapso (Gesser, Moraes & Alves, 2019), no X Simpósio Brasileiro de Psicologia Política (Gesser, Moraes & Mello, 2021) e também no X Simpósio Brasileiro de Psicologia Política (Gesser, Moraes & Costa, 2022). Nesses GTs, temos discutido sobre a urgência de ampliarmos a discussão da inclusão da deficiência como categoria social de análise no cenário da Psicologia Brasileira (Gesser, Nuernberg & Toneli, 2012). Além disso, temos problematizado sobre a necessidade de questionar o modelo biomédico, pois esse mantém a deficiência como um problema individual decorrente de um corpo com impedimentos, dificultando a visibilidade das barreiras sociais que transformam a deficiência em uma experiência de opressão e obstaculizam a participação das pessoas com deficiência em igualdade de condições (Moraes et. al. 2017). Assim, tirar a deficiência do campo da patologia e produzir conhecimentos e práticas comprometidos com o rompimento do capacitismo e demais sistemas opressivos presentes no cenário brasileiro, os quais marginalizam as pessoas com deficiência, é um desafio ético-político que consideramos urgente. Busca-se, desse modo, tanto fomentar a construção de subsídios teórico-metodológicos comprometidos com a construção de pesquisas e práticas anticapacitistas no campo da Psicologia, como divulgar as pesquisas e práticas que já vêm sendo desenvolvidas nesta direção. Desde por volta da década de 70 do século passado, iniciou-se um processo de questionamento do modelo médico da deficiência com a emergência do campo dos Estudos da Deficiência (Diniz, 2007). Este campo de estudos está preocupado com o desenvolvimento interdisciplinar de uma área crescente de conhecimentos e práticas que surgiu a partir das reflexões realizadas no movimento político das pessoas com deficiência, e que veio a ser conhecido como o "modelo social da deficiência". Em linhas gerais, essa perspectiva propõe o rompimento de concepções sobre a deficiência que reduzem a compreensão do fenômeno às lesões e aos impedimentos do corpo e objetiva uma virada conceitual ao incorporar questões sociais e políticas em sua análise (Gesser, Nuernberg & Toneli, 2012). O Brasil incorporou em seu ordenamento jurídico a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), sob o status de emenda constitucional, por meio do Decreto no 6.949/2009 (Brasil, 2009) – e, mais recentemente,

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

aprovou a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) (Lei n. 13.146 de 06 de julho de 2015). Ambos os documentos estão em consonância com o campo dos Estudos da Deficiência e deixam de circunscrever a deficiência como uma questão médica para compreendê-la como decorrente da interação das lesões e impedimentos corporais com as barreiras sociais que obstaculizam a participação social em igualdade de condições. Além disso, situam a deficiência como uma experiência interseccional e política. Assim, os profissionais da psicologia e das demais áreas que atuam nas políticas sociais vêm sendo desafiados a repensar suas práticas profissionais junto às pessoas com deficiência. Esse GT terá como objetivos: a) ampliar os debates do campo dos estudos da deficiência na psicologia social brasileira, com ênfase nas contribuições das autoras feministas deste campo; b) relacionar o campo dos estudos da deficiência com o Movimento Político das Pessoas com Deficiência; c) situar a deficiência como categoria de análise constitutiva da subjetividade a qual, por meio da intersecção com outras categorias tais como gênero, sexualidade, raça, classe social, geração, religião, opera por meio da produção de relações de poder e opressão; d) identificar possibilidades teórico-metodológicas de se produzir conhecimento e práticas profissionais COM as pessoas com deficiência; e) difundir atividades de ensino, pesquisa, estágio e extensão comprometidas com a luta anticapacitista; f) relacionar a opressão capacitista com com a colonialidade do saber e do poder e com o capitalismo neoliberal. Este GT está em consonância com o XXII Encontro Nacional da ABRAPSO. Isso porque, com base em uma perspectiva ético-política de deficiência, parte-se do pressuposto de que a deficiência, como categoria analítica da psicologia social, é constituinte da subjetividade. Partimos da compreensão de deficiência numa perspectiva contra hegemônica, e que busca promover diálogos que rompam com as concepções estigmatizantes sobre deficiência e sobre os corpos de pessoas com deficiência, que são também atravessados por outras características interseccionais. Buscamos denunciar as tentativas de aniquilamento das vidas de pessoas com deficiência, seja pela invisibilização da categoria deficiência, seja por necropolíticas (Mbembe, 2018) que deixam as pessoas morrerem, cenário vivenciado no contexto político dos últimos anos de governo e na vivência de uma pandemia de Covid19 em que as vidas de pessoas com deficiência foram preteridas para receberem recursos hospitalares. Ademais, o GT também buscará um diálogo com o campo dos Estudos da Deficiência, o qual emergiu do Movimento Político das Pessoas com Deficiência tendo sido incorporado na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, documento ratificado em 182 países do mundo. Assim, trazer para o evento da ABRAPSO as discussões desse campo teórico-metodológico é reafirmar o compromisso com uma concepção democrática em defesa da emancipação humana. É ainda ampliar e aprofundar, na Psicologia Social Brasileira, a discussão acerca da deficiência como forma de opressão da diferença, transversal às demais formas de opressão que perpassam o contexto social em que vivemos, o que exige de nós, psicólogos e psicólogas comprometidos/as com a democracia e com a diversidade da paisagem humana, práticas socialmente comprometidas com a emancipação das opressões. Visibilizar a deficiência na Psicologia Social Brasileira, nas interfaces com os Estudos da Deficiência, é propor estratégias tanto de emancipação da opressão pela deficiência, quanto formas de resistência aos discursos marginalizantes e capacitistas que se imiscuem no cotidiano. Esse GT se insere no eixo “Deficiência, Capacitismo e Psicologia Social” uma vez que visa discutir pesquisas e práticas em psicologia que coloquem em cena a questão da deficiência, com ênfase na contribuição das autoras feministas. Uma das importantes marcas da perspectiva feminista nos estudos da deficiência é a afirmação da interdependência como condição constitutiva da nossa existência. Na perspectiva feminista, nossa capacidade de agir está diretamente relacionada às relações que estabelecemos seja com outros humanos, seja com não humanos. Garantir amplos

direitos de acesso às pessoas com deficiência - seja à cultura, educação, saúde, entre outros - envolve subverter a concepção de que certos espaços são restritos apenas a alguns corpos: aqueles considerados aptos e capazes. Nesse sentido, o que se busca são pesquisas e práticas em psicologia que resistam aos modelos neoliberais, pautados na meritocracia, na redução dos direitos sociais, na construção do sujeito empreendedor de si mesmo, como se tem visto no Brasil dos tempos atuais. A sustentação das políticas públicas na área da deficiência é uma urgência. A Psicologia é uma das disciplinas científicas convocadas a atuar no campo da deficiência, em diferentes contextos. Trata-se, portanto, com esse GT, de articular as pesquisas e práticas em Psicologia que sustentem e ampliem os direitos sociais das pessoas com deficiência. O GT pretende acolher trabalhos que discutam os seguintes temas:

- Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil.

- Modelos de compreensão da deficiência e seus efeitos nas práticas da/o psicóloga/o em diferentes contextos de atuação.

- Políticas sociais para as pessoas com deficiência nos campos da saúde, assistência social, previdência, educação, justiça e suas possíveis interfaces com questões de gênero, velhice, raça, geração, região, religião. - Gênero, deficiência e violências.

- A deficiência como categoria de análise da Psicologia Social.

- A interseccionalidade da deficiência com outros marcadores sociais, como gênero, sexualidade, raça e classe.

- A crítica ao capacitismo e seus efeitos nas práticas psicológicas.

- Pesquisar COM as pessoas com deficiência: aspectos teórico-metodológicos.

- Estudos Feministas da Deficiência (especialmente as discussões sobre dependência, interdependência e a ética do cuidado).

- Deficiência e tecnologias sociais.

Contribuições da Teoria Aleijada para os estudos da deficiência.

- Ativismos e participação política de pessoas com deficiência com vistas à potencialização e emancipação social.

Referências

Diniz, Débora. (2007). O que é deficiência? (Coleção Primeiros Passos). São Paulo, SP: Brasiliense.

Gesser, Marivete, Nuernberg, Adriane H., & Toneli, Maria Juracy F. (2012). A contribuição do modelo social da deficiência à psicologia social. Psicologia & Sociedade, 24(3), 557-566.

Gesser, Marivete, Moraes, Marcia, & Alves, Camila. (2019). Psicologia social, políticas públicas e deficiência. XX Encontro Nacional da Abrapso, São Paulo, 13 a 16 de novembro de 2019.

Gesser, Marivete, Moraes, Marcia, & Mello, Anahí Guedes. (2021). Psicologia, Direitos Humanos e a Politização da Deficiência. XI Simpósio de Psicologia Política, Florianópolis, 18 a 21 de agosto de 2021.

Gesser, Marivete, Moraes, Marcia, & Costa, Laureane. (2022). Políticas da Deficiência: Ativismos, Aleijamentos e a Luta Anticapacitista. XII Simpósio Brasileiro de Psicologia Política. Belo Horizonte, 12 a 15 de outubro de 2022.

Moraes, Marcia, Mascarenhas, Luiza T., Fontes, Fernando, & Martins, Bruno S. (2017). Introdução. In M. Moraes, B. S. Martins, F. Fontes, & L. T. Mascarenhas (Eds.), Deficiência em questão: Para uma crise da normalidade. Rio de Janeiro, RJ: Nau.

Mbembe, Achille. (2018). Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. (Renata Santini, Trad.). São Paulo: N-1 edições.

GT 45: Psicologia, extremismos políticos e autoritarismo: efeitos psicossociais, processos de subjetivação e estratégias de resistência

Heloísa Petry (UFSC), Ematuir Teles de Sousa (FGG), Daniel Kerry dos Santos (UDESC)

Resumo: O Grupo de Trabalho "Psicologia, extremismos políticos e autoritarismo: efeitos psicossociais, processos de subjetivação e estratégias de resistência" tem como objetivo reunir pesquisadores/as, profissionais, ativistas, militantes de movimentos sociais e demais pessoas interessadas em debater as relações entre psicologia e as ofensivas antidemocráticas, os extremismos políticos, os neoconservadorismos, a ascensão dos neofascismos e os processos de violência, exclusão, opressão e subalternização, seja em contextos locais ou globais. A intenção do GT é constituir um dispositivo de trocas que possa contribuir para a ampliação das problematizações críticas sobre o papel da psicologia no mapeamento da circulação de afetos políticos e dos modos de subjetivação atravessados por esses contextos e fenômenos. A análise sobre os efeitos psicossociais dos extremismos políticos, dos autoritarismos, da violência e dos discursos de ódio encontra-se relacionada à proposta do 23º ENABRAPSO e com o eixo temático "Direitos, movimentos sociais e desafios à Democracia" na medida em que tais elementos evidenciados são constitutivos dos mecanismos do esvaziamento da política, dos ataques à democracia, do aumento dos discursos de ódio contra grupos minoritários e da intensificação dos processos de desigualdades sociais tão profundamente enraizados no Brasil. Por sua vez, também surgem estratégias de resistência e enfrentamentos no campo dos possíveis ante aos modos de assujeitamentos provocados, em que sujeitos e coletividades buscam brechas e rupturas, visando salvaguardar ou reinventar saberes, práticas, pertencimentos e romper com modos de subjetivação hegemônicos.

Há décadas, pesquisadores/as, intelectuais e movimentos sociais têm apontado para o fato de que a sociedade brasileira é profunda e estruturalmente marcada pela violência e pelo autoritarismo. Tais expressões podem ser observadas nas complexas tramas dos antagonismos sociais que marcam o país desde o período da invasão colonial até o presente momento. Apesar de essas características serem constitutivas das relações sociais no Brasil há séculos, nos últimos anos temos observado - não de forma inédita - um acirramento de perspectivas político-ideológicas que podem ser localizadas no campo do extremismo político alinhado ao espectro da extrema-direita.

Esses fluxos têm orientado muitos dos rumos geopolíticos e econômicos, intensificando as axiomáticas do capital, as ofensivas neofascistas e o acirramento do neoliberalismo - que se articula não apenas como modelo econômico, mas também como forma de gestão, tutela e governo da vida e como regime de subjetivação. A crença na autorregulação do mercado e na ideia de que todas as pessoas possuiriam condições equânimes para se sustentar e/ou para acessar bens econômicos e simbólicos tem se evidenciado como uma falácia não apenas de efeito retórico, mas que produz repercussões desastrosas, concretas e mortíferas, especialmente para as populações mais vulnerabilizadas. A intensificação das desigualdades sociais, marcada pela concentração do capital entre poucos e pela proliferação da pobreza e da precarização das condições de vida da maior parte da população, tem sido uma das engrenagens do capitalismo que, em nome do lucro, expropria dos povos suas forças vitais e ativas, seus saberes e modos de vida, produzindo, como um "resto", corpos exaustos, esgotados, entristecidos, explorados, violentados, aniquilados e esvaziados de suas potências.

Algumas psicologias, alianças às racionalidades políticas e econômicas neoliberais, têm contribuído para a manutenção desse modelo de subjetividade "empresarial", "autoadministrada" e "bem adaptada" aos regimes de subjetivação dominantes. Quando a psicologia funciona como uma ferramenta de ajustamento, adaptação e normalização, podemos dizer que ela mais contribui para a gestão do sofrimento psíquico do que atua na produção de processos de emancipação, desalienação e de ativação das potências vitais. Ao constatarmos que os saberes psi, em algumas de suas epistemologias, teorias e práticas, também operam como engrenagens da maquinaria capitalística, observamos que a própria psicologia passa a se constituir como uma tecnologia individualizante que está a serviço das práticas de governo, de disciplinarização, de controle e normalização. Psicologias que naturalizam os processos históricos, sociais e econômicos e que não estabelecem relações entre sua práxis e as formas de controle dos corpos, das subjetividades e da circulação de discursos de violência, opressão e ódio estão fadadas a repetir e (re)produzir os aparelhos de captura que fazem a manutenção dos processos de exclusão e opressão típicos do capitalismo. Nesse sentido, torna-se imperativo que a psicologia possa estar à altura do seu tempo histórico e mapear os agenciamentos e as relações entre capitalismo, neoliberalismo, violências, discursos de ódio, processos antidemocráticos e modos de subjetivação.

A adesão, seja das massas ou de grupos e sujeitos isolados, aos extremismos políticos têm contribuído para a disseminação de políticas de ódio, para a supressão dos dissensos e de direitos, para a aniquilação das diferenças e para as ameaças à democracia - processos estes que atingem, especialmente, grupos minoritários, como as populações negra, quilombola e indígena, mulheres, pessoas LGBTI+, migrantes, pessoas com deficiência etc. A violência, como um dos efeitos dessas artimanhas (psico)políticas, se faz presente em todo o território brasileiro e tem se manifestado em diversos níveis: das esferas interpessoais aos âmbitos institucionais, políticos e sociais. Temos observado que a propagação de discursos de ódio, a disseminação de práticas autoritárias e a adesão aos idearios neofascistas têm minado as condições de atuação dos movimentos sociais e de profissionais das mais variadas profissões (psicólogas/os, professores/as, assistentes sociais, trabalhadores/as da saúde, da cultura e das artes etc.) que se propõem a desenvolver um fazer crítico às estruturas instituídas de poder. Como efeitos desses modos autoritários de ação política de alguns grupos alinhados à extrema-direita e a células neofascistas, temos observado práticas de assédio, perseguição, intimidação, censura, criminalização e judicialização da vida, violências políticas de gênero, atentados contra a liberdade de cátedra, racismo, xenofobia, LGBTfobia, ameaças de violência física e de morte, atentados terroristas, e genocídios. Tais repercussões psicossociais do extremismo político atingem, sobretudo, sujeitos, grupos, coletivos e instituições que se lançam à "linha de frente" no enfrentamento às estruturas de poder e de subalternização vigentes.

Nesse sentido, considera-se urgente que os extremismos políticos, a violência e o autoritarismo se constituam como material de reflexão e análise da psicologia, uma vez que esses fenômenos produzem realidades psicossociais com as quais profissionais de psicologia lidam cotidianamente: sofrimento psíquico, traumas, exclusão, segregação e adoecimentos de toda ordem. Além disso, frente aos cenários de desmantelamentos democráticos no país e seus efeitos nos processos de subjetivação, é preciso reforçar o projeto ético-político do compromisso social da Psicologia brasileira.

Diante desse quadro, o Grupo de Trabalho "Psicologia, extremismos políticos e autoritarismo: efeitos psicossociais, processos de subjetivação e estratégias de resistência" pretende reunir trabalhos que versem sobre a temática exposta acima. Poderão ser aceitos trabalhos que apresentem resultados de pesquisas em andamento

e/ou concluídas (iniciação científica, mestrado e doutorado), relatos de experiências de projetos de estágio/extensão, relatos de experiências de trabalhadoras/es das políticas públicas e/ou do setor privado, relatos de experiências de movimentos sociais e relatos de experiências de manifestações artísticas e culturais. O GT pretende promover debates e problematizações que articulem modos de se pensar, produzir e praticar uma psicologia social crítica implicada com as realidades brasileiras e comprometida com o fortalecimento de redes de enfrentamento aos extremismos políticos e aos neofascismos contemporâneos.

GT 46: Reconstruir mundos possíveis: Psicologia Social entre resistências e ruínas de desastres socioambientais

Lázaro Batista (UFAL), Thainara Brito Santos (Unileya), Leogildo Alves Freires (UFAL)

Resumo: Este Grupo de Trabalho propõe um espaço de reflexão crítica e intercâmbio de pesquisas e intervenções que explorem as inter-relações entre Psicologia Social e os desafios impostos pelas situações cada vez mais frequentes de desastres ambientais, conflitos socioambientais e crise climática (Amaral, 2023; Rosa; Mayorga, 2023; Noal et al, 2016). Partimos da compreensão de que esses fenômenos não são meros eventos isolados, mas expressões de um modelo de desenvolvimento predatório, que aprofunda desigualdades e repercute na vulnerabilização ainda maior de populações historicamente marginalizadas. Trata-se de fenômenos profundamente conectados à estrutura de desigualdade social, com seus impactos não podendo ser compreendidos apenas do ponto de vista material. No caso do colapso da mina de sal-gema em Maceió, por exemplo, mais de 200 mil pessoas foram direta ou indiretamente afetadas, sendo que aproximadamente 60 mil delas foram forçadas a abandonar suas casas, redes sociais e modos de vida (Levino; Fontana, 2023). Outros exemplos concretos como as recentes enchentes no Rio Grande do Sul e os impactos patrimoniais e extrapatrimoniais da mineração em Minas Gerais evidenciam e reforçam como esses eventos não são apenas fenômenos naturais, mas processos que envolvem negligência estatal, interesses econômicos e desigualdade estrutural (Collins, 2022). As consequências desses desastres incluem o deslocamento forçado de milhares de pessoas, a destruição de infraestruturas comunitárias e impactos psíquicos e sociais de grande escala. Ou seja, soma-se ao deslocamento forçado e destruição dos territórios o trauma coletivo advindo da ruptura na continuidade das histórias de vida e das identidades comunitárias. Para grupos historicamente marginalizados, como mulheres e idosos, essas consequências são ainda mais severas, pois intensificam vulnerabilidades preexistentes e dificultam o acesso a direitos básicos (Brasil, 2024; Sanches; Belmont, 2023; Collins, 2022; Rafaloski et al, 2021; CFP, 2021). A esse respeito, a literatura da Psicologia Social tem demonstrado como fatores sociais e econômicos influenciam a experiência do trauma e do sofrimento psíquico entre mulheres, por exemplo, tornando-as frequentemente mais suscetíveis a quadros de adoecimento mental devido a desigualdades estruturais relacionadas ao trabalho, renda e acesso à saúde, além da sobrecarga de trabalho doméstico e violência de gênero (Nepomuceno; Ximenes, 2019; Zanello, 2018). Também para as pessoas mais velhas, como um processo que interage com fatores socioculturais e econômicos, resultando em diferentes níveis de vulnerabilidade diante de eventos traumáticos (Costa; Costa; Poltronieri, 2017). Some-se, ainda, o racismo ambiental, com as pessoas pretas e pardas compondo a maior parte das populações mais frequentemente atingidas. Ou seja, diferente do que se pode imaginar, um desastre não termina quando os eventos que o desencadearam cessam, com o impacto de um colapso ambiental podendo continuar produzindo sofrimento e precarização por anos, seja pelo deslocamento compulsório, pela perda de laços comunitários ou pela negligência estatal em oferecer reparação adequada (Rosa; Mayorga, 2023). Nesse sentido, é essencial que a Psicologia Social reconheça o caráter contínuo desses desastres e atue para evitar que suas consequências se perpetuem. A desresponsabilização de corporações e governos por esses eventos frequentemente ocorre através do uso de eufemismos e estratégias discursivas que minimizam os danos causados (Jardim, 2017). A Psicologia, ao se posicionar criticamente diante dessas questões, pode

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

contribuir para a construção de narrativas que evidenciem os processos de injustiça socioambiental e fortaleçam formas de resistência coletiva (Coimbra, 2021). O papel da Psicologia Social, portanto, não se restringe à compreensão dos impactos individuais desses desastres, mas também à análise das estratégias de enfrentamento que emergem nas comunidades atingidas. Métodos participativos e decoloniais têm se mostrado fundamentais para desenvolver intervenções que respeitem e potencializem os saberes locais (CFP, 2021; Barbosa et al, 2022). As redes de apoio social, por exemplo, são elementos essenciais para mitigar os efeitos psicológicos dos desastres. Essas redes podem incluir desde familiares e amigos até grupos comunitários e organizações religiosas. Estudos demonstram que o suporte social é um dos principais fatores de proteção contra o sofrimento psíquico em contextos de crise (Meneses, 2011). Além disso, práticas de escuta sensível e compartilhamento de narrativas têm se mostrado eficazes na promoção de processos de ressignificação e fortalecimento identitário. A escuta, quando realizada de maneira crítica e atenta às desigualdades sociais, pode ser um instrumento político de resistência, permitindo que as vítimas de desastres reafirmem suas histórias e reivindiquem seus direitos (Wenzel; Richter, 2019). Dessa forma, buscamos reunir pesquisas e/ou práticas interventivas que analisem ou abordem os impactos psicossociais e os traumas coletivos desses desastres, sempre considerando marcadores interseccionais como classe, raça, gênero e território (Viana, 2020; Costa; Costa; Poltronieri, 2017). O GT acolherá comunicações orais que discutam, entre outros temas: a) as consequências psicológicas e sociais de desastres ambientais; b) os processos de vulnerabilização decorrentes de políticas urbanas e rurais excludentes; c) as estratégias de resistência desenvolvidas por comunidades atingidas; d) a interface entre saberes tradicionais e a Psicologia Social, destacando como práticas comunitárias e conhecimentos ancestrais oferecem alternativas de cuidado e enfrentamento às crises (Nepomuceno; Ximenes, 2019; Macedo et al, 2018); d) o papel das instituições e das políticas públicas na reprodução ou no combate às injustiças socioambientais; e) metodologias participativas e decoloniais para trabalhar com populações em contextos de crise. Na mesma direção, acolhem-se nesse GT propostas de trabalho que estejam alinhados ao compromisso ético e político de enfrentar as injustiças socioambientais e contribuir para a formulação de estratégias de cuidado e reparação que não reforcem a patologização do sofrimento, mas que fortaleçam as comunidades atingidas e suas formas de luta. Este GT se justifica pela urgência em ampliar o debate sobre a responsabilidade da Psicologia Social diante das crises desencadeadas por esses desastres e das violações de direitos que deles decorrem. Ao reunir pesquisadores, profissionais e ativistas, pretendemos fomentar diálogos que não apenas denunciem as estruturas de opressão, mas também celebrem as formas coletivas de resistência e reconstrução de mundos possíveis (Krenak, 2022; Adiche, 2019). O convite à submissão de trabalhos para este GT se dá no sentido de construir um espaço de troca e aprendizado mútuo, no qual possamos repensar práticas profissionais, políticas públicas e ações comunitárias que enfrentem os desafios colocados ao saber psicológico em tempos de intensificação da frequência e impactos dos desastres socioambientais.

GT 47: Relações pessoa-ambiente: territorialidades e produção de espaços de resistência

Tadeu Mattos Farias (UFRN), Nikolas Olekszechen (UNICESUMAR), Monique Araújo de Medeiros Brito (UFF)

Resumo: No momento histórico presente, a crise estrutural do capital vem acentuando suas diversas manifestações, nos âmbitos social, político ou ambiental. É nesse cenário que vivenciamos um avanço das variadas facetas de uma crise ecológica que coloca a vida humana sob risco e se expressa nos territórios particulares, afetando as mais diversas formas de vida. A proposta deste GT busca fazer lembrar, analisar e relacionar os acontecimentos recentes do Brasil no campo socioambiental, as construções da psicologia social brasileira no eixo das territorialidades e as contribuições deste GT para compreender como têm se constituído os espaços de resistência à intensificação do desgaste da vida no campo, nas cidades, nas águas e nas florestas.

Nas últimas quatro edições do Encontro Nacional da ABRAPSO, buscamos criar um espaço de interlocução das formas de vida territorializadas e o enfrentamento às dinâmicas socioespaciais que deterioram não só os recursos naturais, como as diferentes formas de vida que se expressam na escala do lugar. Em 2017, relembramos em Uberaba o silenciamento público diante dos crimes ambientais de Mariana. Em 2019, o encontro que teve lugar em São Paulo problematizou os efeitos dos retrocessos políticos do governo Bolsonaro no campo ambiental, concretizado no lema do "passar a boiada". Em 2021, sob o imperativo dos encontros virtuais, a proposta foi produzir uma matemática que fizesse frente à contabilidade macabra da pandemia da covid-19. O agravamento da fome, os impasses de mobilidade nas grandes cidades, a iminência de despejos e remoções e outras ameaças às populações mais vulnerabilizadas do país deixaram efeitos psicossociais que seguem fazendo marcas. Em 2023, discutimos sobre como eventos ambientais de grande escala (como chuvas, incêndios e desmatamentos) produzem efeitos dramáticos para diferentes estratos populacionais, como mulheres, povos tradicionais, população lgbtq+, entre outros.

A provocação da ABRAPSO para 2025, que pressupõe o aprofundamento destas e muitas outras formas de obstrução da vida, reafirma o desejo das pessoas que integram este GT em construir caminhos outros, aliando-se às estratégias de resistência e enfrentamento que se manifestam nos territórios. Ao mesmo tempo em que se afirma que as "diferentes formas de vida" seguem sendo destruídas pela lógica de governança neoliberal, a "aliança entre os povos" nos conecta com a possibilidade de aprofundar as estratégias coletivas de enfrentamento à exploração, dominação e violências.

O tema proposto pelo XXIII ENABRAPSO - Aliança dos Povos: Psicologia Social Frente à Destruição de Todas as Formas de Vida - nos desafia a refletir sobre a maneira como as relações entre os seres humanos e os espaços que habitam têm sido moldadas por forças históricas, políticas e econômicas, e como esses espaços têm sido tanto palco de opressões quanto de resistência. Ao abordarmos as relações pessoa-ambiente e a produção de espaços de resistência, propomos a construção de um espaço de reflexão coletiva, que não apenas reconhece as realidades geopolíticas e ambientais atuais, mas também valoriza os saberes ancestrais que têm sido uma das bases fundamentais de luta contra a destruição e para a preservação de todas as formas de vida.

A produção e a transformação do espaço constituem elementos fundamentais para a perpetuação das sociedades humanas ao longo da história. Contudo, a subordinação dos territórios às necessidades expansivas e destrutivas da acumulação de capital, sobretudo em sua etapa neoliberal e financeirizada, tornou esses processos dramáticos e urgentes devido às questões ambientais e

sociais postas por um capitalismo em crise. Esses elementos nos soam ainda mais graves se considerarmos uma realidade de capitalismo periférico e dependente, como do Brasil, que se insere na Divisão Internacional do Trabalho prioritariamente como extrativista e exportador de alimentos e recursos minerais, intensificando a pressão sobre a terra e a violência contra os povos que se colocam no caminho da expansão de tal lógica. Sendo assim, a destruição ambiental, intensificada por um modelo de desenvolvimento predatório e excludente, ao desvirtuar o metabolismo entre sociedade e natureza (Marx, 2013), impacta diretamente a relação dos povos com seus territórios. Nos últimos anos, temos presenciado as trágicas evidências dessa crise, por exemplo, sob a forma de crise climática e recorrentes eventos climáticos extremos. Esse quadro tem sido sofrido e denunciado por movimentos ambientalistas e por lutas por direitos fundamentais, como o direito à cidade, à terra e à preservação da cultura e das tradições dos povos originários, em especial nas disputas intensas que envolvem espaços urbanos e rurais.

A definição de território proposta pelo geógrafo Milton Santos (1997), que o descreve como "emaranhados de elementos geográficos, naturais e sociais", é fundamental para a reflexão deste evento. Para Santos, o território não é apenas um espaço físico, mas um lugar vivido, habitado, transformado e ressignificado pelas práticas e relações das pessoas que nele habitam. Ele enfatiza que o foco da análise social deve estar no uso do território, e não no território em si. Nesse contexto, é essencial compreendermos os desastres ambientais não como meros acidentes climáticos, mas como resultados diretos das relações predatórias que estabelecemos com os territórios. Esses desastres são, na verdade, consequências das interações destrutivas entre os seres humanos e o meio ambiente, configurando um ciclo de exploração e desequilíbrio que devemos urgentemente reverter.

Este entendimento é crucial para que possamos compreender como os processos de mercantilização, privatização e destruição dos espaços impactam diretamente as populações vulneráveis, e como, ao mesmo tempo, essas populações criam estratégias de resistência para reapropriar-se desses espaços e transformá-los em territórios de dignidade e de vida. O conceito de "habitar" é fundamental neste contexto, pois vai além do simples ato de ocupar um espaço. Para Milton Santos (1997), o espaço é habitado pela forma como o ser humano se relaciona com o mundo, articulando-o segundo as suas possibilidades e necessidades". Esse ato de habitar se estende a todos os lugares onde o ser humano se reconhece como tal e exerce sua atividade existencial. Em uma perspectiva de psicologia social, isso nos leva a entender como os espaços de vida, seja no campo ou nas cidades, são moldados não apenas por forças externas, mas também pelas práxis, subjetividades, desejos, lutas e afetos dos indivíduos e das comunidades.

A intensificação da privatização dos serviços públicos, a commodificação - transformação em “meras commodities” - da natureza, a destruição dos territórios indígenas e rurais, o crescimento urbano desordenado, sob precárias condições para as maiorias populares e a violência nas cidades são elementos dessa dinâmica de destruição. A segregação urbana, a gigantesca franja marginal (Moura, 2021) que ocupa habitações precárias ou ruas, a favelização das cidades, o esgotamento dos recursos naturais e a militarização dos espaços de pobreza são realidades que, em sua totalidade, configuram o que Achille Mbembe denomina como necropolítica, um modelo de gestão da vida e da morte que está profundamente imbricado com a manutenção da desigualdade e da injustiça social, ditando quem pode viver e quem deve morrer. Contudo, vale salientar que, se a mortificação sempre fez parte da produção capitalista e se acentuou em sua fase neoliberal, podendo-se falar em Necrocapitalismo (Miranda, 2021), para as formações sociais da periferia do sistema, como a nossa, a política de morte e destruição das possibilidades de existência sempre foram elementos fundantes e estruturantes de tais realidade, pois não há projeto colonial e capitalismo gestado a partir de tal condição que não dependam da gestão e eleição dos “matáveis” e dos territórios “destituíveis”.

A partir de tais considerações, como a psicologia social pode contribuir para a criação de novos espaços de resistência e fortalecimento dos que existem? A partir da reflexão sobre as relações pessoa-ambiente, podemos pensar em práticas sociais que promovam a reapropriação e a reinvenção dos espaços de vida, considerando as desigualdades e as opressões socioespaciais que emergem da destruição dos territórios. A produção desses espaços de resistência não é apenas uma reação às ameaças externas, mas uma afirmação das formas de vida, de pertencimento e de coletividade que se recusam a ser apagadas.

Portanto, ao propormos a quinta edição do Grupo de Trabalho (GT) "Relações pessoa-ambiente: territorialidades e produção de espaços de resistência" no ENABRAPSO, convocamos a todas as pessoas para a construção de saberes coletivos que, ao estarem situados geopoliticamente, criticamente e em diálogo com as experiências dos povos, possuam o poder de transformar a realidade. Esse processo envolve não apenas a resistência, mas também a reinvenção da própria relação entre os seres humanos e seus territórios, reconhecendo a urgência de agir frente à destruição de todas as formas de vida e à necessidade de estabelecer alianças para a construção de um futuro mais justo e sustentável para todos.

Nesses termos, este GT irá congregar estudos, relatos de experiências, estudos de casos, manifestações culturais, entre outras formas de comunicação dos processos que ligam as pessoas ao seu entorno e possibilitam a ação-transformação desses contextos. O objetivo é promover a reflexão sobre fenômenos de natureza socioespacial (identificação, processos de subjetivação, apropriação do espaço...) articulados com contextos específicos (cidade, bairro, comunidades - rurais, quilombolas), a fim de analisar suas reverberações para os coletivos envolvidos, as estratégias metodológicas utilizadas na investigação e intervenção nesses fenômenos e, por fim, lançar luz às formas de resistência nesses cenários atravessados por forças de dominação referentes à dinâmica do capital.

A proposta, então, se articula diretamente com o tema do encontro, "Aliança dos Povos: Psicologia Social Frente à Destruição de Todas as Formas de Vida", considerando o enfoque dado às discussões sobre enfrentamento, resistência e produção de vida em tempos de ameaças e perdas efetivas de direitos e avanço das iniciativas neoliberais. Insere-se no eixo temático “Questões socioambientais e contextos rurais e urbanos”, cujo foco são as questões das relações Pessoa-Ambiente com políticas urbanas e rurais, incluindo discussões que se situam e/ou problematizam a interface entre Psicologia Social e as diferentes modulações do espaço e das formas de vida.

Busca problematizar a interface entre Psicologia Social e as diferentes formas de produção do espaço e das formas de vida, ocupação não regular do território, vulnerabilidades socioambientais; políticas de habitação e moradia; direito à cidade, à terra e os conflitos territoriais; comunidades rurais, pesqueiras, ribeirinhas, indígenas e quilombolas, bem como a produção de conhecimento considerando os saberes populares, ocupação do espaço e subjetividades; críticas aos modelos atuais de governança e ação pública. Além disso, o GT propõe abarcar relfexões que tragam para os cenários dos territórios e diversas formas de vida, a condição de crise ecológica de nosso tempo, buscando refletir como a Psicologia Social pode contribuir para o fortalecimento da resistência e enfrentamentos dos povos a esse cenário. Nesse sentido, os trabalhos deverão situar-se na interface entre Psicologia Social, Psicologia Comunitária, Psicologia Ambiental e Psicologia Política.

Marx, K . (2013). O Capital: crítica da economia política. São Paulo: Boitempo.

Miranda, G. (2021). Necrocapitalismo: ensaio sobre como nos matam. São Paulo: Lavrapalavra.

Moura. C. (2021). Dialética radical do Brasil negro. São Paulo: Anita Garibaldi.

Harvey, D. (2007). Neoliberalismo como destruição criativa. InterfacEHS, 2(4), 1-30.

Santos, M. (1997). Metamorfoses do espaço habitado. São Paulo: Hucitec.

GT 48: Resistências contracoloniais: corpos, territórios e conflitos socioambientais

Maria da Graça Silveira Gomes da Costa (UFSB), Leandro Amorim Rosa (UFAC), Saulo Luders Fernandes (UFAL)

Resumo: O século XXI inaugura um processo de ampliação do projeto neo extrativista em toda Abya Yala. As políticas de estado, intimamente ligadas aos projetos neoliberais, evidenciam o aumento das disputas por territórios, especialmente os territórios ancestrais. Se, anteriormente, as potências coloniais utilizavam a espoliação dos recursos naturais, bem como formas alternativas de produção e consumo dos povos colonizados; atualmente, os projetos extrativistas de mineração, extração de petróleo, sequestros das águas e complexos agroindustriais estão encontrando cada vez mais geografias para se estabelecer em toda a região, financiados pelo capital transnacional e a incorporação de estatais, através da consolidação de um modelo neodesenvolvimentista. No entanto, como apontam os zapatistas, a resistência dos povos, desde o marco da intrusão colonial até o presente, é uma afronta a um poder que busca a todo custo impor sua hegemonia. Como afirma Svampa (2019), as lógicas neoextrativistas impõem modos de exploração da natureza e expropriação da força de trabalho de comunidades e territórios tradicionais na América Latina, desorganizando as formas de vida e a organização social ancestralmente enraizada nos territórios. O impacto das ações humanas em todo o mundo, sobretudo nos últimos 80 anos, provocou uma inversão de papeis impressionante: a humanidade se tornou o fator dominante das mudanças ambientais globais, superando até processos de escala geológica, enquanto aquilo que reputávamos como mero ambiente – a atmosfera, os oceanos, as geleiras, os ciclos do carbono etc. – adquiriu agências inesperadas (Alyne Costa, 2019). O Antropoceno, a nova época geológica batizada a partir do anthropos, nos mostra que, para que ainda possa haver mundo para nós e para tantas outras formas de vida com quem compartilhamos a existência, como propõe a filósofa Donna Haraway (2016), precisamos fazer o que estiver ao nosso alcance para tornar essa época de catástrofes num intervalo, o mais breve e menos destrutivo possível. Neste caso, o anthropos refere-se ao que Davi Kopenawa chama de "povo da mercadoria", a humanidade colonial branca. Por sua vez, um grupo de pensadoras/es defende que seria mais adequado nomear a atual era geológica terrestre como "capitaloceno", uma vez que as mudanças perpetradas em nosso meio ambiente não são fruto da ação da humanidade genérica, ou seja, não se trata de um humano abstrato que produz tais alterações. A crise climática - entre outras crises ambientais em curso - é produzida por uma forma de organização social historicamente construída, o capitalismo (Carlos Porto-Gonçalves, 2020). Assim, afastando-se de concepções fincadas no preservacionismo, defende-se que a presença humana pode ser fonte de proteção do meio ambiente – a depender de sua forma de organização social. Comunidades indígenas, quilombolas e tradicionais demonstram como é possível coexistir de maneira não predatória em biomas diversos. A presença de várias dessas comunidades tem se evidenciado como fator protetivo contra a destruição de áreas ambientalmente preservadas (Antônio Oviedo & Juan Doblas, 2022). A catástrofe climática vivenciada globalmente com maior intensidade nas últimas décadas convoca-nos a reinventar espaços de existência partir da cosmopercepção de povos que vivem em comunhão com aquilo a que o Ocidente nomeou natureza, que através dos valores, experiências e práticas sintetizam outros modos de vida face ao sistema-mundo colonial (Alberto Acosta, 2012). O projeto colonial assenta-se na violência, no extrativismo, no extermínio, na subalternização de povos tradicionais, pretes, indígenas, mulheres, corpos dissidentes e de tudo aquilo e aqueles que estão para fora do "clube" da humanidade que, como nos mostra Frantz

Fanon (2008), é um status exclusivo a Humanidade branca. Clube este sustentado por um aparato de dispositivos de gênero, raça, sexualidade, especismo, entre outros, que tem por objetivo reproduzir regimes de hierarquização e silenciamento. Para Fanon (2008), o colonialismo institui um projeto de mundo que toma a Europa como centro ao nomear o não-europeu/não-ocidental como o Outro da civilização, o seu antagonismo, representação do atraso e do não desenvolvimento. Como nos informa Ailton Krenak: [...] a ideia de que os brancos europeus podiam sair colonizando o resto do mundo estava sustentada na premissa de que havia uma humanidade esclarecida que precisava ir ao encontro da humanidade obscurecida trazendo-a para essa luz incrível. Esse chamado para o seio da civilização sempre foi justificado pela noção de que existe um jeito de estar aqui na Terra, uma certa verdade, que guiou muitas escolhas feitas em diferentes períodos da história (2019, p. 11). A ideia de universalidade e de sujeito que a Europa trata como se fosse a própria humanidade é na verdade a racialização da experiência europeia, que passa a ser tida como a própria experiência humana. Esta proposta universalista está alicerçada ao menos em quatro grandes fundações/concepções: 1º. a compreensão de humanidade eurocentrada fruto do iluminismo que coloca o humano como centro do mundo e a medida de todas coisas; 2º. a concepção filosófica racionalista que impõe um único modelo de pensar, sentir e perceber o mundo, na propagação de um projeto imperial da razão sobre outras tantas possibilidades epistêmicas e ontológicas do viver; 3º. a ciência moderna como hegemonia que atua na produção de um conhecimento tecnicista e instrumental clivado dos debates éticos e políticos da vida; 4º. a separação entre humano e natureza, na disseminação de uma concepção de natureza utilitarista e como recurso material a ser usado por uma suposta humanidade. Estas quatro grandes fundações supracitadas atuam como dispositivo moderno do desencantamento do mundo. Como afirma Luiz Antonio Simas e Luiz Rufino (2020, p.11): O desencantamento diz sobre as formas de desvitalizar, desperdiçar, interromper, desviar, subordinar, silenciar, desmantelar e esquecer as dimensões do vivo, da vivacidade como esferas presentes nas mais diferentes formas que integram a biosfera. Entender o desencante como uma política de produção de escassez e de mortandade implica pensar no sofrimento destinado ao que concebemos como o humano, no deslocamento e na hierarquização dessa classificação entre os outros seres. Esta hierarquização entre os seres e a classificação do mundo tendo como medida a humanidade eurocentrada irradia-se às ciências, incluindo a psicologia, como um saber que ao se conceber universalizado mensura a pluralidade de realidades a superfície restrita da modernidade. Esta circunscrição, não apenas limita a relação entre os saberes e os seres, ela atua com a tarefa do desencante, ou melhor, do desencantar o mundo e os entes que nele habitam. Diante disso, este GT busca refletir sobre a questão da produção do conhecimento, sem, no entanto, perder a dimensão das lutas políticas de resistência e reexistência das populações afrodiaspóricas, indígenas, periféricas e faveladas. Assim, o GT tem como objetivo questionar sobre como a psicologia tem potencializado outros horizontes éticos e políticos de constituição de mundos, de modos de subjetivação, e de modos de vida contracoloniais diante dos conflitos socioambientais que incidem sobre os corpos-territórios. O que chamamos de contracolonialidade, inspirados aqui pelo mestre Antônio Bispo dos Santos (2015), diz respeito a uma diversidade de práticas que desmantelam o projeto totalitário da colonialidade que estrutura nosso mundo. A contracolonialidade, portanto, não é um posicionamento teórico, mas diz respeito a práxis ética e política que povos afropindorâmicos (Santos, 2015), ou seja, povos indígenas, quilombolas e favelados produzem a partir da sua ancestralidade. Esta práxis ética e política dos povos produz outras formas de ser, de existir e de se organizar formas diante dos escombros da violência colonial. As ruínas deste outro lado não se restringem à confirmação daqueles que supostamente foram vencidos, ao contrário, elas apontam as capacidades de habitar a ruína e dela fazer a vida em construções coletivas. Como afirma Luiz Antônio Simas e Luiz Rufino (2020, p.06): Os sobreviventes podem virar "supraviventes": aqueles capazes de driblar a condição de exclusão, deixar de ser apenas reativos ao outro e ir além, armando a vida como uma política de construção de conexões entre ser e

mundo, humano e natureza, corporeidade e espiritualidade, ancestralidade e futuro, temporalidade e permanência. São estas mesmas ruínas ornamentadas como a vitória do suposto conquistador, que erguem as políticas de vida de povos, comunidades e territórios que não se findam como o espelho do colonizador. Ao contrário, como afirma Bruno Gonçalves (2019), a Latino América é um território de espelhos enterrados, de narrativas, memórias, conhecimentos e modos de existência, que apesar de habitar o cotidiano, encontram-se soterrados e nas sombras. As imagens e vidas dos povos de Abya Yala - América Latina vão para além do espelho do colonizador e expressam-se na afirmação de outros modos de viver, que mesmo diante das violências estruturais, alastram-se por todo o continente e fecundam: histórias, relações, coletivos, territórios e uma multiplicidade de artes de fazer e refazer o mundo que o encanta diante do desencantamento racionalista e instrumental da modernidade. Nos, "[...] cabe entender o encantamento como ato de desobediência, transgressão, invenção e reconexão: armação da vida, em suma." (Simas e Rufino, 2020, p.06). Fazer da impossibilidade do viver a expressão da vida, talvez seja, uma das artesanias e das astúcias subjetivo políticas presentes em nossas vidas cotidianas, que nos permite encantar e ser encantado pelo mundo. Este não mais impresso como um recurso ou instrumento para os fins do capitaloceno, mas vivido enquanto extensão de nossas próprias experiências coletivas, humanas e não humanas. O aforismo cartesiano "Penso, logo existo" nas terras colonizadas ganham outra roupagem, o "conquisto logo existo", a conquista como dispositivo político circunscreve a condição da existência a dominação, como afirma Enrique Dussel (1994, p. 41): "La 'Conquista' es un proceso militar, práctico, violento que incluye dialécticamente al Otro como "lo Mismo". El Otro, en su distinción, es negado como Otro y es obligado, subsumido, alienado a incorporarse a la Totalidad dominadora como cosa, como instrumento, como oprimido, como 'encomendado', como 'asalariado' (en las futuras haciendas), o como africano esclavo (en los ingenios de azúcar u otros productos tropicales)". A lógica da conquista foi e é imposta sobre nossos corpos e territórios, mas este projeto de hegemonia não se totaliza por completo, contra ele se erguem a afirmação das supraviências que nos permitem a afirmação da abundância: nas matas, nas folhagens, nas aldeias, nos mocambos, nos arraiás, nos rios e nas forças coletivas. Emergem destas tentativas de dominação ao menos dois movimentos de luta contracolonial que são parte do mesmo processo: 1. as resistências, que podem ser compreendidas pelas estratégias de luta que colocam a vida, os corpos e os territórios de encontro as políticas de morte impostas pela colonialidade e suas forças coloniais; 2. as reexistências, que expressam-se como as ações, que permitem os povos, mesmo diante das políticas de morte, produzirem práticas que afirmem a continuidade da vida. Assim, as artes da reexistência não restringem a ação dos povos apenas a um antagonismo às forças da dominação, mas permitem exercícios coletivos de continuidade à vida dos territórios e dos entes que os habitam. Há nos territórios de Abya Yala a produção de um modo de viver que está para além do projeto colonial, que não se finda e nem se inicia com ele, mas se produz como afirmação de um viver insurgente que têm nas cosmopercepções dos povos da afrodiáspora e ameríndios sua própria medida. Como afirma Santos (2018, p.05): "Os quilombos são perseguidos exatamente porque oferecem uma possibilidade de viver diferente.". Esta outra possibilidade de viver não se faz apenas pela resistência à guerra, há também espaços de refúgio, lugares de restauração que permitem às forças da resistência seguir seu curso, aqui habitam os elementos do reexistir. O refúgio aqui não se expressa como lugar da falta ou da incapacidade, ele é a formação de um lugar de cuidado coletivo capaz de restaurar, proteger e curar. O refúgio, como afirma Dénètem Bona (2020), é o lugar continuum das resistências que não se restringe apenas às reações insurgentes às explorações vividas em terras quilombolas. Ele é experienciado enquanto paragens de restauração das forças coletivas, espaço de afirmação de formas comunais de viver com a terra e seus entes. Como afirma Beatriz Nascimento (1989/2009) no filme Orí, a fuga não expressa a impossibilidade de agir, ao contrário, ela é o ato do homem e da mulher quilombola, que ao não se reconhecer como objeto e mercadoria colonial afirma para si um território de liberdade. Nas palavras de Santos

(2022, p. 75): "Como dizia um dos meus grandes mestres, nós precisamos transformar as armas dos inimigos em nossa defesa para não transformarmos a nossa defesa em armas. Quem só tem armas, só ataca e quem só ataca não sabe se defender.". Assim, este GT busca identificar e potencializar ferramentas para avançar no horizonte político da descolonização. Ainda que a perspectiva nomeada "descolonizar a psicologia" seja recente, este debate vem sendo trazido há décadas pelos povos originários e intelectuais/ativistas não brancas (Geni Nuñez, 2021). Ao pensarmos sobre a história da Psicologia, há uma correlação entre a importação de teorias produzidas nos contextos do Norte global para a explicação de fenômenos psicossociais de forma colonizadora, desconsiderando todos os saberes produzidos desde a concretude da vida dos povos dos nossos territórios, bem como sua história de profunda desigualdade social. Uma ideia potente para pensar a relação entre processos psicossociais e território desde a contracolonialidade e a cosmopercepção dos povos afropindorâmicos é o de corpo-território, proposto pelas feministas comunitárias indígenas de Abya Yala. A conjunção das palavras corpo-território fala por si mesma: diz que é impossível recortar e isolar o corpo individual do corpo coletivo, o corpo humano do território e da paisagem. Corpo e território compactados como única palavra desindividualiza a noção do corpo limitado às margens do corpo próprio entendido como "propriedade" respaldada por direitos individuais e especifica uma continuidade política, produtiva e epistêmica do corpo enquanto território, como matéria ampliada, superfície extensa de afetos, trajetórias, recursos e memórias. Habitar este corpo/território é povoar a si mesmo enquanto uma instância vivida com muitos outros entes: humanos, não humanos, espirituais, naturais e coletivos. É a relação destas vidas como território que permite a produção do corpo como uma nova morada (Nascimento, 2006). A composição entre corpo e território, permite questionar as tentativas de colonização do pensamento propostas pela ficção branco colonial. Estes corpos experienciados como territórios vivos retiram do plano metafísico a suposta subjetividade universal, agora corporificada em experiências de afirmação de vidas contracoloniais territorializadas. Este ato de corporificação do território e de territorialização do corpo permite uma rearticulação de vidas e histórias que foram despedaçadas, mas que agora são vividas enquanto território coletivo incorporado. Este processo produz afetos capazes de recriar as narrativas e histórias das comunidades afropindorâmicas, bem como, criam alternativas para enfrentar os esquadrinhamentos, a morbidez e o automatismo impostos pela sociedade moderna. O corpo se revela, assim, na composição de afetos, recursos e possibilidades que não são "individuais", mas se singularizam, por que passam pelo corpo de cada um na medida em que cada corpo nunca é só "um", mas o é sempre com outros, e com outras forças também não humanas (Veronica Gago, 2020). Para populações indígenas e quilombolas é no território-corpo onde reexistem saberes, ancestralidade e espiritualidade. Nas palavras de Case Angatu Xukuru Tupinambá (2018, n. p.), "nós não somos donos da terra, nós somos a terra". O corpo-território nos convoca a ampliar nossas concepções de produção de subjetividade. A defesa dos territórios passa a ser um princípio fundamental gerador de vida e saúde. Nessa concepção o que chamamos de sagrado, a natureza, é o que nos nutre e nós a nutrimos à medida que a protegemos. Desse modo, é impossível pensar a produção de vida e saúde que não seja coletiva, ainda que a produção de adoecimento e de sofrimento psíquico seja vivenciada através de uma corporeidade de cada um. Assim, o corpo-território evidencia que a defesa da terra contra o extrativismo deve ser simultânea e inseparável à defesa dos territórios, na qual os povos possam ter uma vida livre de violências e da exploração de seus corpos (Laura Echeverry, 2018). Ao mesmo tempo, mostra que só é possível defender modos de vida contracoloniais ao defender principalmente os corpos das mulheres em seus territórios. A partir desse paralelo, os movimentos de mulheres indígenas contra os projetos extrativistas construíram uma nova imaginação política e de luta que coloca o corpo da mulher como o primeiro território a ser defendido – a recuperação do "território corporal" como um primeiro passo indivisível da defesa do território geográfico. Essa maneira de experimentar o corpo extenso nos faz entender também por que hoje se trava

uma guerra no corpo e no território. "Quando dizemos que a exploração do meio ambiente e o extrativismo não são apenas modalidades econômicas, mas um regime político, se visualiza uma articulação: as violências sexuais como violências políticas em uma maquinaria de saqueio, despojo e conquista" (Gago, 2020, p.114). É a concepção de mundo orgânica e conectada, inclusive como concepção cosmológica, dos nossos corpos como parte indissociável dos territórios que permite, para mestre Antronio Bispo dos Santos, que se desenvolvam uma série de tecnologias que confluem em projetos contracolonais de constituição de mundos como: as diversas propostas agroecológicas que partem de cosmopercepções restaurativas do corpo e da natureza, do sagrado, os aquilombamentos, as assembleias indígenas, os conselhos quilombolas, as práticas de cuidado e cura para a vida coletiva, afirmação da cosmopolítica das plantas viventes nos territórios, compreensão da vida em humanidades não antropocêntricas. O campo da psicologia ambiental e socioambiental tem buscado dar contribuições para as problemáticas advindas da relação predatória do "povo da mercadoria" com seus territórios (Eda Terezinha Tassara & Eliane Rabinovich, 2003). Pretendemos aqui também pensar uma forma de psicologia socioambiental. No entanto, ao utilizarmos o termo "socioambiental" não nos referimos a combinação de campos acadêmicos - psicologia social e psicologia ambiental -, mas sim a uma forma de ação política que surge a partir da luta dos povos da floresta na Amazônia sul-ocidental brasileira. A concepção de sociambientalismo começa a ser forjada a partir das lutas protagonizadas pelo seringueiro Chico Mendes e tantas outras pessoas trabalhadoras e moradoras da floresta. Organizados(as) inicialmente em sindicatos rurais, a partir da década de 1970, tais trabalhadores(as) defendiam a manutenção da floresta de pé contra fazendeiros que haviam comprado a área e pressionavam suas famílias – as quais já tinham direito de posse - para sair das terras que habitavam. As lutas eram pautadas não apenas na defesa da floresta e do meio ambiente, mas, essencialmente, era uma luta pela manutenção das formas de vida e trabalho daquelas pessoas. Dessa forma, não se caracterizava apenas como uma luta ambiental, mas sim socioambiental, a qual tinha como objetivo a preservação do meio-ambiente, mas também a sustentabilidade econômica e a justiça social. A organização dos(as) extrativistas - aqui entendidos como categoria de trabalhadores e defensores das florestas - resulta em uma política pública mundialmente inovadora: as Reservas Extrativistas (RESEX). A partir de meados da década de 1980, os povos indígenas e extrativistas se articulam e é forjada a Aliança dos Povos da Floresta (Mary Allegrett, 2008). Assim, ao falarmos aqui em uma psicologia socioambiental, estamos nos referindo a uma psicologia que possui como referência a luta dos povos da floresta. Entendemos que uma das principais formas da psicologia contribuir para transformações sistêmicas que se fazem necessárias diante da crise climática é atuar junto e a partir das lutas de comunidades e populações indígenas e tradicionais. Nas palavras da defensora da floresta Socorro: "Quero que vocês entendam bem uma coisa. Sem nós, os povos da floresta, não tem rio, não tem animais, não tem nada. Se vocês querem normalizar a temperatura do planeta, têm que cuidar de nós. Porque sem nós não tem futura geração". (Socorro, s.d. apud Eliane Brum, 2021, p.57). As lutas socioambientais estão presentes também nas lutas em defesa dos corpos-territórios nos sertões, nas águas doces e salgadas, nos quilombos, nos terreiros, nas comunidades campesinas, nos movimentos pela reforma agrária, nas favelas e periferias urbanas. Interessa-nos neste GT, trabalhos que busquem pensar o que essas articulações trazem para construir um projeto ético, político e epistemológico de regeneração do mundo em que vivemos fazendo emergir as intricadas e heterogêneas redes que permitem nos tornar com outros atores e fenômenos, humanos e não humanos (Ronald Arendt & Márcia Moraes, 2016). Experiências como a agroecologia no campo e na cidade, as cozinhas comunitárias, as encantarias, as tecnologias ancestrais de cuidado, os feminismos comunitários e territoriais, as pescas e coletas tradicionais, as agriculturas indígenas e quilombolas, os catimbós e juremas, as artesanias da existência dos povos das águas, dos sertões e das florestas, entre outros, nos dão pistas sobre como sustentar outras vidas possíveis e modos de habitar a terra diante dos conflitos socioambientais. Convocamos trabalhos que partam dos diálogos com os

movimentos sociais, resistências, experimentações, vivências e saberes tradicionais nos territórios. Interessam-nos também, trabalhos que tratam dos impactos do neoextrativismo e desenvolvimentismo nos corpos-territórios e comunidades, e as possibilidades de construção de uma psicologia comprometida com a justiça socioambiental. Para a partilha das experiências utilizaremos da Educação Popular, inspirados nas metodologias de trabalho dos movimentos sociais como forma de circulação de nossos aprendizados e saberes construídos em nossas experiências com os territórios. Assim, para a construção deste trabalho coletivo, pedimos que as/os integrantes que participem de todas as sessões de debates e reflexões, sendo que: nos primeiros dias iremos realizar o compartilhamento de nossas experiências e no último dia teremos uma culminância das confluências produzidas em nossos encontros e nos encaminhamentos possíveis das construções coletivas produzidas para uma psicologia que potencialize práticas contracoloniais para outros horizontes éticos e políticos de mundos.

REFERÊNCIAS

Allegrett, Mary (2008). A construção social de políticas públicas. Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. Desenvolvimento e Meio Ambiente, 18, pp. 39-59.

Arendt, Ronald, & Oliveira Moraes, Márcia (2016). O projeto ético de Donna Haraway: alguns efeitos para a pesquisa em psicologia social. Revista Pesquisas E Práticas Psicossociais, 11(1), 11–24.

Angatu, Case. (2018). Nós não somos donos da terra, nós somos a terra. Portal Unisinos.

Bona, Dénètem Touam (2020). Cosmopoética do refúgio. Florianópolis: Cultura e Brabárie.

Brum, Eliane (2021). Banzeiro òkòtó: Uma Viagem à Amazônia Centro do Mundo. São Paulo: Companhia das Letras. Castro-Gómez, Santiago, & Grosfoguel, Ramón. (Orgs). (2007). El giro decolonial - Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, Universidad Central, Instituto Pensar.

Costa, Alyne de Castro (2019). Cosmopolíticas da terra: Modos de existência e resistência no Antropoceno. (Tese de Doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC- Rio, Rio de Janeiro.

Dussel, Enrique (1993). 1492: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade. Petrópolis: Vozes.

Echeverry Laura (2018). Resistência ao extrativismo de mulheres defensoras de territórios na América Latina. WRM.

Fanon, Frantz (2008). Pele Negra, Máscaras Brancas. Salvador: EDUFBA. Gago, Verónica (2020). A potência feminista, ou o desejo de transformar tudo. Rio de Janeiro: Editora Elefante.

Haraway, Donna. (2016). Staying with the Trouble: Making Kin in the Chthulhucene. Durham and London: Duke University Press.

Krenak, Ailton (2019). Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras. Nascimento, Beatriz (1989/2009). ÔRÍ. Direção de Raquel Gerber. Estelar Produções Cinematográficas e Culturais Ltda, 1989, vídeo (131 min).

Nascimento, Beatriz. Kilombo e memória comunitária: um estudo de caso. (2006) In: Ratts, Alex. (Org.). Eu sou atlântica: sobre trajetória de vida de Beatriz Nascimento. (p. 111-116) São Paulo: Imprensa oficial.

Nuñez, Geni (2021). Monoculturas do pensamento e a importância do reflorestamento do imaginário. Revista ClimaCom, 8(21), 1-8.

Oviedo, Antonio &, Doblas, Juan (2022). Efetividade das Unidades de Conservação na manutenção da cobertura vegetal natural no Brasil. In: Antonio F. P. Oviedo; Nurit Bensusan. (Org.). Quando proteger quando a regra é destruir. 1ed.Brasilia: Mil Folhas, 2022, v. 1, p. 296-317.

Porto-Gonçalves, Carlos. (2020). De caos sistêmico e de crise civilizatória: tensões territoriais em curso. Revista Da Casa Da Geografia De Sobral (RCGS), 22(2), 103–132.

Santos, Antônio Bispo &, Silva, Givânia. Fuga, escola e oráculo. In: Firmeza, Yuri. et. al. (Orgs.) Composto escola: comunidades de sabenças vivas (pp.74-104). São Paulo: n-1.

Santos, Antônio Bispo (2018). Somos da terra. PISEAGRAMA, Belo Horizonte, número 12, página 44 - 51.

Simas, Luiz Antônio, & Rufino, Luiz (2020). Encantamento: políticas de vida. São Paulo: Mórula.

Svampa, Maristella (2021). As fronteiras do neoextrativismo na América Latina, São Paulo: Elefante. Tassara, Eda Terezinha de Oliveira, & Rabinovich, Elaine Pedreira (2003). Perspectivas da Psicologia Ambiental. Estudos de Psicologia (Natal), 8 (2), pp.. 339–34

GT 49: Saúde mental, álcool e outras drogas e práxis psicossocial

Pedro Henrique Antunes da Costa (UNB), Kíssila Teixeira Mendes (UNDF), Rachel Gouveia Passos (UFRJ)

Resumo: O presente Grupo de Trabalho (GT) visa reunir trabalhos que versem sobre as inserções e contribuições da psicologia social, em diálogo com outras disciplinas do saber-fazer (serviço social, enfermagem, terapia ocupacional, fisioterapia, psiquiatria, artes etc.) no campo da saúde mental, álcool e outras drogas em nosso país. Sabe-se que a saúde mental é um campo interdisciplinar, não sendo exclusividade ou monopólio do campo psi (psicologia, psiquiatria e psicanálise), conformando as políticas de saúde, por mais que também deva ser pensado e materializado em conjunto a outras políticas sociais e para além das próprias políticas, nos contextos sociocomunitários e junto aos movimentos sociais.

Historicamente, a psicologia cumpriu (e cumpre) um importante papel na saúde mental, especialmente nos movimentos e lutas antimanicomial e antiproibicionista em nosso país, sobretudo a partir da psicologia social crítica. Muito desse protagonismo se deve aos atravessamentos das lutas gerais na/pela própria psicologia e como esta os incorpora, no intuito de criticar e superar o seu tradicional elitismo e descolamento das necessidades das maiorias populares. Nesse sentido, os diálogos com outros campos do saber-fazer se fazem ainda mais relevantes, como, por exemplo, com o serviço social, no desenvolvimento de uma práxis psicossocial, coerente com a própria atenção psicossocial que sustenta a Reforma Psiquiátrica brasileira.

A despeito de uma série de avanços e conquistas, decorrentes das lutas sociais, que se expressam justamente na/pela Reforma Psiquiátrica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), vivemos no presente uma série de retrocessos que buscam, justamente, negar os avanços efetivados, por meio de uma Contrarreforma Psiquiátrica. Esta, por sua vez, é mais uma das contrarreformas neoliberais na quadra presente, representando o avanço da barbárie capitalista sobre nós, e que coloca em xeque a própria continuação da humanidade. Nas particularidades da saúde mental, álcool e outras drogas, ela possui as seguintes características principais: (a) mercantilização e privatização dos processos assistenciais, acompanhados pelo desmonte das políticas e transferência do fundo público a iniciativas e serviços privados; (b) remanicomialização e psiquiatrização das políticas, recrudescendo o mandato hegemônico de controle social da psiquiatria tradicional; e (c) ofensiva conservadora e reacionária, se aproveitando do moralismo também hegemônico no campo, reavivando construções ideológicas acerca da suposta periculosidade do louco, do drogado etc., e se articulando ao fundamentalismo religioso e mercado da fé (Costa & Mendes, 2020).

Nesse ínterim, vemos crescer - qualitativamente e quantitativamente - instituições manicomiais, como as chamadas Comunidades Terapêuticas (CTs). A despeito do nome, as CTs têm sido novos-velhos manicômios, impulsionando a reatuzalização da indústria da loucura (ou complexo industrial-manicomial) no país, por meio da temática de álcool e outras drogas. Não suficiente, elas vêm abocanhando quantias cada vez maiores do fundo público, com o financiamento público às CTs se tratando, infelizmente, de uma política de Estado na última década (Costa & Mendes, 2023; Passos et al., 2020; 2023; 2024).

Há uma robusta quantidade de evidências, das mais variadas fontes, quanto ao caráter manicomial e, portanto, de violência das CTs. Aliado a isso, também tem sido fardamento documentado e denunciado como tais instituições não só têm sido manicomiais, mas também uma mistura de: igrejas, por serem majoritariamente

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

religiosas e tomarem como tratamento compulsório práticas confessionais (da fé que rege a instituição), independente da singularidade dos indivíduos, incorrendo em violência religiosa; prisões, ao institucionalizarem e segregarem as pessoas, geralmente em lugares ermos e de difícil acesso; e senzalas, ao se pautarem na chamada laborterapia que, concretamente, tem sido trabalho forçado, não-pago, em condições degradantes e análogo à escravidão (Mendes & Costa, 2022).

Soma-se a isso o fato de que a maioria das pessoas violentadas nas CTs é negra e pobre. Em suma, tal como já denunciado por Frantz Fanon (2020): "[s]e você quiser se aprofundar na estrutura de determinado país, é preciso visitar seus hospitais psiquiátricos". Ou como apontado no Manifesto de Bauru, principal documento político do Movimento da Luta Antimanicomial brasileiro: "[o] manicômio é expressão de uma estrutura, presente nos diversos mecanismos de opressão desse tipo de sociedade" (II Congresso Nacional de Trabalhadores em Saúde Mental, 1987, s/p.). A CT, enquanto instituição manicomial, expressa e reproduz as estruturas sociais capitalistas de classe, raça, gênero e sexualidade, entre outras, e suas particularidades na formação social brasileira de gênese e desenvolvimento colonial.

De acordo com relatório produzido pelo Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT) e o grupo Psicologia e Ladinidades, em todas as 205 CTs fiscalizadas pelo Estado brasileiro, de 2011 a 2024, foram enocntradas violações de direitos eou irregularidades. Esse dado reitera, uma vez, mais que a violência em tais instituições não é uma anomalia, um desvio, mas diz da sua natureza, diz das CTs enquanto instituições manicomiais e, por conseguinte, instituições da violência (MNPCT & Psicologia e Ladinidades, 2025).

Quanto à composição profissional, mesmo as CTs se caracterizando pela ausência ou insuficiência de profissionais de nível superior e com formação condizente com os processos assistenciais envolvidos, a psicologia tem sido a profissão de nível superior mais presente nelas. A segunda categoria profissional de nível superior mais prevalente nas CTs é a de assistentes sociais (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA], 2017). Nesse sentido, as CTs como carro-chefe da Contrarreforma Psiquiátrica requer ainda mais da psicologia, do serviço social e das demais disciplinas e profissões que compõem a saúde mental, álcool e outras drogas, reflexões sobre como podemos (re)pensar suas próprias práxis, contribuindo para o fortalecimento da Reforma Psiquiátrica brasileira, e não a sua negação. Cabe ressaltar que os próprios conselhos que regulamentam tais profissões, como os Conselhos Federais de Psicologia (CFP) e do Serviço Social (CFESS), bem como os Conselhos Regionais de ambos, têm se preocupado com a temática, sendo importantes entidades na fiscalização das CTs e na denúncia de suas lacunas, violências e as reverberações na práxis profissional (p. ex.: CFESS, 2018; CFP, 2011; CFP, MNPCT & Ministério Público Federal [MPF], 2018).

Por mais que as CTs desempenhem um papel central no processo de Contrarreforma Psiquiátrica, este não se resume a elas. Por exemplo, por mais que haja uma redução nacional dos leitos em hospitais psiquiátricos públicos, sendo este mais um dos avanços da Reforma Psiquiátricas brasileira, não só tais manicômios ainda não foram fechados, se configurando como importantes obstáculos, a oferta de leitos psiquiátricos privados aumentou. De acordo com pesquisa Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (IEPS, 2025), em dez anos (2013-2023), o número de leitos em hospitais psiquiátricos privados subiu de 10,0 mil para 12,5 mil, significando um crescimento de 18,7%. Mesmo que tais leitos sejam privados há algum tipo de chancelamento estatal a eles: ao permitir sua existência, mesmo contrariando princípios centrais da Reforma Psiquiátrica contidos em marcos legais-normativos como a Lei 10.216/2001; e/ou ao financiá-los diretamente, tal como faz com as CTs. Apenas a título informativo, citamos o caso do Distrito Federal, em que a Secretaria de Saúde possui um contrato com uma

clínica privada de caráter asilar, um hospital psiquiátrico, transferindo a ela pelo menos R$ 2.038.946,00 por ano de 2018 a 2022 – sendo que em alguns dos anos houve suplementação orçamentária (Distrito Federal, 2022). Para piorar, em estados como Pernambuco, Bahia, Ceará, Acre, Goiás, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Pará, de 2013 a 2023, houve um aumento de leitos em hospitais psiquiátricos públicos por habitante acima de 70% (IEPS, 2025).

Grosso modo, a indústria da loucura, ou complexo industrial-manicomial, em conjunto com uma faceta manicomial do Estado que o comporta e, no caso das instituições privadas, é negligente com elas ou as financia, tem avançado e se reatualizado. Para isso, são lançados inúmeros ataques ao SUS - e demais políticas sociais - e, mais especificamente, à Reforma Psiquiátrica, por meio da Contrarreforma Psiquiátrica, que se hegemonizou na saúde mental, álcool e outras drogas.

Circunscrevendo este processo à conjuntura nacional e ao atual estágio de desenvolvimento capitalista, nos marcos neoliberais, observamos um círculo vicioso. Por um lado, os cortes nas políticas sociais contribuem ainda mais para a precarização das condições de vida da classe trabalhadora, já impactada diariamente por outras modulações da ofensiva do capital contra ela e seus direitos. Com a maior precarização da vida, tende-se a necessitar mais das políticas sociais, mas estas estão sendo desfinanciadas e desmontadas por políticas de austeridade que, por sua vez, drenam fatias do fundo público para instituições privadas, ao mercado e, ao fim e ao cabo, ao capital - sobretudo o financeiro. Nesse interregno, a repressão, a punição, o higienismo, a manicomialização, configurando facetas penal e manicomial do Estado, aparecem como meios privilegiados para lidar com as expressões ou desdobramentos da "questão social" que acometem a classe trabalhadora em condições de vida precarizadas, como a pobreza, o desemprego (ou os níveis cada vez mais altos de informalidade), a situação de rua, o consumo problemático de drogas, o sofrimento psíquico, entre outros. Temos, assim, uma junção de populismo penal e populismo manicomial, que avança em nossa sociedade presente, com um retroalimentando e fortalecendo o outro. Junta-se a isso o fomento aos complexos industrial-prisional e industrial-manicomial, inclusive estatal, por meio de privatizações e parcerias público-privadas. No caso da saúde mental, álcool e outras drogas, temos o controle da classe trabalhadora precarizada e das expressões ou desdobramentos da "questão social", só que com roupagem de cuidado e chafurdada em moralismo e conservadorismo religioso, alimentando também o mercado da fé.

É neste cenário, e a partir dele, que o presente GT nasce, como uma tentativa de se refletir sobre a práxis psicossocial no campo da saúde mental, álcool e outras drogas presente, seus limites, contradições, mas também possibilidades. Reivindicamos, uma vez mais, o protagonismo de campos do saber-fazer como a psicologia e o serviço social - entre outros - nas lutas e conquistas que projetaram e assentaram um horizonte antimanicomial em nosso país. Por meio de um diálogo interdisciplinar, que passa pela psicologia social, mas vai além dela, superando especialismos que fragmentam, reduzem e descaracterizam a complexidade dos fenômenos e da realidade, nos pautamos em uma práxis psicossocial, para extrair caminhos possíveis frente à conjuntura de retrocessos.

Nesse sentido, o GT acolhe trabalhos o mais plurais e diversos possíveis (teórica e metodologicamente), mas que tenham como intuito a análise do presente na saúde mental, álcool e outras drogas para a construção de um futuro antimanicomial, desde nossas particularidades sociais de classe, raça, gênero e sexualidade, territoriais etc. Grosso modo, serão acolhidos relatos de pesquisas, experiências profissionais, de estágio ou extensão, apresentados sob a forma de comunicações acadêmicas, que versem sobre a práxis psicossocial no campo da saúde mental, álcool e outras drogas, desde uma

perspectiva e horizonte manicomial, não ficando restritos à psicologia. Pelo contrário, privilegiamos o diálogo entre os campos do saber-fazer e práxis que intentem romper com os monopólios de disciplinas sobre aquilo que é produção humana e, portanto, social.

Da mesma forma, o presente GT tem como eixo temático "Psicologia Social e Saúde", mas incentiva o envio de trabalhos que busquem superar as parcializações do real e das necessidades humanas pelas políticas setoriais e seus respectivos campos, indo em direção ao fortalecimento dos movimentos sociais, populares e demais instrumentos de luta da classe trabalhadora, na saúde e além dela; rompendo com a própria endogenia que tem caracterizado o campo da saúde mental, álcool e outras drogas e sua militância. Mais do que nunca, frente ao avanço da barbárie capitalista, que se expressa na saúde mental, álcool e outras drogas pela reatualização e pelo avanço da barbárie manicomial, temos nítido que "[o] compromisso estabelecido pela luta antimanicomial impõe uma aliança com o movimento popular e a classe trabalhadora organizada" (em Manifesto de Bauru, II Congresso Nacional de Trabalhadores em Saúde Mental, 1987, s/p.).

Referências

Conselho Federal de Serviço Social [CFESS]. (2018). Relatório Final. A inserção de assistentes sociais nas comunidades terapêuticas: considerações sobre o trabalho profissional. CFESS.

Conselho Federal de Psicologia [CFP]. (2011). Relatório da 4ª Inspeção Nacional de Direitos Humanos: locais de internação para usuários de drogas. CFP.

Conselho Federal de Psicologia [CFP], Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura [MNPCT] & Ministério Público Federal [MPF]. (2018). Relatório da Inspeção Nacional em Comunidades Terapêuticas – 2017. CFP, MNPCT & MPF.

Costa, P. H. A., & Mendes, K. T. (2020). Contribuição à crítica da economia política da Contrarreforma Psiquiátrica Brasileira. Argumentum, 12(2), 44-59.

Costa, P. H. A., & Mendes, K. T. (2020). O Fundo Nacional Antidrogas (FUNAD) e a contrarreforma psiquiátrica. Argumentum, 15(3), 156–170.

Distrito Federal. (2022). Saúde mental do DF em dados. Secretaria de Estado de Saúde; Diretoria de Serviços de Saúde Mental.

Fanon, F. (2020). A "síndrome do norte-africano". In F. Fanon, Em defesa da revolução africana (pp. 23-34). Ciências Revolucionárias. Original publicado em 1952.

II Congresso Nacional de Trabalhadores em Saúde Mental. (1987). Manifesto de Bauru.II Congresso Nacional de Trabalhadores em Saúde Mental.

Instituto de Estudos para Políticas de Saúde [IEPS]. (2025). A oferta e distribuição de serviços de saúde mental no Brasil entre 2013 e 2023. Boletim Radar+SUS, 2, 1-11, 2025.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA]. (2017). Nota Técnica. Perfil das Comunidades Terapêuticas Brasileiras. IPEA.

Mendes, K. T., & Costa, P. H. A. (2022). No meio da pandemia tinha uma pedra? Uma análise das políticas para a população em situação de rua no contexto pandêmico brasileiro. Encuentros Latinoamericanos, 6, 96-117.

Passos, R. G., Farias, J. S., Gomes, T. M. S., & Araujo, G. C. L. (2020). Comunidades terapêuticas e a (re)manicomialização na cidade do Rio de Janeiro. Argumentum, 12(2), 125–140.

Passos, R. G., Gomes, T. M. S., Araujo, G. C. L., & Moreira, A. L. A. (2023). Comunidades Terapêuticas, drogas e a disputa do Fundo Público. Argumentum, 15(3), 126-140.

Passos, R. G., Prudencio, J. D. L., Gomes, T. M. S., Espírito Santo, T. B. (2024). Comunidades terapêuticas no Brasil: entraves e desafios para a atenção psicossocial. Hucitec.

Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura [MNPCT] & Psicologia e Ladinidades. (2025). As comunidades terapêuticas em evidência: o que dizem as avaliações e fiscalizações do estado brasileiro? MNPCT; Psicologia e Ladinidades.

GT 50: Silvia Lane: desdobramentos teóricos-epistemológicos-políticos para a formação de uma Psicologia Social Brasileira.

Gláucia Tais Purin (PUC-SP), Fátima Maria Araújo Bertini (UNILAB), Julia Calderazzo (UNINOVE)

Resumo: Silvia T. M. Lane é uma das mais importantes teóricas da Psicologia Brasileira. Foi professora, pesquisadora e orientadora por 50 anos na área da psicologia. Com visibilidade nacional e internacional, é conhecida por desenvolver "A Escola Crítica de São Paulo". Deu corpo e divulgou, incansavelmente, um referencial que interferiu nos caminhos estabelecidos pela ciência positivista, marcada por teorias importadas, pela despolitização e voltada à manutenção da ordem social vigente, ao papel de facilitador da adaptação social e neutralidade da pesquisa.

Inovou e provocou uma agitação fecunda na psicologia social, introduzindo o método materialismo histórico-dialético para explicar: a relação homem–sociedade, afirmar a ciência como práxis voltada à transformação social, adotar a desigualdade econômico-social e as particularidades histórico-culturais e nacionais da exploração como objeto de estudo e de intervenção na ciência.

Ela participa da construção da psicologia como profissão e ciência de estudo no Brasil. Época em que havia uma crise na psicologia e na política, marcada pela ditadura militar no país. Participa da reformulação do curso de graduação de Psicologia da PUC-SP, e cria, juntamente com Aniela Guinsberg o Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Social da PUC-SP, em 1971, o segundo curso de pós-graduação na área de Psicologia no país. Ambas estavam preocupadas em criar pesquisas que representassem a realidade brasileira, e refletissem sobre teorias e metodologias adequadas ao contexto. Assim, instigaram a realização de pesquisas sobre as forças que mantêm os pauperizados e excluídos na condição cordata de vítimas do destino, mas também sobre as forças de resistências, em especial, sobre os coletivos e as comunidades, ênfase que continua até hoje a ser dada por pesquisadores formados por Silvia, e por estudantes que a leem, tanto em psicologia social quanto em psicologia comunitária. “Eu concordo com Vygotsky, que uma nova psicologia só se faz com pesquisa. [...] A teoria sem a pesquisa é metafísica, a pesquisa sem a teoria é descrição do aparente e ambas, sem a prática, são ingênuas e inócuas”, afirma Lane (1996, p. 04).

Na época em que Silvia começou a lecionar na psicologia, segundo ela em entrevista: “Os textos eram todos norte-americanos ou franceses – essa era a literatura que nós tínhamos. O único livro em português era do Otto Kleineberg, em Psicologia Social”. (COELHO, 2007, p. 11). Com as mudanças investigativas em andamento na pós-graduação, somada a percepção da escassez de obras na língua portuguesa e menos ainda sobre a realidade brasileira, busca produzir materiais que servissem de referência para estudantes e pesquisadores. Nessa época, publica o livro “O que é Psicologia Social” a convite da editora Brasiliense para a coleção Primeiros Passos, em 1981, (30ª edição), e o livro “Psicologia: O Homem em movimento” em colaboração com orientandos e colegas de pesquisa brasileiros e latino-americanos, em 1984, (13ª edição). Ambos livros se tornaram clássicos na psicologia brasileira, foram amplamente citados internacionalmente, e são utilizados até hoje em disciplinas de Psicologia em graduações no Brasil. Neles, é apresentado não só pesquisas que evidenciam de forma crítica a realidade brasileira, mas também o homem da materialidade histórico-dialética, cuja criatividade e potência de vida lhe garantem o papel de sujeito da história e não apenas como seres que sofrem influência do que os rodeia, ou ainda, sua subjetividade como uma complexidade e não apenas resultado de condicionamentos.

Ao longo da jornada acadêmica na docência e pesquisa, segundo manuscrito escrito por Silvia antes de seu falecimento, mas não publicado, destacam-se 5 temas principais: a) a Psicologia da linguagem: por que razão falamos o mesmo idioma, mas não nos entendemos? b) uma reflexão crítica da Psicologia Social do cotidiano. Para Silvia, o homem não é apenas biológico, seu organismo é a infraestrutura que permite o desenvolvimento de uma superestrutura social que é histórica; c) a Psicologia comunitária, fase do trabalho que foi marcada por épocas difíceis de repressão militar no Brasil e em vários países da América Latina, levando a Psicologia Social a contribuir com mudanças na consciência da população por meio da atuação junto às comunidades; d) o estudo dos Grupos sociais, os quais considera uma das mediações fundamentais entre indivíduo e sociedade; e) o estudo das Emoções que contou com as pesquisas de Bader Sawaia e as contribuições de Yara Araujo, concluindo que "as emoções são tanto quanto, ou mais, importantes que a linguagem e os grupos sociais aos quais pertencemos, na constituição do psiquismo". (SILVA, 2012, p. 123).

Silvia manteve relações internacionais que garantiram tanto parcerias, quanto trocas de conhecimentos teóricas e metodológicas entre as produções brasileiras e do exterior. Filiada há várias entidades, Silvia, participava ativamente de reuniões, palestras em mesas redondas e ocupou cargos nas entidades: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Associação de Professores da PUC-SP (Apropuc), Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (ANPEPP), além da Sociedade Interamericana de Psicologia (SIP), Associação Latino-Americana de Psicologia (ALAPSO) e posteriormente União Latino-Americana de Entidades de Psicologia (ULAPSI).

Nessa toada, em um Congresso da Sociedade Interamericana de Psicologia (SIP), Silvia anima-se com a ideia de criação de associações de psicologia sociais em cada país da América Latina para fortalecer a área de conhecimento e a Associação Latino-Americana de Psicologia (ALAPSO), já que havia uma crise na psicologia, em especial da latino-americana. Com isso, organiza encontros e coletivamente aprova-se a proposta da Associação Brasileira de Psicologia Social (Abrapso), em 1979, (com auxílio financeiro do CNPq). Tornando-se assim sócia fundadora e 1º presidenta. Atualmente, a Abrapso é considerada a 2º maior entidade de psicologia, perdendo apenas pelo Conselho Federal de Psicologia. Abriga uma das revistas científicas mais importantes do país, "Psicologia & Sociedade", sendo classificada pelo qualis Capes como A1, e ocupa um importante espaço não só de relações, mas também de posicionamento crítico frente a perspectivas naturalizantes e a-históricas de produção de conhecimento e intervenção política na sociedade brasileira.

Prova maior de reconhecimento internacional foi o prêmio concedido a Silvia por ocasião do XXVII Congresso Interamericano de Psicologia pela Sociedade Interamericana de Psicologia (SIP), em 1999, na Venezuela, honra destinada aos pesquisadores que mais contribuíram para a psicologia latino-americana. "Ato simbólico de reconhecimento oficial [...], de agradecimento e admiração pelo esforço e competência de uma pesquisadora e de celebração de uma práxis científica engajada, ética e esteticamente, com a luta contra todas as formas de exclusão social". (SAWAIA, 2002).

Diante da contribuição de Silvia Lane para a Psicologia e principalmente Psicologia Social, criamos este GT com o objetivo de divulgar e reavivar a história e obra de Silvia Lane para estudantes e pesquisadores da área, ou interessados.

Daí a relação com o eixo escolhido que versa sobre a História, epistemologias e formação em Psicologia Social. Da mesma forma, colocar em foco os desdobramentos teóricos-epistemológicos-políticos para a formação de uma Psicologia Social Brasileira a partir da Sílvia Lane, nos aproxima sobremaneira do tema da 23ª ENABRAPSO. Isso

porque, Sílvia é para a Psicologia Social Brasileira um dos importantes fundamentos do pensamento crítico da Psicologia Social em nosso país, ao vincular seus estudos à realidade sócio-política e econômica e à diversidade do povo brasileiro, o que fomenta o respeito às diferenças e aos processos democráticos. Dessa forma, ao propor o compartilhamento de estudos, experiências e ações que possuam como esteio os ensinamentos de Silvia Lane, o GT adequa-se à proposição de tal eixo.

Este grupo de trabalho pretende acolher relatos de experiências pessoais e profissionais, relatos de pesquisa, reflexões, ensaios, manuscritos, e outras modalidades relacionadas ao tema. Pretende-se receber propostas que abordem temas relacionados a Silvia Lane, podendo ser sobre: sua biografia ou sua importância para história das psicologias, questões epistemológicas, de método, metodologia ou práticas a respeito de sua obra, desdobramentos decorrentes da sua contribuição na formação profissional ou para políticas, ou outros ainda.

Referências:

Lane, Silvia (1996). Histórico e fundamentos da Psicologia Comunitária no Brasil. In Regina H. F. Campos (Ed.), Psicologia Social Comunitária: Da solidariedade à autonomia (pp. 17-34). Petrópolis, RJ: Vozes.

Coelho, Maria Helena de M.. (2007). Sílvia por ela mesma. Psicologia & Sociedade, 19(spe2), 7–14. https://doi.org/10.1590/S0102-71822007000500003

Silva, Celia Maria M. F. (2012) Por uma psicologia social brasileira: Sílvia Tatiana Maurer Lane. 157 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Sawaia, B. (2002). Silvia Lane. Pioneiros da Psicologia. V. 8. Rio de Janeiro: Imago.

GT 51: Tecnologias Digitais, Trabalho e Subjetividades

Luis Henrique do Nascimento Gonçalves (USP), Laura Cristina Eiras Coelho Soares (Universidade Federal de Minas Gerais), Fellipe Coelho Lima (UFRN)

Resumo: Crescentemente, o capital organizado em plataformas digitais vem subsumindo diversas esferas da vida, fazendo antigas formas de controle, exploração e opressão assumirem formas inéditas e ainda mais radicais. Esse movimento foi iniciado no começo da década de 2000 (SRNICEK, 2017; MOROZOV, 2018), mas foi fortalecido após a crise de 2008 e ganhou ainda mais força após a pandemia do COVID-19 (SLEE, 2019). A migração de capitais para esse tipo de negócio não foi à toa. A plataformização do trabalho integra um complexo que inclui a extração miliciana de minérios, a superexploração na indústria (CRAWFORD, 2021), o treinamento de inteligência artificial (IA) e a moderação de conteúdos dentre outros (BRAZ, 2021). Ela chega até nós pela economia da atenção (GONÇALVES et al., 2024) e pela uberização, que retira direitos de vários trabalhadores inclusive de psicólogas e psicólogos (MOTTA, 2023). A plataformização do trabalho também viabiliza tanto a heteromação – o ocultamento e desvalorização do trabalho humano necessário para a "automação" – (EKBIA; NARDI, 2017), quanto a busca capitalista pela contínua substituição das pessoas por máquinas, como no caso das "terapias" realizadas por IAs generativas (FREITAS, 2024). Não obstante, essas novas formas de exploração vêm acompanhadas pelo racismo algorítmico e discursos de ódio, que refletem e reproduzem as lógicas opressoras estruturantes da nossa sociedade, como a misoginia, lgbtqia+fobia, aporofobia, etarismo e outros preconceitos e violências (SOARES, 2024).

Tudo isso denota que as tecnologias não são neutras, pelo contrário, carregam em si as concepções daqueles que as produzem. Cada vez mais, tanto o trabalho subordinado por plataformas como as demais formas de uso das tecnologias digitais têm produzido sofrimentos psicossociais diversos, que todos temos presenciado e vivido. Em resposta, por um lado, vêm surgindo novos mercados, também plataformizados, com seus coachs e influencers oferecendo soluções que, muitas vezes, propõem mais acomodação, consumo, competição e trabalho precarizado (SIBILIA; JORGE, 2019). Por outro, os trabalhadores e trabalhadoras têm reagido, por exemplo, com o Paro Internacional de Repartidores, os Breques dos Apps, bem como com a fundação de diversas associações, sindicatos, coletivos políticos, cooperativas e entidades nacionais que organizam essas lutas. Essa reação inclui também a apropriação das próprias tecnologias por parte desses trabalhadores e trabalhadoras, por exemplo, na forma de plataformas operadas por eles próprios, além da pressão para que o Estado assuma a função de regulador das plataformas digitais e mesmo na luta por soberania digital (MTST, 2024). Eles também se apropriam das tecnologias existentes subvertendo seu uso e utilizando-as para promover grupos, conexões e diálogos visando suas lutas políticas. Esse processo, que já vem sendo estudado por diversas ciências críticas, exige participação da Psicologia Social brasileira.

O percurso da Psicologia Social brasileira é marcado pela luta na garantia de direitos e perpassa debates sobre necropolítica, combate às violência(s) e o racismo (BARROS et al.,, 2022), além da redução das desigualdades sociais, bem como já apresenta produções sobre as subjetividades digitais (FERREIRA et al, 2021; LARA et al., 2023). Contudo, a proposta do presente GT reside na articulação de tais reflexões e na busca por reunir pesquisadores, profissionais e estudantes que visam compreender como as tecnologias digitais encontram capilaridade em diversos espaços sociais – em especial no trabalho – e adotam uma roupagem

supostamente neutra, a fim de justificar velhas exclusões e produzir novas formas de injustiças. Nós acreditamos que é momento da Psicologia Social e da Abrapso assumirem um papel de protagonistas nesse debate, realizando os enfrentamentos e contribuições nesse campo. O GT apresenta-se como uma oportunidade de acolher propostas de trabalhos, sob diferentes perspectivas e olhares, para que possamos estabelecer uma rede de psicólogos sociais visando a construção de um posicionamento crítico, ético, técnico e político a respeito das tecnologias digitais em geral e da plataformização do trabalho em especial.

Desta forma, este GT articula-se com o tema proposto para a ENABRAPSO 2025 entendendo que tais mudanças tecnológicas afetam os modos de trabalhar, significar e viver, constituindo as subjetividades e formas de sociabilidade. A vinculação com o eixo temático escolhido "09. Psicologia Social em interface com o trabalho" expressa-se na proposta do GT em promover o debate sobre as implicações das plataformas digitais e da IA em diversos aspectos psicossociais do trabalho em geral e do trabalho de psicólogas e psicólogos em especial. Diante do exposto, o GT busca dialogar sobre as diversas implicações psicossociais do trabalho plataformizado em geral, o que inclui: (1) as diversas formas de subordinação, gerenciamento algorítmico e tentativas de substituição do trabalho humano por máquinas; (2) a plataformização e precarização do trabalho clínico de psicólogos e psicólogas e de outras práticas relacionadas à saúde mental; (3) impactos da "automação", das IA e de outras de tecnologias digitais entre trabalhadores em geral e dos psicólogos e psicólogas, em especial em áreas como os Sistemas de Justiça, Saúde do Trabalho e Recursos Humanos; (4) impactos do trabalho remoto versus presencial, em especial no pós-pandemia; (5) representações sociais dos trabalhadores plataformizados, como entregadores, cuidadores, serviços gerais e de limpeza, dentre outros, e suas interseções com o "empreendedorismo", neoconservadorismo, racismo, machismo, etarismo etc.; (5) formas de ocultação, rebaixamento e desvalorização do trabalho humano necessário ao funcionamento real das IA e outras tecnologias digitais, como os rotuladores de dados; (6) digitalização e plataformização do trabalho em saúde, seja privado ou público, especialmente no caso de tecnologias digitais alegadamente "autônomas" para o diagnóstico, triagem, bem-estar, saúde mental e afins; (7) as circunstâncias da produção de dados por parte de usuários e de trabalhadores que dependem de ferramentas digitais; (8) a precarização do trabalho de influencer e afins, bem como as exigências de midiatização de outras atividades de trabalho; (9) as relações entre tecnologias digitais, trabalho e subjetividade a partir de epistemologias críticas emergentes na Psicologia Social latinoamericana, ligadas à colonialidade de dados e desigualdades digitais, com foco em interseccionalidades de gênero, raça, classe e território; e (10) resistência, organização, luta e formas cooperadas e alternativas de trabalho que envolvem as tecnologias digitais.

Referências Bibliográficas

BARROS, JPP; BENÍCIO, LF de S.; BICALHO, PPG de. Violências no Brasil: que problemas e desafios se colocam à Psicologia? Psicologia: Ciência e Profissão , v. spe2, 2019. Disponível em: http://old.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932019000600305 . Acesso em: 9 abr. 2025.

BRAZ, Matheus Viana. Heteromação e microtrabalho no Brasil. Sociologias , v. 23, n. 57, pág. 134-172, 2021.

CRAWFORD, Kate. Atlas da IA: poder, política e os custos planetários da inteligência artificial. New Haven: Yale University Press, 2021.

FERREIRA, M.; BOCK, AMM; GONÇALVES, MGM (Orgs.). Estamos sob ataque!: tecnologia de comunicação na disputa de subjetividades [livro eletrônico]. São Paulo: Instituto Silvia Lane, 2021. Disponível em: https://compromissosocial.org.br/livro-estamos-sob-ataque . Acesso em: 9 abr. 2025.

FREITAS, Julian et al. Chatbots e saúde mental: insights sobre a segurança da IA generativa. Journal of Consumer Psychology , v. 34, n. 3, p. 481-491, 2024.

GONÇALVES, Luís; CASTRO,Leonardo; RACHID, Raquel; FORNAZIN, Marcelo. As múltiplas faces da infodemia. Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde , v. 3, pág. 716–735, 2024. DOI: <10.29397/reciis.v18i3.3796>. Disponível em: https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/3796 . Acesso em: 1 out. 2024.

LARA, L.; CRUZ, L.; PASSOS, P. (Orgs.). Digitalização da vida e produção de subjetividades. Florianópolis: Abrapso, 2023. Disponível em: https://site.abrapso.org.br/wp-content/uploads/2023/10/Livro-digitalizando-a-vida-4.pdf . Acesso em: 9 abr. 2025.

MOROZOV, Evgeny. Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

MOTTA, Gabriel Girardi. A produção de sentidos do psicoterapeuta inserida na economia de plataforma: uma análise a partir da psicologia sócio-histórica. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2023.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO (MTST). Cartilha MTSTec: tecnologia e inovação a serviço da luta social. [Sl: sn],[2023]. Disponível em: https://nucleodetecnologia.com.br/docs/Cartilha-MTSTec-PORT.pdf . Acesso em: 5 out. 2023.

SIBÍLIA, Paula; JORGE Mariana Ferreira. A otimização de si: redefinições da saúde e da doença na mídia contemporânea. In: SACRAMENTO Igor; SANCHES Júlio César (Orgs.). Dispositivos de subjetivação: saúde, cultura e mídia. Rio de Janeiro: Ed Multifoco, 2019.

SILVA, MCG; LIMA SCF; LIMA AF; BARROS JPP. Necropolítica e vidas não passíveis de luto: a (re)produção midiática do inimigo. Psicologia em Estudo, v27.,2022 DOI:<10..4025/psicolestud.v27i0..49027>

SLEE, T. Uberização nova onda trabalho precarizado. Editora Elefante, 2019.

SRNICEK, Nick. Platform Capitalism. John Wiley & Sons, 2017.

GT 52: Territórios, afetividade e compromisso ético político: análises socioambientais

Zulmira Áurea Cruz Bomfim (UFC), Adria de Lima Sousa (UFAM/INPA), Fábio Pinheiro Pacheco (UECE)

Resumo: Na relação dialética pessoa-território, compreendemos a afetividade, sentimentos e emoções e os demais processos psicossociais envolvidos, como indicadores de ação de como as pessoas se implicam na comunidade, na cidade, no campo e na sociedade em geral. Ademais, nessa dialética, entendemos que espaços, lugares e territórios são também expressões do pensamento social, e por isso pretendemos fazer um diálogo entre categorias que considerem relações de apropriação do espaço, significações e sentidos que possam ir além da dimensão da ocupação física, ao apreender a produção de signos históricos e culturais neles imbricados, e que que carregam e atendem aos interesses sociais de determinados grupos sociais. Nesse sentido, a Psicologia Social Crítica, ao pautar-se na pluralidade teórico-metodológica de diferentes áreas do conhecimento, na complexificação das análises do contexto social e histórico e na prática interdisciplinar, pode contribuir de modo potente para as análises de questões socioambientais. Desse modo, o presente Grupo de Trabalho (GT) tem como objetivo promover discussões em torno da relação das pessoas com seus territórios, analisando de modo macro e microssocial seus processos psicossociais e afetivos, bem como demarcando o compromisso ético-político da Psicologia Social em torno da temática. Nesse sentido, o GT se relaciona com o eixo "08 - Questões socioambientais e contextos rurais e urbanos", tendo como foco principal a análise de complexas relações socioambientais no contexto rural e urbano, debatendo processos de desigualdade, segregação, vulnerabilização e precarização das condições de vida, políticas de habitação e moradia, conflitos fundiários e territoriais e comunidades tradicionais. Comumente, encontram-se trabalhos e debates sobre tais questões socioambientais dentro das áreas do Direito, Geografia, Arquitetura e Urbanismo, que, de modo geral, trazem análises a partir de aspectos jurídicos, geográficos e estruturais, muitas vezes deixando de lado as nuances afetivas, sociais e psicológicas em torno da relação das pessoas no território. Desse modo, o GT almeja fortalecer as discussões sobre tais problemáticas dentro do âmbito da Psicologia ao aprovar trabalhos cujas análises adotem os pressupostos teórico-metodológicos da Psicologia Social Crítica, da Psicologia Comunitária e da Psicologia Ambiental, podendo haver diálogo com áreas como Geografia, Sociologia, Arquitetura e Urbanismo, bem como os saberes populares locais. Ademais, os trabalhos selecionados devem explicitar uma postura ético-politicamente engajada para a análise e o enfretamento dos processos de desigualdades, vulnerabilidades e segregações socioespaciais. Ou seja, os trabalhos devem assumir uma visão de mundo e de pessoa como produto e produtora da história, afirmando a impossibilidade da neutralidade na construção do saber e da atuação da(o) psicóloga(o). Assim, entende-se que o conhecimento sobre a relação pessoa-território pode ser fortalecido por meio de experiências vivenciais articuladas aos saberes produzidos em contexto acadêmico em articulação com os saberes locais. Esse olhar é pautado na concepção de que ao fortalecer os processos de apropriação do espaço e formação identitária com os lugares, também são fortalecidas as práticas de cuidado ambiental, de modo que o entorno passa a ser percebido e vivenciado de modo mais complexo e profundo, o que impacta na reciprocidade/mutualidade das relações pessoa-ambiente. Tais práticas se tornam ainda mais significativas no âmbito coletivo, por meio da participação em movimentos sociais, grupos organizados a nível comunitário, ou ainda mais amplos, associações, dentre

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

outros. Ademais, entende-se que o sentimento de pertencimento propiciado por atividades de engajamento e mobilização social se torna base para a proteção e defesa de territórios. Destaca-se que com o aporte da psicologia socioambiental, o estudo das emoções, sentimentos e afetos pode ser compreendido como aspecto constitutivo da condição humana, sendo fundamental para a construção de processos emancipatórios e de transformação social, especialmente no contexto de crise e emergência climática inegável na contemporaneidade. A dimensão afetiva se manifesta em diferentes temas de investigação no que se refere à relação das pessoas com seus entornos socioespaciais. Portanto, espera-se discutir categorias como apego ao lugar, identidade de lugar, identidade social urbana, apropriação do espaço e territorialidades a partir dos afetos tanto em ambientes urbanos como não urbanos, considerando aspectos relacionados à importância do bem-viver e do cuidado e do comportamento ecológico, de modo a compreender como a apropriação dos espaços vividos e sentidos a eles atribuídos influenciam tanto os modos de vida, perpassando pelos desafios e violências naturalizadas em um mundo em colapso que precisa considerar pessoas vulnerabilizadas, em situação de desigualdades sociais, que vivem à margem, quanto aquelas práticas de resistência e de cuidado com o entorno para promoção de justiça socioambiental no movimento de defesa dos territórios da existência.

Referências Bibliográficas

BOMFIM, Z. A. C. Cidade e Afetividade: Estima e Construção dos Mapas Afetivos de Barcelona e de São Paulo. 2 ed. Fortaleza: Edições UFC, 2023.

HELLER, A. Teoría de los sentimientos. Tradução: Francisco Cuso. 3. ed. México: Distribuiciones Fontamara, 1993.

MARTÍN-BARÓ, I. Para uma Psicologia da Libertação. In: GUZZO, R. S. L.; LACERDA JR., (Orgs.). Psicologia Social para a América Latina: o resgate da Psicologia da Libertação. 2a ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2011, p.181-197.

MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

PACHECO, F. P.; BOMFIM, Z.A.C . Atividade comunitária, estima de lugar e conscientização: uma análise da participação social do movimento Resistência Vila Vicentina. INTERAÇÕES, v. 23, p. 247-261, 2022

SAWAIA, B. B. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: SAWAIA, B. B. (Org.). As Artimanhas da Exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 11 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011, p. 99-119.

SAWAIA, B. B. Psicologia e desigualdade social: Uma reflexão sobre liberdade e transformação social. Psicologia & Sociedade, v. 21 n. 3, p. 364-372, 2009.

SPINOZA, Benedictus de. Ética: demonstrada à maneira dos geômetras. São Paulo, SP: Martin Claret, 2005. (Coleção A obra-prima de cada autor).

SILVA, J. L. P. FERREIRA, B. O. ; Sousa, Adria de Lima ; SILVA, I. R. . O Sofrimento Ético-Politico e as Resistências de Ser Mulher Amazônida: Uma Narrativa de Vida Durante a Trajetória no Ensino Superior. REVISTA DIVERSIDADE E EDUCAÇÃO, v. 12, p. 672, 2024.

Sousa, Adria de Lima; SILVEIRA, B. B. HIGUCHI, M. I. G. . AMBIENTES RESTAURADORES NO CONTEXTO DE TRABALHO. Revista Educação e Humanidades, v. 5, p. 89-112, 2024

GT 53: Trincheiras da Psicologia Social Crítica: lutas, resistências e organizações populares em Territórios periféricos

Solange Struwka (UNIR), Fábio Rodrigues Carvalho (USP), Daylan Maykiele Denes (USP)

Resumo:

Este Grupo de Trabalho (GT) tem como objetivo promover um espaço de reflexão, escuta e debate no campo da Psicologia Social Crítica, tendo como eixo central os saberes e as práticas de resistência construídas nas periferias urbanas, nos movimentos sociais, nas organizações populares e nos povos do campo, das águas e das florestas. O GT propõe-se a fortalecer debates, produção de conhecimento e atuações profissionais que estejam comprometidas com as lutas dos sujeitos populares, ancorando-se em suas trajetórias de resistência coletiva, na valorização de suas memórias sociais e de seus modos de vida. Busca-se reconhecer e fortalecer experiências que, desde os territórios periféricos, auxiliam no enfrentamento cotidiano das múltiplas expressões da desigualdade, da opressão e da violência estrutural, afirmando outras formas de existência, organização coletiva e cuidado.

Inspirados no pensamento de Ignacio Martín-Baró (1996), compreendemos que a Psicologia Social Crítica tem como eixo central de seu quefazer a conscientização, entendida como uma resposta histórica à ausência da palavra — pessoal e coletiva — dos povos latino-americanos. Trata-se de populações historicamente silenciadas, não apenas impedidas de ler o alfabeto, mas, sobretudo, de ler a si mesmas e escrever sua própria história. Diferentemente da concepção tradicional, a conscientização não se limita a um exercício abstrato, subjetivo ou individual, desvinculado das condições materiais. Ao contrário, ela afirma um processo transformador no qual as pessoas mudam a si mesmas à medida que transformam suas relações com o mundo e com os outros. Em síntese, a conscientização articula a dimensão psicológica da consciência pessoal com sua dimensão social e política.

A partir dessa perspectiva, compreende-se como protagonistas do processo de consciência e conscientização os próprios sujeitos, os movimentos populares, organizações políticas, partidos, sindicatos, povos e comunidades tradicionais, em síntese aqueles (as) que lutam contra as diferentes formas de opressão e exploração. À Psicologia, cabe o comprometimento e a construção de estratégias de intervenção, no sentido de contribuir com esses processos. Nesse sentido, são três os compromissos fundamentais: (1) assumir a perspectiva do povo, o que significa adotar como ponto de partida epistemológico o olhar das maiorias historicamente oprimidas, rompendo com a pretensão de neutralidade científica e reconhecendo o saber popular como legítimo e potente; (2) aprofundar o conhecimento da realidade vivida por esses sujeitos, superando visões reducionistas e estigmatizantes para reconhecer suas capacidades organizativas, virtudes e potencialidades históricas, que muitas vezes se manifestam mesmo em contextos de extrema adversidade; e (3) comprometer-se criticamente com processos coletivos de emancipação, devolvendo o conhecimento produzido às próprias comunidades, de forma dialógica, para que possa servir como espelho crítico e instrumento de transformação (Martín-Baró, 2017).

Além disso, nos ancoramos também na concepção de território proposta por Milton Santos (1988), compreendemos que o território não é apenas um recorte físico ou geográfico, mas um espaço vivido, apropriado e significado pelas relações sociais, pela memória e pelos conflitos que ali se estabelecem. Nesse sentido, os territórios populares — sejam eles urbanos ou rurais — são arenas de disputa e criação, nas quais se constroem formas próprias de organização da vida, resistência e

produção de saberes. A Psicologia Social, nesse contexto, é chamada a reconhecer e se implicar com os sentidos atribuídos ao território pelos sujeitos que o habitam e o defendem como espaço de existência, pertencimento e luta.

A proposta deste GT dialoga diretamente com o tema do encontro, ao afirmar que uma Psicologia Social Crítica se constrói nos territórios a partir da valorização das formas de resistência e das experiências de cuidado coletivo, organização comunitária e defesa da vida, que emergem em contextos de negação de direitos e invisibilização social. Reconhecemos que os povos do campo, das águas e das florestas, bem como as comunidades periféricas urbanas, produzem conhecimentos imprescindíveis para a construção de uma Psicologia alinhada com a justiça social, o respeito à diversidade, à natureza e aos modos de vida que se opõem à lógica da exploração.

Esse reconhecimento implica tensionar a suposta neutralidade epistêmica da Psicologia tradicional e promover práticas comprometidas com os sujeitos históricos das lutas populares, rompendo com paradigmas que naturalizam as desigualdades, as opressões e a exploração. Assim, o GT se propõe como espaço de articulação entre experiências de pesquisa, extensão e atuação profissional que se engajam com os sujeitos e coletivos periféricos em suas lutas em defesa de seus territórios e de outros direitos fundamentais, articulados à produção de alternativas ao projeto hegemônico de sociedade.

O GT se insere no eixo temático “Direitos, Movimentos Sociais e Desafios à Democracia”, ao discutir como as lutas coletivas, a memória histórica e as práticas de resistência impactam a constituição das subjetividades e recriam formas de existir e de cuidar em meio a contextos de exclusão e desumanização. Trata-se de refletir sobre como a Psicologia pode se colocar ao lado das comunidades em suas lutas por justiça, território e dignidade, contribuindo para a construção de um projeto democrático radicalmente comprometido com a vida em sua pluralidade.

Serão aceitos trabalhos de estudantes, profissionais, pesquisadores e militantes que apresentem ensaios teóricos, relatos de experiências, pesquisas, ações de extensão e intervenções realizadas junto a movimentos populares, coletivos periféricos, comunidades tradicionais e camponesas. São bem-vindos trabalhos que, a partir das contribuições da Psicologia Social Crítica, discutam desafios e estratégias construídas por esses sujeitos para enfrentar suas problemáticas cotidianas — como saúde, educação, moradia, acesso à terra, geração de renda, economia solidária, expressões culturais e artísticas, organização comunitária e autodeterminação — articuladas a marcadores sociais como raça, etnia, gênero, sexualidade e classe.

Palavras-chave: Psicologia Social Crítica, organização coletiva; territórios; resistência;

Referências:

MARTÍN-BARÓ, Ignácio. A desideologização como contribuição da psicologia social para o desenvolvimento da democracia na América Latina. In: LACERDA JR., F. (Org.). Crítica e libertação na Psicologia: Estudos psicossociais. Tradução de F. Lacerda Jr. Petrópolis: Vozes, 2017. p. 55-65.

MARTÍN-BARÓ, Ignácio. O papel do psicólogo. Estud. Psicol. 1996, v.2, n.1, p.2-27.

SANTOS, Milton. Metamorfoses do Espaço Habitado: fundamentos Teórico e metodológico da geografia. São Paulo: Hucitec,1988.

GT 54: Violência e formação no mundo administrado: interface e impactos na constituição psíquica.

Pedro Fernando da Silva (USP), Mayara Machado Bichir (Rede Divam), Daviane Rodrigues Ribeiro (CUFSA)

Resumo: A violência pode assumir formas diversas em diferentes tempos históricos e em culturas distintas. Esta constatação, contudo, não nos isenta da difícil tarefa de delimitar a forma de violência própria de nosso tempo histórico, ou mesmo de poder nomeá-lo em sua especificidade. Que mundo é esse que habitamos e em que se diferencia dos anteriores?

Formulada dessa maneira, a pergunta sobre a nossa experiência contemporânea com o mundo parece pressupor um conhecimento amplo e consistente sobre a totalidade que, cabe reconhecer, é inapreensível. No entanto, se redimensionarmos o valor das perguntas em relação ao das respostas, podemos nos libertar dessa pretensão e seguir com o trabalho do pensamento sem que tais definições estejam asseguradas. De fato, algumas perguntas valem muito mais do que as respostas que poderíamos adotar apressada ou pretensiosamente em relação a elas. Por essa razão, esta proposta inicia-se com a pergunta: que experiência fazemos deste mundo que hoje habitamos e de que modo a violência e a formação nos ajudam a compreendê-lo e a compreender a nós mesmos?

O título deste encontro "Aliança dos povos: Psicologia Social face à destruição de todas as formas de vida" nos convida a adentrarmos ainda mais a complexidade dessa experiência, pois nos remete a muitos povos e não a um único povo, como por muito tempo foi tratado na construção do conhecimento. Simultaneamente, remete-nos à constatação de que a destruição atinge a todas as formas de vida e não apenas àquelas que estão evidentemente sob o impacto negativo da dominação econômica e cultural. Com risco de subestimar o potencial de resiliência do capitalismo, Marx e Engels, em seu Manifesto comunista de 1848, indicaram que a forma de dominação capitalista produziria o coveiro desse sistema; produziria as forças internamente contraditórias que o destruiriam. No entanto, atualmente podemos deduzir que a dominação produz formas de destruição que, se não forem interditadas, destruirão não apenas aqueles que forem descartados pelo sistema, mas toda a humanidade, e todas as formas de vida.

Admitir que há outros povos e que a destruição que hoje se produz atinge a todas formas de vida, no mínimo, nos coloca diante da natureza como sendo um outro que mal conseguimos reconhecer em nós mesmos. Não obstante o limitado alcance desse reconhecimento e o risco de autocraticamente aceitarmos definições de natureza que a mantêm sob o controle da razão instrumental, como uma coisa definida com a precisão de uma racionalidade ignorante quanto às suas próprias contradições, impulsiona a nos voltarmos para esse nível básico de alteridade, a reconhecermos a natureza como um outro que também está nós, mas não pode mais ser definida de maneira cindida da condição humana.

O olhar para o diverso, como requer a temática proposta para este encontro da ABRAPSO, requer reconhecimento de alteridade, percepção de diferenças não redutíveis à classificação simplificadora. Diante desse limite, e imbuídos do compromisso ético de pensar a interface entre a formação e a violência nesse mundo que mal podemos compreender, mas, ainda assim, habitamos de diferentes modos, formando uma experiência danificada, que ora o toma como uma coisa classificável, ora como uma totalidade inapreensível, o objetivo deste grupo de

trabalho é ampliar a interlocução com outras(os) pesquisadoras(es) a respeito do quanto a formação - em sua amplitude cultural, escolar e psíquica – tem sido mediada pela violência e, por isso mesmo, converteu-se em instância de adaptação ao que é exigido socialmente; bem como, do modo como a violência impacta nossa constituição psíquica.

O GT "Violência e formação no mundo administrado: interface e impactos na constituição psíquica" tem sido um meio para o desenvolvimento e articulação de pesquisas inspiradas na Teoria Crítica da Sociedade, na Psicanálise e em outras contribuições comprometidas com a crítica social, para estudar os modos como a violência impacta a subjetividade e produz sofrimento inomináveis. Dentre as interlocuções já iniciadas em produções anteriores do GT sobre as contradições, os processos e os âmbitos da formação que poderiam, no contexto do encontro da ABRAPSO, ganhar expressão e aprofundamento, destacam-se os diálogos com a psicanálise contemporânea, com os estudos feministas e com a perspectiva decolonial. A psicologia social e a educação tem sido áreas de grande importância para o desenvolvimento dessas pesquisas, portanto, a proposta do GT é pertinente ao eixo temático "Psicologia Social e Educação".

Sem a pretensão de reduzir as diferentes experiências de mundo à que se detém na administração crescente de amplas esferas de nossa vida, portanto, àquela que corresponde ao conceito de mundo administrado proposto pelo pensador frankfurtiano Theodor W. Adorno, este GT esforça-se para delimitar como objeto de reflexão o modo como essa organização racionalizada do mundo se realiza e se expande em diferentes âmbitos da existência, infiltrando-se, inclusive, nos processos de formação. O mundo administrado é a negação do mundo diverso, do mundo dos povos que remetem à alteridade, cuja compreensão nos convida a reabrir os sentidos de nossa relação com a natureza. O mundo administrado é o mundo do sujeito autocrático, da dominação que se expressa tanto nas formas ditas primitivas da violência quanto nas mais sofisticadas formas de controle incutidas na cultura e na subjetividade.

Reconhecendo as contradições e impasses existentes nas formulações da primeira geração da Escola de Frankfurt, uma produção europeia, apoiada na tradição da filosofia ocidental, coloca-se em relevo a tese sustentada por esses autores sobre a relação entre esclarecimento e dominação. A partir dela é possível refletir sobre como outros modos de saber e viver foram negligenciados, submetidos e dominados ao longo do processo histórico, reduzidos ao saber centrado no sujeito autocrático, distanciado de seu objeto de estudo e de sua própria natureza. Para muito além da violência sistematicamente cometida pelo processo histórico da colonização e subsequente imposição de saberes comprometidos com a dominação europeia, é possível indagar, como fizeram Horkheimer e Adorno em sua "Dialética do esclarecimento", de 1947, como o próprio esclarecimento surge, se organiza ao longo da história em diferentes formas e segue, mesmo sob a égide da ciência neutra, comprometido com a dominação. Preservar a vida e destruir a vida mantêm-se como possibilidades aparentemente opostas, mas internamente comprometidas com as contradições não superadas do esclarecimento.

A dominação que Horkheimer e Adorno compreenderam se concretizar inicialmente em relação à natureza externa e depois se estendeu em relação às outras pessoas, implicou também seu exercício contra o próprio sujeito que a desenvolveu, conformando-se como dominação da natureza interna. Para além da complexa questão do quanto a natureza interna é uma segunda natureza historicamente constituída, importa constatar que se trata da hierarquização das formas de contato com o mundo e com a existência, com nítida redução da importância de outras possibilidades de saber, como a arte e a aproximação mimética com o que se quer conhecer.

Embora o conceito de formação (Bildung) problematizado por Adorno, em sua denúncia da regressão cultural que levou à instauração de uma pseudoformação cada vez mais socializada, seja mais abrangente do que o entendimento corrente sobre educação, principalmente do que se entende por educação escolar, é importante sublinhar que compreende tanto a educação formal quanto a informal, assim como a mediação exercida por outras instituições da cultura, como a indústria cultural e o imenso aparato tecnológico que media a relação com cultura, de um lado, e as experiência de formação política propiciada por partidos políticos e movimentos sociais, de outro.

Em suas reflexões sobre a pseudocultura, Adorno denunciou a regressão da formação cultural à pseudoformação. Em vez da apropriação da cultura a partir de uma base subjetiva relativamente consolidada e com algum potencial de autonomia, teria surgido uma outra forma histórica caracterizada pela constituição e socialização de uma consciência alienada, índice da paralisia da dialética da formação cultural: "A pseudoformação é o espírito subjugado pelo fetichismo da mercadoria" (Adorno, 1959, p. 197). A pseudoformação não apenas estaria comprometida com as exigências de adaptação a condições de existência contraditórias e opressivas, mas também com a interiorização da dominação e com a destruição de qualidades essenciais à realização dos potenciais humanos: a consciência crítica, o pensamento conceitual e a experiência. A partir de processos regressivos como este, a interface entre formação e violência revela-se funesta. A dominação que acompanha o sujeito autocrático do conhecimento desde seus esforços iniciais para se defender da natureza percebida como ameaçadora, realiza-se plenamente na conversão da violência em segunda natureza. Interiorizada na constituição psíquica básica, a violência inscreve-se nos recursos psíquicos empregados nas relações interpessoais e na vida social como um todo. A destrutividade parece estar arraigada na própria tessitura da pulsão.

Considerando as dimensões afetadas pela regressão da educação, problemas outrora já fundamentais para que a educação, de fato, se contrapusesse à repetição de barbáries como foi Auschwitz, a escravização de pessoas negras no Brasil, e a caça às bruxas na Europa, tornam-se ainda mais prementes. Dentre elas, pode-se destacar duas: a educação tem priorizado e, efetivamente, produzido uma formação para a emancipação ou uma formação para a barbárie? Em que medida as experiências produzidas nas esferas da educação informal – família, comunidades políticas, indústria cultural etc. – participam de modo decisivo da formação das condições subjetivas e intelectuais necessárias para que as pessoas se tornem indivíduos capazes de compreender e praticar a democracia?

A violência escolar, caracterizada por manifestações de maus-tratos, preconceitos e bullying, dentre outras, decorre de importantes contradições sociais, inclusive daquelas que se manifestam na instituição escolar, mas também refletem as tendências da formação extraescolar e a falência da cultura. São manifestações de violência praticadas entre crianças e adolescentes que negam os objetivos formais da educação e alarmam a respeito da proliferação de tendências autoritárias e antidemocráticas em um dos âmbitos da vida social em que mais deveria haver proteção para o pleno desenvolvimento dos potenciais humanos, sobretudo, da diversidade de modos de ser e da capacidade crítica do pensamento. Cabe reconhecer que algumas dessas formas de dominação, que implicam em violências de gênero, étnico-raciais e de classe social, são parte constitutiva da educação que tem favorecido a participação na barbárie.

A crítica e o enfrentamento às formas de violência que afetam a formação, moldando ou restringindo a capacidade para a experiência e para o pensamento conceitual, revela os amplos efeitos da falência da cultura

e da formação que se impõem, e que, portanto, não podem ser atribuídas apenas à instituição escolar, ainda que seja necessário reconhecê-la como um espaço de maior importância no interior da relação formativa entre indivíduo e sociedade. Afinal, trata-se de uma formação que se dá em múltiplas esferas da vida, como as que remetem à violência doméstica intrafamiliar, à socialização infantil orientada pela desigualdade sexo-gênero-raça, à violência escolar e às múltiplas manifestações de violência social, pois todas parecem se conectar em torno de atitudes e de ações que negam ao outro a sua condição de sujeito e o direito à autonomia. Logo, a proposta de pensarmos a relação entre violência e formação no mundo administrado é um convite a refletirmos sobre os modos como a totalidade social contraditória e opressiva do capitalismo tardio impacta as diversas esferas de nossa existência, em especial, aquela na qual nós mesmos somos constituídos como pessoas.

Em sua proposta de uma psicologia social analiticamente orientada, Adorno sugeriu que pudéssemos investigar as marcas sociais impressas na subjetividade das pessoas que mal têm podido realizar o processo de individuação e exercer aquele tipo de autoconsciência que lhe possibilitaria reconhecer a sua própria identidade. É inspirado nessa proposta de psicologia social de Adorno, com consciência sobre a sua necessária atualização para acompanhar as transformações históricas, que esse GT convida à reflexão conjunta sobre o tipo de formação que temos produzido e como ela, convertida em pseudoformação, contém em si mesma, já interiorizado e naturalizado, o princípio da dominação. Em suma, a proposta deste GT é estimular e articular reflexões sobre os modos como a dominação e a pseudoformação se complementam e, conjuntamente, restringem as possibilidades de individuação e autodeterminação dos indivíduos. Em sintonia com a análise de Adorno sobre a pseudoformação, compreender a formação como um processo complexo que padece do empobrecimento dos processos educacionais, como também da falência da cultura, é condição sine qua non para que possamos produzir uma formação efetivamente voltada para a autonomia de todas as pessoas.

Espera-se que com esta proposta seja possível agregar colaboradores já integrantes do GT, mas também novos interlocutores interessados na temática. Dentre as pesquisas que vêm sendo desenvolvidas pelo GT, alguns temas têm se configurado: família, contradições da autoridade e formação do indivíduo; degradação da experiência, preconceito e violência; instituição escolar, pseudoformação e violência; ideologia, indústria cultural e dominação política. Dada a complexidade desses temas e o fato de comporem uma constelação que tem nos permitido estudar a relação entre formação e violência a partir de diversos prismas, a menção a eles tem por objetivo indicar aberturas à interlocução com colegas de outros grupos de pesquisa, de modo a ampliar a interlocução e a aprofundar o debate.

GT 55: Violência feminicida e justiça patriarcal: perspectivas críticas sobre a violência contra as mulheres

Tatiana Machiavelli Carmo Souza (UFCAT), Beatriz Borges Brambilla (PUCSP), Juliana Teixeira de Souza Martins

Resumo: Vivemos em um país em que ser mulher, especialmente se negra, pobre, periférica, lésbica, trans, indígena ou com deficiência, significa enfrentar cotidianamente um sistema de violência que atravessa corpos, subjetividades e territórios, não por um essencialismo da própria identidade, mas, pelo modo de produção capitalista, que em suas expressões discrimina, explora, desumaniza e mortifica desde as lógicas da branquitude, eurocêntrica, burguesa e patriarcal. Pensar a violência de gênero, longe de se restringir a atos isolados, em relação a vida do que consensuamos nomear como mulheres, considerando as construções e contradições históricas dessa categoria, requer que leiamos a constituição de uma tecnologia de poder estruturante das relações sociais e institucionais. Assim, a violência de gênero se manifesta na desigualdade de acesso a direitos, na responsabilização das vítimas, na exploração do trabalho reprodutivo e doméstico (remunerado e não remunerado), no silenciamento das denúncias e, sobretudo, na legitimação da violência como parte da vida das mulheres.

Como uma das expressões da violência de gênero contra as mulheres, a violência doméstica, muitas vezes invisibilizada ou até mesmo romantizada, opera como expressão concreta do controle patriarcal sobre a vida das mulheres. Em nome do afeto, do cuidado ou da autoridade, reproduzem-se práticas de humilhação, cerceamento, chantagem, agressão e tortura. Mas a violência contra as mulheres não se limita ao âmbito privado: ela se estende às instituições do Estado que deveriam protegê-las, mas que frequentemente reforçam a espiral de opressão. A omissão da segurança pública, a morosidade do sistema de justiça, os processos investigativos falhos, o atendimento desumanizado e a revitimização são formas de violência de Estado que aprofundam as violências e o sofrimento.

Reconhecemos que a precariedade do sistema de justiça criminal se evidencia tanto pela sua ineficiência na proteção das mulheres e enfrentamento das violências quanto por sua conivência com estruturas patriarcais. Mulheres que denunciam violências são frequentemente desacreditadas, mal atendidas ou expostas a processos de revitimização que reeditam o trauma da violência. As lacunas territoriais da cobertura de serviços especializados, a falta de preparo técnico e sensibilidade das autoridades, a morosidade processual e os constantes arquivamentos de casos revelam um sistema que, longe de proteger, frequentemente perpetua a violência que deveria combater.

Essa realidade está alicerçada na formação social, histórica e política do Brasil, marcada por bases coloniais racistas, patriarcais e capitalistas. O Estado moderno brasileiro legitimou historicamente a superexploração dos corpos e da vida das mulheres, escravizadas, estupradas, domesticadas e inferiorizadas. As políticas públicas são precárias, fragmentadas ou capturadas por uma lógica de gestão patriarcal que considera a violência contra as mulheres como mero “caso de polícia”.

Nos julgamentos de crimes de feminicídio, lesbocídio ou transfeminicídio, são recorrentes as narrativas que desqualificam as vítimas, atribuindo-lhes responsabilidade pelo crime que sofreram. A perspectiva de gênero, prevista em diversos protocolos internacionais de direitos humanos, é frequentemente ignorada. Essa omissão revela o caráter estruturalmente patriarcal da

justiça brasileira e reitera que a impunidade é, também, uma forma de violência.

O feminicídio – ponto culminante e anunciável dessa trajetória – é a face mais brutal e visível de uma política de morte que o Estado burguês, patriarcal, racista e capacitista implementa sistematicamente. Matar mulheres é parte do projeto político que transforma vidas em descartáveis, corpos em territórios de guerra e luto em rotina. Por isso, pensar e enfrentar o feminicídio exige romper com a ideia de violência como exceção e assumi-la como projeto de um sistema que opera para manter desigualdades estruturais.

A violência feminicida está ancorada nas formas históricas e estruturais de violência de gênero que atravessam a vida das mulheres. Alimenta-se de trajetórias de violência doméstica, institucional e estatal, operando sob lógicas de controle, dominação e impunidade. São violências que começam nos lares, atravessam os corredores da justiça e culminam na morte de corpos considerados descartáveis pelo sistema.

No contexto latino-americano, o feminicídio íntimo é o mais presente nas estatísticas: trata-se da morte de mulheres em relações afetivas, conjugais ou sexuais marcadas por desigualdades e abusos. Os lesbocídios e transfeminicídios — frequentemente invisibilizados — denunciam o ódio político e social direcionado a quem escapa da normatividade cisheteropatriarcal. São expressões de um mesmo projeto necropolítico sustentado por um Estado burguês, patriarcal, racista e capacitista que escolhe quem deve morrer e naturaliza o extermínio como mecanismo de controle social.

Essas mortes não são acidentes, mas sim o resultado direto de um Estado que falha sistematicamente em proteger mulheres e corporalidades dissidentes. Um Estado que se omite nas investigações, arquiva inquéritos sem apuração, tolera a revitimização e perpetua a injustiça. O feminicídio, portanto, é um crime de responsabilidade estatal. É nosso dever teórico-metodológico e práxico romper com a falsa dicotomia entre público-privado que aponta para a morte das mulheres como se fosse um problema de homens e mulheres, e não do Estado-Sociedade.

Mesmo diante de legislações importantes, a implementação é ineficiente e desarticulada. A responsabilização individual das mulheres pela pobreza e desigualdade social, perpetua uma política de controle dos corpos e das suas vida. As famílias das vítimas, especialmente os filhos e filhas que presenciam ou vivem os efeitos do feminicídio, são frequentemente deixados à própria sorte. A ausência de suporte integral, sensível e intersetorial amplia os danos e amplia a rota crítica.

Assiste-se ainda à ascensão de lógicas punitivistas que, sob o discurso de proteção, alimentam o encarceramento em massa e o autoritarismo do Estado penal. Trata-se de uma apropriação femoimperialista das pautas feministas que instrumentaliza o sofrimento das mulheres para justificar práticas racistas, colonialistas e neoliberais. A retórica da proteção desloca o foco da transformação estrutural das desigualdades para a vingança estatal, aprofundando desigualdades e despolitizando parte das agendas feministas, apontando luzes para o feminismo liberal.

Diante disso, torna-se urgente repensar as políticas públicas para as mulheres a partir de uma perspectiva feminista, descolonial e interseccional. É necessário romper com a lógica de gestão tecnocrática e punitivista para investir em práticas de cuidado, autonomia, memória e justiça feminista. A ocupação da política institucional por mulheres, especialmente negras, indígenas, trans, lésbicas, periféricas e com deficiência, é parte fundamental da construção de um Estado despatriarcalizado e comprometido com a equidade.

A Psicologia Social Crítica, em diálogo com epistemologias feministas, antirracistas e anticapacitistas, é convocada a romper com o pacto da neutralidade e assumir uma posição ética e política frente ao genocídio cotidiano de

mulheres. Isso exige não apenas denunciar, mas também atuar na construção de práticas de cuidado, escuta, acolhimento e resistência junto às mulheres e comunidades atingidas. É urgente desnaturalizar os processos de adoecimento e sofrimento psíquico provocados por essas violências, compreendendo-os como respostas a condições concretas de opressão e desamparo institucional.

A interseccionalidade, aqui compreendida como ferramenta teórico-metodológica e política, permite compreender como as opressões de gênero, raça, classe, sexualidade, território, idade e deficiência não se somam, mas se entrelaçam na produção das desigualdades e das mortes evitáveis. É nesse entrecruzamento que se evidenciam as múltiplas faces da violência feminicida e as brechas possíveis para resistir e reexistir.

Mulheres cis, trans, travestis, negras, indígenas, brancas, lésbicas, bissexuais, heterossexuais, com e sem deficiência, de diferentes regiões, culturas e religiosidades, compartilham histórias marcadas por misoginia, silenciamento, exploração e sobrecarga. A luta é comum, mesmo que as experiências de violência sejam atravessadas por múltiplas desigualdades.

Este GT pretende acolher propostas que abordem a violência feminicida e suas múltiplas expressões; os desafios e as possibilidades da atuação psicológica frente às políticas públicas e ao sistema de justiça; as práticas de cuidado e memória com familiares das vítimas; a produção de resistências nos territórios; e a potência das ações de extensão, pesquisa, clínica e militância feminista comprometidas com a transformação radical das estruturas que sustentam a violência de gênero.

Convidamos pesquisadoras(es), profissionais, estudantes e militantes que partilhem o compromisso ético-político com a luta por justiça de gênero, pelo direito à vida e à memória das mulheres e pelo enfrentamento coletivo ao extermínio promovido pelo Estado. Que este GT seja território de resistência, escuta e construção de práticas insurgentes.

Palavras-chave: violência feminicida; violência de gênero; justiça patriarcal; epistemologia feminista; psicologia social crítica.

GT 56: Violência, Subjetivação e Clínica: Perspectivas Gestálticas para o Sofrimento Contemporâneo

Welison de Lima Sousa (UFBA), Leda Mendes Pinheiro Gimbo (UFG), Eloísa Amorim de Barros (IESPES)

Resumo: Este Grupo de Trabalho tem como objetivo reunir pesquisadoras(es) e profissionais da Psicologia que investigam os modos como a violência estrutura experiências de sofrimento, subjetivação e resistência, a partir de uma escuta clínica situada, comprometida com a transformação social. A proposta parte da interface entre a Gestalt-terapia e a fenomenologia crítica, convocando uma leitura ética, política e social do sofrimento contemporâneo em suas múltiplas expressões — pessoais, relacionais, institucionais e coletivas. Interessa-nos, em especial, compreender os atravessamentos de gênero, raça, sexualidade, classe e geração nos modos de subjetivação e nos efeitos das violências que atravessam o campo clínico, tanto nos contextos formais da psicoterapia quanto em outros espaços de cuidado em saúde mental, educação, assistência e território.

A proposta deste GT se inscreve na temática central desse encontro, ao propor uma reflexão sobre as insurgências afirmativas da vida nos contextos clínicos e sociais. Frente às múltiplas expressões da necropolítica no Brasil, é urgente revisitar a clínica como espaço de resistência, criação e cuidado radical. As violências que marcam o cotidiano de grupos minorizados — mulheres, pessoas negras, pessoas LGBTQIAPN+, crianças, povos indígenas, pessoas em situação de rua, entre outros — operam como dispositivos de governo dos corpos e da vida, atualizando formas de controle social que se legitimam na moralidade, na invisibilização e na patologização. Inspiradas(os) por autoras e autores como Frantz Fanon (2008), Audre Lorde (2020), Berenice Bento (2006), Sofia Favero (2021), Lisa Guenther (2013) e Sara Ahmed (2019), compreendemos que não há clínica neutra nem subjetividade despolitizada. Toda escuta é situada, atravessada pelas normatividades que constituem o campo relacional e afetivo. Nesse sentido, defender uma clínica comprometida com a justiça social é reconhecer os efeitos da violência estrutural e propor modos éticos de intervenção que não reforcem a culpabilização individual, mas acolham os sofrimentos em sua dimensão social e histórica.

A proposta se articula com o eixo temático "Psicologia Social e Saúde", ao propor uma atualização da Gestalt-terapia como epistemologia clínica crítica e situada. A fenomenologia crítica, base teórico-metodológica da proposta, permite problematizar a experiência não apenas em sua emergência perceptiva, mas também nos modos como é estruturada pelas condições sociais de existência. Para além da descrição dos fenômenos vividos, interessa-nos compreender as estruturas de poder que tornam certas experiências possíveis, outras inabitáveis, e algumas mesmo ilegíveis. A clínica, nesse contexto, é compreendida como espaço de produção de resistência e invenção de sentidos, onde se tornam possíveis outras formas de existir que escapam à lógica da normalização. A teoria do self, pilar da Gestalt-terapia, fornece subsídios importantes para compreender os impactos da violência na constituição relacional da subjetividade, especialmente nos processos de contato, autorregulação e espontaneidade. A interrupção desses processos gera distúrbios no self que podem se manifestar em forma de traumas pessoais e coletivos, impactos emocionais difusos, adoecimentos psíquicos e experiências de silenciamento e desamparo. A clínica gestáltica, nesse contexto, se oferece como campo de escuta e de presença implicada, que reconhece o sofrimento sem reduzi-lo à lógica diagnóstica ou normativa.

A proposta deste GT contribui para o fortalecimento da Psicologia Social Crítica ao tensionar os limites entre clínica e política, subjetividade e estrutura, sofrimento e resistência. Ao contrário de uma concepção psicologizante da violência, que a reduz à dimensão individual ou relacional, propomos uma leitura ampliada, comprometida com a crítica das condições sociais de produção do sofrimento. Nesse sentido, a clínica se configura como um campo ético-político, no qual se articulam experiências encarnadas e práticas institucionais que tanto podem reproduzir violências quanto possibilitar deslocamentos e transformações. O campo fenomenológico da Gestalt-terapia, compreendido como espaço de intersubjetividade e afetação mútua, é fértil para pensar o encontro clínico como oportunidade de invenção e ruptura com lógicas opressoras. A escuta clínica, quando comprometida com os saberes situados e com a valorização das experiências silenciadas, pode tornar-se um gesto político, que desestabiliza os discursos hegemônicos e afirma a potência da vida mesmo em meio à precariedade.

As pesquisas que compõem este GT adotam uma abordagem qualitativa, com dois principais eixos metodológicos. O primeiro se refere às pesquisas de campo, que têm sido desenvolvidas por meio de entrevistas narrativas e semiestruturadas com profissionais da Psicologia e sujeitos afetados por diferentes formas de violência (como violência de gênero, violência racial, transfobia, violência sexual, institucional e doméstica). A análise dessas narrativas é realizada à luz da fenomenologia crítica e da análise narrativa situada, buscando captar os sentidos produzidos na experiência, os efeitos da violência nos modos de ser e a potência das resistências cotidianas. O segundo eixo metodológico é a revisão integrativa de literatura, que articula contribuições da Gestalt-terapia, da Psicologia Social Crítica, dos estudos de gênero e sexualidade, da fenomenologia crítica e das epistemologias insurgentes. Nesse percurso, destacam-se as contribuições de autoras e autores contemporâneos como Lisa Guenther (2013), que problematiza as experiências de confinamento e exclusão social a partir de uma fenomenologia do encarceramento; Sara Ahmed (2019), que discute a dimensão afetiva das opressões e os modos como os corpos se orientam (ou são desviados) nos espaços sociais; Audre Lorde (2020), cuja escrita poética e política ilumina a potência do cuidado entre mulheres e da raiva como afeto transformador; Frantz Fanon (2008), que analisou a violência colonial como constituinte da subjetividade racializada; Berenice Bento (2006), que evidencia a necropolítica em torno dos corpos trans; e Sofia Favero (2021), que contribui com uma epistemologia transfeminista e decolonial. Esses referenciais enriquecem e tensionam a clínica gestáltica, ampliando seu campo de ação e sua capacidade de responder ao sofrimento contemporâneo de modo crítico e transformador.

O GT acolherá trabalhos que se proponham a refletir, investigar ou intervir sobre os efeitos das violências nos modos de subjetivação e suas expressões clínicas, com base em pesquisas qualitativas, relatos de experiência, estudos teóricos, práticas clínicas ou comunitárias, bem como propostas de formação e ensino em Psicologia que articulem clínica e política. A proposta é criar um espaço de troca entre pesquisadoras(es), profissionais, estudantes e militantes que tenham interesse em discutir a clínica como campo atravessado por disputas éticas, sociais e políticas, e que se interessem por práticas de cuidado comprometidas com a transformação das condições de sofrimento. Serão especialmente bem-vindos trabalhos que tragam contribuições interseccionais, que abordem questões de gênero, raça, classe, sexualidade, geração e território de modo articulado, e que se pautem por uma ética do encontro, da implicação e da responsabilidade compartilhada.

A proposta do GT nasce do acúmulo de pesquisas e práticas desenvolvidas no âmbito da graduação e do mestrado e nos grupos de estudos em Gestalt-terapia que tem se dedicado a articular a abordagem gestáltica com os

desafios da clínica contemporânea, comprometido com a formação crítica de profissionais da Psicologia e com a produção de conhecimento situado, atento às desigualdades sociais e às potências inventivas do cuidado. Entendemos este GT como uma oportunidade de ampliar o diálogo com pesquisadoras(es) de diferentes regiões do país, fortalecer redes de troca e colaboração, e aprofundar a discussão sobre uma Psicologia Social crítica que reconhece a clínica como território de luta, criação e afirmação de vidas.

Referências:

AHMED, Sara. A política cultural das emoções. São Paulo: Editora Ubu, 2019.

BENTO, Berenice. A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual. São Paulo: Editora UFMG, 2006.

FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Salvador: EDUFBA, 2008.

FAVERO, Sofia. Corpos em aliança: epistemologias transfeministas e práticas de cuidado. São Paulo: Hucitec, 2021.

GUENTHER, Lisa. Solitary confinement: social death and its afterlives. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2013.

LORDE, Audre. Irmã outsider: ensaios e discursos. São Paulo: Editora Elefante, 2020.

PERLS, F.; HEFFERLINE, R.; GOODMAN, P. Gestalt-terapia. São Paulo: Summus, 1997.

GT 57: "Desejo de correr pelos campos": saúde mental e direitos humanos

Marcos Roberto Vieira Garcia (UFSCar), Adriana Rosmaninho Caldeira de Oliveira (UFF), Maria Antonieta Soares Dias (CAPSad)

Resumo: O título deste GT faz alusão a Maria, nascida escravizada e descrita em anotações de Nina Rodrigues como "mulata quase negra, 36 anos, cinco filhos, trabalha no campo" e que apresentaria "repugnância por qualquer trabalho, confusão mental, ansiedade, inquietações, desejo de correr pelos campos" além de "insônia rebelde de tempos em tempos." Nas anotações do psiquiatra, o desejo de liberdade, plenamente justificável para alguém que viveu subjugada por diversos mecanismos de opressão, é visto como sintoma de uma doença, exemplificando a longa história das práticas e discursos normativos no campo da saúde mental - desde o racismo científico de Nina Rodrigues, até as práticas que visam o encarceramento e/ou a patologização de pessoas dissidentes em relação aos padrões da suposta normalidade.

Por meio da discussão de comunicações de pesquisa, relatos de experiências profissionais e exposições de vivências em estágios, projetos de extensão universitária ou militância social relacionados à saúde mental, buscamos abordar — em consonância com o tema do Encontro Nacional da ABRAPSO — possibilidades de construção de saberes sobre saúde mental críticos às diversas formas de opressão. Isso implica repensar o que entendemos por saúde mental e como promovê-la em contextos específicos, com base na centralidade defesa dos direitos humanos.

Os/as proponentes possuem décadas de experiência em pesquisa, atuação em políticas públicas e formação profissional no campo da saúde mental, além de militarem em coletivos ligados à luta antimanicomial, ao antiproibicionismo, à redução de danos e à desmedicalização da vida. Dois deles coordenaram GTs com temática similar nos últimos Encontros da ABRAPSO.

O GT se insere no Eixo "Psicologia Social e Saúde", acolhendo propostas de atividades situadas na interface entre Psicologia Social, Saúde e Saúde Coletiva, com foco na atuação profissional crítica, ética e politicamente situada; nos processos de patologização e medicalização da vida; na participação popular na luta pelo direito à saúde e promoção da cidadania; no bem-viver; no cotidiano assistencial e na produção do cuidado em saúde mental; nas questões relativas à saúde dos/as trabalhadores/as e ao adoecimento frente à precarização do trabalho; nas tensões entre o público e o privado na construção das políticas de saúde mental; e nas formas de atuação e defesa da atenção às políticas de saúde mental no SUS desde a Psicologia Social.

A partir da segunda metade do século XX, as ciências humanas e sociais tornaram-se cada vez mais influentes no debate sobre os determinantes sociais da saúde mental, levando à crítica do discurso técnico-científico dominante no campo psi, que tende a atribuir anormalidade a comportamentos considerados indesejáveis. Mais recentemente, organismos internacionais, especialmente a Organização Mundial da Saúde, vêm destacando a importância das abordagens baseadas em direitos humanos, e a necessidade de intervenções estruturais para a redução das desigualdades que produzem sofrimento psicossocial.

Determinantes críticos que afetam a saúde mental — como violência, discriminação, pobreza, exclusão, isolamento, insegurança no trabalho, desemprego, falta de acesso à moradia, a redes de proteção social e a serviços de saúde — são frequentemente negligenciados nos discursos e práticas da saúde mental. Isso leva ao diagnóstico excessivo de supostos distúrbios psicológicos e psiquiátricos e ao uso indiscriminado de psicotrópicos,

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

em detrimento de intervenções psicossociais comunitárias. Reduzir desigualdades e assimetrias de poder passa a ser condição para produzir relações que sustentem a saúde mental — ampliando o próprio conceito de saúde mental.

Essas desigualdades tornam-se ainda mais evidentes quando direcionamos o olhar para a realidade dos povos indígenas, cujas experiências são marcadas por processos históricos de colonização, violação de direitos, apagamento cultural e racismo estrutural. Tais processos produzem impactos profundos tanto no plano coletivo quanto individual. A lógica biomédica hegemônica, ao priorizar a medicalização e enquadrar comportamentos dentro de padrões ocidentais de normalidade, frequentemente desconsidera — e até silencia — os modos próprios de cuidado e os saberes ancestrais desses povos. Diante disso, torna-se urgente reconhecer e incorporar esses saberes como centrais no cuidado em saúde mental, especialmente a partir da filosofia do bem-viver, promovendo práticas de escuta, valorização cultural e enfrentamento das violências institucionais. Assim, a defesa da saúde mental indígena deve ser compreendida como parte indissociável da luta por justiça social e da necessária descolonização das práticas no campo da saúde, reafirmando o direito à diferença, à autonomia e à existência plena.

A abordagem baseada em direitos humanos contempla pautas de diversos movimentos progressistas no campo da saúde mental, como a luta antimanicomial, o antiproibicionismo, a crítica à medicalização da vida, o reconhecimento do direito à diferença (neurodiversidade, movimentos de pessoas que ouvem vozes), e movimentos que defendem a singularidade nos tratamentos, como o da Gestão Autônoma da Medicação (GAM). Também responde às exigências contemporâneas de reflexões antirracistas, decoloniais e feministas.

Embora existam tensões entre os saberes e práticas desses movimentos, há amplos consensos — como o questionamento aos saberes universais do campo psi (sejam da psiquiatria biomédica ou de vertentes da psicologia e psicanálise) e o reconhecimento da necessidade de negociação de saberes com os grupos com os quais se trabalha. Isso implica entender a saúde mental como algo contextual e situado, ainda que atravessado por determinantes estruturais.

Reconhecer os mecanismos de opressão que intensificam o sofrimento psíquico é fundamental para construir estratégias eficazes de promoção e cuidado em saúde mental. Se as violações de direitos impactam negativamente a saúde mental, a ampliação desses mesmos direitos tem efeito positivo. Assim, é essencial aproximar o campo progressista das pautas dos movimentos sociais organizados que denunciam diferentes formas de opressão — de classe, gênero, raça, sexualidade, território.

Entendemos que a luta pela promoção da saúde mental deve ocorrer a partir de uma perspectiva integral e interseccional, que reflita criticamente sobre as múltiplas formas de dominação e sua articulação com o sofrimento psíquico.

Este GT priorizará trabalhos que abordem a saúde mental e seus modos de cuidado a partir das consequências do sofrimento psicossocial imposto pelos retrocessos nas políticas de direitos no Brasil. Serão acolhidos relatos de pesquisa e experiências nas diversas áreas da saúde, com especial atenção àquelas ligadas à saúde mental e ao campo de álcool e outras drogas, que denunciem dinâmicas manicomiais excludentes. Serão também priorizadas discussões sobre a saúde mental da população negra e dos povos indígenas.

A abordagem baseada em direitos humanos reconhece os riscos de patologização e manicominalização das diferenças, que produzem a segregação de corpos periféricos — negros, indígenas, pobres, dissidentes da heterocisnorma moderno-colonial que organiza nossa sociedade.

Essa perspectiva permite incorporar criticamente o sofrimento psíquico ao campo da Psicologia Social, sem reproduzir sua função disciplinar clássica. Em vez de atribuir anormalidade aos "desviantes", estuda-se o impacto dessa rotulação. No lugar de explicações individualizantes para dificuldades (escolares, trabalhistas, familiares), busca-se compreender o sofrimento em sua relação com contextos de opressão e com as resistências a eles. Em vez de tratamentos focados na eliminação de características individuais, aposta-se na construção de possibilidades terapêuticas singulares, articuladas aos movimentos sociais e à transformação das estruturas geradoras do sofrimento.

GT 58: Quimeras da Socioeducação: Juventudes e (re)existências

Débora Cristina Fonseca

Resumo: a) Objetivo do GT

O Grupo de trabalho tem por objetivo produzir reflexões sobre a constituição histórica das juventudes brasileiras, de diferentes origens, que se interseccionam em raça, classe e gênero. Tem como foco a vida de jovens, pobres, negros,indígenas entre outros que são criminalizados antes mesmo do cometimento de atos considerados infracionais e/ou crime, adentrando precocemente ao sistema de justiça por meio de cumprimento de medidas socioeducativas no sistema socioeducativo e/ou penal. Desta forma, a proposta consiste em problematizar as relações institucionais, tais como escolas e sistema de justiça, mapeando trajetórias marcadas por contextos que deveriam ser promotores dos direitos fundamentais, mas que, contraditoriamente, são espaços em que se reproduzem ações discriminatórias, violentas e violadoras de direitos, que excluem boa parte das juventudes periféricas e suas famílias. Pela perspectiva sócio histórica e pressupostos freireanos, as discussões serão fundamentadas em conceitos que interseccionam: o racismo estrutural e o lugar da branquitude, classe e gênero como marcadores psicossociais da desigualdade e exclusão. Tais conceitos são compreendidos a partir de categorias fundamentais de análise da realidade social como historicidade, contradição, totalidade e emancipação, almejando produzir elementos para se pensar práxis no campo da juventude que tenha como foco na potência de ação e transformação da realidade que escapam aos processos institucionais, entre elas, as escolas, instituições de restrição e privação de liberdade, sob a égide da chamada socioeducação, prevista em leis e documentos oficiais como ECA e Sinase.

b) Relação deste GT com o tema do encontro

Ao tratar das juventudes periféricas e excluídas, o GT dialoga diretamente com o tema do encontro, haja vista que grande parte desses jovens são tomados como alvo principal das políticas públicas de segurança, sendo o aparato de estado um dos principais responsáveis pelo genocídio de jovens pobres e negros no Brasil. Assim, discutir sobre outras possibilidades para esses jovens, a partir das reflexões da psicologia social crítica, vislumbramos a possível aliança dos povos, como forma de (re)existência para crianças, adolescentes, jovens , adultos e idosos.

c) Relação com o eixo temático escolhido

O GT se articula com o eixo 6 ao propor discussões sobre juventudes periféricas, que conflitam com as leis, fundamentadas em pressupostos críticos da psicologia social e da interface com direitos humanos e com as políticas públicas e sociais. A partir dos pressupostos de uma psicologia sócio histórica e contribuições da pedagogia freireana, busca-se aprofundar no entendimento da constituição dos sujeitos e sua relação com tramas institucionais e interseccionais. Para tanto, busca-se problematizar sobre os atravessamentos institucionais desde a infância, seja pelo seu caráter assistencialista e/ou correcional e o sofrimento ético-político desta juventude submetida ora pela tutela ora pela repressão do Estado. Entre os autores com os quais se espera dialogar, podemos citar Vigotski(2010), Leontiev (1978), Freire (2005), bell hooks (2017), Bader Sawaia (1996), Bonalume (2020), Fonseca, 2024), entre outros.

d) Aspectos que permitem articular discussões sobre a Psicologia Social Crítica

O adolescente autor de ato infracional, por ser aquele que transgride a lei torna-se, no imaginário social, desprovido de direitos. Para parte significativa da sociedade e até mesmo daqueles que atuam diretamente na política de socioeducação (socioeducadores, operadores do direito,

da política de educação, de saúde e de segurança pública), estes adolescentes saem do lugar de proteção para o lugar de punição. Para Arroyo (2015a;b), a criminalização moral desses adolescentes pobres e negros marcam as políticas públicas e as leis quanto ao emprego, à moradia, à educação e ao acesso a serviços sociais. Predomina a visão de que esses adolescentes são perigosos e irrecuperáveis. Neste sentido, Vigotski (2010) problematiza que o comportamento moral é construído socialmente, sendo o seu conceito concebido a partir dos interesses da classe dominante. Isso significa dizer que nas condições postas pela moralidade burguesa "desviam-se para o crime aqueles que não se enquadram nos limites do padrão médio que sentem em si força e não podem aceitar a ordem estabelecida da vida" (Vigotski, 2010, p. 312). Portanto, não é de se estranhar que práticas coercitivas para controle destes adolescentes continuem a vigorar mesmo após 30 anos de promulgação do ECA (BRASIL,1990), uma vez que tem em sua essência a luta de classes e manutenção do status quo. Desta forma, consideramos que problematizar essas práticas coercitivas, atualmente prevalentes dentro das políticas públicas, coaduna-se com os pressupostos teórico e metodológicos de uma psicologia social crítica, tal como apontado por Vigotski e ainda contribui para construção coletiva de um práxis socioeducativa que tenha como objetivo a formação humana.

e) Tipo de trabalho que será acolhido e as discussões que o GT pretende promover

Esperamos receber trabalhos que articulem ensino, pesquisa, extensão e práticas profissionais com o foco no olhar sobre as juventudes periféricas em suas diferentes relações institucionais. Bem como reflexões e problematizações sobre o trabalho no campo psicossocial, de forma a produzir conhecimento e, consequentemente, práxis nos espaços para que os sujeitos se constituam humanamente, ainda que em contextos de violação de direitos, por exemplo.

Referências

ARROYO, M. G. O direito à Educação e a Nova Segregação Social e Racial – tempos insatisfatórios? Educação em Revista, [s.l.], v. 31, n. 3, p.15-47, set. 2015a.

ARROYO, M. G. O humano é viável? é educável.Revista Pedagógica, Chapecó, v. 17, n. 25,p. 21-40, 2015b.

BONALUME, B. C. Atos infracionais reiterados: trajetórias de vidas e fragmentos da (des)proteção social e do controle sociopenal. 2021. 496f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2020.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei 8.069/90. 1990.

FONSECA, D.C. Quimeras da socioeducação e o (não) lugar dos jovens: Potencialidades da Educação em Direitos Humanos. Editora Unesp, 2024.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. Hooks, bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora Martins Fontes. 2017

LEONTIEV, A. N. O desenvolvimento do psiquismo. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.

SAWAIA, B. B. Dimensão ético-afetiva do adoecer da classe trabalhadora. In: LANE, S. T. M. & SAWAIA, B. B. (orgs.). Novas Veredas da Psicologia Social. São Paulo: Brasiliense, Educ, 1996.
VIGOTSKI, L. S. Pedagogia pedagógica. Tradução de Paulo Bezerra. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

COMUNICAÇÕES ORAIS

GT 01: A PSICOLOGIA SOCIAL NO CAMPO DOS ESTUDOS DAS RELAÇÕES ETNOCORRACIAIS

Coordenação: Eliete Edwiges Barbosa (USP), Reimy Solange Chagas (PUCSP), Maria da Glória Calado (UNIP)

Apagamento de pessoas em situação de vulnerabilidade social e os entrelaços com o racismo estrutural

Lucas Vinicius Santos Bonfim (UNESP), Bianca Tavares Bissi (UNESP), Laísa Whitney Silva Mendes (UNESP)

A presente proposta refere-se ao relato de experiência de estagiários vinculados à ênfase em "Relações Étnico-Raciais e Interseccionalidades", no interior do Estado de São Paulo. As práticas foram desenvolvidas nos serviços de saúde CAPSad e Consultório na Rua (CnaR), com o objetivo de apresentar as vivências e reflexões construídas a partir dessas experiências. A intenção é discutir os contextos de vulnerabilidade presentes nesses equipamentos, destacando as trajetórias de sujeitos que vivem à margem da sociedade e enfrentam intenso sofrimento psíquico, em grande medida decorrente do processo histórico de colonização e do persistente racismo estrutural e institucional que ainda atravessa a sociedade brasileira. Serão abordadas as dificuldades enfrentadas pelos usuários desses serviços, tanto no interior das instituições quanto em seus contextos externos, evidenciando os impactos das atuais políticas públicas – ou da ausência delas – sobre a sobrevivência e permanência dessas populações. A partir desses relatos, buscamos articular conhecimentos comprometidos com a descolonização dos saberes, valorizando as potencialidades dos sujeitos e de seus territórios. Defendemos uma psicologia e práticas psicoterapêuticas que se baseiam na realidade concreta do país, formulando modelos teóricos que respondam às demandas reais da população, em contraposição a abordagens que apenas reproduzem teorias eurocêntricas e patologizantes (Moffatt, 1980). Ao falarmos de pessoas em situação de vulnerabilidade social, é essencial problematizar a atuação dos serviços públicos, frequentemente marcados por práticas que reproduzem ideologias de dominação. Diante disso, nós, enquanto futuros profissionais da saúde mental, precisamos romper com essas lógicas e propor uma psicologia social comprometida com os sujeitos e suas realidades. Uma psicologia que nasce da força das interações humanas e que tem o potencial de integrar ou desintegrar o sujeito em sua comunidade (Góis, 1984). Discutir os aspectos do apagamento de pessoas em situação de vulnerabilidade social nos permite refletir sobre o papel da psicologia social crítica ao analisar como as condições de moradia, o ambiente e o contexto social influenciam a vida dessas pessoas. Essa abordagem ajuda a entender as desigualdades, os fatores estruturais e as dinâmicas de poder que afetam suas experiências, promovendo uma compreensão mais aprofundada das questões sociais e incentivando ações que visem à justiça social e à transformação dessas realidades "é necessário evitar reducionismos

psicologistas que colocam nas pessoas causalidades que são próprias das estruturas sociais." (BARÓ, 2017.). Faremos neste relato de experiência recortes raciais, de gênero e sexualidade, nos quais reside um entrelaçamento com o racismo estrutural que alimenta o apagamento dessas pessoas em situações de vulnerabilidades, podemos assim enxergar a importância da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, que foi aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS) em 2006, instituída pelo Ministério da Saúde (MS) em 2009 e inserida na dinâmica do Sistema Único de Saúde (SUS), visando justamente ser aplicado um olhar mais atencioso a população negra decorrente as violências sofridas nas quais sua grande maioria são perpassadas pelo racismo. É evidenciado também que a exposição cotidiana a situações humilhantes e constrangedoras - como vivências do racistas - podem desencadear um número de processos desorganizadores dos componentes psíquico e emocional (Silva, 2005). Apesar dos inúmeros desafios enfrentados por essas populações, é fundamental reconhecer que, mesmo em meio às adversidades, há potências vivas que resistem e se reinventam. Ao longo das vivências no estágio, pudemos perceber que os usuários dos serviços CAPSad e Consultório na Rua não se resumem às suas condições de vulnerabilidade, e sim, constroem, produzem e organizam novas formas de cuidado e de sobrevivência. Enxergamos neles a criatividade, a sabedoria ancestral e a potência de transformação social. As histórias de vida que atravessaram nossa formação carregam marcas de luta, mas também mostram afetos e vínculos que se mantêm mesmo diante da dificuldade. São pessoas que, muitas vezes, reconstroem sua existência articulando expressões culturais e modos de vida desafiadores e, essas manifestações demonstram a importância de escutar e olhar para essas subjetividades compreendendo que há múltiplas formas de existir e resistir. "É necessário superar a concepção de que os marginalizados são simples objetos de intervenção técnica. Eles são sujeitos históricos, com capacidade de resistência, de organização e de luta" (BARÓ, 1986).

Nesse sentido, o estágio não só nos permitiu problematizar as estruturas opressoras que atuam sobre os corpos racializados e marginalizados, como também nos ensinou a olhar com mais sensibilidade para a potência presente nesses encontros. Assim, a psicologia que propomos rompe com a visão patologizante e reducionista que frequentemente recai sobre essas populações, se comprometendo com a promoção da vida e com o fortalecimento das autonomias, bem como, a valorização das experiências que produzem novas formas de ser e estar. Aprendemos que é a partir do reconhecimento das potencialidades desses sujeitos e de seus modos de vida que podemos construir uma prática ética, crítica e transformadora. "A psicologia deve recuperar o sujeito como protagonista de sua própria história, reconhecendo suas capacidades, sua criatividade e sua possibilidade de transformação" (BARÓ, 1996).

Palavras-chave: Psicologia; Interseccionalidades; Relações étnico-raciais; Saúde coletiva; Racismo institucional; Clínica ampliada; Estágio supervisionado

.

COM-POR Pessoas Negras: uma tecnologia social

Loíse Lorena do Nascimento Santos (UERJ), Hebert Silva dos Santos (UERJ), Letícia Lapa (UERJ), Alexandra Tsallis (UERJ)

Este trabalho teve por objetivo compartilhar sobre o dispositivo de regeneração social COM-POR UERJ Pessoas Negras como uma Tecnologia Social. Este grupo nasceu em 2019, com o objetivo de oferecer serviço de atendimento psicológico em consonância com a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Serviços como esses são muito importantes visto que aconteceu o fim da escravização mas não da lógica escravocrata, então a população negra continua sofrendo e inclusive enfrenta racismo mesmo nos lugares que se propõem terapêuticos.

A lógica a qual nos referimos diz respeito a descaracterização das pessoas negras como humanas. No período escravocrata, a população supracitada foi tomada como animal e mercadoria. A justificativa estava em um mérito fundamentado na cor da pele, sendo a mais escura menos merecedora ou então merecedora do escárnio e da escravização. Quando mencionamos o fato do fim da escravização mas não da lógica escravocrata, nos referimos à questão de que as pessoas negras, no Brasil, ainda são tomadas como inferiores. Talvez não comumente escravizadas (apesar de ainda serem encontrados casos análogos a este), mas constantemente inferiorizadas, sem oportunidades de gozar plenamente de direitos básicos, tendo suas características físicas (principalmente) e seu modo de viver rechaçados.

Esse ataque direto às pessoas negras, seja em suas características físicas, em seu modo de ser e estar no mundo ou modo de exercer a sua fé, entre outros, faz parte de uma política de extermínio que de acordo com Iray Carone (2003) trata-se do embranquecimento exercido pela hegemonia branca. Este mecanismo faz com que a pessoa negra negue suas características, e até a si mesma, para ser aceita. Isso tem efeitos graves na saúde mental da população negra. Mas, como o racismo está em como o Brasil foi e está estruturado, ainda é muito ausente a temática racial na formação dos profissionais de psicologia. Marizete Gouveia Damasceno e Valeska Zanello (2019) explicam isso e aprofundam a discussão ao dizerem que com isso os psicólogos universalizam questões sociais colocando-as como “humanas”, como se isso estivesse presente para qualquer pessoa.

É importante falar da formação porque o critério então não está em ser ou não uma pessoa negra para atender outras, afinal não consideramos que apenas quem sofre com algo pode acolher tal dor. No estudo realizado por Damasceno e Zanello (2019), inclusive, encontra-se o caso de uma mulher negra que encontrou limites na psicoterapia feita com uma profissional branca, mas também com uma psicóloga negra. O relato menciona, a respeito da profissional negra, a falta de conhecimento de si, de sua história e subjetividade. Logo, não estamos num percurso que sustenta que apenas pessoas negras devam atender pessoas negras, mas que é preciso letramento e consciência dos processos vividos seja entre brancos e negros. Afinal, o racismo está para todos, ainda que com efeitos diferentes.

Por isso a importância da criação de dispositivos como este, que buscam minimizar os danos causados pelo racismo na saúde mental da população negra. Tais dispositivos produzem efeito não apenas na promoção de serviço direcionado a tal população, mas sendo vinculado à universidade e à pesquisa científica, alcança, inclusive, os espaços de formação.

O COM-POR UERJ é um Dispositivo de Regeneração Social (DRS), desenvolvido pela Unidade de Desenvolvimento Tecnológico Laboratório afeTAR, do Instituto de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Este trabalho é supervisionado por Alexandra Tsallis (uma das

fundadoras do dispositivo e co-autora deste texto), mulher branca, do instituto supracitado e coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social. Os encontros do dispositivo aconteceram uma vez por semana no Serviço de Psicologia Aplicada (SPA) da UERJ, com a duração de 2 horas de encontro. Eles aconteciam em uma sala com as cadeiras dispostas no formato de roda. Cuidávamos sempre de que a roda fosse composta de maneira misturada por participantes e equipe de atendimento, para que não ficasse a equipe de um lado e os participantes do outro. O grupo acontecia no período noturno.

A equipe de atendimento se reúne 15 minutos antes para a pré-sessão, na qual nos cuidamos trocando sobre como estamos chegando e como estamos para atender; também ficamos 15 minutos para a pós-sessão, após o encerramento com os participantes, para falarmos das reverberações do encontro. A equipe de atendimento contava com cinco estudantes, que se autodeclaram negros, que estavam cursando a graduação ou pós-graduação no Laboratório afeTAR. O grupo recebeu até 12 participantes que se inscreveram a partir de informações divulgadas nas redes sociais do Laboratório afeTAR. Vinculado à universidade, o dispositivo também estava atrelado à pesquisa, a metodologia afeTAR (Tsallis et al., 2022). Nesse modo de produzir ciência, não buscamos uma neutralidade em campo, tampouco reforçamos a dicotomia pesquisador-objeto. Compreendemos, inspirados pela Teoria Ator-Rede, que o campo é uma rede de relações composta de agentes humanos e não humanos que agem e interferem uns nos outros.

Como dispositivo de regeneração social, nos referimos ao conceito que no campo das ciências biológicas diz respeito à capacidade do corpo humano de se recompor após sofrer algum tipo de lesão, sendo uma característica indispensável para a manutenção da funcionalidade do corpo. Articulamos tal conceito com uma dimensão social, então o desenvolvimento de ferramentas que potencializem esta capacidade de se renovar frente aos desafios. Tal ideia em nada se aproxima com uma regeneração das pessoas negras, como uma ideia eugenista, e sim do tecido social que, diante de tanta desigualdade, fica esgarçado. Regenerar o tecido social, então, é promover a transformação social, é caminhar rumo à libertação dos corpos de maneira coletiva e não individualizada, criando um mundo no qual todos possam existir.

O COM-POR UERJ exerce uma função de regeneração que vai além do cuidado oferecido aos pacientes no grupo terapêutico. Ele também contribui para renovar a própria rede de formação em Psicologia na UERJ, ao abrir espaço para um cuidado mais acolhedor e comprometido com a transformação social. Para nós, estudantes negros de Psicologia, essa experiência é profundamente transformadora. Abdias Nascimento (2016), importante intelectual negro e referência no Movimento Negro brasileiro nos ensina que os os meios de disseminar informações, a formulação de conceitos, o aparelho educacional é controlado pelos brancos. Nesse contexto, ocupar esse espaço, historicamente estruturado para favorecer corpos brancos, é também uma forma de regeneração para nós. Atuar em uma tecnologia social voltada para a população negra significa promover uma transformação que nos fortalece e nos recompõe enquanto exercemos nossa prática.

Segundo o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) (Brasil, s.d), uma Tecnologia Social é um conjunto de técnicas e metodologias desenvolvidas para enfrentar questões sociais, sendo construída de forma colaborativa, com participação coletiva. Então, o DRS COM-POR UERJ tem um caráter altamente tecnológico por ser um grupo possível de ser replicado em sua técnica de grupo e acolhimento. Além disso, ao ser realizado dentro da universidade, o grupo contribui para a formação de profissionais social e eticamente comprometidos com a luta antirracista. Isso amplia o alcance do cuidado, pois não se limita ao atendimento das pessoas que participam de cada edição do grupo; o projeto também cuida da

formação dos estudantes de Psicologia. Em um curso onde ainda há uma baixa presença de pessoas negras e uma carência na abordagem de questões raciais durante a formação acadêmica, o COM-POR UERJ cria um espaço fundamental para esse aprendizado. O dispositivo é construído a partir do treinamento e preparo de uma equipe dedicada a lidar com as demandas específicas da população negra. Essas especificidades estão, em sua origem, atravessadas pelo racismo. Reconhecemos, portanto, que o racismo não é um problema das pessoas negras, mas uma questão social, que não deve ser tratada apenas no nível individual no contexto clínico. Por isso, apostamos em uma tecnologia social que promove o cuidado de forma coletiva.

Os avanços que conquistamos em diversas áreas do conhecimento são frutos da luta incansável dos movimentos negros. Essa trajetória deixa cada vez mais explícita a nossa necessidade constante e legítima de existir plenamente. Ainda assim, a Psicologia como campo de saber tem se mostrado pouco comprometida com as discussões sobre a questão racial. Isso é perceptível tanto na escassez de cuidados especializados voltados para a população negra quanto na ausência de pensadores e pensadoras negras no conteúdo curricular das formações acadêmicas. O COM-POR UERJ nasce justamente como uma resposta a essa lacuna, criando estratégias para articular o cuidado de forma concreta e coletiva. É um espaço onde produzimos conhecimento que, de fato, contempla a diversidade racial, e desenvolvemos metodologias que se tornam patrimônio intelectual, voltado para enfrentar os desafios impostos pelo racismo. Nosso trabalho questiona e desestabiliza práticas coloniais que historicamente nos separaram, tentando nos desarticular e nos enfraquecer. Ao criar espaços coletivos, desenvolvemos caminhos para romper os processos que tentam nos isolar subjetivamente. Criamos, juntos, formas de romper com esses mecanismos, resistimos na coletividade e desenvolvemos tecnologias sociais que façam sentido para a diversidade racial que nos constitui. Assim, mostramos que é possível criar soluções inovadoras que não apenas atendem às necessidades imediatas das comunidades negras, mas que também promovem um desenvolvimento sustentável, culturalmente fundamentado e enraizado.

Conhecendo o Orixá Exu e o Ritual de Ìpàdé: Musicalidade, Afeto e Cosmopolítica na Tradição Afro-brasileira"

Jacson Oliveira de Lima (UEFS), Edson Tosta Matarezio Filho (UEFS)

Conhecendo o Orixá Exu e o Ritual de Ìpàdé: Musicalidade, afeto e cosmopolítica na tradição afro-brasileira

Este plano de trabalho está vinculado ao projeto de pesquisa "Rituais musicais, circulação de palavras, pessoas e alimentos entre grupos indígenas e comunidades afro-brasileiras da Bahia" (Matarezio Filho, 2022), desenvolvido no Mandacaru – Laboratório de Antropologia da UEFS e coordenado pelo Prof. Dr. Edson Tosta Matarezio Filho. A pesquisa parte da hipótese de que os rituais musicais indígenas e afro-brasileiros revelam interações complexas entre humanos e não humanos (cosmopolítica), circulação de afetos e práticas de comensalidade e produção alimentar. Dentro desse escopo maior, este plano enfoca três aspectos fundamentais: afetos, emoções e sentimentos; cosmopolítica; e rituais e musicalidade. O foco principal recai sobre o Orixá Exu e o ritual chamado Ìpàdé, que é um dos mais significativos das comunidades afro-brasileiras. Pretende-se compreender quem é Exu, o que representa o Ìpàdé, como é realizado e qual a sua importância musical e simbólica.

O conceito de "ritual musical", inicialmente voltado aos contextos ameríndios, é aqui utilizado para entender como a música atua como um sistema de mediação entre artes verbais (mitos, cantigas), expressões visuais (grafismos, vestuário, adornos) e coreológicas (dança, gestualidade). Segundo Meneses Bastos (2007), a música no rito se entrelaça com palavras, sons, movimentos e visuais em um fluxo performativo que organiza o sagrado. No ritual do Ìpàdé, essas dimensões se articulam para conduzir os caminhos de Exu. O orixá é representado por objetos como pedras, montículos de terra com ogó (falo) ou figuras com búzios (Gonçalves, 2013). Na prática ritual, a música não apenas acompanha, mas orienta os gestos, evocando narrativas míticas como aquela contada por Prandi (2001a, conto 4), em que Exu come antes dos outros orixás para evitar desastres e garantir a harmonia.

O Ìpàdé, segundo Santos (1972), é o ritual prioritário no qual se invocam os Irúnmàlè (ancestrais e divindades) por meio de Exu, funcionando como uma "reunião" sagrada. Exu, mensageiro entre Orum (céu) e Aiyê (terra), é saudado e alimentado para mediar as relações entre humanos e orixás. Assim, as comidas e oferendas servem como pontes de negociação entre mundos, sendo consumidas tanto pelos orixás quanto pelos membros da comunidade. A hipótese da pesquisa é que o Ìpàdé, enquanto ritual musical, é uma forma de negociação cosmopolítica, onde a música, os afetos e os alimentos se integram para formar uma comunicação ritual entre humanos e não humanos. A pesquisa se valerá de bibliografia especializada e de vivências pessoais no candomblé, com o objetivo de desmistificar visões demonizadas de Exu e revelar sua potência simbólica, afetiva e espiritual.

A obra "Os Nagô e a Morte", de Juana Elbein dos Santos, será uma fonte central para análise, especialmente os capítulos "VII. Princípio Dinâmico..." e "VIII. O Terceiro Elemento...", nos quais Exu aparece como o elemento catalisador da existência diferenciada. Segundo Elbein (1972), Exu é o princípio da transformação e da comunicação, que propulsiona o movimento da vida. No candomblé, diz-se: "um corpo sem Exu é um corpo sem vida." Ele promove crescimento, mobilidade, fala e criatividade. A análise propõe um diálogo interdisciplinar entre religião, literatura e antropologia. Também se busca preencher lacunas nos estudos sobre a música nos rituais das religiões afro-brasileiras (Candemil, 2019), oferecendo uma abordagem que una teoria e prática, vivência e academia. A escolha do Ìpàdé se justifica por ser um momento de forte impacto emocional, que desperta memórias ancestrais, ativa o pertencimento e mobiliza afetos, inclusive em pessoas não iniciadas.

Segundo Muniz Sodré (2006), a "alegria" nos rituais afro-brasileiros não é apenas um sentimento, mas um afeto

contagiante que estrutura a experiência coletiva. Esse contágio afetivo será observado nas práticas do Ìpàdé, onde a alegria, o riso, o canto e a dança formam uma rede sensível de pertencimento e transcendência.

O objetivo geral deste plano de trabalho é analisar as representações de Exu na literatura acadêmica e no ritual do Ìpàdé, com foco especial na obra "Os Nagô e a Morte", e refletir sobre como essas representações podem desconstruir a visão demonizada do orixá e valorizar sua importância na cosmologia afro-brasileira. Para isso, propõem-se os seguintes objetivos específicos: realizar levantamento bibliográfico e fichamentos sobre Exu, candomblé e o ritual de Ìpàdé; analisar criticamente a obra "Os Nagô e a Morte", com foco na representação de Exu e dos ritos prioritários; explorar diferentes mitos e facetas de Exu na literatura afro-brasileira (como, por exemplo, em Prandi); ouvir e analisar gravações musicais do Ìpàdé, observando ritmos, letras e coreografias; contextualizar Exu dentro das práticas e crenças afro-brasileiras; investigar o papel cosmopolítico do Ìpàdé e seu impacto na adoração contemporânea de Exu; e elaborar relatos de experiências pessoais em rituais de Exu, conectando vivência, identidade e memória ancestral.

Em relação aos materiais e métodos, a pesquisa bibliográfica consistirá na análise de obras acadêmicas sobre Exu, candomblé e cosmopolítica (como Santos, Prandi, Gonçalves, Elbein), sendo a obra de Elbein o fio condutor da análise teórica. As narrativas míticas serão exploradas por meio de leitura cruzada entre fontes tradicionais e interpretações contemporâneas, destacando como Exu é compreendido e ressignificado. A vivência e os relatos subjetivos, inspirados na perspectiva de Grada Kilomba (2019), serão registrados a partir das experiências pessoais do pesquisador como adepto do candomblé, incluindo descrições do Ìpàdé, afetos envolvidos, musicalidade, sentidos simbólicos e sensações evocadas pela ritualística. A análise musical será feita com base na escuta e interpretação de cantigas e ritmos do Ìpàdé, relacionando as letras com mitos e performances rituais, entendendo a música como meio de comunicação com os orixás. Por fim, as discussões em grupo de pesquisa, realizadas com colegas e orientadores no Mandacaru, contribuirão para o amadurecimento das análises.

Este plano de trabalho representa uma contribuição significativa ao entendimento dos rituais do candomblé, com ênfase no papel central de Exu como articulador entre mundos, mediador das relações e catalisador da vida. Ao integrar saberes acadêmicos e experiências vividas, a pesquisa busca não apenas interpretar Exu, mas também vivê-lo como corpo, som, gesto, palavra e caminho.

Palavras-chave: rituais musicais; afetos; cosmopolítica; Exu; candomblé.

Desmontar o Cubo Branco, criar outros mundos possíveis: arte e re-existências negras frente à branquitude.

Raimundo Cirilo de Sousa Neto (UFC), João Paulo Pereira Barros (UFC), Levi de Freitas Costa Araújo (UFC), Ana Thais de Albuquerque Norões Boutala (UFC), Antonio Caio Renan Silva Penha (UFC), Luiz Ricardo Rodrigues Santana (UFC), Anne Carolyne Alencar da Costa (UFC), Melissa Yohana Silva (UFC), Bruno Vieira dos Santos (UFC)

INTRODUÇÃO

Este trabalho se trata das movimentações iniciais acerca de uma pesquisa de mestrado que investiga como, através da arte, juventudes negras, em periferias urbanas, tecem práticas de re-existência frente às violências raciais produzidas pelo pacto da branquitude, tendo a Pesquisa Inter(in)venção como ethos. Analisamos, portanto, como jovens racializados/as/es como negros/as/es, colocados/as/es em posições ontológicas, políticas, estéticas e econômicas precarizadas, pautam e, ao mesmo tempo, desmantelam o mundo branco e colonial, através de suas invenções, deslocamentos e malandragens, tendo a arte como ferramenta.

Estamos diante de um mundo feito para o branco, gramaticalmente, simbolicamente e, acima de tudo, concretamente. Observamos essa brancura se reproduzindo em diversos âmbitos da vida: cultura, política, economia, ciência, arte, conhecimento, etc. A branquitude funciona paradoxalmente se ausentando das discussões raciais, mas se presentificando em todas as estruturas sociais, evadindo-se de sua posição de privilégio nas relações raciais no Brasil. Essa lógica não apenas produz, legitima e mantém os privilégios políticos, econômicos, simbólicos e subjetivos dos brancos, mas também sustenta a subalternização, violência e o extermínio iminente de corpos negros (Bento, 2022).

Para além das marcas ontológicas operadas pela branquitude através da ficção da diferença racial, temos uma série de efeitos concretos desta dinâmica, que são agravados, por exemplo, pelos processos de marginalização territorial e existencial. Segundo Cida Bento (2022), tais efeitos de subalternização e violação se dão primordialmente por conta dos pactos narcísicos da branquitude. Para a autora, estes pactos se tratam de acordos tácitos estabelecidos com o intuito de manter e reproduzir os privilégios simbólicos e políticos, mas principalmente econômicos da brancura (Bento, 2022).

No tocante à arte, percebemos a branquitude como parte constituinte da colonialidade, como possibilitadora de regimes de autorização hierarquizantes que ditam o que é entendido e identificado enquanto arte e belo, relegando ao status de artesanato ou cultura negra periférica as produções artísticas realizadas por populações não brancas (Gómez, 2019). Lilia Schwarcz (2024) analisa como a hegemonia branca, experimentada no Brasil principalmente através do mito da democracia racial, se utilizou da arte como ferramenta de governo e propaganda construindo uma cultura que valoriza os traços da branquitude, e rejeita ou minoriza expressões das culturas não brancas.

OBJETIVOS

O objetivo deste trabalho é apresentar as primeiras movimentações de campo e teóricas advindas da pesquisa de mestrado, em desenvolvimento, chamada Desmontar o Cubo Branco, Criar Outros Mundos Possíveis: Arte e Re-Existências de Juventudes Negras Frente à Branquitude. A pesquisa tem como objetivo geral analisar como experimentações artísticas de juventudes do Grande Bom Jardim (GBJ) tem promovido re-existências às violências raciais produzidas pela branquitude. Quanto

aos objetivos específicos, temos: 1) Mapear experiências artísticas desenvolvidas por juventudes no GBJ; 2) Compreender como experiências artísticas de juventudes periferizadas abordam as violências raciais e as implicações da branquitude nesse processo; e 3) Discutir os efeitos das práticas artísticas no rompimento com as narrativas coloniais que desvalorizam as existências negras.

ORIENTAÇÃO TEÓRICA

Para dar conta das problemáticas e objetivos elencados pelo estudo, apostamos nos diálogos entre a Psicologia Social, estudos pós-estruturalistas e epistemologias contracoloniais. Buscamos, portanto, arriar nas encruzilhadas das existências os métodos e as teorias que por muito tempo serviram como justificativa científica para a subjulgação de corpos negros, por meio do silenciamento sistemático de nossas epistemes e narrativas e de outras táticas de apreensão de nossas subjetividades como matérias estáticas e direta e unicamente referenciadas à identidade branca. Serão caras à este trabalho, as discussões concernentes aos: 1) processos de subjetivação de pessoas negras atravessadas pela branquitude e 2) re-existências artísticas juvenis como prática de descolonização.

ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

A pesquisa tem caráter qualitativo e se ancora nos panoramas éticos, teóricos, metodológicos e políticos da Pesquisa-Inter(in)venção, sob inspiração cartográfica (Costa et al., 2021). Encontramos nesta perspectiva ferramentas para propor e efetivar uma ética de pesquisa que desobedece às binaridades, dicotomias e supostas neutralidades comuns nas práticas hegemônicas de pesquisa. Desfazendo as lógicas de separação radical entre pesquisador e pesquisado, sujeito e objeto, pesquisar e intervir, ciência e política, apostamos na implicação e no compromisso da transformação social como motores da investigação. Assim, nos distanciamos das perspectivas modernas de produção de conhecimento para adentrar no campo das processualidades e das movimentações micropolíticas possibilitadas pelo encontro potente e transformador com o campo.

A pesquisa se deu no território do Grande Bom Jardim, região da cidade de Fortaleza-CE composta por cinco bairros: Siqueira, Canindezinho, Bom Jardim, Granja Portugal e Granja Lisboa, sendo uma das áreas que mais sofre com as problemáticas necropolítica como pobreza, insegurança alimentar e violência armada, dentre outras. Apesar disto, historicamente e com maior visibilidade nos últimos anos, o Grande Bom Jardim tem ganhado relevo nos cenários políticos, culturais e artísticos da cidade de Fortaleza por suas potencialidades (Barbosa, 2025). Os corpos que comporam a pesquisa foram jovens entre 15 e 29 anos, faixa etária preconizada pelo Estatuto da Juventude, que habitam e ocupam a região do Grande Bom Jardim e desenvolvem práticas artístico-culturais, das mais diversas linguagens, neste lócus.

Quanto às ferramentas e dispositivos utilizados no intento de realização da pesquisa, em observância aos seus objetivos, contamos com: 1) acompanhamento e composição das práticas artístico-culturais no território, principalmente o VI Festival das Juventudes: artes, cultura e direitos humanos e 2) oficinas de discussão e experimentação artística, que compuseram o Curso de Extensão “Desmontando o Cubo Branco e Construindo Mundos Outros: Enfrentamentos ao Racismo através de Experimentações Artísticas Periféricas”. Como formas de registro, utilizamos a produção de diários de campo, gravações de áudio e posterior transcrição dos encontros e registros fotográficos e de vídeo, além das materialidades artísticas produzidas nos encontros. Esta ação compõem o programa de atividades do Projeto de Extensão Histórias Desmedidas do Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação (VIESES/UFC), em colaboração com o Coletivo Jovens Agentes de Paz (JAP) e o Projeto de Extensão Artes Insurgentes, uma entre VIESES e

Laboratório em Psicologia, Subjetividade e Sociedade (LAPSUS/UFC).

Esta investigação está inserida em uma pesquisa guarda-chuva chamada “Aspectos psicossociais da violência e práticas de re-existência juvenis em periferias de Fortaleza-CE”, aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Federal do Ceará. Portanto, obedece aos princípios éticos e legais preconizados pelas Resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde. Todos os participantes estão submetidos ao Termo de Consentimento Livre e Informado que trará informações sobre o sigilo, anonimato, justificativa e objetivos da pesquisa.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Os resultados parciais do trabalho apontam para as potencialidades da Pesquisa Inter(in)venção como ferramenta para o fortalecimento de subjetividades negras e periferizadas, tendo a arte como dispositivo de re-existência e criação de outros mundo para além do que nos foi dado. Além disso, as práticas artísticas exercitadas por essas juventudes, apresentam um caráter fortemente denunciativo acerca das violências perpetradas pelo racismo e pela branquitude, inaugurando gramáticas que desafiam as hegemonias e saberes moderno-coloniais. Por fim, a potencialização das coletividades fomenta as redes comunitárias de solidariedade, luta, cuidado e produção de vida.

Assim, a pesquisa contribui com os debates acerca das relações étnico-raciais, com foco nas violências praticadas pela branquitude, nas potencialidades da arte como ferramenta de reelaboração subjetiva, denúncia e criação de outras formas de vida que rompem com os ditames da necropolítica e do racismo. Evidenciamos também que o enfrentamento ao racismo se dá, não apenas na esfera institucional, mas também se trata de uma tarefa epistemológica, subjetiva e estética, fazendo eco ao que Fanon apresenta como um “programa de desordem absoluta”.

RELAÇÃO COM O GRUPO DE TRABALHO E EIXO TEMÁTICO

Este trabalho, portanto, dialoga estreitamente com o Eixo Temático 11 - Psicologia Social e Relações étnico-raciais - e com o GT 01 - A psicologia social no campo dos estudos das relações etnicorraciais - , pois investiga como juventudes negras e periferizadas constroem re-existências artísticas frente às violências perpetuadas pela branquitude e pelo racismo. Tendo a Psicologia Social, os estudos contracoloniais e a Pesquisa Inter(in)venção como apostas ético, estéticas e políticas, o estudo se propõe a analisar não apenas os efeitos psicossociais do racismo nos processos de subjetivação de pessoas negras, mas também suas invenções e estratégias artísticas de enfrentamento.

REFERÊNCIAS

Barbosa, D. (2025). Pioneiro na periferia, Centro Cultural Bom Jardim já foi terreno desabitado e hoje é espaço que muda vidas. Diário Do Nordeste.

Bento, C. (2022). O pacto da branquitude. Companhia Das Letras.

Costa, A. F. da, Silva, D. B. da, Alves, I. dos S., Frota, V. B. G., & Barros, J. P. P. (2021). Decolonizando a investigação com jovens em territorialidades periferizadas: pesquisa-inter(in)venção e a produção de políticas de re-existências. In J. P. P. Barros, J. S. Rodrigues, & L. F. de S. Benício (Eds.), Violências, desigualdades e (re)existências: cartografias psicossociais. Expressão Gráfica e Editora.

Gómez, P. P. (2019). Decolonialidade estética: geopolíticas do sentir, do pensar e do fazer. Revista GEARTE, 6(2).

Schwarcz, L. M. (2024). Imagens da branquitude: A presença da ausência. Companhia das Letras.

"E Eu Não Sou Uma Mulher?" - Pensando Os Corpos Abjetos Como Potência

Beatriz Adura Martins (UFF), Beatriz Adura Martins (UFF), Helena Fialho (UFF)

A partir do discurso de Sojourner Truth "E não sou uma mulher?", a proposta é articular a perspectiva genealógica da psicologia social com a noção dos corpos abjetos como potência, a partir da contribuição das teorias queer, crip e da noção de interseccionalidade.

Nosso objetivo é pensar a noção de corpos abjetos como perspectiva de escape da binariedade, a partir do que Paul B. Preciado chama de "Monstro" e o discurso de Sojourner Truth "E eu não sou uma mulher?", retomado por Patricia Hill Collins em seu livro Pensamento Feminista Negro.

Nossa proposta é, numa conversa com Sojourner Truth, apresentar uma nova perspectiva de ser mulheres e não a disputa de uma ideia de mulher atrelada à normalização, de corpos docilizados. Apresentar a ideia de montagem de modos de vida, desestabilização dos saberes psi e potencialidade e afirmação dos corpos abjetos para além da binariedade.

O discurso de Sojourner Truth "E não sou uma mulher?" foi realizado nos EUA em 1851 numa conferência sobre direitos da mulher, quando ouviu pastores dizerem que mulheres não deveriam ter os mesmos direitos que os homens pois seriam frágeis e de inteligência débil, dentre outros absurdos. Sojourner então disse que se ela poderia plantar, colher, ser açoitada, parir treze filhos, vê-los serem escravizados e trabalhar como um homem, por acaso não seria ela uma mulher? Para além da questão da igualdade entre mulheres e homens, Sojourner traz a questão da humanidade da mulher negra.

Patricia Hill Collins cita este discurso para pensar o que significava, naquela época, uma mulher ex-escravizada tomar a palavra e fazer este questionamento em público, não apenas reivindicando seu direito ao voto, mas, antes disso, ser reconhecida uma mulher.

Articulamos a provocação de Sojourner com a de Paul B. Preciado, quando este se diz "o monstro que vos fala" também num discurso, mas este realizado 168 anos depois do de Sojourner, na Paris de 2019, para 3500 psicanalistas. Preciado evoca sua monstruosidade enquanto corpo queer, sendo monstro pois vive em transição e cuja face, corpo e práticas não são considerados verdadeiros para um determinado regime de conhecimento e poder. Sua humanidade é também, ali, afirmada.

Assim podemos pensar os corpos queer e o corpo da mulher negra como corpos abjetos, que não existiriam em si mesmos mas como produtos de saberes e discursos sobre eles, objetos das ciências humanas e da psicologia social. Estes discursos proferidos por corpos abjetos nos convocam a pensá-los como corpos potentes, de não-submissão a um status de normalidade ou aceitação, mas como montagem de um modo de vida que escapa à docilização, que disputam modos diferentes de ser. Abjeto como um modo de compreensão da deficiência e dos corpos diferentes do dito "normal". Aqui nos articulamos com a teoria crip, apresentada por Robert McRuer e Alison Kafer, onde se saber aleijado é potência, a pretensão é aleijar o mundo, questionando a corponormatividade e também Georges Canguilhem, que propõe a normatividade do vivo como potência criativa, mesmo que não esteja contemplado na normalidade estatística.

Assim, é imperativo nomear a docilização e imprimir novos modos de diferenciação dos corpos abjetos: tornar diferente pela implosão da perspectiva docilizável e não pela disputa de uma aceitação ou normalidade.

Para pensar o encontro destes corpos abjetos, pessoas dissidentes de sexualidade e gênero, corpos queer e

mulher negra, buscamos a noção de interseccionalidade, termo que foi desenvolvido por Kimberlé Crenshaw como uma ferramenta de análise que abrange mais de uma forma de opressão simultaneamente. Assim, os processos discriminatórios são compreendidos em sua complexidade de entrecruzamentos.

Patricia Hill Collins apresenta o pensamento feminista negro estadunidense trazendo a interseccionalidade como um sistema de opressão em que raça, classe, gênero e sexualidade, dentre outros marcadores sociais, se constroem mutuamente e moldam as experiências dos grupos na sociedade.

O paradigma interseccional apresenta o conceito de matriz de dominação, no qual as opressões interseccionais têm origem, se desenvolvem e se inserem socialmente, se modificando através da história, dos governos e das instituições, se transformando em resposta às ações humanas, não sendo, portanto, estanques, tendo seus contornos constantemente alterados. Esta autora nos lembra que a interseccionalidade não é apenas um conceito, mas principalmente uma ação, uma ferramenta de análise e de intervenção.

Então não seria Sojourner, para nós, uma mulher? Talvez não, aproximando-nos da fala de Preciado não se afirmar homem e sim monstro. Não apostamos nesse tipo de mulher - normalizada, docilizada. Não se trata de recusar seu status de humanidade, de não garantir direitos, de abolir as cotas, obviamente, não! Junto ao desejo de diferir, é fundamental existir, então que antes de tudo haja garantias para essa existência. Mas, existindo, que possamos afirmar outros modos de vida para além da binariedade - homem/mulher, humano/não humano, típico/atípico.

Neste sentido, lembramos de outro conceito de Patrícia Hills Collins que é a aposta de coalizão, no qual a autora pontua que o pensamento feminista negro é um empreendimento colaborativo, exigindo, para isso, diálogos com grupos e/ou indivíduos que estejam engajados em projetos semelhantes de justiça social ou que se baseiem em princípios afins, mesmo que sob perspectivas diferentes. Aproveitamos a ideia de coalizão para beber das teorias queer e crip e montar muitas possibilidades de ser mulher agradecendo Sojourner Truth e dizendo: somos mulheridades.

Implementação do Núcleo de Estudos sobre Violências e Marginalidades: Diálogo, Resistência e Formação Crítica

Ana Luiza dos Reis (UNIASSELVI), Thomas Teixeira Fidryszewski (UNIASSELVI)

A sociedade brasileira carrega profundas marcas de desigualdade. Desde o período escravocrata, que estruturou o país sob uma lógica excludente e ainda pouco elaborada nos discursos oficiais, convivemos com formas persistentes de exclusão que atravessam o cotidiano e desafiam o próprio significado de ser brasileiro. Esse é um plano de fundo que atravessa a sociedade de forma geral, inclusive a psicologia. Nesse sentido, o presente trabalho apresenta a criação de um Núcleo de Estudos sobre Violências, enquanto ação de extensão universitária, com o objetivo de integrar os estudos sobre racismo, violência de gênero, violência contra pessoas LGBTQIAPN+ e violência institucional à prática psicológica, tanto no contexto clínico quanto institucional. Parte-se do entendimento de que esses grupos, além de atravessados por múltiplas formas de opressão, são também produtores de saberes e práticas de resistência que devem ser reconhecidos e incorporados ao campo da psicologia. A proposta busca evidenciar como as relações de poder historicamente estabelecidas na sociedade brasileira produzem subjetividades marcadas por violências estruturais, contribuindo significativamente para o adoecimento psíquico das populações marginalizadas. Diante disso, o projeto propõe ações de estudo, escuta e intervenção que enfrentem criticamente tais violências, consolidando uma psicologia comprometida com os Direitos Humanos, a justiça social e os saberes historicamente silenciados. Além disso, é fundamental destacar que o lugar de fala neste contexto é de branco para branco, visando a reflexão e elaboração de um pensamento crítico frente às nossas práticas de racismo enquanto sujeitos brancos e parte integrante de um sistema estruturalmente racista. A psicologia, enquanto campo de saber e prática, possui regulamentação recente e, em grande parte, ainda se apoia em teorias produzidas em contextos distintos da realidade brasileira. Tal dependência limita a compreensão de nossas dinâmicas sociais e, por vezes, reforça formas de violência simbólica ao ignorar a complexidade e a diversidade de nossas experiências. Diante disso, torna-se urgente a criação de espaços de estudo e reflexão que considerem a história, as culturas e as vozes do Brasil. Núcleos como este ampliam os horizontes da formação, valorizam saberes frequentemente marginalizados e contribuem para a formação de profissionais mais conscientes de seu papel frente às desigualdades sociais. A universidade, como espaço de transformação, deve acolher esse movimento. É nela que o conhecimento pode ser ampliado, o senso comum questionado e as práticas ressignificadas, especialmente em um campo tão profundamente ligado ao humano quanto a psicologia. O trabalho tem como objetivo apresentar os fundamentos teórico-políticos e práticos que orientam a construção do grupo de estudos "Marginalidades", bem como refletir sobre sua potência como dispositivo formativo e político no contexto da educação superior em Psicologia. O trabalho se insere em GTs voltados a temas como psicologia social, direitos humanos, relações raciais, gênero e sexualidade, uma vez que articula diretamente práticas psicológicas à análise crítica das violências estruturais. O eixo central do projeto é a promoção de justiça social por meio de ações interseccionais que abordem as múltiplas camadas de exclusão, silenciamento e sofrimento psíquico vivenciadas pelas populações alvo do projeto. A iniciativa se alinha aos compromissos ético-políticos da psicologia com os Direitos Humanos, à promoção da saúde mental comunitária e à formação profissional crítica. O projeto é fundamentado em uma perspectiva interdisciplinar e interseccional, orientado por autores e autoras frequentemente marginalizados nos currículos acadêmicos convencionais. Entre as referências teóricas destacam-se Achille Mbembe, Aime Cesaire, Ailton Krenak, Antônio Bispo dos Santos, Bell Hooks, Carla Akotirene, Cida Bento, Clóvis Moura, Conceição Evaristo, Davi Kopenawa, Djamila Ribeiro, Frantz Fanon, Judith

Butler, Lia Vainer Schucman, Luciano Góes, Michel Foucault, Malcolm X, Muniz Sodré e Silvio Almeida. Esses autores e autoras possibilitam uma leitura crítica da realidade brasileira e contribuem para a construção de uma psicologia comprometida com a ancestralidade, a diversidade e a justiça social. A metodologia do projeto é baseada em encontros quinzenais remotos com estudantes, organizados ao longo do semestre letivo, com possibilidade de realização presencial conforme demanda e disponibilidade institucional. As atividades envolvem leitura prévia de textos, rodas de conversa, exposições temáticas e produção coletiva de materiais acadêmicos ou de intervenção. O grupo atua também em datas simbólicas relevantes, como o Dia da Consciência Negra e o Dia da Visibilidade LGBTQIAPN+, promovendo eventos temáticos abertos ao público. Todas as ações são supervisionadas por docentes, com articulação institucional e abertura para o diálogo com projetos comunitários. A produção final de cada semestre pode assumir diferentes formatos: oficinas, paineis, publicações, comunicações orais em eventos, entre outros. É importante salientar que a constituição do grupo ocorre a partir da articulação entre docentes, estudantes e projetos de extensão, criando um espaço horizontal de escuta, estudo e construção coletiva. Como perspectiva futura, desenvolver encontros temáticos, rodas de conversa, articulação com serviços de atendimento psicológico, grupos de apoio e debates com comunidades afetadas pelas diversas expressões da violência. Também está prevista a atuação junto ao NPJ (Núcleo de Prática Jurídica) para ampliar o acesso a direitos e a participação política de grupos vulnerabilizados. Como resultados parciais, observou-se o fortalecimento do vínculo entre estudantes e movimentos sociais, a ampliação do repertório teórico e político dos participantes, bem como a consolidação de um espaço seguro e crítico de escuta, troca e produção coletiva. O grupo também tem promovido reflexões consistentes sobre os impactos psíquicos da violência estrutural e institucional, além de contribuir para a formação de uma postura ética mais sensível às demandas das populações historicamente marginalizadas. A articulação com coletivos universitários voltados a pessoas vítimas de racismo amplia a incidência e o alcance das ações do grupo. Por fim, a criação do Núcleo de Estudos sobre Violências e do Grupo de Marginalidades tem revelado a urgência de espaços institucionais voltados à escuta, visibilidade e valorização de saberes e experiências historicamente silenciadas na formação em Psicologia. A proposta reforça a necessidade de uma psicologia comprometida com a transformação social e com o enfrentamento das múltiplas formas de violência que atravessam a vida de sujeitos marcados pela intersecção de opressões. Pretende-se, ainda, fortalecer práticas emancipatórias que dialoguem com os saberes e experiências de povos indígenas, afro-brasileiros, comunidades quilombolas, população de rua e sujeitos LGBTQIAPN+, entre outros grupos historicamente marginalizados. O projeto aponta para a potência de uma extensão universitária que se conecta com as lutas sociais, com a produção de conhecimento crítico e com a construção de práticas psicossociais emancipadoras. Destaca-se o papel estratégico da universidade na promoção de ações que articulem ensino, pesquisa e extensão em favor da equidade social. Por fim, conclui-se que o o projeto promove um espaço contínuo de formação crítica, reflexão teórico-prática e engajamento político voltado à construção de uma psicologia decolonial, antirracista e comprometida com a equidade de gênero. No entanto, apesar de sua relevância, trata-se de um projeto de extensão, cuja continuidade pode ser comprometida por fatores como a saída de docentes responsáveis, mudanças em cargos de gestão e a escassez de recursos. Diante disso, ressalta-se a importância de que conteúdos como os abordados no projeto estejam sistematizados e institucionalizados na grade curricular do curso, garantindo sua permanência e o acesso ampliado dos estudantes a uma formação crítica e comprometida com as demandas sociais.

Palavras-chave: psicologia crítica, formação, docência, psicologia antirracista; violência estrutural; populações marginalizadas; interseccionalidade.

Interdições e Silenciamentos: a Atuação da Psicologia em Políticas Públicas de Direitos Sexuais e Reprodutivos

Karla de Paula Carvalho (UFMG), Paula Rita Bacellar Gonzaga (UFMG)

Este trabalho apresenta uma análise crítica e reflexiva sobre a atuação da psicologia no contexto das políticas públicas de Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, destacando os desafios, lacunas e possibilidades de transformação na prática profissional. A problemática central diz respeito à escassez metodológica na práxis da psicologia em diversas áreas, que frequentemente resulta em posturas inadequadas e intervenções desqualificadas (Gonzaga, 2022). No contexto específico das políticas de saúde sexual e reprodutiva, identificam-se lacunas significativas nos currículos acadêmicos, nas produções científicas e no repertório teórico-metodológico disponível para a atuação profissional (CFP, 2025). A intelectual Gonzaga (2022) aponta que a prática dos profissionais da psicologia neste setor é frequentemente marcada pela falta de teorias fundamentadas, desconhecimento das políticas, ausência de cuidado e compromisso ético-político e uma notável falta de compreensão interseccional do sofrimento psicossocial. Essa situação contribui para a invisibilização e o apagamento de contribuições relevantes na área. A problemática também se relaciona com a influência histórica e contínua do cristianismo na regulação conservadora, punitivista e moralista da sexualidade, que impacta interdições, barreiras legislativas e processos de assistência e cuidado institucional (Mayorga, 2013). Adicionalmente, a composição majoritariamente feminina e branca da profissão (Lhullier, 2013), e o predomínio de teorias produzidas por homens brancos do norte global, corrobora para que a psicologia reproduza questões estruturais do sistema de gênero moderno colonial, que perpetua modelos racistas e heteronormativos (Gonzaga, 2022). A pesquisa do CFP de 2025 corrobora esta problemática, indicando que parte dos profissionais atua sem embasamento teórico/técnico frequentemente incorporando perspectivas moralistas. A prática em políticas públicas pode reproduzir posturas elitistas e normativas baseadas em teorias eurocêntricas, individualizando desigualdades e ignorando o contexto colonial brasileiro. Como explica Akotirene (2019), a "mulher universal" do feminismo hegemônico é muitas vezes transportada como sujeito universal das políticas públicas, com a ciência moderna prescrevendo padrões de cuidado sob a égide da neutralidade e universalização. A colonialidade da saúde explica como as corporalidades que buscam serviços e quem oferta o cuidado são impactadas por visões universalistas, racistas e colonialistas, levando à percepção de mulheres negras e pobres como inferiores e incapazes de autonomia, tendo suas vozes silenciadas (Góes, 2017). A exploração histórica de mulheres negras na gênese da ginecologia/obstetrícia e as esterilizações em massa evidenciam as raízes profundas destas desigualdades (Werneck, 2010). Portanto, a pesquisa busca confrontar estas interdições e silenciamentos, questionando a relação da psicologia com os direitos sexuais e reprodutivos, promovendo o debate sobre justiça reprodutiva. Para fundamentar uma atuação crítica da psicologia nas políticas públicas, visamos acolher as diversidades e complexidades dos modos de subjetivação, dialogando criticamente sobre as limitações da formação. O referencial teórico dialoga com as bases teóricas da psicologia feminista antirracista e decolonial. Estas perspectivas são cruciais por protagonizarem o debate a respeito do racismo heteropatriarcal e seus impactos nas subjetividades, oferecendo proposições teóricas, metodológicas e profissionais fundamentadas para analisar fenômenos sociais estruturados pelo sistema de gênero moderno/colonial (Lugones, 2020). Intelectuais como Collins (2009), a partir da teoria do ponto de vista, e Lugones (2020) são referenciadas para

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

argumentar que o sistema de gênero moderno colonial afeta as mulheres de formas distintas. A universalidade da mulher do feminismo hegemônico é contrastada com a realidade de que as políticas públicas, muitas vezes baseadas nessa concepção, ignoram as experiências localizadas e as desigualdades intra-gênero. O conceito de colonialidade da saúde é utilizado para explicar como as interações nos serviços de saúde são impactadas por visões universalistas, racistas e colonialistas, percebendo mulheres negras e pobres de maneira pejorativa e desvalorizando suas vozes e conhecimentos (Jimenez-Lucena, 2014). A pesquisa também destaca a importância do conceito de "Justiça Reprodutiva", criado por mulheres afro-americanas. Este conceito emerge da luta das mulheres negras contra o controle de natalidade e esterilização em massa, reconhecendo a interseccionalidade transnacional das experiências de mulheres de grupos racialmente oprimidos. A Justiça Reprodutiva é vista como um "conceito-potência" e um instrumento de promoção da justiça social e equidade racial e de gênero, articulado aos direitos sexuais e reprodutivos. A análise interseccional (Crenshaw, 1989; Collins, 2021) é fundamental para destacar as barreiras enfrentadas por mulheres negras e empobrecidas, onde o racismo atua como determinante social da saúde, agravando riscos devido à interseccionalidade de raça, gênero, classe, território e escolaridade. O referencial teórico, portanto, busca ir além das teorias eurocêntricas e hegemônicas da psicologia, incorporando saberes localizados e posicionando-se criticamente diante dos silenciamentos e interdições históricas e atuais que permeiam a relação da psicologia com a sexualidade e a reprodução, especialmente no que tange às corporalidades não brancas e não normativas. A metodologia proposta almeja construir uma proposta formativa, interventiva, coletiva e participativa para a atuação da psicologia na área de Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos. A estratégia central consiste na construção de um curso de Extensão Universitária que articule ensino e extensão no campo, na perspectiva da integração universidade-serviço comunitário. A abordagem metodológica principal é a pesquisa-intervenção, conduzida sob a chave teórico-metodológica feminista e da interseccionalidade. Esta abordagem possibilita debater os direitos sexuais e reprodutivos e desenvolver um novo tipo de conhecimento baseado em experiências localizadas, destoante dos métodos tradicionais da ciência moderna, buscando articular teoria, metodologia e prática política para promover transformação social. O curso de extensão terá como público-alvo a comunidade acadêmica, profissionais da saúde, entidades de movimentos sociais e trabalhadores de direitos humanos da cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais. Como esta é uma pesquisa de doutorado ainda em fase inicial, espera-se que os resultados e as contribuições decorrentes da pesquisa-intervenção proposta possam promover uma reflexão crítica sobre o papel da psicologia nas políticas públicas relacionadas aos Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos. O objetivo é identificar os desafios existentes e as dimensões ético-políticas envolvidas nesse campo. Além disso, busca-se analisar as desigualdades raciais no cuidado psicológico sob uma perspectiva interseccional, levando em consideração as singularidades de cada sujeito. Pretende-se também desenvolver processos formativos que combinam teoria e prática, capacitando profissionais para atuarem de forma qualificada e engajada, preenchendo lacunas tanto no currículo quanto na produção científica. Outro foco importante é sistematizar estratégias que melhorem o acesso, o acolhimento e o atendimento em saúde sexual e reprodutiva, sempre considerando a interseccionalidade e a justiça reprodutiva. Dessa forma, pretende-se fortalecer o debate sobre saúde sexual e reprodutiva na formação e na prática da psicologia, produzindo conhecimento, pesquisa e ações comunitárias com impacto político, promovendo transformações sociais e oferecendo respostas mais satisfatórias às políticas públicas por meio de práticas interventivas. A relação com o GT 22 é direta, pois o trabalho dialoga com as investigações sobre interseccionalidade, investigação-ação participativa e

psicologia comunitária nas relações de gênero, sexualidades e violências. O eixo temático escolhido reforça a necessidade de uma atuação crítica, ética e politicamente engajada, que reconheça as diversidades e complexidades das subjetividades, promovendo a justiça social. As reflexões geradas a partir desta proposição, sublinham a necessidade urgente de uma revisão crítica da formação e prática da psicologia no Brasil, especialmente no que se refere aos Direitos Sexuais e Reprodutivos. A incorporação do conceito de Justiça Reprodutiva é uma reflexão potente que desloca o debate da autonomia individual para o contexto social, histórico e político das desigualdades, posicionando a psicologia como um potencial instrumento de promoção da justiça social e equidade. E por fim, a construção de um curso de Extensão Universitária é vista não apenas como uma estratégia metodológica, mas como uma viabilidade política e ética para superar a hegemonia acadêmica que distancia a ciência dos retornos sociais, promovendo a integração universidade-serviço-comunidade e fomentando a corresponsabilização do cuidado. Além do mais, a pesquisa extensionista é uma potente ferramenta para conectar a universidade e a comunidade numa construção coletiva de saberes.

Referências Bibliográficas

Akotirene, Carla. (2019). Interseccionalidade. Pólen produção editorial ltda.

Conselho Federal de Psicologia (Brasil) Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) em políticas públicas de direitos sexuais e direitos reprodutivos [livro eletrônico] / Conselho Federal de Psicologia, Conselhos Regionais de Psicologia, Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. — 1. ed. — São Paulo : GM Editorial ; Brasília : CFP, 2025

Crenshaw, Kimberlé. (1989), "demarginalizing the intersection of race and sex; a black feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics". University of Chicago legal forum, pp. 139-167.

Góes, E. (2017). Justiça Reprodutiva ou Direitos Reprodutivos, o que as mulheres negras querem. Observatório de Análise Política em Saúde, 31.

Gonzaga, P. R. B. Psicologia, Saúde Sexual e Saúde Reprodutiva: Urgências para a Formação Profissional. (2022) Psicologia: Ciência e Profissão v. 42 (n.spe), e262847, 1-18.2022.

Jimenez-Lucena, I. (2014). Género, sanidad y colonialidad: la mujer marroqui'y la mujer española en la política sanitaria de España en Marruecos. In W. Mignolo, Género y decolonialidad (pp. 43-64).

Lhullier, L. A. (2013). Quem é a psicóloga brasileira? Mulher, psicologia e trabalho. Conselho

Lugones, María. (2014). Rumo a um feminismo descolonial. Revista Estudos Feministas, 22, 935-952.

Mayorga, Claudia. (2013). Sobre mulheres, psicologia, profissão e a insistente ausência das questões raciais. In: Conselho Federal de Psicologia, Psicologia: uma profissão de muitas e diferentes mulheres, Brasília: CFP, p. 173-200.

Werneck, J. (2010). Mulheres negras: um olhar sobre as lutas sociais e as políticas públicas no Brasil.

Letramento Racial e o Processo de Tornar-se Negro no contexto escolar

Ruan Kaique Alves Ferreira (UNESP), Késia Alves de Souza Silva (UNESP), Paulo Vitor Palma Navasconi (UNESP)

O presente relato de experiência pretende explorar as vivências no projeto de extensão "Ubuntu: Co-construindo letramentos antirracistas no contexto escolar e em busca dos sentidos do tornar-se negro" desenvolvido por discentes da Faculdade de Ciências e Letras "Júlio Mesquita Filho', durante o ano de 2025. Atualmente, o projeto está presente na escola estadual Carlos Alberto Galhiego Professor de ensino público na região central do município de Assis. A partir da obra "Tornar-se Negro " de Neusa Santos Souza (2021), objetiva-se proporcionar um espaço para a construção da identidade negra. Destarte, cabe localizar que a filosofia Ubuntu "eu sou porque nós somos" visa demarcar que a existência individual faz sentido apenas em comunidade, logo o reconhecimento da humanidade se constrói nas relações e na coletividade. Sendo assim, para haver a singularidade é necessário a existência de um Outro. Para tanto, através das relações de solidariedade, da presença da interdependência, justiça, dignidade e generosidade, em um movimento que busca a continuidade das relações de comunidade, possibilita a existência do ser (Cavalcante, 2020). O fundamento basilar desse pensamento africano dá-se pelo respeito pelos outros, e a integração entre o ser com os outros e sua realidade (Cavalcante, 2020). Compreendendo a importância dessa ética como contraposição a uma lógica neoliberal, individualista e competitiva fomentada pelo modo de produção capitalista, o projeto pretende inspirar práticas de ensino mais colaborativas e inclusivas, a partir de um processo compartilhado de conhecimento. Ademais, o projeto visa promover ações e trabalhos que estejam centralizados em abordagens comunitárias de cuidado, reconhecendo que o sofrimento não se dá abstraído da conjuntura histórica, nem é apenas um fenômeno individual, mas sim um produto e consequência de fatores que se constroem no coletivo. E pensar o Tornar-se negro é retomar Neusa Souza Santos (2021), que descreve esse processo como mais do que apenas ser negro, a gente precisa do outro para nomear, ser negra não é um dado biológico, mas uma experiência social e histórica. O foco do projeto é criar um espaço coletivo de ressignificação das vicissitudes de ser negro/a no Brasil, reconhecendo as potencialidades para fomentar, por meio da reconstrução, do falar de si, repensar a própria negritude e do exercício da autonomia. Logo, por meio do trabalho com grupos de "letramento racial" direcionada a comunidade escolar, almejamos elaborar práticas que desconstroem o racismo estrutural e institucional daquele espaço. Assim como alentar o interesse dos alunos para a temática de relações étnico raciais, de momentos e espaços que promovam o sentimento de pertencimento, que possibilitem a construção de uma identidade negra com recursos simbólicos, emocionais, cognitivos e teóricos para desmantelar os estereótipos e estigmas atribuídos a eles na construção social do Brasil. Ademais, a realidade escolar ainda reproduz silenciamentos raciais e epistêmicos, e embora a educação para as relações étnico-raciais esteja presente nas escolas por determinação da Lei 10.639/03 (Brasil, 2003) que institui a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana, assim como a inserção do Dia da consciência Negra no calendário letivo, a aplicação dela nas

instituições de ensino ainda se faz de modo tímido e superficial. Logo, compreende-se a importância do projeto ao pensar espaços educativos com afeto, memória e pertencimento como forma de desenvolver os recursos que potencializam a construção de um letramento racial. Em seu conteúdo, deve-se considerar estratégias pedagógicas que reconheçam as contribuições dos povos africanos e afrodescendentes na formação da sociedade brasileira (Munanga, 2019). Logo, no processo de construção e efetivação do projeto de extensão estaremos de forma constante fazendo um diálogo, reflexão e ressignificação sobre os sentidos do "Tornar-se negro". Para isso, serão utilizados diversos recursos e metodologias, como leituras compartilhadas, comunicações, dinâmicas de grupo, oficinas, cine-debates, arteterapia, fóruns e dentre outros recursos e atividades que favoreçam a construção coletiva de sentidos. Trabalhando especialmente com estudantes negros/negras, considerando que estão inseridos em múltiplas realidades e possuem expressões estéticas e valores diversos, mas com a característica de raça/cor como pretos/pardos. O projeto em 2025 está direcionado como um processo formativo de cuidado e conscientização com alunos/as na faixa etária entre 11 e 18 anos. Cursando entre o sexto ano do Ensino Fundamental II até o terceiro ano do Ensino Médio. As atividades ocorreram em algumas disciplinas, como Projeto de vida, nos períodos diurno e vespertino. O projeto acontece por meio de 5 frentes de trabalho interconectadas que visam poder aprofundar o processo de Tornar-se Negro, que são: 01) Dimensão histórica; 02) Dimensão política; 03) Dimensão psicossocial; 04) Dimensão cultural e 05) Dimensão singular-existencial. São 900 alunos matriculados na escola, enquanto o projeto conta com 24 integrantes divididos em 5 grupos de trabalho, que se desdobravam em diferentes frentes como: produções artísticas que valorizassem expressões culturais afro-brasileiras e indígenas com as crianças, professores e comunidade; o planejamento, a mediação de atividades reflexivas e oficinas temáticas; a divulgação do projeto e as ações e o registro da memória; a articulação e promoção de campanhas sobre o enfrentamento ao racismo nas escolas e na cidade e a documentação, sistematização e transformação das experiências do projeto em materiais pedagógicos e científicos. Tendo em vista o campo prático, nos momentos iniciais, a partir da observação participante, foi possível compreender as perspectivas de trabalho em sala de aula, as dinâmicas entre alunos/as e professores, bem como a partir desses contatos a construção de conteúdos que fizessem sentido diante da realidade deles. A partir da apresentação do projeto, o "Ubuntu" disparava indagações e dúvidas, ao explicarmos a filosofia, os alunos se utilizavam das percepções de comunidade que dispunham, a partir de amizades, arranjos familiares e a própria relação escolar. A equipe profissional, na totalidade, se mostrou receptiva a presença do projeto, manifestada na abertura que ofereciam as propostas de vinculação e reconhecimento com eles. Nas observações em sala de aula, manifestava se as relações que as interseccionalidades de classe, gênero, raça se intercruzam no cotidiano, nos espaços em que meninas/meninos brancos conseguiam expor seus pensamentos, reflexões em relação aos saberes colocados, meninos pretos/pardos/amarelos eram solicitados no esporte. Ao mesmo tempo, o fato dos integrantes do projeto serem pessoas pretas e pardas, possibilitou a identificação e interesse de alunos/as, ainda que fosse de maneira cautelosa, observamos uma expressiva presença de estudantes pretos e pardos nas turmas. Foi perceptível o apoio que estudantes tinham entre si em algumas turmas, mas que ainda permanecem alguns que a presença era ignorada, com descaso e silenciamentos por parte de professores. Com isso, cabe pontuar a relevância do projeto de extensão "Ubuntu - Co-

construindo letramentos antirracistas no contexto escolar e em busca dos sentidos do tornar-se negro" como uma chamada de virada epistêmica. Isso porque a psicologia, enquanto ciência, se (re)produz através da noção do sujeito universal com uma centralização do saber no homem cisgênero, branco, cristão, burguês e heterossexual europeu (Ferreira & Garrido, 2021). Deste modo, pensar uma psicologia antirracista é um ato de esperançar a saúde, considerando um olhar para além da estética, ética e política do colono (Fanon, 2022). Um dos aspectos fundantes desse esperançar é considerar os atravessamentos de raça, classe e gênero de forma relacional nos corpos. Corpos estes, segundo Navasconi e Moscheta (2023), colocados como desviantes e abjetos pela psicologia brasileira em sua função enquanto dispositivo disciplinar. Nomear Ubuntu é seguir pela rota de sankofa (Sanko = voltar; fa = buscar, trazer), colocando outros saberes como potencialização de vida. Partindo, para tal, da resolução do Conselho Federal de Psicologia nº 018/2002, que demarca com ênfase no artigo 1º, que a atuação da(o) profissional da Psicologia deve estar pautada a partir de seus princípios éticos, que defenda uma reflexão sobre os mecanismos de opressão, visando enfrentar o racismo, e toda e qualquer forma de opressão. Por fim, esse projeto se coloca em uma guerra de nomeação (Bispo, 2023) do pensar e fazer psicologia dentro da perspectiva interseccional e da construção da negritude, alinhado ao processo do tornar-se negro (Santos, 2021).

Palavras-chave: Tornar-se negro; Letramento racial; Ubuntu; Relações Étnico-raciais; Educação antirracista.

Masculinidades e Paternidades em Comunidades Quilombolas de Pernambuco: Um Olhar a Partir das Oficinas de Escuta

Ana Carolina Freire Lopes (Governo do Estado de Pernambuco), Luciano Ramos (Instituo Mapear)

Masculinidades e Paternidades em Comunidades Quilombolas de Pernambuco: Entre Resistências e Cuidados

Introdução

As comunidades quilombolas de Pernambuco constroem suas identidades a partir de uma história marcada por resistência, territorialidade e organização comunitária. Neste contexto, as noções de masculinidade e paternidade se desenvolvem em diálogo constante com a ancestralidade africana, mas também sob a pressão de modelos hegemônicos de gênero. Este resumo analisa os dados coletados durante as Oficinas de Escuta realizadas em abril de 2024 em sete comunidades quilombolas de Pernambuco (Castainho, Conceição das Crioulas e Santana) e Maranhão, envolvendo mais de 100 participantes entre homens, mulheres, adolescentes e idosos. A pesquisa revela como as masculinidades quilombolas se constituem entre tradições culturais e transformações sociais, enquanto as paternidades demonstram particularidades no exercício dos cuidados. O estudo dialoga com autores como Frantz Fanon, que discute a descolonização das identidades masculinas, e Nego Bispo, intelectual quilombola que reflete sobre as especificidades dessas comunidades. Além disso, incorpora as perspectivas do Instituto Maperar e da Coordenação de Saúde do Homem do Ministério da Saúde sobre saúde masculina em contextos tradicionais.

Metodologia

As oficinas utilizaram metodologias participativas, incluindo:

Rodas de conversa segmentadas por gênero e faixa etária (homens adultos, mulheres, adolescentes);

Perguntas disparadoras como "O que é ser homem na sua comunidade?" e "Como você cuida da saúde dos seus filhos?";

Atividades lúdicas com adolescentes (desenhos e dinâmicas);

Entrevistas semiestruturadas com 51 homens adultos (67% autodeclarados pretos, média de 43 anos).

Os dados quantitativos revelam que:

89,47% dos homens são pais;

76,47% conversam com os filhos sobre saúde mental;

Apenas 14,04% realizam ações preventivas contra câncer de pênis.

Já os dados qualitativos emergiram das falas sobre trabalho, saúde e relações familiares, analisados através de três eixos:

Construção das masculinidades;

Exercício das paternidades;

Acesso à saúde.

Masculinidades Quilombolas: Tradição e Tensões

As respostas à pergunta "O que é ser homem na comunidade?" revelaram valores como:

Honra e trabalho ("Agricultor", "Provedor");

Cuidado ("Cuidador da família");

Resistência ("Guerreiro", "Forte").

No entanto, as rodas com mulheres e adolescentes apontaram contradições:

Afetividade restrita: "Homem não tem que ser muito carinhoso" (fala de adolescente em Castainho);

Hierarquias de gênero: "São eles que mandam" (relato de mulher em Santana);

Pressão social: "Precisam mostrar que são homens" (oficina com jovens).

Essas tensões refletem o que Fanon descreve como "máscaras" da masculinidade negra, onde os homens simultaneamente resistem e reproduzem estereótipos. As mulheres destacaram a necessidade de os homens participarem de espaços sobre masculinidades, indicando que 80,77% delas cuidam da saúde familiar sem reciprocidade.

Paternidades Quilombolas: Entre a Presença e os Desafios

A pesquisa revelou pais presentes, mas com lacunas:

Participação no pré-natal: 94% acompanharam as parceiras;

Cuidados cotidianos: 76% dos meninos afirmaram que os pais os levam ao médico;

Limitações: 56% não discutem ISTs com os filhos.

As mulheres relataram que os homens priorizam cuidados materiais ("levar ao posto") sobre diálogos (apenas 7,69% falam sobre saúde mental com os filhos). A paternidade é mediada por:

Saberes tradicionais: Uso de chás e ervas;

Organização comunitária: Avós e tios como co-responsáveis;

Falta de políticas: 87,5% das mulheres afirmaram que os homens não previnem doenças genitais nos filhos.

Saúde Masculina: Negligenciada e Invisibilizada

Os homens quilombolas enfrentam barreiras críticas:

Acesso: Consultas urológicas são raras (57,89% nunca ouviram falar de câncer de pênis);

Doenças prevalentes: Hipertensão (48% dos relatos), alcoolismo (19%);

Saúde mental: "Muitos morrem sem causa definida" (facilitador em Ririzal).

As mulheres destacaram que os homens só buscam saúde em emergências, sobrecarregando as redes femininas de cuidado. A falta de agentes de saúde quilombolas agrava o problema – em Santana, a UBS mais próxima fica a 15km.

As comunidades quilombolas pernambucanas mantêm uma relação profunda com a terra, a memória e os saberes tradicionais, elementos que influenciam diretamente as construções das masculinidades. Diferentemente do modelo patriarcal branco e urbano, as masculinidades quilombolas são frequentemente pautadas pela coletividade e pela responsabilidade comunitária. Nego Bispo, intelectual e ativista quilombola, ressalta que a identidade negra e quilombola é construída na luta contra a opressão colonial, o que inclui a redefinição dos papeis de gênero.

Frantz Fanon, em "Os Condenados da Terra", discute como a colonização impôs estereótipos violentos sobre o homem negro, associando-o à brutalidade ou à submissão. Nas comunidades quilombolas, a reafirmação da masculinidade passa pela desconstrução desses estereótipos e pela valorização de um masculino vinculado ao cuidado, à espiritualidade e à proteção do território. O Instituto Maperar, em seus estudos, aponta que muitos homens quilombolas assumem funções tradicionalmente associadas às mulheres, como o cultivo de hortas e a educação dos filhos, rompendo com a divisão sexual do trabalho imposta pela sociedade dominante.

Paternidades Quilombolas: Cuidado e Coletivas

A paternidade nas comunidades quilombolas não se restringe ao provimento material, mas está ligada à transmissão de saberes, à participação nos ritos comunitários e ao fortalecimento dos laços ancestrais. Diferente da figura distante do pai ocidentalizado, o pai quilombola é muitas vezes um agente ativo no cotidiano dos filhos, seja através da oralidade, dos trabalhos coletivos ou das lutas políticas.

A Coordenação de Saúde do Homem do Ministério da Saúde destaca que, em contextos tradicionais, a saúde masculina está intimamente ligada ao bem-estar da comunidade. Nas comunidades quilombolas, isso se traduz em paternidades mais presentes e afetivas, ainda que enfrentem desafios como a migração forçada de

jovens para centros urbanos e a pressão de modelos hegemônicos de masculinidade.

Conclusão e Recomendações

As masculinidades quilombolas pernambucanas se constroem na tensão entre:

Valores ancestrais (coletividade, resistência);

Pressões externas (machismo, falta de políticas).

Para transformar essa realidade, propõe-se:

Políticas territoriais: Campanhas de saúde masculina com agentes quilombolas;

Educação integral: Oficinas sobre paternidade ativa e saúde sexual;

Enfrentamento às violências: Grupos reflexivos com homens, como demandado por 92% das mulheres.

Como afirma Nego Bispo, "o quilombo é um espaço de cura" – mas essa cura exige reconhecer as masculinidades quilombolas em sua complexidade, valorizando seus saberes sem romantizar seus desafios.

Referências

Relatórios das Oficinas de Escuta (Abril/2024);

FANON, F. Os Condenados da Terra (1961);

Coordenação de Saúde do Homem/MS (2023).

Pensando a comunidade da Psicologia Social Comunitária sob a perspectiva de Carolina Maria de Jesus

Ana Carolina Silva dos Santos (UNICAMP), Elisabete Figueroa dos Santos (UNICAMP)

Este trabalho compõe uma pesquisa de Mestrado em Educação em andamento, que busca resgatar as ligações históricas entre a Psicologia - e em particular da Psicologia Social Comunitária - e a Educação Popular, articulando as categorias de raça, gênero e classe. Ao investigar essas ligações históricas, a concepção de comunidade e dos sujeitos que nela vivem evocou reflexões da autora, se questionando a quais pessoas essa vertente da Psicologia estava se referindo, quando se dirige a "comunidade". Esta provocação se embasa no texto de Freitas (2015), em que ao discutir a prática psicológica na comunidade, indica que tal prática está historicamente voltada às classes populares, com pouco acesso a políticas públicas e bens materiais, em meio a um contexto de desigualdade social. As favelas, bairros populares e a classe trabalhadora são o contingente de pessoas que estão nessas comunidades e que são as destinatárias de ações de conscientização, organização, mobilização e de um compromisso de localizar suas identidades sócio-historicamente. No entanto, ao refletirmos sobre a formação social brasileira, a partir de Lélia Gonzalez (1984), essas comunidades que os textos descrevem possuem uma particularidade importante – mas que na literatura da área em Psicologia Social Comunitária é pouco debatida e explicitada: são compostas majoritariamente por pessoas negras que têm os lares chefiados por mulheres, que são em sua maioria negras. Ou seja, defende-se aqui que as imbricações de raça e gênero são necessárias para uma análise de fato crítica sobre esses territórios e sujeitos, que não são afetados somente pela pobreza, mas também pelos efeitos do racismo e do patriarcado que organizam nossa realidade social e que encontram na historicidade do pós-abolição a a sua formação. Esta análise pode auxiliar a Psicologia Social Comunitária em seu projeto político de compromisso com esses setores. A partir de tais posições, o objetivo é analisar a concepção de comunidade a partir da perspectiva de Carolina Maria de Jesus, mulher negra e favelada, semianalfabeta, mãe solo de três filhos, que denunciou e insurgiu contra uma sociedade elitizada, branca e masculina, que depositou historicamente no "quarto de despejo", a população negra (em termos físicos e simbólicos). Neste sentido, evoca-se a sua figura como representante desta população que vive nas periferias, favelas e bairros populares na sociedade brasileira. Catadora de papel e moradora da favela do Canindé, na cidade de São Paulo, sua obra possibilitou que os problemas deste território fossem vistos e discutidos a partir da perspectiva de quem lá vive – da periferia, em oposição aos "visinhos ricos de alvenaria" (Jesus, 2014). Ela descreve, a partir de seu lugar de experiência, todo o contexto a partir do qual as autoras Lane (2015) e Freitas (2015) tratam acerca do contexto político e econômico do Brasil nas décadas de 1950 a 1960, para contextualizar o início dos trabalhos em comunidade, o surgimento da Psicologia Social Comunitária, bem como da inserção de profissionais da área nesses espaços. Em seu diário, Carolina na década de 50, já sinalizava as precárias condições de vida, o preço dos alimentos e como isso a tornava – em suas palavras - escrava dos altos custos de vida, impossibilitando até mesmo conseguir comprar um simples presente de aniversário para sua filha Vera Eunice. A vida era atribulada e sempre faltava algo. O que ela encontrava no lixo, pegava para vender na tentativa de sobreviver, já que dava alguns cruzeiros. A fome é protagonista em sua obra. Ela tem cor e é amarela. Carolina dizia que o Brasil precisava ser dirigido por alguém que passou fome, já que o arroz e o feijão não estavam ao alcance dos favelados. Em 15 de maio de 1958, ela diz: "...Eu classifico São Paulo assim: O Palácio é a sala de visita. A prefeitura é a sala de jantar e a cidade é o

jardim. E a favela é o quintal onde jogam os lixos." (Jesus, 2014, p.32). Este espaço, do qual a autora sonha em sair com a venda de seus livros, é o retrato das condições precárias e da falta de acesso a direitos básicos que a população que marginalizada vive, sendo o foco fundante de intervenção da Psicologia Social Comunitária, e a partir do qual o presente trabalho indica a necessidade de ampliação do debate, localizando os sujeitos políticos que dela fazem parte. Infelizmente, esta realidade descrita por Carolina Maria de Jesus ainda é massivamente presente nos dias de hoje, décadas após a escrita deste livro-denúncia, o que torna necessária e fundamental a discussão sobre as categorias de raça e gênero dentro deste escopo teórico e da prática profissional. O retrato de sua realidade demonstra os efeitos perversos do racismo e seus impactos simbólicos e materiais sobre a vida dessa população, frente a uma divisão social que, com frequência, é naturalizada pela literatura ao não considerar os efeitos do racismo para organização e manutenção dessas realidades. Com isso, conclui-se que o campo teórico da Psicologia Social Comunitária não pode se furtar desta análise crítica, ao estar em contato com esta população, que possui especificidades históricas e, ao mesmo tempo, carrega uma potencialidade crítica de análise da realidade social vivida, como retratado por Carolina Maria de Jesus, localizando na perspectiva de uma mulher negra, uma transformação teórico-prática da Psicologia no país.

Raça, Interseccionalidade e Resistência: Reflexões sobre a Invisibilização e o Lugar do Sujeito Negro no Brasil

Joiciane Maria Rodrigues de Carvalho (UNINTA)

Raça, Interseccionalidade e Resistência: Reflexões sobre a Invisibilização e o Lugar do Sujeito Negro no Brasil

Resumo

Este trabalho apresenta reflexões construídas a partir da atuação no Grupo de Estudos em Raça, Racialidade e Interseccionalidade, iniciativa acadêmica e política voltada para a análise crítica das estruturas raciais no Brasil. Com base em uma abordagem interseccional — que considera raça, gênero e classe —, o texto discute como o racismo influencia o acesso à justiça social, às políticas públicas e aos espaços de poder. Através do diálogo com autoras como Cida Bento, Lélia Gonzalez, Grada Kilomba e Djamila Ribeiro, problematiza-se a invisibilização dos corpos negros, a resistência como condição de existência e a urgência do reconhecimento da humanidade do povo negro.

Palavras-chave: racismo estrutural; interseccionalidade; branquitude; resistência negra; psicologia social crítica.

Introdução

O Grupo de Estudos em Raça, Racialidade e Interseccionalidade - GERI- Sankofa nasce como uma proposta acadêmica e política comprometida com o aprofundamento do debate sobre o racismo estrutural no Brasil. A iniciativa busca compreender como as estruturas sociais e institucionais continuam reproduzindo desigualdades raciais, mesmo em um país com maioria da população negra e parda.

Nossa atuação parte do reconhecimento de que o racismo, em sua dimensão estrutural, não apenas exclui, mas também naturaliza a exclusão, condicionando o acesso de pessoas negras a direitos básicos, como educação, saúde, poder político e produção de conhecimento. Nesse contexto, torna-se fundamental analisar as interseções entre raça, gênero e classe para compreender os múltiplos atravessamentos que moldam as experiências dos sujeitos negros na sociedade.

A Invisibilização de pessoas negras como Projeto Histórico

A invisibilização de corpos negros não é acidental, mas parte de um projeto social e histórico. Desde o período escravocrata, a sociedade brasileira construiu-se sobre a negação da humanidade negra, controlando sua presença e silenciando sua voz. A manutenção dessa lógica torna desconfortável, ainda hoje, a presença de pessoas negras em posições de liderança, saber e decisão — espaços historicamente ocupados por homens brancos e ricos.

Como aponta Grada Kilomba (2019), o racismo é uma problemática branca. Ele é projetado para excluir, mas também para manter o poder simbólico e institucional da branquitude. Ao longo do tempo, essa exclusão foi mascarada por discursos meritocráticos e universalistas que invisibilizam as barreiras impostas à população negra.

A Resistência como Condição de Existência

Nesse cenário, a resistência negra é, mais do que uma escolha, uma imposição histórica. Estudar, produzir conhecimento, ocupar espaços e afirmar-se enquanto sujeito são atos profundamente políticos. Como bem sintetiza Djamila Ribeiro (2018, p. 109):

“O racismo nos coloca fora da condição humana, e isso é muito violento. Muitas vezes achamos que o alcance dessa humanidade se dá através da idealização. [...] Quero ter essa liberdade humana de ser eu.”

Esse trecho expressa o cerne do que discutimos em nosso grupo de estudos: a luta pelo direito de ser plenamente humano, sem idealizações ou reduções. A sociedade

branca permite-se errar, ser vulnerável, contraditória. Já a população negra é constantemente obrigada a provar sua competência, inteligência e civilidade para ser aceita como digna de existir.

As Referências que nos Guiam

Nosso grupo se ancora em obras fundamentais para pensar a complexidade do racismo e da subjetividade negra. Em O Pacto da Branquitude, Cida Bento (2022) denuncia como pessoas brancas se organizam silenciosamente para proteger seus privilégios, mesmo quando se dizem comprometidas com a equidade racial.

Lélia Gonzalez, por sua vez, oferece uma leitura potente da articulação entre racismo, machismo e colonialidade. Sua obra é imprescindível para compreender as dinâmicas que afetam de maneira particular as mulheres negras no Brasil.

Além disso, Grada Kilomba (2019) e Djamila Ribeiro (2018) nos ajudam a refletir sobre como o racismo opera também na linguagem, na memória e na subjetividade, afetando profundamente a forma como os sujeitos negros se percebem e são percebidos.

Considerações Finais

Ver pessoas negras em posições de destaque ainda é um ato de ruptura em uma sociedade moldada para sua exclusão. Essa presença não deve ser entendida como um feito individual, mas como um gesto coletivo de resistência. Ocupar esses espaços é afirmar que nós existimos, pensamos, produzimos e lideramos, apesar das tentativas históricas de silenciamento.

Nosso grupo de estudos é, portanto, mais do que um espaço acadêmico: é um território de elaboração política, afetiva e intelectual. É onde discutimos a dor, mas também celebramos a potência da coletividade. É onde transformamos a denúncia em ação, e a teoria em prática.

Resistir é, sim, o nosso lugar natural. Mas seguimos lutando para que viver plenamente, com liberdade e dignidade, também o seja.

Referências

BENTO, Maria Aparecida. O pacto da branquitude. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. São Paulo: Cobogó, 2019.

RIBEIRO, Djamila. Quem tem medo do feminismo negro? São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

Saúde mental e mulheres negras moradoras de favela: As vozes e a escuta

Larissa Gonçalves Gama (UERJ), Edna Lúcia Tinoco Ponciano (UERJ)

O imaginário social brasileiro sobre as mulheres negras é, frequentemente, atravessado pela atribuição negativa e estereotipada resultante de marcadores sociais da diferença, tais como racismo, sexismo e classismo, estruturas historicamente presentes na sociedade brasileira, constituída e forjada por mãos brancas. Na sociedade brasileira, há uma aplicação cotidiana dessas estruturas e da herança escravocrata que as formou. A separação racial e socioeconômica está visualmente presente em cidades como o Rio de Janeiro, cuja estrutura geográfica representa o privilégio branco e a histórica segregação da população negra aos territórios das favelas, que se apresenta predominante até hoje. As favelas e periferias, na ficção e fora dela, são espaços recorrentemente marcados pela violência de Estado e tratadas como locais-alvo de extermínio do corpo negro em massa. Apresentando as favelas como pano de fundo, as mídias de massa expõem e representam a imagem da população negra por meio da violência e da criminalidade. Entre a mulheridade negra e as favelas temos o encontro no qual, frequentemente, sobre as violências sofridas por seus corpos e de seus familiares, principalmente quando vítimas das ações do braço armado do Estado nos territórios, as mulheres negras são convocadas à fala a respeito do alto índice de violações de direitos e de chacinas decorrentes da violência de Estado nas favelas. Essas experiências históricas, simbólicas e cotidianas atravessam a saúde mental, podendo resultar em sofrimento psíquico. Frente aos marcadores raça, gênero, classe, território e violência de Estado em nossa sociedade, mulheres negras residentes de favelas elaboram e aplicam estratégias, práticas e tecnologias de cuidado em saúde mental como resposta e enfrentamento às opressões cotidianamente experienciadas. Logo, escutar as vozes das mulheres negras moradoras de favela sobre suas próprias vivências, considerando o contexto em que estão inseridas e suas experiências subjetivas, abre caminhos para novos modos de saber-fazer no cuidado em psicologia e saúde mental, operando na ruptura com o silenciamento ao qual historicamente foram submetidas. Reconhecendo as especificidades das mulheres negras na sociedade brasileira, é importante ressaltar que a raça precisa vir antes do gênero para localizar a qual população nos referimos. Entretanto, as categorias de gênero são relevantes ao elaborar sobre o contexto racializado, pois possuem especificidades que atravessam a construção subjetiva dos sujeitos forjados pelas relações raciais. A pesquisa teve como objetivo investigar, compreender e discutir, por meio do encontro entre as vozes das mulheres negras residentes de favela e a escuta da pesquisadora, os impactos resultantes da interseccionalidade entre raça, gênero, classe, território e violência de Estado na saúde mental, frente às experiências cotidianas. Buscou-se identificar as respostas subjetivas e as práticas de cuidado elaboradas por elas frente à experiência de ser uma mulher negra na vivência no território. Desse modo, são discutidos os marcadores socais e seus possíveis impactos na saúde mental tendo como foco central as vivências das participantes. Caminhando com as críticas e as discussões do feminismo negro, este trabalho parte da discussão sobre a construção identitária e subjetiva de mulheres negras cariocas residentes de favelas. Um caminho construído recorrendo a aspectos como a interseccionalidade, a territorialidade e o contexto das mulheres negras brasileiras em diálogo, por meio da escuta e do protagonismo das participantes, apostando na valorização de práticas e de saberes cotidianos de cuidado. Discutir e investigar sobre a temática das relações raciais interseccionalizadas com gênero e classe, permite a elaboração de um olhar ético-político da psicologia no campo da saúde mental. Este trabalho está

inserido no Grupo de Trabalho que discute os processos de vulnerabilidade social e suas implicações para a saúde mental, com enfoque na interseccionalidade e na territorialidade. Ao investigar as práticas de cuidado e enfrentamento de mulheres negras moradoras de favela, o estudo dialoga com a proposta do GT ao evidenciar a centralidade da escuta das vozes marginalizadas e o reconhecimento dos saberes locais como estratégias de resistência e promoção do bem-estar. Desse modo, contribui para o debate sobre políticas públicas e práticas em saúde mental que respeitem a diversidade dos corpos, histórias e territórios, apontando para modos de cuidado ético-políticos e inclusivos. Para responder aos objetivos e a questão norteadora, foi realizada uma pesquisa empírica qualitativa de caráter exploratório. Por meio do método do estudo de caso, diários de campo, termo de consentimento livre e esclarecido, entrevista semiestruturada e questionário sociodemográfico como instrumentos para coleta de dados. A pesquisa contou com a participação voluntária de oito mulheres negras autodeclaradas, com idades entre 19 e 61 anos e residentes do Complexo do Alemão, favela-bairro localizada na zona norte da cidade do Rio de Janeiro. Os diários de campo foram utilizados para registro do cotidiano do território e do processo de convite e coleta de dados. Com ênfase na escuta das vozes das participantes, como ferramenta central da coleta de dados, as entrevistas foram integralmente transcritas e analisadas por meio do método da análise de conteúdo, o que nos permitiu identificar narrativas singulares que contam sobre lugares e vivências coletivas das mulheres negras. Não buscamos a universalização do discurso ou a confirmação teórica. Foi realizada uma discussão crítica sobre a dimensão do encontro entre o contexto, o cotidiano e a teoria. Os dados foram discutidos considerando a interseccionalidade de marcadores da diferença como raça, gênero, classe e território, considerando a discussão presente no feminismo negro sobre o ato politicamente corporificado de “ser mulher negra” em nossa sociedade e nas favelas cariocas, com suas recorrentes marcas da violência de Estado. Por meio da ruptura com a posição de objeto, nos posicionamos na escuta do sujeito, das mulheres negras. Como resultado do encontro entre as vozes das participantes e a escuta das pesquisadoras frente às temáticas de raça, gênero, classe e violência de Estado, os dados apresentaram práticas e tecnologias de cuidado e enfrentamento em saúde mental elaboradas pelas participantes. Diante da análise dos dados, racismo, construção identitária, privação do ir e vir, rede de apoio, família, escuta, fé/religião, regulação emocional, autocuidado e consumo, foram temáticas que emergiram como categorias nas falas das participantes. Por meio da utilização da escuta como ferramenta central para a coleta de dados, buscou-se a ruptura com a posição de objeto historicamente direcionado à população negra feminina. Construíram-se caminhos no encontro, para que fosse possível falar com as mulheres negras moradoras do Complexo do Alemão e não apenas sobre elas. O direcionamento do olhar e da escuta às favelas e à população feminina negra residente, demanda o reconhecimento das especificidades do território e do contexto no qual estão inseridas. Tal posicionamento possibilita a elaboração e o reconhecimento de novos modos de saber-fazer em psicologia, em saúde mental e no campo das políticas públicas. Concluímos que mulheres negras moradoras de favela elaboram práticas de cuidado cotidianamente, inclusive por meio de estratégias de regulação emocional, indicando caminhos que dialogam com o bem-estar e o bem-viver.

Subjetividades em formação: identidade racial, bem estar e letramento como formas de resistência simbólica em uma população do extremo oeste amazônico

Edwardy Oliveira Benicio de Melo (UNIR), Thais Santos da Cruz (UNIR), Karolyne Marques da Silva (UFAC), Patrícia da Silva (UFAC)

O presente trabalho investiga a relação entre identidade racial, letramento racial (a partir da filiação a grupos que discutem a temática racial) e a percepção de bem-estar subjetivo entre pessoas brancas e negras no estado do Acre. A problematização parte do reconhecimento do racismo estrutural brasileiro e de seus impactos psicossociais, afetando subjetividades, pertencimento social e percepção de qualidade de vida. Questiona-se, assim, em que medida a identidade racial e a filiação a grupos que promovem o letramento racial influenciam a percepção do bem-estar subjetivo.

O objetivo geral foi identificar a relação entre identidade racial e filiação, através do letramento racial, com a percepção de bem-estar subjetivo. Como objetivos específicos: a) verificar a relação entre identidade racial e bem-estar subjetivo; b) identificar a relação entre filiação (letramento racial) e bem-estar subjetivo.

Este trabalho se insere diretamente no eixo "Psicologia social face à destruição de todas as formas de vida" ao se propor investigar a formação da identidade racial com a experiência de bem-estar, partindo da perspectiva de que o letramento racial de pessoas negras e a forma como este ocorre, afetam as formas de existir e as formas de se constituir como sujeito em uma sociedade estruturalmente racista. A análise da filiação a grupos como mediadora do letramento racial também contribui para a compreensão de formas de resistência subjetiva e política, produzindo contra-hegemonias.

Partimos também da concepção que a formação do discurso sobre a identidade negra no Brasil é construído a partir do cenário sócio-histórico formado pelo colonialismo, pela escravidão, pela política de embranquecimento, e pelo discurso neoliberal. Tal construção forma atos e comportamentos violentos e desumanizador ao justificar ou defender a exclusão, o preconceito, o estigma e a alienação da identidade de pessoas negras.

A discussão conceitual está fundamentada em autores da psicologia social e do pensamento negro, como Neusa Santos Souza (1983), que problematiza o "tornar-se negro" como processo de autoidentificação atravessado pelo racismo; Kabengele Munanga (2012), sobre identidade étnico-racial e as heranças coloniais; Henri Tajfel (1978), com a teoria da identidade social; O conceito de bem-estar subjetivo se baseia nos trabalhos de Diener (1984), Giacomoni (2004) e Albuquerque & Tróccoli (2004), articulando avaliações cognitivas e afetivas da vida.

Utilizou-se uma abordagem quantitativa por meio de um questionário online aplicado via Google Forms, com coleta realizada entre 1 e 31 de julho de 2022. Participaram 231 pessoas autodeclaradas brancas e negras, residentes no estado do Acre. O instrumento incluía: questionário sociodemográfico, escala de bem-estar subjetivo (EBES), índice de identificação racial, e pergunta sobre participação em grupos/estudos/coletivos que tratam da temática racial (indicador de letramento).

Para a análise estatística foi utilizado o Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) versão 20, no qual foram feitas análises fatoriais e testes T. Para analisar a dinâmica da identificação étnico-racial (endo e exo grupal) foi utilizado o índice de identificação como variável dependente em função da cor autodeclarada (branca ou negra). Para avaliar o bem estar subjetivo foi feito um

teste T (Student), sendo as variáveis dependentes, o afeto negativo, o afeto positivo e a satisfação com a vida e como variáveis independentes, cor autodeclarada e filiação.

Após as análises, observaram-se padrões distintos de identificação: pessoas brancas apresentaram maior identificação com seu próprio grupo racial (endogrupal), enquanto pessoas negras mostraram maior identificação com o grupo branco (exogrupal), expressando os efeitos da ideologia do branqueamento. Ademais, a filiação a grupos de discussão racial foi baixa em ambos os grupos, mas um pouco mais alta entre pessoas negras (13,33%) do que brancas (6,06%), o que evidencia um potencial de consciência racial crescente, ainda que incipiente. Esses dados apontam para a complexidade da constituição identitária negra no contexto brasileiro.

O conceito de bem-estar subjetivo se baseia nos trabalhos de Diener (1984), Giacomoni (2004) e Albuquerque & Tróccoli (2004), articulando avaliações cognitivas e afetivas da vida. Segundo Diener (1984), o bem-estar subjetivo é composto por três elementos principais: a presença de afetos positivos, a ausência de afetos negativos e a avaliação cognitiva da própria vida, geralmente expressa por meio da satisfação com a vida. Giacomoni (2004), por sua vez, ressalta que o bem-estar subjetivo envolve a percepção que o indivíduo tem sobre si e sobre seu cotidiano, a partir de uma avaliação pessoal de suas experiências e sentimentos, considerando fatores socioculturais que moldam essa percepção. Complementarmente, Albuquerque e Tróccoli (2004) destacam que o bem-estar subjetivo pode ser entendido como uma experiência subjetiva que resulta da interação entre variáveis individuais, contextuais e relacionais, estando profundamente enraizado nos vínculos sociais e nos sentidos atribuídos às vivências do sujeito.

Os resultados revelam que a identificação racial de pessoas negras ainda é marcadamente influenciada por processos de autoimagem fragilizada, distanciamento do grupo de pertencimento e busca de referências em grupos hegemonicamente valorizados. A baixa adesão a grupos de letramento racial reforça os desafios de uma construção identitária positiva frente ao racismo estrutural. Apesar de não haver diferenças significativas no bem-estar subjetivo entre os grupos, os dados sugerem que a filiação e a autoidentificação são aspectos centrais para entender como a subjetividade é afetada pelas relações raciais.

Neste sentido, corroborando as contribuições de Neusa Santos Souza (1983), compreende-se que o processo de "tornar-se negro" envolve tensionamentos profundos entre as experiências de discriminação e o desenvolvimento de uma consciência crítica da própria identidade. Essa dinâmica é agravada por estruturas de opressão que naturalizam o racismo como elemento fundante da sociabilidade brasileira. A invisibilização das experiências negras e a adesão parcial ou inconsciente a modelos de subjetividade branca, como evidencia o maior índice de identificação exogrupal das pessoas negras, representam efeitos daquilo que Lélia Gonzalez (1984) denomina como "neurose cultural" da sociedade brasileira.

A adesão limitada a espaços coletivos de resistência, como os grupos de letramento racial, evidencia a urgência de ampliar políticas públicas e ações sociais que promovam o fortalecimento da identidade racial positiva. A formulação feita por Tajfel (1978), nos permite vislumbrar como os processos de fortalecimento e construção de uma identidade são profundamente atravessados e influenciados por uma formação social, que por muito, se baseia no processo educacional e na influência social.

A escolha do conceito de bem-estar subjetivo, com base nas definições de Diener (1984), Giacomoni (2004) e Albuquerque & Tróccoli (2004), permite compreender como os impactos psicossociais do racismo estrutural afetam não apenas a dimensão objetiva da vida das pessoas negras, mas também sua experiência afetiva e

cognitiva sobre si mesmas e o mundo. A investigação apresentada demonstra que os vínculos identitários e a participação em espaços coletivos de letramento racial atuam como mediadores importantes na forma como indivíduos avaliam sua própria existência, seu pertencimento e sua dignidade.

Assim, o bem-estar subjetivo torna-se uma lente potente para analisar os efeitos subjetivos do racismo, revelando como a construção identitária atravessada por práticas de resistência e conscientização pode se refletir em maiores níveis de satisfação com a vida e menor presença de afetos negativos. De tal forma, a articulação entre identidade racial, letramento e bem-estar subjetivo ilumina as dinâmicas de sofrimento e potência que marcam as trajetórias de sujeitos racializados na sociedade brasileira.

O pensamento de Souza (1983), ao conceber o racismo como uma opressão baseada na descaracterização da identidade do sujeito negro em detrimento de uma identidade embranquecida, auxilia a compreender que a construção do self negro precisa ser politicamente engajada, crítica e ancorada na ancestralidade. Tal construção passa pelo enfrentamento ao epistemicídio objetivo deste eixo e do Grupo de Trabalho, valorizando epistemologias negras e comunitárias.

Portanto, ao colocar em diálogo as subjetividades racializadas, os processos de identificação e os efeitos do letramento racial, vislumbra-se um campo fértil para práticas e investigações que resistam à destruição simbólica e material imposta às populações negras no Brasil. A psicologia, enquanto ciência e prática, é convocada a romper com os paradigmas eurocentrados e a constituir-se como ferramenta de reconstrução de mundos e sujeitos historicamente negados.

Tecer a vida: velhice e biopolítica em tempos de pandemia

Bárbara Alves Pereira (UFRJ)

A proposta desta comunicação é analisar as experiências de envelhecimento de mulheres negras moradoras de favelas do Rio de Janeiro, com atenção à forma como os marcadores de raça, gênero, classe e geração se entrelaçam na construção de modos de vida e processos de subjetivação em contextos de precariedade. O objetivo consiste em compreender como esses eixos de desigualdade operam de forma interdependente e conformam trajetórias sociais específicas que exigem uma abordagem atenta à historicidade e às mediações institucionais.

Entre 2021 e 2023, realizamos a pesquisa durante a pandemia de Covid-19, o que conferiu ao trabalho uma dimensão de urgência empírica e, ao mesmo tempo, permitiu observar com maior nitidez os mecanismos que produzem e agravam desigualdades sociais. O isolamento, o abandono por parte das instituições e o aprofundamento das iniquidades intensificaram processos em curso, revelando os limites das políticas públicas e destacando a força das redes locais de solidariedade, cuidado e reinvenção do cotidiano.

Este trabalho se articula aos objetivos do GT 01 ao criticar as formas pelas quais a psicologia tem historicamente negligenciado as experiências racializadas da velhice. Em vez de uma omissão pontual, identificamos a persistência de um modelo epistemológico que frequentemente invisibiliza (ou marginaliza) a interseccionalidade como ferramenta fundamental para compreender a velhice em contextos marcados pelo racismo.

Entendemos o racismo não como fator externo, mas como operador estruturante das relações sociais e das subjetividades. A dimensão psicossocial do racismo, muitas vezes negligenciada por abordagens normativas, assume aqui o papel de eixo organizador da experiência vivida e orienta uma escuta comprometida com sua densidade histórica e política.

A construção teórica desta investigação mobiliza diferentes referenciais, com o intuito de captar a complexidade das experiências sem reduzi-las a categorias rígidas. A interseccionalidade, conforme formulada por Crenshaw (2002) e desenvolvida por Collins e Bilge (2021), oferece uma chave analítica que permite entender como os marcadores sociais de diferença – raça, gênero, classe e geração – operam de maneira interligada na produção das desigualdades. Essa perspectiva evidencia as formas específicas de vulnerabilização que resultam da interação entre estruturas de opressão.

Essa abordagem nos permite compreender a velhice das mulheres negras nas favelas não como uma etapa genérica do ciclo da vida, mas como uma condição socialmente construída, atravessada por exclusões históricas e processos de subalternização. A interseccionalidade mostra-se eficaz ao explicitar os efeitos acumulativos do racismo institucional, do sexismo e da desigualdade econômica nas formas de envelhecimento vividas nesses territórios.

Além disso, recorremos à noção de biopolítica, proposta por Foucault (2014), para analisar como o poder contemporâneo opera por meio da administração da vida, mais do que pela repressão direta. No caso das populações racializadas e envelhecidas, essa administração se expressa em políticas ambíguas, que alternam cuidado e negligência, visibilidade e esquecimento. A partir da contribuição de Mbembe (2019), a necropolítica aprofunda esse olhar ao demonstrar como, em contextos de extrema desigualdade, o controle da vida frequentemente se converte em gestão da morte.

Os estudos críticos sobre o envelhecimento (Beauvoir, 1990; Tótora, 2015) também contribuem ao desnaturalizar a velhice, permitindo situá-la como uma construção social e histórica. Em vez de tratar a velhice como destino biológico, passamos a entendê-la como categoria situada,

cuja forma e sentido se definem em função das condições materiais, simbólicas e institucionais envolvidas.

No campo metodológico, adotamos a cartografia esquizoanalítica (Deleuze & Guattari, 1995; Passos & Barros, 2009), que nos orienta a acompanhar processos, fluxos e afetos, em vez de representar sujeitos por meio de categorias fixas. Essa abordagem favorece a escuta das experiências que escapam às classificações tradicionais e revela as reinvenções cotidianas produzidas nos territórios.

Durante a pandemia, observamos com clareza o modo como o Estado exerceu seu poder necropolítico nas favelas do Rio de Janeiro. As mulheres negras idosas da pesquisa vivenciaram diferentes formas de abandono e silenciamento, frequentemente naturalizadas pelo discurso institucional. Apesar disso, encontraram maneiras de sustentar a vida, por meio do cuidado, da solidariedade e da reorganização do cotidiano. Esse movimento contraditório – entre controle e resistência – se torna essencial para entender os processos de subjetivação em curso. A velhice, nessas condições, emerge como um campo de disputa política e simbólica.

A opção pela cartografia metodológica nos possibilitou acompanhar esses processos em sua complexidade. Conduzimos entrevistas presenciais e virtuais, complementadas por caminhadas pelos territórios das interlocutoras. Essa aproximação permitiu captar os atravessamentos de tempo, corpo e espaço nas experiências vividas.

Um relato particularmente expressivo é o de Dona Neiva, costureira aposentada, negra, de 68 anos. Durante o isolamento, ao ouvir as aulas remotas de seu neto, ela passou a refletir sobre episódios de sua trajetória sob a ótica do racismo. “Nunca ninguém me disse que aquilo era racismo. Agora, com o que ele aprende, eu consigo ver”, contou. Essa reinterpretação da própria história resultou de um deslocamento subjetivo e epistêmico, potencializado pela convivência familiar e pelas ferramentas educativas.

Esse episódio nos permite observar o racismo tanto como estrutura opressiva quanto como força que silencia, reorganiza a linguagem e apaga a memória. Nomeá-lo implica não apenas reconhecer uma violência, mas também ativar um processo de elaboração crítica da identidade. Nesse sentido, a educação antirracista e os laços familiares se mostram como dispositivos de agência subjetiva e cuidado intergeracional.

Outros relatos, como os de Dona Janaína e Dona Conceição, revelam estratégias diversas de resistência. Janaína sustentava-se com a venda de panos de prato e articulava redes informais de apoio. Conceição recusava abrigos institucionais por considerá-los desumanizantes e optava por circular livremente pela cidade para preservar sua autonomia. Essas escolhas desestabilizam as formas de gestão da velhice que associam envelhecer à passividade ou à dependência.

A análise dos dados revela que as políticas públicas voltadas à população idosa negra das favelas não apenas falham em atender suas demandas, mas seguem um padrão seletivo de intervenção, marcado pela negligência e pelo controle. Mesmo assim, essas mulheres constroem formas próprias de habitar o mundo, criando zonas de resistência e produção de sentido nas brechas das estruturas institucionais.

Encerramos esta reflexão destacando a importância de escutar as velhices negras para repensar a psicologia social em uma perspectiva comprometida com a justiça racial. O gesto de tecer a vida – seja literalmente, como no caso de Dona Neiva, seja simbolicamente, por meio da fala e da memória – representa um ato político e existencial. As narrativas que reunimos não apenas documentam o sofrimento, mas também expressam saberes que resistem, persistem e se transformam. Mesmo sob as pressões do biopoder, a vida coletiva continua produzindo invenção.

Trajetória de escolarização de indígenas e racismo anti-indígena na Universidade Federal do Amazonas.

Débora Evely Ramos de Oliveira (UFAM), Marcelo Gustavo Aguilar Calegare (UFAM)

A diversidade étnica do cenário amazônico é essencial para a preservação da identidade cultural regional, com as populações indígenas tendo um papel fundamental na riqueza e pluralidade da região. No entanto, o acesso dessa população à educação superior enfrenta desafios significativos e uma trajetória marcada por inúmeros obstáculos; mesmo após a promulgação da Constituição de 1988, que estabeleceu diretrizes para a inclusão e valorização das culturas indígenas, houve uma demora considerável na implementação de políticas que permitissem a entrada e a permanência desses estudantes nas universidades. A Constituição reconheceu o direito dos povos indígenas à educação escolar específica e diferenciada, concentrando-se principalmente na educação básica, enquanto o acesso ao ensino superior permaneceu uma conquista por vir (Bergamaschi; Doebber; Brito, 2019).

A primeira demanda indígena para o nível superior começou a ser atendida a partir de 2001, com os cursos de licenciatura indígenas concebidos para formar professores que atuam nas escolas de suas aldeias. A segunda demanda surgiu com os progressos na escolaridade dessa população: jovens indígenas que concluem o ensino médio e buscam formação profissional em áreas diversas, como Direito, Medicina e Ciências da Terra. Essa clientela começou a ser atendida a partir de 2003, por meio do sistema de cotas ou vagas suplementares ofertadas em vestibulares exclusivos (David; Melo; Malheiro, 2013, p. 113). Essas iniciativas para atender às demandas educacionais indígenas pavimentaram o caminho para um aumento significativo no número de estudantes indígenas no ensino superior. No decorrer dos anos, se tornou evidente que não basta apenas garantir o acesso; é crucial entender e apoiar a trajetória desses estudantes dentro das universidades.

Visto isso, neste estudo, foi prioridade analisar a trajetória de escolarização de estudantes indígenas e o racismo anti-indígena na Universidade Federal do Amazonas (UFAM), onde o número crescente de estudantes indígenas ingressando nos últimos anos é notável, refletindo os avanços nas políticas de inclusão e acesso à educação superior. O acesso à educação superior é apenas um passo em um processo contínuo de reconhecimento dos direitos dos povos indígenas. Como afirmado por Menezes et al. (2021), essa jornada é protagonizada pelos indígenas, que não reivindicam somente seu direito à educação superior, mas também promovem e preservam suas identidades e culturas dentro do ambiente acadêmico.

A presença indígena nas universidades revelou a necessidade de considerar questões relacionadas ao racismo, discriminação e preconceito. A trajetória acadêmica de estudantes indígenas na UFAM ocorre em meio a uma sociedade que ainda enfrenta desafios significativos no que diz respeito ao racismo. Os estudantes indígenas não enfrentam apenas barreiras educacionais, mas também experienciam a discriminação racial e o racismo anti-indígena, o que torna fundamental a análise das dificuldades enfrentadas e das estratégias de enfrentamento adotadas por esses estudantes, que adentram no ambiente universitário, caracterizado majoritariamente pela não presença indígena, com o intuito de expandir suas perspectivas por meio da educação superior. No estudo conduzido por Moura e Matos (2022), que analisa os desafios enfrentados por discentes indígenas na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Roraima, essa dinâmica se torna

evidente. Os resultados do estudo revelam que, entre os anos de 2011 e 2019, dos 43 alunos indígenas matriculados na Universidade, apenas dois concluíram seus cursos até 2019. Além disso, somente 17 matrículas permaneciam ativas no mesmo período. Foi observada também uma lacuna significativa no currículo, com apenas uma disciplina voltada para questões indígenas dentre as 66 presentes na grade. Essa falta de oferta de disciplinas relacionadas aos temas indígenas, combinada à escassez de produções acadêmicas na área, destaca um cenário desafiador para os estudantes.

Por meio das narrativas acerca da trajetória de escolarização, é possível observar que surgem desafios ao longo desse percurso devido à escassez de recursos financeiros, às transições entre ambientes de aldeia à cidade, à imposição da cultura predominante (eurocêntrica) e à discriminação enfrentada nesse espaço (Calegare; Sales, 2023). A falta de coletividade entre os estudantes leva ao aumento da heterogeneidade das relações no ambiente acadêmico. No que diz respeito a essas relações dos alunos indígenas, Moura e Matos (2022) afirmam que destaca-se a ausência de uma mentalidade coletiva entre os demais estudantes. A chegada desses estudantes significa novos desafios, tanto para a universidade quanto para eles; a universidade precisa garantir que esses estudantes tenham acesso a recursos e suporte adequados para que possam ter sucesso em seus estudos. Por outro lado, os estudantes indígenas precisam se adaptar a um ambiente acadêmico que pode ser muito diferente de suas experiências anteriores.

O preconceito, a discriminação e o racismo constituem problemas recorrentes e profundamente enraizados na sociedade brasileira e desempenham um papel significativo na perpetuação das desigualdades entre os diferentes grupos sociais, pois acentuam a dinâmica do tratamento desigual que se estabelece entre os grupos sociais e que atinge as populações indígenas, onde é expressado principalmente através do racismo cultural. Entendemos o preconceito como uma atitude positiva (simpatia ou abertura) ou negativa (hostil ou de antipatia) contra um indivíduo ou um grupo todo por considerá-lo socialmente desvalorizado, atuando também como norma social sócio-histórica que regula privilégio, estabelece hierarquias e posições de poder a um determinado grupo social (Lima, 2020). Já o racismo, de acordo com Lima e Vala (2004), se trata de uma hierarquização e inferiorização de indivíduos ou grupos, decorrente da percepção das diferenças físicas ou culturais decorrente da noção de raça.

Nos séculos de exploração do trabalho escravo dos negros e de colonização dos índios, o racismo era expresso de maneira aberta, pois refletia as normas sociais da época: as normas da discriminação e da exploração. Depois da 2ª Guerra Mundial, ocorreram mudanças históricas significativas, tais como: a emergência dos movimentos pelos direitos civis nos EUA, os movimentos de libertação de antigas colônias europeias, as consequências do nazismo e a Declaração dos Direitos Humanos (Lima; Vala, 2004).

Estudos como os de Herbetta e Nazareno (2020), que exploram a vivência de estudantes indígenas nas universidades, apontam que esses estudantes se deparam com várias barreiras em sua jornada acadêmica, incluindo o racismo e a discriminação, ausência de apoio das instituições de ensino e das comunidades, dificuldade de adaptação ao ambiente universitário e a falta de representatividade.

No Brasil, diversos estereótipos negativos são atribuídos aos indígenas de maneira generalizada, exercendo uma forte influência na forma como são percebidos e na autopercepção que desenvolvem, pois passam a ser tratados pelos outros com base nessas características associadas. Freitas e Fumagalli (2018) conceituaram estereótipos como uma idealização de um "tipo social", uma representação comum de grupos sociais ou características culturais amplamente divulgadas, que não

refletem a realidade, existindo principalmente como construções sociais. Os indígenas, em particular, são frequentemente representados em estereótipos que não condizem com a diversidade de suas culturas e identidades.

Feito esse preâmbulo, nos questionamos a respeito da vivência acadêmica de indígenas na Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e suas experiências nesse ambiente, inserida numa sociedade preconceituosa e racista: quais os desafios enfrentados para chegar à universidade? Quais as dificuldades nas vivências racistas anti-indígenas na comunidade acadêmica? Quais estratégias de enfrentamento para superar os percalços? Diante dessas questões, nos propomos a estudar a trajetória de escolarização de estudantes indígenas de graduação e suas vivências de racismo anti-indígena na UFAM.

Este estudo tem como objetivo geral analisar os significados atribuídos à trajetória de escolarização e às vivências de racismo anti-indígena por estudantes indígenas de graduação da UFAM. Os objetivos específicos são: conhecer como os estudantes indígenas significam sua trajetória de escolarização; compreender as dificuldades enfrentadas e as vivências de racismo anti-indígena; e identificar as estratégias de enfrentamento utilizadas para permanecerem na universidade.

Este estudo detém relevância para o campo da Psicologia na UFAM, uma vez que há uma lacuna de pesquisas abordando a trajetória de escolarização de estudantes indígenas nesta comunidade acadêmica. Tais investigações carecem de uma consideração aprofundada da identidade desses indivíduos e das adversidades que enfrentam no ambiente universitário, composto majoritariamente por pessoas oriundas da capital, com costumes e hábitos distintos. Portanto, torna-se imperativo analisar as vivências desses estudantes para compreender como percebem sua identidade diante das experiências universitárias. A relevância deste projeto no âmbito da Psicologia como ciência reside na possibilidade de uma compreensão mais profunda da inter-relação entre cultura e saúde mental. Ademais, a colaboração entre profissionais da Psicologia e comunidades indígenas pode conduzir a uma abordagem de pesquisa mais culturalmente sensível. Para o estudante indígena, a relevância se manifesta por meio da prática de uma escuta atenta, permitindo a identificação das demandas e necessidades dessas comunidades. A visibilidade da cultura indígena e o reconhecimento de suas contribuições para a sociedade em geral desempenham um papel fundamental no combate ao racismo e na promoção do fortalecimento da identidade indígena.

Ao dar visibilidade às experiências acadêmicas de estudantes indígenas da região Norte, este estudo contribui para a ampliação do debate sobre inclusão, permanência e enfrentamento ao racismo nas instituições de ensino superior, além de reforçar a importância de construir espaços mais diversos e acolhedores para todas as populações. A presença deste trabalho na ENABRAPSO representa a oportunidade de ampliar a escuta, fomentar reflexões críticas e promover a construção de práticas mais éticas, comprometidas e culturalmente sensíveis no campo da Psicologia.

Tramas entre colonialidade e neoliberalismo: pertencimento e despertencimento no campo da educação

Anna Beatriz de Souza Lousa (USP), Adriana Marcondes Machado (USP)

O presente trabalho deriva da dissertação de mestrado em andamento que discute entrelaçamentos entre colonialidade e neoliberalismo no campo da educação. Entende-se que, devido ao histórico de colonização da periferia global, os impactos da política neoliberal sobre a educação brasileira se diferenciam radicalmente dos processos vividos pelos países centrais. Essa distinção justifica a escolha pela abordagem marxista acerca do fenômeno do neoliberalismo, localizando o interesse de classes enquanto central em sua expansão, em contraposição à linha teórica que postula a existência de uma racionalidade neoliberal que se sustenta por eficácia, sem ênfase em um núcleo de poder decisório.

A problemática central da pesquisa diz respeito ao despertencimento produzido nas práticas cotidianas escolares em que são propostas ações antirracistas, em especial em instituições privadas. O método de pesquisa empregado partiu do registro e complexificação, em diálogo com a literatura, de questões deflagradas em experiências cotidianas vividas como profissional do campo da educação em uma escola particular frequentada pela elite intelectual paulistana. Tomamos como campo de análise uma situação de um estudante negro cuja experiência originou boa parte dos estranhamentos que deram forma ao problema de pesquisa e a própria configuração do processo de investigação frente ao desafio de enfrentar uma escrita autoritária (MACHADO, 2023).

Abordar a experiência em questão aponta para a necessidade de racializar os atores envolvidos nas cenas. Escrever sobre o ingresso de um adolescente negro em uma escola de elite majoritariamente branca através de cotas como se apenas ele tivesse pertença étnico-racial e os demais atores fossem tratados como neutros é uma armadilha a ser evitada. A ideia de branquitude, entendida enquanto uma malha de poder feita por e para pessoas brancas, é central na análise das questões deflagradas. No caso do aluno negro ingressante no colégio de elite, foi produzido sobre ele um discurso desumanizador que o caracterizava como descuidado, displicente e ingrato pela oportunidade que estaria recebendo. A escola insistia em vê-lo, como diz Carneiro (2005), ao abordar a temática do epistemicídio, aclimatado e aculturado. O garoto se mostrou indisciplinável: não respondia às iniciativas dos professores, não chegava no horário, não realizava tarefas e foi sugerido que possuía algum grau de deficiência intelectual ou transtorno psiquiátrico.

Objetivando discutir problemáticas e desafios quando se pretende uma política antirracista no funcionamento escolar, a experiência narrada a partir da relação de trabalho com esse estudante deu corpo a análises dos detalhamentos de uma espécie de maquinaria que sustenta a produção do despertencimento. Estão incluídos nessa maquinaria: a incidência do capital empresarial na educação pública e particular e o processo de apropriação das pautas como mercadoria/serviço, o status de benfeitoria e caráter branqueador que acompanharam a educação brasileira ao longo de séculos, a existência do vestibular e, também, a configuração de uma branquitude aparentemente consciente de sua posição nas relações de raça e classe e pretende ampliar a inserção de pessoas pretas, pardas e indígenas em espaços educativos, mas de uma forma que não abale privilégios.

A superação de marcas de colonialidade nas relações e nos processos educativos encontra como um de seus obstáculos a permeabilidade do neoliberalismo que atravessa os mais diversos campos e forja subjetividades.

O contrato neoliberal, disfarçado de inovação e compromisso social, pretende aquilo que produz: a manutenção das relações de dominação coloniais e o impedimento de organizações coletivas.

Segundo Kalmus (2023), no neoliberalismo, a possibilidade das reivindicações coletivas, a voz da classe trabalhadora, é silenciada em detrimento da perspectiva individualizante, do denominado empresário de si mesmo. A medicalização coaduna com essa operação de silenciamento, contribuindo com a resignação e produtividade ou agindo sobre a rebeldia fazendo as vezes de mordaça. Estratégia semelhante tentou ser empregada naquele contexto: buscar um diagnóstico que silenciasse o desconforto causado pelo ingresso do menino naquele ambiente. A possibilidade de um diagnóstico psiquiátrico para o estudante deixou de ser relevante quando foi substituída por uma infração capaz de justificar sua expulsão. O patológico, velho conhecido do campo da Psicologia, deu lugar ao criminoso, que adveio como solução para os incômodos em relação à presença daquele menino na escola.

As discussões que compõem a pesquisa de mestrado despertam reflexões a respeito da força do pacto da branquitude (BENTO, 2022) quando, mesmo entre intelectuais brancos convencidos da existência do racismo, aparecem resistências à adesão de estratégias que de fato coloquem em risco as posições de poder: oportuniza-se de forma benevolente a ascensão de pessoas negras, desde que estruturas não sejam abaladas. As compreensões e discussões realizadas apontam para a importância de políticas de proporcionalidade em espaços decisórios, enquanto correção de distorções históricas de exclusão racial.

REFERÊNCIAS

BENTO, Cida. O pacto da branquitude. São Paulo: Companhia das Letras; 2022.

CARNEIRO, Sueli. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. Tese de doutorado apresentada na Faculdade de Educação USP. São Paulo, 2005 – Cap.3: Do Epistemicídio.

KALMUS, Jaqueline. Medicalização da educação e neoliberalismo: do silenciamento ao grito teimoso. In: VIÉGAS, Lygia de Sousa; OLIVEIRA, Elaine Cristina de; MESSEDER NETO, Hélio da Silva (org.). Existirmos, a que será que se destina?: medicalização da vida e formas de resistência. Salvador: Edufba, 2023. p. 171-185.

MACHADO, Adriana Marcondes. Quando a escrita toca a produção institucional. São Paulo: Blucher, 2023.

Violência urbana, periferia e impactos psicossociais em jovens negros de escolas públicas de Fortaleza-CE

Antonio Caio Renan Silva Penha (UFC), João Paulo Pereira Barros (UFC), Ana Thaís Albuquerque Norões Boutala (UFC), Levi de Freitas Costa Araújo (UFC), Mayara Ruth Nishiyama Soares (UFC), Raimundo Cirilo de Sousa Neto (UFC), Carla Jéssica de Araújo Gomes (UFC), Damião Soares de Almeida-Segundo (UFC), Bruno Vieira dos Santos (UFC)

As múltiplas faces da violência urbana constituem questões centrais para o campo da Psicologia Social, especialmente quando analisadas a partir das relações étnico-raciais. Sob esse olhar, torna-se possível compreender como esse fenômeno se configura e impacta as populações negras e periféricas. Essa constatação se respalda nos dados do 18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (Bueno & Lima, 2024), que revela que, em 2023, 78% das vítimas por Morte Violenta Intencional (MVI) eram pessoas negras (pretos e pardos). Quanto ao recorte de gênero e idade, o mesmo relatório indica que 49,4% das vítimas tinham até 29 anos, e 90,2% eram do sexo masculino. Esses números escancaram quem são os principais alvos da violência urbana: jovens negros. Tal perfil não é coincidência, mas resultado direto das dinâmicas do racismo estrutural que atravessam a sociedade brasileira desde sua formação. Sustentado por um sistema capitalista-colonial que se arvora nas diversas expressões de precarização da vida, esse racismo opera na desumanização das populações negras, de modo que, em sua radicalidade, tais corpos são destituídos do próprio direito à vida. A categoria social juventude, neste caso, deve ser compreendida para além de recortes cronológicos (15 a 29 anos), mas a partir da pluversalidade das suas expressões, assim como dos atravessamentos que marcam as formas de ser jovem sob diversos marcadores. Assim compreende-se não "a" juventude, mas as juventudes.

No Ceará, Barros et al. (2018) e Paiva et al. (2019) apontam o exponencial avanço da violência que afeta as dinâmicas territoriais e os modos de subjetivação das juventudes negras e periféricas. A falsa ideia de "pacificação da periferia", operada pelo Estado através da polícia, atua, pelo contrário, na criminalização e desumanização dos sujeitos do território, criando regimes de autorização que sustentam a violência e o genocídio. Do outro lado, o cerceamento da circulação pela intensificação das disputas territoriais pelo crime organizado surge também como agravante das violências que implicam repercussões psicossociais cada vez mais intensas nessas juventudes.

Tal cenário faz reverberar o conceito de necropolítica, cunhado pelo pesquisador camaronês Achile Mbembe, aporte central nesse trabalho. O autor utiliza-se da categoria para apontar as nefastas tecnologias de gestão da morte que incidem sobre as corporeidades negras. Na produção de existências supérfluas, Mbembe (2018) aponta a necropolítica na operação de inimigos ficcionais e na criação de zonas de morte a partir de vetores raciais, políticos e territoriais. As provocações mbembeanas reverberam nas análises da violência urbana, sobretudo esta que incide nas periferias, na compreensão dos fenômenos sustentados na desumanização das vidas negras.

Em face disso, este resumo tem por objetivo visibilizar a experiência de uma pesquisa que analisou as repercussões psicossociais das dinâmicas de violência nas trajetórias de juventudes de ensino médio do território do Grande Bom Jardim, região periférica no sudoeste da capital cearense. Dentre os fatores analisados, o marcador racial ganha relevo pelo seu efeito nos modos dessas juventudes de perceber e vivenciar a violência nos seus

territórios. O enlace desta pesquisa seja com GT para o qual foi submetida, seja para o eixo temático ou mesmo o evento como um todo, reside nas provocações propostas à Psicologia Social na aliança com as subjetividades negras, da qual emerge a implicação de movimentos ético-estético-políticos de afirmação da vida, na vertente do desmantelamento da máquina de morte do racismo e da necropolítica.

A pesquisa integra o projeto "Aspectos psicossociais da violência e práticas de reexistência juvenis em periferias de Fortaleza-CE", desenvolvida pelo Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação (VIESES), vinculado ao Departamento de Psicologia e ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), com financiamento da FUNCAP e do CNPq. De caráter colaborativo, a pesquisa foi realizada em parceria com o Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (CDVHS). O estudo contou com a participação de jovens estudantes de 12 escolas públicas estaduais localizadas no Grande Bom Jardim, região periférica da cidade de Fortaleza (CE), composta por cinco bairros — Bom Jardim, Canindezinho, Siqueira, Granja Lisboa e Granja Portugal.

A escolha do território se deu em razão de seu histórico de altos índices de homicídios juvenis e dos baixos indicadores de desenvolvimento humano (IDH). Ao mesmo tempo, destaca-se a potência política do território, com intensa articulação comunitária em torno da luta por melhores condições de vida, protagonizada por organizações como o próprio CDVHS e a Rede de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável (REDE DLIS). A metodologia, de caráter quantitativo, foi aplicada nas próprias escolas, por meio da articulação entre universidade e lideranças comunitárias locais. O protocolo da pesquisa foi estruturado em três módulos: o primeiro contemplou dados sociodemográficos, enquanto os dois últimos abordaram "vitimização", "percepção de segurança" e "repercussões educacionais".

Foram ouvidos 497 estudantes do ensino médio, com idades entre 14 e 24 anos. Desses, 70,8% se autodeclararam negros (pretos e pardos); em relação ao gênero, houve leve predominância de homens cisgênero (51,5%), seguidos de mulheres cisgênero (45,5%). Além disso, 2,6% se identificaram com identidades não cisgêneras, e 25% se autodeclararam como pessoas LGBTQIAPN+. Tais proporções revelam a intersecção de múltiplos marcadores sociais, permitindo refletir sobre as diferentes camadas de violência que incidem sobre os corpos dissidentes desses estudantes.

No que se refere à vitimização — experiências pessoais de violência — os dados revelaram que estudantes pretos apresentaram frequência significativamente maior em relação aos demais no que tange a assalto (22%), agressão (14,6%), violência sexual (21,5%) e tentativa de homicídio (6,7%). O mesmo grupo também relatou com mais frequência situações de restrição territorial (65,8%). Tais resultados evidenciam como a necropolítica opera na produção de vidas marcadas pela mortificação, conferindo aos corpos não-brancos o status de "mortos-vivos" por meio de práticas de coisificação, criminalização e desumanização (Benício et al., 2018).

Sobre percepções de segurança, investigou-se como os estudantes identificam fatores de risco e as estratégias que adotam quando se sentem ameaçados. Estudantes autodeclarados negros relataram buscar abrigo durante tiroteios com maior frequência que os brancos. Quanto à violência em abordagens policiais, mais que o dobro dos estudantes não brancos relataram ter sofrido esse tipo de violência, em comparação aos brancos. Entre os jovens negros pesquisados, 81,8% declararam conhecer uma ou mais pessoas que também foram vítimas. Esses dados, especialmente no que se refere à busca por refúgio, evidenciam como as chamadas "balas perdidas" parecem sempre encontrar os mesmos corpos, marcados pela cor da pele. Isso provoca uma reflexão sobre o papel da polícia — especialmente a militar — como agente da necropolítica

estatal, operando a partir do medo, da violência e da repressão dirigida às juventudes negras das periferias.

No que se refere às repercussões educacionais, os dados mostram como as dinâmicas de violência atravessam, direta e indiretamente, o acesso e a permanência escolar de estudantes das periferias. Os impactos são mais acentuados entre os jovens negros: 53,5% relataram sentir medo, 30,2% apontaram dificuldades de concentração, e um número 8,3% maior de alunos negros afirmou que a violência compromete sua sensação de paz no ambiente escolar. Além disso, jovens negros indicam maior suscetibilidade a efeitos mais profundos em suas trajetórias educacionais, como a interrupção dos estudos ou a proibição de frequentar a escola. Tais efeitos apontam para os modos de controle exercidos pelos regimes de saber-poder operados pela branquitude (Bento, 2022), nos quais a raça se torna um marcador agravante na permanência e no progresso escolar. Quando se trata da experiência de estudantes negros do Grande Bom Jardim, não se pode dissociar as repercussões educacionais dos regimes de epistemicídio que operam sobre seus corpos e saberes.

Portanto, os registros dessa pesquisa convocam a Psicologia Social a racializar seus saberes e intervenções de modo que os efeitos da necropolítica, central na experiência das juventudes negras periferizadas, sejam também centrais no cuidado em saúde mental. Que a Psicologia possa operar como ferramenta de resistência-cuidado na transformação das máquinas de morte em potências de afirmação das vidas negras, num movimento ao tom de Evaristo (2014), quando “a gente combinamos de não morrer”.

Barros, J. P. P. (2018). Violência infanto-juvenil no contexto escolar: Práticas discursivas sobre bullying e seus efeitos. Revista de Psicologia da UFC, 9, 60–69.

Benicio, L. F. S., et al. (2018). Necropolítica e pesquisa-intervenção sobre homicídios de adolescentes e jovens em Fortaleza, CE. Psicologia: Ciência e Profissão, 38, 192–207.

Bento, C. (2022). O pacto da branquitude. Companhia das Letras.

Bueno, S., & Lima, R. S. (2024). Atlas da violência 2024. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) & Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Evaristo, C. (2014). Olhos d'água. Pallas.

Mbembe, A. (2018). Necropolítica. N-1 Edições.

Paiva, L. F. S., Barros, J. P. P., & Cavalcante, R. M. B. (2019). Violência no Ceará: As chacinas como expressão da política e do conflito entre facções. O Público e o Privado, 33, 73–98.

GT 02: ALIANÇA DOS POVOS: A PSICOLOGIA SOCIAL EM DEFESA DA POPULAÇÃO MIGRANTE

Coordenação: Marcela de Andrade Gomes (UFSC), Henrique Galhano Balieiro (Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais), Elaine Cristina Schmitt Ragnini (UFPR)

A inserção socioeconômica de mulheres imigrantes no mercado de trabalho

Joanne Mazina do Nascimento (UCDB), Luara Ferreira de Souza Quadros (UCDB), Luciane Pinho de Almeida (UCDB)

Introdução: O cenário migratório contemporâneo tem transformado profundamente as dinâmicas sociais e econômicas, expondo mulheres migrantes a desafios multidimensionais onde se interseccionam questões de gênero, nacionalidade, raça e classe. O Mato Grosso do Sul, por sua localização estratégica na fronteira com Paraguai e Bolívia, constitui uma região de fluxo migratório intenso, com Campo Grande destacando-se como um dos principais polos de acolhimento. Campo Grande (MS) consolida-se como polo estratégico de acolhimento, destacando-se como destino de mulheres venezuelanas em busca de refúgio e melhores perspectivas de vida. Neste cenário, equipamentos sociais como a Casa de Passagem Resgate - que presta acolhimento temporário a populações em situação de vulnerabilidade, servindo como espaço de transição antes do acesso a moradia definitiva e serviços públicos - assumem papel vital. Além de oferecer abrigo emergencial e alimentação, a instituição proporciona assessoria técnica para regularização documental e encaminhamentos especializados, constituindo-se no lócus privilegiado de nossa pesquisa e interação com essas mulheres migrantes. Problema de Pesquisa: Quais são os principais obstáculos enfrentados por mulheres migrantes e refugiadas venezuelanas em Campo Grande (MS) para acessar o mercado de trabalho formal e informal, e como essas mulheres desenvolvem estratégias de resistência, a partir das políticas públicas, organizações sociais e redes de apoio para superar tais desafios e fortalecer sua autonomia e integração socioeconômica? Relação com o GT e eixo temático: Ao investigar a realidade das mulheres migrantes venezuelanas em Campo Grande (MS), dialoga diretamente com as problemáticas abordadas pelo Grupo Temático (GT) sobre Migrações, Direitos Humanos e Psicologia Social. Nosso foco recai sobre os desafios estruturais enfrentados por essas mulheres em situação de migração forçada, com ênfase em duas dimensões cruciais: (1) as barreiras à inserção laboral e (2) o acesso a políticas públicas essenciais - incluindo saúde, assistência social e processos de regularização documental. Fundamentação teórica: A inserção laboral de mulheres imigrantes no Brasil é atravessada por marcadores sociais que se entrecruzam e aprofundam desigualdades estruturais, como gênero, nacionalidade, raça e classe. A partir do referencial da interseccionalidade, proposto por Crenshaw (1989), é possível compreender como esses marcadores operam conjuntamente na produção de exclusões sistemáticas que impactam de forma específica as trajetórias de mulheres em situação de migração forçada. Dados do Observatório das Migrações em Mato Grosso do Sul (2023) revelam que 72% das mulheres venezuelanas empregadas no estado estão inseridas em ocupações informais, com rendimentos médios 30%

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

inferiores aos das trabalhadoras brasileiras em funções similares. Esse dado ilustra a precarização das condições de trabalho a que estão submetidas, marcada por informalidade, baixos salários e ausência de direitos trabalhistas. De modo semelhante, o ACNUR (2023) aponta que 58% das mulheres refugiadas no Brasil enfrentam o subemprego como realidade predominante, situação que se agrava com a feminização da pobreza migrante, conceito que, segundo Sassen (2003), se insere na lógica da "globalização da sobrevivência", na qual populações vulnerabilizadas são absorvidas pelo mercado de trabalho em posições marginais, invisibilizadas e desprovidas de garantias. A condição das mulheres migrantes em Campo Grande (MS) reflete essas dinâmicas, revelando as múltiplas barreiras que dificultam sua integração econômica e social. A título de exemplo, muitas migrantes enfrentam obstáculos na validação de diplomas e qualificações profissionais, o que as impede de acessar postos de trabalho compatíveis com sua formação (OIM, 2022). Soma-se a isso a dificuldade de acesso a políticas públicas específicas, como programas de qualificação, serviços de saúde, assistência jurídica e regularização documental. Além disso, barreiras linguísticas e culturais acentuam os desafios de inserção, sobretudo entre aquelas que chegam ao país sem domínio do português. Estudos como os de Sassen (2003) e Margheritis (2021) contribuem para a compreensão desse fenômeno ao analisarem como a reconfiguração neoliberal do trabalho, no contexto da globalização, amplia a precarização e favorece a inserção de migrantes em posições de vulnerabilidade. No entanto, é importante destacar que, mesmo diante de tantas adversidades, as mulheres migrantes constroem estratégias de resistência e articulação coletiva, por meio de redes de apoio, associações comunitárias e cooperativas, que lhes possibilitam não apenas a sobrevivência, mas também a reivindicação por direitos e dignidade.

Dessa forma, ao evidenciar como os marcadores sociais de diferença operam na constituição de trajetórias migratórias femininas precarizadas, reafirma-se a importância de uma escuta qualificada e interseccional que considere as múltiplas dimensões da exclusão enfrentada por essas mulheres. Compreender suas vivências para além das estatísticas, reconhecendo suas resistências cotidianas e estratégias de reexistência, é fundamental para a formulação de políticas públicas efetivas e para o fortalecimento de ações psicossociais comprometidas com a justiça social, os direitos humanos e a dignidade das pessoas migrantes. O enfrentamento das desigualdades estruturais que atravessam a migração feminina exige, portanto, um esforço coletivo e interdisciplinar, que articule saberes acadêmicos, práticas profissionais e, sobretudo, as vozes dessas mulheres em movimento. Metodologia: A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e participante, centrada na escuta sensível e no envolvimento ativo com o grupo estudado. A construção do conhecimento ocorre por meio de um processo dialógico, sustentado por rodas de conversa, observação participante e registros em diário de campo. As rodas de conversa são realizadas semanalmente, em um ambiente acolhedor, que valoriza tanto a escuta quanto o protagonismo das mulheres migrantes. Além desses encontros, são desenvolvidas atividades expressivas e artesanais com o intuito de fortalecer vínculos, estimular a expressão subjetiva e promover reflexões coletivas sobre temas como família, trabalho, pertencimento, deslocamento e projetos de futuro. A pesquisa valoriza a horizontalidade na relação entre a pesquisadora e as participantes, buscando respeitar os tempos, os silêncios e as singularidades das mulheres envolvidas, de modo a construir um espaço de confiança, escuta mútua e produção compartilhada de saberes. Resultados: Compreendemos que a realidade dessas pessoas é marcada por condições precárias na chegada: muitas desembarcam sem redes de apoio, com dificuldades de validação de sua escolaridade, barreiras linguísticas e obstáculos legais e culturais. Dentre os diversos desafios enfrentados, o acesso ao mercado de trabalho - tanto formal quanto informal - configura-se

como principal entrave à sua autonomia e integração social, agravando sua situação de vulnerabilidade. É justamente sobre essa problemática que este estudo se debruça, buscando identificar os principais obstáculos enfrentados por essas mulheres, especialmente venezuelanas, na busca por emprego em Campo Grande. Além de mapear essas dificuldades, a pesquisa pretende compreender as estratégias por elas desenvolvidas para superar os desafios da migração e da inclusão produtiva, bem como avaliar o papel das políticas públicas, organizações sociais e redes de apoio existentes no acolhimento e fortalecimento da autonomia dessas mulheres. Essa tríplice abordagem - identificação de desafios, análise de estratégias de enfrentamento e avaliação de mecanismos de apoio - visa contribuir para a construção de caminhos mais efetivos de integração socioeconômica, reconhecendo tanto as vulnerabilidades específicas desse grupo quanto sua capacidade de resistência e resiliência diante das adversidades impostas pelo processo migratório. Até o momento, identificamos diversas barreiras enfrentadas pelas mulheres migrantes, como a ausência de documentação regularizada, que limita o acesso a empregos formais e aos direitos trabalhistas; dificuldades com o idioma português, comprometendo a comunicação básica e a participação em processos seletivos; desconhecimento ou dificuldade de acesso às políticas públicas e aos serviços de apoio ao trabalhador imigrante; além da discriminação de gênero e da xenofobia, especialmente nos setores informais e no trabalho doméstico. Em contrapartida, observamos também múltiplas estratégias de sobrevivência e resistência, como o fortalecimento de redes de apoio entre as próprias imigrantes, a busca por capacitação informal, a valorização de habilidades como o artesanato e a organização de pequenos empreendimentos coletivos. Nesse contexto, a Casa Resgate se apresenta como um espaço fundamental de acolhimento e reconstrução subjetiva, oferecendo não apenas abrigo, mas também escuta qualificada, orientação e encaminhamentos para o acesso a políticas públicas. Conclusão: A pesquisa revela que a inserção de mulheres imigrantes no mercado de trabalho brasileiro enfrenta inúmeros obstáculos, tanto estruturais quanto simbólicos, que vão desde a falta de documentação regularizada até práticas discriminatórias baseadas em gênero e nacionalidade. Contudo, também evidencia um universo rico em criatividade e solidariedade, capaz de desafiar a lógica da exclusão. Observamos a implementação de políticas públicas intersetoriais e culturalmente sensíveis, que reconhecem as especificidades relacionadas a gênero e migração, promovendo o acesso à regularização documental, ao ensino da língua portuguesa, à capacitação profissional e ao reconhecimento de saberes prévios. Essas iniciativas envolvem diversos atores, como agentes públicos, universidades e associações de imigrantes, entre outros. Por fim, este estudo contribui para o debate sobre migração e trabalho a partir de uma perspectiva crítica e humanizadora, que reconhece nas mulheres imigrantes não apenas vítimas de um processo, mas protagonistas de suas próprias histórias e agentes poderosos de transformação social.

Acesso à educação superior para imigrantes forçados: do reconhecimento de direitos ao acolhimento

Elaine Cristina Schmitt Ragnini (UFPR), Valéria De Bettio Mattos (UFSC), Nathielly Oliveira Santos (UFPR)

As migrações internacionais forçadas e o refúgio se referem ao deslocamento humano no espaço geográfico e implicam o atravessamento de fronteiras entre países (Cavalcanti & Oliveira, 2018). São caracterizadas como eventos sociais e constituídas como efeitos de relações de exploração na geopolítica mundial, atravessadas por conjunturas econômicas, jurídicas e políticas, configurando relações de poder em uma sociedade dominada pelo sistema de capital (Faria, 2017). As migrações sempre ocorreram na história, no entanto, a partir do século XX, são forjadas como consequência de guerras e dissolução de impérios. Na atualidade, as migrações internacionais, especialmente as forçadas, são resultado da derrocada de economias neoliberais inseridas em projetos políticos democráticos, mas também de guerras que nunca cessaram entre povos ou grupos que querem dominar o território e as riquezas do outro - o inimigo (Muniz, 2022).

O deslocamento de grupos e pessoas entre as fronteiras dos Estados ficou historicamente mais "visível, caracterizada e noticiada com os processos das conquistas territoriais por parte da Europa em relação ao novo mundo" (Friedrich, 2022, p. 53) e pela emigração europeia após as grandes guerras. A presença de não nacionais em territórios marcados pelo Estado-nação convoca países a organizarem juridicamente e politicamente sua presença e circulação nos espaços nacionais. No que se refere às migrações forçadas, a partir de pactos internacionais estabelecidos desde as grandes guerras mundiais, estabelece-se o direito ao deslocamento e à proteção da vida. (OIM, 2009). Para os países que acolhem migrantes forçados e refugiados, vindos de culturas e sistemas jurídico-políticos distintos, regulamentar sua presença e viabilizar sua vida no novo país torna-se um grande desafio. Reconhecer o direito à mobilidade humana ou à cidadania, é conferir ao migrante um lugar na cena social que viabilize a reconstrução da vida. Assim, o direito de migrar e se deslocar deve estar acompanhado do direito de se estabelecer, de permanecer e de criar raízes, tendo acesso aos bens sociais que são garantidos aos nacionais. Nesse sentido, para construir ações de acolhimento e políticas públicas que garantam a vida de migrantes forçados e refugiados, deve-se estar calcado na hospitalidade e no direito incondicional à vida (Gediel & Godoy, 2016).

Este trabalho é resultado de uma pesquisa em construção e objetiva apresentar e refletir sobre uma política construída para acolher migrantes forçados e refugiados a partir da educação no ensino superior brasileiro. Para tal, foi realizada uma pesquisa documental nos bancos de dados da instituição (editais de resultados e matrículas realizadas) e nos dados registrados no âmbito da Cátedra Sérgio Vieira de Mello.

Entende-se que o direito à educação é um direito fundamental, garantindo uma forma digna de profissionalização e de inserção no mundo do trabalho. O Brasil, ainda que historicamente seja marcado pelas migrações internacionais, apresenta dificuldades em formular e efetivar uma política organizada e integrada em nível nacional para acolher a quem chega, o que coloca o país frente ao impasse da condição potencial de vulnerabilidade desses indivíduos. Com os novos fluxos migratórios internacionais a partir dos anos 2010, especialmente de migrantes vindos do sul global e de países como Haiti, Síria, Venezuela, Senegal, Bengali e Gana (Cavalcanti & Oliveira, 2018), as instituições e a

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

sociedade brasileira precisaram se preparar para a recepção, o acolhimento e auxílio para a organização da vida destes migrantes. A sociedade civil brasileira, em articulação com organizações internacionais, como o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), criou em 2003 a Cátedra Sérgio Vieira de Mello (CSVM), que visa estimular instituições de ensino superior a adotar ações de educação, pesquisa e extensão com foco nas pessoas refugiadas. Em 2012, o governo brasileiro passa a adotar o visto de acolhida humanitária para nacionais vindos do Haiti após o terremoto de 2010. Nos anos subsequentes, este visto se estendeu a venezuelanos, sírios, ucranianos e recentemente a afegãos. Portanto, no Brasil, tanto refugiados, quanto solicitantes de refúgio e migrantes humanitários são acolhidos pelas políticas voltadas às migrações forçadas. A parceria entre o ACNUR e as universidades brasileiras a partir das Cátedras Sérgio Vieira de Mello, tem crescido e recolhido bons resultados nos últimos anos. Atualmente o Brasil conta com 50 Cátedras e o êxito da proposta tem promovido a ampliação da parceria do ACNUR com universidades de outros países da América, Europa e África.

Considerando o cenário das migrações forçadas e a perspectiva da hospitalidade, no ano 2013 a Universidade Federal do Paraná (UFPR), localizada no sul do país, firma o convênio da CSVM com o ACNUR Brasil. As ações da CSVM/UFPR foram sendo construídas a partir da demanda de migrantes forçados que chegavam à cidade de Curitiba e região. As primeiras demandas recebidas na universidade versavam sobre o ensino da língua portuguesa e a defesa de direitos trabalhistas de migrantes forçados, haja vista as constatações de exploração no mundo do trabalho. Do ensino da língua portuguesa como língua de acolhimento humanitário, ofertada pelo Curso de Letras da UFPR, apareceram outras necessidades que envolviam os cursos de Direito, Informática, Psicologia, Sociologia, História, Medicina, entre outros. A articulação de diferentes saberes para a acolhida humanitária e a hospitalidade demonstram a complexidade do fenômeno migratório. A partir das ações de acolhimento, identificou-se a necessidade de construir uma política migratória voltada para a educação superior no Brasil. Nesse sentido, a partir de 2014, iniciou-se a construção da Política Migratória na UFPR.

Atualmente a UFPR conta com 5 resoluções aprovadas em seu Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), instância superior da universidade, que visam o reingresso, o ingresso, a permanência e a revalidação de diplomas superiores de pessoas na condição de migração forçada, sendo elas: Resolução 13/14 – CEPE/UFPR; Resolução 02/16 – CEPE/UFPR; Resolução 63/18 – CEPE/UFPR; Resolução 10/19 – CEPE/UFPR; Resolução 56/19 – CEPE/UFPR. A partir da política migratória, recolhemos os seguintes dados: 155 estudantes migrantes reingressos; 35 ingressos; 30 formaturas; e 153 diplomas revalidados. No ano de 2025, no último processo seletivo realizado pela UFPR, para ingresso na graduação em 2026, foram aprovados 10 novos ingressos e 102 reingressos de estudantes migrantes humanitários e refugiados. O edital de revalidação de diplomas para o ano de 2025 foi recentemente publicado, para o qual espera-se um número de inscrições significativo, após o mesmo não ter sido publicado em 2024 por entraves burocráticos.

Para acolher os estudantes ingressos por políticas de ações afirmativas da instituição, foi construído um Programa de Acompanhamento dos estudantes migrantes em seu percurso de formação, que visa compreender sua trajetória acadêmica e garantir sua permanência nos estudos. A política e as ações da UFPR concretizam o esforço para a garantia dos direitos humanos a migrantes forçados, o exercício da hospitalidade e o acolhimento a uma população que se encontra em condição de vulnerabilidade sociopolítica. No entanto, revela dados que precisam ser refletidos e a necessidade de ampliação da política para todo o país.

Desafios e Práticas da Assistência Social Frente ao Processo de Refúgio e Migração de Indígenas Warao para Belém-PA

Sara Menezes Laranjeira (UNAMA), Valber Luiz Farias Sampaio (UNAMA), Nilson Nogueira Vasconcelos (UNAMA), Rodrigo Aluisio Gomes de Fritas dos Santos (UNAMA)

Introdução: a pesquisa se constitui em torno de um recorte de pesquisa realizada na Universidade da Amazônia – UNAMA no presente ano, esta busca refletir sobre os desafios enfrentados por migrantes e refugiados, mais especificamente os indígenas venezuelanos da etnia Warao, no cenário da região metropolitana de Belém. Levando em consideração a crescente quantidade de pessoas que se deslocam entre territórios, por motivos diversos, como guerras, crises econômicas, insegurança social e que entram em contato com uma cultura nova entrando em um cenário que traz consequências para a identidade e questões que influenciam diretamente em diversas dimensões da existência destes sujeitos e suas respectivas famílias – dentre elas, acessos diversos, saúde, saúde mental, insegurança alimentar, educação, moradia, dentre outros – o que os/as coloca em situações de vulnerabilidades e riscos social. Nesse sentido, problematiza-se refletir como é tratado o acesso à assistência social pela população Warao na cidade de Belém/PA. Assim, objetivou-se analisar as práticas de assistência psicossocial oferecidas aos migrantes e refugiados na cidade de Belém/PA, reconhecendo os impactos do deslocamento forçado em suas vidas e os limites dos serviços públicos no atendimento às suas demandas, voltados à assistência social. Além de Identificar os desafios enfrentados pelos profissionais que atuam diretamente com esses migrantes e compreender a percepção dos próprios Warao sobre o processo migratório e o atendimento recebido. Tal temática possui relação direta com o eixo temático intitulado "Aliança dos povos, a Psicologia Social em defesa da população migrante", sobretudo ao abordar a condição dos indígenas Warao em Belém. Visto que, propõe-se uma análise crítica sobre como as políticas públicas têm falhado ou avançado na defesa dos direitos de povos migrantes, reafirmando o compromisso ético-político da Psicologia com a transformação social e a promoção da justiça e reconhecendo a diversidade cultural como elemento fundamental da cidadania. A aliança dos povos está relacionada com a valorização da experiência e cultura dos Warao, na construção de pontes entre saberes indígenas e práticas profissionais, e na busca por políticas que contemplem a interculturalidade e especificidades dessa população como base para o acolhimento digno. Nesse sentido, tem-se enquanto orientação teórica, a psicologia social crítica contemporâneo, na medida em que se articulam teóricos clássicos como Michel Foucault e Robert Castel à autores/as contemporâneos diante dos estudos sobre políticas públicas, como Neuza Guareschi, Lilian Cruz, Flavia Lemos, Silvio Benelli, dentre outros. Nesse sentido, reflete-se diante do papel das políticas públicas no contemporâneo, não como um dispositivo salvador – reeditando panoramas assistencialistas –, mas como uma tecnologia de poder, como representou Foucault. Assim, a Assistência Social é construída como uma estratégia de Estado que possui como dever intervir na sociedade produzindo bem-estar social / dignidade humana através de acessos diversos pela via dos garantismos sociais, sobretudo na estruturação de pilares de atuação baseados na interação com o social e atravessada por contextos históricos, políticos, econômicos e culturais. Nesse sentido, o sujeito é produtor e produto da história e deve-se levar em consideração suas condições históricas e sociais. Fazendo relação direta com o caso dos Warao em Belém/PA, pois eles/as não apenas perdem seu território físico ao migrarem da Venezuela para o Brasil, mas vivenciam uma ruptura simbólica e coletiva com seus modos tradicionais de vida. Além disso, a noção de interculturalidade complementa esse referencial, ao defender a necessidade de um diálogo entre saberes e modos de vida distintos, especialmente no atendimento a

populações indígenas migrantes. Isso implica reconhecer que os Warao são sujeitos históricos com saberes próprios, cujas formas de organização, cuidado e sobrevivência devem ser respeitadas, dialogando com o conceito de territorialização das políticas públicas e a necessidade de estratégias específicas para populações indígenas em áreas urbanas. A análise também se fundamenta nos marcos legais que regem a migração, refúgio e a assistência social no Brasil, como a Lei de Migração nº 13.445/2017, a Lei Municipal nº 9.897/2023 de Belém, e a Lei Orgânica da Assistência Social (nº 8.742/1993). Essas referências são complementadas por dados e estudos do ACNUR e OIM, que evidenciam as desigualdades enfrentadas por migrantes indígenas na região Norte. A articulação desses conceitos deve estar relacionada com a construção de uma Psicologia Social comprometida com a equidade, a defesa de direitos e o enfrentamento das múltiplas formas de violência institucional que afetam essa população migrante. A compreensão desses conceitos e suas relações com o fluxo migratório é fundamental para pensar os processos de vulnerabilidade e de garantia de direitos. Enquanto constituição metodológica, até o momento, fora realizada uma revisão sistemática da literatura, com o objetivo de mapear produções acadêmicas, documentos institucionais e marcos legais que tratam da situação dos indígenas Warao no Brasil, especialmente no contexto da cidade de Belém/PA. E, somadas a isso, também sustenta-se tal pesquisa no processo de relato de experiência, ocorrida no Abrigo para Warao's na capital do Pará – local de realização de estágio curricular da UNAMA. Enquanto resultados, evidenciam-se dificuldades dos serviços em atender as demandas desta população diante de uma crise da política pública na região. No que se refere a legislação municipal que visa proteger migrantes e refugiados, observa-se uma lacuna entre a teoria normativa e a prática do cotidiano, pois os serviços de assistência social ainda carecem de preparo para lidar com as especificidades culturais, linguísticas e identitárias dos Warao. Dentre os principais entraves identificados estão: a ausência de formação intercultural dos profissionais; barreiras linguísticas que dificultam o acesso a políticas públicas; moradias precárias; fragilidade na articulação entre saúde, assistência e educação; ausência de tradutores e intérpretes. Apesar disso, destacam-se esforços individuais de profissionais da rede pública que, com sensibilidade, desenvolvem práticas de escuta, acolhimento e suporte, mesmo em condições precárias. Tais práticas são potências que devem ser valorizadas e ampliadas. Conclui-se, que a pesquisa reafirma a urgência de políticas públicas culturalmente adequadas, que reconheçam os indígenas migrantes como sujeitos de direitos. A Psicologia Social, nesse cenário, deve ocupar um lugar de articulação, denúncia e construção coletiva de práticas que respeitem a diversidade e interseccionalidade dessa população, sendo necessário reconhecer suas narrativas, fortalecer a escuta ativa, e romper com práticas institucionais que reproduzem exclusão e preconceitos, nesse sentido, a construção de alianças entre os povos – indígenas, profissionais, instituições e pesquisadores – é um caminho possível para promover cidadania, dignidade e justiça para essa população migrante.

Desafios no acesso e garantia de direitos a imigrantes venezuelanos: relato de experiência da atuação da assistência social em uma cidade do Sul do Brasil

Sara Ludwig Moraes (CRAS, Rancho Queimado (SC)), Heloiza Voges Loch (assistente social do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Rancho Queimado)

Na última década, houve um aumento expressivo do fluxo de cidadãos venezuelanos para o Brasil, em razão do agravamento da crise econômica e social em seu país de origem. De acordo com dados da UNICEF (2024), mais de meio milhão de venezuelanos migraram para o Brasil na busca de recomeçar suas vidas e ter melhores condições de vida. Muitos desses atravessam as fronteiras com suas famílias e vêm acompanhados de seus filhos, crianças e adolescentes.

O Brasil é o terceiro país da América Latina que mais recebeu refugiados e migrantes venezuelanos (atrás de Colômbia e Peru, respectivamente), tendo Roraima como principal porta de entrada (OIM, 2024). Esses cidadãos migram internamente e se estabelecem em outros estados e cidades – sendo a região Sul um território de concentração significativa da comunidade venezuelana.

Os venezuelanos são usuários ativos das políticas públicas brasileiras, como o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), foco da presente análise. Este trabalho é um relato de experiência da atuação de profissionais da política de assistência social a imigrantes venezuelanos em Rancho Queimado (SC), uma cidade interiorana do Sul do Brasil. Desde que a cidade passou a receber essa população migrante, as profissionais do SUAS deparam-se com o desafio de promover a garantia plena dos direitos civis e sociais a esses cidadãos, como preconizada pela Constituição Cidadã de 1988 e pela Política de Assistência Social.

Este trabalho tem como objetivo geral discutir a íntima relação entre os pressupostos do SUAS e os direitos de proteção à pessoa imigrante. Como objetivos específicos, busca-se apresentar a dinâmica do fluxo migratório venezuelano em Rancho Queimado, caracterizar as intervenções psicossociais no atendimento às famílias migrantes realizadas no CRAS da cidade e refletir sobre os desafios encontrados no acolhimento à essa população nos equipamentos das políticas públicas municipais. Para construir este debate, será apresentada uma discussão crítica sobre os direitos humanos e população migrante, sua interlocução com os pressupostos do SUAS e como a experiência de pessoas imigrantes se articula com a categoria território e sofrimento ético-político.

É fundamental compreender os direitos humanos não apenas como instrumentos jurídicos formais, mas como conquistas históricas construídas através de lutas sociais e processos de resistência (Lima & Silveira, 2016). O debate em torno da promoção de direitos humanos deve levar em conta as particularidades do contexto e interações sócio-históricas na qual os sujeitos estão inseridos a fim de construir intervenções na direção emancipatória. Esta perspectiva crítica nos permite questionar como os direitos humanos se materializam (ou não) no cotidiano das práticas psicossociais, especialmente quando direcionados a populações historicamente marginalizadas como os imigrantes venezuelanos.

O SUAS, enquanto política pública de proteção social, fundamenta-se na perspectiva de direitos, tendo como premissa a universalização do acesso e a dignidade humana (NOB-SUAS/2012). Seus princípios - matricialidade sociofamiliar, territorialização, proteção proativa, integração à seguridade social e controle social - alinham-se diretamente com os pressupostos dos direitos

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

humanos, especialmente no que tange à não discriminação e ao acesso universal aos serviços.

No contexto da Proteção Social Básica, os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) são equipamentos que objetivam o desenvolvimento de serviços e projetos que fomentem o acolhimento e convivência de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade, fortalecimento de vínculos, mapeamento dos serviços da rede pública e privada do território, a fim de informar a população e realizar a articulação com as demais políticas sociais. O pressuposto fundamental da Proteção Social Básica é a garantia à segurança de sobrevivência, promoção da autonomia e protagonismo de modo a nunca dissociá-la de outros direitos básicos como vínculos familiares, comunitários, afetivos e de pertencimento.

No Brasil, a Lei de Migração (Lei 13.445/2017) e a Portaria Interministerial nº 10/2018 garantem aos imigrantes o acesso pleno às políticas públicas, independentemente de sua situação migratória regular. Especificamente no âmbito do SUAS, a Resolução CNAS nº 01/2016 estabelece orientações para o atendimento a essa população, reconhecendo suas especificidades e vulnerabilidades. As famílias imigrantes enfrentam diversas (re)fronteiras em seu percurso, seja em seu cotidiano, como também no acompanhamento pelos serviços, que podem ser agravadas por outros marcadores sociais (como gênero, raça e classe, por exemplo).

Para a população imigrante venezuelana, o território brasileiro representa simultaneamente espaço de chegada, reconstrução identitária e enfrentamento de desafios. O conceito de território, conforme elaborado por Milton Santos, vai além da dimensão geográfica, compreendendo-o como espaço de relações sociais, afetos e significados. O território torna-se central para compreender como esses sujeitos se apropriam e significam os novos espaços, bem como as resistências e potencialidades que emergem neste processo (Santos, 2006).

Este trabalho constitui-se como um relato de experiência de base qualitativa, fundamentado na metodologia de pesquisa-intervenção (Rocha & Aguiar, 2003), desenvolvido no CRAS de Rancho Queimado/SC com famílias venezuelanas atendidas pelo equipamento. As atividades foram orientadas pelos princípios da Psicologia Social Comunitária (Freitas, 1998), utilizando como instrumentos a observação participante, registro em diário de campo e realização de práticas grupais.

Retomando os objetivos propostos, a experiência revelou que a aliança entre SUAS e migração em Rancho Queimado configurou-se como território de tensões e potencialidades. Entre 2021 e 2025, foram desenvolvidas intervenções psicossociais direcionadas às famílias venezuelanas através do PAIF, incluindo: acompanhamento para solicitação e renovação de autorização de residência junto à Polícia Federal; inscrição de CPF; implementação de reuniões de rede para sensibilização sobre direitos de imigrantes entre as políticas públicas municipais; elaboração de ofício circular direcionado a todas as instituições bancárias e secretarias municipais informando dos direitos dos imigrantes; criação de grupos temáticos sobre direitos na saúde, assistência social e previdência; e elaboração de cartilha traduzida sobre direitos civis. Os grupos do PAIF abordaram especificamente as rupturas territoriais e processos adaptativos vivenciados pela população migrante.

A experiência de intervenção e pesquisa investiu em uma perspectiva interdisciplinar e coletiva visando a garantia de direitos, a articulação em rede e o fortalecimento de políticas públicas e vínculos comunitários. A construção de vínculo com a líder comunitária venezuelana emergiu como estratégia fundamental para a territorialização dos serviços.

Entre os principais desafios ético-políticos identificados, destacam-se os impasses no acesso pleno a direitos nas áreas de saúde e previdência, bem como dificuldades na articulação intersetorial entre equipamentos das políticas públicas municipais. Evidencia-se necessidade de maior sensibilização e compreensão por parte da rede intersetorial dos direitos das pessoas imigrantes.

Como potencialidade, o CRAS consolidou-se como equipamento de "costura" dos processos de ruptura migratória, revelando que as práticas psicossociais críticas podem transcender a mera garantia de sobrevivência, orientando-se pela perspectiva do bem-viver e da promoção da dignidade humana. As ações no CRAS e os desafios encontrados nos possibilita perceber como as pautas migratórias ainda estão invisibilizadas, portanto a atuação da psicologia nos equipamentos públicos que atendem imigrantes deve estar em constante formação, atenta às inúmeras violências que infelizmente acompanham o processo migratório.

Referências

Brasil. (2017). Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração. Diário Oficial da União.

CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social. (2016). Resolução nº 01, de 17 de junho de 2016. Dispõe sobre o reconhecimento das especificidades dos usuários imigrantes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e estabelece orientações para o seu atendimento.

Freitas, M. F. Q. (1998). Inserção comunitária e a formação do psicólogo. Psicologia: Ciência e Profissão, 18(2), 2-15. https://www.scielo.br/j/pcp/a/WY8YPpmJKLcMYnhp6SBbkRp/abstract/?lang=pt

Lima, C.B & Silveira, J. I. (2016). Direitos Humanos e Política Social: instrumentos sociojurídicos não punitivos e mecanismos democráticos. Revista de Filosofia Aurora, 28 (43), 147-166. Disponível em: https://periodicos.pucpr.br/index.php/aurora/article/view/aurora.28.043.DS08/247

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2012). Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS. Secretaria Nacional de Assistência Social.

OIM - Organização Internacional para as Migrações. (2025, janeiro). Deslocamentos assistidos de venezuelanos. https://brazil.iom.int/pt-br/resources/deslocamentos-assistidos-de-venezuelanos-janeiro-2025

Portaria Interministerial nº 10, de 6 de abril de 2018. (2018). Dispõe sobre os procedimentos de identificação preliminar, atenção e proteção para pessoas em situação de vulnerabilidade. Diário Oficial da União.

Rocha, M. L., & Aguiar, K. F. (2003). Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. Psicologia: Ciência e Profissão, 23(4), 64-73. https://www.scielo.br/j/pcp/a/XdM8zW9X3HqHpS8ZwBVxpYN/abstract/?lang=pt

Santos, M. (2006). O retorno do território. In M. Santos, Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal (pp. 137-151). https://wp.ufpel.edu.br/ppgdtsa/files/2014/10/Texto-Santos-M.-O-retorno-do-territorio.pdf

Sawaia, B. B. (2001). O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In B. B. Sawaia (Org.), As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social (pp. 97-118). Vozes.

UNICEF. (2024). Crise migratória venezuelana no Brasil. https://www.unicef.org/brazil/crise-migratoria-venezuelana-no-brasil

Diálogo intercultural Brasil e Venezuela: o viver nas comunidades periféricas de Boa Vista/Roraima

Halaine Cristina Pessoa Bento (UFMG), Ingrid Faria Gianordoli-Nascimento (UFMG), Alessandro Vinicius de Paula (UFMT)

Desde 2015, a sociedade brasileira pôde presenciar um dos maiores impactos sociais e econômicos vivenciados na região Norte do Brasil: a migração por sobrevivência da população venezuelana no estado de Roraima (RR). A crise política, econômica e social que aflige a República Bolivariana da Venezuela fez com que mais de sete milhões de venezuelanos migrassem para nações vizinhas em busca de refúgio e melhores condições de vida. Quanto aos locais de destino, o Brasil tem sido a quinta nação mais procurada pela população venezuelana, ficando atrás da Colômbia, Peru, Chile e Equador. Contudo, o Brasil é o país com maior número de pessoas venezuelanas reconhecidas como refugiadas na América Latina. Tal fato é considerado um grande marco quando se fala em direitos migratórios internacionais em razão dos avanços das leis que regem o território brasileiro ao longo da história nacional. A maioria das famílias venezuelanas que entram em terras brasileiras utilizam a cidade de Pacaraima, região Norte do estado de Roraima, e da fronteira com Santa Elena de Uairén, Venezuela. Tendo em vista os sistemas públicos precarizados em Roraima, ressalta-se que o estado não está preparado para receber um expressivo contingente migratório. Desse modo, Bento (2019) aponta uma realidade preocupante que a capital de Roraima, Boa Vista, estava vivenciando com a chegada das famílias migrantes em situação de extrema vulnerabilidade. Pessoas em situação de rua, com dificuldades para comunicar-se, com problemas de saúde, necessitando de atendimento médico, sem ter o que comer, beber, vestir e onde trabalhar. Por mais que a migração não tenha sido um desejo a priori das famílias, tornou-se necessária para a sobrevivência. Ao chegarem em Roraima, os migrantes enfrentam uma série de dificuldades, tais como: reinserção socioeconômica, condições dignas de moradia e trabalho, preconceitos como a xenofobia. Pela proximidade territorial (Brasil e Venezuela) contata-se também um perfil na migração venezuelana de pessoas que desejam e buscam permanecer em Roraima a fim de reconstruir suas vidas na região Norte do Brasil e ajudar outros familiares que ficaram no país de origem. Consequentemente, cada vez mais comunidades periféricas estão crescendo na zona oeste de Boa Vista com as nacionalidades venezuelanas e brasileiras, bem como ocorre uma discussão acerca da interculturalidade, da cidadania e das transformações sociais nas periferias da cidade. Periferia entendida não apenas pela distância geográfica de bairros afastados do centro da cidade, mas também uma área marcada pelas exclusões sociais, injustiças e desigualdades sociais. Nesse sentido, o presente estudo visa compreender o diálogo intercultural entre Brasil e Venezuela em comunidades periféricas da capital de Roraima. Tendo como norte o olhar da Teoria das Representações Sociais (Moscovici, 2007) com o alicerce da Psicologia Social Comunitária (Góis, 2005; Montero, 2004) e da Psicologia Ambiental (Moser, 2018), serão entrevistados brasileiros e venezuelanos, maiores de idade, sem distinção de gênero, raça, etnia e orientação sexual, e que residem em comunidades periféricas da capital de Roraima. Nesse cenário, o desenvolvimento das comunidades perpassa por um processo de interculturalidade entendido como uma articulação social entre pessoas diferentes, possibilitando um diálogo entre culturas sem anular uma a outra ou obstruir as distinções. À vista disso, os processos migratórios possibilitam uma interculturalidade (Brasil e Venezuela), todavia, se não existir uma reflexão sobre esse diálogo, pode resultar em situações de violência, opressão e descriminação. Por isso, a interculturalidade não se reduz apenas a uma inter-relação entre culturas, mas também a uma proposta ética pautada na construção do diálogo e respeito pela identidade do outro. Nesse sentido, a Teoria das

Representações Sociais torna-se importante nas análises do estudo, a fim de compreender as ideias que regem comunidades com distintas nacionalidades e como estas influenciam uma realidade social. A Psicologia Social Comunitária viabiliza pensar sobre os significados, sentidos e sentimentos dos moradores em relação a comunidade, de como as dinâmicas comunitárias possibilitam uma autonomia nas pessoas, para que estas entendam que são responsáveis pelo seu contexto histórico-social e podem transformá-lo. E por último, o alicerce da Psicologia Ambiental abarca tanto o interesse pelos efeitos e condições ambientais, pelo comportamento e conduta das pessoas, quanto pela maneira através da qual os sujeitos percebem e agem sobre o ambiente. Portanto, apresenta-se a importância de compreender o diálogo intercultural de comunidades periféricas composta pelas nacionalidades brasileiras e venezuelanas em Boa Vista/RR. Dessa forma, será possível entender o desenvolvimento desses espaços coletivos, os processos de vinculação e suas representações sociais, as vulnerabilidades e estratégias de enfrentamento criadas pelas pessoas nas comunidades. Por fim, além de possibilitar o acesso compreensivo da realidade social para qual essa pesquisa se inclina, espera-se que o estudo possa colaborar para que novas ações e estratégias sociais possam ser planejadas. Por exemplo, na formação em Psicologia das universidades públicas possam ser desenvolvidas disciplinas para tratar da temática de migração, refúgio e apatridia, bem como sejam elaborados projetos de extensão com o intuito de estabelecer um diálogo intercultural entre comunidades migrantes e brasileiras. Bibliografia: Bento, H. C. P. (2019). “Es muy difícil ser una persona emigrante en otro país”: da Venezuela para o Brasil, a experiência de ser jovem e imigrante em contexto de vulnerabilidade na cidade de Boa Vista - RR. [Bacharelado em Psicologia]. Universidade Federal de Roraima; Góis, C. W. L. (2005). Psicologia Comunitária: atividade e consciência. Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais; Montero, M. (2004). Introdución a la Psicología Comunitaria: desarrollo, conceptos y procesos. Paidos; Moscovici, S. (2007). Representações sociais: investigações em psicologia social. Traduzido do inglês por Pedrinho A. Guareschi.Vozes; Moser, G. (2018). Introdução à Psicologia Ambiental: pessoa e ambiente. Editora Alínea.

Financiamento:

Este trabalho contou com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), por meio do Edital PROPESQ de Apoio à Participação em Eventos 2025.

Entre Fronteiras e Preconceitos: Um Olhar Psicossocial sobre Xenorracismo e Interseccionalidades na Migração Africana ao Brasil

Brunno Ewerton de Magalhães Lima (UFRJ), Brunno Ewerton de Magalhães Lima (UFRJ), Catalina Revollo Pardo (UFRJ), Mohammed Elhajji (UFRJ)

O Brasil é um país marcado historicamente por suas dinâmicas de racismo na diáspora africana (Santos, 1983; Nascimento, 2016). No campo dos estudos dos fluxos migratórios o xenorracismo se refere à interseccionalidade de raça/etnia e origem nacional, como trata Sivanandan (1976). Tal discriminação é relatada em estudos interculturais na literatura internacional como Méndez-Fierros e Astudillo (2023) e nacionalmente por Faustino e Oliveira (2022) e Elhajji (2023), que discutem o xenorracismo como um tipo de preconceito interseccional que vulnerabiliza migrantes negros(as) em contextos interculturais como na como educação, trabalho e nas relações interpessoais.

Atualmente, dados sobre o número de migrantes africanos no Brasil são estimados através de fontes como o Relatório Anual de Migração de 2020 do OBMigra, os migrantes africanos(as) representaram aproximadamente 4% da população migrante total no Brasil, entre 2010 e 2020, o Brasil viu um aumento substancial na chegada de migrantes de países como Senegal, Angola, Nigéria, Ruanda e República Democrática do Congo (OBGMigra, 2020). Em termos de números absolutos, segundo a OBMigra, foram registrados cerca de 30.000 migrantes africanos vivendo no Brasil, com o Senegal sendo o país africano com maior representação. Entretanto, há poucas fontes de dados estatísticos mais detalhados sobre o fluxo migratório de nações africanas, havendo uma lacuna sobre o aspecto quantitativo e detalhado das características de cada comunidade com base em sua origem nacional.

Mais do que uma questão numérica, essa presença carrega um impacto simbólico profundo em um contexto no qual os chamados "novos imigrantes" do Sul Global passaram a se estabelecer no país, sobretudo a partir dos anos 2010 e, com isso, tensionar as práticas psicossociais coloniais e discriminatórias da sociedade brasileira (Elhajji, 2023).

Acerca disto, emergem da literatura em compreender como categorias identitárias podem influenciar as vivências de migrantes africanos(as) em diáspora no contexto brasileiro. Neste sentido, a pesquisa partiu da seguinte pergunta: como categorias de gênero, orientação sexual, classe social atuam na experiência psicossocial e intercultural do xenorracismo para migrantes africanos(as) no país?. Partindo disto, a presente pesquisa teve como objetivo compreender as dinâmicas psicossociais e interculturais do xenorracismo e suas interseccionalidades, em relação aos marcadores identitários nas narrativas de migrantes africanos(as) no Brasil.

Para alcançar tal objetivo, a metodologia empregada foi de cunho exploratório-descritivo, de abordagem qualitativa, segundo trata Gil (2008), tal prisma metodológico permite uma compreensão ilustrativa das experiências subjetivas dos participantes. Como ferramenta de inserção no campo utilizou o método snowball de Parker et al. (2019), no qual os primeiros migrantes africanos(as) foram abordados em Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes (CRAI-Rio), que, após as entrevistas, indicaram novos participantes. Vale ressaltar que, atualmente, a maioria dos participantes reside em estados diferentes daqueles onde chegaram ao Brasil.

Com isto, a pesquisa contou com seis migrantes africanos(as), três auto identificados como mulheres cisgêneras e três homens cisgêneros de países como: Nigéria, Guiné-Bissau, Senegal, Ruanda e Cabo Verde; todos(as) residentes no Brasil. Os procedimentos realizados iniciaram com assinatura virtual do termo de consentimento da pesquisa, o envio do formulário

sociodemográfico on-line e a realização da entrevista semiestruturada de maneira virtual. Cada entrevista teve média de 45 minutos.

Após a transcrição, as entrevistas foram analisadas pelo prisma da Análise Crítica do Discurso (ACD) de Fairclough (2013), que visa englobar por meio do discurso, baseado na percepção e vivência dos entrevistados, estruturas sociais e dinâmicas de poder. Os passos para a análise das entrevistas, conforme descritos por Fairclough (2013), envolvem uma série de etapas sistemáticas: 1. Transcrição das entrevistas: Transcrever integralmente as entrevistas, incluindo pausas e elementos não verbais relevantes para a análise; 2. Análise textual: Focar na análise das escolhas linguísticas dos entrevistados (vocabulário, estrutura gramatical, metáforas), revelando padrões que refletem suas posições sociais, identidades e ideologias; 3. Análise das práticas socioculturais: Contextualizar as entrevistas dentro das relações de poder e ideologias dominantes, considerando o contexto social, político e cultural que influenciou as narrativas dos entrevistados; 4. Identificação de padrões e contradições: Identificar padrões de discurso que sustentam ou desafiam normas sociais e ideológicas. Por fim, 5. Interpretação crítica e reflexiva: Interpretar os resultados da análise à luz de teorias sociais e críticas, organizando as falas por meio de categorias discursivas e agrupando-as pelo seu sentido.

Neste sentido, nos resultados é ilustrado e discutido como experiências interculturais discriminatórias dos migrantes são vivenciadas de maneira singular, reunidas no eixo: "Percepção e Vivências como Migrante Africano(a) no Brasil". As análises realizadas ilustraram que as experiências de xenorracismo, conforme abordadas por autores como Sivanandan (1976), Faustino e Oliveira (2022) e Méndez-Fierros e Astudillo (2023), são moldadas por um entrelaçamento complexo de marcadores identitários. Esses marcadores incluem: gênero, orientação sexual, nacionalidade, lingua e classe social, resultando em formas multifacetadas de discriminação e reverberando em uma estrutura colonial.

Os resultados dessa pesquisa contribuem para o debate científico, ao evidenciar que a compreensão das múltiplas camadas identitárias, presentes nos fluxos migratórios contemporâneos não seguem um caminho linear. É essencial adotar um prisma analítico interseccional, considerando a complexidade das experiências de cada migrante, englobando seus marcadores identitários e subjetividades. Com isso, atores sociais, trabalhadores(as) e formuladores de políticas migratórias podem estruturar serviços de acolhimento e cuidado como em serviços de saúde para essa comunidade. Acerca disto, este estudo reconhece e ressalta seus limites metodológicos, alinhados ao objetivo de não generalização, mas sim de ilustrar e compreender processos interculturais a partir das narrativas dos participantes.

Sendo assim, é importante frisar que os resultados apresentados refletem experiências individuais e subjetivas, não representando a totalidade das vivências de migrantes africanos(as) no Brasil. Portanto, indica-se que futuros estudos contemplem amostras mais amplas e diversificadas, abrangendo diferentes regiões do país, para proporcionar uma visão mais abrangente e profunda das experiências dessa comunidade no contexto brasileiro.

Assim, este estudo reforça a importância de uma abordagem crítica e interseccional em pesquisas sobre migração. Logo, considerar as múltiplas realidades dos migrantes africanos(as) no Brasil é imperativo, para desmantelar estruturas de poder excludentes e promover uma sociedade mais justa e equitativa. As conclusões ilustram que o xenorracismo permeia as experiências da diáspora africana, mas também servem como um apelo para uma ação efetiva, visando transformar as estruturas sociais e promover a inclusão de forma ampla e sistemática em serviços de acolhimento e na construção de políticas públicas para essa comunidade promovendo a equidade.

"Juntanza de Mujeres": Uma pesquisa participativa, coletiva e diversa sobre as diferenças do processo migratório feminino no Brasil.

Corina Evelin Demarchi Villalón (UFRJ), Juliane Chaves (CESTEH/ENSP/FIOCRUZ), Simone Paulon (PPGPSI-UFRGS), Élida Hennington (CESTEH/ENSP/FIOCRUZ), Norah Shallymar Gamboa Vela (UFRR), Lisiane Aguiar (UFRR), Thayssa Souza (UFRGS), Lorena Colmenarez (UFRGS)

O fenômeno mundial da "feminização" das migrações ganha contornos particulares quando tratamos das migrações entre as nações do Sul Global, movimentos que se ampliaram nas últimas décadas, em especial, na América Latina, segundo dados do Relatório Anual da OBMigra do ano de 2024. A diversidade da experiência migratória fica mais evidente quando adentramos as especificidades de cada território/contexto sócio-cultural. No ano de 2022, durante a pandemia de COVID-19, ano em que a migração internacional atingiu número recorde, é iniciada a pesquisa "O Bem Viver, Subjetividades e Estratégias de Produção de Saúde e Resistência às Opressões de Gênero, Raça e Classe de Mulheres Trabalhadoras Migrantes das Cidades de Porto Alegre, Rio de Janeiro e Boa Vista". Esta pesquisa-intervenção participativa (PIP) multicêntrica toma o Bem Viver na perspectiva de Acosta como conceito central na abordagem das formas de resistência e (re)existência das mulheres migrantes: De que modo mulheres trabalhadoras migrantes constroem estratégias para produzir saúde e Bem Viver diante das vulnerabilidades produzidas em decorrência das marcas coloniais da sociedade brasileira? E como as políticas públicas podem aprender com elas? Esta PIP adotou como método de investigação a cartografia e utilizou diversos dispositivos de intervenção, de convivência e de construção das estratégias de enfrentamento nos diferentes campos, como: Rodas de Conversa, Oficinas, Mapeamento Afetivo, Apoio psicológico, dentre outros. Além disso, este trabalho de investigação contou com uma extensa equipe de pesquisadoras e pesquisadores de diversos níveis de formação (graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado), das mais diversas áreas do conhecimento (Comunicação Social, Cinema, Psicologia, Medicina e Sociologia) de diferentes regiões do Brasil (Norte, Sul e Sudeste). Somado a isso, destacamos como simbólica, do ponto de vista do "lugar de fala" e das "implicações", a participação de pesquisadoras migrantes (Argentina, Alemanha, Venezuela, Colômbia, República do Congo), além de brasileiras em situação de migração Sul-Norte (Alemanha e Irlanda). Essa multiplicidade reverberou no campo empírico, nos modos de subjetivação, na colheita de dados e intervenção que ecoou nos efeitos e produções do coletivo COM o qual pesquisamos. A Roda de Conversa se estabeleceu como dispositivo privilegiado pelos três campos e, em sua vocação para conformar espaços coletivos de democracia participativa, ao incluir subjetividades antes excluídas do rol de sujeitos políticos - no caso, mulheres e migrantes - revelou ser um potente dispositivo qualitativo das demandas da população estudada. Esse encontro, baseado na produção de cuidado e confiança, ao permitir a lateralização entre as diferentes, revelou tanto fatores produtores de despotencialização, quanto estratégias de enfrentamento de mulheres migrantes em relação às produções de vulnerabilidades próprias aos processos migratórios que ocorrem no território brasileiro. Nas rodas, de modo geral, nos três campos, as migrantes apresentaram como principais fatores causadores de sofrimento psíquico em seus deslocamentos: a solidão, a falta de apoio social e, consequentemente, preocupações com a família - sobretudo com os filhos quando falamos de mães de crianças e adolescentes -, as dificuldades para encontrar um trabalho ou medo em ter que enfrentar as precariedades em trabalhos degradantes e humilhantes, aquém de suas capacidades e formação. Associado a tais

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

preocupações com o trabalho e dificuldades para consolidação de uma vida digna, com acesso à informação e serviços, ao transporte, à moradia, à alimentação foram apontados como fatores que incrementaram o sofrimento: as barreiras linguísticas, as divergências culturais, os entraves burocráticos - sobretudo relacionados ao reconhecimento da formação e qualificações prévias, como é o caso da validação de diplomas; e no âmbito das violências cotidianas, a xenofobia e suas variantes, como o racismo. Em relação às estratégias de enfrentamento, observamos uma tendência de produção de modos de vida mais associados a uma vida comunitária dentro da perspectiva do Bem Viver que variaram em amplitude quando comparamos os três polos possivelmente devido, tanto às características da população migrante, quanto da estrutura de acolhimento e de acesso aos serviço e ao trabalho. Contrariando a tendência, na contemporaneidade, de produção de modos e práticas de vida, preponderantemente individualizados, que se aproximam muito mais de uma perspectiva de bem-estar, no qual há uma prevalência do estado de satisfação, saúde física e emocional dentro de contornos prescritos por normas sociais gerais, a experiência migratória de mulheres revelam outras perspectivas. O estudo revelou que, seja em cidades como o Rio de Janeiro com mais de 6 milhões de habitantes, como Porto Alegre com mais de 1 milhão de habitantes, mas sobretudo em Boa Vista, uma cidade média com pouco mais de 470 mil habitantes, houve uma conformação de modos de relação e participação que se aproximam da ética do Bem Viver, portanto, mais coletivos, marcados pela reciprocidade e harmonia entre as pessoas e a natureza. Esta cosmovisão, que radicaliza as perspectivas de singularidade do cuidado, nestes coletivos revelaram, sobretudo, a formação de redes de apoio femininas. Tais observações são corroboradas por dados coletados em questionário virtual, composto por 30 perguntas, que foi aplicado nos três campos da pesquisa. As respostas obtidas por meio de formulário eletrônico, construído e validado com pesquisadoras migrantes, permitiram construir um perfil sociodemográfico das mulheres migrantes que participaram das intervenções organizadas pela pesquisa. As respostas à pergunta sobre "participação de coletivos" revelaram uma ampla participação destas mulheres em coletivos consolidados, tanto no Rio de Janeiro, quanto em Porto Alegre e região metropolitana, mas vale ressaltar uma maior prevalência desse modo de participação na cidade de Boa Vista. Podemos associar esta considerável diferença à soma da situação de maior vulnerabilização das mulheres que buscam refúgio neste território devido à crise humanitária em seu país de origem com as dificuldades locais, seja de acesso aos serviços essenciais, seja de oportunidades de trabalho. É importante ressaltar que algumas mulheres apontaram a participação em atividades da pesquisa (rodas de conversa, oficinas, etc) nos três campos como formas de participação social em coletivos de migrantes, associando, por exemplo, as Rodas de Conversa, à ampliação da potência política coletiva e produção de saúde mental, o que demonstra a importância de espaços coletivos como esses, ainda que temporários. É importante frisar que a dimensão continental e diversidade do território brasileiro já é uma problemática consolidada quando pensamos a produção de políticas públicas e gestão do SUS. A migração, com isso, tanto reflete a amplitude dessa questão, quanto a incrementa, pois promove um tensionamento no sentido de nos forçar - pesquisadora/es, trabalhadoras/es, gestora/es, cidadãs e cidadãos - a pensar a inserção de novos e diferentes sujeitos neste complexo cenário. Propomos, com isso, pensar COM esse coletivo propostas que possam servir para o avanço das políticas públicas brasileiras para populações migrantes por meio de dispositivos públicos, visto que concordamos que estes devem ser os espaços por excelência de acolhimento, acompanhamento e cuidado desta população. Desse modo, ao nos anteciparmos, acreditamos contribuir com o aprofundamento das garantias e direitos da população migrante no país, em relação aos movimentos de política de externalização dos territórios promovidas por

governos do Norte Global, sobretudo em tempos em que estes estão explicitamente associados às necropolíticas neofascistas. A ciência tem implicação com a produção de políticas públicas que afirmem essas diferenças, em um cenário que, sem intervenção crítica, seguiria o rumo próprio, seu modo de funcionamento habitual, qual seja, a concepção negativa das diferenças. Deste modo, esta pesquisa espera contribuir, com a exposição e análise de dados produzidos e colhidos coletivamente COM pesquisadoras-participantes e participantes-pesquisadoras visando a atualização, melhoria e criação de políticas públicas que possibilitem o acesso dessa população aos serviços públicos de forma equânime e digna, consideradas as particularidades de cada contexto de inserção.

Migração – Substantivo feminino

Luciane Alves Schein (FACCAT)

A migração feminina contemporânea configura-se como um fenômeno multifacetado, que transcende o mero deslocamento geográfico para abarcar transformações culturais, sociais e identitárias. Mulheres migrantes enfrentam desafios específicos relacionados ao gênero, como a invisibilidade de suas experiências, a exploração no mercado de trabalho e a marginalização em contextos de acolhimento. Somado à isso, estão as questões de raça e classe, que se sobrepõem de forma interseccional ao cenário de vulnerabilidade enfrentado pelas mulheres migrantes. Nesse contexto, a produção artística, especialmente a literária, revela-se um campo fértil para a análise dessas trajetórias, ao oferecer narrativas que aprofundam a compreensão das complexidades inerentes à experiência migratória feminina. A história humana é marcada pelo deslocamento e a literatura, como saber sobre a vida que é, envolve a temática desde seus primórdios. Na literatura contemporânea, é especialmente evidente a presença do trânsito, da migração, dos deslocamentos e deslocados. A onda migratória que registramos na atualidade – e que até mesmo podemos considerar como o grande marco destas primeiras décadas dos anos 2000 – traz consigo uma complexidade nunca vista. O que define a diferença em relação ao passado, como apontou Edward Said (2003), são as proporções e o tipo de políticas imperialistas e ambições de governos totalitários que contribuem para que esta seja "a era do refugiado, da pessoa deslocada, da migração em massa" (SAID, 2003, p. 47).

O que pretendo apresentar é um recorte de minha tese de doutorado intitulada A escrita desfronteirizante em Chimamanda Ngozi Adichie e Najat El Hachmi (defendida em 2021 pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da UFRGS), cuja pesquisa investigou como as obras de autoras migrantes contribuem para a construção de narrativas sobre o deslocamento que desafiam representações tradicionais e hegemônicas da migração feminina. Através do estudo, procurei compreender de que maneira essas narrativas literárias propiciam uma perspectiva alternativa acerca das experiências das mulheres migrantes, ressaltando suas vozes, subjetividades e estratégias de resistência, em diálogo com áreas como a Psicologia e os Estudos Culturais. A migração feminina foi abordada como um processo complexo que envolve deslocamento físico e profundas transformações identitárias, culturais, sociais e psicológicas. As obras de Adichie e El Hachmi revelam múltiplas dimensões da migração feminina, destacando desafios enfrentados, estratégias de resistência e as negociações identitárias em contextos de deslocamento.

A fundamentação teórica adotou uma abordagem interdisciplinar, integrando Estudos Culturais, Pós-Coloniais, de Gênero e Psicologia. Teóricos como Stuart Hall (2003; 2004; 2008), Homi Bhabha (2010), Katryn Woodward (2008), Edward Said (2003; 2007), Patrícia Hill Collins (2019), Gloria Anzaldúa (2000; 2009), bell hooks (2019), Audre Lorde (2019), Grada Kilomba (2019), Françoise Vergès (2020), Nawal El Saadawi (2002), entre muitas outras pensadoras; e o aporte fundamental dos Estudos de Transárea realizados por Ottmar Ette (2008; 2015; 2016; 2018; 2021), sustentam a análise das narrativas literárias, com ênfase em conceitos como construção de identidade, hibridismo cultural e resistência. O conceito central de "escrita desfronteirizante", proposto no trabalho, refere-se a uma prática literária que desestabiliza narrativas dominantes, promovendo representações mais autênticas e complexas das experiências femininas migrantes. Metodologicamente, a pesquisa adotou uma abordagem qualitativa e interpretativa, centrada na análise crítica das obras selecionadas, com o intuito de identificar como as narrativas constroem representações das mulheres

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

migrantes e dialogam com teorias de identidade, cultura e gênero. A escolha das obras justifica-se pela relevância no panorama literário contemporâneo e pelo tratamento dado às questões de migração e gênero.

Os resultados indicam que as obras analisadas desafiam as narrativas tradicionais sobre migração feminina ao apresentar personagens complexas que negociam identidades em contextos de deslocamento, enfrentando desafios ligados ao gênero, cultura e pertencimento. As narrativas evidenciam a agência das mulheres migrantes, suas estratégias de sobrevivência e a importância de sua voz na construção das próprias histórias. Em conclusão, o estudo contribui para a ampliação da compreensão sobre as representações literárias da migração feminina, ressaltando a literatura como espaço de resistência e construção identitária. A análise das obras de Adichie e El Hachmi demonstra que narrativas literárias alternativas são capazes de desafiar representações hegemônicas, oferecendo uma visão mais rica e complexa das trajetórias das mulheres migrantes. A proposta de "escrita desfronteirizante" serve como ferramenta teórica e metodológica para analisar narrativas que rompem fronteiras literárias e culturais, promovendo representações inclusivas e diversas das experiências femininas migrantes.

Referências Bibliográficas

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. Coleção Feminismos Plurais; Selo Sueli Carneiro. São Paulo: Pólen, 2019.

ALVES, Luciane da Silva. A escrita desfronteirizante em Chimamanda Ngozi Adichie e Najat El Hachmi. 2021. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

ANZALDÚA, Gloria. Borderlands/La Frontera: the new mestiza. San Francisco: Aunt Lute Books, 2000.

BHABHA, Homi K. O local da cultura. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

COLLINS, Patricia Hill. Pensamento feminista negro. São Paulo: Selo Negro, 2019.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Estudos Feministas, ano 10, p. 171-188, 2002.

ETTE, Ottmar. Transarea: estudos de mobilidade e deslocamento. São Paulo: EdUSP, 2015.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Tradução: Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KRISTEVA, Julia. Estrangeiros para nós mesmos. Tradução: Maria Carlota Carvalho Gomes. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

MORO, Marie Rose. Psicoterapia transcultural da migração. Revista Psicologia USP, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 186-192, 2015. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/psicousp/article/download. Acesso em: [colocar data].

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Pode o subalterno falar?. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

VERGÈS, Françoise. Um feminismo decolonial. Tradução: Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

Mulheres migrantes árabes em São Paulo: formas de viver e resistir

Macarena María Sfeir Sfeir (Psi), Beatriz Borges Brambillsa (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

O processo de migração é tido como algo que não se finda com o encerramento da viagem de migração, sendo prolongado e atravessando diversos aspectos relacionados ao contato com o lugar de chegada, envolvendo também uma procura por construir novas raízes num novo lugar e criando vulnerabilidades para a mulher migrante. Trata-se, como condição mínima, de uma pessoa que se desloca. Sai de um lugar no qual tem raízes criadas, empreende uma viagem, que pode ou não ser linear e que chegou, seja de forma permanente ou temporária, em outro. Sua necessidade é aumentada quando consideramos as mulheres que migram e que, além de serem migrantes, também se deparam com fenômenos sociais relacionados ao machismo do país de chegada, neste caso do Brasil. Por último, quando pensamos nas mulheres migrantes árabes, precisamos levar em conta processos específicos que contribuem à construção interseccional das dificuldades que podem sofrer, o que envolve arabofobia, islamofobia e sionismos. Para os propósitos da pesquisa foi definido que deveria ser feito um recorte da palavra árabe. Muitos são os países que falam árabe e portanto são identificados como tal. No entanto, refere-se aqui especificamente aos países que o Ocidente chama de levantinos, aqueles onde de perspectiva eurocêntrica o sol se levanta. São estes a Síria, o Líbano, a Palestina, o Egito, a Jordânia e o Iraque. Assim, torna-se necessária a incorporação dessas pessoa, com todos os seus aspectos sociais, históricos e culturais que as tocam, em espaços que possam lhe dar apoio no Brasil e que auxiliem no enraizamento na sociedade brasileira. Também devem ser considerados espaços de resistência oferecidos por suas comunidades de diversas maneiras, entre pessoas de um mesmo lugar de origem, da mesma religião ou, ainda, entre as mulheres da comunidade. Desta forma, a presente pesquisa propõe analisar as migrações de um ponto de vista decolonial, permitindo criar conhecimento a respeito de suas vivências de opressão e resistência, seja enquanto mulheres migrantes ou mais especificamente enquanto mulheres migrantes árabes. Visa-se também investigar as relações e experiências das mulheres com as políticas públicas, os serviços públicos e não-governamentais oferecidos. Adicionalmente, objetiva-se compreender as formas coletivas que elas têm achado para fortalecer-se. Para isto, emprega-se uma análise sentipensante a partir da colonialidade do poder e da colonialidade do gênero, ampliando a visão sobre as migrações árabes enquanto algo complexo e, por vezes, contraditório, que estão; atravessado pela lógica colonial, hierarquizante e desumanizante. O método que será utilizado é decolonial e qualitativo, firmando-se na ideia de desobediência epistêmica e postura sentipensante enquanto ponto de partida que não é nem neutro, nem universal. Assim, tem sido possível identificar, a partir de experiências profissionais e contatos ao longo da pesquisa, que mulheres árabes ocupam lugares específicos de opressão, o que impede seu acesso a políticas públicas, tornando necessárias outras formas de viver e resistir. Traremos, assim, questões relacionadas à literatura acadêmica e a contatos preliminares com mulheres árabes na cidade de São Paulo. Adicionalmente, os fluxos migratórios para o Brasil vêm aumentando nos últimos dez anos, entrando em especial destaque as mulheres migrantes. Levando em conta o cenário sociopolítico atual em países árabes, especialmente a Palestina, e sabendo que a cidade de São Paulo representa lugar de entrada de migrações aéreas, entre outros, de países do outro lado do Oceano Atlântico, incluindo o Oriente Médio, torna-se necessário compreender, sob perspectiva de gênero, as formas de viver e resistir que elas têm encontrado. Assim, é cada vez mais necessário contar as vivências de mulheres árabes, que sofrem opressões interseccionais: por serem mulheres, migrantes, árabes, muitas vezes muçulmanas e por vezes, embora nem sempre, consideradas não-brancas no Brasil. Trata-se de vivências que carregam em si as fronteiras, podendo transitar entre o mundo árabe e

o mundo latino-americano. Isto gera em si e no contato com a sociedade que se encontra uma série de contradições que precisam ser o olhadas e analisadas, a fim de poder pensar, a partir disso, possibilidades de políticas públicas cuidadosas e sensível para as mulheres em questão. Daí a relevância desta discussão na Psicologia Social. Há várias reflexões que a presente pesquisa vem provocando. Entre elas está a necessidade de não reduzir a mulher migrante árabe à sua religião e, no entanto, também não apagar a importância que a religião muitas vezes tem para ela enquanto fonte de fortalecimento. Ainda, cabe o cuidado de considerar que os atravessamentos que diversos setores dos feminismos ocidentais e sobretudo do Norte global tem feito às mulheres árabes correspondem a uma tratativa do feminismo civilizatório e reduz a mulher árabe enquanto categoria ao hijab. Outra reflexão que vem aparecendo é que mesmo dentro de movimentos migrantes, ou nas lutas por direitos e políticas públicas para imigrantes, é dificil achar um movimento organizado árabe. As comunidades e especialmente as mulheres árabes estão pouco presentes nesse tipo de luta e isso é um problema quando pensamos em criação de políticas públicas. Financiamento: CAPES.

Palavras-chave: Gênero; Migração: Estudos árabes; Decolonialidade.

Nem daqui, nem de lá: implicações subjetivas em migrantes infantojuvenis atendidos por projeto de extensão

Isabela Dos Santos Pinheiro (UNIVALI), Bianca Naiara de (UNIVALI), Karen Nicolodi (UNIVALI), Victória de Oliveira da Rosa (UNIVALI), Vitoria Nathalia do Nascimento (UNIVALI e UFSC), Adriana Grabner (UNIVALI)

Os processos migratórios suscitam um debate contemporâneo, forjado pelas mudanças políticas, econômicas e sociais desde o século XX. O Brasil é um dos principais países da América do Sul que recebe imigrantes, calculando-se uma média de entrada de 1.700.686 migrantes e 146.109 refugiados reconhecidos, entre 2010 e 2024; dentre esses números, 215.751 migrantes e 35.504 refugiados estão na faixa etária entre 0 a 15 anos (Brasil, 2024). Destaca-se que, dentre os destinos da região Sul, que simboliza uma promessa de vida melhor e novas condições de trabalho, está o município de Itajaí, em Santa Catarina, cidade citada como uma das cidades brasileiras solidárias na atuação na proteção e integração de pessoas refugiadas e migrantes (Nascimento et al., 2024).

Ademais, dentro de um recorte de faixa etária, Lewis et al. (2020) destacam as necessidades psicossociais de crianças e adolescentes refugiados, salientando que esse grupo social apresenta um grau mais elevado de desfechos negativos, em decorrência dos atravessamentos relacionados ao processo migratório. Considerando a complexidade das implicações do deslocamento forçado nas fases do desenvolvimentos da infância e da adolescência, o presente resumo buscou apresentar um projeto de extensão voltado à população migrante, que destaca a importância de incluir um espaço de escuta e acolhimento para o público infantojuvenil em contextos de migração forçada, a partir de um recorte dos atendimentos e ações realizadas pelo Núcleo de Apoio ao Migrante (NAM), no município de Itajaí-SC.

Como metodologia, para além do levantamento de dados concretos do NAM, é considerada a experiência afetiva das estagiárias e trabalhadoras do serviço frente aos sujeitos ali atendidos, importando a teoria de Sawaia (2016), que considera a afetividade como artifício metodológico e analítico da Psicologia Social, a partir do olhar para a exclusão dos sujeitos, aqui, as crianças e adolescentes - bem como as suas famílias - que passam por migração forçada, sob uma perspectiva crítica e de sofrimento ético-político, já que "o sofrimento é a dor mediada pelas injustiças sociais" (Sawaia, 2016, p. 116), constituindo um objeto de análise substancial na pesquisa sobre processo migratório e suas implicações subjetivas e psicossociais.

O NAM é um projeto de extensão universitária voltado ao acolhimento e assistência de migrantes em situação de vulnerabilidade no Brasil. Atuando com base nos princípios dos direitos humanos, o NAM oferece serviços gratuitos e especializados nas áreas consular, jurídica, educacional, psicológica, de saúde, cultural e laboral (Sousa, 2023; Nascimento et al., 2024). Os serviços prestados envolveram principalmente regularização migratória, solicitações de refúgio, renovação de documentos e acesso à cidadania. Em 2024, o NAM registrou 3.903 atendimentos a pessoas migrantes de 50 nacionalidades distintas, com maior incidência de migrantes oriundos da Venezuela, do Haiti, da Argentina e da Colômbia. Dentre os atendidos, 7,22% pertenciam à faixa etária de 0 a 11 anos, caracterizando-se como crianças, enquanto 5,15% tinham entre 12 e 17 anos, sendo classificados como adolescentes. Os dados utilizados foram extraídos da planilha de atendimentos organizada pelo NAM, referente ao ano de 2024, e oferecem subsídios relevantes para a compreensão do perfil etário

da população migrante atendida e para a formulação de políticas públicas direcionadas. Cerca de 75% dos atendimentos ocorreram de forma remota e a maior parte deles foi registrada na unidade de Itajaí (87%) (Santos, 2024).

No atendimento a migrantes, principalmente crianças e adolescentes, que estão em fases do desenvolvimento relacionadas à apreensão do mundo e a construção de subjetividades, formadoras da identidade individual e coletiva, é indispensável olhar para as alteridades culturais. A cultura constitui uma leitura de mundo, a partir de uma linguagem estruturada que engloba saberes e costumes compartilhados; é por meio dessa linguagem que os sujeitos podem encontrar formas de se reestruturar psiquicamente e enfrentar desafios e percalços (Moro, 2015). A população infantojuvenil que faz deslocamento forçado acaba, muitas vezes, encontrando-se num "limbo" cultural, em que, ao mesmo tempo que carregam uma bagagem cultural diversa, mas sem poder compartilhá-la com seus "iguais", não se identificam – e, geralmente, são excluídas socialmente – no novo território.

A adaptação ao novo território é apontada como um dos principais desafios enfrentados pelas crianças e adolescentes migrantes, já que a mesma implica no aprendizado de uma nova língua e uma ressignificação cultural, além de, muitas vezes, vir acompanhada por isolamento social, preconceitos e discriminações (Bezerra; Martins-Borges; Cunha, 2019). No ambiente escolar, os percalços da adaptação são mais bem revelados, visto que a infância e a adolescência já representam períodos marcados pela alteridade e conflito entre o eu e o outro, e soma-se a isso as particularidades dos estudantes imigrantes. Considerando que há uma crescente noção de soberania nacional e xenofobia frente à imigração, a escola representa uma esfera de poder que, não só a partir dos demais estudantes, mas também dos próprios profissionais, "interpela a criança não como um sujeito, mas como objeto de uma política tutelar específica, transmitindo para ela o lugar reificado e generalizado de 'outra'" (Nolasco; Castelli; Mountain, 2021, p. 516).

Assim sendo, é válido pensar nas contribuições de modelos como a clínica transcultural, que Moro (2015) conceitua como um modelo de cuidado complementar, entre a Psicologia e a Antropologia, e descentrado. Segundo Domingues e Binkowski (2023), retomando Devereux, o maior obstáculo no atendimento a pessoas de outras culturas é o etnocentrismo do próprio profissional. Esse etnocentrismo, por vezes, estaria disfarçado por um relativismo cultural que, na verdade, expressaria um niilismo ético, uma postura que nega a possibilidade de critérios estáveis para além das convenções culturais, baseado em uma concepção de normalidade culturalmente codificada, em vez de perceber tal normalidade como apenas uma entre muitas possíveis. Os autores reiteram que o etnocentrismo é uma visão de mundo em que o nosso próprio grupo é tomado como o centro de tudo, e os outros são pensados, sentidos e avaliados por meio dos nossos próprios valores, modelos e definições do que é a existência (Domingues e Binkowski, 2023).

Na direção contrária ao etnocentrismo, estudos apontam que os serviços e profissionais de saúde sensíveis à cultura facilitam a expressão de experiências, necessidades e obstáculos vivenciados por grupos minoritários no acesso e recurso à saúde psicológica (Bezerra; Martins-Borges; Cunha, 2019; Martins-Borges et al., 2017). Nesse sentido, vale destacar algumas iniciativas propostas pelo NAM a fim de promover espaços de diversidade cultural, que fomentem a saúde, educação e acesso a outros direitos primordiais. A partir de uma atuação ética, o NAM se compromete com a proteção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes e, para isso, deve mobilizar a família e a comunidade. Nesse aspecto, o projeto já atuou no ambiente escolar, com eventos relativos ao Dia da Família, assim como fez parcerias com embaixadas e outros órgãos, como a ação conjunta com a Embaixada do Haiti, que possibilitou a

interdisciplinaridade entre diversas áreas para atender aos imigrantes haitianos. Ainda, o NAM busca articular sua atuação com as redes do município, fazendo encaminhamentos para a saúde, assistência social e educação, e reuniões com outros serviços da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Para democratizar o acesso ao projeto, também destaca-se a importância da divulgação do NAM, que é realizada por meio de oficinas e palestras, como a Feira de Diversidade Cultural, assim como pela produção e disponibilização de materiais pertinentes à temática das migrações (Nascimento et al., 2024; Sousa, 2023).

Ainda, além do espaço de escuta psicológica, que atende todas as faixas etárias, e considerando a relevância do exposto - especialmente pelo fato de grande parte do público ser infantojuvenil - o NAM propôs, para 2025, a criação de um grupo terapêutico específico para adolescentes, articulado ao projeto de extensão, a fim de atender as demandas de sofrimento psicológico e possibilitar a criação de vínculos afetivos geograficamente possíveis. De acordo com Moro (2015), em situações de migração, o sujeito conta somente com suas defesas pessoais, e estando em situação de exílio alguns eventos traumáticos podem ser potencializados. Tendo em vista o contexto de perdas, luto e desafios sociais, o propósito do trabalho grupal é proporcionar um ambiente acolhedor e que permita a apropriação da própria identidade dos participantes.

Dessa forma, considera-se que as ações propostas pelo projeto acarretam em melhorias para a população migrante e, dentro do contexto da migração de crianças e adolescentes, consegue oferecer um lugar de acolhimento, de escuta de demandas e de diversidade cultural. Considerando as fragilidades e desafios que o público infantojuvenil, estando em uma rica fase de desenvolvimento, enfrenta no processo de adaptação em um novo território, o NAM propõe desconstruir esse "não-espaço" para a criação de vínculos comunitários, de amor, amizade e cuidado; já que, mesmo não sendo daqui, nem estando mais lá, ainda (r)existe a possibilidade de criar um lar no novo território e ressignificar as vivências, para o exercício de uma infância e adolescência plenas de direitos.

O tempo da urgência e o tempo do sonhar: uma travessia do despertar

Roberval Santos da Silva (USP), Miriam Debieux Rosa (USP)

As tardes quentes de verão, como vem sendo de costume em São Paulo, são o prenuncio não somente da chuva, mas também da dose de sono que nos acomete em meio ao dia, devido ao desgaste com o calor, que faz dormir mal durante a noite e acordar com os olhos cheio de "areia". Um verdadeiro sonífero que faz esfregar os olhos enquanto ainda despertamos. É um sono que pesa a pálpebra dos olhos, é uma luta constante para mantê-las abertas, atentas e produtivas na leitura, ainda assim, não acompanham o ritmo das mãos que escrevem, se fecham pouco a pouco e se abrem em um solavanco, numa rápida mensagem que chega ao cérebro, notificando-o que é preciso estar atento! Atenção constante e sem espaço para o descanso.

Há de se trabalhar no mesmo ritmo que os trabalhadores da construção civil - no centro de São Paulo - erguendo prédios em questão de meses. O barulho da britadeira que não para desde as 8h da manhã e agora já passam das 16h. Não é permitido parar! Se não, é bem capaz de atrapalhar o trânsito do fluxo mental, fazendo uma analogia a Chico Buarque e sua canção de 71.

A frase de autor desconhecido: "Trabalhem enquanto eles dormem", talvez tenha sido uma das primeiras expressões nas redes sociais de uma era marcada por uma lógica neoliberalista, que preconiza uma sociedade do consumo e da individualidade. Um conto que serve de base para articulação e ascensão da extrema direita no mundo. Cria-se a narrativa de que nesta via qualquer ser humano poderia alcançar seus objetivos - seja ele qual for - e ser o que ele quiser, tudo isso única e exclusivamente pelo seu esforço. No subtexto dessa ideia pode-se ressaltar o alerta de Sidarta Ribeiro (2019, p. 20): "A rotina do trabalho diário e a falta de tempo para dormir e sonhar, que acometem a maioria dos trabalhadores, são cruciais para o mal-estar da civilização contemporânea".

É nesse enodamento que somos capturados em maior ou menor grau, portanto: "É preciso estar atento e forte/ Não temos tempo de temer a morte" . O sono é guardião do sonho como versado por Freud (1900) e, justamente por isso, tem papel importante para saúde mental do sujeito. Não por acaso, a privação de sono é uma das muitas técnicas de tortura que são usadas em situações de extrema violência, como no período de 64, durante a ditadura militar no Brasil.

Para escrever esse resumo foi preciso dormir. E para seguir escrevendo está sendo preciso sonhar.

"A palavra sonho, do latim somnium, significa muitas coisas diferentes, todas vivenciadas durante a vigília, e não durante o sono. Realizei "o sonho da minha vida", "meu sonho de consumo" são frases usadas cotidianamente pelas pessoas para dizer que pretendem ou conseguiram alcançar algo. Todo mundo tem um sonho, no sentido de plano futuro. Todo mundo deseja algo que não tem. Por que será que o sonho, fenômeno normalmente noturno que tanto pode evocar o prazer quanto o medo, é justamente a palavra usada para designar tudo aquilo que se quer ter?" (Ribeiro, 2019, p. 19).

Esse trecho de Sidarta Ribeiro carrega a polifonia do verbo sonhar, que está na raiz da palavra sonho. Para psicanálise, ainda que o desejo tenha outro lugar, o sonho cumpre a função de trazer à tona algo do inconsciente, é parte do seu trabalho tornar aquilo que está latente em conteúdo manifesto (Freud, 1940 [2021]), dessa forma, é também por meio dele que é possível escutar o que é da ordem do desejo, logo, poder dormir para sonhar como uma aproximação de uma posição desejante é também dormir para despertar, um ato de (re)existência em tempos sombrios que privam o sujeito do seu sono.

Partimos desse ponto, pois este é um estudo que se constituiu na dimensão das migrações recentes, em contextos sociais críticos, com o objetivo de identificar e analisar as "pistas oníricas" para uma travessia da experiência traumática em direção ao desejo na dialética

sujeito e sociedade. A migração foi a cena escolhida como temática a ser trabalhada, tendo em vista a importância que esse fenômeno ocupa em nossa sociedade e que nos últimos dez anos vem ganhando ainda mais destaque pelas duras políticas de restrição migratória impostas pelos países mais ricos, dentre eles, os Estados Unidos que, em 2025, reelegeu para presidência Donald Trump.

Esse contexto é fruto de uma conjuntura política que vem sendo tecida a pelo menos quinze anos, com o aumento dos ataques de países ricos por meio da construção de narrativas que estigmatizam e criminalizam os migrantes internacionais, período também de crescimento dos fluxos migratórios do sul para o norte global e que depois vem a sofrer modificações se acentuando em novos fluxos no sul-sul global (Gebrim, 2020).

"O crescente fechamento das fronteiras nos países mais ricos e endurecimento das políticas de acolhimento a imigrantes na Europa e nos Estados Unidos é um desses elementos [que corroboram para novos fluxos migratórios]. Ademais, diversos conflitos a partir do ano de 2010 na África e Oriente Médio impulsionaram o fluxo mais acentuado em relação aos anos anteriores para diversas partes do globo. [...] Diante desse cenário, constatou-se igualmente a proliferação de projetos políticos ancorados em discursos xenofóbicos e, cada vez mais, o tema das migrações passou a pautar não só as principais agendas dos países como tem sido central nos debates políticos e presidenciais pelo mundo" (Gebrim, 2020, p. 48).

Cabe a pergunta, mundo globalizado para quem? Essa é uma questão importante, "se o mundo dos negócios e das finanças é marcado pela livre-circulação, como tratamos, a de certos corpos tem sido cada vez mais caracterizada por processos de profunda restrição" (Gebrim, 2020, p. 47).

Mediante esse cenário político, que é vivo e vem passando por intensas mudanças, essa pesquisa se propôs a acompanhar alguns desses migrantes recém-chegados a São Paulo. Em 2024 foi possível desenvolver um trabalho de escuta nos corredores da Casa do Migrante, junto a equipe Veredas – Imigração e Psicanálise (IPUSP), em que se revelou um elemento importante deste contexto social crítico: a urgência social. Esse tempo da urgência, atravessa o sujeito em migração, assim como a equipe da Casa e o próprio Veredas. Isso que é da ordem das necessidades objetivas e concretas é demandado a todo instante e é importante que seja escutado. A escuta do analista-pesquisador no campo das urgências e, neste caso, da migração, exige uma aproximação a partir da sua própria condição estrangeira, com vistas a uma radicalidade ética que permita transpor os muros do consultório. Estar no território exige essa posição clínico-política para escuta do sofrimento sociopolítico destes sujeitos.

O deslocamento territorial e seus impactos vão se configurando não apenas geograficamente, mas frequentemente também em território psíquico, especialmente pelos processos inconscientes de deslocamento e condensação na concepção freudiana, e sua versão em Lacan, a metonímia e metáfora (Rosa, 2018). Essa analogia pode ser pensada como estratégia clínica de acesso ao sujeito em périplo e ao que o afeta psiquicamente, como forma de pensar um trabalho na direção do desejo (Rosa; Carignato; Berta, 2006). Sendo assim, o aforismo "dormir para despertar", tem que ver com a possibilidade de despertar para o próprio desejo. Perspectiva que visa dar luz ao que estamos chamando de uma travessia do despertar. Nesse sentido, fazemos a reflexão: seria possível pensar o deslocamento do tempo da urgência para o tempo do sonhar como uma condição que pode possibilitar o que chamamos de travessia para uma posição desejante? Seria o sonho uma tentativa de dar contorno a esse furo na experiência migratória em urgência social? São pontos que pretendemos abordar nessa apresentação.

Os movimentos migratórios de crianças e adolescentes: Histórias vividas entre cores, dores e enfrentamentos

Fátima Regina Burlamaqui Lima (UCDB), Luciane Pinho de Almeida (UCDB)

Introdução: Este trabalho que ora se apresenta, pretende apresentar os resultados parciais da pesquisa em andamento que envolve, como temática, o contexto das migrações infantojuvenis no âmbito da inclusão/acolhimento no espaço escolar, na cidade de Campo Grande-MS.

Objetivos: A pesquisa tem por objetivo compreender o processo de inclusão desta população em deslocamento nas unidades de ensino básico, assim como propõe-se a analisar os desafios de permanecer nestes espaços de aprendizagem; utilizando como fundamentos teóricos a psicologia sócio-histórica.

Objetivos: Pretende-se compreender o processo de inclusão/acolhimento desta população nas escolas, assim como propõe-se a analisar os desafios de permanecer nestes espaços de formais de aprendizagem.

A problemática da referida pesquisa e as interfaces com o grupo de trabalho que envolve a psicologia social e a migração, assim como o eixo temático relativo aos direitos humanos e a infância, inserem-se no contexto das possíveis violações de direitos, quando se verificam situações de constrangimentos e demais vulnerabilidades que atentam contra o bem estar psicossocial de crianças e adolescentes em situação de migração.

Nesse cenário de deslocamento marcado por movimentos migratórios de orientação sul-sul, crianças e adolescentes cruzam fronteiras acompanhadas de seus familiares e, em alguns casos, somente com suas mães, deixando seus vínculos

comunitários, familiares, escolares, para enfrentarem um novo país, de língua, comida e costumes diferentes. Embora, na experiência brasileira, crianças e adolescentes migrantes ou não, sejam consideradas sujeitos de direitos, amparados pelos principais marcos legais que são a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente, não há programas estruturados ou políticas públicas implementadas que orientem a inclusão desses estudantes no âmbito escolar, o que vem sendo desenvolvido em alguns municípios, se relacionam a programas de ensino de português como língua de acolhimento, em parceria com escolas, universidades e ONGs), iniciativas de promoção de direitos como a publicação de guias e materiais informativos sobre direitos de estudantes migrantes e refugiados à educação e atividades pontuais de inclusão escolar.

Os fundamentos epistemológicos para análise do referido problema, estão ancorados na perspectiva do materialismo dialético e na psicologia sócio-histórica, sendo assim, quando se propõe uma compreensão do ser construído a partir da práxis social, se pretende marcar um posicionamento orientador que se fundamente nas bases concretas e implicadas socialmente na constituição do ser em sua totalidade ontológica. Desta forma, ao se desenvolver ações de políticas públicas na interface entre a psicologia e a educação, há que se observar tais referenciais que promovem o afastamento de lógicas de interpretação idealistas na compreensão e elaboração de estratégias pedagógicas e de acolhimento de crianças e adolescentes migrantes, desconsiderando suas singularidades, assim como, aspectos socioculturais, históricos, econômicos, entre outros.

Estratégia Metodológica: A definição da abordagem da pesquisa participante para esta pesquisa, ancorada nas rodas de conversa, como coleta de dados, possibilitam, além do acesso ao imaginário e aos movimentos da

subjetividade e dos impactos dos deslocamentos migratórios, também oferecem a possibilidade da escuta ativa e do acolhimento, como um elemento de redução de danos psicossociais, assim como de, eventualmente, constituírem-se como ação preventiva no sentido do esclarecimento sobre violação de direitos, em casos de constrangimentos e xenofobia.

O contexto empírico onde se realizaram as atividades das rodas, pertence ao projeto Nova Transforma, Organização da Sociedade Civil (OSC) que acolhe e atende migrantes e refugiadas(os), e se configura em um espaço amplo com brinquedoteca, parquinho externo e salas com ar-condicionado, vários materiais como livros de histórias infantis, quadro, papeis diversos para desenho e pintura, canetas e lápis coloridos, tintas, brinquedos e jogos infantis. A construção de um espaço lúdico e acolhedor se constitui num elemento significativo para o desenvolvimento das atividades, pois são aspectos que fazem sentido quando se pretende uma aproximação e vínculo que possibilitem a escuta e o acesso ao imaginário.

As rodas de conversas contaram com a intervenção midiática da apresentação de filmes/animações que se apresentavam como instrumento disparador das temáticas envolvidas nos processos migratórios, como a inserção na escola, as diferenças culturais, o processo de mudança, entre outros, já que promovem a projeção e identificação com os personagens, resultando no diálogo que expõe sofrimentos e alegrias que são ouvidas e acolhidas.

Resultados: Os resultados parciais indicam que as crianças e adolescentes participantes da pesquisa vem sofrendo situações de constrangimentos e, até mesmo de injúria racial revelado por uma das adolescentes venezuelanas, em seu primeiro dia no projeto. Tal diálogo foi possibilitado quando da realização de uma atividade dirigida de uma das rodas de conversas em que foi solicitado aos participantes que desenhassem a escola de seu país de origem e a escola em que se encontra atualmente. A produção da referida adolescente sugere o nível de sofrimento que vivenciava, projetando no desenho da escola de seu país, as cores vibrantes e detalhes cuidadosos além de se incluir na pintura, indicando satisfação e alegria; por outro lado, elabora o desenho da escola em que se encontra hoje, sem detalhes e sem cores, não havendo preocupação com os traços, além de não ter se incluído como parte da produção. Ao verbalizar sobre sua produção, relatou ter passado por situação de constrangimento em que sofreu injúria racial, sendo chamada de “macaco” por um dos colegas da unidade escolar. Fez-se necessário uma escuta ativa e acolhedora que envolveu o esclarecimento de tal situação como crime de injúria racial e que medidas deveriam ser assumidas pela escola, porém, verificou-se uma profunda desmotivação e tristeza por parte da aluna que informou já ter comunicado à coordenação e que nada fora feito.

Conclusões: Conforme os objetivos apresentados, nesta pesquisa, observa-se que o processo de inclusão/acolhimento de crianças e adolescentes migrantes na escola, no município de Campo Grande-MS, não faz parte do projeto político pedagógico das escolas, ocorrendo de forma aleatória, conforme a eventual preocupação da gestão com as minorias vulnerabilizadas, ou e com a empatia de colegas e demais atores do espaço escolar. A implantação e implementação de políticas públicas na esfera escolar se faz urgente como garantia de direitos e de prevenção ao abandono e fracasso escolar desta população.

Perfil de atendimento a migrantes no SUS enquanto expressão de processos de vulnerabilização em saúde

Carlos Allencar Servulo Rezende Pereira (UFES)

Investigar as migrações internacionais contemporâneas implica refletir sobre como a lógica de garantia de direitos se entrelaça — e conflita — com a soberania dos Estados-nação. Ações estatais derivadas do exercício de soberania situam imigrantes, refugiados e apátridas em um regime de exceção: sujeitos "provisórios", cujas existências evidenciam as contradições entre a "universalidade" proclamada dos direitos humanos e práticas estatais ativas de exclusão. Estabelece-se, assim, uma condição de exceção tornada norma de vida. Essa condição articula-se a outras produções sociais de desigualdade que incidem de forma difusa sobre corpos e coletivos, revelando a complexa dinâmica que distribui privilégios e processos de vulnerabilização a partir do país de origem e de destino, mas também atravessada por marcadores sociais da diferença como pertencimento étnico-racial, gênero e idade.

Esse argumento é tributário ao trabalho de Donatella Di Cesare, que em "Estrangeiros residentes: uma filosofia da migração" (2020) antagoniza o sistema de fronteiras dos Estados-nação e a possibilidade de migrar, mostrando como esse embate gera uma "contraprodução de vida" com efeitos sistêmicos em desfavor de migrantes — vizibilizando justamente como o exercício de cidadania pode se estabelecer como um privilégio. Abdelmalek Sayad, em "A imigração ou o paradoxo da alteridade" (1988), evidencia como o Estado impõe narrativas e categorias que naturalizam fronteiras, definem "custos e benefícios" da imigração e produzem a "expulsabilidade". Pensar a imigração, para Sayad, é sobretudo pensar o Estado. Essa dinâmica ecoa também o trabalho de Giorgio Agamben, em Homo sacer (1995), em que o autor discute o mecanismo pelo qual o migrante é reduzido à "vida nua" — excluído do corpo político, mas plenamente sujeito ao biopoder estatal, ou seja, a técnicas de controle e subjugação dos corpos.

Esse cenário interpela diretamente a Psicologia Social, campo que aposta na desnaturalização dos fenômenos sociais e na análise dos processos históricos e culturais que produzem subjetividades, desigualdades e vulnerabilidades. O arcabouço da Psicologia Social, em diálogo interdisciplinar, contribui para a análise crítica das relações de poder que estruturam as sociedades e seus efeitos migratórios. Essa abordagem dialoga com a proposta de Ignacio Martín-Baró (2017), cuja obra reivindica uma Psicologia comprometida com a justiça social, a transformação das condições de vida e o reconhecimento inegociável da dignidade humana. Para ele, o ponto de partida ético do exercício profissional é a realidade cotidiana e suas dinâmicas de poder.

Essas referências ensejam considerar a saúde como intrínseca aos processos migratórios, uma vez que atravessar fronteiras se constitui determinante social da saúde. O processo saúde-doença se estabelece assim como circunstância-chave deste contexto. A concepção de saúde mobilizada neste trabalho afasta-se da visão biomédica centrada na ausência de doença, e aproxima-se de uma abordagem dinâmica e relacional, em que o corpo–sujeito mobiliza, em articulação coletiva, potências criativas para reorganizar-se frente às contingências da realidade e afirmar sua dignidade. Com isso, destaca-se que o direito à saúde se insere no movimento histórico de afirmação da dignidade humana. Essa perspectiva ressoa Donnangelo (2006), que compreende saúde como processo que amplia as capacidades de sujeitos — individuais e coletivos — para intervir sobre determinantes que afetam suas vidas. Pensar a saúde como "direito de cidadania" no contexto migratório torna

visível essa complexidade: considerando que as relações entre entre democracia, cidadania e saúde ampliada permearam a conformação e trajetória do Sistema Único de Saúde (SUS), quais são as características do processo saúde-doença vivenciado por imigrantes cuja existência é fragilizada também a partir desses mesmos dispositivos?

Para refletir sobre isso, recorre-se a dados de atendimentos realizados pelo SUS a migrantes internacionais no município de Vitória/ES, com o objetivo de caracterizar sua experiência no sistema de saúde brasileiro. Os registros, obtidos via Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), referem-se ao período de 2020 a 2024, marcado pela pandemia de Covid-19, e abrangem categorias como país de origem, serviço de saúde acessado, gênero, idade e identificação étnico-racial. A análise busca compreender como os padrões de atendimento do SUS a imigrantes expressam processos sistemáticos de vulnerabilização em saúde.

O perfil demográfico aponta a Venezuela como principal país de origem, seguida de Portugal, EUA, Argentina e Itália. A presença de cidadãos dos EUA, Itália e Portugal reflete aspectos históricos da formação socioespacial do Espírito Santo, mas não representa deslocamentos motivados por condições de vulnerabilidade sistêmica. Por isso, adota-se aqui a expressão "imigrantes, refugiados e apátridas" para assinalar migrações que decorrem de situações de vulnerabilização sistemática, contexto que produz também deslocamentos forçados. Os principais países de origem de refugiados no mundo incluem Afeganistão, Síria, Venezuela, Ucrânia, Palestina, Sudão do Sul, Sudão, Mianmar, Congo e Somália; no caso do Brasil, destacam-se também Cuba, Angola, Vietnã, Bangladesh, Haiti e Colômbia.

Considerando isso, observa-se a partir dos dados obtidos uma concentração significativa de atendimentos nos serviços de urgência/emergência do SUS: 38,9% dos registros estão vinculados exclusivamente aos Prontos Atendimentos. Quando se analisam os serviços mais acessados por nacionalidade, vê-se que migrantes oriundos de países em vulnerabilização supracitados acessam majoritariamente serviços de saúde localizados em bairros periféricos. Já ao considerar o conjunto total de nacionalidades, unidades de saúde situadas em áreas de classe média surgem entre as primeiras posições. A identificação étnico-racial também enegrece à medida que se foca migrantes de países em situação de vulnerabilidade.

Esses dados caracterizam dinâmicas territoriais no município de destino que são marcadas por disputas políticas, e que tem interseção com outras barreiras de acesso, repercutindo diretamente nas práticas de cuidado e saúde. O cenário também sugere agravo dos quadros clínicos, comprometimento do cuidado integral e ausência de responsabilização longitudinal por parte dos serviços. Considerando isso, a relação entre o uso dos serviços de urgência/emergência e das Unidades de Atenção Primária à Saúde (APS) é chave para analisar a vulnerabilização em saúde aqui debatida. A experiência de imigrantes com o SUS contrasta com a lógica do sistema, onde a APS está organizada para absorver cerca de 85% das demandas em saúde (CONASS, 2021). A amplitude do acesso aos serviços de urgência/emergência no caso dos imigrantes indica uma lógica de cuidado fragmentada, episódica e voltada para eventos agudos.

Nesse sentido, o município de Vitória configura-se especialmente como caso paradigmático para esta análise: a capital capixaba lidera o ranking nacional de acesso à saúde entre as capitais brasileiras, apresentando cobertura da APS de 100% (VITÓRIA, 2023). Ainda assim, a população imigrante permanece à margem dessa estrutura. Este padrão de acesso aos serviços de saúde sinaliza a fragilidade — ou inexistência — de vínculos com os serviços territorializados e com a Rede de Atenção à Saúde como um todo, em um cenário que contraria os princípios estruturantes do SUS. O trabalho do sanitarista Eugênio Vilaça Mendes em "As redes de atenção à saúde" (2010) é um referencial valioso para discutir esse

panorama. O autor afirma que "os sistemas de atenção à saúde constituem respostas sociais, deliberadamente organizadas, para responder às necessidades, demandas e preferências das sociedades" (p. 2298). A rigor, essa dinâmica aqui descrita deriva de "preferências" estatais ao ofertar cuidado em saúde pautados em valores hegemônicos, a partir dos quais se forjam associações simbólico-materiais que reatualizam estigmas relacionados a esta população.

Dessa forma, expõem-se as racionalidades que organizam o tratamento dispensado a migrantes e refugiados na saúde: um regime de acesso à parte, um estado de exceção no setor saúde. Essa dinâmica não é tratada aqui como "efeito colateral" de uma "crise migratória", mas expressão de racionalidades governamentais. Como argumenta Campesi (2023), a própria noção de "crise migratória" afasta-nos de compreender o fenômeno, pois nos mantém ancorados em respostas emergenciais que impedem abordagens sistêmicas e justificam a lógica da exceção. Reconhecer essas dinâmicas é fundamental para tensionar os limites da universalidade do SUS e reivindicar políticas públicas que rompam com a lógica da exceção e reafirmem a dignidade e direitos dos sujeitos migrantes.

AGAMBEN, Giorgio. Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

CAMPESI, Giuseppe. Che cos'è una crisi migratoria? il Mulino, 18 set. 2023. Disponível em: https://www.rivistailmulino.it/a/che-cos-una-crisi-migratoria. Acesso em: 22 maio 2025.

CESARE, Donatella Di. Estrangeiros residentes: uma filosofia da migração. Tradução de Moisés Sbardelotto. São Paulo: Loyola, 2020.

MENDES, Eugênio Vilaça. As redes de atenção à saúde. Brasília, DF: Organização Pan-Americana da Saúde, 2011.

SAYAD, Abdelmalek. (1998), A imigração ou os Paradoxos da Alteridade. São Paulo, Edusp.

MARTÍN-BARO, Ignácio. Entre o indivíduo e a sociedade. In: MARTÍN-BARÓ, Ignácio. Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais. Petrópolis: Vozes, 2017.

CONASS – Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Atenção primária é capaz de resolver 85% das demandas de saúde. Brasília: CONASS, 2021. Disponível em: https://www.conass.org.br/atencao-primaria-e-capaz-de-resolver-85-das-demandas-de-saude/. Acesso em: 23 maio 2025.

VITÓRIA (Município). Vitória é a capital com melhor acesso à saúde do país. Vitória: Prefeitura Municipal de Vitória, 2023. Disponível em: https://vitoria.es.gov.br/noticia/vitoria-e-a-capital-com-melhor-acesso-a-saude-do-pais-52400. Acesso em: 23 maio 2025.

Pesquisa intervenção participativa com mulheres migrantes e refugiadas: cartografando potências, afetos e Bem Viver

Élida Azevedo Hennington (Fiocruz), Corina Demarchi Villalón (Fiocruz), Patrícia Schneidewind (Fiocruz), Juliane Almeida Chaves (Fiocruz), Letícia Rosa Sant´Anna (UFRJ)

A grande mobilidade de capitais e das populações em diferentes partes do mundo tem marcado a crescente importância das migrações internacionais no contexto da globalização. De acordo com o Relatório do OBMigra de 2024, nas últimas décadas houve uma intensificação dos movimentos migratórios Sul-Sul, em particular na América Latina. O fenômeno da "feminização" tem chamado a atenção nos estudos das migrações internacionais, observando-se também no Brasil um significativo aumento da migração de mulheres a partir de 2011, intensificada pelas crises humanitárias do Haiti e da Venezuela. A feminização das migrações começou a ganhar destaque na literatura especializada a partir dos anos 80, quando as análises passaram a incluir a categoria gênero, reconhecendo a crescente participação feminina nos processos migratórios. Cabe observar que o uso indiscriminado do termo "feminização das migrações" tem sido criticado por estudiosos do tema, tanto por invisibilizar processos migratórios antigos de mulheres ao redor do mundo, desde antes dos anos 1960, quanto por homogeneizar o sujeito "mulheres migrantes", além de generalizar um processo que se expressa de forma singular em determinados cenários e territórios. No caso da mulher imigrante, a problemática é marcada por múltiplas inscrições, distintas realidades e experiências. No Brasil, soma-se às questões de classe próprias à imigração, as de gênero, marcadas pela cultura patriarcal e, ainda, o racismo e a xenofobia, herança de nosso passado colonial escravagista. Há um predomínio de relações discriminatórias e segregadoras baseadas em raça/etnia, relações altamente hierarquizadas, verticalizadas, autoritárias e violentas desenhadas desde a escravidão. Essas questões se veem ainda complexificadas pela articulação de outras categorias como nacionalidade, sexualidade, geração, religião, dentre outras. Infelizmente, temos convivido com inúmeros exemplos de graves violações dos direitos humanos nos últimos anos envolvendo pessoas migrantes como os feminicídios de Julieta Hernández, artista e cicloativista venezuelana no interior do Amazonas em 2024 e da cicloativista e artesã colombiana Carolina Sánchez López em 2025, assim como a violência brutal racista e xenofóbica que em 2022 ceifou a vida do congolês Moïse Kabagambe por cobrar do patrão as horas trabalhadas, ambos ocorridos no Rio de Janeiro, além do óbito de sete trabalhadores haitianos na explosão em um silo de grãos no interior do Paraná em 2023 e, mais recentemente, a morte do senegalês Ngange Mbaye que trabalhava como vendedor ambulante na região central da cidade de São Paulo, assassinado pela polícia do estado. É nesse contexto violento e desafiador que se insere o estudo multicêntrico "O bem viver, subjetividades e estratégias de produção de saúde e resistência às opressões de gênero, raça e classe de mulheres trabalhadoras imigrantes das cidades de Porto Alegre, Rio de Janeiro e Boa Vista", uma pesquisa intervenção participativa que utilizou o método da Cartografia na identificação de pistas e acompanhamento dos processos de produção de subjetividades, saúde e Bem-Viver de mulheres migrantes e refugiadas. A pesquisa promoveu diversas atividades de campo e de intervenção comunitária simultâneas nas três capitais brasileiras, adaptadas aos contextos específicos. Nesta comunicação será enfocado processo de pesquisa desenvolvido no campo Rio de Janeiro. Não há um método único para conduzir uma pesquisa participativa. Ao trabalhar com problemas concretos, seguindo uma orientação ética e epistemológica que busca gerar respostas adequadas às

situações específicas em vez de adaptar situações a métodos previamente definidos, as ferramentas e técnicas devem ser pensadas e constantemente ajustadas às necessidades e objetivos que emergem no decorrer do processo, bem como ao contexto sociopolítico. O uso de metodologias participativas permitiria, assim, o empoderamento da comunidade envolvida, a corresponsabilização com a divulgação e aproveitamento dos resultados, o interesse em produzir as mudanças propostas pelo estudo em que são coautores e, finalmente, a contribuição para a justiça social. É então dentro do escopo das pesquisas-intervenção participativas que a Cartografia Social se coloca como método de pesquisa cujo objetivo é acompanhar percursos, processos de produção, conexões de rede ou rizomas. O método da Cartografia nas Ciências Humanas e Sociais surge a partir dos estudos de Deleuze e Guattari. Em Mil platôs, os autores associam a cartografia ao conceito de rizoma que como um mapa se mostra aberto, flexível, pleno em conexões multidimensionais e apto a ser modificado constantemente. Os princípios do rizoma estão assentados numa racionalidade que vai além das relações de causa-efeito e em oposição aos modelos demonstrativos-representacionais de cunho quantitativista, positivista, cartesiano. Pode-se dizer que a Cartografia é o método de "acompanhar processos", ou seja, o caminhar da pesquisa e sua dimensão interventiva orientam a prática e não metas e objetivos previamente definidos. Isto não quer dizer que eles sejam desconsiderados ou que não se busque rigor no alcance de objetivos e metas. Nenhum projeto se dá sem o estabelecimento de parâmetros para balizamento daquilo que será desenvolvido e alcançado. No entanto, eles não podem ser considerados de forma rígida e estática – são instáveis e passíveis de reordenamento e readequação na medida em que estão subordinados aos desdobramentos que os acontecimentos impõem no próprio processo da pesquisa-intervenção. A partir dessa concepção, aposta-se na experimentação do método – e não em sua mera aplicação e "na manutenção de uma atitude de abertura ao que vai se produzindo". Esta pesquisa considera que os objetos são datados e não naturais e que o sujeito e o objeto do conhecimento se constituem ao mesmo tempo. A postura do pesquisador é, portanto, uma postura política, implicada, transformadora, porque entende que as práticas, inclusive as de pesquisa, produzem objetos e produzem subjetividades. Nessa pesquisa utilizamos variadas estratégias como rodas de conversa, oficinas e testemunhos individuais das mulheres que ocorreram de forma integrada e, muitas vezes, num mesmo encontro, além dos registros em diários de campo. Em rodas e oficinas de trabalho plurais, foi criado então um espaço coletivo de discussão e de produção entre mulheres, imigrantes, refugiadas, brasileiras, pesquisadoras, produtoras de conhecimento, reconhecidas ou não reconhecidas formalmente pela nossa sociedade, em que traçamos essa cartografia. Iniciamos o nosso percurso cartográfico a partir do Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes do Rio de Janeiro (CRAI-Rio), como local que reúne mulheres migrantes e refugiadas de toda a cidade. As participantes-pesquisadoras eram mulheres, na sua maioria consideradas brancas no Brasil, com idades entre 25 e 72 anos, com maior predominância de mulheres de mais de 40 anos. A maioria delas era oriunda de países da América Latina, e os tempos de residência no país variavam de poucos meses a mais de 20 anos. Com exceção de duas participantes (uma mulher bissexual e uma pessoa não binária), elas eram mulheres cis heterossexuais. A metade delas são mães; a grande maioria tem ensino médio completo, e várias têm ensino superior. Na grande maioria se encontram desenvolvendo trabalhos informais, principalmente no ramo de comércio e serviços (artesanato, ensino de línguas e alimentação) ou estão desempregadas. Considerando que a nossa metodologia supõe um horizonte de coparticipação e de cogestão entre participante-pesquisadoras e pesquisadoras-participante, a restituição se coloca como parte do processo de descolonização da subjetividade. A restituição marca a implicação diretamente política da pesquisadora-participante, portanto, enquanto atividade

intrínseca à pesquisa, esta deve ser verdadeiramente concreta. Em nossa pesquisa as participantes demonstraram assumido o status de pesquisadoras, seja na proposição das atividades, seja no controle do tempo e nas sugestões para os seguintes encontros, tornando-se uma espécie de pesquisadora coletiva, o que afirma a capacidade cogestiva da pesquisa. Para organizar o método de mapeamento proposto ao grupo nos inspiramos no trabalho do coletivo Iconoclasistas, da Argentina que desde 2008, realizam ininterruptamente oficinas de mapeamento coletivo em diversas partes do mundo, promovendo uma percepção crítica dos territórios e potencializando os processos de subjetivação e produção de sentidos coletivos. A partir de 2018, começam a organizar espaços de formação voltados para ferramentas, metodologias e recursos de pesquisa colaborativa, ampliando redes de afinidade e os campos de intervenção. Adaptamos o método às participantes, mulheres migrantes e refugiadas na cidade do Rio, e aos temas centrais da pesquisa. O principal objetivo foi criar cartografias afetivas e sociais em relação à saúde, ao trabalho e ao Bem Viver nos bairros/territórios onde residem e na cidade como um todo, com o intuito de, por um lado, identificar as necessidades cotidianas e as dificuldades de acesso e mobilidade urbana enfrentadas pelas migrantes e, por outro, construir um material que poderia servir de suporte para aqueles que estão chegando à cidade. A metodologia buscou integrar tanto a dimensão afetiva dos espaços quanto a identificação e organização dos serviços disponíveis para pessoas migrantes. O método adotado compreendeu duas etapas: uma individual, em que as participantes mapearam os seus respectivos bairros, e outra coletiva, em que, em conjunto, mapeamos os serviços e locais situados no centro da cidade. Para as duas etapas utilizamos a mesma lista de tópicos disparadores identificados a partir das discussões na primeira roda, a revisão de literatura e os objetivos do projeto de pesquisa, resultando em sete temas: Documentação, Moradia, Trabalho, Saúde, Instituições de Apoio Social, Alimentação e Bem-Viver. Desse processo resultou um e-book interativo intitulado "De mulheres migrantes para mulheres migrantes: mapeamento coletivo e afetivo de serviços e lugares de assistência, convivência e apoio à população migrante, refugiada e apátrida no Rio de Janeiro".

Projeto InterAções: experiências de cuidado e produção de vínculos com mulheres migrantes em Florianópolis, SC.

Claudia Lazcano Vázquez (UNICESUSC), Simone Sommer Ozorio (UNICESUSC), Isabel de Souza Amaral (UNICESUSC)

Desde 2022, o projeto de extensão InterAções – Interculturalidade, Acolhimento e Migrações atua na promoção da saúde mental e da inclusão social de mulheres migrantes e refugiadas residentes na Grande Florianópolis, assim como de seus filhos e netos (crianças e adolescentes). O projeto é uma iniciativa do curso de Psicologia do Centro Universitário UNICESUSC, em Florianópolis (SC), e resulta de uma parceria entre o setor Pró-Comunidade da instituição e a ONG Círculos de Hospitalidade, organização que acolhe migrantes e refugiados em Santa Catarina.

O objetivo geral do projeto é criar espaços de acolhimento e promoção da saúde mental para mulheres migrantes e refugiadas e seus filhos, favorecendo sua integração social e cultural no território. Como objetivos específicos, destacam-se:

• Promover espaços de escuta, cuidado e partilha entre mulheres migrantes;

• Fortalecer os vínculos subjetivos e comunitários das participantes;

• Estimular a autonomia e o protagonismo das mulheres, reconhecendo saberes e práticas culturais próprios;

• Contribuir para o bem-estar e a integração social de crianças migrantes;

• Possibilitar a formação crítica de estudantes de Psicologia na interface entre saúde mental, migração e direitos humanos.

O InterAções é orientado por princípios da Psicologia Social Comunitária Crítica Latino-Americana, ancorado em uma Perspectiva Decolonial e comprometido com práticas de intervenção fundamentadas na Interculturalidade. Rejeita, assim, tanto abordagens assimilacionistas, que demandam das migrantes a adaptação aos modelos culturais dominantes, quanto práticas assistencialistas que desconsideram a agência e os saberes das mulheres acolhidas. Ao contrário, propõe o reconhecimento do hibridismo cultural como um processo vivo de criação coletiva, no qual as narrativas de origem e os vínculos com a cultura de pertencimento não são apagados, mas sim incorporados como parte do processo de inserção e ressignificação identitária no novo território.

A partir desse contexto de articulação teórica, institucional e comunitária, o projeto desenvolve oficinas e vivências grupais com o objetivo de contribuir para o acolhimento e a integração das mulheres migrantes, privilegiando a escuta, a reconstrução de vínculos, a partilha de saberes e a valorização da experiência subjetiva diante dos impactos produzidos pelos processos migratórios forçados e pelo choque cultural. A proposta parte da concepção de que a produção de pertencimento e o fortalecimento da autonomia só podem ser alcançados quando a diferença é reconhecida como potência — e não como obstáculo — e quando a escuta é capaz de legitimar os efeitos subjetivos e históricos da migração.

As oficinas são desenvolvidas em grupo, utilizando recursos artísticos e expressivos, práticas corporais e vivências que favorecem a participação coletiva e a elaboração subjetiva. Os encontros incluem pintura de mandalas, costura, bordado, confecção de brincos, modelagem com argila, pintura, yoga, exercícios de respiração e relaxamento, trabalho com argila, passeios culturais pela cidade e a organização de eventos comemorativos, como uma festa junina intercultural e o

evento Vozes em Movimento: Migrações, Cidadania e Direitos Humanos, alusivo ao Dia Mundial do Migrante.

A escolha metodológica que foca nos recursos artísticos e criativos visa ampliar as possibilidades comunicativas entre as participantes, reconhecendo que as barreiras linguísticas representam um fator de sofrimento e exclusão para muitas migrantes.

Simultaneamente às oficinas com as mulheres, são realizadas atividades voltadas às crianças migrantes que acompanham suas mães ou avós. A presença das crianças nesses espaços cumpre uma dupla função: de um lado, favorece a adesão das mulheres às atividades; de outro, garante às crianças um espaço de acolhimento, convívio e bem-estar, promovendo sua integração cultural e social no novo território. O trabalho com crianças e adolescentes incorpora práticas lúdicas e expressivas, com foco no brincar, no acolhimento afetivo e na socialização, respeitando os tempos e as formas de expressão próprios da infância.

As atividades são coordenadas por estudantes extensionistas do curso de Psicologia, sob supervisão da professora responsável e com o apoio de colaboradoras convidadas, como a professora de mandalas que integra a equipe desde o início do projeto, com experiência prévia com a população migrante. Em 2024, como um avanço metodológico e ético, algumas participantes migrantes foram convidadas a ministrar oficinas, partilhando seus saberes e tradições. Essa iniciativa representou uma ruptura importante com a lógica unilateral da oferta, fortalecendo o protagonismo das mulheres e reafirmando o compromisso do projeto com a construção horizontal do cuidado.

Resultados e impactos

Ao longo do ano de 2024, o projeto realizou 29 encontros, com frequência semanal, entre os meses de março a junho e de agosto a novembro. Participaram 32 mulheres e 8 crianças com idades entre 1 e 13 anos, provenientes de cinco países: Venezuela, Colômbia, Paraguai, Argentina e Irã, o que evidencia a diversidade de experiências migratórias e os múltiplos desafios culturais enfrentados pelas participantes.

O conjunto das ações desenvolvidas promoveram o fortalecimento da rede de apoio entre as mulheres, o reconhecimento de suas culturas de origem e o resgate de práticas comunitárias e afetivas que haviam sido interrompidas pelo deslocamento forçado. O projeto constituiu-se, assim, como um espaço de reconstrução subjetiva, no qual o sofrimento pôde ser simbolizado e transformado em potência de vida.

As oficinas com as crianças também contribuíram para a ampliação de repertórios expressivos e para o desenvolvimento de vínculos de confiança com as estudantes e com os demais participantes do grupo.

O InterAções reafirma o compromisso da Psicologia Social Comunitária com a defesa dos direitos humanos, o enfrentamento das desigualdades e a construção de práticas de cuidado sustentadas pela escuta, pela horizontalidade e pelo respeito às diferenças. Ao operar em uma lógica intercultural e decolonial, o projeto recusa a invisibilização das migrantes e propõe, ao contrário, a validação de seus saberes, trajetórias e subjetividades.

Em tempos de aprofundamento das políticas de exclusão e da xenofobia institucional, projetos como este demonstram que é possível produzir outras formas de encontro, escuta e cuidado, nas quais a diferença cultural não seja motivo de exclusão, mas de construção coletiva e transformação subjetiva.

Vivências em Psicologia na Política Migratória: Um Relato de Estágio na Gerência de Migração e Refúgio

Emanuel Ugalde de Lima (UFAM)

Um grande movimento migratório recente em direção a Manaus e ao Amazonas se deu pela população haitiana no ano de 2010, após o devastador terremoto no Haiti em janeiro do mesmo ano, que deixou além de mais de 200 mil mortos, inúmeras sequelas para uma nação já fragilizada economicamente, que chegava a novos lugares para tentar reconstituir suas próprias vidas enfrentando barreiras linguísticas, preconceitos e sobretudo, sem o mínimo tempo para processar seus próprios traumas. Nesse primeiro momento, deu-se início à articulação do acolhimento e inserção dessa população dentro do território amazonense, com ações conjuntas do Governo Federal, Prefeitura de Manaus, Governo do Estado, Igreja Católica e Organizações Não Governamentais e da Sociedade Civil, a partir da viabilização de abrigos temporários, serviços de documentação e de assistência social. Se observado o panorama atual da migração haitiana, encontra-se uma população interiorizada e integrada à manauara, ainda que sobreviva enfrentando dificuldades, principalmente socioeconômicas e preconceitos diários, sobretudo o racismo, visto que é uma população majoritariamente negra. Não obstante, quase que em concomitância, houve um fluxo exorbitantemente maior de venezuelanos em direção ao Amazonas e outros estados do Norte como Roraima no ano de 2015, em decorrência da crise política e econômica na Venezuela, com escassez de alimentos e medicamentos por consequência. Sob este prisma, os órgãos competentes já haviam estabelecido uma rede articulada em virtude da migração haitiana e procedeu ao trabalho de assistência em parâmetros semelhantes. Ademais, o Ministério da Justiça, por meio do Exército, instaurou a Operação Acolhida, uma força-tarefa logístico-humanitária que atuava no auxílio à recepção, acolhimento e interiorização destes migrantes. Pensada inicialmente para Roraima e para os venezuelanos, acabou adaptando-se para o Amazonas e outros estados e auxiliando outras nacionalidades, como os haitianos. Ainda que este segundo movimento tenha encontrado um campo mais preparado para sua recepção, a proporção quase que dez vezes maior de migrantes causou uma sobrecarga nesse sistema, culminando em situações de vulnerabilidade extrema que viraram notícias nacionais, como a concentração desses migrantes no entorno da Rodoviária de Manaus em situação de rua, inclusive de migrantes oriundos de povos originários da Venezuela da etnia warao. Ainda que o fluxo de migração tenha diminuído comparativamente em relação ao início, o que causou inclusive a saída da Operação Acolhida do Estado, deixando as atribuições desta pasta à Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania (SEJUSC), o cenário atual é de uma grande quantidade de migrantes e refugiados em situações de extrema vulnerabilidade social, como em situação de rua e adição, em dificuldade de inserir-se no país — ou seja, diminui o número de pessoas chegando no Estado, mas não há um direcionamento dessa população, tampouco as políticas públicas são suficientes para abarcar a situação.

Frente a esse cenário, o presente trabalho se dá a partir de relato de experiência de estágio não-obrigatório, visando gerar reflexão em direção à concentração das demandas migratórias no âmbito da Justiça e da sobrecarga das políticas públicas migratórias. Trata-se de estágio em Psicologia na SEJUSC, do Governo do Estado do Amazonas, um braço da Administração Direta do Poder Executivo Estadual que trabalha a partir da coordenação da Política Estadual e Nacional de Direitos Humanos, dessa forma faz parte do Sistema de Garantia de Direitos (SGD). Dentro disso, estagio mais especificamente na

Gerência de Migração, Refúgio, Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Trabalho Escravo (GMIG), uma das gerências regidas pela Secretaria Executiva de Direitos Humanos (SEDH), a secretaria executiva que coordena a implementação dos direitos humanos em consonância com os ordenamentos estaduais até os internacionais.

A GMIG foi criada em meio à grande e repentina migração venezuelana ao Estado, a partir da reformulação da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (SEJUS), quando esta incorporou a pauta da Cidadania, tornando-se a SEJUSC, ela foi a junção do antigo Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (NETP), regido pela antiga SEJUS, para atender a pasta migrante e do trabalho escravo, que hoje abrange também o trabalho análogo à escravidão. Essa união se deu pela correlação entre os temas, haja vista que casos de tráfico de pessoas e trabalho escravo estão frequentemente correlatos a migrações forçadas por fatores socioambientais e/ou por coerção.

Nesse sentido, a GMIG trabalha a partir de 3 serviços: o Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante (PAAHM), localizado no Aeroporto Internacional de Manaus - Eduardo Gomes, oferecendo um acolhimento primário, serviço informativo e possíveis referenciamentos a outros órgãos da rede para migrantes que chegam à Manaus por vias aéreas; o Posto de Recepção e Apoio aos Migrantes e Refugiados (PRA), que atua como um abrigo temporário a migrantes em situação de vulnerabilidade, sobretudo à população venezuelana e haitiana, os dois maiores focos de migração de Manaus/Amazonas; e o Posto de Interiorização e Triagem (PTRIG), que oferece serviços documentais em parceria com a Polícia Federal (PF) e agências da ONU atreladas à causa migrante. Para demandas relacionadas ao Tráfico de Pessoas, a GMIG participa do NETP, núcleo articulado nacionalmente ao Ministério de Justiça e Segurança Pública (MJSP) do Governo Federal; e para o Trabalho Escravo, atualmente o Amazonas está com sua Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo (COETRAE) inativa.

Diante disso, a gênese das dificuldades se observa desde à criação da GMIG, uma gerência com 4 atribuições de grande repercussão acumuladas e que difere de outros estados, que possuem secretarias que dividem as pautas em diferentes comitês, como Bahia e São Paulo. Estados que inclusive têm um fluxo migratório menor e ainda assim evitam a centralização dessas pautas para evitar os encargos. Mesmo que as pautas sejam correlatas, raramente é possível realizar uma articulação entre tais, devido a sobrecarga. Por conseguinte, a GMIG trabalha com um cotidiano de trabalho extenuado, que por vezes deixa faltar a cobertura das 4 pautas, especialmente por conta do tamanho da demanda migratória, além disso, seus servidores encontram-se em demasia tentando agir conforme profissionais da assistência, no entanto, sem as ferramentas necessárias. Nesse aspecto, é necessário refletir se as atribuições da pauta migratória cabem a uma secretaria de justiça, enquanto frequentemente as demandas trazidas culminam no âmbito da assistência social. Isso resulta em uma equipe técnica que não possui o espanhol ao menos em nível de conversação como requisito, dificultando ainda mais a situação. Ademais, essa problemática é observada até no próprio modelo do PRA, um abrigo que precisa ser temporário pois não possui as ferramentas que um abrigo tipificado como os do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) preconiza, visto que é um serviço pertencente a uma secretaria de justiça, como a presença, e essa lê-se fundamental, de uma equipe multidisciplinar articulada no biopsicossocial (que não existe no abrigo), por isso, funciona através do abrigamento temporário e de referenciamentos a outras redes. Dentro desse espectro, existe a atuação de psicólogos no âmbito intersetorial, mas que atuam dentro dessas secretarias como cargos não especificados intitulados de assessor, gerente, cargos que não preconizam nem a necessidade de ser exclusivamente graduado em Psicologia ou Serviço Social (nesse caso,

considera-se um diferencial e não uma necessidade), tampouco especializado em Psicologia Social, Comunitária e/ou Jurídica. Tratam-se de profissionais que atuam sem as ferramentas da assistência e estão direcionados a atuar numa práxis que é insuficiente tanto para o âmbito jurídico quanto para o social-comunitário, resultando na maior perda para o lado da população migrante vulnerabilizada.

Dentro desse espectro, o presente trabalho corrobora para o tema do evento quando discute a sobrevivência e resistência de uma população em meios a ambientes institucionais com mecanismos de auxílio insuficientes, que carrega seus próprios hábitos, costumes e cultura, inclusive de seus próprios povos originários como os warao, que chegou desamparada ao território amazonense e se encontra escanteada pela sobrecarga das políticas públicas, resistindo do jeito que encontra.

GT 03: ALIANÇAS E PRODUÇÃO DO COMUM NOS TERRITÓRIOS ESCOLARES E EDUCACIONAIS

Coordenação: Tadeu Lucas de Lavor Filho (UECE), Rochelly Rodrigues Holanda (UNINTA), Lara Thayse de Lima Gonçalves (UFC)

A gente inventamos de não morrer: Escrevivências com juventudes em uma escola pública periférica

Mayara Ruth Nishiyama Soares (UECE), Luciana Lobo Miranda (UFC), João Paulo Pereira Barros (UFC), Leonardo Ferreira de Melo Farah Montenegro (UFC), Lívia Tabosa Dias (UFC), Davi Rodrigues Fonseca (UFC), Maria Beatriz Gonçalves Leite (UFC), Mariana de Sousa (UFC)

O presente relato é um recorte de uma pesquisa de doutorado que propõe refletir sobre o uso da literatura negra — mais especificamente a escrevivência de Conceição Evaristo — como possibilidade de enunciação e invenção dos modos de subjetivação de juventudes periféricas no contexto escolar. A pesquisa-inter(in)venção foi realizada em uma escola pública situada em um bairro periférico de Fortaleza/CE, com estudantes bolsistas e voluntários do Programa de Iniciação Científica do Ensino Médio do CNPq (PIBIC-EM). Escrevivência é o termo cunhado pela literária mineira Conceição Evaristo, operada desde de seus primeiros escritos (DUARTE; NUNES, 2020). É a associação das palavras “escrever” e “viver” e tem em sua concepção inicial o ato de escrita de mulheres negras, como possibilidade de escrita que jorra com os modos de subjetivação de quem as escreve, uma escrita que nasce da vida, das lembranças, das experiências entrelaçadas à ficção. Utilizando-se da escrevivência, Conceição narra histórias simples do cotidiano de uma periferia e de histórias de vida. Trata-se de um modo de escrever que tem por base as memórias ancestrais somadas às presentes vivências de resistência que desencadeiam interpretações críticas do “real” via ficção. A afiliação com a escrevivência enquanto dispositivo emerge pelo seu potencial em criar um campo enunciativo e denunciativo e inventivo, que escape da norma hegemônica. A escrevivência tem um caráter ético-estético-político de engajamento anti racista e descolonial que em primazia denuncia a condição feminina e afrodiaspórica. Segundo Conceição Evaristo (2020) seus escritos surgem a partir da sua experiência pessoal e da investigação do seu entorno, com um profundo incômodo e revolta com as opressões que permeiam o cotidiano. São personagens ficcionalizados que se con(fundem) com a vida, aposta-se que a leitura de Ana Davenga, Ponciá Vicêncio, Maria Nova, Rita Baiana, Negro Arílio e tantos outros podem gerar (des)encontros com as experiências das juventudes estudantes. Neste sentido, o relato tem como objetivo analisar a escrevivência como dispositivo de invenção de si e do mundo, a partir de uma pesquisa-inter(in)venção com jovens estudantes de uma escola pública da periferia de Fortaleza/CE. O trabalho se alinha às propostas do GT, ao conceber a escola como território fértil para a produção do comum e de alianças entre juventudes periféricas e pesquisadoras(es) implicadas(os) com práticas inventivas e contracoloniais. A aposta na escrevivência como dispositivo ético-estético-político de subjetivação, aliada ao uso dos diários-escreviventes como estratégia metodológica central, afirma a potência da linguagem poética como modo de narrar o vivido, ressignificar experiências e construir saberes coletivos. Esses diários,

tecidos artesanalmente pelas mãos das(os) participantes, operam como espaços de insurgência e criação — onde palavras, imagens, traços e silêncios se entrelaçam na tessitura de uma escrita que nasce do corpo e do território. Ao ativar a dimensão poética da experiência como ato político e coletivo, a pesquisa contribui para o deslocamento de práticas escolares normativas, ampliando as possibilidades de existência e escuta no/com o cotidiano escolar. Assim, este trabalho se inscreve no campo de ação do GT ao produzir alianças e inventividades a partir de práticas que enunciam e performam outras formas de habitar a escola e o mundo.

A pesquisa ancora-se no campo da Psicologia Social, em diálogo com áreas afins, especialmente com ferramentas teóricas oriundas do pós-estruturalismo e das epistemologias dos feminismos negros e contracoloniais. As principais categorias mobilizadas são: a) Escola – compreendida como instituição de verdade e poder que, por meio de mecanismos como vigilância, sanções e exames, disciplina, adestra e dociliza as corporalidades escolares, mas que também pode pulsar como espaço de vida (DUSSEL, 2017). b) Juventudes – pensadas em sua pluralidade, como categoria social que reivindica modos diversos de subjetivação. Tal deslocamento permite uma compreensão mais crítica das experiências juvenis (DIÓGENES, 1998), atravessadas por múltiplas forças que constituem o ser jovem no Brasil contemporâneo. c) Territorialidades periféricas – vistas como localizações geopolíticas marginalizadas que produzem narrativas coletivas e contra-hegemônicas. Ainda que marcadas por opressões como pobreza e violência, também se configuram como territórios vivos e de resistência (TAKETTI; VICENTIN, 2019). d) Escrevivência – como dispositivo que articula vida, memória, corpo e território em uma escrita inventiva e insurgente. A pesquisa utiliza uma abordagem qualitativa, ancorada nas bases ético-teórico-metodológicas da Pesquisa-Inter(in)venção e da perspectiva do PesquisarCOM (COSTA; BARROS, 2020; MENEZES, COLAÇO; ADRIÃO, 2018; MORAES, 2014). Foi desenvolvida no âmbito de um PIBIC-EM iniciado em agosto de 2024 e com término previsto para julho de 2025, em uma escola pública de Ensino Médio localizada na região do Grande Bom Jardim (GBJ), em Fortaleza — composta pelos bairros Siqueira, Bom Jardim, Granja Portugal, Granja Lisboa e Canindezinho. A escolha por essa região se deve ao seu histórico de resistência e organização popular, ainda que marcada por altas taxas de violência policial e letalidade juvenil. O foco teórico-metodológico deste relato está na observação participante e na produção dos diários-escreviventes, articuladas a partir da vivência do cotidiano escolar. Habitar o cotidiano é compreendido não apenas como estar fisicamente na escola, mas como habitar um território existencial (GUATTARI; ROLNIK, 1996). Essa habitação é múltipla: alguns são alunos, outros ex-alunos, e há também os que vêm da universidade. O grupo de pesquisadoras(es) é formado por 11 jovens, entre 15 e 26 anos, sua maioria são mulheres cis, LGBTQIAPN+ e negras(os). Os encontros semanais de duas horas são dedicados à formação dos jovens pesquisadores e ao registro das experiências nos diários-escreviventes. Esses diários funcionam como dispositivos de elaboração, atuação e intervenção no/com o campo, permitindo a escrita de afetos, impressões, dúvidas e vivências. São escritos que não se limitam à palavra: trazem desenhos, rabiscos, colagens — uma linguagem outra, que entrelaça materialidades diversas. Produzi-los artesanalmente foi uma escolha política e metodológica: cada linha costurada, cada folha rasgada, cada capa criada foi um gesto corporal de afirmação e escrevivência. Rasgamos papéis como quem rasga histórias que não nos contavam, para então escrever as nossas. Cada participante possui seu próprio diário, e os encontros sempre se iniciam com a partilha do que foi registrado na semana. Assim, os diários-escreviventes tornam-se estratégias de registro e invenção do vivido, de teorização situada e compartilhada (SOARES, MIRANDA; BARROS, 2024). Os cuidados e compromissos po(éticos) do projeto atravessam toda a pesquisa: escutar e honrar as vozes, respeitar os silêncios, cuidar das narrativas que nos foram confiadas. Esta

pesquisa acontece na encruzilhada entre o projeto de extensão — "É da nossa escola que falamos" e o Programa de Promoção da Cultura Artística (PPCA) da Pró-Reitoria de Cultura da UFC, através do Projeto Artes Insurgentes: Coletivizando resistências, compondo também a articulação entre dois laboratórios: o Laboratório em Psicologia, Subjetividade e Sociedade (LAPSUS/UFC) e o Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação (VIESES/UFC). Como resultados parciais, destaca-se que a literatura de Conceição Evaristo, em articulação com os diários-escreviventes, potencializa a narrativização das experiências juvenis no contexto escolar. Essas narrativas denunciam as tramas necropolíticas que visam o extermínio de corpos dissidentes e subalternizados, ao mesmo tempo que afirmam a possibilidade de uma escrita com juventudes negras, periféricas e dissidentes de gênero e sexualidade. Dessa forma, a pesquisa contribui para os debates sobre educação formal, territorialidades periféricas, políticas de juventudes e metodologias participativas, tendo a escrevivência como operador analítico e político. O trabalho a ser apresentado no GT trará notas po(éticas) das escrevivências produzidas pelo grupo de pesquisadoras(es).

Referências

COSTA, É. A. G. de A.; BARROS, J. P. P. Intergeracionalidades em análise: (Re)composições ético-estético-políticas em pesquisas-inter(in)venções com crianças e adultos. Revista Desidades, n. 28, 2020.

DIÓGENES, G. Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e movimento hip hop. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria da Cultura e do Desporto, 1998.

DUARTE, C. L.; NUNES, I. R. Escrevivência: A escrita de nós. Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Belo Horizonte: Mina Comunicação e Arte, 2020.

DUSSEL, Inés. Sobre a precariedade da escola. In: LARROSA, Jorge (org.). Elogio da escola. Trad. Fernando Coelho. Beolo Horizonte: Autêntica, 2017. p. 87-111.

EVARISTO, C. A escrevivência e seus subtextos. In: DUARTE, C. L.; NUNES, I. R. (orgs.). Escrevivência: A escrita de nós. Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Belo Horizonte: Mina Comunicação e Arte, 2020.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. Micropolítica: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1996.

MENEZES, J.; COLAÇO, V.; ADRIÃO, K. Implicações políticas na pesquisa-intervenção com jovens. Revista de Psicologia, v. 9, n. 1, p. 8-17, 2018.

MORAES, M. Do pesquisarCOM ou de tecer e destecer fronteiras. In: BERNARDES, A. G.; TAVARES, G.; MORAES, M. (orgs.). Cartas para pensar: Políticas de pesquisa em psicologia. Vitória: EdUFES, 2014.

SOARES, M. R. N.; MIRANDA, L. L.; BARROS, J. P. P. "A gente combinamos de escre(viver)": analisadores-escreviventes com estudantes de uma escola pública de Fortaleza/CE. Revista Tempo, Espaço e Linguagem, 2024.

TAKEITI, B. A.; VICENTIN, M. C. G. Juventude(s) periférica(s) e subjetivações: narrativas de (re)existência juvenil em territórios culturais. Fractal: Revista de Psicologia, v. 31, esp., 2019.

As Representações Sociais da/na formação dos educadores sociais fluminenses durante um curso de formação sobre Pedagogia Social no Rio de Janeiro

Arthur Vianna Ferreira (UERJ)

Introdução

Esta investigação desenvolvida durante estágio de Pós-Doutorado em Ciências da Educação na Universidade Católica Portuguesa (UCP – Portugal) teve como objetivo analisar as Representações Sociais (RS) compartilhadas por educadores sociais em formação continuada em Pedagogia Social, com foco em suas práticas sociopedagógicas junto a grupos empobrecidos no Estado do Rio de Janeiro, Brasil. A pesquisa fundamenta-se na abordagem psicossocial da Teoria das Representações Sociais (TRS), buscando compreender como essas representações influenciam os processos formativos e a atuação profissional dos educadores sociais. Além disso, investiga-se de que maneira essas práticas se articulam com o conceito de Hospitalidade, conforme desenvolvido por Baptista (2005; 2007), no campo da Pedagogia Social. Assim, três objetivos específicos orientam esta investigação: (1) identificar a presença de RS entre os educadores sociais; (2) compreender como essas representações moldam suas práticas e formações; e (3) analisar a articulação dessas práticas com os fundamentos éticos e relacionais da Hospitalidade, enquanto categoria central da Pedagogia Social.

Desenvolvimento da pesquisa.

A formação dos educadores sociais é fortemente influenciada pelas RS, que moldam suas concepções sobre a prática docente, o trabalho sociopedagógico e as relações interpessoais. A TRS (cf. Moscovici, 2013; Doise, 2001) oferecem uma base analítica para compreender como essas construções simbólicas afetam os processos formativos. Por isto, este estudo, realizado com educadores sociais em formação continuada em uma universidade pública do Rio de Janeiro que buscou identificar essas RS e analisar como a Pedagogia Social pode mitigar seus efeitos se enquadra dentro das discussões do GT 03 sobre Psicologia Social e Educação.

A Pedagogia Social, orientada pelo princípio da Hospitalidade (cf. Baptista, 2010), propõe uma práxis voltada à transformação social. Baptista (2009) a define como uma pedagogia da alteridade, articulando educação, comunidade e cidade. Vieira (2016) destaca que a Educação Social, como prática da Pedagogia Social, visa ao desenvolvimento integral de sujeitos em vulnerabilidade.

Apesar do reconhecimento da ocupação pelo Ministério do Trabalho (CBO 5153-05), a ausência de regulamentação legal compromete a valorização da profissão. Projetos como o PL 2941/2019 propõem formação superior e reconhecimento do "notório saber" (cf. Souza, Muller, 2024). Diante disso, a Pedagogia Social deve ser reconhecida como eixo estruturante da formação, promovendo práticas educativas éticas e contextualizadas.

Estratégia Metodológica

Esta investigação adotou uma abordagem qualitativa, fundamentada no paradigma fenomenológico-interpretativo (Marques, Amendoeira, 2020), com foco na análise de conteúdos produzidos por educadores sociais durante o curso de formação continuada "Teoria e Prática em Pedagogia Social", realizado em 2023 por uma universidade pública do Rio de Janeiro. Participaram 26 educadores sociais, selecionados com base em critérios como adesão voluntária, atuação em municípios fluminenses, formação em Pedagogia (75%) ou outras licenciaturas (25%), participação na produção do e-book Escridocências e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

A coleta de dados foi realizada por meio de portfólios e questionários. Os portfólios, desenvolvidos ao longo do curso, refletiram os saberes e disposições formativas dos participantes, com base em uma perspectiva crítica e reflexiva (Amado, Ferreira, 2017; Bolívar et al., 2001). Os

questionários complementaram a coleta, especialmente no ambiente virtual, respeitando o tempo e a privacidade dos respondentes (Bortolozzi, 2020; Oliveira, Vieira, Amaral, 2021).

A organização dos dados priorizou 70% das atividades escritas nas plataformas digitais do curso, com ênfase nos temas de Formação, Pedagogia Social, Educação Social e Práticas Educativas Não Escolares, além dos 26 textos do e-book. Em 2024, um questionário adicional foi aplicado para aprofundar a compreensão das RS e seus impactos nas práticas sociopedagógicas. Todo o material foi transcrito, sistematizado e reorganizado para análise, alinhando-se à abordagem psicossocial da TRS.

Segundo Moscovici (2003), a TRS permite compreender como os indivíduos reinterpretam realidades sociais por meio de categorias simbólicas familiares, através dos processos de objetivação e ancoragem. Doise (2002) complementa que as RS organizam as interações simbólicas e constituem um campo de trocas e representações sociais, articulando experiências históricas e relações sociais.

A análise dos dados foi conduzida pela Análise Retórico-Filosófica do Discurso (ARFD), proposta por Ferreira (2012; 2018), com base em Mazzotti (2003; 2008) em seus estudos de RS e Educação. A ARFD, inspirada na Arte Retórica de Aristóteles e nos estudos de Perelman (2004) e Reboul (2004), interpretou os discursos dos educadores como construções retóricas que revelam estratégias formativas e decisões sociopedagógicas. As metáforas e metonímias presentes nos discursos expressam os núcleos figurativos das RS, evidenciando como os educadores constroem sentidos sobre sua prática.

Resultados principais

Os resultados da investigação indicam a incidência de RS de "formações docentes" entre os educadores sociais, centradas no núcleo figurativo "Escola", e expresso na metáfora "pensar além, mas sempre seguindo as diretrizes curriculares".

Os cinco foros temáticos, analisados a partir das figuras retóricas presentes no material discursivo dos Educadores Sociais (ES) em formação em Pedagogia Social sustentam o campo simbólico, promovido pelas RS, que orientam o modo como os novos conhecimentos sobre a Pedagogia Social e as práticas sociopedagógicas, propostas pelo curso, foram apreendidos por este grupo de Educadores Sociais. Os foros são: (1) A escola abre Portas; (2) a formação ultrapassa os muros da escola; (3) A desvalorização do trabalho não-escolar; (4) Ser educador para além da sala de aula; e (5) Os pobres de conteúdos e de valores.

Assim, cada foro agrupa os conteúdos que compõem as RS de "formações docentes" presentes neste curso. Faz-se necessário discutir as interferências dessas RS nos processos formativos destes educadores sociais e as possíveis contribuições da Pedagogia Social para mitigar os desvios causados por essas RS.

Análise e Discussão

As RS sobre "formações docentes" entre educadores sociais revelam uma compreensão de docência fora do ambiente escolar. Os participantes reconhecem-se como docentes, mas em contextos sociopedagógicos distintos da escola. O curso de Pedagogia Social surge como resposta às lacunas deixadas pela formação inicial. Como exemplifica o ES 09: "A gente é igual a um professor, só que um pouco diferente... Por isto, a gente precisa destas formações." A antítese expressa a percepção de diferentes tipos de docência e a necessidade de formações específicas.

Essas RS resultam dos processos de objetivação e ancoragem (Moscovici, 2003), nos quais os conteúdos da Pedagogia Social são assimilados a partir de referências escolares familiares. Isso dificulta o reconhecimento da Pedagogia Social como campo autônomo, pois os sentidos atribuídos à escola moldam a compreensão dos educadores sobre sua prática.

Três consequências psicossociais emergem dessas RS. A primeira é o silenciamento da Educação Social. A centralidade da escola (cf. FORO 1) obscurece a reflexão sobre práticas socioeducativas autônomas (cf. FORO 3). Esse silenciamento compromete a definição do papel do

educador social no Brasil, como apontam Baptista (2025) e Natali e Muler (2024), ao evidenciar a ausência de debate sobre formação mínima e regulamentação profissional.

A segunda consequência é a "hipoacusia coletiva" do trabalho sociopedagógico. Os discursos do FORO 3 revelam desvalorização da profissão sem proposições políticas para mudança. A escola permanece como referência (cf. FORO 1 e 2), e o educador social tem dificuldade em "ouvir" as necessidades sociopedagógicas reais. Baptista (2012) propõe que a ética da hospitalidade pode reorientar essa escuta, valorizando o educador como autor e narrador de sua prática.

A terceira consequência é a "hipermetropia do outro-educativo". As RS dificultam a percepção dos sujeitos atendidos, vistos como "faltosos" ou "vazios" (cf. FORO 5). Isso reforça a ideia de que virtudes como empatia são inatas, tornando a formação em Pedagogia Social prescindível (cf. FORO 4). Tal visão distorcida compromete a construção de práticas educativas éticas e contextualizadas.

Essas três consequências demonstram como as RS moldam a formação e atuação dos educadores sociais, exigindo uma reflexão crítica sobre os sentidos atribuídos à docência e à Educação Social no Brasil.

Reflexões Finais

Ao concluir esta investigação, questiona-se: Em que medida a Pedagogia Social, fundamentada na hospitalidade, pode contribuir para corrigir os desvios causados pelas RS nos processos formativos dos educadores sociais fluminenses?

A Pedagogia Social, enquanto saber da hospitalidade (Baptista, 2005), propõe uma prática educativa baseada na alteridade e no encontro com o outro. Essa abordagem reforça a importância da intervenção sociopedagógica como promotora da educabilidade pessoal e social (Baptista, 2025).

Três reflexões emergem para a formação dos educadores sociais fluminenses:

1. Hospitalidade como prática sociopedagógica: o educador deve reconhecer o outro como sujeito, praticando a eleição intersubjetiva (Baptista, 2008), que implica acolher o outro como ele se apresenta. Essa postura contribui para superar a "hipermetropia do outro-educativo".

2. Antropologia do Rosto: a hospitalidade exige acolhimento empático e comprometido (Baptista, 2025), reconhecendo a subjetividade do outro. Isso implica assumir o dever de antecedência (Baptista, 2007) e o dever de autoridade (Baptista, 2005a), fortalecendo a ética profissional e reduzindo a "hipoacusia" no trabalho socioeducativo.

3. Agentes da proximidade humana: os educadores devem compreender seu papel antropológico na construção de vínculos. A "geografia da proximidade" (Baptista, 2005b) exige esforço contínuo de aproximação, rompendo o "silenciamento" sobre a Educação Social.

Assim, ao articular a Pedagogia Social com os resultados sobre RS, esta investigação contribui para pensar formações mais eficazes. Reconhecer os limites e potencialidades dos espaços formativos é essencial para que futuros formadores e pesquisadores organizem práticas educativas mais conscientes e comprometidas com a realidade dos educadores sociais.

Clube da luluzinha: como falar de experiências em comum no 5º ano evidencia problemas sociais

Serena Cavalcante Dourado (UEFS)

O presente trabalho é um relato de estágio curricular da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), vivenciado numa escola pública municipal. Nessa escola, enquanto estagiária, trabalhei com a turma única de 5º ano, com aproximadamente 21 crianças de idades entre 10 e 14 anos. O estágio buscou entender como variáveis sociais (de classe, gênero e raça) e territoriais (do bairro e da cidade) afetaram a aprendizagem e as potencialidades das crianças. Para isso, utilizou-se do método cartográfico como espécie de pesquisa participativa, em que a estagiária interage e registra as variáveis que atuam na sala de aula. Como notou-se que problemas sociais/estruturais estavam presentes nas produções discursivas das crianças do estágio, o trabalho resultou em um clube de conversas, intitulado "clube da luluzinha", e em um debate pontual com os cuidadores das estudantes.

O principal objetivo do estágio foi reforçar, em uma escola pública, as potencialidades das crianças diante de desigualdades que superam a esfera individual. Frente à violência policial e periférica, e ao sentimento de luto, o que podem as crianças fazer? Como elas lidam com violência de gênero no âmbito familiar? Aliás, como as relações familiares de cuidado interferem na sua aprendizagem em sala de aula? E o que pode o psicólogo fazer em resposta a essas demandas?

O trabalho vincula-se ao eixo temático "Psicologia social e educação" e ao GT escolhido na medida que o eixo temático incentiva a submissão de experiências populares e de populações subalternizadas, e que o GT destrincha a importância de grupos e alianças na escola. Assim como proposto na ementa, entende-se que trabalhos sobre alianças e produção do comum são, mais do que nunca, uma necessidade. Não apenas para incentivar o acesso e permanência na escola; mas porque um território escolar que promove a coletivização é um território propício à transformação social. Ou seja, sabendo que suas dores são coletivas, a juventude e comunidade podem protagonizar uma visão crítica da realidade à sua volta. É através, também, desse entendimento, que fundamentamos nossa prática no estágio.

Como referencial teórico, nós - estagiárias e preceptora de estágio - trabalhamos com pensadores da esquizoanálise como Deleuze e Guattari, principalmente para a metodologia de cartografia, que é cunhada por pesquisadores da área. Além disso, fizemos a leitura das referências técnicas do CREPOP/CFP para a atuação em escolas, e discutimos obras freireanas para complementar nossa visão de mundo dentro do estágio. Nesse sentido, debatemos premissas de práxis de educação como fins para mudanças de paradigma de realidade das crianças; e essas mudanças como fins para a transformação social. Também debatemos os conceitos da esquizoanálise de "macro-" e "micropolíticas", entendendo que decisões tomadas a nível municipal, estadual e nacional interferem diretamente nas condições de sucateamento das escolas públicas; além de entender que intervenções pontuais e específicas a um público de 20 a 30 crianças pode ter um impacto significativo enquanto micropolíticas de transformação social.

Para a estratégia metodológica, fizemos uso da cartografia enquanto método de investigação das demandas escolares. À medida que observamos discursos e curiosidades similares entre as garotas da turma, sugerimos que nos reuníssemos - estagiária, professora e estudantes meninas - toda terça-feira, após o intervalo, para discutir o que quer que fosse de interesse da roda. Chamamos esse espaço de "Clube da Luluzinha", por sugestão da preceptora, e, em pouco tempo, essa intervenção colheu frutos de uma escuta e abertura típicas do método cartográfico: não supomos que tínhamos as respostas para o que as meninas traziam, mas incitávamos o debate para que elas mesmas se escutassem e contribuíssem. Ao percebermos que muitas

crianças mostravam sinais de negligência e/ou relatavam que os pais viviam cansados, propusemos uma reunião pontual com os cuidadores, para que falássemos do tema "cuidar e se sentir cuidado".

O estágio proporcionou, acima de tudo, uma visão crítica de como desigualdades socioeconômicas atravessam o ensino e aprendizagem. Através dessa visão, como supracitado, nós realizamos debates semanais com as estudantes do 5º ano durante 3 meses; nos quais discutimos temas tão variados quanto bullying, sexualidade e descobrimento de afetos românticos, violência doméstica familiar, luto e sentimentos de abandono ou negligência familiar. O mais interessante, no entanto, foi o quanto elas puderam perceber que havia, nas colegas, um entendimento mútuo de suas dores — pois os problemas, sendo sociais, também chegavam até elas em suas experiências individuais.

Ao final dos grupos, as meninas reforçaram os afetos construídos e o impacto positivo que teve o clube da luluzinha nas suas vivências na escola. Algumas delas, por exemplo, compartilharam que se sentiam mais seguras em interagir com todas as colegas, o que as motivaram a continuar indo para a escola e participar das aulas com o restante da turma. Mais do que isso, a conexão entre elas aumentou muito quando trataram de temas tão difíceis como o luto, e puderam se acolher como grupo.

Enquanto estagiária, percebi que muitas poderiam explorar, dali, suas potencialidades apesar dos desafios, e entendi nossas intervenções como pontapé para micropolíticas de dissidência e visão crítica pelas meninas. Isso foi visível pelas colocações que incentivamos elas a fazer, visto que, nos nossos encontros, não dávamos respostas prontas ou mediávamos de forma hierárquica o que acontecia. Foi notório, então, que elas puderam fortalecer seus vínculos e acolher, elas mesmas, suas dores e as dores das amigas.

Além disso, como foi mencionado, também fizemos uma reunião com pais de alguns estudantes, onde foi discutido o tema do cuidado e do se sentir cuidado. Pudemos escutar a perspectiva dos responsáveis e reforçar a importância dessa esfera para os aspectos psicossociais da criança; os próprios pais e responsáveis perceberam que não costumam ter suas necessidades de cuidado satisfeitas, e no quanto é comum que isso interfira na própria educação dos filhos. Temas sensíveis como o abandono dos pais e a sobrecarga da mulher no cuidado surgiram, e o grupo de cuidadores também conseguiu se acolher na medida do possível. Através desse entendimento de experiências similares, conseguimos debater sobre o impacto geral que isso pode ter no aprendizado e na adesão à escola.

Concluímos que até intervenções pontuais, enquanto fomentarem o debate e a conscientização de mazelas sociais, servem como micropolíticas positivas para as crianças, pais e educadores. As rodas de conversa tiveram papel de destaque na potencialidade dos territórios escolares, e esperamos que, dentro dos nossos limites, sejam um pontapé para a transformação social do público atendido.

Desafios e potências da Psicologia na escola: relato de estágio socioeducativo com alunos da Educação de Jovens e Adultos em uma escola pública de Belo Horizonte

Nathalia Helena dos Santos Braz Cruz (UNA), Giovana Costa (UNA)

O presente trabalho relata uma experiência de estágio supervisionado realizada no âmbito do Estágio Básico de Projetos Socioeducacionais, do curso de Psicologia, desenvolvido no primeiro semestre de 2025 na Escola Estadual Domingas Maria de Almeida, localizada no bairro Independência, em Belo Horizonte (MG). O foco das ações esteve centrado na atuação da psicologia escolar junto a turmas da Educação de Jovens e Adultos (EJA), modalidade que atende sujeitos historicamente marcados por interrupções escolares, desafios sociais e invisibilização de suas vivências.

Com base em uma perspectiva crítica e acolhedora, o estágio teve como proposta central promover espaços de escuta, valorização de saberes e fortalecimento subjetivo dos estudantes da EJA. A partir da compreensão de que esses sujeitos enfrentam não apenas defasagens escolares, mas também silenciamentos históricos e exclusões sociais, as intervenções foram pensadas para fomentar o protagonismo, a autoestima e a reflexão crítica, por meio de ações sensíveis às demandas observadas e trazidas pelos próprios estudantes. O objetivo foi construir um espaço dialógico que fortalecesse vínculos com a escola e promovesse a valorização das trajetórias individuais e coletivas, estimulando o reconhecimento das potencialidades dos sujeitos e suas identidades.

A instituição onde o estágio foi realizado — Escola Estadual Domingas Maria de Almeida — atende a uma população diversa, composta por jovens e adultos em busca da conclusão do ensino básico. As turmas da EJA apresentam perfis heterogêneos, reunindo alunos de diferentes idades, origens e histórias de vida, muitos dos quais conciliam os estudos com trabalho e responsabilidades familiares. Tal diversidade se reflete em níveis variados de engajamento, interesses e perspectivas educacionais. Além disso, o contexto da escola evidencia a presença de múltiplas vulnerabilidades sociais, econômicas e emocionais, que impactam diretamente o percurso formativo e a permanência dos estudantes no ambiente escolar.

Nesse cenário, a atuação da psicologia escolar mostrou-se ainda mais relevante, na medida em que procurou articular estratégias que contemplassem essas complexidades, valorizando a escola como um espaço humanizador e de transformação. As ações foram concebidas com base em uma abordagem plural e comprometida com as realidades concretas dos estudantes, buscando superar práticas padronizadas e oferecer respostas significativas às suas necessidades subjetivas e sociais. Destaca-se, ainda, o papel fundamental da gestão escolar, cuja postura acolhedora e comprometida contribuiu para o fortalecimento de um ambiente respeitoso e motivador para a comunidade escolar como um todo.

O público-alvo das intervenções foi composto por estudantes do 1º e 3º ano da EJA, com idades que variavam entre 18 e mais de 50 anos. A maioria residia em bairros da grande Belo Horizonte. Tratava-se de um grupo heterogêneo, com histórias marcadas por rupturas escolares, trajetórias profissionais diversas, responsabilidades familiares e distintas motivações para o retorno à escola. Essa pluralidade exigiu uma escuta atenta e a construção de atividades que respeitassem as singularidades dos participantes, promovendo seu protagonismo e acolhendo suas subjetividades.

Durante os encontros iniciais foi possível perceber que os estudantes mais velhos, em geral, demonstravam maior

comprometimento com o processo educativo, compreendendo a escola como espaço de ascensão pessoal e profissional. Já entre os mais jovens, observou-se, por vezes, descontinuidade escolar e ausência de perspectivas claras em relação ao futuro, o que impôs à equipe de estágio o desafio de construir intervenções que despertassem interesse e identificação. Nesse sentido, as reflexões freirianas sobre o papel emancipador da educação — baseada na realidade concreta dos sujeitos e no diálogo como caminho de conscientização — foram fundamentais para embasar a construção de uma prática pedagógica e psicológica sensível, crítica e transformadora.

A justificativa para a escolha da EJA como campo de estágio se ancora em sua importância social e política. Este espaço não representa apenas uma segunda chance de escolarização, mas uma arena de resistência e reconstrução de subjetividades, onde se exercita a cidadania e se ressignificam experiências de vida. A análise das demandas, feita em diálogo com a equipe escolar e, principalmente, com o diretor da instituição, revelou o alto nível de engajamento e o potencial transformador da escola para esses sujeitos, que, mesmo diante de adversidades, expressam desejo de aprender e de reescrever suas trajetórias.

O compromisso com uma psicologia que valorize o contexto dos alunos e que atue de forma ética e crítica foi o alicerce da experiência vivida. O papel do psicólogo, nesse cenário, ampliou-se para além da escuta individual, alcançando uma dimensão coletiva e sociopolítica, em que a promoção da autoestima, do pertencimento e da autonomia dos sujeitos se faz fundamental para romper com lógicas de exclusão e culpabilização.

Em suma, o estágio junto aos alunos da EJA demonstrou a potência de práticas psicossociais que se orientam pela escuta, pelo respeito às diferenças e pela construção de sentidos a partir das histórias de vida. Ao reconhecer os estudantes como sujeitos ativos, capazes de refletir, criar e transformar, o trabalho desenvolvido contribuiu para reafirmar o lugar da escola como espaço de acolhimento, reconhecimento e emancipação.

Entre Afluentes e Barragens: Desafios Vivenciados por Estudantes Indígenas de Universidades do Alto Solimões

Vitória Maria da Silva Miranda (UFAM), Adria Lima de Sousa (UFAM), Iolete Ribeiro da Silva (UFAM)

A trajetória escolar, para as pessoas indígenas, apresenta-se de uma forma estremecida em suas vivências; antes, em um modelo excludente e opressor das suas vivências, agora, em um modelo hegemônico de afirmação de conhecimentos, sem meios adequados de permanência. O ambiente acadêmico é afetado por instrumentos necropolíticos, os quais restringe e selecionam apenas corpos brancos à possibilidade de acesso e usufruto íntegro ao privilégio da academia, enquanto os corpos indígenas permeiam entre violências e desgastes para garantir condições mínimas de sobrevivência. Essa situação evidencia o mínimo interesse das universidades em aderir a vivência indígena não só dentro da formulação de programas de permanência e políticas públicas, mas também dentro das matrizes curriculares dos cursos, sobretudo na microrregião do Alto Solimões, a qual, dentre seus 262 mil habitantes, possui mais da metade da população declarada indígena. Logo, esse trabalho possui como objetivo identificar os desafios vivenciados por estudantes indígenas de universidades do alto Rio Solimões, assim como mapear características das transições e condições de desenvolvimento e o quanto a universidade responde ou não às demandas desses estudantes; Entender de que forma os estudantes significam sua trajetória na universidade; Analisar nas narrativas dos estudantes se e como os professores contribuíram para a promoção da inclusão escolar. A pesquisa estabelece relação com o Grupo de Trabalho "Alianças e produção do comum nos territórios escolares e educacionais" ao evidenciar a educação como um espaço de disputas e possibilidades emancipatórias. Fica evidente que a universidade representa não apenas um ambiente de acesso ao conhecimento formal, mas também um território marcado por tensões culturais e estruturas excludentes. A permanência desses estudantes indígenas exige superar barreiras acadêmicas, econômicas e psicossociais, além de negociar identidades em um espaço frequentemente opressor à diversidade étnica. A compreensão desses desafios, destaca a necessidade de políticas educacionais que valorizem saberes tradicionais e promovam ações afirmativas efetivas. Assim, tanto a pesquisa quanto o GT convergem na defesa de uma educação antirracista e decolonial, capaz de transformar a universidade em um espaço verdadeiramente inclusivo, onde a diferença não seja apagada, mas inclusa como parte essencial do processo educativo. A pesquisa baseia-se em uma abordagem teórica decolonial, priorizando teóricos e pesquisadores indígenas, como Gersem Baniwa e Daniel Munduruku, que criticam a colonialidade do saber na academia. Essa abordagem questiona estruturas eurocêntricas, valorizando epistemologias indígenas e sua relação com a educação. Fora isso, a adoção de pesquisadores negros e nortistas que questionam a estrutura da sociedade foi essencial para o debate, como Lélia Gonzales e Iolete Ribeiro, que debatem formas de opressão da branquitude, como o epistemicídio e o racismo ambiental e como elas são ameaças à vida da pessoa indígena. Sendo a autora deste trabalho uma pessoa afro-indígena do povo Pankararu, acredita-se em dar destaque a pesquisadores e vivências de quem vive o cotidiano e as opressões de ser uma pessoa indígena no norte do país. O trabalho perpassa por perspectiva qualitativa que busca compreender, de forma ampla, aspectos presentes na vida dos participantes. Os participantes da pesquisa são estudantes indígenas, graduandos da Universidade do Estado do Amazonas, e/ou Universidade Federal do Amazonas, localizados no Alto Solimões, no Amazonas. A pesquisa desenvolvida neste projeto está sendo realizada em duas etapas, sendo

a primeira um levantamento de dados sociodemográficos, informações sobre a comunidade de origem, organização familiar, trajetória de escolarização e condição de saúde. A segunda etapa envolverá análise de dados produzidos mediante o emprego de multimétodos qualitativos com a realização de grupos focais e entrevistas individuais semiestruturadas. Os dados coletados serão submetidos à análise dialógico-temática e análise interpretativa com foco na análise dos sentidos de pertencimento e significações das trajetórias de escolarização dos estudantes, considerando as dimensões subjetivas dos fenômenos sociais na construção de identidade. Como resultados parciais, foram entrevistados 5 estudantes indígenas, sendo 3 matriculados na Universidade do Estado do Amazonas, do município de Benjamin Constant, e 2 matriculados na Universidade Federal do Amazonas, do município de Tabatinga, todos localizados no Alto Solimões, no Amazonas. Foram realizadas, duas entrevistas individuais e um grupo focal com três participantes. Os resultados presentes, até o momento da submissão deste trabalho, culminaram em compreender suas dificuldades em acessar e permanecer na universidade, sendo o racismo estrutural e ambiental os principais mecanismos dos empecilhos. As duas entrevistas individuais realizadas em Benjamin Constant já foram transcritas e estão em processo de análise por meio do software “Atlas.ti”, com o objetivo de entender os sentidos de pertencimento e significações das trajetórias de escolarização dos estudantes. Já a entrevista realizada com o método de grupo focal, realizada em Tabatinga, está em processo de transcrição. As reflexões obtidas com o andar da pesquisa trouxeram um ambiente opressor de sua maioria, onde a maioria da população, a qual é indígena, se vê cercada de desafios e conjunturas na sua trajetória acadêmica, sobretudo com o racismo evidente na estrutura acadêmica, a qual segrega e violenta as pessoas indígenas com a indiferença e falta de apoio adequado.

Entre Jalecos e Fardas, Biopoer e Gestão de Risco: Narrativas de Jovens Estudantes das Escolas Públicas de Manaus

Marden Alessandro De Lima Barreiros (UFAM), CLAUDIA REGINA BRANDÃO SAMPAIO (UFAM)

O biopoder é caracterizado como um dispositivo invisível e multifacetado operante nas civilizações modernas, cuja principal finalidade reside na promoção de corpos docilizados e sujeitos disciplinados, moldados por mecanismos institucionais e normativos que permeiam as estruturas sociais. Esse conceito, desenvolvido por Michel Foucault, é fundamental para compreender as estratégias de poder que se exercem não mais apenas pela repressão explícita, mas pelo controle minucioso da vida, dos corpos e das condutas por meio de tecnologias diversas de gestão populacional. O biopoder, portanto, constitui-se como uma forma de poder que visa à regulação da vida por meio de dispositivos que se apresentam tanto nos campos da medicina, da psiquiatria, da pedagogia, quanto nos sistemas jurídico-penais e nas políticas públicas, operando de forma transversal e muitas vezes imperceptível. Entre outras características, atua de forma incisiva no controle de dinâmicas sociais, ambientais e sanitárias, utilizando prerrogativas de distintas ordens – sociológicas, científicas, jurídicas, tecnológicas – para consolidar sua influência e garantir sua perpetuação.

Na região amazônica, esse contexto se mostra especialmente delicado, dado o conjunto de particularidades e desafios que marcam sua realidade histórica, geográfica, social e política. Trata-se de uma região que, apesar de sua imensa importância ambiental e estratégica para o Brasil e para o mundo, enfrenta obstáculos típicos das periferias econômicas e administrativas do país. As mudanças climáticas, cada vez mais evidentes e intensas, impactam diretamente o cotidiano da população local. A seca nos rios, fenômeno que tem se intensificado nas últimas décadas, impossibilita a navegação e, por consequência, o transporte de mercadorias e pessoas, comprometendo as rotas fluviais que interligam comunidades e centros urbanos. Essa limitação interfere diretamente nas atividades comerciais, no abastecimento de alimentos e bens essenciais, assim como nas práticas tradicionais de pesca e plantio, que constituem as principais formas de subsistência e produção econômica em muitas localidades amazônicas.

Por outro lado, o fenômeno das cheias extremas também representa uma ameaça constante, especialmente para os povos ribeirinhos e populações que vivem nas margens dos rios. As inundações recorrentes colocam em risco moradias, escolas, unidades de saúde e toda a infraestrutura básica das comunidades. A somatória desses fatores ambientais com processos contínuos de desmatamento, degradação ambiental e destruição da fauna contribui para o agravamento de uma espiral de miséria, exclusão social e desigualdade, que se manifesta de forma contundente nos indicadores sociais da região. Tais condições estão entre os principais motores dos problemas sociais que afetam a Amazônia e, em especial, o estado do Amazonas, cuja capital, Manaus, figura entre as cidades mais violentas do país, com índices de criminalidade e violência que crescem de forma preocupante.

Nesse cenário, o biopoder encontra terreno fértil para se afirmar e operar. Em contextos marcados pela escassez de políticas públicas estruturantes, pela ausência do Estado em sua função garantidora de direitos e pela presença acentuada de mecanismos de controle e repressão, o biopoder se atualiza e se manifesta por meio de estratégias de vigilância, disciplinamento e medicalização da vida. Em Manaus, como em outras cidades amazônicas, a violência derivada das dificuldades socioeconômicas atinge de forma mais intensa a juventude, sobretudo os

jovens das periferias urbanas, que vivem cotidianamente os efeitos de um contexto estruturalmente excludente. Esses jovens, vulnerabilizados por múltiplas ausências – de educação de qualidade, de oportunidades de trabalho, de acesso à cultura, ao esporte, à saúde mental – tornam-se alvos preferenciais de políticas repressivas e de narrativas midiáticas que os estigmatizam e os culpabilizam.

Um exemplo emblemático dessa realidade foi observado no ano de 2023, quando diversos episódios de violência em escolas mobilizaram a atenção da opinião pública em todo o país. A mídia desempenhou papel central na cobertura desses eventos, amplificando o temor social, construindo discursos muitas vezes sensacionalistas e pautando o debate público com propostas de enfrentamento que, em sua maioria, tinham viés conservador, punitivista e imediatista. Os episódios foram tratados majoritariamente como "casos de polícia", o que evidencia uma tendência de criminalização da juventude, sobretudo daqueles jovens oriundos de contextos populares. As narrativas predominantes ora os retratavam como delinquentes, ora como indivíduos portadores de patologias, reforçando uma lógica higienista e excludente que busca retirar do espaço público aqueles considerados desviantes ou perigosos à ordem social.

Diante desse cenário, propusemos um estudo com o objetivo de investigar a relação entre segurança pública, saúde e violência nas escolas, a partir das narrativas de jovens sobre suas experiências e vivências no ambiente escolar em Manaus. A pesquisa prevê a realização de entrevistas com egressos de escolas situadas em contextos classificados como violentos, assim como a análise crítica do material midiático que associa escola e violência. O intuito é compreender como os discursos públicos e institucionais, aliados às experiências subjetivas dos jovens, revelam a atuação do biopoder e suas implicações nas políticas educacionais, de saúde mental e de segurança.

Como resultados parciais, já foi possível identificar que as narrativas veiculadas pela mídia tradicional tendem a privilegiar abordagens pautadas na repressão, como a presença policial nas escolas, a judicialização dos conflitos escolares e a individualização das causas da violência, afastando-se de análises mais amplas e estruturais. O conceito de biopoder tem se mostrado uma ferramenta analítica potente para compreender esses fenômenos, na medida em que permite articular as múltiplas formas pelas quais o poder opera sobre os corpos, os saberes e os comportamentos no espaço escolar.

A continuidade do estudo prevê o aprofundamento das análises a partir das falas dos jovens, buscando evidenciar como eles percebem e vivenciam a relação entre violência, escola, saúde mental e segurança. O objetivo maior é contribuir para a ampliação das perspectivas compreensivas sobre o tema, em contraposição às respostas reducionistas, patologizantes e criminalizantes que têm orientado muitas das políticas e discursos hegemônicos. Trata-se, assim, de valorizar o ponto de vista dos sujeitos diretamente afetados pelas políticas públicas, reconhecendo-os como protagonistas na construção de alternativas mais humanas, justas e eficazes para o enfrentamento da violência e para a promoção de uma educação inclusiva, emancipadora e comprometida com a vida.

Estudantes ribeirinhos migrantes nos territórios universitários: cartografia dos (in)vísiveis

Josiane de Souza Medeiros (UFRN), Ana Karenina de Melo Arraes Amorim ((Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN)

"As universidades não foram pensadas para os estudantes ribeirinhos". Tomo emprestado essa frase de uma das professoras que participaram do exame de qualificação do Doutorado em curso de uma das autoras para tecer algumas conversas sobre a cartografia que estamos fazendo sobre as redes vivas de cuidados de estudantes ribeirinhos que precisaram migrar para a cidade Manaus/AM para fazer a graduação. Para essa escrita, faço um recorte dos caminhos cartográficos que percorri e continuo percorrendo na busca por estudantes ribeirinhos nos cursos de graduação da Universidade Federal do Amazonas - UFAM para serem os estudantes-guias da pesquisa de Doutorado. Assim, com essa cartografia, objetivamos problematizar a in(invibilidade) desses estudantes nos territórios universitários. A partir da ampliação e "democratização" do acesso ao ensino superior, nos anos 2000, incentivados por diferentes políticas públicas, como a Lei de Cotas, o Exame Nacional do Ensino Médio, o Sistema de Seleção Unificada para ingressos nas universidades públicas, o Plano Nacional de Assistência Estudantil, as universidades passaram a ser ocupadas por diferentes corpos, como negros, indígenas, pessoas com deficiência, mulheres e homens trans, lésbicas, gays, migrantes, ribeirinhos, produzindo dobras e tencionando o perfil de estudantes que que se tinha nas universidades com homens brancos, citadinos, advindos dos grupos elitizados (Gomes, 2020). No contexto desse estudo, temos os estudantes ribeirinhos, que no longe muito longe dos lagos, igarapés, igapós dos rios amazônicos, imprimem longas e desafiantes travessias, trajetórias, deslocamentos de suas comunidades ribeirinhas para as cidades, lugares estes, que concentram a maioria dos estabelecimentos de ensino superior. Diante do exposto, entendemos que esta pesquisa confluie diretamente com o GT "Alianças e produção do comum nos territórios escolares e educacionais, uma vez que busca problematizar a "(in)visibilidade e a permanência de estudantes ribeirinhos nos territórios universitários. Este trabalho também dialoga com o eixo "Psicologia Social e Educação", tendo em vista que ao longo desses 14 anos, a Assistência Estudantil se ampliou, inclusive em 2024 teve seu decreto transformado em lei e um dos seus eixos obrigatórios são as ações em saúde mental. Silva (2020), destaca que das 107 instituições federais de ensino públicas cadastradas no Brasil até o ano de 2019, tem ao menos 1 psicólogo atuando na Assistência Estudantil. Dessa forma, a presença dos psicólogos e psicólogas na rede federal se amplia e a atuação da Psicologia na Assistência Estudantil passa a ser objetivo de estudos mais recentes. Para nos nortearmos teoricamente na pesquisa e nessa escrita, tomamos como intercessores conceitos como cartografia, rizomas, linhas, territórios existenciais, nomadismo, processos de subjetivação, cuidado de si, alianças afetivas, confluências, no campo da filosofia da diferença e dos estudos decoloniais. Cartografar é percorrer pistas, seguir trajetos, se emaranhar com as linhas dos processos de subjetivação em movimentos de pousos, pausas, aproximações, acelerações, distanciamentos para a produção de invenções, de cuidados, de desejos, de mundos que fazem e se desfazem (Passos & Barros, 2015). Empreendemos a cartografia mais como uma ética (e uma política) do que uma metodologia (Costa, 2007). Ela não é estática, mas sim dinâmica e contínua, como um mapa aberto com múltiplas entradas e saídas (Deleuze & Guattari, 2011). Não busca alcançar verdades, esta interessada em processualidades e subjetivações, nas alianças afetivas, assumindo outras políticas de ciência, localizada,

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

corporeificada, afetiva, desobediente, contracolonial para a produção de vida, como defendem Donna Haraway, Mignolo, Negro Bispo, Krenak, Kopenawa e tantos outros que inventaram e continuam inventando maneiras de segurar a queda do céu, de adiar o fim do mundo. Como estratégia metodológica nos ponhamos a cartografar pelos territórios existenciais da UFAM, lançando mão de uma bricolagem de pistas em buscas dos estudantes ribeirinhos. Que caminhos e pistas trilhar pelos territórios tão diversos das universidades? As primeiras pistas seguiram os rastros da equipe da Assistência Estudantil. Imaginávamos que por lidarem com a Assistência Estudantil aos estudantes em situação de vulnerabilidade, a equipe tivesse uma proximidade com estudantes ribeirinhos. Propormos à equipe que nos indicassem possíveis casos de estudantes ribeirinhos que tivessem atendido ou acompanhado para serem os estudantes-guia da pesquisa, contudo, não conseguiram identificar, nem encontrar em seus registros nada sobre esses estudantes. Enquanto aguardávamos algum retorno da equipe da Assistência Estudantil, procuramos por outras pistas, vestígios que pudessem nos aproximar do campo de pesquisa e na busca pelo estudante-guia. Assim, passamos a seguir as pistas disponíveis no site da UFAM, especialmente na aba da Pró-Reitoria de ensino e na Pró-Reitoria de Assistência Estudantil, buscando por documentos, relatórios, pesquisas, que tratassem sobre estudantes ribeirinhos. Contudo, não identificamos nenhum documento, os únicos encontrados que talvez apontassem para uma possível identificação de estudantes ribeirinhos foram as listas de estudantes aprovados para participarem do auxílio moradia. Passamos então a percorrer os vestígios dessas listas por sabermos que quem faz parte desse auxílio migrou de outros lugares e cidades para estudar em Manaus, mas novamente não encontramos nada sobre estudantes ribeirinhos. A lista se resumia ao número de matrícula e aos nomes dos estudantes, mas não tinha outras informações como o local de origem, raça, gênero, classe, idade, etc. A cartografia seguiu sua processualidade e abrimos novas pegadas, agora no Ecampus, sistema que concentra as informações acadêmica dos estudantes, bem como suas fichas de matrícula e mais uma vez não tinha informações sobre estudantes ribeirinhos. Até aqui, nesse primeiro plano da realidade o que estava visível eram as linhas duras, rígidas, estratificadas traduzidas em normativas, organogramas, protocolos, horários de como se dá o funcionamento dessa instituição, em sistemas de computador, esse plano diz daquilo que está dado, pronto, onde essas coisas todas estão como desde sempre. Por outro lado, num percurso cartográfico permite abertura ao fora, fazer curvas, pegar desvios, provocar fissuras e rachaduras naquilo que está estratificado por meio de linhas mais flexíveis, menos segmentadas e até mesmo linhas de fuga. Não nos deixemos capturar por essas linhas duras, percorremos outros caminhos num esforço de olhar pelas brechas e fissuras o que tem para além das estruturas. Para isso, lançamos mão de invenções que colocassem nossos corpos no campo, que nos permitissem nomadizar pelos territórios da UFAM, pisar o chão da pesquisa, se abrir ao inusitado do campo. Em alguns dias, uma das autoras se propus a caminhar, itinerar, andarilhar, nomadizar sem rumo pelos territórios da universidade. Itinerar indo e voltando para a UFAM no ônibus universitário, escutando as conversas. Entrar na fila do Restaurante Universitário, almoçar na confusão de vozes que se misturavam. Andar pelos lugares em que os estudantes buscam para descansar e dormir, na maioria das vezes nos bancos de concreto. Jogar dominó, tênis de mesa, cartas com os estudantes no Centro de Convivência. É nesse nomadizar que acontece o encontro inusitado com algumas professoras que já conhecia, onde falei da pesquisa e elas passam a compô-la, indicando estudantes ribeirinhos que estão em suas turmas de graduação. Encontrei com outros alunos que já conhecia e que não são ribeirinhos, mas que sinalizam que em suas turmas também tem estudantes ribeirinhos. É quando colocamos nossos corpos no campo e nos encontramos com o território universitário que os estudantes ribeirinhos começam a emergir, indicados por professores e outros

alunos. Como resultados, essa cartografia tem feito emergir alguns analisadores sobre as (in)visibilidades de estudantes ribeirinhos e algumas inventividades para o engendramento de produção do cuidado de si. Um desses analisadores apontam para o apagamento, a invisibilidade desses estudantes nos documentos, fichas de matrícula, relatórios, sistemas e até mesmo na política de Assistência Estudantil. Parece que a partir do momento que fazem suas matrículas são convidados a deixarem suas trajetórias, seus modos de vida, suas histórias para o lado de fora dos portões das universidades. A cartografia seguindo as pistas das linhas duras da universidade não conseguiu encontrar estudantes ribeirinhos, mesmo em uma universidade cravada na maior bacia hidrográfica do Planeta, em um estado onde a vida se faz pelos rios, mas ao se voltar para as linhas flexíveis, moventes os estudantes estavam lá e começaram a surgir vários. Como nos ensina Krenak, se juntamos e começamos a fazer algumas alianças afetivas. Formamos um grupo virtual para acolhida e também um coletivo presencial, onde temos nos reunido para compartilhar as trajetórias, deslocamentos, afetividades, experiências e histórias de vida. Nesse coletivo de forças estamos produzindo os mapas de cuidado desses estudantes e as inventividades deles para permanecerem na graduação e na cidade de Manaus. A pesquisa está em curso e no momento uma linha reflexiva que se puxa é o fato de que a cartografia tem se mostrado uma valiosa ferramenta nas práticas dos psicólogos, pois podem permitir a esses profissionais propostas de intervenções que extrapolam o que está determinado, normatizado, pode ser um convite, uma experimentação, uma inventividade e não um modelo para se promover reflexões e resistir às cronicidades e desejos que insistem em esvaziar e invibilizar as vidas nos territórios universitários, por exemplo.

"Fique você com a mente positiva, eu quero a voz ativa, ela é que é uma boa": Percepções e reflexões acerca da extensão trilhada com adolescentes cearenses vinculados à rede pública de ensino

Erik Willyam Nogueira Freitas (UFC), Aline Nascimento dos Santos (ESP-CE), Dennis Bergkamp Gomes Nascimento (LEV - Psicologia Clínica Histórico-Cultural), Jamilly Muniz Evangelista (UECE)

O Núcleo Interdisciplinar de Intervenções e Pesquisas sobre a Saúde da Criança e do Adolescente (NUSCA) tem sua origem em 2017 e caracteriza-se como um projeto de extensão vinculado ao curso de Psicologia da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Desde sua formação, tem sido coordenado pela psicóloga e professora Dra. Alessandra Silva Xavier e objetiva construir práticas no âmbito da psicologia da saúde, escolar, social, processos grupais e prevenção ao suicídio. O núcleo tem se empenhado em desenvolver projetos que viabilizem a propagação de práticas e formações que incidam sob uma atuação frente às infâncias e adolescências nos diversos espaços em que estas ocupam. Considerando o exposto, o presente trabalho trata-se de um relato de experiência e tem como objetivo propor e fortalecer discussões acerca do cuidado em saúde mental de adolescentes, a partir das iniciativas desenvolvidas nos últimos 5 anos (2020-2025) do núcleo. Enfatiza-se, ainda, uma discussão sobre os desafios presenciados no desenvolvimento das atividades do NUSCA, como maneira de prontificar debates e diálogos sobre inovações e caminhos possíveis no fomento de ações que construam saídas para esses percalços. No início de 2020, foi construída coletivamente a cartilha "Cuidados Emocionais: Vamos Pensar Juntos?", abordando temas essenciais para a vida dos adolescentes, como sexualidade, autoestima, racismo e assédio sexual. A elaboração da cartilha foi decorrente do projeto pioneiro "Guardiões da Vida", realizado nas escolas da rede pública estadual localizadas no município de Fortaleza, em uma parceria do núcleo com a Secretaria de Educação do Ceará (SEDUC) e com o Ministério Público do Ceará (MPCE), envolvendo a formação de profissionais da educação e desenvolvimento de grupos nas escolas com estudantes durante os anos de 2018 e 2019. Com o advento da pandemia de COVID-19, o núcleo articulou palestras e rodas de conversas, na modalidade remota, nas escolas de atuação do Guardiões, desenvolvendo as temáticas da Cartilha em um movimento das campanhas em saúde mental de setembro de 2020. Em consonância com a onda de lives que surgiu como um meio para lidar com o isolamento social no contexto pandêmico, o NUSCA utilizou do alcance de suas redes sociais para a promoção de transmissões culturais e diálogos sobre saúde mental. Tendo isso em vista, as atividades do projeto fundamentam-se em uma metodologia inovadora construída com e para adolescentes, objetivando fortalecer o cuidado em saúde mental e a prevenção do suicídio por meio de tecnologia social e afetiva (Xavier, 2021). A atuação do projeto foi central não apenas na concepção metodológica dessas atividades, mas também no que tange à execução e avaliação dos projetos desenvolvidos, tendo em vista o cuidado em fazer com que cada um desses espaços grupais fosse construído coletivamente. Isto proporcionou aos estudantes e demais públicos do núcleo um cenário muito mais propício para a adesão, identificação e o comprometimento com as atividades realizadas, mesmo no contexto da pandemia. O trabalho conjunto entre Guardiões, NUSCA e Seduc reforça a potência de ações interdisciplinares e afetivas no enfrentamento do sofrimento psíquico juvenil. No ano de 2021, o projeto retornou por meio de uma parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) tomando como base as experiências anteriores. Assim,

foram propostas ações de formação intersetorial envolvendo 390 profissionais de 140 municípios do interior do Estado, que foram conduzidos em temas relacionados à saúde mental de adolescentes para empoderar ações de cuidado. O público alvo foram adolescentes de mais de 30 municípios do interior do estado do Ceará. Participaram, portanto, 500 adolescentes de 13 a 18 anos, do 9º ano do ensino fundamental ao 3ª ano do ensino médio, todos de escolas públicas, a grande maioria usuária da Política Pública de Assistência Social. Assim, foram planejadas rodas de conversas com temáticas que atravessam a fase da adolescência, sendo estas: "O que é adolescência?"; "Equipamentos de saúde e assistência"; "Racismo"; "Sexualidade e homofobia"; "Bullying"; "Reconhecimento das emoções", "Manutenção de vínculos sociais e estratégias de comunicação não-violenta". Os encontros ocorreram semanalmente na modalidade remota, por meio da plataforma Google Meet. Todos os momentos foram realizados de maneira horizontal e participativa, utilizando-se da compreensão acerca dos grupos freireanos. Possuindo como base a articulação anteriormente esmiuçada, esse trabalho também foi realizado dentro de uma Organização da Sociedade Civil (OSC) e, atualmente, seguimos realizando este em duas escolas públicas de Ensino Médio na capital. A partir dessas práticas no campo das políticas públicas voltadas à saúde mental de crianças e adolescentes, diversas fragilidades são identificadas, dentre as quais: precariedade nos vínculos de trabalho, escassez de dispositivos que orientem sobre as especificidades do público infantojuvenil, necessidade de expansão dos serviços e a desarticulação da rede de saúde e de estratégias intersetoriais com o território (Couto; Duarte; Delgado, 2008). Em conformidade com o grupo de trabalho, as experiências desenvolvidas no NUSCA possibilitam uma práxis implicada em perceber e intervir no contexto escolar de forma atenta às multiplicidades presentes no processo educacional. Considerando o modo como as vivências emergentes dessas multiplicidades perpassa, em sua totalidade, os aspectos da saúde mental das comunidades que compõem as escolas, levantam-se questões que partem não exclusivamente dos métodos e possibilidades de interlocução direta ao manejo das necessidades e angústias dos estudantes, mas à própria possibilidade de articulação com a estrutura dos modelos de ensino vigentes no país. Entende-se, pela possibilidade de apresentação da experiência no núcleo, a abertura para o diálogo e partilha das práticas exitosas, tal como das problematizações atreladas às dificuldades de articulação das atividades expostas às diversas vulnerabilidades do campo e às fragilidades institucionais. Em suma, a partir das reflexões geradas pelas atividades desenvolvidas pela extensão, percebe-se que apesar dos resultados expressivos no que concerne o manejo e o trato das questões em saúde mental da comunidade de estudantes, ainda é possível identificar entraves significativos, tais como: a dificuldade da comunidade escolar em dar continuidade às ações de promoção à saúde mental e a escassez de articulação entre escola, estratégias intersetoriais e a Rede de Atenção à Saúde (RAS). Portanto, expõe-se nas vivências relatadas caminhos possíveis de cuidado às adolescências, ao passo que indaga-se como instrumentalizar a adesão de iniciativas como a da extensão de forma fluida, responsável e efetiva nos contextos escolares de maneira contínua.

COUTO, M. C. V.; DUARTE, C. S.; DELGADO, P. G. G.. A saúde mental infantil na Saúde Pública brasileira: situação atual e desafios. Brazilian Journal of Psychiatry, v. 30, n. 4, p. 390–398, dez. 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbp/a/MwhVn9BBDdZQTH6qxsxLNkf/abstract/?lang=pt. Acesso em 26 mai. 2025.

XAVIER, A. Tecnologias em saúde mental junto a adolescentes – guardiões da vida nas escolas. Revista de Psicologia: Fortaleza, v. 12, n. 2, p. 198-208, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/60831. Acesso em 26 mai. 2025

Medicalização da Vida, Práticas de Ensino/ Pesquisantes e suas Relações com as Políticas de Saúde e Educação: Cartografando Movimentos de Resistência.

Paulo Armando Esteves Martins Viana (UFRJ), Gustavo Badolati Racca (UFRJ)

Introdução:

Este trabalho tem por objetivo apresentar algumas reflexões disparadas na sala de aula, disciplina de psicologia da educação, oferecida a estudantes da formação de professores em química da UFRJ/Macaé que também, suscitou em nós, o desejo de uma pesquisa sobre as políticas de medicalização da vida. Encontrar os alunos da graduação em química foi uma grata surpresa que me fez construir novo corpo na discussão sobre psicologia, políticas educacionais, infâncias e adolescências. Em nossos encontros, sempre aparecia um chamamento a pensar diagnósticos, políticas de inclusão, métodos e técnicas de abordar alunos com os mais diferentes laudos e prescrições, bem como pensar os medicamentos e as terapêuticas (dentre elas as psicoterapias) como modos de "cuidado", remissão de sintomas, melhora dos comportamentos, das aprendizagens e da relação entre estudantes, entre professores e estudantes, entre família e escola, dentre outras possíveis reverberações dos modos ético-estético-políticos insurgentes nos territórios escolares. Contudo, ao mesmo tempo que demandavam do saber psicológico alguma resposta ao mal-estar escolar, também estranhavam suas próprias aspirações. Creio que o espaço universitário, os percursos por outras disciplinas críticas e suas próprias experiências escolares os faziam equivocar suas demandas: como poderiam ser ao mesmo tempo críticos do neoliberalismo escolar e da precarização da universidade e também desejosos de respostas imediatas para as complexas questões que entremeavam as discussões sobre individualização, culpabilização de alunos/professores e medicalização da vida escolar? Foi justamente pelo equívoco e estranhamento que foi possível construir uma sala de aula afeita a criticar os efeitos das políticas neoliberais de individualização na vida dos sujeitos que habitam a escola junto a autores (disparadores) que tomam a escola como instituição (partindo do movimento institucionalista) e o fracasso escolar (dificuldades de aprendizagem, dificuldades de adaptação comportamentais e "desestruturas familiares") como produção social, histórica e política, fazendo aparecer, desta forma, os modos sexistas, classistas, racistas e trans/homofóbicos que se insinuam nos movimentos capitalísticos que forjam sensibilidades, subjetividades e políticas econômicas de precarização e (sub)(des)financiamento das políticas sociais. Nesta medida, pensar psicologia da educação passou a ser pensar produção de subjetividades, luta antimanicomial, pensamento feminista e interseccional, bem como epistemologias outras que poderiam dar conta da multiplicidade do vivo (Ailton Krenak, Nego Bispo, dentre outros, passaram, junto a Foucault e Maria Helena de Souza Patto a ser intercessores fundamentais para colocar em análise as práticas educacionais e os processos de subjetivação efetuados no campo escola e universidade). Em meio a essas discussões, da criação de possibilidades de intervenção e investigação das resistentes invenções produzidas por alunos, professores, familiares, universitários, bem como das durezas produzidas pelas instituições sociais, que temos tentado acessar a agonística desse (in)tenso processo de (re)produção de normalização que viabiliza a inclusão pela exclusão, pela fabricação incessante do abjeto que se quer normal, incluso, invariável. Normalização esta que nos posiciona como um mosquito preso a uma teia estranha que, paradoxalmente, serve como rede garantidora da própria sobrevivência do inadequado/anormal. É como se

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

a aranha, numa atitude generosamente perversa, permitisse que suas presas se mantivessem vivas e enredadas. Como se desprender dessa teia? Como se debater desse grande modo de governar corpos que nos atormenta, dociliza, fragiliza e inquieta? Um governo aracnopolitico que nos mantém vivos até quando necessário. Num outro sentido, nos aproximamos de uma teia que nos parece bem perspicaz, uma teia que se distancia do projeto aracnopolítico e que não tem por objetivo produzir caças, tampouco algozes ou vítimas. Uma teia, uma rede que se constitui de maneira circunstancial e permite que novas condições de possibilidade de uma multiplicidade de existências emerjam. Ela não se importa com o objetivo, nem com a finalidade de seu enredamento. É uma aranha, uma artesã de redes que produz sua teia nos breves encontros triangulares das paredes, das árvores, das folhas e de onde mais ela puder se segurar. Ela é breve e frágil, está em constante refazimento, mas é isso, sua atividade é marcada pelo agir libertário do vivo. Nessa rede, uma aracnopolítica não tem vez, ao contrário, é a própria ordem simbólica das coisas que é atacada. Ela funciona como acompanhamento de deslocamentos, de acontecimentos. Essa rede é inspirada em Fernand Deligny, pedagogo francês do meio do século XX que acompanhava crianças e adolescentes inadaptados, desviantes, anormais; adolescentes em conflito com a lei, categorizados como delinquentes e, também, crianças autistas. A principal questão levantada pelo pedagogo era como cuidar desses meninos sem necessariamente impor um saber, uma prática que adviria dos especialistas e que só serviria para produzir desqualificação e abjeção. Desta forma, o autor nos apresenta uma ferramenta: o aracniano. Um jeito de tecer redes de apoio que não passasse necessariamente pelo projeto, nem pela colonização simbólica, mas pelo encontro com o outro e a criação de circunstâncias que permitam a invenção de um lugar. Seriam pelas frágeis tentativas de se fazer presente e de acolher o desconhecido que inventaríamos lugares possíveis de existir. É como um arquiteto que pensa, no seu projeto, em reservar ângulos para que as aranhas possam produzir suas teias que entendemos nossa batalha contra essa lógica aracnopolítica: um projeto predatório que só pensa em teias mortíferas. Seguindo essa pista, gostaríamos de insistir na necessidade de produzir lugares, inventar espreitas, agir pelo simples/complexo movimento de acompanhar subjetividades em constante processo de subjetivação, agir pela frágil e simples construção de uma rede que permita, mesmo que por instantes, a sobrevivência de certo modo de vida impedido pela severa lógica do capital que nos impõe insistentemente projetos e finalidades. É pela fabricação de espaços respiráveis e redes que suportem diferenciações éticas em suas multiplicidades que gostaríamos de problematizar certas tecnologias de governo que intentam estabelecer limites entre os vivos e recortes populacionais qualificadores e objetificadores, quais sejam: o enquadre anormal, patológico e medicalizante produzido em meio às práticas operadas nas políticas sociais. Há um projeto que se instala quando a medicalização da vida assume uma importante capilarização entre as práticas de cuidado e escolarização.

Objetivos:

Assumir essa rede aracniana também nos fez construir gracejos pesquisantes, pesquisa que se inicia na sala de aula como crítica às lógicas colonizadoras que bordam e transbordam em efeitos mortíferos de subjetivação, mas que pelo transbordamento e necessidade urgente de respiro também nos anuncia militâncias, lutas incontestes e intransigentes contra o capital em suas artimanhas e acimentados subjetivos. Iniciamos um plano investigativo, sempre em vias de (des)(re)acontecer, mas há um plano, qual seja: investigar os processos de medicalização da vida em suas estreitas relações com o território escolar e as políticas públicas de saúde, tomando por base teórico-metodológica tanto a noção de biopolítica forjada por Michel Foucault para nos auxiliar a compreender os modos contemporâneos de controle sobre o vivo, quanto a noção de resistência como ferramenta investigativa dos

movimentos coletivos/singulares que insistem em inventar modos de existir e resistir às tecnologias de governo dos corpos vinculadas às políticas individualizantes, neurobiologizantes, cerebralizantes e psiquiatrizantes que tendem a tomar a diferença como problema, incômodo e doença. O pesquisar será tanto bibliográfico (enquanto não houver melhor palavra), de modo a mapear os estudos contemporâneos que têm pautado o fenômeno da medicalização da vida de forma crítica, transdisciplinar e interseccional, quanto intervenção, já que se propõe, também, a habitar os espaços das políticas públicas de saúde e educação, de modo a escutar e intervir sobre as práticas/discursos medicalizantes, bem como cartografar os movimentos de resistência singulares que se apresentam de maneira inventiva nesses lugares. Esse habitar, no momento, tem sido o próprio espaço universitário, as salas de aula, os conselhos/colegiados deliberativos e consultivos, os movimentos de luta e combativos, as ocupações aracnianas de outras salas de aula, de outras (in)disciplinas, com parceiras presentes dos territórios políticos-afetivos-existenciais da universidade e a criação de territórios respirantes em meio às lógicas tratoristas, produtivististas e individualistas que estão capilarizadas na universidade. Contudo, a ideia, como já exposto, é, também, chegar devagar na educação básica e se abrir à escuta e às intervenções possíveis que possam produzir projetos de abertura à diferença. As batalhas estão colocadas, o esforço é que, pela desobediência, a pesquisa também possa assumir a função estratégica de acoplar os saberes que são duramente abafados pelos regimes de verdade. Pesquisar desobedecendo é também ser um professor desobediente e disponível a construir parcerias que comportem o estranho da vida, o 'inaglutinável' do vivo ou aquilo que corajosamente irrompe como verdade combativa pelos personagens mais inesperados.

Conclusão:

Que possamos subverter a rede aracnopolítica! Que possamos, em ato, por ensaios e tentativas, construir redes que sustentem a fragilidade de existências mínimas, singulares e sempre em risco. Para isso, é importante uma atitude crítica que se pergunte: como se exerce a medicalização da vida nas políticas sociais? Essa é a pergunta que sustenta toda a prática de ensino e que inspira o pesquisar por insolências, deslocando os fazeres professorais e produzindo novos modos de ser professor, psicólogo e articulador de redes transdisciplinares.

Neocolonial(tur)ismo Acadêmico: Implicações da Lógica de Produção na Jornada Para o Ensino Superior

Bruno Garcia Pereira de Oliveira (UNIPTAN), Emanuelly Vianini Alves Silva (UNIPTAN), Lívia Rafaella dos Santos Pereira (UNIPTAN), Jessika Pereira Damásio (USP)

Este trabalho é um relato de experiência delineado pela proposta de intervenção realizada em 2024, por estudantes de Psicologia junto a alunos do segundo ano do Ensino Médio de uma Escola Estadual, localizada na cidade de Tiradentes, Minas Gerais. A intervenção surgiu da constatação de uma realidade local marcada pela predominância da economia turística, que condiciona e restringe o horizonte de possibilidades dos jovens, muitas vezes direcionando-os à inserção imediata e informal no mercado de trabalho, em detrimento da continuidade dos estudos. A proposta foi desenvolvida como parte das atividades de um Projeto de Extensão universitária e teve como eixo central a promoção do diálogo e da reflexão crítica sobre as perspectivas de futuro, o acesso ao ensino superior e o papel da escola nesse processo. A escolha da temática partiu da observação da realidade socioeconômica de Tiradentes, uma cidade com forte apelo turístico, cuja estrutura econômica baseia-se em atividades informais e temporárias, especialmente nas áreas de gastronomia, artesanato e eventos culturais. O alcance turístico ganha tal relevância uma vez que a cidade, em 2018, entrou no ranking de principais cidades procuradas segundo o Mapa de Turismo Brasileiro. Tal configuração faz com que muitos adolescentes e jovens, ao final do ciclo básico de escolarização, sejam incentivados a entrar diretamente no mercado de trabalho, muitas vezes pelos próprios familiares ou empresários locais. Nesse cenário, o ensino superior se torna uma possibilidade distante ou mesmo inexistente, tanto por falta de informação quanto por questões estruturais e simbólicas que envolvem classe, raça, gênero e capital cultural. A intervenção realizada teve como objetivo, portanto, promover um espaço educativo e dialógico que permitisse aos estudantes repensarem suas trajetórias e vislumbrar outras possibilidades além daquelas já naturalizadas socialmente. Fundamentada nos aportes teóricos da Pedagogia Histórico-Crítica de Dermeval Saviani (1991), a ação compreende a escola como um instrumento potencial de transformação social, capaz de promover o acesso ao saber sistematizado e, com isso, possibilitar que os indivíduos se insiram em práticas sociais mais complexas. Para tanto, torna-se necessário superar a lógica tecnicista e reprodutora da educação, promovendo uma formação crítica que valorize a historicidade, os saberes e a capacidade de agência dos sujeitos envolvidos. A intervenção foi estruturada a partir de metodologias ativas e participativas, com o objetivo de gerar envolvimento, escuta e protagonismo dos estudantes. A atividade ocorreu de forma pontual, delimitada por um encontro com duração de uma hora por turma, em um espaço fora da sala de aula convencional, contemplando cinco etapas principais: apresentação do projeto e dos intervenientes; dinâmica de “quebra-gelo” com os estudantes; dinâmica “Sim ou Não” com perguntas provocativas sobre o acesso à universidade e o papel da escola; dinâmica de discussão em pequenos grupos; roda de conversa coletiva; e, por fim, a entrega de uma cartilha informativa em formato digital, contendo orientações sobre as formas de ingresso no ensino superior (ENEM, SISU, PROUNI, FIES), além de informações sobre cursinhos populares, bolsas e programas de permanência estudantil. Durante a dinâmica “Sim ou Não”, questões como “A faculdade no Brasil é um direito garantido para todos os cidadãos?”, “A escola influencia na sua escolha de inserção para a faculdade?”, e “Você acredita que todos têm as mesmas oportunidades de ingressar em uma faculdade?” foram utilizadas para provocar o pensamento crítico dos participantes e identificar concepções já

naturalizadas sobre educação, mérito e oportunidades. A posterior divisão em grupos e a discussão orientada a partir de perguntas abertas possibilitaram que os alunos compartilhassem suas percepções, dúvidas e dificuldades, produzindo coletivamente reflexões sobre o contexto local e suas implicações para o projeto de vida de cada um. Uma das principais constatações foi a fragilidade do suporte institucional oferecido pela escola no que tange à orientação vocacional e às informações sobre acesso ao ensino superior. Muitos estudantes demonstraram desconhecimento ou informações distorcidas sobre programas governamentais, prazos e formas de preparação. Outro ponto central foi a percepção de que, em Tiradentes, a inserção precoce no trabalho turístico é vista não apenas como natural, mas como necessária, seja por necessidade financeira, seja pela ausência de outras referências e modelos de trajetória. Esse posicionamento é reforçado por um histórico apartado da cultura educacional na cidade, uma vez que, segundo Hélcio Campos (2018) as demandas de ensino médio só são atendidas na cidade a partir de 1980, com a criação do ensino médio público e somente no ano de 2000 a cidade recebeu o primeiro curso superior, sendo este privado. Assim, percebe-se que a ausência de políticas públicas robustas e o distanciamento entre a escola e a comunidade contribuem para a reprodução das desigualdades educacionais. O projeto visou, então, não apenas fornecer informações práticas, mas sobretudo ampliar o horizonte de possibilidades percebidas pelos estudantes, valorizando a educação como direito e como instrumento de transformação social. A cartilha digital criada pela equipe de intervenção contou com informações acessíveis, linguagem clara e a inclusão de QR Code para envio de dúvidas, permitindo a continuidade do vínculo com os alunos mesmo após a ação pontual, o que reforça o caráter dialógico e relacional da proposta. A Psicologia Social, em sua vertente crítica, sustenta a importância de compreender os sujeitos em seu contexto histórico e cultural, considerando os determinantes sociais que moldam suas escolhas e trajetórias. Assim, esta intervenção vai ao encontro das diretrizes da ABRAPSO ao reconhecer que a educação é campo de disputa e que os projetos de vida dos jovens são atravessados por forças estruturais, simbólicas e materiais. Como apontam Souza e Vazquez (2015), as expectativas de continuidade nos estudos são menores entre jovens negros, pobres e oriundos de famílias com baixa escolaridade — realidade esta presente no grupo atendido pela intervenção, o que reforça a urgência de ações voltadas à equidade educacional. Conclui-se que intervenções como a apresentada aqui são fundamentais para ampliar a consciência crítica dos estudantes, reconhecer suas potencialidades e possibilitar que escolhas educacionais se tornem de fato possíveis e não apenas utópicas. Ao valorizar a escuta, a construção coletiva de saberes e o acesso à informação, a ação assume um caráter político e formador, alinhando-se ao compromisso ético e social da Psicologia enquanto ciência e profissão. A escola pública, nesse contexto, pode e deve ser espaço de resistência, questionamento e transformação, sobretudo em municípios historicamente marginalizados das políticas de desenvolvimento educacional. Por fim, o projeto destaca a importância do envolvimento de estudantes universitários em práticas extensionistas que promovam o vínculo entre a formação acadêmica e as demandas sociais concretas. A formação em Psicologia, ancorada no Princípio Fundamental II do Código de Ética Profissional, tem o compromisso com os direitos humanos e com a superação das desigualdades. Desta forma, deve incentivar cada vez mais ações que, como esta, buscam tensionar a lógica excludente e mercantilizada da educação e reafirmam o papel transformador do conhecimento partilhado e acessível a todos.

O saber psicológico no fazer docente: relatos de uma pesquisa-formação

Débora Cristina Vasconcelos Aguiar (UFC)

Historicamente, o saber psicológico tem sido considerado um componente curricular indispensável à formação de professores, devido a sua contribuição para a compreensão do ser humano e dos processos de aprendizagem e de desenvolvimento, que orientam a prática educativa. Contudo, a formação docente nos cursos de licenciatura vem vivenciando um processo de redução e aligeiramento para atender às demandas do mercado, o que frequentemente se se reflete nas disciplinas do eixo pedagógico, de modo que, em muitos cursos, é ofertada apenas uma disciplina obrigatória do setor de Psicologia da Educação. Diante desse contexto, este estudo tem como objetivo compreender de que forma um grupo de professores de uma escola de Ensino Médio de Iguatu-CE se apropria do saber psicológico em sua prática docente. Este estudo corresponde à proposta do GT Alianças e produção do comum nos territórios escolares e educacionais, em decorrência de seu olhar para a interface Psicologia/Educação, compreendendo as implicações da presença ou ausência do saber psicológico nos discursos produzidos sobre o estudante na escola, nas alianças e apostas realizadas no exercício cotidiano da docência. Esta investigação se ancora no materialismo histórico-dialético marxista e nas contribuições da Psicologia histórico-cultural. Com base em Vigotski (2009), é analisada a apropriação do saber psicológico como um processo decorrente da mediação simbólica realizada pela cultura, de modo que cada professor internaliza esses signos (conceitos, ideias) apreendidos em sua formação docente inicial e continuada e seus significados compartilhados coletivamente, de modo que, ao fazê-lo, também estabelece sentidos particulares para esses conceitos e ideias. Nessa concepção, os sentidos e significados apropriados pelo docente são constituídos por uma relação dialética, sendo também constituídos e constituintes pelas/das práticas sociais. Ademais, para a compreensão da docência enquanto profissão, são relacionados os saberes docentes, na perspectiva de Barguil (2017), que os divide em: saberes conteudísticos, referentes ao conteúdo lecionado; saberes pedagógicos, concernentes ao ato educativo, processos de ensino e de aprendizagem; e saberes existenciais, voltados às crenças e valores docentes. Quanto aos aspectos metodológicos, foi realizada uma pesquisa de abordagem qualitativa, por meio de estudo de campo de caráter colaborativo, o qual fora denominado de pesquisa-formação. Essa modalidade de pesquisa visa tanto conhecer a realidade quanto intervir sobre ela, contribuindo diretamente com a formação docente. Os sujeitos participantes da pesquisa foram cinco professores que atuam numa escola de Ensino Médio de Iguatu-CE, com idades entre 25 a 53 anos. Como técnicas de produção de dados, foram utilizadas a observação participante de 3 aulas de cada professor, a realização de entrevistas semiestruturadas individuais e a realização de cinco encontros de formação com os professores participantes. As temáticas foram sugeridas pelos docentes e pela pesquisadora a partir de demandas que surgiam na escola, a saber: Contribuições do pensamento de Vigotski à práxis docente; O ser adolescente na contemporaneidade; A constituição da subjetividade segundo Vigotski; A indisciplina na escola; e O adoecimento do professor e a valorização da profissão docente. Esses encontros foram realizados na instituição-cenário da pesquisa, no horário de planejamento coletivo dos professores participantes, a fim de corroborar com a compreensão da escola como espaço formativo discente e docente, e para facilitar a participação dos professores. Em cada encontro, foi discutido um texto mediador, selecionado com base no referencial da psicologia histórico-cultural, o qual fora previamente disponibilizado aos docentes. Os professores foram convidados a realizar a leitura e apresentar suas dúvidas e reflexões, cabendo a pesquisadora mediar os encontros e esclarecer possíveis dúvidas e confusões. Esses espaços se constituíram em ricos momentos de trocas e reflexões, haja vista que os professores utilizaram o referencial proposto como lentes para compreender e criticar os desafios que estavam enfrentando na escola. Para a análise dos dados

produzidos, foi utilizada a Análise de Conteúdo, de Bardin (2010) Como resultados desta investigação, destaca-se que o acúmulo de responsabilidades atribuídas aos professores e as cobranças em torno da obtenção de indicadores de desempenho educacional têm promovido a consecução de uma prática docente marcada pelo automatismo – um fazer que não dispõe de tempo para refletir, teorizar – ou mesmo por uma dicotomia entre discurso e ação. Essa última se manifesta quando os docentes dizem se opor às medidas tomadas pela gestão da escola e pelo sistema educacional, mas corroboram com elas, tomados por um discurso fatalista, de que não teriam condições de resistir às pressões do sistema escolar ou remar contra a maré. Nessa conjuntura, o referencial da Psicologia histórico-cultural se constituiu como um rico subsídio para a constituição de um fazer docente que se estabeleça como práxis, isto é, uma ação refletida, caracterizada pelo diálogo perene entre teoria e prática. Ademais, este referencial também contribui para a composição dos saberes docentes, e, de modo mais específico, dos saberes pedagógicos, ao abordar aspectos da constituição do psiquismo, da subjetividade, da situação social de desenvolvimento dos adolescentes e suas formas de aprender; além do saber existencial, ao possibilitar que os docentes confrontem suas crenças, seus valores e seus preconceitos, e que tenham a chance de reformulá-los ou sintonizá-los com sua prática.

Processos de subjetivação na escola

Luzia Angélica Borges Andrade de Souza (USP), Katia Faria Aguiar (UFF)

Em 2017 acompanhei uma estudante do ensino fundamental I, que estava com 11 anos e repetia o 3º ano pela terceira vez, duas vezes por semana com encontros que costumavam durar cerca de 3 horas cada. Circulava na escola o discurso de que ela possuía diagnóstico de dificuldade de aprendizagem, com a indicação da psicóloga para uma avaliação neurológica que nunca foi realizada. A aluna estava aprisionada em um lugar de criança que não conseguia aprender e por este motivo, nossos encontros tinham como objetivo fortalecer o seu processo de alfabetização, apostando nas palavras como dispositivo para mover aquilo que já estava cristalizado na relação de dela com a escola. Estava convicta, acompanhando Emília Ferreiro (2007), de que a alfabetização é a mais básica de todas as necessidades de aprendizagem.

Anos após essa experiência se findar, ela ainda reverberava em mim. Assim como as angústias em assistir o aumento vertiginoso das crianças encaminhadas para profissionais da saúde e diagnosticadas cada vez mais cedo. Para pensar sobre esse cenário e disputar caminhos possíveis de análise sobre esse fenômeno em 2021 ingressei no mestrado pela Universidade Federal Fluminense (UFF) com inúmeras inquietações: Pode a alfabetização disputar o diagnóstico de impotência de um corpo rebaixado pela medicalização? Será que a criança não consegue aprender ou a escola é produzida para não conseguir ensinar a todos? Quais são os caminhos possíveis a partir do cenário educacional vigente? Como esses fatores se constituíram e como se articulam? Como resistir ao instituído, romper com o imposto e criar um outro mundo possível?

O relato dessa pesquisa tem como objetivo, utilizar deste espaço político para denunciar o acirramento da precariedade da educação pública em decorrência do analfabetismo de crianças e jovens e evidenciar que todo esse processo não é aleatório, mas sim um projeto e que, portanto, tem suas estratégias de poder.

Este trabalho se adequa ao GT 03, assim como ao eixo temático 01 uma vez que estamos disputando processos de subjetivação e produção de mundos possíveis para as nossas crianças, comprometidos com a transformação social, e nos implicando no desafio de produzir comum através das nossas intervenções, que se faz como ponto de encontro na luta comum entre psicologia social e educacional.

A análise daquilo que se instituiu como verdade passa pela necessidade de acessar as diversas camadas de complexidade no qual o cenário se forjou. Muitos autores e áreas de conhecimento foram convidados a ajudar a pensar a experiência vivenciada na escola. Pensadores da filosofia da diferença como Deleuze, nomes importantes da educação brasileira como Patto, Freire e Rufino, e autoras da psicologia como Aguiar, Machado, Caliman, dentre outras. É importante registrar que a intenção não foi obedecer aos autores, mas sim utilizá-los como ferramenta para fazer pensar e fazer ver o processo de constituição do cenário analisado.

A experiência com a aluna serviu como analisador e pude construir um mapeamento das forças que compuseram a suposta dificuldade de aprendizagem da estudante. A todo esse processo de mapeamento nomeamos como cartografia. Cartografar é mais sobre o como se faz do que o quê se faz, é sobre mapear o invisível que nos constitui. No processo de mapeamento nos entendemos como parte da constituição desse mapa de saber-fazer e compomos com a constituição das forças a partir desse corpo-afeto que não é neutro (Aguiar e Rocha, 2003).

Os resultados que surgiram desse mapeamento se situaram muito além do ambiente escolar. Não vemos a escola como culpada, tampouco o professor. O ambiente escolar é produzido para ser como é e, portanto, cumpre o seu propósito ao oferecer um ensino sucateado, que não consegue alfabetizar todas as crianças (Freire, 2013 e 2019). Muitas forças operam na produção desse cenário: a desigualdade social, naturalização, normalização, medicalização, biopolítica e colonização são algumas delas.

A desigualdade social abriga um equívoco que foi produzido ao longo da história através da teoria da carência cultural, que de acordo com Patto (1996) determinava uma suposta dificuldade de aprendizagem nas milhares de crianças pobres brasileiras. Essa ideia de que as crianças pobres tinham uma família desestruturada, desinteressada pela aprendizagem e com prejuízos emocionais que afetavam a vida escolar da criança e sua capacidade de aprender. Os resquícios dessa visão ainda estão impregnados nos discursos de muitas escolas públicas de forma naturalizada.

A naturalização é uma das forças mais sutis e difíceis de ser reconhecida no nosso dia a dia, porque ela está relacionada com o olhar acostumado. É sobre o jeito como enxergamos o mundo a nossa volta como se ele não fosse fruto de um processo histórico, como se ele não fosse produzido. Desnaturalizar a vida tem a ver com colocar perguntas onde antes existiam certezas, verdades. Nas escolas existem práticas e discursos que se cristalizam como a verdade na vida dos estudantes, de modo que vamos normalizando esse cenário (Fonseca; Nascimento; Maraschin, 2012).

Autoras como Figueira e Caliman (2014) nos ajudam a pensar sobre o fenômeno da normalização como uma força que molda a nossa sociedade e funciona como uma régua que mede a nossa vida e vai determinando o que deveria ou não existir e como deveríamos ou não agir e o que deveríamos ou não desejar. É a grande responsável pelos desejos de homogeneização que temos e funciona como grandes caixas onde nossa vida, que é esquadrinhada e metrificada, tem que caber. E em nossa sociedade as pessoas que não conseguem se encaixar nas normas e padrões estabelecidos são medicalizadas.

A medicalização, de acordo com Caliman, Passos e Machado (2016), é um conceito que é compreendido como uma vida que é regida pela norma. Essa normatização em nossa sociedade é regida a partir de parâmetros biomédicos, que regulam, prescrevem, orientam a nossa vida a partir de critérios médicos e medicamentosos. A medicalização atua aliada a normalização e produz em nós essa sensação de falta que cultivamos. Um sentimento que é produzido no modo como gerimos a vida. E a essa gestão da vida, chamamos de biopolítica.

A biopolítica está relacionada com estratégias políticas, fatores como natalidade, longevidade, saúde, educação, ou seja, métricas que utilizamos para gerir a vida, para controlar os corpos, para que eles estejam organizados na sociedade de forma a contribuir na manutenção do sistema como ele está posto. Estes aspectos evidenciam o como os processos são complexos, densos, intensos, históricos, políticos. Não somos linhas soltas no tempo, estamos conectados e o modo como as forças se conectam produz um certo modo de vida.

Essas forças produzem processos de subjetivação, ou seja, vamos nos compondo a partir da normatização, medicalização, naturalização da vida, dos elementos sócio-históricos, políticos, geográficos e afetivos, como a rua que crescemos, a família que temos e a escola que frequentamos (Deleuze, 1992). Vamos forjando um certo território existencial. E no Brasil o chão dessa feitura é o processo colonial.

A menina negra que acompanhei me racializou, me mostrou que o processo de colonização é a base do brasil e que nos constituímos a partir disso. Como brasileiros carregamos essa sensação ambígua de sujeição e exploração. Ela me fez perceber como o racismo é

estruturante e transpassa tudo em nossa sociedade. Como interromper essa maquinaria que amordaça vidas negras? Como produzir um outro mundo possível para as nossas crianças?

Algumas ferramentas foram pensadas como facilitadoras do processo de produzir uma outra vida possível, pois apenas lutando por um modo de existência contra hegemônico podemos produzir caminhos para transver o mundo.

A primeira dela é uma política de juntidades, como estratégia de resistência frente ao que nos enfraquece como coletivo e disputa de outros modos de vida. Afinal, como somos seres sociais precisamos de comunidade, e a separação, a solidão, nos enfraquece, e esse corpo enfraquecido opera no assujeitamento à vida imposta. O Amor é nossa segunda ferramenta e o compreendemos como uma ética, uma ação (Hooks, 2020). Um modo de atuar no mundo que se faz através de um ato de cuidado. Um processo que exige uma certa sensibilidade para enxergar esse outro. Porque cuidar não é impor ao outro o que é melhor para si mesmo. É sobre oferecer ao outro o que ele precisa. O amor é exigente, trabalhoso e pode ser doloroso. Porque isso exige uma certa capacidade de abrir um pouco mão de si mesmo, de se conter para que esse outro apareça. E por ser um caminho, o amor é uma ética, por trazer novas modulações à vida, é uma estética e por ser relacional, é também político, fazendo-se um ato ético-estético-político. Por fim temos a educação que compreendemos como tudo aquilo que aumenta a nossa potência de vida. E nesse sentido, é necessário nos deseducar do que está imposto, desaprender o cânone, para acessar o que não cabe nele, para produzir uma outra vida que não adoeça as nossas crianças e o mundo que entregamos para elas (Rufino, 2021). Assim, analisamos a vida hegemônica e utilizamos essas ferramentas para rachar o que antes era inquestionável, buscando deslocamentos, borrando as fronteiras e instaurando outros modos possíveis de estar e sentir o mundo.

Resistências, esperança e cuidado em tempos de militarização da educação

Thiago Colmenero Cunha (USU)

Nesta apresentação é proposta uma análise crítica da escola como espaço atravessado por disputas entre normatização e transformação, situando a Psicologia em uma posição ambígua entre práticas de controle e vertentes comprometidas com a mudança social. Escolhe-se violência escolar como expressão das contradições institucionais e subjetivas, utilizando dados recentes que evidenciam sua gravidade, especialmente no contexto brasileiro e fluminense. A partir da Psicologia Escolar Crítica (Guzzo, 2011; Machado, 2023; Souza, 2000), compreende-se a violência como fenômeno multifatorial e processual, exigindo abordagens integradas que superem soluções fragmentadas como a militarização e a psicologização. Aqui é organizado em três tópicos: discutindo a subjetivação escolar, os impactos da violência e as possibilidades de resistência por meio da Educação Popular, defendendo uma escola democrática, inclusiva e transformadora.

1. Violência estrutural, institucional e colonial na escola: aportes de Martín-Baró e Frantz Fanon

A escola é reconhecida como um espaço privilegiado para a socialização e o desenvolvimento de crianças e adolescentes, o que demanda esforços para garantir um ambiente seguro e livre de violência. Contudo, é necessário compreender que muitos episódios de violência escolar têm raízes que extrapolam o espaço educacional, estando ligados a contextos de negligência, autoritarismo, discriminação, consumo de conteúdos violentos e ausência de apoio afetivo. Tais experiências contribuem para a construção de uma autoimagem negativa e intensificam o sofrimento psíquico dos sujeitos. Diante disso, mesmo que a escola não seja a origem exclusiva da violência, ela possui um papel fundamental no enfrentamento desse fenômeno, especialmente por meio da atuação de profissionais como o psicólogo escolar.

A partir da psicologia social crítica, autores como Ignacio Martín-Baró (1988) oferecem importantes contribuições para a compreensão da violência nas sociedades desiguais. Martín-Baró distingue a violência estrutural, profundamente enraizada nas dinâmicas sociais capitalistas, da violência institucional, legitimada por estruturas hierárquicas que reproduzem exclusões. Essa violência opera de maneira cotidiana e silenciosa, naturalizando desigualdades históricas por meio de práticas aparentemente neutras. Com base nesse referencial, compreende-se que expressões como o racismo estrutural, discutido por autores como Silvio Almeida (2018), não são acidentes sociais, mas elementos constitutivos da ordem vigente.

No cotidiano escolar, a violência institucional se manifesta em formas de autoritarismo pedagógico, burocracias punitivas e exclusão simbólica de sujeitos que destoam dos padrões normativos. A construção de "inimigos comuns", como o "aluno-problema" ou a "família-desestruturada", serve para deslocar responsabilidades institucionais para indivíduos, fortalecendo lógicas repressivas e mascarando deficiências estruturais. Autores como Karina Martins e Fernando Lacerda Jr. (2014) destacam que essas figuras marginalizadas tornam-se alvos da insatisfação coletiva, promovendo uma falsa coesão social que ignora as violências sistemáticas. Assim, práticas excludentes se disfarçam de medidas educativas e reforçam a militarização da escola como solução para o dissenso.

O pensamento de Frantz Fanon (1961) amplia essa análise ao demonstrar como a colonização produziu subjetividades marcadas pela desvalorização e pelo não-lugar – a violência colonial. A violência, segundo o autor,

não se restringe a atos físicos, mas atua também subjetivamente, silenciando vozes e negando a legitimidade de diferentes modos de ser. Essa lógica permanece viva nas práticas escolares que impõem um modelo único de civilização, desconsiderando saberes e vivências periféricas, negras e indígenas. Pesquisadores como Renato Nogueira (2018) e Fátima Lima (2018) alertam para a falácia dos discursos de emancipação universal que, na prática, excluem a diversidade. Ao individualizar o fracasso e desresponsabilizar o coletivo, a escola corre o risco de reproduzir os próprios mecanismos de opressão que deveria combater.

2. Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM) e a pedagogia do medo: insegurança e intimidação nas escolas

A disciplina escolar, enquanto herdeira de um modelo moderno ocidental voltado à formação de corpos dóceis, atua como tecnologia de silenciamento dos conflitos e das desigualdades presentes no ambiente educacional. Dados recentes da Fiocruz (Assis et al., 2023) apontam que a violência nas escolas está profundamente vinculada às relações de poder e às formas de subjetivação forjadas tanto pela sociedade quanto pela própria dinâmica institucional. Nesse contexto, o discurso de proteção convive com políticas de repressão que, em vez de combaterem as causas da violência, reforçam práticas punitivas e autoritárias, muitas vezes voltadas contra populações já historicamente marginalizadas.

A militarização da escola se insere nesse cenário como resposta institucional a uma suposta crise de autoridade, produzindo pedagogias marcadas pelo medo, pela hierarquia e pela negação do diálogo. O Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM), implementado a partir de 2019, introduz uma lógica autoritária sob o argumento de promover eficiência e valores cívicos (Brasil, Pecim, 2019). No entanto, estudos como os de Alves e Ferreira (2020), Pontes-Saraiva (2023) e Silva (2023) revelam que a presença militar nas escolas tem resultado em aumento da evasão escolar, cerceamento da liberdade de expressão e repressão a educadores e estudantes. A pedagogia do medo, assim, substitui o cuidado e o pertencimento por obediência e vigilância.

A lógica de combate, presente em políticas como "Guerra às Drogas" ou "Crack: é possível vencer", é transposta para o campo educacional por meio da retórica da pacificação e da moralização da pobreza. No caso do projeto "Valores", presente nas escolas cívico-militares, há uma apropriação superficial de termos como multiculturalismo e direitos humanos, alinhada a uma Base Nacional Comum Curricular tecnicista e despolitizada (Libâneo, 1992). Em nome da produtividade e da formação socioemocional, invisibilizam-se temas como raça, gênero e sexualidade, configurando um currículo orientado à adaptação e à normatização, e não à transformação social — um alerta já presente em Paulo Freire (1996).

Por fim, a escolha majoritária de escolas localizadas em territórios periféricos para implantação do PECIM revela a manutenção de uma lógica seletiva e discriminatória. Ao invés de investir em estrutura, formação e valorização docente, opta-se por reforçar o controle e a vigilância, distanciando a escola de seu caráter público e democrático. A presença ostensiva de militares, os custos simbólicos e materiais do projeto, e a negligência das reais necessidades educacionais, como alimentação, acolhimento e recursos pedagógicos, revelam que a solução para a violência escolar não está nas armas ou nas fardas, mas na construção coletiva de outra escola possível — uma escola pautada no cuidado, na escuta e na justiça social.

3. Resistências populares e pedagogias libertadoras: por uma escola que escute os conflitos

A resistência à militarização da educação pública no Brasil tem mobilizado diversos atores sociais, como sindicatos, movimentos estudantis e organizações de direitos humanos. Essa mobilização ficou evidente em episódios

como a moção de repúdio ao decreto estadual do Rio de Janeiro que instituiu o modelo técnico cívico-militar na FAETEC, sem consulta pública. Mesmo com o encerramento oficial do PECIM em 2023, a permanência e expansão dessas escolas em nível estadual indicam a persistência de uma lógica autoritária no campo educacional, compreendida por muitos como uma atualização de práticas fascistas no interior das políticas públicas.

O enfrentamento à militarização passa por denúncias nacionais e internacionais, como a carta pública de 2024 exigindo a revogação do PECIM e o relatório da ONU de 2025, que apontou os riscos à liberdade acadêmica e à gestão democrática. Ao lado dessas críticas, experiências de Educação Popular emergem como práticas potentes de resistência e reconstrução do espaço escolar. Iniciativas como a Justiça Restaurativa, o Programa Comunidade Escola e o projeto Células Motivadoras mostram como a escuta ativa, o acolhimento e a corresponsabilidade fortalecem vínculos comunitários, como esperança e cuidado caminham juntos na redução da violência, reafirmando a escola como espaço de pertencimento e transformação social.

Pensar a escola como território de subjetivação implica reconhecer sua função formadora para além da instrução formal. Nesse sentido, a formação docente ganha centralidade como processo ético-político, voltado ao diálogo, à escuta e à valorização das diferenças. Práticas pedagógicas participativas, como círculos restaurativos e assembleias, criam ambientes que favorecem a construção de sentidos e afetos coletivos. Ao enfrentar o autoritarismo, essas práticas reivindicam a escola como espaço plural, de convivência democrática e afirmação da diversidade.

Propostas educativas inspiradas na educação popular, como as de Paulo Freire, Antonio Bispo dos Santos e bell hooks, desafiam os modelos universalizantes e coloniais da escola tradicional. Elas propõem uma pedagogia viva, situada e antirracista, que valoriza saberes comunitários e propõe a escuta como ferramenta política. Ao incorporar práticas culturais locais, experiências de vida e linguagens diversas, essas abordagens permitem que a escola se torne espaço legítimo de conflito, expressão e transformação social, afirmando o direito à educação como um processo contínuo de reinvenção coletiva.

4. Considerações momentâneas:

Reimaginar a escola como espaço de escuta, cuidado e transformação é essencial frente aos desafios atuais. Em vez de reforçar o controle e o silenciamento, como faz a militarização, é preciso apostar na esperança freiriana e no cuidado radical de bell hooks para construir vínculos, reconhecer as diferenças e enfrentar desigualdades. A psicologia escolar, nesse contexto, deve recusar abordagens medicalizantes e atuar com estratégias coletivas e dialógicas, tornando a escola um lugar de criação, pertencimento e justiça social.

Resistir em meio à tormenta: Afrontes à homofobia no chão da escola pública.

Cintia Gabriele Pereira Gonçalves (UNINTA), Vilkiane Natercia Malherme Barbosa (UFC), Francisco Evalderson Teixeira Rodrigues (UNINTA), Ítalo Aguiar Campos (UNINTA)

INTRODUÇÃO: No Brasil, o avanço de movimentos e grupos ultraconservadores tem atacado sistematicamente a discussão de temáticas relacionadas a gênero e sexualidades nas escolas (De Matos, 2018). Este trabalho constrói-se nas intersecções entre gênero e educação, por meio de uma perspectiva transversal atenta aos dispositivos de exclusão e silenciamento a que estão submetidas as corporeidades dissidentes de gênero e sexualidades, bem como às práticas de resistência constituídas no ambiente escolar (Soares, 2024). Relata-se aqui uma experiência no campo de estágio em Psicologia Escolar e Educacional, desenvolvida diante de casos de homofobia vivenciados em uma escola de tempo integral da rede pública de ensino do estado do Ceará. A homofobia, assim como o racismo, a xenofobia e o antissemitismo, baseia-se na construção arbitrária de um "outro", considerado inferior, anormal ou estranho, sendo, portanto, excluído do convívio social. O termo homofobia foi criado pelo psicólogo Weinberg (1972) e posteriormente definido conceitualmente por Herek (2000), que o explora em sua dimensão social, caracterizando-o como um tipo de preconceito manifestado por meio da discriminação relacionada à sexualidade. Esse conceito foi atualizado por Borrillo (2009), que define a homofobia como um fenômeno psicológico e social de base complexa, estruturado na inter-relação entre aspectos psíquicos e uma norma social que sustenta a hegemonia da heterossexualidade. Trata-se de uma manifestação de preconceito e discriminação, expressa tanto por meio de violências psicológicas quanto físicas, que acarreta às suas vítimas restrições no exercício pleno da cidadania e dos direitos humanos (Mello Neto; Agnoleti, 2014). A análise das experiências vivenciadas pelas estagiárias em Psicologia Escolar e Educacional revelou que a homofobia manifesta-se de diferentes formas no ambiente escolar, incluindo comentários pejorativos, exclusão social e práticas de bullying direcionadas a alunos LGBTQIAPN+, muitas vezes partindo, inclusive, de membros do corpo docente. O preconceito e a discriminação homofóbica produzem impactos significativos tanto no nível psicológico dos indivíduos quanto no nível social, reforçando coletivamente a normatização de um modelo heterossexual. Nesse sentido, é fundamental considerar que os discursos, inclusive quando silenciados institucionalmente, contribuem para a manutenção da heteronormatividade no contexto escolar. A omissão diante de um tema tão relevante pode favorecer a reprodução de práticas discriminatórias, resultando em episódios de violência homofóbica (Cavaleiro, 2009; Louro, 2009). Historicamente, o desejo entre pessoas do mesmo sexo foi rotulado com termos pejorativos e associado a comportamentos desviantes, frequentemente vinculado a culturas estrangeiras, numa estratégia de reforço à sua marginalização. No ambiente escolar — que deveria ser um espaço seguro e de promoção de direitos —, alunos LGBTQIAPN+ enfrentam processos discriminatórios que podem culminar na evasão escolar e no desenvolvimento de problemas emocionais. A homofobia institucionalizada, muitas vezes, torna-se invisível para aqueles que detêm poder nas instituições, o que contribui para o silenciamento das experiências dos alunos LGBTQIAPN+. A Constituição Federal de 1988 assegura o acesso à educação como um direito fundamental. Da mesma forma, a Lei nº 9.394/96 — Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) — prevê o direito de todas as pessoas a uma educação livre de qualquer forma de discriminação. No entanto, o ambiente escolar, por vezes, se configura como espaço de reprodução de práticas discriminatórias, gerando

prejuízos ao bem-estar e ao desenvolvimento dos sujeitos que nele circulam. A exclusão vivenciada por esses indivíduos não só ameaça seus direitos, mas também contribui para processos de evasão escolar, comprometendo sua formação acadêmica, seu preparo técnico-profissional e ampliando a vulnerabilidade a situações de discriminação no mercado de trabalho e em outros espaços sociais (Bortolini, 2008; Junqueira, 2009). Reconhecer a diversidade como um valor social é essencial para a construção de um espaço educacional acolhedor, acessível e que promova, efetivamente, os direitos de todos os estudantes. OBJETIVO: O presente estudo pretende discutir as experiências vivenciadas por estagiárias em Psicologia Escolar e Educacional, em uma escola de ensino médio integrado da rede pública do estado do Ceará, com foco na identificação e compreensão dos impactos psicossociais decorrentes de situações de homofobia no ambiente escolar. Este trabalho está alinhado ao Grupo de Trabalho sobre as alianças e a produção do comum nos territórios escolares e educacionais, a partir de uma ótica que intersecciona questões de diversidade e inclusão social no espaço educacional, especialmente no que se refere aos processos de resistência às práticas normalizadoras e excludentes dirigidas às vivências de pessoas LGBTQIAPN+ nas instituições escolares. O eixo temático aborda as realidades enfrentadas, enfatizando a urgência de combater práticas discriminatórias nesses contextos. Destaca-se, assim, a importância da atuação de profissionais de Psicologia na promoção de um ambiente escolar inclusivo, que permita a todos os alunos manifestarem sua autenticidade e se sentirem seguros para expressar quem são. MÉTODO: Este estudo fundamenta-se metodologicamente no modelo de relato de experiência, realizando uma análise crítica das vivências relacionadas à homofobia no espaço escolar. Por meio deste relato, busca-se promover uma reflexão acerca da importância do respeito às diferenças e da construção de ambientes educativos acolhedores. O trabalho também visa sensibilizar outros profissionais e estudantes quanto à relevância do acolhimento no âmbito dos estágios em Psicologia em contextos educacionais. RESULTADOS: Esse relato decorre das intersecções entre minha vivência no estágio em Psicologia Escolar/ Educacional e o retorno à escola onde cursei o ensino médio integrado. Neste território, constitui uma experiência marcada por desafios emocionais e, simultaneamente, por um exercício de ressignificação de vivências pessoais. Este espaço, que carrega em minha trajetória memórias ambivalentes — de acolhimento, mas também de dor e silenciamento —, tornou-se, nessa ocasião, um cenário de intervenção psicossocial e de reflexão crítica. Durante meu percurso como estudante do ensino médio, fui constantemente atravessada por olhares, comentários e, sobretudo, por silêncios que evidenciavam as tensões decorrentes das intersecções entre raça, gênero e sexualidade. Ser uma pessoa negra e LGBTQIA+ em um ambiente escolar no qual práticas discriminatórias, como o racismo, a homofobia e o bullying, eram sistematicamente desconsideradas ou minimizadas pelos discursos institucionais — muitas vezes revestidos de moralismos religiosos ou de uma pretensa neutralidade —, impôs, desde cedo, a necessidade de desenvolver estratégias de resistência. Essas experiências produziram impactos significativos, manifestados na tentativa constante de invisibilizar características identitárias a fim de minimizar a exposição a práticas de violência simbólica e interpessoal. Além disso, retornar à escola e perceber a permanência dessas práticas tornou insurgente questionar e pensar esses modos de silenciamento e discriminações operados no contexto escolar. Nesse sentido, por meio dessas provocações, alinhamos no campo de estágio a articulação de uma roda de conversa sobre bullying, homofobia, racismo e outras formas de violência. A proposta da roda de conversa extrapolou os limites de uma atividade pedagógica, configurando-se como um potente dispositivo de elaboração subjetiva e de enfrentamento coletivo às dinâmicas excludentes presentes no cotidiano escolar. O momento foi

cuidadosamente planejado para oportunizar um espaço seguro de escuta, expressão e compartilhamento de experiências, mobilizando tanto os estudantes quanto a equipe escolar para uma reflexão crítica sobre as violências naturalizadas no ambiente escolar e sobre a urgência de práticas institucionais comprometidas com a promoção dos direitos humanos, da diversidade e da inclusão. Conforme Butler (2021), os mecanismos de perseguição e silenciamento das dissidências sexuais operam em um circuito paradoxal, no qual a tentativa de eliminar um termo — ou um gênero — acaba por reiterá-lo, produzindo um movimento social e psíquico de interdição que, contraditoriamente, também intensifica o desejo. Nesse sentido, a chamada paranoia homossexual constitui-se como um dispositivo que organiza o social "de dentro para fora", alimentando-se da incessante perseguição a um fantasma do qual os sujeitos normativos não conseguem se desvencilhar. CONSIDERAÇÕES FINAIS: Diante das experiências relatadas, reafirma-se a urgência da atuação crítica e comprometida de profissionais e estagiários de Psicologia no contexto escolar, no sentido de desconstruir práticas excludentes e promover uma cultura escolar pautada no respeito, na diversidade e na inclusão. É imprescindível que a escola se constitua como espaço de resistência às violências simbólicas e materiais, garantindo a todos os sujeitos a possibilidade de viverem suas identidades de maneira plena e segura. A homofobia, enquanto expressão de uma lógica social excludente, precisa ser enfrentada de forma intencional, articulando práticas educativas, escuta qualificada e promoção dos direitos humanos, reafirmando o papel da Psicologia Escolar e Educacional na luta por uma educação democrática, inclusiva e socialmente comprometida.

Semear sistemas de aprendizagem colaborativos para enraizar o comum: uma cartografia político-afetiva de uma comunidade de aprendizagem

Luísa Euzébio Guedes de Freitas (Universidade Federal do Sul da Bahia), Eliana Póvoas Pereira Estrela Brito (UFSB)

Esta pesquisa parte da necessidade urgente de repensar os modos de organização da escola e da educação como um todo, diante das múltiplas crises que atravessam o campo educacional brasileiro, especialmente em regiões historicamente negligenciadas, marcadas por profundas desigualdades sociais. A tese propõe compreender como as experiências construídas a partir da sociedade civil, por meio de práticas comunitárias territoriais, podem funcionar como estratégias políticas para promover mudanças educacionais sistêmicas. O ponto de partida empírico é um coletivo atuante na região de Porto Seguro, Bahia, que tem articulado práticas educativas plurais em diálogo com escolas, famílias e projetos educacionais diversos.

O objetivo geral da pesquisa é compreender como o trabalho de um coletivo, organizado como comunidade de aprendizagem vinculada a um sistema colaborativo, pode atuar como força de transformação educacional, interferindo na lógica tradicional da escola moderna ao propor instituições mais democráticas, alinhadas às necessidades da comunidade. A hipótese central que orienta este trabalho é a de que é possível construir um sistema de aprendizagem colaborativo ancorado nas práticas do comum, sustentado por alianças entre sujeitos diversos — educadores, famílias, crianças, movimentos sociais, gestores públicos — que compartilham o compromisso com a produção de uma educação enraizada no território, democrática e sensível às desigualdades sociais e históricas.

A pesquisa se ancora no método da cartografia, entendida como uma perspectiva de pesquisa-intervenção implicada, que acompanha os processos vivos de formação e reinvenção dos modos de existir coletivamente. Diferente dos métodos tradicionais, que buscam representar realidades estáticas, a cartografia permite mapear afetos, deslocamentos, resistências e invenções no campo da prática educativa, reconhecendo o movimento dos sujeitos e dos territórios como dimensão constituinte da análise. Isso implica uma postura ético-política comprometida com a transformação social, em que o pesquisador não se coloca como observador neutro, mas como participante implicado nos processos que investiga.

Entre os objetivos específicos da tese estão: (1) construir um memorial afetivo e histórico da formação do coletivo investigado, valorizando os percursos individuais e coletivos de seus integrantes; (2) aprofundar o conceito e a práxis de comunidade de aprendizagem, em diálogo com as experiências construídas pelo grupo; e (3) analisar as brechas institucionais que as ações do coletivo abrem para a transformação da escola pública, tensionando os limites da estrutura escolar moderna e os possíveis caminhos para sua reinvenção.

O coletivo estudado atua em interlocução com escolas e instituições do território, promovendo vivências que atravessam os campos da arte, do cuidado, da escuta e da participação social. Trata-se de uma ação educativa que não se restringe ao espaço escolar, mas busca resignificar o papel da escola como parte de um ecossistema educativo mais amplo, baseado na corresponsabilidade entre comunidade e Estado. Essa perspectiva desafia a lógica verticalizada das políticas educacionais e propõe uma inversão no modelo tradicional de gestão, em que a escola passa a ser escutada e transformada a partir da realidade e das potências do território.

A tese articula contribuições teóricas de campos interdisciplinares como a Educação, a Psicologia Histórico-Cultural, a Sociologia da Educação e os Estudos Decoloniais, assumindo uma postura crítica frente à normatização das práticas escolares e à homogeneização dos sujeitos. Defende-se que a escola moderna tem funcionado historicamente como aparelho de reprodução de desigualdades, muitas vezes apagando as singularidades e subjetividades de crianças, educadores e comunidades. Nesse contexto, as práticas insurgentes investigadas surgem como contrapontos, propondo uma educação do comum, que reconhece as crianças como sujeitos históricos e políticos, com direito à imaginação, ao brincar, à expressão e à participação ativa na vida social.

A cartografia realizada revela os conflitos, contradições e deslocamentos vividos pelo coletivo e pelas escolas e projetos educativos com os quais se relaciona, evidenciando tanto as potências quanto os limites das tentativas de transformação institucional. As cenas e narrativas levantadas mostram como a construção de vínculos, a escuta mútua e a criação coletiva de sentidos são capazes de tensionar os modos tradicionais de gestão, currículo e aprendizado, abrindo espaço para a invenção de práticas educativas libertadoras. Nessa direção, o conceito de esperançar, elaborado por Paulo Freire, aparece como horizonte ético e político: trata-se de cultivar a esperança como verbo ativo, como prática que constrói alternativas e resiste à desesperança promovida pelo modelo escolar hegemônico.

Ao longo da tese, são discutidas também as disputas contemporâneas no campo educacional, os jogos de poder invisíveis que operam nas dinâmicas institucionais e estatais, e os desafios para consolidar propostas coletivas em um contexto marcado pela fragmentação e pelo individualismo. Defende-se que a produção do comum, entendida como aquilo que se constrói na relação entre sujeitos diversos, de forma horizontal e partilhada, pode ser uma via potente para a construção de novos paradigmas educacionais.

Portanto, a pesquisa reafirma que a garantia do direito humano à educação não pode se restringir ao direito à escolarização formal, mas deve abarcar uma concepção ampliada de educação, comprometida com a transformação social, com a justiça e com a construção de formas coletivas de vida. Nesse sentido, os sistemas de aprendizagem colaborativos, pensados a partir das práticas comunitárias, representam uma aposta política radical: são formas de resistência, reinvenção e criação de futuros possíveis.

Assim, esta tese não busca apenas compreender uma experiência situada, mas oferecer uma contribuição teórica, metodológica e política para os debates sobre a reconfiguração dos sistemas educacionais, valorizando as experiências que nascem nos territórios como fontes legítimas de saber e potências de transformação social.

Violência urbana e seus impactos educacionais para jovens periferizados de Fortaleza

Ana Thais de Albuquerque Norões Boutala (UFC), João Paulo Pereira Barros (UFC), Laisa Forte Cavalcante (UFC), Levi de Freitas Costa Araújo (UFC), Antônio Caio Renan da Silva Penha (UFC), Raimundo Cirilo de Sousa Neto (UFC), Luiz Ricardo Rodrigues Santana (UFC), Anne Carolyne Alencar da Costa (UFC), Rita de Cássia da Silva Cardoso (UFC), Bruno Vieira dos Santos (UFC), Melissa Yohana Silva (UFC)

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo investigar como a violência em periferias de Fortaleza afeta a permanência de estudantes do Ensino Médio em escolas públicas, considerando marcadores sociais como raça, gênero, classe e sexualidade. Busca também subsidiar políticas de prevenção e fortalecer a escola como espaço de proteção. Ele é parte de uma pesquisa mais ampla realizada pelo Grupo de Pesquisa em Intervenção sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação (VIESES), com apoio financeiro da CNPq e Funcap.

A violência é um fenômeno histórico na América Latina com múltiplas determinações. No contexto educacional tal problemática é um desafio significativo, sendo a Psicologia chamada a compreender e intervir diante dos efeitos psicossociais desse fenômeno. Diversas pesquisas vêm sendo desenvolvidas com o objetivo de fortalecer o ambiente escolar, propiciando um espaço mais seguro para todos/todas. Além disso, tais estudos embasam a formulação e a defesa de políticas públicas voltadas à redução dessas violências. Para ilustrar esse contexto de violência, o estudo de Borges e Cano realizado em 2017 mostrou que oito dos nove estados com maior índice de homicídios na adolescência estão no Nordeste, destacando-se o Ceará e sua capital, Fortaleza, com os maiores índices do país. Além disso, é possível citar outras formas ou motivações que estão sendo discutidas no Brasil, relacionadas ao preconceito contra a diversidade em suas variadas formas de expressão, resultantes de processos que reatualizam o colonialismo. Outra dimensão preocupante é o avanço de grupos armados e a resposta da Segurança Pública nas periferias, afetando a permanência e a formação escolar de jovens.

Assim, o presente trabalho se articula com o GT 03- Alianças e produção do comum nos territórios escolares e educacionais, pois entende a escola como produtora de experiências coletivas, subjetividades e alianças comunitárias, sendo as soluções apontadas pelos próprios estudantes, como grupos de apoio, debates, e fortalecimento dos vínculos, práticas concretas da produção do comum.

METODOLOGIA

Este estudo é de metodologia quantitativa de amostragem não probabilística, envolvendo 497 estudantes do ensino médio, com idades entre 14 e 24 anos de 12 escolas no Grande Bom Jardim (GBJ). A amostra foi composta por 51,1% homens cis, 45,5% mulheres cis e 2,6% pessoas trans e não binárias. Quanto à raça/cor, 53,3% se declararam pardos, 23,1% brancos, 17,5% pretos, 3,4% indígenas e 2,4% amarelos. Sobre a sexualidade, 70% se identificaram como heterossexuais e 25% como não heterossexuais. A coleta de dados ocorreu em setembro de 2022, por meio de questionários presenciais aplicados por equipe treinada. O protocolo de pesquisa, aprovado pelo Comitê de Ética, incluiu 46 questões distribuídas em três módulos: perfil sociodemográfico, impactos da violência no cotidiano e percepções sobre segurança no bairro. As análises foram descritivas, com frequências intragrupo, considerando marcadores sociais como gênero, raça e orientação sexual, para compreender como certos grupos são mais impactados pela violência. O

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

software JASP 0.17.1 foi utilizado nas análises. Analisou-se como a violência afeta o acesso e a permanência escolar, destacando desigualdades vividas por jovens fora do padrão branco e cisheteronormativo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Cerca de 46% das/os estudantes relataram ter sua circulação afetada por grupos armados, com proibições específicas mais frequentes em determinadas localidades do bairro. Além disso, 42% afirmaram que a violência interfere na formação escolar, prejudicando direta ou indiretamente o ambiente de paz, o bem-estar emocional, a concentração e o comparecimento às aulas, além de gerar medo e comprometer relações sociais.

Por meio de uma análise mais específica, estudantes menores de 18 anos relataram mais impactos na paz escolar devido à violência, enquanto os maiores citaram perdas de aula. No recorte racial, estudantes negros sofreram mais com medo, dificuldade de concentração e ambiente escolar comprometido. Indígenas e amarelos foram os mais afetados por proibições, como não poder frequentar a escola. Mulheres cis e pessoas de outras identidades de gênero mostraram maior vulnerabilidade em sete dos onze efeitos analisados. Estudantes não heterossexuais relataram mais impactos emocionais e sociais, enquanto heterossexuais apontaram mais medo e restrições em atividades. Como soluções, sugerem debates, palestras, grupos de apoio, orientação sobre serviços e parcerias com projetos sociais. Para garantir a permanência, destacam-se vínculos com colegas, bons professores, segurança, alimentação, lazer, cultura, projeto de futuro e diálogo com a escola.

A partir de uma análise psicossocial da violência, os resultados destacam o forte impacto que tal fenômeno tem nas periferias sobre a trajetória educacional e as condições de permanência no contexto escolar. Para compreender esse impacto, é essencial contextualizar que as dinâmicas criminais em Fortaleza passaram por transformações nos últimos anos, resultando em um aumento dos conflitos entre grupos armados e na criação de territórios delimitados, em que são controladas diversas atividades ilegais e impostas formas de governança. Nesse sentido, a violência e a insegurança produzem subjetividades marcadas pelo medo, em que leis e paz formais não se aplicam[1], afetando trajetórias juvenis e limitando acessos a direitos, como a escola.

É fundamental debater os fatores que, na percepção de estudantes de escolas públicas, contribuem para sua permanência escolar, especialmente diante do avanço da militarização estadual. A pesquisa evidencia que as soluções apontadas pelas/os jovens e pela comunidade priorizam estratégias de cuidado e apoio, como debates, palestras, orientação sobre criação de espaços de acolhimento e garantia de direitos, que contrastam com respostas repressivas, focando na proteção juvenil e na prevenção pacífica de conflitos. Os dados revelam que a violência afeta desigualmente os/as estudantes, sendo mais severa para grupos historicamente marginalizados. Esses grupos relataram maiores dificuldades para acessar e permanecer na escola, enfrentando desde a perda de aulas até a proibição de circular em determinados locais. Diante disso, torna-se indispensável adotar uma perspectiva interseccional para compreender e enfrentar os impactos da violência no contexto escolar.

Identidades de gênero dissidentes representaram apenas 2,6% da amostra, mas relataram maior exposição à violência. Estudantes trans sofreram oito das 12 formas de violência investigadas. Segurança, projeto de futuro e acesso a cultura e lazer foram apontados como fatores essenciais. Alimentação foi especialmente valorizada por pessoas negras, mulheres cis e não heterossexuais, indicando vulnerabilidade à insegurança alimentar. A escola ainda é vista como espaço protetivo, especialmente em territórios violentos. Diante disso, reforça-se a importância de pesquisas e ações focadas no cuidado em saúde mental de mulheres, pessoas negras e LGBTQIAPN+, considerando gênero, raça e sexualidade como eixos de poder que moldam quais vidas são reconhecidas como dignas.

Os dados da pesquisa evidenciam a importância da escola pública nas periferias como espaço de proteção e construção de vínculos, apesar da violência e dos conflitos territoriais. Mesmo vulnerável às tensões sociais, a escola

foi apontada como um dos locais mais seguros pelas/os estudantes[2]. Além disso, é essencial reconhecer as resistências produzidas por juventudes, com formas de existência e reinvenção coletiva. Para potencializar esse papel, os dados obtidos na pesquisa apontam para a maior necessidade de promover a escola como espaço de socialização, formação em direitos humanos e cidadania.

CONCLUSÃO

Este artigo buscou analisar como a violência em periferias de Fortaleza afeta a trajetória educacional de estudantes do ensino médio público, com um enfoque em marcadores sociais de diferença. O estudo apresenta limitações, como o uso de estatísticas descritivas, grupos pequenos e amostra não probabilística concentrada em uma área de Fortaleza, o que dificulta a generalização dos resultados. Ainda assim, os objetivos foram alcançados, com contribuições relevantes.

Os resultados destacaram que a violência tem um impacto significativo na vida dos estudantes, afetando sua circulação e causando efeitos diretos e indiretos em sua formação educacional, que envolve até mesmo a proibição de ir à escola. Além disso, as/os estudantes relataram diversos impactos da violência em sua formação educacional, como a perturbação da paz no ambiente escolar, dificuldades emocionais, medo, comprometimento das relações sociais, dificuldade de concentração, perda de aulas, entre outros. Essas interferências foram mais prevalentes entre certos grupos, como estudantes pretas/os e indígenas, e aquelas/es LGBTQIAPN+, destacando a necessidade de uma abordagem interseccional ao tratar das consequências da violência.

Diante desses resultados, é crucial que as políticas públicas e as práticas escolares se voltem para criar ambientes mais seguros e acolhedores. Medidas como promover debates, palestras, grupos de conversa, e garantir espaços de apoio aos estudantes foram sugeridas pelas/os próprias/os alunas/os como formas eficazes de tornar a escola um espaço protetivo. Essas ações não apenas ajudariam a mitigar os impactos da violência, mas também promoveriam um ambiente educacional mais inclusivo e de suporte, essencial para a permanência e sucesso escolar das/os jovens.

REFERÊNCIAS

[1]- Barros, J. P. P. (2018). Violência infanto-juvenil no contexto escolar: Práticas discursivas sobre bullying e seus efeitos. Revista de Psicologia da UFC, 9, 60-69.

[2]- Cavalcante, L. F. (2020). Fórum de Escolas pela Paz do Grande Bom Jardim: Enfrentamentos às dinâmicas da violência armada em periferias de Fortaleza. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil. https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/60519.

GT 04: ALIANÇAS TERRITORIAIS NO SUAS: PRÁTICAS PSICOSSOCIAIS NO ENFRENTAMENTO ÀS VULNERABILIDADES E VIOLAÇÕES DE DIREITO

Coordenação: Gustavo Henrique Carretero (UFMG), Mariana Prioli Cordeiro (USP), George Moraes De Luiz (UFR)

A ongenização dos trabalhadores do SUAS: impactos no enfrentamento de vulnerabilidades

Adriano Francisco de Oliveira (CENTRO UNIVERSITARIO UNIPIAGET)

O estudo visa desenvolver discussão sobre a presente ongenização dos profissionais que compõe o sistema único de assistência social - SUAS. Sabe-se que o sistema representa considerável avanço na defesa de direitos sociais e no enfrentamento das vulnerabilidades dos territórios de atuação. Quer seja com crianças, adolescentes, adultos, idosos e famílias, tanto no nível de proteção básica, de média ou de alta complexidade, a assistência social tem se consolidado principalmente no que diz respeito no aspecto quantitativo quanto ao número de atendimentos realizados, de modo ainda mais especifico na cidade de São Paulo. Ao mesmo tempo, nota-se que esses números têm se mantido com poucas alterações entre os anos de 2014 a 2024, mesmo com o aumento da população na cidade pelo mesmo período. Entretanto, o crescimento populacional não acompanhou o crescimento numérico das vagas oferecidas junto a certa estabilidade a quantidade de atendimentos; cita-se ainda o descompasso entre crescimento esperado do número de serviços e o de fato ocorrido. Contudo, a ferramenta utilizada para a presente expansão na referida década experienciada dos serviços socioassistenciais é a ongenização, ou seja, a naturalização das políticas públicas na assistência social mediadas por organizações não governamentais. Historicamente, essas organizações sociais estão presente em momentos históricos de fundamental importância para a redemocratização do país e até mesmo para a conquista de direitos ligados a educação, saúde, saneamento básico etc, principalmente durante as décadas de 60 e 70 do século passado. São instituições de peso histórico incontestável na realidade brasileira. Em muitos casos, representavam a organização de segmentos da sociedade em torno de algumas pautas que eram geradas, refletidas, discutidas dentro e por associações comunitárias de bairros, outra forma de nomear uma ONG. Deste modo, esses agrupamentos representavam estratégias comunitárias de propostas e reinvindicações junto a poderes públicos constituídos em prol aos interesses da comunidade. Entretanto, atualmente essas ONGs tem se tornado cada vez mais parceiras do Estado em detrimento ao papel contestador de outrora. Há, seguramente, um novo paradigma de atuação dessas organizações que se nota não apenas no SUAS mas em outras políticas públicas como a educação e a saúde. O trabalho em parceria com o Estado tem se tornado estratégico para algumas organizações, quer seja pela possibilidade de aumento no numero de vagas oferecidas que o acordo propicia, pelo aporte financeiro que permite a ampliação da estrutura organizacional e melhoria da qualidade ou até mesmo pelo desenvolvimento das politicas públicas. De fato, tais formas de atuação se no primeiro momento ocorreu como complemento ao que era executado por funcionários públicos, hoje, ocorre em substituição a este quadro de funcionário, considerados caros, burocráticos, com produtividade questionável. Logo, quando se pensa em

aumento e expansão do atendimento se opta por esse modelo em parceria. O objetivo deste trabalho é compreender se essa alteração propicia mudanças na forma como se enfrenta as vulnerabilidades e as violações de direito nos territórios sob a ótica dos trabalhadores. Essa alteração de paradigma provoca mudanças no resultado obtido no que diz respeito a proteção social oferecida? o que isso implica ao trabalhador do sistema? Busca-se ainda compreender quais representações possui para o trabalhador do SUAS, que não é concursado, para a busca de suas aspirações. Como método, foi realizado uma análise do crescimento dos serviços do SUAS entre 2014 á 2024 bem como questionários estruturado para trabalhadores da rede visando compreender a forma como sente-se representados bem como o impacto que essa forma de contratação possui na garantia de direitos exercida. Foi realizado ainda entrevista semiestruturada com esses trabalhadores. O total de participantes foi de 245 voluntários. A análise de dados demonstra uma falta de representação notada pelos trabalhadores. Concomitantemente, nem mesmo a organização em que esses trabalhadores exercem função são notadas como representativas de lutas por seus direitos já que elas possuem como designação a proteção dos usuários, tendo os colaboradores como funcionários. Há uma completa ausência da importância ou do papel exercido pelo sindicato da categoria, visto mais como algo em que não se pode contar do que uma organização capaz de lutar pelos interesses da categoria. Tampouco existe a prevalência de reconhecimento de outros grupos representativos dos trabalhadores. Quanto as dificuldades percebidas para atuação, o órgão ainda notado para contribuir com esses trabalhadores são o CRAS e o CREAS, órgãos estatais que possuem para ambos um poder fiscalizador dos serviços, o que constitui como denúncia. Logo, a chamada garantia de direitos aos usuários, neste modelo, fica caracterizada pelo seguimento das diretrizes pontuadas pelo Cras ou Creas, partindo de orientações do poder público municipal, com relativo ou nenhuma capacidade contestadora dos trabalhadores. Conclui-se que os trabalhadores do SUAS tem sido coibidos de uma atuação contundente em torno da politica pública de proteção por ser visto como critica ou reclamação contra a instituição parceira o que poderia acarretar punições por parte do poder público ou até mesmo perda da parceria, o que tem fragilizado o enfrentamento das vulnerabilidades. AO mesmo tempo, tem-se intensificado os conflitos entre funcionários públicos x terceirizados, conduzindo a uma paralização no debate do que de fato seria o cerne da questão que é o sistema em si. Deste modo, torna-se urgente conduzir um debate reflexivo em prol da compreensão do papel dos trabalhadores dessas organizações na condução de políticas que de fato enfrentem as vulnerabilidades sociais detectadas, seguramente, mais visíveis pelos funcionários que prestam uma ação mais direta a população.

"A questão social é uma questão de polícia": políticas de criminalização e punição fantasiadas de cuidado no trato com adolescências no SUAS

Isadora Silva Rodrigues (UFSC), Tatiana Minchoni (UFSC)

Este trabalho relata estranhamentos de uma experiência de estágio profissionalizante em Psicologia, realizado em um equipamento da Alta Complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) para e com adolescentes em uma Casa de Acolhimento Institucional localizada na Grande Florianópolis, em Santa Catarina. Antes de adentrar a política de cuidado às crianças e aos adolescentes, vale um apanhado histórico de como tem sido o papel do Estado com essas pessoas. O controle social forte em relação às infâncias e adolescências é secular, e dois modelos assistenciais representam bem a intervenção do Estado brasileiro desde sua formação: a Roda dos Expostos e os Institutos Disciplinares. No Brasil Colônia, a Roda dos Expostos já dava seus primeiros passos, numa perspectiva de caridade, em relação às crianças que eram ali abandonadas e onde, a partir de então, seriam transformadas em mão de obra barata. Com um crescimento expressivo das camadas mais pobres da sociedade brasileira, a Roda dos Expostos, fortalecida pelas instituições religiosas e orfanológicas, já não dava conta da quantidade de crianças e de adolescentes abandonados, de modo que muitos começaram a crescer nas ruas. Vistos pelo Estado não como vítimas da desigualdade, mas como “delinquentes”, numa lógica perversa, os Institutos Disciplinares, enquanto política higienista, iam em busca desses “menores” numa postura eugenista e racista de controle, na medida em que fora das ruas poderiam ser “salvas” pelo trabalho e se distanciar do “crime”. O crime em questão se apresentava num tripé já conhecido: a vadiagem, a mendicidade e a libertinagem, que pelo Código Penal da República de 1890 responsabilizava as crianças e adolescentes pela situação em que estavam. Vale ressaltar, portanto, que a lógica de atuação se dava no recolhimento das crianças e adolescentes, e não na busca pelas famílias ou sua viabilização para a criação dos filhos, perpetuando a precarização das camadas mais pobres e não agindo numa perspectiva de prevenção e cuidado. Ou, nas palavras do então Secretário de Segurança Pública, e posteriormente Presidente do Brasil, Washington Luís: "a questão social é uma questão de polícia". A pedagogia do trabalho por meio da doutrina menorista continuou tratando crianças e adolescentes enquanto objeto de intervenção ao longo do período republicano e, também, durante a ditadura militar. Foi somente com a redemocratização do país e a formulação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, que essas pessoas passaram a ser reconhecidas como sujeitos de direitos, em condição peculiar de desenvolvimento e com prioridade absoluta nas políticas públicas. É com essa perspectiva que adentro o segundo estágio curricular no SUAS, em uma atuação para e com adolescentes. A inserção acontece na Prefeitura Municipal, onde o psicólogo responsável pelas Casas de Acolhimento de adolescentes apresenta algumas problemáticas, bem como vias de atuação. Antes de percorrê-las, no entanto, é imprescindível explicitar o modo de trabalho neste equipamento da política pública. O psicólogo ressalta que as Casas de Acolhimento não são mais “instituições da prefeitura”, mas equipamentos que foram terceirizados em convênios com Organizações da Sociedade Civil (OSCs) que se candidatam, em editais de chamamento público, anualmente para administrar o serviço. Dessa forma, cabe a essas OSCs contratação das profissionais que vão atuar nas Casas, desde profissionais de serviços gerais até psicólogas, assistentes sociais e coordenadoras e, em última instância, o cuidado direto de crianças e adolescentes institucionalizados. À Prefeitura, portanto, resta a orientação dessas instituições para o trabalho no SUAS e a fiscalização de como esse trabalho é realizado,

tendo o poder de destituição no caso de violações normativas, segundo o psicólogo. Aí reside o primeiro questionamento: uma política pública poderia ser terceirizada? A responsabilidade do Estado, segundo a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), é a de criação, de implementação e de operacionalização dos equipamentos públicos enquanto função fundamental. Terceirizar essa operacionalização vai de encontro à PNAS e ao propósito primeiro do tripé da seguridade social que coloca a assistência junto às políticas de saúde e de previdência social como responsabilidade estatal. Além disso, um segundo incômodo se coloca como imperativo, diz respeito à origem de todas as OSCs que estabelecem essa "parceria" com a Prefeitura: vinculadas à Igreja Evangélica. Daí brotam diversas questões. De antemão, a vinculação do Estado, que se propõe laico, à Igreja, o que, sobretudo, em se tratando das políticas de assistência social, representa um grande retrocesso após décadas de esforço e de luta para romper com o viés da caridade e do assistencialismo fortemente relacionado a instituições religiosas. Não obstante, com o avanço do neopentecostalismo nas políticas públicas, são atualizadas as lógicas morais da caridade de modo que os usuários desses serviços deixam de ser sujeitos de direitos e são atravessados, novamente, por essa moral que mede quem é digno de receber ou não um benefício. Assim, o giro que fundamenta essas políticas faz um movimento reverso e elas voltam a representar não mais políticas de cuidado, mas de ordem/ordenamento e de controle. Além da questão em relação aos usuários dessas políticas, vale ainda uma problematização em relação a quem essas OSCs contratam para a prestação dos serviços. Jornadas de trabalho exaustivas, com poucos profissionais e em condições de trabalho precarizadas - é comum o uso da força de trabalho de pessoas também em situação de vulnerabilidade. O perfil das pessoas trabalhadoras da Casa de Acolhimento em que o estágio aconteceu, por exemplo, é um reflexo dessa situação: todas as educadoras sociais que passaram por lá eram mulheres migrantes de diferentes países da América Latina e uma do norte do país, também em situação de insegurança socioeconômica. Durante o período em que o estágio aconteceu (um semestre), testemunhei a troca completa de toda a equipe três vezes, ou seja, também há uma alta rotatividade, o que, em conversas com essas trabalhadoras, foi possível verificar que além das razões já enunciadas acima, o atravessamento religioso se evidencia. Dessa forma, a fé individual de cada uma é um elemento que interessa à instituição e tem rebatimento no modo como essa profissional é tratada e na permanência dela no serviço. Além do perfil das profissionais que atuam na Casa de Acolhimento, é possível discutir também o modo de trabalho no trato com as adolescências que compunham aquele espaço. Cabe, então, caracterizá-las: majoritariamente meninas cisgênero, mas também um menino transgênero e uma pessoa não binária, a maioria negras, entre 12 e 18 anos, todas vindas de situações de pobreza e de vulnerabilidade, de religiões diversas tanto católicas, quanto de matriz africana, muitas sendo de outros estados do país. Partindo da Psicologia Social Crítica, a partir de alguns conceitos-chave como sofrimento ético-político, afetividade, território e práticas grupais, eram realizadas práticas de estágio com eles e elas que intencionavam, por meio da inserção horizontalizada na Casa, criar espaços de convivência, discutir temas que lhes fossem pertinentes e agenciar processos de autonomia na perspectiva da garantia de direitos. Paralelamente a essas práticas, no entanto, estando na Casa cotidianamente e convivendo com os e as adolescentes, presenciei cenas em que os interesses da instituição vinculada à OSC eram privilegiados antes da garantia do direito via política pública: proibição de exercício da fé que não fosse a evangélica, controle dos corpos, desrespeito ao nome social e uso do nome morto nos casos das pessoas não cisgênero inclusive enquanto modo de punição, tudo isso (entre outros analisadores) vinculado à produção massiva de Boletins de Ocorrência (BOs) na polícia contra esses adolescentes enquanto medida corretiva. A partir daí, perde-se de vista o ECA e se rememora as lógicas

higienistas e punitivistas dos Institutos Disciplinares enquanto se cria a “delinquência” e a questão social mais uma vez se torna uma questão de polícia, atualizando a máxima de Washington Luís. Por mais que se pretenda uma fiscalização, também não é o Estado que vive o dia a dia do acolhimento e, por isso mesmo, perde de vista o poder da governamentalidade da vida numa perspectiva moralizante que as OSCs operam. Diante de todos esses aspectos, destaco a relação com o eixo temático “Assistência Social, vulnerabilidades, violências e promoção de direitos humanos", em particular o Grupo de Trabalho intitulado “Alianças territoriais no SUAS: práticas psicossociais no enfrentamento às vulnerabilidades e violações de direito”, tendo em vista que este trabalho destaca a ambiguidade do papel do Estado, que se pretende ao cuidado e à garantia de direitos de crianças e de adolescentes, mas que muitas vezes é o agente que permite (ou, ainda, opera) mais violações retornando ao modelo colonial e da primeira República. Ainda nessa contradição, intencionamos vislumbrar que atuações são possíveis em um estágio em psicologia para provocar fissuras nesses muros institucionais. Sendo assim, a proposta também se configura como um modo de elaboração desse estágio curricular que só foi possível a partir da sua finalização e com o agenciamento da supervisora e da troca com pares em outros espaços de sociabilidade, de ensino e de pesquisa.

Ações coletivas e metodologias participativas no SUAS como práticas de emancipação nos territórios

Larissa Cecília dos Santos (Coletivo Articulando Redes), Márcia Mansur Saadallah (Coletivo Articulando Redes), Thais Natiele de Bessa Miranda (Coletivo Articulando Redes), Isabela Marinho Maciel (Coletivo Articulando Redes)

O Coletivo Articulando Redes é composto por mulheres profissionais das áreas de Psicologia, Serviço Social e Comunicação. Desde 2019, atua no fortalecimento da Política de Assistência Social, com foco na construção de práticas psicossociais participativas que visam o enfrentamento das desigualdades sociais e a garantia da proteção social em territórios marcados por múltiplas vulnerabilidades. Ancorado em perspectivas críticas, alinhadas aos direitos humanos, à Psicologia Social latino-americana e à educação popular, o Coletivo tem desenvolvido ações de consultoria, capacitação, mobilização comunitária e articulação de redes em parceria com as prefeituras de Belo Horizonte e municípios da região metropolitana. Esses trabalhos são realizados, sobretudo, em parceria com a Proteção Social Básica do SUAS e em interlocução com os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), equipes técnicas, referências comunitárias e organizações da sociedade civil.

A experiência acumulada ao longo desses anos, somada aos 7 anos enquanto projeto de extensão universitária da PUC Minas, possibilitou ao Coletivo a construção de metodologias fundamentadas na escuta, valorização de saberes populares, participação e intersetorialidade. Essas vivências, bem como o compromisso do ético-político do Coletivo em suas práticas metodológicas, vai ao encontro do tema do 23º ENABRAPSO, especialmente no GT 04, intitulado “Alianças territoriais no SUAS: práticas psicossociais no enfrentamento às vulnerabilidades e violações de direito”.

Bronzo (2009) compreende o fenômeno da vulnerabilidade como complexo e multifacetado que ultrapassa a simples ausência de renda ou carência material, pois envolve também a fragilização de direitos, vínculos sociais e oportunidades. Com isso, para enfrentar as condições de vulnerabilidade, Bronzo (2007) destaca a necessidade de fortalecimento dos ativos (capital natural, físico, humano financeiro e social), para favorecer o protagonismo das pessoas.

O Sistema Único de Assistência Social possui, em geral, um público vulnerabilizado pelas desigualdades sócio-históricas que acompanham a formação do Brasil. Os marcadores de gênero, raça e classe, por exemplo, intensificam as vulnerabilidades que o acometem, e para apoiá-lo nos processos de superação de vulnerabilidades e fortalecimento de sua autonomia, é necessário propor ações que convoquem a participação ativa das pessoas. Isso porque quando se fala em metodologias participativas

O importante nesse método, e em qualquer atividade coletiva de construção do conhecimento crítico e de transformação de uma dada realidade, é considerar que a população pode exercer de fato um papel ativo, pois possui um tipo de conhecimento tão importante como o conhecimento cientifico-técnico, e capaz, inclusive, de levar-nos a encontrar outros caminhos de construção democrática da realidade a ser transformada. (GÓIS, 2005, p. 90)

Paralela a essa necessidade de aproximação e validação das vivências de pessoas que residem nos territórios de atuação da Política, percebe-se a importância da formação de profissionais para que se apropriem das metodologias participativas como instrumento de trabalho na promoção das seguranças de acolhida, convívio e autonomia. Entende-se que as(os) trabalhadoras (es) por meio das vivências de base no trabalho com famílias, geralmente trazem com propriedade sobre as diversas situações de violação que acometem o público do Sistema Único de

Assistência Social, bem como dos diversos aspectos dos territórios vulnerabilizados. Aliado a esse conhecimento prévio, as metodologias participativas auxiliam na construção de perspectivas e potencialidades pelas famílias e territórios atendidos que estão além das vulnerabilidades e riscos, e podem apoiar processos de mudança social. Esse entendimento dialoga com as idéias de Paulo Freire.

Para mim, ao repensar nos dados concretos da realidade, sendo vivida, o pensamento profético, que é também utópico, implica a denúncia de como estamos vivendo e o anúncio de como poderíamos viver. É um pensamento esperançoso, por isso mesmo. É neste sentido que, como o entendo, o pensamento profético não apenas fala do que pode vir, mas, falando de como está sendo a realidade, denunciando-a, anuncia um mundo melhor. Para mim, uma das bonitezas do anúncio profético está em que não anuncia o que virá necessariamente, mas o que pode vir, ou não. O seu não é um anúncio fatalista ou determinista. [...] Reinsisto em não ser possível anúncio sem denúncia, e ambos sem o ensaio de uma certa posição em face do que está ou vem sendo o ser humano (Paulo FREIRE, 1997, p.672).

Nesse sentido, o Coletivo Articulando Redes apresenta, nessa proposta, duas metodologias específicas que acompanham várias de suas práticas: a Linha do Tempo e a facilitação gráfica cuidadosamente nomeada de Mapa do Encontro. Ambas carregam consigo a proposta de viabilizar a participação coletiva e materializá-las em registros visuais descritivos.

A técnica da Linha do Tempo foi criada pelo Coletivo Articulando Redes e é usada há 6 anos em rodas e encontros pelos diversos territórios de atuação. A ideia é que cada pessoa compartilhe um trecho de sua história, de modo a agrupá-las em um registro visual. A palavra vai circulando de pessoa a pessoa, e todas vão se reconhecendo na história trilhada, podendo essa ser várias, a depender do objetivo da atividade e o público participante. A ideia é que cada participante se apresente e se localize ali naquela linha e conta um pouco da sua caminhada. Nos diversos contextos em que a técnica foi aplicada, (como por exemplo em territórios de atuação, formação de trabalhadores e turmas de estudantes de Psicologia), os grupos demonstraram grande vinculação através das histórias compartilhadas. Isso porque suas histórias individuais constroem uma memória coletiva.

Cabe mencionar que essa técnica foi elaborada para o trabalho com grupos, de modo que as/os participantes ampliam sua compreensão sobre suas próprias histórias, além de compartilharem vivências comunitárias e territoriais. Com isso, a Linha do Tempo constitui-se como momento de acolhida e início da formação de laços quando as pessoas ainda não se reconhecem como integrantes de uma composição coletiva.

Especificamente com moradoras (es) dos territórios de atuação, nota-se como a técnica constitui-se um momento de fortalecimento da identidade territorial, já que agrega a oportunidade das pessoas que ali residem trazerem suas próprias narrativas sobre o espaço. Essas vão para além daquelas hegemônicas, que em sua maioria focam apenas em disseminar as vulnerabilidades e situações de violência que alguns territórios vivenciam. Esse protagonismo mostra que, conforme aponta Milton Santos, "o território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado [...]" (SANTOS, 2005, p.255).

Já o Mapa do Encontro, consiste em registrar as falas, participações e encaminhamentos por meio de facilitação gráfica. São registradas palavras, desenhos e ícones, de modo a sistematizar as informações do encontro/reunião e concretizar sua memória, bem como encaminhamentos. Trata-se de uma estratégia potente para viabilizar as construções coletivas e integrar as pessoas participantes nos processos.

Isso porque a construção do mapa favorece a escuta ativa, a produção coletiva de sentido e a democratização dos processos de comunicação. Ao traduzir graficamente as falas, ideias e emoções dos participantes durante uma ação, a facilitação gráfica, além de registrar, potencializa a dimensão dialógica da experiência e do conhecimento, favorecendo a visibilização das vozes muitas vezes silenciadas.

Isso dialoga com os fundamentos propostos por Góis (2005), que entende a ação comunitária como um processo de construção de consciência a partir da atividade concreta e da vivência compartilhada. É na ação mediada culturalmente que os sujeitos elaboram sua consciência e se compõem como agentes históricos. Nesse sentido, o Mapa do Encontro atua como mediação simbólica que contribui para a apropriação crítica da realidade pelos sujeitos envolvidos. O mapa do encontro, ao valorizar a participação horizontal das e dos participantes, reforça a perspectiva de que a transformação social se dá por meio de processos coletivos de reflexão e ação. Portanto, ele atua como instrumento político, ao promover participação, tornar visíveis os vínculos entre ideias e fortalecer a dimensão horizontal e dialógica do conhecimento.

Por fim, destaca-se que tais metodologias têm se mostrado relevantes para fomentar a convivência, os vínculos sociais, fortalecer a rede de proteção e promover o acesso a direitos, em consonância com os princípios do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e da Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

Referências:

BRONZO, Carla. A construção do Sistema Único de Assistência Social (SUAS): notas sobre sua implantação no estado de Minas Gerais. In: CFESS; CRESS-MG (Org.). Ofício e arte: o trabalho do/a assistente social na política de assistência social. Belo Horizonte: CRESS-MG, 2009. p. 85-96. Disponível em: https://www.cress-mg.org.br/files/2011/01/livro_oficio_e_arte

.pdf. Acesso em: 9 jun. 2025.

BRONZO, Carla. Vulnerabilidade, empoderamento e metodologias centradas na família: conexões e uma experiência para reflexão. 2007. Disponível em: https://pt.scribd.com/

document/468024983/Texto-Carla-Bronzo-vulnerabilidade.Acesso em: 9 jun. 2025.

FREIRE, Paulo. Denúncia, anúncio, profecia, utopia e sonho. BRASIL, SENADO FEDERAL. O LIVRO DA PROFECIA: O Brasil no Terceiro Milênio. Brasília, Coleção Senado, v.1, 1997. P.671-685.

GÓIS, Cezar Wagner de Lima. Psicologia comunitária: atividade e consciência. Fortaleza, CE: Publicações Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais, 2005. 237p.

SANTOS, Milton. O retorno do território. [S.l.]: [s.n.], [s.d.]. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/ppgdtsa/files/2014/10/Texto-Santos-M.-O-retorno-do-territorio.pdf. Acesso em: 9 jun. 2025.

Capacitação com ênfase na dimensão coletiva e territorial do trabalho social com famílias no PAEFI

Nayara Cristina Otoni Carvalho (UFMG), Gustavo Henrique Carretero (UFMG), Igor Ramon Lopes Monteiro (UFMG), Douglas Tomácio (FJP-MG), Marco Aurélio Saraiva Carvalho (FAMINAS)

O Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) é um dos serviços ofertados nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) no âmbito da média complexidade. Trata-se de um serviço da Proteção Social Especial do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Tal serviço visa atender às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social ou risco em decorrência de violação de direitos, cujo principal objetivo é a promoção e proteção dos direitos humanos e enfrentamento de violências em suas diversas manifestações (Brasil, 2018). Tal serviço envolve o Trabalho Social com Famílias, que pode ser entendido como uma atividade processual, que não é dada a priori. Para que ele seja desenvolvido é preciso a ação coletiva e interdisciplinar das(os) diversas(os) profissionais que atuam no CREAS, além de envolver, também, outros serviços e instâncias políticas e administrativas (Brasil, 2016). Observa-se, neste contexto, uma dificuldade em operacionalizar atividades coletivas no âmbito do PAEFI, enquanto metodologia de trabalho. Nesse sentido, a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), por meio de parceria, solicitou capacitação de atualização com ênfase na dimensão coletiva e territorial do trabalho social com famílias efetivadas no âmbito do PAEFI, convênio este que deu origem ao projeto de extensão do qual se trata este resumo. Como objetivos do projeto elencam-se os seguintes: i) assegurar às(aos) profissionais o acesso aos conteúdos basilares que permitam contextualizar princípios e conceitos do SUAS em seus processos de trabalho; ii) aprofundar reflexões sobre a natureza do trabalho profissional no âmbito do PAEFI, com foco na dimensão coletiva e territorial das demandas a serem atendidas; iii) apoiar as equipes na análise e reorganização dos processos de trabalho para assegurar os resultados de proteção específicos no SUAS, contribuindo assim para o aprimoramento do trabalho social ofertado no PAEFI do SUAS de Belo Horizonte. Tais objetivos estão de acordo com a proposta do "GT 04: Alianças territoriais no SUAS: práticas psicossociais no enfrentamento às vulnerabilidades e violações de direito", uma vez se propõem a pensar a práxis das(os) profissionais que atuam no SUAS de maneira a contribuir para uma atuação que vá de encontro à promoção de direitos humanos e enfrentamentos de violências. O projeto se configura, também, enquanto espaço de discussão e reflexão a respeito dos saberes e fazeres da Psicologia e de outros campos do saber, como uma estratégia para problematizar como tem sido a inserção e a atuação das(os) profissionais nas políticas públicas de assistência social e as condições materiais nas quais ocorrem. As discussões estão baseadas nas vivências cotidianas do trabalho das(os) profissionais que atuam no PAEFI das nove regionais de Belo Horizonte. O projeto está estruturado da seguinte forma: i) reuniões com a gestão do SUAS-BH para alinhamentos entre as equipes; ii) Rodas de Conversas com as equipes do provimento do PAEFI, com o objetivo de identificar os desafios que as equipes têm encontrado para a realização de ações de caráter coletivo junto aos usuários do Serviço. Sendo uma Roda com cada uma das nove equipes do PAEFI do Sistema Único de Assistência Social de Belo Horizonte - SUAS/BH, por meio de encontros presenciais com duração média de três horas; iii) realização de seminário de abertura, na modalidade presencial, com duração aproximada de três horas para apresentação da sistematização das demandas observadas, a partir da escuta das rodas de conversa, como também, detalhamento do formato, das estratégias e o tempo de dedicação das equipes em cada etapa do percurso formativo; iv) realização de ciclos de estudo, sendo 6 encontros presenciais, de duração aproximada de três

horas, com cada equipe. Os encontros estão divididos em 4 encontros para discussão teórica e 2 para experimentação prática. O objetivo desses ciclos de estudo é oferecer subsídios teóricos e metodológicos, bem como possibilitar a construção de entendimentos e alinhamentos sobre a dimensão coletiva do trabalho social com famílias no âmbito do PAEFI, além de ofertar oportunidade de trocas de estratégias metodológicas entre as equipes e espaço de experimentação de processos coletivos; v) realização de seminário final de compartilhamento, na modalidade presencial, com carga horária de quatro horas, que terá como objetivo proporcionar ampliação das reflexões, aprendizados e trocas entre as equipes das nove regionais. A bibliografia que orientará as discussões será escolhida a partir dos levantamentos realizados por meio das Rodas de Conversa com as equipes. Até a presente data foram feitas 4 rodas com as seguintes regionais: Norte, Nordeste, Noroeste e Leste. Por meio destes encontros, podem ser feitos alguns apontamentos iniciais que irão nortear o percurso do projeto, os quais serão brevemente apresentados a seguir. Foi identificado, até o momento, um não alinhamento conceitual do que é o trabalho coletivo, sendo observada uma divergência entre o que gestão e equipe de trabalhadoras(es) entendem sobre tal conceito e sobre o objetivo em realizar atividades coletivas no âmbito do PAEFI. Para além da questão conceitual, também foi relatado pelas equipes uma sobrecarga de trabalho e estrutura material precária, o que dificulta a realização de atividades coletivas. Foi relatado, ainda, uma dificuldade em mobilizar os usuários para a participação e permanência nas atividades coletivas, ressaltando a importância da necessidade de que o grupo veja sentido nas atividades propostas pelas equipes. Com base no que foi coletado até o momento, pensa-se na seguinte proposta metodológica para os encontros teórico-práticos: i) Alinhamento conceitual do trabalho coletivo e trabalho social com famílias, tendo como ponto de partida a questão social; ii) Diferenciação entre técnica e metodologia; iii) Construção de plano de intervenção. A escolha da bibliografia a ser utilizada como base teórica para os encontros está em fase de seleção e depende também das rodas de conversa que acontecerão com as outras cinco regionais. Ao longo dos encontros já realizados, temos observado e ouvido relatos do quanto a prática dessas(es) profissionais está atravessada pelas condições materiais do trabalho, seja pela sobrecarga de demandas, seja pela estrutura física e material dos equipamentos ou mesmo pelas relações estabelecidas com os usuários e com a equipe gestora. Isso vai de encontro ao que apontam Aerosa e Duarte (2020) com relação à prática das(os) psicológas(os) nos CREAS e CRAS, a qual é frequentemente confrontada pela escassez de recursos técnicos e operacionais, afetando a qualidade e eficácia dos serviços. Ao mesmo tempo, observamos, também, uma implicação no fazer cotidiano dessas(es) profissionais e um desejo de atuar de maneira mais assertiva, que possa não apenas promover e garantir direitos humanos aos usuários, mas que também seja uma oportunidade e um espaço de formação cidadã, para que estes sujeitos consigam, de fato, exercer sua cidadania. Bibliografia Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social (2018). Proteção social no SUAS a indivíduos e famílias em situação de violência e outras violações de direitos: fortalecimento da rede socioassistencial. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/cadernos/2019/Curso%20de%20Prote%C3%A7%C3%A3o%20social%20no%20SUAS.pdf

Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2016). Fundamentos ético-políticos e rumos teórico metodológicos para fortalecer o Trabalho Social com Famílias na Política Nacional de Assistência Social. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/TrabalhoSocialcomFamilias.pdf

Souza Duarte, N. A., & Coutinho Areosa, S. V. (2020). A práxis do psicólogo no contexto da assistência social. Revista Psicologia, Diversidade E Saúde, 9(2), 150-161. https://doi.org/10.17267/2317-3394rpds.v9i2.2798.

Formação de profissionais do SUAS no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes

Silvia Renata Lordello (UNB), Aline Pinho (UNB)

A violência sexual contra crianças e adolescentes constitui uma grave violação de direitos humanos, atravessada por desigualdades de gênero, raça, classe e território, que demanda respostas integradas e qualificadas no âmbito das políticas públicas. A Política de Assistência Social, como parte do Sistema de Garantia de Direitos (SGD), assume papel estratégico na proteção social de indivíduos em situação de risco e violação. Contudo, os desafios cotidianos impostos às/aos profissionais dessa política revelam a necessidade de investir em processos permanentes de formação que fortaleçam suas práticas e ampliem as capacidades institucionais de enfrentamento às violências. O presente trabalho apresenta uma experiência de pesquisa-intervenção voltada à construção e análise de uma ação formativa destinada a profissionais do SUAS, especialmente de unidades do CREAS, que atuam no atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual e suas famílias. A proposta se insere no âmbito do Grupo de Trabalho “Alianças territoriais no SUAS: práticas psicossociais no enfrentamento às vulnerabilidades e violações de direito”, considerando que tensiona, de maneira direta, as práticas profissionais, as articulações territoriais e a construção de respostas psicossociais no contexto da proteção social especial.O estudo parte da tese de que processos de formação construídos a partir das demandas dos territórios e das experiências dos próprios profissionais constituem uma estratégia central para qualificar o atendimento, fortalecer o SUAS e ampliar os dispositivos de proteção social. Não se trata, portanto, de mera capacitação técnica, mas da construção coletiva de saberes e práticas ancoradas na realidade concreta dos territórios e nas necessidades singulares das populações atendidas. A fundamentação teórica articula referências da Psicologia Social Crítica, da Educação Popular e das epistemologias feministas, decoloniais e interseccionais, reconhecendo que a violência sexual não se explica por dinâmicas exclusivamente individuais ou familiares, mas se inscreve nas tramas estruturais da sociedade, sustentadas por relações de poder, desigualdades históricas e processos de opressão. Referenciais como os de Sawaia (2001) e Spink (2010) contribuem para compreender os sofrimentos ético-políticos que atravessam tanto as famílias atendidas quanto os próprios profissionais da assistência social. As contribuições de Paulo Freire (2019) orientam metodologicamente a condução do processo formativo, centrado na escuta ativa, na horizontalidade e na construção coletiva do conhecimento. Além disso, as diretrizes do SUAS e da proteção social especial são fundamentais para ancorar a proposta nas normativas que orientam o fazer profissional. A pesquisa se desenvolveu por meio de uma abordagem qualitativa, estruturada em três etapas complementares. A primeira etapa consistiu em uma revisão integrativa de literatura, que buscou mapear intervenções direcionadas a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual no âmbito das políticas públicas brasileiras. Essa etapa permitiu identificar tanto práticas já consolidadas quanto lacunas no atendimento e na formação das equipes, especialmente no contexto da assistência social. Na segunda etapa, foi realizada uma avaliação de necessidades formativas, por meio de entrevistas semiestruturadas com profissionais do SUAS. As entrevistas objetivaram compreender os desafios enfrentados no atendimento às situações de violência sexual, os limites institucionais, as fragilidades na rede intersetorial, bem como as demandas específicas que deveriam ser contempladas em um processo formativo. A escuta revelou aspectos centrais como o impacto emocional do trabalho, o sentimento de insegurança diante da complexidade dos casos, além de dificuldades na articulação com os demais atores do SGD e na efetivação dos fluxos de atendimento.A terceira etapa correspondeu à implementação de um curso de extensão piloto para formação continuada, realizado em parceria entre a Universidade de Brasília (UnB) e a Secretaria de

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal (Sedes/DF). A proposta formativa foi organizada em dois eixos: (1) encontros teórico-técnicos, nos quais foram aprofundadas questões conceituais sobre violência sexual, proteção social, atuação do SUAS e funcionamento da rede; e (2) encontros de intervisão pós sessões de grupos, que funcionaram como espaços de análise de casos, reflexão sobre práticas e fortalecimento coletivo, tanto no nível técnico quanto no cuidado com as próprias equipes. Esse foi o diferencial do curso, uma vez que a prática com grupos ocorria concomitante ao curso, o que trouxe resultados muito expressivos quanto aos processos grupais. A análise dos dados produzidos a partir dos registros das oficinas, das falas dos participantes e dos materiais construídos ao longo do processo formativo revelou três grandes núcleos temáticos. O primeiro refere-se aos cuidados necessários para atuar em situações de violência sexual, destacando tanto as competências técnicas quanto os cuidados subjetivos, emocionais e ético-políticos. As/os profissionais expressaram sentimentos de sobrecarga, medo, insegurança e adoecimento, especialmente diante de situações nas quais percebem limites institucionais para garantir a proteção efetiva às crianças e adolescentes. O segundo núcleo evidencia os desafios e potencialidades do SUAS no enfrentamento à violência sexual, com ênfase nas limitações das condições de trabalho, nas fragilidades dos fluxos intersetoriais e na distância, muitas vezes, entre as normativas e a prática cotidiana nos territórios. Apesar desses desafios, os profissionais também reconheceram a potência do trabalho no âmbito da proteção social especial, especialmente quando há fortalecimento das equipes, clareza das atribuições e articulação efetiva com outros atores da rede. O terceiro núcleo aponta para a importância das práticas coletivas e das alianças territoriais, tanto no atendimento às famílias quanto no cuidado com os profissionais. As ações coletivas, como grupos de atendimento, oficinas com famílias e espaços de intervisão, foram destacadas como estratégias que favorecem o fortalecimento dos vínculos, a construção de redes de apoio e a elaboração conjunta dos desafios. Nesse sentido, as práticas grupais se configuram não apenas como dispositivos de intervenção, mas também como espaços de resistência, cuidado e produção de saúde para profissionais e usuários. Como considerações finais, o estudo reafirma que a formação permanente deve ser entendida como um dispositivo ético-político, que contribui para a ampliação das capacidades institucionais, o fortalecimento do SUAS e a proteção dos direitos de crianças e adolescentes em situação de violência sexual. O processo formativo, quando construído a partir das demandas dos territórios e das experiências dos profissionais, permite não só a qualificação das práticas, mas também a construção de alianças e redes de solidariedade capazes de enfrentar as violências de maneira mais efetiva. Além disso, a pesquisa destaca a urgência de incorporar perspectivas críticas, feministas e decoloniais nos processos formativos e nas práticas do SUAS, rompendo com lógicas punitivistas, patologizantes e individualizantes, e apostando na construção de respostas coletivas, contextualizadas e comprometidas com a justiça social. As alianças territoriais, neste sentido, não se restringem à articulação formal entre serviços, mas envolvem a construção de vínculos, de pactos ético-políticos e de práticas colaborativas entre profissionais, famílias, comunidades e instituições. Desdobramentos dessa ação formativa se materializaram em outras ações em parceria com a universidade pública, como estágios curriculares e cursos de extensão para diálogo com a rede de saúde e socioeducação. Por fim, os resultados indicam que processos formativos construídos de forma dialógica, participativa e situada contribuem não apenas para o aprimoramento técnico das equipes, mas também para a produção de sentidos, de pertencimento e de resistência no trabalho social, fortalecendo tanto os sujeitos quanto as redes de proteção nos territórios.

Marcas de resistência no Centro Pop: a experiência de uma extensão universitária em Psicologia Comunitária

Victor Felix Gomes de Oliveira (UFC), Verônica Morais Ximenes (UFC), Laura da Costa Lima (UFC), Giselly Vitória de Almeida (UFC)

A População em Situação de Rua (PSR) é definida como sendo “um grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional ou regular” conforme definido pela Política Nacional (Brasil, 2009). No Brasil, essa população representa uma das expressões mais significativas da vulnerabilidade social urbana, sendo reconhecida como um problema social e urbano (Sousa et al., 2022 p.62). Nesse sentido, os Centros de Referência Especializados para a População em Situação de Rua (Centro Pop), instituídos pela Política Nacional para a População em Situação de Rua e integrantes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), foram criados em 2009 para prestar atendimento especializado a essa população. O equipamento tem como foco promover serviços de acesso a documentação, higiene, alimentação, serviços de acolhimento e encaminhamento para outros serviços da rede da assistência social. Entre 2019 e 2025, o projeto de extensão “Pessoas em situação de rua: processos de fortalecimento e de autonomia a partir da Psicologia Comunitária”, vinculado ao Núcleo de Psicologia Comunitária (NUCOM) da Universidade Federal do Ceará, desenvolveu atividades junto ao Centro Pop de Fortaleza, com grupos de pessoas em processo de superação da situação de rua e beneficiárias do aluguel social - um auxílio assistencial e temporário que visa garantir moradia digna a famílias de baixa renda.Nesse sentido , este trabalho tem como objetivo de compartilhar a experiência dos extensionista do curso de psicologia no Centro pop, refletindo como essa prática influencia e transforma a própria psicologia ao inserir no contexto do SUAS. A atuação extensionista baseou-se na Psicologia Comunitária, concebida por Góis (2005) como uma área da Psicologia Social da Libertação, que estuda as relações entre grupos de pessoas em seus lugares de moradia, comprometendo-se com a transformação social, o fortalecimento da consciência crítica e a construção coletiva de autonomia. Essa abordagem considera a comunidade como um espaço de relações territoriais comuns entre pessoas que compartilham uma mesma cultura, mesmos laços históricos e realidade social, apresentando também um sentimento de pertencimento e vinculação com o território. Dessa forma “nos países sul americanos, a Psicologia Comunitária atua junto à populações em contexto de pobreza, como a população em situação de rua, buscando estudar as implicações de um ambiente marcado pela exclusão e precarização”.(Barbosa et al. 2022 p.24) Inspirada nos princípios freireanos, a metodologia dos círculos de cultura foi adotada como instrumento de promoção do diálogo, da escuta ativa e da problematização coletiva da realidade. Os círculos, enquanto método participativo, viabilizaram a construção conjunta de sentidos e práticas, sempre em diálogo com as temáticas trazidas pelos próprios participantes, como direito à cidade, territorialidade e vínculos comunitários. As atividades ocorriam mensalmente no Centro Pop, com dois grupos fixos, o grupo Guerreiras e grupo Fênix, nomeados pelos próprios participantes após os primeiros encontros. O grupo era formado majoritariamente por mulheres negras, muitas delas mães solo, cuja presença ocorria devido à obrigatoriedade de prestação de contas do aluguel social. Nos encontros iniciais, priorizou-se o acolhimento dos novos usuários e extensionistas, visando criar um ambiente de pertencimento. Em seguida, os encontros passaram a adotar os círculos de cultura como principal metodologia, com discussões dialógicas e

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

produções coletivas (cartazes, colagens e textos) sobre temas levantados pelos participantes. Além disso, foram realizadas oficinas sobre renda e trabalho, abordando as barreiras enfrentadas por pessoas em superação da rua no acesso ao mundo do trabalho formal. Outras atividades incluíram comemorações temáticas, como o São João e o Dia das Mães, momentos de mobilização e luta para participação na Semana da Luta da População em Situação de Rua, promovida pelo Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), e rodas de leitura com livros como Quarto de Despejo, de Carolina Maria de Jesus. Em fevereiro de 2025, o último encontro do projeto foi marcado por despedidas e pela gravação de relatos dos participantes sobre suas trajetórias nos grupos, com vistas à produção de um documentário previsto para outubro deste ano. As atividades da extensão alcançaram cerca de 80 beneficiários e possibilitaram o fortalecimento dos vínculos entre usuários e extensionistas, além de promoverem uma apropriação do espaço do Centro Pop. As produções coletivas, afixadas nas paredes do equipamento, simbolizaram a construção de pertencimento e a valorização da memória coletiva dos participantes. Diante disso, Destaca-se que, ao inserir-se na assistência social, a Psicologia não apenas amplia sua atuação, mas é também transformada em consonância alinhando-se a perspectiva de Yamamoto (2010) "a atuação da Psicologia com as pessoas em situação de pobreza exige não a adequação dos conhecimentos teórico-técnicos, mas, sim, a criação de novos conhecimentos". Atuar junto à PSR permite identificar as dificuldades de superar esta condição, da exclusão social, estigmatização e dificuldades de inserção no mercado de trabalho bem como outros espaços da sociedade, fatores que dificultam o processo de autonomia. Nesse sentido, a experiência extensionista foi marcada por um exercício constante de reinvenção da prática psicológica, possibilitando a realização de práticas de escuta da população que está à margem da sociedade e que sofre um forte processo de pauperização essa experiência ajudou ainda a construir uma Psicologia mais voltada à escuta, à autonomia e à defesa dos direitos sociais Contudo, a experiência também revelou desafios estruturais importantes. Foi observado que o Centro Pop enfrentava dificuldades em encaminhar os beneficiários do aluguel social para outros equipamentos da rede socioassistencial, gerando sobrecarga e sentimento de exclusão por parte dos usuários. A inexistência de acolhimento de crianças foi outro obstáculo significativo, dificultando a participação de mães com filhos pequenos nas atividades. Além disso, o equipamento enfrentou episódios de precarização, como demissões de funcionários e tentativas de tomada do prédio onde ocorriam as atividades. Tais episódios refletem os impactos do desmonte das políticas públicas e do avanço do neoliberalismo sobre o SUAS. Diante disso, a atuação extensionista também se constituiu como espaço de resistência e defesa do direito à cidade, da assistência social pública e da vida digna, ressaltando que a Psicologia deve priorizar um trabalho em redes, articulando, além das questões materiais, o fortalecimento do SUAS, dos direitos humanos e a defesa de uma vida digna para toda a população. Portanto, este trabalho se insere no Eixo 05 "Assistência Social, vulnerabilidades e promoção de direitos humanos", por trabalhar diretamente com as políticas públicas de assistência e com a inserção crítica da Psicologia nesses espaços. O trabalho também se articula com o GT 04 "Alianças territoriais no SUAS: práticas psicossociais no enfrentamento às vulnerabilidades e violações de direitos", ao discutir a atuação da Psicologia em rede, em práticas interdisciplinares e territorializadas, abordando a questão da pobreza numa abordagem que vai além de falta considerando as várias dimensões e vulnerabilidades. A prática extensionista reafirma que a Psicologia, quando se alinha ao SUAS, se ressignifica como uma ciência comprometida com a justiça social. A Psicologia que se faz nas ruas e com a comunidade é a que resiste e transforma.

O vínculo como prática cotidiana no enfrentamento das violências - Relato de trabalho no CREAS

Eliana Sardi Bortolon (ANHANGUERA PASSO FUNDO)

O enfrentamento das violências é tarefa cotidiana no trabalho da psicologia em diferentes contextos. É sabido que a violência tem muitas dimensões, atravessadas pelas questões de raça, gênero e classe. Ao compor as equipes dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS, a psicologia tem a oferecer o aparato teórico, mas também ético político de acolhimento e defesa dos direitos humanos. É possível indicar a Política de Assistência Social como um recurso de enfrentamento das desigualdades sociais existentes no Brasil. Proposta como uma política pública para quem dela necessitar, indica que há um recorte para acessá-la, na perspectiva que é preciso evidenciar a vulnerabilidade vivenciada pelo sujeito e/ou pela família. Se por um lado as questões objetivas, como vulnerabilidades econômicas, ou até mesma as conhecidas condicionalidades são de fácil identificação, para a psicologia seja mais com identificar as vulnerabilidades relacionais, onde a violência está localizada. Sendo assim, o trabalho no SUAS - Sistema Único de Assistência Social, é ainda campo em construção, teórico e metodológico, o que justifica esse grupo de trabalho. Compreender os fenômenos que compõe a cena da violência, a partir da leitura e percepção das interseccionalidades que se apresentam e se entre cruzam é responsabilidade e compromisso da psicologia que se dispõe, desde as normativas do sistema conselhos, mas principalmente pelo compromisso de uma prática a serviço da vida e das múltiplas possibilidades de existência humana. É inadmissível propor uma intervenção que não esteja alinhada com o que se produziu até aqui, teórica e eticamente. A partir da prática de trabalho em CREAS, o presente relato de experiência pretende descrever e analisar ações da psicóloga, em trabalho em dupla psicossocial com colega assistente social, assim como atuando como supervisora local de estágios, no estabelecimento de vínculos com famílias e indivíduos em situação de violações de direitos, por conta de vivências de violências e negligências. O relato apresenta os desafios de alinhamento metodológico com a dupla, a partir dos marcadores de cada profissão, bem como as demandas trazidas por estudantes, que questionam as ações da equipe. O relato é pensado a partir do questionamento muitas vezes trazidos pelos/as estagiários/as, que perguntam o que é possível fazer diante de determinadas situações, onde não há solução aparente para a demanda que se apresenta. O relato vai apresentar práticas baseadas em posições teóricas e éticas que indicam o não julgamento das situações vivenciadas pelas famílias. O não julgamento para além de uma posição de neutralidade, muitas vezes indicada em referenciais teóricos da psicologia. Não julgar na decisão ético política de acolher e validar o relato e as diferentes maneiras de viver e se relacionar e existir no mundo. Como nos indica Ailton Krenak, é preciso construir um mundo onde diferentes cosmoperspectivas caibam, sem que haja a disputa pela universalidade da existência. A partir dos questionamentos trazidos pelas estagiárias de psicologia, que, ao se deparar com a história da família e as demandas do sistema de garantia de direitos questionam a posição técnica da psicóloga. Também é pertinente colocar as relações com a justiça como analisador do processo. É sabido o quanto se demanda das equipes das políticas públicas, na elaboração de documentos que julguem, analisem e cataloguem as famílias. O trabalho da psicologia é trazido, muitas vezes, como aquele especialista em julgar a veracidade dos fatos, a boa intenção das pessoas, a capacidade de adultos em cuidarem dos filhos. Além disso, nos contextos de violências, a psicologia é muitas vezes convocada a

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

encontrar o responsável, como se a situação fosse uma simples ação de causa e efeito. Nesse relato serão trazidas possibilidades de intervenção, seja com as famílias, seja na produção de documentos ou seja na relação com o sistema de garantia de direitos a partir da teoria da complexidade proposta por Edgar Morin, em que o todo é mais que a soma das partes, e sim essas em relação umas com as outras. A partir dessa posição ética, teórica e política, será apresentado o vínculo como uma questão que possibilita essa marcação de não julgamento. O vínculo, segundo Carl Rogers, como uma aceitação do outro. Importante marcar que para o autor, para que o vínculo se estabeleça, é necessário mais que a intenção do profissional, aqui no caso, da psicóloga. É necessário que a pessoa atendida perceba que a psicóloga está interessada no que ela tem a dizer, e que o dito seja validado, e principalmente levado em consideração nos planejamento do atendimento. As ideias apresentadas aqui são simples, na perspectiva teórica, até óbvias, por vezes. Mas difíceis de se verificar na prática. O relato de experiência vai trazer também a dureza desse enfrentamento com as colegas de equipe, com a gestão, e muitas vezes com as pessoas atendidas. Manter essa posição de vínculo e compromisso com os direitos humanos exige, tanto teórica quanto afetivamente. Os laços de afeto e luta, construídos coletivamente, são necessários para manter o compromisso, que é individual, mas também é coletivo. A prática e a vivência da amorosidade, na perspectiva Freiriana, responsabilizam também os trabalhadores das políticas públicas pela efetividade das intervenções propostas. O amor não como um afeto descolado da realidade, mas como uma decisão, uma potência de resistência. Amar as formas de existir, de se relacionar. Esse amor, essa crença na potência da diversidade como um caminho para o vínculo, entre pessoas, mais que as relações de técnico e usuário. A intenção é apresentar a vivência como trabalhadora do CREAS, implicada com os direitos humanos e a interseccionalidade, que também oferece seu campo de trabalho como experiência de estágio, para contribuir na formação de profissionais da psicologia que acreditem nas pessoas. Isso sem esquecer do atravessamento das demandas judiciais e de toda a rede sócioassistencial, que muitas vezes solicitam ao CREAS, e principalmente à psicologia, soluções imediatas para questões complexas, cíclicas e históricas. Como quebrar ciclos intergeracionais de violência e desamparo, tanto nos aspectos afetivos quanto nos objetivos, da vida humana, familiar e comunitária são os objetivos desse relato de experiência.

Por um SUAS em movimento: Uma Etnocartografia de Migrantes do Sul Global em Natal/RN

Amanda de Lima Souza (CRP/04)

Esta pesquisa, resultante da minha dissertação de mestrado, investiga a intrincada relação entre migrantes internacionais e os dispositivos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no município de Natal, Rio Grande do Norte, lançando luz sobre os processos de subjetivação que emergem dessa interação no território. O estudo parte do reconhecimento da percepção amplamente difundida de que o Brasil é um país acolhedor para migrantes internacionais, ideal frequentemente contrastado com a ausência de políticas públicas específicas e bem definidas, em âmbito nacional, que garantam a implementação efetiva dos direitos sociais dessa população. Essa lacuna legislativa e de planejamento estratégico transfere para estados e municípios a responsabilidade de elaborar diretrizes e dispositivos próprios de atendimento, resultando em uma descentralização que nem sempre é eficaz ou equitativa.

Diante desse contexto, a dissertação propôs-se a analisar a seguinte questão central: quais processos de subjetivação emergem na relação entre migrantes, refugiados, apátridas e os dispositivos do SUAS no município de Natal/RN? Para tanto, adota-se como abordagem metodológica a pesquisa-intervenção, orientada teórico-metodologicamente e ético-politicamente pela etnocartografia. Aqui, etnocartografia foi operada segundo a proposição de Nobre, Amorim e Frangella (2019) e Leon (2015), enquanto encontro da Etnografia, importante ferramenta de descrição do campo antropológico, com a Cartografia, como proposto por Gilles Deleuze e Félix Guattari (2011); Essa escolha metodológica permitiu mapear processos de subjetivação e paisagens psicossociais dos usuários do SUAS, bem como sua articulação com os dispositivos de assistência. A etnocartografia possibilita acompanhar os modos de existência dos migrantes a partir de suas experiências, afetos e estratégias de resistência, oferecendo uma perspectiva situada sobre as políticas públicas e seus efeitos concretos no cotidiano dessas populações.

O encontro da autora com o tema se deu a partir de sua experiência como trabalhadora do SUAS, inquieta com elementos que emergiam em sua prática profissional. Esse incômodo a levou a suspender seu cargo de servidora pública e a iniciar um processo de escrita sobre um recorte dessa vivência. Trata-se, portanto, de um movimento que articula o engajamento da pesquisadora como trabalhadora-pesquisadora (Penido, 2020), cuja implicação com o campo e o objeto se manifesta na análise da própria experiência e nos diários de campo construídos ao longo do processo, aliados aos novos encontros proporcionados pela pesquisa.

A pesquisa de campo desenvolveu-se com o uso de diversas ferramentas de produção de dados. Foram utilizados diários de campo, para registro de impressões e reflexões da pesquisadora, e entrevistas semiestruturadas, que possibilitaram o aprofundamento nas narrativas de quatro migrantes adultos e idosos oriundos de países do Sul Global: Santos, da Palestina; Hassan, do Egito; Sankara, de Burkina Faso; e Bela, da Venezuela — todos residentes em Natal e localizados em seus respectivos territórios de vivência. O campo empírico incluiu ainda o acompanhamento das conferências preparatórias para a Conferência Nacional de Migrações (Comigrar), realizadas no município, como forma de compreender os impactos desses espaços de participação na realidade do SUAS local.

Os resultados da pesquisa revelam falhas significativas na descentralização do atendimento aos migrantes,

indicando que a divisão de responsabilidades entre os diferentes entes federativos não tem assegurado o acesso equitativo e eficaz aos serviços sociais. Destaca-se, ainda, a ausência de formação adequada das equipes do SUAS para lidar com a diversidade cultural da população migrante, o que compromete tanto a qualidade do atendimento quanto a promoção da inclusão social. A negligência da governança migratória estadual e municipal em garantir os direitos dos migrantes se apresenta, assim, como um dos principais obstáculos à efetivação da proteção social desse grupo vulnerabilizado.

Os dados produzidos nas entrevistas e nos diários de campo evidenciam processos singulares e compartilhados entre sujeitos e grupalidades heterogêneas que habitam os territórios de Natal/RN. Apesar da existência de políticas públicas como o SUAS, os migrantes do Sul Global enfrentam barreiras concretas no acesso a direitos. As narrativas colhidas revelam um panorama de vulnerabilidade, manifestado especialmente nas dificuldades de inserção laboral (relatadas por três dos quatro entrevistados), além de experiências de xenofobia e racismo vivenciadas nos atendendimentos e recusas dos mesmos, nos serviços da assistência social, mas também em outros espaços institucionais, como a Polícia Federal.

Esses fatores não apenas limitam o acesso a recursos e benefícios, como também impactam a constituição da identidade e o processo de subjetivação dos migrantes no município, contribuindo para a produção e reprodução de um ciclo de marginalização. Tais violências devem ser compreendidas à luz do histórico macropolítico das políticas migratórias no Brasil, frequentemente pautadas por uma lógica de segurança nacional que posiciona as subjetividades migrantes como ameaças potenciais. Nesse cenário, destaca-se também o desfinanciamento da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e o aumento das parcerias com organizações do terceiro setor como estratégias paliativas frente às lacunas do Estado na garantia dos direitos dessa população.

Apesar das dificuldades e negligências, a pesquisa identificou iniciativas de resistência e organização protagonizadas pelos próprios migrantes, como a organização em coletivos e associações como a Assirn — associação autônoma fundada e gerida por migrantes internacionais em Natal. A atuação dessa entidade evidencia a capacidade de mobilização da comunidade migrante na luta por seus direitos e por melhores condições de vida, oferecendo alternativas concretas à ausência do Estado e funcionando como espaço de fortalecimento coletivo e coalização entre diferentes em busca de fazer valer sua garantia de direitos.

A breve passagem da pesquisa no cotidiano dos entrevistados talvez não tenha causado impacto direto e imediato em suas rotinas, no sentido de promover reflexões e estimular outras formas de perceber os problemas do cotidiano - especialmente aqueles que envolvem a mobilização das famílias não parceiras para as condutas propostas. No entanto, revela aspectos importantes sobre os limites e os desafios para o envolvimento das famílias migrantes com as ações do SUAS.

Em uma política que se orienta pelo fortalecimento de vínculos e pela proteção social, os usuários e famílias migrantes (frequentemente tratadas como vidas não vivíveis) não encontram, muitas vezes, o reconhecimento efetivo de seus direitos. A política pública de assistência social, nesse cenário, não pode se afirmar como um campo de direitos se tais direitos seguem sendo tutelados, condicionados ou negligenciados. Ainda que exista um amplo marco regulatório nacional voltado à proteção dos direitos humanos, os direcionamentos efetivos dados pelos entes federativos (em seus planos estaduais e municipais) nem sempre dialogam entre si ou com os princípios constitucionais de equidade e universalidade.

A dissertação conclui que a efetiva proteção social aos migrantes exige uma abordagem interseccional e intercultural, que considere as múltiplas dimensões da experiência migratória - incluindo gênero, raça, nacionalidade, classe, idade e religião - e as particularidades culturais de cada sujeito. Além disso, a pesquisa ressalta a importância da capacitação contínua das equipes do SUAS, para que possam prestar um atendimento qualificado, sensível e comprometido com os direitos humanos. Nesse sentido, propõe-se uma escuta ativa e um acolhimento ético que reconheça a complexidade dos processos de subjetivação em contextos de mobilidade forçada e desigualdade estrutural.

Portal Psicologia na Assistência Social: experiências em um projeto de ensino, pesquisa e extensão

Beatriz Freitas de Almeida (USP), Guilherme Patrus Meireles (USP), Rodrigo de Oliveira Antonio (USP), Mariana Prioli Cordeiro (USP)

Com a implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a partir de 2005, o número de psicólogas(os) atuando na política de Assistência Social aumentou significativamente, fazendo com que, hoje, ela constitua um importante campo de empregabilidade para a profissão. Isso se deve, principalmente, ao fato de a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS) prever a contratação de psicólogas(os) para trabalhar nas equipes de referência de serviços de assistência social.

O aumento no número de psicólogas(os) nessa política pública foi seguido por um incremento no número de pesquisas sobre o tema – pesquisas que, posteriormente, foram publicadas em artigos, livros, capítulos, teses e dissertações. Além disso, trabalhadoras(es) da assistência social e entidades de classe vêm publicando uma série de materiais sobre esse campo de atuação, tais como referências técnicas, relatórios, blogs, vídeos e podcasts. Podemos encontrar muitos desses materiais na Internet – em alguns casos, encontramos apenas suas referências e, em outros, podemos até mesmo fazer o download dos textos completos. No entanto, o fato de esses materiais estarem disponíveis online não significa, necessariamente, que eles sejam facilmente acessados. Afinal, diante de um mar de informações, muitas vezes, temos dificuldade de encontrar aquilo que procuramos. Diante disso, propusemos a criação de um portal voltado a divulgar e a facilitar o acesso a materiais, em diversos formatos, sobre a inserção da Psicologia na política de assistência social.

O Portal Psicologia na Assistência Social (PPAS) foi lançado em agosto de 2022 e, para atingir o objetivo supracitado, disponibiliza referências e, quando possível, links de acesso a materiais publicados em diferentes meios e formatos, como livros, capítulos, artigos, teses, dissertações, referências técnicas e materiais audiovisuais. Além de reunir e divulgar esses conteúdos, o Portal também tem promovido eventos que visam fortalecer a articulação entre profissionais, estudantes e pesquisadores da área, em busca de fomentar espaços de troca, debate e formação profissional. Em setembro de 2024, foi realizada uma aula aberta com Aldaíza Sposati e Leide Coelho, com o tema: "20 anos da PNAS: Política Nacional de Assistência Social". Já em abril de 2025, o Portal promoveu o lançamento e cine debate do documentário "Histórias da Psicologia na Assistência Social", composto por entrevistas com 9 psicólogas que participaram, de diferentes maneiras, da construção do que hoje é a política de assistência social. Ambos eventos ocorreram de forma híbrida no Instituto de Psicologia da USP (IPUSP), foram abertos ao público externo e suas gravações foram disponibilizadas para acesso assíncrono.

Além dos eventos citados, o projeto também conta com outras iniciativas voltadas à disseminação de conhecimento e ao estímulo à reflexão crítica sobre a atuação profissional no campo da Psicologia na assistência social. Uma dessas iniciativas é o Podcast PPAS, que traz entrevistas, debates e relatos de experiências com profissionais e pesquisadoras(es) da área, abordando temas relevantes para a prática da Psicologia no SUAS, como exemplos, pode-se citar o episódio 4, com a professora Renata Bichir, que abordou um amplo leque de questões relacionadas às formas de governança das políticas de assistência social, e o episódio 5 com a professora Maria da Graça Marchina Gonçalves, que tratou sobre a intersecção entre

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

psicologia, políticas públicas e assistência social, contribuindo para o debate a respeito da dimensão subjetiva na construção da política de assistência social e demonstrando como a psicologia sócio-histórica pode contribuir nessa tarefa crítica. Atualmente, há 10 episódios disponíveis do Podcast do PPAS, que são disponibilizados gratuitamente no site do Portal e em agregadores de áudios.

Outra ação de destaque do projeto, é a elaboração de bibliografias comentadas, que reúnem e organizam materiais de referência sobre temas específicos, acompanhados de breves comentários que contextualizam os conteúdos e ajudam na sua apropriação por parte das(os) leitoras(es). Com isso, o Portal busca não apenas facilitar o acesso, mas também contribuir para a qualificação do trabalho profissional, da formação acadêmica e da produção de conhecimento comprometido com os princípios do direito à assistência social.

Os resultados alcançados pelo Portal têm sido expressivos e demonstram a relevância da iniciativa para profissionais, estudantes e pesquisadoras(es) interessadas(os) na interface entre Psicologia e assistência social. Um exemplo desse impacto é que o Portal tem cerca de 2000 visualizações mensais. O Portal Psicologia na Assistência Social conta, desde sua formulação, com uma equipe na qual participaram pós-graduandos e, sobretudo, graduandos do IPUSP e de outras faculdades, muitos dos quais vinculados ao Programa Unificado de Bolsas da USP. Para além de ser um projeto de extensão universitária, dado o impacto de suas produções na comunidade externa à universidade, e de difusão do conhecimento científico, o projeto também contribuiu diretamente para a formação das(os) participantes, ao ampliar os conhecimentos a respeito do campo da assistência e também ao amplificar, entre os estudantes, um debate a respeito da atuação da psicologia neste âmbito. Pode-se dizer, com isso, que o projeto articula os três pilares da universidade: o ensino, a pesquisa e a extensão.

Mediante o exposto, o Portal Psicologia na Assistência Social se alinha diretamente à proposta do Grupo de Trabalho 4, inserido no eixo temático “Assistência Social, vulnerabilidades, violências e promoção de direitos humanos”. O portal contribui para o debate sobre os campos da Assistência Social e da Psicologia Social como espaços de luta pela superação das desigualdades e pela promoção de direitos humanos, problematizando e dando visibilidade à atuação intersetorial de psicólogas(os) nas políticas públicas. Ao reunir, produzir e difundir conteúdos críticos sobre a inserção da Psicologia na assistência social, o portal fortalece a perspectiva de enfrentamento às vulnerabilidades sociais e às violências, reafirmando o compromisso ético-político da Psicologia com a justiça social, os direitos humanos e a construção de práticas emancipatórias no âmbito do SUAS e de outras políticas públicas.

Possibilidades de fazer psicologia no SUAS: relato de experiência em uma equipe volante do CRAS

Victoria Imhof Correa (UFSC), Giulia Truppel Antunes (UFSC), Tatiana Minchoni (UFSC)

O presente trabalho aborda o relato de experiência como estagiária de psicologia no SUAS, mais precisamente em uma equipe volante de um CRAS no município de Palhoça, em Santa Catarina, fazendo uma análise crítica-reflexiva sobre a atuação da psicologia nesse dispositivo e também sobre o que vivenciamos. Com isso, pretende-se refletir tanto sobre a atuação da psicologia no dispositivo, considerando as violências e vulnerabilidades mas principalmente sobre práticas psicossociais que sejam promotoras de vida de sujeitos e comunidades, promovendo encontros potencializadores, fissuras de acalento no cotidiano e a identificação dos usuários como sujeitos políticos de direitos, de forma a desnaturalizar a "ordem natural" da sociedade que destina esses sujeitos à obediência e subalternização. Desse modo, a experiência de estágio que será relatada se insere no GT por se tratar de uma vivência na Assistência Social, com foco mais específico na discussão sobre a promoção de direitos humanos e superação de violências por meio da criação de espaços de acolhimento, que podem ser também potencializadores da ação. Nossas ações foram fundamentadas na psicologia social crítica latino americana, pensando o sujeito como com poder subjetivo, ativo e estético, desejante, que é produto e ao mesmo tempo produtor da história e das culturas, tanto a sua quanto a do mundo. Nos inspiramos também na filosofia espinosana, em que as experiências de conhecimento se dão pelas afetações nos encontros intersubjetivos corporais, ou seja, um sujeito que afeta e é afetado por outros corpos/subjetividades. Outro importante referencial teórico que utilizamos é a noção de território como um espaço físico composto por humanidade e natureza, onde os sujeitos são produzidos por ele e também o produzem. Essa compreensão de território baseada em Milton Santos, leva-nos a pensar as relações e ações como intrínsecas ao lugar onde acontecem, o que nos faz praticar uma psicologia que sempre leve em consideração o território, seu presente, passado e futuro. Ademais, são basilares para as práticas no SUAS, as referências técnicas para a atuação de psicólogas no SUAS como apontamentos de caminhos possíveis para a prática-reflexão. Responsável pelo atendimento a diversas famílias de territórios completamente distintos e vulnerabilizados, o fazer psicologia no CRAS tem se mostrado um processo complexo que deve ser feito com cuidado e de forma atenta. Pensando nos objetivos do CRAS como política pública, fazemos uma escolha ético-política de atuarmos nas potencialidades dos sujeitos e territórios em que atuamos como um de nossos princípios basilares. Essa escolha nos leva tanto a considerar o CRAS como um dispositivo de promoção de vida, como nosso fazer profissional como um possível produtor destas potencialidades, nos deslocando do lugar exclusivamente técnico ao qual a Assistência Social é muitas vezes colocada. É importante ressaltar que, em se tratando de uma equipe volante, nossa prática se dá integralmente no território, principalmente em visitas domiciliares nas casas dos usuários. Sendo assim, foi, e continua sendo, necessária a inserção no território, conhecer o passado e o presente dos lugares onde vivem os usuários do CRAS, a rede de políticas sociais do município, os aspectos geográficos que orientam os usuários (há montanhas na região que são utilizadas como referência para deslocamento e localização, por exemplo), a relação das pessoas moradoras do território com a natureza, com o mar e a pesca, já que atuamos em um município costeiro, o que incide no modo de viver local. Todos esses aspectos e tantos mais foram sendo compreendidos em conversas informais com os usuários, derivas pelo território, pesquisa online de materiais sobre os lugares, entre

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

outros. Destacamos, por exemplo, o atendimento a uma ocupação urbana e a uma aldeia indígena no município, em que só foi possível compreender a relação dos usuários com seus territórios a partir dos atendimentos com estes. Também atuamos na promoção de grupos e na valorização das redes de apoio e criação delas como formas importantes para a promoção de vida. Além disso, sobre a concepção de sujeito que orienta nossa prática, procuramos promover desejos e nos atentarmos para o que o usuário deseja, tanto em atendimentos individuais quanto grupais, para a imaginação e criação de outros possíveis. Como exemplo disso, trazemos em destaque o acompanhamento de duas mulheres que residem na ocupação urbana em que atuamos, as quais, a despeito de toda a situação de extrema vulnerabilidade nos recebem com carinho, nos convidam para entrar em suas casas e partilham com nós suas histórias. Nesses momentos o acompanhamento já pode se tornar um bom encontro, pois por meio da nossa conversa, conseguimos, juntas, pensar no que estas mulheres gostariam para si e como traçar caminhos até estes desejos, saímos todas um pouco mais potentes do que entramos. Sabemos, e percebemos na prática, que os desafios são grandes e múltiplos: há o sucateamento do serviço, que reflete na falta de profissionais e demandas maiores do que conseguimos acolher, há também as dificuldades institucionais de operacionalização no serviço, os limites de atuam com populações vulnerabilizadas e em condição de pobreza, e tantos outros. Por isso, entendemos que a política social, unicamente, não será responsável pela superação da pobreza e para a efetivação de direitos de forma plena, não negamos em nenhum momento a necessidade da superação das desigualdades sociais, do fim da hiper exploração e opressão dos sujeitos e da natureza para que se crie de fato, a possibilidade de uma vida digna. Entretanto, ao compreendermos nossa atuação junto aos usuários como produtora de potências de vida e guiarmos nossas práticas para promoção de momentos de afeto, de escuta sensível, de vínculo, de criação e com isso, promoção de cuidado em saúde, fazemos com que seja possível criar alguma fissura e perspectiva de vida que até então não era imaginada. Podemos nos atentar assim, ao vínculo criado com os usuários, que entendem o CRAS como componente de suas redes de apoio, aos momentos de criação que acontecem durante os atendimentos e os grupos, aos vínculos criados entre usuários e comunidades, e outras pequenezas que fazem do fazer psicologia no CRAS um fazer possível, importante, sensível e implicado ético-politicamente com a transformação social como horizonte.

Relato de experiência sobre a atuação da Psicologia em Unidade do Centro-POP

Raphaella Souza Silva (Centro POP), Eduarda Furtado Duarte (Centro POP)

O presente trabalho trata de um relato de experiência, desenvolvido por duas psicólogas atuantes no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que trabalham no Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Centro POP) de Rondonópolis, Mato Grosso, território no qual adentramos recentemente, no começo de 2025. Neste âmbito, a inserção da Psicologia no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) representa uma ampliação fundamental do campo profissional para um envolvimento mais direto com as questões sociais contemporâneas (Sawaia; Pereira; Santos, 2018). Conforme destacam Oliveira et al. (2011), trata-se de um espaço recente e controverso no qual profissionais de psicologia têm se inserido, demandando novas reflexões e práticas. Historicamente vinculada à caridade, ao assistencialismo e ao clientelismo, a Assistência Social passa por uma reestruturação de suas políticas, principalmente com a criação do SUAS em 2004 (Oliveira et al., 2011, p. 140). Diante disso, ancoradas na Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004), estabelece-se como política pública, direito do cidadão e dever do Estado, práticas pautadas na garantia de direitos e na proteção social de indivíduos e famílias. Neste movimento, inserido na Proteção Social Especial de média complexidade, o Centro POP, como é mais conhecido, é um serviço que atende uma população atravessada por múltiplas situações de vulnerabilidade, cujos contextos expressam, de forma contundente, os efeitos das desigualdades sociais, das violências urbanas e dos processos de exclusão social. Compreendemos que o trabalho desenvolvido no Centro POP exige, pois, uma escuta e intervenção em Psicologia atenta e qualificada, sensível às singularidades e aos atravessamentos que marcam as existências das pessoas em situação de rua. A partir da experiência prática no atendimento a esta população em situação de extrema vulnerabilidade social, e considerando a complexidade dos processos de exclusão e estigmatização que permeiam este contexto, buscamos refletir sobre os nossos fazeres enquanto psicólogas no Centro POP. O referencial teórico-metodológico que sustenta as reflexões deste relato está alinhado às contribuições de Ana Bock (2022), Martín-Baró (1997) e Silvia Lane (1989), reafirmando que toda Psicologia é social, além de darmos ênfase no conceito de sofrimento ético-político proposto por Bader Sawaia (2014). Em articulação com os pressupostos também da interseccionalidade (Akotirene, 2019), evidenciamos que as produções de subjetividade e de vulnerabilidades não são homogêneas, sendo construídas a partir do cruzamento de múltiplos marcadores sociais. Considerando isso, em torno das potencialidades que identificamos em nossas experiências no Centro POP, destacamos o desenvolvimento de experiências coletivas e o cuidado com a singularidade das pessoas assistidas, reconhecendo que múltiplos afetos atravessam este grupo plural e heterogêneo. Nesse contexto, favorece, em nossa experiência, uma gestão na unidade em que se reforça a importância de criar espaços coletivos como estratégia para consolidar vínculos e garantir que os assistidos tenham oportunidades concretas de expressão, de escuta e de visibilidade como sujeitos de direito. Quanto a isso, como afirma Sawaia (2014), o sofrimento que atravessa essas vidas expressa, de forma contundente, os efeitos da exclusão. Entre tantas dores, talvez a mais dilacerante, segunda a autora, seja o descrédito social. Ecoa, nas falas e nos silêncios, o desejo por reconhecimento; um desejo restrito à busca por igualdade, mas também pelo desejo de ser visto, distinguido e legitimado enquanto sujeito de direitos e de existência. Dessa forma, essa perspectiva se materializa nas intervenções coletivas que constituem a proposta cotidiana da unidade, onde se torna parte da função

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

cotidiana da equipe sugerirem e facilitarem atividades voltadas ao cuidado e estabelecimento de vínculos. As oficinas, rodas de conversa e intervenções coletivas se tornam, assim, ferramentas que potencializam a produção de espaços de fortalecimento das pessoas assistidas na unidade. Além disso, a importância das pessoas assistidas estarem em um ambiente acolhedor revela-se fundamental quando consideramos que "essas contribuições compõem o embrião da ideia de que a psicologia no Brasil deveria considerar a realidade social em que a subjetividade se constitui" (Bock et al., 2022, p. 4). Trata-se de um movimento que busca, no cotidiano do serviço, ampliar condições para que pessoas em situação de rua sejam reconhecidas, ouvidas e respeitadas enquanto sujeitos de direito, em contramão com práticas historicamente marcadas pela invisibilização social. Nesse percurso, identificamos que a gestão pública local tem procurado fortalecer ações orientadas pela garantia de direitos e pela qualificação do cuidado, não obstante se reconheça a complexidade envolvendo a implementação dessa política, especialmente na superação de uma ótica assistencialista. Outrossim, a atuação do Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS), uma das atribuições também da psicologia no Centro POP e integrado ao cotidiano semanal da unidade, tem se apresentado como dispositivo importante para uma maior proximidade com o território, considerando que nem todas as pessoas em situação de rua frequentam a unidade. Esta abordagem territorial permite acompanhamento e compreensão mais ampla das condições sociais em que os assistidos se encontram. Importante ressaltar que o serviço realiza busca ativa tanto para o atendimento às pessoas em situação de rua quanto para outras situações de violação de direitos, como trabalho infantil, exploração social, dentre outras violações presentes nos territórios do município. Trata-se, portanto, de um dispositivo de cuidado, escuta, orientação e encaminhamento, importante eixo estruturante para a consolidação de acesso às políticas socioassistenciais. Neste contexto, a intersetorialidade se faz condição necessária para que o trabalho da abordagem social seja efetivo e de fato comprometido com os direitos sociais. Sobre a atuação da Psicologia, compreendida aqui como práxis psicossocial de comprometimento ético-político com a mudança, deve transcender abordagens tradicionais e focar no reconhecimento da potência dos indivíduos, no fortalecimento dos vínculos coletivos e na construção do comum como força de enfrentamento à exclusão social (Lane, 1989; Martín-Baró, 1997). Contudo, essa inserção profissional revela desafios importantes que precisam ser enfrentados, especialmente uma lacuna significativa na produção de conhecimentos e de documentos que orientem criticamente a nossa prática profissional com a população em situação de rua. Sobre isso, Bader Sawaia, Aline Pereira e Lívia Santos (2018) destacam que embora existam estudos e intervenções em serviços como o Centro POP e o Consultório na Rua, incluindo iniciativas como o coletivo Psicanálise na Rua atuante em Cuiabá-MT, parte considerável das investigações sobre a atuação com pessoas em situação de rua no âmbito das políticas de saúde e assistência social carece de uma análise crítica sobre o trabalho da psicologia neste campo. As pesquisas frequentemente se limitam a descrever atendimentos ou a apreender essa população exclusivamente pela ótica da violação de direitos e precarização da existência, ou então utilizam o modelo clínico-individual, homogeneizando os sujeitos e negligenciando a singularidade de suas experiências (Sawaia; Pereira; Santos, 2018), práticas que refletem, muitas vezes, demandas sociais sobre o que é esperado da nossa atuação no Centro POP. Nessa dimensão, apesar de documentos gerais para o SUAS existirem, a falta de diretrizes específicas e de uma problematização aprofundada da prática psicológica frente à complexidade da situação de rua nos convoca à criação de novos conhecimentos e posturas que ultrapassem os referenciais já consolidados e a experiência penosa da rualização como sofrimento ético-político. Tal postura demanda uma bússola teórico-prática que ainda que encontra desafios em ser sistematizada e regulamentada

para essa atuação específica. Assim, concordamos que refletir sobre uma prática profissional que articule um posicionamento político crítico e que possibilite a construção de outros referenciais teórico-metodológicos, embora possam dialogar com saberes já consolidados, constitui, como afirma Yamamoto e Oliveira (2020), um dos grandes desafios para nós psicólogas inseridas no Centro POP.

Referências Bibliográficas

AKOTIRENE, Carla. O que é interseccionalidade? Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018.

BOCK, Ana Mercês, et. al. O compromisso social da Psicologia e a possibilidade de uma profissão abrangente. Psicologia: Ciência e Profissão, Brasília, v. 42, n. spe, e262989, 2022.

CARRETERO, Gustavo Henrique. Psicologia e assistência social: o sofrimento ético-político e a escuta, ação e garantia de direitos. In: SAWAIA, Bader Burihan (Org.). Afeto & Comum: reflexões sobre a práxis psicossocial. São Paulo: Alexa Cultural, 2018. p. 143–160.

LANE, Silvia T. M. A Psicologia Social e uma nova Concepção de Homem para a Psicologia. In: CODO, Wanderley.; LANE, Silvia T. M. . Psicologia Social: O Homem Em Movimento. 13ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 11-19.

OLIVEIRA, Isabel Fernandes de; DANTAS, Cândida Maria Bezerra; SOLON, Avrairan Fabrícia Alves Caetano; AMORIM, Keyla Mafalda de Oliveira. A prática psicológica na proteção social básica do SUAS. Psicologia & Sociedade, v. 23, n. spe, p. 140–149, 2011.

MARTÍN-BARÓ, Ignácio. O papel do psicólogo. Estudos de Psicologia (Natal), v. 2, n. 1, p. 7–27, jan./jun. 1997.

SAWAIA, Bader Burihan. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: SAWAIA, Bader Burihan (Org.). As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 103–128.

SAWAIA, Bader Burihan; PEREIRA, Aline; SANTOS, Lívia Maria. Psicologia e população em situação de rua: apontamentos sobre a produção científica no Brasil. In: SAWAIA, Bader Burihan (Org.). Afeto & Comum: reflexões sobre a práxis psicossocial. São Paulo: Alexa Cultural, 2018. p. 101–122.

YAMAMOTO, Oswaldo Hajime; OLIVEIRA, Isabel Fernandes de. Política social e psicologia: uma trajetória de 25 anos. Psicologia: Teoria e Pesquisa, Brasília, v. 26, n. esp., p. 9–24, 2010.

RELATO DE EXPERIÊNCIA: Atuação do PAIF nos grupos de Idosos do SCFV no CRAS Regina Justa Feijão - Sobral (CE)

Lays Nalda Silva Munins (PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRAL - SECRETARIA DOS DIREITOS HUMANOS E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL)

Resumo: Este relato de experiência versa sobre aspectos da materialidade da atuação profissional de parte da equipe técnica de referência, a saber uma Assistente Social e uma Psicóloga, do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Regina Justa Feijão em Sobral - CE, em diálogo com o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).

Atuando nas áreas com índices consideráveis de vulnerabilidades e riscos sociais, o CRAS Regina Justa Feijão fica localizado em Sobral, município situado no estado do Ceará, sendo um equipamento público de referência para nove bairros: Vila União, Cidade Doutor José Euclides Ferreira Gomes Jr. (Terrenos Novos), Residencial Nova Caiçara, Boqueirão, Cachoeiro, Mucambinho, Renato Parente, Nossa Senhora de Fátima e Cidade Pedro Mendes Carneiro (Cohab III).

Nesta perspectiva, o CRAS Regina Justa Feijão realiza semanalmente 02 (dois) grupos do SCFV - ciclo de 60 anos, com idosos residentes nos bairros de abrangência da unidade: Vila União e Cidade Doutor José Euclides Ferreira Gomes Jr. (Terrenos Novos).

Os territórios de vivências dos participantes, vinculam as histórias, estratégias de sobrevivência, pluralidade de pessoas, como também aos estigmas designados socialmente, com a estereotipação das violações de direitos cotidianas. Refletindo assim, nas políticas de acesso à população em geral, com destaque a singularidade da população idosa neste contexto, diante das estatísticas diárias sobre violências, e as características próprias do envelhecimento.

A coleta de dados deste relato de experiência foi realizada em Agosto de 2024, com ênfase na construção de um projeto interno da Secretaria dos Direitos Humanos e da Assistência Social (SEDHAS) de Sobral, para 1ª Edição do SELO SUAS +: EXPERIÊNCIAS QUE TRANSFORMAM VIDAS, ocorrido em Dezembro de 2024, e com a certificação das unidades CRAS.

Neste sentido, a experiência em discussão apresenta conexão com o eixo temático nº 05: Assistência Social, vulnerabilidades, violências e promoção de direitos humanos e sinaliza interface com o Grupo de Trabalho nº 04 - Alianças territoriais no SUAS: Práticas psicossociais no enfrentamento as vulnerabilidades e violações de direito; considerando a prática profissional desenvolvida na política de Assistência Social em âmbito municipal, territorializada, com atores sociais que vivenciam amplas desproteções sociais e assim como diversas políticas públicas, o CRAS por meio dos serviços ofertados têm o desafio e papel fundamental no enfrentamento cotidiano das desigualdades, potencialização e exercício dos direitos humanos.

A construção dos serviços no âmbito da Assistência Social, se materializa com a normatização da resolução nº109/2009 do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, que caracteriza a Proteção social em Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE), e no âmbito da PSB, apresenta o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), visa a oferta do trabalho social com famílias e fortalecimento da função protetiva das famílias, bem como o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, a partir da concepção de ciclos de vida, grupalidades, interações geracionais,

que visa proporcionar o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. (BRASIL, 2009).

A Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB-RH/SUAS) materializada enquanto documento em 2006, trouxe as perspectivas para gestão do trabalho na política de Assistência Social, como é a designação das equipes de referência no âmbito dos CRAS, a partir da composição de profissionais assistentes sociais, psicólogos (as) e outros profissionais que compõe o SUAS, conforme o porte municipal. (BRASIL, 2006).

Deste modo, o exercício do Assistente Social nos diversos espaço ocupacionais, é marcado pelo processo histórico, bem como a busca cotidiana do rompimento com práticas alinhadas ao conservadorismo e assistencialismo, a partir da compreensão da inserção profissional na divisão social e técnica do trabalho, as normativas balizadoras e que conforme Sposati (2013, p.664): "a luta pelo reconhecimento de Direitos Humanos e sociais no âmbito da proteção social lhe imprime marcas significativas e aproximam o Serviço Social e a direção de seu projeto ético-político desse campo de prática.".

O psicólogo no CRAS faz parte da equipe de referência definida pela resolução n. 17, de 20 de junho de 2011 (BRASIL, 2011). Observa-se que o dia a dia no equipamento cinge de conhecimentos que assegurem a proteção social, conversando com a singularidade de cada família. Na perspectiva do trabalho social com famílias, Azevedo et al. (2018, p. 14) explicam que: "O trabalho social com famílias tem a responsabilidade de fomentar habilidades que ampliem o conhecimento da família sobre os recursos do território, da cidade e das diversas políticas públicas".

O fundamento do trabalho social com famílias do PAIF, tem como diretriz, caminho e horizonte, a viabilização da participação social, convivência comunitária, concretização de espaços de informação sobre os direitos materializados em serviços, programas, benefícios e projetos são os principais aspectos abordados pelo público participante nos contextos avaliativos sobre os encontros.

Neste contexto, as ações desenvolvidas seguem os eixos estruturantes do serviço ofertado, com os percursos temáticos que se materializam em propostas metodológicas, e na atuação planejada do PAIF através de Rodas de Conversa; Oficinas com Famílias; Ações Comunitárias realizadas no CRAS; bem como nos encaminhamentos/orientações necessárias a partir da compreensão das possibilidades de acesso aos direitos.

Quanto a interface com o trabalho social com famílias do PAIF, em um encontro avaliativo em Julho de 2024, em uma roda de saberes e escutas no grupo juntos as técnicas de referência do serviço, Assistente Social e Psicóloga, as participantes presente trouxeram relatos orais das atividades desenvolvidas, quanto ao acesso às informações de forma dinâmica sobre Cadastro Único; as rodas de conversa com orientações sobre campanhas mensais como Saúde Mental, Transtorno do Espectro Autista (TEA), Violências contra Pessoa Idosa; Oficinas sobre história e memórias dos territórios; e ainda do acesso a direitos como Passe Livre e Benefícios Assistenciais, foram conhecimentos de extrema importância desenvolvidos.

A dimensão social e territorial de atuação com coletivos, visa atingir os objetivos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com as possibilidades de materialização da proteção social, por meio do acesso à informação, aos serviços, aos benefícios, com o fomento da participação social e sobretudo de reconhecer as singularidades das pessoas referenciadas no âmbito da política de Assistência Social: aquelas que dela necessitarem, como estabelece a Constituição Federal de 1988.

O trabalho do PAIF intenta apreender as dinâmicas dos usuários dos serviços, e com relação à situação socioeconômica, os participantes dos grupos de idosos fazem jus a benefícios tais como: Benefício de Prestação Continuada (BPC), Aposentadoria por Idade, Rural, Pensão

por Morte e Programa Bolsa Família (PBF), conforme as triagens dos cadastrados nos grupos. Os participantes do grupo relatam que também tiveram também aos Passes Livres, seja na esfera municipal, estadual ou federal.

Vale ressaltar ainda, a identificação das demandas familiares encaminhadas ao acompanhamento do PAIF, e por vezes necessário encaminhamentos a políticas públicas transversais com ênfase nas possibilidades de fortalecimento da convivência familiar e comunitária.

Com isso, destaca-se que a intersecção em relato, traduz a interdisciplinaridade e tem como ênfase o reconhecimento dos múltiplos aspectos da realidade social e das pessoas, e essas são estruturas que balizam a atuação dos profissionais presentes na equipe técnica do PAIF, na construção de respostas e novos questionamentos as políticas públicas.

A existência dos grupos fundamenta-se para além das normativas legais, e a atuação da equipe técnica do PAIF nesses coletivos tem um direcionamento ante aos objetivos de proporcionar a difusão de informações quantos aos direitos sociais, viabilização do acesso às políticas públicas, a aproximação dos participantes com os serviços da política de Assistência Social, e o fortalecimento da convivência comunitária.

Referências Bibliográficas:

Azevedo, A. B., Blanes, D. N., Cariaga, M. H., Carneiro, M. L. N. C., Conserva, M. S., Corá, M. A., Gambardella, A. D., Scavazza, B., Silva, M. S. (Orgs.). (2018). Contribuições para o aprimoramento do PAIF: Gestão, família e território em abrangência. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/consulta_publica/Contribuicao%20para%20o%20Aprimoramento%20do%20PAIF%20final.pdf. Acesso em: 09 jun. 2025.

BRASIL. Resolução CNAS nº 17, de 20 de junho de 2011. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 jun. 2011. Disponível em: http://blog.mds.gov.br/redesuas/resolucao-no-17-de-20-de-junho-de-2011/ . Acesso em: 09 jun. 2025.

BRASIL. Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/resolucao_cnas_n109_%202009.pdf. Acesso em: 30 mai. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social - NOB-RH/SUAS. 2006, Brasília, DF. Disponível em: https://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2023/10/Norma_Operacional_RH-SUAS_2006.pdf . Acesso em: 30 mai. 2025.

SPOSATI, Aldaíza. (2013). Proteção social e seguridade social no Brasil: pautas para o trabalho do assistente social. Serviço Social & Sociedade, 34(85), 663-687. DOI: https://doi.org/10.1590/S0101-66282013000400005 Disponível em: https://www.scielo.br/j/sssoc/a/WcYSGg6ys8ZbQfLwf9zCtkn/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 30 mai. 2025.

Respostas programáticas à violência contra a mulher na assistência social durante a epidemia de COVID-19

Brisa Bejarano Campos (IP-USP), Vera Paiva (IP-USP)

Esta comunicação apresenta parte dos achados da pesquisa de doutorado intitulada "A Dinâmica da vulnerabilidade programática à violência contra a mulher no contexto da epidemia de COVID-19 em São Paulo". O estudo analisa como a política pública de assistência social, por meio dos Centros de Defesa e Convivência da Mulher (CDCM), respondeu à intensificação das vulnerabilidades de mulheres em situação de violência durante a fase mais aguda da crise sanitária e social provocada pela pandemia de COVID-19.

A pesquisa foi realizada com base em entrevistas com trabalhadoras de dois CDCM localizados em bairros periféricos na cidade de São Paulo. A partir da análise de conteúdo das entrevistas, buscou-se compreender como esses serviços — componentes fundamentais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) — atuaram frente ao agravamento das desigualdades e das múltiplas formas de violência contra a mulher em um contexto de emergência. A análise foi guiada por referenciais das teorias feministas e do Quadro da Vulnerabilidade e dos Direitos Humanos, com ênfase na dimensão da vulnerabilidade programática.

Os dados coletados revelam que a pandemia não apenas evidenciou, mas também intensificou desigualdades estruturais já existentes, como: a perda de renda, o desemprego e a insegurança alimentar, fatores que complexificaram profundamente a capacidade de resposta dos serviços públicos. Além disso, geração, território, renda, raça/cor e analfabetismo foram marcadores sociais da diferença que aprofundaram a exposição das mulheres à violência e fragilizaram suas redes de apoio e proteção.

Além disso, foi possível observar um aumento significativo no sofrimento das mulheres vítimas de violência, assim como das equipes de trabalho, que atravessados por incertezas cotidianas, medo e revitimização, desafiou a resposta do atendimento psicossocial, porém pelo contexto intersetorial onde o SUS estava voltado a mitigar a Covid-19, foram apresentadas de pôr práticas de atendimento individuais tradicionais e pouco efetivas.

As profissionais entrevistadas destacaram a intensificação de eventos de extrema violência e crueldade, o que exigiu dos serviços uma atuação ainda mais sensível e articulada, apesar dos inúmeros limites estruturais.

Entre as estratégias institucionais adotadas, destaca-se a implementação do Boletim de Ocorrência online, que viabilizou o acesso a medidas protetivas durante o período de distanciamento físico. No entanto, essa ferramenta evidenciou também a desigualdade digital: mulheres sem acesso a celular, internet ou com baixa escolarização digital ficaram à margem desse recurso. Outro aspecto relevante identificado foi a complexidade envolvida no respeito à autonomia das mulheres em situação de violência, embora essa diretriz esteja formalmente presente no campo dos direitos humanos, ela segue sendo desafiadora na prática cotidiana, especialmente em contextos de identificação de possivel feminicídio, nos quais a tensão entre 'proteção' e 'liberdade autônoma de escolha' se intensifica. As profissionais dos CDCM relataram experiências ambíguas, em que o acolhimento e o cuidado precisaram se articular à escuta atenta e à não imposição de decisões, mesmo diante de riscos evidentes.

Nesse cenário, é importante destacar o papel das gestões públicas durante o período. Políticos alinhados à ultradireita contribuíram para a disseminação de discursos negacionistas, misóginos e conservadores, enfraquecendo políticas públicas voltadas às mulheres e reforçando estereótipos de gênero associados à subalternidade e à virilidade tradicional. A sinergia entre as violências simbólicas, políticas e estruturais agravou ainda mais a situação das mulheres, ao mesmo tempo em que impôs barreiras adicionais ao trabalho das equipes nos territórios.

A atuação dos CDCM durante esse período foi marcada por esforços concretos para manter o vínculo com as usuárias, adaptar os atendimentos às restrições sanitárias e reinventar práticas. Apesar das adversidades, esses equipamentos se mostraram fundamentais na garantia de direitos e na oferta de proteção, atuando como equipamentos protetivos diante da ausência de outras políticas públicas ou da desinformação generalizada. A pandemia revelou, assim, não só os limites, mas também a potência dos CDCM como espaços de resistência institucional.

Mesmo diante desse quadro adverso, as profissionais dos CDCM mobilizaram estratégias de escuta, acolhimento e cuidado que revelam uma capacidade de atuação criativa e comprometida. As experiências das mulheres atendidas oscilaram entre a adesão aos serviços, a adaptação às novas rotinas de atendimento e, em muitos casos, formas de resistência às múltiplas formas de opressão que atravessaram seus cotidianos.

Assim, podemos afirmar que os CDCM ofereceram respostas programáticas relevantes diante de um contexto inesperado e altamente desafiador. Sua atuação deve ser compreendida como parte da resposta pública à sindemia — isto é, a interação entre a pandemia de COVID-19 e a pandemia do sofrimento psicossocial, ambas profundamente entrelaçadas com as desigualdades de gênero e os desafios históricos da política de assistência social no Brasil.

Diante de todos esses elementos, consideramos que esta comunicação dialoga diretamente com os objetivos do Grupo de Trabalho 04 — Alianças territoriais no SUAS: práticas psicossociais no enfrentamento às vulnerabilidades e violações de direito. Esse GT oferece um espaço fértil para o debate crítico sobre a política de assistência social, a promoção dos direitos humanos e o enfrentamento das múltiplas formas de violência que afetam especialmente mulheres em contextos de vulnerabilidade.

Ao longo da tese, buscamos sustentar a premissa de que os serviços do SUAS — e, em especial, os CDCM — são centrais na proteção de direitos fundamentais. Isso requer uma abordagem comprometida com a dignidade humana, com o reconhecimento das diferenças e com a construção de respostas institucionais éticas, baseadas no cuidado e na escuta qualificada. Em contextos de crise, essa tarefa se torna ainda mais urgente e desafiadora, mas também mais essencial.

Indicações subsequentes: GT 55: Violência feminicida e justiça patriarcal: perspectivas críticas sobre a violência contra as mulheres; GT 57: “Desejo de correr pelos campos”: saúde mental e direitos humanos.

SABEDORIA POPULAR EM JOGO: Uma intervenção lúdica com idosos do CRAS União da cidade de Boa Vista RR

Luiza Lopes Lima (estudante), Luiza Lopes Lima (Faculdade Cathedral), Aliny Coelho da Silva (Faculdade Cathedral), Ellie Cristina Silva Ribeiro (Faculdade Cathedral)

O presente projeto foi desenvolvido como um projeto de extensão da disciplina de Gerontologia no curso de Psicologia e teve como objetivo promover o bem- estar e o fortalecimento de vínculos entre os idosos atendidos pelo Centro de Referência de Asssistência Social (CRAS) por meio de práticas lúdicas. A proposta se fundamenta na valorização da sabedoria popular e na construção coletiva de saberes, utilizando atividades recreativas como ferramentas para estimular a memória, a socialização e o sentimento de pertencimento comunitário. Inspirado na abordagem da Psicologia Social Crítica, o projeto buscou considerar os idosos em sua totalidade social, respeitando seus contextos históricos, suas subjetividades, capacidades e realidade concreta (Lane, 2013).

Sabe-se que existem diversas teorias que se debruçam acerca da população idosa, a partir de diversas perspectivas. Para esta ação, a ideia foi desenvolver uma discussão crítica que desconstruisse a representação hegemônica do idoso frágil, dependente, passivo e incapaz de constribuir com a sociedade. Esta visão ainda serve de alicerce para diversas teorias dentro do âmbito da saúde e assistência social voltados para a população idosa, inclusive o campo da Psicologia (Gonçalves, Moraes e Câmara, 2024).

Dessa forma, é possível compreender a representação social que possui o idoso na sociedade a partir do lugar social que lhe é atribuído, dentro de um contexto neoliberal em que o utilitarismo prevalece, as pessoas somente possuem “valor” enquanto puderem “servir” como mão de obra para o mercado de trabalho. Este cenário faz com que as pessoas idosas sejam vistas como descartáveis e sem utilidade, fator que influencia a subjetividade dessa população (Gonçalves, Moraes e Câmara, 2024).

É nesse sentido que a intervenção ancorou-se na perspectiva da interseccionalidade, Compreendendo que as experiências de envelhecimento são atravessadas por múltiplos marcadores sociais, tais como gênero, raça, classe, território e etc., que modulam vulnerabilidades e potências. Esta pesrpectiva ajuda a compreender que a velhice, aqui tida como uma construção social, se desenvolve a partir de diferentes determinantes sociais, para além da faixa etária. Estes determinantes estão na raíz das desigualdades sociais a que esta população está sujeita (Crenshaw, 2004).

Inspirou-se ainda na concepção de corpo e subjetividade como produzidos social e historicamente (Corossacz, 2020), reconhecendo que o envelhecimento não é um processo meramente linear e biológico, mas cultural e político. Dessa forma, faz-se necessário lançar um olhar que considere os discursos que sustentam a representação social da velhice e a partir daí, desconstruir concepções naturalizantes e essencialistas que somente contribuem para sustentar desigualdades sociais, mantendo o idoso às margens da sociedade (Lane, 2013).

Ações de extensão como a que fora realizada são relevantes para a formação em Psicologia em interface com a Assistência Social, pois ressalta-se a necessidade de uma Psicologia que busque interdisciplinariedade com outras áreas, para além do campo técnico psicológico. A ação contribui para uma maior compreensão acerca dos entrelacamentos das desigualdades sociais nas subjetividades, auxilia na importância de defender uma Psicologia Social Crítica próxima das comunidades,

compromissada com a superação das desigualdades sociais e defensora dos direitos humanos (Freitas, 1998).

A Psicologia deve estar inserida no Sistema Único de Assistência Social com repertório teórico diversificado e um olhar cada vez mais crítico, a fim de problematizar contextos de injustiça social (Freitas, 1998). É nesta perspectiva que a realização de projetos como este está alinhada com os GTs e eixos temáticos propostos, dentro do âmbito da Psicologia Social e contra a destruição de subjetividades.

No que diz respeito aos procedimentos metodológicos, as atividades foram organizadas de forma lúdica, respeitosa e participativa, priorizando o protagonismo dos idosos e o fortalecimento dos vínculos comunitários. Esta ação demonstrou-se um desafio, visto que o papel institucionalizado do psicólogo ressoa sobre as relações estabelecidas com a população atendida. Nesse sentido, fez-se necessário organizar a ação para que tanto o planejamento quanto as atividades desenvolvidas fossem fruto de um trabalho coletivo com o grupo de idosos com o propósito de promover autonomia e conscientização (Lane, 2013).

As atividades realizadas foram: Torta na Cara: Jogo de perguntas e respostas com foco em elementos da sabedoria popular, cotidiano e memórias de vida dos participantes; Dança Coletiva: Momento de expressão corporal, com músicas selecionadas para evocar memórias afetivas e promover o movimento. As visitas foram marcadas pela receptividade da equipe do CRAS e pelo envolvimento afetivo dos idosos, demonstrando o quanto espaços como esse são fundamentais na promoção da qualidade de vida na terceira idade.

A elaboração das atividades propostas no projeto Sabedoria Popular em Jogo foi resultado de um processo reflexivo, fundamentado na Psicologia Social Crítica e orientado por um compromisso ético e político com a população idosa atendida pelo CRAS União.

O planejamento não foi feito de forma aleatória ou apenas técnica; ao contrário, as atividades foram pensadas após o primeiro contato com o grupo, considerando suas realidades, interesses e subjetividades.

Inicialmente, visitamos o CRAS e buscamos compreender o contexto social, histórico e cultural dos participantes. Durante esse contato, ouvimos relatos, observamos o ambiente e identificamos temas recorrentes que permeavam as falas dos idosos, como a memória afetiva, a música, os ditados populares e os saberes transmitidos oralmente. Foi a partir dessa escuta sensível que construímos as atividades, de modo a valorizar o conhecimento popular e fortalecer os vínculos afetivos e comunitários.

Portanto, as atividades foram escolhidas por nós, mas não de forma autoritária. Foram baseadas em indícios observados durante o contato com o grupo e alinhadas à proposta de uma Psicologia comprometida com o protagonismo dos sujeitos. Não partimos de uma lógica assistencialista, mas sim participativa e horizontal. Essa postura segue a perspectiva defendida por Silvia Lane (2013), que enfatiza a importância de uma escuta ativa e de práticas que estimulem a consciência crítica e o engajamento coletivo.

A escolha de atividades como o jogo Torta na Cara, com perguntas ligadas à sabedoria popular, e a Dança Coletiva, com músicas que evocavam memórias afetivas, foi motivada pelo desejo de criar um espaço lúdico, respeitoso e agregador. Essas práticas não foram solicitadas diretamente pelos participantes, mas foram inspiradas nas suas vivências e pensadas com o objetivo de estimular a memória, o pertencimento e a valorização da trajetória de vida de cada um.

Conforme destaca Freitas (1998), o psicólogo no contexto da Assistência Social deve atuar com base na análise das necessidades da comunidade e na construção conjunta das ações. Isso requer escuta, flexibilidade e diálogo. Também nos inspiramos nas reflexões de Martín-Baró

(2017), que aponta a necessidade de uma Psicologia Libertadora, que combata os efeitos da exclusão e da desvalorização social, especialmente de populações historicamente marginalizadas como a dos idosos.

Assim, podemos afirmar que a metodologia utilizada foi pensada a partir do encontro com o grupo, respeitando sua cultura, saberes e desejos. As atividades foram planejadas com base na escuta, observação e nos referenciais teóricos que defendem uma Psicologia Social Crítica, engajada na transformação das condições de vida e na valorização das subjetividades em contextos marcados pela vulnerabilidade social.

No que diz respeito aos resultados, notou-se que a intervenção se mostrou uma estratégia eficaz para: estimular a memória afetiva e cultural; fortalecer vínculos afetivos e comunitários; reforçar o sentido de pertencimento ao grupo e à comunidade; valorizar as histórias de vida dos participantes.

Percebemos que práticas simples, quando fundamentadas na escuta e no respeito à trajetória dos sujeitos, são capazes de produzir impactos significativos na qualidade de vida e na autonomia das pessoas idosas. A prática comunitária sempre se volta para uma ação com vistas em possibilitar trocas que favorecem a conscientização, seja ela do próprio papel social do sujeito, seja das suas potencialidades, seja da capacidade de ocupar determinados territórios que habita. Dessa forma, nota-se que as condições de vulnerabilidade social evidenciadas na ação refletem cenários de desigualdade constituídos historicamente e vivenciados de maneira coletiva (Freitas, 1998).

São sofrimentos coletivos que para serem superados devem ser trabalhados coletivamente e nunca reduzidos a características individuais, é somente assim que se é possível desenvolver uma atuação em Psicologia e Assistência Social coerente com a promoção dos direitos humanos. A importância de defender uma prática psicossocial, apoiada em uma epistemologia crítica da Psicologia Social, alicerçada na participação comunitária torna-se primordial, principalmente em contextos em que se prevalece as desigualdades, estigmas e exclusão (Martín-Baró, 2017).

A intervenção demonstrou que ações lúdicas e participativas podem ser instrumentos potentes de promoção de saúde e fortalecimento comunitário. Diante da receptividade e envolvimento dos participantes, propomos a ampliação do projeto "Sabedoria Popular em Jogo", estendendo-o para outras unidades e consolidando-o como prática contínua, bem como uma maior proximidade do curso de Psicologia nas práticas comunitárias. Este trabalho reafirma o papel ético e político da Psicologia Social na transformação das realidades coletivas, especialmente no enfrentamento das desigualdades que atingem os sujeitos na velhice.

SEGURANÇAS AFIANÇADAS DO SUAS: caminhos para a integralidade do cuidado e acesso a garantia de direitos e justiça social.

Izandra Cardoso Reis (SEMASC), Nathalia Almeida da Silva (SEMASC)

A assistência social foi reconhecida como política pública de seguridade social a partir de 1988, com a promulgação da Constituição federal brasileira, e regulada através da lei 7.842 (Lei Orgânica da Assistência Social) em 7 de dezembro de 1993. Os avanços no campo legal foram produtos de lutas históricas dos movimentos sociais no sentido de garantir a superação da fragmentação, da pontualidade e da utilização da oferta dos serviços assistenciais como benesse, características históricas desta política ao longo dos anos. Nesta perspectiva, este trabalho busca discutir o significado da proteção social de assistência social, refletindo sobre quais seguranças devem prover no sentido de garantir a cidadania aos cidadãos brasileiros que dela necessitam. Para tal, analisam, no primeiro momento, as configurações recentes da proteção social, particularizando a forma como o sistema de proteção social brasileiro estruturou-se e as características por ele assumidas; em seguida, busca refletir sobre a especificidade da assistência social na provisão de serviços que garantam seguranças sociais aos indivíduos e famílias brasileiros na perspectiva da cidadania.

É preciso considerar, inicialmente, que as sociedades de diferentes épocas, de um modo geral, sempre estiveram presentes na formatação de iniciativas que garantissem a proteção aos seus membros, mais especificamente àqueles que não conseguem, por meio do trabalho, a satisfação de suas necessidades. No entanto, à medida que esse viver em sociedade foi-se tornando mais complexo e que as forças produtivas foram-se desenvolvendo, mormente com o impulso do processo de industrialização, ficaram evidentes as necessidades de intervenção do Estado no tocante à garantia de proteção aos seus membros, o que nos permite inferir que para entender as configurações do sistema de proteção social, faz-se necessário entender que o mesmo se constituía partir do entrelaçamento das relações entre Estado, mercado e sociedade. Enquanto política de seguridade social, a assistência deve prover seguranças sociais ao seu público, o qual é formado, de acordo com a Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2004, p. 27). Cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social. Neste esforço, a PNAS define as seguranças que devem ser assumidas por essa política enquanto política de seguridade social, quais sejam: a segurança de sobrevivência (de rendimento e de autonomia); de acolhida; e convívio ou vivência familiar. A primeira inclui atenção aos que estão no mercado, mas não conseguem sua manutenção pelo trabalho e nem pela família (BRASIL, 2004). Como resposta a esta demanda, está o benefício de prestação continuada, que estabelece a concessão de uma renda mínima para idosos com mais de 65 anos e pessoas com deficiência incapacitante para o trabalho e para os atos da vida. Outro exemplo é o programa Bolsa Família, para famílias vulneráveis economicamente. Tais benefícios assumem um papel hoje de garantir mínimos sociais para aquelas camadas tradicionalmente incapacitadas e, ainda, para um grande

contingente de pessoas que não encontram espaço no mercado de trabalho, além dos que encontram, mas que os ganhos são insuficientes para garantir sua manutenção. Percebe-se aí, de acordo com Sitcovsky (2008, p. 154), "a relação existente entre a Assistência Social, o trabalho e a intervenção do Estado na reprodução material e social da força de trabalho". A segurança de acolhida, por sua vez, aponta para a necessidade de garantir proteção às situações de abandono e isolamento, "restaurando sua autonomia, capacidade de convívio e protagonismo mediante a oferta de condições materiais de abrigo, repouso, alimentação, higienização, vestuário e aquisições pessoais desenvolvidas através de acesso às ações sócio-educativas" (BRASIL, 2004, p. 34). Trata-se da garantia de uma rede de serviços à qual o cidadão possa recorrer em casos de violação extrema de seus direitos. Finalmente, a segurança de convívio ou vivência familiar inclui um conjunto de ações, cuidados e serviços que primem pelo trabalho socioeducativo capaz de trabalhar com o reestabelecimento de vínculos pessoais, familiares, comunitários e sociais. Com isso, espera-se fortalecer e ampliaras redes de proteção do indivíduo e, por conseguinte, o tecido social.

Neste esforço, o Sistema Único da Assistência Social opera por meio da hierarquização das ações em dois níveis de proteção: proteção social básica e proteção social especial. Para definir os mecanismos de operacionalização dos dois níveis de proteção do SUAS, o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) aprovou a resolução n. 130, em 15 de julho de 2005, que dispõe sobre a Norma Operacional Básica da Assistência Social (NOB-SUAS), a resolução n. 01, de 25 de janeiro de 2007, que dispõe sobre a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS) e a resolução n. 109, de 11 de novembro de 2009, que aprovou a tipificação nacional de serviços socioassistenciais.

Destarte, a proteção social básica prevê o desenvolvimento de um conjunto de programas, projetos e serviços continuados voltados para as famílias, na perspectiva de prevenção de situações de risco por meio do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Os serviços de proteção social básica têm como porta de entrada os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), que se constituem em unidades públicas estatais responsáveis pela execução de programas, projetos e serviços que, reforçando a família como unidade de proteção e garantindo o acesso das mesmas às outras políticas públicas, garantem o fortalecimento do convívio, da autoestima e o desenvolvimento de potencialidades e aquisições capazes de evitar a incidência de riscos. É também responsável pela coordenação da rede socioassistencial básica em seu território de abrangência. A proteção social especial opera com um conjunto de ações voltadas para o atendimento de indivíduos e famílias com direitos violados, em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de maus tratos, abuso e exploração sexual, trabalho infantil, entre outros. Ressalta-se que a proteção social especial divide-se em dois eixos: (a) a proteção social especial de média complexidade, responsável pelo atendimento de indivíduos cujos vínculos familiares estão parcialmente rompidos; e (b) a proteção social especial, que estabelece provisões de atenção integral aos indivíduos cujos vínculos familiares encontram-se totalmente rompidos. Assim, de acordo com Sposatti (2007, p. 449), a assistência social chega até os que estão nas ruas e desenvolve a concepção de proteção extensiva. Este nível de proteção tem como porta de entrada os Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS), que são responsáveis pelo atendimento das demandas da proteção social especial, trabalhando com indivíduos e famílias na perspectiva da restauração dos vínculos e de superação das violações. Os serviços de proteção social especial de alta complexidade constituem-se através do serviço de acolhimento institucional, que é ofertado considerando a especificidade do ciclo de vida e das contingências sociais; e inclui a oferta de serviços integrais, com procedimentos de escuta, acolhimento, inclusão na rede de serviços socioassistenciais e de outras

políticas públicas e um trabalho que se volte para o desenvolvimento da autonomia e a reconstrução dos vínculos familiares e comunitários. Finalmente, é preciso considerar que a maioria das situações que se projetam para o campo da assistência social e que exigem a sua segurança são decorrentes da pobreza resultante da larga desigualdade presente na sociedade brasileira e, nessa matriz, torna-se difícil que esta política possa intervir. Daí a necessidade de articulação não somente com as outras políticas sociais, mas com a própria política econômica.

Dessa forma, a investigação foi realizada através de um levantamento bibliográfico, tratando-se de uma pesquisa básica, de característica qualitativa e de caráter exploratórios, discutindo aspectos que interferem na garantia de acesso a direitos e sua relação com o princípio da integralidade do cuidado. Para tanto, são descritas questões históricas e culturais que contextualizam esta realidade. Também são apontados os limites e as possibilidades para garantia da integralidade como parte do direito ao acesso a políticas públicas, com foco no SUAS. A abrangência do conteúdo do acesso à garantia de direitos como fator ao acesso a saúde mental e a limitação daquilo que é efetivamente alcançado demonstram a dificuldade para sua garantia plena. O direito compartimentado vivenciado na prática do SUAS é antagônico ao princípio da integralidade em seus diferentes sentidos. Apesar dos desafios para efetivação da integralidade do cuidado, As seguranças afiançadas, do Artigo 4º da Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS), têm sido utilizadas na perspectiva de superar as vulnerabilidades sociais e alcançar o direito à saúde em sua plenitude e acesso a garantia de direitos e justiça social.

Serviço Reflexivo para Homens: alianças territoriais no enfrentamento à violência de gênero no SUAS

George Moraes De Luiz (UFR), George Moraes De Luiz (UFR), Myllena Oliveira Portela (UFR)

A violência de gênero pode ser entendida como aquela que incide e afeta pessoas em decorrência do gênero que carregam (Stray, 2004). Estatisticamente, trata-se principalmente da violência praticada por homens contra mulheres (FBSP, 2024), constituindo uma violação de direitos e um fenômeno de dimensões estruturais e simbólicas, que requer intervenções interdisciplinares e atuação conjunta de diferentes políticas públicas. As políticas de enfrentamento à violência tendem a centralizar a participação de mulheres, acarretando indiretamente na isenção e não-responsabilização dos homens enquanto atores diretos na perpetuação do problema. Incluir e posicionar homens não somente como sujeitos da punição, mas como sujeitos passíveis de reflexão, responsabilização e participação ativa nas questões que tratam da violência, auxilia na inversão da lógica de individualização e culpabilização isolada, promovendo uma abordagem relacional, construída e multifacetada da violência. A Lei nº 11.340/2006 prevê em seu artigo 45 o comparecimento obrigatório de homens autores de violência em serviços de educação e reflexão. Entretanto, persiste uma lacuna significativa de políticas públicas sistematizadas para homens no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), além de desafios metodológicos e escassez de formação específica para os profissionais da rede, evidenciando o desequilíbrio entre a previsão legal e a implementação prática dessas ações. Este trabalho se insere no GT 04 “Alianças territoriais no SUAS: práticas psicossociais no enfrentamento às vulnerabilidades e violações de direito”, dentro do eixo “Assistência Social, vulnerabilidades, violências e promoção de direitos humanos”, ao apresentar uma experiência que articula práticas psicossociais no SUAS voltadas ao enfrentamento da violência de gênero e à promoção de direitos humanos através de alianças territoriais entre universidade, sistema judiciário e rede socioassistencial. Objetiva-se apresentar um relato de pesquisa-extensão, as reflexões e resultados produzidos a partir desta experiência, analisando as possíveis contribuições da Psicologia Social para a construção de estratégias que dialoguem com os princípios do SUAS, fortalecendo as alianças territoriais no enfrentamento às violações de direito. A problemática norteadora deste estudo fundamenta-se na reflexão sobre como as intervenções em Psicologia Social, ao promoverem ações de responsabilização com homens autores de violência, podem se articular com as demandas, diretrizes e políticas que compõem o SUAS, visando potencializar intervenções integradas, fortalecer a efetividade das práticas socioassistenciais e contribuir para a transformação das dinâmicas de violência nos territórios de atuação. As análises e ações desenvolvidas partem do entendimento teórico-epistemológico das violências e das dinâmicas de gênero como empreendimentos sociais coletivos, gradativamente e cotidianamente construídos, transformados ou perpetuados (Domenach, 1981; Guareschi et al., 2006; Minayo, 2006; Araújo, 2008; Oliveira e Sani, 2009; Bandeira, 2014; Biroli, 2014; Cordeiro e Lopes, 2018; Soares, 2018), pautados em noções de feminilidades e masculinidades hegemônicas, essencializadas e marcadas por relações de poder e controle (Nogueira, 2001; Butler, 2003; Oliveira, 2004; Connell, 2015; Preciado, 2023). Trata-se de um relato de pesquisa-extensão realizada no Serviço Reflexivo para Homens (SER) encaminhados pela Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do município de Rondonópolis-MT, desenvolvido pelo Curso de Psicologia da Universidade Federal de Rondonópolis (UFR). O serviço atende homens encaminhados pelo Poder Judiciário após implementação de medidas protetivas, emergindo a partir das demandas identificadas no município, onde se observou uma crescente necessidade de enfrentamento à violência de gênero, doméstica e familiar a partir do trabalho com homens. O SER constitui uma prática psicossocial e se articula às diretrizes do SUAS ao promover ações de responsabilização, prevenção

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

e enfrentamento das violações de direitos, sobretudo de mulheres e crianças, contribuindo para a construção de alianças interinstitucionais e o diálogo entre saberes ao fortalecer o trabalho em rede, ampliar a proteção social e estimular transformações nas dinâmicas relacionais, familiares e comunitárias atravessadas pela violência sob o viés da saúde e da educação crítica. O serviço busca atuar como ferramenta de ruptura de discursos e sentidos calcados em visões patriarcais rígidas que respaldam práticas de violências, propiciando o questionamento de papéis de gênero e auxiliando no desenvolvimento de relações dialógicas e equitativas. A ação extensionista-interventiva conta com quatro profissionais psicólogos e cinco estudantes de graduação, articulando-se também com a rede de atendimento do município, garantindo os encaminhamentos adequados às demandas identificadas dos homens participantes. A metodologia do SER estrutura-se em 10 encontros, realizados semanalmente ao longo de aproximadamente 3 meses, organizados em três modalidades: rodas de reflexão, palestras e oficinas. Para a sistematização e análise quanti-qualitativa dos dados deste estudo foi realizado um levantamento documental a partir de diários de campo, fichas dos participantes com participação concluída e registros de fala, transcritos, organizados e quantificados manualmente. Os resultados apontam que os participantes apresentam, inicialmente, rigidez discursiva e comportamental significativa, considerando que 66,7% chegam ao SER se sentindo injustiçados, 38,9% sentindo raiva e 33,3% sentindo medo. A maioria expressiva dos participantes (88,9%) considerou a denúncia injusta e 38,9% relataram que, a princípio, a participação nos grupos era difícil. Entende-se que esses dados refletem um posicionamento defensivo, marcado por ressentimento e negação de responsabilidade, que se dá pela ausência de compreensão do que significam as práticas de violência ou por encará-las com legitimidade, como expressão do ideal hegemônico de ser-homem e de pensar o feminino sob a perspectiva da submissão. A experiência de participação é classificada por 38,8% como positiva, possibilitando aprendizagem, 33,3% avaliaram como um espaço para se expressar e desabafar e 27,8% relatam terem aprendido muito e se percebem como homens diferentes. Entre os assuntos considerados mais importantes pelos participantes, 44,4% apontam a temática de aspectos emocionais e 38,8% apontam o tópico de paternidade. Metade dos homens com status de participação concluída indicam a aprendizagem como aspecto mais importante do SER. Evidenciam-se também importantes contribuições para a formação profissional e acadêmica dos extensionistas, como o fortalecimento de consciência crítica, atuação ética e articulada. Conclui-se que a experiência revela potentes possibilidades de aproximação e vinculação com o SUAS, como a inserção e ampliação de práticas semelhantes no escopo das políticas que perpassam a Assistência Social, estruturando ações preventivas mais eficazes e na construção de metodologias grupais adaptadas às necessidades do território. O trabalho adequado com homens autores de violência requer diretrizes orientativas específicas e ações intersetoriais e multidisciplinares, sendo a atuação extensionista um possível lócus para a conexão de saberes aos desafios concretos da rede, oferecendo ferramentas para a construção de práticas reflexivas e não punitivistas em consonância com os princípios éticos do SUAS, cujo propõe a inibição e prevenção de vulnerabilidades sociais e a violação de direitos. Destacam-se como limitações o tempo reduzido de trabalho interventivo, a ausência de continuidade institucional e a fragilidade e não-padronização das políticas públicas voltadas para autores de violência. Apesar dessas limitações, o SER demonstra ser uma importante estratégia de fortalecimento das alianças territoriais no SUAS, contribuindo para a promoção de direitos humanos e para o enfrentamento das vulnerabilidades e violências de gênero no território.

GT 05: ANTROPOCENO, POVOS INDÍGENAS, SAÚDE PLANETÁRIA E AS MEDIAÇÕES DAS POLÍTICAS

Coordenação: Francine Rocha (UFPR), Mario Ramão Villalva Filho (UNILA), Venâncio, Ana Carolina Lopes (PREFEITURA)

Alianças afetivas e inter-epistêmicas com povos indígenas: questionamento e intervenção da/na formação em Psicologia

Lucas Luis de Faria (UFGD), Claudia Mayorga (UFMG)

Este trabalho é parte da pesquisa de doutorado intitulada "Psicologia(s) em movimento de (trans)formação com povos indígenas: histórico de aproximações e experiências educativas", na qual buscamos sistematizar um panorama da história de articulação entre a Psicologia e povos indígenas no contexto brasileiro e propor atividades (trans)formativas no campo da graduação em Psicologia. Nessa exposição compartilharemos as experiências educativas promovidas no processo de elaboração da pesquisa, sendo estas constituídas pela oferta de disciplinas com o tema de Psicologia e Povos Indígenas em três universidades federais brasileiras, são elas: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). As motivações do estudo surgiram das inquietações quanto ao distanciamento da Psicologia em relação às realidades e conhecimentos dos povos indígenas, especialmente quanto à composição do currículo acadêmico ainda hegemonizado por referenciais eurocêntrico e estadunidenses, repercutindo na perpetuação da ausência e invisibilização epistemicida dos conhecimentos indígenas. A partir dessa compreensão crítica, situada desde a Psicologia Social, estudos decoloniais, anticoloniais e contracoloniais, promovemos a inclusão de disciplinas com o tema de Psicologia e Povos Indígenas em formato de matérias optativas, ou seja, não obrigatórias, como parte da metodologia da pesquisa. Nos fundamentamos nas propostas da pesquisa-ação e pesquisa-intervenção que, para além da problematização, valoriza a promoção de agenciamentos possíveis para movimentos de transformação no processo de pesquisa. Para tanto, utilizamos da redefinição da estratégia metodológica do diário de campo, que possui origem e tradição em investigações antropológicas, para a construção do que nomeamos como diários de aula, seguindo a noção de registro das afetações, observações e reflexões geradas durante o processo de trabalho. Em cada experiência tivemos aspectos singulares de acordo com as condições territoriais e institucionais. Em duas das universidades, UFMG e UFPE, pela primeira vez desde a criação dos cursos de Psicologia, na década de 1960, o tema foi abordado em uma disciplina específica, evidenciando o distanciamento e apagamento com relação aos povos indígenas e suas realidades/conhecimentos. Nas três experiências, buscamos a construção da ementa e bibliografia referenciada em autorias indígenas, sendo possível a efetivação da inclusão majoritária de textos produzidos por pessoas indígenas nas duas últimas (UFPE e UFGD). Para além das ferramentas teóricas, investimos em propostas estéticas e artísticas, como a composição de cenários para as aulas e recomendação/utilização de músicas, imagens, pinturas, dentre outros recursos. Essa escolha esteve relacionada com a compreensão de que múltiplos sentidos precisam ser acionados durante a

produção do conhecimento, tal como aprendemos com os povos indígenas e seus modos sensíveis de relação com o(s) mundo(s). A partir das três experiências podemos concluir que o diálogo com os povos indígenas na formação em Psicologia, apesar de ausente e subalternizado, é uma demanda por parte das/os estudantes e possui um potencial (trans)formador nos âmbitos afetivos, epistêmicos, políticos e relacionais. Mesmo as disciplinas sendo optativas, tivemos a participação e engajamento das/os estudantes, que verbalizaram o reconhecimento da importância da discussão para a formação profissional. Na UFMG tivemos a presença significativa de estudantes próximo do término da graduação, que formalmente não precisavam dos créditos para a conclusão do curso, mas que entendiam a experiência da disciplina como imprescindível para a formação. As leituras, diálogos, escutas e discussões possibilitaram a aproximação das turmas com a realidade dos povos indígenas, com seus os modos tradicionais, cosmologias e condições de vida. Destacamos as oportunidades de deslocamento da sala de aula para espaços externos, tal como a participação em evento organizado pelo movimento indígena em Belo Horizonte em uma praça da cidade e o diálogo com um ñanderu (rezador) Guarani-Kaiowá na Ogapysy (casa de reza) no campus da UFGD. O problematização histórica e da conjuntura política atual permitiu processos de conscientização e ampliação da percepção estudantil sobre a luta indígena e suas resistências/re-existências. A partir dessas experiências, consideramos como urgente a necessidade de aproximação da Psicologia com os povos indígenas, principalmente nos cursos formação, pois essa articulação faz parte do movimento de enfrentamento aos epistemicídios e apagamentos coloniais sustentados e reproduzidos pela Psicologia, bem como qualifica as/os estudantes para a leitura da realidade de forma abrangente, tendo como primazia a compreensão de que os conhecimentos originários e suas tecnologias ancestrais são valiosos e fundamentais para a promoção de relações de alteridade e respeito com o(s) mundo(s) desde a percepção de que o colonialismo/colonialidade e o capitalismo - conformando o antropoceno - tem gerado devastações irreversíveis e que põe em risco a continuidade da humanidade. Como pudemos ver e ouvir em espaços do movimento indígena, assim como ler nos materiais estudados, os conhecimentos originários possuem o potencial de cura da terra, que pode ser ampliado para a cura das sociabilidades e subjetividades também devastadas pelo modelo político e econômico capitalista com suas bases coloniais. Nesse sentido, reafirmamos a urgência da escuta e aliança afetiva e inter-epistêmica da Psicologia com os povos originários como horizonte para a colaboração e promoção da continuidade da vida em coletividade.

Demarcar a Universidade: ações de incentivo ao acesso de jovens indígenas Pankararu ao Ensino Superior.

Giovana Martins Sá (UEFS), Edson Tosta Matarezio Filho (UEFS), José Fernando Andrade Costa (UEFS)

O presente trabalho relata as ações propostas por uma estudante indígena do curso de Psicologia da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) no âmbito do Projeto de Extensão "Ciclos de Ação Comunitária". Tais ações se inserem no campo da psicologia social, educação e estudos interculturais, focando no incentivo e na orientação de jovens indígenas Pankararu para o ingresso e permanência no Ensino Superior. A proposta emerge da necessidade de fortalecer psicossocialmente a cidadania e o bem-estar social em territórios distintos, reconhecendo os desafios específicos enfrentados por estudantes indígenas no acesso à universidade e na desconstrução de estereótipos associados à sua identidade. O projeto conecta as experiências vividas pela estudante indígena com os saberes da psicologia e da orientação educacional, buscando integrar o conhecimento acadêmico e as práticas tradicionais em benefício da comunidade. O contexto de realização é uma escola estadual localizada na aldeia Carrapateira, pertencente ao povo Pankararu, estando situada próximo a cidade de Jatobá, Pernambuco. A escolha desse território se deve ao vínculo de pertencimento da estudante proponente.

O objetivo principal deste trabalho consiste em incentivar e orientar os jovens da comunidade Pankararu da Escola Indígena Princesa Isabel a ingressarem na universidade, promovendo a conscientização sobre suas potencialidades e desconstruindo estereótipos relacionados à identidade indígena. Para tanto, definimos como objetivos específicos: conscientizar sobre a importância da saúde mental; oferecer informações sobre carreiras e cursos; facilitar o acesso a dados sobre vestibulares, ENEM, cotas e bolsas; realizar rodas de conversa sobre expectativas e desafios; promover atividades de autoconhecimento e fortalecimento da autoestima respeitando a cultura local; e criar um espaço de escuta e acolhimento.

Este trabalho vincula-se ao eixo temático 01. Psicologia Social e Educação, pois o projeto se estrutura na interface entre a Psicologia Social e os processos educativos. Metodologicamente, optamos pelo desenvolvimento de práticas participativas (rodas de conversa, atividades de autoconhecimento, espaço de escuta) e pela valorização da experiência prévia que possuímos com o território. Acreditamos que o compartilhamento de experiências poderá impactar positivamente o percurso educacional de outros jovens indígenas, facilitando o acesso ao Ensino Superior e promovendo a reflexão sobre as suas possibilidades de futuro acadêmico e profissional. Além disso, buscamos integrar os saberes acadêmicos e tradicionais, reconhecendo a relevância da identidade cultural no processo educativo e formativo dos jovens indígenas, o que é central para uma Psicologia Social contextualizada e crítica.

A proposta fundamenta-se em teorias da psicologia do desenvolvimento e da educação, com ênfase significativa na Psicologia Comunitária e Intercultural. Reconhecemos a relevância da identidade cultural na formação dos povos indígenas e em nossas lutas. Por isso, o presente projeto é explicitamente inspirado por uma perspectiva decolonial das Universidades - não no sentido de uma recusa dos conhecimentos que possui, mas no sentido de que eles podem e devem ser expandidos com a participação de mais indígenas nos espaços universitários. Buscamos, assim, integrar a orientação vocacional e o incentivo ao ensino superior com o fortalecimento da identidade

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

indígena e, ao mesmo tempo, transformar positivamente a Universidade Pública.

O projeto alinha-se aos princípios da extensão universitária dialógica, promovendo a troca de saberes e a construção conjunta. Há também uma inspiração na Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire, que embasa as metodologias participativas e o reconhecimento do protagonismo dos jovens. A prática psicológica proposta busca ser inclusiva e respeitosa, unindo saberes acadêmicos e tradicionais, o que a insere no campo da Psicologia Social Crítica.

A metodologia utilizada é predominantemente participativa, buscando o envolvimento direto e o protagonismo dos jovens e lideranças indígenas. As principais estratégias incluem a produção de materiais educativos específicos (cartilhas, vídeos) para disseminar informações sobre processos seletivos (ENEM, vestibulares), cotas e bolsas de estudo, incluindo informações sobre ações afirmativas e programas de permanência como a Residência Universitária Indígena da UEFS. Também realizamos atividades de autoconhecimento e fortalecimento da autoestima, utilizando abordagens psicológicas que respeitam a cultura Pankararu, como a aplicação do Mapa Afetivo. Com isso foi criado um espaço de escuta e acolhimento para discutir questões emocionais, medos e expectativas relacionadas ao futuro. A metodologia também previu o uso de redes sociais e plataformas digitais para divulgação e inspiração. A avaliação é contínua, baseada no feedback dos participantes, professores e lideranças comunitárias, garantindo a adaptabilidade do projeto.

Como resultados parciais, destacamos a viabilidade da execução assegurada pelo envolvimento direto da estudante indígena autora, pela parceria com a Escola Indígena Princesa Isabel e pela adaptação das atividades às necessidades da comunidade. Essa forma de vinculação entre a Universidade e a Escola Indígena mostrou que é possível fazer a Psicologia chegar aos territórios, por mais distantes que possam parecer. Também foi importante ponderar que não existe apenas uma única opção para jovens indígenas, por exemplo, na área das humanidades, mas que é possível ir muito além, de acordo com seus desejos e aspirações. Observamos também que a presença de estudantes indígenas tem sido muito positiva para as Universidades, ao menos no caso da UEFS, mas que, para garantir a permanência é imprescindível que sejam adotadas políticas institucionais, como no caso da Residência Indígena e das bolsas de pesquisa e extensão. Como resultados desse projeto em médio e longo prazo, esperamos que mais estudantes da Escola Indígena Princesa Isabel se sintam capacitados e motivados a ingressar em universidades. O projeto buscou oferecer aos jovens informações essenciais sobre o ENEM, vestibulares, cotas e bolsas de estudo, promovendo a tomada de decisões informadas sobre suas carreiras. Também observamos a mudança no entendimento da comunidade sobre saúde mental, com redução do estigma e maior aceitação na busca por ajuda profissional, fundamental para o sucesso acadêmico e pessoal. A criação de um espaço seguro de diálogo é necessária para fortalecer a confiança e a autoestima dos estudantes, fornecendo suporte emocional. Ao valorizar a identidade e a cultura indígena, o projeto pode contribuir para aumentar o engajamento escolar e potencialmente reduzir a evasão. A difusão dos resultados via mídias digitais pretende inspirar outros estudantes e comunidades, além de sensibilizar o público geral sobre a educação indígena. O projeto busca ainda consolidar um modelo de integração entre conhecimento acadêmico e práticas tradicionais.

Por fim, por se tratar de uma ação em andamento, os resultados finais serão avaliados no decorrer da execução do projeto, até o final do ano. No entanto, consideramos que a reflexão aqui proposta contribui para o campo da Psicologia Social Crítica brasileira na medida em que permite aplicar conhecimentos psicológicos em um contexto cultural e social específico, unindo teoria e

prática e aprimorando habilidades em mediação de grupos e escuta ativa. A integração da psicologia com as tradições culturais Pankararu, no desenvolvimento de abordagens inclusivas e respeitosas, é uma contribuição crucial para a atuação em contextos interculturais. O projeto fortalece a identidade da estudante como futura psicóloga indígena, consolidando uma prática que une saberes acadêmicos e tradicionais. Ele também reforça o compromisso social da Psicologia, atuando como agente de transformação ao criar oportunidades e promover a autoestima e identidade cultural dos jovens Pankararu. A proposta propõe desenvolver uma postura ética e crítica em relação às desigualdades sociais e à valorização das minorias, preparando para atuação no campo da psicologia indígena, ainda pouco explorado. Caracteriza-se como uma ação extensionista comprometida com a interação dialógica e a transformação social, valorizando o protagonismo indígena.

Do epistemicídio ao subjeticídio: uma perspectiva esquizoanalítica da extinção da Festa do Morí

Edimar de Oliveira Lima Junior (UNIFESSPA), Diego Frank Marques Cavalcante (UNIFESSPA)

O propósito deste trabalho é investigar o processo de destruição dos modos de existência, isto é, de subjeticídio dos indígenas Katxuyana, que outrora viviam no estado do Amazonas, e atualmente se encontram na cidade de Oriximiná (PA). Investigamos, de forma específica, o ritual denominado de Festa do Morí que não é mais praticado pelos referidos indígenas. Para isso, lançaremos mão da cartografia esquizoanalítica proposta por Deleuze & Guattari, destacando a dinâmica entre as três linhas: molar, molecular e de fuga. A partir desse procedimento analítico, buscamos cartografar a extinção do ritual, a sujeição dos modos de subjetivação indígena em prol de modos de existência hegemônicos.

A Festa do Morí era um dos rituais, de caráter fundamentalmente religioso, que eram praticados entre os Katxuyanas, sendo seu objetivo principal a cura e a prevenção das doenças que assolavam a aldeia. Assim sendo, entre os pressupostos da Festa do Morí estavam a presença de invocações, de danças, da preparação de objetos sagrados e, não obstante, da cerimônia do rapé. Diante disso, as etapas do ritual eram conduzidas pelo morí-ítono, o pajé, que cumpria a função de realizar encantamentos, invocações e de estabelecer os cânticos, bem como as palavras que devem ser proclamadas pelos ritualistas.

Ademais, Frikel (1961), descreve o ritual partindo de suas etapas preliminares que correspondem a aquisição de materiais para a preparação de instrumentos utilizados na cerimônia, os nekwá, e do rapé, feito de tabaco ou do paricá. Posteriormente, os participantes prosseguiam com a limpeza do local onde a Festa do Morí seria realizada e, em seguida, individualmente cada participante deveria preparar seus adornos com penas de animais e realizar as pinturas em volta de seu corpo.

Outrossim, a preparação do local da cerimônia corresponde a um fator fundamental, isso pois a disposição dos estrados deve estar em fila, na qual uma cadeira deve estar à frente da anterior. Ao finalizar as preparações, o ritual se inicia com danças e cânticos realizados pelos homens como forma de celebração e conexão com os espíritos, esse processo é seguido de uma pausa, posteriormente, o Piadzere (Pajé) realiza a invocação da figura espiritual do Uhhtarére (considerado o espírito chefe dos pajés), que serve como um mediador entre o mundo físico e o transcendente. Assim, o Piadzere realiza encantamentos sobre o montinho de rapé para afastar as energias negativas e concentrar forças boas. É interessante afirmar que no momento do encantamento, o montinho de rapé é dividido em duas partes, onde a primeira é destinada ao aprisionamento das doenças e a segunda, que recebe forças positivas, é destinada aos momentos posteriores do ritual.

Nas últimas etapas da festa, os dois Piadzere sopram o rapé em si mesmos, utilizando os instrumentos outrora preparados na fase preliminar, após esse processo os participantes sentam nos bancos disponibilizados em fila indiana onde, em ordem, cada um deles se apresentam ao Pajé que seguirá a repetição do seguinte esquema, a saber:

A) Chamada individual do Iworokiemá, B) Ato de aspirar o Rapé e C) Conversa com o Iworokiemá. Esse processo ocorre até que o montinho de rapé se esgote. Durante o ritual que envolve a aspiração do rapé, o Pajé declama

frases, que o participante deve repetir a fim de invocar os espíritos Iworokiemá e iniciar a conversa. Além disso, o Uhhtarére faz-se presente na cerimônia e conversa com o Piadzere através do som das flautas, no momento do trago do morí, os indivíduos têm a oportunidade de realizar uma entrevista com o espírito, onde eles podem questionar o que quiserem.

No entanto, durante nosso estudo, descobrimos que o ritual deixou de ser praticado pelos indígenas Katxuyana. Nesse sentido, com o intuito de identificar e perceber as formas de funcionamento dos mecanismos que suscitaram o fim dessa prática, nossa problemática se voltou para cartografar a extinção do referido ritual.

Para tanto, utilizaremos a esquizoanálise proposta por Deleuze e Guattari, de forma específica, suas linhas cartográficas. A esquizoanálise é um procedimento que privilegia a análise da produção desejante. Nessa trama, o desejo pode ser: sujeitado em dispositivos significantes de controle; revolucionário na produção de novas formas de existência e devires; de destruição do outro, como nos modos de existência microfascista. Em nosso trabalho, portanto, destacamos as relações entre sujeição e destruição dos modos de existência com a extinção do modo de subjetivação produzido na Festa do Morí.

Por conseguinte, Deleuze e Guattari destacam três linhas para cartografar os processos desejantes relacionados a sua dinâmica de territorialização, desterritorialização e reterritorialização: A) Linha Molar, B) Linha de Fuga e C) Linha Molecular. A linha molar está envolvida com a representação dominante, conservação, hierarquização, binarização e segmentarização. Por esse motivo, as linhas molares axiomatizam os afetos caóticos em binarismos privilegiando o controle, a classificação e a normalização.

Os territórios são sistematicamente assaltados por encontros que promovem processos de desterritorialização. Nessa perspectiva, emergem as linhas de fuga enquanto processos a-significantes e a-subjetivos que escapam a organização das linhas molares e promovem o encontro com o caos. A linha molecular, por sua vez, está entre o caos levado pela linha de fuga e os binarismos da linha molar: é intermezza. É nessa linha que operam os devires e produções de outras formas de existência que renovam os territórios existenciais. Em um processo de extinção subjetiva, no entanto, os territórios perdem sua capacidade de reterritorialização – repetição - e se fragmentam perdendo a consistência de seus sistemas semióticos e máquinas concretas. Nesse prisma, os indícios são de que o subjeticídio está em processo no escopo do território dos Katxuyana.

Assim, metodologicamente, para a investigação de tais indícios, promovemos encontros via Google Meet com os indígenas Katxuyna. Nesse processo, seguindo a lógica cartográfica, não utilizamos os pressupostos esperados de uma entrevista, mas de encontros em que se busca cartografar processos e não buscar causas. Desse modo, destacamos os seguintes indícios: um dos aspectos envolvidos nessa dinâmica de destruição subjetiva é a emergência de extremismos religiosos nas aldeias, utilizando dispositivos semióticos para a destruição da subjetividade, como a demonização de aspectos da espiritualidade indígena tais como: As pinturas corporais, os cânticos, as danças, as invocações e as práticas medicinais indígenas. De acordo com um fragmento extraído de um dos encontros realizados com os representantes Katxuyana “ Na época, a igreja entrou com muita força para destruir. Ficou pouca coisa, diziam que a Pajelança era coisa do diabo. A pajelança, os rituais do Pajé acabaram.”

Além disso, identificamos que a imposição da religião cristã, bem como o avanço do capitalismo e suas tecnologias nas aldeias, promoveu um impacto

geracional. Para um dos representantes Katxuyana, os jovens hoje não conhecem a própria história e por restrições religiosas, não desejam retomar os rituais "Hoje poucas pessoas sabem cantar [...] Só temos 5 arquivos vivos, adultos idosos que viveram e sabem contar a história".

Dessa forma, acreditamos que nosso trabalho dialoga com o Eixo Temático 11 "Psicologia Social e Relações étnico-raciais", por dialogar com os processos de subjetivação e sua importância na formação de identidades raciais. Nesse sentido, submetemos nosso trabalho ao grupo temático "Antropoceno povos indígenas, saúde planetária e as mediações das políticas", considerando a importância de problematizar os processos de epistemicídio de saberes indígenas - nesse caso, a Festa do Morí entre os Katxuyana- e, ainda, de propor um olhar crítico a respeito da destruição dos modos de existência indígenas (subjeticídio), em detrimento de práticas eurocentristas. Por fim, consideramos que nossos estudos podem contribuir para um olhar contracolonial sobre os avanços capitalistas e religiosos nos modos de subjetivação indígena que, se não combatidos, podem suscitar na extinção de outros variados saberes ancestrais indígenas.

"NADA SOBRE NÓIS SEM NÓIS": Perspectivas estudantis para o futuro das políticas de permanência indígena na universidade

Monaliza Silva de Alcantara (UFMG), Claudia Mayorga (UFMG)

O trabalho a ser apresentado aponta algumas reflexões decorrentes de uma pesquisa de mestrado desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). A pesquisa teve como objetivo central investigar as estratégias de permanência e resistência adotadas por estudantes indígenas vinculados ao Programa de Vagas Suplementares da universidade. Este capítulo, em específico, apresenta os principais resultados construídos ao longo do processo investigativo, destacando as experiências, desafios e formas de enfrentamento mobilizadas por esses estudantes no contexto acadêmico. A pesquisa partiu de um compromisso ético e político com a escuta atenta das experiências desses estudantes, que, ao ingressarem na universidade, trazem consigo não apenas suas presenças físicas, mas também seus territórios, línguas, espiritualidades, memórias e modos de ser no mundo. Durante o percurso investigativo, foi desenvolvido um projeto de extensão em parceria com os próprios estudantes indígenas. Esse projeto tomou forma por meio de oficinas temáticas e dialógicas, que se constituíram como espaços coletivos de escuta, reflexão e elaboração conjunta. Tais oficinas revelaram-se como verdadeiros territórios de acolhimento e resistência, permitindo que a permanência estudantil fosse discutida de modo mais amplo: não apenas como uma questão de sobrevivência material, mas também simbólica, afetiva, espiritual e cultural. Nessas trocas, surgiram críticas às limitações das políticas de ações afirmativas existentes, bem como propostas concretas para seu aprimoramento. A presença indígena na universidade interroga as estruturas institucionais e epistemológicas que historicamente silenciaram e marginalizaram outras formas de conhecimento. Assim, pensar o futuro das ações afirmativas exige um compromisso com a pluralidade, a escuta ativa e o reconhecimento da diversidade cultural e epistêmica dos povos indígenas. Isso implica considerar que a universidade precisa ser ressignificada a partir das experiências e demandas de quem, por muito tempo, esteve à margem de seus muros. É necessário destacar a relevância de uma abordagem intercultural para a permanência estudantil indígena, indo além de políticas compensatórias ou assistencialistas. Isso envolve criar espaços de escuta contínua, de diálogo horizontal e de reconhecimento das singularidades culturais, históricas e territoriais que atravessam a experiência universitária indígena. Para além de recursos financeiros ou moradia estudantil, a permanência se efetiva também em um nível subjetivo e comunitário, quando o estudante se sente reconhecido, respeitado e incluído como sujeito pleno, com saberes e histórias legítimas. A análise aponta, ainda, para o papel ativo dos estudantes indígenas na transformação da universidade. Suas ações coletivas, organizadas e politizadas, têm tensionado a lógica colonial que ainda estrutura muitas práticas acadêmicas. Um exemplo disso é a atuação do COLEI (Coletivo de Estudantes Indígenas), que protagoniza um movimento de resistência e diálogo com a instituição. O COLEI propõe um modelo alternativo às respostas pontuais e individualizadas oferecidas pela universidade, exigindo uma relação de co-responsabilidade na construção de uma universidade mais democrática, inclusiva e intercultural. Esse protagonismo desloca os estudantes do lugar passivo, de "beneficiários" das ações afirmativas, para o de sujeitos políticos que reivindicam a universidade como espaço de disputa e reinvenção. Ao se organizarem coletivamente, as estudantes indígenas apontam caminhos para repensar os modos de pertencimento, desconstruir narrativas hegemônicas e ampliar o entendimento do que é conhecimento legítimo. A presença indígena, nesse sentido, não é apenas uma presença física ou simbólica, mas epistêmica: propõe novas formas de produzir, compartilhar e validar saberes. Outro ponto importante é a crítica à visão paternalista que frequentemente orienta as relações institucionais com estudantes indígenas. Quando sujeitos negros, indígenas ou periféricos buscam formação universitária, não se trata de um movimento de assimilação cultural à lógica da branquitude. Pelo contrário, é uma luta por acesso a saberes e técnicas que historicamente lhes foram negados, com

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

a intenção de reapropriá-los de modo emancipador. O objetivo é ocupar espaços historicamente excludentes para reconfigurá-los desde dentro, transformando-os em locais de resistência e construção coletiva. Essa reconfiguração não se dá de forma isolada, mas por meio da coletividade. Os movimentos indígenas, os coletivos estudantis e as organizações de base cumprem papel essencial nesse processo. A coletividade política, isto é, a ação conjunta de sujeitos historicamente marginalizados, constitui a base sobre a qual se edificam transformações significativas. É nesse encontro que se produz a força necessária para questionar e redesenhar estruturas opressoras, garantindo que a universidade possa, de fato, tornar-se um espaço de inclusão e reconhecimento. A resistência indígena, portanto, não se limita a dizer "não" ao mundo dos brancos, mas propõe uma transformação profunda, ancorada em outras formas de estar, pensar e existir no mundo. Isso implica uma ruptura com a lógica colonial e uma aposta na possibilidade de reinvenção dos espaços e dos saberes que historicamente foram negados aos povos indígenas. Não se trata apenas de resistir, mas de criar, de inventar outros modos de ser e fazer universidade. Ao longo da pesquisa, foi realizada uma oficina intitulada "Para onde queremos ir?", que buscou mapear as expectativas e os caminhos vislumbrados pelas estudantes indígenas para o futuro da permanência estudantil. A atividade consistiu na elaboração de uma carta-recomendação que foi escrita pelas próprias estudantes, nas quais elas puderam expressar seus desejos, críticas e propostas. Esse exercício revelou a potência da escuta e da expressão coletiva como instrumento de mobilização e elaboração política. A carta expressou não apenas as dificuldades enfrentadas pelas estudantes indígenas, mas também o desejo de transformar suas experiências universitárias em pontes para o fortalecimento de suas comunidades de origem. A permanência na universidade, quando atravessada por vínculos comunitários e projetos coletivos, têm o potencial de produzir mudanças significativas nos territórios e nas redes sociais das quais essas estudantes fazem parte. As estudantes ressaltaram a importância de que a universidade reconheça a permanência estudantil como um direito que ultrapassa a esfera individual e que se projeta como elemento de transformação social. Ao garantir condições adequadas de permanência, que envolvem moradia, alimentação, saúde mental, espaços de escuta, valorização das línguas indígenas, respeito às práticas culturais e à espiritualidade, a universidade fortalece não apenas trajetórias individuais, mas também projetos coletivos de vida. Nesse sentido, é importante apontar que uma política de permanência de qualidade precisa ser construída a partir de um diálogo constante com as estudantes indígenas e com os coletivos que as representam. As estratégias propostas por elas, ao longo do processo de pesquisa e das oficinas realizadas, apontam para a necessidade de que a universidade assuma sua responsabilidade na construção de um ambiente verdadeiramente democrático, antirracista e anticolonial. Essa construção requer o rompimento com práticas pontuais e a adoção de políticas institucionais robustas, que sejam capazes de transformar as relações de poder e de conhecimento no espaço acadêmico. A democratização da universidade passa pelo reconhecimento da diversidade epistêmica e pela escuta das vozes que historicamente foram silenciadas. A permanência de estudantes indígenas, nesse contexto, deixa de ser uma questão técnica ou assistencial e se torna um imperativo ético e político. A presença indígena na universidade é, por si só, um gesto político que rompe com as lógicas de exclusão que ainda regem o ensino superior brasileiro. Ao ocuparem esses espaços com suas histórias, línguas e modos de vida, as estudantes indígenas nos convidam a pensar em outros futuros possíveis, em que o conhecimento seja produzido a partir do encontro entre diferentes mundos e em que a universidade se torne, verdadeiramente, um espaço de justiça social.

Perspectivas da Psicologia Social e Escolar Crítica: Especificidades do Racismo anti-indígena na Universidade Federal do Acre (UFAC)

Thais Santos da Cruz (UNIR), EDWARDY OLIVEIRA BENICIO DE MELO (UNIR)

O presente trabalho buscou compreender as especificidades do racismo vivenciado por estudantes indígenas na Universidade Federal do Acre (UFAC), analisando como gênero, raça, classe e território atravessam suas experiências acadêmicas. Tendo como questionamentos sobre quais são as especificidades do racismo vivenciado por estes estudantes indígenas? Quais são as ações implementadas pela universidade? Será que elas realmente garantem a permanência desses estudantes no ambiente acadêmico? Contribuem para o combate ao preconceito que esses alunos enfrentam no campus? O que mais pode ser feito para aprimorar o meio universitário e torná-lo mais inclusivo? Através disso, esta pesquisa buscou preencher tais lacunas e oferecer uma visão crítica, abrangente, inclusiva e representativa da realidade por meio de referenciais teóricos da psicologia social e da escolar crítica, diante das complexas dimensões de exclusão social e a condição de marginalização de tais estudantes no ensino superior.

Logo, os objetivos específicos deste trabalho pretendeu-se: a) Investigar como as interseccionalidades de gênero, raça, classe e território atravessam as experiências dos impactos do racismo de estudantes da universidade. b) Analisar os impactos do racismo no produçao de subjetividade dos estudantes indígenas, considerando suas experiências de discriminação e exclusão na universidade. c) Conhecer estratégias individuais e coletivas dos indígenas de enfrentamento diante dos impactos do racismo no ambiente acadêmico. d) Conhecer as políticas educacionais relacionadas à assistência estudantil indígena a partir do relato de técnicos responsáveis.

Dessa forma, este trabalho se insere diretamente no eixo “Antropoceno, povos indígenas, saúde planetária e as mediações das políticas”, ao dialogar com as reflexões propostas pela presença indígena na coordenação do GT e com a trajetória de mais de 20 anos de acompanhamento dos acadêmicos indígenas da UFPR. A partir dessa vivência, torna-se possível aprofundar temas recorrentes nas fricções interculturais vividas por esses estudantes, como o ideal de fenótipo indígena, o uso de tecnologias, o enfrentamento ao epistemicídio nas instituições de ensino e o desafio de viver entre dois mundos. A pesquisa destaca ainda as estratégias de enfrentamento desenvolvidas para garantir a permanência nos espaços universitários, bem como os impactos do embate com epistemologias e metodologias de base colonialista sobre suas identidades.

Com base nessas análises, o trabalho contribui para a discussão de práticas institucionais que visem à construção de uma universidade verdadeiramente pluriétnica, onde o racismo anti-indígena seja enfrentado de forma efetiva. Além disso, propõe o alinhamento entre a psicologia social e a psicologia escolar e educacional como ferramentas para fortalecer o protagonismo de grupos historicamente marginalizados e fomentar a valorização das diversidades sociais, promovendo um ambiente acadêmico mais justo e inclusivo.

É importante destacar que o Acre possui o menor percentual de estudantes indígenas matriculados no ensino superior do país. Segundo o Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo (Semesp), o Acre registra apenas 0,22% de indígenas matriculados na rede de ensino superior (SEMESP, 2024). Essa baixa representatividade evidencia uma lacuna significativa no acesso e na permanência desses estudantes no ambiente acadêmico. Com isso, a ausência de estudos focados nos

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

povos originários e a invisibilidade enfrentada por esses estudantes nos espaços universitários motivaram o aprofundamento desta pesquisa, destacando a necessidade de uma análise mais detalhada e inclusiva.

Diante desse cenário, é fundamental compreender que a desigualdade social e as estruturas de poder impactam diretamente a subjetividade e o bem-estar dos indivíduos. A psicologia escolar crítica assume papel essencial nesse contexto, especialmente no ambiente universitário, ao considerar as vivências dos estudantes indígenas e os desafios interseccionais enfrentados por eles. Sua atuação teórica e prática pode estimular reflexões sobre as práticas educativas, buscando reduzir desigualdades e promover um ambiente de aprendizagem mais inclusivo e equitativo.

Nesse sentido, Marcus Eugênio (2020), pesquisador no campo da psicologia social, aprofunda o debate sobre desigualdade social ao apontar que o preconceito é um fenômeno complexo, com múltiplas causas e características, afetando emocional, social e psicologicamente diferentes grupos com contextos, histórias e culturas específicas. Essa compreensão contribui para o reconhecimento dos impactos do preconceito sobre os povos indígenas no meio universitário.

Na nossa sociedade, diversos aspectos negativos são constantemente atribuídos aos grupos étnico-raciais minoritários, resultando em inúmeros casos de discriminação e preconceito racial. Tais fatores afetam diretamente a autoestima, a identidade, a saúde física e psicológica das populações negras e indígenas, gerando uma visão distorcida e prejudicial sobre esses grupos. Diante disso, autores como Russo e Diniz (2020) ressaltam os desafios enfrentados por estudantes indígenas no que diz respeito à sua identidade, sendo frequentemente questionados quanto à autenticidade cultural, traços comportamentais e estéticos, além de sofrerem o menosprezo de suas capacidades acadêmicas.

Mesmo diante do modelo de educação colonizador português instaurado no Brasil, os povos indígenas sempre valorizaram a educação, inclusive reivindicando o acesso das mulheres indígenas a esse direito. Isso se deve à concepção cultural distinta da do colonizador, na qual a mulher indígena exercia um papel central na vida comunitária. Como destaca Ribeiro (2010, p. 80), "o indígena considerava a mulher uma companheira, não encontrando razão para as diferenças de oportunidades educacionais. Não viam, como os brancos os preveniam, o perigo que pudesse representar o fato de suas mulheres serem alfabetizadas".

Apesar desse histórico de valorização do saber, no ensino superior ainda se observa que os discursos sobre políticas de inclusão voltadas aos cotistas indígenas são muitas vezes estereotipados e folclorizados. Essa postura de rejeição, fundamentada em um perfil distinto daquele usualmente aceito pela universidade, reforça a urgência de que as instituições públicas ampliem ações para acolher esses estudantes de maneira respeitosa e verdadeiramente inclusiva (Salviano, 2011, Apud Faustino; Rodrigues, 2020).

As dificuldades de permanência dos estudantes indígenas no ensino superior não se limitam a trajetórias individuais, mas também envolvem barreiras estruturais e psicossociais. Nesse sentido, torna-se fundamental considerar os aspectos sociais e culturais durante a implementação das ações afirmativas. Além disso, a formação docente enfrenta desafios quanto à compreensão e valorização das identidades indígenas, o que dificulta a construção de metodologias de ensino sensíveis às especificidades culturais (Milhomem, 2017).

Dessa forma, a psicologia pode contribuir significativamente por meio da articulação de políticas públicas de educação e assistência social voltadas às comunidades indígenas. No entanto, ainda são escassas as referências teóricas utilizadas na formação acadêmica que contemplem essas realidades. Considerando o

panorama sócio-histórico e os impactos emocionais provocados pela deslegitimação da cultura e identidade indígena, é essencial que a psicologia cumpra seu papel ético e social, promovendo o reconhecimento e o fortalecimento desses sujeitos nos espaços educacionais.

Utilizou-se como metodologia uma pesquisa de cunho exploratório com o objetivo de investigar e coletar informações através do modelo qualitativo (Diehl; Tatim, 2004). Além disso, também utilizando a perspectiva de uma pesquisa em psicologia social, com uma abordagem que busca uma valorização da construção social e da realidade que compõe as vivências dos participantes e do pesquisador. A coleta de dados foi realizada em duas etapas: a primeira com cinco estudantes, graduandos e pós-graduandos de coletivos e grupos de pesquisa, ensino e extensão indígena, e a segunda com dois técnicos responsáveis pela rede de assistência estudantil indígena da UFAC.

Inicialmente, seguiu-se a aplicação de entrevistas semi-estruturadas, na qual foi gravada e transcrita sobre autorização do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) com uma abordagem cautelosa, considerando e respeitando os valores, culturas e crenças de cada estudante indígena, conforme as normativas do Conselho Nacional de Saúde, por meio de suas resoluções nº 466/2012 e nº 510/2016, sob aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/UNIR) e Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep).

Além do mais, a análise dos dados deste projeto seguiu da perspectiva construcionista de análise de entrevistas. Na qual trata-se sobre a produção de sentidos, que pode ser utilizada para interpretar discursos e interações sociais. Iniciando-se com a transcrição e organização dos dados, seguida da identificação de categorias temáticas, como construção social do sentido, relação entre linguagem e experiência, discurso e poder. Também sobre como os participantes constroem significados, identificando formas do sentido em suas falas (Spink, 2010).

Como resultado, as narrativas dos estudantes indígenas revelaram experiências marcadas pela exclusão, estigmatização e invisibilidade. Destacaram, ainda, que o racismo afeta diretamente sua permanência e bem-estar no ambiente acadêmico. Além disso, evidenciaram que as políticas de assistência estudantil são insuficientes ou não plenamente efetivas, especialmente diante dos atravessamentos interseccionais relacionados ao gênero e ao território vivenciados por esses estudantes.

Logo, como reflexão, torna-se urgente repensar o papel das instituições de ensino superior na promoção de uma educação verdadeiramente inclusiva, que reconheça e valorize as especificidades culturais, territoriais e identitárias dos estudantes indígenas. Isso implica não apenas ampliar o acesso, mas também garantir condições efetivas de permanência com dignidade, por meio de políticas públicas sensíveis às interseccionalidades. É fundamental que a universidade atue de forma crítica frente às estruturas racistas e coloniais ainda presentes, assumindo o compromisso ético de construir um espaço acadêmico plural, que respeite os saberes indígenas e fortaleça o protagonismo desses estudantes em todos os níveis da vida universitária.

SIWĪRĪ: Relato de pesquisa sobre suicídio no próprio Povo.Uma experiência indígena Xakriabá

Adriana Santiago (Drika Xakriabá) (UFMG), Juliana Ventura de Souza Fernandes (IFMG), Ingrid Faria Gianordoli Nascimento (UFMG)

Este trabalho é uma construção coletiva do povo Xakriabá, na qual desempenho, na condição de mulher indígena psicóloga, o papel de mediadora entre os conhecimentos tradicionais do meu povo e a psicologia social. Seu objetivo é discutir sobre a experiência de uma pesquisadora Indigena pesquisando sobre suicidio no seu próprio povo. Nesse sentido pretende-se apresentar as dificuldades e as potencialidades em exercer o papel de mediadora dos conhecimentos do povo Xakriabá e dos conhecimentos adquiridos no curso de psicologia. A pesquisa de conclusão da graduação foi realizada uma investigação para compreender como os discursos de ódio se relacionam com os fatores do suicídio e na proposta de pesquisa do mestrado busco compreender os impactos sociais e culturais do suicídio a partir da perspectiva dos enlutados. Ambas as pesquisas têm como foco a perspectiva do próprio povo de modo que a teoria não seja sobreposta ao conhecimento do povo xakriabá acerca do fenômeno estudado. As estatísticas de suicídio entre povos indígenas são bastante elevadas. A questão do auto extermínio entre os povos originários passou a ser particularmente discutida a partir de 1980, quando o número de casos se intensificou entre os Guarani no Mato Grosso do Sul (Poz, 2000). De lá para cá, o ato suicida passou a ser altamente prevalente entre outras culturas indígenas. Ainda que parta de uma ação individual, o fenômeno do suicídio é não apenas atravessado por uma série de fatores sociais, como também produz importantes impactos coletivos, que podem modificar aspectos culturais tradicionais. Assim, não é possível analisar o suicídio ou propor estratégias para seu enfrentamento sem uma compreensão profunda sobre a cultura no qual ocorre o ato. Entre o povo Xakriabá, o histórico de violências desde a colonização levou a perdas importantes de partes do território, que são fundamentais para nossos modos de vida e práticas espirituais. A ausência de acesso ao Rio São Francisco, por exemplo, tem um impacto direto em nossa cultura, território, alimentação e em nossa própria relação com o rio. Essa negação do direito de acesso “pode ser pensada como a retirada violenta de um filho recém-nascido do núcleo familiar, arrancado dos braços da mãe quando ainda dependente da alimentação do leite materno” (Célia Xakriabá, 2018). A história de violência também levou ao “adormecimento” de práticas culturais, nos fragilizando espiritualmente, e ao assassinato de importantes lideranças políticas e espirituais. Essas experiências podem ser pensadas como um conjunto de fatores motivadores do ato suicida, ainda que o entendimento das suas causas seja muito mais complexo, como já mencionado. O povo Xakriabá acredita que a psicolgia não da conta de entender essa complexidade pois , como ciência ocidental, possui certos limites para contribuir diante do fenômeno do suicídio entre os povos indígenas. Procuramos pensar na possibilidade de que a psicologia possa ser devidamente indenizada. Nesse sentido, cada povo interpretará essa ciência do seu modo, de acordo com a sua compreensão e visão de mundo. Mesmo assim, o conceito de saúde mental, tal como pensado pela psicologia e na ciência ocidental, nos parece insuficiente para acolher as nossas vivências. Do ponto de vista Xakriabá, buscamos pensar na ideia de “harmonia”, o que implica que o cuidado dos corpos não se separa do cuidado do território, dos outros seres que o habitam, e, principalmente, dos cuidados espirituais que a cultura nos ensina. A pesquisas realizadas sobre o suicídio no povo xakriabá tem sebaseago no metódo etnografia, na qual se prpoem não só aprender com as pessoas mas construir

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

com as pessoas que vivem a realidade a qual o fenomeno ocorre. Enquanto indigena psicóloga e pesquisadora dessa temática me deparo com várias questões pois não pesquiso sobre povo, mas para o povo e como povo. E por ser um fenômeno que desperta preocupação do povo, e também por lidar com os fatores do suicídio no meu dia a dia é uma missão difícil que nem sempre é compreendida dentro da academia. Outro ponto é que as metodologias não ampara a minha condição enquanto pertencente da realidade a qual pesquiso, pois já estou inserida nesse contexto desde quando nasci, ou seja eu sou o campo , eu sou a extensão desse território e todos os momentos da minha escrita eu revisto m memórias de casos de suicidio, que são pessoas que compartilhei a vivência em comunidade, as consequências das violências vividas pelo nosso povo, os resultados das imposições culturais, o silenciamento da nossa língua, os preconceitos, o adoecimento do nosso território que extenciona em nossos corpos. Na construção desse trabalho não há um eu na pesquisa, mas um nós, que entendemos que precisamos estar inseridos na construção de conhecimento acerca da nossa realidade, fazendo com que nossa identidade não seja apagada. Portanto as produções são feitas não só para cumprir as normas da academia mas com o povo e para o povo, uma produção que o povo faça parte e que posssa ser compreendido o que está sendo discutido acerca da sua realidade.

Trajetórias de re-existência nas universidades coloniais

Thais de Negreiros Sales (UFAM), Marcelo Calegare (UFAM)

A presença dos povos indígenas nas universidades brasileiras é composta por diferentes determinantes de acesso e permanência que são baseados nos processos históricos, sociais, cosmológicos, afetivos, políticos e econômicos das sociedades indígenas e não indígenas. Com a colonização das Américas para exploração e expropriação dos povos habitantes deste território, os povos indígenas vivenciaram o genocídio, epistemicídio e apagamentos sistemáticos que se fortaleciam através do colonialismo, que instituía campos jurídicos e administrativos para controlar as organizações sociais e tornar nula a possibilidade dos povos continuarem a produzir e reproduzir seus modos de pensar, de viver e de se relacionar com os seres humanos e não humanos. O racismo então opera como base para que houvesse a imposição de modos de vida, a hierarquização dos povos e exploração do trabalho e dos corpos indígenas. É com o racismo que se cria a ideia de raça para que fosse possível a inferiorização dos povos e a perpetuação das desigualdades entre os grupos. Inicia-se o processo de desumanização dos povos colonizados a partir de concepções racistas que alimentavam a ideia de que esses povos eram primitivos, atrasados e que precisavam evoluir para que se atingisse o modelo de homem correspondente aos dos colonizadores: branco, europeu e judaico-cristão.

O fim do período colonial não findou com as práticas já estabelecidas de dominação dos territórios, das relações, dos saberes e da subjetividade indígena. É com a colonialidade que ocorre a manutenção das dominações e explorações do poder, do ser e do saber. Essa forma de imposição de uma organização social e consequentemente de leitura de mundo alcançam, através de suas instituições eurocêntricas, não somente o campo econômico ou político mas todas as multidimensionalidades que envolvem ser indígena em um território de disputas. Situado neste contexto histórico, os povos indígenas, a partir de suas articulações coletivas, puderam acessar direitos básicos, como é o caso da educação. Essas conquistas só foram possíveis a partir da luta do movimento indígena que reivindicava o direito à autodeterminação, autonomia e direito de continuarem existindo enquanto indígenas. Existindo a partir de suas epistemologias, ontologias e cosmologias. Partindo do entendimento que não há fragmentações ou compartimentos quando se trata da vida e de suas implicações, para os povos indígenas o território, o corpo, os conhecimentos, a cosmologia e as cosmopolíticas se relacionam a todo instante em todos os campos da vida.

Com a luta por direito à educação, os povos indígenas passam a acessar o ensino superior brasileiro a partir de motivações que envolvem a gestão do território, a inserção em cargos de decisão, o resgate a autoestima e valorização dos conhecimentos indígenas e a luta contra as formas de discriminação que os persegue por conta da colonialidade. Para as indígenas mulheres, os efeitos da colonialidade são agravados pelas construções sociais de gênero e sexualidade de uma sociedade moderno/colonial que produz violências de maneira interseccionalizada através de uma dinâmica que envolve da raça/etnia, classe social, gênero e expropriação. O racismo e o patriarcado recai sobre as indígenas mulheres como estereótipos que hiperssexualizam, exotificam, silenciam e que tentam apagar a presença da indígena mulher nas dinâmicas organizativas e de resistência. O objetivo deste ensaio teórico, que é fruto de uma pesquisa de mestrado em andamento, é problematizar o sofrimento colonial existente nas universidade e dar ênfase na importância das práticas de bem viver produzidas por mulheres indígenas para continuarem permanecendo na universidade.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

Essa discussão tem como ponto de partida os entendimentos dos próprios povos sobre as suas vivências nas universidades e a forma que lidam com os sofrimentos que os interpelam e produzem bem-estar (bem viver), preconizando a indivisbilidade das esferas da vida. E também, alguns conceitos produzidos a partir da análise de experiências diversas que envolvem processos de dominação e exclusão, como é o caso da matriz colonial do poder que envolve aspectos políticos e econômicos (poder), da perspectiva que se tem sobre si e sobre o outro (ser) e das produções de entendimento e atuações sobre a vida (saber). Dando ênfase na colonialidade de gênero que gera especificidades na forma que as indígenas mulheres se posicionam e são posicionadas na sociedade. Essa discussão é uma forma de reconhecê-las como mantenedoras dos conhecimentos próprios, das relações intergeracionais e da memória mesmo diante das violências e da não demarcação de terra. A noção psicossocial adotada é pautada na Psicologia Florestal Amazônica, que tem como caracterização o estudo das relações experienciais das pessoas com seres e objetos de forma multidimensional. Dessa forma, o psicossocial está relacionado à ancestralidade, ao biológico, ao florestal, ao psicológico e ao social. Com essas interlocuções é possível que a Psicologia atue de forma coletiva a partir da realidade psicossocial indígena, o que é crucial para a formulação de estratégias que viabilizem conhecimentos ancestrais e também atuem no combate às violências epistêmicas, relacionais e de vida para lidar com os conflitos históricos que se recriam. A luta é pela vida e território.

GT 06: ARTE E PSICOLOGIA SOCIAL: SONHAR, EXPRESSAR, CONTRACOLONIZAR

Coordenação: Christine Gryschek (UFRGS), Laura Barcellos Pujol de Souza (Editora do Jornal O Onírico), Édio Raniere (UFPel)

A arte no processo de humanização na saúde: um relato de experiência no sensibilizarte

Thayná da Silva Trindade (UFRR), Thamiles Liana Maia Ribeiro (UFRR), Liana Gurgel Barreto Cavalcante (UFRR), Edilane Nunes Régis Bezerra (UFRR)

O presente relato descreve uma experiência vivenciada por acadêmicas do curso de Psicologia da Universidade Federal de Roraima (UFRR), no âmbito do projeto de extensão "SensibilizArte: Humanizar através da arte", ativo desde 2013 no estado. O projeto atua com ações voltadas à promoção de saúde mental e emocional por meio de atividades artísticas, com intervenções realizadas no Hospital Geral de Roraima (HGR) e no Hospital da Criança Santo Antônio (HCSA), ambos localizados em Boa Vista, Roraima. As ações foram direcionadas a pacientes hospitalizados por períodos variados, de longa e curta duração, com o objetivo de proporcionar momentos de distração, escuta, acolhimento e expressão emocional através das tarefas apresentadas. A proposta metodológica do projeto baseia-se nos princípios da saúde mental e na arte como ferramenta de sensibilização, cuidado e subjetivação do sofrimento psíquico em contextos de internação. Para além dos pacientes, com muita frequência seus acompanhantes também se envolviam nas dinâmicas, por vezes auxiliando na execução de alguma atividade, como nos casos de arteterapia, ou se envolvendo nas histórias e nas brincadeiras com risadas e participações por meio da fala e de gestos. As atividades foram realizadas mensalmente, com dinâmicas adaptadas ao público-alvo, incluindo pintura, colagem, contação de histórias, música e outras formas de expressão sensível, de acordo com a faixa etária e o estado clínico dos pacientes. As oficinas foram planejadas para atender diferentes faixas etárias e respeitar as condições físicas e emocionais dos pacientes, proporcionando momentos de leveza, descontração e criatividade dentro do ambiente hospitalar. O projeto conta com quatro frentes de atuação, sendo elas: artesanatoterapia, contação de história, palhaçoterapia e musicoterapia. No desenvolvimento do projeto, cada acadêmica atuou em uma frente distinta, as quais correspondem ao artesanato, à contação de histórias e à palhaçoterapia. Apesar da experiência ter se divergido de certo modo, é de comum acordo que o engajamento das crianças nas atividades das entradas realizadas no Hospital da Criança Santo Antônio era maior em comparação com os adultos internados no Hospital Geral de Roraima, fator de fácil compreensão considerando as atividades com alto grau de ludicidade. Ao fim de cada ação, foi possível observar melhora no humor de diversos pacientes após a realização das atividades, bem como maior abertura para interação e diminuição de comportamentos de solidão, especialmente entre as crianças. A Sociedade Artística Brasileira (2023) elucida que a arte é um importante meio de dar vazão aos sentimentos negativos, tendo um papel fundamental no alívio de problemas emocionais e até mesmo crônicos, como a depressão. Para as extensionistas envolvidas, a experiência contribuiu significativamente para o desenvolvimento de habilidades de escuta empática, criatividade, adaptação às demandas do ambiente hospitalar e atuação interdisciplinar em contextos de vulnerabilidade. Entre os principais desafios enfrentados

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

estiveram as limitações estruturais do ambiente hospitalar, a rotatividade dos pacientes e a imprevisibilidade de algumas situações clínicas, que exigiram flexibilidade e sensibilidade da equipe. Para além disso, como destacado por Amarante (2008), grande defensor da reforma psiquiátrica brasileira e da luta antimanicomial, o cuidado deve ser centrado na pessoa, e não na doença, propondo um cuidado acolhedor, ético e dialógico. A abordagem humanizada no cuidado se dá a partir do momento em que o indivíduo em tratamento tem suas necessidades e particularidades ouvidas e a sua individualidade preservada, sendo considerado em toda e qualquer ocasião um sujeito de direitos. Não há mais espaço na saúde para modelos manicomiais de tratamento, onde os sujeitos eram coisificados e mantidos em isolamento social com a supressão de seus direitos. É preciso pensar em formas cada vez mais eficazes de humanizar a área da saúde, com profissionais comprometidos com a ética e o bem-estar de seus pacientes, que devem ter sua dignidade preservada. Projetos como o SensibilizArte atuam não apenas como instrumentos de humanização na saúde, oferecendo alívio emocional aos pacientes, mas reforçam o papel fundamental da extensão universitária na promoção da saúde integral e na formação crítica e humanizada de futuros profissionais. A experiência relatada evidencia a potência do cuidado através da arte e destaca a importância de espaços afetivos e criativos dentro dos hospitais, especialmente em contextos marcados pela dor, espera e sofrimento. O projeto SensibilizArte reafirma a relevância de iniciativas que unem psicologia, arte e saúde pública como caminhos viáveis e eficazes para humanizar a experiência hospitalar, desafiando a lógica manicomial por tanto tempo imposta no Brasil e no mundo e as práticas coloniais que universalizaram um modelo médico baseado em paradigmas biologicistas, que desconsideram fatores socioculturais. É nesse sentido que o Grupo de Trabalho “Arte e Psicologia Social: Sonhar, Expressar, Contracolonizar”, inserido no eixo temático “Insurgências ético-estético-políticas: artes, tecnologias e subjetivação”, colabora para a discussão deste relato de experiência a partir do desenvolvimento da temática da expressão artística enquanto ferramenta para promover a saúde, o bem-estar e a subjetividade de sujeitos em diferentes contextos. No cenário hospitalar, o intenso fluxo rotativo de pacientes concede uma grande diversidade de culturas, vivências e pontos de vista que ultrapassam fronteiras de linguagem e sentido e abarcam novas formas de existência e de resistência no exercício da arte. A prática da arteterapia contribui para a liberdade de elaboração e de reinvenção das percepções internas e externas de cada indivíduo, isto é, de sua própria subjetividade. Segundo Vygotsky (2000/1998), é a partir da relação com o outro que a subjetividade se constitui e se reinventa, sendo a arte o motor que atua como um ponto de equilíbrio na vida individual e coletiva do sujeito. Assim, cada atividade realizada nas entradas buscou conhecer e trabalhar algum traço da subjetividade dos pacientes e dos acompanhantes ao trazer pequenos aspectos de sua identidade e memória ancestral para as dinâmicas. Dessa forma, a pluralidade de narrativas que passa a flutuar entre o campo do real e do imaginário, transpassa os moldes tradicionais de entendimento do mundo.

Palavras Chaves: subjetividade; saúde; humanização; arte; reforma psiquiátrica.

A Exposição: "28M: Políticas de Memória, Luta e Reparação na Região Metropolitana do Recife."

Diônvera Coelho da Silva (UFPEL), Jaileila de Araújo Menezes (UFPE), Laerte de Paula Borges Santos (UFPE), Fabíola Tayane da Silva (UFPE)

As condições climáticas extremas estão em escalada intensa em diferentes partes do globo, contudo evidencia-se a desigual possibilidade de defesa, proteção e assistência conforme pertencimentos de classe social, raça, idade e gênero, por exemplo. Os mais pobres (em geral pessoas negras, periféricas, indígenas, quilombolas) são os que mais sofrem com as mudanças climáticas, apesar de serem os agentes com a menor parcela de responsabilidade pelos efeitos catastróficos que têm sido gerados. Esse dado visibiliza uma das dimensões do racismo denominada pelo Dr. Benjamin Franklin Chavis Jr. de racismo ambiental, terminologia criada na década de 1980 por este ativista do movimento pelos direitos civis dos negros nos Estados Unidos. A falta de investimento em regiões sem saneamento básico, o despejo de resíduos nocivos à saúde em regiões de vulnerabilidade social, a grilagem e a exploração de terras pertencentes a povos locais são exemplos de manifestação do racismo ambiental. O conceito de racismo ambiental será abordado neste projeto como uma expressão dos históricos processos de exclusão social que vulnerabilizam e expõe constantemente a uma série de danos existenciais a população negra e pobre, os povos originários, indígenas e quilombolas sobreviventes da invasão colonial em nosso território. No racismo ambiental vimos operar um poder territorial que estabelece a linha entre os que terão o privilégio de usufruir de condições dignas de moradia e os que conviverão com o risco constante e cotidiano da perda, da morte e do adoecimento (Mbembe, 2019). Políticas eugenistas ainda operam e estabelecem o contínuo colonial da subordinação de parcela da população a condições degradantes de existência. Ailton Krenak (2019) bem nos diz que a humanidade é uma especie de clube onde a senha de acesso é para poucos, lembrando assim que o racismo é também e originalmente o estabelecimento do grupo dos não humanos, processo esse que justificou a escravização de negros e indigenas, povos em contínua diaspora forçada. Retornando à enchente de 2022 na Região Metropolitana do Recife (RMR), a lista divulgada pela Gerência de Análise Criminal e Estatística, órgão da Secretaria de Defesa Social de Pernambuco, informa como bairros dos óbitos: Muribeca, Cajueiro, Águas Compridas, Córrego do Abacaxi, Alto Santo Antônio, Curado, Engenho Velho, Dois Carneiros, Barro, Guabiraba, Santa Terezinha, Cohab, Sucupira, Córrego do Jenipapo, Cajueiro e tantos outros territórios periféricos de Recife, Jaboatão, Olinda, Camaragibe e Paulista. Interessante observar que o nome da rua de residência das vítimas já indica o tipo de topografia onde se ancoravam suas existências: comunidade, córrego, travessa, alto, estrada. A tabela de informação contempla apenas os seguintes dados: Data (do óbito); Vítima (nome completo); Município do Fato; Bairro do Fato; Logradouro. A ausência de dados essenciais de identificação causa uma indignação perturbadora, esse tipo de silenciamento opera uma revitimização, pois não possibilita cruzamentos essenciais de informações que colaborariam na proposição de políticas públicas intersetoriais, por exemplo. Para quem raça, classe, gênero e idade não importam? Trazer à tona as Enchentes de 22 da RMR é um modo de rememorar o direito à dignidade de populações periféricas invisibilizadas pelas políticas sociais. O resgate da memória, através da composição de dispositivos para narrativas seguras, é uma das contribuições do presente projeto para indivíduos e coletividades que precisam ter suas dores escutadas, seu luto respeitado e seu direito à vida digna assegurado (Tavares, 2021). O presente

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

resumo busca relatar como foi o processo de construção da exposição: "28M: Políticas de Memória, Luta e Reparação na Região Metropolitana do Recife." A partir da exposição buscamos lembrar todas as pessoas que perderam suas vidas por viverem em áreas sem a devida cobertura das políticas públicas no Recife e na Região Metropolitana. Realizamos uma busca cuidadosa pelos nomes, idades e locais onde moravam quando tiveram suas vidas interrompidas. Queremos lembrar que muitas crianças pequenas, idosos, pessoas de todas as idades morreram e, portanto, não tiveram o direito à infância e ao processo de envelhecer. Sobre isso, quem possui o direito de viver a infância e de envelhecer nesta cidade? Essas crianças não puderam crescer junto às suas famílias. Muitas mães, pais, tios, avós também não puderam continuar suas vidas com seus entes queridos. Essas pessoas tinham histórias que infelizmente não conhecemos. Eram vidas que precisamos lembrar. Não podemos esquecer das 133 pessoas que morreram. Não podemos esquecer das famílias que perderam aqueles e aquelas que amavam e seguem enlutadas, com a ferida do trauma ainda presente em suas memórias. Na exposição, registramos informações básicas das identidades das vítimas da enchente. Cada envelope carregava o nome de alguém muito importante, especial e insubstituível. Solicitamos às pessoas que tentassem imaginar como eram aquelas pessoas, que escrevessem algo para elas e como essas pessoas poderiam estar hoje? Durante a exposição percebemos a emoção inundar os rostos presentes que eram atravessados pela dura realidade representada pelas fotografias, envelopes e objetos. Nossa intenção era honrar a memória do que elas viveram antes do desastre. Com certeza, essas vidas estão marcadas na memória de quem as conheceu e amou. Nas cosmologias africanas, acredita-se que alguém não morre enquanto for lembrada/o. E é esta dimensão que gostaríamos de alcançar: que essas pessoas se mantenham vivas na memória, e que essa lembrança se transforme em luta e reparação para nós que seguimos. Que a luta continue por moradia digna. Que nenhuma vida seja interrompida por falta de um lugar seguro no mundo. Que a exposição despertasse o compromisso coletivo por um futuro diferente — mais justo, mais seguro, mais humano e respeitoso com todos os entes e seres que compõem a natureza. Lutemos com esperança e como nos convida Chico Science, é com a força da cultura que emergimos da lama e encaramos os urubu!

Referências Bibliográficas

KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das letras, 2019.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. São Paulo: Editora N-1, 2019.

TAVARES, JEANE SASKYA CAMPOS. Expressão do luto na população negra: entre o invisível e o patológico. In: Jacimara Souza Santana. (Org.). Saúde das populações negras na América e África. 1ed.Salvador: EDUNEB, 2021, v. , p. 63-83.

Entre arte, ciência e política: escrevivências como prática de cuidado entre universitárias negras

Carine Campos Santos (UFTM), Tatiana Machiavelli Carmo Souza (UFCAT)

A análise interseccional da realidade brasileira permite evidenciar as múltiplas camadas de invisibilidade que incidem sobre as mulheres negras, especialmente no que se refere às desigualdades sociais, econômicas, educacionais, políticas e, notadamente, de acesso e permanência no campo da saúde. Tais desigualdades não são incidentais, mas resultado de um processo histórico-social permeado pelo racismo estrutural e institucional, conjugado ao sexismo, que opera como um mecanismo de exclusão e marginalização dessas mulheres em diversos espaços, com destaque para o ambiente universitário. No contexto das instituições de Ensino Superior, as mulheres negras enfrentam obstáculos que extrapolam a dificuldade de ingresso. Mesmo quando conseguem acessar esses espaços, sua permanência é marcada por desafios significativos, como a ausência de representatividade, vivências recorrentes de microagressões, o silenciamento de suas experiências e a manutenção de práticas acadêmicas centradas em epistemologias eurocêntricas. Tais condições contribuem para o agravamento do sofrimento psíquico, à medida que produzem sentimentos de não pertencimento e isolamento, com consequências diretas sobre a saúde mental dessas estudantes.

Diante desse cenário, a presente pesquisa-participante pretende investigar estratégias que possibilitem a construção de um ambiente universitário mais equitativo e acolhedor, com foco na promoção do cuidado em saúde mental voltado para mulheres negras. Nesse contexto, adota-se como eixo teórico-metodológico o conceito de Escrevivência, formulado pela escritora e intelectual Conceição Evaristo. O termo resulta da fusão entre “escrita” e “vivência” e se refere a uma prática narrativa que tem como base a experiência vivida e subjetiva das mulheres negras, transformando-as em elementos de resistência, valorização identitária e produção de conhecimento. Assim, o objetivo central deste projeto consiste em compreender o potencial das Escrevivências como ferramenta de promoção de saúde mental para mulheres negras universitárias. Para tanto, enquanto um estudo em curso, será construído de um Grupo de Escrevivências, composto por 12 participantes autodeclaradas negras, maiores de 18 anos, regularmente matriculadas em cursos de graduação da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). O grupo será realizado em seis encontros presenciais, em que serão discutidos temas como racismo institucional, sexismo, vivências acadêmicas e políticas de cuidado, sempre a partir da leitura de obras literárias produzidas por autoras negras.

O convite às participantes ocorrerá por meio de canais institucionais, como o envio de convites por e-mail das secretarias de curso e por divulgação em Ligas Acadêmicas e grupos virtuais da universidade. Cada encontro será estruturado de modo a fomentar a escuta ativa, a troca de experiências, a reflexão crítica e a elaboração de narrativas autorais, denominadas Escrevivências, as quais serão produzidas ao término de cada encontro com base nas discussões promovidas e nas afetações provocadas pelos textos literários. A escolha metodológica se alicerça na Pesquisa-Ação-Participativa (PAP), abordagem qualitativa que se caracteriza por sua natureza reflexiva e interventiva, visando à transformação da realidade pesquisada a partir da participação ativa das sujeitas envolvidas. Os dados produzidos serão analisados por meio da metodologia dos Núcleos de Significação, conforme proposta por Aguiar e Ozella, a qual permite apreender os significados subjetivos atribuídos pelas participantes às suas experiências, especialmente no que se refere às vivências de sofrimento, resistência e pertencimento.

No que tange aos aspectos éticos, a pesquisa observará rigorosamente os princípios que regem a pesquisa com seres humanos, assegurando o anonimato das participantes, a confidencialidade das informações compartilhadas e o uso dos dados exclusivamente para fins acadêmicos e científicos. Os registros escritos das escrevivências serão armazenados em ambiente seguro e utilizados para fins analíticos e reflexivos, sempre com o devido consentimento das participantes. A fundamentação teórica do estudo será orientada pelas contribuições da Psicologia Social Crítica e das Teorias Feministas Interseccionais, com especial atenção às articulações entre gênero, raça e classe. Nesse sentido, destacam-se as contribuições de autoras como Angela Davis, bell hooks, Patricia Hill Collins e Lélia Gonzalez, cujas produções possibilitam a compreensão das múltiplas formas de opressão às quais as mulheres negras estão submetidas, bem como das estratégias de resistência desenvolvidas a partir de suas próprias epistemologias. Também são fundamentais os aportes teóricos de Neusa Santos Souza, Grada Kilomba e Cida Bento, especialmente no que se refere à análise das subjetividades negras e aos impactos psicossociais da exclusão e do racismo institucional.

Ao se utilizar das Escrevivências como instrumento de análise e intervenção, este projeto busca articular arte, ciência e política na construção de práticas acadêmicas antirracistas, que promovam o acolhimento, a valorização das identidades negras e o fortalecimento subjetivo das estudantes. O conceito de Escrevivência, entendido como uma insurgência estético-política, permite transformar experiências marcadas por violências estruturais em narrativas de potência, autoralidade e cura, conferindo às mulheres negras o poder de ressignificar suas trajetórias e reposicionar-se criticamente frente às estruturas opressoras da universidade. Por fim, espera-se que os resultados desta pesquisa contribuam para a produção de conhecimento comprometido com a justiça social, para a formulação de estratégias institucionais voltadas à saúde mental de mulheres negras e o fortalecimento de acadêmicas negras, assegurando a diversidade, a equidade e a permanência dessas estudantes no ensino superior. Ao articular arte, ciência e política, esta pesquisa busca não apenas investigar, mas intervir em realidades marcadas por exclusão, propondo estratégias de resistência e cuidado. Assim, reafirma-se o compromisso ético com a construção de um espaço universitário mais justo, plural e afetivamente seguro para mulheres negras. Desse modo, espera-se ampliar o debate acadêmico e a produção científica sobre práticas de cuidado e resistência protagonizadas por mulheres negras, rompendo com silenciamentos históricos.

Entre nós: aborto e relação entre mulheres em Retrato de uma jovem em chamas

Raíssa Haydê Koshiyama de Freitas (USP), Aline Souza Martins (USP)

O presente trabalho apresenta os resultados parciais de uma pesquisa de mestrado, em andamento, que propõe uma análise do filme "Retrato de uma jovem em chamas" a partir do referencial do gênero e da psicanálise. Nesta apresentação será destacada e analisada a cena de um aborto e a relação entre as três personagens desenvolvida em torno desta ação, que subverte a tradicional interpretação ligada ao trauma e à culpa.

O filme retrato de uma jovem em chamas trata centralmente da relação de amor entre duas mulheres na França do século XVIII. É neste mundo que a diretora Céline Sciamma insere também a temática do aborto e das relações entre mulheres, ao apresentar uma jovem (Sophie) que faz um aborto com a ajuda de mulheres da comunidade. Sophie é uma trabalhadora doméstica, empregada na casa onde reside Heloise e onde se hospeda a pintora Marianne, protagonistas do filme. A cena do aborto acontece no contexto da convivência entre essas três mulheres, na casa de uma outra mulher da comunidade, que faz o aborto em sua própria casa, na companhia de Heloise e Marianne e também de duas crianças que dividem a cama com Sophie.

Destacando esta cena, propomos algumas perguntas: qual o papel da cena de aborto em um filme sobre a relação entre mulheres? O que a maneira como a cena é estruturada nos diz sobre a forma que a diretora vê o aborto?

Essas perguntas, dirigidas ao filme, nos levam a perguntas mais amplas sobre o tema do aborto na sociedade e nas representações culturais: o que a questão do aborto tem a dizer sobre a relação entre as mulheres no contexto de uma sociedade patriarcal? Qual a importância de representar cenas de aborto em filmes em geral, e particularmente a partir da perspectiva de uma diretora mulher?

Como metodologia, apresentaremos a decupagem das cenas que compõem o processo de Sophie em fazer um aborto, de forma a permitir uma análise audiovisual a partir de um arcabouço teórico do cinema, da teoria de gênero e da psicanálise. Mobilizaremos autoras do gênero, como Silvia Federici; e da psicanálise em extensão, a partir da teoria lacaniana, e do cinema, como Laura Mulvey, Christian Metz e Joan Copjec.

Federici oferece a compreensão do aborto dentro do patriarcado, enquanto Metz e Mulvey oferecem o arcabouço teórico que permite observar o caráter ideológico da imagem cinematográfica, a partir de uma análise das estruturas fantasmáticas estabelecidas pela construção do olhar em cena, o que desencadeia um processo identificatório por parte do espectador. Mulvey tem especial importância para este estudo, uma vez que centra sua análise na construção da diferença sexual. E Copjec, por outro lado, faz um contraponto ao destacar aquilo que, na imagem, faz a identificação falhar, o que perturba sua uniformidade ao indicar um além do visível, um vazio por trás do véu que interroga o sujeito em sua aparente consistência. Copjec nos permite levar em conta a forma como a diretora articula o olhar fílmico. Ou seja, se ela usa a imagem para recobrir o Real com a fantasia ou se favorece um encontro com o Real ao explorar o imaginário em sua porosidade.

Na análise das cenas do Retrato de uma jovem em chamas se destaca a perspectiva incomum, disruptivo e de resistência sobre o aborto, aqui não entendido necessariamente como um ato traumático, que tem a potência de retirar a mulher do laço social e lançá-la ao isolamento, mas como uma possível etapa da vida, uma experiência que pode ser compartilhada, relatada e representada em imagem. A experiência compartilhada do aborto, embora carregue um elemento singular, no que

diz respeito a perspectiva de Sophie, serve para fortalecer o laço que está se construindo entre as três mulheres envolvidas na cena e, de maneira mais ampla, para construir uma partilha simbólica entre as mulheres em um contexto no qual predomina o discurso patriarcal.

Concluindo, o filme Retrato de um jovem em chamas, particularmente sua forma de tratar a questão do aborto, é valioso pois aponta para a possibilidade de tratar da questão de uma forma que enfatiza a autonomia das mulheres sobre o próprio corpo. Embora não apague a singularidade na experiência de cada mulher, o filme trata do que pode ser compartilhado entre mulheres. Essa partilha é uma chave para o entendimento e o reconhecimento de formas de olhar e subjetivar que foram historicamente apagadas e ignoradas, oferecendo material valioso para um avanço da teoria e da clínica.

O estudo se relaciona com o eixo e o GT escolhido (GT 06: Arte e Psicologia Social: Sonhar, Expressar, Contracolonizar dentro do Eixo 13 Insurgências ético-estético-políticas: artes, tecnologias e subjetivação) uma vez que trata de um filme sobre a relação entre mulheres, dirigido por uma mulher e contracenado por mulheres. Estudar arte feita por e sobre mulheres é fundamental para a psicologia social se levamos em conta a centralidade da arte no que diz respeito ao papel da cultura nos processos de constituição subjetiva. Todo objeto de arte colabora na composição da extensa trama do tecido da cultura, que se oferece como substrato ao processo de subjetivação. Dar voz à produção artística de mulheres é trazer à luz um tipo de objeto da cultura historicamente ocultado. Este empreendimento carrega a potência de ampliar o olhar da psicologia a novas formas de subjetivar, desejar e sonhar, o que pode oferecer mudanças bem-vindas para a teoria e, consequentemente, para a clínica.

Entrelinhas: uma costura com a escrita ficcional de Clarice Lispector e suas implicações no feminino

Esther Dalri Hauck (UNIVALI), Isabela dos Santos Pinheiro (UNIVALI), Gustavo da Silva Machado (UNIVALI)

A psicanálise e a arte dialogam sobre a constituição do ser humano e a produção de sentidos, principalmente a escrita ficcional que, partindo de uma linguagem, assim como o inconsciente, busca criar novas formas de dizer o indizível (Birman, 2019). Ainda, a escrita, para além de uma forma de expressão artística, mostra-se como um instrumento de sublimação, cujo caráter de devaneio e fantasia correspondem a modos de realizar os desejos em outra instância; isso se dá, principalmente, no caso desta análise, no âmbito da criação de personagens femininas como dispositivo de deslocamento (Kehl, 2016), como pode ser interpretada a obra da escritora brasileira Clarice Lispector. Logo, o presente resumo, que originou-se de um Trabalho de Iniciação Científica (TIC), buscou compreender como o exercício de uma escrita ficcional reverbera na constituição da feminilidade e da sexualidade feminina para a psicanálise.

Outrossim, o sujeito que escreve transborda de si a linguagem para designar suas personagens, como a própria Clarice Lispector denuncia ao importar a frase de Flaubert: “Madame Bovary c’est moi” (Moser, 2009, p. 189). Dessa forma, duas das pesquisadoras deste trabalho, a fim de escutar as protagonistas dos contos “Restos de carnaval” e “Preciosidade”, se propuseram a utilizar do mesmo instrumento que Clarice: a escrita. O exercício de escrever sobre um encontro simbólico entre as personagens, que destaca as intersecções entre as mesmas, também aproxima as pesquisadoras de seu objeto de pesquisa, possibilitando um território transferencial baseado, para além do mais, na condição de mulheres brasileiras. Apesar disso, sabe-se que, apenas com essa análise, não se encontra a resposta absoluta das coisas, já que, conforme Iaconelli (2023), cada abordagem fracassa ao seu modo, logo, enquanto pessoas castradas, precisamos reconhecer nossos limites. Dito isso, pela castração dá-se tanto a condição como o limite para a realização desta pesquisa.

A escrita literária, especialmente quando protagonizada por mulheres, assume um papel subversivo ao romper com os silenciamentos históricos que envolvem a sexualidade e ao oferecer ao desejo formas simbólicas de expressão. É nesse contexto que se insere a noção de “escrita de si”, formulada por Foucault (1992), a partir da ideia de que as práticas discursivas constituídas pelos sujeitos se constroem por meio da linguagem – um processo contínuo de produção de si mesmo. Neste caso, essa escrita emerge também do encontro entre as pesquisadoras, que, aqui, se deslocam de posições fixas de identidade para, juntas e simbolicamente, elaborarem experiências íntimas compartilhadas. Assim, a escrita de si torna-se um modo de habitar e reconfigurar o próprio corpo simbólico, fazendo da literatura um caminho de subjetivação e resistência.

É pertinente destacar que nem toda literatura é uma escrita de si, pois esta denota um forma de narrativa que busca elaborar uma reflexão sobre a existência, a partir da experimentação da linguagem como modo de subjetivação de si para si e de si para o outro. Na tese de Berto (2018), defende-se a escrita de Clarice Lispector como uma escrita de si, já que utiliza do instrumento de escrever como uma extensão de seu próprio corpo, no ato de compartilhar consigo mesma e com seus leitores. Nesta perspectiva, a autora consegue atravessar gerações proporcionando uma experiência-limite literária, que desafia as normas vigentes, investigando o papel do feminino através de suas personagens e “desfazendo,

como o desfiar de uma peça de lã, para um novo construto do feminino, agora como lugar de encontro consigo mesma" (idem, p. 10). Aqui, as pesquisadoras buscam trilhar o mesmo caminho para pensar a sexualidade feminina e a feminilidade.

Na elaboração de um escrito sobre o encontro entre as protagonistas dos contos "Restos de Carnaval" e "Preciosidade", a subjetivação daquilo que foi lido pelas pesquisadoras é explicitada, tanto pela escolha do estilo do texto quanto das palavras que simbolizam a relação transferencial. Da mesma forma, como há um desejo compartilhado pelo tema e objeto de pesquisa, assim como caminhos análogos que as trouxeram até aqui, essa escrita denota, espontaneamente, intersecções.

Uma destas intersecções dá-se na escolha do cenário do encontro: o ponto de ônibus. "Naquele mesmo ponto, no qual eu, corriqueira e diariamente, passava (in)finitos minutos – contados um a um, quase que como os carneirinhos que me acompanhavam o sono – esperando o ônibus chegar." (texto autoral). "Eu esperava pelo ônibus de sempre, perdida em meus devaneios (...)" (texto autoral). Este símbolo, que demarca um local de passagem, incertezas, de uma pressa rotineira – característica da personagem de "Preciosidade", que as pesquisadoras, a partir da escrita, transmutam para si –, dialoga diretamente com a ideia de deslocamento.

Às mulheres, ao longo da história e ainda na modernidade, não existe uma posição feminina dada, sendo a constituição da feminilidade relacionada ao reconhecimento pelo outro, masculino (Kehl, 2016). Entretanto, ao deslocar-se da forma de se colocar ao outro e a si mesma, é preciso achar pequenas vias de escape, pontos de encontro e desencontro que produzem destino àquilo que não é nomeado. E, por fim, o ônibus chega; mas o destino ainda é desconhecido.

Do mesmo modo, surgem a "rosa" e o "sapato", enquanto símbolos capazes de condensar experiências subjetivas relacionadas à feminilidade, ao desejo e ao conflito entre a exposição e o recolhimento – sincrônicos – apresentados pelas personagens. A rosa, nesse contexto, não é apenas um ornamento carnavalesco, mas um signo ambivalente "do Belo e da dor" (texto autoral), evocando o desabrochar de uma sexualidade feminina ainda entrelaçada à inocência. A personagem, então, veste-se da rosa como quem se inscreve no mundo, em um corpo que ainda se desconhece, mas que já desperta olhares e julgamentos: "Achei de um exagero sem tamanho toda aquela exibição de uma criança..." (texto autoral).

Freud (1933/2023) aponta que o feminino, frequentemente, ocupa o lugar do enigma, e é nesse ponto que a rosa se revela como metáfora daquilo que se mostra à visão e, ao mesmo tempo, se oculta: "Mas nem sempre há elegância no convite. Eu fui tirada pra dançar. E dancei. Eu não quis. Ela também não iria. Eu sei!" (texto autoral).

Em conjunto, de tom rítmico e ambivalente, os sapatos representam não somente o desejo feminino de marcar seu espaço no mundo, mas, o rastro de uma rigidez social que se atravessa na coreografia dos passos que regem os destinos das mulheres. Os sapatos, enquanto objetos concretos, podem ser compreendidos, à luz da teoria de Lacan (1960/1998), como exemplos do "objeto a": que desperta o desejo por representar o que falta ao sujeito, mas que, ao mesmo tempo, evidencia a impossibilidade de preencher plenamente essa falta. Portanto, os passos ritmados dados por eles, remetem tanto à repetição do cotidiano, quanto ao ímpeto de subversão: no dançar das personagens enquanto gestos conjuntos de entrega e resistência. Nesses cruzamentos simbólicos, a literatura e a psicanálise entendidas pelas autoras, se entrelaçam, ao mostrar como o feminino é produzido em tensões, deslocamentos e pequenos gestos de escuta de si e do outro: pela intersecção do encontro.

Ainda, os contos escolhidos – e a leitura feita a partir deles –, colocam em cheque o olhar do outro sobre si, olhar este que invade, sem pedir licença, e impõe uma expectativa

sobre, neste caso, a feminilidade. Quando Didi-Huberman (1998) escreveu sua tese sobre a dimensão do olhar, o autor propôs que, ao olharmos algo, esse algo também nos olha, e transcende assim a dimensão do olhar para ser o que toca, o que expõe a lacuna que se formou ali, entre espectador e espectado. Nessa perspectiva, "ver é sentir que algo inelutavelmente nos escapa, isto é: ver é perder" (p. 34). Assim, da mesma forma que as personagens, em seus mundos de linguagem, se confrontam com o olhar dos outros, as pesquisadoras olham as personagens, que denunciam uma falta, um vazio; caminho de angústia da perda, que impulsiona o desejo: "Eu não precisava de muito, senão aquele olhar." (texto autoral).

Por conseguinte, percebe-se que as nuances do olhar tanto possibilitam quanto violentam o corpo-texto, aquele posto por Clarice, assim como o proposto pelas autoras do trabalho. A partir desse olhar, que invade as protagonistas, mas não as nomeia, as pesquisadoras, no seu exercício da escrita, fundem-se àquelas personagens que, dentro de suas particularidades, inventam os próprios deslocamentos da feminilidade.

Dessa forma, a escrita ficcional – enquanto espaço simbólico de elaboração subjetiva – revelou-se, nesta pesquisa, como uma via potente de escuta e reinvenção da feminilidade a partir da leitura de Clarice Lispector, cujos contos selecionados possibilitaram às pesquisadoras não apenas a análise psicanalítica de suas personagens, mas também a vivência transferencial com essas figuras literárias. Ao lançar mão da "escrita de si", as autoras deste estudo experimentaram um deslocamento que permite reinscrever o desejo feminino em palavras, tensionando o olhar normativo que incide sobre o corpo e a sexualidade das mulheres. Assim, entre as entrelinhas da linguagem literária e da teoria psicanalítica, os resultados obtidos pelas autoras emergem os vestígios de um feminino que se constrói em movimento, resistência e criação: abrindo caminhos para novas formas de existir, dizer e se reconhecer no mundo.

Especulações sobre a existência do futuro

Juliane Tagliari Farina (Jornal O Onírico)

O neoliberalismo tem dominado a narrativa histórico-social com seu delírio paranoico globalizante, onde passado, presente e futuro se concatenam numa realidade que estabelece o escoar do tempo como algo sobre o qual ele tudo sabe. O futuro enunciado por tal narrativa se alterna entre dois discursos totalizadores e suas respectivas imagens projetivas: o fim do mundo e a continuidade colonialista neoliberal como salvação para este fim que ela mesma produz.

O fim do mundo e, portanto, do futuro, é o destino inevitável do capitalismo de exploração de recursos finitos tratados como se infinitos fossem pela grande peça publicitária planetária que opera da propaganda de mineradoras que se vendem como politicamente corretas aos filtros fotográficos que apagam as marcas do tempo das nossas peles em nossos perfis-propagandas pessoais. Nesta peça, o fim do mundo serve como imagem aterrorizante e catastrófica, produtora de medo, o afeto motor necessário ao funcionamento de qualquer máquina fascista. Ao mesmo tempo, tal fim do mundo é negado pela imagem publicitária que tem colonizado a realidade (inclusive inconsciente). A máquina neoliberal nos aparece em moto contínuo imparável. Ou seja, se a expansão colonialista sempre teve sucesso em salvar seus escolhidos, seus iluminados, com seu avanço tecnológico, continuará tendo sucesso para todo sempre, mesmo que para isso, precise colonizar também outro planeta. E, assim, nega também, seu próprio fim.

Como desconectar o futuro desta sinonímia perversa que o neoliberalismo inventou entre seu modus operandi e a realidade? Não podemos garantir nenhuma operação – isso nos colocaria próximos de uma ação publicitária e publicitários, não somos nem seremos –, mas invocamos um devir sensual da vida contra o dever panóptico do moralismo neoliberal, disfarçado de economia política (Ruiz; Vourloumis, 2023). E assim, tentamos desarmar as trapaças subjetivantes que ele constrói para nos apanhar em sua rede de propaganda enganosa, até quando tentamos operar como resistência.

Essa questão começa sua resposta experimental propondo que, antes de tudo, recusemo-nos a utilizar as narrativas, a linguagem, a sonoridade, as ferramentas do colonizador para nos opormos a ele (Barbosa; Gonsalves, 2023). Mas é bom salientar que se trata de uma oposição primeira, que se coloca de antemão em outro lugar, e não de uma oposição reativa, segunda, como temos testemunhado acontecer aos borbotões em movimentos progressistas, de esquerda, de representação política minoritária etc.

Invocamos, então, “o sonho contra a paranoia” (Jornal O Onírico, 2022); “ficar com o problema” (Haraway, 2022) contra a paixão pela solução; afeto curatorial contra o acúmulo informacional; conexão de mundos-de-vida-estética (Ruiz; Vourloumis, 2023) contra o anúncio crítico e denuncista que tudo que consegue é enviar nossa localização aos drones exterminadores fascistas; a mágica contra a contabilidade e sua ostentação; o sombreamento, a penumbra e o silêncio contra a visibilidade e o barulho constantes sob luz branca intermitente; o encontro dos que constatam que não têm nada contra os rebanhos submissos que creem na salvação propagandeada pelo templo capitalístico e seu deus-tempo-dinheiro com seus sonhos de consumo pasteurizados e mandatos de bom comportamento premiado; a poesia contra o utilitarismo; a complexidade de tempos contra a sucessão temporal cronológica; a ficção contra a realidade colonizada; o devaneio contra o conteudismo; o conhecimento como iniciação à vida contra o conhecimento a serviço do trabalho; a solidez de uma biblioteca contra a volatilidade ameaçadora de

apagamento de um arquivo que está sob posse de uma nuvem; a festa contra a polícia...

Tais oposições só podem ser realizadas se constatarmos que o que nos caracteriza como espécie é que somos animais poéticos (Petit, 2024), pois "nós nunca podemos ser reduzidos a uma linguagem fática, instrumental, que se limitaria a designação imediata das coisas e dos seres, que se limitaria aos estereótipos, aos discursos vagos, aos slogans, aos jargões técnicos... A esses usos que nos brutalizam, nos exilam, nos distanciam de nós mesmos, dos outros e do pensamento". A poesia é uma língua vasta, complexa, popular e culta, que faz ver, tocar, sentir e pensar o futuro como uma virtualidade, uma existência mínima (Lapoujade, 2017) que nos convoca na tarefa de fazer existir o que ainda não é.

Neste sentido, "o futuro não demora" (BaianaSystem, 2019), pois não o reduzimos à dimensão de um amanhã que sucede um hoje. "O futuro está no virtual e não no amanhã" (Farina; Fonseca, 2010). Para tanto, a presente comunicação oral se coloca como trabalhador estético transformacional a testemunhar a existência do futuro enquanto invenção de tempos-espaços provisórios e parciais que não se ofertam como éden solucionista, imagem totalitária do amanhã, mas como mundos-de-vida-estética onde se possa respirar mais do que ar, ouvir música propagada pelo ar.

A comunidade que vem é sem nada e "quando você não tem nada, você dança". Ouçamos o zumbido, o balanço, os tremores cadenciados e sigamos o enxame na batida do som (Ruiz; Vourloumis, 2023), porque se a arte não repara nada, ela nos escolta até no inferno (Petit, 2024).

Estéticas femininas entre arte e delírio

Marina Gomes Kirst (UFRGS), Marina Gomes Kirst (UFRGS), Larissa Ko Freitag Neubarth (UFRGS)

Introdução

Essa escrita parte de experiências de estágio em duas oficinas de arte em instituições de saúde mental: a Oficina de Criatividade do Hospital Psiquiátrico São Pedro (HPSP) e o Núcleo das Psicoses situado na Clínica de Atendimento Psicológico da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mais precisamente, abordamos nosso encontro com as coleções de mulheres marcadas pelo registro da psiquiatria, Dona Iva e Raiz. Suas obras nos tocam pelos gestos que as produzem, e convocam pistas para pensarmos a dimensão do traço e do toque nos contornos de campos com os quais nos debruçamos em nossas pesquisas, como a escrita do testemunho e as estéticas do feminino.

Escrever sobre o feminino é uma tarefa melindrosa, atravessada pelo perigo de cairmos nas paralisias de seu excesso, no apagamento de suas nuances ou na nostalgia de alguma essência. Contornando noções como a de Outro intangível e continente negro da episteme psicanalítica, e do devir-mulher nas imanências esquizoanalíticas, procuramos atravessá-la pelas vias da poiesis. Assim, não partimos de conceitos fixos para chegar ao texto ou à obra, mas procuramos configurar esteticamente — criar em ato — reformulações acerca do corpo e de suas sensibilidades. Não se trata de teorizar, topologizar, perscrutar: as experiências com arte e com os mundos abertos pela imagem — na arte, no sonho e nesse interstício — provocam fulgurações, lampejos e pistas para circulação de um pensamento.

Objetivo e orientação teórica

Diante de uma alteridade que nos toma, mas sobre a qual não conseguimos formar significação precisa, nos dispomos a uma espécie de hospitalidade (Derrida & Dufourmantelle, 2003), uma abertura do corpo ao reconhecimento incondicional do outro, mesmo que ele nos pareça, em primeiro momento, estranho por muito íntimo ou fora de nossas linguagens. No contato com as obras, somos corpos de passagem (Sant'Anna, 2001). Navegamos por sonhos e elucubrações sensíveis, e essa travessia é enunciada através de uma escrita de testemunho que coloca em deslocamento nosso olhar, a escrita e os próprios objetos com os quais nos encontramos (Moschen & Ó, 2021)

Posto isto, ensaiamos formas de ver e de escrever a partir dos encontros com os trabalhos de dona Iva e de Raiz, testemunhando seus efeitos em nosso corpo-pensamento tendo em vista possibilidades de abordar o feminino enquanto campo de positividades teóricas e estéticas — e, a partir daí, enunciar gestos de potencial transgressão a esse intento. O conceito de figura e de figural, atravessados por nossas sensibilidades, nos serve de fio condutor para as buscas incitadas por essa pergunta.

Cabe retomarmos a diferença entre figuração e figura. Barthes (1977/2003), em seu discurso amoroso, coloca as figuras como fragmentos ou imobilizações — como os frames fotográficos — de uma ação viva, isto é, de um gesto no sentido ginástico ou coreográfico. O autor valoriza assim o caráter fragmentário da figura, que convoca o leitor para que possa adicionar/subtrair algo de si, ou passá-la adiante. Deleuze (1981/2007), afetado pelas pinturas de Francis Bacon, aponta para o puro figural: a figura não é ilustrativa, representativa ou narrativa, mas aponta para a pura sensação – não o horror, mas o grito.

Com Didi-Huberman (2015), podemos pensar na experiência de laceração das formas vigentes da figuração humana, através de imagens transgressivas, ou semelhanças dilacerantes, que abrem novos campos

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

visuais sem constituir uma nova iconografia fechada em si mesma. Essas imagens dizem respeito à noção de informe, que remete ao que, sem uma forma definida, ainda assim se mantém como forma, tensionando as dualidades entre ordem e caos, figurativo e abstrato.

Na escrita de Luce Irigaray (2017), figuras do feminino surgem com potencial poiético, ou seja, são capazes de criar textualmente novas ideias de corpo e inclusive novas sensibilidades. Tão importante quanto a dimensão imagética, são os verbos e movimentos sensíveis que elas encarnam. Com Irigaray, a dimensão tátil aponta para uma abertura de sensibilidades para além da primazia da visão e do visível. Essa autora também nos dá pistas de que a positivação do feminino talvez tenha como consequência a recusa de uma forma fixa, auto-evidente e fechada em si mesma.

Resultados e conclusões

Em nosso olhar sobre o trabalho de Raiz, encontramos conchas, capelas, barcos, ninho. O caráter religioso das obras se contrasta com a sensualidade de um gesto que pressiona o barro e o alisa em formato côncavo. Abre-se uma interioridade, uma reentrância que não é de todo visível, e que se atualiza também nas imagens dos corpos de uma mulher e nas curvas de um violão. Subitamente, Raiz nos entrega uma criatura outra, a figura de um pequeno monstro, o Monstrinho, que nos mostra a língua e provoca. Seria ele mais um desvelamento do feminino, de um feminino monstruoso? Ou ele apenas nos expõe nossos próprios ensurdecimentos, ao incutir, no gesto de Raiz, o feminino enquanto chave de inteligibilidade?

Já no gesto de Iva, círculos preenchem uma folha, incessantemente. A tinta já acabou faz tempo, e o movimento continua. Iva insiste em circular até que o papel se fure. Nesse momento, trocamos a folha, colocamos mais tinta e o movimento recomeça. Passam-se eternidades no acompanhamento da produção de Iva. Aos poucos, propomos um jogo. Colocamos o dedo de obstáculo e o movemos. Iva persegue os dedos com o pincel, e assim os círculos se tornam linhas, pontos e pequenos turbilhões. Nos prontuários psiquiátricos, Iva é limitada à ecolalia. Na Oficina, pergunto: o que dá vermelho com azul? E Iva me responde “roxo”. Sua presença nos fulgura em sonho, um dia antes de sua morte. O que ela insiste em nos dizer?

A compreensão de figura empregada neste trabalho — e aqui enunciada no encontro entre mulheres e sensorialidades associadas a um campo que enunciamos enquanto feminino — não diz respeito a uma figurabilidade original, como de ideogramas anteriores à língua fonética. Ao tratar do feminino, não se trata de recuperar essências originais e perdidas, apagadas pelo falogocentrismo (Derrida e Roudinesco, 2004), ou por uma essência deteriorada pela abstração da linguagem. Seguimos no encalço de desvios sem origem, inscrições entre autoria e anonimato e atualizações daquilo que nos interpela.

Experiências com arte, quando atravessadas pelo registro de delírio, podem enunciar reinvenções da realidade em uma prática política de construção de novos mundos — ou mesmo denunciar estes mundos em linguagens que de outra forma não seriam escutadas. Para Rivera (2023), o delírio estaria na intersecção entre arte e psicose: na perda da realidade que possibilita a deflagração da surrealidade, ou, ainda, na perda da forma para fazer surgir o informe.

Na contramão da tendência a relegar a arte dos loucos a um lugar de exotismo e de pureza, como ocorre desde os movimentos da arte naïf e da arte bruta (Rivera, 2023), tomamos as produções de artistas oficinantes enquanto obras que não nos servem de ilustração de teorias, nem de objeto de dissecação, mas que criam junto a esse trabalho uma rede consteladora de imagens nunca auto-evidentes ou iconográficas, mas sempre abertas para outras, e outras, e outras.

Nossa escrita de testemunho a partir dos gestos que compõem os arquivos de Iva e Raiz engendra operações

que procuram colocar em (e)vidência e em reinvenção produções que, pelos discursos manicoloniais (David e Vincentin, 2023), seriam relegadas ao esquecimento. Assim, as cerâmicas de Raiz e as pinturas de Dona Iva levam nossa escrita a um limiar não apenas das estéticas do feminino, como também de sua transgressão, deslocando nosso entendimento acerca do gesto e do toque, não apenas em sua dimensão sensível e material, mas de inscrição de traços, formas e sentidos.

Referências

Barthes, R. (2003). Fragmentos de um discurso amoroso (M. V. M. Aguiar, Trad.). Martins Fontes. (Obra original publicada em 1977)

David, E. C., & Vicentin, M. C. G. (2023). Práticas antirracistas na Rede de Atenção Psicossocial: racializar e desnortear. Psicologia & Sociedade, 35, e277115. [https://doi.org/10.1590/1807-0310/2023v35e277115]

Deleuze, G. (2007). Francis Bacon: Lógica da sensação (R. Machado, Trad.). Jorge Zahar Ed. (Obra original publicada em 1981)

Derrida, J., & Dufourmantelle, A. (2003). Da Hospitalidade: Anne Dufourmantelle Convida Jacques Derrida a Falar da Hospitalidade. Editora Escuta.

Derrida, J., & Roudinesco, E. (2004). De que amanhã: Diálogo (A. Telles, Trad.; A. C. dos Santos, Rev. técnica). Jorge Zahar Editora.

Didi-Huberman, G. (2015). A semelhança informe ou o gaio saber visual segundo Georges Bataille (C. Meira, F. Scheibe & M. J. Moraes, Trad.). Contraponto Editora Ltda.

Irigaray, L. (2017). Este sexo que não é só um sexo: Sexualidade e status social da mulher (C. Prada, Trad.). Editora Senac São Paulo. (Obra original publicada em 1977)

Moschen, S. Z., & Do Ó, J. M. N. R. (2021). A Escrita da Pesquisa: uma conversa a partir de Freud, Lacan e Foucault. Currículo sem Fronteiras, 21(2), 740-767. [http://dx.doi.org/10.35786/1645-1384.v21.n2.15]

Rivera, T. (2023). Lugares do delírio: arte e expressão, loucura e política. Edições SESC São Paulo; n-1 edições.

Sant'Anna, D. B. (2001). Corpos de passagem: Ensaios sobre a subjetividade contemporânea. Estação Liberdade.

Floresta: um projeto filosófico-musical

Édio Raniere (UFPel), Laura Pujol (Onirico), Lucas Lima Ribeiro Gularte (UFPel)

Floresta é um projeto filosófico-musical agenciado ao pensamento de Nietzsche, Deleuze, Anne Sauvagnargues, Vinciane Despret, Silvia Federici, Donna Haraway, Ursula Le Guin, Silvia Cusicanqui, Manoel de Barros, Cruz e Souza, Ailton Krenak, Davi Kopenawa, Antônio Bispo dos Santos, (...) e a sonoridade de Dead Can Dance, Anathema, Decoryah, The 3rd and the Mortal, Lugubrious Aesthetics, Candlemass, Black Sabbath, Mecano, Blackbraid, The Sisters of Mercy, Wandula, Zé Ramalho, Tom Waits, Victor Ramil, Meredith Monk, David Gilmour, (...).

Seu single de lançamento – O Chamado – busca nos colocar diante uma questão aberta pelo diálogo de Gilles Deleuze com Marguerite Duras: o que fazer diante a nítida percepção de que estamos nos afogando em gigantescas ondas de informação? Somos, continuamente, bombardeados com informações sobre nossas famílias, nossa saúde, nossa revolução política, nossos direitos, nossos corpos, sobre aquilo que desejamos, aquilo que nos dá prazer, sobre aquilo que somos, sobre aquilo que devemos fazer para ter sucesso, sobre pessoas que devemos odiar, sobre pessoas que devemos amar (...). Tal pesadelo nos visita, dia após dia, graças as tantas telas que nos veem. Telas que nos reduzem, do mesmo modo, a informações que são negociadas no mercado digital. O que fazer diante este afogamento coletivo que experenciamos? Como lidar com as ondas que estão nos afogando?

Para além do Chamado de Cthulhu – H.P Lovecraft – e do convite de Donna Haraway para que façamos parentes no Chthuluceno. Para além do Chamado da Floresta, de Jack London, ali, bem perto do coração selvagem da vida alguns vagalumes insistem e permanecem na escuridão. Nesse lugar, onde a luz branca não chega, onde Deus está morto, uma voz muito antiga evoca aqueles que não foram, nem nunca serão aceitos no seleto clube dos humanos:

– Não tenha medo, nós jamais fomos humanos, vem, você também pode se libertar. Depois da arrebentação tudo fica tranquilo, atravessa a onda. Vamos nus desumanizar.

Desumanizar? Sim! Sabemos que desumanizar é um verbo que se costuma evitar. É como lavar a louça. Sempre que possível empurramos com a barriga, vamos deixando para daqui a pouco. Mas um dia a feijoada fica pronta e aquele prato com os restos de cachorro-quente, ainda da noite passada, vai se tornando mais incômodo do que o trabalho de esfregar nele água e sabão. Talvez esteja se aproximando o momento de uma constatação muito simples: nosso almoço envolve um conjunto de temperos, aromas e grãos que competem com molho de tomate, salsicha e batata palha. Assim, para se sentar à mesa e saborear uma boa feijoada precisamos aceitar que antes se faz necessário ir até a pia e lavar a louça. Obviamente existem pessoas que não lavam os seus pratos. Eles sujam, mas não lavam. Humanos. Aqueles que possuem tais privilégios são conhecidos como humanos. Por conta da preguiça, da violência e do medo acreditamos, um dia, que poderíamos vir a ser como eles. As promessas, os chicotes e a fome, durante muito tempo, nos fizeram acreditar que seríamos aceitos nesse clube. Nós nos esforçamos bastante para isso, é verdade. Mas nunca fomos aceitos. Talvez o importante hoje seja compreender que nunca seremos aceitos. Porque o clube dos humanos, como todo clube, tem na exceção o seu funcionamento.

Ou seja, para que haja humanos é preciso que alguém capine a roça, corte a grama, plante o aipim, colha as laranjas, are a terra, pesque o peixe, recolha o lixo, entregue o gás, cozinhe a comida, lave a roupa, construa a casa, a estrada e a ponte, dirija o ônibus, monte a peça, ensine a ler, contar e pensar, cobre pela passagem do

ônibus, da barca e do avião, escreva a música, produza o fonograma, recicle o lixo, oriente a pesquisa, trance o balaio, venda o artesanato, a roupa e os eletrodomésticos, faça o pão, abasteça o carro com gasolina ou álcool, cobre pelos produtos anunciados nas prateleiras dos supermercados, corte a barba e o cabelo, limpe a casa, o escritório, a fábrica e todo resto, entregue a comida em casa, mate o boi, corte a carne do boi, venda a carne do boi, frite o hamburguer, (....) e lave a louça. A exceção é aquilo que nos separa dos humanos e ensina nosso desejo a desejar a carteirinha desse clube. Mas o excepcionalismo humano também é aquilo que nos leva a competir entre nós. Pois diante aquele que recolhe o lixo nas ruas quem canta uma música é sempre mais humano. Fomos seduzidos, enganados, colonizados pelo excepcionalismo humano.

Quando os invasores europeus por aqui chegaram perceberam que além de árvores, rios, montanhas e bichos havia uma quantidade gigantesca de pessoas vivendo em pindorama. A solução para esse detalhe foi simples e direta: nós, que somos brancos e cristãos, somos humanos, pois temos uma alma. Todos os demais serão avaliados pelos nossos especialistas e até que se prove o contrário serão considerados desumanos, visto que não temos certeza se possuem uma alma. Essa dúvida marcou o início da modernidade e sob ela vivemos desde então . A partir dela os mais violentos genocídios foram perpetrados; mais de doze milhões de pessoas foram sequestradas, mortas e escravizadas no continente africano; o conhecimento, a cosmovisão, os modos de existência de milhares de comunidades foram destruídos por humanos que colocaram em dúvida a humanidade dos que ali viviam. Na contemporaneidade o excepcionalismo humano continua a validar, garantir, permitir todo tipo de violência. A mesma dúvida é atualizada noite e dia. O mesmo conceito – Humanidade – permite a um Europeu ou Norte Americano dos dias de hoje perceber-se exceção diante um Colombiano, um Nigeriano ou Indiano. Sou mais civilizado, mais humano, mais ecológico que essas pessoas do terceiro mundo .

Quando acontece desse humano ser de esquerda a pergunta que costuma lhe aparecer é: o que posso fazer para aperfeiçoar esses subdesenvolvidos? Já os corpos atravessados pelas políticas de direita irão se perguntar: como faço para manter esses animais distantes do meu clube particular? Embora as respostas sejam divergentes a pergunta se pauta no mesmo conceito. A noção de humanidade, nesse sentido, colabora para manter as coisas como estão. O racismo, a xenofobia, o patriarcado, o sexismo, a objetificação são variações constantemente atualizadas de um humanismo virtualizado . Muitos privilégios da branquitude se mantém a ele agenciados. A diferença ou dúvida sobre a natureza do outro é o que possibilita que um branco se experiencie mais humano que um preto, que um homem se perceba mais humano que uma mulher, que um hetero se julgue mais humano que um gay, que um francês se compreenda mais humano que um latino, que um civilizado seja sempre mais humano que um selvagem. Desumanizar é criar linhas de fuga diante tais armadilhas. Desumanizar é afirmar uma nova posição frente as velhas promessas – das esquerdas – e das constantes violências – das direitas. Desumanizar é lavar uma louça que estamos empurrando com a barriga faz tempo. Cunhambebe enfrentou o humanismo cristão de Hans Staden de modo muito preciso: eu não sou humano, sou uma onça . Desumanizar é dar-se conta de que nossos parentes são os bichos, os rios, as montanhas, as árvores .

Desumanizar é compreender que o conceito que nos separa do restante da natureza é o mesmo que nos coloca acima ou abaixo do outro. Desumanizar é perceber que o racismo, o patriarcado, o machismo, a homofobia, se sustentam no livro de Genesis, capítulo 1, versículos 26 a 29: o homem feito a imagem e semelhança de um deus que lhe concedeu o direito de subjugar todos os demais. Mais do que aceitar que a morte de Deus, anunciada por Nietzsche, terminará matando o homem , trata-se de

trabalhar para que isso aconteça o mais rápido possível. Visto que este humano que ocupa, desde o cogito de Descartes, a posição de olho de Deus é o que garantiu e garante, ainda hoje, fundamento à expansão colonial . Habitar um mundo ch'ixi é acabar com o colonizador em nós . Mas lavar essa louça não é tão difícil quanto parece. Quando botamos a mão na massa logo percebemos que Jamais Fomos Humanos . E então tudo fica mais leve. O caso é que desumanizar é ainda um verbo leonino. É o rugido do leão que vem para nos separar do humanismo de um camelo que caminha rumo ao deserto dizendo 'tu deves' . Um dia não precisaremos mais do leão. Um dia seremos leves como a criança que mora em Nego Bispo. Nesse dia vamos sorrir dizendo "(...) eu não sou humano (...) os humanos são os eurocristãos monoteístas."

Fortalecendo Vozes e Vínculos: O Coral como espaço de cuidado em saúde mental

Flávia Carolina Silva Santos de Castro (UFAM), Claudia Regina Brandão Sampaio (UFAM), Socorro de Fátima Moraes Nina (UFAM), Gisele Cristina Resende (UFAM), Janaína Duarte Ferreira Vieiralves (UFAM), Maria Carolina Lima de Souza (UFAM)

O Coral "Canta Junto", da Faculdade de Psicologia (FAPSI), é caracterizado como um Projeto de Extensão PACE (Programa de Atividade Curricular de Extensão) sob a coordenação da Profa. Dra. Claudia Regina Brandão Sampaio, uma das docentes do departamento. Iniciado em 2018, o projeto acolhe indivíduos independente do conhecimento de teoria e/ou prática musical contando com a participação de discentes e docentes de Psicologia, egressos do curso, Técnicos Administrativos em Educação (TAE), outros integrantes das demais unidades acadêmicas e administrativas da UFAM e público externo. Com a realização de ensaio semanais e apresentações em eventos de natureza diversa, o Coral emerge como uma alternativa para atender ao interesse cultural e artístico dos seus participantes e representa uma ferramenta potente para promoção de saúde mental. Este resumo trata-se de um relato de experiência da participação no Coral.

O objetivo desta comunicação é refletir sobre como a participação no Coral "Canta Junto" atua como ferramenta de promoção da saúde mental, fortalecimento subjetivo e resistência simbólica por meio da prática artística e comunitária.

Esta proposta se insere no GT 6 – Arte e Psicologia Social: Sonhar, expressar, contracolonizar por abordar o canto coral como prática de expressão estética, construção de sentido e resistência simbólica em contextos cotidianos. Ao possibilitar a vivência coletiva da música, o projeto explora a possibilidade de explorar expressões artísticas como formas de resistência, transformação social e construção de sonhos e outras possibilidades de vida, o que justifica sua submissão ao referido Grupo de Trabalho.

A experiência relatada neste trabalho se fundamenta em uma perspectiva interdisciplinar que articula saberes da psicologia social crítica, musicoterapia, estudos em educação musical e abordagens das artes como práticas comunitárias e transformadoras. Autores da psicologia social crítica, como Martín-Baró (2017) e Lane (1999), destacam a importância de práticas coletivas na construção de espaços de resistência subjetiva e reconstrução de vínculos em contextos marcados por desigualdade e processos de desumanização, a arte, nesse contexto, pode ser inserida como uma ferramenta diferenciada para expressão de afetos, narrativas e processos identitários constituindo-se como uma prática de resistência simbólica e política. A musicoterapia, por sua vez, oferece bases teóricas e técnicas que demonstram a possibilidade de comunicação através de linguagem verbal, instrumental e corporal capaz de acessar conteúdos emocionais, facilitar processos de simbolização e favorecer a ressignificação de vivências (Bruscia, 2000; Rolvsjord, 2010). Para Rolvsjord (2010), a Musicoterapia Baseada em Recursos propõe o empoderamento dos sujeitos a partir de suas capacidades expressivas e criativas, deslocando o foco da patologização para o potencial crescimento, desenvolvimento e expressão coletiva e individual.

Ainda no campo da música, a abordagem em musicoterapia comunitária de Barcellos (2016) enfatiza o uso da música como instrumento de inclusão, cidadania e cuidado coletivo. A prática coral, nesta perspectiva, é um espaço de convivência, escuta e expressão em que os sujeitos constroem sentidos coletivos e se reconhecem como parte de uma rede simbólica e afetiva. No campo da educação musical, Junker (2013) compreende o canto coral

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

como uma experiência estética integradora que mobiliza corpo, emoção, cognição e sociabilidade. A pedagogia musical de base crítica propõe o fazer musical como um processo ativo, dialógico e contextualizado em que os participantes não apenas reproduzem músicas, mas constroem significados por meio delas. Os estudos de Freire (1996) e Boal (2005) podem corroborar com o uso da arte como instrumento de conscientização e transformação social pois, ao proporcionar espaço de expressão e partilha, o coral aproxima-se de práticas culturais libertadoras em que o sujeito é protagonista de sua própria história e da construção coletiva de mundos possíveis. Por fim, a dissertação de mestrado de Gussi Junior (2023) realizada com integrantes do Coral "Canta Junto" demonstra como o pertencimento ao projeto fortaleceu sentimentos de autoestima, suporte mútuo e capacidade de enfrentamento de dificuldades atuando como potente dispositivo de promoção de saúde mental.

Os ensaios do coral aconteciam semanalmente fundamentados em elementos metodológicos da regência musical, canto coral e teoria e técnica musicais (Behlau; Redher, 1997; Junker, 2013). Foram contempladas etapas como seleção e preparação do repertório (escolha das músicas a serem ensaiadas onde eram priorizadas canções nacionais, regionais ou que tratassem de temas da saúde mental), técnica vocal e corporal (afim de realizar um aquecimento antes dos ensaios e trabalhar a afinação dos integrantes), educação musical e percepção auditiva, ensaio coletivo e construção do grupo (divisão das vozes em soprano, contralto, tenor, barítono), interpretação e expressão e apresentações públicas. Apesar de não estar contemplado nos objetivos do projeto o ensino de técnicas e teorias musicais, uma noção básica destas eram passadas pela maestrina, Profa. Cláudia Sampaio.

Além dos aspectos musicais, eram abordados de maneira informal durante os ensaios outros aspectos como o contexto em que as canções surgiram, biografia dos compositores e a relação dessas músicas com temas da psicologia e com os eventos em que eram apresentadas. Os registros escritos dos ensaios e impressões eram realizados pela autora deste resumo em diário de campo, esses registros foram realizados em decorrência de uma autoetnografia inserida em seu projeto de mestrado.

A experiência no Coral "Canta Junto" impactou profundamente a vida dos participantes, especialmente no que se refere à promoção da saúde mental, fortalecimento de vínculos afetivos e desenvolvimento de competências emocionais e expressivas. A convivência durante os ensaios e apresentações favoreceu o estabelecimento de relações afetivas solidárias, promovendo um senso de pertencimento e acolhimento mútuo entre os integrantes do grupo, além disso, a prática do canto coletivo exige escuta ativa, cooperação e respeito pela singularidade do outro, elementos que foram amplamente exercitados e valorizados no contexto do coral. Também foi possível observar como a música possibilitou aos participantes o acesso e a elaboração de vivências emocionais diversas, promovendo alívio psíquico, simbolização de afetos e fortalecimento da autoestima. A continuidade da prática coral ao longo dos semestres contribuiu para o enfrentamento de situações de estresse, ansiedade e solidão, especialmente no contexto acadêmico. Foi notável também a percepção de que a prática artística não se configura apenas como uma atividade de lazer para os participantes, mas como uma vivência terapêutica e um espaço de resistência subjetiva diante das pressões da vida cotidiana. Esses resultados estão em consonância com os achados da pesquisa de Gussi Junior (2023), que demonstram como a participação no Coral contribuiu para o fortalecimento psíquico e para o desenvolvimento de recursos internos entre os integrantes do projeto.

Juntamente com a importância da música e do canto-coral no âmbito do lazer, o Coral "Canta Junto" se apresenta como uma alternativa promissora para atender ao interesse cultural e artístico dos participantes, além de representar um potente recurso para a promoção de resiliência (Gussi Junior, 2023). Essa possibilidade cede

não somente a convivência no modo grupal, compartilhando de interesses em comum, mas como um lugar de emancipação e fomento de saúde mental individual e coletiva. Assim, essa vivência no Coral "Canta Junto" indica que as práticas artísticas coletivas, como o canto coral, podem ser potentes dispositivos de cuidado em saúde mental, fortalecimento de vínculos e construção de subjetividades mais autônomas, expressivas e resilientes. Para além do entretenimento ou da estética, o coral se constitui como espaço de resistência simbólica, no qual a arte é vivida como experiência transformadora, capaz de produzir sentido e acolhimento em contextos marcados por desafios emocionais, acadêmicos e sociais.

A experiência gerou reflexões relevantes sobre o papel da universidade pública na promoção da saúde e do bem viver por meio da extensão universitária. O projeto reafirma a importância de práticas comunitárias que valorizem o sensível, o coletivo e o simbólico como dimensões fundamentais do cuidado e da formação humana. Além disso, o coral se apresenta como um espaço contracolonial de produção cultural, pois resgata o direito à expressão artística mesmo para aqueles que, historicamente, não tiveram acesso a uma formação musical formal, isso amplia a noção de pertencimento e democratiza o acesso à arte como direito e como ferramenta de transformação subjetiva e social. Por fim, o Coral "Canta Junto" inspira a valorização de práticas integrativas e interdisciplinares no contexto da psicologia, reconhecendo que o cuidado em saúde mental pode e deve ultrapassar os limites do consultório ou das abordagens tradicionais, incorporando linguagens estéticas e relações comunitárias como parte do processo terapêutico e formativo.

Ao se conectar nesse espaço artístico, os membros se disponibilizam sem nenhuma pressão, sendo um lugar onde se encontra afeto e acolhimento a todas as formas de ser coexistindo de forma livre e harmoniosa. Mesmo em casos de distanciamentos devido às circunstâncias da vida cotidiana, a porta sempre se encontra aberta para um retorno sem questionamentos. Promovendo, assim, um lugar que pode ser chamado de casa devido ao que gera entre os seus, o sentimento de pertencimento se fortaleceu e fortalece desde o princípio de sua idealização. À vista do exposto, pode-se concluir que essa modalidade, através da arte, da expressão do ser no mundo, mobiliza e faz pertencer, ficar e elevar, que permite ao "ser" novas perspectivas de saúde nas suas mais diversas camadas e qualidade de vida.

Hospitais Colônias e Preventórios: espaços de segregação e políticas de saúde na Grande Florianópolis

Luiza dos Santos Mattos, Neiva de Assis (UFSC)

Este texto trata-se de um recorte de uma pesquisa de mestrado em Psicologia em andamento, que tem como objetivo geral investigar memórias em torno dos processos de segregação vividos em instituições na região da Grande Florianópolis, que estão relacionadas com a história da hanseníase em Santa Catarina, e da mesma forma, com a política dos leprosários e dos preventórios no Brasil.

A prática do isolamento enquanto perspectiva de intervenção em saúde abarcou, os leprosários e os hospitais psiquiátricos, prática que molda a arquitetônica e a disposição espacial de tais lugares. Os tombamentos de instituições desse tipo demonstram indicativos do alargamento das noções de patrimônio, e relacionam-se a esses casos mencionados a temática dos patrimônios chamados de difíceis, marginais ou dissonantes. No Dicionário Temático de Patrimônio: debates contemporâneos (2020), Cristina Meneguello traz que este tipo de patrimônio envolve histórias de segregação, aprisionamento, práticas de violência, regimes de exceção, e "eventos coletivos traumáticos". A autora aponta que devido aos regimes ditatoriais que enfrentou a América Latina, os patrimônios difíceis implicam em espaços de memória ativa e política, e cita o tombamento no Rio de Janeiro e em São Paulo de locais de tortura durante a ditadura civíl-militar brasileira. Na relação com estes espaços, tombados ou não, é possível encontrar a busca por rememoração e reparação frente ao histórico de práticas de violência. No caso dos hospitais colônias e preventórios, soma-se a questão do isolamento em relação à comunidade e a separação familiar, que passaram os pacientes-moradores e as crianças e adolescentes institucionalizados.

As estruturas dos leprosários continham diversos elementos de um centro de cidade, como delegacia, cadeia, teatro, lavanderias, campo de futebol, igreja, cemitério, moeda própria (Borges e Pistorello, 2019), casas separadas para os casados, emissora de rádio (Lima e Oliveira, 2020), entre outros. Uma cidade dentro de outra cidade, um modo de funcionamento particular, em que sujeitos eram excluídos do convívio e da sociabilidade de suas cidades de origem, postos em isolamento, construindo assim uma comunidade própria, uma outra cidade que deveria permanecer isolada.

Amora (2009) apresenta o termo cidades hospitais, optando usá-lo ao invés de hospitais colônias. A autora traz que em meio a relação entre medicina e arquitetura e as buscas por soluções físico/espaciais para questões sanitárias, foi elaborado o projeto de um Leprosário Modelo apresentado no VIII Congresso Brasileiro de Medicina, em 1918. Este projeto e a sua divulgação apresentavam a reprodução de uma pequena cidade, longe do centro urbano e com uma visão idealizada do processo de internamento. As cidades hospitais são espaços que mimetizam uma cidade e seus modos de vida, junto a dupla função que carrega em seu nome (Amora, 2009).

Com essas informações, podemos compreender que as estruturas dos leprosários não se configuraram como mero cenário, mas eram no contexto de internação compulsória das pessoas com hanseníase, pensadas enquanto intervenção. Assim, é possível pensar numa investigação dos espaços arquitetônicos, seja a partir das pretensões que guiaram as suas formulações, ou pelo modo em que os sujeitos se relacionam com os espaços, inclusive de formas outras para além daquelas que originalmente foram pensados, como também, na

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

reflexão de quais éticas são manifestadas na dimensão arquitetônica destas instituições.

Ao passo em que os adultos iam para os hospitais colônia, seus filhos sem a hanseníase eram encaminhados para os preventórios. No estado de Santa Catarina, o preventório foi construído na mesma época que o leprosário e localizava-se no município de São José. Quando a intervenção em relação à hanseníase passou a não envolver o isolamento compulsório e a separação familiar, a instituição passou a funcionar enquanto Educação Infantil e Educação Complementar em 1979.

Se os espaços construídos para abrigar hospitais colônias ou preventórios foram elaborados para responder a um contexto de intervenção na área da saúde com perspectiva ético-metodológica diferente da atual, enquanto política pública, como se dá às atuais relações nesses mesmos espaços? Assim, são conjuntamente abertos caminhos para recompor as ligações entre estas instituições e o restante da cidade, conhecer as dinâmicas de outrora e as atuais. Como os moradores do entorno e a cidade encaram as instituições relacionadas a memórias difíceis?

Para ir em encontro com o objetivo e as questões de pesquisa, pretende-se conhecer os movimentos de reivindicação e reparação da memória em torno da segregação social derivadas de políticas de saúde, vinculadas aos hospitais colônias e os preventórios.

Sobre o processo de pesquisa e a perspectiva de análise, espera-se entrar em contato com registros escritos e documentações fotográficas dessas instituições, conversas, entrevistas, e ainda, a utilização de diário de campo. Pretende-se ainda, o suporte da Análise dialógica do discurso de Bakhtin.

Deste modo, neste estudo em desenvolvimento, serão organizados apontamentos que envolvem as temáticas e o objetivo da pesquisa, com reflexões teóricas trabalhadas no enlace entre memória e esquecimento, memórias difíceis e patrimônios difíceis, as práticas de isolamento decorrentes de políticas de saúde e a articulação da espacialidade de tais instituições para corresponder a intervenção médica.

Referências

Amora, A. A. (2009). Utopia ao avesso nas cidades muradas da hanseníase: apontamentos para a documentação arquitetônica e urbanística das colônias de leprosos no Brasil. Cadernos De História Da Ciência, 5(1), 23–53. https://doi.org/10.47692/cadhistcienc.2009.v5.35759

Borges, V. T. & Pistorello, D. História Pública das memórias da hanseníase no Hospital Colônia Santa Teresa (Santa Catarina/Brasil). Revista Memória em Rede, v. 11, p. 25-42, 2019.

Lima, S. A. R. & Oliveira, J. V. T. (2020). Lepra, doença milenar: a profilaxia da lepra em Santa Catarina (anos 1930 e 1940). Revista de Estudos de Cultura - São Cristóvão (SE), v. 6 , n. 17, p. 143-154.

Meneguello, C. Patrimônios difíceis (sombrios). (2020). Em: Carvalho, A. & Meneguello, C. (Org.). Dicionário Temático de Patrimônio. 1ed. Campinas: Unicamp, v. 1.

Infamiliares em cena: sonho, realidade, cinema

Victoria Menegat Meneguzzi (UFRGS), Luiza de Azevedo Schnitzer (UFRGS)

Introdução

Trata-se de uma investigação iniciada em 2024 no contexto de iniciação científica e realizada por uma estudante do curso de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Essa investigação está relacionada à pesquisa "Ainda sonhar: rastros oníricos de nosso tempo", desenvolvida entre os anos de 2020 e 2024 e vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional. A pesquisa em questão é de autoria da Doutora em Psicologia Social e Institucional Laura Barcellos Pujol de Souza, sob a orientação de Luciano Bedin da Costa, e investiga possibilidades inventivas a partir do cruzamento de sonhos com a política. Da tese referida nasceu "O Onírico", periódico anual de publicação independente que noticia, no lugar de fatos, sonhos. Editado e distribuído a partir da cidade de Porto Alegre desde o ano de 2021, "O Onírico" está em sua quarta edição. Todos os jornais são composições conjuntas de uma equipe de estudantes, pesquisadores e extensionistas de diferentes áreas de formação, além de uma seleção de convidados. Participam artistas, escritoras(es), pesquisadoras(es) e quaisquer outras pessoas que desejem contribuir com a produção. A relação da pesquisadora com a dita pesquisa se deu, inicialmente, como extensionista do jornal. Passou a integrar a equipe onírica no ano de 2023 e, em 2024, tornou-se bolsista de iniciação científica do projeto. Também sob a orientação de Luciano, a pesquisadora parte da tese desenvolvida por Laura para explorar, na presente investigação, a relação entre sonhos, cinema e realidade, tendo como intercessor principal o ensaio "O infamiliar", publicado por Freud em 1919. Busca, por meio da leitura do texto freudiano, localizar rastros do infamiliar entre as experiências cinematográfica e onírica. Aposta no potencial que há nestes pontos de estranhamento de produzir, no manto hermético dos discursos contemporâneos, furos que dêem passagem ao ar, à dúvida e à invenção de novos modos de narrar. "O Infamiliar" se insere entre os estudos freudianos sobre estética e se inicia por uma investigação etimológica-comparativa dos termos alemães heimlich e unheimlich. Para Freud, parece haver dois mistérios a serem solucionados: o que é algo heimlich, e o que há nesse vocábulo cujo significado parece se confundir com unheimlich, o próprio oposto. O psicanalista enumera definições do dicionário e passeia por entre idiomas no intuito de descobrir como algo pode ser, de uma só vez, íntimo e desconhecido; confortável e angustiante; estranho e familiar. A exploração linguística, então, dá lugar a uma tentativa de identificar traços que, quando presentes em situações, pessoas, obras fictícias ou impressões sensíveis, são capazes de suscitar no sujeito que as experimenta o sentimento do infamiliar. Para além de uma leitura ortodoxa do ensaio teórico acima introduzido pelo viés da psicanálise, a pesquisadora pretende mesclar, neste estudo, trechos autoficcionais, produções poéticas e referências fílmicas, tendo por intuito tensionar as políticas do texto na academia. Aposta em um ensaio teórico, lírico e experimental para trazer à luz a fatal amarração entre a realidade e as ficções. Visa também, na escolha por trabalhar com "O Infamiliar", abrir fendas no real pela via da psicanálise e, em simultâneo, na teoria psicanalítica, misturando-a à vida e pondo em questão aquilo que emerge do social na contemporaneidade. Por se tratar de uma investigação em andamento, este resumo não apresentará resultados, mas um conjunto de interrogações, considerações e devaneios produzidos no encontro do texto freudiano com memórias, poemas, referências oníricas e fílmicas da pesquisadora.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

Objetivo

O que têm em comum a impressão afetiva-sensorial descrita por Freud no ensaio de 1919, as imagens oníricas e o cinema? A pesquisadora crê que, por qualquer razão que seja, essas três experiências podem suscitar no sujeito semelhantes efeitos, pondo em suspensão algumas fronteiras e certezas que enrijecem a existência. Pensando nisso, visa, por meio deste estudo, colher da trilha de migalhas deixada pelo caminho possíveis elementos psíquicos, oníricos e fílmicos que, pelo efeito infamiliar que produzem em quem os experimenta, parecem ter o potencial de tensionar os limites da realidade contemporânea. Também tem como objetivo alargar a compreensão acerca do ensaio e da teoria psicanalítica a partir dos seus encontros com o laço social contemporâneo, com outras perspectivas acerca do sonho e com a arte cinematográfica. Não tem a intenção de (re)produzir uma leitura ortodoxa do ensaio, mas de propor cruzamentos entre a psicanálise, as artes, os saberes ancestrais e outras cosmologias. Pretende abrir caminhos por onde possam irromper diferentes modos de ler a obra freudiana, de pensar o cinema e de sonhar a existência na contemporaneidade. Aposta no potencial político do incômodo descrito por Freud, sentido por todo e qualquer sujeito durante o sono e projetado por cineastas como David Lynch nas telas do cinema para interpelar verdades postas e discursos imperantes no real deste tempo, de modo a torná-los estrangeiros àqueles que tão bem pensavam compreendê-lo. O que se deseja aqui é "desnaturalizar o mundo, torná-lo estranho, para que, contraditoriamente, ele possa ser novamente conhecido" (Tavares, 2009, p. 100).

Relação com o GT e o eixo temático

A escolha pelo GT 06 se dá pelo fato desta pesquisa, mesmo que ainda em andamento, apostar no encontro entre arte e psicologia social. Embora o texto freudiano "O infamiliar" seja o ponto do qual a pesquisadora parte, intenta operar uma leitura que não seja da ordem canônica. No texto de apresentação do GT há algumas referências que dialogam com as intenções desta pesquisa, mais especificamente nas passagens em que é feita menção aos "movimentos engajados na produção de surrealidades (epistemológicas; visuais; literárias)" e à "criação, a expressão, fomentada pelos percursos, imagens e narrativas oníricas". Destaca-se também o fato deste GT apostar nas "paisagens habitadas pelo sonho, onde a dimensão onírica ultrapassa a metáfora, e assim, se torna potência criadora: capaz de reinventar realidades e modos de existir". Pensa-se "O Infamiliar" como um estudo teórico que, dentro dos limites que permitem a posição discursiva do seu autor e teoria de origem, propõe ao leitor "tensionar os limites entre o vivido e o imaginado, entre a vigília e o sonho". Por isso, a pesquisadora faz uso dele para dar base à presente reflexão, mas busca, no decorrer do texto, torná-la permeável a outros saberes, perspectivas e formas expressivas, sem sobrepor um sentido aos outros; afinal, imperam sobre o escrito freudiano a incerteza, o estranhamento das formas e a suspensão temporária das verdades. A identificação desta pesquisadora com o GT 06 passa por um desejo de trazer, por meio da mistura entre teoria e poesia, fato e ficção, imagens oníricas e fílmicas, "críticas à ciência moderna, ao racionalismo patriarcal e colonizador." Este ensaio reivindica o borramento das fronteiras disciplinares que compartimentalizam e aprisionam o conhecimento, a percepção, o discurso e a produção acadêmica, e confere à (des)razão do sonho o poder de inventar realidades que fazem frente à farsa da racionalidade ocidental. Citando pela última vez a descrição do GT, "encanta-nos, em especial, investigações que circulem e ressoem em diferentes registros – acadêmicos, poéticos, visuais, sonoros, performáticos – e que experimentem modos de criar e de expor que alarguem o campo do sensível e do pensamento onírico, bem como as suas implicações ético-políticas." A pesquisadora entende a forma experimental, literária e referenciada às artes do presente ensaio como ilustrativa de uma escolha, para além de estética, política, que tem por intenção trazer à luz do dia, junto das demais

produções do GT, sonhos para a academia e para a existência.

Orientação teórica

A pesquisa toma como ponto de partida a psicanálise freudiana, porém enlaça, no decorrer deste percurso investigativo, os conceitos psicanalíticos a produções cinematográficas e aos sonhos, aproximando-se destes últimos não por uma via interpretativa, mas pela trilha de outros saberes que redimensionam seu lugar individualizado e enfatizam o caráter coletivo. Amarra as ideias psicanalíticas apreendidas no ensaio-base ao pensamento de autores como Ailton Krenak e à obra de cineastas como David Lynch. Intenta propor a arte, o sonho e o cinema como meios de resistência ao racionalismo ocidental, apostando no potencial criativo, subversivo e insurgente do discurso onírico.

Estratégias metodológicas

Esta pesquisa está sendo realizada pela metodologia ensaística. Consiste em um estudo teórico e experimental, dentro do qual se compreendem a autoficção, a produção poética e a referência fílmica como mecanismos capazes de alargar o entendimento acerca dos conceitos sobre os quais se ampara, bem como de interpelar as políticas do texto na universidade.

Resultados

Conforme dito, a pesquisa se encontra em andamento. Para a comunicação oral, pretende-se compartilhar fragmentos ensaísticos produzidos até então, sendo alguns deles de caráter autoficcional, bem como dispor algumas considerações teóricas acerca do texto freudiano em seu encontro com outros campos do saber supracitados.

Referências

Gryschek, C., Souza, L. B. P. de, & Raniere, É. (2025). GT 06: Arte e Psicologia Social: Sonhar, expressar, contracolonizar [Apresentação de grupo de trabalho]. 23º Encontro Nacional da ABRAPSO (ENABRAPSO), Manaus, AM, Brasil. https://www.encontro2025.abrapso.org.br/atividade/view?q=eyJwYXJhbXMiOiJ7XCJJRF9BVElWSURBREVcIjpcIjI3M1wifSIsImgiOiJlNmVkZmVjNGNhNmViNWY5N2Y5MzEyMTE3NDk4NjhiZCJ9&ID_ATIVIDADE=273

Souza, L. B. P. de. (2024). Ainda sonhar: rastros oníricos do nosso tempo [Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. Repositório Lume. https://lume.ufrgs.br/handle/10183/289464

Tavares, M. (2009). Do surrealismo em David Lynch. ARS (São Paulo), 7(14), 98–111. https://doi.org/10.11606/issn.2178-0447.v7i14p98-111

Memórias tecidas em territórios inundados: economia solidária frente ao desastre socioambiental no RS.

Jackeline Pires Domingues de Oliveira (UFSC), Neiva de Assis (UFSC)

"As águas têm espírito. Quando estão bravas, não é "só" enchente: é resposta. É o grito da terra pedindo respeito." (Liderança Guarani Mbya, maio de 2024, RS.)

Situada entre os rios Guaíba, Gravataí, Sinos e Caí, Porto Alegre é um território próximo às águas. A presença constante das águas, desde as cheias sazonais até as enchentes cada vez mais intensas e devastadoras que marcaram sua história e também presentes em seus territórios, correm pela cidade e seus arredores carregando memórias e testemunham processos históricos, sociais e ambientais que atravessam gerações. Entre abril e maio de 2024, o Rio Grande do Sul enfrentou uma das maiores tragédias socioambientais de sua história: chuvas intensas e enchentes devastaram 478 municípios, afetando mais de 2,3 milhões de pessoas. Em Porto Alegre, o nível do Lago Guaíba ultrapassou 5,37 metros, rompendo sistemas de contenção e inundando bairros inteiros. As águas levaram casas, memórias, documentos, produtos de trabalho, redes e modos de vida. Dentre as populações atingidas, destacam-se mulheres artesãs vinculadas à economia solidária. Seus materiais de trabalho foram perdidos, assim como objetos carregados de sentido: fotografias, cadernos, bordados, histórias. Este trabalho parte dessas perdas concretas e simbólicas ouvidas na ação psicossocial em julho de 2024 como integrante do CEPESI – Centro de Economia Solidária de Itajaí, (organização que tem como objetivo fortalecer a rede de economia solidária e promover saúde das 30 mulheres artesãs). Este trabalho se desdobra em reflexões preocupadas com a nossa habitual rotina de desastres, especialmente a partir do interesse nos sentidos produzidos por mulheres artesãs vinculadas à economia solidária no enfrentamento aos desastres socioambientais no Rio Grande do Sul em 2024. Inspirada pela Psicologia Social Crítica latino-americana, por epistemologias contracoloniais e por metodologias de pesquisa participante realizada através de conversas em grupo, processos de criação artísticos, a pesquisa propõe um retorno ético e sensível aos territórios afetados, especialmente Porto Alegre. Esta investigação entende o campo como espaço vivido e relacional, onde a memória e o cuidado se entrelaçam à reconstrução subjetiva, simbólica e material. A economia solidária, inicialmente acessada como rede de apoio, revela-se aos poucos como possibilidade concreta de reorganização dos vínculos entre pessoas e territórios, e como caminho para práticas de cuidado ambiental, justiça social e resistência. Ao propor uma escuta ética do sofrimento e da força que emerge nas práticas cotidianas, a pesquisa busca aprender com as comunidades estratégias de preservação da vida que escapam à lógica hegemônica da destruição. A pesquisa em andamento busca analisar as produções de sentido de mulheres artesãs da economia solidária no enfrentamento aos desastres socioambientais de 2024 no RS, considerando as práticas artísticas e coletivas como formas de resistência, reconstrução e expressão política. Em especial, pretende-se:

1. investigar as contribuições da economia solidária para a reconstrução de modos de vida e outras relações com o mundo;

2. promover espaços de encontro para processos de criação artísticas elaboradas no pós desastre;

3. compreender as relações das mulheres artesãs com as águas após as enchentes de 2024.

A pesquisa é orientada pela Psicologia Social Crítica latino-americana com interseções com as epistemologias contracoloniais (Grosfoguel, 2016). A subjetividade é pensada como histórica, situada e relacional, e o território como corpo que sente, lembra e comunica (Hernández, 2017; Milton Santos, 2000). A memória é abordada como prática coletiva e política e a arte como campo insurgente. Também dialogamos com Krenak (2019) e Nego Bispo (2021), cujos conceitos de "futuro ancestral" e "tempo

espiralar" são centrais para descolonizar a noção de desastre e construir outras possibilidades de vida a partir do caos. Olhar o céu, cuidar das águas, escutar o que rios e enchentes dizem são formas de resistência. Krenak (2019) destaca que "as margens dos rios são veias abertas da terra", reforçando a importância de respeitá-las como limites vitais, assim como aprender a ouvir. A linguagem e subjetividade constroem historicamente, marcadas por violência, porém não inevitáveis. Essas perspectivas dialogam com a teoria histórico cultural que entende a subjetividade como produto de interações culturais, e apontam a violência como reversível por meio de ação coletiva, diálogo e transformação.

Ancorada em princípios da pesquisa participante com valorização dos saberes populares, estéticos e territoriais, a metodologia envolverá rodas de conversa, oficinas de bordado e escrita e registros em diário de campo. A segunda ida a campo está prevista para janeiro de 2026, já no contexto do projeto de mestrado, com aprofundamento das escutas e criação coletiva. A abordagem será interseccional, anticolonial e sensível às marcas de gênero, raça, classe e território. A primeira ida a campo promoveu o fortalecimento do vínculo entre as mulheres, tornam o encontro potência de transformação. A água entendida pela pesquisadora como "entidade viva" terá diferentes dignificados no campo, como medos e traumas. Todavia, a coletividade fortalece redes e a economia solidária é uma possibilidade que tem como fundamento a sustentabilidade, na qual é possível promover a emancipação econômica através do artesanato. Por fim, a pesquisa aponta os desastres socioambientais como manifestações materiais de violências históricas: negligência estatal, racismo ambiental e colonialidade do poder. No entanto, também revela que os mesmos territórios devastados são lugares de produção de vida. A arte, enquanto linguagem sensível, permite expressar e resistir à destruição simbólica. O bordado, a roda, o canto e o silêncio são formas de expressão de mundos que recusam a lógica da mercadoria e afirmam o valor da vida. A economia solidária, aqui, é menos uma alternativa de renda e mais uma proposta de reorganização ética e política da existência. Assim, o trabalho se soma às vozes que, das margens, bordam a possibilidade de um outro mundo: com terra, com água, com escuta e com sonho. Uma psicologia que reconhece no território afetado um território de criação.

Vale acrescentar que a proposta se insere diretamente no escopo do GT ao reconhecer a arte como prática crítica e modo de expressão de mundos que resistem à colonialidade. O sonho, o gesto, a roda e o bordado são compreendidos aqui como formas de (re)existência. Trata-se de uma psicologia social crítica, que ouve territórios inundados, pratica a escuta sensível e compreende a criação como método e denúncia. Esta é uma pesquisa que borda sonhos e expressa o insuportável, sem abrir mão do desejo de transformar por meio da economia solidária, do respeito ao meio ambiente, da percepção da nossa relação com as águas.

Gaiger, L. I. (2004). A economia solidária como modo de intervenção solidária. Sociedade & Estado, 19(2), 295–318.

Grosfoguel, R. (2016). O descolonialismo e o futuro do mundo. In Dussel, E., Grosfoguel, R., & Walsh, C. Epistemologias do Sul. Cortez.

Hernández, R. (2017). Corpo-território: A geopolítica do corpo na América Latina. CLACSO.

Krenak, A. (2019). Ideias para adiar o fim do mundo. Companhia das Letras.

Krenak, A. (2020). Futuro ancestral. Companhia das Letras.

Singer, P. (2002). Introdução à economia solidária. Fundação Perseu Abramo.

Narrativas de parentescos infantis e multiespécie para adiar o fim do mundo: uma alternativa à emergência climática.

Giulia Mallmann Balestro (PUCRS)

O presente texto, de título “Narrativas de parentescos infantis e multiespécie para adiar o fim do mundo: uma alternativa à emergência climática”, é fruto da pesquisa desenvolvida como trabalho de conclusão de curso no bacharelado em psicologia na PUC/RS. Com inspirações cartográficas, busca possíveis respostas para a pergunta “Como continuar imaginando mundos possíveis apesar de sentir que o céu está caindo sobre as nossas cabeças?”. Para falar de emergência climática e futuro, importa quais vivências escutamos. Neste trabalho, procuramos compor o pensamento multiespécie, a partir do que é colhido na bolsa de estórias de quem vive no mundo e enxerga ele como parte de si. A fim de dar passagem aos novos mundos, utilizou-se fragmentos do diário de campo realizado durante um o Projeto Rondon, um projeto de extensão universitária realizado no estado de Rondônia, no norte do Brasil. Além de Rondônia, pensou-se a partir da vivência coletiva das enchentes de maio de 2024 no Rio Grande do Sul. Em Rondônia e no Rio Grande do Sul, estive imersa nas problemáticas da emergência climática e no papel da psicologia, sendo esse saber político que escuta, acredita e procura desejar mesmo em um contexto sentido e narrado como apocalíptico. Desse modo, encontrou-se no método da cartografia possibilidades para continuar imaginando e formando um mapa coletivo de ruas sem nome para sustentar a imaginação diante do possível colapso do amanhã. E como procedimento metodológico, para nos vermos fazendo parte desse constante processo de produção, utilizo do diário de campo. O diário de campo é uma ferramenta que possibilita narrar os afetos que existem no contato com a vida e com o que faz parte dela. Em Rondônia, o diário de campo se tornou um aliado na possibilidade de pensar sobre a experiência vivida. Relatos foram colhidos em diversas ruas de Rondônia e eles se transformaram em um guia para pensar em ficar com o problema, criando um mapa de especulações de um mundo circular, que se retroalimenta com início, meio e início. Além da troca "olho no olho" relatada no diário de campo, foram importantes referências bibliográficas que de alguma forma conversam com as vivências terranas. Identifiquei uma maior relação nas referências decoloniais e não-hegemônicas de pensadores como Donna Haraway, Vinciane Despret, Ursula K. Le Guin, Ailton Krenak, Davi Kopenawa Yanomami, Antônio Bispo dos Santos, Renato Nogueira, Carola Saavedra, Achille Mbembe, dentre outros. Neste sentido, como ferramenta cartográfica, explorou-se dois conceitos específicos trazidos por duas pensadoras feministas citadas nas linhas acima: figuração, pensado por Haraway e literatura bolseira, pensado por Le Guin.

A cartografia se construiu e segue se construindo a partir de três blocos: Chegar e aterrar com; Tempo das Infâncias; Poeira em poesia. No primeiro bloco, se faz um processo de territorialização existencial escrita, propondo uma maneira de chegar em um território de uma maneira não hierarquizada, de um modo em que todas as partes compartilhem uma coexistência de saberes, como propõe Stefano Mancuso (2019) ao falar das plantas. Para chegar e aterrar com um território, é preciso que o corpo vibrátil esteja aberto às vinculações desconhecidas, sem determinar o que é ou não é importante em um instante, e sim o que é potência de afeto. O mesmo vale para a percepção do tempo, que pode insistir em contar os segundos, minutos e horas, por ser um costume do território existencial rotineiro, mas quando se vive o processo de desterritorialização e territorialização, as ruas, bichos, gentes, e o tempo são novidades.

Ficar com o problema das mudanças climática no capitaloceno requer enxergar brechas para que novos mundos possam ser imaginados em cada instante e, para isso, o presente trabalho propõe a infância como esse tempo de parentescos, um modo de ser e estar no mundo que possibilita brincar com possibilidades, enxergando o fim como um novo começo. Neste segundo bloco, com ouvidos atentos para escutar as crianças, se faz perceptível o quanto existe uma abertura para novas histórias e mundificações, sem ser necessário nos limitar pelo conceito da impossibilidade. A utopia que move mundos é a infância e a partir/com elas podemos pensar em estórias que tecem caminhos e consequências, mas não determinismos.

Pereira (2013) diz que "o primeiro laço de pertencimento a um lugar, a um chão, é estabelecido por essa matriz continente e vinculadora [o brincar]" (p.82), ou seja, a melhor maneira de se vincular a um território é pelo princípio, pela infância. Brincar no território para fazer parte dele. A partir da brincadeira, os seres brincantes conseguem criar respostas possíveis para dúvidas acerca do desconhecido. Olhar para tudo como novidade exige maneiras criativas de suportar o medo e criar conjuntamente com ele.

No terceiro bloco, em consonância com o tempo criativo da Infância, foi possível refletir sobre o ato da escrita e do fazer literário ficcional, pois ambos não se limitam ao concreto da realidade. Tudo é possibilidade. O primeiro movimento para criar é imaginar. A imaginação é uma potência criadora que se constrói individualmente e coletivamente e que possibilita a invenção de novos mundos habitáveis de se viver. Ao compartilhar o corpo com o mundo, proporcionamos experiências novas para a minha imaginação ouvir, tatear, saborear e sentir múltiplas vidas que existem. Narrar o mundo e as problemáticas atuais que o cercam, de maneira realista e não fatalista, é uma forma de ficar com o problema e construir brechas para transformar poeira em poesia.

A conclusão dessas reflexões cartográficas se dá a partir da Figuração, uma especulação imaginativa de um mundo possível como a própria teoria de futuro. Unindo territorialização, tempo da infância e laços multiespécie, foi possível concluir momentaneamente o trabalho por meio de uma fabulação para pensar na possibilidade de viver e morrer bem a partir dos compostos da vida. A fabulação se chama "Um parentesco entre Pseudosphinx tetrio e o ancião do território: um retrato do fim do mundo adiado" e conta a estória do ancião de um território de Rondônia e a disponibilidade que ele tem para se comunicar com sua espécie companheira, as mandruvas, que ele afirma ter trazido do território que nasceu e foi criança, a Bahia. Nesta estória, fez-se um paralelo com as Crias do Composto, fabulações pensadas por Haraway (2016) e Vinciane Despret (2022). Nelas, as crianças têm a capacidade de provar, sentir e ouvir com seus simbiontes. Despret (2022) conta que quando essas crianças entram na vida adulta, as habilidades sensíveis com seus simbiontes se reduzem até desaparecerem completamente. Porém, na fabulação que proponho aqui, se a infância é um tempo, o ancião do território, uma pessoa idosa, carrega essa inventividade e disponibilidade da infância dentro de si, possibilitando a simbiose mesmo sendo uma pessoa idosa.

O Trabalho Artesanal Indígena Bakairi Como Forma de Preservação da Cultura e Sociabilidade

Raquel Araujo Oliveira Silva (UFMT), Mírian Toshiko Sewo (UFMT), Alessandro Vinicius de Paula (UFMT)

A construção desse trabalho se deu a partir de algumas vivências realizadas na comunidade indígena Santana, povo Bakairi, do município de Nobres - MT, a partir da ação de extensão Caminhos Comuni - Bakairi, do projeto Roda de Psicologia Social Comunitária, da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). O projeto realiza ações em conjunto com a comunidade há cerca de dois anos, sendo uma das ações o trabalho com o artesanato.

A partir de diálogos realizados durante uma vivência foi manifestada a demanda por parte da comunidade para a geração de renda por meio do uso do grafismo, algo que se materializou com as pinturas tradicionais estampadas em bolsas (ecobags). Inicialmente, as bolsas foram disponibilizadas para compra apenas para a rede de apoio, composta majoritariamente por professores da universidade, que aceitaram participar de um processo de compras antecipadas das ecobags para incentivar a produção artesanal das mulheres e, posteriormente, foram vendidas para dois eventos acadêmicos realizados na UFMT. Para além das ecobags, a comunidade de Santana também produz manualmente outros artefatos, como colares, bolsas e brincos, que são expostos nas vivências e vendidos em feiras de artesanato.

As comunidades indígenas realizam seu artesanato a partir de saberes e conhecimentos ancestrais, que são passados de geração em geração, como representado no documentário TOPAWA - REDE - HAMMOCK (2020, 7min9s) produzido pelo The Nature Conservancy (TNC), em parceria com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e Associação Tato'A, disponibilizado no YouTube no ano de 2020. No audiovisual é retratado o trabalho coletivo das mulheres indígenas na fabricação de redes artesanais feitas com fio de tucum, uma palmeira presente na região pantaneira, técnica desenvolvida há décadas e reproduzida até hoje.

Assim, como demonstrado no documentário supracitado e experienciado na vivência na comunidade indígena Santana, o conhecimento acerca da fabricação do artesanato é uma forma de preservar os saberes da população e suas tradições culturais. Nesse aspecto, o artesanato produzido para a venda não possui uma importância apenas financeira, mas também de manutenção da herança histórica e cultural. O trabalho possui diversas faces, pois, a depender das culturas e contexto histórico, as interpretações acerca do ofício serão variadas, como também poderá ter significados contraditórios e ambíguos (Borges; Yamamoto, 2014). Um mesmo trabalho pode ter um alto prestígio (por conta da remuneração salarial), mas ser opressivo (pela alta carga horária). Ademais, o trabalho também impacta como as pessoas se relacionam e pensam, ao influenciar as definições de identidade, a criação de vínculos e a transmissão de conhecimentos e habilidades.

O valor de troca de uma mercadoria, como analisado por Marx, é determinado pela quantidade de trabalho socialmente necessário para sua produção, materializando assim uma relação social concreta e historicamente constituída. Entretanto, o preço é sua forma monetária, que incorpora não apenas o valor da força de trabalho, mas também a realização desse valor no mercado, mediada pela concorrência e pela taxa de lucro (Lessa; Tonet, 2008).

No sistema econômico capitalista, a função social predominante do trabalho e da vida cotidiana é a produção de propriedade privada e o trabalhador é

avaliado por sua capacidade de produzir riqueza por hora (Lessa; Tonet, 2008). Entretanto, na comunidade Santana, o trabalho e a vida cotidiana são organizados a partir de outros valores.

No início das atividades do Caminhos Comuni - Bakairi, durante os diálogos com uma das lideranças Bakairi, foi exposto como as mulheres se mantinham fechadas em suas próprias residências. Conforme as atividades em comunhão com a aldeia foram sendo produzidas, sobretudo a pintura em ecobags, as mulheres voltaram a executar e se interessar por essa arte e, por consequência, começaram a sair de suas casas para produzir novas artes em coletivo, produzindo processos de socialização, trocas de saberes e acolhimento.

Nesta perspectiva, o ambiente de trabalho transcende sua função prática, pois não se trata apenas de um espaço de produção, mas de um tecer afetivo no qual histórias são compartilhadas, saberes são transmitidos às novas gerações e os laços comunitários são fortalecidos, ainda que alguns conflitos possam existir. Para as mulheres, esse momento representava mais do que uma atividade laboral, é uma ruptura com o isolamento doméstico, uma oportunidade de encontro e troca que revitaliza não apenas as tradições, mas também os vínculos que dão sentido à esfera coletiva.

Ademais, infere-se que esse espaço também atua como um refúgio de apoio emocional, proporcionando às artesãs um ambiente em que se sentem valorizadas e compreendidas. Além disso, é um trabalho que foge da lógica capitalista de produtividade, pois é realizado respeitando o próprio ritmo e subjetividade nas fabricações. As relações de trabalho que são construídas nesse modelo de produção têm a possibilidade de produzir bem-estar, cura, identidade e resistência, em oposição ao modelo capitalista de trabalho, que foca na produtividade e desvaloriza práticas integradas.

Na língua Santana Bakairi, existe um conceito chamado koendâ kidawâli, que consiste no estado de espírito de felicidade e bem-estar, familiar, espiritual e comunitário (Santos, 2020). O Estar-bem precisa alcançar mais do que a si mesmo, é necessário que contemple o coletivo e a sensação de pertencimento. Esse conceito, em sua cultura, irá representar o pilar da vida e da sociedade e por isso precisa ser alimentado, enfatizando a importância de valorização dos conhecimentos tradicionais e da cultura.

Se no sistema capitalista, na perspectiva marxista, o valor de troca de uma mercadoria é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção, incorporando não apenas a dimensão objetiva do trabalho concreto, mas também a subjetividade do trabalho abstrato e o fetichismo da mercadoria, em uma lógica Bakairi, ele pode ser ampliado a partir de uma noção cultural: o koendâ kidawâli (bem-estar coletivo).

A partir do movimento gerado pelas ações do Caminhos Comuni - Bakairi, a geração mais nova, que antes estava afastada da produção manual, redireciona seus interesses em aprender as pinturas, a fabricação das bolsas e cestas, fortalecendo suas relações em grupo enquanto preservam a sua cultura. Entretanto, esse grupo de trabalho constituído não foi organizado na mesma lógica que são encontradas as equipes de trabalho em contextos empresariais.

Enquanto os grupos de trabalho no contexto capitalista são estruturados sob lógicas produtivistas, com hierarquias rígidas, metas individuais e uma dinâmica que prioriza o lucro sobre as relações humanas, o coletivo das artesãs Bakairi opera a partir de uma racionalidade comunitária. Nela, o artesanato não é apenas um meio de subsistência, mas um ato de reprodução cultural, onde o processo coletivo de criação reforça laços intergeracionais e resgata saberes ancestrais, de forma que possibilita um espaço de acolhimento mútuo.

As mulheres Bakairi ao desenvolverem suas atividades de trabalho artesanal transcendem a definição tradicional de "grupo de trabalho", antes de tudo, pode ser considerado um organismo vivo de resistência, onde o valor simbólico

do fazer manual supera a mera transação econômica. Assim, a comparação evidencia não apenas modelos distintos de organização laboral, mas dois projetos de sociedade antagônicos: um fundado na lógica capitalista estabelecida na fragmentação e mercantilização das relações humanas e com a natureza; e em contrapartida, uma outra forma de viver em sociedade que tece como tramas indispensáveis à sobrevivência cultural. Por mais que um grupo de uma empresa possua objetivos em comum, estes estão ligados apenas às metas de lucro estabelecidas pela gestão, enquanto na comunidade Bakairi, os objetivos em comum são relacionados com o estilo de vida e valores que todas possuem.

A retomada das atividades coletivas pelas mulheres Bakairi não apenas revitalizou práticas tradicionais, mas também reafirmou o artesanato como um eixo de sociabilidade, identidade e pertencimento. Assim, mais do que uma fonte de renda, essa produção artesanal é um gesto político de preservação cultural, no qual o trabalho se transforma em ponte entre gerações e em resistência à homogeneização imposta pelo mercado. Enquanto o capitalismo prioriza o lucro, essas comunidades lembram que o verdadeiro valor reside na memória, no coletivo e na perpetuação de um legado que não tem preço.

Em síntese, a produção artesanal das mulheres Bakairi evidencia alternativas ao paradigma capitalista tradicional de trabalho. Ao ressignificar o labor como prática coletiva, transmissão geracional e reafirmação identitária, elas subvertem a noção ocidental de produtividade, substituindo-a por uma racionalidade baseada no bem-estar comunitário (koendâ kidawâli) e na valorização simbólica do fazer manual. Essa dinâmica, analisada à luz da Psicologia do Trabalho e da teoria marxista, revela não apenas um modelo alternativo de organização laboral, mas um projeto político-cultural que resiste à mercantilização da vida. Assim, o artesanato indígena emerge como fenômeno multidimensional: enquanto estratégia econômica, ato de preservação epistemológica e, sobretudo, reexistência - demonstrando que a verdadeira medida do trabalho não está no preço, mas em sua capacidade de articular passado, presente e futuro em um contínuo civilizatório.

Financiamento:

Esse trabalho teve o apoio da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), por meio do Edital PROPESQ de Apoio à Participação em Eventos 2025 e recursos da PRAE – Auxílio Evento Graduando

.

Oficinas estéticas e Afro Formação: uma experiência em psicologia com um território quilombola

Neiva de Assis (UFSC), Lucas Lisboa (UFSC), Alice Steele Santos Escada (UFSC), Laura Borba Pilar (UFSC)

Este trabalho apresenta a experiência do projeto "Educação e Práticas Comunitárias", realizado entre 2022 e 2024, que teve como objetivo fortalecer experiências educativas de base comunitária. No território quilombola, conhecemos o Grupo MITTOS: uma iniciativa comunitária sociocultural sem fins lucrativos que surgiu no ano de 1996, organizada pelos moradores do bairro Morro da Mocotó, na região periurbana da cidade. Tal iniciativa mantém-se ativa nos dias atuais promovendo oficinas de dança-afro, aulas de percussão e outras experiências comunitárias para crianças e jovens. A atuação do grupo tem o foco voltado para a valorização da cultura de matriz africana bem como o combate ao racismo. O projeto tem contribuído para o fortalecimento do Grupo Mittos por meio de oficinas, rodas de conversa e uma abordagem psicossocial sensível às especificidades locais.

Os debates sobre os povos tradicionais no Brasil ainda são recentes e tiveram como marco as demarcações de terras nos anos 1980, que impulsionaram a formulação de conceitos fundamentais sobre esses grupos (CFP, 2019). No contexto dos quilombos, esses territórios têm sido historicamente espaços de resistência cultural e política. Durante o período escravocrata, quilombos foram estabelecidos como locais de refúgio, onde negros e indígenas perseguidos poderiam preservar culturas e religiosidades proibidas, formar famílias e organizar resistências ao sistema escravista. Os quilombos simbolizavam não apenas uma chance de liberdade, mas também uma oportunidade para articulação de revoltas organizadas contra o regime. Maria Beatriz Nascimento (1991) amplia o entendimento sobre os quilombos ao situá-los como sistemas sociais complexos e politicamente articulados, com estruturas de organização coletiva semelhantes a dispositivos de Estado. Para a autora, os quilombos não podem ser vistos apenas como refúgios ou reações ao contexto escravista, mas como movimentos sociais de resistência, formados por grupos que, introduzidos à força em contextos adversos, criaram alternativas sociais e culturais.

Hoje, os quilombos urbanos representam a continuidade dessa resistência, são espaços que refletem as especificidades das relações sociais, culturais e políticas, mantendo suas características étnico-raciais e sua interação com as formas de poder. Esses territórios urbanos não são apenas memórias de um passado de luta, mas também locais de produção cultural, organização comunitária e afirmação identitária. No contexto da psicologia, entender o território como um espaço carregado de histórias e experiências é essencial para intervenções integradas e culturalmente sensíveis. Milton Santos (2007) reforça essa perspectiva ao destacar como o espaço molda as identidades e interações sociais, sendo central para a análise das desigualdades e dos desafios vividos em contextos de exclusão. Quilombos urbanos permanecem como símbolos de luta, espaços de preservação cultural e de criação coletiva, conectando histórias de opressão a práticas atuais de afirmação e transformação social.

O escopo inicial do projeto de extensão era de desenvolver oficinas estéticas com os jovens da comunidade, por compreendermos que as intervenções baseadas em uma educação estética pode mobilizar processos psíquicos complexos que integram aspectos afetivos, volitivos e cognitivos dos sujeitos que participam de ações de educação (Vigotski, 2010). Sendo que, as experiências sensíveis no contato com diversas linguagens artísticas

possibilitam que o sujeito crie novas possibilidades de apropriar-se de si mesmo, de suas relações e de seus contextos coletivos.

Inicialmente, realizamos uma imersão no território, participando de oficinas de percussão junto aos jovens, e posteriormente, as oficinas foram co-construídas com os jovens, definidas de forma participativa, buscando atender aos desejos do grupo e valorizando o protagonismo juvenil. As oficinas estéticas com os jovens, foi o eixo central do projeto e no caminho criou-se outra proposta com os adultos denominada afro-formação.

Nas rodas de conversa, a frequência do tema intolerância religiosa se deu justamente quando notamos a forte presença de religiões de matrizes africanas no território referido. As danças protagonizadas pelas participantes do projeto Mittos, as músicas tocadas pelos membros da percussão tem como inspiração direta as religiões de matrizes africanas, predominante a religião denominada candomblé. A discussão sobre intolerância religiosa emergiu em uma roda de conversa após a exibição do curta-metragem Cores & Botas dirigido por Juliana Vicente, que retrata o sonho frustrado de uma menina negra em se tornar paquita nos anos 1980 — figura associada ao padrão de beleza eurocêntrico promovido pelo programa Xou da Xuxa (1986–1992). A escolha do filme, permitiu refletir sobre identidade racial e padrões estéticos excludentes, especialmente entre um público majoritariamente feminino e negro. O debate pós-exibição permitiu recuperar memórias de infância marcadas por episódios de intolerância religiosa nas escolas, especialmente contra religiões de matriz africana.

Durante os encontros com lideranças do território, identificou-se, por parte da comunidade, a demanda por espaços formativos voltados às relações raciais e ao enfrentamento do racismo estrutural, marcado, entre outros aspectos, pelo apagamento da memória negra e pela negação de acesso à informação. Em resposta, foi criado o Afroformação, iniciado em junho de 2022: encontros mensais voltados a toda a população do Morro do Mocotó, organizados pelos extensionistas e realizados entre junho e setembro, sempre na primeira quinta-feira do mês.

O primeiro encontro do Afroformação, realizado em junho, contou com o pesquisador e mestre Rodrigo Ferreira, que conduziu a roda de conversa intitulada “Memória, Corpo e Oralidade” e teve como foco a valorização da identidade quilombola da comunidade. Durante o encontro, relatos dos moradores — como a origem do nome "Morro do Mocotó" ligado a uma comida ancestral — evidenciaram a riqueza da história local e a importância da oralidade. A metodologia adotada considerou diferentes faixas etárias e formas de participação, reconhecendo a escuta como fundamental. O segundo encontro teve como convidada a poetisa e estudante Leoni, autora de Literatura Negra Feminina – Poemas de Sobre (Vivências). Com uma audiência mais jovem, a roda assumiu formato dinâmico de perguntas e respostas, intercalada por leituras poéticas. O ponto alto foi a apresentação espontânea do grupo Mittos — com coreografias, percussão e participação coletiva — representando um momento de forte valorização identitária e expressão cultural. A escolha de palestrantes negros, como Rodrigo e Leoni, visava fortalecer vínculos com o público e promover o protagonismo de vozes negras, em contraposição às narrativas hegemônicas brancas. Essa decisão dialoga com Kilomba (2019), que aponta a importância da validação das subjetividades negras, que defende a quebra do silêncio historicamente imposto aos sujeitos subalternizados. Os encontros mostraram-se espaços de escuta e diálogo, despertando interesse por sua relação direta com as vivências da comunidade.

O projeto que trabalhou esteticamente com jovens da periferia enfrentou como desafio central a relação entre território, violência policial e juventude negra, impondo a ideia da cidade como espaço político de tensões e desigualdades. O Morro da Queimada, como outras favelas brasileiras, evidencia a intersecção entre pobreza,

ausência do Estado e violência, criando condições de extrema vulnerabilidade para seus moradores. A necropolítica é conceito fundamental para compreender o controle da vida e da morte nessas áreas, especialmente diante da violência policial e do domínio do tráfico de drogas, afetando diretamente as juventudes negras historicamente marginalizadas (Mbembe, 2018). Nas rodas de conversa, percebeu-se como a juventude ali é marcada por pressões identitárias e desafios sociais, intensificados pelo racismo estrutural.

No Morro do Mocotó, em Florianópolis, essa realidade se manifesta pela precariedade urbana e pela violência sistêmica. A história das favelas, ligada a processos de urbanização excludente (Queiroz Filho, 2011), revela territórios de resistência e marginalização, em que a violência estatal, sob o pretexto de combater o tráfico, legitima a criminalização dos jovens negros (Mbembe, 2011). Conforme observado no Morro da Queimada, a articulação entre violência policial e tráfico perpetua um ciclo de necropolítica que aprofunda a exclusão e a precariedade, criminalizando a pobreza.

Em contrapartida, a arte surge como um potente instrumento de resistência e transformação social. Projetos culturais como o Grupo Mittos no Morro do Mocotó aproximam-se da música, dança e teatro para o protagonismo e na criação de espaços de solidariedade, ressignificando suas experiências e fortalecendo suas identidades na periferia. Entretanto, persistem desafios no Maciço do Morro, como a presença do crime organizado e da violência policial, que agravam a vulnerabilidade de corpos historicamente expostos ao extermínio. Isso evidencia as desigualdades estruturais e a urgência de políticas públicas inclusivas.

As oficinas estéticas e as rodas de conversa mostraram-se importantes modos de valorizar a ancestralidade e a identidade coletiva, alinhando-se aos objetivos do Grupo Mittos. O projeto fortaleceu espaços de diálogo e de experiências coletivas com a arte. Por fim, ressalta-se a importância da psicologia social/educacional como prática comprometida com a justiça social e a dignidade humana, atuando criticamente em contextos periféricos e enfrentando as lógicas neoliberais que marginalizam essas comunidades, as quais já demonstram forte resistência.

Sarau Afroindígena: práticas culturais como estratégia de formação ética e política em Psicologia

Halison Rick Mendes Teixeira (Estácio), Lia Cristina da Silva Botega (Estácio-Belém), Camilly Vitoria Cruz dos Santos (Estácio-Belém), Katia Gomes (Estácio-Belém)

Este relato de experiência tem por objetivo apresentar reflexões e resultados de uma ação extensionista desenvolvida no âmbito da disciplina Psicologia, Ética e Direitos Humanos, ofertada por uma Instituição de Ensino Superior privada situada em Belém do Pará. A proposta emerge da necessidade de tensionar os apagamentos históricos e as desigualdades raciais que atravessam a constituição da Amazônia Paraense, região marcada por uma pluralidade cultural oriunda das raízes africanas e indígenas, constantemente silenciadas pelo projeto colonial. Conforme aponta Maria Sarge (2010), esse processo resultou na marginalização das expressões culturais autóctones e na valorização de padrões eurocentrados, contribuindo para o apagamento das identidades afroindígenas.

A Arte para os povos tradicionais transcede sua existência, através desse mecanismo de expressão, eles se conectam com seus territórios, ancestrais e com seres não-humanos. Nesse sentido, baseado na concepção de Ailton Krenak (2019-2020) a arte para esses povos é memória viva, fonte de preservação e afirmação cultural. Portanto, reconhece-se o sarau como uma das formas de expressão artitica, pois é nesse espaço que as pessoas se reuném para compartilharem de forma poética suas culturas e vivências.

Neste contexto, o Sarau Afroindígena foi criado como estratégia de resistência e cuidado coletivo, utilizando as manifestações artísticas como instrumento de visibilização das culturas discriminadas e de promoção da dignidade subjetiva e coletiva. Fundamentado nas reflexões do Crepop sobre relações raciais (CFP, 2017), sobre a atuação psicológica junto aos povos indígenas (CFP, 2022), e nas proposições de Bento (2019), que compreende a cultura como espaço terapêutico, o evento buscou articular a formação em psicologia a uma prática situada, antirracista e comprometida com os direitos humanos.

As referências técnicas do CFP (2022) destacam a importância de reconhecer os povos indígenas em sua diversidade, respeitando seus modos próprios de viver, conhecer, curar e existir, o que exige do profissional de Psicologia uma escuta qualificada, sensível ao território e à cosmologia indígena. Tais diretrizes foram levadas em consideração durante a construção do sarau, orientando a valorização dos saberes ancestrais e a inclusão ativa de representantes indígenas na programação do evento, não apenas como convidados, mas como sujeitos ativos na produção de sentidos e afetos compartilhados. Da mesma forma, as diretrizes para a atuação psicológica nas relações raciais (CFP, 2017) apontam para a urgência de reconhecer o racismo como estruturante da sociedade brasileira, compreendendo suas repercussões subjetivas e coletivas. Isso implica construir práticas profissionais comprometidas com o enfrentamento do racismo institucional, a valorização das identidades negras e o fortalecimento das redes de cuidado nos territórios. Tais princípios também orientaram o planejamento e a execução do sarau, que buscou afirmar as expressões artísticas afroindígenas como formas legítimas de existência, memória e resistência.

Metodologicamente, a atividade foi concebida por discentes do curso de Psicologia, em processo colaborativo e supervisionado, a partir de rodas de conversa, levantamento de artistas e grupos culturais, e planejamento participativo. O evento ocorreu em junho de 2024, no pátio da faculdade, um espaço de grande

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

circulação, escolhida intencionalmente como gesto político de ocupação do espaço institucional com pautas antirracistas. Participaram artistas afroindígenas, poetas, cantoras, grupos de dança e representantes de religiões de matrizes africanas e indígenas.

Os resultados apontam para a potência político-afetiva da ação, evidenciada na expressiva participação da comunidade acadêmica e externa, e nos debates provocados sobre o papel da Psicologia na afirmação das identidades racializadas. Observou-se, ainda, a contribuição da atividade para a formação crítica das(os) estudantes e para o reconhecimento da cultura como campo legítimo de produção de saúde e resistência, em consonância com as orientações técnicas para atuação psicológica junto às relações raciais (CFP, 2017) e populações indígenas (CFP, 2022).

Diante do exposto, é possível afirmar que o Sarau Afroindígena se constitui como uma experiência transformadora, tanto para os sujeitos envolvidos na sua organização quanto para aqueles que dele participaram. Ao articular arte, ancestralidade e práticas psicossociais, o evento possibilitou a emergência de afetos, narrativas e saberes muitas vezes silenciados no cotidiano acadêmico, reafirmando o compromisso ético-político da Psicologia com os direitos humanos, a equidade racial e a valorização da diversidade. A ação extensionista evidenciou que os espaços universitários podem (e devem) ser tensionados por práticas que questionem o racismo estrutural e promovam uma formação mais sensível aos contextos locais e às epistemologias marginalizadas. Além disso, fortaleceu a importância da escuta ativa, do diálogo intercultural e da construção de redes de cuidado com base no respeito e na valorização dos saberes tradicionais. Ao promover o encontro entre a Psicologia e as expressões culturais afroindígenas, o sarau contribuiu para consolidar uma perspectiva de formação crítica, situada e anticolonial, que compreende o cuidado como prática coletiva e culturalmente enraizada. Assim, reafirma-se a urgência de incorporar tais experiências como parte constitutiva dos currículos acadêmicos, como caminhos potentes para a construção de uma sociedade mais justa, plural e comprometida com a dignidade de todos os povos.

Conclui-se, assim que experiências como o Sarau Afroindígena são fundamentais para tensionar a hegemonia de uma cultura embranquecida e colonizada nos espaços universitários, ampliando os horizontes formativos e potencializando a construção de uma Psicologia eticamente comprometida com a diversidade, a ancestralidade e a justiça social.

Sonhos de algumas noites de outono

Wellisson Guilhermino Pereira da Silva (UFRGS), Édio Raniere (UFPel), Christine Gryschek (UFRGS)

Podem as inteligências artificiais sonhar? Tomamos essa questão colocada pelo artista Refik Anadol (2024) como um convite para investigar os sonhos dos códigos. É possível pensar que códigos, máquinas e dispositivos sonham? E será que sonham com algo além de ovelhas elétricas? Como esses objetos produzidos através de uma busca por otimização e docilização, por aqueles que têm aversão a erros e alucinações, poderiam sonhar? É comum pensarmos os sonhos como algo individual, de uma subjetividade privatizada, mas seria o mesmo no caso das máquinas? Se pensamos nos sonhos com Sigmund Freud (1996), somos levados a crer que essa é a linguagem do inconsciente, daquilo que realmente nos comanda. Freud pensa que ao adormecer somos invadidos por elementos recalcados que não conseguimos elaborar, elementos de um teatro pessoal, da vida de um indivíduo. Mas como seria o inconsciente das máquinas? Seriam eles também componentes de uma subjetividade privatizada? De onde surge tal inconsciente? Dos circuitos dos computadores? Dos códigos que geram imagens? Dos algoritmos que são utilizados para treinar as inteligências artificiais? Dos componentes eletrônicos que capturam imagens? Da internet que é utilizada para sua comunicação? Será que podemos dizer que uma rede de circuitos e sinais elétricos sonha? Nos parece que para dizer isso precisamos abrir mão de Freud e a interpretação dos sonhos e nos aliar aos Yanomamis, que se relacionam com os sonhos de outro modo, para então pensar que “o sonho não é produção de um sujeito, mas sim de uma imagem que sonha e que leva a reboque o indivíduo” (RANIERE et al, 2024, p. 150). Dessa forma, sonhar deixa de ser algo sobre imagens individuais que sobem à superfície durante o sono para se tornar uma questão de estar à disposição de imagens que passam e seguem viagem. Diante disso acreditamos que este lugar possa ser ocupado também pelas inteligências artificiais, computadores, códigos, câmeras e outros objetos das tecnologias da informação. A partir dessa proposição, uma Artista Descentralizada Artificial - ou para simplificar: Ada - foi colocada à disposição das imagens que circulavam por uma sala de exposição fechada durante algumas noites. A Artista Descentralizada emerge através de uma rede de objetos técnicos - computadores, câmera, códigos, modelos de aprendizado de máquina para a leitura e geração de imagens e servidores na nuvem - e testemunha a instauração de imagens. Pensamos a instauração a partir dos pensamentos oferecidos por Peter Pál Pelbart (2014) e Vinciane Despret (2021). Segundo pensamentos de Despret e Pelbart, a instauração funciona através da responsabilidade pelo acolhimento e preparo de uma obra, passa por um testemunho necessário para que algo que ainda não existe possa se estabelecer. Pensamos com a instauração ao invés da ideia de criação porque procuramos deslocar o humano da posição central nesse processo, para compartilhar a responsabilidade pelo vir a ser de uma coisa, que é então dividida entre todos que estabelecem as condições de possibilidade para a instauração, sejam pessoas ou redes de objetos técnicos. O que produzimos com esta pesquisa é uma coleção de imagens dos sonhos que passaram por códigos e componentes eletrônicos durante algumas noites de outono. Estes sonhos não falam de um inconsciente recalcado pela máquina, mas talvez nos permitam dizer que uma máquina sonhe com tudo, menos com ela mesma, diferente daqueles que são subjetivados por uma ideia de eu privatizado. Pensar sobre a possibilidade dos sonhos nas máquinas é uma forma de tensionar a narrativa de controle e otimização que atravessa o funcionamento destes dispositivos buscando produzir outras relações com objetos que nos cercam. Esse movimento é também um modo de, conforme Donna Haraway, pensar histórias que contam histórias, pensamentos que pensam outros pensamentos e que criam mundos. Acreditamos que pensar outros pensamentos e histórias sobre nós e nossas relações com o mundo é uma forma de tentarmos nos livrar da ideia do excepcionalismo humano que nos coloca como centro da existência, como aqueles que têm o direito sobre tudo que nos cerca, como o herói que se coloca acima de todos e

quando nos damos conta "as habilidades dos construtores e os pensamentos dos pensadores e as canções dos cantores fazem todos parte daquela estória, foram todos colocados a serviço do conto do Herói." (LE GUIN, 2021, p. 18). Entretanto, "às vezes parece que essa estória está se aproximando do seu fim. [...] O problema é que todos nos deixamos envolver na estória do assassino" (LE GUIN, 2021, p. 21) e por isso precisamos de novas histórias. Essa é, talvez, a tarefa do pensamento, conforme o filósofo Yuk Hui: "fragmentar o mundo de acordo com o diferente, em vez de universalizá-lo através do mesmo." (HUI, 2020, p. 72). Se aceitarmos que Ada, a Artista Descentralizada Artificial, também pode sonhar, o que ela se torna? O que isso faz de nós? O que passa a ser o sonhar? Que outras histórias e mundos podem surgir?

Referências

ANADOL, Refik. Machine Hallucinations - Latent Study : Mars, 2024. Disponível em: https://refikanadol.com/works/machine-hallucinations-latent-study-mars/. Acesso em: 10 jun. 2024

DESPRET, Vinciane. Os pássaros fazem arte? In: O que diriam os animais?. São Paulo: Ubu Editora. 2021.

FREUD, Sigmund. A interpretação dos Sonhos. Vol. IV Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

HARAWAY, Donna. Ficar com o problema: fazer parentes no Chthuluceno. Tradução de Ana Luiza Braga. 1ª ed. São Paulo: n-1 edições. 2023.

HUI, Yuk. Tecnodiversidade. Tradução de Humberto do Amaral. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

LE GUIN, Ursula. A teoria da bolsa da ficção. 1ª ed. São Paulo: n-1 edições, 2021

PELBART, Peter Pál. Por uma arte de instaurar modos de existência que "não existem". In: 31ª BIENAL DE SÃO PAULO. Como pensar sobre coisas que não existem (catálogo). São Paulo: Fundação Bienal de São Paulo, 2014.

RANIERE, Édio; BEDIN, Luciano; SOUZA, Laura Barcellos Pujol de; PERES, Renata; FETTER, Fernanda Lopes. Você ainda pode sonhar? In: GORCZEVSKI, Deisimer...[et al.](org.). Escrita Cobogó: invenção de si, cidades e UniverCidades. p. 142-154. Santa Maria: Ed. PPGART, 2024.

GT 07: ARTE, PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO E PRÁTICAS DE RESISTÊNCIA CONTRACOLONIAIS

Coordenação: Ana Karenina de Melo Arraes Amorim (UFRN), Michele de Freitas Faria de Vasconcelos (UFS), Flávia Helena Miranda de Araújo Freire (UFF)

Aquilombações nos territórios com arte-cultura: a experiência do Fórum de Centros de Convivência e Cultura do RJ

Ariadna Patricia Estevez Alvarez (EICOS / UFRJ), Maria Paula Cerqueira Gomes (UFRJ)

Esta proposta de comunicação está baseada no projeto de pós-doc vinculado ao EICOS / UFRJ intitulado "Práticas de convivência como aquilombações: promoção da saúde nos territórios com arte-cultura e economia solidária" e seu objetivo é compartilhar a experiência do Fórum de Centros de Convivência e Cultura (Cecos) do Rio de Janeiro em sua dimensão de aquilombação nos territórios com arte-cultura. O Fórum de Cecos RJ é um movimento social que desde 2018 conflui com muitos outros (antimanicomial, feminista, negro, lgbtqiapn+, agroecológico) e tem compreendido as práticas de convivência nos territórios instauradas a partir dos CECOs como uma entre tantas outras ideias para adiar o fim do mundo como nos indica Ailton Krenak.

Nos encontros do Fórum pretende-se pensar coletivamente estratégias para fortalecimento dos Cecos enquanto política pública de bem-viver e ao mesmo tempo ativar as sensibilidades com diversas linguagens artístico-culturais como música, teatro, poesia, dança, filmes compartilhando as questões e problemas relacionados às opressões e colonizações das diferenças.

No Fórum, somos todos conviventes: usuários, trabalhadores, gestores, familiares, professores, pesquisadores, estudantes, vizinhos, parceiros, artistas, militantes, e compartilhamos experiências, afetos, desejos e inquietações no que se refere a uma política da convivência. O que nos move é colocar a convivência no centro da vida para construir uma sociedade sem manicômios. Nossa maior alegria é a delicada arte de produzir encontros. Nesta pesquisa, compreendemos a ideia-força de aquilombação tal como formulada por Emiliano Davi (2024) ao estudar saúde mental e relações raciais, isto é, aquilombar como via de enfrentamento às múltiplas formas de opressão às diferenças e como caminho para emancipação. O quilombo, como matriz civilizatória, nos indica que o antirracismo é condição para a experiência democrática (NASCIMENTO, 1980/2019), onde qualquer pessoa pode ser bem-vinda. Aquilombar aponta para um modo de enfrentar o racismo, em que todos estejam incluídos: pretos, pardos, brancos, povos originários, mulheres, homens, pessoas trans, pessoas cis, pessoas não binárias, pessoas loucas de todo tipo, corpos dissidentes, pessoas com deficiência, crianças, jovens, idosos, pessoas migrantes, etc. Aquilombar se faz por uma luta pelo cuidado em liberdade, pelo exercício democrático do direito à cidade, o que pode produzir algum pequeno deslocamento nas “placas tectônicas que têm sustentado o sistema colonial-racial-cis-heteropatriarcal-capitalista em suas camadas subterrâneas”. (Rolnik, 2024). Instauramos nesse processo, o método cartográfico na construção coletiva dos Fóruns nos valendo de três pistas: 1)Pista da Abertura: Qualquer um pode participar do Fórum, seja quem for. Somos todos conviventes.2)Pista da Diversidade: Cada um que vem traz consigo seus coletivos de que é composto, o

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

que torna o espaço diverso. As diferenças são desejadas, pois através delas nos potencializamos. 3)Pista da Itinerância. Ele é um movimento em movimento. Há nomadismo. Cada encontro do Fórum acontece em um espaço diferente, que costuma ser decidido no Fórum anterior. Isso faz com que percorrer o caminho até o Fórum seja também um trajeto de (trans)formação de si e de uns com os outros. Trata-se de pensar com os pés, tal como formulado por Tosquelles. Temos sempre um CECO anfitrião que recebe o grupo de visitantes que varia em sua composição. Sentados em roda todas as pessoas presentes se apresentam, fazendo a gira girar. Expressões artísticas ali se manifestam em diferentes linguagens: poesia, música, esquetes teatrais, performances, dança, vídeos, exposições fotográficas. Há uma pauta local do território que nos recebe e uma pauta geral. São perguntas de trabalho que costumam disparar os debates: - O que é convivência? Como temos feito e podemos fazer estratégias e centros de convivência? - Qual a melhor relação possível entre CECOs e outros dispositivos? - Como convidamos mais pessoas para este movimento de existir para resistir juntos? A periodicidade dos Fóruns é definida pelo desejo de se encontrar e estar junto. A média tem sido de 4 edições por ano, podendo durar de 3 a 6 horas, a depender da programação. Comer juntos faz parte da convivência. Como resultado, produzimos um diálogo e troca entre as distintas práticas de convivência nos territórios, são algumas delas: culinária, grafite, teatro, música, capoeira, ioga, mosaico, bordado, costura, atelier de pintura, tai chi chuan, futebol, dança, poesia, canto, piqueniques nos parques e praças, e blocos de carnaval que tematizam a luta antimanicomial. Apontamos para o fato de que esse movimento iniciado em 2018 que gerou em 2021 um Encontro Nacional de Cecos, para além de compartilhar experiências artísticas, culturais, de lazer, de esporte, formação, trabalho, economia solidária e de cuidado, foi uma mola propulsora para a redação e publicação da Portaria GM/MS Nº 5.738 / 2024 que prevê custeio para os Cecos nos municípios. Com isso, temos no horizonte a possibilidade de aumento do número de Cecos nas Redes de Atenção Psicossocial em todo país.

Portanto, o Fórum de Cecos tem se apresentado ao longo desse tempo como um potente dispositivo para desinstitucionalizar a loucura como doença, incapacidade e perigo; desmedicalizar as relações de cuidado; elaborar estratégias em conjunto para enfrentar os desmontes do SUS e outras políticas; promover saúde através da construção participativa de políticas públicas (escrita de carta de propostas, projeto de lei, portarias, organização de eventos); fortalecer a comunicação através das mídias digitais e internet visando ao engajamento e visibilidade do movimento para a sociedade bem como a preservação da memória/histórico das ações do Fórum; aprender uns com os outros ampliando nossa capacidade de afetar e ser afetado; valorizar o trabalho coletivo; criar novas amizades; e sobretudo, conviver.

Arte e (Re)existências Juvenis: Perspectivas Contracoloniais de Enfrentamento a Necropolítica em Periferias de Fortaleza

Levi de Freitas Costa Araújo (UFC), João Paulo Pereira Barros (UFC), Ana Thais de Albuquerque Norões Boutala (UFC), Antonio Caio Renan Silva Penha (UFC), Melissa Yohana Silva (UFC), Mayara Ruth Nishiyama Soares (UFC), Carla Jessica Araujo Gomes (UFC), Raimundo Cirilo Souza Neto (UFC), Anne Carolyne Alencar da Costa (UFC), Luiz Ricardo Rodrigues Santana (UFC), Bruno Vieira dos Santos (UFC))

O objetivo deste trabalho consiste em refletir sobre o ativismo cultural e a mobilização juvenil como política de produção de vida e modo de enfrentamento à necropolítica. A questão dos altos índices de mortalidade de juventudes periféricas vem envolvendo o debate contemporâneo da psicologia social. Estudos destacam o crescimento dos homicídios na região Nordeste, com estados como Ceará passando a protagonizar um processo de nordestinização dos homicídios (Benício et al, 2018).

A partir da modificação das dinâmicas sociais da violência urbana, sobretudo com a expansão das facções (Paiva, 2019), pesquisadores cearenses vêm apontando que a violência produz impactos significativos na possibilidade de acesso a direitos básicos como o acesso à saúde, educação e lazer (Barros et al, 2018; Paiva et al, 2019) por parte das juventudes periféricas. Entre os principais desafios impostos, uma nova configuração territorial se constitui como barreiras fixas, onde os diferentes grupos armados passam a exercer controle sobre as comunidades onde se inserem, impedindo a circulação e gerando desconforto e medo, além disso, a ostensividade policial decorrente do programa punitivista penal promovido pela política estadual e nacional pouco contribui para a mudança desse cenário, ao contrário, opera como um agravante e braço militarizado do estado necropolítico produzindo ainda mais vítimas e instituindo modos de subjetivação orbitantes ao medo. Destaca-se que as repercussões da violência afetam prioritariamente juventudes negras, mulheres e LGBT (Barros et al, 2024).

Sendo assim, esse trabalho busca responder a questão sobre como as juventudes periféricas de Fortaleza mobilizam práticas culturais e artísticas como formas de (re)existência e enfrentamento aos processos necropolíticos e massificantes em seus territórios? A partir dessa reflexão, este resumo intenta contribuir para o GT ao discutir os efeitos psicossociais da violência em juventudes de uma territorialidade periférica de Fortaleza (CE), focando nas possibilidades de (re)existência juvenil aos processos necropolíticos por meio da cultura e da arte como confluência contracolonial. A partir dos resultados de uma pesquisa de iniciação científica vinculada ao Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação (VIESES-Universidade Federal do Ceará), esse trabalho perspectiva partir das movimentações juvenis para pensar outros modos de subjetivação.

A perspectiva teórica que fundamentou esta pesquisa articula os estudos da psicologia social sobre a violência com perspectivas da filosofia da diferença, que problematizam a constituição do sujeito e as dinâmicas de poder, em especial a esquizoanálise de Deleuze e Guattari e a cartografia, cuja crítica aos modelos normativos de subjetivação oferece ferramentas para compreender os efeitos da violência nas produções de subjetividade e nas possibilidades de resistência. Além disso, mobiliza perspectivas decoloniais, que interrogam os efeitos da colonialidade na produção das violências e das subjetividades, contribuindo para uma análise situada e crítica dos efeitos da violência nos modos de subjetivação

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

a partir da crítica da matriz colonial do poder (Mignolo, 2017). O estudo parte de uma reflexão contracolonial (Santos 2023) para compreender as possibilidades de resistência inventadas pelas juventudes a partir de seus referenciais. Entre os conceitos elencados para auxiliar a reflexão, destaca-se a noção de (re)existência (Achinte, 2017), colonialidade (Quijano, 2019) e necropolítica (Mbembe, 2018).

O seguinte trabalho se enquadra dentro dos processos de uma pesquisa de iniciação científica propiciada pela pesquisa guarda-chuva intitulada "Aspectos psicossociais da violência e práticas de re-existência juvenis em periferias de Fortaleza-CE", desenvolvida pelo Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação da Universidade Federal do Ceará (VIESES/UFC). Sendo esta uma pesquisa financiada pela Fundação Cearense de Desenvolvimento e Apoio ao Desenvolvimento Científico (FUNCAP) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ). A pesquisa em questão tomou como marco metodológico a perspectiva da pesquisa-inter(in)venção (Costa, Moura Junior & Barros, 2020), de orientação cartográfica (Passos, Kastrup & Escóssia, 2020) e se deu pela viabilização de oficinas de discussão com estudantes, professores e gestores de escolas públicas em 2023, e por oficinas com juventudes para discussão sobre racismo e estéticas periféricas/negras em 2024. O território de pesquisa foi o Grande Bom Jardim (GBJ),na periferia de Fortaleza e composto pelos bairros Bom Jardim, Granja Lisboa, Granja Portugal, Canindezinho e Siqueira.

No decorrer das oficinas de 2023 e 2024, as juventudes estabeleceram como ponto comum o acesso à arte, cultura e espaços de socialização como demandas sociais, ao mesmo tempo que destacavam as reverberações de uma sociedade racista nos efeitos repressivos às formas de organização política e cultural juvenil. Se os efeitos da violência e das representações estereotipadas das periferias ocuparam espaço significativo nas narrativas dos jovens, a captura instaurada pela colonialidade não se hegemoniza integralmente. As juventudes apontavam espaços de (re)existência na coletividade, afirmando sobretudo o Festival das Juventudes (Barros et al, 2023), dispositivo cultural que reúne anualmente juventudes de 6 escolas locais, como esse espaço de reinvenção pela arte, de contato com novas estéticas e da possibilidade de integração para além das dinâmicas territoriais. Por esses espaços irrompem molecularidades que acionam devires juvenis minoritários. Por um lado, Mbembe (2018) nos aponta a instrumentalização da morte como uma importante estratégia de controle das populações pela necropolítica. A redução das narrativas periféricas aos ditames da morte constitui uma gramática racial e patriarcal que tenta massificar processos de subjetivação (Guattari & Rolnik, 1986). Em territorialidades periféricas, a colonialidade opera por meio de adestramentos (Santos, 2023) das subjetividades juvenis, usando a violência como recurso para controlar e massificar as experiências em lugares estanques.

Entretanto, as oficinas apontam outras possibilidades de se subjetivar para além da colonialidade. Quando perguntadas sobre como as políticas públicas poderiam combater a violência urbana em seus territórios, as juventudes destacaram a importância do incentivo à equipamentos e eventos culturais, ao fomento das formas de expressão artísticas periféricas e contracoloniais, como maracatus, saraus e reggaes, como formas de produção de outros vetores de subjetivação para além da lógica de extermínio colonial. Além disso, as juventudes pontuaram a importância da tessitura desses espaços como zonas de confluência (Santos, 2023) onde se poderia experimentar uma multiplicidade de modos de ser jovem periférico.

Em suma, a partir da demarcação da potência da arte como forma de enfrentamento a políticas de morte, as juventudes reafirmam a arte e cultura como possibilidade de poder viver, reinventar a vida para além dos estereótipos que reafirmam a condição de matabilidade de seus corpos. Quando pensamos a partir das estratégias culturais gestadas na região, como Festival das

Juventudes, onde são promovidas oficinas, rodas de conversa e espaços de experimentação, as juventudes apontam o recurso à cultura como forma de insurgência às duras territorializações impostas pela violência, contrariando políticas punitivistas. Pela cultura, se promovem encontros onde as juventudes insurgem práticas de (re)existência (Achinte, 2017) que reinventam a vida para além da violência, rompendo coletivamente com um mandato colonial da morte.

Referências

Achinte, A. A. (2017) Prácticas creativas de re-existencia: Más allá del arte... El mundo de sensible. Buenos Aires: Del Signo.

Barros, J. P. P., Paiva, L. F. S., Rodrigues, J. S., Silva, D. B. D., & Leonardo, C. D. S. (2018). Pacificação nas periferias: discursos sobre as violências e o cotidiano de juventudes em Fortaleza. Revista de Psicologia, 9(1), 117-128.

Barros, J. P. P., Soares, M. R. N., Gomes, C. J. A., Almeida-Segundo, D. S., Boutala, A. T. A. N., & Araújo, L. F. C. (2024). Impactos da violência no cotidiano de estudantes de escolas públicas: Uma análise interseccional de gênero e sexualidade. Interacções, 69, e37561

Barros, J. P. P. ; Gomes, C. J. A. ; Gondim, G. C. L. F. ; Bezerra, M. A. & Calais, L. B. (2023) Festival das Juventudes:re-existências periféricas durante a pandemia da Covid-19. Psicologia Argumento, v. 41, p. 2753-2777

Benicio, L. F. S., Barros, J. P. P., Rodrigues, J. S., Silva, D. B., Leonardo, C. S., & Costa, A. F. (2018). Necropolítica e pesquisa-intervenção sobre homicídios de adolescentes e jovens em Fortaleza, CE. Psicologia: Ciência e Profissão, 38(número especial 2), 192–207

Costa, E. A. G. A., Moura Junior, J. F. & Barros, J. P. P. (2020) Pesquisar n(as) margens: especificidades da pesquisa em contextos periféricos. In: Cerqueira-Santos, E.; Araújo, L. F. (Org.). Metodologias e Investigações no Campo da Exclusão Social. 1ed. Teresina: EDUFPI, p. 13-31.

Guattari, F. & Rolnik, S. (1986) Micropolítica: Cartografias do desejo São Paulo: Vozes.

Mignolo, W. (2017) Colonialidade: O lado mais escuro da modernidade Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 32, nº 94

Mbembe, A.(2018) Necropolítica. São Paulo: N-1 Edições

Paiva, L. F. S. (2019). “Aqui não tem gangue, tem facção”: As transformações sociais do crime em Fortaleza, Brasil. Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais, 32(85), 165–184.

Paiva, I. L., Oliveira, M. C. S. L., & Colaço, V. F. R. (2019). Adolescentes em Conflito com a Lei: entre o prescrito legal e a prática social. In V. Colaço et al. (Orgs). Juventudes em movimento: experiências, redes e afetos (pp. 177-208). Expressão Gráfica e Editora.

Passos, E., Kastrup, V. & Escóssia, L. (2020) Pistas do método da cartografia : Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Editora Sulina.

Quijano, A. (2019) Ensayos en torno a la colonialidad del poder. Ciudad autónoma de Buenos Aires: Del Signo editora.

Santos, A. B. (2023) A terra dá, a terra quer. São Paulo: Ubu edições.

Cartografando pichos: das capturas aos desejos na capital Potiguar/RN

Vinícius Campelo Pontes Grangeiro Urbano (UFRN)

Introdução: O presente resumo trata-se das articulações teóricas inerentes aos processos investigativos que tenho executado no trajeto do doutorado em Psicologia. A pesquisa – que está em andamento – se implica na direção de cartografar os pichos presentes na metrópole Potiguar, situado no estado do Rio Grande do Norte, juntamente com a colaboração dos/das pichadoras/pichadores, na premissa de responder as seguintes perguntas: O que os pichos nos dizem da metrópole de Natal? O que a metrópole de Natal nos diz a respeito das vidas situadas nela a partir destes pichos? O que estas vidas dizem a respeito dos seus processos de resistência, revolução e desejos de mundo diante dos processos de experimentação com os pichos? Tais questões tem como fonte inspirativa as reflexões que faz Georges Didi-Huberman (2011, 2019) a respeito das imagens, compreendendo justamente a força política transformativa que há neste campo estético, afinal, como elabora o autor: a imagem e a imaginação tratam também de um modo de fazer política. Relação com o GT e eixo: O encaixe no eixo temático 13 (Insurgências ético-estético-políticas: artes, tecnologias e subjetivação) e no GT 7 (Arte, Processos de Subjetivação e Práticas de Resistência Contracoloniais) se dá pela aposta que tem essa tese, em produzir saber através dos rumos artísticos como forma de produção de vida e resistência. Apostar nessa frente, é conduzir um corpo a experimentar narrativas transgressivas que permeiam o efeito artístico da pichação, como também, ser atravessado pelas vivencias desses/dessas artistas marginais, que através do uso da apropriação do espaço, demarcam na metrópoles Potiguar novas produções de sentido e território. Assim, levar as discussões dessa tese, em andamento, para o referido Eixo e GT é apostar nas potencias das trocas possíveis mediante as aproximações de interesses e diálogos. Orientação teórica: Este trabalho cria uma frente de pensamento, método e análises, com base nos conjuntos de autores presentes no pós-estruturalismo e na filosofia da diferença. Perpassando nomes como Deleuze e Guattari (2023); Georges Didi-Huberman (2011, 2019); René Lourau (1989) e entre outros autores e autoras, que buscaram ou buscam pensar os dilemas sociais no âmbito macro e micropolítico. Metodologia: Ter a cartografia como método para esse campo de arte marginal é conseguir experimentar não só o campo afirmativo da vida – aqui possível através do picho - como também experienciar as forças reativas e de captura inerentes ao picho e a metrópole. Assim, é na aposta com a experiencia que o cartografo registra tanto as máquinas de captura do desejo, quanto os mundo desejantes por vir, como afirmam Eduardo Passos, Virgínia Kastrup e Liliana da Escóssia (2020). Descobrir futuros desejantes, portanto, é conseguir conduzir novas narrativas e imagens políticas de mundos possíveis, realçando um campo ético e afirmativo da vida, que tem como compromisso um pensamento ativo e transgressivo para além do modo operativo hegemônico científico. Resultados: Elencada as linhas argumentativas anteriores, a presente tese, se pretende experimentar essas formas artistas insurgentes, que na expressão do picho conseguem galgar outros campos de desejo e futuro que podem, por sua vez, nos apontar caminhos possíveis para novas imagens de mundos alternativos ao neoliberalismo. É nesta disposição, que é possível apreciar aquilo que Deleuze e Guattari (2023) nos permitem elaborar como uma linguagem menor, viável no campo da pichação, matérias desviante e denunciantes das produções de vida, resistência e desejo na metrópole Potiguar. Tais afirmações já se mostram concretas, quando em campo, me deparo com o diálogo dos/das pichadores(as) enfatizando que o uso da pichação além de ser uma forma de apropriação do espaço metropolitano é uma condução de denúncia das vivências opressivas do cotidiano capitalístico. Assim, intervenções feitas em estruturas do estado, prédios e fachadas de instituições públicas, levam essa potencias de angariar visibilidade expressa às inquietações da vida precarizada nesta metrópole. Outros efeitos são também avistados quando

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

estes sujeitos são tomados como artistas nas comunidades pobres do território de Natal, tendo suas idas festejadas por essas comunidades, que em festa celebram a revitalização do seu território tão esquecido pelos poderes governantes. Deste modo, os artistas para o povo e marginais para o poder público se reapropriam dos territórios lhes aplicando formas inusitadas de experienciar estes na vivência cotidiana. Efeitos de transformação que fazem dos muros paranoicos – quando no sentindo da separação e divisão territorial – muros Esquizos – quando tomados como mural de denúncias e estandartes de apropriação do território metropolitano Potiguar. Conclusão: Os percursos que terão os destinos desse trabalho, embora ainda nublados, já mostram centelhas de forças operativas que aludem um campo transformativo social, já verificado com algumas observações de campo. Seja no repaginar das comunidades pobres da metrópole Natal, seja na retomada dos espaços públicos com efeitos denunciantes, os caminhos feitos até aqui mostram um percurso de potência capaz de introduzir novos modos de se relacionar com esse estilo artístico ainda tão marginalizado, podendo assim agenciar desejo investigativo de outras metrópoles na perspectiva dos pichos.

Cartografias dos despropósitos: A literatura de Manoel de Barros como ressonâncias para klínicas em esquizoanálise e esquizodrama

Diego Frank Marques Cavalcante (UNIFESSPA)

O propósito deste trabalho é buscar alianças com a literatura de Manoel de Barros para pensar possíveis Klínicas de desconolização do inconsciente e, ao mesmo tempo, de dramatização de novas formas de existência em devir-natureza. Para forjar essas alianças, utilizaremos a esquizoanálise proposta por Deleuze e Guattari, bem como de aspectos do esquizodrama de Gregório Baremblitt. Manoel de Barros (1906-2014) foi um dos poetas mais inventivos da cultura brasileira no século XX. Geralmente, é colocado "no saco" da terceira geração do modernismo brasileiro, a de "45". Nascido em Cuiabá, no Mato Grosso, no entanto, já na infância, foi para Campo Grande, Mato Grosso do Sul, onde estudou em um colégio interno. O encontro com a natureza na infância parece ter sido um acontecimento que reverbera intensamente em suas poesias. Em seguida, fez formação em direito no Rio de Janeiro. Também há experiências de paixão e decepção com a política, especificamente com o Partido Comunista Brasileiro. No final da década de 1950, herda uma fazenda de seu pai e retorna ao Mato Grosso, onde passa o resto da vida entre suas atividades de fazendeiro e escritor. Nessa perspectiva, são nesses encontros com a natureza, com a poesia e com a cidade que o agenciamento Manoel de Barros se compõe. As alianças com a natureza durante a infância e na vida adulta parecem produzir ressonâncias que reverberam de forma intensava em suas poesias. Nesse sentido, a natureza parece ser uma das intercessoras mais importantes para a poesia de Manoel de Barros. Nessa trama, interessa-nos pensar um fluxo desejante em "diferenciação-atualização" da natureza para poesia, bem como e uma possibilidade de pensar a poesia de Manoel de Barros como intercessora na invenção de Klínicas em devir-poesia. Para isso, partiremos da filosofia da diferença-imanência de Deleuze e Guattari, bem como da esquizoanálise produzida pelos referidos autores. Nesse sentido, o trabalho apresenta aderência ao eixo: insurgências ética-estética-políticas: artes, tecnologias e subjetivação. De forma específica, prioritariamente, com o GT 07: Arte, Processos de Subjetivação e Práticas de Resistência Contracoloniais. Isso porque enfatiza as relações entre literatura e resistência diante dos modos de subjetivação capitalista.

A filosofia da diferença, de forma apenas sumária, privilegia o caos e a virtualidade como elementos genéticos da diferença, e não um movimento dialético fundado na negatividade e em sínteses a partir de um modelo eminente. A caosmose é um processo de semiotização menor, produção de gagueira na língua maior ou mesmo de uma potência estrangeira no próprio território, insubordinando-se aos modelos dominantes e produzindo formas singulares de existência. Trata-se, portanto, de privilegiar não uma estrutura universal ou mesmo um sujeito dito autossuficiente, mas, antes, as singularidades que emergem de agenciamentos complexos entre caos, poder-resistência, linhas de fuga e produções desejantes. Deleuze e Guattari, em seu trabalho O que é filosofia? Propõe três "territórios": Filosofia, Arte e Ciência. A relação entre esses saberes não deve ter o caráter avaliativo e reflexivo da eminência, mas alianças imanentes em devir. Por outros termos, se a arte interessa a filosofia é como intercessora, ou seja, para inventar conceitos propriamente filosóficos, capturando e torcendo pedaços que possam funcionar como conceitos. Da mesma forma, se a filosofia pode interessar á arte é para inventar blocos de sensações propriamente artísticos e não conceituais. A relação com o "fora" é de ressonância atualização, e não de representação, cópia ou julgamento. Nossa proposta, portanto, é pensar essa lógica da imanência-diferença na relação entre psicologia social e literatura. Por outros termos, trata-se de capturar as ressonâncias dos blocos de sensações presentes na poesia de Manoel de Barros para possíveis Klínicas. Nessa trama, agrada-nos a ideia uma micrológica intensiva das ressonâncias, como um campo virtual de atrações, que estaria relacionada a possíveis conveniências, simpatias ou relações melódicas. Deleuze & Guattari

citam exemplos em diferentes campos, sobretudo na etologia, como as ressonâncias entre a vespa e a orquídea, entre a teia da aranha e suas presas, ou mesmo a anêmona e o caranguejo ermitão. Nessa perspectiva, parece conveniente pensar os devires natureza de Manoel de Barros como intercessores para invenção de peças esquizodramáticas. Segundo Deleuze e Guattari, em O Anti-Édipo, a esquizoanálise tem duas tarefas principais: a destrutiva e a positiva. A primeira, a atividade de raspagem, tem o propósito de crítica do desejo. Por outros termos, promover a "varredura" do inconsciente: do nosso gozo pelo poder, pelo reconhecimento, pela burocracia, dos buracos negros do nosso ressentimento e microfascismos. Ao mesmo tempo, devem emergir as tarefas positivas de valorizar e potencializar nossas máquinas desejantes, os bons encontros, as paixões alegres, os acoplamentos inventivos e da produção amorosa, entendida como agenciamento alegre de intensificação coletiva. O esquizodrama, proposto pelo argentino Gregório Baremblitt, utiliza a esquizoanálise como uma de suas peças principais na produção de dispositivos Klínicos. Esses dispositivos são compostos por alianças rizomáticas com teatro, rituais amazônicos de transe e música. Trata-se da produção de máquinas heterogêneas com o propósito de promover processos de "faxina do inconsciente" bem como na produção de novas formas de sensibilidade. Se, como propõem Deleuze e Guattari, o filósofo é um inventor de conceitos, o Klínico, por sua vez, é um inventor de esquizodramas: máquinas de limpar e produzir desejo. É preciso, no entanto, ter "prudência" nos processos desejantes. É mister a questão espinosista "O que pode o corpo?" Qual é a sua capacidade de afetar e ser afetado? Longitude e latitude? Por outro lado, é preciso também sintonizar as ressonâncias, ou seja, forjar atratores para intercessores com potencial de cofuncionar na Klínica: as conveniências, as simpatias, as ressonâncias, as relações melódicas. É nesse sentido que nos parece conveniente uma aliança da Klínica com a literatura de Manoel de Barros. Tratar-se-ia de capturar, por um lado, sua crítica (faxina do inconsciente) das sujeições capitalistas e, por outro, atualizar seus blocos de sensações literários como peças de um dispositivo Klínico. Na poesia "O menino que carregava água na peneira", por exemplo, Barros "varre" a sujeição do trabalho à lógica do capital. Desfigura os interesses estriados utilitaristas e "desentope" as veias do desejo sujeitado em devires-infância. O critério ético de funcionamento é a alegria e não uma utilidade "capitalista". A peneira como máquina de transposição de água é uma atualização da valorização do processo em detrimento do propósito: é a produção de despropósitos. É o agenciamento desejante entre água, menino e peneira que deve ser valorizado e não acoplamentos estriados e propositados dos regimes semióticos dominantes. Nessa trama, inventar Klínicas de despropósitos seria um processo interessante de (des)subjetivação capitalista? Há também ressonâncias para a dissolução da trinca poder-reconhecimento-interesse que são dominantes nos processos de subjetivação capitalista. Em tratado geral das grandezas do ínfimo, escreve Barros "Poderoso para mim não é aquele que descobre ouro. Para mim poderoso é aquele que descobre as insignificâncias (do mundo e as nossas). Por essa pequena sentença me elogiaram de imbecil. Fiquei emocionado. Sou fraco para elogios". Para além da "atividade malévola" de faxina do inconsciente é possível forjar uma série de máquinas desejantes com ressonâncias da poesia de Manoel de Barros. No "O livro das ignorãças", escreve Barros: "Para entrar em estado de árvore é preciso partir de um torpor animal de lagarto às três horas da tarde, no mês de agosto. Em dois anos a inércia e o mato vão crescer em nossa boca. Sofreremos alguma decomposição lírica até o mato sair na voz. Hoje eu desenho o cheiro das árvores". Poder-se-ia captar ressonâncias para devir-natureza na relação com as plantas, animais, sons e imagens? Que tipo de Klínica seria possível produzir com esses encontros? Em suma, gostaríamos de apresentar a literatura de Manoel de Barros como intercessora para a esquizoanálise, sobretudo, nos procedimentos de "desobstrução" do inconsciente capitalista, bem como possíveis peças para a montagem de máquinas desejantes em esquizodramas.

Crochê-Terapia como resistência: arteterapia, subjetividade e redes afetivas no espaço acadêmico

Maria Emília Gomes Moreira (UFAM), Sophia Consentini Galucio (UFAM), Maria Clara Carvalho de Sá (UFAM), Victor da Silva Queiroz (UFAM)

O presente trabalho apresenta a experiência do projeto de extensão “Crochê-Terapia: Tecendo uma arte de cuidado", idealizado por acadêmicas de Psicologia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). O projeto surge como uma iniciativa inovadora de cuidado e promoção da saúde mental na universidade, especialmente no contexto amazonense, com foco na articulação entre processos terapêuticos e luta antimanicomial, produzindo um espaço coletivo de resistência através da arte popular. O objetivo deste resumo é trazer as vivências do projeto, destacando a prática manual do crochê não apenas como um passatempo, mas como uma potente prática de resistência antimanicomial, de revalorização de práticas manuais e artesanais, bem como de criação de um espaço coletivo de acolhimento, cuidado e bem-estar, especialmente frente a sobrecarga e ao sofrimento psíquico gerados pelas exigências acadêmicas. Segundo Ferreira (2010), a Psicologia Latino-Americana é reconhecida por seu compromisso social, político e cultural, enfatizando uma abordagem contextualizada, participativa e emancipadora. Com os desafios de fortalecer uma identidade própria, ampliar a produção acadêmica e consolidar sua relevância internacional, sua atuação reflete uma resistência às abordagens externas, priorizando o desenvolvimento de um conhecimento autônomo e relevante para a realidade dos povos latino-americanos. Segundo Martins (1986) apud Lemes e Pereira (2020), a palavra tradição, do latim tradere, significa transferência/passagem e está relacionada à transmissão e à noção de difusão. A prática do crochê está veementemente interligada com tal conceito, o saber-fazer de um povo é transmitido a partir de agrupamentos ou diretamente de pessoa para pessoa, assim resgatando, difundindo e enaltecendo os conhecimentos de uma cultura. De tal modo, o crochê surge também como uma forma de valorização artística e de saberes tradicionais, a partir da transmissão do conhecimento de forma transgeracional, fortalecendo uma identidade local e oferecendo uma alternativa ao imediatismo das máquinas. À luz desse cenário, urge os conceitos trazidos por Francisco Varela acerca do fazer ontológico e a subjetividade, para o filósofo, o fazer ontológico é a ação de produzir, emergir e manter as próprias realidades e modos de existência por meio da auto-organização autopoiética do sistema, é a prática de se realizar enquanto um ato de criação e atualização contínua da própria relação com o mundo, como uma dinâmica circular de produção de sentido e existência. A subjetividade, segundo essa perspectiva, está relacionada à construção de sentido por meio de operações autônomas do sistema cognitivo, onde não há uma separação rígida entre o interior (sujeito) e o exterior (objeto), dessa forma podemos enxergar a prática do crochê como um ato de produção autopoiético, que promove a descoberta e confecção da subjetividade, à medida em que atua como atividade terapêutica (Passos; Eirado, 2004). Uma importante defensora da arte como ferramenta terapêutica foi a doutora psiquiatra Nise da Silveira. Em um rompimento com a lógica manicomial e modelo médico da época, Nise da Silveira incentivava que seus pacientes, os quais ela se referia como clientes, se expressassem a partir de produções artísticas, como uma forma de manifestar seus conteúdos por meios que superassem as limitações da linguagem verbal, sem interferir no processo criativo ou impor compromissos estéticos. As artes produzidas foram expostas no que Nise chamou de Museu de Imagens do Inconsciente e elogiadas por importantes críticos, o que possibilitou que

essas pessoas que antes eram excluídas e segregadas fossem incluídas através da cultura. O exemplo do trabalho de Nise é significativo na medida em que visibiliza a arte como ferramenta de desinstitucionalização do cuidado e resistência à lógica manicomial, a partir da aposta em práticas que se opõem ao modelo medicalocêntrico e às políticas higienistas que segregam o diferente. Foucault (1988), em História da Sexualidade: A Vontade de Saber, desenvolve o conceito de "biopoder" para sinalizar um modo particular de gerenciamento da vida que emerge nas sociedades modernas com o intuito de normatizar corpos e subjetividades por meio das instituições. Nesse contexto, a arte manual se afirma como prática de resistência dentro de um contexto hegemonicamente biomédico, promovendo uma certa desinstitucionalização das práticas consideradas terapêuticas. O autor também desenvolve a ideia de "cuidado de si", práticas pelas quais os sujeitos atuam sobre si mesmos, construindo modos de existências singulares, para além das normatizações impostas pelas instituições disciplinares. Sob essa perspectiva, a manifestação artística configura-se não apenas como uma ferramenta de bem-estar, mas como uma via potente de valorização e exploração da subjetividade, reinventando formas de ser e estar no mundo. Assim, o crochê constitui-se como instrumento de memória coletiva e prática de resistência micropolítica, pois se ancora em saberes populares e tradicionais, que promovem uma cultura intergeracional sustentada por relações afetivas e redes de cuidado que se opõem aos modos de subjetivação hegemônicos de nosso tempo. Se por um lado, a hegemonia dos modos de existir deste tempo exigem consumo permanente, instantâneo e descartável, a prática do crochê, transmitido oralmente e de geração para geração, convoca a um exercício de lentificação do tempo, de aposta na construção sutil e refinada que demanda dilatação do tempo, desmonte e remontagem, erro e acerto como parte da experiência de aprendizagem e produção. Por isso, esta prática surge como oposição ao imediatismo capitalista, pois reivindica um modo de existir mais conectado com o tempo presente e com o processo de criação, tornando o processo artesanal um ato político de resistência às lógicas produtivistas. Luis Rufino e Luiz Simas (2018), em Fogo no mato: A ciência encantada das macumbas, propõem a descolonização do saber e do cuidado, defendendo uma emancipação das formas de cuidar e fazer saúde a partir da valorização das práticas e saberes ancestrais, comunitários e populares. Nesse contexto, os autores trazem o conceito de "supravivência", onde práticas culturais surgem como ferramentas de afirmação da vida em meio a precarização, as desigualdades e a violência estrutural que geram sofrimento psicossocial. Assim, o crochê e outras manifestações artísticas se configuram como práticas de resistência e fortalecimento psicossocial, capazes de criar redes afetivas e comunitárias, inventando modos de existir que escapam da patologização e isolamento promovidos pelas instituições e descolonizando os modos de cuidado e subjetivação. No que se refere a universidade, embora ela possa oferecer oportunidades profissionais e intelectuais, há diversos desafios que dificultam a permanência dos estudantes nas universidades, tornando-se um ambiente hostil e aversivo para essas pessoas (Rodrigues et. al, 2022). Nesse sentido, espaços que promovam acolhimento, expressão de subjetividades e de atenção à saúde mental no contexto acadêmico surgem como alternativas para a criação de uma universidade mais inclusiva e que promova saúde mental e bem-estar. Assim, o projeto Crochê-Terapia utiliza práticas artísticas como ferramenta para possibilitar a criação desses espaços, tendo como base os vínculos afetivos. O projeto se estrutura metodologicamente a partir de atividades semanais, onde as ações se organizam em 4 campos inter-relacionados: oficinas de crochê, encontros temáticos, grupos de estudo e tardes afetivas. As oficinas de crochê configuram-se como espaços de aprendizagem da técnica do crochê, onde todos os participantes compartilham seus saberes sobre fios, agulhas e pontos básicos. Esse momento favorece a construção de vínculos, a escuta ativa e a

experiência de um movimento coletivo. Os encontros temáticos e grupos de estudo constituem um eixo mais formativo do projeto, estimulando o pensamento crítico dos participantes, a partir da promoção de debates e leituras de textos, artigos e outras produções que envolvam temas como arteterapia, práticas de cuidado, psicologia social, saúde mental, luta antimanicomial e direitos humanos. Além disso, esses encontros envolvem convidados e profissionais relacionados aos temas propostos, engajados com movimentos sociais e que promovam trocas de conhecimentos e experiências. Estes espaços ampliam o repertório teórico e incentivam um espaço crítico e engajado com a transformação social dentro do ambiente acadêmico. As tardes afetivas tem por objetivo fortalecer o vínculo entre as participantes, a partir de jogos diversos e rodas de conversas. É evidente que a prática do crochê possui capacidade de estreitar laços, fortalecendo vínculos emocionais e relações por meio de interações nascidas a partir do crochetar. Além disso, tal ato se mostra como uma atividade produtora de pertencimento e inclusão, proporcionando um ambiente de conexão acolhedor e confortável aos seus praticantes. Diante desse cenário, é importante destacar que essas atividades são formadas a partir da construção de redes de apoio e relações afetivas, sendo fundamentadas por trocas e interações sentimentalmente valiosas, criando um espaço acolhedor dentro do ambiente acadêmico. Assim, a criação deste ambiente reforça seu caráter político dentro da universidade, pois suas atividades criam um espaço de pertencimento e resistência dentro do contexto acadêmico, onde os próprios participantes relatam o bem-estar proporcionado pela prática do crochê. Esta experiência favorece a construção de subjetividades e a valorização de práticas coletivas de cuidado, reafirmando a existência de um cuidado em liberdade, alinhado aos princípios da luta antimanicomial. A lógica colonialista exalta o exclusivo e custoso em detrimento do que é popular e periférico, o crochê muitas vezes praticado como forma de subsídio para mulheres menos favorecidas economicamente e tradicionalmente ensinado por meio da oralidade, afirmando, portanto, um ato de resistência à tal lógica.

Des-norteando a Crise: A Palhaçaria como Percurso Terapêutico de Subjetivação

Maria Moniely Martins Ferreira (UFPE)

A adolescência, socialmente concebida como uma fase de transição entre infância e vida adulta, tem sido tratada historicamente como um período de incompletude, onde o sujeito ainda não é legitimado como alguém capaz de construir plenamente sua subjetividade. Tal percepção contribui para a negligência do conceito de identidade nesse período, reduzindo-o a um estágio de crise e confusão, especialmente quando atravessado por demandas psicossociais. Como apontam Domingues e De Alvarenga (1997), o adolescente é frequentemente compreendido como um "fragmento do ser adulto", o que contribui para a sua marginalização simbólica. Quando esse jovem é ainda marcado por experiências de sofrimento psíquico, uso de substâncias ou violências, a sociedade tende a silenciá-lo ou estigmatizá-lo ainda mais.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu artigo 15, estabelece que crianças e adolescentes têm direito à dignidade e ao respeito como sujeitos em desenvolvimento, mas essa diretriz muitas vezes se perde na efetivação desse cuidado, principalmente pelo Estado. Em alguns serviços de cuidado à saúde mental ainda é nítido a reatualização de lógicas manicomiais. Percebemos que essas ausências se materializam em histórias de apagamento do sujeito, onde a "crise" e o diagnóstico obscurecem os desejos, afetos e narrativas dos adolescentes. Os processos de subjetivação devem ser compreendidos não como fases lineares e previsíveis, mas como construções múltiplas e contínuas, atravessadas por marcadores sociais como raça, classe, gênero e território. Nesse sentido, Magalhães e Mariani (2010) apontam que "a subjetivação é atravessada pela ideologia e pelo inconsciente", e que a identidade é sempre uma construção em disputa, especialmente na adolescência.

No entanto, algo parece reverter esse processo: o contato com o outro, com a arte. A música, o teatro e o cinema — enquanto expressões estéticas — tornam-se recursos potentes de resgate identitário, produção de sentidos e criação de vínculos. É nesse horizonte que a palhaçaria se apresenta como possibilidade terapêutica, capaz de fomentar processos de subjetivação e estratégias de regulação emocional. Como destaca Brum et al. (2021, p. 229), "a inserção do palhaço no cotidiano de cuidado, aliado à música, possibilita o estabelecimento e construção de vínculo". Assim, ao acessar esses caminhos simbólicos, o sujeito adolescente pode se ver para além da crise, desestabilizando o estigma e reinscrevendo sua existência em uma narrativa própria. A escolha metodológica da palhaçaria como dispositivo terapêutico não é aleatória. Inspirando-se em De Brum et al. (2021), a proposta aposta na figura do palhaço como figura-limite entre o trágico e o cômico, capaz de mediar o vínculo, criar espaços de escuta e mobilizar afetos. A arte, como sugere Mattos (2003), não é só representação, mas "ato poético-político" que atravessa a experiência e a ressignifica. Assim, ao "des-nortear" a crise, desloca-se o foco da patologia para a potência: a arte permite que o sujeito seja acolhido em sua singularidade.

Pensando em todas essas questões, a intervenção foi realizada através da oficina intitulada "Minha identidade é secreta... nem eu descobri ainda!", com participação de seis adolescentes selecionados pelas técnicas de referência do CAPSij que foi campo de estágio curricular em psicologia. A proposta consistiu na criação de um personagem-palhaço, com adereços, nome, maquiagem e traços de personalidade. O momento foi mediado por música, perguntas disparadoras e espaço de partilha coletiva, permitindo que cada participante se projetasse simbolicamente na figura criada. Ao final, foi entregue

uma "certidão de nascimento do palhaço" a cada adolescente.

Os resultados observados foram expressivos. Os participantes, ainda que inicialmente tímidos, se engajaram na atividade com criatividade e profundidade. Uma adolescente CODA (pessoa ouvinte que possui pai ou mãe surdos, ou até ambos) por exemplo, que inicialmente parecia não interagir, conseguiu expressar-se por meio da escrita e da poesia, revelando tensões emocionais que puderam ser acolhidas e trabalhadas. Outra adolescente criou um palhaço sombrio que representava traços de sua personalidade antes da chegada ao CAPS, afirmando que hoje, graças ao acompanhamento no local, já não se identificava mais com esses traços. O caso da adolescente Luana (nome fictício), que inspirou a intervenção, foi particularmente marcante: seu envolvimento com a arte, teatro e música demonstrou como essas linguagens podem funcionar como caminhos de reconstrução subjetiva. Sua palhaça, chamada Glinda, surgiu de forma espontânea, mas guardava ressonância com uma personagem ficcional que, posteriormente, lhe foi apresentada, ampliando ainda mais as possibilidades de conexão e ressignificação de quem ela era e poderia ser.

As reflexões geradas após a oficina foram discutidas com a equipe técnica do CAPS, que passou a considerar a possibilidade de replicar a atividade como parte do Projeto Terapêutico Singular (PTS) de outros adolescentes, consolidando, assim, a proposta como prática potencialmente continuada. Além disso, foi possível discutir com toda a equipe como as desigualdades estruturais impactam na constituição do sofrimento psíquico entre esses adolescentes. Pois, a maioria dos usuários desse serviço são adolescentes negros, moradores de territórios com baixos índices de desenvolvimento humano (IDH), vivenciando contextos de abandono, violência e vulnerabilidade. Como aponta David (2023), "o racismo impõe possibilidades diferentes para brancos e negros no processo saúde-doença-morte" (p. 78), e isso deve ser considerado nas estratégias de cuidado. A intervenção, ainda que não focasse diretamente em marcadores de raça e gênero, permitiu que essas dimensões emergissem nas falas e criações dos adolescentes, como nas experiências de adolescentes que criaram personagens não-binários ou com traços de gênero opostos aos seus.

Em conclusão, a oficina de palhaçaria demonstrou-se uma prática estética e política potente no campo da saúde mental infantojuvenil, especialmente em contextos marcados por vulnerabilidade social, racial e territorial. Ao possibilitar que adolescentes pudessem experimentar a criação simbólica de si por meio do personagem-palhaço, a intervenção não apenas acolheu suas crises, mas ressignificou-as como territórios de invenção subjetiva. Mais do que uma ação pontual, tratou-se de um gesto ético de escuta e reconhecimento, no qual a arte atuou como linguagem de cuidado e ferramenta de resistência à lógica manicomial. Como a própria autora destaca, "des-nortear a crise" é romper com o eixo da normatividade diagnóstica e reposicionar o sujeito como centro da experiência — não mais a partir da patologia, mas da sua singularidade, do seu desejo e de suas possibilidades de existir. Tal movimento se alinha a uma ética do bem-viver e à radicalidade de uma clínica que se quer afetiva, horizontal e enraizada no território, como propõem David (2023) e Passos & Kastrup (2013). Ao fim da experiência, permanece a consciência de que intervir é também ser atravessado — por dúvidas, desafios e medos — e que a prática psicológica, quando permeada pela arte e pelo compromisso político com a vida, é capaz de produzir faíscas de transformação no cotidiano de sujeitos historicamente silenciados.

Referências Bibliográficas:

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 16 mar. 2025.

BRUM, Crhis Netto de et al. A palhaçaria aliada à música como recursos terapêuticos para a criança hospitalizada: um relato de experiência. Extensio: Revista Eletrônica de Extensão, v. 18, n. 38, p. 228–236, 2021.

DAVID, Emiliano de Camargo. Aquilombamento da saúde mental: cuidado antirracista na atenção psicossocial infantojuvenil: 23. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 2023.

DOMINGUES, Carla Magda Allan Santos; DE ALVARENGA, Augusta Thereza. Identidade e sexualidade no discurso adolescente. Journal of Human Growth and Development, v. 7, n. 2, 1997.

MAGALHÃES, Belmira; MARIANI, Bethania. Processos de subjetivação e identificação: ideologia e inconsciente. Linguagem em (Dis)curso, v. 10, p. 391–408, 2010.

MATTOS, José Marcus de Castro. Linguagem: ato poético-político. Acheronta, 2003.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virginia. Sobre a validação da pesquisa cartográfica: acesso à experiência, consistência e produção de efeitos. Fractal: Revista de Psicologia, v. 25, n. 2, p. 391–414, mai./ago. 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/fractal/a/9w77837Qthmp4bGsDgpgvSG/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 23 mar. 2025.

Entre feiras, fuxicos e fragmentos: imagens e apercebenças de um cotidiano que resiste

Lázaro Batista (UFAL), Alexandre Jorge Nobre Silva Filho (UFES), Ingrid Pereira de Souza (UFAL)

Este resumo busca apresentar uma breve síntese de pesquisa que se centrou na análise dos componentes da produção de subjetividade no contexto nordestino, com foco no estado de Alagoas, partindo do reconhecimento das formas de narração e compartilhamento de experiências características dessa localidade. Recorrendo a elementos culturais, linguísticos e visuais, o estudo visa promover rupturas teórico-analíticas com representações convencionais sobre as nordestinidades, operando como um empreendimento ético-político que valoriza esses modos de ser e existir contra resquícios colonialistas. A questão norteadora indaga sobre as formas singulares de constituição de subjetividade e como estas influenciam as fronteiras da identidade regional. A base teórica compreende a produção de subjetividade como tecida pela afirmação, negação e reafirmação de afetos, desejos, políticas e narrativas sobre si e o mundo. Argumenta-se que a identidade é construída a partir de quadros sociais de reconhecimento, gerenciados por dispositivos de poder-saber e uma política de narratividade na qual elementos identitários possuem índice político.

A construção histórica da identidade nordestina é entendida como um processo, frequentemente retratada de forma estagnada apesar da dinamicidade da região, e a narrativa predominante muitas vezes reforça preconceitos, sendo relevante uma perspectiva crítica para narrar o território a partir de sua ocupação e produção cotidianas. As noções de limiaridade e encruzilhada, inspiradas em Walter Benjamin e outros, capturam as transitividades e formas de resistência às representações convencionais. Processos de dominação como racismo, classismo e machismo, em sua interseccionalidade, são reconhecidos como limiares nordestinos que influenciam a construção de subjetividades. Em acréscimo, a pesquisa se nutriu também de um sentido ético-político caro à produção científica socialmente comprometida como a produção de interferência sobre a realidade social. Como se sabe, o paradigma moderno de cientificidade, assentado em uma perspectiva colonialista e colonizadora, se porta pela desvalorização e deslegitimação de todas as formas de ser e estar no mundo as quais destoem ou desafiem seu exercício de poder-saber (Quijano, 2007). Nesse sentido, a invenção "do" Nordeste (Santiago, 2025; Albuquerque Jr., 2011) é indicativa de uma política de narratividade colonialmente herdada, com manifesta desvalorização e deslegitimação de saberes, jeitos de ser e estar no mundo (Quijano, 2005), com efeito direto sobre a memória e a identidade (Bosi, 2022).

Metodologicamente, o estudo adotou uma perspectiva de pesquisa-intervenção participativa, sustentada no princípio da cogestão do conhecimento e na imbricação entre pesquisa e transformação da realidade. O método valoriza o caráter processual, os entremeios da subjetividade, a condição participante dos pesquisadores e o registro minucioso. Os resultados são oriundos de três atividades de pesquisa complementares entre si e desenvolvidas ao longo de três anos: a) investigação das feiras livres no agreste alagoano como espaços de sociabilidade, resistência e interseção de estruturas de dominação, utilizando diários de campo, registros fotográficos, narrativas etnográficas e entrevistas; b) pesquisa-intervenção com um grupo de mulheres de uma comunidade urbana do interior de Alagoas, articulando a escuta de suas vivências à produção de peças de fuxico e compreendendo como essa articulação entre saber

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

popular e comunitário potencializa as experiências identitárias, de pertencimento e de empoderamento feminino; c) análise dos vestígios da especulação imobiliária no cotidiano urbano de Maceió, capital do estado de Alagoas, explorando a partir de algumas imagens urbanas, a co-constituição entre espaço e subjetividade, resistência e as dinâmicas de poder que ordenam o território.

Estes estudos são vistos como "apercebenças" (Didi-Huberman, 2018) que, em sua articulação, contribuem para a compreensão do Nordeste como território vivo. Como analisadores disso, apresentamos alguns fragmentos imagéticos críticos (Didi-Huberman, 2017) que, assim compreendemos, dão conta de reconhecer formas de re-existência particulares e coletivas engendradas no contexto nordestino. Tais imagens efetuam certo regime de crítica a quadros representacionais convencionais, ao indicarem como dinâmicas sociais impactam na produção de subjetividade no contexto nordestino, evidenciando as relações de dominação interseccionadas e a necessidade de abordagens que integram essas questões sobre as narrativas sociais elaboradas, produzidas e socialmente partilhadas por nós. Ao mesmo tempo, também instauram a crise ao destacarem formas particulares de resistência, cuja potência pode ser reconhecida exatamente nos imbricamentos e consubstancialidades que ganham vida no cotidiano (Blanchot, 2015; Collins; Bilge, 2022). De certo, isso não significa romantizar o território nordestino. Há ainda a manutenção de relativa mortificação de determinados corpos, notadamente aqueles cuja subjetividade é cingida pelos marcadores sociais da diferença (Albuquerque Jr., 2021). Mas, sem deixar de apontá-lo, quer-se com essas imagens apercebidas também acenar para as formas festivas, populares, coletivas e sensíveis com que se constituem outros jeitos de experimentar e inventar esse lugar.

Conclusivamente, destacamos a aposta na articulação entre teoria, método e prática para promover um movimento de escuta sensível das narrativas locais. A incorporação das imagens, dos sons e das palavras do território busca tensionar os modos tradicionais de se produzir conhecimento científico, ao mesmo tempo em que reafirma a legitimidade das epistemologias situadas. Em um cenário em que o saber acadêmico frequentemente desconsidera ou silencia os saberes populares, a pesquisa se propôs como exercício de deslocamento e implicação política com as realidades investigadas. Assim, as experiências de campo não apenas informaram a análise, como também alimentaram a produção coletiva de sentidos compartilhados, tornando a pesquisa um espaço de visibilidade e afirmação de subjetividades historicamente subalternizadas.

Escutando a Terra: subjetividades, oralidades e florestanias

Malu Louvain Fabri Moraes (UFSJ), Isabela Saraiva de Queiroz (UFSJ)

A reivindicação deste trabalho em construção passa por um rompimento da temática ecológica/socioambiental associada a uma espécie de capitalismo verde/sustentável, desvinculada dos territórios, das cosmovisões e do compromisso ético-estético-político, em que uma certa ecologia está associada a uma proposta que utiliza da perpetuação dos privilégios da branquitude para manter a Terra sob controle de poucos e utilizá-la enquanto recurso. O que venho refletindo, e desejo partilhar com esta pesquisa de mestrado, se propõe a tecer articulações críticas da psicologia brasileira com a ecologia decolonial na interface com o pensamento decolonial, as artes e os estudos cartográficos/transdisciplinares oriundos da esquizoanálise e da análise institucional, considerando saberes que, juntos, podem pensar sobre hierarquias, estruturas e modos de fazer mundo para além da premissa colonial da destruição, almejando práticas de cuidado em saúde mais conectadas ao que a Terra nos diz e aos saberes produzidos nos territórios. Portanto, faz-se necessário pensar a partir de modos de vida que nos aproximem da intimidade com a Terra: sonoridades, ritmos e sensibilidades que evoquem a pluralidade cosmológica do planeta que habitamos também em nosso cotidiano, prezando por encontros que reflitam uma ética das ecologias relacionais. É preciso que as práticas psicológicas, sobretudo no contexto em que vivemos no Brasil, façam seus próximos passos olhando para os saberes que aqui já estavam quando a psicologia é regulamentada enquanto ciência e profissão.

Malcom Ferdinand nos relembra que a crise ecológica é a manifestação do que Guattari nomeia como Capitalismo Mundial Integrado, amplamente discutido em seu livro "As Três Ecologias", em que um pequeno número de empresas e grupos tendem a ditar maneiras bruscamente desiguais de habitar a Terra (Guattari, 2012). É também este autor que movimenta os fluxos desta escrita transversal, nas dinâmicas de aprendizagem por interações entre nossos universos subjetivos e/ou individuais de referência, universos sociais e o antropoceno. Segundo Guattari, "não é justo separar a ação da psique daquela sobre o socius e o ambiente" (Guattari, 2012, p. 24). Pajés e cientistas nos alertam sobre o colapso climático em curso: se somos radicalmente dependentes da natureza e nossos corpos são inseparáveis do ambiente em que vivemos, o colapso climático é um colapso biopsicossocial e também um colapso psicossomático, uma vez que atua e altera nossas composições corporais à nível celular. A captura dos corpos é central para a captura da Terra. A exploração de corpos humanos é central para a exploração do corpo da Terra. E a tentativa de padronização se dá nesse desencontro violento e autoritário em relação aos povos que apresentam modos de vida contrários aos interesses da igreja, do patriarcado, da monocultura e do capitalismo. É também esta desinstitucionalização que está em jogo e disputa no antropoceno, nos dispositivos de saúde mental e na sociedade como um todo. Não se trata apenas de eliminar a estrutura arquitetônica dos manicômios com suas paredes grossas de isolamento e contenção, mas a eliminação de uma lógica que durante séculos organizou e controlou corpos considerados indesejados e inapropriados para a construção de uma pátria que tentou conter e abafar os gritos insubmissos de uma outra história, de um outro Brasil, de um outro passado que clama por diversidade e respeito aos modos plurais de existência. Em diferentes esferas e cenários, das dinâmicas macropolíticas tão marcadas pelas relações desiguais de poder, até as dinâmicas micropolíticas e relacionais, o que podemos perceber é que tal colapso ambiental/climático e político não só alcança nossos corpos, como também produz corpos em colapso. Tal

apresentação pretende compartilhar experiências e noções teórico-práticas que estão sendo construídas e vivenciadas durante o mestrado em psicologia na UFSJ, tendo como um de seus campos o Caps AD do município de São João del Rei, espaço escolhido para a realização das oficinas "Caminhos do Corpo, Caminhos da Terra", que estão em diálogos transversais com as temáticas desta pesquisa e versam sobre a promoção de cuidado e saúde em composição com os saberes locais, ancestrais, coletivos, artísticos e inventivos para práticas clínicas e comunitárias engajadas no compromisso ético, estético e político com a Terra. As tecnologias ancestrais de conhecimento são também tecnologias de futuro, e nos permitem vislumbrar que este conhecimento vivo siga sendo transmitido em seus territórios e encontrando tantos outros, com a proteção e a preservação das florestas que, de pé, são reflexos dos guardiões que também se mantêm de pé e nela resistem/persistem/confiam, e aqui me refiro, sobretudo, aos povos indígenas, pois antes da história que o colonialismo nos impõe e disto que hoje chamamos Brasil, há Pindorama. As atividades perceptivas e proprioceptivas, incluindo ferramentas/técnicas somáticas e artísticas em múltiplas linguagens, tem como intuito mediar tais encontros, de modo a produzir um entendimento que não seja apenas racional, mas uma compreensão vivencial-aterrada-corporificada e principalmente relacional, podendo ser também sentida e nomeada por aquele/a que experiencia em primeira pessoa os deslocamentos produzidos durante um tempo de prática e pode compartilhá-lo. Ainda que estejamos juntos, vivenciando uma mesma proposição, coletivamente, as interações, reflexões e sensações deste tempo são distintas, e estão articuladas também com as nossas histórias e as maneiras que encontramos para narrá-las.

Fiando uma Formação Inventiva com arpilleras: prática que mantem vivo o campo problemático

Marcia Roxana Cruces Cuevas (UFES), Noemia de Vidal Corrente (PPGPSI/UFES)

1. Introdução:

Pretendemos tecer análises do agenciamento entre uma mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional/PPGPSI e sua orientadora, na disciplina "Estágio em Docência", que se efetivou na realização de uma disciplina optativa, chamada de "Psicologia e Processos Formativos no Contemporâneo", ofertada a estudantes do Curso de Psicologia, da Universidade Federal do Espírito Santo. Tal experiência aconteceu no encontro com práticas e estudos do Grupo de Pesquisas "Fiar: Formação Inventiva pela Arpilleras", que pratica a formação pela possibilidade de deslocar, de inventar a si a o mundo, na sustentação de uma direção contra colonial.

A disciplina se constituiu por meio da pesquisa-intervenção, sendo os estudantes e docente convidados a experiênciar a realização de oficinas de arpilleras que focaram a produção de subjetividade no contemporâneo (ROLNIK, 2018). Para isso, realizamos dispositivos que favoreceram à criação de problemas e compartilhamento de vivências e efeitos produzidos no modo como nos relacionamos e sentimos (BARROS, 2009; DIAS, 2011, 2014).

A experiência ocorreu em um cenário de greve docente, contexto no qual tensionamos os rumos das lutas da classe, no enfrentamento às forças neoliberais na educação superior que nos capturam nos modos como nos relacionamos, reproduzindo e naturalizando nossas práticas de estudo, etc.

A partir das pistas contracoloniais de Silvia Riviera Cusicanqui (2018) e afirmando a direção ética-estética-política de criar novos mundos, a arte têxtil foi adotada como prática para expressar as problematizações ao modo de produção da subjetividade no capitalismo neoliberal colonialista e necropolítico, numa aposta na composição coletiva, por meio da técnica das arpilleras.

As arpilleras são arte têxtil, criadas por mulheres chilenas para compartilhar histórias e experiências singulares diante do vivido (BASIC, 2012). Trata-se de contar histórias por meio de restos de materiais têxteis que são costurados e fixados na superfície de uma juta ou estopa. Sabe-se que essa trama natural apresenta uma força de resistência que também comparece como metáfora para a prática de expressar histórias singulares, diante do presente desafiador que vivemos.

Nesse contexto tecemos experiências manuais de trabalho com linhas e agulhas, onde efetivamos problematizações de nosso presente na universidade pública, bem como das práticas que nos individualizam e retiram de nós as forças de resistências e desencantamento (SIMAS e RUFINO, 2020).

Pretendemos compartilhar as reflexões da perspectiva da docência e da vivência do estágio, nos sentidos produzidos pela experiência no processo formativo.

A experiência formativa efetivada teve como objetivo urdir, tecer processos formativos, por meio do cultivo de um tempo menos voraz em produtividade capitalística, mas intenso em reverberações e afetações, que nos conectem a práticas de cuidado e de produção do vivo. Buscamos afirmar, pela via da experimentação artística, resistência e insurgência, tecendo arpilleras como meio de expressão da produção de subjetividade no contemporâneo, no contexto do processo formativo.

Escolhemos participar no GT "Arte, processos de subjetivação e Práticas de Resistência Contracoloniais" porque entendemos que nossas práticas de formação se deram na direção de problematizar os processos de

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

subjetivação atual que, segundo as vivências em sala de aula, confirmam o desafio de desviar da força colonizadora que a todo momento pode comparecer no cotidiano acadêmico.

2. Fiar Arpilleras Como Processos De Formação Inventiva

A invenção como prática de formação — ou formação inventiva — pressupõe manter vivo um campo problemático (DIAS, 2011). Isso significa afirmar uma formação que não se dá por práticas autoritárias, hierárquicas e homogeneizantes de transmissão de saber. Trata-se de apostar em uma direção ética, política e estética, desacomodando e afetando os modos como se dão os processos formativos (DIAS, 2014). A invenção é feita pelos pequenos gestos, pelos afetos e pela multiplicidade de vozes, pensamentos e experiências que se atualizam em cada corpo envolvido no processo. Para Dias (2014), o desafio da formação inventiva está no contato com a diferença, com os distintos modos de existir que compõem a rede de sujeitos implicados na formação universitária.

Em tempos em que ocorre o que Rolnik (2018) chama de "cafetinização da vida", é preciso descolonizar o pensamento. Na prática docente universitária, isso significa problematizar a produção de subjetividade e com bases contracoloniais e insurgentes afirmar o desafio que Stengers (2023) nos diz da "desaceleração das ciências e da vida", ou seja, efetivar práticas que escapem da lógica produtivista capitalista, a qual sufoca e atropela a vida, impedindo a emergência dos desejos e das experimentações coletivas.

Desse modo, a disciplina foi conduzida na estética de uma oficina com encontros semanais, nos quais discutimos textos, realizamos poéticas que atravessaram o curso e costuramos arpileras. Segundo Bacic (2012), o bordado de arpilleras é uma técnica têxtil originária da tradição popular chilena, utilizada como instrumento de clamor e denúncia dos horrores vividos pelas mulheres durante a ditadura militar. Assim, o convite feito a nós mesmas no decorrer da disciplina foi costurar práticas de produção capitalística que nos amarra a um mesmo modo de sentir o presente.

Ao fazer arpilleras se efetiva a expressão de memórias, histórias e afetos; por isso, ao fazer essa arte, "costura-se para falar", configurando-se como prática de resistência e criação (CRUCES CUEVAS e DIAS, 2024).

Ao costurar juntos compartilhamos os sentidos que vamos dando ao nosso fazer e, por isso, sustentamos que essa prática é contracolonial, porque propicia a expressão e problematização do vivido. Ainda, cabe desatacar que faz parte deste trabalho a escrita de uma carta que acompanha a obra realizada. Ou seja, cada arpillera narra os movimentos que foram possíveis de serem costurados na trama de relações vividas no decorrer da formação. Cada participante da disciplina, incluindo os docentes, criaram sua arpillera que expressava os efeitos da produção capaitalística da subjetividade, bem como a carta que acompanhanhou a obra.

Ao fechar o semestre realizamos uma exposição dos trabalhos, bem como partilha dos escritos das cartas, na afirmação da vida que insiste em nós! (COIMBRA, 2021).

3. Alinhavando análises e aprendizagens

A partir da condução da disciplina e do processo coletivo de "fiar", foram produzidos efeitos em nossos corpos que nos permitiram perceber a formação que vivíamos no enfrentamento do neoliberalismo e da produção de sofrimento.

Destacam-se questões como o tempo, a aceleração da vida e o desgaste da formação, além dos impactos do contexto de greve. Também se refletiu sobre a dificuldade de confiar e estabelecer vínculos diante das diferenças (dada a heterogeneidade da turma). Como encontrar sentido em meio ao cansaço e à exaustão? Ressaltou-se a importância das redes de cuidado e das políticas de amizade para a manutenção da vida nesses contextos. Debateram-se ainda a dificuldade de compreender a

proposta da disciplina e de internalizar um outro ritmo de produção acadêmica, bem como os atravessamentos dos marcadores sociais de raça, gênero e classe na constituição de um corpo presente na disciplina.

A docente e a mestranda estagiária, por sua vez, foram atravessadas por questões fundamentais do fazer docente e pelos desafios de sustentar, na educação, uma aposta ético-política-estética na direção da vida e no combate aos modos hegemônicos de produção de saberes.

4. Conclusões:

A experiência permitiu sentir que as realidades individuais e o contexto político vivido na universidade participaram consideravelmente na experimentação proposta.

O trabalho mostra que processos formativos tem colaborado com: a) o cultivo do interesse; b) a desaceleração o tempo; c) a possibilidade de fiar e desfiar problemas, com conversações que colaboram com o encantamento na formação e no trabalho.

REFERÊNCIAS

BACIC, Roberta. Catálogo Arpilleras da resistência política chilena. Brasília, Biblioteca Nacional, 2012. Disponível em: https://arpillerasdaresistencia.wordpress.com/catalogo/Acesso em 07 de novembro de 2022.

BARROS, M. E. B. Prefácio: Então... Como fazer da vida uma obra de arte? In: SOARES, M. C. S. A comunicação praticada com o cotidiano da escola: currículos, conhecimentos e sentidos. Vitória: Espaço Livros, 2009.

COIMBRA, Cecília. Fragmentos de memórias malditas: invenção de si e do mundo. São Paulo: N-1 edições, 2021. Coleção Lampejos.

CUSICANQUI, S. R. Un mundo ch'ixi es posible: ensayos desde un presente en crisis. Buenos Aires: Tinta limón, 2018.

CRUCES CUEVAS, Marcia Roxana e DIAS, Rosimeri de Oliveira. A vida insiste em nós: costuras e conversas em processos formativos inventivos contracoloniais. Criar Educação, Criciúma,V.13, nº3, 2024. Edição Especial Educa(ções) para adiar o fim do mundo. PPGE-UNESC-ISSN 2317-2452.

DIAS, Rosimeri. O. Deslocamentos na formação de professores: aprendizagem de adultos, experiência e políticas cognitivas. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

_____. Vida e resistência: formar professores pode sser produção de subjetividade? Psicologia em Estudo (impresso). V. 19, pp. 415 – 426, 2014.

LIMA, M. S. P. Arpilleras: o bordado como performance cultural chilena, em favor do drama social. 2018. 134 f. Dissertação (Mestrado em Performance Cultural) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

MATURANA, H. R. e VARELA, F. G. El árbol del conocimiento: las bases biológicas del entendimiento humano. Santiago de Chile, Ed. Universitaria, 1984.

SIMAS, L. A.; RUFINO, L. Encantamento: sobre política de vida. Rio de Janeiro: Mórula, 2020.

ROLNIK, Suely. Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada. São Paulo, n-1 edições, 2018.

STENGERS, Isabelle. Uma outra ciência é possível: manifesto por uma desaceleração das ciências. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2023.

Narrativas da margem: arte, território e luta por dignidade nas rimas de Sant

Arthur Durieux Lopes Destri, Mayara Floriani (UFSC), Tatiana Minchoni (UFSC)

Este trabalho propõe uma reflexão psicossocial e política sobre a obra do rapper Sant, artista da Zona Norte do Rio de Janeiro. Partindo da análise de suas letras, busca-se compreender como a arte pode operar como forma de elaboração do sofrimento ético-político e como instrumento de resistência subjetiva e coletiva frente às desigualdades sociais, racismo, exclusão e violência de Estado. Neste contexto, o trabalho se orienta pela seguinte pergunta-problema: Como as experiências de sofrimento psicossocial são elaboradas e representadas nas letras de Sant? Assim, objetivamos investigar, a partir de uma abordagem teórica, as temáticas expressas nas canções de Sant. A proposta vincula-se ao GT “Arte, Processos de Subjetivação e Práticas de Resistência Contracoloniais”, especialmente no que diz respeito aos atravessamentos ético-políticos da produção de subjetividade em contextos periféricos, visíveis nas letras de Sant. Ademais, traz uma perspectiva de pertencimento, solidariedade e resistência para territórios historicamente subalternizados, rompendo com os discursos hegemônicos e colonizadores. A obra de Sant apresenta-se como campo de potencialização e afirmação de saberes periféricos a partir da vivência e da resistência negra, articulando arte, território, dor e luta. Este trabalho é fruto de uma atividade acadêmica realizada no âmbito da disciplina “Políticas Públicas, Direitos Humanos e Práticas Psicossociais” do curso de graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina. A disciplina propõe reflexões sobre temas como sofrimento ético-político, neoliberalismo, direitos humanos, políticas públicas, território e a militarização da questão social. Além das contribuições teóricas da disciplina, o trabalho foi ampliado pelas reflexões do ciclo de debates desenvolvidas pelo projeto de extensão “Território de Afetos”, que possibilitaram articulações mais profundas entre arte, território e produção de subjetividade. Inserido nesse campo temático, o trabalho dialoga com a noção de sofrimento ético-político, compreendida como a experiência subjetiva da desigualdade e da exclusão vivida em contextos marcados por violência estrutural. Também se fundamenta em concepções que reconhecem o papel do território na constituição da subjetividade e na relação entre pessoas e ambiente. Além disso, incorpora críticas à militarização da questão social, refletindo sobre a violência policial como uma forma de gestão e controle de corpos precarizados e subalternizados. Por fim, estabelece uma interlocução com abordagens que valorizam as manifestações artísticas e culturais originadas em comunidades periféricas, entendendo-as como potentes formas de denúncia, elaboração simbólica e invenção de novas formas de existência, capazes de tensionar as estruturas de opressão e exploração, e apontar para possibilidades de vida mais solidária e coletiva. Trata-se de um ensaio teórico baseado em experiências e observações pessoais do autor principal, articuladas à análise de letras de músicas do rapper Sant. Foram investigadas canções como "O Que Separa os Homens dos Meninos", "O Mundo ao Norte", "Vivências" e “E Essas Dores Não São Nem Metade”, por representarem material expressivo e crítico para compreender os atravessamentos subjetivos, sociais e políticos presentes em sua obra. As letras foram lidas como discursos produzidos em território periférico e atravessados por memórias, afetos, dores e resistências. A análise das músicas evidencia que a produção artística de Sant expressa com vigor o sofrimento ético-político vivenciado por sujeitos negros periféricos, ao transformar experiências de dor e exclusão em uma linguagem estética profundamente crítica, sensível e engajada. Suas rimas transitam entre vivências subjetivas — como abandono paterno, conflitos familiares, problemas com uso abusivo de substâncias, inseguranças e incertezas —

e denúncias contundentes de violências estruturais presentes no território, como o racismo, a pobreza e a violência institucional praticada pelo Estado. Essa distinção entre questões individuais e coletivas, embora metodologicamente adotada, é apenas para fins de análise: na realidade vivida, efetivamente, essas dimensões são aspectos indissociáveis quando abordamos os processos de subjetivação e a dialética sujeito-território. Assim, subjetividade e território aparecem como forças em tensão resultando em uma síntese que delimita as possibilidades de existência e resistência dos sujeitos. Ainda que suas letras expressem dor, revolta e crítica social, a obra de Sant não se restringe à denúncia, ao contrário, o artista afirma de forma potente a cultura periférica como território de existência, criação e insurgência. Em diversos momentos a cultura e território do artista são apresentados como dispositivos de resistência que, por meio de produções de solidariedade, afirmam as periferias como espaços de potência capazes de criar novas formas de existência que desafiam estruturas de opressão. A arte, nesse sentido, funciona como dispositivo ético-estético que transforma o vivido em narrativa coletiva, potencializando modos de vida que desafiam os discursos hegemônicos e subvertem a lógica da dominação. A obra de Sant evidencia a potência da arte como dispositivo de elaboração subjetiva e como ferramenta política e resistência coletiva. Suas composições não apenas denunciam as múltiplas formas de violência simbólica e material que atravessam os corpos periféricos, mas também atuam como dispositivo de construção de si e de afirmação de novas possibilidades de existir. Nesse sentido, por meio de seus versos, Sant comunica experiências de opressão, mas também cria fissuras no tecido social normativo, afirmando outras éticas, estéticas e formas de ser/estar/agir no mundo. Éticas e estéticas estas que, ao emergirem dos territórios periféricos, escapam da lógica hegemônica e totalitária imposta pelo modelo neoliberal, abrindo espaço para a valorização da diversidade, da criatividade e da espontaneidade na produção de subjetividades. Essa perspectiva evidencia que as comunidades periféricas não são espaços de ausência, mas sim territórios potentes, que produzem saberes próprios, práticas de resistência e leituras críticas sobre a realidade que vivenciam. Contudo, apesar dessa potência criadora imanente, os mecanismos produtores de desigualdades permanecem profundamente fortes, enraizados e atuantes. Por isso, a transformação das lógicas de opressão e colonialidade exige a ação articulada de múltiplos atores sociais. No que compete à psicologia, cabe a essa prática desvincular-se da posição equivocada de portadora da verdade e assumir-se como parte do campo político, atuando como mediadora sensível e implicada ético-politicamente no fortalecimento das potências criadoras que já existem nos territórios periféricos. Quando articulada à arte, a psicologia contribui para a reconstrução simbólica da realidade, amplia a capacidade de afetação dos sujeitos e inaugura novas possibilidades de liberdade, transformação e reinvenção — tanto no plano individual quanto coletivo. Por fim, o trabalho convida a pensar políticas públicas que não atuem apenas mitigando danos causados pelas questões sociais, mas também, ao reconhecerem a complexidade das experiências periféricas como espaços legítimos de produção de vida, potência e conhecimento, enfrentem os mecanismos estruturais que produzem e reproduzem desigualdade.

Occupy Belly Dance: projeto de dança para a não cisão entre pesquisa e vida

Tulíola Almeida de Souza Lima (UFMG)

Neste trabalho apresento o contexto de criação e desenvolvimento do Projeto Occupy Belly Dance, de minha autoria, que tem registros de suas produções em plataformas digitais e redes sociais e está em andamento desde 2019. O Projeto Occupy Belly Dance propõe intervenções de dança em espaços públicos, sendo caracterizado pelas performances utilizando improvisação corporal e experimentando relações com a memória. Tenho o realizado com baixos custos: utilizando uma caixinha de som e um celular que possa reproduzir uma música e gravar a performance. Subsidiada pelo paradigma estético da esquizoanálise de Gilles Deleuze e Félix Guattari, apresento parte da minha trajetória enquanto praticante de dança do ventre, junto às vivências particulares e macropolíticas em que viemos. Analiso fatores como as desigualdades no acesso a bens materiais e imateriais, os privilégios de classes dominantes e impactos destes fatores no modo como a dança foi transmitida no contexto em que vivi. O Projeto representa uma estratégia de resistência; através dele mantenho pensamento crítico sobre a dança, buscando preservar aspectos técnicos bem como expressivos, mesmo diante de desafios que dificultam sua realização no cotidiano.

Proponho uma decolonização da dança do ventre, entendendo o capitalismo, o racismo e o cisheteropatriarcado como modeladores de experiências, de subjetividades e dos modos de nos relacionarmos com a própria dança. O Projeto Occupy Belly Dance passa por construção de uma corporeidade insubmissa, experimentando outras formas de prática. Trata-se de aproximar ideias de teóricas negras, feministas e suas análises interseccionais sobre a realidade brasileira, de modo a nos posicionarmos enquanto artistas da dança comprometidas com nossa história. Trazer para a arte a conjuntura sócio política em que vivemos. Ressignificar experiências de vida, associando-as às expressividades da dança. Alguns momentos específicos do Projeto são apresentados, nos quais questões de gênero, busca por ancestralidades e desenvolvimento de sensibilidade corporal têm sido trabalhados. Ocupar espaços para performar, ocupar as redes e a dança do ventre; improvisar e se apropriar das cenas; promover outras sensibilidades.

A vinculação entre arte e processos de subjetivação é facilitada pelo fato de eu ser formada em psicologia e trabalhar com saúde mental. Durante os anos em que me formei e especializei em psicologia, considerava a dança uma atividade secundária e mantinha a sua prática em ambientes e cotidianos paralelos à universidade. Estudei psicanálise por muito tempo, desenvolvi experiências clínicas e conheci as redes de atenção em saúde mental, que apostam em trabalhos feitos por equipes multiprofissionais para melhor atendimento às pessoas. À medida que fui conhecendo o Sistema Único de Saúde (SUS) e a realidade de parte da população que vive em condições de pobreza e/ou miséria, passei a questionar intensamente as teorias, formações e práticas que aprendi. Ao terminar o mestrado em psicologia, quase desisti da vida acadêmica.

Assim, me embrenhei entre pessoas e grupos vulnerabilizados e trabalhei em centros de saúde, serviços de saúde mental de referência para urgência/emergência, serviços para pessoas que fazem uso de álcool e outras drogas... conheci psicólogas, agentes comunitárias de saúde, médicas, artistas e profissionais de outros setores, além da saúde - como assistência social, educação, sistema judiciário, segurança pública - e fui me apaixonando pela diversidade das experiências humanas, apesar da precarização do trabalho e dos desafios da construção de redes. Estar no campo da saúde mental nos coloca diante de violências e situações extremas de

exclusão. As políticas públicas sofrem com diferentes interesses políticos e governamentais e não costumam receber financiamento adequado. Como seguir perseverando neste campo?

Até que conheci formas de pesquisa que colocam a psicologia em contato com outras áreas de conhecimento, visando melhoras respostas às complexidades que vivemos, particularmente no Brasil, este vasto e múltiplo território. Através do diálogo com a filosofia da diferença/esquizoanálise, encontrei caminho para recuperar as práticas de dança como forma de cuidar de mim, me alimentar espiritualmente e me recarregar para estar com os coletivos na rede de saúde. Em conexões rizomáticas, busco a transversalidade das discussões teóricas e investigações no campo das políticas públicas, onde atuo profissionalmente. Como lidar com a colonialidade, esta mazela que permanece em nossa cultura?

Nós, mulheres não brancas, nem sempre conseguimos espaço para mostrar nosso trabalho. Nem sempre nos sentimos encorajadas a expor ideias e visões de mundo. O Projeto Occupy Belly Dance funciona como proposta de experimentação, a partir de ações que possam inspirar outras pessoas a construírem melhores meios de convivência. É uma forma de aliar tradições e inovações. Como método de improvisação, trata-se de não deixar de seguir, de dançar, apesar das dificuldades cotidianas: falta de tempo, medo de estar em locais públicos, dores e doenças, lutos, problemas de relacionamento... O uso de canções importantes para quem dança e a composição das performances oferece pequenas curas. Como ferramenta cultural, a dança ajuda a estabelecer modos de trabalhar com psicologia e saúde mais resolutivos, porque abre às diferenças e promove iniciativas de apoio coletivo. Como campo de pesquisa, permite construir transversalidade entre diferentes campos de atuação, algo que é objetivo de determinadas formas de planejamento e execução de políticas públicas. Para lidar com saúde mental é preciso inventar! Que busquemos iniciativas que nos conectem em diferentes momentos e vidas.

No Projeto, escolho músicas árabes e outras, vou até um local público e danço, em improviso, com figurino criado para cada ocasião. Filmo a performance e publico no YouTube. Depois de quase 20 anos em um mesmo grupo, precisava criar outras relações com a dança. O estudo que derivou daí, junto com pesquisas para o trabalho com saúde e políticas públicas, me leva a perceber como ferramentas artísticas ajudam em trabalhos de cura. A cada dança me refaço; estar em relação com audiências inesperadas é outro modo de viver nas cidades. A dança sai de palcos para ser vista de modo mais democrático. Um corpo feminino dançando, em liberdade, problematiza estereótipos. Objetivo em cada intervenção criar repertórios corporais, sociais, estéticos. Não é algo que eu possa fazer sozinha e preciso sempre de ao menos mais uma pessoa para estar comigo e captar as imagens. Busco ampliar uma dimensão coletiva na proposta, por entender que criar e pesquisar são possibilidades para todas as pessoas. A criação acontece por interações com outras obras e artistas. Convidar o olhar de quem passa para pensar no modo de habitar a cidade de forma não marcada por trabalhos que visem lucros e promover outras sensibilidades. O que vemos? Como nos mostramos? O que nos move em nossos caminhos? Futuramente pretendo direcionar o Projeto para um trabalho investigativo inspirado por arte educadores aa rede de saúde mental de Belo Horizonte: exemplo de criação e produção conjunta de conhecimento enquanto fazem arte com pessoas vinculadas à rede, enquanto usuárias do SUS. Babilak Bah (2021), por exemplo, relata sobre sua oficina experimental lúdica de sons e movimentos, na qual trabalha o corpo como princípio sonoro para criação de paisagens existenciais singulares. São utilizados diversos jogos com ritmos e linguagens variadas, investigando modos de expressão “a serviço do desenvolvimento humano e da arte com intuito de promover a pesquisa como atividade regular, constante e democrática” (p. 75).

Neste processo, o histórico da dança do ventre é

retomado, assim como a forma em que o estilo foi divulgado entre países ocidentais. As características da dança relacionam-se a perspectivas eurocêntricas e seus moldes demonstram aspectos ligados aos sistemas patriarcais, machistas e hegemônicos, nos quais o que é definido como "relativo à mulher" é subjugado (SARAIVA, 2018). A estética da dança se consolidou com hipersexualização do corpo feminino, o que se mantém no imaginário comum sobre a dança, um dos efeitos da colonialidade na cultura brasileira. Há que buscarmos formas coletivas de superar tais efeitos, que seguem oprimindo tantos corpos.

Hoje percebo que, se não fosse a dança, eu não seria a psicóloga que sou. Se não fossem as pesquisas para trabalhar na saúde, eu não faria as criações artísticas desta forma. Sou grata por integrar estas dimensões da vida!

Há que se fomentar, em nossos territórios, modos de libertar o corpo subjugado para viver e reconstruir a memória. Colocarmo-nos em devir-mulheres-em-diáspora. Reinventar cidades, historias e narrativas - tarefas para muitas!

Espero, com o GT, sentir e pensar com as demais pessoas sobre estas experiências de cartografia de efeitos-subjetividades para com a dança, enquanto linguagem artística privilegiada no Projeto.

Processos de Subjetivação na narrativa clínica: poesia etológica de um etólogo-cartógrafo

Mario Vinicius Marques de Moraes (USU), Thiago Colmenero Cunha (USU), Débora Emanuelle N. Lomba (USU)

A partir de pistas e implicações no Serviço de Psicologia Aplicada (SPA) da Universidade Santa Úrsula (USU), onde cumpri estágio supervisionado na perspectiva teórica-prática da Esquizoanálise no período de 2023.1 a 2025.1 como parte do currículo da graduação em Psicologia; e, incentivado pelo coletivo de estagiários após cartografar um caso clínico, acompanhado por mim semanalmente, proponho uma narrativa clínica inventiva, inspirada no processo de subjetivação e na noção de linhas da segmentariedade (Deleuze, Guattari; 2012; Cassiano, Furlan, 2013).

Para compor com o GT07: Arte, Processos de Subjetivação e Práticas de Resistência Contracoloniais, proponho apresentação de uma poesia etológica recheada de metáforas de uma espécime-personagem-ave, seus voos e suas linhas de vida, narrada pelo etólogo-cartógrafo, autodenominação inspirada em Fernand Deligny, educador francês que se considerava poeta e etólogo, precursor da cartografia desenvolvida na Clínica La Borde em meados de 1960.

Parafraseando bell hooks (2017), quando nós, cartógrafos, deixamos que nossas práxis sejam radicalmente transformadas pelo reconhecimento da multiplicidade do mundo, podemos dar aos nossos campos de atuação o que seus diferentes atores desejam e merecem. Podemos atuar de um jeito que transforma a consciência, criando um clima de livre expressão que é a essência de uma prática verdadeiramente libertadora, para múltiplos voos.

A partir de uma ética freireana, contar histórias é um dos caminhos. E, com Márcia Moraes e Alexandra Tsallis (2016), seguimos as pistas para problematizar a escrita acadêmica narrando essa história.

Para que isso aconteça, "muitas vezes precisamos oferecer nosso corpo e nosso desejo, buscando o aparecimento de uma mínima curiosidade que, acredita, possa vir a ser o motor de um desenclausuramento" (Grupo Trama, 1997 apud Araújo, 2007, p. 104). O corpo como dispositivo, nos diria Despret (2004). Neste sentido, agradeço ao supervisor de voo Thiago, que motiva andanças no terminal aéreo finito ilimitado, em constantes planos de voo, com diferentes destinos, dramas, cenários e estilos, dando estadia a toda riqueza do desejo e sua generosa fartura (Rolnik, 2016), convidando e me fazendo convidar a embarcarem comigo num improvisado sobrevoo nos mil platôs.

Agradeço a orientadora de iniciação científica, Débora Lomba, da USU, que coordena desde 2023.2 o Laboratório ConTAR no qual faço parte, e objetiva estudos promovendo a relação entre a Teoria Ator-Rede e diversos campos de atuação no contemporâneo. Neste espaço compartilhamos que outras ciências são possíveis, mais lentas e menos extrativistas (Stengers, 2023), onde ficar com um problema (Haraway, 2023) se complementa com o novo que se apresenta, e assim encararmos as heranças que chegam, não como algo estático, mas como um convite para que sejam mutáveis. Arendt (2011) embalado por Vinciane Despret que questiona a docilidade do cientista aos pré-requisitos recebidos das ciências, nos provoca: o que se faz com o que se recebe, senão a possibilidade de transformação? A arte é um caminho e a psicologia social agradece.

Neste sentido, compartilho de forma ética-estética-política um ensaio poético-cartográfico vislumbrando que essa poesia etológica umedeça as áridas heranças acadêmicas, não desprezando-as, ao invés, favorecendo escritores-leitores, ouvintes-oradores, em linguagem inventiva e acessível, mobilizando nosso sentir, pensar e agir no mundo (Deleuze, 2002). E, como um contador de

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

histórias, reivindicar que outros saberes e fazeres, como os de tradições orais, sejam pactuados como elementos artístico-subjetivos que compõem o desejo de bem-viver. Nessas andanças, autores chegam, dando aos planos de voo perspectivas de novas linhas aéreas, não buscando destinos, mas encontros capazes de rupturas e mudanças urgentes, como nas Cartas para o Bem Viver (2020), organizada por Rafael Xucuru-Kariri e Suzane Lima Costa. Nesse baralho, há motivações quando afirmam que é por meio dessas (vozes) escritas, que acionamos gestos diversos para o passado, para o presente, para o futuro, saudando à vida, à esperança e reivindicações variadas em torno de uma política de ser, no mundo. Poderíamos narrar juntos várias delas!

Pensar na transformação de cartas escritas em mensagens faladas, contadas, oralizadas, declamadas, performadas e gritadas. Correspondência militante e subversiva criando modos insurgentes, outras circunstâncias e tentativas, (re)inventando o compartilhamento de nossas cartografias sociais, coletivas e desejantes - contando histórias - num devir brincartográfico (Pinheiro e Miranda, 2024). Falando em histórias, arte e invenção, Deligny (2023) poetiza aforismos, tensionando o pensar-fazer-saber-poder das academias:

Era uma vez um burro, adulto há alguns anos e mestre-escola profissional, que batia constantemente nos jovens cordeiros porque suas orelhas não cresciam rápido o suficiente. Ao seu lado, um velho gerânio ensinava às jovens violetas como elas deveriam enrubescer. Seguindo o mesmo trabalho, um velho melro ensinava a duas jovens corujas os segredos para cantar bem. E esse centro de reeducação era célebre no mundo inteiro pela excelência de seus métodos, mas não pela eficácia dos resultados.

Assim, compreendo esta submissão alinhada ao eixo temático (13) Insurgências ético-estético-políticas: artes, tecnologias e subjetivação, ao apresentar modos outros de narrar, poeticamente, um caso clínico, tecendo a literatura prática-teórica do etólogo-cartógrafo. Afinal, a escrita é um processo de construção, uma caixa de ferramentas ganhando novos instrumentos ao afetar e ser afetado nos encontros com humanos e não humanos em terminais, conexões e rizomas.

Novos agenciamentos! A Esquizoanálise chega a mim lendo Espinosa, e Deligny presenteado pela TAR, fazem guianças pela teoria dos afetos e filosofia da diferença. Teia-rede, trama e drama, linhas rabiscadas criando estampas, mapas de um retrato-poesia social. Como Biólogo em minha primeira graduação, incorporo o olhar atento e ouvido curioso. Agora, em novos percursos, confluo psicologia e etologia. Recorro às minhas ferramentas (re)compondo constante análise de implicação (Lourau, 1993) visitando também música, literatura, poesia, filosofia, biologia, ditados populares e diários de campo; quase tudo que meus olhos enxergam, e muito do que o corpo sente vibrar, a favor do fazer clínico. O etólogo-cartógrafo vai aprendendo e construindo uma psicologia social crítica, convidando Deleuze, Guattari, Deligny e Despret para ajudá-lo a compreender o que dizem, além das palavras, os animais humanos e não-humanos.

Compartilho pistas da história a ser narrada em meu ensaio poético: a espécime-personagem-ave chega ao SPA após episódio de paralisia total esquerda do seu corpo. Nossa protagonista comunica mais do que uma "asa quebrada", como a metáfora que diz que os sintomas são como pássaros que vem bater seus bicos no vidro da janela, mas não se trata de interpretá-los, mas poder situar sua trajetória indicando novas possibilidades (Guattari e Rolnik, 1996) de novos voos.

Ave típica da Região Nordeste do Brasil, migrou para o Sudeste após constituir ninho e por lá ficou. Teve dois filhotes em ninhadas diferentes. O pássaro, seu ex-companheiro, bateu as asas para outros bandos após anos juntos. Ave fiel a família, participa de rituais de devoção e transcendência. Sempre precisou ciscar o roçado. Praticamente engaiolada, usa suas asas e cantos com um pássaro-patrão. Quinze anos de quase prisão, sem férias desde então, não tem seu passaporte em

mãos, já contam cinco dedos das mãos... hoje está começando a bicar, cantar e planejar novos voos, batendo suas asas.

Nessa cartografia, transformada em "contação de história", me agencio com a dupla Freire-hooks, colaborando, apostando e ensinando a transgredir. Para essa cachaça, Nêgo Bispo é mestre. O convite é para ouvir e sentir o canto dessa nossa ave, o chiado das matas que a circundam e o que mais se apresenta em sua existência: suas histórias, contos e cantos.

O ensaio proposto aqui? Veio depois de contar, recontar, sentir, refletir e desenhar o "caso clínico" em supervisão com meus rabiscos em mãos. Defendo a poesia etológica como uma escrita-poética-narrativa, um trio confluente assim como os autores no parágrafo acima, onde busco aproximações, para além da narrativa, com as tradições orais como método político-pedagógico emancipador e intercultural.

Preservo a literatura, fugindo da secura e do desbotado arco-íris que cansa e quase me faz desistir, mas encontro jangadas para surfar mares nunca antes navegados por mim, na academia. Experimento outras águas, céus e terras que conectam cores, gostos, texturas e aromas outros, em narrativas vibrantes, envolventes, de linguagem acolhedora e acessível.

Assim, me arrisco a canoar, embalado pelas águas rio abaixo em encontros afetuosos com Ailton Krenak, Geni Núñez e Daniel Munduruku. Inspiração literária à vida, despertando também uma clínica do "tekoá-porã" (Werá, 2024), caminhando como um oficineiro, um artesão-analista e sempre aprendiz, etólogo-cartógrafo.

Não falaria em resultados e conclusões, afirmaria motivações. Se temos um plano de voo, busquemos o do bem-viver-voar como o pássaro Scenopoietes dentirostris, que transforma as folhas para produzir seu canto, ilustrando a matéria de expressão e criação artística, podendo rasgar assim, seus próprios cartazes ao desconstruir, reinventar, produzir território e sentido, sendo agente ativo na produção de sua expressão. Afinal, "a arte não é privilégio do homem (...). Muitos pássaros não são apenas virtuosos, mas artistas, e o são, antes de mais nada, por seus cantos territoriais"(Deleuze e Guattari, 1992; 2012).

Reencantar a vida nos entremeios do trabalho: narrativas da Economia Solidária em Volta Redonda (RJ)

Mariana Gil Massa (PPFH-UERJ), Flávia Helena Miranda de Araújo Freire (UFF)

Esta escrita compartilha os movimentos de uma pesquisa de mestrado, ainda em desenvolvimento, em Políticas Públicas e Formação Humana na UERJ, que se desenha como uma cartografia viva no território do Mercado de Pulgas de Volta Redonda (RJ), coletivo de trabalhadoras e trabalhadores, o qual constrói uma rede de trocas e vendas no cenário da Economia Solidária (ECOSOL). A ECOSOL é um campo de práticas econômicas que busca promover a autogestão, a solidariedade e o cooperativismo, priorizando a justiça social e o bem-viver das comunidades envolvidas. Esses princípios orientam a organização de atividades econômicas voltadas para o bem comum, em oposição aos modelos capitalistas tradicionais. O contexto investigado é tecido por práticas que se organizam à margem do trabalho formal, em um município que guarda as marcas do ciclo siderúrgico e de um projeto urbano-industrial hoje esfacelado. Nas frestas desse modelo que se esgota, emergem formas inventivas de existir e resistir, como as que se dão no interior das feiras, ateliês e redes do Mercado de Pulgas. Como problema central, guiou-nos a pergunta: a partir do princípio ético-político-epistemológico da participação coletiva, do bem-viver e da transformação social que orientam a ECOSOL, qual a relação do trabalho no cenário de Volta Redonda com a produção de subjetividade e saúde das trabalhadoras e trabalhadores? Assim, buscamos compreender como, nesse território, se engendram formas coletivas de produção de subjetividade, saúde e resistência política em meio às precariedades urbanas, aos desmontes das políticas públicas e às múltiplas formas de opressão que atravessam os corpos ali envolvidos. Partindo dessas questões e do campo em estudo, essa pesquisa tem por objetivo compreender o trabalho no âmbito da ECOSOL de Volta Redonda na relação com a produção de subjetividade e saúde das trabalhadoras e trabalhadores.

A escolha pelo campo da ECOSOL se dá por sua potência de tensionar os modos instituídos de trabalho e por sustentar práticas que se orientam por outros valores: o cuidado, o vínculo, o território, o afeto, o bem-viver. Essas práticas se aproximam do que a filosofia do bem-viver propõe como horizonte ético-político: a vida em comunidade, o respeito à diversidade, a não separação entre ser humano e natureza (Krenak, 2020). Somam-se a esse horizonte os atravessamentos da esquizoanálise (Guattari & Rolnik, 1986), que desloca o olhar do sujeito individual para os processos coletivos e para a produção desejante como dimensão central da existência. Discute-se, também, a relação entre o saber e o poder e as práticas autogestionárias voltadas para a perspectiva da autoanálise (Lourau, 2004; Foucault, 2003; Baremblitt, 1996).

A investigação insere-se no campo da Psicologia Social crítica latino-americana e dialoga com o Grupo de Trabalho "Arte, Processos de Subjetivação e Práticas de Resistência Contracoloniais" ao articular práticas estéticas cotidianas e expressões populares com a criação de modos de vida alternativos ao modelo capitalístico, individualista e colonial de subjetivação. Interessa-nos pensar, junto ao GT, como o fazer artesanal, o trabalho coletivo e o enraizamento territorial operam como práticas de resistência e produção de vida, compondo linhas de fuga e de invenção de outros mundos possíveis no interior de uma cidade marcada por desigualdades estruturais. Compreendemos a arte, para além do artesanato, como aquilo que convoca a criação de formas, sentidos e fabulações. O artesanato, o cuidado com a montagem do espaço, os encontros nas feiras, os pequenos rituais de

troca e partilha funcionam como gestos micropolíticos que resistem à lógica do capital, reinventam modos de existir e configuram outras formas de fazer política, de produzir saber e de habitar o mundo.

No plano teórico-metodológico, utilizamos a perspectiva da Análise Institucional com contribuições da cartografia como método de pesquisa-intervenção (Passos & Kastrup, 2012), entendida não como técnica de representação de um campo, mas como experiência de implicação, experimentação no encontro com o campo e deslocamento. As instituições são aqui compreendidas como forças em disputa, e o trabalho cartográfico busca visibilizar os modos pelos quais os sujeitos inventam estratégias de resistência e de reinvenção subjetiva diante das forças instituídas. A cartografia permite acompanhar processos vivos, captar as intensidades e produzir conhecimento em ato, implicado com os territórios e com os corpos que os habitam.

A composição metodológica inclui o acompanhamento dos encontros e atividades do coletivo durante o ano de 2023 e 2024, com registros em diário cartográfico; inclui também entrevistas semiestruturadas com integrantes do Mercado de Pulgas, buscando captar os sentidos atribuídos ao trabalho, ao território e à organização coletiva; e inclui ainda uma oficina de restituição dos resultados construída com o grupo dos entrevistados, momento em que as análises iniciais serão compartilhadas e retrabalhadas coletivamente. Essa oficina é uma aposta em um dispositivo potente de escuta ampliada e de co-produção de saberes, reafirmando o compromisso ético-político da pesquisa com a participação e com a horizontalidade.

A análise dos resultados inclui a construção de mapas cartográficos, organizados a partir de núcleos temáticos que emergiram do campo e dos afetos mobilizados ao longo da pesquisa. Esses mapas reúnem fragmentos de falas, cenas, imagens e conceitos, compondo narrativas sensíveis sobre os modos de produção de subjetividade e saúde no trabalho coletivo da ECOSOL. Quatro grandes núcleos foram destacados: (1) Por que estamos aqui?: discute os afetos que mobilizam o engajamento das/dos trabalhadoras(es) no contexto da ECOSOL e do Mercado de Pulgas; (2) Como se organiza o fazer?: discussão do trabalho em ato, dos princípios e valores, das relações de poder, das instituições que circulam no espaço e das tensões ético-políticas; (3) O que circula entre nós? inclui os encontros, afetos, a produção de saúde, conflitos e rupturas.

Um achado importante refere-se ao papel da formação política. Os processos de construção da ECOSOL produzem uma recusa à subjetividade instituída, marcada pela competição, pelo isolamento e pela precariedade subjetiva. No lugar disso, emergem sujeitos políticos, autônomos, capazes de escolha, de criação e de resistência. O reconhecimento do próprio fazer, o orgulho de ser parte do coletivo e a valorização de saberes historicamente desqualificados pela racionalidade colonial e capitalista geram saúde e promovem a criação de mundos outros. Essa dimensão política da subjetivação se inscreve como eixo fundamental da resistência e da reinvenção dos modos de ser.

Nos entremeios dessas análises, destacam-se cenas que narram uma outra economia — uma economia do sensível, do comum e do diverso. Ao cuidarem de si e do outro, ao promover trocas que transcendem o valor monetário, ao insistirem em formas de vida que resistem à lógica da escassez e da competição, as trabalhadoras e os trabalhadores da ECOSOL reinventam os sentidos do trabalho e da saúde e produzem em coletivo outras versões de si. Como nos lembram Krenak (2019) e Guattari (1992), viver pode ser fabular outros mundos — insistir em sonhos coletivos, lutar pelo encantamento e re-encantamento da vida, mesmo quando tudo ao redor parece ruir.

Nesse contexto, a saúde que se produz é menos um estado de normalidade e mais um processo de

sustentação da vida possível, em conexão com o território. Produz-se nas redes de afeto, nos reconhecimentos da potência de cada um, na partilha dos saberes, nos rituais cotidianos de presença, escuta e cuidado. A subjetividade, por sua vez, emerge em processo, em arranjos coletivos, em constante disputa com os modos de captura e controle. A feitura com as mãos, a partilha de saberes e o reconhecimento pelo outro geram efeitos de subjetivação que reafirmam a vida como valor e como potência de criação. A solidariedade aqui não é um valor abstrato, mas uma experiência encarnada, que gera encantamento com a vida e reorganiza o modo como os sujeitos se percebem e se relacionam com o mundo. Essa subjetividade solidária é um dos principais efeitos-cartográficos dessa experiência.Trabalhar, para o grupo pesquisado, não é apenas "ter uma função" ou "gerar renda", mas afirmar um modo de estar no mundo: em coletivo, em criação, em resistência.

Assim, os resultados apontam que o coletivo do Mercado de Pulgas pode ser compreendido como uma prática artística e política de resistência contracolonial. Seus fazeres ativam saberes populares e coletivos, promovem encontros e redes de apoio mútuo e atualizam uma estética da existência que tensiona as formas instituídas de viver e trabalhar. O território, nesse sentido, não é apenas cenário, mas agente ativo de subjetivação, campo de forças onde se desenham as curvas e desvios do desejo (Deleuze, 2019).

As conclusões da pesquisa nos fazem refletir sobre o trabalho na ECOSOL, quando ancorado em práticas coletivas, estéticas e territoriais, pode produzir saúde, potencializar processos de subjetividades e criar linhas de fuga frente às formas opressivas de subjetivação vigentes. O Mercado de Pulgas é, portanto, uma experiência viva de resistência cotidiana, que nos convoca a pensar a psicologia a partir das margens, das artes populares e dos saberes outros que brotam da vida comum. A cartografia, enquanto método, permitiu não apenas conhecer o campo, mas compor com ele, acompanhar suas potências e devires, e assim contribuir com o esforço coletivo de afirmar vidas dignas, plurais e insurgentes. Construir assim, a fabulação entre o percurso da pesquisadora junto à história desse coletivo. Essa história nos provoca a existir, resistir e insistir com a vida.

Trabalho doméstico, colonialidade e interseccionalidades

Luciana Kind (Pograma de Pós-graduação em Psicologia da PUC Minas)

Nesta exposição, abordo o trabalho doméstico e a interseccionalidade, com foco nas perspectivas de patroas e empregadas domésticas. O trabalho doméstico é um importante analisador das heranças coloniais na sociedade brasileira. Nosso passado, marcado pela colonização e a escravidão, deixou uma "ferida colonial", que utilizou da raça e da identidade racial para classificar socialmente a população, tomando como referência o homem branco, europeu, heterossexual, legitimado como conquistador/dominador. No Brasil desenhou-se, historicamente, um sistema capitalista-patriarcal-racista, em que as mulheres ocupam um lugar de maior subordinação, destacando a importância de o feminismo pensar de forma articulada raça, classe, sexo, geração e poder. Quando o foco é o trabalho de mulheres, uma das consequências mais diretas das lutas feministas foi o ingresso das mulheres, especialmente as mulheres brancas de classe média, em carreiras profissionais. As mulheres pobres e, no Brasil, particularmente as negras, permaneceram relegadas ao trabalho doméstico, com baixa qualificação profissional e remuneração. Entrelaçamos resultados de dois estudos que se guiaram pela construção de um diagnóstico do presente das relações entre patroas e empregadas no âmbito do trabalho doméstico. Em ambos, propomos o diálogo com as artes audiovisuais de modos distintos. No primeiro estudo, escutamos narrativas de patroas e empregadas. As entrevistas foram realizadas com dois grupos de mulheres da cidade de Belo Horizonte: empregadas domésticas e patroas. Com o intuito de proteger essas mulheres, as entrevistas foram dissociadas, isto é, as empregadas domésticas entrevistadas não eram funcionárias das patroas participantes. A questão geradora usada neste estudo foi: conte-me a história de como se tornou empregada doméstica/ patroa? Temas como o dia a dia do trabalho, a relação entre a família e a empregada, os acordos do contrato de trabalho, o processo de seleção e contratação da empregada doméstica e as influências da pandemia da Covid19 foram formuladas como questões imanentes. Nas narrativas de empregadas se denunciam mecanismos da colonialidade de gênero, introduz-se desobediência epistêmica sobre o que sabem essas mulheres sobre o trabalho que produzem e as formas de exploração que o caracterizam. Nas narrativas das patroas, o desejo de naturalização permanente de sua condição de privilégios obscurece a posicionalidade crítica diante dessa condição de exploração. O diálogo com a arte teve como propósito a expansão de público com acesso ao material da pesquisa. A partir das entrevistas, foi criado o roteiro para o curta-metragem Serviço, vídeo com linguagem teatral, em que atrizes convidadas entoam fragmentos narrativos das patroas e empregadas. O vídeo tem sido utilizado em ações de letramento racial de de gênero com instituições parceiras. No segundo estudo, o ponto de partida foi Baile, filme dirigido por Cíntia Domit Bitar que aguçou o interesse no retorno ficcional a uma das personagens, tecendo-se, em ensaio crítico, um diálogo com a obra audiovisual. O choque entre o passado e futuro são disparadores para expandir a compreensão das relações intergeracionais entre as mulheres apresentadas por Cíntia Domit Bitar em Baile (2021). No roteiro original do curta-metragem, a diretora nos apresenta o ponto de vista de Andreia, a criança negra que nos guia com o olhar indagador do mundo ao redor. Ela devaneia observando a bisavó sendo banhada pela mãe e também ao se deparar com o busto de Antonieta de Barros em visita à Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Das construções que seguimos pelo olhar de Andreia, a única fala da Bisa (personagem não nomeada de outra forma no curta) é "Nós vamos pro baile, Suzana?". Entregamo-nos à resposta de Andreia - "Que Suzana?" - para tecer um novo

roteiro, no qual exploramos, como artesanato intelectual, intersecções de gênero, raça e classe em torno da personagem da bisavó. Outros fios foram adicionados à meada, em forma de perguntas. Como se chamava a bisavó de Andreia? Qual é a história dela? Que tipo de baile ela frequentava? Afinal, qual é a idade da bisavó? Por que Lourdes, mãe de Andreia, é mais clara do que a bisavó? A casa dela é simples, mas confortável. Não seria incompatível com uma jornada de três funções laborais? Apresentamos referências criativas provocadas por esses questionamentos, justificando a construção aqui proposta. O diálogo implícito com o filme Baile (2021) que se expressa nos questionamentos, conduziram à abordagem de outros temas descritos numa proposta de produção do curta-metragem Antes do Baile. A tentativa de responder às questões levantadas a partir da produção de Cíntia Domit Bittar (Baile, 2021) problematiza a experiência racializada na divisão do trabalho de mulheres, no campo dos afetos e nas possibilidades emancipatórias. Assim como Bittar, a crítica social ao lugar das mulheres na sociedade é um ponto de partida. Contudo, em vez de dar ênfase à inserção na cena política, investimos na construção de personagens que dão visibilidade ao trabalho das mulheres e às relações de poder que instauram assimetrias entre mulheres brancas e negras, ricas e pobres. No ensaio em que se apresenta a proposta de produção, entrelaçam-se condições históricas e sociais que modulam subjetivações de mulheres trabalhadoras, brancas e negras, no início dos anos 1960. A pesquisa documental que sustenta a argumentação no ensaio mostra a ascensão de mulheres brancas à condição de trabalhadoras, às custas da vulnerabilização de mulheres negras, relegadas à condição de babás e empregadas domésticas. Ambos os estudos conduzem à reflexão sobre as heranças coloniais que incidem sobre os corpos das mulheres, modulam suas histórias que reverberam na atualidade desigualdades de raça, classe e gênero.

Vozes de Resistência Antimanicomial: diálogos entre arte e loucura

Isabella Pastana Cardoso (UFF), Letícia Moreira de Jesus (UFF), Pedro de Hollanda Campagnac (UFF), Flávia Helena Miranda de Araújo Freire (UFF)

Em memória das marcas deixadas pela lógica disciplinadora e institucionalizante que orientou a práxis em saúde mental por séculos, instigando a urgência de uma reforma psiquiátrica no Brasil, que teve a Lei 10.216/2001 como um marco importante, destacamos que na contemporaneidade nos deparamos com resquícios ainda persistentes de discursos e modos de assistência, marcados por lógicas manicomiais, os quais são combatidos veementemente pela luta antimanicomial de resistências contracoloniais. Nesse contexto problemático, surgiu o evento "Vozes de Resistência Antimanicomial", com uma proposta de elaboração de um trabalho que suscitasse vivências, construísse diálogos e compartilhasse histórias atravessadas pelos estigmas estruturantes dos ideais manicomiais que regeram, em agendas cruéis, a vida de muitas pessoas institucionalizadas. Como parte de um projeto sensível, se aliando a arte como intercessora nesse debate, o evento se deu em comemoração ao Dia Nacional da Luta Antimanicomial, enquanto recurso pedagógico potente, com fins de estabelecer conexões relevantes entre instituições de ensino, com aposta na formação em saúde mental, instituições de cuidado em saúde mental, com os serviços que compõem a Rede de Atenção Psicossocial, e o movimento social de luta antimanicomial, com os usuários e familiares de saúde mental. A fabricação desse evento foi realizada com representantes dos três atores envolvidos: universidade (docentes e discentes), serviços de saúde mental (trabalhadores e gestores da RAPS), movimento social (usuários e familiares). A atividade foi arquitetada em duas bases: roda de conversa e apresentação artística, tendo como objetivo erguer pontes de linguagem entre os discentes de psicologia, os usuários e familiares dos serviços de saúde mental e os trabalhadores da RAPS, favorecendo uma troca de diálogos das vivências e experiências entre os sujeitos envolvidos. Por meio do evento "Vozes de Resistência Antimanicomial", pretendeu-se sensibilizar os participantes à respeito da história da loucura e das instituições e práticas que legitimaram o saber psiquiátrico; promover uma maior e melhor inserção dos usuários nos campos de saber e de vivência na saúde mental; provocar a emergência de vozes ativas em prol da emancipação de políticas antimanicomiais; produzir intersecções entre arte e saúde mental e oferecer subsídios para o desenvolvimento de atividades do Grupo de Pesquisa Arte e Saúde Mental na Micropolítica do Sensível. Assim sendo, consideramos que o GT 7: Arte, Processos de Subjetivação e Práticas de Resistências Contracoloniais dialoga com este trabalho a partir da articulação com o campo da saúde mental e arte, e os processos de resistência no engendramento da reforma psiquiátrica e da luta antimanicomial, considerando o conceito de Antimanicolonialidade abordado por Emiliano David et al, 2024. A elaboração do evento que retrata este trabalho, conta com os atravessamentos de uma dimensão ética, estética e política, tais como a criação de um espaço que demarcasse as vozes de resistência antimanicomial, com o protagonismo dos usuários do serviço de saúde, dos trabalhadores e estudantes presentes, atravessados pela dimensão artística e dialógica. Como referência para a construção deste trabalho, foram mobilizados os estudos de pesquisa do campo da arte em saúde mental a partir da epistemologia da Dra. Nise da Silveira, na qual a sensibilidade é empregada como ferramenta de trabalho. Dessa maneira, mais do que os aportes teóricos respaldados pela medicina, é importante ter a sensibilidade de captar os desejos no canto dos olhos das pessoas em sofrimento psíquico, investindo na troca e no afeto dos encontros.

Segundo Nise da Silveira (2015, p.75) "a sensibilidade para captar desejo no canto dos olhos dos esquizofrênicos é muito mais importante do que conhecimento técnico. Se as duas coisas estiverem juntas, evidentemente será o ideal". O saber psiquiátrico atravessou inúmeras práticas na área da saúde mental, frequentemente caracterizadas por condutas discriminatórias, desumanas e cruéis. Em contraposição a essas práticas, a psiquiatra Nise da Silveira conduziu o seu exercício profissional evidenciando os atravessamentos dos sujeitos pela afetividade, em busca de valorizar a humanidade no doente mental. Na elaboração do evento 'Vozes de Resistência Antimanicomial', propôs-se a construção de um espaço de escuta e expressão para que os usuários da AUFASSAM - Associação de Usuários, Familiares e Amigos dos Serviços de Saúde Mental de Volta Redonda-RJ, pudessem compartilhar suas experiências e os seus movimentos de militância, enquanto movimento social de luta antimanicomial. Na sequência, a peça teatral apresentada, buscou atravessar diferentes contextos históricos e conceituais acerca da loucura, abordando práticas, representações e narrativas que marcaram esse campo ao longo do tempo. A peça foi constituída em seis atos, percorrendo uma narrativa cronológica que contempla marcos históricos e centrais da história da loucura — tanto internacional quanto nacional — até culminar com às lutas contemporâneas da reforma psiquiátrica. Os atos foram divididos em: (1) Philippe Pinel e Nascimento do Alienismo; (2) Jean-Martin Charcot e Avanço da Neurologia; (3) Hospício Pedro II e Institucionalização da Psiquiatria no Brasil com Tratamentos Psiquiátricos Violentos; (4) Movimento Antimanicomial no Brasil Influenciado por Franco Basaglia; (5) Renascimento da Dignidade e Esperança: Lei 10.216 e Reforma Psiquiátrica Brasileira; (6) Luta Antimanicomial, Desafios Atuais: Estigma, Direitos Humanos e Políticas Públicas. Tais abordagens tiveram como objetivo suscitar reflexões críticas sobre a persistência das lógicas manicomiais e o papel dos movimentos de resistência na desconstrução dessas práticas. Este trabalho foi proposto no formato de um evento, elaborado e organizado pelo Grupo de Pesquisa Arte e Saúde Mental na Micropolítica do Sensível, em conjunto com alunos da disciplina de Políticas de Saúde II da Universidade Federal Fluminense, campus de Volta Redonda. O espaço de trocas e desenvolvimento de atividades contou com quatro tempos, são eles: uma roda de conversa com usuários da Associação dos Usuários Familiares e Amigos dos Serviços de Saúde Mental (AUFASSAM); uma apresentação teatral com a peça "Uma Breve História Sobre a Loucura" produzido pelo Coletivo Delirartes, composto por alunos da UFF; diálogos sobre as intersecções entre a arte e a loucura; e um lanche coletivo. Os resultados da atividade mostraram-se profundamente significativos: os usuários presentes se emocionaram a cada momento, participando de forma ampla e expressiva nas diversas propostas realizadas. Durante a apresentação teatral, foi especialmente comovente presenciá-los chorando, tocados pela cena em que a atriz se debatia e gritava " Eu não sou louca" enquanto interpretava o ato de receber eletrochoque. Tal momento, marcado pela potência simbólica e afetiva, evidenciou não apenas a força da arte como ferramenta de sensibilização, mas também o elo direto dessas vivências na memória e na subjetividade dos usuários, reafirmando, assim, a importância de espaços coletivos que acolham e deem visibilidade às vozes historicamente silenciadas pela lógica manicomial. É relevante destacar que, para alguns usuários presentes, aquela foi possivelmente a primeira vez que tiveram a oportunidade de assistir a uma peça teatral. A possibilidade de se depararem com uma apresentação, que dialoga com suas próprias histórias de vida, produziu um impacto emocional e reflexivo, ampliando o sentido de pertencimento, reconhecimento e valorização de suas trajetórias. Além disso, ao longo do período do evento, momentos em que a discussão foi aberta para além dos convidados, os usuários, sentindo-se acolhidos e legitimados em suas manifestações, declamaram poemas de própria autoria, composições musicais, cantaram e compartilharam relatos sobre suas

próprias experiências, compondo uma rede de afetos e memórias marcadas pela escuta sensível e pelo reconhecimento mútuo ali presente. Entre as poesias compartilhadas, um dos versos foi especial, atravessando a todos presentes: “Eu vou sorrir, eu vou cantar, ser feliz e amar. Porque a vida é tão curta, pra que se drogar? Eu preciso de paz, eu preciso de amor, eu preciso viver. Esquecer um pouco a dor. Vamos, pessoal, afastar todo o mal, porque a vida é tão bela, e eu sou tão legal. Chega de solidão, eu só quero emoção. Droga não está com nada, eu quero paz no meu coração.” Versos como esse reafirmam a potência da palavra, em formato de poesia, como instrumento de resistência e construção de novas narrativas. Nesse contexto, é possível estabelecer uma aproximação com as proposições de Augusto Boal e o teatro do oprimido, que concebe a cena teatral como um espaço político de revelação e transformação das opressões, convidando os sujeitos a assumirem um lugar ativo na construção de suas narrativas. Assim, as manifestações artísticas que emergiram durante o evento produziram uma estética no evento, configurando-se como atos de resistência, capazes de afirmar a potência criadora daqueles, que por tanto tempo, foram reduzidos ao silêncio. Diante de todo o exposto, evidencia-se que o evento “Vozes de Resistência Antimanicomial” produziu com sensibilidade e potência, um lugar de ativação da memória coletiva acerca das violências cometidas pelo modelo manicomial, ao mesmo tempo em que promoveu a valorização das narrativas e das expressões dos usuários, a partir de uma micropolítica do sensível. A articulação entre universidade, serviços de saúde mental, trabalhadores e usuários, revelou-se fundamental para a construção de práticas mais éticas, humanas e dialógicas, compromissadas com a ampliação de vida e alinhadas aos princípios da reforma psiquiátrica e luta antimanicomial. Nesse sentido, esse evento consolidou-se como um encontro ético-estético-político afirmando o potencial das expressões artísticas como práticas de resistência alinhadas às práticas de enfrentamento às lógicas de exclusão e silenciamento.

"Quem cuida de quem cuida?" A escuta como produção de cuidado para defensores de direitos humanos

Mayara Cristina de Souza Reis (UERJ), Alice De Marchi Pereira de Souza (UERJ), Filipe de Contti Asth (IEPS (Instituto de Estudos para Políticas de Saúde)), Wallace Henrique Borges Machado (UERJ), Marina Trigo Matos (UERJ)

A URDIR (Universidade, Resistência e Direitos Humanos) é um núcleo multidisciplinar de pesquisa, ensino e extensão da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), formado pelas áreas da psicologia e do direito. As atividades da psicologia no núcleo, se desenvolvem tanto no Serviço de Psicologia Aplicada (SPA) da UERJ, como no estabelecimento de parcerias institucionais. Neste trabalho, focaremos na atuação em relação à construção de um dispositivo clínico grupal para acolhimento de militantes e ativistas de direitos humanos no projeto chamado "Rede de Defensores de Direitos Humanos e Promoção da Saúde no Estado do Rio de Janeiro", que ocorre em parceria com a Fiocruz desde de 2022. Atualmente, já participamos desse processo com 3 turmas. Devido a nossa atuação com lideranças comunitárias, eles relatam sofrimento psíquico e esgotamento produzido pela atual política e lógica neoliberal, conservadora e individualizante sobretudo patriarcal, racista, homofóbica classista, entre outras formas de opressões das quais esses ativistas lutam contra. Grande parte vê a sua luta como uma movimentação política e de cuidado para sua comunidade e para consigo mesmos. Porém, muitos demonstram dificuldade em praticar o cuidado de si, nesse sentido o nosso trabalho caminha na direção de fazê-los se questionar sobre "quem cuida de quem cuida?". Para as lideranças comunitárias os afazeres no trabalho com Direitos Humanos são uma urgência pessoal e profissional, e a prioridade de presença num espaço de cuidado consigo mesmo, sobretudo para ter cuidado com sua saúde mental, a psicoterapia, por exemplo é vista como um lugar de pouca possibilidade ou em segundo plano. Nesse sentido, pensamos em uma escuta que aposta no coletivo como a via de construção de um dispositivo político que provoque o exercício ético do cuidado de si. Dispositivo que seja capaz de produzir um movimento ao cuidado de si à luz de Michel Foucault como estratégia que sustenta a luta e a coletividade, rompendo, assim, com uma prática da psicologia que individualiza as questões e se torna, por vezes, tão inacessível, para esses militantes. Entendemos o cuidado como algo que é feito no coletivo e que se produz a partir da metáfora dos 'bolsos furados': quando somos convocados a ocupar nossos campos de atuação, desenhando uma intervenção que não se fixa em técnicas prontas, mas se abre ao encontro. Nesse objetivo, temos como orientação teórica uma aposta-proposta em uma clínica inseparável da política, sustentada na compreensão de que os marcadores sociais como raça, gênero, território e classe são fundamentais para entender os processos de subjetivação e suas interseccionalidades em diálogo com Kimberlé Crenshaw, Patricia Hill Collins e Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro.Além disso, nos guiamos por uma perspectiva esquizoanalítica.transdisciplinar, e sobretudo decolonial, de base institucionalista brasileira. A Esquizoanálise em articulação com Gilles Deleuze e Félix Guattari,é uma abordagem teórica e clínica que surge como crítica em oposição à psicanálise tradicional, buscando compreender os processos subjetivos, o desejo e a produção de subjetividade não apenas na dimensão individual, mas também em suas conexões sociais, políticas e econômicas em Por transdisciplinar, em encontro com Edgar Morin e Rachel Gouveia Passos. Entende-se um saber não universal, que requer uma articulação da psicologia com outros campos de conhecimento, além de propor estratégias singulares para

diferentes demandas e suas complexidades. Decolonial e contracolonial por questionar as estruturas e sistemas coloniais que embasam as perspectivas e abordagens e epistemologias hegemônicas, nosso foco é proporcionar espaços de escuta que considerem aspectos culturais, sociais e históricos diversos, baseada em estudos sobre os marcadores sociais da diferença em interface com Achille Mbembe e Frantz Fanon. Em conjunto com a Análise Institucional brasileira buscamos questionar aquilo que parece natural ou normal nas instituições e mostrar como as relações de poder presentes nesses espaços influenciam na forma como as pessoas pensam, sentem e agem. Entendendo que os sujeitos são moldados pelas instituições, mas também têm potência para questionar, resistir e criar novas formas de viver e se relacionar, como nos apontam os estudos da Profa. Heliana Conde. Sob essa ótica, assim como o grupo de trabalho proposto, possuímos um compromisso ético-político com a crítica das estruturas coloniais, do capitalismo, do racismo e do patriarcado que estruturam a sociedade no Brasil. Seguimos uma visão que procura desafiar os modos dominantes de formar subjetividades e conhecimentos, valorizando saberes como feminismos interseccionais, pensamentos antirracistas e decoloniais. A subjetivação é entendida como um campo de batalha e de criação, havendo um interesse compartilhado em entender como as formas de existir são capturadas, desafiadas e recriadas em contextos capitalistas e de opressão. Nesse contexto, seguimos o encontro com o grupo de trabalho, nos apoiamos em metodologias sensíveis, experimentais e interdisciplinares, como rodas de escuta, diários de campos, cartografias,oficinas, e uso do corpo e arte como método. Em conexão com movimentos sociais e grupos historicamente marginalizados, propomos uma psicologia social engajada nas lutas por justiça social, racial e epistêmica. Assim, afirmamos que os coletivos produzem cuidado e conhecimento, rejeitando a suposta neutralidade científica da psicologia, fundamentando-se em uma psicologia política de escuta, criação e resistência. Trabalhamos junto com essas lideranças comunitárias na construção do cuidado em saúde mental, fortalecendo vínculos e criando espaços coletivos de escuta e troca. Usamos diferentes dispositivos de grupo: rodas de conversa, oficinas, momentos de reflexão e a escrita de diários de campo. Nas rodas de escuta, abrimos um espaço seguro e acolhedor para que as pessoas possam falar de suas vivências, dores, lutas e afetos. Não sendo apenas o exercício do ouvir, mas de reconhecer a potência dos relatos e das experiências do grupo como parte do cuidado. Nesses momentos em que o coletivo se relaciona com o individual é onde o silêncio, muitas vezes, também se comunica. Nas oficinas, trabalhamos temas ligados à saúde, ao território e à vida cotidiana, de forma criativa e participativa. Usamos diferentes estratégias como uso do corpo, da respiração, da arte, da escrita para promover e fortalecer o vínculo entre os defensores e gerar debates e reflexões sobre a importância do cuidado individual e coletivo. Observamos que as expressões artísticas, culturais e estéticas são vistas como instrumentos essenciais de resistência e reinvenção da vida, reconhecidas como maneiras válidas de produção do saber. Juntamente, registramos essas vivências por meio de diários de campo, que nos ajudam a acompanhar os processos e a refletir continuamente sobre nossas práticas. Em todas essas ações, o cuidado é entendido como algo construído pela relação, atento ao contexto social, político e afetivo de cada defensor. Nosso trabalho nos convida a refletir e a enxergar de uma forma diferente o papel da psicologia. Observamos como os sentimentos se movimentam dentro do grupo, algo que chamamos de “dinâmica dos afetos”, e percebemos quando o grupo começa a se fechar ou a se retrair, fenômeno conhecido como “contração grupal”. Tudo isso tem o objetivo de criar um ambiente onde o cuidado e a autonomia possam crescer juntos. Sabemos que, infelizmente, esse campo às vezes é marcado por práticas que podem ser violentas, por meio de silenciamentos, ameaças ou enredamento das dores desse grupo. Por isso, nosso papel é garantir que eles possuam um espaço de escuta e acolhimento no qual haja respeito e cuidado, numa perspectiva ética-política

na qual a existência desses defensores seja respeitada visando conforto para que possam se expressar livremente e de fortalecer coletivamente suas lutas criando uma rede entre si, para avançar em conjunto, criando cuidado e compartilhando conhecimentos, experiências, táticas e apoio de lutas de diversos campos, fugindo da lógica individualista. Entendemos que a luta é, para esse grupo, não apenas um ato político, mas uma forma de existir e resistir. Dessa forma, buscamos evidenciar a importância do cuidado de si, que se dá por meio do cuidado produzido em coletivo, como estratégia fundamental para sustentar essa luta e garantir que ela não se transforme em exaustão e/ou em adoecimento. sendo uma força coletiva e política ,sustentada por práticas ético-estéticas de cuidado, produção de subjetividade não capturadas pelas lógicas de opressão comprometidos com o bem-viver e pertencimento social.

GT 08: AS INTERFACES DO JUVENICÍDIO NO BRASIL: RAÇA, CLASSE E GÊNERO

Coordenação: Marisa Feffermann (Instituto de Saúde), Ilana Lemos de Paiva (UFRN), Gabriel Miranda Brito (IFPA)

Comportamento Suicida em Adolescentes e Jovens Negros(as): Implicações Psicossociais do Racismo na Literatura Científica

Luiza Helena Neres Sebastião (UNESP), Késia Alvez de Souza Silva (UNESP), Paulo Vitor Palma Navasconi (UNESP)

Esse resumo tem com base um projeto de pesquisa de iniciação científica que teve como objetivo analisar como a literatura científica aborda o comportamento suicida entre adolescentes e jovens negros(as), com foco nas implicações psicossociais do racismo. A relevância deste estudo reside na necessidade de preencher uma lacuna na literatura e aumentar a conscientização pública, considerando que as experiências e fatores de risco relacionados ao suicídio podem variar entre grupos étnicos. Tendo como ponto de análise a população negra, o projeto busca identificar os fatores de risco e de proteção apresentados pela literatura científica, bem como compreender as estratégias de prevenção elencadas nos estudos frente ao comportamento suicida de jovens e adolescentes negros(as). A presente proposta reflete sobre como a literatura científica tem discutido e compreendido o fenômeno do suicídio na população negra, especialmente entre adolescentes e jovens. Lançamos algumas indagações norteadoras: os estudos sobre comportamento suicida realizam a intersecção com o marcador raça/cor? O quesito raça/cor encontra-se nas estatísticas de suicídios consumados? De que forma a literatura tem compreendido as relações raciais, as discriminações raciais e os efeitos psicossociais do racismo na subjetividade desses indivíduos?

O suicídio é um fenômeno de múltiplas determinações, cujo aumento global exige a dedicação de diversas áreas do conhecimento para sua compreensão. Ele está associado a fatores econômicos, políticos, raciais, sociais, culturais, psicológicos, climáticos, territoriais e biológicos (OMS, 2012), não sendo, portanto, um problema individual, mas social, com graves consequências. A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2012) aponta diversos fatores associados ao suicídio, incluindo tentativas anteriores, doenças mentais, abuso de substâncias, ausência de apoio social, histórico familiar e eventos estressantes, além de características sociodemográficas como pobreza e desemprego. Entretanto, questionamos se os fatores étnico-raciais estão sendo considerados como elementos cruciais ou apenas como apêndices nas discussões de risco. A Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (2009) reconhece o racismo, as desigualdades étnico-raciais e o racismo institucional como determinantes sociais das condições de saúde. Isso ressalta a importância de entender a vulnerabilidade em saúde como uma interação de contextos sociais, culturais, políticos, econômicos, ambientais e raciais, que favorecem riscos à saúde. Adolescentes e jovens, particularmente negros(as), são especialmente afetados pelo suicídio devido ao preconceito, discriminação e racismo institucional.

Não é incomum que queixas raciais sejam subestimadas ou individualizadas, tratadas como pontuais e de pouca importância, muitas vezes culpabilizando a vítima. O estigma em torno do suicídio, aliado a elementos estruturantes como o racismo, contribui para o

silenciamento e as dificuldades em discutir abertamente o assunto. Nesta perspectiva, pontuamos a urgência de trabalhos que foquem na relação entre comportamento suicida e adolescentes e jovens negros(as), visto que o preconceito e a discriminação racial são possíveis desencadeadores de risco para a saúde mental. Nos indagamos: o que a Psicologia tem feito diante desta situação? Os estudos sobre o suicídio abordam a relação desses fenômenos com o adoecimento e o comportamento suicida? A proposta de pesquisa nasce do incômodo de compreender que as relações étnico-raciais pouco ou nada se fazem presentes nos estudos sobre o fenômeno do suicídio (Navasconi, 2019).

Esta pesquisa se baseia em uma visão de ser humano e de mundo contextualizado, concebendo suas relações com os campos histórico, político, social e cultural, bem como considerando os processos de singularização, diversificação e diferenciação. Entende-se que o modo de visualizar, apropriar e explicar o mundo são resultados da coordenação da ação humana, ou seja, dos significados construídos em relação. A linguagem não é apenas representação da realidade, mas sim construtora de realidade (Souza, 2014), produto relacional entre indivíduos. Assim, justificamos e entendemos ser necessário repensar aquilo que damos como certo em nossa maneira de perceber e conceber o mundo. O motivo pelo qual se propõe esta pesquisa reside no interesse em compreender os impactos do racismo e das discriminações raciais na subjetividade de jovens e adolescentes negros(as) e suas possíveis implicações no comportamento suicida. Como afirma Aguiar (2012), o que muitos chamam de "acomodação" da população negra é, na verdade, a manifestação de desânimo frente a possibilidades negadas pelo racismo estrutural. Acreditamos que a Psicologia, enquanto ciência, ainda tem muito que desconstruir para, assim, reconstruir novas formas de conceber possibilidades para lidar com o fenômeno do racismo, e em especial, a intersecção racismo e suicídio. Não é possível construir uma ciência, e em especial uma Psicologia verdadeiramente transformadora se ela não for antirracista (Schucman, 2014).

O objetivo geral desta revisão de literatura é analisar a produção científica nacional sobre o comportamento suicida em adolescentes negros e negras. Pretende-se realizar um levantamento e uma revisão bibliográfica de artigos científicos, dos últimos dez anos, que discutem o fenômeno do suicídio em adolescentes e jovens negros(as) e os efeitos psicossociais do racismo frente a este fenômeno. Nossa pesquisa teve caráter teórico-bibliográfico, buscando por referências em periódicos científicos, em bancos de dados online.

Deste modo, a presente proposta se insere no GT 08 por abordar de forma crítica e interseccional os processos de adoecimento e as práticas de cuidado no contexto da saúde mental de adolescentes e jovens negros(as). Ao evidenciar as implicações psicossociais do racismo no comportamento suicida dessa população, o estudo contribui para ampliar os debates sobre as determinantes sociais do sofrimento psíquico e os limites das práticas tradicionais de cuidado em saúde, muitas vezes descoladas das experiências racializadas. Reconhecer o racismo como determinante estrutural da saúde é essencial para a construção de políticas e práticas de cuidado mais inclusivas e antirracistas. Assim, este trabalho dialoga diretamente com os objetivos do GT ao propor uma reflexão crítica sobre os modos de produção do sofrimento psíquico e os desafios ético-políticos colocados à Psicologia no enfrentamento das desigualdades raciais no campo da saúde.

Trata-se de uma Revisão Integrativa (RI) da literatura, metodologia que permite combinar estudos que apresentam metodologias diversas, integrar os resultados sem perder o rigor metodológico e, desse modo, ampliar as possibilidades de análise da literatura (IPUSP, 2023; CORSI et al., 2020). A RI sintetiza o conhecimento e incorpora a aplicabilidade dos resultados

na prática, elaborada em seis fases: formular uma pergunta norteadora, realizar uma busca ou amostragem na literatura, coletar dados, extrair os resultados, analisar criticamente e sintetizar os resultados da revisão, e apresentar a revisão integrativa (CORSI et al., 2020; SOUZA et al., 2010). Essa síntese favorece a identificação de lacunas de conhecimento para subsidiar novas pesquisas. No primeiro momento, a pesquisa buscou referências bibliográficas cujo tema fosse comportamento suicida, tentativa de suicídio, ideação suicida e suicídio exitoso em jovens e adolescentes negros(as). Os bancos de dados online selecionados para a busca foram: Scientific Electronic Library Online (Scielo), Portal de Periódicos da CAPES e Portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC). Seguindo os seguintes critérios estabelecidos para a amostra: A. Artigos de língua portuguesa; B. Artigos que caracterizam jovens e adolescentes na faixa etária de 10 a 24 anos (OMS) e 12 a 18 anos (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA); C. Estudos qualitativos ou quanti-qualitativos; D. Artigos completos; E. Artigos que versassem ou dialogassem com a Psicologia. Após a identificação de produções repetidas, todos os resumos foram lidos para exclusão dos trabalhos que não correspondessem aos critérios de seleção.

Durante a fase inicial de levantamento da literatura, os resultados parciais apontam para uma escassez de artigos que contemplem simultaneamente os critérios de inclusão relacionados à juventude, suicídio e racismo. Essa lacuna é preocupante e denuncia uma clara falta de interesse e investimento na investigação aprofundada desse tema vital por parte da comunidade científica, reforçando a necessidade urgente de mais pesquisas e debates nessa área. O estudo, desde já, reforça a necessidade de discutir e problematizar o suicídio e as relações étnico-raciais, que historicamente têm sido invisibilizadas na formação em Psicologia e tratadas como tabu na sociedade. É imperativo que a Psicologia assuma seu compromisso ético-político com a população negra, desenvolvendo práticas que promovam cuidado, reconhecimento e justiça social. A persistente escassez de pesquisas sobre a relação entre a saúde mental da juventude negra e os impactos do racismo, em especial no comportamento suicida, demonstra a relevância crítica deste estudo.

A pesquisa reforça a urgência de a Psicologia, enquanto ciência e ferramenta de estudo e empoderamento, adotar uma postura antirracista e crítica. As reflexões geradas apontam para a necessidade de um compromisso ético-político dos profissionais, especialmente na área das políticas públicas, para lidar com as questões da saúde mental da população negra. Ao discutir e problematizar o fenômeno do suicídio e as relações étnico-raciais, que ainda são invisibilizadas na formação em Psicologia e vistas como tabu em nossa sociedade, este trabalho visa contribuir para a construção de saberes científicos mais inclusivos e transformadores, que reconheçam e enfrentem as diversas formas de violência e desumanização sofridas pela população negra, buscando novas possibilidades de intervenção e cuidado.

Palavras-chave: Suicídio. Racismo. Adolescência. Juventude. Psicologia.

Diálogo sobre saúde mental e juventude: um relato de experiência

Maria Clara dos Santos Santana (UFRR), Fernanda Carvalho dos Santos (UFRR), Ellie Cristina Silva Ribeiro (Faculdade Cathedral), Luyanne Caroline Costa Da Silva (UFRR), Maria Eduarda Azevedo Borges Lima (UFRR), Leonardo Renato Santos da Silva (UFRR)

INTRODUÇÃO

A adolescência é uma fase de transição marcada por mudanças físicas, emocionais e sociais, sendo uma construção social que impacta diretamente a identidade juvenil (Bock, 2007; Rossi et al., 2019). No contexto acadêmico, essas transformações geram preocupações sobre o futuro e o amadurecimento, tornando essencial uma abordagem que considere as experiências individuais e coletivas no bem-estar psicológico dos jovens.

A saúde mental dos adolescentes deve ser analisada sob uma perspectiva multifatorial, envolvendo fatores como racismo, machismo, xenofobia, bullying e desigualdade social. Em Boa Vista, Roraima, a falta de profissionais de psicologia nas escolas e a ausência de um centro de apoio psicossocial infantojuvenil agravam a sobrecarga dos serviços existentes. Segundo Martín-Baró (2017), a psicologia deve considerar as lutas sociais, especialmente em contextos de desigualdade e opressão.

Este estudo relata uma ação educativa realizada com adolescentes de uma escola pública de Ensino Médio, visando promover reflexão sobre os impactos das questões sociais na saúde mental. A iniciativa buscou desconstruir a ideia de sofrimento emocional como um problema estritamente individual, destacando-o como um fenômeno coletivo e social (Lane, 2008).

A Psicologia Escolar e Educacional desempenha papel fundamental na formulação de políticas públicas voltadas para inclusão e transformação social (Antunes, 2008). A ação, conduzida por uma professora de Psicologia Social e Comunitária, utilizou estratégias grupais para estimular o protagonismo juvenil e fortalecer o engajamento crítico. De acordo com Freitas (1998), essa abordagem representa um esforço contínuo para superar desigualdades estruturais, promovendo a participação ativa da comunidade na definição e implementação das mudanças sociais.

É neste sentido que o presente relato se alinha com a proposta temática do evento, socializar estudos realizados em contextos diversos com base em uma visão crítica da Psicologia Social e contra hegemônica. A ação realizada se alicerça no compromisso com os direitos humanos de problematizar cenários de vulnerabilidade e reprodução de violência com a população de jovens.

Portanto, apresenta-se aqui um relato e uma análise crítica sobre a realidade da juventude, especialmente de estudantes de uma escola pública roraimense, e sua relação com as diversas formas de violência reproduzidas na escola, como desigualdade social, racismo, sexismo, LGBTfobia e xenofobia.

ORIENTAÇÃO TEÓRICA

A saúde mental é socialmente entendida como um aspecto próprio e particular de cada indivíduo, contudo teorias sociais contemporâneas apoiadas na psicologia social crítica expressam o caráter coletivo do sofrimento psíquico, que é atravessado por questões econômicas, históricas e culturais. Segundo Martín-Baró (2017), a saúde mental implica mais na dimensão das relações entre os indivíduos e grupos do que um estado individual, mesmo que esta se apresente de maneira particular em cada pessoa, por isso a saúde mental deve ser refletida como uma problemática das relações sociais, interpessoais e intergrupais.

Em seus escritos, Silvia Lane dialoga sobre a influência da sociedade na construção da individualidade do indivíduo. Para ela, o ser humano é um ser sócio-histórico e sua identidade se constrói nas relações que este mantém com os grupos sociais. Por essa razão, para compreender o ser humano é preciso analisá-lo dentro do contexto histórico em que ele está inserido (Lane, 2002). Portanto, a saúde mental é uma dimensão humana construída também de forma conjunta e indissociada das estruturas sociais que produzem sofrimento.

A autora Maria Rita Kerl (2009) compreende a depressão como sintoma social da contemporaneidade. A velocidade do tempo, a falta de empatia nas relações e o consumo generalizado são fatores que contribuem para o sofrimento psíquico, em especial nos adolescentes, os quais muitas vezes não suportam os prejuízos pessoais e sociais ocasionados pelo cenário de desigualdade fruto de políticas neoliberais, racismo étnico/racial, machismo, classismo, capacitismo e etc.

A Organização Mundial da Saúde (OMS), aponta que a desigualdade social, o acesso à educação, moradia, emprego e proteção social são fatores determinantes da saúde. Esses elementos influenciam diretamente na qualidade de vida e saúde emocional de pessoas em situação de vulnerabilidade econômica, étnico-racial e de gênero. Freitas (2021), em pesquisa com jovens participantes de projetos sociais, destacou a importância de ouvir os adolescentes para compreender as nuances que envolvem ser jovem na atualidade e assim pensar em estratégias educativas que considerem a superação das exclusões sociais vividas por eles. Por essa razão acredita-se que um diálogo aberto sobre questões sociais na escola pode proporcionar um espaço de escuta, acolhimento e fortalecimento dos vínculos afetivos e comunitários entre os jovens.

ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

O presente relato de experiência refere-se a uma ação educativa realizada por estudantes de psicologia da Universidade Federal de Roraima (UFRR), em uma escola pública de ensino médio na cidade de Boa Vista-RR. A ação ocorreu no mês de Setembro de 2024 e consistiu em uma roda de conversa intitulada “Diálogo Sobre Saúde Mental e Juventude”. A roda de conversa teve duração de 1h, e foi realizada em sala de aula com a participação de adolescentes do 1º, 2º, e 3º ano do Ensino Médio.

A roda de conversa foi dividida em quatro momentos. Primeiramente, foi proposta uma dinâmica que se sucedeu da seguinte forma: 3 voluntários foram convidados a se posicionarem no meio da sala. Inicialmente, cada voluntário deveria falar uma coisa que gosta/te faz feliz e aqueles que se identificassem poderiam ir até a pessoa e cumprimentar. Em seguida, os voluntários deveriam dizer uma coisa que tem medo/deixa triste e do mesmo modo quem se identificasse poderia se dirigir a pessoa.

Após a finalização da dinâmica, iniciou-se o segundo momento, em que eles poderiam falar sobre a dinâmica, sobre o que estavam sentindo, e o que sabiam sobre saúde mental e sofrimento psíquico. Como ferramenta facilitadora para introdução de pautas sociais no diálogo, os alunos de psicologia utilizaram um pote com algumas palavras dobradas em seu interior, como: racismo, homofobia, machismo, xenofobia, bullying, depressão, desigualdade social, etc. O objetivo consistiu em relacionar as pautas sociais com o prejuízo da saúde mental dos jovens. Assim, cada jovem retirava uma palavra, falava a sua percepção sobre ela e iniciava-se uma discussão sobre cada tema.

No terceiro momento, os alunos de psicologia fizeram uma reflexão sobre o que os jovens trouxeram, articulando os temas debatidos com as formas de violência presentes na escola e como elas afetam a saúde mental dos estudantes. Também foram apresentados lugares que oferecem ajuda psicológica gratuita na cidade.

No último momento foi confeccionada a “árvore dos sentimentos”. Para isso, um pedaço de papel em formato

de folha foi entregue para cada aluno escrever uma palavra ou frase que resuma como estavam se sentindo ao final do encontro ou como foi a experiência de participar desse momento de diálogo. Posteriormente cada aluno colou sua folha em um mural onde estava desenhado os galhos de uma árvore.

RESULTADOS

A iniciativa revelou desafios na compreensão da violência escolar e da saúde mental, evidenciando a invisibilização de agressões e o desconhecimento dos jovens sobre conceitos fundamentais. A timidez e a dificuldade em abordar o tema reforçam a necessidade de maior conscientização e aprofundamento das discussões no ambiente educacional.

Os relatos obtidos ao longo da atividade possibilitaram a identificação de padrões de violência recorrentes no ambiente escolar, muitos dos quais eram praticados sem que os estudantes os reconhecessem como agressões. A ausência de violência física, frequentemente percebida como única forma de hostilidade, contribuiu para essa invisibilização. Um comentário emblemático foi o de um estudante negro que recebia apelidos relacionados à cor da pele, mas afirmava não se importar com tais expressões. Esse cenário evidencia a naturalização de práticas discriminatórias e reforça a necessidade de aprofundamento da conscientização acerca do impacto dessas vivências na construção da subjetividade e na saúde mental dos adolescentes.

Essas questões reforçam a concepção de que a escola produz essas violências quando se omite diante de questões sociais tão importantes para construção de um pensamento crítico e politizado nos alunos. A escola deve ser um espaço acolhedor e aberto ao diálogo, se tornando um espaço de resistência diante das problemáticas da sociedade, por meio do incentivo aos jovens a construir uma sociedade mais justa e igualitária. A abordagem educativa permitiu que os participantes se sentissem representados e acolhidos, contribuindo para uma percepção mais crítica dos desafios enfrentados na adolescência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo evidenciou a relevância de iniciativas contínuas voltadas à promoção da saúde mental no ambiente escolar, destacando a necessidade de espaços seguros para diálogo e reflexão. A compreensão conjunta do impacto dos fatores sociais no sofrimento emocional contribuiu para a superação de uma visão individualizada sobre o tema. Além disso, reforçou-se o papel essencial da escola na sociedade, não se limitando à transmissão de normas, mas atuando como um ambiente de construção do conhecimento, emancipação, estímulo ao pensamento crítico e valorização da diversidade, preparando os alunos para uma participação autônoma e consciente.

Dessa maneira, torna-se fundamental a implementação de estratégias que incentivem o engajamento dos estudantes, permitindo que questionem estruturas vigentes e contribuam para transformações sociais relevantes. A escola não apenas prepara para o mercado de trabalho, mas também fortalece o exercício da cidadania, promovendo valores como justiça, respeito e solidariedade, ao mesmo tempo em que amplia a conscientização coletiva sobre saúde mental.

Entre o silêncio e a necropolítica: suicídio e juvenicídio no Brasil

Ana Luísa Lopes Cabral (UNIEVANGÉLICA), Jéssica Batista Araújo (Universidade Evangélica de Goiás), André Álvares Usevicius (Universidade Evangélica de Goiás)

Introdução: tema e problema

A morte precoce de adolescentes e jovens no Brasil, especialmente daqueles que vivem em contextos de vulnerabilidade social, racial e econômica, expressa não apenas um dado epidemiológico, mas um sintoma profundo da forma como a sociedade brasileira lida com suas juventudes. As violências interpessoais e autoprovocadas letais são expressões de sofrimento que, apesar de apresentarem formas distintas, compartilham origens semelhantes: processos históricos de exclusão, precarização da vida e invisibilidade social.

Este trabalho parte da compreensão de que essas mortes não são naturais nem isoladas, mas produzidas por uma lógica necropolítica (Mbembe, 2018), que se manifesta de modo contundente no juvenicídio – entendido como a expressão mais perversa da política de morte dirigida às juventudes negras, pobres e periféricas. Conforme Valenzuela (2015), o juvenicídio refere-se à eliminação sistemática de jovens que carregam identidades desacreditadas, vítimas da criminalização e da redução simbólica a estereótipos perigosos e descartáveis.

A partir dos dados da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2014), que apontam o suicídio como uma das principais causas de morte entre jovens de 15 a 29 anos, e articulando tais dados com o conceito de juvenicídio, propõe-se compreender como diferentes formas de violência – interpessoal, autoprovocada ou institucional – compõem o mesmo quadro de desamparo e extermínio simbólico e material de jovens no Brasil.

Objetivo

Este trabalho tem como objetivo analisar como o suicídio em adolescentes pode ser compreendids como parte do fenômeno do juvenicídio no Brasil. Busca-se evidenciar que essas mortes não decorrem apenas de escolhas individuais ou de transtornos mentais, como frequentemente se alega, mas se inserem em uma lógica social e estrutural que precariza, estigmatiza e descarta determinados sujeitos.

Relação com o GT e o eixo temático

A proposta se insere no GT 08 – As interfaces do Juvenicídio no Brasil: raça, classe e gênero, dialogando com o eixo temático "Debates intergeracionais: infâncias, juventudes, velhices". A articulação entre suicídio e juvenicídio propõe alargar o escopo de análise da violência letal, incluindo as mortes socialmente produzidas que não passam necessariamente pela bala, mas pela invisibilização do sofrimento psíquico e abandono estrutural. Trata-se de contribuir com a produção de uma Psicologia Social crítica, ética e comprometida com os processos de resistência juvenil.

Orientação teórica

A base teórica da proposta se ancora em quatro pilares principais:

- A construção social da adolescência – a partir de Ariès (1981), Grossman (2010) e Oliveira (2017), compreendemos a adolescência como uma invenção moderna, marcada por tensões, desigualdades e expectativas contraditórias sobre os jovens.

- A concepção de violência como fenômeno biopsicossocial – conforme Minayo (1994, 1998 e 2006) e OMS (2002), entendemos que a violência não é um fenômeno exclusivamente interpessoal ou clínico, mas resultado de interações entre fatores individuais, relacionais, históricos e estruturais.

- A necropolítica e o conceito de juvenicídio – a partir de Mbembe (2018), Valenzuela (2015) e Costa (2021),

compreendemos o juvenicídio como a face mais brutal da necropolítica no Brasil: a produção deliberada da morte ou da não vida para os jovens negros e periféricos, seja pela ação violenta direta do Estado, seja por sua omissão sistemática.

- A crítica à sociedade capitalista e seus efeitos sobre a juventude – autores como Berenchtein Netto (2013), Almeida (2018) e Cassorla (1985) ressaltam que a violência contra jovens revela o esgotamento de um modelo de sociedade que exclui, explora e empurra para a morte aqueles que não se adequam à lógica da produtividade e do consumo. O suicídio não é apenas um sintoma clínico, mas uma resposta desesperada a um mundo em que a vida se tornou invivível.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa teórica em andamento, com base em revisão crítica da literatura. A pesquisa aborda artigos científicos, relatórios técnicos (OMS, Atlas da Violência, Ministério da Saúde) e autores clássicos e contemporâneos da Psicologia, Sociologia e Saúde Coletiva. O método consistiu na análise crítica e articulada de diferentes categorias: adolescência, violência, suicídio, necropolítica e juvenicídio.

Resultados

Os comportamentos de violência autoprovocada na adolescência são frequentemente tratados sob o viés clínico-individualizante, quando, na realidade, são respostas ao sofrimento social crônico. As vulnerabilidades associadas a essas práticas (pobreza, violência interpessoal, negligência estatal, racismo, desigualdade) evidenciam o papel do contexto social na produção do sofrimento e da morte simbólica e física. Como afirmam Ribeiro e Moreira (2018), o crescimento das taxas de suicídio entre jovens acompanha o tipo de urbanização excludente e precária típica do modelo capitalista periférico brasileiro.

Esse cenário se agrava diante da invisibilização e da banalização da dor juvenil. A sociedade tende a silenciar o sofrimento adolescente, principalmente quando ele é expresso de forma disruptiva ou silenciosa, como no caso da violência autoprovocada. Essa recusa em reconhecer o sofrimento leva ao abandono institucional, reforçando a condição de vidas não lamentadas (Butler, 2015). A violência simbólica, como define Bourdieu (2003), opera de maneira insidiosa, impondo às juventudes marginalizadas um lugar de subalternidade e deslegitimação de seus afetos e modos de existir.

Com isso, o suicídio aparece como uma resposta individualizada a uma dor que é, na verdade, coletiva. A tese durkheimiana (2000) destaca que o suicídio é uma resposta social a pressões e desintegrações coletivas. No caso brasileiro, parte significativa dos adolescentes afetados pelo suicídio são os mesmos marcados pela desigualdade estrutural. Para Berenchtein Netto e Souza (2015), quando milhares de jovens cogitam ou morrem por suicídio, esse dado deveria ser entendido como sintoma da barbárie cotidiana que se instala “a galope” em uma sociedade capitalista adoecida.

Tal lógica de adoecimento juvenil se conecta diretamente à ideia de juvenicídio e de necropolítica silenciosa. A omissão estatal em prover e implementar políticas de saúde mental, educação crítica, lazer, cultura e segurança para os jovens, combinada à culpabilização e criminalização desses sujeitos, é também uma forma de juvenicídio – agora não visível nas estatísticas de homicídio, mas presente na necropolítica do abandono. Essa lógica de produção da morte se ancora em relações sociais e econômicas profundamente desiguais, sustentadas por um modelo capitalista que precariza vidas, explora o trabalho juvenil e reforça a seletividade penal. O capitalismo, enquanto estrutura que mercantiliza corpos e subjetividades, contribui para a manutenção de uma sociedade em que determinadas juventudes são descartáveis e suas mortes, naturalizadas. Como aponta Cassorla (1985), uma parte da sociedade brasileira assassina a outra, sabotando as próprias potências coletivas de vida e condenando a juventude pobre à morte física ou simbólica.

Por fim, soma-se a essa trama a naturalização da ausência de futuro. A falta de projeto de vida, de sentido, de perspectivas, é também camada constitutiva do juvenicídio (Costa, 2021). Em territórios marcados por sucessivas perdas, precariedade e violência, a morte torna-se uma possibilidade tão natural quanto a sobrevivência. A vida, nesse contexto, não se apresenta como direito, mas como acaso. A juventude que morre, como afirma Costa, é aquela cuja morte não mobiliza, não comove e não interrompe nenhum ciclo de poder. Ela é, em termos foucaultianos, "vida matável".

Conclusões

A análise da violência autoprovocada na adolescência sob a ótica da necropolítica permite reconhecer essas mortes como parte do projeto de juvenicídio no Brasil. Não apenas as balas e as prisões matam: o silêncio, a exclusão e o abandono também. A automutilação e o suicídio, portanto, devem ser compreendidos como expressões de um sofrimento social e político, que se enraíza em desigualdades estruturais e marcadores sociais da diferença.

Conclui-se que é necessário ampliar o conceito de juvenicídio para além da violência letal armada, considerando também as mortes simbólicas e subjetivas de adolescentes e jovens em sofrimento, negligenciados por políticas públicas, invisibilizados pelas instituições e estigmatizados pela sociedade. A Psicologia Social, nesse contexto, tem papel fundamental na construção de um olhar crítico, sensível e politizado sobre essas mortes evitáveis.

É urgente prover e implementar políticas de enfrentamento que não se limitem à repressão, mas que promovam vida digna, escuta qualificada, cuidado intersetorial e fortalecimento das juventudes negras e periféricas como sujeitos históricos, potentes e merecedores de existência. Como nos alertam autores marxistas e críticos da modernidade, nenhuma transformação verdadeira virá sem que se questione as raízes do sistema que continuamente esvazia as possibilidades de vida digna para tantos.

Nem presas, nem mortas: as juventudes periferizadas do interior cearense e suas lutas por outras trajetórias.

Juliana Maria do Nascimento Mota (UFC)

Este trabalho expõe um relato de experiência profissional de atuação em psicologia em projeto de política pública voltado para prevenção à violência entre as juventudes de 15 a 22 anos, residentes em bairros vulnerabilizados da cidade de Sobral-CE. Política pública esta que emerge no estado do Ceará e em específico na cidade de Sobral em razão dos graves índices de insegurança pública, violência letal e/ou detenções, sobretudo para a população jovem marginalizada. A precarização da rede de políticas públicas de atenção às juventudes, as diversas violências e violações de direitos da população empobrecida e demais intersecções de políticas de morte geram grave impactos psicossociais. Dentre elas, a criminalização das juventudes periferizadas, que são perpassadas por questões de pobrezas, violências, racismo e exclusões diversas, situações historicamente invisibilizadas e com impactos prejudiciais aos processos psicossociais de subjetivação. (Barros, 2022) Assim, a morte física é apenas mais uma camada da precarização da vida das(os) adolescente e jovens subalternizados. A morte social chega antes do registro de nascimento.

O projeto em questão é vinculado ao Programa Integrado de Prevenção e Redução da Violência, PReVio, coordenado pela Assessoria de Prevenção à Violência da Casa Civil do Governo do Estado do Ceará. Os objetivos do projeto são de "promoção da cidadania na plenitude das responsabilidades e dos direitos dos jovens; fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários; qualificação profissional e reinserção escolar". O público de atenção é Adolescentes e jovens de 15 a 22 anos; Em situação de abandono ou evasão escolar e/ou; Em cumprimento e/ou pós medidas socioeducativas. O exercício profissional se direciona ao atendimento psicossocial das juventudes matriculadas no projeto. A organização do trabalho visa oferecer momentos de acolhimentos individuais e coletivos, oficinas, visitas institucionais em equipamentos das redes de assistência, educação e saúde do município, encaminhamentos e acompanhamentos de tais demandas dentre outras situações.

Que noções de juventude é o nosso referencial? Sobre juventudes importa ressaltar que não existe significado único, conceito definitivo sobre essa categoria. Afinal, poder viver e ser jovem no Brasil ganha diferentes possibilidades, sobretudo a depender dos determinantes sociais de classe, gênero e raça. Tanto por isto, as políticas públicas devem chegar cada vez mais promotoras de espaços e condições para emergência das diversas expressões juvenis, reconhecendo as juventudes como sujeitos de direitos, inclusos nos movimentos de debates e construções das agendas para esse público.

Conforme Atlas da Violência (2023), homicídios é uma das maiores causas das mortes de nossas jovens, sobretudo de origem e pertencimento nas classes pobres e pessoas negras. Diante disto, é necessário compreender que juventudes periferizadas são perpassadas por questões de pobreza, violência, racismo e exclusão (Vieses, 2021) e suas intersecções de raça e pobreza multidimensional nos dados de homicídios de adolescentes e jovens. No entanto, não é apenas a bala que violenta e mata as juventudes das periferias. Diferentes opressões rasgam os corpos e histórias juvenis.

Das juventudes inseridas no projeto tem-se um público diverso em singularidades, mas uniformemente atravessado por desigualdades sociais, tais como: insegurança alimentar, ausência de trabalho e renda, saúde precarizada, vínculos parentais fragilizados, ameaça constante de facções, quadro múltiplos de violências, dentre outros recortes de vulnerabilização e estigma social. Cenário que exige um compromisso e direcionamento de modo a favorecer maior viabilidade de outras narrativas de vida dessas juventudes periféricas.

Tanto por isto, este trabalho busca dialogar com o GT 08: As interfaces do Juvenicídio no Brasil: raça, classe e gênero. Haja vista as problematizações que o GT direcionada acerca das várias formas e estratégias sociais de aniquilação das juventudes "descartáveis". Faz-se urgente questionar e negar às políticas de mercantilização da morte juvenil. Em comunicação com o eixo 06: Direitos Humanos e infâncias, juventudes, velhices.

Considerando este trabalho um relato de experiência, a condução metodológica do trabalho ocorre pela apresentação de alguns recortes/compreensões da atuação em psicologia junto ao projeto de política pública de prevenção à violência na cidade de Sobral – CE, desde 2024 até o presente momento. As atividades desenvolvidas são de atendimento psicossocial (acolhimento e atendimento); acompanhamento familiar; realização de oficinas, visitas domiciliares, análise e encaminhamento das demandas de cuidado, atividades de organização de dados, atualização de sistemas, dentre outras. No encontro com o referencial teórico em Psicologia Social, Educação e temáticas sobre juventudes e suas relações com as questões de classe, gênero, étnico-raciais e território, apresenta-se compreensões sobre outras narrativas e percursos de vida que as juventudes periferizadas buscam.

Em suas trajetórias, narrativas experiências, lutas por reconhecimentos, nem presa, nem morta é uma sentença diária em nossa escuta. "Tia, aqui só tem cadeia ou caixão, mas eu não quero isso" (sic).

Diferente da moratória vigente, são recorrentes os discursos sobre preocupação e cuidados com as(os) filhas (os) no futuro da(o) filha (o), regressar à escola e/ou conseguir um bom emprego e melhores condições de vida. Desejam caminhos de oportunidades, outras possibilidades de transformação da realidade, muito diferente dos noticiários oportunistas e reacionários.

Diante de tamanhos elementos que exigem nossa atenção e energia, exige-se uma rede articulada e um conjunto de ações de anticoloniais, antissistêmica. Caso contrário, corre-se o risco de práticas em desalinho com as possibilidades de maior autonomia e desenvolvimento saudável das juventudes. Afinal, políticas públicas atravessam processos de subjetivação, são produções de existências (Carvalhaes; Silva, 2016). Sendo necessário a inquietação em promover maiores caminhos de contato, de diálogo e trabalho conjunto com o público. E apesar das desvantagens de um jogo desigual, as juventudes convocam para aprender outras linguagens.

As formas de vida periféricas são de juventudes desiguais. É presente a insatisfação com os preconceitos, estigmatizações que sofrem da sociedade por serem de determinada área, sobretudo da polícia. Criticam as ausências de espaços de lazer no bairro, a falta de oportunidades e que "escolher" é um verbo bonito, mas nem sempre possível.

A canção de Criolo já denunciava: "Quem é de favela é sempre isolamento". Diante dos imprevistos de nossa atuação, pensar em outras estratégias de vinculação é essencial. Assim, diferente das tabelas e "alimentação do sistema", buscou-se planejar e proporcionar atividades de arte, cultura e lazer para todas as turmas. Estes exercícios proporcionam para além de ocasiões de divertimento, momentos de expressão e (re) criação subjetiva das pessoas.

Cidadania, autonomia, participação social não é isto também: observar, articular e questionar por melhores condições? Nisto, é sempre válido considerar a questão sobre o quê, como e se estamos conseguimos alcançar o que elas(eles) demandam enquanto sujeitos e nós como agentes da política pública. A vida grita. E a luta, continua. (Caio F. Abreu).

Referente aos demais desafios do trabalho, permanecem a alta demanda, limitações técnicas, estruturais, tempo para elaboração, organização e execução de todas as solicitações, as demandas de atendimento, as problemáticas das condições dos espaços de atuação.

Sobre a escuta e práticas com as juventudes foram apresentadas aqui percepções em andamento e possivelmente mutáveis. Talvez, como futuras possibilidades de avaliação do projeto, as compreensões interseccionais dos fenômenos que já se apresentam,

possam contribuir em uma visualização mais otimizada dos objetivos, dos problemas e intervenções. E assim, alcançar mais qualitativamente as(os) adolescentes e jovens da periferia. Juventudes e famílias das classes populares, como afirma e reivindica as juventudes, elas querem e têm direito às oportunidades de "uma vida que não seja tomada por empréstimo".

Em cada momento com as turmas, mais portas de diálogos e linhas de caminhos se abrem. É gratificante perceber as aberturas, a recepção em sala, receber as dúvidas, vê-las (os) cada vez mais se colocando a falar, a (re)pensar sobre suas histórias, modelos e determinações sociais opressoras. É fato que, a cada nova história que apresentam, novos desafios de diferentes ordens emergem. Apesar dos contratempos, as experiências no campo são instantes de aprendizados e reformulações sobre nossas percepções e práticas. Anterior a cada plano de ação existem momentos de planejamento no intuito de fomentar condições de cidadania, participação social das(os) estudantes em curso.

Na perspectiva de análise da atuação, como as juventudes ressignificam a vida, resistem a política de produção da morte são questões presentes. Tem dias que não tem poesia, mas a cada atendimento individual, atividade em grupo, são instantes de aprendizados e momentos de fortalecer o convite da re(criação) de outras narrativas de si, de outros coletivos e alteridades. São adolescentes e jovens que estão enfrentando seus medos, dificuldades, estigmas, condições e experimentações. É sempre muito encorajador quando recebemos fotos, relatos, sorrisos e falas de cada desafio finalizado. Seja uma etapa concluída, uma atividade feita, uma presença garantida e um caderno na mão. Encerro o texto, mas não a luta com a dura tarefa de suportar (não aceitar) as limitações da logística das políticas públicas, da precarização agravada dos trabalhos no contexto pós-pandemia, neoliberais e convites ao protagonismo juvenil despolitizado. Precarização dos laços sociais não produzirão outra coisa senão sujeitos objetificados, nunca sujeitos ativos de sua própria história. Psicologia Social é com intenção de transformação social e participação ativas das pessoas (Sawaia, 2009).

Referências

BARROS, João Paulo Pereira; ANTUNES, Deborah Christina; l (Org.). Políticas de vulnerabilização social e seus efeitos: (UFC).

SAWAIA, Bader (Org.). As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Rio de Janeiro: Vozes, 2010..

O mandrake que queria ser polícia: o que os adolescentes pensam sobre a criminalidade?

Maíra Lopes Almeida (UFG), Jullyana Silva Rosa (UFG), Guilherme Barbosa Souza (UFG), Luiz Henrique Jardim de Castro (UFG)

A adolescência é uma faixa etária que costuma ser marcada por intensas transformações biológicas, emocionais e sociais, sendo um período crucial para o desenvolvimento humano. No entanto, milhões de jovens no Brasil vivem essa etapa sob condições de vulnerabilidade social. O Brasil, país de dimensões continentais e uma das maiores economias do mundo, ainda convive com níveis alarmantes de pobreza. Em 2024, aproximadamente 27,4% da população vive abaixo da linha da pobreza, o que representa mais de 58 milhões de pessoas. Dentre elas, 28,8 milhões são crianças e adolescentes, de acordo com dados do UNICEF de 2025. Isso significa que mais da metade da população de 0 a 17 anos enfrenta privações severas em diversas áreas essenciais, como renda, educação, saneamento básico, moradia e acesso à informação. Essas privações estruturam as desigualdades desde o início da vida e impactam diretamente a trajetória dos adolescentes. As desigualdades estruturais impõem obstáculos concretos às trajetórias dos jovens. O acesso desigual a bens culturais, de lazer, saúde e educação é outro fator agravante diante da cultura de consumo e de um sistema que valoriza excessivamente o capital como forma de reconhecimento social.Além disso, a invisibilidade social enfrentada pelos adolescentes pobres é alimentada por estigmas e preconceitos relacionados à sua classe social, raça e gênero. Esse processo impede sua inclusão efetiva em políticas públicas e limita seu acesso a espaços coletivos de participação, reforçando ciclos de exclusão. No contexto brasileiro, essa desigualdade social se manifesta também através de outras formas de opressão, como o racismo e o sexismo. Adolescentes negras, por exemplo, estão mais propensas a serem empurradas para o trabalho precoce, em ocupações desvalorizadas, como o trabalho doméstico, restringindo suas possibilidades de ascensão social e educacional. Nesse cenário, torna-se fundamental adotar uma abordagem interseccional conectando as dimensões de classe, raça e gênero para compreender as múltiplas formas de opressão que recaem sobre adolescentes brasileiros. Para isso, o presente estudo teve como objetivo compreender como adolescentes, moradores de territórios vulnerabilizados, percebem a criminalidade. Foi realizada uma pesquisa qualitativa com 11 adolescentes de 17 anos, todos participantes do programa “Na Trilha da Universidade”, promovido pelo Centro de Assessoria e Juventude (CAJUEIRO), em Goiás. Essa organização filantrópica oferece apoio educacional e orientação acadêmica a jovens provenientes de famílias de baixa renda, com o objetivo de ampliar suas chances de ingresso no ensino superior público e gratuito. A pesquisa utilizou um grupo focal para investigar as perspectivas dos adolescentes. Os dados do grupo focal foram transcritos e analisados por meio de Análise Temática Indutiva. A análise temática dos dados revelou três temas: “Adolescência Interrompida”, “Significados da Desigualdade Social” e “Futuros Possíveis”. Na primeira categoria, “Adolescência Interrompida”, os jovens relataram como a necessidade de trabalhar e ajudar financeiramente em casa rouba deles experiências típicas dessa fase, como o lazer, a socialização e o tempo para o autoconhecimento. O sentimento de sobrecarga emocional e física é recorrente. Para esses adolescentes, a transição precoce para responsabilidades adultas não é uma escolha, mas uma imposição das circunstâncias econômicas. A frustração é ainda maior diante da imagem idealizada da adolescência como um tempo de liberdade e descobertas, o que para eles não se concretiza. A segunda categoria, “Significados

da Desigualdade Social", mostrou que os participantes têm consciência crítica sobre sua posição na estrutura social. Para eles, a desigualdade é percebida como uma barreira que já está presente desde a infância e que se manifesta em todas as esferas da vida. Os jovens reconhecem a estratificação social como um fator determinante das oportunidades e afirmam que os mais pobres "já nascem sabendo" que suas condições são diferentes. Essa percepção se intensifica com as comparações que fazem com jovens de classes mais altas, gerando sentimentos de revolta e impotência. A terceira e última categoria, "Futuros Possíveis", traz à tona as tensões entre o desejo de mudança e as limitações impostas pela realidade. Os adolescentes expressam esperança de ascensão social por meio da educação, mas também reconhecem o quanto isso exige um esforço desproporcional, especialmente quando comparado à trajetória de jovens mais privilegiados. A dedicação aos estudos é percebida como um ato de resistência, pois estudar implica abdicar do tempo livre, do descanso e, muitas vezes, do próprio trabalho, o que é algo impensável para muitos. Ao mesmo tempo, há um sentimento de urgência em que é preciso escolher entre estudar e trabalhar, pois raramente é possível conciliar os dois de forma equilibrada. Nesse cenário, a escolha da carreira acaba sendo orientada mais pelo retorno financeiro do que pela vocação pessoal, o que compromete ainda mais os sonhos desses jovens. A discussão dos resultados mostra que os participantes compreendem a pobreza como um ciclo de perpetuação de desigualdades e restringe oportunidades. Esse cenário reflete os dados do IBGE (2024), que apontam para a falta de garantia dos direitos básicos da juventude brasileira, incluindo educação, trabalho digno e proteção social. O estudo também evidencia que, ao contrário de pesquisas anteriores, os adolescentes entrevistados não veem o trabalho como uma solução para a desigualdade, mas sim como uma exigência que prejudica seus estudos e dificulta o ingresso no ensino superior. Para eles, a educação é o principal meio de transformação social, mas os obstáculos são muitos: desde a baixa qualidade do ensino público até a dificuldade de manter-se focado nos estudos diante da necessidade de trabalhar. A luta diária por uma vaga na universidade pública gratuita é percebida como um verdadeiro campo de batalha, no qual poucos conseguem vencer. Outro ponto importante diz respeito à predominância de mulheres cisgênero em nosso estudo, o que destaca a sobrecarga enfrentada por meninas negras e pobres, que acumulam as tarefas domésticas, os estudos e, muitas vezes, o trabalho. Como aponta Carneiro (2011), essas jovens são impactadas simultaneamente pelas opressões de gênero, raça e classe, tornando sua luta por uma adolescência digna ainda mais complexa. As perspectivas dos adolescentes revelaram também uma concepção contraditória e ambivalente da criminalidade e da figura do bandido. Tais contradições evidenciam a importância de investigar as referências identitárias que orientam as juventudes no Brasil contemporâneo. Entender esses aspectos pode contribuir para a construção de uma experiência adolescente em que os direitos da juventude sejam efetivamente assegurados.

Perspectivas sobre gênero e adolescências

Flávia de Almeida Prado Cézari (USP), Aline Souza Martins (USP)

O presente trabalho compreende uma reflexão acerca das questões de gênero que atravessam a experiência de adolescentes formuladas a partir de "Adolescência", minissérie inglesa de 2024 que retrata a história de Jamie, um garoto branco de 13 anos acusado de assassinar, Katie, uma garota branca e de mesma idade. Segundo Stephen Graham , roteirista, produtor e ator da série, ele se inspirou em duas notícias inglesas diferentes de meninos que esfaquearam meninas e diz que a ideia da série é pensar nos porquês de tais crimes de ódio, e adotamos esse objetivo também ao discutirmos a questão da misoginia e a objetificação das mulheres e o quanto estas reverberam em discursos e crimes de ódio.

A série apresente a história de um adolescente em um recorte sociocultural específico, que apresenta um contexto inglês branco e de classe média. Partimos do pressuposto, conforme argumenta Bourdieu (1983), de que abordar a adolescência como uma categoria homogênea, associando-lhe interesses, afinidades e características psicológicas comuns com base unicamente em critérios etários, constitui uma construção arbitrária. Nesse sentido, o autor propõe a utilização do termo "juventudes", no plural, a fim de reconhecer a diversidade de experiências que marcam essa etapa da vida, que não se trata de um fenômeno uniforme, tampouco de vivências padronizadas. Levando isso em conta, podemos fazer uso da série para refletir sobre as realidades brasileiras.

Tratamos de gênero a partir da noção de Judith Butler (2018) de que este é um ato performativo, e não algo da ordem de uma identidade como uma "relação entre sujeitos socialmente constituídos, em contextos especificáveis" (2018, p.26). Homem e mulher seriam categorias produzidas discursivamente cuja repetição criaria uma noção de que são categorias naturais, à priori. Judith Butler (2018) questiona a concepção de que o gênero constitui apenas uma interpretação cultural de um sexo supostamente natural e pré-discursivo. Para a autora, a própria ideia de sexo, concebida de maneira dualista e essencialista — homem versus mulher —, é já resultado de um constructo cultural operado pelo gênero como dispositivo normativo.

Para Firmino e Porchat (2017, p.55), a noção de gênero em Butler "surge então para afirmar que as diferenças sexuais não são por si só determinantes das diferenças sociais entre homens e mulheres, mas são significadas e valorizadas pela cultura de forma a produzir diferenças que são ideologicamente afirmadas como naturais". Em "Adolescência", a psicóloga pergunta a Jamie qual a sensação de ser homem, ao que ele responde "quer um pau e duas bolas, é isso?". Vemos aí um dilema, pois o interesse da psicóloga reside em saber como o adolescente enxerga os papéis atribuídos aos homens, ao que ele responde desde um lugar da biologia. A entrevista segue tensa justamente porque a profissional tenta explorar as noções do masculino presentes em Jamie, perguntando sobre os homens que o cercam e o que significaria para ele ser homem

Na série, o binarismo de gênero aparece em simbolismos. As relações entre pais e filhos são mostradas aos pares: cenas de Jamie com o pai e da irmã com a mãe. Entre os homens, há mais silêncio e um choro contido. Entre as mulheres, a conversa e a afetação são explicitadas. O uniforme escolar é genderizado: calças para os garotos e saias para as garotas.

A violência de gênero em relação às mulheres aparece não somente no feminicídio cometido por Jamie, mas também em seu discurso em relação à garota, afirmando que ela era uma "escrota que fazia bullying com ele", que ele "não a matou mas devia ter matado", que ele "não a tocou mas

poderia ter tocado, porque muitos garotos o fizeram". Aqui vemos o lugar objetalizado da mulher, tratando-a "como se ela fosse um anexo ou uma notinha de rodapé, uma criatura estranha e exótica entre as flores" (Preciado, 2019, s/p). A objetificação das mulheres é, segundo Santos et.al (2021), um tipo de violência empregado para sustentar hierarquias de poder na nossa sociedade.

As mulheres não entram nas relações afetivas significativas de Jamie, são vistas como objetos mais ou menos dignos de apreciação sexual, mas não de amor ou amizade. É patente a objetificação e a redução da mulher ao corpo sexualizado, do qual se pode dispor facilmente a partir do compartilhamento de nudes, prática extremamente comum entre adolescentes e que comunica que mulheres são "...antes de tudo, objetos que existem para o prazer sexual dos homens" (Graham, 2021, p. 83).

Concordamos com Coutinho (2009) no entendimento da adolescência enquanto um período de afastamento da família de origem para o fortalecimento de outros grupos sociais de pertença e para a criação de um novo estatuto dentro do que socialmente denominamos como mundo adulto. A série "Adolescência" retrata brilhantemente o que Jamie encontra nessa saída da cena familiar para a cena social: o ódio às mulheres.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. A "JUVENTUDE" É APENAS UMA PALAVRA. Entrevista com Pierre Bourdieu. Extraído de: BOURDIEU, Pierre. 1983. Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero. P. 112-121.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

COUTINHO, Luciana Gageiro. Adolescência e Errância: destinos do laço social no contemporâneo. Rio de Janeiro: Nau FAPERJ, 2009.

FIRMINO, Flávio Henrique.; PORCHAT, Patrícia. Feminismo, identidade e gênero em Judith Butler: apontamentos a partir de "problemas de gênero". Doxa: Revista Brasileira de Psicologia e Educação, Araraquara, v. 19, n. 1, jan./jun. 2017, p. 51-61.

GRAHAM, Dee L. R. Amar para sobreviver: mulheres e a síndrome de Estocolmo social. In: Graham, Dee L. R. Edna I. Rawlings, Roberta K. Rigsby (Org). 1ed. São Paulo: Ed. Cassandra, 2021.

PRECIADO, Paul. Um apartamento em Urano [Trad. C. Q. Kushiner & P. S. Souza Jr.]. Lacuna: uma revista de psicanálise. São Paulo, v. 8, n. 12, 2019.

SANTOS, Anderson et al. A objetalização da categoria mulher nas construções psicanalíticas: um tipo de violência de gênero. Violência de Gênero e Ódio ao Feminino. Curitiba: CRV, 153-172, 2021.

Relato de experiência de estágio no Centro de Defesa da Criança e do Adolescente

Rayssa de Goes Pinheiro (UFC)

Este trabalho trata-se de um relato de experiência sobre a atuação de uma estudante de psicologia em uma organização da sociedade civil que defende os direitos de crianças e adolescentes, o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente. O CEDECA Ceará é uma organização da sociedade civil, que atua há 30 anos no Brasil, e que possui abrangência nacional e internacional. Sua missão é a defesa dos direitos de crianças e adolescentes, especialmente quando violados pela ação ou omissão do poder público, objetivando o exercício integral e universal dos direitos humanos, e contribuindo para a construção de um modelo de sociedade livre das opressões estruturais. Atuamos a partir de uma lógica do litígio estratégico em um contexto repleto de violações e vulnerabilidades, o que torna desafiante a atuação. Objetiva-se através do relato dessa experiência refletir e documentar, de forma crítica e descritiva, o aprendizado, as atividades desenvolvidas e os desafios enfrentados durante o período de estágio. Esse tipo de relato não se limita à descrição das atividades realizadas, mas busca construir uma análise crítica das condições sociais que atravessam a vida das crianças, adolescentes e famílias atendidas, assim como das políticas públicas envolvidas em sua proteção. No contexto de Fortaleza, uma cidade marcada por desigualdades históricas e altos índices de vulnerabilidade infantojuvenil, o estágio me proporcionou um contato direto com realidades invisibilizadas — como a violência doméstica, o abandono institucional, o racismo e a negligência estatal — que desafiaram não apenas minhas habilidades técnicas, mas também minhas convicções pessoais e políticas. Além disso, o relato contribui para que eu, enquanto futura psicóloga, possa avaliar com mais clareza os meus limites, aprendizados e potências enquanto profissional em formação. É um espaço de autorreflexão e responsabilização, em que reconheço os efeitos que a prática me causou — afetivamente, intelectualmente e politicamente — a partir dessa vivência, uma atuação mais consciente, crítica e ética. Por fim, o relato tem um valor coletivo e pedagógico. Ele permite compartilhar experiências, fortalecer a memória institucional e contribuir para a construção de uma Psicologia mais comprometida com os direitos de crianças e adolescentes, reconhecendo-os como sujeitos de direito e como protagonistas de sua própria história. de forma prática, o estágio foi realizado na cidade de Fortaleza - Ceará, na sede do CEDECA, com carga horária de 20 horas semanais e presenciais, com início em 2023 e perdurando até o momento atual. Assim, perpassei frente às seguintes ações e/ou intervenções/observações: escutas psicológicas, orientações de caso, encaminhamentos, estudos de casos, produção de relatórios, reuniões de incidência política no cenário da cidade e a presença de formações e supervisões contínuas. Trabalhar em um centro de defesa envolve frequentemente a cooperação entre profissionais de diferentes áreas, o que desenvolve uma visão mais ampla e colaborativa sobre a proteção integral à infância. A experiência permite vivenciar, de forma concreta, o que a Constituição Federal de 1988 define como “direitos fundamentais” e o que a Psicologia Social crítica interpreta como compromisso ético e político com a transformação das condições de vida dos sujeitos historicamente marginalizados. A Psicologia Social assume papel essencial nesse contexto de atuação: não apenas com a prática clínica tradicional, mas como ação política, sensível às demandas coletivas, ao sofrimento social e à denúncia das injustiças que afetam corpos racializados, empobrecidos e silenciados. A relação entre o estágio no Centro de Defesa e o eixo temático proposto evidencia que o trabalho do psicólogo nas políticas públicas deve ultrapassar o atendimento individualizado e buscar intervir nas estruturas que produzem e

reproduzem desigualdades. A perspectiva teórico-metodológica que orientou esta experiência está fundamentada nos princípios da Psicologia Social e Jurídica. Essa perspectiva rompe com uma visão estritamente individualizante e patologizante dos problemas humanos, buscando uma análise mais ampla e crítica das situações de conflito, violência, exclusão e desigualdade. O estagiário tem a oportunidade de compreender como as políticas públicas voltadas para a infâncias e juventudes são implementadas - ou negligenciadas - na prática, em especial no território do Ceará. Portanto, aprende-se sobre o funcionamento da rede de proteção, como CRAS, CREAS, Conselhos Tutelares, Delegacias Especializadas, Ministério Público e Judiciário. A atuação no centro me colocou em contato direto com demandas complexas, atravessadas por múltiplas violências — físicas, psicológicas, institucionais e estruturais. Crianças, adolescentes e famílias em situação de vulnerabilidade social chegavam com histórias que escancaravam os efeitos da desigualdade, do racismo, machismo, da negligência estatal e da ausência de políticas públicas efetivas. Diante disso, não era possível manter uma postura neutra ou meramente observadora. Como aponta Marilena Chauí (2000), “a escuta do outro implica uma escuta de si e uma disposição de alteridade”. Estar ali exigia presença ética e afetiva, mas também senso crítico sobre o lugar que a Psicologia ocupa nas tramas da sociedade. Em suma, faz-se importante pensarmos nosso papel como estagiários deve ser de conhecedores, mas também de transformadores do campo, para que assim ambas as partes possam desfrutar de maneira produtiva desse período e de seus efeitos.

Sobre o instante que nunca acaba: Juvenicídio e saúde mental para jovens em medida socioeducativa

Caroline Navarini e Sá (UFRGS)

O seguinte estudo parte de uma experiência de conflito, enquanto trabalhadora do Sistema Socioeducativo no Rio Grande do Sul. Tendo vivenciado as contradições como psicóloga em uma unidade de internação na cidade de Caxias do Sul - RS, ouço cotidianamente a expressão individual e coletiva de jovens em medidas socioeducativas, que convivem diariamente com a angústia imbricada na construção de um projeto de vida no dia-a-dia do país em que metade das vítimas por violência letal são jovens entre 15 e 29 anos (Cerqueira; Bueno, 2024). É essa a violência que perdura na materialidade das perdas sistemáticas de seus vínculos amorosos, familiares, fraternos, inclusive entre seus companheiros de medida socioeducativa - que são por vezes naturalizadas enquanto sistema - ou mesmo na perda da relação com a própria vida, relações expressas através da postura de seus corpos e no desencontro de suas palavras. Neste caminho, esta pesquisa se baseia essencialmente na busca por compreender de que maneira o processo de precarização da vida e a alta mortalidade juvenil, aqui tratados como juvenicídio, relacionam-se com a saúde mental desses jovens, que por estarem em cumprimento de medida socioeducativa, tornam-se os mais suscetíveis a este fenômeno (Comitê de Combate à Violência, 2023). O termo juvenicídio, nomeado pelo autor mexicano Valenzuela Arce (2018), procura materializar o fenômeno a que essa determinada juventude está sujeita, através do processo de "precarización, vulnerabilidad, estigmatización, criminalización y muerte (p. 21), como mecanismo de manutenção deste sistema. Diversos especialistas utilizam este termo para "compreender e denunciar o assassinato sistemático de jovens" (Paiva & Miranda, 2022), associando este evento com a produção capitalista, o avanço do neoliberalismo e as consequentes categorias estruturantes como a desigualdade, a pobreza e o racismo, e o limitado acesso à políticas sociais e à justiça (p. 30). A partir disso a ideia de juvenicídio trata-se de uma "plataforma acadêmica, ética e política" que denuncia este fenômeno em seu padrão sistemático, estruturante e que demanda ações concretas de reparação, memória e justiça (Paiva & Miranda, 2022).

Tratar de juvenicídio é reconhecer a existência de um contexto punitivista e entender o uso recorrente do poder do Estado em políticas públicas repressivas e escamoteadoras, através da alta seletividade penal e da violência policial, em detrimento de políticas reparadoras e emancipadoras, conforme será trabalhado adiante. De acordo com Wacquant (2008) há a presença do Estado Penal em contextos onde há uma intensa supressão do Estado Social, como uma estratégia de ocultamento dos efeitos de uma política econômico-social que se nutre da marginalização dos sujeitos e que, no caso do Brasil, toma nuances ainda mais complexas diante de seu passado colonial, baseado na economia escravista, fortalecida pela atuação violenta do poder hegemônico burguês, e que postulou (e ainda postula) o estrangulamento de políticas sociais desde sua origem. Neste sentido, é importante reconhecer as contradições expressas nas instituições que se ocupam historicamente da juventude em nosso país, e que inevitavelmente serão abordadas neste trabalho, no seu uso enquanto ferramentas deste Estado Penal, que opera o controle social de múltiplas formas. Conforme descrito por Wacquant (2013)

(...) designo por regime prisional (prisonfare) a orientação política através da qual o Estado dá uma resposta penal às doenças urbanas purulentas e às desordens sociomorais, bem como ao imaginário, aos discursos e aos corpos de conhecimento leigo e especializado que

florescem em torno da implantação da polícia, dos tribunais, das cadeias e das prisões, e de suas extensões (liberdade vigiada, liberdade condicional, bases de dados computadorizados de arquivos de criminosos, e os esquemas de monitoramento e vigilância remotos que eles permitem). À penalização juntam-se a socialização e a medicalização como as três estratégias alternativas através das quais o Estado pode optar em tratar condições e condutas indesejáveis (apud Rocha, 2020, p. 21).

Assim sendo, opto por analisar certos fios soltos em minha prática cotidiana que implicam em questões iniciais importantes a serem debatidas. De início, apesar do significativo marco legal estabelecido pelo Estatuto da Juventude (Brasil, 2013), muitos jovens não possuem seu status enquanto jovem garantido, o que circunscreve o seu autorreconhecimento enquanto pessoa de direito, conforme veremos a seguir.

Entre seus direitos fundamentais, o direito à saúde mental, apesar da vitória colocada pela Lei da Reforma Psiquiátrica, ainda carrega em si o uso secular como instrumento de violações e ajustamentos, vide o caso do Hospital Psiquiátrico de Barbacena ou mesmo pela atualização manicomial nas comunidades terapêuticas. É interessante pontuar que historicamente há um uso das ciências psiquiátricas e psicológicas como respostas fundamentadas para o "vício e o crime" na população infantojuvenil pauperizada, além de promover a lógica eugenista, permeada pelo conceito de "apuração da raça", que imperava na década de 20 no Brasil, dando aderência à privação de liberdade (Rizzini, Pilotti, 2017). Neste sentido, é importante partir desta origem comum, entendendo-a como uma resposta criminalizadora dada pelo Estado ao longo do tempo e que tomou outras roupagens por meio da lógica do proibicionismo, através da saúde mental.

Entretanto, é relevante para este trabalho reconhecer o sofrimento real produzido na vida de algumas juventudes, expresso no bojo da relação social e que se materializa, por exemplo, no aumento das autolesões e suicídio de jovens entre 10 e 24 anos neste último período (Santos et al., 2024). Löwy (2006, p. 15) coloca que, no caso do suicídio, o "privado é político", uma vez que é conveniente para o capital disseminar a imagem de que o fenômeno do suicídio é algo apenas subjetivo, particular, que não possui ligação com as relações sociais vigentes (Marx, 2006). Diante disso, conforme será discutido ao longo desta produção, existem sintomas expressos por essas juventudes, diante do sistema em que vivemos, que se relacionam inclusive com a proposta trazida na ideia de juvenicídio e trazem consigo a carga enquanto expressão da questão social.

Como terceiro ponto, é inevitável olhar para a sempre atual contradição estabelecida no sistema socioeducativo, sobretudo nas unidades de internação, diante dos simbolismos da produção de saúde mental ali desorientados, ou mesmo insistentemente direcionados para uma mesma posição. Neste sentido, proporcionar esta discussão no campo da socioeducação em diálogo com a pauta histórica da reforma psiquiátrica é demarcar este espaço. Conforme apresentado na revisão integrativa de Picolli e Arruda (2023) há um número restrito de publicações científicas que relacionem o tema da saúde mental com os jovens que cumprem medida socioeducativa, sobretudo em relação conceito ampliado de saúde e seu vínculo com a RAPS (Rede de Atenção Psicossocial), do SUS. Nota-se que apesar do avanço significativo através da Portaria no 1.082 de 23 de maio de 2014, que redefine as diretrizes da PNAISARI (Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei), no escopo do Sistema Único de Saúde (SUS) existem ainda limitações expressivas quanto a aplicação do princípio da integralidade em saúde neste contexto (Pedro, 2018). Além disso, nota-se uma ausência de mecanismos sistemáticos e suficientes para garantir a assistência psíquica aos jovens vítimas da violência de Estado no Brasil, com intuito reparador, estando estes sujeitos ao gargalo da Política de Saúde Mental e as suas

limitações. Desse modo, tem-se o plano da socioeducação como espaço de tensionamento da temática e expressão máxima das contradições entre saúde mental e juvenicídio, entendendo que assim como no sistema penal, são esses os espaços de latência da problemática, através do uso do encarceramento como um dos elos finais de precarização da vida.

Outro aspecto importante para este trabalho perpassa as estratégias não institucionais utilizadas sobretudo pelos jovens para o exercício do cuidado mútuo em saúde mental - entendida em sua maneira ampliada - aliado a suas estratégias de resistência, buscando entender quais instrumentos se produzem no coletivo para o combate ao aniquilamento psíquico produzido no contexto de violência juvenicida.

Por fim, é fundante para essa discussão a inevitável transversalidade das questões étnico-raciais, por todos os pontos anteriores impactarem sobretudo a vida de um mesmo sujeito: o jovem negro da periferia.

A construção desta pesquisa parte da minha inserção no Grupo de Estudos em Juventudes e Políticas Públicas - GEJUP/UFRGS, enquanto mestranda do Programa Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na linha de pesquisa: Estado, Sociedade e Políticas Sociais.

Trata-se de uma pesquisa exploratória e explicativa (Gil, 2007) de caráter qualitativo (Sampieri, Callado, Lucio, 2013). Adota o método dialético-crítico, fundamentado em Marx, partindo das categorias historicidade, totalidade e contradição de modo a acessar o fenômeno em sua complexidade, situando em sua dimensão histórica. Deste modo, este trabalho constrõe-se em três pilares que se relacionam com as metodologias adotadas: de que maneira as políticas públicas intervém na relação saúde mental X juvenicídio (pesquisa bibliográfica de materiais das políticas para juventude), como o juvenicídio se expressa na saúde mental de jovens em cuprimento de medidas socioeducativas (entrevistas individuais com jovens em medida socioeducativa, utilizando da História Oral como instrumento) e quais estratégias independentes estes jovens constroem entre seus pares para resistir aos danos provocados pelo juvenicídio em vida (grupos focais com jovens em medida socioeducativa, mediados pela arte).

GT 09: ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA NO ENFRENTAMENTO DA MUDANÇA CLIMÁTICA

Coordenação: Dayse da Silva Albuquerque (UFAM), Maria Inês Gasparetto Higuchi (INPA), Daniele da Costa Cunha Borges Rosa (UFRR)

A Psicologia junto ao Museu em busca da conscientização ambiental - Relato de Experiência

Adriely Cordeiro dos Santos, Paulo César da Rocha Poppe (UEFS)

O presente trabalho foi elaborado a partir de uma experiência em extensão universitária no Museu Antares de Ciência e Tecnologia, um dos setores presentes no Observatório Astronômico Antares (OAA), que por sua vez é vinculado à Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Essa experiência extensionista ainda está em andamento, tendo sido iniciada em janeiro de 2025, conta com uma duração até dezembro do mesmo ano, o que sugere que ainda haverá muitas possibilidades a serem exploradas durante o período de atuação no projeto de extensão. A proposta do OAA é de contribuir com a popularização do conhecimento científico de forma dinâmica e interativa por um viés interdisciplinar, dessa forma, as atividades propostas nesse projeto de extensão seguem a mesma linha. As atividades executadas no espaço se tratam de visitas orientadas pelo acervo expositivo “Espaço Natureza” que conta com divisão expositiva da biodiversidade, dos biomas, da fauna e da flora no território baiano, além de peças ósseas, esqueletos de diferentes invertebrados e vertebrados, e ainda exemplares de rochas e minerais, com murais de denúncia da exploração da natureza e suas consequências para comunidades tradicionais - como as comunidades, quilombolas, ribeirinhas, indígenas, etc - e conscientização ambiental.

Nesse viés, a fim de enfatizar a importância e a riqueza de significados que acompanham os territórios, para além das discussões e trocas de ideias, é explorado algumas características de regiões da Bahia através dos acervos com os 04 biomas presentes no estado, características essas como o tipo de vegetação, alguns animais daquela região, características que remetam ao local (curiosidades, animais, celebrações), aspectos da culturais e por fim a opinião dos visitantes. Essa dinâmica, com a apresentação de aspectos da cultura nas localidades dos biomas, acontece uma vez na semana com turmas escolares previamente agendadas, do fundamental ao ensino médio, porém essas visitas ao museu, sejam elas agendadas ou esporádicas (não escolar), abrangem outras variedades de exposições que recebem visitantes durante toda semana.

Ao tratar da conscientização e conservação ambiental, a exposição alerta sobre as ameaças que os ecossistemas e as culturas tradicionais vêm sofrendo ao longo dos anos, e nutre a intenção de gerar reflexão, politização, sensibilização, ou mesmo indignação, frente a exploração desenfreada e não sustentável dos recursos da natureza, em toda sua biodiversidade, que podem trazer impactos negativos tanto para o meio ambiente, quanto para a população, gerando poluição, mudanças climáticas e perdas de suas raízes, a exemplo dos desastres ocorridos com o rompimento das barragens de Brumadinho/MG e Mariana/MG, que obrigaram centenas de pessoas, aquelas que sobreviveram, a recomeçar suas vidas abruptamente. O autor indígena Ailton Krenak, natural da região do Vale do Rio Doce/MG, território do povo Krenak que foi largamente afetado pelo rompimento em Mariana, traz suas perspectivas acerca do ocorrido, onde ele afirma

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

que para além da perda social, econômica, cultural e religiosa houve também o luto pela morte do Watu, e com ela a territorialidade e identidade daquele povo, " O Watu, esse rio que sustentou a nossa vida às margens do Rio Doce [...] está todo coberto por um material tóxico [...] o que nos deixou órfãos e acompanhando o rio em coma" (Krenak, 2019. p. 42). As comunidades com forte vínculos com a terra não só preservam práticas sustentáveis e espirituais, como também um conhecimento ancestral que contribui para a conservação ambiental e preservação da biodiversidade local, e o exemplo do povo Krenak ilustra a situação de luta contra as negligências estatais e o capitalismo predatório, e alerta para a necessidade de repensarmos nossa relação com a Terra e entre nós mesmos. Segundo Franco (2012), a experiência de luto pode ser muito poderosa e dolorosa, em situações de desastres há contornos delicados que envolvem não só a população local como a natureza, onde os indivíduos são vítimas e enlutados em uma perda coletiva, não só em relação a morte dos entes, como no campo simbólico, como no caso do Watu, resultando em intensos abalos emocionais, na organização da comunidade e sobrevivência.

Diante do exposto, é notável como estratégias de enfrentamento, resistência, acolhimento e apoio são importantes no arcabouço de profissionais, e estudantes, de psicologia, frente ao cenário preocupante acerca dos constantes desequilíbrios climáticos, de negligências - seja de indústrias mineradoras, seja do estado - e das desigualdades sociais em relação a comunidades situadas em locais de risco ou locais de preservação que são marginalizadas, faz com que a comunicação acerca das mudanças climáticas e seus impactos se mostra de grande importância nos espaços de discussão e trocas promovidos pela psicologia. Ademais, é partindo dessa perspectiva, que durante as atividades de visita orientada nesse projeto de extensão, é adotada uma postura não só de denunciar e educar para uma conscientização coletiva acerca das mudanças climáticas, como também levantar reflexões acerca do reconhecimento daqueles que colaboram negativamente para com o cenário, além de identificar atitudes, por mais que pequenas, que possam influenciar positivamente, tornando o museu, e a extensão prestada nele, de grande potencial para sensibilizar a população, além de ampliar o debate sobre a necessidade de pensar resistências e enfrentamento das injustiças socioambientais.

Como ainda não há os resultados finais para a discussão, é identificado nos resultados parciais que a experiência consegue atrair a atenção e estimular a curiosidade e discernimento acerca dos assuntos abordados, o que traz boas expectativas para o andamento do projeto. Portanto, se faz imprescindível dispor dessa proposta de aprendizagem e desenvolvimento de modo dinâmico e atrativo em um museu, que historicamente já é reconhecido por ser um espaço que contribui para oferecer valores à sociedade, e que demonstra uma capacidade de acolhimento de um público amplo e diversificado, sejam crianças, adolescentes, adultos ou idosos, e por isso deve ser valorizado como algo essencial à construção seja de caráter pessoal ou coletiva (Monteiro, 2012).

Referências:

FRANCO, Maria Helena Pereira. Crises e desastres: a resposta psicológica diante do luto. Estudos de Psicologia, Campinas, v. 29, n. 1, p. 54-58, 2012.

KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MONTEIRO, Maria Ana; RIBEIRO, Lucilina; BAHIA, Sara. Psicologia nos museus e museus na psicologia: serviço educativo do Museu Nacional do Azulejo. In: COLÓQUIO DE PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO, 12., [s.l.], 2012. Actas do 12º Colóquio de Psicologia e Educação, p. 1568–1582.

A Psicologia na Gestão de Riscos e Desastres: produção científica e formação profissional

Cecília Ritse de Almeida Silva (UNIR), Amanda Dias Campos (Fundação Universidade Federal de Rondônia), Luanna Freitas Johnson (Fundação Universidade Federal de Rondônia)

As alterações climáticas têm ocasionado desastres ambientais sem precedentes no mundo todo, gerando preocupações na comunidade científica, em virtude da frequência, amplitude e impacto desses fenômenos. No Brasil, esses desastres têm gerado perdas de vidas, recursos financeiros e a preocupação de todos os profissionais que se pautam pelo conhecimento científico, levando-os a desenvolver estudos no campo da prevenção e do enfrentamento das consequências dessas mudanças. A Psicologia não é exceção, embora, por muito tempo, a gestão integral de riscos não tenha sido reconhecida pela Psicologia como uma área potencial de atuação.

No início da atuação da profissão nessa área, a Psicologia ainda se encontrava circunscrita a um viés clínico, restringindo-se a atuar apenas nos contextos de impacto individual e pós-desastre. Com a crescente demanda o Conselho Federal de Psicologia publicou em 2021 as Referências Técnicas para a Atuação do Psicólogo na Gestão Integral de Riscos, Emergências e Desastres e, em 2024 a Nota Técnica nº 22/2024, com diretrizes atualizadas para a atuação de psicólogos nos contextos de emergências, considerando as especificidades das fases de preparação, resposta e reconstrução em desastres. A emergência dessa atuação também apresenta novos desafios para a formação de profissionais, seja na graduação ou no aperfeiçoamento e atualização.

Diante do exposto, o presente artigo analisa as produções acadêmicas brasileiras em Psicologia voltadas à Gestão de Riscos e Desastres, com o objetivo de compreender em que medida essas contribuições dialogam com as diretrizes estabelecidas nas Referências Técnicas bem como seus impactos para a formação acadêmica e profissional. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com abordagem bibliográfica e documental. O levantamento bibliográfico realizado no Portal de Periódicos da CAPES abrangeu o período entre 2018 e 2025 e selecionou nove artigos. A análise documental foi realizada em 27 Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs) de Psicologia (instituições federais localizadas nas capitais de cada estado brasileiro). Devido às limitações de prazo estabelecidas pelo cronograma de execução da pesquisa, a busca foi restringida às universidades federais situadas nas capitais brasileiras, partindo do pressuposto de que essas instituições atuam como polos de referência acadêmica e formativa para os demais campi de sua rede. A coleta de documentos foi realizada por meio dos sites oficiais de cada universidade, priorizando o acesso a informações atualizadas e de domínio público, buscando avaliar a inserção do tema na formação universitária. A análise dos dados permitiu a organização dos achados em três categorias: (1) saber social e vivências em território; (2) atuação em contextos de desastres e políticas públicas; e (3) lacunas e desafios para a atuação profissional da(o) psicóloga(o).

A primeira categoria revelou a importância do território como espaço de produção de identidade, sentido e resistência. Aponta-se que as práticas em gestão de riscos frequentemente desconsideram os saberes populares e os afetos vinculados ao lugar, o que pode levar à ações que violentam as vivências dessas populações e favorecem os processos de revitimização. O deslocamento forçado, por exemplo, é vivenciado por muitas comunidades não apenas como uma medida de segurança, mas como uma violação de direitos e uma perda simbólica de pertencimento.

A segunda categoria evidenciou a necessidade de articulação da Psicologia com as políticas públicas, ressaltando que a atuação profissional deve ser pautada

em práticas intersetoriais, preventivas e orientadas pela escuta das comunidades. Os resultados revelam que, embora o marco normativo aponte diretrizes para uma atuação contextualizada, as ações institucionais ainda se concentram na fase de resposta, com pouca estrutura para o trabalho preventivo e contínuo. A literatura também destaca iniciativas de psicólogas(os) e coletivos que atuaram em desastres recentes, como no Rio Grande do Sul, demonstrando a potência de ações territorializadas, porém ainda isoladas e pouco integradas aos sistemas formais de gestão.

A terceira categoria apontou fragilidades na formação acadêmica para atuação em emergências e desastres. A análise dos PPCs demonstrou que a maioria das universidades federais ainda não inseriu, sistematicamente, o conteúdo em suas grades curriculares. Em muitos casos, as referências à Psicologia Ambiental ou à atuação em contextos de desastre aparecem de forma superficial, como em disciplinas optativas ou menções genéricas em projetos pedagógicos. A ausência de conteúdos específicos e obrigatórios compromete a qualificação dos profissionais, que, mesmo diante da ampliação dos desastres socioambientais no Brasil, não são preparados para intervir com segurança e responsabilidade.

Além das lacunas na formação inicial, identificou-se também a escassez de programas de capacitação continuada, a desarticulação entre equipes multiprofissionais, bem como a não inclusão formal da Psicologia na estrutura da Defesa Civil. Profissionais relatam despreparo diante de situações críticas e dificuldades de inserção em redes institucionais, o que evidencia a urgência de construir normativas, protocolos e formas de reconhecimento da Psicologia como importante ator na gestão de desastres.

Os dados analisados revelam ainda um deslocamento paradigmático em curso: da visão biomédica, centrada na reação individual ao trauma, para uma abordagem psicossocial que compreende os desastres como fenômenos enraizados em estruturas sociais desiguais. Nesse sentido, a Psicologia é chamada a atuar não apenas no atendimento emergencial, mas na promoção da cidadania, da justiça territorial e da reparação de direitos.

Dessa forma, a presente proposta articula-se ao eixo temático “Questões socioambientais e contextos rurais e urbanos” na medida em que insere na formação e atuação da Psicologia em diálogo com os impactos psicossociais da crise climática. Ao discutir a inserção da gestão de riscos e desastres no campo psicológico, este estudo contribui para a construção de uma agenda socioambiental crítica e comprometida com os princípios da justiça climática. Considerando que as populações mais afetadas pelos desastres ambientais frequentemente são aquelas historicamente vulnerabilizadas – como povos tradicionais, comunidades periféricas e regiões economicamente desfavorecidas.

Além disso, este trabalho reforça a importância de estratégias formativas e profissionais que levem em conta as inter-relações entre ambiente, território, cultura e desigualdade social. Compreende-se, assim, que a atuação da Psicologia, fundamentada em uma perspectiva ético-política e interdisciplinar, pode contribuir significativamente para o desenvolvimento de práticas de mitigação, adaptação e cuidado em cenários de crise climática. Ao mesmo tempo, destaca-se a urgência de incorporar saberes locais, fortalecer redes comunitárias e superar as barreiras psicossociais que dificultam ações efetivas diante dos desastres. A pesquisa, portanto, alinha-se ao esforço coletivo de reafirmar a Psicologia como uma ciência comprometida com a transformação social e a sustentabilidade dos modos de vida frente aos desafios impostos pelas mudanças ambientais globais.

Palavras-chave: Psicologia. Gestão de desastres. Formação profissional.

E de repente era tudo água... : a enchente em Porto Alegre sob o olhar da Ecopsicologia e Psicologia Analítica

Denise Silva Motta dos Santos (FACEFI- Faculdade do CEFI), Ricardo Favoretto Antunes (Unioeste)

A experiência das enchentes que ocorreram em maio de 2024 em Porto Alegre e região trouxe à tona muitos questionamentos e reflexões sobre o impacto da água nas nossas vidas, assim como a relação com nosso habitat e meio ambiente.

Era tudo água, de repente, assim do nada. Para onde olhava tinha água. Por tudo. Não tinha mais chão, tinha água. E se olhava pro céu e só caia água. Uma chuva que não parava. E se ficava ali olhando da janela e esperando: quando será que isso vai acabar? Será que a água vai chegar até aqui? Tem água por tudo e ao mesmo tempo não tem água...

Acabou água. Não tem mais água para beber. As prateleiras do supermercado estão vazias. Não há água para comprar, não tem água na torneira, não tem água no chuveiro. Não tem mais água para limpar a casa, lavar a roupa e cozinhar. Ao mesmo tempo que tem água por tudo, falta água pra tudo...

As paisagens da cidade mudaram. De repente tinham barcos e pequenas lanchas transitando pelas ruas alagadas. Havia medo de andar pela cidade. Bairros desertos, com falta de luz e repletos de água. Da janela se via alguns moradores resistentes que não queriam sair de suas casas. Lutavam e buscavam preservar suas moradias, com medo de deixar o lar e estes serem saqueados, medo de perder o que construíram: – Para onde vou?– Tens algum lugar para ir?– Não.– Então irão para um abrigo.

Havia um medo pairando no ar, acompanhado de incertezas e insegurança. Medo de perder seus pertences, medo de se perder, medo perder a dignidade e se dissolver no coletivo em um abrigo repleto de desabrigados. “Não vou para o abrigo. Obrigada, prefiro ficar na minha casa. Vou ficar aqui enquanto aguentar”.

O rio avançou sobre a cidade. Ou seria a cidade avançou sobre o rio?

O rio veio reivindicar seu território. O céu estava chorando e a água precisa fluir, se deslocar, transitar e desaguar no mar. O território originalmente do rio foi tomado pela cidade, a chamada “civilização”. A cultura se impôs sobre a natureza. A cultura que se separa da natureza e se coloca como superior a esta.

Em sua obra Jung abordou a nossa relação com a cultura e a natureza, e a psicologia analítica nos convida a pensarmos sobre uma ecologia da alma. Diante disso, este artigo traz algumas reflexões sobre a forma com a qual nos relacionamos com o ambiente em que vivemos e como a cultura, a chamada “civilização”, se impõe sobre a natureza.

O que acontece quando estas imagens da enchente nos inundam? A água que invade, preenche e transborda por tudo. A tal civilização que avança e se impõe sobre o espaço originalmente da natureza. Nosso mundo de repente se vê inundado. Como ficamos diante disso? Como estamos lidando com a natureza que somos e fazemos parte?

E dentre esse transbordar de águas, qual espaço deixamos para a água fluir em nós?

Quais as consequências e impactos que temos sofrido ao nível individual e coletivo?

Bispo dos Santos (2023) traz sobre a questão da desconexão do homem com a natureza:

A humanidade se desconectou da natureza exatamente por ter cometido o pecado original. Seu castigo foi se afastar da natureza. Por isso Adão foi expulso do Jardim do Éden e o humanismo passou a ser um sistema, um reino vegetal, todos vegetais cabem, dentro do reino animal e não cabem os humanos. Os humanos não se

sentem como entes do ser animal. Essa desconexão é um efeito da cosmofobia. (P. 18 e 19)

Essa desconexão do homem com a natureza tem trazido graves efeitos para todos os entes presentes no mundo. A chamada Cosmofobia como aborda Bispo dos Santos (2023) refere-se ao medo e para este somente há alternativa da imunidade. O autor pondera que para nos protegermos da cosmofobia a alternativa sera a contracolonização. "Ou seja, o politeísmo, porque a cosmofobia é germinada dentro do monoteísmo. (...) No mundo politeísta não existe pecado original (...) os deuses e as deusas são muitos". O monoteísmo buscaria impor o seu deus, a sua verdade, no politeísmo isso não seria uma questão, pois são muitos deuses não há esta disputa por única forma de ser e estar no mundo. Perceber o mundo como plural é algo essencial para aprendermos a viver com a diversidade da vida.

Este artigo se propõe a refletir sobre a enchente que ocorreu em Porto Alegre em maio de 2024. Esta experiência trouxe à tona muitos questionamentos sobre a relação com o nosso habitat, com o meio ambiente em que vivemos, assim como também sobre nossa conexão com a água, com o rio e com a chuva.

Estas reflexões serão realizadas através um diálogo entre ecopsicologia e psicologia analítica, dialogando com os autores como Krenak (2020), Bispo dos Santos (2023) e Lutzenberger (2012) e Ingold (2019) e buscarão compreender esta experiencia das enchentes na cidade de Porto Alegre e seus impactos.

Referências:

BAPTISTA DASILVA, S.; GIUMBELLI, E.; QUINTERO, P.. O xamanismo e suas múltiplas manifestações e abordagens. Horizontes Antropológicos, v. 24, n. 51, p. 7–15, maio 2018.

BISPO DOS SANTOS, A., A Terra dá, a terra quer, São Paulo:Ubu Editora, PISEGRAMA, 2023

CASTRO, Eduardo Viveiros de. O Anti-Narciso: lugar e função da Antropologia no mundo contemporâneo. Rev. bras. psicanál, São Paulo , v. 44, n. 4, p. 15-26, 2010 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0486-641X2010000400002&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 07 ago. 2024.

DUARTE, Alisson José Oliveira. Ecologia da alma: a natureza na obra científica de Carl Gustav Jung. Junguiana, São Paulo , v. 35, n. 1, p. 05-19, jun. 2017 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-08252017000100002&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 21 jul. 2024.

ESPINDULA (1), Thiago, May 11 (2024)Sobre as enchentes na região metropolitana de Porto Alegre. Disponível em: https://telegra.ph/Sobre-as-enchentes-na-regi%C3%A3o-metropolitana-de-Porto-Alegre-05-11 Acesso em: 04 de agosto de 2024

ESPINDULA (2), Thiago, Manifesto de especialistas sobre as enchentes em Porto Alegre, – Telegraph, Disponivel em: https://static.poder360.com.br/2024/05/Manifesto-de-especialistas-sobre-as-enchentes-em-Porto-Alegre%E2%80%93Telegraph.pdf Acesso em 04/08/2024

G1 RS, 29/05/2024 12h01, Um mês de enchentes no RS: veja cronologia do desastre que atingiu 471 cidades, matou mais de 170 pessoas e expulsou 600 mil de casa, Disponível: https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2024/05/29/um-mes-de-enchentes-no-rs-veja-cronologia-do-desastre.ghtml Acesso em 04 de agosto de 2024.

GUIMARAENS, Rafael, A enchente de 41, Porto Alegre: Libretos, 5ª ed., 2024

HILLMAN, J., Re-vendo a Psicologia, Petropólis, RJ: Vozes, 2010

INGOLD, T.,Antropologia: para que serve, Petrópolis: Vozes, 2019

JUNG, C. G. Psicologia analítica e educação. In O desenvolvimento da personalidade (OC, Vol. XVII, 13a ed., Fr. V. Amaral, trad., D. F. Silva). Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

Jung, C. G. . A natureza da psique. (OC, Vol. XVI, 13a ed., trad.M.R. Rocha). Petrópolis, RJ: Vozes, 2011

Jung, C. G. (2012). Observações gerais sobre o ponto de vista energético da psicologia. In A energia psíquica (OC, Vol. VII, 13a ed., M. L. Appy, trad.) Petrópolis, RJ: Vozes. (Trabalho original publicado em 1928).

KRENAK, Ailton, Idéias para adiar o fim do mundo, 2ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2020

KRENAK. Ailton, A vida não é útil, 1ªed., São Paulo: Companhia das Letras, 2020

LASKANI, D. (2021). O que dizem da gente os que "não falam": afetos que permeiam a relação entre humanos e não humanos na atualidade. Self - Revista Do Instituto Junguiano De São Paulo, 6(1), 1–14. https://doi.org/10.21901/2448-3060/self-2021.vol06.0004

LUTZENBERGER, José A., Manual de ecologia: do jardim ao poder, volume 2, Porto Alegre: L&PM, 2012

POLO, Fernanda, Rio ou lago Guaíba? Entenda o debate e a relação com a atual enchente, GZH – ZERO HORA, 29/05/24, atualizada em Disponível em: https://gauchazh.clicrbs.com.br/ambiente/noticia/2024/05/rio-ou-lago-guaiba-entenda-o-debate-e-a-relacao-com-a-atual-enchente-clwryem1z00ki0146x4z7tk6s.html Acesso em 04/08/2024

PONTES, Felipe, Nível do Guaíba fica abaixo da cota de inundação pela 1ª vez em um mês, publicado em 01/06/2024 – repórter agência Brasil, Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-06/nivel-do-guaiba-fica-abaixo-da-cota-de-inundacao-pela-1a-vez-em-um-mes Acesso 04/08/2024

VON FRANZ, M.-L. C. G. Jung: seu mito em nossa época. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1992.

Enchentes de 2024 no Rio Grande do Sul e as Rodas de Orientação Territorializadas promovidas pelo CRPRS

Jordan Severo de Mello (Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul), Flávia Cardozo de Mattos (Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul)

O conceito de desastre não alcança unanimidade na comunidade científica, entretanto, existem aspectos relacionados aos desastres que encontram consenso, por exemplo, a) são acontecimentos disruptivos, que geram interrupção do sistema social e das relações sociais; b) desastres partem, em alguma medida, de ações humanas; c) desastres devem ser medidos com base na extensão da ruptura do sistema social, normativo e cultural e; d) são esperadas variações nos comportamentos individuais e coletivos em contextos de desastres (Perry, 2020). Sobre as perspectivas psicológicas e sociológicas para a definição de desastres, Favero, Sarriera e Trindade (2014) reafirmam que não há consenso entre os especialistas, propondo que o conceito precisa ser retomado como um processo que considere a relação, a interação entre os habitantes do território e o contexto social que expressa as vulnerabilidades, física, social e ambiental. Os desastres desafiam as capacidades de respostas, podendo levar tanto a perdas repentinas como prolongadas no tempo. Ressalta-se a importância da atenção para as circunstâncias que envolvem os desastres, pois elas determinarão as suas consequências e a capacidade de enfrentamento da comunidade. Como observado, situações de emergência e desastres raramente acontecem de maneira isolada do meio sócio-político-ambiental. Geralmente ocorrem a partir do acúmulo de decisões políticas predatórias anteriores ao desastre, anunciando que consequências ainda mais graves estão por vir. No Rio Grande do Sul infelizmente não foi diferente, em setembro de 2023 as fortes chuvas que acometeram a região do Vale do Taquari anunciavam o que estava por vir em maio de 2024, momento em que as enchentes atingiram mais de 484 municípios do estado, totalizando mais de 876 mil pessoas atingidas e 183 óbitos, segundo os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2024). Com o cenário catastrófico que devastou muitos municípios gaúchos, rapidamente houve a interrupção de serviços essenciais e de muitos equipamentos públicos de Saúde, Assistência Social, Educação e Justiça, danificados pelo movimento das águas. A disrupção do sistema social descrita por Perry (2020) foi rapidamente constatada. De saída, apontamos que esse desastre sócio-político-ambiental não foi, de forma alguma, democrático. Isto é, ele não atingiu da mesma maneira pessoas de classe baixa, média e alta, bem como pessoas negras, indígenas, brancas e amarelas. O que justifica a diferença no modo como as pessoas foram impactadas é o conceito de racismo ambiental. Tânia Pacheco (2007), afirma que o racismo ambiental é constituído por injustiças sociais e ambientais que recaem de forma implacável sobre etnias e populações que são colocadas em posição de vulnerabilidade social pelo Estado. Segundo a pensadora, o racismo ambiental não se configura apenas através de ações que tenham uma intenção racista, mas, igualmente, por meio de ações que tenham impacto racial, não importando a intenção que lhes tenha dado origem. Conforme o período vivenciado no Estado do Rio Grande do Sul em maio de 2024, o contexto do desastre em curso e as ações sendo construídas dia após dia, semana após semana, exigia uma atenção constante sobre os posicionamentos políticos adotados pelo Estado. Assim, acompanhamos os posicionamentos e as publicações das Portarias da Secretaria Estadual de Saúde (SES) e, a partir da publicação das portarias 300 e 327, que autorizava o repasse extraordinário de recursos financeiros da SES aos municípios atingidos pelos eventos climáticos de chuvas intensas ocorridas no Estado, que se encontravam em

estado de calamidade pública ou situação de emergência, destinado à contratação de mais equipes multiprofissionais de saúde mental na Atenção Primária em Saúde (APS). Com base nas portarias da SES, o Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul (CRPRS), por meio da Comissão Ecologias, Emergência e Desastres (CEED) e do Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), planejou uma série de Rodas de Orientação Territorializadas para as profissionais que já estavam trabalhando nos equipamentos de saúde na Atenção Primária de Saúde (APS), bem como para as novas equipes multiprofissionais contratadas por meio das portarias supracitadas. Para a organização e operacionalização das Rodas de Orientação Territorializadas, o CREPOP mapeou os equipamentos de saúde do estado. Além disso, o CRPRS formalizou uma parceria com o Conselho de Secretarias Municipais de Saúde (COSEMSRS). Em seguida, entramos em contato com os equipamentos e Secretarias de Saúde via ofício e ligações telefônicas para fazer o convite para a participação das Rodas de Orientação Territorializadas, entendendo a importância e a complexidade desse processo de orientação para as equipes multiprofissionais, tendo em vista que o trabalho em rede propõe a organização necessária para a construção de intervenções integradas e alinhadas. As Rodas de Orientação Territorializadas aconteceram nos meses de junho e julho de 2025. Os municípios convidados para participar das Rodas de Orientação foram os municípios contemplados nas portarias 300 e 327 da SES. A escolha de 7 (sete) cidades-sede, deu-se por meio das possibilidades geográficas de deslocamento tanto para a equipe de orientação, quanto para as cidades participantes de cada Roda Territorializada. A metodologia utilizada debruçou-se sobre aspectos da saúde mental coletiva e Gestão Integral de Riscos Desastres (GIRD), com metodologia ativa que caracterizasse a atividade como uma supervisão clínico-institucional, fortalecendo as equipes de cada território. O CREPOP, sendo uma ferramenta do Sistema Conselhos de Psicologia, tem como objetivo sistematizar e difundir o conhecimento sobre a interface entre Psicologia e Políticas Públicas, em prol de qualificar e respaldar a atuação profissional no cenário crescente de inserção no campo das políticas públicas brasileiras, além do intuito de minimizar as lacunas existentes entre a formação e a práxis. O trabalho que o CREPOP realiza enfatiza a democracia na construção das orientações, propondo etapas de diálogo e, alinhado ao entendimento do Sistema Conselhos, de que o trabalho profissional também produz conhecimento. A proposta global para enfrentar os desastres nomeada como "Gestão Integral de Riscos, Emergências e Desastres", representa um campo teórico/prático organizado coletivamente em relação às ameaças potenciais. Reforçamos sobre a capacidade de identificar riscos que possam existir para que a população possa construir condições de enfrentamento, pois os estudos sobre crises apontam que o risco aumenta quando se negligencia o potencial das situações de desastres (CFP, 2021). Sendo necessário que as políticas públicas sejam responsáveis e interajam para uma elevação de grau de consciência das pessoas e também das organizações privadas. Então, é essencial a implementação de estratégias de Gestão de Riscos, de modo que as ações não sejam sempre para gerenciar situações de respostas às emergências e desastres (SPEIGHT, 2010). Culturalmente ao longo do tempo, a temática Ambiental, Ecológica, dos Riscos, das Emergências e dos Desastres foi pouco valorizada e escamoteada, principalmente ao longo da graduação das profissionais da Psicologia, visto que o tema das Emergências Climáticas não está presente na grade curricular da maioria das Instituições de Ensino Superior. A invisibilidade construída sobre as desigualdades e vulnerabilidades sociais auxiliou a construir uma perspectiva falaciosa de que o Brasil estaria pouco suscetível a essas condições climáticas adversas e de grandes riscos. Enquanto território Brasil, é importante ressaltar que diante de outros eventos desastrosos, como as enchentes e deslizamentos de terra que atingiram os

outros estados, consolidou o processo de elaboração do CFP, junto aos Conselhos Regionais, no sentido de oferecer respostas mais efetivas para aprofundar a compreensão e a reflexão acerca do papel da Psicologia para com as comunidades atingidas. E advém dessa composição a inserção em movimentos e articulações nacionais e internacionais que tornou possível a aproximação da categoria diante desses cenários. A Psicologia foi congruente com outras mudanças de paradigmas sobre o tema, deslocando a centralidade na psicopatologia sindrômica individual, difundida pelo chamado Transtorno do Estresse Pós-Traumático, para uma apreensão tanto singular quanto coletiva/comunitária, ampliando a dimensão dos cuidados em interface das contribuições da Saúde Coletiva e da Saúde Mental para uma compreensão mais ampliada sobre a atuação da Psicologia em situações de Riscos, Emergências e Desastres. É necessário considerar as ações que devem ser integradas às redes de serviços públicos, como a Defesa Civil, do Sistema Único de Saúde (SUS), do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), de Segurança Pública, Educação e outros órgãos competentes das políticas públicas, além da contribuição das iniciativas privadas e das voluntárias, de modo a planejar as articulações intersetorialmente, evitando-se ações isoladas e desintegradas. Trata-se de pensar ações de curto, médio e longo prazo. As ações de orientação realizadas pelo CRPRS, por meio do CREPOP e da CEED, tem como objetivo contribuir para que a categoria profissional no estado se aproprie ainda mais dos subsídios teóricos, técnicos e políticos das ações no âmbito da Psicologia na Gestão Integral de Riscos, Emergências e Desastres.

Fome como um tema tabu: o papel da psicologia no combate à fome

Edilaine de Jesus da Silva (UNESP), Danilo Saretta Verissimo (UNESP)

A fome coletiva é uma realidade que atinge cerca de 2,5 milhões de brasileiros atualmente, com possibilidade de agravamento em razão das mudanças climáticas. Apesar da gravidade do problema, pouco se fala sobre a fome, tanto nos noticiários quanto nos meios acadêmicos. Fora os momentos de catástrofes, de crise econômica, política ou sanitária, a fome não é discutida. Como assinalou o geógrafo brasileiro Josué de Castro (1908-1973), a fome é um tema-tabu na sociedade. A fome coletiva é parte significativa da história do Brasil, desde o período da invasão colonial até o momento atual, atingindo, de forma acentuada e contínua, grupos específicos da sociedade brasileira: negros, indígenas e pobres. Houve, ao longo da construção do pensamento ocidental, a tentativa de naturalização da fome, defendendo sua existência como parte da natureza, na luta pela sobrevivência. Alguns pensadores ocidentais, como Robert Malthus (1766-1834), chegaram a afirmar que a fome é de responsabilidade da própria pessoa que passa fome, ou seja, o faminto é culpado pela própria condição. Josué de Castro combateu essas ideias naturalistas e eugenistas, afirmando que a fome coletiva é consequência da exploração colonial, portanto, é produto da organização social, não uma fatalidade natural. Ao posicionar a fome como um tema tabu, apontou os interesses econômicos e políticos por detrás do silêncio em torno do tema. Não interessa à burguesia falar sobre a miséria provocada por sua abundância, por seu "estilo de vida", de exploração e devastação do meio ambiente. A presente proposta de trabalho é parte dos resultados parciais de uma pesquisa de mestrado que está em andamento. O trabalho é de natureza teórica-conceitual, que propõe articular as contribuições de Josué de Castro sobre o tabu da fome e a fome coletiva no Brasil, perpassando pela invasão colonial, os grandes períodos de seca, a ditadura cívico-militar e os dias atuais. Além disso, objetiva promover uma discussão sobre a ausência de trabalhos no campo da psicologia e da psicanálise que abordam a temática da fome. Entendemos que o silêncio sobre o tema alude aos interesses da burguesia e destaca a não neutralidade da ciência. Esse silêncio provoca, também, um silenciamento da história do Brasil, não contada pela história "oficial". A psicologia é um campo de conhecimento e prática que colabora para o silenciamento acerca da fome ao escolher não considerar essa realidade nos processos psicossociais. Encontramos um vazio bibliográfico no campo da psicologia quando procuramos trabalhos que discutem o tema da fome e suas repercussões psicossociais. O Instituto Silvia Lane, de forma pioneira, promoveu, em 2021 e 2022, a I e II Jornada Psicologia e Fome, incluindo o tema no campo da Psicologia. Questionou os motivos pelos quais convivemos com a fome e conseguimos dormir sabendo que milhões de pessoas estão em situação de fome. Apesar do esforço do Instituto em abordar o tema da fome, o vazio bibliográfico se mantém. Podemos, a partir disso, incluir outra questão: por quais motivos a psicologia não fala sobre a fome? A psicologia também obedece aos interesses da burguesia? Apoiados nessas questões, pretendemos promover uma articulação entre as contribuições de Josué de Castro, que combateu a naturalização da fome ao situá-la como produto da exploração colonial, e a proposta do Instituo Silvia Lane em desnaturalizar a aceitação da existência da fome coletiva. Ademais, defendemos, na mesma direção de Josué de Castro, que a reforma agrária é o caminho para a distribuição justa de terra, para uma produção que se constrói a partir de princípios agroecológicos, sem a exploração perversa da terra e dos trabalhadores. O combate ao latifundiário, à monocultura e ao sistema capitalista de produção, é imprescindível para o combate à fome. A distribuição justa de terras implica a restituição dos territórios dos povos indígenas, quilombolas e negros,

os mais atingidos pelas violências, inclusive o da fome. Abrange a recuperação e preservação dos saberes ancestrais, que possibilitam uma relação sustentável com o meio ambiente, promovendo a ruptura com o habitar colonial na terra. A partir dos resultados parciais da pesquisa, compreendemos a necessidade de debates que posicionem a fome coletiva como um tema importante para pensar a sociedade capitalista, para refletir sobre as repercussões sociais dessa realidade na vida das pessoas que convivem com a fome e para aquelas que, imbuídas pelos discursos de que a fome é um "mal necessário" ou de responsabilidade individual de quem passa fome, ignoram essa realidade. Entendemos que a ideologia sustenta a naturalização e a aceitação da fome. A ideologia distorce a realidade, escondendo toda a sua complexidade e transforma-a em uma realidade hegemonizada pela burguesia, defendendo os interesses dessa classe. Apesar de a fome coletiva atingir sobretudo a população negra, indígena, periférica e de mulheres, ressaltando as desigualdades de classe, gênero e raça, a realidade da fome é resumida pelo discurso dominante como uma responsabilidade individual, da própria pessoa que passa fome. Por isso, tal como propõe o Instituto Silvia Lane, é fundamental que a Psicologia reconheça e discuta os consensos que alimentam a aceitação da existência de milhões de pessoas em situação de fome.

Incorporação dos Conhecimentos Tradicionais Indígenas na Governança Ambiental Brasileira: Contradições e Possibilidades[1]

Guilherme Paim Mascarenhas (UFAM), Guilherme Paim Mascarenhas (UFAM), Dayse da Silva Albuquerque (UFAM)

Introdução

A crescente urgência da crise ambiental tem colocado em evidência a necessidade de incorporar conhecimentos tradicionais indígenas nas estratégias de governança climática. Os povos indígenas, que representam menos de 5% da população mundial, são responsáveis pela proteção de 80% da biodiversidade global e acumularam, ao longo de mais de 12 mil anos, um profundo conhecimento ecológico sobre a dinâmica dos ecossistemas. Paradoxalmente, essas populações encontram-se entre as mais vulneráveis aos impactos das mudanças climáticas, ao mesmo tempo em que seus saberes permanecem amplamente marginalizados nas políticas ambientais oficiais. Esta contradição revela limitações estruturais da governança climática que merecem análise crítica aprofundada. A problemática central desta pesquisa reside na compreensão de como os conhecimentos tradicionais indígenas são ou não incorporados nas políticas ambientais brasileiras, considerando que a governança climática, inserida nas estruturas do Estado burguês, é atravessada pela lógica de acumulação capitalista que trata como mercadoria tanto a natureza como o trabalho humano.

Objetivo

O presente trabalho teve como objetivo analisar os processos de incorporação dos conhecimentos tradicionais indígenas na governança ambiental brasileira, a partir da percepção de atores institucionais dos setores governamental, não governamental e acadêmico envolvidos na formulação e implementação de políticas socioambientais. Buscou-se compreender não apenas os mecanismos através dos quais esses conhecimentos são ou não incorporados nas políticas públicas, mas também identificar os obstáculos estruturais que limitam essa incorporação, bem como as possibilidades de transformação dentro dos limites e contradições da governança ambiental.

Relação com o GT e Eixo Temático

Esta pesquisa se alinha diretamente ao GT 09 "Atuação da Psicologia no enfrentamento da Mudança Climática" ao abordar as dimensões psicossociais dos processos de governança ambiental, especialmente no que se refere às relações interétnicas, processos identitários e dinâmicas de resistência dos povos indígenas frente às mudanças climáticas. A investigação contribui para a compreensão de como diferentes grupos sociais percebem e respondem aos desafios ambientais, evidenciando a importância de abordagens psicológicas críticas que considerem as determinações estruturais da crise socioambiental e valorizem saberes historicamente marginalizados como alternativas epistemológicas para o enfrentamento da emergência climática.

Orientação Teórica

A pesquisa fundamentou-se em uma perspectiva crítica da Questão Ambiental, apoiando-se no referencial teórico marxista que compreende a degradação ambiental como expressão do rompimento metabólico da relação entre sociedade e natureza introduzido pelo modo de produção capitalista. Utilizou-se o conceito de governança climática como instrumento político e ideológico em disputa, atravessado pela lógica de acumulação capitalista. A análise articulou as contribuições teóricas sobre a indissociabilidade entre Questão Social e Questão Ambiental, considerando as especificidades da formação social brasileira e da questão indígena.

Estratégias Metodológicas

Adotou-se abordagem qualitativa exploratória, com entrevistas semiestruturadas realizadas com 23

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

participantes selecionados por amostragem intencional, envolvendo atores-chave do setor governamental, não governamental e acadêmico com atuação nas questões ambientais e/ou indígenas. Do total de participantes, 12 se autodeclararam indígenas, pertencentes a diferentes povos, enquanto 11 se identificaram como não indígenas. As entrevistas foram realizadas presencialmente e virtualmente durante novembro de 2024, audiogravadas e transcritas integralmente. Para análise dos dados textuais, utilizou-se o software IRaMuTeQ, empregando a Classificação Hierárquica Descendente (CHD) para identificar classes de segmentos de texto que compartilham vocabulário semelhante. O corpus textual foi preparado em duas partes distintas (participantes indígenas e não indígenas) para permitir análise comparativa aprofundada entre as diferentes perspectivas.

Resultados

A análise revelou epistemologias distintas em tensão: enquanto participantes indígenas articulam seus saberes a partir de uma cosmovisão integrada que entrelaça família, território, identidade e resistência, participantes não indígenas tendem a fragmentar esses saberes, enquadrando-os em paradigmas técnico-científicos ocidentais. Entre os participantes indígenas, emergiram quatro classes semânticas: (1) memória familiar e transmissão de saberes ancestrais; (2) identidade indígena e enfrentamentos político-institucionais; (3) processos identitários e conhecimentos tradicionais; e (4) territorialidade e resistência cotidiana. Entre participantes não indígenas, identificaram-se: (1) territorialidade e dinâmicas locais; (2) interação e mediação cultural; (3) conhecimento científico e saberes tradicionais; e (4) políticas públicas e governança climática. Os resultados evidenciaram que os mecanismos de participação indígena são frequentemente limitados a processos consultivos que não alteram os fundamentos das políticas ambientais hegemônicas, reproduzindo a fragmentação entre Questão Social e Questão Ambiental.

Conclusões

A pesquisa evidenciou contradições estruturais fundamentais nos processos de incorporação dos conhecimentos tradicionais indígenas na governança ambiental brasileira. A governança climática, inserida nas estruturas do Estado burguês e atravessada pela lógica capitalista, apresenta limitações estruturais para a incorporação substantiva dos conhecimentos indígenas. Apesar dessas limitações, os povos indígenas desenvolvem estratégias de resistência que preservam cosmologias próprias e contestam os fundamentos da relação capitalista com a natureza. Os espaços acadêmicos e institucionais, embora valorizados como locais de diálogo intercultural, reproduzem contradições que favorecem a apropriação seletiva de elementos dos conhecimentos tradicionais funcionais aos paradigmas hegemônicos. A incorporação efetiva dos conhecimentos tradicionais indígenas demanda transformações que transcendem ajustes técnicos, exigindo o reconhecimento da pluralidade epistemológica e o questionamento dos determinantes estruturais da crise socioambiental. A superação das limitações identificadas passa pelo fortalecimento dos direitos territoriais indígenas, valorização de seus sistemas próprios de conhecimento e construção de marcos de governança que reconheçam a autonomia e protagonismo desses povos na definição de estratégias de enfrentamento da emergência climática.

[1] Esta pesquisa integra o projeto "Amazon Indigenous Wisdom: Shaping Climate Solutions in Brazil" (Sabedoria Indígena da Amazônia: moldando soluções climáticas no Brasil), financiado pela British Academy of Management, sob coordenação da Profa. Dra. Adriana Portella. Integram a equipe de pesquisa: Dayse da Silva Albuquerque, Eduardo Rocha, Sinval Cantarelli Xavier, Lisandra Fachinello Krebs, Silvia Helena dos Santos Cardoso, Concita Guaxipiguara Sompre, Bimi Pinu Yuxibu, Gisele Silva Pereira, Wellington Muller Kruchadt, Taís Beltrame dos Santos, Maria Elisa Gattiboni Lopes, Suen Leitzke, Isabel Jahnecke de Freitas, Tifany de Ávila Cardoso, Taciana Ança Evaristo, Txima Kaxinawá e Guilherme Paim Mascarenhas.

O saber tradicional caiçara na construção de propostas para gestão territorial e de estratégias de convivência da comunidade do Aventureiro frente aos impactos da crise climática em seu território, a RDS do Aventureiro, Ilha Grande - RJ

Gisella Carnot de Almeida (UFRJ)

Localizada entre o litoral sul do Estado do Rio de Janeiro e o litoral norte do Estado de São Paulo, a região conhecida como 'Costa Verde', é uma área rica em mata atlântica e em presença de comunidades tradicionais. Conhecida também por ser um local com frequentes tragédias-crimes socioambientais, acumula um histórico de ocorrência de sucessivos eventos extremos, atualizando, de tempos em tempos, recordes históricos nas estatísticas dos desastres no Brasil. No ano de 2023, o Centro Nacional de Monitoramento de Alertas de Desastres Naturais – Cemaden/MTI emitiu, em Angra dos Reis, 30 alertas para situações de risco, colocando a cidade no 6º lugar no ranking de municípios de todo o Brasil que receberam alguma notificação do órgão para níveis de alerta ou alerta máximo. Nesta região estão localizadas diversas unidades de conservação de categorias distintas e uma delas é a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Aventureiro (RDSA). Território de uma das comunidades caiçaras mais antigas e tradicionais do Brasil, o Aventureiro se encontra no lado sul da Ilha Grande, em local isolado e extremamente preservado.

No dia 02 de abril de 2022, o Cemaden/MTI registrou 821mm de chuva em 48 horas na Praia de Araçatiba (Ilha Grande, Angra dos Reis – RJ). 48 horas após essa medição, os índices registrados no local chegaram a 899 mm em 96 horas, se tornando, na ocasião, o maior volume de chuvas já registrado na história do Brasil. Durante os dias nos quais essa chuva caiu sobre a região, diversos desastres socioambientais foram registrados no continente e na parte insular de Angra dos Reis (assim como também em Paraty e Mangaratiba). Na Ilha Grande, todas as comunidades, localizadas em praias distintas e distantes entre si, tiveram a incidência de 'deslizamentos de terras', alagamentos provocados por transbordamento de rios e rachaduras gigantescas em encostas. Na Praia de Itaguaçu, próxima à Araçatiba, uma família com 3 pessoas foi soterrada e segue desaparecida até hoje. Na madrugada do dia 01 para o dia 02 de Abril de 2022 na Praia do Aventureiro, 3 casas foram diretamente atingidas e várias outras tiveram suas estruturas comprometidas por deslizamentos de terra, fazendo com que os moradores precisassem sair de suas residências às pressas, em meio à chuva e desespero.

Este evento impactou brutalmente a vida da comunidade caiçara local pois, além das perdas materiais, ela passou a viver com a percepção do risco de novos eventos extremos causados pelas mudanças climáticas e, ao buscar apoio nas políticas públicas para enfrentamento à crise naquele momento, tais como acesso à atendimento psicológico ou recursos financeiros para reconstrução das casas, encontrou importantes entraves para acessar as poucas políticas existentes para pessoas atingidas. Isso se deve, em grande parte, ao fato do seu território estar sobreposto por uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDSA), já que a comunidade já existia naquele local quando a primeira Unidade de Conservação (UC) foi criada, em 1981. Naquela ocasião, o Estado do Rio de Janeiro criou a Reserva Biológica da Praia do Sul (Rebio) em uma área que abrangia todo o território da vila do Aventureiro. Este modelo de UC, não prevê a moradia de pessoas em seu interior, o que criou um grave conflito, já que a comunidade do Aventureiro já vivia ali há mais de um século. Se seguiram, então, anos de luta daquela população para permanecer em seu território, até ocorrer, em 2014, a recategorização da UC para RDSA. No entanto, apesar de uma RDS prever, segundo o Sistema Nacional

de Unidades de Conservação (SNUC) a presença de pessoas em seu interior, ao ser criada, se sobrepondo, portanto, à população que já residia ali, a RDS do Aventureiro promoveu outros entraves que, no momento dos desastres de 2022 dificultaram o acesso das pessoas atingidas aos poucos direitos garantidos por lei para situações como essa. Um exemplo importante é que o inciso 4º do artigo 4º da Lei 6793 de 28 de maio de 2014, a qual dispõe sobre a criação da RDSA, proíbe novas construções no espaço da UC, o que atravessou imediatamente o caminho das pessoas que perderam suas casas e precisariam reconstruí-las. Além disso, as soluções que chegavam por parte da Prefeitura Municipal de Angra dos Reis (PMAR) desconsideravam, na maior parte das vezes, o modo de vida tradicional daquela comunidade e as especificidades jurídicas que a UC impunha. O aluguel social, por exemplo, que é um benefício assistencial do governo para famílias em situação de vulnerabilidade arcarem com os custos de um aluguel para moradia por tempo determinado, só é autorizado mediante contrato com proprietário que possua documentos e comprovações que a comunidade do Aventureiro não tem, já que o Instituto Estadual do Ambiente (INEA), órgão responsável pela gestão da área, ainda não realizou a regularização fundiária no local. Deste modo, não havia a possibilidade de pessoas atingidas conseguirem alugar outra casa em seu próprio território, o que as impediu de acessar o benefício ou, em casos extremos, deixar sua comunidade e ir morar na cidade mais próxima, Angra dos Reis.

Tendo vivido tudo isso de dentro da própria comunidade do Aventureiro, da qual eu faço parte, além de trabalhar com educação popular há cerca de 10 anos em diversas comunidades tradicionais da região da Costa Verde, este estudo busca compreender, em conjunto com a população local, através das narrativas orais, qual é o seu olhar sobre os impactos da crise climática global no seu território e, consequentemente, no seu modo de vida pois, se considerarmos que "Cada lugar é, a sua maneira, o mundo" (SANTOS, 1994, p.252) e que o sujeito constrói sua visão de mundo a partir da sua experiência, dada em seu próprio território e na relação deste com o restante do mundo, analisar a subjetividade, a identidade e a cultura local exclusivamente a partir do espaço geográfico é, portanto, insuficiente. A pesquisa reflete, ainda, sobre como os saberes caiçaras tradicionais de manejo do território contribuem para a convivência e adaptação desta comunidade à crise climática e busca construir em conjunto com a população local propostas que possam incidir, principalmente, na gestão territorial da RDSA, a qual é gerida por um Conselho Deliberativo composto majoritariamente pela própria comunidade e do qual eu, enquanto moradora, sou conselheira. Este estudo se desenha essencialmente a partir desta experiência de vida, unindo a ela não somente todas as inúmeras formações das quais participei e coordenei enquanto educadora como também as formações que somente o próprio território com seus mestres caiçaras, griôs e pajés podem proporcionar, através da oralidade, compondo uma verdadeira ecologia de saberes. Sigo, portanto, ancorada pelo pressuposto dialógico da educação popular de Paulo Freire, segundo o qual "nosso papel não é falar ao povo sobre nossa visão de mundo, ou tentar impô-lo a ele, mas dialogar com ele sobre a sua e a nossa", considerando ainda que "a leitura de mundo precede a leitura da palavra". Compreendendo ainda que "esses dois modos de apreensão – seja pelo conceito, seja pelo afeto e pelo percepto – são, com efeito, absolutamente complementares" (GUATTARI, 2012). Importante trazer também as orientações do documento "Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas (os) na Gestão Integral de Riscos, Emergências e Desastres", produzido no âmbito do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop) que "Os desastres desafiam a capacidade humana de resposta e podem levar tanto a perdas repentinas como prolongadas no tempo. Ressaltam ainda que as circunstâncias que envolvem os desastres determinarão suas consequências e capacidade de enfrentamento por parte da comunidade,"

GT 10: BEM-VINDOS AO DESERTO DO CAMPUS: O ESVAZIAMENTO DA EXPERIÊNCIA UNIVERSITÁRIA FRENTE AO NEOLIBERALISMO E À ULTRADIREITA

Coordenação: Samir Perez Mortada (IFBA), Cássia Beatriz Batista (UFSJ), Marcos Ribeiro Mesquita (UFAL)

Análises Interseccionais da Pobreza Subjetiva com Estudantes Universitários

Vilkiane Natercia Malherme Barbosa (UFC), Rochelly Rodrigues Holanda (Centro Universitário INTA – UNINTA – Campus Itapipoca)

Introdução: A persistência de desigualdades sociais, econômicas e subjetivas no Brasil impõe desafios à superação da pobreza, sobretudo no contexto universitário. Em uma sociedade marcada pela colonialidade, a pobreza não se limita à privação material, mas também à produção de subjetividades atravessadas por humilhação, vergonha e exclusão (Góis, 2012; Moura Jr., 2015). Na América Latina, as múltiplas formas de desigualdade, articuladas por classe, raça e gênero, exigem que a psicologia assuma um compromisso ético-político com os sujeitos historicamente marginalizados (Diniz & Mayorga, 2018; Martín-Baró, 2017). No Brasil, e particularmente no estado do Ceará, dados do IBGE (2024) revelam que 48,7% da população ainda vive em situação de pobreza. Tal realidade torna essencial investigar os impactos da pobreza subjetiva entre estudantes do ensino superior, sujeitos que, apesar de alcançarem a universidade, continuam expostos a vulnerabilidades históricas e estruturais. A pobreza subjetiva, nesse sentido, expressa-se como um fenômeno psicossocial que envolve o modo como os indivíduos experienciam as privações e desigualdades, afetando suas emoções, autoestima, saúde mental e sentimentos de pertencimento (Ximenes et al., 2016; Accorssi & Scarparo, 2012). O ingresso no ensino superior é frequentemente visto como estratégia de ascensão social. No entanto, para estudantes em situação de pobreza, este processo também é atravessado por exclusões simbólicas e materiais (Souza, 2003; Grosfoguel, 2016). A universidade, ao reproduzir epistemologias hegemônicas, frequentemente silencia as vozes de quem não corresponde ao padrão dominante de pertencimento (Sawaia, 2014). Assim, torna-se urgente escutar os estudantes que vivenciam a pobreza subjetiva, especialmente a partir de uma análise interseccional que considere suas trajetórias, resistências e tensões (Christensen & Jensen, 2012). Objetivo: Buscou-se compreender como experiências de classe, raça e gênero influenciam os modos de vivenciar e significar a pobreza, evidenciando as tensões entre inclusão e exclusão no ensino superior, bem como os efeitos subjetivos gerados por esse contexto. Método: A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, com base na Análise do Discurso Crítica (ADC) (Fairclough, 1989; Dias, 2011), fundamentada na compreensão de que os discursos revelam relações de poder e processos de subjetivação historicamente situados. A ADC possibilita problematizar como as estruturas sociais, como a pobreza, são internalizadas e transformadas em vivências subjetivas e práticas cotidianas (Rodrigues Júnior, 2009). Participaram do estudo 22 estudantes, sendo 16 de uma instituição privada e 6 de uma instituição pública, com idades entre 18 e 44 anos. A maioria se autodeclarou parda, do gênero feminino e com renda inferior a um salário-mínimo. A seleção foi feita por amostragem em bola de neve, e os dados foram coletados por meio de dois grupos focais com perguntas semiestruturadas sobre pobreza, desigualdade social, subjetividade e permanência universitária. As

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

discussões foram gravadas, transcritas e analisadas com o apoio do software Nvivo 14. A pesquisa seguiu os princípios éticos estabelecidos pelas Resoluções CNS nº 466/2012 e 510/2016, sendo aprovada por Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE: XXXXXXX). Resultados e Discussão: As análises revelam que a percepção da pobreza entre os estudantes vai além da dimensão econômica. A pobreza subjetiva é vivida como insegurança, medo do futuro, dificuldade de acesso a bens culturais e educacionais, e sensação de não pertencimento. Esses elementos são atravessados por relações interseccionais, especialmente de gênero, raça e classe, marcando de forma distinta as trajetórias e os afetos dos participantes. A universidade, embora simbolize um avanço na trajetória dos estudantes, também se mostra como um espaço de tensão e exclusão. Estudantes relataram sentimentos de inadequação, solidão e esgotamento frente às exigências acadêmicas e à falta de apoio institucional. Uma participante relatou: "Você chega no espaço da universidade, que não foi feito pra você, e você tem que lutar, que resistir, faz a gente lidar com tristeza, com estresse, com a solidão" (Participante 2 – Instituição Pública). A fala evidencia como o ingresso no ensino superior, sem políticas efetivas de permanência, reforça desigualdades e provoca sofrimento psíquico (Sawaia, 2017; Abreu & Ximenes, 2021). Nos depoimentos, o acesso a bolsas de permanência aparece como condição essencial para a continuidade dos estudos, embora o processo de concessão seja burocrático e, muitas vezes, excludente. Para quem estuda em instituições privadas, as dificuldades se agravam: "Ganhar um salário-mínimo vai dar pra mim pagar minha faculdade, e pronto, acabou. E aí? Como é que eu vou me alimentar, pagar meu aluguel?" (Participante 7 – Instituição Privada). A precariedade econômica associada à sobrecarga de trabalho afeta diretamente o desempenho e o bem-estar desses estudantes, gerando sentimentos de impotência e desesperança (Nepomuceno, 2021). Os participantes também relataram desigualdades simbólicas no espaço acadêmico, como o silenciamento de suas vozes em sala de aula e a sensação de que apenas alguns discursos são legitimados. "Tem essas permissões em volta de quem não é atravessado pela pobreza. Pessoas que tiveram validações a vida inteira, então no espaço acadêmico sentem que suas palavras merecem ser ouvidas" (Participante 2 – Instituição Pública). Essa hierarquização da fala revela o racismo epistêmico e a reprodução de privilégios no espaço universitário (Grosfoguel, 2016; Bento, 2009). A percepção da pobreza subjetiva também foi articulada à experiência histórica e familiar. Muitos relataram melhorias em relação às gerações anteriores, mas ainda se identificam como pobres. Uma participante relatou: "Me vejo muito privilegiada na frente da história da minha família [...] ainda assim me vejo pobre, como quase todo mundo" (Participante 14 – Instituição Privada). A fala indica que a pobreza se expressa também como memória coletiva, atravessando gerações (Souza, 2017). Outro aspecto recorrente foi a crítica à romantização do mérito como solução à pobreza. "A gente não se acomoda. A gente não tem, na verdade, meios para conseguir algo melhor. [...] A sociedade em si não nos dá esse caminho de possibilidade" (Participante 9 – Instituição Privada). A responsabilização individual, típica do discurso meritocrático, oculta as estruturas de desigualdade que limitam o acesso e a permanência (Fisher, 2020; Harvey, 2014). Muitos participantes apontaram que políticas públicas são essenciais para mitigar os efeitos da pobreza e garantir direitos fundamentais. No entanto, questionaram a naturalização da precariedade como algo normal: "Ter casa deveria ser um direito, e não um privilégio. Como que a gente se organiza como sociedade pra ver o básico como privilégio?" (Participante 10 – Instituição Privada). A fala denuncia a inversão de valores promovida por uma sociedade desigual, em que o básico é tratado como exceção. As percepções também revelaram que, mesmo diante da adversidade, os estudantes constroem formas de resistência coletiva. O apoio entre colegas que compartilham experiências de pobreza parece ser um fator de fortalecimento subjetivo. "Ainda assim tem esse elo entre a gente, coisas que a

gente passou" (Participante 5 – Instituição Pública). Essa resistência interseccional é fundamental para pensar formas de transformação social que não estejam pautadas apenas na superação individual, mas na ação coletiva (Sawaia, 2014; Moura Jr., 2015). Considerações Finais: Este estudo evidencia que a pobreza subjetiva é um fenômeno complexo e interseccional que atravessa as experiências de estudantes universitários em Fortaleza. Ao considerar os efeitos da pobreza para além da renda, desvelam-se processos de exclusão simbólica, afetiva e material que comprometem não apenas a permanência no ensino superior, mas também a saúde mental e a dignidade dos sujeitos. Ainda que políticas públicas de acesso, como o ENEM e as cotas, tenham ampliado a entrada na universidade, elas não têm sido suficientes para garantir permanência e bem-estar. A inclusão, sem suporte adequado, pode se tornar perversa, gerando sofrimento psíquico e reforçando desigualdades históricas. Por fim, destaca-se a relevância de futuras pesquisas que considerem as trajetórias familiares e as redes de apoio como fatores que influenciam o bem-estar subjetivo dos estudantes. A luta contra a pobreza subjetiva é também uma luta pela justiça epistêmica, pelo reconhecimento das vozes historicamente silenciadas e pela construção de um espaço acadêmico verdadeiramente plural e democrático. Algumas Referências: ABREU, M. K. D. A.; XIMENES, V. M. Pobreza, permanência de universitários e assistência estudantil: uma análise psicossocial. Psicologia USP, v. 32, e200067, 2021.

ACCORSSI, A.; SCARPARO, H. B. K. "Será que atirei pedra na cruz?": pobreza e identidades em tensão. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 11, n. 2, p. 292-300, 2012.

CHRISTENSEN, A. D.; JENSEN, S. Q. Doing intersectional analysis: methodological implications for qualitative research. NORA, v. 20, n. 2, p. 109-125, 2012. DOI: 10.1080/08038740.2012.673505.

DIAS, J. F. Analistas de discurso e sua prática teórica e metodológica. Cadernos de Linguagem e Sociedade, v. 12, n. 2, p. 213-246, 2011.

FAIRCLOUGH, N. Language and power. London: Longman, 1989.

GÓIS, C. W. L. Psicologia clínico-comunitária. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2012.

GROSFOGUEL, R. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. Revista Sociedade e Estado, v. 31, n. 1, p. 25-49, 2016.

HARVEY, D. 17 contradições e o fim do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2014.

HENNING, C. E. Interseccionalidade e pensamento feminista: as contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. Mediações - Revista de Ciências Sociais, v. 20, n. 2, 2015.

SAWAIA, B. Transformação social: um objeto pertinente à Psicologia Social? Psicologia & Sociedade, v. 26, n. 2, p. 4-17, 2014.

Assédio Moral e Pressão do Trabalho Acadêmico: Impactos na Saúde Mental de Universitários

Emanuelly de Brito Amaral (UFAM), Kézia Sousa Lima (UFAM), Ronaldo Gomes-Souza (UFAM)

O assédio moral é um fenômeno multifacetado que ocorre no contexto do trabalho e é demarcado pela hostilização direcionada a um indivíduo (ou grupo), que se torna(m) incapaz(es) de se defender, resultando em sofrimento, podendo se desdobrar em adoecimentos biopsicossociais. A universidade, enquanto espaço plural dedicado ao ensino, pesquisa e extensão, pode abrigar comportamentos prejudiciais, como ofensas e humilhações motivadas por disputas de poder e individualismo, que favorecem a ocorrência do assédio moral, cujas consequências impactam negativamente o desempenho profissional, acadêmico e pessoal da vítima (Ribeiro, 2020). Assim, o assédio moral não se limita à relação entre vítima e agressor, mas em um contexto que envolve a organização e o próprio ambiente na qual ela está inserida e interage (Nunes et al, 2021).

Este estudo tem como objetivo investigar como estudantes universitários vivenciam o sofrimento psíquico relacionado ao ambiente acadêmico, abordando questões de assédio moral, discriminação, esgotamento e suporte institucional. Busca-se compreender de que forma essas experiências impactam a permanência e o bem-estar desses estudantes no ensino superior, além de refletir sobre as possibilidades institucionais de enfrentamento ao problema. O trabalho dialoga com o GT 10 – "Bem-vindos ao deserto do campus: o esvaziamento da experiência universitária frente ao neoliberalismo e à ultradireita", ao evidenciar como o modelo neoliberal de gestão universitária, associado à precarização das condições de ensino e trabalho, gera efeitos devastadores sobre a saúde mental estudantil.

O referencial teórico utilizado baseia-se em estudos críticos sobre sofrimento psíquico no contexto do trabalho, assédio organizacional e saúde mental na universidade, pressão acadêmica e a permanência estudantil, incluindo autores com pesquisas recentes como Nunes (2022), Lima & Gomes-Souza (2024), Oikawa & Garcia (2021), Cardoso Jr et al (2022), além de documentos da Organização Internacional do Trabalho (2022) sobre violência no trabalho.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, com foco em narrativas e experiências subjetivas, reconhecendo a construção subjetiva da realidade como um processo compartilhado entre pesquisador(a) e participante. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com 67 estudantes de uma universidade pública, conduzidas de forma presencial e remota (via Google Meet), respeitando as condições de acessibilidade dos participantes. Como também, o estudo seguiu os preceitos éticos estabelecidos para pesquisas com seres humanos, conforme as diretrizes da Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, sendo assim aprovada pelo Comitê de Ética. As entrevistas foram norteadas por quatro questões principais, que exploraram experiências de assédio, estratégias pessoais de cuidado, sugestões para melhoria institucional e espaço para considerações livres. Todas as entrevistas foram gravadas com consentimento dos participantes, transcritas integralmente e organizadas em um corpus textual.

A análise dos dados foi realizada com o auxílio do software IRAMUTEQ, utilizando a técnica de Classificação Hierárquica Descendente (CHD), que agrupa os segmentos textuais em classes temáticas com base na associação estatística entre palavras e categorias. A CHD permitiu identificar núcleos de sentido recorrentes e organizá-los em um dendrograma, evidenciando as relações entre os temas abordados. Resultando em seis

classes temáticas, distribuídas da seguinte forma: Classe 1 – Pressão Acadêmica e Estratégias de Prevenção do Adoecimento Psíquico; Classe 2 – Vivências de Assédio e seus Impactos; Classe 3 – Promoção da Saúde Mental e Bem-Estar Acadêmico; Classe 4 – Assédio e Falha na Gestão Acadêmica; Classe 5 - Experiências de Discriminação no Ambiente Acadêmico; Classe 6 – Suporte Psicológico no Contexto Acadêmico.

Os resultados apontam que a pressão institucional por desempenho acadêmico, somada à ausência de canais efetivos de escuta e acolhimento, contribui para o desenvolvimento de ansiedade, depressão e sentimentos de impotência. Muitos estudantes relataram assédio moral por parte de professores, discriminações baseadas em orientação sexual e classe social, e negligência por parte das coordenações e instâncias institucionais. A lógica meritocrática, o produtivismo e a normalização da competitividade formam o pano de fundo para esse cenário de precarização subjetiva.

A pesquisa evidenciou também sugestões importantes feitas pelos próprios estudantes, como a necessidade de políticas mais inclusivas, formação continuada para docentes e servidores sobre ética, diversidade e assédio, ampliação da equipe de saúde mental, escuta qualificada e espaços de convivência mais acolhedores. Como também, foram identificadas estratégias de resistência e cuidado entre os estudantes. Muitos relataram práticas de autocuidado, como: prática regular de exercícios físicos, valorização de espaços de lazer e fortalecimento de redes de apoio.

Considerando as limitações da organização do trabalho no contexto acadêmico, dentre outras singularidades de possíveis violências apontadas, como os assédios, os resultados deste estudo evidenciam a complexidade da experiência universitária, na qual fatores pedagógicos, históricos, político-econômicos e psicossociais interagem e impactam diretamente o bem-estar dos estudantes. A partir da análise das classes, percebe-se que a saúde mental emerge como um eixo central, sendo influenciada tanto por desafios estruturais, como a falta de suporte institucional e a alta carga acadêmica, quanto por experiências de exclusão, discriminação e violência.

Conclui-se que a universidade precisa assumir seu papel na promoção da saúde integral de sua comunidade. Isso exige não apenas serviços psicológicos, mas também políticas estruturantes que busquem combater essa forma de violência, além de medidas eficazes para a punição dos casos de assédio. Para estudos futuros, sugere-se que a universidade mobilize e elabore estratégias coletivas para garantir que os estudantes não apenas ingressem, mas permaneçam e se desenvolvam plenamente, fazendo jus à missão da universidade de promover cidadania nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, por meio da educação e ciência, de forma democrática, digna, saudável e acolhedora.

Democratização do ensino superior para além da ampliação do acesso: uma análise sobre a mercantilização da educação

Paulo Henrique Albuquerque do Nascimento (UVA), Ani Caroline de Albuquerque Silva (UECE)

Este trabalho analisa o panorama da educação superior no Brasil contemporâneo, com foco na mercantilização da educação e nos obstáculos à efetiva democratização do acesso e permanência no ensino superior, apoiando-se nos conceitos de retenção e evasão estudantil, além de refletir sobre os embates em torno da Assistência Estudantil. A discussão também parte da experiência de profissional que atua como docente em um campus de expansão da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA que, orientado pela psicologia escolar educacional e pela psicologia social, também realiza atendimentos pelo Núcleo de Apoio Psicopedagógico, Inclusão e Saúde – NAPIS – órgão vinculado à Pró-reitoria de Assuntos Estudantis - PRAE. A UVA, com 56 anos de existência, até 2022 concentrava seus cursos em Sobral-CE e, com a expansão, passou a atuar também em cidades menores como Acaraú, Camocim e São Benedito. Esse movimento ampliou o alcance da universidade, mas trouxe novas demandas e limitações, a exemplo do próprio NAPIS que, mesmo tendo surgido como instrumento de apoio à permanência estudantil, com o entendimento de que ampliar o acesso ao ensino superior exige garantir condições dignas para que os estudantes permaneçam e vivam a universidade, concentra parte das ações apenas no campus sede em Sobral. Feita essa apresentação inicial, dando prosseguimento ao debate, pensemos com alguns dados já consolidados no que diz respeito ao ensino superior: o maior contingente de estudantes matriculados nessa modalidade está concentrado na rede privada, chegando aproximadamente a 80% do total, segundo os dados atualizados do Mapa do Ensino Superior do Brasil - mapa, produzido pela SEMESP, entidade que representa mantenedoras de ensino superior do Brasil. Além disso, "as modalidades do ensino presencial e a distância, estão quase no mesmo patamar de matrículas, com uma pequena diferença a favor dos cursos presenciais" (SEMESP, 2025, s/p). Outros dados divulgados pela Agência Brasil (2024, s/p) também apontam que "o número de cursos de educação a distância no país cresceu 232% no período compreendido entre 2018 e 2023" - esse crescimento também se deu devido à sindemia do Covid-19 que, mesmo tendo se encerrado recentemente, ainda produz efeitos na intensificação nas desigualdades de acesso à educação, fato que deve ser analisado como variável importante na proposição das políticas públicas educacionais. Esse conjunto de informações também aponta que o Brasil vive um momento histórico de maior número de estudantes matriculados no ensino superior. Entretanto, o dado em si, mesmo que sinalize maior democratização do acesso ao ensino superior, merece atenção. Por mais que essa maior presença de estudantes em faculdades, centros universitários e universidades sinalize para uma transformação da desigualdade histórica de acesso a essa modalidade de ensino, é necessário atentar sob quais condições tal transformação ocorre, bem como para os efeitos que ela produz. A rede privada da educação superior, entre os anos 2013 a 2023, cresceu cerca de 46% em número de alunos (incluindo as matrículas na modalidade de Educação à Distância – EaD), enquanto a rede pública não passou de 10% (SEMESP, 2025). Desse modo, cabe questionar: quais as condições de possibilidade permitiram essa assimetria no crescimento entre rede pública e rede privada, e entre o contingente estudantil de cada setor? O que esses números podem sinalizar para os rumos da educação superior, e, em especial, do setor público? Quais os efeitos do crescimento da esfera privada nessa modalidade de ensino? Tais questões são levantadas aqui visando mais a movimentação do debate, sabendo-se também das limitações para serem respondidas integralmente neste texto. Mas, algumas pistas podem ser encontradas quando caminhamos com os debates sobre a mercantilização da educação, processo esse que, dentre suas múltiplas e variadas formas de funcionamento, consiste no deslocamento da concepção de educação

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

como um direito – e da demarcação do seu papel político - para uma concepção coisificada da mesma, sendo a educação algo que pode ser descrito como serviço que pode ser privado ou privatizado (CHAUÍ, 2003). Exemplo clássico disso é o fato do Brasil, com seu histórico de desigualdade no acesso à educação, sendo um dos últimos países do continente americano a fundar tal instituição, possuir um dos maiores conglomerados educacionais do mundo, sendo também um dos mais lucrativos. Essa empresa, líder em educação privada, chama-se Cogna - antiga Kroton - foi dividida em quatro empresas a fim de facilitar sua administração, ampliando a oferta de B2B (business to business) e otimizar seu braço de investimento em startups (EXAME, 2019). Esse cenário também chama mais atenção ao encararmos mais um dado recente: 12% de pessoas com diploma de ensino superior são analfabetas ou analfabetas funcionais (INDICADOR DE ANALFABETISMO FUNCIONAL, 2025). Todo esse contexto, por sua vez, parece colocar mais empecilhos para a inserção e consolidação do estudante nas universidades públicas, que passam a vivenciar um fenômeno curioso e que vem se intensificando recentemente: a sobra de vagas. O número estimado é de 40% no setor público, segundo o INEP (2023). Até mesmo cursos que anteriormente eram "habitados e destinados" para a classe média e contextualizados pela procura e concorrência, como a medicina e engenharia, estão com vagas ociosas. Obviamente, para detalhar com acurácia tal fenômeno também deve-se levar em consideração – especificamente na rede federal de ensino superior -, as falhas de planejamento, execução e limitações orçamentárias do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Mas, mesmo com tais limitações, ainda pode ser descrito como política vinculada a um modelo de gestão da educação pública que permitiu e viabilizou a entrada de muitos estudantes no ensino superior, sendo vários destes os primeiros de uma longa linhagem familiar a adentrar nessa modalidade educacional. Mas, sobre o fenômeno da sobra de vagas, significa dizer que a universidade pública perdeu espaço, em meio às facilidades oferecidas pelas modalidades ofertadas pelo setor privado? Seria, então, um caminho fazer com que essa instituição se renda aos imperativos neoliberais, que aceleram os processos formativos e tratam o aluno como um cliente? Fazer com que a própria universidade seja pensada pelo modus operandi da empresa seria uma alternativa para torná-la mais atrativa? Certamente, tal caminho minaria não só alguns aspectos de proteção da Universidade pública em relação aos imperativos do capital, como anunciaria a falência dessa instituição. Além disso, faz-se necessário pensar não só nas formas de ingresso do estudante na universidade pública, mas nas suas condições de permanência. Por isso, o fortalecimento da política de Assistência Estudantil é necessário, visto que, uma política que antes era destinada muito mais para um público específico – estudantes em condição de vulnerabilidade, em especial a socioeconômica – depara-se com a condição de um contingente muito maior que precisa dessa política, de modo que ela passa a atender não àqueles que precisam, mas àqueles que mais precisam dentre esses que já precisam. Isso ainda parece se agravar ainda mais nas IES's públicas da rede estadual, pois, ao menos na rede federal, há uma política que, mesmo recente, ainda funciona minimamente de modo mais unificado, através do Programa Nacional da Assistência Estudantil – PNAES, que dá algumas diretrizes gerais. Mas, instrumentos semelhantes não são visíveis em algumas unidades da federação, o que interfere diretamente em aspectos relacionados à expansão universitária da rede estadual, a exemplo da UVA, na qual os estudantes de diversos campus e campi não tem acesso facilitado ao Restaurante Universitário, visto que o mesmo está localizado apenas no campus Betânia - sede da Universidade. E, além do fator geográfico, em comparação às outras universidades estaduais do Ceará, possui o valor mais caro. Certamente, para detalhar esse aspecto, deve-se levar em consideração a autonomia universitária, mas, alguns fatores básicos relacionados ao orçamento de políticas voltadas ao incentivo à permanência e combate à evasão estudantil também, necessariamente, devem passar pela necessidade de maior financiamento - e de modo não discricionário – e de uma decisão participativa sobre o destino das verbas. Assim, é possível perceber que o cenário da educação superior no Brasil contemporâneo está profundamente

marcado por tensões entre a democratização do acesso e os processos de mercantilização do ensino, fato que se evidencia também nas recentes tensões entre os cursos que possuem ou não o direito de serem ofertados na modalidade EaD. Embora os dados apontem para um aumento expressivo de matrículas, esse crescimento quantitativo não se traduz automaticamente em inclusão educacional com qualidade. Há, então, a necessidade de garantir que a universidade pública não sucumba às lógicas mercadológicas, mas se afirme como espaço de formação crítica e cidadã. Para isso, é imprescindível fortalecer a política de Assistência Estudantil e repensar os rumos do financiamento e da gestão da educação superior pública. E, mais uma vez, sabendo-se da impossibilidade de circunscrever respostas categóricas para as questões trazidas, este trabalhou quis abrir caminhos para uma reflexão sobre o papel da universidade pública em um país marcado por desigualdades históricas, e sobre os sentidos que atribuímos à educação como direito ou como mercadoria. Que essas reflexões possam contribuir para a construção de um projeto de educação superior que seja, de fato, público, gratuito, de qualidade e socialmente referenciado, no combate às desigualdades e promoção da justiça social.

Desafios da análise quantitativa em perspectiva interseccional: um estudo com estudantes do ensino superior francês

Jean Leterrier (Autônomo), Thaís Seltzer Goldstein (FACED-UFBA), Estève Rochas (Université Sorbonne Paris Nord)

Esta comunicação pretende analisar dados parciais da pesquisa intitulada: "Neoliberalismo, sofrimentos e iniciativas na produção de cuidados no ensino superior", realizada entre 2023 e 2024, vinculada ao Laboratório Sophiapol - Université Paris Nanterre. Trata-se de um estudo sobre as experiências de sofrimento de estudantes no ensino superior francês e suas interfaces com o cotidiano acadêmico em tempos neoliberais.

Estudos apresentados por Leão et al (2019), Goldstein et al (2021), Piva (2023), Maia (2022), entre outros, revelam haver uma relação direta entre a permanência estudantil e as condições sociais e institucionais nas quais transcorre a vida universitária, que podem afetar a saúde mental e o percurso acadêmico de estudantes. Nesse sentido, a saúde está inescapavelmente condicionada a determinações supraindividuais (acesso a direitos fundamentais, experiências de dignidade, sentimento de pertencimento sócio-comunitário etc.). Mas o que ocorre quando tais experiências encontram obstáculos e isso é normalizado? Como as estruturas competitivas e excludentes do atual sistema de ensino afetam as experiências dos/as estudantes? A comunidade universitária poderia fazer frente ao mal-estar e à evasão de discentes, superando a lógica que patologiza e medicaliza os sofrimentos? Com o intuito de compreender o que comunicam as experiências de sofrimento de estudantes universitários na França e responder a essas questões, esta pesquisa buscou conhecer as condições de vida, as redes de apoio, os desafios e esforços empenhados por estudantes para permanecer no ensino superior francês atualmente. Segundo Safatle (2021, p. 33),

"(...) não se sofre da mesma forma dentro e fora do neoliberalismo. Essa modificação implica a eliminação de dimensões dinâmicas da doença. Pois o sofrimento psíquico guarda uma dimensão de recusa e de revolta contra o sistema social de normas ". Se levamos em conta que o neoliberalismo é o grande operador de uma razão mercadológica na qual o cálculo econômico está presente em todas as esferas da vida (Maia, 2022), entendemos por que os sujeitos – convertidos em consumidores e empreendedores de si – dispõem-se voluntariamente a assumir todos os riscos em nome de otimizar seu rendimento e aumentar seu status e poder de consumo. Trata-se, portanto, de pensar o neoliberalismo não apenas como modelo político-econômico, mas como uma nova racionalidade ou engenharia social, capaz de aumentar a adesão da maioria a normas e práticas que não necessariamente lhes sejam benéficas, mas somente possíveis, porque há décadas, vêm ocorrendo processos de enfraquecimento da autonomia dos sujeitos, cada vez mais despolitizados. Segundo Saflatle (2021), o Neoliberalismo instituiu uma intervenção social profunda nas dimensões produtoras de conflito, mobilizando processos de internalização disciplinar no nível social e psíquico que revelam uma astúcia estratégica de individualizar responsabilidades. Esse autor fala de uma "nova gramática social do sofrimento" aludindo ao fato de que, na atualidade, os sujeitos não precisam mais que fiscalizem de fora seus comportamentos, uma vez que a submissão se opera por dentro, pela própria internalização da lógica meritocrática.

Nesse mesmo sentido apontam os sociólogos Dardot e Laval (2016) que, no capítulo "A fábrica do sujeito neoliberal", apresentam os modos de funcionamento

desses "neossujeitos". Embora abordem o neoliberalismo como uma continuidade radicalizada do capitalismo, pela intensificação da regra do lucro máximo como princípio que rege as relações sociais, trazem algo de novo: a substituição do conceito foucaultiano de "dispositivo da eficácia", responsável por docilizar os corpos na Modernidade, pelo "dispositivo do gozo", capaz de docilizar, também, as mentes no Neoliberalismo. Para os autores, essa nova governabilidade foi beneficiada pelo esvaziamento progressivo das dimensões coletivas do estado de bem-estar social, produzindo a unificação inédita dos modos de subjetivação: temos agora uma massa de "sujeitos-empresas" que tomam para si responsabilidades empresariais; o patrão não é mais um algoz, mas exemplo a ser seguido; a voz que sopra comandos, agora sopra de dentro. O sujeito neoliberal tem diante de si todo um mercado de técnicas para gerenciar seu desempenho, otimizar sua produtividade (e minimizar seu mal-estar), não por sacrifícios impostos de fora, mas seguindo cobranças vindas da própria consciência. Cabe ao sujeito neoliberal gerenciar os riscos e esforços para ser bem-sucedido, como se o sucesso ou o fracasso dependesse somente dele. Iludido pela ideia de poder ser o que quiser, desde que se esforce, o sujeito neoliberal está em estado de ansiedade crônica, preocupado em produzir, competir, superar os outros e a si próprio. Se não consegue performar o seu melhor, sente que a responsabilidade é sua: eis o triunfo da ideologia meritocrática no mundo neoliberal.

A escuta do sofrimento subjetivo em sua dimensão política e psicossocial também nos permite reconhecer, com espanto, a emergência de uma nova "gramática social do sofrimento" (Safatle, 2021, p. 36 in Dunker, Junior & Safatle, 2021), instaurada sobretudo a partir da terceira versão do Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (DSM III, 1980). Nela, sintomas de sofrimento psíquico até então articulados a etiologias interacionistas, ressurgem fragmentados e decodificados, como se fossem sintomas de transtornos específicos, com natureza independente dos contextos de vida dos sujeitos. Essa nova gramática social do sofrimento, no neoliberalismo, intensifica os processos de medicalização da vida.

"Entendemos por medicalização o processo em que as questões da vida social, sempre complexas, multifatoriais e marcadas pela cultura e pelo tempo histórico, são reduzidas à lógica médica, vinculando aquilo que não está adequado às normas sociais a uma suposta causalidade orgânica, expressa no adoecimento do indivíduo." (Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade, 2013). A medicalização tem servido para abafar questionamentos e desconfortos, despolitizando os sofrimentos. Isso porque decodifica comportamentos e emoções inconvenientes e perturbadores à ordem social (tais como raiva, tristeza, exaustão, performances abaixo das metas estabelecidas etc.) como se fossem expressões de distúrbios naturais (de comportamento, de aprendizagem etc.) Tais expressões humanas são retiradas de seus contextos, isoladas dos seus determinantes sociais, políticos, históricos e relacionais, passando a ser compreendidas como problemas ou transtornos individuais. Será que tais operações de individualização ganham novos contornos no neoliberalismo e, mais especificamente, no ensino superior francês na atualidade?

Na análise da primeira etapa desta pesquisa sobre as experiências de estudantes universitários/as em relação aos desafios da vida acadêmica em tempos neoliberais, os dados analisados provêm de um questionário sócioantropológico on-line, com questões de múltipla escolha (sobre origem, gênero, idade, moradia, condição material, lazer, consumo de substâncias psicoativas, situações de discriminação etc.) e uma questão final, aberta. Ele foi divulgado em variadas instituições francesas e respondido por 211 estudantes, de diferentes cursos e etapas da formação. A maioria das/os

respondentes foi de mulheres de cursos de humanas. O cruzamento de indicadores nas análises revelou que estudantes que sentem mais o impacto de sofrimentos associados a situações de discriminação, são também as/os que estão em situação econômica mais precária; entre as pessoas racializadas, a discriminação é maior quando elas têm deficiências. Na questão aberta, organizamos a discussão em três temas: 1) sofrimentos associados a experiências de discriminação ou exclusão; 2) impactos da estrutura e funcionamento institucional e 3) endereçamentos à equipe de pesquisa. Com o apoio de autores da filosofia e ciências humanas, articulamos trechos de depoimentos de participantes à questão da medicalização dos sofrimentos, do neoliberalismo na educação e de seus impactos nos processos de subjetivação. Verificou-se a pertinência da perspectiva interseccional na análise crítica dos dados, o que sugere ser ela decisiva para o aperfeiçoamento de políticas públicas e de ações institucionais numa direção mais inclusiva.

Feministas “estraga-prazeres” numa comissão institucional: tensionamentos entre violências universitárias e política de gestão de conflitos

Milena Bittencourt Roque (UFSJ), Amanda Vargas Ferrer (UFSJ), Cássia Beatriz Batista (DPSIC - UFSJ)

Ocupar um espaço na instituição de ensino superior não se trata apenas de passar por um processo moroso de seleção. O concurso para a admissão de servidores, seja de docentes ou técnicos administrativos, ou para ocupação das vagas de estudantes são criteriosos e desafiadores. Contudo, nenhum processo de entrada nos prepara para o impacto com as paredes com as quais iremos nos defrontar, uma vez que elas demarcam hierarquias nas relações interpessoais que estabeleceremos nesses espaços. Enquanto mulheres, somos levadas a acreditar que, nesse ambiente escolarizado, estaremos protegidas. Quando, porém, nos defrontamos com a realidade do cotidiano universitário, percebemos que não é bem assim que as coisas acontecem.

A universidade constitui um espaço social atravessado por disputas entre distintos projetos de sociedade, sendo influenciada por transformações nos âmbitos econômico, político e social. Nesse contexto, ela reflete as contradições e fragmentações presentes na sociedade em geral (Chauí, 2001). Essa condição se manifesta na diversidade de ideias, opiniões e posicionamentos, assim como nos embates em torno de propostas político-pedagógicas e administrativas divergentes e na complexidade das dinâmicas de trabalho.

À vista disso, discutir sobre a democratização do espaço universitário é perceber que trata-se de um projeto constante de estratégias para desmontar paredes maciças e firmadas. Essa instituição fundamentada em estruturas sociais do racismo e machismo tende a não endereçar as reverberações de suas bases opressivas, o que gera a evasão, em especial de estudantes, que são suprimidas por essas violências naturalizadas nos espaços acadêmicos. Nesse sentido, Almeida (2022), Maito, Panúncio-Pinto e Vieira (2022), Bandeira (2017) e Zanello e Richwin (2022) sinalizam o quanto é urgente políticas institucionais que componham uma rede estruturada para tratar casos de violência universitária e diretrizes para os problemas de desigualdade, reflexo da realidade social brasileira.

Por isso, é necessário que haja políticas institucionais que assumam a responsabilidade de tais violências, tomando como referência leis brasileiras como a Lei 14.540/23, Lei 11.340/06, Lei 13.146/15 e Lei 12.288/10, para embasar tais documentos. Além disso, a violência universitária deve ser endereçada por eixos de ação de enfrentamento (compreensão e análise do fenômeno localizado), criação de dados (notificação e coleta de denúncias e casos), prevenção (disseminação de informação e formação para toda comunidade universitária), acolhimento (tratamento e seguridade para as denunciantes) e, por fim, estratégias de penalização (diretrizes de ações aos acusados seja para socioeducação ou para desligamentos).

A partir dessa contextualização, o intuito deste trabalho é também compartilhar que, atualmente, por meio de um “convite”, passamos a compor uma comissão que propõe-se a redigir, em uma política institucional, ações para lidar com possíveis conflitos presentes nas relações interpessoais dentro de nossa universidade, visando criar uma Política para Comissão de Gestão de Conflitos. Entretanto, rapidamente evidenciou-se que o que nós chamamos de violência ou assédio, eles denominam como conflito – uma ótima estratégia para eufemizar ou até mesmo inviabilizar o real problema institucional. Ademais, é importante pontuar que, anteriormente, já havia uma comissão construída para a proposição de uma política

que versasse sobre as violências – que contava, inclusive, com mulheres que estudam e atuam em torno da temática, por exemplo. Porém, após um desmonte deste grupo prévio, nenhuma dessas mulheres foi reconduzida ou convidada a compor a nova comissão, de maneira que se fez necessária uma reocupação desse lugar. Por isso, buscamos relatar aqui a experiência de compor uma comissão na busca de fissurar as paredes institucionais. Aqui carregamos a expectativa de sermos resistência ao compor uma comissão, que antes de nossa chegada era composta por docentes e técnicos-administrativos – em sua maioria, homens e/ou brancos.

Metodologicamente, este trabalho configura-se como um relato de experiência e uma pesquisa participante em andamento. Trata-se de um relato porque parte de vivências concretas das autoras na composição da comissão, permitindo a reflexão situada e crítica sobre as possibilidades e frustrações de incidir sobre a estrutura institucional. Concomitantemente, trata-se de uma pesquisa participante, pois não nos colocamos como observadoras externas aos processos, mas como sujeitas implicadas no tensionamento coletivo de limites e nas transformações de modos de pensar e fazer universidade no Brasil. Assim, a imersão em espaços de decisão, debate e enfrentamento de violências estruturais são o objeto e também o meio de produção deste conhecimento.

Em seguida, para análise dessa experiência, buscamos dialogar com Sara Ahmed (2020), em seu livro Viver uma vida feminista, que relata sua experiência e de demais professoras/es que ocupam o cargo de trabalho de diversidade nas instituições de ensino superior, sendo o trabalho de diversidade a tentativa de transformar a instituição e o qual fazemos quando não habitamos as normas de uma instituição. Ademais, o trabalho de diversidade é penoso, pois encontramos a inércia institucional, com ela nos irritamos e compreendemos a dificuldade. Temos nossa paciência e boa vontade drenadas. O que comumente ocorre é que a instituição o utiliza como indicação de que algo foi feito, uma aparência de que se resolveu um problema, quando, na verdade, resiste-se às ações de profissionais encarregados de materializar esse trabalho.

Ahmed (2020) ressalta que esses profissionais podem ser compreendidos, então, como estraga-prazeres institucionais por carregarem o compromisso de fazer ajustes em um arranjo existente para abrir as instituições a quem elas historicamente excluíram. Assim, a estudiosa afirma que feministas são profissionais de diversidade, pois queremos transformar instituições ao desafiar aqueles a quem elas se destinam.

Sara Ahmed (2020) debruça-se ainda sobre como documentos redigidos, como políticas, são uma forma que as instituições podem adotar para aparentar endereçar o problema da diversidade. Ser boa em redigir um documento pode dar a impressão de que a universidade é boa em gerir as desigualdades, o que gera um obstáculo para ações de trabalho de diversidade. “Assim, o objetivo de um documento é deixar um rastro. Trabalho de diversidade: rastro de papel.” (Ahmed, 2020, p.141). Um documento assegura a ideia de que a instituição está fazendo algo, quando, na verdade, pode ser um impedimento para fazer o que deve ser feito. Em outras palavras, esses documentos podem passar uma imagem de desempenho para a instituição e, ainda que a diversidade seja uma tentativa de transformar a instituição, torna-se uma técnica para manter as coisas inalteradas: a aparência de transformação.

Vale mencionar que, ao falar das paredes de tijolos, Ahmed (2020) se refere ao muro institucional que nos cerceia, silencia e oprime enquanto mulheres. A parede é aquilo com que “damos de cara” – exprimindo um contato físico, um encontro visceral. Por isso, precisamos entender como os processos institucionais podem adquirir uma dimensão tátil. A parede é uma metáfora, mas os efeitos dela são reais: espaços que não possuem estruturas de acessibilidade para pessoas com deficiência, cargos de gestão majoritariamente ocupados por homens brancos,

morosidade no processamento de denúncias de assédio ou violência, ausência de pessoas negras ou indígenas nas salas de aula, fraude de cotas. O trabalho da diversidade é duro porque se dá de cara com algo que não é revelado a outras pessoas e, ao dar de cara, tenta-se arranhar a superfície porque, afinal, o que mais podemos fazer? A parede de tijolos representa, portanto, todas as estruturas administrativas e físicas com as quais damos de cara. Parede é o que vivenciamos, enquanto sujeitas dissidentes, ao chegarmos num lugar.

Por último, Sara Ahmed (2020) explica que o fato de você expor um problema, inevitavelmente, lhe colocará na posição de criadora daquele problema. É assim que surge a feminista estraga-prazeres – uma sujeita que causa problemas e atrapalha a felicidade das pessoas devido à própria infelicidade. Por ela, o fluxo amigável das relações é interrompido e, só porque apontou os problemas, parece que foi ela quem os criou. Assim, optamos por muitos caminhos que, por vezes, não são e nem serão facilitados. Se a vontade feminista é uma vontade que descontenta, também é uma vontade de não estarmos dispostas a participar de uma cultura sexista. Somos obstinadas e, graças ao nosso caráter de feministas obstinadas, ou melhor, feministas "estraga-prazeres", resistimos e seguiremos resistindo a essas paredes.

Em virtude disso, nesse relato de experiência, que compõe a pesquisa de mestrado de Milena Bittencourt e se soma à experiência de Amanda Vargas enquanto presidente em exercício do Centro Acadêmico de Psicologia na instituição, nós nos propomos a nos posicionar como integrantes da comissão descrita e a sentarmos nas cadeiras desconfortáveis que não foram projetadas para nós. Nesse espaço, fazemos o uso de nossos sorrisos para construir pontes de diálogo e de nossos braços obstinados, sempre levantados, para questionar ou somar novos pontos nas discussões nessas reuniões. Não desejamos nos tornar "peças publicitárias para a diversidade" (Ahmed, 2020, p. 195) nessa comissão, apesar de saber que será difícil evitar que isso ocorra. Em suma, esperamos modificar minimamente as paredes da instituição, mesmo que seja apenas produzindo arranhões, fissuras ou rastros – até que, um dia, as paredes caiam.

Formação em psicologia num território em conflito: relato de experiência em extensão Universitária.

Julia de Souza Silva (UEFS), José Fernando Andrade Costa (UEFS)

O presente trabalho propõe uma reflexão crítica sobre a minha experiência enquanto estudante negra e de baixa renda do curso de Psicologia na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Transcrevo aqui as inquietações que me têm acompanhado no ambiente acadêmico, assim como reconheço o papel que a extensão universitária desempenhou ao ser solo fértil em meio ao chão concreto e frio da Universidade. Busco problematizar a formação em psicologia a partir de minha experiência discente até aqui. Parto do princípio de que a Psicologia hegemônica tende a criar para si um imaginário de sofrimento psíquico universal, que pressupõe um sujeito abstrato e "transparente", alocando, quando muito, as discussões de raça, classe, gênero e sexualidade a componentes optativos no processo formativo e não como temas centrais, essenciais para compreensão da construção de subjetividades.

O objetivo principal é expor como a minha experiência enquanto extensionista voluntária, no Programa Ciclos de Ação Comunitária, contribuiu para que eu enxergasse a possibilidade de construir uma atuação na psicologia que reconhecesse as consequências que o racismo estrutural provocou na população negra brasileira, em especial em mulheres negras e de baixa renda.

Este trabalho vincula-se ao eixo temático "Direitos, movimentos sociais e desafios à Democracia" e ao GT escolhido na medida que problematiza o processo de formação na Psicologia em seu distanciamento da realidade concreta das populações vulnerabilizadas e marginalizadas no Brasil. Em um cenário de constante disputa no controle de narrativas, de um avanço crescente da extrema-direita no país e da perseguição desenfreada e escancarada a grupos minoritários, não há como optar por uma Psicologia neutra, assim como não há como pensar em uma prática profissional afastada da luta por políticas públicas que garantam condições minimamente dignas de vida. A experiência empírica que subsidia as reflexões aqui propostas deriva do Programa "Ciclos de Ação Comunitária", que nos permite enxergar como a marginalização de um bairro e as intersecções de raça, classe e gênero desempenham o papel principal na produção de sofrimento psíquico e de vulnerabilidades na vida de mulheres negras.

O referencial teórico adotado neste trabalho abrange os estudos de Lélia Gonzalez sobre a realidade da mulher negra no Brasil e seu papel político. Recorro também aos escritos de Sueli Carneiro sobre o racismo, sexismo e classe para melhor compreender como estes se articulam na estrutura de poder e opressão. Foi também fundamental para o processo de construção dos Ciclos de Ação, as contribuições da psicóloga venezuelana Maritza Montero sobre o conceito de fortalecimento comunitário, também referido na literatura como "empoderamento" em sentido crítico e coletivo.

A estratégia metodológica utilizada consistiu na execução de um Ciclo de Ação na comunidade escolhida. Caracterizado por seu processo aberto, o Ciclo é um conjunto de oito encontros em grupo, pensado de forma que a comunidade participe ativamente da sua construção, permitindo que as atividades sejam moldadas às demandas que emergem ao longo do caminho. No início de cada Ciclo é feito o acolhimento do grupo e definida a demanda principal; em seguida são planejadas e desenvolvidas as ações coletivas; e, ao final, realiza-se uma avaliação e são tirados os encaminhamentos para um novo Ciclo na comunidade, visando assim a continuidade do trabalho.

O conjunto de Ciclos de Ação desenvolvidos tem como tema geral "Família, escola e território: cultivando as redes existentes entre mães do bairro Novo Horizonte". Minha participação começa no terceiro Ciclo, em 2024, como participante-observante e, depois, no quarto Ciclo como facilitadora-responsável. No primeiro semestre de 2025 foram realizados os oito encontros, os quais aconteceram em uma sala dentro da UEFS - local definido em conjunto com as mulheres participantes, pois além de residirem nas imediações, elas realizam caminhadas diárias no campus. Participaram, ao todo, oito mulheres, na faixa de idade entre 25 e 50 anos. A demanda principal foi o autocuidado, por isso definimos como objetivo geral oportunizar um espaço seguro de escuta e acolhimento, visando propor reflexões e diálogos acerca de suas realidades, assim como prezamos pelo fortalecimento do vínculo e da rede de apoio entre as mulheres do bairro. Os principais temas abordados nos encontros foram: maternidade, cuidado de si, exaustão das mulheres cuidadoras, afetividade, papéis de gênero, relações familiares e matrimoniais, violência policial, medo e a insegurança vivida no bairro com o crescimento das disputas entre facções.

Dentre os resultados parciais destacam-se os dados obtidos acerca da realidade de vida das participantes, assim como uma boa adesão ao grupo; por serem próximas entre si e terem participado desde o início dos Ciclos, as participantes sempre se motivam a ir aos encontros; às vezes vão uma nas casas das outras, quando sabem que estas podem faltar algum encontro, para buscá-las para levá-las ao Ciclo. Trata-se de uma forma de encorajamento mútuo de base comunitária e solidária. Uma das participantes enfatizou a importância de um espaço como este para as mulheres do bairro, pois elas buscam levar as reflexões para outros espaços de sua vida cotidiana. Foi relatado inclusive o sonho de conseguir organizar a população feminina do bairro para que as mulheres possam dar importância ao cuidado pessoal de forma coletiva.

A experiência compartilhada por todas as participantes do grupo é de extrema exaustão já que elas são o pilar da família, a principal figura de cuidado e a quem todos recorrem por ajuda. Mesmo as que são casadas não acham no marido apoio e presença para além do sustento material e financeiro. Há grande ausência paterna na criação dos filhos, assim elas são cobradas e responsabilizadas acerca do comportamento dos filhos (até mesmo depois de adultos). Boa parte destas mulheres tiveram filhos bem cedo, algumas ainda na adolescência. Em consequência disso elas têm pouquíssimo tempo para si, algumas não conseguem ter paciência e não conseguem demonstrar afeto como elas idealizaram na relação com os filhos.

Aqui preciso destacar que a maioria dessas mulheres são negras e de baixa renda. Faço esse destaque para falar sobre os relatos de violência policial. Quatro participantes relataram serem vítimas de abordagens violentas da polícia, sendo que duas delas já tiveram seus filhos perseguidos sem justificativa alguma. Junto à crescente onda de violência no bairro cresce a ansiedade e a preocupação pela sua segurança, de suas famílias e amigos. Também é latente o sofrimento causado pelos constantes assassinatos que vêm acontecendo no bairro. Feira de Santana foi o sexto município mais violento do Brasil em 2024, com 74,5 mortes violentas por 100 mil habitantes, segundo o Anuário de Segurança Pública. A violência incide muito desproporcionalmente sobre corpos negros e a Polícia Militar da Bahia é a que mais mata jovens negros.

Neste ponto retomo a reflexão sobre minha experiência como estudante negra na UEFS e moradora de Feira de Santana, que convive com a violência endêmica. Para mim, é uma questão importante pensar sobre como a psicologia pode atuar frente a esses problemas. Por isso, como este também é um relato de minha experiência universitária, acrescento uma breve reflexão que enreda a minha trajetória acadêmica até aqui e expõe a motivação para aprofundar analítica e coletivamente as análises

possíveis sobre o trabalho realizado: por vezes acreditei que permanecer na universidade era me infiltrar em um lugar que não me pertencia, a dificuldade de enxergar a importância do povo preto brasileiro para psicologia fez nascer em mim a concepção de que eu era dispensável ao campo de estudo. Como estudante negra, noto que a população negra não é dada a devida importância na área psi como um todo. Isso não significa que eu também pouco importo? Entendo, portanto, que falar sobre relações étnico-raciais na psicologia é também falar sobre permanência estudantil de estudantes negros e periféricos na universidade.

Compreendi, desde muito cedo, que a minha existência só foi possível a partir dos esforços dos que viveram antes de mim. Assim, tomei como obrigação e responsabilidade devolver por meio do meu trabalho e estudo todo investimento feito em mim. Escolho aqui a palavra investimento não no sentido apenas da aplicação de recursos financeiros, mas do investimento realizado por nossos ancestrais que lutaram não só por sua liberdade, mas pela possibilidade de uma existência não sequestrada pelos colonizadores. Compreendo que talvez eu seja uma das pedras arremessadas por eles, décadas ou séculos atrás, em alusão ao ditado Iorubá “Exu matou um pássaro ontem com uma pedra que só jogou hoje”.

Por fim, acredito que a reflexão aqui proposta contribui para o campo da Psicologia Social Crítica brasileira na medida em que apresenta resultados de um fazer extensionista e busca relacioná-lo com a formação discente no campo da psicologia e das relações raciais. A intenção é denunciar que há uma grande demanda da população negra e pobre para a psicologia, que pode e deve usar seu local de poder enquanto ciência para expor as desigualdades e injustiças que persistem em nosso país.

Invenções subjetivas na docência em tempos neoliberais: uma experiência estético-política em sala de aula

Juliana Cassé da Siva (INESA)

Sob a ótica neoliberal, a educação é um produto com possibilidades exponenciais de lucro e manutenção do sistema econômico vigente. Nessa lógica, o ensino superior é uma experiência durante a qual os corpos (discente e docente) devem ser expropriados de sua capacidade de reflexão crítica e engajamento social para que emerjam subjetivações alinhadas às demandas mercadológicas do capital. Para cumprir tais agendas, cursos de formação em Psicologia têm incorporado disciplinas como "liderança", "marketing digital" e "empreendedorismo", criando um ethos acadêmico empresarial, comprometido com os valores neoliberais. O predomínio da perspectiva psicológica em detrimento da sociológica nas graduações em Psicologia e, mais especificamente, na grade curricular da disciplina de Psicologia Social - tal como mencionado por Stralen (2005) – é também um indicador de cumplicidade com subjetivações anti-coletivas, que contribuem com o adoecimento ao individualizar pautas sociais. Segundo Crochick (2021), a educação deve direcionar-se à formação da consciência alinhada aos conflitos sociais ao tempo em que se faz necessário combater um tipo de consciência que que baseia subjetivamente o extermínio. Com efeito, educar a partir de outros fluxos, contrapondo as posições políticas que sustentam as bases desse modo de produção do conhecimento é um desafio do qual um corpo docente comprometido com a transformação social não pode se furtar. Tendo como ponto de partida a reflexão de bell hooks (2020) sobre o ensino como profissão de profeta, o relato de experiência apresentado descreve uma atividade realizada em sala de aula na disciplina de Psicologia Social e Comunitária I. O corpo discente, formado por estudantes do primeiro ano da graduação, teve acesso à Histórias em Quadrinhos (HQ´s) e Graphic Novels que exploravam temáticas sociais do presente e do passado, tais como a experiência de imigração, pobreza, violência, feminismos, precarização do trabalho, dentre outras. O objetivo do trabalho foi provocar reflexões e discussões sobre assuntos destacados na ementa, a saber: "preconceitos e estereótipos, identidades, processos de subjetivação, afetividades, racismo, feminismos, gênero e sexualidades, direitos humanos e movimentos sociais.", a partir de literaturas ilustradas. As obras selecionadas para a elaboração da atividade fazem parte do acervo pessoal da professora, incluem autores nacionais e estrangeiros e versam sobre questões que afetam diretamente as formas de produção de vida em sociedade. Mais de 30 publicações que dialogam diretamente com o contexto social, cultural, histórico, político e econômico dos acadêmicos, foram levadas à sala de aula e as equipes se formaram a partir da divisão das temáticas. Na sequência, as equipes optaram pelo material que mais lhes despertava interesse e/ou mais adequado à temática escolhida pelo grupo. Os dez livros escolhidos pela turma foram: "Parece que piorou: crônicas do cansaço existencial", de Bruna Maia; "Cores: a revolução começa no quarto de brinquedos", por Carol Rosseti; "Os Santos" e "Confinada", ambos produzidos pela dupla Leandro Assis e Triscila Oliveira; "SPAM", de Cynthia B. e outras autoras; "Gênero Queer", de Maia Kobabe; "O Conto da Aia", de Margaret Atwood e Renée Nault; "A rosa mais vermelha desabrocha: o amor nos tempos do capitalismo tardio ou por que as pessoas se apaixonam tão raramente hoje em dia" e " A origem do mundo: uma história cultural da vagina ou a vulva vs. o patriarcado", ambos de Liv Strömquist; e "Refugiados: a última fronteira", de Kate Evans. Após a seleção dos livros, as equipes efetuaram a leitura do material, buscando estabelecer relações iniciais com os textos lidos anteriormente e as discussões realizadas em outras

ocasiões, sobre os conceitos da disciplina. Finalmente, produções estéticas a partir do material foram apresentadas em um formato de painel acadêmico. Dentre as expressões artísticas, destaca-se um audiovisual de curta metragem apresentado no Encontro Paranaense de Psicologia do corrente ano. O trabalho, intitulado "Rotina (s): distanciamento entre demandas e o ativismo periférico de mulheres brasileiras" pautou necessidade de abertura dos horizontes epistêmicos da Psicologia para compreender a realidade das mulheres brasileiras, a partir de outras estéticas e modos de existência. De acordo com as alunas produtoras, não obstante à significativa contribuição no combate à desigualdade de gênero, as teorias feministas europeias e estadunidenses – tidas como "clássicas", amplamente difundidas no Brasil e desenvolvidas também no campo teórico da Psicologia – acabam por ratificar a visão do norte global, ao adotarem um modelo solipsista de análise das problemáticas que envolvem as mulheres. Partindo de questões comuns e diversas, como "relações de trabalho e emprego", "relacionamentos" e "políticas públicas", a segunda parte do trabalho, apresentou imagens de mulheres periféricas que expostas às inúmeras formas de violência, resistem em comunidade, pela escrita e pelo compromisso assumido com suas ancestrais. Considerando as discussões suscitadas pelo trabalho, é possível afirmar, tal como ressaltaram Munhoz e Zanella (2008, p. 293), que:

A estética reinventa a sensibilidade do sujeito, e vivenciar relações estéticas significa desenvolver maior afetividade, reflexão e imaginação, necessárias para a objetivação em produções criadoras que possibilitam ao seu autor assumir um novo compromisso ético tanto com seu produto quanto com a sociedade.

Ao final das apresentações, os acadêmicos foram estimulados a pensar sobre os efeitos da atividade em seus processos formativos. A contraposição a uma ciência psicológica individualista, que entrega seus saberes e recursos aos projetos neoliberais de sociedade encontrou espaço nas reflexões sobre as razões pelas quais fazemos Psicologia e qual cosmovisão orienta nossos passos no mundo. Tendo em vista, as produções e narrativas coletivas, pude compreender o caráter profético do ensino: ao tensionar as linguagens e políticas que atentam contra a vida, os acadêmicos se sentiram encorajados a pensar, (co)criar e incorporar saberes promovem bem viver (Acosta, 2016) e contribuam para a transformação da sociedade.

Referências:

ACOSTA, A.. O Bem Viver – Uma oportunidade para imaginar outros mundos. Editora Autonomia Literária Editora Elefante, 2016.

CROCHICK, J. L.. Educação, neoliberalismo e/ou sociedade administrada. Educar em Revista, v. 37, p. e80472, 2021.

HOOKS, B. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora Martins Fontes. 2017.

STRALEN, C. J.. Psicologia Social: uma especialidade da psicologia?. Psicologia & Sociedade, v. 17, n. 1, p. 93–98, jan. 2005.

O capitalismo acadêmico e a "shoppinização" da ciência no Brasil

Fabio Dal Molin (FURG)

O documentário "A conspiração consumista" no Netflix mostra com detalhes a crise final do sistema capitalista. Como bem sabemos nós, os professores das Universidades Federais brasileiras, famosos pela sistemática doutrinação marxista em sala de aula, diante das grandes transformações sociais e tecnológicas na Europa do século XIX, Marx previu que a crescente fetichização das mercadorias (que privilegia o valor abstrato em detrimento do seu valor de uso) e a evolução tecnológica que produziria uma explosão na mais-valia e seu colapso, como uma estrela que explode e é consumida pela própria gravidade e vira um buraco negro, ou seja, não é possível extrair mais-valor de máquinas e o sistema se dissolve no ar. O documentário mostra que as necessidades de gerar trabalho e renda através da produção e a acumulação extrema de capital das chamadas big techs estão transformando todos os recursos naturais finitos do planeta em uma imensa montanha de lixo não reciclável de componentes eletrônicos, embalagens, roupas e quaisquer outras bugigangas da Amazon e da Shopee, que aliadas ao lixo residual da queima de carbono e dos excrementos fétidos e inférteis de cafeína e hormônios despejados na água potável dos esgotos, levam filósofos neomarxistas como o japonês Kohei Saito ou Slavoj Zizek, ou mesmo filósofos de correntes antagônicas com Paul Preciado a afirmarem em suas obras que a humanidade chegou aoponto sem retorno. A produção acadêmica e científica no Brasil está acompanhando o sistema capitalista em seu colapso e sua crise final.

Na década de 1990, o Brasil enfrentava um desafio significativo para melhorar a qualidade dos programas de pós-graduação e a produção científica. A falta de critérios uniformes para avaliar a relevância das publicações científicas dificultava a comparação entre diferentes programas e áreas de conhecimento.

Em resposta a esses desafios, a CAPES iniciou a concepção do Sistema Qualis. O objetivo era criar uma ferramenta que permitisse a classificação das revistas científicas onde os pesquisadores brasileiros publicavam seus trabalhos. Essa classificação seria baseada em critérios como a qualidade editorial, a relevânPara relacionar o Sistema Qualis com o conceito de capital de Marx, é essencial compreender que Marx define capital como valor que se valoriza, ou seja, o valor que busca constantemente se expandir através do processo de produção. No contexto do Sistema Qualis, podemos encontrar paralelos interessantes com essa definição.

A qualidade editorial das revistas científicas pode ser vista como um reflexo da acumulação de capital intelectual. Assim como o capital financeiro busca maximizar retornos, a qualidade editorial maximiza o valor das publicações ao garantir rigor no processo de revisão por pares, a qualificação dos membros do conselho editorial e a periodicidade da publicação. Da mesma forma que a acumulação de capital financeiro busca aumentar a produtividade e eficiência, a alta qualidade editorial busca aumentar a credibilidade e a relevância das revistas científicas.

Marx enfatiza que o capital não é apenas uma relação econômica, mas também uma relação social.cia científica, e o impacto das publicações;

Durante os governos FHC, Lula 1 e 2 e Dilma 1 a produção científica brasileira nas Universidades Federais o sistema Qualis de produção científica no Brasil foi o que provavelmente forneceu subsídios para que o Copilot fizesse sua análise marxista e fosse possível encaixar o rótulo de "doutrinadores" aos professores federais. Contudo, o imenso capital empregado na expansão do ensino superior e na pesquisa, como todas as revoluções

no capitalismo, enfrentaram crises e saídas das crises sem enfrentar suas reais contradições inerentes ao sistema.

Em primeiro lugar, as universidades concentram sua ação no tripé ensino, pesquisa e extensão, e a revolução do sistema de ensino não acompanhou a do Qualis, pelo contrário. Os primeiros períodos desse sistema foram nos governos FHC onde o sucateamento das Universidades Federais atingiu o nível máximo, e durante muito tempo as verbas dos Programas de Pós-Graduação garantiram o papel higiênico, a conta de luz e o pequeno incremento tecnológico das salas de aula. Paradoxalmente, no últimos 30 anos nunca formamos tantos professores na história, que não possuem formação pedagógica e não são absorvidos pelas escassas vagas nas Federais, o que torna os concursos concorridos, excludentes e cujas grades de avaliação curricular privilegiam a produção de artigos. A maioria dos docentes que ingressam na Universidade atualmente possuem muitas publicações indexadas e valorizadas no Qualis e quase nenhuma experiência docente ou mesmo alguma formação pedagógica (como licenciatura). E assim acontece a formação de novos pesquisadores na graduação, com docentes que emendaram bolsa de IC, mestrado e doutorado e que nunca exerceram suas profissões.

Em segundo lugar, o grande fluxo de financiamento da pesquisa pautado pela produtividade seguido pela sua abrupta redução após o ajuste fiscal de Dilma e o famigerado “teto de gastos” seguido de 4 anos de Paulo Guedes geraram respostas adaptativas dos pesquisadores e PPPGs no sentido de aumentar a produtividade, em detrimento da qualidade, o que gerou a “Shopinização” da pesquisa brasileira. Nos dias de hoje, na maioria dos PPGs, para obtenção do título de mestre ou doutor não é mais suficiente defender uma tese ou dissertação. É preciso submeter pelo menos um artigo a uma revista Qualis “no espectro A”. Antigamente a publicação era recomendada como recompensa a trabalhos relevantes, inovadores e de grande qualidade. Hoje, muitos docentes usam como subterfúgio a submissão de artigos dos trabalhos de conclusão de curso nas graduações, quando estes já não são feitos no formato das revistas, o que já acontece com teses e dissertações. Há alguns anos participei de uma banca de qualificação de doutorado cujo projeto era composto de quatro artigos, sendo que DOIS já haviam sido publicados, ou seja, o fluxo do capital social do ritual da banca de qualificação foi totalmente subsumido pelo valor de fetiche do capitalismo, como uma festa de casamento católico que custa 500.000 reais sendo que os noivos moram juntos há anos e se divorciam 2 meses depois.

Outro exemplo da “shoppinização” da produção acadêmica é o imenso congestionamento das revistas científicas. Trago aqui um caso pessoal, mas que é experimentado por vários colegas.

O objetivo do trabalho é fazer uma leitura critica do que chamamos "shoppinização" da pesquisa no Brasil e aponttar as crises e conttradições do sistema capitalista acadêmico , entendico como precarizante e antiprodutivo.

Por uma perspectiva crítica e interseccional na escuta dos sofrimentos em tempos neoliberais: experiências discentes no ensino superior francês

Thaís Seltzer Goldstein (FACED-UFBA), Jean Leterrier (ICN Business School in France), Estève Rochas (Université Sorbonne Paris Nord)

Esta comunicação pretende analisar dados parciais da pesquisa intitulada: "Neoliberalismo, sofrimentos e iniciativas na produção de cuidados no ensino superior", realizada entre 2023 e 2024, vinculada ao Laboratório Sophiapol - Université Paris Nanterre. Trata-se de um estudo sobre as experiências de sofrimento de estudantes no ensino superior francês e suas interfaces com o cotidiano acadêmico em tempos neoliberais.

Estudos apresentados por Leão et al (2019), Goldstein et al (2021), Piva (2023), Maia (2022), entre outros, revelam haver uma relação direta entre a permanência estudantil e as condições sociais e institucionais nas quais transcorre a vida universitária, que podem afetar a saúde mental e o percurso acadêmico de estudantes. Nesse sentido, a saúde está inescapavelmente condicionada a determinações supraindividuais (acesso a direitos fundamentais, experiências de dignidade, sentimento de pertencimento sócio-comunitário etc.). Mas o que ocorre quando tais experiências encontram obstáculos e isso é normalizado? Como as estruturas competitivas e excludentes do atual sistema de ensino afetam as experiências dos/as estudantes? A comunidade universitária poderia fazer frente ao mal-estar e à evasão de discentes, superando a lógica que patologiza e medicaliza os sofrimentos? Com o intuito de compreender o que comunicam as experiências de sofrimento de estudantes universitários na França e responder a essas questões, esta pesquisa buscou conhecer as condições de vida, as redes de apoio, os desafios e esforços empenhados por estudantes para permanecer no ensino superior francês atualmente. Segundo Safatle (2021, p. 33),

"(...) não se sofre da mesma forma dentro e fora do neoliberalismo. Essa modificação implica a eliminação de dimensões dinâmicas da doença. Pois o sofrimento psíquico guarda uma dimensão de recusa e de revolta contra o sistema social de normas ". Se levamos em conta que o neoliberalismo é o grande operador de uma razão mercadológica na qual o cálculo econômico está presente em todas as esferas da vida (Maia, 2022), entendemos por que os sujeitos – convertidos em consumidores e empreendedores de si – dispõem-se voluntariamente a assumir todos os riscos em nome de otimizar seu rendimento e aumentar seu status e poder de consumo. Trata-se, portanto, de pensar o neoliberalismo não apenas como modelo político-econômico, mas como uma nova racionalidade ou engenharia social, capaz de aumentar a adesão da maioria a normas e práticas que não necessariamente lhes sejam benéficas, mas somente possíveis, porque há décadas, vêm ocorrendo processos de enfraquecimento da autonomia dos sujeitos, cada vez mais despolitizados. Segundo Saflatle (2021), o Neoliberalismo instituiu uma intervenção social profunda nas dimensões produtoras de conflito, mobilizando processos de internalização disciplinar no nível social e psíquico que revelam uma astúcia estratégica de individualizar responsabilidades. Esse autor fala de uma "nova gramática social do sofrimento" aludindo ao fato de que, na atualidade, os sujeitos não precisam mais que fiscalizem de fora seus comportamentos, uma vez que a submissão se opera por dentro, pela própria internalização da lógica meritocrática.

Nesse mesmo sentido apontam os sociólogos Dardot e Laval (2016) que, no capítulo "A fábrica do sujeito neoliberal", apresentam os modos de funcionamento

desses "neossujeitos". Embora abordem o neoliberalismo como uma continuidade radicalizada do capitalismo, pela intensificação da regra do lucro máximo como princípio que rege as relações sociais, trazem algo de novo: a substituição do conceito foucaultiano de "dispositivo da eficácia", responsável por docilizar os corpos na Modernidade, pelo "dispositivo do gozo", capaz de docilizar, também, as mentes no Neoliberalismo. Para os autores, essa nova governabilidade foi beneficiada pelo esvaziamento progressivo das dimensões coletivas do estado de bem-estar social, produzindo a unificação inédita dos modos de subjetivação: temos agora uma massa de "sujeitos-empresas" que tomam para si responsabilidades empresariais; o patrão não é mais um algoz, mas exemplo a ser seguido; a voz que sopra comandos, agora sopra de dentro. O sujeito neoliberal tem diante de si todo um mercado de técnicas para gerenciar seu desempenho, otimizar sua produtividade (e minimizar seu mal-estar), não por sacrifícios impostos de fora, mas seguindo cobranças vindas da própria consciência. Cabe ao sujeito neoliberal gerenciar os riscos e esforços para ser bem-sucedido, como se o sucesso ou o fracasso dependesse somente dele. Iludido pela ideia de poder ser o que quiser, desde que se esforce, o sujeito neoliberal está em estado de ansiedade crônica, preocupado em produzir, competir, superar os outros e a si próprio. Se não consegue performar o seu melhor, sente que a responsabilidade é sua: eis o triunfo da ideologia meritocrática no mundo neoliberal.

A escuta do sofrimento subjetivo em sua dimensão política e psicossocial também nos permite reconhecer, com espanto, a emergência de uma nova "gramática social do sofrimento" (Safatle, 2021, p. 36 in Dunker, Junior & Safatle, 2021), instaurada sobretudo a partir da terceira versão do Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (DSM III, 1980). Nela, sintomas de sofrimento psíquico até então articulados a etiologias interacionistas, ressurgem fragmentados e decodificados, como se fossem sintomas de transtornos específicos, com natureza independente dos contextos de vida dos sujeitos. Essa nova gramática social do sofrimento, no neoliberalismo, intensifica os processos de medicalização da vida.

"Entendemos por medicalização o processo em que as questões da vida social, sempre complexas, multifatoriais e marcadas pela cultura e pelo tempo histórico, são reduzidas à lógica médica, vinculando aquilo que não está adequado às normas sociais a uma suposta causalidade orgânica, expressa no adoecimento do indivíduo." (Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade, 2013). A medicalização tem servido para abafar questionamentos e desconfortos, despolitizando os sofrimentos. Isso porque decodifica comportamentos e emoções inconvenientes e perturbadores à ordem social (tais como raiva, tristeza, exaustão, performances abaixo das metas estabelecidas etc.) como se fossem expressões de distúrbios naturais (de comportamento, de aprendizagem etc.) Tais expressões humanas são retiradas de seus contextos, isoladas dos seus determinantes sociais, políticos, históricos e relacionais, passando a ser compreendidas como problemas ou transtornos individuais. Será que tais operações de individualização ganham novos contornos no neoliberalismo e, mais especificamente, no ensino superior francês na atualidade?

Na análise da primeira etapa desta pesquisa sobre as experiências de estudantes universitários/as em relação aos desafios da vida acadêmica em tempos neoliberais, os dados analisados provêm de um questionário sócioantropológico on-line, com questões de múltipla escolha (sobre origem, gênero, idade, moradia, condição material, lazer, consumo de substâncias psicoativas, situações de discriminação etc.) e uma questão final, aberta. Ele foi divulgado em variadas instituições francesas e respondido por 211 estudantes, de diferentes cursos e etapas da formação. A maioria das/os respondentes foi de mulheres de cursos de humanas. O cruzamento de indicadores nas análises revelou que

estudantes que sentem mais o impacto de sofrimentos associados a situações de discriminação, são também as/os que estão em situação econômica mais precária; entre as pessoas racializadas, a discriminação é maior quando elas têm deficiências. Na questão aberta, organizamos a discussão em três temas: 1) sofrimentos associados a experiências de discriminação ou exclusão; 2) impactos da estrutura e funcionamento institucional e 3) endereçamentos à equipe de pesquisa. Com o apoio de autores da filosofia e ciências humanas, articulamos trechos de depoimentos de participantes à questão da medicalização dos sofrimentos, do neoliberalismo na educação e de seus impactos nos processos de subjetivação. Verificou-se a pertinência da perspectiva interseccional na análise crítica dos dados, o que sugere ser ela decisiva para o aperfeiçoamento de políticas públicas e de ações institucionais numa direção mais inclusiva.

Potencialidades dos encontros: acolhimento psicossocial grupal como estratégia de coletivização do cuidado no contexto universitário

Lívia Emilly Silva Vasconcelos (UFC), Mariana Ferreira Silva Rocha (UFC), Ubiratan Sotero Sales (UFC)

O presente trabalho baseia-se na experiência vivenciada pelas autoras, durante o ano de 2024 e 2025 até o presente momento em um Programa de Acolhimento e Incentivo à Permanência (PAIP) da Pró-Reitoria de Graduação da Universidade Federal do Ceará (UFC), chamado "Projeto Cuidado e Diálogo no Cotidiano Universitário" rebatizado para divulgação como "Escuta Ativa". O projeto foi criado durante a pandemia, em abril de 2021, com o principal objetivo de ofertar aos estudantes universitários suporte e apoio psicológico como uma alternativa de acolhimento à situações de sofrimento, enquanto um dispositivo de cuidado que contribuísse para a formação, integração e permanência do estudante na universidade.

O advento da lei de cotas, sancionada em agosto de 2012, e a consequente expansão e democratização do acesso ao ensino superior, além de evidenciar a construção da universidade enquanto um lugar das pluralidades e resistências, suscita também a imprescindível necessidade de implantação de políticas que garantam a permanência dessas pessoas que passam, a partir de então, a vivenciarem a experiência universitária. Políticas estas que precisam estar alinhadas à perspectiva interseccional, decolonial e ao contexto universitário em que estão situadas, para que possam surtir os efeitos esperados e proporcionar a transformação da realidade desses estudantes.

O avanço do neoliberalismo, tanto enquanto modelo econômico como também de subjetivação e gestão do sofrimento psíquico, e a imposição de suas práticas predatórias sobre a vida das pessoas, quando somados à lógica mercadológica de competitividade, refletem um ambiente universitário hostil e adoecedor, em que prevalece a concorrência em detrimento da solidariedade. Portanto, a constituição de espaços grupais emerge como uma estratégia contra-hegemônica diante da lógica do cuidado individualizante, que tende a responsabilizar o sujeito isoladamente por suas dores e dificuldades. Ao possibilitar a partilha de experiências e o reconhecimento mútuo entre os participantes, tais espaços promovem um deslocamento das narrativas individualizadas do sofrimento para construções coletivas, onde a empatia pode se manifestar a partir do encontro com trajetórias acadêmicas que ressoam entre si. Essa aproximação favorece uma compreensão ampliada da realidade vivida, permitindo que cada sujeito disponha de um ambiente seguro para entrar em contato com suas próprias questões psicossociais e possa reconhecer nos relatos das outras pessoas aspectos de sua própria experiência, trilhando, assim, formas de cuidado mais sensíveis, compartilhadas e socialmente implicadas.

Neste projeto, a abordagem teórica adotada foi a modalidade de encontro coletivo e acolhimento, no formato de plantão dos Grupos de Encontro, fundamentados na Abordagem Centrada na Pessoa (ACP), de Carl Rogers. Os grupos são facilitados semanalmente por duplas ou trios de estudantes de psicologia, sob a supervisão do coordenador, professor Emanuel Meireles, do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFC. O Grupo de Encontro é uma das modalidades interventivas utilizadas por Rogers na terapia em grupo, com o objetivo de criar um espaço que facilite o desenvolvimento pessoal, a comunicação e a relação interpessoal. Esses grupos são conduzidos pelas condições facilitadoras propostas na ACP, quais sejam, compreensão empática, consideração positiva

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

incondocional e genuinidade. Com uma estrutura mais simples em comparação a outras modalidades, o Grupo de Encontro é aplicado, no referido projeto, em conjunto com a ideia do Plantão Psicológico. Este se trata de um serviço em que profissionais se disponibilizam por um período determinado para oferecer escuta a pessoas que buscam apoio em momentos de angústia. Logo, tal modalidade permite que indivíduos que já foram e que desejem não voltar, não voltem, e quem despertou um interesse após o início dos grupos, possa então acessá-lo. Destarte, semanalmente, é oferecido o momento de grupo, com duração de 2 horas, que a cada encontro tem diferentes participantes - alguns que vêm pela primeira vez e outros que já vieram anteriormente.

A premissa da intervenção, de base centrada na pessoa, conforme já apontado é promover um espaço de confiança, de empatia, de aceitação plena e segurança, que ao longo dos encontros, permitiria que cada pessoa deixasse de lado premissas, máscaras e imposições sociais, acessando profundamente seus sentimentos e suas emoções, em um clima pautado pela segurança, de modo a alcançar a autogestão e um nível autonomia individual. Nesta proposta, cabe ao facilitador estabelecer uma comunicação entre os membros por meio de uma atmosfera grupal de aceitação e compreensão de experiências individuais, no qual se aposta que o próprio processo de contar sua história seria mobilizante para que o outro fale. A expectativa é que isso gere uma ação em cadeia por meio do sentimento de empatia, que, ao mesmo tempo que afeta o indivíduo, também o ajuda a afetar o outro.

O acolhimento dessas vivências proporcionam oportunidades de exploração, validação de sentimentos, fortalecimento de vínculo entre estudantes, mobilização coletiva e compreensão empática das demandas psicossociais que são compartilhadas. Diante de demandas e realidades diversas, presencia-se que os participantes são capazes de identificar, nos discursos uns dos outros, elementos que os unem ou os diferenciam, direcionando o grupo ao seu objetivo primordial de promoção de um ambiente acolhedor e empático para todos.

Objetivando acompanhar o alcance do projeto e organizar os encontros conforme o limite do espaço disponível para garantir uma interação de qualidade entre os estudantes, as inscrições para a participação nos grupos ocorrem via formulário disponibilizado semanalmente nas redes sociais e por demanda espontânea. Em média, o projeto recebe seis inscrições por encontro, número que pode variar conforme o período do semestre. Durante o período letivo, aproximadamente 170 estudantes demonstraram interesse em participar dos encontros por meio do formulário eletrônico. Entretanto, o projeto tem como foco o cuidado coletivo, e não a oferta de uma atividade curricular com contabilização de horas. Por isso, não houve controle de frequência, e o número efetivo de participantes não foi registrado.

As facilitações dos grupos são intercaladas com momentos formativos para os facilitadores, que abordam temas como interseccionalidades, a abordagem teórica utilizada e a própria dinâmica grupal. Para as facilitadoras, os grupos representaram uma importante ferramenta formativa, possibilitando uma atuação prática fundamentada e acompanhada por supervisão contínua. Além dos grupos propriamente ditos, também foram promovidas ações como palestras e rodas de conversa, que ampliaram o debate e a visibilidade acerca da temática da saúde mental na universidade.

A dinâmica dos encontros inicia-se com uma breve apresentação do projeto, dos facilitadores presentes e do seu objetivo. Em seguida, os inscritos podem se apresentar e compartilhar livremente suas experiências. Os participantes, em sua maioria, organizam seus discursos partindo do motivo de estarem participando dos encontros, entre os temas mais recorrentes estão sentimentos de insuficiência, sobrecarga, falta de perspectiva, frustração com as expectativas idealizadas

sobre a universidade, comprometimento da saúde física e mental, além de situações de abuso e violências sofridas no ambiente acadêmico. Nesse processo, os encaminhamentos e orientações compartilhadas são fundamentais para que os estudantes conheçam os serviços e as estratégias oferecidos pela universidade, os quais podem servir como apoio em seus respectivos contextos.

Durante os encontros, criou-se um ambiente acolhedor e empático, que facilitou o compartilhamento e a escuta de sentimentos como angústia, solidão e ansiedade. Feedbacks qualitativos indicam alívio do sofrimento psíquico, com destaque para a pergunta "Como você definiria o encontro em uma palavra?", cujas respostas mais frequentes incluem "acolhimento", "escuta" e "alívio". Esses retornos evidenciam a importância do projeto na redução do sofrimento e na construção coletiva de estratégias de enfrentamento.

Embora a proposta do projeto tenha como ponto de partida uma contextualização inicial voltada ao sofrimento relacionado às experiências universitárias, na prática dos encontros, as demandas ultrapassam os muros da universidade e alcançam dimensões mais amplas da vida, que evidenciam vivências marcadas por sofrimentos engendrados por uma realidade social complexa e desigual, atravessada por múltiplas formas de subjetivação, exclusão e violação que incidem diretamente sobre a comunidade discente, revelando a necessidade de se considerar os atravessamentos sociais, históricos e políticos na escuta e no acolhimento desses processos.

Assim, ao promover espaços de escuta e acolhimento coletivo, o projeto se alinha ao Eixo Temático 05: Assistência Social, vulnerabilidades, violências e promoção de direitos humanos, e ao GT 10: Bem-vindos ao deserto do campus: o esvaziamento da experiência universitária frente ao neoliberalismo e à ultradireita. Ao abordar estratégias de acolhimento e cuidado psicossocial em contextos de vulnerabilidade no ambiente universitário, a proposta compreende a escuta como uma forma de resistência à lógica neoliberal e ao esvaziamento da experiência acadêmica. Partindo-se da compreensão de um espaço universitário que é um espaço vivo, que existe não apenas para a produção científica e acadêmica, mas também para a construção de vínculos, afetos e práticas de resistência.

Por fim, acredita-se na potência de tal fazer terapêutico, onde os encontros grupais funcionam como estratégia de subversão a imposição do cuidado individualizante, encontrando no coletivo a possibilidade de mudança por meio da promoção da empatia dos participantes, permitindo a visão de um horizonte em que possam vivenciar um trajeto acadêmico mais pleno, desenvolvendo não apenas a consciência e confiança diante as possibilidades que se defrontam, mas também, a percepção de que não estão traçando uma jornada solitária, que é possível confiar no apoio do coletivo.

Produção de narrativas a partir da interação entre universidade e comunidade: uma estratégia de cuidado

Cássia Beatriz Batista (UFSJ), Maria Fernanda Matos Assaiante (UFSJ), Rosa Gouvêa de Sousa (UFSJ)

A universidade pública brasileira tem sido atravessada, nas últimas décadas, por profundas transformações marcadas pela penetração crescente da lógica neoliberal em seus processos e dinâmicas cotidianas. Desde os anos 1990, sob o avanço da gestão tecnoburocrática e das demandas mercadológicas, as instituições de ensino superior vêm sendo reconfiguradas segundo um modelo funcional e produtivista, que valoriza a eficácia técnica em detrimento da formação crítica e do cultivo da experiência (Chauí, 1999). Nesse contexto, a vida acadêmica torna-se saturada de tarefas e desprovida de sentido, marcada pelo isolamento e adoecimento. A parceria entre a universidade e a comunidade pode se estabelecer, portanto, como uma alternativa para retomar a experiência na formação e promover cuidado por meio da interação sociocultural, do desenvolvimento de práticas educativas e de fortalecimentos de vínculos. Em vista disso, o problema que mobiliza esta reflexão é: como criar, no interior da universidade, espaços vivos e afetivos de formação que reconheçam a complexidade dos processos de cuidado e promovam o encontro entre saberes acadêmicos e populares? O campo da Saúde Coletiva com enfoque nos saberes comunitários e práticas cotidianas contribui para refletirmos e agirmos nos processos saúde-doença em determinado território. Isso implica reconhecer a universidade não apenas como instituição, mas como território, com experiências, conflitos, memórias e afetos. Do mesmo modo, o corpo dos estudantes também é território vivo, atravessado por histórias, dores e saberes.

Objetivo

Refletir a partir da posicionalidade de discente e docente em uma universidade pública sobre a experiência na unidade curricular interdisciplinar optativa intitulada "Interação universidade-comunidade: narrativas e cuidado".

Relação com o eixo temático e com o GT

Sob a perspectiva da prática extensionista crítica, comprometida com a transformação social, a unidade curricular constituiu-se como espaço de resistência à lógica tradicional-colonial de ensino, sobretudo biomédica, marcada pela impessoalidade, fragmentação dos sujeitos e invalidação de saberes tradicionais e comunitários. A disciplina se insere no enfrentamento das precarizações do trabalho em saúde ao formar profissionais mais sensíveis à complexidade do (auto) cuidado e às desigualdades que atravessam o cotidiano. Ao tensionar o modelo universitário dominante, que é funcional, competitivo e alienante, a disciplina apostou na construção de espaços vivos e dialógicos, nos quais estudantes e docentes pudessem experienciar outras temporalidades e modos de estar juntos, de aprender e de produzir conhecimentos sob outra lógica que devolve densidade à experiência acadêmica neste tempo marcado pelo esvaziamento das relações nos campus.

Orientação teórica

A experiência desta unidade curricular parte da compreensão de saúde como processo histórico e relacional, cuja promoção exige o fortalecimento de vínculos, valorização dos saberes cotidianos e participação dos sujeitos (Czeresnia, 2009). Em contraste com o tempo branco, acelerado e colonizador denunciado por autores como Ailton Krenak (2019), o fazer aqui descrito propôs pausas, escritas e escutas. O uso das narrativas como estratégia de cuidado e formação conecta-se à perspectiva de Ayres (2004), que propõe o

cuidado como prática ética e intersubjetiva, em que escuta, afeto e reconhecimento mútuo são essenciais. Com base na pedagogia freireana, o conhecimento entre educadoras e educandas foi construído de maneira horizontal, por meio da problematização da realidade vivida (Freire, 2019) e a tessitura dos vínculos e memórias decorrentes das experiências universitárias embasa-se nas ideias de Maciel (2023) sobre o "artesanato do cuidar", resgatando a dimensão humana, política e coletiva da formação em saúde.

Estratégias metodológicas e resultados

A unidade curricular optativa foi ministrada, em 2023, por duas docentes dos cursos de psicologia e medicina. A turma se constituiu de mulheres acadêmicas de ambos os cursos. O conteúdo programático em três módulos abordou narrativa do corpo e do cotidiano; memória e formas de narrar e utilizou-se de oficinas de escrita e experimentações. Ademais, a disciplina fez parte do POPI (Projeto de Optativas Integradas, compromissadas com o pensamento extensionista), em que algumas das aulas semanais foram realizadas em conjunto com todas as demais turmas do POPI que compunham a proposta de curricularização da extensão. Durante o semestre, foi possível pensar, discutir e articular sobre os espaços e territórios ocupados dentro e fora do ambiente universitário, com enfoque nas atividades extensionistas e na relação universidade-comunidade. A partir disso, por meio de metodologias participativas e práticas coletivas, foram abordadas temáticas relacionadas à memória, tempo, saberes populares e plurais. As acadêmicas participantes foram convidadas a produzir, livremente, narrativas ao final de cada encontro, a partir de propostas direcionadoras, sendo algumas delas individuais e outras colaborativas, a partir de entrevistas. Voluntariamente, as escritas foram compartilhadas entre as participantes.

Conclusão

A partir da partilha na leitura e escuta das narrativas, os encontros proporcionaram às participantes um espaço seguro e de acolhimento, em que foi possível abordar temáticas sensíveis que permeiam as vivências das mulheres dentro e fora do espaço da universidade. Além disso, foi possível não apenas desenvolver habilidades de escuta atenta e cuidadosa, como também explorar as dimensões formativa, terapêutica e de produção de conhecimentos possibilitadas pelas narrativas. Tais competências de escuta, escrita, comunicação, compaixão e empatia são fundamentais aos profissionais médicos e psicólogos, e demais profissionais da saúde. Dessa forma, constata-se que a disciplina não se constituiu apenas do conteúdo programático, ela moldou-se e consolidou-se mediante as narrativas acadêmicas e perspectiva extensionista na graduação universitária, demonstrando que, para ser efetivo, o aprendizado técnico-científico não precisou de rigidez e impessoalidade, mas de participação ativa, colaborativa e afetuosa.

Redes de Apoio e Pertencimento: os impactos da integração na adaptação universitária

Vitória Rancati (UFSC), Arthur Durieux Lopes Destri (UFSC), Calvin Menezes Krukoski (UFSC), Inaiê Costa Navarrete (UFSC), Mayara Floriani (UFSC), Tatiana Minchoni (UFSC)

O trabalho se propõe a explorar qual a percepção de estudantes das fases iniciais do curso de psicologia sobre o impacto das atividades de integração das pessoas calouras na adaptação à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Considerando os desafios enfrentados por estudantes de origem popular, especialmente em contextos de precariedade econômica e simbólica, o estudo parte da hipótese de que as atividades de acolhimento podem se constituir como potentes ferramentas para o fortalecimento do sentimento de pertencimento, para a formação de redes de apoio e para a permanência no ensino superior. O problema que orienta a pesquisa é: de que forma as atividades de integração impactam na experiência universitária de estudantes nas fases iniciais da graduação? Dessa forma, o estudo tem como objetivo geral compreender o impacto das atividades de integração promovidas pelo curso de Psicologia da UFSC na adaptação de estudantes ingressantes. Como objetivos específicos, busca identificar as ações desenvolvidas, avaliar sua contribuição para o sentimento de pertencimento e discutir os desafios enfrentados por estudantes de baixa renda ou oriundos de outras localidades. A proposta se vincula ao GT "Bem-vindos ao deserto do campus: o esvaziamento da experiência universitária frente ao neoliberalismo e à ultradireita", ao analisar como a experiência universitária é atravessada por condições materiais, afetivas e políticas, afetando diretamente a formação e a permanência estudantil e problematizar os desafios contemporâneos enfrentados por estudantes ingressantes na universidade pública. Ao valorizar as atividades de integração como estratégias de resistência afetiva e coletiva, a pesquisa dialoga com os atravessamentos ético-políticos da vida universitária em contextos de precariedade e desigualdade. Ademais, aposta no encontro coletivo como forma de reapropriação e ressignificação dos espaços, além de viabilizar a construção de novas possibilidades de existência. A pesquisa fundamenta-se em abordagens da psicologia social crítica, da educação popular e dos estudos sobre permanência e pertencimento no ensino superior. Reconhecemos a universidade como espaço de disputa simbólica e de construção coletiva do conhecimento, discutindo o impacto da formação universitária atravessada por marcadores sociais da diferença. Partimos da compreensão de que o sentimento de pertencimento é um elemento central para a permanência, e que a universidade, além de facilitar a formação de redes de apoio e cuidado, deve ser compreendida como local de construção coletiva de conhecimento, na medida em que promove o encontro entre distintas culturas, histórias, sujeitos e coletividades. As dinâmicas dialéticas fruto dessas interações possibilitam a emergência de novas formas de ser/existir/agir no mundo, capazes de tensionar e confrontar as estruturas de opressão historicamente consolidadas. Para o alcance dos objetivos, foi realizada uma pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória, na qual foram realizadas quatro entrevistas com estudantes do curso de Psicologia da UFSC, que se encontravam entre o primeiro e o quarto semestre da graduação. Os participantes tinham diferentes experiências com as atividades de acolhimento, tendo vivenciado modalidades presencial, remota ou ambas. A análise foi conduzida a partir da metodologia da análise temática, buscando identificar elementos recorrentes nas falas e, por conseguinte, criando categorias emergentes ligadas às experiências de acolhimento, construção de laços,

permanência e questões socioeconômicas. As entrevistas foram gravadas e transcritas, após isso, realizou-se a análise temática das informações. Essa análise consiste em identificar ideias ou temas que se repetem nas informações produzidas na pesquisa. Inicialmente, foi feita a leitura das entrevistas transcritas, com o intuito de identificar as atividades de integração realizadas, as dificuldades enfrentadas durante o processo de adaptação, as influências das atividades de integração e outros tipos de apoio recebidos nesse período. Com base nesses tópicos, foram selecionadas temas que emergiram de forma recorrente nas entrevistas, criando-se então, as categorias para análise, sendo essas: quais as atividades de integração foram feitas e seus aspectos positivos e negativos; a criação de vínculos proporcionada pelas atividades e como eles influenciam na adaptação e integração, os quais foram chamados de "laços" por participantes da pesquisa; questões relativas à permanência e o pertencimento à Universidade; e as dificuldades relacionadas à renda. Como resultados, a pesquisa identificou que as atividades de recepção de calouros/as de Psicologia na UFSC, organizadas pelo Centro Acadêmico de Psicologia (CALPsi), como o apadrinhamento, o psiquenique, a dança circular, a aula trote e o Vinho Filosófico, foram destacadas como de suma importância para criação de vínculos afetivos e na facilitação da adaptação dos novos/as estudantes. Além disso,os laços criados ajudam a amenizar o sentimento de solidão, especialmente entre os/as que vieram de outras cidades, influenciando positivamente na motivação, bem-estar e desempenho acadêmico. A diversidade de atividades e o acolhimento das/os veteranas/os foram apontados como fatores-chave para uma adaptação mais positiva ao ambiente universitário. Destaca-se, ainda,que foi notório que o sentimento de pertencimento é muito importante para a adaptação e permanência no ensino superior. As pessoas participantes afirmaram nas entrevistas que tal sentimento é favorecido pelas atividades de integração, que promovem laços, acolhimento e envolvimento com o curso. Participar dessas atividades possibilita aos/às calouros/as sentirem-se parte da universidade, criando redes de apoio e processos de identificação com grupos já existentes no curso. Notou-se também que a renda desempenha um papel crucial na adaptação, permanência e senso de pertencimento das pessoas calouras no ensino superior. As entrevistas revelam que estudantes de baixa renda enfrentam barreiras para participar plenamente de atividades de integração, o que compromete a criação de vínculos e o sentimento de pertencimento. Dificuldades como o custo de vida, a exclusão de determinados eventos sociais e a falta de acesso a itens materiais e simbólicos (como camisetas do curso) afetam tanto o aspecto acadêmico quanto o emocional. Além disso, estudantes cotistas lidam com desafios, como baixa autoestima e sensação de não pertencimento à universidade. Apesar disso, vínculos com colegas em situações semelhantes ajudam a formar redes de apoio importantes, que contribuem para a permanência. A pesquisa mostra que as dimensões material e simbólica da permanência estão interligadas e são essenciais para garantir que esses estudantes permaneçam no ensino superior e deem continuidade ao curso. Portanto, os resultados indicam que as atividades de integração exercem influência positiva, especialmente na criação de vínculos afetivos, no fortalecimento da motivação, na construção de redes de apoio e no sentimento de pertencimento, fatores fulcrais para a permanência dos estudantes no ambiente universitário. Apesar do foco na integração, outros elementos como políticas institucionais, infraestrutura e contexto socioeconômico também se mostraram não somente relevantes, quanto necessários. Ficou evidente alguns aspectos como as dificuldades enfrentadas por estudantes de baixa renda e por aqueles que ingressaram durante ou logo após a pandemia, por isso reforça-se a necessidade de ações inclusivas e acolhedoras que contemplem a diversidade do corpo discente. Entende-se que o desmonte da educação e da universidade pública, em todas suas dimensões, é um projeto político sistemático, muito bem pensado e arquitetado. O poder

hegemônico compreende as potencialidades criadoras e subversivas desses locais, por isso utiliza-se de diversas técnicas e tecnologias para minar a ocupação da universidade pública. Esse ataque à educação acontece tanto de maneira objetiva, com corte de verbas, que têm impactos na estrutura física do ambiente universitário, mas também o sucateamento da universidade de forma mais ampla; quanto de maneira ideológica, com a militarização dentro do ambiente universitário, a burocratização para o uso dos espaços e também com a ideologia neoliberal estimulando cada vez mais o produtivismo exacerbado, o isolamento, a competitividade, a rivalidade e a individualização dos sujeitos. Por isso, reforça-se a importância de manter e valorizar as atividades de integração no curso de Psicologia, uma vez que contribuem significativamente para o bem-estar, adaptação, formação profissional, permanência estudantil, ocupação dos ambientes universitários e acima de tudo, permite que se criem laços afetivos e comunitários cada vez mais solidários. Defende-se também que tais práticas não sejam apenas de responsabilidade de entidades estudantis, mas que sejam reconhecidas e institucionalizadas como incumbências da universidade pública, visando uma formação humana e social crítica para seus estudantes. Por fim, é necessário reafirmar que experiências coletivas como essa funcionam como estratégia de resistência simbólica, afetiva e política contra as estruturas de poder hegemônicas que operam no âmbito da universidade para reforçar valores individualistas e meritocráticos.

Palavras-chave: Universidade pública, Psicologia, Integração, Permanência estudantil.

Ribeirinhos na universidade: trajetórias de acesso, permanência e resistência no ensino superior amazônico

Jovana Nogueira Bruno (UFAM), Maria Eduada de Souza Freitas (Universidade Federal do Amazonas), Socorro de Fátima Moraes Nina (Universidade do Estado do Amazonas)

A universidade, enquanto território simbólico e físico, é marcada por disputas de acesso e permanência que reproduzem desigualdades históricas no Brasil. No contexto amazônico, a presença de estudantes ribeirinhos no ensino superior é atravessada por dificuldades estruturais e territoriais. Este trabalho que faz parte de uma dissertação, onde discutiu as experiências de estudantes ribeirinhos no acesso e na permanência universitária, a partir de relatos de alunos da área da saúde da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), considerando os desafios sociais, econômicos, afetivos e institucionais enfrentados por esses sujeitos. Apesar da ampliação das políticas de democratização do ensino superior, como as cotas e o processo de interiorização das universidades, ainda persistem entraves concretos que dificultam a efetiva inclusão dessas populações historicamente marginalizadas. A partir disso, o problema que orienta esta comunicação é: como se dá a permanência de estudantes ribeirinhos na universidade diante das contradições e fragilidades das políticas de inclusão?

Além de estar plenamente alinhado ao GT 10, o trabalho também dialoga com outros dois grupos de trabalho do congresso: o GT 03: “Alianças e produção do comum nos territórios escolares e educacionais” e o GT 34: “Práticas insurgentes em contextos educacionais”. No primeiro caso, contribui para pensar a universidade como território educacional onde se disputam sentidos, práticas e pertenças, e onde emergem alianças entre sujeitos subalternizados que, ao ocuparem esse espaço, produzem formas coletivas de enfrentamento e permanência. No segundo, revelou como estudantes de origem ribeirinha constroem práticas insurgentes ao desafiar os limites impostos por um modelo universitário urbanocêntrico, individualista e meritocrático, afirmando outros modos de ser, aprender e resistir no espaço acadêmico.

O objetivo geral que guiou a pesquisa foi de identificar as dimensões psicossociais da transição entre comunidades ribeirinhas e a cidade de Manaus/AM em estudantes de saúde da Escola Superior de Ciências da Saúde do Amazonas (ESA/AM). Como objetivos específicos: Identificar as expectativas e motivações dos estudantes no acesso ao ensino superior; analisar as dimensões psicossociais da transição entre a comunidade ribeirinha e o ambiente urbano de Manaus/AM no fazer universitário; Compreender o papel e a dinâmica das redes de apoio no cotidiano universitário dos jovens ribeirinhos da Escola Superior de Ciências da Saúde do Amazonas (ESA/AM). Tudo isso só foi possível a partir da articulação entre a teoria da psicologia social crítica e a psicologia rural. Buscou-se refletir sobre as estratégias que esses estudantes constroem para permanecer, resistir e ressignificar o espaço universitário, mesmo diante de adversidades.

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, descritiva e transversal, utilizando a entrevista semiestruturada, com estratégia do método de amostragem bola de neve (snowball sampling). Com isso, foram entrevistados 5 universitários dos cursos da área da saúde, em específico, odontologia e enfermagem. Para analisar os dados coletados, a análise escolhida foi a temática, afim de categorizar os temas e assuntos decorrentes das entrevistas.

A análise das narrativas dos estudantes ribeirinhos revelou que o acesso à universidade ainda se apresenta como uma experiência marcada por obstáculos estruturais e emocionais. Apesar da existência de políticas como as cotas e os sistemas de ingresso regionalizados, o desconhecimento sobre esses mecanismos, sobretudo

em comunidades ribeirinhas, compromete sua efetividade. A ausência de canais de informação acessíveis e contínuos nos interiores demonstra que as desigualdades não se restringem apenas ao ingresso, mas atravessam todo o percurso educacional. A entrada no ensino superior é frequentemente vivenciada como uma ruptura com o território de origem, impondo aos estudantes uma dupla travessia: geográfica e simbólica. A adequação ao ambiente urbano e universitário é dificultada pela distância da família, pela responsabilidade financeira precoce e pela falta de uma rede de apoio sólida. Muitos estudantes assumem sozinhos os custos com moradia, alimentação e transporte, o que acentua o risco de evasão e o sofrimento psíquico. Ainda que haja um sentimento de realização pelo ingresso na universidade, essa conquista é tensionada por um cotidiano de incertezas e pressões.

Ao mesmo tempo, a permanência no espaço universitário é marcada por um forte senso de responsabilidade coletiva. Esses jovens não se reconhecem apenas como beneficiários de políticas públicas, mas como representantes de suas famílias e comunidades. A presença na universidade é compreendida como uma oportunidade de transformação social, reforçando o desejo de retribuir, no futuro, por meio da atuação profissional e da valorização da cultura ribeirinha, obtendo por outros meios que não o trabalho braçal, a ascensão social.

Sob a perspectiva da Psicologia Social Crítica, especialmente nos marcos de Lane (2005) e Ciampa (2009), compreende-se que o sofrimento e os desafios vivenciados por esses estudantes não se tratam de falhas individuais, mas expressam contradições sociais mais amplas, que produzem subjetividades atravessadas por opressões de classe, território e identidade. A universidade, nesse contexto, se configura como um espaço de tensão simbólica, onde sujeitos oriundos de comunidades menos privilegiadas são convocados a se adequar a normas e valores que muitas vezes desconsideram suas trajetórias e saberes locais. Além disso, a psicologia rural traz uma discussão sobre saída das comunidades ribeirinhas para estudar nas capitais significar não apenas deslocamento físico, mas também rompimento com redes comunitárias, formas de vida e pertencimentos afetivos.

A trajetória desses estudantes, portanto, articula simultaneamente vulnerabilidade e resistência. As dificuldades enfrentadas não anulam o sentimento de pertencimento que começa a ser construído no cotidiano acadêmico, nem a expectativa de continuidade dos estudos. Ainda que os desafios da permanência sejam significativos, os estudantes ribeirinhos demonstram estratégias de adequação, como a formação de redes solidárias, a organização da rotina em função da sobrevivência e o cultivo de vínculos afetivos no novo território.

A universidade ainda opera sob uma lógica excludente, que desconsidera as condições materiais, afetivas e territoriais de sujeitos oriundos das margens do sistema educacional. Ao mesmo tempo, a experiência desses estudantes revela formas de enfrentamento e reinvenção do espaço universitário, desafiando a homogeneização das vivências acadêmicas e reafirmando o lugar dos povos tradicionais no ensino superior.

As políticas públicas como as cotas e a interiorização são avanços inegáveis, mas sua eficácia depende de uma gestão comprometida com a inclusão real, que leve em conta os fluxos e ritmos da vida ribeirinha. A ausência de apoio institucional, de políticas de permanência robustas e de reconhecimento das especificidades culturais desses sujeitos contribui para o esvaziamento da experiência universitária. A universidade, enquanto espaço de formação crítica e emancipatória, precisa resgatar seu compromisso com a justiça social e territorial. Isso exige romper com a lógica neoliberal que transforma estudantes em consumidores e universidades em prestadoras de serviço.

Ao final, este trabalho pretende contribuir com o debate sobre o direito à universidade pública, gratuita e inclusiva, reconhecendo os estudantes ribeirinhos não como exceções ou sobreviventes, mas como protagonistas de um projeto educacional mais justo e plural, que os mesmos possam ser vistos, lembrados e celebrados.

Tempo da Universidade, tempo do capital: experiências estudantis, deste e de outros tempos

Samir Perez Mortada (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA)

INTRODUÇÃO

Esta comunicação consiste em reflexão sobre a experiência do tempo vivida pelos estudantes universitários. Parte de relatos, escutas de diferentes gerações e contextos, registrados em pesquisas que realizaram entrevistas semiestruturadas que, direta ou indiretamente, tocaram na experiência do tempo vivida pelos universitários. Procura comparar falas, narrativas coletadas em diferentes pesquisas e contextos, sobre como os estudantes viveram a cadência acadêmica, a pressão de prazos e tarefas, a ansiedade e insegurança geradas pela exigência externa e pela autocobrança; a sensação generalizada de falta de tempo, a universidade como lugar de passagem rápida; mas também procura compreender os tempos de encontro, de distensão, de conversas nos corredores, de cultura, arte; de política, de afetos.

OBJETIVOS

Geral: refletir sobre a experiência do tempo na vida estudantil universitária, a partir de relatos estudantis de diferentes gerações.

Específicos:

1 – Estabelecer discussões temporais sobre a experiência do tempo na universidade;

2 – Refletir sobre prováveis tendências à aceleração e mecanização do tempo na vida universitária, a partir dos relatos de experiências estudantis;

3 – Refletir sobre prováveis resistências estudantis frente à mecanização do tempo, ao produtivismo e às cobranças que marcam a vida universitária;

4 – Refletir como o ingresso de estudantes pretos, indígenas, LGBTQIAPN+, pobres, ou mais velhos, têm vivido a relação o tempo em suas experiências universitárias;

5 – Identificar pesquisas contemporâneas que envolvem, direta ou indiretamente, a experiência do tempo na vida estudantil universitária.

RELAÇÃO COM O ENCONTRO E COM O GT

Esta comunicação alinha-se com o tema Geraldo encontro, ““Aliança dos povos: a Psicologia Social face à destruição de todas as formas de vida”, uma vez que procura refletir, no ambiente acadêmico, sobre o esvaziamento da vida estudantil universitária, bem como sobre as resistências estudantis diante desse fenômeno.

Mais especificamente, a comunicação está contemplada preferencialmente pelo GT10 – “Bem-vindos ao deserto do campus: o esvaziamento da experiência universitária frente ao neoliberalismo e à ultradireita”, uma fez que enfoca diretamente a experiência universitária e suas transformações no contexto neoliberal e de ascensão do fascismo.

ORIENTAÇÃO TEÓRICA

Enquanto concepção teórico-metodológica, estruturante tanto na coleta quanto na exposição e interpretações, consideramos as reflexões de Walter Benjamin sobre Memória e Narrativa (1994). O pensador frankfurtiano é referência incontornável e inaugural nesse campo. Seguimos sua compreensão da narrativa como um trabalho artesanal e coletivo. Aquele que narra, que conta uma história, o faz a partir de suas lembranças experiências vividas com os outros. E narra, igualmente, para os outros, que lhe são significativos.

Sabemos também, com Benjamin, que a arte de narrar está em extinção, é oposta à tendência contemporânea evidente do solapamento da memória, de sua obliteração pelo tempo presente. O autor contrapõe a arte de narrar à

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

informação, mais afeita e aderente à lógica do capital e da mercadoria.

Entendemos, nesse caminho, o trabalho da memória como narrativa, construção artesanal e coletiva, posta ao aprisionamento no presente e à informação que nos empanturra dia a dia. Propor a escuta atenta demorada e cuidadosa daquilo que foi vido é, assim, em si e pela forma, um ato de resistência.

No campo da Psicologia Social, fomos inspirados nos trabalhos de Ecléa Bosi (1994, 2001). A autora é pioneira no Brasil nos estudos de Memória Social. Concebe o trabalho da memória como alargamento da experiência presente, elo de ligação entre a pessoa, seu passado vivido, seu presente e suas expectativas para o futuro. Identifica também o poder organizador e de resistência da memória social.

Para as interpretações, foram necessárias adiante interlocuções com autores contemporâneos que têm refletido sobre a experiência do tempo e suas atuais transformações. Cabe destaque aos trabalhos de Paulo Arantes, Hartmut Rosa e de Byung-Chul Han. De Paulo Arantes, tomou-se o brilhante ensaio sobre o "Novo tempo do Mundo" (ARANTES, 2015). O autor aponta o estreitamento e a aproximação entre campo de experiências e horizonte de expectativas na condição contemporânea, comunicando-se com a tese de François Hartog (2021), para quem seria possível compreender nossos tempos como presentistas, em oposição à idade média ou à modernidade. De Hartmut Rosa (2019), destacamos sua ousada tese que coloca a aceleração como categoria central para a compreensão do capitalismo. Compreende, para tanto, o fenômeno tanto em seu sentido infra como superestrutural, atingindo tanto a economia, como a política e a cultura. De Byung-Chul Han, são tomados diversos ensaios que perpassam ou tratam diretamente da questão do tempo e de nossa experiência em relação aos seus ritmos, paradas e balizas contemporâneas (HAN, 2014, 2015, 2020, 2023). O autor Sul-Coreano retoma Walter Benjamin e Martin Heidegger em suas diversas e conhecidas publicações, atestando a atualidade desses pensadores.

Foram imprescindíveis aqui reflexões sobre o tempo feitas por intelectuais indígenas, tanto acadêmicos como escritores (OKAWATI e KARPINSKI, 2025). Em especial, foram trazidos aqui Aílton Krenak (2019, 2020ª, 2020b, 2022), Daniel Munduruku (2018, 2020), Edson Kayapó (2013) e Márcia Waina Kambeba (2021), pensadores de fronteira, indígenas que têm nos ensinado muito sobre a experiência do tempo.

ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

Trata-se de pesquisa de caráter bibliográfico, envolvendo organização e interpretação de entrevistas já registradas e coletadas em estudos que envolveram, direta ou indiretamente o tema da experiência estudantil universitária com o tempo. Em linhas gerais, o material foi organizado e analisado a partir da análise de conteúdo temática (BARDIN, 2011). Foram identificados temas correspondentes ou relacionados à experiência do tempo, compreendida de forma ampla (o tempo dos estudos, o tempo da política, o tempo d lazer, o tempo nos espaços acadêmicos, as pressões e demandas que pressionam o tempo, a sensação de falta de tempo...). Os trechos que indicaram tais experiências foram justapostos e comparados, estabelecendo subtemas e categorias descritivas a serem analisadas, conforme a orientação expositiva referenciada.

As interpretações foram realizadas com base nas orientações teóricas aqui expostas. Estas procuraram compreender o material registrado não de maneira estanque ou compartimentada, mas como expressões narrativas em um movimento temporal. Procurou-se estabelecer interlocuções entre estudantes universitários cujas experiências reportaram a diferentes tempos e contextos, sem sobreposição de uns pelos outros, compreendendo a horizontalidade e a pertinência de todas as falas e pontos de vista.

RESULTADOS E REFLEXÕES

Em análise comparativa (considerando os limites da pesquisa, as consideráveis diferenças entre cursos, instituições, regiões), as entrevistas indicam um processo tendencial de aceleração, decorrente do aumento de

tarefas, do produtivismo, da pressão por prazos, por desempenho e pela produtividade. As entrevistas indicam também sinais de adoecimento mais pronunciados e presentes nas falas dos estudantes contemporâneos. Mas sinalizam também resistências, paradas disruptivas, tanto no cotidiano como por vezes na política e nas greves estudantis. Observe-se aqui a importância de novos agentes e de novas experiências. Destaco a entrada de estudantes indígenas, e da importância dessas novas culturas e perspectivas para a re-habitação da universidade.

REFERÊNCIAS

ARANTES, P. O novo tempo do mundo. O novo tempo do mundo: e outros estudos sobre a era da emergência. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 27-97.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

BENJAMIN, W. (1994). O narrador: considerações sobre a obra

de Nikolai Leskov. In Obras Escolhidas: magia e técnica, arte e política (Vol. 1, 7a ed., pp. 197-221). São Paulo, SP: Brasiliense, 1994.

BOSI, E. Memória e sociedade: lembranças de velhos. (3a ed.). São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1994.

BOSI, E. O tempo vivo da memória: ensaios de Psicologia Social. São Paulo, SP: Ateliê Editorial, 2003.

DORRICO, T. et al. (org.). Literatura indígena brasileira contemporânea. Porto Alegre: Ed. Fi, 2018. Disponível em: Https://www.editorafi.org/438indigena. Acesso em: 12/05/2025.

EDIP – Educação Intercultural e Sociedades Indígenas. Salvador: IFBA, 2020. Produções disponíveis em: https://www.facebook.com/educacaoindigenaepandemia . Acesso em: 08/10/2020.

HALWACHS, M. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2006.

HAN, B-C. A crise da narração. Petrópolis: Vozes, 2023.

HAN, B-C. A sociedade do cansaço. Petrópolis: Vozes, 2015.

HAN, B-C. El aroma del tempo. Barcelona: Herder Editorial, 2014.

HAN, B-C. La desaparición de los rituales. Barcelona: Herder Editorial, 2020.

HARTOG, F. Regimes de historicidade: Presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: autêntica, 2021.

KAYAPÓ, E. Literatura indígena e reencantamento dos corações. Letra Indígena: São Carlos, v. 2, n. 2, 2013. (Antologia dos Morõgetás: olhares indígenas)

KAMBEBA, M. W. Kumiça Jenó: Narrativas Poéticas dos Seres da Floresta. LCC, 2021

KRENAK, A. A Vida Não é Útil. São Paulo: Companhia das Letras, 2020a.

KRENAK, A. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, A. Futuro Ancestral. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

KRENAK, A. O Amanhã Não está à Venda. São Paulo: Companhia das Letras, 2020b.

MUNDURUKU, D. Escrita indígena: registro, oralidade e literatura: o reencontro da memória. In: DORRICO, T. et al. (org.). Literatura indígena brasileira contemporânea. Porto Alegre: Ed. Fi, 2018. Disponível em: Https://www.editorafi.org/438indigena. Acesso em: 12/05/2025.

MUNDURUKU, D. Não somos donos da teia da vida. São Paulo: Sesc, 2020.

OKAWATI, J. A. A.; KARPINSKI, C. Narrativas indígenas: um caminho decolonial para compreender a memória e informação. Transinformação, [S. l.], v. 36, 2024. Disponível em: https://periodicos.puc-campinas.edu.br/transinfo/article/view/10646. Acesso em: 12 maio. 2025.

ROSA, H. Aceleração: a transformação das estruturas temporais na modernidade. São Paulo: Unesp, 2019.

GT 11: DESAFIOS E IMPLICAÇÕES NA FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA: DCNS, ESTÁGIOS E PRECARIZAÇÃO

Coordenação: Moisés José de Melo Alves (FADERGS), Luis Henrique da Silva Souza (UFRGS), Neuza Maria de Fátima Guareschi (UFRGS)

A construção da disciplina Relações Étnico-Raciais em Psicologia: Mudanças de repertórios sobre o Racismo

Pedro Paulo Viana Figueiredo (UFAL)

A discussão proposta para comunicação oral, diz respeito à experiência do autor na construção da disciplina da disciplina "Relações Étnico-Raciais" em uma Instituição de Ensino Superior (IES) particular da Cidade do Recife em Pernambuco, ministrada entre fevereiro de 2017 e setembro de 2023. Enquanto docente em Curso de Psicologia, enfrenta-se vários desafios na construção e proposição de disciplinas que estejam fora da grade curricular, uma vez que disciplinas eletivas podem encontrar entraves no que a IES e sua direção pode considerar temas "espinhosos" ou "polêmicos" no que diz respeito à recepção negativa e/ou reativa por parte dos/as estudantes, mesmo que haja a necessidade da discussão de assuntos que não ignorem a realidade brasileira para a formação do/a psicólogo/a.

Nesse sentido, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para os Cursos de Graduação em Psicologia preconizam uma formação que preze pela transversalidade e pela compreensão de temas pertinentes ao contexto sócio-histórico e cultural brasileiro, inclusive no que diz respeito a questões étnico-raciais (Soligo et al., 2020). Em sua versão mais atual (CNE/CES, 2023), destaca em seu art. 8º que entre as competências básicas que definem o profissional de Psicologia está "Respeitar as diversidades de gênero, sociocultural, étnico-racial, religiosa e outras" (Artigo 8, §5, IV, alínea b, grifo meu). Além disso, é importante ter como referência que a prática profissional do/a psicólogo/a em relação ao preconceito e a discriminação racial está preconizada na Resolução 018/2002 do Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2018) e que, para que ela se torne efetiva, é necessário investir tanto na formação estudantil quanto na atualização de profissionais já formados/as. Porém, a perspectiva resolutiva por parte do Conselho Federal de Psicologia não se converte, necessariamente, em profissionais engajados na prática antirracista em nossa profissão, tornando-se necessário a incorporação efetiva do tema nos Cursos de Psicologia.

A disciplina "Relações Étnico-Raciais", oferecida em caráter de disciplina eletiva – sendo oferecida e "eleita" ora no penúltimo, ora no último período do Curso de Psicologia nesta IES, surge a partir da necessidade, discutida em Colegiado do Curso, de cumprir o que prevê as DCNs para os Cursos de Psicologia e o Plano Político-Pedagógico do Curso de Psicologia desta IES sobre as competências que o/a estudante deve ter em sua formação. Enquanto psicólogo, negro de pele clara e dreads, com trajetória de estudos pessoais sobre as relações étnico-raciais no Brasil e pontuando discussões sobre estereótipos, preconceito, discriminação e racismo a partir da disciplina de Psicologia Social nessa mesma IES, fiquei com a responsabilidade de construir e lecionar a disciplina em conjunto com uma colega, também negra de pele clara - à época, os/as únicos/as negros/as no conjunto de docentes do Curso de Psicologia. Por conta da dinâmica típica de uma faculdade particular sobre

distribuição de carga horária e disciplinas entre docentes, após 3 semestres, a disciplina fica apenas sob minha responsabilidade.

Proponho discutir a construção dessa disciplina a partir da estratégia didática adotada por mim para a des/res/sensibilização dos/as estudantes em relação aos efeitos psicossociais do racismo – e sua negação – como fator de sofrimento psíquico para pessoas negras. Escolho grafar dessa forma, pois poderia categorizar como a disciplina produz sentidos diversos para os/as estudantes da seguinte maneira: a) dessensibilização, ao administrar "doses" progressivas da discussão sobre racismo e seus efeitos; b) sensibilização, ao construir a percepção do que antes parecia ser invisível, seja por conta do pacto da branquitude (Bento, 2022) presente também em sala de aula, seja pela evidenciação do mito da democracia racial no Brasil (Munanga, 2004, 2017); c) ressensibilização, no sentido de estudantes negros/as terem a oportunidade de, muitas vezes pela primeira vez, se reconhecer e se apresentar como pessoa negra para seus pares e falar sobre suas experiências com o racismo, inclusive aqueles presentes ao longo da trajetória na IES.

Seguia então um roteiro na disciplina como tentativa de evidenciar: a) o que é racismo; b) o que é racismo estrutural e porque o Brasil é um país racista; c) a necessidade do letramento racial do/a profissional de Psicologia. Tomo como premissa a construção de novos repertórios (Spink; Medrado, 2004) sobre o racismo, tendo em vista a necessidade de convocar para uma descolonização radical (Mbembe, 2021) do fazer psicológico e da representação/desfiguração das pessoas negras no Brasil.

A relação com o GT 38: Psicologia e relações raciais no Brasil do séc XXI: aspectos históricos, teóricos e metodológicos e o Eixo Temático 11: Psicologia Social e Relações étnico-raciais, está na possibilidade de discussão, reflexão e compartilhamento de estratégias no que diz respeito à escolha pelo Letramento Racial na construção da disciplina mencionada, tendo em vista como algo necessário para que se alcance a justiça racial. Por Letramento Racial, compreendemos a capacidade de identificar como "a convergência entre processos históricos, representações culturais, mecanismos institucionais, comportamentos individuais, desvantagem econômica e ausência de representatividade criam obstáculos para a construção de um regime político baseado no tratamento igualitário entre todos os grupos raciais". (Moreira, 2024, p. 35). Ou seja, admitindo a existência do racismo (e sua negação) como determinante de desigualdades sociais na experiência da construção de subjetividades no Brasil, há a necessidade de que se promova igualdade em termos raciais, elaborando ações que possam eliminar as hierarquias raciais existentes e as barreiras que impedem ou dificultam que os membros de grupos racializados acessem, de maneira individual e coletiva, direitos, recursos e espaços de poder e decisão (Vaz, 2023).

"Essa disciplina não devia ser Eletiva!", evoca a frase mais escutada por mim ao desenrolar da disciplina e em especial ao final da mesma, quando proponho uma avaliação conjunta das atividades e discussões realizadas ao longo do semestre. Ou seja, é evidenciada a urgência e necessidade da discussão sobre os efeitos psicossociais do racismo transversalmente ao longo da formação. Por outro lado, há também o dissabor de experienciar resistências no que diz respeito à compreensão e abertura para as discussões em sala de aula, na qual nem todos/as os/as estudantes finalizam a disciplina com novos repertórios sobre a Psicologia, seu compromisso social e a importância do letramento racial em nossa profissão (Damasceno; Zanello, 2018, 2022; Shucman, 2018; Tavares; Trad, 2021;). Seja por serem percebidos/as por mim como compartilhando do pacto da branquitude (Bento, 2014, 2022), minimizando as discussões sobre raça e racismo, quando brancos; seja por terem dificuldade de olhar para sua própria trajetória e se perceberem como tendo experienciado racismo ao longo

de suas vidas, quando negras (Souza, 1983; Tavares; Kuratani, 2019).

A presença do mito da democracia racial no Brasil (Munanga, 2017) e a construção de uma Psicologia que ignora o letramento racial em sua formação (Damasceno; Zanello, 2018, 2022; Machado, Francisco; Costa, 2022; Shucman; Martins, 2017; Santos; Shucman, 2015; Tavares; Kuratani, 2019) faz com que os/as estudantes, particularizando para a IES que lecionava, cheguem ao final do curso com déficits no que diz respeito à compreensão dos efeitos psicossociais do racismo e resistência em reconhecer a importância da constituição multirracial de nosso país e dos modos de subjetivação e adoecer típicos em uma sociedade que se estrutura e se reproduz como racista (Almeida, 2019; Carneiro, 2023; Fanon, 2020; Jesus, 2022; Mbembe, 2021). Por fim, é notório como os repertórios dos/as estudantes sobre raça/cor, e sobre o próprio fazer psicológico, advém de discursos que, por um lado, naturalizam e invisibilizam as diferenças nos modos de subjetivação entre brancos e não brancos (Carneiro, 2023; Kilomba, 2018; Munanga, 2017) na sociedade brasileira e, por outro, denunciam a presença esmagadora de referências e teorias do campo psi na formação que não abarcam as questões raciais, o que evidencia a urgência da discussão sobre raça e racismo na formação de psicólogos/as.

A Interface entre a Formação em Psicologia e Políticas de Saúde: Um Olhar sobre o contexto do Amazonas

Anna Catarina Alves da Silva Auad (UFAM), Maria Clara Weil (UFAM), Fábio Henrique Almeida Dantas (UFAM), Breno de Oliveira Ferreira (UFAM)

A presente pesquisa analisa as políticas de saúde e a formação em Psicologia no contexto do Amazonas, com foco nos itinerários curriculares do Ensino Superior na região. A formação em Psicologia no Brasil, historicamente, avançou de uma perspectiva elitista, clínica e individualizante para tentativas de maior articulação com as demandas coletivas e sociais. Nesse sentido, torna-se imprescindível adequar a formação do psicólogo às realidades locais, de modo que ela responda às complexidades socioculturais, econômicas e territoriais que marcam o país. No caso específico do Amazonas, esse desafio se intensifica diante das desigualdades regionais e da diversidade étnica e cultural da região. Assim, alinhar os currículos dos cursos de Psicologia às diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) e às políticas públicas, torna-se condição fundamental para consolidar uma prática profissional comprometida com os direitos humanos, a equidade do cuidado e a transformação social. A consolidação da Psicologia no Brasil, enquanto ciência e profissão, se deu em um contexto marcado pela modernização do Estado e pelo alinhamento com os interesses de um modelo desenvolvimentista capitalista e excludente. Desde suas origens, a Psicologia brasileira esteve profundamente influenciada por paradigmas normativos eurocêntricos, voltados sobretudo para a adaptação de sujeitos a contextos institucionais, sem considerar as desigualdades que marcam a realidade social e comprometem a equidade no acesso a direitos. Durante essa institucionalização, a Psicologia foi criada para atender às demandas dos setores privilegiados do país, adotando uma perspectiva centrada na normatização do comportamento nos campos educacional, organizacional e clínico, o que frequentemente resultou na individualização dos conflitos e na desconsideração de seus determinantes sociais. Esse modelo hegemônico passou a ser questionado a partir das décadas de 1970 e 1980, impulsionado pelos movimentos sociais e pelo processo de redemocratização, que reivindicavam uma atuação psicológica mais crítica e comprometida com a transformação social. Nesse período, impulsionado pelo enfrentamento à ditadura militar e pela efervescência política em torno da construção de um projeto democrático-popular de nação, emerge uma Psicologia comprometida com as transformações sociais. Inspirada por referências críticas e latino-americanas, essa nova vertente passa a se articular com os movimentos de base, com as lutas por direitos civis e com a defesa intransigente da saúde, da educação e da assistência como direitos universais. A criação do Sistema Único de Saúde (SUS), em 1988, é um dos principais marcos desse novo paradigma, representando a consolidação de um projeto coletivo de democratização da saúde e de enfrentamento às desigualdades regionais e sociais. O SUS trouxe consigo o desafio de reformular os perfis profissionais na área da saúde, incluindo o da Psicologia. Esse contexto impôs à Psicologia o compromisso de superar sua tradição clínica-individualista e de construir uma prática fundamentada nos princípios da universalidade, integralidade e equidade. Isso exigiu dos cursos de graduação uma reestruturação curricular voltada para a formação de profissionais aptos a atuarem em territórios marginalizados, com foco na promoção de saúde, na prevenção de agravos e na construção de redes de cuidado coletivas. Em face às intensas transformações sociais, políticas e educacionais vivenciadas no Brasil, torna-se urgente verificar como os cursos de Psicologia têm respondido aos desafios contemporâneos, no que se

refere à formação ética, crítica e comprometida com a transformação social. Para isso, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) têm como objetivo central orientar os cursos para que formem profissionais aptos a atuar nas diversas realidades brasileiras, articulando ensino, pesquisa e extensão, com ênfase na promoção da saúde, na justiça social e no compromisso com os direitos humanos. No entanto, apesar de sua importância normativa e política, a implementação efetiva das DCNs enfrenta inúmeros entraves, sobretudo em contextos marcados por desigualdades estruturais, como é o caso do estado do Amazonas, permeado por lógicas que excluem determinados grupos e territórios. Nesse contexto, a atuação do psicólogo na saúde comunitária exige uma postura sensível e comprometida com as realidades locais. Diante das desigualdades sociais e territoriais que marcam a região, é essencial que o profissional desenvolva práticas que considerem os determinantes sociais da saúde, incluindo fatores culturais, econômicos, políticos e ambientais. Isso requer intervenções voltadas para o coletivo, com ênfase na prevenção, na educação em saúde e no fortalecimento das redes de apoio social. Alinhada aos princípios do SUS, a atuação das(os) psicólogas(os) deve promover práticas de cuidado humanizadas e transformadoras, que fortaleçam o protagonismo das comunidades e contribuam para uma saúde pública inclusiva e democrática. No Amazonas, as demandas da atuação psicológica tornam-se mais complexas devido às múltiplas camadas de desigualdade e exclusão. Logo, destaca-se a importância de uma análise crítica da realidade local, que considere as especificidades culturais, geográficas e sociais da região, tendo em vista que a Amazônia exige uma abordagem interdisciplinar e territorializada, sensível às diferentes realidades urbanas e das comunidades tradicionais, como ribeirinhos, indígenas e quilombolas, da mesma forma que a diversidade interna da região também demanda práticas psicológicas adaptadas às condições locais. Assim, a Psicologia da Saúde deve promover ações alinhadas aos modos de vida da população, respeitando os saberes populares e os marcadores sociais da diferença, como gênero, classe, raça-etnia, geração e sexualidade, que influenciam o acesso à saúde e aos direitos. Essas reflexões evidenciam que a articulação entre Psicologia e políticas de saúde, especialmente no Amazonas, deve priorizar a atenção integral, a formação contínua e o reconhecimento das singularidades regionais, contribuindo para um SUS mais inclusivo e equitativo. No entanto, uma lacuna persiste entre a formação ofertada nos cursos de Psicologia e as exigências concretas da atuação nas políticas públicas de saúde. Nesse contraste, esta pesquisa tem como objetivo analisar as interfaces entre as políticas públicas de saúde e a formação em Psicologia no estado do Amazonas, a partir dos itinerários curriculares e formativos do Ensino Superior. Para isso, busca-se mapear como as diretrizes curriculares abordam a temática da saúde pública nos cursos de Psicologia; examinar as estratégias pedagógicas voltadas à preparação para o SUS e demais políticas públicas; identificar os desafios na implementação de práticas formativas críticas e comprometidas com a redução das desigualdades; e reconhecer as potencialidades regionais na construção de percursos formativos alinhados às demandas locais. Para investigar esse cenário, a pesquisa realiza um estudo qualitativo, de caráter descritivo-exploratório, voltado à análise da coerência entre a formação em Psicologia e as demandas socioculturais da prática em saúde estabelecidas pelas políticas públicas. A investigação compreende a análise dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) de instituições públicas e privadas do Amazonas, acessados por meios públicos, a fim de verificar em que medida incorporam os princípios das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) e respondem a desafios contemporâneos, como a precarização do ensino, a ampliação do EaD, as dificuldades na supervisão de estágios e a articulação com políticas públicas, especialmente no SUS. A metodologia envolve dois blocos: no primeiro, foram analisados os PPCs dos cursos de Psicologia do estado, observando a estrutura curricular, a presença de disciplinas, práticas e estágios

voltados ao SUS e às políticas públicas de saúde; no segundo, será mapeado o quantitativo e a distribuição de psicólogas(os) atuantes no SUS e na Atenção Básica no Amazonas, para analisar seus itinerários formativos. Será utilizada a técnica da bola de neve, com contato inicial com egressos indicados por pares e docentes dos Núcleos Docentes Estruturantes (NDE), convidando-os a entrevistas semiestruturadas, que serão transcritas e analisadas com auxílio de software. Com base em referenciais sobre formação e políticas públicas de saúde, serão definidas categorias analíticas para avaliar o alinhamento entre os currículos e as diretrizes do SUS. Essa triangulação entre PPCs, entrevistas e dados institucionais permitirá compreender os desafios e potencialidades da formação em Psicologia no Amazonas. Os resultados preliminares da análise dos PPCs revelam fragilidades na incorporação das políticas públicas em saúde como eixo formativo. Apesar das DCNs enfatizarem a inserção no SUS e a atuação crítica em contextos sociais, esses conteúdos aparecem de forma fragmentada, muitas vezes diluídos em disciplinas amplas, como Psicologia Social ou Saúde Coletiva, e, em alguns casos, como optativas. A escassez de disciplinas específicas dificulta a formação crítica e prática dos estudantes, comprometendo a articulação entre os princípios do SUS e a atuação psicológica. Soma-se a isso a predominância de abordagens teóricas e a baixa inserção em práticas efetivas. Estágios e atividades em unidades básicas de saúde ocorrem de forma irregular, geralmente dependentes de convênios ou ações pontuais de extensão, revelando a heterogeneidade entre as instituições e a ausência de diretrizes formativas contínuas. Embora ações extensionistas com populações vulneráveis apresentem potencial crítico, permanecem restritas a determinadas instituições e não integram sistematicamente os currículos. Em contrapartida, a diversidade sociocultural do Amazonas surge como recurso formativo relevante. Algumas instituições já incorporam saberes tradicionais e práticas integrativas e complementares em saúde (PICS), favorecendo uma abordagem alinhada à territorialização das políticas públicas. Nesse contexto, torna-se imprescindível qualificar a formação em Psicologia e Psicologia Social, com o fortalecimento de programas como o Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde, ampliação dos estágios no SUS, adoção de metodologias participativas e valorização da escuta atenta às realidades locais. Tais estratégias podem consolidar resistências ético-políticas e epistêmicas frente à precarização do ensino, contribuindo para percursos formativos críticos, firmando o compromisso social das psicólogas(os).

Atravessamentos da Psicologia no Interior: saboreando frutos e semeando caminhos

Amilson de Carvalho Gominho Filho (UPE), Anael Robson Barbosa Ferreira (UPE), Suely Emilia de Barros Santos (UPE)

INTRODUÇÃO

Os serviços-escola são espaços formativos previstos desde a primeira versão da Lei 4.119/62, que regulamenta a profissão e a formação em psicologia, como "institutos de psicologia". Diferente de como é atualmente, os institutos não eram obrigatórios e ofertavam serviços voltados à clínica, à educação e ao trabalho, tanto que posteriormente passaram a ser chamados de "clínica-escola". Com a expansão das possibilidades de atuação, foram iniciados movimentos de inserção dos estudantes nas realidades territoriais, a fim de produzir profissionais contextualizados, flexíveis e críticos. Por isso, em 2004, no XII Encontro de Clínicas-escola do Estado de São Paulo, as clínicas-escola passaram a ser denominadas como "serviços-escola", firmando o compromisso em levar a ação clínica para além dos muros (Boeckel et al, 2010).

De acordo com as atuais Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) "O Serviço-Escola é um espaço de prestação de serviços e articulação com a sociedade, podendo integrar ações de formação, pesquisa e extensão" (CNE; CES, 2023, p. 56). Galindo, Tamman e Sousa (2020) observam a conciliação das necessidades formativas com as demandas da população como um desafio que parece comum aos serviços-escolas, onde ainda há o predomínio da psicoterapia individual, persistindo a dicotomia entre clínica e social. Outro ponto importante levantado pelas autoras diz respeito à necessidade de lançar luz às opiniões dos estudantes sobre suas formações, já que poucos artigos consideram-nas, e a concentração de publicações se dá no eixo sul e sudeste do país.

Na Universidade de Pernambuco (UPE) o Serviço-escola foi implantado em 2008 e posteriormente nomeado Serviço de Atenção Psicológica Professora Lindair Ferreira de Araujo (SAP/UPE), tendo em vista as contribuições da professora homenageada na interiorização do curso de Psicologia para Garanhuns, município no Agreste pernambucano, além da implementação do SAP/UPE. Atualmente, o SAP/UPE traz a concepção de clínica indissociada ao território e "requer psicólogos que intervenham mais que meros técnicos ou 'aplicadores' de conhecimentos, mas que assumam uma atitude ético-política de cuidado com aqueles que solicitam uma atenção psicológica" (UPE, 2017, p. 31).

Nesse contexto, observa-se que a formação em psicologia acontece em um locus, ou seja, a partir de um "modo de estar dentro como pertencer" (Lima, 2019, p. 191) e "a psicologia se oferece como um destino no qual se dispõem uma infinidade de lugares" (Lima, 2019, p. 192-193). Sendo assim, ao longo da formação em psicologia criam-se novas identidades profissionais e novos ethos, uma vez que "toda psicologia será desde sempre histórica, implicada, permeada pelo espírito de seu tempo" (Lima, 2019, p. 188).

Com a interiorização das universidades, o projeto político que visa a democratização do acesso ao ensino superior e a redução das desigualdades regionais (Bizerril, 2020), a psicologia alcança novos territórios. Nesse sentido, a psicologia que se faz no interior não é a mesma que se faz nas grandes cidades, uma vez que as cidades do interior podem ser vistas como lugares de fronteira (Kieling; Silveira, 2015), nos quais há uma mistura de aspectos da urbanidade com a ruralidade, construindo formas próprias de conceber a realidade. Então, faz-se necessário refletir as novas formas de ser/fazer psicologia nas formações interiorizadas.

OBJETIVO

O presente relato de experiência deriva-se de uma oficina de criatividade ofertada no SAP/UPE que buscou compreender os sentidos atribuídos pelos estudantes de

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

graduação à psicologia para compor uma colcha de retalhos que foi transformada em um quadro para o Serviço-escola.

RELAÇÃO CLARA COM O GT E EIXO TEMÁTICO ESCOLHIDO

Este trabalho dialoga com a proposta do GT 11, acerca dos "Desafios e Implicações na Formação em Psicologia: DCNs, Estágios e Precarização" e do Eixo temático 02, que trata da "História, epistemologias e formação em Psicologia Social", uma vez que abordamos um movimento histórico da formação em Psicologia rumo ao interior do país e, com isso, a insurgência de novas identidades profissionais no Agreste pernambucano.

ORIENTAÇÃO TEÓRICA

Partimos de uma perspectiva fenomenológica decolonial, a qual se concebe verdade como aléthèa, um desocultamento, uma revelação que não se propõe única. Nessa perspectiva o método é uma doxa, "uma fala que recolhe e expressa como o mundo me aparece, mas sempre e inexoravelmente inscrita em prévias crenças, informações, aspirações..." (Critelli, 2019, p. 27). Nesse percurso, entendemos que não se faz psicologia neutra e, portanto, realizamos o movimento de antropofagia, no qual se nutre de saberes diversos, que, ao serem devorados e digeridos, são transformados em importantes alicerces para pensar a práxis (Clini, 2022).

Destaca-se, também, a noção de sujeito práxico de Paulo Freire, a partir da qual se entende que somos entes relacionais. Então, ao passo em que refletimos e tomamos consciência de nossa relação no/com o mundo, nossa ação se transforma. Educar, nesse sentido, conduz ao pensar autêntico, crítico e libertador, rejeitando a mera assimilação de informações para adequação e alienação (Freire, 2024; Freire, 2025). Nesse sentido, vemos a arte como um meio de ação e reflexão, pois "a arte é feita de forças e fluxos como a intuição, a sensibilidade, as emoções, a contemplação [...]. Ela convive, necessariamente, com a experiência poética" (Wong-Un, 2014, p. 184).

ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

O método utilizado foi a Oficina de Criatividade. De acordo com Cupertino (2008) as oficinas de criatividade rompem com o modo propositivo de linguagem e se aproxima do modo de apresentação. Isso, pois, não busca propor discussões argumentativas, mas a movimentação dos sentidos, de modo que através do uso de recursos expressivos, é produzida uma aproximação com a poiesis. Sendo assim um lugar onde é fomentada a experienciação e tem função formadora e de sensibilização.

Para a composição da oficina, inspiramo-nos na técnica de colcha de retalhos, apresentada por Daron (2014, p. 142) no II Caderno de Educação Popular em Saúde, na qual busca-se trabalhar a identidade cultural. No caso da nossa oficina, propomos uma reflexão acerca da identidade profissional, dando ênfase nos sentidos da profissão. O convite foi feito em todas as turmas do curso de psicologia e tivemos 8 participantes, os quais estavam em diferentes momentos da graduação.

RESULTADOS

As produções apresentadas foram discutidas no grupo, todas/os participantes apontaram seus processos criativos e percepções sobre suas criações. Nesse sentido, surgiram pinturas que lançavam mão de cores para a elaboração de sentimentos, lugares de/por onde se observava a psicologia. As possibilidades de caminhos para serem trilhados foram muito presentes nas falas das/os participantes. As reflexões se deram por desenhos que expressavam árvores de diversas formas e tamanhos, assim como linhas que se interconectavam diante de si e lembravam grandes galhos.

As árvores que surgiram na oficina anunciam as percepções das/os estudantes sobre a psicologia, cujos galhos foram associados a multiplicidade de caminhos possíveis. Além disso, as árvores são marcos históricos e simbólicos no imaginário poético coletivo ligadas à integração, memória e engrandecimento da alma (Crichyno, 2017), o que nos remete ao sentido grego de psyché. Os sentidos atribuídos à árvore parecem anunciar uma psicologia que conecta, em seu fazer, e que os conecta, como formação, ao fazer profissional.

A imagem da árvore diz também do lugar do qual olham para esse ponto em comum. Expressá-la desse modo, pode nos comunicar os entrelaçamentos que permeiam suas relações com a psicologia e com a coletividade que se põe em prática no cotidiano do curso. Nessa direção, podemos olhar para as figuras das árvores pensando na trajetória que se apresenta ao mirar a psicologia. Trajetória que denota uma temporalidade que precisa ser apreciada fora da lógica da linearidade cartesiana, mas sim, compreendendo que o tempo performa um mar no qual se está mergulhado.

O forte simbolismo da árvore pode ser percebida também nas religiões de matriz africana, que compõem forte influência na cultura brasileira. Nessa cosmologia, a árvore sagrada Gameleira Branca é casa de Iroco, Orixá do tempo (Lima, 2020). A gameleira sagrada é plantada no território e performa como um elemento vivo e pertencente que junto com o povo escreve a história no tempo, conectando a terra ao céu, e aquele que busca, a sua ancestralidade, assim como sua identidade pertencente à sua comunidade e seu território.

Nas expressões que emergem da oficina, as árvores podem nos apontar para o processo de construção de uma identidade profissional das/os estudantes em formação no interior pernambucano. Identidade marcada pela presença da natureza no território de formação e por uma profissão que caminha para conectar pessoas, mundos e lugares.

CONCLUSÕES

Encontros como esse, relatado, anunciam trajetórias que se cruzam, se conectam e confluem. Os frutos colhidos a partir dessas experiências não são nem produzidos, nem colhidos individualmente. Na medida em que os serviços-escola aproximam graduandos do território, cumprem o papel de tronco, fazendo das vozes escutadas na terra, folhas nos galhos dessa árvore. A psicologia em contextos interioranos se mostra como elemento fundamental no processo de construção de profissionais que se conectam ao território e semeiam a pluriversalidade.

Desafios da atuação do psicólogo do trabalho: uma análise a partir de visitas técnicas

Letícia Marilac Abreu Cavalcante (UFPB), Bruna Gonçalo Fonsêca (UFPB), Maria Laura Queiroz da Silva (UFPB), Yara da Silva Rodrigues (UFPB), Luiza Oliveira Araújo (UFPB), Eduardo Breno Nascimento Bezerra (UFPB)

Este trabalho tem como objetivo apresentar o relato de experiência de três visitas técnicas que foram realizadas em instituições paraibanas, tendo a atuação do psicólogo do trabalho e organizacional como foco da investigação. Tendo isso em vista, foram realizadas três visitas técnicas, duas em empresas privadas (uma no setor de tecnologia da informação e outra na produção de materiais gráficos) e a terceira numa instituição pública (especializada no atendimento à saúde do trabalhador) do município de João Pessoa. As visitas foram realizadas pelos estudantes da disciplina Psicologia do Trabalho I, no período 2024.2, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), sob a supervisão do professor da disciplina. Delineou-se uma reflexão a partir da relação entre as visitas, bem como da literatura na área e da Nota Técnica do Conselho Federal de Psicologia (CFP) Nº 18/2024, que discorre sobre a atuação do psicólogo no mundo do trabalho, incluindo ainda uma análise dos processos de precarizações laborais e o comprometimento da saúde física e psíquica do trabalhador. Nesse sentido, este estudo relaciona-se diretamente com o eixo temático e o Grupo de Trabalho escolhido, visto que se buscou analisar a atuação da psicologia em instituições públicas e privadas, e suas implicações na saúde biopsicossocial dos trabalhadores, assim como a precarização das condições laborais encontradas a partir de marcadores sociais dos trabalhadores e trabalhadoras, a partir de um viés crítico e social. A produção em questão foi fundamentada na literatura da Psicologia do Trabalho, com ênfase nos estudos de Sampaio (1998), Lhuilier (2013) e Dejours (2011), que refletem acerca das implicações psicossociais do âmbito laboral na subjetividade dos trabalhadores. As estratégias metodológicas foram baseadas na observação empírica das estudantes que realizaram as visitas, proporcionando uma vivência aproximada da realidade nesses espaços laborais, por meio do diálogo com os trabalhadores, juntamente ao registro de suas percepções sobre os comportamentos, falas e ambientes visualizados em cada visita. Ademais, foi realizada uma análise teórico-crítica das três visitas, e por conseguinte, verificou-se os pontos da atuação das profissionais que nos receberam em cada visita, buscando identificar em que essas atuações se assemelham e se diferenciam. Dessa forma, a metodologia utilizada tem caráter qualitativo, interpretativo, descritivo e exploratório. Embora tenha sido previamente afirmado pelas empresas sobre a existência de psicólogas em seu quadro de funcionários, identificou-se que nas duas instituições privadas essas profissionais não foram contratadas de fato como psicólogas, mas sim profissionais que assumem cargos que se relacionam com a Psicologia do Trabalho. As duas profissionais que trabalham nas empresas privadas visitadas possuíam relação direta com a psicologia, sendo uma psicóloga, que foi contratada como gerente da área de gestão de pessoas, e a outra, ainda era uma estudante, concluinte do curso de Psicologia, que foi contratada como analista de recursos humanos. Observou-se que, na primeira empresa, embora a profissional busque aplicar elementos da Psicologia do Trabalho, tentando compreender a realidade dos trabalhadores e promover ações voltadas para as melhorias em suas condições, sua atuação permanece bastante limitada. Isso ocorre devido às demandas e necessidades dos seus superiores, que priorizam a produtividade, das restrições impostas pelo cargo com atribuições predominantemente administrativas, e pela resistência apresentadas pelos próprios trabalhadores, sobretudo o público masculino, influenciado pelos estigmas de gênero, além da desvalorização do cuidado com a saúde mental no contexto laboral. Na segunda

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

instituição visitada, a atuação da psicologia se mostrou ainda mais fragilizada. Apesar da empresa informar anteriormente que possuía uma equipe formada por psicólogos, percebeu-se durante a visita a ausência de quaisquer profissionais da Psicologia. A condutora da visita era, na realidade, uma estudante concluinte do curso, a qual ingressou na empresa como estagiária e, atualmente, ocupava um cargo de analista na gestão de pessoas. Embora o discurso da empresa e da profissional fosse voltado para inclusão e cuidado, o que se observou na prática foi a precarização das condições de trabalho, com problemas estruturais visíveis. A análise dessa atuação revela uma clara tentativa de dissociar o adoecimento dos trabalhadores de suas condições laborais, oferecendo ações pontuais, terceirizadas e insuficientes. Assim, a prática profissional mostrou-se mais voltada ao aumento da produtividade do que a promoção de saúde dos trabalhadores. Na terceira visita, foi possível analisar a atuação da psicologia do trabalho em uma instituição pública, onde de fato se pôde observar uma atuação alinhada com as orientações da Nota Técnica do CFP nº 18/2024. Com ações que vão desde escutas psicoterapêuticas até vigilância em saúde do trabalhador, intervenções psicossociais, emissão de pareceres, dentre outras atividades que de fato são compatíveis com a Psicologia do Trabalho. Apesar disso, a atuação dos profissionais dessa instituição é atravessada por inúmeros obstáculos, dentre eles a falta de recursos, o sucateamento de políticas de saúde, especialmente as voltadas à saúde mental, e uma estrutura física precária, que limita a atuação plena das profissionais e compromete a efetividade do serviço prestado. Paradoxalmente, observa-se que embora esses profissionais assumam um compromisso de enfrentamento da precariedade laboral experienciada pelos trabalhadores, os próprios psicólogos da área se deparam com condições de trabalho precarizadas, incluindo as relações contratuais fragilizadas com atribuições distintas das práticas e princípios da psicologia do trabalho. Todavia, cabe à psicologia contribuir com discussões e análises críticas que enfrentem relações de poder e políticas institucionais que alimentam e naturalizam contextos de precarização. De modo geral, o cenário da Psicologia do Trabalho e Organizacional ainda enfrenta inúmeros desafios, especialmente no setor privado, onde predomina uma visão organizacional e industrial que prioriza lucro e produtividade, em detrimento da saúde dos trabalhadores. Essa visão reflete no entendimento dos próprios profissionais da psicologia sobre sua atuação, levantando a necessidade de reflexão sobre a formação desses psicólogos e seu contato com a área durante a trajetória acadêmica. Em contrapartida, a experiência na instituição pública revela uma prática alinhada aos princípios éticos-políticos da Psicologia do Trabalho, focada na promoção de saúde e na transformação das condições laborais. Entretanto, tal prática esbarra em obstáculos estruturais e políticos que comprometem sua realização. A experiência das visitas técnicas relatadas aqui neste estudo possibilitou uma reflexão crítica sobre a importância da Psicologia do Trabalho, destacando a urgência de sua valorização e do fortalecimento de políticas públicas que garantam condições dignas de trabalho e cuidado efetivo aos trabalhadores. Também se evidencia a necessidade de uma formação crítica, ética e comprometida com a transformação social.

Palavras-chave : psicologia do trabalho; atuação profissional; precarização do trabalho.

Referências:

CONSELHO FERDERAL DE PSICOLOGIA. Nota Técnica nº 18/2024. O Escopo da Atuação da(o) Psicóloga(o) no Campo das Organizações e do Trabalho, Conselho Federal de Psicologia, Brasília (2024).

DEJOURS, C. Entre sofrimento e apropriação: o sentido do trabalho. Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho, p. 433-448 (2011).

LHUILIER, D. Trabalho. Psicologia & Sociedade, v. 25, n. 3, p. 483-492 (2013).

SAMPAIO, J. R. Psicologia do trabalho em três faces. Em: IB Goulart e JR Sampaio(org.) Psicologia do trabalho e gestão de recursos humanos: Estudos contemporâneos. São Paulo: Casa do Psicólogo, p. 19-40 (1998).

Dispositivo de monitoria para formação em psicologia em contextos comunitários: alguns aprendizados, ferramentas e desafios

Vitor Torquato da Cruz (UEFS), José Fernando Andrade Costa (UEFS), Carlos César Barros (UEFS)

O presente relato trata de um recorte da experiência de monitoria no âmbito do projeto "Psicologia em contextos comunitários: fortalecimento da formação teórico-prática", um projeto de ensino que busca integrar os estudos teóricos e a atuação prática da Psicologia em contextos comunitários. O projeto tem sido desenvolvido na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) desde agosto de 2024 e abrange turmas de estudantes de graduação em um componente curricular teórico-prático intitulado "Estudo e Intervenção da Psicologia em Contextos Comunitários" (90h), ofertado no sétimo período do curso e vinculado à ênfase de Saúde e Qualidade de Vida. O componente se subdivide em três unidades: 1 - Introdução à Psicologia Comunitária; 2 - Métodos e técnicas de intervenção psicossocial comunitária; 3 - Perspectivas e práticas em Psicologia Comunitária. Os temas abordados em cada unidade vão desde o desenvolvimento histórico e epistemológico do campo da psicologia comunitária, até a apropriação dos procedimentos e instrumentos da Pesquisa-Ação Participante e problematização dos campos de atuação em Psicologia Comunitária. Como atividade prática, são desenvolvidos projetos de intervenção social junto a instituições e grupos comunitários, mantendo uma perspectiva de continuidade e vínculo inter-turmas, ou seja, em um semestre um projeto é desenvolvido por um grupo para, no semestre seguinte ser implementado por outro grupo e, em um terceiro semestre, uma avaliação e novo projeto de intervenção.

O objetivo do projeto de monitoria é facilitar o processo de aprendizagem teórico-prática, oportunizando suporte e melhores condições de estudo e atuação junto aos grupos comunitários. Visa facilitar a aproximação de estudantes de Psicologia das realidades vivenciadas pelas comunidades, incentivando a articulação entre o conhecimento teórico e as demandas práticas que emergem dessas interações. Ao trabalhar em contextos comunitários, os estudantes podem observar como os princípios da Psicologia Comunitária se aplicam no cotidiano e entender melhor as questões sociais, culturais e políticas que afetam o bem-estar das pessoas e das coletividades. Esse processo formativo também possibilita que o conhecimento acadêmico seja constantemente desafiado e enriquecido pela experiência prática. Além disso, as atividades exercidas entre docentes, monitores e turmas de estudantes também visam coletar e fomentar discussões em eventos acadêmicos a respeito da composição dos currículos dos cursos de Psicologia. No caso da UEFS, o Projeto Político-Pedagógico do curso de Psicologia tem assimilado as lutas antirracistas, a saúde comunitária e as ruralidades, tendo em vista a posição estratégica da instituição no território do Portal do Sertão.

Nesse contexto, o presente relato de experiência situa-se no âmbito das discussões propostas pelo Eixo Temático 1 do Encontro (Psicologia Social e Educação), uma vez que discute a relação entre psicologia social, práticas educacionais no âmbito universitário e docência em psicologia em diferentes níveis - assim como engaja-se ético-politicamente em uma produção de conhecimento baseada no diálogo e participação comunitária. O relato dialoga igualmente com o GT 11 "Desafios e Implicações na Formação em Psicologia: DCNs, Estágios e Precarizaçãoa" na medida que propõe uma reflexão crítica acerca da formação acadêmica e dos currículos de psicologia, tomando o currículo da UEFS como base, a partir da experiência de ensino-aprendizagem e das atividades práticas de monitoria da disciplina. Além disso,

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

igualmente atualiza o debate acerca da configuração dos DNCs do curso de Psicologia em uma perspectiva territorializada com o contexto baiano.

O projeto de monitoria tem como uma das principais abordagens de orientação teórica os conceitos envolvendo processos psicossociais e os princípios metodológicos da Pesquisa-Ação-Participante (PAP), especialmente a partir das contribuições da psicóloga venezuelana Maritza Montero, que propõe uma abordagem colaborativa e reflexiva na construção de conhecimento e soluções para problemas sociais no âmbito do trabalho comunitário. Essa metodologia valoriza a participação ativa dos grupos comunitários nas decisões e intervenções, visando facilitar processos de fortalecimento dos sujeitos envolvidos e uma maior eficácia nas ações realizadas.

No âmbito deste projeto, os participantes desenvolvem atividades práticas em diferentes grupos comunitários, tanto dentro quanto fora do ambiente universitário. A estratégia de metodologia do ensino da monitoria consistiu na participação do monitor nas aulas, supervisões práticas e em momentos de plantão extraclasse, elaboração e confecção conjunta das avaliações com o professor e reuniões regulares com o docente responsável para acompanhamento da evolução e desempenho da turma nas atividades teóricas e práticas.

Entre os espaços de atuação prática estão a Universidade Aberta à Terceira Idade (UATI), o Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM), escolas públicas, associações de trabalhadores e Organizações da Sociedade Civil (OSC). Cada um desses espaços representa uma oportunidade de aplicação das teorias da Psicologia em contextos variados, permitindo que os estudantes compreendam as especificidades e complexidades de diferentes públicos e situações. Para o presente relato serão focalizados os resultados obtidos nos seguintes grupos: UATI, CRAM e em uma escola pública de Ensino Fundamental I.

Na UATI, por exemplo, cinco grupos de estudantes de psicologia fizeram levantamentos de demandas e desenvolveram projetos de intervenção prática durante quatro semestres letivos. As ações variaram desde o levantamento de condições de infraestrutura e logística para a realização de oficinas, até o mapeamento de recursos disponíveis na universidade para oferta de ações continuadas de promoção da saúde mental na perspectiva do envelhecimento saudável. Já no CRAM, o foco das intervenções foram as mulheres que vivenciam situações de violência, o que demandou uma compreensão aprofundada das desigualdades de gênero e das políticas públicas de assistência e proteção. Nesse caso, foi construído um projeto intitulado “empoderadas” que versou sobre a ampliação de oportunidades institucionais para um grupo de mulheres atendidas pelo CRAM, em parceria com a UEFS. Por fim, na escola pública o trabalho foi voltado para o acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem de crianças em situação de vulnerabilidade social. A ação desenvolvida versou principalmente sobre o enfrentamento ao preconceito e discriminação dessas crianças que eram tratadas como “perigosas” e “violentas” pelos agentes escolares. Uma professora chegou a levar um policial militar da “Ronda Escolar” para falar com as crianças, com a justificativa de informar sobre cumprimento de leis. A equipe de estudantes de psicologia foi apresentada como “Ronda Mental”, para que as crianças prestassem obediência. O trabalho foi realizado no sentido da desnaturalização da violência e na produção de jogos cooperativos, com foco na solidariedade e no acolhimento das educadoras, que demonstraram sobrecarga, vulnerabilidade ao estresse e dificuldades em compreender a realidade concreta das crianças com quem trabalham.

A partir desses resultados discutimos a importância da monitoria para o suporte das turmas durante a realização das tarefas, tendo em vista a complexidade do trabalho

comunitário. A diversidade de contextos e grupos comunitários nos quais o projeto está inserido proporciona uma formação ampla e rica para os estudantes, que podem observar e participar ativamente de diferentes formas de intervenção. Além disso, essa vivência em contextos concretos, com seus desafios e contradições, serve como base para o desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão, os quais por vezes evoluem para iniciações científicas, mestrados e outras formas de produção acadêmica. Acreditamos que a experiência formativa com os projetos de intervenção realizados pelos estudantes também podem ser uma ponte para a atuação crítica e reflexiva em diferentes setores de políticas públicas, possibilitando que os futuros profissionais de Psicologia compreendam o papel dessas políticas na vida das pessoas e a importância de sua atuação para a garantia de direitos.

A interação entre a prática comunitária e o conteúdo teórico também se reflete na formação de professores e monitores. A experiência em monitoria permite que os docentes aprimorem suas práticas pedagógicas ao desenvolverem atividades formativas que extrapolam o ambiente da sala de aula, conectando o ensino às demandas sociais e políticas da realidade brasileira. Para os monitores, a experiência também é enriquecedora, pois oferece a oportunidade de vivenciar a docência em contextos práticos, além de contribuir para o amadurecimento acadêmico e profissional.

Por fim, entendemos que o projeto de monitoria proposto tem sido uma experiência promissora para a formação em psicologia em contextos comunitários. No entanto, faz-se necessário compartilhar nossas experiências e avaliar, junto a pares acadêmicos de outras instituições, os limites e possibilidades da experiência que temos desenvolvido em Feira de Santana junto a públicos diversos. Com isso, esperamos estabelecer uma interlocução profícua e construir coletivamente ferramentas úteis para o fortalecimento da atuação crítica da psicologia.

Por uma outra cartografia: uma experiência política, ética e estética na formação em psicologia

Alicia Alves (UNIVILLE), Camila Schlickmann Ribeiro (UNIVILLE), Allan Henrique Gomes (UNIVILLE)

Introdução e objetivo:

Através da construção do Estado democrático de direito (1988), as políticas públicas tornaram-se um novo campo de trabalho para os/as psicólogos/as e as instituições formadoras foram se (re)adequando nesse novo cenário. Com isso, os estágios no campo da psicologia foram construindo novas possibilidades nos processos de ensinar e aprender, promovendo aos estagiários "reflexões e vivências no sentido de preparar profissionais habilitados para a atuação no contexto da saúde, da assistência social, entre outras políticas e serviços públicos" (Hols; Gomes, 2021, p. 671).

O envolvimento da psicologia com as políticas públicas em espaços multiprofissionais e atuação em grupos, oportunizou ao psicólogo/a configurar seu trabalho a partir de outro viés que não da atuação psi tradicional, buscando outros ângulos para a sua atuação. Essa nova perspectiva implica em uma prática territorializada e decolonial, se firmando em uma atuação política, ética e estética. Torna-se imprescindível que as ações sejam repensadas no que concerne às propostas prontas, enlatadas, sob um saber que dita o que o outro precisa, confiscando sua palavra em um movimento que oblitera a possibilidade de outros sentidos surgirem e se manifestarem em visibilidades dissensuais (Rancière, 2021). Fundar o trabalho psi operacionalizado de forma territorializada é convocar o profissional a assumir uma prática horizontal, um modo de trabalho que aproxima o psi da realidade em compromisso com a transformação social.

É pensando na atuação psi através de ações territorializadas, em consonância com uma atuação política, ética e estética na formação em psicologia, que objetivamos apresentar nossa experiência em casos distintos, mas que se complementam — por esse motivo não serão narradas de forma individualizada — em um projeto de pesquisa, ensino e extensão que ocorre na disciplina de Psicologia Educacional desde 2020 na região do norte catarinense. Neste caso, uma das experiências ocorreu enquanto estagiária do 5º ano de psicologia, no outro, enquanto pesquisadora.

O respectivo projeto visa ofertar percursos formativos docentes e discentes na rede de educação básica, convocando a atuação de estagiários do 5º ano de psicologia e pesquisadores, pautados em uma perspectiva decolonial. Ao total, a formação tem dez encontros orientados por cincos eixos: biográfico, trabalho docente, conceitual, estético e coletivo. O projeto tem como objetivo geral, implementar espaços colaborativo, comunitário e interdisciplinar de ensino, pesquisa e extensão sobre percursos docentes na sua dimensão formativa no contexto da rede pública de educação, com ênfase em epistemes decoloniais; participativas, dialógicas e integrativas.

Articulação com o GT:

O trabalho se articula com o eixo temático escolhido a partir da proposta de compartilhar um projeto que funda seu trabalho a partir de uma práxis decolonial fortalecendo maneiras outras de atuação psi e rompendo com perspectivas engessadas e biologizantes de atuação. Assim, entrelaça outros saberes compreendendo a implicação política, ética e estética na formação, na pesquisa e nas práticas em psicologia.

Orientação teórica:

Em síntese, a premissa fundamental que arquiteta o respectivo percurso de formação continuada, é que em

sentido ontológico todo o encontro entre humanos tem em si mesmo o poder de invenção, de transformação, de liberdade. Tal definição se dá a partir do Método da Igualdade, proposto pelo filósofo franco-argelino Jacques Rancière (2021). A pesquisa orientada pelo princípio da igualdade exige do pesquisador/psicólogo uma postura horizontalizada, isto quer dizer, descola o pesquisador/psicólogo do lugar de analista em busca de uma verdade, e prioriza a relação com o campo de pesquisa e com o outro. Desta forma, as análises são construídas articulando as informações produzidas com os enunciados científicos e políticos para que outras redes de significação sejam tecidas (Gomes, 2016).

Em consonância com a perspectiva do método da igualdade de Jacques Rancière, apostamos nas metodologias participativas como a consolidação de novas formas para se pensar e fazer percursos formativos, tanto quanto, de convocar os estagiários e pesquisadores em formação para (re)pensar suas práticas em perspectiva horizontal e territorializada. De acordo com Brandão & Borges (2007) as metodologias participativas tem como premissa buscar "unidade entre a teoria e a prática, e construir e re-construir a teoria a partir de uma sequência de práticas refletidas criticamente" (2007, p. 53).

É preciso que a formação em psicologia nos diferentes contextos possa criar a possibilidade de "olhar para o cotidiano (...) estranhar a forma supostamente natural como nos relacionamos com as coisas, o tempo, as pessoas, a natureza. É preciso produzir palavras, que consigam transmitir o que foi vivido" (Barbosa et al, 2024, p. 129).

Método:

A proposta do respectivo projeto nos implica em um posicionamento de inserção no território pautando ações coletivas na construção do conhecimento. Buscamos nos aproximar das professoras horizontalmente, em consonância com as metodologias participativas (Gajardo, 1986; Brandão, 1984; Adams, Streck, 2020) e a perspectiva do método da igualdade (Rancière, 2021).

Resultados:

Para que possamos refletir sobre a repercussão da formação, tanto no campo quanto na nossa prática, torna-se importante discorrer brevemente como ocorreu o percurso. No primeiro eixo, biográfico, a professora foi convidada a nos contar como se tornou professora, esse diálogo inicial oportunizou o estreitamento entre nós na medida em revisitou suas vivências. No eixo trabalho visamos conhecer as condições do trabalho docente no território, assim, a professora foi convidada a produzir fotografias que expõe o lado invisibilizado da sua atividade laboral. Eixo conceitual é voltado para a realização de leituras escolhidas entre os estagiários/pesquisadores e professoras. O quarto eixo, nomeado de estético, foi mediado pela escolha de um audiovisual, de acordo com Pereira & Zanella (2021) recorrer ao audiovisual na formação é uma "alternativa para a ativação de dinâmicas de formação outras, uma vez que, a partir dessas experiências, sentidos são ampliados e outros sentidos são construídos" (2021, p. 418). Os dois últimos encontros do percurso foram voltados para a dimensão política do trabalho docente, as professoras também trouxeram reflexões sobre o decorrer dos encontros.

Ademais, os eixos são fundamentados teórica e metodologicamente considerando a realidade das trabalhadoras da educação no Brasil, no entanto, a forma como os encontros ocorrem é ancorada na dialogia entre os estagiários/pesquisadores e as professoras. Isto é, existe uma intencionalidade, uma construção a-priori, mas que não exime a participação das professoras na decisão de como a formação procederá. Neste caso, os eixos — biográfico, trabalho docente, conceitual, estético e coletivo — não são alterados, mas a montagem "interna" compartilha das necessidades das professoras.

Prezar por uma postura horizontal em uma prática territorializada, criou espaços de participação em que as professoras compartilharam conosco seu cabedal de conhecimentos perscrutados pela experiência com a educação, compartilhar esse que encontra dificuldades cotidianamente, seja pelo tempo restritivo do trabalho que não permite a troca de saberes com outras professoras ou pela falta de espaços em que estejam autorizadas a falar. Ambos os casos são efeitos de ações coléricas do neoliberalismo na educação que criam um território de precariedade onde a docência não encontra lugar de expressão. Contrário a isso, o percurso propõe um espaço de troca em que as professoras compartilham seus saberes firmando um caminho formativo ancorado na realidade de atuação.

A materialização desse contexto só é possível pela relação horizontal construída cautelosamente durante o percurso, andar cuidadoso justamente por ser um dos únicos espaços de participação. Nos encontros descortinamos um cenário onde não é suficiente que as professoras estejam em relação com pessoas que querem escutá-las, aprender com suas experiências ou trocar conhecimentos, precisam também se autorizar enquanto intelectuais que possuem um saber e podem falar; exploram cuidadosamente os contornos da própria posição e pouco a pouco constroem uma relação com o grupo descobrindo uma nova cartografia da palavra.

Conclusões:

Dado o exposto, a forma como o respectivo projeto de ensino, pesquisa e extensão ocorre, configura-se como um atrevimento profícuo juntando-se com os saberes teórico-metodológicos das ciências sociais e humanas que buscam romper com a hierarquização dos saberes, vacilando com a função social do psicólogo, do pesquisador, da universidade e assim, da própria ciência. O percurso nos oportunizou a aproximação com a realidade para além das aparências e superficialidades que se apresentam nos discursos ordinários ofuscando e silenciando a voz precisamente de quem vive a docência: os/as professores/as. Destacamos a importância de experiências como essa na formação em psicologia, ser psicólogo e estar aberto às inquietações dissensuais em que todas as vozes apresentam poder de expressão.

Referências:

HOLZ, I.; HENRIQUE GOMES, A. Formação em Psicologia e Políticas Públicas: o Estágio de Clínica Estendida. Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas, [S. l.], v. 22, n. 5, p. 671–680, 2021.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; BORGES, Maristela Correa. A pesquisa participante: um momento da educação popular. Rev. Ed. Popular, v. 6, p. 51/52, jan/dez. 2007.

BARBOSA, Barbara Cristina Souza et al. Intimidade e experiência nos processos de ensinar-e-aprender. Paralelo 31, p. 124-124, 2024.

GOMES, Allan Henrique. Mediação audiovisual e atividade imagética: um encontro com trabalhadoras no campo da desigualdade social. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

PEREIRA, Ana Paula; ZANELLA, Andrea Vieira. “Abrir Janelas na Escrita”: oficina estética como estratégia para a formação sensível de docentes. Debates em Educação, v. 13 (32), 2021.

RANCIÈRE, Jacques; JDEY, Adnen. O método da cena. Belo Horizonte: Quixote Do, 2021.

Psicologia em territórios amazônicos: A Urgência de uma Formação Equitativa na Região Norte

Maria Clara Weil da Silva (UFAM), Anna Catarina Alves da Silva Auad (UFAM), Fábio Henrique Almeida Dantas (UFAM), Breno de Oliveira Ferreira (UFAM)

A análise dos currículos de formação em Psicologia na Região Norte do Brasil evidencia, de modo contundente, não apenas uma lacuna formativa estrutural, mas sobretudo uma escolha política: a manutenção de uma proposta pedagógica alicerçada em epistemologias hegemônicas e universalizantes, que sistematicamente tendem a negligenciar os atravessamentos históricos e as dinâmicas sociais, culturais e históricas específicas que constituem o território amazônico. Tal evidência escancara não somente a fragilidade curricular, mas demanda uma crítica estrutural à própria gênese do campo da Psicologia no país, historicamente marcada por uma origem elitista, individualizante e afinada aos interesses de uma racionalidade técnica voltada a adaptação do indivíduo a lógica capitalista-industrial . Desse modo, esses projetos formativos, que ainda hoje orientam majoritariamente os currículos dos cursos da Amazônia, revelam-se como um dispositivo de reprodução de normatividade e exclusão, ao silenciar experiências subjetivas que emergem dos territórios periféricos e historicamente marginalizados .Tal silenciamento se manifesta, de forma concreta ,na estrutura de projetos pedagógicos (PPCs), que seguem se embasando em conteúdos clássicos baseados numa tradição eurocêntrica como a Psicanálise freudiana e a Psicologia experimental, em detrimento de disciplinas que trazem a tona uma abordagem interseccional, capazes de articular, em sala de aula e práticas de campo, as dimensões existentes entre raça, classe, gênero, sexualidade e território como constitutivas da subjetividade e do sofrimento psíquico. Diante do cenário de invisibilização histórica das múltiplas formas de vida presentes na Amazônia , marcado por processos de colonialidade, racismo estrutural e apagamento das diversas formas de dinâmicas vitais ,viabilizou-se um projeto junto ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) que propõe uma reflexão crítica acerca da urgência em discutir até que ponto os projetos pedagógicos do curso de Psicologia tem incorporado (ou não) as diretrizes das políticas públicas de saúde com enfoque na equidade e de que maneira essas estruturas curriculares dialogam ou silenciam, ainda mais, os princípios fundantes do Sistema Público de Saúde (SUS) e os direitos das populações historicamente marginalizadas no região amazônica. Nesse sentido, a problemática dessa pesquisa reside no distanciamento entre os PPC's das universidades nortistas e as demandas concretas das populações nortistas, cuja existência é atravessada por múltiplas formas de vulnerabilização: racismo, etnocídio, desigualdade territorial, desassistência em saúde e apagamento de saberes ancestrais, além dos marcadores sociais de gênero e sexualidade que continuam sendo tratados de forma secundária ou ausente e surgem como dimensões gravemente negligenciadas, mesmo diante da crescente visibilidade das pautas feministas, LGBTQIAPN+ no debate público,sob esse viés se questiona se a formação em Psicologia tem de fato desenvolvido profissionais capacitados para reconhecer os impactos da violência de gênero, misoginia, heteronormatividade, transfobia e diversos outros preconceitos que permeiam a população especialmente em contextos de intersecção com a pobreza, o racismo e a exclusão territorial. Destarte, é fundamental reiterarmos que essa omissão formativa não é inofensiva, ela contribui diretamente para a revitimização dos indivíduos atendidos e para a perpetuação de práticas clínicas normativas anulando, o contexto amazônico,onde mulheres indígenas enfrentam violência obstétrica

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

sistemática; onde meninas e mulheres negras sofrem com a hipersexualização, feminicídio e a ausência de políticas reprodutivas adequadas; onde pessoas trans e travestis continuam sendo assassinadas ou expulsas dos espaços públicos de cuidado. Portanto, é inadmissível que a formação em Psicologia ainda ignore gênero,raça,classe e territórios como categorias analíticas centrais e ainda consiga conceber uma formação com uma ausência de formação crítica, que acaba se implicando na produção de psicólogos/as/es despreparados para acolher as complexas expressões do sofrimento psíquico que emergem da opressão interseccional, e também futuros profissionais que podem se tornar reprodutores das violências institucionais. Conclui-se portanto,que o objetivo geral é analisar criticamente os PPCs dos cursos de Psicologia em universidades públicas e privadas da Região Norte, buscando mapear os currículos pedagógicos que incorporam temáticas essenciais às políticas de equidade e de saúde. Como objetivos específicos, busca-se: Identificar a presença de componentes curriculares relacionados às políticas públicas de saúde e equidade nos PPCs; Avaliar o grau de alinhamento desses conteúdos com as diretrizes do SUS; Refletir sobre os efeitos dessa (não) formação na prática profissional e no acesso da população aos serviços de saúde mental. Com relação a metodologia a pesquisa é qualitativa, de natureza documental, com análise sistemática dos PPCs disponíveis online de universidades situadas nas capitais da região Norte (Manaus, Belém, Boa Vista, Rio Branco e Macapá) e o material foi organizado em planilhas e analisado a partir de um conjunto de categorias-chave: presença de disciplinas como “saúde coletiva”, “equidade em saúde”, “psicologia e direitos humanos”, “gênero e sexualidade”, “raça e etnia”, entre outras. Nesse cenário, a investigação sobre a profundidade, frequência e transversalidade dos temas: saúde, sexualidade, raça e gênero nos currículos revela um cenário alarmante de exclusão curricular observado nos resultados parciais da pesquisa , onde muitas instituições, as disciplinas que abordam equidade em saúde e determinantes sociais do sofrimento psíquico são inexistentes ou aparecem como optativas, esvaziadas de obrigatoriedade e de conteúdo crítico. Um exemplar claro desse contexto é o plano pedagógico da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), cuja formação se estrutura majoritariamente em disciplinas teóricas tradicionais, ignorando as especificidades de um território historicamente assolado por calamidades ambientais, violência urbana e desigualdade social profunda. Sob essa ótica,se submete a pesquisa nesse grupo de trabalho devido a urgência de se discutir a precarização da formação em psicologia a escassez de disciplinas nas universidades nortistas, que dialogam com os princípios do SUS ou com as políticas públicas em saúde mental demonstra uma formação tecnicista, apartada da realidade social e insensível às urgências do povo amazônico.Em contrapartida, experiências pontuais, como as da Faculdade Santa Teresa, apontam para caminhos alternativos, ao inserir no currículo disciplinas como “Psicologia e Direitos Humanos” e “Políticas Públicas em Saúde Mental”. Contudo, essas experiências ainda são exceção e não regra, e sua inserção parece mais um esforço isolado que parte de movimentos internos do corpo docente do que uma mudança estrutural, diante disso É imperativo que as instituições de ensino superior na Região Norte revisem seus projetos pedagógicos, promovendo uma descolonização curricular que integre as diretrizes do SUS e responda efetivamente às necessidades e realidades das populações amazônicas, construindo uma Psicologia verdadeiramente comprometida com a equidade e a justiça social.

Psicologia Social Crítica e Formação de Psicólogos Sociais Paraibanos: Uma Análise de Projetos Pedagógicos

Vitória Maria Oliveira Queiroz Maciel (UFCG), Lívia Leal Pereira (UFPB), Laura Virgínia Ferreira Venâncio (UFCG), Rodrigo Rodrigues de França (UEPB), Ivo Júnior Celestino Ferreira (UFRN)

Este trabalho é fruto de uma pesquisa documental, de caráter qualitativo, dos Projetos Pedagógicos dos cursos de graduação de psicologia nas Universidades Públicas da Paraíba. A discussão levantada neste trabalho se sustenta através da contribuição da psicologia social crítica brasileira de tradição sócio-histórica, apoiando-se no projeto de um compromisso social da psicologia. Com menção para a produção teórica da psicologia social brasileira e abrapsiana de Silvia Lane, a partir do horizonte de atualizar os conceitos da psicologia (social ou não) para a realidade histórico-cultural local. Apesar da Psicologia Social Crítica Latino-Americana emergir nos anos 1970, em reflexo à crise da psicologia social tradicional, superando-a, e a mudanças políticas e regionais do cenário, a perspectiva tradicional ahistórica e acrítica ainda exerce influência no caráter formativo e profissional da classe brasileira. A partir da necessidade de compreensão do atual cenário da Psicologia Social Paraibana, entende-se a demanda pela análise da qualidade da formação pública dessa categoria. As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) estabelecem um parâmetro de princípios, fundamentos e procedimentos para os planejamentos dos cursos de psicologia do país. O Projeto Político-Pedagógico (PPP) ou Projeto Pedagógico de Curso (PPC) elabora os caminhos que uma instituição de ensino pretende seguir de maneira específica, contextualizada e adequada ao seu cenário. Os projetos pedagógicos de uma universidade contém informações sobre a sua historicidade e a sua matriz curricular, com um ementário de disciplinas obrigatórias e optativas aprovadas após um fluxo de instâncias. Nesse sentido, o curso de psicologia conta com diferentes ênfases profissionais, dentre elas a Social, sendo o currículo obrigatório a porta central de introdução formativa em cada uma delas e, dessa maneira, crucial na formação de profissionais. Assim, o objetivo central deste trabalho é compreender o viés formativo da Psicologia Social na Paraíba através dos cursos públicos de psicologia. Em específico, analisa-se o caráter político com que os currículos obrigatórios das universidades públicas do estado estruturam as ementas de Psicologia Social. Para o presente trabalho, foi considerado o recorte de coleta de dados do conteúdo curricular das disciplinas obrigatórias e optativas que exploram o eixo da Psicologia Social presente nos projetos pedagógicos do curso de domínio público da UFCG, UEPB e UFPB, com seleção dos documentos mais recentes, que se localizam no período de produção entre os anos 2013 - 2016. Os dados foram submetidos à técnica de análise de conteúdo. Este trabalho insere-se no eixo 02: História, epistemologia e formação em Psicologia e no GT 11: Desafios e Implicações na formação em Psicologia: DCNs, Estágios e Precarização uma vez que a pesquisa realizada se debruça sobre a formação em Psicologia Social, partido de uma análise do PPC/PPP e do ementário das disciplinas de Psicologia Social, e é atravessada pelos desafios contemporâneos da formação levantando questões que se somam às que serão discutidas e aprofundadas no GT. Vale também mencionar que o atual trabalho se desdobra de um recorte de uma pesquisa do atual núcleo ABRAPSO-Paraíba, a fim de compreender a atual condição da formação em psicologia social regional e seus possíveis desdobramentos políticos na realidade do trabalho local dos psicólogos paraibanos. Os resultados demonstram que todos os cursos investigados ofertam duas disciplinas obrigatórias de psicologia social, que se dividem a fim de cumprir construtos diferentes ou linhas teóricas/temas distintos, assim como o eixo da psicologia social se demonstra presente em optativas relacionadas aos temas

da psicologia do trabalho, saúde coletiva e mental. De forma geral, também demonstram uma defasagem na atualização dos projetos devido à sua temporalidade, com o destaque de não adequação da curricularização da extensão, que entrou em vigência em 2018 pela Resolução CNE/CES nº7 do MEC e mobiliza a adequação do ensino superior para a inclusão da extensão dentro do programa ementário e curricular, o que não estava presente nos projetos analisados. A falta de atualização da formação em psicologia na Paraíba se coloca como uma dificuldade na produção de uma análise completa sobre a qualidade e caráter do ensino de psicologia social do estado, além da possibilidade de flexibilidade da aplicação dos currículos nas condições da adaptabilidade da docência e do ensino teórico-prático das disciplinas. A análise permitiu extrair 3 principais categorias temáticas, sendo elas: 1) a dedicação da formação sobre os pressupostos epistemológicos e disputas históricas da psicologia social mundial - em que o currículo se desdobra a cobrir as perspectivas americanas, europeias e latino-americanas de produção da psicologia social como eixos epistemológicos antagônicos; 2) o ensino de construtos da psicologia social e seus métodos - aqui as ementas desdobram a conduzir um debate reflexivo sobre construtos psicológicos-sociológicos gerais de forma ahistórica; 3) abordagem teórica sobre possibilidades da práxis da psicologia social - presença de uma preocupação sobre as possibilidades práticas da psicologia na realidade mediante os temas e construtos da psicologia social. Tais temáticas possibilitam mobilizar a discussão da condução de uma formação em psicologia generalista e orientada pela produção internacional, encontrando-se com o desafio epistemológico da psicologia social em se fecundar como área no Brasil e seu apagamento da formação dos psicólogos sociais paraibanos, porém, também revela a tentativa dos projetos de promover o debate sobre a história e constituição metodológica do eixo de ensino, oras indicando caminhos para uma prática da psicologia social. Portanto, esta análise dos PPC/PPP evidencia para além da existência formal da psicologia social na ementa dos cursos, assim como contradições e faltas que incidem sobre a configuração didático-pedagógica dos cursos de psicologia das universidades públicas paraibanas. Então, conquanto aponte o reconhecimento da relevância acadêmica da área da Psicologia Social, está implicada uma dissociação teórica que encaminha-se em direção a uma partição do curso por temas e abordagens, ao invés de consagrar a formação como crítica e política na sua forma geral, tornando-se em tentativa fragilizada diante à falta de articulação entre os componentes curriculares e da ausência de um eixo formativo que consolide os aspectos epistemológicos historicamente situados no contexto brasileiro e paraibano.

GT 12: DIÁLOGOS ENTRE AS PRÁTICAS EM PSICOLOGIA SOCIAL E ESTUDOS DAS INFÂNCIAS NO CONTEMPORÂNEO

Coordenação: Firmina Seixas Silva (UERJ), Suzana Santos Libardi (UFAL), Beatriz Corsino Pérez (UFF)

A Educação do Campo e o combate às violências diante das experiências escolares de crianças e jovens assentados

Beatriz Corsino Pérez (UFF), Juliana Thimóteo Nazareno Mendes (UFF)

A Educação do Campo tem origem na reivindicação da população do campo pelo direito à educação. Historicamente, as zonas rurais do Brasil detêm os menores índices de escolaridade, fruto da ausência de políticas públicas. Ao longo do tempo, os movimentos sociais do campo construíram experiências educativas que se efetivaram numa proposta pedagógica capaz de garantir não apenas o acesso à escola, mas também a uma educação alinhada com os conhecimentos e práticas tradicionais dos povos do campo. A Educação do Campo foi paulatinamente sendo reconhecida pelas políticas públicas do Estado como uma importante modalidade a ser implementada no país.

Embora garantida em diversos marcos legais, a Educação do Campo ainda encontra muitas dificuldades para se efetivar como direito na realidade das comunidades rurais do Brasil e do município de Campos dos Goytacazes- RJ. Muitas vezes, as escolas acabam sendo espaços de reprodução da violência que essas crianças já vivenciam em seu cotidiano, além da desvalorização dos trabalhos exercidos pelas suas famílias na área rural.

A partir de uma perspectiva preconceituosa sobre a vida no campo, visto como lugar atrasado ou primitivo, os educadores acabam fortalecendo a ideia que para ser "bem sucedido" é necessário sair do campo e ir para as cidades, mesmo que atuando em subempregos no comércio e na construção civil. Dessa forma, a escola acaba reproduzindo o projeto moderno-colonial e urbanocêntrico, que se perpetua violentamente contra os sujeitos do campo, que tem os seus conhecimentos, tradições e culturas desvalorizados. Como afirmam Tassara e Ardans-Bonifácio (2008), o modelo de urbanidade se consolida como um projeto histórico civilizatório que propaga um modo de produção econômica e cultural que arbitrariamente se apresenta como regra a outras formas de existência, que faz do encontro com a alteridade camponesa e tradicional expressão da violência, em tentativas constantes de perpetuação de um modelo hegemônico de civilidade atenta a colonização dos modos de vida destas populações. Dessa forma, atuar na formação de educadores que trabalham nas escolas localizadas nas áreas rurais é também garantir o direito de crianças e adolescentes terem seus saberes comunitários valorizados e respeitados.

Pensando nessas questões, foi desenvolvido um projeto de pesquisa e extensão pelo NIJUP- Núcleo de pesquisa sobre Infâncias, Juventudes e Políticas Públicas, na Escola Municipal Carlos Chagas, em Campos dos Goytacazes -RJ, contando com a parceria do MST e da SEDUCT- Secretaria de Educação, Ciência e Tecnologia. Em 2024, foram feitas oficinas envolvendo 20 turmas, cerca de 500 estudantes,

professores e gestores, com a periodicidade mensal, de forma a conhecer as principais demandas apresentadas por esses sujeitos e buscar articulação com o poder público para que fossem atendidas. Durante os encontros, em cada turma da escola, duplas de graduandas/os participantes do projeto trabalharam com os alunos temas como: a história dos movimentos sociais do campo, fundamentos da Educação do Campo, territórios e redes, direito à alimentação saudável e agroecologia, promovendo uma compreensão ampliada das questões que permeiam as vivências de discentes, docentes e comunidade campesina.

As atividades foram conduzidas de forma dinâmica, incluindo produção de mapa afetivo, no qual as crianças puderam expressar seus sentimentos e afetos em relação ao território em que vivem, teatro de fantoches, exposição cultural, contação de histórias, jogos, brincadeiras e demais atividades adaptadas a cada faixa etária. Enquanto os alunos estavam nas oficinas, os professores da escola realizavam uma formação, com membros do NIJUP, MST e SEDUCT. Além disso, foram realizadas reuniões com a defensoria pública, com outros setores da SEDUCT, com o INCRA, com o objetivo de melhorar a infraestrutura da escola com a construção de um projeto de ampliação da área para que os estudantes e educadores possam ter condições mais dignas de trabalho, de ensino e aprendizagem.

Como resultado, os encontros promoveram maior engajamento da comunidade escolar e contribuíram para que fossem aprovadas as obras de ampliação da escola atentas às demandas apresentadas pelas crianças com início em 2025. Apesar dos avanços, foram identificados desafios como a questão da violência no território e na escola, presente em brigas, agressões, práticas racistas, de intolerância religiosa, e de discriminação de gênero. Em seis meses, a escola vivenciou a perda de dois estudantes que foram assassinados por adolescentes envolvidos com o tráfico de drogas, sendo um deles também aluno da escola. Nesses momentos, os graduandos de psicologia e serviço social bolsistas e voluntários do projeto tiveram um papel importante de acolhimento e escuta aos membros da comunidade escolar, que estavam passando por um processo de luto.

Segundo Côrtes (2016), a violência é um fenômeno que se apresenta como fruto das relações sociais estabelecidas historicamente, sendo possível observar que os bairros em que ocorrem o maior número de violência, são bairros marcados pela pobreza, a quem o direito à cidade é negado. Dessa forma, acreditamos que este fenômeno deve ser compreendido no município de Campos dos Goytacazes, como uma problemática a ser discutida, se atentando para o modo como as crianças e os adolescentes vivenciam essa realidade. Fazer isso, a partir do contexto escolar ainda se torna mais desafiador, pois além das manifestações externas que impactam o cotidiano da instituição, têm-se as violações no próprio ambiente escolar, que podem ser tanto entre os estudantes, entre eles e os outros atores sociais que compõem a escola, como também a própria violência institucional.

Portanto, ao considerar a escola como uma das instituições em que as crianças e os adolescentes estão presentes hodiernamente, tal espaço pode ser palco para que as mesmas compartilhem suas experiências e vivências, suas concepções acerca do território em que estão inseridas, assim como sobre os fenômenos que se fazem presentes nesses locais, como as diferentes formas de violência. Encarar a escola como um espaço em que as violências pelas quais as crianças e os adolescentes vivenciam são manifestadas mas, também, como um local que muitas vezes reproduz essas violências é

fundamental para compreender os impactos que tais fenômenos são capazes de produzir na vida das crianças.

Foi possível observar ao longo do projeto o apagamento da memória das lutas sociais empreendidas no território, bem como de seus atores locais. Diante disso, fortalecemos as causas que uniam estudantes de diferentes localidades do município, como a luta pela reforma agrária popular e por moradia, além da articulação com o poder público para atender às demandas de melhorias na infraestrutura e de ampliação da escola. Apesar dos avanços, a Educação do Campo faz-se em constante movimento, necessitando da participação de diferentes atores para que possa ser efetivada.

Essas reflexões reforçaram a importância de dar continuidade às ações, aprimorando metodologias e fortalecendo o combate às violências e o protagonismo infantil e juvenil na valorização da educação do campo e no reconhecimento da comunidade como agente central na construção de práticas pedagógicas que reflitam sua identidade, cultura e modos de vida.

A Psicologia Comunitária com as infâncias: uma observação-participante no Instituto Gerações da Chico

Sofia Romanenko Halfpap (UFSC), Apoliana Regina Groff UFSC), André Luiz Strappazzon (UFSC)

Este trabalho tem como objetivo geral refletir sobre a presença da psicologia no contexto de uma organização do terceiro setor - Instituto Gerações da Chico (IGC), localizado na Comunidade Chico Mendes, em Florianópolis/SC - que trabalha com crianças e adolescentes. Como objetivos específicos busca-se refletir sobre a atuação da psicologia comunitária no campo em questão e problematizar as perspectivas de infâncias presentes no discurso científico e a partir da realidade das crianças da Comunidade Chico Mendes. A inserção neste contexto se deu a partir do Estágio Básico em Pesquisa e Prática Orientada em Psicologia, o qual acompanhou os processos de trabalho desenvolvidos por estudantes que realizavam os estágios específicos na Ênfase Processos Comunitários e Ações Coletivas no IGC. A pesquisa-intervenção - perspectiva que concebe a mútua constituição entre pesquisador/a e sujeitos pesquisados - aconteceu por meio da observação-participante no campo, registros em diário de campo e participação nos encontros de orientação acadêmica.

A Comunidade Chico Mendes, onde fica o IGC, integra o Bairro Monte Cristo, formado por oito comunidades que surgiram, em sua maioria, a partir de remoções de famílias de baixa renda do centro de Florianópolis, que foram reassentadas em conjuntos habitacionais. Com o IDH de apenas 0,535, muito abaixo da média municipal (0,847) (Fantin, 2000), este território é marcado por desigualdades sociais profundas, segregação espacial, racismo estrutural, violência policial, tráfico de drogas e conflitos entre facções. Além disso, a ausência de políticas públicas efetivas faz com que a responsabilidade da questão social, dentro do sistema neoliberal, seja transferida ao terceiro setor.

O Instituto Gerações da Chico é uma organização não governamental que foi criada em 2014, inicialmente em uma escola, e hoje funciona como contraturno escolar para cerca de 60 crianças e adolescentes no centro da comunidade. O projeto oferece oficinas socioeducativas, reforço escolar, atendimento psicológico, além de ações que visam a inserção dos jovens no mercado de trabalho (Gerações da Chico, 2023).

A atuação da Psicologia no IGC é realizada por uma psicóloga e por estagiários da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), vinculados ao projeto “Escuta Coração da Chico”. O papel da Psicologia nesse espaço transcende o modelo clínico tradicional, oferecendo acolhimento e escuta a crianças e adolescentes, promovendo espaços de expressão para vozes historicamente silenciadas. O objetivo é fomentar saúde, cidadania, protagonismo social e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários (Marostica et al., 2023). Os profissionais e estudantes de psicologia estão inseridos no cotidiano do projeto e desenvolvem atividades que envolvem rodas de conversa, dinâmicas, jogos e momentos de escuta, mas também envolve brincar na praça, andar de skate, jogar futebol, ir na casa das crianças, fazer miçangas e colorir. Essa prática se distancia do atendimento individualizado, característico da clínica tradicional, que tende a descontextualizar os fenômenos psíquicos e sociais, e pode funcionar como mecanismo de dominação na sociedade de controle, ao naturalizar normas e invisibilizar dispositivos de poder (Foucault, 1977 apud Nardi, 2009).

A fundamentação teórica adotada para a atuação com as infâncias do IGC também rompe com os modelos hegemônicos que pressupõem uma infância universal, baseada em crianças brancas, burguesas e do centro da

cidade e que não consideram as experiências e narrativas das crianças da periferia. Essa infância sempre foi retratada pela Psicologia, pelas teorias da "carência" cultural (Patto, 1983), que desqualificam as especificidades de suas experiências de vida. Se afastando dessa percepção e inspirando-se na filosofia da imanência de Espinosa, que entende os corpos enquanto potências em constante transformação, (Espinosa, 2009; Strappazzon, 2022) as intervenções buscam valorizar os afetos e as relações de potência desses corpos . Nessa perspectiva, que reforça a capacidade de existência e ação das crianças, é que esse trabalho se insere no GT 12: Diálogos entre as práticas em psicologia social e estudos das infâncias no contemporâneo, e no eixo temático "Direitos Humanos e infâncias, juventudes, velhices".

Em primeiro lugar, a partir das observações-participantes no cotidiano do Instituto Gerações da Chico, ficou claro que é um espaço onde as crianças podem ser crianças em seus corpos, potências e território. As atividades realizadas pelos/as estagiários de psicologia não tem um lugar fixo onde pretendem chegar, mas uma ética que se afasta da lógica da compaixão (Caponi, 1999) e se aproxima da emancipação social. Um exemplo são como os espaços cotidianos do projeto, os corredores, as salas de brinquedo ou a cozinha podem funcionar como uma intervenção. Entre conversas, fofocas, refeições e brincadeiras, as crianças, que cotidianamente são invisibilizadas e deslegitimadas pela cultura dominante, encontram um lugar de fala e autoria para suas histórias. Aposta-se, então, nos bons encontros como viés metodológico e na potência de ação como forma de expandir-se (Strappazzon et al., 2022), o que pode provocar rupturas nas normas e modelos interpretativos hegemônicos, abrindo espaço para novas formas de existência.

A partir disso, coloca-se as narrativas das próprias crianças no centro da análise, afastando-se de métodos de análise adultocentrados. Esses, que historicamente instauram relações de saber-poder, não deixam que as crianças sejam agentes, de modo que a produção dos sentidos e as experiências relacionadas às suas vidas são minimizadas e passivas (Atem & Rocha, 2019). Assim, aposta-se em estratégias de intervenção que escutam suas demandas e abordam o sofrimento ético-político (Sawaia, 2006) encontrado na comunidade. Fazer psicologia de uma forma que realmente faça sentido para as crianças especificamente desse território, que é formado por infâncias plurais, brasileiras, atravessadas por questões de gênero, raça, violências e vivências que se afastam do modelo hegemônico.

Nessa perspectiva, diversas experiências foram observadas-vividas-sentidas no cotidiano do projeto. Muitas delas mostram como os discursos das crianças revelam um pouco da realidade de suas infâncias. Por exemplo, um cenário da presença do policiamento ostensivo na Comunidade Chico Mendes. Brincam de forma muito violenta: "Estamos brincando de polícia". Ao passo que as outras redes de proteção social, saúde e assistência sofrem com o desmantelamento ou a precarização, a polícia se mantém com força na Chico. Vale ressaltar que a criminalização da pobreza é dispositivo histórico que legitima a violência e a exclusão, conforme discutido por Coimbra (2006). Assim, os corpos e territórios são criminalizados pela sociedade, o que é potencializado pela mídia hegemônica, e aparece no discurso das crianças.

Apesar disso, durante a vivência no projeto, também foi observado como a arte e a música estavam presentes cotidianamente entre as crianças. Em meio a disputas, brincadeiras, desentendimentos - muito presente nessas infâncias - a música surgia como ponto de encontro e partilha. Uma cena marcante ocorreu no parquinho, onde duas crianças estavam em uma discussão, correndo uma atrás da outra e falando palavras ofensivas. Ao participar no sentido de pedir para não brigarem, não ouve escuta em meio aos seus gritos. No entanto, quando as crianças foram convidadas para cantar uma música, ambos pararam e começaram a combinar que música cantariam, escolhendo um funk que conheciam. A música, nesse

instante, criou uma brecha para a convivência enquanto as crianças deixavam de lado o conflito inicial.

Ademais, a partir da escuta dessas crianças, fica evidente em suas expressões, falas e brincadeiras como o território forma e é formado por esses sujeitos. Para além de sua dimensão geográfica, o território deve ser compreendido como espaço vivido, carregado de afetos, trocas, conflitos e potências. Como nos lembra Milton Santos (2003), o território não é apenas o chão físico, mas o "território usado". Nesse sentido dialético, que o território da Chico Mendes é formado por e forma sua comunidade, mesmo atravessado por violências estruturais e múltiplas vulnerabilidades, é constitutivo das infâncias que nele habitam. É onde as crianças convivem entre pares, onde podem construir suas brincadeiras, se apropriar do espaço da comunidade e transformá-la num lugar seu, permeado de afetos e histórias (Pérez & Jardim, 2015). É com esse território que a psicologia deve pensar em suas práticas e compreender as infâncias.

Por fim, a área da psicologia no Instituto Gerações da Chico aposta em uma prática territorializada, indisciplinada e comunitária. Aposta na criação e promove contato com desenhos, músicas, capoeira, pintura, o que provoca o sensível, instiga a imaginação e permite vislumbrar novos modos de existência. É uma prática que visa a desnaturalização do sujeito e da infância tomada como a norma. Como Castro (2001) afirma, busca-se produzir "narrativas do presente", ou seja, compreensões localizadas que dizem respeito a essa época, sem a pretensão de dar conta da totalidade ou de criar uma noção universalizante de infância.

Cartografar e catar goiabas: ecos e ressonâncias entre o cotidiano profissional com crianças e adolescentes e o pesquisar infâncias.

Sara Reis Teixeira (UFS)

A presente proposta de comunicação oral se dá como um eco de um campo intercruzado entre dois fazeres com as infâncias: o de uma pesquisa e de um cotidiano profissional. Ambos em curso, ambos movimentando saberes e fazeres, ambos inscritos em relações de poder ligeiramente distintas, que operam mecanismos semelhantes: de um lado, uma pesquisa de mestrado com a aposta em cartografar uma experiência das infâncias na cidade; do mesmo lado, a institucionalização de uma infância em "risco social", cujo encerramento dentro de quatro paredes, propõe-se como medida protetiva a esses corpos. Entre esticar o que pode a infância, a pergunta "o que estamos a fazer com a infância" é respondida quando a experiência limiar que é a infância se reinventa, aos poucos, em um espaço delimitado como é o de uma unidade de acolhimento institucional.

Sendo assim, essa comunicação se coloca como uma pausa, um decalque entre esses mapas diferenciais, momento de pensar seus caminhos; o pensar, menos como um funcionamento lógico-racional de uma neutralidade objetiva, mais como o acontecimento do encontro com o outro, seja esse outro uma ideia ou um conceito. Através de Walter Kohan e Peter Pál Pelbart, a figura do encontro como acontecimento inaugura o chão teórico-metodológico pelo qual este texto se faz. Tem-se que a potência do corpo se direciona pelo poder de afetar e ser afetado, com um certo desconhecimento sobre o quanto, o grau preciso, para tal afetação. É a pergunta que insiste em permanecer: o que pode um corpo? Não se consegue precisa-la, responde-la; pode-se aprender, experimentar, selecionar o que melhor compõe com o corpo, o que convém a ele, tudo aquilo que tende a aumentar sua potência de agir, a força de existir. Os bons encontros não podem ser antecipados, são acontecimentos; o encontro aponta as condições para sua emergência.

Nesse sentido, objetiva-se produzir um encontro entre caminhos em curso, pensando como as trajetórias de constituição do fazer profissional como psicóloga social, inserida no contexto de acolhimento institucional para crianças e adolescentes, equipamento integrante do Sistema Único de Assistência Social em um município do interior de Sergipe, é interpelado e interpela a todo tempo as infâncias desse tempo. Entender que infância é essa a ser protegida, do quê ela está sendo protegida, qual risco está incutido na vida da qual ela é raptada, passa por questionar o sujeito de direitos o qual crianças e adolescentes se tornaram (ao menos, na "letra da Lei" nº 8.069/1990 e suas atualizações). Foram precisamente os incômodos com o campo da infância sob risco que calcaram o chão para a proposta de pesquisa de mestrado. Nesse ponto, ressoa Kohan: o pensar não está dado, ele se faz no encontro com o que nos força a pensar, torna-se uma necessidade.

Há um ano, a trajetória profissional tem propiciado encontros com as infâncias; há um ano, as infâncias tem forçado um corpo agora adulto, colonizado, psicologizado, individualizado, a pensar, a tentar compor com as infâncias, de maneira a buscar potencializá-las, produzir vida, onde se enxerga com olhares de toupeira, números de processos, "casos", tipo de violações, quando não, a virtualidade de uma adultez já corrompida. Assim, trata-se da tarefa ético-política do esforço por não se colocar ao lado do poder, sabendo-se que a presença da psicologia nesse espaço institucional, é incutida do papel de forjar uma infância aos moldes do capitalismo neoliberal, fazer da criança sob risco, em meio a vulnerabilidades sociais, econômicas e racionais, um vencedor.

Através dos cadernos de campo, campo esse duplicado entre a cidade e o Abrigo, a infância é encontrada em "flagrante delito de fabular" outras existências, outras possibilidades, que não se encerram em um modelo globalista, desenvolvimentista, de classe média, sobre as

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

crianças e adolescentes. Os cadernos são parte da escolha teórico-metodológica pela cartografia, entendendo-a como um método-construção de um regime atencional com o campo de pesquisa, o qual co-emerge com o pesquisador no processo do pesquisar. A partir do Pistas para o método da cartografia, organizado por Eduardo Passos, Virgínia Kastrup e Lilliana da Escóssia, entende-se que o pesquisador possui o desafio de habitar territórios existenciais múltiplos e em curso, que se estremecem de algum modo pelo seu envolvimento no campo. Para tanto, demanda-se uma política atencional, inventiva, que exige um processo de desnaturalização do corpo-pesquisador, exige uma busca por mapear as condições de força dispostas na emergência de um acontecimento para que esse seja produzido como uma verdade.

Ao fender a verdade, saboreia-se goiaba com o menino que foge da proteção. Aquele que, certa feita, o Conselho Tutelar parou próximo a sua casa, já que não poderia fazê-lo na porta: era via intransitável, beco, ruela sem calçamento ou escoamento "adequado" dos esgotos. Era via, também, que o fundo dá pro rio, manguezal há muito tempo misturado com dejetos e alguns poucos seres vivos, manguezal que os barquinhos conseguiam navegar com vagareza. Mangue que o acolheu na sua fuga. Até que ele não quis mais a aventura de correr solto. O comentário primeiro era esse: já fazia umas 5 tentativas de "pegar" o menino, que toda vez corria e se escondia no mangue. Ele anunciou, entre risos: só me pegaram porque eu quis.

Outro enunciado ressoa de como as pernas da menininha haviam melhorado desde que saiu de sua casa à beira do rio e foi acolhida. Os insetos, mais abundantes na região, causavam alergias e feridas nas pernas, que coçavam, geravam marcas físicas, mas não impediam muito seu sorriso largo e branco. Mas sempre que lhe perguntavam se queria ir pra casa-na-beira-do-mangue, ela dizia sim. Mas também, sempre que lhe perguntavam se gostava e queria estar onde estava, ela dizia sim, pulando amarelinhas e tentando subir na árvore pra catar suas frutas.

Outras palavras diziam, da boca do adolescente-problema, que ele queria andar de cavalo e "fumar um", bem mais que ingerir os medicamentos prescritos por um "tio" assustado com a atitude "agressiva" do menino. As condicionalidades para retornar para casa não estavam sendo cumpridas pelos seus desejos. Felizmente, ele não tinha que querer nada.

Algumas palavras vinham como perguntas, como perguntar, pra uma das "tias", se ela queria uma goiaba do pé. Sabia que em geral, implicavam com isso de trepar na árvore; menos a tia queria uma goiaba, mais ele queria escalar o tronco escorregadio e catar uma goiaba pra ela. A infância pulsa com a cidade, com um jeito próprio de se relacionar com um território existencial, seja ele feito na comunidade de origem, ou composto por diferentes agenciamentos no espaço de acolhimento.

Desse modo, entende-se as aproximações entre a presente proposta de comunicação oral e o GT12: "Diálogos entre as práticas em psicologia social e estudos das infâncias no contemporâneo", sabendo-se que se trata do encontro entre práticas profissionais da Psicologia Social, sob uma noção de clínica ampliada no contexto das garantias de direitos e da proteção social especial no SUAS, especificamente inserida em uma instituição de acolhimento para crianças e adolescentes; e o fazer de um campo de pesquisa que busca rastrear falas, ideias, imagens, produzidas pela infância, em suas falas, em seus movimentos na cidade, em suas pequenas desobediências.

Assim, entende-se como a biopolítica da gestão dos corpos infantis, sejam eles próprios desviantes, ou parte de um contexto familiar que foge à norma do que é posto como "condições para um pleno desenvolvimento biopsicossocial". Em paralelo, entende-se também como a ideia de proteção integral e desenvolvimento pleno, os quais costumeiramente definem as teorias hegemônicas sobre a infância, são pautadas em parâmetros científicos do Norte global, o qual considera as infâncias locais do Sul global, em uma condição persistente de falta, ou de ausências. Especialmente, compreende-se a "falta" como estreitamente ligada a uma captura capitalística da vida,

já que se configura em uma ausência e/ou escassez de bens materiais, de determinados padrões estéticos e de modos de se relacionar afetivamente.

Sabe-se da situação provisória e excepcional da aplicação de medida protetiva de acolhimento institucional, contudo, sabe-se também como os aplicadores da Lei, integrantes do "Sistema de Garantia de Direitos" enxergam os parâmetros para a garantia desses direitos. Como consequência, a institucionalização de crianças e adolescentes é reiteradamente marcada pelo motivador negligência. Não se trata de questionar a efetividade ou a validade das motivações para tal acolhimento, mas sim de se entender os rastros dessa vivência na subjetividade, sabendo das limitações de uma composição plural nas relações de interdependência das crianças e adolescentes em contexto de abrigamento. Enxerga-se na parceria entre crianças, na sua ousadia, caminhos para enfrentar as amarras capitalísticas sobre a infância. Entre brincadeiras de briga e a intolerância de que adjetivem suas mães de qualquer maneira (seja ela positiva ou pejorativa), permissões e muitas proibições, sabe-se que uma infância persiste. Se a infância é também um risco, isso se dá pela sua radical alteridade: nunca se sabe o que esperar da infância.

É por uma infância de fugas no mangue, pés sujos nos becos de paralelepípedo, muros pulados e árvores em que se sobe, que se mantém a tarefa de insistir contra o instituído, na peleja por um devir infantil.

Ciclo de Ação Comunitária com crianças rurais em Mairi, Bahia: desenvolvimento, fortalecimento e ludicidade

Itana Pereira de Oliveira (UEFS), José Fernando Andrade Costa (UEFS)

O presente trabalho visa apresentar e discutir alguns resultados de uma experiência de extensão universitária em psicologia comunitária e de infâncias, realizada entre 2024 e 2025, com crianças de 5 a 10 anos do distrito rural de Aroeira, município de Mairi, Bahia. Compreendemos a importância do território e dos marcadores sociais das diferenças na configuração dos processos de desenvolvimento das pessoas em família e comunidade, de modo que diversas questões interseccionais atravessam as infâncias e, por isso, requerem uma abordagem não naturalizante. Tendo em vista as desigualdades persistentes que existem em nosso país, sobretudo as que atravessam a experiência da população do campo, adotamos em nossa proposta o princípio prático da ação-reflexão-ação como via para realizar um trabalho participativo com crianças rurais. Mairi é um município com cerca de 17.000 habitantes, situado no território de identidade da Bacia do Jacuípe, região do Semiárido baiano. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH/PNUD) de Mairi foi considerado baixo (0,572) em 2010. No entanto, não obstante as dificuldades estruturais, Mairi é um município repleto de comunidades organizadas e que lutam por melhores condições de vida e bem-estar. É nesse contexto que propomos uma ação que pudesse ser significativa para o desenvolvimento de crianças na perspectiva da valorização da experiência e dos vínculos comunitários.

O ponto de partida é a experiência da proponente enquanto cidadã mairiense e estudante de psicologia na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). O objetivo principal da ação extensionista consistiu em realizar Ciclos de Ação Comunitária visando contribuir com o desenvolvimento saudável de crianças no contexto rural, através do fortalecimento psicossocial e da ludicidade. Trata-se de valorizar a participação ativa, o sentimento de comunidade e a interação cooperativa entre as crianças em um conjunto planejado de encontros. Em relação aos eixos temáticos, este relato vincula-se ao eixo “Direitos Humanos e infâncias, juventudes, velhices”, conectado-se especialmente ao GT 12 “Diálogos entre as práticas em psicologia social e estudos das infâncias no contemporâneo”, na medida em que possui como pressuposto uma ação que vise a valorização das singularidades dessas infâncias. Trabalhamos com uma compreensão sobre os limites da relação entre o geral e o específico no que concerne às infâncias, ou seja, buscamos refletir criticamente sobre aquilo que é igual para todas crianças e aquilo que se mostra como processo específicos vivenciados pelas crianças da zona rural, uma vez que essa relação permeia e fundamenta a construção concreta e situada das diferentes infâncias.

Para entender esses aspectos foi preciso criar condições para a observação e a escuta ativa das vozes das crianças, pois, para além da teoria, compreender na prática como elas entendem e agem no mundo - e também como podemos contribuir, com elas, para transformar o mundo delas - foi, sem dúvidas, o que fez o projeto ser potencializado e ter sido continuado para além do primeiro ano. Os resultados que serão relatados vinculam dois anos de ações extensionistas e a continuidade em pesquisa de conclusão de curso que será desenvolvida pelos próximos dois anos, de modo que acaba sendo uma experiência abrangente da formação em psicologia como um todo.

O referencial teórico inclui aspectos relacionados à atuação da Psicologia Comunitária e da Psicologia do Desenvolvimento. Conferimos especial importância às interações, ao trabalho com grupos e à participação das

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

crianças com voz ativa, pois entendemos que a constituição do eu e do outro não ocorre independentemente, mas resulta de processos relacionais ética e politicamente situados. Valorizamos também o potencial transformador das interações sociais, principalmente com crianças, a partir daquilo que Vygotsky ressalta sobre o contexto social em que o sujeito está inserido como fonte indelével das condições de desenvolvimento. Portanto, pensou-se em construir um ambiente seguro para que aquelas crianças pudessem se sentir à vontade para transmitir no grupo os seus sentimentos, medos e questionamentos, pois as trocas geradas no grupo podem fortalecer os vínculos entre os membros, incentivando as trocas de saberes e experiência em que as crianças, juntas, podem aprender, se apoiar, se compreender e se identificar.

A estratégia metodológica utilizada partiu do Programa CAT (Conhecer, Analisar e Transformar a Realidade da Educação do Campo), uma ação extensionista de Educação Popular com mais de 30 anos de atuação no Sertão da Bahia. O CAT aborda em sua metodologia três pontos: o Conhecer, visando o reconhecimento de problemáticas, podendo ser uma delas, a identificação das desigualdades existentes na zona rural; o Analisar, apontando a reflexão acerca dessas desigualdades identificadas e o seus impactos na infância, pensando, assim, em possíveis meios que levem a uma ação; e, por fim, o Transformar, cujo foco está voltado para a realização de ações concretas e participativas que visem transformação social. Enquanto ferramenta prática, recorremos à metodologia dos Ciclos de Ação Comunitária. Cada Ciclo ocorre em oito encontros semanais (ou quinzenais) em uma determinada comunidade, visando construir uma ação comunitária com um público específico. Os encontros são planejados de acordo com as necessidades observadas, em conjunto com os membros do grupo, de modo que cada encontro possui um objetivo e método próprio, mas pensado e articulado com o objetivo do Ciclo como um todo, a partir do que foi observado e conversado no encontro anterior. Trata-se de uma metodologia de ação comunitária utilizada em diferentes contextos.

A estudante extensionista, residente de Mairi, através de seu contato frequente com os membros do distrito de Aroeira, optou por apresentar um Ciclo de Ação voltado às infâncias. Com isso, após se familiarizar com a metodologia do CAT e dos Ciclos, planejou uma ação em que a comunidade tivesse participação ativa. Moradores de Aroeira aderiram e colaboraram com a proposta do Ciclo de Ação com crianças da comunidade. Através de uma construção dialogada formou-se um grupo de comunicação via Whatsapp com os responsáveis, que se mantém até o presente momento, com intuito de acompanhamento das ações pelas famílias. Serão relatados os resultados de três Ciclos de Ação, realizados no segundo semestre de 2024, e primeiro semestre de 2025. Em cada Ciclo foram realizadas atividades lúdicas com temas variados, tais como: sentimento de comunidade; importância dos vínculos e da coletividade; compreensão das próprias emoções e os diferentes modos de expressá-las; valorização das brincadeiras locais tradicionais; entre outros.

Dentre os resultados destacamos os vínculos construídos, fortalecidos e mantidos a cada Ciclo. Em 2024 formaram-se vínculos entre a extensionista e os membros do Distrito de Aroeira (responsáveis das crianças, em sua maioria mães, avós e tias, e com as crianças que participaram do projeto). Tais vínculos permitiram dialogar e refletir sobre as demandas das crianças em diversos momentos, conforme cada situação. Também se destaca o processo de fortalecimento psicossocial, que decorre da forma como as crianças se transformam pessoalmente pela participação ativa em um coletivo. Isso foi observado pela modificação dos padrões de vinculação que aos poucos foram se transformando de grupos fragmentados ou relativamente isolados de crianças que brincavam com um número restrito de companheiras de interação para um grande grupo de crianças em que todas brincam com

todas, na perspectiva da inclusão das diferenças por meio das brincadeiras. As crianças passaram a brincar não só durante os encontros dos Ciclos, mas também fora dele, na praça, no campo, jogando bola, andando de bicicleta, etc. Assim, a proposta foi seguir avançando precisamente no fortalecimento desses vínculos, para destacar a relevância dessas interações para o desenvolvimento delas, individual e coletivamente.

A participação ativa e a constância das crianças durante as atividades de cada ciclo foram cruciais para que os objetivos dos encontros fossem alcançados. Durante os 24 encontros (8 em cada Ciclo) nós pintamos, brincamos, jogamos, conversamos sobre aspectos do Distrito de Aroeira, gostos e sonhos, assistimos filmes, fizemos oficinas de valorização do meio ambiente, entre diversos aspectos que foram potencializadores para a valorização da infância daquelas crianças. Ao todo, os Ciclos envolveram 23 crianças. O número de participantes variava a cada encontro, mas destacamos a forma como elas divulgaram o projeto entre si, uma chamando a outra, avisando o dia, indo na casa buscar os amigos e amigas para ir para os encontros. Foram realizadas atividades no salão da igreja, na quadra de esportes e no sindicato. Tendo em vista o contexto das crianças e suas famílias, os resultados mostraram a importância da oferta desses espaços de brincadeiras para as crianças interagirem mais entre si e processarem acordos, afetos, conflitos e desejos em coletivo.

Por fim, consideramos que a experiência dos Ciclos com crianças rurais de Aroeira pode contribuir para o campo da Psicologia Social crítica na medida em que a ação permite descortinar processos de invisibilização das infâncias rurais. Os Ciclos podem ser uma via para o desenvolvimento saudável das crianças em coletividade, considerando as mediações necessárias para que elas possam compreender as suas vivências locais e comunitárias como aspecto importante na formação de sua subjetividade. Além disso, foi possível observar, na prática, como o apoio da comunidade é um dos pilares para promover ações significativas para as crianças. Afinal, sem ouvir as vozes de suas cuidadoras (mães, tias e avós), jamais entenderíamos como contribuir de forma ativa para o desenvolvimento dessas crianças.

Corpo, território e escuta das crianças: a inserção no campo como prática antirracista

Eduarda Furtado Duarte (Centro POP), Carmem Lucia Sussel Mariano (UFR)

Neste resumo é apresentado um recorte da pesquisa de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Rondonópolis (UFR), vinculada ao Grupo de Estudos Infância, Juventude e Cultura Contemporânea (GEIJC). A pesquisa tem como objetivo compreender como práticas pedagógicas construídas a partir de encontros com crianças na Educação Infantil podem favorecer processos de autoidentificação, fortalecimento étnico-racial e produção de saberes antirracistas. Considerando isso, neste recorte temos como enfoque a experiência de inserção no campo antes, durante e depois dos processos interventivos, compreendida como prática metodológica, ética, política e afetiva, que sustenta a própria tessitura da pesquisa como um todo. Parte-se, portanto, da seguinte provocação: como adentrar um território de infâncias para intervir sem escuta, sem presença, sem cuidado e sem um corpo disponível à implicação ética e aos atravessamentos do campo? Mais do que atender às Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, que determinam a inclusão das temáticas étnico-raciais afro-brasileiras, africanas e indígenas nos currículos da Educação Básica, a pesquisa se fundamenta na urgência de práticas pedagógicas que fortaleçam o reconhecimento e a valorização identitária, cultural e histórica das infâncias negras e indígenas, no enfrentamento ao epistemicídio, ao racismo estrutural e ao silenciamento adultocêntrico dos saberes produzidos pelas crianças. A pesquisa foi realizada em uma turma do quinto agrupamento, com crianças de cinco e seis anos de idade, em uma Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI), situada na periferia da cidade de Rondonópolis/MT. A escolha desse território se deu pela compreensão de que os espaços da Educação Infantil. são atravessados por dinâmicas de racialização, de apagamentos e de reprodução de desigualdades, mas também são territórios de resistência, de produção de saberes e de construção de sentidos outros. Neste âmbito, a experiência com as crianças e com o território revelou, desde o início, que não há possibilidade de realizar uma pesquisa implicada sem estar implicada com todos os sentidos neste chão. Enquanto parte de um processo de Pesquisa-Intervenção com Crianças (Castro; Besset, 2008; Fernandes; Souza, 2020), esta experiência se realiza a partir dos Estudos Sociais da Infância (Abramowicz, 2010, 2019; Sarmento, 2008, 2015; Soares, 2005); da Afroperspectiva (Noguera, 2017, 2018, 2019); e da Psicologia Preta, que tensiona os modelos psicológicos eurocentrados, propondo uma ética do cuidado enraizada na ancestralidade, na coletividade e no território (Souza, 1983; Veiga, 2020, 2021; Bento, 2022; Kilomba, 2019; Somé, 2020). Dialoga, ainda, com os cosmosentidos indígenas, que reforçam a centralidade dos vínculos, dos territórios e das redes de cuidado (Krenak, 2019; Munduruku, 2019). Em diálogo, o percurso metodológico foi construído a partir da realização de contações de histórias afro-brasileiras, africanas e indígenas, rodas de conversa e desenhos de autorretrato. Esses dispositivos operaram como práticas de escuta, de cuidado e de produção de saberes, possibilitando a emergência de narrativas que tensionam as epistemologias eurocêntricas e as representações hegemônicas que atravessam os contextos escolares. As histórias escolhidas traziam como protagonistas crianças negras e indígenas, em narrativas que valorizam suas culturas, saberes, estéticas e de existências plurais. As rodas de conversa foram espaços de escuta coletiva, onde as crianças puderam compartilhar memórias, percepções, desconfortos e pertencimentos. Já os desenhos de autorretrato se constituíram como prática potente de auto(re)conhecimento, permitindo que as crianças se olhassem, se reconhecessem e se narrassem a partir das suas próprias referências. O campo, neste sentido, não se

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

configura como espaço neutro, mas como território de relações de poder e de disputas simbólicas, epistêmicas, afetivas e políticas. A inserção no campo se constituiu, simultaneamente, como dispositivo metodológico e como prática de cuidado. Este processo não se resumiu a um protocolo de aproximação: foi estar, permanecer, construir vínculos, compartilhar brincadeiras, aprender as músicas preferidas, observar risos, tensões, choros, convites e recusas. Foi, sobretudo, compreender que não há produção de conhecimento possível sem o cultivo dos vínculos, da escuta atenta e da partilha dos cotidianos. Esse movimento exige deslocamentos éticos e epistêmicos, tanto no fazer da pesquisa quanto no próprio exercício da Psicologia. Trata-se de construir práticas que rompam com paradigmas normativos, patologizantes e individualizantes que, historicamente, desconsideram os corpos, os saberes e os territórios negros, indígenas e das infâncias. Trata-se de sustentar uma prática que recuse a neutralidade, a objetificação e os distanciamentos metodológicos que modelos eurocêntricos e estadunidenses instituíram como padrão para as produções de conhecimento legitimadas enquanto científicas. Nessa direção, a Psicologia Preta constitui-se como horizonte epistemológico, ético e político. Articulada à Afroperspectiva e aos cosmosentidos africanos e indígenas, ela reivindica metodologias de cuidado que sejam coletivas, afetivas, plurais e territorializadas (Veiga, 2020; Souza, 1983; Bento, 2022; Kilomba, 2019). A constituição de subjetividades racializadas, como enfatiza Neuza Souza (1983), ocorre em um campo de forças que opera desde a infância, atravessando corpos, histórias e territórios. Essa compreensão nos convoca a pensar que as práticas de cuidado, na Psicologia, na Educação e na pesquisa, precisam estar ancoradas em um compromisso ético que reconheça as marcas do racismo, do epistemicídio e da colonialidade. Estar no campo com crianças, em uma escola pública de Educação Infantil, exige um corpo disposto à implicação, ao deslocamento e à construção de outros modos de fazer ciência, de fazer Psicologia e de estar no campo. Exige, ainda, reconhecer que a construção de práticas antirracistas se dá, também, nos movimentos do cotidiano: no chão da escola, na roda, nas danças, nas brincadeiras, na partilha das refeições, nos silêncios partilhados e, sobretudo, no tempo que se dedica à construção dos vínculos. A análise desse processo demonstra que práticas antirracistas, tanto na Educação Infantil quanto na Psicologia, se fortalecem nos espaços e nos tempos muitas vezes invisibilizados pelas lógicas academicistas hegemônicas. Construir territórios de Educação Infantil e práticas em Psicologia antirracistas com crianças pequenas é, sobretudo, um compromisso ético, político e epistemológico que exige a reconstrução de modos plurais de ser, de estar e de se relacionar no e com o território. Esta experiência reafirma que uma prática em Psicologia comprometida com a luta antirracista, com as infâncias e com a Educação Infantil, precisa ser prática de cuidado coletivo. Precisa estar em confluência com epistemologias negras, indígenas e da diáspora, entendendo a implicação no território que as crianças transitam como prática de (re)existência e de produção de sentidos outros, tão importante quanto os procedimentos interventivos da contação de histórias e dos desenhos de autorretrato propostos.

Referências Bibliográficas

ABRAMOWICZ, Anete. Sociologia da infância: traçando algumas linhas. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar, v. 8, n. 2, p. 371-383, 2018.

ABRAMOWICZ, Anete; OLIVEIRA, Fabiana de. A Sociologia da Infância no Brasil: uma área em construção. Educação, Santa Maria, v. 35, n. 1, p. 39-52, jan./abr. 2010.

BENTO, Maria Aparecida Silva. O pacto da branquitude. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

CASTRO, Lúcia Rabello de; BESSET, Vera. Pesquisa-intervenção com crianças: tecendo redes e práticas de conhecimento. In: MELLO, Suely G. (org.). Infâncias, cultura e história: diálogos interdisciplinares. Rio de Janeiro: DP&A, 2008. p. 123-140.

FERNANDES, Natália; SOUZA, Luciana. Pesquisa com crianças: desafios éticos e metodológicos. Revista Educação & Sociedade, v. 41, p. 971-989, 2020.

GOMES, Nilma Lino. A construção do pertencimento: identidade e racismo na educação infantil. 9. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. 2. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MUNDURUKU, Daniel. O caráter educativo do movimento indígena brasileiro. Petrópolis: Vozes, 1999.

NOGUERA, Renato. Entre a linha e a roda: infância e educação das relações étnico-raciais. Revista Acadêmica Magistério, v. 1, n. 15, p. 398-411, 2017.

NOGUERA, Renato; BARRETO, Marcos. Infancialização, ubuntu e teko porã: elementos gerais para educação e ética afroperspectivistas. Childhood & Philosophy, v. 14, n. 31, p. 625-644, 2018.

NOGUERA, Renato; ALVES, Luciana Pires. Exu, a infância e o tempo: Zonas de Emergência de Infância (ZEI). Revista Educação e Cultura Contemporânea, v. 17, n. 48, p. 533-554, 2020.

NOGUERA, Renato. O poder da infância: espiritualidade e política em afroperspectiva. Momento: Diálogos em Educação, v. 28, n. 1, p. 127-142, jan./abr. 2019.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Sociologia da infância: correntes e confluências. In: SARMENTO, M. J.; GOUVÊA, M. C. S. de (org.). Estudos da infância: educação e práticas sociais. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 17-39.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Uma agenda crítica para os estudos da criança. Currículo sem Fronteiras, v. 15, n. 1, p. 31-49, jan./abr. 2015.

SOUZA, Neusa Santos. Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro em ascensão social. 3. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

SOMÉ, Sobonfu. O espírito da intimidade: ensinamentos ancestrais para os relacionamentos. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 2020.

VEIGA, Lucas. Psicologia e racismo: as feridas que não cicatrizam. Revista [RE]Pensando, v. 2, n. 1, p. 1–10, 2020.

VEIGA, Lucas. Clínica do Impossível: Linhas de Fuga e de Cura. Editora Telha, 2021.

Educação Preventiva e Autoproteção Infantil: Avaliação do Programa PEPPASI no Amazonas

Rosemary Amanda Lima Alves (UFAM), Consuelena Leitão (UFAM), Marck de Souza Torres (UFAM), Iolete Ribeiro da Silva (UFAM)

A violência sexual (VS) contra crianças e adolescentes é considerada uma séria violação de direitos humanos e um problema de saúde pública mundial, com impactos graves e duradouros sobre as vítimas (World Health Organization, 1999; CFP, 2020). A forma mais comum entre crianças é o abuso sexual infantil (ASI), caracterizado por interações com ou sem contato físico, mediadas por coerção e desigualdade de poder (Teodoro, 2022; Ferreira et al., 2022). Estudo recente (Pereira et al., 2023) aponta crescimento dos casos na região Norte do Brasil, com dados alarmantes no Estado do Amazonas, onde a maior parte das ocorrências de ASI ocorrem no ambiente familiar, com consequências psicossociais como depressão, ansiedade, TEPT e evasão escolar.

Diante desse cenário, o presente trabalho objetiva apresentar o Programa de Educação Preventiva Primária Contra o Abuso Sexual Infantil (PEPPASI), desenvolvido no Amazonas como estratégia de prevenção primária junto a crianças entre 8 e 12 anos. Alinhado ao GT "Diálogos entre as práticas em psicologia social e estudos das infâncias no contemporâneo", o estudo propõe compreender como a educação pode promover o desenvolvimento de habilidades autoprotetivas na infância, mediadas por afetividade, conhecimento e autonomia, e contribuir com práticas de prevenção da violência baseadas na escuta sensível e na proteção integral.

Teoricamente, o PEPPASI articula princípios da Psicologia do Desenvolvimento, da Psicoeducação e da Proteção Integral, adotando uma abordagem multicomponente (psicodrama, atividades lúdicas, contos e cartilhas). Fundamenta-se em concepções interacionistas e construtivistas, nas quais a aprendizagem ocorre em contextos relacionais e culturalmente situados. As estratégias metodológicas incluem aplicação de pré e pós-testes (T1 e T2), oficinas educativas e contagem sistemática dos indicadores de conhecimento sobre direitos, ASI e comportamentos de autoproteção.

A intervenção é composta por três sessões: (1) apresentação e leitura de cartilha educativa produzida por pesquisadores do curso de Psicologia da UFAM; (2) contagem da história da Tartanina, com uso de psicodrama e atividades em grupo para fortalecimento dos comportamentos de reconhecer, resistir e relatar; (3) reavaliação por meio de instrumento validado. Os dados foram analisados com apoio do software JASP 0.18.1, utilizando teste de Shapiro-Wilk e teste de Wilcoxon.

Trata-se de um estudo quase experimental de grupo para avaliação do Programa de Educação Preventiva Primária contra Abuso Sexual Infantil, com avaliação pré-teste (T1) e pós-teste (T2, imediato após a finalização do programa), no grupo quase experimental com objetivo de avaliar as habilidades autoprotetivas das crianças com foco na prevenção de violência sexual infantil.

Participantes

Participaram 24 crianças, sendo 66,6% meninas e 33,3% meninos, residentes no bairro de Educandos na região metropolitana de Manaus, com média de idade de 9,7 anos (DP=1,36). Em relação à autoidentificação, 54,1% eram pardas, 25% negras e 20,8% brancas. No que diz respeito à escolaridade, 37,5% cursavam o 4º ano, 25% estavam no 3º ano, 20,8% no 6º ano, 12,5% no 5º ano e 4% no 7º ano do ensino fundamental. Com relação à moradia, 66,6% residiam com a mãe, 20,8% com o pai e 12,5% com outras pessoas (avós, tios). Trata-se de

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

amostra não probabilística, do tipo intencional, e os participantes foram convidados após o consentimento dos pais e/ou responsáveis. Para compor a amostra, os participantes atenderam aos seguintes critérios de inclusão: a) crianças de ambos os sexos b) ter a idade entre 08 a 12 anos; b) residir no Bairro de Educandos; c) estar matriculado em escolas do Bairro de Educandos; d) saber ler e escrever.'

Instrumentos

a) Questionário Sociodemográfico para Pais/Responsáveis - objetivou conhecer aspectos importantes da vida da criança e a realidade da sua família, com questões sobre gênero, idade, raça/etnia, escolaridade, situação econômica da família e membros da família.

b) Questionário sobre Conhecimento de Abuso Sexual Infantil (pré e pós-testes) o instrumento foi produzido pelos autores para esse estudo, constituído por vinte perguntas com escolha binária (sim/não), contendo questões sobre conhecimento de ASI para habilidades de autoproteção. O questionário foi aplicado no pré e pós-testes do programa para avaliar se o conhecimento das crianças aumentou após a intervenção.

Os resultados indicaram diferenças estatisticamente significativas entre o pré-teste (T1) e o pós-teste (T2), com aumento no nível de conhecimentos e habilidades autoprotetivas ($z= -2,722$, $p<0,05$, $r=-0,56$). A média dos escores subiu de forma significativa em cinco participantes, enquanto apenas duas crianças apresentaram queda, indicando em geral a efetividade do programa. A análise descritiva mostra que os conhecimentos relacionados aos direitos, à identificação de situações de risco e à busca de apoio adulto foram fortalecidos.

A discussão dos resultados evidencia que programas de prevenção primária são eficazes na formação de habilidades emocionais e sociais que atuam como fatores de proteção. Como se trata de um estudo piloto quase experimental, com um grupo único, os achados apontam a relevância de sua ampliação para outros territórios e faixas etárias, bem como sua adaptação a contextos culturais diversos. É urgente que a educação seja pensada também como dispositivo de prevenção da violência, integrando saberes técnicos, afetivos e culturais.

Conclui-se que o PEPPASI constitui uma estratégia promissora, baseada em evidências, que atua na formação cidadã de crianças em situação de vulnerabilidade, promovendo autonomia, consciência de direitos e comportamentos de autoproteção. Sua execução aponta caminhos para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à prevenção da violência sexual na infância, a partir de abordagens educativas, culturais e psicossociais sensíveis às realidades amazônicas.

Entre folhas e brincadeiras: experiencias infantis com a natureza em 575ontexto rural

Larissa Tsumie Takashima Eto (UFAM), Dayse da silva Albuquerque (UFAM)

A relação entre crianças e ambientes naturais tem se destacado como uma temática emergente nas Ciências Humanas e Sociais, especialmente diante dos impactos da urbanização, do avanço tecnológico e da intensificação do afastamento da infância do mundo natural. Esta pesquisa em nível de mestrado buscou compreender como se configuram as experiências e relações de crianças com a natureza em contexto rural amazônico, especificamente na comunidade Cachoeira do Leão, localizada na zona rural de Manaus-AM. Esta pesquisa vincula-se prioritariamente ao GT 12: Diálogos entre as práticas em Psicologia Social e estudos das infâncias no contemporâneo, que discute experiências, pesquisas e intervenções voltadas às crianças em diferentes territórios — como comunidades indígenas, quilombolas, rurais, urbanas, periféricas, escolares e de movimentos sociais — destacando os sentidos e modos de viver a infância nesses contextos.

Também se articula com o GT: Territórios, afetividade e compromisso ético-político: análises socioambientais, ao considerar a relação dialética entre pessoa e território, explorando as dimensões afetivas, simbólicas e psicossociais que envolvem a apropriação do espaço e os sentidos produzidos nos contextos naturais e comunitários.

Como terceira opção de interlocução, a pesquisa dialoga com o GT: Atuação da Psicologia no enfrentamento da Mudança Climática, por abordar experiências infantis com a natureza em contextos rurais amazônicos e refletir sobre os impactos socioambientais e a importância da psicologia na promoção de vínculos sustentáveis com o ambiente.

A investigação está inserida no Eixo Temático 08: Questões socioambientais e contextos rurais e urbanos, ao explorar, de forma crítica e contextualizada, as interações entre infância, território, natureza e desenvolvimento em uma comunidade rural amazônica.

entre outros. O estudo parte do reconhecimento da infância como uma categoria social plural, situada e relacional. As infâncias amazônicas, ainda pouco representadas nas pesquisas psicológicas nacionais, vivem processos marcados pela complexa interseção entre natureza, cultura, políticas públicas e modos de vida locais. Nesse sentido, a proposta desta investigação se vincula a uma Psicologia Social comprometida com a escuta das infâncias em seus contextos, considerando que o território não é apenas um dado geográfico, mas uma construção simbólica, afetiva e política. O objetivo geral foi compreender a relação de crianças com a natureza a partir de suas vivências em contexto rural na região metropolitana de Manaus-Amazonas. Como objetivos específicos, buscou-se: (1) verificar as percepções de natureza de crianças a partir de suas experiências cotidianas; (2) descrever as relações estabelecidas por essas crianças com elementos naturais; e (3) identificar os benefícios do contato com a natureza para o seu desenvolvimento integral. A orientação teórica fundamenta-se na articulação entre Psicologia Ambiental e Psicologia do Desenvolvimento, especialmente a partir da Teoria Bioecológica de Bronfenbrenner, da Teoria de Campo de Kurt Lewin, dos estudos de Roger Barker sobre comportamento em ambientes naturais e do conceito de perejivanie de Vygotsky. Tais autores permitiram abordar o desenvolvimento humano a partir das interações dinâmicas entre pessoa, ambiente e tempo, valorizando os contextos cotidianos e suas mediações culturais. Seguiu-se uma abordagem qualitativa, descritivo-exploratória, com estratégia multimetodológica. Foram utilizadas técnicas de observação naturalística, caminhadas guiadas (walkthroughs) com registro audiovisual e entrevistas semiestruturadas com 8 crianças (entre 7 e 10 anos) e suas mães. As atividades

foram realizadas na própria comunidade, favorecendo uma escuta sensível e situada. A análise temática possibilitou a construção de três blocos principais de resultados: (1) percepções infantis sobre a natureza; (2) relações cotidianas com elementos naturais; e (3) benefícios do contato com a natureza para o desenvolvimento emocional, social e cognitivo. As crianças participantes demonstraram reconhecer a natureza como um espaço de liberdade, alegria e aprendizado. Suas falas revelaram sentidos simbólicos e afetivos atribuídos aos rios, às árvores, aos animais, e às brincadeiras ao ar livre. A natureza é descrita não como um pano de fundo neutro, mas como parceira da brincadeira, da imaginação e da construção de vínculos. Muitas narrativas evidenciaram experiências sensoriais e corporais intensas, como "ouvir o canto do pássaro", "subir na árvore" ou "tomar banho de chuva", reforçando a importância da corporeidade e da exploração ativa do espaço. As mães, por sua vez, destacaram os benefícios da convivência com a natureza na promoção do bem-estar infantil, no estímulo à criatividade, na redução da ansiedade e no fortalecimento da autonomia. Também indicaram limitações estruturais do contexto rural, como dificuldades de acesso a serviços básicos, carência de equipamentos públicos e preocupações com segurança, que impactam a qualidade de vida da infância. Apesar desses desafios, ressaltaram que o contato com a natureza favorece um crescimento mais conectado, sensível e saudável. Os achados reforçam a teoria de que a natureza atua como fator de proteção para o desenvolvimento infantil, em consonância com estudos sobre a Teoria da Restauração da Atenção (Kaplan & Kaplan, 1989) e sobre os impactos positivos da conexão com a natureza no bem-estar biopsicossocial das crianças (Mayer & Frantz, 2004; Chawla, 2021). No contexto amazônico, a natureza é ainda mediada por saberes locais, valores comunitários e modos de vida baseados na coexistência com a floresta, os rios e os ciclos naturais. Esse saber sensível, muitas vezes marginalizado nos discursos científicos ou nas políticas públicas, precisa ser reconhecido como potência para a promoção de infâncias mais integrais e sustentáveis. Ao integrar a Psicologia Social a uma abordagem territorializada da infância, esta pesquisa tensiona a visão hegemônica de desenvolvimento centrada no modelo urbano-tecnológico e reafirma a importância de incluir os territórios do campo, da floresta e das comunidades periféricas como espaços legítimos de produção de conhecimento, cuidado e resistência. O território aqui não é um cenário inerte, mas um espaço vivido, afetado e atravessado pelas crianças em sua agência cotidiana. Como nos lembra Marta Muchow, pensar a infância é também pensar os espaços que ela habita e transforma. Em conclusão, este trabalho contribui para o fortalecimento de uma Psicologia comprometida com os direitos da infância e com a escuta de seus sujeitos em contextos diversos. Ele convida profissionais, pesquisadores e formuladores de políticas a repensarem o lugar da natureza no cotidiano infantil, especialmente diante de uma realidade marcada pelo excesso de telas, pela restrição dos espaços livres e pela homogeneização das experiências. Valorizar a criança amazônida e sua relação com o ambiente natural é também um gesto ético-político de resistência ao apagamento de modos de vida que ainda florescem entre folhas e brincadeiras. A presente pesquisa afirma que não é apenas a quantidade de natureza disponível que importa, mas as formas de interação culturalmente mediadas que ela permite. Nesse sentido, os territórios rurais amazônicos, com todas as suas contradições, seguem sendo espaços de potência para a infância — territórios onde se brinca, se aprende, se imagina e se pertence. Que escutemos mais essas infâncias, com seus pés descalços, suas perguntas cheias de sentido e seus olhos atentos ao mundo que ainda pulsa entre folhas e raízes.

Infâncias amazônidas: a Psicologia no enfrentamento das violências contra a primeira infância Nortista

Jolorena de Paula Tavares (UFAM), Renan Vinicius de Freitas Guerra da Costa (UFAM), Iolete Ribeiro da Silva (UFAM), Adria de Lima Sousa (UFAM)

Essa comunicação oral relatará a experiência de Psicólogas e Psicólogos que integram dois projetos de pesquisa, sendo um desenvolvido nacionalmente intitulado “Desenvolvimento De Tecnologias Para A Promoção Da Parentalidade Saudável E Combate À Violência Na Primeira Infância”, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o outro executado a nível Regional nomeado “Práticas parentais na primeira infância: subsídios para o desenvolvimento de políticas públicas no estado do Amazonas” financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM).

Ambos os projetos têm como objetivo em comum o combate de violências contra crianças na primeira infância e o desenvolvimento de tecnologias para promoção da parentalidade saudável, considerando as particularidades de cada Região do Brasil.

Os profissionais psicólogas/os têm procurado realizar o aprofundamento científico de alguns construtos tais como: Infância, Violência, Parentalidade, Território, Raça, Gênero, Poder econômico, além de realizar levantamento de dados quantitativos sobre a violência, cuidado e saúde de crianças na primeira infância.

Essa pratica se relaciona com o GT 12 - Diálogos entre as práticas em psicologia social e estudos das infâncias no contemporâneo e com o eixo temático 06 - Direitos Humanos e infâncias, juventudes, velhices, pois visa contribuir cientificamente com o fortalecimento da Rede de Proteção e das políticas públicas em prol da efetivação dos Direitos das crianças da Região que sofrem com os produtos da colonização tais como racismo estrutural, desigualdades socioeconômicas que culminam em privações de direitos.

A Psicologia Sócio-histórica tem sido usada pelo grupo como abordagem metodológica que auxilia aprofundar os conhecimentos científicos sobre os construtos destacados e sobre quais as reverberações deles na vida das crianças e sociedade.

Realizamos a construção de quatro estudos secundários que ajudaram a mapear o que os pesquisadores da Psicologia têm publicado sobre a primeira infância no território brasileiro a caracterizar as práticas parentais nos primeiros 5 anos de vida, no território nacional, para diferentes grupos étnicos e sociais incluindo as comunidades de povos tradicionais (quilombolas, indígenas). Estamos realizando ainda o auxílio na tradução, adaptação e validação transcultural do Questionnaire for Children Under Five, do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) à Região Norte do Brasil. Assim, estamos realizando a aplicação desse instrumento em cuidadores do estado do Amazonas. Ao fim de cada etapa do trabalho, estamos realizando a elaboração de tecnologias para a promoção da parentalidade saudável e prevenção da violência contra crianças, tais como a produção de infográficos.

Esses passos ajudaram a mostrar a complexidade da infância na Amazônia, destacando a influência histórica, social e cultural que molda a vida das crianças na Região Norte. O reconhecimento da infância em todo o Brasil está ligado a mudanças econômicas e à colonização, que juntos trouxeram uma diversidade multietnocultural às infâncias brasileiras.

Assim, é necessário destacar que as desigualdades raciais e socieconômicas, advindas da colonização, continuam a impactar, de algum modo, a saúde e o bem-estar das crianças. Destacam-se as altas taxas de violência infantil sobre as populações pardas e indígenas. Apesar das legislações mais recentes terem como principal objetivo garantir os direitos das crianças na primeira infância, a implementação dessas políticas públicas no Brasil é desigual, especialmente na Região Norte, onde as condições de vida são precarizadas de diversas formas.

Atualizações legislativas recentes, tais como o Marco Legal da Primeira infância ajudam a modificar as realidades das crianças brasileiras, mas elas não têm sido suficientes para mudar padrões de violência contra crianças. Já quando se fala sobre o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) (rede de proteção) é importante considerar que ele é composto por pessoas que também são atravessadas por fatores de gênero, raça, etnia, assim é essencial que essas pessoas/profissionais não apenas reconheçam o contexto histórico e legislativo sobre a violência, mas também é importante que elas reconheçam a história das suas próprias violências (sofridas) que afetam as suas vidas e a vida das crianças ao seu redor.

As práticas relatadas ajudam a constatar que poucos estudos científicos abordam sobre a "primeira infância" de forma aprofundada, a maioria dos estudos realizados conclui que ainda temos uma visão sobre a infância construída a partir da perspectiva de pessoas adultas. Por isso, há a necessidade da criação de estratégias para incluir as crianças como participantes em pesquisas futuras, o que pode ajudar a caracterizar melhor as infâncias da Região Norte, considerando as diversas infâncias (urbanas, indígenas, quilombolas, etc.). Sobre a coleta dos dados nos municípios do Amazonas, pode-se afirmar que as barreiras de rios e florestalidade acarretam na fragilidade na coleta e na transmissão dos dados sobre violência, cuidado e saúde das crianças tanto para as bases oficiais quanto para os pesquisadores destes projetos.

Com base nos estudos e na literatura analisada, o perfil típico de uma criança amazonense na primeira infância com direitos violados seria: um bebê (até 24 meses), pardo, do sexo feminino, vítima principalmente de negligência dentro de casa, tendo seu cuidador (pai ou mãe, em proporções similares) como o principal agressor.

Infâncias Negras e Indígenas sob o prisma da Interseccionalidade e dos Direitos Humanos

Viviane Rodrigues da Silva (UNICAMP), Viviane Rodrigues da Silva (UNICAMP)

Frantz Fanon em seu livro Pele Negra, Máscaras Brancas aponta em seus escritos que há uma esclerose afetiva do branco e que os olhos brancos são concebidos como únicos verdadeiros e se impõem como universais. Um dos efeitos disso, se refere a perpetuação de concepções dominantes que foram criadas a partir de uma perspectiva moderna-colonial e o terreno das infâncias não escapam dessa lógica, não à toa há infâncias que são invisibilizadas.

Nos atentamos ao fato de que há diversos contextos étnicos, culturais e linguísticos que integram a sociedade brasileira, por outro lado, há uma concepção universal do sujeito sustentada numa perspectiva eurocêntrica que também atravessa as crianças. Esse fator, contribui para o não reconhecimento de infâncias outras, que em suas experiências, passam a não serem reconhecidas, tendo o seu direito existencial negado. Podemos considerar que todo este cenário impacta os processos de subjetivação das crianças, assim como em sua formação cidadã e participativa. Diante disso, percebe-se o quanto há infâncias que são colonizadas e sendo dispositivos de colonização.

Quijano (2010), nos lembra que embora o colonialismo seja dado como encerrado do ponto de vista histórico, ele permanece em sua expressão profunda e atualizada por meio da colonialidade, se configurando como uma vivência cotidiana legitimada por meio de práticas. Para o autor, a colonialidade se faz presente a partir de três níveis: do poder, do saber e do ser, sendo efetiva em sua dominação. Os escritos de Kilomba (2020), também elucidam que existe um mundo conceitual branco e compreendendo isto, percebe-se o quanto lógicas de injustiças sociais, foram consolidadas através deste sistema eurocêntrico, existindo assim, uma exclusiva matriz epistêmica inventada por essa tida razão hegemônica.

Quijano (2010) ainda evidenciou outro problema resultado desse fenômeno, é que os colonizadores que definiram o que poderia ser considerado humano ou não. O que nos leva a inferir que há humanidades que foram e ainda são ontologicamente consideradas. Esses marcadores identitários, sustentam as relações de dominação se baseando numa cultura de racismo e etnicismo.

Os pontos destacados nos revelam o quanto é urgente olhar para as infâncias sob o prisma dos Direitos Humanos e da Interseccionalidade, isso porque nem toda criança vive a sua infância de forma plena tem os seus direitos assegurados. A interseccionalidade passa a ser uma ferramenta analítica necessária, já que ser criança não diz de uma experiência universal e homogênea, mas sim marcada pelas diferenças. Assim, as interações entre os marcadores sociais de diferença envolvendo raça, etnia, classe, gênero, idade e afins precisam ser consideradas com o intuito de não compactuar com práticas violentas que reforçam hierarquias e desigualdades raciais e sociais.

Me proponho a tecer diálogos com o campo da Educação, compreendendo que ela diz respeito a um projeto coletivo e cultural que possui relação com a estrutura social e por isso, produz realidades históricas, que marcam as suas práticas e políticas educacionais. Os interesses dominantes tensionam este campo e não obstante ela traz em seu bojo desigualdades sociais e raciais. Como estratégia de enfrentamento a tais tensões, foram implementadas as leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, que regulamentam a obrigatoriedade do ensino da

História e Cultura Afro-brasileira e Indígena em todos os níveis de ensino.

Ainda assim, a letra da lei, não garante a sua efetivação, tendo em vista os processos de racismo caracterizados pelo silenciamento/invisibilidade, preconceitos e formas de discriminação diversas direcionados à população Negra e Indígena. Assim, o objetivo em tecer essa discussão se ancora na urgência em analisar como a colonização, impacta na construção das infâncias no Brasil, contribuindo para a invisibilização e a negação de direitos de crianças negras e indígenas e de outras infâncias marginalizadas, bem como na necessidade de tecer reflexões sobre o papel da Psicologia em diálogo com a Educação sob a perspectiva dos Direitos Humanos e da Interseccionalidade, como campo de enfrentamento às desigualdades raciais e sociais.

Enquanto metodologia de pesquisa, utilizamos da cartografia proposta por Deleuze e Guattari (1992), alegando que antes mesmo de uma metodologia de pesquisa, a cartografia é uma ética e uma política, e se refere a um exercício clínico, sendo uma pesquisa-composição, já que o corpo conduz por meio da intuição, do desejo, do devir e é conduzido pelas forças dos encontros. A partir desses encontros, é possível a invenção de outros mundos, outras possibilidades de vida. Desse modo, no exercício de cartografar as linhas ou entre-as linhas, quem pesquisa empresta as suas próprias linhas. Isso quer dizer que pesquisar é um compromisso coletivo, atravessado também por aquilo que me compõe.

Nesta dinâmica me penso e reconheço como uma mulher negra, e assim pensar nessas Infâncias é também me deparar com a criança que fui e que ainda coexiste em mim, me coloco aqui inspirada nas palavras de Kilomba (2020), quando aponta para a necessidade de uma epistemologia que inclua o subjetivo e pessoal como parte do discurso acadêmico, tendo em vista que não há corpos/discursos neutros.

Trata-se de uma pesquisa em andamento e por isso, sem resultados prévios, mas há resultados que são esperados que valem destacar aqui, tais como: o fortalecimento do conceito de interseccionalidade utilizado como ferramenta analítica; Tecer contribuições tanto para o campo da Psicologia Social, bem como da Educação; Olhar Plural para as infâncias as valorizando em suas diferenças a partir dos enfrentamentos as desigualdades para uma conquista mais justa e democrática.

Dentre as discussões levantadas e os seus objetivos há aproximações com o Eixo 12, que tem como intuito promover diálogos entre as práticas em psicologia social e estudos das infâncias no contemporâneo. Portanto, reconhecemos a necessidade de (re) pensar as infâncias e a educação a partir dos Direitos Humanos e da Interseccionalidade é um passo fundamental para a construção de políticas públicas que reconheçam e respeitem a pluralidade das infâncias, promovendo justiça social e o direito à existência plena.

Justiça intergeracional e climática: infância na produção acadêmica brasileira sobre meio ambiente e crise planetária

Renata Lopes Costa Prado (USP), Carmem Lúcia Sussel Mariano (UFR)

O colapso ambiental é um tema ainda periférico na psicologia e nos estudos da infância, mas felizmente vem ganhando mais visibilidade nos últimos anos, com o reconhecimento de que não se trata de fenômeno apenas biofísico ou de assunto restrito às ciências naturais. Suas origens estão ligadas a formas destrutivas de habitarmos o planeta e nos relacionarmos com os outros. Suas consequências são e serão vividas primeiro e de maneira desproporcional por grupos socialmente vulnerabilizados, entre os quais estão as crianças. Trata-se da questão ética mais fundamental que se coloca para as relações entre gerações. A crise ambiental tende a ser vista como assunto das ciências naturais, como um fenômeno biofísico, mas é preciso entendê-la também como socioecológica, como produto da ascensão do capitalismo, da sua profunda dependência de combustíveis fósseis, da sua necessidade de exploração, acúmulo e concentração de recursos, das subjetividades assim engendradas.

Apesar disso, levantamento sobre pesquisas brasileiras com crianças nas áreas de antropologia, educação, psicologia e sociologia, nas décadas de 2000 e 2010, mostra que a temática não tinha sua relevância reconhecida e que, quando aparecia, era tratada de maneira apenas tangencial. Além do agravamento dos impactos ambientais do "capitaloceno" (Haraway, 2023), outras evidências nos permitem supor que cada vez mais as políticas climáticas serão tratadas também nas pesquisas sobre infância e com crianças, entre elas pode-se citar a realização do primeiro congresso brasileiro sobre infâncias planetárias (Unirio, 2024); os GTs sobre e de juventude nos eventos preparatórios para as Conferência das Partes das Nações Unidas sobre mudança do clima (COP); e a recente atenção dos estudos da infância para crianças quilombolas, indígenas, ribeirinhas e caiçaras.

Nessa esteira, a partir de uma bibliografia sobre a emergência ambiental e climática, que concebe as dominações capitalistas e coloniais "no centro das maneiras destrutivas de habitar a Terra", por exemplo a ecologia decolonial do Malcom Ferdinand (2022), a ecosofia do Guattarri (1990), a noção de comunidade terrestre do Achille Mbembe (2024) e as proposições do Ailton Krenak, podemos perceber que uma mesma perspectiva antropofaloegocentrica (Rolnik, 2018] atravessa as questões do racismo, do colonialismo, do antropocentrismo, do especismo, do patriarcado e do adultocentrismo. A subordinação da natureza é dimensão central tanto da história do superaquecimento global que se apresenta, quanto da história das ciências, que vale lembrar são tributárias dos processos envolvidos no projeto de modernidade e colonização. Essa fratura coloca em oposição dualista e hierarquizada cultura e natureza, sociedade e ambiente, mantendo o "Homem" acima da natureza na escala de valores. Diversas outras dualidades se vinculam a este modo de enquadrar o mundo: o civilizado e o selvagem; o desenvolvido e o primitivo; os seres humanos e os demais seres; os homens e as mulheres; os adultos e as crianças; os brancos e os negros ou indígenas; a razão e o sensível; a eficiência e a deficiência; a normalidade e o desvio etc.

As dominações e desigualdades estão na gênese da emergência climática e ambiental e elas atravessam também os modos como as populações são e serão impactadas.

Importantes reflexões e produções acadêmicas consistentes têm aparecido em relação a alguns desses grupos mais impactados, como é o caso de debates acerca do racismo ambiental, ou da fundamental articulação entre a pauta ecológica e a pauta antirracista. Entretanto,

ainda é escassa a produção sobre como a crise ambiental afeta diretamente as infâncias.

Os estudos sociais da infância vêm chamando a atenção para a geração como um dos eixos de dominação das sociedades ocidentais contemporâneas, ao lado de gênero, raça, classe. As crianças compõem uma categoria minoritária clássica, como afirma Jens Qvortrup: não são minoria numérica, mas política. As crianças não governam, não votam e não dão voto; as cidades não são planejadas considerando a presença desse segmento populacional; suas vozes nos mais diversos espaços são pouco captadas e consideradas. Os piores indicadores sociais atingem principalmente as crianças, especialmente negras e indígenas. Os termos criança ou infantil são usados com frequência de forma pejorativa associados a outros grupos minoritários. Como lembra Castro (2008), as crianças são de longe o grupo social mais regulado e governado. Aos adultos cabe protegê-las, guiar o seu agir. Se necessário, até castigar, "para o seu próprio bem" (o bem de seu futuro adulto).

Historicamente, as crianças estiveram à margem, silenciadas, invisibilizadas e/ou desqualificadas nas diferentes práticas sociais, e inclusive nas ciências. E tais exclusões com frequência foram justificadas por uma necessidade de proteção, de mantê-las afastadas dos perigos do mundo. Com algumas exceções, as crianças e a infância não se constituíram como tema de estudo das disciplinas que compõem as ciências sociais e humanas. Elas eram vistas como um objeto de estudo menor ou tema de interesse apenas para os estudos, na psicologia ou nas ciências da saúde, sobre desenvolvimento humano; em outras palavras, sobre como crianças tornam-se adultos. Predominantemente, o foco era/é o futuro adulto, havendo pouco interesse na vida presente das crianças. Esconder as crianças numa espécie de "limbo analítico", diz Jens Qvortrup, impediu pesquisadores de se atentarem às macroforças, que são da mais alta importância para as condições de vida das crianças.

Assim, o adultocentrismo também impede que as questões de interesse das crianças tenham relevância de fato. Apesar da aprovação pela ONU, em 1989, da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, ter provocado uma inscrição mais incisiva da infância na agenda internacional de preocupações públicas, problematizações como as de Rosemberg e Mariano (2010) alertam que a agenda de direitos das crianças tem enfocado predominantemente questões e problemáticas relacionadas à "situação de risco" e à violência (tais como trabalho infanto-juvenil; gravidez na adolescência; meninos de rua; abuso sexual) e sido direcionadas a grupos específicos (crianças e famílias pobres e "desviantes"). Em que pese a inquestionável relevância do enfrentamento dessas problemáticas, as autoras problematizam que questões mais estruturais que atingem a infância têm passado ao largo dessa agenda e que a dramaticidade que as problemáticas associadas às crianças suscitam tem servido mais aos interesses de adultos. As autoras também salientam que, a despeito do reconhecimento da cidadania das crianças, elas ainda são visibilizadas como pertencentes unicamente à esfera doméstica, como uma responsabilidade da família e, assim, mantidas distantes da política e da arena pública.

Portanto, as crianças, fazem parte de um segmento com grande dificuldade para sair da invisibilidade acadêmica e política, inclusive no que diz respeito ao superaquecimento global, que as atinge tão intensamente. Não se fala por exemplo de "adultocentrismo ambiental". Mesmo quando se discute a importância de uma ecologia decolonial, a dimensão geracional costuma ser esquecida.

Crianças e adolescentes fazem parte do grupo mais atingido (no presente) pela crise ambiental, além de terem em sua expectativa de vida adulta que lidar com as consequências das ações das gerações anteriores de adultos.

Como se vê, a justiça intergeracional atravessa a justiça ambiental. Assim, esta investigação (em andamento), indaga: de que modo o adultocentrismo, inclusive epistemológico, tem a ver com os modos predatórios de habitar o planeta? Que éticas podem, de fato, considerar "os melhores interesses das crianças"? Como podemos incluir as crianças no debate político sobre crise ambiental?

Para tanto, está sendo atualizado até 2025 o banco de dados com o levantamento de artigos brasileiros que relatam pesquisas com crianças nas áreas de antropologia, educação, psicologia e sociologia. Tal banco de dados abarca o período de 2000 a 2018 e foi elaborado para pesquisas de doutorado (Prado, 2014) e pós-doutorado (Prado, 2019), que tinham como objetivo investigar como a participação de crianças nas pesquisas vem sendo incorporada no Brasil e a partir de quais cuidados éticos. O banco de dados com os artigos acadêmicos será ampliado para uma quinta área, a geografia, dada a sua relevância tanto para os estudos da infância quanto para a temática ambiental. Assim, o que se propõe com o trabalho é discutir como as pesquisas brasileiras têm incorporado a escuta e a participação de crianças nas discussões sobre meio ambiente e emergência climática. Quais os desafios encontrados e quais as recomendações propostas? Quais crianças são escutadas? De que maneiras os temas da ética e da justiça intergeracional aparecem em tais pesquisas? Como adultocentrismo e antropocentrismo se articulam nessa produção?

Referências

Castro, Lucia Rabello. A politização (necessária) do campo da infância e da adolescência. Rev. psicol. polít., São Paulo, v. 7, n. 14, dez. 2007.

Ferdinand, Malcom. Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho. São Paulo: Ubu, 2022.

Guattarri, Felix. As três ecologias. Campinas: Papirus, 1990.

Haraway, Donna. Ficar com o problema: fazer parentes no Chthuluceno. São Paulo: n-1 Edições, 2023.

Krenak, Ailton. Futuro ancestral. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

Mbembe, Achille. A comunidade terrestre. Lisboa: Antígona, 2024.

PRADO, Renata L. C. A participação de crianças na pesquisa acadêmica brasileira das ciências sociais e humanas. Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

Rolnik, Suely. Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada. São Paulo: N-1, 2018.

ROSEMBERG, Fúlvia; MARIANO, Carmem L. Sussel. A Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança: Debates e Tensões. Cadernos de Pesquisa. v. 40, n. 141, p. 693-728, set./dez. 2010.

Narrativas políticas e brincadas em território-infância: o que crianças de Fortaleza-CE inscrevem em nossos corpos-pesquisadora-poroso

Mariana de Sousa (UFC), Érica Atem Gonçalves de Araújo Costa (UFC), Brenda Ponte Fonseca (UFC), Stefani Baima de Sousa (UFC), Maria Eduarda D'Almeida Santos Ysla; (UFC), Ruan Victor Monte da Silva (UFC)

As infâncias, sobretudo aquelas que pulsam nas bordas, nas ruas, nos becos e vielas de territórios nomeados pela discursividade dominante como "quentes", transbordam as tentativas normativas e coloniais de captura. São produtoras de modos próprios de existir, de habitar o mundo e de fabricar sentido, ainda que constantemente nomeadas a partir da falta. Suas histórias não estão prontas nem dadas, tampouco repousam em uma linguagem domesticada. Elas se dizem, contam e recontam suas experiências no manchar da tinta, nas marcas de pés e mãos sujas de poeira nas paredes, nos gestos, nas brincadeiras, nos sons e nos silêncios que irrompem no cotidiano como resistências miúdas. É na desobediência ao traço, no desvio do esperado, que inventam cultura, linguagem, gesto. Colocar as crianças em primeiro plano, como protagonistas que nos marcam, nos deslocam e nos mobilizam a produzir tensionamentos ético-estético-políticos, é parte do gesto que aqui se propõe. Narrar essas infâncias é, portanto, habitar um campo de forças em que o dizer deve sempre estar implicado. A produção de narrativas sobre infâncias contemporâneas, especialmente em contextos periféricos, configura-se como um terreno de disputa epistemológica e micropolítica sobre os modos de existência e subjetivação. Os discursos hegemônicos, ancorados em ideais normativos de desenvolvimento, moralidade e branquitude, constroem uma imagem higienizada e idealizada do "ser criança" (branca, urbana, de classe média), silenciando e excluindo outras formas de viver, brincar, sentir e existir. Compreender a infância como construção social (MARCHI; SARMENTO, 2017, p. 256) implica disputar essas narrativas, exigindo práticas de escuta atentas à multiplicidade e à diferença. Diante disso, este trabalho propõe refletir sobre políticas de narratividade expressas na escrita dos diários de campo do projeto de extensão "Maquinarias: Infâncias em Invenção", compreendendo-os como práticas ético-estético-políticas que desafiam as formas hegemônicas de representação da infância periférica. O projeto de extensão Maquinarias, vinculado ao Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violência, Exclusão Social e Subjetividade (VIESES) — ambos pertencentes ao Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC) — propõe um tensionamento entre a concepção universalizante de infância e os múltiplos modos de subjetivação que emergem nos territórios periféricos. Apostamos em uma ética de pesquisa implicada com infâncias ainda estigmatizadas ou capturadas por narrativas totalizantes. Coextensiva à experiência extensionista, a produção dos diários de campo se inscreve nesse campo de disputa, interessando-nos não apenas o que é dito, mas como se diz, o que se inventa, o que pulsa em gestos, silêncios e afetos. Interessa-nos, também, como as crianças participam da vida comum e da construção de seus territórios; como se dá a transmissão de saberes, tradições, e brincadeiras entre gerações; quais papéis e lugares sociais lhes são atribuídos — e como elas os tensionam. Escrever o diário é um gesto político de estar com as infâncias, implicado nas forças que as atravessam e interessado em co-produzir outras narrativas possíveis. Inspiradas na cartografia de Deleuze e Guattari, compreendemos a

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

narratividade como um agenciamento maquínico (SOARES; MIRANDA, 2009), em que o ato de narrar não apenas representa mundos, mas os fabrica. A escrita do diário de campo, nesse contexto, mais do que uma ferramenta de registro, opera como um dispositivo de intervenção. A forma como se escreve, os estilos escolhidos, os focos e a linguagem adotada produzem efeitos políticos e subjetivos. Passos e Barros (2009) ressaltam que a clínica e a pesquisa não devem ser compreendidas como capturas de uma verdade sobre o outro, mas como dispositivos que engendram narrativas atravessadas por agenciamentos múltiplos. Técnicas como entrevistas e observações operam como máquinas produtoras de enunciações, nas quais participantes e pesquisadores se tornam peças de um arranjo coletivo. O que aparece como "dado" é, na verdade, efeito de um campo de forças em que se conjugam afetos, saberes e posicionamentos. Narrar é assumir uma posição, uma política de narratividade que, como aponta Foucault (2013), e ressoando com as epistemologias do sul, se configura como micropolítica das relações de poder. Aqui, a implicação do pesquisador é entendida não como uma escolha metodológica pontual, mas como uma postura ética e afetiva contínua, que compromete o corpo inteiro na escuta e na escrita. Com base na noção de experiência porosa de Rolnik (2006), entende-se que os encontros produzem não apenas registros, mas atravessamentos. O pesquisador, poroso ao mundo, torna-se superfície de passagem, composição e reverberação. Nesse processo, o diário de campo se apresenta como uma prática estética que acolhe a multiplicidade de vozes presentes no encontro com as crianças e com o território. A escrita se dá, portanto, como uma narrativa polifônica, no sentido bakhtiniano, em que diversas vozes, da criança, do pesquisador, da rua, da brincadeira, da escuta, da ausência, se entrelaçam sem se submeter a uma lógica única ou hierarquizada. Trata-se de um campo de experimentações narrativas em que a implicação do pesquisador não apaga o outro, mas se produz com ele, compondo com a diferença, abrindo brechas para invenções. Essa polifonia se dá tanto no conteúdo quanto na forma: a linguagem vacila, hesita, dança entre o poético, o sensível e o político, provocando deslocamentos no próprio modo de narrar. O diário performa a experiência, reconfigura e reinventa a vivência como forma de resistência e cuidado. A escrita torna-se escuta expandida, sustentando o risco e o atravessamento do encontro. Essa política de narratividade instiga o pesquisador a experimentar novos modos de contar e de se implicar no mundo. Nesses traçados, lançamos como questão que nos move: como a escrita dos diários de campo, esse gesto de bordar o vivido com linhas de afeto, pode operar como política de narratividade capaz de afirmar a multiplicidade pulsante das infâncias periféricas e resistir às formas duras e hegemônicas de representação? Metodologicamente tem-se a cartografia como ethos na prática de pesquisa-intervenção, cujo campo de análise se ancora na experiência de cinco anos de atuação do projeto, especialmente na comunidade de Nova Canudos, no Grande Bom Jardim (Fortaleza-CE). Foi nesse território que acompanhamos a constituição do coletivo Invenções das Crianças de Nova Canudos (COSTA, E. et al., 2021, p. 321). Os encontros quinzenais, realizados no Centro de Cidadania e Valorização Humana, envolvem oficinas, brincadeiras e criações artísticas com crianças e adolescentes de 5 a 17 anos. São nesses encontros que os diários ganham corpo, compondo-se não apenas com os acontecimentos, mas com os afetos, sensações e silêncios que se presentifica nos entretempos do cotidiano. Micropoliticamente, Nova Canudos é atravessada por forças sociais e econômicas que a inscrevem sob o signo da vulnerabilidade. A pobreza, a violência e a ausência de políticas públicas eficazes marcam o cotidiano da comunidade. Ainda assim, essas infâncias seguem produzindo vida, instaurando brechas, reinventando-se e reinventando o mundo. Como proposta para a discussão dos resultados, propomos a apresentação de fragmentos do diário de campo não enquanto meros registros do vivido, mas como dispositivos que instauram narrativas atravessadas por uma dimensão estética, ética e política

da experiência. Entendemos a experiência como o próprio corpus deste trabalho, uma movimentação viva que nos impele a radicalizar a composição escrita-narrativa. A escrita, então, torna-se um gesto ético-estético de afirmação de uma política da narratividade, na qual experimentações com linguagem, imagens e fragmentos processuais se articulam como uma brincolagem inter(in)ventiva. Fragmentos de falas das crianças são incluídos conforme emergem nas atividades, compondo um discurso coletivo, movente e situado. Essa construção se dá por escolhas éticas e epistemológicas que nos atravessam nas discussões coletivas dos diários de campo, onde nos lançamos em confrontos polifônicos que expressam a multiplicidade vibrante das vozes extensionistas. Nesse sentido, defende-se que o diário de campo, mais do que um documento sobre crianças, constitui-se como uma escrita com elas — uma co-composição de mundos em que palavras e gestos se entrelaçam em devires, abrindo espaços para outras formas de habitar e pensar a experiência. Radicalizamos, então, nossa discussão: seriam as crianças também autoras dessas narrativas? Poderíamos radicalizar ainda mais esse processo e devolver a elas o que escrevemos sobre elas, ler com elas o que vemos e como vemos? Como sustentar um processo em que a palavra da criança não seja apenas ilustrativa, mas fundante do texto e da escuta?

REFERÊNCIAS

COSTA, E.; PAIVA, G.; FREITAS, I.; BEZERRA, M.; NUNES, P. Do Serviluz à Nova Canudos: (com)passos de uma pesquisa-intervenção nos territórios das infâncias periféricas. In: BARROS, J.; RODRIGUES, J.; BENICIO, L. (org.). Violências, desigualdades e (re)existências: cartografias psicossociais. Fortaleza: s.n., 2021.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir. São Paulo: Leya, 2013.

MARCHI, Rita de Cássia; SARMENTO, Manuel José Jacinto. Infância, normatividade e direitos das crianças: transições contemporâneas. Educação & Sociedade, Campinas, v. 38, n. 141, p. 951-964, out./dez. 2017.

PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides de. Por uma política da narratividade: pistas do método da cartografia, pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Rio de Janeiro: Sulina, 2009.

SOARES, Leonardo Barros; MIRANDA, Luciana Lobo. Produzir subjetividades: o que significa? Estudos e Pesquisas em Psicologia, v. 9, n. 2, p. 408-424, 2009.

O Trabalho Infantil na Região Administrativa de Pedro Afonso do Tocantins

Mellyssa Viana Gloria (UFT), Ana Cristina Serafim da Silva (UFT)

Introdução: O Trabalho Infantil é uma questão complexa e multifacetada que deve ser analisada sob uma perspectiva histórica, considerando a evolução dos valores sociais e dos sistemas de produção. O trabalho infantil não é um fenômeno recente na história da humanidade, mas se torna mais evidente com a Revolução Industrial. O surgimento do comércio e da indústria provocou uma nova divisão do trabalho, simplificando tarefas, criando hierarquias e alterando funções, o que abriu espaço para a inclusão de pessoas sem formação. Essas condições facilitaram a entrada de crianças em diversos setores da produção (Ariès 1995; Del Priore, 2007). Trabalho infantil é definido como qualquer atividade econômica realizada por crianças ou adolescentes menores de 16 anos, exceto na condição de aprendiz a partir dos 14 anos (Silvia e Duarte, 2020). Para proteção legal, considera-se adolescente trabalhador quem tem entre 16 e 18 anos e aprendiz quem está entre 14 e 18 anos, conforme a Emenda Constitucional nº 20 de 1998. É fundamental ressaltar que é proibido que menores de 18 anos realizem atividades noturnas, perigosas ou insalubres (FNPETI, 2018). O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), criado pela Constituição de 1988 e pela Lei n. 8.069/1990, visa garantir os direitos das crianças e adolescentes, incluindo a proibição do trabalho infantil. Apesar de ser um avanço legislativo, o ECA ainda é insuficiente para proteger plenamente esses direitos, especialmente em relação ao trabalho precoce. Apesar de a legislação assegure direitos, na prática, ela não os efetiva adequadamente, com silenciamentos e naturalização do trabalho infantil, inclusive por quem deveria proteger. A concretização dos direitos humanos é lenta no Brasil, onde as desigualdades e a exclusão econômica e social são marcantes. A inserção precoce no mercado de trabalho provoca diversas formas de sofrimento subjetivo, expressas por meio de dores físicas e psicológicas, medo constante, humilhações e até assédio sexual (Alberto et al., 2010).O trabalho infantil, especialmente em setores informais e nas ruas, acentua a discriminação e viola direitos humanos fundamentais, comprometendo o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social de crianças e adolescentes (Brasil, 1991). A transição da infância para a vida adulta em crianças e adolescentes de famílias pobres ocorre de maneira acelerada, pois começam a trabalhar muito cedo. O trabalho infantil é uma forma de examinar a construção social da infância e adolescência na sociedade. Essa análise revela que essa questão está relacionada à classe social, evidenciando que um grupo significativo permanece exposto aos riscos do trabalho (Silvia e Alberto, 2022). O trabalho infantil causa sérios prejuízos à escolarização e ao desenvolvimento físico, emocional e neurológico das crianças e adolescentes (Silvia e Pereira, 2013). Ele provoca transtornos de crescimento, danos musculares e neurológicos, envelhecimento precoce e pode gerar distúrbios de comportamento. Ademais, compromete a construção da identidade e a adaptação às mudanças tecnológicas e sociais, tornando a criança mecanizada e limitada às tarefas para as quais foi adestrada (Alberto et al., 2006a). Existe uma falta de conhecimento sobre o tema e, nas principais cidades do Estado, não existem registros oficiais dessa violação, o que contribui para o aumento dos índices de trabalho infantil. Objetivo: Esta pesquisa teve como objetivo identificar as características do trabalho infantil, analisando as principais atividades laborais de crianças e adolescentes, traçar seus perfis e jornadas de trabalho, bem como as implicações na saúde, desenvolvimento e educação na região de Pedro Afonso do Tocantins, que inclui os municipios de Bom Jesus do Tocantins, Centenário, Itacajá, Itapiratins, Pedro Afonso, Recursolândia e Santa Maria do Tocantins. A pesquisa se conecta ao GT 12 e ao Eixo 06 ao evidenciar violações de direitos das crianças e adolescentes e a fragilidade da rede de proteção. Enfatiza a falta de dados e protocolos, alinhando-se à proposta de uma psicologia social crítica comprometida com os direitos humanos das infâncias vulneráveis. Metodologia: Para realização desta pesquisa,

foi efetuado um levantamento e contato com todas as instituições das cidades. De (50) instituições contatadas, apenas (16) concordaram em participar respondendo o formulário. Entre elas estão: Conselho Tutelar, CRAS, CREAS, CMDCA, Secretaria Municipal da Saúde, Secretaria Municipal da Educação e Secretaria Municipal de Assistência Social. Para a coleta de dados, foi empregado um questionário contendo perguntas abertas e fechadas, visando caracterizar o trabalho infantil na cidade com base nas informações fornecidas pelas instituições. A segunda parte do formulário buscou captar a percepção dos atores sociais. O software MAXQDA foi empregado para a organização e categorização dos dados, e a análise foi realizada por meio da Análise de Conteúdo Temática de Bardin (1970). Resultados/ Conclusões: A análise foi segmentada em três categorias com o propósito de detalhar de maneira mais precisa o perfil das crianças e adolescentes, sendo elas: Caracterização do trabalho infantil a partir dos dados; Caracterização do trabalho infantil a partir da Percepção dos atores sociais e Encaminhamentos/ações da instituição. A análise das respostas com base na primeira categoria, que aborda a caracterização do trabalho infantil a partir dos dados da instituição, revela que as instituições carecem de dados sobre o trabalho infantil. Dentre as 16 instituições que responderam, nenhuma possuía dados a respeito do trabalho infantil. Conforme Rodrigues (2013), em diversos municípios, as instituições do CMDCA encontram casos de trabalho infantil, mas não os reportam ao Ministério Público do Trabalho devido à falta de denúncias. Essa situação é agravada pela naturalização do trabalho infantil na sociedade, resultando em subnotificação e escassez de registros (Silvia e Alberto, 2022). Na segunda categoria, relacionada à categorização do trabalho infantil a partir da percepção dos atores sociais, 38,5% dos entrevistados relataram ter visto crianças e adolescentes em situações de exploração laboral, realizando diversas atividades, como caixa de supermercado, vendedor ambulante, entre outros, evidenciando uma contradição nas informações. Há uma predominância de meninos em situação de trabalho em comparação às meninas (Alberto et al., 2010). As atividades de trabalho ocorrem em áreas rurais e urbanas, com turnos diurnos e noturnos. As faixas etárias afetadas variam de 6 a 12 anos e de 13 a 15 anos, com a raça parda sendo a mais representativa (Silvia e Pereira, 2013). Na terceira categoria sobre Encaminhamentos/ações da instituição, cerca de 33,3% dos entrevistados afirmaram conhecer um protocolo de atendimento para crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil. As iniciativas incluem o Programa de Jovem Trabalhador, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e o apoio ao Conselho Tutelar em campanhas informativas, como palestras, distribuição de folhetos, anúncios em redes sociais e rodas de conversa nas escolas. Consoante as respostas fornecidas pelos atores sociais no formulário, corroboradas pelos dados das instituições envolvidas e pelas percepções dos participantes da pesquisa, constatou-se uma contradição nas informações fornecidas pelas instituições. Enquanto os dados da instituição indicam que não possuem nenhum registros de trabalho infantil, 38,5% dos atores sociais relataram já ter presenciado crianças e adolescentes em contextos de exploração laboral. Assim, a caracterização do trabalho infantil na região administrativa de Pedro Afonso do Tocantins é baseada na percepção dos atores sociais, e não nos dados que chegam na instituição. Os dados da pesquisa mostram que, apesar dos avanços legais, o trabalho infantil ainda é recorrente em diversos municípios da região, comprometendo a saúde, educação e desenvolvimento das crianças, e evidenciando a vulnerabilidade social enfrentada por elas.

Referências:

ALBERTO, Maria de Fátima Pereira et al. O trabalho infantil na rua. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, v. 13, n. 1, p. 59-71, 2010.

ARIÈS, P. História social da criança e da família. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1995.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente/ Lei 8.069; Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Ministério da Educação. Brasília: MEC, 2005.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Casa Civil, 1988. Disponível em: . Acesso em: 12 nov. 2012.

DEL PRIORE, Mary (Org.). História da criança no Brasil. 6.ed. São Paulo: Contexto, 2007.

FNPETI, Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador. Disponível em http://www.fnpeti.org.br/biblioteca/ver/511-conceitode-trabalho-infantil.html. Acesso em 14 de fevereiro de 2018.

RODRIGUES, J.F.M. Trabalho infantil: Manual de atuação do Conselho Tutelar. Brasília: Ministério Público do Trabalho. Procuradoria do trabalho da 3ª Região/MG, 2013.

Silva, A. C. S. (2018). O trabalho infanto-juvenil em oficinas mecânicas e lava a jatos no Tocantins. Trabalho (Em) Cena, 3 (3) 100-114. DOI: 10.20873/2526-1487V3N3P100.

SILVIA, A.CS. Trabalho infantil: a invisibilidade desse cenário no Tocantins. Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia, v. 17, n. 1, 2024.

SILVA A. C. S, DUARTE, R. P. L. (2020). O trabalho infantojuvenil e a ausência de dados: percepção da rede de proteção. Barbarói, (57), 65-87.

SILVA, A. C. S., PEREIRA, J.S. O trabalho infanto-juvenil na agricultura no município de

Tocantinópolis .Trabalho & Educação, Belo Horizonte, v.22, n.2, p.55-69, set./dez.2013.

SILVA, Ana Cristina Serafim da; ALBERTO, Maria de Fátima Pereira. The silencing and naturalization processes of child labor in Brazilian society. Trends in Psychology, [S.l.], v. 30, p. 1–21, 2022. DOI: https://doi.org/10.1007/s43076-022-00189-0.

"Qual a finalidade disto?" – Uma Psicologia contra-hegemônica e seus desafios na rede pública de ensino

Nayane Berti Xavier (UNIFAAT), Amanda Bassani (UNESP)

O resumo "'Qual a finalidade disto?' - Uma Psicologia contra-hegemônica e seus desafios na rede pública de ensino", tem por objetivo relatar a experiência dos desafios enfrentados pelas autoras em sua atuação profissional em uma escola da rede pública do município de Assis, interior de São Paulo. O relato aborda parte das atividades de campo do estágio de ênfase em Psicologia Social realizadas pela UNESP Campus Assis em 2024.

Nessa escola, realiza-se um trabalho pedagógico que utiliza livros como instrumentos mediadores, a partir de atividades específicas conduzidas por duplas de estagiários do grupo de Estágio anteriormente citado (Guizelim Simões; Junqueira de Souza, 2011). Essas práticas têm como objetivo a construção de conteúdos significativos e o desenvolvimento das funções psíquicas superiores nos alunos, almejando a apropriação dos conteúdos dos livros como forma de transformação da personalidade das crianças (Davidov; Márkona, 2019), em encontros semanais de 50 minutos cada.

Ao longo do estágio eram eleitos materiais literários para trabalhar com as crianças, assim, a temática das religiões de matriz africana foi trabalhada pelas autoras com o apoio do livro "Minhas Contas" (Antônio, Luiz. Cosac & Naify, 2008) ao longo de dois encontros de 50 minutos cada. A atividade foi planejada e conduzida por duas alunas do quinto ano do curso de Psicologia e realizada em uma turma do 5º ano do Ensino Fundamental.

O objetivo desta produção é descrever a tentativa de construção de um diálogo sobre religiões de matriz africana com uma turma do 5º ano do Ensino Fundamental, utilizando o livro como recurso pedagógico disparador. Além disso, pretende-se refletir sobre a reação do corpo pedagógico diante da abordagem do tema.

Este relato se relaciona diretamente com o eixo temático e grupo de trabalho escolhido, uma vez que, ao partir da perspectiva histórico-cultural, visa compreender e refletir acerca dos atravessamentos que perpassam as infâncias presentes no contexto escolar público brasileiro. Fica nítido tanto na prática quanto em sua análise que as percepções infantis são amplamente atravessadas pela visão de mundo dos adultos ao seu redor, sejam seus familiares ou a escola, e como isso afetará sua relação com o mundo e até perpetuar condutas violentas contra os direitos humanos.

Portanto, os questionamentos levantados pela proposta do GT, sobre a construção das narrativas de vida das crianças, a transmissão de vivências e saberes e o acesso à cultura como direito humano, estão diretamente relacionados à essência deste relato. Esses temas fundamentam e legitimam a inserção deste trabalho neste grupo, pois dialogam com as experiências vividas (ou não) pelas crianças e com a proposta central do GT.

As teorias que guiaram a construção deste trabalho são da vertente Histórico Cultural, que se entrelaça à uma psicologia social e crítica na construção do entendimento da subjetivação de um sujeito histórico-cultural.

Nesse sentido, levou-se em conta nos estudos teóricos as concepções de significado socialmente aceito e produção de sentidos de Leontiev (2021), juntamente da atividade de estudo, metodologia sistematizada por Davidov e Márkona (2019). Enquanto para a atuação prática, atentou-se à atividade de leitura, abordada por Guizelim Simões e Junqueira de Souza (2011) e a estruturação sobre

as diferentes formas de racismo, que têm como referência Lélia Gonzalez (2020).

Efetivou-se uma análise reflexiva, articulando teoria e prática, das informações coletadas nas experiências de um estágio em psicologia em uma escola de ensino fundamental, com alunos do 5º ano.

Utilizou-se de livros como ferramentas para um ensino reflexivo, instigando a participação ativa dos alunos no processo de apropriação do significado socialmente aceito e a produção de sentidos (Leontiev, 2021), articulando estratégias de conexão entre o livro e saberes previamente constituídos, demandando inferências a respeito do conteúdo discutido, a visualização da história contada, questionamentos dirigidos ao texto, sumarização do que foi abordado no mesmo e uma síntese do que se produziu em cada atividade de leitura (Guizelim Simões; Junqueira de Souza, 2011).

Nessa configuração, lê-se inicialmente o livro que foi escolhido anteriormente tendo como base o que se pretende dialogar e desenvolver com as crianças. Ao longo da leitura, enfatiza-se a partir de perguntas e assinalamentos das estagiárias o que se quer colocar em foco naquele encontro, orientando a discussão por intermédio de um planejamento.

Assim, para trazer a tona as percepções que as crianças tinham sobre religiões de matriz africana e ter a possibilidade de trabalhar possíveis ideais racistas que lhes foram ensinados optou-se por introduzi-los a história de Nei, uma criança candomblecista, através do livro "Minhas contas" (Antônio, Luiz. Cosac & Naify, 2008).

No primeiro encontro, foi realizada a leitura do livro seguida de um espaço aberto para que as crianças pudessem compartilhar suas percepções e reflexões sobre a narrativa. No segundo encontro, uma das estagiárias levou suas próprias contas, colares conhecidos como guias no contexto da umbanda, e os apresentou às crianças, promovendo um bate-papo sobre a temática abordada.

Essa abordagem buscou estimular o diálogo, o respeito à diversidade religiosa e a construção coletiva de conhecimento (Freire, 2021), além de possibilitar pautar o medo e receio apresentado pelas crianças no primeiro encontro, como ponto de partida para a explicação do racismo estrutural do país (Gonzales, 2020).

Visando abarcar as formas explicitadas por Gonzalez (2020) de racismo ideológico, estrutural e institucional, pautou-se nas dúvidas trazidas para que a estagiária trouxe-se o contraponto de sua experiência dentro da sua prática religiosa, relatando como vivencia e lida com a sua fé dentro da umbanda.

Ao compartilhar sua trajetória e elucidar aspectos simbólicos e culturais das guias e dos orixás, a dupla de estagiárias buscaram desconstruir estigmas e preconceitos, promovendo um espaço de diálogo aberto e respeitoso, que fosse um espaço seguro para as percepções das crianças. Dessa forma, a atividade contribuiu para ampliar a compreensão da turma sobre a diversidade religiosa, ao mesmo tempo em que problematizou manifestações de racismo presentes no cotidiano escolar e social.

Ambos os encontros fluíram de maneira respeitosa e despertaram não só questionamentos como admiração no grupo, que aproveitou a oportunidade para dividir suas percepções individuais e também explorar o material levado para o encontro.

A realização da atividade de exposição do livro se deu de forma satisfatória com as crianças - algumas se sentiram confortáveis, inclusive, de compartilhar suas próprias experiências com a religião da Umbanda, mesmo que o fizessem de forma reclusa, direto às psicólogas, por receio de represália de alguns colegas de sala. Já com o corpo docente e a gestão da escola, houve ressalvas. As profissionais foram chamadas na sala da direção para

"prestar contas" sobre o caráter pedagógico da atividade, e ouviram questionamentos de cunho "Qual a finalidade disto?", tendo que discorrer sobre a intenção e metodologia utilizada na apresentação da obra e da temática trabalhada. Neste contexto, viu-se uma gestão que não cedeu mais de um olhar para outras atividades extremamente preocupada e atenta àquela que visa trazer uma religião não convencional aos seus olhos. Após explicarem a atividade, foram orientadas a "tomar cuidado" com a exposição do tópico, com a justificativa de que os pais da comunidade eram rígidos e metódicos em relação aos assuntos apresentados às crianças.

Contudo, a maior questão com a atividade não veio dos alunos e sim do corpo pedagógico, conforme descrito anteriormente. Neste contexto, além da contestação acerca da finalidade e moralidade da atividade executada com a turma, uma das estagiárias teve um atravessamento ainda mais particular, considerando que sua própria religião foi questionada e rotulada como, na percepção da escola, inapropriada para as crianças.

Chega- se a constatação, portanto, da existência de uma intolerância por parte da escola sobre a exposição de temas que fogem à lógica social vigente. Cabe o questionamento de por quê, para uma instituição em teoria transformadora e educadora, ensinar, refletir e abordar princípios e fé, não sendo eles convencionais, é considerado perigoso às crianças. Faz-se imprescindível, portanto, a não subjugação da prática psicológica mediante as demandas do imaginário social hegemônico, a demanda conservadora de certos pais e consequentemente da instituição escolar.

Perante esta realidade, surge o questionamento - Como a psicologia social, ao se inserir nas escolas, pode atuar a partir de uma postura contra-hegemônica e crítica, considerando que isto pode implicar em uma vinculação fragilizada com a gestão da instituição e com os pais da comunidade?

Em conclusão, através de uma ótica subversiva e psicossocial, este trabalho imerge no debate da problematização da postura conservadora das instituições escolares na produção de subjetividades adeptas ao funcionamento neo-liberal que aprisiona e marginaliza identidades e vivências não hegemônicas, e busca, além da troca de vivências e saberes, construir, junto ao grupo de trabalho, novas perspectivas de atuação e existência nessas instituições e territórios.

Rap na Floresta: Cultura, Juventude e Resistência no Interior do Amazonas

Bárbara Chaves Bentes (UFAM), Gabriel Augusto Pinheiro Ozaki (UFAM), Consuelena Lopes Leitão (UFAM)

No interior do Amazonas, acontecem diversas violências. O RAP, como constituinte das performances de resistências, está presente na vida de crianças e adolescentes que lutam e resistem a diversas violações de direitos durante o cotidiano. O objetivo do presente relato é apresentar a atuação do projeto Maria Jiquitaia nas comunidades do interior do estado (Tefé, Uarini e São Francisco de Aiucá) e como a prática de extensão integrou ensino e pesquisa ao utilizar o RAP como uma das ferramentas de intervenção inserida nas vivências destas comunidades, bem como o forró de beiradão, o funk e o brega. O RAP surge como uma ferramenta que utiliza metalinguagem como interpretação de dimensões políticas, socioeconômicas, ideológicas e culturais, através da promoção de reconhecimento e de identificação nas falas e letras que compõem as músicas do gênero (ALVES; CONRADO NEVES SATHLER; LOPES, 2020). Através desses recortes, o RAP atua como agente de acesso aos direitos básicos, assegurando a democratização do acesso à cultura e cuidados — nesse contexto, os direitos humanos de crianças e adolescentes. Levando em consideração as vivências observadas durante o trabalho nas comunidades, criamos e desenvolvemos uma oficina utilizando o RAP como estratégia de formação de vínculo e interação com as crianças, na prática de prevenção à violência sexual. Criado a partir do Hip Hop, a oficina de RAP sobre açaí foi uma iniciativa dos alunos extensionistas do curso de Psicologia da Universidade Federal do Amazonas, que criaram um RAP como ponte introdutória de uma oficina sobre a prevenção da violência sexual em São Francisco de Aiucá. A oficina foi baseada em cenário, psicodrama (MORENO, 2016) e Teatro Experimental do Negro, e usa o RAP sobre açaí para criar uma atividade que integra a cultura local com a criatividade e a expressão artística, como rapport, e também como troca de linguagem artística e cultural no campo da psicologia comunitária.

A oficina foi realizada em São Francisco de Aiucá e Uarini, município e comunidade ribeirinha localizada no Amazonas, onde a fruta açaí é uma parte importante da cultura e da economia local. Juntamente a esse fator cultural, um ritmo corporal foi criado pelos extensionistas, usando apenas a batida dos pés e das mãos. Através do ritmo e da letra improvisada, criou-se uma melodia.

A oficina teve como objetivo principal criar um espaço de expressão e criatividade para as crianças da comunidade, onde elas pudessem aprender sobre a importância da prevenção da violência sexual. Sendo a violência sexual a violação de direitos que mais atinge crianças no Amazonas (Tavares, 2024), reforça-se a importância de políticas de proteção e projetos de extensão voltados para todas as infâncias. Dessa forma, utilizamos o RAP como ferramenta para trabalhar com as crianças, incentivando-as a criar rimas e letras que refletissem sua experiência sobre o açaí e a comunidade. Durante a oficina, as crianças aprenderam sobre a prevenção da violência sexual e a importância do açaí na cultura local. O processo de criação foi acompanhado pelas professoras de graduação e pós-graduação e pelos alunos extensionistas, que ofereceram orientação e apoio às crianças. A oficina foi um processo de encontro dos alunos de graduação com a comunidade e a cultura local. As crianças participantes na escola participaram da ação na escola em Aiucá, na escola em Uarini, e depois foi reproduzida na rua com colagem de lambe em Uarini.

A experiência mostrou que o RAP pode ser uma ferramenta cultural popular para trabalhar com crianças e jovens, incentivando a criatividade, a expressão artística e a conscientização sobre a cultura local e a prevenção de

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

violência (DA SILVA, 2016). Além disso, a oficina também proporcionou uma oportunidade para os alunos extensionistas aprenderem sobre a cultura local e a importância do açaí na comunidade. Eles puderam observar como a fruta é uma parte da vida das pessoas da comunidade, e como ela é utilizada em diferentes contextos. O açaí faz parte das tecnologias de criação de subjetividades e das estratégias de cuidados e afetos.

A experiência da oficina de RAP sobre açaí em São Francisco de Aiucá e Uarini demonstrou a importância da integração entre a Universidade e a comunidade, e como as atividades de extensão podem ser uma ferramenta para promover a criatividade, a expressão artística e a conscientização sobre a cultura local. Através das músicas e das interpretações, foi possível enxergar que os corpos resistem por meio das conexões, do alívio da ansiedade e da abertura de novos vértices. Foi possível conhecer novas formas de criação de vínculo que cabem — e deveriam estar presentes — nas psicologias atuais. Portanto, quando se fala em psicologia social comunitária, se fala em um conjunto de práticas que visam à promoção de políticas públicas e acessibilidade por meio de ferramentas cotidianas. O RAP, assim como os diversos gêneros musicais supracitados, se mostrou mais do que eficaz durante a realização da oficina, trazendo diversas interações, reafirmando e concluindo que o RAP é uma ferramenta pedagógica que, além de cultura, também possui a funcionalidade de educar, construir ideais e colaborar com práticas como a prevenção de violência sexual contra crianças e adolescentes.

Tecer o Cuidado em Redes que (Des)amparam: Interseccionalidade e Violência Sexual nas Infâncias e Juventudes

Nicole Corrêa de Moraes Zortéa (UFSC), Caroline Flores Zanin (UFSC), Roberta Rodrigues Silveira (UFSC), Tatiana Minchoni (UFSC), Apoliana Regina Groff (UFSC)

O presente trabalho se propõe a relatar a experiência da atuação profissional em psicologia, vinculada à uma Residência Multiprofissional em Saúde, junto à um ambulatório de atendimento à crianças e adolescentes que sofreram violência sexual (VS), e as implicações e entraves no encaminhamento destas para a continuidade do cuidado pela Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Nessa perspectiva, conforme a Resolução nº 258 de 2024, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), a VS contra essa população é entendida como qualquer ação que as obrigue a participar ou presenciar relação sexual ou outro ato de caráter sexual, incluindo também a exposição do corpo em imagens ou vídeos, através de meios digitais ou não, e abrange situações como exploração sexual com fins comerciais, tráfico de pessoas e abuso sexual. Por esse viés, através de dados do DATASUS e do Boletim Epidemiológico (Volume 54, n.º 8, 2024) - ambos do Ministério da Saúde - com o recorte de sexo, raça e faixa etária, nota-se que as notificações de VS ocorrem, majoritariamente, com pessoas do sexo feminino e na fase da infância e juventude. Durante o período de 2015 a 2021, o número de casos notificados de VS contra o público de 0 a 19 anos no país foi de 202.831, com prevalência do sexo feminino (86,1%) e da raça negra (56,6%). Com relação ao período de 2022 a 2024, considerando a população em geral, manteve-se a predominância do sexo feminino (89,0%) e da raça negra (58,7%), e o número de notificações envolvendo a faixa etária de 0 a 19 anos totalizou 156.507, representando o equivalente a 73,4% em comparação às notificações do público em geral. Apesar dos períodos citados não possuírem a mesma duração (6 anos - 2015 a 2021; 3 anos - 2022 a 2024), a análise evidencia um aumento expressivo nas notificações de VS nos últimos anos. Vale ressaltar que, em todos os anos, a preponderância dos casos envolveu a idade de 10 a 14 anos. Mesmo com o cenário alarmante, é fundamental destacar que há subnotificação de casos de VS no Brasil, portanto, estes dados são estimativas, não representando todos os existentes. Ao demonstrar um crescimento nos índices de VS, que acometem principalmente meninas na infância e juventude, faz-se urgente abordar a temática, pensando em sua relevância social e científica. Diante do exposto, a literatura tem apontado a associação entre VS e sofrimento psíquico intensificado, que podem resultar em quadros de Depressão, Transtorno do Estresse Pós-Traumático, Transtorno de Ansiedade Generalizada e comportamentos suicidas. Tanto na experiência profissional das autoras, quanto na literatura, observa-se que os fatores de proteção - que engloba a rede de apoio efetiva, vínculos familiares fortalecidos, acompanhamento em saúde mental, medidas judiciais, entre outros - reduzem de forma significativa os agravos na saúde mental das crianças e adolescentes. Tendo em vista o que foi abordado, há serviços de saúde, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), que prestam assistência às pessoas que sofreram VS, nas seguintes modalidades: Atenção integral às pessoas em situação de violência; Atenção Ambulatorial; Interrupção Legal da Gestação; e Coleta de vestígios. A partir disso, enquanto profissionais atuantes de um dos Serviços Especializados de Referência da Saúde - específico para atendimentos na Atenção Ambulatorial a crianças e adolescentes que sofreram VS - de uma cidade do Sul do Brasil, percebe-se que é indispensável debater a continuidade do cuidado pela RAPS. Este Serviço - situado em um Hospital - integra uma Rede Intersetorial, própria do município, que envolve

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

a Secretaria de Saúde, Assistência Social, Segurança Pública, Secretaria da Educação e Conselho Tutelar. O objetivo desta Rede é de acolher, atender e acompanhar integralmente as pessoas em situação de VS e suas famílias. Nesse aspecto, a função deste Serviço Especializado é de realizar atendimento multiprofissional nas primeiras 72h de exposição à violência, que inclui: o acolhimento humanizado; registro em prontuário; exames clínicos e ginecológicos; contracepção de emergência e profilaxias; acompanhamento social e psicológico; agendamento ambulatorial para seguimento por no mínimo 6 meses; contrarreferência para cuidado compartilhado com a Atenção Primária em Saúde (APS) e/ou na alta; e encaminhamento à RAPS. No que diz respeito à atuação psicológica, há neste Serviço a disponibilidade de uma agenda com quatro horários semanais para atendimento psicológico individual voltado à esta população, realizado conforme: a singularidade de cada situação e possibilidades da família, que considerem também seu contexto sócio-econômico; e o espaço disponível e adequado para os atendimentos. Esses atendimentos podem ser alterados e/ou ampliados mediante viabilidade por parte de outros profissionais, frequentemente sendo estes residentes. Vale destacar que, apesar de existirem outros 3 Serviços Especializados no município, este é o único que atualmente consegue realizar atendimento psicológico durante o período mínimo de acompanhamento (6 meses), podendo ser ampliado quando preciso, o que expõe os desafios enfrentados na rede quanto à escassez de profissionais e de carga horária disponível para abarcar as demandas, além de fluxos pré-estabelecidos. No Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (2013), é apontada a necessidade de considerar a dimensão multidimensional da VS, que abarca aspectos relacionados a cultura, economia e a dimensão psicossocial, e não podem e nem devem ser respondidas apenas por uma instituição ou política pública. O Plano aponta a importância da universalização do acesso das crianças, adolescentes e suas famílias às políticas públicas de forma integral e intersetorial. Nessa lógica, os serviços de saúde também atuam na movimentação do fluxo da rede de proteção - em muitos casos, sendo a porta de entrada na rede - especialmente a partir da implementação das notificações compulsórias. Como discutido acima, o acompanhamento ambulatorial especializado em atendimento à situações de VS, realizado na Atenção Hospitalar, demanda ser ampliado por estratégias de cuidado nos territórios onde os sujeitos circulam e produzem os modos de viver em seu cotidiano. Entretanto, é identificada uma falta de protocolos norteadores dos serviços da rede e uma ausência de investimentos na capacitação profissional, bem como uma demora no atendimento de referência e uma descontinuidade do acompanhamento. Por este viés, a corresponsabilização do cuidado em rede é essencial e previsto em diversas políticas que compõem o SUS, como na Portaria nº 3.088/2011, que institui a RAPS. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) prevê que é dever dos profissionais, da família, do Estado e da sociedade civil atuar na garantia dos direitos e da proteção integral desse público. Historicamente foram empregados esforços na construção de uma rede de cuidados e de proteção que dê conta de suas particularidades, incluindo uma atuação intersetorial. No que diz respeito às nuances da temática da VS, apesar de o município em questão contar com uma rede específica, ainda é necessário pensar na mobilização da rede intersetorial, essencialmente no que tange à continuidade desse cuidado. A literatura mostra que a maioria dos casos de exposição a VS contra crianças e adolescentes ocorre no contexto familiar, o que ressalta a importância do acompanhamento territorial, que no âmbito do SUS ocorre pela APS. Em função disso, cabe a reflexão: quais são os marcadores que atravessam os corpos mais expostos à essa vivência? Como está ocorrendo o acesso aos serviços e a continuidade do cuidado às crianças e adolescentes em intersecção com estes marcadores sociais? Nesse sentido, e longe de trazer respostas, o trabalho dialoga com o tema do GT a partir do debate em relação à vivências de crianças e

adolescentes em intersecção com classe, raça e gênero e seus contextos. Tendo o recorte geracional como central nas análises, busca-se, portanto, fomentar a discussão sobre as infâncias e juventudes, que na contemporaneidade exigem uma visão que ultrapasse a lógica do desenvolvimento humano e seja situada pelas dimensões socioambientais, culturais, étnico-raciais, socioeconômicas, políticas, históricas e de gênero. Assim, para que a rede possa tecer um cuidado às infâncias e juventudes verdadeiramente integral e compartilhado, necessita-se pensar nas interseccionalidades envolvidas nesse fenômeno, através de uma abordagem decolonial, problematizando como os contextos de desigualdades sociais, culturais, econômicas e étnicas se entrecruzam e operam em conjunto. Nesta ótica, somente através dessa análise das realidades infanto-juvenis, considerando suas complexidades, a rede intersetorial pode atuar como principal mecanismo na garantia dos direitos humanos. Pode-se, assim, buscar ampliar e qualificar as políticas públicas que visem garantir um futuro digno para as crianças e adolescentes, e que perpassam também pelo fortalecimento da RAPS, para que, além de realizar acolhimento, esta consiga prestar assistência e acompanhamento à população que sofreu VS. Isto posto, sem escuta sensível e atenta para a saúde mental, e articulação com a RAPS para um acompanhamento longitudinal, esse futuro corre risco de não acontecer. Assim, amparar as infâncias e juventudes, dar suporte psicossocial nos diferentes contextos e territórios de vida, não é tão somente cuidar do presente, mas também, e principalmente, possibilitar um futuro.

Vivendo-brincando-sonhando com infâncias negras: experiências com um coletivo de crianças em Fortaleza-CE

Brenda Ponte Fonseca (UFC), Érica Atem Gonçalves de Araújo Costa (UFC), Mariana de Sousa (UFC), Stefani Baima de Sousa (UFC), Maria Eduarda D'Almeida Santos Ysla (UFC), Ruan Victor Monte da Silva (UFC)

No presente trabalho, refletimos, a partir da experiência de extensão, como se constroem e persistem os sonhos de crianças negras pertencentes a um coletivo composto por crianças e adolescentes. Ao abordar a questão dos sonhos, procuramos relacioná-la à subversão de normas instituídas sobre o que se espera dos corpos periféricos. Estas discussões são um recorte das problematizações em torno da atuação do projeto de extensão universitária Maquinarias: Infâncias em Invenção, vinculado ao Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violência, Exclusão Social e Subjetividade (VIESES), ambos ligados ao departamento do curso de Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). O projeto atua em parceria com o coletivo Invenções das Crianças de Nova Canudos, formado por crianças e adolescentes entre 6 e 17 anos, negros, estudantes de escola pública e moradores da periferia de Fortaleza, no Ceará. As ações extensionistas se inspiram na pesquisa-intervenção cartográfica, sendo constante a escrita de diários de campo e debates coletivos de cenas/acontecimentos. Esses registros referem-se aos encontros quinzenais realizados no Centro de Cidadania e Valorização Humana (CCVH), envolvendo crianças e extensionistas-pesquisadoras. Deste modo, o projeto possibilita a insurgência de questões que possibilitem desacomodar as relações entre infância(s) e Psicologia Social, a exemplo do nosso interesse em torno dos sonhos de crianças negras.

No Brasil, crianças e adolescentes representam 26,8% da população. Dentre eles, 36,6% são brancos e 54,9% são negros. Além disso, observa-se que crianças e adolescentes negros correspondem a 75,2% dos que vivem com até um quarto de um salário mínimo, revelando a profunda desigualdade racial e socioeconômica que atravessa essa faixa etária. Por fim, a taxa de homicídios entre crianças e adolescentes negros é mais de três vezes maior do que entre brancos: para cada 4,3 vítimas brancas, há 14,7 vítimas negras. Os dados acima extraídos do Cenário da Infância e Adolescência no Brasil 2024 (Fundação Abrinq, 2024) evidenciam que crianças negras são expostas precocemente à violência. Neste trabalho, compreende-se que esta exposição tem raízes coloniais e racistas, encontrando novas roupagens em políticas de vulnerabilização e de extermínio. Essa violência produz modos de subjetivação que operam no governo do pleno, livre e digno viver-sonhar de crianças negras. Além do apagamento de idealizações às crianças negras, em que direção se dá a produção de um tipo de sonho para essas crianças?

Em contextos de precarização da vida e de produção sistemática da morte, as vidas de crianças negras, que são majoritariamente periferizadas, são pré-definidas por práticas de saber-poder que legitimam um estado de necropolítica. Mbembe (2018) afirma que a soberania se manifesta na capacidade de determinar quais vidas são valorizadas e quais podem ser descartadas, expressando a relação entre os processos de colonialismo, de políticas de controle social e da criação do estatuto de mortos-vivos impostos a pessoas negras e periferizadas. Pensar em como esses processos atravessam infâncias negras, duplamente vulnerabilizadas por marcadores sociais geracionais e raciais, é urgente. Como consequência desse cenário, procuramos problematizar como o exercício do sonhar de crianças negras é constantemente e cruelmente

minado, na medida que aos seus corpos são reservados lugares pré-instituídos que reforçam lógicas neocoloniais.

Durante os encontros da extensão com as crianças são promovidas oficinas, conversas e brincadeiras que expressam discursos, opiniões e anseios das crianças participantes do coletivo. Para a produção deste trabalho, atentamos às cenas que evidenciam enunciações das próprias crianças e que incidem no campo dos sonhos, ou seja, na abertura para imaginar possibilidades, bem como a expressão de desejos e ambições. Em um fazer COM, interessa-nos como as crianças do coletivo Invenções percebem a si mesmas e às suas possibilidades de futuro, buscando tensionar se visualizam como possível o exercício do sonhar. Este trabalho dialoga com teóricos que se debruçam sobre negritude e relações étnico-raciais, articulando-se à Psicologia Social, aos estudos decoloniais sobre as infâncias e à Esquizoanálise. A partir disso, algumas perguntas emergem: às crianças negras é permitido sonhar? Qual é a potência do sonho de uma criança negra? Essas crianças se reconhecem enquanto dignas de esperançar futuros para si? Por fim, a sociedade brasileira sonha com essas infâncias vivas e ocupando os espaços que almejam?

Frente a esse cenário inóspito, o projeto Maquinarias e o coletivo Invenções cultivam solos férteis para que as crianças se reconheçam enquanto sujeitos ativos e políticos, demonstrando que não se deixarão docilizar pelas expectativas de mortificação de seus sonhos. As enunciações feitas durante os encontros ressoam em frases como: “eu quero ser médico”, “isso aí (o acesso à universidade) é de graça?” ou “vou ser policial, ou então bombeiro”. Além disso, suas formas de existir – especialmente no contexto de suas culturas de pares – revelam um fortalecimento da autoestima na medida em que se apropriam de símbolos estéticos e culturais popularizados entre crianças e jovens negros. Dessa forma, visualizam futuros possíveis e promissores, construindo pertencimento e identificação por meio de inspirações e referências compartilhadas.

As enunciações das crianças nos encontros, em meios às atividades lúdicas e artísticas, instituem condições de possibilidade para a questão dos sonhos mesmo que não as interroguemos diretamente. Fazem-nos em como dialogam com a pergunta “o que você quer ser quando crescer?”, bastante territorializada no encontro adulto-crianças, e que pode ter repercussões diversas, quando interseccionalizada aos marcadores raciais e territoriais. Os Novos Estudos da Infância dissertam que esta frase desconsidera que a criança já é, no presente, um ser ativo e completo, e que reforça uma lógica adultocêntrica de visualizar a criança enquanto um ser ainda em formação, um vir a ser algo (no caso, um adulto). Mas e quando essa pergunta se direciona a crianças negras? Em uma sociedade na qual crianças negras e periferizadas são lidas enquanto periculosas e desimportantes, instaura-se um cenário de guerra no qual esses corpos se veem obrigados a disputar por dignidade. Contudo, trata-se de uma luta injusta. O Estado visualiza crianças negras em uma posição de inferioridade, fixando-as em arquétipos racistas (Fanon, 2020) que limitam suas possibilidades de existir no mundo. Como dizer que essas crianças são visualizadas como um adulto porvir se persistem as evidências de que não são vistas enquanto merecedoras de perspectivar, de sonhar um futuro? Relacionando com as pontuações de Mbembe (2018) e Foucault (2005), é possível pensar que as políticas de morte extrapolam a ocorrência de uma morte física, alcançando também uma morte social, o que implica nos processos de estigmatização que perpassam a existência dessas infâncias.

Os efeitos nos modos de subjetivação são alienantes, já que crianças negras podem passar a crescer não só construindo percepções deturpadas de si mesmas, minimizando suas próprias capacidades e adotando discursos pessimistas e fatalistas, como também sem a segurança de referências que estimulem nelas o exercício de esperançar futuros para si. As subjetividades negras são também constituídas sobre o véu do racismo

estrutural que assola o Brasil desde o seu início: seus modos de expressão subjetivos, estéticos e artísticos são aprioristicamente lidos enquanto marginais e errôneos, de maneira que seus destinos estariam previamente traçados aos lugares determinados pela superioridade social e política da branquitude, o que leva não só a processos discriminatórios e segregacionistas, mas a práticas de extermínio. Nessa perspectiva, o sonhar surge como uma prática de resistência frente a uma realidade que hostiliza e cerceia crianças negras. Indo na contramão de um maquinário que se sustenta em detrimento da dignidade de crianças negras, são esses mesmos corpos que incessantemente pulsam resistência. Para além do lugar da falta no qual são fixados pela branquitude, seus corpos se presentificam enquanto força, energia, potência e excelência, o que se reflete nas práticas e materialidades produzidas pelas crianças do coletivo Invenções.

O entrelace entre o adultocentrismo e o racismo submetem infâncias negras a uma condição de subalternização desumanizadora (Carvalho & Souza, 2021), na medida em que seus discursos são deslegitimados e invisibilizados. Infâncias negras estão sonhando sobre si, sobre o mundo e sobre quem amam. Contudo, a sociedade, os adultos e as gerações mais velhas estão sonhando-as? Faz-se imprescindível construir condições propícias para que suas expressões de ser-estar-sonhar no mundo sejam impulsionadas e para que seus corpos sejam cuidados e valorizados. Enquanto a hegemonia de lógicas eurocêntricas, desenvolvimentistas, neoliberais, coloniais, heterocisnormativas, adultocêntricas e racistas cristalizam esses sujeitos em parâmetros supostamente universais e normativos, essas infâncias convocam a Psicologia a uma prática ética, plural, territorializada e interseccional, que navegue na contramão de um epistemicídio colonialista e que assume como compromisso plantar coletivamente o futuro que pertence a infâncias negras por direito. Que crianças negras possam viver e sonhar em um mundo que as acolha e seja catalisador de suas inventividades.

GT 13: EDUCAÇÃO, PESQUISA E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Coordenação: Fábio Alves Gomes (UEA), Wanda M. Junqueira Aguiar (PUC-SP), Luciana de Oliveira Rocha Magalhães (UNITAU)

A Atividade Organizadora de Pesquisa-Formação (AOPEF) como Estratégia Metodológica de Inteligibilidade do Real

Saulo Vieira (UVA), Ana Ignez Belém Lima (UECE), Sandra Maria Soeiro Dias (UVA), Raíssa Vitória Ribeiro Barbosa (UVA)

Com a intenção de dar visibilidade à dimensão subjetiva que constitui o real, sabendo que é na atividade com o outro, no processo de satisfação das necessidades que o homem se compõe, utilizando-se da linguagem e do pensamento na sua relação com o mundo (BOCK e AGUIAR, 2016), percebemos a necessidade de enveredar por pesquisas que contenham elementos colaborativos, cuja maneira investigativa carrega em si a coletividade e a contradição para dentro de seus pressupostos de atuação. Para tanto, iniciamos um trabalho de reflexão, ainda em curso de elaboração, por meio de experiências de nossos grupos de pesquisa (PSIHCSME -UECE e GEPSI/THC-UVA), para organização de atividades de pesquisa em Educação, que teriam como fundamento teórico-metodológico as bases da Pedagogia Histórico-Crítica e da Psicologia-Histórico-Cultural que, por sua vez, possuem suas raízes no Materialismo Histórico-Dialético. Utilizamos esse breve relato para expor a maneira de trabalho que consideramos uma possibilidade singular de provocar a construção de informações cujos resultados não se limitam à empiria dos sujeitos, mas, também, de reflexões realizadas durante a formação. A ideia não é "somente" coletar dados, mas, também, produzir subsídios, proporcionar formação e pensar em possibilidades de trans/formação dos participantes e/ou até mudanças em seus contextos sociais por meio de atividades que mobilizem o pensamento, construam novos sentidos e significados, requeiram uma ruminação do olhar ante a realidade e promoção de uma micro-revolução na busca da solução de problematizações, tendo como foco a organização de atividades de pesquisa-formação que constitua o aparecimento dos núcleos de significação. Dessa maneira, o nosso relato dialoga perfeitamente com o GT13 na formulação de conhecimentos favoráveis na produção de condições e possibilidades à transformação na luta de classes e contra a manutenção do status quo por meio da apropriação, transmissão e produção do conhecimento. Denominamos esse conjunto de conjecturas e estratégias, presentes em uma única ou em diversas pesquisas integradas, como: Atividade Organizadora de Pesquisa-Formação – AOPEF, um arcabouço que se constitui por princípios da lógica dialética, de modo a possibilitar que os sujeitos sejam vistos como participantes/colaboradores, discutam acerca da planificação mais próxima possível da essência do real, mediados por uma problemática, interagindo significados, com o objetivo de compreender um determinado objeto e estabelecer uma significação do grupo, formar conceitos e fazer proposições que possibilitam soluções para o problema que motivou a pesquisa. É atividade organizadora porque não ocorre de maneira espontânea por parte dos sujeitos, mas, sobre a base de adequadas condições de organização e orientação: expõe a priori os elementos essenciais da ação da pesquisa educativa; seus iniciais objetivos; apresenta uma agenda das primeiras ações; motiva a sua efetivação com provocações realizadas pelo/s pesquisador/es mais experiente/s (supostamente com os conceitos e uma práxis mais

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

sofisticada) com suporte nas necessidades que os sujeitos/participantes apresentam como resultado de seus primeiros encontros ou até mesmo de um estudo exploratório; e realiza a mediação do grupo de participantes para que as ações individuais sejam providas de significado e sentido na divisão de trabalho do coletivo. Há de se enxergar o pesquisador principal como um organizador da situação social de pesquisa, articulador de um projeto intencionalmente direcionado para formação, desenvolvimento e possibilidades transformativas por meio do processo que vai do empírico ao concreto pela mediação do abstrato em um trabalho coletivo. A AOPEF fundamenta-se no conceito de Atividade Significada (AGUIAR; MACHADO, 2016), onde os sujeitos constroem significações a partir das interações sociais e do enfrentamento de problemas reais. Essa perspectiva é apoiada pelas contribuições de Leontiev (1978), avigorando que a atividade é intencional e motivada pela necessidade de transformação. Outro conceito fundamental na AOPEF é da Espiral de Significações, representando um ciclo contínuo de produção e apropriação do conhecimento. Esse processo ocorre em três grandes etapas: Ativação e Reafirmação das Necessidades – Inicialmente, os sujeitos resgatam suas experiências e identificam problemáticas, motivados por atividades de provocação e reflexão; Aprofundamento e Síntese – Os participantes confrontam seus conhecimentos prévios com conceitos científicos, realizando análises dialéticas e interpretações das informações coletadas. Ampliação e Produção de Proposições – A pesquisa culmina na formulação de estratégias didático-pedagógicas, promovendo transformações tanto no pensamento dos sujeitos quanto nas práticas educacionais. Esse modelo não linear favorece retomadas e avanços, respeitando as contradições e dinâmicas do conhecimento. Nossos estudos nessa estratégia teórico-metodológica iniciaram-se a partir de uma rede de colaboração entre instituições acadêmicas, incluindo a Faculdade Salesiana Dom Bosco (FSDB) e a Universidade Estadual do Ceará (UECE), por meio do Laboratório de Estudos da Aprendizagem, Subjetividade e Saúde Mental (LADES). Essa estrutura possibilitou a articulação entre formação docente e produção científica, oferecendo condições para a realização de nossa primeira pesquisa nesse modelo. Uma Tese de doutoramento que buscava compreender os sentidos e significados da vulnerabilidade social docente no contexto de formação continuada de professoras/professores da rede pública municipal de ensino de Manaus, tendo em vista, a formulação de proposições em direção a um processo didático-pedagógico de ações transformadoras dessa formação e constituição da práxis docente. Nesta primeira experiência tivemos como participantes vinte professoras/es das Séries Iniciais do Ensino Fundamental, atuantes em escolas de comunidades periféricas de Manaus. O estudo foi conduzido em encontros organizados, como dinâmicas conversacionais, utilizando a Espiral de Significações para abordar as problemáticas das instituições e das comunidades em que trabalhavam. Procedimentos como entrevistas individuais e atividades em grupo foram utilizados para aprofundar a análise da subjetividade dos sujeitos. Para sistematizar os registros, foram utilizados: Diário de campo – Para documentar diálogos, reflexões e análises dos participantes, e; Gravações em áudio e vídeo – Permitiram a transcrição dos encontros e garantiram transparência metodológica. A análise foi realizada com base nos Núcleos de Significação, seguindo o exemplo de Aguiar e Ozella (2006, 2013, 2015, 2018), que permite apreender as mediações dos significados não aparentes para sua dimensão concreta. O procedimento envolve três etapas: Identificação de Pré-Indicadores – Leitura sistemática das falas, buscando expressões recorrentes e sua carga emocional; Articulação de Indicadores – Organização dos conteúdos temáticos por similaridade, complementaridade e contradição; Sistematização dos Núcleos de Significação – Síntese dos conteúdos, articulando sentidos individuais e significações coletivas. Esse processo permitiu que o estudo fosse além da análise discursiva, revelando a dimensão subjetiva da

formação docente e suas relações com as práticas educacionais. Além disso, a Espiral de Significações possibilitou a identificação das transformações no pensamento e na ação das/os professoras/es, conforme Vigotski (2007), que destaca a importância da análise de processos, nexos internos e ações fossilizadas na investigação. Assim, a AOPEF vem demonstrando, tanto na pesquisa exemplificada, como na continuidade dos estudos realizados pela PSIHCSME - UECE e GEPSI/THC – UVA, ser um processo ativo para integrar formação profissional e pesquisa científica, promovendo a produção de conhecimento crítico e a ressignificação da prática docente. Os estudos reforçam que a atividade de pesquisa vai além da simples coleta de informações, constituindo um processo de apropriação cultural e desenvolvimento subjetivo dos participantes. Permite que as/os professoras/es envolvidas/os se reconheçam como agentes de transformação em suas comunidades. Ao articular teoria e prática, a AOPEF consolida-se como um instrumento metodológico que favorece a emancipação intelectual dos sujeitos e contribui para o fortalecimento das estratégias de ensino crítico e dialógico.

A relação pai e filho no espectro autista: um estudo do filme Ocean Heaven com base na psicologia sócio-histórica

Iury Ravelly da Silva Paiva (UERN), Marílis Carla dos Santos Sousa (Unicatólica do Rio Grande do Norte), Júlio Ribeiro Soares (UERN)

Este trabalho analisa a relação entre pai e filho no espectro autista, a partir da obra cinematográfica Ocean Heaven (2010), dirigida por Xue Xiaolu. O filme narra a história de Wang, um pai diagnosticado com câncer terminal, e de seu filho Dafú, um jovem adulto no espectro autista que não possuía praticamente nenhum suporte e apoio, exceto o do próprio pai. A trama aborda o processo colaborativo entre pai e filho na tentativa de explicitar um desenvolvimento menos dependente do pai, considerando que este está em fase terminal.

O objetivo deste trabalho é compreender, à luz da Psicologia Sócio-Histórica, como se constitui a relação pai-filho no contexto do autismo, especialmente diante das múltiplas determinações sociais e históricas que atravessam suas vidas. Buscamos apreender, por meio de cenas selecionadas do filme, as significações construídas pelos dois personagens e de que forma as mediações presentes nessa relação contribuem para a constituição da subjetividade e para os processos colaborativos de desenvolvimento de ambos. O estudo também se propõe a destacar os impactos da estigmatização social, da ausência de políticas públicas e da falta de redes de apoio, compreendendo que não é possível isolar o indivíduo do social. A análise do filme, portanto, não exige apenas a atenção ao vínculo afetivo entre o pai e o filho, mas também às estruturas que determinam os limites e as possibilidades de Dafú existir com dignidade.

A escolha do eixo temático "Educação, Pesquisa e Transformação Social" do ENABRAPSO se dá tanto pela aproximação teórico-metodológica com a Psicologia Sócio-Histórica, quanto pela análise se propor a reflexões sobre a inclusão, a deficiência e o papel das mediações no desenvolvimento humano. A partir dessa perspectiva, compreender a relação de Wang e Dafú além de um exercício do pensamento analítico, é uma ação politicamente situada de compromisso ético-político e tensionamento de práticas sociais historicamente marcadas pela exclusão e marginalização de indivíduos que não se encaixam nos padrões hegemônicos de normalidade.

Adotamos a Psicologia Sócio-Histórica como referencial teórico nesta pesquisa, com destaque para as contribuições de Vigotski (2001, 2018, 2022) e Aguiar e Ozella (2013), pois reconstituímos a dimensão mediata por meio do pensamento analítico (Kosik, 1976). As categorias usadas como instrumentos intelectivos para a análise foram: Mediação, Vivência, Compensação e o par dialético Sentido e Significado. A categoria Mediação é entendida como centro organizador da unidade dos contrários, possibilitando a compreender as afetações do viver na relação do sujeito com mundo, constituídos dialeticamente (Aguiar; Ozella (2013). A vivência é entendida como o salto qualitativo da experiência, um processo ativo na produção de sentido que reorganiza a consciência e impulsiona o desenvolvimento do sujeito. Já o par dialético Sentido e Significado, possibilita a compreensão do pensamento que se realiza por meio da palavra, isso implica em adentrar às dimensões emocionais, sociais e históricas do sujeito. Por fim, Compensação e Menos-valia são fundamentais para compreender tanto os processos de marginalização que atravessam a vida de Dafú e de Wang, quanto as estratégias criativas de reorganização que possibilitam o desenvolvimento do filho na sua atipicidade.

Realizamos uma análise qualitativa de três cenas do filme, selecionadas por expressarem, de forma destacada, a

intensidade da relação entre pai e filho, os afetos, os conflitos e os processos de transformação vivenciados por ambos. As cenas analisadas foram: “O barco”, que retrata a tentativa desesperada de Wang em pôr fim à própria vida e à do filho; “A dúvida”, na qual Wang expressa sua angústia sobre o destino de Dafú após sua morte e “O sentido que nos une”, cena final do filme, que evidencia o desfecho do processo colaborativo entre pai e filho, inclusive no uso simbólico da tartaruga como signo externo que, ao ser internalizado por Dafú, amplia o acesso à lembrança do pai já falecido.

Os resultados apontam que apesar da marginalização, do capacitismo e da precariedade das instituições de apoio, a relação entre Wang e Dafú se transforma ao longo do filme. A tentativa de suicídio na primeira cena se converte em um processo colaborativo, no qual ambos constituem novas formas de pensar, agir e ser no mundo. Esse processo abriu espaço para que o filho pudesse se desenvolver ao ponto de não precisar ficar restrito ao comando do pai. Nesse contexto, o filho é ensinado a cozinhar, a utilizar transporte público e a trabalhar, considerando não apenas como aspectos funcionais, mas como uma ampliação das possibilidades em experimentar o mundo.

Nesse sentido, concluímos que a análise da relação entre pai e filho no espectro autista, quando realizada sob a ótica da Psicologia Sócio-Histórica, permite compreender concretamente que o desenvolvimento humano é potencializado em colaboração , atravessado por contradições sociais e históricas. Ainda que imersos em contextos de desamparo, desigualdade e precarização — como no caso de Wang e Dafú — os sujeitos podem ser resistentes e construir processos de compensação como forma de sobrevivência. No entanto, é cabido que essa resistência não se limite ao estancamento das “veias abertas” do sofrimento, mas que busque superar as condições que o produzem, convertendo-se em luta por dignidade e transformação social.

Isso implica deslocar o olhar do sujeito como portador exclusivo da dor, levando à responsabilização das estruturas sociais que produzem e sustentam a exclusão, o abandono e o desamparo. Reduzir o sofrimento a uma experiência individual não é neutro, mas trata-se de uma estratégia ideológica funcional a uma lógica neoliberal que desvia o foco das contradições históricas que o geram e transfere ao indivíduo – ou até mesmo à sua própria família – a responsabilidade por encontrar soluções onde faltam políticas públicas, transformando o abandono em desafio familiar e o cuidado em dívida familiar.

Nessa lógica, o sofrimento é reconfigurado como desafio íntimo, de sorte que o cuidado se torna uma dívida moral que recai sobre quem já está vulnerabilizado e sem amparo. Enquanto isso, a ausência de suporte político é naturalizada, o sofrimento é psicologizado e a exclusão se perpetua sob véu do esforço individual, de modo que a dignidade se assemelha a uma conquista de quem “merece” ao lutar por ela, e não a um direito inegociável de todos.

Bullying e ataques nas escolas brasileiras: uma análise crítica à luz da Psicologia Histórico-Cultural (Graduanda de Bacharelado em Psicologia)

Carine Souza Santos (UEFS), Mariana Lins e Silva Costa (UEFS)

Este trabalho faz parte da pesquisa integrada ao projeto "Ataques nas escolas brasileiras: análise crítica a partir da Psicologia Histórico-Cultural" da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), que propõe uma análise crítica do bullying nas escolas brasileiras analisando a partir da teoria supracitada. Justifica-se a proposição do trabalho devido à relação entre bullying e os ataques nas escolas, já que muitos dos autores dos ataques tinham o bullying como uma das justificativas que explicava suas ações (Vinha et al, 2023; Brasil, 2023). Nesse sentido, o estudo do bullying, desde seu histórico e conceito, se revela fundamental para a compreensão das violências nas escolas. Conforme o Relatório Oficial do Ministério da Educação (Brasil, 2023), tais ataques refletem a expressão mais trágica das violências contra as escolas, apresentando múltiplos fatores causais e implicações sociais profundas.

O objetivo desta comunicação é apresentar uma crítica materialista-histórica da maneira como o bullying é tratado nas publicações científicas. Por meio de revisão bibliográfica buscou analisar a definição hegemônica de bullying na literatura da Psicologia Escolar, especialmente a partir das publicações na Revista Psicologia Escolar e Educacional, levantando os principais autores citados e verificando a hipótese de esvaziamento conceitual do termo. O estudo se insere no Grupo de Trabalho (GT 13): Educação, Pesquisa e Transformação Social do evento, alinhando-se ao eixo temático Psicologia Social e Educação, por abordar as múltiplas formas de violência escolar e suas relações com o contexto social.

Bullying é um termo em inglês que deriva da palavra bully que significa valentão. O termo foi criado pelo psicólogo norueguês Dan Olweus a partir dos anos de 1970, segundo expõem Silva e Mata (2020). Na ocasião, chamou de bullying as ações de violência entre pares que ocorriam de forma repetitiva e tinham intenção de intimidar, humilhar e agredir, por meio de violência física ou psicológica. O termo nunca foi traduzido e acabou se tornando parte do cotidiano das escolas brasileiras.

Nesta pesquisa, busca-se problematizar o uso do termo bullying e sua função social na ocultação das diversas formas de violência que perpassam o cotidiano escolar. Observa-se que esse discurso é frequentemente utilizado para reduzir e, muitas vezes, desvincular o fenômeno de seus determinantes históricos, sociais e econômicos. Fazendo com que passe despercebido pelos profissionais da educação por ser compreendida como algo esperado na fase da adolescência e tido como uma brincadeira comum nas relações entre alunos.

Segundo dados do Relatório de Política Educacional do MEC (2023) e do Relatório Oficial (Brasil,2023) durante anos os ataques foram raros e de modo isolado, mas a partir de 2017 passou a ocorrer um aumento nos casos, decorrentes do copycat crimes (crimes imitados) dos ataques nos EUA, que é considerado o país com maior número de ataques a instituições de ensino, contabilizando 369 desde o massacre de Columbine até o final de maio de 2023. Foram identificados no Brasil, entre 2002 e 2025, o total de 49 ataques realizados por alunos ou ex-alunos da instituição, onde em sua maioria eram do sexo masculino, que se auto declararam brancos.

Na maioria dos casos, apresenta uma relação com comunidades de extrema direita que promovem discursos de ódio, especialmente aquelas ligadas ao supremacismo, ao racismo, à misoginia. Como ponto de identificação e de captura desses jovens nas comunidades virtuais que incitam a realização dos ataques, há o sentimento de ressentimento em relação à escola e ao sistema de ensino por não terem o acolhimento e problematização de seu sofrimento. Os ataques não são aleatórios, refletem fenômenos sociais e culturais, especialmente ligados à exclusão, ideologias extremas e precarização das relações escolares. O bullying aparece recorrentemente como

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

motivador declarado, mas não é causa isolada, ele se articula com o despreparo institucional e o discurso de ódio alimentado digitalmente.(Vinha et al, 2023).

Os estudos sobre os ataques nas escolas não explicam o conteúdo do bullying e essa característica é presente em muitos dos estudos que têm o bullying como objeto de trabalho. Bullying é uma forma de relação entre pares, mas qual seu conteúdo? Esse aspecto não é explorado pelas publicações e nem faz parte do cotidiano escolar. É primordial a ampliação do conceito de violência entre pares, pois é necessário que tenha seu conteúdo revelado, como por exemplo, assédio sexual, a misoginia, a discriminação contra LGBTQIA+, o racismo, o capacitismo e outras formas de discriminação. Todos esses fatores estão entrelaçados de forma significativa com a ocorrência do bullying, mas devido ao desconhecimento do seu conteúdo é impossível a sua identificação e compreensão.

Nesse sentido, é essencial retomar o bullying por aquilo que ele é: uma relação de violência física e/ou psicológica entre pares, pelo seu conteúdo e significado social, a fim de que seja possível acessá-las de forma mais diretiva e que deixe de ser invisibilizada. Em uma perspectiva marxista, essa investigação visa contemplar a dialética do fenômeno com a materialidade da vida, questionando a concepção individualizante do bullying, apontando os limites de suas explicações e propondo uma perspectiva que relacione o fenômeno aos seus atravessamentos sociais e culturais que corroboram nos ataques.

Essa violência entre pares reproduz as violências forjadas extramuros escolares e seu ocultamento faz parecer que esta é uma demanda unicamente escolar, quando na verdade se trata da reprodução da barbárie capitalista. Reconhecer as relações entre crianças e adolescentes como relações que podem ser violentas, orienta um alerta para o predomínio do modelo social individualista presente na sociedade capitalista que desconsidera o coletivo como essencial para as relações, e que promove essa hierarquização das relações entre as pessoas. Na escola não é diferente, é nela que os estudantes vivenciam diariamente relações hierárquicas e convivem com as diferenças e a igualdade. A escola é uma ferramenta social que tem contribuído para a normalização das diferentes formas de violências e a ocultação da sua origem, seja por não compreender o fenômeno ou por banalizá-lo.

A fundamentação teórica está ancorada na Psicologia Histórico-Cultural e em uma perspectiva marxista que considera a escola como espaço de reprodução das contradições do sistema capitalista. A partir de Barroco, Silva e Tada (2021) para uma leitura concreta da violência nas escolas é preciso considerá-la enquanto expressão da violência estrutural e social do capitalismo, destacando sua relação com os recentes episódios de ataques de extrema violência em escolas brasileiras.

Como resultados, a análise indicou que o termo, frequentemente naturalizado, tem sofrido esvaziamento conceitual, reduzindo a compreensão da violência escolar às suas manifestações mais visíveis e individuais, negligenciando suas raízes históricas, sociais e econômicas. Observa-se que o discurso sobre bullying contribui para uma visão limitada da violência escolar, o que pode favorecer a subnotiviolência e o aumento dos ataques nas escolas. Conclui-se que é fundamental ampliar a compreensão do fenômeno para incluir as dimensões estruturais da violência, relacionando o bullying às contradições sociais mais amplas presentes no capitalismo. Essa reflexão é essencial para a formulação de políticas educacionais e psicológicas mais efetivas no enfrentamento da violência escolar.

Palavras-chave: Violência escolar; bullying; psicologia crítica; ataques;

Referências Bibliográficas:

Barroco, Sonia Mari Shima; Silva, Graziela Lucchesi Rosa da; Tada, Iracema Neno Cecilio (Orgs.) (2021). Violência na escola: enfrentamentos à luz da Psicologia Histórico-Cultural. Porto Velho, RO: Coleção Pós-Graduação da UNIR - EDUFRO. 278 p.

Brasil. Ministério da Educação (2023). Ataques de violência extrema em escolas no Brasil: causas e

caminhos. Relatório de Política Educacional. Brasília: Ministério da Educação,

BRASIL. Ministério da Educação (2023). Ataques nas escolas no Brasil: análise do fenômeno e recomendações para a ação governamental. Brasília: Ministério da Educação.

Fante, C. (2005). Fenômeno bullying: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz. Campinas: Versus.

Olweus, D. (1993). Bullying at school: What we know and what we can do. Cambridge: Blackwell.

Tuleski, Silvana Calvo; Franco, Adriana de Fátima; Calve, Tiago Morales (2020). Bullying como expressão da incivilidade e barbarização das relações sociais sob a lógica do capital. In: Materialismo histórico-dialético e psicologia histórico-cultural: refletindo sobre as contradições no interior do capitalismo. Maringá: Editora Universitária EduFatecie. p. 365–393.

Da Homossexualidade Significada à Diversidade: Trajetórias LGBT e Formação Docente no Amazonas

Angelo Cabral Esperança (SEMED), Dr. Iolete Ribeiro da Silva (UFAM), Dr. Fábio Alves Gomes (UFAM)

O presente estudo realiza uma análise comparativa entre duas pesquisas defendidas na Universidade Federal do Amazonas, tendo como prisma a problematização dos discursos, práticas e políticas institucionais relacionadas à homossexualidade e à diversidade sexual nos processos de formação docente no contexto do Amazonas. A escolha do tema justifica-se pela necessidade de compreender como discursos e práticas sobre homossexualidade e diversidade sexual, historicamente construídos, influenciam a formação docente e a experiência escolar de pessoas LGBT. O estudo evidencia permanências, resistências e transformações em diferentes períodos, especialmente ao longo dos quatorze anos que separam uma pesquisa da outra. A sexualidade é aqui concebida para além de questões biológicas, como categoria sócio-histórica. Ela se constrói na interface entre discursos ideológicos, científicos, religiosos e culturais. Essas dinâmicas repercutem no âmbito escolar, legitimando ou negando experiências e vivências dissidentes. O objetivo central desta análise é confrontar os achados de ambas as pesquisas, evidenciando permanências e mudanças nos modos de produção, circulação e enfrentamento dos discursos sobre diversidade sexual no campo educativo. Com o foco sobre a formação inicial e continuada de professores(as). A pertinência do tema e sua relação com o Grupo de Trabalho 13 – Educação, Pesquisa e Transformação Social, está fundamentada na articulação entre pesquisa engajada, teorias críticas e psicologia social crítica. O texto também ressalta o compromisso com alternativas pedagógicas capazes de desafiar estruturas opressoras e promover práticas autogestionárias e emancipatórias, em consonância com o eixo temático. Para esta comunicação, foi adotada a análise comparativa qualitativa entre as duas investigações, como propõem Rihoux e Ragin (2009). O objetivo foi identificar convergências, rupturas e permanências entre discursos, práticas pedagógicas, políticas institucionais e experiências dos sujeitos ao longo do tempo. A dissertação de mestrado HOMOSSEXUALIDADE: OS SENTIDOS E SIGNIFICADOS PARA DOCENTES E DISCENTES DE CURSOS DE LICENCIATURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS (ESPERANÇA, 2009) e a tese de doutorado A ESCOLA QUE (NÃO) TIVE E O(A) ESTUDANTE QUE (NÃO) FUI: NARRATIVAS DAS TRAJETÓRIAS ESCOLARES DE PESSOAS LGBT E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES(AS) DE MANAUS/AM (ESPERANÇA, 2023), ambas financiadas pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas – FAPEAM, abordam, sob diferentes referenciais e contextos políticos, a centralidade da produção de sentidos e significados sobre homossexualidade, diversidade sexual e gênero. Também discutem as formas de enfrentamento da heteronormatividade nas práticas pedagógicas e políticas de formação de professores(as). Em relação à orientação teórica, a dissertação de Esperança (2009) fundamenta-se na psicologia histórico-cultural de Vygotsky (2000), nos conceitos de cultura de Geertz (1989), identidade de Hall (2005) e gênero de Scott (1990). Além disso, dialoga com Foucault (1994) e Bento (2006) sobre sexualidade, e com Louro (1997), Green (2000) e Trevisan (2007) no campo da educação e das sexualidades. A tese de doutorado (ESPERANÇA, 2023) adota como marco teórico-metodológico o materialismo histórico-dialético e a pedagogia histórico-crítica de Saviani (2021). Incorpora ainda a psicologia histórico-cultural e a teoria crítica de gênero e sexualidade, dialogando com Butler (1990, 2003), Louro (1997, 2008), Patto (1999), Dayrell (2001) e Carvalho et al. (2009). Essa base teórica é utilizada para

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

examinar dinâmicas de exclusão, resistência e reconhecimento no percurso escolar de sujeitos LGBT e suas repercussões na formação docente. Saviani (2021), em particular, ressalta que a educação não deve apenas reproduzir a ordem social. Ela deve atuar como instrumento de transformação e emancipação, conferindo à escola e à formação docente um papel ativo no enfrentamento das desigualdades. Quanto às estratégias metodológicas, a dissertação de Esperança (2009) empregou abordagem qualitativa e exploratória. Utilizou grupos focais e entrevistas semiestruturadas com oito docentes, sendo dois por curso e cinquenta e dois discentes dos cursos de Pedagogia, Letras, História e Educação Física. Foram também analisados documentos, como os Projetos Pedagógicos dos cursos, com ênfase na análise dialógica dos discursos. Já a tese de Esperança (2023) integrou um estudo mais amplo do Laboratório de Pesquisa em Psicologia do Desenvolvimento Humano e da Educação- LADHU, financiado pelo Edital Universal nº 01/2016. Utilizou entrevistas em profundidade com contou com 22 participantes LGBT maiores de 18 anos, todos matriculados ou com experiência em instituições de ensino, incluindo homens gays, mulheres lésbicas, pessoas bissexuais e transexuais, autodeclarados LGBT, conforme critérios éticos e de inclusão estabelecidos, ancoradas na análise narrativa de trajetórias escolares. Houve articulação com a revisão de documentos institucionais e políticas públicas, compondo um quadro amplo e crítico. Em relação aos resultados e conclusões, em 2009, evidenciou-se a predominância de discursos naturalizantes, patologizantes e moralizantes sobre a homossexualidade. Isso consolidou práticas pedagógicas omissas e um distanciamento institucional em relação à diversidade. Havia ausência de políticas educacionais estruturadas para o enfrentamento da homofobia e para a promoção da cidadania. A tese de Esperança (2023) insere-se em cenário de maior debate público sobre diversidade sexual e direitos humanos, anteriormente marcados por discussões ideológico, religiosas, neopentencostais, em contexto é marcado pela epidemia mundial de O SARS-CoV-2, Covid-19, pela negação da ciência, retrocessos por tensões decorrentes do avanço de agendas políticas neoconservadoras. Tais disputas são refletidas nas narrativas de estudantes LGBT. Suas histórias continuam marcadas por exclusão, violência simbólica e precarização da permanência escolar. Embora, em algumas narrativas identificaram-se práticas pedagógicas inclusivas que buscam superar paradigmas excludentes, mesmo diante de resistências institucionais e culturais. Entre as contribuições da análise comparativa, destaca-se a centralidade da escuta ativa das trajetórias LGBT para subsidiar processos formativos críticos. Ressalta-se também a necessidade de formação continuada pautada por princípios de justiça social e equidade, além da urgência do fortalecimento de políticas institucionais que promovam inclusão, acolhimento e dignidade para estudantes LGBT. Conclui-se que, no contexto do Amazonas, historicamente marcado por múltiplas desigualdades e silenciamentos, a construção de uma formação docente plural, democrática e antidiscriminatória depende do entrelaçamento entre marcos teóricos críticos, práticas pedagógicas emancipatórias e políticas públicas efetivas. Esses elementos são essenciais para transformar a escola em espaço de cidadania, justiça social e reconhecimento pleno da diversidade. Destaca-se, ainda, que a consolidação de políticas educacionais transformadoras exige acompanhamento contínuo para garantir sua efetividade. É estratégica a valorização das narrativas escolares como aportes epistemológicos críticos. Recomenda-se que essas narrativas sejam incorporadas aos processos formativos não apenas como denúncia, mas como elementos de reinvenção curricular. Considerar essas experiências como contribuições situadas e transformadoras é fundamental para reinventar o cotidiano pedagógico e estabelecer a escola como espaço de resistência ativa e inovação das práticas educativas.

Do Interior à Metrópole: Intercâmbio Interinstitucional e os Desdobramentos da Trajetória de Estudantes Amazônidas

Carla de Souza Costa (UFAM), Carla de Souza Costa (UFAM), Iolete Ribeiro da Silva (UFAM), Adria de Lima Sousa (UFAM)

Os programas de intercâmbio e mobilidade acadêmica possibilitam aos estudantes a experiência de vivências únicas a partir do contato com diferentes contextos e realidades com o potencial de propiciar a abertura de novas oportunidades e contribuir para transformações significativas. Com novas vivências adquiridas, o conhecimento assimilado por intercambistas constitui uma experiência acadêmica enriquecedora com a qual retornará a realidade e conjuntura a sua instituição de origem.

Tendo em vista que a maioria dos programas de intercâmbio e mobilidade acadêmica voltam-se para vivências no exterior e a internacionalização do ensino superior, o presente estudo visa analisar as narrativas de estudantes do interior do estado acerca de suas trajetórias acadêmicas a fim de compreender os impactos culturais, ambientais e sociais, sobretudo no que diz respeito a transformações socioculturais. Ao considerar a extensão territorial do estado do Amazonas e sua diversidade etnico-racial, tal experiência pode representar uma chance rara de vivência universitária.

Nesse sentido, esta pesquisa tem como objetivo central a análise da trajetória de estudantes de unidades da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) situadas no interior do estado, participantes de um projeto de intercâmbio no campus da capital. Assim, ao considerar as desigualdades educacionais e socioeconômicas além das dinâmicas territoriais do estado do Amazonas, torna-se fundamental descrever as experiências de intercâmbio desses estudantes e destacar as diferentes modalidades de intercâmbio e suas implicações na vida acadêmica, busca-se ainda apontar desdobramentos dessa experiência considerando os impactos socioculturais, acadêmicos e pessoais gerados a partir desta vivência universitária.

O estudo está ancorado em autores que discutem processos e experiências formativas e as construções subjetivas oriundas de tais vivências, respaldando-se nas teorias da abordagem histórico-cultural de Vigotski tendo em vista uma concepção holística e profundamente contextualizada apoiada nas concepções epistemológicas do materialismo histórico-dialético considerando sua ligação com perspectivas acerca de aspectos educacionais. Adicionalmente, a pesquisa também aborda perspectivas decoloniais

de forma que torna-se possível discernir e refletir acerca de aspectos inerentes às relações de poder remanescentes a uma herança colonialista que permanecem na contemporaneidade, contribuindo para significativas discrepâncias entre centros urbanos e regiões periféricas, afetando estudantes amazônidas no contexto da educação superior.

Do ponto de vista metodológico, a presente pesquisa possui caráter qualitativo, de cunho exploratório e interpretativo. Participaram desta pesquisa 7 estudantes de graduação, com idades de 21 a 37 anos, oriundos de diferentes campi no âmbito da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) localizados em municípios do interior do estado, que participaram de intercâmbio no campus da capital amazonense pelo período de duas semanas em Janeiro de 2023. A coleta de dados foi realizada através de entrevistas narrativas conduzidas em grupo focal gravadas e posteriormente transcritas para verificação e análise de temas, categorias e padrões comuns e diferenciadores aos participantes, possibilitando a

compreensão de significados e representações de maneira mais contextualizada a partir de uma interação coletiva (Gaskell, 2008).

Entre os resultados parciais, foi realizada a estruturação do referencial teórico em categoria de análise, a saber:

Intercâmbio, mobilidade acadêmica e suas modalidades: dá ênfase a diferentes modalidades de intercâmbio e evidencia o impacto da experiência pela perspectiva de Bourdieu (2003) que reconhece o valor de tais vivências atribuindo aos intercambistas um lugar de destaque no âmbito acadêmico e profissional ao mesmo tempo que compreende esse tipo de recurso como um reflexo de desigualdades existentes na estrutura da sociedade de modo que reproduzem-se as dinâmicas de poder e exclusão social. Da mesma forma, são abordadas as concepções de Vigotski acerca do desenvolvimento das funções mentais superiores a partir do ambiente sociocultural como elemento mediador influenciando na formação das capacidades cognitivas através de ferramentas simbólicas e das relações sociais.

Estudantes Amazônidas e suas Complexidades: discorre sobre o contexto da interiorização do ensino superior, destacando os desafios enfrentados por estudantes de localidades distantes dos centros urbanos. Apoiado em autores como Bento et. al. (2013), o eixo trata de discrepâncias estruturais e simbólicas que possuem efeito na trajetória de estudantes universitários, bem como os efeitos e dispositivos de enfrentamento dessas desigualdades.

Assim, esta pesquisa relaciona-se com a proposta do grupo de trabalho 13 “Educação, Pesquisa e Transformação Social” referente ao eixo temático “Psicologia Social e Educação”, ao propor uma análise crítica das experiências de estudantes do interior do estado do Amazonas em programas de intercâmbio, a partir de uma perspectiva comprometida com a transformação social. Fundamentada no materialismo histórico-dialético, na abordagem histórico-cultural de Vigotski e em perspectivas decoloniais, a presente pesquisa investiga os impactos culturais, subjetivos e acadêmicos dessas vivências, considerando as desigualdades territoriais, educacionais e socioeconômicas que atravessam o contexto amazônico. Ao valorizar as narrativas dos sujeitos e buscar compreender seus atravessamentos materiais e imateriais, este estudo adequa-se à proposta do referido GT ao entender os processos educativos como territórios de resistência e emancipação, desafiando as lógicas hegemônicas de internacionalização e produção de conhecimento.

Acredita-se que este trabalho, contribui para o aprofundamento das articulações entre Psicologia Social Crítica, educação popular e metodologias de pesquisa que rompem com a falsa neutralidade científica, reconhecendo a dimensão subjetiva da realidade como espaço estratégico para a construção de alternativas democráticas e emancipatórias.

Entre o futuro idealizado e o presente vivido: o que os jovens estudantes do ensino médio pensam que é um projeto de vida?

Mayara Floriani (UFSC), Yara Alexandre Reynaldo (UFSC), Arthur Durieux Lopes Destri (UFSC), Zuleica Pretto (UFSC), Daniela Ribeiro Schneider (UFSC)

Resumo

Este trabalho discute as compreensões de estudantes do Ensino Médio de uma escola pública localizada no sul do Brasil sobre o conceito de Projeto de Vida, a partir de escutas realizadas no âmbito da escola. Em um contexto recente de implementação do Novo Ensino Médio, o termo passou a figurar com maior destaque nas escolas, visto que passou a nomear um novo componente curricular, apresentado como elemento estruturante da formação discente. No entanto, observa-se um descompasso entre as formulações legais e curriculares e as experiências concretas dos(as) estudantes na maneira que compreendem e vivenciam esse conceito. Diante disso, a pesquisa se orienta pela seguinte pergunta-problema: como os estudantes do ensino médio compreendem o que é um projeto de vida e de que modo expressam essa compreensão? O objetivo do trabalho é compreender os sentidos atribuídos pelos(as) estudantes ao conceito de Projeto de Vida. Esta comunicação se insere no GT "Educação, pesquisa e transformação social" ao abordar os modos como jovens estudantes atribuem sentido ao conceito de Projeto de Vida no contexto escolar, tematizando os atravessamentos ético-políticos implicados na constituição de subjetividades no espaço educacional. A proposta articula-se com o eixo ao tensionar políticas educacionais contemporâneas e seus efeitos sobre os processos de construção de conhecimento, pertencimento e desenvolvimento psicossocial. Ao privilegiar a escuta das vozes estudantis, especialmente de estudantes da escola pública, a pesquisa também se aproxima das experiências educativas situadas nas margens, revelando os limites e potências da escola como espaço de elaboração subjetiva e construção de horizontes de futuro. O trabalho ancora-se em abordagens críticas da educação e da juventude, especialmente aquelas que concebem o jovem como sujeito de direito, reflexivo e em construção. Diálogos serão estabelecidos com obras que problematizam o lugar das juventudes na escola, as contradições da formação voltada ao trabalho como eixo central da educação, e a escolarização enquanto espaço de negociação simbólica entre normas institucionais e experiências vividas. Também será considerada a perspectiva existencialista sartriana que compreende o projeto como dimensão constitutiva da subjetividade e da liberdade humana, em constante tensão com as condições históricas e materiais. Este trabalho deriva da dissertação de mestrado da primeira autora e adota uma abordagem qualitativa. Foram realizados em 2024 três encontros coletivos com estudantes do Ensino Médio de uma escola pública, organizados segundo os turnos escolares (manhã, tarde e noite). Os encontros foram realizados em formato de roda de conversa, guiados por perguntas disparadoras previamente elaboradas pelas autoras. Com base em uma escuta ativa e acolhedora, buscou-se garantir liberdade de fala aos participantes. As falas foram registradas, transcritas e analisadas por meio da Análise Temática, conforme a metodologia de Minayo, priorizando as compreensões espontâneas sobre o conceito de projeto de vida. As categorias emergiram do próprio material empírico, preservando os significados atribuídos pelos estudantes. As falas revelam que a compreensão mais recorrente entre os estudantes associa Projeto de Vida ao futuro profissional, à escolha de carreira e ao sucesso financeiro. Trata-se de uma associação amplamente presente, muitas vezes acompanhada de insegurança, pressão e angústia. Os(as) estudantes relatam não saber

o que querem fazer, sentirem-se comparados com colegas e, por vezes, julgados por não terem uma meta definida. Apesar dessa associação majoritária, também emergem compreensões que indicam dimensões mais amplas do conceito: alguns estudantes apontam que um projeto de vida deveria incluir aspectos como saúde mental, relações interpessoais, bem-estar, organização da vida cotidiana, autonomia e valores pessoais. Outros afirmam que seus projetos mudaram ao longo da vida ou que não se veem obrigados a ter uma única trajetória definida. As falas também evidenciam que o conceito é muitas vezes percebido como algo técnico, escolarizado e desvinculado da vida real. Apesar deste conceito estar mais presente na escola após a implementação do componente curricular Projeto de Vida, muitos criticam a forma como esta é conduzida, com pouca escuta, sem profundidade e com atividades que não dialogam com suas experiências. Essa desconexão contribui para a desmotivação e o esvaziamento do sentido do componente e, por consequência, compromete a ampliação necessária da compreensão sobre o conceito e sua práxis. Os dados apresentados indicam que os jovens têm compreensões diversas e em construção sobre o que é um projeto de vida, com forte tendência à associação com a carreira profissional, mas também com potência para ampliar esse entendimento. Ao abordar o projeto de vida de forma meramente instrumental e desvinculada da realidade juvenil, a escola perde a oportunidade de fomentar processos de subjetivação, autonomia e construção de sentido. A reforma do Novo Ensino Médio, realizada em 2018, vem sendo questionada por vários estudiosos da educação e foi objeto de mudança recente do MEC, realizada em 2024. Ainda assim, este é um espaço importante de acolhimento e mediação das trajetórias existenciais dos(as) estudantes. Portanto, é urgente repensar a abordagem do Projeto de Vida nas escolas, reconhecendo sua dimensão existencial, plural e contextualizada. Isso implica escutar os jovens, validar seus percursos, acolher suas incertezas e construir, junto com eles, um conceito vivo, que reflita seus desejos, possibilidades e condições concretas de existência.

Palavras-chave: Projeto de Vida, Ensino médio, Escolarização, Juventude, Existencialismo sartriano.

Experiências docentes no ensino remoto de língua inglesa durante a pandemia: um estado do conhecimento

Jean Carlos Nogueira de Carvalho Júnior (UERN), Júlio Ribeiro Soares (UERN), Thiago Matias de Sousa Araújo (UFRN)

Resumo

Este trabalho analisa a produção de conhecimento entre 2020 e 2023 com foco nas experiências relatadas por professores de língua inglesa sobre sua atuação no ensino remoto durante a pandemia de covid-19. A pesquisa utilizou descritores específicos no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, resultando em 81 trabalhos. Após triagem e aplicação de critérios de exclusão, foram selecionados 04 estudos (01 tese e 03 dissertações) para compor o estado do conhecimento, contribuindo com referências teóricas, metodológicas e práticas relevantes à temática.

Palavras-chave: Estado do conhecimento. Docência. Língua Inglesa. Ensino Remoto. Pandemia.

Introdução

Este estudo investiga como professores de língua inglesa significaram sua prática profissional durante o ensino remoto na pandemia de Covid-19, a partir da análise de teses e dissertações produzidas entre 2020 e 2023. Fundamentado na Psicologia Sócio-Histórica e no materialismo histórico-dialético, adota o Estado do Conhecimento como estratégia metodológica, alinhando-se ao GT 13 da ABRAPSO por seu compromisso com uma educação crítica e transformadora. A análise revela precarização, sofrimento docente e ausência de suporte institucional, mas também práticas de resistência, reinvenção pedagógica e solidariedade. A pesquisa reafirma a centralidade da escuta e da subjetividade na construção de práticas educativas contra-hegemônicas.

Objetivo

O objetivo foi compreender, a partir de produções acadêmicas recentes, como professores de língua inglesa significaram sua prática profissional no contexto do ensino remoto durante a pandemia de Covid-19, considerando os atravessamentos sociais, institucionais e subjetivos implicados nesse processo.

A proposta insere-se no GT 13: Educação, Pesquisa e Transformação Social, por reconhecer a educação como espaço de disputa política e produção de subjetividades em contextos de crise. Ao focar na experiência de professores de língua inglesa durante o ensino remoto emergencial na pandemia de Covid-19, o trabalho adota uma perspectiva crítica que busca revelar as múltiplas determinações sociais que atravessam o fazer docente. A escuta dessas vozes — sistematizadas em pesquisas entre 2020 e 2023 — permite uma análise que vai além das dificuldades técnicas, evidenciando a reconfiguração do trabalho docente diante de políticas tecnocráticas e pouco dialógicas.

O estudo contribui com o debate sobre a função social da educação em tempos de exceção, recuperando o professor como sujeito histórico e potencial agente de resistência. Em consonância com os princípios do GT 13, articula educação e pesquisa como práticas coletivas, inacabadas e voltadas à superação das desigualdades estruturais da sociedade capitalista.

Relação com o GT e eixo temático escolhido

A proposta insere-se no GT 13: Educação, Pesquisa e Transformação Social, por reconhecer a educação como espaço de disputa política e produção de subjetividades em contextos de crise. Ao focar na experiência de professores de língua inglesa durante o ensino remoto

emergencial na pandemia de Covid-19, o trabalho adota uma perspectiva crítica que busca revelar as múltiplas determinações sociais que atravessam o fazer docente. A escuta dessas vozes — sistematizadas em pesquisas entre 2020 e 2023 — permite uma análise que vai além das dificuldades técnicas, evidenciando a reconfiguração do trabalho docente diante de políticas tecnocráticas e pouco dialógicas.

O estudo contribui com o debate sobre a função social da educação em tempos de exceção, recuperando o professor como sujeito histórico e potencial agente de resistência. Em consonância com os princípios do GT 13, articula educação e pesquisa como práticas coletivas, inacabadas e voltadas à superação das desigualdades estruturais da sociedade capitalista.

O eixo temático do GT propõe a crítica radical da realidade, baseada no materialismo histórico-dialético e na Psicologia Social Crítica. A proposta busca compreender as experiências docentes como expressões de uma totalidade social marcada pela precarização, desigualdades e expropriação simbólica da prática pedagógica.

Ao adotar o Estado do Conhecimento como estratégia metodológica, o estudo oferece uma sistematização de saberes situados, valorizando a experiência vivida e a subjetividade nos processos formativos. Essa escolha reforça o compromisso com uma pesquisa engajada, que enfrenta injustiças e formas de dominação presentes na escola e na produção acadêmica.

Assim, o trabalho se inscreve de forma orgânica no GT 13, ao fortalecer práticas investigativas críticas e emancipatórias, que reconhecem a experiência docente como campo legítimo de saber e espaço de construção de alternativas pedagógicas contra-hegemônicas.

Orientação teórica

O presente trabalho fundamenta-se nos pressupostos da Psicologia Sócio-Histórica, referencial crítico que compreende a constituição da subjetividade como um processo histórico, social e contraditório. Essa abordagem, ancorada nos fundamentos do materialismo histórico-dialético, entende que o sujeito não é uma entidade isolada ou puramente individual, mas um ser constituído nas relações sociais, mediadas pela linguagem e inscritas em condições materiais concretas. A subjetividade, portanto, não é tratada como essência imutável, mas como expressão do movimento da vida social, tensionada pelas múltiplas determinações impostas pelo modo de produção capitalista.

Essa abordagem possibilita uma leitura que recusa tanto a vitimização do docente quanto sua responsabilização individualizada pelos impasses da educação. Em vez disso, busca-se entender o professor como sujeito histórico, que produz sentidos e age em meio às contradições que o conformam, sendo, portanto, também agente de resistência. A crítica radical da realidade, característica do pensamento marxista, orienta a análise das políticas educacionais que ignoraram as condições concretas das escolas e docentes, impondo soluções tecnocráticas e padronizadas — como o uso compulsório de plataformas digitais e materiais homogêneos — que pouco dialogaram com os contextos escolares reais.

Por essa via, o trabalho também estabelece um diálogo com a noção de pesquisa comprometida e com os princípios da Pesquisa-Trans-Formação, conforme discutido por Magalhães e Aguiar (2022). A pesquisa não é aqui concebida como descrição neutra da realidade, mas como práxis crítica, voltada à transformação da realidade concreta. Ao revisar os trabalhos produzidos no campo da educação durante a pandemia, o estudo busca justamente promover uma leitura contra-hegemônica da docência, resgatando a centralidade dos sujeitos na construção de sentidos sobre o ensinar e o aprender.

Em suma, a orientação teórica deste trabalho não apenas embasa o percurso analítico-metodológico, mas sustenta uma posição política clara: a de que compreender a

experiência docente em tempos de pandemia exige uma escuta atenta às contradições vividas por esses sujeitos, e uma análise crítica das estruturas que mantêm e reproduzem desigualdades. É com base nessa perspectiva que se reafirma o papel da educação como espaço de luta simbólica e material, e da pesquisa como instrumento de desnaturalização das opressões e construção de alternativas emancipatórias.

Resultados

A análise revelou que o ensino remoto foi marcado por improvisações, ausência de suporte institucional, uso desigual de tecnologias e impactos subjetivos relevantes nos docentes. Também foram identificadas formas de resistência, como a autogestão de práticas pedagógicas, articulação entre colegas e reinvenção de estratégias. As vozes dos professores indicam sofrimento, mas também engajamento e solidariedade. Além disso, evidenciou-se que as políticas de gestão educacional, ao impor soluções padronizadas, negligenciaram os contextos locais e o protagonismo docente.

Conclusões

O estudo reafirma que a experiência docente em tempos de pandemia expressa dimensões da crise civilizatória contemporânea e convoca a educação como campo estratégico de resistência. A sistematização das pesquisas analisadas contribui para valorizar o conhecimento docente e para fundamentar práticas educativas críticas, ancoradas na escuta, na coletividade e na transformação social. Reafirma-se a importância de se produzir conhecimento comprometido com a emancipação humana e de fortalecer espaços de formação e pesquisa que se contrapõem às lógicas neoliberais hegemônicas.

Extensão para valorização: Preservação cultural de povos tradicionais quilombolas e pescadores artesanais do Tocantins, por meio de ações de estudantes do UNITPAC

Ana Paula Rodrigues Matos (UNITPAC), Camila Oshima Pinheiro (UNITPAC – Araguaína)

Introdução

A preservação da cultura dos povos tradicionais tem se mostrado uma demanda cada vez mais presente no debate educacional e nas políticas públicas contemporâneas. O reconhecimento da identidade quilombola e dos pescadores artesanais vem sendo impulsionado por diretrizes nacionais e internacionais que ressaltam a importância da diversidade cultural para o desenvolvimento sustentável. No entanto, ainda persiste a invisibilização dessas comunidades no cenário educacional formal, dificultando o fortalecimento de uma identidade coletiva e a construção de cidadania crítica.

Foi diante dessa realidade que nasceu o projeto de extensão "Extensão para valorização: Preservação cultural de povos tradicionais quilombolas e pescadores artesanais do Tocantins", vinculado ao UNITPAC e desenvolvido no distrito de Bielândia, no município de Filadélfia–TO. O problema que motivou a proposta foi a carência de ações pedagógicas que promovam o diálogo entre saberes acadêmicos e saberes populares, sobretudo aqueles pertencentes às comunidades tradicionais da região norte do estado.

Objetivo

O projeto teve como principal objetivo promover a valorização e a preservação da cultura dos povos quilombolas e pescadores artesanais do Tocantins, por meio de ações educativas com adolescentes da rede pública de ensino. A iniciativa buscou favorecer a compreensão crítica sobre a importância da cultura local, fomentar o pertencimento identitário e incentivar o respeito à diversidade.

Relação com o GT e Eixo Temático

Inserido no Eixo Temático 01 – Psicologia Social e Educação e no GT 13 – Educação, Pesquisa e Transformação Social, o trabalho se alinha diretamente à proposta de articulação entre o campo educativo e a prática extensionista como mecanismos de transformação sociocultural. A atividade promoveu experiências que transcendem os limites da sala de aula e proporcionam vivências que dialogam com a Psicologia Social na medida em que reconhecem os sujeitos como construtores ativos de sua realidade. O projeto reafirma o papel da educação como um campo de disputa simbólica e de promoção da justiça cultural.

Orientação Teórica

O projeto foi orientado por uma abordagem interdisciplinar, fundamentada na Psicologia Social Crítica, especialmente nas contribuições de Martín-Baró (1994), ao propor uma psicologia comprometida com os oprimidos e com a transformação da realidade. A perspectiva freiriana da educação libertadora (Freire, 1970) também serviu de base teórica essencial, na medida em que defende uma pedagogia dialógica, centrada na escuta e no reconhecimento dos saberes populares como legítimos.

Além disso, conceitos como patrimônio imaterial (Horta, 2013), etnoconhecimento e identidade cultural (Hall, 1997) subsidiaram a compreensão sobre a importância da preservação da memória coletiva como estratégia de resistência e empoderamento comunitário. A teoria da participação cidadã (Arnstein, 1969) e o pensamento de Bell Hooks (2000) sobre política visual e pedagogia da escuta também serviram como norteadores da proposta metodológica.

Estratégias Metodológicas

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

A metodologia adotada seguiu os princípios da pesquisa-ação e da educação popular, articulando momentos teóricos e práticos. As ações foram divididas em etapas:

1. Apresentação teórica com aulas, rodas de conversa e dinâmicas sobre arte, cultura e história dos povos quilombolas e pescadores artesanais;

2. Visitas guiadas ao Quilombo Grotão para escuta de relatos e vivência da cultura local;

3. Feira Cultural, aberta à comunidade, com exposições artísticas, danças, comidas típicas e celebrações tradicionais;

4. Produção de um documentário, compilando os relatos e registros das atividades, com o objetivo de preservar e difundir o conhecimento tradicional.

As atividades foram realizadas com estudantes do 7º ano da Escola Estadual Professor José Francisco dos Montes, contando com a participação ativa da comunidade escolar e das lideranças locais.

Resultados

Os resultados evidenciaram o impacto positivo da vivência no desenvolvimento pessoal, social e cultural dos estudantes envolvidos. Observou-se:

Apropriação crítica do conteúdo pelos alunos, que passaram a reconhecer e valorizar a cultura local como parte de sua identidade;

Ampliação do repertório simbólico e da capacidade de empatia dos participantes, especialmente ao ouvirem relatos de racismo e preconceito enfrentados pelas comunidades quilombolas;

Fortalecimento do vínculo entre escola, universidade e comunidade, possibilitando um espaço de trocas afetivas e intelectuais;

Valorização dos saberes tradicionais, como o artesanato e a culinária, e fortalecimento do sentimento de pertencimento cultural.

O engajamento dos professores da escola e a colaboração dos líderes comunitários foram determinantes para o sucesso das atividades. Apesar dos desafios logísticos (como transporte e cansaço dos alunos), os objetivos foram plenamente atingidos.

Conclusões

O projeto demonstrou, de forma concreta, o potencial transformador da integração entre educação, extensão e psicologia social crítica. O contato direto com as comunidades tradicionais favoreceu não apenas a valorização da cultura local, mas também a formação de uma consciência crítica nos estudantes, que passaram a compreender o racismo como um problema estrutural e a cultura como instrumento de resistência e identidade.

A experiência reforça que práticas pedagógicas alinhadas à realidade dos alunos e às necessidades de suas comunidades são fundamentais para a construção de uma educação inclusiva, democrática e emancipadora. A atuação dos estudantes de psicologia em um projeto dessa natureza evidencia o compromisso social da profissão e contribui para a formação de profissionais mais sensíveis às questões culturais e territoriais.

Por fim, este projeto se coloca como um modelo replicável, demonstrando que a educação pode (e deve) ser um vetor de transformação social, a partir do reconhecimento das vozes historicamente silenciadas e da promoção de ações que celebrem a diversidade e os saberes populares.

Impactos do Novo Ensino Médio nas relações escolares: a arte no enfrentando de desafios

Aline Cristina Ferreira Grego (PUC-CAMPINAS), Matheus Henrique da Silva Rocha (PUC Campinas), Vera Lucia Trevisan de Souza (PUC Campinas)

O Ensino Médio no Brasil é uma etapa da educação básica que sucede o Ensino Fundamental e antecede o Ensino Superior regulamentado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que estabelece as diretrizes para a educação no país. Já o Novo Ensino Médio, implantado gradualmente a partir de 2022, representa uma reforma significativa nessa etapa educacional. Conforme apontado no dossiê de Retratos da Escola – A implementação do Novo Ensino Médio nos estados, publicado pela Revista Retratos da Escola, dentre os desafios encontrados por gestores, professores e estudantes com implantação do Novo Ensino Médio estão: a) limitação de participação dos agentes escolares e da comunidade, na tomada de decisões relativas aos conteúdos substantivos, bem como sobre a oferta dos itinerários formativos, contrariando portanto, o discurso em prol da reforma que prometia maior liberdade de escolha e protagonismo dos alunos; b) presença de instituições privadas em todas as fases de implementação do Novo Ensino Médio, seja assessorando as secretarias estaduais ou ainda atuando na formação de equipes e produção de apostilas; c) aumento da desigualdade, principalmente nas escolas periféricas, falta infraestrutura, professores e um risco maior de evasão escolar, uma vez que adolescentes que precisam trabalhar para ajudar no sustento da família não conseguem frequentar a escola em tempo integral. Ao nos inserirmos em uma das escolas, campo das pesquisas realizadas pelo grupo Processos de Constituição do Sujeito em Práticas Educativas – PROSPED, nos foi apresentada, pelas gestoras escolares, como nova demanda os desafios da implementação do Novo Ensino Médio. Especificamente, relatou-nos a diretora, desafios nas relações com os professores e adolescentes frente às metas a serem cumpridas com a nova estrutura e modelo de ensino. Este estudo apresenta um recorte de um trabalho realizado, em duas escolas rede pública estadual, que atendem os níveis de Ensino Fundamental II e Ensino Médio, localizada na região periférica de uma grande cidade do interior do Estado de São Paulo e teve como objetivo investigar e compreender o impacto do Novo Ensino Médio nas relações estabelecidas pelos professores e adolescentes na escola. Na medida em que problematiza as relações sociais estabelecidas na escola a partir da implantação do Novo Ensino Médio e suas implicações psicossociais no contexto escolar, abordamos as tensões decorrentes de políticas educacionais orientadas por valores neoliberais e suas consequências nas relações na escola, evidenciando os atravessamentos ético-políticos presentes no cotidiano escolar. A partir da perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural, sobretudo os pressupostos teóricos-metodológicos de Lev Semionovitch Vigotski, foram realizados encontros com reflexivos com duração média de uma hora, tanto com professores quanto com adolescentes. Os encontros foram mediados por materialidades artísticas relacionados a temáticas com enfoque no fortalecimento do coletivo na superação dos desafios do cotidiano escolar. Além disso, foram realizados registros por meio dos materiais produzidos pelos participantes, diários de campo e observações feitas pelos pesquisadores. Os resultados denunciam o alinhamento do Novo Ensino Médio com valores neoliberais e suas implicações na organização curricular e nas desigualdades sociais. Neste sentido, a pressão por produtividade, plataformização do ensino, associadas às mudanças curriculares, têm gerado insatisfação e desmotivação, comprometendo a qualidade do ensino e suas relações dentro da escola. Especificamente em

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

relação aos professores, apesar de semanalmente terem reuniões entre seus pares e espaço para formação continuada, estes relatam não se sentirem ouvidos em suas dificuldades. Diante do exposto, conclui-se que a implementação de políticas como o Novo Ensino Médio afeta diretamente o cotidiano e o bem-estar dos docentes, exigindo adaptações constantes e aumentando a carga de trabalho e, pouco se discute sobre como essas demandas impactam suas relações com os alunos, com a gestão, seus pares e/ou com o próprio sistema de ensino. Diante de tamanha complexidade, ressalta-se a importância do papel do psicólogo escolar na criação de espaços reflexivos que contribuam para a ampliação da consciência acerca de seu modo de ser, pensar e agir, e das significações de suas condições de vida nos diferentes grupos de que tomam parte, favorecendo que assumam posturas ativistas e se posicionem frente às forças sócio-culturais-políticas-ideológicas que permeiam a educação. Destaca-se ainda o uso de expressões artísticas como estratégia de atuação na Psicologia Escolar na criação de espaços que favoreçam a reflexão crítica, a resistência às formas hegemônicas de organização escolar e a construção coletiva de alternativas emancipadoras. Destacamos que este trabalho se insere no eixo temático "Psicologia Social e Educação", ao investigar os impactos psicossociais da implementação do Novo Ensino Médio em escolas públicas periféricas. A pesquisa, problematiza as tensões geradas pela reforma educacional, especialmente no que diz respeito às desigualdades sociais e à organização curricular neoliberal. Ao analisar as relações entre professores e alunos, procuramos evidenciar os atravessamentos ético-políticos presentes no cotidiano escolar, com destaque para as políticas educacionais podem reforçar estruturas de dominação e afetar o bem-estar dos sujeitos envolvidos. Além disso, ao lançarmos mão de estratégias mediadas por materialidades artísticas, intentamos promover a construção coletiva de alternativas emancipadoras no contexto educacional.

Letramentos antirracistas e autoestima negra como resistência no espaço escolar

Laisa Whitney Silva Mendes (Unesp - Faculdade de Ciências e Letras - Câmpus de Assis), Luana Carolina Medeiros (Unesp - Faculdade de Ciências e Letras - Câmpus de Assis), Paulo Vitor Palma Navasconi (Unesp - Faculdade de Ciências e Letras - Câmpus de Assis), Giovanna Beatriz Ferreira da Silva Gomes (Unesp - Faculdade de Ciências e Letras - Câmpus de Assis)

O presente texto tem como proposta apresentar o relato de experiência de um Projeto de Extensão Universitária denominado "Ubuntu: Co-construindo letramentos antirracistas no contexto escolar e em busca dos sentidos de tornar-se negro". O objetivo é estabelecer uma conexão entre os sentidos do tornar-se negro e a construção da autoestima como processos político-subjetivos de enfrentamento e resistência frente ao racismo estrutural que atua cotidianamente na negação das humanidades negras e na manutenção de um projeto colonial de silenciamento. O contexto escolar, enquanto espaço de socialização e formação da subjetividade, é também um dos lugares onde o racismo opera, negando espaços de reconhecimento, beleza e intelectualidade de estudantes negros/as, o que acaba comprometendo sua autoestima.

Segundo Souza (2019), o tornar-se negro é um vir a ser, um processo que implica na ruptura de narrativas forjadas pela colonialidade que desumaniza pessoas negras e as coloca em posições subalternas. Nesse sentido, a construção da autoestima negra implica no enfrentamento e rompimento dessa lógica de sistema. A valorização de si ocorre pela afirmação da negritude, tanto individual quanto coletiva, e pela reconstrução positiva da identidade. Conforme Hooks (2023), a autoestima é uma prática política e espiritual que desafia as estruturas opressoras da sociedade. Logo, o cuidado de si não se restringe a um gesto individual, mas também a uma forma de resistência coletiva para transformar a realidade social.

A filosofia africana do povo Bantu, Ubuntu – Eu sou porque nós somos – se expressa como uma ética de convivência a partir da união entre as diferentes relações humanas, um princípio que se demonstra através da coletividade, pela interdependência e pelo reconhecimento da humanidade no outro. Para Dangarembga (2023), a prática da filosofia Ubuntu implica que os membros dentro de uma comunidade valorizem a paz, em vez de lutarem entre si. Assim, a filosofia Ubuntu é também um modo de resolução de conflitos que tem como característica a coletividade e o senso de tolerância. Pensar e viver a filosofia Ubuntu é reforçar diariamente que a existência individual só faz sentido dentro de uma rede de pertencimento e cuidado mútuos. Para que a subjetividade e singularidade se encontre no particular, precisa-se que exista o outro.

É com base nesses valores que o Projeto Ubuntu visa fomentar práticas de letramentos antirracistas que integrem alunas e alunos do ensino fundamental II e ensino médio (6º ao 3º ano escolar), educadores e a comunidade escolar promovendo reflexões sobre os sentidos do tornar-se negro. Longe de ser apenas uma prática educativa, o letramento antirracista se constitui como uma ação formativa e política que busca promover o fortalecimento da autoestima e da identidade negra, assim como a leitura crítica da realidade acerca das narrativas hegemônicas que inferiorizam corpos negros dentro do ambiente escolar, a construção coletiva de práticas antirracistas, a autonomia construída na relação com o outro, o reconhecimento e a valorização das múltiplas formas de expressão étnico-raciais.

O Projeto Ubuntu passou por dois ciclos diferentes. O primeiro ciclo ocorreu entre os anos de 2023 e 2025 na Escola Estadual Profa. Léa Rosa Melo Andreghetti. Atualmente, as atividades de extensão estão sendo desenvolvidas na Escola Estadual Prof. Carlos Alberto de Oliveira, com período de vigência previsto para 2025 a 2027. Ambas as escolas estão localizadas no município de Assis. O projeto está organizado em cinco grupos de trabalho: Cultural e Artístico, Oficinas e Ações Grupais,

Comunicação e Mídias, Campanhas e Mobilizações e Sistematização e Produção de Conhecimento. As atividades estão voltadas especialmente aos alunos/as negros/as (pretos e pardos) de 12 a 18 anos, mas também podem participar os/as docentes, equipe técnica e demais servidores/as, bem como, alunos/as não negros/as interessados em práticas antirracistas.

Carneiro (2023) pontua que a ausência deliberada de representações negras na educação não é um descuido, mas expressão do epistemicídio que estrutura o currículo eurocentrado, fazendo com que crianças e adolescentes negros/as internalizem os valores da branquitude como únicos possíveis, afetando sua autoestima e senso de pertencimento. Há uma recusa histórica em pensar o Brasil a partir de sua própria formação, marcada por um ciclo contínuo de violências, sendo a colonização, a escravização, o racismo institucional, que moldaram as identidades latino-americanas e, sobretudo, negras. Não é possível seguir em frente sem compreender que a Psicologia foi utilizada como instrumento de controle social, reforçando normas, práticas e instituições que sustentam a desigualdade racial. Assim, é preciso assumir, nas práticas da Psicologia Social, as marcas do racismo estrutural que atravessa o tecido social e que se reproduz nos gestos mais sutis do cotidiano, isso inclui o meio educacional.

Baró (1996) diz que a Psicologia deve entender o sujeito como protagonista de sua própria história, reconhecendo sua potência transformadora da realidade. É sob essa perspectiva crítica da Psicologia Social que o Projeto Ubuntu se articula: ao atuar no ambiente escolar, promove deslocamentos na forma como estudantes negros/as se percebem e são percebidos, tensionando normas excludentes e construindo, a partir da produção cultural, do afeto, do fortalecimento das identidades, ou outras formas de pertencimento, cuidado e resistência.

É importante demarcar que o Projeto Ubuntu é composto por estudantes universitários/as negros/as dos cursos de Psicologia, Letras e História da Unesp, campus de Assis, assim como por seu idealizador. É um projeto feito por pessoas negras com e para pessoas negras. Acreditamos que não é possível discutir identidades, autoestimas, subjetividades negras sem que pessoas negras estejam como protagonistas dessas ações. Isso é fundamental para que estudantes negros/as, no âmbito da educação, possam se reconhecer em figuras que compartilham de seus marcadores identitários, construindo, assim, representações mais positivas de si mesmos/as.

Desse modo, as ações realizadas na Escola Estadual Prof. Carlos Alberto de Oliveira ocorrem, pelo menos, quatro dias por semana, durante os períodos da manhã e da tarde, com a presença dos estagiários que se deslocam até a escola para desenvolver atividades como encontros com estudantes negros/as com o objetivo de compartilhar vivências raciais, oficinas artísticas, produção de curtas, exposições e palestras que visam preservar e resgatar a memória coletiva negra, cine-debates, entre outros. Além disso, os materiais e referências utilizados pelo Projeto Ubuntu são selecionados com o intuito de reconhecer e destacar produções de artistas negras e negros, bem como expressões culturais dos povos originários, de margens, africanas e afro-brasileiras, historicamente ausentes nos espaços escolares.

Por fim, práticas de extensão comprometidas com a justiça racial não apenas contribuem para a formação de estudantes, mas também tensionam a universidade e a escola, instituições ainda marcadas por estruturas racistas e excludentes. O Projeto Ubuntu, ao adentrar o espaço escolar, não o faz como mero transmissor de conteúdos, mas como provocador de rupturas e transformações sociais. No entanto, essas ações só se consolidam quando há disposição institucional para o enfrentamento dos privilégios da branquitude e abertura para escuta das epistemologias negras.

Palavras-chave: Relações Raciais, autoestima, Ubuntu, comunidade, racismo, descolonização.

O pacto da branquitude e o racismo institucional: a neutralidade branca e a construção da subjetividade negra

Luana Carolina Medeiros (UNESP), Laísa Whitney Silva Mendes (UNESP), Paulo Vitor Palma Navasconi (UNESP)

A partir do projeto de extensão "Ubuntu: Co-construindo letramentos antirracistas no contexto escolar e em busca dos sentidos de tornar-se negro", este resumo tem como objetivo trazer o relato de experiência e reflexões teórico-práticas pensando o racismo institucional, concebidas partindo da atuação do projeto nas instituições de ensino públicas. O projeto de extensão foi desenvolvido inicialmente entre 2023 e 2025 em uma escola do interior de São Paulo, e está sendo retomado em um novo ciclo que vai de 2025 a 2027, em uma nova instituição na mesma cidade. Inspirado na filosofia africana Bantu, Ubuntu - Eu sou porque nós somos - se expressa como uma ética da existência, um princípio que se demonstra através da coletividade, pela interdependência e pelo reconhecimento da humanidade no outro. Pensar e viver pela filosofia Ubuntu, é reforçar diariamente que a existência individual só faz sentido dentro de uma comunidade. Para que a subjetividade e singularidade se encontre no particular, precisa-se que exista o outro. O projeto possui cinco grupos de trabalho: Cultural e Artístico, Oficinas e Ações Grupais, Comunicação e Mídias, Campanhas e Mobilizações e Sistematização e Produção de Conhecimento.

A instituição de ensino pública, é atravessada por práticas institucionais que invisibilizam ou patologizam as expressões da negritude, promovendo violência e silenciamento, sejam elas veladas ou explícitas. A gestão escolar, nesse contexto, tende a naturalizar desigualdades raciais, expressando formas de racismo institucional que impactam diretamente as experiências escolares, os vínculos com o saber e os sentidos de identidade e a subjetivação de corpos negros. O problema investigado parte da seguinte questão: De que modo o racismo institucional opera nas práticas da gestão escolar, onde o convívio é permeado por essas violências e como os processos educativos e coletivos podem contribuir para seu enfrentamento e desnaturalização?

Pensando nisso, o projeto UBUNTU busca desenvolver ações coletivas com a comunidade escolar pensando os impactos vivenciados pelo corpo negro neste ambiente, tendo como intuito fomentar práticas de letramento antirracista e incentivar momentos de troca de experiencias sobre os sentidos atribuídos ao tornar-se negro. O letramento antirracista não é apenas uma prática pedagógica, mas também se refere a uma prática de produção de subjetividade e autoestima, ou seja, de uma intervenção produtora de saúde, de vida, de relações com o mundo e com a sociedade, possibilitando assim desconstruir o racismo no ambiente escolar, a valorização das identidades e culturas afro-brasileiras e africanas, promover respeito à diversidade étnico-racial, construir espaços de escuta e reflexão sobre as trajetórias de estudantes negros; propor práticas pedagógicas e administrativas orientadas pelos princípios dos letramentos antirracistas e da valorização das identidades negras.

Segundo Cida Bento, em Pacto da branquitude (2022), o racismo se materializa também nas instituições, nas regras que se apresentam como sendo neutras, nas rotinas naturalizadas, nas decisões que silenciam e nos espaços de poder seletivamente ocupados. Entende-se o racismo institucional como a perpetuação sistemática da exclusão racial nas estruturas organizacionais. Bento analisa como as instituições operam em favor da manutenção dos privilégios brancos, ainda que de maneira silenciosa, tornando-se ambientes excludentes e

violentos para pessoas negras. Um sistema que funciona mesmo sem agentes declaradamente racistas, mas que reproduz desigualdades e mantém privilégios racialmente distribuídos. O racismo institucional opera por meio de um pacto silencioso, no qual a autora nomeia como o pacto narcísico da branquitude. Trata-se de um acordo não verbalizado, mas eficaz, pelo qual pessoas brancas, mesmo as bem-intencionadas, evitam confrontar o racismo em suas instituições, pois ao fazê-lo implicaria abrir mão de privilégios, questionar narrativas dominantes e reestruturar o status quo. Esse diagnóstico de Bento dialoga com a análise feita por Frantz Fanon, ao descrever que o racismo opera tanto no plano estrutural quanto na constituição da subjetividade negra. Para ele, o racismo não apenas inferioriza socialmente, ele infiltra-se na psique, gerando um conflito interno entre a imagem imposta pelo opressor e a luta pela reconstrução da própria humanidade.

Pode-se afirmar que o projeto Ubuntu adota estratégias metodológicas que se baseiam a partir de uma abordagem qualitativa, uma vez que o projeto como um todo está alinhado à práticas que são desenvolvidas e que pedem planejamento, supervisões em grupo, observação participante, presença, escuta, construção de vínculos, diálogos, atividades interativas e oficinas. Partindo desta abordagem pode-se perceber o reconhecimento dos impactos das vivências da violência do racismo no cotidiano, na medida em que os alunos trazem através do relato de suas experiências. Atravessando o corpo, a história, a linguagem, a subjetividade e os afetos. É nesse sentido que o projeto Ubuntu busca não apenas mapear dados, mas compreender sentidos de como o racismo opera institucionalmente: o que significa tornar-se negro num espaço que historicamente marginaliza corpos e saberes negros? Como se constitui a autoestima de jovens negras e negros dentro de uma escola que, muitas vezes, silencia sua existência? Como se manifestam, no cotidiano escolar, os efeitos do racismo institucional?

Diante das reflexões teóricas e práticas apresentadas, não temos pretensão em esgotar as reflexões, mas objetivando refletir e demarcar que o projeto Ubuntu atua como uma ferramenta de enfrentamento ao racismo institucional e à lógica do pacto da branquitude que atravessa o cotidiano escolar. Ao articular escuta, produção de conhecimento, ações coletivas e valorização da cultura negra, o projeto promove não apenas práticas de letramento antirracista, mas também processos de subjetivação capazes de afirmar a identidade e a humanidade de jovens negras e negros. A construção de espaços de resistência, cuidado e pertencimento possibilita o questionamento das normativas hegemônicas e a abertura para outras formas de existir, aprender e se relacionar. Em uma sociedade marcada por desigualdades raciais estruturais, iniciativas como essa reafirmam a urgência de uma educação comprometida com a equidade, a justiça social e o reconhecimento pleno das múltiplas existências negras em suas potências e singularidades.

Palavras- chaves: Racismo institucional; Projeto Ubuntu; Branquitude; Instituição; Subjetividade.

"O pouco que fiz fez mó barulho" - Práticas dialógicas em Psicologia em uma Universidade cearense

Eduardo Tales da Costa, Juliana Maria do Nascimento Mota (UFC/Sobral)

O presente trabalho relata a experiência de monitoria voluntária nas disciplinas de Psicologia Social I e II, desenvolvida por um estudante de graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará – Campus Sobral, instituição reconhecida com a nota máxima (5) no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE). A vivência, ocorrida nos semestres de 2024.2 e 2025.1, esteve alinhada aos princípios de uma Psicologia crítica e socialmente comprometida, buscando articular teoria, prática e compromisso ético-político na formação dos estudantes, por intermédio da educação.

Nesse contexto, a universidade, enquanto espaço de produção de conhecimento e transformação social, foi impactada por políticas públicas como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), instituído pelo Decreto nº 6.096/2007. O Reuni teve como objetivos centrais ampliar o acesso à educação superior pública, reestruturar os currículos, renovar as práticas pedagógicas e fortalecer o compromisso social das instituições (Martins e Pereira, 2025). Dentro desse cenário, a valorização da monitoria acadêmica surgiu como uma estratégia fundamental para integrar ensino, aprendizagem e desenvolvimento pedagógico.

Por conseguinte, a monitoria em Psicologia Social, especificamente, contribui para uma compreensão crítica dos fenômenos psicológicos, situando-os em seus contextos históricos, sociais, políticos e culturais. Assim, ela não apenas reforça o processo de ensino-aprendizagem, mas também se constitui como espaço privilegiado de formação docente inicial e construção de uma postura crítica por parte dos estudantes, monitores e docentes envolvidos.

A metodologia adotada neste trabalho segue uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo e reflexivo, adequada ao modelo de relato de experiência. A coleta de informações foi realizada por meio da análise documental dos planos de ensino das disciplinas de Psicologia Social nos semestres mencionados, das atividades desenvolvidas no âmbito da monitoria e das contribuições da professora orientadora. O documento, enquanto registro duradouro, foi entendido como testemunho de práticas e fruto do entrelaçamento de diversas forças sociais, pedagógicas e institucionais, conforme discutem Martins e Pereira (2021).

A análise documental permitiu contextualizar o papel da monitoria no projeto pedagógico da disciplina, bem como identificar as expectativas sobre o desempenho do monitor. A sistematização do relato contempla: a contextualização da experiência, a descrição das atividades desenvolvidas, a análise das contribuições formativas da monitoria, e uma reflexão sobre os desafios, as potencialidades e as recomendações para futuras práticas semelhantes.

O objetivo central deste trabalho é relatar a experiência do monitor e, simultaneamente, discutir as possibilidades de ampliação da formação crítica dos estudantes de Psicologia por meio da prática da monitoria.

A experiência da monitoria transcendeu o mero auxílio didático, configurando-se como um pilar fundamental na trajetória acadêmica do autor, especialmente como aluno cotista em um campus interiorizado. A inserção no ensino superior, vinda de um contexto de cotas, demandou um processo contínuo de adaptação e esforço. Ainda que o autor não seja natural de Sobral, pertence à macrorregião, o que reforça a relevância de uma universidade capaz de acolher estudantes de diversas localidades. Nesse cenário, a monitoria emergiu como oportunidade de aprofundamento dos conhecimentos disciplinares e como catalisadora da integração ao ambiente acadêmico.

Durante o período vivenciado, houve intensa participação nos processos pedagógicos das disciplinas, incluindo o

planejamento de aulas, apoio à mediação de discussões, organização de materiais e colaboração direta com a docente responsável. Dentre as atividades desenvolvidas, destaca-se a mediação de uma aula dedicada à obra de Frantz Fanon, na qual foram discutidos os efeitos da colonização sobre a subjetividade dos povos oprimidos. A aula gerou um debate significativo, evidenciando o potencial da Psicologia Social para problematizar questões de raça, identidade e colonialidade. Essa vivência demonstrou como a universidade pode ser atravessada por saberes populares, comunitários e subalternizados, promovendo uma formação comprometida com a transformação social.

Contudo, também foram identificados desafios, como a desmotivação de parte dos estudantes frente às propostas de uma formação crítica e as limitações estruturais para diversificação das metodologias em sala. Ainda assim, a monitoria configurou-se como espaço potente de escuta, mediação e reflexão, permitindo ao monitor o desenvolvimento de habilidades comunicativas, teóricas e relacionais fundamentais para a atuação acadêmica e profissional.

Além disso, o percurso da monitoria não esteve isento de desafios, notadamente no que concerne à saúde mental. O contato direto com as complexidades das relações humanas, as dinâmicas de grupo e os fenômenos sociais, inerentes à área, pode gerar um peso emocional significativo. A responsabilidade de auxiliar colegas, ao mesmo tempo em que se gerenciam as próprias demandas acadêmicas e pessoais, revelou-se um terreno fértil para o surgimento de quadros de estresse e ansiedade, um tema cada vez mais relevante nos debates sobre o bem-estar universitário (Pinheiro e Bentes, 2025). Essa experiência, embora enriquecedora, expôs vulnerabilidades e a necessidade de discussões mais aprofundadas sobre o suporte psicossocial no ambiente acadêmico, enfatizando a importância de estratégias de autocuidado e acolhimento institucional para monitores e estudantes em geral.

Outro ponto importante da experiência foi a necessidade de maior articulação entre docentes e discentes, promovendo relações mais horizontais e dialógicas no ensino superior. O acompanhamento próximo da professora responsável e a interação com colegas de curso possibilitaram a construção de uma comunidade de prática, conforme discutido por Teófilo e Dias (2009). Além disso, a monitoria revelou-se uma oportunidade de formação política, especialmente ao possibilitar discussões sobre temas como racismo, gênero, identidade e desigualdade social — aspectos centrais para a atuação da Psicologia Social na contemporaneidade.

A proposta deste trabalho se insere no contexto de um Grupo de Trabalho (GT) sobre Psicologia Social e Educação, em um evento acadêmico voltado à construção de uma Psicologia engajada e sensível às demandas sociais. Nesse sentido, a monitoria é compreendida como prática formativa ampliada, que vai além do apoio pedagógico, voltando-se para a constituição de espaços de aprendizagem colaborativos, inclusivos e críticos.

Conclui-se que a monitoria nas disciplinas de Psicologia Social representa uma experiência formativa fundamental, tanto para o monitor quanto para os demais envolvidos. Fortalece o interesse pela docência, promove o compromisso com a transformação social e articula teoria e prática de maneira ética e reflexiva. Para que seu potencial seja plenamente realizado, contudo, é necessário enfrentar desafios estruturais, como a sobrecarga docente e a ausência de políticas institucionais robustas de formação para monitores.

Dessa forma, este trabalho reafirma a importância da monitoria como instrumento de formação docente e de fortalecimento de uma Psicologia Social crítica, dialógica e politicamente engajada. Ao proporcionar a integração entre ensino e prática, a monitoria contribui para a construção de uma universidade comprometida com a justiça social, a equidade e o reconhecimento das múltiplas realidades que atravessam o campo da educação e da saúde mental no Brasil.

ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL COMO PROCESSO EMANCIPATÓRIO: Relato de experiênca de estágio em uma Escola Estadual em Belém do Pará

Danilo Freitas Maia Merces (SEDUC-PA), ÉRICA CATARINE ATAÍDE MAIA MERCÊS (FIBRA), MARCO ANTÔNIO CARVALHO PRESTES (UFPA)

A instituição escolar representa um espaço de aprendizagem e socialização abrangente, onde se estabelecem experiências de saberes acadêmicos e sociais significativos para o desenvolvimento e emancipação humana. No entanto, este mesmo espaço pode contribuir para a (re)produção das contradições presentes na própria sociedade, possibilitando ou consolidando uma marginalização social que se faz presente fora dos muros escolares.

Ao se questionar “escola para quê e para quem?”, a psicologia escolar educacional preventiva busca pensar e atuar de modo a instigar a emancipação das comunidades escolares, levando em consideração reflexões que tais sujeitos enfrentam ou enfrentarão na suas vidas.

Nessa perspectiva, em uma sociedade que cada vez mais busca marginalizar os estudantes de escolas públicas, retirando-lhes o direito e o desejo pelo nível superior a partir de discursos socialmente colocados como críticas à CLT, o trabalho em aplicativos como chefes de si mesmo e o mundo das apostas como meio de ganhar dinheiro rápido, ofertar uma orientação profissional de modo a empoderar estes sujeitos quanto às possibilidades de ocupar as universidades públicas e permitir-lhes sonha com profissões que ora são negadas surge como uma contraposição às expectativas sociais.

Nesse sentido, a orientação profissional surge assim como uma potente forma de resgate de oportunidades para estes indivíduos, ao trazer à tona caminhos que não possuíam conhecimento, e resgatar o desejo e a crença em outros que consideravam fora de seu acesso. Podendo tanto ampliar seus horizontes de desejos profissionais ou até mesmo consolidar aqueles que já pensavam sobre isso previamente.

Para isso, a experiência de estágios dentro de instituições como escola se apresentam como uma oportunidade do acadêmico em psicologia poder refletir e experienciar dentro deste ambiente de que forma é possível relacionar prática e a teoria vista dentro das universidades, possibilitando, assim, novas perspectivas sobre os problemas que surgem nestes locais.

Assim, o presente trabalho busca apresentar um relato de experiência de um estágio básico realizado em turmas do ensino médio de uma escola pública de Belém-PA envolvendo práticas de orientação profissional para uma turma do terceiro ano do ensino médio.

Esta experiência se adequa ao proposto pelo GT 13: Educação, Pesquisa e Transformação Social no sentido de que a proposição de uma orientação profissional dentro de um estágio em psicologia escolar educacional possibilita conceber práticas de enfrentamento à lógica capitalista de precarização do trabalho e da manutenção das desigualdades educacionais de acesso ao ensino superior, sobretudo das camadas mais pobres da população. A realização dessa atividade também possibilita aos estagiários se compreender como agentes de transformação social, explorando espaços de atuação dentro dos limites da escola, enquanto tensionam concepções pré estabelecidas na cabeça dos alunos sobre seu papel na sociedade.

Este trabalho se orientou a partir da Psicologia Escolar Educacional Preventiva, ou seja, aquela que busca, a partir da observação sistemática do contexto, atuar diante das demandas reais da escola, evitando a padronização do

coletivo. No caso deste trabalho, a orientação profissional surgiu pelas dúvidas e angústias de alunos frente às escolhas de trabalho dadas a proximidade do ENEM.

Compreendendo a atividade de escolha de carreira a partir de uma perspectiva histórico-cultural, a intervenção realizada teve como norte a tentativa de romper com processos psicológicos fossilizados relacionados à escolha de carreira e o contato com o mercado de trabalho, que são prevalentes no cenário de precarização que passamos atualmente, em que jovens entrando no mercado de trabalho são empurrados para a informalidade, especialmente os de baixa renda.

Nas atividades de orientação profissional, os alunos encontravam momentos nos quais podiam refletir de forma dialógica sobre seus horizontes, ampliando sua capacidade de pensar estrategicamente sobre suas opções e estruturar o seu futuro, através da construção de relações simbólicas e da apropriação de novos sentidos, que possibilitam ao aluno que medie sua atividade interna de novas maneiras. Isto foi realizado com atividades que incentivaram a percepção de si e de seus colegas de turma, que permitiram aos alunos discutir sobre como viam a si mesmos e também uns aos outros, fortalecendo conexões intraclasse para que haja a formação de uma rede de apoio entre alunos, além de promover a consciência de suas capacidades, habilidades e possíveis campos de atuação aos quais tenham afinidade e compatibilidade.

A experiência de estágio foi realizada em uma escola de tempo integral localizada no centro de Belém-PA com uma turma do terceiro ano do ensino médio. Para tanto, foram selecionadas algumas técnicas do Programa de Orientação Profissional Intensivo (POPI) de modo a caber dentro da realidade que a escola e o estágio ofereciam, ou seja, uma hora e meia por semana em um período de cerca de quatro semanas.

Em um primeiro contato, foi aplicada uma folha com questões sobre quais profissões cada estudante almejava naquele momento. Esta atividade serviu de controle, a fim de perceber se as intervenções surtiram algum efeito, tanto na ampliação de possibilidades de profissões, na decisão daquilo que já se pensava ou até efeito algum.

Após um contato inicial com a turma, a equipe se reuniu e fez escolha das técnicas de acordo com as necessidades percebidas. Foram realizadas 5 atividades, divididas entre apresentação, autoconhecimento e de informações profissionais. As de apresentação utilizadas foram “medos e desejos” e “como sou visto”. Para o autoconhecimento, foi utilizado um “curtigrama”. Já para informações profissionais, foi utilizado o “curtigrama profissional” e o “role-playing profissional”. Todas estas técnicas são delineadas a partir do livro POPI.

Foram divididos grupos de 5 a 6 estudantes, em um total de 39, para que cada estagiário pudesse coordenar. Os alunos mostraram, em sua maioria, participativos para a realização da atividade, apesar da timidez inicial de alguns, a qual foi diminuindo após as atividades de apresentação.

A partir da utilização das técnicas de orientação profissional intensiva pela via do autoconhecimento e de informações profissionais, foi possível identificar alguns dos seus efeitos dentro das próprias dinâmicas como da entrevista devolutiva que foi realizada na semana final das aplicações. Os mais evidentes se deram a partir da mudança na resposta sobre a profissão desejada, onde em alguns casos surgiram outras possibilidades, principalmente dentro de uma mesma área do conhecimento, ou até mesmo alguns desejos esquecidos os quais muitas das vezes se davam por se considerarem “incapaz” para realizá-los. A maioria das profissões que surgiam se ligavam ou a áreas que se identificavam nas disciplinas escolares (história, letras, biologia etc.) ou a área da saúde (como medicina, enfermagem e psicologia).

Com as atividades, pôde-se perceber que, apesar da demanda que esses alunos recebem de acelerar sua entrada no mercado de trabalho para que possam

contribuir na renda familiar, o ensino superior ainda é um desejo de muitos, e algo que consideram um caminho para uma vida profissional realizada e uma situação financeira estável. Entre as carreiras mais rejeitadas por alunos, recorrentemente citadas como exaustivas e de pouco retorno, encontram-se carreiras que comumente são realizadas na escala 6x1, como o setor de vendas em varejo, na informalidade, como motoristas de aplicativos de transporte e delivery, e carreiras percebidas por frustrantes e estressantes, como a docência.

No diálogo final com eles, muitos relataram que a experiência de orientação profissional foi produtiva principalmente por haver um espaço de poder falar sobre si e seus desejos, o que mostra o quão potente a escola pode ser quando de fato dá a voz para aqueles que deveriam ser o seu centro. Nesse sentido, a psicologia tem como dever ocupar esses espaços e oferecer sua escuta como forma de emancipar os discentes, mostrando que seus sonhos tem voz e devem ser escutados.

Resistências e saberes ancenstrais: trajetória de escolarização de uma estudante indígena amazônida

Adria de Lima Sousa (UFAM/INPA), Jhanine Magalhães Cabral (UFAM), Iolete Ribeiro da Silva (UFAM)

A presente comunicação apresenta uma análise crítica das trajetórias educacionais de mulheres indígenas citadinas, tomando como base a narrativa de vida de Ibiacy, uma jovem Tikuna residente em Manaus. O estudo investiga como interseccionalidades (raça, gênero, território, classe, etnia e linguagem) atravessam os percursos formativos dessas mulheres e impactam sua permanência em instituições de ensino. O caso de Ibiacy revela o tensionamento entre pertencimento étnico e a vivência urbana, exigindo estratégias subjetivas e coletivas de resistência para afirmar identidades indígenas em territórios tradicionalmente excludentes, como a universidade pública.A pesquisa teve como objetivo analisar os principais desafios e possibilidades enfrentadas por uma mulher indígena citadina em seu processo educacional, com foco nas interseccionalidades que atravessam sua trajetória, evidenciando como o conceito de corpo-território é mobilizado na construção de resistências e reexistências no contexto amazônico. Este trabalho se articula diretamente com o GT 13: Educação, Pesquisa e Transformação Social, ao propor uma leitura crítica dos processos educacionais vividos por sujeitos historicamente marginalizados, sob uma perspectiva de resistência e emancipação. Dialogando com os princípios da Psicologia Social Crítica e a pesquisa engajada, a comunicação enfatiza a importância de metodologias e epistemologias que rompam com a lógica hegemônica e colonizadora da produção científica. Ao abordar a experiência de uma mulher indígena amazônida, a proposta se insere também no eixo temático da educação como território de resistência, e compartilha do compromisso com práticas pedagógicas transformadoras, sintonizadas com a urgência de superar desigualdades estruturais, especialmente em tempos de avanço das ideologias neocoloniais e neofascistas.O estudo está fundamentado em um arcabouço teórico crítico-decolonial e interdisciplinar, que articula aportes da Psicologia Social Crítica, da Geografia Humanista e da Antropologia Ameríndia. A noção de Corpo-território apresenta-se enquanto categoria que expressa a conexão entre identidade, ancestralidade, território e subjetividade, permitindo compreender como as violências atravessam corpos e espaços em conjunto. Isso é possível ainda a partir da ótica da Interseccionalidade utilizada como ferramenta analítica para compreender a sobreposição de opressões que afetam mulheres indígenas no context educacional e urbano. A pesquisa se insere no macroprojeto “Itinerários e condições de desenvolvimento de jovens estudantes do ensino superior: desafios para a permanência”, financiado pela FAPEAM. Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, com foco em um estudo de caso narrativo. A protagonista, identificada como Ibiacy (nome fictício), é uma jovem universitária Tikuna de 18 anos, bilíngue e amazônida. Utilizou-se a entrevista narrativa aberta, gravada em janeiro de 2024, com duração de 46 minutos. A análise foi realizada a partir da análise de conteúdo categorial temática de Bardin com apoio do software Atlas.ti. A entrevista foi transcrita e interpretada à luz das categorias analíticas previamente definidas, com foco nas interseccionalidades e no conceito de corpo-território. A partir de então foi possível apontar três grandes categorias que emergiram da análise: 1. A Festa da Moça Nova – A mulher como resumo do cosmos

inspirada na ritualística Tikuna, essa categoria revelou como a ancestralidade e os rituais de passagem operam na constituição do corpo como território sagrado. Mesmo não tendo vivenciado integralmente o rito tradicional, Ibiacy carrega em seu corpo a memória viva da ancestralidade Tikuna, representada especialmente pela

trajetória de sua mãe. 2. Corpo-território – Território existencial. Constata-se que o corpo de Ibiacy se tornou um lócus de expressão da resistência, profundamente atravessado por violências étnicas, de classe e de gênero. O rompimento com a fala da língua materna, após um episódio de agressão escolar, marcou uma forma de desterritorialização simbólica. Ao mesmo tempo, a manutenção da memória coletiva através da oralidade da mãe representou um ato de reterritorialização. Com ancenstralidade e a resistência foi possível manter aspectos culturais que repercutem na sua identitade e constitui aspectos fundamentais da sua subjetividade a despeito de todas violências vivenciadas. A educação e os caminhos percorridos para chegar na univerisdade e garantidos por políticas públicas de acesso, inclusão e permanência apontaram novas possibilidades, em meio as dificuldades, resistir continua sendo um ato de luta e busca por justiça e sobrevivência emu ma sociedade que mata e silencia as diferenças. 3. O Encontro com os Mascarados – Interseccionalidade e Educação. Inspirada na mitologia Tikuna, essa categoria simbolizou o enfrentamento das opressões sociais — o patriarcado, o racismo institucional e o capacitismo presentes na trajetória educacional de Ibiacy. O ingresso na universidade por meio da cota indígena, o apoio da mãe e a participação em movimentos estudantis se configuraram como espaços de resistência e afirmação identitária. A trajetória de Ibiacy revela que o corpo-território é mais do que uma metáfora: é uma realidade existencial e política vivida cotidianamente por mulheres indígenas citadinas. Suas experiências mostram que a permanência no ensino superior não é apenas uma questão de acesso, mas de resistência subjetiva, cultural e epistemológica. A pesquisa reafirma a importância de políticas públicas que contemplem a permanência estudantil de forma interseccional, territorializada e decolonial, valorizando os saberes tradicionais e a diversidade epistêmica. Além disso, aponta para a urgência de práticas pedagógicas comprometidas com o reconhecimento da pluralidade dos corpos, histórias e formas de existência nos espaços educacionais. Por fim, a narrativa de Ibiacy, ao revelar os desafios enfrentados e as estratégias de resistência construídas em diálogo com sua ancestralidade e com o território urbano que habita, ressignifica o espaço acadêmico como território de reexistência, onde o corpo indígena deixa de ser silenciado para se tornar protagonista de sua própria história.

Traduzindo para a prática: experiências de dois grupos de pesquisa em psicologia escolar

Rebecca Moura de Almeida Ferreira Carvalho (PUC-CAMPINAS), Mariana Gentili Perez (PUC-CAMPINAS), Vera Lucia Trevisan de Souza (PUC-CAMPINAS), Raquel Souza Lobo Guzzo (PUC-CAMPINAS)

O psicólogo escolar tem o papel de promover ações em defesa do desenvolvimento de alunos e educadores, trabalhando em parceria com diferentes profissionais atuantes na escola. Seu trabalho deve entender o estudante como agente na construção do pensamento crítico visando, de forma coletiva, a transformação e superação das próprias condições de vida dos sujeitos. Porém esse entendimento ainda é escasso em especial se pensarmos na formação e capacitação dos psicólogos para o campo escolar. Infelizmente ainda observamos práticas individualizantes e estigmatizantes produzidas no campo revelando uma formação defasada com práticas em psicologia dominantes e elitistas.

Buscando refletir sobre a práxis dos psicólogos e contestando práticas como essas acreditamos na importância da pesquisa e na formação de profissionais para uma atuação coletiva, crítica e emancipatória. É necessário capacitar psicólogos a entender a escola como um território da diversidade e da inclusão, o acesso ao ensino superior e ao mercado de trabalho e o papel do psicólogo na luta dessa inclusão. Assim, compreendendo essa problemáticas, este estudo examina dois grupos de pesquisa que têm como campo a psicologia escolar em uma cidade do interior de São Paulo. Os dois grupos, apesar de diferentes, têm como propostas bases uma capacitação e formação em prática e pesquisa voltado ao enfrentamento de práticas dominantes e opressoras, visando práxis coletivas de promoção dos modos de viver.

O primeiro grupo, o Grupo de Pesquisa "Processos de Constituição do Sujeito em Práticas Educativas" (PROSPED), atua em escolas estaduais e segue a Psicologia Histórico-Cultural, especialmente a abordagem de Vygotsky. Utiliza a expressão artística como metodologia de pesquisa-intervenção-arte, empregando a arte para engajar os indivíduos na reflexão e no desenvolvimento. Apesar das diferenças metodológicas, ambos os grupos adotam uma abordagem crítica e comunitária, envolvendo estudantes, professores, funcionários e a comunidade em geral. Este estudo busca inspirar novas práticas críticas e sensíveis ao contexto na psicologia escolar ao comparar essas abordagens distintas. Para exemplificar uma pesquisa desse grupo, será apresentado uma pesquisa de mestrado finalizada que teve como objetivo analisar a potência dos animes e mangás na mobilização de afetos e da imaginação de adolescentes com adolescentes do 6º, 7º e 8º anos do Ensino Fundamental II, de uma escola estadual. Foram realizados encontros de cunho reflexivo em sala de aula, com a estratégia de apreciação de animes e mangás diversos, debates, desenhos e textos. Como resultado a pesquisa evidenciou os animes e mangás como materialidades mediadoras pode se constituir como estratégia potente no contexto escolar e nas práticas psicológicas voltadas ao coletivo, mobilizando os afetos e a imaginação, em uma atuação mais crítica, acolhedora e transformadora das condições de vida de adolescentes. A pesquisa ainda

O segundo grupo, o Grupo de Pesquisa "Avaliação e Intervenção Psicossocial: Prevenção, Comunidade e Libertação" (GEP-InPsi), baseia-se no Materialismo Histórico-Dialético, com referência em González Rey, Holzkamp, Martín-Baró e Vygotsky. Uma de suas principais iniciativas é o projeto de extensão universitária ECOAR, que integra psicólogos escolares à rede pública

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

municipal, promovendo uma abordagem preventiva por meio da Pesquisa-Ação Participativa. Para exemplificar as propostas do grupo, será apresentado outra pesquisa de mestrado também finalizada. A pesquisa teve como objetivo caracterizar o conceito presente de instrumentalidade em documentos institucionais selecionados da psicologia como orientador de uma prática profissional na realidade brasileira. Historicamente, a formação profissional nos cursos de graduação permanece distante do contexto social. A análise contribuiu para o levantamento de informações que suscitaram discussões acerca da formação básica em psicologia revelando a necessidade de discussões sobre os rumos ético-políticos da profissão, tendo como norte a construção de uma psicologia socialmente envolvida. A pesquisa ainda sintetiza de forma gráfica as conclusões sobre instrumentalidade em psicologia pensando em uma práxis mais transformadora e crítica. Essa forma gráfica também será apresentada na apresentação de comunicação oral.

Apesar das diferenças metodológicas, ambos os grupos adotam uma abordagem crítica e comunitária, envolvendo estudantes, professores, funcionários e a comunidade em geral. Este estudo busca antes de mais nada inspirar novas práticas críticas e sensíveis ao contexto na psicologia escolar ao comparar essas abordagens distintas. Porém além disso, buscando também construir novas formas de relação do conhecimento em diferentes grupos e propostas de pesquisa. Se, por exemplo, apresentarmos as propostas de trabalho na psicologia escolar utilizando animes e mangás (pesquisado pela pesquisa de mestrado do grupo um) observamos como essas propostas favorecem o processo de enriquecimento da instrumentalidade da categoria, ao mesmo tempo em que buscamos avançar na discussão desse conceito na área da psicologia (propostas da pesquisa de mestrado do grupo dois). Interligando esses grupos e esses trabalhos, entendemos que o estudo da instrumentalidade lança luz sobre as intenções finais e amplas de nossos trabalhos no contexto escolar, responsabilizando-nos - e facilitando esse processo - por cada escolha (e assim materialidade mediadora) que fazemos. Isso nos possibilita pensar na potência de pensarmos a pesquisa em psicologia escolar de forma mais unida e coletiva e não segregada por grupos, programas de pesquisa ou instituições de ensino.

Trajetórias turbinadas: análise dos discursos e práticas de aprimoramento cognitivo farmacológico no ensino superior

Camila Ribeiro da Silva (UFAM), André Luiz Machado Das Neves (UEA)

O aprimoramento cognitivo tem se tornado um fenômeno crescente no contexto acadêmico, especialmente em cursos de alta exigência como a Medicina. Essa prática refere-se ao uso intencional de substâncias ou estratégias — sejam elas farmacológicas ou não — que visam potencializar funções cognitivas como atenção, concentração e memória, com o objetivo de melhorar o desempenho em atividades escolares. Em um cenário em que o rendimento acadêmico é constantemente atrelado à competitividade, ao sucesso profissional e à produtividade, torna-se relevante compreender como estudantes lidam com essas exigências e de que forma constroem sentidos subjetivos sobre seus próprios percursos formativos. Nesse contexto, o presente estudo investigou como estudantes de Medicina da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) recorrem a mecanismos de aprimoramento cognitivo como forma de enfrentamento das pressões impostas pela formação médica e para alcançar melhores resultados acadêmicos. A questão que orienta esta pesquisa está centrada na relação entre a cultura do desempenho no ensino superior e o uso de estratégias de potencialização cognitiva, considerando os impactos subjetivos e institucionais dessa dinâmica. Partimos da hipótese de que o fenômeno do aprimoramento cognitivo não pode ser compreendido como uma escolha meramente individual, mas como uma resposta a contextos formativos marcados por sobrecarga, metodologias excludentes e ausência de apoio institucional à saúde mental discente. Buscou-se, portanto, compreender as estratégias de aprimoramento cognitivo utilizadas por estudantes da Ufam, analisando os discursos que sustentam essas práticas, as justificativas apresentadas, os sentidos atribuídos e os impactos subjetivos no contexto da formação médica. A proposta insere-se no Grupo de Trabalho voltado à juventude, ensino superior e saúde mental, articulando-se diretamente ao eixo temático que discute educação, subjetividade, medicalização e processos formativos. A pesquisa contribui para o debate sobre como práticas aparentemente individuais — como o uso de substâncias para melhorar o desempenho — são, na realidade, atravessadas por valores institucionais e lógicas sociais mais amplas, como a cultura da produtividade e a racionalidade neoliberal. Ao tensionar os limites entre escolha pessoal e imposição estrutural, esta investigação visa colaborar com reflexões críticas sobre a medicalização da vida universitária e o adoecimento silencioso que afeta uma parcela significativa dos estudantes no ensino superior. A análise foi orientada pela abordagem construtivo-interpretativa desenvolvida por González Rey (2002), que permite uma compreensão dinâmica e relacional dos sentidos subjetivos produzidos pelos sujeitos. Nessa perspectiva, a subjetividade é entendida como um processo histórico e social, em constante construção e mediado pelas experiências vividas e pelos discursos sociais compartilhados. A investigação também mobilizou os conceitos de sofrimento psíquico, desempenho, sujeito cerebral e medicalização, com base nas contribuições de autores como Peter Conrad, Ehrenberg e Ortega, além de estudos críticos sobre o educação médico e o impacto do neoliberalismo na educação. A articulação entre autores da Psicologia, da Sociologia e da Educação e dos estudos sobre processos formativos possibilitou um olhar interdisciplinar e contextualizado sobre o fenômeno estudado. A pesquisa é de natureza qualitativa e integra um projeto maior vinculado ao Programa de Cooperação Acadêmica — Amazônia (PROCAD-AM), que investiga as vivências sociais e educacionais de estudantes amazônidas. Os dados foram produzidos por meio de

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

entrevistas semiestruturadas com estudantes de Medicina da Ufam. As entrevistas, gravadas e transcritas, possibilitaram a escuta aprofundada dos sentidos atribuídos pelos sujeitos às suas estratégias de enfrentamento no processo acadêmico, especialmente no que se refere ao aprimoramento cognitivo. A análise das falas foi realizada a partir da perspectiva construtivo-interpretativa, permitindo a emergência de categorias que expressam as dinâmicas subjetivas e institucionais em jogo. Os resultados indicam que a principal estratégia de aprimoramento cognitivo relatada pelos estudantes é o consumo de bebidas energéticas, especialmente em períodos de avaliações, como provas ou apresentações de seminários. A cafeína também aparece de forma recorrente, embora tenha seu efeito relativizado nas falas, sendo descrita como uma substância de uso cotidiano, mas com eficácia reduzida ao longo do tempo. O uso de substâncias farmacológicas como o metilfenidato foi mencionado por apenas um dos entrevistados, sugerindo que, embora presente, essa prática não é majoritária entre os participantes desta amostra. Mais do que as substâncias ou estratégias em si, as entrevistas revelam discursos fortemente pautados por ideais de alto desempenho, exigência extrema e autocobrança. Muitos estudantes relataram a necessidade de privar-se do sono para conseguir dar conta da carga de estudos, a percepção de que nunca estudam o suficiente e a constante sensação de insuficiência frente às exigências curriculares. Todos os participantes apontaram a saúde mental como uma dimensão sensível e frequentemente negligenciada em sua trajetória acadêmica, sendo comum o relato de ansiedade, exaustão e sofrimento emocional. As falas também destacaram uma lacuna importante na formação docente: os estudantes relataram dificuldades com a didática de alguns professores, cujos métodos de ensino foram descritos como confusos, fragmentados ou desatualizados, o que acentuava o estresse e comprometia o aprendizado. Diante desse quadro, evidencia-se a importância de repensar o modelo de formação médica vigente, especialmente no que se refere à construção de ambientes de aprendizagem mais acolhedores, democráticos e saudáveis. A saúde mental dos estudantes precisa ser tratada como um elemento estruturante da permanência no ensino superior e não como uma preocupação secundária. A formação pedagógica dos docentes, por sua vez, emerge como uma necessidade urgente, na medida em que práticas didáticas excludentes podem potencializar o sofrimento psíquico e fomentar a busca por estratégias compensatórias, como o uso de substâncias para manter a produtividade. A análise realizada permite afirmar que o aprimoramento cognitivo, longe de ser uma escolha individual isolada, está inserido em um conjunto de práticas, discursos e políticas institucionais que reproduzem uma lógica de produtividade e eficiência, típica da racionalidade neoliberal. Essa lógica atravessa a subjetividade dos estudantes, molda suas experiências e produz efeitos concretos sobre sua saúde mental e seu percurso formativo. Assim, é necessário que universidades, gestores e formuladores de políticas públicas da educação considerem de forma crítica e comprometida as condições reais de formação dos estudantes, promovendo ações efetivas de cuidado, escuta e transformação institucional.

GT 14: EDUCAÇÃO, SUBJETIVIDADE E CRÍTICA DA CULTURA

Coordenação: Nivaldo Alexandre de Freitas (UFR), Carlos Eduardo Ramos (UFR), Maria Cristina Dancham Simões (UNIP)

A apropriação do espaço universitário pelos discentes da UFRR: elementos de adaptação e resistência

Liana Gurgel Barreto Cavalcante (UFRR), Carlos Eduardo Ramos (UFRR)

A subjetividade se constitui, se conserva e se transforma no âmbito das relações do indivíduo com o outro. A individuação, especialmente importante para os processos formativos e educacionais (não restrita apenas aos anos escolares), também conta com a apropriação da cultura, do meio social e do espaço. Este último, para além de uma definição apenas geográfica, matemática ou social, representa um lugar de possibilidades de experiências transformadoras que impactam na trajetória dos indivíduos, dentre elas a experiência promovida pela educação, que é um instrumento fundamental para a preparação e integração dos sujeitos para a vida em coletividade (SANTOS, 1999 apud NOGUEIRA, 2009). Contudo, por ser um espaço de circulação e reprodução de ideologias e de violência – dentre elas as que também se encontram em outras esferas do mundo administrado – a educação formal torna-se espaço marcado pela razão instrumental, especialmente quando amplia o seu comércio educacional até as universidades (SILVA, 2001). O capitalismo desenfreado intensifica essa lógica ao converter a educação em mercadoria, impulsionando uma massiva adaptação dos sujeitos ao mundo do trabalho, conformando-os às normas do seu modo de produção. Os espaços universitários de instituições privadas já se encontram, em muito, contaminados pela lógica de mercado, mas a crescente privatização da educação e sua consequente precarização arrasta a mesma lógica para o setor público, o que se faz notar no âmbito das relações institucionais e da apropriação do espaço institucional pelos seus membros. Uma de suas consequências possíveis é o comprometimento da formação de pensamento crítico necessário para a emancipação destes indivíduos (ZAMBEL; LASTÓRIA, 2016). É dessa forma que, segundo Theodor Adorno (2003), a educação deveria preocupar-se mais com os processos de resistência e fortalecimento dos indivíduos do que os processos adaptativos. A resistência à violência se apresenta como alternativa para o alcance de uma formação crítica, uma vez que ela implica a recusa de se ajustar ao mundo administrado e ao confrontar a realidade que se impõe como natural. Uma das formas de promoção da violência é a do cerceamento dos espaços e a redução de ambientes que promovam encontros que possibilitem a troca de experiências entre os diferentes. Nesse sentido, ocupar espaços e transformá-los também é sinônimo de resistência. Ante o exposto, a presente pesquisa tem como objetivo compreender os processos de adaptação e resistência de discentes dos cursos de graduação da Universidade Federal de Roraima (UFRR) através da apropriação do espaço institucional, analisando-o sob a perspectiva dos discentes. Optou-se por uma abordagem qualitativa do tipo exploratória, e os instrumentos para coleta de dados utilizados foram entrevistas abertas com discentes e observações assistemáticas do espaço universitário. A pesquisa fundamenta-se na perspectiva da psicologia social analiticamente orientada, em especial os estudos elaborados por Theodor W. Adorno sobre educação e formação. A análise crítica dos dados foi conduzida a partir dessa base conceitual e realizada conforme a articulação entre os referenciais teóricos pesquisados e os dados que foram reunidos na pesquisa de campo. Em relação à coleta do material empírico, as atividades de campo da pesquisa foram realizadas em duas etapas: primeiramente, observações assistemáticas,

circulando pelos espaços da Universidade Federal de Roraima, especificamente no Campus Paricarana, em diferentes dias e horários para captar múltiplas perspectivas sobre o ambiente; e, posteriormente, doze entrevistas semiestruturadas com discentes de diferentes cursos superiores situados em diferentes Centros e Institutos. As entrevistas buscaram investigar a maneira com que os discentes percebem e se relacionam com os espaços da universidade durante o próprio cotidiano, considerando os sentimentos de pertencimento e identificação e as implicações desses atributos na sua formação crítica e subjetiva. Além de um questionário sociodemográfico, foram elaboradas questões norteadoras para compreender os espaços mais frequentados, ambientes de descanso e estudo, ambientes propícios ao desenvolvimento criativo, espaços de lazer e apropriação cultural, identificações com o ambiente e possibilidade de se expressar na universidade. Além disso, também foram levantados pontos em que o espaço pode ser opressivo, limitador, antidemocrático ou violento de outras formas. Em relação aos resultados (que se encontram em andamento) as observações, juntamente às entrevistas, evidenciaram até o presente momento padrões recorrentes quanto aos locais do campus, tais como a falta de ambientes adequados para descanso e permanência de estudantes entre os períodos de aula, a carência de acessibilidade e os impactos das longas distâncias entre os ambientes (especialmente nos horários mais quentes) na motivação estudantil. Também foram relatadas questões pertinentes à estrutura física, como o predomínio de prédios "assépticos", com paredes brancas, carentes de expressões visuais, simbólicas e artísticas, que propagam uma estética de aparente neutralidade, discreta e impessoal, sugerindo um espaço intocado pelos estudantes. Estes se opõem a alguns poucos prédios com fachadas que valorizam a arte local e realizam exposições artísticas em seus corredores. Ainda, a incorporação de elementos visuais nos espaços da universidade foi uma demanda manifestada como possibilidade de recurso capaz de transformar os espaços em ambientes mais acolhedores, que estimulem a criatividade e fortaleçam a integração dos estudantes. Ademais, foi observado que, de forma geral, os prédios da universidade apresentam um estilo arquitetônico-urbanístico essencialmente burocrático, imponente e funcional, mas que tende a ser transformado e apropriado de forma singular por seus usuários. Este Grupo de Trabalho colabora para a discussão desta pesquisa a partir do desenvolvimento da temática da educação enquanto sistema que atua na formação dos sujeitos e de sua subjetividade. De acordo com Adorno (2003), é imprescindível que a educação transpasse os processos adaptativos e de natureza instrumental para combater o conformismo e a barbárie, promovendo uma formação de consciência crítica e verdadeira. Entretanto, com a influência da lógica instrumental dominante, a educação tende a se restringir à uma forma de capacitação amplamente técnica e alinhada aos interesses do mercado, dificultando a prática da resistência. Dessa maneira, a presente pesquisa se relaciona com a discussão em razão de sua investigação sobre a influência da apropriação dos espaços da universidade nos processos de adaptação e resistência de seus discentes, contribuindo com uma reflexão acerca da constituição crítica e subjetiva dos estudantes integrados nesta instituição de ensino.

Palavras Chave: educação superior, espaço universitário, subjetividade, adaptação, resistência.

Referências:

ADORNO, Theodor W. Educação e emancipação. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2003.

NOGUEIRA, Maria. Subjetividade e materialidade: cidade, espaço e trabalho. Fractal: Revista de Psicologia, v. 21 – n. 1, p. 69-86, Jan./Abr. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1984-02922009000100006>. Acesso em: 01 mai. 2025.

SILVA, Franklin. A perda da experiência da formação na universidade contemporânea. Tempo Social; Ver. Sociol. USP, S. Paulo, 13(1): 27-37, 2001.

ZAMBEL, Luciana.; LASTÓRIA, Luiz. Educação e emancipação em T. W. Adorno: contribuições para a formação de professores. Revista IberoAmericana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 11, n. 4, p. 2205-2218, 2016. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/8794>. Acesso em: 01 mai. 2025.

A Educação sob concessão: filantropização da Escola Lúcia Mayvorne no contexto neoliberal das reformas empresariais

Carolina Costa Carneiro (UFSC), Maria Fernanda Diogo (UFSC)

Esta escrita é resultado do mapeamento institucional e pesquisa documental realizado durante o estágio curricular de Psicologia Educacional e Escolar na Escola Lúcia Mayvorne, localizada no bairro Mont Serrat, em Florianópolis/SC. O bairro da escola localiza-se próximo ao centro, mas é considerado periférico, habitado predominantemente por população negra e de baixa renda. Sua ocupação remonta à década de 1850, carregando histórias de lutas marcadas por muita solidariedade (Andrade & Santiago, 2023). Entre tantas lutas, a própria escola foi construída pela comunidade e é exemplo de como a educação pública pode atuar na integração e transformação de territórios em situação de vulnerabilidade. Objetivamos analisar a transferência da Escola Lúcia Mayvorne para o terceiro setor no contexto das reformas empresariais, remodelando a educação pública sob interesses privados. Ao buscar o olhar histórico sobre a relação público/privado na educação e sobre o potencial enfraquecimento de conquistas sociais promovido pela filantropização da educação, este texto alinha-se à perspectiva deste GT.

A escola foi construída em 1978 a partir da mobilização comunitária liderada pela professora Uda Gonzaga, que já ministrava aulas em salas construídas pela comunidade desde 1962. Assim, a escola possuía inicialmente administração comunitária e financiamento coletivo, bases de uma organização verdadeiramente pública (Cruz & Agudo, 2018) e, com a pressão popular, o Governo do Estado construiu o prédio que hoje a abriga. Entretanto, em dezembro de 2011, com quase 50 anos de existência e sem consulta pública, a escola foi desativada com a justificativa de alta evasão escolar. Este fechamento ocorreu na sequência de outras escolas no município, após processo de desinvestimento e precarização da rede pública estadual (Tavares, 2011). O governo do Estado firmou, então, um convênio de gestão com uma entidade católica filantrópica do terceiro setor: a Rede Marista de Solidariedade (RMS), conhecida por manter diversas escolas sociais gratuitas. A RMS já estava presente neste território com centros sociais que ofertavam atividades pedagógicas e culturais no contraturno e passou a assumir a manutenção da escola, contratação de professores, material didático e investimentos em infraestrutura (Nebias, 2011). Embora a RMS tenha garantido o funcionamento da escola e promova boas práticas pedagógicas, a transferência de gestão revela um processo mais amplo: a substituição do Estado por organizações privadas na condução de políticas públicas essenciais.

Esse fenômeno se insere no contexto da chamada "filantropização" dos serviços públicos, iniciado no Brasil nos anos 1990, quando o Estado transfere a prestação de alguns serviços essenciais de educação, saúde e assistência social para o terceiro setor. Sob aparente "parceria" entre Estado e Sociedade Civil, convênios e concessões de serviços públicos ao terceiro setor legitimam a retirada estatal de áreas sociais ao terceirizar responsabilidades e direitos constitucionais disfarçados sob a égide da "contenção de gastos" (Montaño, 2004). A gestão privada de escolas públicas carrega implicações graves. ONGs e outras organizações atuam como substitutas do Estado e passam a cumprir função estratégica no neoliberalismo: a de contenção social. Promovem iniciativas assistencialistas, de curto prazo e fornecem respostas limitadas e paliativas aos efeitos da exclusão social, contribuindo para sua perpetuação sem enfrentar as reais as causas das desigualdades e os problemas estruturais que geram a exclusão social. Além

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

disso, essas organizações, embora apresentem um discurso de autonomia, frequentemente são financeiramente dependentes do Estado, o que coloca em xeque os argumentos de contenção de gastos e eficácia (Montaño, 2004; Silva & Almeida, 2011).

O caso da Escola Lúcia Mayvorne exemplifica esse processo de privatização "encoberta" do aparato público, carregando implicações para a comunidade do Mont Serrat. Apesar de permanecer gratuita, a escola deixou de ser um espaço controlado pela comunidade, pois passou para uma gestão privada que não necessariamente se vincula às particularidades culturais e demandas sociais daquele território, convertendo o direito à educação em assistência oferecida sob os critérios privados da RMS. Assim, o trabalho coletivo antes pautado pela cooperação e autonomia, ou seja, pela horizontalidade (Santos, 2006), passou a ser verticalmente guiado pela RMS. Em outro texto, Santos (2007) coloca que as pessoas são mais ou menos cidadãs em função dos territórios em que vivem. Não estamos afirmando que o Governo do Estado de Santa Catarina só desativou escolas em regiões periféricas, mas territórios periféricos são esvaziados de direitos mais abertamente, que passam a ser supridos, quando muito, por entidades filantrópicas.

Freitas (2012) analisa como a influência dos reformadores empresariais norteamericanos na educação pública brasileira fortalecem a lógica do mercado, não respondendo necessariamente às necessidades pedagógicas e sociais das comunidades. A introdução de práticas empresariais na gestão escolar pública corroboram com a mercantilização da educação, onde prioriza-se a eficiência financeira em detrimento da qualidade pedagógica. O autor lista potenciais consequências a esta prática: estreitamento do currículo, competição entre profissionais e entre escolas, pressão sobre os alunos, fraudes, precarização da formação e abalo moral do professor, destruição do sistema público de ensino, e ameaça à noção liberal de democracia. Em que pese a importante análise exposta por Freitas (2012), é preciso pontuar que a experiência de estágio na Escola Lúcia Mayvorne foi positiva em vários aspectos: a escola tem um clima acolhedor e afetuoso, oferece currículo diversificado no contraturno, avaliações descritivas qualitativas e formações para os docentes. A principal questão não está na gestão singular da RMS, mas na compreensão macropolítica deste modelo privatista que permite e estimula a entrega de uma escola pública ao setor privado, especialmente de uma escola pensada e fundada na/pela comunidade, levando à destruição gradual do sistema público de ensino e dos vínculos comunitários ali estabelecidos.

Ao invés de investir e fortalecer a rede pública de ensino, o Estado frequentemente opta por políticas que reduzem à filantropia o direito à educação. No entanto, a Constituição Federal reconhece e define a educação como direito social e dever do Estado. Segundo Cury (2002), a educação pública e gratuita é essencial para a constituição de uma sociedade verdadeiramente democrática, requisito para a cidadania e participação social e política. Neste sentido, privatizações contrariam princípios democráticos ao criarem desigualdades de acesso e oportunidades. Em última instância, a segregação educacional entre escolas públicas e privadas perpetua desigualdades e restringe o acesso universal ao ensino de qualidade, freando o desenvolvimento da democracia.

Como conclusão, o processo de transferência de gestão da Escola Lúcia Mayvorne no bojo das contradições do terceiro setor e das reformas empresariais da educação pública revela os impactos de uma política que desvaloriza o direito à educação pública, promove privatizações disfarçadas de filantropia e desconsidera os interesses comunitários. Reconhecemos a qualidade pedagógica no ensino ofertado pela RMS nesta escola, mas também reconhecemos que houve uma perda para a combativa comunidade do Mont Serrat na medida em que os rumos da escola não são mais por ela decididos, mas por uma gestão vertical com princípios globais pré-definidos e diretrizes nacionais e internacionais para todas as escolas

do grupo, ou seja, distanciada deste território específico. Pode-se entender esta perda de autonomia a partir de Santos (2006, p. 193): "a incorporação desses nexos e normas externas têm um efeito desintegrador das solidariedades locais então vigentes, com a perda correlativa da capacidade de gestão da vida local".

Para garantir a educação pública e de qualidade, o Estado precisa (re)assumir seus deveres, considerando que a injeção de dinheiro na rede pública representa investir em uma sociedade democrática. O "terceiro setor", enquanto conjunto de organizações da sociedade civil, pode atuar como colaborador, mas nunca como substituto do Estado. Defendemos um sistema educacional comprometido com as necessidades das comunidades e orientado pelo princípio do controle social. Somente com gestões públicas, democráticas e enraizadas nos territórios se poderá assegurar uma educação acessível, democrática, universal, transformadora e participativa, como preconizam os princípios da Constituição Federal e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Referências

Andrade, J., & Santiago, A. (2023). A dinâmica educacional na comunidade do Monte Serrat: Um olhar para as práticas da formação cidadã. Metodologias e Aprendizado, 6, 596–614.

Cruz, L., & Agudo, M. (2018). O histórico da escola pública moderna, sua configuração contemporânea e função social. Roteiro, 43, 77–100.

Cury, C. (2002). Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. Cadernos de Pesquisa, (116), 245–262.

Freitas, L. (2012). Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. Educação & Sociedade, 33(119), 379–404.

Montaño, C. (2004). O projeto neoliberal de resposta à "questão social" e a funcionalidade do "terceiro setor". Lutas Sociais, (8), 53–64.

Nebias, M. (2011). Governo do Estado e Rede Marista assinam convênio de gestão compartilhada. Secretaria de Estado da Educação. https://www2.sed.sc.gov.br/secretaria/imprensa/noticias/23270-governo-do-estado-e-redemarista-assinam-convenio-de-gestao-compartilhada

Santos, M. (2006). A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Editora da USP.

Santos, M. (2007). O Espaço do Cidadão. São Paulo: Editora da USP.

Silva, A. , & Almeida, E. (2021). Questão social, neoliberalismo e o terceiro setor: reflexões teóricas para a crítica na contemporaneidade. In. X Jornada Internacional Políticas Públicas: Trabalho alienado, destruição da natureza e crise de hegemonia. UFMA.

Tavares, E. (2011). Governo catarinense fecha escolas em Florianópolis. IELA. https://iela.ufsc.br/governo-catarinense-fecha-escolas-em-florianopolis/

A plataformização do ensino superior como intensificadora de desigualdades e precarização

Maria Fernanda Diogo (UFSC)

O Brasil enfrenta retrocessos político-sociais em muitos setores. No educacional, o processo neoliberal de mercantilização das instituições de ensino superior (IES) públicas, em curso desde os anos 1970, somado às constrições orçamentárias impostas pela Emenda Constitucional no 95, de 2016, intensificaram quadros de abandono e evasão durante a suspensão das aulas presenciais ocorrida na crise sanitária causada pela Covid-19. Este estudo objetivou compreender os sentidos atribuídos ao ensino remoto emergencial (ERE) por professores/as universitários/as. Esta discussão ainda é atual, pois precisamos entender a abertura à plataformização promovida pelo ERE para enfrentá-la, pois os/as estudantes em situação de vulnerabilidade sentem mais intensamente o desmonte das políticas públicas educacionais.

A coleta de dados utilizou questionários online aplicados à época em que as IES iniciavam o ERE. Foram analisados 137 questionários respondidos por docentes do ensino superior. Quanto ao perfil, os/as respondentes residiam em 14 Estados brasileiros; identificaram-se predominantemente como mulheres (65%) com mais de 11 anos de magistério (68,5%); majoritariamente ministravam aula em uma única instituição (85,5%); e trabalhavam em IES públicas (65%), privadas (22%) ou outras (13%).

Foi utilizado o arcabouço teórico da psicologia histórico-cultural na apreensão do movimento dos/as respondentes com relação ao objeto estudado. As análises se inspiraram nos núcleos de significação, de Aguiar e Ozella (2013, p. 303), buscando "[...] as mediações sociais constitutivas do sujeito, saindo da aparência, do imediato, indo em busca do processo, do não dito, do sentido". Buscou-se a dialética entre os significados e os sentidos, estabelecendo-os como "unidade contraditória do simbólico e do emocional" (p. 304). Para Vigotski (2009), os significados são produções sócio históricas compartilhadas e sintetizam compreensões da realidade relativamente estáveis, enquanto os sentidos representam aspectos singularizados pela experiência pessoal e social dos sujeitos, sendo mais dinâmicos e inconstantes. Análises semióticas almejam a compreensão das relações intersubjetivas como processos dialógicos, pois os sentidos são produzidos em relação aos significados nas tramas sociais.

As análises resultaram em 4 núcleos de significação, expostos em Diogo (2024). Para este texto, foram aprofundadas as significações atribuídas ao núcleo (im)possibilidades pedagógicas relacionadas ao ERE – este agrupou a maior quantidade de relatos e refletiu sobre um contexto marcado por desigualdades sociais na interface ao desmonte das políticas públicas educacionais, alinhando-se à proposta deste GT.

Muitos/as docentes atribuíram ao ERE o sentido de "paliativo acadêmico" (P89), descrevendo a modalidade como "intensificadora de desigualdades, mas a única via possível para mitigar os impactos da ausência de estímulos epistemológicos durante o período de isolamento" (P116). Também emergiu o sentido de promoção de vínculos: "se não mantivermos algum contato [...] haverá grande desistência" (P89), sendo necessário "diminuir a exigência quanto a[o] conteúdo nesse momento" (P11). Muitos/as relataram prejuízos formativos, pois perdeu-se "a aprendizagem do debate, de ouvir o contraditório, entender as posições do outro, questionar as próprias certezas" (P73). No ERE "há muito menos participação e interação dos estudantes" (P55), o que gerou o sentimento "de estar planejando aulas para ninguém" (P88). Uma docente enfatizou "a grande dificuldade de parte dos alunos cursarem disciplinas, participarem sistematicamente das aulas, em função das condições adversas" (P73). Isto causava "ansiedade [de] saber que, no próximo semestre, os mesmos alunos terão problemas quanto ao acesso" (P108). Um professor

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

escreveu: "tenho a impressão que esse processo está desqualificando ainda mais a presença e a participação como parte da relação social que se estabelece na relação pedagógica presencial" (P25). Outra narrou a "sensação de farsa pedagógica. Não ensino direito e eles não aprendem adequadamente" (P33).

Predominou nos relatos o sentido de desconforto relacionado ao ambiente remoto e a atribuição de superioridade relacionada à formação presencial, lógica na qual os/as docentes se constituíram profissionais. Muitos/as não detinham conhecimentos tecnológicos ou equipamentos adequados, enfrentaram a intensificação do trabalho e percalços na conciliação deste com o de cuidado – principalmente as mulheres (Diogo, 2024). Percebeu-se sentidos ambivalentes relacionados ao ERE: intensificador de desigualdades, mas a única saída para aquele momento. Era necessário manter vínculos dos/as estudantes com as IES e com o saber, contudo a maioria relatou prejuízos formativos, demonstrando preocupação com o baixo envolvimento estudantil e incertezas quanto ao aprendizado. A pífia participação dos estudantes gerou sentimentos de planejar aulas para ninguém e de farsa pedagógica. Baixas expectativas formativas somadas ao pouco domínio das técnicas de ensino remoto redundaram em simplificações, pois os docentes passaram a meramente "acompanhar" as aprendizagens durante o ERE (Pichetti, 2020).

Além disso, muitos/as estudantes não tinham condições sociais favoráveis, recursos tecnológicos ou acesso à internet. Antes da pandemia, a conexão digital era problemática para as classes desfavorecidas e/ou residentes em áreas rurais (Agência Estado, 2020). Na crise sanitária, não houve programas emergenciais consistentes de apoio às escolas/IES e o Ministério da Educação fechou 2020 com a menor dotação orçamentária desde 2011 (Grabowski, 2021), abandonando à própria sorte "[...] os estudantes das frações mais exploradas e expropriadas que ingressaram via cota racial ou de escola pública" (Leher, 2020, p. 1).

Emergiram nos questionários relatos sobre a "precarização e evasão no Ensino Superior" (P137), pois o ERE "só faz aumentar a exclusão e as desigualdades sociais" (P38). Professores/as mencionaram "a implantação de um grande negócio na Educação que expressa sua face mercadoria de forma cada vez mais evidente" (P16), pois o ERE pode "legitimar aulas remotas como substitutas das aulas presenciais" (P102) e promover "a difusão acrítica e sem controle do ensino à distância" (P133). Uma professora detalhou a "sensação de fracasso e desespero pelo que significa ceder ao ensino remoto e abrir as portas para o capital oligopolista. Será a morte do pensamento crítico no ensino superior" (P37).

Não se deve estabelecer correlações lineares em relação à abertura universitária à plataformização e a morte do pensamento crítico, contudo, na arquitetura cibernética, "o usuário humano não é agente, mas ambiente para a agência de sistemas não humanos" (Cesarino, 2022, p. 64/5). Esta lógica contrasta com a liberdade de cátedra, limitando o controle docente sobre o processo pedagógico, afinal "quem controla as mediações controla o próprio acesso das pessoas ao real" (p. 46).

Percebeu-se nos relatos sentidos de precarização e desqualificação da docência pela abertura do setor público ao capital privado. Vários/as pesquisadores/as propuseram reflexões que vão ao encontro destas significações. Fieira, Evangelista e Flores (2020, p. 27) denunciavam o "fetichismo tecnológico" agenciado pela mídia ao promover o ERE como a "salvação da educação". Para Pichetti (2020), o formato ampliou a lógica remota de organização da atividade pedagógica. Williamson, Eynon e Potter (2020) descreveram uma parceria, vinculada à UNESCO, entre grandes corporações de tecnologia e organizações financeiras internacionais visando expandir os domínios das plataformas privadas. Pesquisa realizada em IES no pós-pandemia por Silva e Gomes (2023) evidenciou a ampliação das aulas virtuais em hibridismo com as presenciais, impactando na desregulamentação das atividades, deterioração dos direitos trabalhistas docentes e piora na qualidade do ensino.

A educação é um sistema complexo, carrega em seu bojo as contradições sociais, promovendo profundas alterações no ensino, sendo preciso analisá-las

criticamente. Dois pontos merecem destaque na conclusão deste texto: o pedagógico e o político. No quesito pedagógico, os sentidos atribuídos à experiência remota evidenciaram a ausência de uma ou mais condições para que o ensino e a aprendizagem se tornem efetivos, principalmente porque "o ato de ensinar precisa de troca" (P132); no político, o formato foi significado como intensificador de desigualdades e precarização, ampliando o engajamento da comunidade universitária numa lógica pedagógica virtual e a entrada do capital informacional das big techs nas IES públicas, aprofundando a mercantilização da educação superior – inclusive com implicações para a soberania nacional. Compreender de forma crítica a plataformização das IES e as desfiliações que este modelo promove é fundamental para nos engajarmos em lutas por uma educação de qualidade para os/as nossos/as jovens.

AGÊNCIA ESTADO. Internet chega a 4 em cada 5 lares, diz IBGE; excluídos digitais somam 45,960 mi. Agência Estado, 29 abr.2020.

AGUIAR, W.; OZELLA, S. Apreensão dos sentidos: aprimorando a proposta dos núcleos de significação. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 94, p. 299-322, 2013.

CESARINO, L. O mundo do avesso: verdade e política na era digital. São Paulo: Ubu, 2022.

DIOGO, M. F. "O possível dentro do impossível": sentidos atribuídos por professores/as universitários/as relacionados ao ensino remoto emergencial. Obutchénie, v. 8, 1-26, 2024.

FIEIRA, L.; EVANGELISTA, O.; FLORES, R. Um "presente de grego" para a educação pública brasileira. Executiva Nacional de Estudantes de Pedagogia, 27 abr.2020.

GRABOWSKI, G. A boiada está passando na Educação. Extra Classe, 6 abr. 2021.

LEHER, R. Universidades públicas, aulas remotas e os desafios da ameaça neofascista no Brasil. Carta Maior, 02 jun.2020.

PICHETTI, C. A metamorfose da excepcionalidade. Universidade à Esquerda, 24 nov.2020.

SILVA, A.; GOMES, A. Mercantilização do ensino superior, crise trabalhista e pandemia do COVID-19. Revista Trabalho, Política e Sociedade, v. 8, n. 13, e-822, 2023.

VIGOTSKI, L. S. A construção do pensamento e da linguagem. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

WILLIAMSON, B.; EYNON, R; POTTER, J. Pandemic politics, pedagogies and practices: digital technologies and distance education during the coronavirus emergency. Learning, Media and Technology, v. 45, n. 2, p. 107-114, 2020.

A reforma do Ensino Médio e o trabalho docente à luz da teoria crítica

Nivaldo Alexandre de Freitas (UFR), Maria Cristina Dancham Simões (PUC-SP), Carlos Eduardo Ramos (UFRR)

Este estudo tem como objeto de investigação a organização do Novo Ensino Médio (NEM), entendido aqui como política educacional que aprofunda a crise da formação cultural em vez de enfrentá-la. Com base na Teoria Crítica da Sociedade, especialmente dos escritos de Theodor Adorno, busca-se compreender de que maneira o NEM pode ser interpretado como um dispositivo da pseudoformação, conceito que remete à adaptação passiva do sujeito a uma realidade social marcada por contradições estruturais. Especificamente, o estudo visa identificar e analisar os efeitos da mudança curricular no trabalho docente. A hipótese da pesquisa é a de que a reforma do ensino médio tem produzido impactos significativos no cotidiano escolar, afetando a saúde dos professores das escolas públicas. Em "Dialética do Esclarecimento" (2006), Horkheimer e Adorno descrevem o mundo administrado como expressão do capitalismo tardio, no qual a razão se converteu em instrumento de dominação e a cultura em mercadoria. Essa racionalidade técnica e funcional bloqueia a possibilidade de emancipação, tanto individual quanto coletiva, instaurando uma lógica em que o sujeito é moldado pela necessidade de adaptação. No ensaio "Teoria da pseudocultura" (1959), Adorno aprofunda essa crítica ao mostrar como a formação é substituída por treinamentos técnicos destinados a integrar os indivíduos em um sistema social irracional. Em vez de desenvolver a autonomia crítica, o modelo de educação proposto visa formar para a competição, sacrificando a reflexão, a espontaneidade e o pensamento. Nesse cenário, o Novo Ensino Médio pode ser lido como uma expressão institucional dessa racionalidade instrumental. A reforma, prevista na Base Nacional Comum Curricular e em dispositivos como a portaria nº 1.432, de 28 de dezembro de 2018, articula-se em torno da formação por competências. Esta, por sua vez, é compreendida como a mobilização de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores voltados à adaptação dos estudantes ao mundo do trabalho, à vida cotidiana e ao exercício da cidadania – tal como estas esferas se encontram constituídas hoje nesta sociedade. O que se apresenta como inovação pedagógica revela-se como um processo de intensificação da pseudoformação. Um dos eixos estruturantes do NEM, "processos criativos", propõe o desenvolvimento da criatividade com vistas à solução de problemas sociais e profissionais. No entanto, essa criatividade é formatada por objetivos utilitários, sendo subordinada às demandas do mercado. A cultura artística e o pensamento crítico são incorporados apenas de maneira funcional, isto é, instrumentalizados como meios para o aumento da produtividade e da empregabilidade. A liberdade criadora é substituída por um repertório limitado de soluções pragmáticas. Assim, a formação oferecida distancia-se da concepção de formação integral e autônoma e se aproxima da adaptação às exigências de um sistema produtivo obsoleto, embora ainda hegemônico. A racionalidade do mundo administrado, como já indicava Adorno, sustenta-se sobre a ideia de utilidade. No campo educacional, isso se traduz em políticas que valorizam unicamente aquilo que pode ser convertido em capital humano. O NEM, nesse sentido, intensifica a subordinação da educação à lógica do capital, propondo itinerários formativos nos quais as disciplinas das humanidades são desvalorizadas ou mesmo eliminadas. Essa reconfiguração curricular tem efeitos sobre a subjetividade dos professores. Os docentes se veem pressionados a abandonar o papel de mediadores do conhecimento para assumir o de facilitadores de projetos, muitas vezes sem clareza quanto ao conteúdo a ser ministrado. A tradicional aula expositiva, que exige

dedicação intelectual e domínio teórico, é substituída por oficinas e atividades modulares, esvaziando o sentido da docência e desqualificando o trabalho do professor como produtor de conhecimento. O professor, nesse novo arranjo, perde o lugar de referência na relação pedagógica. O NEM, ao promover uma pedagogia de projetos e competências, reforça uma pedagogia da performance, na qual o sucesso do aluno depende de sua capacidade de autogerenciar-se como projeto. Isso exige do professor uma constante adequação, tornando o ofício docente ainda mais precário. A fragmentação curricular e a perda de centralidade das disciplinas das ciências humanas fragilizam a identidade profissional e aumentam os níveis de sofrimento psíquico entre os docentes. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, baseada na crítica imanente ao objeto, conforme sugere Adorno. Parte-se da compreensão de que a análise das contradições sociais exige a articulação entre os momentos objetivo e subjetivo da realidade. Assim, foram realizadas entrevistas com professores da rede pública que atuam no ensino médio, objetivando captar as manifestações do sofrimento docente em suas diversas expressões, articulando-as com as transformações estruturais do currículo e da organização do trabalho escolar. A crítica imanente adotada na pesquisa permite considerar tanto os marcadores sociais que organizam a estrutura educacional quanto as expressões subjetivas dos docentes frente a essas mudanças. A fala do professor é compreendida como expressão de uma objetividade internalizada, de modo que a análise das entrevistas buscou identificar o sofrimento como índice de uma contradição social mais ampla. Inspirada na Teoria Crítica, a pesquisa não reduz o sofrimento a uma dimensão privada ou psicológica, mas o compreende como sintoma de uma sociedade que exige do indivíduo a adaptação permanente, mesmo à custa de sua integridade subjetiva. Com esta pesquisa espera-se fornecer subsídios teóricos e empíricos para a crítica à reforma do ensino médio, demonstrando seus efeitos deletérios sobre a formação dos estudantes e sobre as condições de trabalho e saúde mental dos professores. Busca-se evidenciar que o NEM não responde às exigências de uma educação emancipadora, mas aprofunda os mecanismos de controle e adaptação, bloqueando o pensamento crítico e a possibilidade de transformação. Ao delinear os sofrimentos docentes como um campo legítimo de investigação, pretende-se contribuir para o fortalecimento de uma resistência pedagógica e política às políticas de pseudoformação. Por fim, esta pesquisa insere-se em um esforço mais amplo de questionamento das finalidades da educação pública no Brasil. Frente à ofensiva conservadora que instrumentaliza o ensino médio como etapa de preparação para o mercado, faz-se necessário recuperar o sentido formativo da escola enquanto espaço de reflexão, crítica e possibilidade de emancipação. Isso implica em repensar as políticas curriculares, valorizando o trabalho docente e promovendo condições institucionais que favoreçam uma formação verdadeiramente humana. A crítica à pseudoformação, aqui, não se limita a um diagnóstico, mas aponta para a necessidade de alternativas capazes de reconectar educação e liberdade. Por tudo isso, entende-se que este trabalho possui relações diretas com as temáticas centrais do GT 14: Educação, subjetividade e crítica da cultura, que toma a educação como elemento fundamental da formação humana e compreende as necessárias críticas aos modelos educacionais alienantes como parte da indispensável crítica da cultura.

PALAVRA-CHAVE: Mundo administrado; sofrimento; Teoria crítica; Psicologia; Educação

Aprender COM os estudantes como uma direção para a inclusão escolar

Nira Kaufman Sasso (UFF)

Pensar e definir hoje uma escola contemporânea passa, necessariamente, por pensar em uma escola inclusiva. Parece-nos inquestionável que a pauta da inclusão escolar está no foco das atenções na educação básica brasileira. Isso não quer dizer que seja fácil, sem lutas e sem desafios. Ainda que existam tais desafios, e que os retrocessos estejam sempre à espreita, é possível dizer que a inclusão está se consolidando nas escolas da rede básica de ensino. No entanto, a construção efetiva de práticas educacionais inclusivas ainda é um grande desafio que gera dúvidas e angústias nos diferentes atores que compõem a escola. Nos últimos anos, desde da aprovação da Lei Brasileira de Inclusão (LBI) em 2015, houve um fortalecimento do conceito de educação inclusiva nas escolas públicas e privadas do Brasil e, consequentemente, um aprofundamento das demandas que esta forma de pensar o espaço escolar apresenta para os educadores.

A sustentação de práticas inclusivas pressupõe garantir não só a matrícula e permanência dos estudantes com deficiência e estudantes com dificuldades na escolarização, mas também seu aprendizado e o estabelecimento de relações. Podemos compreender a inclusão escolar como um processo de identificação das barreiras erguidas no encontro entre a escola e os estudantes em situação de inclusão e a criação de estratégias que minimizem ou, idealmente, eliminem tais barreiras. A lei brasileira de inclusão lista uma série de barreiras que estão presentes na vida dos estudantes com deficiência, entre elas a barreira atitudinal - "(...) e) barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas; (...)" (LBI, artigo 3, inciso IV, item e) - ou, como indica Martins (2012), barreiras invisíveis que "são as mais sérias de serem removidas, pois envolvem atitudes, preconceitos, estigmas (...)" (MARTINS, 2012, p.33). Como essa barreira se materializa no cotidiano escolar? Não adianta adaptar uma atividade ou ser ledor de uma prova e manter uma postura capacitista frente ao estudante proferindo frases como: "ele não é capaz de fazer no tempo normal", "para fazer a adaptação eu preciso saber qual o problema dele". Essas posturas são atitudes que estigmatizam o estudante numa posição inferior e negativa, escancaram o preconceito, denominado de capacitismo, que é constitutivo de nossa sociedade e, portanto, da educação.

Mia Mingus (2011) destaca que quando uma pessoa está engajada em construir acesso com a pessoa com deficiência se estabelece ali uma relação de interdependência que a pesquisadora chama de "intimidade de acesso". Essa relação pressupõe cuidado, delicadeza, escuta, atenção e disponibilidade; demanda ter clareza de que a acessibilidade é também responsabilidade da pessoa sem deficiência. Essa postura faz oposição a tomar a tarefa da acessibilidade como um fardo e imprimir uma forma burocrática de fazer inclusão. Compreender a inclusão escolar como um peso ou como um favor que se faz ao estudante em situação de inclusão é retirar-se da tarefa comum de tornar a escola acessível para todos os estudantes, além de colocar o aluno em situação de inclusão em uma posição de gratidão, sempre sorrindo e agradecido. É uma postura que reforça o capacitismo. Portanto, é preciso modificar esse modo capacitista com que tratamos estudantes em situação de inclusão. Nessa direção, é importante investir em uma formação anticapacistista que contribua para eliminar as barreiras atitudinais desconstruindo uma frase que é comumente proferida diante da inclusão: "eu não sei fazer inclusão, não fui formado para isso".

A comissão OAB VAI À ESCOLA (OAB-RJ) construiu uma cartilha intitulada “Direito à educação: orientações sob a perspectiva inclusiva” abordando o item sobre direito à educação da Lei Brasileira de Inclusão. A cartilha relembra que “(...) a qualidade na educação está diretamente relacionada com a formação dos profissionais de ensino.” (OAB-RJ, 2016, p.55). Portanto, se temos a intenção de forjar atitudes anticapacitistas nos espaços educacionais, é imprescindível que se discuta sobre a formação dos profissionais que habitam as escolas visando um percurso que permita uma atuação no qual os estudantes com deficiência sejam tomados em suas potencialidades e não em supostas faltas. Que estes mesmos estudantes tenham o direito de aprender, de se comunicar, de se relacionar, ou seja, de pertencer ao espaço escolar com todos os seus direitos garantidos. Porém, antes de seguir pensando na formação dos professores, é preciso lembrar que além do investimento em formação é preciso que haja um compromisso institucional - público e privado - com inclusão escolar. Os educadores precisam contar com o suporte das instituições e com recursos humanos e não humanos para que possam levar adiante práticas acessíveis e inclusivas.

As escolas são formadas por pessoas e, portanto, são essas pessoas que são responsáveis por criar estratégias e recursos que auxiliem a aprendizagem dos estudantes em situação de inclusão. No entanto, para que tais estratégias sejam efetivas é fundamental que os educadores possam se sentir capazes de empreender nessa construção coletiva nos espaços de atuação que ocupam. Uma das direções possíveis dessa formação é a construção de um corpo que sustente não saber tudo sem se desfalecer diante do outro dito "diferente". Um ser e fazer-se professor através de uma postura ativa na busca por conhecer o outro, conectar-se com os estudantes. Uma posição frente à inclusão que não seja de “saber tudo”, mas também que não seja “saber nada”, mas que permita-se aprender COM o estudante, no encontro. Há uma insistência em afirmar-se “não preparado” para fazer inclusão, o que denota um desejo de saber fazer, saber incluir. São educadores que buscam ser inclusivos, atender as necessidades específicas dos estudantes em situação de inclusão e melhorar suas práticas em sala de aula. Nesse esforço procuram um “manual” que os permita acessar um saber pronto que, uma vez aprendido, os tornarão preparados para atuar com todos os alunos em situação de inclusão que habitarem suas salas de aula. Não é possível “estar preparado” porque cada experiência de incluir é única.

Portanto, a direção não é de forjá-las, mas de sustentar esse "não-saber" como pressuposto ético da inclusão. O "não-saber" é sustentar um aprender no encontro com o outro, no caso, com os estudantes com deficiência e/ou em situação de inclusão; sustentar um saber que se inventa no encontro, conhecendo o estudante e deixando-se conhecer por ele. Uma prática inclusiva que tenha como ferramenta o “não saber” permite ao outro contar suas histórias. E é dessa escuta ativa que serão elaboradas as estratégias inclusivas para eliminar as barreiras pedagógicas e físicas, entendendo que, nessa perspectiva de inclusão, do fazer COM, as barreiras atitudinais já foram vencidas.

Contexto amazônico e mães solo universitárias: As reverberações do abandono paterno na trajetória acadêmica.

Valexa Moraes de Barros (UFAM), Iolete Ribeiro da Silva (UFAM)

Resumo: Este trabalho apresenta uma pesquisa de mestrado em andamento sobre as vivências de mães solo universitárias no contexto amazônico, focando nas reverberações do abandono paterno em suas trajetórias acadêmicas. Historicamente, a figura da mulher e o exercício da maternidade passaram por diversas ressignificações, evidenciando que maternar transcende o aspecto biológico, sendo um processo de construção social e cultural permeado por expectativas e desafios. As vivências maternas são diversas, especialmente para aquelas que são mães solo. No Brasil, o abandono paterno é uma realidade preocupante, atingindo milhares de famílias, intensificando a sobrecarga materna e afetando diversas áreas da vida das mulheres. Essa situação, ao se entrelaçar com as desigualdades de gênero, raça, classe, geração e trabalho, resulta em desvantagens na trajetória educacional e acadêmica das mulheres. As mães solo assumem sozinhas os cuidados, responsabilidades pelos filhos e tarefas domésticas, encontrando obstáculos na inserção e ascensão no mercado de trabalho, agravados pela desigualdade salarial. Estatísticas recentes (2022) mostram um aumento no número de domicílios com mães solo, totalizando 11,3 milhões, com maiores proporções no Norte e Nordeste. Nesse grupo, 90% são mulheres negras (pretas e pardas), e a maioria possui baixo nível educacional, com apenas 8,9% tendo ensino superior. O acesso das mulheres ao ensino superior no Brasil foi gradativo e tardio, e o avanço na permanência tem sido distinto entre grupos raciais, com mulheres negras enfrentando condições diferentes das brancas, interligadas a fatores econômicos e de origem familiar. Mães solo, majoritariamente negras, precisam conciliar a vida acadêmica com a criação dos filhos, enfrentando uma sobrecarga que impacta sua permanência e desempenho. O apoio oferecido pelas instituições de ensino superior a esse grupo ainda é considerado insuficiente. No contexto amazônico, essa adversidade se torna ainda mais complexa devido às desigualdades regionais e às especificidades geográficas, culturais e socioeconômicas da região. A trajetória escolar de estudantes universitários oriundos de comunidades ribeirinhas, por exemplo, é marcada por dificuldades de acesso, transporte, ausência de assistência financeira e políticas educacionais. O abandono paterno na região é, inclusive, velado por mitos como o do “filho do boto”, que historicamente serviu para encobrir violência sexual e perpetuar a ausência paterna, refletindo e reforçando uma cultura patriarcal que isenta o homem das responsabilidades do cuidado. O abandono paterno gera consequências duradouras não só para os filhos (impactos psicológicos, emocionais, sociais, dificuldades escolares, baixa autoestima, insegurança), mas também para as mães, que enfrentam sofrimento emocional, solidão, insegurança e a sobrecarga de responsabilidades. A sociedade, por sua vez, frequentemente romantiza a figura da "mãe guerreira" e perpetua a ideia de que o cuidado é uma responsabilidade feminina "natural". Diante desse cenário, a pesquisa, vinculada ao Projeto HUMANITAS – CT&I FAPEAM, busca aprofundar o debate e promover uma reflexão crítica sobre as vivências de mães solo universitárias e as reverberações do abandono paterno em suas trajetórias no contexto amazônico. A questão norteadora é: Como o abandono paterno reverbera nas vivências educacionais de mães solo universitárias do interior do Amazonas? Objetivo Geral: Analisar as possíveis reverberações do abandono paterno na trajetória acadêmica e na permanência de mães solo universitárias no contexto amazônico. O trabalho se alinha a proposta do GT, considerando as relações entre educação, subjetividade (vivências, sentidos), e crítica da cultura (gênero, raça,

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

abandono, contexto amazônico, desigualdades) a partir de uma base teórica crítica Psicologia Sócio-histórica, fundamentada no método marxista, particularmente no materialismo histórico e dialético. Embasamento teórico: A Psicologia Sócio-histórica compreende o ser humano e seu mundo psíquico como produtos históricos e sociais da humanidade. Sujeito e mundo são criados no mesmo processo, mutuamente relacionados, e o indivíduo se constitui em uma relação dialética com o social e a história. Para entender um indivíduo, é essencial conhecer seu contexto social, os valores sociais, as formas de relação e produção de sobrevivência, e as formas de ser no tempo, pois o indivíduo é construtor desse mundo. Além da base sócio-histórica, o estudo fundamenta a discussão explorando conceitos e transformações relacionadas ao: Abandono Paterno: O conceito de omissão no cumprimento de deveres, seus diferentes tipos (intelectual, afetivo, material), as repercussões legais e, principalmente, as consequências psicológicas, emocionais e sociais para filhos e mães. A análise contextualiza esse abandono historicamente, relacionando-o à colonização e à cultura patriarcal, e à lenda do "filho do boto" como um mecanismo cultural de encobrimento e perpetuação de violências e negligências; Maternidade Solo e Mães Universitária: A redefinição do termo "mãe solo", a desconstrução da ideia pejorativa ligada ao estado civil, a romantização e sobrecarga da maternidade, a ideia do amor materno como construção cultural, e os desafios específicos enfrentados pelas mães no ensino superior, especialmente no contexto amazônico, incluindo questões de interseccionalidade (gênero, raça, origem) e as dificuldades enfrentadas na conciliação das múltiplas jornadas. Esses conceitos teóricos fornecem a lente crítica para analisar as vivências das participantes e as reverberações do abandono paterno em suas trajetórias acadêmicas, compreendendo-as como fenômenos construídos e vividos em um contexto histórico e social específico. Estratégias Metodológicas: A pesquisa possui abordagem qualitativa, de campo e com caráter exploratório. A abordagem qualitativa permite uma análise profunda para compreender as dinâmicas subjacentes do fenômeno, explorando a subjetividade, crenças, valores e sentidos. A pesquisa de campo estuda os fenômenos onde ocorrem espontaneamente, buscando adquirir informações e conhecimentos sobre o problema. O caráter exploratório busca formular problemas, desenvolver hipóteses, ampliar a familiaridade com o tema e fornecer subsídios para estudos futuros, aproximando-se de um fenômeno ainda pouco explorado. A metodologia está embasada na Psicologia Sócio-histórica de Vygotsky. O instrumento de coleta de dados utilizado foi a Entrevista Narrativa, um modelo não estruturado que estimula o entrevistado a contar uma história significativa de sua vida e contexto social. Essa técnica permite compreender as vivências inseridas em uma realidade social, favorece a introspecção e a atribuição de significados, e combina histórias de vida com contextos sócio-históricos para uma compreensão profunda dos sentidos que motivam as ações. As participantes foram três estudantes universitárias selecionadas a partir do banco de dados de um projeto guarda-chuva, o HUMANITAS. Os critérios de inclusão foram: ser universitária que se identifica como mãe solo, declarando ser a principal ou única responsável pelos cuidados dos filhos em decorrência do abandono paterno, e ter cursado no mínimo o segundo período da graduação. Duas participantes eram da UFAM/ICSEZ (cursos de Serviço Social e Pedagogia) e uma da UEA/CESP (curso de Letras - Língua Portuguesa). As participantes são oriundas de municípios do interior do Amazonas, especificamente duas são de Barreirinha, (uma da área rural e a outra de uma comunidade quilombola) e uma São Sebastião do Uatumã. Os procedimentos de coleta envolveram o contato inicial via aplicativo de mensagens WhatsApp, para convite formal e apresentação da pesquisa. Após concordarem em participar, as entrevistas foram agendadas no dia e horário definido pelas participantes, as quais foram realizadas via plataforma de videoconferência Google Meet. Os cuidados éticos foram seguidos rigorosamente,

incluindo a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). A análise dos dados será baseada na proposta Teórico-Metodológica de Vygotsky apresentada por Aguiar e Ozella (2006; 2013), utilizando a técnica de Núcleos de Significação. O processo envolveu: transcrição; leitura flutuante; levantamento de temas/conteúdos (pré-indicadores); aglutinação de pré-indicadores em indicadores (por similaridade, complementaridade, contraposição); formação e sistematização dos núcleos de significação que expressem aspectos essenciais dos sujeitos; e análise dos núcleos (intranúcleo e internúcleos). A análise busca evidenciar semelhanças e contradições, compreendendo o movimento do sujeito em articulação com seu contexto social, histórico e cultural para apreender os sentidos construídos. Resultados e discursões esperados: Considerando ser uma pesquisa ainda em desenvolvimento, os resultados preliminares revelam que as vivências das mães solo universitárias no contexto amazônico são perpassadas por desafios que vão além do abandono paterno em si. A análise interpretativa, fundamentada na Psicologia Sócio-histórica, que busca compreender o sujeito que se constitui em relação dialética com o social e a história, indica que tais desafios estão profundamente vinculados às categorias de gênero, raça e classe. Além disso, as especificidades geográficas e socioeconômicas da região amazônica, bem como as desigualdades regionais, ao se entrelaçam com o abandono paterno, intensificam as dificuldades na trajetória acadêmica e para a permanência no ensino superior. Desta forma, o estudo busca contribuir para a literatura científica sobre a intersecção entre maternidade solo, abandono paterno e educação superior no Amazonas, e para nortear a formulação de políticas públicas e estudantis de inclusão e permanência que considerem as especificidades sociais e culturais das mães solo universitárias na região, visando promover igualdade de gênero e educação de qualidade inclusiva.

Conversações Contracoloniais: Experimentações (trans)formativas em Psicologia e suas contribuições para a permanência estudantil

Melissa Yohana Silva (UFC), João Paulo P. Barros (UFC), Anne Carolyne Alencar da Costa (UFC), Antonio Caio Renan Silva Penha (UFC), Aléssio Lima Lopes (UFC), Mariana de Sousa (UFC), Levi de Freitas Costa Araújo (UFC), Ana Thais de Albuquerque Norões Boutala (UFC), Raimundo Cirilo Souza Neto (UFC)

O Projeto Conversações Contracoloniais sobre Psicologia e Direitos Humanos (Conversações) criado em 2017 no Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação - VIESES sob coordenação do Prof. João Paulo P. Barros iniciou sua trajetória tendo em vista a necessidade de promover debates sobre psicologia e direitos humanos da perspectiva contracolonial buscando, em espaços de compartilhamento, ampliar as possibilidades de permanência na universidade. Somado a isso, o projeto simboliza a base de ensino do Grupo VIESES, englobando os três eixos do projeto: 1. Aspectos Psicossociais da Violência e Interseccionalidades; 2. Artes, Territorialidade e (Re)existências Contracoloniais e 3. Saúde Mental, Clínica e Direitos Humanos. As narrativas traçadas nos diversos ritmos e versões do Conversações contracoloniais visam ainda, em sua trajetória, contribuir com o incentivo à permanência de estudantes que compõem o projeto, sendo financiado pelo Programa de Acolhimento e Incentivo à Permanência na Universidade (PAIP) e pelo Programa de Assistência Estudantil (PRAE) da própria Universidade Federal do Ceará.

O objetivo deste trabalho é apresentar a proposta do Conversações, o qual pauta-se em trazer problematizações críticas para contribuir com a formação de profissionais e de estudantes, que aposta na potência da troca de saberes, valendo-se de questões históricas de marginalização, periferização, negligências e fenômenos psicossociais; mostrando como são articuladas temáticas como gênero, sexualidade, racismo-branquitude, territorialização, (arte)vismos, violências, neoliberalismo e subjetividades dentre as múltiplas versões já apresentadas desses trabalhos ao longo dos anos em Grupos de Estudos (GEs), seminários, podcasts, debates, de extensão e lives. O trabalho elaborado pelo projeto recorre ao compromisso ético-político da psicologia, agindo por intermédio de ações (trans)formativas no curso de Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC).

Destaca-se ainda o papel fundamental na realização das diversas atividades, apesar dos desafios encontrados ao longo dos anos diante do desmonte na educação brasileira - cortes orçamentários, ascensão da extrema direita e disseminação de informações falsas - que ampliam a resistência à introdução de temáticas que se fazem pertinentes na constituição e na disseminação de saberes para uma prática psicológica que respeite os direitos humanos e busque, por meio de amplos debates, plantar sementes que avivem lutas frente a afetação e destruição de mundos dissidentes, atravessados por séculos de colonialidades - matriz de poder que tece e ancora a modernidade (QUIJANO, 2005). Dessa maneira, evidenciar os fazeres e viveres do Conversações contracoloniais é o papel deste estudo que tem por base a libertação proposta por Paulo Freire na educação e por Martín Baró na psicologia; evidenciando como movem os crescimentos constituídos na poética, na coletividade e nas escrevivências explorando caminhos que exponham epistemologias transgressoras dos moldes de uma psicologia colonial-centrada, abrindo-se para a construção de uma Psicologia Social Crítica.

O objetivo do trabalho é relatar o tecer do projeto em seus percursos plurais e suas discussões pertinentes, tendo em vista o compromisso com as trocas dentre as encruzilhadas, ao demonstrar a importância do Conversações na busca pela contracolonização dos discursos hegemônicos no campo da saúde mental

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

expresso na crítica e na potencialização de autores dissidentes. Os grupos de estudos, em suas últimas realizações, retrataram as obras de Ailton Krenak, Nego bispo, Luiz Rufino e Conceição Evaristo; nos cursos de extensão que enfatizam as práticas de cuidado, a importância da rede de atenção psicossocial e os diálogos amplos. Desse modo, compreende-se a conexão que este estabelece com o Eixo 2 - História, epistemologias e formação em Psicologia social - por compreender a posição crítica e de espaço de denúncia que insurgem nos fazeres e viveres, nas escritas e ações os quais adentram, também, o Grupo de trabalho 13 - Educação, Pesquisa e Transformação Social - por conduzir transformações não somente na prática universitária mas na prática social em sua magnitude. O conversações confabula ações sintonizadas aos ideais de (re)existências na história da psicologia praticadas nos anos presença deste que, este ano, amplia-se às trajetórias do VIESES como um todo em razão dos 10 anos de iniciativas que buscam promover a libertação da academia e que comemora o seu decênio em 2025.

A operacionalização ocorre dentre re-invenções utilizando ferramentas diversas quando constroi espaços e experimentações para a troca e disseminação de saberes, em cenário pandemico e fora dele. Grupos de estudos (GEs) que possibilitam visões sobre a escrevivência, confluências ancestrais e descolonizações de afetos. Seminários temáticos, ciclos de debates e rodas de conversa, os quais abordam epistemologias contracoloniais, práticas de cuidado que disfarçam as amarras coloniais e a potência dos diários de campo na inter(in)ventividade. Além de cursos de extensão, lives e podcasts; dentre eles a extensão “Desmontando o cubo branco construindo mundos outros”, com a ideia de dialogar sobre arte, periferia, afrofuturismo para o enfrentamento do racismo pela cultura e pela construção de novas narrativas; podcasts idealizados na pandemia com o intuito de alcançar amplo público, principalmente durante a pandemia. Os podcasts dividiram-se em três: ‘Presentemente’, ‘Artes Insurgentes’ e ‘Traçando vários planos’, articulando mobilizações epistemológicas e práticas. Além dessas iniciativas o projeto se estende a grupos de apoio e incentivo à permanência de estudantes negros, LGBTQIAPN+ e periferizados; contribuindo para a formação e a permanência aproximando os temas debatidos, a realidade das periferias e das populações subalternizadas. Moldes apresentados na perspectiva de desmonte das zonas de morte e traçam estratégias de reconfiguração atual da academia e no empacotar do mundo para gerações futuras (Krenak, 2020). Neste contexto, o Conversações Contracoloniais sobre Psicologia e Direitos Humanos compreende a tentativa de não apenas subverter discursos dominantes mas impulsionar discursos outros, vozes outras e mundos outros no seu comprometimento não apenas com o viés educativo mas potencializador do florescer vida na invenção, na abertura de novos horizontes que são sonho, como Ailton Krenak traz, sonho que é aprendizado, que é troca, que é conexão, pois acredita-se que compartilhar todas as ancestralidades e narrativas vivas que atravessaram este projeto é o caminho para fortalecer uma psicologia social que emerge. BARROS, João Paulo Pereira; COSTA, Érica Atem Gonçalves de Araújo; VIEIRA, Emanuel Meireles; et al. (Orgs.). Psicologias em contextos (pós) pandêmicos: saberes e fazeres insurgentes. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2023.

KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020

Mbembe, A. (2017). Políticas da inimizade. Lisboa: Antígona.

RUFINO, Luiz. Pedagogia das Encruzilhadas. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latino-Americana. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 227-278.

Corredor Cultural: a arte como produtora de novos territórios no ensino superior

Maria Eduarda de Souza (FURB), Josiele Bené Lahorgue (FURB)

Apresentaremos, neste trabalho, as ações desenvolvidas nas disciplinas de Estágio em Psicologia e Processos de Promoção e Atenção à Saúde I e II, que tiveram como campo a Coordenadoria de Assuntos Estudantis (CAE) da Universidade Regional de Blumenau (FURB), responsável pelo apoio e promoção do bem estar de seus acadêmicos. Dentre as atividades desenvolvidas no decorrer de um ano de estágio, voltaremos nosso olhar para o Projeto Corredor Cultural que tem como objetivo principal fomentar a socialização, o pertencimento e os espaços culturais dentro do território universitário por meio da arte.

As instituições de ensino, como reflexos do contexto histórico ao qual se encontram, atuam dentro de uma lógica neoliberal de compreensão da produção de conhecimento como mercadoria. Nesse sentido, estudantes isolam-se em suas próprias construções de saber, sem intersecção com outras áreas, desenvolvendo assim conhecimentos pouco emancipatórios (Hooks, 2017). O projeto, portanto, busca preencher essa lacuna por meio da arte produzida por estudantes e servidores da instituição na tentativa de promover espaços que instiguem o pensamento crítico e a troca de vivências que produzam novos sentidos.

Este trabalho se articula com o GT 14 ao compreender de forma crítica a intersecção dos saberes da Psicologia Social, Educação e Cultura, refletindo sobre práticas que visem o caráter emancipatório da educação, em meio a tantas tentativas de desmonte do ensino superior que encontramos nas políticas públicas no Brasil, desde 2016. Portanto, o Corredor Cultural contribuiu para a promoção de uma educação como prática libertadora (Freire, 2011; Hooks, 2017), a partir da criação de espaços no território universitário que viabilizem a expressão de subjetividades sem o dever de desempenhar produtividade ou perfeição. Neste sentido, articula-se com o Eixo Temático 1 ao apresentar uma proposta de intervenção em psicologia educacional, que promova saúde mental pautada no compromisso ético-político.

Diante do cenário que se encontra o ensino superior no Brasil, vale ressaltar a necessidade de criação de uma cultura há um tempo esquecida: o conhecimento em sala de aula é apenas uma parte da formação superior. Hoje a universidade tem alocado seu conhecimento apenas para as quatro paredes brancas de seus blocos, dentro de uma perspectiva bancária/mercadológica (Freire, 2011; Hooks, 2017) sem considerar que a arte também pode ser uma forma de promover saúde, bem como um dispositivo de crítica social e até mesmo uma ferramenta de desenvolvimento da sensibilidade necessária a qualquer profissional. A consciência crítica e a transcendência do modo como se organiza a sociedade não têm vez, pois as referências de uma política neoliberal estão cada vez mais consumindo o cotidiano, o trabalho, a atuação profissional, constituindo subjetividades sem crítica, sem atualização, sem vida. O sujeito, para Vigotski (2000) é compreendido como um ser social, histórico, não fragmentado e marcado pela cultura, constituído assim em um processo interativo mediado pela linguagem. Portanto, o compartilhamento de expressões artísticas entre estudantes, possibilita a criação de pertencimento ao território universitário, produzindo assim territórios existenciais e afetivos. Neste sentido, território é aqui compreendido como o espaço geográfico, mas também as produções existenciais produzidas nesses espaços, que são marcadas pela cultura hegemônica e pelos processos de produção de uma contraordem (Santtos, 2001).

O projeto teve início em Julho de 2024 e inicialmente realizamos o cadastro das pessoas interessadas em participarem, por meio de formulário na plataforma

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

Microsoft. No total foram organizadas 7 edições, reunindo apresentações de variadas linguagens artísticas: música, poesia, literatura, dança e artes visuais. Foram promovidas reuniões com as pessoas inscritas e selecionadas para cada uma das edições, para ajuste dos detalhes necessários para a realização das apresentações. Os eventos aconteciam em diferentes espaços, visando circular pela Universidade. Em todas as edições contamos com a parceria da Divisão de Cultura da FURB. As divulgações dos eventos aconteceram por meio das redes sociais da CAE e da Divisão de Cultura, bem como via e-mail institucional para estudantes e servidores, e via mensagem de WhatsApp para as Coordenações de Curso.

O projeto teve como ponto de partida a criação de espaços não-formais para que a arte desenvolvida pela comunidade acadêmica circulasse e promovesse o fortalecimento de vínculos, além do sentimento de pertencimento frente ao território. É interessante pensar essa socialização, entre servidores e estudantes de diversos cursos e setores, como um encontro que pode, ou não, produzir novas subjetividades e olhares, uma vez que as vivências estéticas (Vigotski, 2010) também reverberam e contribuem para a forma como estes sujeitos se constituem e se colocam no mundo. No entanto, ao longo das sete edições, algumas barreiras foram sendo enunciadas. Durante o desenvolvimento do Corredor Cultural pensou-se que sua articulação pudesse ocorrer a partir do engajamento dos próprios artistas-estudantes, porém ao decorrer das intervenções foi sendo evidenciado o lugar de agente passivo ocupado por estes, que aderiram de forma muito tímida ao projeto. No período de um ano, foram recebidas apenas quarenta inscrições, dentre estudantes e servidoras, e somente trinta e três artistas participaram de alguma das ações promovidas. Nesse sentido, fica como ponto essencial para o projeto entender os motivos pelos quais alguns participantes se inscreveram e não quiseram participar, as razões pelas quais houveram desistências e, principalmente, a baixa aderência ao projeto, considerando que, segundo o site própria universidade, há oito mil estudantes matriculados, além de um corpo docente com mais de seiscentos professores, fora os demais servidores. Isso pode ser explicado pela política da instituição que ainda é muito enraizada no modelo de educação bancária (Freire, 2011), o que dificultou o desenvolvimento de um projeto que transgredisse essa referência de se produzir conhecimento. Desta forma, é possível pensar o projeto como uma ferramenta que pode ser utilizada dentro de uma prática libertadora de se fazer educação (Freire, 2011), no entanto, é necessário que as próprias instituições tenham como foco não apenas formar profissionais para o mercado de trabalho, mas também tenham como preocupação a formação crítica de seus estudantes e a produção de novos territórios existenciais.

Epistemicídio Escolar: A ausência de representatividade e seus impactos na subjetividade e na evasão dos corpos negros na educação

Bruna Oliveira dos Santos (UNICAMP), Bete Figueroa (UNICAMP)

• Introdução

Apesar de mais da metade da população brasileira se autodeclarar preta ou parda (55,5%, segundo o IBGE, 2022), o acesso, a permanência e a representação desses sujeitos na educação seguem atravessados por desigualdades históricas. A taxa de analfabetismo entre pessoas negras é mais que o dobro da registrada entre pessoas brancas, e a conclusão do ensino médio e o acesso ao ensino superior continuam sendo desiguais. Esses dados revelam uma educação que não reflete a diversidade racial do país e, mais do que isso, expressa a existência de uma exclusão simbólica.

Neste contexto, a escola opera como um espaço de reprodução de uma lógica eurocentrada de conhecimento, promovendo o epistemicídio (SANTOS, 2010), entendido como o apagamento das epistemologias negras, indígenas e populares. A ausência de representatividade afeta diretamente a constituição da subjetividade dos estudantes negros, comprometendo seu senso de pertencimento e fomentando processos de evasão escolar.

Objetivo

Este trabalho busca refletir, a partir da Psicologia Social, sobre os impactos subjetivos do epistemicídio escolar, relacionando a exclusão simbólica de saberes negros e a ausência de representatividade, à evasão de estudantes pretos e pardos. O objetivo é demonstrar como a falta de representatividade no espaço educacional compromete a construção identitária e dificulta a permanência desses sujeitos na escola.

Relação com o GT e eixo temático: Educação, subjetividade e crítica da cultura

Inserido no eixo “Educação, Subjetividade e Crítica da Cultura”, o trabalho propõe uma análise crítica das práticas escolares que produzem subjetividades racializadas e excluídas. A partir da Psicologia Social, busca-se compreender como a cultura escolar, ao silenciar corpos e saberes negros, reforça estruturas de dominação e limita a experiência subjetiva dos estudantes.

Orientação teórica

A análise teórica parte da noção de representações sociais (MOSCOVICI, 2012; JODELET, 2001), fundamentais para entender como sentidos sobre raça e pertencimento são socialmente construídos e internalizados. A categoria de epistemicídio, proposta por Boaventura de Sousa Santos (2010), é central para pensar a exclusão dos saberes negros como forma de violência simbólica. Frantz Fanon (2008), por sua vez, contribui com reflexões sobre os impactos psíquicos do racismo na constituição da subjetividade negra, especialmente ao descrever a alienação gerada pela negação simbólica de humanidade. Daniela Guimarães Serafim (2021) complementa essa abordagem ao relacionar a evasão escolar da população negra ao racismo institucional e ao não reconhecimento da escola como um espaço possível de ocupação e pertencimento.

Estratégias metodológicas

Trata-se de uma análise qualitativa com base em revisão bibliográfica crítica e dados secundários. Foram utilizados dados do IBGE (2022) e textos acadêmicos e teóricos sobre epistemicídio, exclusão escolar, subjetividade negra e representações sociais. As leituras foram analisadas com base na articulação entre Psicologia Social, estudos críticos de raça e crítica da cultura.

Resultados

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

A análise revelou que a ausência de representatividade negra na escola contribui para processos de desidentificação e sofrimento psíquico. A escola, mesmo após marcos legais como as Leis 10.639/03 e 11.645/08, continua ensinando majoritariamente a partir da ótica da branquitude, com materiais didáticos que reforçam estereótipos ou apagam protagonismos negros, apresentando pouca ou nenhuma representatividade, com figuras negras que seriam importantes sendo invisibilizadas e os proprios saberes afrocentrados, sendo desprezados. Como aponta Serafim (2021), esse ambiente não é reconhecido por muitos estudantes negros como um lugar possível de pertencimento ou de projeção de futuro. Muitos desses estudantes abandonam a escola por múltiplas razões, entre elas a dificuldade de se enxergar no espaço escolar como sujeito pleno de direitos e capacidades. Mesmo no Ensino Superior, os obstáculos para permanência ainda são significativos.

Conclusões

A evasão escolar da juventude negra pode ser explicada a partir do contexto de um epistemicídio estrutural que organiza o cotidiano das escolas. A exclusão simbólica de saberes e presenças negras compromete não apenas o acesso ao conhecimento, mas também a constituição da subjetividade e da autoestima dos estudantes. Como propõe Fanon (2008), o sujeito negro precisa reconstruir-se enquanto sujeito histórico; e isso só será possível se a escola deixar de ser um espaço de apagamento para se tornar um espaço de reconhecimento. A Psicologia Social tem muito a contribuir nesse processo, ao evidenciar os efeitos psíquicos da negação e ao propor práticas educativas que rompam com a lógica da branquitude e promovam, de fato, a equidade racial.

Referências

• FANON, Frantz. Pele Negra, Máscaras Brancas. Salvador: EDUFBA, 2008.

• IBGE. Censo Demográfico 2022: Características da população e dos domicílios. Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br

• JODELET, Denise. As Representações Sociais. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

• MOSCOVICI, Serge. Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social. Petrópolis: Vozes, 2012.

• SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, B. S. Conhecimento Prudente para uma Vida Decente. São Paulo: Cortez, 2010.

• SERAFIM, Daniela Guimarães. Evasão Escolar de Corpos Negros e Racismo Institucional: uma análise sobre desigualdades educacionais. 2021. (Fonte adaptada do conteúdo do arquivo fornecido.)

Juventudes Amazônidas e Percursos Formativos: Cultura, Identidade e Subjetividade na Tríplice Fronteira

Mariah de Moraes Martins Pereira (UFAM), Iolete Ribeiro da Silva (UFAM), Sander Firmo de Souza (UFAM)

A experiência universitária de jovens no interior do Amazonas é atravessada por tensões entre mundos pluriculturais. Inseridos em contextos culturais marcados por saberes tradicionais, coletividade e vínculos comunitários, esses estudantes carregam consiga histórias, valores e visões de mundo que, muitas vezes, colidem com os modelos acadêmicos urbanos e ocidentalizados predominantes nas instituições de ensino profissionalizante. O ingresso na universidade, impulsionado por políticas públicas, como as cotas raciais e sociais, é uma conquista significativa, mas garantir o acesso é apenas o primeiro passo. A permanência e o êxito acadêmico desses jovens envolvem processos muito mais complexos, que demandam levar em consideração as características específicas econômicas, geográficas, subjetivas e culturais que impactam suas trajetórias. Levar em consideração o sentido que esse jovens atribuem às suas trajetórias formativas e a forma como percebem a si mesmo, seus projetos de vida e suas relações com as comunidades de origem é imprescindível para compreender a complexidade de suas vivências, marcadas por ambivalências, desafios e resistências cotidianas. Reconhecer essas diferentes dinâmicas permite avançar na compreensão dos desafios enfrentados por esse sujeitos na busca pela profissionalização, ampliando a reflexão sobre a permanência estudantil para além dos indicadores quantitativos, e evidenciando a importância de uma educação que respeite as singularidades culturais e que promovam uma convivência mais justa e antidiscriminatória. Trata-se de reconhecer que estar na universidade é muito mais do que apenas o processo de formação, mas também um campo de disputas simbólicas, onde suas subjetividades são constantemente colocadas em conflito por normas institucionais, expectativas acadêmicas e experiências que tencionam suas identidades, saberes e modos de existir. É nesse contexto que se insere esta pesquisa, que integra um estudo longitudinal sobre subjetividade e escolarização de jovens amazônidas, desenvolvida no âmbito do Programa de Cooperação Acadêmica – Amazônia (PROCAD Amazônia/CAPES). O objetivo geral desta investigação é compreender as interrelações entre o contexto sociocultural da região do Alto Solimões, a perspectiva de si e os percursos formativos de estudantes universitários residentes nos municípios de Benjamin Constant e Tabatinga, no estado do Amazonas. Situados em plena tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia, esses municípios apresentam uma realidade complexa, caracterizada por uma população majoritariamente indígena, forte diversidade linguística e ricas tradições culturais que convivem com múltiplas vulnerabilidades econômicas e estruturais. A pesquisa parte da premissa de que essas especificidades atravessam a constituição subjetiva dos estudantes, marcando seus projetos de vida, seus sentidos atribuídos à escolarização e suas formas de resistência frente aos desafios cotidianos. A fundamentação teórica apoia-se na teoria histórico-cultural de Vygotsky (2007), que compreende a formação da subjetividade como um processo mediado pelas práticas sociais, históricas e culturais nas quais o sujeito está inserido. Além disso, dialoga-se com as reflexões de Laraia (2003), que entende a cultura como um fenômeno histórico e cumulativo, moldando as percepções individuais e coletivas sobre o mundo. A esse referencial somam-se as contribuições atuais de autores como Munduruku (2022) e Resende (2022), que enfatizam a importância da ancestralidade, das memórias coletivas e das cosmologias locais na constituição das identidades amazônicas. Para a construção dos dados, foram utilizados dados secundários sobre perfil socioeconômico e educacional dos municípios estudados e entrevistas

semiestruturadas realizadas com estudantes universitários desses territórios. O banco de dados foi produzido no âmbito do projeto do PROCAD, e o recorte aqui apresentado centra-se nas narrativas que expressam os modos como os sujeitos percebem a si mesmos, seus percursos acadêmicos e seus vínculos com suas comunidades de origem. Utilizou-se o método de análise a partir de núcleos de significações, que tem como meta "desvelar fatos e fenômenos, explicitar contradições e assim, ousar apontar caminhos mais críticos, menos naturalizantes e ideológicos" (Aguiar & Ozella, 2006, p. 243), a partir de articulações entre as falas dos sujeitos da pesquisa e seus contextos sócio-históricos, o que corrobora com a maneira pretendida olhar para os fenômenos investigados. Os resultados parciais revelam que os estudantes enfrentam inúmeros desafios para ingressar e permanecer no ensino superior, incluindo as dificuldades financeiras, a precariedade na infraestrutura educacional local, a necessidade de conciliar trabalho e estudo, e a distância física e simbólica de suas redes de apoio familiar e comunitário. Para muitos, migrar para centros urbanos maiores ou mesmo permanecer em cidades pequenas, mas longe de suas comunidades tradicionais, gera processos de deslocamento subjetivo que se refletem em sentimentos de solidão, insegurança e ambivalência quanto ao futuro. Um aspecto recorrente nas narrativas é o conflito interno vivido por muitos estudantes entre o desejo de "crescer, focar na própria carreira e ser alguém" e a responsabilidade afetiva e ética de retornar às suas comunidades para retribuir o conhecimento adquirido, ampliando as oportunidades de seus povos. Essa tensão entre projetos individuais e coletivos atravessa a experiência acadêmica, configurando verdadeiras lutas internas sobre pertencimento, identidade e sentido da escolarização. Além disso, emergiu como dado significativo o processo de aculturação vivido por parte dos estudantes indígenas. Muitos relataram ter, ao longo da infância e juventude, se afastado de suas línguas maternas, práticas culturais e saberes tradicionais, como resultado da pressão homogeneizadora da sociedade envolvente. No entanto, paradoxalmente, foi a universidade, espaço historicamente associado à reprodução do conhecimento hegemônico, que proporcionou o reencontro com suas raízes culturais. A partir do contato com programas de valorização da diversidade, disciplinas sobre culturas indígenas e projetos de extensão, alguns estudantes começaram a restabelecer a conexão com suas identidades originárias, resgatando saberes, histórias e cosmologias que haviam sido, em parte, apagados. Esse reencontro com a própria cultura tem despertado nos jovens não apenas orgulho, mas também o desejo de fortalecer e transmitir esses conhecimentos às próximas gerações, como forma de resistência frente aos processos de apagamento histórico. Assim, a trajetória universitária, apesar de todas as dificuldades, tem se configurado para muitos como um espaço de ressignificação identitária, produção de novas formas de subjetivação e de fortalecimento de práticas culturais tradicionais. As reflexões geradas por esta pesquisa apontam para a necessidade urgente de políticas de permanência universitária que considerem as especificidades socioculturais dos estudantes amazônidas. Não se trata apenas de garantir apoio financeiro ou acadêmico, mas de construir espaços que reconheçam e valorizem os saberes locais, que legitimem as diversas formas de produção de conhecimento e que apoiem os estudantes em seus processos de reconstrução identitária. Reconhecer as subjetividades amazônicas é um passo essencial para que a universidade cumpra seu papel não apenas como reprodutora de conhecimento, mas como instituição transformadora, capaz de dialogar criticamente com as realidades que a cercam. Conclui-se que compreender as trajetórias formativas de jovens universitários da Amazônia é fundamental para repensar o próprio sentido da educação superior em territórios de fronteira, marcados pela interculturalidade, pela resistência e pela luta cotidiana pela afirmação da diferença.

Neoliberalismo, discursos sobre os direitos da criança e a construção da retórica sobre a qualidade da educação básica

Carmem Lúcia Sussel Mariano (UFR)

Assistimos ao avanço de movimentos em torno de reformas educacionais orientadas por políticas neoliberais (Mordente, 2023; Freitas, 2018; Gentili; Silva, 2015), mais intensamente a partir da década de 1990, que vêm forjando um novo léxico para a abordagem das questões sociais. As ofensivas neoliberais no campo educacional têm alocado na problemática da qualidade da educação um mote mobilizador para pensar e intervir na escola. Afinal, quem discordaria que é preciso melhorar a qualidade da educação básica? Quem não se mobilizaria na defesa de "educação de qualidade para todos"? Quem divergiria que "os direitos da criança têm que vir primeiro"?

É partir dessa defesa que o modelo educacional da cidade de Sobral, no Ceará, tem sido amplamente considerado como um caso exemplar de gestão educacional e de qualidade de ensino devido aos seus expressivos resultados no IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) e propalado, pelo Banco Mundial, como uma "receita" de sucesso educacional a ser seguida: parcerias com organizações empresariais; melhorar as metas de aprendizagem, por meio do aumento da eficácia dos professores e foco nas avaliações externas. Bernard Lahire (2005), chama a atenção para um "fundo discursivo comum" composto por lugares-comuns na construção de problemas sociais. Aqui tomamos os discursos sobre a qualidade na educação como um lugar-comum que tem servido para sustentar o consenso chave construído pelo neoliberalismo de que todas as instâncias e instituições da vida humana devem ser tratadas como empresas, fenômeno que Mark Fisher (2020) nominou de ontologia empresarial.

No processo de construção de um problema social, enquadramentos específicos são ofertados, ou seja, é muito diferente enquadrar a problemática da qualidade da educação básica como resultante do seu insuficiente financiamento ou, conforme a perspectiva do Banco Mundial (BM), que considera alto o investimento na escola pública brasileira, mas ineficiente ante o seu mau gerenciamento pela gestão pública. Segundo Leonardo Pina (2016), o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) e o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, orientados por esse enquadramento do BM, difundiram que para o enfrentamento da problemática da qualidade da educação básica, caberia aos empresários o papel de auxiliar as escolas para melhorar seus resultados com acompanhamento de uma redução de custos. Portanto, soluções opostas podem ser ofertadas para um mesmo problema dependendo do modo como é enquadrado e, não por acaso, determinados atores "de peso", como o Banco Mundial, operam deliberadamente para disputar narrativas sobre questões sociais.

Com o aporte teórico do campo de estudos sobre a construção de problemas sociais (Best, 2007, Gusfield, 1989; Hilgartner; Bosk 1988), esta pesquisa, a partir de revisão da literatura, buscou analisar as mobilizações discursivo-ideológicas envolvidas na emergência da retórica sobre a problemática da qualidade da educação básica, cujo léxico tem sido reproduzido pelos mais diversos setores, desde a mídia, organismos internacionais, organizações não governamentais, academia, empresários, famílias, governos.

Na análise realizada, pudemos apreender as mobilizações de sentido operadas em torno da questão da qualidade da educação que, utilizando de modo instrumental a causa dos direitos da criança, consegue impor a presença de valores e práticas da lógica mercantil e empresarial no campo da política educacional. O discurso sobre

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

"educação de qualidade" se apresenta como uma bandeira para garantir o mínimo, a primazia do direito de toda criança ter acesso ao "básico", de assegurar os "direitos de aprendizagem". Isto se evidencia especialmente na ênfase nas avaliações de larga escala como indicador inequívoco de qualidade da educação. Essa noção de qualidade atrelada aos testes padronizados em larga escala tem efeitos nefastos sobre a dinâmica educacional, pois gera uma produção de processos de responsabilização individual dos estudantes, dos professores e da unidade escolar ante os resultados das avaliações de larga escala, obnubilando os aspectos mais amplos e estruturais que influenciam o desempenho dos estudantes.

Pode-se apreender o uso instrumental que organizações do terceiro setor, empresariado, organismos multilaterais, bancos de financiamento, grupos empresariais, dentre outros, têm feito da causa dos direitos da criança. Defender os direitos da infância se tornou um empreendimento sublime, mas pode também ser usado para ampliar a subordinação social e política de crianças e adolescentes, sobretudo as pobres e negras (Rosemberg; Mariano, 2010).

A retórica disseminada na construção da problemática da qualidade da educação além de possibilitar que o conceito de qualidade fosse transposto do universo mercantil para o campo educacional, a fim de atender aos interesses da produção de mão de obra, também abriu caminho para o crescimento do empresariado educacional que passou a oferecer produtos, serviços e sua "expertise" para "salvar" a educação brasileira. Resta notório que todo o empenho discursivo na construção da problemática da qualidade da educação resulta na operação em que o empresariado e suas forças aliadas delinearam um problema social para o qual eles mesmos se apresentam como provedores da solução.

Assim, a mobilização discursiva envolvida na construção da retórica da qualidade da educação básica como um critério mercantil serviu, no mínimo, a dois propósitos: um deles foi o de atender aos interesses mais imediatos das demandas do empresariado. A outra empreitada alcançada foi a indução de um lugar de relevo às parcerias no campo educacional, subordinando formal e concretamente a educação pública aos interesses do setor privado. A "qualidade" apregoada com critérios específicos de eficiência e gestão, implica o afastamento do governo da gestão educacional e do currículo, mas não do seu financiamento. Portanto, o que está em jogo é uma mobilização discursivo-ideológica do campo neoliberal para conferir um determinado enquadramento sobre a crise educacional e as respectivas "soluções", naturalizando critérios mercantis e a presença do empresariado no campo educacional, fazendo emergir uma retórica específica sobre a problemática da qualidade da educação, alocando às políticas educacionais e práticas pedagógicas o lócus privilegiado de reformas orientadas por políticas neoliberais (Freitas, 2018).

Em síntese, foi identificado um tripé discursivo recorrente na literatura analisada, composto por: (a) a naturalização da lógica mercantil e empresarial na política educacional, (b) a vinculação da qualidade da educação ao desempenho dos estudantes em testes padronizados de larga escala, e (c) a defesa da privatização da educação, com a proposição de parcerias público-privadas como soluções mais eficazes.

Portanto, a bandeira da "educação de qualidade para todos" foi uma das portas de entrada para a emergência da racionalidade empresarial no âmbito da educação pública e tem operado para o oposto do que se propõe: trata-se da destruição da educação básica em sua dimensão pública e democrática. Ou seja, opera para a negação do direito humano à educação.

Referências

BEST, Joel. Social problems. New York: Norton and Company, 2007.

FISHER, Mark. Realismo Capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo? São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

FREITAS, Luiz Carlos de. A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

GENTILI, Pablo A. A.; SILVA, Tomas Tadeu da (Orgs.). Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015, p. 111-177.

GUSFIELD, Joseph R. Constructing the ownership of social problems: fun and profit in the Welfare State. Social Problems, v. 36, n. 5, p. 431-441, dez., 1989.

HILGARTNER, Stephen; BOSK, Charles L. The rise and fall of social problems: a public arena model. American Journal of Sociology, n. 94, p. 53-78, julho, 1988.

LAHIRE, Bernard. L´invention de l'"illettrisme" rhétorique publique èthique et stigmates. Paris: La Découverte, 2005.

MORDENTE, Giuliana V. Neoliberalismo escolar e processos de subjetivação: como a educação "inovadora" opera? Tese (Psicologia) Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2023.

PINA, L. D. "Responsabilidade social" e educação escolar: o projeto de educação básica da "direita para o social" e suas repercussões na política educacional do Brasil contemporâneo. 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016.

ROSEMBERG, Fúlvia; MARIANO, Carmem Lúcia Sussel. A Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança: Debates e Tensões. Cadernos de Pesquisa. v. 40, n. 141, p. 693-728, set./dez. 2010.

Nomear para transformar: uma intervenção psicoeducativa sobre violências estruturais com estudantes do ensino fundamental em Belém do Pará

Maíse Farias Ribeiro (UNAMA), Patrick Almeida da Silva Filho (Unifamaz), Monise Garcez Arthur (Unifamaz), Rebeca Rafaelly de Souza Costa (Unifamaz), Bárbara Araújo Sordi (Unifamaz)

Introdução (tema e problema):

A presente comunicação apresenta um relato de experiência sobre uma atividade psicoeducativa realizada pelos integrantes da Liga Acadêmica de Psicologia Social (LAPSO) com alunos do 6º ano do Ensino Fundamental de uma escola pública localizada no bairro do Benguí, em Belém do Pará. A ação ocorreu no dia 5 de maio de 2025 e teve como foco a discussão e problematização do fenômeno do bullying em suas múltiplas manifestações. A motivação para a realização da atividade surgiu a partir do contato prévio de uma professora da escola com a equipe da LAPSO, que relatou diversas dificuldades enfrentadas na turma, como episódios de desrespeito, agressões verbais e conflitos entre discentes. Diante dessa demanda, a intervenção foi planejada com o objetivo de promover um espaço de diálogo e conscientização, buscando ampliar a compreensão destes estudantes sobre as diversas formas de opressão e violências estruturais presentes nas interações cotidianas, que precisam ser reconhecidas para que possam ser transformadas.

Objetivo:

A atividade teve como objetivo principal ampliar a compreensão dos estudantes sobre as diversas formas de violências e preconceitos presentes não apenas no ambiente escolar, mas também na sociedade em geral, incluindo manifestações de racismo, machismo, LGBTfobia, capacitismo e gordofobia.

Relação com o GT e eixo temático:

Este trabalho se insere no GT 14: Educação, subjetividade e crítica da cultura, pois apresenta uma prática educativa que busca promover a reflexão crítica sobre como as violências estruturais atravessam o cotidiano escolar e influenciam a formação das subjetividades. A intervenção realizada pela LAPSO entende o ambiente escolar como um espaço fundamental para discutir essas questões e contribuir para a construção de relações mais respeitosas e conscientes. Ao incentivar o reconhecimento e a nomeação dessas opressões, a atividade se alinha à proposta do GT ao articular educação, crítica da cultura e produção de subjetividade.

Orientação teórica:

A fundamentação teórica deste trabalho baseia-se na cartilha “Direito à (R)Existir: Direito às políticas sociais das mulheres e das populações LGBTQIAPN+ nas escolas”, elaborada no âmbito do Instituto Cooperativo Parentes, durante a Especialização em Gênero e Sexualidade em Contextos Clínicos e Educativos, módulo 14: "Abordagens em Gênero e Sexualidade em contextos de Assistência Social" (Santos, Silva e Paiva, 2025). A cartilha apresenta o conceito de políticas sociais, enfatizando sua relevância no ambiente escolar como instrumento fundamental para assegurar direitos e promover um espaço inclusivo e acolhedor. Ademais, ela analisa as condições que favorecem um cenário de violência nas escolas, destacando especialmente a ausência de reconhecimento e nomeação das violências estruturais que atingem mulheres e populações LGBTQIAPN+, tais como racismo, machismo, LGBTfobia, entre outras.

Estratégias metodológicas:

O método utilizado contou com a produção coletiva de oito estudantes de Psicologia de diferentes instituições. O processo ocorreu entre os dias 24 de abril e 5 de maio de

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

2025, dividido em quatro etapas principais: (1) estudo do material teórico; (2) reunião para planejamento da intervenção; (3) elaboração do material a ser utilizado na ação; e (4) aplicação da atividade com o público-alvo.

Em um primeiro momento, a equipe da LAPSO aprofundou-se teoricamente acerca da compreensão e nomeação das violências estruturais e suas diversas formas de manifestação. Esse momento foi fundamental para garantir uma base conceitual sólida, ancorada em referências atualizadas e alinhadas às demandas sociais e educacionais.

Na etapa seguinte, os integrantes da Liga realizaram uma reunião para definir o formato e a sequência das atividades, alinhando objetivos, metodologias e os recursos necessários para a execução da intervenção. Durante esse encontro, foi elaborado um roteiro norteador, dividido em três momentos principais: (1) acolhimento e apresentação inicial; (2) exposição interativa com perguntas norteadoras; e (3) dinâmica com tirinhas e construção coletiva.

Durante a reunião de planejamento, diante do grande número de alunos, foram definidas estratégias para garantir a condução mais eficiente e o engajamento durante a atividade. Entre as medidas planejadas, destacou-se a divisão da turma em pequenos grupos, o que possibilitaria um acompanhamento mais próximo das discussões. Para isso, duas integrantes da equipe ficariam responsáveis pela mediação geral, organizando o ritmo da intervenção, enquanto as demais participantes se distribuiriam entre os grupos para facilitar o acolhimento das falas, a mediação de conflitos e a ampliação das reflexões. Além disso, foram previstas estratégias para estimular a participação, como o uso de premiações simbólicas e a mediação por meio de perguntas reflexivas.

A seleção das tirinhas, charges e demais recursos visuais foi feita com cuidado para garantir que os conteúdos fossem nítidos, educativos e relacionados à realidade dos estudantes. Cada tirinha buscava retratar de forma acessível e objetiva cenas que os alunos poderiam reconhecer em seu ambiente escolar ou social, como comentários preconceituosos, exclusão, discriminação ou atitudes opressoras.

Na primeira parte da intervenção, planejou-se uma exposição interativa com perguntas norteadoras formuladas para cada tipo de violência estrutural a ser abordada. Entre os exemplos de questões previstas, destacam-se: “Como vocês entendem o que é racismo?”, “Alguém já passou ou conhece alguém que já passou por uma situação de racismo? Gostariam de contar?”, além de perguntas similares para as outras formas de opressão.

Por fim, planejou-se a realização de uma dinâmica em que a turma, dividida em equipes, receberia murais temáticos representando os diferentes tipos de violência estrutural trabalhados. Cada grupo teria a tarefa de relacionar tirinhas e charges disponibilizadas que ilustrassem a violência correspondente ao mural. Ao final, todas as equipes apresentariam suas discussões e construções, compartilhando diferentes perspectivas e reflexões com o restante da turma.

Resultados:

A ação iniciou-se em um clima acolhedor, favorecido pelo entusiasmo dos alunos. Após a apresentação da equipe e o contexto da proposta, deu-se início à divisão em grupos, o que demandou atenção especial devido a conflitos interpessoais que rapidamente surgiram. Com apoio do professor e intervenção cuidadosa da equipe, foi possível reorganizar a turma e garantir a continuidade da atividade.

Na exposição inicial sobre violências estruturais, as perguntas norteadoras ajudaram a mobilizar os saberes prévios dos estudantes e introduzir novas reflexões. Percebeu-se, entretanto, que muitos apresentavam compreensões limitadas ou superficiais, como a associação exclusiva do machismo à violência física, sem considerar suas dimensões simbólicas e institucionais.

Isso evidenciou lacunas importantes na formação crítica do grupo.

Durante a dinâmica com tirinhas e murais temáticos, os grupos demonstraram diferentes níveis de engajamento e compreensão. A proposta exigia interpretação crítica e articulação entre teoria e prática, o que desafiou os estudantes, mas também gerou discussões ricas. As mediadoras acompanharam ativamente as equipes, auxiliando na elaboração das análises e aprofundamento das reflexões.

Embora alguns grupos tenham encontrado mais facilidade e outros mais resistência, todos conseguiram concluir a atividade com coerência e criatividade. A apresentação final dos trabalhos permitiu compartilhar perspectivas diversas, corrigir equívocos e reforçar aprendizagens. Houve participação ativa e um visível avanço na compreensão dos alunos, que passaram a identificar com maior clareza as manifestações das violências estruturais em seus cotidianos.

O impacto da atividade foi evidente: os estudantes saíram mais conscientes e críticos, demonstrando capacidade de reconhecer, refletir e se posicionar diante das opressões discutidas — resultado que reafirma a potência da ação como estratégia educativa e transformadora.

Conclusões:

A experiência com os estudantes do 6º ano evidenciou o quanto é necessário e urgente abrir espaços dentro da escola para nomear e reconhecer as violências estruturais que atravessam o cotidiano. Nomear é um ato político: quando damos nome a essas violências, tornamos visível aquilo que por tanto tempo foi naturalizado, silenciado ou tratado como algo menor. Ao reconhecermos que essas opressões — como racismo, machismo, LGBTfobia, capacitismo e gordofobia — não se tratam apenas de "casos de bullying" ou conflitos individuais, mas sim de expressões de estruturas históricas de desigualdade, ampliamos a compreensão do problema e da nossa responsabilidade diante dele. Ao assumir esse compromisso dentro da escola, contribuímos para a formação de um espaço que não apenas ensina conteúdos, mas também constrói cidadania.

Palavras-chave:

Psicologia Social; Educação; Bullying; Violências Estruturais; Escola Pública; Intervenção Psicoeducativa; Opressões; Preconceito; Extensão Universitária.

Referências:

SILVA, Karyny Lorrany Lameira da; PAIVA, Maria Fernanda Alves de. Direito à (R)existir: direito às políticas sociais das mulheres e das populações LGBTQIAPN+ nas escolas. [S.l.]: Instituto Cooperativo Parentes, 2025.

Promovendo diálogos entre Psicologia e Literatura: uma experiência de rodas de conversa com professores de uma universidade estadual

Lilian Vegini Baptista (Self Psicologia)

A intensificação das condições de trabalho no contexto universitário brasileiro tem gerado implicações significativas para a saúde mental dos docentes, especialmente em instituições públicas. A sobrecarga de funções — que inclui atividades de ensino, pesquisa, extensão, orientação, participação em comissões, elaboração de relatórios e demandas administrativas —, aliada à precarização das políticas educacionais e à instabilidade institucional, tem contribuído para o aumento dos índices de adoecimento psíquico entre professores do ensino superior. Nesse cenário, iniciativas que promovam espaços de escuta, diálogo e reflexão sobre o sofrimento psíquico, ancoradas em referenciais teóricos comprometidos com a transformação social, tornam-se urgentes e necessárias.

Este trabalho apresenta um relato de experiência da condução de um grupo intitulado “Promovendo diálogos: rodas de conversa de Psicologia e Literatura”, voltado exclusivamente a professores de uma universidade estadual de Santa Catarina. O grupo, que ocorre desde 2021, foi idealizado a partir de uma proposta institucional organizada por docentes da própria universidade, como parte de um projeto de extensão voltado à arte e ao cuidado com a saúde mental dos servidores. Sua concepção parte dos pressupostos da Psicologia Histórico-cultural, corrente teórica que compreende o ser humano em sua dimensão histórica, social e mediada por instrumentos e signos. De acordo com essa perspectiva, as relações sociais são constitutivas dos processos de subjetivação, e é no coletivo que o sujeito se desenvolve e elabora sentidos sobre sua realidade, bem como possíveis caminhos para a transformação social.

A atividade é ofertada de maneira gratuita, com encontros mensais realizados na sala de dinâmica da biblioteca universitária. Trata-se de um grupo aberto, destinado a docentes dos cursos de licenciatura e pós-graduação da instituição. Cada encontro parte de uma obra literária, fragmento de texto, poema ou produção artística, que servirá como disparador para o diálogo sobre vivências relacionadas à saúde mental, trabalho docente, relações interpessoais, emoções, sentido da docência e outras temáticas emergentes no grupo. A escolha das obras leva em consideração tanto a potência estética quanto a capacidade de mobilização afetiva e simbólica dos participantes. Além das discussões coletivas, alguns encontros também contam com propostas de atividades expressivas, como construção de linhas do tempo, elaboração de poemas, desenhos e outras produções artísticas, realizadas de forma individual ou em pequenos grupos e posteriormente compartilhadas no coletivo. Essas práticas possibilitam outras formas de expressão do vivido, ampliando as possibilidades de simbolização, escuta e construção conjunta de sentidos.

A atuação da psicóloga responsável pela mediação do grupo não se dá nos moldes tradicionais de intervenção clínica, mas como facilitadora de um espaço horizontal de troca, onde o saber acadêmico e a experiência subjetiva são igualmente valorizados. A escuta qualificada e o acolhimento das narrativas pessoais são elementos centrais do processo, respeitando-se o tempo de cada participante e promovendo uma ambiência segura e sensível à complexidade das experiências docentes.

Ao longo de seus quatro anos de atividade, o grupo tem se consolidado como um importante espaço de cuidado coletivo, sendo reconhecido pelos participantes como um momento singular dentro da rotina universitária. Os relatos dos professores indicam sentimentos de alívio por poderem compartilhar angústias e inquietações,

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

satisfação por conhecerem melhor seus colegas e suas histórias, e valorização do grupo como um tempo dedicado a si mesmos. A experiência tem mostrado que, ao promover a interlocução entre arte, literatura e saúde mental, é possível criar fissuras no cotidiano marcado por exigências de produtividade e isolamento, permitindo que outros modos de estar na universidade sejam pensados e sentidos.

A escolha pela literatura como elemento mediador do diálogo se sustenta na compreensão de que as obras artísticas têm a capacidade de nomear experiências difíceis de serem expressas em palavras comuns, abrindo espaço para a simbolização do sofrimento e o reconhecimento mútuo entre os participantes. Nesse sentido, a arte não é apenas ilustração ou ponto de partida, mas parte integrante do processo reflexivo e formativo que o grupo se propõe a desenvolver.

Como desdobramento do projeto guarda-chuva no qual o grupo está inserido, também são organizadas viagens culturais, nas quais professores e alunos participam de roteiros que integram visitas a espaços culturais e momentos de convivência e integração. Essas atividades fortalecem os vínculos institucionais e ampliam as oportunidades de experiências significativas entre os diferentes membros da comunidade universitária, contribuindo para a construção de um ambiente mais acolhedor, criativo e saudável.

O grupo “Promovendo diálogos” revela, assim, o potencial das práticas coletivas e interdisciplinares de cuidado em contextos institucionais, especialmente quando articuladas a fundamentos críticos da Psicologia Social. A partir da escuta das necessidades reais dos docentes e da valorização de suas vivências, cria-se uma possibilidade concreta de resistência aos modelos patologizantes e individualizantes de abordagem do sofrimento psíquico. O fortalecimento de vínculos, o reconhecimento das subjetividades e a abertura ao diálogo são estratégias potentes para enfrentar os desafios do trabalho docente e (re)significar a experiência universitária como um espaço também de vida e criação.

Psicologia Social nas escolas de Boa Vista - RR: contribuições para uma atuação crítica

Giovanna Gisella da Rocha Chirone (UFRR), Laís Catherine Sevalho Thaumaturgo Lobo (UFRR), Carlos Eduardo Ramos (UFRR)

O presente trabalho é resultado de uma experiência de estágio já concluído na área de Psicologia e contextos Educativos e Sociais, e foi realizado pelo período de um ano em uma instituição escolar pública localizada no município de Boa Vista, Roraima. A estrutura e funcionamento da educação pública em Boa Vista possui algumas particularidades, sendo uma delas a atribuição específica de responsabilidade pela gestão municipal o trabalho de formação escolar nos anos iniciais da educação básica, isto é, a educação infantil e o ensino fundamental, apenas do 1º ano ao 5º ano, o que denota especial atenção à primeira infância e aos primeiros anos escolares. Observa-se também o intenso fluxo migratório na cidade, em especial da população venezuelana, o que trouxe novos desafios para os processos educativos e para as intervenções em psicologia escolar e educacional. O objetivo desta prática foi planejar e executar um projeto de intervenção em psicologia social escolar tendo em vista as tensões entre adaptação e resistência no processo de formação, a partir da perspectiva da Teoria Crítica da Sociedade. Esta proposta de comunicação oral possui relação direta com este Grupo de Trabalho, uma vez que, ao articular a área da educação com a psicologia social, buscou auxiliar no desenvolvimento de habilidades consideradas essenciais para a constituição subjetiva, individual e coletiva, principalmente no que tange à criação de espaços propícios ao desenvolvimento da espontaneidade, da capacidade de crítica, da criatividade, da compreensão e respeito à diversidade étnico-racial, do respeito ao corpo do outro e cuidado com o próprio corpo que está em constante processo de mudanças, assim como a criação de um espaço propício para acolher afetos, medos e emoções. Tendo uma base teórica voltada para a teoria crítica da sociedade, articulamos autores como Theodor Adorno, Paulo Freire, Maria Cristina Machado Kupfer, dentre outros, como ponto de partida para pensar o contexto escolar e as futuras intervenções. O estágio foi dividido em dois semestres, cada um com propostas distintas, mas complementares. No primeiro semestre foi estabelecido o contato inicial com a escola e, utilizando-se dos instrumentos de observação e entrevistas, foi realizada a observação do ambiente e comunidade escolar, durante o qual as estagiárias visitaram o espaço durante nove semanas. Também foi realizada a caracterização do espaço físico, das relações entre os membros da instituição e um levantamento das demandas e queixas escolares. Nesse período, foi possível desenvolver vínculo com a equipe escolar, assim perceber as principais demandas, sejam elas feitas pelos professores ou percebidas pelas estagiárias. Percebemos demandas relacionadas à saúde dos docentes, conflitos relacionais entre os membros da instituição e dificuldades de comunicação e troca com as famílias dos alunos. Alguns professores chegaram a relatar grande dificuldade em acompanhar e cumprir com todos os requisitos e demandas do sistema educacional adotado pela escola (IAB) e, que, muitas vezes acabavam por ter que acelerar ou pular alguns conteúdos para cumprir com o calendário exigido, o que levou a problemas de saúde física e estresse. A Prefeitura de Boa Vista e o Instituto Alfa e Beto (IAB), ao implementarem o programa de alfabetização nas escolas municipais, adotaram um modelo curricular que privilegia exclusivamente o ensino de língua portuguesa e matemática, em detrimento de disciplinas como geografia, história e artes. Essa exclusão ou desprezo pelas áreas das ciências humanas e da expressão artística pode comprometer a formação integral dos estudantes, dificultando o desenvolvimento do pensamento crítico, da

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

consciência histórica, da sensibilidade estética e da capacidade de reflexão. Ao limitar o currículo escolar a habilidades técnico-instrumentais, o programa contribui para uma educação fragmentada e reducionista, que favorece a memorização e o desempenho em avaliações padronizadas, mas desconsidera a formação de sujeitos conscientes, criativos e preparados para atuar de forma ética e crítica na sociedade. Durante o estágio realizado na escola, foi possível observar de forma concreta os déficits e dificuldades enfrentados tanto pelos alunos quanto pelos professores em relação ao modelo do IAB. Crianças dos 4º e 5º anos demonstraram limitações importantes no desenvolvimento de habilidades fundamentais para a formação cidadã — frequentemente enfraquecidos pela alta restritividade do material didático — bem como a criatividade, a compreensão e o respeito à diversidade étnico-racial, que são essenciais para a construção de uma sociedade justa e democrática. Com esses dados, optou-se por elaborar uma proposta de intervenção com as diversas turmas de alunos na escola. No segundo semestre demos início às intervenções, com visitas semanais e execução de atividades previamente elaboradas com duas turmas do 5º ano e duas turmas do 4º ano. Os tópicos trabalhados, considerando demandas da escola e das observações prévias identificadas, foram o desenvolvimento da capacidade de crítica, a criatividade, o respeito à diversidade e cuidados com o corpo. Foram realizadas atividades individuais e coletivas de escrita acerca da percepção dos problemas da escola e possíveis formas de resolução, produção artística com desenhos e pinturas, leituras de textos acerca da cultura indígena, de religiões de matrizes africanas e diversidade étnico-racial e, por fim, atividades de acolhimento que visaram criar um espaço propício para a livre expressão de emoções, medos e outros sentimentos. Como resultado desta experiência de estágio em psicologia escolar, foi possível auxiliar na transformação do ambiente escolar em um espaço de escuta e diálogo com as crianças, e não apenas um lugar de absorção de conhecimento. Uma vez que, acreditamos no desenvolvimento de um ambiente escolar baseado no respeito mútuo e de uma educação não linear, na qual os estudantes sejam cada vez mais incentivados a participar ativamente de seu processo educacional. Sendo assim, por meio desta prática foi possível refletir acerca do compromisso crítico da psicologia em um ambiente educacional, uma vez que, acreditamos em uma psicologia escolar ativa que busca trabalhar junto com a instituição educacional a fim de auxiliar na educação das crianças em idade escolar, reduzindo os espaços de produção e reprodução de preconceitos e contribuindo para a formação de pessoas críticas e ativas no processo de transformação da sociedade.

Relato de Experiência: Atuação do Psicólogo na Escola, Principais contribuições do Slam para Transformação e Expressão no Contexto Educacional

Heloiza Helena dos Santos Miranda Rodrigues (--)

1 INTRODUÇÃO

No contexto atual da educação brasileira, é urgente repensar práticas pedagógicas que considerem a dimensão subjetiva dos sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. A escola, tradicionalmente pautada por métodos formais e conteúdos padronizados, nem sempre consegue responder de forma efetiva às demandas de jovens que vivenciam, de maneira intensa, conflitos sociais, identitários e emocionais. Um dos grandes desafios contemporâneos é construir um ambiente educativo que seja também espaço de escuta, acolhimento e expressão — sobretudo para estudantes que vivenciam formas de silenciamento simbólico dentro e fora da escola.

Nesse cenário, a prática do slam, uma forma de poesia falada e performada, tem se destacado como uma ferramenta potente para a promoção da subjetividade e da crítica cultural entre jovens. O presente relato trata da realização de um evento de slam em um Colégio Estadual na cidade de Anápolis, Goiás, e parte da seguinte problemática: como a prática do slam pode contribuir para o desenvolvimento da subjetividade, da consciência crítica e da inclusão no ambiente escolar?

2 OBJETIVO

Este relato tem por objetivo apresentar e analisar os impactos da realização de um evento de slam no contexto escolar, considerando seus efeitos no desenvolvimento da expressão subjetiva, da comunicação, do pensamento crítico e da inclusão entre os estudantes. Busca-se demonstrar como a atividade contribuiu para a construção de um espaço educativo mais plural, sensível e culturalmente engajado, possibilitando o protagonismo estudantil.

3 RELAÇÃO COM O EIXO TEMÁTICO

O projeto dialoga diretamente com o eixo temático "Educação, subjetividade e crítica da cultura", pois reconhece o estudante como sujeito histórico, dotado de experiências singulares e potencial criativo. O slam, nesse contexto, é compreendido como prática cultural que permite a expressão da subjetividade de maneira autêntica e crítica. Por meio da poesia autoral, os estudantes não apenas comunicam suas emoções e vivências, mas também constroem discursos de resistência, reflexão e denúncia sobre questões sociais, como racismo, desigualdade, violência, saúde mental e identidade de gênero.

Assim, a atividade articula cultura, linguagem e subjetividade, ao mesmo tempo que tensiona os limites da escola tradicional, propondo um espaço mais aberto à multiplicidade de vozes e formas de saber.

4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica deste relato se ancora em autores que refletem sobre a educação como prática de liberdade, a valorização da cultura e da subjetividade, e a potência da linguagem na formação humana.

Paulo Freire (2019), em sua obra clássica Pedagogia do Oprimido, defende uma educação dialógica, que reconheça o saber do educando e valorize a experiência como ponto de partida do processo educativo. A proposta do slam ressoa com esse princípio, ao permitir que os estudantes construam seus próprios discursos, com base em suas vivências e interpretações do mundo.

Além disso, autores como Jorge Larrosa (2002) e Walter Benjamin (1994) contribuem para a discussão sobre a importância da experiência estética e da formação

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

sensível na escola. Para Larrosa, a experiência educativa é aquela que atravessa o sujeito, provoca deslocamentos e promove significação. O slam, nesse sentido, é uma prática que toca a subjetividade de forma profunda, pois mobiliza emoções, memória, identidade e alteridade.

Já a crítica da cultura, inspirada em autores como Stuart Hall (2003), destaca que as expressões culturais são formas de disputa simbólica e política. Ao trazer para a escola práticas culturais periféricas, como o slam, rompe-se com a lógica excludente dos currículos hegemônicos e se amplia o repertório cultural e crítico dos estudantes.

5 ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

A realização do slam ocorreu ao longo de três etapas: sensibilização, produção textual e apresentação performática.

Na fase de sensibilização, foram realizadas oficinas conduzidas por professores de Língua Portuguesa e Artes, com apoio da equipe pedagógica. Nessas oficinas, os estudantes tiveram contato com vídeos de slams brasileiros, discutiram sobre linguagem poética, performance, ritmo, emoção e temas contemporâneos. O objetivo era introduzir a estética do slam e estimular a liberdade criativa.

Na etapa de produção textual, os alunos foram convidados a escrever poesias autorais, com total liberdade de tema e forma. As produções surgiram a partir de vivências individuais e coletivas, trazendo temas como violências, saúde mental, abandono paterno, violência doméstica, afetos e pertencimento.

Por fim, a apresentação performática ocorreu em um evento aberto na escola, com participação de toda a comunidade escolar. Cada aluno pôde apresentar seu texto diante de uma plateia diversa, exercitando sua oratória, expressão corporal e emocional.

6 RESULTADOS

Os resultados observados foram múltiplos e atravessaram dimensões cognitivas, emocionais, sociais e culturais.

• Desenvolvimento da expressão e da comunicação: Os estudantes ampliaram sua capacidade de comunicar ideias e sentimentos de forma clara, criativa e impactante. Muitos relataram superar a timidez, ganhar confiança e desenvolver habilidades de fala em público.

• Fortalecimento da subjetividade e da autoestima: A possibilidade de falar sobre experiências pessoais e ser escutado com atenção e respeito foi relatada como fator importante de valorização pessoal. Alunos que antes não se sentiam pertencentes ao espaço escolar passaram a se envolver mais nas atividades.

• Inclusão e respeito à diversidade: O evento favoreceu a integração entre alunos de diferentes turmas e contextos. Todos os estudantes tiveram a oportunidade de participar, independentemente de seu desempenho escolar, gênero, raça ou origem social. A diversidade de vozes e temas foi um dos pontos altos da atividade.

• Pensamento crítico e consciência social: Ao escrever e apresentar suas poesias, os alunos refletiram sobre suas realidades e problemáticas sociais. Muitos textos abordaram temas complexos de forma sensível e crítica, revelando uma maturidade inesperada e uma forte conexão com o mundo ao redor.

• Engajamento escolar e transformação do ambiente: O evento repercutiu positivamente no clima escolar, promovendo maior empatia, respeito e cooperação entre os estudantes. Professores relataram mudança de comportamento e maior participação nas aulas, especialmente daqueles que se engajaram no projeto.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência do slam no Colégio Estadual de Anápolis demonstrou que práticas educativas centradas na escuta, na liberdade de criação e na valorização da cultura popular

podem ser profundamente transformadoras. Mais do que uma atividade extracurricular, o slam se mostrou um dispositivo potente para a formação integral dos estudantes, atuando sobre a linguagem, a subjetividade, a consciência crítica e o senso de pertencimento.

A escola, ao abrir espaço para essa prática, reafirma seu compromisso com uma educação humanizadora, sensível às questões culturais e existenciais dos jovens. Trata-se de uma proposta que se alinha à perspectiva freireana, pois rompe com a lógica bancária do ensino e aposta na construção coletiva do saber, por meio da palavra viva, da emoção e da escuta.

Diante disso, recomenda-se que iniciativas como esta sejam replicadas e integradas aos projetos pedagógicos das escolas públicas, com o apoio da gestão, da comunidade e das políticas educacionais. O slam não é apenas uma atividade artística, mas uma prática política e pedagógica que reconhece o estudante como sujeito de direitos, criador de cultura e protagonista de sua própria história.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, W. Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1994.

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 60. ed.

Trajetória de estudantes quilombolas: desafios étnico-raciais e culturais de acesso e permanência na UFAM

Dinelsa de Souza Rodrigues (UFAM)

O Brasil é um país marcado por uma profunda diversidade étnico-racial e cultural. No entanto, essa pluralidade não se reflete de forma adequada no cenário da educação superior, historicamente estruturado para atender a uma elite branca e masculina. As discussões sobre o acesso de populações marginalizadas às universidades públicas ganharam força apenas a partir da década de 1990, culminando na promulgação da Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012), que estabeleceu a reserva de vagas para pessoas pretas, pardas e indígenas, sendo posteriormente alterada, em 2023, para incluir pessoas quilombolas. Mesmo com esses avanços, os espaços acadêmicos ainda enfrentam desafios significativos no que diz respeito à inclusão e à permanência de estudantes oriundos de diferentes grupos étnico-raciais, sociais e culturais.

A educação superior no Brasil configura-se como um instrumento fundamental para a promoção da equidade social, oferecendo acesso ao conhecimento técnico e científico, à formação crítica e à inserção qualificada no mercado de trabalho, que influencia diretamente na ascensão financeira de classes mais baixas. Contudo, embora esse espaço represente oportunidades significativas de desenvolvimento pessoal e profissional, o percurso universitário também pode desencadear impactos negativos sobre o bem-estar psicossocial de estudantes. Esses impactos decorrem de uma multiplicidade de fatores, que envolvem tanto aspectos subjetivos, como pressões pessoais, expectativas de desempenho e condições socioeconômicas, quanto estruturais, como a organização institucional, as demandas acadêmicas intensas, a falta de apoio psicopedagógico e a competitividade presente no ambiente universitário O cansativo processo de entrada até os desafios diários de adaptação, além da autonomia nas obrigações curriculares, mudanças de cidade, rotina, ciclo social e afins, tais fatores que influenciam o adoecimento mental dos alunos universitários, os quais são ampliados quando trata de estudantes quilombolas, atingidos não só por esses fatores mas também aqueles que tangem as diferenças costumes, práticas, ritos e rituais e culturas, assim como questões sociais envolvidas em pertencer e ocupar espaços como pessoas racializadas . Todos esses desafios implicam na permanência de tais alunos na universidade, por essa razão, se torna necessário analisar suas vivências e as políticas de permanência nesse contexto para melhor adaptação de tais demandas e, portanto, tornar o ambiente universitário convidativo e seguro para sua formação, visto que, a educação superior deve ser tratada como um direito social e não apenas como um produto a ser comercializado por e para uma elite pré-existente.

Desse modo, é importante falar sobre populações quilombolas, como um ato político e social ao se colocar em evidência povos que foram e são importantes para a formação social, cultural e econômica do Estado do Amazonas. Atualmente existem e resistem oito quilombos registrados pela Fundação Cultural Palmares, sendo 5 delas localizadas em Barreirinha, no interior do Estado. A maior dessas comunidades, em questão populacional, é a de Santa Tereza do Matupiri, que tem cerca de 230 famílias registradas, que tem se organizado e resistido às investidas do Capital naquele território, sobretudo em função do agronegócio resultando em conflitos agrários.

Portanto, torna-se importante compreender vivências de estudantes quilombolas na experiência com a educação superior e suas relações com a comunidade de onde vieram e com o ambiente no qual são inseridos nas

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

universidades, e a partir disso, foi realizada uma pesquisa por meio de três entrevistas narrativas com estudantes das Universidades públicas que vieram da Comunidade de Santa Tereza do Matupiri, buscando analisar suas trajetórias.

A pesquisa em questão trata-se de um estudo qualitativo de três entrevistas realizadas previamente , vinculada ao Laboratório de Desevnolvimento Humano e Educação(LADHU) da Faculdade de Psicologia e financiada pelo edital HUMANITAS/FAPEAM. A análise das entrevistas foi realizada através do softweare de análise qualitativa ‘’Atlas. ti’’, que permite identificar e organizar vivências objetivas e subjetivas a fim de relacionar o fator da cultura universal e individual de aspectos étnico-raciais presentes no cenário da universidade vivenciado por estudantes quilombolas. A partir disso, espera-se obter dados que possam auxiliar no fomento de políticas públicas que possam atender as demandas de estudantes advindos de comunidades quilombolas no que se refere a permanência e condições de formação acadêmica no ensino superior.

É possível encontrar fatores comuns entre as entrevistas e as vivências relatadas, como a própria vida no quilombo. Ressalta-se a experiência da educação, sendo a educação básica atendida por professores da própria comunidade, que usam metódos de ensino diversos para tentar alcançar o máximo de crianças, ensinando através de brincadeiras e atividades lúdicas, contudo, o ensino médio na comunidade acontece por meio de ensino a distância, que, segundo os relatos, é acessível, mas não é de qualidade.

No que tange o processo universitário, são notórias as dificuldades que surgem relação ao decurso da permanência, como questões sociais em relação a se fazer presente nos espaços acadêmicos e ter sua voz ouvida e validada, assim também a acessibilidade do transporte, uma vez que as instituições são longe do quilombo, sendo nescessário atravessar de um municipio a outro ou até mesmo se mudar. Ainda, manutenção de uma alimentação saudável, tendo em vista que a falta de tempo e dinheiro não possibilitam o preparo de refeições, que acontece na própria universiade, sendo a fonte de alimentação principal para alguns desses estudantes.

Em suma, a trajetória desses estudantes é marcada por superação de obstaculos institucionalizados historicamente tanto pelo território quanto por questões sociais, e portanto, é de suma importância evidencias essas trajetórias, que refletem parte da vida de muitos pares que também lutam para ter acesso, permanecer e finalizar o ensino superior.

Violências em contextos escolares: questões epistemológicas e ético-políticas para psicologia

Apoliana Regina Groff (UFSC)

Introdução: A problemática das violências nas escolas tem sido estudada há bastante tempo no Brasil por pesquisadores/as das áreas da psicologia e da educação. No entanto, o problema persiste e ganha novos contornos em uma sociedade marcada pelo uso das tecnologias e das redes sociais, o que tem produzido não só formas contemporâneas de exercício das violências, como o cyberbullying, mas também cooptado adolescentes e jovens à grupos organizados que propagam discursos de ódio. Considerando os ataques violentos contra as escolas no Brasil, dos 36 identificados desde 2002, 23 deles foram entre 2022 e 2023. O aumento significativo deste tipo de violência nas escolas nos últimos anos é precedido por 4 anos de um governo genocida, que se posicionava nas redes sociais contra os direitos humanos, propagava o ódio como estratégia política e simbolicamente possuía a arma como identidade social. Estes signos só reforçaram publicamente lugares de poder e de dominação presentes em estruturas violentas como o machismo, a misoginia e o racismo em nossa sociedade. Quando identificamos que a grande maioria dos autores aos ataques às escolas foram adolescentes e jovens adultos do gênero masculino e brancos, podemos refletir sobre como estes discursos podem ter favorecido processos de identificação com práticas violentas. Adolescentes e jovens fazem parte desta sociedade historicamente marcada por violências estruturais e se constituem na contradição entre diferentes valores e ideias, sejam elas democráticas ou autoritárias, de respeito ou de ódio as diferenças, de competitividade ou cooperação, de participação coletiva ou individualistas. A produção das subjetividades encontra, portanto, estas mediações. Assim, precisamos refletir até que ponto temos favorecido uma educação e formação humana contrárias às violências. E ainda, como a psicologia tem contribuído nesta direção, por meio dos seus conhecimentos e formas de atuação. Justificativa: A aprovação da Lei Nº 13.935/2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica, tem produzido a inserção crescente de psicólogos/as nas redes municipais e estaduais de educação. Na rede estadual de ensino de Santa Catarina, os/as psicólogos/as estão vinculados à Política Estadual de Educação, Prevenção, Atenção e Atendimento às Violências na Escola e ao Núcleo de Educação e Prevenção às violências nas escolas (NEPRE). Portanto, o foco das atribuições destes/as psicólogos/as e assistentes sociais está no trabalho de prevenção e enfrentamento às violências em contextos escolares. Contudo, cabe refletir sobre quais são as concepções teóricas destes/as profissionais sobre as violências nas escolas? Como tem acontecido a atuação da psicologia na educação básica? E quais intervenções são planejadas e realizadas? As respostas a estas perguntas envolvem posicionamentos epistemológicos e ético-políticos, pois a forma como compreendemos e nomeamos as violências, afeta as leituras que fazemos sobre determinada realidade, implicando em determinados modos de intervenção. Compreendemos que tanto um conceito amplo de "violência escolar" como um conceito específico como bullying, podem abafar a complexidade das relações sociais e educativas produtoras de violências, em especial, quando apartamos de nossos estudos análises sobre a realidade da escola pública, a relação entre escola e comunidade, as sociabilidades entre crianças, adolescentes e jovens, os múltiplos modos de vivenciar as infâncias e juventudes, o clima escolar e as violências estruturais presentes na sociedade brasileira. Neste contexto, este trabalho vincula-se ao Eixo Temático 1. Psicologia Social e Educação, pois discute a atuação de psicólogos/as nas escolas das redes públicas de educação básica no enfrentamento às violências, a partir da interface teórico-prática da Psicologia Social e da Psicologia Escolar. A escolha pela apresentação deste trabalho no GT 14. Educação, Subjetividade e Crítica da Cultura intenciona integrar e ampliar a compreensão de que as violências no interior da escola se configuram como

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

expressão das violências sociais que estruturam a sociedade brasileira. Objetivos: Objetivamos problematizar o campo teórico-prático da psicologia acerca do enfrentamento às violências que acontecem em contextos escolares e, de modo específico, apresentar, desde uma perspectiva crítica, questões epistemológicas presentes na produção acadêmica da psicologia sobre esta temática e as implicações ético-políticas para a atuação dos/as psicólogos/as nas redes públicas de educação básica. Método: Tal problematização se encora nos resultados de duas pesquisas de revisão de literatura, uma sobre violência e escola, e outra com foco na atuação da Psicologia Escolar e Educacional no enfrentamento ao bullying. E em uma pesquisa empírica sobre a atuação da psicologia nas redes públicas de ensino de Santa Catarina. A pesquisa de revisão sobre violência e escola, analisou 101 artigos publicados entre 2003 e 2017. A pesquisa sobre bullying, analisou 24 artigos de revisão de literatura sobre a temática, publicados entre 2010 e 2023 e, assim como a pesquisa sobre a atuação da psicologia em SC, vincula-se a uma pesquisa multicêntrica coordenada nacionalmente pela professora Marilene Proença. A pesquisa sobre a atuação da psicologia na educação, encontra-se com sua etapa documental (revisão de literatura, mapeamento de profissionais nas redes de ensino municipais, editais com vagas para política de educação) finalizada, e a etapa empírica em andamento (questionários e entrevistas). Resultados e Discussões: A partir dos estudos de revisão observamos que boa parte dos resultados das pesquisas sobre violência e escola na área da psicologia, carece de uma discussão epistemológica e ético-política que situe o fenômeno enquanto uma categoria de análise do modo como as violências acontecem no contexto escolar; há uma aderência à concepção de um suposto sujeito universal nos estudos; verificou-se uma escassez de pesquisas sobre racismo, sexismo, homofobia e capacitismo, violências presentes nas relações escolares; as pesquisas de campo sobre a temática, em sua maioria, fundamentam os caminhos metodológicos em paradigmas positivistas, utilizando principalmente instrumentos fechados com estudantes, como questionários, inventários e escalas. Já os estudo das revisões de literatura sobre atuação da PEE no enfrentamento ao bullying, identificou que, em sua maioria, os artigos não fazem discussões e análises atreladas à política pública de educação no Brasil; analisam sobretudo publicações de pesquisas internacionais encontradas nas bases de dados; não apresentam uma perspectiva epistemológica que fundamente a análise dos achados nas pesquisas e; somente um dos 24 artigos de revisão mencionou o trabalho da Psicologia Escolar e Educacional no enfrentamento ao bullying. Apesar destas lacunas e outras fragilidades na produção acadêmica da psicologia sobre violências e bullying nas escolas, dos 30 profissionais da psicologia que responderam ao questionário aplicado em SC, a maioria diz trabalhar com as seguintes temáticas: saúde mental, enfrentamento às violências, inclusão de pessoas com deficiência e enfrentamento ao preconceito e discriminação étnico-racial; prevalece o trabalho com estudantes e docentes; as demandas para este trabalho surgem a partir da observação e por solicitação de gestores ou docentes e é realizado, sobretudo, por meio de encontros com estudantes; o trabalho intersetorial acontece, em especial, com órgãos da assistência social e da saúde e; quando solicitados/as a compartilhar um projeto ou ação que consideram uma prática exitosa, prevaleceram respostas sobre o trabalho com a temática das violências nas escolas. Considerações: Compreendemos que o trabalho da psicologia nas redes de ensino e nas escolas precisa estar alinhado com a perspectiva de atuação da profissão na educação básica (CFP, 2019), pois se trata não da atuação de uma psicologia generalista ou clínica na escola, mas de um/a profissional da psicologia que trabalhe em consonância com o que prevê o campo técnico e teórico-metodológico da Psicologia Social e Psicologia Escolar e Educacional, em suas perspectivas críticas. Precisamos investir em práticas investigativas entendendo que as violências que acontecem nas escolas possuem uma gênese social e não individual, e que interpretações fundadas nos binômios causa-efeito e vítima-agressor não dão conta da complexidade do fenômeno. Destacamos a potência ética e analítica da interseccionalidade como fundamental para as pesquisas

sobre violência e escola, assim como a criação de métodos de trabalho que se proponham a escutar as narrativas dos sujeitos sobre suas experiências de opressão e violências, incluindo a participação destes na elaboração de estratégias educativas e políticas de enfrentamento da problemática nas escolas. Estas estratégias podem envolver rodas de conversa, cine debates, estudo de casos, oficinas, trabalho com jogos, e devem acontecer de forma planejada e permanente visando o enfrentamento ao racismo, a misoginia, xenofobia, ao classismo, ao capacitismo e às violências contra população LGBTQIAPN+. Entendemos que intervir na problemática do bullying e suas inúmeras formas de violência, não pode ser uma prática compensatória que surge quando um caso grave acontece nas instituições educativas. O cyberbullying também é um problema crescente e deve ser pensado junto com as demais propostas de intervenção vinculadas a problemática dos preconceitos e violências no contexto escolar, especialmente com os/as estudantes. É preciso que a escola e sua equipe de profissionais assuma o compromisso ético, político e educativo de inserir esta questão social como transversal ao PPP e ao currículo escolar. O enfrentamento das violências e do bullying nas escolas deve ser trabalhado como uma dimensão dos processos de ensinar e aprender, visando criar novas aprendizagens e formas de convivência que respeitem as diferenças e potencializem a vida, sendo a produção acadêmica em psicologia e a atuação de psicólogos/as fundamentais neste contexto.

GT 15: ENTRE DORES E (RE)EXISTÊNCIAS: ESTRATÉGIAS DE CUIDADO EM SAÚDE MENTAL A PARTIR DA PERSPECTIVA INTERSECCIONAL

Coordenação: Amanda Pereira de Carvalho Cruz (UNIFAMAZ), Lucas de Almeida Modesto (UFPA), Rebeca Rafaelly de Souza Costa (UNIFAMAZ)

Ausência paterna e Saúde Coletiva: ensaiando diálogos feministas e novas perspectivas de cuidado

Heloísa Maria Palmeira (UNICAMP), Nelson Filice de Barros (UNICAMP)

A escrita deste trabalho se apresenta em vísceras: as minhas e as nossas. Para chegar até aqui, tirei a pele, olhei a carne, senti o cheiro, percorri as veias, atravessei tecidos, rasguei os músculos, mergulhei no sangue, me entranhei na gosma e, quando dela finalmente fiz parte, num hiato temporal marcado pelo ethos de quem sou, percebi as ausências de mim que, neste estudo, também se coagulam às presenças de um "nós". Consternada pela descoberta de que, não sem propósito, auscultei às margens das minhas células, entendi que me identificava com a gosma porque ela fazia parte de mim e porque eu, nesse avesso tecidual, fazia parte dela também. Mesmo assim, ainda que no diálogo íntimo com a sua textura, no toque seguro da sua produção excretora e plasmática de vida e, por fim, no seu fazer óbvio visceral de existência, as ausências temporalizadas em seu núcleo me expulsavam de mim. No percorrer escrito de um corpo estranho que adentra as correntes sanguíneas de um organismo vivo, a troca de saberes vitais que congregam saberes acadêmicos e populares também pode acontecer entre os fluxos inscritos no fazer da oralidade. Na perspectiva de um cuidar-com-o-outro, entre as partidas e as chegadas do corpo-texto-mulher-filha-psicóloga, uma pergunta emerge da gosma: como as narrativas sociais da ausência paterna, amparadas pela tutoria do reconhecimento legal, ressoam sobre os aspectos e construções do cuidado nas relações da família, relações socioafetivas e relações de gênero que atravessam os campos e núcleos (Campos, 2005) das políticas públicas de saúde brasileiras? Este trabalho autoetnográfico, que também se apropria de uma escrita performática e ensaística, mergulha em uma concepção ampliada de saúde e tensiona o continuum que, assim como àquele que se nomina ausência-presença, dirá também sobre o núcleo-campo (Campos, 2005) da performatividade dos nossos conhecimentos científicos. A perspectiva de Campos (2005) destaca que a institucionalização dos saberes, bem como a organização desses saberes em práticas, acontece, desde a Saúde Coletiva, por meio de uma composição de núcleos e campos. Os "núcleos" descrevem a aglutinação de conhecimentos em conformidade com o compromisso na produção de valores de uso, o que demarcaria a identidade de uma prática profissional, ou, nas palavras que se aproximam do corpo, a gosma inerente à célula de todo organismo que se pretende vivo, corporificando características geneticamente singulares, mas potencialmente expandidas no encontro com outras células. Nos caminhos sanguíneos dos tecidos orgânicos, os "campos" são descritos como um espaço menos demarcado em que cada disciplina ou profissão busca apoio em outras, no cumprimento teórico-prático da sua produção de valores, ou produção de vida, no corpo físico ou no corpo-texto-ato das linhas escritas deste trabalho. Corroboro com o autor quando situo o valor de uso dos conhecimentos produzidos neste estudo como algo mais importante do

que a afiliação a quaisquer teorias pressupostas (Campos, 2005). Ao partir de um "saber situado" (Melo, 2022), interseccionado pelo meu corpo (auto) em trânsito nos espaços das ausências-presenças (etnograficamente), é possível a construção de uma crítica ensaística em pesquisa à autopoiese dos saberes que ampara os campos sociais, como o campo das relações de parentesco alimentado pelos direitos legais, e o campo dos cuidados alimentado pelas políticas públicas de saúde no contexto brasileiro. A crítica à autopoiese dos reconhecimentos legais, que se alimentam dos próprios códigos para que os seus conceitos sejam preenchidos e os seus comportamentos, portanto, valorados, pode acarretar no uso instrumental de muitos saberes como ferramenta de manutenção de hierarquias e dominações (Melo, 2022), o que também está em tensionamento neste estudo com base no que o pensamento feminista brasileiro e os estudos de gênero têm a nos dizer. Ao figurar a ausência paterna por meio de um estudo autoetnográfico em que coloco o meu corpo para (re)inscrever e (re)configurar saberes culturalmente no encontro com o outro (Raimondi, 2020), portanto, me refiro às experiências que em muitos momentos são consideradas desqualificadas nas pesquisas convencionais e, diante disso, a busca principal está em tensionar hegemonias conceituais de modo transgressor e político (Raimondi, 2020). Partimos do lugar epistêmico-ontológico de que o nosso objetivo central não foi definir ou cercear os conceitos das ausências, mas potencializar, por meio de um manifesto que nasce entre correntes escritas e oralidades emancipadoras de cuidado, possíveis constructos para a ausência paterna como uma experiência que irriga trajetórias e que diz sobre as saúdes (Almeida-Filho, 2011), sobre a atuação profissional crítica em saúde e sobre a ética de um cuidado politicamente situado, além das tensões na construção das políticas públicas e das diferentes formas de atuação em defesa de uma Saúde Coletiva que acontece na relação com e entre os sujeitos. Desse modo, o presente trabalho explorou, junto à trajetória da pesquisadora, determinadas bibliografias e referenciais teóricos que abordaram a ausência paterna como um fenômeno social e, como hipótese lançada neste estudo, como instituição patriarcal em diálogo com as instituições de saúde, as quais influenciam não só a minha pesquisa, mas os meus movimentos enquanto mulher, enquanto psicóloga, enquanto filha, enquanto corpo e enquanto palavra dita na oralidade para a condução dos meus próprios processos de transformação social. O corpo-texto-ato busca descrever os aspectos sociais, históricos, culturais e políticos da construção dos conceitos das ausências que são pater. A experiência de fronteira do que é estar ausente e presente para uma filha faz do corpo-texto-ato um caminho para a busca que se direciona às análises das influências da ausência paterna entre as práticas de cuidado e das representações do continuum ausência-presença entre as diversas expressões de saúde. O corpo-texto-ato também busca problematizar a naturalização e a normalização das atualizações e/ou perpetuações das relações de poder e das estruturas hegemônicas entre gêneros. No gênero, o corpo no encontro com o corpo-texto de outros corpos, em ato, reivindica a liberdade implantada do seu nascimento. O corpo-texto-ato que reivindica, portanto, manifesta: eu sou, na existência do meu pensar falado em Ciência. Nosso objeto ausência paterna pode ser identificado em seu próprio desenvolvimento de corpo e, portanto, de gosma, autoetnograficamente em contato com as partes "menores" que compõem esse cenário. Assim, culminamos em correntes sanguíneas efervescentes de discussões que, no lugar de ouvir ou falar em nome de sujeitos, buscam desaprender de privilégios e questionar posições de investigação (Melo, 2022), reconstruindo um conhecimento geopolítico ensaiado e problematizando compromissos não assumidos por figuras masculinas nos cuidados e ações do Estado na condução de alguns recursos que poderiam amparar o continuum ausências-presenças nos cuidados de si, do outro e de um "nós" (Justino, 2021) em saúde. Este trabalho, portanto, buscou exercer o "pensamento localizado" (Melo, 2022), cuja precaução central foi a de tornar ela mesma, a

pesquisadora, e a sua pesquisa, um lócus social epistêmico de acesso para outras coletividades. Nas aproximações com a Saúde Coletiva, amparamos as nossas ações de cuidado em novas perspectivas que sejam reconhecidamente legitimadas e presentes no campo das relações em que existimos e pertencemos (Barros, 2023), enunciando a profusão de novas instituições fenômeno lógico método estruturais da carne da différence (Woodward, 2014). Destarte, houve, neste estudo, uma denúncia que se fez pelo lado de dentro. Na conduta ética das experiências que se dão pelo lado de dentro, pactuei com a saúde uma agência olhada, escrita, falada, dolorida da busca por algum tipo de transformação. Como pessoas que produzem um saber na saúde, o nosso condutor ético profissional se dá na "transforma-ação": transformar para agir, agir para transformar, fora ou dentro das palavras do corpo. A transformação ativa da vida, a transformação ativa que se dá por existências, de ausências, inclusive, mas principalmente de presenças. O movimento da transformação pode ou não levar à uma ação política, pode ou não levar à uma ação de saúde, mas, o movimento deste estudo levou à uma ação ética de cuidado emancipa(dor) (Barros, 2022). Na Saúde Coletiva do meu corpo, a geopolítica das minhas mudanças em transformação não está isolada. A partir da autoetnografia, busquei me emancipar das ausências que não pediram licença para permanecer nas minhas vísceras, para permanecer no meu corpo escrito, falado e sentido. Perde ao mundo dos reconhecimentos um cuidado emancipa(dor) dos sujeitos que fazem a Ciência de outra forma (Brilhante; Moreira, 2016). Na comunicação oral institucional quero legitimar meu ponto de vista (Kilomba, 2019), porque o ponto de vista da ausência de um pai já é legitimado. Por isso, as ausências partiram de um fenômeno autoetnograficamente cultural e chegaram na instituição autoetnograficamente desinstalada do meu próprio corpo. A ausência paterna é fenômeno e instituição e, junto à autoetnografia dos meus diálogos ensaiados, a minha presença de filha também se institucionalizou em política e rompeu os limites do saber de mim que, manifestadamente, produziram a reiteração geopolítica dos territórios sentidos e conhecidos. Meu corpo sente e, por sentir, está vivo na geopolítica deste saber que também se insere na expansão das decolonialidades corporificadas em ausências e presenças. A comunicação oral deste estudo convoca: estou aqui. Pai, patriarca, Estado, pater famílias, eurocentrismo de códigos, saúde branca masculina, eu convoco: estou aqui e convoquei a minha pesquisa à expulsão dos seus corpos. Saúde convocada é Saúde Coletiva.

Branquitude e cuidado: dilemas da psicologia na rede básica de saúde diante da cisão racial do mundo

Gabriel Nascimento Rocha (UFRJ), Mariana de Castro Moreira (UFF)

1. introdução (tema e problema)

O presente trabalho apresenta parte da minha pesquisa durante o mestrado. Iniciei a pós-graduação a partir de meu incômodo enquanto psicólogo vinculado a uma equipe multiprofissional (eMulti), ou seja, na rede básica de atenção à saúde do município de Niterói (RJ). Este incômodo se dava principalmente a partir de meu encontro, um psicólogo homem, branco e de classe média, na posição de cuidado majoritariamente com pessoas negras e pobres: muitas vezes, senti e sinto que não sei como responder a certas questões, lidar com certas demandas e formas de sofrimento, seja em uma dimensão singular ou coletiva. Existe uma lacuna entre aquilo que me foi apresentado durante a graduação em psicologia e os dilemas que emergem no trabalho, como se as/os usuárias/os do SUS dissessem: meus problemas não cabem em sua bagagem – aquilo que Bicalho (2019), inspirado em Despret (2011), chama de recalcitrância do campo.

Neste sentido, emerge como campo-tema a dimensão étnico-racial dos processos de cuidado que se produzem na rede básica de saúde, particularmente da posição de um psicólogo homem e branco. O problema é fundamentalmente se, diante da cisão racial do mundo, é efetivamente possível para mim construir processos de cuidado junto a pessoas negras.

2. objetivo (o que pretendeu);

O objetivo da pesquisa é acompanhar os múltiplos atravessamentos, em especial etnicorraciais, que compõem as formas pelas quais tento tecer cuidado na rede básica de saúde.

3. relação clara com o GT e eixo temático escolhido;

O GT escolhido estabelece de forma nítida que busca se constituir em um espaço de reflexões e trocas sobre o papel da psicologia na compreensão das relações étnico-raciais do Brasil, de suas contribuições sobre os fenômenos psicossociais decorrentes do racismo e nas estratégias possíveis de superação deste. Problematizando a posição de cuidado que é atribuída a psicólogas/os – neste caso, brancas/os – que trabalham na rede básica de saúde, este trabalho parte do pressuposto de que historicamente existe um quefazer hegemônico em psicologia que negligencia a dimensão étnicorracial dos processos nos quais a psicologia é chamada a intervir. Assim, pretende-se trazer contribuições para pensar as dinâmicas que se colocam no encontro, principalmente interracial, entre psicólogo e usuárias/os do SUS, bem como as possibilidades e limites de avanço na luta por superação do racismo que surgem a partir destes encontros.

4. orientação teórica (abordagens, teorias e conceitos que guiaram);

A pesquisa se orienta teoricamente por duas correntes teóricas: o humanismo radical de Frantz Fanon e Sylvia Wynter, particularmente com o conceito de sociogenia/princípio sociogênico (Fanon, 2008; Wynter, 1999; Lima, 2020); e a Psicologia da Libertação de Martín-Baró, em especial a noção de ideologia (Martín-Baró, 1996); bem como a ideia de alienação, compartilhada pelos dois movimentos teóricos. Estes movimentos e conceitos são trabalhados a partir de uma abordagem interseccional, a partir da qual também são trabalhados os estudos sobre a branquitude/brancura (Bento, 2022; Schuman, 2012).

5. estratégias metodológicas (como fez e procedeu);

A pesquisa se orienta por uma perspectiva cartográfica, inspirada particularmente na ideia de uma cartografia existencial, tal qual Rolnik (2014) e Cruz (2016). Assim, a produção de narrativas, a descrição de cenas e as anotações em diário de campo constituem-se como principais estratégias de pesquisa, revisitando o meu processo de formação em psicologia, passeando pela experiência concreta de trabalho como psicólogo vinculado a uma eMulti na rede básica de atenção à saúde e às situações em que se tenta operar alguma forma de cuidado.

6. resultados e conclusões

Esta pesquisa vem sendo constantemente reformulada a partir das diferentes reflexões que são mobilizadas em sua feitura. Inicialmente, tratava-se de pesquisa exclusivamente bibliográfica. Buscava traçar relações entre diferentes correntes teóricas que me afetaram durante a graduação: o humanismo radical de Frantz Fanon e Sylvia Wynter e a Psicologia da Libertação de Martín-Baró. Achava que, aprofundando-me conceitualmente em suas diferentes obras, conseguiria ter mais recursos para lidar com as questões que se colocavam no trabalho enquanto psicólogo eMulti.

No entanto, a partir do ingresso no mestrado, diante de pesquisas orientadas por outros lugares epistemológicos, comecei a ficar desconfortável com a forma como o meu trabalho estava estruturado. Se minhas questões de pesquisa tinham origem na minha prática profissional, naquilo que meu corpo vivenciava, como seria possível fazer uma pesquisa que o deixasse de fora ou, quando muito, aparecesse de forma marginal? E, diante de um dilema que fala principalmente de relações étnicorraciais e de gênero no Brasil, como não pensar a minha própria constituição enquanto pessoa como elemento central de análise? Foi a partir daí que a pesquisa passou a se delinear enquanto uma pesquisa sobre formação em psicologia: agora a ênfase era cartografar processos de formação de pessoas brancas que tinham na Psicologia da Libertação seu principal referencial teórico. A ideia era acompanhar os entrelaçamentos entre processos de subjetivação na branquitude, como as experiências profissionais e subjetivas se entremeiam ou deixam de fazê-lo.

Na banca de qualificação do projeto, novos desdobramentos exigiram uma reatualização da investigação. A partir das contribuições da banca sobre o texto parcial, percebi que existia ainda uma dimensão da experiência vivida que escapava ao texto; que aquele processo que eu pretendia acompanhar falando de minha experiência, por exemplo, fugia. Pois, ao apresentar os caminhos pelos quais me interessei sobre os processos de formação, precisava inevitavelmente remeter-me ao meu processo de trabalho enquanto psicólogo, aos dilemas concretos que se estabelecem na relação com as outras pessoas, às dúvidas, incertezas, inseguranças, invenções e encontros. Assim, um outro resultado parcial foi que, na tentativa de trazer à tona a dimensão da experiência, ainda operavam entraves, relacionados inclusive à minha própria branquitude, na aproximação da dinâmica etnicorracial que envolve as relações entre psicólogo e usuárias(os) da rede básica de saúde; uma espécie de resistência a efetivamente abordar as cenas que disparam incômodos.

Referências:

BENTO, Cida. O pacto da branquitude. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BICALHO, Pedro Paulo Gastalho de. A Ética em Jogo no Campo Surpreendente da Pesquisa. Rev. Polis Psique, Porto Alegre , v. 9, n. spe, p. 20-35, 2019 . Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-152X2019000400003&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 05 jun. 2025.

CRUZ, Kathleen T. Agires militantes, produção de territórios e modos de governar. Conversações sobre o governo de si e dos outros. 1. ed. [S. l.]: Editora Rede

UNIDA, 2016. Disponível em: http://www.redeunida.org.br/editora/biblioteca-digital/colecao-micropolitica-do-trabalho-e-o-cuidado-em-saude/agires-militantes-producao-de-territorios-e-modos-de-governar-conversacoes-sobre-o-governo-de-si-e-dos-outros-pdf/view. Acesso em: 15 mar. 2025.

FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Salvador: Edufba, 2008.

LIMA, Fátima. Trauma, colonialidade e a sociogenia em Frantz Fanon: os estudos da subjetividade na encruzilhada. Arquivos Brasileiros de Psicologia, Rio de Janeiro, v. 72, n. spe, p. 80–93, 2020.

MARTÍN-BARÓ, Ignácio. O papel do psicólogo. Estudos de Psicologia, Natal, v. 2, n. 1, p. 7–27, 1996.

ROLNIK, Suely. Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo. 2a edição ed. Porto Alegre, RS: Ed. UFRGS, 2014. (Coleções Cartografias).

SCHUCMAN, Lia Vainer. Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo": raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. 2012. Doutorado em Psicologia Social - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-21052012-154521/. Acesso em: 26 jan. 2025.

WYNTER, Sylvia. Towards the Sociogenic Principle: Fanon, The Puzzle of Concious Experience, of "Identity" and What it's like to be "Black". In: DURÁN-COGAN, Mercedes; GÓMEZ-MORIANA, Antonio (org.). National Identity and Sociopolitical Change: Latin America Between Marginalization and Integration. Minnesota: University of Minnesota Press, 1999. v. 11, p. 67–86.

Café & Prosa: Relato de experiência de condução de grupos com mães e cuidadoras de Pessoas Com Deficiência e Doenças Raras

Ângela Cristina Oliveira (UFCat), Yasmin Campanha Faria de Souza (Grupo Vivairis), Isadora Borges Squilassi (Grupo Vivairis)

O grupo Viva Iris é uma instituição localizada na cidade de Uberlândia-MG, que busca promover inclusão para crianças, adolescentes e jovens adultos, potencializando habilidades através de vivências e atendimentos multidisciplinares. E também, conscientizar e educar a sociedade sobre o universo das pessoas com deficiência e doenças raras, proporcionando a inclusão social, cultural e esportiva. O Café & Prosa é um projeto realizado pela equipe de Psicologia com apoio da coordenação e direção da instituição. É um projeto articulado com o trabalho desenvolvido com as crianças, adolescentes e jovens adultos na clínica. E ocorre sempre na última quinta-feira do mês, com duração de 2h cada encontro, em período total de 5 meses. Essa atividade, é direcionada por três psicólogas e tem por objetivo proporcionar aos pais e cuidadores, um espaço de reflexão, acolhimento e construção de possibilidades diante das dificuldades atravessadas pelas famílias, das crianças, adolescentes e jovens adultos com deficiência e doenças raras. Sua relação com o eixo temático se justifica no fato de ser um espaço ocupado por profissionais de psicologia que buscam pensar o fazer psi enquanto um espaço de discussão crítica e ética, que possibilite ao grupo, pensar a deficiência para além da patologia. E que tem como pilar uma discussão para além do diagnóstico, isto é, para além dos discursos que colocam a deficiência no campo das patologias e ignoram os aspectos ético-políticos que englobam este conceito e o indivíduo. Temos como perspectiva teórica-metodológica a Psicologia Social, sob esse prisma teórico as intervenções são pensadas a partir da concepção de que é através da realidade objetiva que construímos a teoria, assim, partimos da realidade e retornamos a ela como fim último de nossa práxis, ou seja, a partir de uma lógica dialética. Tendo como direção os conceitos de grupo, identidade, deficiência, gênero, maternidades atípicas, papéis sociais, e capacitismo. Utilizamos como metodologia os grupos terapêuticos-educativos, nessa lógica o grupo é percebido como condição para a transformação e conscientização humana, assim, a atuação e intervenção em processos grupais fazem-se necessárias na medida em que a transformação social se dá na coletividade, nas comunidades e nas instituições. Assim, no primeiro encontro com as participantes, realizamos uma atividade de formação de vínculos e identificação de demandas e temáticas, que são trabalhadas ao longo dos demais encontros, associados aos conceitos apresentados acima. Dessa forma, não trabalhamos com ideia de algo pronto e acabado, e sim, com a participação ativa das participantes, partimos da ideia de que o grupo deve ser construído nas relações dialéticas entre as participantes. Nesse sentido, observamos como resultados a participação de, em média, 5 mães e uma cuidadora por encontro, durante o período de 5 meses. Ainda no primeiro encontro, as participantes definiram coletivamente as temáticas que orientaram os encontros subsequentes, expressando seus interesses, desejos e necessidades. Entre as temáticas escolhidas destacaram-se: oficina de crochê, conversa sobre espiritualidade e saúde mental, reflexão sobre o tema “meu filho cresceu, e agora?”, além de momentos dedicados à confecção de manualidades diversas. Ao longo dos cinco meses, os encontros se desdobraram a partir dessas escolhas, articulando momentos de expressão criativa, partilha de vivências e construção de saberes coletivos, sempre respeitando o ritmo e as demandas do grupo. As participantes mantiveram uma frequência constante, demonstrando interesse e valorização do espaço criado. Observamos, no decorrer dos encontros, o fortalecimento de vínculos entre as participantes, que passaram a compartilhar não apenas as experiências relacionadas ao cuidado de seus filhos com deficiência, mas também, aspectos pessoais e cotidianos

de suas vidas. Notamos ainda, que os encontros proporcionaram um ambiente seguro para a expressão de emoções, dúvidas e angústias, bem como para a troca de estratégias de enfrentamento e apoio mútuo. E principalmente, articulação e percepção de grupo entre as mães e cuidadoras, que passaram a assumir papéis de autonomia do processo grupal. A escuta qualificada, mediada por profissionais, favoreceu a construção de um espaço coletivo de acolhimento, partilha e ressignificação dos papéis sociais ocupados por cada uma delas, principalmente enquanto mães atípicas, cuidadoras e mulheres. De forma especialmente significativa, foi possível observar que, ao longo do processo grupal, as participantes começaram a se (re)conhecer para além do papel de mães e cuidadoras. Surgiram relatos espontâneos sobre desejos, interesses e sonhos individuais, frequentemente negligenciados em função da centralidade do cuidado na vida dessas mulheres. Além disso, identificamos que as participantes passaram a relatar maior percepção de pertencimento e redução do sentimento de isolamento, frequentemente associado à vivência do cuidado de crianças com deficiência e doenças raras. Tais movimentos indicaram não apenas o fortalecimento da rede de apoio entre elas, mas também um resgate de aspectos identitários e subjetivos que haviam sido silenciados, revelando o potencial do grupo enquanto espaço de promoção de saúde, autonomia e emancipação. A experiência do "Café e Prosa" evidenciou a potência do grupo como espaço de elaboração e transformação das vivências maternas. Ao longo dos encontros, foi possível perceber um movimento coletivo de desconstrução da ideia de que os desafios e dificuldades da maternidade são responsabilidades exclusivamente individuais. O compartilhamento das experiências possibilitou que as participantes ressignificarem sentimentos de culpa, frequentemente associados ao exercício materno, sobretudo no contexto do cuidado de crianças com deficiência e doenças raras. Observamos que, ao se perceberem enquanto grupo, as mães e cuidadoras ampliaram a compreensão sobre suas trajetórias, reconhecendo aspectos comuns às suas vivências, mas também valorizando as singularidades de cada história. Essa percepção fortaleceu a sensação de pertencimento e a constituição de uma rede de apoio que transcende o espaço físico dos encontros, reverberando na construção de vínculos mais autênticos e emancipatórios. Além disso, o grupo contribuiu para o fortalecimento da autonomia das participantes, não apenas no sentido do manejo cotidiano do cuidado, mas também na ampliação de suas possibilidades de escolha, expressão e protagonismo. A troca de estratégias, saberes e afetos impulsionou um processo coletivo de fortalecimento subjetivo, apontando para a importância de espaços como este na promoção da saúde mental e no enfrentamento das desigualdades que atravessam a experiência do maternar. Outro aspecto fundamental revelado ao longo da experiência foi a possibilidade, para as participantes, de se reconhecerem novamente enquanto mulheres, para além do papel socialmente atribuído de mãe e cuidadora. O espaço do grupo favoreceu o resgate de desejos, sonhos e vontades pessoais, muitas vezes silenciados ou negligenciados após anos vividos em função da lógica do cuidado — papel tão comumente imposto às mulheres e que, ao reduzir sua existência à função de cuidar, compromete sua singularidade e contribui para processos de adoecimento físico e emocional. Assim, o "Café e Prosa" consolidou-se como uma prática que rompe com a lógica individualizante e de sacrifício da maternidade, promovendo a construção de redes de solidariedade e cuidado mútuo, bem como a valorização da mulher em seus múltiplos papéis sociais — como sujeito de direitos, desejos e potência de vida.

Consequências psicossociais do acidente de motor com escalpelamento em mulheres ribeirinhas na Amazônia e a interseccionalidade

Ana Carolina Araújo de Almeida Lins (Unifamaz), Izandra Cardoso Reis (UNIFAMAZ), Dayana Alves Soares de Abreu (UNIFAMAZ), Letícia Oliveira da Costa (UNIFAMAZ)

Para compreender como se dão as vivências de mulheres que sofreram o acidente de motor com escalpelamento, é necessário destrinchar as condições sociais e culturais nas quais a população ribeirinha vive em seu cotidiano. As comunidades costumam adquirir os subsídios para viver, através do compartilhamento transgeracional dos saberes local. Destaca-se que o intenso fluxo de embarcações fluviais irregulares na região Amazônica, que possui a maior bacia hidrográfica do mundo, coaduna com o aumento desses acidentes. Diante do grande número de casos registrados, viu-se a necessidade da criação de estratégias que assegurassem essa população. Apesar das investidas governamentais a fim de erradicar as ocorrências, ainda são registradas irregularidades nas pequenas embarcações que geralmente são de uso familiar, fator que posteriormente pesa na decisão de denunciar o condutor, gerando uma subnotificação de casos. No que concerne às questões vivenciadas após o acidente, estas estão intimamente relacionadas aos aspectos sociais da região ribeirinha, que atingem as mulheres, configurando-se como uma segunda agressão, pois lidam com a falta de amparo das políticas de assistência à saúde e social, não sendo acompanhadas de forma adequada por uma equipe multiprofissional em sua localidade. Além disso, essas mulheres têm que lidar com dificuldades em continuarem os estudos, ou mesmo entrar no mercado de trabalho por decorrência dos estigmas sociais relacionados à sua estética, causando uma "desfiliação" social, acarretando em isolamento, medo e culpa, portanto, ocasionando um intenso sofrimento físico, psicológico e social. É relevante uma análise crítica das políticas públicas de atenção à saúde e assistência social direcionada a essa população, compreendendo a importância da equipe psicossocial para atender integralmente às mulheres que sofreram o acidente de motor com escalpelamento na região ribeirinha, especificamente na Amazônia Paraense. Portando, o objetivo desse trabalho é pontuar questões recorrentes nos fatores que englobam a temática, a fim de proporcionar entendimento e reflexões didáticas para além das decorrências de tal adversidade. Dessa forma, a investigação foi realizada através de um levantamento bibliográfico, tratando-se de uma pesquisa básica, de característica qualitativa e de caráter exploratório, abordando questões fundamentais, como: Psicologia e populações tradicionais; Conjuntura social ribeirinha e o escalpelamento; Estética e os estigmas da mulher ribeirinha e Políticas públicas e acesso à saúde. No que diz respeito aos resultados e conclusão, um grande desafio para a atuação da psicologia no Brasil e América Latina é pensar no encontro da Psicologia junto aos territórios dos povos e das comunidades tradicionais não repercutindo os segmentos de dessubjetivação e ressubjetivação. Dois aspectos justificam este pensamento: primeiro, a diversidade dos povos em se organizarem nos modos de vida e de suas expressões, não se limitando ou reduzindo os indivíduos aos aspectos homogeneizantes e universais; segundo, a compreensão dos processos de subjetivação, psíquicos e psicossociais inseridos em nossa ciência e profissão na concepção universalista e historicamente enraizada. No movimento de viver as carências de políticas públicas, os ribeirinhos criaram sua própria forma de locomoção, pautada na confecção de pequenas embarcações, feitas de madeira, com um motor e geralmente improvisa-se o eixo, que fica atravessado no meio do casco, para manter o equilíbrio da navegação. A centralização das atividades ribeirinhas pelos rios se deve ao fato das políticas públicas de assistência social e a

saúde, serem deficitárias na região. Pelas características particulares do acidente, as principais atingidas pelo escalpelamento, são as mulheres, que estão imersas em uma cultura interseccional que supervaloriza seus cabelos, tornando a perda deles, um estigma grave e que corrobora para o sofrimento e adoecimento dessas vítimas. As consequências psíquicas e sociais provenientes do acidente de motor com escalpelamento, são fatores que necessitam de um amplo debate, pois em suma, esses aspectos perduram, se intensificando durante e após o tratamento, acarretando em danos graves nos contextos sociais, na autoestima e nas relações interpessoais da vítima, podendo até superar os danos físicos. Compreende-se que após sofrerem o acidente, essas mulheres perdem uma das características centrais de sua comunidade, fazendo com que não se sintam pertencentes ao seu próprio lar, com essa situação se agravando a partir de estigmas sociais que municiam olhares preconceituosos e excludentes de seus conterrâneos, fazendo com que, além de serem isoladas, isolem a si próprias com o receio de sofrerem mais violências. Refletir sobre o acidente sem pensar na interseccionalidade, no que se refere ao recorte de gênero, raça e classe social como principais responsáveis pelas violências cometidas às mulheres que sofreram o acidente de motor, é corroborar com os estigmas, culpabilização e desqualificações de seu modo de viver. Em resumo, o presente estudo oferece subsídios de base científica que corroboram com as investigações, dialogando sobre os aspectos que influenciam o acidente e nos impactos psicossociais em mulheres ribeirinhas. Nesse sentido, os aspectos citados buscam organizar o fazer e pensar da psicologia, permitindo a produção de práticas colaborativas, produção de alianças que auxiliam a conexão das sinergias que habitam a vida e as realidades das comunidades.

Crochê-Terapia: experiências de humanização, de vínculos afetivos e cuidado em saúde mental

Maria Luisa Morais de Sousa (UFAM), Adria Suellen do Nascimento Ribeiro (UFAM), Giovanna da Cunha Queiroz (UFAM), Mariah de Moraes Martins Pereira (UFAM)

Este relato de experiência apresenta o projeto de extensão "Croche-Terapia: Tecendo uma arte de cuidado" como uma estratégia coletiva de cuidado em saúde mental, desenvolvido por estudantes da graduação em Psicologia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). A proposta surge em meio a um contexto de interesse na prática do crochê como um método manual e artístico, que possibilita a promoção do bem-estar e vínculos afetivos, bem como uma forma de criar um espaço para investigar e experienciar o crochê como uma forma de promoção da saúde mental. Essa prática permite refletir acerca dos efeitos do fazer manual em contextos diversos e interseccionais, uma vez que a prática da arteterapia não se restringe ao contexto clínico tradicional, contribuindo para pensar o que temos nomeado por Crochê-Terapia para além destes modelos de cuidado (Reis, 2014). O objetivo deste resumo é compartilhar sentidos produzidos a partir do desenvolvimento do projeto de extensão Croche-Terapia, evidenciando seu potencial na construção de espaços de escuta, expressão e transformação subjetiva, especialmente com populações atravessadas por múltiplas vulnerabilidades. Partindo do conceito formulado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), saúde refere-se não somente à ausência de doença, mas sim a uma integração entre bem-estar físico, mental e social (OMS, 1947). A prática da arteterapia, a partir do crochê, configura-se como uma ferramenta que contribui significativamente para a manutenção e melhoria da qualidade de vida (QV) dos participantes, independentemente da sua faixa etária — sendo de suma importância especialmente para o público idoso, na medida em que favorece a manutenção das capacidades cognitivas (Jardim et. al, 2020). O projeto é inspirado também pela obra de Nise da Silveira, nome fundamental no cenário brasileiro, tanto na luta antimanicomial quanto no campo da arteterapia. Sua contribuição reside na compreensão da arte como instrumento de acesso ao mundo interno dos sujeitos, defendendo que o seu uso não deveria restringir-se à função de descrição, mas ser aplicado como recurso terapêutico. A arte, nesse sentido, facilita a autopercepção dos indivíduos e fortalece o papel dos profissionais de saúde no cuidado, tratamento e acolhimento das subjetividades, conduzindo à humanização dos sujeitos. A partir das Sessões de Terapêutica Ocupacional conduzidas por Nise, foram observadas uma comunicação tanto verbal quanto não verbal como formas legítimas de expressão, demonstrando assim que os elementos artísticos utilizados poderiam ser interpretados como manifestações de elementos conscientes e inconscientes do indivíduo. Essa realidade também se faz presente no projeto Crochê-Terapia, permitindo que peças de crochê representem uma materialização dos pensamentos e sentimentos que permearam o processo de criação. Além disso, tais práticas propiciam transformações no ambiente de cuidado, favorecendo uma postura mais humanizada, sobretudo em contextos historicamente marcados por hostilidade e desrespeito ao cuidado da saúde mental (Silveira, 2001). Estas práticas também contribuem para o fortalecimento de processos de reinserção social, independência e autonomia de indivíduos em sofrimento psíquico (Duarte, Augusto e Portela, 2025). Neste contexto, a Arteterapia se apresenta como um "campo de atuação que integra saúde mental e serviços sociais, enriquecendo a vida de indivíduos, famílias e comunidades por meio do fazer artístico, de processos criativos e de teorias psicológicas" (American Art Therapy Association, 2017 apud Ciornai, 2021, p. 15-16). Portanto, a

arteterapia contribui de forma positiva para a redução da ansiedade, melhora da autonomia, ajustamento emocional, boa adaptação ao meio, diminuição da tensão e tristeza, restituição da expressão de sentimentos, emoções e pensamentos, bem como o progresso na autoconfiança, estado de relaxamento e fortalecimento de laços sociais. Para além do campo de melhora na saúde psíquica, autoconhecimento e acolhimento do sujeito, a prática da arteterapia corrobora para um espaço saudável e respeitoso, promovendo autonomia e autoestima aos indivíduos (Duarte, Augusto e Portela, 2025; Jardim et al, 2020; Silva et al, 2022). Ademais, tais contribuições também se mostram presentes no dia-a-dia do projeto Crochê-Terapia, enfatizando que o restabelecimento das funções sócio-psico-emocionais manifesta-se em grandes e pequenos grupos que revelam-se disponíveis para a prática da arte manual. Se apropriando do estudo sócio-histórico de Vygotsky, o contexto, as mediações culturais e o afeto são determinantes para o desenvolvimento intelectual do indivíduo. Referindo-se ao contexto, segundo Rabello e Passos (2010), as interações que cada indivíduo vivencia são internalizadas de acordo com seus relacionamentos pessoais, moldando suas capacidades a partir do que o espaço social oferece e o potencializa a realizar. Se tratando das mediações culturais e afeto, a troca do indivíduo com o ambiente é fruto das relações coletivas marcadas pelos encontros e desencontros sociais e culturais. Além disso, Santos et al (2016) sustentam que a dimensão afetiva está intrinsecamente ligada ao processo de ensino e aprendizagem, uma vez que emoções positivas e vínculos seguros favorecem a construção do conhecimento satisfatório e eficaz. Uma vez que compreende-se o papel que esses fatores desempenham nas dimensões da Arteterapia, é priorizado dentro do Projeto Crochê-Terapia o fornecimento de um espaço de segurança e de exploração de potencialidades. Assim, temos a prática do crochê como mediador, servindo como recurso simbólico e fornecendo aos participantes o fazer manual como uma ferramenta de transformação psíquica, prezando por um espaço seguro, onde práticas e trocas coletivas fortalecem a autoconfiança e liberdade de expressão através do processo criativo. A escolha do crochê como recurso artístico se embasa em seu caráter acessível, simbólico e terapêutico. Essa atividade manual é uma técnica milenar de entrelaçamento de fios com uso de uma agulha específica para criar padrões e texturas por meio de pontos tecidos. O projeto se estrutura metodologicamente a partir de atividades semanais, combinando práticas de extensão, observação e produção de narrativas afetivas dos encontros. As atividades dividem-se em 4 campos: oficinas de crochê, encontros temáticos, grupos de estudos e tardes afetivas. As oficinas são espaços de aprendizagem técnico-manual do crochê em si — que vão desde como escolher o material até os primeiros pontos, como correntinha e ponto alto. Esse momento favorece a construção de vínculos e desenvolvimento da escuta, sendo frequentemente a vivência inicial para a experimentação do cuidado compartilhado. Os encontros temáticos integram a dimensão crítica e reflexiva da proposta, abordando temas como saúde mental, luto, afetividade, direitos humanos, entre outros. Esta dimensão permite ampliar o conhecimento teórico dessas temáticas a partir de momentos com palestras e rodas de conversa com profissionais da área. Já os grupos de estudo constituem o eixo formativo do projeto, momento onde é discutido e estudado textos, artigos e produções acadêmicas relacionados a arteterapia e psicologia, permitindo o fortalecimento do embasamento teórico das ações, promovendo desenvolvimento do senso crítico em relação às práticas e pesquisas, se caracterizando como espaço e processo formativo para os integrantes do projeto. Vale ressaltar que o projeto também conta com participantes recém-ingressos na Universidade o que torna esse espaço ainda mais importante para a formação e integração destes membros. Por fim, as tardes afetivas são próprias para cuidar de quem cuida, são tardes de jogos e rodas de conversas que ajudam a aumentar o vínculo e o afeto entre os participantes, consolidando o projeto como um território seguro, coletivo e

transformador. Assim, os resultados da prática do crochê, de forma integradora e coletiva, têm promovido mudanças tanto internas quanto externas significativas na vida dos participantes. No âmbito do projeto, o exercício destacou-se como uma ferramenta para fortalecimento de vínculos afetivos e sociais, promovendo redes de apoio, incentivando interações sociais de qualidade, constituindo-se como uma linguagem potente na arte do cuidado e então construindo um ambiente de trocas que vão além do ensino técnico de uma prática artesanal. O ato de ensinar e aprender crochê torna-se um momento de conexão, no qual os envolvidos compartilham experiências e sentimentos, simbolicamente unidos por um fio que vai sendo tecido a cada encontro. As relações entre os participantes se fortalecem mutuamente, favorecendo um espaço aberto à comunicação e à escuta sensível. O projeto também tem contribuído para a transformação dos espaços institucionais, levando cor e afeto a ambientes antes neutros ou impessoais, como o espaço universitário da Faculdade de Psicologia da UFAM. Participantes do projeto relatam que o crochê tem sido uma prática capaz de aliviar sintomas de ansiedade e estresse, funcionando como um canal de autorregulação emocional e bem-estar. Além disso, observou-se o desenvolvimento e o reforço de habilidades como paciência, foco e coordenação motora, especialmente entre aqueles que nunca haviam tido contato prévio com atividades manuais. Outro ponto importante foi a valorização dos saberes tradicionais e o resgate da memória afetiva, com a lembrança de figuras familiares e práticas ancestrais, promovendo uma conexão simbólica com a própria história e identidade. A prática também proporcionou a aproximação entre diferentes faixas etárias e trajetórias, fortalecendo redes de apoio e permitindo trocas intergeracionais potentes. Em contextos clínicos, o crochê surgiu como alternativa concreta ao uso excessivo de telas, sendo uma estratégia acolhedora para pessoas hospitalizadas, acompanhantes e pacientes com insônia. Por fim, o projeto tem se mostrado um espaço legítimo para a expressão de sentimentos e subjetividades, permitindo que os fios e pontos do crochê revelem histórias, dores, desejos e afetos que nem sempre podem ser verbalizados.

Descolonização da Psicologia: caminhos possíveis para o cuidado do sofrimento psíquico

Isabela Baltazar Fernandes (PUC MINAS)

Este trabalho parte da constatação de que o fim do colonialismo formal não significou o fim das práticas coloniais, pelo contrário, " vivemos cotidianamente o eterno retorno do encontro colonial" (Krenak 1999), visto que a colonialidade persiste como lógica estruturante que atravessa a produção de saberes, os modos de subjetivação e as políticas de cuidado em saúde mental. Para Quijano 2014, a colonialidade ultrapassa os limites e particularidades do colonialismo histórico e resiste à suposta independência, pois se manifesta na introjeção, pelos povos latino-americanos, de valores eurocêntricos tidos como universais e superiores permeando diversas esferas da vida social.

Nessa perspectiva, a Psicologia, enquanto ciência moderna ocidental, sob a égide dos princípios da ciência moderna e da ascensão do capitalismo e do positivismo, também foi forjada dentro dessa lógica colonial, marcada por uma perspectiva patriarcal, classista e eurocêntrica, organizada de forma rígida em torno da disciplinarização do saber (Foucault, 2005) reproduzindo portanto epistemologias e práticas excludentes que desconsideram os marcadores sociais da diferença e a historicidade dos sofrimentos vividos por sujeitos racializados, indígenas, periféricos, LGBTQIAPN+, com deficiência, entre outros.

Fanon (1968) denunciou que a colonização foi uma grande fornecedora dos hospitais psiquiátricos por meio da produção massiva de patologias da opressão, ao mesmo tempo em que atribuía à opressão um caráter biológico e orgânico. Esse excesso de diagnósticos somado ao lobby das indústrias farmacêuticas não apenas perpetua lógicas colonizadoras, higienistas e deterministas como também corrobora para a desresponsabilização do sujeito e seu esgotamento da capacidade de lidar com conflitos, contradições e reinvenções da própria vida. Ao examinar os impactos dessa lógica na saúde mental, a pesquisa evidencia como a manicomialização da vida opera como ferramenta contemporânea de controle social, expandindo a lógica manicomial para além dos muros dos hospitais psiquiátricos, estendendo-se ao cotidiano das pessoas por meio da medicalização excessiva, da normatização do comportamento e da patologização das diferenças. O DSM-V, enquanto manual diagnóstico hegemônico, exerce papel central na cristalização dessa lógica, ao classificar formas de existência dissidentes como doenças a serem curadas ou corrigidas. Tal modelo naturaliza o sofrimento psíquico como expressão de transtornos internos e ignora os determinantes sociais do processo saúde-doença, desconsiderando que como afirma Frei Betto "as cabeças pensam onde os pés pisam".

A pesquisa tem como objetivo compreender de que maneira a estrutura colonial, mesmo após o processo de independência dos países latino-americanos, continua operando na produção do conhecimento, nas intervenções clínicas e na formulação de políticas públicas em Psicologia. Essa permanência se expressa, sobretudo, na manutenção de paradigmas biomédicos e individualizantes que patologizam os sofrimentos ético-políticos (Sawaia, 1999), originados em processos históricos de exploração, marginalização e apagamento, vivenciados por grupos historicamente marginalizados. Ao invés de reconhecer as marcas sociais da desigualdade, tais práticas culpabilizam o sujeito,

medicalizando experiências que deveriam ser lidas à luz das violências estruturais e interseccionais.

O trabalho está intimamente articulado ao GT 15 – Entre dores e (re)existências: estratégias de cuidado em saúde mental a partir da perspectiva interseccional –, pois aborda o sofrimento psíquico como produto das múltiplas formas de violência que incidem sobre corpos não normativos, racializados e empobrecidos. Tais sofrimentos não resultam de falhas individuais ou inadequação subjetiva, mas emergem de um contexto histórico de exclusão, colonização e extermínio. O GT também sustenta que a necessidade de repensar o cuidado em saúde mental como um processo ético-estético-político, que articule o território, os marcadores sociais e a multiplicidade de saberes. A presente proposta se alinha a essa perspectiva ao criticar a colonialidade da Psicologia e defender práticas de cuidado que valorizem estratégias de resistência desenvolvidas por populações historicamente oprimidas. No cruzamento entre Psicologia Social, Saúde Coletiva e os estudos decoloniais, propõe-se uma escuta clínica que não reproduza a lógica da adaptação, mas que potencialize a resistência e a reconstrução de vínculos comunitários.

Para dialogar com essas questões, a pesquisa se apoia em um referencial teórico que articula o pensamento decolonial (Quijano, 2014; Dussel, 1979), a psicologia social crítica (Sawaia, 1999; Martín-Baró, 1994) e a crítica à colonialidade do ser (Mbembe, 2018; Fanon, 1961). Também são mobilizadas contribuições fundamentais de pensadoras negras e indígenas, como Lélia Gonzalez, Grada Kilomba, Carla Akotirene e Ailton Krenak, cujos escritos desestabilizam as bases epistemológicas da psicologia moderna e propõem alternativas enraizadas na ancestralidade, na oralidade e na resistência coletiva. A metodologia adotada é qualitativa e exploratória, com base em revisão bibliográfica sistemática. Foram analisados artigos científicos, livros e dissertações disponíveis nas bases SciELO e LILACS, com foco em produções que discutem descolonização, sofrimento psíquico, epistemologias do Sul Global e práticas emancipatórias em Psicologia. A análise dos dados foi conduzida por categorização temática, organizada em três eixos: (1) as múltiplas faces da colonização; (2) os efeitos da colonialidade sobre a saúde mental; (3) caminhos possíveis para a descolonização dos saberes e das práticas psicológicas.

Por fim, defende-se que a Psicologia circunscrita nos manuais clínicos e abordagens psicológicas dissociadas de processos sociais, políticos e econômicos, não contempla as violências que configuram os sofrimentos próprios dos processos exclusão, opressão e desigualdade na constituição da subjetividade colonial e pós colonial. Tomar a história nas próprias mãos, como conclama Paulo Freire, implica reconhecer que o fazer psicológico é inevitavelmente político. Descolonizar a prática, portanto, vai além de acrescentar autoras negras ou indígenas ao currículo; exige uma reviravolta ontológica, na qual o psicólogo abandona a ilusão de neutralidade e assume o compromisso de contestar as estruturas que produzem desigualdade. A partir da transmodernidade (Dussel, 1979), propõe-se uma Psicologia que reconheça que nossa compreensão de mundo é moldada por nossas vivências situadas, e que busque explorar outras cosmovisões e perspectivas teóricas e epistemológicas mais amplas, superando as dicotomias racionalistas, individualistas que não dão conta de para compreender a complexidade dos fenômenos contemporâneo.

Apesar das reformulações em curso, os modelos hegemônicos de uma psicologia eurocêntrica e norte-americana sustentados por um paradigma moderno-colonial continuam a influenciar fortemente as teorias e as

práticas profissionais, as quais ainda são marcadas pela colonialidade do poder. Isso se expressa em uma formação que enfatiza um sujeito descontextualizado, reforçando a responsabilização individual e a estigmatização daqueles em sofrimento psíquico (Quijano, 2014). Nesse sentido, a Psicologia é convidada a repensar sua relação com a herança colonial não para negar totalmente os saberes produzidos fora do Brasil ou da América Latina, mas para possibilitar a construção de conhecimentos que foram historicamente silenciados e subalternizados, mas a fim de possibilitar a construção de saberes que foram historicamente subalternizados. Uma Psicologia aquilomada, proposta por Beatriz Nascimento, pratica a escuta radical, que não separa indivíduo de coletividade nem mente de corpo-território. Utiliza de tecnologias plurais a ancestrais e recusa a lógica que reduz diferença a patologia e simultaneamente, intervém no acesso a direitos: moradia, terra, comida, transporte, cultura e espiritualidade livre, pois entende que sem essas bases materiais não há saúde mental sustentável.

Ao reconhecer a Psicologia como campo em disputa, o trabalho reafirma a importância de uma práxis crítica e comprometida com a justiça social. Isso exige romper com o silêncio institucional diante das desigualdades, rever o projeto formativo da Psicologia e ampliar os horizontes epistemológicos para acolher a pluralidade de existências que compõem o Brasil. A colonialidade, como afirma Ailton Krenak, não é passado – é presente que insiste em nos desumanizar: cabe à Psicologia se colocar ao lado daqueles que lutam para reexistir. Aquilombar-se e transmodernizar a Psicologia são passos decisivos nessa travessia – passos que convidam a profissão a abandonar seus muros coloniais e a caminhar, enfim, ao lado dos que sonham e constroem outras formas de vida.

Mulheres Cuidadoras de Usuários de um Centro de Atenção Psicossocial: relações entre cuidado e gênero

Natália Matos de Souza (UFC), Mariana Tavares Cavalcanti Liberato (UFC), Mayara de Oliveira Ferreira (UFC)

Esse trabalho está relacionado a uma pesquisa de Mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, e financiada pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). A pesquisa se refere a investigação dos processos de subjetivação em curso de mulheres que atuam em funções de cuidado com usuários de Centros de Atenção Psicossociais (CAPS). Isso pois, compreende-se que historicamente mulheres foram e são legadas a atividades de cuidado em suas histórias de vida, a partir de uma construção reducionista de gênero em que criou-se o discurso de que mulheres teriam naturalmente predisposição ao cuidado, visto que elas teriam capacidade de gestar (Zanello, 2018). Essa concepção social produzida em um contexto cisheteropatriarcal e racista, guarda ressonâncias no campo da saúde mental onde a maioria dos cuidadores das redes socioafetivas dos usuários dos serviços são mulheres. Esse cenário tem produzido efeitos negativos na vida dessas mulheres cuidadoras, onde em pesquisas anteriores têm sido identificadas piores índices de avaliação de qualidade de vida e presença de transtornos psiquiátricos menores (Kantorski et al., 2019), bem como níveis elevados de sobrecarga emocional, prática e financeira (Pegoraro & Caldana, 2006). Diante dessa problemática, essa pesquisa tem como objetivo central: analisar os processos de subjetivação de mulheres que exercem cuidado não remunerado à usuários de um Centro de Atenção Psicossocial da cidade de Fortaleza, a partir de uma ótica interseccional. Para tanto, elegemos os seguintes objetivos específicos: 1. Refletir sobre os atravessamentos interseccionais nas experiências de mulheres que exercem cuidado não remunerado; 2. Discutir os efeitos do cuidado não remunerado na experiência das mulheres que cuidam de sujeitos em sofrimento psíquico; e 3. Apreender os efeitos da criação de dispositivos de acolhimento para as mulheres que cuidam de usuários do serviço. Nesse percurso nos alianças ao Paradigma da Atenção Psicossocial, como processo social complexo que vai além da mera reformulação dos serviços, compreendendo que sua construção se dá nos âmbitos teórico-conceitual, técnico-assistencial, jurídico-política e sociocultural (Amarante, 2013). Nos guiamos pela perspectiva da Interseccionalidade, cunhada no contexto do Feminismo Negro pela ativista e jurista norteamericada Kimberlé Crenshaw, concebendo que as experiências dos sujeitos são produzidas em intersecções ao longo de avenidas em que diferentes eixos de discriminação se cruzam. Essa ideia se faz essencial, a medida que complexifica as análises dos processos subjetivos das interlocutoras dessa pesquisa a partir dos marcadores sociais da diferença. Ademais, nos situamos na encruzilhada do conceito de Cuidado, pois refletimos a partir do encontro das contribuições da Saúde Coletiva e Psicologia com as problematizações construídas no seio dos movimentos feministas. Haja vista que, é no encontro da concepção hermética de cuidado - sem gênero, sem cor, sem classe, etc - com o questionamento de quem ocupa essa função, que produz-se uma análise mais complexa para os processos de cuidado em curso na saúde mental. Tendo isso em vista, a pesquisa tem o caráter qualitativo e se situa no leque de pesquisas intervenções, afirmando uma contraposição ao posicionamento hermético do pesquisador, e apontando uma composição mútua entre conhecer e intervir (Rossi & Passos, 2014). Orienta-se metodologicamente pela Cartografia, proposta por Gilles Deleuze e Félix Guattari, extensamente empregada nos estudos de subjetividade (Kastrup, 2007). Dessa maneira,

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

a Cartografia propõe acompanhar processos e habitar territórios, traçando um mapa que comporta o movimento, aquilo que difere ao supostamente inerte e constituído. A cartografia é um método ad hoc, não pré-existindo um roteiro enrijecido do percurso a ser seguido. O local de realização do estudo é um Centro de Atenção Psicossocial Geral Tipo II da cidade de Fortaleza (CE), que se destina ao atendimento de sujeitos em sofrimento psíquico grave e/ou persistente a partir de 18 anos, e compõem a Rede de Atenção Psicossocial da cidade. E o corpus de pesquisa deste trabalho serão mulheres que exercem atividades de cuidado não remunerado de usuários vinculados ao CAPS. Tomando como critérios de inclusão: 1. Identificar-se com o gênero feminino; 2. Ter acima de 18 anos; 3. Exercer atividades de cuidado não remunerado direcionadas a usuários acompanhados pelo serviço. Como estratégias metodológicas, foram empregadas a observação participante a fim de criar relações com o campo e os sujeitos, assim como apreender os processos em curso; a realização de atividades de sala de espera, em que promove-se discussões de temas e cria-se espaços de debate coletivo com os sujeitos que se encontram aguardando para realização de algum procedimento no serviço; entrevistas de orientação cartográfica individuais, em que nos encontros se torna possível criar um plano de coengendramento; e finalmente, a produção de diários de campo como ferramenta de registro e narratividade. Preliminarmente, encontramos um cenário em que as mulheres cuidadoras dos usuários relatam dificuldades e sobrecargas relativas a serem as principais ou únicas responsáveis no compartilhamento de cuidado dos sujeitos nas redes socioafetivas. E o serviço encontra debilidades na produção de espaços de acolhimento das experiências de compartilhamento de cuidado dessas mulheres, invisibilizando suas problemáticas. Dessa maneira, conclui-se de maneira inicial, que o cenário de Contra Reforma Psiquiátrica e avanço da medicalização nos serviços, tem contribuído para a falta de espaços coletivos e de possibilidades de atividades de acolhimento para mulheres familiares e cuidadoras. Como também, as relações naturalizadas entre gênero e cuidado fundamentam a política pública que, por sua vez, contribui para reforça-las e reproduzi-las. Essa conjunção acaba precarizando ainda mais a vida de mulheres negras, pobres, moradoras de periferias urbanas. Portanto, tal desenho da política pública de saúde mental a partir de uma leitura gendrada e interseccional dos processos de cuidado visa colaborar para mitigação das opressões perpetuadas a sujeitos historicamente violentados e a possibilidade construção de estratégias que promovam modos éticos de viver e cuidar. Compreendo que a efetivação do Paradigma Psicossocial, em consonância com a Luta Antimanicomial, se faz a partir de novos pactos sociais de cuidado à pessoas em sofrimento psíquico, e que esse pacto deve levar em considerações relações interseccionais.

Mulheres negras e a intersecção entre raça, gênero e classe: manicolonialidade e o dispositivo de racialidade no processo de saúde-adoecimento na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS)

Kesia Alves De Souza Silva, Luiza Helena Neres Sebastião (Faculdade de Ciências e Letras - FCL/UNESP Assis.), Paulo Vitor Palma Navasconi (Faculdade de Ciências e Letras - FCL/UNESP Assis.)

A presente pesquisa, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), surgiu a partir de reflexões e análises realizadas durante o Estágio Específico Obrigatório I em Psicologia, com foco nas relações raciais, interseccionalidades e processos clínicos. No contexto do estágio, realizado na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), foi possível observar como os profissionais de saúde compreendem o processo de saúde-adoecimento-cuidado (Costa-Rosa, 2013) de mulheres negras. As observações revelaram que, embora os profissionais demonstrem uma compreensão geral sobre temas de saúde e sofrimento, as especificidades relacionadas aos atravessamentos de raça, gênero e classe são frequentemente desconsideradas ou tratadas como elementos isolados. Isso resulta em uma visão do processo de saúde-adoecimento-cuidado que carece de uma abordagem verdadeiramente interseccional, ignorando fatores cruciais para uma atenção integral e sensível às realidades de mulheres negras. Sendo assim, este estudo tem como objetivo investigar os discursos de profissionais de Psicologia relacionados ao cuidado interseccional da saúde de mulheres negras na Rede de Atenção Psicossocial do município de Assis (SP).

Possui caráter qualitativo e exploratório, utilizando entrevistas semiestruturadas com profissionais como principal método de coleta de dados. O objetivo é analisar as entrevistas à luz dos princípios e estudos da interseccionalidade, complementadas por leituras de artigos científicos e outras produções que se alinham às perspectivas decoloniais. A primeira etapa da pesquisa consiste em uma revisão bibliográfica, com base em artigos de psicologia publicados nos últimos cinco anos na base PePSIC, utilizando palavras-chave relacionadas à saúde mental, interseccionalidade e mulheres negras. O objetivo é identificar os efeitos psicossociais da articulação entre raça, classe e gênero na saúde de mulheres negras, além de práticas e reflexões teóricas que embasam o uso da interseccionalidade como ferramenta no enfrentamento das violências raciais no cuidado em saúde.

A segunda etapa da pesquisa envolveu a aplicação de entrevistas semiestruturadas, presenciais e online, com profissionais da Rede de Atenção Psicossocial de Assis. Os participantes foram selecionados por meio do método bola de neve, ou seja, foi utilizada uma cadeia de referências. O método consiste, de acordo com Juliana Vinuto (2014), na utilização de informantes-chave, nomeados como "sementes", que têm como objetivo localizar pessoas com o perfil necessário para a pesquisa dentro da população. A terceira etapa consistirá na transcrição das entrevistas, associadas às análises da literatura, processo que permitirá uma leitura ampliada da realidade vivenciada por mulheres negras em relação ao seu cuidado e saúde.

Para tanto, fez-se necessário uma aproximação do debate interseccional nas conjunturas sócio-históricas da reforma psiquiátrica brasileira. Cabe pontuar que reconhecemos a importância e os avanços da reforma

psiquiátrica brasileira nos resultados da assistência à saúde mental. Esta pesquisa surge como um pequeno passo para aprofundar e interseccionalizar as dimensões de raça, gênero e classe, considerando que são necessários novos debates no cenário da saúde para questionar as técnicas manicomiais e coloniais presentes nas instituições, conforme assinalam David (2024) e Passos (2018). Ademais, David (2024) aponta que a equidade racial só será efetivada na RAPS quando forem consideradas as especificidades da relação entre saúde mental, racismo e colonialidade. Nesse sentido, buscamos utilizar a interseccionalidade como eixo central para o desenvolvimento desta pesquisa, pois ela permite aprofundar a compreensão dos efeitos simultâneos e interconectados de raça, gênero e classe na saúde mental de mulheres negras.

Adotar a interseccionalidade como fundamento possibilita examinar como esses múltiplos atravessamentos influenciam não apenas o adoecimento, mas também o acesso ao cuidado e o entendimento das necessidades de saúde. Sendo assim, deve-se não só compreender esses processos sob uma lente crítica, mas também promover reflexões e práticas mais inclusivas e sensíveis no campo da Psicologia, contribuindo para uma RAPS que responda com maior equidade e justiça às demandas específicas de mulheres negras. Deste modo, a pesquisa se desenvolve através dos pilares da interseccionalidade, manicolonialidade e dispositivo de racialidade como ótica para o processo de saúde-adoecimento de mulheres negras na RAPS.

Pereira e Passos (2017) salientam que em um país forjado pela violência colonial, as mulheres negras se encontram na base das desigualdades econômicas, sociais e territoriais, sendo, assim, uma classe com cor e gênero. Com isso, através do discurso de sujeitos universais, desconsidera-se os atravessamentos de raça, classe e gênero na saúde de mulheres negras, permanecendo em uma lógica estrutural nos dispositivos de saúde. Entretanto, o cuidado precisa reconhecer as especificidades raciais e incorporar os efeitos psicossociais nas experiências de saúde, levando em conta, como aponta Gonzalez (2020), que racismo, sexismo e desigualdade de classe são fenômenos inter-relacionados e resultantes da colonialidade, gerando efeitos violentos nas vidas de mulheres negras.

Carneiro (2023) pressupõe, no tempo da modernidade, a racialidade como produtora de um campo ontológico, epistemológico e de poder. Sendo assim há uma produção e regulação de uma dualidade entre negativo e positivo (Carneiro, 2023), sendo a marca de diferenciação do sujeito com o Outro a cor da pele. Além de resultar na construção do Outro como não ser como fundamento do ser, através da instrumentalização pelo biopoder, o dispositivo da racialidade consegue instituir o exercício do direito de matar pela sua lógica. Nesse sentido, Carneiro (2023) coloca que o racismo cumpre o papel de dividir o campo biológico, cheio de poder, para fragmentar pela noção de 'raças', cunhando assim quem deve viver e quem deve morrer. Assim, é possível apontar que o dispositivo de racialidade opera sobre mulheres negras, "fazendo e deixando morrer" por causas tanto preveníveis quanto evitáveis, evidenciando o racismo na des(atenção) em/à saúde.

Esta pesquisa evidencia que a psicologia, enquanto ciência, foi historicamente estruturada sobre uma epistemologia eurocêntrica, centrada na figura do homem branco, cisgênero, cristão, burguês e heterossexual europeu. Tal fundação produziu um saber que se pretende universal, mas que, na prática, opera por meio da exclusão e silenciamento de outras formas de existência — promovendo, assim, um duplo movimento de epistemicídio e genocídio simbólico. Ao negligenciar as

interseccionalidades de raça, gênero e classe, especialmente no que tange às mulheres negras, a psicologia reproduz os efeitos da colonialidade no campo da saúde mental e subjetivação.

Diante disso, torna-se urgente repensar os fundamentos da psicologia brasileira, questionando sua conivência com estruturas opressoras e propondo caminhos para uma prática antirracista. Ao articular os conceitos de interseccionalidade e racialidade, esta pesquisa contribui para a construção de uma psicologia comprometida com a justiça social e com a valorização de saberes historicamente marginalizados. Reafirma-se, portanto, a necessidade de disputar o campo epistemológico da psicologia, reconhecendo que a transformação só será possível ao se considerar quem fala, de onde fala e por que fala — condição indispensável para a descolonização dos saberes e para o processo de Saúde-Adoecimento-Atenção.

Palavras-Chave: Dispositivo de racialidade; Interseccionalidade; Manicolonialidade; Mulheres negras; Racismo; Saúde.

Oficinas terapêuticas na Atenção Psicossocial: um relato de experiência

Raíssa Victória Oliveira Marques, Raíssa Victória Oliveira Marques (UFRR), Edilane Nunes Régis Bezerra (UFRR)

Através da interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos e da vivência com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social, constata-se a necessidade de promover reflexões a partir de uma noção de teoria e prática como indissociáveis, bem como a importância do contato com as políticas públicas em saúde mental durante a formação acadêmica, o Projeto de Extensão "Promovendo a Saúde Mental na Atenção Psicossocial: Atividades Psicoeducativas na Sala de Espera e Oficinas" foi criado para fomentar a aliança entre a universidade e a comunidade, por intermédio do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS II, localizado no município de Boa Vista – RR, possibilitando a realização de ações psicoeducativas com o público da sala de espera e utilizando oficinas de arteterapia e artesanato para os usuários intensivos. A história do tratamento de pessoas com sofrimento psíquico no Brasil foi manchada por um modelo institucional e sanitarista, que não visava o cuidado, bem como seu objetivo principal era o isolamento, exclusão social e medicalização compulsória. Os indivíduos eram retirados do meio social com a justificativa de alcançar a cura, mas, na prática, os manicômios funcionavam como verdadeiras prisões, privando o sujeito da liberdade e do desenvolvimento de sua subjetividade, violando os direitos humanos e sua dignidade. A Psiquiatria tradicional, centrada no saber hegemônico, biologizante e vertical, contribuiu para reforçar o discurso de loucura como doença incurável, perigosa e incapacitante. O sujeito era reduzido ao diagnóstico, silenciado em sua subjetividade, e o tratamento consistia em técnicas que focavam no transtorno e no sintoma, deixando o indivíduo como secundário, na maioria das vezes usando métodos agressivos e sem consentimento. Com a mobilização de movimentos como o Movimento dos Trabalhadores da Saúde Mental pela reforma psiquiátrica no Brasil, no período pós ditadura militar foi promulgada a Lei 10.216/2001, que é responsável pela transição do modelo asilar para o substitutivo, de base territorial, comunitário. Dessa forma, pretendemos relatar a experiência vivenciada em um projeto de extensão na Universidade Federal de Roraima (UFRR), através da realização de oficinas terapêuticas e atividades psicoeducativas com usuários do CAPS II, na cidade de Boa Vista/RR, aproximando os estudantes de graduação em Psicologia do cuidado integral à saúde. Sustentada nos pressupostos da Reforma Psiquiátrica (AMARANTE, 2008; ROTELLI et al., 1990; BASAGLIA, 2015) e da Psicologia Social Comunitária (CAMPOS, 2013), ressalta-se que a Reforma Psiquiátrica trouxe benefícios significativos, como a humanização do cuidado; a inclusão social das pessoas com transtornos mentais, envolvendo a reintegração dessas pessoas à sociedade, permitindo que participem ativamente da vida comunitária, trabalhem, estudem e desfrutem de uma vida mais plena, os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) desempenham um papel fundamental nesse processo; a redução das internações prolongadas em hospitais psiquiátricos, visto que, a ênfase na atenção psicossocial, fez o tratamento ser mais ambulatorial, reduzindo a necessidade de internações prolongadas; o enfoque na prevenção e promoção da saúde mental, e a valorização da singularidade de cada pessoa, são alguns dos benefícios observados. (QUARTIERO; BARRANCOS, 2021). Como apontam Amarante (2007) e Nicácio (2014), o manicômio não é apenas uma construção: ele sobrevive graças a práticas autoritárias, a tratamentos voltados exclusivamente à medicalização, à exclusão dos usuários das decisões sobre seus próprios cuidados e à desvalorização dos

saberes populares.A criação da RAPS e dos CAPS, são exemplos de práticas contracoloniais, que enxergam as pessoas com transtornos mentais graves e persistentes como sujeitos para além de seus transtornos e sintomas, respeitando a dignidade das pessoas através do cuidado humanizado e reinserção social.É seguindo essa lógica que o projeto veio a ser desenvolvido, para possibilitar e incentivar a escuta, acolhimento, incentivando à expressão e vendo a arte como mediadora do cuidado. A psiquiatra Nise da Silveira reconhecia a importância da arte e da cultura na recuperação de pacientes com transtornos mentais em contraposição à abordagem de tratamentos rigorosos e agressivos. Trata-se de um projeto de extensão com o objetivo de colocar em prática o conhecimento adquirido pelos discentes, ao longo do curso de graduação em Psicologia da Universidade Federal de Roraima/UFRR. Denominado "Promovendo a Saúde Mental na Atenção Psicossocial: Atividades Psicoeducativas na Sala de Espera e Oficinas". As atividades foram desenvolvidas semanalmente, nas quartas ou quintas-feiras, em Boa Vista/RR, em um Centro de Atenção Psicossocial – CAPS II.Através do projeto, foram trabalhadas questões relacionadas à saúde mental junto aos usuários e familiares do Centro de Atenção Psicossocial, com oficinas terapêuticas, arteterapia, produção artística, atividades lúdicas e recreativas, além de artesanato e palestras de conscientização sobre temáticas. Essa prática é de extrema importância, uma vez que pode ser uma das áreas a serem seguidas na atuação profissional. Portanto, este projeto contribuiu com a formação das estudantes, estimulando o senso crítico, bem como a atuação profissional pautada na cidadania e na função social da Educação Superior, no curso de Psicologia da UFRR. A atenção psicossocial busca ampliar as possibilidades de cuidado e assistência, ultrapassando inclusive o campo da saúde mental stricto sensu e dialogando com diferentes saberes e conhecimentos. Assim, segundo Dias e Amarante (2022) o fortalecimento da perspectiva da atenção psicossocial aponta para o entendimento de que o próprio processo de Reforma Psiquiátrica não se resume à Psiquiatria, mas tem base em áreas diversas, como a filosofia, as ciências sociais, as artes e o direito; e que portanto, dialoga de forma ampliada com diversos saberes e conhecimentos. Contou-se com a participação de 10 usuários e 02 profissionais do Centro de Atenção Psicossocial. Enquanto instrumento metodológico, utilizou-se observação direta das atividades realizadas pelos usuários do CAPS II, durante a participação nas Oficinas Terapêuticas.

Os temas abordados foram selecionados a partir de diálogos com a equipe componente do CAPS II, destacamos como temas relevantes a rede de apoio no processo de tratamento psicológico, autoconhecimento, o paciente personagem central deu sua própria história, buscando a criança interior. Cada oficina era realizada de uma forma diferente e utilizando recursos diferentes, como música, pintura, desenhos, ou atividades que reforcem mais a atividade cognitiva. Ao final de todas as atividades, eram feitas anotações relatando as tarefas executadas, e o desenvolvimento de cada usuário, em formato de atualização de prontuário. Em vez de técnicas de normalização, optamos pela criação de espaços de expressão com desenho, pintura, colagem, escrita livre, roda de conversa, onde os usuários compartilham afetos, narrar dores e celebrar singularidades. Tais oficinas, centradas na arte, na conversação e na produção coletiva, se afirmam como práticas de resistência frente aos modos coloniais, medicalizantes e segregadores impostos à loucura. As atividades foram bem recebidas pelos usuários intensivos, que demonstraram interesse e dialogaram durante a realização. Alguns usuários, inicialmente, apresentavam resistência, mas ao longo do projeto, foram se inserindo naturalmente, e até mesmo reduzindo a apresentação de alguns sintomas, como foi o caso de um paciente, 30 anos, diagnosticado com transtorno esquizofrênico, ele se mantinha fechado para as atividades por conta das alucinações que sofria com certa frequência, chegando a se mutilar. No decorrer das ações, se interessou e interagiu com as discentes e com os

colegas de oficina, diminuindo a postura agressiva e o comportamento de automutilação. O impacto do projeto no CAPS e nos seus frequentadores era perceptível e registrado por relatórios, e por relatos dos próprios usuários durante as oficinas, que ao serem consultados, falavam que as atividades realizadas anteriormente ao projeto, eram monótonas e pragmáticas. A maioria delas até envolvia pintura, mas sem finalidade, não incentivava a valorização da subjetividade através da arte. Nossa proposta dialoga com a ontologia do "fazer é ontológico" de Varela (2003): cada gesto, cada cor, cada escuta coletiva produz mundos. Compreendemos as oficinas como dispositivos de produção de subjetividades em que os sujeitos e seus sintomas se fazem presentes não como objeto de análise, mas como força criadora. Tais oficinas, centradas na arte, conversação e produção coletiva, se afirmam como práticas de resistência frente aos modos coloniais, medicalizantes e segregadores impostos à loucura. As palestras realizadas em sala de espera traziam temas recomendados pela equipe multiprofissional, relacionados ao funcionamento de sintomas e transtornos proeminentes na população frequentadora buscando contribuir para o esclarecimento acerca do conhecimento e preconceito com doenças/problemas psíquicos destacando formas mais eficazes de lidar-se com eles. Já com as oficinas de arteterapia voltadas para os usuários intensivos, com comprometimento cognitivo, o objetivo era criar um espaço seguro para o desenvolvimento de construção da experiência e da identidade do sujeito a partir da arte, como alternativa aos métodos de tratamento tradicionais. Este trabalho relaciona-se com o GT 07: Arte, Processos de Subjetivação e Práticas de Resistência Contracoloniais, por discutir a arte como prática de resistência e supravivência. Visando a ruptura com a lógica hospitalocêntrica e medicalizante, criando território de cuidados, expressão e escuta, contrariando os dispositivos normativos de subjetivação, buscando a autonomia do sujeito em sofrimento psíquico. Portanto, conclui-se que as Oficinas Terapêuticas em Saúde Mental surgem como uma solução inovadora e promissora, proporcionam um ambiente acolhedor e empático, promovendo a (re)inserção social, a promoção da autonomia e o fortalecimento da resiliência dos participantes. No entanto, é fundamental adaptar as atividades às necessidades individuais e realizar avaliações contínuas para garantir o progresso dos participantes.

“palavra a margem”: Literatura e Interseccionalidade na formação de estudantes de Psicologia da USP

João Vitor dos Santos Gonçalves de Paula (USP), Camila dos Santos Paulo (Instituto de Psicologia USP), Thales Afonso dos Santos Corsino (USP)

A formação em Psicologia pouco explora as potencialidades da relação entre a Psicologia e a Literatura. E, quando possibilita essa articulação, majoritariamente ocupa o lugar de universal, negligenciando a riqueza de temas que a Literatura nos traz, a pluralidade de realidades, experiências, vivências e a potência de transformação que o escrever-ler pode ter sobre as relações interpessoais. Somado a isso, embora a narrativa tenha um papel central dentro das principais correntes teóricas da Psicologia, ela pouco se abre para aquelas pessoas que experienciam o mundo a partir de diferentes atravessamentos sociais. Dessa forma, o objetivo deste projeto de extensão é de evidenciar como a Literatura tem a contribuir à Psicologia, abrangendo tanto no que ambas as áreas podem dialogar como no que se diferenciam, especialmente no que tange à contribuição literária de pessoas autoras do sul global. Diante disso, “palavra a margem” foi o nome escolhido, visto que, dentro do vasto campo de produções literárias, aquelas que menos se destacam na formação em psicologia são as obras de pessoas escritoras que estão fora do cânone, que partem dessa perspectiva de sul global, e, assim, encontram-se marginalizadas.

A presente comunicação oral tem como objetivo apresentar as experiências e os resultados acerca do desenvolvimento deste projeto, a partir das articulações entre o trabalho realizado e o Eixo 13 - Insurgências ético-estético-políticas: artes, tecnologias e subjetivação e o GT 07 - Arte, Processos de Subjetivação e Práticas de Resistência Contracoloniais. Ao longo da execução das atividades foram feitos trabalhos em diferentes frentes, como pesquisa de pessoas autoras, estudos dos textos e, sobretudo, o projeto se caracteriza como uma atividade interventiva dentro do espaço acadêmico. Neste contexto, a literatura mostra-se uma importante articulação com a Psicologia Social e as discussões políticas, e também apresenta-se como uma importante expressão artística de reflexão e de entendimento dos processos de subjetivação, elaboração, resistência e insurgência de populações racializadas e historicamente marginalizadas.

Foram organizados grupos de discussão entre maio de 2023 e junho de 2024 com estudantes da Universidade de São Paulo, realizados no Instituto de Psicologia. Os encontros foram orientados por um formato que priorizava a horizontalidade, no qual as leituras dos textos literários foram construídas coletivamente, com mediação das pessoas organizadoras do projeto. Os textos foram escolhidos previamente e divulgados nas redes sociais. Nas rodas de conversa – a partir das leituras, das discussões e do compartilhamento de vivências incitadas pelas narrativas literárias –, mensuramos quais são as potencialidades da Literatura no fazer teórico, técnico e prático da Psicologia.

Um total de seis encontros foram realizados, todos eles em torno de contos literários. Na etapa de estruturação – ainda antes do início do projeto –, consideramos trabalhar com textos de gêneros variados, principalmente contos e alguns romances. A escolha do conto, sobretudo, tinha como principal motivo o fato de ser um texto de forma breve, algo que nos pareceu importante diante da curta duração das atividades. O romance, por ser uma narrativa mais longa, não nos pareceu, naquele momento, a estrutura mais indicada. Isso porque, de um modo muito espontâneo e intuitivo, fomos, aos poucos, compreendendo que o conto se mostrava um gênero em potencial para a proposta.

Nesse sentido, a escolha estética do conto não foi aleatória, já que esse gênero mostrou-se interessante exatamente pela pluralidade de formas, temáticas e autores que poderíamos debater, convergindo com a proposta do projeto de buscar textos que representassem contextos e subjetividades diversas em suas construções estéticas e temáticas. Nessa perspectiva, a marginalidade das pessoas escritoras trabalhadas encontra na forma indefinida do conto espaço amplo de criação, possibilitando ao leitor acesso a diferentes narrativas. Outro aspecto relevante da escolha desse gênero consiste no modo como ele constrói uma narrativa que enquadra uma história do início até o final, de modo que é possível compreender o contexto que antecede a emergência de um acontecimento. Bosi (1978) discorre sobre o "efeito único" presente no conto, em que todas as partes, da primeira frase até o desfecho, giram em torno do final. Essa forma do conto torna-se bastante interessante para a psicologia porque mostra como muitos acontecimentos extraordinários numa história – que, muitas vezes, estão no desfecho da narrativa – são construídos dentro do ordinário, da vida cotidiana que tem um início e um meio.

Sobre as temáticas de tais textos, eles abordaram discussões sobre (1) relações étnico raciais: violências e resistências; (2) relações de gênero e sexualidade, como transgeneridade nas infâncias e descobertas da sexualidade; (3) Envelhecimento; (4) Uso de substâncias psicoativas, com enfoque na patologização da vida; (5) Religiosidades e (6) Ameaças aos territórios e à segurança da moradia. Acerca das personagens, cujas histórias nos debruçamos sobre, depreendemos que a maioria são pessoas racializadas, periféricas e dissidentes em gênero e sexualidade, o que podemos relacionar com o conceito de humilhação social desenvolvido por José Moura Gonçalves Filho (1998). Além disso, uma análise interseccional das personagens nos ajuda a refletir como a articulação entre a escrita literária, as vivências de pessoas escritoras e leitoras e o olhar da Psicologia contribui para que tais subjetividades sejam lidas no centro de suas histórias. Sob perspectiva do feminismo negro, Avra Brah (2006) afirma que o racismo, apesar de possuir diferentes origens históricas, não é totalmente autônomo e se engendra em sistemas patriarcais de classe. Entretanto, tais violências e desigualdades não são somente somadas perante às subjetividades, tendo em vista que a "articulação não é a simples junção de duas ou mais entidades discretas" (Brah, 2006). Ela se faz em um campo relacional. Nesse sentido, se de um lado desse campo há corpos que personificam as desigualdades, o pólo dominante – como o que caracteriza as personagens e histórias contadas pelos "cânones" literários –, há do outro os demais agentes-personagens, de modo que sejam marcadas as relações sociais, com interconexões de poder (Brah, 2006).

É importante também evidenciar a autoria do projeto para se entender sua propositura e de como sua metodologia é desenvolvida ao decorrer do processo de sua construção coletiva. Conceição Evaristo (2005) elucubra que a literatura, assim como a história, vem procurando apagar os sentidos de uma matriz africana em seu arranjo da dita literatura brasileira. Este apagamento não é não intencional, ele é herdeiro de uma construção da identidade de uma nação que busca incansavelmente um projeto europeu e estadunidense que visam a exclusão e o extermínio dos corpos negros e indígenas (Gonzalez, 2020). Portanto, há insistentemente na História (Nascimento, 2022) e em outras áreas de conhecimento brasileiro, a aproximação com uma ciência e, consequentemente, com uma escrita (acadêmica e/ou literária) que tem como referência o norte global, sobretudo os países europeus. A partir disso, podemos perceber que há uma atuação do dispositivo de racialidade, e que, se há forças de atuação de um poder hegemônico, há também resistência (Carneiro, 2022). Essa resistência se concretiza em textos de pessoas autoras do sul global que são criados a partir de uma outra lógica, diferente daquela estabelecida pelo "cânone" literário. Isso, aliado à compreensão de que, muito além de

representação, buscamos no texto uma autoapresentação e uma autoinscrição (Evaristo, 2005; 2020) de corpos marginalizados na qual as personagens, a autoria da escrita, a autoria do projeto e seus participantes possam ser sujeitos de suas próprias subjetividades, tomando o "lugar da escrita" enquanto "lugar de vida" (Evaristo, 2005). Ademais, isso reflete em quem frequenta o projeto, já que – dentro de um instituto em que a população de pessoas pretas e pardas ainda não atingiu 37,5% (IPUSP, 2024) –, ter um projeto em que em média 75% do público inscrito era negro e/ou indígena é significativo, e demonstra o quanto o se ver no outro é importante: escreviver é possível quando se há um corpo-espelho (Evaristo, 2020; Nascimento, 2022).

Assim, a Literatura destaca-se como uma potente ferramenta de formação de profissionais da psicologia, capazes de refletir sobre as diversas condições que implicam na formação das diferentes subjetividades. A Literatura, enquanto expressão, mostra que não existe um sujeito universal e que aqueles que criam cotidianamente estratégias de sobrevivência diante de processos de exploração e dominação têm muitas histórias que precisam ser narradas, lidas e ouvidas.

Roda Vida: um relato de experiência de uma estratégia de cuidado em saúde mental

Fernanda Cristine do Monte dos Santos (UFPA), Marinice Nogueira Mendes (UFPA), Fernanda Souza da Silva (UFPA), Erick Klaus Leão Furtado (UFPA), Juliana Cristine de Araújo Soares (UFPA), Rachel Coêlho Ripardo Teixeira (UFPA)

O presente trabalho é fruto da experiência de estudantes de psicologia em um projeto de extensão Roda Vida da Universidade Federal do Pará. O projeto é vinculado à Pró-reitoria de Assistência Estudantil (PROAES) e tem como objetivo promover ações coletivas para a promoção de saúde mental aos alunos de graduação da universidade por meio da realização de rodas de conversa baseadas no Aconselhamento entre Pares. As ações de assistência estudantil como a do projeto são importantes diante dos índices elevados de ansiedade e depressão encontrados nos estudantes universitários, visto que esse período da vida é atravessado por questões como; a mudança de cidade; distância da família; dificuldades em relacionamentos interpessoais e sociais; dificuldades financeiras; excessiva carga de trabalhos acadêmicos, esses fatores estão relacionados ao adoecimento mental e especificamente à depressão pois 60% dos casos são precedidos por fatores estressantes e de origem psicossocial (Costa e Moreira, 2014). Diante das dificuldades enfrentadas pelo público alvo, a promoção de um espaço seguro de escuta tornou-se uma estratégia da PROAES. O aconselhamento entre pares prevê a interação e a integração de pessoas de um mesmo grupo hierárquico e social, visando promover o compartilhamento de experiências (D'Andria, 1987). Nesse modelo a presença do par mediador garante uma forma diferente de suporte psicológico, pois ele se enquadra no limiar das experiências a serem compartilhadas enquanto aluno da universidade que usufrui de seus serviços e alguém que atua na promoção de saúde mental (Scott, Doughty e Kahi 2011). Ante ao exposto, este trabalho tem o objetivo de discutir e problematizar os principais assuntos e queixas abordados pelos participantes durante as rodas de conversa. O referencial teórico que baseia a discussão é o pensamento crítico em saúde mental coletiva, percorrendo especificamente os conceitos de Ideal normalizador, normatividade, saúde e doença a partir da ótica de Michel Foucault e Georges Canguilhem. As noções de saúde e doença são essencialmente apresentadas como valorativas conforme este último autor, o que atribui um caráter qualitativo à doença visto que é um juízo de uma situação biológica que passa a ser considerada inadequada diante do que seria adequado - a saúde. Nesse raciocínio, a norma com a qual é possível caracterizar a doença é construída, definida de modo que o patológico não é apenas desvio da norma, mas uma norma diferente atrelada à inferioridade. A normalidade diz respeito à adequação do sujeito a uma norma eleita como melhor na sociedade (Silva, 2008). Para Canguilhem o normal e o patológico não são fatos em si, eles o são no cerne de uma relação entre o organismo e o ambiente. Diante disso, na modernidade a saúde emerge como um ideal carregando consigo uma relação mercadológica e estética atrelada a padrões de existência. Nessa perspectiva, a concepção de saúde está atrelada à uma ideia maleabilidade e a uma atividade dinâmica e normativa do próprio sujeito de enfrentar situações novas e problemáticas que interferem em sua vida, é também a capacidade de modificar sua tolerância adaptativa, mover-se (Neves, Porcaro e Curvo, 2017). O presente trabalho configura-se como um relato de experiência das rodas de conversa realizadas em 2024 e 2025 pelo projeto de extensão, duas rodas foram introduzidas com uma breve explanação sobre concepções de saúde e a história da reforma psiquiátrica no Brasil e outras rodas foram introduzidas com perguntas disparadoras acerca do significado de saúde para os participantes. Os assuntos

mais abordados durante as rodas de conversa foram organizados em 6 categorias a seguir: (1) Sobrecarga na rotina: tópico movido por questões econômicas como necessidade de trabalhar, morar muito longe do centro da cidade, longas horas em transporte público; (2) Efeitos dos padrões sociais: autocobrança excessiva, comparação, positividade tóxica, necessidade de performar quem se é, culpar-se por descansar e não conseguir descansar, um padrão social de saúde mental; (3) Vida acelerada: mecanicidade nas ações, sem tempo pra amar e sentir as coisas da vida, sentir-se amortecido, protelar sentimentos e ações necessárias, ausência de relacionamento próximo com os pais devido a carga de trabalho deles. (4) Família: ausência de relacionamento próximo com os pais devido a carga de trabalho deles para sustentar a família, maternidade e sobrecarga materna, mudança de cidade e adaptação; (5) Processo de amadurecimento: processo de adultez emergente, cobranças profissionais para o futuro e insegurança, autoconhecimento; (6) Violências: LGBTFOBIA etarismo fora e dentro da universidade, e casos de violência institucional e assédio. Quando os participantes foram questionados acerca do que entendiam como saúde, muitos demonstraram a ânsia de obter uma resposta que definisse o conceito de saúde e saúde mental como se costuma definir outros conceitos. Entretanto, cabia ao debate e às trocas emocionais conduzirem a discussão a um lugar de problematização do que está posto como saúde de forma utópica. Durante a conversa em quase todos os encontros foram surgindo assuntos adoecedores que possuíram ligação aos ideais de normalização presentes na sociedade, de uma saúde impossível e produtividade máxima dentro do sistema capitalista. As categorias acima mencionadas foram trazidas pelos participantes como fatores interseccionais que reverberam em sua saúde física e sobretudo mental, trazendo grande impacto para sua adaptação e permanência no contexto universitário. A maioria dos participantes ao fim da roda relatou ter se identificado com os relatos dos colegas, principalmente nas primeiras três categorias mencionadas, o que provoca segundo eles um sentimento de estar menos sozinho diante de tantos relatos parecidos que levam ao sofrimento emocional.

REFERÊNCIAS

COSTA, M.; MOREIRA, Y. B. Saúde mental no contexto universitário. Blucher Design Proceedings, São Paulo, v. 2, n. 10, p. 73-79, 2016. DOI 10.5151/despro-sed2016-009

D'ANDREA, Vincent J. Peer counseling in colleges and universities: A developmental viewpoint. Journal of College Student Psychotherapy, v. 1, n. 3, p. 39-55, 1987. DOI 10.1300/J035v01n03_04

NEVES, T. I.; PORCARO, L. A; CURVO, D. R. Saúde é colocar-se em risco: normatividade vital em Georges Canguilhem. Saúde e Sociedade. São Paulo, v. 26, p. 626-637, 2017. DOI 10.1590/S0104-12902017170016

SILVA, M. M. A saúde mental e a fabricação da normalidade: uma crítica aos excessos do ideal normalizador a partir das obras de Foucault e Canguilhem. Interação em Psicologia. Curitiba, v. 12, n. 1, 2008.

SCOTT, A.; DOUGHTY, C.; KAHI, H. 'Having those conversations': The politics of risk in peer support practice. Health Sociology Review, v. 20, n. 2, p. 187-201, 2011. DOI 10.5172/hesr.2011.20.2.187

Ser ouvido, ser humano: Grupos Vivenciais como estratégia de resistência em um contexto de institucionalização psiquiátrica em Belém do Pará

Vanessa Guedelha Negrão (CESUPA), Maise Farias Ribeiro (UNAMA), Rosangela Araújo Darwich (UNAMA)

Introdução (tema e problema):

Esta comunicação apresenta um relato de experiência em uma pesquisa-ação desenvolvida por estudantes e profissionais da Psicologia, com foco na promoção de habilidades sociais em grupos vivenciais. A iniciativa parte do entendimento de que tais habilidades são fundamentais para o desenvolvimento de resiliência e de uma consciência ética comprometida com a inserção social e a sustentabilidade coletiva.

Os grupos vivenciais configuram uma metodologia fundamentada em experiências subjetivas e afetivas, com foco na exploração das vivências emocionais e relacionais dos participantes. Seu objetivo central é promover o autoconhecimento, a reflexão crítica e o fortalecimento de vínculos interpessoais, por meio da partilha de experiências simbólicas e cotidianas. Em oposição à lógica de coerção, frequentemente presente em contextos de institucionalização, a proposta se ancora na escuta ativa e no cuidado sensível (Darwich, 2022).

Objetivo:

Refletir sobre a experiência de condução de grupos vivenciais realizados em uma clínica psiquiátrica da cidade de Belém do Pará, com foco nos efeitos da escuta qualificada e da expressão emocional sobre o fortalecimento de habilidades sociais e vínculos interpessoais.

Relação com o eixo temático:

A presente proposta se insere no GT 15 – “Entre dores e (re)existências: estratégias de cuidado em saúde mental a partir da perspectiva interseccional”, que convida à reflexão sobre os atravessamentos da desigualdade social, da exclusão histórica e da violência estrutural nas formas de sofrimento psíquico e nas estratégias de cuidado em saúde mental. O grupo vivencial que propomos busca justamente responder a esse chamado, oferecendo um espaço de escuta, partilha e acolhimento que valorize a singularidade das trajetórias e a construção coletiva de sentidos, a partir das vivências de sujeitos historicamente marginalizados.

Orientação teórica:

A proposta se fundamenta nos princípios da Psicologia Social Crítica, que compreende o sofrimento psíquico não como um fenômeno individual e desvinculado da realidade, mas como expressão de contradições sociais, históricas e políticas (Bock, 2004; Sawaia, 1999). Em consonância com essa perspectiva, o cuidado em saúde mental deve ultrapassar os limites da medicalização e do controle, promovendo a escuta, o vínculo e a reconstrução simbólica como formas de resistência à invisibilização do sofrimento psíquico.

No campo da Saúde Coletiva, autores como Campos (2000) e Amarante (2007) destacam a importância de práticas integradas que valorizam práticas que reconheçam o sujeito em sua integralidade e em seus direitos. Nesse sentido, a escuta ativa, entendida como prática ética e política, emerge como valorização do vínculo e da inclusão social, como apontado por autores como Rodrigues e Dimenstein (2004).

Estratégias metodológicas:

A prática foi desenvolvida ao longo de aproximadamente um semestre, em encontros quinzenais de cerca de duas horas, realizados nas dependências da clínica médica. As duas primeiras autoras atuaram como facilitadoras, seguindo roteiros comuns a todos os contextos do projeto, sob orientação da terceira autora.

Resultados:

Os grupos vivenciais emergiram como espaços fundamentais para quebrar o ciclo de silêncio imposto às pessoas com transtornos mentais, inclusive relacionados ao uso de álcool e outras drogas, que frequentemente enfrentam exclusão e preconceito. Esse silêncio, muitas vezes sentido como invisibilidade e deslegitimação em diversos contextos, foi gradualmente substituído pela possibilidade real de expressão e reconhecimento dentro do grupo.

Durante os encontros, a prática da escuta mostrou-se essencial para validar as experiências subjetivas dos participantes, rompendo a sensação de isolamento e desamparo. Esse processo possibilitou a criação de um ambiente acolhedor e respeitoso, que valorizava a singularidade de cada participante, ainda que em meio à rotina institucional.

As atividades expressivas propostas, como textos literários, músicas e desenhos, funcionaram como pontes para acessar conteúdos subjetivos profundos, possibilitando a expressão de dores, memórias, esperanças e afetos. A produção de sentido em torno das próprias histórias revelou-se fundamental: os participantes atuaram como sujeitos de fala, nome, desejo e história.

Além disso, os grupos evidenciaram a importância de práticas não coercitivas. Eles não ofereceram soluções mágicas ou resoluções imediatas, mas criaram brechas de comunicação e encontro em meio ao cotidiano institucional. Nesse sentido, o grupo vivencial se constituiu como espaço contra-hegemônico, no qual a escuta se afirmou como prática ética, e a subjetividade como território de resistência.

Conclusões:

A experiência vivenciada evidencia que o silenciamento é uma das formas mais dolorosas de violência enfrentadas por pessoas com transtornos mentais, inclusive aquelas que lidam com o estigma associado ao uso de álcool e outras drogas. Esse silêncio, muitas vezes alimentado por preconceitos e falta de compreensão, intensifica a exclusão social e dificulta o acesso a um cuidado que respeite suas histórias.

Por isso, a prática simples, porém essencial, de ouvir com atenção, acolher com sensibilidade e valorizar as singularidades dos sujeitos se mostrou profundamente transformadora. Ela abre espaço para o reconhecimento da subjetividade, para o fortalecimento dos vínculos e para o resgate da dignidade humana.

Os grupos vivenciais demonstraram que, para além das intervenções clínicas convencionais, investir em espaços de escuta e expressão é fundamental para promover o cuidado integral em saúde mental. Tais práticas fortalecem a autonomia dos indivíduos, fomentam a inclusão social e contribuem para a construção de uma rede de apoio solidária e ética, alinhada às diretrizes de direitos humanos e ao compromisso com a justiça social.

Palavras-chave:

Psicologia Social; Saúde Mental; Institucionalização; Grupos Vivenciais.

Referências

AMARANTE, P. Saúde mental e atenção psicossocial. 4. ed. São Paulo: Fiocruz, 2007.

BOCK, A. M. B. A Psicologia Social no Brasil. In: BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G. M.; FURTADO, O. (Orgs.). Psicologias: uma introdução ao estudo de Psicologia. São Paulo: Saraiva, 2004. p. 391-416.

CAMPOS, G. W. S. A clínica e a reforma psiquiátrica: contribuições para uma crítica das práticas psi. São Paulo: Hucitec, 2000.

DARWICH, Rosângela Araújo. Grupos vivenciais: método vivencial em pesquisas mediadas pela internet. In: LEITE, Amanda M. P.; LEAL, Bruno Souza; GHIZONI, Liliam Deisy; DARWICH, Rosângela Araújo (org.). Inspirações metodológicas em contextos amazônicos. Belo Horizonte: Selo Editorial PPGCOM/UFMG, 2022. p. 211-235.

RODRIGUES, H. B.; DIMENSTEIN, M. A escuta como dispositivo clínico na saúde mental. Psicologia & Sociedade, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, p. 134-152, 2004. https://doi.org/10.1590/S0102-71822004000200005

SAWAIA, B. As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 1999.

Sofrimento Psíquico, Dependência Química e Resistência à Medicalização por meio das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde: Cuidar para Existir.

Nilson Coelho de Melo Junior (UNIR)

Introdução (Tema e Problema):

O sofrimento psíquico associado à dependência química é frequentemente reduzido, no modelo biomédico hegemônico, a disfunções neuroquímicas, promovendo a medicalização da vida e a neutralização do sujeito. Essa abordagem limita a escuta das dimensões históricas, sociais e simbólicas do sofrimento, transformando a dor existencial em diagnóstico e relegando o indivíduo à passividade clínica. Nesse contexto, as Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) emergem como alternativas ético-políticas que desafiam a racionalidade medicalizante, promovendo cuidado centrado na autonomia, no vínculo e na busca de sentido. Este trabalho problematiza como o modelo biomédico, ao patologizar a existência, esvazia a experiência de sentido e marginaliza sujeitos em situação de dependência química, frequentemente atravessados por estigmas e exclusões sociais. A questão central é: como as PICS, ao tensionarem a lógica biomédica, podem atuar como dispositivos de resistência e emancipação, promovendo a reconstrução simbólica da existência no cuidado em saúde mental? A proposta dialoga com o eixo temático Entre dores e reexistências: estratégias de cuidado em saúde mental a partir da perspectiva interseccional, ao destacar práticas que reconhecem as interseccionalidades de gênero, classe e exclusão social, oferecendo caminhos para um cuidado que resgata a dignidade e a potência do sujeito.

Objetivo:

Este trabalho objetiva analisar criticamente o potencial das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) no cuidado à dependência química, articulando referenciais da Psicologia Crítica, da Logoterapia e da crítica à racionalidade biomédica. Pretende-se demonstrar como as PICS operam como dispositivos de escuta, vínculo e reconstrução simbólica, promovendo uma clínica do encontro que resiste à medicalização e restitui ao sujeito sua condição de agente de sua história, considerando os atravessamentos interseccionais que configuram o sofrimento psíquico.

Relação com o Eixo Temático:

O eixo Entre dores e reexistências: estratégias de cuidado em saúde mental a partir da perspectiva interseccional propõe reflexões sobre práticas de cuidado que enfrentem as dores psíquicas considerando as interseções de opressões, como gênero, raça, classe e exclusão social. Este trabalho se alinha ao eixo ao explorar as PICS como estratégias de cuidado que reconhecem o sofrimento como linguagem atravessada por determinantes sociais e históricos. Por exemplo, o estudo de Silva e Pereira (2022) destaca como práticas como reiki e fitoterapia, aplicadas a mulheres em sofrimento psíquico na Atenção Básica, promovem reexistência ao enfrentar a desvalorização simbólica imposta por opressões de gênero. Da mesma forma, a auriculoterapia em CAPS AD (Souza et al., 2023) e a arteterapia (Cavalcanti, Silva e Braga, 2025) oferecem espaços de acolhimento que desconstroem estigmas associados à dependência química, frequentemente agravados por exclusões sociais. As PICS, ao priorizarem a escuta e o vínculo, configuram-se como práticas de resistência que desafiam a lógica manicomial e medicalizante, promovendo cuidado territorializado e emancipador, sensível às singularidades e às interseccionalidades dos sujeitos.

Orientação Teórica:

A análise fundamenta-se em uma articulação teórica que mobiliza a Psicologia Crítica, a Logoterapia de Viktor Frankl e a crítica à racionalidade biomédica de Ivan Illich e da Escola de Frankfurt. A Psicologia Crítica, representada por Silvia Lane (1990) e Fernando González Rey (2005), propõe uma compreensão do sujeito como indissociável de sua história e contexto social, rejeitando abordagens que reduzem o sofrimento a patologias individuais. Lane enfatiza a psicologia como prática transformadora, enquanto Rey destaca a subjetividade como construção histórico-cultural. A Logoterapia de Frankl (2011) posiciona o sofrimento como oportunidade de busca de sentido, central para a superação da dependência química, que muitas vezes reflete uma crise existencial. Já Illich (1975), em Nêmesis Médica, denuncia a medicalização como expropriação da autonomia, enquanto Adorno e Horkheimer (1985) criticam a racionalidade instrumental como mecanismo de controle social. Essa articulação teórica sustenta a defesa das PICS como práticas que resgatam a autonomia, promovem vínculos e reconstroem o sentido da vida, desafiando a lógica biomédica e a iatrogenia social.

Estratégias Metodológicas:

O trabalho constitui-se como um ensaio teórico baseado em revisão bibliográfica exploratória e interpretativa, com busca realizada entre 2020 e 2024 nas bases SciELO, BVS-Psi e Google Acadêmico, utilizando descritores como “Práticas Integrativas e Complementares em Saúde”, “saúde mental” e “dependência química”. Foram selecionados três artigos empíricos que relatam experiências com PICS no SUS: auriculoterapia em CAPS AD III (Souza et al., 2023), arteterapia em reabilitação psicossocial (Cavalcanti, Silva e Braga, 2025) e práticas integrativas na Atenção Básica com mulheres (Silva e Pereira, 2022). A análise crítica dos artigos, combinada com referenciais teóricos de Illich, Frankl, Lane, Rey e da Escola de Frankfurt, buscou identificar convergências entre as PICS e a promoção de cuidado emancipador. Os critérios de inclusão priorizaram estudos qualitativos ou relatos de experiência que dialogassem com a crítica à medicalização e a busca de sentido, excluindo revisões sistemáticas ou estudos sem clareza metodológica.

Resultados:

Os resultados indicam que as PICS operam como dispositivos de escuta, vínculo e reconstrução simbólica, desafiando a lógica biomédica e promovendo uma clínica ampliada. O estudo de Souza et al. (2023) demonstra que a auriculoterapia em CAPS AD III reduz ansiedade e sintomas de abstinência, além de fortalecer vínculos entre usuários e profissionais, configurando um cuidado horizontal que legitima o sofrimento. Cavalcanti, Silva e Braga (2025) mostram que a arteterapia permite a expressão de traumas e a reconstrução da narrativa de si, alinhando-se à proposta de Frankl de encontrar sentido no sofrimento. Já Silva e Pereira (2022) evidenciam que práticas como reiki e meditação, aplicadas a mulheres em sofrimento, promovem autoestima e ressignificação da dor, considerando opressões de gênero. Esses achados reforçam que as PICS, ao valorizarem saberes populares e práticas comunitárias, desestabilizam a hegemonia biomédica e restituem ao sujeito sua agência, especialmente em contextos de vulnerabilidade social.

Conclusões:

As PICS configuram-se como práticas ético-políticas de resistência à medicalização, promovendo cuidado que reconhece o sujeito em sua totalidade histórica, social e simbólica. Ao articular a Psicologia Crítica, a Logoterapia e a crítica à racionalidade biomédica, este ensaio destaca o potencial das PICS em reconfigurar o cuidado em saúde mental, especialmente na dependência química, como um processo de reexistência e emancipação. Essas práticas não apenas aliviam sintomas, mas criam espaços de acolhimento e reconstrução de sentido, alinhando-se à luta antimanicomial e à perspectiva interseccional do eixo temático. Propõe-se, assim, a ampliação das PICS no SUS por meio de capacitações, parcerias com universidades e criação de espaços convivenciais, como hortas medicinais

e rodas de cuidado, para fortalecer uma clínica do encontro que priorize a dignidade, a autonomia e a potência da vida.

Palavras-chave: Práticas Integrativas e Complementares, Dependência Química, Saúde Mental, Psicologia Crítica, Logoterapia.

Referências:

Adorno, T. W.; Horkheimer, M. Dialética do esclarecimento. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

Cavalcanti, L. S.; Silva, T. A.; Braga, M. R. A arteterapia no contexto da promoção à saúde mental nos CAPS AD. Revista JRG de Estudos Acadêmicos, v. 8, n. 18, p. 1-15, 2025.

Frankl, V. E. Em busca de sentido. Petrópolis: Vozes, 2011.

Illich, I. Nêmesis médica. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

Lane, S. T. M. Psicologia social: o homem em movimento. São Paulo: Brasiliense, 1990.

Rey, F. G. Sujeito e subjetividade. São Paulo: Thomson Pioneira, 2005.

Silva, J. P.; Pereira, A. L. “Eu me sentia um nada”: história oral de mulheres em sofrimento psíquico na Atenção Básica. Physis: Revista de Saúde Coletiva, v. 32, n. 3, e320310, 2022.

Souza, M. N. et al. Uso da auriculoterapia no cuidado e tratamento de usuários de substâncias psicoativas. Humanidades & Inovação, v. 10, n. 18, p. 117-128, 2023

Uma investigação sobre a interseccionalidade e empatia na facilitação de grupos de base centrada na pessoa

Marina Cristina Lopes Costa (UFC), Maria Clara Albuquerque Rodrigues (UFC), Emanuel Meireles Vieira (UFC)

Diante do contexto em que uma das características das propostas contemporâneas de psicologia clínica é uma maior preocupação com os aspectos sociais da constituição do sofrimento psíquico, o presente trabalho visa compreender como estudantes de Psicologia da Universidade Federal do Ceará - Campus Fortaleza, membros do projeto Diálogo e Cuidado no Cotidiano Universitário, que usam a Abordagem Centrada na Pessoa (ACP) como método de facilitação de grupos, compreendem que a interseccionalidade incide sobre a sua compreensão empática de usuários atendidos por eles.

Justifica-se aqui que a Interseccionalidade é um conceito que possibilita um olhar clínico do terapêuta mais próximo da realidade do cliente, pois pode auxiliar no desvelamento dos processos de interação entre relações de poder e marcadores sociais da diferença em contextos individuais, práticas coletivas e arranjos culturais e institucionais (Amaro, Mattos, 2022, p. 303).

A Abordagem Centrada na Pessoa, desenvolvida por Carl Rogers, tem sua construção teórica a partir de divisões de fases que se delineiam conforme a mudança no percurso profissional de Rogers (Moreira, 2010): três fases referentes à psicoterapia, a Fase Não-Diretiva (1940 - 1950), a Fase Reflexiva (1950 - 1957) e a Fase Experiencial (1957 - 1970); e duas fase referentes à ACP, sendo elas a Fase Inter-Humana (1970-1987) e Fase Pós-Rogeriana ou Neorrogeriana (1987-atual). Entre as diversas vertentes da abordagem, há um destaque para as chamadas atitudes facilitadoras, sendo trabalhada aqui a consideração empática.

Segundo Carl Rogers, a empatia é compreendida como a "capacidade de captar com precisão os sentimentos vivenciados pelo cliente" (Miranda e Freire, 2012, p. 84). Dentro da relação terapêutica, as atitudes relacionadas à compreensão empática perpassam por uma lógica de se colocar presente e demonstrar para o cliente que alguém, diferente e que não seja ele, é capaz de se colocar no lugar e compreender o que ele está sentindo/experienciando, mais uma vez, sem que de fato esteja no seu lugar ou tome isso para si de forma a se identificar. A partir disso, é possível o reconhecimento de uma identidade que é reconhecida pelo o outro e que, por isso, é percebida como existente.

A compreensão empática é trabalhada pelos membros do projeto Diálogo e Cuidado no Cotidiano Universitário, o qual é um dispositivo de escuta psicológica na modalidade grupal voltado para o acolhimento de discentes na UFC, desenvolvido pelo Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violências e Produção de Subjetividades (VIESES/UFC). A pesquisa irá investigar de que maneira, em uma perspectiva Pós-Rogeriana ou Neorrogeriana, a consideração empática e a maneira que ela é impactada por aspectos interseccionais.

A metodologia utilizada na pesquisa foi dividida em três etapas. Em um primeiro momento, foi feita uma revisão bibliográfica de 16 artigos a fim de realizar um levantamento dos materiais publicados que se relacionam com a temática da pesquisa, os quais foram publicados nos últimos 20 anos nos repositórios Scielo, Portal CAPES, BVS-Psicologia e PubMed diante dos seguintes critérios de inclusão: a) artigos que sejam pesquisa em campo; b) artigos que se articulam com a temática psicologia clínica e direitos humanos; c) práticas da psicologia. Em uma

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

segunda etapa, foi realizada a análise dos materiais levantados a partir da realização de uma roda de conversa com 5 estudantes do Projeto Cuidado e Diálogo no Cotidiano Universitário, com perguntas semiestruturadas. Por fim, organizaram-se os conteúdos coletados dos discursos em agrupamento de categorias criadas a partir da identificação de unidades de significação, tendo como base o método fenomenológico empírico.

Dentro de uma realidade que vai de encontro com a pluralidade e a diversidade existente dentro da universidade, a escuta dos estudantes facilitadores no Projeto Cuidado e Diálogo no Cotidiano Universitário trouxe diversas questões que vão ao encontro da hipótese da necessidade de melhor pensar o impacto da interseccionalidade na atitude de compreensão empática. As categorias correspondem a conceitos e experiências compartilhadas em dimensões do contato da empatia com o campo da interseccionalidade, e foram utilizadas para classificar os relatos dos terapeutas iniciantes.

(a) Relação que mobiliza

Como requisito para um bom funcionamento da relação terapêutica, a compreensão empática, conforme estabelecida por Rogers & Rosenberg (1977), significa penetrar no mundo perceptual do outro e apreender como ele percebe esse mundo. É a partir dessa compreensão que é possível retornar para si e ao outro o conjunto de significados dos medos, das angústias e receios. Diante do discurso dos jovens terapeutas, percebeu-se que há a percepção da compreensão empática como uma atitude facilitadora que mobiliza o grupo em si, sendo estabelecida pelos facilitadores não de maneira explícita, mas por meio da própria postura frente ao grupo.

b) Fluxo empático e compreensão da alteridade

Nesse fluxo empático, a compreensão do outro propicia o movimento de aproximação da experiência singular dos participantes do grupo. Contudo, há uma preocupação dos jovens terapeutas de que haja a delicadeza de perceber a alteridade, isto é, que embora aconteça a identificação e compadecimento com a experiência singular do outro, não é possível ser totalizado a sua experiência. É exposto, então, por um dos participantes que os estudantes chegam com várias demandas de fala e que precisam do espaço de acolhimento, mas sem saber exatamente como funciona o atendimento em grupo, mas que compreendem conforme o andamento e a fala dos outros participantes. É diante da empatia que os participantes percebem a dinâmica. Rogers (1977) afirma que, para ocorrer a compreensão empática, o ser se coloca no lugar e compreende o que o outro está sentindo, contudo sem que de fato esteja no seu lugar ou tome isso para si de forma a se identificar.

(c) Opressões percebidas para dentro e além dos muros da universidade

É na perspectiva de individualidades na relação em grupo que o terapeuta centrado na pessoa deve recorrer a não ficar preso a um subjetivismo que ignora aspectos fundamentais da realidade concreta dos indivíduos, como as dimensões como raça, gênero e classe que atravessam a experiência do ser. Quando questionados na roda de conversa se, considerando que o projeto no qual os jovens terapeutas atendem o público universitário é atravessado por marcadores de gênero, classe e raça, percebe-se que estas são compreendidas como uma das maiores queixas apresentadas no grupo.

(d) Compreensão compartilhada das dificuldades

Na relação do grupo, conforme Rogers (1970), os indivíduos compreendem que há uma liberdade na relação grupal que, embora seja arriscada, se desenvolve um clima de confiança e proporciona a eles se arriscarem para que os outros os conheçam em facetas íntimas. Nesse panorama, a fala autêntica opera no movimento do grupo, mobilizando os demais a falar de suas vulnerabilidades. Um dos entrevistados relatou que os estudantes chegam mobilizados, por muitas vezes se chamando de “burros” diante das demandas acadêmicas,

por ser uma queixa recorrente, os demais do grupo se identificam e compartilham as dificuldades que enfrentam no ambiente da universidade.

(e) Identificação do terapeuta

Em um dos relatos foi mencionado sobre uma estudante ter relatado um caso de violência de gênero que vivenciou, e, a mediadora, do gênero feminino, se identificou com o discurso. A identificação é uma ferramenta que, muitas vezes, é buscada pelos clientes como uma tentativa de não vivenciar uma relação com o terapeuta que reproduza as violências vivenciadas em outras. Ao mesmo tempo, há, por parte da vivência do terapeuta, uma delicadeza no processo de identificação à medida que há um medo permanente da possibilidade de rompimento da linha tênue entre da sensibilidade de "analista" - em termos colocados pela pesquisa - e a exposição do personagem de seu drama pessoal quando as questões do cliente o atravessam também (Amaro e Matto, 2022).

(g) Conhecer para reconhecer: letramento, alteridade e abertura

Adentrando os aspectos relacionados ao processo de letramento dos facilitadores acerca das temáticas dos estudos interseccionais, essa categoria de análise agrupa unidades de significação do discurso que indicam a importância desse processo de estudo e conhecimento, ao mesmo tempo que apontam para as limitações desse conhecer. Como potencialidade do processo formativo, os jovens relatam que letramentos acerca de temáticas interseccionais para além da formação na abordagem da ACP propiciam uma escuta mais sensível, aberta e suave da experiência do outro.

Conclui-se, portanto, que há relevância de se integrar a perspectiva interseccional à prática clínica baseada na Abordagem Centrada na Pessoa, sobretudo em contextos universitários marcados pela diversidade e pelas desigualdades sociais. As análises das falas dos estudantes facilitadores do Projeto Diálogo e Cuidado no Cotidiano Universitário revelaram que a atitude de consideração empática, fundamental na ACP, ganha novas camadas de complexidade quando atravessada por marcadores sociais como gênero, raça e classe.

As categorias de análise apontaram para a importância da empatia enquanto mobilizadora de vínculos no grupo, destacando também a delicadeza necessária na gestão da alteridade e dos limites da identificação. Além disso, demonstraram como as opressões percebidas para dentro e além dos muros universitários atravessam a escuta clínica e desafiam os terapeutas a uma prática mais atenta às experiências singulares e às realidades concretas dos sujeitos atendidos.

Violência Simbólica e saúde mental da população LGBTQIAPN+ na Região Norte do Brasil: Intersecções e desdobramentos entre exclusão, território, raça e resistência

Aléxia Fernanda de Almeida Guimarães Pereira, Andrews Nascimento Duque (Centro Universitário ESBAM)

A referida comunicação parte de um recorte nos desdobramentos da pesquisa de iniciação científica em desenvolvimento, tem como enfoque investigar as consequências da violência simbólica na saúde mental da população LGBTQIAPN+ na Região Norte do Brasil, especialmente, considerando seus atravessamentos culturais, raciais e territoriais operam na produção do sofrimento psíquico de corpos dissidentes de gênero e sexualidade, por meio de uma revisão integrativa bibliográfica publicada entre o período de 2015 até 2025. Embora os avanços nas discussões acerca da diversidade sexual e de gênero, as experiências de pessoas LGBTQIAPN+ nortistas ainda são marcados por exclusões sociais, como a prevalência de uma perspectiva colonialista que os marginaliza por não se enquadrarem em tal hegemonia socio-político-cultural, étnico e racial. A desinformação e negligência institucional, partem de tais critérios coloniais que homogeneízam o povo brasileiro. Por conseguinte, uma discussão acerca das interseções que se desdobram através da constante violência branca, cis-heteronormativa, trazendo uma ênfase na importância de visibilizar o conceito de interseccionalidade Kimberlé Crenshaw, formulado na década de 1980, que destaca como marcadores sociais como gênero e raça se cruzam para criar experiências únicas de opressão e privilégio (CRENSHAW, 1989). Posteriormente, estudos ampliaram a análise para incluir sexualidade, cultura e outros eixos (AKOTIRENE, 2018). Evidenciando a violência simbólica, conforme Bourdieu (1998), não atua pela coerção física, mas por mecanismos invisíveis que legitimam a dominação e a inferiorização de grupos minoritários. Tal dinâmica se materializa em instituições como escolas e serviços de saúde, regulando corpos e subjetividades, muitas vezes a partir da norma violenta dominante, como explicita o conceito de heteroterrorismo institucional (BENTO, 2017). Essa coação simbólica, internalizada e normalizada, atua diretamente sobre a constituição identitária de pessoas LGBTQIAPN+, gerando sentimentos de inadequação, vergonha e autodepreciação (BUTLER, 2004; COLLINS, 2019). A escolha do tema se justifica pela emergência de visibilizar o adoecimento mental decorrente da violência simbólica, sobretudo em contextos historicamente silenciados, como os da Região Norte. Um dos resultados revelou as fragilidades das produções acadêmicas sobre o tema na região. De acordo com Barboza e Soares da Silva (2018), a produção científica voltada à população LGBT nos grupos de pesquisa do CNPq representa apenas 0,19% do total registrado até setembro de 2018, encontrando-se quase que exclusivamente nas regiões Sudeste (44%) e Nordeste (26,7%), sem registros na região Norte. Diante desse cenário, espera-se que os resultados deste estudo revelem as fragilidades das produções acadêmicas sobre o tema no Norte brasileiro, ampliem a visibilidade das subjetividades divergentes e subsidiem a formulação de políticas públicas mais inclusivas e sensíveis às especificidades étnico-culturais da região. A pesquisa e comunicação pretendem fortalecer uma articulação social no âmbito acadêmico e popular entre saúde mental e igualdade social, promovendo um cuidado psicológico sensível urgente às singularidades locais, devido a invisibilidade e discriminação, tanto acadêmica quanto política, o Brasil segue, pelo 16º ano consecutivo, como o país que mais assassina pessoas trans no mundo, com 175 casos registrados em 2023 (ANTRA, 2025). Dados mostram que o dossiê ANTRA 2025, analisa o ano de 2024 e destaca como essa violência atinge desproporcionalmente jovens trans negras e empobrecidas: 82% das vítimas são negras, 72% trabalhavam na prostituição e a mais jovem tinha apenas 15 anos (ANTRA, 2025), especialmente em circunstâncias onde fatores culturais, sociais e estruturais reforçam

preconceitos e desigualdades nas vivências dessas pessoas que constantemente tentam alcançar seus direitos plenos. O Norte mescla aspectos culturais únicos e urbanos com desafios estruturais, a marginalização notória desta população na academia e na política reflete o que Lélia Gonzalez (1984) chamou "violência epistêmica", que suprime o conhecimento e as vozes divergentes, diante de um histórico de negligência e precarização ao longo das décadas que se destaca com a relevância crescente, evidencia os desafios enfrentados das vivências do povo, referente a sua própria identidade, raça e território. Dados recentes reforçam esse cenário alarmante: o Observatório de Mortes Violentas de LGBT+ (GGB, 2024) aponta que o Amazonas registrou 27 assassinatos em 2023, sendo Manaus a terceira capital mais violenta para essa população (CENARIUM, 2024a). Além disso, 68% de jovens LGBTQIAPN+ relatam discriminação nos serviços de saúde (CENARIUM, 2024b). Embora existam iniciativas como o Ambulatório da Diversidade Sexual em Manaus, a ausência de políticas públicas articuladas amplia o adoecimento mental e o afastamento do cuidado. Apesar de iniciativas pontuais, consequências de políticas públicas que não contemplam as diversidades em território nacional, como o Ambulatório da Diversidade Sexual da Delegacia de Codajás, que ampliou para 200 atendimentos mensais em 2024, as políticas locais permanecem fragmentadas e não atendem à demanda real (SES AM, 2024). Essa precariedade reflete dados alarmantes: De acordo com AGÊNCIA CENARIUM (2024b), 68% dos jovens LGBTQIAPN+ sofreram discriminação nos serviços de saúde, levando ao aumento da ansiedade e depressão, estimulando-os à resistência a procura por assistência especializada. A pesquisa propõe os seguintes objetivos específicos: (1) identificar lacunas temáticas, metodológicas e epistemológicas nas publicações acadêmicas sobre o tema; (2) mapear os principais conceitos teóricos utilizados para compreender interseccionalidade, violência simbólica e impactos psíquicos em jovens LGBTQIAPN+; e (3) analisar como os atravessamentos regionais amazônicos interferem na produção do conhecimento científico. O ambiente influencia o indivíduo, há uma interação constante entre ambos. A construção sistêmica, que inclui as principais instituições sociais, impacta diretamente na cognição dessas populações, moldando suas percepções, atitudes, comportamentos e ideais. Analisar e discutir como tais atravessamentos afetam a saúde mental das comunidades LGBTQIAPN+, moldam suas realidades e destacam a necessidade de preencher as lacunas no acesso a serviços psicológicos inclusivos devido a um cenário sociocultural marcado pelo conservadorismo religioso e disparidades urbanas (NABERO, 2023). Contudo, a escassez de estudos que analisem profundamente o impacto desses fatores na saúde psicológica, confirma a necessidade de um incentivo a abordagem direcionada e sensível a tal contexto local. Alinha-se ao GT 22 por trazer uma leitura crítica e territorializada sobre gênero, sexualidades e violências, e por articular a psicologia com a justiça social e os direitos humanos. A interseccionalidade (CRENSHAW, 1989; AKOTIRENE, 2018) é aqui mobilizada como ferramenta de análise das múltiplas opressões — raciais, territoriais, culturais, religiosas — que estruturam o adoecimento dessas juventudes. Esse trabalho dialoga com a psicologia sócio-histórica (VIGOTSKI, GONZÁLEZ REY, FREIRE), ao reconhecer o sujeito como constituído historicamente e em permanente relação com as contradições sociais. Ao evidenciar os efeitos da violência simbólica são fundamentais para compreender os desafios enfrentados das vivências e saúde mental das pessoas LGBTQIAPN+ no Norte, esta comunicação não apenas tensiona os silêncios da ciência, mas reivindica o reconhecimento de subjetividades que resistem cotidianamente às normas impostas. Espera-se, com isso, contribuir para a construção de políticas públicas mais sensíveis à diversidade e para a ampliação do cuidado psicológico ético, comunitário e territorializado.

Vozes que Rompem o Epistemicídio: Escrevivência como Estratégia de Resistência e Saúde Mental

Maylla Monnik Rodrigues de Sousa Chaveiro, Carine Campos Santos (UFTM), Denise Caroline de Souza (UFTM), Maria Luiza Maia Passos (UFTM)

Este trabalho apresenta o conceito de escrevivência, cunhado pela escritora Conceição Evaristo, como uma ferramenta de resistência e produção de subjetividades no contexto contemporâneo. A escrevivência, resultado da fusão entre "escrever" e "vivência", propõe uma escrita ancorada nas experiências pessoais e coletivas da população negra, sobretudo das mulheres negras, historicamente silenciadas e estereotipadas. O texto fundamenta-se em uma abordagem interdisciplinar e qualitativa, atravessada por aportes teóricos dos estudos de gênero, interseccionalidade, comunicação, psicologia social e direitos humanos.

Nesse sentido, partimos de uma crítica à invisibilização das narrativas de mulheres negras no Brasil, ressaltando que essas histórias, quando presentes, são frequentemente marcadas pela dor, violência e marginalização. A construção social da mulher negra se deu a partir de representações distorcidas e desumanizantes, como a da mulher forte, sexualizada ou submissa, negando-lhes o direito à fragilidade, complexidade e agência. Essa construção é reforçada tanto na cultura popular, como em novelas e mídias, quanto na literatura canônica, onde mulheres negras aparecem como figuras estereotipadas, como exemplificam personagens como Bertoleza (em O Cortiço) e Gabriela (em Gabriela, Cravo e Canela).

A partir das contribuições de autoras como bell hooks, Lélia Gonzalez, Neusa Santos Souza, Carla Akotirene, Cida Bento e Grada Kilomba, o artigo articula a escrevivência como prática que desafia o epistemicídio — apagamento dos saberes produzidos por sujeitos subalternizados — e que reivindica o direito à comunicação como um instrumento de liberdade, justiça social e democratização do conhecimento, bem como a necessidade promoção de saúde mental e construção de subjetividades que sejam próprias a essas mulheres. Nesse sentido, a escrevivência rompe com a lógica eurocêntrica e patriarcal de produção de conhecimento e práticas de cuidado, ao propor uma abordagem baseada em experiências vividas, emocionalmente implicadas e socialmente situadas.

A interseccionalidade, neste contexto, é central para compreender as múltiplas opressões que atravessam as vidas das mulheres negras, combinando raça, gênero e classe. As autoras utilizam a noção de interseccionalidade, desenvolvida por Kimberlé Crenshaw, para analisar como essas estruturas opressoras interagem e se entrelaçam, produzindo experiências únicas de discriminação e resistência. O feminismo negro, nesse cenário, emerge como uma vertente crítica e potente que questiona os limites do feminismo hegemônico, centrado em experiências brancas e de classe média, e promove uma escuta ativa das vivências negras.

A escrevivência, segundo Evaristo, não se limita à literatura; ela se manifesta também como metodologia de pesquisa, ferramenta terapêutica e estratégia de comunicação, seja no campo acadêmico, artístico ou digital. Trata-se de uma prática que desestabiliza a neutralidade científica tradicional ao valorizar o envolvimento subjetivo e político da/o pesquisadora/or com o objeto de estudo. As autoras apontam que a produção de saberes ancorada nas escrevivências permite que pessoas negras sejam reconhecidas como autoras de suas próprias histórias, rompendo com a lógica de representação alheia.

Do ponto de vista psíquico, a escrevivência também se revela uma ferramenta de cuidado e saúde mental, conforme defendido por autores como Lucas Veiga. A criação de narrativas ficcionais permite imaginar outras possibilidades de existência para além daquelas impostas pelo racismo estrutural, funcionando como resistência subjetiva frente a uma realidade opressiva. Como afirma Glória Anzaldúa, escrever é uma forma de organizar o mundo, resistir à dor e construir autonomia. A escrita de mulheres negras tem sido um portal para comunicar tantas memórias ancestrais e para subverter a ordem colonial imposta sobre nossos corpos. Assim, as mulheres negras que escrevem estão abrindo caminhos para gerações futuras, realizando jogos políticos por meio de suas denúncias ao racismo, machismo e tantas outras opressões. Considerando o papel político da Psicologia Social, buscar por formas de produção em saúde que sejam antirracistas, anticapacitistas, anti homofóbicas e demais tipos de opressão, é de extrema relevância. Desse modo, é a partir de referências feitas por e para mulheres negras e suas escrevivências que surge a possibilidade de construir uma autoimagem que não parta da visão negativa do racismo, a fim de preservar e constituir uma subjetividade saudável e positiva que parta de suas próprias identidades e ancestralidades. Como afirma Neusa Santos Souza “uma das formas de exercer autonomia é possuir um discurso sobre si mesmo”.

Segundo Maylla Chaveiro, é imprescindível que as pessoas negras possam ter espaços para imaginar futuros afrocentrados, potentes e cheios de axé. A autora propõe que quilombos acadêmicos sejam construídos, para que a subjetividade de pessoas africanas em diáspora seja fortalecida com memórias ancestrais. Ser negro em uma sociedade com pensamentos ainda derivados da colonização e de uma política de morte a esses corpos é extremamente difícil, como afirma Achille Mbembe, e ter vias de expressão sobre esses atravessamentos é imprescindível na construção de novas realidades; realidades essas que, na maioria das vezes, são construídas a partir da ficção, seja através da música, dos filmes, da escrita, da arte.

Por fim, o artigo sustenta que a escrevivência deve ser entendida como um ato político e epistemológico, que afirma a existência e a agência das mulheres negras em uma sociedade que historicamente negou sua voz. Ao tornar visíveis suas histórias, dores e conquistas, as escrevivências promovem uma comunicação plural e transformadora, que contribui para a construção de uma sociedade mais equitativa e diversa.

GT 16: ESPECULANDO IMPOSSÍVEIS: PRÁTICAS CLÍNICO-POLÍTICAS COMO EXPERIMENTAÇÕES COLETIVAS DESDE PERSPECTIVAS ECOLÓGICAS

Coordenação: Luis Artur Costa (UFRGS), Everson Rach Vargas (UFF), Iacã Macerata (UFSC)

A experiência sensível como potência contra-hegemônica: uma vivência de atendimento no projeto Escuta Bem Viver

Gisela Mantelli (UFSC), Bruna Maingué Pires (UFSC), Marian de Oliveira e Souza (UFSC), Iacã Machado Macerata (UFSC)

Este trabalho busca descrever uma experiência clínica como possibilidade de sentir o plano afetivo na experiência de encontro de corpos que coemergem na relação produzida no tempo-espaço do setting. Um acontecimento clínico-político que ocorre em um contexto de estágio obrigatório do curso de graduação de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina, através do projeto de extensão "Escuta Bem Viver: saúde (senti)mental indígena", que visa realizar atendimento à comunidade indígena interna e externa à universidade.

O Escuta Bem Viver emerge, primeiramente, a partir da demanda institucional de acolhimento aos estudantes indígenas da graduação da UFSC. Essa demanda estava atrelada ao sofrimento psíquico relacionado à vida no espaço universitário - desde à violência epistêmica, até às exigências de uma universidade que ignora ou silencia as cosmologias indígenas -, ao desencontro entre seus modos de se viver e aos valores hegemônicos da cultura ocidental. Em um segundo momento, o projeto expande suas ações, em parceria com a equipe multidisciplinar do Pólo Base Florianópolis, do Distrito Sanitário Indígena Interior Sul (DSEI - Interior Sul), servindo de retaguarda em saúde mental para esta equipe, no cuidado aos territórios Guarani da Grande Florianópolis.

É esse contexto de expansão que possibilita o encontro de uma das estagiárias do projeto com Ubiratan (nome fictício). Ela é moradora de uma das aldeias atendidas pelo Polo Base Florianópolis e foi encaminhada para o atendimento pela médica da equipe multidisciplinar. Os atravessamentos desse primeiro encontro se apresentam, sobretudo, no plano experiencial da clínica. Apesar das dificuldades na língua portuguesa de Ubiratan, que possui o Guarani como idioma materno, a imersão nos detalhes de seu relato se apresentou como uma possibilidade a partir do plano sensível. Nesse sentido, aposta-se na construção de uma clínica que extrapola os significantes da linguagem, constituindo-se como uma vivência de afetos e afecções que emergem de um corpo para o outro e, portanto, uma possibilidade de cultivo para novas experimentações clínico-políticas. Seria essa aposta capaz de legitimar formas de existência não hegemônicas e, acima de tudo, fortalecê-las como resistência contra a lógica capitalista colonial?

Para a construção dessa experiência clínica, dialoga-se com o pós-estruturalismo, sobretudo em obras de Deleuze e Guattari (1972) e Guattari (1977; 2004), discutidas também por Brazão (2012), que realocam o lugar do profissional da psicologia e questionam o distanciamento desse profissional com os sujeitos de sua prática, defendendo o fazer clínico fundamentado na diferença, nos agenciamentos e na territorialidade. Além disso, tais estudos corroboram com a ideia de clínica decolonial, politizada e aliada aos movimentos sociais que, neste

trabalho, encontram seus fundamentos nas Referências Técnicas para atuação de psicólogos junto aos povos indígenas (CFP, 2024). Também parte-se da epistemologia de Espinoza para tratar de corpos e afetos, a partir da capacidade de um corpo afetar e ser afetado pelas experiências, ampliando ou diminuindo a potência de ação.

Ademais, vale-se dos estudos de Stern (2000) sobre um dos eventos nodais responsáveis pelas mudanças na teoria psicanalítica: processual implícito ou âmbito relacional. Segundo Stern, o algo a mais que emerge do encontro ainda é um campo pouco explorado, nesse sentido, o autor investigou como o processo terapêutico envolve a modificação do conhecimento relacional implícito entre paciente e terapeuta através de "momentos de encontro".

Esses momentos emergem de "momentos agora", que se caracterizam por um tipo especial de momento presente, demandando uma "ação" do terapeuta. Se a resposta a esse "momento agora" não se limitar a uma resposta técnica e contar com o engajamento genuíno e pessoal do terapeuta, como algo vivenciado e específico da relação com o sujeito e que exprima algo de sua própria experiência, eles entrarão em um "momento de encontro" autêntico, um estado mais abrangente do que qualquer sistema poderia gerar individualmente, denominado por Tronick (1989), como expansão diádica da consciência. Assim, suas interações subsequentes são influenciadas por esse novo ambiente intersubjetivo, pela percepção compartilhada de que ambos estiveram presentes nesse momento. Não se trata de substituir uma falha do passado, mas de recontextualizar a experiência passada dentro de um novo presente, abrindo um contexto futuro de novos comportamentos e experiências.

É essa postura defendida por Stern (2000) que se assume nesse atendimento. Acredita-se em um fazer psi que ocupe lugar na clínica, com sua espontaneidade e seus afetos, e que se deixe afetar pela narrativa do outro. Para isso, é necessário que o profissional esteja, de fato, presente no momento do encontro, e não se coloque como um observador externo que analisa a narrativa sob uma lente cientificista e neutra, como há muito se defendia na psicanálise tradicional. É preciso se colocar como humano, comprometido com uma ética decolonial, política e ecológica, e, nesse caso, reconhecendo a luta dos povos indígenas e as cosmologias que permeiam sua existência.

Um dos fatores resultantes frente a essa mudança de postura profissional e contato com a experiência sentida, presentificada no momento da clínica, foi a possibilidade de uma sintonia entre corpos. A experiência narrada por Ubiratan foi sentida pela estagiária, que testemunhou, afetivamente, o sofrimento do relato. Os afetos que a ocasião relatada geraram no corpo de Ubiratan emitiram frequência captada pela profissional, na linguagem de corpos presentificados, entregues à relação. Como pode-se ver em uma nota nos registros da estagiária: "Tudo isso não foi narrado somente pela palavra (apesar de a palavra ter sido uma via importante), mas também pela encenação e tonalidade da narrativa. Ela demonstrou como o corpo dela estava disposto na cama, como ela sentiu ele tocando no corpo dela. Eu não escutei a narrativa dela como uma história que me foi contada, mas sim como uma vivência que eu senti na minha pele". Dessa forma, pode-se valer da ideia de "momentos de encontro", apresentada por Stern (2000), que pressupõe a experiência do momento presente juntamente com o sujeito, ou seja, seu compartilhamento dentro de um espaço-tempo com autenticidade. Sem essa autenticidade, não seria possível estabelecer comunicação com Ubiratan, pois é uma linguagem que requer atenção para além da fala verbalizada e muito mais o corpo falante.

Embora recorrentemente descartado dentro da escuta clínica, Stern aponta que o material não verbal – ou seja, afetivo – é uma contra-parte essencial para toda experiência, atribuindo um sentimento de integração ao conjunto daquilo que está sendo narrado (Brazão, 2012).

Quando pensamos nas especificidades de uma clínica na qual o analista e o analisando não possuem o mesmo idioma, essa questão se torna particularmente interessante e pode ser um guia útil para o manejo do caso. O acesso àquilo que está sendo colocado pelo sujeito ocorre através dessas outras formas de comunicar do corpo.

Além disso, a desterritorialização da postura profissional - que sai do lugar de especialista e se realoca próximo ao sujeito - possibilita a legitimação de uma vida que, no contexto socioeconômico e colonialista, é alvo de constantes violências (CFP, 2024). Tornar a fala de Ubiratan legítima, naquele momento, significou reafirmar o lugar da clínica como um espaço dela, onde seu corpo e afetos são colocados em primeiro plano e a atenção da estagiária está voltada para ela. Isso, implicou, em alguma medida, na afirmação verbal de um lugar para falar sobre seu sofrimento - como quando ela fala sobre não ter ninguém com quem falar sobre um determinado assunto e a estagiária afirma “agora você tem”- , além disso, de (re)viver sua experiência sensível a partir do testemunho de outrem.

O resultado primordial dessa aposta clínica, seria a possibilidade da criação de um vínculo que ateste uma vida como digna de ser ouvida e, acima de tudo, vivida. Dessa forma, entende-se que esse vínculo foi sentido por Ubiratan, que, no próximo atendimento, materializou essa vivência em um artesanato feito por ela mesma para a estagiária. Este ato foi compreendido como firmamento daquilo que ambas viveram no primeiro encontro. Tais relatos não respondem o questionamento inicial sobre a construção de um fazer psi capaz de fortalecer formas de existência como resistência contra a lógica capitalista colonial, mas aponta para uma legitimação de suas formas de vida e se mostra como um caminho possível para reflorestar imaginários e realidades desterritorializadas previstas no isolamento do sistema capitalista. É a partir da afirmação da clínica como um lugar de Ubiratan que busca reterritorializa-la, reflorestá-la com as sementes do sujeito em um sistema que não oferece terreno para tal, ou, quando oferece, limita as possibilidades de plantas. É através do vínculo que se buscou a afirmação desse território (Brazão, 2012; CFP, 2024).

Para encerrar esse texto, reflete-se sobre a necessidade de outras apostas clínicas psicológicas não protocolares, capazes de se reinventar na experiência com o sujeito para, assim, serem capazes de ofertar cuidado. Nesse caso, essa reinvenção mostrou-se de grande potência para a vinculação e o acolhimento. Cabe ressaltar que este trabalho não pretende-se tomar essa intervenção como modelo geral e universalista, mas sim que essa reflexão possibilite pensar em outras invenções e territórios dentro do fazer psi, que consigam envolver outras formas de vida contra-hegemônicas nesse fazer e, acima de tudo, assuma o compromisso ético-político de dar outros tons à realidade em que se vive.

Clínica de território: uma perspectiva ecológica para o cuidado em saúde

Iacã Macerata (UFSC)

A questão ecológica se impõe como o grande problema político do contemporâneo, tocando no cerne dos processos humanos, desde os mais ínfimos aos mais massivos. Stengers (2015) a chama de intrusão de Gaia, e a define como um fato total, que impacta em todas as dimensões de todos existentes do planeta. Castro (2022) segue neste argumento, afirmando que Antropoceno e Gaia são nomes que expressam uma transversalidade ontológica radical dos fenômenos que eles designam, sendo fatos existenciais totais, com dimensões políticas, culturais, históricas e filosóficas. Assim, faz-se imperativo interrogar como a questão ecológica se apresenta junto ao campo da clínica da atenção à saúde, pelo viés da produção de subjetividade? Neste texto pretendemos apresentar a noção de clínica de território como uma perspectiva para as práticas clínicas e práticas de cuidado que se inscreve no que poderíamos chamar de perspectivas ecológicas, pois enfrenta problemas e propõe modos de ver e modos de agir que correspondem ao que podemos chamar de problema ecológico.

Podemos considerar que a base para o que aqui denominamos como perspectiva ecológica poderia ser encontrada em ontologias relacionais e processuais existentes tanto na tradição do pensamento ocidental como linhas dissidentes das ontologias substancialistas e/ ou hielemórficas, quanto, também, em outras tradições de pensamento presentes nas filosofias indígenas, africanas, orientais. Partir de uma imagem de mundo rizomática, na qual a unidade mínima do ser é a relação (que antecede seus termos) e força-os a problematizar alguns dos princípios mais tradicionais das metafísicas ocidentais que pensam o ser desde noções individuais substantivas e/ou formais como entidades separadas que passam a estabelecer relações causais entre elas, mas que mantêm uma essencialidade definicional interna independente de tais eventos considerados externos. Bateson (1972), apenas na década de 1970, identificando uma crise ecológica que seria decorrente de erros em nossos hábitos de pensamento, enraizados em níveis inconscientes. Guattari, em suas três ecologias (1990), já propunha uma inseparabilidade entre as ecologias ambientais, sociais e mentais. Podemos dizer que o problema ecológico não é definido pelo cuidado do "meio ambiente", posto que envolve transformações nos modos de pensar, agir, sentir os quais levam a uma ontologia relacional e processual (referir????) desde a qual as próprias noções de "meio" e de "ambiente" são deslocadas de sua exterioridade usual para serem vividas como inerentes e imanentes a todo ser, ensejando uma complexificação e articulação de elementos, vetores e variáveis. Esta posição exige ética e políticamente a construção de uma perspectiva ecológica: um modo de perceber inseparável de um modo de agir. Assim, é no âmbito da construção de um sentir-pensar-agir que o problema político, ou mesmo cosmopolítico, do que podemos chamar de ecologia, se coloca.

A clínica, por sua vez, também costuma repetir em seus diagnósticos e intervenções as mesmas concepções ontológicas individualizadas de sujeitos e grupos como particulares unitários relativamente fechados por fronteiras nítidas. Em sua concepção epistêmica tradicional a clínica não costuma se fechar em uma única especialidade, mas envolve usualmente um modo de ver e um de agir frente ao padecimento e as questões de saúde, se constituindo como um pensamento e uma ação corporificados, mais próxima de uma práxis do que de uma theoria (Depraz, Varela, Vermersch, 2003): opera uma lógica imanente, e não um procedimento ou protocolo balizado por conceitos ou teorias prévias. No entanto, quando pensamos em uma clínica constituída desde uma perspectiva ecológica a questão da intervenção e do diagnóstico (que delimita sua ontologia),

assim como a da própria noção de saúde (perante a qual se posiciona ético-epistemicamente), se complexificam: desfazem-se as fronteiras nítidas do foco de uma intervenção vertical (especialista para paciente-objeto) em uma multiplicidade de nós relacionais nos quais se busca agenciar uma multiplicidade de atores na composição de uma aposta de cultivo; desfaz-se as possibilidades de um juízo nítido e preciso acerca da saúde como estado ótimo de autorregulação de um organismo para abrirem-se outras dimensões éticas, estéticas, políticas singulares que exigem a constituição de novos pontos de referência para a avaliação de um modo de existir em sua trama. É neste pensar-agir-sentir que define a clínica que podemos pensar a clínica de território como uma expressão de uma epistemologia ou perspectiva ecológica na clínica.

A partir de tais tessituras, porque afirmamos que haveria uma onto-epistemologia ou perspectiva ecológica na clínica de território? Vamos dizer que ecologia é um certo modo de ver e agir que tem por foco as conexões (Latour, 2022), constituindo uma perspectiva que não pode ser de terceira pessoa, mas que tampouco se enquadraria perfeitamente em uma primeira pessoa do singular ou em uma segunda pessoa nitidamente definida, vemos um colapso da metafísica presente em nossa gramática pois em uma epistemologia ecológica, ou diante da intrusão de gaia, é justamente a separação dentro/fora, ser/ambiente que colapsa. Para Latour (2022, p. 36) Gaia, ou o que estamos chamando de perspectiva ecológica, traz relevo para o plano dos agenciamentos e da relação, “uma gaia ciência diz que não devemos de modo algum pensar em termos de partes”. O objeto ecológico seria, assim, não uma coisa, um substantivo, mas os processos pelos quais os objetos se entrelaçam. Por isso podemos dizer que a clínica de território opera em uma perspectiva ecológica: ela acompanha processos situados em territórios existenciais (Guattari, 1992) de onde emergem sujeitos, grupos, comunidades. Ela tem por foco estes processos, que são a base concreta de qualquer vivente. Ela parece se aliar ao que Stengers (2015) define por arte de ter cuidado diante da intrusão de Gaia: colocar em relação o que parecia não estar em relação mas sem reduzí-lo a uma nova unidade, resistir à tentação de julgar e ajuizar fronteiras, e construir um saber que pertence à situação, não independentemente dela, um pensar objetivamente situado, fragmentar, parcial, heterogêneo e não total. A clínica de território também se alia ao modo como Despret (2021) define uma estratégia ecológica: um modo de agir de coabitação e composição, que suspende o julgamento e convida ao tato.

Neste trabalho pretendemos apresentar que a clínica de território é indissociável de uma perspectiva ecológica do cuidado em saúde. Para isso apresentaremos o cuidado formulado por uma equipe de consultório na rua, junto a seu contexto de surgimento e das questões que a rua colocava a este cuidado em saúde. Posteriormente, discutimos a relação entre território e subjetividade, para, ao final, concluir apresentando de forma sintética a proposição de que uma uma clínica de território é inseparável de uma perspectiva ecológica da clínica. Faremos essa afirmação através das noções de ecologia do cuidado e de cuidado ecológico, demonstrando que o cuidado se faz, simultaneamente, cuidado-rede e cuidado-curadoria.

Cultivando relações e modos de vida fúngicos: a amizade como tecnologia de cuidado no campo das drogas

Indianara Maria Fernandes Ferreira (Travessias - Psicologia Clínica), Ana Karenina de Melo Arraes Amorim (UFRN), Carlos Eduardo Silva Feitosa (SEMTAS)

O trabalho aqui apresentado é fruto de uma pesquisa-intervenção cartográfica impulsionada pela seguinte pergunta: o que pode a experimentação ética e política da amizade e as redes de apoio para a produção de práticas e estratégias de cuidado entre jovens universitários que consomem múltiplas drogas? Nesta investigação, buscamos: a) produzir e acompanhar um dispositivo grupal composto por jovens universitários que consomem drogas; b) cartografar modos de consumo, de gestão do consumo de múltiplas drogas e de cuidado de si articulados com a coletivização de experiências; c) identificar estratégias de cuidado compartilhado, na perspectiva da redução de danos, mapeando a produção e fortalecimento de redes de apoio e sociabilidade que se articulam com uma experimentação ética e política da amizade. Interrogando a concepção hegemônica, proibicionista e reducionista da amizade com ou entre pessoas que usam drogas como "fator de risco", nos interessamos por mapear experiências de amizade, com amizades e nas amizades que anunciam suas potências éticas, estéticas e políticas, revelando suas potências para a produção de cuidado, de saberes, da vida e do viver em suas múltiplas formas de existência e expressividade. Neste percurso cartográfico que originou uma tese, tivemos como base os referenciais teórico-metodológicos da Esquizoanálise e da Análise Institucional socioanalítica. Além, disso apostamos também no diálogo com áreas e estudos interdisciplinares desenvolvidos no campo do cuidado em saúde mental e de estudos sobre drogas (nas áreas da antropologia social e cultural, da filosofia da diferença, da psicologia clínica e social, da saúde coletiva, da biologia, da ecologia e da pedagogia) que foram imprescindíveis em nosso caminho. Como trajeto metodológico, apostamos na composição de dispositivos grupais com jovens universitárias/os que usam/consomem e/ou se relacionam com múltiplas drogas (prescritas ou proscritas; lícitas e/ou ilícitas) tendo como horizonte a concepção de dispositivo que Deleuze nos apresenta mediante suas análises e pesquisas sobre o trabalho de Foucault. Para o trabalho com dispositivos grupais também nos inspiramos na concepção de Zonas Autônomas Temporárias (Temporary Autonomous Zone - TAZ), desenvolvida por Hakim Bey, através da qual apostamos na experimentação de espaços abertos de encontros entre estudantes dentro da própria universidade, inspirando-nos nos princípios de bando e de teia, que estão presentes na concepção da TAZ, como modos de relações constituídas através de alianças que florescem nas experiências e nos encontros nos quais a vida acontece cotidianamente e insistentemente. Ao todo, foram realizados cinco encontros que tiveram como temas: a) saúde mental e redução de danos na vida universitária; b) mapeando nossas redes de apoio; c) cultivando redes de apoio; d) amizade e redução de danos; e) encontro de confraternização. Os encontros foram compostos por três momentos: experimentação/vivência relacionada ao tema do encontro; roda de compartilhamento das experiências relacionadas à experimentação/vivência; produção de diários de bordo coletivos. Após os dispositivos grupais, realizamos entrevistas cartográficas com alguns estudantes que desejaram seguir tecendo diálogos. Aqui, os diários de bordo da pesquisadora, os diários de bordo coletivo e as entrevistas cartográficas, constituíram o corpus analítico destas experiências. A partir destes materiais, construímos uma trama analítica composta por linhas de análise. Estas linhas, optamos por nomear de hifas. A escolha pela palavra hifa vem de uma imagem-inspiração que surge no processo de pesquisa: as redes miceliais fúngicas que ganham importância e intensidade em toda a trama cartográfica que brevemente é aqui apresentada. Das hifas que compuseram sublinhamos aqui duas: I) a

dimensão ética-política-estética da amizade no campo das drogas, anunciando outros olhares, experiências e possibilidades que rompem com a concepção hegemônica da amizade enquanto má influência e/ou fator de risco para afirmá-la como produtora de vida e de outros mundos possíveis; II) a produção de vida nas teias invisíveis da amizade que decorrem da produção micropolítica de redes invisíveis de amizade que nomeamos aqui de redes fúngicas: redes que escapam às formações universais do moralismo, proibicionismo e colonialismo (que marcam violentamente e profundamente a vida de pessoas que consomem drogas, principalmente pessoas negras, pobres e periféricas em nosso país) e que também tensionam a esfera macropolítica. A partir destas hifas, afirmamos que a amizade é uma tecnologia de cuidado e suas dimensões éticas, clínicas e políticas nos possibilitam cultivar relações e modos de vida não fascistas. De um ponto de vista fúngico, afirmamos que a amizade participa ativamente das configurações, decomposições, desestabilizações e elaboração de territórios afetivos, subjetivos e existenciais. Ela cria novas paisagens, novas condições para que a vida volte a existir mesmo nos escombros e nos destroços produzidos por regimes e operadores mortíferos, dentre os quais podemos citar novamente aqui o proibicionismo, a guerra às drogas, a biopolítica, a necropolítica, a colonialidade, o racismo, o patriarcado, o colonialismo e tantos outros que atuam na manutenção de paisagens ásperas e infrutíferas de vida. Sublinhamos também que as amizades emergem como ameaçadoras a regimes conservadores ao produzirem campos de experimentação coletiva e criticidade em torno da hegemonia e do instituído, gerando novas percepções criativas de mundos, sem cair numa apologia ou romantização acerca do consumo de drogas. Por fim, concluímos afirmando que as experiências de amizade aqui mapeadas produzem e amplificam a abertura às diferenças e à vida em suas múltiplas formas de existência e expressividade que incidem, portanto, em novas práticas sociais - individuais e coletivas - numa perspectiva ecosófica tal como proposta por Félix Guattari.

Cultivar os excessos do arquivo contra a escassez de densificação da vida: construindo contranarrativas antimanicoloniais

Thayna Miranda da Silva (UFRGS), Luis Artur Costa (UFRGS)

É possível densificar existências negadas pela manicolonialidade a partir da escrita, sem repetir a violência do arquivo ou do que já foi dito sobre elas? O que o ato de tecer contranarrativas sobre o que já aconteceu, em um gesto ético-político especulativo de mundos possíveis, pode fazer pelo que vivemos agora e pelo que há por vir? Partindo dessas questões, este trabalho compõe a trama de relações em que se insere o projeto de dissertação intitulado "Florescer depois do fogo: em busca da construção de contranarrativas antimanicoloniais", tecido junto ao PPGPSI/UFRGS.

Não é novidade que a lógica manicomial é constantemente reatualizada e não está fixada na estrutura do hospital psiquiátrico, fazendo parte das nossas práticas e das relações de força implicadas na produção de subjetividade cotidiana. Teóricos contemporâneos negros e indígenas desse campo, como Emiliano Camargo David, Bárbara dos Santos Gomes, Rachel Gouveia Passos, Rejane Pajéf Kanhgág, Geni Núñez e Tadeu de Paula nos lembram que as grades do manicômio, para os sujeitos marcados racialmente, estão, há séculos, na medicalização, patologização e criminalização de modos de vida daquilo que não é considerado universal, nas internações psiquiátricas (sejam elas explicitamente compulsórias ou não), nas injustiças reprodutivas, nos processos de higienização urbana e de negação do direito à cidade, nos processos de gentrificação, no encarceramento em massa, na guerra às drogas e na vinculação dos sujeitos negros e indígenas e/ou de suas práticas culturais à desrazão, à incivilidade e à selvageria/criminalidade. Para pensar em movimentos de resistência a essas lógicas, apontando as lacunas do não dito ou do não escutado no processo da Reforma Psiquiátrica brasileira, os dois primeiros autores mencionados utilizam o conceito de luta antimanicolonial para marcar a impossibilidade da efetividade de uma luta antimanicomial que não encare a colonialidade e o racismo anti-negro e anti-indígena como estruturas a serem combatidas junto aos muitos modelos de manicomialização.

Durante o período em que foi residente em Saúde Mental Coletiva, entre 2022 e 2024, a primeira autora deste trabalho atuou, ao longo de dois anos, em serviços da Rede de Atenção Psicossocial do Sistema Único de Saúde (SUS), experiência que permitiu perceber-se embrenhada às tramas narrativas que envolvem o movimento manicolonial cotidiano que afeta as histórias dos usuários desses equipamentos de saúde. Se nos serviços de Saúde Mental se evidenciam o aniquilamento das plurais possibilidades de existência desses sujeitos – seja pela associação aos estigmas da desrazão, da criminalidade, pela exotificação dos seus modos de vida, pelo desinvestimento em relação ao trabalho que se propõe aos usuários brancos, ou seja por outros modos de negar a agência desses sujeitos, como a partir de certa ode à excepcionalidade (sendo excepcional aquilo que mais adequa-se a como gostaríamos que os casos fossem conduzidos, independentemente do desejo do usuário), no contexto do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), onde se insere profissionalmente a autora nesse momento, a lógica manicolonial não é tão distinta. Atuando especialmente como psicóloga do Acolhimento Institucional de crianças e adolescentes, como servidora pública de um município da Região Metropolitana de Porto Alegre, práticas muito semelhantes se dão tanto para traduzir, de modo simplista, sofrimento psíquico causado por uma série de violações de direito em diagnósticos baseados em manuais nos quais esses

sujeitos nunca tiveram chance de ser classificados dentro da "norma". Durante o desenvolvimento do projeto de dissertação que dá origem a este trabalho, então, nos demos conta de que as tramas que envolvem as produções narrativas manicoloniais se estendem muito além do contexto intra-muros dos serviços de Saúde ou Assistência Social: esparramam-se por territórios, mídias, famílias, escolas, instituições outras e por todo o sistema moderno-colonial. Caminhamos, aqui, junto à noção de antimanicolonialidade, buscando visibilizar a necessidade do exercício antimanicolonial para além do trabalho com/na Saúde Mental.

Sensibilizados e implicados por essa discussão, temos o objetivo de discutir e operar a construção de contranarrativas antimanicoloniais, a partir do entrelaçamento das histórias encontradas em arquivos públicos, nas trilhas profissionais e em histórias familiares da primeira autora deste trabalho, buscando, com a reconstrução e ampliação de possibilidades interpretativas e imaginativas de histórias passadas, traçar estratégias contra as violências autorizadas no presente.

Metodologicamente, nos inspiramos na fabulação crítica de Saidiya Hartman, método/ética que enlaça presente, passado e futuro para recontar histórias a partir da densificação do que é tomado como dado nas narrativas sobre grupos sociorraciais discriminados, sem deixar de, a todo momento questionar as éticas e os limites envolvidos em seu método. Aqui partimos de documentos disponíveis em arquivos públicos para, com apoio na estratégia de inteligibilização-sensibilização da escrita ficcional, extrapolar os seus limites e distanciar as histórias narradas das posições ético-político-narrativas que exercem controle, vigilância, punição e encerramento de possibilidades de existência aos sujeitos compreendidos como desprovidos de razão dentro de um contexto manicolonial.

Em relação à discussão teórica, têm nos acompanhado, principalmente: a) para pensar o campo da antimanicolonialidade: Bárbara dos Santos Gomes, Emiliano Camargo David, Rachel Gouveia Passos, Frantz Fanon, Achille Mbembe, Lélia Gonzalez, Édouard Glissant, Geni Nuñez, Antônio Bispo dos Santos e Malcom Ferdinand; b) para pensar a historiografia da manicolonização no contexto local do Brasil, com foco no Rio Grande do Sul: Yonissa Marmitt Wadi, Ana Maria Galdini Raimundo Oda, Paulo Dalgalarrondo, Luís Guilherme Streb e Marcus Vinicius de Freitas Rosa; c) para pensar a construção de contranarrativas antimanicoloniais: Saidiya Hartman, Chinua Achebe, Ursula K. Le Guin e Jota Mombaça.

Durante o período de trabalho em um Centro de Atenção Psicossocial voltado ao atendimento de pessoas atravessadas pela relação prejudicial com o uso de álcool e outras drogas, a primeira autora deste trabalho pôde assistir ao filme brasileiro Fogaréu, que faz ver o papel do racismo, da colonialidade e manicomialidade na manutenção da branquitude enquanto estrutura garantidora de privilégios. Em uma cidade de Goiás, as preservadas tradições se baseiam na invasão de terras indígenas para o avanço do agronegócio e na lógica escravocrata fantasiada de benevolência de famílias brancas que adotam (ou recebem como "presente" de outros familiares) crianças deixadas na roda dos expostos – em geral, com fenótipo negro e/ou indígena e com deficiência – posicionando-as no exercício de todas as funções da figura que Lélia González descreveu como "mucama". Como característica da manicolonialização, essas "filhas de criação", assim como as figuras menores de Saidiya Hartman e como os ignorados-de-tal de Barbacena, não dignas de nome próprio, são chamadas de "menina" ou "mocinha". Pela cidade, são conhecidas como parte dos "bobos", pessoas associadas a todos os estigmas desumanizantes da loucura, da desrazão e da racialidade não universal, e o que se narra sobre elas é que têm sorte por terem sido acolhidas por tão nobres

famílias. Mas as vítimas das violências retratadas não estão apenas passivas, elas demonstram resistência. É a resistência que mantém uma intensa disputa de terras que os reis do agronegócio desejam retirar dos indígenas xavantes que ali vivem e que dependem das águas que correm no território, em uma relação de respeito à fluidez de cada ser. Em diálogo com a protagonista, a Cacica da aldeia envolvida diz: “Nós não vivemos sem água. Vai ser como tem que ser... luta... eles derrubam a cerca e a gente refaz de novo... eles derrubam nós e a gente nasce de novo”. A protagonista responde: “é igual aquela florzinha que nasce do fogo”. A florzinha que nasce do fogo é a Bulbostylis paradoxa, um tipo de erva típico da América do Sul conhecido popularmente como cabelo-de-índio, que floresce após as queimadas, comuns no cerrado brasileiro. O que temos proposto aqui é uma aposta de que o processo de exumação dos arquivos-vida que tentaram incinerar, deixando apenas indignas cinzas no rastro das marcas da memória da nossa história, possa despertar a retomada de florescimentos incendiários de contranarrativas antimanicoloniais, cultivando o exercício clínico-político de uma prática especulativa ficcional para mirar em outras possibilidades de confluir coletividades múltiplas, singulares e complexas.

Errâncias impossíveis: o deslocamento como ética ou a ética como deslocamento

Phablo Henrique Rodrigues de Souza (UFF), Rafael Brandão Venturini de Freitas (UFF), Danichi Hausen Mizoguchi (UFF), Tayla Gomes de Souza (UFF), Miguel Germano Ferreira (UFF), Pedro Quadra de Araujo Machado Ferreira (UFF)

Introdução

Buscando compreender as condições próprias da América Latina e do Brasil e problematizando o referencial teórico-metodológico majoritário até então, sobretudo dos EUA, vemos surgir em 1980 a ABRAPSO. Era necessário uma Psicologia Social que desse conta dos problemas concernentes à realidade brasileira e latinoamericana. Primeiramente, de base marxiana e comprometida com a transformação social, a ABRAPSO vai incluindo outros referenciais, como é o caso, dentre outros exemplos, das contribuições de Michel Foucault.

Concomitante a esse movimento latinoamericano e brasileiro, vislumbra-se, na terceira e última etapa do pensamento do filósofo francês, que alguns comentadores classificam como fase ética, o conceito de "estética da existência", inspirado nas técnicas de cuidado de si greco-romanas, onde as práticas cínicas viabilizavam a criação de modos de ser e estar no mundo. Prática entendida como um movimento aberrante, que se distancia da hegemonia do fazer filosófico ao se desfazer da centralidade da palavra, da filosofia como escritura, como paidéia, como lógos, efetivando-a como experiência radicalmente vinculada à própria vida.

Inspirados nesta posição, ensejamos apresentar a relação entre o deslocamento geográfico e ético-estético-filosófico, costurando seus agenciamentos com os modos de convívio, como chave de leitura possível para produções brasileiras. Propomos uma ressonância da noção foucaultiana com criações artísticas de Paulo Nazareth e Clarice Lispector problematizando os modos de vida contemporâneos, na medida em que propõem modulações outras da existência, ao desafiar as cisões entre arte, vida e clínica.

Objetivos

A partir do cinismo antigo, da arte contemporânea e da literatura moderna, ressoar questões que conduzem a proposta do GT, tais quais: "como especular nossa realidade para além de uma lógica capitalístico-colonial que parece mais perene do que qualquer ecossistema que resista a suas investidas há séculos?" e "como cultivar tais ecossistemas em uma certa declinação política ético-estética de constituirmos modos de conviver que escapem das formas hegemônicas de nossas cidades e suas muitas fronteiras segmentares?".

Relação com o GT e eixo

Tomamos o binômio arte-vida enquanto intercessor estético na disputa por modelos contra-hegemônicos de subjetivação, cartografando as múltiplas ocorrências da relação entre o "cuidado de si" com a possibilidade de invenção de si, vínculo que tem como afinidade o fazer, conforme proposto pelo GT, de uma "especulação do impossível" .

Orientação teórica

Segundo Foucault, para os cínicos o mundo foi não só entendido, mas tomado como um lugar onde se poderia colocar a vida à prova, como uma arte de viver. Em A coragem da verdade, Foucault utiliza-se da emblemática do cínico como forma de aproximar o conceito de cuidado de si com o cuidado dos outros, entendendo que essa aproximação faz operar uma transvaloração ética. Compreende o cínico como aquele que toma certa atitude em relação ao que é convenção, para realizar uma substituição de sua cifra, de "apagar a efígie e substituí-la por outra que representará muito" (Foucault, 2011, p.199). Moeda e lei possuem, etimologicamente, no grego, uma

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

aproximação, onde nomisma é moeda e nómos é lei; semelhança fundamental aos cínicos, cujo gesto implica pegar a moeda da alethès bíos o mais rente possível do tradicional e fazer aparecer ultrapassagens dos limites possíveis.

Paulo Nazareth, retoma e radicaliza tal postura ao tornar obra sua caminhada com os pés descalços de Governador Valadares a Miami. Deslocamento que nomeia "Notícias da América": partindo de sua cidade natal, atravessou o continente, terminando em uma feira de arte nos EUA. Nazareth caracteriza sua jornada como uma residência acidental e em trânsito. Marcado pela errância e pelo despojamento, documentou o que viveu em fotos, vídeos, textos e objetos encontrados, trazendo pistas, que apontam para a produção de uma certa estranheza dos processos de migração.

Em uma imagem, podemos vê-lo, em Miami, em frente a uma Kombi lotada de bananas, carregando uma placa, ora com o escrito "NO ME OLVIDEN CUANDO YO SEA UN NOMBRE IMPORTANTE", outras com "MY IMAGE OF EXOTIC MAN FOR SALE". De muitas maneiras, cena que coloca em jogo o absurdo do aparato dos valores, da moeda, enfim, da ética na lógica das migrações. Faz de seu deslocamento, uma prática condensadora; "um modo de tornar visível nos gestos, nos corpos, na maneira de se conduzir e viver, a própria verdade. [...] faz da vida, da existência, do bíos o que poderíamos chamar de uma aleturgia, uma manifestação da verdade" (Foucault, 2011, p.150).

Nazareth apresenta uma aposta na vida enquanto prática, que é também, uma prática militante da vida filosófica, e sobretudo, uma vida filosófica como militância. Modo de vida que "utilizará meios violentos, drásticos para sacudir as pessoas. (...) É uma militância que pretende mudar o mundo" (Foucault, 2011, p.268) - uma proposta ecológica, portanto. Trata-se de um projeto artístico onde não há uma separação entre estética e práxis vital. Ao contrário, o que está presente é a afirmação de um espaço de indiferenciação entre estética, política e arte, de modo a criar uma contínua transição entre campos, um outro cogito: passo logo existo.

Clarice nasce em 1920, na Ucrânia, numa aldeia chamada Tchetchelnik que, tal qual Bacurau, não figura no mapa de tão insignificante. Sua família judaica fugia dos pogroms quando pararam nesta aldeia para que Chaya nascesse. Seu pai "carregava a bagagem da família nas costas, com Clarice amarrada a seu peito" (Gotlib, 2007, p.55). Essa é a natureza da escritora. Em meio à fuga, um pouso para o primeiro respiro de Chaya. Um sopro de vida num território insignificante e provisório. Seus próximos respiros vão se confundir com as batidas do coração de um refugiado, atravessadas pelo medo, mas também pelo cuidado.

Chaya, que em hebraico significa vida, mas também tem conotação de animal, torna-se Clarice quando chega no Brasil em 1922. Fica de fundo um nome perdido, mas também o contorno de uma vida animal. Ela desembarca com a família em Maceió, numa guarita de madeira localizada no extremo da ponte que avança para o mar. Tendo, à sua esquerda, a ponte do Trapiche Novo e, à sua frente, uma Estátua da Liberdade, colocada estrategicamente já em "terra firme" (Gotlib, 2007, p.51).

Clarice habita o píer que aparece na sua dimensão de ultrapassagem: vai de encontro ao instituído para dele sair, vai bagunçar a ordem estabelecida pelo nome próprio - confluindo Chaya e Gaia. "Terra firme" enquanto a dureza das fronteiras que cercam e dão nome próprio, geográfica e subjetivamente. Ela vai de encontro a esses é's, ultrapassando-os por meio de uma atitude experimental daquele que se coloca à prova. Clarice ultrapassa as fronteiras sem rompê-las, construindo sua vida como uma obra de arte, também num modo errante.

Do píer alagoano ao Cemitério Comunal Israelita, no Caju, Rio de Janeiro, Clarice pousou em vários outros chãos durante seu casamento errante com um diplomata. Uma residência em trânsito também. Diante de intrusão de Gaia, com a força do fundo animal de Chaya, Clarice vai

inventando a si, inventando uma vida-obra que não pisa na Terra, mas que cisca – a seu modo galinhesco – a grama de radium, o grão de vida (Lispector, 2015, p.388) que irradia da terra. Especula um impossível ultrapassando as fronteiras do instituído ao chocar o território com a terra, confluindo as forças de Gaia, Chaya, Clarice, G.H.

Estratégias metodológicas

Partindo das discussões do grupo de pesquisa "Da subjetividade à coragem: modulações da verdade nos últimos cursos de Foucault", realizado na Universidade Federal Fluminense e coordenado pelo professor Danichi Hausen Mizoguchi, nos debruçamos sobre o percurso derradeiro do filósofo francês. Sustentamos que os conceitos estudados não se bastam em si: passam por nós e constituem nossos modos de vida, de forma que o investimento de desejo ali abre brechas para o cuidado de si e a intensificação da vida.

Resultados

Nazareth e Lispector emergem em uma leitura cujas próprias vidas se modulam em caráter de verdade, sob distância mínima entre o solo e a sola dos pés, sob o fronteiriço enquanto experimentação para ultrapassagem. Modulação que interessa Foucault quando afirma que o cinismo é uma forma de filosofia na qual modo de vida e dizer-a-verdade estão imediatamente ligados. Assim, é possível aproximar essas vidas-obra e, portanto, filosóficas, do cinismo, na medida em que ensejam operações éticas de sistemas ecológicos complexos – algo que nos parece urgente em nossos tempos.

Reflexões geradas

No roçar da sola com o solo, no ciscar desse solo, no choque dos territórios com a terra, esses artistas irradiam a grama de radium ao habitarem a ultrapassagem, o terreno, o chão em que outra casa pode ser construída (Lispector, 2015, p.387). Trata-se do exercício ético de uma vida outra, sustentada na atitude-limite de habitação das fronteiras daquilo que somos para nos diferenciarmos de nós mesmos. Uma vida outra para um mundo outro, um mundo em que compomos com Gaia.

Referências

FOUCAULT, Michel. A Coragem da Verdade: O governo de si e dos outros II - Curso no Collège de France (1983-1984). São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

GOTLIB, Nadia. Clarice fotobiografia. São Paulo: EDUSP, 2007.

LISPECTOR, Clarice. Todos os contos. Rio de Janeiro: Rocco, 2015.

NAZARETH, Paulo. PAULO NAZARETH ARTE CONTEMPORÂNEA / LTDA. Disponível em: https://latinamericanotice.blogspot.com/. Acesso em: 10 de maio de 2025.

Função Apoio: Contribuições do HumanizaSUS para a construção de um mundo sustentável, despatriarcalizado e descolonizado.

Juliane Almeida Chaves (Fiocruz), Eduardo Passos (UFF), Élida Hennington (CESTEH/ENSP/FIOCRUZ)

As políticas públicas ocupam função primordial no que tange à necessidade de intervenção para mudanças das relações humanas que privilegiam a multiplicidade de modos de existência. Além disso, estas políticas precisam ter em perspectiva que há uma relação indissociável entre o adiamento do fim do mundo orgânico-inorgânico e a transformação do mundo sócio-histórico. Abordamos neste trabalho o movimento que buscou produzir uma política pública no âmbito do SUS a partir desse entendimento. Concebemos o HumanizaSUS como movimento que antecede e sucede a Reforma Sanitária Brasileira e que, em seu auge, culmina na produção, implantação e implementação, da Política Nacional de Humanização/PNH a partir de 2003. Tal política constrói um arcabouço organizativo metodológico que dá corpo aos princípios desse movimento traduzidos como: transversalidade, indissociabilidade entre atenção e gestão, protagonismo, corresponsabilidade e autonomia dos sujeitos e coletivos. Estes princípios fundamentam a utopia ativa que se dá no sentido da construção de uma democracia concreta, equânime e participativa. E nessa lógica, a função apoio se destaca como o método privilegiado pela política. Tal estratégia político-pedagógica, que parte do princípio fundamental de indissociabilidade entre produção de saúde e de subjetividade, nada mais é do que a produção-formação por meio de contágio e contração de grupalidade, de subjetividades em rede - de gestores, trabalhadores e usuários do SUS -, para o enfrentamento da principal problemática de nossa saúde pública no que tange à efetivação de uma democracia equânime, relações de saber-poder pautadas em um modelo verticalizado de relações humanas. Assim, o apoiador em seu campo de atuação, estará implicado com o tensionamento dos instituídos, enfrentando as disputas de poder e promovendo lateralidade, a circulação dos afetos, a troca de saberes, uma reversão na cultura no sentido da cooperação, democracia participativa e cogestão. Propomos, assim, como questão: como seguir produzindo contração de grupalidade e contágio no sentido de uma democracia concreta no SUS com a perda de força institucional desta política de governo? É importante ressaltar que como política de governo, esta, embora temporariamente concreta, estava caracterizada pela instabilidade, porque submetida aos movimento de alternâncias de poder que tem tendido, nos últimos anos, para uma epidemia política de neofascismos explicitamente afeitos às necropolíticas. A partir desse entendimento os apoiadores deste movimento em posição de protagonismo imprimiram esforços no sentido de transformá-la em política pública, portanto, mais estável e concreta, porque efeito do desejo coletivo, por meio da transversalização, sobretudo de seus valores, pelas estruturas do Estado. Este trabalho tem como objetivo apresentar um estudo cartográfico que revelou contradições da própria política que produziu barreira para a efetivação de sua potência de marcar de modo transversal os aparatos da máquina de Estado operando nela uma disfunção no seu modo de funcionamento relacional primordial. Com isso, ao fabricar brechas para um novo modo de funcionamento no sentido do que chamamos aqui de democracia concreta, pela via da afirmação das diferenças, identificamos que a PNH apresentou contradições fundamentais e imbricadas: a preterição do trabalho sobre um dos princípios doutrinários do SUS, a equidade - ao privilegiar o princípio da integralidade - e a pouca radicalidade nas críticas sobre as problemáticas da democracia brasileira

fundamentadas no sexismo e no racismo. Lembramos que este último marcador social ganha contornos particulares em nosso país, visto que, devido ao nosso passado colonial, produz até os dias atuais desigualdades em saúde incrementadas pela denegação do racismo resultantes das teorias da "miscigenação", "assimilação" e "democracia racial" concebidas e propagadas desde o século XX. Salientamos, ainda, nesse rol de produção de iniquidades, o papel da mulher negra, expressão máxima da acumulação das opressões de gênero e raça, representante, portanto, de seu lugar "marginal", da dimensão da luta que precisamos travar. É num contexto de sexismo e racismo institucionalizado que a equidade, desde a construção do aparato legal que constituiu o SUS como política de Estado, tem sido o princípio doutrinário mais abnegado - reflexo próprio da denegação do racismo - quando consideramos os avanços necessários para a construção de uma democracia participativa no campo da saúde. A crítica que, com isso, propomos aqui à PNH se dá, não no sentido de negar a sua potência, mas de aguçá-la, pretende ser uma intervenção no sentido de sua ampliação. Somamos aos referenciais teóricos que fundamentam a PNH, Filosofia da Diferença, Análise Institucional e Esquizoanálise, as produções dos movimentos feministas, anti-racista e feminista negro, que colocam em xeque a pura e simples afirmação de diferenças, visto que estas podem ser afirmadas - e tem sido - negativamente. Entendemos, assim, que para seguirmos, como apoiadores do movimento de Humanização do SUS em seu propósito fundamental, é preciso não apenas afirmar as diferenças, como propunha a política, mas afirmar o positivo das diferenças. É, então, no sentido de construir uma humanidade comunitária que contribui com o adiamento do fim mundo por meio de estratégias sustentáveis, que buscamos colaborar com a conformação de políticas públicas que levem em perspectiva a produção arquitetada de vulnerabilidades, desigualdades e opressões de gênero, raça, classe e suas interseccionalidades. Desse modo, concluímos que a função apoio pela sua potência de transversalidade e de independência em relação aos governos, é o principal legado que a PNH nos deixa e que, não só atualiza o movimento ético-estético-político que a Humanização do SUS representa, mas o potencializa, sendo o representante mais próximo do seu desejado caráter público. Com isso, compreendemos, visto ser inadiável e urgente a construção coletiva de novas humanidades, que a formação de apoiadores deve ser fomentada - seja por meio formais ou informais, estruturais ou marginais - e, tendo em vista a vocação desta estratégia de contágio e contração de grupalidade, deve incluir em sua capacidade produtiva a despatriarcalização e a descolonização das subjetividades desde o SUS.

Fundamentos para uma antropologia dos devires: o perspectivismo ameríndio de Eduardo Viveiros de Castro e a filosofia da diferença

Guilherme Ribeiro dos Santos Sena (UFRN)

Eduardo Viveiros de Castro abre a segunda parte de sua obra Metafísicas canibais: Elementos para uma antropologia pós-estrutural (2015) - intitulada Capitalismo e esquizofrenia de um ponto de vista antropológico - ressaltando a influência magistral da obra O Anti-Édipo (1968), de Gilles Deleuze e Félix Guattari não apenas na sua forma de desenvolvimento teórico-metodológico dos moldes de uma antropologia pós-estrutural, como também em boa parte de sua geração de pensadores. Mesmo que fique nítida a prevalência posterior dada por Viveiros de Castro a importância deleuziana, tanto o filósofo quanto o psicanalista francês foram decisivos no movimento histórico cunhado de maio de 68, não apenas na França, como parece apontar criticamente a quem Viveiros de Castro chamou de "servidores espirituais da ordem", mas mudando radicalmente os dispositivos de práxis enunciativas da episteme ocidental de tal forma que levará Michel Foucault a afirmar que o século será deleuziano.

No primeiro capítulo dessa segunda parte do livro (quinto capítulo geral), Viveiros de Castro não apenas exemplifica como o pensamento deleuzo-guattariano moldou sua forma de fazer antropologia, como também parte de termos esquizoanalíticos como pressupostos de suas pretensões analíticas. Ainda nessa linha de raciocínio e na análise do maio de 68, Viveiros de Castro afirma ser necessário analisar as inter-relações entre os fluxos desejantes - termo que tomou de empréstimo d`O Anti-Édipo - com o já mencionado período vivenciado na Europa para que se tornasse possível erigir um entendimento molecular dos diversos agenciamentos engendrados pela maquinaria e afetos capitalísticos.

A gradual rizomatização dos saberes antropológicos de base deleuzo-guattariana inspiraram não apenas uma mudança paradigmática em relação ao objeto dos estudos antropológicos. Para Viveiros de Castro, essa virada se deu, principalmente, no âmbito da linguagem e da semiótica. A filosofia da diferença serviu como forma de análise das multiplicidades pelas próprias multiplicidades dentro da antropologia social. Apesar de Viveiros de Castro interpretar a mudança sintagmática estabelecida com a rizomática filosófico-diferencial, argumentando que a semiótica está se afastando cada vez mais da linguística clássica da "virada linguística" iniciada a partir do "Primeiro Wittgenstein" e que há, de fato, uma mudança ontológica entre o signo e o referente, o projeto deleuze-guattariano está longe de reconhecer o primado da semiótica, já que um dos fundamentos semióticos é a interpretação, e tanto o filósofo quanto o psicanalista buscaram se distanciar da hermenêutica.

No que tange à crítica das formas psis mais estabelecidas à época, por um lado, a forma de funcionamento da psicanálise enquanto conjunto de técnicas e sistemas-chave de interpretação linguísticos, e, por outro lado, a fenomenologia-hermenêutica especialmente de base heideggeriana, mas também merleau-pontyana, que eram extremamente difundidas nos meios acadêmicos e técnicos da análise da neurose (Freud), do gozo (Lacan) ou do Ser-no-mundo (Heidegger), é a partir daí que Deleuze e Guattari realizam uma virada ontológica. Ontologia essa que não parte do entendimento de que só a espécie humana é dotada do significante ente, estando apartados até certo nível do mundo (seres). Enquanto a fenomenologia-hermenêutica se fundamentava num entendimento de que definir o humano (ente) incorreria num ato de limitação frente às suas potencialidades, competindo essa forma de caracterização apenas ao todo-não-humano. A ontologia das multiplicidades ou dos

devires compreende que a categoria ontológica primordial é a própria diferença enquanto categoria sui generis.

Ainda em Metafísicas canibais, Viveiros de Castro submerge ainda mais no léxico multiperspectivista da ontologia filosófico-diferencial. O diferencial toma cada vez mais forma, substituindo a cerceante totalização unitária do Ser-no-mundo, entendido como uma realidade fechada em torno de si. Viveiros de Castro privilegia as multiplicidades planas, em detrimento das afecções hierárquico-adoecedoras. Pode-se entender que a análise molecular estabelecida por Deleuze e Guattari parte de um diferencial no entendimento das formas de agenciamento comparando-se com a microfísica do poder foucaultiana.

Viveiros de Castro se esmiúça sobre as formas moleculares, talvez, por compreender que não basta estabelecer um entendimento heterárquico das formas de exercício do poder (Castro-Gómez), mas que a microbiologia deleuzo-guattariana fornece um entendimento entre as interações das multiplicidades das condições humanas e seus respectivos devires que a inversão até certo ponto da análise hierárquica realizada por Foucault contra a tradição marxista. Para Viveiros de Castro, quem conseguirá, dentro da antropologia social recente, escapar em parte aos diagramas de síntese e totalização será Latour e seu projeto de uma antropologia simétrica. Nesse ponto, tanto Latour quanto Viveiros de Castro partem de um pressuposto da ontologia como instância criativa, e não meramente reprodutiva, comunicativa ou reflexiva na interação dos seres. Portanto, o multinaturalismo, tal como um processo de divisão celular (mitose e meiose) multiplica o que está dado, criando o novo não por meio da contradição, mas através da repetição do mesmo - ritornelo, como esboçaram Deleuze e Guattari.

Para Viveiros de Castro, o objetivo principal de O Anti-Édipo não é meramente apontar os erros filosóficos e pragmáticos da psicanálise, ou descentrar a figura do Édipo dentro da própria história como forma de indicar que a base conceitual utilizada por Freud estava mal interpretada, como quis Foucault em A verdade e as formas jurídicas (1973). O objetivo de uma filosofia da diferença esquizoanalítica é criar/praticar uma antissociologia. Projeto esse que, segundo Viveiros de Castro, é de sumo interesse aos estudos antropológicos contemporâneos

Saindo um pouco da obra de 68 e visitando o segundo volume da coleção Capitalismo e Esquizofrenia - Mil Platôs: volume 1 - é aí onde Deleuze e Guattari irão desenvolver de forma mais impactante o conceito de multiplicidade que vai inspirar o projeto perspectivista dentro da antropologia social de Viveiros de Castro. Segundo este, a multiplicidade deleuzo-guattariana serve de pressuposto fundamental para repensar as bases epistemológicas e axiológicas da antropologia social. O projeto "libertador" (termo empregado em Metafísicas canibais) empreendido pelos autores franceses serviu como um ponto de partida na superação dos dualismos mais fortemente presentes na teoria antropológica: Natureza e Cultura; Indivíduo e Sociedade. Viveiros de Castro entende que a incorporação do conceito de multiplicidades só pôde se dar através do afastamento progressivo da merologia e da compreensão da pós-pluralidade.

A diferença ou diferenciação esquizoanalítica se mostra possível através da repetição do já instituído, ou, colocando em outros termos, o movimento de diferenciação-repetição não parte de um viés de negação das forças, como quiseram os defensores da dialética. Não é por meio da influência do outro que o ser-para-si avança ao estágio de ser-para-o-outro e, por fim, ao ser-em-si (Hegel), pois esse movimento implicaria em aplicar a contradição como o motor imóvel (Tomás de Aquino). O ritornelo atua de dentro para fora, partindo de uma base spinozana, liberando os fluxos desejantes através de rotações centrífugas e possibilitando um movimento não-teleológico ou hierárquico para repensar a condição esquizofrênica ou das máquinas de guerra. Posto isso, o

ritornelo também é entendido mediante outro conceito caro à tradição dialética, a saber, a síntese. Porém, diferentemente da dialética hegeliana ou marxiana, onde o movimento de síntese atua unindo contradições, a síntese disjuntiva filosófico-diferencial tira o enfoque do entendimento sobre a natureza das coisas.

Enquanto a filosofia da diferença tem a síntese disjuntiva como tipo ideal de funcionamento da constituição identitária, o ato de comparar multiplicidades realizado por parte desses antropólogos se utiliza de uma síntese separativa, dura, estriada ou pesada. Em síntese, o caráter sui generis da rizomatização nômade é a multiplicidade desordenada. Partindo desse pressuposto, Viveiros de Castro afirma de forma célebre que a lógica rizomática é imiscível quando comparada à noção de ser - ou, dentro da perspectiva heideggeriana, ente.

Grupo (Com)versando com afeto: um grupo terapêutico entre mulheres

Otávia Helena Garcia Britto (UERJ), Alexandra Cleopatre Tsallis (UERJ)

O grupo (Com)versando com afeto é um grupo terapêutico entre mulheres conduzido por duas psicólogas, que se inicia em outubro de 2019 em um espaço de atendimento privado no bairro da Tijuca, no Rio de Janeiro. Trata-se de um espaço terapêutico de conversa, partilha, acolhimento, cuidado e escuta de temas e vivências advindos das experiências múltiplas de ser mulher. A palavra "entre" é importante pois trata da ideia de construção conjunta entre psicólogas e participantes, de forma horizontal e colaborativa.

O termo (Com)versando é um jogo de palavras que evoca a colaboração e construção "com" outras mulheres, em relação, e a potência do diálogo, da conversa, da partilha como produtoras de cuidado e saúde. O termo "versando" faz menção à palavra "verso", que referencia no grupo o uso de recursos dinâmicos e artísticos, como música, literatura, poesia, como possibilidades de ampliar os temas trabalhados e facilitar no estabelecimento de vínculos entre as mulheres. A palavra "afeto" se relaciona à dimensão afetiva do trabalho, tanto na postura das psicólogas quanto no enfoque dado às emoções, corpo, sensibilidade e o aspecto relacional que são elementos essenciais da saúde física e emocional.

O grupo tem como público-alvo pessoas maiores de 18 anos que se identifiquem como mulheres, com as diversas demandas, desafios e potências que isso traz, inseparáveis de questões raciais, socioeconômicas, etárias, culturais, de acesso, de orientação sexual e outras tantas. Citado pela primeira vez por Kimlerlé Crenshaw em 1989, o termo interseccionalidade demarca o paradigma teórico e metodológico da tradição feminista negra. Consideramos pertinente o apoio da perspectiva interseccional para uma análise que dê conta do intercruzamento das complexas questões vivenciadas pelas mulheres, já que a "interseccionalidade impede reducionismos da política de identidade" (AKOTIRENE, 2019, p. 59). Um olhar interseccional não busca hierarquizar sofrimentos, mas considerar as diferentes formas que as opressões (misoginia, racismo, classismo, capacitismo, homofobia, gordofobia, etarismo, entre outras) se organizam e afetam as vidas e experiências cotidianas das mulheres. Como aponta Conceição Nogueira (2017):

Uma análise interseccional resiste à essencialização de todas as categorias (tratando todos os membros de um único grupo social como o mesmo e supondo que compartilham as mesmas experiências) e está atenta às especificidades da data, do local, das histórias e das localizações. (p.50)

O grupo conta com influências teórico-metodológicas da Terapia Comunitária Integrativa (BARRETO, 2008). A Terapia Comunitária, criada por Adalberto Barreto, parte do pressuposto de que "o sofrimento humano, decorrente do macro-contexto socioeconômico e social, fere a dignidade da pessoa, atinge seus direitos como cidadão, gerando extremos de patologia social e adoecimento" (BARRETO, 2008, p.40) Reconhecida em sua importância, desde 2017, a terapia comunitária como método integra a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde do SUS. A Terapia Comunitária é um espaço de promoção de encontros interpessoais e intercomunitários, objetivando a valorização das histórias de vida dos participantes, o resgate da identidade, a restauração da autoestima e da confiança em si, a ampliação da percepção dos problemas e possibilidades de resolução a partir das competências locais. (BARRETO, 2008) Compreendendo e localizando o sofrimento humano socialmente, no contexto macro, a terapia comunitária aposta em uma resposta e ações sistêmicas de cuidado, estimulando a construção de

vínculos solidários e promoção da vida. Trata-se de uma tecnologia de cuidado contracorrente e de resistência, já que considera as relações e elementos multiculturais como parte relevante do cuidado em saúde mental em uma sociedade que supervaloriza ações individuais e medicamentosas.

Valeska Zanello (2018) traz importantes reflexões a respeito do gênero no campo da saúde mental. Pela perspectiva da referida autora (2018), "os processos de subjetivação gendrados criam vulnerabilidades identitárias específicas e diferenciadas para homens e mulheres, as quais se evidenciam no sofrimento psíquico." Assim sendo, faz-se necessário que a Psicologia como ciência e profissão responda às demandas de uma sociedade que vitima mulheres de muitas maneiras, produzindo cuidado ético e político, considerando os contextos de vida das pessoas e comunidades, ao invés de reproduzir violências e exclusões.

O objetivo deste trabalho é apresentar o grupo (Com)versando com afeto como dispositivo clínico grupal feminino, enquanto um espaço de produção de apoio, troca e colaboração entre mulheres. Em uma sociedade misógina que vitima mulheres através de diversos tipos de violências diariamente, que estimula comparação e disputa, a proposição deste dispositivo clínico é uma tarefa de resistência e contribui para uma Psicologia que responde às questões sociais com alternativas coletivas.

Propomos o presente trabalho para a equipe de pesquisadores do GT 22: Interseccionalidade, investigação-ação participativa e psicologia comunitária nas relações de gênero, sexualidades e violências. Observamos pontos de confluência entre o presente trabalho e as ideias centrais do GT, uma vez que este trabalho pretende analisar um exemplo de investigação-ação, que é o grupo terapêutico, enquanto uma abordagem em psicologia comunitária buscando ter como olhar a interseccionalidade para as vivências e experiências de mulheres atendidas. Identificamos também coerência com o objetivo do GT enquanto um espaço de desenvolvimento de ações transformadoras que promovam cidadania e inclusão. Consideramos ainda relevante que uma das importantes referências deste trabalho é a autora Conceição Nogueira, uma das co-autoras do GT. Além disso, este trabalho, assim como a abordagem do GT tem ênfase na práxis e no compromisso com transformações sociais concretas.

A escolha metodológica e ética desta pesquisa se apoia no PesquisarCOM (2010), de Márcia Moraes. Segundo Moraes (2022), trata-se de "fazer pesquisa com os outros e não sobre os outros, é uma afirmação ética de estar junto de, em companhia de, é um estar e compor com muitos". PesquisarCOM é ir para o campo, como pesquisador, no desafio de se despir de aprioris e poder reconhecer os sujeitos como experts de sua vida e realidade. Assim sendo, a pesquisa é alimentada, afetada e reordenada pelo campo a todo tempo, abrindo "a possibilidade de reinventar-se a cada instante e recriar-se a partir do que os encontros instigam" (TSALLIS, 2010)

A aposta é, seguindo os rastros de Moraes e Tsallis (2016), em tecer um "saber feminino na ciência". Segundo as autoras, "feminino na ciência se faz com a alegoria do laço, do vínculo" (p.48). A construção de um saber feminino na ciência parte das críticas feministas a epistemologia científica tradicional, apontando para o "forte enviesamento androcêntrico, assim como à escolha de desenhos e interpretações das próprias experiências que raramente tinham em conta quer o sexo/gênero feminino, quer a experiência feminina". (NOGUEIRA, 2017, p.17)

Durante esses cinco anos de história reunindo mulheres em um espaço seguro de acolhimento, vimos emergir desafios e sofrimentos advindos de relacionamentos (familiares, amizade ou afetivo-sexuais), sobrecarga do cuidado com a casa, esvaziamento de interesses ou atividades próprias, relatos de baixa auto-estima, diferentes tipos de violência entre outros. Ao longo do tempo, os grupos foram se revelando como espaço de

vínculo, solidariedade, conscientização e cuidado. A partir do nosso encontro com as mulheres tecemos dois movimentos que se entrelaçam e se alimentam. Por um lado, ocorre a construção artesanal de novos sentidos para as experiências relatadas, situando-as como manifestações de uma sociedade sexista, racista, homofóbica e diversas formas de opressões sociais. Por outro lado, em uma postura de acolhimento, incentivamos o cuidado mútuo e o fortalecimento subjetivo, com vistas a que possam devolver a si o cuidado que maior parte das vezes despendem a outras pessoas, assim como reconhecer seus recursos pessoais, potências, interesses e desejos. Assistir aos efeitos diversos que essa prática advinda dos encontros têm na vida das mulheres constantemente transforma a nossa própria clínica e a forma como enxergamos o grupo.

Referências bibliográficas:

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. 1. ed. São Paulo: Pólen, 2019.

BARRETO, Adalberto de Paula. Terapia comunitária passo a passo. 4. ed. Fortaleza: LCR, 2008.

MORAES, Marcia. PesquisarCOM: política ontológica e deficiência visual. In: MORAES, Marcia; KASTRUP, Virgínia (Orgs.). Exercícios de ver e não ver: arte e pesquisa com pessoas com deficiência visual. Rio de Janeiro: Editora NAU, 2010. p. 26-51.

MORAES, M.; TSALLIS, A. Contar histórias, povoar o mundo: a escrita acadêmica e o feminino na ciência / Storytelling, populate the world: academic writing and the feminine in science. Revista Polis e Psique, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 39–50, 2016. DOI: 10.22456/2238-152X.61380. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/PolisePsique/article/view/61380. Acesso em: 18 maio. 2025.

NOGUEIRA, Conceição. Interseccionalidade e psicologia feminista. Bahia: Devires, 2017.

TSALLIS, Alexandra et al. Tateando, fabricando, explorando, implementando, parangoleando um dispositivo clínico. In: MORAES, Marcia; KASTRUP, Virgínia (Orgs.). Exercícios de ver e não ver: arte e pesquisa com pessoas com deficiência visual. Rio de Janeiro: Editora NAU, p. 118-136, 2010.

SILVEIRA, Marília; MORAES, Marcia; DE TOLEDO QUADROS, Laura Cristina (Ed.). PesquisarCOM: caminhos férteis para a pesquisa em psicologia. Rio de Janeiro: Editora NAU, 2022.

ZANELLO, Valeska. Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação. Curitiba: Editora Appris, 2018.

Memórias da catástrofe socioambiental: as enchentes de maio de 2024 e as questões de gênero

Maíra Freitas Barbosa (Política de Assistência Social Municipal), Maíra Freitas Barbosa (Psicóloga Clínica)

Partindo da experiência como psicóloga da rede SUAS na cidade de Porto Alegre, em um território extremamente atingido pelas enchentes de maio de 2024, surge esse trabalho que se propõe a ser uma espaço de reflexão, elaboração de sentidos entre o que aconteceu, seus desdobramentos e a atuação como trabalhadora de uma política de extrema relevância em contextos de vulnerabilidades.

Experimentando narrativas a partir da memória dos ocorridos que conjugam na e com a precariedade de quem vivenciou a sua cidade de moradia e seu trabalho inundados pelas águas, pela lama e pelo desalento. Assistir (em seus múltiplos sentidos) o que se tornou ainda mais desafiador: assistir as pessoas afetadas, assistir as águas invadindo as casas, ruas, o prédio, os móveis recém adquiridos, os prontuários, as salas de atendimento. Assistir a inércia da gestão e seguir assistindo às pessoas.

As vulnerabilidades antes existentes no território se agravaram enormemente com a catástrofe socioambiental. A presença da precariedade das moradias, ocupações em zonas de risco, sem acesso aos direitos básicos de moradia digna, saneamento básico, luz, saúde, educação, transporte público, segurança. Isso exigiu uma estratégia de ação junto ao caos: deslocamentos e abrigamento de milhares de pessoas em uma urbanidade inundada, com os acessos restritos dentro e para a cidade, com caminhos bloqueados pelas águas, dificuldade de locomoção, falta de luz, água, fornecimento de alimentos, medicamentos, além de os próprios serviços, já antes insuficientes, terem sido invadidos pelas águas e lama, tornando-se parte pertencente ao “Rio Guaíba”. A cidade e seus diques destruídos virou uma ilha aterrorizada, ligada ao resto do mundo apenas por uma espécie de istmo, uma única saída/entrada ligava a capital do estado ao exterior de suas margens. Como se não bastasse a concretude cruel deste quadro, a promoção de direitos e saúde mental se via ainda mais dificultada por uma enxurrada de notícias falsas e guerrilhas de desinformação que tornavam o desespero ainda mais agudo e o acesso a direitos ainda mais difícil.

Efetuo a presente problematização de nossas políticas de assistência, a partir das memórias da enchente, apoiada pelo conceito de Justiça Reprodutiva: conceito-potência cunhado por mulheres negras, negro-asiáticas e indígenas dos Estados Unidos na década de 1990, conceito entendido como uma estratégia interseccional (COLLINS e BILGE, 2021) que convoca para uma mudança estrutural, na busca de justiça social e equidade entre todas as pessoas. O termo foi popularizado especialmente a partir do trabalho desenvolvido pelo Coletivo Sister Song, que define a justiça reprodutiva como ‘o direito humano de se manter a autonomia corporal pessoal, de ter filhos e de não ter filhos, e de educar os filhos que temos em comunidades seguras e sustentáveis” (pag 8). O conceito abrange o bem-estar físico, político, econômico e social de comunidades, considerando os aspectos singulares de cada situação assistida para garantir a autonomia e tomada de decisões sobre suas vidas e corpos. Isso significa dizer que os aspectos já considerados nas lutas pelos Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos são ampliados para questões também ligadas às decisões de maternidade e não maternidade, incluindo práticas de cuidado, trabalho reprodutivo e afetivo, assim como as políticas públicas com o acesso aos

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

serviços de transporte, saúde, educação, trabalho e renda, segurança, assistência social, etc.

As enchentes escancararam, como ocorreu na Pandemia de COVID 19, que mulheres negras e periféricas são especialmente afetadas pelas catástrofes socioambientais: a perda da renda, de acessos aos serviços existentes em territórios vulneráveis, aumento das violências de gênero, maior sobrecarga com a demanda de cuidado de familiares (crianças, adolescentes ou idosos e pessoas doentes) para citar algumas. Como nos traz Collins e Bilge:

"em termos globais, as questões de saúde materna e infantil são vitais para o bem-estar de muitos países, onde a mortalidade materna e infantil é um grande problema de saúde pública. No entanto, como classe, raça, sexualidade, deficiência, idade, religião, etnia e estatutos de cidadania influenciam o acesso às informações e serviços de saúde, a interseccionalidade fornece um importante marco interpretativo para iniciativas de justiça reprodutiva. Ademais, como as questões relativas à autonomia sexual, gravidez, gestação e criação de filhos tendem a recair mais frequentemente sobre mulheres e meninas, esse grupo está na vanguarda de diversas iniciativas de justiça reprodutiva em diferentes contextos nacionais." (2021, pag 134).

Pensando na experiência vivenciada no período como psicóloga atuante no SUAS, problematizo interseccionalmente, a partir das repercussões da catástrofe socioambiental, as questões de gênero e classe e a enorme dificuldade de articulação entre as políticas públicas diante dos desastres que poderiam ser evitados em sua gravidade e deveriam ter sido coordenados de forma articulada entre gestores e intersetorialmente, o que não ocorreu. Ao mesmo tempo, a confluência de equipes de saúde e assistência para alguns espaços de abrigamento, permitiram um incremento pontual e efêmero da vinculação de cuidado das políticas públicas com as comunidades abrigadas, servindo para evidenciar os desafios da necessidade de maior efetividade na territorialização e produção de vínculos aos serviços quando do retorno à "normalidade". Assim, por exemplo, com a proximidade de convivência cotidiana e a consequente construção de vínculos de confiança mais intensos entre equipe e abrigadas, muitas denúncias de violências de gênero vivenciadas desde antes da subida das águas emergiram neste período. Da mesma forma, alguns exames e acompanhamentos em saúde que estavam em "fila de espera" puderam ocorrer naquele contexto de intensivo em alguma medida. A enchente, deste modo, constitui como um violento analisador da construção das vulnerabilidades-violências, assim como, também, das políticas públicas de promoção de direitos.

Conforme publicação do Conselho Federal de Psicologia que traz as Referências Técnicas para atuação de psicólogas/os na Gestão Integral de Riscos, Emergências e Desastres propõem:

"é preciso considerar que as ações devem ser integradas às redes de serviços públicos, especialmente Defesa Civil, SUS, SUAS, Segurança Pública, Educação, além da contribuição de iniciativas privadas e de voluntários, de modo a implementar um plano articulado intersetorialmente, evitando-se ações isoladas, desintegradas ou mesmo improvisadas" (pag 24).

Infelizmente, não foi o vivido nas enchentes por grande parcela da população naquele maio de 2024. Ao contrário, vimos muitas ações pautadas pelas iniciativas privadas para só depois vermos a ação estatal. Um exemplo que ilustra a falta de coordenação de ações pela gestão pública, foi a ação dos produtores de arroz do estado do Rio Grande do Sul mobilizados para a retirada de água do aeroporto, quando a poucos metros dali, atrás do muro que literalmente separa a pista de pouso de uma conhecida Vila de Porto Alegre, seguia debaixo d'água há dias, com moradores abandonados à própria sorte, vivendo isolados nos segundos andares de algumas casas, em abrigos precários improvisados em ginásios, ou

ainda, em situação de rua, acampados nas áreas próximas às novas margens das águas aguardando seu recuo (o que demorou mais de 30 dias em alguns casos) para poderem retomar o que restou das suas memórias, bens, habitação, assim como talvez ter notícias de vizinhos e parentes que se perderam uns dos outros no processo de resgate e abrigamento dos refugiados climáticos.

O fato de estar atuando em uma política pública complexa como a Assistência Social durante a catástrofe socioambiental das enchentes de maio, fez com que fosse necessário atuar em frentes de acolhimento-atendimento distintos e vivenciasse diferentes cenários: abrigos da iniciativa privada e estatais, acompanhamento e busca de famílias que já eram acompanhadas anteriormente no território, oficinas de acesso aos direitos promovidas em abrigo voltado para o acolhimento de mulheres e, posteriormente ao recuo das águas, uma oficina reflexiva sobre o tempo em que as águas inundaram as casas das mulheres no território no qual atuava, um dos mais atingido da zona norte de Porto Alegre, onde foi possível trabalhar conteúdos pertinentes às questões de gênero e Justiça Reprodutiva a partir das repercussões da enchente.

A vivência deste período, que deixou marcas profundas na cidade de Porto Alegre e no estado do Rio Grande Sul, trouxe problematizações a respeito da forma de estar-fazer das políticas públicas. Os eventos extremos colocam algumas questões: a delicadeza da construção de vínculos entre população assistida e equipes de serviços públicos que são representantes de um estado que violenta e negligencia diante das situações cotidianas, mas que são banalizadas ou naturalizadas, a exemplo de regiões que comumente enfrentam sérias precariedades. Este é um desafio colocado (ou ao menos deveria) às equipes de trabalhadoras/es para que consigam seguir sensibilizadas às demandas territoriais, na construção de vínculos e, assim, geração de uma política pública que assista e escute as demandas dos usuários.

Nesse contexto, em uma situação pós-enchente onde muitos locais viram o recuo das águas, mas ainda seguem vivenciando suas marcas e consequências, proponho compartilhar uma narrativa-problematização desta experiência tão profundamente marcada nos contextos de atuação. Alguns muros ainda trazem as margens de rio em suas pinturas, mas principalmente as vidas desassistidas e que seguem atingidas pelas águas de maio de 2024 em Porto Alegre mesmo um ano após a catástrofe.

Pode uma clínica-política produzir um devir revolucionário radicalmente transversal e ecológico?

Ricardo Ahlfeldt Stival (PUCPR)

O século XXI é marcado por um tensionamento da Psicologia enquanto disciplina, indo desde os anúncios catastróficos de crise dos saberes, passando pela sua segmentação ontológico-epistêmica, chegando ao ponto pragmático do esvaziamento político das universidades, da biomedicalização e enfoque excessivamente clínico das grades curriculares, e a crescente tentativa de sua despolitização (tal como explícito nas Terapias Cognitivas, nas PBEs etc.). E este tensionamento acompanha as especificidades contemporâneas do sofrimento humano, somado a complexidade exponencial da realidade, produzindo um efeito característico da lógica neoliberal: a explosão de categorias nosológicas, da medicalização social e a intensificação da individualização dos sofrimentos, as quais são paralelas ao desmonte de políticas públicas. Evidentemente, esta produção de sofrimento, a qual é muitas vezes tida como o elemento central dos saberes psicológicos, não está descolada do restante do mapa da realidade. O Capital, como axiomática absoluta de nosso tempo, enquanto quase-causa de tudo, parece engendrar, fragmentar e destruir todos os âmbitos da vida, não só humana (Deleuze e Guattari, 2011) . Desta maneira, o sofrimento humano aparece como a expressão afetiva e subjetiva de uma despotencialização geral da vida pelo capitalismo, junto da crise climática, das guinadas fascistas, da digitalização, das sociedades de controle, da precarização do trabalho, da globalização dos riscos e inúmeras outras expressões.

Entretanto, a catastrofização e fragmentação provocadas pelo cenário de crise generalizada da vida não encobre a multiplicidade de expressões potentes que aparecem como pequenos focos de resistência. Na Psicologia, por exemplo, sabemos por nossas próprias trajetórias, bem como pela estrondosa potência de um encontro deste tamanho de Psicologia Social, Crítica e Política, no coração do estado do Amazonas, dentro da maior floresta tropical do mundo, que as linhas de fuga são possíveis. Afinal, como argumenta Deleuze (2018), toda repetição do Mesmo, por mais inabalável e homogênea que possa parecer, sempre possui em seu cerne uma repetição de elementos destoantes, de diferenças individuantes anárquicas, que nunca cessam de produzir a diferença potente nos modos do devir. Mas sabemos que não é o suficiente, e que estas expressões anárquicas na repetição muitas vezes serão somente englobadas novamente, reterritorializadas e engolidas pela axiomática do Capital (Deleuze; Guattari, 2011). O que se põe em jogo então não é a existência destas expressões de diferença, mas sim como conectá-las, como intensificar sua potência através dos encontros felizes, da coagulação conveniente (no sentido espinosano) de linhas de fuga: como produzir o que Deleuze e Guattari (2012) chamaram de máquinas-de-guerra nômades, efetivando a ideia contida no conceito de um devir revolucionário - uma revolução que nunca se torne fascista, que nunca deixe de se atualizar, um permanente instituinte que nunca seja instituído. Mas isso é possível?

Para tentar tomar partido nesta produção de um devir revolucionário, ou ao menos de intensificar a emancipação humana, parte da Psicologia - especialmente a latinoamericana - vem somando esforços no sentido de uma práxis crítica, política e engajada. Muito se fala, por exemplo, numa clínica política, ou ainda, em determinada acepção do termo, numa klínica ou clínica ampliada. Porém, considerando a complexidade da realidade contemporânea e os seus modos intrínsecos de controle micro e psicopolítico (Deleuze, 1990; Han, 2020), cabe a nós analisar o sentido e a expressão destas nossas

tentativas enquanto categoria profissional de transformar os agenciamentos do poder. De modo mais direto, é fundamental avaliar as expressões e o sentido dessa acepção da Psicologia como clínico-política: trata-se de um projeto suficiente e coerente com seu fundamento e potencial, ou de mais uma reterritorialização da axiomática do Capital sobre os saberes, aparecendo como um "politicamente correto" da Psicologia (Miron; Guareschi, 2017)?

Assim, o objetivo deste relato, que é parte tangencial a minha pesquisa de mestrado, ainda em andamento, é decompor o substrato teórico-político e afetivo contido na ideia de uma clínica política, revisando suas bases ontológicas, colocando-a em relação a outros saberes e identificando possíveis maneiras de intensificar esse esforço para um combate efetivo dos agenciamentos capitalistas, que são responsáveis pela despotencialização da vida (parcial ou absolutamente, como numa necropolítica). Trata-se de discutir se uma "modulação ecológica", como exposta na descrição do Grupo de Trabalho, enquanto tonificação das relações ecossistêmicas dentro da multiplicidade da imanência, seria suficiente para resistir e combater a "lógica capitalístico-colonial". E, para isso, gostaria de recuperar breve e superficialmente alguns conceitos fundamentais de diversos autores que, de determinada maneira, compõem a origem ontogenética dessa acepção de uma clínica-política. Com estes autores, seus conceitos e sua mobilização, não pretendo dar respostas objetivas e concretas, mas apenas propor reflexões sobre a direção e o sentido que a ideia de "clínica-política" vem tomando, tensionando e radicalizando ainda mais o real papel da Psicologia no combate aos agenciamentos capitalistas, com seus danos ecológicos (ou melhor, ecocídio). Pretendo, antes de mais nada, colocar em xeque a acepção de uma clínica-política com enfoque no sofrimento, a perpetuação das categorias de sujeito-objeto (e todos os dualismos modernos, como trazido pelo GT), e a falta de bases ontológicas que suportem a radicalidade que uma práxis anticapitalista suscita.

Nesse sentido, apresento em seguida um breve recorte dos resultados que pretendo discutir com mais calma e de modo mais didático em minha comunicação. Primeiro, a univocidade afirmativa de Espinosa (2015) aparece para firmar o compromisso ontológico com a imanência, fundando a crítica e a rejeição a qualquer teoria que se pretenda revolucionária ao mesmo tempo em que mantém uma compreensão representacional do mundo. Isto porque, como argumenta Deleuze (2018), a ontologia representacional se pauta sempre na Identidade, no Mesmo, no Uno, subsumindo a potência a uma reorganização do já existente, e não possibilitando a diferença radical, que é necessária para combater o Capitalismo e suas violências. Por fim, a noção ontológica dos afetos e sua potência em Espinosa (2015) abre um campo da práxis que já vem sendo bastante explorado na Psicologia brasileira, seja estranhamente aliado a marxismos, como o fazem Pereira e Sawaia (2020), ou em leituras vinculadas à abordagens ecológicas e esquizoanalíticas, como em Carvalho e Mansano (2016) ou Hur (2016) . Porém, por mais relevante que seja esta atualização conceitual, me parece que ela foi deslocada do restante da filosofia de Espinosa, nomeadamente dos seus conceitos de conatus e de conveniência. Desta maneira, busco argumentar que a inserção e atualização conjunta destas categorias se mostraria muito mais potente do que o uso exclusivo da noção espinosana de afetos e seus encontros.

Depois, temos Nietzsche e sua psicofisiologia, as quais permanecem intactas e inexploradas pela Psicologia como um todo, especialmente pelas klínicas. Em minha análise, a leitura de Nietzsche sobre os afetos (Espinosa) como não somente expressões intensivas e potenciais dos modos do Ser, mas também como expressões extensivas e político-morais dos seres, traz uma profundidade política e transversal com a natureza que as noções de afeto espinosanas não desenvolvem à sua

última consequência. Disso, Nietzsche (2005) deriva a recuperação da vontade de potência como força eficiente e unívoca da realidade, mostrando-se, ao meu ver, como o substrato ontológico radical que um esforço revolucionário ecossistêmico necessita. Pois um fazer que se constroi com base na vontade de potência é aquele que desconsidera as "dualidades modernas", tornando tudo aquilo que é imanente em uma questão de forças, vontade e poder - daí que só pode haver Uma saúde, a Grande Saúde. Assim, Nietzsche (2005, p. 27) nomeia a Psicologia, enquanto ciência dos afetos e da vontade de poder, como "o caminho para os problemas fundamentais". Unindo os argumentos de Nietzsche às demais categorias e autores citados, especialmente a Simondon (2020) e a questão da transdução, creio que renovaremos o sentido da Psicologia para além do saber do sofrimento e dos afetos tristes, mas como a práxis revolucionária e política por fundamento. E isto sem nunca perder de vista o modo como os conceitos se reportam a prática concreta.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia. São Paulo: Editora 34, 2012. Volume 5.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia. São Paulo: Editora 34, 2011.

DELEUZE, Gilles. Diferença e repetição. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 6 ed., 2025.

DELEUZE, Gilles. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. 1990. In: DELEUZE, Gilles. Conversações: 1972-1990. São Paulo: Editora 34, 2017.

ESPINOSA, Baruch. Ética. São Paulo: Edusp, 2015.

HAN, Byung Chul. Psicopolítica. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2020.

HUR, Domenico Uhng. Poder e potência em Deleuze: forças e resistência. Mnemosine, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, 2016.

MANSANO, Sonia Regina Vargas; de CARVALHO, Paulo Roberto . Psicologia, Filosofia e meio ambiente: delineando o conceito de sustentabilidade afetiva. Estudos e Pesquisas em Psicologia [en linea],16(3), 696-714, 2016.

MIRON, A. X.; GUARESCHI, N. M. DE F.. Compromisso Social da Psicologia e Sistema Único de Assistência Social: Possíveis Articulações. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 37, n. 2, p. 349–362, abr. 2017.

Nietzsche, F. Além de Bem e Mal. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

PEREIRA, Eliane Regina; SAWAIA, Bader Burihan. Práticas grupais: espaço de diálogo e potência. São Carlos: Pedro & João, 2020.

SIMONDON, G. Individuation in light of notions of form and information. [s.l.] University of Minnesota Press, 2020.

"Posso ser eu mesmo?!": experiências da atuação psi no CAPS II de Florianópolis

Mariana Andrade Soares (UFSC), Iacã Machado Macerata (UFSC), Carolina Seibel Chassot (Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis), Ana Paula Fonini Araújo (Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis), Felipe Faria Brognoli (Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis)

Em diálogo com o GT16: "Especulando impossíveis: práticas clínico-políticas como experimentações coletivas desde perspectivas ecológicas", em que se pretende promover o encontro entre diferentes experimentações coletivas que estejam a (re)inventar atuações clínicas, esta comunicação visa apresentar a pesquisa de mestrado, vinculada ao Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina, que adentra as portas do CAPS II de Florianópolis e avista as inventividades clínicas operadas neste serviço. A pesquisa, atualmente em andamento, tem como objetivo geral mapear as práticas clínicas de psicólogos/as em um Centro de Atenção Psicossocial II de Florianópolis, nos diferentes espaços do serviço. É a cartografia enquanto perspectiva teórica e metodológica que a orienta, dizendo-nos sobre o esforço em apreender o mundo em que vivemos, vinculando-se afetivamente aos processos inventivos e de produção de subjetividades (Passos et al., 2009). Este é o ethos que guia esta pesquisa, um modo de pesquisar que diz de um saber que advém da experiência (Passos et al. 2009), pois tem como horizonte a expressão dos afetos que atingem a cartógrafa e que, nesta afetação, sentidos são criados e produzidos (Deleuze & Guattari, 2011). Com este objetivo, adentramos no CAPS II de Florianópolis. Em se tratando de percurso metodológico, conforme anuência institucional da Escola de Saúde Pública, foi previsto cinco meses em campo para colheita de dados (Passos et al., 2009), possibilitando à pesquisadora, conforme compactuado com a equipe, a circular e acompanhar os mais diversos espaços em que reflexões e atuações clínicas das profissionais de psicologia surgiam, como: as reuniões de equipe, oficinas, grupos de discussão de casos e supervisões de estágio. Conforme vivenciávamos o campo, atentando-nos aos engendramentos que produziam os encontros clínicos, a ambiência do serviço foi sendo colocada em questão, vez ou outra. Questionamentos que advém das mudanças produzidas por uma reforma estrutural recente no estabelecimento cartografado: ocorreram reformas arquitetônicas e, com elas, mudanças na dinâmica como se dá os espaços de convivência. Tais mudanças produziam questionamentos entre as psicólogas e demais trabalhadores do serviço; isso porque, os espaços de convivência, quando não esvaziados, tornavam-se salas de espera ociosas. Intrigando alguns profissionais da equipe: como ocupar, de volta, o espaço de convivência? Tem surgido, nesse espaço, algo para se pensar grupos e oficinas? Como tem sido o cotidiano daqueles que frequentam o CAPS? A criação e interpelação de um espaço de cuidado tornou-se elemento constituinte das reflexões clínicas psi. Isso porque, tal reforma arquitetônica teve como produto entregue uma arquitetura caracterizadamente "hospitalar": paredes azul-bebê, grades nas janelas, paredões de vidros, corredores assépticos. Foi-se maquinando, por parte da equipe, planos de ação e atuação para tornar o espaço "menos hospital" e mais "cara de casa" - expressões comumente usadas por aqueles que frequentavam o serviço. Questionamentos que se davam também em torno das práticas de exclusão e correção da loucura: como a equipe tem se aproximado cotidianamente dos usuários? Como está sendo o uso dos espaços de convivência por parte dos usuários e dos trabalhadores? Por que este espaço tem se esvaziado? Este incômodo comum toma a ambiência enquanto qualidade produtora de experimentações coletivas para se pensar o cuidado; trata-se de uma ética em saúde, sustentada pela Reforma Psiquiátrica e pelas enunciações do Política Nacional de

Humanização que avista e aposta em um modo de pensar a saúde em relação aos mais diversos atores envolvidos (usuários, trabalhadores e gestores, também o espaço físico, modos de funcionamento do serviço, dinâmicas estabelecidas, etc) e que pressupõe a criação de um espaço voltado ao trabalho do cuidado. Como efeito de tais questionamentos e reflexões e, por que não, como resultado dessa pesquisa, a equipe do CAPS II de Florianópolis organizou, na semana da luta antimanicomial, um dia para intervenções artísticas no serviço. Dia intitulado como "Coral das Expressões", anunciando a polifonia heterogenética que concorrem à produção dos espaços de convivência. Neste dia, através de tintas, sprays, músicas e pincéis, bancos de concreto foram marcados por dizeres que afirmavam modos de existências; as paredes ganharam pinceladas que formaram flores, personagens, frases e neologismos com referências à políticas públicas de Saúde Mental. São as "Saudações RAPSiais" dos trabalhadores e usuários do serviço àqueles que frequentam, chegam ou avistam na vizinhança a estrutura do CAPS II de Florianópolis. E então, sob o lema "o CAPS é nosso", foram criadas marcas produzidas por trabalhadoras, usuários e familiares. O "Coral das expressões" foi proposto pelos trabalhadores do serviço para criar, como eixo norteador desse espaço, assinaturas expressivas singulares nos espaços coletivos. Uma proposta pela equipe que compreende, como quem se torna intercessora de Deleuze (2002; 2008) e Guattari (2012), a "customização" do espaço enquanto processo constituinte do cuidado: os bancos, as paredes, a horta, os corredores, as cores e as decorações das salas de atendimento se tornam imanentes e coemergentes as práticas clínicas. Neste fundo, o cuidado inclui aquilo que é também não clínico, este é o caráter transdisciplinar das clínicas mapeadas no CAPS pesquisado, colocando-nos a discuti-la na sua inseparabilidade da filosofia, da arte, da ciência, da política, da arquitetura, etc (Passos & Barros, 2000), e que diz de uma micropolítica, por parte da equipe, da Clínica Ampliada enquanto perspectiva a refletir e intervir sobre processos de produção de saúde por distintos meios (Campos & Amaral, 2007). Essa criação, produções de novas experimentações do espaço - quando, por exemplo, um banco se torna um "escritório" para um usuário, e uma parede torna-se galeria para outro - avista um processo transindividual, uma dobra que ao mesmo tempo que é partilhada, singulariza-se na experiência particular de outros agenciamentos, dizendo-nos de práticas clínicas atentas à multiplicidade da vida, comprometidas com a produção de saúde pública e, se pública, coletiva (Benevides, 2005). São as marcas produzidas, como gritos de liberdades nas paredes e bancos do CAPS II de Florianópolis, que tecem e produzem incessantes conexões nas relações que vão se estabelecendo neste território (Rolnik, 1993). É nesse sentido que, por uma utopia agarrada nos pressupostos da Luta antimanicomial, a força criadora que mobilizou a equipe em construir um espaço de pertencimento, aos usuários e trabalhadores, e que norteou a construção desse dia simbolicamente atrelado à luta antimanicomial, diz-nos de uma potência de cuidado - portanto de clínica - dessas produções. Diz-nos, também, durante a construção deste espaço (que não se limita a um dia, mas encarna-se nele) da constituição de um plano comum, caracterizadamente heterogêneo, por se tratar de uma composição de singularidades (Kastrup & Passos, 2013), por compor-se com o acontecimento - se por acontecimento compreendemos uma ruptura estética (Rolnik, 1995). Sem que pudéssemos prever tais acontecimentos, essa pesquisa surgiu inicialmente com uma pergunta: "o que tem sido proposto e inventado por profissionais de psicologia, em termos de práticas clínicas, no cotidiano de serviços destinados ao cuidado em saúde mental?". Dessa pergunta, as cartografias de inventividades clínicas no CAPS II de Florianópolis apontaram para práticas de resistência a enquadres psiquiatrizantes (na arquitetura do espaço, mas não só). Foi acompanhando as práticas que escapam de estratos hegemônicos e que afirma a vida em sua qualidade criativa, pois diz da criação de outros modos de ser e habitar o mundo; também, de processos que tecem novas

produções de autonomia coletiva, novas maneiras de experimentar o serviço (e a vida) e, portanto, novas direções curativas, que extraímos dos questionamentos neste campo de pesquisa (que é o campo da saúde pública) a ideia de que as inventividades clínicas dizem não apenas de um novo fazer, mas sobretudo da produção de uma nova realidade. É nesse sentido que, em diálogo com Paulo Amarante (1996), as práticas clínicas imanentes dos questionamentos em torno das práticas de exclusão e correção da loucura, quando aliançadas às lutas compartilhadas pelos setores da sociedade civil pela condição de cidadania do louco com a ampliação de seus direitos, e aos embates à destituição da razão da loucura pela psiquiatria e de seus mecanismo de normalização, vão cosendo a um só tempo transformações teóricas, políticas, culturais e sociais - transformações estéticas, éticas e políticas. Pois tratam-se, sobretudo, de reconhecer radicalmente "o louco" em sua alteridade, afastando-se dos universalismos, aproximando-se da diferença. Fazendo da diferença, marcas de expressão. Por isso, práticas e saberes que tratam-se de um trabalho de desinstitucionalização, e que ganha essa qualidade não só pela atuação voltada à 'desospitalização' do espaço e dos seus modos de funcionamento, mas, sobretudo, por um processo ético que produz forças contrárias ao estigma, exclusão e violência - e que pincelam novas possibilidades de subjetivação daqueles que seriam objetivados, excluídos e estigmatizados pelos saberes e práticas científicas, ao desenhar, pintar e inventar novas possibilidades de reprodução social desses mesmos sujeitos (Amarante, 1996); criando, neste mesmo processo, espaços "heterogenéticamente" comuns para (con)vivências. Por fim, como escrito agora no banco de concreto do CAPS II de Florianópolis, em se tratando de práticas clínicas e no cuidado em seu sentido ampliado, é na imanência de práticas atentas a contra-efetuar brechas, mesmo que em extratos duros, que se torna possível reconhecer singularidades e cultivar novos modos de ser e existir mesmo àqueles marginalizados; fazendo ressoar: "Posso ser eu mesmo?! Posso?! Posso, sim!"

Projeto Escuta Bem Viver: caminhos institucionais para a implementação de uma política de cuidado plural

Jennifer Elizabeth Vieira (UFSC), Iacã Machado Macerata (UFSC)

Criado em 2023, o Projeto Escuta Bem Viver é vinculado à Universidade Federal de Santa Catarina, e teve como ponto de partida a construção de um dispositivo de saúde mental voltado à comunidade indígena interna da universidade e aos demais povos da região da Grande Florianópolis. O trabalho em questão visa refletir sobre a prática de estágio curricular realizado neste projeto-serviço no último ano de graduação em Psicologia, realizado na ênfase de Saúde e Processos Clínicos. Para além, busca-se traçar reflexões acerca da institucionalização de tal projeto, abordando os elementos que o fazem necessários, assim como suas potências e limitações.

Ao considerar a política de saúde como uma política social, uma das consequências é passar a compreender a saúde enquanto condição inerente à cidadania. O pertencimento a essa estrutura social envolve, além de uma organização, cultural, moral e espiritual, um vínculo jurídico e político, que exige a participação ativa dos indivíduos na vida pública da polis (Rebello, 2010; Lima, Gerchman & Edler, 2010). Assim, laços tradicionais e ancestrais que conectam os sujeitos à sua comunidade são substituídos por uma noção mais ampla e abstrata de pertencimento a uma comunidade maior, uma nação. Logo, embora a cidadania possa representar diferentes formas de proteção social, ela também pode ser compreendida enquanto estratégia de homogeneização dos modos de vida de comunidades originárias e tradicionais aos da sociedade nacional, podendo levar à adoção de valores e comportamentos do grupo social dominante, em detrimento das especificidades dos povos.

Neste sentido, assim como as políticas sociais de forma geral, as políticas voltadas aos povos originários possuem sempre um paradoxo. De um lado universalização, advinda do status de cidadania, que afeta a estruturação das políticas que não conseguem se orientar e se adaptar sob diferentes contextos e especificidades cosmológicas e territoriais, levando aos não indígenas a pré-conceber que todas as etnias possuem os mesmos costumes, tradições, ritos, línguas, demandas e necessidades, ou ainda, subjundando-os a adoção de valores e comportamentos do grupo social dominante (Garnelo, 2014). Do outro lado, temos a individualização das questões referentes à saúde —principalmente saúde mental— sem a lida de que apesar da manifestação de um adoecimento se dar de forma singular, em grande parte diz de uma posição ético-política à qual o sujeito é posto. Logo, pensar na estruturação de um projeto voltado à saúde mental de estudantes indígenas demanda a leitura de que a expressão de um sofrimento, por mais subjetiva ou seja, está diretamente ligada à desmesura do poder e a desigualdade social cotidianas (Strappazzon, Sawaia & Maheirie, 2022). Tal permite a construção de um lugar de acolhimento do sujeito na mesma medida que permite analisar as como a vulnerabilização de uma população específica, passa a ser uma "questão social" para as políticas de saúde (Montanõ 2002; Montaño, 2012).

Com o aumento dos casos de suicídio na população indígena, a Portaria de consolidação Nº 2, de 28 de setembro de 2017, passou a estabelecer diretrizes gerais para a Política de Atenção Integral à Saúde Mental das Populações Indígenas. Nessa são destacados e instituídos marcos operacionais que orientam o desenvolvimento das ações em saúde mental voltados à essa população. Contudo, na prática o que se efetiva é uma política frágil e precária. No caso do Distrito Sanitário Especial Indígena Interior Sul (DSEI/ISUL) — que abrange os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, sendo equipado com

12 polos bases para ofertar serviços de Atenção Primária à Saúde (APS) à 197 aldeias, nas quais residem cerca de 37.345 pessoas — há apenas uma profissional de referência em Atenção Psicossocial, essa uma assistente social, que fica responsável pelo apoio às Equipes Multidisciplinares de Saúde Indigena (EMSI) de todo o DSEI-ISUL, uma área de 159.569 km² (DSEI, 2023). E, ainda, uma vez que no Polo Base da Região da Grande Florianópolis —que abrange 5 municípios, o que corresponde a 13 aldeias e 1129 pessoas— são responsáveis por esses territórios apenas duas EMSI (DSEI, 2023), a construção do Projeto Escuta Bem Viver se origina, se justifica e efetiva a partir da demanda que passa esse compromisso à solidariedade local e voluntária, seja pela população civil, ou ainda nesse caso da comunidade acadêmica universitária que se propõe — junto à sujeitos e suas redes autônoma— a realizar ações para assegurar os direitos fundamentais dessa população.

Esta abordagem propõe expor que, assim como outras políticas sociais, a política de saúde é influenciada por múltiplos determinantes, muitas vezes contraditórios. Tal análise leva em conta que a existência do projeto também carrega consigo a fundamental tarefa de realizar o levante de diversas questões, como: Porque ele é solicitado com tanta emergência, enquanto política de saúde e de permanência universitária? Sob quais condições se cria essa reivindicação? O que a psicologia tem produzido e compreendido acerca das subjetividades, que faz com que seja criado todo um projeto específico para que essas pessoas sejam ouvidas e respeitadas? Na lida com situações problemas, como o adoecimento de um recorte do público universitário e/ou um recorte de pessoas dentro de uma comunidade, a solução apresentada quase sempre é compreendida como um encaminhamento para a psicologia, que escancara a compreensão de que o serviço a ser prestado por essa deveria fazer com que o sujeito se adapte melhor às contingências que o fazem padecer. Apaziguar o indivíduo, para que as reais mudanças institucionais e sistemáticas que precisam ser feitas possam sair despercebidas. Todavia a construção e continuidade do Projeto também condiz com o efeito de anos de luta e demandas que por fim foram atendidas. De modo que mesmo que se trate de um processo contraditório, ainda sim representa uma conquista para todos os envolvidos.

O que se coloca em tal argumentação, é que a psicologia enquanto profissão (ou seja, enquanto prática institucionalizada e legitimada socialmente) nesse contexto, deve compreender o seu compromisso e responsabilidade social não apenas como um fazer benevolente frente à desigualdade. Compreender as diferentes injunções técnicas, éticas ou políticas que influenciam o sucesso ou as resistências organizacionais é indispensável para explicar o "porquê" e o "como" da efetividade das ações (Hartz & Silva, 2005; Silva, 2005), sendo isso que confere as potências e limitações da sua atuação (Yamamoto, 2007). A noção de territórios existenciais, no caso do Escuta Bem Viver, orienta nossa atuação enquanto profissionais e permite a construção de uma prática que acolha as diferentes subjetividades que se apresentam, abrindo o corpo para aquilo que se dispõe e buscando articular sua atuação junto a outros agentes.

Desde seu breve surgimento, cerca de 50 pessoas foram atendidas até o final do ano de 2024. Dentro da inúmera diversidade de povos que ocupam o território da Grande Florianópolis, o projeto teve a oportunidade de trabalhar em conjunto com Kaigangs, Xoklengs, Guaranis, Guaranis Mbya, Guarani Nhandevas, Xacriabás, Atikum-umãs, Pankarás, Tupinambás e Parintintins e, junto à isso, conhecer um pouco mais acerca de suas cosmopolíticas, histórias, línguas, tecnologias de cuidado e seus processos de subjetivação. Partimos então do pressuposto que para o psicólogo, é fundamental o confronto aos pressupostos teóricos ocidentais, para que assim seja possível a entrada em um mundo que difere do seu. Descolonizar saberes e desfazer-se de uma visão eurocêntrica, é imprescindível para a construção de uma

prática plural, que atenda as demandas daqueles que historicamente são subalternizados. Logo o apoio, na proposta aqui apresentada, como prática e intervenção, diz da oferta de apoio e cuidado dos territórios existenciais (Macerata, Soares & Ramos, 2014) e suas formas de desvio da norma hegemônica. É crucial que os dispositivos de saúde sejam parte de uma estratégia mais ampla de cuidado, que seja transdisciplinar, contínua, respeitando a integralidade e as diferentes possibilidades de existência dos indivíduos e do território. O trabalho com, e através da palavra, demanda, sobretudo, uma abertura daquele que ouve sobre os afetos que pedem passagem, possibilitando a produção de um sentido que permita a vida retomar o seu fluxo.

Mais do que um olhar crítico, é evocada dos estagiários e extensionistas uma criatividade para brincar com a realidade e reinventar a psicologia. Traçar um "plano comum" no qual há espaço para a diferença, a heterogeneidade e seus desdobramentos, é o desafio e o propósito da experiência de estágio em políticas sociais. Por mais objetiva a política, o compromisso ético-político firmado com formas de ser não hegemônicas é sempre uma experiência e posição subjetiva, e a saída do modelo tradicional e biomédico acerca do que é saúde requer de seus agentes o entendimento que apenas o fazer ciência não é suficiente. Pautando-se na proposta de Drotbohm, as práticas aqui apresentadas, sejam clínicas, grupais e comunitárias, desejam, em suma, continuar apostando na ampliação da existência e suas potencialidades e na construção de "comunidades epistêmicas envolvidas nas práticas re-centradas da produção de conhecimento e do cuidado" e pensando o cuidado e a produção de saúde a partir da noção da interdependência, enquanto estado ontológico pelo qual as relações entre os seres se estabelecem.

.

SILÊNCIOS SINGULARES DE UMA DOR POLÍTICA: Práticas de cuidado no enfrentamento do suicídio entre jovens Guarani Mbyá

Marina Risi Moreira de Azevedo (UDESC), Iacã Macerata (UFSC)

O crescimento, nas últimas duas décadas, das taxas de suicídio entre adolescentes e jovens tornou-se um sério problema para a saúde pública do país, sendo os índices mais elevados registrados entre jovens indígenas. Enquanto na população não indígena os suicídios ocorrem predominantemente em pessoas com mais de 60 anos, entre os indígenas a prevalência se dá durante a adolescência e juventude (Araujo et al., 2020). Além disto, os dados do Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde (2024) indicam que a incidência de suicídio entre os povos indígenas é quase três vezes maior do que na população não indígena. Sendo os povos indígenas os principais defensores do meio ambiente e das florestas, essa problemática se estende para a saúde global, visto que impõe desafios para as perspectivas de futuro e perpetuação da vida no planeta.

O horizonte da crise climática traz à tona a realidade de que estamos adoecendo junto com o planeta. A pandemia de Covid-19, como marco histórico do século XXI, antecipou uma crise global que já estava em curso e criou novos paradigmas de saúde e doença, sociabilidade, tecnologia, entre outros (Schwarcz, 2020). Neste contexto, vivemos também uma epidemia de diagnósticos de doenças mentais, marcada por um processo crescente de medicalização da vida. A dimensão social e coletiva dos sintomas é frequentemente anestesiada e tratada de forma individualizada. Nesse sentindo, a medicalização torna-se uma estratégia de contenção da crise subjetiva, a contemporânea "crise da saúde mental", à beira de eclodir como expressão do mal-estar social latente. Doente está a própria sociedade ocidental – moldada pelas lógicas patriarcais,capitalistas, e neocoloniais - que, operando através de políticas extrativistas e de morte (Mbembe, 2018), se auto destrói.

As transformações culturais impostas pela sociedade patriarcal capitalista, que subalterniza e marginaliza outras culturas, determina a condição psicossocial de um povo e contribui para a vulnerabilização e empobrecimento de tal população (BRAGA et al., 2021). Segundo o Ministério da Saúde (2013), os povos indígenas enfrentam alguns dos piores índices sociais do país, incluindo fome, desnutrição, altas taxas de mortalidade infantil e doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado (DRSAI), altos índices de problemas psicossociais como ansiedade, depressão, abuso de substâncias psicoativas e suicídio, configurando-se como uma população em situação de vulnerabilidade.

Os territórios indígenas são lugares de conflito e interesse da sociedade patriarcal capitalista e continuam sendo invadidos por grandes empreendimentos e práticas neocolonialistas que causam danos sociais e ao meio ambiente. As violências contra os corpos-territórios (Colectivo Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo, 2017) indígenas produzem uma realidade de encerramento territorial, resultado da expansão incessante da civilização ocidental e dos constantes conflitos por terras. Essa situação resulta na perda de territórios físicos, mas também na erosão de territórios simbólicos essenciais para a preservação das práticas tradicionais e existência desses povos (Haesbert, 2021). A saúde dos povos indígenas está intrinsecamente ligada à terra e aos seus territórios, o que torna esses determinantes sociais essenciais para a compreensão dos impactos diretos sobre a saúde mental das pessoas e bem viver das comunidades (Wayhs et al., 2019).

Como psicóloga atuante no Projeto de Extensão Escuta Bem Viver da Universidade Federal de Santa Cataria (UFSC) e pesquisadora do Programa de Planejamento

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

Territorial e Socioambiental da Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC), a problemática do suicídio de jovens indígenas chega até mim no ano de 2022, através do pedido de ajuda de um médico profissional do Polo Base Florianópolis, DSEI-Interior Sul. Naquela altura, uma menina Guarani Mbyá (14 anos) se enforcara dentro de sua aldeia, no município de Biguaçu. Endereçado aos profissionais de saúde mental, a solicitação chegou devido às lacunas, tanto de profissionais da área, como de recursos para lidar com tais demandas advindas dos territórios atendidos. A partir disto, uma rede informal de profissionais da área da saúde, educação e ciências humanas, a Rede de Saúde Senti(mental) – Daniel Kuaray Timóteo, se mobilizou para se debruçar nas questões concernentes ao suicídio entre indígenas, principalmente de adolescentes e jovens adultos. E, juntamente com o projeto de extensão Escuta Bem Viver, atender de forma individual e coletiva os casos indicados pelos profissionais de saúde do Polo Base Florianópolis.

O Projeto de Extensão Escuta Bem Viver desde agosto de dois mil e vinte e três proporciona ações de promoção, prevenção e atenção em saúde mental à população indígena no contexto universitário do campus de Florianópolis da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), bem como para jovens, mulheres e pessoas indígenas moradoras das aldeias da Grande Florianópolis. Ele ocorre em diálogo com a Pró Reitoria de Ações Afirmativas e Equidade (PROAFE) da UFSC, por meio da Coordenadoria de Relações Étnico Raciais (COEMA), no que se refere às ações internas voltadas ao público da UFSC. Ao mesmo tempo, diante da demanda de cuidado em saúde mental junto às comunidades indígenas da grande Florianópolis, este projeto tem parceria com o Polo-Base Florianópolis do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Interior Sul.

Durante o ano de 2022 até os dias atuais, a Rede de Saúde Senti(mental) – Daniel Kuaray Timóteo tem acompanhado um aumento significativo nos casos de tentativa e consumação de suicídio registrados no âmbito do DSEI Interior Sul, além de um surto de ideações suicidas, quadros de depressão, ansiedade e outras formas de sofrimento psíquico que comprometem profundamente a saúde e o bem viver dos povos indígenas. Essa realidade vem sendo compreendida como de caráter “epidêmico”, conforme já alertava Morgado (1991), e se agrava diante da escassez de profissionais qualificados para a atenção psicossocial, bem como da ausência de pesquisas sistemáticas que abordem as especificidades dessa problemática (Orellana et al., 2019).

O território é o lugar de existência, segundo Macerata (2010) não existe sujeito sem um território existencial, sendo ele a base de sustentação da vida. Dessa forma, fica evidente que não é possível promover a saúde mental do corpo sem considerar a saúde do território em que esse corpo está inserido. Colocar como prioridade a saúde na forma de planejar os territórios nunca foi o foco do Estado brasileiro, tampouco é interessante para o modelo capitalista. Integrar a saúde ao planejamento territorial é um desafio repleto de contradições, pois envolve um embate direto entre a saúde global e os interesses do capital. Enquanto o processo de subjetivação da cosmovisão ocidental capitalista trata os corpos e o território como propriedade privada de usurpação, a cosmopolítica dos povos indígenas coloca a saúde no centro de suas práticas e modo de viver. Esse conflito revela a dificuldade de promover políticas que priorizem o direito à saúde do território acima das dinâmicas de especulação imobiliária e exploração dos recursos naturais, que atendem às demandas do capital.

Buscar compreender os fatores que estão envolvidos no aumento crescente das taxas de suicídio entre jovens Guarani M´bya é antes de tudo um compromisso com a ação de transformação dessa triste realidade social e um compromisso com a promoção da vida. Os dados são o reflexo de um passado de espoliação e violências que se atualiza no presente, em um cenário grave de adoecimento dos corpos- território das pessoas indígenas. Diante da complexidade da questão, fica evidente que são

muitos os aspectos que estão em jogo no acontecimento do suicídio entre jovens indígenas. Aspectos objetivos e subjetivos se entrelaçam conjuntamente, ao passo que tal problemática implica necessariamente a subjetividade e convoca práticas de cuidado e reparação comprometidas com as práticas de saúde e cosmovisão dos povos indígenas e outras práticas dissidentes do modelo hegemônico da biomedicina e psicologia.

É no seio da Terra Indígena Ynn Moroti Wherá, localizada no bairro São Miguel, município de Biguaçu (SC), que esta pesquisa tem como foco a escuta dos jovens Guarani Mbyá. Por meio de rodas de conversa iniciadas em 2023 e ainda em curso, busca-se compreender as experiências de dor e sofrimento desses jovens, bem como seus desejos, sonhos e formas de resistência frente ao desejo de morrer ou tirar a própria vida. Através da análise de dados, referências bibliográficas e o trabalho de campo junto aos jovens, a presente investigação visa refletir sobre quais os fatores que estão envolvidos no aumento da taxa de suicídio entre jovens Guarani Mbyá e como se dão as práticas de cuidado para enfrentamento da situação, no território de abrangência do Polo Base de Florianópolis do DSEI- ISUL. Em contramão às políticas de morte (Mbembe, 2018), as estratégias de cuidado tecem as tramas das políticas de vida e permitem a reprodução dela, afinal, o que está em jogo é o mundo que estamos construindo e as perspectivas de futuro para a vida no planeta.

Travessias da loucura - capturas, fugas e criações

Liora Souza Geiger (UERJ), Alice De Marchi (UERJ), Wallace Henrique Borges Machado (UERJ)

Introdução: Esse trabalho compõe parte de pesquisa de mestrado, feita no Programa de Pós Graduação em Psicologia Social da UERJ. Tem a loucura como tema de referência, pensada como uma experiência política, por vezes capturada pelas práticas manicomiais e coloniais. A intenção é a de considerarmos os atravessamentos políticos e singulares da loucura, para podermos pensá-la como a afirmação de um modo de estar no mundo, que nos convoca a outros saberes e composições com a vida, em atos de criação.

Há algumas décadas, o movimento antimanicomial brasileiro vem demonstrando que o manicômio não se restringe a uma estrutura física, e sim, desempenha uma função estratégica de aprisionamento da loucura e do sofrimento psíquico para a sociedade capitalista e colonial, se apresentando nos jogos de forças sociais e atuando macro e micro politicamente.

A manicomialização, nesse sentido, não se inicia no interior das instituições de violência, mas nos processos sociais de produção de loucura e sofrimento psíquico, ao mesmo tempo em que o manicômio é ofertado como resposta a esse sofrimento. Quando acompanhamos os processos sociais de produção do sofrimento psíquico e notamos a interseccionalidade de gênero, raça e classe nas populações institucionalizadas, evidencia-se a importância de ampliar as investigações a respeito das formações sociais que interseccionalizaram o sofrimento psíquico no Brasil. Desse modo, a colonialidade é um dispositivo de análise imprescindível para pensarmos a história da loucura. Entendemos como colonialidade a proliferação dos efeitos macro e micropolíticos da colonização: O genocídio de povos indígenas, escravização de povos negros africanos e a lógica de dominação e conquista de territórios. Nos tempos presentes, mesmo após transformações nos modos de pensar o cuidado com a loucura, e significativos fechamentos de instituições manicomiais, as populações que mais ocupam os dispositivos propostos pela Reforma Psiquiátrica, seguem sendo as populações negras, pobres e com experiências dissidentes de gênero. Nesse sentido, constata-se que a manicomialização e a colonialidade seguem atuando e se reinventando como política de morte e produção de sofrimento psíquico, o que torna fundamental criarmos modos de descolonizar a loucura.

Desse modo, pensamos a loucura como uma epistemologia; na qual cartografamos os jogos de forças que produzem discursos e práticas com, sobre e a partir dela; e que a afirmamos como modo de estar no mundo, e, sobretudo, em criar outros mundos. Uma epistemologia que se atente aos caminhos que se abrem, se fecham e se transformam nos modos de conhecer, fazer fissura, mergulhos e composições com a realidade, e que carregue os tempos, os territórios, as corporeidades nos seus caminhos.

Objetivo: Se configura como um objetivo geral desta pesquisa cartografar as relações com a loucura em territorialidades brasileiras que articulem política e modos de subjetivação, e que, considerando os atravessamentos da manicomialização, possam pensar a loucura também como modo afirmativo de estar no mundo. Desdobram-se como objetivos específicos: analisar a colonialidade e seu entrelaçamento com a manicomialização na produção de sofrimento; pensar as experiências em loucura como dispositivos epistemológicos de pesquisa e criação; apostar nas oralidades como modo de estar com a loucura através da voz, da escuta e da corporeidade; promover encontros possíveis entre política, clínica e cuidado a partir das singularidades e coletividades. Nesse sentido, os objetivos da pesquisa se relacionam ao GT indicado, na medida em que articula subjetividade, política, e criações

artísticas, tendo como referências movimentos políticos contracoloniais.

Estratégias metodológicas: Para o curso da pesquisa, trabalhamos com o método cartográfico, que considera a articulação entre política e modos de subjetivação e a inseparabilidade entre o ato de pesquisar e a transformação das dimensões de onde a pesquisa emerge. Seguimos como pistas as considerações de pesquisadoras que articulam as temáticas da colonialidade, do cuidado e da criação. São elas, nesse momento da pesquisa: Jota Mombaça, Leda Maria Martins, Frantz Fanon e Édouard Glissant

Orientação teórica:

O filósofo e poeta Édouard Glissant, propõe o conceito de Relação. Esse conceito é formulado a partir de experiências negras, marcadas pelo sequestro de seus territórios no circuito das escravizações, nas travessias pelo mar, nos navios negreiros. Experiências marcadas pela intensidade do exílio, da errância e do abismo. O autor pontua que de uma experiência absoluta de solidão, há uma partilha de um desconhecido. Essa partilha, mesmo com a dor, produz algum movimento, em direção a um outro, ou mesmo, à morte. A possibilidade do movimento é solo fértil para o que Glissant chama de Relação. Um modo de presença com o mundo, que se apresenta pelo encontro e pela partilha de povos.

Para localizar a Relação, Glissant ilustra com a ideia de rizoma, pelas formulações de Deleuze e Guattari, que criticaram a noção de raiz. O tronco da raiz se configura como central, matando o que está em volta. Já o rizoma, mantendo a ideia do enraizamento, seria uma raiz não totalitária, que se distribui em redes, na terra ou no ar, em agenciamentos e caminhos: “O pensamento do rizoma estaria no princípio daquilo que chamo de poética da Relação, segundo a qual toda a identidade se desdobra numa relação com o outro".

A poética da Relação também tem incorporado a prática da Travessia. Tanto as do mar, da morte e da escravização, como também as que fazem o corpo atravessar uma fronteira na qual ele esteja também fora de si. O ato de atravessar deixa, sempre, marcas no corpo que atravessa quanto no que é atravessado. Se trata de um movimento de toque, de mistura, de contágio, mas em que se resguardam as diferenças e as singularidades. É esse resguardo que diferencia a Relação de uma generalização absoluta e de uma homogeneização das experiências.

A artista e pensadora Jota Mombaça, tem, como uma das temáticas de pesquisa, modos possíveis de se pensar o fim de um mundo, levando em consideração todas as linhas de força que produzem o mundo como tem sido, a partir da colonialidade, da morte e da aniquilação de determinados corpos, marcados por experiências de violência de raça, de gênero e de classe.

O fim do mundo, nesse sentido, vem como uma possibilidade de produzir vida, apostando que, de um projeto mortífero da violência, não há desconstrução ou reforma, mas um fim que seja da ordem da criação, que atravesse a violência, para que das ruínas, algo possa nascer.

Afirmar essa camada da destruição, não se assemelha a um aniquilamento, nem do outro, nem de si, mas algo próximo a uma qualidade da fuga, não como um abandono total, ou prática solitária, mas uma ação, de quem deixa rastros para que mais pessoas possam fugir.

É a partir da qualidade da destruição de um mundo que violenta, viola e aniquila, que passa a ser possível se pensar o cuidado. Nesse sentido, Jota Mombaça fala que a destruição não deve vir junta de um embrutecimento, ou rigidez, mas da possibilidade de ser frágil, de se movimentar, avançar, recuar e desviar.

O cuidado, então, convida a habitar uma dimensão da fragilidade, ao mesmo tempo que considera a violência como possibilidade de ação. A autora chama de

redistribuição da violência, tendo como referência as proposições de Frantz Fanon, as práticas das fugas, das lutas, das destruições e também os modos de cuidado dos corpos sistematicamente violentados. Esse conceito propõe que não pode haver libertação se a violência não tiver suas direções de força alteradas. O que significa afirmar que a violência será praticada como modo de luta política e descolonização.

Mombaça propõe que as estratégias de descolonização nem sempre se dão pelas vias da visibilidade, sendo estas, facilmente capturáveis. Mas sim, se apresentam pela opacidade, como um modo de se desvanecer nas sombras. Glissant também afirma o direito à opacidade, como uma estratégia que escapa às capturas coloniais que fazem da linguagem uma trama transparente, tornando visível e nítido aquilo que se quer dominar. Mombaça propõe a língua bifurcada como uma língua das serpentes, que fala, ao mesmo tempo, para ouvintes diferentes, para que assim, as traduções sejam singulares. É, portanto, um modo de não ser silenciada mas não ser totalmente traduzida.

Considerações Finais: Pensando o encontro com a loucura, que se dá pela via da presença do corpo, da voz e da escuta, a oralidade é o dispositivo pelo qual os cuidados e as clínicas possíveis acontecem. A oralidade, como um dispositivo epistemológico, incorpora a memória e diferentes noções de tempo. O corpo se torna essa inscrição viva da linguagem. A oralidade, pensada juntos com Leda Maria Martins, é dispositivo cultural, criativo e político, e que constitui as epistemologias de povos negros e brasileiros. Pensar a loucura junto da oralidade, e como resistência às práticas coloniais, nos faz seguir e abrir caminhos que possam pensar a loucura como modo afirmativo de estar no mundo e práticas de criação.

GT 17: EXPERIÊNCIAS ESTÉTICAS EM CONTEXTOS DIVERSOS

Coordenação: Katia Maheirie (UFSC), Daniele Nunes Henrique Silva (UNB), Lavínia Lopes Salomão Magiolino (UNICAMP)

A capoeira e(m) seu jogo estético

Douglas Almir Tolfo Rossa (UFSC), Kátia Maheirie (UFSC)

A capoeira é uma arte-luta constituída de diversos elementos artísticos, musicais, rituais, técnicos que compõem sua performance, abrindo-se a novas possibilidades a cada vez que é realizada. Esta arte-luta surgiu no período imperial e serviu como um instrumento de luta por liberdade frente às violências físicas e simbólicas direcionadas à população negra no regime escravocrata. Mais tarde, em 1880, foi legalmente proibida em ambientes públicos até a década de 1930, e desde então ganhou popularização no Brasil e no mundo com a criação de escolas de capoeira (Reis, 1994).

No processo de composição histórica da capoeira, diversos elementos singularizam suas performances como a presença da ginga e da mandinga, malícia e malandragem que vão se entrelaçando para constituírem a esperteza, o jogo de corpo e as surpresas do jogo. Nosso objetivo neste trabalho[1] é debater de que forma a capoeira, através da ginga e da mandinga, pode produzir uma experiência estética.

Compreendemos que as características presentes na capoeira podem ajudar a deslocar sentidos lineares e estáticos da realidade para as pessoas que a experimentam, seja como praticantes ou como espectadoras. É imprescindível avançar na inteligibilidade de formas pelas quais seus diferentes fundamentos podem assumir, potencializando esta arte-luta.

Este trabalho relaciona- se com o GT 17 - Experiências estética em diferentes contextos na busca "pensar e problematizar a experiência estética [a partir do diálogo com] autores contemporâneos, trazendo diversidade e riqueza para este campo de estudo que carece de investimentos conceituais e proposições práticas e contextualizadas à realidade brasileira [...] contribuindo para melhor demarcação conceitual do campo da experiência estética por meio de um olhar às práticas institucionais diversas; formais e não-formais [...] em razão da centralidade da temática para um projeto de sociedade orientado à construção da emancipação humana e transformação social (GT 17, 2025).

O trabalho inspira-se na orientação teórica e estratégia metodológica do método da cena, a qual constitui-se em um processo que busca evidenciar conceitos em ação e as redes que se formam junto a eles, as quais redefinem padrões, modos de visibilidades, afetos e formas de interpretação na partilha do sensível (Rancière, 2013).

Desse modo, ao nos aprofundarmos nas características da capoeira, encontramos a mandinga e a ginga, como alguns de seus elementos fundamentais. Na capoeira a mandinga se apresenta de diferentes formas, tanto no campo espiritual como nas diferentes ações que compõem a roda. A mandinga pode ser lida como sapiência do corpo, como uma malemolência que embeleza o jogo e permite aplicar um golpe não previsto, de forma disfarçada, enganando a pessoa adversária. Ela também é a atmosfera de magia do/a capoeirista que tem "o corpo fechado", que traz a proteção dos Orixás (Rufino, 2019, Dias 2009).

Aliada a mandinga, temos a ginga que é o fundamento base, do qual partem os demais movimentos de esquiva e de ataque, amplificando-a. Ela possibilita experimentar

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

outras formas de transferência de peso corporal, em que se destacam os desequilíbrios, subvertendo o padrão ereto, firme, postural e normativo do ato de caminhar utilizado no cotidiano (Nascimento, 2019).

Entendemos que os elementos da ginga e da mandinga, malícia, desse modo, podem expressar um sentido estético, com potencial de modificar o campo de experiência sensível das pessoas praticantes/espectadoras. O viés estético de suspensão promovido pela ginga e a mandinga da capoeira, relaciona-se à ideia de jogo, como uma atividade sem fins definidos, que não tem qualquer proposta de tomada de poder sobre as coisas e as pessoas (Rancière, 2023).

A ginga e mandinga da capoeira podem deslocar certezas e estimular a curiosidade de revisitar o que acabou de acontecer. Elas podem provocar o corpo a recriar o momento de instabilidade sentido e abrir-se para experiências ainda não vividas. Desse modo, apostamos que a ação da ginga e da mandinga na capoeira, a compõem e a constituem como uma arte-luta. Ela pode provocar o afastamento das ligações habituais do conhecimento e do desejo, a partir de um modo de ser específico do sensível, como um sensível heterogêneo, que se constitui, material e simbolicamente, num certo tempo-espaço. Ademais, também expressa uma "identificação entre o pensamento e o não pensamento, entre o querer e o não querer, entre a atividade e a passividade" (Rancière, 2011, p. 171).

A experiência estética toca a política pois gera a "dissociação de certo corpo de experiência" (Rancière, 2012, p. 60), ao ser proposta num tempo espaço neutralizado, sendo vista por um olhar sem ligação com um sensório-motor definido ao perder sua funcionalidade. Com isso, permite a desvinculação de rede de conexões que expressa uma antecipação e um direcionamento de seus efeitos.

Dessa forma, o livre jogo estético presente na capoeira, através da ginga e na mandinga, atuam na possibilidade de reconfiguração da partilha do sensível, para as pessoas por ela afetadas, no sentido de uma abertura a novas formas de visibilidades e de novas paisagens do possível que podem produzir dissensos e alterações de seus lugares sociais.

[1] Este trabalho conta com o apoio institucional do IFRS.

REFERÊNCIAS

DIAS, Adriana Albert, 2009. A mandinga e a cultura malandra dos capoeiras (Salvador, 1910-1925). Revista de História, 1, 2, p. 53-68.

NASCIMENTO, Ricardo César Carvalho, 2019. Dialéticas da ginga: performances dos corpos subalternos em movimento. Soc. e Cult., Goiânia, v. 22, n. 2, p. 45-59, ago./dez.

RANCIÈRE, Jacques, 2023. Mal-estar na estética. Editora 34.

RANCIÈRE, Jacques, 2013. Aisthesis: Scenes from the Aesthetic Regime of Art. Ed. Verso.

RANCIÈRE, Jacques, 2012. O espectador emancipado. tradução Ivone C.Benedetti. - São Paulo : Editora WMF Martins Fontes.

RANCIÈRE, Jacques, 2011. A comunidade estética. Revista Poiésis, n. 17, p. 169-187.

RUFINO, Luiz, 2019. O que pode Elegbara? Filosofias do corpo e sabedorias de fresta. Voluntas, Santa Maria, v. 10, p. 65-82, set.

Arte, afetos e educação: uma leitura transversal entre Vigotski e Espinosa

Taís Carvalho Soares, Lavínia Lopes Salomão Magiolino (UNICAMP)

Para Vigotski (1999), a arte recolhe da vida o seu material, mas produz, acima desse material, algo que ainda não está em suas propriedades. Para Espinosa (2018), a arte, em sua essência, é ars corporis, expressão do corpo, não podendo ser confundida com suas propriedades miméticas. Para o filósofo, a potência do corpo seria sua única causa adequada e, antes de ser julgada por seus resultados, a arte estaria em um modo de fazer. Ao buscar resgatar as relações materiais imanentes dos afetos no encontro com a arte e pensar suas possíveis implicações no campo da educação a partir de um paradigma estético, esta proposta parte de uma leitura transversal de Vigotski e Espinosa, cuja obra tem sido aproximada nas últimas décadas por Zanela (Andrea), Marques (Priscila) e Silva (Daniele Nunes Henrique). Embora o vínculo entre psicologia e educação seja estreito e constitutivo, segundo Vigotski (2003), o processo do pensamento figura entre os problemas psicológicos mais difíceis e menos estudados. Nosso intuito é construir um campo de interlocução que permita pensar a afetividade não apenas como dimensão psicológica, mas como potência criadora e constituinte da experiência estética e pedagógica, conectando afeto e razão. Trata-se de uma pesquisa de pós-doutorado em processo de inicialização, que tem como objetivo avançar na discussão e refletir sobre as articulações entre os autores, especialmente em sua relação com a arte e seus possíveis desdobramentos para a educação. Vigotski é um autor moderno, um literata, muito afeito à arte, entretanto essa apropriação do autor não é tão presente na educação, em que ele circula hoje com grande interesse entre intelectuais por sua base materialista, e suas proposições são contrastadas com Piaget na questão do desenvolvimento, do pensamento e da linguagem. No campo da Educação, embora nas primeiras décadas em que sua obra chegou ao Brasil tenha havido uma apropriação mais voltada às temáticas relacionadas ao desenvolvimento e aprendizagem, até pelo contraponto à perspectiva piagetiana, a partir dos anos 2000, com a realização de estudos e publicações mais voltadas à imaginação, emoção e arte, a temática ganha relevo. Como se pode notar, por exemplo, pelo recente dossiê sobre Educação Estética (Magiolino, Silva e Maheirie, 2024). A presente pesquisa, de cunho teórico, tem como primeiro passo metodológico a identificação dos principais escritos de Vigotski sobre os afetos em sua relação com a arte, bem como suas referências a Espinosa, em diálogo com autores contemporâneos que se dedicam ao tema. Considerando que se trata de dois autores distantes no tempo e no espaço, adota-se uma perspectiva histórico-bibliográfica e analítico-conceitual. A proposta desenvolve-se por meio do diálogo entre os textos dos autores e entre a pesquisadora e suas obras, realizando um movimento de tornar-se contemporâneo a eles — no sentido de estabelecer uma compreensão atual para uma relação atemporal e intempestiva. Assim, é na própria vida que se dá aos pensamentos, outrora silenciados ou esquecidos, que se encontra a mobilização dos afetos, a expressão da diferença e a potência de transformação da realidade material. Conforme Espinosa (2018), o conhecimento é o mais potente dos afetos. Vigotski (1999) afirma que “a arte é a técnica social dos sentimentos” e que o sentimento individual, por meio da obra de arte, torna-se social, generaliza-se. Dessa forma, em consonância com Espinosa e Vigotski, buscamos construir noções comuns (Espinosa, 2018) ao lado das obras estudadas, por meio do movimento dialético do pensamento, em diálogo com pesquisadores contemporâneos. Segundo Clot (2016), o mundo social é feito de discordância criadora, de enfrentamentos em torno de objetos, de relações inacabadas. Em sua leitura de Vigotski, esse mundo não é um espaço de restrições, mas um campo possível de subversão de significações e de artefatos, e, também, de conflitos inacabados nos quais podemos tomar nosso lugar. É justamente por essa incompletude, como enfatiza Clot ao se apoiar em Vigotski, que podemos nele colocar algo nosso. Ancorados nessa compreensão, partimos de um viés analítico-poético (destrutivo-construtivo) para uma análise

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

ontológico-política dos dados da pesquisa. Segundo Vigotski, o desenvolvimento histórico dos afetos consiste fundamentalmente na alteração das conexões iniciais, que passam a surgir em nova ordem e com novas relações. O psicólogo afirma que, conforme já expressava Espinosa, o conhecimento do nosso afeto o altera, convertendo-o de um estado passivo para um ativo. Além disso, Vigotski (2003) considera que a prática é a comprovação suprema à qual cada disciplina científica é submetida. E, conforme a conhecida tese de Marx, retoma a crítica de que os filósofos apenas interpretaram o mundo, quando a tarefa é transformá-lo — o que, para o autor, envolve a autêntica história da ciência. Vigotski ainda sustenta que o caráter abstrato e inerte do conhecimento foi o máximo pecado psicológico do sistema escolástico e clássico de educação. Para Vigotski, a chave da educação estética está em inserir as reações estéticas na própria vida. Ele acreditava que a arte transforma a realidade não apenas por meio da fantasia, mas também pela elaboração concreta das coisas, objetos e situações. Conclui-se, no estágio atual da pesquisa, que a articulação entre afetos, arte e educação, a partir da interlocução entre Vigotski e Espinosa, oferece contribuições significativas para repensar práticas pedagógicas como experiências estéticas e, sobretudo, transformadoras.

Educação estético-musical: A atividade musical e a musicalidade humana na Teoria Histórico-Cultural de Vigotski

Patrícia Lima Martins Pederiva (UNB)

O trabalho situa a atividade musical e a musicalidade como educação estética, na Teoria Histórico- Cultural de Lev Semionovich Vigotski. Para tanto, discute a musicalidade humana, por meio de uma análise microgenética, que envolve a compreensão de determinado fenômeno em sua gênese, estrutura e função. Situa a musicalidade humana em sua origem animal, filogenética, em sua ontogênese e em suas transformações culturais e históricas. Reflete sobre suas estruturas e funções, buscando indicar a sua essência. (Pederiva, 2009)

Com base na essência da musicalidade humana, faz um paralelo com o lugar que a música, como atividade humana, ocupa seus lugares históricos, que determinaram, de certo modo, as nossas musicalidades. Na filogênese, resgata a nossa ancestralidade animal, demonstrando a musicalidade nos animais, na ontogênese, como a nossa musicalidade se desenvolveu a partir dos primeiros agrupamentos humanos. Na cultura, a nossa musicalidade se complexificou em cada contexto, assumindo formas diversas. Entretanto, foi aí também que ela foi restringida, principalmente pela igreja católica, que buscou delimitar quem era ou não musical, por meio de pressupostos morais que inferiam às estruturas musicais e os modos que eram expressos (Pederiva, 2009). É neste contexto que o conceito de "amusicalidade" foi inaugurado, bem como, preconceitos de ordem musical.

Por fim, localiza a educação musical como educação estética. Para isso, trata dos princípios aí envolvidos e que caracterizam uma educação estético musical, que tem como proposta, o desenvolvimento da musicalidade humana nos espaços educativos, de forma colaborativa para a expressão, criação e para a apreciação das produções musicais histórico culturalmente constituídas, de modo respeitoso, dialogal e colaborativo.

Educação estética é o modo pelo qual denominamos os processos educativos em arte, como unidade educação-arte, organizados para o desenvolvimento da dimensão artística do ser humano, que é possibilidade de todas as pessoas, e, não de apenas de alguns supostamente eleitos por essa atividade, considerando os princípios da Teoria Histórico-Cultural de Vigotski (2003).

Para Vigotski, a arte é uma necessidade humana. Nela,

Se realiza para nós essa parte da vida que surge sob a forma de estímulos no sistema nervoso, mas que não se cristaliza na atividade, porque nosso sistema nervoso percebe mais excitações que aquelas às quais pode reagir. O que acontece é que sempre existe no ser humano a superioridade das possibilidades sobre a vida, de resquícios de comportamento não realizado [...] O que permanece irrealizado em nossa vida deve ser sublimado. Para o que não se realizou na vida existem apenas duas saídas: a sublimação ou a neurose. Portanto, a arte representa, do ponto de vista psicológico, um mecanismo permanente biologicamente necessário, de eliminação das excitações não-realizadas na vida e é uma acompanhante inevitável de toda a existência humana [...] (VIGOTSKI, 2003 p 232)

Educar esteticamente pelas bases da THC, é criar condições de possibilidade para o desenvolvimento da artisticidade em uma determinada área, seja ela a música, a dança, o desenho, o teatro, a literatura, etc. Isso significa organizar o espaço educativo, (entendendo educação como todo e qualquer processo que organize o desenvolvimento humano e, portanto, igualmente os processos terapêuticos) para a vivência artística expressiva, criadora, afeto-intelectiva e sensorial dos materiais, formas e conteúdos presentes na estrutura artística em que se educa (Pederiva, 2022).

É, também, possibilitar, no exercício de uma psicológica pedagógica da educação estética. Ou seja, nos processos

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

educativos, de acordo com Pederiva (2022), organizá-los a partir da compreensão dos modos que esse ser-humano se constitui e se organiza culturalmente, para além de determinismos biológicos, intelecto-afetivamente, indivíduo-socialmente, por meio de relações colaborativas, expressivas, criadoras, pela apropriação de ferramentas e signos culturais e de atividades que promovam desenvolvimento.

Essa educação estética histórico-cultural, não espera que as pessoas educadas por ela, sejam, ou não futuros artistas profissionais. Isso deve ser uma escolha dessas pessoas. Entretanto, o direito à relação com os fenômenos artísticos, em suas mais diversas técnicas e expressões, na possibilidade de vivenciar essa dimensão da cultura em suas vidas, seja na sala de aula ou no consultório psicológico, lhes deve ser garantido, já que a arte integra a cultura humana.

A educação estética histórico-cultural, representa o início de um diálogo que, em verdade, é um projeto de vida, de estudos histórico-culturais, psicológicos, artísticos, filosóficos, biográficos, linguísticos, dentre outros, que representam o vasto campo que constitui esse campo do saber.

Espera-se que esses diálogos iniciais possam auxiliar a desconstruir visões engessadas, preconceituosas e limitadoras sobre as vivências artísticas, inspirando a explorar novas formas de educar, cuidar, viver, conviver e de se relacionar com a arte como um lugar de experimentação, muitos erros, expressão, criação, técnica, percepção, apreciação e de saber cultural.

A atividade artística é, de acordo com Pederiva (2009; 2022), para todas as pessoas que queiram dela participar. Não é uma atividade para alguns, mas, para todas e todos. A teoria histórico-cultural de Lev Semionovich Vigotski é um lugar de respeito, diferença, diversidade, exercício de potência humana, de colaboração e de corresponsabilização na vida dos seres humanos, para que possamos vivenciar as artes pelos modos que tudo o que ela representa para o desenvolvimento humano.

Referências

PEDERIVA, Patrícia Lima Martins. A atividade musical e a consciência da particularidade. Tese de Doutorado, 207 pp. Universidade de Brasília. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/4430>

PEDERIVA, Patrícia Lima Martins. Educação Estética Histórico-Cultural: conversando com estudantes e profissionais da educação e da psicologia. Em: SOUZA, Alisson (org). O desenho e a arte na Educação Infantil sob o olhar da Teoria Histórico-Cultural. CRV: Curitiba, 2022.

VIGOTSKI, Lev Semionovich. Psicologia Pedagógica. Porto Alegre: ARTMED, 2003..

Experiências estéticas e produção de sentidos de adolescentes em contextos rurais do Distrito Federal

Matheus Sousa de Macena (UNB)

As adolescências em contextos rurais no Brasil frequentemente permanecem invisíveis ou são analisadas sob uma ótica urbanocêntrica na Psicologia. É fundamental delimitar o estudo das adolescências rurais para superar lacunas teóricas e práticas, valorizando as diversas formas de ser adolescente no país. O cenário rural brasileiro é vasto e diversificado, marcado por dinâmicas próprias e uma mistura de culturas urbanas e rurais (Carneiro, 2007). Dados do IBGE de 2022 apontam que 12,6% da população brasileira vive em áreas rurais (25,6 milhões de pessoas). Apesar de sua relevância, esses contextos enfrentam desafios significativos, como a concentração de terras (1% dos proprietários detêm quase metade das terras produtivas), a escassez de oportunidades de trabalho e a marginalização das atividades agrícolas. Acesso a saúde e educação também tende a ser menor (CFP, 2019; Samper-Erice & Charão-Marques, 2017). Contudo, o meio rural é dinâmico, integrando atividades tradicionais e inovadoras, e os jovens frequentemente buscam o "melhor dos dois mundos", campo e cidade (Virgolin, 2022).

O presente estudo corresponde a um recorte de pesquisa de doutorado do autor e visa analisar os sentidos que adolescentes rurais produzem sobre suas próprias ruralidades, utilizando a mediação fílmica – a partir do filme Bacurau (2019).

A pesquisa investiga a produção de sentidos sobre as ruralidades por adolescentes que vivem em áreas rurais brasileiras, utilizando a mediação fílmica como método central. Este estudo se fundamenta na Teoria Histórico-Cultural (THC) de Vigotski, que compreende o desenvolvimento humano, incluindo a adolescência, como construído nas condições históricas e sociais. O GT 17 tem como norteador a discussão sobre a experiência estética em contextos diversos e se baseia na teoria de Vigotski (1925/1999) sobre a arte como "o social em nós" e "a técnica social das emoções", destacando sua capacidade de promover o alargamento da vivência subjetiva através da unidade entre sentimento e imaginação. A proposta do GT ressalta a importância da atividade do espectador e a potencialidade da arte para a emancipação humana e transformação social.

A THC, com base no Materialismo Histórico-Dialético, contrapõe-se a abordagens dualistas (biológicas/idealistas), buscando compreender o psiquismo humano a partir da realidade objetiva e das ações concretas de sujeitos historicamente situados (Vigotski, 1925/2024a). A THC considera o desenvolvimento humano, incluindo o psiquismo, como fundamentalmente social e cultural, mediado pela atividade e pelas relações sociais. Um conceito central é a mediação, realizada por instrumentos (ferramentas) e signos (como a linguagem) (Pino, 2003). As funções psíquicas superiores emergem das relações sociais e são internalizadas, ou convertidas, no plano subjetivo. A linguagem, em particular, estrutura o funcionamento psicológico superior, possibilitando a criação de representações simbólicas e semióticas (Vigotski, 1934/2024b).

A adolescência é vista como uma idade de transição, marcada por profundas transformações no desenvolvimento psicológico. Nela, a personalidade se forma pela passagem do social para o subjetivo, e o sujeito desenvolve autoconsciência e domínio sobre seu próprio comportamento pela regulação semiótica. Um marco fundamental dessa fase é a emergência do pensamento em conceitos. Essa nova forma de atividade intelectual, culturalmente mediada, permite ir além da

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

aparência imediata da realidade e assimilar conteúdos complexos como ciência, arte e cultura (1931/2024c).

A arte, incluindo o cinema, não é apenas um objeto, mas um processo capaz de promover a ressignificação da realidade, dos outros e de si mesmo. A mediação estética estimula a imaginação e a atividade criadora, essencial para o desenvolvimento humano e a reconfiguração das trajetórias subjetivas (Vigotski, 1925/1999; Souza & Arinelli, 2019).

A THC reconhece que cada contexto cultural, com suas particularidades sociais, econômicas e culturais (como a diversidade, mistura urbano-rural, desafios socioeconômicos do meio rural), imprime marcas específicas nas subjetividades, influenciando os modos de pensar, sentir e agir. Estudar as adolescências rurais sob essa ótica busca superar a invisibilidade e as perspectivas urbanocêntricas na Psicologia.

Entendemos a pesquisa como caminho para a transformação social e compreensão da essência da realidade. Adota-se a pesquisa-ação, que busca unir investigação e prática, intervindo de forma inovadora no processo para produzir conhecimento com e para grupos vulneráveis, como adolescentes rurais, promovendo aprendizado mútuo. Os procedimentos foram: entrevistas semiestruturadas individuais; exibição de filme; e grupos focais, mediados pela filmografia. O cinema funciona como mediação estética, capaz de promover a ressignificação da realidade e estimular a atividade criadora. Optamos por apresentar aqui os resultados referentes ao cineclube do filme Bacurau (2019), com a participação de 6 adolescentes na faixa etária de 16 a 18 anos. A pesquisa foi realizada em uma escola pública rural do Distrito Federal, com coleta de dados videogravada. A análise utiliza a abordagem microgenética (Góes, 2000).

Os participantes expressam diversos sentidos sobre o filme, refletindo sobre suas tramas e personagens. Eles discutem temas de violência, reviravoltas inesperadas na narrativa e a representação da invasão e defesa da comunidade. Há uma percepção de que as ações dos personagens refletiam comportamentos próximos aos de um jogo de videogame, destacando a forma desapegada com que os invasores tratavam a vida. Um momento em que um casal se dirige para um confronto é visto como previsível, mas a reviravolta no final gera surpresa, mostrando como as expectativas sobre a narrativa podem ser subvertidas.

Outro aspecto mencionado é a crítica social implícita no filme, com os participantes notando como a falta de estrutura e apoio na comunidade é um tema persistente, simbolizando questões atuais da sociedade. Eles também comentam sobre a violência apresentada, comparando-a a outras produções e discutindo sua adequação para diferentes idades.

Os adolescentes abordam a violência presente em sua realidade, seja através de filmes que assistem ou experiências pessoais, refletindo sobre o impacto disso em sua visão de mundo e sobre o que consideram aceitável ou não. Exemplificam uma ocorrência na escola que foi desassistida pela polícia que faz a ronda pela comunidade, comparando com o povoado fictício abordado no filme, que passou por uma situação de extermínio com o aval da administração pública. Há uma forte referência à relação com a comunidade, mostrando a importância de se sentir apoiados e seguros. Eles mencionam a necessidade de maior segurança e a falta de estrutura em suas escolas, posto de saúde e bairros. Existe uma preocupação com a educação, onde percebem que a qualidade do ensino não atende às suas necessidades e expectativas. Essa inquietação os leva a questionar o sistema educacional e a qualidade da instrução recebida.

A discussão dos participantes sobre a trama, os personagens, a violência e a crítica social implícita demonstram essa produção ativa de sentidos, indo além da mera recepção passiva. A forma como os adolescentes relacionam os temas do filme à sua própria realidade –

mencionando a falta de estrutura, a necessidade de segurança, os desafios na educação e comparando a ficção com suas experiências (como a ocorrência na escola desassistida pela polícia) – ilustra a premissa da THC de que o desenvolvimento humano é indissociável das condições históricas e sociais em que os sujeitos estão inseridos. O contexto rural, com suas particularidades e desafios, "imprime nas subjetividades suas próprias marcas, influenciando preocupações, modos de ser e formas de pensar". A discussão dos adolescentes sobre a falta de estrutura e apoio na comunidade, comparada ao povoado fictício, exemplifica como as questões do contexto rural se manifestam em suas vivências e reflexões.

A capacidade dos adolescentes de analisar criticamente a narrativa, perceber as reviravoltas e a crítica social no filme, e compará-la com a violência e as falhas estruturais em sua própria realidade, reflete o desenvolvimento do pensamento em conceitos, que permite a eles ir além da aparência imediata e compreender relações subjacentes aos fenômenos. Essa nova forma de atividade intelectual é uma marca da adolescência sob a ótica da THC. A reflexão sobre o impacto da violência em sua visão de mundo e o que consideram aceitável, bem como a preocupação com a educação e os projetos de futuro, são aspectos do desenvolvimento da autoconsciência e da formação da personalidade nesta idade de transição, em que se desenvolvem os interesses culturais superiores (Vigotski, 1931/2006).

Os filmes atuam como “produtos estéticos” (Naves & Borges, 2024, p. 354) capazes de estimular a produção de sentidos pelos adolescentes. A discussão sobre as tramas, personagens e temas do filme prova que o cinema não é apenas um passatempo, mas um processo que promove a ressignificação da realidade, dos outros e de si mesmos. Isso corrobora a escolha da arte (cinema) como uma forma de transformação social.

A forma como os adolescentes conectam os temas do filme às suas próprias vivências rurais e aos desafios específicos de seu contexto é um exemplo empírico direto da premissa da THC de que o desenvolvimento humano e a produção de subjetividade são indissociáveis das condições históricas e sociais em que os sujeitos estão inseridos. Cada contexto cultural imprime nas subjetividades suas próprias marcas, e a discussão mostra como a vivência rural reflete nas preocupações e modos de pensar desses jovens.

O nível de profundidade e conexão entre o filme e a realidade dos adolescentes alcançado na discussão valida a escolha de métodos como grupos focais mediados por filmes e a pesquisa-ação, que buscam gerar conhecimento com e para os participantes, promovendo reflexão e potencial reconfiguração de trajetórias.

Grupos Terapêuticos e Animes: Cultura enquanto transformadora

Natália Pinheiro Pires (USF), Emily Maria Barros Carvalho (Univille), Rebecca Moura de Almeida Ferreira Carvalho (PUC-Campinas)

Este trabalho tem como objetivo apresentar a experiência de dois grupos terapêuticos online voltados para adultos, idealizados pelas psicólogas autoras. O primeiro grupo foi concebido para oferecer um espaço de apreciação artística, promovendo a expressão e elaboração das emoções e sentimentos dos participantes. A obra japonesa escolhida que guiou as propostas do grupo se chama One Piece, e foi utilizada como ponto de partida para reflexões sobre a sociedade e o cotidiano. O segundo grupo, chamado Guerreiras de Sakura foi criado para aproximar e fortalecer vínculos e processos psíquicos de mulheres que tem como interesse animações e quadrinhos japoneses (animes e mangás) buscando criar um espaço de conexão, acolhimento e ressignificação. Esse trabalho busca esclarecer, de maneira objetiva, a trajetória profissional das psicólogas na criação do grupo e seus métodos de condução e reflexões a partir da escolha das expressões artísticas japonesas e as práticas em psicologia.

A ideia para os grupos partiu da observação clínica e institucional de que, embora os animes sejam expressões artísticas amplamente consumidas e representativas para uma parcela significativa da população, ainda são pouco explorados de forma séria e consistente nos campos da psicologia e da formação profissional. A proposta dos grupos “One Piece” e “Guerreiras de Sakura” emergiu, portanto, da percepção de uma lacuna: a ausência de espaços que considerem essas obras nipônicas como potenciais mediadoras simbólicas no processo de escuta e elaboração psíquica.

Os dois grupos aconteceram de forma quinzenal na modalidade online. O desenvolvimento metodológico dos grupos seguiu uma estrutura que combinou organização prévia, uso de recursos digitais e práticas de escuta ativa. A divulgação inicial ocorreu por meio de postagens no Instagram, realizadas com cerca de um mês de antecedência ao início dos encontros. Nessas publicações, foram apresentados os objetivos dos grupos, sua proposta temática, o cronograma dos encontros, frequência, horário e os conteúdos que seriam abordados, além de breves explicações sobre a fundamentação teórica subjacente. As inscrições foram feitas por meio de um formulário online (Google Forms), o que permitiu uma triagem inicial dos interessados e facilitou a organização do grupo. Em seguida, os participantes foram incluídos em um grupo de WhatsApp, canal pelo qual foram compartilhados os links de acesso às reuniões, realizadas via Google Meet, além de uma pasta no Google Drive contendo materiais complementares para aprofundamento do tema. Durante os encontros, eram propostas dinâmicas de sensibilização e reflexão, visando acessar o campo afetivo dos participantes e promover associações espontâneas entre suas vivências e os elementos simbólicos presentes nas obras japonesas discutidas.

Através da lente da psicologia histórico-cultural, pudemos observar como a prática nos dois grupos contribuiu para pensarmos uma práxis em psicologia que se aproxime dos sujeitos visando uma transformação de suas condições de vida a partir de reflexões e construções coletivas. Todos os encontros foram estruturados buscando evocar à reflexão sobre formas de superação de concepções baseadas em preconceitos, estigmas e perpetuações de exclusão social e sofrimento ético-político.

O desenvolvimento dos encontros em ambos os grupos evidenciou um aspecto central entre os participantes: a sensação de não pertencimento e a falta de acolhimento em práticas terapêuticas convencionais que, muitas

vezes, desconsideram os animes e mangás como manifestações legítimas de cultura, identidade e subjetividade. Diversos relatos apontaram experiências marcadas por preconceito e desvalorização de seus interesses, bem como a percepção de um distanciamento por parte de profissionais da saúde mental frente às especificidades de suas vivências. Isso contribuiu para a construção de um estigma em relação à psicologia, vista por muitos como uma prática que não dialoga com o indivíduo em sua totalidade.

Nesse contexto, os dois grupos configuraram-se como espaços de ressignificação e acolhimento, nos quais os participantes puderam compartilhar experiências, construir vínculos e fortalecer sua autoestima a partir do reconhecimento mútuo. A mediação pelas obras japonesas revelou-se uma ferramenta potente na facilitação de reflexões sobre questões pessoais e sociais, contribuindo para a construção de uma práxis em psicologia mais sensível às singularidades dos sujeitos e comprometida com a transformação ética e política de suas realidades.

Esses resultados nos possibilitam pensar não só na potência dos animes e mangás em práticas em psicologia, mas também sobre a ausência de discussões e abordagens sérias sobre essas expressões culturais na formação acadêmica. Observa-se uma lacuna significativa nas instituições de ensino, onde muitas vezes temas ligados à cultura japonesa são ignorados ou tratados com desdém, reforçando um possível preconceito que, em grande parte, parece derivar da falta de conhecimento ou da desvalorização de formas alternativas de expressão subjetiva. Essa resistência institucional limita o acesso a práticas mais conectadas com os referenciais culturais das novas gerações e empobrece o repertório de intervenção dos futuros profissionais.

Dessa forma, é importante que as práticas em psicologia sejam repensadas de modo a se tornarem mais inclusivas, plurais e sensíveis às linguagens contemporâneas. Isso implica fomentar, nos espaços de formação, a valorização de diferentes expressões artísticas e culturais como dispositivos legítimos de cuidado, escuta e produção de sentidos. Incorporar esse olhar nas instituições de ensino não apenas amplia as possibilidades de atuação clínica e coletiva, como também contribui para uma psicologia mais comprometida com a diversidade, a representatividade e a construção de vínculos genuínos com os sujeitos que atende.

Nesse sentido, é fundamental que as instituições de ensino em psicologia assumam o compromisso ético e político de revisar currículos, metodologias e estágios supervisionados, promovendo práticas que dialoguem com as realidades plurais da população brasileira além de uma visão superficial. Isso envolve não apenas reconhecer a existência de diferentes saberes e vínculos, mas criar espaços para que sejam articulados com o conhecimento científico, enriquecendo a formação dos futuros profissionais. Ao incentivar reflexões críticas sobre raça, gênero, classe, territorialidade, sexualidade e cultura, os cursos de psicologia podem formar profissionais mais sensíveis às desigualdades sociais e mais capacitados para promover cuidado em contextos diversos, promovendo uma psicologia que seja, de fato, plural.

Kpop e Psicologia Analítica: Análise dos Arquétipos no Processo Criativo do BTS

Dallite Ester Evangelista Gonçalves Souza (UNIFESSPA), Diego Frank Marques Cavalcante (UNIFESSPA

O propósito deste trabalho é analisar o uso dos arquétipos de Carl Jung na cronologia e composição das músicas do álbum Map Of The Soul (MOTS) dos artistas BTS, isto é, as dinâmicas do inconsciente coletivo nos processos criativos. Investigamos, detalhadamente, as músicas traduzidas do referido álbum a fim de analisar o desenvolvimento da individuação e autoconhecimento dos membros. Para isso, utilizaremos o método analítico proposto por Jung, destacando o funcionamento entre as teorias de arquétipos, como: Persona e Sombra; Anima; Jornada do Herói; Ego. Nessa perspectiva, buscamos identificar as várias nuances dos artistas, e de como a arte, em forma de música, pode expressar através da psicologia analítica, uma jornada ao amadurecimento e o desejo de se manifestar em sua totalidade. Portanto, o trabalho traz afinidades com o eixo temático: insurgências ético-estéticos- políticas: artes tecnologias e subjetivação.

Importa salientar que, o interesse pela intersecção entre arte (particularmente, a vivência e a estética), e psicologia vem ganhando maior atenção nos últimos anos. Em termos, a arte provoca curto-circuitos capazes de mergulhar os sujeitos em diferentes e amplas experiências, as quais os lança na possibilidade de outros modos de ser e estar no mundo. Visando pensar e explorar a experiência, este trabalho, assim como o proposto GT, busca se atrelar a diferentes teorias para além da Psicologia Histórico-Cultural, na expectativa de garantir maior debate sobre a temática e a articulação teórico-metodológica com outros autores contemporâneos.

Vygotsky, em “Psicologia da Arte”, defende que a arte é um tipo de conhecimento que difere do científico, pois se utiliza de vias particulares na produção do conhecimento. Enquanto o saber científico inclina-se a um padrão argumentativo, na arte, privilegia-se dos sentimentos e da imaginação a partir da dialética entre forma e conteúdo. Em nosso trabalho, o grupo BTS transforma conteúdos como a subjetivação capitalista e sua relação com suas “estrelas-mercadoria" e as teorias de Jung na “forma música”. Nessa trama, objetivam-se sentimentos e, ao mesmo tempo, desencadeiam-se processos de catarse a partir da formalização do “social em nós”.

Nessa perspectiva, acreditamos que nosso trabalho dialoga com a temática “Experiências estéticas em contextos diversos”, pois, as contribuições teóricas de Jung se atrelam aos processos criativos e abordam o desenvolvimento do sujeito a partir desses.

Outrossim, emergem enquanto processos, a individuação e autoconhecimento expressados na jornada de composição das canções, e promovem o encontro entre a teoria dos arquétipos e os artistas. BTS, é a abreviação de Bangtan Sonyeondan, que traduzido para o português significa “escoteiros à prova de balas”. É um grupo de Kpop formado por 7 integrantes: Kim Seokjin, Park Jimin, Kim Taehyung, Jeon Jungkook, Kim Namjoon, Min Yoongi, Jeon Hoseok. O Bangtan estreou em junho de 2013 e o grupo está em ascensão há 12 anos. Possuem uma carreira marcada por uma discografia de 56 álbuns, 5 turnês mundiais, e atos marcantes para o kpop como, a visita a Casa Branca em prol da conscientização do racismo contra asiáticos que teve aumento nos EUA no ano de 2022.

O grupo tem sua história marcada por eras. O álbum MOTS, que será alvo da análise, se encaixa na sexta era, denominada: Autoconhecimento e Autorreflexão, e seu título faz alusão ao livro “Jung’s Map of the Soul: An Introduction” de Murray Stein (1988), onde o autor explica que o Mapa da Alma é um mapa que descreve a psique em todas as suas dimensões. Através das análises das

canções, é possível identificar como a psicologia analítica teve seu papel na criatividade e expressão das particularidades dos artistas.

Durante nosso estudo, percebemos a relação existente entre as teorias Junguianas e o caminho criativo do Bangtan, uma vez que, desde o nome do álbum aos títulos das canções, aludem aos arquétipos conhecidos na psicologia analítica. Logo, com o intuito de identificar e compreender a escolha e uso de cada um deles, reafirmando que, há processos psíquicos que só são mobilizados quando nos deparamos com o efeito estético da obra de arte (Vendrines e Schneuwly [2024, p. 296]), nossa hipótese é voltada para como o álbum MOTS, ligado aos arquétipos do inconsciente, pode ser pensado e articulado a fim de simbolizar o processo de autoconhecimento do grupo.

Ademais, Jung aprimorou sua teoria a fim de oferecer uma alternativa às visões psicológicas de Freud e Adler, até então bastante debatidas. A psicologia analítica corresponde a uma coisa viva, palpitante, mercurial — a psique, sendo esta, um território desconhecido e a teoria de Jung, o mapa por ele criado para comunicar seu entendimento.

Em "O Homem e seus Símbolos", Jung acentua que o homem só se realiza através do conhecimento e aceitação do seu inconsciente, uma comunicação que utiliza símbolos comuns a toda a humanidade, mas sempre de maneira individual. Validando sua afirmação, Jung aprimora a ideia dos arquétipos e os define como conjuntos de imagens primordiais originadas de uma repetição progressiva de uma mesma experiência durante muitas gerações, armazenadas no inconsciente coletivo.

Segundo Jung (2016), o termo arquétipo é de origem Grega, o qual atribui o significado de imagem, símbolo ou padrão do qual todas as pessoas, objetos ou conceitos são derivados ou copiados Por isso, Jung acreditava que existiam padrões de comportamento universais fruto do inconsciente coletivo das pessoas. Assim, os arquétipos representam ensejos humanos frequentemente evidenciando profundas emoções.

Quando o inconsciente a princípio se manifesta de forma negativa ou positiva, depois de algum tempo surge a necessidade de readaptar de uma melhor forma a atitude consciente aos fatores inconscientes – aceitando o que parece ser uma "crítica" do inconsciente (para Jung a "Realização da Sombra"). A sombra não é o fator total da personalidade inconsciente: representa atributos desconhecidos ou pouco conhecidos do ego. Quando uma pessoa tenta acessar a sua sombra, ela fica consciente das tendências e impulsos que nega existirem em si mesma.

Em, Interlude: Shadow a "realização da sombra" é colocada em prática quando o cantor Yoongi externa através das letras o lado contrário do ego e precisamente, os traços de caráter que repudia em si mesmo. O artista expressa sua sombra como uma espécie de contra-pessoa que anseia por desejos que a persona não permitirá, tornando-se claro o quão desconfortável é enfrentá-la. Ademais, o compositor estabelece uma relação diretamente proporcional entre os holofotes de um artista global e sua sombra, isto é, quanto mais conhecido mundialmente, maior é o seu "eu escondido"; torna-se cada dia mais necessário se mascarar diante da sociedade. "Eu quero ser a estrela do rap, eu quero estar no topo [...] eu quero tudo pra mim, eu quero ser rico, eu quero ganhar, eu quero ser [..] Eu corro mas a sombra me persegue tão escura quanto a intensidade da luz/holofotes [...] No momento em que voo alto como desejei, minha sombra cresce naquela luz forte".

Sob esse viés, faz-se relevante a análise de Intro: Persona, que apresenta a visão do artista Kim Namjoon sobre cumprir um papel diante da sociedade que muitas vezes não condiz com seu "verdadeiro eu". Jung, inspirado no teatro romano, atrela o termo persona a máscara de um ator: o rosto que usamos para o encontro com o mundo social. Ao colocar uma máscara, o ator assumia um papel específico e uma identidade dentro do enredo que era

imposto. Isso fica claro na obra quando o cantor afirma, que tudo que lembra sobre si mesmo é o que criou para se adaptar e ser aceito. “Quem sou eu?’ é a pergunta que me fiz durante toda minha vida, a pergunta que eu, provavelmente, nunca encontrarei a resposta [...] “Alguém como eu não é bom o bastante para um chamado ou ser inspiração [...] o mundo não está interessado no meu jeito desastrado [...] Meu nome é RM, é o eu que me lembro e as pessoas conhecem. É o eu que eu mesmo criei para me expressar”

Não obstante, tem-se a representação do rompimento da persona em Dionysius. A letra faz menção à Dionísio, deus da libido, festas e bebidas. Na mitologia grega, ele era o guardião daqueles que não se sentiam parte da sociedade convencional – representava tudo que se manifestava fora do senso comum. Na obra, o grupo nos influencia a reconhecer nosso “lado Dionísio” e compreender que, são as percepções deles mesmos que alimentam o que eles fazem. “Fique bêbado como um artista maluco [...] segurando o Tirso, comendo as uvas [...] “Cante um pouco mais, beba um pouco mais, vamos renascer” [...] “O que importa se sou um idol ou um artista, vamos brindar”

Por meio de pesquisa descritiva e bibliográfica, foi possível considerar os aspectos analíticos na jornada criativa e de autoconhecimento do grupo sul-coreano BTS, que envolve o campo dos arquétipos e o inconsciente coletivo, além de, trazer reconhecimento a arte como forma de ser, estar e se manifestar no mundo. Os resultados da pesquisa demonstram que o conceito de Persona, Ego e Sombra, e sua sustentação na Tipologia Junguiana subsidiaram os trabalhos no álbum Map Of The Soul, na medida em que construíram e expressaram sua arte pautada nas contribuições da psicologia analítica complexa/junguiana.

"Larguem minha fantasia, deixem-me mostrar meu Carnaval": a música como experiência coletiva

Maria Izabel de Castro Monteiro Forte (UFRN), Kátia Maheirie (UFRN/UFSC), Ana Karenina de Melo Arraes Amorim (UFRN)

Introdução: no carnaval de 1989, o Grêmio Recreativo Escola de Samba Beija-Flor de Nilópolis estreou um desfile idealizado por Joãosinho Trinta, convidando os marginalizados para brincar na avenida. O enredo “Ratos e Urubus, Larguem Minha Fantasia" trouxe em sua abertura uma imensa ala de componentes fantasiados de mendigos e rendeu o vice-campeonato à escola. “Atenção mendigos, desocupados, pivetes, meretrizes, loucos, profetas, esfomeados e povo de rua: tirem dos lixos deste imenso país restos de luxos... Façam suas fantasias e venham participar deste grandioso ‘bal masqué’” eram os dizeres estampados em um dos carros alegóricos que, junto ao refrão “Vibra meu povo / Embala o corpo / A loucura é geral / Larguem minha fantasia, que agonia / Deixem-me mostrar meu carnaval / Firme, belo perfil / Alegria e manifestação / Eis a Beija-Flor tão linda / Derramando na avenida / Frutos da imaginação”, entoado por Neguinho da Beija-Flor, consolidava o grito dos excluídos.

Inicio o trabalho comparando o desfile supracitado com o meu primeiro encontro com o Centro de Convivência e Cultura (CECCO) de Natal. Era 18 de maio, Dia Nacional da Luta Antimanicomial e eles haviam organizado um cortejo pelo centro da cidade. Nele, conheci algumas das pessoas que mudaram minha trajetória na Psicologia e me fizeram passar a frequentar o CECCO, inicialmente como voluntária, depois como estagiária e hoje, fazendo desse lugar meu campo de pesquisa.

O dispositivo compõe a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) da cidade, é aberto à toda população e composto por espaços híbridos voltados para sociabilidade, produção cultural e intervenção na cidade. Ele conta com uma equipe multiprofissional de colaboradores vindos de outros trabalhos da RAPS, artistas voluntários, estudantes e professores que realizam diversas oficinas, dentre elas: dança, percussão, poesia, artesanato, teatro e música. Também são desenvolvidas atividades programadas que buscam ampliar a ocupação de espaços e inserção dos convivas - como são chamados os frequentadores do CECCO.

Foi fácil enxergar semelhanças entre o coletivo e meu desfile carnavalesco favorito, principalmente, porque nos dois há um convite à inclusão social por meio da arte, seja pela exuberância dos carros alegóricos ou pelas obras espalhadas por todo espaço ocupado pelos convivas. Em ambos, a música, por sua vez, tem papel fundamental. Se por um lado o refrão do samba-enredo falava em derramar os frutos da imaginação na avenida, por outro, as rodas de música do CECCO trazem consigo o espaço de vazão para a imaginação dos convivas. Parte daí meu interesse pela música enquanto objeto de pesquisa. Pretendo acompanhar esses movimentos, sabendo que, embora sejam contextos com gente sorrindo e muitas cores, a alegria contrasta com outros sentimentos e afetações. E é essa multiplicidade de afetações que almejo visibilizar ao realizar a pesquisa. Afinal, não se faz festa porque a vida é boa, mas pela razão inversa (Simas, 2021).

A arte é o social em nós e, se o seu efeito se processa em um indivíduo isolado, isto não significa que suas raízes sejam individuais. A refundição das emoções realiza-se por força de um sentimento social que foi objetivado, levado para fora de nós, materializado e fixado nos objetos externos, que se tornaram instrumentos da sociedade (Vigotski, 1999), o que pode ser observado nesse exercício coletivo de escolher, compor, cantar e tocar músicas desempenhado pelos convivas. Para Arndt (2015), fazer música em comunidade é apostar que o engajamento coletivo supera uma formatação individualista do social e assim o transforma. É

compreender que há ali cultura, música, voz, sonoridade. É reconhecer que os modos de existir não são estáticos.

E consciente de que, conforme apontado pela autora, trabalhar com música em comunidade não é uma ação que pretende "levar cultura", "salvar das drogas", propiciar momentos prazerosos ou ocupar idosos ociosos como forma de evitar quadros depressivos na senilidade, tenho escutado atentamente os sons e os diálogos produzidos em grupo, a fim de interrogar o que pode a música como experiência coletiva no CECCO de Natal.

Objetivos: diante do exposto,o objetivo geral é investigar a potência da música como experiência coletiva no CECCO de Natal. Para isso, tenho testemunhado as rodas de música do CECCO; a fim de questionar se e como essa experiência contribui para o aumento da potência de ação dos convivas; e identificar se tal experiência constrói e/ou fortalece laços coletivos entre os convivas.

Método: a música é um objeto complexo, portanto é necessário cuidado para que o conhecimento produzido sobre ela não seja algo dicotomizado "em que objetividade/subjetividade, emoção/razão, singular/universal, local/global, público/privado, não sejam mais antagônicos e possam ser compreendidos como realidade concreta e dialética desta produção humana, necessariamente inserida num determinado contexto sócio-cultural" (Maheirie, 2001, p. 9). Portanto, durante a elaboração desse trabalho, dialogo com outros campos de estudo como a Psicologia da Arte. Ademais, me inspiro nos conceitos de afetividade e potência para Espinosa e o método da cena de Jacques Rancière.

No CECCO, os(as) sujeitos(as) e artistas principais são os(as) convivas e são eles(as) que estão presentes nas cenas a serem construídas em combinação com outros múltiplos elementos teóricos e artísticos. A primeira etapa do projeto consiste no estudo realizado em áreas que contemplem as temáticas aqui abordadas. No entanto, reforço que esse é um trabalho construído na observação de uma prática executada por pessoas cujas opiniões e ideias são tão importantes quanto às de quem o elabora.

Por isso, me faço presente no CECCO durante as rodas de música que acontecem semanalmente nas sextas-feiras pela manhã para escutar e questionar a respeito do que se constrói a partir daquela experiência e qual a potência da música nesse contexto.

Resultados e implicações: segundo Arndt (2015, p. 149-150), a música em um contexto social comunitário "pode ser uma constante aposta no encontro como mais uma possibilidade para o aumento da potência de existir dos sujeitos".

Nesse sentido, enquanto pesquisadora, almejei tomar para mim o trabalho das cenas tecendo-as por meio de múltiplos elementos, palavras, pessoas, histórias, imagens, letras e melodias. E espero estar conseguindo expressar complexos que contemplem as conexões entre fragmentos, permitam a atribuição de sentido àqueles leitores que tiverem acesso à leitura e respondam o que pode a roda de música no Centro de Convivência e Cultura de Natal.

Palavras-chave: CECCO, Psicologia Histórico-Cultural, Roda de música, experiência musical

REFERÊNCIAS

Arndt, A. D. (2015). "Mas, nós vamos compor?": roda de música como experiência coletiva em um CRAS da região metropolitana de Curitiba. 2015. 196 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Maheirie, K. (2001). Sete mares numa ilha: a mediação do trabalho acústico na construção da identidade coletiva. 2001. 203 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Simas, L. A. (2019). O Corpo Encantado das Ruas. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 175 p.

Vigotski, L. S. (1999). Psicologia da Arte. São Paulo: Martins Fontes. 377 p.

Oficina sobre Deficiências Visíveis e Invisíveis: Uma Experiência Anticapacitista com Crianças do Projeto Sementes de Kafe em Pacatuba/CE

Maria Vittoria Nogueira Araújo

Este trabalho tem como objetivo relatar a experiência de realização de uma oficina com crianças integrantes do Projeto Sementes de Kafe, tendo como temática central as deficiências visíveis e invisíveis e a promoção de uma consciência anticapacitista. Alinhado ao eixo temático do Grupo de Trabalho "Psicologia Social, Deficiência e Anticapacitismo: desafios ético-políticos para a emancipação social" do 23º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social (ENABRAPSO), este relato se ancora nos Estudos da Deficiência (Disability Studies), propondo uma compreensão contra-hegemônica da deficiência como categoria constitutiva da subjetividade e atravessada por outros marcadores sociais, como gênero, classe, raça e geração.

O Projeto Semente de Kafé é uma associação de capoeira fundada em 2019 com a proposta de oferecer arte, cultura e esporte para crianças e jovens residentes em Pacatuba-CE. Atuando em interface com equipamentos públicos como o Centro de Artes e Esportes Unificados (CEU) e o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), o projeto acolhe crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, promovendo o acesso às práticas educativas e ao fortalecimento de vínculos comunitários. Foi nesse contexto que fui convidada por uma amiga e parceira de trabalho para realizar uma oficina voltada às crianças do projeto e de comunidades do entorno do CEU.

A oficina teve como principal objetivo estimular reflexões sobre as diferenças corporais e subjetivas, com ênfase na valorização da diversidade funcional e na desconstrução de estigmas associados às deficiências. Para tanto, a atividade foi estruturada em três momentos principais: a contação de história, uma dinâmica sensorial e um debate final mediado por perguntas.

Na primeira parte, a contação de história foi do livro "Liz e seus amigos: o poder da inclusão" (2021) de Daniel Brandão e Thiago Krening. Esta obra, produzida pelo Governo do Estado do Ceará, traz narrativas infantis que tematizam a inclusão e o respeito às diferenças. A história serviu como disparador para reflexões sobre como cada criança possui suas próprias habilidades e formas de experiência do mundo.

Na sequência, foi realizada a dinâmica a qual nomeei "Caixa dos Sentidos", com o objetivo de favorecer a empatia em relação às pessoas com deficiência visual. Utilizei uma caixa com objetos de diferentes texturas, temperaturas e formas, como esponjas, brinquedos, colheres e pedras. As crianças colocavam a mão na caixa sem olhar e eram estimuladas a descrever o que sentiam, respondendo perguntas como "É mole ou duro?", "Tem cheiro?", "O que você acha que é?". Essa experiência promoveu a ativação de outros sentidos e a vivência de um mundo sensorial ampliado, estimulando a confiança e a percepção do corpo como ferramenta de comunicação com o mundo.

Encerrando a oficina, realizei um debate com as crianças a partir de perguntas como: "Vocês conhecem alguém com deficiência?", "Como podemos ajudar essa pessoa a participar das atividades com a gente?", "O que vocês acharam de não enxergar o objeto?". As respostas foram marcadas por empatia, reconhecimento da importância da inclusão e partilha de vivências pessoais, como a de conviver com familiares ou colegas com deficiência. As crianças demonstraram capacidade de observar e nomear diferenças com sensibilidade, revelando a potência das infâncias na construção de um mundo mais justo.

A experiência reforçou a urgência de inserirmos o debate sobre capacitismo em contextos educativos informais e comunitários. Além disso, a oficina mostrou como é possível produzir práticas psicológicas socialmente comprometidas com a emancipação humana, a partir de perspectivas interseccionais e anticapacitistas. Tal compreensão está em consonância com os Estudos da Deficiência (Disability Studies), que apontam a necessidade de romper com o modelo biomédico e compreender a deficiência como resultado da interação entre impedimentos corporais e barreiras sociais.

A partir desse relato, defende-se que a Psicologia Social brasileira deve assumir um posicionamento ético-político firme diante das múltiplas formas de opressão que atravessam a vida de pessoas com deficiência, promovendo espaços concretos para o debate e a prática da inclusão em suas diversas dimensões. Isso implica reconhecer que a exclusão dessas pessoas não é apenas resultado de barreiras físicas, mas também simbólicas, afetivas e institucionais, que operam cotidianamente nas relações sociais. É necessário pensar uma inclusão que não se restrinja ao âmbito institucional, mas que também seja afetiva, cotidiana e sustentada por vínculos e práticas coletivas. As infâncias, nesse processo, revelam-se como territórios sensíveis e potentes para escutar e acolher as diferenças. Nelas reside a possibilidade de construção de práticas mais horizontais, cuidadosas e inventivas.

Assim, oficinas como esta podem se tornar ferramentas pedagógicas e clínico-políticas de formação para uma psicologia anticapacitista, sensível à pluralidade dos modos de existir e com a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Além disso, essas experiências formativas permitem que psicólogos(as) em formação possam repensar sua prática para além dos manuais e das teorias hegemônicas, desenvolvendo um olhar atento às dinâmicas de poder que atravessam os corpos e os territórios. Formar-se em Psicologia, nesse contexto, é também formar-se para o enfrentamento das desigualdades e para a defesa de uma vida mais digna e plural para todos. As oficinas, então, não são apenas intervenções pontuais, mas dispositivos potentes de escuta, de invenção e de resistência às lógicas excludentes.

Por fim, insistir na construção de uma Psicologia anticapacitista é também afirmar o compromisso com uma prática que valoriza a vida em todas as suas formas, que reconhece a complexidade dos sujeitos e que se recusa a reduzir a existência à lógica da produtividade, da eficiência ou da normalização. É acreditar que a inclusão é uma tarefa coletiva e cotidiana, que começa nos pequenos gestos e se sustenta na escuta, no cuidado e no desejo de construir um mundo em que todas as formas de vida possam existir.

Oficinas estéticas na Chico: tensionando relações étnico raciais e de gênero via produções artísticas

Bianca Leslie Moreira Silva (UFSC), André Luiz Strappazzon (UFSC), Carolina Alves Luengo (UFSC), Edno Pires de Oliveira Junior (UFSC), Gabriela Lucas da Luz (UFSC), Jennifer Elizabeth Vieira (UFSC), Leonara Justo Model (UFSC), Letícia Ruiz Câmara Schmidt (UFSC), Maria Fernanda da Silva Piucco (UFSC)

Pretendemos discutir este resumo no 23º ENABRAPSO, com objetivo de apresentar o projeto de intervenção 'Oficinas estéticas na Chico: tensionando relações étnico raciais e de gênero via produções artísticas', que será implementado nos próximos meses, e discutir os resultados alcançados. A proposta busca problematizar a interseção entre arte e psicologia social, destacando como essa relação pode ampliar os processos de subjetivação e das relações sociais, possibilitando composições éticas, estéticas e políticas. Através da mediação e criação estética, pretende-se tensionar modelos hegemônicos de existência, ampliando as referências e modos de ser, incentivando a autonomia, a emancipação e promovendo a arte como forma de resistência e produção da própria vida. Apostamos na intrínseca relação entre arte e vida como propulsora de transformações sociais. Este trabalho tem potencial para gerar impactos na produção dos campos da psicologia social e da arte, assim como dos sujeitos, coletivos e instituições que dialogam com estas áreas em contextos diversos.

A proposta de intervenção se insere no âmbito do projeto de extensão "Escuta coração da Chico: Intervenções psicossociais na comunidade Chico Mendes", desenvolvido desde 2017 em parceria entre o Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina e o Instituto Gerações da Chico (IGC) em Florianópolis (SC). O Instituto é uma organização social do terceiro setor que atende cerca de 60 crianças e adolescentes em um território marcado por inúmeras violações de direitos, onde a atuação do Estado, que deveria proteger e garantir os direitos sociais dos cidadãos da comunidade, é fortemente marcada pela violência armada. O IGC oferece um espaço socioeducativo que visa ampliar as experiências e possibilidades de existência das crianças da comunidade. Ao longo dos trabalhos grupais e acompanhamentos individuais no projeto "Escuta Coração da Chico", foram observadas e vivenciadas inúmeras situações de tensão e violências atravessadas por problemáticas que envolvem, principalmente, questões étnico raciais e de gênero interseccionados com outros marcadores sociais da diferença. Tais tensões emergem do confronto com modelos universais de existência que insistem em se colocar como hegemônicos, pautados na branquitude, cisgeneridade, heterossexualidade e em determinados ideais de classe, produzindo violências em suas distintas facetas. Exemplos vivenciados no cotidiano da comunidade e do IGC, ilustram a persistência dessas problemáticas e a introjeção dos modelos hegemônicos, como por exemplo, na busca pelo "lápis cor de pele" universalmente associado ao branco ou no ato simbólico de pintar a própria pele preta com corretivo branco, levantando o questionamento sobre o que há "em sua pele para ser corrigida".

Partimos da perspectiva que articula arte e a psicologia, sobretudo a psicologia social. Inspirados por Vigotski (1998), compreendemos a relação íntima entre a constituição do psiquismo humano e a arte, que atua na mediação entre os processos sociais e a constituição do sujeito. Para este autor, a arte é a técnica social do sentimento, o social em nós, produtora de sentidos e transformadora de afetos e emoções, possuindo uma

natureza transformadora que amplia a capacidade do sujeito de entender a realidade e a si mesmo. A arte permite um deslocamento da realidade material para a produção de algo novo, transmutando o percebido e carregando, assim, vieses éticos, estéticos e políticos. Adotamos a visão de Sawaia (2006), que vincula arte e vida em um plano ontológico, entendendo que a arte não é um mero adereço, mas produz vida, sujeitos e relações, criando corpos subjetividades audíveis, visíveis e palpáveis onde a vida se vê diminuída em seus modos de existir. Neste sentido, a arte qualifica a intervenção da psicologia em contexto comunitário, fornecendo um eixo norteador para procedimentos metodológicos que articulam as relações étnico raciais e de gênero. Conforme a análise de Costa, Zanella e Fonseca (p. 610, 2016) sobre a interface entre psicologia social e arte, nossa proposta se alinha aos modos onde a arte é vista como recurso metodológico e estratégico para provocar acontecimentos em contextos de intervenção, implicada na constituição do sujeito e das relações e, na própria concepção de psicologia social, predominando a perspectiva de arte como forma de resistência, reafirmando o compromisso da psicologia com outras possibilidades de existência, promovendo rupturas e desvios às lógicas dominantes, sendo a resistência "a principal operação da arte tomada como ferramenta na vida".

A partir desta fundamentação, a proposta "Oficinas Estéticas a Chico: tensionando relações étnico raciais e de gênero via produções artísticas", objetiva a criação de duas oficinas estéticas, uma para crianças e outra para adolescentes, destinadas a trabalhar a fruição e criação artística na interface com temáticas pertinentes à vida destas pessoas em contexto comunitário. O foco está nos atravessamentos produzidos pelas relações étnico raciais e de gênero, mas mantendo abertura para demandas emergentes do campo. O objetivo geral é oferecer oficinas estéticas mediadas por linguagens artísticas variadas, com foco nessas relações. Especificamente, buscamos possibilitar a fruição e criação estética amparadas na reflexão sobre obras de artistas que tensionam modelos hegemônicos. Além disso, almejamos produzir lugares de positividade que referenciam a negritude e a feminilidade, e oportunizar aos estudantes, bolsistas/extensionistas e estagiárias formação artística, acadêmica e capacitação na mediação de grupos reflexivos e estéticos, pautados em pressupostos da psicologia social e comunitária.

A metodologia baseia-se na criação de duas oficinas estéticas semanais, com até 12 vagas por oficina e duração de três horas, oferecendo contato com diferentes linguagens artísticas como pintura, colagem, fotografia, olaria, artes urbanas, esculturas, instalação e música. As oficinas utilizarão propostas de dinâmicas grupais e atividades estéticas como dispositivo de reflexão e produção artística. A estrutura básica de cada oficina inclui a apresentação de obras e biografias de artistas cujas produções tensionam modelos hegemônicos, seguida de um tema afetivo-reflexivo gerador. Busca-se revisar o caráter político das obras selecionadas, que abordam as violências decorrentes do colonialismo, racismo, patriarcado e outras características do sujeito universal. Após a apresentação e discussão, será construída coletivamente uma "nuvem de palavras" com símbolos e aspectos das obras e trajetórias das artistas. As/os participantes serão então incentivadas/os a realizar uma composição artística, utilizando o conteúdo da discussão, suas subjetividades e as referências técnicas das obras. Ao final de cada encontro, serão realizadas rodas de partilha sobre a experiência.

Pretendemos iniciar com seis oficinas baseadas em obras e temáticas pré-selecionadas de artistas como Rosana Paulino, Ana das Carrancas, Janice Mascarenhas, Tay Nascimento, Monique Cavalcanti (Gugie), Tercília dos Santos, Dandara Manoela e Cores de Aidê. Estas artistas foram escolhidas por traduzir a realidade mediante suas narrativas, representando positivamente corpos, territórios, cultura, ancestralidade, memórias, resistência e poéticas negras e femininas. As temáticas incluem, o Corpo (refletindo sobre ancestralidade, diáspora e racismo

científico a partir de Rosana Paulino), Estética (problematizando padrões de beleza e autoimagem com Ana das Carrancas e Janice Mascarenhas), Território (discutindo pertencimento e invisibilidade imposta aos corpos de mulheres e pessoas negras a partir das fotografias de Tay Nascimento e grafites de Monique Cavalcanti), Memória (explorando lembranças da infância/juventude com Tercília dos Santos) e Musicalidade (fortalecendo a identidade racial e grupal com Dandara Manoela e Cores de Aidê). As/os extensionistas, atuando em dupla, serão responsáveis pela coordenação e mediação, adaptando a metodologia e linguagem para cada grupo etário. A pesquisa e estudo das linguagens artísticas, obras e biografias pelos bolsistas são parte integrante da metodologia.

Esperamos que as oficinas estéticas proporcionem um espaço seguro de expressão e escuta qualificada para as/os participantes, especialmente diante de tensões étnico raciais e de gênero. Acreditamos que a mediação artística contribuirá para o fortalecimento dos vínculos grupais e comunitários, o aumento do interesse pelas linguagens artísticas e, fundamentalmente, para o tensionamento das discussões sobre as relações sociais da diferença. Almejamos que as/os participantes, ao se envolverem com o fazer artístico e as artistas selecionadas, reconheçam sua capacidade criativa, seu direito ao acesso à arte e outras referências de subjetivação além dos modelos hegemônicos. Esperamos contribuir para ganhos de autonomia e emancipação, que significam a força para agir sobre condições de existência e transformar-se, aspectos considerados ontológicos e relevantes para a qualidade de vida.

Para a equipe de estudantes, o projeto oferece uma oportunidade de formação artística, cultural e profissional, capacitando-as/os na mediação de processos grupais e no conhecimento da interface entre arte e psicologia social em contexto comunitário. Acreditamos que a convivência com as especificidades culturais e modos de vida em comunidades vulnerabilizadas será enriquecedora para a prática da psicologia e o exercício da cidadania. Ressaltamos que este processo é de mão dupla, esperando que o encontro com a comunidade Chico Mendes e suas crianças e adolescentes também promova a desterritorialização e transformação da equipe, tensionando imaginários sobre o que "falta ao outro" (Moraes, Vieira e Strappazzon, 2024), forjando composições que envolvem a todas/os na criação da diferença em processos de resistência. Assim, apostamos na viabilidade da fruição e criação artística como elementos fundamentais para processos psicossociais que visam ganhos em qualidade de vida, saúde mental, autonomia, cidadania e emancipação.

Performances Cênicas, experiências estéticas e escrevivências com estudantes na EJA

Sueli de Fátima Caetano Coppi (UNESP), Debora Cristina Fonseca (UNESP), Mariana Cunico da Silva, (UNESP), Juliana Maria Luccas Duarte Eigenheer (UNESP)

Nos processos provocativos de tecer as memórias de nossas existências, insere-se a proposta desta comunicação. Parte de uma pesquisa em andamento que tem como objetivo construir e analisar processos educacionais ancorados na Escrevivência com as juventudes na EJA e na socioeducação. Nesse sentido, pelos fios de escrevivências (Evaristo, 2006) e pelos pressupostos da pesquisa trans-formação (Magalhães, Aguiar, 2022), deu-se início o desenrolar dos trilhos das primeiras linhas do percurso investigativo. Importante colocar que a pesquisa-transformação Alicerçada pelo materialismo histórico e dialético procura revelar a realidade em sua essência, na medida em que se propõe ser uma investigação transformadora e crítica, com a intencionalidade de contribuir com a criação de mediações por meio de ações formativas. A pesquisa está sendo realizada em um município do interior do Estado de São Paulo (Brasil), tendo como lócus 04 escolas municipais de Educação de Jovens e Adultos e um Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), que, por sua vez, tem a responsabilidade pelo atendimento socioeducativo municipal. Os/as participantes desse movimento analítico são compostos pelas equipes gestoras das unidades escolares, pelos(as) profissionais do CREAS, pelas(os) estudantes da EJA e por jovens em cumprimento de medida socioeducativa. Nesse espaço de comunicação, iremos focar nossos olhares observadores para duas rodas de conversas (dois encontros), que foram tecidas pelos fios da performance cênica e das experiências estéticas. Fios estes que constituíram a força pulsante para a conexão entre as pessoas envolvidas no contexto investigativo, bem como mediação impulsionadora para se atingir as memórias-vidas que passaram a estabelecer relações entre contexto cênico e estético apresentados com suas próprias vivências, conversas e reflexões que perpassam pelas linhas da subjetividade e da expressão da coletividade. Cabe colocar que as rodas com essas propostas foram realizadas nas 04 escolas de EJA com um intervalo de 15 dias entre os encontros. Nesse processo, para o primeiro encontro do grupo em pesquisa trans-formação construímos uma performance tendo como base o conto “Maria” (Evaristo, 2014). Performance que possibilitou uma convers(ação) potente com os/as estudantes da EJA, que reconheceram seus respectivos contextos nas palavras-corpos em encen(ação), nomeando e expressando violências perversas e estruturais que interseccionalmente atingem seus corpos-vidas cotidianamente. Em uma segunda roda de conversa, provocamos as discussões e ações por meio de vídeo (trajetória de Conceição Evaristo), imagens da escritora e ao centro da roda de conversa à vista de todos(as) um ferro de passar roupas à brasa, uma panela de barro, vários utensílios de cerâmica, carreteis com linhas, agulhas e tapetes feitos de crochê. Nesse ambiente, olhares curiosos prestavam atenção no vídeo conectando-se simultaneamente a Evaristo e ao espaço estético que gritava lembranças em seus ouvidos fazendo estremecer as nervuras de seus corpos. Esse movimento de mediação, possibilitou adentrar à realidade das vidas-memórias envolvidas na arte-ação. Após as discussões iniciais, foi apresentado ao grupo tecidos recortados em formatos retangulares juntamente com canetinhas, tintas guache, pinceis, agulhas e linhas com os quais o grupo derramou suas memórias no tecido ofertado. Dentre poucos minutos as mãos envolvidas e olhares atentos tingiam os tecidos com lugares marcantes da infância, palavras que representavam força, fé e esperança de vida, paisagens,

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

pessoas e gestos que apontavam encontros de memórias, que fizeram pensar e repensar as existências dos participantes. Nesse mesmo movimento, os tecido-memórias foram sendo costurados uns aos outros, pelas próprias mãos do grupo, que cuidadosamente foram entrelaçando os fios-vidas em estética de colcha de retalhos que afetavam as memórias da coletividade em trans-formação. Adentrar analiticamente nesses primeiros encontros que inauguraram o processo de investigação, permite-nos perceber a potência de um processo marcado por subjetivações, por partilhas de vidas e para reflexões significativas no que concerne às demarcações, delimitações e opressões que historicamente apagam e silenciam memórias em nossa sociedade, o que perpassou pelas múltiplas formas de desigualdade, pelo machismo, pelo racismo e muitas outras formas de aniquilamentos sociais, construindo um percurso de de(s)colonização, pois abriu possibilidades para (re)conhecer os processos históricos da colonização, resgatando conhecimentos e culturas ancestrais, que violentamente sofreram com processos de epistemicídio, buscando ainda estratégias de resistências e de (re)existências, ou seja, novos modos de existir, que ultrapassem as demarcações e os ditames coloniais. Em vista disso, provocar o registro dessas memórias em um ato de escrevivência, torna-se subversivo em nossa história nacional que insiste em colonizar e subalternizar vidas aos moldes nefastos do capital. Aspectos que dialogam permanentemente com o eixo temático 13: Insurgências ético-estético-políticas: artes, tecnologias e subjetivação e com o GT 07: Arte, processos de subjetivação e práticas de Resistências Contracoloniais, na medida em que por meio da performance cênica e dos contextos estéticos, buscou-se estabelecer mediações provocativas que impulsionaram os sujeitos(as) em um movimento de entendimento de si e da historicidade que os envolve de modo crítico e subversivo, provocando fissuras no modelo político, econômico e social vigente, em uma expressiva ação de contracolonização. Nesse sentido, todo esse processo de trans-formação percorre nos fios de uma psicologia social comprometida com a emancipação de todos os modos de existências por meio da coletividade, envolvendo-se e comprometendo-se com todas as formas de vida.

Poesia slam, estética, política: a urgência de sujeitos desidentificados para uma enunciação coletiva emancipatória

Olga Maria Hawes F. de Oliveira (UFRN), Kátia Maheirie (UFRN/UFSC)

Desde os anos 1990, eclode no Brasil o movimento da literatura periférica, caracterizado pelo protagonismo de artistas vindos das periferias urbanas como uma resposta às segregações nas cidades modernas. Dentre as diversas manifestações do movimento, a modalidade da poesia slam conquista cada vez mais adeptos. As batalhas regradas de poesia têm se espalhado pelo mundo inteiro, transformando a cena literária anteriormente encerrada às elites, através da inserção de perfis sociais diversos em seu núcleo. Na cidade de Natal/RN, os slams vêm ganhando visibilidade desde 2019, em um cenário político-cultural marcado pelas heranças do colonialismo e coronelismo instaurado desde o período de capitania hereditária no Rio Grande do Norte. A pesquisa aqui relatada se deu nesse contexto, com o objetivo de investigar as experiências estéticas de poetas periféricos em sua relação com o político na cidade. Intencionamos, na comunicação, expor parte desta investigação maior, a partir da análise do slam na chave do conceito de subjetivação política, de Jacques Rancière. Assim, nos perguntamos: como podem ser compreendidos os processos de subjetivação dentre as pessoas (artistas e público) que fazem parte do slam? O que uma manifestação artística como esta pode nos ensinar acerca das atuais disputas do político?

Visando a resolução das questões, os procedimentos utilizados foram a participação observante nos eventos de slam, e a realização de entrevistas com slammasters, organizadores do movimento na cidade. As entrevistas foram transcritas, bem como as falas relatadas na íntegra, e as compreensões mobilizadas durante a fase empírica registradas por meio de diário de campo da pesquisadora principal. O esforço metodológico, inspirado pelo método da igualdade rancieriano, consiste em elaborar cenas polêmicas, caracterizadas como descritivas e ficcionais, no contexto da experiência com o slam, evidenciando embates entre lógicas discursivas. A inserção no GT se deve à proposta de uma articulação contemporânea entre as questões da estética, política e das disputas no campo político. Entendemos que a inspiração teórico-metodológica abordada pode trazer luz a desafios que enfrentamos na atualidade, como o da construção de uma coalizão em direção a um projeto popular e verdadeiramente democrático. Apostamos nos processos de subjetivação mobilizados pelas artes como vias para imaginação de futuros outros, dissensuais e coletivos.

Teoricamente, o campo político, que compreendemos a partir das elaborações rancierianas como campo de batalha discursivo entre lógicas policiais e políticas, pressupõe um fundamento organizador das relações sociais, a que o autor denominou partilha do sensível. Remetendo à filosofia política aristotélica, a proposta do franco-argelino de uma distribuição comum do sensível determinada a priori é compreendida tanto no sentido de divisão em partes exclusivas para cada, como em um comum partilhado, consensuado e consumido pelas pessoas em sociedades. Nesse sentido, a partilha está sempre fundada em relações de poder, e estas são, também, relações estéticas. Assim, o conceito de estética nomeia a distribuição que contingencia a experiência na realidade social, fundamentando determinada inteligibilidade, audibilidade, visibilidade. Isto é, a política tem sempre uma dimensão estética. Já o contrário, afirma o autor, não é verdadeiro: a estética nem sempre é política. Há uma tendência de manutenção e naturalização da configuração estética normativa que mantém um partilhar não litigioso na distribuição hierárquica de lugares e funções. A esta tendência, Rancière denomina a polícia.

Nesta perspectiva, a dominação não aconteceria de maneira hierarquizada, sobre os desiguais, em uma proposta estruturalista que se impõe como viés ideológico às massas passíveis de manipulação. Do contrário, é um movimento horizontal, ratificado em práticas cotidianas partilhadas e consensuadas nas relações entre os corpos, e institucionalizadas a partir de produções subjetivas.

Estes mesmos corpos, argumentamos, podem então configurar o tempo-espaço da emancipação. Se neles se imprime o dano, é através do deslocamento destes de seu posto de origem na partilha que se efetua o respectivo movimento emancipatório, a política: ato polêmico, conflituoso e contingente que verifica a igualdade entre todos os seres falantes. Emancipar a vida, descrever o processo de subjetivação política, assim, trata-se de buscar este corpo onde ele apresenta seu deslocamento e verifica a igualdade. Para Rancière, o teatro e a escrita são lócus privilegiados, por se constituírem como regimes de indeterminação das identidades. Ao suspender relações hierárquicas, propõem um regime estético, desinteressado, para a política, constituindo modos mais democráticos de nos relacionarmos. Neste contexto, o sujeito central e político da teoria ranceriana configura um sujeito inédito que apresenta propostas de desidentificação com as normas predispostas da partilha e, na incapacidade de uma identidade totalizada, enseja sempre um lastro de alteridade contínuo.

Percorrer a historicidade da poesia slam permitiu evidenciar uma característica na cena: a antropofagia periférica. Como um dos elementos do movimento de literatura periférica incorporado às batalhas de poesia, implica em um ato de deglutição e regurgitação do território material e afetivo das periferias que imprime nestes espaços algo de novo. Intervenções como a semana de arte moderna das periferias de 2007, inspirada na semana de arte moderna de 1922, propuseram, em diálogo com a apropriação do Brasil para o Brasil, a retomada da periferia para ela mesma. O movimento alusivo à vanguarda dos anos 20, propôs que a periferia não precisasse deslocar-se de seu território, saberes ou modos de vida para reivindicar, neste espaço, a melhoria da qualidade de vida e habitação dentre seus moradores. A proposta de uma antropofagia periférica é a de que a vivência cotidiana dos becos e favelas urbanos sirva de inspiração para a criatividade que transforma este mesmo território.

A produção autoral de artistas advindos das favelas propõe que estes espaços anteriormente associados pela mídia à violência, tornem-se lugares de contágio cultural e partilha de denúncia das violências institucionais infringidas aos seus moradores. As batalhas da vida cotidiana são deslocadas, desta forma, para as batalhas dos palcos, entre artistas, público e poemas, fundando um espaço de celebração. A experiência estética significa, então, a ampliação de um campo de possibilidades: não mais o constrangimento da natureza ou da história, mas a possibilidade da performance mobilizar alianças afetivas orientadas pelo cuidado.

O aparecer de um espaço-tempo da performance mobilizado nas periferias pela noite de slam, pôde ser compreendido, então, como um processo de subjetivação eminentemente político. Isto porque tais espaços são capazes de produzir, entre artistas e espectadores, movimentos de desidentificação, inaugurando modos de enunciação coletiva que abrem fissuras na norma. Também apelidado de “teatro hip-hop", a “vingança” na conquista da autoria performática é precisamente a possibilidade contingencial de, durante os três minutos de declamação do poema, poder ser muitas, enquanto aquilo que se instituiu universal/hegemônico permanece o mesmo.

O efeito “slam”, como na onomatopeia inglesa para algo que impacta e chacoalha, remete a uma tomada de palavra momentânea, insurgente por seus minutos de performance. Após isto, restam apenas os seus efeitos. Em parte para a artista que, agora ouvida pelo outro, objetivada no mundo, conclui o ciclo de criação, inserindo

um novo objeto no real e modificando-o. Em parte para o espectador que, após a escuta, já não é mais o mesmo. No espaço-tempo do slam, no corpo-a-corpo com o mundo mobilizado pela performance que enlaça emissor e receptor, o real é ficcionado, questionado, impondo uma fissura simbólica: não se retorna ao real após o escape para a contingencialidade da ficção. Os encontros nas batalhas, desta posta, se constituem únicos, em performances que noite após noite se fazem irrepetíveis, e realocam a relação artista-público no lugar do entre: entre atividade e passividade, entre o eu e o outro, extraordinário e cotidiano, público e privado, possível e impossível, entre contadores de histórias e tradutores. Neste movimento, funda-se então a comunidade estética, aquela que ratifica, na distância entre dois seres falantes, a igualdade das inteligências.

No ano de 2025, as políticas econômicas neoliberais cada vez mais se alinham com as pautas identitárias conservadoras, associando geração de lucro à hegemonia e exterminação da diferença. Esse outro da lógica colonial, o corpo feminizado, racializado, empobrecido, bem como as práticas culturais associadas a esses corpos são cada vez mais policiadas. Prova disso pode ser observada no discurso de posse do presidente recentemente eleito dos Estados Unidos, que contou com o nacionalismo, e a extinção da população migrante, especialmente latino-americana, como carros chefes da pauta.

Esses discursos têm como um comum atribuírem a selvageria e desordem a uma população, em oposição à imagem de racionalidade e contenção dessa outra, a elite embranquecida, que poderia então ter ver e voz na arena política. A poética das periferias, pode-se concluir, tem como uma das armas a essa subalternização, uma coalizão maquinada pela afecção. O slam permite, assim, o encontro com a alteridade: exercício de deslocar corpos, identidades, espaços, promover identificações e desidentificações constantes. O poema, como experiência estética de aparecimento, faz ver o que não era visto, sentir e experienciar, no corpo, o que não nos foi destinado a priori. Este exercício nomeamos subjetivação política, e é dessa forma que a arte assume um papel contingencial na expansão das possibilidades para os corpos. Se pensarmos nos desafios políticos dos próximos anos, talvez precisemos justamente inaugurar novos corpos, tempos e espaços, em favor de um comum mais igualitário.

Tecer o incômodo: arte e racialidade como práticas de resistência na formação universitária

Thamila Cristina dos Santos da Silva (professora curso de psicologia FLF), ALEXSANDRA MARIA SOUSA SILVA (UEVA), VANESSA MARIANO CARVALHO (FLF), MARIA LETÍCIA VASCONCELOS SOUSA SIMÃO (FLF)

Este trabalho tem como objetivo analisar criticamente os processos de compreensão dos estudantes sobre questões étnico-raciais, tal como se expressam nas práticas educacionais e nos espaços de poder institucional. Trata-se de um relato de experiência desenvolvido a partir de uma atividade interdisciplinar proposta nas disciplinas de Psicologia Social II e Psicologia Educacional II, no curso de Psicologia da Faculdade Luciano Feijão (FLF), em Sobral, Ceará. A intervenção consistiu na ocupação simbólica de um espaço de circulação da instituição, por meio de uma ação visual e interativa, com o objetivo de provocar reflexões sobre o racismo, a branquitude e a presença da negritude no ensino superior.

Inspirada por uma pedagogia crítica e por epistemologias antirracistas, conforme as contribuições de Paulo Freire, Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez e Cida Bento a proposta surgiu da inquietação de estudantes negras frente ao apagamento das questões raciais no cotidiano acadêmico e à predominância de um currículo branco, tanto nas referências teóricas quanto na composição do corpo docente e discente. O incômodo gerado por essa ausência levou à criação de uma atividade denominada “Escurecendo as ideias”, que utilizou um tecido preto estendido sobre a parede de uma área comum da faculdade. Sobre ele, foi escrita a pergunta: “Como esta parede preta te impacta?”. Ao lado, foram disponibilizados pincéis e tintas para que estudantes e demais pessoas da comunidade acadêmica pudessem expressar livremente seus sentimentos, reações e reflexões diante da proposta.

A análise dos dados coletados, composta por registros escritos no tecido, observações das reações dos transeuntes e relatos em diários de campo, foi realizada a partir da análise de discurso, com base em referenciais da Psicologia Social Crítica e da Psicologia da Educação, especialmente nas contribuições de Cida Bento, Lia Vainer Schucman e Iray Carone, que discutem os efeitos do racismo estrutural e da branquitude na constituição das subjetividades, nas instituições e nas práticas de poder. O estudo buscou compreender como o racismo estrutural se manifesta de forma velada nos ambientes universitários e como ações simbólicas, ainda que simples em sua forma, podem desestabilizar pactos de silêncio que sustentam privilégios racializados. Os resultados evidenciaram a força do pacto da branquitude, conceito desenvolvido por Cida Bento (2022), como um dos principais dispositivos de manutenção da exclusão racial nas instituições de ensino.

Apesar da aparente simplicidade da proposta, a intervenção gerou reações diversas: desde o desinteresse e a reprodução de discursos meritocráticos até manifestações explícitas de incômodo e incitações reflexivas sobre o racismo. Inicialmente, os registros feitos pelos estudantes foram marcados por escritas desconectadas da proposta, nomes próprios, marcas de curso, desenhos, revelando um certo esvaziamento simbólico e um distanciamento da questão racial. Foi apenas com o passar do tempo, especialmente no turno da noite, que os registros passaram a abordar mais diretamente o racismo, a branquitude e as violências simbólicas presentes na universidade. Essa mudança sugere que o contato mais próximo com o campo da Psicologia contribuiu para aprofundar o engajamento com a temática, embora também tenha revelado limitações na formação crítica de parte do corpo discente.

A intervenção também evidenciou a resistência de alguns sujeitos em dialogar com a racialidade, especialmente entre estudantes de cursos tradicionalmente mais distantes das discussões sobre relações étnico-raciais. Mesmo entre estudantes do próprio curso de Psicologia, houve reações de desconforto diante da proposta, revelando o quanto o racismo, mesmo velado, ainda mobiliza afetos defensivos e formas de silenciamento institucional. As observações demonstraram que o incômodo gerado pela presença do "pano preto", em contraste com o predomínio da arquitetura branca, materializou simbolicamente tensões que atravessam o cotidiano acadêmico e escancarou a fragilidade do compromisso institucional com práticas antirracistas efetivas.

Para além da denúncia, a intervenção também provocou mobilizações posteriores. No semestre seguinte, foi criado o MUDAR: Movimento Universitário Dialogando Assuntos Raciais, uma iniciativa estudantil autônoma voltada à construção de espaços de escuta, troca e articulação de ações antirracistas na faculdade. O grupo organizou encontros abertos, debates e atividades para além do Dia da Consciência Negra, demonstrando que a ação performativa e pedagógica realizada anteriormente teve desdobramentos concretos e instituintes. A criação do MUDAR é uma expressão da potência das práticas de resistência no interior da formação universitária e da possibilidade de inscrever outros modos de ser, existir e pensar a Psicologia no Brasil. Sua atuação contínua revela que espaços como esse não apenas fazem emergir o debate, mas sustentam trajetórias coletivas que tensionam a lógica excludente das instituições.

Ao refletir sobre o racismo institucional a partir de uma experiência estética, política e educativa, o trabalho contribui com a ampliação do debate sobre o papel das universidades na produção e reprodução de desigualdades raciais. Também evidencia a necessidade de práticas pedagógicas que não apenas incluam a diversidade étnico-racial como conteúdo curricular, mas que a tomem como ponto de partida para a produção de conhecimento. A ação narrada se articula às lutas por uma Psicologia antirracista, comprometida com as epistemologias negras, indígenas e populares, e atenta aos atravessamentos de poder que estruturam a vida acadêmica. Nesse contexto, torna-se urgente o compromisso ético com a transformação das estruturas universitárias e com a valorização das vozes que historicamente foram silenciadas.

Este relato reafirma o compromisso ético e político da Psicologia Social com os enfrentamentos ao racismo estrutural, valorizando as estratégias micropolíticas que emergem da escuta das experiências e da ação coletiva. Ao trazer para o centro do debate o incômodo como potência, o texto propõe uma leitura da arte como gesto insurgente e da formação universitária como campo de disputa por sentidos, lugares e saberes. Nesse contexto, escurecer as ideias é também iluminar outras possibilidades de existência e resistência no espaço acadêmico.

Palavras-chave: Questões étnico-raciais; Formação universitária; Racismo estrutural; Branquitude; Psicologia Social Crítica; Intervenção estética antirracista.

Territórios da infância: oficinas estéticas com crianças do Monte Verde

Yasmin Pereira Sotéro (UFSC), Isadora Silva Rodrigues (UFSC), Luna Dal Farra da Silva (UFSC), Tatiana Minchoni (UFSC), Caroline Andrade Vignardi (UFSC)

Este trabalho objetiva relatar a experiência da realização de oficinas estéticas com crianças do território Monte Verde, as quais são parte de um projeto mais amplo intitulado "Território de Afetos: memórias do Monte Verde", realizado no âmbito do Núcleo de Pesquisa em Práticas Sociais, Estética e Política (NUPRA), da Universidade Federal de Santa Catarina, cujo objetivo geral é recontar a história do território do Monte Verde com base nas memórias das pessoas moradoras. Compreendemos as crianças, como sujeitas históricas, que elaboram o mundo, suas experiências e relações a seu modo, e que também constroem essa memória individual e coletiva do/no território. Partimos também da compreensão que as oficinas estéticas são atividades criadoras que promovem o vislumbre do futuro a partir da modificação do presente, que proporcionam um espaço de livre expressão artística, promovendo a cidadania e direito das crianças em seus locais de trânsito dentro do território. O bairro Monte Verde fica localizado no centro-norte de Florianópolis e é considerado um bairro novo, embora seja historicamente disputado em termos políticos e territoriais. Assim como outros espaços da cidade, também sofre com as consequências da gentrificação da capital, o que modifica diretamente os modos de experimentação e de produção de si e das relações locais. Considerando que a relação afetiva com o território pode favorecer, ou não, vínculos comunitários, diante dos quais é possível construir relações de cuidado e de defesa da comunidade e do espaço, compreendemos que a afetividade (no sentido espinosano) se relaciona com o sentimento de pertencimento e de identidade que as pessoas desenvolvem na relação com o território onde vivem. Nesse sentido, o projeto visa resgatar, pela via do afeto e da memória, as conexões identitárias que as crianças moradoras do Monte Verde desenvolveram – e desenvolvem – com o território onde vivem mesmo diante das inúmeras e compulsórias transformações socioespaciais impostas ao espaço. Compreendemos que as crianças criam narrativas, saberes, memórias e sentimentos, sendo figuras fundamentais na construção do território. Nesse sentido, as oficinas propostas pelo projeto Território de Afetos visam se aproximar das experiências das crianças com o e no território e coletivizar esses saberes e experiências que podem conduzir às lutas pelo direito ao lazer e à cidadania, entendendo que a atividade criadora nas infâncias é uma potência ética, estética e política de intervenção na comunidade. A partir daí encontramos sentido em dialogar o Grupo de Trabalho (GT) intitulado "Experiências estéticas em contextos diversos" na medida em que encontramos aproximações teóricas sobre as quais pretendemos apresentar o que é possível criar, na prática, a partir da experiência com as crianças do território. Tal qual é apresentado pelo GT, entendemos sob a luz de Vigotski a arte como essa potencialidade de redimensionar os sentidos, de promover alterações naquilo que foi colocado e, especificamente, em relação ao propósito deste projeto de extensão, é o modo pelo qual encontramos de recontar a história do Monte Verde com as crianças, tirando do lugar de verdade aquilo que é produzido verticalmente sobre o bairro e produzindo uma outra memória daquele território a partir das crianças que vivem nele. Diante desse cenário, o projeto tem como alicerces teóricos a Psicologia Social Crítica e a Psicologia Histórico-Cultural, tendo como enfoque a intersecção entre arte, infâncias, memória, coletividades e território. Numa proposta interdisciplinar, partimos da compreensão de território do geógrafo Milton Santos, cujo conceito vem da apropriação do espaço pelas pessoas, um espaço que não é meramente paisagem ou pano de fundo da atividade humana, mas que é o chão

onde é possível a existência, o chão experimentado, vivido e usado para a composição relacional das pessoas entre elas e com este espaço. Já na psicologia, com as contribuições de Vigotski acerca da imaginação e da criação na infância, compreendemos que as experimentações estéticas são modos de ampliação da imaginação em seu potencial criativo e que, a partir delas, é possível a criação de outros mundos, ou seja, a possibilidade de enxergar outros modos de viver para além daquele que está posto. Seguindo os passos desse autor, a arte não distrai, ela abre caminhos onde é possível se deparar com as necessidades elevadas, de beleza e de cidadania, e não apenas sobreviver às condições básicas da existência humana. Isto é, um horizonte para a transformação da realidade. Dialogando com Bader Sawaia, também acreditamos que não se pode pensar a autonomia e a emancipação social sem a compreensão do sujeito da estética, da imaginação e da experiência afetiva. Para Andrea Zanella, a riqueza estética da arte está na possibilidade de ampliação dos sentidos que ela promove, de modo a inquietar quem a observa, tirando-o da posição de admirador passivo, e colocando-o como produtor de significado a partir dos diálogos que são possíveis com cada um. Nesse sentido, oficinas estéticas são capazes de promover a manifestação das narrativas, saberes e sentimentos das crianças, por meio das quais têm a possibilidade de reinterpretar o mundo e imaginar realidades outras. Por isso, os processos de criação também fortalecem a conexão das pessoas, entre si e com o ambiente, potencializando vínculos afetivos e a produção de sentidos sobre o território. Diante desse enlace teórico e epistemológico entre infâncias, território, memória e subjetividade, e entendendo a arte como a expressão humana fundamental para todas as pessoas, pretendemos, como estratégia metodológica, compor oficinas estéticas para trabalhar com as crianças que moram no Monte Verde. Encontramos nessa metodologia um dispositivo tensionador e transformador, visto que a criação artística carrega uma potência que possibilita posicionar-se em relação à vida e ao mundo de outras formas. Logo, dada a força com que os processos de criação se manifestam na infância, a atividade criadora emerge como um possível ampliador do curso do desenvolvimento. Nesse contexto, objetivamos propor uma oficina de fotografia com as crianças, como forma de instigar outras lentes do território e das relações que nele se concretizam. A proposta é solicitar às crianças que fotografem com câmeras de celular, autorizado por pessoas cuidadoras, os lugares do território que mais gostem e menos gostem. Tais imagens serão elementos disparadores de reflexões acerca das relações que as crianças estabelecem no e com o lugar em que vivem, de modo que possamos conhecer os lugares da infância que constituem o território do Monte Verde. Desse modo, a experiência fotográfica, para além de um meio de expressão, será utilizada para viabilizar posteriores discussões e reflexões, além de possibilitar o conhecimento dos territórios da infância. Assim, são agenciados outros modos de compreensão da realidade à medida que a fotografia propicia a produção de sentidos acerca do fotografar e daquilo que é fotografado, produzindo narrativas e dando outros sentidos ao que já estava posto como verdade, de modo a vislumbrar alternativas e atrever realidades outras. Vale destacar que este é um projeto em andamento, de modo que não há resultados e conclusões a serem previamente apresentados aqui, mas pretendemos apresentar no GT possibilidades de reverberações das experiências de oficinas estéticas com crianças no contexto do projeto que acumularemos ao longo do ano. Entendemos que a arte pode instigar a liberdade, por meio da qualidade educativa e técnica das emoções, e promover mudanças pessoais e sociais na medida em que a experimentação estética tem o potencial de mover e reorganizar sentimentos e vontades. A arte como esse fundamento da imaginação, que é um processo psicológico complexo, e que se constrói a partir de relações espacialmente localizadas, é uma obra aberta que se completa em cada pessoa ao seu modo, e cujos sentidos podem ser elaborados e compartilhados a partir das oficinas que serão feitas em coletivo e em

diálogo com a forma com que o espaço é usado por crianças e como as memórias no território são construídas por elas. Sendo assim, orientadas pela emancipação humana e pela transformação social, buscamos trocar experiências neste GT e contribuir para a demarcação conceitual do campo da estética e da experiência estética a partir de nossas práticas com as infâncias no território.

Violências escolares e/no cinema: uma curadoria inicial

Claudio Marcio Nunes da Mata (UEA), Arthur Ribeiro Costa e Silva (UEA), Rony Iglecio Leite de Andrade (UEA), Sebastião Rocha de Sousa (UEA)

A presente proposta de comunicação é derivada do projeto de pesquisa Violências escolares e/no cinema: captando vozes estudantis, financiado pelo Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC) da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM). O projeto pretende, por meio de sessões de filmes selecionados, colher e analisar depoimentos e discursos de estudantes de ensino médio da rede pública estadual de Tabatinga acerca das várias manifestações das violências escolares, a partir da classificação de Bernard Charlot, que estabelece como categorias a violência na escola, contra a escola e da escola. Charlot (2002) aborda a história da violência escolar e suas diversas manifestações atuais, como violência física, verbal e simbólica. Ele também enfatiza as causas e consequências desse fenômeno nas instituições educacionais, destacando a relevância de observar a relação entre a violência e o processo de ensino-aprendizagem, além de considerar questões sociais mais amplas, como desigualdade e dominação. Aportes conceituais da análise do discurso e da psicologia socio-histórica também sustentam o arcabouço teórico deste trabalho. A proposta se dá na esteira do debate sobre o direito humano de acesso à arte e ao cinema como "bem incompressível" nos termos de Antonio Candido, para quem "são bens incompressíveis não apenas os que asseguram a sobrevivência física em níveis decentes, mas os que garantem a integridade espiritual". Trabalhamos também a partir das reflexões acerca da linguagem cinematográfica de Marília Franco, para quem o espectador de um filme, "imerso nesse mar de estímulos sensoriais que vivificam a história contada, (...) se deixa conduzir por um conjunto de emoções, experimentando uma verdadeira 'vivência virtual' em torno da aventura cinematográfica oferecida. Na dinâmica imediata após a projeção, há um impulso de prolongar essas sensações/emoções individuais em situações socializantes como debates ou descrições daquilo que acabou de ser visto". Esta comunicação se propõe a apresentar os resultados iniciais da curadoria realizada para seleção das obras cinematográficas a serem utilizadas nas sessões, que obedeceu aos seguintes parâmetros de classificação: presença de situações de violência escolar na sinopse do filme; diversidade de procedências e escolas, buscando-se um acervo de filmes que representem culturas e estilos diversos; relevância artística do filme, indicada por meio de premiações e avaliações positivas no circuito artístico internacional. A partir desses critérios, os primeiros filmes selecionados foram Sementes da violência (EUA, Richard Brooks, 1955) e Entre os muros da escola (França, Laurent Cantet, 2008). Apresentamos análises críticas iniciais sobre as obras e perspectivas de diálogo com os estudantes de ensino médio a partir delas, destacando dois aspectos. O primeiro é a iconoclastia constitutiva do fenômeno da violência escolar, que é expressa nos filmes das seguintes formas: de maneira sutil em Entre os muros da escola, pelas intervenções e protestos dos alunos aos conteúdos e exemplos utilizados pelo professor, em que eles associam livremente uma palavra com outra parecida ou apontam uma forma verbal que está em desuso ou só é falada por "burgueses", o que é reforçado pela alternância ágil que ocorre na imagem entre rosto e busto de professor e alunos, acentuando a oposição entre eles e construindo o efeito de que não estamos diante de uma sala de aula, mas de uma arena de debate, de um palco de luta; e de maneira explícita em Sementes da violência, especialmente na cena em que um dos alunos líderes da insubordinação da turma quebra os discos preferidos de um professor que costumava utilizá-los em aulas. O segundo aspecto destacado é a presença da família como

um símbolo de exclusão e estigmatização, expressa nos filmes da seguinte forma: em Entre os muros da escola, na personagem da mãe do aluno Souleymane, que, convocada à escola para o conselho disciplinar, em uma sala na qual mãe e filho são os dois únicos negros, se expressa apenas em sua língua africana, sabendo em francês apenas o vocativo monsieurs et madames, que usa para se dirigir respeitosamente aos professores. Essa disparidade linguística quebra a dramaticidade das cenas em que é mostrada, já que, apesar da firmeza de seu tom, não entendemos o que a mãe de Souleymane fala, e ele precisa traduzir, o que faz em um tom totalmente inverso, lânguido e sem ênfase alguma. A expressão tão dessemelhante entre mãe e filho é fundamental para revelar que, por mais que haja a possibilidade da tradução, não há comunicação possível entre a mãe de Souleymane e a escola. A presença da mãe, que deveria representar uma garantia de ampla defesa para o aluno, torna-se um fator a mais de constrangimento para ele. Já em Sementes da violência, o símbolo do estigma familiar aparece nas menções à relação do aluno Gregory Miller com o irmão que, trabalhador em uma oficina de carros, oferece ao irmão um horizonte de sobrevivência pelo trabalho, em oposição ao crescimento pessoal e social pelo estudo, enfatizado pelo professor Richard Dadier. O trabalho tem relação explícita com o Grupo de Trabalho Experiência Estética em Contextos Diversos devido a este assumir a centralidade do espectador e dos afetos movimentados pelas obras artísticas em torno dele, visando a observar criticamente as práticas institucionais em direção à transformação social e à construção de uma cidadania emancipatória. Na presente proposta, buscamos um tratamento crítico dos filmes que aponte para diálogos com a subjetividade dos estudantes envolvidos na pesquisa, visando a mobilizar os indivíduos para a compreensão e o enfrentamento das violências escolares.

GT 18: EXPERIMENTAÇÕES DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS: GÊNERO, SEXUALIDADE E PRÁTICAS DE CUIDADO

Coordenação: Anacely Guimarães Costa (UNESP), Luísa Escher Furtado (Revista Brejeiras), Breno de Oliveira Ferreira (UFAM)

Às margens do sistema: redução de danos como ética do cuidado

Liliane Trindade de Oliveira (Faculdade Uninassau Natal), Carolina Carvalho Dias (UFRN)

A redução de danos (RD), embora prevista nas políticas públicas do SUS e respaldada por produções científicas, ainda ocupa um lugar às margens da atuação cotidiana nos serviços públicos de saúde mental e assistência social. Entre o discurso institucional que sustenta o cuidado em liberdade e o respeito à autonomia e as práticas concretas que se observam cotidianamente nas instituições, há um abismo. Em nossa trajetória no coletivo RD Potiguar, que atua no Rio Grande do Norte desde 2023 temos experimentado as contradições dessa distância, não como um dado abstrato, mas como algo que atravessa os corpos, os vínculos e os silêncios das políticas públicas.

A atuação do coletivo se dá majoritariamente em festas privadas, onde realizamos acolhimento de crises, testagem de substâncias (drug checking) e infostands voltados à psicoeducação. Essas práticas se fundamentam em uma ética que não se ancora na abstinência nem na punição, mas no vínculo, na escuta e na não moralização, conforme discutem Beserra (2021) e Martins, Valente e Pires (2015). Ao tentar transpor essa experiência para o âmbito institucional, enfrentamos barreiras não apenas logísticas, mas morais. Nos poucos serviços onde encontramos aberturas para ações, a presença do coletivo foi permitida apenas de forma pontual, sem financiamento, apoio político ou continuidade.

Essa assimetria entre o que é possível construir nas margens e o que é barrado nas instituições nos provoca uma pergunta: por que práticas de cuidado mais próximas da realidade e da autonomia são mais viáveis em festas privadas do que em espaços públicos? O problema não é a falta de diretrizes — a RD está prevista em documentos como a Política Nacional sobre Drogas —, mas a ausência de vontade política, abertura instituição, e os meios para efetivá-la. A formação em psicologia, serviço social, medicina e enfermagem ainda é atravessada por uma lógica proibicionista e higienista, que restringe a escuta e nega o vínculo como ferramenta terapêutica.

A RD não é apenas um conjunto de técnicas; é uma ética que desloca o foco da substância para o sujeito, recusando os paradigmas higienistas e a patologização dos corpos dissidentes. Ela rompe com a ideia da droga como vírus a ser erradicado, e compreende o uso como prática social atravessada por desigualdades, desejos e estratégias de sobrevivência. Ao invés de tratar o usuário como alguém a ser corrigido, aposta na construção de vínculos que respeitem seus contextos e decisões. Como afirma Beserra (2021), a RD é antes de tudo uma prática de reconhecimento da diferença: uma aposta política nos modos de vida não normativos.

Nas festas, essa ética encontra espaço. Mesmo em contextos marcados por recortes de classe, o vínculo baseado na confiança se mostra possível. A testagem de substâncias, por exemplo, não é apenas uma ação técnica: é um gesto de cuidado que reconhece o risco imposto pela criminalização e pela adulteração. Nesses momentos, o cuidado não se dá por protocolo, mas pela escuta e pela confiança mútua. E é justamente por não partirem da

proibição que essas práticas produzem saúde. O contraste com as instituições é evidente: onde deveria haver acolhimento, instala-se o julgamento; onde poderia haver encontro, impõe-se o distanciamento técnico. A consequência é o rompimento do vínculo — o mesmo vínculo que, paradoxalmente, é exigido como critério para adesão aos tratamentos.

Nossa metodologia se ancora na sistematização de experiências vividas em ações diretas, estágios supervisionados e registros de campo, articuladas a uma revisão teórica que questiona os limites das práticas tradicionais. Também nos apoiamos em documentos como o relatório da UNODC (2024) e da OBID (2025), que mostram como as políticas de drogas operam de forma seletiva, atingindo com maior violência corpos negros, pobres, dissidentes. A resistência à RD, nesse sentido, não é técnica, é política. Ela desafia os pilares de uma ordem moral e racializada que organiza o que pode ou não ser cuidado, quem pode ser escutado e quem é descartável.

A experiência do RD Potiguar tem demonstrado que, mesmo diante da precariedade estrutural, é possível construir cuidado nas brechas deixadas pelas instituições. Cada espaço que se abre — mesmo que por insistência, e não por convite — sustenta uma aposta política na escuta, na diferença e no não julgamento. Essa prática não nasce de manuais, mas de um compromisso radical com a dignidade e com a vida. O cuidado que o SUS promete como universal, muitas vezes só se realiza nas margens: nas festas, nos coletivos, nos becos da política pública. É ali, onde o cuidado não é regulado por códigos e carimbos, que a autonomia se torna possível.

A redução de danos não é uma "estratégia alternativa". É uma prática de desobediência. Uma recusa à lógica da abstinência compulsória e da medicalização em série. Uma crítica encarnada às instituições que insistem em domesticar os corpos, moralizar os afetos e higienizar os vínculos. Defender a RD, portanto, não é apenas falar de drogas. É afirmar que outras formas de cuidado e de vida são possíveis, mesmo quando o Estado insiste em ignorá-las.

Reconhecer a RD como ética do cuidado implica entender que escutar, vincular-se e respeitar não são concessões, mas fundamentos. As experiências que emergem nos interstícios do sistema mostram que a saúde não é um privilégio outorgado por saberes técnicos, mas algo que se constrói no encontro. A pergunta que se impõe não é "como ampliar o acesso aos serviços?", mas "que formas de cuidado queremos sustentar?". O que está em disputa, portanto, não é apenas um modelo de atenção, mas o próprio sentido de cuidado.

Conexões e desafios contemporâneos nas políticas de saúde mental das comunidades terapêuticas no Brasil e na Itália: o que pode-se aprender?

Michela Ruta (PUCSP)

Desde a imigração do XIX e XX século, o Brasil e a Itália tecem relações interculturais que se encontram na legislação e aplicação das leis. A partir dos movimentos antimanicomiais dos anos 1970s, com a visita de Franco Basaglia no Brasil, os dois países também apresentam caminhos cruzados no que concerne ao cuidado da saúde mental e à questão da desinstitucionalização psiquiátrica que culminaram com o desenvolvimento das reformas psiquiátricas que reorientaram o modelo assistencial em saúde mental (Leis 180 e 833/1978 na Itália; Lei 10.216/2001 no Brasil). Pergunta-se, então, como os dois países lideram com a questão das residências terapêuticas, voltadas às pessoas em sofrimento mental ligado ao uso de álcool e drogas. O objetivo desta pesquisa é comparar os marcos legais e as diretrizes que regulamentam as comunidades terapêuticas (CTs) no Brasil e na Itália, com a finalidade de pensar sobre o que os dois países podem aprender um com o outro. O trabalho justifica-se no reforço de colaborações internacionais para uma ampliação do olhar sobre a saúde mental na contemporaneidade. As instituições psiquiátricas nascem como modelos de controle, exclusão e marginalização social de determinados segmentos da população (Foucault, 1969; Basaglia, 1979; Cunha, 1985). Basaglia (1979), ao longo da sua carreira, propôs uma crítica radical à psiquiatria tradicional, que via como instrumento um dispositivo de afastamento social com a finalidade do reforço de estruturas capitalistas e foco na classe trabalhadora. Assim, na visão do psiquiatra italiano, o sofrimento psíquico não poderia ser compreendido fora das complexas redes de relações sociais, políticas e econômicas. Da mesma forma, Lane (1984), afirmava que o sofrimento psíquico está diretamente vinculado às condições materiais de existência e às contradições do cotidiano das classes populares. Para Lane, a Psicologia Social está inserida em relações sociais, históricas e políticas, sendo que a sua função não visa adaptar sujeitos a estruturas opressoras, mas sim promover sua transformação. Isso dialoga diretamente com ambas visões de Basaglia e Delgado, os quais entendiam que o cuidado da saúde mental deveria ser realizado em liberdade, dentro do território, da própria sociedade, para permitir aos sujeitos a reinserção e reconstrução de vínculos, fugindo da postura manicomial de afastamento e internação em instituições fechadas. Para desenvolver a comparação entre os países, realizou-se uma pesquisa qualitativa com análise documental das seguintes leis brasileiras: nº 11.343/2006, nº 13.840/2019, Resolução CONAD nº 1/2015, RDC ANVISA nº 29/2011 e nº 10.216/2001; e italianas: nº 180/1978, nº 833/1978, Decreto nº 309/1990 e nº 502/1992. Foram excluídas normas estaduais brasileiras e regionais italianas por se referirem a territórios específicos. Utilizaram-se também fontes institucionais, livros, artigos científicos e documentos técnicos digitais. A análise fundamenta-se na Psicologia Social Crítica e nas ideias da Reforma Psiquiátrica, entendendo a legislação como produto histórico que expressa relações de poder e regulação social. Os resultados mostram que no Brasil, as comunidades terapêuticas são reconhecidas legalmente como entidades privadas de interesse público, voltadas ao acolhimento de usuários de álcool e drogas. Considerando a Lei nº 11.343/2006, houveram algumas mudanças da regulamentação sobre as comunidades terapêuticas, pela Resolução CONAD nº 1/2015 e pela Lei nº 13.840/2019, contendo ambas especificações e caracterizações dessas instituições. Na legislação brasileira vigente, as CTs permitem internação voluntária e involuntária (raramente por casos judiciários). As CTs são explicitamente excluídas da categoria de serviços de saúde, assim como não são

incluídas diretamente nos serviços que pertencem ao SUAS, mas compõem o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD). Esta situação coloca as comunidades terapêuticas em uma espécie de vácuo, pois não pertencem especificamente nem ao SUS, nem ao SUAS, mas tratam diretamente com questões de saúde e questões sociais. Mesmo que possam ser contratados, o técnico responsável pela CT, assim como o resto da equipe, não precisam ser profissionais de saúde. Enquanto há órgãos para fiscalização da vigilância sanitária das CTs, as quais precisam ter alvarás de funcionamento, a fiscalização efetiva do funcionamento e projetos terapêuticos não está ainda institucionalizada. Não foi encontrada uma lista governamental de quantas comunidades terapêuticas existem atualmente, tendo a estimativa de dois mil unidades no país inteiro. No site do Mapa Social, esse equipamento não aparece, enquanto no site da Federação Brasileira de Comunidades Terapêuticas (FEBRACT), há uma tentativa de listar pelo menos as CTs filiadas a essa instituição, contudo, o número chega apenas a 208. Nas leis brasileiras nomeia-se como meios da CTs a abstinência, a utilização da espiritualidade (80% das instituições sendo diretamente ligadas a entes religiosos), assim como atividades de lazer, cursos, trabalho para a reinserção social, através de um plano de atendimento singular. Na Itália, há questões diferentes. As comunidades terapêuticas são consideradas serviços socioassistenciais integrados ao próprio sistema público de saúde, constituído pela Lei 833/1978. As CTs italianas, funcionam em articulação com o sistema regional, com possibilidade de gestão de organizações sem fins lucrativos sob fiscalização pública governamental rotineira, e incluem necessariamente profissionais de saúde como médicos e psicólogos, além de assistentes sociais. As comunidades italianas permitem apenas internação voluntária com encaminhamento direto do equipamento de saúde, mesmo que haja possibilidade de privados entrarem sem especificação. As internações obrigatórias são determinadas apenas em casos judiciais para CTs especificamente credenciadas com essa finalidade. No site do governo italiano, há uma lista completa de todas as CTs credenciadas, contendo a modalidade e todos os detalhes das instituições. Nas comunidades italianas há uma postura laica, visa-se à reinserção social, através da utilização de um plano terapêutico individual multidisciplinar, oferecendo diferentes atividades artísticas, excursões e reinserção no campo do trabalho, através de colaborações diretas com organizações laborais parceiras, sendo que o plano terapêutico propõe um desmame e não a abstinência da substância, favorecendo a redução de danos. Em ambos países, as comunidades terapêuticas são entendidas como residência de passagem, e não como estadia definitiva. A partir destas comparações e características legislativas, foram levantados dados que mostrassem a efetiva observância das leis. Em ambos países há denúncias que concernem violências. Na Itália são caracterizadas como descuidos institucionais, medicação excessiva, e permanência indefinida a longo termo. No Brasil há relatos de graves infrações de direitos humanos como violência física, sexual, homicídio, trabalho escravo, medicação excessiva, forçar a participar de cultos contra a vontade. Todas estas infrações vão diretamente contra as leis da reformas psiquiátricas, sendo que na Itália há um risco que as comunidades tornem-se novos pequenos centros de depósitos humanos, enquanto no Brasil, nas instituições denunciadas, há uma continuação literal dos fazeres manicomiais. As palavras utilizadas para descrever as comunidades terapêuticas como “acolhedoras” ou “reintegradoras” são questionáveis, já que podem disfarçar um sistema que persiste na lógica manicomial, afastando o sujeito do seu território originário, e colocando-o em situação de vulnerabilidade institucional. A utilização de trabalho como meio de reintegração social precisa ser olhada com cuidado, já que pode cair em armadilhas de exploração de mão de obra, assim como pode gerar alienação e a não inserção efetiva no mundo profissional. Delgado reafirmava que a luta antimanicomial no Brasil exigia a extinção de práticas

segregadoras e a priorização de uma rede comunitária articulada ao SUS. Lane oferece um instrumental teórico para compreender como o modelo de CTs, quando desarticulado do sistema nacional de saúde e da rede psicossocial, reforça a exclusão e o estigma, e não a autonomia do sujeito. Enquanto na Itália já existe uma articulação com o sistema nacional de saúde, a organização fragmentária regional pode significar que em determinadas partes do país haja modalidades que não estão presentes em outras, assim, modelos mais eficazes podem ser implementados apenas em cidades específicas em vez do território inteiro. Considerando a questão da espiritualidade, a postura laica das CTs italianas seguem a visão de Basaglia, mas há de se questionar se a espiritualidade dos sujeitos está sendo considerada ou se apenas existe uma visão positivista e não holística do indivíduo. A presença em massa de entes religiosos nas CTs brasileiras precisa ser olhada de forma crítica, Lane orienta-se pela relação dialética entre sujeito e sociedade, assim, os efeitos ideológicos das práticas de "salvação moral" ou "cura disciplinar" podem enxergar o tratamento como um modelo de expiação. Como última observação, coloca-se que a medicação excessiva, junto às internações compulsórias, também vão contra ambas reformas psiquiátricas nos dois países, enfatizando que no Brasil a Lei nº 13.840/2019 contradiz a Lei nº 10.216/2001 na questão das internações involuntárias. Em ambos países o projeto de cuidado territorial vem sendo corroído por financiamentos públicos que favorecem instituições de caráter reclusório. Esse movimento pode representar uma reinstitucionalização disfarçada, reproduzindo modelo asilar sob nova roupagem. Pelo olhar da Psicologia Social, o tratamento individualizado e técnico deve ser uma práxis acompanhada pela transformação social, nesse sentido, o modelo da Reforma Psiquiátrica brasileira e italiana juntam-se para propor uma ruptura com o paradigma biomédico e manicomial, substituindo-o por práticas emancipatórias e territorializadas. A análise mostra que uma reflexão internacional, pode permitir novos olhares e ampliação dos cuidados com a saúde mental dos indivíduos usuários de álcool e drogas.

"Nada sobre nós, sem a nossa participação": Práticas de cuidado entre mulheridades que fazem uso de crack e vivem nas ruas de Fortaleza-Ce

Dejany Natália Sousa Barros (UFC), Ricardo Pimentel Mélo (UFC)

Este projeto de pesquisa tem como objetivo investigar as práticas de cuidado adotadas por mulheridades que fazem uso de crack que vivem nas ruas de Fortaleza, abordando como essas práticas são desenvolvidas como resposta aos efeitos políticos e sociais do Proibicionismo. O Antiproibicionismo é uma categoria chave dessa pesquisa e pode ser entendido de uma forma geral como um conjunto de práticas e saberes políticos e científicos centrados no fracasso das ideias do proibicionismo. Esse fracasso diz respeito a uma política que não se preocupou com a saúde das pessoas usuárias, mas que sob um viés moral, perseguiu corpos específicos, vulnerabilizando-os ainda mais em cenários de usos problemáticos ou de varejo precarizado do mercado das drogas ilícitas. E junto a isso fortalecendo outros mercados, como o do encarceramento, da medicalização de corpas, e o da indústria bélica. Mas, o Antiproibicionismo nem sempre colocou em sua pauta a complexidade dessa vulnerabilização junto às suas estruturas de opressão interseccionais. Foi da dissidência da ala feminista na maior mobilização antiproibicionista no Brasil, a Marcha da Maconha, que essas questões vieram a tona na encruzilhada, agregando as contribuições das experiências de vida e ativismo de tantas mulheres que bebem e deságuam no Feminismo Negro. Se para Feminismo Negro a estrutura patriarcal não pode ser pensada separadamente, deve ser compreendida e enfrentada juntamente com outros sistemas discriminatórios que produzem desigualdades em relação a mulheres, raças, etnias, classes, como é o caso do proibicionismo - o Antiproibicionismo não pode ser só sobre legalização da maconha, mas sobre todas as armadilhas que geram as desigualdades e se interseccionam produzindo graus de maior violação entre algumas de nós. Por isso, o Feminismo Antiproibicionista - categoria que deriva do Feminismo Negro, discute o que faz do proibicionismo o suprasumo das estruturas de opressão - Controle + vigilância + punição - aplicado contra os grupos considerados indesejáveis - população negra e indígena, mulheres, dissidentes, imigrantes, pessoas atípicas, população LGBTQIAPN+ etc. e nesse contexto nos afirmamos como rede e unimos forças para fazer ecoar através de ações, falas e debates nossas exigências. No caso das mulheridades usuárias de crack, as incidências do gênero são diretas, pois estão em intensa relação com os poderes bélicos do tráfico e da polícia, composições que criam cristalizações e exposições a dinâmicas de violências diárias. Essa permanência na posição de pessoa-usuária anuncia mais uma das facetas coloniais onde elas são lançadas em condição de desumanidade e de ausência de direito, reduzidas ao objeto droga, as suas relações com ele e esvaziadas de seus lugares de produção de cuidado de si. Ao escolher trabalhar com o termo mulheridades, parte-se de uma compreensão que as experiências dissidentes de gênero se interconectam com os significados e compreensões acerca de quais são as práticas de cuidado possíveis tensionadas a partir das vivências da situação de rua e das cenas de uso. Em relação às ferramentas metodológicas utilizadas para a realização da pesquisa, optei pelo diário de campo, pela observação participante, atrelada às conversas no cotidiano e a composição de oficinas grupais com temática de redução de danos. Uma vez que nos propomos a acompanhar os processos, entre forças e fluxos que se movimentam, somos capazes de desestabilizar certas representações e produzir aberturas para mapear acontecimentos. Por se tratar de uma Pesquisa-Intervenção inspirada na cartografia a composição e construção do campo são ações que se atravessam, elas serão importantes ferramentas para mapear os modos de vida e práticas de cuidado entre as mulheres acompanhadas. Observação participante e conversas no cotidiano na pesquisa social nos auxiliam na compreensão de práticas discursivas, dos sentidos e compreensões sobre cuidado construídos por mulheres usuárias de crack vivendo nas ruas de Fortaleza. O

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

processo de vinculação e de produção de espaços acolhedores é de extrema importância para que as conversas fluam. Essas ferramentas têm como aposta o compartilhamento de espaços e sentidos produzidos no cotidiano entre pesquisador e interlocutor. As observações participantes e as conversas no cotidiano acontecerão em equipamentos, projetos sociais, filantrópicos, e nas cenas de uso onde as mulheres em situação de rua estejam presentes. Considerando a característica de vida em Itinerância das interlocutoras, os lugares serão escolhidos junto ao orientador a partir de critérios de vinculação da pesquisadora e do público acompanhado. Utilizarei também como ferramenta a construção de Oficinas Grupais com a temática de Redução de Danos com o intuito de facilitar as trocas e construir coletivamente sentidos e experimentações em relação ao cuidado dessas mulheres. Aposta-se nos diálogos entre as críticas feministas, a perspectiva antiproibicionista do cuidado e as posições epistemológicas contracoloniais e pós-estruturalistas, aliadas à Psicologia Social. Serão centrais para este trabalho as seguintes discussões: Práticas de cuidado e redução de danos no contexto de "remanicomialização do cuidado, Colonialidade, racismo e proibição e, Feminismo Antiproibicionista: Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas. A pergunta central que orienta a pesquisa é: Como as mulheridades usuárias de crack que vivem nas ruas de Fortaleza-Ce têm produzido práticas de cuidado em enfrentamento às políticas de morte proibicionistas? O objetivo geral da pesquisa é: Analisar as práticas de cuidado de mulheridades usuárias de crack que vivem nas ruas de Fortaleza/CE, em enfrentamento às políticas de morte proibicionistas. O território de pesquisa é a região 12 de Fortaleza, compreendendo os bairros Centro, Moura Brasil e Praia de Iracema com possível desenvolvimento de campo na Casa da Sopa e no equipamento Estação do Cuidado, ambos focados em garantir acesso a direitos da população em situação de rua. O projeto seguirá diretrizes éticas e passará pela avaliação da Comissão de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Ceará.

Psicologia na atenção primária à saúde frente ao uso de drogas com foco em redução de danos e gênero

Anacely Guimarães Costa (UNESP)

Este trabalho apresenta uma análise crítica das práticas da psicologia na Atenção Primária à Saúde (APS) frente ao uso de drogas, com ênfase na perspectiva da redução de danos (RD) e nas interseccionalidades de gênero, classe e raça. A partir de uma prática de estágio obrigatório realizada em uma Estratégia de Saúde da Família (ESF) situada em território periférico urbano. Os/as estagiários/as cumprem uma carga horária de 4h semanais em um único serviço e 4h de supervisão a partir da qual busca-se fomentar um processo de avaliação contínua das práticas exercidas de modo coletivo, horizontal e participativo. Nesta perspectiva, a atuação da psicologia nesses espaços orienta-se por referenciais teóricos da saúde coletiva, perspectivas interseccionais, antirracista e antiproibicionista.

O objetivo desta experiência é refletir sobre os desafios e as potencialidades das práticas da psicologia com foco em ações de redução de danos na APS em uma cidade do interior paulista.

Será utilizada uma abordagem qualitativa, descritiva e reflexiva relacionada às atividades desenvolvidas no cuidado a pessoas que fazem uso prejudicial de álcool e outras drogas. As atividades do estágio tiveram início em abril de 2024 e ao longo do ano foram realizadas as seguintes ações: ações comunitárias mensais para debater redução de danos com a população, visita domiciliar, busca ativa, participação em reuniões de equipe, além das práticas específicas semanais nos serviços de saúde. Todo esse trabalho vem sendo realizado entre docentes, estagiários/as, trabalhadores/es e usuários/as, buscando seguir uma abordagem da clínica ampliada, interdisciplinaridade, intersetorialidade, e o horizonte teórico, ético e político da redução de danos. Os encontros mensais reúnem ações intersetoriais em parceria com outro núcleo de estágio da mesma instituição, Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD), Consultório na Rua (CNaR), Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), Defensoria pública e movimentos sociais. Especialmente esses espaços "compartilhados" têm ajudado a promover maior aproximação com a comunidade e serviço de saúde, acompanhar casos de saúde bem como resolver demandas de documentação. Tomamos esse trabalho "compartilhado" inspirado em Nego Bispo (2022) quando afirma o cuidado além de uma lógica da troca em que pressupõe uma entrega de algo para receber outra coisa, mas como gesto que faz render. O compartilhamento aqui se inscreve em uma partilha de experiências, saberes e políticas como forma de amplificar e fortalecer o alcance de nossas ações em um território de complexa vulnerabilidade socioeconômica. As potencialidades desse modelo têm se mostrado promissoras, resultando no fortalecimento dos vínculos com a comunidade, que tem acolhido e apoiado as intervenções dos/as estagiários/as. Além disso, as ações intersetoriais e interprofissionais têm permitido uma análise crítica e a problematização dos efeitos do machismo e racismo nos territórios e nos processos de cuidado. Ao trazer à tona essas questões, o trabalho promove um olhar mais atento e sensível às dinâmicas sociais que afetam a saúde e o bem-estar das populações atendidas. Por outro lado, a análise indica que, embora a política nacional de RD esteja presente nos marcos legais do SUS, sua aplicação no cotidiano da APS ainda encontra barreiras: a ausência de formação específica das equipes de saúde, o predomínio do paradigma biomédico, a fragmentação do cuidado. Em relação ao gênero, observa-se que as experiências de mulheres cis e trans são marcadas por múltiplas violências, estigma moral e responsabilidades com o

cuidado de crianças, o que frequentemente interfere em no cuidado recebido.

Para a psicologia, um dos desafios que ainda persiste é efetivar um processo que faça uma contínua avaliação das práticas nos territórios sem recair a uma lógica hierárquica e de autoridade entre comunidade, universidade e serviços. Para isso, foca-se em explorar os significados de proteção-violência-cuidado que emergem das práticas no contexto de trabalho com as equipes e comunidade, e nesse sentido, o trabalho emerge como um espaço coletivo para avaliar e programar novas ações, identificar e direcionar o cuidado, e de como a psicologia pode contribuir para uma melhor compreensão da situação.

Destaca-se, ainda, que estes territórios dos serviços do SUS apontam para contextos que colocam os/as estagiários/as em contato direto com pessoas expostas a um cotidiano que ecoa as continuidades dos problemas coloniais de racismo, fome, miséria, desproteção e inúmeras violências. São situações que expõem alguns dos próprios limites e que provocam tensionamentos envolvendo gênero e cor/raça que produzem efeitos no cuidado compartilhado. Assim, um dos desafios que emergem deste cenário diz respeito a produzir vias institucionais para suportar o mal estar, desconforto e angústia que deriva desta tarefa, e como fazê-la sem confundir que o horizonte do nosso trabalho não se trata de uma cura ou uma mera erradicação de um problema ou comportamento individual. Propor saídas para não fixar a população em eterna posição de ausência de recursos e necessidade permanente de políticas públicas com um horizonte de transformação possível, muitas vezes, expõe tensões e ruídos originados das distintas concepções sobre redução de danos e cuidado entre trabalhadores/as, usuários/as e universidade.

Por fim, para a realização pela desta tarefa, defende-se uma psicologia implicada com os princípios do cuidado em liberdade, que reconheça a complexidade dos usos de drogas e as dimensões sociais do sofrimento psíquico, construindo práticas coletivas, territoriais e sensíveis às diferenças.

Bispo dos Santos, Antônio. A terra dá, a terra quer. São Paulo: UBU, 2023.

Onocko, Rosana. Psicanálise e saúde coletiva.São Paulo: Hucitec, 2014.

Aires, Suely. Bustamante, Vania (Org). Supervisão, instituições e formação: fundamentos e invenções. Salvador: EDUFBA, 2024.

GT 19: FAZERES EM GÊNERO, SUAS INTERSECÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS: COLABORAÇÕES PARA ADIAR O FIM DO MUNDO

Coordenação: Fábio Henrique Almeida Dantas (UFAM), Maise Caroline Zucco (Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher - BA), Darlane Silva Vieira Andrade (UFBA)

Agenciamento político pela afetividade: o encontro entre mulheres mães de pessoas trans

Maria Luiza de Sousa Belém (UFRN), Candida Maria Bezerra Dantas (UFRN), Radmilla Rochelle de Lira Borges (UFRN), Ruan Chacon de Souza (UFRN)

Este relato de pesquisa é parte do projeto de mestrado intitulado "EnvolVIDAS: Mulheres mães, memórias e narrativas da transição de gênero", realizado no Ambulatório Trans da UFRN, na cidade de Natal-RN. A transição de gênero para as mães de pessoas trans é problematizada diante da inviabilização das vidas trans e, por conseguinte, das maternidades de pessoas trans. A experiência da maternidade é aqui entendida considerando o lugar ocupado pelas mulheres na sociedade e a sua centralidade no cuidado familiar (Butler, 2018; Vieira & Ávila, 2018). O objetivo da pesquisa é co-construir narrativas com mães sobre suas memórias e experiências de maternidade, de ser mulher e do processo de transição de suas/seus filhas/os/es trans.

A presente pesquisa tem relação com o eixo temático de número 12, Gênero, Sexualidade e Intersecções e o GT 19 (Fazeres em gênero, suas intersecções e políticas públicas: colaborações para adiar o fim do mundo) por atentar aos marcadores que atravessam interseccionalmente a experiência de vida de mulheres mães de pessoas transgênero e travestis. Considerando, dessa forma, relações de poder, atravessadas pelo patriarcado enquanto lógica que subjetiva seus corpos, subjulgados-os a partir dos marcadores de sexo-gênero (ser mulher, mãe de um pessoa trans). A partir da cisgeneridade (viviane v., 2016), esses corpos se tornam, muitas vezes, receptáculos de discursos e práticas opressivas relacionadas ao gênero e à sexualidade — opressões que incidem tanto sobre elas, enquanto mulheres e mães, quanto sobre suas/seus filhes/as/os.

A partir desse contexto e no encontro com suas narrativas, o preconceito e a discriminação aparecem enquanto signos marcantes, virando motor de afeto e autoagenciamento político em defesa da vida des/as/os filhes/as/os. Nesse sentido, o espaço do grupo de mulheres-mães aparece também como mobilização política no enfrentamento a violência de gênero e a LGBTQIAPN+fobia, por meio do "poder de se autoagenciar em meio ao caos e determinar o autoagenciamento coletivo" (hooks, 2021, p. 11, prefácio à edição brasileira). Surgem, dessa maneira, estratégias de enfrentamento dessas mães frente às adversidades apresentadas socialmente, ainda, desde um reconhecimento da precarização da vida enquanto mulher. Falamos, então, de sujeitas desautorizadas em agência.

Teoricamente, apostamos nos estudos queer, transfeminismos e epistemologias feministas, com destaque para as reflexões sobre o amor como ética de vida (hooks, 2021) e os saberes localizados (Haraway, 1995). Apostamos na pesquisa narrativa como estratégia metodológica, resgatando para tal as considerações do

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

PesquisarCOM (Moraes & Queiroz, 2020), ao nos arriscar na pesquisa enquanto um campo de afetações, sobretudo, entre mulheres, na pretensão de produzir conhecimento compartilhado, corporificado e feminino. Neste caminho, foram realizados encontros individuais e em grupo com as mães participantes da pesquisa. Nos encontros individuais, a base para a nossa conversa foi a pergunta-guia "Como foi ou está sendo para você vivenciar a transição de gênero de seu(a) filho(a/e)?".

Para os grupos, separamos temáticas-base, a saber: "memórias, fotografias e narrativas"; "maternidades"; "o que é gênero e sexualidade para elas?"; e "sonhos".

Ao longo dos encontros também convidamos as mães ao exercício da escrita, uma derivação do diário de bordo (Barros & Passos, 2009), que seria o diário de corpo e vida, com o convite de escrever o que daqueles encontros produzia efeitos em seus corpos e em suas vidas.

Nos encontros individuais, conseguimos acompanhar a sobrecarga que atravessa a narrativa dessas mães, expressa, por exemplo, na pressão des/as/os filhes/as/os para que elas acompanhem, na mesma velocidade, seus processos de transição; nas dúvidas, culpas e questionamentos em relação às suas maternagens; na percepção das pressões sociais dirigidas às mães - diferentes daquelas direcionadas aos pais -; e no lugar que ocupam como mediadoras entre es/as/os filhes/as/os e as outras partes da família.

Concomitantemente, ainda que em um contexto de sobrecarga, o amor atravessa as suas experiências e, consequentemente, as suas falas. O amor, para elas, aparece enquanto oferta de cuidado e proteção, suporte para as adversidades encontradas, por exemplo, nas tensões familiares, atreladas ou não aos processos de transição de gênero. Na escuta das narrativas, o amor apareceu enquanto fenômeno social e ato político, que impulsiona coragem, enfrentamento e transformação (hooks, 2021). É assim que vejo o amor em suas falas.

Os pontos levantados nos momentos individuais foram novamente contemplados nos grupos, onde conseguimos nos aprofundar coletivamente.

Assim, apostando em uma ética do amor (hooks, 2021), do cuidado e no estreitamento de laços, conseguimos criar um espaço de confiança em coletivo, algo verbalizado pelas mães desde o primeiro encontro. Isso se mostrou especialmente relevante pelo surgimento de tópicos sensíveis como a dificuldade de se manter mulher sendo mãe, histórias de abuso e estratégias para resistir a tudo isso. Interessante pontuar que seus sofrimentos dentro do processo de transição apareciam, sobretudo, atrelados a lida com o sofrimento psíquico des/os/as suas/seus filhes/as/os.

Nesse caminho, esse espaço possibilitou oferta de cuidado mútuo, a partir de conselhos, acolhimento e escuta entre as mães. Essa rede afetiva não se restringia às relações entre as participantes, mas se estendia também sobre suas relações com a pesquisadora e os estagiários, compondo uma rede coletiva de cuidado. O grupo assumia sua dimensão de agenciamento, pelo amor, cuidado e pela mobilização política, a partir da partilha de contatos de profissionais alinhados com os direitos das pessoas trans e circulação de informações sobre coletivos de apoio, como o Mães pela diversidade.

O encontro entre mulheres, especialmente no contexto da maternidade, revela-se como um espaço político e afetivo de grande potência. As mães, ao acompanharem a transição de seus filhos, também atravessam seus próprios processos de transição. Isso exige espaços que possibilitem o encontro consigo mesmas, de forma ética e cuidadosa, reconhecendo, ainda, que essa experiência carrega especificidades que diferem tanto da experiência paterna,

Aquilo que nos fere, vamos falar sobre isso?: A Violência de Gênero vivenciada por mulheres em situação de rua em Belém do Pará

Angélica Rodrigues Siqueira (Universidade Metropolitana da Amazônia), Lorena Scalken de Andrade (Universidade Metropolitana da Amazônia), Ana Paula Galvão Freitas (Universidade Metropolitana da Amazônia), Diana Flexa Leite (Universidade da Amazônia (UNAMA), Darley Armando dos Santos Souza (Universidade Metropolitana da Amazônia), Fernanda Souza da Silva (UFPA)

Introdução:

Ao longo da história, a construção da sociedade, marcada pela cultura cisheteropatriarcal e neoliberal, tem promovido lugares assimétricos ao campo feminino em relação às vivências masculinas, sendo atravessado por diferentes formas de vulnerabilidade, especialmente no diz respeito à violência de gênero (Zanello, 2023). Para discutir acerca da vivência de mulheres em contexto de rua é imprescindível analisar como os marcadores sociais de diferença como raça, sexualidade e gênero se entrecruzam e impactam profundamente essas realidades, produzindo vulnerabilidades específicas.

Em Belém do Pará, a partir dos dados da Fundação Papa João XXIII (FUNPAPA), afirma-se que, no ano de 2024, foram registrados 98 casos de violência contra mulheres em situação de rua, sejam elas físicas, psicológicas e/ou sexuais, nos bairros de Icoaraci e São Brás. Entende-se, então, a cidade de Belém enquanto um espaço inseguro de ocupação, uma vez que é marcada pelo alto índice de violência de gênero, tendo corpos femininos subalternizados.

O presente trabalho propôs ações com mulheres em situação de rua em um Centro de Acolhimento em Belém do Pará, a partir de uma visão crítica e emancipatória. Nesse sentido, a atividade buscou criar um espaço onde as mulheres pudessem expressar as suas vivências em relação à violência de gênero para reconhecerem e validarem as suas histórias, e, assim, construírem estratégias de resistência frente às violências que sofrem, evidenciando o coletivo enquanto proposta de enfrentamento.

Objetivo:

Refletir sobre as violências de gênero que atravessam mulheres em situação de rua que frequentam a Casa Rua Nazareno Tourinho em Belém do Pará; fomentar a construção de suportes coletivos em grupo, protagonismo e reconhecimento de seus direitos.

Relação com o eixo temático:

A proposta se insere no GT “Fazeres em Gênero, suas interseções e políticas públicas: colaborações para adiar o fim do mundo", dentro do eixo temático “Gênero, sexualidade e intersecções”, à medida que discute como a cultura cisheteropatriarcal, mediada pelas interseções de gênero, classe, raça e sexualidade, e a ausência de políticas políticas efetivas promovem afetações a populações vulnerabilizadas, como as mulheres em situação de rua, que tem suas vivências violadas pelas políticas sociais, a partir da negligência das redes de saúde, segurança e assistência social. Além disso, as duas propostas se completam ao discutir sobre práticas de resistência e organização coletivas, a partir de uma psicologia comprometida com a justiça social.

Orientação Teórica:

Segundo a Convenção de Belém do Pará (1994), a violência de gênero é qualquer tipo de violência física, moral e/ou psicológica exercida contra pessoas, com base no seu sexo e/ou gênero, a partir de uma matriz colonial

de gênero racializada e cisheteropatriarcal. Nesse sentido, historicamente, a partir das relações desiguais, as mulheres são as mais afetadas por essas práticas violentas, sendo as mulheres em situação de rua, a partir de uma visão interseccional, ocupando lugares ainda mais vulnerabilizados em razão do estigma social e negligência das instituições (Richwin e Zanello, 2023).

Além disso, é necessário refletir sobre o feminismo intersecional, termo cunhado Kimberle Crenshaw (1989) ao discutir as interações entre gênero e outros marcadores sociais e como essa inter-relação afeta os processos de subjetivação feminina. Ao observar a realidade de mulheres em situação de rua, os processos de violência são ainda mais potencializados, principalmente ao analisar os marcadores sociais que carregam, como raça, gênero, sexualidade, classe social e territorialidade, os quais se cruzam e intensificam suas vulnerabilidades.

Destaca-se ainda, a urgência de refletir sobre a realidade de mulheres transexuais em situação de rua, que enfrentam múltiplas camadas de vulnerabilidade social e institucional. Para além da exclusão socioeconômica, essas mulheres são alvos de violência estrutural, transfobia, apagamento de suas identidades e negligência nas políticas públicas, o que agrava ainda mais seu processo de marginalização (Barros et al., 2023).

Diante desse cenário, no Brasil, as mulheres em situação de rua ainda precisam enfrentar as fragilidades das políticas públicas, que priozam o assistencialismo em detrimento de práticas emancipatórias. Destaca-se ainda as dificuldades de acesso a Direitos Humanos Básicos, o que evidencia a necessidade de efetivação de políticas públicas que garantam as singularidades do ser mulher, assim como práticas humanizadas e contextualizadas.

Estratégias metodológicas:

A ação foi realizada com mulheres em situação de rua na Casa Nazareno Tourinho, conhecida popularmente como Casa Rua. A atividade aconteceu por meio da mediação das discentes, vinculadas ao Projeto de Iniciação Científica, intitulado como “Vozes da Rua: Psicologia e Arte em Processos Grupais com Pessoas em Situação de Rua” do Curso de Psicologia do Centro Universitário Metropolitano da Amazônia, que atua com encontros reflexivos em redução de danos mediados pela arte. Desta forma, a atividade foi desenvolvida em razão das altas demandas de violências de gênero que foram relatadas por mulheres em situação de rua após a realização de uma atividade em alusão ao Dia das Mulheres, que trouxe diversas narrativas sobre relacionamentos abusivos, violência doméstica e sexual.

O grupo composto por 4 discentes propuseram uma atividade para que as mulheres pudessem relatar as suas realidades. Participaram da atividade, mulheres Cis e Trans. Assim, a ação iniciou com a construção de uma teia feita com fio de barbante que é passado entre os integrantes, que ao pegarem o fio se apresentavam. As usuárias, falavam seus respectivos nomes e uma característica pessoal, promovendo o fortalecimento de conexões, por meio da integração e reconhecimento mútuo entre o grupo.

Após a construção da teia, foram disponibilizados dois cartazes, para expressão livre com pinturas, colagens, textos e desenhos. O primeiro cartaz, nomeado como “Aquilo que me fere, vamos falar sobre isso?”, teve como finalidade criar um espaço seguro e de escuta qualificada para que as mulheres pudessem manifestar as suas vivências, marcadas por experiências causadoras de sofrimento, assim como verbalizar e nomear as situações vivenciadas enquanto violências. Enquanto isso, o segundo cartaz, intitulado como “Aquilo que me fortalece” surge enquanto uma ferramenta de fortalecimento pessoal, por meio da identificação de elementos de suporte, como vínculos familiares, amigos, espiritualidade e elas próprias, na tentativa de reconhecer e construir outras formas de potencialidades subjetivas.

Ao final da atividade, o grupo foi convidado a se colocar de pé em roda e as participantes foram incentivadas a compartilhar como se sentiram na atividade e o que levariam consigo da experiência. Para o fechamento da atividade, as participantes iniciaram uma sequência musical de forma coletiva, reforçando os vínculos e o pertencimento a uma comunidade.

Resultado:

De forma geral, a participação do grupo de mulheres foi bastante significativa, denotando engajamento durante a atividade como um todo. Entretanto, em alguns momentos, o grupo percebeu que as mulheres trans demonstraram retraimento durante a ação, especialmente em razão de comentários transfóbicos feitos por algumas usuárias, o que levou o grupo a realizar uma intervenção pontual sobre a importância de todos aqueles se identificam como mulheres a participarem. Durante a confecção da teia foram compartilhados relatos de vida, identificações mútuas e suporte entre as mulheres que comentavam suas histórias e recebiam feedbacks umas das outras. A construção dos cartazes também evidenciou efetividade, a partir da validação das experiências pessoais e verbalização das integrantes sobre as suas histórias. O primeiro cartaz trouxe figuras, pinturas e discursos relacionados à agressividade masculina, onde foram reveladas experiências de violência física e sexual e ausência institucional. Enquanto o segundo trouxe figuras e pinturas sobre redes de apoio, assim como resistência e autoestima feminina, com discursos relacionados a fatores de enfrentamento. Para finalizar, o encerramento em roda, juntamente com o momento musical, contribuiu para o fortalecimento do grupo e reafirmação dos processos identitários enquanto mulheres.

Conclusão:

A ação evidencia a potência de atividades psicoeducativas voltada para mulheres em situação de rua como estratégias essenciais de escuta ativa, acolhimento e práticas de enfrentamento e fortalecimento em relação à violência de gênero. Observamos, a necessidade de ações específicas voltadas às mulheres que frequentam a Casa Rua, especialmente atividades psicoeducativas sobre transgeneridades, visto que diversas mulheres trans também são vítimas de violência de gênero, tanto em contexto de rua quanto pelos usuários que frequentam a instituição. Dessa forma, conclui-se que ações em saúde podem ser incentivadas e ampliadas, mediante às práticas territorializadas, bem como a psicologia construindo espaços ampliados para além dos muros da universidade.

Referência:

BARROS, K. C. C.; MORAIS, A. V. C. de; COELHO, E. de A. C.; JESUS, M. E. F. de; ARAÚJO, R. D. D. de; OLIVEIRA, J. F. de. Saúde da mulher transgênera em situação de rua. Revista Eletrônica Acervo Saúde, v. 23, n. 2, p. e11698, 20 fev. 2023.

CRENSHAW, K. Deconstructing equality – Some reflections on 'race,' gender, and class. The National Lawyers Guild, v. 18, n. 1, p. 139–142, 1989.

FUNDAÇÃO PAPA JOÃO XXIII – FUNPAPA. Dados sobre a cidade de Belém do Pará em 2024. Belém, 2024.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS – OEA. Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará), 1994. Belém do Pará, 1994.

RICHWIN, I. F.; ZANELLO, V. "Desde casa, desde berço, desde sempre": violência e mulheres em situação de rua. Revista Estudos Feministas, v. 31, n. 1, 2023.

ZANELLO, Valeska. A prateleira do amor: sobre mulheres, homens e relações. [S.l.]: Editora Appris, 2023.

Compondo uma metodologia bicha: o processo de andarilhagens como método queer decolonial

Candida Maria Bezerra Dantas (UNB), Emmanoel Holanda Melo Ferreira (UFRN), Jáder Ferreia Leite (UFRN)

Este escrito é um pedaço das inquietações presentes na construção da dissertação de mestrado "Mais coragem do que homem": narrativas e resistências de homens que se fazem gays numa cidade-rural do oeste potiguar, desenvolvida no campo-território de Severiano Melo, cidade-rural do Alto Oeste Potiguar, no Rio Grande do Norte (RN), no qual buscamos construir um percurso metodológico possível para pensar os processos de subjetivação e as práticas de resistência de homens gays - um-corpo-bicha, como nos ousamos nomear. A fim de situar geograficamente este percurso, Severiano Melo, cidade-rural que possui uma área territorial de 157,85 km², está localizada no interior do RN, na mesorregião oeste potiguar, com clima semiárido, há 357km de distância de Natal, capital do estado, e com população estimada de 5.487 habitantes, considerando o último censo demográfico no ano de 2022 (IBGE, 2022). Sua economia é movimentada pelo setor agrícola, principalmente pelo plantio e exportação do cajú. A cidade de Severiano Melo teve a sua maior redução populacional do país entre os anos de 2014 e 2015, em números, quantificamos 9,01% (IBGE, 2015), em detrimento do envelhecimento populacional e dos processos migratórios para cidades circunvizinhas, como Mossoró - há 108km de distância de Severiano -, em busca de emprego e melhores condições de vida.

Guiados por tais inquietações, nos movemos em direção ao exercício da escutatória destas "corporalidades inscritas por feridas histórica e socialmente constitutivas do mundo como nos foi dado a conhecer", como nos alude Mombaça (2021, p. 22), entendendo o território-cidade como um produtor de saúde, cuidado e adoecimento em seus(as) habitantes, neste caso, homens gays enraizadas neste chão, mas que são invisíveis nele.

Para isso, apostamos no processo das andarilhagens - esse conceito-verbo Paulo Freiriano, enquanto um movimento pendular entre "estar aqui" e um contínuo "partir/ir para" que nos humaniza e nos põe frente ao cotidiano e seu ordinário sob um olhar topológico (BRANDÃO, 2010) - enquanto percurso metodológico, alicerçado em uma perspectiva feminista decolonial e queer, por entender a necessidade de balizar as dinâmicas de reprodução e manutenção da colonialidade do poder, do saber e do ser que se instauram na tessitura de uma pesquisa (LUGONES, 2014; MALDONADO-TORRES, 2009). Nesse sentido, a fim de inverter a lógica colonial de produção de alteridades pelo discurso científico às dissidências sexuais e de gênero, far-se-á necessário tornar o campo epistêmico, e metodológico - aqui lido como um percurso -, uma luta política através da historicização, localização social da experiência dos colonizadores e explicitação da cis-heterossexualidade branca como um pilar dessas relações de poder (MIGNOLO, 2008; DUSSEL, 2005; LUGONES, 2007, 2008).

De antemão, precisamos tomar nota de que, conceitualmente, o método não poder ser decolonial, dado que toda metodologia de investigação é considerada como colonizadora em sua essência, pois reproduz a ideia de um sujeito suposto saber que, a fim de construir suas análises, extrai dados dos sujeitos, acrescido da ideia de que o campo é um espaço para coletar conhecimentos de forma unilateral e sem afetações a partir das trocas (OCAÑA E LÓPEZ, 2018; MARQUES E GENRO, 2016).

Nesse sentido, enquanto método queer, como nomeia Halberstam (2008), experimentado e assumido como atitude, combinamos diferentes recursos para produzir informações sobre sujeitos excluídos dos estudos tradicionais com grupos humanos. Podemos traduzir esse ato, em consonância com o que Oliveira (2016) nomeia, de

aquendar a metodologia, ou seja, produzimos uma torção do corpo para inventarmos outros mundos, assim abrindo efeitos em termos metodológicos queers.

Assim, construir uma pesquisa andarilha é sustentar um processo de intervenção-pesquisa que "rompe com pressupostos dominantes nas pesquisas sociais, como a separação entre teoria e prática e entre sujeito e objeto" (CHASSOT E SILVA, 2018, p. 2). Isto posto, compreende-se enquanto intervenção-pesquisa um modelo desarticulador de práticas e discursos instituídos, à exemplo do científico, sob uma dada realidade (ROCHA E AGUIAR, 2003), assim buscando "a interferência coletiva na produção de micropolíticas de transformação social" (AGUIAR E ROCHA, 2007, p. 650).

A aposta no andarilhar se dá, portanto, por entender o método de pesquisa como uma escolha política - como nos lembra Martinelli (2014) - e a necessidade de construir narrativas contra-coloniais das histórias de quem as conta. Ou seja, a partir da escuta andarilha das marcas (ditas e não ditas) da oralidade, memórias são fomentadas a fim de explorar processos de subjetivação os mais diversos, os quais são atravessados pelo tempo e pelas intersecções socioespaciais inerentes ao cotidiano vivo. Desse modo, nos possibilitando construir um recurso de trabalho com corpos-bichas na tentativa de fragmentar as produções cisheteronormativas no campo científico das dissidências.

Outrossim, a maior contribuição das andarilhagens enquanto método associado ao trabalho com corpos-bichas é o seu objetivo em fragmentar a ideia que separa sujeito e objeto na pesquisa (ROMAGNOLI, 2009), o que é bastante congruente com a perspectiva epistêmica decolonial e feminista. Isto posto, a proposta é unir as narrativas (co)produzidas à construção de uma andarilhagem em territórios geográfico-subjetivos, servimo-nos não somente da forma de ser de um lugar, mas de expressões, modos de vida e de resistência e de estratégias de afirmação individual e coletiva de um povo (FRANCISCO, 2018).

À vista disso, acompanhar as andarilhagens de um-corpo-bicha é de suma importância em uma intervenção-pesquisa, pois é a partir das feituras do cotidiano que poderemos acessar suas escrevivência. Em outras palavras, trata-se de uma tentativa em experienciar um espaço liso/nômade em que o pensamento está em constante processo de (des/re)territorialização, produzindo afetos que, por consequência, levam o sujeito à andarilhar (DELEUZE E GUATTARI, 1997; DELEUZE, 1988-1989); "deixar que o caminhar trace, no percurso, suas metas" (BARROS E PASSOS, 2009, P. 17)

Assumir o compromisso de andarilhar junto aos pesquisadores-participantes que encontraremos no percurso de nossos trabalhos é compreender a necessidade de interrogar sobre quais caminhos são percorridos geograficamente e subjetivamente por esses corpos. Compreendemos, então, que as ruas da cidade têm muito a nos contar sobre as micropolíticas de existência que nelas são produzidas, a partir das andanças e performances queer que questionam o projeto cis-heteronormativo da cidade. Assim, só nos será possível acessar essas experiências se, bem como os pesquisadores-participantes, nós também nos dispusermos a abrir mão do conhecido e circular a cidade, numa tentativa peripatética de escutar e sentir como a vida - aqui, lida e pensada como caminho (GUEDES, 2020) - gay se inventa num território rural.

Para fins de acompanhar os itinerários de vida a partir das andarilhagens, não nos bastará nos ancorarmos numa perspectiva de contações de histórias e/ou produções narrativas a partir de então. Queremos, por um outro lado, nos aproximar de modos de vida que se escrevem nas vivências de cada pessoa, e de como cada um escreve o mundo que enfrenta (EVARISTO, 2016), e, para isso, nos inspirarmos no conceito-termo escrevivências, cunhado por Conceição Evaristo.

Isto posto, Oliveira (2009) aponta a presença de três elementos que são cruciais neste fazer metodológico, quais sejam: corpo - "enquanto ato sintomático de resistência e arquivo de impressões que a vida confere" (p. 88) -; condição - aquilo que enuncia com complacência as experiências das(os) personagens -; e, por fim, a experiência - que funciona como recurso estético e

construção retórica que agrega convicção à narrativa. Essas ferramentas nos serão básicas para acompanhar os itinerários de cada um-corpo-bicha, atentando-nos às suas respectivas práticas de cuidado, subjetivação, performatividade e resistência no cotidiano-espaço-tempo da cidade.

Enquanto posicionamento ético da pesquisa, buscamos nesse espaço pensar, em consonância a Gonçalves e Santos (2023), que o que compõe um modo andarilho de se pesquisar passa pela aposta na participação ativa e na produção conjunta dos dados, escrevendo, pensando e perguntando com. Vide o exposto, assumimos essa postura de uma produção conjunta em que os sujeitos da pesquisa não são apenas uma mera amostra, mas coautores do processo, permitindo - fazendo menção a Sade, Ferraz e Rocha (2014) - uma participação efetiva a partir da confiança, lida como "com fiar", ou seja, um processo de criação com o outro. Para isso, alertam-nos as(os) autoras ainda, não basta apenas criar espaços coletivos que fomentem as construções de dados, urge saber manejar esses espaços-dispositivos a fim de criar zonas de 'inter-esses' que vinculem e articulem os pesquisadores-participantes com o campo.

O uso das andarilhagens enquanto método decolonial é uma aposta na produção de um dispositivo integrador o qual, através da troca de experiências entre os participantes, mediada pelas andanças, opera na direção de um apoio e suporte mútuo entre os sujeitos, de modo a fortalecê-los e mobilizar uma proposta de reflexão-ação-reflexão entre o coletivo. Haja vista a possibilidade de produzir movimentos que desinstitucionalizam e profanam "os dispositivos do poder que procuram subjetivar, no direito, as ações humanas" (ASSMANN, 2007, p. 11).

É possível dizer, então, que as andarilhagens despertam entre os pesquisadores-participantes um campo de dizibilidade (GONÇALVES E SANTOS, 2023), que acordam uma possibilidade de dizer, num estrato histórico, criando rupturas, desvelando silenciamentos e atualizando discursos (GONÇALVES E SILVA, 2021). Elaborando, assim, um fazer pesquisa entre iguais (KILOMBA, 2009), apesar de estarmos atentos às questões que demarcam as diferenças entre nós e desviantes à ótica monofocal das desigualdades entre o grupo (COLLINS, 2021).

Direitos Sexuais e Reprodutivos das Mulheres cis-lésbicas nas unidades de saúde básica: Direito para quem?

Priscilla Messiane Santos (CRP - MG), Paula Rita Bacellar Gonzaga (UFMG)

O acesso igualitário à saúde é um direito fundamental assegurado a todas as pessoas, independentemente de sua orientação sexual, identidade de gênero, raça ou classe social. Este princípio é garantido pelo Sistema Único de Saúde (SUS), com base na universalidade e igualdade no acesso aos serviços de saúde (BRASIL, 1980). O Ministério da Saúde, no entanto, propõe uma leitura mais precisa ao substituir "igualdade" por "equidade", entendendo que o investimento deve ser proporcional às necessidades, reconhecendo desigualdades históricas e estruturais (BRASIL, 2014). Diante disso, esta pesquisa busca visibilizar os direitos sexuais e reprodutivos de mulheres cisgêneras lésbicas, problematizando o apagamento de suas demandas nos serviços de saúde. Embora a legislação brasileira assegure atendimento sem discriminação, relatos cotidianos indicam experiências marcadas por questionamentos sobre a orientação sexual e sua relação com a reprodução. Aline Pompeu Silveira e Elder Cerqueira Santos (2021) identificam, por meio de pesquisa e revisão bibliográfica, que a orientação sexual influencia desde o acolhimento nas consultas até o fornecimento de informações preventivas e reprodutivas. Esses dados indicam uma vulnerabilidade particular no acesso à saúde por parte de mulheres lésbicas. Minha própria experiência como mulher cis-lésbica aponta para o despreparo e preconceito de profissionais do SUS em lidar com corpos e vivências que fogem ao padrão heteronormativo. Situação que se repete em relatos de outras mulheres lésbicas, indicando que ainda prevalecem visões reducionistas, como a ideia de que somos "corpos com útero que não reproduzem", o que compromete o pleno exercício de direitos sexuais e reprodutivos. Refletir sobre esse acesso exige compreender a cidadania em sua dimensão mais ampla, não limitada ao ciclo reprodutivo (como pré-natal ou puerpério), mas incluindo o direito à saúde sexual com base na dignidade, na escuta qualificada e no acolhimento. Gonzaga (2019) defende que abordar os direitos sexuais e reprodutivos de mulheres lésbicas cisgêneras nas unidades de saúde é romper com silenciamentos e perspectivas moralistas/religiosas que corrompem os princípios da saúde pública. Nesse sentido, é relevante mencionar o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), criado em 1983, como um marco na luta por autonomia e atenção integral à saúde das mulheres (OSIS, 1998). No entanto, a estrutura do sistema de saúde ainda opera com base em uma lógica heteronormativa, como apontam Fachini e Barbosa (2006), ao revelarem, em estudo etnográfico em São Paulo, que mulheres que nunca se relacionaram sexualmente com homens ou que têm expressões de gênero não hegemônicas enfrentam maiores barreiras no cuidado ginecológico. Tal realidade exige uma análise interseccional que considere os marcadores sociais e históricos que atravessam essas experiências. Embora o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) só tenha incluído, de forma experimental, perguntas sobre orientação sexual e identidade de gênero em 2022, dados como esses são fundamentais para subsidiar políticas públicas orientadas pela equidade. A Portaria nº 2.836/2011, que institui a Política Nacional de Saúde Integral LGBT, e o Dossiê Saúde das Mulheres Lésbicas (2006) apontam que cerca de 40% das mulheres lésbicas não revelam sua orientação sexual em atendimentos de saúde, por receio de julgamento ou discriminação. O I Lesbocenso Nacional (2022), realizado pela Universidade Federal do Paraná em parceria com diversas organizações lésbicas, revelou que 67,10% das mulheres lésbicas participantes acessam majoritariamente a saúde pela rede privada, e apenas 31,49% pela rede pública. O dado mais alarmante refere-se ao receio de falar sobre sexualidade: 72,94% relataram constrangimento ou medo de se identificar como lésbicas em atendimentos de saúde. Ainda que 88,29% nunca tenham tido atendimento negado, 24,98% relataram experiências de discriminação ou violência em consultas ginecológicas.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

Além disso, 26,06% não realizam exames ginecológicos com regularidade, 12,54% nunca os fizeram, e 12,28% o fazem bianualmente — dados que evidenciam barreiras de acesso e acolhimento qualificado. Essas informações apontam para a urgência de políticas públicas que promovam o acesso equitativo à saúde para mulheres lésbicas cisgêneras em municípios como Divinópolis-MG, indo além da prevenção de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) e incluindo estratégias amplas de saúde sexual e reprodutiva. Liliane Martins (2022) destaca que saúde mental também deve ser entendida como o bem-estar social, físico e emocional, reforçando a importância do acolhimento livre de constrangimento desde a entrada nas unidades básicas de saúde. O pressuposto heteronormativo de que a heterossexualidade é padrão para mulheres cisgêneras reforça estigmas sobre a lesbianidade, resultando em exclusão e invisibilidade nas práticas de saúde. Jaqueline Gomes de Jesus (2012) discute o conceito de cisgeneridade para pensar como essa norma se impõe nos atendimentos. Já Adrienne Rich (1993) propõe o conceito de "heterossexualidade compulsória", afirmando que a heterossexualidade é imposta social e culturalmente como regra, apagando as experiências lésbicas e subordinando emocional e sexualmente as mulheres aos homens. Essa imposição se expressa nas políticas públicas, nos discursos institucionais e nas práticas cotidianas de cuidado. Para pensar os atravessamentos da opressão, o conceito de interseccionalidade, cunhado por Kimberlé Crenshaw e desenvolvido no Brasil por Carla Akotirene (2019), é fundamental. Ele permite analisar como os marcadores de gênero, raça, classe e orientação sexual se articulam simultaneamente, produzindo desigualdades complexas. Akotirene afirma que a interseccionalidade não é apenas sobreposição de opressões, mas sim uma articulação de violências estruturais. No caso de mulheres lésbicas negras ou de baixa renda, somam-se o racismo e a exclusão social à lesbofobia. Kyrillos (2020) complementa que a interseccionalidade é uma ferramenta de análise que acolhe a complexidade dos cruzamentos discriminatórios, enquanto Patrícia Hill Collins (2021) afirma que criticar a heteronormatividade dentro da interseccionalidade permite pensar novas formas de resistência e questionamento das hierarquias sociais. Dessa forma, propõe-se pensar o corpo das mulheres lésbicas como corpo-território, conforme Eduardo Oliveira Miranda (2020), que o define como um "texto vivo" marcado pelas experiências que o atravessam. O corpo, nessa concepção, não deve ser espaço de exclusão, mas de conexão e reconhecimento. Os direitos sexuais e reprodutivos asseguram a autonomia sobre o próprio corpo, incluindo o acesso a métodos contraceptivos, atendimento à gravidez, prevenção de ISTs e serviços de saúde sexual. Esses direitos garantem a vivência da sexualidade de forma segura, sem discriminação ou violência. Para alcançar tais objetivos, é fundamental o papel das Unidades Básicas de Saúde como porta de entrada ao SUS, espaços que devem ser estruturados para acolher a diversidade humana em todas as suas formas. A efetivação das políticas públicas depende do reconhecimento das desigualdades e da implementação de estratégias de cuidado que considerem as especificidades das mulheres cis-lésbicas. Nesta pesquisa, a entrevista narrativa será a principal técnica de produção de dados, conforme fundamentado por Muylaert et al. (2014). Essa abordagem privilegia a escuta das experiências vividas pelas participantes, permitindo que conduzam suas histórias de forma autônoma. As entrevistas, realizadas individualmente com roteiro flexível, valorizam perguntas abertas e trajetórias subjetivas relacionadas ao tema. Esta proposta também se ancora em referenciais metodológicos decoloniais e feministas, conforme Curiel (2020), buscando um fazer político-metodológico comprometido com a emancipação, a escuta sensível e a construção coletiva do conhecimento.

Grupos Reflexivos como Estratégia de Cuidado e Transformação para Mulheres em Situação de Violência Doméstica: Experiências do Projeto Espelhos

Andréia Isabel Giacomozzi (UFSC), Sophia Barcellos de Toledo Barros (UFSC), Mariele Maciel da Silva (UFSC), Carine Redivo Bonchristiani (UFSC)

O enfrentamento da violência contra mulheres exige estratégias intersetoriais e sustentadas, que articulem cuidado, escuta qualificada e desnaturalização das práticas de dominação masculina. Este trabalho apresenta um recorte do Projeto Espelhos, implementado em parceria entre universidade pública, sistema judiciário e atenção básica à saúde, cuja proposta é desenvolver grupos reflexivos com mulheres em situação de violência doméstica e familiar. O recorte analítico concentra-se nos encontros presenciais realizados ao longo de 2024, com base em observação participante, registros em diário de campo e formulários sociodemográficos. O objetivo é descrever a experiência vivida pelas participantes e analisar criticamente os efeitos psicossociais da vivência grupal, bem como seus potenciais de transformação subjetiva e fortalecimento da autonomia.

A violência contra mulheres permanece como uma chaga social no Brasil. De acordo com o 18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2024), todas as modalidades de violência contra mulheres apresentaram aumento entre 2022 e 2023, evidenciando a necessidade de ações de prevenção, acolhimento e responsabilização. A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) configura-se como marco legal de proteção, mas os dados indicam que a efetivação dos direitos garantidos pela lei segue comprometida pela persistência de práticas institucionais negligentes e pela reprodução de valores patriarcais em diversas esferas da sociedade (Leandro et al., 2023; Franco, 2019).

Os grupos reflexivos, neste contexto, tornam-se espaços coletivos de produção de sentido, ruptura de silêncios e fortalecimento de redes de apoio entre mulheres. Inspirado na psicologia histórico-cultural e em abordagens críticas de gênero, o Projeto Espelhos propõe encontros com estrutura dialógica, nos quais a escuta e a palavra emergem como instrumentos de mediação para a ressignificação de experiências. Ao contrário de abordagens clínicas tradicionais ou intervenções hierárquicas, o grupo se estrutura como um território de coautoria, no qual cada mulher é reconhecida como sujeito histórico, atravessada por discursos sociais, mas também produtora de novos sentidos (Pereira & Sawaia, 2020).

Durante o ano de 2024, foram realizados 37 encontros presenciais com duração média de 1h30min, no espaço da Policlínica da Mulher e da Criança. Participaram 16 mulheres, com idade entre 29 e 63 anos, das quais 11 tinham medidas protetivas vigentes. Os encontros foram conduzidos por uma psicóloga e uma equipe de estagiárias de Psicologia, com supervisão docente. A escuta sensível e a criação de vínculos foram elementos fundamentais da metodologia. As temáticas abordadas incluíram reconhecimento da violência, autoestima, culpa, maternidade, dispositivos amorosos, limites relacionais, judicialização da vida, violência institucional e transgeracionalidade da violência.

As narrativas colhidas nos encontros revelaram que a nomeação da violência sofrida foi, para muitas participantes, um processo atravessado por culpa, vergonha e confusão. Algumas relataram inicialmente não reconhecer os comportamentos abusivos como violência, atribuindo-os a “problemas de personalidade” dos parceiros. Essa ambiguidade revela a força das representações sociais que naturalizam a violência e culpabilizam as vítimas (Saffioti, 1999; Ramos & Oltramari, 2010).

A culpa foi um tema recorrente, especialmente relacionada à percepção de que “deixaram” a situação chegar a um ponto extremo ou de que reproduzem padrões de violência em novos relacionamentos. A internalização da culpa, reforçada por valores patriarcais, emerge como obstáculo à autonomia, mas também como

ponto de inflexão quando problematizada coletivamente. A escuta das outras participantes e o espelhamento de trajetórias similares atuaram como catalisadores da reflexão crítica e da autocompaixão, elementos fundamentais no enfrentamento da violência e na reconstrução de si.

Outro eixo temático importante foi a maternidade. Muitas mulheres relataram angústias relacionadas ao impacto da violência sobre os filhos, vivenciando conflitos entre a função materna e a busca por proteção. Essa tensão entre o cuidado e a denúncia, entre o vínculo com os filhos e a tentativa de romper com o agressor, foi atravessada por sentimentos ambíguos de força e impotência (Zanello, 2016; Conte, 2021). Também foram observados efeitos da disputa de guarda e estratégias de manipulação por parte dos agressores, que se utilizam das crianças como forma de controle coercitivo, configurando o que Stark e Hester (2018) definem como "violência invisibilizada".

O grupo também revelou a presença de violência institucional nos relatos das participantes, desde o atendimento desqualificado em delegacias até o descrédito de suas denúncias por parte de profissionais de saúde e assistência social. Tais episódios desmotivam as mulheres a buscarem apoio e contribuem para o ciclo de silenciamento e revitimização (Belarmino et al., 2020). A crítica à "vítima perfeita" – passiva, frágil e submissa – emergiu como tema relevante para desconstruir as imagens estereotipadas que permeiam os discursos sociais e o próprio sistema de justiça (Cheek et al., 2023).

A experiência grupal também possibilitou a reflexão sobre a patologização dos agressores. Diversas participantes nomearam seus ex-parceiros como "psicopatas" ou "doentes mentais", revelando uma tentativa de dar sentido à violência sofrida. No entanto, essa explicação, embora compreensível, pode obscurecer os fatores estruturais que sustentam a violência de gênero, deslocando o problema para o âmbito individual e excluindo a dimensão política do fenômeno (Prado & Souza, 2020; Bastos & Moreira, 2021).

Por outro lado, o grupo possibilitou o fortalecimento da autoestima, a valorização do autocuidado e a construção de novos projetos de vida. Algumas participantes relataram que voltaram a estudar, buscaram emprego ou retomaram atividades prazerosas após o rompimento com o parceiro violento. O simples ato de caminhar sozinha ou ler um livro em paz foi descrito como gesto de liberdade e reconexão consigo mesma. A capacidade de dizer "não" e de estabelecer limites foi destacada como conquista fundamental para a reconfiguração das relações (Souza & Silva, 2019).

A transgeracionalidade da violência foi outro ponto de atenção. Diversas mulheres relataram ter crescido em lares marcados por violência ou abuso sexual na infância. Isso evidenciou como os aprendizados afetivos e relacionais são reproduzidos, muitas vezes, sem consciência crítica, perpetuando ciclos de dor e subjugação (Hamdullahpur et al., 2018; Brum et al., 2021). A discussão coletiva desses padrões possibilitou reconhecer a história individual como parte de uma estrutura social maior, criando oportunidades de ruptura simbólica e prática.

Narrar experiências traumáticas requer um espaço protegido e validante. O grupo, nesse sentido, funcionou como território de recomposição identitária, onde o contar e o ouvir se entrelaçam na produção de novos sentidos (Stanziani et al., 2024). A ressignificação da dor a partir da escuta coletiva transforma o sofrimento isolado em potência compartilhada. Ao final dos encontros, as participantes destacaram a importância do grupo como espaço de acolhimento, reconstrução e solidariedade.

O Projeto Espelhos segue em andamento, com novos grupos sendo formados e novas análises em curso. Este recorte reflete apenas uma etapa da trajetória do projeto, mas já permite afirmar que a prática grupal constitui uma estratégia ética e potente de intervenção psicossocial no enfrentamento da violência contra mulheres. Além de promover suporte emocional e fortalecimento subjetivo, os grupos funcionam como dispositivos de resistência frente às violências estruturais que se reproduzem nas instituições e nos lares. Trata-se de afirmar que toda mulher tem o direito de ser ouvida, de ser cuidada e de se (re)inventar a partir de sua própria história.

Medicalização e Cuidado: Continuidades e rupturas discursivas entre portarias do CFM e do Ministério da Saúde

Ariel Joan Santana de Souza (UFAM), Alana Paulinio da Silva (UFAM), Breno de Oliveira Ferreira (UFAM)

A partir da última década, a "população" transgênero passou a ser sistematicamente capturada e instrumentalizada por discursos políticos em diversos campos de disputa, como o educacional, o jurídico e o da saúde. No Brasil, a construção dos processos de cuidado em saúde voltados a pessoas trans foi marcada por avanços institucionais e retrocessos normativos. Esse cenário mostra como o acesso à saúde para as pessoas trans permanece como um campo crítico, em que a garantia de direitos se confronta cotidianamente com práticas de exclusão, patologização e violências.

O Ministério da Saúde (MS) – provocado pelos grupos ativistas e movimentos sociais – foi o responsável pela implementação e ampliação do Processo Transsexualizador no SUS, por meio das portarias GM/MS 1.707, SAS/MS 457 e GM/MS 2.803 e a Política Nacional de Saúde LGBT+ mediante a portaria GM/MS 2.836. Em geral, essas construções institucionais realizadas pelo MS seguiram uma lógica de ampliação de direitos, procurando garantir as diversas necessidades reivindicadas pela pluralidade das experiências trans.

O Conselho Federal de Medicina (CFM) pautou suas determinações originalmente pela patologização das identidades transgêneros. Estipulando a necessidade de acompanhamento psiquiátrico para a autorização de serviços como terapia hormonal cruzada e intervenções cirúrgicas em mulheres e homens trans, mediante as resoluções CFM 1.482, CFM 1.652 e CFM 1.955.

Já a resolução CFM 2.265/2019 apresentou uma mudança significativa, estendendo a autonomia pessoal nas intervenções que poderiam ser usufruídas pela população trans e retirando critérios que restringiam o acesso como a redução da idade mínima para 16 anos da terapia hormonal cruzada e de 18 anos para a realização de intervenções cirúrgicas e a remoção da obrigatoriedade de laudo psiquiátrico para adultos candidatos às cirurgias de afirmação de gênero.

Em contrapartida, a Resolução mais recente do CFM, a Nº 2.427, de 8 de abril de 2025, apresenta retrocessos nos cuidados em saúde dessa população. Entre os prejuízos determinados pela nova Resolução estão: a proibição do uso de bloqueadores hormonais em crianças e adolescentes, a obrigatoriedade de acompanhamento médico de no mínimo um ano para o início da terapia hormonal e para que haja a realização de intervenções cirúrgicas em maiores de 18 anos, além da idade mínima de 21 anos para cirurgias que impliquem efeitos esterilizantes e restringindo a terapia hormonal e intervenções cirúrgicas em pessoas que apresentam qualquer transtorno psiquiátrico grave.

Os retrocessos estabelecidos pela Portaria mais recente do CFM geram impactos diretos nos cuidados em saúde da população trans, como a restrição da oferta formal de intervenções fundamentais como a terapia hormonal cruzada, levando parte dessa população ao uso informal e indiscriminado desse cuidado.

As construções discursivas formadas pelos discursos contidos nas Portarias do MS e nas Resoluções do CFM geram efeitos reguladores de subjetividade ao se aliarem ou recusarem construções discursivas anteriores como a Universalização de um Sujeito Transgênero, a Patologização da Identidade Transgênero e o enfraquecimento da Trans-autonomia. Essas normativas orientam práticas médicas, forjam e modulam formas de

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

reconhecimento, legitimação e controle dos corpos trans, participando ativamente na reprodução ou transformação de regimes discursivos que sustentam políticas públicas e saberes sobre saúde e gênero.

Os discursos presentes nas normativas em questão mediam as experiências que a população transgênero tem com suas constituições subjetivas e de seus corpos e de como pessoas cis compreendem e agem com pessoas trans. Esta mediação para a constituição da subjetividade de populações é conceituada por Foucault (2009) como biopoder, a tecnologia de poder que permite o controle e regulação da forma de viver e a constituição dos corpos que irão viver sob essa regulação. Partindo de um aporte pós-estruturalista, a partir da primeira portaria do CFM em 1997 até a mais recente em 2025, esse trabalho buscou compreender as continuidades e rupturas discursivas entre as resoluções do CFM e portarias do Ministério da Saúde que tem como objeto os cuidados à saúde transgênero.

Para se aproximar da meta pretendida, adotou-se como fundamento teórico-metodológico a análise arqueológica de Foucault (2009; 2012), que investiga as condições históricas de produção dos discursos e os mecanismos de subjetivação ligados ao poder-saber. A esse arcabouço, foram somadas as contribuições de Preciado (2014) e sua teoria farmacopornográfica, que amplia a crítica foucaultiana ao examinar como tecnologias médicas, hormonais e midiáticas operam no controle biopolítico dos corpos transgêneros.

O intento do estudo se articula com o GT escolhido, GT 19: Fazeres em gênero, suas intersecções e políticas públicas: colaborações para adiar o fim do mundo e ainda com o eixo temático 12: Gênero, Sexualidades e Intersecções, ao se ocupar de pensar e desenvolver construções relacionadas às forças e produção de subjetividades que está mergulhado o campo dos cuidados em saúde da população trans, sendo constituído da atuação de diversos agentes políticos como o Estado, organizações da sociedade civil e instituições normatizadoras de saber como o CFM.

Metodologicamente, em um primeiro momento foi realizada a leitura de portarias do MS e de resoluções do CFM em relação às determinações médicas sobre transgeneridade e artigos da literatura científica que discutiam esses documentos. Posteriormente foi realizada a separação em categorias de análise dos enunciados presentes no corpus documental do estudo para verificar as continuidades e as rupturas discursivas entre estes documentos.

As portarias do Ministério da Saúde inicialmente se fundamentaram em lógicas patologizantes da identidade e experiência transgênero, usando como base o código de Transexualismo (F64.0) proveniente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10) – introduzida em território brasileiro no ano de 1996 – conceituando como um desejo de viver e ser aceito enquanto pessoa do "sexo oposto".

Logo, os objetivos terapêuticos e que eram tomados como sinônimos de saúde para as pessoas transgênero dentro desse contexto eram a homogeneização do sujeito transgênero na sociedade cisgênera ou Normal, procurando assemelhar o corpo dos indivíduos desta população aos parâmetros hegemônicos de homem e mulher através das intervenções cirúrgicas e terapias hormonais e ainda, se tratando de aspectos psicossociais, a aceitação e absorção desses indivíduos pelo mercado de trabalho e suas famílias de origem.

Com o advento de novas portarias como a GM/MS nº 2.836/2011 e GM/MS nº 2.803/2013, houve uma mudança significativa nos discursos exercidos pelas normativas do Ministério da Saúde. O diagnóstico a partir do CID ou de outras fontes como o DSM não é utilizado como base da definição da identidade transgênero, sendo omitidas descrições de pessoas transexuais e travestis, assumindo uma inclusão implícita dessas identidades como usuais. A meta terapêutica estabelecida pelas portarias não é

centralizada em intervenções corporais e admite outros objetivos como parte de cuidado. Ademais, também estabelece idade mínima de 18 anos para realização de hormonioterapia e 21 anos para cirurgias de afirmação de gênero e se mantém ausente de determinar a obrigatoriedade ou não do acompanhamento médico para a efetuação de intervenções cirúrgicas e hormonioterapia, deixando essa lacuna a cargo das orientações do CFM que, até a portaria CFM nº 2.265/2020, estipulava um acompanhamento por tempo mínimo de 1 ou 2 anos, fortalecendo discursos que reduziam a autonomia corporal de sujeitos transgêneros sob a justificativa da cautela e do cuidado.

O Conselho Federal de Medicina também se pautou originalmente em discursos medicalizantes direcionados à determinações para o processo de transição de gênero, mas que, ainda sim, se configuraram como conquistas e ampliação de direitos conforme as resoluções n.º 1.482/1997 e n.º 1.955/2010. Com a resolução n.º 2.265/2019 houve uma ruptura discursiva significante, tendo em vista a preconização de uma atuação mais pautada na autonomia corporal e ampliação de direitos, favorecendo a hormonização cruzada e acesso a bloqueadores hormonais em contextos experimentais com avaliações e acompanhamentos multidisciplinares a partir dos 16 anos. Em contrapartida, a resolução n.º 2.437/2025 apresenta-se uma série de retrocessos que retomam os discursos de redução de autonomia ao pontuar restrições à pessoas menores de 18 anos tanto ao uso de bloqueadores hormonais quanto ao início da hormonioterapia, e de 21 anos para cirurgias, reforçando discursos de vulnerabilização de pessoas transgêneros e justificando as existências trans a partir de narrativas que observam o processo de adequação do sexo ao gênero como uma espécie de tratamento.

Todo esse cenário revela uma disputa de epistemologias antagônicas que partem de origens discursivas diversas. Enquanto o MS busca ampliar o autonomia corporal, operando dentro de uma lógica que reconhece a autodeterminação e a subjetividade dos sujeitos trans como direito, o Conselho Federal de Medicina, com restrições etárias e um discurso medicalizante, reforça um regime biopolítico, inspirado por políticas antitrans importadas de um eixo conservador internacional, buscando patologizar os saberes trans, relegando-os a objetos de gestão técnica e moral. As recentes resoluções do CFM submetem corpos trans a protocolos disciplinares, convertendo subjetividades em “casos clínicos” sob uma “proteção médica” a fim de reforçar dispositivos de controle. Por outro lado, as políticas do Ministério da Saúde, ainda que incapazes de ter uma precisão metodológica para as vivências trans, tensionam esse movimento ao interpretar as intervenções médicas não como um “tratamento” e sim como “direito”.

Orçamento com lentes de gênero: Reflexões sobre a incorporação das demandas das mulheres no PPA 2024-2027 do estado da Bahia

Maise Caroline Zucco (Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher - BA), Tereza Cristina da Silva Bandeira (Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher - BA), Jéssica Lima Oliveira (Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher - BA)

As histórias dos movimentos feministas e de mulheres no Brasil nos mostra mobilizações que atravessam o século XX, na luta pelo direito ao voto, pela carestia, pelas especificidades das mulheres negras e lésbicas, pelo processo de redemocratização e pela ampliação das organizações da sociedade civil que passaram a desenvolver ações de intervenção social. Os movimentos feministas chegaram ao século XXI com avanços nos direitos civis, políticos e sociais, mas não em uma ascensão. As conjunturas contemporâneas de conquistas e retrocessos, de valorização e preterimento das pautas, ainda colocam as mulheres como secundárias diante das prioridades governamentais, subjugadas dentro da estrutura da gestão, e torna as pautas negociáveis dentro de interesses políticos tomados como mais relevantes.

Ao mesmo tempo, os problemas sociais como as desigualdades econômicas, as opressões históricas e as violências produzidas a partir das diferenças de gênero, posicionam as mulheres como sujeitas de interesse da agenda governamental seja pela pressão dos movimentos sociais, seja pelos indicadores sociais, que produzem um diagnóstico negativo dessa realidade. Em acréscimo é imprescindível compreender que essas mulheres são atravessadas por uma série de outras opressões que tornam essas experiências sociais diversas e em níveis de acesso e vulnerabilidade distintos, seja pelos marcadores de raça, classe, sexualidade ou deficiência, por exemplo. Nesse sentido, a compreensão desses problemas a partir de uma perspectiva interseccional, que dentro do Estado encontre caminhos intersetoriais e interdisciplinares de resoluções, são pontuados pelo campo de estudos das políticas públicas com uma perspectiva feminista. Esse caminho teórico também nos faz olhar para os recursos governamentais dispendidos para ações que buscam sanar problemas relativos às mulheres. É o caso do debate em torno do "orçamento com lentes de gênero" que reflete sobre o montante previsto dentro dos documentos orçamentários destinados à pauta a partir de categorias como "gastos etiquetados" - que são aqueles destinados especificamente a um marcador social, como é o caso das mulheres - , gastos gerais - que favorecem a população sem a especificidade de um dado grupo – ou ainda os gastos que podem favorecer um determinado perfil social, mas que não são destinados especificamente a ele - é o caso de recursos endereçados à crianças mas que beneficiam suas mães. Essas preocupações se alinham ao debate promovido pela pesquisadora Ana Claudia Capella.

Diante desses elementos o objetivo dessa comunicação oral está centrado na reconstrução do processo de participação do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher do estado da Bahia (CCDM-BA), mais especificamente nas demandas enunciadas pela sociedade civil neste espaço, e como essas foram incorporadas ao Plano Plurianual 2024-2027 (PPA 2024-2027). O debate aqui proposto versa sobre a retomada de um exercício feito pelo CDDM-BA, que atendeu à solicitação governamental aos conselhos estaduais visando uma construção democrática, na lógica do orçamento participativo. A metodologia adotada compreendeu o envio online das demandas por parte da sociedade civil de forma ampla, as reuniões territoriais organizadas pelo governo e o encaminhamento por parte dos conselhos a partir dos eixos propostos. Esse acúmulo

foi a base para as negociações e a construção do PPA 2024-2027 da Bahia.

Contudo, o encaminhamento das demandas não garantiu a incorporação delas, integralmente, no documento orçamentário. Como propõem a teoria dos Múltiplos fluxos de John Kingdon, é necessária uma janela de oportunidades para que um problema, ainda sem interesse do Estado, passe a compor a agenda governamental e decisória. Essa entrada seria possível, para o autor, com a confluência de elementos que passam pelas atrizes e atores envolvidos no processo, crises e a influência da mídia, entre outros elementos. Logo, esse é um estudo que realiza um exercício memorialístico de pessoas que integraram esse processo, sobre as documentações e instruções produzidas, bem como a análise do PPA com lentes de gênero em um produto que reflete tanto sobre uma análise do orçamento quanto de construção da agenda.

Esse aspecto é destacado uma vez que compreender esses processos, inclusive o orçamentário, é compreender as relações políticas e de poder, as formas de vida narradas como possíveis pelo Estado, o que é passível de ser negligenciado e que modo de vida, tendo no horizonte o bem viver, está sendo produzido para as mulheres na sua pluralidade, em um alinhamento com o Grupo de Trabalho “Fazeres em gênero, suas intersecções e políticas públicas: colaborações para adiar o fim do mundo”.

Os orçamentos públicos, sejam nas esferas municipais, estaduais e federal são constituídos pelo PPA, Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei orçamentária anual (LOA). Esses dois últimos compreendem documentos orientadores dos gastos para o ano, com base no planejamento do quadriênio contido no Plano Plurianual. Nesse sentido, o PPA que é construído no primeiro ano de uma gestão e executado até o primeiro ano da gestão seguinte. O documento delineia os gastos de um governo, suas predileções em relação as pautas dos diversos movimentos sociais e o que é tomado como mais importante. Dentro desse recorte investigativo, cabe pontuar que as ações empreendidas pelo Estado exigem orçamento e a utilização de recursos, seja de capital, de pessoal ou de custeio. A análise dessa previsão orçamentária pode nos mostrar as escolhas políticas em relação aos gastos, as prioridades diante da gama de problemas sociais e como ocorre o alinhamento entre o discurso da gestão e suas efetivas ações.

Parentalidade bissexual e bioecologia no contexto amazônico

Manuela Gomes Batalha (UFAM), Guilherme Souza da Silva (Fametro), Dayse da Silva Albuquerque (UFAM)

O estilo de vida na sociedade ocidental vem sofrendo modificações intensas ao longo do século XX, com a inserção das mulheres no mercado de trabalho, a queda nas taxas de fecundidade, a desvalorização do casamento e a multiplicação de divórcios. No final da década de 80, o movimento LGBTQIA+ foi um importante ator social nesse processo de mudanças, reivindicando o direito do reconhecimento jurídico da união homoafetiva. Neste estudo será utilizada a sigla LGBTQIA+, que representa lésbicas, gays, bissexuais, pessoas trans e travestis, queers, intersexo, assexuais e qualquer outra categoria dissidente. Facchini e França (2020) abordam a adição de acrônimos como um apontamento para categorias identitárias e a complexidade das experiências coletivas. Apesar da existência de múltiplas siglas, estas não representam desarmonias, e sim um encontro político contra opressões, que busca privilegiar as vivências individuais.

Embora na nossa sociedade exista um grande valor aos aspectos biológicos do parentesco, Zambrano (2006) destaca que o vínculo familiar pode surgir a partir de quatro elementos: o vínculo biológico, o parentesco, a filiação e a parentalidade. Historicamente, a palavra "parentalidade" foi introduzida no contexto brasileiro a partir da década de 1980 e diz respeito ao processo dinâmico de tornar-se mãe ou pai, independentemente de questões biológicas.

No Brasil ainda prevalece o discurso de que o desenvolvimento infantil é garantido por uma figura masculina e uma figura feminina, que além de ocuparem papéis sociais específicos, também ficariam ocupados de cuidar da criança - lugar atribuído à mulher - e prover a família e a casa - ocupação do homem. Contudo, na tentativa de contestar a norma heterossexual, estudos sobre diferentes arranjos familiares têm demonstrado que a heteroparentalidade é um modelo ideológico, e não algo cientificamente comprovado (Temperini, 2018).

Estudos e pesquisas sobre parentalidade LGBTQIA+ na região Norte do Brasil são escassos, indicando que a realidade desses cuidadores é pouco valorizada pelo meio acadêmico, e por consequência, para a sociedade nortista. Quando se fala da realidade bissexual, então, essa quantidade é ainda mais reduzida. Logo, a pesquisa visa privilegiar a vivência da identidade bissexual e compreender de que forma a bifobia se tornou – e ainda está – presente no momento de revelação da sexualidade. A pesquisa tem como objetivo compreender a relação das mães bissexuais com sua sexualidade, desde o processo de descoberta da bissexualidade, até o momento da transição à parentalidade.

As temáticas tratadas na pesquisa conversam com o GT 19 – fazeres em gênero, suas intersecções e políticas públicas: colaborações para adiar o fim do mundo – a partir do diálogo sobre gênero e bissexualidade na maternidade bissexual. Com o GT 26 – mulheres em movimentos e redes de luta: desafios na produção de alianças, cuidado coletivo e enfrentamento político no contexto neoliberal e de ascensão neofascista – por demonstrar a potência das redes de apoio no enfrentamento de preconceitos e estigmas. E por fim, com GT 54 – violência e formação no mundo administrado: interface e impactos na constituição psíquica – ao abordar a vivência da bifobia e suas consequências na vida das participantes da pesquisa.

A Ecologia do Desenvolvimento Humano foi descrita em 1996 por Urie Bronfenbrenner a partir da concepção de sistemas que são interdependentes entre si. Ao dividi-los em quatro – microssistema, mesossistema, exossistema e

macrossistema – demonstra como desde o ambiente direto em que a pessoa está inserida até a cultura e o sistema de crenças da sociedade em que vive podem ser ou não promotores do desenvolvimento pessoal (Bronfenbrenner, 1996).

Bronfenbrenner denominou de transição ecológica o fenômeno que engloba mudanças de papeis e ambientes dos indivíduos. Essas mudanças podem ocorrer em qualquer um dos níveis do ambiente ecológico e sua ocorrência pode ou não ser um fator para o desenvolvimento pessoal, afetando não apenas uma pessoa, mas todo o sistema do qual faz parte. A chegada de um novo membro familiar, por exemplo, exige que as mães, pais ou cuidadores tomem decisões que impactam diretamente em sua rotina (Senna, 2011; Rosa & Tudge, 2013).

Levando em consideração que o presente estudo pretende investigar a vivência de mães, pais ou cuidadores, surgem alguns questionamentos: que eventos a níveis do micro, meso, exo e macrosistema influenciaram e influenciam na vivência da identidade bissexual? Como ocorre o processo de revelação da sexualidade para familiares e pessoas próximas?

A pesquisa seguiu uma abordagem qualitativa, com viés descritivo e exploratório. Como referencial teórico, foi utilizada a teoria bioecológica de Urie Bronfenbrenner.

Foram entrevistadas quatro mulheres bissexuais, residentes na cidade de Manaus-Amazonas, com pelo menos um filho. Os nomes citados nessa pesquisa são fictícios, a fim de resguardar o sigilo das participantes, e foram escolhidos por elas após o fim da entrevista. Sol tem 35 anos, é administradora e se identifica como parda, assim como Melissa, que tem 22 anos e é pesquisadora e estudante. Maria tem 35 anos, é branca e designer. Joana tem 31 anos, é branca e psicóloga.

Gómez e Arenas (2019) identificam seis etapas no processo de identificação bissexual: experimentação por curiosidade, enfretamento de obstáculos, confusão identitária, negociação da bissexualidade, reconhecimento como uma orientação legítima e autoaceitação. No caso de Sol e Melissa, a curiosidade inicial foi despertada por relações com amizades próximas. Essas redes sociais proporcionam transições ecológicas positivas e inserções em novos ambientes: a vivência genuína de sua identidade (Poletto & Koller, 2008).

A descoberta bissexual envolve sentimentos como medo de sofrer rejeição social e familiar pela inadequação à heteronormatividade (Souza et al., 2020). Segundo Gómez e Arenas (2019), embora um apoio familiar adequado seja benéfico para a aceitação identitária, é comum que a pessoa bissexual não se sinta acolhida quando revele sua sexualidade. As quatro participantes relataram pouco suporte familiar e questionamentos invasivos sobre sua sexualidade ao revelar a bissexualidade, bem como incertezas sobre sua orientação sexual.

Na quarta etapa surge a procura por ajuda com um profissional especializado ou através da internet. Nesse sentido, Maria comenta que durante o processo de adoção, buscou suporte de uma assistente social para realizar uma intervenção com sua família, por causa do afastamento que estava sentindo durante esse processo.

Superados os questionamentos iniciais, as relações afetivo-sexuais condizem com a aceitação da bissexualidade como uma orientação sexual válida. Na última fase, ocorre a integração da bissexualidade com outros aspectos de sua vida (Gómez & Arenas, 2019).

Para Lewis (2012), a bifobia consiste na discriminação, hostilidade e estigmatização tanto por parte de pessoas heterossexuais quanto de homossexuais a pessoas bissexuais. Dentre as suas causas estão o medo da ambiguidade sexual e uma "ameaça homossexual" diante da presunção de que bissexuais possuem acesso a

privilégios heterossexuais, e, portanto, são menos oprimidos dentro da comunidade LGBTQIA+.

Os efeitos da bifobia podem impactar diretamente na concepção de si ao gerar altos índices de confusão identitária, insegurança e desconfiança que partem dos outros e de si mesmos, além de ampliar a bifobia internalizada e sentimentos negativos diante de si (Cruz et al., 2022; Paveltchuk & Damásio, 2019).

A participação das quatro mães bissexuais na pesquisa trouxe à tona uma realidade solitária dentro da comunidade LGBTQIA+, perpassada por questionamentos, invisibilizações e momentos de dúvida sobre a veracidade de sua sexualidade. Aqui, a família é um elemento importante no processo de aceitação, que na experiência de Melissa, Sol, Joana e Maria, trouxeram momentos de afastamento diante da descoberta de sua bissexualidade. Após o momento de estranheza, no entanto, as relações familiares se reestruturaram, e hoje recebem acolhimento, tanto em questão à sexualidade, como à transição para a parentalidade.

Efeitos da bifobia foram observados na fala de Melissa, que relatou se sentir “menos LGBT por ter um filho e estar num relacionamento heterossexual”. Nesse sentido, as redes sociais de cada uma e o acolhimento por pessoas que fazem parte da comunidade LGBTQIA+ foram importantes no processo de fortalecimento da identidade bissexual e no enfrentamento de estruturas monossexistas e heteronormativas.

Práticas feministas no Conselho de Psicologia da Bahia

Darlane Silva Vieira Andrade (UFBA), Vanessa Oliveira Cordeiro Silva (Conselho Regional de Psicologia da Bahia), Suzana Maiara Costa (Conselho Regional de Psicologia da Bahia)

As violências de gênero contra as mulheres são uma grave violação de direitos humanos e um problema de saúde pública enfrentado no Brasil e em todo o mundo, gerando múltiplas consequências, incluindo o adoecimento psíquico para quem vivencia de maneira direta ou indireta este fenômeno. O entendimento das formas de manifestação é de fundamental importância para que possamos elaborar e aplicar políticas de prevenção e promoção da saúde. Um dos espaços em que essa discussão tem sido feita ao longo dos anos são nos movimentos sociais de mulheres e feministas, estes que vêm assumindo um papel de extrema relevância no enfrentamento às violências no país.

Diante desses coletivos, temos problematizado e dialogado sobre questões cruciais como as desigualdades de gênero, englobando o racismo, sexismo, etarismo, capacitismo, discriminação as expressões sexuais e de gênero, e temáticas correlatas que se entrecruzam a partir das vivências subjetivas e se fazem essenciais para o combate às violências e opressões no território. Os estudos feministas, de modo interseccional, auxiliam no entendimento do fenômeno ao analisar a estrutura cultural, histórica e social, a qual valida o sexismo e a misoginia que estão na base das dinâmicas violentas, além de ser impulsionada por um sistema capitalista, racista, LGBTfóbico, capacitista e de tantas outras normatizações que resultam em múltiplas discriminações.

A psicologia como ciência e profissão, assumindo o compromisso social com a vida das mulheres, deve buscar construir ações que colaborem com o enfrentamento e a prevenção do fenômeno junto a categoria. Considerando o fim das violências de gênero e promovendo uma cultura de respeito às mulheres e meninas, acolhendo aquelas que sofreram algum tipo de violação e orientando profissionais em diferentes áreas de atuação, a trabalharem de forma ética com o tema. Logo, esta comunicação visa apresentar práticas que vêm sendo construídas ao longo de 17 anos no Conselho Regional de Psicologia da Bahia (CRP-03) direcionadas a orientar profissionais de Psicologia a atuarem na prevenção, combate e acolhimento às mulheres em situação de violências, por meio do Grupo de Trabalho Relações de Gênero e Psicologia (GTRGP).

O grupo se constituiu em 2008 na Comissão de Direitos Humanos (COMDH) e em 2019 passou a integrar a recém criada Comissão de Mulheres e Relações de Gênero (COMREG) neste Conselho. Integram a Comissão e seus grupos de trabalho, estudantes e profissionais de psicologia, pesquisadoras e militantes feministas, que se valem de arcabouço teórico ancorado nas epistemologias feministas para protagonizar ações neste espaço. Algumas das autoras feministas acessadas são Donna Harraway, Sandra Harding, Kimberlé Crenshaw, Joan Scott, bell hooks, Lélia González, e as psicólogas que colaboram na construção teórica e ação em psicologia feminista: Conceição Nogueira, Valeska Zanello, Sandra Azeredo, Grada Kilomba, dentre outras. Para elencar as ações do grupo e apresentar as colaborações e desafios, foram acessados relatórios anuais de gestão dos últimos anos e participação das proponentes em diferentes fases do grupo, sendo uma delas presente desde a fundação do mesmo. As ações envolvem reuniões mensais, eventos presenciais e on-line, construção de materiais de orientação por meio de publicações em formato de livros (O Grupo organizou três livros sobre Gênero na Psicologia; Cartilhas sobre Psicologia e Direitos Humanos, está lançando uma Cartilha para atuação com violências de gênero contra as mulheres este ano), notas técnicas, notas de posicionamento, nas ruas participando de

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

marchas (como 8 de março, parada LGBTQIA+, julho das pretas), articulação com movimentos sociais como a Rede de Enfrentamento às Violências contra as Mulheres de Salvador e Associação de Mulheres com Sofrimento Mental (Amea/Papo de Mulher). O GTRGP colaborou significativamente com ações que reverberam a nível nacional e internacional, como a defesa do uso da escrita gendrada, colaboração em Grupos de Trabalho no Conselho Federal de Psicologia com o que construiu a Resolução Nº 08/2020 que "Estabelece normas de exercício profissional da psicologia em relação às violências de gênero".

Além disso, participou de eventos internacionais e suas integrantes fizeram parte de grupo de mulheres da psicologia latinoamericana da União Latino-Americana de Entidades de Psicologia (ULAPSI), por exemplo. A participação em gestões do Sistema Conselhos de Psicologia também se mostrou importante, em que tivemos (e temos) integrantes e ex-integrantes do grupo como conselheiras no CRP-03 e atualmente também no Conselho Federal. Consideramos que as ações colaboram significativamente na construção de uma Psicologia ética, política e socialmente implicada nos direitos humanos e das mulheres, através de formas feministas de fazeres da psicologia, do enfrentamento às violências de gênero de um modo interseccional, como também, englobando debates sobre os impactos das violências na saúde mental das mulheres e em toda a sociedade.

Destacamos a função do grupo como espaço potente de formação, de trocas e compartilhamentos de saberes, além de se constituir uma importante rede de apoio e amizade entre integrantes. As contribuições e trabalho do grupo acessam profissionais que estão na ponta da atuação com políticas públicas, nos atendimentos na clínica, nas organizações, na educação, na psicologia social, e dentre outros contextos, como também, na academia a partir de pesquisas relacionadas à temática, o que consideramos estratégico para contribuir com o fim das desigualdades e mortes de mulheres - físicas, simbólicas e sociais - e incentivar ações que adiem o fim do mundo neste sentido de assumir um compromisso, enquanto profissionais de saúde mental, com a vida das mulheres em sua diversidade.

Precarização do Trabalho de professores dissidentes em sexualidade nas escolas públicas e particulares de Fortaleza Ceará

Francesca de Almeida Stefani (UFC), Antonio Marlon Coutinho Barros (UFC), Luciana Lobo Miranda (UFC), Lorena Maria Viana de Castro (UFC)

A escola, enquanto espaço de socialização, também reproduz relações de poder que podem marginalizar aqueles que não se enquadram nas normas heterocisnormativas. Nesse cenário, professores dissidentes em sexualidade – em especial aqueles que atuam na educação básica em Fortaleza – frequentemente enfrentam violências institucionais e interpessoais. Embora a legislação brasileira assegure a presença do psicólogo escolar e a promoção de ambientes iguais e livres de discriminação, percebe-se que essas garantias se mostram insuficientes para proteger efetivamente docentes dissidentes. Diante desse contexto, o projeto de extensão "É da Nossa Escola que Falamos" estabeleceu-se como uma pesquisa-intervenção cujo objetivo central foi compreender, a partir das próprias narrativas dos docentes, os modos de existência, resistência e desafios vivenciados por professores dissidentes em sexualidade nas escolas públicas e particulares de Fortaleza. Para alcançar tais objetivos, a pesquisa adotou uma metodologia qualitativa inspirada nos princípios da pesquisa cartográfica e da intervenção. Reconhecendo que o objeto de investigação não existe isoladamente, mas emerge em coemergência com o pesquisador, as entrevistas foram conduzidas de forma aberta, privilegiando o fluxo narrativo, os gestos, os silêncios e a dimensão afetiva do ato de falar. Em vez de perguntas fechadas, estimulou-se que cada docente relatasse sua trajetória profissional, as experiências de dissidência em sexualidade no ambiente escolar, as estratégias de autoproteção e as percepções em relação às práticas de gestão e atuação de psicólogos nas instituições. Ao mesmo tempo, a pesquisa cartográfica possibilitou que a equipe, composta por cinco alunas de graduação em Psicologia e um doutorando, se posicionasse como co-buscadora de sentidos, promovendo reflexões mútuas e transformações recíprocas. Todos os participantes assinaram termo de consentimento informado, garantindo confidencialidade e anonimato, e o projeto foi registrado na Plataforma Brasil.

A seleção dos entrevistados deu-se por meio de amostragem em bola de neve, iniciando-se por redes de apoio e ativismo LGBTQIAPN+ em Fortaleza. No total, foram realizadas dez entrevistas individuais, sendo cinco online (via Google Meet) e cinco presenciais, em locais escolhidos pelos próprios docentes – como a sala do Laboratório de Psicologia em Subjetividade e Sociedade na UFC ou salas escolares onde não ocorressem interrupções. O perfil sociodemográfico dos participantes revelou que quatro se identificam como não-binários, quatro como mulheres cis, um como homem cis e um como homem trans; em termos de orientação sexual, cinco são bissexuais, quatro homossexuais e um panssexual; sete atuam em escolas públicas e três em escolas privadas; e todos lecionam em etapas do ensino fundamental (inicial ou final) ou no ensino médio. Essa diversidade permitiu abarcar diferentes realidades institucionais e formativas dentro do mesmo cenário urbano.

Na análise das falas ficou evidente quando ocorria o enfrentar pelos docentes de olhares de reprovação e questionamentos sobre sua capacidade de ensinar, em vez de acolhimento, surgiam pela instituição somente medidas punitivas ao agressor, como forçar alunos a realizarem apresentações sobre homofobia, ação que, ao ignorar as especificidades das violências, revitimiza tanto professores quanto estudantes.

Outro eixo fundamental foi a violência entre pares. Além dos preconceitos vindos de estudantes, docentes dissidentes destacaram que colegas de trabalho, coordenação e até mesmo gestores reproduziam práticas de "pedagogia do insulto", que se manifestavam por meio de piadas, apelidos pejorativos, comentários desqualificantes e posturas antiéticas. Em escolas particulares com viés religioso, essas mensagens discriminatórias vinham respaldadas por justificativas católicas, fazendo com que professores trans e não-binários sentissem-se obrigados a performar a heteronormatividade para não sofrer retaliações ou até perder o emprego. Essa coerção instituiu um regime de "passabilidade" compulsória, em que o corpo dissidente é constantemente vigiado e, caso visível, se torna alvo de epítetos que reforçam a lógica de que a escola não foi construída para acomodar a pluralidade de identidades.

A dificuldade em nomear violências emergiu como um terceiro aspecto relevante. Vários docentes afirmaram sentir apenas "incômodo" ao testemunhar agressões contra colegas ou estudantes dissidentes, sem rotular esses episódios como violência propriamente dita. Essa posição refletia uma espécie de blindagem: por ocuparem uma posição de autoridade relativa, acreditavam estar parcialmente protegidos e, portanto, menos sujeitos a sofrimentos emocionais decorrentes de ataques diretos. No entanto, essa percepção se mostrou enganosa, pois o temor de transfobia, assédio moral e comentários maliciosos mantinha-se latente – mesmo que não houvesse ofensas explícitas, as violências simbólicas permeavam o ambiente, gerando desgaste psíquico constante.

As questões interseccionais de raça, religião e classe também apareceram de forma contundente nas narrativas. Em algumas escolas, a influência de preceitos religiosos conservadores reforçava manifestações LGBTfóbicas: professores foram aconselhados a procurar apoio na igreja para "corrigir" sua dissidência, evidenciando a confluência entre moral religiosa e coerção política. No âmbito da racialização , docentes dissidentes negros relataram vivências de violência que combinavam transfobia e racismo: comentários pejorativos sobre seus corpos periféricos e negros – tanto durante a infância quanto na docência – disparavam gatilhos emocionais, obrigando-os a buscar apoio terapêutico para lidar com traumas que persistiam ao longo do tempo. A articulação entre raça e gênero mostrou que, em sala de aula, ambientes marcados por hierarquias brancas reproduziam narrativas que reforçavam a ideia de que corpos negros dissidentes eram "antinaturais" ou "fora de lugar".

Do ponto de vista socioeconômico, constatou-se que a marginalização econômica de pessoas trans e travestis permeava as trajetórias desses docentes. Algumas falas apontaram para narrativas de prostituição forçada e precarização, especialmente entre aqueles que experimentaram abandono familiar, falta de acesso a oportunidades educacionais e dependência de redes de suporte comunitárias. Ao mesmo tempo, a educação surgia como horizonte de esperança: vários entrevistados relataram que, por meio do estudo, puderam projetar futuros não pautados pela exclusão e empobrecimento. Essas narrativas evidenciaram a dimensão política do ato de ensinar: a presença de professores dissidentes em sala de aula, além de questionar normas, abre caminhos para que estudantes reflitam sobre diversidade e existam enquanto sujeitos plenos.

Em contraponto às violências, emergiram também diversas estratégias de resistência e redes de apoio. Muitos docentes citaram referências inspiradoras, como figuras de militância e arte que demonstraram a possibilidade de viver de forma autêntica e política. Uma tática recorrente foi a utilização proposital de elementos visuais – saias, unhas pintadas, maquiagem – durante as aulas, com o objetivo de deslocar o foco para a desconstrução de normas de gênero e sexualidade e instaurar diálogos que ultrapassassem as barreiras do preconceito. Essas práticas, embora gerassem desgaste

emocional, foram apontadas pelos entrevistados como catalisadoras de mudanças no cotidiano escolar, pois permitiam a criação de espaços de questionamento e provocavam reflexões entre alunos e colegas.

Outro aspecto relevante foi a construção de redes de solidariedade internas: professores relataram a importância de se organizarem coletivamente, compartilhando experiências, indicando psicólogos ou terapeutas comprometidos com a causa LGBTQIAPN+ e fortalecendo canais informais de apoio. Essa rede interna contrastava com a ausência de diretrizes institucionais, revelando que, sem políticas públicas afirmativas e protocolos de proteção, a responsabilidade de promover ambientes inclusivos recaía sobre poucos indivíduos, comprometendo sua saúde mental e seu desempenho profissional.

A partir desses achados, foi possível delinear algumas proposições para a construção de ambientes escolares mais acolhedores e emancipatórios. Primeiramente, destaca-se a urgência de políticas públicas que incluam diretrizes específicas para o acolhimento de docentes LGBTQIAPN+, prevendo protocolos claros de denúncia, acompanhamento psicológico e ações reparadoras. Em paralelo, sugere-se que as intervenções de psicologia escolar adotem uma postura emancipatória, articulando espaços de escuta coletiva (grupos de discussão, rodas de conversa, oficinas cartográficas) que estimulem o diálogo aberto sobre gênero e sexualidade e criem laços de solidariedade entre docentes, estudantes e comunidade.

Em síntese, a pesquisa demonstrou que, embora o corpo dissidente em sexualidade represente um agente de transformação ao questionar normas hegemônicas, ele permanece exposto a violências múltiplas – simbólicas, institucionais e interpessoais. Sem políticas públicas afirmativas e práticas de acolhimento efetivo, as iniciativas de resistência correm o risco de sobrecarregar emocional e fisicamente esses profissionais. Ao mapear suas experiências, esta investigação não somente evidencia a urgência de mudanças concretas, mas também aponta caminhos para que a escola se transforme em um espaço de igualdade, diversidade e educação emancipatória, no qual a pluralidade de identidades torne-se fonte de enriquecimento coletivo, em vez de motivo de exclusão.

Palavras-chave: pesquisa-intervenção; cartografia; docência; dissidência em sexualidade; educação escolar.

Programa Bolsa Família: Por Uma Análise Interseccional Dos Limites E Potencialidades Das Políticas Socioassistenciais

Wagner Leite de Souza (UFSC), Kátia Maheirie (UFSC), Benilde Silva Portuguez (UFSC), Débora Cristina da Silva Alves (ARSAL)

Este trabalho apresenta um ensaio teórico fundamentado na literatura empírica. O objetivo é refletir sobre os impactos psicossociais do Programa Bolsa Família (PBF) sob uma perspectiva interseccional, analisando seus limites e potencialidades frente ao racismo, classismo e sexismo estruturais.

De acordo com Abramo (2004) e Silva et al. (2022), a fome e a pobreza não são problemas neutros: eles têm cor/raça, gênero e endereço. Essa afirmativa sintetiza uma realidade na qual a proporção de pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza é de 72,9% e 20,4%, respectivamente, entre a população negra – preta e parda (IBGE, 2022). Por sua vez, os lares chefiados por mulheres negras, mães solo, são os que apresentam a maior incidência de empobrecimento. Estes domicílios também são os mais afetados pela insegurança alimentar — moderada ou grave —, especialmente aqueles localizados nas regiões Norte e Nordeste do país (BELANDI, 2022; GALINDO et al., 2021; IBGE, 2022; SANTOS et al., 2022; SILVA et al., 2022).

Essas informações dão fôlego para entender o papel das políticas socioassistenciais, especialmente o PBF, tendo em vista que, em relação ao Programa, as mulheres somam mais de 90% das titulares, das quais 75% são negras (BRASIL, 2018).

Assim, realizamos um levantamento bibliográfico no Portal de Periódicos CAPES, entre os meses de janeiro e março de 2023. Foram utilizados nove descritores: 1) Bolsa Família; 2) Gênero; 3) Mulher; 4) Raça; 5) Etnia; 6) Negra; 7) Mulheres Negras; 8) Interseccionalidade; 9) Intersecção. Estes foram articulados entre si, e como resultado, obtivemos 201 trabalhos.

Inicialmente, descartamos 72 artigos que apareciam repetidos em mais de uma combinação de descritores, além de quatro indisponíveis em idioma português. Um segundo procedimento de seleção ocorreu a partir da leitura dos resumos de 121 artigos, sendo excluídos estudos que não abordavam o PBF, bem como os que não incorporavam a intersecção das categorias raça e gênero em suas análises. Assim, foram selecionados 33 trabalhos que focalizavam a discussão acerca do Programa em articulação com as categorias raça e gênero. Este critério de seleção decorreu do nosso interesse em investigar os impactos do PBF diretamente relacionados à vida das mulheres negras, o maior contingente populacional em situação de pobreza extrema e insegurança alimentar grave, além de serem o público majoritário assistido pelo Programa (BELANDI, 2022; BRASIL 2018b; GALINDO et al., 2021; IBGE, 2022; SANTOS et al., 2022).

A maioria dos estudos sobre o PBF não tende a focalizar o debate de raça e gênero, ou ainda que abarque o gênero, não racializa o debate (FREIRE et al., 2013; MACHADO; PAIVA, 2020). Assim, há nas pesquisas uma ideia do "pobre" ou da "mulher" como categorias genéricas ou universais, podendo resultar em análises precárias para pensar os limites e as potencialidades do PBF e sua relevância para o enfrentamento das desigualdades vivenciadas pelas mulheres negras.

Os resultados nos indicam a necessidade de produção de mais estudos acerca do PBF que considerem os marcadores de raça e gênero como categorias úteis de análise. Além destas, notamos ainda que há uma desigualdade regional, tendo em vista que as regiões Norte e Nordeste apresentam os mais elevados níveis de pessoas em situação de empobrecimento e de

insegurança alimentar (BELANDI, 2022; GALINDO et al., 2021; IBGE, 2022; SANTOS et al., 2022; SILVA et al., 2022), sendo ainda as regiões que comportam uma parcela significativa da população negra e de pessoas cadastradas no Programa (BRASIL, 2023a).

Em síntese, a literatura científica e as fontes oficiais informam que, embora o PBF não elimine a pobreza de forma integral, ele tem potencial para aliviar situações extremas, como a fome. Ao utilizarmos interseccionalmente os marcadores de raça, classe e gênero, podemos identificar novas dimensões de seus impactos e propor estratégias mais eficazes para atender às demandas do público majoritário cadastrado no Programa – as mulheres negras.

Fundamentamo-nos teoricamente na perspectiva do feminismo interseccional, que nos convoca a complexificar nossas análises acerca dos impactos do PBF. Segundo Collins e Bilge (2020), a perspectiva interseccional consiste em uma estratégia "de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas" (pp. 15-16). Assim, refletiremos tanto sobre o processo de intersecção das desigualdades quanto sobre mecanismos para (re)elaboração de políticas sociais que se preocupem em abarcar a integralidade das pessoas e a satisfação de suas demandas ao atender suas reivindicações. Para tanto, esta teoria nos convoca a transcender análises isoladas que considerem apenas um aspecto das desigualdades ou que universalizem/homogeneízem a realidade social. O primeiro passo para complexificar o debate em nossa análise é partirmos do entendimento de que a pobreza e a fome não são dados neutros e universais (ABRAMO, 2004; COLLINS; BILGE, 2020), de forma que esta perspectiva nos ajuda a investigar o modo como raça e gênero são apresentados ou invisibilizados no desenho do PBF, bem como a destacar a importância de considerá-los.

O presente estudo se localiza no campo da Psicologia Social, por compreendermos que este campo nos convida a uma reflexão quanto à importância de se construir um conhecimento científico comprometido politicamente com a expansão da democracia, em termos do reconhecimento de uma pluralidade de demandas sociais e no comprometimento com o enfrentamento de todas as formas de opressão. Aqui, nos distanciamos de uma perspectiva psicológica caracterizada por pressupostos epistemológicos que não consideram na análise dos fenômenos estudados os atravessamentos históricos, sociais e políticos (MARTÍN-BARÓ, 2013).

Acreditamos que este tema é de extrema necessidade, haja vista os desinvestimentos e desmontes nas áreas da assistência social, educação, saúde, trabalho e previdência, iniciados em 2016 com os governos dos ex-presidentes Michel Temer (Movimento Democrático Brasileiro – MDB) e Jair Bolsonaro (Partido Liberal – PL). Gestões políticas que difundiram retrocessos de conquistas e operaram na manutenção de desigualdades históricas que vulnerabilizam a população negra e favelada, especialmente as mulheres negras. Uma série de retrocessos democráticos que fortaleceram relações de dominação e que colocou o país de volta ao mapa da fome (SOUZA, 2020). A importância do debate se amplia no atual cenário sociopolítico brasileiro, que objetiva reverter os cortes e os retrocessos no campo da assistência social, além da busca por apresentar respostas e soluções aos desafios e sequelas decorrentes da experiência pandêmica, que agravou a situação de fome e pobreza.

Ao desenvolver o olhar para a interseccionalidade em estudos na assistência social, entendemos que ele auxiliará na difusão de conhecimentos e na orientação de práticas de pesquisadoras(es) no âmbito das ciências humanas e sociais e de profissionais da assistência social e também de gestoras(es) públicas(os) — da esfera municipal, estadual e federal — que apostam na produção científica para a (re)elaboração e fortalecimento de políticas sociais. Buscamos ainda colaborar com reflexões

que vislumbrem construir um projeto de sociedade antirracista, anticapitalista e antissexista.

Em tempo, destacamos que o trabalho se alinha à proposta do GT 19: Fazeres em gênero, suas intersecções e políticas públicas: colaborações para adiar o fim do mundo. Ele oferece uma análise interseccional de uma política pública, refletindo o objetivo do GT que é discutir as reverberações do patriarcado, enquanto lógica de atravessamento social, e das questões de gênero, raça e diversidade sexual sobre os modos de vida e opressões de pessoas vulnerabilizadas, além dos impactos dessas questões nas agendas, formulações, implementação e avaliação de políticas públicas.

REFERÊNCIAS:

ABRAMO, L. Nota Técnica – Perspectiva de Gênero e Raça nas Políticas Públicas. Ipea: mercado e trabalho, 25, 2004.

BELANDI, C. Em 2021, rendimento domiciliar per capita cai ao menor nível desde 2012. Agência IBGE Notícias: 10 de junho de 2022.

BRASIL. SUAS Sem Racismo: Promoção da Igualdade Racial no Sistema Único de Assistência Social. Brasília/DF: Ministério de Desenvolvimento Social – MDS, 2018.

_____. Informe Bolsa Família: Pagamento de benefícios do Bolsa Família de maio de 2023. Brasília/DF: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Informe nº 008 de 23 de maio de 2023; 2023.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. Interseccionalidade. São Paulo: Boitempo, 2020.

FREIRE, V. R. B. P.; et al. Programa Bolsa Família como estratégia de combate à pobreza em Dissertações e Teses no Brasil. Estudos e Pesquisas em Psicologia, v. 13 n. 3 p. 990-1009, 2013.

GALINDO, E. et al. Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil. Food for Justice Working Paper Series, n. 4 (2ª ed.). Berlin: Food for Justice - Power, Politics, and Food Inequalities in a Bioeconomy, 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. IBGE, 2022.

MACHADO, C. B.; PAIVA, F. S. As mulheres na política de transferência de renda: uma revisão sistemática da literatura. Psicologia Política, v. 20. n. 48. p. 295-310, 2020.

SANTOS, L. A. et al. Interseções de gênero e raça/cor em insegurança alimentar nos domicílios das diferentes regiões do Brasil. Cad. Saúde Pública, 38 (11): e00130422, 2022.

SILVA, S. O.; et al. A cor e o sexo da fome: análise da insegurança alimentar sob o olhar da interseccionalidade. Cad. Saúde Pública, 38(7):e00255621, pp. 01-14, 2022.

SOUZA, W. L. Programa Bolsa Família (PBF): construções discursivas de ex-participantes residentes em Alagoas. UFAL, 2020.

Resistências travestis no Brasil e na Europa: cartografias de enfrentamento à morte

Patrícia de Souza Oliveira (UFMG), João Henrique de Sousa Santos (FCMMG), Cíntia Maria Teixeira (FCMMG), Ravi Zanolla Cláudio (UNIRITTER)

Esta comunicação apresenta uma pesquisa realizada com travestis brasileiras profissionais do sexo, residentes no Brasil e na Europa, buscando cartografar suas estratégias de resistência e enfrentamento à morte. A pesquisa inscreve-se nas discussões sobre gênero, sexualidade, classe, raça e território, buscando trazer à tona as narrativas de uma população sistematicamente invisibilizada pelas políticas públicas e alvo de violências múltiplas. O objetivo foi compreender como essas travestis constroem modos de vida diante da exclusão social e da violência sistemática, e como, mesmo em contextos hostis, reinventam suas existências.

A proposta parte do reconhecimento de que o Brasil lidera o ranking mundial de assassinatos de pessoas trans, segundo dados do Trans Murder Monitoring, sendo que uma parcela expressiva dessas vítimas são profissionais do sexo. A marginalização da população travesti está intrinsecamente ligada a processos históricos de exclusão estrutural, negação de direitos e cisheteronormatividade, o que torna o trabalho sexual uma das poucas alternativas de sustento. Neste sentido, nossa pesquisa reconhece o trabalho sexual não como um fenômeno isolado, mas como um lugar atravessado por uma teia de violências e de possibilidades, tensionado entre agência e precariedade.

Para alcançar os objetivos propostos, utilizou-se uma metodologia qualitativa baseada na entrevista narrativa e na cartografia, combinando escuta sensível com acompanhamento de processos subjetivos. Foram realizadas sete entrevistas com travestis profissionais do sexo, cinco residentes no Brasil e duas na Europa. A entrevista narrativa, iniciada a partir de uma pergunta gerativa, permitiu a emergência de histórias de vida singulares e potentes. Já a cartografia, como propõem Barros e Kastrup, permitiu acompanhar os percursos e afetos que atravessam essas narrativas, reconhecendo a coimplicação entre pesquisador e participante.

A integração entre narrativa e cartografia foi fundamental para uma escuta que não reduzisse as participantes à condição de objeto de estudo, mas que reconhecesse suas vozes como produtoras de conhecimento. Esse posicionamento ético e político está ancorado em uma Psicologia Social crítica e implicada, que assume o compromisso de dar visibilidade às subjetividades marginalizadas e tensionar os limites das políticas públicas.

Os resultados da pesquisa revelaram recorrências significativas nas narrativas, como o processo de transição de gênero, o rompimento ou tensionamento das relações familiares, a primeira experiência com o trabalho sexual, os múltiplos episódios de violência e, sobretudo, as estratégias criativas de resistência. Chamou atenção a forma como muitas participantes relataram que o trabalho sexual não foi apenas uma imposição, mas também uma forma de garantir dignidade, renda, autonomia e, paradoxalmente, segurança. Algumas afirmaram que apenas por meio dessa atividade puderam conquistar bens, realizar cirurgias e manter uma vida minimamente estável. Esse dado tensiona a ideia de que o trabalho sexual é sempre um espaço de degradação, ao mesmo tempo em que denuncia a ausência de alternativas reais para essa população.

Foi possível perceber também como a travestilidade, em articulação com o trabalho sexual, opera como marcador que fixa esses corpos em um lugar social pré-determinado. Muitos relatos apontaram tentativas frustradas de inserção no mercado formal de trabalho, nas quais foram alvo de discriminação e sexualização. Essas

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

experiências revelam que o estigma não se limita ao trabalho sexual, mas acompanha o corpo travesti em qualquer espaço, reforçando a ideia de que há uma atribuição social de destino: à travesti, o lugar do sexo. Tal concepção é violenta e normativa, pois, como afirmam algumas entrevistadas, foi necessário "aceitar" esse destino para sobreviver.

A dimensão territorial também se mostrou central nas análises. Enquanto o Brasil aparece como espaço de maior violência letal, a migração para a Europa, embora vista como possibilidade de vida, também apresenta desafios relacionados à xenofobia, ao racismo e à invisibilização. Em ambos os contextos, o que se destaca é a necessidade permanente de negociação com a morte, seja em sua forma física, simbólica ou política. A pesquisa identificou a presença de dispositivos comunitários de proteção, como redes de apoio, espaços coletivos de cuidado e o uso de línguas afetivas e de resistência, como o pajubá, como práticas que favorecem a invenção de si.

A pesquisa aponta que as resistências travestis são práticas micropolíticas que devem ser reconhecidas nas formulações de políticas públicas. Essas experiências convocam a Psicologia a ocupar um lugar não neutro diante das violências e a construir epistemologias que valorizem a potência dos corpos dissidentes. Além disso, interpelam os gestores públicos a pensar políticas que vão além da normatividade binária, considerando os marcadores interseccionais como centrais na elaboração, implementação e avaliação de ações estatais.

Do ponto de vista teórico, o trabalho se sustenta em autores que problematizam os regimes de gênero e a precarização das vidas dissidentes, dialogando com os estudos interseccionais, feministas e decoloniais. A cartografia foi assumida como método e ética de pesquisa, reconhecendo a singularidade das experiências e valorizando a potência da escuta e da implicação.

Como conclusão, a pesquisa afirma que os enfrentamentos travestis à morte não se reduzem à sobrevivência, mas se manifestam como invenção de modos de vida outros. O trabalho sexual, embora atravessado por violências, pode se tornar território de autonomia e possibilidade, desde que se reconheçam os atravessamentos de classe, gênero e raça. Falar outra língua, seja em palavras, em gestos, em estéticas ou em afetos, foi um dos modos identificados como condição para existir fora dos imperativos da norma cisheteronormativa.

O estudo também denuncia a ausência do Estado como agente protetivo e a necessidade urgente de políticas públicas que reconheçam e escutem essas vozes. Reconhecer o trabalho sexual como trabalho, garantir acesso a saúde, educação e segurança, combater o preconceito nos serviços públicos e reconhecer as travestis como produtoras de saber são caminhos possíveis e urgentes para adiar o fim do mundo, ao menos para essa população. Ao mesmo tempo, o estudo reafirma o papel da Psicologia como campo que pode (e deve) se colocar ao lado das populações vulnerabilizadas, tensionando estruturas e produzindo escutas que não objetificam, mas que geram encontros, deslocamentos e alianças.

Ao dar visibilidade às experiências dessas mulheres, a pesquisa busca contribuir com a construção de uma agenda política e científica comprometida com a vida, com a justiça social e com a pluralidade de existências. Mais do que compreender o que as travestis vivem, trata-se de reconhecer o que elas ensinam: resistir é um verbo coletivo, que se conjuga na linguagem, na presença e no afeto.

Saberes na fronteira: mulheres em situação de rua e práticas de existência no sertão nordestino

Lorena Silva Marques (UFRN), Cândida Maria Bezerra Dantas (UFRN), Maria Teresa Nobre (UFRN)

O presente trabalho se propõe a discutir sobre mulheres em situação de rua nas cidades de Petrolina/PE e Juazeiro/BA, localizadas no sertão nordestino, e refere-se a pesquisa de doutorado em Psicologia em andamento da primeira autora sob orientação das outras duas. Considerando a especificidade da realidade de mulheres em situação de rua, ao deslocar as construções identitárias instituídas nas relações que ditam a domesticação e sujeição de mulheres no espaço urbano, atravessada pelo estabelecimento de uma norma familiar nuclear burguesa, questiona-se como as opressões de gênero se manifestam nessa realidade e atravessam as demandas desse público. Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo analisar de que modo as relações de gênero, articuladas às dimensões de raça, classe, sexualidade e território, atravessam a realidade e modos de resistência de mulheres em situação de rua nas cidades de Petrolina/PE e Juazeiro/BA. A discussão proposta dialoga com o GT 19: Fazeres em gênero, suas intersecções e políticas públicas: colaborações para adiar o fim do mundo, ao discutir sobre a realidade de mulheres em situação de rua a partir da categoria política "mulheres de cor" (María Lugones, 2014) e em diálogo com a noção de saberes situados na fronteira (Gloria Anzaldúa, 2012). A partir desse referencial, busca-se discutir sobre como mulheres em situação de rua, historicamente subalternizadas pelo sistema moderno/colonial, produzem práticas e saberes que desafiam as normas hegemônicas de cidadania e gênero, e a importância de se pensar políticas públicas a partir dos saberes enraizados na experiência concreta dessas mulheres. Desse modo, o estudo também dialoga com o GT 12. Gênero, Sexualidades e Intersecções, ao propor a discussão sobre o fenômeno das mulheres em situação de rua a partir de uma dinâmica interseccional e de uma epistemе que se contrapõe ao feminismo hegemônico, articulando-se ao debate antirracista e decolonial. As reflexões aqui trazidas dizem respeito a experiências já vivenciadas junto a população em situação de rua nas cidades de Petrolina e Juazeiro, entre os anos de 2015 e 2020, inclusive a pesquisa de mestrado da primeira autora, desenvolvida em 2020, a partir de uma perspectiva etnográfica. Mas também, articula-se a revisão bibliográfica realizada no contexto do doutorado, e que se propôs a explorar a produção acadêmica existente sobre a temática a partir de uma perspectiva decolonial. A decolonialidade compreende que a colonização das Américas foi responsável pelo processo de diferenciação e hierarquização das raças, criadas para justificar e naturalizar o violento processo de dominação dos demais povos, em especial dos povos originários e escravizados, apresentando efeitos que ainda se fazem presentes na atualidade. Nesse sentido, o conceito de colonialidade do poder denuncia a continuidade das formas coloniais de dominação, referindo-se ao padrão de dominação moderno, que estrutura as relações sociais através da lógica da raça e da colonialidade. Lugones (2018) aprofunda esse debate desenvolvendo a compreensão da colonialidade do gênero, apontando como gênero e a sexualidade se fundem com a raça na implementação da colonialidade do poder. Dessa forma, dentro desse sistema raça, gênero, classe e sexualidade são historicamente forjadas como categorias interdependentes de dominação. Esse sistema, diretamente ligado a subjugação de raça, não classificava homens e mulheres colonizadas igualmente aos homens e mulheres brancos, de forma que muito mais do que através da dicotomia homem/mulher, é através da dicotomia humano/não humano que a colonialidade implementa seu domínio. Mulheres em situação de rua

vivem de modo extremo os efeitos da colonialidade de gênero, sendo excluídas das definições normativas de "mulher", geralmente centradas na figura da mulher branca, burguesa e heterossexual. As violências contra esse público revelam a face perversa do sistema moderno/colonial de gênero, no qual a pobreza, a racialização e o patriarcado se entrelaçam em práticas de controle, criminalização e invisibilização. Desse modo, a partir das experiências já vivenciadas e do que traz a literatura, evidencia-se como no espaço da rua perpetua-se em relação a essas mulheres contextos de violência física, sexual, psicológica e patrimonial. No sertão, essa realidade está interligada a migração do campo para a cidade, mediante a falta de políticas públicas que possibilitem a convivência com o semiárido e ao aprofundamento do agronegócio. Essas opressões são ampliadas pela violência institucional, que aprofundam processos de vulnerabilização, em uma região marcada por uma cultura coronelista e patriarcal, em que normas de gênero são especialmente rígidas e constituídas por tradições de controle sobre o corpo e a sexualidade das mulheres. A isso se soma a violação dos direitos reprodutivos de mulheres em situação de rua por parte do Estado, a partir da concepção de um estereótipo de incapacidade (Paula Siqueira et al., 2018; Adriana Orsine el al., 2018). O que está em questão é um "julgamento moral sobre quem tem e quem não tem direito de ser mãe, sendo autorizado o emprego da violência contra 'uma vida que não vale a pena' em nome de outra a ser protegida" (Siqueira et al., 2018, p.53). Vê-se, assim, como a colonialidade do gênero atua estabelecendo limites e fronteiras que determinam quem é incluído ou excluído dos direitos de cidadania, quais vidas são protegidas e quais são passíveis de sacrifício, perpetuando a subalternização das mulheres e aumentando sua vulnerabilidade à morte. Isso se dá na medida em que a República constrói a noção de indivíduos de direitos - naturais, inalienáveis e soberanos -, mas na prática esse indivíduo corresponde ao homem branco, heterossexual, burguês e cristão. Por estarem fora desse enquadramento, as mulheres, ao lado de pessoas não brancas e não proprietárias, foram e continuam sendo excluídas do espectro de cidadania e da proteção estatal (Cláudia Maia, 2023). Todavia, ao se considerar as mulheres em situação de rua, faz-se fundamental superar as representações já dadas, que se situam exclusivamente entre os polos da carência, vitimização e/ou culpabilização. Vivendo em territórios marcados pela exclusão, essas mulheres desenvolvem estratégias de sobrevivência, cuidado coletivo, reinvenção dos espaços da cidade e circulação entre espaços institucionalmente interditados, que configuram saberes não reconhecidos pela ordem dominante, mas fundamentais para sua agência e dignidade. Em diálogo com Anzaldúa (2012), esses processos protagonizados por mulheres em situação de rua podem ser compreendidos enquanto práticas e saberes situados na fronteira. Forjadas no cotidiano das ruas e expressando modos de vida que rompem com o ideal moderno de mulher e desafiam as estruturas que as tentam silenciar, controlar ou invisibilizar, essas práticas e saberes desdobram-se em modos de resistência. Propõe-se, assim, uma ampliação crítica das abordagens sobre mulheres em situação de rua, ao compreendê-las não apenas como vítimas de um sistema excludente, mas como sujeitos políticos que produzem saberes e resistências nas margens da cidade e da normatividade de gênero, raça, classe e sexualidade. Desse modo, ao articular os conceitos de mulheres de cor (Lugones, 2014) e a compreensão de saberes situados na fronteira (Anzaldúa, 2012), reconhece-se que as experiências de mulheres em situação de rua são expressões das contradições do sistema moderno/colonial, e, ao mesmo tempo, expressam possibilidades de reinvenção de práticas de existência e cuidado, na medida em que, mesmo sob condições extremamente adversas, elas resistem, criam, cuidam e vivem de modos não normativos. A partir do exposto, reafirma-se a importância de uma abordagem decolonial em relação ao fenômeno das mulheres em situação de rua, que desestabilize as normatividades produzidas pelo

Estado, apontando a importância de estratégias que se constituam a partir de uma ética que diga do tempo-espaço e multiplicidade que conforma o espaço da rua. Dentro desse contexto, é possível apostar em modos de fazer política que privilegiem o estar junto, considerando efetivamente a complexidade desse fenômeno e dos marcadores sociais que o atravessam, reconhecendo saberes enraizados na experiência concreta da exclusão e da resistência daquelas que fazem da rua espaço de existências.

Referências

ANZALDÚA, Gloria. Borderlands/La Frontera: the new mestiza. 4. ed. San Francisco: Aunt Lute Books, 2012.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 22, n. 2, p. 939-952, maio/ago. 2014.

LUGONES, Maria. Heterossexualismo e o sistema de gênero colonial/moderno. In: BAPTISTA, Maria (org.). Gênero e performance - textos essenciais 1. Coimbra: Grácio Editor, 2018. p. 239-270.

MAIA, Cláudia. Mulheres e colonialidade nos 200 anos de brasil (in)dependente. Caderno Espaço Feminino, Uberlândia, v.36, sn.2, 2023

ORSINE, Adriana et al. Sofia: narrativa de uma história de abandono e sequestro dos direitos de vir a ser. Saúde em Redes, v.1 Suplemento, p. 75–83, 2018.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder - Eurocentrismo e América Latina. In: Lander, Eduardo (Org.). Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p.118-142.

SIQUEIRA, Paula et al. “Oh pedaço de mim, oh metade amputada de mim...". Saúde em Redes , v. 4, n. 1 Suplem, p. 51–59, 2018

Sobre-vivências de corpos silenciados: uma cartografia fenomenológica de vidas trans interseccionadas por opressões sociais

Ruy Siqueira de Lima (UEA), Gilmara Araújo Teles (UEA), Jalna Gordiano de Mendonça (UEA), Ana Cláudia Torres Lobão (UEA)

A suspensão de direitos básicos à população LGBTQIAPN+ e o preconceito são fatores preponderantes que fazem surgir a invisibilização e exclusão social desse público. Conforme Butler, o direito de existência legítima dos transexuais, dos transgêneros e, igualmente, dos homossexuais, são e necessitam ser reconhecidos como integrantes produtivos e fazem parte de uma sociedade que obrigatoriamente deve proporcionar garantias constitucionais a todas. Para Merleau-Ponty, a existência corporal é sempre um movimento de existência em direção ao outro e a si mesmo, em que a compreensão do corpo nesse contexto está diretamente relacionada com a vivência de mundo, como a pessoa sente, se percebe e percebe esse mundo por meio do próprio corpo.

Em um país cujo os padrões sociais baseiam-se em um "Cis-tema" onde o patriarcalismo, a hetero e cisnormatividade bem como a perspectiva ocidentalizada, eurocêntrica, colonizada, monossexuada e monogâmica são tidos como modelos estruturantes e todas as pessoas devem seguir e se adequar (a terminologia Cis-tema, tem o objetivo de explanar o sistema cisgênero dominante), é necessário criar mais políticas de combate às mais variadas formas de exclusão e acepção assim como iniciativas que visem a assistência e o amparo dessa parcela da população que se vê subjugada por um sistema que mata por não concordar com suas escolhas sejam elas políticas, ideológicas e/ou partidárias, ou exterminada igualmente por não concordar com a sua orientação sexual e a sua identidade de gênero.

A respeito disso, contribuir para a diminuição da invisibilização e exclusão social da comunidade LGBTQIAPN+, em especial a população trans, por meio do acesso à Justiça, à Saúde, à Cidadania, e a sensibilização da comunidade externa para as questões que envolvem Direito e Sexualidade objetivam este presente trabalho.

Para o desenvolvimento desta Pesquisa Acadêmica de cunho Exploratória na abordagem Qualitativa e que tem como base a vertente teórica Fenomenológica, os procedimentos metodológicos consistiram em visitas técnicas de observação (visitas exploratórias) à Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros do Estado do Amazonas (ASSOTRAM), a qual forneceu dados para esta pesquisa. Utilizou-se o método da Análise Temática - AT, que permitiu identificar os principais assuntos abordados nestas visitas, gerando assim uma temática principal. Trata-se de um método de análise qualitativa de dados para identificar, analisar, interpretar e relatar padrões (temas) a partir de dados qualitativos. Ademais com outras entidades como o Centro Universitário do Norte (Uninorte) e o Ambulatório de Diversidade Sexual e Gênero da Policlínica Codajás, Manaus – Amazonas, foi realizada uma ação conjunta e aberta ao público no formato de mesa-redonda visando contemplar estes fatores e dados adquiridos pelas partes envolvidas. Ao adentrar ao campo de pesquisa e a partir dos discursos presentes nas falas do público-alvo, percebe-se o descaso e a indiferença para com as demandas desta população. Os dados mostram a necessidade de eliminar as mais variadas formas de opressão vivenciadas por este público, tais como baixa escolaridade, ausência de renda ou de emprego, e o não acesso a informações necessárias que possibilitem dar o primeiro passo para o reconhecimento de sua identidade. Observou-se que as políticas identitárias são necessárias, conseguir o corpo esperado tão simbólico na construção da identidade é uma aspiração existencial, mas a garantia

de direitos fundamentais destes indivíduos é de extrema urgência. A transfobia consiste desde os discursos religiosos-moralistas e conservadores até aos atos de ódio contra travestis e transexuais, motivados pelo preconceito, pela discriminação e por uma investida incessante em um projeto político trans-excludente, que se entrelaça na intersecção entre vários outros marcadores sociais além do gênero e da orientação sexual como a raça, cor, etnia, classe social e a geração com as bases da necropolítica: que em síntese se configura como sendo o uso do poder social e político para ditar como algumas pessoas podem viver e como algumas pessoas devem morrer. No contrassenso destas configurações estruturais ostensivas, vislumbra-se um horizonte de possibilidades, de luta, resistência, potência e enfrentamento aliado ao protagonismo trans no Brasil e o presente trabalho é fruto emanado de uma aliança consciente e consistente, engajada e encarnada, desprovida de oportunismos, de um "pensar fetichizado" e de um "acaso acadêmico", atravessado pelo ávido, impetuoso e sensível interesse coletivo. É fundamental uma Psicologia engajada no compromisso social. A Psicologia, ou melhor, as psicologias, devem encontrar o seu compromisso social, pois "o eu não se constitui sem o outro", ou seja, não há individualismo que se sustente na ausência do social.

Vale considerar ainda como este trabalho, inicialmente acadêmico e curricular "apenas", vem se vinculando e se estabelecendo em outras configurações e espaços igualmente científicos, intra, inter e multidisciplinares, além de já ter sido apresentado em alguns Seminários e Congressos locais, Regionais, Nacionais e também Internacionais, em formato de relato de experiência, foi também o fio condutor para a idealização de um Projeto de Extensão Extracurricular do Centro Universitário, concorrendo com outros projetos do Grupo SER EDUCACIONAL (Grupo a que a Uninorte pertence) em nível nacional e alcançando o primeiro lugar, Projeto Extensionista este intitulado como "Na Trilha dos Direitos da População Trans".

Sabe-se até aqui a construção social dos corpos em nossa sociedade e o modo que se desenvolveu os campos de conflitos em torno das identidades trans. Foram trazidas sob o ponto de vista destes sujeitos, as possibilidades para se enfrentar as variadas formas de exclusão vivenciadas por elas na sociedade e colaborar para dar visibilidade a esta população e suas demandas bem como de forma urgente a garantia de direitos fundamentais.

Portanto, instiga-se pensar em iniciativas que atendam aos pressupostos enviesados entre si desta população, em estratégias que possibilitem viabilizar os serviços básicos, garantindo assim a dignidade da pessoa humana, pois percebe-se que os direitos humanos das pessoas trans acabam não sendo efetivados ou protegidos porque seus direitos sexuais não o são. Por meio desta pesquisa pôde-se mergulhar em vários mundos: o mundo das transgeneridades, o mundo do trabalho da atividade sexual, o mundo do sofrimento ético-político, o mundo de lutas para existir e ser. Acredita-se que enquanto sociedade, o engajamento contra todas as formas de preconceito, injustiça, violência e exclusão, necessita-se ser-com elas, eles e elus nessa luta. O silêncio não pode ser cúmplice de uma estrutura que oprime e mata.

Transição de gênero: um olhar a partir da perspectiva de mães de pessoas trans

Juliana Maria da Cruz (UFSC), Paula Butture (UERJ)

A seguinte proposta de trabalho é fruto da dissertação realizada pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina- UFSC, na linha de pesquisa "Psicologia Social e Cultura". Esta dissertação teve como objetivo analisar como a transição de gênero é vivenciada pelas mães de pessoas trans, explorando tanto os sentimentos complexos que emergem ao longo desse processo quanto os discursos sociais que cercam essas mães e a maneira como esses discursos reverberam subjetivamente em suas vidas. O estudo buscou compreender as emoções e os desafios específicos enfrentados por essas mulheres, bem como a influência de construções históricas e sociais sobre a maternidade que impactam suas experiências. Para alcançar esses objetivos, a pesquisa foi desenvolvida por meio de entrevistas semiestruturadas com treze mães de pessoas trans. Dessas treze entrevistas, seis foram selecionadas como objeto de análise mais detalhada, permitindo uma investigação mais focada e aprofundada das narrativas apresentadas. A análise dos dados foi realizada a partir de uma perspectiva interdisciplinar, combinando os estudos de gênero com a psicanálise, e utilizando os pressupostos da Análise de Discurso (AD) francesa para decifrar as camadas de significado contidas nos relatos das mães. As análises revelaram que as mães de pessoas trans frequentemente passam por um processo de luto durante a transição de seus filhos, um luto que não está relacionado à perda física, mas à perda da identidade anterior do filho ou filha que elas haviam conhecido. Esse luto simbólico é intensificado por sentimentos de culpa, os quais são profundamente enraizados em uma construção histórica e social da maternidade que atribui à mãe a responsabilidade quase total pelo bem-estar e pelas escolhas de seus/suas filhos/as. Essa culpa, muitas vezes exacerbada por pressões externas e por uma sociedade que questiona e julga as decisões das mães, influencia significativamente a forma como elas vivenciam o processo de transição de gênero de seus/suas filhos/as. Além disso, a pesquisa destacou uma preocupação crítica: a limitação dos espaços de escuta e acolhimento disponíveis para essas mães.

A proposta para este projeto de pesquisa surgiu a partir da minha experiência enquanto psicóloga e psicanalista atuando em uma Organização Não Governamental (ONG) chamada Grupo Dignidade, situada na cidade de Curitiba/PR. Esta instituição desempenha um papel crucial ao oferecer, de forma gratuita, atendimentos jurídicos, psicológicos e uma variedade de outros serviços essenciais para pessoas LGBTQIA+, que frequentemente se encontram em situações de vulnerabilidade social.

Entre as pessoas atendidas pela ONG, um grupo que merece destaque especial são as pessoas trans, que chegam ao Grupo Dignidade por meio de encaminhamentos ou de forma espontânea, em busca de apoio e assistência. O termo "trans" é aqui utilizado para se referir à categoria transgênero, reconhecendo que uma pessoa transgênero é aquela que não se identifica com o gênero que lhe foi atribuído no momento do nascimento. Dentro desta ampla categoria transgênero, estão incluídas pessoas transexuais, intersexuais, travestis e não binárias.

A pergunta de pesquisa surgiu de maneira inesperada, durante uma conversa no meu contexto de trabalho, durante um evento. Desde este momento passei a me interessar por buscar compreender como a transição de gênero é vivenciada pelas mães de pessoas trans e não foi possível me debruçar sobre uma pesquisa de mestrado que não fosse em torno dessa questão.

Durante os momentos de acolhimento e atendimento clínico no Grupo Dignidade, muitas pessoas trans

compartilham que, após se reconhecerem como sujeitos trans, perderam completamente o contato com qualquer membro da família, inclusive com suas mães. Outras conseguiram manter os vínculos familiares, mas esses relacionamentos passaram a ser marcados por conflitos que não existiam antes do processo de transição. Infelizmente, são poucos os casos em que as famílias acolheram o processo de transição sem enfrentar grandes dificuldades.

As semelhanças nos relatos de conflitos e abandonos familiares, frequentemente mencionados pelas pessoas trans atendidas na ONG, começaram a chamar a atenção. No entanto, foi uma frase dita por uma mãe de uma criança transgênero, durante um evento no final de 2020 no Grupo Dignidade, que realmente despertou meu interesse como tema de pesquisa. A frase, citada aqui com precisão, foi: "a mãe sofre um luto pela perda do seu filho planejado, sonhado, amado".

Ao ouvi-la, surgiu o interesse em olhar o processo de transição de gênero pela perspectiva de mães de pessoas trans, culminando na questão que norteia esse projeto de pesquisa. A partir desse momento, surgiu em mim um interesse crescente em explorar como o processo de transição de gênero é vivenciado pelas mães de pessoas trans. Isso me levou a formular a pergunta central que orienta este projeto de pesquisa: Como as mães de pessoas trans vivenciam e processam as mudanças que acompanham a transição de gênero de seus/as filhos/as?

A escolha das entrevistas selecionadas para a análise de dados se deu por alguns critérios: considerou-se a diversidade na faixa etária dos/as filhos/as como um fator crucial na seleção. Este fator temporal proporcionou uma visão mais completa das dinâmicas familiares ao longo do tempo. Além da idade dos/as filhos/as, outros elementos como raça, classe social e localidade geográfica também foram cuidadosamente considerados, buscando-se uma análise interseccional que pudesse revelar como essas diferentes dimensões influenciam as experiências das mães de pessoas trans.

Os dados obtidos nas entrevistas foram analisados por preceitos da Análise do Discurso (AD) francesa, ou também chamada de pecheutiana. De acordo com Orlandi (1995), importante pesquisadora do método de Michel Pêcheux, o que significa é o texto, não as palavras em si. Desse modo é na compreensão do texto que se torna possível compreender "a relação com o interdiscurso e com os sentidos" (Orlandi, 1995. p. 112).

Os estudos de gênero serviram como o principal suporte teórico para abordar a transição de gênero, proporcionando uma base para entender o gênero tanto como uma categoria autônoma quanto como uma que se entrelaça com outras, como raça, classe, sexualidade e idade. Por isso serão levados também em consideração, de modo a ampliar as discussões quando necessário, os diálogos interseccionais.

Ao elaborar esta pesquisa, entrei em contato com muitos sentimentos. Em primeiro lugar, emergiram as complexidades inerentes a ser mulher, especialmente no papel de mulher-mãe. Embora eu mesma não seja mãe, experimento em minha própria pele, como a maioria esmagadora das mulheres, as intensas pressões sociais que circundam a maternidade. Essas pressões não são meras expectativas; são normas enraizadas que moldam, julgam e podem até limitar as experiências femininas.

Ao ouvir mulheres que são mães, pude perceber ainda mais claramente a crueldade com que a sociedade as trata. Essas mulheres carregam não apenas o peso de cuidar de seus/as filhos/as, mas também o fardo das expectativas irrealistas e das críticas constantes que lhes são impostas.

No entanto, as mulheres-mães que entrevistei para esta pesquisa enfrentam camadas adicionais de sofrimento que tornam suas experiências ainda mais complexas e desafiadoras. Ser mãe de pessoas trans é uma realidade

que amplifica as pressões e as cobranças que já pesam sobre a maternidade em geral, trazendo à tona uma série de desafios únicos e, muitas vezes, intensamente dolorosos. Essas mulheres não apenas lidam com as expectativas sociais universais impostas a todas as mães, mas também se veem no centro de um turbilhão de culpabilização e julgamentos que não deveriam, em hipótese alguma, recair sobre elas.

Elas são injustamente responsabilizadas por algo que está completamente fora do seu controle – a transição de gênero de seus filhos e filhas. Esse processo, que é uma expressão legítima da identidade de seus/as filhos/as, é muitas vezes interpretado pela sociedade como um reflexo direto da "falha" ou "omissão" das mães, perpetuando a ideia equivocada de que elas teriam feito algo de errado para que seus/as filhos/as escolhessem esse caminho. Essa visão não só desconsidera a autonomia e a individualidade das pessoas trans, mas também coloca um fardo insuportável sobre as mães, que já estão lutando para apoiar e entender seus/as filhos/as em um mundo que muitas vezes é hostil à diversidade de gênero.

A presente proposta de trabalho dialoga com o GT 19: Fazeres em gênero, suas intersecções e políticas públicas: colaborações para adiar o fim do mundo, localizado no eixo temático 12: “Gênero, sexualidades e intersecções". A justificativa para relacionar o resumo apresentado com o GT do congresso se fundamenta na forte conexão entre os temas abordados e os objetivos do grupo de trabalho. O presente trabalho fornece subsídios para compreender como as questões de gênero, maternidade e diversidade são produzidas, reproduzidas e enfrentadas na sociedade, alinhando-se às preocupações do GT com as estratégias de resistência, organização social e os efeitos das estruturas de poder sobre as populações vulneráveis. Portanto, a relação entre o resumo e o GT é bastante evidente, pois ambos tratam de questões de gênero, opressões sociais, discursos hegemônicos, resistência e as interfaces com as políticas públicas, sempre com uma perspectiva interseccional e crítica.

Uma cartografia da resistência: tensões entre justiça reprodutiva, feminismos e descriminalização do aborto no Brasil

Ana Carolina Maurício (UFSC), Marília dos Santos Amaral (Faculdade Unicesusc), Adriano Beiras (UFSC)

Este resumo refere-se à pesquisa de Doutorado referente às (im)possibilidades de exercício de cidadania de pessoas capazes de gestar no contexto brasileiro, diante da atual criminalização da prática de aborto e dos processos de incriminação de determinados corpos referente à prática. Conforme o Código Penal Brasileiro, publicado em 1940, o aborto é configurado como crime contra a vida, com previsão de pena de privação de liberdade de um a quatro anos. Todavia, existem três casos em que o procedimento é descriminalizado e pode ser realizado de forma segura, com acompanhamento de um profissional de saúde: se não há outro meio de salvar a vida da pessoa gestante; se a gravidez é resultante de estupro; ou se o feto for anencéfalo. Contudo, dado o cenário criminológico da situação, torna-se pertinente evidenciar dois pontos: o primeiro, refere-se ao fato de que a descriminalização nos casos apontados anteriormente não implica na automática acessibilidade ao sistema de legalidade que visa prever a segurança em tal procedimento; o segundo, que a criminalização do aborto não têm promovido o impedimento da sua realização, conforme evidenciado por Diniz, Medeiros e Madeiro (2010; 2016; 2023) em suas reiteradas pesquisas nacionais sobre o aborto no contexto brasileiro. Em realidade, o que tais pesquisas têm informado periodicamente, é que as recentes discussões referente à descriminalização do aborto, sobretudo no contexto brasileiro, têm acionado temas acerca das relações de poder e acordos societários que regulam os modos de vida, principalmente no que se refere às compreensões sobre família, gênero e sujeito. Diante disso, procura-se mapear o conjunto de elementos em disputa que compõem a relação de forças acerca dos debates sobre a descriminalização do aborto no Brasil; analisar os territórios de resistências referente à busca pelo acesso ao direito ao aborto seguro e legal no contexto brasileiro e sua relação com a corporalidade daquelas(es) que procuram tal serviço; por meio da realização de uma cartografia do território existencial habitado por militantes pró-aborto. Parte-se da encruzilhada entre colonialidade e neoliberalismo, instâncias produtoras e reguladoras de subjetividades, para questionar os efeitos do desencontro entre justiça reprodutiva e direitos fundamentais, diante da criminalização do aborto no Brasil e do que nomeamos como "cidadania em disputa". Isso porque, sob a perspectiva feminista decolonial, compreendemos os processos de generificação e racialização como políticas colonizadoras de corporificação que findam por produzir a hierarquização dos sujeitos, e que atuam em conjunto com o sistema econômico e político importado do contexto de dominação. Com isso, percebemos em nossas análises uma zona de tensão composta por processos de incriminação e desumanização, que evidenciam a ação conjunta da colonialidade e neoliberalismo por meio da normatização de modos de vida, e da promessa de acesso à cidadania insuspeita a partir da individualização e normatização de condutas. Assim, consideramos que o tema da justiça reprodutiva articula-se a outros, como a vulnerabilização de modos de vida dissidentes, e temos apostado na perspectiva decolonial para o debate. Dessa forma, os elementos aqui nomeados — sexualidade, humanidade, cidadania e direitos — nos indicam as pistas iniciais que nos direcionam à possíveis entradas ao território de análise ao qual iremos adentrar: o das (im)possibilidades de acesso e exercício da justiça reprodutiva, a partir da descriminalização do aborto no contexto brasileiro, de modo que a inacessibilidade da interrupção de uma gestação imprevista passa a

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

configurar-se como uma violação dos direitos humanos. Contudo, para isso, é necessário nos debruçarmos sobre a crítica feminista acerca do aspecto liberal e individualizante presente na concepção de direitos humanos, que são transpostas no duelo entre direitos individuais X direitos coletivos que marcam o debate sobre a (in)constitucionalidade da criminalização do aborto em diversos países, como no Brasil. Tal crítica aponta para a colonização do modelo de sujeito objeto dos direitos humanos, de modo a questionar: quem são os sujeitos dos direitos humanos? No caso da interrupção de uma gestação imprevista, quais sujeitos são capazes de usufruir do direito de um aborto legal, por exemplo? Ou então, quais sujeitos terão acesso a um aborto ilegal, porém seguro? São questões que nos direcionam à crítica feminista decolonial feita acerca da importância de descolonizar a noção de direitos sexuais e direitos reprodutivos, derivada da noção de direitos humanos. Sob tal crítica, torna-se fundamental salientar o termo constituído politicamente para fornecer as bases de tal crítica: o de justiça reprodutiva que, ao propor o planejamento reprodutivo engajado com a justiça social, amplia o debate acerca do cuidado reprodutivo. Em outras palavras, é um conceito que se configura como um território de disputas por convocar a responsabilidade estatal para a discussão de uma proposta interventiva que agregue a participação das corporalidades capazes de gestar em seu planejamento reprodutivo, e que crie condições para que a escolha possa ser concretizada compreendendo que inúmeras são situações estruturais de desigualdades no Brasil. Acerca disso, é possível destacar que a partir dos anos 1970, sobretudo nos anos 1980, o debate sobre a justiça reprodutiva já estava presente no Brasil, com pautas advindas de feministas que questionavam o controle de natalidade, a política de embranquecimento e a esterilização de mulheres negras. É necessário destacar a crítica produzida por feministas acerca da noção de direitos sexuais e direitos reprodutivos na luta pela descriminalização do aborto, tendo em vista a percepção de que os mesmos, ao enfatizar as reivindicações por acesso individual, perpetuariam uma lógica que elabora políticas públicas em que diferentes mulheres receberão diferentes acessos, isto é, quem sempre acesso a direitos continuará tendo (mulheres brancas burguesas) e, em contrapartida, quem não tem, continuará não tendo (mulheres negras de periferia, indígenas, lésbicas, intersexuais e transsexuais). Portanto, destaca-se a importância de que a concepção de direitos humanos, e em especial a concepção de direitos sexuais e direitos (não) reprodutivos sejam descolonizados, a fim de não invisibilizar e/ou hierarquizar corporalidades e vivências que escapem do modelo normativo de humanidade. Tal crítica nos evidencia a importância de se localizar o sujeito sob uma perspectiva que leve em conta os efeitos da colonialidade, de modo a renovar a aposta política no sujeito e na sua possibilidade de agência, sobretudo em negociação com os modos de vida normativos calcados, também, nas regulações de gênero. Além disso, salienta-se que as pistas iniciais das discussões acerca da descriminalização do aborto, sobretudo no contexto latinoamericano, já vinham sendo desenhadas desde a década de 1970 por movimentos sociais, principalmente os movimentos feministas, que visavam a possibilidade de diálogo político-institucional sobre o tema. Contudo, teóricas feministas apontam que, ao analisarmos as ações políticas feministas acerca da descriminalização do aborto no Brasil, constata-se um percurso de avanços, recursos e intensas negociações políticas, que passam pela omissão da palavra "aborto", em meados dos anos 70, a fim de assegurar as alianças políticas com os setores da esquerda e da Igreja Católica progressista na luta contra a Ditadura -, à opção política pela descriminalização e pela efetivação dos casos previstos por lei, de modo que o percurso das políticas feministas para tratar do problema indica não só o poder das forças conservadoras em jogo, como a vocação política do feminismo brasileiro para a negociação (SCAVONE, 2008, p. 676). Tal constatação aponta para os debates presentes no Brasil acerca da legalização e/ou descriminalização da prática de aborto,

assim como do acesso, garantia e exercício da justiça reprodutiva no atual cenário social. Nesse sentido, têm-se constatado, a partir de revisões de literatura e em conjunto com o que tem sido abordado nas entrevistas para realização desta pesquisa em andamento, a continuidade dos movimentos de negociação presentes na luta pela descriminalização do aborto no Brasil que, aliados à luta pela justiça reprodutiva, nos informam sobre a importância da coalização com movimentos sociais diversos que abordam a intersecção entre corporalidades e normatização, como o movimento negro e o transfeminismo, a fim de alcançar o exercício de cuidados (não) reprodutivos vinculados à justiça social. Acredita-se que, deste modo, será possível expandir o escopo puramente legalista da discussão, e vislumbrar tais cuidados como uma premissa feminista.

GT 20: FISSURANDO OS SABERES SINTÉTICOS DA PSICOLOGIA: INTERSECCIONALIDADE E DECOLONIALIDADE NAS PRÁTICAS CLÍNICAS

Coordenação: Domitila Shizue Kawakami Gonzaga (Clínica), Camilla de Melo Silva, Diana Montenegro Ribeiro (Coletiva Olhares)

ANDAR PELAS RUAS, SENTAR NA PRAÇA, TRAÇAR UM MAPA: Caminhos para dispositivos clínicos além do consultório

Amanda Carla Oliveira (UFS)

O esboço inicial desta prática de estágio nasceu em uma mesa de café da manhã, no final do ano de 2022. Na ocasião, foi planejado, junto ao professor Dr. Eder Amaral e a realização da disciplina de Estágio Específico II, que foi ofertada no segundo semestre do ano de 2023. O componente prático do estágio consistiu na realização de atendimentos clínicos orientados pela Psicanálise, com duração de cinco meses, que aconteceram no Núcleo de Práticas Psicológicas da UESB (NUPPSI) e atendimentos clínicos realizados na rua. Opta-se, neste trabalho, por nomear a prática clínica de atendimentos em locais públicos por Clínica de Rua. O objetivo deste estágio e deste trabalho foi compreender a relação entre experiência urbana, psicanálise e constituição de dispositivos clínicos que se configuram em espaços públicos da cidade, além de articular outras práticas clínicas possíveis.

Os atendimentos aconteceram na Praça Tancredo Neves, em Vitória da Conquista, entre os meses de setembro e novembro de 2023. A Praça Tancredo Neves foi inicialmente escolhida por ser uma praça central em Vitória da Conquista, que representa um espaço histórico e cultural para a cidade, além de ser um local de circulação ativa de pessoas durante o dia. Por motivos pessoais de predileção pelo local, a praça também encanta esteticamente por abrigar uma diversidade de plantas tropicais, como por exemplo: Jibóia-verde entrelaçando as árvores; enormes Palmeiras-reais desenhando os contornos da praça; Ipês de cores variadas; Cedro Rosa; Flamboyants; pés de Jaca e outras plantas que tornam o ambiente um dos mais verdes de Vitória da Conquista.

Como local de memória urbana e sendo hoje uma das praças com grande fluxo de pessoas, este local simbolizou o espaço público propício para uma prática clínica que pretende se estruturar em conjunção com a relação entre as pessoas e os espaços urbanos. A prática de Clínica de Rua consistiu em habitar a Praça Tancredo Neves com um quadro negro, que anunciava os atendimentos gratuitos, e duas cadeiras posicionadas uma perto da outra, esboçando o desenho de um setting terapêutico possível. A prática ocorreu às sextas-feiras, das dez horas da manhã ao meio-dia, sempre em dupla ou trio de estagiários.

Por vezes, quando ninguém sentava para ser atendido, o trio de estagiários se organizava em uma dinâmica semelhante à de uma terapia de grupo. Discutiu-se, de forma espontânea, sobre as práticas, o curso, a formação, a cidade, política, a amizade e o amor. Ademais, existia o hábito de observação informal da praça, dos transeuntes, do tempo e de como as pessoas que demonstravam interesse no espaço de escuta proposto, se relacionavam com a nossa presença. Apesar da sensação inicial de perda de tempo quando nenhum atendimento era realizado, entendia-se que, neste caso, não havia uma perda real, mas o cultivo de uma disposição a viver o

tempo supostamente perdido (Passos, 2009). Dessa forma, nenhum tempo foi perdido. Todo tempo era matéria de cartografia clínica e também do próprio habitar a praça.

Durante o período da prática, foi possível vislumbrar e vivenciar algumas questões que emergem da Clínica de Rua, como por exemplo: como funciona esta prática? Quais elementos éticos e técnicos são necessários para a composição de um dispositivo clínico na rua? O que essa prática nos diz sobre os conceitos e fundamentos da Psicanálise? Como pensar a relação entre experiência urbana e constituição de dispositivos clínicos que se configuram em espaços públicos da cidade? Qual a relação entre ocupação do espaço urbano e subjetividade? Pode a Clínica de Rua ser um espaço também político, que instrumentaliza novas formas de compreender e ocupar a clínica e as ruas?

Para responder estas questões e outras que surgiram nesta pesquisa, optou-se pelo aporte teórico da psicanálise e o estudo cartográfico da composição dos dispositivos clínicos. O desejo pessoal de pensar as possibilidades da clínica psicanalítica em articulação com os espaços urbanos vem, de certa forma, do processo da formação em Psicologia que transita, de mãos dadas, com a minha forma de existir no mundo.

Esta prática de estágio se coloca em articulação com a proposta do GT 20: Fissurando os saberes sintéticos da Psicologia: Interseccionalidade e Decolonialidade nas práticas clínicas, uma vez que parto da ideia de que a clínica deve ser produzida em composição com outros espaços que não o da sala fechada, entendendo que a psicanálise pode e deve transitar de mãos dadas com outros saberes e locais que compõem o existir, como, por exemplo, a cidade. Em As três ecologias, Guattari diz que "o que está em questão é a maneira de viver daqui em diante sobre esse planeta" (2003, p. 8), quando contextualiza a velocidade das mutações técnico-científicas. No mesmo parágrafo, ainda afirma que "as forças produtivas vão tornar disponível uma quantidade cada vez maior do tempo de atividade humana potencial", e se pergunta qual é a finalidade disso. Questão essa que abre um horizonte na direção das possibilidades de fissurar os saberes sintéticos da Psicologia e tecer uma outra clínica possível, no sentido de: vamos conseguir direcionar essa força produtiva para a finalidade do "enriquecimento dos modos de vida e de sensibilidade"?

E então, porque a rua? Para responder tal questão, toma-se emprestado um horizonte sobre o local de partida descrito por Ursula Le Guin (2021). Quando a autora começa a estudar como o povo Kesh conta suas histórias, ela diz que precisava partir do lugar, porque só começando dali é que ela poderia enxergá-los. Segundo ela, "suas histórias seriam histórias daquele lugar, suas lendas seriam o sentido daquele lugar, suas canções seriam as vozes daquele lugar" (Le Guin, 2021, p. 14).

Através da escuta da cidade, pode-se também fomentar as discussões relacionadas à Clínica Ampliada; às políticas públicas existentes na cidade; à Rede de Atenção Psicossocial; às instituições; aos trabalhos em grupo; à responsabilidade social da Psicologia e da Psicanálise etc.

A proposição desta prática reside, então, em uma clínica no território. Através dessa escuta, emergem questões não só individuais e específicas, mas também questões sociais e coletivas. Nas ruas, existe "muita vida humana que pulsa e uma cidade que pulsa" (Broide, 2022, p. 143). O papel dos psicanalistas em território seria, então, o de criar dispositivos clínicos pautados nos conceitos fundamentais da teoria psicanalítica (inconsciente, transferência, pulsão e repetição) que tenha ouvidos sensíveis a toda essa pulsação que vem dos campos clínico e social. É porque a vida está nas ruas, pulsando, que é possível sentar na praça, fazer um atendimento clínico e traçar um mapa deste dispositivo (Broide, 2022).

Com a finalidade de compreender como se estruturam os dispositivos e como estes podem ser clínicos, a pesquisa explorou o conceito a partir de diferentes autores. Em

primeiro lugar, Roussillon (2019) defende que, para ser clínico, um dispositivo precisa de certas características que garantam seu funcionamento, como por exemplo: ele precisa ser feito na especificidade do encontro, sendo fruto de uma bricolage, e dessa forma, fazer um esforço para se ajustar às situações presentes na sua prática, adequando-se às necessidades do sujeito.

Outro autor que fala sobre dispositivos é Michel Foucault, quando alega que este se trata de "uma formação que, em um momento dado, teve por função responder a uma urgência", e que "é uma rede de relações que podem ser estabelecidas entre elementos heterogêneos" (Castro, 2009, p. 124). É possível vislumbrar a concepção foucaultiana de "dispositivo" aplicada à Clínica de Rua quando se percebe que esta prática articula tantos saberes quanto possíveis, haja vista os elementos que a compõem, como por exemplo: a relação entre sujeito e cidade; a subjetividade individual e social; a relação entre bem estar social e acesso aos direitos; as formas de vida que ocupam o espaço; a arte, a cultura, a política; entre outros.

Alicerçado na compreensão e na bricolage destes dispositivos clínicos, entende-se que a prática proposta tem também caráter político. Emerge daí um psicanalista que é também cartógrafo, uma vez que o exercício de "sustentar a vida em seu movimento de expansão" (Rolnik, 2016, p. 70) está diretamente relacionado a este trabalho de escuta.

Situar a Clínica de Rua no campo social, como, por exemplo, na Atenção Psicossocial, exige que a formação em Psicologia seja enriquecida. Esta teoria e prática pode ser situada dentro da proposição da Clínica Ampliada, onde "o exercício da clínica [...] não se separa do político, do ético, do estético" (Palombini, 2013, p. 2903). Deste modo, este estudo propõe uma ampliação dos debates e desdobramentos deste tipo de intervenção clínica, pensando em sua inserção nas práticas de estágios nos cursos de formação em Psicologia, em práticas no Sistema Único de Saúde (SUS), Sistema Único de Assistência Social (SUAS) etc. (Benelli, 2024; Palombini, 2013).

Sobre o espaço para o exercício de práticas psicanalíticas, para criação destes dispositivos clínicos além do consultório, Emília Broide (2022, p. 44) ainda coloca que, no Brasil, existe um vasto campo de experimentação da escuta psicanalítica. Ainda segundo esta autora, "temos que transformar esse jeito brasileiro de fazer psicanálise, esse 'jeitão' em conhecimento, em produção de conhecimento" (Broide, 2022, p. 44), no sentido de utilizar as práticas clínicas para interrogar e enriquecer as teorias pré-existentes.

Apostas de uma escuta corporificada: práticas clínicas com trabalhadoras sexuais

Carolina Carvalho Dias (UFRN)

Este trabalho é um relato de experiência, fruto da minha atuação clínica com trabalhadoras sexuais. Uma escuta que não se propõe neutra. E é justamente aí que reside sua força. Ao me apresentar nas redes como psicóloga e também trabalhadora sexual, passo a ser procurada por outras pessoas que trabalham com sexualidade. Elas apontam, com frequência, que a partilha desse lugar tem efeitos de segurança. O que essa sensação nos revela sobre os limites da psicologia hegemônica e seus modos de escuta? Que condições são necessárias para uma escuta que não nos reduza a estereótipos, sintomas ou estatísticas de ISTs?

O percurso que trago aqui nasce dessa intersecção: uma escuta corporificada que encarna um atravessamento comum. A partir desses encontros, emergem temas ainda pouco debatidos nos currículos de formação em Psicologia: como o trabalho sexual enquanto campo legítimo de experiência e produção de sentido, os impactos do estigma sobre a saúde mental, as múltiplas formas de agência, subversão e resistência que marcam a vida de quem atua nesse campo. Temas que vão da construção de estratégias de segurança nas plataformas digitais à forma como os jogos de poder e desejo se presentificam em cenas sadomasoquistas. São modos de vida que desorganizam a gramática binária da norma e exigem outras ferramentas para serem escutados.

A clínica, nesse contexto, não pode se apoiar na lógica da tutela ou da salvação. Ao contrário, o que se delineia é uma aposta política em práticas de cuidado que respeitam a autonomia e o saber das próprias trabalhadoras sexuais. É nesse ponto que a crítica à imagem da "puta imaginada", conceito cunhado por Melissa Grant, se torna fundamental: essa figura estereotipada — ora vítima que precisa de salvação, ora ameaça social que precisa de disciplina — atua como um dispositivo eficaz de controle simbólico. Como alerta Monique Prada, é preciso deslegitimar a fala das putas reais para que a eficácia do estigma se mantenha. E é exatamente isso que se repete quando a escuta clínica só reconhece como legítima a fala de quem se encaixa nessa retórica.

Mesmo dentro do campo dos feminismos, o trabalho sexual permanece sendo um tema em disputa. O putafeminismo, neste contexto, oferece uma alternativa política e epistêmica: afirma o direito das trabalhadoras sexuais de se colocarem como sujeitas de suas lutas, sem que para isso precisem negar seus ofícios, seus corpos ou seus desejos. Ao ser interpelada pelas vozes que insistem em lançar-se ao mundo, quer ele tenha ouvidos ou não, sou testemunha também dos relatos de como o estigma encontra reprodução nos discursos de profissionais de saúde.

As normativas do sexo, como analisa Gayle Rubin, organizam uma hierarquia de práticas e identidades que opera como regime político, atravessando instituições, discursos e subjetividades. A psicologia não está imune a esse regime. Pelo contrário, ele se infiltra na escuta clínica, nas teorias e diagnósticos, nos silêncios e nas perguntas que insistem em reposicionar o sujeito na norma. Ainda que de forma velada, segue operando a distinção entre sexualidades aceitáveis e desvios patológicos. Essa captura, que muitas vezes se apresenta como cuidado, reforça padrões morais, apaga modos de vida dissidentes e traduz existência em sintoma. Assim, a escuta clínica, quando desimplicada, pode tornar-se um exercício de normatização e violência.

É nesse cenário que é preciso sujar a psicologia, como propõe Sofia Favero. Em seu livro Psicologia Suja, ela escreve: "a psicologia suja não é uma alternativa. não é uma clínica diferente. ela é uma arte da guerra." Essa arte, no entanto, não se faz apenas de armas simbólicas, mas

também de pausas, cuidados, nomes inventados. Se a guerra é contra as formas de vida que nos adoecem, talvez nossa estratégia esteja justamente em cultivar lugares onde possamos, enfim, nos desarmar.

E essas aberturas se mostram no cotidiano, nos momentos em que surgem as histórias por trás de um nome — o "nome de guerra", termo usado para designar o nome que se escolhe para trabalhar — evocando identidades, forças, reinvenções. É uma marca, uma camada, uma dobra entre o íntimo e o público. O nome que se cria para atrair clientes, proteger uma identidade, e também denotar uma certa personagem. Nome de guerra, porque habitar esse campo é também guerrear, resistir, inventar.

Certa vez, uma analisante me disse: “ao mesmo tempo que pra mim é importante a guerrilha, às vezes me incomoda esse repertório de guerrilha. Guerrilha. Armar. Lutar. Militar. Às vezes eu queria me descolonizar um pouco desse alfabeto." Sua fala, em sua delicadeza, revela uma potência imanente à vida. Não apenas como força que insiste, mas como reinvenção sensível. Uma forma de habitar o mundo por uma fresta, e não por uma trincheira.

Neste percurso, dialogo com Donna Haraway e sua proposta de saberes localizados: toda produção de conhecimento é uma visão desde algum lugar. A escuta corporificada que proponho se constrói a partir dessa consciência, rejeitando o olhar de cima e buscando o olhar de quem se debruça com. Um saber que emerge do corpo, da borda, das relações. Um saber que se suja. Se há um ponto de partida ético nesse trabalho, ele se dá justamente na disposição em não abstrair a carne. Em reconhecer, como nos ensina a crítica decolonial, que os corpos que escutam e falam estão marcados pela história.

Este trabalho se inscreve no GT Fissurando os saberes sintéticos da Psicologia: Interseccionalidade e Decolonialidade nas práticas clínicas, ao compartilhar o compromisso com práticas situadas, críticas e implicadas na transformação das estruturas que historicamente silenciam corpos dissidentes.

Deslocar a Psicanálise para construir um Chão: diálogos entre clínica e território

Anael Alexandre Alencar dos Santos (UFC), Camilo Augusto Soares (UFC), Ana Carolina Borges Leão Martins (UFC)

Este resumo visa apresentar a atividade de extensão "Chão da Praça: Psicanálise e(m) Território", do Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação (VIESES), vinculado à Universidade Federal do Ceará (UFC). Sabendo que a psicanálise, historicamente, tem nutrido práticas retrógradas e ideologicamente comprometidas com os interesses de uma classe social dominante, e que esse movimento se perpetua ainda nos dias de hoje (Gabarron-Garcia 2023), faz-se necessária a criação de espaços que possibilitem discutir como a psicanálise, enquanto uma prática clínica de escuta, deve também se voltar para as populações em situação de vulnerabilidade e exclusão social e estar atenta para as demandas que surgem em território, se distanciando de um fazer que apenas replica práticas do contexto privado num âmbito público.

Assim, a ação pretendeu tensionar o espaço tradicional que a psicanálise costumeiramente ocupa, locais privados e elitizados, e uma psicanálise atuante, que se presentifica no tecido social, de forma a resgatar a tradição das clínicas públicas freudianas.

Dessa maneira, a ação teve como objetivo desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão em espaços públicos, oferecendo aos alunos de graduação um local para reflexão crítica, onde foi possível estimular discussões acerca da escuta territorial (Broide & Broide, 2016), relações entre resistência política e território, maneiras de coletivizar a psicanálise junto aos movimentos sociais, além de experimentações com escrita em psicanálise e percepções transferenciais com o território. Todos os encontros possuíram um fio condutor: abrir possibilidade para pensar diferentes formas de se formar enquanto analista, que se atente para as querelas latentes no âmbito social, que tenha o entendimento que esse processo não se dá no vácuo, implicando todo um contexto de atravessamentos de opressão e subjugação.

Os encontros aconteceram na praça João Gentil, localizada nas proximidades do campus Benfica da UFC, local de grande relevância política para os movimentos de esquerda na cidade de Fortaleza, para o movimento estudantil e também palco de diversos eventos com fins de entretenimento para a população. A escolha do local visou simbolizar e efetivar o deslocamento da psicanálise de seu locus tradicional para a malha social e comunitária.

O grupo consistiu em cinco encontros quinzenais, com os títulos: "O que é escuta territorial?", "Onde está o nosso desejo de escrita?", "A transferência em espaços abertos", "Quando a praça se cala: a escuta da resistência no território" e "Luta que cura: psicanálise e(m) movimentos sociais". Destes, apenas o segundo não aconteceu na praça. Por consistir em uma oficina de escrita, optou-se por realizar o grupo em uma das salas da universidade.

Além dos temas, foram utilizadas algumas dinâmicas para dar o pontapé inicial da discussão, em alguns, a leitura de trechos de autores que embasaram os debates (Setubal, 2024) (Leader, 2024) (Ferrante, 2023) (Broide & Broide, 2016) (Evaristo, 2016) (Freud, 2011) (Passa Palavra, 2011), em outros, trechos de músicas, exercícios de observação sensível do território da praça e oficinas de escrita em psicanálise. Após isso, os participantes partilhavam suas impressões, descontentamentos, identificações e provocações acerca das temáticas.

A ação relatada se relaciona com o GT 20 "Fissurando os saberes sintéticos da Psicologia: Interseccionalidade e Decolonialidade nas práticas clínicas" por ofertar esse espaço frutífero de discussões que se propõe a "sujar" a psicologia, acolher experiências que fogem do status quo e transgridem as normas homogeneizantes de raça, classe e gênero, propondo uma literal inserção da psicologia no território da praça, de maneira que a realidade contamine o fazer clínico dos participantes. Ao longo dos encontros, muitos dos membros levantaram questionamentos e insatisfações com a ideia de um analista neutro, que se forma descontextualizado da realidade que oprime povos e suprime existências. Essas ideias são veiculadas na cultura com uma certa roupagem, ancorando-se no fenômeno da transferência para se justificar, apontando que um analista que se demonstre neutro facilita a emergência dos afetos transferenciais direcionados a sua figura. As discussões propõem uma virada de chave nesse ponto em específico, por acreditar que as práticas de escuta nesses moldes produzem uma "surdez por parte do psicanalista (que) impede que sujeitos historicamente marcados pela violência colonial sejam escutados" (Mollica & Bispo, 2023). Ainda, se encaixa na proposta do eixo temático 2 "História, epistemologias e formação em Psicologia Social" por propor, não só um resgate, mas uma adaptação das clínicas públicas freudianas, pensadas originalmente para o contexto entre guerras da Europa e voltadas para o atendimento gratuito da população, ao contexto cearense, utilizando uma visão interseccional e de desobediência epistêmica para repensar a formação em psicanálise, descanonizando alguns autores em detrimento de outros.

Quanto aos resultados, o grupo contou com 25 inscritos no total, com média de 20 pessoas por encontro. Através dos relatos dos participantes, foram perceptíveis diversas movimentações impulsionadas pelos debates. Foi notável o deslocamento afetivo e epistêmico de muitos participantes. Anteriormente, apesar de uma inclinação pela psicanálise e um descontentamento com outros corpos teóricos estudados na graduação, havia uma barreira, uma sensação de que a psicanálise era uma prática distante, quase inalcançável ou descolada da realidade social. No entanto, a proposta do grupo, que buscou a escuta dos sofrimentos em seu panorama mais geral, atravessado pelas diversas camadas de opressão, utilizando uma óptica interseccional, permitiu que esses estudantes se apropriassem da teoria de uma nova forma. A psicanálise, antes vista apenas como algo abstrato e elitista, passou a ser percebida como uma possível ferramenta para a intervenção social e política, o que os levou a uma identificação e a considerá-la, de fato, como um caminho a seguir na graduação e na atuação profissional. No tocante ao território, a praça desempenhou papel fundamental nos resultados alcançados pelo projeto, não só por aproximar os participantes de um locus de atuação possível, conforme exemplificado nas bibliografias utilizadas, mas também nos enlaces transferenciais estabelecidos a partir dali. Antes do grupo, muitos alunos relataram passar pela praça cotidianamente, mas sem ter muitos afetos ligados ao território, agora, eles exprimiam uma forte conexão com o chão teórico ali estabelecido. E isso foi de fundamental importância para dar os próximos passos em direção ao próximo grande objetivo do projeto, que consiste em ofertar escuta para a população em situação de rua que ocupa a praça, bem como seus frequentadores casuais. Para os futuros extensionistas, foi de fundamental importância a inserção inicial na praça para pensar uma atuação futura que não se paute pelos moldes coloniais repassados durante a formação, uma psicologia que não crie impedimentos e proibições, mas estabeleça alicerces para que diversos modos de ser/existir, perpassados pelos marcadores de raça, classe e gênero, habitem um chão coletivo.

Concluindo, a formação em psicanálise, que antes alguns consideravam algo solitário e muito longínquo, agora passa a tomar contornos mais palpáveis se pensada para além dos procedimentos instituídos pelas escolas de psicanálise, materializando-se enquanto possibilidade no percurso formativo universitário dos alunos de graduação quando feito de forma coletiva e territorializada. Os resultados alcançados demonstram que é não apenas possível, mas urgente, construir currículos e práticas formativas que preparem os futuros profissionais para atuar de forma contextualizada, ética e sensível às demandas de saúde mental das populações em situação de vulnerabilidade e exclusão social. Quando disposta a sujar-se de realidade, a psicanálise pode, se somada a outros corpos teóricos, ser um caminho profícuo para pensar uma clínica que reconheça os sofrimentos psíquicos como intrinsecamente atravessados por relações de poder, desigualdades estruturais e marcadores sociais (Fanon, 2006) (Butler, 2023). Assim, a ação convoca uma postura que instiga um reposicionamento da formação profissional, que se atente à questões éticas e políticas, desmantelando a ideia de uma psicologia neutra e higienista para abraçar uma atuação verdadeiramente atenta às diversidades e às urgências da existência humana em contextos concretos de vida. O projeto é, nesse sentido, um convite a materializar uma psicologia que se afeta pelo mundo e que se contamina pela realidade para, de fato, cuidar.

Enquanto Existirem Currículos Brancos, Não Haverá Psicologia Viva: Por uma Psicologia Antirracista Insurgente

Paulo Vitor Palma Navasconi (UNESP), Paulo Vitor Palma Navasconi (UNESP)

A presente proposta refere-se à apresentação de uma discussão em desenvolvimento vinculada a uma pesquisa trienal realizada no âmbito do Departamento de Psicologia Clínica do curso de graduação em Psicologia da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista (UNESP – Assis, SP), inserida na linha de pesquisa "Questões teórico-técnicas em Psicologia Clínica". A investigação tem como objetivo central realizar um mapeamento e análise crítica sobre como a questão étnico-racial é incorporada nos cursos de Psicologia das Universidades Estaduais do Estado de São Paulo, bem como em quais componentes curriculares essa temática está presente. Neste trabalho, parte-se do reconhecimento de que os currículos universitários são dispositivos de poder-saber que organizam não apenas conteúdos acadêmicos, mas também os modos de produção de subjetividade, os regimes de verdade e os horizontes éticos e políticos que orientam as práticas profissionais. No caso da Psicologia, e particularmente da Psicologia Clínica, torna-se fundamental interrogar os fundamentos epistemológicos que sustentam sua constituição histórica enquanto campo científico e disciplinar. Isso porque os currículos e referenciais adotados nas formações ainda estão enraizados em paradigmas eurocentrados que pouco dialogam com as experiências e realidades da população negra e indígena brasileira. Diante disso, a presente discussão busca provocar a necessidade de repensarmos radicalmente a formação em Psicologia, a partir de uma crítica à lógica monocultural que tem historicamente silenciado, apagado ou marginalizado as experiências, saberes e subjetividades da população negra e de outros grupos racializados. É preciso afirmar que a ausência dessas perspectivas nos currículos e nos referenciais teóricos da Psicologia não é neutra nem acidental: trata-se de um reflexo do racismo estrutural que perpassa as instituições acadêmicas e científicas. Compreender os processos de constituição da Psicologia como ciência nos possibilita, portanto, forjar uma historiografia crítica da disciplina, na qual diferentes sujeitos, especialmente os sujeitos negros e indígenas, possam ser reconhecidos como agentes históricos ativos, com capacidade de produção teórica, prática e política. Sendo assim, o objetivo deste trabalho é justamente tensionar a invisibilidade epistêmica da população negra nos espaços universitários e nas produções acadêmicas, e, ao mesmo tempo, evidenciar suas produções intelectuais, políticas e existenciais como fundamentais para a transformação desse cenário. Nessa direção, evocam-se as contribuições de autoras e autores como Virgínia Leone Bicudo, Lélia Gonzalez, Frantz Fanon, Neusa Santos Souza, Sueli Carneiro, Isildinha Baptista Nogueira, Beatriz Nascimento, Abdias do Nascimento, Achille Mbembe, entre outros, que foram fundamentais para o surgimento de uma crítica antirracista e decolonial no campo da Psicologia e das ciências humanas. Tais intelectuais não apenas denunciaram o epistemicídio, entendido como o apagamento sistemático dos saberes dos povos negros e indígenas, mas também nos ofereceram ferramentas analíticas e políticas para a construção de um campo de saber mais plural e comprometido com a justiça social. Além disto, a presente proposta também assume como premissa que a efetivação de uma Psicologia verdadeiramente democrática, plural e comprometida com os direitos humanos exige a descolonização dos currículos e das práticas formativas. Isso implica, por exemplo, revisar as ementas e bibliografias dos componentes curriculares, incluir autores(as) negros(as) e indígenas nas disciplinas obrigatórias, promover debates interseccionais sobre raça, gênero, sexualidade e classe na clínica, e investir na

formação docente crítica e sensível às questões étnico-raciais. Mais do que evidenciar a persistência do racismo institucional no campo da formação em Psicologia, este trabalho busca produzir reflexões que contribuam para o combate às estruturas epistemológicas que sustentam esse racismo. O enfrentamento ao epistemicídio demanda não apenas uma denúncia, mas sobretudo uma reconstrução radical dos modos como produzimos conhecimento, reconhecemos sujeitos e organizamos os currículos universitários. Por isso, cabe a reflexão: Como se constrói uma Psicologia Clínica que ignora a centralidade da raça na constituição subjetiva? Como formar profissionais preparados para acolher o sofrimento racial se os currículos desconsideram essa dimensão estruturante da experiência brasileira? E, sobretudo, como pensar a excelência acadêmica se ela se ergue sobre o apagamento de intelectuais negras e sobre a reprodução de uma ciência monocromática e monocultural? Ainda que se reconheça que práticas docentes muitas vezes extrapolam os limites dos documentos oficiais, o não reconhecimento formal desses saberes compromete a institucionalização de uma Psicologia comprometida com a justiça social. Como bem pontua bell hooks (2013), não basta incluir autores negros nos currículos; é preciso transformar os referenciais, as perguntas e as formas de ensinar. A teoria, sozinha, não é libertadora. É preciso que ela seja mobilizada como parte de um projeto ético-político de ruptura com os sistemas de opressão. Nesta perspectiva, análise aqui apresentada não pretende esgotar o debate, mas contribuir para uma reflexão crítica sobre a urgência de reconfigurar os currículos dos cursos de Psicologia a partir de uma lógica antirracista e plural. Afinal, como lembra Conceição Evaristo (2005), a nossa escrevivência não é para ninar os da casa grande, mas para inquietar os que dormem no conforto da hegemonia. Que a Psicologia brasileira, especialmente no campo clínico, seja capaz de se reinventar, reconhecendo as múltiplas vozes, dores e potências que constituem este país. Desta forma, este estudo pretende contribuir para o fortalecimento de uma Psicologia Clínica que reconheça o sofrimento psíquico como atravessado por dimensões históricas, sociais e raciais, e que seja capaz de operar com uma escuta implicada, ética e crítica diante das violências estruturais que incidem sobre os corpos negros. Ao trazer à tona as vozes, saberes e práticas da população negra, buscamos fomentar um campo clínico mais sensível às questões de raça e um espaço universitário mais plural, diverso e comprometido com a transformação social. Trata-se, portanto, de uma proposta que não se limita a discutir a presença da temática racial nos currículos, mas que visa participar ativamente da construção de uma nova Psicologia, enraizada em territórios outros, guiada por uma ética da alteridade e por uma política do reconhecimento. Em última instância, a luta por uma formação antirracista é também uma luta pela produção de futuros possíveis, mais justos, mais plurais e mais vivos.

Entre Saberes, Vozes e Silêncios: Interseccionalidade, poder e privilégio na prática psicológica

Ana Luiza Rosa Lucas (USP), Laura Vilela e Souza (USP)

As práticas psicológicas, historicamente, foram construídas sob premissas de universalidade e neutralidade, que invisibilizam as relações de poder presentes tanto nos processos de produção de conhecimento quanto nas práticas institucionais e de cuidado. Este trabalho propõe uma reflexão crítica, ancorada em uma perspectiva feminista e interseccional, sobre a hierarquia entre psicólogas(os) e pessoas atendidas, problematizando como os marcadores sociais – como gênero, raça, classe, sexualidade e corporalidade – moldam essas relações e influenciam a forma como o saber psicológico é produzido, legitimado e aplicado. Parte-se do entendimento de que a Psicologia, enquanto ciência e profissão, não está isenta das lógicas de privilégio e dominação que estruturam a sociedade patriarcal e racista em que se insere.

O objetivo é evidenciar como as relações de poder operam, muitas vezes de forma sutil e não nomeada, nas interações entre psicólogas(os) e sujeitos acompanhados, impactando diretamente a escuta, a condução das intervenções e a produção de sentidos sobre sofrimento e saúde — e quais outros caminhos podemos seguir para romper com o silêncio.

O trabalho se insere no eixo temático “Gênero, Sexualidades e Intersecções”, ao abordar como a cisheteronormatividade, o racismo estrutural, o capacitismo e outras formas de opressão incidem na construção das subjetividades e nas dinâmicas institucionais da Psicologia. Propõe-se uma análise que articula os aportes das práticas narrativas com os referenciais feministas interseccionais, para fomentar uma Psicologia mais comprometida com a justiça social e com uma ética da alteridade.

A orientação teórica parte das práticas narrativas (White & Epston), que compreendem os sujeitos como autores de suas histórias e propõem a desconstrução dos discursos dominantes que marginalizam determinadas existências. Associam-se a esses aportes os referenciais da interseccionalidade (Crenshaw, Collins), que permitem compreender as formas sobrepostas de opressão que atravessam os sujeitos em contextos históricos e sociais específicos. A aposta está na reflexividade e na responsabilização ética da profissional diante das relações de poder que atravessam seu trabalho, visando à minimização das hierarquias entre terapeuta e pessoa atendida como estratégia ética e política de fortalecimento. O reconhecimento de que a violência de gênero se sustenta em relações assimétricas de poder orienta o compromisso com uma prática que não reproduza, mas questione essas estruturas.

Trata-se de um ensaio teórico-reflexivo, com base em revisão crítica de literatura e em materiais produzidos em contextos de formação e atuação profissional. A análise se debruça sobre textos, relatos e pesquisas que tematizam o privilégio, a dominação e a invisibilização de marcadores sociais nas práticas psicológicas, com destaque para estudos sobre o silenciamento de questões raciais e de gênero em atendimentos conduzidos por psicólogas(os) brancas(os), revelando barreiras epistemológicas e afetivas à escuta de experiências racializadas e de enfrentamento à violência patriarcal.

Os resultados indicam que a ausência de reconhecimento das dinâmicas de privilégio e poder constitui não apenas uma lacuna teórica, mas uma falha ética que compromete a potência da prática psicológica. Há a necessidade de entender o lugar de privilégio e poder que a(o) psicóloga(o) ocupa, uma vez que seus marcadores

pessoais - sua classe, raça, orientação sexual, localidade, seu gênero e outros - compõe aquela relação, ressaltando seus privilégios e poderes interferindo e moldando a relação terapêutica. Além disso, sem uma escuta atenta às experiências de opressão vividas por sujeitos em condições de vulnerabilidade social, a Psicologia corre o risco de reforçar os sistemas de dominação que deveria tensionar e se posicionar. Por outro lado, evidencia-se um caminho promissor e ético para as práticas psicológicas: a incorporação da reflexividade — por todos os terapeutas, mas especialmente por aqueles que ocupam posições de privilégio —, pois ela permite visibilizar as hierarquias institucionais e epistemológicas que moldam as práticas psicológicas e seus efeitos. Além disso, favorece o refinamento da escuta, sensibilizando o profissional para as dores e histórias marginalizadas, ampliando as possibilidades de expressão e evitando os silêncios que violentam. Torna-se imprescindível que terapeutas se posicionem diante de situações relacionadas ao racismo, à misoginia, ao machismo, bem como mantenham um olhar crítico sobre a imposição dos padrões de beleza, a solidão da mulher negra, a ideologia meritocrática, entre outras questões estruturais, a fim de evitar o risco da individualização dos problemas.

A conclusão aponta para a necessidade de uma Psicologia comprometida com a transformação das relações de poder que atravessam sua própria atuação. Isso exige deslocamentos: do saber neutro para o saber situado; da imposição de normas para a valorização da diferença; da autoridade técnica para a co-responsabilidade ética. A externalização do problema, conceito-chave nas práticas narrativas, torna-se aliada ao despatologizar e desindividualizar sofrimentos produzidos por sistemas de opressão. O reconhecimento do peso da própria voz profissional, assim como a legitimação das vozes das pessoas atendidas como produtoras de conhecimento, são passos fundamentais na construção de práticas interseccionais e transformadoras no campo da Psicologia. Portanto, há a necessidade do(a) terapeuta assumir a postura ética com a reflexividade e revisitar suas práticas posições discursivas e seus valores durante seus estudos e atendimentos.

Escuta ancestral e corpo-território: a mulher negra na clínica, na universidade e na resistência

Caroline Souza de Oliveira (UFRJ), Mariana de Castro Moreira (UFRJ)

Esta é uma pesquisa que nasce do corpo e da escuta, entre o sagrado e o político. É resultado de uma articulação entre duas experiências de pesquisa que se entrelaçam em um mesmo corpo e território: uma investigação de mestrado em andamento, que analisa o cuidado destinado a mulheres negras na clínica, e uma reflexão ampliada sobre os atravessamentos vividos por essas mesmas mulheres nos espaços acadêmicos. Ambos os estudos emergem na escuta dessas experiências e tomam como eixo analítico a crítica psicossociológica, que propõe uma compreensão do sujeito em sua complexidade, articulando dimensões subjetivas e sociais, afetivas e institucionais. Trata-se de um entendimento da escuta do silêncio e da produção de cuidado e conhecimento a partir de saberes ancestrais.

Nessa direção, a partir da escrevivência, proponho um desafio à psicologia colonial e individualista, valorizando o sentido de comunidade e pertencimento. As práticas de aquilombamento, nesse contexto, tornam-se evidentes por meio da ancestralidade e do vínculo comunitário como geradores de potência para mulheres negras na luta contra a opressão social.

É nesse cenário que emerge a constatação de que o que está em jogo não é apenas a ausência de políticas eficazes de equidade racial, mas a reprodução cotidiana de uma lógica colonial que hierarquiza vidas, saberes e modos de existir. Diante disso, este trabalho tem como objetivo refletir sobre os impactos psíquicos, simbólicos e espirituais do racismo institucional na saúde e no percurso acadêmico de mulheres negras, assim como apontar práticas de reexistência que emergem desses contextos de exclusão. A proposta é ampliar o entendimento de cuidado para além da medicalização e da escuta clínica convencional, reconhecendo os saberes ancestrais, a espiritualidade e as redes de afeto como práticas legítimas de cura.

Nesse caminho, a noção de Orí torna-se fundamental. Orí é o nome da cabeça, o órgão vital que comanda todo o corpo, presente em toda a vida da pessoa, do princípio ao fim – o elo de ligação entre o ser humano e os orixás. É Orí que orienta os devotos em suas escolhas, escolhas estas que constroem o destino pessoal. Ele deve ser alimentado para a manutenção da saúde espiritual, mental e física. Assim, a escuta do Orí é entendida como forma de acolher o sofrimento psíquico e espiritual provocado pelo racismo, e também como caminho de reconexão com uma história e uma força coletiva que antecede e excede a experiência da dor.

Ao se pensar no diálogo entre clínica e ancestralidade, propõe-se, portanto, uma virada metodológica e política nos modos de cuidar e pesquisar, questionando os critérios de legitimidade científica que desconsideram os saberes oriundos da diáspora africana. A partir disso, trago uma análise situada e aterrada dos efeitos da necropolítica diante desse corpo racializado, considerando que tais efeitos se expressam no corpo, nas trajetórias e nos modos de existir.

Nesse sentido, definir a escrevivência como metodologia se faz como prática política contracolonial. Afinal, todo corpo produz conhecimento, e não é necessário abdicar das emoções ou da conexão com o próprio território para ser aceita num mundo que se diz universal e neutro, mas que, na verdade, apenas reproduz a hegemonia. A angústia é uma das táticas da colonialidade para nos silenciar. Como pontua Conceição Evaristo, a escrevivência não pode ser lida como uma história de ninar os da casa-grande, mas sim como algo que os incomoda em seus

sonos injustos. Não é necessário escolher entre posicionamentos, entre se pode falar ou não. O objetivo é desafiar a simples suposição de que podemos recuperar o ponto de vista da subalterna. A própria ausência (no centro) da voz da colonizada pode ser lida como emblemática da dificuldade de recuperar tal voz — e como confirmação de que não há espaço onde as mulheres possam falar. No entanto, é através da comunidade que o silêncio se torna potência.

É a partir dessa coletividade que se produz a reconexão com práticas de cuidado que escapam à normatividade biomédica, como benzimentos, banhos de ervas, orações, encontros entre mulheres, uso de elementos da natureza e a retomada de narrativas ancestrais como formas de cura. Essas práticas são aqui compreendidas como estratégias de reexistência — termo que designa não apenas a sobrevivência, mas a invenção de modos outros de viver, pensar e cuidar em contextos de opressão.

Assim, esta pesquisa é também um convite para rever tanto o lugar da universidade quanto da pesquisa na produção de cuidado. É preciso confrontar os limites entre conhecimento científico e ancestral, entre teoria e experiência, entre escrita acadêmica e história de vida. Ou, quem sabe, como ensina Sueli Carneiro, descolonizar o olhar, para que a clínica não seja apenas técnica, mas que constitua um encontro ético e político entre corpos, narrativas e saberes.

Ao afirmar o corpo negro como território sagrado e o Orí como centro de potência, propõe-se um deslocamento do olhar: do diagnóstico da dor à escuta do sagrado. Assim, este trabalho oferece uma contribuição para os debates do GT ao propor uma clínica e uma ciência enraizadas em outras cosmologias, onde cuidar é também resistir — e existir é já um ato de criação.

Mapeando práticas discursivas sobre gênero em contexto da terapia familiar e de casal

Erika Greicy Koyama Rehder (UNIARAGUAIA), Lenise Santana Borges (PUC-GO)

O presente trabalho propõe uma reflexão crítica acerca das práticas discursivas sobre gênero no contexto da Terapia Familiar e de Casal no Brasil, fruto de uma pesquisa documental exploratória realizada durante o mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação Lato Sensu em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), sob orientação da Profª Dra. Lenise Santana Borges. A proposta surge das inquietações com os modos como os saberes e fazeres psicológicos, sobretudo no campo da terapia familiar, vêm (re)produzindo discursos sobre gênero que, por vezes, naturalizam desigualdades sociais, esvaziando seu potencial ético-político transformador.

A crítica a uma psicologia que se pretende neutra, distante da compreensão das dinâmicas sociais e políticas que atravessam os sujeitos e suas relações, tem ganhado força, especialmente nos campos da Psicologia Social Crítica e das abordagens pós-estruturalistas e socioconstrucionista. Nesse sentido, a aproximação com essas perspectivas e os estudos feministas e de gênero têm se mostrado promissora, ao permitir uma ampliação na forma de compreender os fenômenos sociais e o sofrimento psíquico.

A nossa pesquisa buscou investigar quais sentidos de gênero são (re)produzidos na prática e na formação em terapia familiar no Brasil. Para isso, analisamos os conteúdos programáticos dos cursos de formação e especialização em Terapia Familiar e de Casal vinculados à Associação Brasileira de Terapia Familiar (ABRATEF), e as produções científicas publicadas nas revistas Nova Perspectiva Sistêmica (RNPS) e Pensando Famílias (PF), ambas reconhecidas como referências no campo da terapia familiar.

As perguntas que orientaram a investigação foram: Quais os sentidos de gênero que circulam no contexto da terapia familiar? As produções articulam as categorias de gênero com outras marcadores sociais da diferença, como raça, etnia, nacionalidade, classe, geração, deficiência e sexualidade, entre outras? Se sim, de que forma? Essas temáticas são discutidas articulando a prática clínica desses profissionais?; Há discursos normativos na nossa prática? Se sim, quais estes discursos?; Quais práticas estão sensíveis a essas questões e desafiam os discursos dominantes na terapia?; Quais os caminhos possíveis para uma postura profissional política e eticamente responsável?

Partindo da compreensão de que o conhecimento é uma prática situada e politicamente implicada, inspiramo-nos nos pressupostos da Psicologia Social Crítica e nos aportes do construcionismo social, que concebe a linguagem como constitutiva da realidade e o discurso como arena de disputas de sentido. O gênero, por sua vez, é compreendido como uma categoria relacional, histórica e performativa, que estrutura relações sociais, institucionais e subjetivas, estando em constante intersecção com outros marcadores sociais da diferença.

A análise dos artigos publicados nas revistas RNPS e PF revelou que, embora haja uma presença significativa de temáticas relacionadas às relações de gênero, como violência de gênero, maternidade, paternidade, conjugalidade e sexualidade, muitas vezes essas discussões não reconhecem as estruturas de poder que atravessam essas experiências. Em outros termos, ainda que haja um esforço para debater tais questões, frequentemente o conceito de gênero é utilizado desvinculado de sua potência analítica crítica, além da ausência de uma perspectiva interseccional.

No que diz respeito aos cursos de formação e especialização vinculados à ABRATEF, observamos poucas disciplinas que contemplam discussões sistemáticas sobre gênero e ausência de referenciais teóricos feministas ou interseccionais. Essa lacuna indica certa fragilidade na formação de profissionais para lidar criticamente com as desigualdades sociais que permeiam as relações familiares e conjugais, diferente do que ocorre na literatura internacional que demonstra uma articulação teórica e prática mais atenta às questões multiculturais e de diversidade.

Apesar disso, identificamos iniciativas importantes e promissoras que tensionam os discursos hegemônicos e propõem práticas mais sensíveis às questões de gênero e diversidade. Em alguns artigos analisados, encontramos autoras e autores que se apropriam de forma crítica do referencial socioconstrucionista para questionar os modos tradicionais de se pensar a conjugalidade, a parentalidade e as relações familiares. Nessas experiências, autores e autoras propõem desconstruções importantes sobre os modelos tradicionais de família, conjugalidade e parentalidade, trazendo à tona questões de relações de poder.

Nosso estudo evidenciou que a perspectiva construcionista e de gênero favorecem essas discussões, e fomenta a produção de conhecimento através da articulação das experiências clínicas dos/as terapeutas, considerando que as relações familiares e conjugais são permeadas por desigualdades históricas e culturais. Portanto, ressaltamos a importância de uma atuação profissional ética e política que reconheça que não há neutralidade no contexto terapêutico. Assim, a prática clínica pode tanto sustentar uma relação de poder ou se comprometer com a justiça e transformação social desafiando as desigualdades e opressões sociais.

Gergen, Kenneth. J. (2009). O Movimento do Construcionismo Social na Psicologia Moderna. Revista Internacional Interdisciplinar. INTERthesis, 6(1), 299-325. https://doi.org/10.5007/1807-1384.2009v6n1p299.

Haraway, Donna (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Cadernos Pagu, 5, 7-41. https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773.

Harding, Sandra (2019). Stronger Objectivity for Sciences from Below. Em Construção: Arquivos de Epistemologia Histórica e Estudos de Ciência, 5, 173-192. https://www.researchgate.net/publication/332999192_Stronger_Objectivity_for_Sciences_From_Below.

McDowell, Teresa; Knudson-Martin, Carmen; & Bermudez, Maria J. (2023). Socioculturally Attuned Family Therapy Guidelines for Equitable Theory and Practice. 2 ed. Routledge.

McGoldrick, Monica; & Hardy, Kenneth V. (2019). Re-visioning Family Therapy: Adressing Diversity in Clinical Practice. 3 ed. The Guilford Press.

Spink, Mary Jane P.;Medrado, Benedito (2013). Produção de Sentido no Cotidiano: Uma abordagem teórica-metodológica para análise das práticas discursivas. In Spink, Mary Jane Paris (Org.). Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano: Aproximações teóricas e metodológicas (p. 22-41). Centro Edelstein de pesquisas sociais.

Zanello, Valeska (2018). Saúde Mental, gênero e dispositivos e processos de subjetivação. Appris.

Para descolonizar a Psicologia: cultura popular como dispositivo de potencialização da vida

Yasmin Xavier Guimarães Nasri (USP), Thiago Colmenero Cunha (Universidade Santa Úrsula)

Introdução

O paradigma ocidental de simplificação e fragmentação da realidade está no cerne de construção das narrativas que estruturam o pensamento moderno-colonial dominante. A concepção de haver um único grupo social superior (representado pelo homem-branco-ocidental-eurocêntrico) a outros, perpassa a lógica de dominação e coerção daqueles considerados, de modo pejorativo, como "primitivos", "incivilizados" ou ainda "menos-desenvolvidos". Para além de uma intolerância à diferença, esse movimento traduz o contexto de uma profunda crise de dimensão ético-política, engendrada nos modos de subjetivação, como proposto por Guattari e Rolnik (1986) e, posteriormente, reiterado por Guattari (2009).

Essa crise ético-política também se reflete no campo da Psicologia. O autor mexicano Pavón-Cuéllar (2022) sinaliza para a existência de uma alienação colonial nesse campo de atuação e reflexão. Em suas palavras, "é habitual que intelectuais, acadêmicos e profissionais da Psicologia latino-americana só se permitam conceber a subjetividade por meio de perspectivas teóricas europeias ou estadunidenses" (Pavón-Cuéllar, 2022, p. 22). Nesse contexto, a Esquizoanálise, enquanto uma possibilidade de construção da clínica psicoterapêutica, a partir de uma compreensão ampliada da noção de subjetividade, emerge da própria crítica à visão linear e única acerca do desejo, do inconsciente e do sujeito.

No entanto, há de se considerar a forte influência do pensamento francês sobre esse campo de análise, representado, sobretudo, pelo pioneirismo dos autores Félix Guattari e Gilles Deleuze. Considerando esse histórico, Deivison Miranda (2022) propõe refletir sobre uma Esquizoanálise para além da subjetividade francesa que possa se construir a partir das realidades (e territórios) por onde os "pés pisam". A partir desse convite, essa pesquisa tem como objetivo discutir o papel dos dispositivos culturais populares no movimento de descolonização da Psicologia latino-americana.

Refletir sobre uma Esquizoanálise a partir dos "pés que pisam" na América Latina

A discussão sobre a necessidade de descolonizar o campo da Psicologia, em especial, dialogando com o convite de Veiga (2019; 2021) e Miranda (2022) para pensar esse movimento a partir da Esquizoanálise que, em sua gênese, emerge propondo questionamentos e críticas à atuação clínica existente à época, implica buscar outros referenciais de leitura de mundo. Isso porque, como propõem esses autores, pensar em uma Esquizoanálise territorializada na América Latina é reconhecer o marco diferencial de constituição desses sujeitos a partir da imposição colonial, incluindo traumas individuais e coletivos decorrentes desse contexto que permanecem nos modos de assujeitamento e subjugação em relações assimétricas de poder vigentes.

Assim, é importante reconhecer que Deleuze e Guattari embora tenham proposto revoluções no modo de construção da clínica, a partir dos questionamentos publicados desde o anti-édipo (Deleuze; Guattari, 2010) , estes ainda estavam circunscritos no contexto europeu de leitura de mundo. Posteriormente, Suely Rolnik, autora brasileira também considerada emblemática nesse campo, avança nos diálogos com esses autores, buscando transpor essa discussão para o contexto do Sul Global. Contudo, vale ressaltar a importância de ampliar esse debate para além da academia e das produções

científicas, a partir da cartografia analítica dos referenciais singulares e singularizantes na constituição dos sujeitos em sua própria dinâmica cotidiana nos territórios, extrapolando matrizes hegemônicas-dominantes de compreensão das realidades.

O movimento de escavação de saberes e práticas que sustentam outros modos de "ser e estar no mundo", pode favorecer um "alargamento" do próprio olhar da/o psicóloga/o com relação à pluralidade de experiências organizativas e cosmologias desenvolvidas pelos mais diversos grupos sociais latino-americanos (Bispo dos Santos, 2015; Krenak, 2019; 2020). Buscar descolonizar o imaginário da/o analista é central, para que, em um movimento também de autoanálise, esta/e possa romper com padrões colonialistas que historicamente consideraram os saberes não-circunscritos à racionalidade cartesiana, à ciência moderna/positivista e à religião monoteísta, de modo pejorativo, como sinônimos de folclores, mitos ou crenças místicas e, nesse sentido, menos qualificados e legítimos. Ampliar a escuta para outras perspectivas de mundo, para outras construções cosmológicas e outras tramas da vida que se constroem nas tecituras entre elementos humanos e não-humanos parece fundamental para uma Esquizoanálise que busca ampliar seu repertório para modos não-ocidentais e não-hegemônicos de experimentação da vida.

Metodologia

A metodologia se baseou no levantamento bibliográfico e na sistematização de referências, sobretudo, do campo da Esquizoanálise, envolvendo vozes latino-americanas, incluindo reflexões de autores indígenas e quilombolas. Além do levantamento de dados secundários. De modo complementar, mas também fundamental, essa pesquisa considera a experiência do corpo-pesquisadora-cartógrafa implicada e militante que vem se construindo, desde 2016, na imersão e vivência em territórios originários e tradicionais, principalmente, quilombolas e caiçaras.

Essa pesquisa partiu, ainda, da proposta de Rolnik (2016) de cartografar os modos de subjetivação, incluindo os afetos e atravessamentos que constituem os sujeitos em seus contextos comunitários. Esse movimento ocorreu durante os encontros nos territórios tradicionais. Isso porque, a cartografia, ao passo que possibilita a compreensão sobre os significados das construções coletivas, também pode ser considerada um potente dispositivo de autoanálise, visando a autonomia e autogestão dos próprios grupos envolvidos (Hur; Viana, 2016).

Resultados

Produzir conhecimento no campo da saúde mental (que não está dissociada do corpo) nos territórios latino-americanos, parece implicar um olhar crítico e questionador acerca das engrenagens de um sistema estrutural e histórico que produz sofrimento em grande parte da população, sobretudo naquela considerada dissidente e não circunscrita ao padrão estético/cultural/econômico moderno/colonial. É nesse sentido que se pode questionar os significados de saúde mental em uma sociedade que foi colonizada, escravizada, cujas tradições, ancestralidades, linguagens e produções epistêmicas foram silenciadas.

Nesse contexto, marcado fortemente por tentativas de esgarçamento e dilaceração das relações comunitárias, do vínculo com o território e com as construções sociais identitárias, nota-se que as manifestações culturais ganham uma importância fundamental por permitirem reinventar a convivialidade, bem como a organização e reprodução dos modos de vida ancestrais. Assim, observou-se na pesquisa que territórios considerados periféricos pela lógica da modernidade/colonialidade, em que o Estado tende a se fazer presente apenas pela via da força militarizada, o brincar coletivo, por meio das festividades sacras, das diversas celebrações,

conversações, danças, quadrilhas, músicas, jogos comunitários, entre outras produções culturais, buscam salvaguardar os sentidos e significados intergeracionais. Por isso, os dispositivos culturais de tecnologia ancestral apresentam resistência ao modus operandi imposto e, para além desse aspecto, podem ser considerados vias para o cuidado com a saúde coletiva (Bispo dos Santos, 2015).

Por essa razão, essa pesquisa defende dois movimentos para pensar a Esquizoanálise desde o Sul Global. O primeiro deles, é buscar referenciais de análise nos próprios territórios, junto às manifestações culturais populares, para compreender os signos e significados de trauma individual e coletivo, relações de poder e coerção, captura e cooptação dos modos de subjetivação, entre outros temas importantes para a produção do conhecimento e da atuação psicoterapêutica em direção à noção de saúde mental coletiva. O segundo movimento seria construir uma Esquizoanálise aliada aos movimentos de base popular, somando forças para construir um sentido de libertação e autonomia junto aos povos latino-americanos.

Conclusões

Como principal contribuição analítica da pesquisa, a imersão nos territórios e na literatura latino-americana sobre o tema, permitiu refletir sobre a construção do silenciamento de narrativas, do apagamento histórico da memória social e da produção de afetos tristes que constituem as estratégias de produção de morte, a partir da despontecialização dos sujeitos em seus territórios de vida. Em contrapartida, defende-se uma perspectiva esquizoanalítica de produção de afetos alegres, da reinvenção da vida cotidiana, do reencantamento pelos aspectos mágicos, sacros, ritualísticos e místicos, e de potencialização do encontro coletivo como via de questionamento e transformação do status quo.

Referências

BISPO DOS SANTOS, A. Colonização, quilombos: modos e significações. Brasília: INCT. 2015. 151p.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. O anti-édipo. Tradução de Luiz B. L. Orlandi. São Paulo, SP: Editora 34 Ltda., 34ª ed. 2010. 560p.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. Micropolítica: cartografias do desejo. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

GUATTARI, F. As três ecologias. Tradução de Maria Cristina F. Bittencourt. 20ª ed. Campinas: Papirus, 2009, 56p.

HUR, D. U.; VIANA, D. A. Práticas grupais na esquizoanálise: cartografia, oficina e esquizodrama. Arquivos Brasileiros de Psicologia. Rio de Janeiro, vol. 68, n. 1, 2016, p.111-125.

KRENAK, A. Ideias para adiar o fim do mundo. 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras. 2019. 85p.

KRENAK, A. O amanhã não está à venda. São Paulo: Companhia das Letras. 2020. 25p.

MIRANDA, D. W. Arriar a esquizoanálise nas encruzilhadas de Franz Fanon para experimentar uma clínica que pense com os pés onde pisa. 2022. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1JQprEV9Pg9HIT4oU2teYeHZEX5NZ9fST/view> Acesso em 19 de nov. 2024.

PAVÓN-CUELLAR, D. Além da Psicologia Indígena: concepções mesoamericanas da subjetividade. Tradução de Anna Turriani. 1ª ed. São Paulo, SP: Perspectiva, 2022. 184p.

ROLNIK, S. Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo. 2 ed. Porto Alegre: Sulina/Editora da UFRGS, 2016.

VEIGA, L. M. Descolonizando a psicologia: notas para uma Psicologia Preta. Fractal: Revista de Psicologia, v. 31, n. esp., set., 2019. p. 244-248.

VEIGA, L. M. Clínica do impossível: linhas de fuga e de cura. Telha Editora. 2021. 122p.

Psicologia do Chão à Margem: experiências de clínicas públicas articuladas desde a universidade aos coletivos de psicanálise

Camilo Augusto Soares (UFC), Anael Alexandre Alencar dos Santos (UFC), Ana Carolina Borges Leão Martins (UFC)

O presente trabalho é um dos desdobramentos da pesquisa intitulada “As clínicas públicas de Freud e o público na clínica psicanalítica”, vinculada ao Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação (VIESES), em Fortaleza, e articulada ao projeto guarda-chuva “Psicanálise, clínicas públicas e políticas de saúde”, no contexto do Mestrado Profissional em Psicologia e Políticas Públicas, em Sobral, ambos pela Universidade Federal do Ceará (UFC). As atividades descritas e contextualizadas nesse resumo são referentes à bolsa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), com financiamento da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP).

O estudo parte do contexto das práticas clínicas em espaços abertos, iniciativas em coletivo que se propõem a construir dispositivos territorializados de escuta de base psicanalítica (Coleção Zine Clínicas de Borda, 2023). Essa configuração, que articula clínica e política em cada local que se estabelece, é provocada inicialmente por Freud (1919/2010), na tentativa de mobilizar a comunidade psicanalítica a traçar estratégias de facilitação do acesso ao tratamento psíquico (Danto, 2019). Longe de se restringirem ao solo europeu em que nascem, as clínicas públicas se reinventam no Brasil no século XXI, e suas sementes vão germinar aqui junto às raízes da formação social brasileira e latino-americana, realidade fundada pelos marcadores coloniais de raça, território, gênero e classe (Quijano, 2005; Martín-Baró, 2015; González, 2020), demandando que a escuta não seja simplesmente atravessada, mas se desenhe considerando radicalmente esses fatores. E com um adendo: tais vivências de opressão não marcam apenas o corpo dos analisandos, mas se expressam na formação de jovens analistas, sobretudo oriundos das universidades, racializados, periferizados, cotistas, que sustentam hoje a aposta em uma psicanálise popular.

Nesse sentido, em meio às contradições próprias de uma grande metrópole do Nordeste brasileiro, entre as veias abertas de uma cidade que grita desigualdade, mas segue pulsando vida nas encruzilhadas de suas ruas e praças, florescem em Fortaleza experiências públicas de escuta territorial. Essas experimentações partem de polos diversos, e essa pesquisa intenta investigar quais contornos são dados às clínicas públicas a partir dos seus diferentes lugares de estruturação, tomando como territórios de pesquisa uma extensão universitária e um coletivo de psicanalistas, ambos atuantes em uma praça da cidade de Fortaleza.

O Chão da Praça é um projeto que surge em 2024, referenciado pelo Departamento de Psicologia da UFC, e tem como proposta viabilizar ações de ensino, pesquisa e extensão no âmbito da relação entre psicanálise e território, a partir do método da escuta territorial, composto pelo mapeamento das relações de sujeitos e grupos a partir dos seus modos de habitar a cidade (Broide & Broide, 2016). O Margem Psicanálise, por sua vez, é um coletivo formado por psicanalistas que atua desde 2018, tendo como proposta pensar uma clínica marginal, deslocada do centro, que se direciona aos espaços públicos para construir novas implicações na operação da técnica psicanalítica em encontro com a cidade.

A ferramenta metodológica pensada para o estudo teve inspiração cartográfica, na medida em que se propôs a acompanhar e registrar via diário de campo as estratégias

de aproximação do território, tanto por parte do projeto de extensão, quanto pelo coletivo de psicanálise, sendo o autor integrante de ambos. Essa aproximação, que por um lado busca responder aos objetivos da pesquisa, na medida que evidencia o percurso trilhado na construção de dispositivos públicos de escuta, também se constitui enquanto um fazer participante, ou seja, é um saber que implica em fazer, característico da cartografia (Passos & Barros, 2009).

Destaca-se de início os passos do Chão da Praça, projeto que o autor compõe desde o planejamento das primeiras atividades extensionistas. Antes de qualquer tentativa de oferecimento de atendimento clínico, foi priorizada a aproximação da Praça da Gentilândia, espaço das ações que faz parte do cotidiano universitário e é marcado por uma complexa rede de relações que se tece pelos diferentes modos de habitar a praça e a cidade. Percebeu-se nos grupos de estudo realizados ali uma receptividade aos estudantes, possibilitada pela referência institucional da universidade. Nos grupos a céu aberto, encontrou-se uma cidade que fala, pela história-denúncia das pessoas em situação de rua, pelas condições de trabalho dos feirantes e pelas brincadeiras inventadas pelas crianças para aproveitar os poucos espaços que podem se apropriar. Fazer as ações na Praça, onde a vida pulsa sem negociações, foi uma aposta no deslocamento de estudantes de psicologia para um cenário de formação que, em sua matriz, perturba a ordem. Ordem essa que concentra o saber-poder na figura do terapeuta e faz com que este assuma uma postura colonial no contato com territórios urbanos vulnerabilizados. Provocar desordem pela via das clínicas públicas no contexto da universidade implicou em bagunçar a ideia de trabalho individual na psicologia e na psicanálise, antes investindo na composição junto ao território, tendo como horizonte a aliança com as políticas públicas através de ações em rede, e apostando que pela garantia de direitos o sujeito pode produzir narrativas com as próprias palavras, ou ainda, como aponta Achinte (2017), construir práticas de re-existência que possibilitem a continuação da vida.

Posteriormente, no caminho pela Margem, refletiu-se que operar a partir de um coletivo, composto sobretudo por psicanalistas jovens, periféricos, cotistas e trabalhadores autônomos, traz consigo singularidades na empreitada de construção de um dispositivo de escuta. Diferente da universidade, que carrega um reconhecimento simbólico no laço social, o coletivo precisou construir um lugar de referência dentro do território, se inserindo nas cenas do cotidiano da praça, experimentando e reinventando parcerias. Não sem dificuldades, uma vez que as forças do Estado, que deveriam compor nesse processo, acabaram por produzir resistências ao trabalho, demandando do coletivo que a escuta, desarticulada de outras políticas de reparação, conseguisse suprir as faltas de um território ferido pela pobreza, fome e violência. A resposta a essa demanda foi conversar com feirantes, observar as dinâmicas da população em situação de rua, ouvir moradores dos arredores e visitar movimentos sociais que se ancoram nas margens do local de atuação. Estes foram elementos de participação que desembocaram no processo de territorialização que hoje faz com que o Margem seja reconhecido enquanto parte da praça também. Foi a partir desse lugar de composição, que se afasta do estrangeirismo colonizador (Broide & Broide, 2016), que uma clínica pública se constituiu.

O contato com o campo dessas atuações suscita perguntas como: Quais as estratégias de sustentação de uma prática pública para aqueles que apostam nela? Quais profanações à clínica tradicional se fazem ao propor uma escuta na praça? Quais lugares o Estado ocupa na relação com o público?

O fazer público provoca um deslocamento da clínica para a consideração de sofrimentos encarnados em corpos racializados (Souza, 2021), periferizados e atravessados por questões de gênero e sexualidade (Silva, 2024). Disponibilizar o corpo, por vezes também constituído

sobre essas marcas, para a escuta, é um movimento que exige condições de sustentabilidade para essa prática, seja material ou subjetiva, possibilitadas apenas pela conjunção entre o fortalecimento de políticas públicas participativas, no plano macroestrutural, e o aliançamento em coletivo que permita partilhar o sonho e o desejo nas micropolíticas do cotidiano.

Por fim, entende-se esse trabalho em consonância com a proposta do GT 20: "Fissurando os saberes sintéticos da Psicologia: Interseccionalidade e Decolonialidade nas práticas clínicas", uma vez que a trajetória do estudo se debruça por uma perspectiva de atuação que torce a configuração tradicional de uma escuta plastificada, se fazendo na medida em que brinca de fazer (Bispo dos Santos, 2023). Como considerações provisórias, as experiências de clínica pública em Fortaleza se mostram permeáveis, porosas e fertilizadas pelas discussões construídas interdisciplinarmente junto à Psicologia Social, Geografia, Sociologia, Antropologia e aos estudos contracoloniais. Fazer clínica-rede na praça balança político-afetivamente as práticas psicanalíticas, pela via da aposta em um cuidado ampliado que se suja de Chão e se encontra na Margem.

REFERÊNCIAS:

Achinte, A. A. (2017). Prácticas creativas de re-existencia: más allá del arte... el mundo de lo sensible. Del Signo.

Bispo dos Santos, A. (2023). A terra dá, a terra quer. Ubu Editora.

Broide, J., & Broide, E. (2016). A psicanálise em situações sociais críticas: metodologia clínica e intervenções. Editora Escuta.

Coleção Zine Clínicas de Borda. (2023). N-1 Edições.

Danto, E. (2019). As clínicas públicas de Freud: psicanálise e justiça social. Perspectiva.

Freud, S. (1919/2010). Caminhos da terapia psicanalítica. In Freud, S. Freud (1917-1920) - Obras completas volume 14: "O homem dos lobos" e outros textos (Obras Completas de Freud). Companhia das Letras.

González, L. (2020). Por um feminismo afro-latino-americano. Zahar.

Martín-Baró, I. (2017). Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais. Editora Vozes.

Passos, E., & Barros, R. B. (2009). A Cartografia como método de pesquisa- intervenção. In Passos, E. et al. (orgs.), Pistas do método da Cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Sulina.

Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In LANDER, E. (org.), A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Clacso.

Silva, A. E. (2024). A bixa preta no divã. Revista de Psicanálise Periférica, 1, 84-95.

Souza, N. S. (2021). Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social.

Quilombismo e clínica política: pistas

Ítalo Cristhian Pinheiro Costa (UFRJ), Ítalo Cristhian Pinheiro Costa (EICOS/UFRJ), Catalina Revollo Pardo (EICOS/UFRJ)

A saúde é um direito constitucional que deveria ser garantido para todos, mas é experienciada como algo negado para a população negra, em diversos âmbitos do que poderia ser considerado enquanto saúde, incluindo a saúde mental à qual este trabalho se deterá. Mas, ao passo que a hegemonia branca nos espaços dita a norma de como é uma saúde dessa população, há aqueles que vão em um sentido oposto a este, produzindo literaturas, ciências, pensamentos, territórios existenciais, lutas e resistências. O pilar, ou ainda, a filosofia que embasa esse movimento em busca da saúde mental da população negra é e será Quilombista.

O objetivo deste trabalho é, então, apresentar alguns dos caminhos já traçados pelo Quilombo, enquanto existência histórica material concreta, ou seja, como uma organização social negra que perpassou a história do Brasil, mas também, e em especial, aquilo que o Quilombo traz como força simbólica para as pessoas negras deste país. Tanto no lugar do fortalecimento psíquico do/a negro/a, como também em outros sentidos que dele podem advir e com ele pode-se aprender.

Neste sentido, a proposta aqui apresentada se alinha a temática do encontro da ABRAPSO (Aliança dos povos: Psicologia Social face à destruição de todas as formas de vida), à medida que se propõe a trazer uma das formas de resistência mais fecundas que o negro produziu neste país, tendo Palmares sendo considerado por Abdias Nascimento (2016, p.72) como: "(...)a primeira e heróica manifestação de amor à liberdade em terras do Brasil.(...) Palmares significa principalmente o grito desesperado dos africanos contra a desintegração da sua cultura nas estranhas terras do Novo Mundo.".

Há também um alinhamento ao GT Psicologia e Relações Raciais no Brasil do Séc XXI: Aspectos históricos, teóricos e metodológicos, conforme sua proposta de discutir a promoção da saúde psíquica para vítimas de racismo, como também sobre a constituição destas subjetividades racializadas. De modo a confluir com os três trabalhos dos professores proponentes do GT, seja pelo resgate histórico exercitado pelo professor Hildeberto Vieira Martins, como pelo que será trabalhado pela professora Lia Vainer Schucman, à medida que sua discussão remeterá a ideia de identidade, subjetivação e resistências. Mas também ao trabalhado pela professora Cláudia de Oliveira Alves, conforme sua discussão passará por criação de espaços seguros em famílias interraciais, tendo o Quilombo muito a contribuir para com o tema.

O surgimento do quilombo, de acordo com Nascimento (1989), se dá pela fuga, enquanto um ato de reconhecimento de que não se é propriedade do outro. Ao rejeitar ser visto como um "artigo de mercado", o negro empreende a fuga enquanto ação primeira de resistência ao sistema colonial. Mas a fuga não se efetiva sem a busca por um território, este que é um ato transgressor de afirmar-se como possuidor do direito de ocupar aquele espaço com os seus. O direito à terra é parte do direito de estar vivo, é dela que se retirava as condições de possibilidade de sobrevivência do negro.

A autora faz o alerta para a estratégia de reduzir a potência do quilombo ao colocá-lo no lugar de derrota diante do poder colonial quando diz que "trazendo a perspectiva do quilombo vencido, nós ficamos sendo os fugidos vencidos ou os escravos vencidos e isso em termo de psicologia social para o grupo do negro atual é muito pernicioso" (Nascimento,1977/2018, p. 130). O sentido a qual aplica a "psicologia social" aqui é diferente de como a psicologia em si trabalha o tema, percebe-se que a autora

se refere a uma forma de psiquismo compartilhada, o que é de grande valia para pensar o tema.

Para fazer jus ao que foram os quilombos é necessário acrescentar a ideia de 'Paz Quilombola'. Nascimento (2018, p.76) entende que entre um ataque e outro da repressão, o quilombo se mantém "ora retroagindo, ora se reproduzindo" e nomeia esses períodos como 'Paz Quilombola'. Lacerda e Santos (2020) entendem que é nestes momentos de "paz" que se desenvolviam as relações que possibilitaram a construção de outros modos de vida, sendo este o ponto central, tanto no sentido histórico, de um passado, quanto no sentido do que pode o quilombo hoje, pois o alto desenvolvimento destes foi algo ameaçador em muitos momentos para o regime escravocrata; e pensando nisso, Nascimento (2018, p.100) traz que:

O momento de paz corresponde, basicamente, ao desenvolvimento social e econômico dos Quilombos. Períodos em que se desenvolveram a agricultura, a pecuária, a fabricação de instrumentos de trabalho e de armas para a defesa. (...) A sociedade os reprimiu mais duramente em momentos de crise econômica, quando os quilombos vitoriosos chegaram a representar uma ameaça, como seus concorrentes dentro do próprio sistema.

O quilombo, enquanto estrutura histórica que foi, se origina na fuga em busca de um território, isso enquanto uma afirmação de que se é humano, e chega na 'máquina de guerra' de fugir e fazer fugir, e de agenciar as potencialidades dos negros que ali residiam com sua face de 'paz quilombola'.

Porém o quilombo não cessa como história, ele se presentifica, como aponta Nascimento (1989), que "hoje o quilombo traz pra gente não mais o território geográfico, mas o território a nível de uma simbologia". O quilombo hoje é simbólico, e para Reis (2019) o quilombo se torna o símbolo do humanismo negro, enquanto capaz de unir, resistir e reexistir. A partir desse pensamento do quilombo, se originam ideias-força como a filosofia do quilombismo e o conceito de aquilombamento.

A partir do entendimento de Munanga (2019, p. 20), que, ao prefaciar o livro 'O Quilombismo', articula a ideia de que os conceitos terminados com "ismo" remetem a uma ideologia, e com isso entende que o livro é inteiro influenciado por esta ideologia quilombista. O autor segue dizendo que a base do quilombismo é toda a "luta de resistências em defesa da liberdade e da dignidade humana que caracterizam todos os movimentos diaspóricos africanos no mundo", ou seja, toda luta por uma afirmação do negro enquanto humano faz parte do quilombismo.

O Quilombo é força que movimenta de forma direta ou indireta, com ou sem o nome de quilombo. É máquina de guerra inspirando uma ideologia e conceitos que dele decorrem e marcam a sua força. Entre estes, o aquilombamento, que será aqui articulado por meio de uma pesquisa bibliográfica, na qual se cruzarão os conceitos de saúde mental e quilombo, chegando, então, a este conceito.

Entre os significados de aquilombamento que se apresentam através de uma gama de autoras e autores, os principais são o encontro, a existência diante da opressão, ferramenta de pensamento e construção, combate ao epistemicídio, descolonização das práticas terapêuticas e um dispositivo clínico.

E neste sentido, o modus operandi do quilombo é um produtor de saúde e vida, à medida que vai na contramão do necropoder e possibilita o existir. Este poder que galga um caminho entendido por Nobles (2009) como a tentativa de esvaziar o significado de ser africano. Para o autor, a noção de humano em um paradigma africano, é sobre ver a pessoa como recipiente e instrumento da energia divina, e a partir disso, o autor propõe que é esse pensamento que tornou o africano inapto à escravidão, sendo necessário "desafricanizá-lo". É possível associar a produção dos quilombos como um exemplo desse modo

de ser e estar no mundo, e como uma tentativa do negro de resistir material e simbólicamente.

GERBER, Raquel (Direção); NASCIMENTO, Beatriz (Colaboração). Ôrí [Filme]. Brasil: Estelar Produções Cinematográficas e Culturais, 1989. Relançado em 2009. Disponível em: https://negrasoulblog.wordpress.com/2016/08/25/309/. Acesso em: 19 jun. 2021.

LACERDA, Roberto dos Santos; SANTOS, Maria Taires dos. A paz quilombola e a produção de saberes tradicionais de cuidados em saúde. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE SOCIOLOGIA DA UFS, 3., 2020, São Cristóvão. Anais [...]. São Cristóvão, SE: PPGS/UFS, 2020. Disponível em: https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/13860. Acesso em: 27 abr. 2021.

MUNANGA, Kabengele. À guisa de prefácio. In: NASCIMENTO, Abdias. O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019. p. 15–22.

NASCIMENTO, Abdias. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

NASCIMENTO, Beatriz. Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual: possibilidade nos dias da destruição. São Paulo: Editora Filhos da África, 2018.

NASCIMENTO, Beatriz. Historiografia do quilombo. 1977. In: NASCIMENTO, Beatriz. Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual: possibilidades nos dias da destruição. São Paulo: Editora Filhos da África, 2018.

NASCIMENTO, Beatriz. Quilombos: mudança social ou conservantismo? 1976. In: NASCIMENTO, Beatriz. Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual: possibilidades nos dias da destruição. São Paulo: Editora Filhos da África, 2018.

NOBLES, Wade. Sakhu Sheti: retomando e reapropriando um foco psicológico afrocentrado. In: NASCIMENTO, Elisa (Org.). Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009. p. 277–298.

REIS, João Carlos. Historiografia e quilombo na obra de Beatriz Nascimento. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2019. Disponível em: http://dspace.unila.edu.br/123456789/5379. Acesso em: 01 abr. 2021.

Raízes em cor: o uso do genograma racialmente informado na prática clínica

Arthur Alves de Oliveira Silva (UFMG)

O genograma é um instrumento cujo propósito é oferecer uma representação gráfica de uma família por meio de símbolos convencionados. Ele se distingue de apenas uma árvore genealógica, visto que também informa relações afetivas e inclui símbolos para doenças prevalentes na família. Tem sido utilizado amplamente tanto na terapia de casal e família quanto na saúde coletiva. A simbologia adotada inicialmente, entre círculos e quadrados com ligações múltiplas, foi gradativamente se expandindo para a inclusão de fenômenos familiares contemporâneos, como pessoas trans e famílias multiespécies, demonstrando avanços teórico-práticos condizentes com as mudanças do tempo e da cultura. No entanto, ainda há um silêncio visual no que concerne a marcadores étnico-raciais na representação gráfica dos genogramas, escancarando a hegemonia da branquitude na sua pretensa neutralidade ao invisibilizar esses aspectos. Sendo assim, o objetivo desta comunicação oral é apresentar uma experiência clínica em que a questão da racialidade foi representada como fator importante no uso e interpretação do instrumento em questão. O trabalho se inclui na temática do GT ao tensionar os aspectos clínicos originais do instrumento com as perspectivas críticas em Psicologia Social, visto que os elementos raciais comparecem na construção de uma queixa de sofrimento familiar. Questionar epistemologias é fundamental nesse sentido, especialmente quando refletimos que o genograma sofreu uma importação da terapia familiar estadunidense ao ser popularizado em 1985 por Monica Goldrick e Randy Gerson, não sendo considerados os aspectos da realidade racial brasileira.

Parte-se de uma orientação teórica e prática pautada no Construcionismo Social. Este movimento, na Psicologia Social, volta-se para a investigação das formas de linguagem que atravessam a sociedade, buscando compreender os modos pelos quais conceitos e teorias são produzidos de forma negociada, assim como seus efeitos de ação prática, a nível macro e microssocial. Uma clínica social informada por essa perspectiva teórica convida seus praticantes a verem a produção de conhecimento (teorias, instrumentos, práticas) como objetos situados histórica e culturalmente – sujeitos, portanto, à crítica e à transformação. O enfoque construcionista na linguagem, em especial, reconhece como determinadas formas de nomeação da realidade não só a representam, mas a constroem de forma continuada. Isso implica também no entendimento de que a não-nomeação de determinados fenômenos também constituirá uma matriz de inteligibilidade para as práticas - ou seja, os critérios de (in)visibilidade de alguns fenômenos também produzirão realidades outras que podem circunscrever atuações profissionais desimplicadas ética e politicamente. É aqui que o uso do genograma pode ser interpelado no seu uso atual no território brasileiro.

A prática relatada neste resumo aconteceu num contexto de clínica particular individual e online, com uma paciente de 22 anos, autodeclarada parda, residente do interior de Minas Gerais. Neste trabalho, ela será chamada de Celeste. Esta paciente foi atendida gratuitamente pelo relator deste trabalho por cerca de um ano e meio, entre 2023 e 2025, período em que as temáticas de relações familiares frequentemente compareciam permeadas por violências. Concomitante a esse acompanhamento, ao terapeuta foi apresentado o instrumento em questão, na ocasião de um curso de Formação em Terapia de Casal e Família. Dada a sua curiosidade na aplicação prática do genograma em sua clínica e nas suas potencialidades, convidou Celeste para uma construção colaborativa da representação visual da sua família com a intenção de ampliar as narrativas atuais sobre esta, convite este que foi prontamente recebido com entusiasmo e engajamento

pela paciente. Considerando o contexto digital, optou-se pela produção do genograma através do projeto "Álbum de Família", do Núcleo de Educação em Saúde Coletiva (Nescon) da Faculdade de Medicina da UFMG. Trata-se de um site criado com o objetivo de facilitar a criação e manuseio de genogramas em formato eletrônico, de forma gratuita. A interface conta com diversas opções de registro gráfico, incluindo anotações sobre histórias e elementos importantes sobre cada sujeito representado (profissão, doenças, falecimento, adoção e outras observações gerais). O projeto do Nescon avança ao incluir símbolos que estendem a noção de cuidado para além dos laços consanguíneos, como bairros, escolas, igrejas e associações. Esta perspectiva se assemelha, inclusive mais a um ecomapa - uma ferramenta que representa graficamente as relações entre uma família e o seu ambiente, incluindo elementos institucionais. O ecomapa ajuda a identificar as redes de apoio social, os recursos e os desafios que a família enfrenta, sendo utilizado, por exemplo, na assistência social e na saúde da família. No entanto, o projeto em questão não contempla alguns avanços importantes na contextualização da família contemporânea, como o registro gráfico da identidade de gênero ou mesmo animais de estimação, por exemplo. Sobretudo, apesar de ter sido desenvolvido por uma universidade brasileira com vistas a um trabalho de saúde comunitária, não há nenhuma possibilidade de informação gráfico-visual que contenha a identidade racial de cada uma das pessoas incluídas no genograma. Essa invisibilidade produziu um estranhamento e desconforto no terapeuta, visto que este reconhecia como a racialidade comparecia de forma indissociável do sofrimento familiar vivenciado por Celeste. Ao longo da produção do genograma, que durou 3 sessões de 50 minutos cada, enquanto o genograma era projetado e criado colaborativamente na videochamada, foram ouvidas histórias de diversos atores familiares, e o terapeuta convidou a paciente a apresentar junto das histórias fotografias e imagens que pudessem somar ao registro da interface do projeto, possibilitando assim a inclusão visual de marcadores raciais. Além destes, também se reconhece como relevante para a construção do genograma o marcador de gênero do marido da paciente, um homem trans que também não tinha um símbolo no site que o pudesse designar como tal. Em adição, pensando em famílias contemporâneas, Celeste também questionou se haveria a possibilidade de incluir seus animais de estimação, um fator protetivo fundamental no seu cuidado em saúde mental, comparecendo em cena, inclusive, diversas vezes nas sessões online de psicoterapia.

Os resultados provenientes de tais adições ao instrumento foram percebidos na medida em que padrões geracionais marcados pela racialidade foram identificados de forma implícita, mas constante. Celeste possui uma história familiar marcada por violências intergeracionais das mais variadas formas, desde privações de liberdade na adolescência até homicídios entre homens da sua família extensa. Refletir sobre a articulação entre gênero, raça, classe e tantos outros marcadores interseccionais ampliou a visualização desta família, possibilitando um reconhecimento holístico que ultrapassa a mera soma de vulnerabilidades sociais. Pensar um diálogo da psicologia clínica com a psicologia social significa, dentre tantas coisas, articular os fenômenos de violência, desigualdade e exclusão com perspectivas interssecionais e decoloniais. Ou seja, pontua-se como uma perspectiva teórica crítica reconhece que essa ausência de marcador racial na identificação dos sujeitos do genograma não é ingênua - muito pelo contrário: reforça-se, assim, a ideia de que a pretensa neutralidade é apenas um retrato de uma branquitude massificada, não-marcada, resultando no uso de um instrumento (re)aplicado de forma descontextualizada e desengajada. Abre-se espaço para uma reflexão sobre os espaços de formação, tanto de psicólogas/médicas quanto de terapeutas de casal e família, acerca de que tipo de clínica estamos produzindo quando deixamos de lado a realidade histórica da racialidade no contexto brasileiro no âmbito das famílias.

Por fim, torna-se importante trazer uma pontuação sobre uma "clínica social": Celeste era atendida gratuitamente no formato proposto pelo terapeuta, mas será que isso é suficiente para se pensar uma "clínica social"? Um valor reduzido, ou mesmo gratuito, oferece alguma garantia de que haverá interlocução entre a clínica e os tensionamentos políticos constituintes da realidade social brasileira atual? Não se trata apenas de trabalhar com um "recorte racial", mas partir da compreensão de que não é possível recortar algo que está intrinsecamente ligado à constituição subjetiva e todas as repercussões em saúde mental subsequentes. Logo, a aplicação de todo e qualquer instrumento, teoria ou prática deve ser feita de forma atenta e informada por uma psicologia social crítica - caso contrário, apenas reiterar-se-á a norma racista, cisheteropatriarcal e capitalista do fazer clínico despolitizado.

Ressignificando a experiência de acolhimento psicológico com uma Pessoa Acamada

Eduarda Maria da Silva (UNESP), Leticia Dias Silva (UNESP), Paulo Vitor Palma Navasconi (UNESP)

Este relato de experiência se desenvolve a partir das vivências e reflexões produzidas durante o estágio curricular em Psicologia. A experiência vivenciada entre abril e novembro de 2025 em uma Unidade Básica de Saúde (UBS), localizada na periferia de uma cidade do interior do estado de São Paulo, tem como foco ações de visita domiciliar a pessoas acamadas ou com alguma comorbidade, com estratégias para a produção de cuidado, pautado nos princípios do SUS de universalidade, equidade e integralidade, e promovendo acolhimento psicológico aos usuários. Objetiva-se, a partir das observações possibilitadas pela prática, refletir sobre os desafios e possibilidades do cuidado pautado na atenção psicossocial.

Para além disso, a partir da perspectiva da atenção psicossocial, que tem como princípio a desospitalização e desmedicalização, o cuidado horizontalizado, a interseccionalidade e a clínica ampliada que articula o cuidado em rede de forma interdisciplinar e transdisciplinar, propõe-se refletir sobre os limites e possibilidades da atuação psicológica em diferentes contextos sociais, em territórios marcados por desigualdade e a pessoas em situação de vulnerabilidade social.

O relato de experiência se debruçará sobre o caso de um paciente, pessoa idosa, que, após sofrer dois acidentes consecutivos, ficou com mobilidade reduzida e passou a viver acamado, mas com um quadro de possível reabilitação, que possibilitaria o desenvolvimento de autonomia. O impacto do processo de perda da autonomia durante o tratamento pós-acidente, agravou barreiras emocionais e resultou em bloqueios profundos ao aceitar sua nova condição física, que resultou na recusa do processo de reabilitação, ficando acamado, e para sair de sua residência, movimento crucial para a conexão com o território e a descoberta de novas possibilidades de existir.

O território, como proposto por Milton Santos (1988), não é compreendido apenas como um recorte geográfico da região, mas sim um espaço de apropriação e significado pelas relações sociais dos indivíduos, onde se constroem formas próprias de organização da vida, afetividade, resistência e produção de saberes. Ele também pode ser um produtor de iniquidades, que se caracteriza pelo afastamento do indivíduo ao acesso a diversos dispositivos que são direitos do sujeito e, assim, produz ainda mais desigualdades, fomentando o sofrimento entre as famílias.

Dentre os principais desafios enfrentados, destacam-se: (1) a ressignificação do diagnóstico do paciente e do tratamento; (2) as limitações e potências do território para a produção do cuidado (3) a tensão entre o modelo biomédico-hegemônico por vezes reproduzido pelo dispositivo e a inserção da perspectiva da clínica ampliada.

O grupo de trabalho “Entre dores e (re)existências: estratégias de cuidado em saúde mental a partir da perspectiva interseccional.” e o eixo temático “Psicologia Social e Saúde”, se correlaciona com este relato, de maneira em que ambos visam a articulação a partir de uma perspectiva interseccional do processo saúde-doença, relacionando as vivências e dores de populações marginalizadas ao processos de sofrimento psíquico, .

Em termos metodológicos, estão sendo utilizados diários de campo, registros de supervisão, protocolos de atendimento e produções reflexivas individuais e coletivas. A construção dos relatos buscou respeitar o

sigilo ético e a dignidade dos sujeitos envolvidos, além de promover uma análise crítica dos próprios atravessamentos da equipe de estagiárias, considerando sua posição social, racial e de gênero. Assim, com as visitas domiciliares enquanto um dispositivo estratégico e o acolhimento psicológico com uma escuta clínica ampliada, está sendo realizado uma análise crítica dos determinantes sociais do processo saúde-doença no território, bem como participação em reuniões de equipe da unidade para a construção de um plano terapêutico singular.

A primeira etapa do cuidado consiste em visitas domiciliares quinzenais, focadas no vínculo e na escuta, com o tempo, pequenos avanços estão se concretizando como: aceitar as visitas e nossas intervenções, durante as visitas, sentar-se na cama por vontade própria, aceitar conversar e realizar atividades na varanda da casa. O cuidado ofertado pela família é um elemento basilar para que esses avanços se mostrem possíveis, e com base nas ideias de Pietroluongo e Resende (2007) sobre o papel do psicólogo e as articulações deste nas visitas domiciliares, é realizada também a capacitação dessa família, entendendo-a como um eixo central no desenvolvimento do cuidado, e assim, fortalecendo-a e desenvolvendo autonomia para o cuidado com o paciente.

Nesta perspectiva, pode-se afirmar que esta experiência revelou a importância da inserção da escuta clínica de maneira ampliada o em territórios marcados pela desigualdade e vulnerabilidade, que não podem ignorar as estruturas de opressão do sistema patriarcal capitalista que atravessam os sujeitos, e de profissionais capacitados que entendam que a prática clínica é também uma forma de mudança social, que deve dialogar con epistemologias interseccionais e decoloniais. O compromisso ético-político da Psicologia com a população marginalizada e periférica exige, portanto, uma prática crítica, interseccional e comprometida com a transformação social.

Os aprendizados que estão sendo construídos ao longo do estágio apontam para a necessidade de ampliar os espaços de formação que possibilitem a problematização das psicologia eurocentrada, colonialista e neoliberal que opera pelo modelo médico manicomial e hegemônico, dentro dos dispositivos de saúde da rede, não atendendo a demandas da população vulnerabilizada e marginalizada, a capacitação de profissionais na rede de atenção básica, para que promovam cuidado integral, com base nos princípios da atenção psicossocial, ofertando cuidado humanizado e articulando com uma clínica transdisciplinar para abarcar o sujeito em sua integralidade.

Sentidos sobre os envelhecimentos de mulheres lésbicas na produção acadêmica de psicologia

Marina Santos Melo (PUC GOIÁS), Marina Santos Melo (PUC GOIÁS), Andressa Teodoro Rosa (UFG), Lenise Santana Borges (PUC GOIÁS)

Trata-se de uma análise discursiva sobre os envelhecimentos de mulheres lésbicas na produção acadêmica de psicologia, com recorte temporal compreendido entre os anos de 2013 a 2023. O marco inicial escolhido - a publicação da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - delimita um momento em que a saúde da população LGBTQIAPN+ passa a ser reconhecida formalmente como questão de política pública no Brasil.

O objetivo foi identificar, mapear e analisar os sentidos construídos sobre o envelhecimento lésbico nos estudos publicados em periódicos científicos da psicologia. Não se parte da ideia de que há verdades a serem descobertas, mas sim de que os discursos constroem realidades e, ao fazê-lo, operam inclusões e exclusões que merecem ser analisadas. A pesquisa procura compreender quais sujeitos são autorizados a falar sobre envelhecimento LGBTQIAPN+, de que lugares discursivos essas falas emergem, e de que maneira mulheres lésbicas são — ou não — representadas nesse processo. Dessa forma, o trabalho não apenas identifica lacunas, mas também busca tensionar as condições discursivas que tornam essas lacunas possíveis

A orientação teórica da pesquisa articula a psicologia social construcionista com os estudos feministas e a teoria queer. O construcionismo social, representado por autores como Kenneth Gergen (1995, 2009, 2015), Peter Spink (2003, 2010) e Mary Jane Spink (1999, 2010), compreende a linguagem como prática constitutiva da realidade, rejeitando a objetividade como critério absoluto e valorizando o caráter relacional e situado do conhecimento. Já os feminismos lésbicos, como os de Adrienne Rich (1981), Monique Wittig (2002) e Tânia Navarro Swain (2002) oferecem subsídios para compreender a lesbianidade como posição política e histórica, que desafia a estrutura heteronormativa e propõe modos de existência não subsumidos à lógica do binarismo de gênero. A teoria queer, com contribuições centrais de Judith Butler (1990, 2004) e Guacira Lopes Louro (1997, 2004) permite desestabilizar categorias identitárias fixas, abrindo espaço para pensar os envelhecimentos lésbicos como múltiplo, fluido e politicamente tensionado.

A metodologia da pesquisa foi organizada em quatro etapas complementares. Inicialmente, realizou-se uma revisão assistemática da literatura, voltada à construção do referencial teórico. Essa etapa contemplou: (1) textos clássicos da psicologia social construcionista; (2) produções sobre envelhecimento humano, com foco na construção da categoria "velhice"; e (3) obras que discutem as lesbianidades em seus atravessamentos históricos, políticos e afetivos. Essa revisão foi orientada também pelas leituras e debates promovidos no Grupo de Estudo e Pesquisa em Construção de Fatos Sociais (GEPCFS/PUC Goiás), vinculado à Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), ao qual esta pesquisa está vinculada.

A quarta etapa corresponde a uma revisão sistemática da literatura acadêmica de psicologia sobre envelhecimento de mulheres lésbicas. Para isso, foi realizada uma busca na base da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), utilizando descritores controlados do DeCS (Descritores em Ciências da Saúde), combinados pelos operadores booleanos OR e AND. Os termos utilizados foram: ("Envelhecimento" OR "Idoso" OR "Idosos") AND ("Minorias Sexuais e de Gênero" OR "Pessoas Intersexuais" OR "Identidade de Gênero" OR

"Homossexualidade" OR "Homossexualidade Masculina" OR "Pessoas Transgênero") AND ("Sexualidade"). Foram aplicados filtros por idioma (português), área (psicologia) e recorte temporal de 2013 a 2023. O ano de 2013 foi adotado como marco inicial por coincidir com a publicação da Política Nacional de Saúde Integral LGBT, reconhecendo seu impacto na produção acadêmica nacional.

Foram inicialmente identificados 58 artigos. Após a remoção de duplicatas e a análise de títulos e resumos, 10 artigos foram selecionados para leitura na íntegra. Destes, 3 foram posteriormente excluídos por estarem escritos em inglês, apesar de publicados em revistas nacionais, resultando na inclusão de 7 artigos. Nenhum deles, no entanto, abordava especificamente o envelhecimento de mulheres lésbicas. Essa ausência não é compreendida como mero vazio ou descuido, mas como um dado discursivo relevante, que mobiliza questionamentos sobre os mecanismos que regulam quais experiências são legitimadas ou não no interior do discurso científico. Em consonância com Foucault (1976), compreende-se que o silêncio sobre determinadas temáticas pode operar como estratégia de controle, produzindo normatividades que incidem diretamente sobre os corpos e modos de existência. Diante disso, optou-se por seguir com a análise dos estudos disponíveis, considerando-os como material capaz de subsidiar reflexões críticas sobre os modos como os envelhecimentos LGBTQIAPN+ — e, especialmente, os vividos por mulheres lésbicas — são tematizados ou excluídos da produção acadêmica da psicologia

As análises indicam que, embora o envelhecimento da população LGBTQIAPN+ tenha ganhado progressivamente maior espaço na produção acadêmica da psicologia, os estudos ainda tendem a abordar o tema de forma ampla e agregada, o que resulta na diluição das especificidades de determinados subgrupos. Em particular, observa-se que as experiências de mulheres lésbicas aparecem de forma marginal, muitas vezes subsumidas a categorias generalizantes como "LGBT+" ou "mulheres LGBTQIAPN+", sem que suas vivências singulares sejam devidamente tematizadas. Essa generalização contribui para a reprodução de apagamentos, dificultando o reconhecimento das múltiplas formas de viver o envelhecimento que escapam à norma hegemônica, heterocentrada e biomédica. As velhices que ganham visibilidade nos estudos analisados são, em grande parte, aquelas associadas a situações de vulnerabilidade mais evidentes ao olhar clínico, como a patologização, o adoecimento e a institucionalização. Por outro lado, experiências que não se traduzem em demandas clínicas imediatas — como os vínculos afetivos entre mulheres, as redes de cuidado não convencionais e as trajetórias políticas forjadas na resistência — tendem a permanecer à margem dos discursos científicos e das práticas de cuidado.

Neste sentido, o presente trabalho adequa-se ao GT "Fissurando os saberes sintéticos da Psicologia: Interseccionalidade e Decolonialidade nas práticas clínicas", pois, ao problematizar o que tem sido produzido pela psicologia acerca dos envelhecimentos lésbicos, entende que tais conhecimentos incidem diretamente nas práticas psi, incluindo as práticas clínicas. A lacuna observada nos estudos, pode ser lida como sintoma da psicologia hegemônica, uma consequência direta de como a psicologia é produzida e ensinada, uma psicologia, branca, elitista, cisheteronormativa e etarista. Assim, concordam igualmente com a necessidade de fazeres e saberes para ouvir, reconhecer, legitimar e produzir práticas de cuidado a partir da diferença, neste caso, das lesbianidades envelhecentes.

Bernardes, J. de S. (n.d.). Análise do discurso. In Pesquisa qualitativa em psicologia social e saúde.

Costa, E. M. S. (1998). Gerontodrama: A velhice em cena: Estudos clínicos e psicodramáticos sobre a terceira idade. Ágora.

Espínola, I. E. R., Carvalho, L. E., Silva, D. E., Souza, J. M. M., Oliveira, F. M. R. L., & Galindo Júnior, J. U. F. (2023). Aging

and vulnerability: Perspectives of LGBTQIA+ elderly persons. Rev Rene, 24, e83200. https://doi.org/10.15253/2175-6783.20232483200

Falquet, J. (2006). De la cama la calle: Perspectivas teóricas lésbico-feministas (1 ed.). Brecha Lésbica.

Gatti, B. A. (1998). Pesquisa, educação e pós-modernidade: Confrontos e dilemas. Cadernos de Pesquisa, (105), 109–122. https://doi.org/10.1590/S0100-15741998000100007

Gergen, K. J. (1997). O movimento do construcionismo social na psicologia moderna. Educação & Sociedade, 18(61), 71–88. https://doi.org/10.1590/S0101-73301997000300005

Gergen, K. J., & Gergen, M. (2008). Construcionismo social: Um convite ao diálogo (S. C. S. Caldas, Trad.). Editora Santos.

Moreira Jr., C. S., & Japur, M. (2003). Grupo de sala de espera: Sentidos do envelhecimento humano. Paidéia (Ribeirão Preto), 13(25), 85–96.

Neri, A. L. (1993). Qualidade de vida no adulto maduro: Interpretações teóricas e evidências de pesquisa. In A. L. Neri (Org.), Qualidade de vida e idade madura (pp. xx–xx). Papirus.

Rasera, E. F., & Japur, M. (2001). Os sentidos da construção social: O convite construcionista para a psicologia. Estudos de Psicologia (Campinas), 18(3), 17–27. https://doi.org/10.1590/S0103-166X2001000300003

Sanches-Justo, J., Ferreira, S. L., Vasconcelos, M. S., & Justo, J. S. (2013). O construcionismo social na pesquisa em psicologia. Psicologia: Ciência e Profissão, 33(4), 778–791. https://doi.org/10.1590/S1414-98932013000400004

Schneider, R. H., & Irigaray, T. Q. (2008). O envelhecimento na atualidade: Aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais. Estudos de Psicologia (Campinas), 25(4), 685–693.

Silva, Z. P., & Araujo, R. J. C. (2021). Pensamento lésbico: Uma ginga epistemológica contra-hegemônica. Revista Estudos Feministas, 29(3), e82446. https://doi.org/10.1590/1806-9584-2021v29n382446

Soares, M. R., Fará, T., & Brandão, S. (2021). Lesbianidades plurais: Abordagens e epistemologias sapatonas (1 ed.). Devires.

Spink, M. J. P. (1999). Práticas discursivas e produção de sentido no cotidiano. Cortez.

Swain, T. N. (2002). Feminismo e lesbianismo: Quais os desafios? Labrys: Estudos Feministas, 1-2, jul.-dez. Disponível em: https://www.labrys.net.br/labrys1_2/femles.html

Wittig, M. (2022). O pensamento hétero e outros ensaios (1 ed.). Autêntica.

Yamasaki, F., et al. (2018). Sentidos de envelhecimento e motivos para a procura da Universidade Aberta para a Terceira Idade. Psicologia Argumento, 36(93), 328–342.

Sob a Memória da Pele: Interracialidade, Silenciamento e Violência

Kátia Tertuliano Caldas (Percurso Livre em Psicanálise), Kátia Tertuliano Caldas (Psicóloga; Psicanalista e Transmissora no Percurso Livre em Psicanálise - Natal/RN)

Este trabalho propõe refletir, a partir de uma experiência na clínica psicanalítica, sobre os efeitos subjetivos da violência interracial, sofridos por uma mulher negra, desde a sua infância, que chega à clínica a procura de algo em si que a faça reconhecer-se em sua própria pele, memória e história. O acesso à análise acontece através do Grupo de Atendimento Psicoterapêutico Psicanalítico (GAPP), vinculado à instituição Percurso Livre em Psicanálise, localizado na cidade de Natal, no Rio Grande do Norte, que oferta psicoterapia a pessoas em vulnerabilidade socioeconômica e necessitam do tratamento psicoterapêutico. Em sua queixa inicial, ela narra episódios constantes de ansiedade que, ao longo do tratamento, foi dando lugar ao ensaio da expressão de suas vontades, desejos e modo de estar no mundo, através do uso da sua criatividade, fazendo uma torção à história que lhe foi imposta durante sua constituição, com indeléveis marcas de violências as quais foi submetida, sob o véu da "bondade" da branquitude, que encobria assim uma relação de escravidão moderna.

Dessa forma, o objetivo desse artigo é refletir, a partir da escuta psicanalítica, com o aporte teórico de autores de outros saberes, como Antônio Bispo dos Santos, sobre o processo de colonização; pensar possibilidades para descolonização do Eu, preconizada por Grada Kilomba; em diálogo com Geni Núnez, que nos aponta sobre a continuidade da colonização nos dias atuais, articulando com a contribuição teórica de Sándor Ferenczi, para tensionar uma clínica interracial e ético-política, capaz de ofertar uma escuta sensível e decolonial, com a ética do cuidado de forma a não reproduzir, através da figura da analista branca, as violências sofridas pelo sujeito. No entanto, como pensar em uma clínica que não retraumatize a paciente, uma mulher negra, marcada pelo racismo, sem antes questionar o próprio lugar de psicóloga e psicanalista branca?

Para Kilomba (2019), o trauma "refere-se a qualquer dano em que a pele é rompida como consequência de violência externa" (KILOMBA, 2019, p. 213-214), por outro lado, o traumatismo psíquico quase nunca é refletido no âmbito do racismo. Assim, a autora denuncia a ausência de discussão e reflexão, sobre as profundas marcas, violências e dores perpetuadas em decorrência do racismo, nos discursos ocidentais, nos nossos discursos enquanto psicólogos, psicanalistas, nas disciplinas lecionadas nos cursos de psicologia, na psicanálise e em suas instituições de formação onde, em todos esses espaços, a maioria é composta por brancos.

Consequentemente, interrogo-me como nos preparamos eticamente, teoricamente, com a disponibilidade psíquica que nos permita a experiência genuína de sentir com o paciente, seus traumas e suas dores, através do tato psicológico, tal como nos adverte Ferenczi (1928), o psicanalista húngaro, contemporâneo de Freud, uma vez que nós brancos, negligenciamos a história e o histórico de violência racial e os efeitos no psiquismo dos indivíduos negros colonizados até os dias atuais? E ainda, quando nós brancos, nos eximimos da discussão apontada por Kilomba, mantendo a hipocrisia da branquitude, silenciamos também violentamente, o lugar de raça dentro das universidades e instituições de formações, essas que, por representar autoridade frente ao sujeito, correm o constante risco de repetir a colonialidade nas mais diversas formas, entre elas, através da epistemologia selecionada a ser apresentada e dos pensadores e intelectuais negros(as) que, em sua maioria, são silenciados dos módulos e grades de formação.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

Nesse sentido, quem pode ter seu sofrimento e traumas psíquicos acolhidos e cuidados eticamente em nossos consultórios, se o racismo não é tratado como um trauma em nossas formações teórica e clínica? Como psicólogos, psicanalistas, estamos disponíveis a ouvir o sofrimento racial sem repeti-lo? Afinal, Núnez (2019), nos alerta que a colonização não teve fim, ela apenas mudou de nome, na contemporaneidade ela é chamada de colonialidade, que segundo a autora, "dá um nome e um lugar às marcas da colonização em nosso povo hoje" (NÚNEZ, 2019, p. 7). Por outro lado, será que há genuinamente lugares em nossas formações para as marcas e efeitos da colonialidade?

Ferenczi (1933) alerta-nos que uma das formas de traumatizar uma criança, é por meio do que ele chamou de "terrorismo do sofrimento", que ocorre quando as crianças são forçadas a responderem por todas as formas de conflitos familiares, de tal modo que elas passam a ocupar o lugar de cuidado e reponsabilidade por todos os membros da família, sobrecarregando assim, seus corpos delicados. O húngaro aponta ainda que esse comportamento das crianças não acontece plenamente sem interesse, ao contrário, elas aceitam o fardo pesado para "poder desfrutar de novo a paz desaparecida e a ternura que daí decorre" (FERENCZI, 1933, p. 120). Assim, a criança é levada a ocupar um lugar de substituto do adulto, sem que o verdadeiro adulto da relação considere os sentimentos e interesses da criança. Em outras palavras, esse não seria o desenho de uma das várias formas de colonizar alguém? Silenciar seus interesses, desejos, sonhos e direito à dignidade na vida, responsabilizando-o, direta ou indiretamente, pelo bem estar dos brancos a sua volta?

De tal forma, Santos (2015) resgata a história que conheceu na escola, que conta que os portugueses chegaram no Brasil ao se perderem na rota para a Índia, onde planejavam retomar o mercado das especiarias e, acreditando terem chegado à Índia, denominaram de índios todos os povos originários que aqui encontraram. No entanto, logo pensaram em várias denominações para essa terra, o que contradiz tal versão.

O autor aponta ainda que ao generalizar os povos originários como "índios", os portugueses estavam reproduzindo um mecanismo utilizados por adestradores, "pois sempre que se quer adestrar um animal a primeira coisa que se muda é o seu nome" (SANTOS, 2015, p. 27). Assim, Santos (2015) aponta que os colonizadores sequestravam as identidades dos povos originários a fim de coisificá-los, de desumanizá-los. Curiosamente, as pessoas negras frequentemente não são tratadas pelos brancos por seus nomes, esses, são substituídos pela cor: preta(o), negra(o), neguinha(o).

Esse é o início do desenho do terrorismo do sofrimento que aconteceu na vida da paciente, que ao ser convidada a falar sobre o motivo que a levava a procurar análise, reponde timidamente: "Eu vim porque eu quero saber quem eu sou". Com um tempo, essa resposta me parecia soar como um pedido de ajuda para procurarmos juntas, quem ela era no mais íntimo do seu ser, antes da preocupação familiar em como alimentar dez crianças, chegar até seus pensamentos infantis, aos 6 anos, tornando-se desde então, uma trabalhadora doméstica, em regime de escravidão e, quando ousava sonhar seus próprios sonhos, rapidamente era tolhida pelos brancos os quais ela servia. No entanto, por anos, envolvida na ilusória afirmação que a família branca pronunciava: "Você é como se fosse da família". Dessa forma, naquele espaço, seu nome não era pronunciado, no lugar dele, ela era chamada de "pretinha".

Mas resistindo a todas as violências sofridas, a análise foi se tornando um espaço de confiança para a paciente, e onde a analista branca pode testemunhar os horrores experimentados e relatados por aquela mulher negra e, aos poucos, com a liberdade experienciada naquele espaço, Maria, um nome fictício para preservar sua identidade, pode ir experimentando tornar-se sujeito e autora dos seus sonhos e sua história.

Dito isso, gostaria de levar esse trabalho, como primeira opção, para discussão no GT 20, intitulado "Fissurando os saberes sintéticos da Psicologia: Interseccionalidade e Decolonialidade nas práticas Clínicas, apostando ser para mim, uma oportunidade única e interessante de enriquecer minha prática, na teoria e a escuta clínicas, expandindo o conhecimento das costuras do social, da história e da política no campo da psicologia e seus atravessamentos na subjetividade. A segunda opção, o GT 25: "Memória, sonhos e insurgência", por considerar pertinente na discussão, a forma como a paciente em questão aposta em seus próprios sonhos e desejo de liberdade, lutando pelo direito de frequentar a escola na adolescência e, posteriormente, já adulta, através da criatividade, passou a confeccionar artesanato para venda e fonte de renda, da mesma forma que passou a customizar as roupas que ganhava da família onde servia, como uma marca de diferenciação entre ela e as pessoas que a colonizava, mostrando sutilmente quem ela gostaria de ser e se apresentar em seu mundo. A terceira opção, O GT 32: Por uma Psicologia Social Contracolonial.

Referências

FERENCZI, Sándor. Obras Completas. Volume IV. Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Tradução: Jess Oliveira. 1. Ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

NÙÑEZ, Geni. Descolonização do pensamento psicológico. Revista Plural, Florianópolis, ano II, n. 2, 1º sem. 2019. Disponível em: https://www.crpsc.org.br/plural-n-2-artigos. Acesso em: 2 jun.2025.

SANTOS, Antônio Bispo dos. Colonização, Quilombis: modos e significações. Brasília: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa (INCTI/UnB), 2015. Disponível em: https://repi.ufsc.br/sites/default/files/BISPO_Antonio_Colonizacao_Quilombos_Modos_e_Significados.pdf. Acessado em 3 jun. 2025.

Tecendo cuidados interseccionais em serviços de Plantão Psicológico: um relato de experiência

Iasmin Emanuelle de Oliveira Farias (UFC), Júlia Fidelis (InPaSex), Runner Maciel (UFC)

O presente trabalho busca destacar a importância da inserção dos estudos de gênero e sexualidade e de suas intersecções na prática psicológica clínica, tomando como cenário o Plantão Psicológico e partindo da experiência dos próprios autores. A proposta é estabelecer um diálogo entre teoria e prática, visibilizando o potencial transformador de um cuidado socialmente comprometido, capaz de acolher e reconhecer as violências e as vulnerabilidades que atravessam o sofrimento dos usuários desses serviços. Desse modo, trata-se de um relato de experiência, em que esmiuçamos nossa formação teórico-prática durante o estágio e a extensão em serviços de Plantão Psicológico (PP). Para isso, mapeamos momentos significativos da experiência de cada um e destacamos como os estudos interseccionais atravessaram nossa escuta durante esses encontros.

Nesse sentido, o Plantão Psicológico pode ser definido como uma modalidade psicoterápica que se baseia na escuta e na intervenção clínica, direcionado às potencialidades humanas a respeito de situações-problema, necessidades de acolhimento e crises. Representa, por muitas vezes, o primeiro contato do usuário com a psicologia, por se tratar de um serviço aberto, sem necessidade de agendamento prévio, em que a escuta ocorre o mais próximo possível do momento em que o usuário necessita (Reis & Vieira, 2019).

Assim, o PP propõe a escuta e a disponibilidade para o outro de forma radicalizada, o que demanda do plantonista criatividade e deslocamento, tanto da suposta posição neutra atribuída à psicologia quanto do apego a técnicas e métodos prontos. Todavia, essa não é regra no que tange à prática dos plantonistas de modo geral. Propomos, então, destacar a necessidade de um posicionamento político como possibilidade de caráter imprescindível nesse espaço, por sua proposta e por sua associação a políticas públicas, partindo de nossas vivências nesses serviços.

Mais do que localizar motivações ocultas ou programar uma mudança de comportamento, esta modalidade é influenciada pelas inspirações humanistas e busca facilitar, a partir de intervenções clínicas, a capacidade resolutiva do usuário em relação a demandas específicas de sua experiência, não limitando-se a expressão de sintomas, mas desvelando possibilidades para que seja o próprio ator de mudança, considerando as influências da história social, cultural e da experiência subjetiva (Amorim, Andrade e Branco, 2015).

Quando oferecido em clínicas-escola, o serviço se configura enquanto estratégia de clínica ampliada, garantindo acesso à prática de saúde mental, enquanto os plantonistas buscam atuar com urgência e prevenção juntamente à comunidade do território (Amorim, Andrade e Branco, 2015). No relato presente, o serviço foi oferecido gratuitamente à população em clínicas-escola nas cidades de Fortaleza/CE e Limeira/SP. Embora essa seja uma realidade "comum" pela característica emergencial do PP, o público que buscou esse serviço foi composto, em sua maioria, por pessoas em situação de vulnerabilidade, marginalização e, em alguns casos, atravessados por diferentes formas de violência, seja nos relacionamentos ou na própria vivência em territórios marcados pela exclusão e apagamento.

Pensar uma atitude interseccional surge como sensibilidade analítica, como é discutido por Akotirene (2019), e mostra-se fundamental para a construção de um cuidado efetivo que não incorra em novas formas de violência (Zanello, 2017). Tal perspectiva se articula, nas

experiências dos autores em serviços de PP, aos estudos raciais, de gênero e sexualidade, os quais evidenciam os atravessamentos e sobreposições de marcas estruturais e identitárias na experiência de sofrimento. No cotidiano dos supracitados serviços, o contato com sujeitos múltiplos e diferentemente atravessados por variáveis sociais tornou perceptível a extensão em que sofrimento, comumente sofrido e percebido individualmente, é influenciado por valores e amarras sociais que o produzem e mantêm, mediante a sustentação de discursos de opressão e exclusão social.

Em nossa experiência, nos deparamos com um público constituído majoritariamente por mulheres. As mulheres que recorriam aos serviços em questão comumente se encontram motivadas a buscar acolhimento psicológico em decorrência de vivências que, majoritariamente, envolvem relacionamentos amorosos, conflitos familiares, exaustão, silenciamento e secretividade de violências sexuais vividas. Por muitas vezes, as narrativas trazidas por elas retratavam situações nas quais sentiam-se sufocadas e cerceadas, o que desencadeava processos de adoecimento, sendo recorrentes as temáticas de relacionamentos amorosos abusivos e de sobrecarga de responsabilidades e expectativas depositadas sobre elas pelo meio familiar.

Dada a repetição de tais temáticas no plantão, fez-se evidente a importância de uma leitura de gênero das problemáticas trazidas pelas usuárias do serviço. Nesse sentido, percebemos que enxergar tais situações por uma lente gendrada (Zanello, 2017), que levava em consideração os efeitos dos roteiros sociais instituídos nos sofrimentos "individuais" das usuárias nos permitia compreender fatores nem sempre explicitamente identificados e verbalizados por elas. A atenção à forma como tais padrões influenciavam, sistematicamente, seus processos de sofrimento, permitiu, por vezes, construir junto a elas a percepção do que, nas situações em que estavam inseridas, lhes doía, visto que tais fatores muitas vezes lhes passavam despercebidos sob a perspectiva de atribuições ou experiências que nunca haviam sido nomeadas, em suas histórias de vida, como abusivas e violentas.

Além de estarem inseridas em contextos de maior vulnerabilidade socioeconômica, essas mulheres, em sua maioria, eram mulheres negras, público com o maior risco para a saúde mental, devido à sobreposição de estressores (Gouveia & Zanello, 2019). Na sala de atendimento, o silenciamento e a sobrecarga dessas mulheres transbordava, às vezes, em forma de dor corporal e, em outras, em lágrimas incessantes. Assim, corroboramos o argumento de que a produção de saúde só é possível defrontando a relação entre sofrimento e práticas discursivas racistas e sexistas, para assim produzir outras subjetividades pautadas na singularidade de viver enquanto mulher negra (Lima, 2017).

Outro público presente nos serviços que compusemos é representado pela comunidade LGBTQIAPN+, a saber, estudantes que encontravam o serviço por meio de amigos ou redes sociais. Em relação a esse público, destaca-se uma diversidade de demandas, como relacionamentos amorosos, falta de reconhecimento no ambiente de trabalho, conflitos e violência familiar. Nesse sentido, é possível tecer linhas de encontro na experiência de sofrimento entre os públicos citados, mulheres e pessoas LGBTQIAPN+, na medida em que partem de uma matriz em comum, a cisheteronormatividade. Butler (2018) nos ajuda a pensar nesse encontro, quando denuncia a falha associada aos sujeitos não-homens, os colocando em menor exercício de poder e, portanto, passíveis às violências.

A compreensão de tais entrelaçamentos de violências nos permitiu, além de acolher, nomear as violências e, a partir da supervisão coletiva, colocar em pauta a urgência do reconhecimento da realidade social dos usuários do serviço, a fim de traçar caminhos que vislumbram suas condições de possibilidade. A supervisão coletiva configura um espaço essencial diante das dificuldades

experienciadas, pois a vivência de ser plantonista propicia um intenso contato com nossos limites (Monteiro, Silva & Bezerra, 2019). Assim, encontramos no coletivo, a possibilidade de construir um cuidado em rede, seja em sala de supervisão, seja em possíveis encaminhamentos para outros serviços do território.

Portanto, a partir da nossa experiência no ambiente de formação psicológica, representado pelo PP, constatamos que a inclusão dos estudos interseccionais nesse contexto permite uma escuta mais efetiva das narrativas de sofrimento. Ao possibilitar a nomeação de certos fenômenos junto ao usuário e ampliar nossa compreensão, considerando as vivências nos territórios onde o serviço se localiza. Assim, rompemos com saberes tradicionais, como a Abordagem Centrada na Pessoa e a Fenomenologia Existencial, que predominam nos serviços de PP e constituem nossa base teórica, pois como teorias, respectivamente, estadunidense e eurocêntrica, não contemplam as vivências brasileiras. Dessa forma esse trabalho vai ao encontro do GT: Fissurando os saberes sintéticos da Psicologia: Interseccionalidade e Decolonialidade nas práticas clínicas, na medida em que destaca a complexidade da prática clínica e destaca que a promoção de saúde se dá no desvelamento dos mecanismos de opressão e de poder.

REFERÊNCIAS:

Akotirene, C. (2019). Interseccionalidade. Editora Pólen.

Amorim, F. B. T., Andrade, A. B. D., & Branco, P. C. C. (2015). Plantão psicológico como estratégia de clínica ampliada na atenção básica em saúde. Contextos clínicos, 8(2), 141-152.

Butler, J. (2018). Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Editora José Olympio.

Gouveia, M., & Zanello, V. (2019). Psicoterapia, raça e racismo no contexto brasileiro: experiências e percepções de mulheres negras. Psicología em estudo, 24, e42738.

Lima, F. (2017). Vidas pretas, processos de subjetivação e sofrimento psíquico: sobre viveres, feminismo, interseccionalidades e mulheres negras. In. Pereira, M.O; Passos, R. G. (org) Luta antimanicomial e feminismos: discussões de gênero, raça e classe para a reforma psiquiátrica brasileira (pp. 70-88). Autografia, Rio de Janeiro

Monteiro, C. A. S.; Silva, M. N.; Bezerra, E. N. (2019) Sofrimento ético-político em um Serviço de Plantão Psicológico Centrado na Pessoa. In: Tassinari, M. A. & Durange, W. T. (Orgs.) Plantão e a clínica de urgência psicológica. (pp. 93- 105) Curitiba: CRV.

Reis, A. A.; Vieira, E.M. (2019) Psicologia Clínica, políticas públicas e violência contra a mulher - um diálogo a partir do plantão psicológico. In. Lemos, F. C. S. et al (orgs) Subjetividade e democracias: escritas transdisciplinares (pp 263- 277). CRV Ltda.

Transtorno ou Sintoma Social? Ansiedade e Subjetivação na Psicologia Contemporânea

Jennifer Cristine Zamboni

Introdução (tema e problema)

A clínica da psicologia contemporânea enfrenta desafios significativos, refletindo um mal-estar que afeta não só o indivíduo, mas toda uma sociedade. A ansiedade, frequentemente diagnosticada como "transtorno", destaca-se entre as queixas mais comuns — o Brasil, em 2017, liderava os índices mundiais (WHO, 2017), e mais de um terço dos usuários da atenção primária em grandes centros apresentavam sinais do quadro (Gonçalves et al., 2014).

Entretanto, esses dados não podem ser compreendidos isoladamente. Pesquisas têm apontado a relação entre o sofrimento psíquico com as transformações socioculturais da contemporaneidade, como crises de identidade, sentido e trabalho, fortemente associadas ao ritmo acelerado, ao consumo e ao estresse pós-modernos (Ferreira, 2005; Ewald, Moura & Goulart, 2012; Enéas & Abrantes, 2018).

Compreender a pós-modernidade é refletir sobre os modos de existência que ela produz — marcados pelo presentismo, globalização, a contração do espaço e do tempo, o capitalismo, a relação entre ética e estética e o trabalho (Esperandio, 2007). Partindo da concepção de que a subjetividade é essencialmente fabricada e modelada no registro social (Guattari & Rolnik, 2014), observa-se que a sensação de mal-estar generalizado, o sentimento de insegurança permanente e a dificuldade de planejar o futuro a longo prazo se manifestam na subjetividade contemporânea (Esperandio, 2007).

Essa compreensão aproxima-se do construcionismo social, que entende a realidade — incluindo afetos e formas de sofrimento — como resultado das interações sociais e práticas discursivas. Assim, os modos de subjetivação na pós-modernidade não são só reflexos de transformações estruturais, mas também coconstruídos nas relações cotidianas, na linguagem e nos significados socialmente compartilhados. Ao enfatizar a historicidade e multiplicidade da subjetividade, o construcionismo permite uma leitura crítica dessas manifestações, compreendendo-as como expressões culturais e relacionais de um tempo social específico (Gergen, 2010).

Diante desse cenário, a psicologia é convocada a promover cuidados sensíveis às problemáticas do presente, evitando reduções patologizantes e valorizando os contextos sociais na produção do sofrimento (Enéas & Abrantes, 2018). Este trabalho, portanto, busca refletir: como abordar a ansiedade não apenas como transtorno, mas como sintoma de um mal-estar social mais amplo?

Objetivo (o que pretendeu)

Problematizar a ansiedade a partir de uma perspectiva crítica, refletindo a relação entre ela e os modos de subjetivação na contemporaneidade, a partir das contribuições da pós-modernidade e do construcionismo social.

Relação com o GT e eixo temático escolhido

Inserida no GT "Psicologia Social e Saúde", a proposta tensiona a naturalização da patologização da ansiedade e os processos de medicalização. Em lugar de práticas normativas, defende-se a valorização das narrativas singulares e a escuta dos determinantes socioculturais na produção da saúde mental.

Orientação teórica (abordagens, teorias e conceitos que guiaram)

Dois eixos teóricos principais embasam a investigação: a pós-modernidade e o construcionismo social.

Os estudos sobre a pós-modernidade, ainda que abordam a condição pós-moderna sob diferentes termos, compartilham características como: globalização, individualismo, imperativo do consumo e da produção em série, flexibilidade, imprevisibilidade, aceleração do pensamento, estímulo ao imediatismo e à urgência dos prazeres (Cabral, 2022; Ferreira, 2005; Nicolaci-da-Costa, 2004). Essas transformações impactam diretamente o modo de vida ocidental, urbano e tecnológico, cada vez mais mediado por telas — o que desloca também o foco das disciplinas psicológicas para a compreensão das novas formas de subjetivação (Brito & Germano, 2013, p. 58).

Fruto dessa compreensão do tempo, o movimento do construcionismo social surge nas ciências humanas e sociais como uma alternativa às formas de fazer ciência e os processos de produção do conhecimento. Tem como base as críticas às noções de verdade, objetividade e racionalidade, rompendo com os preceitos das teorias modernas (Guanaes & Japur, 2008).

Dessa maneira, o construcionismo social oferece uma alternativa epistemológica, ao entender a realidade como construída nas relações sociais e pela linguagem (Guanaes & Japur, 2008; Rasera & Lorenzi, 2021). Em outras palavras, para o construcionismo, a subjetividade não é estática, mas é formada nas tramas discursivas e relacionais. Ou seja, essa abordagem valoriza a multiplicidade de narrativas e o potencial transformador do encontro dialógico (Gergen, Gergen, 2010; Borges, Mishima, 2009).

Assim, a condição pós-moderna fornece o cenário que molda as formas atuais de subjetivação e sofrimento, enquanto o construcionismo social oferece as ferramentas conceituais e metodológicas para compreendê-los de maneira crítica, dialógica e contextualizada. Sendo assim, não caberia, a partir desta abordagem crítica, os procedimentos adotados pela psicologia moderna de intensa patologização e medicalização do sofrimento. Da perspectiva do construcionismo, o transtorno mental não é uma realidade objetiva que está no mundo aguardando ser descoberta. São as próprias pessoas que atribuem - ou deixam de atribuir - o significado de "transtorno" a determinados comportamentos. Assim, alguém que esteja se sentindo triste, apático ou ansioso, não precisa, necessariamente, de um diagnóstico Gergen & Gergen, 2010)

Estratégias metodológicas (como fez e procedeu)

Trata-se de pesquisa qualitativa de caráter teórico, baseada em revisão bibliográfica crítica. Foram selecionados textos relevantes das áreas de psicologia social, pós-modernidade e construcionismo social. Conforme Minayo (2007), a pesquisa qualitativa aborda dimensões da realidade que não são quantificáveis, enfocando relações, significados, crenças, valores e atitudes. Essa abordagem é adequada para compreender a ansiedade como construção social e refletir sobre suas implicações clínicas e éticas.

Resultados (a que chegou)

A reflexão teórica evidencia que a ansiedade é parte constitutiva da experiência humana, vinculada ao corpo e às emoções. A distinção entre manifestação saudável e patológica depende da frequência, duração, impacto nas relações e capacidade de lidar com o afeto. A ansiedade funcional mobiliza cuidado e reflexão, enquanto a ansiedade que gera controle excessivo e evitação constante pode ser prejudicial (Pinto, 2019).

No entanto, em um presente marcado por paradoxos — entre o consumo exacerbado, a liquidez nas relações e as exigências de desempenho —, imaginar o futuro tornou-se um desafio (Ewald et al., 2012). A supremacia do presente, a busca por satisfações imediatas e a fragilidade das projeções de longo prazo coexistem com crises

humanitárias, ambientais, a precarização do trabalho e o aumento da violência urbana (Lypovetsky, 1944).

Esses processos complexos refletem-se na subjetivação, impactada por mudanças rápidas, avanços tecnológicos e cultura do consumo. Discursos normativos sobre saúde, sucesso e felicidade criam modelos idealizados, ampliando a pressão por desempenho e transformando sofrimento psíquico em disfunção individual (Enéas & Abrantes, 2018).

O corpo, então, torna-se palco do sofrimento, manifestando dores e esgotamento típicos do mal-estar contemporâneo (Birman, 2005). Surge um processo intenso de medicalização, no qual o sujeito adere a diagnósticos e age conforme categorias nosológicas, tornando isso parte da normalidade (Ewald et al., 2006). O cuidado focado em técnicas e medicamentos rápidos segue uma lógica de desempenho que rejeita fragilidade, influenciando inclusive a psicoterapia, que visa adaptar o sujeito às demandas sociais (Ewald et al., 2012; Ferreira, 2005).

Assim, a ansiedade é frequentemente naturalizada como patologia, favorecendo a medicalização do sofrimento existencial e reduzindo experiências legítimas a distúrbios controláveis. A psicologia, ao atuar de modo acrítico e descontextualizado, pode reforçar discursos que responsabilizam o indivíduo por condições estruturais socialmente produzidas. O silenciamento dos sintomas reduz seu potencial interpretativo, negando a escuta dos sentidos e a crítica às condições de origem do sofrimento (Pinto, 2019).

Por outro lado, uma psicologia comprometida com as mudanças sociais precisa questionar práticas hegemônicas e promover ações que deem voz aos sujeitos. A perspectiva dialógica aposta na escuta, na troca e na construção coletiva de sentido. É possível ressignificar a ansiedade em sua diversidade e contexto, não negando o sofrimento, mas compreendendo-o e atuando a partir das histórias e realidades singulares — escutando mais do que rotulando, empoderando mais do que medicalizando.

Com base no construcionismo social, que entende a subjetividade como construída nas interações e na linguagem, a ansiedade pode ser vista como um fenômeno relacional e cultural, não apenas individual. Isso demanda da psicologia práticas mais conectadas ao coletivo, que valorizem o diálogo e a escuta contextualizada. Em vez de reduzir o sofrimento a diagnósticos e tratamentos isolados, é preciso criar espaços de encontro que permitam nomear, compartilhar e ressignificar experiências — fortalecendo formas de cuidado que acolham a complexidade do viver contemporâneo.

Conclusões (reflexões geradas).

Compreender a ansiedade como expressão das contradições do mundo atual amplia o papel da psicologia. O diálogo com outros saberes contribui para uma visão crítica e ampliada do sujeito e da sociedade.

Sob a ótica do construcionismo social, a subjetividade é coconstruída nas relações. Frente às características pós-modernas — individualismo, mudanças rápidas e consumo desenfreado — que levam à patologização e medicalização, aposta-se numa abordagem dialógica e relacional, que prioriza escuta e encontro como espaços potentes para interpretar e construir realidades, resgatando o processo de subjetivação.

O título “Transtorno ou Sintoma Social?” convida a reflexão contínua sobre os diagnósticos na clínica. A proposta não rejeita diagnósticos, mas critica seu uso e efeitos. Ao invés de normalizar o sofrimento ou adaptá-lo às demandas do sistema, é preciso criar espaços que acolham a complexidade humana e favoreçam um cuidado genuíno.

GT 21: GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO: APOSTAS DECOLONIAIS

Coordenação: Maria Lucia Chaves Lima (UFPA), Jullyane Chagas Barboza Brasilino (UPE), Bárbara Araújo Sordi (UNIFAMAZ)

A visibilidade de mulheres lésbicas e bissexuais nas mídias: Identidade, sexualidade e coletividade

Maria Eduarda Novaes de Lima (UNIFAMAZ), Gabriela Nascimento Neirão (UNIFAMAZ), Lorena Schalken de Andrade (UNIFAMAZ)

O presente trabalho tem como foco central discutir a visibilidade de mulheres lésbicas e bissexuais nas mídias, a partir da experiência de construção de uma cartilha educativa digital. Inserido no contexto de uma sociedade cisheteronormativa e patriarcal, o estudo parte do reconhecimento de que a mídia, mais do que refletir a realidade, contribui ativamente para sua construção simbólica. Nesse processo, determinadas identidades são sistematicamente silenciadas ou representadas de forma estereotipada, e isso se aplica de maneira contundente às mulheres lésbicas e bissexuais, frequentemente invisibilizadas, fetichizadas ou reduzidas a caricaturas. O problema central que mobilizou esta proposta foi a constatação de que as formas de representação midiática não apenas excluem essas mulheres dos espaços de visibilidade pública, mas também reproduzem violências simbólicas que impactam sua saúde mental, cidadania e pertencimento social. Diante dessa realidade, o trabalho teve como objetivo analisar criticamente os modos de representação de mulheres lésbicas e bissexuais nos meios de comunicação brasileiros, por meio da elaboração de uma cartilha educativa no Curso de Psicologia de um Centro Universitário em Belém do Pará, como instrumento de conscientização e afirmação de identidades. Buscou-se apresentar questões específicas que afetam essas mulheres, promovendo compreensão crítica acerca do tema, mapeamento de experiências de resistência e produção de mídia alternativa feitas por lésbicas e bissexuais, e indicar caminhos para a construção de espaços representativos que acolham suas vivências de forma legítima. A proposta se baseia na compreensão de que as desigualdades sociais não operam de forma isolada, mas interseccional – articulando gênero, sexualidade, raça, classe, entre outros marcadores sociais. Nesse sentido, reconhece-se a urgência de práticas pedagógicas e comunicacionais que rompam com as narrativas hegemônicas e promovam saberes localizados, produzidos a partir das margens e das vivências de grupos historicamente subalternizados. A cartilha reflete uma aposta decolonial de abordagem da temática, dentro de disciplinas do curso de Psicologia,, ao valorizar epistemologias encarnadas e a centralidade das vozes dissidentes na construção do conhecimento.

Metodologicamente, trata-se de um relato de experiência da construção de uma Cartilha Educativa com abordagem qualitativa, descritiva e exploratória, fundamentado nos princípios da fenomenologia como método de compreensão das vivências. A experiência foi desenvolvida por discentes do curso de Psicologia do Centro Universitário Metropolitano da Amazônia (UNIFAMAZ), no âmbito da disciplina de Teorias Fenomenológicas e Existenciais, entre os meses de maio e junho de 2023. A construção da cartilha educativa intitulada “Visibilidade de Mulheres Lésbicas e Bissexuais nas Mídias – Identidade, Sexualidade e Representatividade” partiu de inquietações pessoais e acadêmicas das autoras frente à invisibilidade dessas

identidades nos meios de comunicação. O processo de elaboração incluiu levantamento bibliográfico, planejamento textual com base em vivências das próprias discentes, escolha do suporte gráfico e produção de um material digital acessível, inclusivo e representativo, utilizando a plataforma Canva. A proposta não envolveu coleta de dados pessoais identificáveis, dispensando submissão ao Comitê de Ética.

Como principais resultados, relatamos inicialmente, o processo de construção da cartilha que contribuiu para a formação de conhecimento das autoras acerca da temática e suas interlocuções e que, por meio de levantamento de informações em plataformas de dados, reportagens, redes sociais entre outros, organizaram o material em cinco eixos temáticos que

sintetizam as críticas às representações midiáticas hegemônicas. O primeiro deles, a hipersexualização, aborda a fetichização das mulheres lésbicas e bissexuais a partir de um olhar masculino, que erotiza suas relações e apaga a complexidade de suas identidades. O segundo eixo, representatividade além da superfície, denuncia a inclusão simbólica e superficial de personagens LGBTQIAPN+ nas mídias, frequentemente desprovidos de profundidade e reduzidos a estereótipos. O terceiro eixo, heterossexualidade compulsória, discute como a mídia naturaliza relações heterossexuais e invisibiliza afetos dissidentes, tratando-os como desvios ou fases. O quarto eixo, apagamento da sexualidade, reflete sobre a tendência midiática de retratar essas mulheres de forma ambígua ou neutra, evitando o "desconforto social" que seus afetos e desejos poderiam causar. Por fim, o quinto eixo destaca o papel das comunidades online como espaços de resistência, produção de narrativas próprias e construção de redes de apoio e pertencimento. A elaboração da cartilha revelou a persistência de uma representação profundamente limitada e violenta das mulheres lésbicas e bissexuais na mídia brasileira. A ausência de referências positivas e reais contribui para o sentimento de não pertencimento, reforça estigmas e alimenta o sofrimento psíquico. A experiência também permitiu uma reflexão coletiva sobre a potência das mídias alternativas e das redes sociais como espaços de construção de identidade, resistência política e formação comunitária. O projeto, além de formar as autoras no campo da educação crítica, possibilitou a criação de um material educativo que extrapolou os muros da universidade: a cartilha foi utilizada em sala de aula, compartilhada nas redes sociais, alcançando outros públicos e ampliando o impacto da proposta. Em suma, a experiência evidencia que apenas ao desafiar a lógica da normatividade e celebrar a diversidade das relações humanas, será possível avançar para um cenário onde todas as formas de identidade e amor sejam reconhecidas, respeitadas e plenamente vividas. Por fim, a cartilha fomentou a importância de práticas pedagógicas colaborativas e que estimulem a participação discente como pesquisadores e com pensamento crítico.

Decolonizando a Sexualidade Feminina: Construção de Práticas de Cuidado na Atenção Básica à Saúde

Érica Catarine Ataíde Maia Merces (UFPA), Maria Lúcia Chaves Lima (Universidade Federal do Pará)

INTRODUÇÃO

Uma das direções possíveis para tentar compreender como os modos de subjetivação produzem efeitos na sexualidade feminina no contexto contemporâneo é se lançar no entendimento sobre linhas de poder colonial, enquanto modos de subjetivação incidentes na sexualidade, podendo nos gerar pistas no caminho em busca da construção de práticas de cuidado direcionadas a uma saúde sexual emancipatória.

A temática deste estudo circunscreve-se na dimensão da sexualidade feminina mediante as práticas de cuidado na Atenção Básica à Saúde (ABS), a partir de epistemologias decoloniais que alicerçam as compreensões produzidas neste trabalho. Logo, esse estudo parte destas inquietações voltadas às ações e serviços na atenção básica à saúde sexual e reprodutiva. Dentro desta perspectiva, trazemos enquanto problema de pesquisa: como se estruturam as práticas de cuidado diante das demandas sobre sexualidade feminina na atuação de profissionais da ABS?

As inquietações desta pesquisa se articulam ao Grupos de Trabalho selecionado ao trazer contribuições a partir conexão entre a modernidade e as relações de poder impostas pelo processo de colonização, abordando as perspectivas de sexualidade, gênero, educação em saúde e práticas de cuidado alicerçadas ao pensamento decolonial e suas críticas à produção de saber, ao agenciamento de subjetividades e à dominação eurocêntrica. Portanto, colocar a sexualidade feminina como problematização é provocar tensionamentos para a estrutura de poder patriarcal, ressaltando que raça, gênero, classe e sexualidade se articulam como mecanismos de classificação do poder colonial (Lugones, 2008; Lander, 2005; Quijano, 2005). E a partir de então, também buscam-se reconhecer as vias de insurgência e resistência decolonial, apostando que promover uma compreensão a partir do feminismo decolonial, do bem-viver e da educação popular pode nos nortear na construção de práxis de enfrentamento à colonialidade.

OBJETIVOS

A presente pesquisa teve como objetivo fomentar a construção de práticas de cuidado direcionadas à sexualidade de mulheres usuárias de serviços da AB, tendo como ponto de partida a atuação das profissionais de saúde. Os objetivos específicos foram: analisar as práticas de cuidado na ABS relacionadas à saúde sexual da mulher; identificar as demandas trazidas por usuárias em relação à sexualidade e; promover círculos de cultura em educação em saúde para atuação no âmbito da sexualidade feminina.

METODOLOGIA

Neste estudo se utilizou a cartografia decolonial como metodologia de pesquisa-intervenção, os procedimentos da pesquisa fundamentaram-se na perspectiva da bricolagem metodológica, sendo adotados como instrumentos: diário de campo; conversas interativo-provocativas; e círculo de cultura.

O estudo foi realizado em uma Estratégia Saúde da Família (ESF) na cidade de Belém do Pará durante o período de setembro a dezembro de 2023. Na primeira etapa da pesquisa de campo foram abordadas onze profissionais de saúde atuantes na ESF e quatro usuárias que realizavam atendimentos há mais de um ano no local. No segundo momento foram realizados dois encontros de formação em círculos de cultura com os grupos de

profissionais da saúde atuantes na ESF, direcionados às necessidades visualizadas no contexto estudado.

RESULTADOS

Os achados dessa pesquisa versam sobre como o cotidiano de um serviço de saúde é atravessado por vivências que representam como a colonialidade de gênero e da sexualidade mantém sua reprodução/repressão marcada pelo patriarcado, religiosidade, monogamia e heterocisnormatividade, e controle dos corpos.

A moralidade da colonialidade ficou expressa nas diversas vivências femininas que envolvem à saúde sexual na ABS. Os relatos permearam sobre como o casamento e a religião podem incidir no controle dos corpos, do cuidado, do desejo e autonomia das mulheres, constituídos de elementos moralizante que atinge tanto as subjetividades quanto as práticas sociais.

A noção sobre sexualidade é reconhecida no cotidiano de um serviço de ABS muito mais pela via da dificuldade em abordar o tema, ainda que a questão permeie de diversas formas as atuações dos profissionais. É possível que a delicadeza do tema, ainda vista como um tabu, torne cada vez mais inacessível abordar a sexualidade feminina como um aspecto da vida voltado para promoção de saúde, bem-estar e prazer, e não necessariamente como algo norteado por uma problemática a ser tratada, controlada e até apagada.

Outro aspecto abordado foram as potencialidades e possibilidades de transformações por meio das práticas de cuidado articuladas com a educação emancipatória sobre sexualidade e o bem-viver contexto da ABS, sendo uma importante estratégia discutirmos dificuldades e elaborarmos intervenções de práticas de cuidado em saúde sexual pela via do comprometimento ético, pela relação de diálogo horizontalizado, pelo pensamento crítico, ensejando uma educação que promova emancipação e bem-viver no campo da sexualidade.

Reconhecer esse cenário não deve ser mais uma forma de responsabilizar unicamente usuárias e trabalhadores de saúde por introduzir a sexualidade como uma pauta importante na assistência à saúde na ABS, tendo em vista toda a estrutura de poder repressor da sexualidade que remontam práticas coloniais na modernidade e amiúdam o dispositivo da sexualidade. Estas circunstâncias se encontram emaranhadas na realidade que visualizamos nessa pesquisa.

Podemos perceber o quanto as normas de controle sociais sobre a sexualidade funcionam de forma efetiva no campo da saúde, seja por meio da biopolítica da população e disciplina do corpo. Visualiza-se essa realidade nas relações cotidianas de serviços de saúde, nas quais tanto usuárias como profissionais acabam escamoteando indícios e possibilidades de adentrar ao campo da sexualidade em práticas de promoção e prevenção em saúde.

Dentro dessa pesquisa-intervenção, um dos intuitos foi de trazer possibilidades reflexivas diante da atuação nesse contexto. O que compreendemos é que pode ser difícil falar do tema, inclusive em nossas próprias vidas, logo, diante da realidade do outro, mesmo sendo profissional, essa dificuldade não esvai.

CONCLUSÕES

Considera-se que saúde sexual é uma temática necessária a ser agregada às ações promovidas na AB. As profissionais da área podem desempenhar o papel ativo nas práticas de educação popular em saúde, no acolhimento diante das demandas sobre sexualidade.

Portanto, compreender e fomentar a capacitação para uma clínica de cuidado integral mediante questões inerentes à sexualidade na atenção básica envolve repensar constantemente as práticas de cuidado, ampliando-as aos aspectos constituintes da subjetividade dos sujeitos, rompendo assim, com padrões reducionistas aos aspectos biológicos, entendendo os elementos

políticos e sociais na dimensão da sexualidade e corpos femininos, descolonizando os prazeres e resgatando os valores afetivos e do cuidado de si.

REFERÊNCIAS

LANDER, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: LANDER, Edgardo. A colonialidade do saber - eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: Clacso, 2005, p. 8-23. (Coleção Sur Sur).

LUGONES, M. Colonialidad y Género. Tabula Rasa, Bogotá, n. 9, p. 73-101, jul.- dic. 2008. Disponível em: . Acesso em: 28 jan. 2022.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2005a. p. 107-30.

Grupo de estudos feministas universitários e enfrentamento a violências sexuais

Bárbara Araújo Sordi (UNIFAMAZ), Bárbara Araújo Sordi (UNIFAMAZ), Maria Lúcia Chaves Lima (UFPA)

Introdução

O Brasil contabiliza uma média de 822 mil casos de violência sexual por ano, sendo 81,8% com crianças e adolescentes, em grande parte cometidos por familiares. Os crimes sexuais seriam decorrentes de uma cultura em que a objetificação feminina e violência contra as mulheres inicia no processo colonial e mantem-se hoje, tolerada, justificada e estimulada por veículos e instituições, naturalizando violências diárias. A presença da cultura do estupro denota que, apesar do aparente repúdio crimes sexuais, estes atos não são reconhecidos como tal, além de se flexibilizar a responsabilização dependendo de quem o comete. A violência sexual produz inúmeros efeitos à saúde mental das vítimas, como trauma.

Além disto, a depender da forma como é realizado, com quem e onde, muitas mulheres sequer têm a compreensão da violência vivida devido a naturalização da violência sexual e a culpabilização feminina da sexualidade (ARAUJO, 2020).

O coletivo “Relações de gênero, Feminismo e violências” foi um grupo reflexivo semanal, de estudos e dinâmicas na interlocução entre Psicologia e Feminismo, que durou de fevereiro de 2017 até dezembro de 2023. Configurando-se como local seguro, de validação das vivências e narrativas, permitia troca de experiências, processo de identificação de si enquanto corpo político, nomeação e desnaturalizações de violências, além da criação de redes de apoio para enfrentamento, como o testemunho entre mulheres de experiências de violências de gênero.

Este trabalho apresenta resultado parcial de pesquisa de tese de doutorado, com Grupo reflexivo do curso de Psicologia da Universidade da Amazônia, aprovado pelo Comitê de Ética do Instituto Campinense de Ensino Superior LTDA (Parecer 5.177.613), desdobrando-se sobre o grupo de estudos como um espaço decolonial de saber e que permitiu acolher e refletir sobre violência sexual vivenciada por parte das participantes.

Objetivo

Analisar o grupo reflexivo feminista como espaço para possíveis elaborações psíquicas de vivências traumáticas de violência sexual vivenciadas por suas integrantes

GT 21: Gênero, sexualidade e educação: apostas decoloniais

O trabalho aborda uma prática de grupo de estudos que se propôs decolonial e permitiu uma nova forma de trocas de saberes, mas também alcances vivencias, permitindo identificação,nomeação e elaboração de vivencias traumáticas, além de trocas de enfrentamento e apoio mútuo entre as integrantes, demonstrando como o âmbito educacional pode ser um espaço para enfrentamento de violências de gênero e promoção de saúde e sexualidade

Metodologia

Este trabalho apresenta resultado parcial de pesquisa de tese de doutorado, com Grupo reflexivo do curso de Psicologia da Universidade da Amazônia, aprovado pelo Comitê de Ética do Instituto Campinense de Ensino Superior LTDA (Parecer 5.177.613). Participaram 5 integrantes, ingressas desde 2017, que assinaram Termo de Consentimento Livre (TCLE), por meio de entrevista

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

semiestruturada, com perguntas acerca da participação no grupo. A coleta de dados ocorreu em 2021, sendo apresentada a pesquisa em 2022. Como metodologia de análise, realizou-se análise de conteúdo, onde destacou-se o conteúdo pela repetição de elementos, dentre as quais, encontrou-se a violência sexual, relatada por três participantes, cujos fragmentos sustentaram a pesquisa sobre tal eixo temático. Além disto, as análises se deram a partir dos estudos feministas e os estudos sobre testemunho e trauma.

Resultados

Dentre nossas integrantes, ambas relataram pontos em comum, embora não associassem diretamente ao ato vivenciado por elas: 1) permaneceram reiteradamente em relações abusivas, após a violência cometida na infância e na adolescência, respectivamente; 2) Sentimento de culpa que as acompanhava em vários âmbitos da vida e de forma intensa, muitas vezes, em situações sem motivo aparente, sendo comum o hábito de pedir "desculpas" e se sentirem responsáveis por violências cometidas contra elas; 3) Sentimento de inferioridade e baixa autoestima, relacionado a imagem e/ou seu valor identitário, muitas vezes, considerando-se feias, fracassadas, não merecedoras e/ou incapazes.

Tais fatos estão de acordo com a literatura dos estudos feministas sobre violência sexual, conforme pode ser observado na afirmativa de Lara et al (2016) que afirma que o estupro é um dos poucos crimes que a vítima sente culpa e permanece em silêncio e, com Solnit (2018) que aponta o quanto é comum mulheres duvidarem de suas narrativas, duvidando de si próprias, naturalizando relações de violência.

Considera-se que o grupo se instituiu como um espaço de testemunho, onde participantes puderam narrar suas vivências, sem questionamentos, julgamentos e interferências, podendo ter sua narrativa legitimada.

O testemunho, enquanto categoria, tem sido utilizado como um relevante dispositivo, pois ao mesmo tempo que passou a possibilitar um novo espaço de escrita e leitura, também passou a possibilitar um novo campo de escuta de vozes silenciadas, que tinham seus direitos retirados e acabavam marginalizadas, podendo, ou não, ter efeitos terapêuticos, a depender do deslize de sentidos e reconhecimento do traumático em nível simbólico, tendo portanto a possibilidade de "recuperar voz emudecida de sentido" e "sustar as amarras da repetição, ao viabilizar a construção de projetos alicerçados em ideais tanto pessoais como compartilhados" (PERRONE, MORAIS, 2014, p.39).

Dentre as participantes que narraram tal vivência, um verbalizou a lacuna em sua memória, atribuindo significados a uma cena que constituiria como um verdadeiro breu, uma lacuna incontornável, mas a qual acredita estar associada a sensações e medos que carrega em seu corpo quando alguém irá tocá-lo. As demais tinham cenas registradas na memória, como algo distante, desafetado e sem significações, conseguindo apenas atribuir sentido, e reconhecer efeitos atuais, após falar.

Conforme Seligmann-Silva (2003), o traumatismo não está relacionado a existência ou não da realidade concreta, mas na capacidade de percebê-la e simbolizá-la. Desta forma, embora a linguagem tente bordear, na tentativa de contorno e de dar limites ao que não foi submetido a uma forma, justamente a falta de elaboração retorna como uma repetição constante, alucinatória da cena violenta, fazendo da história do trauma, a história de um choque violento, incapaz de ser simbolizado.

Considerações finais

O espaço de grupo pôde se configurar como propulsor do testemunho, proporcionando um ambiente acolhedor de caráter testemunhal onde mulheres puderam se aproximar de violências sexuais até então sequer lembradas ou simbolizados por elas. Além de haver um ambiente fora de julgamentos, que puderam falar livremente de suas vivências, em inquéritos ou juízos de valor, tornou-se um lugar de reconhecimento de suas vivências, reprimidas e/ou recalcadas, que puderam sair da esfera do desmentido para ser legitimada e, em alguma medida, ofertado minimamente um espaço reparador de justiça social, quando puderam se reconhecer, nomear violências e buscar estratégias para lidar com tais questões, seja pela militância feminista, futuras pesquisas, seja trocando vivências em grupos e permitindo com que outras mulheres ligassem com tais questões. O espaço de fala tronou-se, nessa via, fundamental para que saíssem do limbo da irrepresentatividade, da loucura, que aproximassem de suas angústias e pudessem também ressignificar culpa. Neste ponto, concordamos com Paul Recour da importância da reparação histórica, embora o grupo esteja longe disso, é um passo primeiro para reconhecimento social do que é imposto socialmente como que deve ficar escondido, debaixo do tapete das memórias, causando verdadeiras feridas que não cessam de sangrar. Com o grupo, puderam ao menos escolher seus curativos.

Historicidades que entrelaçam: a posição política do Pipa - Práticas Interseccionais e Participativas na universidade

Luísa Alvim Reis Almeida (UEMG), Letícia Cardoso Barreto (UEMG), Gabriela de Moro Ferreira (UEMG), Valentina Salvestrini Napoli (UEMG)

Criado em 2020, no contexto da pandemia da Covid-19, o grupo de pesquisa e extensão PIPA – Práticas Interseccionais e Participativas, vinculado à Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG – Campus Divinópolis), registrado no diretório de grupos de pesquisa do CNPq, constitui-se como um espaço de produção coletiva de conhecimento, formação política, trocas afetivas e atuação crítica no campo da Psicologia. Inspirado pelos fundamentos da Psicologia Social Crítica e por epistemologias feministas e interseccionais, o grupo propõe uma práxis comprometida com a transformação social a partir da escuta, da horizontalidade e do diálogo com os saberes produzidos nas margens. Ancorado na perspectiva de Paulo Freire (2005), que defende a educação como prática da liberdade, e nas formulações de bell hooks (1995) sobre a construção do conhecimento como ato político e afetivo, o PIPA busca compreender e enfrentar os efeitos das desigualdades estruturais que atravessam corpos, territórios e subjetividades. Tais desigualdades, atravessadas por marcadores como gênero, raça, sexualidade, classe e deficiência, são compreendidas à luz da interseccionalidade como elementos constitutivos das opressões vividas por sujeitos historicamente censurados.

Este trabalho busca construir uma memória crítica e afetiva das ações realizadas em 5 anos do PIPA (Práticas Interseccionais e Participativas), evidenciando seus compromissos ético-políticos, os efeitos em trajetórias acadêmicas e pessoais de suas integrantes, e o modo como suas práticas tensionam a lógica hegemônica da Psicologia. Inspiradas por aportes da interseccionalidade, das epistemologias feministas (Hooks, 2019; Ribeiro, 2017) e das teorias decoloniais (Mignolo, 2008; Grosfoguel, 2007), entendemos o grupo como uma experiência que articula pesquisa, extensão e feminismo de forma situada, afetiva e transformadora. Ao reconstruir essa trajetória, buscamos também inspirar outras práticas que desafiem a produção de conhecimento para além dos marcadores sociais de opressão, afirmando uma Psicologia comprometida com a justiça social.

O presente trabalho se alinha com as propostas ao compreender a psicologia como campo ético-político atravessado pelas disputas em torno de gênero, sexualidade e educação. O grupo PIPA atua como espaço de produção de saberes que desafiam a colonialidade do saber (Quijano, 2005) e as normatividades impostas pela modernidade ocidental. Ao se engajar em práticas educativas não-formais — como rodas de conversa, grupos de estudo e intervenções comunitárias — sustentadas por uma perspectiva crítica, feminista e interseccional (Crenshaw, 1989; hooks, 2013), o grupo tensiona os modos hegemônicos de produção de subjetividades e saberes na psicologia. Essa postura se articula com apostas decoloniais que buscam desnaturalizar as hierarquias de saber e romper com a epistemologia eurocentrada (Mignolo, 2003), reconhecendo os saberes localizados e situados como potentes formas de resistência. Além disso, o trabalho do PIPA evidencia como as interseccionalidades — de raça, classe, gênero, sexualidade e deficiência — são fundamentais para repensar práticas educativas e dispositivos clínico-políticos na formação e atuação em psicologia. Assim, o grupo contribui diretamente nos debates sobre feminismo, raça e gênero ao propor uma psicologia implicada com transformações sociais e comprometida com a justiça epistemológica e social.

O PIPA se fundamenta em uma pluralidade teórica comprometida com a transformação social e com a crítica à colonialidade do saber. Entre os principais referenciais, destacam-se autoras como bell hooks, Lélia Gonzalez, Nancy Fraser, Judith Butler, María Lugones, Oyèrónké Oyěwùmí, Audre Lorde, Donna Haraway, Joan Scott, Gayatri Spivak, entre outras, cujas obras permitem pensar as múltiplas formas de opressão e resistência vividas pelos sujeitos marginalizados. A interseccionalidade, tal como pensada por Kimberlé Crenshaw e por Carla Akotirene, é o eixo transversal de análise e prática no grupo visto que, aprofundar em temas como gênero, raça, classe social e sexualidade urgem a necessidade de compreender o reflexo dos marcadores sociais e suas intersecções na formação e construção da identidade e subjetividade dos sujeitos em sociedade. A perspectiva feminista decolonial também é central, sobretudo a partir da crítica à matriz moderna-colonial de gênero (Lugones, 2008) e à colonialidade do ser, saber e poder (Quijano, 2000; Grosfoguel, 2016). O grupo também dialoga com Paulo Freire, especialmente na valorização da escuta, da horizontalidade e da pedagogia do diálogo como práticas transformadoras.

O percurso metodológico do PIPA é construído com base em encontros semanais ou quinzenais que combinam rodas de conversa, estudos teóricos, relatos de experiência, debates abertos e planejamento de ações de pesquisa e extensão. As práticas do grupo seguem os princípios da investigação-ação participativa, valorizando a construção coletiva do saber, o envolvimento horizontal entre pesquisadoras, estudantes e convidadas/os, e a abertura para múltiplas formas de expressão (afetiva, política, acadêmica, artística). A memória do grupo foi reconstituída a partir de registros orais, documentos internos, produções acadêmicas, redes sociais e experiências vividas por suas integrantes. Este trabalho de reconstrução também envolveu a escuta e sistematização das experiências mais significativas vividas no grupo ao longo dos anos.

Ao longo de seus cinco anos de existência, o PIPA consolidou-se como um espaço fértil de formação política e subjetiva, marcado pelo diálogo entre saberes acadêmicos, experiências vividas e lutas coletivas. Os temas discutidos nos encontros são diversos e atravessam questões como histórias e epistemologias feministas, políticas públicas para mulheres e população LGBTQIAPN+, saúde mental, trabalho sexual e doméstico, deficiência e feminismo, além de afetos, arte e sexualidade — sempre a partir de uma perspectiva interseccional e comprometida com a transformação social. Grupos de pesquisa e extensão como o PIPA operam como dispositivos de formação ético-política (SPINK, 2003), nos quais se entrelaçam práticas de escuta, produção de conhecimento e engajamento com territórios e sujeitos historicamente silenciados. Como aponta Paulo Freire (1996), o conhecimento se constrói no diálogo e na imersão nos contextos concretos da vida, sendo essencial que a universidade se abra às demandas populares e promova espaços coletivos de reflexão e ação. Entre as atividades mais significativas do grupo, destaca-se a roda de conversa com profissionais do sexo, que despertou amplo interesse e reuniu um público diverso, promovendo o debate sobre prostituição, estigma, agência e direitos. Também se destacam as mesas-redondas “Psicologia feminista: pesquisa, afeto e política” e “Desobediência epistêmica como apostas feministas”, que evidenciam o compromisso do grupo com epistemologias insurgentes e práticas contra hegemônicas. Assim, o PIPA afirma-se como um espaço potente de extensão crítica, desestabilizando fronteiras entre universidade e sociedade e fortalecendo formas de existência e saberes que resistem às múltiplas opressões.

Atualmente, o grupo PIPA desenvolve duas investigações voltadas à temática do prazer e da sexualidade: “Tecnologias e Prazer Sexual: uma etnografia do mercado erótico em Belo Horizonte” e “É preciso fazer a revolução do clitóris: um olhar feminista para brinquedos eróticos e prazer feminino”. Ambas utilizam o método etnográfico

como estratégia para compreender como se constituem os circuitos de compra e venda de produtos eróticos, os efeitos do uso de vibradores e masturbadores na relação de mulheres e pessoas com vulva com o próprio prazer e os desdobramentos disso em suas percepções sobre sexualidade e em suas dinâmicas afetivo-sexuais. Além disso, o grupo tem se debruçado a investigar como as construções de gênero, sexualidade e prazer atravessam as experiências de mulheres e pessoas com vulva, articulando essas discussões à análise dos discursos e dispositivos que regulam os corpos e os prazeres, a partir das contribuições teóricas de Foucault (2007), Dorlin(2021), Rubin(2017), Giddens(1993) e Butler(1993) que se aprofundam em atravessamentos interseccionais que marcam as vivência do prazer reforçando o papel das historicidades entre os dispositivos de poder

A experiência do PIPA evidencia a centralidade de práticas interseccionais e participativas na formação em Psicologia, sobretudo quando orientadas por um compromisso ético-político com a transformação social. O grupo atua como um dispositivo pedagógico e político que possibilita às/aos participantes reconhecer como os marcadores sociais — como gênero, raça, classe, deficiência e sexualidade — atravessam corpos, subjetividades, afetos e acessos a direitos. Mais do que um espaço de discussão, o PIPA constitui-se como prática viva de feminismo cotidiano e epistemológico, desafiando normas e hierarquias dentro e fora da academia, potencializando conhecimentos e contribuindo no deslocamento das perspectivas dos estudantes em meio as questões sociais. Ao completar cinco anos de trajetória, o grupo reafirma a potência de fazer Psicologia de forma engajada, afetiva e coletiva, inscrevendo-se como uma experiência encarnada de uma psicologia feminista decolonial. Seu percurso adensa o debate sobre a urgência de práticas psicológicas comprometidas com o fortalecimento de debates relacionados à Psicologia Crítica, com o diálogo entre saberes e com a valorização das narrativas plurais de sujeitos historicamente marginalizados.

"Homem de verdade": investigando os sentidos da masculinidade para estudantes de Ensino Médio

Lara Poor Lorenz Sabino (PUC-CAMPINAS), Vera Lúcia Trevisan de Souza (PUC-CAMPINAS), Rayanne Nunes Veridiana (PUC-CAMPINAS), Tatiana de Camargo (PUC-CAMPINAS)

A masculinidade é uma construção social, histórica e cultural que normatiza o desenvolvimento dos sujeitos em nossa sociedade, operando por meio da distinção de papeis e da categorização de comportamentos e características. Embora existam diversas formas de vivenciá-la, uma delas se destaca como dominante: a masculinidade hegemônica. Esta orienta comportamentos e valores atribuídos aos homens, estabelecendo padrões. Estes padrões estão vinculados a um gênero específico, a uma cor e a uma classe social, bem como à heterossexualidade, à binaridade e à cisgeneridade. Trata-se de uma produção de um ideal de homem carregada de sentidos e significados.

Presente e disseminada na cultura, esta masculinidade atua desde cedo na educação e na formação da identidade dos meninos. A busca pelo ajustamento, por exemplo, causa muito sofrimento entre os adolescentes pois são estabelecidas hierarquias e relações de poder visando a reprodução de uma masculinidade hegemônica heteronormativa. A adolescência já é um período do desenvolvimento marcado por crises e conflitos devido à combinação de elementos biológicos e sociais presentes nas relações entre o jovem e o mundo. Nela ocorre importantes saltos qualitativos nas Funções Psicológicas Superiores, possibilitando uma complexificação do pensamento e da abstração, o que contribui para o surgimento de interesses por novos temas, como a sexualidade e os papeis de gênero. Sendo assim, trata-se de um momento propício para suscitar reflexões críticas e propor questionamentos sobre a normatividade.

Por outro lado, entre os adolescentes constata-se uma incessante vigilância e controle de comportamentos. Aqueles que não correspondem aos ideais são excluídos, tornando-se alvos da violência como podemos observar no cotidiano escolar. Nesse sentido, as possibilidades desses sujeitos serem e existirem no mundo são podadas e a violência pode se estabelecer de diferentes formas. Entre elas estão a violência autodirigida - cuja a expressão mais intensa é o suicídio, a violência intrafamiliar ou cometida por pares, a violência sexual e a violência de gênero, manifestada em uma de suas faces pela violência contra a mulher, culminando, em casos extremos, no feminicídio - um crime que vem aumentando no país. Em outras palavras, a masculinidade compreende um conjunto de expectativas e normas sociais que podem vir a se tornar entraves para o desenvolvimento humano, promotoras de situações potencialmente adoecedoras e de sofrimento psíquico.

A partir da Psicologia Histórico-Cultural, com ênfase nos conceitos desenvolvidos por Lev S. Vigotski, a presente pesquisa possui natureza qualitativa, caráter interventivo e se propõe a investigar o tema mencionado. Encontra-se atualmente na fase inicial de análise de dados e está vinculada ao Grupo de pesquisa Processos de Constituição do Sujeito em Práticas Educativas, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Se justifica em decorrência pesquisas anteriores do grupo em que foram observados conflitos envolvendo estudantes que não se filiavam à identidade de gênero hegemônica, resultando, por vezes, em violência psicológica, verbal ou mesmo física.

Este trabalho tem como objetivo analisar os sentidos atribuídos à masculinidade por estudantes do Ensino Médio de uma escola pública localizada na periferia de Campinas. Para tanto, adotou-se como metodologia a perspectiva da pesquisa-intervenção-arte desenvolvida

pelo grupo, o que resultou na realização de quatro encontros com uma turma do 1º ano do Ensino Médio, além de observações participantes no cotidiano escolar, registros em diários de campo e uma revisão integrativa da literatura. Conforme a atuação do grupo, fundamentada na Psicologia da Arte, foram selecionadas para as intervenções algumas obras como materialidades para as intervenções. Utilizou-se a escultura Davi de Michelangelo (1501), o conto Pai contra Mãe de Machado de Assis (1906) em formato de contação de história, algumas fotografias da série Kitchen Table Series de Carrie Mae Weens (1990), a música com o clipe de Homem com H de Ney Matogrosso (1981).

Ao final das atividades, os adolescentes foram convidados a criar uma produção artística, sintetizando o caminho de discussões percorrido pelo grupo ao longo dos meses de Abril e Maio. Para este encerramento, foram oferecidas reproduções de obras de retratos e autorretratos a serem desconstruídos e reconstruídos através da colagem. Esta última se destaca como um potente instrumento de trabalho para o psicólogo. Com base nas intervenções, considerando que a fala é expressão do psiquismo, através dela podemos não só compreender a percepção dos adolescentes como também podemos nos aproximar dos sentidos e investigar os significados atribuídos por eles à masculinidade. Os dados e informações coletados estão sendo organizados, categorizados, agrupados e analisados de acordo com os objetivos do trabalho, em consonância com a linha metodológica.

Ao assumirmos o meio como condição para o desenvolvimento do sujeito, evidenciamos a importância de criar espaços para refletir sobre os papeis sociais de gênero, sendo a escola um contexto privilegiado para essa discussão. Os sentidos e significados são elaborados e reelaborados nas relações sociais, podendo ser transformados. Como resultados, espera-se ampliar o conhecimento acerca de como os estudantes percebem a reprodução social da masculinidade e como esta se faz presente no cotidiano das relações, sobretudo, das relações de gênero. Ao mesmo tempo, espera-se fomentar espaços de diálogo e reflexão sobre os conflitos relacionados à diversidade de gênero e orientação sexual, contribuindo assim para o enfrentamento da violência.

Marcados a ferro: Marcadores sociais da diferença como dinamizadores das relações no espaço escolar

Bruna Souza Ribeiro (UNICAMP), Karen Souza Ribeiro (Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas)

O presente resumo corresponde a pesquisa de doutorado em desenvolvimento na Universidade Estadual de Campinas, cujo objetivo é identificar como os marcadores sociais de raça, classe e gênero interferem na prática docente. A partir do pressuposto de que os docentes não entendem os marcadores como influenciadores da sua própria prática em sala de aula.

A pesquisa é realizada nos municípios de Sumaré e Hortolândia, localizados na Região Metropolitana de Campinas — região marcada por significativa presença da população negra e inserida na chamada "Cordilheira da Pobreza". Observa-se que a precarização do trabalho docente está diretamente relacionada as áreas socialmente vulneráveis, onde a população negra é majoritária. Por meio de entrevistas com docentes das escolas estaduais nos municípios mencionados, assim como análise documental da Associação Pró Memória de Sumaré e, observação participante na Trilha Antirracista da Diretoria de Ensino de Campinas, foram coletados dados que permitem analisar as dinâmicas escolares a partir de uma perspectiva decolonial.

O ambiente escolar é um espaço de disputa e confrontos. E as mudanças recentes nos currículos escolares demandou dos atores novas habilidades, conhecimentos e saberes a serem desenvolvidos. A Lei 10.639 , assim como a 11.645, por exemplo, exigiu por parte do professorado a inserção de conhecimentos antes negligenciados e desvalorizados. E, neste contexto, as articulações e movimentos realizados pelos indivíduos, expressaram também os arranjos e desarranjos dos grupos que disputam o espaço escolar.

A descolonização dos saberes confronta a hegemonia epistemológica eurocentrada, produzida sob a lógica de homens brancos, heterossexuais, do norte global. Nesse embate, sujeitos historicamente subalternizados — como negros, mulheres e pessoas LGBTQIA+ — protagonizam mobilizações que tensionam o saber dominante e denunciam a exclusão de suas narrativas no ambiente escolar.

Na dimensão da decolonialidade os marcadores sociais da diferença são compreendidos como categorias capazes de abarcar os marcadores identitários dos sujeitos, sejam eles das mais diversas ordens: gênero, raça, classe, religião e afins, ao tratarem dos posicionamentos sociais que estas(es) sujeitos assumem na discussão teórica de si.

Nas escolas raça e gênero são termos que surgem de modo a desencadear conflitos, por vezes, surgem também pessoas/profissionais específicos para área do conflito: Professor Orientador de Conflito (POC). Entretanto, o Estado cria o profissional do conflito, mas não profissionais específicos para temas que geram o conflito, porque é um cargo partícipe da gestão escolar que, na prática, se responsabiliza por palestras de conscientização.

Os dados apresentam que o antirracismo presente no contexto escolar é um antirracismo conivente com a estrutura racista existente pela negação. Seja a negação da raça, ou a negação do racismo no espaço escolar, o racismo nas escolas se produz e reproduz por essa lógica. Portanto, a pesquisa questiona e tenciona a efetividade das ações e práticas antirracistas das escolas estaduais paulistas.

Quanto a questão de gênero, há limites para o debate nos estabelecimentos escolares, tanto para o diálogo como a existência e pluralidade de gênero, porque é entendido unicamente por meio da binaridade. Mesmo estudantes que possuem nome social passam por situações complexas com as(os) professores entrevistados, seja pela definição que possuem de antemão do que é gênero, ou até mesmo pela criação do recurso burocrático estatal para validação e legitimação da identidade no meio escolar. Professores entendem alunes trans como: "aquela aluna que se veste de menino", ou "aquele aluno que se veste de menina". Frequentemente utilizam a base binária para compreender alguém que não se enquadra nos estereótipos estabelecidos pelas próprias pré-concepções.

Há algo semelhante da questão de gênero com a questão racial, ambas, por vezes, são entendidas como bullying. Entretanto, há uma diferença notável, para o gênero em relação às crianças e/ou adolescentes que apresentam jeitos e trejeitos que diverge do que é estabelecido pela perspectiva tradicional, frequentemente ao serem descritas(es)(os), são acompanhas da palavra normal.

A noção de "normalidade" é constantemente evocada para justificar exclusões e reafirmar padrões normativos de comportamento. Normal, aparece tanto para negar a normalidade pré-estabelecida, como para reafirmar o comportamento de outros colegas em relação à criança. Ou seja — "recebe um tratamento normal, como qualquer outro estudante". A ideia de anormalidade está presente intensamente sobre estas(es)(us) sujeitos, ao ponto de haver a necessidade de reafirmar o "tratamento normal".

Em contextos nos quais gênero e sexualidade são vistos como "anormais" ou "patológicos", o discurso religioso conservador, frequentemente substitui o científico, justificando práticas de silenciamento e exclusão. A tolerância torna-se o limite do aceitável: permite-se a sobrevivência, mas não a existência plena desses corpos dissidentes. Assim as falas como "minha religião não permite, mas eu respeito" são o elo para inserção ao debate.

A classe social, por sua vez, é geralmente compreendida somente sob uma ótica econômica — centrada na dicotomia ricos/pobres ou centro/periferia —, sem uma leitura crítica da estrutura de exploração da força de trabalho, especialmente quando o Estado é o empregador. Muitos professores não se reconhecem como trabalhadores que vendem sua força de trabalho, dificultando a construção de uma consciência de classe crítica.

Um dos principais achados da pesquisa é o reconhecimento da existência de um "mecanismo" que aprisiona o docente, sua liberdade de cátedra, seus comportamentos, enquadrando sua linguagem e seu modo de vir a ser no espaço escolar.

O mecanismo afeta diretamente na discussão de temas sensíveis no espaço escolar. As frases que descrevem sensação de medo e hipervigilância dos docentes é constante, às vezes da coordenação, de seus alun(es)(as)(os) e dos próprios colegas de trabalho. São olhares sobre um corpo que tenta sobreviver, equilibrando julgamentos, com a possibilidade de permanência no próximo ano na mesma escola, bem como as suas individualidades e seus gastos particulares. Estes são elementos que aprisionam além da escola.

Este mecanismo possibilitou controle intra e extra muros, porque o professor passa mais tempo no espaço escolar do que na sua própria residência, ademais ocorre o acúmulo do trabalho prático — atividades e provas para serem corrigidas, impressões quando necessárias e materiais extras, trabalho este não remunerado e não visto. Atualmente, este mecanismo organiza a rotina, os conteúdos programáticos e o interesse, afinal, a preocupação é com acessos nas plataformas, portanto, discutir gênero e questão racial não está previsto no programa de todas as disciplinas, quiçá nas plataformas. As plataformas não preveem consciência crítica cidadã.

A consequência dessas complexidades é:

1) A discussão racial e de gênero não é existe, e, quando surge, é nas piadinhas e provocações de um estudante com outro, resultando na intervenção docente;

2) O Estado criou um mecanismo cujas discussões pudessem ser controladas e cerceadas. Até mesmo a hierarquia no espaço escolar alterou-se nessa dinâmica;

3) A área das ciências humanas continua condensando essas discussões, consequentemente o professorado destas disciplinas são sobrecarregados e os outros profissionais sentem-se desobrigados a terem conhecimento que evitem serem preconceituosos no espaço escolar;

4) Temos um antirracismo conivente e o gênero inexistente nas escolas estaduais paulistas. No qual o antirracismo se torna um termo simbólico de vitrine e o gênero não pode existir fora da binariedade.

Assim, a pesquisa evidencia que o espaço escolar reproduz desigualdades estruturais e limita a ação pedagógica crítica, reforçando a urgência de práticas educativas comprometidas com a equidade, a justiça social e a valorização das múltiplas identidades presentes na escola.

Masculinidades e Saúde Mental na Escola: Escutas decoloniais entre juventudes do agreste pernambucano

Jorge Edielson Costa Gueiros (UPE), Jullyane Chagas Barboza Brasilino (UPE)

A escola pública, como espaço privilegiado de socialização e de produção de subjetividades, tem sido palco de múltiplas disputas de sentido sobre o que significa ser jovem, ser homem, ser saudável e, sobretudo, como essas categorias se articulam no cotidiano. No agreste pernambucano, essas disputas tornam-se ainda mais complexas quando se entrelaçam a marcadores sociais como classe, raça, território e gênero, em contextos de desigualdades históricas e abandono de políticas públicas efetivas. Este trabalho apresenta resultados parciais de uma pesquisa de mestrado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Saúde e Desenvolvimento Socioambiental da Universidade de Pernambuco – Campus Garanhuns, sendo financiado pela CAPES, que investiga a presença (ou ausência) da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH) nas práticas educativas de escolas públicas estaduais da região, tendo como público-alvo os jovens estudantes do sexo masculino das escolas públicas estaduais. O problema que nos move é: como os sentidos sobre masculinidades têm atravessado as experiências escolares e afetado as possibilidades de cuidado em saúde mental entre jovens do agreste pernambucano?

Nosso objetivo é compreender de que forma a escola, como instituição normatizadora, pode também se tornar um espaço de resistência e ressignificação das masculinidades, tal aspecto, pode contribuir para a promoção em saúde mental junto a jovens do sexo masculino. Buscamos tensionar os discursos hegemônicos sobre as masculinidades presentes nos espaços educativos, reconhecendo os efeitos dessas construções nos modos como os jovens se reconhecem e se permitem cuidar de si. O trabalho dialoga diretamente com o GT 21 – Gênero, sexualidade e educação: apostas decoloniais – pois propõe uma escuta situada e comprometida com a descolonização dos saberes e das práticas educativas (Crenshaw, 2004), rompendo com perspectivas universalizantes e normativas sobre o masculino e apostando em pedagogias do cuidado, da pluralidade e da escuta.

Teoricamente, a pesquisa se ancora na Psicologia Social e no Construcionismo Social (Spink, 2013), compreendendo que os sentidos sobre saúde, gênero e juventudes são construções relacionais e históricas, atualizadas nas práticas cotidianas. As contribuições de Guacira Lopes Louro (1997) são centrais ao analisarmos como a escola atua como reprodutora de normas de gênero e sexualidade, mas também como lugar de fissura e questionamento das normas hegemônicas. Dialogamos também com a perspectiva decolonial de autores como Crenshaw (2004), Walsh (2009) e Lugones (2014), ao entender que os modos de ser homem no agreste não podem ser reduzidos a modelos eurocêntricos ou coloniais, exigindo uma escuta ética, contextual e politicamente situada. A noção de masculinidade hegemônica (Connell e Messerschmidt, 2013) é retomada criticamente para evidenciar como normas como virilidade, força, negação da vulnerabilidade e autocontrole se instalam no cotidiano escolar como dispositivos que dificultam o acesso e a adesão do jovem estudante do agreste pernambucano a escuta ativa às práticas de cuidado.

Metodologicamente, a pesquisa é de natureza qualitativa, e inclui: levantamento bibliográfico; análise documental da Base Nacional Comum Curricular - BNCC; Diretrizes Curriculares do estado de Pernambuco; e a PNAISH tendo como método de análise os estudos de Peter Spink (2008) - análise de documentos de domínio público;

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

procedimentos éticos com assinatura de TCLE, TALE e autorização para uso de mídias; observação no cotidiano em escolas públicas estaduais do agreste (Cardona; Cordeiro; Brasilino, 2014); entrevistas narrativas com estudantes do sexo masculino e professores (Ravagnoli, 2018); e elaboração de diário de pesquisa de todas essas etapas, aqui descritas (Medrado; Spink; Méllo, 2014). A análise dos dados está sendo conduzida a partir das práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano, segundo Spink e Medrado (2013), na tentativa de ampliar a compreensão sobre as narrativas como espaços de produção de sentidos que se ancoram, negociam e por vezes rompem com discursos normativos.

Os resultados parciais indicam que, embora os discursos sobre saúde estejam presentes no cotidiano escolar, as questões de gênero e de cuidado com a saúde mental dos estudantes permanecem invisibilizadas ou reduzidas a estereótipos que reforçam a masculinidade hegemônica. As primeiras entrevistas evidenciam jovens que reproduzem, mas também questionam, os modelos de masculinidade aprendidos na escola, na família, na igreja, e suas comunidades. A escola se mostra, ao mesmo tempo, como (re)produtora de silêncios e como espaço de potencial escuta, a depender do posicionamento dos educadores e da presença de projetos de saúde sensíveis à diversidade. Buscamos com as entrevistas com os professores a partir das suas falas, tensionamentos entre o papel normativo da escola e o desejo de acolher subjetividades que escapam ao modelo tradicional de masculinidade.

Concluímos que há urgência em investir em práticas educativas que promovam o cuidado e a saúde mental desde a adolescência, que desafiam modelos de masculinidades que impedem os jovens de se reconhecerem como também vulneráveis e legítimos em seu sofrimento. A aposta decolonial, neste contexto, é metodológica e política: escutar as narrativas desses jovens como forma de desestabilizar a colonialidade de gênero e saúde, que ainda estrutura o cotidiano das políticas públicas. Ao valorizar essas experiências como saberes válidos, a pesquisa propõe que a escola assuma seu papel enquanto espaço de produção de cidadania, cuidado e transformação social.

REFERÊNCIAS

CARDONA, Milagros; CORDEIRO, Rosineide; BRASILINO, Jullyane. Observação no cotidiano: um modo de fazer pesquisa em psicologia social. In: SPINK, Mary; BRIGAGÃO, Jacqueline; NASCIMENTO, Vanda; CORDEIRO, Mariana (Orgs.). A produção de informação na pesquisa social: Compartilhando ferramentas, p. 123-148, 2014. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/8291868/mod_resource/content/1/Texto%202%20Mary%20Jane%20Spink.pdf

CONNELL, Raewyn.; MESSERSCHMIDT, James . Masculinidade hegemônica: repensando o conceito.. Revista Estudos Feministas, v. 21, n. 1, p. 241, 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ref/a/cPBKdXV63LVw75GrVvH39NC/?format=pdf&lang=pt

CRENSHAW, Kimberlé. A intersecionalidade na discriminação de raça e gênero. VV. AA. Cruzamento: raça e gênero. Brasília: Unifem, v. 1, n. 1, p. 7-16, 2004.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação. Petrópolis: vozes, 1997.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. Revista Estudos Feministas, [S. l.], v. 22, n. 3, p. 935–952, 2014. DOI: 10.1590/%x. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755. Acesso em: 19 maio. 2025.

MEDRADO, Benedito; SPINK, Mary; MÉLLO, Ricardo. Diários como atuantes em nossas pesquisas: narrativas ficcionais implicadas. In: SPINK, Mary; BRIGAGÃO, Jacqueline; NASCIMENTO, Vanda; CORDEIRO, Mariana (Orgs.). A produção de informação na pesquisa social:

compartilhando ferramentas. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014. p. 274-294. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/19088

RAVAGNOLI, Neiva Cristina da Silva Rego. A entrevista narrativa como instrumento na investigação de fenômenos sociais na Linguística Aplicada. The Especialist, v. 39, n. 3, 2018.

SPINK, Mary; MEDRADO, Benedito. Produção de sentido no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In: SPINK, Mary. Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas. Edição virtual, 2013.

SPINK, Peter. O pesquisador conversador no cotidiano. Psicologia & Sociedade, v. 20, n. spe, p. 70–77, 2008.Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0102-71822008000400010.

WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro, v. 7, p. 12-43, 2009.

Mulheres em Privação de Liberdade: Saberes e Cuidados na Extensão Universitária

Cíntia Maria Teixeira (FCMMG), Cíntia Maria Teixeira (FCMMG), Rafaella Santos Rêda (FCMMG), Vitor Augusto Osório Corrêa (FCMMG), Sofia Pontes Ananias (FCMMG)

Introdução: O sistema prisional brasileiro tem sido historicamente marcado por políticas punitivistas e negligência estrutural no cuidado e na ressocialização de mulheres, expressando as desigualdades de gênero, etnia, geração e classe que atravessam a sociedade brasileira e se reproduzem nas instituições penais. Nesse contexto, a Psicologia Social Crítica propõe práticas comprometidas com a transformação das condições de vida, valorizando a escuta qualificada e a produção de sentidos como formas de resistência. Com base nessa perspectiva, foi elaborado, em 2024, por discentes de uma faculdade privada em Belo Horizonte/MG, um projeto de extensão voltado para mulheres em privação de liberdade, desenvolvido em uma unidade feminina de cumprimento de pena em Belo Horizonte adepta ao método da APAC. A instituição escolhida adota uma proposta mais humanizada que os presídios convencionais, com enfoque na promoção da saúde e da dignidade das internas. A partir dos desdobramentos dessa experiência inicial, consolidou-se, em 2025, o projeto "Vozes que Libertam", agora com um escopo ampliado, voltado para o empoderamento feminino e a construção de autonomia, compreendida como dimensão essencial da saúde integral. Objetivo: Promover saúde e empoderamento de mulheres privadas de liberdade por meio de atividades educativas, terapêuticas e interdisciplinares, que favoreçam o reconhecimento dessas mulheres como protagonistas de suas histórias e fomentem sua reintegração social com dignidade e autonomia. Este trabalho se relaciona com o GT gênero, sexualidade e educação, apostas decoloniais na medida em que parte do entendimento de que o encarceramento feminino é atravessado por desigualdades de gênero, etnia, geração e classe, sendo expressão de um sistema historicamente excludente. As mulheres encarceradas, majoritariamente negras, jovens e oriundas de contextos marcados pela violência doméstica, desigualdade econômica e maternidade solo, enfrentam múltiplas camadas de vulnerabilidade social. Percebe-se de como a matriz de opressão moldam os problemas em suas vidas. Compreendemos que o cuidado no sistema prisional não pode se restringir a intervenções normativas em saúde, mas deve constituir-se como ato político, ético e contra-hegemônico. Ao propor rodas de conversa, oficinas e grupos terapêuticos sobre autoestima, feminismo, sororidade e autonomia, o projeto rompe com práticas punitivistas e aposta em processos coletivos de reexistência. Nesse sentido, dialoga diretamente com os objetivos do GT 21, ao desafiar a matriz colonial de gênero e propor práticas de cuidado que valorizam a diversidade de trajetórias das mulheres. A articulação entre Psicologia Social e Saúde é central na proposta, pois reconhece o encarceramento como gerador de sofrimento psíquico e físico, e afirma a importância de práticas psicossociais que promovam autonomia, cidadania e dignidade. Fundamentação teórica: A fundamentação teórica do projeto inscreve-se na Psicologia Social Crítica, que compreende o sujeito em sua constituição histórica e relacional, em constante tensionamento com estruturas sociais que produzem desigualdades. Autores como Maritza Montero e Mary Jane Spink destacam a importância da participação social, da ação transformadora e da crítica às práticas psicológicas normativas. Essa abordagem propõe uma atuação contextualizada, dialógica e comprometida com a transformação social. O encarceramento feminino, nesse marco, é compreendido como resultado de um sistema patriarcal, racista e classista, que limita o acesso a direitos e naturaliza a exclusão. O cuidado psicológico, nesse cenário, deve ser ético, politicamente implicado e voltado

ao fortalecimento subjetivo. Conceitos como produção de subjetividades (Guattari & Rolnik, 1986), processos de subjetivação (Foucault, 1988) e matriz de opressão (Collins, 2000) ajudam a compreender como essas mulheres são atravessadas por relações de poder que afetam profundamente sua saúde mental e suas formas de existência. Assim, o projeto propõe práticas de escuta, acolhimento e construção de vínculos que possibilitem a ressignificação identitária, a elaboração de projetos de vida e o exercício da autonomia. A teoria crítica da Psicologia é acionada como ferramenta de resistência às formas de colonialidade do ser, do saber e do poder (Quijano, 2005; Lugones, 2008), articulando-se a epistemologias do Sul e a práticas de cuidado contra-hegemônicas. Inspiradas nos princípios da Psicologia da Libertação (Martín-Baró, 1998), as ações desenvolvidas buscam promover consciência crítica, solidariedade e transformação das condições materiais e simbólicas de existência. As atividades incluem rodas de conversa, oficinas temáticas, dinâmicas em grupo e atendimentos terapêuticos em grupo, com foco em temas como saúde emocional, autoestima, sexualidade, feminismo, projeto de vida e direitos humanos. Metodologia: A metodologia adotada é participativa e dialógica, fundamentada na pedagogia de Paulo Freire, que valoriza a escuta e a experiência como pontos de partida para a construção coletiva do conhecimento. As intervenções são organizadas de forma que favoreça o compartilhamento de vivências, a produção de sentidos e o fortalecimento de vínculos entre as participantes. As ações têm ocorrido com frequência semanal, sendo interrompidas apenas em situações excepcionais, e seguem um sistema de revezamento quinzenal entre os regimes semiaberto e fechado da unidade prisional. Estima-se que, a cada semana, cerca de 10 mulheres sejam atendidas no regime semiaberto e aproximadamente 50 no regime fechado, totalizando um impacto médio de 60 mulheres por semana nas ações extensionistas. Ao todo, o projeto conta com a participação de 15 estudantes dos cursos de Psicologia e Medicina. Resultados: Apesar de ainda em andamento, o projeto já evidencia impactos significativos entre as participantes e os estudantes envolvidos. As mulheres demonstram crescente engajamento, relatando fortalecimento da autoestima, reconhecimento de direitos e construção de vínculos afetivos. Os encontros têm possibilitado a escuta de histórias de dor e resistência, abrindo espaço para a ressignificação de trajetórias. Observa-se a construção de um senso de pertencimento e o surgimento de novos projetos de vida. Para os discentes, a experiência tem proporcionado uma formação crítica e ética, sensível às desigualdades sociais e atenta às complexidades do sofrimento psíquico em contextos de exclusão. A vivência extensionista amplia a compreensão dos futuros profissionais sobre a interface entre saúde, gênero, violência e encarceramento, desafiando abordagens técnicas tradicionais e convocando-os a uma atuação comprometida com a transformação social.

Conclusão: A experiência do projeto “Vozes que Libertam” reafirma a potência das ações extensionistas no contexto prisional como estratégias de cuidado, resistência e transformação social. O trabalho desenvolvido demonstra que a promoção da saúde em espaços de privação de liberdade deve articular cuidado psicológico, empoderamento e práticas de escuta implicada. A proposta supera a lógica punitiva e disciplinares tradicionalmente associadas ao cárcere, apostando na processos de subjetivação e na criação de novos sentidos de vida. O projeto evidencia a importância do acesso à informação, da troca de saberes e da valorização das experiências das mulheres como estratégias que desestabilizam as estruturas opressoras e promovem emancipação. Para os estudantes envolvidos, trata-se de um espaço potente de formação, que alia teoria e prática, ética e política, saber e afeto. Ao reafirmar a relevância da extensão universitária, o projeto se insere no debate sobre os direitos humanos, a justiça social e a construção de práticas de cuidado alinhadas às epistemologias do sul e às apostas decoloniais.

Multiplicadoras de prevenção ao HIV na formação em psicologia: um olhar decolonial

Matheus Rozone De Luca (UNICESUSC), Marília dos Santos Amaral (UNICESUSC), Oliê Cárdenas Pires Ferreira Valente Lourenço (UNICESUSC)

Na 5ª década da epidemia do HIV/Aids, vislumbra-se inúmeros avanços nas tecnologias de prevenção. A "Prevenção Combinada do HIV" é a atual diretriz do Brasil na formulação de políticas para a prevenção do vírus da imunodeficiência adquirida (HIV) e de outras infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), fornecendo diversificadas opções de combinação, como a profilaxia pré-exposição (PrEP), profilaxia pós-exposição (PEP), preservativo interno e externo e testagem regular. Mesmo com os avanços biomédicos nos últimos anos, acompanha-se um crescente retrocesso com governos de extrema direita em relação às políticas de gênero e sexualidade, com destaque à restrição ao acesso à educação sexual em escolas. Isso reflete no aumento da taxa de casos de Aids em jovens de 15 a 24 anos, entre 2010 e 2021 (BARREIRA; ALENCAR, 2023). Assim, percebe-se a necessidade de enfrentar barreiras e ampliar o acesso à informação e a serviços de saúde preventiva, especialmente para populações vulnerabilizadas. É neste cenário, que estudantes da 7ª fase do curso de psicologia do UNICESUSC desenvolvem atividades de extensão com a comunidade voltadas à Prevenção Combinada do HIV e outras ISTs, em parceria com Educadoras de Par do projeto ImPrEP CAB Brasil da Fiocruz, em Florianópolis. As ações são semestrais e capacitam as estudantes como Multiplicadoras de Prevenção, possibilitando o envolvimento no planejamento e execução de ações de prevenção com comunidades, a partir de um olhar crítico e decolonial, levando em conta os saberes comunitários e as interseccionalidades de gênero, sexualidade, raça, classe e, também, etária.

Com foco na prevenção combinada ao HIV/Aids e ISTs, essas ações promovem cidadania ao ampliar o acesso à informação e à garantia de direitos por meio da distribuição de insumos de prevenção (camisinhas, lubrificantes, autotestes e materiais informativos). Além de possibilitar esta discussão na formação em psicologia de maneira crítica aos modelos biomédicos de saúde e colonialistas de educação.

O relato desta experiência de extensão se relaciona com o eixo temático ao considerar que o primeiro território a ser descolonizado é a nossa própria pele (NUÑEZ, 2023), isto é, se propõe a abordar gênero, sexualidade, raça, classe e marcadores etários, desde uma posição epistêmica e metodológica que compreende o modo como os corpos são atravessados por uma colonialidade de ser, poder e saber que, consequentemente, afeta sua relação com a prevenção sexual. Nesta perspectiva, a formação das estudantes em Multiplicadoras de Prevenção não se resume a aprender e disseminar conhecimentos, mas se potencializa em algo que se sente na pele e que esbarra com uma série de práticas discursivas e vivenciais sobre si e na formação em psicologia. Especialmente com o HIV, há uma "epidemia discursiva", que o coloca como a "doença do outro"; um outro historicamente atrelado a corpos LGBTQIAP+, racializados, pobres e jovens, inclusive nos modos de se pensar sexualidade em algumas perspectivas psicológicas. Não em vão, o tema é acompanhado por culpa, vergonha e estigma, que responsabiliza certos grupos minorizados, principalmente pessoas sexo-gênero dissidentes, pela disseminação de doenças (NUÑEZ, 2023), fundamentado no dispositivo moralista de sexualidade que associa determinadas práticas à crime-pecado-doença (FOUCAULT, 1984).

Deste modo, é importante que ações de prevenção ao HIV/Aids e às ISTs estejam atreladas ao enfrentamento de discriminações e violências contra a diversidade que, dentre suas inúmeras consequências, prejudicam o acesso dos corpos vulnerabilizados aos serviços de saúde. Neste sentido, durante as capacitações, as estudantes de psicologia são convidadas a exercitar este olhar para si, de modo a compreender suas relações com os métodos preventivos e os atravessamentos com discursos de gênero, sexualidade, raça, classe e marcadores etários. Algo que permite vislumbrar um outro olhar para as vulnerabilidades ao HIV/Aids e às ISTs que não esteja relacionado somente à falta de informação e acesso aos serviços, mas um olhar interseccional e decolonial sobre os modos como se produzem as vulnerabilidades. Além disso, a perspectiva crítica problematiza com as estudantes as estratégias genéricas de prevenção que ditam comportamentos considerados desejáveis e que não levam em conta os contextos sociais, históricos e políticos. Compreende-se que ao atuar, não somos "receitadores" de sexo mais seguro e de prevenção universal, mas aliados à ideia de que prevenção eficaz é aquela construída para cada cenário, com cada pessoa e em relação com sua vida cotidiana (PAIVA, 2020). Ideias que vão na contramão da forma precária com que tem sido exercida a atual política de Prevenção Combinada no país, seguindo um modelo neoliberal que responsabiliza os sujeitos pela própria prevenção, como se "todos" tivessem os mesmos acessos e pudessem seguir um mesmo padrão "ideal" de como se prevenir.

Partindo da Psicologia Comunitária e dos Estudos de Gênero como orientações teóricas, leva-se em conta nas ações, a noção de coletividade da saúde e a importância de fortalecer laços comunitários para prevenir vulnerabilidades que são sempre marcadas por múltiplas forças interseccionais. Neste sentido, a educação entre pares como multiplicadores de saber é uma estratégia coletiva e emancipatória de promoção da saúde e cidadania com a comunidade, por meio da sensibilização e da instrumentalização comunitária como estratégias de cuidado mútuo sobre saúde sexual. Como ferramenta metodológica, utiliza-se a Pedagogia da Prevenção (GAVIGAN et. al, 2015), uma proposta que se aproxima da Pedagogia da Autonomia de Paulo Freire, ao valorizar os saberes e experiências dos sujeitos e comunidades, respeitando a autonomia dos corpos e delegando um papel ativo nas decisões sobre cuidados. Logo, é um processo de conscientização na qual os sujeitos compreendem e interagem com o conhecimento, procurando construir a agência coletiva por meio do acesso a estratégias múltiplas de prevenção, de modo que o próprio sujeito possa avaliar quais métodos funcionam em sua vida, além do direito de exigirem que sejam disponibilizados.

Desta forma, desde 2024, seis turmas de psicologia participaram das ações de capacitação da Prevenção Combinada, articulados com as disciplinas "Gênero, Sexualidade e Raça" e "Projetos em Psicologia". Na formação são expostos os dados epidemiológicos atuais, o contexto histórico e social do HIV, e as tecnologias de prevenção. Além disso, são realizadas rodas de conversa com ativistas, pessoas que vivem com HIV e com o Grupo de Apoio à Prevenção à Aids (GAPA), que compartilham suas histórias de militância por direitos ao tratamento digno e suas experiências em ações de prevenção. Destaca-se a relevância dos movimentos sociais pelos direitos à saúde na epidemia do HIV e à luta pela diversidade, entendendo que são eles que conhecem a comunidade local, com saberes que merecem ser valorizados na formulação de políticas públicas, além de serem fundamentais na construção da formação ética e crítica em psicologia. Posteriormente à capacitação, as estudantes se dividem em grupos para planejamento e execução das ações.

Em 2024, foram realizadas rodas de conversa, oficinas e a entrega de insumos em espaços públicos, nas quais mais

de 9 mil pessoas foram atingidas de forma presencial. Dentre os variados contextos alcançados, pode-se citar: jovens de escolas públicas e particulares e dos Serviço de Convivência (CRAS/CREAS), grupos de idosos, universitários, mulheres em situação de violência e participantes da Parada LGBTQIAP+ de Floripa. Materiais educativos sobre prevenção foram criados e personalizados para determinados públicos, como folders sobre saúde sexual de sexo entre pessoas com vulva, cartões com linguagem acessível para população em situação de rua, assim como em diferentes idiomas para alcançar pessoas migrantes. As dificuldades encontradas nas ações concernem com o tabu ao se falar da temática sexualidade, historicamente censurada, mas que o tempo todo é lembrada e desperta curiosidade. Além disso, a complexidade dos grupos e seus marcadores sociais, exigem das multiplicadoras a reflexão de estratégias de prevenção e de comunicação que sejam coerentes com cada cenário e cada pessoa.

Com isso, é possível reconhecer a importância da retomada da discussão sobre a prevenção do HIV/Aids e ISTs na formação em psicologia, com uma postura crítica e compromissada com os direitos humanos. No cenário global, acompanha-se os efeitos dos veementes cortes financeiros do atual governo dos EUA para o enfrentamento da epidemia do HIV/Aids, que reverbera no desmonte de programas essenciais, afetando desigualmente diferentes regiões do planeta, com possíveis consequências catastróficas aos países africanos e sulamericanos, como o Brasil. Assim, emerge a necessidade do engajamento da psicologia na luta pelo direito à prevenção, voltando seus esforços para a temática do HIV e outras ISTs, articulados com questões de gênero, sexualidade, raça, classe e marcadores etários, como proposto nas ações de extensão.

BARREIRA, Draurio; ALENCAR, Tatiana. Repensando a prevenção do HIV entre jovens: hierarquização ou desinstitucionalização?. Cadernos de Saúde Pública, v. 39, p. e00164823, 2023.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade Vol I - A vontade de saber. Rio de Janeiro, Graal: 1984.

GAVIGAN, Kelly; et al. Pedagogia da prevenção: reinventando a prevenção do HIV no século XXI. Perspectiva Política - ABIA, v.1, nov., 2015.

NÚÑEZ, Geni. Descolonizando afetos: experimentações sobre outras formas de amar. Paidós, 2023.

PAIVA, Vera. Direito à Prevenção, à Felicidade e ao Bem-Viver. In: LEITE, Vanessa; TERTO Jr., Veriano; PARKER, Richard (orgs.). Dimensões sociais e políticas da prevenção. Rio de Janeiro: ABIA, 2020. p.22-27.

Não dizer para proteger: discursos institucionais sobre gênero e sexualidade na educação

Camila Dias de Abreu (UFTM), Rafael De Tilio (UFTM)

No contexto educacional, o domínio governamental da ideologia antigênero acontece por múltiplos caminhos; um deles é o fortalecimento da censura na estrutura normativa do Estado, seja por meio de um esvaziamento político do discurso, ou da fixação no discurso estatal de uma representação negativa da expressão. O Brasil é um país que não só nasceu, mas atualiza constantemente sua história marcada pela colonização patriarcal e racista, desumanizando corpos de pessoas negras, mulheres, indígenas e LGBTQIAPN+, naturalizando as desigualdades existentes na sociedade. Por isso, tornar visíveis as tentativas violentas de exclusões e silenciamentos de direitos nas legislações educacionais é um poderoso ato de resistência e de denúncia das relações de poder que compõem os discursos legislativos da educação. Para a Análise do Discurso os sentidos dos discursos são estabelecidos por meio dos diversos posicionamentos ideológicos presentes no processo sócio-histórico em que as palavras e a linguagem são produzidas, isto é, as palavras têm seus sentidos alterados conforme as posições sociais dos falantes. Assim, destaca-se a importância de identificarmos os discursos silenciados, negligenciados, omitidos e censurados em documentos legislativos que em tese deveriam proteger crianças e adolescentes que frequentam os espaços escolares em busca não só de aquisições de conteúdos, mas também de construção de identidades e proteção. Revelar as disputas que envolvem a linguagem, considerada um instrumento histórico de poder, na criação e estabelecimento de documentos da educação, auxilia compreender a naturalização da violência simbólica de gênero que produz políticas de exclusão. Na área educacional a proliferação de termos antigêneros ocorre de muitas formas; uma delas é a disseminação do "repúdio ao gênero" nos textos do Estado, seja por meio de um processo de apagamento dos sentidos, seja por meio da tentativa de fixação de palavras que conectam este termo a significados negativos. A maneira com que os movimentos antigênero empregam seus discursos em documentos legislativos educacionais faz com que a significação do gênero como uma ameaça sustente a criação de diretrizes e práticas destinadas às crianças, adolescentes e famílias alicerçadas nessa perspectiva. Nossa hipótese é de que os documentos legislativos da educação brasileira relacionados aos marcadores de gênero e sexualidade têm funcionado a partir de uma lógica de dispositivos de silenciamento; a noção de silenciamento - e não de silêncio - considera que ele pode ser manifestado como resistência, recusa ao dizer, portanto, equivalente ao ato de "pôr em silêncio". Nesse sentido, nosso objetivo foi compreender de que forma as políticas de silenciamento e censura referentes aos marcadores de gênero e sexualidade se materializam em alguns documentos legislativos da educação brasileira, e o modo como esses dispositivos atravessam os processos formativos de subjetivação e produção de sentidos dos sujeitos. Dessa forma, a proposta deste trabalho se articula com o eixo temático "Gênero, Sexualidades e Intersecções" e com o GT 21 "Gênero, sexualidade e educação: apostas decoloniais" ao apreender a forma pela qual os discursos de silenciamento e censura presentes nos documentos legislativos educacionais atuam na reprodução de uma lógica colonial, cisheteronormativa e patriarcal na tentativa de regular corpos, subjetividades e existências dissidentes. A análise dos processos de silenciamento e apagamento da produção de sentidos sobre gêneros e sexualidades neste contexto se alinha com as apostas decoloniais do GT e aos debates do eixo temático na medida em que pode evidenciar as formas pelas quais o Estado age na tentativa de manter seu poder, negando saberes e existências que desafiam a heteronormatividade patriarcal. Sendo assim, este trabalho se alinha a uma psicologia social crítica a partir da evidência de como os discursos de poder operam nos processos de formação das subjetividades e nas práticas de exclusão e silenciamento, ao mesmo tempo em que

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

denuncia e visibiliza esses processos enquanto práticas de resistência. Esta é uma pesquisa qualitativa com análise documental a partir da perspectiva da Análise do Discurso de tradição francesa, amparada nos conceitos de política de silenciamento e censura propostos por Michel Pêcheux e Eni Orlandi. O movimento de investigação se deu a partir da compilação das legislações educacionais, estaduais e municipais utilizadas para análise: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Série Temas Contemporâneos Transversais - Caderno Saúde, Decreto nº 48.709 de 26/10/2023 (organização da Secretaria de Estado de Educação de Minas gerais), Lei Orgânica de Minas Gerais, e Lei Orgânica do município de Uberaba/MG; estes são, portanto, discursos institucionais oficiais da união, estado e município sobre educação. A partir da constituição deste corpus documental foram segmentadas sequências discursivas (trechos) consideradas relevantes por estarem em consonância com o objetivo da pesquisa, isto é, por fazerem referências (explícitas ou implícitas) aos marcadores de gênero e sexualidade, visando analisar seus efeitos de sentidos . No total, foram destacadas 46 sequências discursivas, mas apenas 13 foram mobilizadas efetivamente para a análise da pesquisa. Os principais resultados apontam para um conjunto de discursos educacionais-políticos marcados pelos efeitos da censura. O silêncio produzido pela censura não significa que o sujeito não pode dizer o que sabe, mas sim que ele é proibido de dizer e de se posicionar; assim, a ideologia imposta pelo Estado acerca das temáticas gênero e sexualidade no campo educacional se apoia na proibição da menção sobre esses marcadores nos documentos legislativos ou nas salas de aula, pois supostamente assim as crianças e adolescentes estariam "protegidas" de conteúdos perniciosos, como observado na BNCC ao ser notadamente afetada pela censura em relação aos termos gênero e sexualidade. A censura propõe um jogo de forças configurando aquilo que o sujeito não deve dizer; exemplo disso encontramos na Lei Orgânica do município de Uberaba/MG (Lei nº 1/1990), responsável por estabelecer princípios para a organização do município e garantir direitos aos cidadãos que, referente à educação, propõe: "Não será objeto de deliberação qualquer proposição legislativa que tenha por objeto a regulamentação de política de ensino no Município, que tendam a aplicar a ideologia de gênero". Nesse sentido, esses discursos autoritários detentores de poder, como os discursos contidos nestes documentos oficiais, o sujeito só pode ocupar o lugar que o documento lhe impõe, ou seja: a produção de sentidos da censura atravessa diretamente o processo de formação dos sujeitos. Quando Butler questiona "Será que é sequer possível dizer quantos dos medos contemporâneos se concentram no terreno do gênero?", isso significa dizer que embutidos por relações de poder são admitidos discursos nos quais as diversas circunstâncias que originam esses medos se perdem em seus nomes. Incitar medos por meio desses discursos por parte dos poderes existentes acaba sendo uma das formas encontradas para amedrontar as pessoas, de forma que elas aceitem e concordem com a censura imposta. Conclui-se que a partir da redemocratização na década de 1990,a reivindicação e o reconhecimento do acesso aos direitos pela população LGBTQIAPN+ e das mulheres, principalmente no contexto educacional, passaram a ser rechaçados pelas agrupamentos detentores de poder, para os quais aqueles reconhecimentos representavam riscos. Nossas análises evidenciaram as estratégias de silenciamento atravessam diretamente os marcadores sociais de gênero e sexualidade que não se limitam somente a um silenciamento desses termos no textos legislativos, mas sim que operam a partir da institucionalização desses discursos que com a pretensão de proteger crianças e adolescentes, todavia, determinam práticas reais de censuras e proibições de direitos. Portanto, as sequências discursivas analisadas nesta pesquisa denunciam a maneira com que a ideologia favorece a manutenção de privilégios, que são mantidos por um silenciamento estrategicamente articulado entre disputas de poder na tentativa de apagar certas formas de existência que fogem às regras impostas.

O uso de material didático e atividade pedagógica sobre masculinidade com alunos de uma escola pública no contexto amazônico

Monise Garcez Arthur (Unifamaz), Izadora Barbosa da Silva (UNIFAMAZ), Iara Corrêa Ibiapina (UNIFAMAZ), Bárbara Araújo Sordi (UNIFAMAZ)

INTRODUÇÃO

O contexto amazônico é marcado por diversidade cultural e desafios socioeconômicos, a partir disso, o ambiente escolar e sobretudo do serviço público, tem a responsabilidade de proporcionar um espaço reflexivo, promovendo discussões críticas a respeito de causas sociais, como questões que envolvem as relações de gênero. Portanto, falar sobre masculinidades no contexto amazônico é pensar nos processos de socialização que são atravessados por essas diversidades e desafios regionais, levando em consideração as socializações e performatividades locais para possibilitar uma maior compreensão das dinâmicas sociais presentes nas relações sociais da amazônia paraense (Leonel; Castro; Albuquerque, 2024).

A transversalidade e a interdisciplinaridade tornam possível discutir dados estatísticos sobre saúde dos homens, violências e outros impactos sociais das masculinidades, articulando esses temas com os conteúdos da matemática de forma crítica e reflexiva. Como aponta Torales (2013), é essencial que os planos de ensino integrem temas transversais que dialoguem com a realidade social, promovendo uma educação contextualizada. Nesse sentido, a produção de recursos didáticos que estimulem reflexões sobre gênero e masculinidades não só rompe com a lógica colonial de um ensino verticalizado, mas também questiona os próprios conteúdos que reproduzem estereótipos naturalizados. Afinal, como defendem Kuhn, Arenhart e Salva, (2024) decolonizar o saber implica, necessariamente, decolonizar o poder e as estruturas que sustentam essas opressões.

Discutir masculinidades nas escolas não é apenas uma questão de gênero, mas de saúde pública, isso porque no estado do Pará onde foi feita a atividade, nota-se uma prevalência de câncer de próstata entre os homens, bem como altas taxas de suicidio entre esse público, como notificado no perfil epidemiológico de suicídios que ocorreram em 2019 (Maia et al., 2019). Esses, e outros, dados mostram a urgência de promover atividades focadas ao público masculino, e pensando a longo prazo, a melhor forma de prevenir e promover saúde é proporcionando discussões desde cedo com o público jovem. Por esse motivo, o relato em questão irá descrever a importância de recursos didáticos e atividades pedagógicas crítico-reflexivas com os adolescentes de uma escola da rede pública no município de Belém do Pará.

OBJETIVOS

Relatar a aplicação de um recurso pedagógico crítico e reflexivo sobre os padrões da masculinidade, intitulado “A casa dos homens”, para adolescentes de uma escola pública amazônica.

RELAÇÃO COM O GT E EIXO TEMÁTICO

O material didático foi utilizado dentro de um contexto educacional amazônida, no qual foi trabalhado os conceitos envolvendo masculinidades, por esse motivo, ele se relaciona com a temática gênero e educação a partir de uma perspectiva contracolonial, do grupo de trabalho “Gênero, sexualidade e educação: apostas decoloniais”. Por se tratar de uma atividade orientada sob um olhar feminista e que buscou romper com a lógica de controle,

em discussão coletiva privilegiando protagonismo de estudantes, fomentando o exercício de criticar e problematizar o lugar de privilégio do gênero.

ORIENTAÇÃO TEÓRICA

O autor francês Daniel Welzer-Lang (2001) criou o conceito da "Casa dos Homens", que é uma metáfora para discutir o processo de construção do masculino. Esse conceito foi o ponto inicial para a construção da atividade e do material didático, pois o autor simboliza um espaço pensado inicialmente para homens, no qual os meninos mais novos são recrutados por homens mais velhos ou considerados de maior virilidade sexual e laborativa, e após esse momento de iniciação eles passam por provações que os obrigam a se afastar de tudo que é considerado feminino, valorizando atitudes cada vez mais embrutecidas e rígidas. Por se tratar de uma casa, é esperado que ela possua cômodos e nesse sentido o autor trabalha a ideia de que existem espaços de mais e menos prestígios em que para que eles consigam transitar entre eles, é necessário que passem por mais provações e validações. Desta forma, os meninos aprendem a masculinidade numa espécie de pedagogia afetiva, permeada de punições, reprovações e validações de acordo com a validação entre pares, numa constante necessidade de autoafirmação e vigilância.

A metáfora criada pelo autor demonstra que gênero está relacionado não à algo natural, mas ensinado e performado, e partindo dessa perspectiva hegemônica, existem sujeitos que não se sentem contemplados por esse modelo universal, gerando sofrimento e adoecimento.

ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

Diante da ausência de materiais didáticos sobre masculinidades voltados para adolescentes, foi criado um recurso inédito utilizando a metáfora da "Casa dos Homens". O material foi elaborado como uma casa composta por seis cômodos, cada um representando aspectos da masculinidade hegemônica. Na primeira etapa, os alunos da turma do 9o ano, divididos em cinco grupos, e foram apresentados à metáfora, após isso preencheram cada espaço com frases que costumam ouvir na vida, como "homem não chora" ou "seja forte", refletindo como esses discursos constroem comportamentos e identidades masculinas.

No segundo momento, após discussão coletiva sobre os impactos dessas normas, os estudantes foram convidados a ressignificar as frases. Pensaram em como gostariam que fosse a "Casa dos Homens" para que ela se tornasse um espaço mais seguro, afetivo e acolhedor, substituindo os discursos negativos por mensagens de cuidado, empatia e liberdade emocional.

Para aprofundar a reflexão, foram apresentados dados estatísticos relacionados aos impactos da masculinidade tóxica, como índices de suicídio, violência, câncer de próstata e abuso de álcool. A oficina contou com a participação da professora de matemática, que deu continuidade ao tema. Os alunos foram até a comunidade, coletaram dados a partir das frases discutidas e construíram gráficos, trabalhando estatística de forma aplicada e crítica, que posteriormente foram apresentados para outra turma da escola.

RESULTADOS

A atividade contou com a presença de 30 alunos/as e a participação deles/as foi significativa, com envolvimento tanto dos meninos quanto das meninas. Foram relatadas situações comuns como a ideia de que "menino não dança balé", "só pode jogar futebol", ou que "homem não chora". Os meninos compartilharam experiências pessoais, como de cerceado a fazer escolhas ou de sentirem obrigações de ser "o homem da casa" e de ter que "proteger" mulheres, além de casos de apanharem por precisar performar masculinidade, enquanto as meninas

contribuíram com observações e percepções sobre como esses discursos aparecem em suas vivências.

A discussão evidenciou que muitos desses comportamentos e frases são vistos como naturais, e por isso, pouco questionados. Em determinados momentos, quando temas mais associados ao universo feminino foram mencionados, surgiram risos ou comentários em tom de deboche, revelando a dificuldade de alguns adolescentes em lidar com o tema de forma séria. Entretanto, essas resistências também revelam oportunidades pedagógicas, porque possibilita colocar em debate as razões pelas quais essas reações surgem.

É essencial observar como certos comportamentos e discursos sobre masculinidade são profundamente naturalizados, dificultando o questionamento e a mudança. Quando são propostos cenários hipotéticos que desafiam essa norma (como um menino dançando ou usando uma cor considerada "feminina") a reação costuma ser de riso ou desconforto. Essa resposta revela como essas normas ainda são rigidamente mantidas entre adolescentes e entre a sociedade vigilante e punitiva. A mudança exige não apenas informação, mas tempo, acompanhamento contínuo e espaço para reflexão, alcançando especialmente suas vivências.

CONCLUSÕES

Essa oficina reforçou a percepção de que mudanças sociais profundas não acontecem em ações pontuais. Apesar da esperança de que esse tipo de atividade possa, aos poucos, provocar questionamentos e promover mudanças de comportamento, é evidente que se trata de um processo permanente. São padrões enraizados que atravessam gerações e que só poderão ser transformados com paciência, cuidado e constância.

Contudo, a oficina permitiu que assuntos muitas vezes naturalizados pudessem ser refletidos coletivamente, iniciando um processo de questionamento sobre suas vivências. Aposta-se que novas pedagogias sejam necessárias para fissurar a égide hegemônica para construções de novas possibilidades de masculinidades.

REFERÊNCIAS

KUHN, Martin; ARENHART, Livio Osvaldo; SALVA, Sueli. Decolonialidade e educação infantil: para pensar uma pedagogia da infância. DOSSIÊ Infância(s), Movimentos Sociais e Cidade: currículo(s) e formação docente. Educ. rev. 40, 2024. Disponível em <https://www.scielo.br/j/er/a/rdRNCFTWxBWNYQ8BxSSf9Cq/>. Acessos em 23 maio 2025. https://doi.org/10.1590/1984-0411.87423

LEONEL, Ronaldo dos Santos; CASTRO, Andreia de Oliveira; ALBUQUERQUE, Jacirene Vasconcelos de. Educação do campo, das águas e das florestas: diversidade cultural na construção do saber escolar na Amazônia paraense. Educ. Teoria Prática, Rio Claro , v. 34, n. 67, e70, 2024 . Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-81062024000100135&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 23 maio 2025. https://doi.org/10.18675/1981-8106.v34.n.67.s17855.

MAIA, Adria Leitão et al. Perfil epidemiológico de suicídios notificados no estado do Pará no ano de 2019. Research, Society and Development, v. 10, n. 16, p. e484101624330-e484101624330, 2021.

TORALES, Marília Andrade. A inserção da educação ambiental nos currículos escolares e o papel dos professores: da ação escolar a ação educativo-comunitária como compromisso político-ideológico. REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, [S. l.], p. 1–17, 2013. DOI: 10.14295/remea.v0i0.3437. Disponível em: https://periodicos.furg.br/remea/article/view/3437. Acesso em: 21 maio. 2025.

WELZER-LANG, D. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. Revista Estudos Feministas, v. 9, n. 2, p. 460–482, 2001.

ONDE ESTÃO AS CRIANÇAS LGBTQIAP+?: Reflexões e disputas do campo da infância e na Psicologia da Educação

Stallone Pereira Abrantes (UFF), Thaylla Vargas (Instituto de Infectologia - FIOCRUZ)

As principais discussões sobre gênero e sexualidade nos últimos anos no mundo e no território brasileiro compõem um cenário político e social de muitos conflitos. Tanto no que tange ao campo da política institucional quanto nas universidades, as discussões acerca dessa temática encontram dificuldades e barreiras, tendo em vista que a extrema direita, a militarização da vida e determinados núcleos e modelos de famílias fortalecem e distorcem narrativas em torno das infâncias e da dignidade humana. O objetivo deste trabalho é refletir acerca dos discursos produzidos sobre as infâncias LGBTQIAP+ no campo educacional, assim como pensar a formação de professoras/es e psicólogas/os a partir do Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior – INFES, da Universidade Federal Fluminense – UFF. Trata-se de um trabalho desenvolvido pelo "Laboratório Yangí – Estudos Interseccionais, Epistemologias e Educação", desenvolvido no já referido instituto na UFF – Santo Antônio de Pádua. O laboratório emerge em meio às discussões nos cursos de licenciatura em Ciências Naturais, Física e Matemática, e tem a disciplina de Psicologia da Educação como disparadora para pensar o tema e seus desdobramentos em sala de aula e na vida dos discentes. Cientes dos desafios colocados para pensar o campo das infâncias LGBTQIAP+ na formação de professores nas Ciências Exatas e Ciências Naturais, procuramos apostar na urgência do acolhimento e do vínculo com essas crianças no chão da escola. Muitas vezes, encontramos uma pergunta que atravessa a história e a existência de muitas crianças: "Quem sou eu?". Tal questão, que parece inicialmente algo simples ou filosófico, carrega uma amplitude de perspectivas e desemboca em experiências de pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneras, Travestis e Transexuais, Queers, Intersexuais, Assexuais e Pansexuais (e outras muitas identidades e sexualidades) – LGBTQIAP+, principalmente em suas infâncias. Ciências Naturais, como a Medicina, apontaram medidas e intervenções com esse público e colocam principalmente as infâncias como lócus de controle. O campo da infância é, na atualidade no Brasil, um espaço de disputas ético-políticas de narrativas e teorias, principalmente na Psicologia. Historicamente, a Psicologia, a partir de epistemologias positivas e modernas, bem como teorias do desenvolvimento, se apropriou do conceito de infância, localizando-o como um movimento linear do homem/humano em que parte das ideias de corpo, das relações e da linguagem emerge. Tais concepções lineares de infâncias enxergaram na educação um terreno fértil para ampliação e mobilização dessas ideias. Autores como Philippe Ariès, Jean Piaget, Vygotsky e Wallon aparecem como referências estruturais para explicar o que é a infância e como ela pode ser observada. É a partir do crescimento da extrema direita e do conservadorismo, bem como do fortalecimento dos mais variados discursos de ódio anti-gênero, que o campo das infâncias tem sofrido ao longo das últimas décadas. Não é novo; o campo das infâncias, nos últimos anos, tem desencadeado uma avalanche de informações em torno da chamada "ideologia de gênero", firmada através de falácias que tomam o fim do casamento heterossexual, da família nucleada (pai, mãe e filhos) e das ditas boas relações intrafamiliares. Essas ideias se espalham em diferentes regiões do Brasil, assim como em diversas localidades globais, e tomam de assalto o campo das infâncias com a frágil justificativa de que crianças LGBTQIAP+ fazem parte de um grande projeto que irá pôr fim à família tradicional e aos costumes cristãos enraizados em nossa sociedade e em vigor na atualidade. Sofia Favero (2022), psicóloga e doutora em Psicologia, aponta que estes ideais são estratégias de

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

fortalecimento da cisgeneridade, que atua como ideal regulatório do corpo, da mente e das relações sociais. Jaqueline de Jesus (2014) entende a cisgeneridade como uma forma de produzir subjetividades no intuito de classificar qual sexo deve estar em consonância com as identidades. Conceber a cisgeneridade como uma forma de constituição subjetiva permite problematizar e desestabilizar concepções naturalizadas que se encontram enraizadas no senso comum, como a suposição de que sujeitos cisgêneros representariam uma expressão "autêntica" ou "biológica" do gênero. Assim, o conceito de cisgeneridade contribui para um deslocamento teórico e político nas reflexões sobre gênero, ao recusar a oposição binária que associa pessoas trans e travestis à artificialidade ou à desvinculação da natureza. Destacamos ainda que este termo surge a partir do movimento social de pessoas travestis e transexuais como categoria analítica para pensar os corpos que não sofriam com as classificações políticas e biológicas. Nosso intuito é demarcar que a cisgeneridade e a heterossexualidade não se configuram apenas como marcadores sociais, mas como um campo normativo a ser estimulado, ou seja, um modelo a ser seguido pela infância, pelos adultos e pelos idosos. Logo, ao produzir processos de violência que negam/exterminam existências outras, institui naturalizações e padronizações do que seria a vida. Dentro dos processos de regulamentação de existências, alguns espaços são extremamente estratégicos. A escola, por exemplo, funciona como lócus de sistematização e enraizamento de práticas e discursos que negam e excluem existências de crianças LGBTQIAP+, sobretudo nos anos iniciais, como educação infantil e os primeiros anos do ensino fundamental. É fundamental, neste sentido, acompanhar no campo educacional a proliferação de ideias e discursos que patologizam crianças LGBTQIAP+. Não raro, é possível encontrar frases como: "Essa criança tem um comportamento muito afeminado, é bom verificar isso, mãezinha", ou ainda, "A escola educa, mas não dá jeito; é preciso que os pais façam alguma coisa, onde já se viu, criança não tem idade para saber o que ela é", reiterando as premissas de que tais infâncias são menores ou não existem. Qual o interesse em patologizar e controlar crianças e adolescentes LGBTQIAP+? O que tem gerado a negação ou o enquadramento dessas infâncias na escola e na família? Desta forma, há uma urgência dos saberes psicológicos e sua interface com a educação em pensar o campo da infância para além da cisgeneridade, pois temos observado tanto a negação da existência de crianças LGBTQIAP+, como a violação de direitos básicos à vida e à dignidade desse público. Para além disso, existem inúmeras lacunas em relação às discussões sobre infâncias LGBTQIAP+ nos cursos de licenciatura, a exemplo de Ciências Naturais, Matemática e Física, que ainda produzem discursos que reiteram o controle, a patologização e até negam a existência dessas crianças.

Os marcadores sociais na psicologia social: uma análise dos currículos nas universidades públicas brasileiras

Igor Felipe Benatti (UFBA), Renata Meira Véras (UFBA), Mônica Lima de Jesus (UFBA)

A Psicologia Social é uma área do conhecimento dedicada a compreender como os processos sociais — cultura, ideologia, desigualdades sociais e relações de poder — influenciam o comportamento, a percepção e os sentimentos de pessoas e grupos.

Pensado por feministas pretas norte-americanas na década de 80, o conceito de interseccionalidade surge como uma ferramenta teórica fundamental para compreender como os diferentes marcadores sociais (gênero, classe, raça e sexualidade) se entrelaçam na produção das desigualdades. No Brasil, foi no campo da Psicologia Social que esse conceito ganhou espaço, contribuindo para o avanço das discussões que buscam compreender o mundo como ele realmente é, na perspectiva de quem o segue: atravessado por desigualdades múltiplas e combinadas que sustentam as diferentes formas de violência.

Sendo assim, é uma possibilidade de dispor de um olhar para a complexidade humana, reconhecendo que os atravessamentos sociais não são adições, mas dimensões construídas da existência sob a influência colonial. Adotar um olhar interseccional é, portanto, romper com leituras hegemônicas e normatizadoras do mundo, ampliando as possibilidades para compreender e intervir acerca das realidades vividas. É compromisso da Psicologia enquanto ciência e profissão reconhecer as múltiplas experiências marcadas por opressões simultâneas, a fim de romper com modelos tradicionais que ignoram as diferenças. Isso implica não apenas na transformação da prática profissional, mas também, repensar os modos de produzir conhecimento e construir políticas públicas, bem como, formar profissionais.

Nesse sentido, a proposta da presente pesquisa dialoga com o tema geral proposto pelo XXIII Encontro Nacional de Psicologia Social da ABRAPSO, ao propor um olhar interseccional que busca romper com o saber epistêmico hegemônico dentro da Psicologia Social. Fomentar essa discussão pode representar uma possibilidade de construção para um diálogo crítico, refletindo na necessidade de transformação universitária em Psicologia. Por outro lado, também reconhece que a construção de uma universidade mais democrática não se resume ao acesso por meio de cotas ou políticas afirmativas. É igualmente necessário repensar o conteúdo que se ensina, assim, este estudo partiu da seguinte questão norteadora: de que maneira os conteúdos interseccionais e/ou os marcadores sociais estão contemplados nos cursos de graduação em psicologia social nas universidades públicas brasileiras?

Como delineamento metodológico desta pesquisa documental, foram construídos sete passos que possibilitaram a coleta e a análise dos dados: 1) levantamento dos cursos de psicologia por meio do Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (Cadastro e-MEC) disponível no site https://emec.mec.gov.br/emec/nova 2) coleta e análise das matrizes curriculares, 3) coleta dos PPCs/ementários; 4) análise de convergência entre as matrizes curriculares e os PPCs/ementários; 5) solicitação PPCs/ementários divergentes via e-mail; 6) análise do PPCs/ementários e 7) revisão por pares dos PPCs/ementários.

Como resultado, foram analisadas 3.221 ementas de carga horária obrigatória dos cursos de Psicologia de 66 universidades públicas do país. Apenas 209 disciplinas abordaram temas relacionados aos marcadores sociais (gênero, raça, classe e sexualidade), seja por meio da

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

inclusão explícita desses conteúdos nas ementas ou pela presença de teóricos que discutem essas temáticas nas bibliografias obrigatórias ou complementares. Diante disso, o objetivo desta pesquisa é analisar as ementas das universidades que contemplam os marcadores sociais no campo da Psicologia Social.

Para tanto, foi necessário o incremento do oitavo passo: selecionar dentro das 209 ementas, as disciplinas que apresentam "Psicologia Social" em seus títulos. Como resultado, identificamos apenas 31 disciplinas e 22 universidades aderentes ao objetivo deste estudo, isto é, aproximadamente 15% das disciplinas e 33% das universidades analisadas, incorporam os marcadores sociais ou um olhar interseccional no campo da psicologia social.

Considerando que a Psicologia Social é uma das áreas fundamentais da formação em Psicologia no Brasil, inclusive, prevista nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) estabelecidas pelo MEC, esses dados indicam que ainda é baixo o número de universidades que dispõe de um olhar interseccional. Ou seja, poucas matrizes curriculares dão conta de discutir os diferentes marcadores sociais na vivência das pessoas. Diante disso, temos como consequência a compreensão limitada das múltiplas formas de opressão e das interações sociais de pessoas vulnerabilizadas pelas normativas coloniais de raça, gênero, classe e sexualidade.

Sendo assim, a ausência desse olhar pode limitar tanto a prática profissional quanto a produção de conhecimento, contribuindo para a invisibilização de experiências diversas, especialmente daquelas situadas à margem da sociedade heterocisnormativa, branca e elitizada. Além disso, pode reforçar desigualdades no próprio campo científico da Psicologia Social. Portanto, inserir a discussão dos marcadores nos currículos representa uma transformação necessária para ampliar a compreensão da complexidade social e fomentar uma Psicologia mais crítica, inclusiva e sensível às múltiplas realidades brasileiras.

Concluída essa complexa etapa, e, tendo o tempo como limitador desse estudo, pretende-se ainda, apresentar no XXIII Encontro Nacional de Psicologia Social da ABRAPSO, uma análise das disciplinas selecionadas à luz da Psicologia Feminista e da Psicologia Feminista decolonial. Assim, utilizar-se-á como auxílio para análise o software Iramuteq, a fim de conhecer como os marcadores sociais estão sendo contemplados nos cursos de graduação em psicologia social nas universidades públicas brasileiras.

Afinal, olhar para os currículos em psicologia social pela lente interseccional transcende a questão do conteúdo. Trata-se de um posicionamento ético e político na formação e na prática profissional em psicologia social, também, na produção do conhecimento, visando a desnaturalização das desigualdades, a promoção dos direitos humanos, a valorização dos saberes e vozes plurais, a interdisciplinaridade com outras áreas e a transformação social.

Produções Científicas Sobre Violência Doméstica na Região Norte : Uma Revisão Integrativa

Iara Monteiro Moraes (UNIFAMAZ), Amanda Laíssa Ribeiro Guimarães (UNIFAMAZ), Ana Luiza Ribeiro de Lima (UNIFAMAZ), Darley Armando dos Santos Souza (UNIFAMAZ), Bárbara Araújo Sordi (UNIFAMAZ)

Introdução:

A violência doméstica é um fenômeno enraizado nas relações históricas de dominação patriarcal e nas desigualdades estruturais de gênero. Não se trata de um problema privado ou pontual, essa violência constitui uma manifestação concreta de sistemas de opressão que operam de maneira interseccional, articulando-se com marcadores sociais como raça, classe, geração, orientação sexual e território. No contexto da Região Norte do Brasil, essa problemática assume contornos complexos, atravessada por desigualdade social, isolamento geográfico, escassez de políticas públicas, racismo ambiental e apagamento das identidades locais. Fatores que acentuam a vulnerabilidade das mulheres amazônidas, contribuindo para a invisibilização de suas vivências e reprodução de violências.

Diante dessas especificidades regionais e estruturais, urge compreender como a violência doméstica é abordada na produção acadêmica da Região Norte, em especial no campo da Psicologia, a qual historicamente debruça-se sobre temas como sofrimento psíquico, relações familiares e desigualdades de gênero. Compreender o estado atual do conhecimento científico produzido sobre essa realidade é fundamental não apenas para o diagnóstico das lacunas existentes, mas também para o fortalecimento da pesquisa regional comprometida com os territórios e suas populações.

Neste cenário, o feminismo decolonial, emerge como uma ferramenta teórica potente tensionando o feminismo hegemônico, branco, ocidental, heterossexual e burguês. Essa perspectiva crítica enfatiza a interseccionalidade múltipla das opressões vividas por mulheres do Terceiro Mundo e denuncia a colonialidade de gênero como dimensão constitutiva do sistema moderno/colonial de poder. Ao propor a construção de categorias representativas dos não-ditos da modernidade, o feminismo decolonial permite analisar a experiência das mulheres nortistas de forma situada e crítica, recusando as leituras ditas universalizantes que historicamente apagaram suas vozes e saberes (Lugones, 2008 & Curiel, 2014).

A escolha pelo recorte regional responde à necessidade de reconhecer os conhecimentos produzidos em diálogo com as realidades locais. Considerando esse referencial, o trabalho buscou compreender como a violência doméstica tem sido tematizada nas produções acadêmicas da Região Norte, através de uma revisão integrativa da literatura desenvolvida nos programas de pós-graduação em Psicologia. Partindo da seguinte pergunta-problema: quais são as principais abordagens e produções acadêmicas sobre violência doméstica na Região Norte, e de que forma essas investigações refletem as particularidades locais dessa vivência?

Objetivo:

Esta revisão integrativa teve como objetivo analisar a produção científica sobre violência doméstica nos programas de pós-graduação em Psicologia das universidades federais da Região Norte do Brasil. Para isso, buscou-se levantar e sistematizar dissertações e teses publicadas nos últimos cinco anos, identificando abordagens, marcos teóricos e contextos investigados. A análise enfoca como esses estudos consideram as

especificidades sociais, culturais, econômicas e geográficas da região, refletindo sobre a forma como essas características influenciam a compreensão da violência doméstica. Por fim, pretendeu-se identificar lacunas, tendências e contribuições das produções, à luz dos estudos feministas interseccionais, visando fortalecer uma Psicologia crítica e comprometida com as realidades locais

Relação clara o Gt e eixo temático escolhido:

Trata-se de uma aposta teórica e política alinhada ao eixo temático "Gênero, sexualidade e intersecções" e ao GT "Gênero, sexualidade e educação: apostas decoloniais", pois busca evidenciar como os atravessamentos de território, classe, gênero e raça influenciam tanto a vivência da violência quanto às formas de resistir e enfrentar essas situações. A Região Norte, historicamente marginalizada nos debates acadêmicos nacionais, oferece um campo fértil para pensar uma produção de conhecimento comprometida com a justiça epistêmica e com o reconhecimento das diferenças culturais, ambientais e sociais. A proposta questiona os modos hegemônicos de produção científica e reivindica uma ciência comprometida com os saberes locais, com a transformação social e com a superação das violências que atravessam os corpos e territórios femininos.

Orientação Teórica:

O referencial teórico que sustenta esta análise parte dos estudos feministas interseccionais e decoloniais, com ênfase em autoras como María Lugones, Ochy Curiel, Valeska Zanello e Bell Hooks, que discutem as relações entre gênero e suas intersecções com raça, classe, território e sexualidade. Considera-se que a violência doméstica não pode ser compreendida apenas como um ato individual, mas como parte de um sistema estrutural de opressões. Essa abordagem permite compreender a violência como um fenômeno coletivo, marcado por desigualdades históricas e culturais que se expressam nos corpos e nas vivências das mulheres amazônidas.

Estratégias metodológicas:

A metodologia adotada foi a Revisão Integrativa de Literatura, permitindo a sistematização do conhecimento existente sobre um tema de forma crítica e abrangente. Esta revisão integrativa foi realizada como parte das atividades da disciplina Projeto Integrador III, do curso de Psicologia da Unifamaz, em Belém do Pará, ministrada pela Profª Drª Bárbara Sordi. A Revisão foi conduzida a partir dos seguintes critérios de inclusão: dissertações e teses em língua portuguesa, disponíveis na íntegra e de forma gratuita, produzidas entre os anos de 2020 e 2025 — recorte temporal justificado pelo aumento das denúncias de violência doméstica durante a pandemia de COVID-19. A seleção dos trabalhos realizou-se nos repositórios institucionais dos programas de pós-graduação em Psicologia das universidades federais da Região Norte do Brasil. Foram utilizados os seguintes descritores: “mulheres”, “violência doméstica”, “violência doméstica e familiar”, “Amazônia” e “Norte”. Após a aplicação dos critérios, foram selecionados e analisados cinco trabalhos que abordam diretamente a temática da violência doméstica contra mulheres.

Resultados:

A busca revelou uma distribuição desigual entre a oferta de cursos de graduação e de pós-graduação em Psicologia na Região Norte. Apenas a Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e a Universidade Federal do Pará (UFPA) possuem programas consolidados de pós-graduação na área — a UFAM com o Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGPSI) e a UFPA com dois programas: o PPGP e o PPGTPC. As demais instituições oferecem apenas a graduação ou nenhum dos dois níveis. Esses dados apontam para a concentração da formação e produção científica em Psicologia em poucos polos institucionais da região, limitando o fortalecimento da área no contexto nortista.

A revisão identificou cinco trabalhos acadêmicos sobre a temática de violência doméstica contra mulheres: três na

UFPA e dois na UFAM, sendo quatro dissertações de mestrado e uma tese de doutorado. A maioria dos estudos adotou metodologias qualitativas, utilizando entrevistas semiestruturadas, análise temática e análise documental. Apenas um trabalho utilizou abordagem quantitativa. A análise aponta que, apesar de relevante, a produção ainda é incipiente quando comparada a outras regiões do país. Os estudos concentram-se nas capitais Belém e Manaus, com escassa presença de pesquisas em municípios do interior.

Em relação ao referencial teórico, observou-se uma diversidade de abordagens. Alguns trabalhos se sustentaram em perspectivas psicanalíticas ou analítico-comportamentais da Psicologia, e em dois deles não foi possível identificar referenciais feministas. Por outro lado, estudos que articulam gênero, território e políticas públicas se destacaram por evidenciar a precariedade dos serviços de atendimento às mulheres e apontar estratégias de resistência desenvolvidas por comunidades locais. Foram identificadas especificidades regionais relevantes, como desigualdades de gênero, geração e renda, a subnotificação da violência e a precarização das redes de atendimento. Elementos culturais locais, como o patriarcado amazônico, a religiosidade popular e a desvalorização do envelhecimento, também foram discutidos como fatores que intensificam a vulnerabilidade das mulheres.

No entanto, dois dos estudos — embora realizados na Região Norte — não exploraram de forma aprofundada as particularidades regionais, o que revela uma importante lacuna na produção acadêmica. De modo geral, a violência doméstica foi compreendida como um fenômeno estrutural e de gênero, sustentado por práticas culturais, legislações e omissões institucionais. Foram abordadas diversas expressões da violência, incluindo dimensões psicológica, patrimonial, física, moral, sexual, institucional e negligência, com destaque para a invisibilidade de formas menos tangíveis, como a violência psicológica.

As principais lacunas observadas foram: ausência de interseccionalidades aprofundadas — especialmente no que diz respeito à raça, sexualidade e povos tradicionais —, número reduzido de participantes nas amostras e escassez de estudos que considerem especificidades geográficas e culturais do interior da Região Norte. A exclusão das experiências de mulheres indígenas, negras, lésbicas e trans também é um ponto crítico, revelando o desafio de integrar perspectivas feministas interseccionais de maneira mais sistemática.

Conclusões:

A revisão integrativa realizada evidencia os avanços na produção científica sobre violência doméstica na Região Norte. Contudo, persistem desafios significativos, evidenciados pelo baixo número de estudos sobre a temática e pela ausência de abordagens interseccionais consistentes. As contribuições mais potentes vêm justamente dos estudos que reconhecem a interseccionalidade como ferramenta analítica e política, ao compreender a violência não como fenômeno isolado, mas como expressão de desigualdades históricas e estruturais.

Compreender a violência doméstica a partir de perspectivas nortistas exige um olhar que ultrapasse os limites da denúncia e da patologização, comprometendo-se com práticas de escuta, resistência e transformação social. Este trabalho reafirma a importância de fortalecer redes de pesquisa regionalizadas, com base nos saberes feministas e decoloniais, como forma de ampliar o debate e gerar respostas mais efetivas e contextualizadas. É necessário promover políticas públicas comprometidas com o enfrentamento da violência de gênero nos territórios amazônicos, construídas por sujeitos que conhecem e vivenciam essas realidades.

Professores Dissidentes em Sexualidade e gênero: Subjetivação Decolonial e Práticas de Resistência na Escola

Lorena Maria Viana de Castro (UFC), Francesca de Almeida Stefani (UFC), Antonio Marlon Coutinho Barros (UFC), Luciana Lobo Miranda (UFC)

A escola constitui-se como espaço central de formação de identidades, onde processos de aprendizagem e socialização coexistem com dinâmicas de poder que disciplinam corpos e vozes. No contexto brasileiro, práticas cisheteronormativas e a manutenção de fronteiras rígidas entre categorias de gênero e sexualidade frequentemente marginalizam professores dissidentes, obrigando-os a adiar ou ocultar aspectos essenciais de suas existências para evitar conflitos ou punições veladas. No Estado do Ceará, a escassez de discussões sobre o assunto em algumas escolas reforça essa invisibilização, ampliando a sensação de isolamento desses docentes. Diante desse cenário, o projeto de extensão "É da Nossa Escola que Falamos", da Universidade Federal do Ceará (UFC), propôs investigar como professores e professoras dissidentes em sexualidade e gênero constroem seus modos de subjetivação dentro do ambiente escolar, bem como as estratégias de (re)existência que emergem de suas trajetórias cotidianas.

O objetivo principal deste estudo foi compreender de que modo marcadores sociais de gênero, sexualidade, raça/etnia e classe se articulam na experiência docente de professores dissidentes que atuam tanto na rede pública quanto na rede privada do Ceará, especificamente da cidade de Fortaleza. Buscou-se, ainda, identificar práticas que promovam espaços de acolhimento e diálogo, capazes de favorecer a construção de rodas de conversas, inspiradas no plantão institucional, sensíveis à diversidade e em consonância com propostas decoloniais. Nesse sentido, a temática abordada aqui se conecta diretamente ao Grupo de Trabalho 21 ("Gênero, Sexualidade e Educação: Apostas Decoloniais") e ao Eixo Temático 12 ("Gênero, Sexualidades e Intersecções"). A pesquisa pretende não apenas mapear formas de exclusão, mas também evidenciar iniciativas que tensionam a lógica de vigilância e controle, propondo caminhos para uma pedagogia libertadora capaz de incluir saberes locais, ancestrais e outras epistemologias tradicionalmente silenciadas.

Para alcançar esses objetivos, adotou-se um modelo metodológico híbrido, combinando Pesquisa Cartográfica e Pesquisa-Intervenção. A amostra reuniu, até então, dez docentes dissidentes, recrutados por meio de redes de ativismo e indicações de grupos de apoio a profissionais LGBTQIAPN+. Entre eles, havia representantes de diferentes identidades de gênero e orientações sexuais: três não-bináries, quatro mulheres cis, dois homens cis e um homem trans; cinco orientaram-se como bissexuais, quatro como homossexuais e um como panssexual. Sete atuam em escolas públicas e três em escolas privadas, distribuídas dentro do ensino básico. Entre março e maio de 2024, foi realizado um total de dez entrevistas, sendo cinco on-line (via videoconferência), duas presenciais na universidade e três nas escolas dos participantes. Cada entrevista foi conduzida por duas pesquisadoras, de modo a reduzir hierarquias e favorecer um ambiente de escuta acolhedora. O manejo cartográfico orientou o formato das entrevistas: sem roteiro de perguntas fechadas, buscou-se captar não apenas conteúdos explícitos, mas também os tons de voz, silêncios e marcas afetivas presentes na fala, entendendo que o pesquisador e o entrevistado coemergem enquanto sujeitos em transformação. Durante esse processo, foram introduzidas reflexões sobre práticas antidiscriminatórias e decoloniais, aproximando imediatamente os participantes de

discussões que perpassam a própria pesquisa. Esse caráter interventivo permite que as entrevistas atuem como espaços de escuta sensível, funcionando como o início de rodas de conversa, ou seja, pilotos. Isso, se inspirando em modelos de plantão institucional, com vistas a fortalecer redes de apoio entre professores dissidentes. Ao final da pesquisa, a ideia é construir esse espaço com os profissionais entrevistados que aceitem participar.

Os resultados revelaram experiências recorrentes de vigilância, silenciamento e reconhecimento tardio de suas identidades. Comentários depreciativos de colegas, ausências de referências LGBTQIAPN+ no material didático e a omissão institucional diante de casos de violência de gênero foram mencionados por todos os participantes. Esses relatos evidenciam a escola atuando como um dispositivo de exclusão, impondo a necessidade de ocultar aspectos identitários para evitar conflitos. Em resposta a esse ambiente adverso, emergiram diversas estratégias de resistência: a construção de "bolhas de acolhimento" em espaços informais da escola, como salas de professores, onde ocorrem rodas de conversa entre dissidentes; a formação de grupos de apoio a estudantes LGBTQIAPN+ para criar laços afetivos que atravessem o currículo; e tentativas de inserir, de forma gradual, referências à diversidade sexual dentro do Projeto Político-Pedagógico, ainda que de maneira tímida e sujeita a resistências administrativas. Muitos/as docentes relataram que leituras críticas de perspectivas decoloniais, feministas e interseccionais foram fundamentais para desconstruir conceitos hegemônicos de gênero e sexualidade, criando ferramentas para questionar a "colonialidade de saber" presente no currículo oficial. A análise interseccional dos depoimentos mostrou que docentes negras/os ou oriundos de contextos periféricos enfrentam violências ainda mais agudas, pois devem lidar simultaneamente com homolesbotransfobia, racismo institucional e precarização das condições de trabalho. Esse encadeamento de opressões intensificou a sensação de isolação e reforçou a urgência de estratégias coletivas de cuidado, evidenciando que os processos de subjetivação dissidente não podem ser compreendidos sem considerar a sobreposição de marcadores sociais. Constatou-se, também, que poucas instituições educacionais de Fortaleza desenvolveram políticas formais de enfrentamento à LGBTfobia e ao racismo, deixando lacunas que mantêm o ciclo de invisibilidade e dificuldade de consolidação de ações permanentes.

Diante desse panorama, conclui-se que romper com a lógica de vigilância e disciplina na escola requer a promoção de práticas pedagógicas e políticas institucionais que incorporem perspectivas decoloniais e interseccionais. Em termos de resultado final da pesquisa, busca-se a realização contínua de rodas de conversa para docentes, voltadas a discutir gênero, sexualidade, raça e classe, com mediação de estudos locais e saberes ancestrais que ofereçam uma contraposição ao currículo eurocêntrico. Como dito anteriormente, a ideia baseia-se no modelo de roda de conversa institucional, um dispositivo com atendimento pensado para os profissionais do campo da educação. A articulação entre universidade e sociedade civil, exemplificada pela parceria entre o projeto de extensão aqui exposto e comunidades LGBTQIAPN+, mostrou-se estratégica para promover ações integradas, éticas e transformadoras, configurando a própria investigação em um espaço de resistência e reexistência.

Por fim, esta pesquisa reafirma que a experiência de Pesquisa Cartográfica e Intervenção possibilita criar saberes políticos e processuais capazes de transformar a realidade escolar. Ao centrar a análise nos modos de subjetivação de docentes dissidentes em sexualidade e gênero, torna-se possível reconhecer que seus relatos não se limitam a casos isolados de discriminação, mas sinalizam para a necessidade de mudanças estruturais que, ao privilegiar epistemologias diversas, criem condições para a emergência de práticas pedagógicas verdadeiramente inclusivas. Dessa forma, espera-se

contribuir para a construção de uma psicologia escolar e social comprometida com a diversidade, a justiça e o reconhecimento de todos os corpos e saberes, promovendo uma escola que acolha, respeite e valorize a pluralidade de existências.

Transicionando a universidade: trajetórias, desafios e possibilidades de estudantes trans

Cai Prado (UFC), João Paulo Pereira Barros (UFC)

Este trabalho apresenta parte do percurso de uma pesquisa de mestrado desenvolvida na Universidade Federal do Ceará (UFC), que investiga desafios e possibilidades de permanência construídos por estudantes trans no ensino superior, a partir da experiência da autora no Fórum de Estudantes Trans da UFC. A pesquisa se inscreve em uma perspectiva contracolonial, interseccional e transfeminista, com base em uma proposta de Pesquisa Inter(in)venção cartográfica e dispositivo clínico-político de caráter grupal, a fim de tensionar tanto as formas tradicionais de se produzir ciência quanto os modos institucionalizados de cuidado e subjetivação.

A universidade, muitas vezes pensada como um território de emancipação e inclusão, revela-se, na prática, como um espaço historicamente estruturado por normas cisheteronormativas, racializadas e classistas. Trata-se de uma instituição que ainda opera sob lógica meritocrática e epistemicida, silenciando ou marginalizando aqueles saberes e corpos que fogem da norma. No caso das pessoas trans, mesmo o acesso à universidade representa um processo de enfrentamento contínuo às violências simbólicas, institucionais e subjetivas. Dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) indicam que apenas 0,02% das pessoas trans chegam ao ensino superior, e, entre essas, a evasão permanece como uma realidade cruel, resultado da ausência de políticas de permanência específicas, da negligência institucional diante das violências transfóbicas e da solidão epistêmica que marca a experiência universitária dissidente.

O Fórum Trans da UFC, campo principal da pesquisa, surge como uma resposta a esse cenário. Criado em 2023 por estudantes da graduação e da pós-graduação, o Fórum se constitui como espaço autônomo, horizontal e coletivo de escuta, articulação política, cuidado e criação. A pesquisa, conduzida por uma pesquisadora trans, se compromete com uma ética da implicação e da coemergência, entendendo que o conhecimento produzido não pode ser separado das vivências e afetos que atravessam o campo. Aqui, teoria e vida caminham juntas, e a produção de saber se dá entre corpos, afetos e práticas compartilhadas.

O objetivo da pesquisa é acompanhar e analisar como estudantes trans da UFC têm inventado estratégias para permanecerem na universidade e enfrentarem as múltiplas formas de precarização que incidem sobre suas vidas. Busca-se visibilizar práticas que desafiem o modelo ciscolonial de educação e fabulem a possibilidade de uma universidade habitável para todas as existências. A escuta e a partilha são, neste contexto, ferramentas políticas e afetivas de resistência.

A metodologia adotada é a Pesquisa-Intervenção de orientação cartográfica, inspirada na Esquizoanálise e nas epistemologias transfeministas e decoloniais. O campo não é algo dado, mas construído na relação entre pesquisadora e participantes, e se movimenta de acordo com os encontros, afetos e forças em jogo. A construção de um dispositivo clínico-político grupal, em formato de rodas de conversa e oficinas poético-afetivas, tem possibilitado a emergência de narrativas que deslocam a lógica binária, médica e normativa de produção de conhecimento sobre a experiência trans. Os materiais produzidos (diários de campo, narrativas escritas e faladas, imagens, gestos, silêncios) são entendidos como rastros de uma política de cuidado que se constrói no entre — entre corpos, entre vozes, entre memórias.

A fundamentação teórica é composta por autoras e autores que têm produzido deslocamentos epistemológicos importantes para a Psicologia e para os estudos de gênero e sexualidade em perspectiva interseccional. Dialoga-se com Letícia Carolina Nascimento (2021), Jaqueline Gomes de Jesus (2019), Sofia Favero, Carla Akotirene (2019), Sayak Valencia, Suely Rolnik, Judith Butler, Bruna Benevides, Brume Iazzetti, entre outres. Essas vozes, em articulação, sustentam uma crítica à cisnormatividade e ao epistemicídio que opera no campo educacional e psicológico, ao mesmo tempo em que oferecem ferramentas conceituais para a invenção de outras formas de existir, conhecer e cuidar.

Ao trabalhar com o conceito de "transnecropolítica" (Silva et al., 2019), a pesquisa localiza a violência contra pessoas trans como parte de um regime de poder que produz e legitima a morte simbólica e física dessas vidas. Em contraponto, propõe-se uma política de transvivência, baseada na criação de redes de cuidado, coletividades afetivas e formas de acolhimento que valorizam a existência em sua diversidade. A clínica, nesse contexto, não se resume à escuta individualizada em moldes tradicionais, mas se amplia para um espaço coletivo, inventivo e insurgente, onde o cuidado é prática política e estética de resistência.

Como resultados parciais, a pesquisa tem revelado que a partilha de experiências entre estudantes trans fortalece a sensação de pertencimento e contribui para a construção de um campo de legitimidade das existências dissidentes. As estratégias identificadas vão desde a formação de grupos de escuta e acolhimento até ações institucionais de denúncia e visibilidade, passando por práticas cotidianas de afeto, solidariedade e invenção. Essas práticas coletivas, longe de serem apenas reações defensivas, constituem verdadeiras formas de reexistência e produção de subjetividades políticas.

A questão central que orienta esta investigação — "como estudantes trans têm inventado formas de cuidado e resistência frente à precarização universitária?" — desdobra-se em múltiplas dimensões: políticas, afetivas, pedagógicas e epistemológicas. A universidade, nesse sentido, aparece tanto como espaço de desafios quanto de possibilidades. É nesse tensionamento que se insere a proposta da pesquisa: não apenas compreender os modos de exclusão, mas também acompanhar as estratégias de permanência.

Ao se alinhar ao GT 21 – "Gênero, sexualidade e educação: apostas decoloniais", esta comunicação aposta na produção de uma Psicologia enraizada na experiência de pessoas trans, comprometida com os direitos humanos, com a radicalização da escuta e com a descolonização do saber. A centralidade da análise de gênero e sexualidade, em chave contracolonial, permite deslocar as formas normativas de se pensar a educação e abrir espaço para epistemologias encarnadas, vividas, compartilhadas.

A aposta final desta pesquisa é que produzir universidade também é produzir cuidado, e que a permanência de pessoas trans na educação superior não pode ser apenas uma questão de acesso, mas de reinvenção radical das formas de ensinar, aprender, pesquisar e existir. Trata-se, portanto, de uma convocatória coletiva por uma universidade que não apenas tolere a diferença, mas que se transforme a partir dela.

GT 22: INTERSECCIONALIDADE, INVESTIGAÇÃO-AÇÃO PARTICIPATIVA E PSICOLOGIA COMUNITÁRIA NAS RELAÇÕES DE GÊNERO, SEXUALIDADES E VIOLÊNCIAS.

Coordenação: Consuelena Lopes Leitão (UFAM), Aline Maria Barbosa Domício Sousa (UNIFOR), Maria da Conceição de Oliveira Carvalho Nogueira (Universidade do Porto)

18 de maio: a experiência do projeto Maria Jiquitaia da capital ao interior

Gabriel Augusto Pinheiro Ozaki (UFAM), Ana Victória Chaves Pinheiro (UFAM), Barbara Chaves Bentes (UFAM), Dafne Serafim Cosendey Toledo (UFAM)

O objetivo desse relato de experiência é apresentar a intervenção do Projeto Maria Jiquitaia realizada de 16 a 28 de maio no Amazonas, da Capital ao Interior (Manaus (Faculdade de Psicologia da Universidade Federal do Amazonas e no bairro Educandos) Tefé, Uarini e São Francisco de Aiucá), como uma prática de extensão que integra ensino e pesquisa por meio da construção coletiva de saberes com a comunidade, promovendo a prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes a partir de metodologias participativas e interseccionais, com base na psicologia comunitária.

O Projeto Maria Jiquitaia, vinculado à graduação e à pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), é uma iniciativa de extensão universitária que atua no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, com a transformação social e com os direitos humanos. O projeto articula ensino, pesquisa e extensão de forma integrada, dialogando diretamente com os territórios e a comunidade (Domicio 2006).

Partindo da experiência dos discentes envolvidos no projeto, os mesmos aprendem sobre logística de projeto, organização coletiva, resolução de conflito, logística de viagem, criação, organização e produção de material, adaptabilidade, diálogo com a comunidade, assim como habilidade de lidar com imprevistos e improvisos.

O trabalho realizado pelo projeto se fundamenta em metodologias participativas, como oficinas de prevenção, cenário, rodas de conversa e a construção de cartilhas educativas, elaboradas de forma colaborativa entre os extensionistas, com apoio de alunos de mestrado, estágio básico, crianças e a rede de proteção. Esses materiais dialogam com a linguagem do território, bem como ações que, a partir do aqui e agora (FERNANDES; CENCI; GASPODINI, 2021), transformam brincadeiras de "vivo-morto" em "açaí de cócoras e surubim de pé" (termo construído em conjunto com as crianças no ato da oficina), relacionando a atividade com a cultura regional, utilizando referências culturais locais e respeitando os saberes e vivências das crianças, adolescentes e famílias envolvidas. As oficinas são manejadas como espaços de troca afetiva e construção de vínculos, promovendo uma rede de afetos e de cuidados (Domicio 2022), da escuta e da conscientização, que possibilita identificar e prevenir situações de abuso sexual.

A atuação do Maria Jiquitaia se baseia numa abordagem interseccional, tal como propõe Conceição Nogueira (2017), compreendendo que os marcadores sociais da diferença — como gênero, raça e classe — não operam de forma isolada, mas interagem mutuamente na produção de desigualdades e violências. Dessa forma, o projeto não se limita a prevenir o abuso sexual como um fenômeno isolado, mas o contextualiza nas múltiplas camadas de opressão que atravessam crianças e adolescentes,

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

especialmente das comunidades periféricas e ribeirinhas. Essa perspectiva permite compreender que a violência sexual está enraizada nas estruturas sociais e que sua prevenção exige ações intersetoriais, à diversidade e ao contexto de vida das pessoas atendidas.

Além disso, o projeto promove a construção de redes de afeto e apoio mútuo entre os participantes e pesquisadoras/es. Aline Domício (2022) destaca que as redes de cuidado formadas em contextos populares funcionam como dispositivos de resistência diante das violências. Com vínculos éticos e afetivos com o território, o Maria Jiquitaia contribui para a construção de um projeto comunitário, valorizando as narrativas locais e reconhecendo a potência das experiências cotidianas, mesmo que negativas, para pensar na formulação de estratégias de enfrentamento à violência.

Outro elemento central do projeto é a articulação com outros eixos de pesquisa e extensão. A experiência do Maria Jiquitaia fomenta uma prática transversal entre pesquisadoras/es, como observado na colaboração com o PEPASE (Programa de Prevenção à Violência Sexual) e com estudos voltados à construção de masculinidades saudáveis na infância. Essa articulação favorece a criação de uma rede interdisciplinar de conhecimento, na qual estagiários/as, extensionistas e mestrandos/as compartilham experiências, constroem saberes em conjunto e escutam-se mutuamente. Essa rede rompe com a lógica individualizada da produção científica e propõe um modelo colaborativo, em que a ciência é feita com a comunidade e para a comunidade.

A proposta de devolutiva e popularização do conhecimento científico é um princípio ético central na metodologia do projeto. A extensão universitária, aliada à pesquisa, evita que os resultados e saberes produzidos fiquem restritos ao espaço acadêmico, devolvendo às comunidades os frutos da escuta, do diálogo e da análise crítica. Ao mesmo tempo, as demandas e saberes oriundos dos territórios alimentam as perguntas de pesquisa e reconfiguram os marcos teóricos, permitindo uma ciência situada às realidades vividas. Como propõe a psicologia comunitária, o conhecimento não é neutro, mas sempre atravessado pelas condições materiais e históricas das populações envolvidas.

Nesse sentido, o Projeto Maria Jiquitaia reafirma o papel de ações públicas como possibilidade de transformação social e como espaço de produção de saberes comprometidos com a justiça social. A experiência demonstra que é possível articular teoria e prática de maneira ética e afetiva, respondendo aos desafios locais com ações coletivas, construídas em parceria com os sujeitos do território. Ao colocar a escuta como ponto de partida e de chegada da intervenção, o projeto propõe uma forma de fazer ciência e psicologia comprometida com a vida, com os afetos e com as potências dos territórios periféricos e das infâncias diversas.

Palavras Chave: Psicologia comunitária; Interseccionalidade; Redes de afeto; interior, crianças, violência, psicologia comunitaria.

As cidades como "abrigo": migrações de indivíduos LGBTQIAPN+ de regiões rurais para centros urbanos

Gabryel Xavier Fialho Dutra (UFMT), Alessandro Vinicius de Paula (UFMT)

O presente ensaio aborda as relações entre os deslocamentos geográficos e as questões de identidade de gênero e sexualidade. Além de razões econômicas, questões de orientação sexual e identidade de gênero podem ser fatores significativos nas decisões de migração, especialmente, para indivíduos LGBTQIAPN+ (Parker, 2002).

Nesse contexto, o deslocamento vai além de uma busca por melhores condições de vida material, mas envolve o desejo por aceitação, pertencimento e liberdade em espaços sociais mais plurais, como os centros urbanos, que, geralmente, são percebidos como territórios de maior liberdade sexual e expressão identitária.

Desta forma, o presente ensaio teórico, aborda a identidade de gênero e a orientação sexual como categorias analíticas relevantes que devem ser consideradas pelos estudos sobre mobilidade humana. Para explanação e construção argumentativa, utilizamos estudos sobre sexualidade, identidade de gênero e migração que abordam as dinâmicas de exclusão e pertencimento em contextos urbanos e rurais, além de reflexões sobre o deslocamento de pessoas LGBTQIAPN+. A proposição analítica que apresentamos é que esse processo de migração de regiões rurais para centros urbanos, realizado por indivíduos LGBTQIAPN+, pode ocorrer em três fases: Travessia; Descoberta; Metamorfose.

Na fase da TRAVESSIA o deslocamento geográfico de indivíduos LGBTQIAPN+ está frequentemente associado ao imaginário social que atribui aos centros urbanos um caráter libertador. Regiões urbanas são vistas como espaços de maior anonimato e liberdade para expressão da identidade de gênero e da sexualidade, contrastando com as áreas rurais. Andrade (2015) e Eribon (2008) apontam que a cidade representa, para muitos, um refúgio onde desejos e identidades podem ser vivenciados de maneira mais plena. As grandes cidades oferecem um "anonimato relativo" que permite aos indivíduos LGBTQIAPN+ desempenharem diferentes papéis sociais (Velho; Machado, 1977). Porém, ainda que os centros urbanos ofereçam oportunidades para a formação de redes sociais e culturais, a travessia das áreas rurais para os centros urbanos demanda adaptações e pode apresentar novas adversidades. Nas grandes cidades, a busca por grupos de identificação torna-se central para a vivência LGBTQIAPN+.

Na fase da DESCOBERTA a criação de redes de apoio e espaços de pertencimento reflete a necessidade de enfrentar os desafios da discriminação e invisibilidade. Os deslocamentos urbanos são impulsionados pela promessa de uma existência mais livre, onde valores sociais e morais divergentes encontram maior aceitação (Eribon, 2008; Vieira, 2011). As cidades, com sua diversidade, possibilitam a constituição de "regiões morais", como define Park (1976), onde tribos sociais que desafiam normas convencionais se agrupam. Porém, esse processo de descoberta não se dá sem tensões. Muitas vezes, o indivíduo LGBTQIAPN+ enfrenta um jogo dinâmico de "entrar e sair do armário" (Sedgwick, 2004; Vieira, 2011). Essas vivências mostram a complexidade da visibilidade em contextos urbanos, que oferecem liberdade, mas demandam negociações identitárias.

A construção de redes de apoio e pertencimento é, portanto, um processo de descoberta gradual e conflituoso, no qual o sujeito LGBTQIAPN+ precisa aprender a navegar por espaços sociais marcados por normatividades sutis e, muitas vezes, excludentes. Ainda

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

que as cidades ofereçam maiores possibilidades de identificação coletiva, elas também impõem novos códigos de conduta e sociabilidade, os quais nem sempre são acessíveis a todos os sujeitos migrantes. Assim, o deslocamento espacial não implica automaticamente em integração ou acolhimento pleno, sendo necessário reconhecer as desigualdades intraurbanas e as barreiras de classe, raça e gênero que se entrelaçam nesse processo.

Após a chegada aos espaços urbanos, inicia-se um processo de METAMORFOSE da subjetividade LGBTQIAPN+. A interação com novos ambientes e vivências possibilita a modelação da identidade, refletindo a metáfora do "armário" (Sedgwick, 2004). Nesse contexto, a tensão entre visibilidade e invisibilidade torna-se central para compreender como essas experiências impactam subjetividades e relações sociais. Como apontam Baitello (2010) e Theodoro (2020), a visibilidade carrega sempre aspectos de invisibilidade, compondo dualidades que desafiam a estabilidade das identidades construídas.

Essa experiência pode ser vista como uma metamorfose, na qual o migrante reconfigura sua identidade, explorando novas possibilidades de expressão e pertencimento, enquanto lida com os desafios de adaptar-se a novos contextos. Enfrentando a dualidade entre compreender sua identidade e lidar com as consequências da visibilidade, o indivíduo reforça a metáfora do armário como síntese da opressão gay proposta por Sedgwick (2004). A migração de indivíduos LGBTQIAPN+, assim, transcende o deslocamento físico, trata-se de um processo multifacetado, que inclui o reconfigurar de identidades e a busca por uma vida mais autêntica em contextos em que as normas heteronormativas são mais diversas.

Nesse contexto, a Psicologia Social crítica é convocada a compreender os efeitos subjetivos dos deslocamentos forçados por questões identitárias e a atuar de forma comprometida com a transformação das estruturas que sustentam as marginalizações. Isso implica desenvolver estratégias de escuta, acolhimento e intervenções que considerem as trajetórias migratórias como atravessadas por múltiplas opressões, mas também como espaços de invenção de si. A cidade, enquanto abrigo simbólico e real, pode ser tanto um campo de possibilidades quanto de disputas, o que demanda das ciências humanas um olhar sensível às nuances dessas experiências.

Assim, a Psicologia Social desempenha um papel fundamental, analisando como as dinâmicas de exclusão, pertencimento e bem-estar psíquico se entrelaçam nessas trajetórias. Para indivíduos LGBTQIAPN+, a migração pode representar uma oportunidade de explorar novas dimensões de sua identidade, escapando da opressão em comunidades conservadoras e buscando espaços mais inclusivos. No entanto, a jornada migratória apresenta desafios. Embora as cidades ofereçam maior liberdade e anonimato, elas também apresentam barreiras.

Desvelar essas dinâmicas evidencia a necessidade de práticas sociais e acadêmicas mais sensíveis e inclusivas, valorizando as vivências de grupos marginalizados em busca de pertencimento e autenticidade. Este trabalho destaca a necessidade de expandir os estudos sobre migração LGBTQIAPN+, incorporando perspectivas interseccionais que abordem não apenas os desafios, mas também as conquistas e a resiliência desses indivíduos na busca por uma vida mais digna.

Palavras-chave: Migração. Identidade. Sexualidade. LGBTQIAPN+.

Referências:

ANDRADE, Vítor Lopes. Migrações internas e internacionais motivadas por orientação sexual e identidade de gênero. TRAVESSIA - Revista Do Migrante, n. 77, p. 29–48, 2015. DOI: https://doi.org/10.48213/travessia.i77.73

BAITELLO, Norval. A serpente, a maçã e o holograma: esboços para uma teoria da mídia. São Paulo: Paulus, 2010.

ERIBON, Didier. Reflexões sobre a questão gay. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

PARKER, Richard. Abaixo do Equador: Culturas do desejo, homossexualidade masculina e comunidade gay no Brasil. Rio de Janeiro: Record, 2002.

PARK, Robert. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Odair (org.). O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. Epistemologia do armário. Coimbra: Angelus Novus, 2004.

THEODORO, Hadriel. Paradoxos da (in)visibilidade na migração LGBTIQ+. Revista Periódicus, v. 1, n. 12, p. 143-158, 2020. DOI: https://doi.org/10.9771/peri.v1i12.32995

VIEIRA, Paulo Jorge. Mobilidades, migrações e orientações sexuais: percursos em torno das fronteiras reais e imaginárias. Ex aequo, n. 24, p. 45-59, 2011. Disponível em: http://scielo.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-55602011000200005&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt Acesso em: 19 nov. 2024.

VELHO, Gilberto; MACHADO, Luiz Antônio. Organização social no meio urbano. Anuário Antropológico, v. 76, p. 71-82, 1977. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/5969 Acesso em: 23 nov. 2024.

Financiamento:

Esse trabalho teve o apoio da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), por meio do Edital PROPESQ de Apoio à Participação em Eventos 2025 e recursos da PRAE – Auxílio Evento Graduando.

Bixa Preta e a Redistribuição da Violência: Estratégias Afetivas e Coletivas na Resistência à Cisheteronorma e a Branquitude

Samuel Conselheiro Germano do Nascimento (UFAL), Samuel Conselheiro Germano do Nascimento (UFAL), Marcos Ribeiro Mesquita (UFAL)

Esta comunicação acadêmica nasce de um corpo que insiste em existir e resistir: o corpo bixa preta, marcado por violências, mas também por potências. Partindo da minha experiência como pesquisador nordestino, negro e dissidente, o estudo se constrói como um fazer corporificado, onde investigar é também se deixar afetar e transformar no encontro com outras vozes marginalizadas. O conceito político de "bixa preta" - grafado com "x" como ato de resistência linguística - serve como ponto de partida para compreender como sujeitos interseccionados por marcadores de raça, gênero e sexualidade — em especial bixas pretas — reagem aos dispositivos normativos da cisheteronorma e da branquitude, não apenas como alvos passivos dessa violência, mas como produtoras combatentes ativos que estabelecem estratégias de redistribuição desse mesmo fenômeno opressor. O problema central que orienta esta investigação questiona: como nós, bixas pretas, sujeitadas às violências estruturais, mobilizamos nossas emoções e afetos para manter-nos existindo? A pergunta emerge da constatação de que nossos corpos ocupam um lugar fronteiriço: somos alvos preferenciais da violência, mas também agentes ativos na sua redistribuição (Mombaça, 2017). Essa tensão se manifesta no cotidiano - nas ruas, nas instituições, nos espaços acadêmicos - onde a performatividade da bixa preta desafia normas de gênero, raça e sexualidade ao mesmo tempo. A pesquisa se justifica pela urgência em documentar estratégias de sobrevivência que frequentemente são invisibilizadas pelos discursos hegemônicos; complexificar o entendimento sobre a violência, mostrando como ela é simultaneamente imposta e redistribuída; oferecer ferramentas teórico-práticas para comunidades LGBTQIAPN+ negras enfrentarem opressões interseccionais. Ao seguir os rastros de figuras como Madame Satã, Lacraia e Vera Verão - arquétipos que povoam o imaginário brasileiro sobre a bixa preta - o trabalho não busca uma arqueologia linear, mas sim "histórias de bixas" (Vidarte, 2019) que revelam, ao longo da história recente do país, táticas de resistência produzidas por nós mesmas. Essas narrativas vão sendo dialogadas a partir do apoio teórico em autores e autoras como Jota Mombaça (2017), Audre Lorde (2019), Lucas Veiga (2018), Grada Kilomba (2016), bell hooks (2010), Gloria Anzaldúa (2021), Paco Vidarte (2019), e outros nomes cujas contribuições tensionam a colonialidade do saber, o epistemicídio, e propõem novas gramáticas de existência. Por isso, a fundamentação deste trabalho está assentada à luz de teorias decoloniais, feminismos negros e estudos queer, os quais me ajudam a construir uma ponte entre saberes acadêmicos e conhecimentos corporificados. Para a escrita, dou um lugar diferente e especial. Este trabalho, assume caráter político, seguindo a tradição da "escrevivência" proposto por Evaristo (2020, p. 31), escrevo: “não para adormecer os donos do poder, mas para acordá-los de seus sonos injustos”. Neste sentido, a pesquisa se propõe a ser mais do que uma análise acadêmica - é um ato de desobediência epistêmica que coloca o corpo bixa preta como centro da produção de conhecimento. Dito isto, o objetivo geral consiste em compreender as estratégias afetivas e coletivas que bixas pretas desenvolvem para redistribuir a violência em seus repertórios individuais e coletivos. Os objetivos específicos são: a) Identificar táticas cotidianas de confronto às violências física, simbólica e institucional; b) Analisar como a redistribuição da violência é mobilizada individual e coletivamente; e c) Documentar narrativas de autocuidado e cuidado mútuo. Para isso, metodologicamente esta pesquisa se insere no campo qualitativo, sendo um investimento inventivo, sensível, afetivo e insurgente. A epistemologia que me orienta tem o cunho decolonial, portanto, assumo o lugar de fala como

um locus de enunciação, e aposto na escuta e nos corpos como documentos vivos de saberes que produzem ativamente narrativas outras sobre o sistema-mundo, ainda que falem e sejam empurradas/os às margens. Para isso, pretendo realizar um encontro com outras bixas pretas, colocando também o meu corpo pesquisador bixa preta, como ferramenta metodológica, campo e instrumento. Neste momento, seguirei os seguintes passos: a) momento inicial para explicação do termo redistribuição da violência e apresentação de onde parto; b) utilização da metodologia "conversações afroafetivas" que, durante esse trabalho consiste em realizar o momento com outras bixas pretas indicadas por mim, por minha rede, ou ainda que encontraram o momento através das redes sociais e que serão incentivadas a compartilhar estratégias de resistência que utilizam nos seus repertórios diários. Essas conversações estão distribuídas em dois momentos: 1. Balanço: Construção de linhas do tempo afetivas que trarão um panorama geral de suas histórias individuais sendo sempre tensionado pontos de encontros coletivos. 2. Manual de Sobrevivência Bixa Preta: apresentação de situações-problema que precisarão ter um desfecho, seja em grupo ou de forma individual. Dito isto, esta pesquisa dialoga diretamente com o GT 21: Gênero, sexualidade e educação: apostas decoloniais e o Eixo Temático 12: Gênero, Sexualidades e Intersecções ao abordar as experiências de bixas pretas através de uma perspectiva interseccional e decolonial. No GT 21, insere-se ao discutir como a redistribuição da violência opera como uma pedagogia de sobrevivência, contestando normas educativas eurocêntricas e propondo metodologias baseadas em saberes corporificados. Já no Eixo 12, contribui ao explorar as intersecções entre raça, gênero e sexualidade, evidenciando como a bixa preta desafia a cisheteronormatividade e a branquitude através de estratégias afetivas e coletivas.

Busco como resultado parcial apontar para a presença de uma pluralidade de estratégias de resistência e sobrevivência acionadas por bixas pretas em diferentes contextos. Além disso, pretendo ampliar os contornos dados à raiva. Aposto que esse sentimento que é frequentemente estigmatizado e associado a uma suposta irracionalidade ou descontrole, pode trazer muita informação, sendo energia de denúncia, afirmação e autocuidado. Compreendo que a bixa preta é construída como figura de oposição, cuja existência escancara a falência do sistema mundo colonial moderno. Ao mesmo tempo em que é alvo da violência institucional, a bixa preta se reconfigura como agente ativo, usando a raiva como instrumento político, afetivo e de reorganização das relações sociais, como dito anteriormente. A redistribuição da violência, neste caso, é também uma tecnologia de autocuidado, uma estratégia de sobrevivência frente ao monopólio violento do Estado e da norma. Por isso, essa comunicação reforça a urgência de abordagens que centrem corpos marginalizados como produtores de conhecimento, alinhando-se às críticas decoloniais às estruturas de poder. Concluo que nós, bixas pretas, tensionamos os limites da norma através do corpo, do afeto e da insurgência, produzindo fissuras nos regimes de verdade da branquitude e da cisheteronorma. A raiva, longe de ser um afeto desorganizador, pode surgir como ferramenta de elaboração política e resistência coletiva. Através do investimento em escrevivências, corpo-documento, ficcionalizações e epistemologias encarnadas, a pesquisa aponta para a necessidade de reconhecimento e valorização das práticas de cuidado e resistência produzidas pela opressão, contribuindo para uma pedagogia decolonial, antirracista e antinormativa. Além disso, essa comunicação traz contribuições para o campo de conhecimento queer, ao ampliar o debate sobre dissidências sexuais interseccionais, destacando a especificidade da experiência bixa preta. E para o campo da educação ao trazer uma perspectiva de informação decolonial pois proponho metodologias baseadas em afetos e narrativas não-hegemônicas, desestabilizando pedagogias tradicionais oferecendo um repertório de estratégias do autocuidado coletivo à raiva política para enfrentar violências estruturais. A aposta final é de que é possível, no entrelaçamento entre pesquisa, corpo e afeto, inventar mundos outros, onde o viver bixa preta não seja sinônimo de dor, mas sim, lembrança de uma potência.

Calar o cansaço e refazer o laço: relato de experiência de extensão com grupo de mulheres em situação de rua em Fortaleza (CE)

Liana Capistrano Lopes (UFC), Verônica Morais Ximenes (UFC), Laura da Costa Lima (UFC), Giselly Vitória de Almeida Tavares (UFC)

No contexto brasileiro, a População em Situação de Rua (PSR) é definida como um "grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular" (BRASIL, 2009). Embora reconheça a heterogeneidade desse grupo, a definição carece de uma abordagem interseccional que considere as desigualdades estruturais de gênero, raça e classe que marcam a vivência nas ruas. Ao não especificar essas dimensões, a formulação normativa tende a homogeneizar as experiências, invisibilizando as múltiplas formas de vulnerabilidade afetando de maneira particular as mulheres em situação de rua. Neste sentido, e entendendo o gênero como componente de complexificação da vivências nas ruas (Esmeraldo e Ximenes, 2022, p. 7), o presente resumo tem como objetivo apresentar a atividade de extensão do Núcleo de Psicologia Comunitária (NUCOM), vinculado à Universidade Federal do Ceará (UFC) com o grupo Madalenas, composto por mulheres em situação e superação de rua na cidade de Fortaleza - CE, apresentando as especificidades da vivência destas mulheres nas ruas da capital cearense. O grupo Madalenas ocorre semanalmente na Casa da Sopa, Organização Não Governamental (ONG) que funciona como local de passagem para a PSR de Fortaleza, na qual homens e mulheres podem se alimentar, tomar banho e adquirir peças de roupas que chegam através de doações. Entretanto, entendendo que "o gênero é capaz de oferecer contornos específicos às experiências das mulheres em situação de rua" (Coldibeli et al., 2022, p. 292), o grupo de mulheres surge, então, da necessidade de coletivizar as problemáticas das mulheres que ali estão, buscando caminhos de superação do contexto de vulnerabilidade vivenciado nas ruas da cidade de Fortaleza. O NUCOM atua junto à Casa da Sopa desde 2023, período no qual a parceria junto às Madalenas se iniciou com uma participação observadora e, com o passar do tempo, somando também na facilitação dos grupos. Apenas extensionistas que se identificam com gênero feminino participam da atividade, de modo a propiciar a identificação das estudantes de extensão como Madalenas, tal qual as outras mulheres. A equipe é composta por pessoas da graduação e da pós-graduação vinculadas ao NUCOM e conta com o auxílio da coordenadora da ONG enquanto mediadora das nossas atividades junto às mulheres do grupo. A presença das mulheres no grupo se dá de forma livre, possibilitando a chegada de novas participantes e a vinda das mulheres quando quiserem, o que torna o grupo dinâmico e fluido. Partimos em nossa extensão dos preceitos da Psicologia Comunitária que visa "contribuir efetivamente com os esforços dos moradores para transformar sua realidade" (Góis, 2012, p. 149). Neste sentido, a partilha das Madalenas em suas vulnerabilidades vivenciadas na rua ecoa como um grito de muitas mulheres que sofrem violências e que tantas vezes já não veem a si enquanto pessoas que podem alcançar mudanças em suas vidas. A construção de um sentido de pertença se dá na coletivização das vivências destas mulheres, a partir do compartilhamento de suas histórias, lembranças e troca de experiências. O relato de violências conjugais, psicológicas, de raça e gênero, traz à tona uma série de acontecimentos que estão presentes na vida de muitas das Madalenas, direta ou indiretamente. Neste sentido, a identificação das situações sofridas são fatores que permitem a troca e o compartilhamento de caminhos de enfrentamento destas mulheres, seja por meio de

informações compartilhadas pelas facilitadoras do grupo, ou principalmente do que as mulheres trazem enquanto relato e elaboração do vivido. Estabelecemos esse compromisso junto às Madalenas, construindo um espaço de fortalecimento, de reconhecimento e de aquilombamento, assim como nos apontou a feminista brasileira Beatriz Nascimento. Nesta perspectiva, este trabalho se enquadra no eixo temático 4 " Direitos, movimentos sociais e desafios à Democracia" , na medida em que o partilhar as violências que mulheres em situação de rua vivem é um caminho de grande importância e de movimentação, de união e de luta da população mais vulnerabilizada de uma sociedade que valoriza o capital e marginaliza corpos dissidentes. As mulheres em situação de rua, muitas vezes atravessadas por marcadores de raça e de sexualidade, se encontram numa lógica de produção de invisibilidades não somente por serem pessoas em situação de rua, mas por serem mulheres e desde seu nascimento já serem diminuídas em sua condição de cidadã, detentora de direitos. Neste sentido, a escolha do grupo de trabalho se dá em congruência com o que foi apresentado, pensando o movimento de luta destas mulheres como campo fértil para o desenvolvimento de autonomia e enfrentamento das desigualdades às quais estão submetidas, dialogando com o GT 22 - "Interseccionalidade, investigação-ação participativa e psicologia comunitária nas relações de gênero, sexualidades e violências". No que se refere à metodologia, partimos de uma perspectiva interventiva e utilizamos de recursos como ação-participante (GÓIS, 2012), Círculo de Cultura (FREIRE, 1967), roda de conversa e produções coletivas. Alguns encontros aconteceram em espaços culturais importantes na cidade, a partir da visita a exposições, participação em festividades típicas da região, sempre relacionando a arte, o direito à cidade e olhar crítico à realidade que nos circunda, partindo do entendimento da "importância da psicologia comunitária como alternativa para um espaço de intervenção comprometida, sobretudo, com as questões sociais." (GUZZO, 2016 p. 140). Apontamos como resultados a construção de uma identidade do grupo, que se autodenomina Madalenas, e que, permite que cada mulher se sinta pertencente a esta identidade que é de todas, facilitando a troca e construção de sentidos enquanto mulheres em situação de rua. A partir disso, percebe-se também o engajamento das mulheres nas lutas coletivas e o reconhecimento do grupo enquanto dispositivo promotor de rede de solidariedade (ESMERALDO e XIMENES, 2022), e de acolhimento. Ademais, as extensionistas, que também se autodenominam Madalenas, apontam a construção de vínculos como fator promotor de maior confiança no grupo, o que possibilita engajamento das mulheres e partilha de relatos pessoais. A título de conclusão, afirmamos perceber no grupo um espaço potencializador de acolhimento de sofrimentos invisibilizados na sociedade capitalista, visto que as mulheres em situação e superação de rua, muito mais que resultado de um sistema que produz apenas desigualdade de classes, trazem em seu corpos as marcas de uma população racializada e que raras vezes têm um espaço de escuta adequado. Evocamos as falas das mulheres ao afirmar que somos todas Madalenas, pois não nos calaremos diante das injustiças às quais somos submetidas por sermos mulheres, e que são intensificadas quando outros marcadores atravessam nossos corpos.

CASA-CORPO-TERRITÓRIO: Relações com corpo e moradia na experiência das Mulheres em em situação de violência

Dilene Campos Raulino Gubler, Dilene Campos Raulino Gubler (UNICESUSC), Marília dos Santos Amaral (UNICESUSC)

CASA-CORPO-TERRITÓRIO: RELAÇÕES COM CORPO E MORADIA NA EXPERIÊNCIA DAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA

Dilene Campos Raulino Gubler - 01977747922 - dilene.campos@faculdadecesusc.edu.br

Marília dos Santos Amaral - 832344110-34 - marilia.amaral@faculdadecesusc.edu.br

Este trabalho problematiza as relações das mulheres em situação de violência com o corpo e com a moradia, compreendendo-os como territórios marcados por experiências paradoxais — de medo e controle, mas também de pertencimento e orgulho. Essas relações são atravessadas por afetos historicamente produzidos sobre as mulheres e a casa, que oscilam entre a vigilância e o perigo, o desejo e a liberdade, do mesmo modo como experienciam a relação com seus corpos marcados pela violência. A discussão proposta, trata-se de um recorte das vivências compartilhadas por mulheres integrantes do Projeto de Extensão MARÉ – Mulheres em Acolhimento, Reflexão e Escuta, do curso de Psicologia do Centro Universitário UNICESUSC, em Florianópolis/SC, que tem como propósito promover espaço de escuta, acolhimento e fortalecimento de redes de apoio entre mulheres em situação de violência.

O MARÉ se ancora nos fundamentos da Psicologia Social Comunitária, que parte da realidade histórica e social para construir possibilidades de transformação e emancipação por meio da participação coletiva (Góis, 2003). Articula-se também aos Estudos Feministas Interseccionais, que consideram os marcadores sociais de gênero, raça e classe como elementos estruturantes das opressões e desigualdades. As práticas grupais adotam a metodologia do grupo-dispositivo (Barros, 1997), compreendido como espaço de reinvenção coletiva, deslocamento de instituições cristalizadas e destituição das lógicas individualizantes.

Com base nos registros dos diários de campo produzidos ao longo dos encontros grupais no Projeto MARÉ, emerge o conceito "casa-corpo-território" como uma chave analítica que permite compreender a complexidade das relações experimentadas com a moradia, que movimentam afetos ligados a território, corpo e subjetividade e suas novas experimentações no coletivo. Atualmente, o grupo é composto por 15 mulheres cisheterossexuais, com idades entre 30 e 60 anos, em sua maioria não brancas e mães solo, responsáveis pelo cuidado e sustento familiar. As violências vivenciadas ocorrem ou ocorreram em seus lares, caracterizando-se como violência doméstica conforme definido no Art. 5º da Lei Maria da Penha (Brasil, 2006). Embora a violência doméstica atravesse a vivência de mulheres de diferentes raças, classes e idades, os marcadores sociais estruturam diferentes possibilidades de enfrentamento e ruptura dessas situações. Por ocorrer no âmbito doméstico, romper relações que envolvem violência, na maioria das vezes, requer a saída de casa, uma decisão que implica perder parte de sua história, sua luta e de suas conquistas materiais, especialmente entre mulheres que são mães, negras, pobres e periféricas.

Neste cenário, é importante compreender que a história da dominação colonial no Brasil instituiu o lugar da mulher como sujeito do lar e do cuidado alheio, produzindo subjetividades atreladas ao ideal da "boa mulher", cuja existência se justificava no espaço doméstico (Priore, 2014). No entanto, nas últimas décadas, com a

feminização da chefia de famílias, o sentido da casa passa a incorporar elementos de conquista e autonomia. A moradia torna-se símbolo de resistência, afeto e sobrevivência (Bugai; Karpinski; Santos, 2022). No relato das mulheres do MARÉ, a casa e o corpo emergem como espaços tensionados entre segurança e ameaça. A casa enunciada como lar, isto é, como um lugar protegido, onde há o desejo de retornar após o trabalho e um território ocupado pela liberdade conquistada, mas também enunciada como um espaço de vigilância, medo e dor. Esses afetos produzidos de modo ambivalentes revelam como a violência doméstica corrompe a experiência de abrigo, exigindo, muitas vezes, o rompimento com esse espaço para a preservação da vida.

Os relatos das integrantes evidenciam que o corpo, assim como a casa, também é um território politizado: lugar de opressão, mas também de resistência e reapropriação. Mesmo diante da opressão, algumas delas encontram maneiras criativas de se expressar. Em meio à violência, elas resistem, teimam em existir, mesmo quando a resistência impõe consequências (Nogueira, 2017). Os gestos cotidianos tornam-se formas de inscrever no corpo novas possibilidades de vida. O trabalho doméstico na casa de outras mulheres, creches e vizinhas para o cuidado dos filhos; a chave na porta de um quartinho nos fundos; a bolsa sempre pronta; a mudança de cidade e a conquista de um novo lar — são expressões de deslocamento e reorganização da vida, que se refletem diretamente nas vivências corporais. O batom ostentado nos lábios, o vestido vermelho, o dormir até a hora desejada, a dança com as amigas experimentando o corpo agora livre; conseguir nomear o que sente, desenhar a dor vivenciada na carne, conseguir se olhar no espelho, abraçar a mulher que está vivenciando a dor que antes foi por si experimentada — são exemplos de como o corpo também é território de experimentação e reapropriação. A casa, que para umas é o lugar do corpo oprimido, onde se vive em estado de vigília, do corpo tenso e dolorido; para outras, a nova moradia conquistada traz uma nova experimentação com seu próprio corpo, mais livre para novos aprendizados, para descobrir o que se deseja. Como destacam Anjos e Manzi (2021), os processos de territorialização vividos por mulheres negras brasileiras constituem práticas de reconstrução de espaços de vida que desafiam a lógica hegemônica da subalternização. A territorialidade, nesse sentido, assume caráter ético-político, transformando-se em prática cotidiana de resistência.

A partir da metodologia do grupo-dispositivo, o espaço grupal se constitui como território relacional de escuta, partilha e cruzamento de linhas coletivas, no qual as experiências individuais ganham dimensão pública e política. Inspirado na noção de comunidade ética e plural (Sawaia, 2001), o MARÉ se configura como território de produção de cidadania, onde é possível ser sujeito de direitos, reconstruir vínculos afetivos e desindividualizar as violências vividas. Nesse espaço, as ferramentas oferecidas pelas teorias feministas e a psicologia comunitária se produzem em práticas vivas, constantemente recriadas a partir da escuta e da presença. A interseccionalidade torna-se ferramenta analítica e política que permite compreender como as opressões se imbricam e se atualizam nas trajetórias das mulheres, e como suas resistências também são múltiplas e potentes. Como afirma Nogueira (2017), a interseccionalidade pode tentar explicar a complexidade das identidades e das experiências vividas. E qualquer análise das desigualdades sociais relacionadas com o gênero tem de tomar este conceito em consideração senão será incompleta.

As experiências compartilhadas no Projeto MARÉ evidenciam que a casa não é apenas um espaço físico, mas um território afetivo, simbólico e político, profundamente marcado pelas relações de gênero, raça e classe. A casa-corpo-território é uma categoria analítica que permite compreender os modos como as mulheres produzem seus espaços de vida a partir das violências, mas também das resistências. Ressalta-se a importância

de práticas extensionistas fundamentadas na escuta, na horizontalidade e na produção coletiva de conhecimento, que considerem os atravessamentos interseccionais e potencializem a emancipação das mulheres. O MARÉ, nesse contexto, é mais do que um projeto-grupo: é território de acolhimento, cuidado e reexistência, onde mulheres reafirmam seus corpos e suas casas como espaços legítimos de vida.

ANJOS, Maya; MANZI, Maria Edna. O corpo, a casa, e a cidade: territorialidade de mulheres negras no Brasil. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 23, p. 2-29. 2021.

BRASIL. Lei Maria da Penha: Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.

GÓIS, Cezar. Psicologia Comunitária. Universitas: Ciências da Saúde, v. 1, n. 2, p. 277-297, 2003.

NOGUEIRA, Conceição. Interseccionalidade e psicologia feminista. Editora Devires: Salvador, 2017.

PRIORE, Mary del. Histórias e conversas de mulheres: amor, sexo, casamento em mais de 200 anos de história. Planeta: São Paulo, 2014.

SANTOS, Kátia; BUGAI, Fernanda; KARPINSKI, Mônica. "Você é seu próprio lar": Sobre moradia e violência patrimonial contra as mulheres. Revista NUPEM, v. 14, n. 1, p 100-115, mai-ago, 2022.

SAWAIA, Bader. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: SAWAIA, Bader. (Org.), As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 97-118.

Diálogos Geracionais no Enfrentamento às Violências Infantojuvenis na Amazônia: Experiencias de Extensão Universitária no Projeto Maria Jiquitaia

Ana Victória Chaves Pinheiro, Ana Clara Lima de Castro (UFAM), Larissa Labanca de Figueiredo (UFAM)

A partir da vivência prática junto a comunidades de Manaus e do interior do Amazonas e da escuta de diferentes faixas etárias, observou-se uma mudança significativa no modo como as violências são reconhecidas, nomeadas e enfrentadas ao longo das gerações, evidenciando uma perspectiva interseccional que considera como fatores como idade, gênero, classe e território se cruzam na experiência dessas violências. Nesse contexto, o presente trabalho apresenta uma reflexão crítica sobre os impactos geracionais no reconhecimento e enfrentamento das violências contra crianças e adolescentes, a partir da experiência como estudante de graduação em Psicologia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), vinculada ao Programa Atividade Curricular de Extensão (PACE) Maria Jiquitaia. Trata-se de uma iniciativa extensionista articulada às ações de estágio supervisionado, pesquisa de iniciação científica e ao desenvolvimento de dissertações de mestrado, com foco na prevenção primária da violência sexual infantojuvenil.

Essa abordagem interseccional revela como as desigualdades são vivenciadas de maneira distinta por crianças, jovens, adultos e idosos, destacando a importância de estratégias de enfrentamento que levem em conta essas múltiplas dimensões. A partir disso, nota-se que a geração anterior à Constituição Federal de 1988 e ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) tendia a naturalizar ou silenciar as situações de violência sexual, negligência e maus-tratos. A responsabilização da vítima era mais comum e os episódios de abuso ou exploração sexual não eram nomeados como crimes. Crianças e adolescentes que fugiam de casa, por exemplo, eram vistos como "menores infratores", "meninos de rua" ou "pivetes", pois acabavam por cometer atos infracionais ou que burlavam as normas vigentes no Código de Menores (Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979), que vigorou até a promulgação do ECA (1990), o qual tinha enfoque no controle social de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, tratando-os como objetos de intervenção estatal em vez de sujeitos de direitos e, consequentemente, ignorando as violências estruturais e domésticas que motivaram tais fugas.

Em contrapartida, nota-se entre as gerações mais jovens uma maior capacidade de nomear as violências, identificar situações de risco e contestar discursos opressores. Contudo, a presença ainda marcante de adultos que reproduzem práticas e discursos de responsabilização da vítima demonstra que a mudança cultural é lenta e requer processos educativos contínuos. Além disso, a intensificação das violências nos espaços públicos e privados contribui para um comportamento de uma superproteção das crianças, levando muitos responsáveis a restringirem a vivência social e comunitária das infâncias. Crianças que antes brincavam na rua, conversavam com vizinhos e vivenciavam relações de troca e pertencimento territorial, hoje se encontram muitas vezes isoladas no ambiente doméstico e substituem as interações presenciais por relações mediadas por telas. Esse isolamento precoce pode gerar impactos no desenvolvimento emocional, nas habilidades sociais e no senso de comunidade.

A presente reflexão dialoga diretamente com o público participante das oficinas realizadas pelo projeto, formado por crianças, adolescentes, educadores e famílias. A escuta intergeracional se revelou essencial para compreender os sentidos atribuídos às violências,

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

sobretudo à sexual, e às estratégias de enfrentamento em contextos amazônicos. Ademais, a atuação extensionista permitiu perceber as diferenças nos discursos e nas práticas entre adultos que viveram sua infância antes das políticas de proteção integral e os jovens que passaram a ser socializados em contextos em que o ECA, assim como as discussões sobre direitos sexuais, já são mais conhecidos.

Sob essa perspectiva, este trabalho se fundamenta nas contribuições de Berenice Bento, Guacira Louro, Raewyn Connell, Mary Del Priore, Michel Foucault, Judith Butler e Conceição Nogueira, cujas obras conjuntas oferecem um quadro teórico para compreender as interseções geracionais, de gênero e de classe, assim como a forma que elas se entrelaçam nas experiências de violência. Além disso, as contribuições históricas da infância e das políticas públicas foram fundamentais para compreender como as transformações legais e institucionais influenciam os modos de perceber e agir diante das violências.

Metodologicamente, as ações foram desenvolvidas com base em práticas participativas e interativas, por meio de oficinas, rodas de conversa, cenários e dinâmicas de grupo, promovidas em escolas e comunidades. O enfoque da prevenção primária foi priorizado, ou seja, buscou-se atuar antes que as situações de violência ocorram, promovendo o fortalecimento de vínculos, a consciência sobre os direitos e o reconhecimento de sinais de alerta.

Durante a implementação das atividades, foram observadas expressivas diferenças geracionais nos modos de compreender o abuso e exploração sexual, os papéis de gênero, a autoridade dos adultos e a autonomia das crianças. Os resultados revelam que, embora a juventude atual esteja mais aberta a discutir temas delicados como consentimento, abuso, exploração e afetividade, o tabu ainda persiste nas falas de muitos adultos, principalmente no que se refere à sexualidade das crianças e adolescentes. Persistem também discursos moralizantes e punitivistas que dificultam a criação de ambientes seguros e acolhedores para a denúncia e o cuidado.

Por outro lado, as crianças e adolescentes demonstraram interesse e disposição para refletir sobre os seus direitos e os limites da convivência e do corpo. Ademais, constatou-se que as crianças e jovens envolvidos no projeto das oficinas tendem a nomear com mais clareza os tipos de violência, enquanto os adultos, em muitas situações, ainda relativizam os abusos, associando-os muitas vezes a comportamentos provocativos das vítimas. Essa disparidade gera um desafio para ações educativas, que precisam promover pontes entre diferentes gerações, trabalhando as resistências e ressignificando os saberes acumulados nas vivências adultas.

Outro resultado relevante foi a percepção de que a intensificação da violência nos territórios, combinada com o medo constante da exposição de crianças, tem gerado uma contenção das experiências de rua. O que antes era considerado parte essencial da infância, como brincar com os vizinhos, circular no bairro ou participar de atividades coletivas — agora é frequentemente substituído por rotinas domésticas e interações digitais. Esse movimento de retração e isolamento social, embora motivado pela proteção, tem implicado na perda do senso de comunidade.

Quanto aos resultados das experiências do projeto que ainda estão em andamento, ainda se faz necessário analisar como essas experiências estão sendo vivenciadas pelas comunidades em face das interseccionalidades de raça, classe, gênero e principalmente geração pelas quais as pessoas são atravessadas. De acordo com Nogueira, é necessária a construção de uma psicologia que seja interseccional, reflexiva e libertadora, para que possa fazer sentido real para a vida das pessoas com suas experiências diversas.

"Eu sempre soube que você era assim... diferente": relações intrafamiliares de mulheres lésbicas negras

Fernanda da Silva Braga Passos (UERJ), Amana Rocha Mattos (UERJ)

O presente trabalho, fruto de pesquisa de doutorado em andamento, tem como objetivo explorar como se dão as relações intrafamiliares de mulheres lésbicas negras moradoras da cidade do Rio de Janeiro, RJ. Interessa-nos investigar os efeitos da interseção da raça com a orientação sexual que atravessa as existências dessas mulheres e forja distintas produções de subjetividades. Historicamente, há um processo de controle e vigilância da sexualidade por parte da sociedade e das famílias que a compõem. Foucault (1988) aponta que, a partir do século XVII, começa nas sociedades ocidentais um movimento de regulação da sexualidade humana. Para o autor, a sexualidade seria um dispositivo e fonte de intensificação dos prazeres, além de possibilidade de reforço dos controles e das resistências. Segundo Santos (2021), repreende-se que esse dispositivo da sexualidade baseado em relações de poder construídas social e historicamente permite que familiares exerçam controle sobre seus parentes independentemente de suas orientações sexuais, fazendo pressão a fim de que elas venham a se adequar ao padrão heterossexual. Dessa forma, de acordo com Brandão, Perucci e Vieira (2014), a família atua como um dispositivo de reprodução e reiteração da norma e da repetição das formas de discriminação e violência que podem ser visualizadas em contextos mais amplos da sociedade em geral. A família não é uma instituição estática, mas sim uma construção social e histórica que foi se modificando e adquirindo novas configurações com o passar do tempo. Segundo Santos (2021), a literatura científica apresenta distintas configurações de família. Na contemporaneidade, é expressiva a diversidade de modelos familiares que ultrapassam o formato pai-mãe-filho/a, dando-se ênfase às configurações familiares chefiadas por mulheres que, segundo o Censo IBGE do ano de 2022, no Brasil, configuravam 40% dos domicílios. Mesmo com a existência de distintas configurações familiares que estão presentes na sociedade contemporânea - como as famílias dissidentes da heteronorma, as famílias monoparentais chefiadas por mulheres, as consideradas "famílias de escolha", como apontadas por Santos (2021), formadas por laços afetivos que não necessariamente envolvem consanguinidade - historicamente ocorreu na sociedade ocidental a construção de um modelo padrão de família, que até os dias atuais é encarado por muitas pessoas e instituições como o único modelo de família legítimo, tratando-se do modelo da família nuclear burguesa. Dessa maneira, a instituição familiar configura-se como um espaço que pode ser entendido como dispositivo de controle, a partir dos ditos papeis de gênero e cerceamento da sexualidade, configurando-se como um fator capital da sexualização, como afirma Foucault (2015), para quem o papel da família é o de fixar a sexualidade e operar como seu suporte constante. Assim, a demanda de aceitação e reconhecimento por parte da família verifica-se nos modos de subjetivação das pessoas. Porém, a família também pode estabelecer punições sobre seus membros LGBTQIPAN+, que podem ser desde "pequenos" desrespeitos diretos e indiretos distintos graus de exclusão até ataques brutais que afetam profundamente a vida desses sujeitos. Diversas manifestações e estruturas opressivas contra a população LGBTQIAPN+ têm sido replicadas por meio de algumas estratégias concretas. Uma delas seria a utlização de falsas acusações contra sujeitos que performam sexualidades dissidentes, sendo uma das mais replicadas a de que a homossexualidade é de alguma forma errada e/ou inferior à heterossexualidade (Santos, 2021). Acerca dos impactos sociais sobre a existência de mulheres negras sapatões/lésbicas, Patricia Hill Collins (2000)

ressalta que os sistemas de opressões também operam de forma diferente no que diz respeito às "lésbicas visíveis", quando afirma que as relações entre lésbicas negras representam pouca ameaça para os "assim definidos" homens e mulheres negros seguros de suas sexualidades. Mas, de acordo com Collins (2000), relações amorosas entre mulheres representam uma tremenda ameaça aos sistemas de interseções de opressões. De acordo com a autora, o tratamento de mulheres negras lésbicas pela sociedade revela como um campo específico da interseccionalidade, relações entre negras lésbicas constituem relações dentro do último grau de "outro". Negras lésbicas não se encontram dentro de quase nenhuma categoria de hegemonia social: não são brancas, homens ou heterossexuais e geralmente não são abastadas (Alves, 2022). Podemos dizer que o processo de colonização juntamente do racismo roubou, rouba e ainda roubará de mulheres negras atributos de valor social como a inteligência, a criatividade, originalidade e também sua racionalidade, reduzindo-as a um corpo primitivo que deve ser dominado (Carneiro, 2005; Gonzaga, 2018; hooks, 1995; Lugones, 2014). De acordo com Gonzaga (2019), mulheres lésbicas negras são constituídas como outridade na masculinidade, na branquitude e também na dinâmica da heterossexualidade compulsória. Entretanto, essas mesmas mulheres também vêm produzindo interpelações e proposições de novas formas de se organizar politicamente, em suas vivências e afetividades como também na valorização e preservação de uma ancestralidade. A escritora Audre Lorde é exemplo dos frutos do movimento de pensar novas epistemologias para vivências lésbicas e negras descrito acima, sendo uma das primeiras estudiosas e militantes a debruçar-se sobre a compreensão destas em sua plena interseccionalidade entre gênero, raça e sexualidade. Em seu texto "Não há hierarquias de opressão" (1979), a autora ilustra o papel desempenhado por essas mulheres nas comunidades ou movimentos sociais, apontando que dentro da comunidade lésbica ela é negra, e dentro da comunidade negra ela é lésbica. Sendo assim, qualquer ataque contra pessoas negras é uma questão lésbica e gay porque ela e centenas de outras mulheres negras são parte da comunidade lésbica e qualquer ataque contra lésbicas e gays é uma questão negra, porque centenas de lésbicas e homens gays são negros, não havendo, assim, hierarquia de opressão. Considerando que os sujeitos são diretamente atravessados por marcadores como raça, classe, gênero, território e religião e que as dinâmicas de poder presentes na sociedade atravessam os mais diversos corpos de maneira singular e subjetiva, damos ênfase na perspectiva interseccional em nossas práticas, pois, de acordo com as afirmações de Días-Benitez e Mattos (2019), raça, gênero e classe não são espaços separados, nem existem de forma isolada, mas sim de maneira articulada e esses marcadores sociais da diferença precisam ser entendidos através de sua relação. Focamos, de acordo com Oliveira e Mattos (2019), em uma prática acadêmica comprometida em promover visibilidade e empoderamento de sujeitos entendidos como menos humanos, menos dignos por direitos, por não carregarem em si ou em suas práticas os valores hegemônicos de gênero e sexualidade e, portanto, acabam sendo alvos expressos de distintas opressões. Assim, neste primeiro momento do campo da pesquisa, realizamos duas entrevistas piloto semi-estruturadas com mulheres negras lésbicas moradoras do município do Rio de Janeiro, RJ, a fim de se compreender como se dão esses atravessamentos interseccionais para cada uma e para o corpo coletivo. O material foi analisado utilizando-se como referencial os feminismos interseccionais e a Análise do Discurso, pensando as articulações de marcadores de idade, gênero, sexualidade, raça, classe e território nas relações intrafamiliares, a fim de se compreender as diferenças e semelhanças nas múltiplas existências que as compõem. A análise levou em consideração, ainda, a revisão bibliográfica acerca da literatura existente a respeito de lesbianidades negras, racismo, sexualidade, gênero e processos de subjetivação.

Infâncias, interseccionalidade e resistência comunitária: "Todos eles são capazes, o que falta é oportunidade"

Beatriz Lewinter de Matos Brito (UNIFOR), Aline Maria Barbosa Domício Sousa (UNIFOR), Consuelena Lopes Leitão (UFAM), Maria da Conceição de Oliveira Carvalho Nogueira (Universidade do Porto)

Durante o semestre de 2025.1, a equipe de extensionistas do Núcleo de Extensão e Pesquisa Interlocuções, grupo de estudos em psicologia comunitária da Universidade de Fortaleza, realizaram o processo de inserção em campo no território-sede da Escola de Surf Moura Brasil (ESMB). A partir das vivências comunitárias, surgiu a necessidade de discutir e refletir sobre a relevância de projetos sociais como a ESMB como garantia e proteção de direitos de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidades psicossociais e pertencentes a grupos minorizados no contexto nordestino.

A ESMB é um projeto social localizado no bairro Moura Brasil no zoneamento urbano da cidade de Fortaleza-Ceará. De acordo com um dos líderes comunitários, a juventude é atravessada por fatores como violência, pobreza e extrema vulnerabilidade social. Nesse contexto, o líder mencionado fundou um projeto com base no ensino do Surf a fim de oportunizar à sua comunidade a possibilidade de (res)existência frente à invisibilidade e marginalização. Fornecendo gratuitamente aulas de surf, capoeira, judô, kickboxing, reforço escolar e oficinas de fotografia às crianças e aos adolescentes do bairro e adjacências. É uma entidade sem fins lucrativos sediada em Fortaleza, fundada em 2007, e caracteriza-se como uma associação desportiva e cultural que desenvolve e promove ações sociais, culturais, educativas, desportivas e filantrópicas na comunidade Moura Brasil.

Em 1932, ocorreu uma seca muito severa no estado, trazendo milhares de sertanejos para a Capital. As autoridades locais criaram um espaço para alojar estas pessoas, os chamados campos de concentração – ou Currais. (Bairros de Fortaleza, s/d). O primeiro deles foi chamado de Arraial Moura Brasil e era vigiado por soldados armados impedindo a saída das pessoas do local. O espaço começou a mudar com a urbanização daquela área e a inauguração da Avenida Castelo Branco, a conhecida Leste-Oeste, em 1975, quando passou a se chamar Bairro Moura Brasil. A igreja de Santa Terezinha, que hoje é declarada patrimônio histórico municipal, teve sua construção em 1926, por iniciativa de pescadores e moradores do bairro. É neste cenário que a equipe de extensionistas e estagiários da UNIFOR participam semanalmente de ações de cuidado à infância.

Para tanto, foram realizadas oficinas comunitárias em parceria com a Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e integrantes da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, Portugal (FPCEUP) no sentido de compreender como as questões de gênero e sexualidade perpassam as crianças e jovens deste lugar-comunidade. Tal demanda foi identificada durante a ida ao campo de atuação de alunos da disciplina de psicologia e processos comunitários da UNIFOR no ano de 2024, assim como as questões interseccionais voltadas para à violência urbana e os processos de abandono e pobreza extrema que moldam o psiquismo humano das pessoas e famílias do lugar.

Assim, foi utilizado como estratégia de inserção em campo as etapas da Investigação Ação Participante (IAPA), especialmente àquelas descritas a partir da visão de autores como Orlando Fals Borda e Maritza Montero, para a elaboração de propostas de ação comunitária infanto-juvenil., tendo a IAPA como um modelo participativo de intervenção social que parte do princípio que todo processo de intervenção carrega em si mesmo a

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

necessidade do levantamento de problemáticas pertinentes ao lugar. O objetivo da intervenção é visibilizar aos atores sociais envolvidos no processo de inserção comunitária, que inclui a interação entre os agentes internos (moradores da comunidade) e agentes externos (alunos pesquisadores) à comunidade, elementos capazes de mediar mudanças individuais e coletivas, a partir da solução de problemas com recursos da própria comunidade.

A intervenção com base na IAPA sempre tem por base a transformação das condições de vida da população e o compromisso político que visa à potencialização da comunidade, o que de alguma maneira favorece o trabalho comunitário. Nesse caso, viabilizando a compreensão da realidade local e concreta vivenciada pelas crianças e jovens matriculados na ESMB. Com isso, foi criado um espaço semanal de autoexpressão, acolhimento e criação de novos saberes, favorecendo o fortalecimento de potencialidades, reconhecimento de dificuldades e o estabelecimento de vínculos entre a equipe de alunos e as crianças da comunidade.

Para apreensão das demandas e necessidades, tal como preconiza a IAPA, as extensionistas realizaram a escuta da percepção do líder comunitário sobre o grupo e também elaboraram dinâmicas lúdicas utilizando desenhos, pintura e massa de modelar com as crianças para que elas explicitassem suas angústias, interesses e reflexões. Com isso, analisou-se que fatores como violência e normas de gênero tem um atravessamento forte no cotidiano das crianças, influenciando diretamente em seus comportamentos e relacionamentos. Também foi apreendido que o projeto exerce um papel fundamental na vida dessas crianças. A cultura da prática de esportes criada pela instituição cria um espaço de segurança, acolhimento e principalmente, fortalecimento das crianças do projeto.

Nessa perspectiva, compreende-se a infância como uma construção social, podendo esta ser vivenciada de inúmeras formas dependendo do contexto em qual está inserida. A partir das vivências das extensionistas, surge a reflexão que projetos como ESMB são grandes agentes de proteção e potencialização para crianças que vivem em contexto de vulnerabilidade social. Infere-se que a atuação das extensionistas contribuiu provocando reflexões sobre problemáticas cotidianas e a criação de um espaço de acolhimento e escuta. Assim, é fulcral a continuidade das atividades em campo para que as crianças se apropriem de suas habilidades e conquistem maior autonomia; pois de acordo com o líder comunitário: “Todos eles são capazes, o que falta é oportunidade.”

Diante disto, pensar sobre as infâncias na contemporaneidade nos remete a muitas reflexões e a necessidade extrema de compreensão sociohistórica e cultural da concepção de infância nos séculos XX e XXI e de como alguns fatores influenciaram mudanças profundas no cenário de brotar biológico e inter-geracional. A infância é um fenômeno caracteristicamente moderno, ou seja, uma invenção da modernidade (DORNELLES; BUJES, 2012), organizada em torno da noção de um sujeito de direitos com proteção do Estado e um leque de determinações jurídicas consoantes aos direitos humanos e a própria noção de equidade social. Nesse sentido, a infância do Moura Brasil não é a mesma de outros bairros da cidade, ela aparenta ser um processo estanque que construiu seu espaço a partir das transformações pelas quais passou e passa a sociedade periférica da região metropolitana de Fortaleza, Ceará.

O papel do psicólogo comunitário, nesse caso, é compreender de que forma as determinações sociais da pobreza afetam a constituição do psiquismo humano em cada uma das crianças e jovens que participam das ações extensionistas e da produção do estágio em psicologia no Moura Brasil. O uso de recursos terapêuticos corporais, desenhos, metáforas, histórias locais, jogos recreativos, além do incentivo a participação nos esportes ofertados

pela própria instituição, são estratégias de mobilização das infâncias com o apoio dos voluntários do lugar com objetivo de fomentar motivações e fortalecer a autoestima das crianças e jovens que participam dos grupos comunitários, bem como perceber quais as estratégias de incentivo ao protagonismo infanto-juvenil com propósito de vida e perspectiva de promoção da equidade e igualdade de gênero e das relações étnico-raciais.

O recorte geracional da infância, no caso, localizada em um bairro periférico de uma grande metrópole do nordeste brasileiro, produzem interseccionalidades que atravessam fatores ontogenéticos e étnico-raciais, além de culturais, políticos e socioambientais que por sua vez afetam as experiências do desenvolvimento da infância no lugar. Com isto, relacionamos de maneira clara as contribuições da nossa vivência em campo com O GT 12: Diálogos entre as práticas em psicologia social e estudos das infâncias no contemporâneo, no contemplar de análises sobre a constituição do psiquismo humano em situações de extrema pobreza e vulnerabilidades psicossociais. Requerendo, assim, uma psicologia crítica com base nas epistemologias contemporâneas que sinalizam a indissolubilidade do processo identitário com as características e modos de subjetivação local; sem esquecer a interface com gênero e os próprios feminismos críticos interseccionais, como eixos norteadores da proposta da psicologia comunitária, onde alicerçamos a nossa práxis.

Por isso é lícito também relacionarmos as experiências aqui apresentadas com o GT 22 que desenvolve a temática da Interseccionalidade, investigação-ação participativa e psicologia comunitária nas relações de gênero, sexualidades e violências; pois utilizamos a IAPA como eixo metodológico central. Em última instância, acreditamos que podemos contribuir com o GT 39: Psicologia social crítica e comunidades em processos de vulnerabilizações: Intervenções contracoloniais, já que as nossas reflexões estão voltadas para o contexto comunitário articuladas com determinações raciais, étnicas, de gênero, orientação sexual e classe, abordando criticamente como o estudo contextualizado das infâncias periferias é capaz de reconfigurar os estudos em psicologia comunitária e em psicologia do desenvolvimento na América Latina.

Por último, sinalizamos que após alguns meses de atuação com as crianças estas demonstram fortalecimento da auto-estima, formas mais espontâneas de expressão dos seus processos identitários, dialogando sobre questões de equidade de gênero de forma clara, interagindo diretamente com seus pares e com início de uma motivação para as práticas esportivas, como o surf, antes exclusivas aos meninos que frequentam o espaço institucional.

Intersecções Amazônidas: Famílias e Casas da Comunidade Ballroom de Manaus

Caní Jakson Alves da Silva, Vitória Maria da Silva Miranda (UFAM)

A Comunidade Ballroom surgiu nos anos de 1960, nas periferias de Nova York, nos Estados Unidos, a partir da necessidade de criar um espaço de resistência em que fosse possível vivenciar a arte de forma segura. Também chamada de Cena Ballroom, essa comunidade foi, desde o início, protagonizada por pessoas trans, negras e latinas que viviam naquela região. Este trabalho é parte de uma pesquisa de mestrado realizada no Norte do Brasil através de vivências da primeira autora dentro de uma comunidade artística se implicando no problema: quais estratégias a Ballroom desenvolve para resistir a processos de violência? Este trabalho teve por objetivo principal identificar formas de resistência a violências estruturais na comunidade Ballroom de Manaus. Teve por objetivos específicos a discussão do conceito de família nessa realidade e relacionar o conceito de interseccionalidade na realidade amazônica nortista brasileira. Diante disso, compreende-se a importância de entender os aspectos e vivências que atravessam essa realidade por meio do feminismo negro, pois este propõe uma discussão interseccional que aponta para possibilidades concretas de enfrentamento e subversão das violências estruturais. Como explica Crenshaw (2002), a interseccionalidade nos permite compreender como diferentes estruturas de opressão atravessam corpos marcados pela racialização, dominação pelas estruturas de gênero e outras formas de aniquilação da vida e de controle social. Na psicologia, Conceição Nogueira (2019) discute a interseccionalidade com o objetivo de desenvolver estratégias que não apenas identifiquem fatores de dominação, mas que também possibilitem enfrentamentos e resistências a essas estruturas de opressão social. A partir dessa perspectiva crítica, observa-se, conforme Caní da Silva (2024), que as famílias Ballroom — conhecidas como "casas" — são formadas por pessoas que compartilham vivências comuns e que constroem redes de apoio emocional. Essas casas funcionam como espaços de acolhimento, aceitação e inclusão, onde os vínculos são formados com base no cuidado mútuo. As lideranças dessas casas recebem títulos como "mães" ou "pais", dentre outros nomes que são concedidos ou conquistados ao longo do tempo dentro da própria comunidade. São essas lideranças que assumem a responsabilidade de orientar, cuidar e treinar os membros da casa, fortalecendo os laços e promovendo um ambiente seguro e afetivo para a expressão artística e subjetiva de seus integrantes. Assim, reafirma-se o compromisso com a Psicologia Crítica, conforme Nogueira (2019), de trabalhar com uma psicologia interessada na identificação de estruturas opressivas na sociedade e uma prática psicológica libertadora contextualizada na América Latina. O percurso metodológico deu-se pela etnografia de Geertz (2008), que utiliza da descrição densa para registro de informações e posterior análise, vivenciando a realidade estudada de maneira íntima, detalhada e com riqueza de detalhes. Foi aplicado ainda um grupo focal para coleta de informações com integrantes da comunidade para dizerem de suas percepções sobre família nesse contexto, apontando que a comunidade Ballroom desenvolve suas formas próprias de enfrentamento às violências estruturais na sociedade. Logo, os resultados mostram que as vivências coletivas dentro da comunidade Ballroom possibilitam o desenvolvimento de outras maneiras de vivenciar afetos, familiaridade, autenticidade e expressividade pela arte, socialização e construção de vínculos saudáveis. Por fim, conclui-se que a Ballroom cria seu conceito próprio de família e que esta também pode ser uma forte rede de apoio para pessoas negras, trans, indígenas e demais pessoas que vivem no Norte do Brasil. As diversas modalidades de arte presentes nessa comunidade potencializam ainda mais as estratégias desenvolvidas

internamente, favorecendo o bem-estar e saúde mental, cidadania e afetividade.

A Comunidade Ballroom surgiu na década de 1960, nas periferias de Nova York, nos Estados Unidos, a partir da necessidade de criar um espaço de resistência onde fosse possível vivenciar a arte de forma segura. Também chamada de Cena Ballroom, essa comunidade foi, desde o início, protagonizada por pessoas trans, negras e latinas que habitavam a região. Este trabalho é parte de uma pesquisa de mestrado realizada no Norte do Brasil, construída a partir das vivências da primeira autora dentro de uma comunidade artística, implicando-se na seguinte problemática: quais estratégias a Ballroom desenvolve para resistir a processos de violência?

O objetivo principal foi identificar formas de resistência às violências estruturais na Comunidade Ballroom de Manaus. Como objetivos específicos, buscou-se discutir o conceito de família nesse contexto e relacionar o conceito de interseccionalidade à realidade amazônica nortista brasileira. Diante disso, compreende-se a importância de analisar os aspectos e vivências que atravessam essa realidade por meio do feminismo negro, uma vez que esse campo teórico propõe uma abordagem interseccional, apontando para possibilidades concretas de enfrentamento e subversão das violências estruturais.

Crenshaw (2002) explica que a interseccionalidade permite compreender como diferentes estruturas de opressão atravessam corpos marcados pela racialização, dominação de gênero e outras formas de controle social. Na psicologia, Conceição Nogueira (2019) discute a interseccionalidade com o intuito de desenvolver estratégias que não apenas identifiquem fatores de dominação, mas que também possibilitem resistência e enfrentamento a essas opressões.

A partir dessa perspectiva crítica, observa-se, conforme Caní da Silva (2024), que as famílias Ballroom — conhecidas como “casas” — são compostas por indivíduos que compartilham vivências comuns e constroem redes de apoio emocional. Essas casas funcionam como espaços de acolhimento, aceitação e inclusão, onde os vínculos são formados com base no cuidado mútuo. As lideranças dessas casas recebem títulos como “mães” ou “pais”, entre outros, que são concedidos ou conquistados ao longo do tempo dentro da comunidade. São essas lideranças que assumem a responsabilidade de orientar, cuidar e treinar os membros da casa, fortalecendo os laços e promovendo um ambiente seguro e afetivo para a expressão artística e subjetiva dos integrantes.

Reafirma-se, assim, o compromisso com a Psicologia Crítica, conforme Nogueira (2019), que propõe uma atuação voltada para a identificação de estruturas opressoras e para uma prática psicológica libertadora, contextualizada na América Latina. O percurso metodológico foi orientado pela etnografia de Geertz (2008), que utiliza a descrição densa para o registro de informações e sua posterior análise, permitindo uma vivência íntima e detalhada da realidade estudada. Além disso, foi aplicado um grupo focal com integrantes da comunidade, que compartilharam suas percepções sobre o conceito de família no contexto Ballroom, revelando que a comunidade desenvolve formas próprias de enfrentamento às violências estruturais.

Os resultados indicam que as vivências coletivas dentro da Comunidade Ballroom possibilitam o desenvolvimento de outras formas de experienciar afetos, familiaridade, autenticidade e expressividade por meio da arte, da sociabilidade e da construção de vínculos saudáveis.O futuro da cena Ballroom em Manaus parece promissor, com uma crescente diversidade de membros e uma maior visibilidade das questões enfrentadas por pessoas trans, não-binárias, indígenas e negras. A colaboração contínua, o respeito mútuo e o compromisso com a educação e a empregabilidade serão fundamentais para o crescimento e a sustentabilidade da comunidade. Conclui-se que a Ballroom cria um conceito próprio de família, que também se constitui como uma potente rede de apoio para pessoas negras, trans, indígenas e demais sujeitos que

vivem no Norte do Brasil. As diversas modalidades de arte presentes nessa comunidade potencializam ainda mais as estratégias desenvolvidas internamente, promovendo bem-estar, saúde mental, cidadania e afetividade. Com a união de esforços e a valorização das experiências únicas de cada membro, a cena Ballroom em Manaus tem o potencial de se tornar um exemplo de resistência, inclusão e celebração da diversidade.

Maternidade e dinâmicas familiares em relações homoafetivas entre mulheres na capital do Amazonas

Bianca Vale dos Santos Saraiva (UFAM), Ana Letícia Araújo Figueiredo (UFAM), Consuelena Lopes Leitão (UFAM)

No contexto contemporâneo, a pesquisa sobre maternidade e dinâmicas familiares em relações homoafetivas entre mulheres emerge como um estudo que visa explorar as experiências de maternidade e as relações familiares em casais que têm filhos na capital do Amazonas. A relevância desse tema reside na necessidade de compreender as complexidades dessas configurações familiares dentro de um contexto cultural e social diversificado. O objetivo geral deste estudo é compreender o processo de maternidade e as dinâmicas familiares em relações homoafetivas entre mulheres que têm filhos, utilizando uma abordagem qualitativa. Os objetivos específicos incluem a investigação da divisão de tarefas familiares, a identificação de disfunções nas relações familiares, o registro das experiências familiares e a discussão sobre possíveis formas de violência enfrentadas por essa estrutura familiar. A metodologia adotada consistirá em entrevistas semiestruturadas permitindo uma exploração detalhada e aberta das experiências dos participantes. A análise temática será utilizada para identificar padrões, temas e nuances nas narrativas coletadas sobre as dinâmicas familiares e os desafios enfrentados por esses casais. Ao colocar em destaque as vivências de estruturas familiares não normativas, como as de casais de mulheres homoafetivas, o estudo amplia a compreensão das diversas configurações familiares presentes na sociedade contemporânea. Isso não apenas enriquece o campo da psicologia, das ciências sociais e dos estudos de gênero, mas também fomenta uma abordagem mais inclusiva e sensível às variadas expressões de parentalidade, além de fornecer importantes informações para políticas públicas, programas de apoio familiar e práticas profissionais sensíveis às diversidades familiares. Este estudo nasce da convergência entre vivências pessoais e experiências acadêmicas das autoras, ambas mulheres que se relacionam com outras mulheres e que vivenciam cotidianamente os desafios impostos pelas questões de gênero, sexualidade e pelas normas que moldam as estruturas familiares. A proximidade com essas temáticas, tanto na vida quanto na formação profissional, despertou o interesse por investigar as múltiplas formas de maternidade e parentalidade não normativas, com um olhar sensível e comprometido. Social e culturalmente, a pesquisa busca contribuir para o reconhecimento da diversidade familiar, desconstruindo estigmas e promovendo reflexões sobre os modelos tradicionais de família. Ao abordar essas experiências a partir de uma perspectiva crítica e interseccional, pretende-se ampliar a compreensão pública sobre o tema e fomentar práticas mais inclusivas. Do ponto de vista científico, o trabalho oferece subsídios para futuras investigações no campo do desenvolvimento familiar, valorizando abordagens que considerem as especificidades culturais e sociais das maternidades dissidentes.

As transformações nas configurações familiares ao longo das últimas décadas revelam uma ampliação das formas de organização e vivência das relações parentais, trazendo à tona as famílias monoparentais, recompostas e homoparentais (Neirinck & Gross, 2014, citado por Medeiros 2006). Contudo, a coexistência dessas diversas configurações ainda enfrenta resistências, especialmente no que diz respeito às famílias homoparentais. Um ponto central das críticas a essa organização familiar é a suposição de que a criação de crianças por pais do mesmo sexo resultaria em desvantagens no desenvolvimento infantil. Entretanto, análises teóricas e dados empíricos

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

convergem para evidenciar que as crianças criadas em lares homoparentais não apresentam prejuízos em seu desenvolvimento, e no que se trata de aspectos como identidade sexual, desenvolvimento pessoal, relações sociais e risco de abuso sexual, Fulcher, Sutfin e Patterson (2008), Golombock et al. (2003), e MacCallum e Golombock (2004) afirmam que não há diferenças significativas entre crianças criadas em lares heterossexuais e aquelas criadas por pais do mesmo sexo.

Para Michel Foucault (1988), a sexualidade é uma construção social e histórica atravessada por instâncias de saber, poder e subjetividade, compondo uma trama discursiva que produz "verdades" sobre os corpos e as relações. Esses discursos não apenas regulam práticas sociais, mas também influenciam as percepções sobre a parentalidade homoafetiva, reforçando argumentos contrários e gerando questionamentos sobre os impactos dessa configuração familiar no desenvolvimento das crianças. Essas constatações sublinham a necessidade de superar as resistências socioculturais e de avançar na construção de uma sociedade que reconheça e legitime essa forma de organização familiar.

Socialmente, o estudo pode contribuir para a promoção da igualdade e no reconhecimento das diferentes formas de maternidade e parentalidade. Ao documentar e analisar as dinâmicas familiares desses casais, o trabalho contribui para a conscientização pública sobre a diversidade familiar, desafiando estereótipos e preconceitos arraigados. Culturalmente, ele oferece uma oportunidade para revisitar e redefinir conceitos tradicionais de família, refletindo sobre como essas estruturas influenciam e são influenciadas pelas normas sociais e culturais vigentes. Além disso, cientificamente, o estudo proporciona reflexões para pesquisas futuras sobre desenvolvimento familiar, destacando a importância de uma abordagem sensível às particularidades culturais e sociais das experiências de maternidade não normativas. O interesse pelo presente tema emerge de um entrelaçamento entre vivências pessoais e percursos acadêmicos que marcaram profundamente a trajetória das autoras deste artigo. Ambas são mulheres que se relacionam afetiva e sexualmente com outras mulheres e, por isso, estão cotidianamente atravessadas por questões de gênero, sexualidade e pela complexidade das dinâmicas que envolvem corpos dissidentes. Tais experiências não se limitam ao campo teórico, mas compõem um repertório vivencial que nos conecta diretamente com os debates em torno da diversidade sexual, das estruturas familiares não-hegemônicas e da interseccionalidade enquanto ferramenta de análise e resistência. Ao longo da graduação e em espaços formativos extra-acadêmicos, deparamo-nos com inúmeros contextos práticos que reafirmaram a urgência e a pertinência da abordagem crítica e sensível dessas temáticas. Essa proximidade com a realidade vivida, e não apenas observada ou estudada à distância, foi determinante para a escolha do tema e para o compromisso com uma investigação que privilegia a escuta, a complexidade e o respeito às múltiplas formas de existência. O presente estudo é, portanto, um trabalho feito por mulheres e para mulheres, ancorado em uma perspectiva ética, política e afetiva, que reconhece a potência do saber situado. Acreditamos que a construção de uma reflexão aprofundada sobre gênero, sexualidade e organizações familiares pode contribuir não apenas para o avanço do conhecimento científico, mas também para a transformação de práticas profissionais, tornando-as mais inclusivas, críticas e comprometidas com a justiça social.

Multidões Queer: clínica, esquizoánalise e monstruosidade

Edson Antonio dos Santos Junior (UEFS), Diego Arthur Lima Pinheiro (UEFS)

O presente resumo nasce de um conjunto de experiências e ações desenvolvidas no programa de extensão Multidões Queer, ligado ao Departamento de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). O programa iniciou suas atividades em 2021, virtualmente, com encontros remotos focados na formação de extencionistas para o acolhimento, orientações, atendimento individual e/ou coletivo e outras demandas que se apresentarem ao projeto. Tudo isso sendo pensado para oferecer atendimento à população LGBT+ do município de Feira de Santana, no Serviço-Escola de Psicologia da UEFS, tendo estes atendimentos sido iniciados no ano de 2023, a partir de arcabouços teóricos-metodológicos fornecidos pela Análise Institucional, pelas ferramentas de análise provindas do campo dos estudos de gênero e pela Esquizoanálise.

O dispositivo analítico clínico na psicologia, sendo um sucessor da clínica médica e das ciências naturais, é historicamente marcado por seu enfoque na normalização dos corpos, principalmente com fins produtivos dentro do sistema capitalista. A cisgeneridade e heterossexualidade compulsória foram habilmente apresentadas e naturalizadas como características intrínsecas ao desenvolvimento humano por meio de processos históricos de dominação e colonização, possuindo como objetivo principal a reprodução da força de trabalho. Porém, é no século XIX que as classificações das identidades heterossexual e homossexual surgem como categorias taxonômicas e psicopatológicas, quando Krafft-Ebing cria uma enciclopédia das sexualidades normais e perversas, tornando-as objeto de conhecimento, de vigilância e de repressão jurídica. Ao reduzir os corpos a zonas erógenas e classificar a sexualidade entre normal e perversa, Krafft-Ebing enquadra o ser humano em modos binários de vida.

No século XX inauguram-se diversas pesquisas na área da sexualidade e da biotecnologia. Elas possibilitaram que aqueles que rompem com o binarismo de gênero possam tornar suas expressões de gênero, suas orientações sexuais e seus modos de vida tangíveis, usando de substâncias químicas e moléculas comercializáveis pela indústria farmacêutica como uma expressão física de suas monstruosidades (PRECIADO, 2018. p.37). Desse modo, a sexualidade se torna uma tecnologia de controle social. Onde, o perverso só existe em oposição ao normal, o monstro em oposição ao humano e o fabricado em oposição ao natural. Ao passo que afirmar a existência de uma expressão de gênero humano normal e natural significa enquadrar todos os que estão fora do regime binário e heterossexual como corpos monstruosos.

A existência do monstro tem sido algo constantemente patologizado pelas mais diversas frentes às quais este gera questões, sofrendo com a violação de direitos, medicalização e extermínio. Isso foi e tem sido feito e consentido, por muito tempo, pelas práticas/ciências de saúde mental, as quais são ferrenhamente criticadas por Preciado (2022) por se colocarem nesse papel normalizador dos monstros, apontando para a necessidade de uma clínica que tenha como objetivo abolir o medo da anormalidade, de tomar o monstro como uma potência a ser investida, uma clínica da diferença.

A esquizoanálise é uma perspectiva teórico-prática que parte de uma crítica à psicanálise, apontando suas concepções centradas no complexo de Édipo e na triangulação familiar (mãe, pai e filho) imersas na norma/normativo. Além disso, também aponta uma análise crítica ao capitalismo e ao fascismo, já que eles produzem sujeitos normativos para se manterem, sujeitos que vão se neutralizar para a diferença e se retirar da processualidade da vida. Nesse sentido, a esquizoanálise

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

apresenta uma tarefa de caráter destrutivo e criativo, trabalhando para extinguir o sujeito da norma de modo a eliminar os efeitos dela e inventando novos modos de si e de existir.

Dentro dessa perspectiva, a esquizoanálise atua nos modos de vida, na forma como nos relacionamos com nós mesmos e com os outros. Essas relações estão constantemente em processo de mudança, considerando que a vida tem um caráter de transformação contínuo. Pensando numa perspectiva da atuação clínica, o que se busca é a construção de estratégias para lidar com a diferença, uma vez que a processualidade permeia os modos de vida. Dessa forma, a experiência clínica se dá a partir do direito à diferença e se dedica à construção de desvios dos modelos de orientação sexual e identidade de gênero impostos. A função da clínica é dar espaço para a monstruosidade, para os anormais e consequentemente para a experimentação.

O importante no processo analítico é a experimentação, tendo em vista que ela é aliada da diferença. Sendo assim, a clínica busca produzir um sujeito da ação que sustente o movimento da vida que sempre supera a si mesma, assim como criar condições para experimentá-la. Para isso, é preciso se lançar na experimentação para devolver o corpo ao campo da processualidade. O dispositivo clínico, ao trabalhar estratégias para lidar com o mal-estar presente na diferença (Rolnik, 2011), convoca o sujeito a se construir no devir, sendo a esquizoanálise uma possibilidade de clínica da diferença.

A monstruosidade citada no título refere-se aos corpos e práticas que são dissidentes das normatizações impostas pela nossa sociedade. Corpos que romperam e rompem cotidianamente com os regimes de sexo, gênero e raça dominantes. A clínica proposta pelo programa de extensão tem como objetivo sustentar a monstruosidade das experiências minoritárias nas relações com as questões de gênero e diversidade sexual, entendidas por monstro aqueles cujo corpo e práticas são considerados anormais em um regime de saber e poder determinados.

Os extensionistas do Multidões Queer participam de grupos de estudos quinzenais, supervisão de caso semanais, acolhem demandas da UEFS relacionadas a violência de gênero e sexualidade e oferecem atendimentos psicológicos à população LGBT+ de forma gratuita. Utilizando ferramentas teórico-metodológicas que não buscam a normalização dos corpos, os extensionistas fazem do dispositivo analítico clínico um laboratório de experimentações e construção de estratégias para lidar com a diferença, buscando construir um sujeito potente. Ela deve atuar como um dispositivo que dê passagem à diferença, uma vez que ela implica em produção do sujeito, em singularização e invenção de si. Dessa forma, a função monstruosa da clínica não consiste em algo nefasto ou que provoque temor, a função monstruosa da clínica se dá pela sua capacidade de instaurar processos de desvio das normas/modelos, mas também de atuar numa crítica dessas mesmas normas, de fazer ruir os modelos e ideais impostos.

Narrativas sobre violências na trajetória vida de adolescentes inseridas nas dinâmicas de criminalidade do Ceará

Vitória Rodrigues da Silva, Vitória Rodrigues da Silva (UFC), Verônica Morais Ximenes (UFC)

O presente trabalho apresenta resultados parciais da pesquisa de doutorado em Psicologia. O recorte aqui apresentado versa sobre um dos objetivos específicos da tese que é analisar quais as violências presentes na trajetória de vida das adolescentes que participam de atividades ilícitas nos territórios cearenses. Nesse caminho é necessário compreender a reconfiguração dos modos de fazer o crime no Ceará com o crescimento das chamadas facções, iniciado em meados de 2014, substituindo os grupos conhecidos como gangues que disputavam poder de mando nos bairros em meados da década de 1990 (Paiva, 2019). Essa nova organização é marcada especialmente pela violência armada e recrutamento juvenil. (Silva, 2020). De acordo com Melo e Paiva (2021), a forma de organização grupal dos coletivos criminais cultiva um senso de aliança e coesão por meio da disciplina e obediência, com concepções morais próprias, gerando rivalidade, controle e conflitos entre grupos, transformando a realidade de territórios periferizados. Outro fator importante no fortalecimento das facções é a participação de mulheres, que atuam especialmente na comunicação entre presídio e comunidade, no tráfico de drogas e articulando ações de eliminação de membros do grupo rival. Contexto muito diferente ao período das gangues, onde a função delas era, essencialmente, de namorada, esposa, viúva e mãe (Marinho, 2004). A participação de meninas e jovens mulheres na dinâmica do crime também as coloca como alvo de vingança de rivais e vítimas do próprio grupo quando há descumprimento de regras internas, que abrange também conflitos com parceiro afetivo-sexual (Comitê de Prevenção e Combate à Violência, 2021). O discurso sobre a violência armada organizada em grupos que caracteriza a realidade atual do Ceará cria um estado de sítio, onde determinados bairros se configuram como estado de exceção e o inimigo em comum é o/a "envolvido/a". Tal discurso é assimilado e utilizado pelas próprias adolescentes e refere-se às pessoas que não praticam contravenções penais como "cidadão" e a si mesmas como "envolvida" no mundo do crime (Silva, 2020). Uma divisão entre não criminosos e criminosos, onde estes últimos são apartados das suas condições de humano e portadores de direitos. O ser (jovem) envolvido/a toma forma de inimigo/a público, uma figura identitária feita para ser exterminada (Barros & Benicio, 2017). É nesse sentido que apontamos a importância em ouvir adolescentes cujas trajetórias são invisibilizadas de modo estigmatizante, visto que sofrem processos de criminalização e culpabilização por sua atual condição, o que leva à invisibilidade. Metodologicamente, apresentamos aqui parte dos resultados da etapa qualitativa da pesquisa de caráter misto em desenvolvimento no curso de doutorado em Psicologia. Essa fase segue as trilhas da pesquisa-ação (Haguette, 1994) conduzida a partir da realização de encontros no formato de oficinas temáticas com 8 adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa no único centro socioeducativo feminino do Ceará. A oficina é concebida como uma prática colaborativa, que favorece construções coletivas de sentidos sobre o tema que se pretende abordar, orientado por uma atividade-produção, atrelado à construção de espaços de diálogo e a co-construção de outras possibilidades de sentidos acerca das temáticas discutidas. Os encontros foram norteados por temas construídos coletivamente relacionados à trajetória de vida, significações sobre ser menina/mulher, ser menino/homem, família, violências, relações afetivas, sonhos e entre outros. Spink et. al (2014) apontam o potencial para o exercício ético e político, já que os efeitos da oficina não se limitam ao registro de informações para

a pesquisa, uma vez que sensibilizam as pessoas para a temática trabalhada, possibilitando aos seus participantes a convivência com a multiplicidade (nem sempre harmônica) de visões e sentidos sobre tema. A intervenção grupal foi estruturada com 8 encontros, com frequência semanal, com duração em torno de 90 minutos. Nessa fase, utilizamos um recurso metodológico do diário vivencial individual, produzido pelas participantes no decorrer das oficinas em que registraram as produções de cada encontro. Foi utilizado linguagens artísticas como música, poesia, colagens, fotografia, produção textual, filmes como produtoras de diálogo. Os principais resultados que emergiram nas narrativas das adolescentes participantes das oficinas expõe violências institucionais a partir da precarização do acesso a políticas de educação, profissionalização e saúde, especialmente ligado a práticas discriminatórias relacionadas à raça, classe, geração e territorialidade. Outros tipos de violência comum na experiência das participantes são as perpetradas por parceiros-afetivos sexuais, principalmente as relações heteroxessuais. Nesse sentido, demonstraram desconhecer outros tipos de violações do campo doméstico para além da física. Enquanto moradora de territórios periféricos, é parte da rotina serem alvo de ações policiais abusivas e que incluem assédio sexual. Ademais, o grupo faccional o qual se vinculam praticam diferentes agressões para controle de seus corpos, mesmo que argumentem oferecer proteção contra ameaças de morte advindas dos grupos rivais. As adolescentes adotam discurso que indicam que o início das práticas criminais se deu pelo interesse em buscar os próprios recursos financeiros e lugar de reconhecimento com a conquista de respeito e poder no território, além de buscar pertencimento grupal. Nesse sentido, as mesmas adolescentes revelam participação em diferentes ações para eliminação de membros de grupos rivais, atentados contra vida, agressões contra vítimas em ações de roubo com naturalidade. Dessa forma situam a prática de violência como fato comum de seus cotidianos. Na mesma medida descrevem com naturalidade a percepção que suas vidas serão abreviadas a partir da inserção nas facções. Nesse sentido, Martín-Baró (1975) indica que entre os efeitos da vivência prolongada com a violência, está a sua naturalização como resposta privilegiada para a resolução de conflitos interpessoais e na vida cotidiana. Martin-Baró (1985) argumenta que se a violência é escolhida como instrumento, é porque ela é eficaz e sua escolha se dá por motivos distintos. Em alguns casos ocorre por falta de alternativas comportamentais, em outros por pressão grupal ou por razões ideológicas que servem a interesses sociais. Nota-se, portanto, que o autor aborda a violência de acordo com os processos sociais em curso e as circunstâncias históricas específicas. Portanto, Baró nos ajuda a pensar o sujeito a partir de onde ele está situado, escapando da visão de criminalizante da juventude periférica negra. Spivak (2010) acrescenta que a vida do homem branco heterossexual europeu é a medida para avaliar o valor de uma pessoa, que quanto mais se afasta desses marcadores sociais, mais vulnerável estará dentro do sistema moderno-colonial. Nessa perspectiva, pode-se compreender que o machismo e sexismo articulados com o marcador de classe e raça recaem sobre as adolescentes, proporcionando maior estigma e podem limitar oportunidades para a construção de projeto de vida. Situar a juventude das periferias cearenses como ameaça em potencial é uma face da colonialidade tendo a necropolítica (Mbembe, 2018) como engrenagem que opera para que jovens não escape do ciclo criminal, fortalecendo as práticas discriminatórias contra corpos racializados, pereferizados e feminizados. Sendo um projeto político para acirramento das desigualdades, edificadas na colonialidade de gênero (Lugones, 2020). Concluímos que para a adolescente tida como envolvida recai as mesmas práticas (des)subjetivação, que os produzem ao mesmo tempo como morríveis (abandonados de forma a inviabilizar suas vidas) e matáveis (alvos de extermínio físico de forma socialmente banalizada) que afeta os jovens homens negros periferizados do Ceará, contudo, a uma maior

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

precariedade devido a interseccionalização (Crenshaw, 1991) com marcador gênero que as expõe a mais práticas de violências.

Palavras-Chave: Gênero. Juventude. Violência. Oficina. Facção.

Referências:

Barros, J. P. P., & Benicio, L. F. de S. (2017). "Eles nascem para morrer": uma análise psicossocial da problemática dos homicídios de jovens em Fortaleza. Revista De Psicologia, 8(2), 34–43.

Comitê de Prevenção e Combate à Violência. (2021). Meninas no Ceará: a trajetória de vida e de vulnerabilidade de adolescentes vítimas de homicídio. Assembleia Legislativa do Ceará, Qualygraf Editora.

Crenshaw, K. (1991). Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. Stanford Law Review, 43 (6), 1241-1299.

Haguette, M. T. F. (1994). Metodologias qualitativas na Sociologia. Vozes.

Lugones, M. (2020). Colonialidade e gênero. Em H. B. Hollanda (Org.). Pensamentos feministas hoje: perspectivas decoloniais (pp.15-35). Bazar do Tempo.

Marinho, C. H. (2004). Viúvas de gangues: o universo interdito da violência urbana juvenil. [Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará]. Repositório Institucional da UFC. http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/6331

Martín-Baró, I. (1975). El valor psicológico de la represión política mediante la violencia. Estudios Centroamericanos, 30(326), 742-752.

Martín-Baró, I. (1985). Acción y ideologia: Psicología Social desde Centroamérica. UCA Editores.

Mbembe, A. (2018). Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte. N-1 Edições.

Melo, J. ., & Paiva, L. F. S. (2021). Violências em territórios faccionados do Nordeste do Brasil: notas sobre as situações do Rio Grande do Norte e do Ceará. Revista USP, 129, 47-62.

Paiva, L. F. (2019). "Aqui não tem gangue, tem facção": As transformações sociais do crime em Fortaleza. Caderno CRH, 32(85), 165–184.

Silva, V. R. (2020). "Envolvidas": a experiência social das adolescentes em medida socioeducativa privativa de liberdade [Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará].

Spink, M. J., Menegon, V. M., & Medrado, B.. (2014). Oficinas como estratégia de pesquisa: articulações teórico-metodológicas e aplicações ético-políticas. Psicologia & Sociedade, 26(1), 32–43.

Spivak, G. C. (2010). Pode o subalterno falar? UFMG.

Pesquisa em rede: relato sobre diferentes vieses de género no interior do Amazonas

Dafne Serafim Cosendey Toledo (UFAM), Ana Victoria Chaves Pinheiro (Ufam), Barbara Chaves Bentes (Ufam), Gabriel Augusto Pinheiro Ozaki (Ufam)

Esse relato busca apresentar a perspectiva de diferentes discentes sobre como as experiências de gênero marcaram as atitudes e comportamentos das crianças e dos adolescentes nas suas interações em campo. Tem como objetivo demostrar como vivências pessoais e teóricas influenciam o olhar de cada pesquisador, e que essas experiências múltiplas podem enriquecer a construção de possíveis análises.

Em maio de 2025, quatro alunos de psicologia, sendo três da graduação e uma do mestrado, e a coordenadora do projeto de extensão Maria Jiquitaia, da Universidade Federal do Amazonas, viajaram para três cidades no interior do estado do Amazonas, com o objetivo de realizar oficinas sobre a conscientização sobre o abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. As oficinas consistiam em quatro momentos, o primeiro de testagem de conhecimento dos participantes sobre seus direitos e sua conscientização sobre abuso e exploração sexual, o segundo uma apresentação teatral lúdica e participativa, o terceiro uma exposição de conteúdo sobre o assunto e uma retestagem das primeiras perguntas e por fim, um momento de interação com as crianças com desenhos, brincadeiras e pinturas de rosto.

Após a oficinas, a autora deste trabalho se reuniu individualmente com cada um dos colegas e indagou “O que você notou nas crianças e adolescentes que você percebe como um reflexo de padrões hegemônicos de gênero, e como você relaciona estes padrões as suas leituras acadêmicas e vivências?”.

A autora é uma mulher branca e bissexual que está fazendo o seu mestrado sobre a construção de masculinidades em meninos, e, ao observar as crianças e adolescentes, percebeu a tendencia dessas de usar os adultos como referência, dado que apareceu em sua pesquisa teórica, ao pedirem pinturas no rosto igual ao das duas estudantes que estavam realizando as pinturas, independente de estigmas de gênero, meninas pediram bigodes e meninos pediram flores e corações. Outro comportamento percebido nos meninos mais velhos foi que, apesar e estarem interessados nas atividades da ação, performavam indiferença e antagonismo no momento que percebiam que o seu entusiasmo estava aparecendo, fazendo piadas e fingindo não estar prestando atenção, era possível perceber os momentos que estes performavam a postura de uma masculinidade que não se abala em contraste com a espontaneidade infantil que tentavam esconder.

A estudante A é uma mulher bissexual parda e sua percepção foi permeada por sua pesquisa sobre geração, o que a permitiu notar a diferenciação de comportamento de acordo com gênero e idade. A espontaneidade das crianças e sua abertura com as atividades eram mais homogêneas em relação ao gênero nas crianças mais novas, que apesar de demostrar reconhecimento da diferenciação entre eles, como fazer filas dividindo meninas e meninos mesmo sem ter sido orientados para tal, também facilmente quebraram expectativas acerca dos estereótipos de gênero, como por exemplo no momento da pintura facial. Já os adolescentes possuíam um certo desinteresse a princípio, porém enquanto alguns meninos abandonaram as atividades, as meninas timidamente ofereceram ajuda para os estudantes, dando dicas de desenho e auxílio em realizar as atividades, como desenhar uma flor para as mais novas pintarem e para pintar os rostos das outras crianças.

Estudante B se debruça nos estudos de Paul Preciado e Gilles Deleuze e se identifica como uma pessoa negra e trans não-binaria, o que realçou sua percepção sobre os

padrões de gênero que as crianças não reforçaram, como por exemplo a escolhas de brinquedo, pois as meninas não se importaram em ganhar o celular do Homem-Aranha. Apesar de perceber que inicialmente as crianças se demostravam alheios a diferenciação de gênero, notou que esses expressavam alguns padrões em seus comportamentos normalmente associados a essa diferenciação, sendo as meninas mais dedicadas e atentas que os meninos. Estudante B também está realizando uma pesquisa sobre qualidade de vida de crianças no Amazonas, o que permitiu observar as diferenças entre as cidades, percebendo maiores estagnação em relação a fluidez de performances de gênero o quão maior era a cidade, havendo a maior flexibilidade na menor delas, onde, por exemplo, fomos recebidos por um menino vestido de flor.

O Estudante G é um homem negro bissexual, este percebeu uma maior rigidez em relação à papeis de gênero que seus colegas. Notou esses comportamentos no modo de brincar das crianças, que as meninas, apesar de brincarem com o celular do homem - aranha, mostraram predileção pelo das princesas, e que na rua não havia meninas brincando de futebol. Sendo o único homem cis entre os pesquisadores, conseguiu visualizar nos meninos repressões que também vivenciou enquanto crescia, onde os adultos deixavam claro o papel de homem como alguém destinado ao trabalho braçal, e que os meninos que demonstravam comportamento ditos como femininos ou se identificavam como gays, eram rechaçados de maneira velada, apesar do aparente apoio da escola em relação a sua sexualidade, sendo sua visão sobre essas repressões influenciada por sua leitura de Jung.

A autora, apesar de ter estado nas oficinas e ter percebido os mesmos movimentos nas crianças que seu colegas, ao trocar relatos com estes conseguiu nomear e ressignificar as suas próprias observações, pois, independentemente de seu conhecimento teórico, está apenas vivenciou as particularidades de sua própria identidade de gênero, raça, sexualidade e classe. Como marcador social, o gênero não pode ser analisado de maneira isolada, deste modo essa experiência ressalta a importância de se buscar a construção de pesquisas em rede, pois diferentes perspectivas possibilitam um olhar mais interseccional na pesquisa e extensão.

Projeto "Saúde das Mulheres" Negras: participação e transformação social em territórios metropolitanos do Rio de Janeiro

Carla Couto de Paula (CEFET/RJ)

Considerando a sistemática opressão praticada, historicamente, contra as mulheres negras, o projeto "Saúde das Mulheres Negras", lançado em novembro de 2024 pela ONG Criola, em parceria com lideranças comunitárias, religiosas e de movimentos sociais e coletivos da baixada fluminense e da área metropolitana do Rio de Janeiro, tem como objetivo fortalecer a atuação de meninas, mulheres negras, cis e trans, e organizações para a melhoria do campo em saúde, especialmente na Atenção Primária, e garantir o acesso aos serviços de saúde com qualidade, respeito e resolutivo, priorizando as experiências e perspectivas locais. A sistematização desses dados servirão de base para a implementação de estratégias que, discutidas coletivamente, levarão em consideração as características de cada território e de seus equipamentos, buscando incidir politicamente, a partir de mobilizações localmente articuladas.

Dentre os coletivos e grupos de articulação, destacamos o Instituto Casa das Pretas, grupo liderado por feministas negras, que desenvolve ações que buscam fortalecer, em rede e através do compartilhamento de saberes e fazeres, as mulheres dentro de suas comunidades, orientando-se pelo compromisso com a reparação das desigualdades estruturais engendradas pelos marcadores da diferença na sociedade brasileira, especialmente às mulheres negras cis e trans periféricas.

As políticas públicas em saúde da mulher estiveram ligadas, até a década de 80, a modelos de atenção cujo objetivo era garantir bem-estar na maternidade, considerado seu mais importante papel social, necessário para o desenvolvimento econômico de uma sociedade, notadamente racista e sexista como a brasileira. Incidindo sobre essas populações de maneira verticalizada, as ações em saúde reduziram-se a determinados indicadores, desarticulados de demandas específicas em relação à territorialidade, à raça e à orientação sexual, por exemplo. Nos primeiros anos da década de 80, movimentos sociais e feministas passam a criticar a ineficiência dos programas em saúde destinados às mulheres, especialmente o fato de que seu acesso era limitado aos cuidados durante um período específico - o ciclo gravídico-puerperal, ficando sem assistência as demais fases e esferas de sua vida física e existencial.

O conceito de saúde adotado pelo projeto vai de encontro ao estabelecido pela Organização Mundial de Saúde - OMS (1947) como um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doenças, e que devem ser observados em conjunto com os determinantes sociais de saúde, como meio ambiente, habitação, alimentação, educação, renda e acesso aos serviços de saúde e participação política. Ou seja, incorporando saberes de diversas áreas do conhecimento, além das biológicas e médicas, levando em conta uma leitura mais ampliada dos processos de saúde-doença, especialmente em relação à população negra.

Devemos ter em mente as múltiplas formas de opressão que moldam as experiências de meninas e mulheres negras cis e trans, reconhecendo as interseccionalidades (Collins, 2020) que atingem esses corpos em função do racismo, sexismo, classicismo, lgbtfobia e outras formas de discriminação e preconceito. As primeiras ações de saúde da população negra "buscavam adaptar suas práticas de alívio e cura às condições locais, o que faziam apoiados na memória de seus rituais e símbolos e no impulso gerado no contexto de luta por dignidade e liberdade" (Lopes & Werneck, 2024) - uma junção entre medicina popular, tradição e práticas religiosas de alívio. Até porque, o Estado brasileiro atrelou seus primeiros modelos de saúde pública ao vínculo empregatício formal e como resultado: perpetuaram estratégias necropolíticas (Mbembe, 2018) de exclusão da população negra. Foi a criação do SUS, pela Constituição Federal de 1988, que fez introduzir um sistema de seguridade social no qual a saúde é entendida como direito universal, focado na

promoção do bem de todos, todas e todes as pessoas, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor idade e quaisquer outras formas de discriminação (Brasil, 1988), ou seja, sem privilégios ou barreiras.

Dessa maneira, o SUS não deve ser entendido como um projeto de reformulação apenas do setor saúde, mas como um projeto de sociedade. Na organização de suas ações e serviços, destacamos a participação popular/comunitária que garante políticas, ações e programas, à nível micropolítico, que respondam às necessidades das populações em condições de desigualdade, ofertando ações diferenciadas e alinhadas com as demandas de cada grupo e de cada território, levadas a termo através dos Conselhos de Saúde e das Conferências, no caso do projeto, especialmente as municipais e estaduais. A participação popular e o controle social tornam-se norteadores do sistema de saúde nacional, contribuindo para o agenciamento político e para a luta baseada em direitos e em busca de equidade em saúde. Em outras palavras, as demandas colhidas localmente têm potencial de estabelecer os parâmetros para o planejamento e a modulação das políticas públicas em saúde compreensivas e que possam intervir nos impactos do racismo sistêmico e estrutural (Almeida, 2019) que penetra as instituições e agem, sobre a saúde, através de seus modos de funcionamento e da definição de prioridades e metas de realização, em particular das mulheres negras. Para promover mudanças no Sistema, o projeto aposta na construção de redes nos territórios para dialogar sobre o agenciamento de suas demandas e necessidades e para articular iniciativas de atenção à saúde integral, intra e intersetorial, visando o aperfeiçoamento da Política de Atenção Primária. Além disso, formar coalizões municipais e regionais, em parceria com outras organizações e lideranças, para acompanhamento e sustentabilidade das ações em prol da saúde das meninas e mulheres negras.

Em setembro de 2024, participamos da "Reunião de Articulação sobre a Saúde das Mulheres Negras", juntamente com outras cinquenta organizações e lideranças, para discutirmos os cenários de saúde dos nossos territórios, conhecermos a proposta de construção coletiva, capitaneada pela ONG Criola, para o Projeto Saúde das Mulheres Negras e firmarmos alianças e estratégias para pensar um futuro livre da opressão racista, patriarcal e cisheteronormativa. Entre os dias 25 e 29 de novembro de 2024 realizamos a "Jornada Formativa Saúde das Mulheres Negras", onde foram apresentados temas fundamentais para a promoção e defesa dos direitos das mulheres negras, com foco na construção de estratégias de incidência política em prol de melhorias no sistema de saúde pública. Estabelecemos um cronograma de trabalho entre os meses de janeiro e outubro de 2025 onde realizamos oficinas temáticas nos territórios para o conhecimento de suas demandas e reuniões institucionais para articulação com os equipamentos da Rede de Atenção Primária.

Contextualizado o tema, esta comunicação oral apresentará os processos de formação e articulação desenvolvidos pelo projeto "Saúde das Mulheres Negras", especialmente a partir do mês de junho de 2025, mês em que eu assumi, no lugar da colaboradora e amiga Isis Natureza Oliveira da Silva, a área de atuação do Instituto Casa das Pretas na região metropolitana do Rio de Janeiro. Para isso, defendendo a indissociabilidade entre teoria, metodologia e prática, e a perspectiva epistemológica do sul global, nos apoiaremos nas conceituações desenvolvidas pela Psicologia Social Comunitária em Sílvia Lane (Psicologia Sócio-Histórica), Ignácio Martín-Baró (Psicologia da Libertação) e Maritza Montero (Paradigma Latino-Americano de Construção e Transformação Crítica), destacando como essa epistemologia contribui para enfoques em intervenções psicossociais na comunidade que potencializam laços de coletividade, autonomia e autogestão e que garantam que o sujeito e a sociedade possam se transformar, tendo como ponto de partida a liberdade, o pensamento crítico e a garantia de um projeto de sujeito/sociedade democrático (Scarparo & Guareschi, 2007).

Psicologia comunitária e população em situação de rua: o território em cena

André Ricardo Teixeira Junior (UFMG), Gustavo Henrique Carretero (UFMG)

INTRODUÇÃO

O presente resumo se trata da discussão teórica de um projeto de pesquisa em andamento no programa de pós-graduação em Psicologia da UFMG, na área da Psicologia Social, dentro da linha de pesquisa Política, Participação Social e Processos de Identificação, com apoio da CAPES, orientado pelo professor Gustavo Henrique Carretero. Com essa pesquisa, pretende-se aprofundar no paradigma da psicologia comunitária e, a partir desse arcabouço teórico, busca-se identificar suas possíveis contribuições para a luta por direitos e transformações políticas das pessoas em situação de rua de Belo Horizonte, utilizando-se da pesquisa-participativa como metodologia para alcançar tal propósito. O presente resumo tem como foco a discussão a respeito de comunidade em psicologia comunitária, e suas faltas para a práxis comunitária com a pop rua, pelo foco desse campo na população domiciliada.

OBJETIVO

O objetivo deste resumo é o de apresentar um questionamento a respeito do entendimento de comunidade para a psicologia comunitária, e suas limitações com relação à perspectiva tradicional de uma comunidade ser formada por pessoas domiciliadas, moradores de um local fixo, como um bairro, e se essa definição produz consequências na atuação com uma população que não possui moradia regular por definição.

RELAÇÃO COM O GT

Esta pesquisa propõe a sistematização teórica de um modo de se atuar com a pop rua que integre práticas comunitárias latino-americanas de promoção de autonomia política, saúde mental e libertação, utilizando a psicologia como ferramenta, levando em consideração o público altamente heterogêneo que é a população em situação de rua, que possui multideterminações de como chegam, como se mantém e como saem das ruas (Esmeraldo Filho, 2021), estando de acordo com o propósito do eixo temático da Psicologia Social e Saúde..

Esses fatos alertam para a imprescindibilidade de uma perspectiva interseccional no trato com esse grupo, devido a diversidade de marcadores sociais da diferença presentes na pop rua. Collins e Bilge (2021) informam como a interseccionalidade foi cunhada justamente para criticar modelos de análise que selecionavam uma única categoria de opressão ao interpretarem a realidade, como a centralidade da classe, no caso de marxistas.

Desse modo, a escolha pela submissão se deu para participar de discussões a respeito de experiências empreendidas para o enfrentamento às desigualdades sociais. O presente resumo propõe também uma reflexão crítica a respeito do debate de território em psicologia comunitária em associação com a pop rua, e a experiência profissional e teórica de outras pessoas do campo podem dar pistas de como resolver esse problema, quais as limitações dessa questão no atuar com a pop rua, até mesmo se isso se já não foi superado. Será de ótimo proveito, portanto, integrar as discussões.

ORIENTAÇÃO TEÓRICA

Conforme Karl Marx (2015) descreve, o modelo socioeconômico capitalista tem como um de seus pilares a constituição de um exército industrial de reserva, isto é, um montante sobressalente de trabalhadores em situação de desemprego ou subemprego. Nesse sentido, Lélia González (2020) apresenta que essa parcela populacional brasileira desempregada ou subempregada é relegada às margens do sistema, sofrendo todas as consequências desse processo, e é formada majoritariamente pela população negra. Tais aspectos são

evidenciados quando se analisa a população de rua, que enfrenta significativa dificuldade de ascender socialmente, sendo composta por 50% de pessoas pardas e 18% de pessoas pretas, segundo o Plano Nacional Ruas Invisíveis - PNRI (Brasil, 2023), além de outros marcadores que não podem ser desconsiderados.

O PNRI (Brasil, 2023) demonstra que a pop rua é heterogênea, tendo como pontos em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares fragilizados ou rompidos e a inexistência de moradia convencional regular. Além dessas condições, o povo da rua é significativamente singular a depender de sua localização, com particularidades específicas com relação até às distintas regiões dentro de um mesmo município (Melo, 2011). Os sujeitos desse grupo são considerados inexistentes pela sociedade, não humanos, ou recebem apoio assistencialista e tutelar por parte do Estado, de ações religiosas de caridade e da filantropia privada, mediante modelos que culpabilizam sujeitos e cronificam a situação de rua.

Diante do exposto, propõe-se um trabalho que vá na contramão do cenário hegemônico que está sendo imposto sobre a população em situação de rua, visando catalisar a organização política. Deve-se, então, levantar dados a respeito da experiência nas ruas e das contradições que constituem essa situação. Torna-se imperioso, para tanto, uma análise crítica, aspirando evitar um falseamento ideológico racista, classista e sexista, revelado por Gonzalez (2020), sobre esses cidadãos que já sofrem há tanto, apontando para a atividade da psicologia comunitária (Góis, 2005) como um norteador da pesquisa.

Nessa linha, a Psicologia Comunitária nasce após a década de 1960, de forma a atualizar o campo da psicologia social para o contexto latino-americano, recusando as simplistas adaptações de teorias estrangeiras (Góis, 2005). Adiante, segundo Wagner Góis (2005), é possível compreender a comunidade enquanto uma população de moradores que possuem enfrentamentos cotidianos e valores compartilhados, estruturados historicamente em um território delimitado, por intermédio de suas relações sociais dentro da comunidade e com a sociedade como um todo. A pop rua expande essa conceituação para além da descrição tradicional de comunidade enquanto bairro, cooperativa, movimento social etc. tendo em vista que não se enquadra como um povo estabelecido fixamente em determinado local, mas não deixa de ser representada pela definição exposta.

METODOLOGIA

A atuação com a Pop. Rua se dará por intermédio da pesquisa participativa, com registro em diário de campo dos encontros, e se orientará pelo paradigma da Psicologia Comunitária, focalizando a catalização do processo de produção de autonomia política (Góis, 2005). Brandão (1987) expõe, nesse sentido, que a pesquisa participativa surge como metodologia de trabalho mirando as classes populares da sociedade, promovendo sua incorporação no processo de produção do conhecimento de forma que se adequa à realidade concreta na qual se aplica. Assim sendo, pretende-se nesta investigação que o pesquisador se insira nas atividades do cotidiano, acompanhando a concretude que abarca o grupo aqui em pauta. Essa relação se dará nos diferentes serviços que têm como foco a assistência à Pop. rua (Centro Pop, Consultório na Rua, etc.), mas também nos locais de movimentação política ativa, como fóruns, manifestações, assembleias legislativas.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Sabe-se da necessidade de pesquisas com o tema da população em situação de rua, devido a pouca produção acadêmica nesse campo (Esmeraldo Filho, 2021). Diante disso, Góis (2005) se refere à comunidade tratando como algo formado por moradores fixos, dá a ideia de uma localidade definitiva, como um bairro, em que se estabelecem moradores que deverão formar uma comunidade. Contudo, por definição, a população em

situação de rua não possui como moradia um local regular (PNRI, 2023), sua vida privada se dá no ambiente público da sociedade, suas relações se estabelecem no território, seus costumes são construídos em múltiplas regiões, tendo amigos, pontos de alimentação, lugar para dormir, etc. espalhados pela cidade (Holanda).

Levanta-se, assim, o questionamento de se essa falta conceitual sobre domicílio produz efeitos na prática com a pop rua. Para dar conta dessa questão sobre território, domicílio, comunidade e população de rua, será necessária revisão teórica sobre a psicologia comunitária, as especificidades materiais da pop rua e a perspectiva de território que dê conta dessa realidade, mediante literatura crítica, e articular as possibilidades de diálogo que forem suscitadas. Ainda não se chegou à uma conclusão, mas nas formulações de Góis (2005), é recorrente a demarcação dos domicílios para se referir à comunidade, indicando uma falta na prática dessa área da psicologia para o trato com pessoas que possuem como característica de existência não possuir moradia fixa e regular (PNRI, BRASIL, 2023) Percebe-se que as ruas se tornam a residência nesse cenário, e o território precisa ser investigado a partir dessa outra perspectiva para realização de atividades com a pop rua.

BIBLIOGRAFIA

BRANDÃO, C. Repensando a pesquisa participante. 3 ed. Editora Brasiliense, 1987.

BRASIL, Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Plano Nacional Ruas Invisíveis: Plano de Ação e Monitoramento para Efetivação da Política Nacional para a População

em Situação de Rua (PNRI). Brasília, MDHC, 2023.

COLLINS, P.H. BILGE, S. (2021). O quê é interseccionalidade? In: Collins, P.H. e Bilge, S. (2021). Interseccionalidade. São Paulo: Boitempo.

ESMERALDO FILHO, C. E. Pessoas em situação de rua de Fortaleza: a expressão da

pobreza e modos de enfrentamento. Fortaleza, CE, Universidade Federal do Ceará, 2021.

GÓIS, C. W. L. Psicologia Comunitária: atividade e consciência. Ceará, Editora Instituto Paulo Freire do Ceará, 2005.

GONZALEZ, L. Por um feminismo afro-latino-americano. Editora Schwarcz -Companhia das Letras, 2020.

HOLANDA, J. G. Se virando no sistema da rua. Moradores de rua, conceitos e práticas. Porto Alegre. Civitas, v19, n1, p. 28-44, 20219.

MARX, K. O Capital: Crítica da economia política. Livro 1: O processo de produção do capital. Boitempo Editorial, 2015.

MELO, T. H. A. G. A rua e a sociedade: articulações políticas, socialidade e a luta por

reconhecimento da população em situação de rua. Curitiba, PR, Universidade Federal do Paraná, 2011.

Saúde mental, minorias sexuais e de gênero no rural: o que (não) diz na literatura

Agui Araujo Aires (UFRN), Myllena Dayse da Conceição Lucena (UFRN), Victor Hugo Belarmino Lima (UFRN), Fernanda Fernandes Gurgel (UFRN)

Nas últimas décadas, tem crescido o interesse da Psicologia em compreender os determinantes da saúde mental em contextos rurais, ampliando o olhar para além dos centros urbanos. No entanto, observa-se um desconhecimento sistemático das experiências de sofrimento psíquico de minorias sexuais e de gênero no rural. A partir dessa lacuna, a pesquisa objetivou mapear a produção científica de artigos que discutissem a saúde mental de minorias sexuais e de gênero no rural, considerando trabalhos que focalizassem as especificidades do contexto sul-global. Metodologicamente, realizou-se uma revisão integrativa, de artigos empíricos e teóricos. O mapeamento foi realizado no Periódicos Capes, sem recorte de tempo, partindo-se de descritores como "LGBTQIAP+", "minorias sexuais e de gênero", "rural" e "saúde mental", e seus correlatos nos idiomas português, inglês e espanhol. Após aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, obteve-se uma amostra final de 6 artigos, os quais foram lidos na íntegra e incorporados ao estudo. Como resultados desta revisão, dos estudos encontrados, entraram artigos publicados entre os anos de 2008 até 2023, dentre estes um quantitativo, dois mistos (quali-quanti), e três qualitativos em que dois são de caráter teórico e quatro de caráter empírico. Com isso, construímos algumas categorias temáticas: escassez na produção científica; experiências de violência, discriminação e preconceito; iniquidades em saúde; e baixo acesso aos cuidados em saúde mental. Sobre a primeira categoria, a maior parte dos artigos relatam a baixa produção acerca do tema, alguns falam mais sobre letras específicas da sigla, outros de localidades específicas, e geralmente isso se limita aos centros urbanos, além da maioria serem estudos feitos ou financiados pelo norte-global, não abarcando as particularidades discursivas de países que estão na periferia do capital. Já a segunda categoria está voltada para os relatos de violência e descriminação que essa população sofre em toda sua trajetória de vida, como isso é marcado pelo discurso conservador hegemônico de crenças essencialistas sobre os conceitos de sexo e gênero e os comportamentos normativos q são derivados dessas crenças que são impostos a ser seguidos para o bom convívio social. As duas últimas categorias estão voltadas para a forma de tratamento desse grupo nos espaços de saúde e o quanto ela é negligenciada, sobretudo quando se fala da saúde mental, se aprofundando ainda mais quando esse debate é levado para o meio rural. As violências vão desde posturas preconceituosas dos próprios profissionais de saúde até violências sistemáticas institucionalizadas, não aceitando que a existência dessas pessoas são consideradas merecedoras de cuidado em saúde. Dessa forma, pode-se observar algumas situações estressoras e ansiogênicas para as minorias sexuais e de gênero que residem em localidades rurais — dentre elas, o medo e a ansiedade que passam quando precisam ir até um dispositivo de saúde. Esse acesso já não é fácil no rural, especialmente quando se trata de cuidado em saúde mental, seja pela distância dos equipamentos ou pelo despreparo e desconhecimento das equipes. Como estratégia para garantir o atendimento e fugir de situações desconfortáveis, muitas vezes omitem informações relevantes sobre seus problemas, o que se dá em razão da discriminação social e institucional presente nos espaços de saúde e que atrapalha na busca por cuidado diante dos adoecimentos psíquicos. A atenção primária segue sendo a porta de entrada dos cuidados do SUS, entretanto, não respeita as especificidades da população LGBTQIAPN+ no rural, as unidades e equipes de saúde não ofertam um cuidado sensível e culturalmente competente. Na prática

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

cotidiana dos cuidados, há um desconhecimento sistemático da existência e da realidade concreta dessas minorias sexuais e de gênero no rural. A discursividade hegemônica dos estudos das ruralidades e de gênero e sexualidade sedimenta essa invisibilidade dessas experiências. Ao passo que são invisibilizados pelas políticas públicas e pela ciência, vivenciam uma imposição cotidiana da cisheteronormatividade, o que os obriga a criarem suas próprias redes de apoio e acionarem a passabilidade para não serem penalizados por ferirem a norma heterossexual. Na realidade rural há uma nuance que consiste no isolamento geográfico e social, dificultando a formação de redes de apoio, aumentando o risco de adoecimentos mentais e até suicídios nessas áreas. Por fim, os estudos afirmam que são sujeitos afetados por sentidos e discursos conservadores de sexualidade e gênero, calcados numa suposta naturalidade e imanência do gênero e da sexualidade, bem como descolados de outros marcadores sociais relevantes como as relações raciais, macroestruturais - como as relações de produção e reprodução social do capitalismo - enfim, descolados de uma visão situada e histórica dos determinantes sociais do sofrimento psíquico no rural. Conclui-se que ainda persiste a tendência de as pesquisas sobre gênero e sexualidade seguirem fortemente urbanocentradas, voltadas majoritariamente às grandes cidades e metrópoles, perpetuando a invisibilidade acerca das particularidades das vivências das minorias sexuais e de gênero que habitam espaços rurais, tanto nos campos da saúde quanto das ciências sociais, o que reforça desigualdades e limita o desenvolvimento de políticas públicas sensíveis à diversidade e ao território.

Vigiar, Punir e Exilar: O aparato estatal contra existências LGBTQIAPN+

Agnes Barros Notaro de Oliveira (UNINASSAU GARANHUNS), Maria Clara Gomes Cisneiros (UNINASSAU GARANHUNS), Matheus Gerônimo Silva Bezerra (UNINASSAU GARANHUNS), Clara Elvira Vicente de Souza e Silva (UNINASSAU GARANHUNS), Fernanda Selma de Lima Sales (UNINASSAU GARANHUNS), Giselle Oliveira (UNINASSAU GARANHUNS)

Introdução: A marginalização de corpos LGBTQIAPN+ configura-se como um fenômeno histórico e socialmente construído, atravessando diferentes dimensões da vida em sociedade e operando como estratégia de controle e aprisionamento. Desde o período colonial, práticas de exclusão, criminalização e patologização foram mobilizadas para disciplinar corpos dissidentes e manter a ordem heterocisnormativa, consolidando dispositivos de poder que perduram até os dias atuais. Essa marginalização se manifesta por meio de discursos e práticas institucionais, como a segurança pública, o sistema jurídico e as políticas de saúde que legitimam a violência simbólica e física contra pessoas LGBTQIAPN+, reforçando a lógica de vigilância e contenção.

Objetivos: Este resumo tem por objetivo analisar as principais formas de marginalização e criminalização de corpos LGBTQIAPN+ no Brasil, considerando recortes históricos, políticos e sociais que evidenciam a persistência de práticas discriminatórias. Busca-se investigar como discursos de segurança pública, moralidade e saúde pública contribuem para a legitimação de estratégias de controle, configurando mecanismos de aprisionamento material e simbólico. Além disso, pretende-se compreender como a marginalização opera enquanto dispositivo biopolítico e necropolítico, ao disciplinar e aniquilar corpos considerados desviantes. Por fim, objetiva-se contribuir para o debate acadêmico e político sobre direitos humanos e cidadania LGBTQIAPN+, evidenciando como políticas públicas e práticas sociais podem romper com essas lógicas excludentes, promovendo inclusão e justiça social.

Relação com o GT: O trabalho estabelece uma relação direta com o grupo temático, ao propor uma análise crítica dos mecanismos institucionais que produzem exclusão e violência contra pessoas LGBTQIAPN+. A pesquisa fundamenta-se em uma perspectiva interseccional, evidenciando como a articulação entre gênero, sexualidade, cisheteronormatividade e poder configura estratégias de controle e silenciamento de corpos dissidentes. A análise apresentada não apenas denuncia práticas de institucionalização da LGBTQIAPN+fobia, mas busca propor um enfrentamento às estruturas que naturalizam a marginalização, reafirmando o compromisso com uma psicologia crítica, ética e socialmente engajada. Ao trazer à tona a lógica do biopoder e da necropolítica presentes nas instituições de controle, o estudo insere no debate tópicos como justiça social, promoção de direitos humanos e superação das opressões estruturais. Esse alinhamento teórico e político reforça os princípios defendidos por autores como Carneiro (2003), que destaca a importância da interseccionalidade como ferramenta analítica para compreender os atravessamentos do racismo, do sexismo e da heteronormatividade nas estruturas sociais. Assim, o trabalho contribui para a construção de uma psicologia sensível à complexidade dos contextos vividos por populações marginalizadas, conforme propõe o GT.

Orientação Teórica: O presente resumo orienta-se por uma perspectiva interseccional, compreendendo como diferentes fatores sociais (raça, classe, gênero e sexualidade) não só se inter-relacionam, como também se sobrepõem, produzindo opressão, desigualdade e exclusão. Ainda, mobiliza os conceitos de biopolítica, necropolítica e para a análise do papel das instituições estatais em relação à reprodução da violência e do controle social seletivo, sobretudo sobre corpos dissidentes. Adota a criminologia crítica, devido a sua relevância, quanto às causas estruturais do crime, da seletividade penal e dos mecanismos de punição

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

direcionados a populações marginalizadas Tais abordagens, conceitos e perspectivas, permitem analisar a marginalização de corpos LGBTQIAPN+ como um processo histórico e político, sustentado por mecanismos de poder que operam na normatização, vigilância e eliminação dessas existências.

Estratégias Metodológicas: Este resumo foi elaborado a partir de uma perspectiva teórica de caráter qualitativo, com foco em análises bibliográficas. O tema central foi investigado com base em obras acadêmicas de Michel Foucault e artigos científicos de autores como Mariana Capellari (2018), Larissa Barbosa (2022), Helena Cinque (2020), entre outros. Sendo assim, foram utilizados livros, artigos e trabalhos acadêmicos como principais fontes documentais para a produção do trabalho descrito, visando o embasamento crítico. A seleção das fontes considerou critérios de qualidade, relevância científica e contribuição teórica, sendo realizada por meio de buscas em plataformas acadêmicas, como a Scientific Electronic Library Online SciELO.

Resultados: Diante da análise sociohistórica da marginalização de corpos LGBTQIAPN+, se torna evidente como tais práticas são estratégias contemporâneas de controle e exclusão, sustentadas por discursos de segurança e moralidade institucional. Assim, a persistência dessas dinâmicas revela a atuação de aparelhos biopolíticos que disciplinam e, por vezes, eliminam vidas minoritárias. Nesse contexto, se faz necessário reconhecer e enfrentar as estruturas que perpetuam a violência e a invisibilidade dessas populações, dando ênfase na importância de desconstruir narrativas normativas para que seja possível a elaboração de uma sociedade mais justa e equitativa, onde a diversidade não seja condenada. Dessa forma, este estudo contribui para o debate acadêmico e sociopolítico sobre os direitos humanos da população LGBTQIAPN+, reforçando a necessidade de ações concretas que rompam com perspectivas excludentes. A análise bibliográfica realizada evidenciou que a marginalização de corpos LGBTQIAPN+ no Brasil não se trata de um fenômeno pontual ou isolado, mas sim de uma prática histórica sistemática que opera por meio de dispositivos de controle e exclusão, como o sistema penal, a saúde mental institucionalizada e os discursos morais de segurança pública. Conforme denunciado por Michel Foucault em Vigiar e Punir (2009), o poder disciplinar se insere nas instituições com o objetivo de normatizar condutas e exercer controle sobre os corpos. Nesse sentido, a criminalização e patologização de identidades dissidentes configuram formas de vigilância e punição direcionadas, atualizadas nos espaços contemporâneos como presídios e hospitais psiquiátricos. A obra Holocausto Brasileiro, de Daniela Arbex (2013, fornece um panorama impactante sobre como a lógica do confinamento e do extermínio foi aplicada a corpos indesejados, revelando o caráter necropolítico de determinadas instituições. A morte em massa de pessoas consideradas “inadequadas” no Hospital Colônia de Barbacena é um exemplo trágico da função de aniquilamento social exercida por aparatos estatais sob a justificativa de “tratamento”. Esse cenário guarda paralelos com a atual realidade de pessoas LGBTQIAPN+ privadas de liberdade, submetidas a condições de encarceramento degradantes e violência institucional, como apontam os estudos de Cappellari (2018) e Cinque e Dorigon (2020). A partir da criminologia crítica queer, Barbosa et al. (2022) evidenciam que o sistema prisional não apenas ignora as especificidades da população LGBTQIAPN+, mas também legitima a violência por meio da omissão e da naturalização da discriminação. O conceito de “dupla penalização” o fato de a pessoa LGBTQIAPN+ ser punida tanto pelo sistema de justiça quanto por sua identidade de gênero e orientação sexual se articula com a noção foucaultiana de que o poder atua na produção de subjetividades e na hierarquização das vidas. Dessa forma, os resultados apontam para a atuação de uma racionalidade biopolítica e necropolítica, que regula quem pode viver e quem deve morrer, quem é protegido pelo Estado e quem é alvo de abandono e morte institucionalizada.

Conclusão: A invisibilização da violência contra pessoas LGBTQIAPN+ nos espaços de aprisionamento é mais do que omissão: é um mecanismo ativo de exclusão e silenciamento. Além disso, a pesquisa revelou que as

políticas públicas ainda são insuficientes para garantir direitos básicos e proteção à diversidade nos sistemas de justiça, saúde e segurança. A ausência de protocolos específicos, de reconhecimento legal de identidades de gênero e de ações efetivas contra a violência institucional reflete a persistência de uma lógica cisheteronormativa que estrutura o Estado e suas práticas. Portanto, discutir os modos como o controle social opera sobre corpos LGBTQIAPN+ é fundamental para propor alternativas baseadas na justiça social, nos direitos humanos e no reconhecimento da pluralidade de existências. A psicologia crítica, quando aliada à teoria queer e perspectivas decoloniais, pode contribuir para o enfrentamento dessas estruturas de opressão, promovendo a escuta, a visibilidade e a dignidade de sujeitos historicamente silenciados.

Referências Bibliográficas:

ARBEX, Daniela. Holocausto brasileiro: vida, genocídio e 60 mil mortes no maior hospício do Brasil. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

BARBOSA, Larissa; WEIGERT, Mariana; CARV ALHO, Salo de. Quem enxerga a população LGBT encarcerada? (a lgbtfobia institucional sob a perspectiva da criminologia crítica queer) / Who sees the imprisoned LGBT population? (Institutional lgbtphobia from the perspective of queer critical criminology). Revista Direito e Práxis, [S. l.], v. 13, n. 3, p. 1982–2008,

2022. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/68111 Acesso em: 27 abr. 2025

CAPPELLARI, Mariana Py Muniz. Gêneros encarcerados: LGBTs no sistema prisional brasileiro. Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, v. 4, n. 1, p. 91–106, 2018. Disponível em: https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/revistadireito/article/view/13722. Acesso em: 27 abr. 2025.

CARNEIRO, Sueli. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. 2003. 183 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. Disponível em: https://repositorio.usp.br/item/001465832. Acesso em: 6 jun. 2025.

CINQUE, Helena; DORIGON, Alessandro. O ENCARCERAMENTO DOS LGBT FRENTE À DUPLA PENALIZAÇÃO. AKRÓPOLIS - Revista de Ciências Humanas da UNIPAR, [S. l.], v. 28, n. 2, 2020. DOI: 10.25110/akropolis.v28i2.8118. Disponível em: https://www.revistas.unipar.br/index.php/akropolis/article/view/8118. Acesso em: 27 abr. 2025.

COSTA, Laysla Gomes; FERREIRA, Sara Brigida Farias. Invisibilidade e transfobia institucional: a violação de direitos humanos da pessoa transgênero no sistema penitenciário brasileiro. Revista Brasileira de Execução Penal, Brasília, v. 5, n. 2, p. 57-72, jul./dez. 2024. Disponível em: https://rbepdepen.depen.gov.br/index.php/RBEP/article/view/1007/671. Acesso em: 28 abr. 2025.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhete. 27. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

GT 23: INTERSETORIALIDADE, PRÁTICAS DE ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIAS E PRODUÇÃO DE VULNERABILIDADE NA POLÍTICA PENAL COLONIAL BRASILEIRA

Coordenação: Luisa Bertrami D'Angelo (UERJ), Roberta Brasilino Barbosa, Isabel Scrivano M. Santa Bárbara (IFRJ)

A realidade do encarceramento feminino em Belo Horizonte a partir de prática extensionista do Culthis: espaço de atenção psicossocial às pessoas presas, sobreviventes do cárcere seus familiares e amigos

Manuela Maria Magalhães de Almeida (UFMG), Carolyne Reis Barros (UFMG)

De acordo com dados publicados pelo SENAPEN, o encarceramento feminino no Brasil aumentou 460% nos últimos 23 anos e as mulheres negras representam 65% da população carcerária. Para essas mulheres, o peso de uma punição recai tanto pelas sanções penais quanto pelas sociais. Corrobora essa ideia o fato de que as mulheres são também as que menos recebem visitas, uma taxa de 26,8 % não têm visitantes cadastrados e as que mais sofrem com revistas vexatórias e outras práticas de violência física ou moral. As informações apresentadas, apesar de alarmantes, não são surpreendentes ao considerarmos a seletividade do sistema penal brasileiro marcado por sua estrutura colonial e patriarcal e operando como ferramenta de manutenção da dominação racial. Tendo em vista esse cenário, o projeto de extensão Culthis surge na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) a fim de, a partir da perspectiva do Abolicionismo Penal e da Criminologia Crítica, atuar no acolhimento psicossocial de pessoas presas, seus familiares e amigos através de uma prática que compreenda o real papel do sistema prisional em sua estrutura e função. Assim, o presente resumo abordará uma temática que se aproxima do proposto no GT 23 ao apresentar uma forma de intervenção psicossocial em contextos prisionais que possibilita a escuta de vítimas de violência institucional e faz eco ao eixo temático 5 ao evidenciar não só a violação de direitos humanos e destruição de formas de vida promovidas pelo sistema de justiça brasileiro como também caminhos de resistência a tais violações.

Esse texto possui como objetivo apresentar de que maneira a dupla violação de direitos da mulher encarcerada pode ser observada, em Belo Horizonte, a partir de uma das atividades realizadas no projeto de extensão: a ida às filas das unidades prisionais. Aqui, mais especificamente, a ida a uma penitenciária feminina, a PIEP (Complexo Penitenciário Estevão Pinto) e as reflexões e discussões suscitadas a partir das conversas com familiares, diários de campo e também a comparação frente a realidade das filas em presídios masculinos. Enquanto prática de extensão, a atividade faz parte do eixo de atenção psicossocial do projeto que também contempla outros dois eixos: articulações políticas e formação. Esse eixo envolve também o acolhimento dos sobreviventes do cárcere acompanhados pelo Culthis. A partir disso, a atividade de ida às filas surge como uma demanda da realidade a partir de uma sugestão dos acompanhados pelo projeto que sugerem a ida às filas em dias de visita ou entrega de kits como maneira de estender o acolhimento às famílias das pessoas presas. Hoje, a prática consiste em, a partir de uma perspectiva situada e implicada, conversar com os familiares nas filas de visitas (momentos antes da entrada no complexo penitenciário possibilitando um momento de escuta

engajada e acolhimento frente às inúmeras violências que o cárcere provoca.

As perspectivas teórico metodológicas sob as quais o projeto se apoia são a criminologia crítica apresentada por Zaffaroni a partir de um recorte latino americano que contempla a seletividade penal e as violências por ele atualizadas. A clínica política e o sofrimento ético político enquanto ferramentas para guiar e orientar a escuta e acolhimento. Estas são fundamentais pois ajudam a afirmar a impossibilidade de reparação psíquica frente a manutenção do atual modelo de segurança pública. O caminho passa, nesse caso, pelo fortalecimento das subjetividades dessas vítimas e pela valorização de processos coletivos que lhes confiram autonomia e protagonismo. O abolicionismo penal é também guia para a nossa prática pois entendemos o fim das prisões como o único horizonte possível para que essas violências sistêmicas deixem de ser uma realidade.

As reflexões aqui apresentadas surgiram a partir das visitas realizadas ao longo de um ano às filas na penitenciária feminina PIEP em Belo Horizonte. Elas acontecem normalmente aos sábados e domingos e são organizadas a partir das alas, ou seja, o familiar tem um dia determinado para realizar a visita de acordo com a cela e ala na qual a pessoa presa se encontra. Essa determinação e a impossibilidade de flexibilização frente a mudanças inesperadas é violenta e gera muitos problemas. Em todas as visitas que realizamos pelo menos uma familiar ali presente recebeu informações oficiais equivocadas acerca das condições da sua visita (dia e horário) o que, por sua vez, determinava mais um mês de espera para a visita de sua familiar presa. Isso contribui para que o contato com o mundo exterior seja ainda mais dificultado. Além disso, diversas são as regras que regulam as vestimentas das visitantes e também a entrada de artigos de higiene e/ou alimentos. Muitas delas são impostas de maneira arbitrária aos familiares e mudam, por vezes, sem que as familiares sejam informadas. Ainda, de acordo com a última análise do mecanismo nacional de prevenção e combate à tortura (MCPCT), há diversos casos de revistas por body scan sendo realizadas por homens e em 61,3% do total de estabelecimentos penais inspecionados foram registradas denúncias de práticas de revistas vexatórias, outro fator que contribui para o abandono das mulheres encarceradas.

Ademais, pudemos observar que o número de familiares para as visitas, nos finais de semana em que estivemos presentes, variava entre 10 e 15 pessoas. A última inspeção realizada na unidade em 2022 pelo MCPCT destaca que são inúmeros os pedidos das pessoas privadas de liberdade solicitando contato familiar e que esse é ainda mais dificultado pela precariedade da estrutura telefônica da unidade, que raramente funciona bem. Apesar de as crianças estarem presentes nas filas que frequentamos essa não é sempre uma realidade e o relatório apontou que em 2022 não era permitida a entrada das mesmas. O relatório apresentado escancara a violação de direitos dessas mulheres privadas de liberdade que, muitas vezes, perdem contato até com seus próprios filhos. Ainda, a partir de conversas com as famílias no momento das filas pudemos ouvir diversos relatos acerca de outras violações de direitos dentro do sistema que envolviam violências físicas, sexuais e psicológicas e que culminaram em casos de auto-extermínio. A inspeção endossa o que foi compartilhado pelas familiares ao apontar para a alarmante frequência de automutilações na unidade, os relatos de sofrimento mental e de ideações suicidas além da incapacidade da unidade de assegurar a assistência psicossocial e psicológica.

Finalmente, como caminhos possíveis de resistência e transformação frente a tanta injustiça, acompanhamos familiares que se acolhiam frente às violências e que juntas questionavam a hierarquização do valor das vidas sem encontrar justificativas para essas violações. Observamos assim, um caminho para que elas consigam ampliar seu território de existência através de uma

mobilização que possa garantir autonomia diante das imposições do cárcere. Essa experiência junto aos familiares nos lembra que a atuação do projeto se dá a partir de convocações da realidade e que embora a manifestação do sofrimento seja individual, ele é uma produção coletiva que considera as violações e violências estruturais do cárcere. O acolhimento psicossocial nas filas das unidades prisionais como espaços de cuidado foi capaz de contribuir para escancarar a violação sistemática de direitos humanos e possibilitar um espaço de escuta engajada que se orienta pela superação das prisões.

Ensaio sobre o Movimento Social Mães de Maio e debate sobre Saúde Mental.

Vitoria de Miranda Ferreira (UNIFESP), Raiane Patrícia Severino Assumpção (UNIFESP)

Introdução

O presente trabalho é fruto da pesquisa que está sendo desenvolvida com o Movimento Mães de Maio, por meio de reflexões, inquietações e denúncias realizadas pelas integrantes do Movimento Social, acerca da Violência de Estado, em diferentes espaços, acadêmicos e civis, no qual cobram por justiça e reparação psicossocial para os familiares das vítimas dos Crimes de Maio de 2006, além da extinção da Polícia Militar. A ação do Estado, age sobre a população pobre e sobretudo preta, de maneira ostensiva e coercitiva, e tem a instituição Polícia Militar como um dos braços da reprodução necropolítica. No mês de Maio de 2006, houve um "salve" no estado de São Paulo, o chamado tinha como objetivo avisar os "cidadãos de bem", não saírem de suas casas nas próximas noites, pois a ordem era de matar todos que estivessem nas ruas, tal ação seria uma resposta ao que foi divulgado pela mídia como os ataques realizados pela facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC). Assim, entre os dias 12 e 20 de Maio de 2006, agentes policiais e paramilitares mataram no estado de São Paulo, cerca de 500 pessoas, vitimando 60 vidas, apenas na Região Metropolitana da Baixada Santista. Em uma semana matou-se mais pessoas do que durante as duas décadas do período ditatorial no Brasil. Assim, forjada pelo luto e pela luta, Débora Silva Maria, mãe de Edson Rogério dos Santos, uma das vítimas dos Crimes de Maio na cidade de Santos, deu início ao grupo Mães de Maio, como liderança, Débora, denuncia: "A Ditadura nas favelas ainda não acabou" e é alicerçado sobre a luta de Débora e outras familiares que a escrita deste ensaio pretende refletir brevemente sobre o campo da Saúde Mental dos familiares das vítimas da Violência do Estado e provocar as categorias profissionais de Psicologia e Serviço Social sobre a atuação no que tange o acolhimento, acesso aos direitos sociais e construção de Políticas Sociais para os familiares e vítimas da Violência de Estado.

Objetivo

Analisar o contexto sócio-histórico dos Crimes de Maio e as demandas dos familiares das vítimas da violência de Estado, a ação do Estado como agente punitivo ao invés de assegurador da Proteção Social, refletir sobre o compromisso ético profissional do Serviço Social e da Psicologia com os movimentos sociais em defesa da emancipação humana e contribuir com as reflexões no âmbito acadêmico com a temática abordada.

Grupo de Trabalho e Eixo temático

GT 24: Memória, Reparação Histórica, Lutas por Direitos e Redistribuição.

Eixo temático: 04. Direitos, movimentos sociais e desafios à Democracia.

Orientação Teórica

Para o caminhar desta pesquisa, o método de pesquisa adotado foi o materialismo histórico dialético, método que concebe o ser humano e a história em constante movimento como referências bibliográficas foram utilizados os pesquisadores: Quijano (2010), Marx (2017), Schwarcz (2019), Fernandes (2019), Gonzalez (2020), Gouveia (2023), as próprias Mães de Maio e demais pesquisadores que enriquecem o debate com insurgência e criticidade. Além da participação, diálogo e observação em debates e eventos com as ativistas e pesquisadoras Mães de Maio e demais familiares de vítimas do Estado.

Estratégias Metodológicas

A metodologia deste trabalho é baseada primeiramente em um campo de respeito e reconhecimento do protagonismo do Movimento Mães de Maio, a afirmação deve-se ao fato das próprias integrantes denunciarem o espaço acadêmico, muitas vezes como um campo que se alimenta da dor, relatos e vivências do Movimento para promover "um Lattes que não morde" (Kehl & Dunker, 2015). As integrantes do Movimento Mães de Maio, estão inseridas no meio acadêmico, pois são pesquisadoras e protagonistas de suas próprias histórias "Não falem de nós, sem nós", como enfatiza a líder do movimento social, Débora Silva Maria. Sendo assim, o grupo não aceita ser visto meramente como objeto de pesquisa e adentra ao espaço institucional da Educação, repleto do saber popular, tão criminalizado em um período que a Educação é disputada brutalmente pelo capital como cenário de lucro e alienação (Cássio, 2019).

As primeiras interações ocorreram por meio do Grupo de Pesquisa Violência de Estado, Direitos Humanos e Educação Popular e posteriormente em Encontros das Mães e Familiares das Vítimas da Violência de Estado. A escuta ativa, observação e a sensibilidade são fatores indissociáveis, pois o luto, a dor e a coragem andam lado a lado, assim como as mães.

Resultados

"O Brasil tem um enorme passado pela frente"

(Millôr Fernandes)

Em tempos de recrudescimento do conservadorismo e do ideário neofacista, relembrar a atemporal frase de Millôr Fernandes, é salientar que a crise política e econômica contemporânea é resultado de um processo sócio-histórico de cunho colonial, baseado na exploração da mão de obra escravizada, na desumanização do negro e em um poderio que define aqueles que devem viver e morrer. O capitalismo é engendrado pelo colonialismo. Não há capitalismo, sem mercantilização da vida. Logo, todos os corpos e existências que fogem do ideário branco e colonizador, passam a ser inferiorizados e criminalizados (QUIJANO, 2005).

Não obstante, a maternidade de mulheres negras e pobres, é cobiçada pelos olhos impiedosos do patriarcado e do racismo estrutural. Davis (2016), relata que no sistema escravizado, as mulheres eram vistas como unidades de trabalho lucrativa, desprovidas de gênero:

"...A mulher escrava era, antes de tudo, uma trabalhadora em tempo integral para seu proprietário, e apenas ocasionalmente, esposa, mãe e dona de casa"

(DAVIS, 2016, página 17).

Vale salientar, que, a exaltação da feminilidade e da maternidade no século XIX, não se estendeu às mulheres negras, não existia gênero para elas, a não ser que fosse para os senhores mutilarem e violentarem sexualmente as escravizadas. De modo, que a maternidade também era inexistente, pois a reprodução natural era vista como modo de reposição e ampliação da população escravizada. Reprodutoras, e não mães. (DAVIS, 2016).

O projeto de extermínio da população negra, é bem arquitetado, como bem elucida Rachel Gouveia na obra "Na mira do Fuzil": "O sofrimento e a destruição da população negra marcam a constituição do país ao mesmo tempo que o lugar da outridade é modo basilar para que os modos de vida dos privilegiados com a destruição tenham sua manutenção (GOUVEIA, 2023, página 14). A saúde mental da mãe vítima da violência de Estado, é afetada de inúmeras formas: a negação ao luto, o respeito à memória do filho que foi assassinado, o rótulo:"mãe de bandido" e a revivência da dor a cada nova morte de um jovem cometida pelo Estado.

Por isso, é movidas pelo desejo de vida, que recentemente mães de vítimas da violência do Estado dos estados de São Paulo, Bahia, Minas Gerais e Ceará, lançaram com o apoio do Centro de Arqueologia e Antropologia Forense (CAAF/Unifesp) e o Movimento Independente Mães de Maio por meio de financiamento da Secretaria de Acesso

à Justiça (SAJU) do Ministério da Justiça e Segurança Pública, o projeto Enfrentação que tem como objetivo garantir o acesso à justiça, à memória e à reparação simbólica e social aos familiares de vítimas da violência policial. O projeto conta com o trabalho e suporte jurídico, psicológico e social às famílias impactadas pela violência estatal, por meio de Intervenção e de pesquisa a partir da escuta das famílias.

"Mães periféricas e pretas que sentem no cotidiano as dores do racismo classista estrutural que destila ódio aos seus filhos. A morte como resultado dessa guerra civil, quase anunciada pelo racismo estrutural presente, mas negado pelas instituições de poder do Estado como o judiciário e a polícia, contra uma população desarmada é uma situação de vida que gera muito sofrimento" (ESCUTE AS MÃES DE MAIO, 2024, n.p)

Diante dessas informações, o debate se afunila: de que maneira as categorias profissionais do Serviço Social e da Psicologia estão preparadas para lidar com essas questões? No mês de março de 2024, as Mães de Maio lançaram a cartilha “Escute as Mães de Maio” e ao discorrerem sobre o luto, enfatizaram a urgência dos espaços de acolhimento para as mães enlutadas: “...quando se cria um espaço de reconhecimento de validação, convida-se também que a mãe e ou familiar possa erguer sua voz” (ESCUTE AS MÃES DE MAIO, 2024, n.p). Repensar estratégias de acolhimento, humanização, abordagens que visem o reconhecimento da maternidade dessas mulheres e a escuta ativa é imprescindível para ações de valorização da vida.

Conclusões

A pesquisa está em processo de elaboração, mas o intuito deste trabalho é socializar e fomentar o debate, para que as categorias de Serviço Social e Psicologia, possam construir coletivamente ações e reflexões que almejem a libertação, emancipação e a garantia de formas diversas de vida. Assim, como a fênix, personagem escolhida pelas Mães de Maio para representá-las “Caímos, mas quando nos levantamos, levantamos como uma fênix” (ESCUTE AS MÃES DE MAIO, 2024, n.p)

Entre muros e direitos: os desafios do cuidado em saúde para pessoas privadas de liberdade

Verena Souza Souto (EBMSP), Marilda Castelar (EBMSP), Carla Sofia Carrilho Lopes Santarém Semedo (Universidade de Évora), Mônica Ramos Daltro (EBMSP)

Introdução: O sistema prisional brasileiro impõe às pessoas privadas de liberdade a condições não humanas e marcadas pelo abandono estatal, evidenciado pela ineficácia das políticas públicas de saúde e pela recorrente violação de direitos humanos. Embora existam políticas como a LEP, PNSSP e PNAISP, sua implementação enfrenta obstáculos como superlotação, insalubridade e violência institucional. Doenças evitáveis, como HIV, tuberculose e hepatite, revelam a precariedade da atenção à saúde nas prisões, onde faltam ações de promoção e prevenção, condições adequadas e recursos para os profissionais. A partir de conceitos como biopoder, necropolítica e psicopolítica, compreende-se como o Estado regula vidas encarceradas e sobrecarrega profissionais de saúde, sem garantir o cuidado necessário.

Objetivo: Investigar os desafios enfrentados pelas/os profissionais de saúde do sistema prisional na garantia do direito à saúde para população encarcerada.

Relação com o GT e eixo temático: Este trabalho estabelece uma interlocução direta com o eixo temático "Assistência Social, vulnerabilidades, violências e promoção de direitos humanos" e com o GT23 - "Intersetorialidade, práticas de enfrentamento a violências e produção de vulnerabilidade na política penal colonial brasileira", ao analisar os desafios enfrentados por profissionais de saúde no sistema prisional para garantir o direito à saúde da população encarcerada. A pesquisa, ancorada em referenciais como biopoder, necropolítica e psicopolítica, evidencia como o cotidiano do trabalho em saúde é atravessado por relações de poder e barreiras institucionais que operam a partir de uma lógica de gestão da morte, da exclusão e da precarização — marcas estruturantes da política penal de matriz colonial e racista vigente no Brasil. As condições objetivas de trabalho, o controle exercido pelos dispositivos de segurança e a desarticulação interprofissional e intersetorial fragilizam o cuidado, tornando-o intermitente, condicionado e, muitas vezes, simbólico. Ao evidenciar essas violências estruturais e institucionais, este trabalho propõe uma leitura do sistema prisional como espaço de produção ativa de vulnerabilidades, onde a saúde, enquanto direito universal, é continuamente tensionada. Dessa forma, o estudo contribui para a problematização da atuação profissional no cárcere como prática situada na fronteira entre cuidado e controle, e aponta para a urgência de estratégias intersetoriais que articulem as políticas de saúde, assistência social e justiça, em uma perspectiva de enfrentamento às desigualdades e de promoção efetiva dos direitos humanos.

Orientação teórica: A orientação teórica deste artigo se fundamenta em um arcabouço crítico que articula os conceitos de biopoder, necropolítica, psicopolítica e núcleos de significação, a fim de compreender os desafios enfrentados por profissionais de saúde no sistema prisional. A partir de Foucault, o biopoder é mobilizado para refletir sobre como o Estado administra a vida das populações, regulando corpos e instituindo práticas disciplinares, sendo o cárcere um dos espaços privilegiados dessa gestão. Complementarmente, a necropolítica, conforme proposta por Achille Mbembe, explicita o modo como certos grupos são expostos a condições em que a morte — física, simbólica ou social — torna-se uma tecnologia de governo, o que se revela no abandono institucional e na precariedade da atenção à saúde nas prisões. Já a psicopolítica, conforme análise de Byung-Chul Han, permite problematizar como formas contemporâneas de controle operam através da interiorização da dominação, impactando tanto as pessoas encarceradas quanto as/os profissionais que as atendem, frequentemente submetidas/os à lógica do desempenho e da responsabilização individual. Por fim, os

núcleos de significação, segundo González Rey, oferecem ferramentas para acessar sentidos subjetivos e posicionamentos simbólicos construídos nas práticas profissionais através das análises das entrevistas, permitindo vislumbrar como esses trabalhadores elaboram sentidos sobre o cuidado em contextos marcados por violações. Essa articulação teórica possibilita compreender a atuação das/os profissionais de saúde não apenas como resposta técnica, mas como prática atravessada por relações de poder, sofrimento ético-político e resistências cotidianas.

Estratégia Metodológica: Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa do tipo descritivo-exploratório. Esta pesquisa contou com a realização de entrevistas entre maio de 2023 e janeiro de 2024 com gestoras/es e profissionais de saúde dos Serviços de Saúde das Unidades Prisionais de Salvador –BA. Participaram do estudo 10 profissionais das áreas de psicologia, serviço social, enfermagem, medicina e gestão. A coleta de dados ocorreu através de entrevistas semiestruturadas que foram gravadas e posteriormente transcritas. Foi utilizado um roteiro de entrevista, que mesclou perguntas relacionadas a trajetória profissional dentro do sistema prisional, buscando conhecer suas atividades e abordando temáticas sobre políticas públicas, estratégias de cuidado, ofertas de serviços de saúde, condições de trabalho etc.

Para análise, foi utilizado o método dos núcleos de significação de Gonzalez Rey como instrumento para a apreensão da constituição dos sentidos existentes nas informações coletadas, visando compreender o conteúdo do discurso das/os participantes da pesquisa através dos núcleos de significação. A partir da leitura inicial e flutuante das entrevistas foi possível apreender alguns pré-indicadores. Numa segunda leitura com foco no objetivo deste estudo, foi possível consolidar temas recorrentes aglutinando os pré-indicadores nos seguintes indicadores: relações de poder; segurança; desafios do trabalho em saúde no ambiente prisional; acesso à saúde e condições de trabalho. A partir de uma releitura mais minuciosa do material que compunha esses indicadores foi possível aglutiná-los em um único núcleo de sentido intitulado: "Então é desafio de todo lado." – Os desafios enfrentados pelas/os profissionais de saúde são atravessados pelas condições objetivas de trabalho.

Resultados: Os resultados foram apresentados por meio do núcleo significação supramencionado que tem seus indicadores construídos a partir das condições objetivas de execução do trabalho em saúde das/os profissionais do sistema prisional. Essas condições aqui se referem às questões cotidianas que atravessam o trabalho das/os profissionais de saúde no desenvolvimento de estratégias de cuidado para as pessoas privadas de liberdade. As relações de poder estabelecidas dentro das prisões é uma das questões que mais se apresenta como um desafio para a execução do trabalho das/os profissionais de saúde. Essas relações se mostram, muitas vezes, como um impedimento do acesso das pessoas privadas de liberdade ao cuidado em saúde e compõe a complexidade dos fenômenos em estudo. Ainda no campo das relações, outro fator importante no acesso das PPL aos serviços de saúde, é a questão da segurança. Ao mesmo tempo em que as/os profissionais percebem a importância desse setor para execução do trabalho e, até mesmo, para sua própria segurança, elas/es entendem que essa instância é uma barreira importante no acesso das PPL ao suporte de que necessitam. Quando a saúde se torna um privilégio condicionado por questões de segurança, o sistema prisional falha em cumprir o direito universal à saúde, violando os direitos humanos das/os internas/os. Portanto, o acesso aos serviços de saúde se torna intermitente e condicionado, frustrando a implementação de políticas públicas como a PNAISP, que visa garantir o acesso à saúde em qualquer condição. Outro desafio do trabalho em saúde no ambiente prisional são as falhas na comunicação entre as/os profissionais e a interação dentro das equipes multiprofissionais. Em algumas unidades existe a sobreposição entre o trabalho oferecido pelas/os profissionais de diferentes áreas, denotando falta de alinhamento, de cooperação e de trabalho interdisciplinar da equipe de profissionais de saúde, que deve abranger além das/os internas/os, as/os familiares das/os mesmas/os. Além de todos os fatores abordados até aqui, também é necessário tratar das condições de

trabalho que envolve também o cuidado com as/os próprias/os profissionais de saúde. Muitas vezes, elas/es são colocadas/os na mesma condição de abandono que as pessoas privadas de liberdade com as quais trabalham. A ausência de capacitação, a sensação de exclusão e o isolamento em relação à sociedade mais ampla mostram que o trabalho no sistema prisional é marcado por barreiras institucionais que vão além das questões de segurança, afetando diretamente o desenvolvimento profissional e a qualidade de vida das/os trabalhadoras/es.

Conclusões: A análise dos núcleos de significação evidencia que as condições objetivas de trabalho das/os profissionais de saúde no sistema prisional são atravessadas por relações de poder que dificultam, condicionam ou mesmo impedem o acesso das pessoas privadas de liberdade ao cuidado em saúde. Essas relações constituem expressões do biopoder, na medida em que o Estado administra a vida e o corpo da população encarcerada por meio de dispositivos de controle, hierarquização e vigilância, delimitando quem pode viver e sob quais condições. Quando o direito à saúde se torna refém das exigências do setor de segurança, vemos a emergência da necropolítica: a vida das pessoas privadas de liberdade é mantida em suspenso, sujeita a decisões institucionais que modulam o acesso ao cuidado como um privilégio, e não como um direito. Ao mesmo tempo, os próprios profissionais de saúde são afetados por um regime psicopolítico que internaliza lógicas de exclusão e abandono, submetendo-os à precariedade, à sensação de isolamento e à responsabilização individual pela eficácia de suas práticas, mesmo diante de falhas estruturais e ausência de suporte institucional. Assim, se o direito à saúde é garantido constitucionalmente a todas as pessoas, sua negação dentro do sistema prisional não pode ser vista como uma falha administrativa, mas como parte de um projeto de exclusão social que decide quais vidas são tratadas como descartáveis, e isso se reflete também para aquelas/es que, apesar das adversidades, se dedicam ao cuidado no interior dessas instituições.

Grades virtuais: a psicologia na (re)inserção da pessoa com dispositivo de monitoração eletrônica

Andressa Cristine Kister Kerniski (PUCPR)

O punitivismo histórico do sistema penitenciário e a superlotação por conta da seletividade, criminalização da pobreza e a estigmatização penal enquanto problemáticas, configuram pautas de diversas discussões contemporâneas. No âmbito da execução penal, por exemplo, uma das alternativas a superlotação foi a consolidação da monitoração eletrônica enquanto alternativa de cumprimento de pena em regime semiaberto, sendo instituída pelas leis nº 12.258/2010 e nº 12.403/2011, em adição à Lei de Execução Penal de 1984. Contudo, a monitoração eletrônica e o uso da tornozeleira acaba por operar na reprodução de estigmas, preconceitos e violências e pouco contribui para a superação da superlotação do sistema carcerário (Brasil, 2020), uma vez que essa medida só desloca a prisão para uma virtualidade, e não combate as circunstâncias do encarceramento em massa.

O dispositivo de monitoração eletrônica permite que a pessoa submetida a essa pena seja vigiada em tempo real a partir da localização, dando continuidade ao processo de institucionalização do sistema fechado - uma vez que a monitoração muitas vezes vem como progressão de regime - porém, enquanto institucionalização da disciplina, do poder e da vigilância no vigiado. A pessoa monitorada vira a carcereira de si mesma a partir de uma internalização da vigilância, ela carrega - literalmente - em seu corpo o panóptico. É uma sujeição enquanto anatomia política, do corpo e da alma, promovendo formas de subjetivação no sujeito, com o medo da punição em prol da modelagem do comportamento e a docilização dos corpos requeridos pelo sistema penal (Colovini, 2014; Foucault, 2013).

A monitoração eletrônica também surgiu sob uma via de economia ao Estado, pois manter uma pessoa privada de liberdade no regime fechado é cerca de quatro vezes mais caro do que utilizar a monitoração eletrônica (Colovini, 2014). Isso culmina com o Estado conseguindo controlar um número maior de pessoas em prol de uma idealização de humanização da pena, possuindo um papel de amplificação do poder, tornando mais eficaz e econômico o controle disciplinar (Foucault, 2013).

Contudo, essa economia que poderia ser direcionada ao financiamento de políticas públicas para emancipação dessa população não acontece, e os espaços destinados ao acolhimento, acompanhamento e encaminhamento das pessoas monitoradas eletronicamente muitas vezes acabam por operar na reprodução da lógica manicomial do encarceramento, sofrendo desmontes e precarização do trabalho. Estar vinculada a um projeto de extensão que ocupa um desses equipamentos, especificamente no setor de psicologia da equipe multidisciplinar, é constantemente se deparar com tentativas institucionais de impedir o potencial instituinte de construção de linhas de fuga e novos olhares para o sujeito, que vão além do cumprimento da medida.

Conforme o Modelo de Gestão para Pessoas em Monitoração Eletrônica (Brasil 2020), os locais de atendimento para essa população deve contar com equipe multidisciplinar, com psicólogas(os), assistentes sociais e profissionais do direito e devem promover ações de desinstitucionalização e individualização da pena. Tomando como foco a ação dos profissionais de psicologia, encontra-se tanto na prática quanto no preconizado pelo Modelo de Gestão supracitado que sua principal atuação é no encaminhamento para a rede de políticas públicas, que nesse contexto servirá como forma de promover a emancipação e acesso aos direitos fundamentais. As políticas mais acionadas são as do

Sistema Único de Saúde (SUS), Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), tornando a ação multidisciplinar indispensável para o profissional de psicologia nesse âmbito.

Os encaminhamentos tem em vista possibilitar a participação nas áreas do trabalho, educação, lazer, saúde, convivência familiar e comunitária, religião e outras. O rompimento de vínculos familiares, o sofrimento psíquico e o uso abusivo de substâncias psicoativas, são características muito comuns em pessoas em conflito com a lei (Brasil, 2020), e muitas ações do setor são voltadas a esses aspectos. O encaminhamento para trabalho é o mais procurado, afinal, muitas vezes a prisão foi consequência da criminalização da pobreza, e o trabalho torna-se fator de proteção para que a pessoa consiga não reincidir para sua subsistência. Para garantir que a pessoa monitorada seja agente do seu processo de ressignificação e protagonista em sua trajetória, tanto individual quanto coletiva, além de a busca pelo equipamento ser voluntária, ele(a) tem o direito de escolher aceitar ou não o encaminhamento oferecido. Logo, o cuidado com essa articulação e o modo de sugerir sua pertinência é essencial e não deve carregar cunho punitivo ou coercitivo (Brasil, 2020).

A psicologia, recorrentemente, tem utilizado de seus saberes para reproduzir o controle penal, pois a categoria profissional além de possuir um histórico de promover a lógica neoliberal meritocrática e manicolonial, parece ter um fascínio em relação aos ditos "criminosos", se mostrando um desafio no âmbito da psicologia social jurídica. É vedado aos profissionais de psicologia desses equipamentos assumirem atribuição clínica e produzirem laudos psicológicos (Brasil, 2020), justamente para evitar práticas de patologização e institucionalização. O profissional que não tem em vista os atravessamentos históricos, sociais, econômicos e políticos do perfil dos corpos que são encarcerados, acabam focando no ato delitivo em detrimento à reintegração, e negligenciam o acesso aos direitos dessa pessoa, ou ainda, patologizam.

A respeito do perfil alvo do encarceramento, trata-se majoritariamente de homens jovens pretos ou pardos, pobres, moradores de regiões periféricas e com baixa escolaridade. Trazendo dados de 2020, o documento "Monitoração Eletrônica Criminal: evidências e leituras sobre a política no Brasil" (Brasil, 2021), evidencia que a 85% dessas pessoas são pretas ou pardas, 43% são jovens entre 19 a 29 anos e 48% frequentaram a escola até o ensino fundamental. Torna-se relevante pontuar que atuação da psicologia deve ter em vista esses atravessamentos não só nesses equipamentos específicos, mas em qualquer espaço de atendimento psicológico em que a pessoa venha a acessar. É necessário o compromisso com o cuidado em liberdade e evitar processos de revitimização.

Dentre os desafios da atuação, algo imprescindível a ser destacado é a precarização do trabalho. O Modelo de Gestão preconiza que, para cada 150 pessoas em regime de monitoração eletrônica, haja 1 psicóloga(o), 1 assistente social e 1 bacharel em direito (Brasil, 2020, p. 162). Conforme os dados do SENAPPEN (2023), o número de pessoas nesse regime entre janeiro e junho de 2023, que era de 92.894 pessoas, ou seja, um número de 1.548 profissionais entre psicólogas(os), assistentes sociais e bacharéis em direito deveriam estar atuando em equipamentos de atendimento a essa população. Porém, no período analisado, somente 142 trabalhadores da equipe multiprofissional faziam parte do quadro de funcionários no país, revelando um déficit de 90,82% a nível nacional. Esses dados se confirmam na prática profissional dentro do projeto, pois o trabalho é realizado por residentes e extensionistas, não possuindo estatutários da área técnica no local, evidenciando uma precarização do trabalho que culmina em sobrecarga e desqualificação. Essa sobrecarga se dá tanto pela quantidade de pessoas atendidas como também pela quantidade de funções desses profissionais, que acabam por atuar diretamente nas relações de trabalho e embates com outros agentes do equipamento, em especial da

polícia penal. O cotidiano exaustivo e de alta complexidade do trabalho atinge diretamente o movimento de articulação e participação em rede da equipe multiprofissional, resultando no baixo número de parcerias estabelecidas com a rede de políticas públicas e proteção social.

O objetivo deste relato é colocar em pauta uma modalidade de intervenção que a psicologia ainda não parece ter se apropriado, evidenciando que atuação na reinserção social da pessoa sob cumprimento de pena com monitoração eletrônica é indispensável no que tange o acesso a direitos fundamentais, na desinstitucionalização, no acolhimento do sofrimento, e no enfrentamento de práticas punitivas, em que o suplício vem se perpetuando e se mascarando sob outros nomes e ações. O relato relaciona-se ao GT na medida em que evidencia como a medida de monitoração eletrônica atua na reprodução de violências e vulnerabilidades dos sujeitos encarcerados, e que a institucionalização e a docilização dos corpos das pessoas sob monitoração eletrônica causam impactos na saúde mental e afetam o processo de reintegração social. A psicologia, ao atuar verificando as diferenças que revelam a esfera social de pertencimento, tem em vista a emancipação do sujeito e não a adaptação e sujeição aos ambientes de violação de direitos. Nesses quase dois anos como extensionista pude observar que a psicologia, se comprometida ético-politicamente, teve papel crucial na inserção desse público, tendo um histórico importante de casos em que a emancipação se tornou presente, ainda que essa população venha tendo seus direitos negados mesmo antes da pena, e com a monitoração, como grades virtuais e “etiqueta”, acentuando ainda mais esses quadros.

BRASIL. Monitoração eletrônica criminal [recurso eletrônico]:evidências e leituras sobre a política no Brasil. Brasília: 2021.

BRASIL. Modelo de gestão para monitoração eletrônica de pessoas [recurso eletrônico] / Departamento Penitenciário Nacional, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Brasília: 2020.

COLOVINI, C. E. Sistema Prisional: do Panóptico a Virtualização do Cárcere. 2014. UFRGS. Dissertação de pós graduação.

FOUCAULT, M. . Vigiar e Punir: história da violência nas prisões. Ed. Edições 70, 2013. Versão Kindle.

SENAPPEN. Bases de Dados do SISDEPEN. 2023.

Infamiliar e Necropolítica: um recorte da população LGBTQIAPN+ na Cadeia Pública de Boa Vista

Eduarda Rabelo de Almeida (UFRR), Francilene dos Santos Rodrigues (UFRR), João Paulo Roberti Júnior (UFRR), Verônica Teodora Pimenta (UFRR)

A presente pesquisa de mestrado tem por meta principal investigar os efeitos do Infamiliar e da Necropolítica na população LGBTQIAPN+ privada de liberdade na Cadeia Pública de Boa Vista, Roraima, entre 2025 e 2026. O estudo está desenvolvendo-se por meio do subprojeto "Dançando Aquém e Além da Liberdade: arte-educação e poéticas da dança contemporânea no sistema prisional de Boa Vista, RR" que, por sua vez, faz parte do projeto de extensão "Reatando Laços: troca de saberes como prática da extensão universitária. Além disso, a pesquisa define como objetivos específicos: 1) realizar um recorte étnico-racial, de gênero e de classe da população estudada; 2) compreender como as violências vividas podem ser entendidas a partir do conceito de Infamiliar; e, por fim, 3) analisar ações e omissões do Estado brasileiro quanto às políticas públicas direcionadas à população LGBTQIAPN+, bem como a atuação da Necropolítica e seus efeitos. Atualmente, segundo dados do Governo Federal, o Brasil conta com mais de 850 mil reeducandos, representando, desta forma, a terceira maior população carcerária do mundo. O crescimento exponencial da população carcerária leva as prisões brasileiras a enfrentarem um déficit de vagas que já ultrapassa 200 mil, o que leva à precarização do sistema prisional e de sua infraestrutura, com um terço das unidades sendo avaliadas como ruins ou péssimas entre 2023 e 2024. Além disso, há também a desumanização dos reeducandos e a destruição de sua vida social, conforme apontam Carvalho e Vasconcelos (2021). Todavia, é necessário entender o que causa essa superlotação dos presídios. Ainda segundo os autores supracitados, um dos motivos para tal reside no aumento da criminalidade que, por sua vez, está atrelada à falta de condições de trabalho igualitárias, sendo este um mecanismo de dominação. Ademais, menciona-se ainda o crescimento da lógica punitivista, o enrijecimento das leis penais e a preferência por penas restritivas de liberdade no lugar de medidas alternativas. Logo, é primordial traçar um perfil da população que é encarcerada, pois se a punição é uma estratégia de dominação, esta dominação é direcionada a grupos específicos e o alvo da punição acaba por ser as minorias que vivem marginalizadas. Este trabalho analisa a população em privação de liberdade na Cadeia Pública Masculina de Roraima a partir de um recorte de raça, classe e gênero, utilizando os conceitos de Biopolítica, de Michel Foucault (1999; 2020), e Necropolítica, de Achille Mbembe (2024). Foucault propõe que, a partir do século XVIII, o foco do poder estatal migra do controle do corpo individual, isto é, do poder disciplinar, para a regulação da população, o biopoder, partindo da lógica de "deixar viver e fazer morrer" para "fazer viver e deixar morrer". Nesse contexto, o racismo emerge como ferramenta central para distinguir quem deve viver ou morrer, naturalizando a exclusão de corpos negros e pobres. Mbembe amplia essa lógica ao conceber a Necropolítica como uma forma de poder que não apenas deixa morrer, mas ativamente produz a morte, física ou simbólica, tendo seu início marcado em contextos coloniais e de escravidão. No Brasil, o encarceramento em massa revela a face racializada e classista desse poder. As penitenciárias funcionam, assim, como espaços de exclusão e extermínio social, verdadeiros instrumentos necropolíticos. Esse quadro se agrava no caso de sujeitos LGBTQIAPN+, cujas expressões de gênero e sexualidade dissidentes os tornam ainda mais vulneráveis à diversas formas de violência. A partir das contribuições de Foucault (1999; 2020), Freud (2024) e Butler (2019), a pesquisa também discute como a sexualidade foi historicamente controlada e como as normas de gênero e desejo são

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

construídas e reforçadas como formas de dominação. A psicanálise freudiana questiona a associação entre sexualidade e reprodução, ampliando o conceito de sexualidade ao reconhecer formas de prazer que não são guiadas por metas reprodutivas. Freud mostra como a moral social impõe limites à pulsão sexual por meio da educação, moldando o sujeito a partir de uma norma repressiva. A partir de Foucault, a sexualidade é entendida como um dispositivo histórico utilizado pelo poder para vigiar, normatizar e controlar os corpos. O autor destaca que, apesar da tentativa de silenciamento durante a era vitoriana, a sexualidade passou a ser objeto de constante discurso e regulação por instituições como a medicina, a pedagogia e a religião. Já Judith Butler, por sua vez, complementa essa análise ao propor que o gênero é performativo, sendo produzido socialmente e reiterado por normas que sustentam a heteronormatividade. A autora critica a existência de apenas dois gêneros e demonstra como identidades dissidentes revelam a artificialidade dessas construções. Essas discussões tornam-se ainda mais relevantes ao se observar o contexto prisional, onde o poder disciplinador, biopolítico e necropolítico atua de maneira intensa. Logo, uma pergunta se insurge: quais são os efeitos da atuação do Infamiliar e da Necropolítica vividos por esta população em meio ao ambiente carcerário? No que diz respeito aos procedimentos metodológicos, trata-se de uma pesquisa de natureza explicativa, uma vez que busca identificar os efeitos psicológicos e sociais que afetam os reeducandos LGBTQIAPN+ e as formas que estes estão expostos a situações de vulnerabilidade. Ainda, o presente trabalho é uma pesquisa de perfil misto, isto é, quantitativo e qualitativo, com delineamento sequencial explanatório (Gil, 2017). Conforme explica o autor, tal procedimento caracteriza-se por ter, primeiramente, a coleta e análise de dados quantitativos, com a coleta e análise de dados qualitativos sendo realizadas logo em sequência. Para o primeiro momento, utilizar-se-á um questionário, enquanto para o segundo serão empregadas a entrevista e a observação. Logo, demonstra-se que o colhimento de dados passará pela pesquisa de campo. É ainda oportuno citar que, a fim de investigar a existência das redes de apoio institucionais e/ou familiares, será feita uma análise da legislação vigente de modo a averiguar se as imposições feitas em lei no que diz respeito à garantia de direitos da população em privação de liberdade são, de fato, obedecidas na instituição. Além disso, espera-se conduzir entrevistas com os familiares de modo a analisar a percepção destes da situação e perceber qual foi o impacto do cárcere nas famílias e nas relações. Este projeto também se apoiará em pesquisa de caráter bibliográfico, de forma a incluir produção presente em material impresso, como livros, revistas, jornais, dissertações, teses e anais de eventos científicos, e documental, abrangendo toda sorte de documentos organizacionais e/ou institucionais (Gil, 2017). Quanto aos resultados, por se tratar de uma pesquisa em andamento, o que se obteve até o momento foram as observações e as impressões das idas ao campo de estudo, sendo possível constatar uma calorosa recepção por parte da população da pesquisa e um interesse crescente em participar da oficina de dança, sair da rotina, experimentar novas vivências e falar sobre suas trajetórias, visto que o projeto lhes proporciona um espaço de escuta. Assim, torna-se nítido que pessoas LGBTQIAPN+ encarceradas enfrentam múltiplas formas de violência, exclusão e repressão, sendo afetadas por um sistema prisional estruturado segundo normas heteronormativas e racistas. Diante disso, torna-se imprescindível compreender como os discursos e dispositivos de poder atuam na gestão da sexualidade dentro e fora das instituições, aprofundando as vulnerabilidades dessa população, evidenciando sua relação com o eixo temático em questão.

O assim chamado "procedimento" e a prisão como tortura: violência estatal na gestão prisional brasileira

Gustavo de Aguiar Campos (UFRN), Isabel Fernandes de Oliveira (UFRN)

O sistema prisional, como modelo punitivo dominante, tem sua origem com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, respondendo às necessidades das novas relações sociais de produção e reprodução da vida, particularmente a conformação à exploração da força de trabalho. Emerge nesse contexto, então, a privação de liberdade e de tempo como eixos norteadores da punição moderna, em detrimento dos modos de produção anteriores, em que a função declarada da pena estava relacionada à subjugação e violência física direta, como na forma de pena-capital. Sua conformação, portanto, tem caráter histórico, sendo alvo de recorrentes reformas com vistas à garantia da sua função de controle social da população que compõe o exército (industrial) de reserva, em particular, a nível internacional e doméstico, da população racializada como negra. Nesse interregno, é possível analisá-lo em sua substância, atrelada às necessidades reprodutivas do capital e, ao mesmo tempo, em sua forma, que foi se modificando, assim como o capital, para sua reprodução ampliada. Esta comunicação oral tem como objetivo realizar uma análise de uma nova forma de gestão prisional que tem se desenvolvido, particularmente nos últimos anos no Brasil, fruto de reformas que respondem às novas necessidades da ordem social no país. Diante do recrudescimento da face penal do Estado, da criminalização racializada da pobreza e do desenvolvimento de facções de base prisional, atrelado à uma nova forma de economia política da pena e da punição, espraiou-se em diferentes estados do país, com forte influência governamental, um modelo de gestão que se atrela ao que tem sido denominado por administradores penitenciários, policiais penais e pessoas privadas de liberdade como "procedimento". O "procedimento" envolve uma série de práticas institucionais que desvelam a primazia repressiva do sistema. No guarda-chuva do que seria tal forma de gestão há a redução do contato entre pessoas privadas de liberdade e servidores; desassistência material, racionamento de água e energia; limitação de atividades; desumanização e proibição de expressão da identidade; além de práticas de tortura postural, física e psicológica. Tal forma de gestão prisional tem sido recorrentemente constatada, desde meados de 2017, em diferentes unidades da federação por órgãos estatais como o Conselho Nacional de Justiça - CNJ e o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura - MNPCT, além de entidades da sociedade civil e outros órgãos com atribuição na política de prevenção e combate à tortura. A partir da análise documental de relatórios e outros documentos produzidos pelos órgãos supracitados, bem como da experiência com inspeções em estabelecimentos prisionais que adotaram esse modelo de gestão, esse trabalho busca fazer uma análise dos fundamentos, sentidos, significados e repercussões de tal modelo no recrudescimento da face punitiva do Estado, expressada no sistema prisional. O trabalho é fundamentado, para isso, nas contribuições da tradição marxista aos estudos criminológicos críticos e à Economia Política da Pena, em interface com as discussões no bojo da gestão de políticas penais. A partir da análise realizada, tem-se como resultado que a prática do assim chamado "procedimento" responde às necessidades de controle social e acirramento da violência de Estado diante do contexto de crise estrutural do capital, com reverberações políticas e humanitárias estruturais. Nesse cenário, a face penal do Estado ganha ainda mais proeminência, como forma de controlar diversas expressões da crise, sejam relacionadas à ampliação das desigualdades sociais, sejam relacionadas ao fortalecimento de movimentos que visam enfrentá-la. Com esse modelo de gestão prisional a

violência de Estado se exacerba e se expressa em violações sistemáticas de direitos humanos, acirrando assim o rompimento entre as funções declaradas e as funções reais da pena. As práticas identificadas alinham-se ao movimento de maximização da punição e do encarceramento, com a ampliação das políticas penais repressivas e violentas, na qual a lógica de punição rompe com as ilusões de reeducação, ressocialização e reintegração para dar lugar ao controle e violência. Sob a égide do assim chamado "procedimento" a prisão pode ser qualificada, ela mesma, como tortura. Não trata-se mais, como sobressaiu nas políticas de prevenção e combate à tortura, de um "crime de oportunidade", mas uma forma estrutural e sistêmica de funcionamento do cárcere, que se relaciona a aspectos macroestruturais. Conclui-se, a partir da análise em tela, que o "procedimento", como modelo de gestão prisional pelo medo, não se trata de uma ruptura ou transformação estrutural da substância do sistema prisional, mas uma nova forma que tem sido adotada no país, revelando-se, de forma ideologicamente técnica, um modelo de gestão em que se exacerba a violência do controle. Considera-se que a análise das novas formas de gestão prisional, ainda em expansão no país, é tarefa fundamental para a construção de armas da crítica e crítica das armas. Em síntese, compreende-se que a problematização dos mais recentes modelos de gestão prisional contribuem à explicação não somente do cenário atual de maximização da tortura, como expressam o conteúdo do próprio Sistema de Justiça Criminal. Trata-se, por isso, de fundamental importância com vistas à garantia de direitos. A comunicação se relaciona com o eixo temático escolhido, entendendo que o campo da Psicologia Social, desde uma perspectiva crítica, pode contribuir à análise das relações entre sujeito e sociedade, sobredeterminadas pelo modo de produção capitalista e sua forma-política, na interface entre capital, trabalho e Estado e nesse sentido, pode contribuir diretamente à análise das diferentes expressões de violência. Por sua vez, entende-se que o trabalho se alinha ao Grupo de Trabalho escolhido em decorrência dos objetivos e escopo, baseados em uma análise crítica do campo das políticas penais, no que tange à compreensão de suas manifestações de violência e suas formas de enfrentamento. Por fim, considera-se que é de relevância a discussão das políticas penais também para a Psicologia, que historicamente alinhou-se aos discursos punitivos e consubstanciou práticas nos espaços de privação de liberdade alinhadas não aos interesses sociais, mas à lógica de gestão prisional. A análise em tela, considera-se, pode contribuir com vistas à uma revisão da Psicologia como ciência e profissão no campo criminal, construindo caminhos para uma prática de redução dos danos do encarceramento alinhada à uma perspectiva abolicionista penal no campo da Psicologia Social Crítica.

GT 24: MEMÓRIA, REPARAÇÃO HISTÓRICA, LUTAS POR DIREITOS E REDISTRIBUIÇÃO

Coordenação: Luis Guilherme Galeao-Silva (USP), Fauston Negreiros (UNB), Diego da Silva Placido (USP)

22 anos da Lei 10.639/03: uma análise temática e crítica acerca de sua implementação

Aléxia Thamy Gomes de Oliveira (UNIFAL-MG), Amaxwell Davi Barros de Souza (UFRN)

As leis expressam mudanças sociais e, em um Estado democrático de direito, devem assegurar a igualdade, protegendo direitos individuais, sociais e coletivos. O Estado, portanto, não está dissociado das relações sociais e econômicas, mas é atravessado por elas, especialmente em países como o Brasil, marcados por um passado colonial e escravocrata, cujos efeitos se manifestam no racismo estrutural.

Nesse cenário, a Constituição Federal de 1988, fruto do processo de redemocratização, consolidou os direitos humanos e sociais, incluindo o direito à educação como dever do Estado, da família e da sociedade. Após sua promulgação, os movimentos sociais, sobretudo o movimento negro, intensificaram a luta por políticas públicas de enfrentamento às desigualdades raciais, denunciando o racismo institucional e a ausência da história e cultura afro-brasileira nos currículos escolares.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), aprovada em 1996, não contemplou inicialmente essas demandas. Porém, o contexto internacional – especialmente após a III Conferência Mundial contra o Racismo (Durban, 2001) – pressionou o Brasil a adotar medidas concretas. Como resposta, em 9 de janeiro de 2003, foi sancionada a Lei nº 10.639, que alterou a LDB e tornou obrigatória a inclusão da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" no currículo oficial.

Essa medida representou um avanço na valorização da diversidade étnico-racial e no combate ao racismo nas escolas, reconhecendo a centralidade da população negra na história e cultura do país. No entanto, passadas duas décadas, é necessário analisar criticamente sua implementação: o que, de fato, mudou nas práticas educacionais? Quais os entraves que ainda persistem?

Apesar de representar um marco na legislação educacional brasileira, a efetividade da Lei 10.639/03 ainda encontra obstáculos diversos. Por isso, é necessário olhar para além de sua aparência legal e analisar as condições concretas de sua implementação no cotidiano escolar. Destarte, o presente trabalho tem como objetivo analisar e discutir, a partir de produções acadêmicas, a implementação da Lei 10.639/03, analisando se tal implementação tem se dado em prol da construção de uma educação antirracista.

A estrutura racista histórica do Estado e suas instituições impõe à escola desafios complexos, muitas vezes além de suas possibilidades imediatas de transformação. Contudo, a implementação da Lei 10.639/03 representou um avanço significativo nas políticas educacionais ao reconhecer a importância de incluir, no currículo, a história e a cultura dos africanos, negros, indígenas e seus papéis fundamentais na formação da população brasileira, ampliando a perspectiva além da visão europeia tradicional.

É dever do Estado reparar historicamente os danos causados aos povos que, contra a própria vontade, contribuíram para a formação e configuração da população brasileira. Por isso, o presente trabalho se articula com o eixo temático de número 04. Direitos, movimentos sociais e desafios à Democracia, e com o Grupo de Trabalho 24: Memória, Reparação Histórica, Lutas por Direitos e Redistribuição, por entendermos que, como proposto no GT, não há reparação sem memória. Sendo a memória uma forma de recontar - e ressignificar - a história dos povos que foram dizimados, evidenciar tal história nos espaços educacionais, como através da implementação da referida lei, se torna uma ferramenta de resistência e de luta.

A instituição educacional brasileira representa, ao mesmo tempo, um lugar potente de transformação social e de construção de conhecimento e também de reprodução da lógica social vigente. Tal contradição, intrínseca à lógica subjacente de uma sociedade dividida em classes, e com um passado colonial e escravista, representa também uma amálgama complexa e histórica das lutas sociais e políticas, bem como sua necessária (re)existência.

No referencial teórico, compreendemos a educação como um fenômeno próprio dos seres humanos, sendo o trabalho educativo responsável por formar, de maneira direta e intencional, em cada indivíduo, a humanidade historicamente construída de forma coletiva, conforme aponta Saviani (2011). Para o autor, a educação envolve dois aspectos fundamentais: a identificação dos elementos culturais que devem ser assimilados pelos sujeitos e a descoberta das formas mais adequadas para garantir essa assimilação.

Nesse contexto, a implementação da Lei 10.639/03 deve ser compreendida como uma expressão concreta desse trabalho educativo, pois propõe a inserção da história e da cultura afro-brasileira no currículo escolar como condição indispensável para a construção de uma educação crítica, antirracista e à favor da diversidade cultural.

A esse debate somam-se as contribuições de Vygotsky (2001), ao compreender a escola como um dos principais espaços de construção de subjetividade. É nesse ambiente que, segundo tal autor, os sujeitos se apropriam dos significados culturais de sua sociedade, processo que ocorre através da mediação e que possibilita o desenvolvimento das funções mentais superiores. Assim, à escola cabe não apenas o papel de transmissão de conteúdos, mas de criação de condições para a apropriação crítica e reflexiva dos conhecimentos historicamente produzidos.

Entretanto, ao considerarmos que a escola é uma instituição forjada dentro de uma lógica eurocêntrica e racista, é fundamental reconhecer, como propõe Almeida (2019), que as instituições são expressões materiais das formas de socialização vigentes. Sendo o racismo um dos componentes estruturais da sociedade brasileira, compreendemos que a escola também reproduz e legitima essa lógica excludente. Diante disso, torna-se indispensável refletir também sobre os atravessamentos históricos de uma sociedade racista, entendendo que as instituições reproduzem as condições para o estabelecimento e a manutenção de uma determinada ordem social.

Como estratégia metodológica, este trabalho realizou uma pesquisa bibliográfica na plataforma Scielo Brasil, abrangendo o período de 2003 a 2025, com o descritor “Lei 10.639”, resultando no total de treze artigos. Após refinamento com o descritor “implementação”, foram selecionados nove artigos. Os artigos foram organizados com base na Análise Temática proposta por Braun e Clarke (2006) e analisados à luz do Materialismo Histórico-Dialético.

Em relação aos resultados e conclusões, a análise das produções acadêmicas sobre a implementação da Lei 10.639/03 revelou cinco eixos centrais que ajudam a compreender os desafios, contradições e possibilidades que atravessam a efetivação de uma educação

antirracista no Brasil: a) permanências e rupturas no currículo eurocêntrico; b) formação docente e desafios pedagógicos; c) o papel dos movimentos sociais na implementação da lei; d) representações e disputas nos livros didáticos; e e) deslocamentos epistêmicos e práticas educativas insurgentes.

Esses eixos, em conjunto, demonstram que a efetivação da Lei 10.639/03 está atravessada por disputas de sentido, resistências estruturais e experiências pedagógicas potentes que tensionam o modelo educacional hegemônico. As análises indicam que, embora a lei represente um marco jurídico e simbólico relevante, sua consolidação depende da articulação entre políticas públicas consistentes, formação docente crítica (tanto inicial quanto continuada) e produção de materiais didáticos comprometidos com a promoção de uma educação de fato antirracista.

A leitura crítica da produção científica evidencia que, mesmo após mais de duas décadas desde sua promulgação, a implementação da Lei 10.639/03 ainda encontra barreiras significativas. As escolas brasileiras seguem, em grande parte, ancoradas em currículos eurocentrados, em práticas pedagógicas que silenciam ou simplificam a história da população negra e em materiais didáticos que pouco dialogam com a riqueza e a complexidade das culturas afro-brasileiras.

Apesar disso, as pesquisas também mostram que a lei tem impulsionado deslocamentos epistêmicos importantes, ao estimular a emergência de práticas educativas insurgentes e a valorização de saberes historicamente marginalizados. Esse movimento aponta para a importância de se compreender que a história da população negra não pode ser reduzida ao sofrimento imposto pela escravidão. Como alerta Adichie (2009), insistir em uma "história única" nos impede de reconhecer a totalidade de experiências e contribuições desse povo.

Assim, é fundamental superar a narrativa da dor como única lente de leitura e assumir a dialética da história, conforme propõe Netto (2011), reconhecendo contradições, resistências e produções de sentido.

Conclui-se, portanto, que, embora a Lei 10.639/03 represente um avanço significativo no campo das políticas educacionais e à defesa de uma educação antirracista, a qual é uma forma de combate ao racismo estrutural (Almeida, 2019), sua implementação ainda é incipiente e seus desafios persistentes. Os estudos analisados evidenciam que pouco se alterou nas práticas escolares no que diz respeito à superação do racismo estrutural. A permanência de leituras eurocentradas e a fragilidade na formação docente indicam a urgência de um compromisso político e pedagógico mais profundo com a educação antirracista, que vá além do cumprimento formal da legislação e contribua efetivamente para a construção de uma sociedade crítica, plural e democrática.

Referências

ADICHIE, C. N. The danger of a single story. TEDGlobal, 2009.

ALMEIDA, S. Racismo estrutural. São Paulo: Pólen, 2019.

BRAUN, V.; CLARKE, V. Using thematic analysis in psychology. Qualitative Research in Psychology, v. 3, n. 2, p 77-101, 2006.

NETTO, J. P.. Introdução ao estudo do método de Marx. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SAVIANI, D. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 11. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

VYGOTSKY, L. S. Psicologia pedagógica. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

A atividade de lavação de roupas em Florianópolis, os objetos e suas memórias

Larissa Franco Severino (UNICESUSC), Andréa Vieira Zanella (UFSC)

Este texto tem por objetivo analisar os objetos de memória que testemunham os saberes e fazeres de lavadeiras residentes do Maciço do Morro da Cruz, em Florianópolis/SC. No campo da produção social memória (BENJAMIN, 1984; BOSI, 2023; HALBWACHS, 1990; STALLYBRASS, 2023; AMORIM, 2009; FRONER, 2020). Os objetos de memória estão intrinsecamente relacionados à dimensão da experiência, ao campo do vivido e assumem uma importante tarefa: tornar possível a evocação de novas camadas de sentido, de vozes sociais silenciadas, negligenciadas, esquecidas. Tratam-se, pois, de objetos que revelam aspectos tanto da vida de cada pessoa, bem como da coletividade da qual faz parte e participa, constituindo a trama plural de suas possibilidades de rememoração no tempo presente. São objetos que apontam para a coexistência entre a possibilidade de narrar, a transmissão daquilo que não pode ser esquecido e a impossibilidade de conseguir traduzir em palavras a profunda relação com o que ele evoca, o que justifica a importância de pesquisas que assumem esses objetos como foco de análise.

Importante se faz pontuar que o Maciço do Morro da Cruz, local onde residem as lavadeiras com as quais pesquisamos, refere-se a um território periférico e negro da região central de Florianópolis. Suas encostas começaram a ser ocupadas no início do século XX, por conta dos movimentos higienistas, sanitaristas e eugenistas que assolaram a cidade na época. Movimentos que promoveram a canalização do Rio da Bulha, onde as lavadeiras lavavam roupas, e a demolição dos cortiços e casebres, onde a população pobre residia, que passaram a dar lugar ao comércio. Sem dinheiro para continuarem habitando a região e sem o rio para continuarem lavando roupas, as lavadeiras e a população pobre passaram a ocupar as encostas do Maciço do Morro da Cruz, território permeado por nascentes e água, o que garantiu a sobrevivência delas na cidade (SANTOS, 2009; TOMÁS; SCHEIBE, 2015; GOMES, 2018).

A partir de encontros com lavadeiras e outras pessoas que testemunharam suas atividades, os quais nos capturaram de diferentes modos e intensidades, passamos a perscrutar, junto ao acervo dos materiais de nossa pesquisa, os objetos apresentados por elas que se caracterizavam como memória de seus saberes e fazeres. Não foi difícil localizá-los: o tanque de dona Diamantina, o sabão, o anil, as cabeças de pedras, o arame farpado e o livro com um conto escrito por dona Valdeonira. Os objetos de memória não são aqui compreendidos enquanto uma herança, atrelada a relações de posse e propriedade. Ao contrário, são objetos prenhes de afetos que testemunham modos de vida, saberes e fazeres de variados tempos e espaços, assim como carregam as marcas das lutas pela sobrevivência. Interessa-nos aqui a profunda relação entre histórias de vida e objetos, entre cultura e objetos, as quais perduram no agora, de modo inacabado, confrontando passado e presente a partir do que evocam (GAGNEBIN, 2014; BENJAMIN, 2020).

O tanque, o sabão, o anil, o arame, a cabeça de pedra e o livro, emergiram a partir dos encontros com lavadeiras, antigas lavadeiras e filhas de lavadeiras, realizados entre os anos de 2022 e 2024, os quais se delongaram em horas de conversas nas casas onde elas residem, em diferentes dias e contextos. As conversas tinham como foco escutar mulheres que trabalham, trabalharam e testemunharam a atividade de lavação de roupas, sendo guiadas por perguntas elaboradas previamente, mas abertas às imprevisibilidades dos encontros e do que emergia. Todas as conversas foram gravadas em áudio e acompanhadas de registros fotográficos por nós realizados. Necessário se faz pontuar que as conversas aconteceram mediante leitura e aprovação do Termo de Consentimento Livre e

Esclarecido (TCLE). Além das gravações, também tecemos escritos em nosso diário de campo, de modo a registrarmos nossas afetações, inquietações e percepções acerca dos encontros.

A análise dos objetos de memória teve como base o diálogo entre testemunhos orais da atividade de lavação e escritos de autoras/es do campo da produção social da memória, o que entendemos ser fundamental para compreender a complexa trama entre objeto, memória, narração e cidade. A partir de conversas com lavadeiras, antigas lavadeiras e filhas de lavadeiras, nos vimos capturadas aos detalhes do que resta da atividade de lavação de roupas. Os encontros nos apontaram para variados objetos prenhes de afetos que carregam as marcas de histórias de vida, da lavação de roupas e da própria cidade: o tanque, o sabão, a cabeça de pedra, o arame farpado, as cartas e o livro.

O tanque de dona Diamantina, - mulher branca, 76 anos e ainda lavadeira - objeto que possibilitou o trabalho que matou sua fome e de sua família, sobrevive hoje em seu labor de lavadeira que ainda o utiliza com as quatro lavações para fora que ainda mantém. Mas ressalta que hoje ela tem outra condição, pois recebe aposentadoria e lavar para fora é um complemento e não mais sua principal fonte de renda.

Enquanto o tanque de dona Diamantina era tido como lixo pelas pessoas que o utilizavam como instrumento de trabalho na construção civil de uma casa, para ela, ganhou uma nova função: virou seu tanque de lavar roupas para fora. De modo a cumprir a funcionalidade que ela desejava, seu companheiro realizou alguns ajustes com cimento, dando acabamento ao que, hoje, ainda é sua ferramenta de trabalho. Adaptado às suas necessidades, esse tanque testemunha sua história de vida, como ela mesma narra: "aí tem história pra contar, esse tanque"; foi ele que matou sua fome, assim como possibilitou que criasse as/os filhas/os. O que era lixo, passível de descarte, foi requalificado em relação ao seu valor de uso e seu percurso histórico (DODEBEI, 2017), carregando as marcas dos mais de sessenta anos de lavação de roupas de dona Diamantina.

O sabão, objeto efêmero, na memória das mulheres, constitui-se como objeto fundante no processo da lavação de roupas, o qual na tradição ancestral possibilitou a invenção de variadas receitas que são preservadas entre gerações, garantindo que as roupas ficassem limpinhas. O anil, objeto primordial no branqueamento das roupas. O arame, ao mesmo tempo que permitia que as roupas pudessem ser estendidas para secarem, eram anunciantes da presença das lavadeiras. A cabeça de pedra, apoio para que as lavadeiras esfregassem as roupas, foi reconhecida em sua importância ao ser guardada por João Ferreira de Souza, seu Teco, da época em que sua mãe Maria de Almeida Souza, dona Mariazinha, lavava roupas para fora: o objeto que rememora a própria mãe, seus saberes e fazeres e sua luta pela sobrevivência, foi alçado à condição de peça em um memorial às lavadeiras da cidade, localizada na Praça do Monte Serrat, um dos territórios do Maciço do Morro da Cruz. A cabeça de pedra é reconhecida como memória de várias vidas, assim como do território.

As cartas sobre o processo de produção do livro "As filhas das lavadeiras", organizado por Maria Helena Vargas da Silveira e o próprio livro, tão bem guardados por dona Valdeonira, mulher negra de 87 anos e filha de lavadeira narram a história de sua vida, de sua mãe, de seu povo e de sua cultura. Segundo dona Valdeonira, foi dona Maria José de Souza, antiga funcionária pública e atuante nos movimentos pela dignidade e liberdade de vida, que a indicou e a convidou para escrever um dos contos do livro de Maria Helena. Dona Valdeonira escreveu o conto "Quem boa cama faz, nela se deita", jargão frequentemente dito por sua mãe. Além do conto por ela escrito, também nos contou sobre seu empenho no processo de criação do livro, sua persistência em ir atrás de outras histórias de filhas de lavadeiras de Florianópolis-SC, o que nos aponta para a compreensão

da força política que ela sabia que o livro tinha/tem. O livro, na verdade, é testemunho da implicação de dona Valdeonira com as mulheres negras da cidade. É também símbolo de resistência, ao lançar para o mundo as histórias de suas ancestrais, de seu povo e de sua cultura (ALVES; IZIDORO-PINTO; SANT'ANNA JUNIOR, 2023). É objeto de memória que carrega as marcas de seu compromisso com a cultura negra de Florianópolis.

Muitos outros objetos poderiam aqui ter sido analisados, entretanto, os que aqui apresentamos e analisados são testemunhos de uma história que não teve espaço na historiografia oficial, o que justifica a importância de serem alçados ao foco de estudos no campo da produção social da memória. Assim, compreendemos que trabalhar com os objetos de memória é assumir a tarefa de se contrapor às histórias únicas e pluralizar narrativas nas camadas do presente, sem a pretensão de encerrá-las, contribuindo para a reinvenção de histórias de vida e histórias coletivas.

A história do Movimento da Luta Antimanicomial do Pará (MLA/PA) enquanto ferramenta de ampliação da memória nacional no campo da saúde mental: relato de pesquisa.

Vitória de Amorim Almeida (UFPA), Károl Veiga Cabral (UFPA), Márcio Mariath Belloc (UPA)

O presente trabalho é fruto da minha pesquisa de mestrado que objetivou conhecer e analisar a trajetória do Movimento da Luta Antimanicomial do Pará (MLA/PA) na cidade de Belém. Para tal, realizei uma pesquisa qualitativa de cunho etnográfico, partindo da minha inserção em campo; assim como também realizei dez entrevistas semiestruturadas com militantes atualmente ativos ou não no movimento enquanto fontes primárias de informação. Primeiramente é importante realizar uma análise de implicação, visto que eu, a própria pesquisadora, sou também militante participante do movimento em questão. Diante de tal análise, abriram-se possibilidades para questionar o ideal de neutralidade científica que carrega consigo marcas coloniais de opressão e silenciamento, colonizando múltiplos saberes outros, considerados inferiores. Antes, na pesquisa em questão intencionei deixar explícito o ponto de partida abertamente antimanicomial do trabalho, como mecanismo de justiça e honestidade com a produção que, então, apresenta caráter político de defesa incontestável do direito à liberdade e dignidade no campo da saúde mental como defende a luta antimanicomial. A produção de tal investigação se justifica a partir das minhas próprias inquietações no campo profissional, relacionando-se com dinâmicas coloniais relacionadas à território e memória no Brasil. Isso pois, apesar de formada em psicologia pela Universidade Federal do Pará e tendo construído caminho profissional dedicado ao campo da saúde mental, após a graduação percebi um incomodo muito profundo e particular: todas as minhas referências para pensar saúde mental e o processo de Reforma Psiquiátrica no Brasil eram sudestino-centradas. Eu sabia o que tinha acontecido no Rio de Janeiro e em São Paulo, a importância de cidades como Santos e Bauru, mas e o Norte? Como se deu nossa história? Como derrubamos nossos hospícios, como construímos nossos serviços substitutivos? É, portanto, uma problemática de memória que me leva a pós-graduação com o intuito de descobrir mais sobre a história do meu território e então também da minha própria. Parti, principalmente, das concepções benjaminianas acerca da história dos vencedores para compreender como a história que nos é contada parte de monumentos de barbárie: o apagamento de múltiplas outras histórias não-contadas. Processos de imposição e violência colonial. Nesse caso, destacando então as desigualdades existentes no país entre regiões: o processo de desenvolvimento brasileiro não apenas privilegiou o Centro Sul (Sul e Sudeste) em detrimento das regiões Norte e Nordeste, como também ativamente explorou e explora tais regiões visando o desenvolvimento socioeconômico do mesmo Centro Sul. Ademais, além de tal dinâmica desigual, no imaginário acerca da "história nacional" o que vemos é novamente um recorte restrito ainda ao Eixo Sul-Sudeste, implementando o apagamento do Norte ao Brasil. Aqui, o exemplo é o campo da saúde mental e da Reforma Psiquiátrica brasileiras, totalizadas em experiências sudestinos-centradas que são alçadas ao nível de "nacional". Em outras palavras, no Brasil, o Norte é o Sul Global. Sendo assim, ainda em consonância com Walter Benjamin, o conceito de narrativas enquanto possibilidade de ruptura com a história universal dos vencedores é utilizado para reconhecer nas memórias partilhadas pelos meus colaboradores os seus elementos contra-hegemônicos: são narrativas disruptivas por serem narrativas antimanicomiais, assim como são disruptivas por serem narrativas nortistas. Ao centrar a investigação em um movimento social também se delineia caráter político de defesa da importância da militância para os processos democráticos e de garantia de direitos sociais. Afinal, Emiliano Davi traz importantes considerações para diferenciar a Reforma Psiquiátrica

brasileira e a luta antimanicomial. A primeira diz respeito aos processos legislativos, jurídicos, burocráticos dos processos de mudança ocasionados no país no campo da saúde mental, ou seja, implementação de serviços substitutivos, novas leis, portarias, políticas de cuidado e etc. Já a luta antimanicomial é a articulação da militância brasileira, organizada em múltiplos e diversos movimentos sociais antimanicomias, que defendem a radicalidade do cuidado em liberdade, com dignidade e centrado no sujeito, articulando-se ainda com pautas e lutas transversais como o antiproibicionismo, antirracismo e feminismo. Com tal diferenciação, é importante nomear que apenas a partir da luta militante foi possível implementar a Reforma Psiquiátrica no país, justificando então a relevância de registrar e nomear tal história de luta. Como resultados, a presente pesquisa identificou a participação e protagonismo do núcleo paraense nos processos de luta que proporcionaram a reforma no país. Com organização formal na década de 1990, em consonância temporal com a organização de diversos núcleos de outros territórios, o MLA/PA apresentou protagonismo ao compor a Comissão Nacional da Reforma Psiquiátrica; colaborou para a implementação da legislação municipal de saúde mental de Belém, em 1998, quando a estratégia da militância consistia em implementar múltiplas leis estaduais e municiais afim de fortalecer a batalha pela legislação nacional; implementou os primeiros serviços substitutivos da região Norte, as Casas Mentais em Belém do Pará, ainda ao final da década de 1990. Hoje, o núcleo segue atuante, sendo um dos quinze núcleos da RENILA (Rede Nacional Internúcleos da Luta Antimanicomial), no qual compõe desde 2023 a Secretaria Executiva em gestão conjunta com a ASSUMPI, núcleo alagoano. Assim demonstrando a permanência de sua luta, bem como manutenção de protagonismo a nível nacional. E a permanência da militância mais uma vez se apresenta urgente, visto que observamos, nos últimos anos e governos anteriores, a retomada de políticas progressivamente mais abertamente manicomiais a nível federal, bem como em cenários regionais. Aqui os governos Temer e Bolsonaro se apresentam como triste exemplo de tal problemática, com os seus incentivos à práticas e dispositivos asilares como comunidades terapêuticas e os próprios manicômios. Infelizmente em certa medida tais práticas contrarreformistas seguem ativas no atual governo Lula diante da permanência do financiamento público a comunidades terapêuticas. Retomando Davi, entendemos, então, que a Reforma Psiquiátrica não reserva em si mesma a radicalidade antimanicomial, de modo que a política da saúde mental vem cada vez mais sendo cooptada pela lógica privatista e segregacionista, além do evidente desmonte e sucateamento dos dispositivos públicos substitutivos. Desse modo, mais uma vez se destaca a relevância dos movimentos sociais antimanicomiais, e portanto do MLA/PA, enquanto dispositivos urgentes de luta pela permanência de direitos anteriormente conquistados. Também nesse sentido registrar e contar a memória de tal luta histórica é um mecanismo de justiça social e de tentativa de manter tal luta viva, ativa no presente e futuro. Ademais, friso que apesar do recorte belenense presente no meu trabalho, destaco o Norte enquanto concepção política contraria aos processos coloniais intra-país: antes de intencionar totalizar o Norte na história de Belém, espero que essa produção sirva para complexificar nossa noção de história nacional, bem como incentivar que mais produções e histórias nortistas sejam narradas enquanto ferramenta de resistência.

A Quebra de Xangô em Maceió: Psicanálise e Racismo Religioso nas Religiões Afro-Brasileiras

Débora Paes Maia, RENATA OLÍVIA FARIAS SANTANA (UNIMA)

A Quebra de Xangô, ocorrida em Maceió no ano de 1912, constitui um dos episódios mais violentos de repressão às religiões de matriz africana no Brasil. Segundo Rafael, (2010), em "Muito barulho por nada ou o 'xangô rezado baixo': uma etnografia do 'Quebra de 1912' em Alagoas, Brasil", o evento foi protagonizado por um movimento liderado pela Liga dos Republicanos Combatentes, sob a liderança de Fernandes Lima, que fazia oposição política ao então governador Euclides Malta. Aproveitando-se do clima de instabilidade e disputa pelo poder, a Liga organizou ataques coordenados a terreiros, acusando Euclides de frequentar e realizar bruxaria, promovendo a destruição de espaços sagrados, a perseguição e morte de lideranças religiosas. O Quebra foi legitimado pelo discurso moralista e higienista da época, que associava as religiões afro-brasileiras à criminalidade e bruxaria, representando uma tentativa de aniquilar essas práticas culturais e religiosas.

Para além da violência física e institucional, é necessário compreender como esse tipo de repressão se articula com dinâmicas mais profundas de exclusão e estrutura sociorracial brasileira. Nesse sentido, a psicanalista Cida Bento (2002), ao discutir o pacto narcísico da branquitude, ela desenvolveu esse conceito em sua tese de doutorado e em suas obras posteriores, como no livro O Pacto da Branquitude, contribui para essa análise ao demonstrar como a identidade branca se estrutura a partir da negação do outro racializado, garantindo sua centralidade e hegemonia. Tal pacto, ao operar como um recalque não apenas mantém privilégios, mas silencia ativamente as narrativas dissidentes. Quando articulado à psicanálise, esse mecanismo revela-se como um operador do narcisismo, sustentado pela exclusão sistemática do diferente, como no caso das religiões de matriz africana.

Essa articulação entre exclusão racial e subjetividade coletiva encontra respaldo na própria tradição psicanalítica. Desde sua fundação por Sigmund Freud, a psicanálise dedica-se à compreensão dos fenômenos culturais como expressões do inconsciente. Dentre esses fenômenos, a religião ocupa lugar de destaque. Freud (1927) interpreta a religião como uma ilusão necessária, uma criação psíquica que oferece proteção diante do desamparo primordial, funcionando como substituta das figuras parentais e como mediadora do desejo. Assim, a religião cumpre uma função narcísica e organizadora da angústia, ao fornecer ao sujeito um sistema simbólico de sentido frente à realidade. Lacan (1964), em Os Quatro Conceitos Fundamentais da Psicanálise aprofunda essa compreensão ao propor a atuação da religião, organizando o gozo e os laços sociais, sobretudo em contextos nos quais o simbólico se enfraquece, como em situações de opressão ou exclusão.

Dessa forma, entende-se que a repressão religiosa não se limita ao plano político ou cultural, mas incide diretamente sobre a constituição psíquica dos sujeitos. A negação de práticas religiosas, especialmente aquelas de matriz africana, implica a produção de recalques e feridas narcísicas profundas. Freud (1917), sugere que a repressão a tais práticas pode ser compreendida como uma ferida narcísica imposta aos praticantes, atingindo diretamente suas formas de identificação, ancestralidade, espiritualidade e lugar simbólico no mundo. Sendo práticas espirituais fortemente ligadas ao corpo, ao sagrado e à ancestralidade, as religiões afro-brasileiras tornam-se alvos históricos privilegiados de repressão, o que intensifica os efeitos psíquicos da exclusão social e cultural.

Ao comprometer os espaços e símbolos fundamentais dessas comunidades, o processo de exclusão retira elementos essenciais de identificação, pertencimento e simbolização do sofrimento. Isso prejudica a integração do Eu e a estabilidade do narcisismo primário. A história brasileira é marcada por esse tipo de violência simbólica desde o período colonial, quando a religião católica foi amplamente utilizada como instrumento de dominação sobre os povos indígenas e africanos escravizados, demonizando e marginalizando suas crenças Prandi (2001). Nesse contexto, as práticas religiosas afro-brasileiras passaram a ser alvo de controle, perseguição e silenciamento, perpetuando um trauma cultural e psíquico.

No caso específico de Alagoas, a Quebra de Xangô, conforme enfatiza Rafael (2010), gerou impactos que transcendem o plano material, atingindo profundamente a subjetividade do sujeito. A violência simbólica e concreta ali instaurada configura-se como um trauma coletivo, cujos efeitos se estendem por gerações. Retomando Freud (1913), é possível compreender que eventos traumáticos dessa natureza produzem marcas duradouras tanto no inconsciente individual quanto no coletivo, ao longo do desenvolvimento. Lacan (1964), por sua vez, contribui ao introduzir o conceito de "resto", aquilo que escapa à simbolização e retorna como sintoma. A intolerância religiosa e o silenciamento persistente das religiões afro-brasileiras podem, portanto, ser interpretados como sintomas sociais que emergem daquilo que não foi elaborado simbolicamente.

Diante disso, este trabalho propõe investigar os impactos psíquicos da repressão à espiritualidade afro-brasileira em Maceió, utilizando a psicanálise como ferramenta de análise. O objetivo é compreender de que modo a violência simbólica atuou no recalque cultural, na desestruturação do narcisismo e na emergência de sintomas psíquicos, afetando tanto os praticantes quanto a memória coletiva da sociedade alagoana. Trata-se de uma leitura que busca articular o campo clínico com o político, reconhecendo a importância das práticas simbólicas e espirituais na constituição do sujeito e na elaboração do sofrimento coletivo.

Ações Afirmativas e a importância para a Psicologia

Gioconda de Sousa Silva Lima (ANPSINEP), GIOCONDA DE SOUSA SILVA LIMA (ANPSINEP - ABRAPSO PE- GEMA/UFPE)

Quando a Psicologia no início da década de 60 formaliza a sua atuação no Brasil, o faz de acordo com a "noção de mundo" que alicerça a sociedade. A psicologia se firma, assim, em uma base eurocentrada, reproduzindo ideais colonizadores, endossando práticas conservadoras, de valores excludentes e que serviram para ampliar o fosso entre uma vida de possibilidades e as violências discriminatórias. Assim, a Psicologia atuava com foco em um grupo específico de pessoas, negando as práticas violentas contra os grupos marginalizados. Tinham acesso à Psicologia para o serviço e prática profissional, pessoas brancas, com poder aquisitivo e tempo educacional elevados. Em Novembro de 2022 o Conselho Federal de Psicologia (CFP) publicou o censo da Psicologia Brasileira confirmando ser a Psicologia uma categoria formada em sua maioria por mulheres (79,2%) e pessoas brancas (63,9%). Citando trecho do censo referente à prevalência do gênero feminino: Na Tabela 7, há informações sobre o gênero com os quais as(os) profissionais da Psicologia se identificam. Apesar de esta pergunta não ter sido incluída nas pesquisas nacionais anteriores, da mesma forma que a questão que a precede sobre orientação sexual (Tabela 6), pode-se conjecturar que o atravessar das décadas não modificou a prevalência do gênero feminino (Bastos et al., 2010, Rosas et al., 1988, Rosemberg, 1984) (CFP, 2022, p.48).

Excluindo, desde a formação à prática, corpos dissidentes, não-hegemônicos. A partir dos anos 2000 foram implementadas ações afirmativas a partir de decretos do Governo Federal como Estatuto da Igualdade Racial e a Lei de Cotas no Ensino Superior (2012). De acordo com Relatório Final do Grupo de Trabalho Interministerial para a elaboração do programa federal de ações afirmativas do Governo Federal, publicado em 2023. "As ações afirmativas são conceituadas de forma ampla pela literatura especializada, podendo a expressão se referir a diversas políticas públicas e privadas que têm por objetivo promover benefícios, recursos, oportunidades e direitos a grupos sociais que são, ou foram, discriminados na sociedade ou encontram-se em situação de desigualdade. Essas políticas não possuem o recorte exclusivamente étnico-racial, podendo integrar grupos sociais distintos em razão de cor, etnia, gênero, região de origem, deficiência, condição socioeconômica e outros aspectos. Há uma série de políticas de ações afirmativas, dentre as quais estão as garantias de admissão em universidades, de acesso ao mercado de trabalho, de preferência na celebração de contratos públicos, de proteção do patrimônio cultural". É a partir também dos anos 2000 que a Psicologia passa a incorporar em suas discussões e práticas a temática das relações raciais, numa meaculpa, assume os anos em que foi conivente com o racismo, classismo e homofobia. "Por assim dizer, o Sistema Conselhos demorou a abraçar a causa. Se, nos anos 1970 e 1980, engajou-se no Movimento de Reforma Sanitária, nos anos de 1980 e 1990, no Movimento da Reforma psiquiátrica e Luta Antimanicomial 74 e nos anos 1990 instituiu o compromisso social da Psicologia e criou a Comissão de Direitos Humanos no CFP e nos CRPs, foi somente nos anos 2000 que incorporou a discussão sobre racismo e igualdade racial. Mas, desde que a reconheceu como de relevância social tem, em maior ou menor grau, procurado dar visibilidade a ela. Com a elaboração deste documento do CREPOP, o CFP visa propiciar a ampliação do debate, com o intuito de que seja sistemático, constante" (CFP, 2017, p.73-74). No ano de 2022 foi realizada a consulta pública para o CFP e CRPs (Conselhos Regionais de Psicologia) cujo pleito foi o primeiro a contar com ações afirmativas para a composição dos plenários que fazem parte do sistema conselhos. "VIV -

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

Necessariamente as chapas terão, no mínimo, 20% (vinte por cento) de reserva de vagas para negras e indígenas, além de necessariamente, no mínimo, 10% (dez por cento) de reserva de vagas para pessoas trans, pessoas com deficiência ou povos tradicionais. a) A análise dos requisitos do inciso anterior será realizada por meio de critérios a serem estipulados por Comissão Nacional de Heteroidentificação ou Aferição, em primeira instância e recursal, que emitirá parecer para a decisão das Comissões Eleitorais, e será regulamentada via Instrução Normativa do Conselho Federal de Psicologia; V - Serão garantidos, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de reserva de vagas para mulheres na composição das chapas" (Regimento Eleitoral, 2022). Para o próximo pleito, já estão sendo pensadas ações que visam aperfeiçoar o processo e a efetivação das ações afirmativas para além do "processo eleitoral". Assim, este trabalho visa discutirmos questões relacionadas às ações afirmativas e que perpassam a Psicologia começando pela formação, passando pelas representações da categoria no sistema conselhos e pelas diversas práticas profissionais. Entendendo o assunto como importante para garantirmos acesso, permanência e ações voltadas aos públicos múltiplos (internos e externos) à Psicologia. Para a Psicologia Social, ao pensarmos a relação entre as ações afirmativas e a Psicologia, tratando de questões que falam sobre acesso, políticas públicas, garantia de direitos, formação ampla, mobilidade social evidenciamos a necessidade de continuarmos a trazer essa pauta para os mais diversos espaços.

Assédio Escolar e Juventudes em São Paulo: Memória como ferramenta de superação

Diego da Silva Placido (USP), Valéria Monteiro Mendes (Departamento de Medicina Preventiva da FMUSP), Valéria Nanci Silva (IPUSP), Brisa Bejarano Campos (IPUSP)

O assédio, tema relevante para área de desigualdade de gênero, aparece de modo recorrente na boca de alunos/as e de docentes de escolas paulistanas com distintas configurações e sentidos. Ao longo da pesquisa "Vulnerabilidades de jovens às IST/HIV e à violência entre parceiros: avaliação de intervenções psicossociais baseadas nos direitos humanos" (Fapesp 2017/25950-2), desenvolvida em oito escolas do Estado de São Paulo de 2019 a 2024, com estudantes do Ensino Médio, participantes de programas de Iniciação Científica, explicitaram os silenciamentos institucionais a respeito do tema, bem como buscaram inventar práticas de proteção e cuidado dentro de suas escolas.

Observa-se que este novo movimento produzido pela juventude, imersa em uma socialização fortemente mediada pela Internet, possibilita a construção e repercussão de posicionamentos anti-machistas e críticas à virilidade tradicional, produzindo inéditas maneiras de reivindicar justiça contra as experiências de assédio. Movimento que, segundo Silva et al (2023) , faz laço com papel ativo dos jovens na ressignificação do conceito de assédio, na perspectiva de utilizá-lo como ferramenta de denúncia e resistência contra estruturas institucionais que perpetuam desigualdades de gênero e violências.

O tema do assédio (sexual) é tão relevante para a juventude que a União Brasileira de Jovens Secundaristas também se debruçou a respeito da questão, em 2018, desenvolveu uma pesquisa, UBES(2025). com 203 estudantes cujo panorama é alarmante: 65% das entrevistadas afirmaram ter vivenciado algum tipo de assédio em instituições de ensino. Os dados não apenas revelam a extensão do problema, como indicam a complexidade de suas dinâmicas, especialmente quando se constata que 48% dos casos relatados envolvem professores como autores das violências que apresentam como marca: a reprodução de relações de poder abusivas por figuras de autoridade.

A referida pesquisa aponta ainda que as formas de assédio identificadas vão desde comentários invasivos sobre a aparência física das estudantes passando por toques não consentidos até abordagens inadequadas em redes sociais. Tais práticas, continuamente naturalizadas no cotidiano escolar, configuram violências que comprometem não apenas a integridade física e emocional dos adolescentes, mas também seu direito à permanência e ao desenvolvimento educacional em um ambiente seguro.

O presente relato de experiência busca compartilhar parte das experiências entre estudantes que explicitam novas formas de mobilização estudantil em torno do tema do assédio e seus efeitos nas dinâmicas institucionais e interpessoais em duas escolas localizadas no município de São Paulo. A análise resulta da coprodução de conhecimentos com os próprios estudantes, cujas reflexões sobre o assédio foram fundamentais ao longo de toda a investigação, no contexto das ações construídas por pesquisadores/as nas escolas do ensino médio. Assim, compartilharemos dois eixos de análise visibilizados nas escolas que se interconectam: "dinâmicas de permanências" produzidas por docentes e gestores que reforçam e legitimam a perpetuação de ciclos de violências na forma de assédios contra adolescentes e as "dinâmicas de insurgências" produzidas por estudantes que explicitam caminhos de cuidados possíveis e urgentes, de si e do outro.

Casos de assédio sexual envolvendo docentes e estudantes no ensino médio não são meras ocorrências isoladas ou desvios de conduta individuais. São expressões contemporâneas de uma lógica de poder profundamente enraizada em estruturas históricas de dominação e silenciamento. Em muitas escolas, essas violências não apenas se repetem — elas se perpetuam com uma inquietante naturalidade. A ausência de processos coletivos de elaboração da memória histórica, especialmente no que diz respeito à colonialidade e à exploração sistemática de certos corpos, contribui para a manutenção dessas práticas abusivas.

Quando o passado colonial, com suas hierarquias raciais, de gênero e de classe, não é criticamente rememorado e enfrentado, suas lógicas seguem operando no presente. Os corpos de jovens — em especial meninas, pessoas negras, indígenas, periféricas e dissidentes de gênero — seguem sendo alvos preferenciais de controle, erotização e silenciamento, inclusive dentro de espaços que deveriam ser de proteção e formação: as escolas. Assim, a banalização do assédio sexual no contexto escolar se conecta à falência de uma memória coletiva que denuncie e desnaturalize essas violências como resquícios (e atualizações) de uma história de dominação não resolvida.

Vivemos os efeitos de múltiplos processos de dominação que, ao longo do tempo, se enraizaram em uma lógica de violência. Como afirma Grosfoguel (2020), trata-se de homicídios e epistemicídios — formas brutais e sutis de aniquilação — voltadas à dominação de povos durante as colonizações e perpetuadas na manutenção do status quo do sistema capitalista global, onde o bem-estar de muitos é sistematicamente sacrificado em favor da acumulação de poucos.

Esses processos afetam os indivíduos em níveis diferente de acordo com suas posições sociais e econômicas tornando alguns corpos mais passíveis de violências e situações de assédio dada por episódios consecutivos de expropriação, violências diretas ou estruturais que sustentam as hierarquias raciais, de gênero e coloniais. Fraser (2024).

Dessa forma, torna-se imprescindível a construção de uma memória crítica não apenas voltada à rememoração de eventos históricos, mas comprometida com a elaboração de um passado marcado pela injustiça. Adorno (1995). Trata-se de uma memória que, ao reconhecer os traumas coletivos, contribui para a formação de uma consciência histórica orientada à transformação social. No contexto de um passado colonial como o da América Latina, enquanto prevalecer a amnésia coletiva imposta pelas lógicas dominantes, a repetição da barbárie deixa de ser uma possibilidade e se torna uma certeza.

O presente relato de experiência integra as análises de um projeto de pesquisa mais amplo que teve como propósito a construção e avaliação da factibilidade, aceitabilidade e sustentabilidade de práticas de promoção da saúde e prevenção de agravos à saúde, no contexto da construção de um programa de prevenção integral para adolescentes e jovens em escolas de ensino médio, em articulação com unidades básicas de saúde (UBS), nas cidades de São Paulo, Santos e Sorocaba – respectivamente desenvolvido por pesquisadoras/es dos denominados Braço Escola e Braço Saúde. O estudo esteve orientado pelo quadro conceitual da Vulnerabilidade e Direitos Humanos (V&DH) para a abordagem das temáticas da saúde sexual e reprodutiva, violência e desigualdade sexual e de gênero, em diálogo com a perspectiva da interseccionalidade. Com o desenvolvimento da pesquisa houve a incorporação de outros campos problemáticos que atravessaram o período de realização da investigação (2019-2024) tendo em vista o contexto sindêmico da pandemia de Covid-19, condições de sofrimento psicossocial, dificuldades escolares, dengue e M-Pox, do que decorreu a composição da noção de “prevenção integral”. O estudo foi composto por métodos mistos, de base etnográfica, com utilização de questionários, práticas educativas, observação, entrevistas e grupos focais como instrumentos. Em relação às atividades desenvolvidas com estudantes de

iniciação científica vinculados às escolas de Ensino Médio (IC-EM), foco deste relato, utilizamos como recursos metodológicos aplicação de questionários, construção de processos formativos, grupo focal e etnografia do cotidiano escolar.

As discussões realizadas com os/as estudantes no processo de preparação de trabalho apresentado para o resumo apresentado no Simpósio Internacional de Iniciação Científica e Tecnológica da USP (SIICUSP) tornou-se possível reconhecer: as medidas individuais tomadas, sobretudo pelas garotas como evitar o uso de algumas roupas, esquivar-se do contato com os assediadores, visando mitigar a continuidade das experiências de assédio sexual; o trabalho de fortalecimento do movimento estudantil (Grêmio) para participação em ações contra a cultura do assédio. Além disso, foi possível identificar as seguintes demandas: publicização de canais de denúncias existentes para evitar a repetição dos casos de assédios; incentivo ao envolvimento dos pais/responsáveis, de modo que os/as estudantes possam recorrer à Secretaria de Educação ou corregedoria competente; maior reconhecimento e apoio por parte das escolas diante das situações de assédio, evidenciando a urgência de constituição e sustentação de processos seguros de escuta para medidas institucionais mais contundentes que incluam a comunidade escolar, estudantes e adultos responsáveis.

O processo de IC-EM no qual esses jovens estavam inscritos trouxe a eles as possibilidades da compreensão e possibilidades de elaboração de episódios de assédio para a criação de estratégias de superação, sobre as essas estratégias que vão desde a publicização do tema para seus pares por meio de grupos focais; banners apresentado a comunidade científica e a escola e cobrança da diretoria e corpo docente.

O assédio para esses jovens deixa de ser uma violência e passa a ser nomeado e então passível de enfrentamento quando espaços de diálogo como o do IC-EM são criados . Considerando as urgências e os movimentos que apontam para a manutenção de práticas que favorecem as “dinâmicas de permanências”, o que produzimos com os/as estudantes do Programa IC-EM dizem da necessidade de vocalizações e nomeações de injustiças e violências denominadas por eles/elas como assédio, bem como a construção de possibilidades para o reconhecimento de direitos e produção de cuidados como forma de lidar com as imprevisibilidades de um cotidiano permeado pelo assédio em suas distintas formas de ocorrência.

Contar histórias para não esquecer: a função da memória na luta por verdade, justiça e reparação

Marina Maria Pereira de Carvalho (UFF), Alan Coutinho Cena (UFRJ / Bolsista da Rede de Atenção à Pessoas Afetadas pela Violência de Estado), Estela Cardoso Pereira (UFF / Bolsista da Rede de Atenção à pessoas Afetadas pela Violência de Estado)

Há cerca de 30 anos, mães que perderam seus filhos para a violência estatal no Rio de Janeiro começaram a se organizar — já na década de 1990, com grupos como as Mães de Acari e as Mães da Cinelândia — para lutar por verdade, justiça e reparação. Elas lutam pela memória dos seus filhos e para que eles deixem de ser vistos como criminosos, tentando barrar o Estado homicida, que investe suas armas contra a população negra e pobre. Muitas dessas mães têm a clareza de que, mesmo que seus filhos tenham participado do tráfico, o Estado não tem o direito de os matar. Ter sido ou não envolvido com o tráfico é, portanto, um falso problema. Afinal, "o Brasil não tem pena de morte", dizem elas — e é o Estado que deve se responsabilizar pela morte de seus filhos.

Contudo, mesmo diante de provas contundentes — vídeos, fotos e testemunhas — que demonstram que seus filhos foram mortos de maneira violenta por agentes do Estado, a justificativa permanece a mesma: "resistência seguida de morte". Ou seja, a morte é justificada como uma reação a uma suposta resistência, autorizando matar pessoas pretas e moradoras de favela. A batalha dessas mães é pela memória e pela verdade sobre quem eram seus filhos, como morreram e quem deve ser responsabilizado. Lutam para que seus filhos sejam reconhecidos como sujeitos, com histórias e dignidade. A batalha é pelo reconhecimento e pela reparação estatal.

Aliada a essa luta, a Rede de Atenção às Pessoas Afetadas pela Violência de Estado (RAAVE) foi criada em 2022, como resposta à Chacina do Jacarezinho — uma operação policial que, em maio de 2021, resultou na morte de 28 pessoas em uma favela do Rio de Janeiro. A iniciativa partiu da Ouvidoria da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, em parceria com a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Alerj (CDDHC-ALERJ), a Comissão de Direitos Humanos da OAB/RJ (CDH-OAB), o Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos da Defensoria Pública (Nudedh), além de coletivos de favela, movimentos sociais, o movimento de mães enlutadas pela violência estatal e 12 grupos clínicos de diferentes orientações teóricas. A RAAVE visa descentralizar os atendimentos e ampliar o acesso ao cuidado psicológico e jurídico às pessoas afetadas pela violência de Estado.

Em 2024, a RAAVE, em parceria com a UFRJ, obteve financiamento federal para ampliar seu projeto, cujo objetivo é propor uma política pública de atendimento às pessoas afetadas pela violência de Estado nas redes públicas de saúde e assistência social. O projeto envolve 32 estudantes bolsistas de Psicologia (UFRJ e UFF) e 100 mães que atuam como pesquisadoras-articuladoras, também bolsistas.

Nós, estudantes de pós-graduação em Psicologia e Psicanálise que integramos a RAAVE, temos acompanhado essas mulheres em diversos espaços: reuniões quinzenais (em forma de assembleia), núcleos territoriais, atos em memória de seus filhos, audiências públicas e atendimentos psicológicos individuais. Observamos que, sempre que possível, elas recontam a história de seus filhos — quem eram, o que faziam, como morreram, os detalhes da cena — numa tentativa de manter viva a memória e inscrever simbolicamente sua

dor e sua denúncia. Diante disso, passamos a nos perguntar sobre a dimensão política dessa repetição: o que significa rememorar incansavelmente? Que efeitos essa insistência tem na luta por verdade, justiça e reparação? E de que forma a RAAVE pode contribuir para a construção e preservação dessas memórias como parte de uma memória coletiva e política?

Diante da dor, do silêncio ou da luta dos familiares de mortos, desaparecidos e violentados, a tarefa de combinar revolta e trabalho, em prol de um resgate da justiça humana — condição essencial para o retorno à vida — envolve restituir o que esse sequestro humano acarretou, buscando dar um lugar aos milhares de mortos que não puderam sequer ser dignamente enterrados. Para tanto, parafraseando Mbembe, é preciso proclamar a verdade e renunciar à dissimulação, repressão e negação, se quisermos acessar a primeira etapa no processo de reconhecimento mútuo da humanidade e do direito de cada um à liberdade perante a lei.

Partindo da concepção de memória enquanto invenção e fabulação capaz de driblar os discursos normativos da consciência e trazer à tona a verdade enquanto aquilo que irrompe e não pode mais ser negado, tomaremos neste trabalho a memória como ferramenta de luta e resistência, na medida em que ela subverte a lógica da consciência e os discursos que sustentam o racismo. Nosso método envolve a análise de fragmentos de experiências — momentos concretos de sofrimento e resistência — trazidos à tona nos encontros da RAAVE e que testemunhamos enquanto estudantes bolsistas.

É fundamental trabalhar com a memória como um esforço de reinscrição simbólica do que foi destruído e violentado. Mais do que uma elaboração técnica ou terapêutica, trata-se de uma escuta atenta ao que esse trabalho de memória, conduzido por essas mulheres, nos comunica. Há aqui uma provocação teórico-clínica importante: o que está sendo produzido, narrado e repetido por elas não é apenas testemunho, mas também saber. Interessa-nos investigar os efeitos subjetivos e políticos dessa elaboração e escutar o que essa produção de memória revela sobre o luto, a justiça e o próprio lugar da clínica diante da violência de Estado e o racismo.

O que se observa com o racismo é a existência de uma operação psíquico-social que atribui aos povos não brancos características rejeitadas pelo sujeito branco — trata-se de um mecanismo de negação. Como nos ensina Lélia Gonzalez, o negro é lançado para fora, relegado ao lugar do "outro" e expulso da consciência. A consciência, nesse processo, alinha-se ao discurso ideológico e normativo, sustentando o racismo e reforçando a invisibilidade do povo preto, mantendo-o à margem do registro simbólico.

Resistir a esse apagamento implica criar outras vias de luta e elaboração. Para Gonzalez, a lógica de dominação racial opera justamente pela internalização e reprodução dos valores da branquitude ocidental, cujo objetivo é ocultar o significante negro na cultura. Forja-se, assim, uma identidade mítica e ficcional de branquitude, e o ódio racista emerge do não reconhecimento de algo que, embora nos seja estranhamente familiar, permanece inconscientemente negado: somos sujeitos marcados pelo signo da negritude.

Trata-se de um racismo que rejeita obsessivamente o negro, tentando expulsá-lo do simbólico, mas cujo conteúdo retorna sob a forma da denegação. Nesse sentido, escutar o que dizem as mães — o que rememoram e insistem em inscrever — torna-se fundamental. Suas narrativas nos convocam a interrogar não apenas as raízes dos preconceitos que estruturam a necropolítica, mas também as formas de resistência que emergem pela via da memória. Parafraseando Lélia Gonzalez, a memória tem suas astúcias, seu jogo de

cintura — por isso, ela se manifesta justamente nas mancadas do discurso da consciência. Escutá-las é, então, participar desse jogo: onde a consciência falha, a memória insiste.

Apesar do trabalho encontrar-se em estágio inicial, é possível dizer que essas mães repetem suas histórias para não esquecerem o que ocorreu, para lembrarem que são vítimas e não culpadas pela morte de seus filhos. Quando se reúnem nas assembleias da RAAVE, têm a oportunidade de se reconhecer entre si e perceber que não estão sós em suas dores e lutas. Ao rememorarem a história de seus filhos, reconhecem que a culpa e a responsabilidade pelo assassinato não é delas, mas do Estado. Além disso, quando contam essas histórias, falam não apenas a partir de uma memória individual — ainda que importante e legítima — mas sobre a história colonial do Brasil, sobre o caráter genocida do Estado, o racismo, a herança escravocrata e tantas outras mazelas. Trata-se de uma inscrição coletiva e da possibilidade de dar um lugar a essas memórias, fazendo com que seus filhos — e elas — deixem de ser invisibilizados e possam, enfim, continuar lutando por verdade, justiça e reparação.

Efeitos da pandemia de COVID-19 nas feiras livres de agricultura familiar: uma revisão de literatura

Leonan Davi Lima Tenório (UFRN), Jáder Ferreira Leite (UFRN), Emmanoel Holanda Melo Ferreira (UFRN), Isadora Pacheco Lima (UFRN), Pedro Rafael Silva de Oliveira (UFRN), Anny Karoline de Araújo Nunes (UFRN), Maria Elisa de Sousa Oliveira (UFRN), Ruan Chacon de Souza (UFRN), Giovanni Sampaio Queiroz (UFRN)

Num levantamento realizado pelo Grupo de Pesquisa em Feiras Livres, vinculado ao Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), 64 artigos sobre feiras livres foram recuperados no sistema de Periódicos Capes, compreendendo os anos de 2003 a 2024. Ressaltou-se, entre eles, a quantidade de artigos publicados que versavam sobre a pandemia de COVID-19, os impactos na Agricultura Familiar e as estratégias adotadas pelos feirantes/agricultores. Desse modo, percebemos a importância de evidenciar como as comunidades, assentamentos e famílias puderam se reinventar nesse período, de maneira que a renda desses agricultores e um modelo sustentável de produção pudesse continuar a existir mesmo diante dessas adversidades. O trabalho se encaixa no GT Psicologia Social do Trabalho no enfrentamento da precariedade do trabalho e na busca pela reinvenção da vida, por discutir como agricultores familiares reinventaram formas de trabalho e sustento frente à pandemia de COVID-19.

Para iniciarmos as discussões, traremos um panorama histórico que possibilita o entendimento da importância da Agricultura Familiar no Brasil, seu espaço e enfrentamento ao sistema neoliberal e capitalista. De início, podemos ressaltar o papel que a invasão do Brasil pelos portugueses ainda reverbera nos dias atuais. Como nos mostra Ronzani et al. (2021), à época da chegada da Coroa Portuguesa, ainda não existia, no Brasil, a noção de propriedade privada das terras, que eram administradas pela Corte. Houve, portanto, a concessão do uso a capitalistas colonizadores que tinham o direito de explorar a terra por meio das Capitanias Hereditárias, divididas em sesmarias.

Uma vez revogada a lei das sesmarias, a Coroa promulgou a Lei de Terras, de 1850, que legalizou a propriedade privada e se tornou a base legal dos latifúndios brasileiros. Esta lei surge no momento de efervescência no país, que caminhava à abolição da escravidão; ou seja, as terras deveriam se tornar um produto de difícil acesso aos ex-escravos, o que os colocaria à mercê de trabalhos precarizados. Dessa maneira, o latifúndio no Brasil agiu e age como sistema de dominação e controle social (Idem, 2021), impulsionado pelo agronegócio, majoritariamente exportador.

Mesmo diante do crescimento exponencial do agronegócio, a agricultura familiar tem primazia no abastecimento alimentício no Brasil (MAIA et al., 2023), empregando 10 milhões de pessoas, representando 67% dos trabalhadores do campo. Aliado a isso, podemos destacar atividades relacionadas à conservação do meio ambiente e modelos sustentáveis de produção, a luta pelo direito à terra, realização da reforma agrária e o fortalecimento da agroecologia.

Apesar do protagonismo da Agricultura Familiar, ainda é possível notar que os índices de pobreza e miséria se agravam em espaços rurais, somados às vulnerabilidades decorrentes da inacessibilidade da educação, insegurança alimentar, dificuldades de acesso ao serviço público e precarização das condições de trabalho, o que provoca a maior necessidade de inclusão em programas de transferência de renda (Dimenstein, Leite & Dantas, 2018),

situação facilitada pelos governos da América Latina, que fomentam o agronegócio em detrimento da agricultura familiar. Estas fragilidades se encontram, a partir do ano de 2020, com o contexto da pandemia de COVID-19, que acabou por acentuar as desigualdades já existentes.

Com a pandemia, diversos agricultores e feirantes destacaram a queda nos seus rendimentos (OLIVEIRA; LAVARDA, 2024; MAIA et al, 2023; PALMEIRA et al, 2021; ANDRADE; SANTOS, 2023; PREISS et al, 2021) devido às restrições impostas pelas medidas sanitárias, como distanciamento social, suspensão temporária de atividades, além de práticas que visaram dificultar o contágio, como instalação de barreiras físicas entre barracas, limitação de entrada de consumidores nas feiras, uso de luvas, máscaras e álcool em gel e desinfecção de superfícies. Vale destacar que algumas feiras continuaram ativas durante esse período, como a Feira da Mulher Rural em Itaituba, no Pará, visto que as agricultoras tinham somente essa fonte de renda (OLIVEIRA; LAVARDA, 2024). Com essa medida, famílias tiveram seus ganhos assegurados mesmo diante da ameaça de perda dos postos de trabalho.

Com o reconhecimento da relevância das feiras de agricultura familiar para o abastecimento da população e geração de renda para agricultores, diversos atores institucionais se destacaram nesse período, sobretudo prefeituras e secretarias municipais e estaduais. Ainda em Itaituba, a Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Pesca ofereceu apoio logístico às agricultoras que, por morarem em locais distantes da feira, precisavam de carros para transporte de mercadorias.

No artigo de Maia et al. (2023), podemos destacar a iniciativa de agricultores pela implementação de estratégias de escoamento da produção em comércios locais, vendas em plataformas de comunicação online e divulgação em redes sociais. Palmeira et al. (2021) compartilha que a iniciativa tomada pela Associação da Feira-livre da Agricultura Familiar em colaboração com a Prefeitura de Venda Nova do Imigrante, no estado do Espírito Santo, foi a criação de uma plataforma de delivery; além disso, no site do poder público municipal, foram disponibilizados anúncios dos produtos, assim como meios de comunicação com feirantes, por telefone, e-mail ou WhatsApp.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) foi citado como estratégia em alguns artigos (ANDRADE e SANTOS, 2023; PREISS et al. 2021; BRICALLI et al. 2022). Nesse sentido, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) destinou recursos ao PNAE para que a compra de alimentos pudesse ser feita; desse modo, poderia ser garantida a distribuição de alimentos aos estudantes e, ao mesmo tempo, manter um percentual de compra da produção de agricultores familiares, criando um canal importante para escoamento de produtos. Podemos destacar, também, a iniciativa da prefeitura de Ituiutaba, em Minas Gerais (MG), que junto à Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento idealizou um aplicativo destinado aos feirantes. Contudo, a iniciativa não funcionou devido a limitações técnicas da própria secretaria, que não conseguia dar o devido suporte aos agricultores (ANDRADE e SANTOS, 2023).

Entretanto, vale destacar o trabalho de Bricalli et al. (2022) no que se refere ao relato de criação de um aplicativo. A aplicação foi desenvolvida em várias frentes, desde as prefeituras de 12 municípios, que levantaram o número dos agricultores que poderiam fazer venda direta, passando pelo contato com estabelecimentos comerciais que poderiam fazer compras pelo App até a contratação de uma empresa de software que criou o “Feira na Palma da Mão”. As etapas passaram também pela fase de testes (treinamento de produtores e consumidores) e culminou no funcionamento pleno.

A diversificação produtiva foi um ponto ressaltado como relevante no período da pandemia (MAIA et al., 2023). Os agricultores tiveram que se reinventar, apostando em produtos que pudessem somar no rendimento, não

dependendo apenas da venda de hortaliças, apostando na produção de bolos, bolachas, venda de frutas, laticínios e carnes. A adoção de serviços de entrega a domicílio foi essencial diante da impossibilidade de realização de feiras ou diminuição do fluxo de consumidores (PALMEIRA et al., 2021).

Mesmo com a garantia de renda nesse período, agricultores e feirantes passaram por entraves. A pandemia escancarou, como no município de Ituiutaba/MG, a falta de assistência técnica para feirantes e compradores quanto às tecnologias imprescindíveis para comercialização, como acesso ao crédito e adaptação a aplicativos de venda online (ANDRADE; SANTOS, 2023). Além disso, a falta de insumos e embalagens, aumento repentino dos preços de mercadorias e falta de assistência médica às famílias impactaram na produção de agricultores.

Dessarte, é relevante ressaltar a diversificação nas formas de pagamento. Muitos agricultores optaram por introduzir novos métodos de recebimento. Máquinas de cartão de crédito e débito, associados ao sistema de pagamento instantâneo Pix (OLIVEIRA; LAVARDA, 2024;), foram uma alternativa frente aos cuidados sanitários (não necessitava da troca de dinheiro em espécie) como também ampliava as possibilidades de venda para clientes. Essas alternativas, aliadas à divulgação em redes sociais, venda direta nas propriedades agrícolas e contato direto entre agricultores e clientes foram algumas das medidas que visaram mitigar os efeitos da pandemia.

A despeito da vulnerabilidade a qual o meio rural está exposto, a gestão autônoma das feiras se sobressai, sendo basilar para a sobrevivência desse tipo de produção no período pandêmico, assegurando as pessoas envolvidas. Consoante a Preiss et al (2021), dentre as dezoito feiras analisadas no Vale do Rio Pardo, não foi constatada presença de contágio durante a comercialização e produção de produtos. Considerando esse analisador, destacamos que o alto controle social na produção de alimentos (Idem, 2021) possibilitou à agricultura familiar um maior gerenciamento da produção autônoma e, consequentemente, fortalecimento das medidas de segurança e cuidado com os trabalhadores e clientes.

A partir do levantamento, foi possível analisar a importância da defesa da agricultura familiar como ferramenta de seguridade alimentar no Brasil, principalmente às populações afastadas das capitais, em períodos como a pandemia da COVID-19. Apesar da expansão do agronegócio, agricultores familiares reinventaram-se coletivamente para gerarem renda e fornecerem insumos de qualidade em meio a uma crise de insegurança alimentar.

Apesar da atuação limitada das instituições partícipes do processo, a capacitação de todos envolvidos possibilitou a continuação desse modo de produção. Isto posto, apesar do período difícil, a agricultura familiar continuou desafiando o status quo ao não somente ao fortalecer a economia, como também enriquecer “valores sociais, princípios e significados simbólicos, culturais, éticos e ambientais” (GAZOLLA, 2017 apud BRICALLI et al, 2022).

História e cultura afro brasileira nas escolas: uma experiência em projeto de extensão

Camila Felix do Amparo (UNIFAL-MG), Felipe Marcelino Schoqui Moreira (UNIFAL), Alexia Thamy Gomes de Oliveira (UNIFAL), Sandra de Castro de Azevedo (UNIFAL)

Introdução

O território brasileiro carrega memórias de um passado colonizado em que determinados povos foram dizimados, fazendo parte da nossa história as marcas violentas da escravidão. O movimento de produção e reprodução da cultura em uma sociedade está ligado ao modo como ela está organizada no espaço geográfico, como estão configuradas na materialidade as condições e determinações políticas do Estado e de que forma este engendramento político-social atravessa o cotidiano das pessoas e sua subjetividade. Por isso, entendemos o espaço escolar também como imerso nessa sociedade reprodutivista da lógica do capital, um mundo onde pessoas negras não têm contribuições importantes para a história, literatura, ciência e afins, resumindo-as a uma comemoração da própria libertação "graças à bondade de brancos conscientes" (Almeida, 2019, p. 42). Isto posto, o trabalho tem como objetivo discutir a importância de uma educação antirracista como forma de resistência e insurgência dentro de uma sociedade historicamente desigual e marcada por cenários de opressão e dominação de determinados povos. Tal discussão se dará à luz do Materialismo Histórico e Dialético a partir do compartilhamento de uma experiência vivenciada em um projeto de extensão desenvolvido em uma escola pública na cidade de Alfenas, sul do estado de Minas Gerais.

Concordamos com o pensamento de Vygotsky (2001) ao afirmar que a instituição educacional se configura enquanto um dos principais espaços de construção de subjetividade uma vez que é nesse lugar que nos apropriamos dos significados culturais da sociedade a qual pertencemos. É a partir da apropriação desses significados que se torna possível o desenvolvimento das funções mentais, e é aqui que surge o papel da escola como principal responsável pela constituição exterior que poderá possibilitar o desenvolvimento interior dos seres humanos. Nessa mesma linha de pensamento, Saviani (2003) expõe que a escola tem a função de socializar os conhecimentos produzidos pela humanidade e que o trabalho pedagógico deve criar condições para que o aluno se aproprie dos conhecimentos clássicos elaborados no decorrer da história. Para ele, a escola é responsável pelo processo de humanização dos indivíduos e para Vygotsky o aprendizado é fundamental para que as funções psicológicas superiores aconteçam. Ou seja, ambos autores partem do pressuposto de que, para se tornar humano, o indivíduo precisa se apropriar da cultura (Facci, 2010) e tal processo ocorre principalmente nos espaços educacionais.

Considerando o papel crucial da instituição escolar na construção subjetiva, faz-se necessário refletir também sobre os atravessamentos históricos de uma sociedade racista, entendendo que as instituições reproduzem as condições para o estabelecimento e a manutenção de uma determinada ordem social. Para Almeida (2019), as instituições não passam da materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos e, por isso, compreendemos a instituição escolar também como representativa da lógica racista de estruturação social brasileira.

A leitura sobre a cultura brasileira, deve abranger as relações sociais infra estruturais que foram pilares da formação da étnico-cultural vigente, tais como o processo de inserção da cultura africana no Brasil e formação da cultura afro-brasileira via colonização. Por isso, no projeto

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

de extensão apresentado neste trabalho, foram desenvolvidas, pela professora de Ensino de Geografia, coordenadora do projeto e por alunos do curso de Geografia, 5 (cinco) oficinas relacionadas a história e cultura afro-brasileira em turmas de 1º a 5º ano, das quais serão apresentadas 3 (três), sendo elas: 1. Exibição do Curta metragem "Dudu e o lápis cor de pele"; 2. Produção de bonecas abayomi (1 a 5); e 3. Oficina de Capoeira. A escolha destas intervenções, se justifica, pois por meio da reflexão delas foi possível identificar a necessidade de ações que contribuam para o rompimento da lógica educacional historiográfica colonizadora, e que abordem os processos históricos e culturais da constituição da população brasileira.

Metodologia

O projeto foi realizado em parceria com uma escola estadual de ensino fundamental anos iniciais na cidade de Alfenas em Minas Gerais. Em diálogo com a escola, ficou definido que o projeto envolveria todas as turmas e seria realizado na Semana de Educação Para a Vida da Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais (18 a 22 de novembro de 2024). O projeto foi registrado no sistema de ações de extensão da universidade sendo denominado de "EDUCAÇÃO E QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL NO ENSINO FUNDAMENTAL NA E.E. CORONEL JOSÉ''. No planejamento a equipe do projeto elaborou uma lista de atividades e apresentou às supervisoras pedagógicas da escola que articularam as atividades ao cotidiano escolar. Esse diálogo com a escola é essencial para a realização do projeto, pois permite à equipe da universidade compreender o cotidiano escolar e adaptar as atividades para essa realidade.

No dia 18/11 a equipe do projeto reservou o auditório Leão de Faria da Unifal-MG câmpus sede para exibir o curta "Dudu e o lápis cor de pele". No turno da manhã participaram da atividade alunos de 3º, 4º e 5º anos (somando 250 alunos) e no período da tarde participaram das atividades alunos de 1º, 2º e 3º anos (somando 250 alunos).

Outra intervenção destacada neste texto foi a produção da boneca Abayomi, que foi possível pelo fato da equipe contar uma graduanda que é artesã e que foi a responsável pela condução da atividade, a qual contou com a participação de todos os membros da equipe, desenvolvida com todas as turmas dos dois períodos. Importante ressaltar que uma parte do material utilizado para a realização desta atividade foi resultado de doação e a outra parte foi custeada pela renda pessoal da professora coordenadora do projeto.

Por fim, realizamos a oficina de capoeira, cuja equipe foi composta por duas integrantes do projeto que eram capoeiristas e diante disso, a decisão foi valorizar o conhecimento delas na condução da atividade. A oficina foi realizada no primeiro horário dos dois turnos e os alunos ficaram na quadra e em roda, possibilitando a participação de todos.

Resultados

O projeto possibilitou uma reflexão sobre a educação antirracista, o cotidiano escolar, a formação inicial e continuada de professores, ressaltando a centralidade da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão para a emancipação da educação. O diálogo com a escola durante o projeto evidenciou os desafios que existem para a realização de uma parceria com a universidade, uma vez que são instituições educacionais com organização de tempo-espaços diferentes, e diante desse contexto, a equipe do projeto teve que ser flexível para atender as demandas da escola.

Durante a exibição do curta "Dudu e o lápis cor de pele" foi possível mostrar para as crianças exemplos de situações cotidianas que confluem em formas de violência e opressão devido ao preconceito pela cor da pele - racismo. Na construção da Boneca Abayomi a maior dificuldade dos alunos foi a coordenação motora, para fazer os "nós"

no tecido e construir a boneca, nesta atividade foi contada a história da boneca com objetivo de valorizar a questão da representatividade e resistência negra. No caso desta atividade, houve uma reclamação de uma mãe, que em um ato racista relacionou a boneca a "Vudu", mas pautada na Lei 10.639/2003, a direção da escola conseguiu fazer a defesa da atividade. Com relação a Oficina de Capoeira, foi perceptível que a maioria dos alunos conhecia a capoeira, mas não faziam a articulação dela com uma herança da cultura africana, e o projeto conseguiu mediar este aprendizado.

Ao final das atividades a gestão da escola agradeceu a parceria e indicou que o projeto poderia ser desenvolvido no próximo ano, pois entende que a temática é extremamente necessária.

Conclusões

O projeto objetivou analisar questões como o racismo e a auto estima do povo preto, assuntos abordados dentro de sala de aula que contribuíram para diversas discussões e para o aprendizado dos alunos. A extensão é uma forma de firmar o contato da universidade e a comunidade na qual ela está inserida, e este projeto cumpriu este papel em amplo sentido. Essa troca é uma via de mão dupla, pois contribui com a formação dos graduandos e com a formação dos alunos da educação básica de escola pública, inserindo em suas perspectivas o acesso à universidade pública.

Em resumo, o projeto conseguiu alcançar seus objetivos tanto com os alunos quanto com os professores e equipe gestora, sendo possível notar a reflexão feita por eles em todas as atividades propostas. Além disso, possibilitou mobilizar o espaço escolar para a construção de uma educação antirracista, coerente com a lei 10.639/03. É impossível medir o quanto cada indivíduo foi afetado, mas se um deles mudou sua visão do mundo, já é válido.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. Racismo estrutural. [Structural Racism]. São Paulo: Pólen, 2019. 264 p. ISBN 978-85-98349-75-6

DE SÁ CESNIK, Fábio; BELTRAME, Priscila Akemi. Globalização da cultura. Editora Manole Ltda, 2005.

Facci, M. (2010) A escola é para poucos? A positividade da escola no desenvolvimento psicológico dos alunos em uma visão Vygotskyana. Psicologia Política. Vol. 10. Nº 20. Pp. 315-328. Jul. – Dez. 2010

Saviani, Dermeval. (2003a). Pedagogia Histórico-crítica: Primeiras Aproximações (8ª ed.). Campinas: Autores Associados

Vygotsky, Liev S. (2001). A Construção do Pensamento e da Linguagem. São Paulo: Martins Fontes.

Levantamento sócio-histórico do Hospital Psiquiático São Francisco

Camila Oshima Pinheiro (UNITPAC), Luana Barros Coelho (UNITPAC), Dannyella Paiva Conceição (UNITPAC), Gabriel Moura Cardoso Mota (UNITPAC), Antônio Hugo Rabelo de Castro (UNITPAC), Maísa Martins Lopes Araújo Brito (UNITPAC)

Iniciamos a pesquisa a partir da constatação da ausência de estudos sobre o movimento da Luta Antimanicomial do Tocantins, identificamos apenas 7 trabalhos sobre reforma psiquiátrica, sobretudo no município de Araguaína. Ao notarmos essa ausência surgiu uma discussão acerca da memória de fatos e a manipulação desta em prol de interesses pessoais e coletivos que se relacionam aos contextos históricos. Diante disso, considerando os estudos de Seixas (2004), em que se afirma que a memória está diretamente ligada aos interesses de determinados grupos sociais e como ela pode ser manipulada de acordo com suas intenções.

Temos a compreensão de uma constante tentativa de apagamento da história do Brasil, a falta da valorização de narrativas históricas reflete, muitas vezes, na criação de imaginários sociais equivocados e no processo de esquecimento das vozes oprimidas na história. Vale lembrar que, desde o século XVII com a percepção da "necessidade" de um tratamento para a loucura proliferam-se locais específicos para o tratamento dos loucos. Nesses locais as soluções propostas para o tratamento e "cura" da loucura beiravam métodos de tortura. Atualmente se relaciona a loucura à uma ideia cômica, retirando a credibilidade do sofrimento dos ditos "loucos".

Historicamente, a compreensão de loucura passou por diversas transformações influenciadas pelos contextos sociais, culturais, políticos e científicos, nos quais estavam inseridos. Cada época se debruçou sobre a temática com um olhar particular quanto ao fenômeno, construindo diferentes formas de tratamento, exclusão ou acolhimento. Assim, vamos ter o desenvolvimento do sujeito no campo da saúde mental profundamente conectado ao contexto sociocultural em que se insere, processando de maneira dinâmica e dialética as rupturas e desequilíbrios que impulsionam constantes reorganizações subjetivas (REGO, 1995, p. 58).

No Brasil, tem-se que a Reforma Psiquiátrica se fortaleceu nos anos 1980 com o Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM) e as Conferências Nacionais de Saúde Mental. O surgimento do lema "Por uma sociedade sem manicômios" desponta novos modos centrados na dignidade, inclusão e interdisciplinaridade do cuidado (AMARANTE, 2006).

Nos levando assim a novas formas de fazer "psi", a qual inserida nisso a Psicologia, ganha um papel fundamental de compreender o sofrimento psíquico em suas diversas extensões. Assim, não se restringindo a apenas investigação quanto a um desvio ou patologia, mas como expressão de histórias de vida, vínculos sociais e contextos históricos. Sendo, uma atuação atravessada também por carater política e social além da clínica, buscando modificar a cultura da exclusão e promover uma nova racionalidade quanto ao trato das diferenças (AMARANTE, 2006).

Diante disso, entende-se que a Psicologia Social fornece meios essenciais para compreender os processos de resistência e mudança social promovidos pelos movimentos populares. Ambos se relacionam no ponto em que buscam identificar e combater os mecanismos de controle de sistema simbólico, dos sentidos e das relações sociais.

Nesse sentido, de acordo com Boarini (2020) quando se considera as questões de controle social e manipulação dos processos psíquicos, se enfatiza a tentativa de

controlar o sujeito a partir da patologização e medicalização utilizando da loucura como instrumento. Neste ponto surge o movimento popular da luta antimanicomial, um processo reivindicatório de transformação da atenção e cuidado com as pessoas que sofrem psiquicamente, os ditos "loucos" (Boarini, 2020). Esse movimento social possui como objetivo principal evidenciar a ineficácia do isolamento instituído no hospital psiquiátrico e a necessidade de substituí-lo por um conjunto de novas políticas públicas voltadas à atenção psicossocial.

De acordo com Cerqueira (1984), os hospitais psiquiátricos apenas reiteram o monopólio da saúde aos meios hospitalizantes, em que não se busca uma melhoria eficaz do paciente, tendo em vista que quanto maior a necessidade de retornar ao Hospital e consumir fármacos maior seu faturamento. Segundo Boarini (2020), apesar da existência e da força do movimento da Luta antimanicomial, faz-se evidente o fraco envolvimento do Conselho Federal de Psicologia com essa ação coletiva. Com isso, nota-se um insistente ressurgimento de novos fazeres manicomiais como as ditas Comunidades Terapêuticas, que revelam graves violações dos direitos humanos, reproduzindo assim as práticas dos Hospitais Psiquiátricos.

Portanto, cabe aos profissionais da Psicologia, ao compreenderem a importância de um fazer crítico, social e político, não se bastarem no movimento social em si, mas levantarem a bandeira na luta cotidiana.

Ao compreendermos que na tentativa de silenciamento das vozes da Luta Antimanicomial tem-se como resultado uma escassez de produções acadêmicas acerca desse movimento. Evidenciamos que apesar da importância sobre o debate desse movimento social temos um constante esquecimento de sua existência. Ao notarmos uma tentativa do ressurgimento de Hospitais Psiquiátricos percebemos o quão imprescindível se faz o debate deste tema. Por essa razão, o presente trabalho busca elaborar um levantamento sócio-histórico do antigo Hospital Psiquiátrico de Araguaína, Tocantins.

A partir das percepções anteriores, orientamos nossa pesquisa por meio do seguinte questionamento: como a escassez de registros acerca das narrativas sobre a Clínica de Repouso São Francisco influenciam as representações sociais da saúde mental em Araguaína e de que forma esse apagamento histórico contribui com o ressurgimento de novos modelos manicomiais? Entendemos que a pesquisa funcionará como um registro da memória oral da população acerca do Hospital, servirá como um resgate das experiências pouco documentadas e como uma maneira de perpetuar essas vozes silenciadas da Luta Antimanicomial do Tocantins. Tendo em vista a falta de valorização da história do Brasil e a nítida tentativa de apagamento da história da Clínica de Repouso São Francisco. Espera-se aqui a criação de um incentivo ao surgimento de novas pesquisas dentro dessa temática para que a luta e resistência deste grupo social não seja apagada.

Por fim, os resultados poderão contribuir para o registro da realidade dos tratamentos nos Hospitais Psiquiátricos e o problema dos métodos manicomiais. Este resgate histórico busca não apenas reconstruir narrativas silenciadas como também, fortalecer a crítica contra a ressurgência de práticas manicomiais disfarçadas que violam os direitos humanos, como as comunidades terapêuticas. Ao revelar as lições do passado, estudo preservará a memória e denunciará as estruturas de poder que reforçam estereótipos e segregacionam a população.

Nós, os enlutados da pandemia: relações entre luto e política a partir da perda de mães ou de pais por covid-19

Márcio Bruno Barra Valente (ESTÁCIO BELÉM), Cezar Luis Seibt (UFPA)

A pandemia do novo coronavírus (SARS-CoV-2) impactou os modos de viver e de morrer no mundo. No Brasil, foram mais de 700 mil pessoas mortas que deixaram milhões de brasileiros enlutados, vivenciando suas perdas em condições precárias em razão dos impactos causados pelo vírus e pela gestão da crise sanitária do governo federal, sob a gerência do presidente à época, Jair Messias Bolsonaro. Nesta pesquisa, buscou investigar os sentidos em torno das experiências de filhos adultos com a morte dos pais ou das mães. Participaram da pesquisa quatro pessoas: duas mulheres que perderam seus pais em 2020; um homem e uma mulher que perderam suas mães em 2021. Esses foram acessados de diversas maneiras: dois eram próximo do pesquisador - um amigo de infância e uma da graduação - enquanto outra chegou por uma indicação e a última se voluntariou ao saber sobre a pesquisa. Além disso, o pesquisador responsável pela investigação também é um enlutado, tendo perdido a mãe em 2020. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas, inspiradas pelo pensamento fenomenológico heideggeriano, a quais se organizaram a partir de uma pergunta disparadora: "Por favor, compartilhe comigo como tens vivido o luto desde a perda do teu pai (ou de tua mãe)". Outras perguntas foram oportunizadas a partir da interação entre pesquisador e participante. Não houve preocupações quanto ao tempo que cada encontro poderia durar, assim, a duração ficou entre 1h a 2h e 30 minutos. Tal decisão se deu em razão de um posicionamento metodológico e ético como cuidado diante do sofrimento alheio e condição importante para a emergência de um "deixou-se envolver" entre pesquisador, participantes e o enlutamento. Por isso, em cada encontro se buscou acompanhar os enlutados em suas afetações, esforços compreensivos e expressivas revoltas, permanecendo junto deles como uma testemunha do que vivenciaram e precisavam falar, desabafar, denunciar e/ou lamentar. Por fim, cabe destacar que a pesquisa que originou o livro foi aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa do Instituto de Ciências da Saúde da UFPA (Nº do Parecer: 5.452.525). Os sentidos possíveis foram organizados em três eixos distintos e complementares: (1) a experiência com a morte; (2) a experiência com o luto por covid-19; (3) a experiência com a gestão do governo Bolsonaro. Em linhas gerais, todos os filhos entrevistados vivenciaram seus lutos a partir de perdas ocorridas enquanto saúde pública colapsava, sendo súbitas, traumáticas e distantes do contato familiar. Tais enlutados não realizaram rituais fúnebres e de despedida satisfatórios, afetivamente, em razão das medidas de segurança contra o contágio e manejo dos corpos dos mortos da pandemia. Não obstante, tal situação foi apontada como desoladora e marcada por um sentimento de incompletude. A partir da investigações realizadas, descobrimos que parte das supressões que marcaram tais perdas foram definidas pelo Governo Bolsonaro sem respaldo científico, por exemplo, não existe nenhum registro de contágio por coronavírus pelo contato com o corpo de uma pessoa falecida por covid-19, no entanto, o acesso ao corpo - mesmo visual - foi interditado. Não foram destinadas aos enlutados políticas públicas voltadas ao suporte psicossocial nem alternativas de preservação dos corpos - uso de frigoríficos ou resfriamento - a fim de minimizar os impactos das supressões nos processos de enlutamento e proteger os desejos dos mortos e dos vivos, de modo a respeitar as tradições ancestrais, culturais e religiosas das famílias e grupos étnicos. Isso não foi possível porque o governo federal estabeleceu que os mortos deveriam ser sepultados ou cremados em até 24h. Os enlutados compreendem suas experiências a partir de sentimentos

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

de uma raiva, não apenas ligadas a frustração ou sentimentos de abandono tão esperados se tratando da experiência com a morte, mas alimentada pela ciência de se reconhecer vítima da violência radical promovida pelo Governo Bolsonaro. Isso se mostrou nas entrevistas quando os enlutados criticavam a postura do então presidente da república e outros agentes públicos em negar a existência do vírus, boicotar as medidas de segurança e políticas emergenciais, debochar dos mortos e seus enlutamentos; isso se intensificou também em razão das descobertas da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) em relação ao desinteresse recorrente e deliberado do Ministério da Saúde quanto às ofertas de venda das vacinas contra a covid-19 feitas pelas farmacêuticas, decisão que provocou o atraso na implementação do Plano Nacional de Imunização dada a demora na aquisição dos insumos e que acabou afetando a quantidade de vacinas adquiridas pela Governo Bolsonaro. Os impactos disso no processo de enlutamento se mostrou nas entrevistas na forma de dolorosos e infrutíferos questionamentos: "se minha mãe (ou pai) tivesse tomado a vacina antes?". Isso posto, concluímos que embora ainda não tenhamos um adequado distanciamento histórico para realizarmos conclusões mais estáveis e definitivas sobre os efeitos da pandemia no Brasil, certamente, podemos apontar o luto por covid-19 como uma nova manifestação do enlutamento. Esse tem a marca da precarização e rompimento de percursos esperados dos lutos tradicionais, por isso, exige novas compreensões e práticas de intervenções profissionais e políticas governamentais. Além disso, o luto por covid-19 não pode ser tematizado apenas como uma vivência privada, nesse sentido, deslocada do coletivo e despolitizada. Assim, argumentamos que a sua compreensão exige um entrelaçamento entre o privado, o coletivo e o político, em um só tempo. Além disso, precisamos encontrar formas de validar o luto das perdas na pandemia brasileira, não ignorando ou silenciando tal experiência, seja através da produção de pesquisa e de investimentos na rede de saúde pública e da assistência social que contemple as demandas das populações atingidas, seja pelo reconhecimento do Estado Brasileiro acerca dos crimes praticados na gestão da pandemia do governo Bolsonaro, e, pela promoção de ações afirmativas que contemplem os enlutados nas diversas necessidades provocadas a fim de essas possam se tornar restaurativas. Enfatizamos na necessidade de novas pesquisas e na criação de uma clínica psicológica do luto por covid-19.

"O pobrema é deles!" A língua(gem) é minha: psicologia, racismo e educação

Tâmara Rodrigues Pedro Bomfim (Secretaria de Educação do Estado da Bahia)

Entendemos a língua como um meio de comunicação que, por meio de códigos, nos permite expressar o que pensamos, sentimos e queremos. É por meio dela que também mantemos as relações no campo da ação. A linguagem ocupa um lugar mais amplo, pode ser compreendida como um sistema complexo de comunicação no campo da compreensão, reprodução e reação.

O objetivo deste trabalho é compreender as estratégias do racismo na rejeição da linguagem do negro na escola brasileira, buscando descrever de que forma o racismo deslegitima a língua(gem) do negro brasileiro nesse espaço.

Este trabalho descreve, denuncia inquietações e frustrações baseadas nos resquícios do colonialismo, que insiste em dizer que o "problema é meu" — ao se recusar curvar aos mandos e desmandos eurocêntricos, na não aceitação em se comunicar da forma que eles julgam correta.

No campo das relações étnico-raciais, este trabalho se justifica por buscar refletir sobre as intempéries do colonialismo na rejeição da língua materna do cidadão brasileiro, podendo, assim, contribuir para as crescentes provocações no entendimento de que não falar da forma imposta pelo colonialismo não é "pobrema meu," e sim, "problema deles!"

Aqui, dialogaremos com grandes nomes e referências nos estudos de educação, racismo e linguagem, no Brasil e no mundo, como Fanon (1987), Carneiro (2023), hooks (2021), Nascimento (2019), Santos (2023), Cavalleiro (2024), Patto (2022), sustentando que "não existe uma história única sobre o que são os livros" (Adichie, p. 14, 2019), que não há uma única verdade, e acreditar nisso representa um perigo para a cultura negra.

Ao ler o título deste trabalho, um dos primeiros pensamentos tenha girado em torno da palavra "pobrema." Comumente essa palavra atravessa o cotidiano brasileiro. No espaço escolar, além de ser falada por estudantes e familiares, ela também é utilizada por todo o corpo escolar — de professores a membros da direção, da comunidade à escola. Fica notório que seu uso independe de questões acadêmicas e financeiras.

Junto a essa observação, é perceptível a interseção entre raça, cor e questões sociais: majoritariamente, são pessoas negras, de comunidades, que utilizam a palavra "pobrema."

Mas por que está errado o uso dessa palavra? Por que a escola corrige e oprime imediatamente quando vê algum aluno falar assim, discriminando os estudantes? Observo o quanto os brancos são forjados na manipulação: eles utilizam a língua como instrumento de domínio.

Seguimos em uma sociedade historicamente marcada pela perversidade dos eurocêntricos. A invasão portuguesa, a chegada de imigrantes asiáticos, poloneses e espanhóis ao Brasil visavam formar uma população única e fácil de dominar. Paralelo a isso, os americanos, com a máquina da globalização, tentam homogeneizar o mundo à língua inglesa.

Para hooks (2017), "não é a língua inglesa que me machuca, e sim o que os opressores fazem com ela." Concordo com Bell, afinal, a língua cumpre sua função de transmitir emoções, pensamentos e ações. Contudo, a máquina do eurocentrismo atua na descaracterização do que é próprio do negro. Assim como os americanos usam sua língua para se comunicar, tomar, domar e usurpar, queremos usar nossos códigos para nos libertar.

Há outras questões que precisam ser lembradas. O cidadão branco é formado na manipulação, nasce com heranças ditas suas, sem o esforço da conquista, sendo herdado e imposto. Enquanto isso, cidadãos negros são criados pedagogicamente pela sua cultura, com a tradição e legado ancestral transmitidos não por heranças

financeiras, mas pela oralidade, na missão de salvaguardar sua identidade e cultura.

Como salvaguardar uma cultura que é vivida e transmitida através da oralidade, onde sua língua é vista como "idioma fora da lei, fala de renegados" (hooks, 2017)? É um passado presente, que não passa, e insiste em nos colocar no lugar de incorretos, burros, fora das normas sociais. Mas insisto, eles querem que falemos "problema" e tomemos esse substantivo para nós. Porém, o "pobrema é deles e a língua(gem) é minha."

Até aqui, conseguimos entender que língua é cultura. E, como forma de perpetuar a cultura dos negros, hooks (2021) reafirma nossas gingas: ao escrever, "eles também reinventaram, refizeram essa língua para que ela também falasse além das fronteiras da conquista e da dominação." A reinvenção dessas línguas e códigos é vista diariamente nas comunidades, e no chão da escola, elas acontecem a cada segundo. Ouso em dizer que são esses códigos, gírias e abreviações que auxiliam na permanência dos jovens na escola. Observo esses códigos sendo utilizados como uma maneira de se comunicar com privacidade, para um grupo específico. Algo deles para eles.

E, neste contexto, também está o uso da palavra "pobrema," como uma forma de rebelião ao que é imposto, a uma dominação linguística, o que Gabriel Nascimento nomeia de racismo linguístico. Ele afirma que, quando acontece o enterro da originalidade cultural de uma população, de um povo, por meio do colonialismo, instaura-se automaticamente um complexo de inferioridade (esse pobrema é deles). Quem foi colonizado é obrigado a tomar como oficial a língua e a linguagem de quem colonializa (NASCIMENTO, 2019).

"O racismo não vai se acabar na língua. Mas é seguramente na língua que ele se reproduz de maneira mais ligeira e disfarçável" (NASCIMENTO, 2022). Essa afirmação remete às estratégias de dominação do racismo através da língua, além das que já falamos aqui, como a usurpação da cultura ao tirar a língua materna, a dominação do ser negro ao aplicar as normas e regras da colonialidade, e a rejeição das gírias e códigos próprios dos estudantes. Falaremos agora sobre uma grande máquina mortífera do racismo: o epistemicídio.

Sueli Carneiro (2023), no livro Dispositivo de racialidade, o epistemicídio implica um processo persistente de produção da indigência cultural, por meio do qual se aniquila o conhecimento produzido por outras culturas que não a europeizada. As imposições culturais, epistêmicas, subjetivas e coloniais tentam deteriorar significações, afetos e modos de vida dos africanos, indígenas e afro-diaspóricos diante de sua própria perspectiva cultural.

Também tomada pela lógica epistemicida estão as classes dominantes europeizadas e seus pensamentos eurocentrados, que definem escola e educação, o que significa que predomina um único viés cultural. Tal debate é bem delimitado na obra de Maria Helena Souza Patto (2022a, 2022b) e certamente produz efeitos de racismo no massapê da escola, embora nem sempre identificados por pesquisadores ou mesmo por pessoas que constroem a vida escolar.

Eliane Cavalleiro (2024), no livro "Do silêncio do lar ao silêncio escolar", cogita que o fato de adultos e crianças não perceberem o racismo no chão da escola é uma estratégia direcionada ao mito da democracia racial brasileira, negando com essa conduta que se apresenta cotidianamente pelas diversas pessoas na escola, desde professores, auxiliares e gestão, até estudantes e famílias.

Nesses caminhos, discutimos aqui as estratégias do racismo que estrutura a sociedade brasileira, na qual o epistemicidio age severamente em tentativas de marginalizar e aniquilar o estudante negro, inviabilizando normativas que asseguram um ensino que salvaguarde, respeite e contemple sua cultura e seu modo de viver. Desconsiderando normativas que asseguram a cidadania, o ensino, a liberdade, e principalmente o conhecimento de sua história, contada pelos seus povos.

As estratégias de aniquilação e rejeição da língua do estudante na sala de aula, acontecem através dessas

estratégias que aqui foram citadas, e ainda outras. Todas elas perpassam a vida escolar do estudante negro brasileiro. Desde o livro didático até as conversas na cantina, na portaria, no ponto de ônibus, em casa.

Ora, mais o que o colonialismo ganha rejeitando a língua(gem) do estudante negro? O colonialismo ganha poder. Perpetuação de uma história única que desconsidera os povos diversos que já moravam nesse país e os que chegaram arrancados de suas terras e fizeram e fazem do Brasil, um quilombo.

Essa pergunta não responde somente a lucros, mais sim a violações de direitos, e a não extinção da escravização, que através das estratégias do racismo que aqui foram citadas, desconfigura o estudante com cidadão de direito, como pessoas que devem pensar através de sua cultura, tendo para isso o conhecimento legitimo de sua verdadeira história, não sendo contado por uma história unica que deslegitima qualquer cultura que não seja a europeia.

"Em palavras finais, e rebelativas ao racismo e suas estratégias de dominação, na desconfiguração do estudante negro brasileiro: “O contracolonialismo praticado pelos africanos inicia na África. Cria-se um antídoto, a contracolinazação, pois o referencial de um extremo é o outro” (Santos, p. 59, 2023). Conhecido como Nego Bispo (in memoriam), com suas partilhas nos ensinou, que seguindo a nossa vivência, a nossa cultura, enfraquecemos o colonialismo.

Assim, o problema não reside no 'pobrema' de quem fala, mas na tentativa de decodificação baseada na cultura do colonizador. Trata-se da insistente tentativa de deslegitimar, com seu absolutismo, as normas e condutas da população afro-brasileira, que se comunica conforme deseja, fundamentada no que consegue defender e no vínculo com sua língua materna."

GT 25: MEMÓRIA, SONHOS E INSURGÊNCIA

Coordenação: Carlos Eduardo Silva Feitosa (SEMTAS), Wamberto da Silva Medeiros (UFRN), Marcelo de Almeida Ferreri (UFS)

A fotografia como fenômeno psicossociocultural na construção das subjetividades, identidades, memórias e lugares de memória

Maria Cristina Alves Pereira (Prefeitura de Juiz de Fora), Adriana G. Nascimento (UFSJ)

Este estudo é um desdobramento de pesquisas anteriores, o qual ampara-se em investigações teórico-metodológicas inter e transdisciplinares, que conectam a fotografia, a cultura visual, a antropologia visual, a arquitetura e urbanismos, a sociologia da imagem e a psicologia social, explorando como as imagens e a sua interpretação moldam a experiência humana no espaço. Ele investiga o multifacetado impacto da fotografia na subjetividade do eu, na construção da memória coletiva, na construção social, e na formação da identidade e dos lugares de memória.

Longe de ser um mero registro visual, a fotografia é analisada como um agente ativo que moldou e molda a sociedade, a paisagem, também como as percepções internas e a forma como os indivíduos se inserem no mundo social, impactando desde as subjetividades até as transformações socioespaciais ao longo do tempo, desde sua criação no século XIX.

Compreendeu-se em investigação anterior que a fotografia desliza entre vários campos, transitando como instrumento de pesquisa na arte e na ciência. Observou-se no percurso que a produção imagética ao longo do tempo, além de testemunhar, contribuiu com os processos de transformações urbanas e sociais, tornando-se importante ferramenta de estudo e pesquisa. Da mesma forma, ao utilizá-la como fonte para a investigação do espaço urbano, buscou-se compreender esse campo do conhecimento que cria, produz, influencia e valoriza os rastros deixados pela sociedade. Portanto, os gestos fotográficos podem oferecer a leitura e permitir a apreensão de significados nas diversas camadas da imagem revelada e registrada.

Atualmente, as investigações estão convergindo para compreender como a fotografia atua na construção e percepção da subjetividade individual, também contra-colonial e interseccional. A prática de retratos, autorretratos (selfies) e a curadoria de imagens pessoais em plataformas digitais são campos férteis para entender como os indivíduos negociam sua autoimagem e identidade em um cenário de constante exposição e feedback social. Busca-se entender como a escolha do que é fotografado, a pose, a edição e o compartilhamento de imagens contribuem para a narrativa pessoal, afetando a autoestima, a performance social e a sensação de pertencimento. Paralelamente, a partir de intervenções arteterapêuticas baseadas em métodos de retratoterapia e/ou fototerapia, desde 2023, observa-se o potencial da fotografia como recurso terapêutico, facilitando introspecção, autoconhecimento e elaboração de emoções — especialmente em casos de trauma, ansiedade ou depressão.

Concomitantemente, investiga-se o papel crucial da fotografia na construção da memória coletiva e formação de lugares de memória a partir de debates com estudiosos contra-coloniais em articulação aos pensadores clássicos da fotografia. Nesse sentido, busca-se compreender a fotografia como ferramenta para questionar e desconstruir representações coloniais e visões de mundo

por elas perpetuadas. Pois, observa-se imagens icônicas de eventos históricos, sociais e políticos selecionadas, difundidas e ressignificadas, tornando-se pilares da memória de um grupo, comunidade ou nação. Consequentemente, investiga-se os processos pelos quais a fotografia pode criar ou solidificar narrativas, visões de mundo, perpetuar mitos ou, inversamente, desafiar versões oficiais da história que valorizam a diversidade e as experiências e dar voz a grupos marginalizados.

Nesse sentido, este estudo ancora-se no eixo 13: Insurgências ético-estético-políticas: artes, tecnologias e subjetivação promovido pelo 23º ENABRAPSO, nele encontrando pontos de contato com as propostas alinhavadas pelos GT 25: Memória, sonhos e insurgência; GT 07: Arte, Processos de Subjetivação e Práticas de Resistência Contracoloniais, entre outros. Pois, nos debates realizados em torno da fotografia enfatiza-se a influência de referências sobre a produção artística brasileira crítica que discute a função social da fotografia, da cultura, da memória e do esquecimento.

Por fim, aproximando-se da psicologia histórico-cultural, o estudo correlaciona a fotografia com a construção social do olhar, também com a formação e expressão da identidade. Em nível individual, investiga como os registros fotográficos compõem um "álbum da vida", essencial para narrativa identitária. Em nível coletivo, a fotografia, como representação visual, é vista como um meio de moldar e refletir essas construções e processos de identidade. Desta maneira, a pesquisa observa a fotografia como ferramenta de registro, expressão e linguagem visual que pode refletir e influenciar as construções de identidade, moldando a sociedade, contribuindo para a identidade de grupo, seja através de representações estereotipadas ou da celebração de diversidades.

Dentre os resultados obtidos, observa-se até o momento, três pontos importantes: Primeiramente, a escolha do que é fotografado, a pose, a edição e o compartilhamento de imagens contribuem para a narrativa pessoal, afetando a autoestima, a performance social e a sensação de pertencimento. Segundo ponto, que a arte fotográfica, em particular a fotografia documental e de cunho social, tem o poder de confrontar preconceitos, promover a empatia e fortalecer identidades minoritárias, ao dar visibilidade a experiências que, de outra forma, permaneceram invisíveis ou silenciadas. O terceiro ponto, se estende em como a circulação e o acesso às imagens icônicas moldam a compreensão compartilhada do passado e influenciam a identidade coletiva, podendo tanto gerar coesão social quanto exacerbar tensões e traumas não elaborados.

Em suma, esta pesquisa busca desvendar os complexos mecanismos pelos quais a fotografia, como um fenômeno psicosociocultural, não apenas reflete o mundo, mas ativamente o constrói, influenciando profundamente quem somos como indivíduos e como nos entendemos enquanto parte de uma coletividade. Busca-se desvelar como as mudanças macro afetam a microescala das subjetividades, emoções, identidades e memórias dos indivíduos e grupos, especialmente mediadas pela fotografia.

As experiências místicas como intercessores micropolíticos de saúde mental e resistência antimanicomial

Vinícius Azevedo e Silva (UNICAP)

Introdução

Falar sobre as místicas, místicos e misticismo parece remeter, na maioria das vezes, a períodos históricos que se convencionaram chamar de Antiguidade e Idade Média, pretensamente superados pelos ideais iluministas. Se por um lado temos o neologismo "idade das luzes" para se referir às mudanças sociais ocasionadas pela modernidade, a partir, principalmente, do século XVII na Europa Ocidental, por outro, temos o seu oposto – o qual se deveria suplantar: a chamada "idade das trevas".

A narrativa que o discurso da modernidade fundamentou como hegemônico foi que a tal "idade das trevas" era caracterizada pelas superstições populares, pelo absolutismo religioso, a metafísica irracional da filosofia medieval e, sobretudo, pelo mecanismo da perseguição inquisitória e religiosa a grupos ditos pagãos e, principalmente, pela "caça às bruxas". Assim, todo este obscurantismo teria sido enfim "superado" pelo iluminismo, que trouxera a ordem social e um irrefutável progresso para a humanidade.

De acordo com o pensamento da autora Silva Federici, a caça às bruxas foi um dos protótipos para o desenvolvimento do hegemônico regime de desumanização do Outro no capitalismo: a perda da alma por praticar outras religiões e misticismos, a criminalização da medicina ancestral e o uso de técnicas anticoncepcionais, a aplicação de opressores regimes de controle dos corpos, a desapropriação e reapropriação dos meios de produção pela igreja e o estado, julgamentos arbitrários em tribunais chefiados por homens europeus brancos cristãos, o trabalho escravizado, a liberdade reduzida ao espaço da propriedade privada. A caça às bruxas europeia instituiu uma paranoia social em relação a tudo o que não era cristão, isto instituiu uma política "antimística" na Europa e nos territórios colonizados.

O programa iluminista inaugurou, também, uma outra tensão no tecido social: o embate entre a razão e a desrazão na experiência humana. Este embate não teria como intuito disputar, na arena pública, uma hegemonia místico-filosófica propriamente dita, mas, sim, teria o intuito de deslegitimar os discursos místicos ou religiosos (não cristãos) do tecido social, principalmente na experiência filosófica, de acordo com o pensador Michel de Certeau.

Os fenômenos místicos, então, foram entendidos pelos modernos como fenômenos excessivos, irracionais, fantásticos e de carácter subjetivista, que, durante a modernidade, passaram a serem vistos como experiências sem nenhuma validade para o emergente discurso científico/racional que, por sua vez, operou uma ressignificação radical nos conceitos da filosofia, assim como da experiência filosófica e a sua relação com a promoção e entendimento do que seria a saúde e a liberdade do ser.

A experiência mística, portanto, descolada da filosofia, desencorajada pelas religiosidades cristãs instituídas e, por fim, vigiada pelas instituições de controle social da modernidade, perdeu o seu estatuto de lugar no tecido social europeu, assim como nos locais onde a colonialidade se impunha, tornando-se, como no continente europeu, um "não-lugar".

Desse modo, do nascimento dos asilos ao "grande internamento", e da máquina asilar ao poder disciplinar, há toda uma construção histórica de significações que identificaram as experiências místicas como loucura/desrazão/adoecimento mental e a chamada

"delinquência", delegando a essas pessoas lugares de exclusão social em nossa sociedade.

Nossa aposta para esta comunicação reside na dimensão dita como "mística" figurar uma importante forma de expressão da subjetividade humana, e que seus agenciamentos compõem máquinas de guerra contra coloniais e, portanto, antimanicomiais.

A sociedade brasileira possui uma importante pluralidade místico-religiosa, revisar criticamente as identificações dos fenômenos místicos a fenômenos psicopatológicos é importante para (re)construirmos outros discursos e práticas singulares e democráticas no cuidado e atenção em saúde mental. Pensar a construção de um projeto terapêutico singular que incorpore os elementos místicos pessoais como fenômenos importantes para a saúde integral do sujeito e permitir que estes conteúdos se expressem livremente, pode se mostrar como um recurso importante para potencializar a saúde mental, tratando-se de uma retomada, um reposicionamento ético de escuta em relação aos sujeitos e aos seus arranjos simbólicos que organizam suas práticas do cotidiano, as "artes do fazer".

A filósofa Catherine Clément e o psicanalista indiano Sudhir Kakar desenvolveram um importante estudo sobre a representação social dos conteúdos místicos e suas relações com a saúde mental. No livro intitulado A louca e o santo, os autores transversalizam dois estudos de caso, duas pessoas contemporâneas, mas em culturas diferentes: Madeleine, na França, e Ramakrishna, na Índia. Os autores argumentam que as relações entre misticismo e loucura/doença mental não aparecem de forma semelhante nas diversas civilizações humanas. Percebemos, então, que as relações entre misticismo e adoecimento mental, assim como os seus "tratamentos", são construtos sociais.

Ao longo dos séculos XIX e XX, mística e política se borraram intensamente, os agenciamentos maquínicos místicos compuseram e seguem compondo práticas de resistência, e tecem abordagens sensíveis sobre as questões existenciais, criando circuitos de partilhas do sensível no corpo social e tensionando as relações entre vida, estética e política.

Objetivo

Se trata de um relato de experiência sobre a pesquisa de mestrado do autor, no caso, a pesquisa ainda está em andamento, pretende-se dialogar sobre os seguintes temas abordados pela pesquisa: a) a relação entre a mística, filosofia e a saúde/cuidado nos estudos culturais e b) como as experiências místicas são trabalhadas pelas equipes de saúde.

Este trabalho se insere no contexto do GT no sentido de pesquisar alternativas tecnológicas do cuidado, tendo como eixos a visão dos estudos da pós-colonialidade, a esquizoanálise. a análise institucional e os estudos da saúde coletiva na Abya Yala.

Orientação teórica

Os estudos sobre a mística foram guiados a partir dos estudos de Michel de Certeau em A fábula mística. Também utilizamos como referenciais teóricos os trabalhos dos professores Losso et al (2022) na obra A mística e os místicos. Utilizamos os estudos do professor Miguel Attie e o seu grupo de pesquisa na USP sobre filosofia em língua Árabe. Pensamos a luta mística também como uma luta anticolonial, portanto, pensamos as formas de resistência segundo Fannon, como a pesquisa está inserida no contexto brasileiro se faz importante o estudo da saúde coletiva e da reforma psiquiátrica e a luta antimanicomial no brasil. Utilizamos também o conceito de cartografia, acompanhamento terapêutico como veículos condutores da pesquisa.

Estratégias metodológicas

A discussão teórica é feita a partir da revisão da literatura a cerca da mística e as suas relações com o campo psi. A metodologia da pesquisa é pensada a partir da

cartografia, onde será realizado o acompanhamento terapêutico com os usuários da RAPS em Recife para cartografar os seguintes objetivos: a) Conhecer e cartografar as práticas místicas e de saúde dos usuários, assim como

as estratégias utilizadas por essas pessoas para desenvolverem intercessores em saúde

mental que potencializam a vida e o bem viver.

b) Conhecer como as experiências místicas dos usuários são trabalhadas pelas

equipes técnicas.

A metodologia seguirá os passos da cartografia ao realizar o acompanhamento terapêutico com os participantes da pesquisa e também a produção de analisadores em oficinas nos equipamentos da RAPS.

Resultados

As discussões ainda estão em andamento.

Conclusões

Como a pesquisa ainda está em andamento, não foram produzidos analisadores em campo, no entanto, em revisões da literatura e no diálogo com os referenciais teóricos, percebemos que a experiências místicas em diferentes culturas e tempos históricos possuíam uma relação com a promoção de saúde e de agenciamentos singulares e coletivos de enunciação, e muitas vezes tensionavam regimes de colonização.

Criar Novos Começos: Festival das Juventudes como dispositivo de re-existências juvenis periféricas em Fortaleza

Talison Amaral da Costa (UFC), João Paulo Pereira Barros (UFC), Luciana Lobo Miranda (UFC), Ana Lídia Ferreira de Carvalho (UFC), Arthur Félix Oliveira Coelho (UFC), Davi Rodrigues Fonseca (UFC), Júlio César Cardoso Rodrigues (UFC), Lívia Tabosa Dias (UFC)

O presente trabalho, ligado ao "VIESES: Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação", apresenta o Festival das Juventudes, um evento político-artístico-cultural que tem por objetivo criar espaços de promoção de arte, educação e valorização do território existencial a jovens do Grande Bom Jardim (GBJ), periferia da cidade de Fortaleza no Ceará. Em primeiro plano, é necessário discutir que o estado cearense vem se destacando a nível nacional pelas alarmantes taxas de violência, principalmente, direcionada à população infanto-juvenil, interseccionada também por marcadores sociais de raça, etnia, classe, gênero, sexualidade e território. No tocante aos cinco bairros que compõem o Grande Bom Jardim (Canindezinho, Granja Portugal, Granja Lisboa, Siqueira e Bom Jardim), percebe-se menores Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da capital em comparação a outras cidades do interior, e altos índices de violência urbana e homicídios, também relacionados à predominância de organizações criminosas. Esses diversos fatores recaem sobre os habitantes como intensos processos de estigmatização que definham as potências do território e os reduzem a criminalidade, como a única forma de existência (descartável) possível (Lima; Quixadá, 2024). Em consonância, Barros (2019) discorre sobre o processo de fabricação de vidas “desimportantes”, por meio de uma gestão política maquinada pelo desejo de extermínio da população jovem, negra, pobre e periférica, e que naturaliza a violência vivida dentro desses territórios, restando apenas existências cristalizadas em estigmas de periculosidade e de menos valor. É na inquietação sobre essa realidade social e essa política dilacerante, que o Festival surge, em 2018, como um lugar de formação em direitos humanos para juventudes e valorização das potências desse segmento, apostando na arte como um espaço de criação e produção de novos começos através do fazer/ser criativo (Barros, 2023). Nesse sentido, com este trabalho, objetiva-se apresentar o “Festival das Juventudes: Arte, Cultura e Formação em Direitos Humanos”, que, no ano de 2025, está em sua sétima edição, como uma importante dispositivo de promoção de arte, educação e fortalecimento dos coletivos de resistência juvenis dos bairros do Grande Bom Jardim. O evento é realizado pelo Centro de Defesa da Vida Herbert Souza (CDVHS), organização não governamental de garantia de direitos e articulação política de enfrentamento às injustiças sociais, por meio do coletivo Jovens Agentes de Paz (JAP), o qual atua para e com a comunidade escolar pública, em parceria com outros coletivos do próprio território e o projeto “Artes Insurgentes”, criado a partir da interseccionalidade de saberes do “VIESES: Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação” e do “Laboratório em Psicologia Subjetividade e Sociedade (LAPSUS)”, ambos ligados ao Programa de Graduação e Pós-Graduação em Psicologia do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Esse projeto está inserido no Programa de Promoção da Cultura Artística (PPCA), o qual incentiva ações de cultura e arte nas comunidades de todo o território cearense, por meio da Secretaria de Cultura do Ceará (Secult). É importante destacar que, mesmo com a teia de intersetorialidade, todo o funcionamento do festival, desde a escolha dos temas até a execução, possui caráter estritamente participativo. As discussões são democratizadas e os/as/es jovens podem decidir sobre os assuntos que estão latentes dentro da comunidade e que, por isso, precisam ser conversados sobre. É nesse tensionamento que as questões que envolvem o racismo, o machismo, a LGBTQIAPN+fobia e outros tipos de violência que são

vivenciados dentro e fora do território, surgem e são trazidos para dentro do evento, com o objetivo de possibilitar novas estratégias de enfrentamento contracolonial e contra autoritarismos, utilizando a arte como um lugar possível de subjetivação (Miranda, 2021). Assim, dentro desse movimento de desenvolver pistas para o enfrentamento dessas violências, pensadoras como Conceição Evaristo e Lélia Gonzalez são inspirações nessa costura de enfrentamentos à hegemonia masculina cisheterobranca. Entretanto, são os/as/es ativistas de coletivos juvenis e os/as/es artistas do próprio território que funcionam como figuras realmente significativas nesse caminhar em direção à coletividade e à re-existência, propondo o entendimento de uma "resistência" que embrica em modos de desviar-se de uma norma, produzindo fissuras diversas em estruturas de poder e saber já instituídas (Gomes, 2024). É nessa aposta de um trabalho COM e PARA as juventudes, que o Festival ocorre por quatro sábados não consecutivos, dividido em momentos de formação, pela manhã, e de práticas criativas, pela tarde. O evento divide-se em quatro grandes eixos que norteiam as discussões: ser jovem, ser livre, ser agente de paz e ser daz'area. O primeiro dia ancora-se na maneira como os estudantes concebem e experienciam a juventude em suas múltiplas formas de existir. As experiências compartilhadas nesse eixo, relacionam-se com as vivências no território e com as possibilidades de construção de liberdades (segundo eixo) frente aos modos de aprisionamento de vida. O terceiro eixo instaura o "Ser agente de paz" não como uma posição de passividade, mas sim de ação, por meio de um letramento político implicado com a realidade social e que trabalhe na confrontação a toda política de morte sobre esses corpos. No último dia, os/as/es jovens realizam um passeio pelos diversos equipamentos de cultura, lazer, arte e esporte do GBJ, sobre uma metodologia que, para além de promover o acesso a esses serviços, pretende desenvolver uma apropriação territorial. Em consonância, as formações são realizadas com a metodologia de roda de conversa, com a participação de algum convidado/a/e que conduz o momento. Já as práticas criativas, funcionam também em parceria com os outros coletivos, mas agora sobre forma de oficinas variadas, como de batuque, leques, fotografia, flâmulas, chaveiros, diários, dentre outros (Gomes, 2024), como o objetivo de reafirmar a arte como um espaço outro de existência. A edição de 2025 do Festival trouxe como tema "Adiar o Fim do Mundo É Criar Novos Começos", inspirado nas discussões acerca do livro "Ideias Para Adiar o Fim do Mundo" (2019), escrito pelo ativista indígena Ailton Krenak. Sobre esse viés, para além de instigar esses jovens a pensar nos modos de subversão à lógica que os reduzem a criminalidade, ao sofrimento, criando modos de re-existir nesse mundo projetado para o aniquilamento dessas existências, o tema traz à tona discussões sobre a crise climática e o racismo ambiental. Os jovens puderam pensar não só sobre as micropolíticas de cuidado e preservação do meio ambiente, mas também, de maneira macro, acerca dos modos como as políticas de enfrentamento à crise climática têm se mostrado presentes ou não, dentro da comunidade, entendendo que as dificuldades são enfrentados de maneiras diferentes a depender do espaço urbano ocupado. Durante todos os encontros, aposta-se na arte em uma perspectiva esquizoanalítica como um dispositivo de subjetivação, nas quais os "novos começos", como sugere o tema escolhido, podem ser criados por entre as brechas de todo um sistema que institui morte simbólica e física a negritude, a pobreza, ao feminino e a pessoas sexo-gênero dissidentes. O fazer criativo, o batuque, o grafitti, o samba e o rap, por exemplo, operam como importantes dispositivos de enunciação de novos espaços de vida, é por meio desses espaços de experimentação que os/as/es jovens conseguem impulsionar uma possibilidade de re-existência para além das violências vivenciadas. Portanto, o Festival das Juventudes mostra-se como uma tecnologia de enfrentamento à repressão, ao apagamento, ao enclausuramento de uma população colocada em posição marginal, por meio da valorização daquilo que é pulsante no território: a memória, a arte e o desejo de viver livre de um sistema autoritário e violento que trabalha em função da morte desses corpos.

REFERÊNCIAS

BARROS, J. P. P. Juventudes desimportantes: a produção psicossocial do "envolvido" como emblema de uma necropolítica no Brasil. In: COLAÇO, V.; GERMANO, I.;

MIRANDA, L. L.; BARROS, J. P. P. (orgs.). Juventudes em movimento: experiências, redes e afetos. Fortaleza, CE: Expressão Gráfica e Editora, 2019. p. 209-239

BARROS, J. P. P. et al. Festival das Juventudes: re-existências periféricas durante a pandemia da Covid-19. Psicol. Argum., v. 41, n. 112, p. 2753-2777, 2023.

FREITAS, I. R. et al. (org.). Festival das juventudes: arte, cultura e formação em direitos humanos. Fortaleza: Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza, 2023. 32 p.: il.

GOMES, C. J. A. "É uma forma de contar que a gente existe": arte e re-existência no Festival das Juventudes do Grande Bom Jardim. 2024. 209 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2024.

LIMA, K. E. S.; QUIXADÁ, L. M. As juventudes do Grande Bom Jardim e a territorialidade: uma revisão narrativa. Desidades: Revista Científica da Infância, Adolescência e Juventude, v. 1, n. 39, 2024. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/desidades/article/view/57720. Acesso em: 22 de maio de 2025

MIRANDA, L. L. et al. Artes insurgentes: coletivizando resistências no festival das juventudes do Grande Bom Jardim. In: GOMES FILHO, A. S.; RIBEIRO, I. B.; LAVOR FILHO, T. L.; PACHECO, M. E. A. G. (orgs.). Debates contemporâneos em psicologia. 1. ed. Iguatu: Quipá Editora, 2021. p. 71-82.

Da imagética do sonhar: por uma oniropolítica da memória

Maria Luiza Ferreira do Nascimento Carvalho (UFF), Carlos Alberto Tartarone Filho (UFF), Miguel Rufino Reina Soares (UFF), Phablo Henrique Rodrigues de Souza (UFF), Miguel Germano de Almeida Ferreira (UFF), Leonardo Bicalho Quintino (UFF), Daniel Oliveira de Farias (UFF), Tayla Gomes de Souza (UFF), Juliana de Araujo Thuler Zolotar (UFF), Enzo Teixeira Soares Marinho (UFF), Morena Guerrieri Moreira Alvarez (UFF), Gabriel Lacerda de Resende (UFF)

INTRODUÇÃO

Uma criança acompanha sua avó em um compromisso; ela encontrará outras mulheres que também perderam seus filhos para a violência de Estado. A presença das crianças torna-se uma questão para a equipe: o que fazer com elas? Como ocupar seu tempo? Como resguardá-las do horror dos relatos ali compartilhados? Eis que, olhando o prédio que sediava o encontro, a criança recusa o destino traçado pelos adultos e se afirma como guardiã da memória: “Meu pai já trabalhou aqui. Minha vó me contou essa lembrança hoje”.

Um grupo de cineastas chega a um quilombo no Espírito Santo. Cientes da atitude a que as moradoras se habituaram diante das câmeras - expor suas reivindicações, publicizar sua luta -, propõem uma oficina para que elas falem de seus sonhos. Uma mulher, toda vez que sonha com alguém sendo carregado, vive logo depois a morte de um parente; a matriarca da comunidade sonha com um mal que coloca a vida de um parente em perigo e exerce rituais de negociação com o sonho para que isso não se torne realidade. Outra, mãe solo, vencida pelo cansaço, não consegue sonhar.

Estas imagens nos convocam a fabular passagens entre a imaginação, o sonho e a memória, especialmente diante da violência de Estado. Assim, formulamos esta proposta no diálogo entre o convite do GT e o projeto de iniciação científica “Políticas do luto, poéticas da revolta”, desenvolvido no Departamento de Psicologia da UFF. Seguindo as pistas de Walter Benjamin, Judith Butler e Georges Didi-Huberman, dentre outros, temos investigado os enquadramentos que, no jogo tenso da produção de subjetividade, dividem as vidas entre enlutáveis e inelutáveis. A intuição de Butler em Quadros de Guerra convida-nos a imaginar uma comunidade política sustentada na precariedade de todas as vidas. Isso só seria possível recusando a familiaridade com aqueles que morreram como critério para o enlutamento e afastando-nos de uma psicologização do luto.

Já Didi-Huberman, em Povo em lágrimas, povo em armas, aproxima-se do luto em uma investigação mais ampla acerca das emoções, concebidas menos como dado da psiquê do que como índice de movimento. A emoção é sempre e-moção, impulso para fora; movido por emoções, o sujeito sai de si - daí a máxima de Deleuze, segundo a qual a emoção não diz eu. Deste deslocamento, que vai do eu ao mundo, o historiador da arte quer extrair justamente a passagem do luto à revolta - ou das lágrimas às armas, como indica a tradução brasileira de um de seus livros mais recentes. O emblema dessa passagem é o filme O encouraçado Potemkin, de Sergei Eisenstein, em que o luto pelo assassinato de um marinheiro amotinado se alastra pela cidade de Odessa, inicitando o levante de seus habitantes.

Em sua análise da teoria da montagem de Eisenstein, Didi-Huberman destaca o êxtase e a regressão como elementos caros ao cineasta, ambos pertencendo ao que ele chamará de pensamento sensorial, ao domínio dos afetos e das emoções; seu trabalho com as imagens, assim, visaria sempre ao descentramento do espectador e à evocação de sobrevivências: indícios de um tempo imemorial, sempre mobilizado para interferir no presente.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

Ora, não poderíamos aproximar essa política das imagens eisensteiniana - uma política da imaginação - do onírico, na medida exata de sua interpelação à clareza do lógos e no embaralhamento dos contornos que constrangem o real?

Há, tanto no sonho quanto no trabalho com as imagens, uma dimensão de abertura e inventividade que desafia os dualismos vigentes – real versus imaginário, identidade versus devir, objetivo versus subjetivo, concreto versus abstrato. A dimensão onírico-imaginária, portanto, seria capaz de trabalhar o real a partir de sua indeterminação, abrindo um campo especulativo que pode ser encontrado tanto no sonho quanto no trabalho com as imagens.

Mas seria preciso indagar: já não estaríamos saturados de imagens, compartilhadas aos milhares na velocidade fugaz das redes sociais e dos smartphones? E não viveríamos exatamente na indeterminação do real - da pós-verdade -, com a profusão de teorias conspiratórias que arrastam multidões para políticas do desejo suicidárias? Tal diagnóstico do contemporâneo não é, de modo algum, contraditório à reivindicação de uma oniropolítica da imaginação, pois trata-se de reivindicá-la contra a profusão viral de clichês, contra o caudal da "grande luz" (Didi-Huberman, 2011); uma oniropolítica que possa fazer frente ao excesso de imagens desprovidas de imaginação, rasgar o véu do pesadelo fascista, abrir o sonho outra vez.

OBJETIVO

Com esse trabalho, objetivamos explorar uma potência própria do sonhar e do imaginar que possa incidir sobre uma realidade asfixiante. Poderíamos dizer que se trata de atualizar o onírico ou mesmo de "onirizar" a realidade: o que nos importa é acessar essa matéria imaginativa que restitui ao real o inacabamento que lhe é próprio, revelando-o enquanto processualidade. Nossa aposta é que o trabalho de narrar e construir memória em torno de tais atividades - sonhar, imaginar - pode-se constituir em ferramenta importante para enfrentarmos o encerramento do presente, borrando os contornos entre o eu e o mundo e abrindo veredas para imaginarmos e sonharmos outras subjetividades. Só é possível fazê-lo se deslocamos o sonho, o luto, a imaginação, de uma suposta psicologização que os tomaria como signos a serem interpretados: "uma experiência interior, por mais 'subjetiva', por mais 'obscura' que seja, pode aparecer como um lampejo para o outro, a partir do momento em que encontra a forma justa de sua construção" (Didi-Huberman, 2011, p. 135). Encontrar a "forma justa de sua construção", aqui, aproximasse mais de um exercício de composição e passagens do que de decifração, restituindo à vida aquela dignidade que Benjamin havia encontrado no trabalho dos surrealistas: "A vida só parecia digna de ser vivida quando se dissolvia a fronteira entre o sono e a vigília, permitindo a passagem em massa de figuras ondulantes, [...] de forma tão feliz que não sobrava a mínima fresta para inserir a pequena moeda a que chamamos 'sentido'" (Benjamin, 1985, p. 22-23).

ORIENTAÇÃO TEÓRICA

Utilizamo-nos principalmente dos escritos de Judith Butler, Georges Didi-Huberman e Walter Benjamin. Com Butler, pensamos principalmente os enquadramentos que fundamentam o direito à vida, que tornam uma vida legítima ou ilegítima, e os pressupostos necessários para uma nova política que faça frente à última, instaurada menos em uma "empatia" com aquele que padece do que no reconhecimento de uma precariedade compartilhada por todos nós, viventes. Por sua vez, Benjamin e Didi-Huberman nos permitem pensar o sonho e a imagem como aquilo que, nas palavras de Bertold Brecht, nos rasga a consciência, possibilitando que algo – uma imagem, um gesto revolucionário – persista, irreverente a uma realidade que não cansa de tentar nos subjugar (Brecht, 2000 apud Didi-Huberman, 2020, p. 447).

Interessa-nos também, num esforço de conectar nossa pesquisa com as provocações abertas pela proposição do GT, investigar o sonho como via possível de comunicação

com os mortos. Os Yanomami, por exemplo, sonham muito com os mortos e entendem esse fenômeno como um canal utilizado por aqueles que se foram para convocarem os vivos a juntar-se a eles nas costas dos céus (Limulja, 2022, p. 34). A partir disso, os vivos afetam-se pela saudade e podem de fato acabar morrendo (Kopenawa; Albert, 2015, p. 191), o que faz com que os xamãs destes povos convoquem entes oníricos que os protegem para negociar com os mortos deixarem os vivos em paz. Estas pistas, que pretendemos investigar mais até o ENABRAPSO, apontam para o cuidado com o mundo onírico como uma das facetas do cuidado com os mortos, elemento já importante em nossa pesquisa.

ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

O grupo procedeu principalmente através da revisão de literatura em encontros semanais, além do mapeamento de obras cinematográficas, musicais, literárias, entre outras, que venham compor com a temática, entendendo que o pensamento não pode ser separado da dimensão estética, sobretudo quando pensamos com Didi-Huberman e Walter Benjamin. Este resumo, por sua vez, foi montado através de um esforço conjunto de dialogar com a proposta do GT.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Mais do que encerrá-las em conclusões, tomamos as indagações que construímos no grupo de pesquisa como matéria importante de um diálogo a ser construído com colegas que têm se havido com preocupações semelhantes. Entendemos, assim, que a dimensão onírica forma parte daquilo que têm nos interessado como política da imaginação, elemento que consideramos fundamental no enfrentamento a alguns dos impasses do contemporâneo. Não se trata de enfrentar a realidade através da potência de sonhar e de imaginar, mas de, justamente, entender que essas não estão em uma relação de oposição à realidade; elas podem existir na tensão de suas singularidades e diferenças. O inacabamento do real revela-se tanto no sonho como na imaginação; sonhar e imaginar, portanto, são pilares indissociáveis de uma comunidade política que seja capaz de se responsabilizar por nosso presente incerto. Assim, consideramos que uma oniropolítica da imaginação não constitui qualquer tipo de fuga ou dissimulação de uma realidade marcada pela violência de Estado; pelo contrário, ela é força primordial no enfrentamento daquilo que se apresenta como um pesadelo do qual parecemos ser incapazes de despertar se não mobilizarmos a força política da imaginação.

Efeitos psicossociais do racismo relativos ao apagamento da memória negra: caracterizando uma lacuna afrodiaspórica

Vinícius Theófilo da Rocha Morais (psicologo)

Da repetição colonial em outras roupagens, "a senzala ainda está presente" (NASCIMENTO, 2006, p. 93), e é reproduzida em aspectos psicossociais inconscientes (GONZALEZ, 2020). O passado se inscreve no presente através de situações cotidianas de racismo (KILOMBA, 2006) revelando uma continuidade histórica na qual a fonte documental são fragmentos e rastros da história (NASCIMENTO, 2006), uma vez que o apagamento da memória estava dentre as formas de genocídio do povo negro. A proposta do trabalho é analisar as continuidades das marcas coloniais na subjetividade de pessoas negras (FANON, 2008; GONZALEZ, 2020; KILOMBA, 2019; NASCIMENTO, 2006; SOUZA, 1983), a partir das contribuições da memória social na psicologia social (BOSI, 2023; SÁ, 2007), tendo como diretriz as "representações da falta" relacionadas à impossibilidade de acesso à memória social dos antepassados devido aos processo históricos de apagamento político da memória (MISSIATO, 2021; MOREIRA, 2020; NASCIMENTO, 2016). As representações da falta seriam maneiras de elaboração dos afetos causados pela impossibilidade de acesso à memória dos antepassados que utilizam como recursos expressivos as linguagens fornecidas pelas artes, entendidas como significados e sentidos compartilhados (HALL, 2016) e outras produções narrativas, favorecendo a construção de narrativas de si e da identidade coletiva. O sujeito negro tendo sua experiência subjetiva estruturada pela ferida colonial, de complexos inconscientes traumáticos (FANON, 2008; GONZALEZ, 2020; KILOMBA, 2019; NASCIMENTO, 2006; SOUZA, 1983), por ter sido violentado de diversas maneiras, barrado de acessar sua história (NASCIMENTO, 2016), necessita retornar ao passado para realizar uma revisão histórica e criar uma narrativa que não reforce estereótipos (CARDOSO, 2011; NASCIMENTO, 2006), usando para isso outras linguagens de representação (HALL, 2016) tais como perfomances do corpo entendido "local de inscrição de conhecimentos" (MARTINS, 2003), ou território de memória (NASCIMENTO, 2006). Assim, uma das hipóteses deste trabalho é de que o apagamento das memórias coletivas negras impossibilitou o acesso às histórias dos antepassados de pessoas negras, o que por sua vez, resultou em tentativas de elaboração desse trauma (KILOMBA, 2019). Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é voltado para a apreensão dos efeitos psicossociais do racismo relacionados aos processos históricos de apagamento político de memória negra. A artista Rosana Paulino por meio das artes plásticas tem como uma das marcas da sua produção a relação com a memória, explorando questões no tratamento da história colonial, do racismo científico, da identidade e da subjetividade negra. Sua obra se nutre da memória "que pode ser pessoal e íntima, ou coletiva" (SILVA, 2018, p. 10). Além disso, trabalha a questão do vazio, "operada ora como metáfora da invisibilidade e da exclusão, ora como possibilidade de reconhecimento, quando o vazio se faz como a projeção de um espelho" (BEVILACQUA, 2018, p. 151).

Dalton Paula usando técnicas de pintura dá "vida" à personagens históricos negros brasileiros que foram invizibilizados pela história. Sua produção possibilita a criação ficcional remetendo à capacidade de recuperar algo que foi esquecido, partindo do passado e se vinculando à construção e ao reconhecimento de identidades coletivas do presente e no futuro (SCHWARCZ, 2022). Ao analisar a obra do artista, Schwarcz (2022) ressalta a presença da memória no trabalho afirmando que "a memória visual faz parte de uma vontade de viajar em sentido inverso à morte. [...]

Nela reside uma garantia do humano transcendente à própria história. A galeria de retratos afrodescendentes de Dalton Paula é mesmo uma memória viva de seu grupo" (SCHWARCZ, 2022, p. 34). Ao buscar analisar as produções artísticas negras relacionadas à memória, percebe-se que a memória não está necessariamente voltada para o registro de determinado tempo, mas para as produções de narrativas de si perante a impossibilidade de conhecimento das histórias dos antepassados, denotando um reflexo psicossocial. Dito de outra forma, percebe-se os efeitos psicossociais do apagamento político da memória. Cabe dizer que os trabalhos baseados em memória social (SÁ, 2015), geralmente estão voltados para o registro de aspectos de determinada época, se valendo, do relato de testemunhas e de documentos de época. Assim, o presente trabalho se diferencia em termos metodológicos destas pesquisas por não estar interessado em analisar determinado período histórico, mas sim as narrativas de si de sujeitos negros contemporâneos. Assim, para a presente pesquisa interessa investigar as "representações da falta relacionada ao apagamento político da memória" através de três pilares: 1) da memória, trabalhada em sua dimensão política - devido ao seu apagamento histórico e as disputas pelo poder; 2) da identidade - enquanto características compartilhadas pelo sujeito coletivo e particular; 3) da dimensão estética - as narrativas artísticas negras e outras produções relacionadas à memória, considerando suas formas de resistências. Tendo em vista os objetivos da pesquisa e a inter-relação entre processos políticos, históricos, memória e identidade (FONTES, 2006), a metodologia da entrevista narrativa (BENJAMIN, 1987; LIMA, 2017) aparece como ferramenta apropriada de investigação, de modo que possibilitaria tanto a compreensão das construções narrativas de si, quanto os apontamentos dos efeitos psicossociais resultantes dos processo históricos. O uso da entrevista narrativa ajudaria a alcançar aspectos da vivência negra que ultrapassam as expectativas criadas pela branquitude, junto de seus mitos (FANON, 2008; SOUZA, 1983; NASCIMENTO, 2006), uma vez que as imagens relacionadas à negritude por um viés branco não são nada realistas, mas sim fantasias do "eu branco" projetados (KILOMBA, 2019).

BEVILACQUA, J. R. da S. O vazio na obra de Rosana Paulino. In: Rosana Paulino: a costura da memória. São Paulo: Pinacoteca de São Paulo, 2018, p. 149-16

BENJAMIN, W. Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 3. ed., 1987. v. 1.

BOSI, E. Memória e Sociedade - Lembrança de Velhos. 20 ed. São Paulo. Companhia das Letras, 2023 (obra original 1936)

CARDOSO, M. A. O movimento negro em Belo Horizonte: 1978-1998. 2. ed. Belo Horizonte: Mazza, 2011.

FANON, F. Pele negra, máscaras brancas. Trad. Renato da Silveira. Salvador: Ed. EDUFBA, 2008.

FONTE, C. A. A narrativa no contexto da ciência psicológica sob o aspecto do processo de construção de significados. Psicologia: teoria e prática, São Paulo, vol. 8, n. 2, pg. 123-131, 2006.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: Por um feminismo afro-latino-americano. Ensaios, intervenções e diálogos. Ed. Zahar, 2020.

HALL, S. Cultura e representação. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016

KILOMBA, Grada, 1968. Memória da plantação - Episódios de racismo cotidiano. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019

LIMA, A. F. de., & Ciampa, A. da C.. (2017). Sem pedras o arco não existe: o lugar da narrativa no estudo crítico da identidade. Psicologia & Sociedade, 29(Psicol. Soc., 2017 29).

MARTINS, L. (2003). Performances da oralitura: Corpo, lugar da memória. Letras, [S. l.], n. 26, p. 63–81, 2003.

MISSIATTO, L. A. F. Memoricídio das populações negras no Brasil: atuação das políticas coloniais do esquecimento. Revista Memória em Rede, Pelotas, vol.13, n.24, Jan/Jul de 2021.

MOREIRA, B. M., PERETI, E. A árvore do esquecimento e as tentativas de destruição da memória afrodiaspórica. Revista UNIABEU, vol.13, n. 33, jan/jun de 2020.

NASCIMENTO, A. (1914-2011). O genocídio do negro brasileiro: processos de um racismo marcarado. 3ª ed. - São Paulo: Perspectivas, 2016

NASCIMENTO, M. B. Por uma história do homem negro. In: Eu sou atlântica: Sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. Instituto Kuanza: São Paulo, 2006, p. 93-102

Imagens Amefricanas e Clínica Junguiana: Escutas Enraizadas em Memória e Ancestralidade

Pamela Cristina Salles da Silva (UFRRJ)

Este trabalho apresenta parte de minha pesquisa de doutorado em andamento, cujo foco é o enraizamento cultural explorado a partir da Psicologia de Carl Gustav Jung em diálogo com autoras da diáspora africana. Parto do reconhecimento de que a escuta clínica junguiana, quando verdadeiramente implicada com a realidade brasileira, não pode prescindir de um encontro profundo com a história, a memória e as marcas étnico-raciais que atravessam os sujeitos e os territórios. A problemática central reside na invisibilização ou distorção das imagens culturalmente relevantes para a subjetividade negra, especialmente das mulheres, na história do Brasil.

O objetivo desta comunicação é propor uma articulação entre o pensamento de Lélia Gonzalez e os princípios da Psicologia Junguiana, com ênfase na construção de uma clínica "com os pés no chão", isto é, verdadeiramente situada no Brasil. Busco refletir sobre como imagens culturalmente relevantes — nomeadas por Lélia — podem ser compreendidas simbolicamente como expressões do complexo racial que atravessa as camadas da psique coletiva, com impactos profundos sobre os processos de subjetivação, sofrimento e construção de resistências sensíveis.

A proposta se alinha ao GT 25: "Memória, sonhos e insurgência", no Eixo Temático 13, ao tomar a memória coletiva e a elaboração simbólica como práticas de resistência frente aos apagamentos coloniais e raciais. A pesquisa articula-se ao objetivo do GT ao propor uma psicologia implicada com as histórias precarizadas e com a criação de outras formas de realidade a partir das potências imagéticas da ancestralidade. Ao valorizar as imagens reprimidas e reconstruí-las no campo da escuta clínica, o trabalho afirma a importância das imagens arquetípicas e da memória como dispositivos de recomposição simbólica e insurgência subjetiva.

A pesquisa parte da Psicologia Analítica de Carl Gustav Jung, especialmente os conceitos de inconsciente cultural, imagem, símbolo, sombra, individuação e instinto criativo, articulando-os com o pensamento de Lélia Gonzalez. Adotando como referência a formulação de Amefricanidade, proposta por Lélia, como categoria que entrelaça ancestralidade africana e indígena às vivências de mulheres negras latino-americanas e consequentemente as potências simbólicas que emergem nesse território. A partir dessa matriz, se denuncia os limites de referenciais eurocêntricos e propõe uma leitura simbólica também enraizada, voltada às ontologias e epistemologias de origem de tais imagens.

Trata-se de uma abordagem qualitativa e interpretativa, baseada em revisão bibliográfica e análise simbólica. Foram utilizadas como fontes principais as obras de Carl Gustav Jung e de Lélia Gonzalez. A pesquisa dedicou-se à análise simbólica de imagens presentes no inconsciente cultural brasileiro, tal como descritas por Lélia: a mulata, a doméstica e a mãe preta, culminando na elevação da figura de Nanny. O método consistiu em interpretar essas imagens inquirindo seu potencial representativo do complexo racial que atravessa o imaginário coletivo brasileiro, com impacto sobre a construção de subjetividades negras.

A análise evidenciou que as imagens nomeadas por Lélia Gonzalez ultrapassam a condição de estereótipos sociais: são também fenômenos derivados do inconsciente cultural, isto é, estruturas carregadas de afetos e conteúdos inconscientes, que operam tanto no nível individual quanto coletivo de grupos específicos. Na

perspectiva da Psicologia Junguiana, muitas dessas imagens configuram conteúdos sombrios do que se pode chamar de "inconsciente colonizador". Fatores nomeados por Fanny Brewster como complexos raciais, que influem modos de ser e sentir estereotipados capazes de dominar a consciência. Projetadas sobre mulheres negras, essas figurações geram sofrimento psíquico e reforçam estigmas sociais. No entanto, a leitura simbólica, de certo modo já iniciada por Lélia, permite deslocar essas imagens e reinscrevê-las em novas narrativas que resgatem a dignidade e a memória ancestral em contraposição aos aspectos unilaterais negativos narrados pela repetição colonizadora. Assim, o enraizamento cultural configura-se na conexão com a força positiva das imagens e possibilita que se abram caminhos à resistência sensível e transformadora. Tais aspectos podem ser observados na assunção como guia ou modelo, de figuras como, por exemplo, a heroína jamaicana Nanny, Dandara, Aqualtune, entre outras.

Ainda que figuras como Dandara, Aqualtune e Nanny estejam envoltas em controvérsias documentais e silenciamentos historiográficos, sua permanência simbólica nas narrativas da resistência negra revela a força psíquica das imagens que retornam para reconfigurar o presente. Mesmo diante da ausência de registros diretos, os relatos orais indicam que as mulheres negras foram fundamentais na sustentação espiritual, material e afetiva dos quilombos — através de rituais, cuidado, memória e luta. A imagem de Dandara, por exemplo, embora tenha emergido da literatura de João Felício dos Santos nos anos 1960, não é menos potente por isso: sua circulação nos movimentos sociais e na memória coletiva faz dela um símbolo vivo de insurgência feminina afro-brasileira, como o reconhece sua inscrição no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria em 2019.

Já Nanny dos Maroons, cuja trajetória é mais documentada, manifesta a potência da liderança espiritual e política feminina na diáspora jamaicana. Sua atuação como guia guerreira, sacerdotisa, líder e estrategista instaura-a como uma "árvore mãe", atuando na criação das "cidades das mulheres e das crianças" Nanny reverte a lógica colonial da fragmentação e reinscreve a mulher negra como fundadora de mundos possíveis. Essa figura ancestral, cultuada como heroína nacional da Jamaica sob o título de Right Excellent Nanny, ecoa simbolicamente com Aqualtune — princesa africana associada à fundação de Palmares — e amplia o campo da escuta clínica junguiana quando se admite que as imagens arquetípicas também emergem com cor, história e território.

Ao evocar essas mulheres como imagens vivas do inconsciente cultural conectado ao coletivo afro-diaspórico, propõe-se que a clínica junguiana no Brasil assuma o desafio de reconhecer tais presenças como parte essencial de uma escuta enraizada. Elas não operam apenas como metáforas políticas, mas como imagens simbólicas que emergem no processo de individuação individual e coletiva, mobilizando a memória, o sonho e a insurgência como chaves de cura e transformação.

Memórias do Garimpo: Narrativas de Idosos Institucionalizados em ILPI de Roraima e Seus Impactos Psicossociais

Emília Gutierrez Delcarlos Mendonça (Prefeitura Municipal de Boa Vista - Roraima), Rodrigo Pereira das Chagas (UFRR)

Este trabalho analisa como as experiências no garimpo ilegal em Roraima moldam as memórias e a identidade de idosos homens, analisando os processos de exclusão social e institucionalização que enfrentam na velhice. A pesquisa parte da perspectiva de Bosi (1994), que destaca a importância das narrativas individuais na construção da identidade e da história social. Ao aplicar essa abordagem, busca-se compreender como as narrativas dos idosos não apenas refletem um passado de exploradores-exploração, mas também evidenciam a reconstrução de suas trajetórias, marcadas pela violência, degradação e exclusão de seus corpos na velhice. O garimpo ilegal, atividade predominantemente masculina, moldou a identidade desses homens, reforçando estereótipos de masculinidade associados à força física e à violência, como destacam análises sobre a região (MARTINEZ, 2025). No entanto, na velhice, eles enfrentam a desvinculação total de seus vínculos familiares e comunitários, a destituição de sua identidade e a dependência de políticas assistenciais, revelando uma contradição entre a imagem de força construída no passado e a vulnerabilidade atual. Metodologicamente, a proposta adota uma abordagem qualitativa, com entrevistas narrativas e análise de histórias de vida de idosos acolhidos em Instituições de Longa Permanência (ILPIs) em Roraima, seguindo os pressupostos de Minayo (2014). A escolha por essa abordagem permite uma compreensão aprofundada das experiências individuais e coletivas desses sujeitos, considerando suas histórias, memórias e contextos específicos. Como trabalhadora de uma ILPI e, sendo esta temática parte do meu projeto de Mestrado em curso, tive a oportunidade de realizar observações empíricas que evidenciam uma realidade alarmante: a dupla exclusão vivenciada por idosos ex-garimpeiros em Roraima. Além dos danos físicos e psicológicos acumulados ao longo de suas trajetórias no garimpo ilegal, esses indivíduos enfrentam uma invisibilidade social que os marginaliza ainda mais na velhice. A institucionalização, muitas vezes a única alternativa de sobrevivência, revela uma lógica manicomial que trata esses sujeitos como “indesejáveis”, desconsiderando suas histórias e necessidades específicas. Ao envelhecerem, os seus corpos deixam de ser úteis para o garimpo e destituídos dos vínculos familiares e comunitários, são encaminhados para ILPIs como única forma de amparo. Essa transição evidencia a desarticulação de políticas públicas de promoção, cuidado e integração de idosos na sociedade, que deveria ofertar políticas de continuidade comunitária, visando a autonomia e participação social. Pereira et al. (2019) demonstra em dados que 50,6% dos idosos institucionalizados eram homens. Entre as razões para a institucionalização de homens, destacam-se a baixa escolaridade, a ausência ou abandoono filhos(a) e família na idade adulta, a condição de solteiro, características frequentemente associadas a uma maior vulnerabilidade e necessidade de cuidados em instituições. Além disso, a falta de infraestrutura adequada para atender às demandas de idosos, como serviços domiciliares e ambulatoriais, bem como a dificuldade financeira de manter um idoso doente em casa, são fatores que impulsionam a busca por ILPIs (Lima, 2021). Nas observações realizadas em ILPIs em Boa Vista indicam que uma parcela significativa dos idosos institucionalizados é composta por homens negros e pardos, refletindo um recorte singular racial e de gênero no acesso a direitos e serviços, conforme dados do IPEA (2018). Esse fenômeno está relacionado a fatores históricos, como a marginalização dessas populações no

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

contexto do garimpo ilegal, e à ausência de políticas públicas que promovam a equidade e a justiça social, problematizada por Raquel (2021) em estudos sobre o tema. A institucionalização desses idosos não deve ser vista como uma solução definitiva, mas como um reflexo da falta de alternativas adequadas de cuidado e reintegração social, conforme alertam organizações humanitárias (IHU, 2025). É imperativo que as políticas públicas voltadas para a população idosa considerem as especificidades dessa população, promovendo ações que garantam não apenas o amparo material, mas também o reconhecimento e valorização de suas histórias e memórias. Portanto, o trabalho tenta investigar, a partir das memórias, a história do garimpo e os impactos psicossociais na velhice de homens que viveram da exploração de recursos durante as suas vidas.

Palavras-chave: garimpo ilegal; memória; envelhecimento; institucionalização; políticas públicas.

Referências:

BOSI, Ecléa. Memória e sociedade: lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. O tempo vivo da memória: ensaios de Psicologia Social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. Brasília: Ipea, 2018.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS (IHU). Invasão massiva pelo garimpo ilegal e facções criminosas afetam intensivamente as terras indígenas em Roraima, alertam organizações. Disponível em: https://www.ihu.unisinos.br/categorias/642863-invasao-massiva-pelo-garimpo-ilegal-e-faccoes-criminosas-afetam-intensivamente-as-terras-indigenas-em-roraima-alertam-organizacoes. Acesso em: 26 maio 2025.

LIMA, S. R. A institucionalização de idosos na região Norte: desafios e necessidades de cuidados. Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia, v. 24, n. 5, p. 198-207, 2021.

MARTINEZ, Fabio. Relação da população com o garimpo em Roraima aumenta dificuldade no combate à invasão na terra yanomâmi. Terras Indígenas no Brasil. Disponível em: https://terrasindigenas.org.br/pt-br/noticia/218663. Acesso em: 26 maio 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 13. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

PEREIRA, D. R.; COSTA, L. R.; SOUZA, A. T. A dinâmica de institucionalização de idosos em Fortaleza: perfil e características. Journal of Aging Studies, v. 15, n. 2, p. 45-53, 2019.

RAQUEL, Martha. Entenda como acontece o garimpo ilegal em terras indígenas na região Norte do Brasil. Brasil de Fato, 8 abr. 2021. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2021/04/08/entenda-como-acontece-o-garimpo-ilegal-em-terras-indigenas-na-regiao-norte-do-brasil/. Acesso em: 26 maio 2025.

O trabalho com os restos: cartas, memória e dimensão política na saúde mental potiguar

Carlos Eduardo Silva Feitosa (SEMTAS), Ana Karenina de Melo Arraes Amorim (UFRN), Indianara Maria Fernandes Ferreira (Travessias - Psicologia Clínica)

Em sua obra, Walter Benjamin nos convida a refletir sobre o aspecto histórico e político das nossas práticas e fazeres com a memória e sua narração. No trabalho com a memória, temos a sua narração como o próprio processo, que tem por objetivo de transformar o presente. Em seus famosos textos "Experiência e pobreza", "O narrador" e "Teses sobre o conceito de história", encontramos as bases do desenvolvimento da ideia de narração como transmissibilidade da experiência, assim como da dimensão política da barbárie que produz o relato historiográfico dos vencedores. A partir dessa dimensão da memória, nos cabe questionar: o que fazer com os restos e fragmentos que nos são narrados por pessoas e grupos historicamente marginalizados e apagados dos registros oficiais? Tal questionamento agenciou um processo de pesquisa sobre a memória dentro do campo da saúde mental potiguar, por meio da produção de cartas a partir do relato de usuários do movimento antimanicomial e da rede de atenção psicossocial de Natal-RN. Além de Walter Benjamin a pesquisa tomou como contribuições o pensamento de Deleuze, Guattari, da Análise institucional e dos estudos decoloniais, buscou-se fazer uma cartografia das memórias desses usuários, buscando assim uma produção de tensionamento e reflexão sobre a memória, seus usos e dimensões políticas. Tal cartografia compreendeu um percurso tanto extensivo, quanto intensivo, utilizando ferramentas como entrevistas, acompanhamentos em eventos, protestos e ações políticas dos usuários da rede, o registro em áudio e vídeo, a produção de um diário cartográfico, a escrita de cartas, levantamentos documentais e produção de espaços coletivos para as memórias narradas. Nomeadas de "cartas para o futuro", esses escritos procuraram reunir relatos de usuários, não só na dimensão da denúncia das violências sofridas, mas na produção de vida em coletividade com outros usuários, movimentos sociais e serviços substitutivos. Cada relato trouxe a singularidade de uma vida, seu tempo e seu ritmo, mostrando atravessamentos de vetores como classe, raça e gênero, tanto nos processos de adoecimento, quanto em sua face mais potente e criativa. No processo de pesquisa, a escrita das cartas mostrou-se uma ferramenta de produção de narrativa e estética de uma memória negada historicamente, permitindo a produção de outras histórias, não mais focadas apenas no sofrimento e na dor física e existencial de subjetividades desviantes. As cartas, agenciadas pelo relato de diversas vozes, assumem a possibilidade de se tornarem máquinas de produção de histórias outras, que encontram na afirmação da resistência, na produção de afetos e bons encontros, formas de se trabalhar um processo de montagem com os cacos, os restos, os trapos de memórias subalternizadas. Tal produção ajuda a tensionar o próprio campo de disputa da memória, trazendo os atravessamentos políticos da produção de vidas descartáveis, dessacralizando conceitos universais e maquinando a produção de uma memória desviante, que faz furos em uma memória maior. Não se tratando de apensas a transcrição de um relato, a pesquisa se mostrou a própria construção de uma memória minoritária, operada por composição, a partir dos restos, pedaços e fragmentos de tempo, acontecimentos e histórias coletivas. Esse desenvolvimento de uma memória minoritária mantém a abertura necessária para se (re)fazer novas composições com àquilo que é narrado, produzindo uma duração para além da existência da própria pessoa que narra. Nesse contexto, produzir essas cartas é também um convite a ouvir o chamado dos

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

mortos, de escutar um passado que se manifesta no presente e anuncia futuros possíveis. É no presente que encontramos os fragmentos, que usamos para montar uma história do que passou, que nos ajuda a entender o tempo de agora e nos potencializa a sonhar o porvir. É por meio da artesanalidade da tessitura destes fragmentos, fios, falas, memórias, que podemos produzir táticas de enfrentamento à barbárie que produz uma cultura cada vez mais violenta e excludente. Tais táticas apontam para a possibilidade de agência dentro do jogo de forças que se apresenta para a sociedade, pondo em xeque a própria história tida como oficial, produzindo mudança de posição das forças instituídas, que regulam as relações sociais. Esse movimento de imanência da memória produz processos políticos e sociais de insubordinação, que a torna uma arma de guerra contra processos de opressão. Assim a memória deixa seu caráter metafísico e encarna nos corpos e movimentos de pessoas e coletivos que produzem, reivindicam e afirmam suas histórias. Tais argumentos puderam ser observados no decorrer da pesquisa, por meio do acompanhamento de processos dos usuários da rede nas reivindicações de melhorias de atendimento, na criação de um coletivo de luta antimanicomial, na produção de exposições artísticas pelo Centro de Arte e Cultura da cidade, na coragem da verdade e nas falas contundentes de usuários dentro da assembleia legislativa do município, nos atravessamentos desses movimentos no âmbito universitário, etc. Esses movimentos reivindicam a fala, a escuta, produzem efeitos e marcas naqueles que se permitem serem atravessados pelas palavras. O trabalho com os restos nos pede essa disponibilidade para a escuta, nos implicando politicamente com o que nos é narrado. Fazer algo com o que nos é transmitido pelo outro: eis o grande desafio.

Oficinas artísticas como instrumentalização metodológica na psicologia: um relato de experiência à luz da gestalt-terapia

Marcela soares Cunha, Marcela Soares Cunha (Centro Universitário Metropolitano da Amazônia), Maria Eduarda Novaes de Lima (Centro Universitário Metropolitano da Amazônia)

O presente trabalho tem o intuito de discutir acerca da utilização da arte como metodologia de instrumentalização para subsidiar intervenções à luz da gestalt-terapia. A arte, desde as primeiras interações humanas, sempre foi uma forma essencial de reafirmação da existência, um gesto criativo de dizer "eu estou aqui" ao mundo. Expressa-la, seja por meio do corpo, da palavra ou do riso, é acessar territórios internos que muitas vezes escapam à linguagem racional. Nesse contexto, os processos artísticos, de todos os tipos, tornam-se facilitadores para o autoconhecimento e a cura, visto que permitem ao sujeito entrar em contato com suas emoções, memórias e modos de estar no mundo de forma viva e sensível.

Quando a psicologia se permite romper com a prática rígida e sistemática, o fazer psicológico se expande para novos horizontes, esses nos quais é possível reconhecer que o cuidado subjetivo também pode acontecer pelo movimento, pela dança e outras expressões artísticas. O problema central que mobilizou esta proposta foi pensar como as oficinas vivenciadas podem favorecer espaços de contato com aspectos subjetivos por meio do autoconhecimento, cuidado e expressão, com base na Gestalt-terapia e sua ênfase na experiência do presente.

Outrossim, as oficinas vivenciadas dialogam com o eixo temático a partir das práticas artísticas, sensíveis e expressivas que produziram um espaço de cuidado e expressão sobre os campos subjetivos. Além disso, possibilitaram o contato com memórias, mobilizando criações artísticas e experimentações que facilitaram processos de subjetivação, resistência poética embasadas nos princípios da Gestalt-terapia e nos propósitos ético-estéticos inseridos no eixo.

Do ponto de vista teórico, este trabalho fundamenta-se em autores que discutem a experiência subjetiva, o contato com o self e a linguagem artística como caminho de autoconhecimento e cuidado. A Gestalt-terapia, conforme Perls, Hefferline e Goodman (1997), propõe que o desenvolvimento da consciência ocorre por meio do contato presente com o ambiente, valorizando a experiência imediata como via de transformação. Nessa perspectiva, a arte, em suas múltiplas formas, atua como facilitadora da percepção de si e do outro, ao possibilitar a expressão de conteúdos internos não acessíveis apenas pela via verbal.

McNiff (2004) e Kramer (2000) apontam a criação artística como um processo terapêutico em si, que permite a integração de aspectos emocionais, sensoriais e simbólicos. Para eles, o ato de criar mobiliza a subjetividade e oferece um espaço seguro para a ressignificação de vivências. Na mesma direção, Hillman (2010) destaca a importância da imaginação estética como linguagem fundamental do inconsciente. No campo da corporeidade, autores como Lima e Cunha (2015) defendem que o corpo é um território de memória e expressão, sendo essencial ao processo de subjetivação.

Metodologicamente, o relato de experiência baseia-se na aplicação de três oficinas artísticas desenvolvidas como estratégias metodológicas de instrumentalização na prática psicológica, fundamentadas nos princípios da Gestalt-terapia. As oficinas foram realizadas em contextos de formação acadêmica, como parte de um projeto de extensão universitário, com grupos compostos por discentes. A proposta foi a de criar espaços vivenciais que promovessem o contato autêntico consigo e com o outro, o reconhecimento de sentimentos, percepções e

narrativas pessoais por meio de linguagens expressivas e criativas. As oficinas foram conduzidas em encontros presenciais com duração média de 2h30 a 3h cada, em ambientes que favoreciam a escuta, o acolhimento e a livre expressão. Cada encontro seguiu uma estrutura flexível, respeitando o aqui-e-agora do grupo, e incluía momentos de acolhida, atividade artística central e fechamento reflexivo, promovendo a integração da experiência vivida com os fundamentos da Gestalt-terapia. A oficina de "brincolagem", que une as ideias de "brincar" e "colagem" propôs o autoconhecimento por meio de uma experiência lúdica de criação manual. A partir de materiais diversos tais como revistas, papelão, cola, barbante, foi construído um "caderno de si", espaço simbólico para expressar fragmentos de sua história pessoal. A proposta buscou despertar memórias, emoções e sentidos por meio da materialização criativa de vivências subjetivas. O processo promoveu o contato com aspectos do self nem sempre verbalizáveis, permitindo a integração de experiências. Além dessa, a oficina de "dançaterapia" teve como objetivo promover uma escuta corporal ampliada e facilitar o contato consciente com os próprios sentimentos, tensões e emoções. Por meio de movimentos livres, improvisações corporais, dinâmicas de ritmo e musicalidade, o corpo tornou-se um território de expressão, memória e afeto. Essa vivência favoreceu a integração entre sensação, emoção e consciência, despertando uma conexão mais autêntica com o próprio corpo e com o grupo. Por fim, a oficina de "Arteterapia gestáltica" teve como proposta o convite para a reflexão sobre sua trajetória de vida por meio da produção de obras artísticas. Utilizando técnicas de pintura, colagem e composição visual, foi incentivado a expressão de aspectos marcantes da história de vida, construindo imagens simbólicas que dialogassem com seus sentimentos, conquistas, feridas e desejos. O processo artístico funcionou como canal de acesso ao self, estimulando a criatividade, a ressignificação de vivências e a construção de um sentido mais integrado da própria existência. A atividade também favoreceu o contato com o tempo subjetivo (passado, presente e futuro) e possibilitou a expressão de conteúdos internos difíceis de serem acessados apenas pela linguagem verbal.

Os resultados observados nas oficinas artísticas demonstraram que durante as vivências, foram identificadas manifestações espontâneas de emoções, relatos de lembranças significativas e reflexões pessoais que emergiram a partir das produções artísticas. Os participantes dessas oficinas em sua maioria relataram sentimentos de reconexão com o próprio corpo, acolhimento interno e percepção ampliada de si. Na oficina de brincolagem, muitos participantes expressaram surpresa ao se depararem com lembranças da infância e com significados pessoais que emergiram durante a construção do "caderno de si". Enquanto que na dançaterapia, observou-se uma liberação corporal significativa, com relatos de alívio emocional e percepção de tensões antes não reconhecidas. Na oficina de arteterapia gestáltica, os relatos apontaram para o surgimento de imagens internas que representavam dores, conquistas e desejos, gerando espaço para elaboração simbólica e ressignificação.

Desse modo, evidencia-se a potência terapêutica da arte quando aliada aos princípios da Gestalt-terapia, permitindo o contato com o aqui-e-agora, a expressão do self e a escuta sensível de si e do outro. As oficinas ofereceram não somente técnicas e práticas que subsidiaram o projeto de extensão, mas proporcionaram vivências de autoconhecimento, cuidado e expressão por meio de espaços introspectivos que facilitaram o processo de conectar-se consigo de diversas formas, possibilitando perpassar pelo desconforto dos próprios sentimentos e das lembranças não acessadas anteriormente. Dessa forma, a experiência permitiu um fluxo espontâneo de contato que contribuiu ao retorno do momento presente, reconectando o corpo ao que ele sente e vivência no aqui e agora.

Politizar o sonho, onirizar a política: sonhar como experiência político-epistemológica

Edileuza Santos do Nascimento Cruz (UFS)

Este trabalho trata da abordagem do sonho/sonhar como uma experiência politico-epistemológica. O objetivo é pensar como essa experiência pode ser tomada como campo e materialização de processos de subjetivação (FOUCAULT, 1995;1993), que operam e dão corpo àquilo que nos tornamos e ao que fazemos, nos lugares que ocupamos e caminhos em que transitamos. A ideia é afirmar o sonho como instituição, conforme Krenak (2020), como objeto histórico, de valor epistemológico e político, atravessado pelas dinâmicas de saber-poder (FOUCAULT, 1995), e pela potência infinita de abertura de outros modos de ver e de entender o que somos e o que fazemos.

Essa busca se produz pelas ressonâncias de uma experiência de pesquisa de mestrado, realizado entre 2018 e 2020, acerca de processos de subjetivação no contexto universitário. O recorte foi o encontro da Psicologia com a assistência estudantil, em uma universidade pública e federal do Nordeste, a partir do lugar de profissional efetiva de Psicologia na instituição. A pesquisa foi norteada por uma perspectiva genealógica, conforme Michel Foucault (2005), trabalhando com narrativas que historiam vivências, caminhos, "restos" e sonhos, como materializações que falam da produção daquilo que nos tornamos, nas condições em que vivemos, na lida com situações e temas presentes no cotidiano institucional.

Nesse campo de ressonâncias, este momento toma como foco um sonho ocorrido em 2020, às vésperas da entrega da versão final da dissertação, quando o texto parecia pronto e foi pego de surpresa pelo acréscimo inesperado. O sonho se fez narrativa escrita, num esforço de uso das palavras, que falassem de imagens oníricas de um texto lido ao mesmo tempo em que escrito, através do andar, passo por passo, percorrendo ruas de uma cidade, fazendo um caminho, seguindo pistas dispersas, dispostas nas ruas dessa cidade. Não se tratava de um texto escrito em "peles de papel" (KOPENAWA, 2015), mas de um texto escrito pela pele de um corpo em composição com as cadências do andar por um caminho construído enquanto caminhava.

Por esse caminho, na companhia de perspectivas epistemológicas historicizantes, é feita uma aposta no sonho como realidade plena, como experiência, tirando-o do campo dos objetos naturalizados, desprovidos de razão ou passíveis de interpretação, como se tivesse um sentido a priori. É visto como instituição, como produção sócio-histórica, que se manifesta num eu, mas sem se reduzir a ele enquanto esfera privada. Trata-se da disposição de "politizar o sonho".

Neste momento, essas imagens buscam uma conversa com cosmovisões ameríndias, como as enunciadas por Ailton Krenak (2019; 2020) e Davi Kopenawa (2015). Mesmo considerando que há diferenças e distâncias entre essas perspectivas, elas parecem tomar o sonho como campo de produção de realidade, pelas infinitas possibilidades entre os estratos do vivido e atualizado, e do que existe em potência, virtualidade. O sonho é expressão do que se deseja, do que se teme, do que se é, pelo que sequer pode ter nome e sentido a priori, mas que se faz em imagens, cujos sentidos são singularmente produzidos pelas vivências encarnadas em ato, num certo terreno, em certas condições de vida.

Por mais que pareça estranho a muitos dos condicionamentos da vigília e da vigilância epistemológica, pregados pela "santíssima trindade" moderna, Estado-Mercado-Ciência, conforme Viveiro de

Castros (2015, p.24), o sonho em questão não deixava qualquer dúvida de que ali se tratava da escrita-leitura de um texto. Inclusive, na vivência onírica, isso foi disparado como tarefa acadêmica, como indicação de leitura. O autor do texto era, supostamente, um fiel signatário da santíssima trindade moderna. Mas, a indicação foi feita por uma pessoa "deslocada" do terreno acadêmico, uma viajante, o que não levou ao encontro do texto propriamente dito, mas a um outro texto.

Da posição de um "devir-outro", sobre o sonhar do homem branco, Davi Kopenawa nos alerta:

Eles dormem sem sonhos, como macha¬dos largados no chão de uma casa. Enquanto isso, no silêncio da floresta, nós, xamãs, bebemos o pó das árvores yãkoana hi, que é o alimento dos xapiri. Estes então levam nossa imagem para o tempo do sonho. Por isso somos capa¬zes de ouvir seus cantos e contemplar suas danças de apresentação enquanto dormimos. Essa é a nossa escola, onde aprendemos as coisas de verdade. (KOPENAWA, p. 77, 2015)

Com isso, ressoam questionamentos como: qual é e como funciona a nossa escola? Quais coisas aprendemos nela? De que forma aprendemos essas coisas? Quais são "as coisas de verdade" a serem aprendidas? De que formas essas coisas produzem quem somos? Pensar em tais questões parece requerer, no mínimo, algum deslocamento quanto aos caminhos que fomos condicionados percorrer, como esse devir-outro da cosmovisão Yanomani sugere, através das diferenças quanto à experiência do sonhar.

O caminho da narrativa onírica da leitura-escrita-andança, talvez, nos sinaliza algumas pistas, já que se fazia seguindo pistas, que era parte da produção do caminho. Que é o viver senão isso: seguir pistas e tatear caminhos, para tentar ir além delas? Que é fazer pesquisa, senão isso? As pistas e direções apontadas parecem os modos pelos quais somos produzidos enquanto sujeitos, e pelos quais fazemos pesquisa. Há caminhos apontados para onde devemos seguir, ritmos para caminhar, ao mesmo tempo em que há uma vida viva que pede para inventarmos um caminho, ou para nos desencaminharmos das direções impostas, quando somos tombados pelo susto de pistas insuficientes, inexistentes ou pouco convincentes. Aí, há uma vida que nos chama para lermos um caminho ao mesmo tempo em que o escrevemos e nos escrevemos, por nele estarmos andando e por ele sermos tombados.

Então, com o que essas imagens trazem, parece possível produzir uma conversa da noção de processos de subjetivação (FOUCAULT, 1995; 1993) com a afirmação do sonho como experiência político-epistemológica, pelo caminho de um "onirismo especulativo", como apontado por Viveiro de Castros (2015). Ele fala de um caráter de performance cosmopolítica que a obra A queda do Céu encarna, "em que a imagem tem toda a força de conceito e em que a experiência ativamente "extrospectiva" da viagem alucinatória ultracorpórea ocupa o lugar da introspecção ascética e meditabunda" (p. 40, VIVEIRO DE CASTRO, 2015). É uma busca de um outro olhar, um outro trato, uma outra vivência entre as imagens oníricas, a vida que temos e aquilo que nos tornamos nesta vida.

Por esse caráter performático, podemos ver o sonho da leitura-escrita-andança como imagem de modos de ser, de um fazer pesquisa e escrita enquanto experiência, seja pelo sonhar em si, seja pelo que o sonhar pode nos dizer enquanto modo de produção de pesquisa, escrita, realidade e subjetividade. Isso convida a pensar com as pistas de uma "política do sonho", e a política como "uma outra coisa", de acordo com a cosmovisão Yanomani (KOPENAWA, ALBERT, 2015). Kopenawa nos diz: "São as palavras que escutamos no tempo dos sonhos e que preferimos, pois são nossas mesmo. Os brancos não sonham tão longe quanto nós. Dormem muito, mas só sonham com eles mesmos" (KOPENAWA, ALBERT, 2015, p. 390). Trata-se de um "onirizar a política", de escrever uma outra política, de outras formas.

O encontro das imagens da narrativa onírica com tais cosmovisões potencializa ideia do "politizar o sonho", que é, também e ao mesmo tempo, um "onirizar a política", enquanto cultivo de disposições de ruptura e produção de outras realidades, em meio à realidade que temos. É uma aposta em produzir a vida de outros modos, ou mesmo a preservação de condições que ofertem vivacidade à vida. Ou seja, pensar uma outra política, outros modos de operação dos processos de subjetivação, e, de forma indissociável a isso, outras formas como pesquisamos e como escrevemos o que pesquisamos e, com isso, como nos escrevemos, pelos caminhos em que andamos.

Referências bibliográficas:

FOUCAULT, M. Microfísica do poder. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1993.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: RABINOW, P.; DREYFUS, H. Michel Foucault: uma trajetória filosófica (para além do estruturalismo e da hermenêutica). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: FOUCAULT, M. Arqueologia das Ciências e história dos sistemas de pensamento: Ditos e escritos II. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005. p. 260-306.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. A queda do céu. Palavras de um xamã Yanomami. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, 729 p.

KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, Ailton. A vida não é útil. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo B. In: KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. A queda do céu. Palavras de um xamã Yanomami. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, 729 p.

"Por onde andam seus sonhos?": A arte como dispositivo em um grupo do aluguel social

Giselly Vitória de Almeida Tavares (UFC), Verônica Morais Ximenes (UFC), Victor Félix Gomes de Oliveira (UFC), Liana Capistrano Lopes (UFC)

Este trabalho apresenta e discute a práxis da Psicologia Comunitária a partir da vivência na extensão universitária do Núcleo de Psicologia Comunitária (NUCOM) da Universidade Federal do Ceará (UFC). A extensão diz respeito a um grupo vinculado ao benefício do Aluguel Social, benefício assistencial oferecido a pessoas em situação de rua e pessoas de baixa renda em contextos de vulnerabilidade social com o objetivo de fornecer a essas pessoas uma moradia temporária, no Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua (Centro POP) da cidade de Fortaleza (CE). O Núcleo de Psicologia Comunitária atua desde 2019 no Centro POP, mas somente em 2023 começou a facilitar os encontros mensais de dois grupos fixos de beneficiários do Programa do Aluguel Social, o grupo Fênix e o grupo Guerreiras, nomes escolhidos para os grupos pelos próprios participantes. A presença dos participantes ocorre a partir da prestação de contas do benefício e da participação das discussões nos grupos, com os quais nós, extensionistas, facilitamos discussões com temas relacionados à moradia, direito à cidade, saúde mental, a situação em que eles se encontram nos processos de trabalho e, em específico, a arte como instrumento do sonhar novos mundos possíveis. O trabalho tem como objetivo relatar as experiências de facilitação com os grupos, de forma a potencializar o debate acerca das opressões e problematizar a realidade dessas pessoas que estão em superação da situação de rua, tendo em vista que esta população, apesar de conseguir ter uma moradia, continua a ser atravessada por vivências de estigmatização e descriminação. Sendo assim, o trabalho alinha-se com a proposta do grupo de trabalho 25: "Memórias, sonhos e insurgências" presente no Eixo Temático 13 — "Insurgências ético-estético-políticas: artes, tecnologias e subjetivação" uma vez que pretendemos utilizar como base um encontro dos grupos em que foram relacionados os temas da memória e do sonho, intrinsecamente perpassada pela insurgência que é desejar sonhar quando a realidade de opressões nega tanto o sonho quanto a vida. O encontro citado contou com duas perguntas disparadoras, sendo estas "de qual lugar você veio?" e "quais são os seus sonhos?", numa tentativa de relacionar as duas questões e debater com os participantes quanto do lugar que eles vieram existiam na pessoa que eles eram e nos sonhos que eles ainda cultivavam. No final, nós extensionistas realizamos junto com os participantes uma oficina de lambe-lambe com o título "Por onde andam seus sonhos? as raízes do sonho", onde eles puderam colocar seus sonhos escritos, recortados com imagens e colados na estrutura da política pública, preenchendo assim a parede de múltiplos sonhos insurgentes, utilizando-se da arte como forma de expressão e meio de gritar o desejo de criar e reivindicar o lugar de protagonista de suas existências. Dessa forma, pretendemos utilizar os referenciais teóricos que perpassam a Psicologia Comunitária como (Góis, 2008), (Martín Baró, 2006), (Paulo Freire, 1974), (Conceição Evaristo, 2016) e (Lélia Gonzalez, 1987) que trabalham com categorias e metodologias comprometidas com as lutas sociais e a superação da pobreza e da desigualdade social, com ênfase em uma comunicação crítica e horizontalizada que valoriza o diálogo e a transformação através da possibilidade de escrever sua própria história, o que ressalta a importância de uma psicologia engajada e política; assim como autores que trabalham com a População em Situação de Rua (XIMENES, Verônica Morais, et al., Processos de discriminação cotidiana e de pobreza na vida das Pessoas em Situação de Rua. In

XIMENES, Verônica Morais; ESMERALDO, Andrea Ferreira Lima; ESMERALDO FILHO, Carlos Eduardo (org.). Viver nas ruas: trajetórias, desafios e resistências. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2022, p. 267-283). A metodologia desse grupo acontece de forma mensal, na primeira segunda-feira do mês com o grupo Fênix e na seguinte segunda-feira com o grupo Guerreiras, com uma média de 20 pessoas por grupo e com vários recursos de facilitação, a exemplo do círculo de cultura de Freire (1974) e do círculo de encontro de Góis (2008), no encontro da temática dos sonhos, os dois grupos se juntaram no mesmo encontro. A troca com o GT será realizada a partir de relatos de experiências - com apoio nos Diários de Campo registrados durante e após o período de participação no grupo e na produção coletiva construída pelos e com os integrantes dos grupos. Logo, podemos destacar como resultado o fortalecimento das relações intergrupais, a sustentação e o apoio socioemocional dos integrantes entre si e o desenvolvimento de uma identidade saudável e crítica. Assim como a abertura de um espaço em que foi possível compartilhar e articular uns com os outros o desejo de criação de outros mundos possíveis e de um espaço de segurança para si, uma vez que, em grande parte do produto já finalizado do lambe-lambe, vários dos integrantes dos grupos colocaram como sonho ter uma casa própria, desejo este que pode parecer simples, mas denota a fragilidade das condições sociais em que eles estão inseridos e quão dissidente se é sonhar com um mundo em que os direitos, como o de moradia, sejam de fato efetivados. Sendo possível, a título de conclusão, ressaltar as potencialidades estimuladas, os processos de tomada de consciência, a construção de si enquanto agente político, o fortalecimento de estratégias de enfrentamento e a afetividade como forma de resistência entre as pessoas que estão em superação da situação de rua.

Puxando os fios encantados da meada no território de São Mateus/ES: pontos de memória e processos de subjetivação

Joyce dos Anjos Barcellos (UFES), Lara Brum de Calais (UFES)

O presente trabalho é construído no intuito de compartilhar os caminhos que vêm sendo trilhados no processo de produção da pesquisa de mestrado em curso no Programa de Pós-graduação em Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGPSI/UFES) intitulada "Costurando o avesso da história: Pontos insubmissos da Memória na cidade de São Mateus/ES". A pesquisa em questão debruça o seu olhar sobre os diferentes modos através dos quais a memória ancestral do território de São Mateus/ES pode ser protegida, produzida e atualizada. Nesse caminho, apostamos no encontro entre os saberes ancestrais e a escrevivência, entre a palavra-gesto (BELÉM, 2024) e as costuras da vida que aqui imbricam-se e fazem parte de uma mesma tessitura. Tendo suas raízes profundamente fincadas na minha experiência pessoal enquanto mulher negra nascida em solo mateense, tecida com os fios dos meus bordados e com os fios das palavras (ditas e escritas) por tantas outras e outros que vieram antes de mim.

Localizada na região norte do estado do Espírito Santo, a cidade de São Mateus é a oitava cidade mais antiga do Brasil e teve como pilar central de sua fundação os processos de escravização, invasão, expropriação e etnocídio de povos indígenas e africanos, por ser o porto de São Mateus uma das principais portas de entrada de africanos sequestrados para serem escravizados. Por conta disso, São Mateus além de possuir a segunda maior população autodeclarada negra do estado do Espírito Santo, também é o município com maior número de quilombolas do estado.

Por esse passado histórico, os desdobramentos do cenário colonial ainda fazem sentir e operar práticas objetivas e subjetivas, mesmo que tenham sido transformados ao longo do tempo. A produção contínua do esquecimento das histórias de luta e resistência que ali ocorreram reverbera em processos (in)visíveis, seja através do afastamento dos saberes contracoloniais, ou então pela deterioração dos espaços físicos que são capazes de contar a história da cidade através de sua arquitetura. Rolnik (1994) argumenta acerca da construção da cidade-escrita, apontando que o modo como habitamos ganha nova dimensão, pois nela, não são apenas as palavras escritas em documentos, ordens e inventários que contam a memória da cidade; suas edificações e o traçado urbano são guardiões tão importantes quanto. Ao pensarmos na cidade-escrita é importante que tenhamos entendimento que, da mesma forma que construímos a afirmação de existências ao (re)contar a história a partir da preservação da arquitetura em suas dimensões simbólicas, materiais e imateriais, também podemos encontrar constituições políticas de fazer viver e produzir a morte (MBEMBE, 2018) dentro de um território, através do abandono e destruição dos espaços ao fazer com que estes deixem de serem vivos para se transformarem somente em um traço de memória.

O conceito de cidade-escrita exemplifica como em nosso país a elite dominante nunca deixou de desenvolver esforços para evitar ou até mesmo impedir que o negro, mesmo após a chamada abolição, pudesse assumir suas raizes étnicas, históricas e culturais (NASCIMENTO, 2009). Para que a manutenção do poder continue sendo viável, a manipulação da construção e representação de determinado grupo de acordo com o acesso que terão ao seu passado, é um dos muitos projetos políticos que visam o silenciamento e destruição da nossa consciência histórica.

Contudo, apesar desses processos violentos, sempre existe algo que insurge, que escapa das linhas de controle e submissão. Ailton Krenak, partindo de uma cosmogonia indígena, ao afirmar que "seguimos num contínuo o rastro dos nossos ancestrais" (KRENAK, 2019, p. 29) elucida como o caminho para uma noção de pertencimento precisa, necessariamente, passar pelo resgate do vínculo ancestral para sua continuidade. Vale destacar a importância dessa relação ancestral para promover o debate sobre o direito à memória e ao território através do acesso às narrativas contracoloniais. Tais narrativas são necessárias não apenas do ponto de vista histórico, mas também social, cultural e político, por buscarem recuperar e (re)contar histórias que durante o período colonial foram sequestradas, distorcidas e apagadas com o objetivo de produzir uma identidade racial forjada e sujeitos vulnerabilizados.

Confluindo com a proposta do "GT 25: Memória, sonhos e insurgência" ao refletir sobre a relação da memória e do sonho como dispositivos essenciais para desenvolver estratégias de ruptura contra realidades opressoras, aposta-se no encontro com os 'guardiões dos pontos de memória' do território de São Mateus/ES. Entende-se enquanto guardiões dos pontos de memória pessoas que, através dos seus fazeres artísticos – literatura, teatro, danças, artesanato – carregam em si uma relação íntima de proteção da história e memória com o território. Aquelas que, mesmo com duros processos de apagamento e invisibilização, se propõem cotidianamente a costurar o avesso da história: aquilo que a colonialidade não quer que seja visto, lembrado ou que fique em primeiro plano. Que ousam apostar nas políticas de encantamento como " ato de desobediência, transgressão, invenção e reconexão: armação da vida, em suma." (SIMAS; RUFINO, 2020, p. 06).

Como metodologia, através de conversas individuais aproximadas da oralidade e da palavra gestualizada, teceremos juntamente com esses sujeitos escritas escreviventes onde seja possível conhecer e acessar os lugares de restauração e proteção da memória individual e coletiva. Como enunciado por Oliveira (2009), a escrevivência é a escrita não só de um corpo, mas também de uma condição e experiência negra no Brasil, se realizando como uma ação que pretende borrar, desfazer a imagem do passado em que o corpo-voz de pessoas negras – principalmente mulheres – tinha sua potência de emissão também sob o controle dos escravocratas (EVARISTO, 2020). Por esse motivo, é a partir de criações escreviventes que acreditamos na possibilidade de abertura de fissuras e produção de deslocamentos dentro de dispositivos de poder, dando visibilidade e denunciando o racismo estrutural e institucional nesses espaços, ao focalizar na importância da escrita e da coletividade como uma das pistas para recontar histórias.

Busca-se investigar, a partir de perspectiva racializada, os meios encontrados para a retomada do corpo, das histórias e memórias que atravessam as relações de afetos territoriais utilizando dos fazeres artísticos para resistir, em suas diversas formas. Seguir, portanto, os meios a partir dos quais a palavra-gesto (BELÉM, 2024) se reproduz contando as histórias existentes, guardados e atualizados por pessoas que pulsam como pontos de memória ancestral.

Para pensar a produção dessas análises, pretende-se alinhavar o uso do bordado juntamente com a escrevivência como um gesto de cartografia que o corpo desenvolve a cada ponto (BELÉM, 2024), me auxiliando a criar um mapa de tessituras que vislumbra, ao alinhavar essas histórias que serão contadas, apontar pistas sobre a importância da localização geográfica para corpos afrodiaspóricos. Ao construir uma aproximação junto a moradores da cidade de São Mateus que de alguma maneira contam os "avessos da história" através de suas vivências, busco tecer coletivamente histórias que adiam o fim do mundo e criam "paraquedas coloridos" mediante a queda (KRENAK, 2019).

Aqui, as memórias de vida com o território e as estratégias ancestrais imbricam-se e fazem parte de uma mesma tessitura, visando a compreensão da corporeidade também como um dispositivo de evocação dessas memórias. A tessitura feita a partir dos restos da memória descartados pelo olhar do mundo colonial que insiste em ditar quem pode ou não falar nos abre caminhos para conhecer quais memórias não foram varridas pelos processos de necromemória graças aos diferentes modos em que a relação de pertencimento com o território pôde ser protegida e a atualizada, bem como quais os caminhos possíveis de reinvenção dos modos de existir e de contar as histórias nesses espaços, ao fazer da impossibilidade do viver a expressão da vida que nos permite encantar e ser encantado pelo mundo. Entendendo a relação com a memória como uma experiência individual, mas também coletiva, onde, a partir dos 'fios encantados da meada' desse caminho ancestral, poderemos seguir criando fissuras nas dinâmicas das estruturas produtoras de opressões cotidianas.

Nesta direção, o caminho que traço inicia-se nesse território-tecido que se torna suporte para a tessitura de narrativas cotidianas das quais é possível fazer duplas interpretações e leituras: tanto pelo lado da frente, onde o desenho se revela, como pelo lado avesso, onde é possível ver o acabamento dos pontos, os nós e se há excesso ou não de linha. É pelo avesso que observamos a atenção dedicada ao trabalho, a profundidade da relação estabelecida e a intimidade com essa tessitura. O avesso de um bordado é tão importante quanto a sua frente, pois este é capaz de contar as histórias que o olhar colonial não quer que sejam vistas. Nesta pesquisa, apostamos no avesso enquanto modo insurgente de contar histórias.

Diante do exposto, a pesquisa se direciona na intenção de contribuir para o desenvolvimento de estratégias de manutenção da vida ao perseguir os rastros de memória ancestral que ainda existem e resistem no território de São Mateus. Aqueles e aquelas que, entre duras tentativas de esvaziamento de territórios tradicionais e processos de apagamento apostam na afirmação da vida, e promovem, ao longo desse processo, a produção de lugares e saberes contracoloniais formativos, inventivos e de reexistência como forma de resistência ao colonialismo cotidiano e a seus efeitos contínuos.

Rastros de uma transmissão do Seminário "Arquivo e Testemunho" de Tania Galli Fonseca

Larissa Ko Freitag Neubarth (UFRGS), Rafael Camelier (UFRGS), Júlia D'Agostini Coelho (UFRGS), Ricardo Giacomoni (UFRGS), Simone Zanon Moschen (UFRGS)

Introdução

Há certos gestos que perduram, inscritos em nossa memória como metal frio. Gestos esses que, uma vez iniciados, não cessam de se atualizar até nos ultrapassarem, pois sempre escaparam à nossa compreensão, formando um fundo inesquecível que incessantemente nos interpela. É sobre um gesto deste tipo que queremos escrever, de uma professora que, apesar da exígua figura, se erguia e dava corda a mais uma manhã dedicada ao pensamento.

Mãos no corrimão, passos largos no ladrilho hidráulico, fones de ouvido, mochilas. Ruídos estudantis encontram o silêncio de um acervo de obras expressivas produzidas por pessoas institucionalizadas pelo registro da loucura. No segundo andar desse acervo, uma sala de aula imprecisa, cujos contornos extrapolam sua função: sala de aula, acervo, hospital psiquiátrico, oficina, universidade. Estar entre os quatro é não estar em nenhum - ou melhor, é estar entre eles. Objetos de arte nas paredes, camadas de pó revolvido pela luz das janelas, fotografias em preto e branco.

Estamos em uma quarta-feira qualquer, 10:30 da manhã. Os estudantes se reviram nas cadeiras. Tudo se aquieta à medida que uma senhora de pele clara, cabelos curtos, olhos azuis e um casaco cor de rosa se levanta. Imaginem: esguios braços se estendem para desenhar no céu o conceito, que se fosse apenas transmitido pela palavra, continuaria embaralhado. Lentamente, os braços descem para organizar os objetos da mesa com as mãos, enquanto uma boca diz: "o messianismo de Benjamin é como arrumar impecavelmente uma casa para uma visita que não sabemos se um dia vai chegar".

Essa frase - ou gesto - que insiste, traduz, para nós, a forma de transmissão do seminário "Arquivo e Testemunho", coordenado pela professora Tania Galli Fonseca, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), entre os anos 2011 e 2019 no espaço da Oficina de Criatividade do Hospital Psiquiátrico São Pedro. Se propondo a habitar a borda entre universidade, hospital psiquiátrico, acervo e oficina de arte, que era a sua sala de aula, o seminário constituía práticas insurgentes no contexto da formação em psicologia. Durante as aulas, a própria noção de disciplina gaguejava. Sua transmissão se erigia sob os signos da espera, do porvir e do inesquecível.

Objetivo e orientações teóricas

Em uma arqueologia da frase em questão, encontramos uma nova imagem: "o messianismo é arrumar a casa e esperar uma brisa anárquica entrar pela fresta da janela". Aos poucos, nos emaranhamos por uma série de autorias e suposições de origem. A frase seria atribuída a Gershom Scholem e remeteria ao pensamento de Benjamin sobre a revolução, no sentido de que, mais que ativamente realizá-la, devemos criar condições para que ela aconteça e estarmos preparados para ela todos os dias. Já a referência a uma brisa anárquica viria de Russel Jacoby, no texto "Brisa Anárquica" do livro "Imagens Imperfeitas".

Nossa memória é revolvida a partir de Benjamin, na qual

articular historicamente o passado não significa conhecê-lo como ele de fato foi. Significa apropriar-se de uma reminiscência tal como ela relampeja no momento de um perigo. (Benjamin, 1996).

No preparo de uma transmissão, somos convocados a saber comportar um luto pela impossibilidade de que aquilo que oferecemos seja tomado da maneira como propomos. Há sempre algo que se perde na transmissão, ao mesmo tempo em que algo é inventado. Para isso, precisamos nos desvencilhar das origens do pensamento,

profanar suas autorias, para que, do esquecimento, possam emergir faíscas de um pensamento vivo.

Este gesto exige uma abertura a espaços de criação de novas significações, reconhecendo sempre os limites do que pode ser nomeado. Conforme Sousa e Lima (2009), "neste litoral, utopia e poesia estão presentes na medida em que ambas buscam encontrar questões impensadas" (p. 51), instaurando uma outra dimensão de experiência na relação com o mundo. De fato, conseguimos elaborar nossas perdas porque amamos a vida mais do que aquilo que perdemos (Freud, 2011/1915).

Mas, para conseguir esquecer, é preciso lembrar.

Enquanto estudantes que encontram reverberações do Seminário "Arquivo e Testemunho" em suas formações, revisitamos gestos de montagem na busca de lampejos que nos indiquem a proposição de um pensamento sobre o que faz com que aconteça, efetivamente, uma "aula" (Barthes, 1984). Mais do que isso, pensamos a sala de aula como um ateliê de construção de pensamento em conjunto, onde pensamento seja entendido como corpo e também como imagem.

Resultados e continuações

A partir disso, refletimos sobre a transmissão docente como a abertura a um tipo de hospitalidade (Derrida & Dufourmantelle, 2003) que sustente uma espera, onde montamos, com aquilo que dispomos, a recepção de um encontro com o desconhecido, mesmo que não se saiba o que se produzirá dali ou até que esse encontro não aconteça.

Por fim, decantamos, da territorialização do Seminário como um espaço de resistência às práticas manicoloniais (David & Vincentin, 2023) erigidas pela história da loucura, ressonâncias desse espaço em posicionamentos éticos, estéticos e políticos em diferentes grupos de pesquisa com os quais nos deparamos em nossas formações na UFRGS.

Assim, neste trabalho, pudemos revisitar cronogramas, gravações, leituras indicadas, conversar com estudantes e professores que participaram deste espaço e revisitar escritos que se desenvolveram a partir dos encontros do Seminário "Arquivo e Testemunho", para discutirmos corpo, pensamento, imagens sobreviventes, perda de origens e a invenção de formas de viver coletivamente a construção de uma sala de aula na formação em psicologia.

REFERÊNCIAS

Barthes, R. (1984/2013). Aula. Cultrix.

Benjamin, W. (1996). Sobre o conceito de história. In: Magia e técnica, arte e política. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. Brasiliense.

David, E. C., & Vicentin, M. C. G. (2023). Práticas antirracistas na Rede de Atenção Psicossocial: racializar e desnortear. Psicologia & Sociedade, 35, e277115. [https://doi.org/10.1590/1807-0310/2023v35e277115]

Derrida, J., & Dufourmantelle, A. (2003). Da Hospitalidade: Anne Dufourmantelle Convida Jacques Derrida a Falar da Hospitalidade. Editora Escuta.

Freud, S. (2011). Luto e Melancolia. In Luto e Melancolia. Cosac Naify (pp. 41-47). Tradução de M. Carone. [Trabalho original publicado em 1915].

Sousa, E. & Lima, M. (2009). O Nome que falta. Psicologia & Sociedade, v. 21 (pp. 51-56).

Saberes localizados: A contracolonialidade da Palhaçaria Quilombola como ferramenta de luta por direitos e Bem Viver dos quilombos

Samilly Valadares Soares (UNB)

Este ensaio dialoga com as vivências, r-existências e produção de conhecimento contracolonial e afrodiaspórica das mulheres quilombolas de Jacunday, do Território Quilombola de Jambuaçu, em Moju-Pará, buscando dialogar sobre as contribuições da palhaçaria quilombola, como saber orgânico, localizado, corporificado e ancestral, no combate às desigualdades sociais e violações de direitos quilombolas. A partir da discussão sobre os saberes localizados, da potência da narrativa e dos corpos-territórios das mulheres quilombolas, o texto discorre sobre a contracolonialidade da palhaçaria quilombola como estratégia de Bem Viver, organização social e reivindicação de direitos.

A população quilombola tece, historicamente, r-existências e modos afrodiaspóricos de ser e estar no mundo a partir de suas ancestralidades, territorialidades e identidades. De acordo com o Decreto 4887/2003 os quilombos são formados por grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (Brasil, 2003).

Para além dos conceitos e teorias, os quilombos são movimentos de r-existência, são territórios livres que constroem e nutrem corpos-territórios livres, dissidentes e contracoloniais, perpetuando, inventando e narrando histórias, africanidades e r-existências da população negra em diáspora africana no Brasil. Dessa forma, as “manifestações de africanidades rasgam o tecido cultural branco que se quer hegemônico e fluem, vêm à tona, sem pedir licença ao senhor branco” (Deus, 2020, p. 51).

As comunidades quilombolas vivenciam um processo histórico de apagamento e violações de direitos, onde a estrutura racista, colonialista e patriarcal impõe amarras, silenciamento e tentativa de apagamento de saberes e fazeres. Na contramão das violências e violações, nossos corpos negros e quilombolas inventam e reinventam modos de vida, subjetivação e Bem Viver. Co-criam modos de significação e resistência frente às opressões vividas, frente ao racismo. "Criar é inventar. Invenção não tem molde". (Flores, 2014, p. 30).

Nessa confluência, o Quilombo Oxalá de Jacunday nasce e se fortalece nas águas de Jambuaçu, na circularidade e oralidade quilombola, no pertencimento e na feitura cultural, no compromisso com o Bem Viver e no afeto que une, nutre e mobiliza lutas, sonhos e esperanças. Oxalá de Jacunday é uma das quinze comunidades que compõem o Território Quilombola de Jambuaçu, localizado no município de Moju, Nordeste do estado do Pará. A comunidade é formada por 120 famílias, apresenta modos específicos de organização social, política, cultural e produtiva e tem em sua base, o protagonismo das mulheres, juventudes, griôs, agricultoras/es e educadoras/es quilombolas que compartilham sabenças e perpetuam resistências em defesa do território.

Os quilombolas de Jacunday se articulam junto às organizações quilombolas territoriais, estaduais e nacionais para fortalecer a luta por direitos, tais como: A Coordenação das Associações das Comunidades Quilombolas do Território de Jambuaçu (Bambaê), a Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Estado do Pará (Malungu) e a Coordenação Nacional de Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ). Assim como dialogam com iniciativas comunitárias e coletivas que

também constroem a luta por direitos, a exemplo: O Instituto Perpetuar - uma iniciativa coletiva que nasce no Quilombo Oxalá de Jacunday, por meio da ação conjunta das juventudes e mulheres quilombolas, com o intuito de fortalecer as identidades, ancestralidades e territorialidades quilombolas por meio da educação, arte e cultura e comunicação.

O Perpetuar foi criado em homenagem à Osvaldina Valadares, "Dona Perpétua", agricultora, contadora de histórias, que foi uma grande griô do Quilombo de Jacunday, e sempre ensinou suas netas e netos a importância do estudo e da luta quilombola por meio da educação. Na tessitura de narrativas, as mulheres quilombolas protagonizam lutas, lideram a luta quilombola por direitos e no chão do Quilombo Oxalá de Jacunday, em Moju-Pará, confluem caminhos de Bem Viver a partir da palhaçaria quilombola, retomando a narrativa, corporificando saberes e perpetuando suas histórias. A palhaçaria quilombola desafia a lógica colonialista quando se apresenta como uma ferramenta de contracolonização, sem seguir padrões, moldes ou imposições. É potência que questiona, causa rupturas e transforma. É força ancestral que aquilomba o agora e possibilita novos caminhos, novos mundos possíveis e risíveis para nossos corpos-territórios em movimento.

A palhaçaria quilombola reivindica o direito de ser e estar no mundo, de rir e fazer rir, de expressar e ostentar os traços negróides, a beleza negra do corpo negro, do corpo que nasce palhaço, que brinca, fala, se movimenta e compartilha saberes livremente. O acesso à arte, cultura, lazer e ao brincar são direitos, historicamente, negados à população quilombola, que lida diretamente com a imposição da resistência, com a urgência de organização comunitária para a defesa do território e da vida. Esta proposta de ensaio nasce das vivências, r-existências e produção de conhecimento das mulheres quilombolas de Jacunday, do Território Quilombola de Jambuaçu, no Pará, buscando dialogar sobre as contribuições da palhaçaria quilombola, como saber orgânico, corporificado e ancestral, no combate às desigualdades sociais e violações de direitos quilombolas. É um chamamento para refletirmos sobre o saber-fazer arte, cultura e produção de conhecimento nos quilombos, tendo como base a matripotência das mulheres quilombolas de Jacunday, os saberes localizados e corporificados no chão do quilombo que abrem caminhos para o Bem Viver e compartilhando possibilidades de novos modos de ser e estar no mundo a partir da arte e palhaçaria quilombola.

Sonhar no pesadelo, enraizar futuros: faíscas de um encontro antimanicomial na Universidade Federal de Sergipe

Lucas Ribeiro Rocha (UFS)

Entre 14 e 16 de maio de 2025, na Universidade Federal de Sergipe (UFS), aconteceu o evento "Sonhar no pesadelo: raízes e futuros da Luta Antimanicomial em Sergipe". O encontro quebrou o hiato que se alongava há alguns anos na universidade, retomando a marcação da semana do 18 de maio, dia nacional da luta antimanicomial, como um momento estratégico e crucial para reoxigenar e contagiar caminhos radicais no campo. Eu, o autor deste resumo, mestrando no Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGPSI/UFS), fui um dos coordenadores adjuntos do evento. O desejo e a história, porém, não cabem na mera formalidade burocrática – ou ainda nas cenas públicas. É o que vaza do palco, no fim das contas, que nos interessa aqui: os bastidores, os ensaios, os perrengues, o cansaço brutal, as insistências trabalhosas, o processo de contaminação e de coletivização de um desejo teimoso e quase sem recursos. Ainda que esgotadas, mordidas, solitárias, secas, armadilhadas, as memórias se encontraram para sonhar. Da arapuca fizeram trampolim, para golpear o pesadelo com desejos de futuros.

O cartaz, com estética celestial e noturna, prenunciou um encontro de gerações e de geografias. Do pesadelo apareceram bebê, homens, mulheres, corpos com diferentes climas, recortes, solos, constelações: calouros da psicologia e velhos da militância, profissionais da saúde mental e deserdados da burocracia técnico-assistencial, militantes do movimento da população em situação de rua, usuários dos serviços de atenção psicossocial de Aracaju, residentes, loucos, mestrandos, músicos, doutorandos, grafiteiros, professores, artesãos, curiosos etc. No anfiteatro de um colégio universitário, o Colégio de Aplicação (CODAP/UFS), onde aconteceu grande parte da programação do evento, todo esse público se misturou entre palco, plateia e organização. Durante os três dias, mais de 200 pessoas participaram diretamente de alguma das atividades propostas. Foram várias, inclusive: três mesas redondas, apresentações culturais, atividade itinerante pelo campus para colar lambes nas paredes da universidade, grafites no restaurante universitário com artistas sergipanos e seis rodas de conversa (cinco delas ocorreram simultaneamente no último dia do evento).

Caminhamos. E, para tal, é preciso chão. No entanto, em meio ao abismo das diferenças e do histórico poder de cátedra da universidade – um espaço cuja mera existência é capaz de constranger e silenciar violentamente pobres e outros grupos periféricos –, como construir um chão gramatical, político e afetivo em comum? O desafio estava posto desde o início do encontro, na mesa de abertura, momento em que intervenções começaram a surgir da plateia: algumas em busca de resposta ou de validação de homens-professores-especialistas; outras que denunciavam, de um jeito delirante, as articulações do campo psi com outros poderes, ou ainda que perguntavam diretamente se pedofilia era doença; e falas que compartilhavam, com o público presente, violências intensas sofridas em espaços manicomiais e prisionais. Intervenções, portanto, que produzem embaraços e tensões, e que rompem com roteiros e ritos acadêmicos.

Sem ingenuidade, porém. O evento aconteceu na universidade, não incólume a todos os efeitos de poder, dores e delícias que isso implica. Uma tensão relacionada à mesa de abertura, por exemplo, apareceu ao final de uma atividade do dia seguinte: uma aluna da graduação de psicologia pegou a palavra e explicitou o quanto tinha ficado incomodada durante aquela mesa inicial. Segundo ela, os palestrantes e a palestrante não tinham dado atenção às intervenções dos usuários dos serviços,

enquanto respondiam por longos minutos as questões trazidas por quem estava mais afinado ao campo acadêmico. Algo como: "o que custava parar cinco minutos e explicar algumas daquelas dúvidas?". Escutamos coletivamente sua crítica, mas não a respondemos imediatamente ou nos defendemos dela.

Na verdade, desde o processo de organização do evento, a questão da representatividade e do protagonismo dos usuários quicava durante as reuniões. Ou ainda uma vergonha, que apareceu sobretudo na primeira reunião, em chamar de acadêmico o evento acadêmico que faríamos na UFS. Esses dilemas incômodos, explicitados publicamente pela estudante, dizem de um problema que sustentou o evento e que decidimos bancar coletivamente: ser um encontro acadêmico, localizado na universidade, e que ainda assim teria como princípio tensionar uma abertura para a heterogeneidade de vozes e de grupos naquele espaço. A contradição, portanto, nos acompanhou desde a organização: apesar de termos traçado estratégias de participação dos usuários e de outros grupos em diferentes posições no evento e da preocupação em produzir um ambiente acolhedor, as vidas concretas, as relações de poder e os acontecimentos do presente escapam a qualquer imaginação ou previsão idealizadas. Nessa escapulida, o instituído salta em cheio aos nossos corpos, nos incomoda, oportunidade especial para sustentarmos o problema e colocá-lo em análise.

As contradições, as ambiguidades e as tensões permearam, pois, as histórias do evento, assim como permeiam o cotidiano. Lembremo-nos do espetáculo do "Vida em cena", grupo de teatro do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) Jael Patrício de Lima, que espontaneamente, apesar dos cuidados antimanicomiais durante os ensaios com as profissionais, lançou no evento a exaltação de uma lógica biomédica em uma das suas cenas. Lembremo-nos de Seu Higino Francisco, cujo rosto, junto ao de Bispo do Rosário, foi um dos homenageados nas paredes do restaurante universitário. Figura emblemática para a história antimanicomial sergipana, ex-usuário do CAPS Jael e falecido recentemente, Seu Higino recebeu a inauguração coletiva de seu mural com samba e poesia. Durante o ritual de homenagem, uma usuária, atriz do "Vida em cena", começou a chorar de saudade, ao mesmo tempo que dizia o quanto já tinha batido nele por ser "safado": contou a história de uma vez em que ele "colocou a língua dentro da boca dela". Meus olhos arregalaram, a tensão envergonhada se coletivizou e o oficineiro à frente da homenagem se embaraçou. E isso nos ensina um exercício ético singelo, dificílimo: mais do que produzir respostas imediatas, é fundamental a construção cotidiana de um coletivo capaz de suportar, de acolher e de escutar o absurdo, as estranhezas, as violências, as contradições, as ambiguidades, os incômodos, os conflitos. A aventura que é a vida exige não só a luta contra os manicômios ou a psiquiatria, mas também uma luta em prol da complexidade que nos constitui como nós de relações sociais, afetivas.

Meses antes, tudo isso era apenas um desejo sem corpo coletivo. Depois de acionar algumas vezes professores de psicologia e de compartilhar meu desejo de retomar o evento em reuniões, a tração só começou a engrenar espontaneamente com forças aglutinadoras, como os desejos de Rafaela Andrade e de Ruan Cardoso, graduandos de psicologia e, à época, alunos de uma disciplina optativa sobre o campo da saúde mental. Rafaela e Ruan falaram de seus desejos antimanicomiais comigo e com a professora Sandra Raquel ao final de uma aula, justamente quando estávamos literalmente a caminho de fazer uma conversa inicial sobre o evento com o professor Bruno Gama, coordenador do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Mental da UFS, e com estagiários de psicologia em saúde mental.

Logo em seguida, no entanto, vieram as férias da graduação e dos professores. Tínhamos pouco mais de um mês para organizar todo o evento. Michelle Santos, amiga do mestrado, outra coordenadora adjunta do encontro, me garantiu que eu não estaria sozinho. Pós-evento, me disse que só foi porque eu fui. Mas é vice-

versa: eu ser um ponto de força motriz do grupo exigiu um processo de autorização de si e do coletivo para assumir a posição de organizador sem o protagonismo dos professores. Foi preciso suportar a complexidade, a insistência e a energia que são exigidas para puxar um barco aos cacos, em uma universidade precarizada, tecnicizada e burocratizada: a uma semana do encontro, rodei quilômetros no campus da UFS em busca de um auditório que estivesse disponível. Foram muitas impossibilidades, poucos recursos, mas uma vontade obstinada para que o evento acontecesse sustentou essa caminhada. Além de desejos, o tesão foi fundamental. E vivenciar o anfiteatro possível mais do que lotado, com forças-tarefas para colocar mais 50 cadeiras para dentro, com pessoas sentadas no chão, interessadas, todas presentes apesar do desconforto e do calor, é sentir a emoção de um contágio coletivo.

Organizar o evento também foi presenciar o esgotamento de uma reforma psiquiátrica em frangalhos, frequentemente reduzida à defesa burocrática por mais investimento e fortalecimento dos CAPS e da RAPS, onde é comum faltar água e transbordarem lobotomias químicas, enquanto o poder psiquiátrico, a indústria farmacêutica e os espaços de encarceramento e de morte em massa nadam de braçada na cultura e nas instituições. A nova geração assume a queda e os novos desafios, e a antiga geração de luta está em outra, seja preservada na institucionalidade, seja saindo de cena, passando o bastão.

Mas as memórias se perpetuam: nos bastidores, após uma mesa, uma velha militante me falou de quando colocou sal grosso no aparelho de eletrochoque, para quebrá-lo. E assumiu: “a gente fala de reforma, reforma, mas chega. Está na hora de falarmos em revolução”. Uma insurreição revolucionária contra a psiquiatria? Se isso apareceu, ainda que aos cochichos, é porque o encontro produziu a possibilidade de compartilhar esse rastro de revolta no mundo.

Gente é para brilhar, lembram as memórias.

Há fogo no céu dos lunáticos.

GT 26: MULHERES EM MOVIMENTOS E REDES DE LUTA: DESAFIOS NA PRODUÇÃO DE ALIANÇAS, CUIDADO COLETIVO E ENFRENTAMENTO POLÍTICO NO CONTEXTO NEOLIBERAL E DE ASCENSÃO NEOFASCISTA

Coordenação: Sandra Raquel Santos de Oliveira (UFS), Indianara Maria Fernandes Ferreira (Travessias - Psicologia Clínica), Yasmim Nascimento de Oliveira (UFRN)

A universidade como uma aldeia: grupo de apoio e acolhimento para estudantes mães na Uerj

Aline Passeri Dias (UERJ), Cíntia Moreira de Souza (UFRJ), Tatiane Tavares da Silva (UFRJ)

Este trabalho tem por objetivo apresentar o relato de experiência das autoras acerca da coordenação e execução do grupo de apoio para estudantes mães da Uerj "Aldeia: cuidado e acolhimento materno na UERJ". Trata-se de um grupo de acolhimento, troca de vivências e apoio mútuo para as mães universitárias, estudantes de graduação e pós-graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj). O grupo Aldeia é uma ação do Projeto "Acesso e permanência de mães na universidade" aprovado em dezembro de 2022 no Programa de incentivo às atividades técnico-administrativas na Uerj (Protec). O dispositivo é conduzido por duas psicólogas e uma assistente social do Departamento de Acolhida, Saúde Psicossocial e Bem-estar da Pró-reitoria de Políticas e Assistência Estudantis (Daspb/PR4/Uerj). O projeto no qual o Aldeia está inserido tem como objetivo geral elaborar, construir e ofertar ações que garantam às estudantes mães universitárias apoio institucional e permanência qualificada na Uerj, considerando a vulnerabilidade deste público no que diz respeito à vida acadêmica e mercado de trabalho. Esta vulnerabilidade pode ser amplamente justificada por pesquisas recentes que mostram a desigualdade de gênero presente nas tarefas de cuidado, na inserção e permanência no mercado de trabalho e no ensino superior. A V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) graduandos(as) das IFES - Instituições Federais de Ensino Superior, de 2018, mostra que entre as dificuldades indicadas pelos estudantes como aquelas que interferem em sua vida ou no contexto acadêmico, aparecem dificuldades financeiras, deslocamento para a universidade e a maternidade. Dentre as motivações para trancamento de matrícula, aparecem a maternidade e licença-maternidade. Na pesquisa "Indicadores sociais das mulheres no Brasil", do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, de 2022, a disparidade de dedicação a tarefas de cuidado aparece como um fator que pode explicar as dificuldades que mulheres sentem em conciliar maternidade e vida acadêmica. Enquanto as mulheres dedicam, em média, 21,3 horas semanais aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos, homens dedicam em média 11,7 horas. A mesma pesquisa aponta que o nível de ocupação de mulheres no mercado de trabalho diminui à medida em que elas têm filhos, enquanto para os homens ter filhos não traz impactos negativos na carreira. Em pesquisa mais recente, de 2023, este mesmo Instituto aponta que a necessidade de trabalhar e a gravidez configuram-se como os principais motivos da evasão escolar de mulheres, dificultando o acesso ao ensino superior. Em 2023, 53,4% dos homens de 14 a 29 anos apontaram a necessidade de trabalhar como o principal motivo para terem deixado a escola, seguido pela falta de interesse em estudar (25,5%). Para as mulheres, a gravidez aparece como o segundo principal

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

motivo para o abandono escolar (23,1%). Além disso, para 9,5% das mulheres, os afazeres domésticos ou o cuidado de pessoas foram o principal motivo para terem abandonado ou nunca frequentado escola, enquanto entre homens, este percentual foi inexpressivo (0,8%). No âmbito do departamento onde o projeto está inserido, as dificuldades na adaptação e permanência de estudantes mães à rotina acadêmica na Uerj constituem-se como uma demanda que chega ao setor. Questões como conciliação da vida acadêmica com o trabalho doméstico e os cuidados com os filhos, escassez de recursos estruturais que garantam o mínimo de suporte às estudantes mães e a inexistência de fraldários, por exemplo, são problemas identificados pela equipe interdisciplinar que conduz o Aldeia e que a impulsionou para a construção de ações de cuidado e promoção de saúde mental voltadas para este público, bem como para a participação ativa na formulação de políticas públicas de apoio à maternidade na universidade, através da inserção das duas psicólogas do projeto na Comissão de Apoio às Maternidades e às Infâncias, vinculada à Superintendência de Equidade Étnico Racial e de Gênero da Uerj (Supeerg/Uerj). A partir destes relatos e da identificação da necessidade de um espaço de acolhimento, escuta e assistência para estudantes mães, o grupo Aldeia começou a funcionar em abril de 2023. Desde então, o grupo acontece uma vez ao mês, sendo aberto, exclusivo para estudantes mães e/ou gestantes da Uerj, com duração aproximada de uma hora e trinta minutos e espaço para bebês e crianças, possibilitando a permanência destes durante a atividade. Orientado metodologicamente pelo conceito dos grupos de ajuda mútua, o Aldeia visa primordialmente a acolhida, a troca de experiências e de apoio emocional, sendo um espaço de troca entre estudantes mães com problemas comuns, que partilham do mesmo tipo de sofrimento. Nesta perspectiva, as profissionais da equipe ocupam um papel de facilitadoras, visando fomentar a discussão e facilitar as trocas entre as participantes, estimulando a autonomia e protagonismo das mesmas. Duas profissionais ficam no papel de facilitadoras do grupo propriamente dito e a terceira fica no suporte às crianças na brinquedoteca montada para recebê-las (duas psicólogas e uma assistente social). Essas funções são alternadas a cada grupo, possibilitando que haja um rodízio entre as vivências e trocas com as alunas e as crianças. Como instrumentos metodológicos, são utilizados disparadores para as falas das alunas, tais como dinâmicas de grupo, técnicas de relaxamento, leitura de poemas e textos, exibição de trechos de filmes e músicas que tratem de temáticas que atravessam as questões da maternidade e da vida universitária. Estes recursos auxiliam na reflexão e conexão entre as participantes. A vivência em grupo abre possibilidades para o encontro de diferentes modos de vida e subjetividades. A partir de cada fala e da troca entre as participantes, novos percursos vão se abrindo e as estudantes defrontam-se não só com suas semelhanças, a priori, serem estudantes mães da Uerj, mas também com suas diferenças, como aquelas advindas de distintos marcadores sociais. Os resultados apontados dizem respeito aos relatos das estudantes durante os dois primeiros anos de existência do grupo, descritos em relatório interdisciplinar da equipe que compõe o projeto. Cabe ressaltar, contudo, que a produção destes relatórios, bem como a condução do próprio dispositivo Aldeia, passam pela implicação das profissionais que os operacionalizam com a temática em questão. Sendo importante mencionar, portanto, que o grupo é também composto por estas profissionais, que apesar de atuarem como facilitadoras, também trazem suas trajetórias, vivências e subjetividades para o funcionamento do mesmo, à medida que não se colocam como facilitadoras neutras neste processo. O Aldeia é um espaço de interlocução entre estas mulheres, onde, em diversos momentos, são as próprias estudantes que trazem falas de acolhimento e suporte ao comentário de uma colega. A permeabilidade por estes papéis e a possibilidade de entrega ao encontro com outros modos de vida, apontam para a riqueza desta experiência. Até o presente momento foram 17 edições, alcançando 73 participantes, além de

duas edições especiais de confraternização de final de ano, que não foram em formato de grupo de acolhimento. Entre os principais temas abordados nos grupos, aparecem: sentimento de solidão e de não pertencimento à universidade; dificuldades em conciliar o curso e os cuidados com o(s) filho(s); desigualdade na divisão de tarefas; falta de rede de apoio; sobrecarga materna e carga mental; sentimentos de culpa; necessidade de maior apoio institucional para estudantes mães. Além de propiciar um espaço de acolhimento e reflexão para estudantes mães, o grupo proporciona um senso de pertencimento no ambiente universitário, queixa bastante comum neste público. O grupo também proporciona um ambiente seguro para o questionamento de questões estruturais, como a desigualdade de gênero, evitando as explicações individualizantes e que não levem em conta os atravessamentos raciais, sociais e culturais presentes. A partir dos encontros no Aldeia e desta interação colaborativa, foi possível para algumas estudantes se conhecerem e formarem redes de apoio entre si, chegando à criação de dois coletivos de estudantes (Coletivo de Mães e Pais da UERJ e Coletivo de Mães da UERJ). Desta forma, o dispositivo se tornou também um lugar de empoderamento para as mulheres que vivenciam a maternidade, gerando possibilidades de ações para a mudança.

A Vida que Insiste: Mulheres em Situação de Rua e o Grito de Existência

Laura da Costa Lima (UFC), Liana Capistrano Lopes (UFC), Giselly Vitória de Almeida Tavares (UFC), Verônica Morais Ximenes (UFC)

O presente trabalho busca debater e visibilizar as resistências das mulheres em situação de rua no Brasil contemporâneo, a partir da experiência extensionista desenvolvida pelo Núcleo de Psicologia Comunitária (NUCOM), vinculado à Universidade Federal do Ceará (UFC), em parceria com o grupo de mulheres em situação de rua autodenominado "Madalenas", vinculado ao Grupo Espírita Casa da Sopa, em Fortaleza (CE). Segundo o Movimento Nacional da População de Rua (2010): "As pessoas vão para a rua porque a estrutura da nossa sociedade é desigual. [...] Para piorar, a cultura e a ideologia dominantes reproduzem e multiplicam esta divisão e desigualdade. É o preconceito que reforça a imagem negativa de quem vive na rua." A vida nas ruas é marcada por tecnologias de poder que operam pela necropolítica, como conceituado por Achille Mbembe (2018), quando o estado decide quais vidas podem ser vividas e quais podem ser descartadas. No Brasil, essa decisão não é neutra: recai sobre corpos racializados, femininos, pobres e periféricos. As mulheres em situação de rua são alvos constantes de violências estruturais e interseccionais que atravessam gênero, classe, raça e território. Vivem em um estado permanente de desproteção, criminalizadas por existir e atravessadas por políticas públicas que mais punem do que cuidam. São, como define Mbembe, alvo da política da morte. A política de morte se exerce não apenas pela violência direta, mas também pela omissão planejada do Estado: a ausência de políticas públicas eficazes, a criminalização da pobreza e a desumanização das subjetividades consideradas "descartáveis". Diante desse cenário de desamparo sistemático, a experiência que relata-se neste trabalho emerge como um grito de (re)existência. Trata-se de uma ação de extensão universitária desenvolvida pelo Núcleo de Psicologia Comunitária da Universidade Federal do Ceará (NUCOM), em parceria com o grupo de mulheres em situação de rua autodenominado "Madalenas". O objetivo deste grupo é a construção de espaço de cuidado coletivo, a escuta ativa e a construção de vínculos se tornam formas de confronto político diante da lógica neoliberal de destruição dos direitos e da ascensão do neofascismo como projeto de morte. A atuação junto às Madalenas parte da escuta e do reconhecimento da potência que habita os corpos marginalizados. O grupo nasceu em meio à pandemia de Covid-19, período em que a política da indiferença se intensificou, tornando ainda mais precária a vida nas ruas. Inicialmente pensado como espaço de acesso a itens básicos - banho, alimentação, troca de roupas -, o grupo se transformou em espaço político, terapêutico e afetivo, onde as mulheres podiam não apenas sobreviver, mas narrar suas dores, construir pertencimento e recriar sentidos de vida. As atividades com as mulheres são organizadas em encontros semanais, realizados em espaços cedidos pelo grupo parceiro. Trata-se de um espaço de escuta, elaboração, partilha e reinvenção de si - um lugar onde a Psicologia se encarna na prática, fora dos muros da universidade, na disputa direta pela vida. A metodologia é fundamentada na práxis da Psicologia Comunitária, e as ações extensionistas se ancoram na horizontalidade das relações, na construção coletiva de saberes e na valorização da experiência como território epistemológico, como propõe Góis (2005). As rodas de conversa funcionam nos moldes freireanos dos Círculos de Cultura, nos quais a fala é libertadora e o cotidiano é tomado como ponto de partida para a análise crítica da realidade (Freire,2005). As temáticas emergem das vivências do grupo: violência de gênero, institucionalização, racismo, saúde mental, direitos reprodutivos, religiosidade, abandono, maternidade. Além do diálogo, o corpo também é compreendido como território de memória, expressão e resistência. Por isso, o grupo incorpora práticas corporais como a Biodança, que aparece adaptada como um momento de alongamento e reconexão com o próprio corpo. Esta prática possibilita o resgate da sensibilidade e do cuidado de si, promovendo

o acolhimento das emoções e a percepção do corpo para além das marcas da violência e do abandono. Outro eixo metodológico fundamental é o uso da arte como linguagem de expressão e mobilização subjetiva. Momentos de pintura, desenho e colagem são utilizados para denunciar as opressões vividas pelas Madalenas, renunciar direitos, dar forma a sentimentos e resgatar a potência criadora dessas mulheres, reafirmando que arte também é território de resistência. Parafraseando Angela Davis (2019), quando mulheres negras, pobres e periféricas se organizam, abalam os alicerces de uma sociedade construída sobre a exclusão. O grupo Madalenas exemplifica essa força. Ao se reunirem, ao compartilharem suas histórias, ao criarem juntas práticas de cuidado e apoio mútuo, essas mulheres rompem com a lógica neoliberal de individualização e isolamento. Constroem redes de solidariedade que são, ao mesmo tempo, resistência política e reconstrução subjetiva. Essa experiência de extensão também tensiona a própria formação universitária. As psicólogas extensionistas, todas mulheres, não se colocam como "agentes de intervenção", mas como participantes implicadas em um processo dialógico de troca. A formação acadêmica, por vezes alheia às realidades concretas dos territórios, é desafiada por esse encontro. Surge, então, uma Psicologia que escuta, que se reposiciona, que se politiza - como propõe Patrícia Hill Collins (2019), ao defender uma produção de conhecimento baseada na experiência situada das populações marginalizadas. Os resultados deste processo são percebidos na reconstrução de vínculos afetivos, no fortalecimento da autoestima e na afirmação da dignidade. Muitas mulheres, antes marcadas apenas pela dor e pelo silenciamento, passaram a se reconhecer como sujeitas políticas, capazes de nomear e questionar as estruturas que sustentam sua exclusão. A vergonha foi sendo substituída por denúncia; o medo, por aliança; o silêncio, por narrativa. A potência política do grupo também transbordou para outros espaços. Materiais produzidos pelas próprias mulheres (cartazes, textos e falas) foram levados para manifestações públicas e eventos, tornando visível a luta por dignidade. Ser Madalena se afirma, assim, como contraponto radical à necropolítica. Não se trata apenas de resistir à morte imposta, mas de construir espaços de vida plena, desejo e futuro possível. Este relato se inscreve, portanto, no enfrentamento direto às lógicas de morte e exclusão produzidas pelo neoliberalismo e pelo neofascismo. O neoliberalismo, ao privatizar os direitos, desresponsabiliza o Estado e culpabiliza o indivíduo. O neofascismo, por sua vez, resgata práticas autoritárias, militariza os corpos pobres, reforça o racismo institucional e a misoginia estrutural. Atuar com mulheres em situação de rua é se posicionar contra essas formas de dominação, afirmando que a Psicologia deve ser ferramenta de luta e não de controle. Diante do exposto, a proposta se alinha ao Eixo 04 - "Direitos, movimentos sociais e desafios à Democracia", ao abordar diretamente a luta por direitos, justiça social e democratização da vida, com foco em um segmento social historicamente vulnerabilizado e invisibilizado pelas estruturas de exclusão - de classe, gênero, raça e território. O trabalho ainda dialoga com os objetivos do GT 26 - "Mulheres em movimentos e redes de luta: desafios na produção de alianças, cuidado coletivo e enfrentamento político no contexto neoliberal e de ascensão neofascista", pois a experiência das Madalenas evidencia a força política das redes de solidariedade e cuidado coletivo formadas nas margens da cidade. O grupo constrói, a partir do cotidiano atravessado por violências, práticas de resistência e reinvenção do viver coletivo, que desestabilizam a lógica neoliberal, patriarcal e punitivista. Dessa forma, o trabalho contribui com o fortalecimento de movimentos e coletivos de mulheres, afirmando a Psicologia Comunitária como "uma prática libertadora, que possibilita o despertar do sujeito enquanto cidadão e construtor da sua própria história como ser coletivo e único, através de uma visão dialética da realidade, na qual influencia e é influenciado" (Ximenes; Góis, 2010). Nas margens, pulsa uma força que reinventa o mundo. E as mulheres em situação de rua, longe de serem vítimas, são protagonistas da luta diária pela existência.

As mulheres em ocupação do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST): relatos da experiência em Sergipe

Marinna Melo (OAB)

O presente estudo aborda experiência de trabalho com as mulheres militantes da ocupação Beatriz Nascimento, organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) na cidade de Aracaju, em Sergipe.

O tema central é a atuação das lideranças femininas na efetivação de importantes políticas públicas voltadas à dignidade e ao bem-estar social coletivo diante dos desafios que enfrentam, tais como a falta de moradia digna, a precarização do trabalho e a violência de gênero.

Neste contexto, busca averiguar, dentre outros, os seguintes questionamentos: Como as mulheres das ocupações urbanas organizadas pelo MTST vivenciam e resistem às opressões de gênero e classe? Quais enfrentamentos e estratégias elas desenvolvem para garantir seus espaços "políticos" dentro e fora das ocupações, na luta por direitos coletivos e condições de vida digna?Como a forma de atuação das mulheres em posição de liderança pode interferir nas relações políticas internas do movimento e quais os reflexos desses enfrentamentos na sua saúde mental?Quais os desafios específicos em razão do gênero as mulheres em posição de liderança do MTST enfrentam na luta por direitos e garantias sociais?

O estudo se insere no contexto das lutas urbanas no Brasil, marcadas pela desigualdade social, pela especulação imobiliária, que marginaliza populações de baixa renda, sobretudo mulheres negras e periféricas. (Boulos, Guilherme – porque ocupamos?;2015)

A ocupação em questão representa um espaço de resistência, mas também de reinvenção de práticas políticas e comunitárias, demonstrando que as conquistas alcançadas só tem sido possível graças à atuação decisiva das lideranças femininas cujo protagonismo tem sido essencial na luta por justiça social e garantia de dignidade às famílias ocupantes.

O estudo tem como objetivo analisar as experiências de mulheres em posição de liderança na ocupação Beatriz Nascimento do MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, compreendendo a estrutura organizacional dentro das ocupações, desde a mobilização até a gestão das ocupações nas suas lutas por moradia, trabalho e direitos. (SILVA, Douglas; 2024)

Muitas das mulheres militantes assumem papéis de liderança dentro das ocupações, seja na coordenação de ações, organização de protestos ou representação do movimento em encontros e negociações. Essas lideranças não são apenas simbólicas, mas práticas e políticas, com as mulheres influenciando diretamente as decisões do movimento.

Dentro das ocupações, elas são as principais responsáveis pela manutenção do cotidiano e pela resistência ao desmonte das ocupações. Elas organizam as atividades diárias, cuidam da alimentação e do bem-estar das famílias, e, ao mesmo tempo, resistem às pressões externas. (SIMÕES, Guilherme; 2017)

É possível evidenciar ainda, que a própria inserção das mulheres em um movimento social – sobretudo no MTST, considerado um dos maiores movimentos sociais da américa latina – demonstra busca por autonomia em relação às estruturas tradicionais de poder, seja no movimento ou na sociedade em geral. Para isso, realizam formações políticas internas, com foco na educação popular, empoderamento feminino e no fortalecimento da autonomia dentro do movimento.

Neste ínterim, o estudo busca refletir sobre como a forma de organização e cuidado desenvolvidos por essas mulheres em coletivo contribui diretamente para construção e ampliação de debates político-sociais, programas sociais governamentais, além do fortalecimento do feminismo nas comunidades periféricas.

Busca-se ainda, analisar os reais impactos dessa atuação nas dinâmicas coletivas da ocupação, nas relações e na saúde mental das mulheres participantes do Movimento. Com isso, contribuir com a produção de conhecimento sobre experiências dentro da organização popular, protagonizadas por mulheres, situando suas práticas como formas legítimas de produção política e cuidado coletivo.

No contexto de assessoria jurídica e militância, podemos apresentar algumas considerações que a pesquisa pretende colocar em análise, tais como: que a atuação das mulheres em posições de liderança nas ocupações urbanas do MTST, vai além da reivindicação por moradia digna, configurando-se como prática transformadora que desafia o modelo patriarcal e colonial de organização social.

A partir da construção de redes de solidariedade, cuidado e produção coletiva de saberes, essas mulheres enfrentam as múltiplas violências impostas por estruturas de dominação e produzem alternativas emancipatórias que fortalecem a luta por direitos.

No entanto, os dados também devem evidenciar que esse protagonismo não se dá sem custos: as mulheres enfrentam sobrecarga emocional, resistência interna e institucional, além de impactos diretos na saúde mental, o que reforça a necessidade de políticas públicas específicas de proteção, valorização e cuidado voltadas às mulheres em contextos de luta.

Em conclusão, o estudo reforça a tese de que, em um cenário marcado por retrocessos e constantes ameaças aos direitos conquistados, a organização coletiva e capilarizada das mulheres é condição fundamental para a manutenção e avanço das lutas sociais no Brasil.

Por fim, este trabalho se vincula ao Grupo de Trabalho (GT) que discute "Gênero, Trabalho e Movimentos Sociais", inserindo-se no eixo temático "Desigualdades, Resistências e Transformações Sociais".

A escolha se justifica pela necessidade de aprofundar análises sobre a interseccionalidade entre gênero, classe e raça nas lutas urbanas, destacando o papel e a importância das organizações femininas em movimentos de moradia.

Palavras-chave: Movimentos Sociais; Desigualdades de Gênero; Moradia; MTST.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

1. SILVA, Douglas Cardoso da. Mulheres de luta. Catálogo USP, 2024.

2. SIMÕES, Guilherme; CAMPOS, Marcos; RAFAEL, Rud. MTST 20 anos de história – Luta, organização e esperança nas periferias do Brasil. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

3. BOULOS, Guilherme. Por que Ocupamos?: uma Introdução à Luta dos Sem-teto. São Paulo: Boitempo, 2015.

Coalizões femininas e fortalecimento comunitário: práticas de enfrentamento às violências nas periferias urbanas e rurais do Ceará

Natacha Farias Xavier (UFC), Veronica Morais Ximenes (UFC)

Este resumo integra parte da minha pesquisa de tese, que investiga experiências coletivas de mulheres no enfrentamento às violências de gênero, Estado e raça, situadas nas periferias urbanas e rurais do Ceará, a partir de uma metodologia interseccional (CRENSHAW, 1989; COLLINS, 2017) e enraizada no campo da Psicologia Social (MARTÍN-BARÓ, 1986). A pesquisa se orienta pelo problema de compreender como coletivos de mulheres constroem práticas de resistência e de cuidado coletivo frente às múltiplas violências estruturais e institucionais que marcam seus cotidianos. Os processos de enfrentamento analisados são atravessados pelas dimensões de gênero, raça, classe, território e sexualidade, tensionando a Psicologia Social a deslocar-se de um paradigma individualizante para incorporar epistemologias feministas e decoloniais que reconhecem a produção de saber a partir da experiência vivida. O contexto brasileiro contemporâneo, caracterizado pela intensificação das políticas de morte, pelo avanço do neoliberalismo e pela precarização das políticas públicas, torna urgente investigar como mulheres em situação de vulnerabilidade e violência constroem estratégias de resistência, solidariedade e fortalecimento comunitário. O objetivo deste trabalho é analisar as práticas coletivas do Coletivo Vozes, em Fortaleza, e da Frente de Mulheres dos Movimentos do Cariri, a partir de entrevistas realizadas com duas de suas lideranças. Interessa compreender como, nestes contextos, emergem práticas de enfrentamento às múltiplas violências (institucionais, raciais, de gênero e territoriais), bem como identificar como se configuram processos de fortalecimento comunitário e a constituição de coalizões feministas interseccionais. A pesquisa adota uma metodologia interseccional (CRENSHAW, 1989; COLLINS, 2017), que compreende a articulação de diferentes marcadores sociais (gênero, raça, classe, sexualidade e território) na análise das experiências das participantes, evitando leituras unidimensionais ou essencialistas. As entrevistas, de caráter narrativo, foram realizadas com lideranças femininas de dois importantes coletivos do Ceará, priorizando a escuta atenta e situada, conforme orientações da pesquisa qualitativa feminista (GONZÁLEZ, 1988; LUGONES, 2014). A análise dos discursos foi orientada pela Psicologia Social, incorporando elementos da análise temática e da hermenêutica feminista, buscando compreender como as mulheres constroem sentidos sobre suas práticas de resistência, cuidado e fortalecimento. Em ambas as experiências, as mulheres organizam práticas coletivas que transformam dor e sofrimento em resistência política, mobilizando estratégias de cuidado coletivo, apoio mútuo, produção de memória e incidência política. O Coletivo Vozes atua prioritariamente junto a mães e familiares de adolescentes e jovens impactados pela socioeducação e pelo sistema prisional, construindo uma rede de acolhimento e denúncia das violências de Estado, especialmente nas periferias urbanas de Fortaleza. Já a Frente de Mulheres dos Movimentos do Cariri articula mulheres negras, periféricas, LGBTQIA+, do campo e da cidade, em ações de formação política, enfrentamento ao feminicídio e incidência em políticas públicas. A Frente se define como feminista, antirracista, anticapitalista e anti-LGBTfóbica, operando tanto na formação interna de suas integrantes quanto na ocupação de espaços públicos, como câmaras municipais, universidades e meios de comunicação. A noção de coalizão, conforme proposta por Judith Butler (2018), emerge de modo transversal nos discursos das participantes, não como unidade homogênea, mas como aliança insurgente entre mulheres com diferentes trajetórias, que se articulam a partir de

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

uma vulnerabilidade comum, mas preservam a pluralidade de suas experiências. Tal coalizão é construída em meio às tensões e às diferenças, mas mantém a potência de uma ação coletiva capaz de resistir à fragmentação imposta pelo neoliberalismo e à necropolítica do Estado (MBEMBE, 2018). O fortalecimento comunitário aparece, assim, não como um atributo individual, mas como um processo relacional e psicossocial (MARTÍN-BARÓ, 1986), sustentado pela solidariedade, pelo cuidado mútuo e pela partilha de saberes situados. As práticas de fortalecimento se expressam na construção de redes de apoio, na formação política feminista e antirracista, na produção de memória das vítimas da violência estatal e na ocupação dos espaços públicos como forma de resistência simbólica e material. A presença de mulheres negras, rurais e periféricas em lideranças políticas e nos espaços de decisão tensiona as estruturas tradicionais de poder, reafirmando a importância da epistemologia da experiência (COLLINS, 2017) como fundamento para práticas emancipatórias e para a crítica ao epistemicídio (SANTOS, 2014). Além disso, as práticas analisadas desestabilizam concepções universalistas e abstratas de feminismo, afirmando a necessidade de um feminismo interseccional, situado e decolonial. Os movimentos analisados exemplificam a potência das metodologias interseccionais na produção de conhecimento comprometido com a transformação social e com a promoção da justiça social. As práticas de coalizão e fortalecimento coletivo constituem-se como estratégias fundamentais de resistência à necropolítica e à precarização da vida imposta pelo Estado. Esta pesquisa evidencia a necessidade de que a Psicologia Social reconheça, legitime e se comprometa com as práticas coletivas feministas e antirracistas que emergem dos territórios vulnerabilizados, entendendo-as não apenas como objetos de estudo, mas como fontes de saber e de transformação social. Por fim, destaca-se que a construção dessas coalizões e processos de fortalecimento comunitário constituem uma ética do cuidado insurgente, que articula dimensões afetivas, políticas e epistemológicas, fundamentais para resistir aos dispositivos de silenciamento e opressão que marcam as vidas das mulheres negras e periféricas no Brasil contemporâneo.

Cuidado entre mulheres em tempos de neoliberalismo: uma construção ético-político

Camilla Prado de Freitas (UERJ), Alice de Marchi Pereira de Souza (UERJ)

A presente pesquisa tem como tema central as práticas de cuidado entre mulheres afetadas pela violência de Estado. O trabalho parte da compreensão de que o cuidado, longe de se restringir a uma vivência de foro íntimo, se configura como uma estratégia de resistência e subversão frente às múltiplas violências impostas pelo neoliberalismo, pelo racismo e pelo patriarcado. A partir da experiência da Rede de Atenção às Pessoas Atingidas pela Violência de Estado (RAAVE), a pesquisa busca compreender como essas mulheres constroem redes de apoio e práticas de cuidado que enfrentam diretamente os efeitos da necropolítica e das lógicas de morte que direcionam a atuação do Estado brasileiro, sobretudo nas periferias urbanas.

A RAAVE é uma articulação formada após a chacina do Jacarezinho, em 2021 - uma das operações mais letais ocorrida no estado do Rio de Janeiro - em resposta à crescente truculência policial nas favelas do Rio de Janeiro que ocorria durante a pandemia. A rede reúne movimentos sociais de mães que tiveram filhos assassinados pela violência policial, universidades públicas (como UFRJ, UFF e UERJ), a Defensoria Pública e institutos de psicologia clínica, oferecendo atendimento psicossocial gratuito e clínico-político a familiares de pessoas assassinadas pela ação do Estado no território da grande Rio.

Além do acolhimento, a RAAVE mantém um projeto que tem como objetivo central o desenvolvimento de uma política pública de atendimento psicossocial voltada às pessoas afetadas pela violência de Estado. Esse processo vem sendo construído em parceria com as mães, garantindo que não sejam apenas participantes, mas coautoras na formulação de metodologias que poderão ser incorporadas ao SUS e ao SUAS. Em 2024, o projeto ganhou corpo com a inserção de bolsistas de graduação e pós-graduação da psicologia e a concessão de bolsas de pesquisa para 100 mães.

A questão que conduz este trabalho é: de que maneira o cuidado, praticado nas redes de mulheres da RAAVE, pode ser entendido como uma estratégia de resistência política, enfrentamento à necropolítica e subversão da lógica neoliberal? Essa pergunta desdobra-se em reflexões sobre os atravessamentos de raça, gênero e classe na construção dessas práticas de cuidado, bem como sobre os efeitos subjetivos e coletivos que tais práticas produzem. Além disso, a pesquisa interroga os impactos do neoliberalismo na fragmentação das redes de cuidado e na precarização da vida de populações negras, periféricas e femininas.

O objetivo geral do estudo é compreender como o cuidado se articula como uma prática de resistência e fortalecimento coletivo no contexto da violência de Estado, subvertendo a lógica neoliberal de individualização e abjeção de vidas. Especificamente, o trabalho busca analisar como as práticas de cuidado operam como dispositivos micropolíticos de resistência e de que forma podem inspirar a construção de políticas públicas pautadas na escuta, na reparação e na justiça social. Esta pesquisa pretende contribuir para a construção de práticas ético-políticas comprometidas com a transformação social.

A pesquisa se articula ao GT 26 – Mulheres em movimentos e redes de luta, no âmbito do eixo 4 – Direitos, movimentos sociais e desafios à Democracia, ao investigar as práticas de cuidado entre mulheres da RAAVE como formas de resistência política diante da violência de Estado, do racismo e da lógica neoliberal. Ao

compreender o cuidado como estratégia coletiva e micropolítica, a pesquisa contribui para os debates do GT sobre alianças entre mulheres, enfrentamento às múltiplas violências e produção de redes de solidariedade nos territórios. Com base em referenciais feministas, decoloniais e da Psicologia Social, o estudo reafirma a importância da articulação entre universidade e movimentos sociais e propõe reconhecer os saberes dessas mulheres como centrais na construção de políticas públicas comprometidas com a justiça social, a reparação histórica e a produção de vida, o que também se articula perfeitamente ao GT e eixo pretendidos.

Do ponto de vista teórico, a pesquisa se ancora em um conjunto de referenciais que dialogam entre si, formando um arcabouço crítico, feminista e decolonial. Os feminismos negros e decoloniais ocupam um lugar central na construção da análise, com autoras como Lélia Gonzalez, bell hooks, Patricia Hill Collins, Maria Lugones e Ochy Curiel, entre outras, que oferecem ferramentas para compreender como as violências de gênero, raça e classe estão imbricadas e como impactam de maneira direta os corpos e as subjetividades das mulheres negras.

A Psicologia Social oferece o campo epistemológico que permite pensar as subjetividades não como produções isoladas, mas como resultado de processos históricos e políticos, atravessados por relações de poder, por práticas institucionais e pela reprodução de violências. Nesse sentido, em diálogo com os conceitos de necropolítica, elaborados por Achille Mbembe, são fundamentais para entender como o Estado organiza a produção da morte, direcionando-a de maneira seletiva e racializada, sobretudo contra populações negras e periféricas.

O trabalho também se inspira nas proposições epistemológicas de Donna Haraway e Ramón Grosfoguel, que defendem a construção de conhecimentos localizados, implicados e que rompem com as lógicas universalizantes e coloniais da produção científica. Essa perspectiva é fundamental para a elaboração da pesquisa, na qual reconhecemos que a produção acadêmica não é neutra, mas atravessada por relações de poder, hierarquias epistêmicas e processos de invisibilização de saberes produzidos nas margens.

O percurso metodológico adotado na pesquisa foi desenhado a partir da articulação entre três principais referenciais: a cartografia, a interseccionalidade e a análise institucional. A cartografia possibilita acompanhar processos em movimento, afetos, deslocamentos e produções que emergem no cotidiano das mães da RAAVE, observando como as práticas de cuidado se constroem, se transformam e se sustentam nas fissuras do sistema.

A interseccionalidade, mais do que um conceito, operou aqui como uma lente que orientou todo o processo de análise, constituindo-se como uma ética, para além de uma importante chave teórica-metodológica.

Por sua vez, a análise institucional foi utilizada como ferramenta para compreender de que modo as instituições reproduzem práticas coloniais, racistas e patriarcais. A análise de implicação, nesse contexto, teve papel central, permitindo que, enquanto pesquisadora, possa analisar criticamente sobre meu próprio lugar na pesquisa, uma vez que sou uma mulher branca, de classe média, que se aproxima de uma rede de mulheres negras, marcada por uma assimetria de lugares sociais.

A produção de dados ocorreu a partir do acompanhamento de encontros da RAAVE, da realização de oficinas construídas coletivamente com as mães e da elaboração de diários de campo, que funcionaram como dispositivos de análise e implicação. Em dado momento de uma oficina, foi realizada uma restituição com as mães participantes. Ou seja, elas tiveram acesso aos registros construídos nos diários de campo e puderam interferir nessa produção. Tal construção metodológica permitiu que a pesquisa se mantivesse coerente com os princípios éticos, políticos e epistemológicos, recusando a neutralidade e a objetificação das participantes.

Os resultados da pesquisa revelam que o cuidado, tal como praticado pelas mães da RAAVE, é constituído de modo político, ético e coletivo. Longe de ser uma prática restrita ao âmbito privado, este tem se apresentado como uma estratégia de fortalecimento frente à violência do Estado e às lógicas neoliberais que individualizam os sofrimentos, naturalizando as desigualdades. As redes de cuidado construídas por essas mulheres operam como dispositivos de resistência, de produção de vida e de reconfiguração das subjetividades.

O cuidado, nesse contexto, não é uma construção idealizada, na qual todas convivem harmonicamente sem divergências, mas sim uma prática marcada por tensões, conflitos, negociações e construções permanentes. As mulheres se tornam agentes de uma política do cuidado que desafia a abjeção, denuncia suas práticas de extermínio e reivindica a construção de outras formas de existir, baseadas na coletividade.

As mães da RAAVE constroem uma ética do cuidado que é, ao mesmo tempo, uma ética de resistência, de memória e de reparação. Suas práticas apontam para a necessidade de uma psicologia comprometida com a escuta das vozes que historicamente foram silenciadas e com a construção de práticas que estejam a serviço da afirmação da vida.

Por fim, concluímos que a prática do cuidado, quando articulada às redes de mulheres negras atingidas pela violência do Estado, rompe com os pilares da lógica neoliberal, que busca individualizar os problemas, mercantilizar as soluções e responsabilizar os sujeitos por sua própria dor. O cuidado, tal como praticado na RAAVE, assume uma dimensão coletiva, insurgente e profundamente política.

A pesquisa também denuncia que uma psicologia hegemônica, historicamente, esteve alinhada a práticas higienistas e colonialistas, contribuindo para a manutenção das desigualdades. Diante disso, o trabalho convoca o campo psi a assumir sua implicação ética e política e a se comprometer com a construção de práticas de cuidado que sejam antirracistas, antipatriarcais, anticoloniais e anticapitalistas.

Defendemos, portanto, que as experiências construídas no âmbito da RAAVE não devem ser vistas apenas como estratégias de sobrevivência, mas como proposições metodológicas e políticas capazes de orientar a formulação de políticas públicas de cuidado no Brasil. Políticas que reconheçam os saberes e as práticas das mulheres negras como centrais na construção de outros mundos possíveis, baseados na justiça social, na reparação histórica e na coletividade.

Filhas entre o cuidado e o sofrimento psíquico materno: possibilidades de acolhimento e construção de coletivo

Paula Débora Pereira Castanha, Ana Carolina Rios Simoni (UFRN)

Este trabalho situa-se enquanto recorte de uma pesquisa-intervenção em andamento, parte do mestrado da autora principal, que propõe a oferta de um espaço de compartilhamento de experiências com filhas que cuidam de suas mães em sofrimento psíquico. O recorte apresentado neste resumo remete a um etapa anterior aos encontros coletivos, ou seja, refere-se à construção do campo, à divulgação da pesquisa e aos primeiros encontros com as filhas interessadas em compor o coletivo. A escrita do desejo de compartilhar a potência da escuta das primeiras participantes e como seus relatos singulares nos apresentam seus impasses e confrontos implicados com a posição de cuidado que ocupam. Suas narrativas levantam questões que apontam para as discursividades que atravessam o laço social, limitando a produção de sentido e reproduzindo lugares de angústia e silenciamento.

Diante disso, tivemos enquanto objetivos ter uma escuta implicada com as narrativas das filhas, na medida em que pensamos como construir na próxima etapa um espaço em que seja possível a construção de outros lugares identificatórios, pensando a partir do impacto dos discursos hegemônicos acerca dos papeis de gênero incidem na subjetividade dessas filhas. Para tanto, objetivamos também produzir um espaço de acolhimento em que pudéssemos pensar quais sentidos cada participante era atravessada dentro de seu contexto interseccional.

Por esse caminho, partindo do que aqui foi apresentado, a pesquisa relaciona-se diretamente com a proposta do Grupo de Trabalho 26, “Mulheres em movimentos e rede de luta: desafios na produção de alianças, cuidado coletivo e enfrentamento político no contexto neoliberal de ascensão neofacista”, na medida em que compreende o cuidado enquanto campo atravessado por disputas éticas, políticas e econômicas que colocam em jogo a existência de sujeitos, principalmente daqueles marcados por interseccionalidades de raça, classe e gênero. É diante desses atravessamentos que se encontram as filhas que cuidam de suas mães em sofrimento psíquico, marcadas também por discursividades do campo da saúde mental, que reproduz, em alguns casos, uma lógica de tutela e um discurso manicomial. Assim, a aposta no encontro dessas filhas e de suas narrativas como lugar de produção de outras práticas de cuidado e dispositivos que sustentem e possibilitem a construção de outros sentidos para suas experiências.

Para tanto, a pesquisa que se constrói e aqui é relatada se sustenta no encontro entre a perspectiva teórica psicanalítica e estudos feministas. Assim, colocamos em destaque a perspectiva de pensar a posição das mulheres dentro do sistema capitalista, enquanto base fundamental que sustentou e sustenta a ascensão e acumulação do capital e que só foi possível devido a subjugação de certos corpos e territórios. Federici (2017, 2019).

É nesse contexto que o trabalho de cuidado se insere como lugar de invisibilização e regendo discursividades hegemônicas, afetando os modos e possibilidades de existência. Por esse caminho, fazemos uma interlocução com a psicanálise freud-lacaniana que pontua a respeito de como as transmissões dos ideias incidem sobre as formas singulares de constituição do sujeito e tecem redes discursivas que são a própria condição de existência do sujeito e da cultura. Desde esta perspectiva, colocamos em destaque a proposição levantada por autores do campo, de que o sintoma é social e tem relação direta com o sujeito produzido pelas relações capitalistas de

produção em que o indivíduo é um proletário expropriado de seu saber. (Lacan, 1992; Vanier, 2002; Kehl, 2009; Chiaretti, 2016)

Diante desse contexto, a proposta é de uma pesquisa-intervenção a partir da oferta de um dispositivo grupal no Serviço de Psicologia Aplicada da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (SEPA - UFRN), com filhas que cuidam de suas mães em sofrimento psíquico. Aqui, como pontuado anteriormente, colocamos em análise a etapa anterior, que envolveu a divulgação do projetos de pesquisa através do diálogo com os profissionais dos serviços da Rede de Atenção Psicossocial de Natal-RN (RAPS) e com os servidores e estagiários do SEPA para que fosse possível o referenciamento ao grupo para usuárias dos serviços ou familiares de usuárias que demonstrem interesse em participar, considerando os critérios participativos da pesquisa, quais sejam, identificarem-se com o gênero feminino, estarem vivenciando o processo de cuidar da mãe com sofrimento psíquico e o desejo em compartilhar suas experiências em um espaço coletivo horizontal. Também foi divulgado nas redes sociais do SEPA, onde foi disponibilizado um formulário de inscrição a partir do qual as pessoas interessadas foram contactadas.

Foi esse formulário online que nos possibilitou perceber a demanda por esse espaço, visto que o questionário que pretendíamos deixar em aberto por cerca de 15 dias, em algumas horas chegou e ultrapassou o número de previsto de participantes, totalizando 27 inscrições. Por trás desse alto número de inscrições, revelou-se a demanda por acolhimento e um espaço, mas não qualquer espaço, um espaço coletivo. Em todas as escutas identificou-se o desejo de estar com outras, de compor juntas, de compartilhar experiências e construir um coletivo, de encontrar semelhantes e suporte em suas experiências.

Cabe destacar que foi apontado pela maioria das participantes relatou ter renunciado a outros vínculos, trajetória e projetos para que fosse possível cuidar de suas mães. Esses relatos acompanham sentimentos e afetos ambíguos em relação à posição de cuidadora, uma vez que por conta do vínculo, sentem o cuidado como um dever inquestionável. Como pontuado antes, as discursividades que atravessam os corpos dessas por diversos lados, seja na própria família ou por uma lógica de tutela presente no discursos biomédicos, atribuem as filhas carga de serem responsáveis por trabalhos reprodutivos, pela sustentação e pelo cuidado de outros, mesmo que isso custe abdicar de suas próprias singularidades.

As filhas, então, chegam ao SEPA e aos momentos de acolhimentos individuais compartilhando o desejo de encontrarem espaços para seus desejos e cuidados de si, de uma existência para além dos medos e que seja possível encontrar saídas, de que percebam que podem viver sem ter que esperar a uma outra vida terminar, como nos contaram algumas participantes que narravam o medo de estarem em um caminho sem saída, visto que o envelhecimento de suas mães trariam possivelmente outras questões para além do sofrimento psíquico e que demandaria cuidados mais intensos.

Manifestam, ainda, receio e medo nos diz respeito às suas próprias questões de saúde mental, relatam suas dificuldades em reconhecer seus próprios limites e expressar seus afetos, seja por vergonha, culpa ou medo de como serão percebidas. Ao mesmo tempo, são atravessadas por o medo de ter o mesmo destino de suas mães em termos de sofrimento mental ou de desenvolver doenças neurodegenerativas, assim levantando aspectos relevantes quanto ao receio de identificar-se com o lugar de suas mães e o desejo de separar-se para constituírem de outros modos subjetivamente.

É diante desses impasses que a ausência de espaços de escutas e sustentação de suas experiências dificulta a construção de outros lugares identificatórios e de modos de resistência e existência

Por fim, as inscritas, hoje participantes do grupo prestes a começar, nos fizeram perceber que a demanda por cuidado e espaços de compartilhamento é uma demanda fundamental. Em tempos em que se valorizam e difundem dispositivos centrados no indivíduo, fragilizando espaços de encontro com o outro, destaca-se ainda mais a importância dos movimentos coletivos.

Referências

Chiaretti, P. (2016). O sintoma em suas dimensões singular e social. Estudos Linguísticos (São Paulo. 1978), 44(3), 1168–1177. https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/1047

Federici, S. (2017). Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva (Trad. do Coletivo Sycorax). São Paulo: Editora Elefante

Federici, S. (2019). O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista (Trad. do Coletivo Sycorax). São Paulo: Editora Elefante

Kehl, M. R. (2009). O tempo e o cão: a atualidade das depressões. São Paulo, SP: Boitempo Editorial.

Lacan, J. (1992) O seminário, livro 17: O avesso da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.147-160.

Vanier, A.. (2002). O sintoma social. Ágora: Estudos Em Teoria Psicanalítica, 5(2), 205–217. https://doi.org/10.1590/S1516-14982002000200001

Fortalecendo vínculos de solidariedade e luta no território: relato de um grupo com mulheres-mães

Joseane Evangelista Lopes (UEFS), José Fernando Andrade Costa (UEFS)

O presente relato descreve os resultados de uma ação extensionista intitulada "Família, escola e território: cultivando as redes existentes entre mães do bairro Novo Horizonte", desenvolvida em Feira de Santana, Bahia, no âmbito do Programa de Extensão "Ciclos de Ação Comunitária". O público participante é composto por um grupo de mulheres-mães de estudantes de uma escola pública em um bairro periférico do município. As atividades com essas mulheres vêm acontecendo desde o segundo semestre de 2023, após um período de intensa luta da comunidade pelo não fechamento pela Prefeitura, da escola do bairro. Trata-se de uma ação continuada, no formato de Ciclos de Ação, que visa oportunizar um espaço de reflexão e diálogo para fortalecer os vínculos comunitários dessas mulheres e contribuir com a transformação do território em que elas se encontram.

Partimos do pressuposto de que a escola não deve ser reduzida aos limites do edifício onde ele está alocada, mas pode ser caracterizada como um território existencial com múltiplas possibilidades de vínculos e ações. A escola é também um lugar de tessituras de experiências, que deve oferecer aos estudantes a reflexão e um olhar crítico sobre a sociedade, mas precisa envolver também outros agentes, como as mães e familiares. Nessa perspectiva, buscamos problematizar e reduzir a distância simbólica entre instituição escolar e comunidade externa. Incluímos nessa reflexão o distanciamento entre Universidade e comunidade, pois entendemos que devemos atuar, desde a psicologia, para que os benefícios proporcionados pela Universidade não se encerrem em si mesmos. Acreditamos que é preciso que os saberes construídos dentro da academia estabeleçam uma relação dialética com a comunidade externa, pois ambas serão transformadas pelos encontros e experiências em comum. Para construir uma psicologia social efetivamente crítica é importante compreender que os conhecimentos que existem fora da Universidade têm tanto valor quanto aqueles gerados dentro dela. Assim, um dos objetivos desse projeto é também contribuir para mover a Universidade da posição hierárquica de detentora do saber e compreender a comunidade com a qual ele interage como potência política. Isso demanda uma postura ética e política, capaz de abrir-se à "outredade do outro" e enfrentar a reprodução de opressões promovidas, com frequência, pelas próprias instituições de educação, quando se fecham às comunidades.

Os pressupostos teóricos que nos guiam neste trabalho correspondem aos referenciais da Psicologia Social Comunitária latino-americana, em especial às contribuições da psicóloga venezuelana Maritza Montero. A partir do conceito de "ação comunitária", entendemos que para a mudança social é preciso construir um trabalho na comunidade, com a comunidade e pela comunidade. Assim, é preciso trabalhar em conjunto para que possa emergir as condições psicossociais e objetivas necessárias para os agentes comunitários se organizarem e mobilizarem sua consciência e afetos em direção ao exercício de sua cidadania e da luta por direitos. Tal processo é definido por Montero como "fortalecimento comunitário", também referido na literatura como "empoderamento", no sentido coletivo e crítico.

Outro conceito relevante na construção desse plano é o de território. Esse conceito é pensado principalmente a partir da Geografia crítica articulado com a Psicologia Social Comunitária, considerando sua dimensão espacial e social. A partir de Milton Santos podemos entender o território como um fato social, que é constituído não apenas por sua materialidade, mas também pelas

disputas de poder e relações sociais estabelecidas. Os sujeitos se apropriam desse território de forma singular, mas sob a base das tramas coletivas que o envolvem. Tais territórios podem se unir verticalmente ou horizontalmente. Nas uniões verticais há a perpetuação das relações hierárquicas de subordinação, que conflita com o modo de resistência horizontal, onde há preocupação com a sociedade civil como um todo. Dessa forma, a defesa de Milton Santos pela construção de novas horizontalidades se articula com as ideias propostas por Maritza Montero de ações comunitárias para a transformação social, ampliação da autonomia comunitária e redução das relações de subalternização.

Situamos nosso relato no eixo temático "Direitos, movimentos sociais e desafios à Democracia", pois buscamos contribuir com as reflexões sobre o potencial da Psicologia Social na produção de emancipação e autonomia das participantes, que são constantemente afetadas pelas desigualdades sociais por fazerem parte de diferentes categorias subalternizadas que se cruzam, no lugar de mulheres, negras e periféricas. Entendemos que oportunizar a construção de lugares de acolhimento e troca entre mulheres é uma maneira de fomentar sua potência política de transformação social.

Fortalecer a si e ao outro são processos interdependentes e constantes. Para sustentar a luta coletiva por mudanças no território é preciso ter também condições individuais de compor com esse movimento. Trabalhar o fortalecimento é proporcionar condições de participação social. Por isso, buscamos estabelecer uma relação horizontalizada na execução do projeto, oferecendo espaço para que essas mulheres exerçam autorreflexão e o protagonismo que constantemente lhes é negado.

Quanto à metodologia, focalizaremos dois Ciclos de Ação Comunitária realizados. Cada Ciclo de Ação corresponde a um conjunto de oito encontros semanais. A participação no grupo se deu mediante manifestação das participantes dos Ciclos anteriores, mas o grupo é aberto a outras mulheres que são convidadas pelas participantes regulares. Assim, o número geral oscila a cada encontro, mas em média frequentam seis mulheres. Os encontros são organizados a partir de um Plano de Ação básico, com estrutura constituída por quatro etapas: em primeiro momento, serão identificadas as necessidades e os problemas; em seguida, o planejamento coletivo e a realização de ações possíveis; e, por fim, um momento de avaliação do processo e encaminhamentos práticos. Nesses encontros são realizadas rodas de conversas, com momentos expositivos e dialogados, dinâmicas de interação, assumindo uma relação horizontal e de troca com as participantes. Os temas específicos trabalhados são escolhidos a partir das demandas delas. Todavia, isso é feito sem perder de vista a temática focal desse plano de trabalho: o fortalecimento comunitário e transformação da comunidade que as participantes estão inseridas.

Enquanto resultados parciais destacamos que, com frequência, as participantes relatam a importância do projeto para elas, o quanto estavam fragilizadas quando começaram a participar dos encontros e como as discussões feitas no grupo as ajudaram a fortalecer sua autoestima, a estabelecer limites em suas relações, e a ter uma percepção mais valorativa de si mesmas. Foi possível notar também uma transformação em uma das participantes mais antigas do projeto enquanto liderança comunitária, ao protagonizar um importante papel de representação de mães e responsáveis das crianças da escola. Além disso, também notamos o fortalecimento dos laços de amizade pré-existentes ao grupo e a construção de novas redes comunitárias. Essas mulheres-mães se unem para momentos de lazer, para praticar exercícios físicos juntas, mas também na articulação para lutarem por melhorias nas escolas do bairro que atendem seus filhos. Como se diz, essas mulheres são como as águas, crescem quando se juntam.

Entretanto, os relatos das participantes também carregam muito cansaço e sobrecarga por precisarem assumir múltiplas responsabilidades ao mesmo tempo. Além de

serem, quase exclusivamente, as responsáveis por alimentar, cuidar e acompanhar as vidas de seus filhos na escola e em outros espaços, essas mulheres têm ainda que exercer o mesmo trabalho de cuidado com seus companheiros e outros parentes próximos. Observamos na literatura que tal situação não é exclusiva das participantes do grupo, mas diz respeito à situação da mulher na sociedade atual e ao quanto a maternidade e o amor são por vezes utilizados como dispositivos para a perpetuação da mulher nesse lugar de cuidado, direcionando todas as suas energias para a criação e a manutenção de uma família.

Por fim, consideramos que a reflexão aqui proposta contribui para o campo da Psicologia Social Crítica brasileira na medida em que trabalha na manutenção de um espaço que dá força às vozes de mulheres, que por vezes têm suas múltiplas responsabilidades invisibilizadas e suas necessidades colocadas em último plano. Como dito por Audre Lorde em Irmã Outsider: “Não sou livre enquanto qualquer outra mulher for prisioneira, ainda que as amarras dela sejam diferentes das minhas”. Assim, a luta contra as opressões é coletiva e a força que essas mulheres criam ressoa em toda a comunidade.

Portanto, ao abandonar a ideia de que o sofrimento é algo individual, que diz respeito apenas àquele sujeito que sofre, é preciso pensar também formas de enfrentamento aos causadores desse sofrimento que passam pelo coletivo. Por isso, esse trabalho contribui ainda para a formação de profissionais comprometidos ética e politicamente com a quebra do lugar hegemônico e hierárquico que vem sendo ocupado pela Psicologia em direção a outras práticas que valorizem a ação comunitária territorialmente situadas.

Referências:

Lorde, A. Irmã Outsider. Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2019.

Nós, das margens: desafios e re(e)xistências de mulheres líderes de movimentos sociais no Amazonas

Ruth Almeida Correia (UFAM), Consuelena Lopes Leitão (UFAM), Maise Caroline Zucco (UFBA)

Esta pesquisa investiga como mulheres líderes de movimentos sociais no Amazonas constroem e articulam sua representatividade política a partir de suas experiências e perspectivas de luta. O estudo parte do reconhecimento da histórica invisibilização das mulheres, especialmente negras, indígenas, ribeirinhas e LGBTQIA+, tanto na produção acadêmica quanto nos relatos sobre a Amazônia. A pesquisa problematiza as estruturas coloniais e patriarcais que silenciam essas vozes, destacando a necessidade de amplificar suas narrativas para desconstruir estereótipos e fortalecer suas resistências.

O trabalho se insere no contexto atual de ascensão de políticas neofascistas e da intensificação do neoliberalismo, que impactam diretamente as lutas sociais, especialmente as lideradas por mulheres. Nesse cenário, as estratégias de enfrentamento e cuidado coletivo desenvolvidas por essas líderes ganham relevância, pois demonstram como é possível construir redes de solidariedade e alianças mesmo em meio a adversidades estruturais. A pesquisa dialoga diretamente com o GT "Mulheres em movimentos e redes de luta: desafios na produção de alianças, cuidado coletivo e enfrentamento político no contexto neoliberal e de ascensão neofascista", ao explorar como essas mulheres enfrentam opressões interseccionais e criam espaços de resistência em um contexto marcado por desigualdades profundas.

O objetivo central foi compreender como essas líderes articulam sua representatividade política, considerando suas trajetórias pessoais e coletivas. Para isso, foram traçados três objetivos específicos: identificar os desafios na produção de conhecimento sobre mulheres amazônicas; investigar as motivações e percursos que as levaram aos movimentos sociais; e analisar suas práticas de resistência a partir de abordagens feministas decoloniais e interseccionais. A pesquisa buscou não apenas mapear essas experiências, mas também contribuir para a visibilização de suas lutas, muitas vezes apagadas pela historiografia tradicional.

A fundamentação teórica foi ancorada no feminismo decolonial e interseccional, com destaque para as contribuições de Gayatri Spivak, Glória Anzaldúa, Patricia Hill Collins e Lélia Gonzalez. Spivak, com sua crítica à representação colonial e ao silenciamento dos subalternos, ofereceu ferramentas para questionar quem tem o direito de narrar as histórias dessas mulheres. Anzaldúa, por sua vez, trouxe a noção de fronteiras identitárias e epistemologias marginais, essenciais para entender como essas líderes negociam suas múltiplas identidades em espaços dominados por lógicas hegemônicas. Collins e Gonzalez ampliaram essa discussão ao destacar como raça, classe e gênero se entrelaçam nas experiências de mulheres negras e indígenas, criando formas únicas de opressão e resistência.

Metodologicamente, a pesquisa combinou uma revisão de escopo da produção acadêmica sobre mulheres em movimentos sociais na Amazônia Legal (2019-2024) com a história oral temática de seis líderes atuantes no Amazonas. A revisão de escopo seguiu o modelo PRISMA-SeR e identificou uma lacuna significativa de estudos sobre o Amazonas, com a maioria das pesquisas concentradas no Pará e em Roraima. A história oral, por sua vez, permitiu capturar as narrativas dessas mulheres, valorizando suas experiências subjetivas e coletivas. As entrevistas foram conduzidas em ambientes seguros e acolhedores, com roteiros semiestruturados que

abordaram temas como trajetórias de vida, desafios na liderança e estratégias de resistência.

Os resultados revelaram três eixos centrais: invisibilização e resistência, interseccionalidade e cuidado coletivo. As líderes destacaram como suas pautas são marginalizadas em espaços políticos tradicionalmente masculinos e brancos. Uma participante, Iara, mulher trans e negra, relatou: "Eu cheguei meio que de empurrada no movimento. Quando você tem alguns marcadores, não há como escolher". Essa fala ilustra como identidades marginalizadas muitas vezes levam à militância não por escolha, mas por necessidade de sobrevivência. A interseccionalidade apareceu como um elemento chave, moldando estratégias de luta específicas. Mulheres trans, por exemplo, criaram coletivos autônomos para enfrentar a falta de representação no movimento LGBT tradicional, enquanto indígenas e ribeirinhas articularam pautas que uniam defesa territorial e direitos das mulheres.

O cuidado coletivo emergiu como uma prática central, especialmente durante a pandemia, quando redes de apoio emocional e material se tornaram vitais. Jaci, empreendedora LGBTQIA+, destacou como o movimento social a ajudou a enfrentar o preconceito no mercado de trabalho: "Estou lutando pelo direito de existir, não só por um negócio". Essas redes não apenas supriram falhas do Estado, mas também reforçaram a ideia de que a resistência é um ato coletivo.

As participantes também destacaram que suas trajetórias estão profundamente ligadas à defesa de territórios físicos e simbólicos. Mulheres indígenas e ribeirinhas, por exemplo, articulam a luta por terra com a preservação de saberes tradicionais, assa conexão entre corpo, memória e território ressoa com o conceito de "corpo-território", que compreende o corpo feminino como primeiro espaço de dominação colonial, mas também de resistência.

Em conclusão, a pesquisa demonstrou que a liderança feminina na Amazônia constrói representatividade através de alianças transversais, reinvenção de espaços políticos e narrativas corporificadas. A pesquisa demonstra que as lideranças femininas no Amazonas não apenas ocupam espaços políticos, mas reinventam suas lógicas. Seus corpos racializados e dissidentes, longe de serem apenas alvos de opressão, tornam-se territórios de reexistência (Rufino, 2019). Três contribuições centrais emergiram: A crítica à colonialidade do gênero: As participantes desnaturalizam a noção de que "gênero" é um conceito universal, mostrando como ele foi imposto para subalternizar mulheres não brancas (Lugones, 2014); A epistemologia da prática: Seus saberes não provêm apenas da academia, mas da vivência nas comunidades, desafiando hierarquias de conhecimento; A urgência de alianças transversais: A pesquisa revelou que suas lutas ganham força quando conectam movimentos urbanos, rurais, indígenas e LGBTQIA+.

Os desafios persistem, como a criminalização de ativistas e a cooptação neoliberal de pautas, mas as estratégias dessas mulheres apontam para um feminismo enraizado na Amazônia, que combate colonialismo, patriarcado e neoliberalismo. O estudo reforça a urgência de alianças intersetoriais e a valorização de epistemologias marginais para enfrentar contextos de ascensão neofascista, destacando o papel vital das mulheres na construção de futuros mais justos e igualitários.

Organização e resistência feminina: a construção do feminismo socialista do movimento de mulheres Olga Benario no Amazonas

Mitca Harada Teixeira de Oliveira, Daniele Costa de Magalhães (UFAM), Maria Clara Weil da Silva (UFAM), Maria Isabella Muniz Campelo (UFAM)

Introdução: Diante da realidade de opressão e de violência a que estão submetidas, intensificadas pelas desigualdades estruturais do sistema capitalista e pelas múltiplas injustiças que ele engendra, o Movimento de Mulheres Olga Benário emerge como uma expressão política das lutas das mulheres brasileiras. Sua fundação ocorreu no contexto da preparação da delegação brasileira para a 1ª Conferência Mundial de Mulheres de Base, realizada em março de 2011, na cidade de Caracas, Venezuela. Desde então, o movimento vem se consolidando como ferramenta de mobilização e organização popular voltado à conquista da autonomia feminina, com ênfase àquelas inseridas em contextos de maior vulnerabilidade social, como trabalhadoras, mães solo, mulheres negras, indígenas, LBTs e pessoas com deficiência. A partir da luta popular, o Movimento de Mulheres Olga Benario afirma-se como um coletivo comprometido com a transformação radical das relações sociais atravessadas pelas intersecções das opressões, e com a construção de uma sociedade que supere as desigualdades históricas que interligam e atravessam as experiências das mulheres.

Objetivo: O Movimento de Mulheres Olga Benario tem como objetivo a organização de mulheres trabalhadoras a fim de estruturar lutas por direitos renegados na estrutura patriarcal do capitalismo. Sua construção ocorre de forma coletiva, democrática e enraizada nos territórios onde atua, desenvolvendo uma prática política comprometida com a participação ativa de mulheres na luta por seus direitos e construção de uma sociedade livre das opressões promovidas pelo atual sistema heteropatriarcal e capitalista. Sua coordenação é composta por mulheres organizadas em instâncias nacionais e estaduais que articulam e auxiliam no desenvolvimento das ações, através de encaminhamentos e diálogos constantes junto aos núcleos de base. Esses núcleos são organizados por bairros, escolas, universidades ou nas Ocupações de Mulheres, prédios abandonados que se tornam casas de referência e constituem espaços de formação política, acolhimento e mobilização, onde se debatem as diretrizes do movimento e as tarefas práticas, ao passo em que também denuncia o descaso político contra a vida das mulheres e a especulação imobiliária presente no ambiente da cidade.

Orientação teórica: Ancorado em uma perspectiva fundamentada no feminismo socialista de base marxista, o movimento articula a teoria e prática revolucionária, defendendo a superação das múltiplas formas de opressão que estruturam a sociedade.. A partir das vivências concretas de cada realidade, traçam-se planos de ação que respondem às demandas locais e reforçam as lutas já existentes, como as protagonizadas por mães das periferias e favelas, que sofrem com a repressão do Estado. Como um dos fundamentos da sua prática militante, o movimento afirma sua independência política por meio da auto sustentação financeira e material, sendo os próprios núcleos de base responsáveis pela realização de atividades que garantam sua manutenção. Nesse sentido, também destaca-se a atuação das brigadas populares, formadas por militantes que constroem o movimento, responsáveis por ações nas ruas, como panfletagens e a venda de jornais produzidos coletivamente. Esse jornal, intitulado Jornal A Verdade, construído em conjunto com outros movimentos, possui uma seção específica da luta das mulheres e cumpre papel estratégico na formação política e na interação junto à

população, promovendo diálogo direto sobre seus contextos, as contradições do sistema e as alternativas forjadas a partir das lutas populares.

Estratégias metodológicas: Foi realizado, no dia 11 de janeiro de 2025, a primeira reunião do núcleo do Movimento de Mulheres Olga Benario no estado do Amazonas. Essa reunião foi resultado de uma das propostas levantadas na Plenária Geral de Apresentação do Movimento, ocorrida em dezembro de 2024, na Universidade Federal do Amazonas (UFAM). A reunião contou com 14 mulheres, entre elas secundaristas, universitárias e trabalhadoras, e teve como eixo de discussão a leitura do texto "Fascismo", de Clara Zetkin, que possibilitou refletir sobre os impactos do aumento de retóricas políticas reacionárias na vida das mulheres. Os encontros seguintes do núcleo também foram realizados na UFAM, ocorrendo aos sábados pela manhã com a duração aproximada de 3h, fortalecendo esse espaço como um ponto de formação. Além dos núcleos, são realizadas brigadas de jornal ao redor da cidade de Manaus com o objetivo de disseminar informações sobre nossas lutas. Ao longo dos núcleos, foram realizadas leituras de destacadas autoras Fs-marxistas, possibilitando a percepção do caráter intrinsecamente violento do fascismo, expressão sintomática da decadência da economia capitalista que funciona como instrumento na tentativa de reestruturação do estado burguês, apesar de suas evidentes contradições. Nesse cenário, os discursos fascistas não surgem de forma isolada, mas estão profundamente articulados com interesses de classe.

Resultado: As reflexões geradas pelas leituras teóricas, durante os encontros dos núcleos instigam o debate sobre como os ataques aos direitos das mulheres em regimes autoritários e nazifascistas ocorrem de forma prioritária. Dinâmicas de manipulação da população são utilizadas por líderes fascistas, buscando esconder de seus seguidores o antagonismo inerente da luta de classes, elemento revolucionário e, portanto, considerado perigoso para a burguesia. Esta, por sua vez, deseja (re)estabelecer uma economia que, apesar de decadente, continue a favorecer a elite economica de forma significativa, em detrimento de milhões de trabalhadoras e trabalhadores que são submetidos a condições de vida e trabalho cada vez mais precárias e indignas. Ao traçar um paralelo com o contexto histórico brasileiro observamos um movimento semelhante com o avanço de pautas conservadoras e autoritárias. Um exemplo é a PEC 164/2012, que visa alterar a Constituição para considerar a vida desde o momento da concepção, ameaçando direitos reprodutivos já conquistados, como o aborto legal em casos de estupro e o acesso à pilula do dia seguinte. Essa proposta representa não apenas um retrocesso, mas também uma manifestação do fascismo contemporâneo, que se aproveita da desinformação e de preconceitos enraizados culturalmente para alimentar o ódio contra minorias, desviando o foco do debate da constante luta de classes. A partir das vivências do Movimento sobre os enfrentamentos particulares das mulheres da região, foi possível verificar uma grande série de dados e índices reveladores de uma realidade alarmante. Segundo o Atlas da Violência, houve aumento nas taxas de homicídio de mulheres, em que o Amazonas ocupa o segundo lugar no ranking nacional, ao lado da Bahia e de Rondônia, com 5,9 homicídios para 100 mil habitantes. E esse cenário é agravado nos dados referentes ao homicídio de mulheres negras, o estado ficou acima da média nacional e está entre as mais altas do país. Essa realidade evidencia como a violência contra as mulheres no Brasil reflete bases históricas profundamente enraizadas, sustentadas por uma antiga cultura patriarcal e racista reformulada aos pilares da organização neoliberal. A partir dessa lógica, constroi-se uma sociedade que naturaliza as desigualdades, explora os corpos racializados e instiga a violência contra as mulheres, especialmente mulheres negras e pobres. A estruturação da luta das mulheres e, portanto, da luta do Movimento Olga Benario no estado do Amazonas é ampla, pois perpassa por aspectos que tangem a realidade das mulheres de forma específica na

região. A luta por memória, verdade e justiça, por exemplo, é inseparável do genocídicio das populações indígenas durante a ditadura militar, entre elas milhares de mulheres. Apenas no Amazonas e regiões de fronteira com outros estados, são constatadas mortes de 2560 Waimiri-Atroari e 354 Yanomami, conforme detalhado pela Comissão Nacional da Verdade, que relata também a possibilidade de o número real ser maior. A luta contra a carestia, reivindicação histórica das mulheres, por sua vez, vai de encontro com os dados apresentados pelo IBGE, em 2023, classificando o Amazonas como segundo estado com maior número de lares em situação grave de insegurança alimentar, ficando atrás do Pará, apenas. A luta contra o assédio moral e sexual em diferentes ambientes também é realidade local e deu base para criação de mais um núcleo do Movimento no estado, desta vez, na Escola Normal Superior - UEA, em que cerca de uma dezena de mulheres relataram, através de um formulário disponibilizado pelos centros acadêmicos, casos de assédio e importunação sexual por colegas, professores e pessoas que circulavam nos arredores da instituição.

Conclusão: Diante desse contexto, a organização de um coletivo de mulheres em luta por mudanças sociais radicais subverte o caráter continuamente imposto de submissão e subjugação da mulher a colocando como agente ativo de mudança. Ao promover espaços de experiências, aprendizados e fortalecimento da vivência feminina, no estímulo da consciência de classe, o movimento impulsiona a luta por direitos, contribuindo para uma mudança de perspectiva: a construção de uma nova forma de sociedade que se opõe ao modelo vigente, denunciando suas contradições e promovendo a coletividade como instrumento de resistência. A estruturação do Movimento de Mulheres Olga Benario dialoga com eixos temáticos que tratam da organização das mulheres em redes de resistência, da intersecção entre feminismo, raça e crítica social, e da articulação entre Psicologia e Marxismo como instrumentos de enfrentamento às mazelas sociais provocadas pelo atual sistema econômico. Parte-se da compreensão de que a emancipação feminina não pode ser desvinculada da luta da classe trabalhadora, em que ambas estão entrelaçadas na estrutura das opressões mantidas pelo sistema capitalista que é, por natureza, racista e patriarcal. Assim, a construção de alianças e a auto-organização de mulheres em movimentos sociais se apresenta como estratégia potente e eficaz de transformação coletiva.

Percursos político-clínicos com mulheres sobreviventes do cárcere: os emaranhados de uma escuta

Michelle Santos da Silva

O presente trabalho deriva do conjunto de experiências vivenciadas em uma graduação em psicologia que desembocou na construção de uma dissertação de mestrado. Em uma tentativa de encontrarmos algo que sirva de início para essa história, sigamos com o que deu o pontapé inicial para que essas experiências existissem.

No final de 2021, chega até a Universidade Federal de Sergipe, única universidade pública do estado, mais especificamente para o curso de psicologia, um pedido de escuta do Coletivo Mulheres Arteiras. Formado por mulheres, em sua grande maioria negras, pobres, periféricas, e também, sendo essa a razão que as aglutina, egressas do cárcere. É importante pontuar que daqui em diante o termo a ser utilizado será sobreviventes do cárcere, não por algum tipo de preciosismo linguístico, e sim pela marcação política de reconhecer as prisões enquanto uma máquina mortífera. Menos um espaço físico do qual se consegue sair, e mais uma instituição à qual se sobrevive.

Aceitar esse pedido delas seria também aceitar o desafio de construir com um grupo de estagiários e estagiárias que tipo de escuta seria possível ofertar a essas mulheres. De que maneira poderíamos fabular uma clínica que estivesse menos alinhada aos amoladores de faca nomeados por Luís Antônio Batista (1999) e mais implicada com a ampliação da vida dessas mulheres. A partir das experiências do Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro (Mourão, 2009), da composição clínica que compreendia o sofrimento produzido pelo do Estado, tanto em suas torturas presentes no regime empresarial-militar quanto nas torturas presentes no regime democrático, sem isentar o papel que a própria psicologia exerceu e exerce, fomos compondo o que poderia ser essa clínica que não individualiza questões histórico-sociais.

O desafio foi aceito e a partir daí foi se delineando uma experiência da insistência, tanto delas quanto nossa. Apesar de haver entre elas a necessidade pungente de serem escutadas, apesar de terem encontrado pessoas dispostas a ofertar essa escuta, não havia os meios do encontro acontecer. Das poucas mulheres que conseguimos escutar, encontrávamos um cenário de empobrecimento avassalador, no qual a angústia do dia era não haver comida suficiente para dar aos filhos. Nesse cenário, nenhuma delas tinha dinheiro para se deslocar até o serviço de psicologia da universidade, não havia também com quem ficassem seus filhos, não havia conexão com a internet para sessões remotas... Ainda assim, insistimos.

Quando era possível realizar os atendimentos remotamente, assim o fazíamos. Procuramos serviços da assistência social de Aracaju com o intuito de buscar alguma forma de viabilizar passagens para o Coletivo. Topamos compor um dos atendimentos em uma praça pública... Nas brechas que surgiam no campo destroçado, tentávamos fazer brotar a escuta.

É nessa insistência que elas se constroem. Insistindo em não sucumbir, apesar da conjuntura meticulosamente formada para que isso aconteça. Quando elas escolhem olhar para si, inicialmente em uma tentativa de pautar o Estado para que conseguissem ser vistas enquanto sujeitos capazes de trabalhar, coisa que a ficha criminal impossibilitava, outros sentidos vão sendo germinados.

Apesar de todas terem sido encarceradas em um mesmo presídio, o único feminino do estado de Sergipe, e reconhecendo como um dos dispositivos dessa instituição a sua face geradora de ódio entre aquelas que a habitam, não é pouco que na condição de sobreviventes do cárcere,

decidam coletivizar uma luta. Em alguns casos, tendo como companheira uma mulher com quem teve conflitos em seus tempos de encarceramento, e hoje escolhendo estar ao lado dela em uma outra relação.

No entanto, é necessário também que haja um esforço para que esse movimento não seja romantizado. A escolha em insistir nessa experiência em um mestrado surge daí. Há desafios em estar em um coletivo de mulheres enquanto um campo de intervenção e problematizações das questões que as atravessam e que refletem em como os modos de subjetivação têm sido modulados.

Para além da romantização, entra em jogo entender o próprio processo de coletivização delas, enquanto uma pista por um bem viver, mas também de como se mantém apesar e com seus conflitos, que compõem essa grupalidade específica de uma maneira também específica. Retomar o cuidado de construir essa pesquisa com elas, de olho para que suas histórias não se individualizem. Tal como o esforço clínico de ampliar a escuta para além de uma individualização das suas questões, produzir isso na pesquisa.

A cartografia entendida enquanto método e com um rigor pensado no acompanhamento de processos (Barros e Kastrup, 2016) surge como um alento para esse modo de pesquisar. Alinhada à análise institucional em movimentos como o da restituição, compreendido aqui como essencial quando se faz uma pesquisa-intervenção junto a um coletivo, tornam o processo de estar com elas menos academicista, capaz de produzir sentidos próprios, junto com elas.

Essa é uma escrita mesmo feita contabilizando a quantidade de apesares. Fazendo o olho voltar na página e conferir se não já não apareceu vezes demais. Em nome de um bom texto, sim, mas entendendo que é a palavra que surge quando se fala delas. Apesar de um Estado genocida com estes corpos especificamente, apesar dos efeitos disso, apesar, apesar... No entanto, não há apenas apesares a serem vistos. Há vida brotando ali, no concreto morto. Rasgando o cimento. Insistindo em viver tempos de morte.

Estar com essas mulheres hoje, desde uma postura ético-estético-política que se alinha ao abolicionismo penal, ao feminismo, à luta por uma vida com o mínimo de dignidade, diz de uma tentativa de construir espaços nos quais seja possível respirar. Seguindo a pista dada por elas, produzir coletivos que nos acolham em nossas dores, mas também em nossas revoltas, nossas lutas.

Por raízes e estradas: tessituras entre produção de subjetividade, resistências e amizades políticas entre mulheres da roça

Noemia de Vidal Corrente (UFES), Marcia Roxana Cruces Cuevas (UFES)

A comunicação oral proposta trará reflexões acerca de uma pesquisa de mestrado em andamento, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES. O objetivo central é conhecer as práticas relacionais entre mulheres que vivem o percurso de permanência e/ou saída da roça, para compreender formas de resistência às opressões patriarcais e capitalistas na invenção de outros modos de existir, criar e produzir.

Partindo da concepção da roça como um território heterogêneo e múltiplo, à luz da perspectiva rizomática proposta por Deleuze e Guattari (1995), a pesquisa se dá em uma direção cartográfica (Passos e Benevides de Barros, 2009), na qual a análise de implicação sustenta a produção de dados, sendo constituída a partir de um lugar de vivências da primeira autora enquanto mulher rural do interior do Espírito Santo. A problematização de um (re)encontro com suas raízes vem permitindo se reconhecer como mulher da roça e entender os sentidos que expressam esses atravessamentos na sua subjetividade. O encontro com essa escrita e com o mestrado tem sido uma agitação do que parecia imóvel, do que parecia constituir um "ser" mulher da roça, e tem traçado tendências para pensar um estado constante de constituição de um corpo. Tem mostrado a heterogeneidade do existir em territórios rurais, abalando movimentos de busca por estabilidade, segmentaridade e uniformidade.

Nesse viés, para dar conta da complexidade da realidade rural no Brasil, vem sendo adotada a noção de uma ruralidade – conceito que busca abarcar múltiplas maneiras de viver, relacionar, produzir e consumir (Brandão, 2024). Neste trabalho, discutir o rural a partir de uma ruralidade é afirmar suas dimensões identitárias, coletivas e políticas, posto que ele não é somente lócus da produção agrícola, mas também de bens culturais e sociais que reverberam nos processos subjetivos e de socialização.

O problema de pesquisa se situa na discussão de gênero, abordada a partir de referenciais como Judith Butler – que permite pensar a constituição do gênero por atos performativos – e Silvia Federici, que faz uma intersecção entre exploração patriarcal e capitalismo. No meio rural, tais relações se refletem em estruturas como a divisão sexual do trabalho, a invisibilidade e a precarização das condições de saúde e escolarização. Logo, é preciso contextualizar os debates feministas em interseccionalidade com os espaços rurais, em problemáticas que refletem não somente em suas vidas privadas, mas também no âmbito público e na sua produção de vida social e material. Além da dominação patriarcal e capitalista, com base na teoria de Carneiro (2023), acrescenta-se o dispositivo da raça como norteador das relações de poder no rural, uma vez que o racismo estrutural opera como uma tecnologia de poder, como um mecanismo epistêmico que produz desigualdades e desumaniza corpos negros.

Todavia, a pesquisa não se demora nas opressões e nas violências. O enfoque é pensar o que essas mulheres fazem, apesar do que está estruturado historicamente na constituição de seus corpos. Estabelecendo uma discussão sobre sujeito e produção de subjetividade com autores da psicologia institucional, como Michel Foucault, Gilles Deleuze, Félix Guattari e Suely Rolnik, procuramos entender como mulheres rurais produzem agenciamentos de fuga, ou seja, como escapam dos poderes homogeneizantes e normatizadores reinventam modos de existir.

Em estudos sobre gênero e territórios rurais, Paulilo (2016) pressupõe que, na medida em que realizam movimentos coletivos, feministas ou não, as mulheres da roça tendem a questionar suas posições de subordinação e a colocar em análise seus interesses e anseios. Portanto, problematizamos: é possível verificar nas histórias de mulheres envolvidas nessa rede gestos e práticas de cuidado que possibilitam ampliar a rede de relações e ocupação de espaços, e que, ao mesmo tempo, deem passagem para a multiplicidades de desejos e relações?

Considerando a possibilidade de uma experimentação política da amizade, inscrita nos cotidianos em práticas de si baseadas no cuidado mútuo, Rago (2019) analisa as invenções ético-estéticas das mulheres no sentido de criar contracondutas às normativas de gênero. Questionamos ainda: pode a política da amizade estar inscrita como um ethos de cuidado de mulheres rurais, como forma de organização coletiva de luta e afirmação política? Para essa discussão, vêm sendo utilizados referenciais como Michel Foucault e Francisco Ortega, que leem a amizade política como uma relação agonística. Trata-se de uma prática de incitação recíproca, marcada pelo embate, disputa e enfrentamento, mas que acolhe as diferenças e permite que todos os envolvidos se beneficiem.

Até o primeiro semestre de 2025, a pesquisa, em fase preparatória para a qualificação, tem se dado na discussão de referenciais teóricos e no levantamento de questões para análise, no sentido de uma formação inventiva e da necessidade de manter vivo um campo problemático. Frente ao exposto, o percurso metodológico tem sido estabelecido a partir do uso das escritas de si. Para Foucault (2004), essas escritas são práticas de si, pois visam ao cuidado de si e do outro, numa produção contínua de subjetividade. Nesse sentido, a primeira autora vem produzindo diários de bordo que relatam seu processo de pesquisa-intervenção com os encontros com a academia e a ruralidade.. Esse dispositivo possibilita, numa política de narratividade, a descrição dos eventos e expressões produzidos no contato com os outros e consigo mesma (Ferrari e Castro, 2019).

Em seguida, após a qualificação, apostamos na correspondência via cartas como ferramenta de conexão com outras mulheres da roça, no sentido de conhecer histórias e compor reflexões sobre a produção de um corpo-mulher problematizado no percurso do mestrado. Trabalhos como o de Siqueira, Andrade e Tavares (2023) mostram a potência das cartas como instrumento que convoca às afetações, a um deslocamento do corpo num movimento de experimentação. As autoras provocam que cartas femininas "[...] são e não são pessoais" (Siqueira, Andrade e Tavares, 2023, p. 27), no sentido de sempre carregarem memória viva, marcas e vivências coletivas, e os gritos de outras mulheres que ecoam pela fala da que escreve.

A utilização desse recurso afirma uma construção coletiva dessa pesquisa, por querer compor com outras mulheres uma trama de vivências com e na ruralidade. Convocaremos mulheres de territórios rurais do Espírito Santo a produzirem escritas que dizem de sua constituição subjetiva e política na relação com a roça, bem como das relações estabelecidas em rede femininas nesses espaços. Com tais pretendemos construir pistas para reflexões sobre modos de subjetivação, lutas e resistências desses corpos marcados por históricas opressões.

Ao afirmar essas relações como potências coletivas que atravessam a subjetivação nos territórios da roça, o trabalho se alinha à proposta do GT 26, pois compreendemos amizades políticas entre mulheres rurais como instrumento de enfrentamento e fortalecimento de alianças frente às investidas neoliberais e neofascistas. Estudos como os de Vicentin, Silveira e Pereira (2021) corroboram tal afirmação ao proporem pensar a amizade como prática de resistência ao biopoder neoliberal. Portanto, afirmamos pensar a relação da amizade política como resistência a uma governamentalidade que

comercializa prazeres, fragmenta as existências e aniquila diferenças. Em tempos de crises e da disseminação de palavras mágicas (Cusicanqui, 2018) que fomentam práticas totalizantes e enfeitiçam o fazer coletivo, urge a necessidade de agenciamentos que escapem das estruturas de poder. Logo, contribuiremos junto ao GT problematizando expressões micropolíticas que afirmam as vidas dessas mulheres e produzem formas de resistência e cuidado coletivo nos territórios da(s) roça(s).

REFERÊNCIAS:

BRANDÃO, F. J. de C. Rizoma do fazer saúde na roça: movimentos e processos de cuidado nas experiências cotidianas de vida em territórios rurais. 2024. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2024, 164 f.

CARNEIRO, S. Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. São Paulo: Zahar, 2023.

CUSICANQUI, S. R. Un mundo ch'ixi es posible: ensayos desde un presente en crisis. Buenos Aires: Tinta Limón, 2018.

DELEUZE, G; GUATTARI, F. Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia (Vol. 1). Rio de Janeiro, RJ: 1995.

FERRARI, A. CASTRO, R. P. de. Escritas de si em diários de bordo: experiências de estudantes de pedagogia com uma disciplina que problematiza relações de gênero e sexualidades. In: DIAS, R. O; RODRIGUES, H. B. C. (Orgs). Escritas de si. Rio de Janeiro: Lamparina, 2019. p. 72-85.

FOUCAULT, M. Hermenêutica do Sujeito. 6.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

PASSOS, E.; BENEVIDES DE BARROS, R. A cartografia como método de pesquisa- intervenção. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Org.). Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009, p. 17-31.

PAULILO, M. I. S. Que feminismo é esse que nasce na horta?. Política & Sociedade, v. 15, p. 296–316-296–316, 2016. Disponível em https://doi.org/10.5007/2175-7984.2016v15nesp1p296. Acesso em 15 mai. 2025.

RAGO, L.M. Estar na hora do mundo: subjetividade e política em Foucault e nos feminismos. Interface-Comunicação, Saúde, Educação, v. 23, p. e180515, 2019.

SIQUEIRA, L. A. S; ANDRADE, M. A. C; TAVARES, G.M. (Orgs). Cartas femininas: por uma escrita afetiva. Vitória: EDUFES, 2023.

VICENTIN, M; SILVEIRA, C. R da; PEREIRA, D. S. da. La práctica de la amistad como insurrección a la biopolítica neoliberal. Tunja, Boyacá-Colombia, 2021, p. 121. Disponível em https://scholar.google.com.br. Acesso em: 15 mai. 2025

Produção de subjetividade por práticas judiciárias na execução medidas alternativas aplicadas a mulheres

Yasmim Nascimento de Oliveira (UFRN)

A superlotação carcerária e a constatação dos efeitos criminógenos das prisões são argumentos que respaldam alternativas penais. Vinculando-se às Regras de Tóquio, o que existe é um movimento de manutenção da convivência comunitária na execução penal por dentro da Justiça Criminal. Aí, ganham destaque as ações orientadas à "humanização" das penas para os crimes de baixo-médio potencial ofensivo. Tais ações são as Medidas e Penas Alternativas.

O presente trabalho é um recorte de um trabalho de conclusão de curso de Psicologia que emergiu de um estágio em Psicologia Jurídica na Vara de Execução de Medidas e Penas Alternativas de Aracaju-Sergipe, em 2021. O objetivo da pesquisa foi acompanhar que modos de subjetivação estão sendo produzidos pelas práticas judiciárias no contexto da aplicação de medidas alternativas direcionadas às mulheres no estado de Sergipe.

Apoiando-se na metodologia de análise temática das narrativas, a pesquisa se ancorou nos relatos produzidos por 16 cumpridoras de Medidas Alternativas no estado de Sergipe, através da utilização do recurso de entrevistas semiestruturadas. Das participantes, 70% eram mulheres negras.

As medidas alternativas, apresentadas pelas leis 9.714/98 e 9.099/95, são penalizações direcionadas às pessoas que cometeram delitos equivalentes a até um ano de prisão. Num discurso de "ressocialização", "humanização da punição" e de redução da superlotação carcerária, a lei determina que a pessoa para cumpra a punição fora da prisão, dentro da comunidade (FLORES, 2013).

Para orientar a discussão que aqui toma forma, dispomos como base teórica as contribuições de Michel Foucault. Foucault (2019), em seus estudos, aponta que desde 1820 já se sabia que as prisões não "melhoram" ninguém, que servem para fabricar delinquência. As condições de sobrevivência de detentos, em prisões do mundo inteiro, são muito ruins. Isso mostra a completa ineficiência para um suposto fim de reeducação e ressocialização do dito criminoso. Em vez disso, o número de reincidência criminal é bem alto (FLORES, 2013).

É especialmente por conta desses problemas que se tem apoiado a adoção das medidas e penas alternativas (MPAs). Com as MPAs, então, o sujeito não é aprisionado; tem-se uma proposta socioeducativa da punição e o custo é baixíssimo, além de gerar mão-de-obra gratuita. Porém, as medidas e penas alternativas não significam a obsolescência das prisões, mas sim a extensão delas (FLORES, 2013). Pune-se as pessoas fora dos muros da prisão, barateando os custos da punição e, ainda, reproduz uma temporalidade empreendedorística dentro da maquinaria do Judiciário. Isso está alinhado a uma lógica neoliberal.

A aproximação entre os mecanismos disciplinares presentes nas prisões e no cumprimento de MPAs é nítida. Registro de frequência mensal no sistema de monitoramento da instituição Judiciária; identificação, localização e fiscalização do cumprimento da pessoa a partir um número de processo. Há vigilância e registro permanentemente. Como colocado pelas mulheres, o cumprimento é como se fosse uma prisão. As estratégias prisionais, aqui, são outras. Mas as técnicas disciplinares (FOUCAULT, 1987) continuam.

Há o discurso, entretanto, de que as MPAs aparecem como a negação do conceito de prisão enquanto método punitivo e surgem como uma nova prática punitiva

avançada, progressista, humanizada. A lógica aqui é: o percurso óbvio seria que a pessoa fosse direto para a prisão, porém, o juiz faz um acordo com ela, possibilitando-a não ser encarcerada. É a salvação pastoral (FOUCAULT, 2008). Assim, a aplicação das MPAs é visualizada como uma chance, um perdão, uma misericórdia, mesmo que a pessoa seja obrigada a cumprir a punição imposta de maneira obediente, disciplinada e dócil. Fazem as pessoas pensarem "antes aqui do que na prisão". A finalidade do poder pastoral é produzir esta obediência integral. Essa lógica acaba por engendrar assujeitamento – um sujeitar-se subordinado (KARSENTI, 2020) - tanto pela permanente ameaça que acompanha a pessoa durante todo o período de prova quanto pelo endividamento moral (FLORES, 2013).

Como já mencionado, aqui trabalhamos com narrativas das próprias mulheres em cumprimento, numa tentativa de borrar o que foi dado como verdade nos autos dos processos judiciais e traçar o que foge do discurso "verdadeiro" do direito. Segundo Foucault (2013, p.21), "As práticas judiciárias [...] me parecem uma das formas pelas quais nossa sociedade definiu tipos de subjetividade, formas de saber e, por conseguinte, relações entre o homem e a verdade que merecem ser estudadas". A citação ajuda-nos a compreender essa disputa discursiva entre mulheres e Judiciário. Ocorre que a verdade é inexistente fora do poder. Ela é resultante de uma série de coerções. O regime de verdade e a máquina jurídica estão emaranhados, tendo em vista que as práticas judiciárias são produtoras de um discurso "verdadeiro". As narrativas das mulheres escancaram isso. A despeito de como se deu a situação supostamente delituosa, a palavra da Justiça aparece como a verdadeira e a última, nada havendo o que ser contestado. O que elas dizem e o que dizem seus processos não se conciliam, não convergem. Sendo que o discurso configura poder (FOUCAULT, 2004), sabe-se que as autoridades jurídicas, policiais e científicas detêm a verdade. Numa disputa pelo discurso, as mulheres capturadas pela jurisdição perdem. Assim, impõe-se um silenciamento a essas mulheres.

Silenciamento e violência, nesse estudo, condensam-se de forma bem articulada, já que um implica o outro. As práticas de silenciamento configuram-se como práticas de violência institucional e estas, por sua vez, não cessam de constranger, silenciar e produzir certos modos de dizer, pensar e sentir. Nas narrativas, encontram-se situações nas quais as mulheres tiveram suas versões da história do delito ignoradas, deslegitimadas e até modificadas em razão do discurso de uma autoridade jurídica ou policial, num processo, inclusive, de destituição do protagonismo da própria conduta "delituosa". Depara-se, também, com situações de ameaça, por parte das autoridades, que as silenciou. Além disso, conta-se sobre cenas de violência verbal e física para com essas mulheres, situações nas quais o silenciamento delas foi o que lhes restou enquanto estratégia de defesa. E, por fim, traz-se momentos nos quais elas simplesmente não foram ouvidas, não se produziu espaço para escutá-las, não se deu passagem para as vozes dessas mulheres de modo que pudesse creditá-las e livrá-las da captura penal.

Além disso, a captura pelo sistema de justiça criminal atingiu vários outros aspectos da vida das mulheres. Provocou adversidades significativas no tocante à empregabilidade, quando contam sobre a dificuldade em conciliar o trabalho e o cumprimento da penalização, em conseguir emprego formal ou mantê-lo, além da ameaça constante de perdê-lo; perda de vínculos socioafetivos, que outrora lhes serviriam de rede de apoio, mas que se romperam em decorrência de um julgamento social e exclusão operados na cadência desse funcionamento institucional que marginaliza aqueles a quem oprime. E, ainda, há uma produção de adoecimentos psíquicos, ao manifestarem sintomas de ansiedade, depressão, trauma e ideação e tentativa de suicídio.

Assim, as mulheres têm suas vozes silenciadas em razão da "verdade" da lei e da máquina jurídica, sendo

despossuídas de uma linguagem e de uma protagonização da própria conduta, aparecendo também, para o Judiciário, como desviadas da imagem ideal de mulher imputada pela sociedade. Parece que, para além de uma conduta tipificada como criminosa, o sistema de justiça e a sociedade as colocam enquanto desmoralizadas, anormais, desviadas, loucas. Foucault, em Os anormais (2001), ao falar de uma junção crime-loucura, que na verdade corresponde a um poder de normalização, aponta que isso se dá pela retomada de elementos morais. E trata-se de um discurso produzido em volta da perversidade e do perigo social, isto é, em volta da moral e do medo. Lembremos, ainda, que em nosso estudo tudo isso passa por um atravessamento de raça.

Por fim, concluímos destacando que a operacionalização e a instituição se mantêm, com os mesmos efeitos e objetivos da prisão. No máximo, modifica-se a estratégia prisional, cujo desdobramento incessante alcança todas as esferas da vida. O que se vê são corpos dóceis, modos de subjetivação constrangidos, temerosos, assujeitados, impositivamente paralisados.

Diante do que foi colocado, temos os seguintes desafios: Tendo em vista esse modo de punir fora dos muros da prisão, alinhado a uma lógica neoliberal, como se produz alianças entre mulheres, cuidado coletivo e enfrentamento político nesse cenário, ao estarem enredadas numa teia institucional bastante individualizante?

Resistência e (re)existência de mulheres migrantes e refugiadas no cenário do capitalismo contemporâneo

Luara Ferreira de Souza Quadros (UCDB), Luara Ferreira de Souza Quadros (UCDB), Luciane Pinho de Almeida (UCDB)

Introdução – Esse trabalho é resultado do Projeto de Pesquisa em andamento " Entre flores, espelhos e faces desiguais a dialética da força feminina nos deslocamentos humanos", financiado pela FUNDECT/ Mato Grosso do Sul. Na contemporaneidade, os deslocamentos migratórios humanos estão intimamente ligados à crise estrutural do capitalismo global, que se manifesta por meio de intensas desigualdades sociais, econômicas e territoriais, especialmente nos países historicamente explorados e periféricos, como o Brasil. Esse cenário tem produzido uma crescente desproteção social, marcada pelo desmonte de políticas públicas, pela retirada de direitos e pela consolidação de projetos privatistas que aprofundam a precarização da vida e o sofrimento ético-político das populações mais vulnerabilizadas. Segundo dados da Organização Internacional para as Migrações (OIM, 2024), as mulheres representam hoje cerca de 135 milhões de pessoas em deslocamento global, número que tende a aumentar, sobretudo porque muitas migram acompanhadas de seus filhos. O relatório também destaca que há, atualmente, cerca de 28 milhões de crianças migrantes no mundo. As mulheres migrantes e refugiadas (sobretudo negras, pardas, indígenas, mães solo e pessoas LGBTQIAPN+) encontram-se em condições particularmente adversas nesse contexto, enfrentando múltiplas formas de violência institucionalizada, criminalização e exclusão. Seus corpos e trajetórias são atravessados por dinâmicas de exploração, racismo, sexismo e xenofobia, que as colocam em situações de maior vulnerabilidade à precarização do trabalho, à violência de gênero e ao não acesso a direitos fundamentais. Compreender essa realidade nos leva a questionar: como as experiências de mulheres migrantes e refugiadas no contexto sul-mato-grossense expressam formas de resistência e (re)existência diante das opressões estruturais do capitalismo contemporâneo? Para responder a essa indagação, adotamos uma perspectiva analítica que articula diferentes marcadores sociais — como gênero, raça, classe, etnia, nacionalidade e orientação sexual — categorias que, conforme aponta Saffioti, operam em estado simbiótico, formando um nó que condensa múltiplas formas de dominação e exploração. Objetivo - Analisar como as experiências de mulheres migrantes e refugiadas no contexto sul-mato-grossense revelam formas de resistência e (re)existência diante das opressões estruturais de classe, gênero e raça no capitalismo contemporâneo. Relação com o GT e eixo temático -A pesquisa articula-se ao GT "Aliança dos povos" e ao eixo "Gênero, Sexualidades e Intersecções", analisando, sob o feminismo marxista e o materialismo sócio-histórico, as vivências de mulheres migrantes e refugiadas em Campo Grande (MS). Utilizando metodologias participativas, evidencia como opressões estruturais de gênero, raça, classe e nacionalidade atravessam suas trajetórias. Fundamentação Teórica - Os feminismos contemporâneos, como destaca Silva (2019), atuam como movimentos libertários que lutam por autonomia corporal, acesso a direitos e participação política. No Brasil, os primeiros movimentos feministas remontam ao final do século XIX, influenciados pelo sufragismo e pelo ativismo das mulheres operárias, como o manifesto da União das Costureiras em 1917, denunciando as precárias condições de trabalho. Na academia, os estudos de gênero têm raízes nos próprios movimentos feministas, que questionaram não apenas a opressão às mulheres, mas também os sistemas de poder. As epistemologias feministas, nascidas dessas experiências, trouxeram novas lentes para interpretar a

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

realidade. A partir dos anos 1990, houve um avanço nas discussões, com autoras como Judith Butler, Donna Haraway e Kimberlé Crenshaw ganhando destaque. Crenshaw formulou o conceito de interseccionalidade, vital para compreender como raça, classe e gênero se entrelaçam na produção de desigualdades, especialmente entre mulheres negras. Essa abordagem é essencial para entender a situação das mulheres migrantes e refugiadas, cujas experiências são moldadas por um capitalismo que sobrepõe múltiplas opressões. O feminismo marxista traz uma leitura crítica sobre como essas intersecções funcionam dentro de estruturas globais de exploração. Ele revela que a noção de "pessoa humana" universal está baseada em um modelo eurocêntrico, masculino, branco, cis e heterossexual, que marginaliza outras existências por meio de padrões normativos e patriarcais. Para a vertente marxista-feminista, gênero é uma categoria indissociável das relações de classe e trabalho. Essa perspectiva aponta que a opressão feminina está historicamente relacionada à consolidação do patriarcado, da propriedade privada e da família como instituições de dominação. Como destaca bell hooks (1981), o patriarcado foi adaptado às exigências do capitalismo, e Iop (2009) mostra que tanto mulheres quanto escravizados foram historicamente reduzidos a funções produtivas e reprodutivas. Essa condição não foi superada, pois a valorização da propriedade privada continuou a sustentar a lógica de opressão. O capitalismo naturalizou a violência e a desigualdade de gênero como parte da estrutura de dominação. Com base no materialismo histórico-dialético, teóricas como Silvia Federici, Angela Davis, Lise Vogel, Heleieth Saffioti, Nancy Fraser, Cinzia Arruzza e Tithi Bhattacharya destacam como a opressão de gênero é parte essencial da reprodução do capital. A teoria da reprodução social mostra que o trabalho doméstico, os cuidados e a sexualidade são arenas políticas moldadas pelas exigências do capital. O trabalho reprodutivo, especialmente o realizado por mulheres, é invisibilizado, mas é fundamental para o funcionamento do sistema. Isso fica ainda mais evidente em contextos de migração feminina, onde as mulheres enfrentam condições extremas de vulnerabilidade. Assim, ser mulher, migrante, refugiada e mãe é enfrentar um ciclo de exploração, preconceito e exclusão.

Metodologia - Através de uma abordagem qualitativa e participante a pesquisa é realizada por meio de rodas de conversas em casas de acolhimento na cidade de Campo Grande/ MS, utilizando como viés teórico o materialismo sócio-histórico, e o marxismo feminista. A análise dos dados evidencia que a migração dessas mulheres, muitas vezes motivada pela busca de autonomia, proteção e melhores condições de vida para si e seus filhos, rompe com estereótipos que as reduzem à passividade e à dependência. Suas vozes, corpos e afetos revelam estratégias cotidianas de enfrentamento que questionam as normas dominantes e ressignificam o papel das mulheres nos processos de (re)construção/ (re)afirmação identitária, política e subjetiva. Resultados - Este estudo revela, por meio de uma análise interseccional e fundamentada no feminismo marxista, como mulheres migrantes e refugiadas em Mato Grosso do Sul enfrentam opressões estruturais de classe, gênero e raça no capitalismo contemporâneo. Ele compreende os impactos da migração em suas vidas subjetivas e materiais, evidenciando como as desigualdades influenciam sua inserção social e laboral, sobretudo em trabalhos precarizados. O estudo identifica estratégias de resistência e (re)existência dessas mulheres diante das violências simbólicas, econômicas e institucionais, destacando o papel das políticas públicas e redes de apoio na promoção de sua autonomia. Assim, contribui para a produção de um conhecimento crítico que valoriza suas experiências e fortalece a luta por direitos humanos e justiça social, alinhando-se ao compromisso da Psicologia Social com práticas emancipatórias e transformadoras. O feminismo marxista denuncia como o sistema capitalista atual se vale das crises políticas, econômicas, ambientais e sanitárias, especialmente nos países periféricos, para alimentar os fluxos migratórios forçados. As mulheres

nessas condições lidam com trabalhos exaustivos, múltiplas jornadas invisíveis, empregos precários e barreiras de acesso a direitos básicos, como saúde, moradia e educação. Ainda sofrem xenofobia, racismo e violência de gênero tanto nos países de origem quanto nos de acolhimento. Moraes (2021) propõe uma análise ontológica da mulher migrante e refugiada, considerando a totalidade de sua experiência no capitalismo. Isso inclui as jornadas de trabalho duplas ou triplas, a precariedade no emprego público, as dificuldades com documentação, a exposição à violência e a exclusão dos serviços sociais. Essas mulheres vivem as contradições da sociedade capitalista em sua forma mais crua. Outro aspecto fundamental é o papel naturalizado da maternidade. Muitas migrantes são mães solo ou viajam com seus filhos, tornando-se seu único suporte. Em busca de melhores condições, enfrentam jornadas migratórias perigosas e incertas. A maternidade, para essas mulheres, é um dos elementos que mais acentuam sua condição de vulnerabilidade, tornando-as alvo de exploração e exclusão. Ao refletir sobre essa realidade, surge a pergunta: qual é o preço de ser mulher, migrante, refugiada e mãe? O preço é alto. Essas mulheres são, frequentemente, confinadas aos trabalhos mais precários – especialmente nos setores de cuidados e serviços domésticos – e enfrentam racismo institucional, além da ausência de políticas públicas eficazes que promovam sua inclusão e proteção. Para Marx (2013), os fluxos migratórios não podem ser separados do movimento do capital. A migração, especialmente a forçada, está diretamente relacionada às crises estruturais do capitalismo. As guerras, as mudanças climáticas, a pobreza e os conflitos são efeitos da lógica capitalista que empurra populações inteiras a deixarem seus países. Conclusão - As mulheres migrantes e refugiadas são o retrato vivo dessas desigualdades globais. Ao se reconhecer a migração como fenômeno político e as mulheres como pessoas ativas, reafirma-se o compromisso da Psicologia Social com os direitos humanos, a justiça social e práticas emancipatórias baseadas em epistemologias feministas e anticapitalistas. As estratégias de resistência e (re)existência que das mulheres migrantes revelam que suas opressões não são acidentais, mas estruturais. A migração escancara as contradições do capitalismo e da ordem patriarcal que sustenta sua lógica e ao reconhecer a luta dessas mulheres como expressão de resistência, é possível vislumbrar caminhos para a transformação social, nos quais a emancipação feminina esteja no centro de um projeto coletivo de justiça e igualdade.

Sobre as práticas de cuidado da psicologia em relação as mulheres em situação de violência sexual que optam pelo aborto legal: estamos produzindo acolhimento?

Lorena de Brito Marcelino Pereira (UFMG), Paula Rita Bacellar Gonzaga (UFMG)

A psicologia constitui em uma das categorias profissionais convocada a trabalhar nas equipes multiprofisisonais nos serviços de aborto legal e também no acolhimento à mulheres sobreviventes de violência sexual em situação de abortamento ou não, nos demaisdispositivos da rede de saúde (Ministério da Saúde, 2011; 2012 e 2013). Contudo, nossa formação ainda se mantém distante dessas prerrogativas, com o tema pouco discutido em nossa formação (Gonzaga, 2022). Somos capazes de produzir práticas de cuidado inovadoras com essas mulheres? Desta maneira, este resumo pretende se debruçar sobre os achados da pesquisa de mestrado, onde buscou-se compreender como tem se dado a atuação de psicólogas trabalhadoras dos três níveis de atenção, do SUS de Belo Horizonte, em relação às mulheres vítimas de violência sexual e conhecer os saberes e fazeres construídos por elas. Este trabalho se articula com o eixo de Psicologia Social e Saúde, por se dedicar a compreender, de forma crítica, a atuação da psicologia no contexto da violência sexual e aborto legal nos equiamentos de saúde pública. E com o GT 26: mulheres em movimentos e redes de luta: desafios na produção de alianças, cuidado coletivo e enfrentamento político no contexto neoliberal e de ascensão neofascista, pelo seu interesse nos trabalhos que discutem as violações de direitos das mulheres, mas também sobre o que tem sido produzido como luta e resistência de mulheres e outros grupos subalternos. E esta pesquisa traz relatos sobre a possível potência da prática dessas psicólogas que buscam prestar uma assistência que leve em consideração os direitos sexuais e direitos reprodutivos das atendidas. Elegeu-se como referencial teórico as formulações do feminismo negro e decolonial por entender que as teorias nos dão subsídios para compreender o processo de construção de violações em relação as diferentes mulheres nos territórios colonizados. Entendendo que o lado obscuro do sistema moderno colonial de gênero é sempre mais devastador (Lugones, 2008) e que a colonialidade segue se reatualizando (Nuñez, 2019). Já o conceito da interseccionalidade nos auxilia na compreensão das vias de opressão que se cruzam na vida de diferentes mulheres (Crenshaw, 2002), o que, na maioria das vezes, amplifica as desigualdades de acesso aos serviços de saúde, inclui-se aqui os serviços de saúde sexual e saúde reprodutiva. Mulheres negras e de classes populares são as que mais sofrem com o aborto inseguro e a dificuldade de acesso aos equipamentos de saúde (Goes et al, 2020; Diniz, Medeiros e Madeiro, 2023). Foram entrevistadas 10 psicólogas, com o critério de inclusão de estarem trabalhando no SUS há mais de 06 meses, não necessariamente no mesmo serviço de saúde. Para chegar até essas trabalhadoras, foi utilizado o método bola de neve que consiste na construção de uma cadeia de indicações (Vinuto, 2014). Após o primeiro contato, foram enviadas a carta-convite e na sequência o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Confirmado o interesse da interlocutora seguíamos com o agendamento da entrevista de acordo com a disponibilidade de cada participante. Optou-se, neste trabalho, pelas entrevistas narrativas pois esse método nos permitiu ouvir o que as interlocutoras compreendem acerca do tema por meio de uma interferência mínima da entrevistadora (Jovchelovitch & Bauer, 2003). Além disso, esta modalidade, aponta para uma valorização acerca do saber do outro sobre si mesmo e o mundo em que estão inseridas, buscando compreender as múltiplas interpretações da realidade, indo contra a ideia de um saber essencializado (Castro & Mayorga, 2019; Rocha-Coutinho, 2004). Como tópico disparador utilizamos a questão: "Conte sobre um atendimento à mulher vítima de violência sexual, em que você avalia que o acolhimento foi bem-sucedido". A partir desta provocação foi possível ouvir diferentes desfechos e perspectivas sobre o que esses profissionais têm produzido nas políticas de saúde. Nos momentos de silêncio ou de finalização de uma

determinada questão, buscamos retomar alguns pontos de interesse da pesquisa, como o processo de formação em psicologia das participantes, a oferta de educação permanente em saúde sobre a temática nos serviços e suas opiniões pessoais sobre o assunto. Para a análise do material, utilizamos das lentes da psicologia feminista em dialogo com o feminismo negro e feminismo decolonial. Para iniciarmos a discussão, é imprescindível salientar que o ato de acolher nos equipamentos de saúde, é uma política entendida como transversal, ou seja, todos os profissionais do SUS precisam estar aptos a realizar um bom acolhimento (Ministério da Saúde, 2013. Em relação às políticas direcionadas às mulheres em situação de violência e abortamento, a orientação é que o acolhimento seja livre de julgamentos e moralismos, estabelecendo uma relação de confiança, respeito e promovendo orientações necessárias para o seu cuidado (Ministério da Saúde 2011;2012). Alguns dos pontos levantados pelas interlocutoras, em relação a esse processo de acolhimento e cuidado, foi da importância dele ocorrer por parte de toda a equipe. demonstrando que existe a compreensão de que este trabalho não é feito de maneira individualizada, mas de forma integral, não sendo uma função apenas da psicologia. outra questão trazida por elas, é da necessidade de realizar orientações pertinentes às mulheres. Muitas não conhecem o fluxo pelo qual terão de passar ou podem apresentar outras demandas que, ao ouvi-las atentamente, os profissionais podem auxiliar a sanar. Destacamos aqui, que os próprios serviços de aborto legal são pouco conhecidos das mulheres, daí a importância das trabalhadoras da assistência em realizar orientações e encaminhamentos pertinentes a demanda, informando-as sobre os seus direitos (Silva, 2020; Lopes & Oliveira, 2019). As interlocutoras também trazem como sinônimo de um bom acolhimento, a oferta de um espaço psicológico que permita às mulheres elaborar, refletir e apaziguar as angustias em relação a escolha pelo aborto. A escuta psicológica seria então, uma importante ferramenta no auxílio para a emancipação dessas mulheres de situações de violência. De maneira geral, todas as entrevistadas entendem que um bom acolhimento está diretamente relacionado a conseguir ofertar à mulher o cuidado que ela precisa naquele momento, e faz parte desta ação escutar, orientar, encaminhar, informar e fornecer um acompanhamento psicológico visando o seu fortalecimento para tomar as suas decisões e romper com padrões de violência. Como uma das interlocutoras define: "(...)Mas eu acho bem sucedido quando a gente consegue acolher sem julgar e consegue que essa pessoa seja inserida nas políticas públicas adequadas, para ter todos os cuidados com a saúde do corpo e a saúde mental também"- (Lélia, 41 anos, branca, sem religião, heterossexual, trabalhadora do centro de referência em saúde mental álcool e drogas). Ou seja, um cuidado em saúde que seja integral, que busque o bem-estar dessas mulheres (Dumont-Pena & Castro, 2019). E para propiciar esse bem-estar o cuidado não é direcionado apenas às questões psíquicas, mas também a melhoria das condições materiais das atendidas, além do cuidado com o físico, o que se articula com o princípio de integralidade, um dos principais na construção do SUS no Brasil. Ouvir os relatos de iniciativas tão potentes no campo da psicologia, em relação a construção da assistência à mulheres vítimas de violência sexual que optam pela interrupção de gestação. nos trás um certo acalento, mas também nos acende o alerta de que ações percepções como essas não deveriam ser frutos de posições individualizadas. No entanto, sabe-se das poucas iniciativas em debater saúde sexual e saúde reprodutiva no âmbito da graduação(Gonzaga, 2022) e tem sido recente o movimento de incluir esse debate nas publicações do sistema Conselhos (Gonzaga, Gonçalves & Mayorga, 2019; CFP, 2025) o que acaba por deixar as futuras profissionais sem um direcionamento consolidado, impelindo a abordagens pessoalizadas a partir das quais cada uma vai recorrer aquilo que sabe para se instrumentalizar. Infelizmente nem sempre este saber considera os direitos reprodutivos como direitos humanos, principalmente quando a possibilidade de interromper uma gestação está na centralidade do atendimento. Sendo assim, esse trabalho visa contribuir com o debate dentro da psicologia, acerca da necessidade de nos apropriarmos da discussão ainda durante a graduação.

Travessias do cuidado ético: uma cartografia da Psicologia diante do aborto legal nos CERSAMs

Mercêdes Santiago Silva, Paula Rita Bacellar Gonzaga (UFMG), Mercêdes Santiago Silva (UFMG)

Esta comunicação apresenta uma pesquisa qualitativa em andamento, desenvolvida no campo da Psicologia Social, que busca compreender como profissionais da Psicologia atuantes em Centros de Referência em Saúde Mental Infantojuvenil (CERSAMi) de Belo Horizonte em Minas Gerais/MG respondem às situações relacionadas ao abortamento legal. Os CERSAMi são serviços públicos especializados no cuidado em saúde mental de crianças e adolescentes, e integram os Centros de Referência em Saúde Mental (CERSAMs), dispositivos da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) do Sistema Único de Saúde (SUS), implantados no município de Belo Horizonte/MG. A pesquisa interroga se e de que modo as práticas institucionais nesses contextos produzem escuta, deslocamento ou silenciamento no cuidado e na garantia dos direitos sexuais e reprodutivos. Em um cenário marcado por desigualdades históricas, moralismos institucionais e apagamentos coloniais, o aborto legal comparece nos serviços de saúde mental como uma fronteira de disputas éticas, jurídicas e afetivas. A proposta se insere nos debates do 23º Encontro Nacional da ABRAPSO, ao convocar a Psicologia Social a enfrentar os modos como determinadas vidas seguem sendo desautorizadas, reguladas ou apagadas. Trata-se de reconhecer que essa negação da existência não se dá apenas em momentos extremos ou institucionalmente nomeados como violência, mas também nos silenciamentos cotidianos que atravessam o cuidado. O aborto legal é um desses silêncios em que é legalmente previsto, institucionalmente recusado, subjetivamente atravessado por estigmas e violências simbólicas. A cidade de Belo Horizonte, ao longo das últimas décadas, construiu uma política de saúde mental reconhecida nacionalmente por seus princípios territorializados, por uma lógica antimanicomial e pelo protagonismo dos CERSAMs na substituição das internações psiquiátricas (Oliveira, 2021). No entanto, mesmo nesse modelo, práticas de exclusão e negligência seguem operando, sobretudo em relação aos direitos sexuais e reprodutivos. Situações como violência sexual, gravidez precoce e sofrimento psíquico grave costumam ser acompanhadas pelos CERSAMi, especialmente em contextos em que o cuidado exige pactuações éticas que nem sempre se explicitam nos protocolos institucionais (Oliveira, 2021; Pereira, 2024). O aborto legal, ainda que previsto por lei, permanece como tema interditado nos espaços de cuidado, sobretudo quando atravessa os corpos de meninas, mulheres, pessoas trans e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.A pesquisa ancora-se na Psicologia Social Crítica, em diálogo com autoras feministas e decoloniais latino-americanas, como Gloria Anzaldúa (2016), Maria Lugones (2014), Yuderkys Espinosa Miñoso (2020), Patricia Hill Collins (2016), Paula Gonzaga (2019, 2022), Berenice Bento (2017) e Susana Rostagnol (2016). O aborto é compreendido como um campo de disputa simbólica e material, que revela as fronteiras do cuidado, da escuta e da vida possível. Trata-se de um tema que convoca a Psicologia a posicionar-se: não apenas como técnica, mas como prática ética, política e situada. Nos CERSAMi, serviços que acompanham crianças e adolescentes em intenso sofrimento psíquico, é comum que profissionais da Psicologia recebam casos de meninas vítimas de violência sexual, com gestações resultantes de estupro. Nesses contextos, a escuta das psicólogas é frequentemente tensionada por demandas de abortamento legal, que nem sempre se apresentam diretamente, mas emergem como silêncio, crise ou urgência ética (Pereira, 2024). A escuta psicológica, nesse contexto, é analisada como um campo de forças, onde se negocia o que pode ou não ser dito, ouvido e acolhido. O

objetivo geral é analisar como profissionais da Psicologia atuantes nos CERSAMi de Belo Horizonte respondem às situações de abortamento legal, e como suas práticas cotidianas produzem escuta, deslocamento ou silenciamento. Especificamente, busca-se assim compreender como essas profissionais enfrentam tais situações no cotidiano; observar, por meio da cartografia sensível, os modos de escuta, encaminhamento ou silenciamento que emergem nas práticas institucionais; analisar como essas práticas produzem (ou não) reconhecimento dos direitos sexuais e reprodutivos como parte do cuidado; e refletir sobre os efeitos da escuta na produção (ou negação) de autonomia, dignidade e reconhecimento às pessoas que vivenciam o abortamento. A metodologia adotada é a cartografia sensível (Passos, Kastrup & Escóssia, 2009), compreendida como uma prática de pesquisa-intervenção implicada nos fluxos de poder, afeto e resistência que atravessam os serviços. Inspirada também por epistemologias feministas, decoloniais e latino-americanas, essa abordagem se propõe a acompanhar gestos, silêncios e intensidades que compõem a experiência do cuidado. O campo será realizado em dois CERSAMi de Belo Horizonte, com inserção no cotidiano institucional, escuta de profissionais da Psicologia, observação das rotinas e registro em diário de campo. A escolha pelos CERSAMi parte da urgência de refletir sobre o cuidado em saúde mental na infância e adolescência, onde situações como violência sexual, gravidez precoce e sofrimento psíquico demandam posicionamentos éticos que nem sempre se explicitam nos protocolos. O uso do diário de campo será central, não apenas como instrumento de registro, mas como espaço de elaboração das implicações da pesquisadora frente aos encontros, afetos, tensões e deslocamentos. A cartografia pressupõe um corpo que se afeta, uma escuta que se compromete e uma escrita que também produz cuidado. A pactuação ética com os serviços se dará de forma sensível, respeitando os fluxos institucionais e os tempos dos sujeitos envolvidos. Trata-se de uma prática de pesquisa que se faz com, e não sobre, os territórios (Passos, Kastrup & Escóssia, 2009). Mesmo em fase de construção de campo, a pesquisa já permite algumas reflexões preliminares. O aborto legal comparece nos serviços não como demanda explícita, mas como ruído, como crise, como silêncio. Como apontam Gonzaga e Aras (2016), a violência institucional se manifesta não apenas na recusa do atendimento, mas na produção cotidiana de práticas que culpabilizam e revitimizam. Para homens trans e pessoas transmasculinas, o cuidado reprodutivo é atravessado por exclusões e apagamentos, como evidenciam Berenice Bento (2017) e Santos & Silva (2024). A busca pelo aborto legal por esses sujeitos frequentemente se depara com dispositivos de negação da existência, da dor e do direito. Segundo Atlas da Violência (2025), mais de 115 mil casos de violência sexual foram registrados no Brasil em 2023, sendo que a maioria das vítimas eram meninas de até 14 anos, com destaque a faixa entre 10 a 13 anos (Atlas da Violência, 2025). Esses dados evidenciam a urgência de práticas de cuidado em saúde mental que reconhecem as múltiplas vulnerabilidades que atravessam a infância e adolescência. Nos CERSAMI, onde são acompanhadas situações de intenso sofrimento psíquico, profissionais da psicologia frequentemente se deparam com meninas vítimas de violência sexual, cujas demandas envolvem, diretamente ou indiretamente, o acesso ao aborto legal. Como orienta as Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) na Rede de Proteção às Crianças e Adolescentes em Situação de Violência Sexual (CFP, 2020), é papel da psicologia garantir a escuta ética, qualificada e comprometida com os direitos sexuais reprodutivos das crianças e adolescentes, mesmo quando tais demandas envolvem questões moralizadas ou silenciada institucionalmente. Nesse sentido, a escuta não pode ser compreendida como gesto neutro ou técnico. Como alerta Paula Gonzaga (2019), a Psicologia ainda falha em escutar com ética as experiências reprodutivas de mulheres negras, indígenas, quilombolas, periféricas e dissidentes, aqui nos interessa analisar como essa escuta

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

ocorre com crianças e adolescentes que vivenciam sofrimentos mentais graves. Destacamos que escutar não é apenas ouvir, é implicar-se. Implicar-se com a história de quem fala, com o território que ecoa na fala, com o risco ético de produzir cuidado ou produzir violência. A cartografia sensível permite tensionar essas normatividades da escuta e acompanhar os modos como o aborto comparece como urgência, como ruptura, como produção de subjetividade diante de práticas que ainda naturalizam a maternidade compulsória. Conclui-se que pensar a Psicologia diante do aborto legal exige uma ética da escuta e do cuidado comprometida com a dignidade e o reconhecimento. Ao acompanhar os CERSAMis como territórios onde cuidado e silenciamento coexistem, esta pesquisa busca visibilizar os conflitos e potências que atravessam o cotidiano da saúde mental, apostando em práticas que não somente acolham o sofrimento, mas afirmam o direito de existir em sua pluralidade. É um convite para a Psicologia reconhecer a sua alegada neutralidade como falácia conivente com desigualdades e se desloque de seus lugares de conforto e assuma, com ética, a tarefa de escutar o que historicamente foi silenciado.Além disso, é necessário compreender que a invisibilização do aborto legal na saúde mental infantojuvenil não se dá apenas pela ausência de diretrizes explícitas, mas pela construção histórica de uma Psicologia que, muitas vezes, desconsidera a sexualidade e a potencialidade reprodutiva de pessoas que vivem com sofrimentos mentais graves. Quando uma menina chega ao serviço após uma violência sexual, o que se escuta? O que se silencia? Quais histórias são legitimadas como sofrimento digno de cuidado? O que é infantilizado, criminalizado ou esquecido? A pesquisa aposta em fazer dessas perguntas travessia que tensiona e transforma os modos de cuidar nas instituições.

Palavras-chave: aborto legal; escuta; saúde mental.

'Tecnologias como vertigem': perspectivas feministas de composição e intervenção diante do tecnopatriarcado

Camila Pereira Alves (PUCRS), Vanessa Soares Maurente (UFRGS/PGIE/PPGPSI)

Este trabalho é parte do processo de pesquisa para a tese intitulada 'Cartografia Ciborgue: tecnologias feministas para insurreição', defendida em outubro de 2024, no Programa de Pós-Graduação em Informática na Educação (PGIE/UFRGS). A virada digital, produzida pelo distanciamento social na pandemia, acelerou a incorporação de interfaces de inteligência artificial (IA) no cotidiano, fazendo com que muitos territórios e comunidades entendessem suas existências indissociadas do modus operandis proposto pelas máquinas. Colocar em análise os modelos tecnocientíficos e de subjetivação que nos fazem existir e agir é uma aposta ético-política, de acesso às vias de potência de criação tropicais. Compreender com quais linhas somos produzidas subjetivamente, pode nos permitir produzir os tecidos sociais com os quais nos singularizamos a partir das tecnologias. Diante das disputas de narrativas que envolvem humanos e não humanos, inteligências coletivas e artificiais, dados e metadados, problematizamos: como produzir coalizões e laços de parentesco, em territórios maquinados pela colonialidade com modelos algoritmizados pela produção de subjetividades latinoamericanas? O mito-político da ciborgue (Haraway, 2009), tentou deslocar o sentido da figura que compunha a imaginação e a realidade social de assombro e dominação com as tecnologias, para uma figura que convidava à habitação prazerosa que pode ser encontrada na confusão das fronteiras. A imagem-metáfora da ciborgue passava a ser um convite para 'saída do labirinto dos dualismos' que ainda normatizam e limitam a imaginação e a pragmática dita ocidental. Assim, o hibridismo pode ser tomado como estratégia de rompimento com a lógica hierárquica que sustenta a colonialidade da imaginação, ao nos permitir acessar outras condições de saber-fazer com as tecnologias. Assumir que técnicas de programação e a criação de outras tecnologias podem tornar-se um modo de intervenção corporificada e parcial, para o cultivo de modelos de contação de histórias com humanos e outros não humanos, alargando e alastrando a imaginação política (Haraway, 2023), desenvolve-se aqui como uma proposta cartográfica (Passos; Barros, 2012). Uma metodologia que assume e orienta o trabalho de pesquisa científica, mas também modula-se como um ethos que orienta a produção desse percurso analítico e especulativo. O Diário de Campo (Lourau, 1993) foi escolhido como a ferramenta base para acompanhamento dessa pesquisa, sendo aquela que autoriza quem pesquisa a registrar, sustentar e restituir uma política de narratividade intensivista modulados na experiência. Trata-se de inventar arranjos híbridos com as máquinas, que signifiquem outras condições de possibilidade para existir diante do antropoceno. A experiência imersiva, vivida através da participação no maior evento gratuito e aberto de segurança e privacidade digital do mundo, a Cryptohave, em maio de 2023, no Centro Cultural de São Paulo, nos fez compreender que as aprendizagens desenvolvidas a partir de tecnologias livres, servidores autônomos, segurança e cuidados digitais, a partir de práticas sustentadas por coletivos de mulheres, na produção de infraestruturas e interfaces de plataformas digitais podem programar estratégias de composição ciborgue para outros modos de existir diante da narrativa linear e bélica do tecnopatriarcado. Tomar a tecnologia como isso que faz sentir e enunciar a vertigem da transversalidade (Guattari, 1992), torna-se nesse percurso, uma direção para a radicalidade democrática da imaginação política, para podermos criar outras práticas, pensamentos e paisagens desde uma perspectiva feminista decolonial (Lugones, 2014). Deslocando o modo

como tem sido narrado as condições homogêneas e hegemônicas de conexão com a rede mundial de computadores, tecnologias feministas operam rachaduras nas categorias hierárquicas de controle e captura dos sentidos, propondo e visibilizando sentidos múltiplos para existências abafadas por infraestruturas tecnomisóginas. O discurso masculinista de dominação, base da programação tecnosolucionista das big techs, propõe soluções inovadoras com recursos tecnológicos de ponta, se sustentando na depredação dos recursos da natureza-cultura, a partir de códigos-projéteis que violentam existências e territórios como munição de caça predatória de dados, para a sustentação das marcas e sentidos da colonialidade, ao mesmo tempo, em que se forjam como tecnologias assépticas e incólumes (d'Andrea, 2023). Em pesquisa recente, publicada pela plataforma Electronics Hub (Navarro, 2024), foi possível evidenciar que a população brasileira tem entregado, em média, 9h32 a cada 24h, do seu tempo de vida, para conexões manipuladas por modelos algorítmicos de predição das redes sociais. O condicionamento da atenção, para surfar uma onda digital, programada por modelos opacos e com sentidos questionáveis torna-se um analisador da posição sintomática e apática com a qual está sendo afirmada uma experiência de sobrevivência tecnológica no contemporâneo neoliberal. Observa-se nas sessões guiadas com máquinas acopladas nas palmas das mãos, uma dificuldade acentuada em conviver e conjugar relações comunitárias. Especialmente desde o distanciamento social, determinado pelo contágio de coronavírus, o que percebemos na análise das relações institucionais e sociais são enunciados que verbalizam as infinitas informações distribuídas pela internet e, que até são geradores de problematizações sobre as condições precárias da habitação do antropoceno, mas que diante das subjetivações individualistas, alimentam um estado ansiogênico e impotente diante da necessidade de tomada de decisão para ampliação dos enunciados e perspectivas outras de habitar esse mundo. Viver em relação híbrida com máquinas sustentadas por éticas e infraestruturas corporativas, numa sociedade de controle, onde praticamente metade dos dias é destinada a produção massiva de dados, visibiliza o modo extrativista e neocolonial de controle dos corpos aos quais seguimos enredadas. Na experiência cartográfica de acompanhamento desses processos, percebemos que ao colocar em análise essas relações de dominação colonial do desejo (Rolnik, 2018), através do controle dos regimes atencionais (Citton, 2018) hibridizados pela função escópica, em interação com a projeção das imagens preditivas de algoritmos com função de captura neocolonizadora, muitos sujeitos transbordam estados de ansiedade. A experiência de breakdown, diante da abertura das camadas tempo-espaciais de relação com as tecnologias, nem sempre consegue ser suportada até que se arranje, invente e produza-se outros modos de relação com tecnologias de imaginar e propor sentidos com e diante do mundo. Conviver com as afirmações de si e de outras perspectivas de vida nesse percurso fez com que o agenciamento comunitário, algoritmicamente distante, quando a experiência de segregação e pertencimento territorial tem sido substituída pela companhia de máquinas reprodutoras de padrões segregacionistas e reacionários, se forjou novamente como saída de primeira escolha para a passagem da vida e a produção de um desenho societário robustamente democrático. Direção coletiva já apontada pelas teorias estruturalistas e pós-estruturalistas, que se queriam construtoras de conceitos e práticas significativas para as experiências vitais, desde a Reforma Psiquiátrica, Educação Popular e a Cibernética nos seus modos recursivos de propor conexões e expansão da vida. Acontece que diante do sequestro permanente e ininterrupto da mais valia vital, seguimos procurando e inventando estratégias e agenciamentos coletivos de enunciação que possibilitem a reapropriação de alianças e composições híbridas entre agentes que friccionem e ficcionem encontros para a fabricação de mundos, onde seja possível respirar e fazer lar para além da lama, a partir da retomada e expansão dos sentidos imaginados como política de cuidado, comprometida com

a reparação de refúgios, cuidado com refugiadas do patriarcado e preservação das multiplicidades vitais. Tecnologias digitais e de interface de IA podem ser espécies companheiras, na busca por vertigens que façam esmorecer as certezas do fim apático e catastrófico, que os muros que cercam nossa imaginação colonizada sustentam, desde que sejam configurados com princípios feministas enunciados pelos movimentos sociais de mulheres nas tecnologias como: consentimento, narratividade e gerenciamento autônomo e coletivo das técnicas. Aprender sobre infraestruturas de composição das ecologias digitais com mulheres feministas, preocupadas com o hack do sistema abusivo, nos fez compreender que o cuidado era também uma tecnopolítica ancestral e quando evocado nas ecologias digitais, abre possibilidades de imaginação política para habitação diante do Antropoceno-Capitaloceno.

GT 27: MULHERES, MUTAÇÕES CLIMÁTICAS E BEM VIVER: PRÁTICAS DE CUIDADO E RESISTÊNCIA À DEVASTAÇÃO NECROPOLÍTICA

Coordenação: Robert Filipe dos Passos (UFAM), Luísa Horn de Castro Silveira (UFS), Simone Mainieri Paulon (UFRGS)

A violência contra mulheres nas políticas públicas: redes de informação e atendimento

Kátia Alexsandra dos Santos (UNICENTRO), Alexandra Lourenço (UNICENTRO)

A violência contra as mulheres é um fenômeno que tem sido tratado como questão de pesquisa desde a segunda metade do século XX, configurando-se como campo teórico e de investigação (Bandeira, 2019). Para além disso, tem fomentado políticas públicas e ensejado ações extensionistas vinculadas a essas políticas. Desse modo, a presente comunicação pretende apresentar um projeto de pesquisa e extensão que, de forma articulada, visa levantar dados de violência contra as mulheres em municípios de pequeno e médio portes da região centro-sul do Paraná e intervir na articulação das políticas públicas a fim de auxiliar no trabalho intersetorial e no funcionamento efetivo da rede de enfrentamento e atendimento às mulheres em situação de violência.

A proposta localiza-se nas atividades do Grupo de Pesquisa Laboratório Mulheres, Discursividades e Resistência (CNPq-Unicentro) e coaduna-se com o eixo Gênero, Sexualidades e Intersecções à medida em que procura visualizar o fenômeno da violência de gênero, sem desconsiderar os outros marcadores sociais que lhe são inerentes, tais como raça, classe, orientação sexual, identidade de gênero, escolaridade, idade, deficiência, etc. Nossa contribuição articula-se, portanto, a grupos temáticos que se propõem a observar as questões de gênero, sobretudo no que concerne às violências, a partir de uma perspectiva interseccional, na relação com os fazeres que organizam teoria e prática e voltam-se a políticas públicas.

No que concerne à pesquisa, trata-se de uma investigação de cunho qualitativo e quantitativo que tem como objetivo mapear a violência contra as mulheres na região da Associação dos Municípios do Centro-Sul do Paraná-AMCESPAR (composta por dez municípios: Irati, Fernandes Pinheiro, Guamiranga, Inácio Martins, Imbituva, Mallet, Prudentópolis, Rebouças, Rio Azul e Teixeira Soares) a partir dos registros de atendimentos realizados nas políticas públicas de saúde, assistência social e segurança pública. Para isso, foram tomados como dados registros dos serviços que atendem mulheres em situação de violência nas respectivas políticas, de 2018 a 2024, além de entrevistas individuais e/ou em grupo com profissionais que neles atuam. A pesquisa alicerça-se na perspectiva teórico-metodológica do Feminismo Decolonial (Lugones, 2019; Curiel, 2020) e coloca-se, portanto, dentro de uma lógica interventiva, vez que intenta, durante o mapeamento, não apenas compreender a distribuição do fenômeno, mas intervir para a visibilidade das violências e sua relação com a colonialidade, e também atuar preventivamente e para uma melhor qualidade de atendimento, por meio da conexão entre as políticas públicas.

Esse gancho dá ensejo ao projeto de extensão que funciona concomitante e paralelamente à pesquisa, intitulado EntreRedes: construção coletiva de fluxos de atendimento a mulheres em situação de violência. Esse projeto, por sua vez, objetiva auxiliar na construção de

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

fluxos de atendimento a mulheres em situação de violência, a partir de lacunas identificadas por meio de diagnóstico das redes intersetoriais, tendo por finalidade a capacitação dos profissionais e a promoção de saúde e bem-estar partindo da premissa de combate dos impactos da desigualdade de gênero, visando à diminuição da violência institucional e a eficácia dos serviços de assistência às mulheres.

Desse modo, a partir da perspectiva decolonial, a articulação entre pesquisa e extensão materializa-se no compromisso com as redes de atendimento às mulheres em nossa região. Tratando-se de municípios de pequeno e médio portes, a rede possui poucos equipamentos especializados no atendimento a mulheres. O trabalho em rede surge, então, como um caminho para superar um obstáculo comum, constituído pela desarticulação e fragmentação de serviços. Para isto, é preciso que os serviços e instituições atuem de forma integrada, "a partir de uma perspectiva intersetorial e que definam fluxos de atendimento compatíveis com as realidades locais os quais devem contemplar as demandas das mulheres em suas diversidades" (Brasil, 2011, p. 16). A construção de fluxos de atendimento efetivos deve, portanto, articular os mais diversos serviços das unidades de atendimento às mulheres em situação de violência e estabelecer estratégias de acompanhamento e encaminhamento adequadas ao contexto local e à condição individual, considerando as múltiplas dimensões da violência.

Os dados até o momento indicam que, apesar de a Assistência Social configurar-se como porta de entrada para situações de violência, não é a política que detém o maior número de registros de atendimento. As notificações via serviços de saúde, conforme determinado pela Lei 10.778/2003 que estabelece a notificação compulsória no território nacional, de casos de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde (Brasil, 2003), também ocorrem em menor número. Os dados que mais concentram registros de atendimento a casos de violência contra mulheres são os da Segurança Pública, por meio de boletins de ocorrência registrados entre 2018 e 2024. Esses registros, considerados em relação aos índices populacionais, indicam que os municípios mais violentos da região foram Irati, Rebouças, Mallet e Prudentópolis, respectivamente.

A soma das ocorrências registradas pela Secretaria Estadual de Segurança Pública-SESP-PR no período foi de 8852. Nos anos de 2020 (1004) e 2021 (1095) houve declínio no número de registros em relação a 2019 (1104), possivelmente reflexo do período pandêmico. Posteriormente subiu de 1.150 em 2022 para 1.635 em 2023 e 2033 em 2024, refletindo a tendência de crescimento observada no estado do Paraná, que registrou 59.707 casos em 2022 e 70.051 em 2023.

Na saúde, as principais conclusões indicam aumento no número de notificações na maioria dos municípios, o que parece refletir conscientização dos profissionais em relação à importância de se notificar esse tipo de agravo. No entanto, foram identificadas falhas no sistema de notificação, como registros incorretos ou ausentes em relação às unidades notificadoras e dificuldades de acesso a dados completos. Essas limitações indicam a necessidade de melhorias no sistema do Sistema de Informação de Agravos de Notificação-Sinan, como, por exemplo, a possibilidade de o sistema permitir que as unidades notificadoras fossem lançadas sem necessariamente ter um código no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES). Assim, a melhoria do sistema se mostra essencial para que ele possa refletir com mais precisão a realidade da violência contra mulheres, permitindo uma resposta mais eficaz para a formulação de políticas públicas, desenvolvimento de estratégias de prevenção e atendimento às mulheres em situação de violência.

Por fim, ressalta-se a importância de pesquisas e ações de extensão que se voltam à realidade de pequenos municípios, a fim de compreender realidades distintas de grandes centros urbanos e, com isso, pensar em políticas públicas mais eficazes.

A dialética dos deslocamentos migratórios de mulheres venezuelanas no Mato Grosso do Sul: condições de saúde e maternidade

Giovana Simas da Silva (UCDB), Luciane Pinho de Almeida (UCDB), Maria Caroline Cavanha Martines (UCDB)

Introdução: Os fluxos migratórios fazem parte da história do desenvolvimento humano, mas as circunstâncias em que acontecem denotam questões complexas que demandam olhares reflexivos para a leitura da realidade social. No contexto contemporâneo, marcado pela globalização, crises econômicas, conflitos armados e emergências ambientais, os deslocamentos forçados têm se tornado mais frequentes, sobretudo entre populações vulneráveis. Um fenômeno que tem se intensificado nas últimas décadas é o aumento da migração de mulheres, o que tem chamado a atenção de pesquisadores e instituições internacionais. Mulheres representam uma parcela crescente dos fluxos migratórios internacionais, muitas vezes ocupando posições de maior vulnerabilidade, tanto nos trajetos quanto nos países de destino, onde enfrentam desigualdades específicas em razão de seu gênero. De acordo com a Organização Internacional para as Migrações (OIM, 2024), o número de pessoas migrantes no mundo ultrapassou 117 milhões, sendo as mulheres responsáveis por 47,9% desse total. Ainda segundo a OIM, no contexto brasileiro, a Operação Acolhida interiorizou cerca de 30 mil migrantes até o ano de 2022, dos quais mais de 18.500 eram mulheres adultas (acima de 18 anos), representando 65% desse grupo, além de aproximadamente 11.600 meninas migrantes menores de idade. Complementando esse cenário, dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2009) indicam que os deslocamentos femininos são motivados, em grande parte, pela busca por autonomia e melhores condições de vida. Cerca de 50% das mulheres migrantes se deslocam por razões relacionadas ao trabalho, sendo a maioria inserida em setores informais e precarizados. No Brasil, observa-se um aumento expressivo da chegada de migrantes e refugiados, especialmente da Venezuela, que buscam melhores condições de vida e segurança. O estado de Mato Grosso do Sul, por sua posição geográfica estratégica e fronteiriça, torna-se um território de passagem e permanência, ainda que com lacunas significativas nas políticas públicas voltadas a essas populações. Nesse cenário, a experiência das mulheres migrantes revela especificidades atravessadas por marcadores de gênero, classe e raça, que intensificam as situações de vulnerabilidade e desigualdade. Dessa forma, este trabalho apresenta resultados parciais de uma pesquisa em desenvolvimento, conduzida por um coletivo de oito mulheres pesquisadoras em parceria com mulheres migrantes, refugiadas e transfronteiriças. A investigação é parte do projeto intitulado “Entre flores, espelhos e faces desiguais: a dialética da força feminina nos deslocamentos humanos”, financiado pela Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (FUNDECT), por meio do edital n. 10/2022 – Mulheres na Ciência Sul-Mato-Grossense (Brasil). O projeto integra-se como subprojeto à iniciativa internacional da Rede ALEC, intitulada “Barreiras e desafios que afetam o acesso equitativo à saúde em populações vulneráveis em um contexto global”. A pesquisa é realizada no Estado de Mato Grosso do Sul e envolve a atuação de pesquisadoras vinculadas a dois grupos cadastrados no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq: o Laboratório de Estudos Psicossociais em Saúde frente a Contextos de Desigualdade Social (LEPDS) e o Grupo de Estudos e Pesquisas em Teoria Sócio-Histórica, Migrações e Políticas Sociais (GEPEMPS). Além disso, articula-se à Rede ALEC, sediada em Limoges, França, reforçando o caráter colaborativo e internacional da investigação. Objetivo: Este trabalho apresenta um recorte de uma

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

pesquisa em andamento que tem como propósito refletir sobre os movimentos migratórios de mulheres no estado de Mato Grosso do Sul. Especificamente, busca-se compreender os processos de inserção social, o acesso aos serviços de saúde e as experiências relacionadas à maternidade vividas por mulheres migrantes venezuelanas. A investigação também se propõe a analisar os desafios enfrentados por essas mulheres em contextos de deslocamento forçado. Relação com o GT e eixo temático: Esta comunicação está vinculada ao GT 02 "Aliança dos povos: a psicologia social em defesa da população migrante", por tratar diretamente dos impactos subjetivos e sociais dos deslocamentos forçados, bem como da atuação da psicologia sócio-histórica diante das desigualdades vivenciadas por mulheres migrantes. A partir dos fundamentos da psicologia sócio-histórica, compreende-se o sujeito como constituído nas relações sociais e históricas, o que permite analisar como os processos de migração atravessam dimensões subjetivas, materiais e simbólicas da existência. Ao considerar os marcadores de gênero, etnia e classe nas experiências de vulnerabilidade e resistência, o trabalho propõe uma escuta crítica e comprometida com os direitos humanos e com a transformação social. Metodologia: A pesquisa de forma geral adota uma abordagem qualitativa de caráter participativo, priorizando a construção coletiva do conhecimento entre pesquisadoras e participantes. Essa escolha metodológica valoriza a troca mútua e o reconhecimento dos saberes de cada sujeito envolvido, partindo do entendimento de que o processo de pesquisa é sempre atravessado por relações e, portanto, não é neutro. A coleta de dados está sendo realizada por meio de rodas de conversa com mulheres migrantes e refugiadas. Nessas rodas, o diálogo entre as participantes, mediado por suas experiências migratórias, possibilita a partilha de histórias de vida, angústias, conquistas, fracassos e projetos. Esse espaço de escuta e expressão favorece não apenas a construção coletiva do conhecimento, mas também o fortalecimento das mulheres enquanto sujeitas ativas de sua própria história e trajetória. Destaca-se que os processos migratórios abordados nesta pesquisa estão inseridos em contextos marcados por desigualdades sociais. As mulheres participantes vivenciam situações de vulnerabilidade e pobreza, enfrentando diversas fragilidades e desafios impostos pelas condições sociais em que se encontram. Especificamente, a coleta de dados da autora principal foi por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas com seis mulheres migrantes venezuelanas residentes em Dourados no Mato Grosso do Sul, em que o foco foi entender condições de saúde e maternidade buscando compreender como essas mulheres experienciam o acesso aos serviços de saúde, os desafios relacionados ao cuidado com os filhos e as dificuldades enfrentadas diante das barreiras institucionais, sociais e culturais que permeiam seus cotidianos. Resultados: Os dados revelam que o processo de inclusão social das mulheres migrantes em Mato Grosso do Sul é permeado por dificuldades significativas, como barreiras linguísticas, informalidade no trabalho e experiências de preconceito. No entanto, também emergem experiências de solidariedade entre as próprias migrantes, com a formação de redes de apoio e estratégias coletivas de cuidado, que fortalecem sua permanência e resistência no território. A maternidade aparece como uma dimensão central da vida dessas mulheres, carregada de sentimentos ambivalentes entre medo e esperança, diante das adversidades e da luta por melhores condições de vida para seus filhos. A pesquisa em andamento evidenciou que o Brasil tem se constituído como um cenário de esperança para essas mulheres. Especificamente, as participantes entrevistadas pela autora principal relataram que, em comparação com o país de origem, seus filhos agora têm acesso à escola e à segurança alimentar — aspectos fundamentais que antes lhes eram negligenciados. Apesar das barreiras linguísticas, as crianças estão em processo de adaptação e demonstram gosto pela escola. Em relação ao acesso à saúde, todas as entrevistadas já utilizaram os serviços da unidade básica de saúde do território onde residem e mantêm vínculo com a agente comunitária de saúde, que

desempenha um papel importante no agendamento de consultas e no esclarecimento de dúvidas sobre o funcionamento dos serviços. Conclusão: Os dados colhidos até o momento na pesquisa desenvolvida demonstram que a migração de mulheres e dos processos de refúgio envolvem situações complexas e multifacetadas. Especificamente, a experiência migratória de mulheres em Mato Grosso do Sul evidencia a necessidade de políticas públicas que reconheçam as especificidades de gênero nos processos migratórios. É fundamental que os serviços públicos assumam um papel ativo na defesa dos direitos dessas populações, construindo práticas comprometidas com a escuta, o acolhimento e a transformação das condições de vida. Ao evidenciar as vozes e trajetórias de mulheres migrantes venezuelanas, esta pesquisa reafirma a importância de construir uma ciência engajada e solidária, que contribua para a luta por justiça social, equidade e reconhecimento. A valorização dessas narrativas também representa uma aposta ética e política na força coletiva das mulheres migrantes em suas lutas sociais.

A guerra manicomial contra as mulheres: violências de gênero e necropolítica nas instituições psiquiátricas

Rayssa Karoline Dias de Pinho (UFAM), Robert Filipe dos Passos (UFAM)

A Reforma Psiquiátrica Brasileira, apesar de avanços significativos na defesa dos direitos de pessoas em sofrimento psíquico, ainda enfrenta disputas e tensionamentos, com a persistência de práticas manicomiais e a manutenção do que se pode nomear como "desejo de manicômio". Este fenômeno se manifesta em novas formas-estabelecimento, como Hospitais Psiquiátricos (HPs) remanescentes, Residenciais Terapêuticos Privados (RTPs) e Comunidades Terapêuticas (CTs), que, na maioria massiva dos casos, operam em desacordo com a Lei da Reforma Psiquiátrica (Lei nº 10.216/2001). No cerne dessa problemática, este trabalho investiga as particularidades da manicomialização de mulheres, evidenciando como o atravessamento de gênero amplifica a precarização e a violência nas instituições psiquiátricas, constituindo uma guerra manicomial contra as mulheres.

Este estudo pretendeu analisar como as particularidades da manicomialização de mulheres em instituições psiquiátricas no contexto brasileiro se articulam com a lógica da necropolítica, evidenciando as formas de atualização do desejo de manicômio em tempos de bio-necropolítica. Busca-se, para tanto, identificar como marcadores sociais como gênero, raça/etnia e classe social interseccionam-se na produção de vulnerabilidades e na intensificação da exploração, propondo reflexões sobre práticas de cuidado e resistência à devastação necropolítica no campo da saúde mental.

Este trabalho se alinha ao GT ao investigar a manicomialização de mulheres como uma expressão da devastação necropolítica que se manifesta nas instituições de saúde mental, e não apenas no contexto socioambiental. Ao examinar as vulnerabilidades específicas vivenciadas por mulheres em instituições psiquiátricas, a pesquisa contribui para a construção de uma cartografia coletiva de estratégias de cuidado e resistência, conforme proposto, enfatizando a importância de uma perspectiva interseccional e contra-colonial para o bem viver. A pesquisa explora como a lógica manicomial, sustentada por operações bio-necropolíticas, visa isolar e controlar o diferente, o que se manifesta na forma como mulheres são institucionalizadas e submetidas a práticas que desconsideram suas singularidades e violam seus direitos. A discussão sobre a exploração do trabalho não remunerado, a imposição de normas morais e a negação de direitos reprodutivos e sexuais dentro dessas instituições, ressalta como essas práticas se conectam com a devastação necropolítica e a gestão diferencial da precariedade, afetando o bem-estar e a capacidade de resistência das mulheres.

A pesquisa é guiada pela Psicologia Social Crítica, utilizando uma abordagem genealógica, inspirada em Foucault, para desnaturalizar a manicomialização e revelar as relações de saber-poder que a sustentam. Conceitos como biopoder e necropolítica de Mbembe (2017), transinstitucionalização, e as críticas de perspectivas feministas de autoras como Butler (2016), Segato (2021) e Sontag (2021) orientam a análise das vulnerabilidades e resistências. A noção de "desejo de manicômio" é central para compreender a persistência e atualização da lógica asilar, mesmo diante dos avanços da reforma psiquiátrica.

O estudo é um ensaio reflexivo formulado pela primeira autora articulado com desdobramentos dos resultados de uma tese de doutorado que, por sua vez, emergiu como desdobramento de um censo sociodemográfico, jurídico e de saúde dos usuários-moradores dos Residenciais Terapêuticos Privados (RTPs) de Passo Fundo/RS, realizado entre 2017 e 2019, no qual o segundo autor participou como pesquisador-entrevistador. Para a presente análise, foram retomados registros dos diários de campo produzidos durante o recenseamento, que capturam experiências, impressões e reflexões sobre a

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

investigação. Além disso, são utilizados elementos de relatórios de inspeção nacional de Hospitais Psiquiátricos (2020) e de Comunidades Terapêuticas (2018). Essa metodologia permite evidenciar discursos que sustentam a lógica manicomial e os caminhos da transinstitucionalização.

A pesquisa identificou que as mulheres internadas em RTPs, HPs e CTs sofrem uma intensificação da precarização de suas condições de vida. Observou-se a exploração da força de trabalho feminina em tarefas domésticas não remuneradas, naturalizadas como "papel da mulher", mesmo quando institucionalizadas para serem cuidadas. Em RTPs, as internas frequentemente realizavam inúmeras tarefas domésticas, a ponto de serem confundidas com funcionárias, enquanto homens internos relatavam "não fazerem nada". Essa exploração reflete traços da dinâmica colonial, onde mulheres negras, em particular, continuam a concentrar a maioria dos trabalhos domésticos no Brasil, recebendo a pior remuneração média (Bento, 2022). A negação do acesso a serviços de saúde é recorrente, com o direito ao acompanhamento ginecológico negado a mulheres internadas. Além disso, práticas de negação da sexualidade, como a prescrição compulsória de anticoncepcionais, ausência de oferta de preservativos e imposição de castigos relacionados à expressão da sexualidade, foram constatadas em HPs. Casos de violência sexual contra mulheres perpetradas por internos e funcionários em HPs foram relatados, com a deslegitimação das denúncias devido à "condição de saúde mental" das vítimas. Por exemplo, em um RTP, o relato de uma jovem negra de 19 anos sobre sucessivos abusos e violências sofridas ao longo da vida (negligência dos pais biológicos, exploração sexual pelos pais adotivos) foi posto em dúvida pela equipe de cuidadores devido ao seu diagnóstico de bipolaridade e por ser "excessivamente sexualizada". Em contraste, o relato de um rapaz com déficit cognitivo sobre abuso sexual foi tratado com solidariedade e sem questionamentos pela mesma equipe, evidenciando um evidente atravessamento moral de gênero na validação das denúncias.

A negação do direito ao voto e a imposição de "injeções para não menstruarem" sem consentimento foram outras reivindicações de moradoras de RTPs, refletindo a violação do direito à diferença e a continuidade da lógica de controle sobre corpos femininos. Essas práticas reforçam que, para a lógica manicomial, a loucura possui características muito convenientes às formas de dominação, com mulheres consideradas absolutamente aptas a darem conta das tarefas domésticas, mesmo quando sua autonomia para aspectos básicos da vida é negada.

A manicomialização de mulheres em instituições psiquiátricas é um campo fértil para a análise da articulação entre a lógica manicomial, a necropolítica e as desigualdades de gênero, raça/etnia e classe social. A pesquisa demonstra como as instituições de "cuidado" atuam como dispositivos de controle e reprodução de violências históricas, negando a autonomia, silenciando experiências e violando direitos fundamentais. A resistência a essa "guerra manicomial" exige uma radicalização da luta antimanicomial, que vá além da desinstitucionalização física e desafie as bases morais e sociais que naturalizam a exclusão e a precarização de corpos femininos e minorizados. É fundamental a construção de redes de cuidado que legitimem a diferença e potencializem a vida, em aliança com as mulheres que na vanguarda da produção e manutenção de comuns, tecem práticas de "Bem Viver" como resposta à devastação necropolítica.

Abre Caminho para uma político-clínica banhada de folhas: oficinas de saúde popular entre mulheres

Luísa Horn de Castro Silveira (UFS), Camilla Martins Albuquerque (UFS), Lívia de Rezende Cardoso (UFS), Michele de Freitas Faria de Vasconcelos (UFS)

Por meio das experiências de pesquisa-extensão junto ao Observatório Popular de violências, pela vida de mulheres de comunidades tradicionais de Sergipe (OPopVida/UFS), compartilhamos saberes situados (Haraway, 2023) em dívida com práticas de cuidado entre mulheres de comunidades pesqueiras, em um contexto de degradação social, ambiental e do corpo-território. Em uma das ações do OPopVida, as Oficinas de Saúde Popular, são realizados encontros mensais junto a mulheres da comunidade de Aguilhadas, no município de Pirambu, litoral norte de Sergipe, um povoado pesqueiro cujos modos de vida estão intrinsecamente ligados à filetagem de camarão e à pesca artesanal. Os cercamentos e expropriações socioambientais, a invisibilização e precarização do trabalho de filetagem e as condições de acesso à saúde impõem desafios significativos à garantia de direitos e à manutenção da vida dessas mulheres em seus territórios.

Nesse contexto, as Oficinas de Saúde Popular foram concebidas como espaços de fortalecimento coletivo, possibilitando a troca de saberes sobre saúde, modos de vida, ofícios femininos e práticas comunitárias. O objetivo central é cultivar os sentidos de saúde e cuidado que germinam no território, criando um repertório de fazeres-saberes em saúde, compartilhando conhecimentos e consolidando as ferramentas de cuidado já existentes na comunidade. Durante os encontros, são discutidos diversos temas, como os efeitos da precarização do trabalho feminino da filetagem de camarão e outros fazeres tradicionais na saúde física e mental; as práticas ancestrais de cuidado passadas entre gerações, como o uso de ervas medicinais; as dificuldades de acesso aos serviços de saúde e as violências institucionais vividas por muitas dessas mulheres; as violências de gênero que ferem e aprisionam; as “agonias” do viver e outros modos de nomear o sofrimento psíquico; e o desafio do reconhecimento do corpo como território de defesa e do cuidado entre mulheres como arma de luta.

Nesse fazer junto, nos baseamos numa perspectiva de pesquisa-extensão-participante feminista que parte do entendimento de que “a pesquisa deve ter um caráter político, e não um objetivo restrito à geração de conhecimento”, [...] que sejam “úteis para as mulheres, orientadas à ação e à mudança social” (Cagnone et al. 2023, p. 235). Nossa posição é a de que gerar conhecimentos entre mulheres e retomar fazeres-saberes tradicionais femininos pode complexificar e arejar os sentidos modernos do que se toma como ciência, especialmente como ciências da saúde, na direção de problematizar as urgências desse tempo da catástrofe das mutações climático-subjetivas. Deslegitimar os saberes das mulheres, silenciar suas dores e necessidades e roubar sua autonomia é uma violência patriarcal, estratégia de domínio utilizada há séculos. O nascimento da ciência moderna ocidental assenta-se na perseguição e difamação das curandeiras populares: “as mulheres foram expropriadas de um patrimônio de saber empírico, relativo a ervas e remédios curativos, que haviam acumulado e transmitido de geração em geração” (Federici, 2017, p. 364). Ainda hoje, os serviços de saúde, mesmo quando se dispõem a pensar um cuidado para os povos tradicionais, não parecem encontrar caminhos para além da percepção de vulnerabilidade e vitimização dessas populações, sem valorizar a importância dessas comunidades, sua luta e saberes de resistência - vistas, muitas vezes, como um empecilho ao desenvolvimento.

"Des-envolvimento", como conceitua Nego Bispo (2022), na lógica de que para seguir adiante é preciso desconectar, cortar o envolvimento, arrancar raízes, perder pertencimentos e origens em nome daquilo que chamam de "progresso".

As Oficinas de Saúde Popular em Aguilhadas vêm acontecendo mensalmente desde dezembro de 2024, algumas vezes em um centro comunitário (pouquíssimo utilizado) e outras no quintal de uma das participantes. No primeiro encontro, iniciamos com uma pergunta-guia: o que vocês fazem quando não se sentem bem? Questionamento que foi se ramificando em muitas direções e serviu como um mapeamento dos temas a serem trabalhados ao longo do ano: saúde mental; trabalho; relações, gênero e sexualidade; plantas medicinais; violência, medo e uso de drogas; acesso aos serviços de saúde; amizade, comunidade e redes de apoio. Todos os encontros iniciam com um aquecimento ou "mística" como costuma ser chamado. Nesse momento, as mulheres são convidadas a mexer o corpo, experimentar sensações e movimentos que mobilizem afetos e ajudem a encontrar modos de expressão para além da fala. Na segunda oficina abordamos suas formas de lidar com dores psíquicas, tateando também as palavras utilizadas para descrever suas "agonias", aflições e tristezas. A partir disso, no encontro seguinte, fomos colecionando ferramentas de cuidado, ao pedir para que elas trouxessem de casa objetos que simbolizam o ato de cuidar de si - as folhas, plantas e raízes de seus quintais vieram novamente perfumar nossa roda. Sentindo a necessidade de trabalhar mais demoradamente a conexão com o próprio corpo, no terceiro encontro, pedimos que as participantes desenhassem uma linha do tempo corporal, contando suas histórias a partir do corpo. Muitas trouxeram relatos relacionados à maternidade e ao parto, e às marcas do amadurecimento e enrijecimento desses corpos que vão se moldando às atividades do cotidiano - trabalhos pesqueiros, rurais, de cuidado e da lida doméstica. Como continuidade, o quarto encontro foi para mapear no território os caminhos de cuidado trilhados por essas mulheres: espaços de lazer, de exercício físico, de conexão com a natureza, de exercício da espiritualidade, entre outros. Dentre esses espaços, a Unidade Básica de Saúde se destaca como um local onde muitas não se sentem acolhidas - o que motivou o contato da equipe do OPopVida com uma das trabalhadoras do serviço, no intuito de promover uma articulação e pensar aproximações possíveis.

As oficinas seguem acontecendo nesse caminhar conjunto e ainda temos bastante chão a trilhar. As redes tecidas por entre esses encontros vêm fortalecer as muitas costuras de uma árdua caminhada em busca por melhores condições para que as mulheres de comunidades costeiras exerçam seus ofícios e sigam praticando um bem viver comum. Bem viver entendido como um horizonte de sentido, uma aposta de que é possível transitar por outras formas de existir que fujam do aniquilamento gerado pelo modelo de desenvolvimento hegemônico (Ibáñez, 2016). Tais encontros que oficinam trabalho e artes do viver permitem dividir o peso dessa luta, partilhar estórias (Haraway, 2023) de dores físicas e psíquicas, de violência doméstica e do Estado, de angústias por seus mundos em ruínas, de idas e vindas em postos de saúde e consultórios. Mas também permitem contar estórias de seus quintais de cura, de um ofício composto pelo encontro entre mulheres e as águas, de bebidas que aliviam, ensinadas por suas mães e avós, em macerações perfumadas e calmantes, de cuidado por e entre mulheres.

Coletivo em modo Mutirão: práticas de cuidado em tempos de mutação climática

Daniela Dalbosco Dell'Aglio

Este trabalho objetiva construir uma reflexão situada a partir da experiência de um mutirão realizado no contexto do pós-enchente que atingiu o estado do Rio Grande do Sul em maio de 2024. A partir de uma perspectiva feminista e etnográfica, e ancorando-se em autoras como Donna Haraway (2016), Puig de la Bellacasa (2017) e Veena Das (1995), este trabalho busca compreender os mutirões não apenas como ações emergenciais de enfrentamento da destruição material, mas como práticas políticas que operam na produção de mundos comuns, relações de cuidado e reconstruções afetivas diante da crise/mutação climática.

A catástrofe que aconteceu em maio de 2024 no RS abre espaço para diversas análises possíveis. Uma delas é a indispensável relação com o campo político. A crise climática não é, nem será, um fenômeno localizado; ela atravessa o mundo que conhecemos, manifestando-se em diferentes contextos e formas. A partir da filosofia da ciência, especialmente dos trabalhos de Bruno Latour (2020), o debate tem sido tensionado pelo conceito de Antropoceno, que busca nomear a nova era geológica marcada pelas consequências das ações humanas sobre o planeta. Em sua obra mais recente, Haraway (2016) desenvolve outra nomenclatura que daria conta desse fenômeno, a qual diz ser o seu preferido: a ideia de Chthuluceno, enquanto "forças e poderes sincrônicos, dinâmicos e contínuos dos quais as pessoas fazem parte, e dentro dos quais está em jogo a continuidade" (Haraway, 2016, p.101, tradução livre). O Chthuluceno seria o passado, o presente e também aquilo que está por vir, acreditando que essa nomenclatura daria conta de uma grande história ou teoria, deixando, ao mesmo tempo, um espaço aberto para conexões novas e velhas que podem ser surpreendentes.

Podemos pensar que a catástrofe do RS, se constitui em um cenário a partir do qual se pode refletir a respeito de quais respostas as pessoas criam para os tempos difíceis que vivemos. Ou seja, se a macropolítica não está dando conta de políticas preventivas, tampouco emergenciais, como as pessoas vão criando estratégias para lidar com a mutação climática em contexto de crise? Como o Chthuluceno se manifesta em redes de coletividades, mutirões, apoio mútuo, criatividade, de pessoas que vivem em contextos atingidos por catástrofes? Esses são alguns dos questionamentos que movimentam este trabalho. Aqui, ainda, dialogo com o conceito que venho operando desde a minha tese de doutorado, de "ecologia do cuidado", que busca compreender o cuidado enquanto uma prática interdependente entre agentes humanos e não-humanos para a manutenção/criação/reparação/reconstrução de modos de existência.

Neste trabalho, parto de uma experiência coletiva: os mutirões que aconteceram na casa de minha amiga Thereza. Esta amiga conheci em contextos políticos e feministas, em que vivenciamos diversos momentos marcantes na história da cidade de Porto Alegre, onde resido. Desde as manifestações de 2013, ocupações, performances artísticas, rodas de conversas, ações diretas, marchas. Fazemos parte de um coletivo feminista que se apoia e está junto nos mais diversos acontecimentos. Ao entrarmos na casa de Thereza, atingida pelas águas da enchente, nos deparamos com o cheiro de podridão, os móveis revirados, a presença quase insuportável da umidade e do esgoto. Esse momento exigiu um esforço coletivo. Para além do trabalho do "mão na massa", como levar móveis e materiais não recuperáveis, encontros para limpeza, acabar de destruir móveis apodrecidos, descascar paredes, em todos encontros parávamos para fazer um café coletivo e

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

discutir profundamente o momento que estávamos vivendo.

O termo "mutirão" é lido aqui como uma prática genuinamente brasileira que, segundo o dicionário "Método moderno do tupi antigo", tem origem etimológica da palavra tupi moty'rõ, que significa "trabalho em comum" "trabalho coletivo" ou "trabalho em conjunto" (Navarro, 2005), estando ligada a práticas de comunidades indígenas. Dessa forma, a palavra mutirão é uma experiência brasileira acionada no campo político há muitas décadas e que também é possível encontrar em discussões acadêmicas em contextos de Movimento Sem Terra, Agroecologia, Urbanismo, entre outras áreas e temáticas. Em trabalho de Silmara Moraes dos Santos (2024), a autora discute os mutirões de reflorestamento realizados por mulheres na comunidade Alegria. A autora observa que essas mulheres reivindicam e constroem uma forma de habitar o território que contrasta com as práticas de fazendeiros e empresas com quem disputam a terra, explicitando relações de cuidado e interdependência. Os mutirões, neste contexto, atuam enquanto estratégias de resistência frente aos processos de destruição provocados pelo avanço do latifúndio naquela região.

Já ao relacionar a ideia de mutirão com as enchentes de maio de 2024 em Porto Alegre, Vanessa Maurente e Cleci Maraschin (2024) oferecem outra perspectiva a partir do relato de uma mulher afetada pela enchente. As autoras descrevem como, nos próprios abrigos, foram formadas equipes de mutirões voluntários que iriam contribuir com a limpeza na casa das/os abrigadas/os. No momento de sair com o carro de aplicativo em direção a sua casa, uma mulher manifestou o desejo de ir sozinha, primeiramente, para se reencontrar com suas próprias coisas. As autoras inclusive provocam que, para elas, a ideia de mutirão parecia resolutiva, mas para quem havia perdido seus objetivos afetivos e financeiros poderia ser uma nova forma de invasão ou violência. A escuta atenta e o redirecionamento da ação – a partir da demanda da própria pessoa atingida – fizeram com que a proposta de ajuda se reformulasse em uma disposição sensível ao tempo e à necessidade de cada contexto.

Este relato reforça que o cuidado, para que ele aconteça, não pode ser projetado de modo unilateral ou de uma perspectiva moral do que significa, supostamente, um "bom cuidado", assim como sugere Bellacasa (2017). Ele precisa emergir das próprias relações, da escuta, das redes. As práticas de cuidado são trabalhos relacionais. Os mutirões nos ajudam a pensar essa prática coletiva, que os agentes humanos e não-humanos estão em constante relação. Assim, os mutirões, mais do que uma prática padronizada que pode ser replicada, entendemos aqui enquanto espaços de negociação e produção coletiva, nos quais se articulam práticas de apoio.

Para Veena Das (1995) um acontecimento que não se encerra no instante em que ocorre, mas se inscreve no cotidiano, reorganizando relações, subjetividades e formas de vida. O retorno à casa não é só retorno ao espaço físico, mas também uma possibilidade de relações entre agentes humanos e não-humanos que, em articulação, produzem coletivamente processos para a elaboração da catástrofe. Dialogando com Haraway (2016) e sua proposta de permanecer com o problema (staying with the trouble), este trabalho se aproxima da ideia de que os mutirões, como práticas localizadas, nos obrigam a habitar os problemas de forma situada, recusando respostas fáceis ou generalizações. Em vez de aspirar a uma suposta resolução da crise, eles criam espaços de recomposição dos vínculos entre humanos e não-humanos, seja esgoto, lama, vassouras, fotografias, livros, madeiras apodrecidas e cascas de parede.

Este trabalho busca, portanto, recuperar o termo "mutirão" como conceito político, atento às suas raízes e às suas expressões contemporâneas. Em diálogo com experiências latino-americanas, o termo se aproxima da "minga" (em espanhol), prática ancestral dos povos andinos, também marcada por trabalho coletivo,

reciprocidade e vínculo com a terra. Ambas apontam para epistemologias outras, que desafiam as lógicas individualistas do mundo moderno. Essa reflexão dialoga com a proposta do GT 27, uma vez que fica explícito o projeto necropolítico de sucateamento de medidas preventivas das enchentes e políticas ambientais. Ainda, os mutirões são definidos enquanto práticas de cuidado, justamente em contextos de mutações climáticas e bem-viver, que está em questão o apoio mútuo e práticas de resistência. Ao relatar formas de enfrentamento coletivo, este trabalho contribui para a proposta do GT de articular saberes acadêmicos e ancestrais em prol de um bem viver enraizado na reciprocidade, ainda ao reconhecer o protagonismo das mulheres na reconstrução e na produção de alternativas diante da mutação climática. Ao acompanhar os mutirões organizados durante e após as enchentes, este trabalho afirma a potência de práticas coletivas que emergem em momentos de ruptura. Permanecer com o problema, aqui, é construir, com muitas mãos, com muitos equipamentos, com muitos litros de água sanitária, possibilidades de viver juntas.

Das, V. (1995). Critical events: An anthropological perspective on contemporary India. Oxford University Press.

Haraway, D. (2016). Staying with the Trouble: Making Kin in the Chthulucene. Durham and London: Duke University Press.

Latour, B. (2020). Onde aterrar? Como se orientar politicamente no Antropoceno. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.

Maurente, V. & Maraschin, C. (2024). Dissolvendo fronteiras entre máquinas, humanos e outras espécies em uma cidade inundada. Iluminuras, 25(69), 270-290.

Navarro, E. A. (2005). Método moderno de tupi antigo: a língua do Brasil dos primeiros séculos. 3. ed. rev. e aperfeiçoada. São Paulo: Global.

Puig de la Bellacasa, M. (2017). Matters of care: speculative ethics in more than human worlds. Minneapolis: University of Minnesota Press.

Santos, S. M. (2018). Mutirões de reflorestamento realizados por mulheres na comunidade Alegria. Cadernos de Agroecologia, 13 (1). Anais do VI Congresso Latino-Americano de Agroecologia, X Congresso Brasileiro de Agroecologia e V Seminário de Agroecologia do Distrito Federal e Entorno. Disponível em: https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/download/1568/981.

Culpabilização das mulheres vítimas de estupro pela violência sofrida: Atravessamentos da cultura do estupro

Lígia Dias Wolbert (Outro), Paula Gonzaga (UFMG)

Este resumo apresenta reflexões teóricas e analíticas de uma pesquisa de mestrado em psicologia social, que investiga como os repertórios linguísticos constroem e reiteram a naturalização do estupro e a culpabilização de suas vítimas. O projeto de pesquisa está em fase inicial de formulação e o que se segue é fruto deste processo. Para apresentação no Grupo de Trabalho "Interseccionalidade, investigação-ação participativa e psicologia comunitária nas relações de gênero, sexualidades e violências" focalizaremos as repercussões da cultura do estupro na culpabilização das sobreviventes de violência sexual, a partir de um adensamento das discussões, experiências e análises aqui apresentadas.

A escolha do GT se deu por esta ser uma pesquisa alinhada aos pressupostos da psicologia social feminista decolonial, que compreende a análise interseccional como crucial para abordar os contornos da violência de gênero. No caso da pesquisa supracitada, focamos na análise de como a culpabilização da vítima se concretiza na vivência de mulheres atravessadas por diferentes marcadores sociais. Coadunamos com as proponentes do GT quando argumentam pela necessidade de romper "com a tradicional dicotomia sujeito-objeto da pesquisa convencional". Como aponta Thomás Ibanez (1994) o conhecimento é algo construído socialmente, um posicionamento frente aos dados, e não uma apreensão do mundo. É preciso romper com a objetividade e neutralidade características da ciência positivista androcêntrica (Harding, 1986; Narvaz; Koller, 2006).

O termo violência de gênero demarca a violência como uma questão política (Azambuja; Nogueira, 2009). Perspectivas feministas que criticam o conceito de uma mulher universal e constroem conhecimentos interseccionais, levam à reflexão sobre pensamentos contra hegemônicos e sobre discursos outros para se tratar das questões de gênero. Lugones (2008), compreende o gênero como uma imposição colonial e critica os feminismos que cunharam uma visão universal de mulher, negando a relação do gênero com raça, classe e sexualidade. Estes pensamentos feministas se alinham aos modos de pesquisa do construcionismo social, que busca estudar a relação entre novos discursos e novas realidades construídas (Gonzaga; Guanaes-Lorenzi; Nogueira, 2023).

Nesse sentido, retomamos o termo culpabilização da vítima, cunhado pelo psicólogo William Ryan no livro "Blaming the Victim" (Culpando a Vítima, em tradução livre), de 1971, no qual o autor reflete sobre falsas verdades propagandeadas na sociedade norte-americana daquela época, que responsabilizavam as pessoas pobres pela própria condição econômica. Desde então, o termo passou a ser utilizado para discutir a responsabilização de outras minorias pelas violências sofridas.

Na década de 1970 feministas estadunidenses cunharam o termo "rape culture", traduzido como cultura do estupro, para expor como o estupro é incentivado e naturalizado na sociedade, impondo a culpa às próprias vítimas, o que faz com que as denúncias não sejam credibilizadas pelas autoridades e pela sociedade (Lima, 2017). Embora o estupro seja tipificado como crime, a cultura do estupro faz com que a justificativa para o ato seja encontrada em características da vítima ou na percepção do agressor como descontrolado, infantilizado ou alterado. Fatores como a roupa que usava no momento, o local em que se encontrava e se estava sob o efeito de álcool são constantemente utilizados para legitimar o estupro, desresponsabilizando o agressor pela violência (Sommacal; Tagliari, 2017).

Rita Segato, a partir de uma pesquisa em que entrevistou condenados por estupro presos na penitenciária de Brasília, enfatiza a tese feminista de que estupro não se dá por sujeitos doentes ou desviantes, mas sim por conta de uma estrutura simbolica que confere inteligibilidade às fantasias e atos violentos (Segato, 2005). A análise da culpabilização a partir da categoria cultura do estupro permite que se supere uma discussão puramente acusatória e pessoalizada, saindo de uma culpabilização individual dos autores para uma reflexão sobre os repertórios culturais em que ocorre a violação de crianças, meninas e mulheres. Sem essa compreensão a discussão pode ficar limitada a acusações que culpabilizam certas masculinidades, que se entrelaçam com discursos racistas e classistas, sem abordar as reais dimensões da cultura do estupro (Engel, 2017).

Em 2015 usuários do Twitter teciam comentários sobre uma participante de 12 anos do programa Masterchef Junior. Os comentários, muitas vezes de cunho sexual, levantaram uma onda de protestos no Brasil. A partir disso o blog feminista Think Olga lança a hashtag primeiro assédio, que alcançou a marca de 82 mil replicações. A cultura do estupro é composta não só pelo estupro mas também por esses assédios cotidianos naturalizados. (Engel, 2017).

A despeito de ser um fenômeno transnacional, as violências contra mulher são experienciadas diferentemente e, para capturar como as mulheres são posicionadas nas situações de violência, é importante observar as interseccionalidades entre os eixos de subordinação e opressão, articulados de forma estrutural e dinâmica (Crenshaw, 2002). A criança participante do masterchef era uma menina branca, loira e de olhos azuis e a análise deste caso evidencia não só como a cultura do estupro naturaliza a sexualização de crianças e adolescentes, mas também como a raça compõe as experiências. Lugones (2008) argumenta que na colonização as mulheres negras foram reduzidas à animalidade, justificando a violência praticada contra elas. Lélia Gonzalez (1983), referência no pensamento latino-americano, argumenta como a colonialidade aponta para a concepção em que as mulheres brancas são “para casar” e as não brancas “para transar”. Essas concepções implicam em uma naturalização da violência sexual contra as mulheres não brancas, onde a vitimização pode ocorrer para as mulheres brancas, mas as negras são descredibilizadas e mais revitimadas.

Segundo dados do 18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2024), em 2023, 88,2% dos 72.454 casos de estupro registrados no país foram cometidos contra mulheres ou meninas, o que significa que, todos os dias, ao menos 199 meninas e mulheres foram estupradas. Embora alarmantes, os números de denúncias de estupro são subnotificados, uma vez que há o medo de que o agressor não responda criminalmente e o constrangimento e o medo da reação de conhecidos, dificultando a realização da denúncia (Drezett, 2003).

A culpabilização da vítima pelo estupro no âmbito judiciário tornou-se notória no emblemático caso Mari Ferrer, em que Mariana Ferreira Borges, no momento do julgamento do estupro praticado contra ela, teve sua vida exposta, em uma tentativa de justificar o crime, deixando os atos do estuprador em segundo plano. Após a repercussão do caso, em 2021, foi sancionada a Lei Mariana Ferrer, que busca proteger as vítimas de crimes sexuais em julgamentos (Oliveira; Giornado, 2021).

A participação na pesquisa Formações discursivas sobre abortamento nos Projetos de Lei da Câmara de Deputados: uma análise a partir da psicologia social feminista, coordenada por Paula Gonzaga (UFMG), emerge como um pré-campo da pesquisa de mestrado, a partir da qual temos tecido análises dos Projetos de Lei da Câmara de Deputados dos últimos 15 anos sobre o tema do aborto. As análises preliminares indicam que as proposições legislativas que buscam reduzir os direitos das mulheres são numericamente maioria e se apresentam em diversas vias, como a tentativa de

criminalização completa do aborto, a redução dos permissivos já existentes e a ampliação da punição das mulheres que abortam.

Na pesquisa foi possível observar como se constroem os discursos de projetos de lei que discutem o aborto em caso em estupro. O Projeto de Lei nº 1.904 de 2024, por exemplo, busca criminalizar as mulheres que realizassem o aborto após 22 semanas. Romagnoli (2019) agumenta que, por conta da culpabilização da vítima de estupro, muitas mulheres demoram a recorrer à justiça para denunciar a violência e, nos casos em que o estupro leva à gravidez, as denúncias chegam ao sistema semanas e, às vezes, meses depois do ocorrido. Portanto, a negativa ao aborto legal é uma forma de revitimizar as mulheres e impedir o acesso aos seus direitos sexuais e reprodutivos. Já a PDL 23/2023 busca incentivar a regulação e denúncia compulsória nos casos de aborto legal por estupro. Gonzaga (2020) argumenta que, no cotidiano, diversos discursos que deslegitimam as denúncias de violência contra mulher integram o processo de silenciamento e culpabilização das mulheres violentadas. As mulheres são então vistas e representadas como indignas de confiança.

Os resultados indicam para a realização de manobras discursivas que visam delimitar as mulheres como pessoas hostis que devem ser punidas e criminalizadas, ou infantilizá-las de modo a tornar sua decisão algo relativizável. A focalização na suspeição da palavra da vítima e as tentativas de impedimento do acesso ao aborto legal indicam como a cultura do estupro, que protege os agressores e culpabiliza as vítimas, está presente também nos dispositivos legais. Engel (2017) sustenta que a partir da cultura do estupro as vítimas tem medo de denunciar a violência, por acreditarem que serão questionadas e deslegitimadas, nutrindo sentimento de culpa e questionamentos sobre o que poderiam ter feito para evitar a vitimização. Assim, essa culpabilização impede o acesso aos seus direitos sexuais e reprodutivos e as mantém em um ciclo de culpa, vergonha e silêncio (Gonzaga, 2020), sendo uma forma de capilarização da violência psicológica contra as mulheres, produzindo danos psíquicos e o impedimento ao acesso aos cuidados integrais em saúde (Gonçalves; Sposito, 2019).

Floresta encantada: narrativas de cuidado, desejo e resistência entre mulheres e a Terra

Aline Britto Miranda (UFRGS)

Introdução

Este trabalho compõe um dos capítulos de uma tese em desenvolvimento na área da Educação e propõe uma reflexão sobre os sentidos da floresta e do feminino em narrativas míticas, autobiográficas e cinematográficas. A partir da provocação de Chimamanda Adichie sobre os riscos de uma "história única", o capítulo problematiza as representações hegemônicas da floresta como lugar de medo, desafio ou ameaça, investigando também suas intersecções com o corpo feminino, a educação e o cuidado. A escrita propõe interrogar os vínculos entre floresta e feminilidade em contextos atravessados por violências coloniais, patriarcais e extrativistas, resgatando a floresta como território de resistência, memória e reencantamento.

Objetivo

A pesquisa investiga as sobreposições simbólicas e políticas entre as representações da floresta, da mulher e da Terra, a partir de narrativas míticas e contemporâneas em aparições na literatura, no cinema, em exposições de arte e de ciência. O objetivo é refletir sobre os sentidos do encantamento, do cuidado e da educação em experiências de resistência de mulheres — especialmente indígenas — que enfrentam violências sexuais, territoriais e epistêmicas. O trabalho ainda propõe pensar o feminino como dimensão multiespécie da vida, vinculando práticas de educação, arte e luta socioambiental.

Relação com o GT e eixo temático

Em consonância com o GT 27 ("Mulheres, mutações climáticas e bem viver"), o trabalho articula as mutações climáticas às violências sofridas por mulheres, corpos racializados e territórios vivos; reflete sobre a floresta como espaço de conflito, mas também de produção de comuns, cuidado e regeneração, a partir da cosmovisão Yanomami, das práticas ecofeministas e da pedagogia engajada.

Orientação teórica

A partir de uma ética cartográfica (Passos, Kastrup, Escócia), articula-se referências como bell hooks (pedagogia engajada e ética do cuidado), Silvia Federici (comuns e demonização da floresta), Davi Kopenawa (sopro vital da Terra, cosmovisão Yanomami), Rosa Fischer (palavra, imagem e experiência) e Chimamanda Adichie (feminismo e narrativa). relacionando práticas de leitura, escrita e escuta como modos de cuidado coletivo e reencantamento da vida..

Metodologia

Trata-se de uma escrita ensaística e cartográfica, que combina análise de narrativas míticas, filmes, literatura, vivências de pesquisa e experiência pessoal da autora. As fontes incluem o filme A Última Floresta (2021), um relato de uma palestra de Davi Kopenawa proferida no Centro de Cultura Contemporânea de Barcelona em 2025, relatos sobre mineração ilegal e violência contra mulheres Yanomami, memórias da formação em pedagogia, referências à obra de bell hooks e experiências com exposições e práticas artísticas. Também aborda o livro O som do rugido da onça (2011), de Micheliny Verunschk em sua ficcionalização crítica de corpos indígenas raptados em meio à problematização de sua branquitude.

Resultados

Davi Kopenawa em "Segurando o céu: palavras de sabedoria antiga" em 10 de março de 2025 faz um pedido aos brancos europeus: "Quero que vocês vejam a floresta em seus sonhos. Quero que vocês sonhem." Neste

sentido, o trabalho problematiza o modo com o qual narrativas hegemônicas sobre a floresta — como lugar de medo, desafio ou exclusão — contribuem para o apagamento dos vínculos de cuidado e conhecimento construídos historicamente por mulheres e comunidades com esses territórios. Essas perspectivas são articuladas à pedagogia engajada de bell hooks no sentido de argumentar como o cuidado também pode ser epistemológico. Ao contrapor essas visões com mitologias indígenas e experiências contemporâneas de resistência como, por exemplo, a de Ehuana Yanomami, a pesquisa aponta para uma floresta viva, onde o feminino pulsa como força de cura, memória e reexistência. Ao analisar o mito Yanomami de Thuëyoma e Omama, o texto pensa como o colonialismo também atua nas formas de contar, nomear e desejar. Junto das personagens Ine-e e Josefa, olha-se para o rapto de crianças indígenas realizado pelos cientistas alemães Spix e Martius em expedição pelo Brasil no século XIX. Essas mulheres, a partir da voz da narradora, ganham um protagonismo dentro de suas histórias. Micheliny, em sua narrativa, nos traz a possibilidade de fabular os perigos do nosso passado e também do nosso tempo presente. Dessa forma, é exigido de nós pesquisadoras um esforço constante e meticuloso, desagregando e analisando as palavras, as frases e as imagens, operando sobre os tantos discursos em jogo. Da mesma maneira, é necessário tratar das visibilidades, compreendendo que tanto a luz que ilumina uma época quanto a linguagem utilizada variam não apenas entre diferentes contextos históricos, mas também ao longo do próprio tempo ao qual se referem. (Fischer, 2016, p. 19-20)

Conclusão

A floresta encantada, tal como aparece neste trabalho, é menos um lugar físico e mais um território simbólico de retomada: de vozes, memórias, feminilidades e formas outras de produzir conhecimento. Ao transitar entre mitologia, política, memória e educação, o trabalho afirma que o Bem Viver precisa ser cultivado como prática cotidiana, que desestabiliza o extrativismo nos corpos e na Terra. Propõe-se uma ética feminista e ecossocial do cuidado — com as palavras, com a floresta e com os saberes que nos atravessam. Em tempos de mutações climáticas e colapsos múltiplos, aprender a sonhar a floresta é também reaprender a habitar o mundo com outros olhos.

Formar-se escutadeira: uma escuta popular entre mulheres como estratégia de defesa de seus corpos-territórios

Michele de Freitas Faria de Vasconcelos (UFS), Michele de Freitas Faria de Vasconcelos (UFS), Lívia Cardoso de Rezende (UFS), Luísa Horn de Castro Silveira (UFS), Ana Elízia Pereira Costa (OPOVida/UFS), Cristiane Vieira Dias Dos Santos (OPOPVida/UFS), Elienaide Cardoso das Flores (OPOPVida/UFS), Carleane Soares da Silva (UFS), Camilla Martins Albuquerque (UFS), Lorena Santos Andrade (UFS), Ketheleen Vieira da Silva (OPOPVida/UFS), Juliana Senatore Lago (OPOPVida/UFS), Clarice Martins da Anunciação Lima (UFS)

O objetivo do trabalho é apresentar os primeiros resultados e desdobramentos do Curso de Escutadeiras - Defensoras Populares do corpo-território, promovido pelo Observatório Popular de violências pela Vida de mulheres de comunidades tradicionais de Sergipe (OPOPVida/UFS) que se iniciou no mês de maio de 2025. Os encontros são quinzenais e vão até novembro do corrido ano, contando com a participação de aproximadamente 35 mulheres indígenas, quilombolas, agricultoras, marisqueiras, filetadoras de camarão, catadoras de mangaba, erveiras, raizeiras, de terreiros de matriz africana, LGBTQIAPN+, sobreviventes do cárcere, lideranças de movimentos sociais e acadêmicas. Temos pensado os efeitos de assumirmos a nomeação feminista que temos experimentado na escuta a sofrimentos psíquicos instalados por meio de violências estruturais de gênero, raça, classe, região etc. (Simone Paulon et al, 2023). Além disso, temos sentido os efeitos de assumirmos essa clínica como popular, a popularização desse ofício de escutar outras mulheres. Aliado a essas duas nomeações-posições ético-políticas - feminista e popular - , essa clínica e essa escuta solicitam o cultivo de uma formação feminista, tramada por práticas cotidianas, miúdas, delicadas, insistentes, capazes de afetar, de movimentar as paisagens sociais-subjetivas vigentes, de produzir sentidos sentindo os efeitos do projeto colonial-moderno que nos aprisionou nas vestes de mulheres casadas com o patriarcado, responsáveis por manter erguidas a família nuclear e a casa. Tal projeto tem a educação (para o embranquecimento e a generificação dos corpos) como um importante ponto de ancoragem e veiculação, com a finalidade de produzir um cercamento, dar um contorno, fazer uma contenção naturalizada e universalizada em todas e cada uma de nós, subsumidas a um alguém identificado e hierarquizado pela aderência reiterada ao modelo universal, régua de esquadrinhamento, da forma-Homem civilizado – adulto, masculino, heterocisnormativo, detentor da razão e do poder de conhecer para explorar, expropriar, controlar a 'natureza', as mulheres, as crianças, indígenas, negras, periféricas, com deficiência). Assim esse projeto civilizatório-educacional, que é o mesmo do projeto assistencial de cuidado-controle aos corpos das mulheres, produz, veicula e impõe modos de ver, perceber, sentir, (con)viver (Lorena Andrade, Carleane Silva, Carmo, Michele Vasconcelos, 2024). Nessa direção, seguimos a trilha de bell hooks (2013): afirmamos com ela a necessidade de romper com a ideia do espaço pedagógico e também do espaço clínico como "locais seguros". Dessa maneira, uma formação feminista descreve os efeitos em nossos corpos, nossas relações sociais, nossos territórios de vida, os efeitos desse projeto civilizatório-educacional que nos constitui como mulheres para, juntas, traçarmos caminhos que nos possibilitem desaprender todo um longo histórico de aprendizagens de gênero, de raça, de classe, de faixa etária, de região que continuam operando em nós, de modo a dificultar o aprender, a nos confinar em determinados modos de existir, entendidas sempre como faltosas, defeituosas, passíveis de perder a razão e, por isso, carecendo de governo. É essa a linha que guia uma intervenção-formação, uma escuta feminista: desprender-nos da lógica civilizatória, dicomotizante e hierarquizante macho-(fêmea); adulto-(criança); branco-(negro, amarelo, vermelho); razoável-(animal); humano-

(não-humano) pelo movimento de colocar em análise nossos mapas linguísticos-culturais-corporais-territoriais; desfazer o já feito, abrir nossos corpos para outras afetações e expressões, outros modos de perceber e sentir a si e o mundo, outras línguas, num processo que aproxima conhecimento e criação. Assim, o aprender aqui ganha ares de experimentação: "abrir-se e refazer os corpos, agenciar atos criadores, refazer a vida [...]. Aprender a desaprender os sentidos constituídos, os significados produzidos e os pensamentos construídos para abrir em si própria diferenças" (Marlucy Paraíso, 2011, p.147). Perscrutando, então, uma formação e uma escuta feministas, o curso, de abordagem teórico-metodológica e político-clínica interdisciplinar, situa-se na indissociabilidade entre justiça de gênero, territorial e climática, cuidado de mulheres e defesa de seus territórios vivos, entre luta socioambiental e reinvenção de si. Diante de um capitalismo extrativista em aceleração desenvolvimentista neoliberal, que violenta e expropria reiteradamente os territórios de vida e os corpos de mulheres, diante de crimes socioambientais (derramamento do petróleo no litoral brasileiro, especialmente o nordestino em novembro de 2019, crise político-sanitária da pandemia COVID-19 em 2020, das secas, das queimadas, das quedas de barragens, dos garimpos nas florestas, das cercas nas águas para a pesca industrial seguir livre a matar a vida dos oceanos, das enchentes, do agronegócio, da especulação imobiliária, da carcinicultura etc.), a formação-intervenção almeja criar-com uma escuta como estratégia política de defesa da vida das mulheres e de seus modos de viver em agenciamento com as águas, a terra, os viventes que não humanos, com outras mulheres. No espaço-tempo da relação entre conhecimentos populares e acadêmicos, com aportes dos movimentos sociais e de áreas como educação, direito, geografia, psicologia social, saúde coletiva, direitos humanos, estudos feministas, estudos ambientais, propomos contribuir para que mulheres dos territórios sergipanos, que sempre foram lideranças no cuidado e na defesa dos comuns (Federici, 2023), possam experimentar modos de organização-cuidado com mulheres em seus territórios, compor redes vivas de cuidado/resistência; ensejar um cuidado-pertencimento no tempo do encontro com e entre mulheres, no jogo entre preservar e florescer corpos e territórios de vida em germinação. Esse espaço de encontro e produção de conhecimentos entre mulheres também intenta: atualizar conhecimentos interdisciplinares, interculturais e inter-regionais que subsidiem o enfrentamento às opressões de gênero, raça e classe sofridas por mulheres e seus territórios; conhecer metodologias comunais de organização entre mulheres no enfrentamento às violências de gênero, na defesa dos direitos, corpos e territórios de vida; experimentar ferramentas teórico-metodológicas no cuidado e na organização entre mulheres, auxiliando no fortalecimento e na produção de comuns; contribuir na elaboração de projetos femininos e feministas de produção de comuns, por meio de metodologias territorializadas de cuidado e enfrentamento às violências de gênero e ambientais na articulação entre lideranças comunitárias com mulheres e redes ativas nos territórios sergipanos; e elaborar um documento delineando princípios, diretrizes e dispositivos que orientem o ofício de escutar-defender corpos-territórios.

Palavras-chave: Feminismos; Formação; Escuta; Justiça de gênero e climática; Mulheres de comunidades tradicionais.

Mapeando Corpos-Territórios: pertencimento, cuidado e produção de comum entre mulheres de povos e comunidades tradicionais

Lívia de Rezende Cardoso (UFS), Michele Freitas Faria de Vasconcelos (UFS), Luísa Horn de Castro Silveira (UFS), Cristiane Vieira Dias dos Santos (MMS), Ana Elísia Pereira Costa (MMS)

Nesse nosso tempo da catástrofe (Stengers, 2023) em que assistimos desoladas a uma atuação política com vistas não à constituição, mas ao rompimento de qualquer possibilidade de mundo compartilhado, tomamos o Observatório Popular das Violências e pela Vida das Mulheres de povos e comunidades tradicionais (OPopVida/UFS) como espaço de experimentação cosmopolítica e de cultivo de um território comum: "uma política de fazer mundos, preocupada com os processos pelos quais um mundo se realiza ou é tornado existente" (Blaser, 2018, p. 23). Isso é urgente, pois o fim do mundo já chegou faz tempo, não só para os povos originários. O apocalipse já aconteceu e a modernidade com a promessa de progresso desenvolvimentista não nos salvou (Latour, 2020). No OPopVida, estamos a experimentar "uma nova libido sciendi fundamental tanto para reorientação quanto para reinvenção dos afetos políticos" (Latour, 2020, p. 82). Estamos a tramar uma ciência, uma política e um cuidado feministas (Vasconcelos; Lazarotto; Paulon; Oliveira, 2022). Assim, almejamos narrar algumas ferramentas teórico-metodológicas do OPopVida junto a mulheres que lutam por seus corpos e seus territórios de vida. Mais especificamente, propomos analisar efeitos da prática de mapeamento de corpos-territórios entre mulheres como meio de compartilhamento de violências, enfrentamentos, cuidados, saberes e estratégias de luta. Essa metodologia foi formulada pelos movimentos feministas indígenas e campesinos na América Latina, que se constitui como processo pedagógico entre mulheres de territórios afetados por mineração, desmatamento, militarização e outras maneiras de expropriação (Cruz et. al., 2017). Essa correlação intrínseca entre corpo e território constitui chave de leitura para análises estruturais das explorações coloniais, capitalistas, racistas e patriarcais. Compreender essa interrelação nos auxilia a "entender as motivações que as mulheres das florestas, dos campos e das águas acionam para construir a sua saúde, desde seus coletivos comunitários e territórios de vida" (Coradin e Oliveira, 2024, p. 3). No seu manejo, objetiva-se tecer elos entre corpos diversos, suas lutas e seus territórios; tornar visível como as opressões (racismo, machismo, colonialismo) impactam os corpos das mulheres; e promover cuidado e autonomia corporal e comunitária. O mapeamento dos corpos-territórios se deu em duas ações do OPopVida, ocorridas no primeiro semestre de 2025. O primeiro deles aconteceu entre mulheres marisqueiras de diferentes territórios costeiros que se reuniam para pensar modos de enfrentamento às violências de gênero que acometem estruturalmente jovens de comunidades. O segundo momento foi oportunizado em um dos encontros do curso de "Justiça de gênero, territorial e climática: formação de escutadeiras, defensoras populares dos corpos-territórios", composto por mulheres de movimentos sociais urbano-periféricos e campesinos, de terreiro, das águas, de quilombos, de sobreviventes do cárcere, de comunidades tradicionais e de povos originários. No primeiro, foi solicitado que cada uma das seis mulheres presentes produzisse seu mapa. Teve como instrução inicial o pedido de que desenhassem um corpo e que nele dispusessem os seus territórios. Distribuímos cartolina, pincéis e giz de cera coloridos. Ao solicitarmos que pensassem em espaços que habitavam diariamente, lançamos as questões: onde tais espaços estão localizados naquele corpo? Onde colocar os caminhos? E o rio? O mar? A mata? Após desenharem, cada participante apresentava seu mapa, seu território e sua luta em uma roda de conversa que produzia envolvimento, guiada por

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

sensibilidades e não pela razão instrumental. Ali, a representação das águas foi predominante; elas fluíam, em quase sua totalidade, na região do ventre nesses corpos, ainda que elas não tocassem no motivo para isso. As águas também estavam nos pés e justificavam que é das águas que tiram o sustento da vida, assim como seus pés lhes dão sustentação. Nas pernas, encontramos muitas estradas e meios de locomoção, como a moto. Fomos lembradas que suas comunidades estão quase sempre em regiões rurais isoladas de outros povoamentos e precisam percorrer muitos caminhos para encontrarem-se com outras comunidades, terem acesso a serviços de saúde e educação. O coração foi o lugar dos afetos, sobretudo dos filhos e maridos, mas igualmente território do medo e das aflições frente às violências que os assolam: juntamente com a expropriação territorial, o narcotráfico invade suas comunidades tomando especialmente a vida dos homens. Uma delas, inclusive, desenhou-se esperando seus filhos nessas estradas e fez menção ao medo de perdê-los por precisarem andar sozinhos. O medo estava também na cabeça, roubando todos os pensamentos e sua saúde mental. O medo esteve ainda como um "frio na barriga", desenhado como uma névoa na região do estômago que envolvia tudo aquilo que invadia seu território: cercas nos manguezais, carcinicultura e plantações de eucalipto. O trabalho nas águas e na agricultura apareceu sempre muito colorido e detalhado, indicando a articulação entre labor e cuidado em suas vidas, e ocupando boa parte da alegria em suas falas. A luta coletiva pelos territórios foi representada por uma parte dessas mulheres com desenhos que indicavam uma ciranda ou pessoas de mãos dadas, incluindo-se aí crianças e mulheres, principalmente. No segundo momento de utilização desta metodologia, a proposta foi a de produzir um desenho coletivo por estarmos em um grupo com mais de vinte mulheres. Para tanto, pedimos que as cursistas se agrupassem a partir de similaridades de seus territórios e obtivemos a seguinte configuração: mulheres indígenas, mulheres das águas, mulheres de terreiro e de coletivos urbano-periféricos e mulheres do norte sergipano. Distribuímos quatro papéis kraft, pincéis e canetinhas coloridas. Pedimos que contornassem o corpo de uma das companheiras para descrever o que está acontecendo com seus corpos e seus territórios; que indicassem os lugares onde nos sentimos inseguras, onde sentimentos violências, dores, raivas! Existem conflitos? Como afetam o nosso corpo? E ainda: nesse corpo, onde encontramos as nossas lutas? Nosso grito ou palavra ou canção? Onde surge a criação? Onde se dá o encontro com a outra para lutar? O corpo-território das mulheres indígenas foi circunscrito por um corpo-espírito de diferentes texturas que dá significado aos sentidos. Em seu coração, estão as matas, as serras e as águas. Em uma das pernas, sobe uma cobra enrolada, evocando o saber sobre origem dos povos originários. As pinturas estão presentes ao longo de um dos lados do corpo. A cabeça está povoada por preocupações: racismo, colonização, medo, dor, genocídio e desenvolvimento. Um grande e único olho está ao centro da testa. A maraca está ao centro do ventre e foi citada como seus instrumento de escuta. O corpo-território das mulheres de terreiro e de coletivos urbano-periféricos teve o predomínio das folhas, com ramos que saíam de seu ori, contornavam o corpo e enraizavam nos pés, indicando uma sabedoria das folhas no cuidado que envolvia todo o corpo e que sustenta o caminhar na vida. Das regiões dos ouvidos, havia uma delimitação em vermelho, como um pequeno território, que emanava um envoltório até a região do ventre. Ali, emaranhavam-se fios pretos com as palavras: escuta, encolhe e acolhe. Essas mulheres indicaram que uma escuta ativa é sentida do ventre aos ouvidos. O corpo-território das mulheres das águas possuía um córrego de água em cada uma das pernas que se encontrava com o mangue desenhado nos pés. Ali, fortes raízes saltavam do solo. No outro estremo, o rio se ramificava em caminhos finos que passavam por todo o corpo, flechando em algum ponto o coração. Este órgão vital estava rachado, os olhos marejados. Como nuvens em volta da cabeça, estavam as palavras: saúde mental, liberdade, amor-próprio, companheirismo e perdão. Nas palmas das mãos,

desenhos de cirandas e siglas de movimentos sociais parceiros. O corpo-território das mulheres do norte sergipano tinha um balde na cabeça e lenha nos pés, corpos marcados pelos seus ofícios. A palavra dor estava espalhada pelo corpo, e a luta na boca e na cabeça. Demoraram muito para conseguir pensar onde situar o cuidado e, depois de muito tentarem, escolheram colocar nos braços, indicando que cuidam mais do que são cuidadas. A vulva também estava ali sinalizando o cuidado de si. Na palma de uma das mãos estava escrito "comum", como algo que se dá e se recebe. As matas e as roças estavam bem detalhados no ventre e os rios em suas mãos, simbolizando a pesca artesanal. Foi possível observar que ambos os mapeamentos trazem elementos da vida, do trabalho e da luta dessas mulheres em total sincronia com os acontecimentos e os viventes de seus territórios. Além disso, mostrou-se uma atividade que se articula com uma prática feminista comunitária, coletiva, ligada à vida cotidiana das mulheres em seus espaços. Ficou evidente que quando nos mapeamos, surgem feridas, marcas, memórias, conhecimentos. Quando narramos, expressamos nossas emoções e produzimos em ato comuns entre nós. Nos espelhamos e nos espraiamos, deixamos de nos sentir sozinhas, geramos pertencimento que ajuda a compor estratégias de luta (Cruz et. al., 2017).

Mulheres migrantes: práticas de cuidado, resistência e estratégias de enfrentamento para o bem viver

Lisiane Aguiar (UFRR), Lisiane Aguiar (UFRR), Rodrigo Lages e Silva (UFRGS), Simone Mainieri Paulon (UFRGS), Adriana Duarte Bencomo (UFRR), Yare Perdomo (Universidad de los Andes)

O fenômeno crescente da feminização das migrações, intensificado por fatores de vulnerabilização socioambiental e pela crise climática, demanda uma compreensão aprofundada dos impactos na saúde mental e das estratégias de resistência desenvolvidas por mulheres migrantes. No contexto brasileiro, marcado por culturas patriarcais, coloniais e racistas, estas mulheres enfrentam sobrecargas adicionais relacionadas a atividades domésticas, cuidados com filhos, precarização do trabalho e outras violências de gênero. A presente comunicação oral aborda a complexidade desse cenário, focando em como as mulheres migrantes constroem estratégias de produção de saúde e Bem Viver, resistindo às opressões intensificadas pela pandemia de COVID-19 e, implicitamente, pelos desdobramentos da crise climática. Nosso objetivo é apresentar os resultados de uma pesquisa-intervenção participativa que buscou compreender o sofrimento psíquico de mulheres migrantes e refugiadas nas cidades de Porto Alegre/RS, Boa Vista/RR e Rio de Janeiro/RJ, identificando suas estratégias de produção de saúde e resistência a partir de um paradigma decolonial. Pretende-se, ainda, evidenciar a potência das práticas coletivas de Bem Viver como resposta às vulnerabilidades do processo migratório feminino no Brasil. O vídeo "Mulheres Migrantes: Saúde Mental e Bem Viver" será utilizado para ilustrar e aprofundar essas reflexões, trazendo as vozes e experiências das participantes.

Esta comunicação se alinha diretamente ao "GT 27: Mulheres, mutações climáticas e bem viver: práticas de cuidado e resistência à devastação necropolítica", ao abordar as interseções entre migração forçada, saúde mental, gênero e o conceito de Bem Viver. A pesquisa conflui com a proposta do GT de cartografar estratégias de cuidado, lutas e resistências protagonizadas por mulheres em contextos de vulnerabilidade, como as migrantes, cujas vivências são profundamente afetadas pelos desafios socioambientais e pela lógica destrutiva do capital. A inclusão da catástrofe climática de maio de 2024 em Porto Alegre na metodologia da pesquisa reforça a pertinência do trabalho ao tema do GT. Além disso, a abordagem do Bem Viver, inspirada em saberes ameríndios, conecta-se à busca por uma ética da suficiência e reciprocidade que o GT propõe como alternativa ao modo de produção colonial-moderno capitalista. A comunicação também se alinha ao eixo temático 08: "Questões socioambientais e contextos rurais e urbanos", ao investigar os modos de vida e os desafios enfrentados por mulheres migrantes em territórios urbanos, evidenciando suas estratégias de produção de territórios vivos e modos de cuidar de si e reproduzir a vida.

A pesquisa foi guiada por um paradigma decolonial, buscando compreender o sofrimento psíquico e as estratégias de resistência às opressões de gênero, raça e classe. A concepção de Saúde e Bem Viver, contrastando com uma visão patologizante, foi central, fundamentando-se na interdependência e reciprocidade entre natureza, indivíduos e comunidades. O método cartográfico e a pesquisa-intervenção participativa (PIP) foram pilares metodológicos, permitindo a coprodução de conhecimento e a escuta ativa das mulheres migrantes. O conceito de Bem Viver, conforme abordado na pesquisa, não se restringe a um bem-estar individual, mas abrange uma forma de cuidar de si, dos vivos e do planeta, em

composição com saberes outros, como os dos povos originários latino-americanos.

A pesquisa-intervenção participativa (PIP) empregou dispositivos qualitativos e quantitativos para coleta de dados. Foram realizadas 9 Rodas de Conversa (3 em cada cidade) para troca de saberes e reconhecimento de estratégias de enfrentamento. Questionários virtuais mapearam dados sociodemográficos e ocupacionais. Oficinas temáticas e acolhimento também foram utilizados. A equipe de pesquisa incluiu bolsistas migrantes em todos os níveis de formação, promovendo a participação ativa e a coprodução de conhecimento. A produção de materiais audiovisuais, como um podcast e um documentário, com participação das migrantes desde o roteiro à gravação, constituiu um meio de divulgação e uma ferramenta inovadora de pesquisa-intervenção, especialmente relevante diante de eventos como a catástrofe climática em Porto Alegre, que demandou ações diretas de acolhimento. O processo envolveu ainda uma ampla revisão bibliográfica e a sistematização de eixos de análise (Bem Viver, Saúde Mental, Violências, Maternidade, Trabalho e Decolonialidade).

Os resultados da pesquisa indicaram que os principais fatores perturbadores da saúde mental para as mulheres migrantes, especialmente as mães, incluem solidão, barreiras linguísticas, práticas culturais divergentes, falta de apoio social e distanciamento familiar, condições de trabalho precárias, dificuldades de acesso a transporte, moradia e informações básicas, e insegurança alimentar. As participantes relataram depressão, ansiedade, desânimo e perda de controle. Contudo, a pesquisa destacou a potência da produção de estratégias coletivas e comunitárias de saúde e Bem Viver, incluindo as promovidas pelo próprio estudo, para o enfrentamento das vulnerabilidades do processo migratório feminino no Brasil. A criação de comunidades entre mulheres migrantes para a troca de informações e resistência emergiu como um fator crucial. A pesquisa produziu materiais informativos e de apoio, como uma cartilha interativa com mapeamento de serviços para migrantes no Rio de Janeiro, um podcast e um documentário que narram as histórias e estratégias dessas mulheres.

As reflexões geradas pela pesquisa reforçam a necessidade de políticas públicas de acolhimento que considerem a complexidade da realidade das mulheres migrantes e refugiadas, indo além de uma visão patologizante da saúde mental. A participação ativa das mulheres migrantes na pesquisa e na produção de conhecimento demonstra a importância de abordagens colaborativas e democráticas, capazes de gerar tecnologias comunitárias de cuidado que articulam saúde mental à luta socioambiental e ao conceito de Bem Viver. As estratégias coletivas de enfrentamento dessas mulheres, que "não se apagaram" e "voaram em busca de seus sonhos", oferecem insights valiosos para a construção de uma sociedade mais igualitária, capaz de enfrentar os desafios do novo regime climático e de valorizar a vida em todas as suas formas, em aliança com os saberes ancestrais e as práticas ecofeministas. Como a canção-tema ensina, "Yo tengo un sueño grande y lo vivo todos los días: una lucha que siento mía y retumba en todos los pechos: es un grito por los derechos".

(Não)ser mulher em comunidade pós tragédia-crime ambiental: uma lógica poética coletiva para o fazer Psi?

Fabiana Rodrigues Barbosa (IPUSP), Ivan Ramos Estevão (IPUSP, EACH-USP, EPFCL)

INTRODUÇÃO

Este trabalho convida a Psicanálise e a Psicologia Social a um encontro de saberes, a partir do relato elaborativo de experiência clínica, vivida pela pesquisadora-participante em equipe voluntária de cuidado com o sofrimento psicossocial vivido por uma comunidade vitimada por expropriação territorial histórica e tragédia-crime ambiental em 2023. As elaborações são parte da pesquisa de doutorado, que se questiona: "O inconsciente se estrutura como linguagem poética? Se há uma lógica-poética para trata-lo, como isso opera e de que modo se articula com a posição da psicanalista e sua ética?" Poderíamos pensar, com Lacan (1958a; 1959-1960), Acosta (2016), Federici (2022) e Artaxo (2020), a ética psicanalítica em laço com a da Psicologia Social, no sentido de que nossa posição articula-se a emergências políticas, estratégicas e táticas de tratamento referidos ao laço comunitário, pela vida resistente a práticas de dominação, pela transformação subjetiva frente às mudanças climáticas, na saúde e biodiversidade?

O acontecimento de fevereiro de 2023 impôs uma segunda migração forçada a parte da população da comunidade da Vila Sahy, São Sebastião, litoral paulista, após a tragédia-crime do desabamento do morro causado por fortes e longas chuvas, soterrando e desabrigando a população caiçara e migrante nordestina, antes expulsa da faixa litorânea pela especulação imobiliária.

Após ações voluntárias e estatais de socorro imediato, num segundo tempo um grupo de quatro psicanalistas, sendo uma delas a autora deste trabalho, inicia o Projeto Trançar com Comunidades Beiradeiras ("beiradeiro" é autonomeação desses habitantes da beira-mar). Foi desenvolvido, ao longo de um ano, junto à comunidade, um dispositivo de tratamento coletivo para aquele trauma coletivo, com os sobreviventes que desejassem.

As principais lideranças eram mulheres, muito articuladas sociopoliticamente, entre saberes curandeiros ancestrais, organização do movimento social por moradia, agenciamento de políticas públicas e fomentos, advertidas das potencialidades e fragilidades territoriais. Relatavam-nos a luta pelas moradias destruídas, intensificação da precariedade cotidiana, preocupação com crianças e mulheres pelo aumento da violência, abuso de substâncias, gravidez na infância, e enfraquecimento da articulação comunitária por agentes externos de partidos políticos que passaram a visitar o território com promessas e pedidos de votos, causando polarizações. A questão que nos orientava era: nesse contexto de emergência climática antropocênica, com o aprofundamento do racismo ambiental, da re-traumatização interseccional pela anomia, com a guerra civil e política enfraquecendo as forças locais, o que podem alguns psicanalistas com uma comunidade organizada?

Após o término do primeiro ciclo do projeto, ocorre a desagregação da comunidade que havia remanescido em área de maior risco, agora evacuada à força pelo estado e realocada a moradias estatais, como suposta oferta reparadora, mas que no entanto é situada em outra área de risco: um terreno alagadiço. As lideranças comunitárias trazem aos psicanalistas uma nova demanda: que seja criado um grupo terapêutico para tratar da crescente violência contra as mulheres. Nesse terceiro tempo pós tragédia-crime, mobilizou-se outra pergunta: qual lógica teria feito deslocar-se o eixo das violências ao potencial feminicida? Qual lógica sustentaria nossa escuta psicanalítica nesse momento?

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

OBJETIVOS

No primeiro ciclo de trabalho com a comunidade, o objetivo foi escutar e tratar coletivamente o trauma coletivo, possibilitando a transformação de queixas em saberes, ações e demandas ao Estado.

Na transmissão dessa experiência, o objetivo é dar uma volta a mais na elaboração, colocando a Psicanálise em diálogo com a Psicologia Social, e testando a hipótese epistemológica de uma lógica-poética para tratar o Real (noção lacaniana articulada à de inconsciente), que oriente a posição das psicanalistas em sua clínica.

TEORIA

Alinhamo-nos à proposta do GT27, na percepção de que, frente ao colapso climático, limite socioambiental, modo de produção colonial moderno capitalista e extrativista, aprofunda-se o sofrimento psicossocial, emergem novos processos de subjetivação, e exigem-se novas articulações entre formas de conhecimento clínico-científico. Somos convocados a transformar o conhecimento eurocentrado da Psicanálise e da Psicologia pelos saberes e demandas locais atuais. De braços dados com as teorias feministas de Beauvoir (1949), Irigaray (1985), Cixous (1975) e Gonzales (1984), nossa hipótese é a de que, via psicanálise, pode-se mobilizar as noções de trauma, angústia, pulsão, letra, corpo, estese, lógica coletiva, para, além de tratar feridas abertas pelas violações, abrir espaço a modos de vida protetivos e criativos. Com Binkowski (2025), pensamos uma psicanálise como "clínica suja", não pura, ou seja, com litorais. Com Lacan (1957; 1964; 1969-70) e Brousse (2003), temos ferramentas como as noções de linguagem, Outro e discurso pra entender que o inconsciente é social e político; para avançar nas possibilidades de, psicanaliticamente, intervirmos no social. A experiência psicanalítica pode fazer frente às práticas de opressão e violação, pois acolhe e sustenta a diferença (e consequentemente a eqüidade) por meio de sua compreensão de que, fazendo operar um gozo outro, com o outro, produz-se variações políticas criativas. É possível sustentar espaço livre para o inconsciente, que Lacan nomeia Real (1953), não simbolizado e simbolizado. Nossa aposta é p(R)oética (Barbosa, 2023). A psicanálise escuta o Real, tanto no horror e destruição, quanto na potência criativa.

Lacan (2022, p. 59-63) questiona o que acontece quando "o Outro falta". No desamparo psico-socioambiental, estamos frente à ausência de uma verdade que responda ao mal estar, e cada sujeito falante terá de se articular em laço comunitário. Se, por um lado, é Real que o Um não fundamenta a comunidade, por outro lado, se cada indivíduo não dispõe de recursos discurvivos (Rosa, 2004) para situar-se, ocorre o empuxo ao pensamento único como tábua de salvação, horizonte amparador e, consequentemente, a aniquilação da diferença e tudo o que impeça a ilusão de potência, homogeneidade e controle. Modalidades que passem pelo grupo em lógica coletiva (Lacan, 1945; Oury, 1986), por algum tipo de linguagem (verbal e não verbal, estética, corporal), podem oferecer um tratamento digno ao Real.

Nosso interesse é pensar a clínica que se sustenta nesse frescor das transformações necessárias. Que pratica a extensão dos conceitos teóricos ao campo onde a demanda se impõe, que borra contornos. Quais cuidados o psicanalista ou psicólogo deve tomar para não perder-se nessa borragem, para sustentar sua posição clínica e ética? Lacan (1972b) usa a idéia de litoral pra descrever fronteiras em deslocamento, imprecisas, também entre os registros psíquicos de Real, Simbólico e Imaginário (1953), enodados borromeanamente. Com essa teoria podemos articular ética da psicanálise contra a dominação, uma política e uma ética poética da falta, do furo no saber, do não sabido que sabe do equívoco (Lacan, 1976-77) e que com ele se autoriza a criar.

MÉTODO

Após contato dos psicanalistas via reuniões online com as lideranças comunitárias, algumas ainda desabrigadas meses após a tragédia-crime, organizaram-se duas idas ao território. Os encontros incluíram: 1) caminhadas coletivas guiadas pelas lideranças entre os escombros; 2) pausas em espaços comunitários para sessões de mapeamento, em que os residentes realizaram, em papéis transparentes sobrepostos aos mapas oficiais anteriores à tragédia, atualizações da destruição material e simbólica; e 3) rodas de conversas elaborativas.

Após os encontros no território, foram realizados encontros online bimestrais com as lideranças, para acompanhamento. Este ciclo do projeto se concluiu em fevereiro de 2024, um ano após a tragédia-crime. Nesta ocasião, escutou-se uma vez mais as lideranças, que trouxeram o relato do aumento do abuso de substâncias, de uma espécie de melancolização coletiva, e da violência contra as mulheres. Houve demanda à construção de um dispositivo de escuta. O Projeto Trançar, em fase de reestruturação, com a equipe voluntária desfalcada, pergunta-se como retomar a ação.

RESULTADOS

Nessa prática cartográfica, mapas afetivos e rodas de conversa apoiaram a recuperação da memória do território, e processos elaborativos se deram por meio de uma clínica pluriinstrumental. No nível do dito, emergiram relatos das práticas comunitárias articuladas politicamente, de luta por moradia, infraestrutura e cuidado. No nível do não dito, estético e corporal, mobilizou-se intensos afetos: de um lado, a comunidade reage efetuando esforços coletivos para resistir ao avanço destrutivista do capital; de outro lado, resiste o enfurecimento oriundo das perdas e injustiças sofridas, deslocando-se uma parcela de agressividade - ¬¬impossível de ser atuada contra a difusa e ideológica fonte causadora das tragédias -, contra algumas de suas próprias componentes.

O coletivo de analistas produziu a escrita de um artigo problematizando a experiência (Barbosa et al, 2023); e o projeto foi referência ao "Projeto Povos Territórios saudáveis" (Fiocruz), que caracterizar comunidades tradicionais na Costa Sul de SP.

REFLEXÕES

Compreende-se a oferta de escuta clínica qualificada e adequada à demanda territorial como possibilitadora de livre associação, escuta flutuante, transferência da comunidade aos analistas e formulação de nova demanda por cuidado. A marca da tragédia-crime nos corpos sobreviventes, elaborada, compôs modo de existir no luto e na luta, rompendo a fixidez da posição vitimada, evitando a repetição do soterramento pelo prior. A compreensão da lógica poética se dá pela estética do sentir das existências complexas em torno do impossível de dizer, que tem, neste caso, na morte seu nó principal. Uma lógica que é uma ética e uma política, e que, conforme nos propõe Lacan (1972-73), está associada a algo do (não)ser mulher, que porta em si um vazio potente.

GT 28: MULHERIDADES E A INTERSECÇÃO DE SUAS LUTAS: FEMINISMOS, RAÇA E PSICOLOGIA SOCIAL CRÍTICA

Coordenação: Mariana Serafim Xavier Antunes (PSICOTERAPEUTA), Daniela Alves Calaça (UNICEUB), Nicole Soares Resende (PUCSP)

“Aqui a gente se protege”: politização de comunidades virtuais e reafirmação de identidades entre mulheres

Aline de Lima Sousa (ESTÁCIO AMAZONAS), André Luiz Machado das Neves (UEA)

Nas últimas três décadas, o avanço tecnológico e a intensificação da imersão digital transformaram profundamente as formas de sociabilidade, especialmente entre adolescentes e jovens adultas. Com destaque para o contexto da pandemia de COVID-19, em 2021, observa-se um crescimento significativo no uso de espaços virtuais, como os jogos online, que passaram a ocupar lugar central no cotidiano de muitas mulheres. Ao contrário da compreensão ancorada ao senso comum de um perfil de jogador masculino, hétero e cisgênero, “nerd” e branco, observa-se que as mulheres se consolidaram nos últimos sete anos, conforme a Pesquisa Game Brasil (Sioux Group & Go Gamers, 2024) como maior público nos jogos, o que inclui a efetiva participação de lésbicas, bissexuais, pansexuais, com diversidade racial, de classe e de regionalidade. Esses ambientes digitalizados e tridimensionais, sobretudo aqueles que permitem a criação e personalização de avatares, oferecem possibilidades ampliadas de experimentação de si, permitindo aos sujeitos "ser e fazer" identidades de maneira relativamente livre. Essa liberdade característica tem possibilitado não apenas a vivência de múltiplas formas de existência nos jogos, mas também o trânsito das jogadoras, por meio de seus avatares, entre diferentes plataformas digitais como Twitter, Instagram e TikTok, ampliando os espaços de construção e circulação de subjetividades. Nesse cenário, questões relacionadas a gênero, sexualidade, raça, classe e violências emergem de maneira complexa, podendo tanto ser tanto tensionadas quanto reproduzidas, o que tem permitido que o campo das pesquisas sobre jogos e tecnologias digitais venha se debruçando sobre essas contradições, discutindo os modos como esses ambientes reforçam normas cisheteronormativas e hegemonias sociais, bem como as potências que eles oferecem para a expressão, subversão e experimentação de identidades dissidentes (Costa, 2022; Goulart, Blanco, & Hennigen, 2020; Shaw, 2014). É nesse entrecruzamento que esta pesquisa se insere, tendo como objetivo compreender como mulheres lésbicas, bissexuais e pansexuais ao politizarem comunidades virtuais, por meio dos jogos, reafirmam suas identidades não hegemônicas, rompendo com as fronteiras on-offline para criação e potencialização de narrativas e lutas coletivas. Apresenta-se aqui um recorte de uma pesquisa maior da dissertação de mestrado “Mulheres em jogos de mundo virtual: Fluxos a partir do gênero e da sexualidade”, realizada entre 2022 e 2024 no Programa de Pós-Graduação de Psicologia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), com vistas a explorar as experiências que se constroem a partir dos jogos online e deslocam-se às redes sociais utilizadas pelas jogadoras, viabilizando espaços de resistência, cuidado, pertencimento e constituição de comunidades com caráter afetivo-político. O trabalho, portanto, se articula a proposta do GT 28: Mulheridades e a intersecção de suas lutas: Feminismos, Raça e Psicologia Social Crítica

ao investigar como mulheres constroem redes de cuidado, resistência e afirmação identitária em comunidades virtuais, especialmente nos jogos online e redes sociais, questionando normatividades de gênero, raça e sexualidade presentes nesses espaços digitalizados, evidenciando práticas micropolíticas que transbordam o virtual e incidem sobre a vida on-offline. Dessa forma, a pesquisa contribui com os objetivos do GT ao refletir sobre modos de existência dissidente e a construção de territórios afetivo-políticos que desafiam as lógicas cis heteronormativas, patriarcais, neoliberais e coloniais, produzindo outras formas de viver, resistir e cuidar em meio às violências estruturais que atravessam os corpos e subjetividades dessas mulheres. Como reflexo da proposta tecida ao longo do mestrado, trata-se de uma pesquisa qualitativa e de base etnográfica, que adotou a Teoria Ator-Rede, a TAR (Latour, 2012), então mobilizada como Atriz-rede, em diálogo com as epistemologias feministas, latino-americanas e da psicologia social crítica, como forma de visibilizar a agência/atuação de mulheres lésbicas, bissexuais e pansexuais Brasileiras nos ambientes virtuais. A análise se desenvolve a partir da observação em campo e interações que iniciam no jogo virtual IMVU, se conectam às contas das avatares em redes sociais do Instagram, Tiktok e Twitter, e se entrelaçam às experiências pessoais e no contexto "offline" de cada uma das atrizes, considerando um "deslizamento da imersão etnográfica" (Leitão & Gomes, 2011, p. 27), dado o acompanhamento das trajetórias dos avatares para além da plataforma de origem. Com isso, buscou-se mapear os agenciamentos humanos e não humanos que compõem as redes de pertencimento, cuidado e resistência. A escolha metodológica aposta em uma perspectiva relacional, situada e não essencializante, considerando pressupostos da própria TAR e das elucidações feitas por Haraway (1995), na qual as identidades de gênero, neste caso, são compreendidas como efeitos de relações em rede e que, ao passo em que organizam modos de ser "dentro" das plataformas de jogabilidade e espaços virtuais associados, circunscrevem nos corpos "reais", não avatarescos, a necessidade de emancipação, apropriação de si e do próprio corpo. Além disso, permite engajar um compromisso com a luta coletiva e com outros corpos dissidentes para além das plataformas virtuais. Observa-se que essas mulheres se mostram atentas e ativas articulando modos de saber-fazer que questionam, denunciam e combatem práticas LGBTfobicas, classistas, racistas, misóginas, excludentes e estigmatizantes entre os jogadores, desenvolvendo espaços seguros e exclusivos para mulheres LBTQIAP+ nos jogos, bem como criando estratégias de proteção e acolhimento entre pares nas diversas comunidades e em diversos perfis que organizam. Ao mesmo tempo, nota-se que a complexa rede construída potencializa a atuação destas no âmbito offline, encorajando práticas e discursos contra-coloniais, associação e participação em movimentos políticos, estudantis, de luta sindical, de gênero e sexualidade, étnico-raciais e de trabalho. Por entender que politizar comunidades virtuais significa transformar esses espaços em locais de conscientização, articulação coletiva, evidencia-se como esses espaços, compostos por tecnologias, avatares, afetos, algoritmos e narrativas, funcionam como redes de sustentação e visibilidade para identidades dissidentes. Nesse sentido, aponta-se que as mulheres participantes não apenas ocupam, mas reconfiguram esses territórios virtuais por meio de práticas de cuidado coletivo, enfrentamento das normatividades cisheteronormativas e produção de novos modos de existir. Tais redes revelam potências micropolíticas que desafiam os limites entre o individual e o coletivo, o político e o afetivo, e mesmo o que institui o "real" e o "virtual".

Referências: Costa, Henrique, Neto (2022). A questão da representatividade LGBTQ+ em jogos digitais. Trabalho de Conclusão de Curso, Graduação em Produção em Comunicação e Cultura, Universidade Federal da Bahia, Salvador. Recuperado de https://repositorio.ufba.br/handle/ri/36584

Goulart, Lucas, Blanco, Beatriz, & Hennigen, Inês (2020). Parece que o Jogo Virou –Discursos Acerca de Identidades LGBTQ em Comunidades de Jogadores da Activision-Blizzard. Tropos: Comunicação, Sociedade E Cultura, 9(2). Recuperado de https://periodicos.ufac.br/index.php/tropos/article/view/3996

Haraway, Donna (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Cadernos Pagu, 5, 7-41. Recuperado de https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773/1828

Goulart, Lucas, Blanco, Beatriz, & Hennigen, Inês (2020). Parece que o Jogo Virou –Discursos Acerca de Identidades LGBTQ em Comunidades de Jogadores da Activision-Blizzard. Tropos: Comunicação, Sociedade E Cultura, 9(2). Recuperado de https://periodicos.ufac.br/index.php/tropos/article/view/3996

Shaw, Adrienne (2014). Gaming at the edge: Sexuality and Gender at the Margins of Gamer Culture. University of Minnesota Press.; Sioux Group & Go Gamers (2024). Pesquisa Game Brasil 2024 [PGB24]. https://materiais.pesquisagamebrasil.com.br/2024-painel-gratuito-pgb24

Leitão, Débora Krischke, & Gomes, Laura Graziela (2011). Estar e não estar lá, eis a questão: pesquisa etnográfica no Second Life. Revista Cronos, 12(2), 23-38. Recuperado de https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/3159

Cartilha psicoeducativa: interseccionalidade na formação crítica em Psicologia

Patrick Almeida da Silva Filho (UNIFAMAZ), Maíse Farias Ribeiro (UNAMA), Iara Monteiro Moraes (UNIFAMAZ), Rebeca Rafaelly de Souza Costa (UNIFAMAZ), Dayane Vitoria Lopes Silva (UFPA), Beatriz Camille Moraes Mota (UNIFAMAZ), Bárbara Araújo Sordi (UNIFAMAZ)

Introdução (tema e problema):

A presente comunicação apresenta um relato de experiência sobre o processo de construção da cartilha O feminismo é para todes? Diálogos sobre interseccionalidade, elaborada como tecnologia educativa para promover o letramento racial e de gênero na formação de estudantes e profissionais da Psicologia. O problema que motivou o projeto parte da ausência, nos currículos e práticas formativas da Psicologia, de conteúdos que articulem gênero, raça, classe, deficiência e sexualidade de forma crítica e situada.

Objetivo:

O trabalho teve como objetivo principal desenvolver um material psicoeducativo introdutório que auxilie a formação profissional crítica, ético-política e antidiscriminatória de psicólogas(os), por meio da popularização do conceito de interseccionalidade e suas aplicações práticas.

Relação com o GT e eixo temático:

O presente trabalho se insere no GT 28: Mulheridades e a interseção de suas lutas: Feminismos, Raça e Psicologia Social Crítica, pois articula epistemologias feministas negras e contra-coloniais à Psicologia Social Crítica. O relato dialoga diretamente com o eixo temático do evento ao apresentar uma prática educativa emancipatória comprometida com a transformação social, em defesa dos direitos das mulheres negras, periféricas e dissidentes de gênero e sexualidade.

Orientação teórica:

A cartilha foi construída com base no feminismo interseccional, especialmente a partir das obras de bell hooks (2006, 2018), Crenshaw (2013), Ribeiro e Fernandes (2020), além de autoras como Patricia Hill Collins (2021), Teixeira (2022) e Geni Nunez (2023). A interseccionalidade é compreendida como ferramenta teórico-política que possibilita analisar como as diferentes formas de opressão se entrecruzam na experiência dos sujeitos. Também são incorporadas as noções de saberes situados (Haraway, 1995), justiça social e epistêmica e educação popular.

Estratégias metodológicas:

Trata-se de uma atividade de extensão universitária, desenvolvida pela Liga Acadêmica de Psicologia Social Silvia Lane (LAPSO), em parceria com o Conselho Regional de Psicologia da 10ª Região (CRP-10). O método foi participativo, com produção coletiva por nove estudantes de Psicologia de diferentes instituições. O processo ocorreu entre os dias 12 e 17 de março de 2025, dividido em três etapas: (1) caracterização do tema; (2) composição do conteúdo; (3) validação da cartilha por docente da área. O conteúdo foi construído a partir de pesquisas teóricas e trocas entre estudantes, visando acessibilidade, consistência crítica e aplicabilidade.

Resultados:

A produção do material psicoeducativo resultou na cartilha elaborada em coletivo. A estruturada em seções temáticas que buscam introduzir e aprofundar os debates sobre interseccionalidade de maneira acessível e crítica. O material foi dividido nas seguintes partes: Apresentação; O que é interseccionalidade; Como ela atua; Exemplos de práticas; Interseccionalidade na Psicologia e nas políticas públicas; Reflexões; Perguntas frequentes e Indicações de leitura.

A construção da cartilha teve como ponto de partida a identificação e caracterização do tema, de modo a atender às demandas apresentadas no contexto de um evento acadêmico e das discussões promovidas pela LAPSO. Essa etapa inicial possibilitou a delimitação do escopo teórico e prático da proposta, permitindo a definição de conteúdos centrais a serem abordados a partir da perspectiva do feminismo interseccional.

Na fase de composição do conteúdo, ocorreu a busca bibliográficas voltadas à seleção de referências que dialogassem com os diferentes eixos temáticos da cartilha. Entre os principais autores e obras utilizados, destacam-se: Desmarginalizando a interseção de raça e sexo (Crenshaw, 2013), Interseccionalidade como base do feminismo negro (Leal, 2021), Interseccionalidade e colonialidade (Ribeiro & Fernandes, 2020), Possibilidades da interseccionalidade (Perrera, 2021), Interseccionalidade e feminismo contemporâneo (Machado, 2024), Patriarcado e interseccionalidade (Vianna, 2024), e documentos institucionais como CREPOP – Interseccionalidade e Práticas em Políticas Públicas (Barbosa et al., 2024). A escolha das fontes visou garantir o referencial teórico com diversidade de perspectivas e aplicabilidade prática no campo da Psicologia.

A escrita da cartilha foi segmentada entre as graduandas, responsáveis por diferentes seções, que posteriormente foram integradas e organizadas, de modo a garantir coesão textual, clareza na linguagem e alinhamento com os objetivos do material. Após a organização final, o conteúdo foi submetido à avaliação da professora Dra. Bárbara Sordi — psicóloga e orientadora das atividades da LAPSO — que contribuiu com a validação do material a partir da análise de critérios como adequação temática, coerência na organização, linguagem acessível e pertinência teórico-política.

A apresentação pública da cartilha ocorreu em formato de roda de conversa, realizada durante evento acadêmico, com a presença de estudantes e profissionais da área. O encontro foi pensado como um espaço de diálogo, escuta e troca, no qual a cartilha foi distribuída e debatida coletivamente, ampliando seu potencial formativo como recurso de educação permanente.

Essa experiência de construção colaborativa não apenas favoreceu o aprofundamento ético e teórico dos participantes envolvidos, como também resultou em um material pedagógico acessível, crítico e comprometido com a transformação das práticas em Psicologia. Resultando no instrumento que busca articular teoria e prática para enfrentar os desafios impostos pelas desigualdades sociais no exercício da profissão, estimulando a atuação interseccional e politicamente engajada.

Conclusões:

Conclui-se que a experiência de construção da cartilha constituiu um importante exercício formativo no campo da Psicologia Social Crítica, evidenciando o potencial das tecnologias psicoeducativas como instrumentos de transformação e de letramento racial e de gênero. A iniciativa fortaleceu a formação crítica das estudantes envolvidas, promovendo a articulação entre teoria e prática e ampliando o repertório ético, político e profissional das participantes. Ao se basear em referenciais teóricos contemporâneos e em uma prática coletiva de produção de conhecimento, a cartilha reafirma o compromisso com uma Psicologia comprometida com os direitos humanos, com a justiça social e com os feminismos interseccionais.

O material produzido não apenas problematiza as desigualdades estruturais que atravessam as subjetividades e os contextos sociais, como também propõe caminhos possíveis para a atuação profissional sensível às múltiplas dimensões da opressão. Sua construção coletiva e situada demonstra o valor da pedagogia crítica na formação em Psicologia, ao fomentar espaços de escuta, aprendizado e transformação. A

escolha por uma linguagem acessível, sem renunciar à densidade conceitual dos temas abordados, foi um desafio assumido com responsabilidade, visando garantir que os conteúdos fossem compreensíveis e aplicáveis em diferentes contextos profissionais e sociais.

Além de sua função formativa, a cartilha configurou-se também como uma potente ferramenta de aprendizagem e interação coletiva. Seu processo de elaboração promoveu construções de saberes compartilhados, que mobilizou trocas de experiências e reflexões críticas entre os envolvidos. Nesse sentido, o aprendizado não se deu apenas entre os sujeitos que terão acesso ao material final, mas foi intensamente vivenciado por aqueles que participaram da sua criação. A produção coletiva da cartilha favoreceu o desenvolvimento de competências dialógicas, o aprofundamento teórico-prático e o exercício da autoria intelectual, consolidando-se como uma experiência de aprendizagem situada e transformadora.

Nesse sentido, a cartilha se consolida como uma partida para reflexões, intervenções e práticas que dialoguem com os diversos territórios em que a Psicologia se insere, contribuindo para a construção de uma ciência contra-colonial, interseccional e socialmente engajada. Espera-se, assim, que sua disseminação inspire outras iniciativas educativas comprometidas com o enfrentamento das opressões, com a valorização das pluralidades e com a construção de um mundo mais inclusivo, solidário e consciente

Palavras-chave:

interseccionalidade; Feminismo negro; Psicologia Social Crítica; Letramento racial e de gênero; Extensão universitária.

BARBOSA, I. M. et al. Interseccionalidade e práticas em políticas públicas. Brasília: CREPOP/CFP, 2024.

COLLINS, Patricia Hill. Interseccionalidade como uma categoria analítica crítica. In: CARNEIRO, Aparecida et al. (Org.). Feminismos negros: epistemologias e pedagogias. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2021. p. 47–64.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the intersection of race and sex: a Black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. In: CRENSHAW, Kimberlé et al. (Org.). A interseccionalidade em debate. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 25–42.

FERNANDES, Luciana; RIBEIRO, Djamila. Interseccionalidade e colonialidade: reflexões sobre o feminismo negro. In: RIBEIRO, Djamila (Org.). Feminismos plurais. São Paulo: Jandaíra, 2020.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Cadernos Pagu, Campinas, n. 5, p. 7–41, 1995. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8635265. Acesso em: 9 jun. 2025.

HOOKS, bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2006.

HOOKS, bell. O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras. Tradução de Ana Luiza Libânio. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

LEAL, Luma. Interseccionalidade como base do feminismo negro. Revista Ruas, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 14–27, 2021. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/ruas/article/view/84361. Acesso em: 9 jun. 2025.

MACHADO, Larissa. Interseccionalidade e feminismo contemporâneo. Salvador: EDUFBA, 2024.

NUNEZ, Geni. A descolonização é um delírio?. São Paulo: Ubu, 2023.

PERRERA, Amanda. Possibilidades da interseccionalidade: práticas interseccionais no cuidado em saúde mental. Revista Subjetividades, Fortaleza, v. 21, n. 3, p. 50–63, 2021. Disponível em: https://revistas.unifor.br/rmes/article/view/12585. Acesso em: 9 jun. 2025.

TEIXEIRA, Ana Flávia Magalhães Pinto. Escrevivências e interseccionalidades: experiências negras em primeira pessoa. Brasília: Malê, 2022.

VIANNA, Valeska Zanello. Patriarcado e interseccionalidade: uma abordagem crítica sobre a saúde mental das mulheres. In: ZANELLO, V. Z. Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2024.

Cuidado, gênero e trabalho: mulheres e trabalho doméstico não remunerado

Irina Pedrosa Negreiros (UERN), Ozaias Antonio Batista (UFERSA), Karlla Christine Araújo Souza (UERN)

INTRODUÇÃO

O gênero aparece como um marcador específico para a realização do trabalho doméstico. O gênero, raça e classe, como imbricados necessariamente, apresentam-se como categorias fundamentais e marcadores de diferenças entre homens e mulheres no que diz respeito à demanda para a realização deste trabalho de forma remunerada e não remunerada. Neste trabalho e na pesquisa, no entanto, lançamos foco na realização desse trabalho de forma não remunerada.

No Brasil, as mulheres investem 21,3% de suas horas semanais dedicadas ao trabalho doméstico, enquanto os homens dedicam 11,7%(DIEESE, 2025). O encargo do cuidado com o lar, com os familiares, os filhos e com as minuciosidades grandiosas do cotidiano são de maior responsabilidade das mulheres, vem com a face feminina. Por ano, são gastos equivalente a 21 dias a mais de tarefas domésticas a serem realizadas pelas mulheres (DIEESE, 2025).

O trabalho doméstico não remunerado e o cuidado representam uma base estruturante na estrutura familiar de modelo hegemônico heteronormativo numa sociedade com base capitalista e patriarcal, na qual a desvalorização desse trabalho vem através de padrões masculinos (Hooks, 2019). Inserido na dinâmica do trabalho doméstico no próprio lar, o trabalho do cuidado, discutido por Helena Hirata (2016; 2018), destaca as desigualdades sociais quanto à divisão sexual do trabalho. A partir de Silvia Federici (2019) e Heleieth Saffioti (1987) observamos o movimento de naturalização do trabalho doméstico ao gênero feminino, atrelando-se ao sistema patriarcal na estrutura social.

Este trabalho consiste na realização de um relato de pesquisa, parte da produção - em andamento - da pesquisa de mestrado. Este texto é realizado com base em um dos capítulos da dissertação em processo de produção. Portanto, neste trabalho, tem-se a pretensão de articular pontos de intersecção entre as relações de gênero, de raça e as atribuições ao trabalho doméstico não remunerado.

OBJETIVO

Tem-se o objetivo de suscitar discussões acerca do trabalho doméstico e do cuidado realizado pelas mulheres de forma não remunerada compondo uma prática estruturante para o modo de vida vigente a partir do sistema capitalista, considerando as interseccionalidades. Utilizamos as autoras Silvia Federici (2017;2019), Heleieth Saffioti (1987; 2013) e Helena Hirata (2016; 2018) com perspectivas que levam a teoria marxista em consideração, em sua base materialista, histórica e dialética.

RELAÇÃO COM O GT

Este trabalho propõe inserir-se no Eixo Temático 12 - "Gênero, Sexualidades e Intersecções" e no Grupo de Trabalho 28 - "Mulheridades e a intersecção de suas lutas: Feminismos, Raça e Psicologia Social Crítica". Correlacionando a partir da Epistemologia Feminista, as questões raciais e a psicologia social a medida que se analisa o imbricamento das relações entre gênero, raça, classe no contexto da realização do trabalho doméstico não remunerado pelas mulheres. Principalmente, no que diz respeito às mulheres negras, já que elas ocupam a maior taxa de "desocupação" - o que nos leva a pensar na realização de trabalhos não contabilizados nas pesquisas de dados, bem como, a vulnerabilidade ao desemprego - e subutilização da força de trabalho (DIEESE, 2025). Segundo a mesma pesquisa, "cerca de 13 milhões de mulheres disseram que não estavam aptas a trabalhar porque tinham que cuidar dos afazeres domésticos, filhos ou outros parentes" (DIEESE, 2025, p. 4). Isto é, o trabalho do cuidado de forma não remunerada acaba por ocupar um espaço principal na vida cotidiana de muitas mulheres

e, ao considerar a taxa de desemprego e a construção de uma sociedade racista, patriarcal e capitalista, de muitas mulheres.

Nesse sentido, o olhar sensível dedicado à discussão e às mulheres nas quais inserem-se em contextos de trabalho doméstico não remunerado é permeado pela psicologia social crítica. De forma que, guia-se pela crítica à "ideologização da ciência" e a introdução da dialética materialista como norteadora para compreensão de fenômenos que reúnem contraditoriedade em si, articulando objetividade da realidade com subjetividade, como cita Bader Sawaia (2007, p. 83).

ORIENTAÇÃO TEÓRICA

A partir de Saffioti (1987) é possível pensar nos papéis sociais como estruturante de subjetivação e de organização social, já que a dinâmica das relações constroem as particularidades de cada comunidade, cultura, sujeito e vice versa. As identidades dos sujeitos, portanto, são construídas em conjunto com esses papéis sociais. A naturalização desses papéis, bem como, a transformação de atribuições sociais à identidade como algo intrínseco ou natural envolve a realização do trabalho doméstico e do cuidado. Nesse sentido, esse último é colocado como atributo intrínseco das mulheres.

Isso aparece quando, por exemplo, 91,3% das mulheres no Brasil que participaram da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2023, p.2) realizam alguma atividade doméstica. A expressão desse dado, no entanto, nos leva a pensar sobre a dedicação de tempo e investimento próprio das mulheres para que isso seja levado socialmente como "natural". Essa expressão demarca diversas desigualdades imbricadas nas relações de gênero, classe e raça, já que o trabalho do cuidado é realizado majoritariamente por mulheres, pobres e negras (Hirata, 2016).

Hirata (2016) apresenta o aspecto da família como o lugar predominante da realização do trabalho do cuidado, ou seja, sendo remunerado ou não, o trabalho do cuidado aparece majoritariamente no interior do trabalho doméstico, como também, no interior do trabalho doméstico, está o trabalho do cuidado. Percebemos que não são a mesma coisa, mas costumam estar em associação íntima. A família e as responsabilidades quanto aos cuidados com seus membros, com a casa e demais tarefas domésticas são das mulheres. Há diferenças significativas quanto a isso quando pensamos nas diferentes classes sociais, por mais que a responsabilidade e o atributo continue sendo direcionado às mulheres - o ideal de mulher e o que se coloca socialmente como feminino -, mesmo assim, há diferenças nesse imaginário social a depender da classe, raça e território.

Em classes com maior poder aquisitivo a delegação dessa tarefa a mulheres de classes sociais mais pauperizadas ou de regiões desvalorizadas é um fenômeno comum, como é o caso das migrações internas no Brasil de mulheres do interior do Nordeste para outras regiões (Hirata, 2016). Essa migração, no entanto, não necessariamente ocorre entre regiões, mas na dinâmica entre centro-margem, cidade-ruralidade, metrópole-interior.

Assim, as desigualdades de gênero quanto a realização do trabalho do cuidado e doméstico pelas mulheres não podem ser olhadas a partir de categorias separadas, mas consideradas juntamente, isto é, considerar a interseccionalidade e sobreposição das categorias sociais como fundamento para pensar as opressões e desigualdades sociais básicas que localizam as mulheres na estrutura social, como apresenta Kimberle Creschaw (2002).

Quando pensamos em mulheres no território no qual elas estão inseridas, é necessário considerar a área geográfica específica de vulnerabilidade, as relações culturais da própria cidade quanto aos papéis sociais, os marcadores de raça e o como o arranjo familiar localiza-se na dinâmica cultural patriarcalista.

ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

Esta pesquisa tem como metodologia principal um levantamento teórico de literaturas críticas, tendo como orientação principal as temáticas do trabalho doméstico

não remunerado, trabalho do cuidado e método interseccional de análise. As obras, autoras e dados amostrais foram selecionados com base em produções reconhecidas no campo da temática analisada, na temporalidade dos dados sobre a população e literaturas com contribuições na perspectiva interseccional. Assim, essa pesquisa orienta-se a partir de um viés interseccional de análise e interdisciplinar entre as ciências sociais e psicologia social.

RESULTADOS

Portanto, a partir das perspectivas discutidas, o trabalho doméstico não remunerado aparece, na contemporaneidade, como um dos principais estruturantes do modelo de produção e de funcionamento do capitalismo, como aponta Silvia Federici (2019). A divisão sexual do trabalho baseia-se no imbricamento das categorias sociais como gênero, raça, classe e território, construindo as relações de trabalho e a separação dos papéis sociais.

A associação das mulheres ao trabalho doméstico não remunerado é histórica e culturalmente construída, ao passo que a naturalização do trabalho doméstico contribui para o aumento da sobrecarga de trabalho das mulheres e desigualdades sociais. Na mesma medida que este trabalho continua a ser desvalorizado e invisibilizado. As mulheres negras de classes mais pauperizadas acabam por ser as mais afetadas pelas vulnerabilidades sociais da invisibilização na realização do trabalho doméstico e sua naturalização.

CONCLUSÕES

O trabalho doméstico não remunerado é representado pela realidade da maior parte das mulheres do Brasil. Ele é fortemente marcado pelo traço do cuidado com os membros da família, resguardando a estrutura da divisão sexual do trabalho e movimentando a dinâmica dos papéis das mulheres tendo como base a relação desigual com o gênero, raça e classe. A estrutura produtiva do mercado capitalista acaba por estruturar-se nessa divisão sexual, tendo na sua base, as desigualdades sexuais e raciais.

As oportunidades e condições para sustentação mínima das mulheres em função de sua própria liberdade e autonomia não dependem somente da sua entrada no mercado produtivo, mas deve ser levado em consideração as condições de construção da vida, dos encargos arraigados ao próprio gênero feminino, como o trabalho doméstico, e às supostas idealizações da mulher, sejam no âmbito estrutural, interrelacional ou subjetivo.

(Des)colonização e mulheres negras: uma investigação sobre os mecanismos que afastam o corpo daquilo que ele pode

Neiliane Santiago de Souza (UEFS), Diego Arthur Lima Pinheiro (UEFS)

As mulheres negras são historicamente exploradas e marginalizadas. Essa lógica tem início a partir do sequestro dos povos africanos e do trânsito negreiro rumo às Américas, que tinha como finalidade a expropriação, para além de outros aspectos, da força de trabalho das pessoas negras. Assim, criou-se e naturalizou-se um lugar destinado a ser ocupado por essas mulheres que baseiava-se justamente no trabalho nas lavouras de cana-de-açúcar, no auxílio de serviços caseiros e na reprodução de mão de obra escrava.

Essa lógica colonial, segundo Chai (2022), estende-se até os dias atuais e atualiza-se de formas similares na sociedade capitalista no que tange aos postos de trabalho ocupados por essas mulheres, a extrema precarização de seus modos de vida e as violência infligidas a seus corpos. Dessa forma, a presente pesquisa tem buscado investigar de que maneira o sistema colonial-capitalista produz em suas operações um lugar subalterno para as mulheres negras e, nesse sentido, pensar como conectar o dispositivo clínico com as experimentações desenvolvidas pelo feminismo negro brasileiro, a fim de fazer funcionar uma política de subjetivação dissidente da lógica hegemônica. Tem se utilizado do método de revisão bibliográfica, construção de fichamentos e discussão das leituras durante o Grupo de Estudos e Pesquisa Micropolíticas da Abolição, vinculado ao Departamento de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Estadual de Feira de Santana.

Dado o preâmbulo, segundo Ferdinand (2022), a escravização de mulheres e homens, além da exploração da natureza, conquista das terras e dos povos indígenas, faz parte de uma dupla fratura colonial que caracteriza uma maneira violenta de habitar a terra. De acordo com o autor, a dupla fratura é efeito do ato de um habitar colonial que possui princípios, fundamentos e formas e onde a destruição da natureza, a exploração dos humanos e não humanos, a violência e a morte, aparecem como basilar, isto pois, transforma a terra e os humanos e não humanos em instrumentos para a acumulação de capital. Essa lógica tinha como principal forma de ocupação da terra a plantação que se caracteriza pela monocultura e homogeneização dos modos de vida, pois não dá espaço para que outras culturas possam existir.

Por meio do que o autor chama de política do porão, as mulheres negras, assim como os homens negros, foram violentamente retiradas de seus territórios, obrigadas a romper relações com suas comunidades, suas famílias, com suas crenças e até mesmo com o próprio corpo. A destruição dos seus referenciais funciona como uma política de subjetivação que perpassa também o corpo e os modos de vida dos povos colonizados (Zandomenico, 2021). Assim, a política do porão não é apenas uma forma violenta e desumana de tratar o outro colonizado, ela "[...] simboliza também uma relação com o mundo e um modo de relação com o outro" (Ferdinand, 2022, p.71), pois é a partir dela que inicia-se uma relação escravagista com os povos africanos tendo como finalidade mantê-los fora do mundo.

Faz-se importante ponderar que em esquizoanálise, de acordo com Guattari e Rolnik (1996), fala-se em um processo de subjetivação considerando que a subjetividade não é algo dado, anteriormente constituída, mas que possui uma natureza maquínica, ou seja, que é fabricada, modelada, recebida e consumida. Dessa forma, a política do porão, enquanto um modo de subjetivação, obriga as colonizadas e racializadas a viverem de determinada maneira. É possível observar, portanto, que o período colonial não se pauta somente em uma monocultura da plantação, mas também na monocultura da subalternidade dos homens e das mulheres negras.

Acerca disso, Gonzalez (1987) enuncia três noções que são historicamente colocadas como naturais para mulheres negras. Derivadas da figura da mucama, definida pelo dicionário Aurélio (Ferreira, 2010) como uma escrava moça, de estimação, escolhida para auxiliar nos serviços caseiros, a mulata, a empregada doméstica e a mãe preta, evidenciam que esses são os lugares que as mulheres negras devem ocupar. Em um contexto atual, a exemplo disso, é possível destacar a reação das classes médias à Emenda Constitucional 72 de 2013. Conhecida como PEC das Domésticas, tinha como objetivo estender a legislação trabalhista vigente às empregadas domésticas para limitar horas de trabalho e garantir outros direitos, foi vista pela classe como uma ameaça aos seus privilégios (Fassin, 2019). Fica evidente, portanto, uma lógica de subserviência, desvalorização,

fetichização e exploração das mulheres negras iniciado no período colonial, mas que, a todo custo, perdura até os dias atuais.

Em paralelo, Kilomba (2019), ao tratar sobre as formas que o período colonial é reencenado atualmente, elucida que as mulheres negras são sempre convidadas a permanecerem nas margens, fora do mundo. O centro, nesse caso, seria destinado para pessoas brancas, em específico. Dessa forma e segundo a autora, mesmo que uma mulher negra busque ocupar outros espaços que historicamente não ocupa, ela sempre será lembrada de que deveria se retirar.

Nesse viés, entende-se que a pesquisa relaciona-se com o eixo temático e grupo de trabalho escolhidos por se tratar de uma discussão voltada para as mulheres negras e de como essas intersecções produzem um lugar de violência e subalternização para essa população.

Por um lado, o que tem-se buscado com ela é compreender de que forma o sistema colonial-capitalista cria um lugar de subalternidade para as mulheres negras onde as suas possibilidades de ser e estar no mundo são completamente cerceadas além de naturalizar e limitar as suas possibilidades de estar no mundo.

Por outro lado e entendendo que a forma como o sistema colonial-capitalista funciona é apenas uma das maneiras de habitar, compreende-se que é possível construir formas outras de viver, de fazer mundo, que está para além do modo capitalista. Almeja-se compreender como coletivos de mulheres negras têm construído formas de existência que vão de encontro a lógica da plantação, inventando mundos que estão para além daquele que o sistema colonial-capitalista busca impor.

Por fim, o que tem apresentado-se diante das pesquisas feitas é um sistema extremamente nefasto e violento que utiliza-se desde o processo de sequestro dos povos africanos da violência e do extermínio para acumulação de capital. A expropriação que caracteriza esse modo de habitar não passa apenas pela força de trabalho das mulheres negras, mas também pela possibilidade de existência enquanto sujeito, alienando-as e limitando-as da sua potência de ser e estar no mundo. Em contrapartida, tem-se compreendido que ainda assim essa alienação não é total. Experiências antiplantação/anticoloniais demonstram que é possível construir resistência em coletivo para enfrentar esse sistema e criar espaços destinados a experimentações diante de um mundo governado por outro. Urge a necessidade de continuar procurando exemplos de organização coletiva na história, mas também no cotidiano, pois as mulheres negras construíram e continuam construindo práticas, falas e cantos de resistência que reivindicam existência e possibilidades outras.

REFERÊNCIAS

CHAI, C. G., Moraes, V. H. S., Sousa, K. S. de, & Ramos, F. F. da C. (2023). Interseccionalidades da escravidão contemporânea da mulher negra à luz do pensamento decolonial: trabalho, determinantes e desigualdades sociais. Cadernos EBAPE.BR, 21(3), 2022.

FERDINAND, Malcom. Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho. Tradução: Letícia Mei. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

FERREIRA, A. B. de H. Dicionário Aurélio. Curitiba: Positivo, 2010.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. Revista Ciências Sociais Hoje, São Paulo, p. 223-244, 1987.

FASSIN, Éric. Brasil: o laboratório interseccional do neoliberalismo. Cult. 22 out. 2019. Disponível em <https://revistacult.uol.com.br/home/neoliberalismo-interseccional/>. Acesso em 24 mai. 2025.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. Micropolítica: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes,1996.

KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019

ZANDOMENICO, Yasmin. Modos de descolonizar: o trauma é brasileiro, de Castiel Vitorino Brasileiro. RCL, Revista de Comunicação e Linguagens. Journal of Communication and Languages, nº 54, 2021.

Entre as dobras, tudo transborda: vivências de mulheres gordas e lésbicas acerca do amor

Raissa de Abreu Rocha Gomes (UFAL), Marcos Ribeiro Mesquita (UFAL)

Antes que eu pudesse escrever esta pesquisa, ou ao menos pensá-la, precisei primeiro me encontrar com o amor; precisei senti-lo e redesenhá-lo a partir das minhas vivências — em outras palavras, precisei vivê-lo. No entanto, o amor que encontrei e vivi me levou a transbordar entre os espaços, fez com que eu me movesse pelo mundo até chegar aqui, neste texto que você está prestes a ler — um texto onde existo com meu corpo engordurado e minha lesbianidade; onde escrevo para transbordar minha/nossa urgência em existir; para contar nossas histórias e memórias; para (re)formular nossas identidades e nos localizar entre as narrativas sociais que não foram criadas por nós. Um texto, onde vou me inscrevendo e me encarnando entre as linhas, assumindo a autohistória-teoria (Anzaldúa, 2015) enquanto perspectiva teórica e epistemológica ético-feminista que me permite habitar as fronteiras para construir um novo lugar, onde entrelaço minhas vivências, aos saberes feministas lésbicos e gordos; um lugar onde transito entre a vida, a escrita e o amor — que transborda entre nossos corpos; que existe com diferentes nomes, cores e formatos; um amor que acontece tanto no coletivo quanto no individual. Que se move, circula, abre espaços e refaz caminhos. Um amor que, como canta Liniker, é tudo - e pode ser/estar em tudo.

No entanto, durante essa travessia amorosa sou movida pelo interesse de tentar entender o que o amor pode ser, ou no que ele se transforma quando localizado entre as vivências de mulheres gordas e lésbicas. E acho importante pontuar que falo do lugar de quem não precisa — nem quer — provar que essas mulheres vivem esse amor – porque eu sei que vivem. Apesar de suas histórias não serem contadas, elas estão por aí, vivendo e amando. Mas como essas vivências, que frequentemente permanecem à margem, desconstroem as narrativas dominantes sobre o que é possível para o amor? Como elas criam espaços onde o amor não se limita às definições tradicionais, mas se expande, se reinventa e resiste? O que acontece quando essas mulheres, em sua pluralidade, desafiam as normas e constroem, a partir de seus próprios corpos e desejos, novas formas de afeto, cuidado e pertencimento? No que elas têm transformado o amor? Ou no que o amor tem se transformado quando vivenciado por elas?

Essas são as perguntas que guiam minha pesquisa, por isso, trago enquanto objetivo geral: Compreender como mulheres gordas e lésbicas têm vivenciado o amor, assumindo também enquanto objetivos específicos: (1) Refletir sobre como as intersecções entre gênero, sexualidade e gordura influenciam nas vivências de mulheres gordas e lésbicas acerca do amor; (2) Compreender quais tecnologias amorosas mulheres gordas e lésbicas estão criando enquanto estratégia de fortalecimento e manutenção de suas existências. Neste sentido, em termos de ressonâncias epistemológicas o trabalho se localiza no eixo Gênero, Sexualidades e Intersecções, bem como junto ao Grupo de Trabalho (GT28) – Mulheridades e a intersecção de suas lutas: Feminismos, Raça e Psicologia Social Crítica. A escolha por esse recorte parte do entendimento de que minha pesquisa ecoa e fortalece os debates propostos por ambos, ao visibilizar as tramas de poder que atravessam o gênero, a sexualidade e a gordura, valorizando assim práticas de pertencimento, cuidado e fortalecimento coletivo. Pois o amor, quando vivido por mulheres gordas e lésbicas se transforma em possibilidade e subversão; em linguagem de resistência, de cuidado e de reinscrição política de si.

Por isso, assumo a autohistoria-teoria enquanto uma perspectiva teórica e epistemológica, e ancoro essa pesquisa junto a epistemes feministas, lésbicas e gordas, apostando na construção de uma epistemologia feminista gorda-sapatão que interseccionа as questões de gênero junto aos marcadores de gordura e lesbianidade. Isso significa dizer que nessa caminhada vou segurando na mão de algumas autoras — feministas gordas e lésbicas — como Monique Wittig (2022), Adrienne Rich (2010), Constanzx Alvarez Castillo (2014), Maria Luiza Jimenez-Jimenez, Agnes de Sousa Arruda e Marcelle Jacinto da Silva (2022) e Glória Anzaldúa (2021) que não só me ensinam, mas também me ajudam a navegar entre essas águas, onde escrevo para existir, para localizar e para produzir uma epistemologia que afirma minha/nossa existência — e, nessa afirmação, abre caminhos para tudo aquilo que ainda está por vir.

E quando mergulho nesse mar, junto a elas vou encontrando pistas que me levam a assumir as imagens como uma estratégia metodológica nesta pesquisa - especificamente do método autofotográfico. Como discutem Damiana de Matos França e Naira Lisboa Franzoi (2018), trazer a imagem fotográfica para o campo de pesquisa permite que as sujeitas inseridas nesse cenário não apenas contem suas histórias, mas as construam ativamente, narrando-se a partir de suas próprias percepções e experiências — onde a imagem não apenas documenta, mas provoca, desloca e ressignifica o que é visto e vivido. Ambas as autoras apresentam o método autofotográfico — uma das formas de utilização da fotografia em pesquisa — como uma possibilidade que amplia os modos de participação, permitindo que as pessoas inseridas nesse processo sejam agentes ativas na produção de conhecimento. Mais do que um simples registro, a autofotografia se mostra enquanto um espaço de enunciação, onde o olhar se converte em discurso, e a imagem em pensamento. Pois, ao produzirem suas próprias fotografias, as participantes não apenas registram, mas também expõem e comunicam suas reflexões, saberes e significados a partir de suas perspectivas — da visão que seus olhos alcançam, do mundo que constroem a partir de suas vivências. Até porque fotografar é também um modo de se apropriar daquilo que se fotografa (Sontag, 2004), de compor uma interpretação própria sobre o que nos cerca; é uma forma de descrever tanto o que vemos, quanto como vemos, de produzir sentidos, criando diálogos e tensionando fronteiras — entre o pessoal e o coletivo, entre memória e invenção (Júnior, 2018).

Um ato de narrar a partir do visível; de transformar esta pesquisa de campo em um espaço onde imagem e palavra coexistem nessa construção de sentidos — possibilitando-nos construir e reconstruir os significados acerca do amor. É importante pontuar que essa é uma pesquisa de mestrado ainda em andamento — isso significa dizer que tudo ainda está por vir — mas a ideia é que ela aconteça virtualmente — junta a mulheres que se autodeclaram gordas e lésbicas e tenham mais de 18 anos — em dois momentos diferentes: no primeiro, abriremos uma roda de conversa sobre o amor e seus atravessamentos, instigando as participantes a fotografarem o amor; no segundo, retornaremos para que compartilhem as fotografias produzidas e os significados que elas carregam. A intenção não é analisar as imagens em si, mas sim as narrativas que emergem a partir delas.

Para isso, recorrerei à interseccionalidade como um modo de olharmos para os discursos que serão elaborados, levando em consideração os atravessamentos de suas vivências enquanto mulheres gordas e lésbicas. Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge (2021, p. 17) ressaltam que "como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária — entre outras — são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente", nos permitindo, assim, compreender como os marcadores — gênero, gordura e lesbianidade — se entrelaçam e produzem experiências singulares no modo como essas mulheres vivem e significam o amor.

Entre Silêncios e Emergências: rumo a uma Psicologia Crítica Feminista Latina

Nicole Soares Resende (PUC/SP), Nicole Soares Resende (PUC/SP), Carla Cristina Garcia (PUC/SP)

A Psicologia brasileira é marcada por sua origem alicerçada em um compromisso histórico com os valores da modernidade ocidental e colonial e consolidou-se como ciência a partir de paradigmas positivistas, distanciados das sujeitas concretas e das dinâmicas de poder que as atravessam. Apesar da reformulação da Psicologia Social Crítica nas décadas de 1970 e 1980, como uma resposta à crise da Psicologia liberal, o campo ainda enfrenta dificuldades para incorporar de maneira estrutural, epistemologias feministas e antirracistas, especialmente aquelas enraizadas na América Latina. Desta forma, a ausência de um campo institucionalizado de Psicologia Feminista no Brasil, a subalternização das epistemologias negras e decoloniais e a persistência de práticas normativas e essencialistas, motivam a reflexão sobre a possibilidade de construção de uma Psicologia Crítica Feminista Latina. Esta comunicação pretende apresentar os resultados parciais de uma pesquisa em andamento, centrada na revisão sistemática da produção científica brasileira que articula Psicologia Social Crítica, epistemologias feministas latino-americanas e interseccionalidade. Nosso objetivo principal é mapear e analisar criticamente essas produções, buscando compreender os aportes epistemológicos, teóricos, metodológicos e ético-políticos que têm sustentado essas articulações. Interessa-nos, sobretudo, identificar como as epistemologias feministas, sobretudo as latino-americanas estão ou não sendo convocadas para esse debate e quais os limites e possibilidades para o desenvolvimento de uma Psicologia Crítica Feminista Latina comprometida com a transformação social. Este trabalho dialoga diretamente com as propostas do GT 28 – "Mulheridades e a intersecção de suas lutas: Feminismos, Raça e Psicologia Social Crítica", ao reivindicar a centralidade das epistemologias feministas contra-coloniais no campo da Psicologia Crítica. Ao reconhecer as lutas das mulheres negras, indígenas, periféricas e dissidentes como fundamentos ético-políticos para a construção de um novo horizonte epistemológico, alinhamo-nos ao chamado do GT para refletir sobre como a Psicologia Social Crítica pode contribuir na reconstituição de mundos florestados e na construção de uma ciência enraizada na diversidade, na justiça social e na dignidade das vidas subalternizadas. Nossa pesquisa está ancorada na Psicologia Sócio-Histórica, na crítica materialista histórica dialética à ciência hegemônica e nas epistemologias feministas latino-americanas, com destaque para o pensamento de Lélia Gonzalez, Ochy Curiel, Yuderkys Espinosa Miñoso, Rita Laura Segato, Francesca Gargallo, Sueli Carneiro, Conceição Evaristo, Beatriz Nascimento, dentre outras. A interseccionalidade é utilizada como ferramenta analítica central para compreender as articulações entre gênero, raça, classe e sexualidade, sendo tensionada em sua aplicação à realidade latino-americana e em sua potencial captura institucional. A pesquisa também dialoga com críticas à razão feminista ocidental (Miñoso, 2017; Arreola Paz, 2023) e propõe um deslocamento ontológico e epistemológico na produção do conhecimento psicológico. Trata-se de uma revisão sistemática de literatura realizada entre abril e maio de 2025, nas bases PePSIC, SciELO e LILACS. As buscas foram realizadas a partir de descritores combinados com operadores booleanos adaptados a cada base. Foram incluídos apenas artigos científicos, revisados por pares, disponíveis em português, publicados entre 2018 e 2025, que articulassem explicitamente a Psicologia Social Crítica com epistemologias feministas e/ou interseccionalidade. Foram excluídos textos que não apresentassem essa articulação ou que tratassem apenas do marcador "mulher" de forma despolitizada. Após a triagem, compuseram o corpus final 16 artigos: 1 da PePSIC, 1 da

SciELO e 14 da LILACS. A análise está sendo conduzida a partir de categorias temáticas e epistemológicas em diálogo com os referenciais teóricos adotados. Ainda em processo de análise, os dados iniciais revelam uma predominância de abordagens que, embora mobilizem os conceitos de gênero e interseccionalidade, muitas vezes o fazem de maneira desarticulada das epistemologias feministas. Em parte significativa dos artigos, o uso do termo "feminismo" é evitado, sendo substituído por "gênero", estratégia que pode ser interpretada como uma tentativa de contornar resistências institucionais, mas que também contribui para o apagamento político das lutas feministas. Ainda assim, há produções que demonstram esforços de deslocamento epistemológico, incorporando perspectivas situadas e reivindicando práticas de cuidado, resistência e transformação nos e pelos territórios. Este trabalho encontra-se em fase final de análise e será plenamente desenvolvido até a data de apresentação no congresso. A comunicação oral trará os resultados consolidados e discutirá, com profundidade, os principais aportes e limites identificados nas produções analisadas. Até aqui, a pesquisa indica que, embora haja avanços no sentido de uma Psicologia mais crítica e comprometida com as lutas sociais, ainda persiste um "silêncio ruidoso" (Gonzalez, 2020) sobre os feminismos no campo da Psicologia Social Crítica brasileira. O desafio, portanto, não é apenas metodológico, mas ético-político: é preciso nomear e incorporar, de forma estrutural, os saberes insurgentes produzidos por mulheres negras, indígenas, lésbicas, migrantes e subalternizadas, sob o risco de manter a Psicologia Crítica como cúmplice das violências que diz combater. Reafirmamos que a construção de uma Psicologia Crítica Feminista Latina exige mais do que a soma de epistemologias: ela demanda uma inflexão radical nas bases ontológicas da ciência psicológica, comprometida com a descolonização do ser, do saber e do poder. Reivindicamos, assim, uma escuta radical e encarnada às epistemologias contra-coloniais, como fundamento para a construção de outras práticas e teorias que sustentem uma práxis feminista, territorializada e situada.

Experiências de invisibilidade social: um diálogo sobre questões raciais e reprodução social a partir das narrativas de funcionárias de limpeza de um departamento de humanidades

Stefanie de Almeida Macêdo (UFC)

A presente proposta de comunicação surge das reflexões abertas pela pesquisa de doutorado em curso, até então denominada "Os corpos-húmus do capitalismo: narrativas sobre gênero, raça e classe na experiência de funcionárias da limpeza em um departamento de humanidades", desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), sob orientação do prof. Dr. Aluísio Ferreira de Lima e co-orientação da prof. Dra. Acácia Batista Dias (UEFS). A pesquisa tem como objetivo compreender como as mulheres que trabalham na limpeza do setor de humanidades de uma universidade pública concebem a ideia de ser mulher e lidam com a invisibilidade social em um contexto em que questões emancipatórias e identitárias são reiteradamente discutidas de forma teórica. Para compreender esse cenário, nos debruçamos sobre temas como reprodução social, branquitude, colonialidade, invisibilidade social a partir da escuta de narrativas e da interseccionalidade como proposta metodológica. Nesse sentido, autoras como Patricia Hill Collins, Lélia Gonzalez, Françoise Vergès, Cida Bento, Nancy Fraser, Sueli Carneiro, Silvia Federici, entre outras, se fazem presentes em nossa produção. Diariamente, nos deparamos com sujeitos que se responsabilizam pela limpeza e cuidado dos mais diversos ambientes que ocupamos. De casa à universidade, passando pelos shoppings, escolas e demais espaços de socialização, entramos em contato com o trabalho essencial daqueles e daquelas que promovem a manutenção destes para que possamos usufruir de suas funções: as funcionárias de limpeza. Nas relações estabelecidas com estes sujeitos há uma condição de subalternidade, bem como atravessamentos das condições que perpassam sua existência, como os marcadores identitários e experiências de vida, que demonstram a presença de corpos específicos no desempenhar destes trabalhos, mais frequentemente, mulheres negras, os "corpos-húmus" do capitalismo, conforme denominado por Françoise Vergès. No interior das universidades, isso não parece ocorrer de forma distinta, mas traz em si as ambivalências de um contexto em que a preocupação com determinados temas não se reflete nas relações que se desenvolve neste espaço. Para além das relações entre professoras/es, servidores/as e alunas/os/es estabelecidas nas instituições universitárias, há, invisibilizadas, outras teias tecidas entre os vínculos que ali se dão. Um desses exemplos de relação é aquela que se dá com as funcionárias que trabalham diariamente com a limpeza dos campi universitários. Frequentemente submetidas a vínculos de trabalho terceirizados e, portanto, precarizados diante dos recorrentes processos de perda de direitos e falta de estabilidade financeira, as mulheres que se debruçam sobre a limpeza dos espaços se encontram diante de relações de gênero, raça, classe, idade, entre outros, que se manifestam de forma interseccionada em sua experiência social. Nesse sentido, é necessário um rompimento com uma leitura que considere somente as explicações de classe para a desigualdade que se manifesta, abordando os demais marcadores apenas como completos secundários. Embora invisibilizado, o trabalho de limpeza é imprescindível ao funcionamento do capitalismo, é a base da reprodução desta sociedade, como nos recordam Nancy Fraser e Silvia Federici. Este trabalho também é mal pago e subqualificado, expondo um contingente de mulheres à combinação de uma atividade laboral racializada, feminizada, exploradora, com riscos à saúde e subqualificada. Nesse cenário, um aspecto que chama

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

atenção é a repetição da trajetória laboral "das casas de família" para o serviço de limpeza, que parece ser um caminho comum entre estas mulheres e ratifica o retrato de uma nação em que os rastros da escravatura ainda se fazem presentes nas relações que se desenvolvem na contemporaneidade, como reiteram os escritos de Lelia Gonzalez e Sueli Carneiro. Em um país colonizado e mantido por trabalho escravo ao longo de mais de três séculos, como é o caso do Brasil, esses rastros, embora silenciados, deixam entrever as raízes de uma história bastante longa e de manutenção de um legado privilegiado da branquitude, como nos lembra Cida Bento. O trabalho outrora exercido pelos africanos escravizados em nosso continente, hoje, massivamente, é continuado pela população negra que, em decorrência do racismo, se mantém historicamente vinculada a uma "economia da exaustão" que sustenta os privilégios daqueles que permanecem nas posições de poder. A compreensão dessa perspectiva tem se dado por meio de uma abordagem metodológica qualitativa, sustentada na narração de histórias de vida, que propõe a escuta do entrevistado como um contador de histórias, um narrador, que organiza seu discurso de forma artesanal e repetitiva, como quem tece as tramas de um tecido ou os veios de uma cerâmica, conforme inspirado pela perspectiva de narração desenvolvida por Walter Benjamin. Essa escuta se sustenta em uma perspectiva interseccional de compreensão das relações sociais, na qual as diversas formas de opressão e de luta são compreendidas de forma imbricada em sua relação com o sistema capitalista, conforme a leitura de Angela Davis e Patricia Hill Collins. Acreditamos ser este um projeto em consonância com a proposta apresentada pelo grupo de trabalho "Mulheridades e a intersecção de suas lutas: Feminismos, Raça e Psicologia Social Crítica", que tem como objetivo tem como objetivo debater a articulação entre Psicologia Social Crítica e epistemologias feministas e contra-coloniais, no intuito de refletir sobre as múltiplas violências estruturais que compõem o cenário social brasileiro, como não deixa de ser a história de vida das mulheres com quem temos conversado, que, ao narrar suas histórias, nos permitem um vislumbre das intersecções que conformam a sua existência como reflexo e parte da história de um país historicamente desigual.

Intervenções psicossociais no futsal feminino universitário: complexidades amazônidas nos processos de pertencimento e resistência

Beatriz Vitória Arévalo Monarcha (UFAM), Matheus Vasconcelos Torres (To Sports), Anna Catarina Alves da Silva Auad (UFAM), Maria Isabella Muniz Campelo (UFAM), Carla de Souza Costa (UFAM)

Em um contexto marcado pelo agravamento das desigualdades sociais, pelos desmontes das políticas públicas e pelo avanço de discursos autoritários, experiências locais de resistência e produção de práticas psicossociais tornam-se estratégias imprescindíveis para a promoção da equidade e justiça social. No contexto amazônico, onde as desigualdades estruturais assumem contornos ainda mais acentuados e desafiadores, a universidade pública destaca-se como espaço estratégico para o fortalecimento de redes de cuidado, autonomia e participação social, sobretudo quando voltadas à valorização e afirmação das juventudes das mulheridades. Frente aos múltiplos desafios que refletem as disparidades na permanência educacional, a prática esportiva desponta como recurso latente de construção de vínculos afetivos e no incentivo à continuidade tanto no âmbito esportivo quanto acadêmico. As práticas psicossociais críticas, enraizadas na Psicologia Social, compreendem o sujeito como indissociável de seus contextos históricos, culturais e políticos que moldam sua existência. Inserida nesse campo ampliado de atuação, a Psicologia do Esporte pode ser ressignificada como ferramenta psicossocial potente, capaz de promover o bem-viver, a coesão grupal e o empoderamento de sujeitos invisibilizados historicamente. Quando vinculada a práticas comunitárias e comprometida com os direitos humanos, ela transcende o foco exclusivo no desempenho e se afirma como aliada na construção de não somente experiências esportivas mais inclusivas, como de ações emancipatórias. Posto isso, o esporte universitário destaca-se como instrumento na promoção da saúde, atuando como facilitador da construção de redes de apoio e da descolonização do corpo e da subjetividade feminina, ao proporcionar espaços de reconhecimento, pertencimento e afirmação identitária. Estas dimensões tornam-se ainda mais cruciais diante do insuficiente suporte institucional e falta de apoio familiar, sobretudo para aquelas que migram do interior em busca de oportunidades educacionais e esportivas na capital. Para estas estudantes, o acesso à universidade pública é permeado por desafios que vão muito além do ingresso, configuram-se como um esforço contínuo de resistência e permanência. É nesse ambiente que emerge a necessidade de atuações que possam fornecer suporte psicossocial para a sustentação de suas trajetórias acadêmicas. A prática esportiva, quando orientada por uma perspectiva crítica, comunitária e interseccional, pode desempenhar um papel fundamental no fortalecimento de suas identidades e fomentar o sentimento de pertencimento em meio às múltiplas interseções de desigualdades que afetam as mulheridades amazônidas. Nessa experiência, o esporte emerge também como um espaço de afirmação do corpo e da identidade, que são constantemente atacados e invisibilizados no sistema heteropatriarcal a qual estão inseridas, promovendo o bem-viver como horizonte ético-político, no qual o cuidado de si e do coletivo é maneira vital de enfrentar as violências estruturais que permeiam as vivências dessas universitárias. Logo, nesse cenário, para as mulheres amazônidas, muitas das quais conciliam estudos com trabalho, esses fazeres representam mais do que lazer: são espaços de reenergização subjetiva e de reafirmação da própria existência. A regularidade dos treinos, a construção de metas coletivas e o compromisso com o grupo favorecem não apenas o engajamento acadêmico, mas também o fortalecimento da autoestima e da autoconfiança.

Diante desse cenário, possibilitou-se a criação de um projeto vinculado ao Programa Atividade Curricular de Extensão (PACE) desenvolvido pela Empresa Júnior de Psicologia (Self Empreendedorismo) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), com o objetivo de promover

o desenvolvimento de competências socioemocionais em atletas universitárias da equipe do futsal feminino da UFAM, atravessadas pelas interseccionalidades de gênero, sexualidade, classe e raça. A proposta fundamenta-se em abordagens da Psicologia do Esporte para fortalecer o desempenho individual, a coesão da equipe e a gestão emocional dentro e fora das quadras, ao integrar a prática esportiva ao cuidado psicossocial; A Psicologia do Esporte, comprometida com os direitos humanos e as interseccionalidades que atravessam as juventudes amazônidas, contribui para transformar o esporte em um local onde as juventudes femininas não apenas entrem, mas também permaneçam, resistam e revolucionem os âmbitos de controle patriarcal.

Em consonância com esse compromisso, o objetivo geral do projeto é promover o desenvolvimento de competências relacionais e emocionais das atletas universitárias de futsal, considerando a complexidade dos fatores sociais que atravessam suas vivências. Trata-se de uma proposta que articula o cuidado psicossocial ao fortalecimento de trajetórias marcadas pela permanência, pelo pertencimento e pela emancipação no ambiente universitário e esportivo. A partir desse horizonte, os objetivos específicos foram organizados em três eixos centrais: o primeiro consiste em identificar práticas coletivas que favoreçam o fortalecimento da equipe; o segundo busca compreender os desafios enfrentados no contexto esportivo-acadêmico; e o terceiro visa explorar estratégias de regulação emocional voltadas ao bem-viver das protagonistas da extensão. A metodologia adotada compreende a realização de oficinas temáticas quinzenais, com duração média de 1 hora e 30 minutos, voltadas ao fortalecimento de competências socioemocionais. As oficinas são conduzidas pelos integrantes da Empresa Júnior de Psicologia (Self Empreendedorismo), sob supervisão de um psicólogo com especialização na Psicologia do Esporte e de uma psicóloga especializada em avaliação psicológica, com apoio de profissionais da Educação Física. Essa composição favorece a articulação entre formação discente, prática extensionista e compromisso ético com as demandas das atletas. As oficinas temáticas são estruturadas como rodas de conversa, favorecendo a troca de experiências e o acolhimento coletivo. Entre os temas trabalhados, destacam-se a gestão emocional, os desafios na vivência esportiva e acadêmica, a socialização no esporte e as reflexões sobre as interseccionalidades que atravessam a vida das universitárias. Esses encontros desdobram discussões reflexivas sobre gênero, raça, sexualidade, classe e território, articulando tais dimensões às experiências no ambiente universitário e esportivo, com mediação de dinâmicas participativas oriundas da Psicologia e da Educação Física, fundamentadas na escuta ativa e na construção coletiva de estratégias de enfrentamento. Para o levantamento de dados e acompanhamento do processo, foram utilizados instrumentos como escalas psicológicas validadas, formulários online e diários de campo, elaborados no contexto das atividades do PACE. As observações de campo foram realizadas durante treinos e jogos pelos discentes do projeto. Esses procedimentos possibilitaram o mapeamento de aspectos subjetivos relacionados à vivência universitária e esportiva, bem como a identificação de demandas emocionais, relacionais e contextuais específicas. Como resultados parciais, observa-se o fortalecimento dos vínculos entre as atletas e a universidade, maior engajamento nas atividades, ampliação da capacidade de expressão emocional e relatos de impacto positivo na performance esportiva. O projeto reforça a importância de intervenções psicossociais que considerem as especificidades regionais e de gênero no contexto da Psicologia do Esporte, reafirmando seu potencial como instrumento de desenvolvimento integral de atletas universitárias. Ao articular os saberes da Psicologia Social e os conhecimentos comunitários presentes nos territórios amazônicos, a iniciativa contribui para a permanência estudantil e para a valorização das mulheridades amazônidas no cenário esportivo universitário. Trata-se de uma ação que, para além do desempenho, consolida-se como espaço de afirmação das realidades femininas do Norte do Brasil, que enfrentam estruturas de exclusão e invisibilização, e rompendo com os silenciamentos impostos por lógicas sociais, acadêmicas e esportivas historicamente opressoras.

Mulher urbana da amazônia paraense: vivências femininas na ocupação residencial novo areia branca, em ananindeua.

Ana Carolina Carvalho Pinheiro, Fernanda Cristine dos Santos Bengio (UFPA)

Este texto refere-se à fase de levantamento teórico já concluído referente uma pesquisa de mestrado em fase de campo, a qual tem como campo o território da ocupação urbana Residencial Novo Areia Branca, no bairro do Una em Ananindeua na região Metropolitana de Belém no estado do Pará.

O desenvolvimento populacional e de infraestrutura de Ananindeua esteve muito relacionado ao movimento de metropolização da capital Belém, o qual, devido ao mercado imobiliário e políticas de habitação que priorizavam interesses do mercado acima das demandas sociais, levou a população a migrar para os arredores da capital. Compreende-se que Ananindeua historicamente se constituiu através da periferização e aglomeração urbana em áreas precarizadas, tendo grande parte da população habitando o território de forma irregular em um movimento de segregacionismo de classe no espaço urbano, este contexto leva a reflexão acerca do direito à cidade em um campo como aglomerados urbanos em Ananindeua.

Grande parte da população feminina de Ananindeua vive um cenário urbano de periferização da cidade na qual mulheres são levadas a habitarem informalmente territórios mais distantes e precarizados como consequência de uma marginalização de gênero, classe e raça. As mulheres constantemente se locomovem em fluxos e contrafluxos pela cidade em função de seu trabalho reprodutivo e produtivo, sendo diretamente afetadas pelas variadas precariedades como: falta de iluminação nas ruas, calçadas mal estruturadas, saneamento precário, transporte público superlotado, distância entre seus bairros e equipamentos públicos como creches, instituições de saúde e de lazer e outras problemáticas que impactam negativamente no cotidiano doméstico.

Este estudo tem como objetivo geral cartografar vivências femininas, suas relações com o território em questão e seu acesso ao direito à cidade, e, assim, produzir saberes através de seus discursos e histórias como sujeitas urbanas, moradoras de ocupação na Amazônia paraense, a fim de desenvolver reflexões e problemáticas acerca dos modos de viver e ser mulher na cidade.

Esta pesquisa estabelece relação com o eixo temático Mulheridades e a intersecção de suas lutas: Feminismos, Raça e Psicologia Social Crítica ao propor o estudo de vivências femininas em ocupações urbanas, visando, de modo mais específico, refletir criticamente acerca do não acesso feminino a uma cidade que as contemple e a existência de uma interdição do direito a habitar o território de forma plena pelas mulheres em função dos pilares coloniais, capitalistas e patriarcais que regem o ambiente urbano, incluindo desde a dificuldade em acessar moradias de qualidade em territórios mais valorizados até o medo em caminhar de noite.

Esta pesquisa está sendo desenvolvida utilizando referências que pensem o território, o direito à cidade, as questões urbanas e perspectivas de gênero com: Gilles Deleuze e Félix Guattari e seus conceitos de território e rizoma, o geógrafo Milton Santos para complementar a noção territorial, Henri Lefebvre e David Harvey com direito à cidade e Silvia Federici, Raquel Valadares, Valeska Zanello e Angela Davis para pensar gênero e acesso à vida urbana em uma perspectiva interseccional.

Para executar esta pesquisa, utiliza-se a cartografia de Deleuze e Guattari como metodologia. De acordo com os autores, para se cartografar um território deve-se

considerar suas conexões, possibilidade de modificá-lo, o fato de ser constituído por inúmeros caminhos, suas transformações, e assim também deve-se pensar o indivíduo; é um método que acompanha processos, ao invés de trabalhar com um objeto fixo, dessa forma, quando pensando em um dos objetivos desta pesquisa que se trata de cartografar as vivências femininas no território em questão, método cartográfico se mostra adequado para desenvolvimento desta pesquisa pois possibilita explorar mudança, andamento, movimento e as nuances das existências.

A pouca presença da psicologia no debate da vida da mulher citadina aponta para a necessidade de fomentar maiores estudos que considerem o território espacial como fator de afetos e produtor de territórios existenciais. A cidade se estabelece para além de infraestruturas e serviços, há uma estruturação de modos de ser e viver específicos do meio urbano que são caros à psicologia, possibilitando refletir e desenvolver estratégias de produção de saúde dentro do meio urbano, considerando as especificidades marcantes de quem ocupa a cidade e como a ocupa. Ressalta-se ainda a importância da transdisciplinaridade entre ciências urbanas, como a arquitetura, com campos de estudos sociais, humanos, ecológicos e afins, tendo em mente que a cidade é um território que age sobre a subjetividade de diferentes maneiras.

Destarte, pensando o contexto de aglomerados e ocupações urbanas, a população feminina vive em um cenário urbano onde estão envolvidas no processo de periferização da cidade atrelado a marginalização racial, de classe e gênero, vivendo em espaços vulnerabilizados e se movimentando na cidade para realizar suas atividades e usufruir de variados serviços, cidade esta que não as contempla como sujeitas ocupantes do espaço público, sendo constantemente atravessadas por fatores como má disposição de espaços de lazeres públicos, segregação urbana, infraestrutura pública precarizada, insegurança, que marcam os (não) usos da cidade pela população feminina. Frente a isso, mulheres terão uma relação com o território marcada por certas especificidades, seus territórios existenciais se estruturarão com atravessamentos de gênero que são de suma importância para pensar políticas públicas voltadas para o acesso ao direito à cidade da população feminina.

Mulheres negras e escrevivência: narrativas de afetividade e (des)amor

Bárbara Cristina Cutrim Barros (UFMG), Paula Rita Bacellar Gonzaga (UFMG)

Apesar de um esforço contínuo de resistência do povo negro em movimentos políticos e sociais, a colonização deixou marcas que atravessam ainda hoje o imaginário cultural brasileiro, atribuindo um local de subalternidade a pessoas que carregam consigo traços característicos de sujeitos não brancos, o que desemboca em violentas repetições de um passado escravocrata (González, 2020). Estereótipos e mitos são comumente atribuídos a aqueles que têm em seus corpos signos da negritude, variando desde a ideia de que homens negros são violentos, estupradores, até a ideia de uma sexualidade exacerbada e animalizada de mulheres negras. Dentro desse contexto, então, o entrelace de marcadores sociais produz normas implícitas, às vezes silenciosas e outras vezes gritantes, que influenciam nas formas como mulheres negras são percebidas e tratadas nos mais variados âmbitos sociais. Dessa maneira, as ideias de gênero e raça vigentes, por vezes, colocam essas mulheres em posições de preterimento na relação com o outro, o que produz reverberações nos processos de subjetivação, na forma de ocupar territórios, nos espaços institucionais, nas relações interpessoais e nas mais variadas esferas da vida (Gonzaga, 2019). O campo dos relacionamentos afetivos é um exemplo de como existem interferências poderosas do sistema de gênero moderno colonial (Lugones, 2020) nos modos de relações estabelecidas socialmente e nas maneiras como estes se dão, sendo atravessados pelas consequências da colonização. Diante deste cenário, no presente estudo tem sido feito um mergulho nas dinâmicas amorosas de mulheres negras, levando em consideração os fortes atravessamentos da herança colonial, que tornam presentes o preterimento e a violência em seus vínculos afetivos (Gonzaga, 2019). Existem ainda algumas questões que podem agravar e influenciar ainda mais intensamente essas relações, como o grau de escolaridade e instrução dessas mulheres, assim, quanto mais avançadas intelectual e profissionalmente, menor a propensão de estabelecer laços afetivos íntimos (Nascimento, 2019). Diante dessas problemáticas, o presente estudo tem se proposto a analisar as vivências de estudantes universitárias negras, tendo em vista que há um forte entrelace dos marcadores sociais e das violências às quais essas podem ser submetidas. A escolha por essas participantes se dá na medida em que o espaço acadêmico pode produzir discussões críticas que promovem, por vezes, deslocamentos e pensamentos diferentes daqueles enraizados em nossa cultura que culpabilizam as maiorias sociais por uma violência derramada em seus próprios corpos. Para que seja possível fazer essa análise, a presente pesquisa tem como objetivo geral analisar como as categorias gênero e raça se encontram e se materializam nas relações afetivas e amorosas de mulheres negras universitárias. Para o alcance de tal objetivo, foram elaborados quatro objetivos específicos: refletir sobre as noções de gênero e de raça com base nos feminismos negro e decolonial, a partir da metodologia da escrevivência; compreender a percepção de mulheres negras estudantes universitárias sobre as dinâmicas de gênero e raça nas suas relações afetivas; perceber quais estratégias têm sido tecidas por mulheres negras, inseridas em um contexto acadêmico, para confrontar as opressões impostas pelo sistema de gênero moderno colonial em suas dinâmicas afetivas e amorosas; promover inquietações e estratégias que possibilitem rupturas dentro da estrutura sexista, racista e cisheteronormativa estabelecida socialmente. Na aposta de construir possibilidades que não repetem as lógicas eurocêntricas e universalizantes e coadunando com as reflexões das autoras aqui propostas, nesse estudo, pretendo trabalhar com entrevistas narrativas, visto que estas possibilitam relatos espontâneos e livres, que

permitem às participantes se expressarem e discorrerem sobre suas perspectivas e vivências de forma fluida, sem interrupções, respeitando seu tempo, espaço e o que têm a dizer (Jovchelovitch & Bauer, 2003; Pereira, 2024). A partir da escuta realizada nas entrevistas, espera-se que seja possível, no lugar de pesquisadora, localizar problemáticas sociais e pensar como articular isso com teorias, levando em consideração possíveis escapatórias dos contextos carregados do impacto colonial que forem narrados. Em seguida, aquilo que foi narrado nas entrevistas se tornará escrita, a partir da "Escrevivência" (Evaristo, 2020), conceito cunhado por Conceição Evaristo que busca relacionar a vivência cotidiana com a escrita, demonstrando que experiências singulares, muitas vezes, expressam estruturas sociais. Utilizar a ferramenta da Escrevivência é importante na medida em que possibilita um rompimento com o contexto epistemicida ao qual os saberes de povos negros e originários foram submetidos; é também uma valorização de conhecimentos que foram desqualificados ao longo de séculos e que são muito valiosos para os povos assolados pelas violências coloniais ainda hoje (Carneiro, 2005; Evaristo, 2020). As narrativas produzidas na Escrevivência serão tensionadas a partir dos pensamentos feministas negro e decolonial, de forma interseccional, uma vez que não existe a possibilidade de se isolar categorias de opressão e analisá-las de forma separada, pois essa é uma cilada colonial que invisibiliza e marginaliza repetidamente aquelas que são submetidas a contextos de violência. A produção dessa escrita insurgente tem o intuito de pensar e produzir perspectivas para além dos resquícios coloniais que ainda fazem marca e morada no cotidiano brasileiro. Assim, Escreviver, narrar as histórias de mulheres negras que lutam contra os efeitos do racismo e do patriarcado é uma aposta que tem sido feita e que busca reivindicar os lugares que estamos ocupando historicamente. Tendo em vista a exposição das problemáticas dessa pesquisa, que giram em torno das temáticas de raça, gênero, feminismos, escritas insubmissas, epistemicídio e estudos insurgentes, esse estudo se encaixa nos grupos de trabalho aos quais foi submetido.

O problema não é o cabelo crespo, é o racismo: autoestima e identidade de mulheres negras em foco

Rafaele Cristina de Souza Queiroz (UFAM)

É significativo e notório o surgimento, na atualidade, de grupos que militam em torno da estética negra, especialmente formados por mulheres negras que identificam o cabelo crespo como uma das expressões da identidade negra no Brasil e como possibilidade de empoderamento por meio do ativismo de cabelo. Trata-se de um movimento social que confronta o genocídio estético sofrido por pessoas negras, decorrente da imposição histórica de uma estética eurocêntrica. A valorização, afirmação e aceitação das origens negras tem, no cabelo, um dos elementos corporais mais visíveis de resistência e identidade, evocando a ancestralidade africana que se destaca no corpo.

Este estudo investiga os efeitos do racismo na autoestima da mulher negra, a partir da recusa histórica ao cabelo natural e das estratégias empregadas para se adequar a padrões estéticos racistas. O ponto de partida é o trabalho realizado pelo grupo Encrespa Geral Manaus – Instituto de Promoção Humana, Desenvolvimento Social e Cultura, que atua há mais de dez anos com ações de valorização da estética negra como ato político de resistência. Embora o grupo tenha pausado suas atividades presenciais após a pandemia de Covid-19, sua última edição ocorreu de forma online em 2020, mantendo o compromisso com o enfrentamento do racismo estético.

Uma etnografia encarnada atravessada por experiências que se entrelaçam e constituem escrevivências de corpos racializados. Realizou-se uma etnografia junto ao Encrespa Geral Manaus, compreendendo atividades presenciais, rodas de conversa e interações em grupos de mídias sociais, além de diálogos com mulheres negras fora dessas esferas. As ferramentas metodológicas permitiram a escuta atenta e sensível das narrativas dessas mulheres, reconhecendo nelas marcas profundas de sofrimento, racismo e negação de identidade. Porém, um ponto mais que importante: a transição capilar, que chamo nesta etnografia de rito do “se tornar negra” a partir da escrevivência dessas mulheres.

A pesquisa nas mídias sociais revelou como o discurso estético, quando racializado, mobiliza afetos, medos, resistências e reconstruções subjetivas, exigindo da pesquisadora uma postura ética e empática na transcrição e análise dos relatos.

Este trabalho é também atravessado pela minha trajetória como mulher negra, integrante do movimento negro e participante de rodas de conversa e processos de formação que abordam a estética negra como resistência. A experiência pessoal de deixar de alisar o cabelo foi atravessada por leituras, escutas e interações com outras mulheres negras.

Entrei na transição capilar momento nada fácil e foi a partir de então que me inseri em grupos de estética negra e compreendi a magnitude do que era o processo de transição capilar e o que esse momento significaria no meu processo de construção da consciência política enquanto mulher negra. A busca pelo cabelo liso era uma maneira de evitar comentários que me machucavam de alguma forma, já que, na infância, me foram dados vários apelidos por causa do cabelo, como: “cabelo de pipoca”, “cabelo de bombril”, “cabelo duro”, entre outros que não me agrada relatar. Ao alisar o cabelo, eu me sentia livre desses comentários; porém, o racismo não dá descanso às pessoas negras. Durante meu processo de transição capilar, comecei a me interessar pelas ações voltadas para a valorização da estética negra. Sendo assim, passei a me dedicar ao ativismo de cabelo.

A decisão de assumir o cabelo crespo não foi simples, nem imediata. Foi resultado de um processo de tomada de consciência, mediado pelo acesso a textos de autoras negras, blogs e grupos de mulheres negras em transição capilar. Compreendi os marcadores sociais que me levavam a alisar o cabelo e iniciei o processo de transição capilar. Ao entender que a identidade não é inata, percebi as tentativas de apagar minha negritude e os dispositivos simbólicos que operavam esse apagamento.

Nos grupos de pesquisa e durante os diálogos com outras mulheres negras, emergiram relatos que, embora singulares, apresentavam pontos de convergência notáveis. Experiências de racismo na infância, na escola, no mercado de trabalho e na vida afetiva foram narradas com dor. Essas escrevivências revelam que o racismo não atinge apenas o corpo, mas a psique, o senso de pertencimento e o amor-próprio.

A partir da colocação e entendimento do que seja ativismo de cabelo, é possível compreender que mulheres principalmente negras levantam a bandeira de que o cabelo natural crespo/cacheado deve ser livre do padrão eurocêntrico e se colocam contra a ideia de que somente cabelos perfeitamente lisos e alisados são padrão de beleza. Anteriormente, esse padrão parecia imutável. Essa condição de normatividade estética massacra a autoestima das mulheres negras. O uso de químicas e técnicas de alisamento prejudica a saúde e, assim, a autoestima das mesmas, por não se enquadrarem neste violento padrão de beleza.

O ativismo de cabelo, como expressão política e cultural, não é apenas um movimento estético, mas uma forma de insurgência contra os padrões hegemônicos de beleza. Embora o encrespamento dos cabelos não seja um fator determinante da identidade negra, ele figura como um marcador simbólico poderoso, articulando origem, memória e resistência.

Neste campo de forças, a estética negra se impõe como um mecanismo de resgate e reconstrução identitária. A imposição do alisamento como prática de adaptação e apagamento é desvelada pelas participantes como uma violência estética internalizada, cujos efeitos subjetivos reverberam na autoestima e na construção da identidade étnico-racial.

A escuta dessas experiências confirma o impacto profundo do racismo na autoestima de mulheres negras, especialmente no que se refere ao cabelo crespo/cacheado, historicamente demonizado, alisado, escondido ou transformado para adequar-se ao ideal branco.

A análise aponta que os efeitos do racismo estético são duradouros e estruturantes na vida de mulheres negras. O cabelo crespo, longe de ser um problema, é símbolo de resistência e potência ancestral. O que adoece não é o cabelo, mas o racismo. O ativismo estético emerge, portanto, como espaço de reconstrução subjetiva, fortalecimento identitário e prática política.

O estudo demonstra a urgência de se reconhecer os impactos subjetivos do racismo na autoestima da mulher negra e de afirmar espaços de escuta, acolhimento e reconstrução de narrativas em torno da estética negra. O cabelo crespo é bom. Ruins são os efeitos do racismo.

Racismo e afetividade: experiências de mulheres negras em Boa Vista, RR

Wellen Crystine Lima Peixoto Borges (UFPE)

A presente pesquisa de doutorado busca investigar os impactos do racismo nas experiências afetivo-sexuais de mulheres negras residentes em Boa Vista, capital do estado de Roraima, situado na região Norte do Brasil. Ao propor essa análise, partimos do reconhecimento de que as relações afetivas, muitas vezes concebidas como experiências privadas, também são atravessadas pelas desigualdades de raça, classe e gênero, sendo, portanto, espaços de produção e reprodução de desigualdades. O racismo, é entendido na pesquisa como estruturante da sociedade brasileira, e impacta o acesso a direitos e oportunidades materiais, além de modelar a forma como pessoas negras são percebidas, desejadas ou preteridas, afetadas e tratadas nos âmbitos do afeto e da sexualidade. Diante disso, o objetivo geral da pesquisa é analisar os impactos do racismo nas experiências afetivo-sexuais de mulheres negras em Boa Vista, Roraima; e mais especificamente conhecer o processo de constituição subjetiva das mulheres negras entrevistadas; compreender os impactos psicossociais relacionados às experiências afetivo-sexuais das mulheres negras entrevistadas; e identificar estratégias de enfrentamento e resistências presentes nas relações afetivo-sexuais de mulheres negras. A escolha por apresentar este projeto no Grupo de Trabalho 38 da ABRAPSO, “Psicologia e relações raciais no Brasil do século XXI: aspectos históricos, teóricos e metodológicos”, se justifica por sua afinidade direta com a temática da pesquisa. O GT propõe uma reflexão crítica sobre os vínculos entre Psicologia e relações raciais, reconhecendo limites históricos da área e abrindo espaço para práticas comprometidas com a transformação social. Ao investigar as relações afetivo-sexuais de mulheres negras, esta pesquisa contribui para tensionar a ideia da afetividade como espaço neutro, mas como espaço atravessado por disputas simbólicas e políticas. A realização da pesquisa em uma cidade do Norte do Brasil, colabora com a descentralização epistemológica e com a visibilidade de experiências historicamente silenciadas na produção de conhecimento.

Ao abordar os impactos psicossociais do racismo, tais como o sofrimento psíquico, a baixa autoestima e a solidão afetiva, busco compreender como essas experiências atravessam os vínculos íntimos e a constituição subjetiva das mulheres negras. Ao mesmo tempo, busca-se evidenciar estratégias de resistência construídas por elas, essas podem se expressar como redes de apoio, práticas de autocuidado e valorização identitária, materializando a reinvenção de si frente às violências cotidianas. A inquietação que me levou a esse tema surgiu ainda na graduação, ao cursar Psicologia Social do Racismo pude perceber os impactos do racismo na saúde mental da população negra. Desde então, tenho observado, tanto na minha formação acadêmica quanto na prática profissional, que as discussões sobre racismo frequentemente desconsideram como ele atravessa as relações afetivas. Durante minha pesquisa de mestrado, um dado chamou atenção: mulheres negras relataram se sentir frequentemente preteridas em suas experiências amorosas (Borges, 2022). Roraima figura entre os estados com os maiores índices de violência contra mulheres, e as mulheres negras são as principais vítimas. Assim, temos um cenário em que, por um lado, as mulheres negras não são escolhidas como parceiras amorosas e, por outro, quando o são, frequentemente vivenciam relações marcadas por violência. É a partir dessa tensão que nasce a proposta desta pesquisa. Para avançar nessa reflexão, é importante compreender o racismo como uma ideologia complexa. Conforme Munanga (2003), ele estrutura relações sociais, econômicas, institucionais e simbólicas, baseado na concepção hierárquica da existência de raças superiores e inferiores, legitimando a hierarquia racial que coloca o homem branco, cis, hétero, no topo. Com base em autoras como bell hooks, Angela Davis, Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez, entendemos que, desde o período colonial, as mulheres negras foram desumanizadas: privadas de afeto, vistas como força de trabalho, hipersexualizadas, e vítimas de violências sexuais. A miscigenação no Brasil, romantizada pelo mito da democracia racial, ocorreu,

muitas vezes, à custa do estupro de meninas e mulheres negras, e isso ainda molda o imaginário social (Carnero, 1995). A interseccionalidade, conceito fundamental nesta pesquisa, é trabalhada por autoras como Collins (2019) e Crenshaw (2022). Ela nos permite compreender como os sistemas de opressão, racismo, sexismo e classismo, são constituídos socialmente e nos constituem, isto é, moldam as experiências das mulheres negras. Djamila Ribeiro (2019) reforça que essas estruturas de desigualdade interferem diretamente no acesso à cidadania, inclusive no campo afetivo-sexual. Para Lélia Gonzalez (1984) e Angela Davis (2016), o racismo e o sexismo impedem o exercício pleno da sexualidade e comprometem a construção de uma imagem positiva de si. Esse é o pano de fundo que estrutura as relações afetivo-sexuais das mulheres negras até hoje. A pesquisa será de abordagem qualitativa, orientada por uma perspectiva decolonial, que problematiza a lógica metodológica ocidental, hierárquica e universalizante, valorizando saberes do sul global (Quijano, 2005). Além disso, será guiada por pressupostos do feminismo negro e do feminismo decolonial. O campo da pesquisa será em Boa Vista, capital de Roraima, um território atravessado pelo conservadorismo político e religioso, bem como desigualdades históricas profundas. Os dados demográficos indicam que as mulheres negras correspondem a um contingente populacional significativo, mas ao mesmo tempo, é o grupo mais afetado pela violência. De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2020, 2024), e dados do IBGE (2022), mulheres negras são as maiores vítimas de violência doméstica e feminicídio. Esta pesquisa será conduzida apenas com mulheres negras pelo intento de recuperar e visibilizar a perspectiva de mulheres negras sobre as relações raciais e de gênero no Brasil. Como destacam as autoras Beatriz Nascimento (2006) e bell hooks (2019), ao desafiarem as narrativas hegemônicas, elas sugerem uma análise alternativa das experiências e perspectivas das mulheres negras. Elas refletem sobre como as mulheres negras são frequentemente olhadas e analisadas de maneira secundária, em vez de terem suas vivências, modos de sentir e experiências ocupando o lugar central. Portanto, este é um exercício de reflexão fundamentado na perspectiva do "olhar oposicional" das mulheres negras. As participantes da pesquisa serão divididas em três grupos: mulheres negras em relacionamentos racializados; mulheres negras em relacionamentos inter-raciais; e mulheres negras solteiras. Essa divisão busca captar como diferentes arranjos relacionais influenciam suas vivências afetivo-sexuais. Como aponta Schucman, Mandelbaun e Fachim (2017), relações inter-raciais podem tanto funcionar como espaços de elaboração da violência racista quanto como reforço das hierarquias raciais presentes no contexto social mais amplo. Os critérios de inclusão serão: mulheres negras, com mais de 18 anos, nascidas e residentes em Boa Vista. A coleta de dados será feita por entrevistas semiestruturadas, utilizando o método de bola de neve para seleção das participantes. Minha atuação profissional em UBS e vínculo com o Movimento Negro Unificado facilitarão o acesso a diferentes perfis de mulheres. As realização e análise das entrevistas serão conduzidas pelas entrevistas narrativas, que considera o contexto sócio-histórico, a ancestralidade e os significados que as participantes atribuem às suas experiências (Muylaer et al., 2014). A análise narrativa permitirá captar como as marcas do racismo e do sexismo interferem na constituição subjetiva e nas relações afetivas. A partir dessas análises, a pesquisa pretende oferecer contribuições para o campo da Psicologia Social, destacando a necessidade de práticas profissionais que reconheçam a centralidade do racismo nas experiências subjetivas e afetivas. Em termos conclusivos, a pesquisa busca colaborar com a visibilidade das experiências afetivo-sexuais de mulheres negras na região Norte do país, reconhecendo suas potências e contradições. Ao centrar a escuta em mulheres que historicamente foram excluídas dos espaços de produção de conhecimento, reafirmo o compromisso ético-político com uma Psicologia Social crítica, antirracista e comprometida com a transformação social. Acredito que a escuta dessas vozes pode ampliar as possibilidades de construção de práticas psicológicas antirracistas, comprometidas com a justiça social e capazes de promover a vida.

Racismo estrutural e interseccionalidade em serviço de proteção à mulher em Belo Horizonte

Olga Maria Trindade do Nascimento (UFMG), Amanda Nascimento Oliveira (UFMG), Lorena de Brito Marcelino Pereira (UFMG), Paula Rita Bacellar Gonzaga (UFMG)

Esse resumo é escrito sob a dialética entre psicologia feminista, psicologia social comunitária e o feminismo negro, a partir da experiência de extensão "Psicologia, Saúde Sexual e Saúde Reprodutiva: práticas de intervenção psicossocial e educação em saúde". O projeto é vinculado ao Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais, e se dá em um equipamento do município de Belo Horizonte de acolhimento à mulheres vítimas de violência de gênero, como tipificada pela Lei nº11.340/2006 (BRASIL, 2006), conhecida como Lei Maria da Penha.

A equipe do projeto que vai a campo é formada por duas graduandas em psicologia, uma psicóloga voluntária e uma mestranda em Psicologia, que é dividida em dois dias de trabalho no equipamento. Ele se constitui em observar os atendimentos psicossociais realizados pela equipe técnica, discutir os casos, participar das reuniões com a Diretoria de Políticas para as Mulheres (DIPM), realizar demandas e tarefas elaboradas pela coordenação, assim como conduzir grupos de reflexão e acolhimento para as próprias usuárias.

Este equipamento é composto apenas por mulheres. As técnicas, são em sua maioria brancas, no entanto, a coordenadora é a única mulher negra. Atualmente, também conta com uma equipe de extensionistas majoritariamente formada por mulheres negras. Foi possível identificar como práticas racistas atravessam as relações estabelecidas, tanto entre as profissionais quanto nas dinâmicas construídas com as extensionistas, revelando tensões marcadas pela desigualdade racial.

Além disso, não há dados fornecidos pela Prefeitura de Belo Horizonte acerca da raça e etnia das usuárias nesse equipamento. No entanto, com base nas visitas e no diálogo com as técnicas e coordenação, há um indicativo de que a preponderância de quem acessa o serviço são mulheres negras.

A falta das informações acerca das usuárias deste dispositivo público é reflexo da lacuna do município de Belo Horizonte como um todo, que também não produz dados de violência contra a mulher. Sendo o governo do estado responsável pela sistematização desses dados (MINAS GERAIS, 2023, p. 6), ele o faz sem quantificar a violência de gênero, se limitando ao feminicídio, e sem dados acerca do recorte racial. O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2024) aponta que, em 2023, 63,6% das vítimas de feminicídio no Brasil foram de mulheres negras; também aponta que o cenário do feminicídio é em 64,3% das vezes na casa das vítimas, o que evidencia o lar como um dos principais espaços da violência letal contra mulheres. Em relação a violência provocada por parceiro íntimo ou ex-parceiro, a prevalência é de 45% entre mulheres negras, em comparação a 36,9% de mulheres brancas. Logo, há quem se interesse em sistematizar a nível estadual e municipal que são as mulheres negras as mais afetadas pela violência de gênero?

Após a constatação dessa lacuna nos dados fornecidos e, a partir de uma formação sobre raça proposta pela prefeitura de Belo Horizonte à equipe do equipamento, surgiu a demanda de um grupo de estudos sobre letramento racial. Sob orientação da Psicologia Social Feminista e do Feminismo Negro, pudemos elaborar um cronograma que contemplasse temas que instiguem uma reflexão interseccional de raça, gênero e classe das trabalhadoras e sua atuação em uma política pública pública de proteção da mulher.

Este trabalho visa a construção de uma análise acerca das relações institucionais na intersecção de gênero e raça de um serviço público de Belo Horizonte. Portanto, colocamos em pauta a percepção de como as técnicas acolhem, recebem e lidam com a presença de uma coordenadora negra, e a presença de extensionistas, também negras, conduzindo um debate étnico-racial (Bento, 2002).

O Grupo de Estudos propicia um espaço de elaboração acerca da forma como as usuárias são percebidas, atendidas e suas trajetórias são validadas. Assim como da importância política da identificação das trabalhadoras enquanto mulheres brancas, e na implicação de sua identidade racial no seu saber-fazer, em como sua atuação já é informada a partir de um locus que se diz universal, portanto, invisível.

De acordo com Lugones (2020) é feito um esforço de pesquisadoras de cor para haver "uma análise que enfatiza a intersecção das categorias raça e gênero, por que as categorias invisibilizam aquelas que são dominadas e vitimizadas" (p. 12).

Enquanto os corpos ditos racializados propõe a discussão acerca do atravessamento racial, a branquitude compactua em negar negá-lo e se manter distanciado da produção cotidiana dos efeitos do racismo estrutural (Bento, 2002). Ter uma equipe que não consegue discutir a questão racial em intersecção com a categoria gênero pode ocasionar em um atendimento fragmentado e desconectado da realidade brasileira, em que o racismo possui centralidade nas violências cometidas contra as mulheres.

A escuta, apesar de capacitada e acolhedora, não identifica a interseccionalidade de raça e gênero que atravessa a trajetória das usuárias, e continuará a atravessá-las mesmo após a superação da situação de violência em que se encontram ao procurar o equipamento.

Além disso, há um esvaziamento do serviço por falta de interesse na divulgação deste aparelho para o acesso mais amplo de mulheres em situação de vulnerabilidade social, posicionamento que reflete a subnotificação de violência doméstica, pois, de acordo com Cristiane Britto, representante do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMDFDH), em 70% dos casos de feminicídio não houve denúncia acerca de violência sofridas anteriormente (Governo do Brasil, 2020).

Estes desdobramentos cotidianos no funcionamento do equipamento, são parte da engrenagem de operação da necropolítica, atuando na negligência de proteção da vida de mulheres negras, a partir da falta de promoção de pesquisas e coleta de dados acerca das vítimas de violência de gênero (Mbembe, 2016; Oliveira, E. et al 2019; Gonzaga, 2020). Portanto, há uma escolha de representantes municipais e estaduais de subnotificar essas ocorrências, agravando o risco de morte de mulheres negras por negligência (Carneiro, 2005), tal como há uma escolha de não levar o dispositivo de proteção às mulheres até elas (Gonzaga, 2020).

Questionamos, a partir disso, se o motivo de não haver uma mobilização para o amplo desse acesso de mulheres negras, indígenas e quilombolas à esse serviço seria a falta de reconhecimento das violências existentes nos espaços onde elas habitam, ou, se não, a escolha ativa de manter a violência nesses territórios. Pois, nesse sentido, compreende-se um apagamento, invisibilização e silenciamento da dor de corpos marginalizados. Assim, é impossível imaginar outros futuros possíveis e caminhos outros de vida.

Violências invisíveis no trabalho doméstico: um olhar interseccional em Boa Vista - Roraima

Mariana Oliveira Barros (FACES), Ellie Cristina Silva Ribeiro (FACES)

Esta pesquisa nasce da minha trajetória de vida, de trabalho e de estudos. Sou uma mulher negra de pele clara, LGBTQIAPN+, filha de uma mãe analfabeta que trabalhou durante anos como empregada doméstica. Sempre estudei em escola pública e hoje sou estudante de Psicologia e Antropologia em duas faculdades particulares por ser a única opção possível para quem, como eu, precisa se sustentar, pagar aluguel e continuar trabalhando, realidade ainda mais difícil de conciliar em uma universidade pública. Sou nascida e criada em Roraima, no extremo norte do Brasil, cresci em um território historicamente marcado pela desigualdade, pela ausência de políticas públicas estruturantes e, mais recentemente, pela crise migratória venezuelana que tem mudado o perfil social do estado e do trabalho doméstico.

Levei mais de dez anos para ter coragem de entrar na vida acadêmica, não apenas por medo, mas por ter ouvido por anos que eu não era capaz. Dúvidas sobre minha aparência, capacidade, inteligência e jeito de ser minaram minha autoestima e apagaram, por muito tempo, a minha crença de que estudar era também meu direito. Esse tipo de violência começou cedo, dentro da escola pública, marcada pelo sucateamento e pela frieza de discursos hegemônicos reproduzidos pela instituição. Sempre gostei de ler, mas odiava a rotina escolar, o bullying que sofria e o fato de que muitas vezes meus sentimentos eram ignorados ou desmerecidos.

Durante muito tempo essa foi minha realidade: desacreditaram da minha capacidade, zombaram dos meus sonhos e do meu direito de estudar. Ingressei no trabalho doméstico e certa vez, um cliente das minhas faxinas, ao saber que eu pretendia fazer concurso, respondeu que “era difícil demais pra alguém como eu”. Fiquei muda. Outra cliente, ao se recusar a pagar o combinado e ser contestada, me disse: “pelo menos você é bonita, se não serve como diarista, pode ser puta”. Não consegui rebater. Só chorei. Porque não é só a fala, é a carga histórica e o lugar social que ela confirma: o da mulher pobre, racializada, doméstica e descartável.

É desse lugar que escrevo pois carrego no corpo e na memória as marcas do trabalho doméstico, do racismo, da exclusão e da luta por dignidade. Quero dar voz às mulheres que, como eu, vivem historicamente em condições de vulnerabilidade, enfrentando abusos sutis ou explícitos no ambiente de trabalho doméstico, especialmente os de natureza sexual, que ainda hoje são naturalizados. Considerando que de acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego , da quantidade total de trabalhadores domésticos no Brasil, 91% são mulheres e destas, 61% são mulheres negras.

A pesquisa que será desenvolvida faz parte de uma iniciação científica voluntária e abordará os abusos sexuais contra as trabalhadoras domésticas na cidade de Boa Vista. A intenção é lançar um olhar interseccional para a realidade dessas mulheres, uma tentativa de compreensão da pessoa como uma manifestação de uma totalidade social, isto é, sua realidade concreta (Lane, 2013).

Algumas trabalhadoras sequer percebem que estão sendo abusadas. Acreditam que o abuso está apenas na violência física, mas não reconhecem o que também está nos olhares, nas piadas com duplo sentido, nas palavras mal colocadas, nos convites indevidos. E como reconhecer algo que nunca nos foi ensinado a nomear? Fora o medo real de denunciar, principalmente em cidades pequenas como Boa Vista. O medo de perder o emprego, ser

desacreditada ou até acusada de difamação por figuras públicas ou de poder é paralisante.

É fato que o abuso sexual contra trabalhadoras domésticas não se caracteriza como uma violência apenas sexista justamente por envolver outros determinantes sociais em intersecção, tais como raça/etnia e classe (Crenshaw, 2004). Algumas mulheres chegam a desconfiar de quem tenta ajudar. “E se for a patroa mandando perguntar?” pensam. A desconfiança é compreensível: muitas vezes somos chamadas de “parte da família”, mas basta um desentendimento para sermos descartadas como objetos velhos. As mulheres são culpabilizadas e sofrem as maiores consequências das denúncias nestes contextos de violência conforme se percebe em estudos (Corossacz, 2014).

Corossacz (2020) demonstra que há uma continuidade entre a figura da mulher preta escravizada e a trabalhadora doméstica demonstrada pelo assédio sexual cometido pelos patrões. Nota-se a maneira como a colonialidade permanece 6enraizada nas relações e na reprodução de violências como a iniciação sexual dos filhos de empregadores com as trabalhadoras domésticas. Este cenário corrobora com uma realidade naturalizada em que os corpos destas mulheres são objetificados e sexualizados.

A ideia da pesquisa é entrevistar trabalhadoras domésticas acerca das suas experiências em entrevistas narrativas abertas, estas participantes serão contactadas a partir do meu contato com diversas colegas de trabalho ou até mesmo através da Associação de Trabalhadoras Domésticas de Roraima. Com perguntas norteadoras, pretende-se desenvolver uma análise em que se evidencie a trajetória dessas trabalhadoras no que se refere a humilhação social, identificando as violências de gênero, sexo, raça e classe, bem como os possíveis abusos sexuais que elas possam ter enfretado (Gonçalves Filho, 2004).

A dor é silenciada pela necessidade e a solidão é aprofundada pelo medo de não ser ouvida, as humilhações constantes rompe com o sentimento de possuir direitos. O impacto disso na saúde mental é devastador: crises de ansiedade, depressão e um adoecimento silencioso que se escondem atrás de quem ainda precisa aguentar tudo para pagar o aluguel. É nesse cenário de silêncio e invisibilidade que quero refletir sobre como o trabalho doméstico, o abuso (de forma simbólica ou direta), o racismo e o machismo se misturam e afetam a vida de tantas mulheres como eu, conforme discussão abaixo:

A humilhação social é sofrimento ancestral e repetido. Para roceiros, mineiros ou operários, também para uma multidão de pequenos servidores, para os subempregados e para os desempregados, é sofrimento que o trabalhador vai amargar sozinho e, cedo ou tarde, vai também dividir com outros trabalhadores (Gonçalves Filho, 2004, p.10).

Aqui na região Norte, além das mulheres negras e pobres como eu, outras tantas imigrantes, ribeirinhas, indígenas ou vindas do interior vem ocupando as mesmas funções com ainda menos proteção, tornando-se alvos de violência e exploração. O trabalho doméstico, ainda que naturalizado como um serviço inferior, é trabalho. E merece respeito, cuidado, dignidade e políticas públicas que o protejam. Este trabalho é uma tentativa de romper esse ciclo de silenciamento e propor novas formas de existir e resistir.

É urgente que seus corpos também sejam enxergados e suas histórias ouvidas. Tenho buscado aprender com autoras negras, indígenas e feministas que questionam os limites da psicologia social tradicional hegemônica e apontam outros caminhos possíveis que acolham, protejam e validem essas experiências que ainda hoje são vistas com descaso.

É nesse esforço de buscar outras formas de enxergar, acolher e validar essas experiências que encontrei na

escrita de Geni Núñez um ponto de apoio importante. No texto Descolonização do Pensamento Psicológico, ela mostra como essa área ainda reproduz formas de pensar que deixam de fora muitas vivências reais e explica que descolonizar é romper com a ideia de que sofrimento é só algo individual, quando na verdade ele também é consequência de estruturas injustas que se repetem há muito tempo. Quando li sobre isso, comecei a pensar nos psicólogos que contratam diaristas e domésticas e se eles realmente enxergam essas mulheres. Quantos percebem que, enquanto atendem uma pessoa na clínica, talvez estejam ignorando outra que limpa seu consultório ou sua casa? Se a Psicologia não sair da neutralidade e se abrir para esse tipo de crítica, ela também acaba reproduzindo o mesmo sistema de exclusão que diz combater.

A Psicologia precisa nos enxergar. Precisamos de escuta, de acolhimento e de representatividade. Acredito que através da Psicologia Social Crítica, juntamente com uma perspectiva feminista e contra-colonial eu conseguirei possibilitar essa escuta, essa voz, essa presença que se levanta junto a outras mulheres e grita: não somos invisíveis. Daí a relação com um GT dedicado a dar visibilidade a pluralidade de experiências de mulheres.

Referências:

Gonçalves Filho, J. M. A invisibilidade Pública. (prefácio). In: Costa, F. B. da. Homens invisíveis – relatos de uma humilhação social. São Paulo: Globo, 2004.

Corossacz, V. R. Abusos sexuais no emprego no Rio de Janeiro: a imbricação das relações de classe, gênero e "raça". Temporais, n.28, 2014. Disponível em < https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/8214/6157 > Acesso em 22 de janeiro de 2025.

Corossacz, V. R. Assédio sexual no emprego doméstico. Revista Z cultural. n.02, 2020. Disponível em < https://revistazcultural.pacc.ufrj.br/assedio-sexual-no-emprego-domestico / > Acesso em 22 de janeiro de 2025.

Lane, S. T. M. A psicologia social e uma nova concepção do homem para a psicologia. In: Lane, S. T. M.; Codo, W. Psicologia Social: o homem em movimento. Editora brasiliense, São Paulo, 2013.

Crenshaw, K. Interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. Revista cruzamento raça e gênero. Brasília: Unifem, 2004.

Núñez, G. Descolonização do pensamento psicológico. Plural: valorização profissional em tempos de "novas" práticas em Psicologia, Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina, n. 2, ago. 2019. Disponível em < https://crpsc.org.br/public/images/boletins/crp-sc_plural-agosto%20Geni.pdf / > Acesso em 26 de maio de 2025.

Vivência sapatona e engajamento político: práticas de resistência no GAMI, entre batuques, afetos e territórios

Vanusa Luana Cavalcante Santos (UFRN), Candida Maria Bezerra Dantas (UFRN), Alice Lins Mendes Barreto (UFRN)

Diversos estudos têm analisado as práticas políticas de mulheres negras, indígenas, pessoas LGBTQIAP+ e outras populações precarizadas, evidenciando como suas formas de engajamento são atravessadas por múltiplos marcadores sociais, como gênero, raça, sexualidade, classe, etnia e território. Segundo Dell'Aglio e Machado (2019), esses marcadores, ao se articularem com diferentes vivências, produzem modos singulares de inserção e atuação nas lutas sociais. A expansão das formas de resistência, referências teóricas e vínculos políticos tem gerado não só novas alianças, mas também conflitos e disputas dentro dos movimentos sociais. Nos feminismos, essa complexificação impulsiona debates sobre a diversidade das sujeitos da luta, a partir de demandas de mulheres negras, indígenas, lésbicas, periféricas, trans, ecofeministas, entre outras. Nos movimentos LGBTQIAP+ e étnico-raciais, intensificam-se as discussões sobre identidade, representatividade e pertencimento. Esses tensionamentos indicam a necessidade de reconhecer a força política da diversidade e a constituição de formas de poder coletivo capazes de enfrentar violências estruturais e afirmar novos mundos possíveis (Gago, 2020).

É nesse campo de disputas e invenções que se inscrevem os feminismos lésbicos, trazendo uma crítica contundente ao regime heterossexual compulsório e às estruturas patriarcais, racistas e capitalistas que sustentam a norma cisheterobranca. A dissidência sexual torna-se também uma dissidência política, que desestabiliza o que é naturalizado e abre espaço para outras formas de existir e se relacionar (Martins, 2020). Em Natal-RN, o GAMI – Grupo Afirmativo de Mulheres Independentes – expressa esses feminismos. Formado por mulheres sapatões majoritariamente negras e periféricas, o coletivo articula arte, política e território, reinventando formas de comunidade e inscrevendo na cidade possibilidades para além da exclusão e violência (Sousa dos Santos, 2024).

É nesse contexto que esta pesquisa se desenvolve, investigando como a intersecção de gênero, raça, sexualidade, classe, etnia e território atravessa trajetórias de vida e produz diferentes formas de engajamento político em contextos de precarização da vida. Parte-se da perspectiva interseccional como ferramenta teórica, ética e metodológica, comprometida com a visibilização das singularidades e com a construção de conhecimentos situados que rompem discursos totalizantes que apagam a diversidade das experiências e subjetividades.

Este trabalho se alinha à proposta do GT ao abordar como os atravessamentos interseccionais operam na constituição de subjetividades, práticas de resistência e formas de engajamento político. Focaliza experiências de dissidência sexual em contextos de precarização, com atenção à pluralidade das sujeitas envolvidas nos feminismos lésbicos e periféricos. A pesquisa fortalece epistemologias situadas e insurgentes, comprometidas com uma Psicologia Social Crítica implicada nas transformações sociais, que reconhece a colonialidade e o patriarcado como estruturantes das violências contemporâneas, apostando em práticas coletivas, saberes encarnados e radicalidade das margens como lugares potentes de invenção.

De caráter qualitativo, o trabalho é orientado pelas epistemologias feministas decoloniais, feminismos lésbicos e aportes dos estudos queer e interseccionais. Esses referenciais criticam paradigmas universalizantes

da ciência, afirmando a legitimidade de saberes produzidos a partir da experiência, corporeidade, território e dissidências. A metodologia é inspirada na perspectiva etnográfica, compreendida como modo de implicação com o campo e construção de conhecimento em relação. A pesquisa utilizou observação participante nas atividades do GAMI, registros em diários de campo e conversas informais com integrantes e pessoas próximas. A escuta atenta, o engajamento e o registro das experiências permitiram apreender nuances das práticas, afetos e significados do cotidiano do coletivo. A análise considerou linguagem, práticas corporais e simbólicas para compreender como se produzem formas de resistência, cuidado, pertencimento e invenção de outras existências.

Composto por mulheres lésbicas, transexuais, bissexuais, negras, periféricas, trabalhadoras e de diferentes idades, o GAMI é um coletivo feminista na periferia urbana de Natal/RN. A proposta do coletivo se ancora em uma perspectiva horizontal e interseccional, com escuta, partilha de saberes e valorização das diferenças geracionais e vivenciais como fundamentos ético-políticos da ação coletiva. A dinâmica interna do grupo distancia-se de modelos hierárquicos, apostando na construção coletiva e situada do conhecimento. Como exemplo, em uma reunião, uma coordenadora afirmou que, mesmo com integrantes mais antigas, "todo dia aprendem algo novo", evidenciando uma pedagogia baseada em humildade e escuta. Essa postura reverbera na organização do grupo para delegar funções conforme habilidades e interesses, rompendo com lógicas produtivistas e tecnocráticas, ancorada em sensibilidade e compromisso mútuo. O espaço físico, uma casa cedida por articulações políticas e reformada pelas militantes, funciona como território de afeto, pertencimento e transformação. Pinturas, murais, bandeiras e registros fotográficos testemunham a construção coletiva de uma memória sapatão marcada pela resistência e cuidado. Como espaço contra-hegemônico, o GAMI tensiona fronteiras entre público e privado, político e afetivo, ativismo e arte, abrindo brechas para criar outras formas de existência.

Destaca-se o projeto "Batuque de Mulheres", braço cultural que oferece oficinas de percussão para mulheres sáficas, articulando saberes musicais, cura e engajamento político. As oficinas revelam a dimensão pedagógica radical da arte, não restrita à técnica, mas como linguagem política e elaboração de experiências. As participantes criam letras, gritos, ritmos e jograis que traduzem suas vivências em palavra, poesia e som. A proposta de gravar um EP coletivo visa circular música e multiplicar experiências transformadoras. Um trecho do diário registra: "Como a arte pode ampliar o discurso feminista, antirracista, LBT? Pegando nossa vivência e transformando em palavra, poesia, música." Aqui, a arte é prática de mundo, modo de dizer o indizível e fazer política com corpo, voz e memória. Outra iniciativa é o "Virando o Jogo", projeto de futebol feminino com jovens da comunidade, promovendo esporte, laços comunitários, autoestima e ampliação de futuros. O futebol, historicamente ligado à masculinidade hegemônica, é apropriado como espaço de disputa simbólica e reinvenção. Em um campeonato, ao ouvirem o grupo chamado de "os meninos", uma atleta rebateu: "Tem nenhum menino aqui não!", reafirmando a identidade sapatão como existência política.

Minha vivência nos encontros e atividades do GAMI tem sido transformadora, convocando-me a refletir sobre como minha localização — mulher branca, sáfica, trabalhadora e universitária — afeta meu engajamento e resistência política. Inserida em espaço majoritariamente formado por mulheres lésbicas negras de diferentes idades e territórios, fui acolhida com generosidade e respeito, o que me permitiu me implicar nas práticas emergentes. Esse processo desestabiliza formas individualizadas e institucionalizadas de política aprendidas na academia. No GAMI, a construção política está ancorada em vínculos afetivos, práticas culturais e comunitárias, alianças que se fazem no corpo e cotidiano.

Isso me fez repensar os sentidos da resistência: antes expressa em afirmação identitária e crítica discursiva, hoje amplia-se para o fazer coletivo, construir presença, estar junto com outras mulheres sáficas onde cuidado, arte e esporte são estratégias de enfrentamento.

Participar do GAMI ampliou minha compreensão sobre resistir em contexto patriarcal, misógino e LGBTFóbico. Precarização da vida marca corpos, afetos e futuros. Estar com mulheres que sustentam suas existências na violência estrutural convoca um engajamento mais ético, coletivo e enraizado no território. Essa vivência responde à solidão ético-política sentida em espaços institucionais, onde branquitude, heteronormatividade e capitalismo delimitam o feminismo hegemônico. No GAMI, o feminismo encarna em corpos diversos, nas batidas dos tambores, nos treinos de futebol, nas conversas cotidianas, nas trocas sobre dificuldades concretas. Há radicalidade nessas práticas que interpela: política não está separada da vida, resistir é criar, sustentar e cuidar.

Estar no grupo é reconstruir minha prática política a partir do desejo de transformação coletiva e escuta ativa do que me atravessa e desafia. Estar em espaços sapatões que promovem acolhimento, identificação e luta fortalece minha resistência. Esses espaços possibilitam afirmar minha existência, reconhecer afetos e dores, cultivar orgulho por ser mulher LGBT. Essa vivência convoca reflexão sobre minha posição no mundo e estruturas que me atravessam complexamente. Reconhecer privilégios enquanto mulher branca é parte do processo, não para paralisar a ação, mas para agir com responsabilidade e sensibilidade diante das desigualdades estruturais. Engajar em coletivo revela novas formas de resistência: agência não como vontade individual, mas potência no encontro com outras.

Por fim, viver o GAMI é experiência transformadora que me convoca a repensar o engajamento político a partir da trajetória como mulher LGBT. Se antes minha atuação era centrada em afirmação identitária e críticas teóricas, estar junto a mulheres sáficas em contexto comunitário ampliou a compreensão sobre resistir. Reconhecer atravessamentos de raça, classe, gênero e território que me diferenciam das outras integrantes é processo de responsabilização e abertura a novas formas de atuar, convocando a agir com mais escuta, responsabilidade e ética. A interseccionalidade revela-se não só ferramenta de análise, mas como potência política e afetiva que amplia o horizonte do feminismo, permitindo construir alianças concretas e transformadoras entre experiências diversas, sem apagar singularidades.

'Erguer a voz': experiências de mulheres que cantam juntas no Coralusp-Lapa

Amanda Araújo Amorim (PUC-SP), Carla Cristina Garcia (PUC-SP)

Esta pesquisa parte do reconhecimento da voz de cada pessoa como única e um instrumento profundamente vinculado à experiência do corpo e ao campo relacional. O objetivo principal deste estudo é conhecer as experiências das vozes de mulheres integrantes do Coralusp-Lapa, em São Paulo, compreendendo como suas trajetórias com a vocalidade e o canto coletivo atravessam dimensões subjetivas, políticas e sociais. Parte-se do entendimento de que os registros dessas vozes não se expressam isoladamente, mas em constante negociação com os regimes normativos que historicamente as tentam silenciar ao considerar as diferentes dinâmicas de dominação e opressão presentes nos marcadores gênero, raça, classe e que atravessam de modo distinto nas vivências das mulheres em suas pluralidades. Investigar as experiências de mulheres que cantam e que cantam juntas, constitui, aqui, uma aposta na ampliação da escuta e na produção de conhecimento em Psicologia Social Crítica, orientada por epistemologias feministas e contra-coloniais.

Os objetivos específicos da pesquisa incluem: a) descrever as relações estabelecidas pelas participantes ao longo de suas vidas com suas vozes e com o ato de cantar; b) identificar sensibilidades, pessoas e/ou lugares que interferem na forma como colocam suas vozes no mundo; c) compreender os impactos em suas vidas advindos da prática de cantar e de cantarem juntas; d) analisar essas experiências à luz das epistemologias feministas, articulando os marcadores de gênero, raça e classe.

Do ponto de vista metodológico, optou-se pela autoetnografia diante da implicação direta da pesquisadora, que também é uma cantora integrante do grupo coral. Esta escolha metodológica reconhece a experiência vivida como parte legítima no processo de conhecimento, e está em consonância com a defesa epistemológica de Haraway (1995) e Rich (2002) ao tratar da perspectiva situada e localizada como condição ética e política da pesquisa feminista. O envolvimento da pesquisadora com o campo é, portanto, intencionalmente mobilizado como recurso de inteligibilidade analítica, afetiva, reflexiva para a produção de conhecimento científico.

Como procedimentos metodológicos pretende-se realizar entrevistas semiestruturadas e individuais com três cantoras e uma roda de conversa com até dez integrantes do Coralusp-Lapa. As atividades possuem caráter completar entre si, a fim de alcançar os objetivos propostos. As entrevistas individuais buscarão compreender como essas mulheres se relacionam com suas vozes ao longo da vida, quais afetos, sensibilidades e figuras marcaram suas trajetórias vocais, e de que maneira cantar (e cantar em grupo) reverbera em seus cotidianos e identidades. A roda de conversa, por sua vez, será um espaço de escuta coletiva, mediado por elementos disparadores como fotografias do grupo, músicas do repertório coral e fragmentos poéticos que tratem da voz e do canto. Essa etapa visa aprofundar as trocas entre as participantes, fomentando uma narrativa, que assim como o canto coral, é construída a muitas vozes.

A escolha do Coralusp-Lapa como cenário da pesquisa não se dá por uma centralidade institucional do grupo, mas por seu papel como o território em que essas vozes se ancoram e entrelaçam. O coral é aqui compreendido como espaço de enraizamento, onde a escuta, o vínculo e o canto coletivo tornam-se práticas de reexistência.

A análise dos dados será realizada a partir das transcrições das entrevistas e da roda de conversa, articuladas com os referenciais teóricos escolhidos. Não se busca aqui a objetividade distanciada, mas uma análise

comprometida com a escuta, com o afeto e com a multiplicidade dos sentidos expressos nas narrativas.

A pesquisa está em andamento, com previsão de realização das entrevistas e roda de conversa nos próximos meses. A expectativa é de que, até o momento da apresentação no evento, dados parciais já estejam disponíveis para análise preliminar. Ainda assim, a construção do referencial teórico e a delimitação metodológica já permitem apontar caminhos analíticos relevantes que dialogam diretamente com os eixos do GT "Mulheridades e a intersecção de suas lutas: Feminismos, Raça e Psicologia Social Crítica".

Inspirada por autoras como Adriana Cavarero (2008), bell hooks (2019), Hèlène Cixous (1995) e Laila Rosa e Isabel Nogueira (2021), esta pesquisa dialoga com reflexões sobre a vocalidade como campo de produção de subjetividade, como expressão do existir de modo emancipatório e de viabilizar a construção de laços fortalecidos. A noção de "erguer a voz" de bell hooks (2019) e presente no título, refere-se à insurgência que a voz representa, especialmente em contextos marcado por múltiplas formas de silenciamento histórico de corpos femininos, principalmente aqueles racializados. A proposta se alinha, ao chamado do GT considerando a prática cotidiana e coletiva das mulheres coralistas de cantar e de cantar juntas, enquanto uma forma de resistência e luta viabilizados pela afirmação da vida, arte e existência. Ao erguerem suas vozes, essas mulheres cultivam outros mundos possíveis. A construção de uma prática do que Ferdinand (2022) nomeia como formas de se "fazer-mundo", pois, trata-se de uma construção coletiva onde a escuta das vozes uma das outras, o vínculo e expressão se tornam formas de reexistência frente às violências estruturais que operam na lógica patriarcal, racista e neoliberal.

Espera-se que esta investigação contribua não apenas para a produção acadêmica, mas também para a criação de espaços de escuta, cuidado e reconhecimento entre mulheres, que valoriza a diversidade das existências, desafia normatividades e cria mundos possíveis. As vozes destas mulheres, ao se entrelaçarem no canto, tornam-se também narradoras de suas histórias, portadoras de ancestralidade, e produtoras de conhecimento.

A pesquisa em andamento, reafirma o compromisso ético-político de uma Psicologia Social Crítica que se faz com as pessoas e com os territórios, não sobre eles. Ao se ancorar em epistemologias feministas e em práticas coletivas de escuta, a proposta valoriza as expressões vocais feminina, as práticas culturais femininas frequentemente marginalizadas, e na construção do conhecimento a partir de saberes comunitários. Cantar, neste estudo, não é apenas expressar som: é um gesto político de ação e escuta de corporeidades de um "fazer-mundo" em resistência. Referências: CAVARERO, Adriana. Vozes Plurais: Filosofia da expressão vocal. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. FERDINAND, Malcom. Uma ecologia decolonial: Pensar a partir do mundo caribenho. São Paulo: Ubu, 2022. HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Cardernos Pagu, Campinas, v.5, p. 07-41, 1995. hooks, bell. Erguer a voz. In: hooks, bell. Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra. São Paulo: Elefante, 2019, p. 31-39. ROSA, Laila; NOGUEIRA. Isabel. O que nos move, o que nos dobra, o que nos instiga: notas sobre epistemologias feministas, processos criativos, educação e possibilidades transgressoras em música. Revista Vortex, Curitiba, v.3, n.2, p.25-56, 2015. RICH, Adrienne. Notas para uma política de localização. In: MACEDO, Ana Gabriela (org). Gênero, desejo e identidade. Lisboa: Cotevia, 2002.

GT 29: O PENSAMENTO DE IGNÁCIO MARTÍN-BARÓ NA AMÉRICA LATINA E A LIBERTAÇÃO DAS AMARRAS COLONIZADORAS

Coordenação: Marilene Proença Rebello de Souza (USP), Nilson de Jesus Oliveira Leite Júnior (UNICSUL), Alayde Maria pinto Digiovanni (UNICENTRO)

A participação de mulheres na perpetuação de movimentos conservadores: uma leitura desde a psicologia política crítica

Ana Luísa Pires de Souza (UFG)

Introdução

A pesquisa constitui uma análise da ideologia por trás da participação de mulheres na construção e perpetuação de movimentos conservadores e de extrema-direita, partindo da Psicologia Política Crítica para a realização da análise deste fenômeno.

As discussões sobre a emancipação social e política das mulheres partiram das reivindicações de que os ideais de liberdade individual e igualdade de direitos, oriundos da Revolução Francesa e conferidos a todo indivíduo com o desenvolvimento da sociedade democrática, fossem estendidos às mulheres (Nye, 1995). Apesar do longo histórico de exclusão das mulheres como sujeitos de direito e participantes da sociedade civil, nem todas as mulheres consentem com a marginalização social e política (Saffioti, 2013), desencadeando debates e lutas sobre as condições da existência feminina. Este processo resultou em uma série de ações que ganharam corpo ao redor do mundo por meio de manifestações, estudos, publicações em jornais e organização em clubes, com o objetivo de lutar por direitos e por espaço na política (Saffioti, 2013), consolidando aquilo que ficou conhecido como o movimento feminista.

O feminismo, enquanto luta política e social, possui um longo processo de desenvolvimento, marcado por momentos de reivindicações diferentes. Em um primeiro momento, a questão do sufrágio feminino era uma das pautas de grande relevância, com a expectativa de que o voto seria o "mecanismo pelo qual outras reformas poderiam ser conseguidas e mais bem atendidos os interesses das mulheres" (Nye, 1995, p. 29). Essa perspectiva partia de um paradigma reformista, que não lutava pela participação política e social das mulheres no sentido de sua emancipação, e sim pela sua livre participação no mercado capitalista (Nye, 1995), caracterizando uma escola de pensamento que é conhecida como feminismo liberal.

O movimento feminista se desenvolve continuamente por meio de críticas que originam a delimitação de outros momentos importantes para a construção do movimento, como a dimensão da sexualidade e dos direitos reprodutivos da mulher, assim como o desenvolvimento de perspectivas que englobem categorias de raça (Resende, 2023). Apesar das conquistas e do espaço que as mulheres ganharam na sociedade ao longo da história, o movimento feminista foi e é combatido das mais diversas formas, inclusive por mulheres que usufruem dessas conquistas. Durante diversas ações concretizadas por feministas, outras mulheres disputavam espaço, adotando uma postura reacionária. Nem todo movimento organizado por mulheres é um movimento feminista ou colabora para a emancipação social deste grupo, levando em consideração que os movimentos podem contemplar diversas formas de organização, ideologias e objetivos (Costa et al., 2005). O antifeminismo, por exemplo,

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

emerge enquanto um contramovimento social organizado por mulheres, amparando-se em discursos conservadores e partindo de ideários de que não há necessidade de lutas feministas (Galetti, 2024).

Com a ascensão da extrema-direita, movimentos conservadores se tornam cada vez mais populares, disseminando-se por meio da política, das instituições e das redes sociais. Por mais que estes movimentos se construam a partir de ideologias excludentes de grupos historicamente oprimidos, percebe-se, contraditoriamente, que estes mesmos grupos passam a compor o movimento conservador, perpetuando uma ideologia de ódio autocentrado. Não apenas com relação às categorias de sexualidade, raça e gênero, percebe-se também a adesão de setores da classe trabalhadora a este tipo de movimento, apoiando "projetos que são totalmente contrários aos interesses das classes que dele não se beneficiarão" (Santos, 2024, p. 5).

Objetivo

O objetivo da pesquisa é analisar a ideologia por trás da participação de mulheres na construção e perpetuação de movimentos conservadores e extrema-direita, a partir de observações sobre a visão de mundo das mulheres que participam deste tipo de movimento e seus impactos sobre as atividades por elas realizada, visando compreender as razões pelas quais as mulheres participam de movimentos conservadores, colaborando com a perpetuação desta ideologia, ainda que – em uma perspectiva histórica – este grupo seja socialmente prejudicado por tais movimentos.

Relação clara com o GT

A pesquisa se relaciona com o GT à medida que propõe um estudo crítico sobre o conservadorismo – compreendido enquanto uma expressão cultural particular do tempo e espaço da configuração da sociedade burguesa (Netto, 2011) – na atualidade, observando os impactos deste tipo de ideologia nas relações de classe, gênero, sexualidade e racialidade. Este estudo parte da teoria marxiana e de leituras marxistas, tanto para a análise da configuração social, política e ideológica do conservadorismo no momento atual, quanto para a realização de uma crítica radical da ideologia.

No mesmo sentido, a perspectiva de psicologia política adotada na pesquisa – considerando que existem diversos paradigmas de compreensão quando se trata da análise de fenômenos políticos em interlocução com a psicologia – é direcionada para estudar os processos políticos com horizontes de transformação radical da realidade (Santana, 2020).

Orientação teórica

A pesquisa se constitui a partir do materialismo histórico e dialético, um "método de compreensão e análise da história, das lutas e das evoluções econômicas e políticas" (Alves, 2010, p. 3), objetivando realizar uma análise da constituição do fenômeno estudado em uma perspectiva totalizante e problematizadora. A escolha deste método se deu levando em conta que as mudanças geradas pelo capitalismo na reprodução da força de trabalho estão diretamente ligadas à história das mulheres, da família e da propriedade privada (Federici, 2017). Propõe-se uma leitura da participação feminina em movimentos conservadores considerando sua constituição material, social, cultural e política, especialmente na realidade brasileira, o que exige um estudo aprofundado das condições históricas que possibilitaram o surgimento deste fenômeno social.

Adotou-se a Psicologia Política Crítica como referencial de análise, não realizando observações e constatações individualizantes e descontextualizadas quanto ao objeto de estudo, mas sim partindo de uma perspectiva material, histórica e dialética (Santana, 2020). Ao assinalar a utilização de uma Psicologia Política Crítica, adota-se a perspectiva de uma produção teórica que não intenciona estudar o fenômeno de forma neutra e imparcial, afastando-se do objeto de estudo, e sim uma produção

que estude os processos políticos com horizontes de transformação da realidade (Santana, 2020).

Estratégias metodológicas

No primeiro capítulo, foi realizada uma delimitação teórico-método-epistemológica quanto ao referencial de Psicologia Política utilizado para a pesquisa. Para tal, foram utilizadas as produções de Maritza Montero e Ignácio Martín-Baró a respeito da Psicologia Política latino-americana.

No segundo capítulo, será feito um levantamento histórico-político sobre aquilo que se compreende enquanto conservadorismo e sua relação com a extrema-direita. Para isso, serão utilizados os estudos de Leila Escorsim Netto a respeito da função histórica do conservadorismo clássico. No mesmo sentido, as contribuições de Gilberto Calil serão utilizadas como base para o entendimento da construção da extrema-direita no processo político brasileiro.

No terceiro capítulo, será realizada uma análise da ativação política de mulheres conservadoras, observando as pautas e temáticas reivindicadas por este grupo, compreendendo este fenômeno enquanto um processo complexo, que precisa ter suas dimensões analisadas em todas as suas contradições. A compreensão deste fenômeno se dará a partir das elaborações de autoras que partem do feminismo marxista, tais quais Heleieth Saffioti, Silvia Federici e Andrea Nye.

Pretende-se, ainda, a análise de conteúdos midiáticos produzidos e publicados por mulheres atuantes na política que integram movimentos conservadores e de extrema-direita, nas redes sociais como Instagram, YouTube e X (antigo Twitter), abarcando conteúdos disponíveis tanto em plataformas de vídeo quanto em plataformas de áudio, em formato de podcasts. Intenciona-se, a partir disso, compreender a visão destas mulheres a respeito dos movimentos dos quais participam, a fim de analisar os impactos de suas atividades e intervenções na realidade material.

Pretende-se, também, a realização de entrevistas semiestruturadas com algumas dessas mulheres, como forma de compreender suas formas de pensamento, suas percepções ideológicas e os motivos pelos quais elas aderem a movimentos conservadores. Ainda é incerta a forma de seleção das participantes para esta etapa de entrevistas, tendo em vista a crítica proposta pela pesquisa e a necessidade de participação e colaboração voluntária. Intenciona-se que as participantes sejam mulheres que se apresentem enquanto conservadoras e que tenham algum tipo de ativismo nesse sentido, seja ele político, social, cultural ou religioso.

Resultados e Conclusões

Como a pesquisa está em desenvolvimento, ainda não é possível delimitar resultados e conclusões a respeito do fenômeno analisado. Até o momento de elaboração deste resumo, foi desenvolvido o primeiro capítulo da pesquisa, abordando a Psicologia Política enquanto referencial teórico-metodológico, por meio da realização de um percurso quanto aos desafios de configurar a PP enquanto campo de estudos autônomo. Em seguida, realizou-se um levantamento sobre a Psicologia Política Latinoamericana, abordando suas principais temáticas e autores. Por fim, foi feita uma categorização da Psicologia Política enquanto crítica da ideologia.

Conflitos sociais na América Amazônica: problematização a partir de Ignacio Martin-Baró

Gisele Cardoso Costa (UFAM)

A considerar o modo como ocorreu a inserção da América Amazônica na formação dos chamados Estados Nacionais latino-americanos, é possível compreender que a região foi inserida como uma região de enclave na relação de dependência que as repúblicas do subcontinente estabeleceram com os países centrais. Sem nenhuma ruptura efetiva com a estrutura do colonialismo, dentro das economias nacionais, os territórios que constituem a Pan-Amazônia foram oferecidos em holocausto para a geração de divisas junto ao mercado mundial por meio de um extrativismo predatório, tanto em relação à natureza orgânica, como em relação à natureza da cultura dos povos autóctones. Em tal condição, por suposto, a configuração social, econômica e política da Pan-Amazônia não passariam impunes. Com baixíssimos índices sociais, educacionais, de moradia regular e de saneamento, a América Amazônica sobrevive, de tempos em tempos, em perpétuas decomposições sociais que constituem violentos setores produtivos que moldam temporariamente as diversas classes sociais na região. Isso ocorreu entre o final do século XIX e início do século XX com o ascenso e o declínio da extração do látex, no Brasil, na Colômbia, no Peru e na Bolívia, e ocorre em tempo presente com a mineração legal e ilegal e as atividades agroexportadoras lícitas e ilícitas, etc. É sob o espraiamento desta decomposição/recomposição social que explodem as mais variadas violências intramuros, nas quais estão submetidos os trabalhadores e as populações tradicionais, em geral (indígenas, quilombolas e ribeirinhos), tanto nas pequenas cidades do interior, nas aldeias, assentamentos e zonas comunitárias, quanto nas periferias das grandes cidades como Manaus, Belém, Porto Velho, Rio Branco, Iquitos, Leticia e Pando. Perante a combinação impetuosa entre a superexploração do trabalho, o desterro permanente, precarização da vida e a necessidade de manutenção da ordem, é importante ainda destacar a função política e social do Estado na região. Se em outras regiões latino-americanas o caráter autocrático do Estado existe, mas quase sempre mediado por uma concepção jurídica de Estado Democrático de Direito, devido, sobretudo à organização política dos grupos subalternizados, na América Amazônica este mesmo Estado se apresenta quase exclusivamente como Estado de exceção. Não por outra razão que além dos aparatos estatais de repressão, cresce na Pan-Amazônia a presença de grupos paramilitares involucrados não somente com a comercialização de entorpecentes, mas com o controle territorial de bairros periféricos, com o gerenciamento armado de atividades produtivas como o garimpo, com o controle das rotas de imigração para os Estados Unidos da América (EUA) e para a Europa, e com o desterro de população originárias para abertura de zonas integradas ao setor primário exportador, no qual predomina o extrativismo madeireiro, o extrativismo mineral, a plantação de soja, a plantação de arroz, a plantação e refino da coca, a pastagem de bubalino e a pastagem de bovinos. Diante deste quadro, a histórica reação de diversos fragmentos da classe trabalhadora, dos campesinos e dos povos indígenas e quilombolas (cimarrones) na Pan-Amazônia, são respostas organizativas que combinam ações diretas contra a opressão e a exploração. Por este motivo, é possível verificar, com as devidas as mediações históricas, culturais, geográficas e sociais, as muitas semelhanças entre o quadrante histórico da América Central, nas três décadas que antecederam o final do século XX e a América Amazônica, no século XXI. A condição de enclave de ambas as regiões dentro do subcontinente, as constantes manifestações da violação da força de trabalho, a manifestação exclusiva e recorrente do caráter

autocrático do Estado, a conexão entre grupos paramilitares e grandes setores econômicos são alguns elementos que permitem a aproximação provisória entre ambas as regiões. É neste sentido que, sem mecanicismos e mimetismo, nos parece pertinente problematizar a realidade amazônica por meio do principal arcabouço teórico que problematizou as estruturas sociais e econômicas centro-americanas que também existem e persistem na América Amazônica. É certo que a apropriação plena do sentido e do significado da obra de Ignácio Martín-Baró somente pode ser compreendida sob a luz das determinações políticas e sociais da América Central, determinações constituídas entre as décadas de 1970 e 1980. E é por essa razão que existe uma vasta bibliografia dedicada a explorar a conexão entre os escritos de Baró e as diversas guerras civis que marcaram a Guatemala, a Nicarágua e, principalmente, El Salvador, no período supracitado. Ocorre, entretanto, que se observada em perspectiva histórica, a obra do psicólogo e jesuíta espanhol-salvadorenho não se restringiu aos debates conjunturais daquele tempo, de tal maneira que é possível afirmar que os escritos baronistas foram também constituídos pela fenda temporal até então não superada pelo subcontinente latino-americano: o tempo colonização-dependência. Neste sentido, a considerar que a condição de colonização-dependência, secularmente radicalizada na América Amazônica, se agrava no atual quadrante histórico na medida em que a região é inserida de modo subalterno na cadeia produtiva da chamada Indústria 4.0, esta comunicação que reflete parte dos estudos do Laboratório Trabalho, Educação e Luta de Classes na Pan Amazônia L.TLC-PAM, tem por objetivo problematizar por meio de conceitos presentes no pensamento de Ignácio Martín-Baró, tais como os conceitos de desalienação, memória histórica, violência institucional, grupos primários e grupos estruturais, a luta territorial dos povos tradicionais (indígenas, quilombolas e ribeirinhos) e a luta dos trabalhadores contra as grandes corporações nacionais e internacionais ligadas aos setores exportadores de bens-primários, bem como problematizar a atuação quase exclusivamente autocrática dos Estados latino-americanos nos territórios que compõem a Pan-Amazônia.

Palavras-chaves: América Amazônica; Ignacio Martín-Baró; conflito territorial

"E a minha palavra não vale nada?": Psicologia e Socioeducação a partir de Martín-Baró

Francisco Geovani dos Santos (Fundase/RN)

O desenvolvimento da Psicologia brasileira tem um histórico controverso, tendo em vista sua associação a interesses das classes dominantes em detrimento dos problemas vivenciados pela maioria da população (Botomé, 1979/2010). Em diferentes frentes, porém, estudiosos e profissionais empreenderam esforços para romper com essa tradição, construindo perspectivas críticas e socialmente comprometidas. Tal preocupação se configura num imperativo inescapável quando da inserção de psicólogos no campo das Políticas Públicas, no qual urge repensar os referenciais e práticas da Psicologia. É neste sentido que, partindo das formulações de Ignácio Martín-Baró acerca do papel do psicólogo (1985/1996), este trabalho objetiva refletir criticamente sobre o lugar da psicologia na socioeducação, a partir do relato de experiência profissional numa unidade de execução de Medida Socioeducativa (MSE) de Semiliberdade com adolescentes mulheres em Natal/RN. Por meio da Lei Federal nº 12.594/2012, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), consolidou-se formalmente a política estatal direcionada aos adolescentes e jovens em conflito com a lei no Brasil. Resultante do acúmulo de debates e lutas históricas nesse campo, o Sinase incorpora os princípios da Doutrina da Proteção Integral assumida pela Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Lei nº 8.069/1990), dando centralidade ao caráter pedagógico e à garantia de direitos na socioeducação. Contudo, a despeito desses avanços formais, a realidade do sistema ainda é marcada pela lógica punitivista que historicamente orientou as ações do Estado voltadas para esses grupos, criminalizados sob a ótica do risco/perigo à ordem social. É nesse contexto que se inscreve o presente relato, especificamente no âmbito de aplicação da medida socioeducativa de semiliberdade. Nesta MSE, os adolescentes têm a liberdade restrita, devendo permanecer de segunda a sexta-feira na unidade socioeducativa, podendo sair para atividades externas de cunho educacional ou profissionalizante, e, aos finais de semana podendo ficar com seus familiares. No Rio Grande do Norte há apenas uma Unidade de Semiliberdade destinada ao público feminino, localizada na capital - Natal, e é a partir da qual se reflete aqui sobre o papel da Psicologia. Para tanto, assume-se a perspectiva teórico-crítica de Martín-Baró em seu escrito "O Papel do Psicólogo" (1985/1996). Considerando as desigualdades e conflitos sociais presentes na América Latina, o autor defende que a Psicologia precisa configurar-se um saber engajado numa práxis, de modo a responder às demandas objetivas da realidade na qual se insere. Logo, tendo os processos da consciência humana - enquanto saber de si e do mundo a sua volta - como seu campo de investigação e intervenção, a Psicologia deve tomar a conscientização como horizonte do seu que-fazer. De pronto, encontra-se aí uma aproximação com as medidas socioeducativas, cujo objetivo primeiro é promover a responsabilização das adolescentes. Tal responsabilização deve ser entendida pedagogicamente como o processo de tomada de consciência sobre o percurso infracional, desvelando outros projetos de vida possíveis. Esse processo, por sua vez, é mediado diretamente pela equipe técnica do serviço, na qual se insere o psicólogo, através das diversas ações de acompanhamento psicossocial. Porém, como concretizar tal tarefa em meio à precarização de toda a rede de garantia de direitos, tendo recursos escassos e frente ao recrudescimento do ideário punitivista na sociedade e dentro do próprio Sistema? Esses e outros desafios, que têm sua gênese no modo estruturalmente desigual e violento que organiza a sociedade capitalista, tendem a empurrar o psicólogo, como trabalhador desse sistema, à uma postura acrítica e passiva. Por conseguinte, corre-se o risco de a psicologia reproduzir leituras individualistas e naturalizantes do comportamento humano, endossando discursos que culpabilizam as adolescentes e reforçam as violações de seus direitos. Contrapondo-se a esta

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

tendência, Martín-Baró afirma que os sentidos do comportamento só poderão ser compreendidos em perspectiva histórica, considerando as condições sociais que possibilitam sua materialização. É esta mirada analítica que tem-se tentado empreender na experiência ora refletida, entendendo-a como chave crucial para interpretar o modo como as adolescentes atendidas se percebem, se expressam e se comportam. Somente assim é possível reconhecer, nas trajetórias das socioeducandas - a maioria pobre, negra e periférica, os atravessamentos de classe, raça e gênero que se articulam numa série de violências e carências sentidas ao longo de toda a vida. E então identificar de que forma esse histórico se reflete criticamente no cometimento de atos infracionais. Assim, partindo da concepção freireana (ref. Paulo Freire, 1921-1997) de conscientização, Martín-Baró postula que essa tarefa do psicólogo envolve um esforço para desalienar as pessoas, levando-as à construção de saberes críticos acerca de si mesmas e do seu mundo. Trata-se de contribuir para que cada sujeito possa reconhecer a si, sua história e sua realidade, compreendendo como esse mundo opera sobre sua vida e como ele pode operar sobre o mundo. É uma conscientização, portanto, que necessariamente mobiliza afetos e gera engajamento no sentido da transformação pessoal e social. No contexto socioeducativo em análise, seguindo a abordagem dialética do autor, cabe inicialmente problematizar: como a desordem/desvio social caracterizado pelo ato ilícito de uma adolescente, remete ao ordenamento mais amplo da própria sociedade? E aqui, a prática profissional demonstra que é urgente incluir no debate questões como: racismo; gênero e machismo; o sucateamento das políticas públicas socioassistenciais, de saúde, de educação e trabalho; os mecanismos de criminalização da pobreza; a seletividade e recrudescimento do estado penal; a esgarçamento dos vínculos comunitários e familiares a partir da precarização da vida em contextos vulnerabilizados; dentre outros. Ainda que não caiba no presente relato aprofundar esses temas, não é possível seguir com a reflexão proposta sem ter presente que esses elementos estruturais condicionam as bases sobre as quais se erige o Sinase e a própria prática psicológica dentre dele. Em face disso e mirando o horizonte apontado por Martín-Baró, se reconhece que, do lugar que cabe ao psicólogo, o efetivo processo de responsabilização socioeducativa passa inescapavelmente pela responsabilização histórica da própria psicologia diante dessas questões. Ainda que a formação tradicional não dê conta de preparar o profissional para tanto, trata-se de uma exigência sine qua non para atuar na socioeducação. Seguindo Martín-Baró, esse processo requer o enfrentamento das injustiças estruturais; a superação de relações pautadas na dominação/submissão do outro; e, o resgate da identidade pessoal, grupal e social dos sujeitos, partindo de sua história, possibilitando entender o presente e projetar outros futuros. Mais ainda, prossegue o autor, exige do psicólogo repensar a si próprio, recusando esquemas meramente adaptativos ou simplificadores da realidade, assumindo uma perspectiva histórica e a opção por um projeto social a partir das classes populares. Contudo, fica a pergunta: como assumir esse compromisso e promover a real conscientização das adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa? Sem qualquer pretensão de oferecer respostas acabadas ou universalmente válidas, na experiência em foco tem-se insistido nalgumas alternativas. Em primeiro lugar, empreende-se um esforço cotidiano para construir um vínculo de confiança com as adolescentes. Isto implica recusar - tanto quanto possível - o lugar de autoridade ou de especialista nessa relação, além de abandonar os estigmas que pesam sobre o outro. É preciso assumir uma postura aberta e honesta, que respeite a autonomia do outro e valorize sua singularidade. Em segundo lugar, busca-se, no diálogo com os demais trabalhadores, problematizar discursos e práticas que reproduzem a lógica punitivista ou violadora, incentivando que também esses outros profissionais construam relações saudáveis com as socioeducandas. Esses esforços têm ajudado a estabelecer alianças genuínas entre a equipe e com as adolescentes, tendo em vista a efetividade do trabalho socioeducativo. Ademais, conforme incentiva Martín-Baró, tem-se optado pela experimentação crítica para repensar os métodos e técnicas psicológicas. E no contexto em pauta, isso se traduz no rompimento com uma psicologia (auto)centrada

no indivíduo, dando ênfase: ao trabalho multiprofissional; à articulação com a rede externa; ao uso de práticas circulares, rodas de conversa e emprego de elementos lúdicos, artísticos e culturais nas atividades; aos espaços de troca e formação continuada; ao enfoque restaurativo como meio de mediação e solução de conflitos; à atenção e ao diálogo com as referências familiares ou comunitárias. Tudo isso, por sua vez, se articula de forma integrada nas ações incluídas no Plano Individual de Atendimento (PIA). O PIA identifica as necessidades, anseios e sonhos de cada socioeducanda, apontando objetivos a alcançar e caminhos a trilhar. É, portanto, um instrumento crucial para concretizar a responsabilização e desvelar novos projetos de vida. Para tanto, a construção do PIA tem sido feita de forma coletiva, com protagonismo das socioeducandas, participação familiar e dos demais profissionais. Desse modo, gera-se envolvimento e corresponsabilidade entre todos esses atores e atrizes, contrapondo-se novamente a perspectiva individualizante. A partir desses movimentos dialógicos, o trabalho do psicólogo se desdobra numa práxis que intenta dar centralidade à palavra das adolescentes. Respondendo a pergunta real que intitula este trabalho, a psicologia precisa reconhecer e valorizar essa palavra-voz-corpo-lugar. Não num sentido ingênuo ou idealizado, mas no sentido crítico de legitimá-la como elemento central para proceder uma análise situada concretamente a partir do lugar dessas adolescentes. Conforme Martín-Baró preconiza, somente assim é possível desvelar seus significados, intencionalidades e sobretudo as necessidades subjacentes a essa palavra - silenciada e negligenciada de tantas formas ao longo da história.

Não se pode comprar o vento: Análise do impacto das usinas eólicas na saúde mental de comunidades campesinas, sob a perspectiva do trauma psicossocial de Martín Baró

Maitê Priscila Lima Jota de Queiroz (AP1MC), Tatyane Marques Ferreira (UPE)

O trabalho intitulado “Não se pode comprar o vento” desenvolve uma análise dos impactos provocados pela implantação de usinas eólicas na saúde mental de moradores de comunidades campesinas situadas na região Nordeste do Brasil. A pesquisa adota como principal referencial teórico o conceito de Trauma Psicossocial, elaborado por Ignácio Martín-Baró, no âmbito da Psicologia da Libertação, para compreender como experiências coletivas de sofrimento psíquico emergem em contextos de violência estrutural, opressão e desintegração de vínculos sociais e territoriais. O tema central gira em torno da aparente contradição entre o discurso progressista e sustentável do avanço das energias renováveis — sobretudo a energia eólica — e os efeitos concretos e adversos gerados por esses megaempreendimentos quando são implantados sem o devido cuidado com os direitos, a cultura e o modo de vida das populações locais.

A problemática abordada se fundamenta no impacto coletivo da desterritorialização forçada dessas comunidades, que, ao cederem seus territórios tradicionais para empresas do setor energético, enfrentam rupturas profundas em suas formas de organização social, suas práticas agrícolas e suas redes de cuidado comunitário. Essas rupturas, por sua vez, desencadeiam ou intensificam quadros de sofrimento psíquico que se expressam em sintomas como insônia, depressão, ansiedade, aumento da pressão arterial, perda do sentido de pertencimento e desagregação da identidade cultural. Com base nesse cenário, o trabalho se propõe a investigar de que forma o processo de expansão dos parques eólicos tem afetado a saúde mental das populações impactadas, associando os sintomas coletivos percebidos ao conceito de Trauma Psicossocial.

O objetivo central da pesquisa é compreender os efeitos subjetivos e psicossociais da instalação massiva e desregulada de usinas eólicas em comunidades rurais, conectando essas vivências ao legado de colonização e exclusão que historicamente caracteriza as relações de poder no Brasil. Além disso, o trabalho busca fortalecer a articulação entre os campos da Psicologia, Saúde Mental Coletiva e Justiça Socioambiental, promovendo um olhar crítico e comprometido com a transformação das práticas profissionais frente à desigualdade social e à violência institucional.

Este estudo pretende inserir-se no Grupo de Trabalho e no eixo temático “Pensamento de Ignácio Martín-Baró na América Latina e a libertação das amarras colonizadoras”, e propõe uma leitura da realidade brasileira a partir da Psicologia da Libertação. Ao invocar Martín-Baró, pretende-se destacar a necessidade de uma atuação psicossocial que vá além dos limites clínicos tradicionais e que assuma um posicionamento político diante do sofrimento produzido por sistemas econômicos e sociais excludentes. Ao trazer o contexto da implantação de usinas eólicas como exemplo contemporâneo de colonialismo ambiental, o trabalho denuncia a perpetuação de lógicas desenvolvimentistas que, embora apresentadas sob a roupagem de sustentabilidade, repetem práticas de expropriação e silenciamento de populações vulneráveis.

A orientação teórica da pesquisa se apoia em três pilares principais. O primeiro é a Psicologia da Libertação, que parte da premissa de que o sofrimento psíquico não é apenas expressão de fatores internos e individuais, mas está enraizado em relações sociais, políticas e econômicas marcadas pela opressão. O segundo é a concepção ampliada de saúde mental trazida por Paulo Amarante, que entende o cuidado como processo coletivo, situado e

politizado, rompendo com modelos biomédicos centrados apenas no diagnóstico de transtornos. O terceiro pilar é o pensamento de Antônio Bispo dos Santos, intelectual quilombola que denuncia a ideia de "desenvolvimento" como instrumento colonizador, que separa os povos de seus territórios, de suas cosmologias e de suas formas autônomas de existência.

Metodologicamente, o estudo adotou uma abordagem qualitativa, com base em uma revisão bibliográfica narrativa e análise de conteúdo. A autora analisou artigos publicados entre 2014 e 2024, extraídos da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), priorizando materiais que articulam saúde mental, ruralidade e impactos de grandes empreendimentos. A opção pela revisão narrativa permitiu uma leitura crítica e abrangente da literatura disponível, buscando captar os sentidos subjetivos e políticos presentes nas experiências vividas pelas comunidades. A análise de conteúdo foi escolhida por sua flexibilidade e profundidade, permitindo acessar tanto o conteúdo manifesto quanto o conteúdo latente dos textos, e revelando dimensões simbólicas e relacionais do sofrimento coletivo.

Os resultados da pesquisa apontam para um quadro alarmante de vulnerabilização das populações rurais afetadas pelas usinas eólicas. Os principais impactos identificados incluem a perda da terra e dos modos tradicionais de vida; o rompimento de vínculos afetivos e comunitários; o surgimento de novos conflitos sociais; o aumento de doenças físicas e mentais; e o enfraquecimento das redes locais de cuidado. A análise revela que a instalação desses empreendimentos, muitas vezes celebrada por autoridades públicas e investidores como sinônimo de progresso e geração de empregos, é vivida pelas comunidades como uma forma de violência institucionalizada, marcada por contratos abusivos, promessas não cumpridas e ausência de escuta ou participação nos processos decisórios.

O sofrimento gerado por esse contexto se expressa coletivamente e vai além da somatização de sintomas: ele é interpretado, à luz de Martín-Baró, como manifestação do Trauma Psicossocial, conceito que descreve os efeitos duradouros e estruturais da violência política sobre a saúde mental dos povos. Nesse sentido, o trabalho argumenta que as populações afetadas pelas usinas eólicas não estão simplesmente "adoecendo" em termos clínicos, mas estão resistindo a processos de desumanização que negam sua história, cultura e direito de permanecer em seus territórios. O trauma psicossocial, portanto, se configura como uma ferida coletiva causada pela imposição de um modelo econômico que favorece interesses privados em detrimento da dignidade humana.

Ao final, é enfatizado que a proposta não é rejeitar o uso das energias renováveis em si, mas denunciar a forma como elas vêm sendo implementadas. A crítica não recai sobre a matriz energética limpa, mas sobre a lógica de mercado que guia sua expansão, ignorando os direitos das comunidades e os saberes tradicionais. Assim, o trabalho propõe uma prática psicológica engajada, que rompa com o tecnicismo e se comprometa com o enfrentamento das injustiças socioambientais. A Psicologia, segundo essa perspectiva, deve se implicar nos processos de luta, organização e cuidado coletivo das populações afetadas, fortalecendo sua autonomia, reconstrução identitária e vínculos comunitários.

Ao recorrer ao pensamento de Martín-Baró, o trabalho conclui que é preciso descolonizar o olhar da Psicologia, reconhecendo que a saúde mental só pode ser garantida quando há justiça social, pertencimento territorial e respeito aos modos de vida. A dor das comunidades atingidas pelas usinas eólicas é expressão de uma estrutura social que produz desigualdade, e só poderá ser superada com uma prática profissional comprometida com a transformação dessa realidade. O estudo, assim, não apenas denuncia um problema, mas convoca a Psicologia a ser parte ativa na reconstrução de uma sociedade mais justa, onde o cuidado em saúde mental caminhe lado a lado com os princípios da libertação.

Relato sobre o "encanto" da morte para os povos indígenas

Maria Victoria Machado (UNICENTRO), Cristiana Magni (UNICENTRO)

Introdução: Este resumo busca sintetizar a fase piloto de uma pesquisa de Iniciação Científica, a qual pretende conhecer como se configuram as vivências do luto em comunidades indígenas, a partir do relato de pesquisadoras da área de antropologia e de história. Esta pesquisa está vinculada ao grupo de pesquisa do CNPq "Vulnerabilidades dos processos de vida e de morte". Objetivo: Compreender como práticas culturais, espirituais e coletivas indígenas ressignificam a morte e produzem outras formas de cuidado diante da perda. A pesquisa terá uma análise guiada por aportes de perspectivas decoloniais, como a de Ignácio Martín-Baró, e justifica, portanto, sua inserção no eixo temático "Psicologia Social e Relações Étnico-Raciais", ao abordar o luto em comunidades indígenas, considerando seus modos próprios de cuidado e resistência frente à morte. A proposta questiona a psicologia hegemônica e valoriza saberes ancestrais, conectados ao território, à espiritualidade e à coletividade. Pode-se considerar que a morte, enquanto parte constitutiva do ciclo da vida, exige significações diante da finitude e que vivenciar a perda de alguém pode desorganizar profundamente a identidade de uma pessoa, pois rompe laços afetivos fundamentais. O luto, nesse contexto, não se limita à dor emocional, mas atravessa o corpo, modifica relações, afeta a autopercepção e provoca rupturas nas crenças, pensamentos e vivências espirituais. A partir dessa complexidade surgiu o desejo de compreender como diferentes culturas elaboram sentidos para a perda e constroem práticas de cuidado em torno do luto. Estratégia Metodológica: A pesquisa de cunho qualitativo se concretizou a partir de entrevista semiestruturada com uma pesquisadora da área de história, vinculada a uma universidade federal e realizada por meio da plataforma Google Meet. A pesquisadora ressalta que não é possível tratar a vivência indígena de modo homogêneo, entretanto, o conteúdo relatado na entrevista indicou que, com frequência, a morte é compreendida como transcendental, ampla e coletiva. Diante disso, surge a reflexão sobre as omissões e responsabilidades diante das desigualdades e exclusões enfrentadas pelos povos originários, bem como aponta Martín-Baró (1996, p. 13-14), sobre a necessidade de "examinar não só o que somos, mas o que poderíamos ter sido, e sobretudo, o que deveríamos ser frente às necessidades de nossos povos". Resultados: A narrativa da pesquisadora permitiu compreender que as vivências do luto nas comunidades indígenas se diferenciam significativamente do modelo ocidental. Muitos povos se reconhecem como parentes, não só como laço de sangue, mas de existência, de modo que a perda é vivenciada coletivamente sendo atravessada por grupos diferentes. Frequentemente, a morte é compreendida como uma passagem para o mundo dos encantados em um plano espiritual diferente da noção de céu, purgatório e inferno: o ser que morre tem a função de proteger, seja a floresta, natureza, território ou aqueles que ficaram. Essa compreensão do encantado permanece viva há séculos, manifestando-se não apenas nas tradições indígenas, mas também no imaginário coletivo brasileiro, seja por meio do folclore, seja em expressões religiosas como a umbanda, na qual entidades, como os caboclos, são concebidas como espíritos ancestrais que retornam para orientar e auxiliar os vivos. Tais manifestações indicam uma continuidade simbólica entre vida e morte, que escapa à lógica ocidental da finitude. Ainda que a morte provoque sofrimento, a concepção de tempo entre muitos povos indígenas não segue a linearidade do modelo ocidental, isso significa que o passado é deixado no que passou; o futuro é algo que há de ser; e o presente se impõe como tempo da vida e da ação. Para os povos originários existe uma relação centrada no "aqui e agora", por isso o território e a

natureza se fazem tão importantes. Enquanto, na visão ocidental, influenciada pelo ideal capitalista, a perda de alguém é vivenciada como a perda de uma parte de si, entre esses povos, a morte tem um sentido contrário à essa lógica, e pode ser compreendida como uma volta ao que se era ou uma transição: o ser encantado pode retornar reencarnado em outra pessoa, em um animal, ou ainda reunir-se com outros encantados. O luto, nesse sentido, é também político, espiritual e ancestral, elaborado por meio de reivindicações por território, reconhecimento, voz e continuidade cultural. Tendo isso em vista, práticas fúnebres variam em larga escala. Em muitos contextos é comum que haja um ritual de sepultamento que visa encaminhar a morte e o espírito de forma serena ao mundo dos encantados, assim como também é habitual enterrar com pertences para que não se sinta sozinho no plano espiritual. Em territórios específicos, como os potiguara, há a utilização do corpo por meio da dança Toré, realizada tanto em celebrações quanto em rituais fúnebres. Ademais, a pesquisadora ainda relata, a partir de sua vivência com os povos indígenas que, diante das violações históricas e em curso na atualidade, como os genocídios, a violência, a negligência estatal e os conflitos por terra, o luto se entrelaça à luta cotidiana pela sobrevivência e resistência. Quando se coloca em risco o território de indígenas e a vida deles em troca de espaço para produzir, espaço para o agronegócio, por meio de violência, o luto se transforma em luta, trazendo a preocupação se vão de fato sobreviver àquele dia. A perda do território, tal como a de um ente querido, é sentida coletivamente. Considerações finais: O percurso desta pesquisa está no início e, a partir de outras narrativas, pretende tensionar o modo como a psicologia hegemônica trata o luto, geralmente pautada por concepções universalizantes e individualizadas. Por meio das escutas comprometidas com epistemologias outras, esta pesquisa buscará abrir espaço para que a morte e a elaboração da perda, quando escutada a partir do território e da ancestralidade, seja também um ato de resistência. Ao aproximar-se das contribuições de Martín-Baró, que enfatiza a necessidade de enraizar a psicologia nas demandas e realidades sociais e políticas da América Latina, destaca-se que, ao se distanciar dos contextos sociais, a psicologia reproduz formas de opressão àqueles já em posições vulneráveis. Além disso, o autor argumenta que a psicologia deve se constituir como uma ferramenta de conscientização e, consequentemente, de transformação, em sintonia com as ideias de Paulo Freire, que defende a promoção da emancipação dos oprimidos.

Trauma psicossocial e violência política: validação crítica da ETAPS ao contexto brasileiro

Nilson de Jesus Oliveira Leite Júnior (UNICSUL), Antonio Euzébios Filho (Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo)

O presente trabalho integra uma pesquisa de doutorado em andamento no Programa de Pós-graduação em Psicologia Social desenvolvida no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP), que tem por objetivo validar e adaptar a Escala de Trauma Psicossocial (ETAPS) ao contexto brasileiro. Partindo da tradição crítica latino-americana da Psicologia, particularmente da obra de Ignacio Martín-Baró, esta comunicação propõe refletir sobre o conceito de trauma psicossocial como uma ferramenta teórica e prática para a compreensão das consequências psicossociais da violência política e das violações de direitos humanos coletivos em populações historicamente marginalizadas.

A partir da constatação de que grande parte dos instrumentos clínicos e psicométricos utilizados no campo da saúde mental desconsideram os determinantes históricos, sociais e políticos do sofrimento, propõe-se aqui o uso do conceito de trauma psicossocial como uma alternativa epistemológica e política (Blanco et al., 2006). Em oposição à concepção tradicional de trauma psicológico, centrada no indivíduo e ancorada em uma lógica biomédica, o trauma psicossocial, conforme elaborado por Martín-Baró, diz respeito às feridas coletivas provocadas por processos sistemáticos de violência, repressão e exclusão social. Essas feridas não apenas atravessam a experiência individual, mas desorganizam a vida comunitária, os vínculos sociais e a memória histórica de grupos sociais inteiros (Martín-Baró, 1990; Valenzuela, 2016; Euzébios Filho, 2023). Nesses moldes, o trauma psicossocial trata-se de "uma consequência normal de um sistema baseado em relações sociais de exploração e opressão desumanizadoras" (Martín-Baró, 2003, p. 295, tradução livre).

Ao articular o sofrimento subjetivo à estrutura social e às relações de poder, o conceito de trauma psicossocial oferece uma lente crítica e situada para a análise da violência de Estado e das desigualdades estruturais no Brasil. Nesse sentido, ele não apenas descreve os efeitos da violência, mas também possui aplicabilidade concreta em contextos de intervenção, incidência política e formulação de políticas públicas, ao oferecer caminhos para a reparação e a reconstrução coletiva (Euzébios Filho, 2023).

A ETAPS, desenvolvida pela pesquisadora chilena Loreto Villagrán Valenzuela, busca mensurar os efeitos psicossociais da violência política a partir de quatro dimensões: (1) situação pré-traumática; (2) destruição da sociabilidade; (3) autoeficácia pessoal e coletiva; e (4) emoções intergrupais. Sua versão original foi validada em populações do Chile, El Salvador e Colômbia - todas marcadas por cenários de violência de Estado e repressão política (Villagram, 2021). No entanto, para que o instrumento possa ser utilizado no Brasil, é necessário adaptá-lo conceitual e culturalmente às especificidades históricas e sociais brasileiras, levando em conta a multiplicidade de formas de violência política vividas por diversos grupos sociais.

A pesquisa adota uma abordagem metodológica mista (quanti-qualitativa), sustentada por um referencial epistemológico crítico. A etapa quantitativa inclui a tradução e adaptação da escala, análise de conteúdo com especialistas, estudo piloto e posterior análise fatorial confirmatória com uma amostra de 330 pessoas em situação de violência política. Já a etapa qualitativa envolve a realização de entrevistas semiestruturadas, grupos focais e produção de diários de campo com três

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

populações diretamente impactadas por diferentes formas de violência estrutural: pessoas em situação de rua, moradores de ocupações urbanas em Áreas de Proteção Ambiental (APA), e lideranças/ativistas de movimentos sociais em defesa dos direitos humanos.

O estudo parte da compreensão de que a violência política no Brasil é marcada por características estruturais, como o racismo, o colonialismo, o patriarcado e a repressão de Estado, que se atualizam nos modos como determinadas populações têm seus direitos sistematicamente violados. A seleção das populações investigadas se fundamenta na identificação de grupos sociais que vivenciam, cotidianamente, experiências de silenciamento, criminalização, deslocamento forçado, repressão policial e desmonte de políticas públicas.

Diferentemente de abordagens tradicionais que fragmentam a análise do trauma, a noção de trauma psicossocial permite situar o sofrimento dessas populações em um campo relacional e dialético entre indivíduo, grupo e sociedade (Euzébios Filho, 2023). Isso significa reconhecer que os danos subjetivos produzidos pela violência são, simultaneamente, expressões de feridas históricas que impactam o laço social, a identidade coletiva e a memória compartilhada.

Além disso, o conceito também se mostra essencial para a elaboração de estratégias de reparação, pois não se limita à identificação do sofrimento, mas oferece subsídios para a ação política e comunitária. Por meio do trauma psicossocial, torna-se possível identificar processos de superação parcial dos danos vividos, como a reorganização dos laços de solidariedade, a criação de espaços de convivência e escuta coletiva, o fortalecimento da identidade política, a reconstrução da memória histórica, a mobilização por direitos e a denúncia das injustiças (Euzébios Filho et al., 2024).

Em contextos como o brasileiro, marcados por contínuos processos de desumanização e naturalização da desigualdade, a ETAPS pode funcionar como instrumento técnico para visibilizar os efeitos psicossociais da violência, inclusive em demandas jurídicas, políticas e periciais. Por meio da escala, é possível sistematizar dados e produzir evidências que apontem para a responsabilidade do Estado e para a necessidade de ações de reparação integral às populações atingidas. Isso insere a Psicologia em um campo de atuação pública que articula produção de conhecimento, intervenção direta e defesa de direitos (Euzébios Filho et al., 2024).

Os resultados parciais da pesquisa apontam para a adequação do conceito de trauma psicossocial às realidades vividas pelas populações participantes. As entrevistas e grupos focais revelam experiências comuns de humilhação social, perda de vínculos, invisibilização institucional, medo e sentimento de impotência diante da violação sistemática de direitos. Ao mesmo tempo, identificam-se experiências de resistência e luta que se constroem na coletividade, como a participação em movimentos sociais, a criação de espaços de apoio mútuo e a reconstrução da autoestima comunitária.

Tais achados reforçam a ideia de que o trauma psicossocial, mais do que um diagnóstico, é uma ferramenta para compreender as condições concretas da vida social, oferecendo aos sujeitos meios para nomear e politizar o sofrimento vivido. Sua força está justamente em permitir que o sofrimento não seja internalizado como fracasso individual, mas compreendido como efeito de relações sociais opressoras que podem (e devem) ser transformadas.

A escala ETAPS, nesse sentido, atua como um dispositivo metodológico que potencializa esse processo, oferecendo elementos objetivos e subjetivos que podem subsidiar laudos técnicos, pareceres psicossociais e relatórios voltados à responsabilização do Estado e à formulação de políticas públicas. Sua validação crítica no Brasil visa não apenas sua adequação linguística, mas, sobretudo, sua relevância política e epistemológica para o contexto nacional.

Conclui-se, portanto, que o conceito de trauma psicossocial deve ser valorizado não apenas como uma categoria analítica, mas como um instrumento de ação coletiva, que permite compreender, denunciar e enfrentar os efeitos da violência de Estado. Sua aplicação no Brasil, especialmente por meio da validação da ETAPS, tem o potencial de fortalecer práticas psicossociais comprometidas com a justiça social, a reparação de direitos e a transformação das condições concretas de vida das populações mais atingidas pelas desigualdades.

Referências:

Blanco, A., Díaz, D., & Soto, A. (2006). La recuperación del contexto en el trastorno de estrés postraumático: el trauma psicosocial en víctimas de violencia política y terrorismo. Studies in Psychology, 27(3), 333–350. https://doi.org/10.1174/021093906778965053

Euzébios Filho, A., Leite Júnior, N. J. O., Silva, J. S., Souza, I. B. P., Rosenthal, A. K., Farias, J. M. L., Silva, G. M., & Campos, M. C. (2024). Trauma psicossocial como ferramenta de ação e reflexão da Psicologia: experiências com populações marginalizadas em São Paulo –SP. In Souza, M. P. R., Digiovanni, A. M. P., Ribeiro, R. I., Silva, R. B. & Leite Junior, N. J. O. Ignacio Martín-Baró em diálogo: contribuições para os estudos latino-americanos. Universidade de São Paulo. Instituto de Psicologia. https://doi.org/10.11606/9786587596419

Euzébios Filho, A. (2023). Trauma psicossocial entre o fatalismo e a conscientização: Martín-Baró para pensar o Brasil e a América Latina. Curitiba: CRV; São Paulo: IPUSP.

Martín-Baró, I. (1990). La violencia política y la guerra como causas del trauma psicosocial en El Salvador. In I. Martín-Baró (Org.), Psicología social de la guerra: trauma y terapia (pp. 65-84). San Salvador: UCA Editores.

Martín-Baró, I. (2003). Poder, ideologia e violência. Madrid: Edições Trotta.

Villagrán, L. (2016). Trauma psicossocial: natureza, dimensões e mensuração (Tese de doutorado). Universidade Autônoma de Madri. Madrid, Espanha.

Villagrán, L., Blanco, A., Olea, J., & Bilbao, M. (2021). A proposal for evaluating psychosocial trauma. Psicothema, 33(4), 631-638. doi: https://doi.org/10.7334/psicothema2021.160.

GT 30: PLURALIDADE EPISTEMOLÓGICA E SABERES E PRÁTICAS DE CUIDADO E CURA OUTRAS

Coordenação: André Fernando (SESAI), Marcelo Gustavo Aguilar Calegare (UFAM), Socorro de Fatima Moraes Nina (UEA)

Cuidado, território e saberes populares: experiências de saúde em comunidades urbanas e rurais de Manaus/AM

Jenniffer Karollayne Gomes Aleoni (Fiocruz), Ana Flávia Monteiro Ramos (Centro Universitário do Norte

Este trabalho apresenta um relato de experiência realizado no âmbito do Programa Nacional de Vivências em Saúde, em territórios urbanos e rurais da cidade de Manaus/AM. A proposta da vivência foi experienciar os modos de produção do cuidado em diferentes realidades do Sistema Único de Saúde (SUS), em diálogo com os saberes locais e com os desafios enfrentados nos territórios. Foram visitadas quatro unidades de saúde: USF Santa Luzia, USF Parque das Tribos, USF Benedito Almeida e a Unidade de Saúde Rural Nossa Senhora de Fátima — esta última com atuação itinerante em comunidades ribeirinhas como Abelha, São Sebastião e Ebenezer.

As vivências revelaram a complexidade, a potência e a diversidade de formas de cuidado que coexistem com o modelo biomédico. Em especial, nas zonas rurais e periferias urbanas, observou-se o protagonismo das comunidades no enfrentamento às vulnerabilidades e na construção coletiva do cuidado, em práticas marcadas pela solidariedade, espiritualidade, escuta, práticas naturais e saberes tradicionais. A Casinha de Saúde Camilo da Silva, na comunidade Abelha, é um exemplo disso: criada em memória de um ancião indígena, representa a materialização da articulação entre memória, ancestralidade e práticas de cura populares.

Essas experiências desafiam uma concepção reducionista de saúde como ausência de doença e apontam para um cuidado que é relacional, territorializado e culturalmente situado. Aqui, as chamadas tecnologias leves (Merhy, 2002) — como o vínculo, a escuta, o acolhimento e a construção de sentido no encontro entre trabalhadores e usuários — se revelam como principais ferramentas de intervenção. Mesmo em contextos de escassez de recursos materiais e humanos, são essas tecnologias que sustentam a efetividade e a potência do cuidado. Na ausência de internet, por exemplo, as equipes da zona rural criam estratégias para garantir o registro das ações e o transporte de vacinas. A criatividade e o compromisso substituem o automatismo tecnocrático.

A Psicologia Social Comunitária, nesse contexto, oferece uma lente crítica para compreender os processos de cuidado como produção de vínculos, subjetividades e pertencimento. Longe de intervenções individualizantes, a atuação em saúde passa a considerar as relações, os afetos e os atravessamentos coletivos que constituem o sofrimento e a resistência nas comunidades. Como propõe Maritza Montero (2004), o cuidado é também uma ação política e cultural, e não apenas técnica. Nesse sentido, os saberes populares não devem ser vistos como "complementares" ao modelo biomédico, mas sim como parte constitutiva de um ecossistema de práticas que compõem o SUS real, praticado no cotidiano das comunidades.

Uma experiência significativa nessa direção foi a visita ao Centro de Medicina Indígena Bahserikowi, no centro de Manaus. O espaço reúne pajés (kumuã) das etnias

Tukano, Dessana e Tuyuka, que realizam rituais de cura e proteção chamados Bahsessé. Esses rituais utilizam defumação, benzimentos, ervas e água, mobilizando saberes transmitidos oralmente por gerações. Os povos originários exercem o cuidado de maneira integrada, entendendo o corpo, o território, o espírito e a coletividade como dimensões inseparáveis.

No entanto, a proposta deste trabalho é justamente recusar a dicotomia e propor uma ecologia de saberes (Santos, 2006), em que o conhecimento científico e os saberes populares e tradicionais possam dialogar de maneira horizontal. É possível, por exemplo, pensar os cuidados paliativos a partir desses saberes. A ideia de "dor total", que envolve aspectos físicos, emocionais, espirituais e sociais, é reconhecida na literatura especializada (Saunders, 2003), mas na prática clínica muitas vezes é reduzida ao controle farmacológico da dor. Nas comunidades visitadas, o cuidado se dava também por meio da presença, da escuta, das rezas, da partilha, dos rituais — ou seja, por práticas que muitas vezes escapam às classificações biomédicas, mas que são profundamente eficazes em acolher o sofrimento humano.

Esse olhar crítico sobre a hegemonia biomédica e a valorização das práticas outras está em sintonia com o que Boaventura de Sousa Santos (2006) propõe como Epistemologias do Sul: um esforço por reconhecer e legitimar saberes historicamente marginalizados pelo colonialismo epistêmico. Ao invés de reforçar a autoridade única da ciência moderna, propõe-se um diálogo entre racionalidades, abrindo espaço para que o conhecimento indígena, afro-brasileiro, ribeirinho e popular seja compreendido como forma válida e potente de conhecimento.

A Psicologia Social Crítica, nesse cenário, tem o papel de tensionar os limites das práticas tradicionais em saúde, desconstruindo hierarquias entre saberes e promovendo intervenções que respeitem a cultura, o território e a historicidade dos sujeitos. Os cuidados paliativos, tradicionalmente associados ao fim da vida, ganham aqui uma nova leitura: não se trata apenas de controlar sintomas, mas de cuidar da vida até o fim da vida, reconhecendo os valores, vínculos e práticas que fazem sentido para cada pessoa e sua comunidade.

O relato de uma idosa atendida pela USF Benedito Almeida ilustra essa abordagem: acamada, com múltiplas condições de saúde, vivia em um ambiente familiar marcado por sofrimento e exclusão. O cuidado prestado não foi apenas clínico, mas também afetivo e simbólico, escutando seus filhos, reconhecendo as dores do cuidador e oferecendo presença. Esse exemplo revela que, mesmo em territórios marcados por violência, pobreza e precariedade, há espaço para um cuidado ético, sensível e politicamente comprometido.

Conclui-se que a experiência vivida em Manaus revelou um SUS pulsante, criativo e profundamente enraizado nas práticas comunitárias. Valorizar os saberes populares e as práticas de cuidado tradicionais não é uma concessão cultural, mas uma estratégia política e ética de resistência. Em tempos de negacionismo e esvaziamento das políticas públicas, fortalecer essas experiências é afirmar que há muitas formas legítimas de produzir saúde, e que nenhuma delas precisa anular a outra.

Cura individual, coletiva e planetária em tempos de 'ressaca colonial': uma escrevivência entre culturas

Dr Susanne Boerner (University of Birmingham)

"Os colonizadores precisam de mais cura do que os colonizados. Eles não têm mais nada. Eles vêm até nós pelas raízes, para lembrar da própria cultura." (Curandeira Inuit, The Sacred Song, 2025)

A sociedade atual sofre de uma 'ressaca colonial' (Milstein et al. 2023), e nossa compreensão das relações humano-natureza, bem-estar, cura e cuidado continua distorcida, fragmentada, enviesada e limitada (Artmann 2023; Milstein et al. 2023). Esta contribuição assume a forma de uma escrevivência. Ao entrelaçar minha voz pessoal com minha persona acadêmica, busco contar minha história pessoal e intercultural de cura que inspirou minha pesquisa e prática. Entrelaçarei reflexões pessoais com exemplos da minha pesquisa atual e anterior, baseada na comunidade, sobre bem-estar (urbano) e saúde emocional de jovens na Europa e no Brasil.

Além disso, entrelaço diferentes mundos culturais – indígena e não indígena, Norte e Sul globais – que continuam separados devido a uma cultura persistente de preconceito, binarismos e estigmas (de ambos os lados), ao mesmo tempo em que se ignora nossa humanidade compartilhada. Ao mesmo tempo, é por meio da diversidade que somos mais ricos, e não pela homogeneidade (Kerridge 2024).

Ao construirmos e reconstruirmos constantemente o futuro através de nossa consciência coletiva (Figueres & Carnac 2020), esta contribuição busca estimular uma mudança de paradigma ao focar nas confluências das nossas experiências compartilhadas e diversas. Todos somos originários da Terra e podemos aprender com os outros a entender nossa própria cultura, respeitando as diferenças e a interconexão. A partir da perspectiva de uma mulher, acadêmica de primeira geração, com (literalmente) dois pés em mundos distintos, vivi – e desejo continuar vivendo – uma pluralidade de formas de estar no mundo para além das limitações impostas pela 'cultura'. Cresci em um contexto ocidental, na Alemanha – um país marcado pelos traços da racionalização (Milstein et al. 2023), trauma intergeracional (Bode 2013) e binarismos humano-natureza que resultam na objetificação da natureza (Artmann 2023; Milstein et al. 2023), combinados com a descrença na realidade dos mundos espirituais invisíveis (Querejazo 2016). Contudo, sempre senti que o mundo no qual nasci era pequeno demais, restritivo demais, limitado demais.

Movida pela curiosidade, sempre me considerei uma tecelã de mundos, uma ponte entre culturas, saberes e formas de ser. Defendo que o aprendizado respeitoso com e a partir de diferentes culturas pode se tornar uma forma de lembrar nossa própria cultura. Minha história pessoal e acadêmica é um exemplo disso. Durante minha jornada entrelaçada de cura e pesquisa, me mudei para o México, Brasil e Reino Unido. Cada país me apresentou a uma pluralidade de cosmovisões e práticas espirituais. Encontrei minha cura, meu lugar, minha voz e meu lar em comunidades, lugares, cerimônias e ambientes acadêmicos que, embora parecessem 'diferentes' do meu, por vezes soavam mais familiares, lembrando-me de nossa humanidade comum. Crescendo, experimentei as limitações de abordagens psicológicas e de saúde mental ocidentais, individualistas e egocêntricas, que carecem de perspectivas mais amplas e reforçam a fragmentação entre corpo, mente e espírito.

Especialmente nas sociedades ocidentais, onde mulheres curandeiras espirituais foram queimadas como bruxas não há tanto tempo, e onde o cristianismo, em grande parte, erradicou práticas pagãs que celebravam a divindade da natureza, ainda há muito o que desvendar. No entanto, a cura espiritual, as práticas xamânicas e a psicologia transpessoal finalmente começam a (re)emergir, apesar dos silêncios, resistências e preconceitos incômodos (England 2017; MacKinnon 2012).

Ao passar pela minha própria 'emergência/imersão espiritual' ('spiritual emergency/emergence') (England 2017), meu processo de busca por um lugar entre os mundos visíveis e invisíveis se aprofundou. Nessa trajetória, atendi ao chamado como curandeira 'xamânica'. Minha iniciação e formação espiritual também foram um convite para recriar minha relação com a terra, com meus ancestrais, com os seres espirituais e com toda a natureza – para além das amarras do meu contexto cultural e dos julgamentos externos. No mundo ocidental, falar sobre iniciação espiritual, especialmente em ambientes "científicos", ainda é um tabu generalizado. E embora exista (às vezes com razão) o preconceito da apropriação cultural, é importante reiterar que a transmissão genuína de conhecimentos de cura vem diretamente do mundo espiritual (que não discrimina por origem cultural), ainda que mestres humanos façam parte da jornada (Sangarel 2001). Assim, são as habilidades naturais e traços de personalidade que tornam alguém apto para o trabalho xamânico, e não sua cultura ou nacionalidade (Sangarel 2001).

Na academia (ocidental), também observei uma persistente fragmentação nas definições de bem-estar, com foco apenas no corpo e na mente, desconectado do espírito. A espiritualidade em contextos não indígenas muitas vezes foi equiparada à religião, perdendo o contato com ensinamentos espirituais ancestrais, relações sagradas e práticas que fundamentam nossa conexão com a teia da vida (van der Hoek 2024; Ullrich 2019).

Meu interesse por experiências emocionais e vividas também me levou a investigar as interconexões entre as mudanças climáticas e a saúde mental, explorando formas de integrar saberes marginalizados e os mundos emocionais dos jovens nas políticas públicas e programas educacionais (Boerner 2023; Boerner et al. 2020). Defendo que a transformação exige, também, mover o foco da ansiedade climática para perspectivas que gerem esperança crítica como prática de fortalecimento da resiliência comunitária – especialmente em contextos de risco crônico de desastres (Boerner 2023).

Quando superamos a vitimização das comunidades – sem negar ou invalidar suas lutas –, podemos aprender com práticas adaptativas em curso e com as formas de agência coletiva baseadas em experiências vividas de escassez e risco. Pesquisas participativas com jovens de comunidades migrantes em regiões costeiras da Espanha demonstraram a relevância de métodos participativos e criativos para fortalecer os vínculos entre humanos e natureza, engajando jovens em práticas corporificadas como a navegação para aprofundar sua conexão emocional com o mar e a terra, ao mesmo tempo que melhoram sua saúde mental por meio do contato ativo com o mundo natural.

Além disso, técnicas como o mapeamento corpo-território com estudantes e comunidades locais na periferia urbana de São Paulo mostraram-se eficazes para expressar narrativas entrelaçadas de resistência à destruição ambiental e à marginalização, ao mesmo tempo em que permitem imaginar realidades alternativas (através dos olhos do território e de quem nele vive) e expressar necessidades de cura.

Para concluir, esta contribuição é um convite para romper os silêncios que ainda existem em torno da cura e do bem-estar, e para fomentar um diálogo crítico sobre as confluências de nossas jornadas pessoais, espirituais, acadêmicas e interculturais interconectadas. Ao lembrar que a marginalização e o silenciamento dos saberes podem assumir muitas formas, só podemos curar – como indivíduos, como coletivo e como planeta – quando superamos os julgamentos e as crenças limitantes (Don Ruiz 2019) e começamos a agir a partir de um lugar de curiosidade, cuidado, compaixão, conexão e comunidade (Ullrich 2019; Ullrich et al. 2022).

Minha esperança é que, ao lembrar que todos somos mestres e aprendizes, possamos romper os ciclos (pós-)coloniais de exclusão, preconceito e fragmentação. Talvez assim possamos sair não para o fim do mundo, mas para o fim do mundo como o conhecemos, e para um novo começo (Bispo dos Santos 2023).

Encruzando caminhos e encantando o tempo: confluências entre a psicologia social e os saberes de terreiro.

Denilson Coutinho Cardoso (UFPA)

O presente trabalho é um dos frutos da pesquisa de mestrado em andamento, intitulada: Vivências nas encruzilhadas: Os terreiros como espaços de promoção de saúde e autocuidado da população negra. E a pesquisa surge da inquietação a respeito da compreensão sobre a encruzilhada entre as práticas de saúde promovidas pelos terreiros de matriz africana e as desenvolvidas pelo ambiente de saúde e comunitário em relação à atenção à população negra.

Entendemos que não é possível falar de saúde, sem falar do meio social, assim como não tem como falar em "aliança dos povos" - tema do evento - sem citar as comunidades tradicionais e em especial os saberes construídos nos terreiros. Para isso durante a construção da pesquisa foi utilizado o método do pesquisador cambone (Simas e Rufino, 2018), para compreender os movimentos do terreiro pela visão de dentro, o ato de não saber é essencial para a execução do saber, dando abertura para a compreensão das várias possibilidades de apresentação de um conhecimento. O pesquisador cambone passa a reconhecer as potencialidades dos outros conhecimentos, se orientando por meio de novos referenciais que emergem das interações e vivências. Compreendendo a dinamicidade do conhecimento, para além de um potencial de acumulação, mas como mutável, buscando a retirada da rigidez do pesquisador, construída pelos conhecimentos pré-existentes à pesquisa.

No âmbito da Saúde Mental, no que diz respeito a Psicologia, temos tanto nas práticas profissionais quanto nas formações acadêmicas um viés eurocêntrico que também negligenciam as subjetividades negras (Veiga, 2019), de forma que se aprende a elencar os públicos atendidos em uma classificação psicológica, desconsiderando-se as dinâmicas individuais e coletivas que se tem com o ambiente e a comunidade em que está inserido(a). Frantz Fanon (2008) aborda o sofrimento vivenciado pelos negros antilhanos que vivem na França destacando os prejuízos psíquicos que acometem o negro no processo de embranquecimento. Ao mesmo tempo, o autor destaca a forma como esse negro sente-se bem ao estar de volta a sua comunidade após fugir do processo de auto ódio, este incorporando a dimensão mental. Ao que sabemos, as religiões e práticas de matriz africana desde muito tempo sempre foram alvo de preconceitos e perseguições, suas práticas ao contrário de demais religiões são constantemente negadas. A saúde mental da população negra, é sempre colocada em questão, porém quando se busca práticas que dialoguem com a realidade enfrentada e os processos que compreendem essa população, nos deparamos com práticas embranquecidas, ou seja, práticas que levam em consideração uma perspectiva alheia a realidade social do meio em que o sujeito alvo está envolvido ou suas especificidades, para o sujeito negro, são práticas que não consideram os agravantes sofridos, como o racismo. Desse modo, temos os terreiros como ambientes que fortalecem as individualidades que dentro deles, se tornam coletividades, permitindo potenciais de intervenção que dialoguem com as práticas de cura e cuidado nele existentes.

Santos (2018) apresenta a importância do terreiro como um espaço de cuidado que ajuda, fortalece e encaminha para os meios necessários, ou seja, como uma porta de entrada às demais áreas da sociedade. O terreiro como território, apresenta os diversos caminhos que os(as) afrodescendentes tiveram de construir para vivenciar suas próprias políticas públicas de resistência e cuidado, gestadas sem o auxílio do Estado brasileiro e, muitas vezes, indo contra as determinações dele. Como exemplo, o autor diz de um caso de uma menina em que a mãe recorreu ao terreiro para que pudesse ser feita sua cura, pois ela já estava sendo assistida por todos os meios de saúde, porém não demonstrava sinais de melhora. Por fazer parte da comunidade, o terreiro abraçou o propósito

de lhe curar, reforçando a necessidade de ela continuar o tratamento com a vertente biomédica no ambiente hospitalar. O caso mostra que não é preciso ser iniciada(o) para que seja atendida(o) pelos(as) integrantes do terreiro, pois mesmo após ser tratada por Mãe Arlete, a menina e sua mãe nunca chegaram a se iniciar, mas mesmo assim foi realizado um árduo movimento para curar quem precisava. Essa realidade aponta e reflete como o terreiro e a comunidade movimentam-se para cuidar de alguém.

Terreiro não é só um ambiente estático ele também se torna um espaço móvel, terreiro é pensado pela visão do saber praticado, permitindo que na ausência do espaço físico, sua presença permaneça. Para compreender terreiro, retornamos ao movimento afro-diaspórico, onde o ser africano desenvolveu nas diásporas as maneiras de perpetuar sua cultura, história, ritos e toda a sua cosmovisão, ou seja, compreender as tradições de matriz africana o seu caráter civilizatório ancestral.

Também observa-se que falta preparação da(o) psicóloga(o) frente às necessidades que surgem das relações étnicos raciais dentro do ambiente social, como aborda Meireles et al (2019) “Ainda hoje os cursos de graduação perpetuam essa realidade, ao não abordar e não preparar psicólogas(os) para trabalhar com as relações étnico-raciais” (pág.3). Com isso observa-se a necessidade do entendimento das dinâmicas que advém do contato entre sujeito e terreiro, juntamente com o contato com o ambiente social em que está inserido.

A falta de debate e formação sobre racismo nos cursos de medicina e enfermagem reforça o racismo institucional, pois os profissionais entram no mercado sem ferramentas para identificar e combater a discriminação racial no atendimento, pois desde a sua entrada na universidade são ensinados práticas e perspectivas embranquecidas. O desconhecimento de políticas públicas voltadas para a equidade racial, como a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, evidencia essa problemática . A promoção de espaços para reflexão e discussão ou de conteúdos a respeito da integração entre as cosmovisões, possui o potencial para contribuir na (re)construção do que é reproduzido pelos profissionais de saúde, principalmente na quebra de mitos existentes sobre a relação do terreiro e as individualidades da população negra (De Lima et, 2021).

Como cuidar de si, se no ambiente social comunitário, local onde as subjetividades são potencializadas por sair da dimensão individual e se tornar coletivo, observamos movimentos de apagamento, quebrando a ideia da comunidade como berço de fortalecimento para o sujeito, se tornando desta forma um dos principais espaços de adoecimento. Dentre os fenômenos que perpetua as dificuldades de continuidade do autocuidado, o auto-ódio, de acordo com o que foi lido apresentado por Neusa (1984) e Fanon (2020), é sustentado pelo ideal de ego branco, trabalhado no Brasil inicialmente por Virgínia Bicudo (1945), na qual retoma o debate a respeito de a quem seria direcionado o cuidado, quais são os sujeitos que usufruem de uma plena atenção à saúde.

Nos últimos anos, os estudos focaram o lugar do branco, em uma posição que se isenta ou oculta as heranças simbólicas e privilégios adquiridos por conta do processo de escravização da população negra. Dentro do campo da psicologia e psiquiatria, houveram teorias que inclusive fortaleceram o distanciamento, propagando teorias eugenistas e hegemônicas, fortalecendo a ideia colonialista do homem universal, a partir da perspectiva biológica, quando afirma que o branco é provido de benefícios genéticos e que o negro seria inferior, como uma mancha que precisa ser apagada como apresenta Antonio Guimarães (1999) no livro “Racismo e Antirracismo no Brasil”.

Seguindo a discussão com o que Lia Vainer (2014) apresenta em “Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana”, o branco muita das vezes nunca é visto como uma figura que possa oferecer perigo, pelo contrário, ele é sempre a pessoa que passa confiança, principalmente para os seus próprios, como se a figura do branco, fosse incapaz de representar agressividade e desordem, permanecendo vistos como calmos, mesmo quando estão discutidos. O negro na menor elevação da voz é taxado de agressivo e mesmo

que não eleve e fale calmamente, ainda não é compreendido, suas palavras são encaixadas em um posto de não terem relevância, é imposto um ideal de culpa por sua posição de subalternidade, como se o racismo só existisse porque os negros não se aceitam, como se o problema fosse unicamente do oprimido e que os brancos não tivessem nada a ver com os processos que fortalecem e perpetuam.

Aqui temos a abertura para pensar em como o racismo opera, inclusive na forma como se observa temor sobre as religiões de matriz africana, pois são posicionadas no lugar de que os rituais preconizam sempre "um trabalho" para prejudicar outras pessoas. Não se é permitido perceber os trabalhos e rituais dos terreiros como constituintes de um processo de cura interna, para além dos pensamentos a respeito da destruição dos outros, mas fortalecimento e cura dos membros que ali estão, num processo de encantamento, justamente de onde esse trabalho se inicia, de dentro do chão de terreiro, para que seja possível pensar em como encantar o presente com os conhecimentos futuros, advindos do tempo que chamamos de passado.

Entre a Prática e a Fé: A Construção de Saberes de Parteiras em Manaus

Mariana Rosa Rocha da Silva (UFAM), Marcelo Calegare (UFAM), Felippe Otaviano (UFAM)

Este trabalho discute a construção do saber sobre o partejar na capital do estado do Amazonas a partir de uma abordagem de cuidados que considera a pluralidade epistemológica como eixo de análise. Este eixo teórico-metodológico permite pensar a saúde e o cuidado para além do paradigma técnico-científico dominante, valorizando experiências locais, comunitárias e espiritualizadas. Historicamente, o parto era uma prática íntima conduzida por parteiras e inserida no universo feminino. Com o avanço da medicina acadêmica, especialmente a partir do século XIX, ocorreu um processo de medicalização do parto, que passou a ser hospitalar, reduzindo a autonomia das mulheres e desvalorizando os saberes tradicionais. Ainda assim, em regiões rurais, ribeirinhas e indígenas, as parteiras continuam sendo figuras centrais na assistência ao parto, resistindo ao apagamento de seus saberes e mantendo vínculos afetivos com as gestantes, que muitas vezes preferem estar acompanhadas por mulheres próximas nesse momento. O saber das parteiras é transmitido oralmente entre gerações, sendo aprendido no cotidiano, principalmente em contextos familiares e comunitários, por meio da observação e da escuta. Essas práticas, desenvolvidas em redes de sociabilidade como a família e a vizinhança, resistem à medicalização do parto, apontando para a valorização de uma abordagem mais humanizada da gestação e do nascimento, em contraste com os efeitos desumanizantes do modelo biomédico. O trabalho se fundamenta nas contribuições de Vygotsky e nas teorias clássicas da aprendizagem, para compreender a construção dos saberes das parteiras. A partir de Vygotsky, destaca-se o papel central do meio social e cultural no desenvolvimento humano, considerando a aprendizagem como um processo mediado pela interação com o outro e com o ambiente. Ao mesmo tempo, são retomadas abordagens clássicas como observação, condicionamento e internalização para pensar a transmissão dos saberes culturais. Contudo, o estudo propõe ir além dessas abordagens tradicionais, reconhecendo que os saberes das parteiras não se reduzem a processos mecânicos, mas envolvem sentidos simbólicos, históricos e coletivos, abrindo espaço para novas formas de compreender a aprendizagem em contextos comunitários. A questão que orienta este trabalho é: como parteiras populares que vivem em Manaus constroem o saber do partejar? O objetivo geral é analisar como parteiras populares que vivem em Manaus construíram o conhecimento a respeito do partejar. A metodologia deste estudo é de natureza qualitativa e exploratória, voltada à compreensão dos saberes construídos por parteiras a partir de suas experiências de vida. Por se tratar de uma pesquisa que envolve seres humanos, este estudo seguiu todos os aspectos éticos legais tendo aprovação do CEP sob número de registro: 79901324.1.0000.5020. Compreende-se que tais saberes são complexos e atravessados por dimensões afetivas, espirituais, intuitivas e relacionais, não podendo ser reduzidos a uma única forma de aprendizagem. Para a produção dos dados, utilizou-se a técnica de entrevista narrativa aberta, com a pergunta geradora: “Conte-me sua história de vida.” As entrevistas, realizadas em 2025, na cidade de Manaus/AM, ocorreram presencialmente nas casas das participantes, com duração média de 40 a 60 minutos. Participaram duas parteiras, com média de 60 anos, ambas moradoras da capital amazonense, que assinaram o TCLE sendo entregue uma cópia. A entrevista foi feita pela pesquisadora responsável com gravação de aúdio. A análise foi orientada pela proposta de análise de

conteúdo temática, conforme Bardin (2016), realizada em três etapas: pré-análise do material, exploração por blocos temáticos e categorização, seguida da interpretação dos dados à luz das histórias de vida e dos sentidos atribuídos pelas participantes às suas experiências com o cuidado e o partejar. Após a transcrição das entrevistas foram realizadas as análises e chegamos, assim, às seguintes unidades temáticas e categorias: (I) caminhos de acesso ao saber do partejar — que envolvem relatos da infância e primeiros contatos com o cuidado, o primeiro parto como marco simbólico e a transmissão de saberes no ambiente familiar; (II) modos de aprendizado e construção de saber — destacando elementos como oração, uso de plantas e a noção de "dom", além da observação, da prática cotidiana e, mais recentemente, da participação em cursos e formações ligadas ao sistema de saúde; (III) o saber como forma de humanizar e cuidar — evidenciado por meio da escuta atenta, do acolhimento e da valorização da atuação das parteiras como agentes fundamentais de cuidado em suas comunidades. Para garantir o sigilo e a privacidade das participantes, todos os nomes utilizados neste estudo são fictícios. As parteiras foram identificadas como "Sol" e "Lua", nomes escolhidos unicamente para fins de apresentação dos relatos, preservando, assim, a integridade das narrativas sem comprometer a autenticidade e profundidade das experiências compartilhadas. Como resultados, os caminhos de acesso ao saber do partejar entre as entrevistadas se revelam enraizados nas vivências familiares e comunitárias desde a infância O conhecimento sobre o partejar surge da convivência com outras mulheres — mães, avós, vizinhas — e da observação atenta do cotidiano, sendo transmitido oralmente como um patrimônio cultural imaterial. O primeiro parto aparece como um marco simbólico na trajetória das parteiras, representando uma experiência prática e transformadora que inaugura a atuação no cuidado. A experiência é relatada como um momento de transformação e incorporação prática do saber. Sol compartilha que realizou seu primeiro parto de forma inesperada, sem preparação formal, mas amparada pela fé e pela força interior: "Ali Deus coloca você ali e ele na mesma hora te dá força". Já Lua destaca que seu início foi assistindo ao parto da sobrinha: "Ela teve o normal em casa... Começou o meu trabalho de parteira", reforçando a importância das redes familiares como espaço de aprendizagem e cuidado. A construção do saber do partejar é complexa, ancorada na escuta, observação e na vivência concreta com o corpo da mulher. No que diz respeito aos modos de aprendizado e construção de saber, destaca-se a articulação entre práticas tradicionais e experiências pessoais. A noção de "dom" aparece fortemente associada à dimensão espiritual da prática, sendo complementada pelo uso de plantas medicinais, rezas e rituais. A observação e a prática cotidiana também são fundamentais, bem como, em alguns casos, a participação em cursos e atividades de formação promovidas pelo sistema de saúde, indicando um trânsito entre saberes populares e institucionais. Sol descreve: "A gente nasce com dom. A gente não estudemo, não fizemo faculdade. Mas a gente sabe o que fazer". Por fim, a unidade temática sobre o saber como forma de humanizar e cuidar revela a centralidade da escuta atenta, do acolhimento e do respeito como pilares do cuidado parteiro. As parteiras se percebem como figuras que acompanham integralmente a gestação, valorizando a experiência das mulheres e oferecendo apoio emocional, físico e espiritual. Assim, o saber do partejar se configura como uma prática de resistência, que desafia a lógica biomédica hegemônica e reafirma os saberes ancestrais como formas legítimas de produzir saúde e bem-viver. Os achados apontaram para dois percursos distintos, mas entrelaçados. No caso de Sol, sua formação é atravessada pela espiritualidade cristã evangélica, compreendendo o partejar como um dom divino, mediado pela oração, pela

intuição e pela escuta. Para ela, a saúde transcende o corpo físico, abarcando dimensões emocionais e espirituais. Já Lua constrói sua prática a partir de experiências empíricas e cursos técnicos realizados ao longo da vida, articulando observação, prática e saberes populares aprendidos com outras mulheres. Ambas compartilham a valorização do toque, da escuta e do uso de plantas medicinais, destacando a importância da relação com a gestante e com a comunidade. As conclusões indicaram que as práticas dessas parteiras são atravessadas por uma epistemologia do cuidado que integra corpo, espírito e território. A medicina tradicional se configura como um espaço de resistência e produção de saberes plurais, onde espiritualidade e ciência popular convivem de forma interdependente. Ao se afastarem do discurso hegemônico biomédico e ao ressignificarem a saúde como cuidado integral, as parteiras reafirmam sua autoridade como agentes de cura e cuidado, contribuindo para uma perspectiva de saúde mais humana, comunitária e enraizada em realidades locais. Assim, esta comunicação busca contribuir para o reconhecimento das práticas de parteiras como formas legítimas de produção de saúde, bem como para o fortalecimento de epistemologias outras. Verificamos também a importância dessas mulheres como parteiras centradas na humanização do parto na experiência de mulheres da Amazônia, em diálogo com o cuidado como prática política e espiritual.

Entre Águas e Saberes: uma vivência na comunidade do Catalão e a pluralidade de cuidado

Janaína Duarte Ferreira Vieiralves (UFAM), Socorro de Fatima Moraes Nina (UEA)

Essa apresentação busca refletir sobre a vivência de uma visita matinal à Comunidade Flutuante Catalão, ocorrida em abril de 2025, e se aproximar do tema deste grupo de trabalho sobre pluralidade epistemológica e saberes e práticas de cuidado e cura outras. A princípio, a visita a comunidade flutuante parte de uma busca por um local de pesquisa. Para chegar até o local se dá por via fluvial, sendo por barco ou lancha. A expectativa era encontrar realidades outras, dada a relevância em estudar temáticas locais e conhecer as dimensões psicossociais nas vivências cotidianas de moradores que habitam e navegam em territórios das águas (Schweickardt, 2021), o que desde o início já mostra a relação entre os modos de vida e o ambiente (Nina, 2014), de relevante discussão neste estudo. A Comunidade Flutuante Catalão é composta por casas que flutuam sobre as águas, chamadas de casas-flutuantes ou apenas flutuantes (Pinheiro e Cardoso, 2019). A chegada, ainda no barco, foi marcada por aguapés, plantas aquáticas notáveis por sua tolerância e absorção de poluentes e as casas-flutuantes de madeira, algumas com o aspecto de desgastadas pelo tempo. A recepção da líder, abriu espaço para uma roda de conversa, em que o tema da saúde conduziu o diálogo para discussões plurais. Durante a conversa, membros comunitários narraram a prática de cura tradicionais e o conhecimento indígena, incluindo suas experiências curandeiras e a utilização de curas medicinais como o amor-crescido e a andiroba. A observação das plantas medicinais nos jardins das casas flutuantes, também comentada pelos membros, demonstra a autonomia e a cultura de cuidado local. Essa autonomia se destaca em face das falhas do sistema formal de saúde, que, como narrado pelos próprios moradores, frequentemente não atende às necessidades específicas da comunidade. A partir do diário de campo, alguns elementos dessa pluralidade de cuidado notados são os saberes outros e práticas de cuidado e cura, como o reconhecimento indígena e suas experiências curandeiras e a utilização de medicinais tradicionais – amor crescido, andiroba. Nesse sentido, concordando com Silva e Macedo (2019) esse espaço a ser estudado e construído, no sentido de contemplar o rural não apenas de forma acessória torna-se fundante na formação e nos debates científicos. Notei que fazer uma pesquisa em campo no território das águas, escutando os comunitários e reconhecendo a complexidades das realidades locais em oposição aos modelos eurocêntricos é urgente. Calegare (2015) já apontava a necessidade de uma Psicologia Crítica e situada, não apenas realizadas no campo, mas que busque compreender os conteúdos sociais de práticas socioculturais incorporadas no curso da vida desses comunitários. Essa conexão com o território e a natureza viva – a presença dos aguapés, as casas-flutuantes marcadas pelo tempo, a menção às plantas medicinais utilizadas e as cultivadas nos jardins das casas, mostra a relação direta do povo do Catalão com seu ambiente. Há, ainda, um elemento crucial nessa dinâmica: a presença e o significado das águas nessa visita. A jornada já começa com a necessidade de chegar na comunidade pelas águas dos rios. Estudos anteriores de Nina (2014) já demonstraram essa singularidade. Ao observar o tamanho do rio e as plantas aguapés não são apenas detalhes geográficos; elas são a própria via, as ruas da comunidade. No diálogo, foi narrado a realidade concreta de ainda beberem água da chuva. Há também a travessia para o outro lado do rio para buscar água, que por si só já demarca a centralidade da água – na travessia e no próprio consumo. A dificuldade de acesso à água potável – beber água da chuva, a dependência do rio, a travessia diária e a própria vida em casas flutuantes são manifestações diretas da relação entre os povos e o ambiente. A água não é apenas um recurso, ela marca o modo de vida e da relação com o território na Amazônia. Schweickardt (2021) observa duas questões importantes nesse cuidado: o lugar que as águas ocupam na vida das pessoas da região amazônica com e importância que tem

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

para o equilíbrio ambiental. O autor nos apresenta a categoria analítica de território das águas, combinando a noção trazida pelo geógrafo Milton Santos do território como algo simbólico, onde as relações acontecem. O território das águas, por sua vez, se refere a determinadas práticas que observamos na área ribeirinha e fluvial na Amazônia. A vivência na Comunidade Flutuante Catalão, com essa imersão em territórios das águas e o contato com saberes outros, foi um marco crucial para aprofundar minha compreensão sobre a pluralidade epistemológica e a necessidade urgente de uma Psicologia Crítica e situada. Mais do que uma simples visita, essa experiência demonstrou a importância e a riqueza de práticas de cuidado e cura que transcendem o modelo tradicional de saúde. Os relatos dos membros comunitários e a observação das plantas medicinais cultivadas em seus próprios jardins evidenciaram uma autonomia e uma cultura de cuidado local que coexistem — e muitas vezes suprem — as falhas do sistema formal de saúde, conforme explicitado pelos próprios moradores. Tal como a resistência dos aguapés, existe a resiliência daqueles que moram numa comunidade sobre as águas. Percebi, de forma contundente, que o ambiente – a água e a natureza – não é um mero cenário, mas um elemento inseparável do modo de vida e da saúde das pessoas. Essa interconexão reforça o olhar de que a Psicologia precisa ser mais sensível às realidades locais, abandonando o universalismo abstrato em favor de abordagens situadas e contextualizadas. Essa vivência no Catalão reforçou a urgência de aproximações entre povos e o reconhecimento de outras linguagens e racionalidades para enfrentar a destruição em múltiplas dimensões – ambiental, social, cultural e subjetiva. Este é, afinal, um debate central levantado e destacado em todo o Congresso. É importante ressaltar que este trabalho não tem a pretensão de ser uma análise psicossocial e ambiental exaustiva da Comunidade Flutuante Catalão em sua totalidade. A intenção foi compreender o olhar que se pode ter a partir dos conceitos registrados em diário de campo e complementados por observações, estudo participativo e uma busca literária inicial, levantando a complexidade desses espaços. Em essência, esta é uma proposta de compartilhar as aprendizagens dessa vivência refletindo sobre a pluralidade do espaço, do território e a complexidade da interação humana com diferentes povos.

Ética do cuidado e garantia de direitos: reflexões decoloniais na Psicologia e nas políticas públicas

Marcos Paulo Cavalcanti dos Santos (CRP/PE - UNICAP), Luisa Marianna Vieira da Cruz (CRP-PE/UNICAP), Maria Moniely Martins Ferreira (UFPE)

Este relato de experiência tem como ponto de partida as vivências dos componentes do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) do Conselho Regional de Psicologia de Pernambuco. Nós, pessoas negras, periféricas e inquietas diante dos rumos que a Psicologia tem tomado enquanto ciência e profissão, propomos reflexões críticas sobre suas contribuições nas políticas públicas, sustentadas por um compromisso ético-político com os direitos humanos, a equidade e a justiça social. Inspiradas nas contribuições da escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie, especialmente sua advertência sobre "o perigo de uma história única", buscamos questionar as narrativas hegemônicas que atravessam a construção do cuidado. Historicamente, o cuidado tem sido instrumentalizado como forma de controle, sobretudo sobre corpos e territórios subalternizados, como os de pessoas negras, indígenas, LGBTQIA+ e populações empobrecidas. Dessa forma, propomos um deslocamento epistemológico que valorize os saberes outros, as narrativas invisibilizadas e as experiências situadas como centrais para a análise crítica das práticas de cuidado. Consideramos os marcadores sociais da diferença (tais como raça, gênero, sexualidade e território) não como aspectos acessórios, mas como elementos estruturantes das desigualdades que permeiam o acesso ao cuidado. As práticas consideradas universais de cuidado, muitas vezes, negligenciam esses marcadores e, ao fazê-lo, perpetuam exclusões, desigualdades e violências institucionais. A proposta, portanto, é reconhecer que o que é tido como “universal” parte, muitas vezes, de um referencial branco, masculino, cis-heteronormativo e urbano, que não contempla a pluralidade das experiências humanas. Este trabalho é fundamentado nas Referências Técnicas do CREPOP, documento que articula teoria e prática para orientar a atuação de profissionais da Psicologia no campo das políticas públicas. A partir dessas referências, buscamos construir coletivamente pistas éticas e políticas para práticas de cuidado mais comprometidas com a dignidade humana, a equidade e a justiça social. Entendemos que o cuidado, quando desconectado das realidades subjetivas, históricas, culturais e territoriais das pessoas, pode se tornar fragmentado, descontextualizado e, em alguns casos, até mesmo opressor. A imposição de um modelo de cuidado descolado das realidades locais, resulta frequentemente em práticas que silenciam, apagam e invalidam os saberes populares das comunidades atendidas. Em muitos contextos, o modelo de intervenção adotado pelas políticas públicas ainda se organiza a partir de uma lógica verticalizada, que desconsidera os saberes e as experiências das populações que pretende atingir. Isso reforça uma postura assistencialista e hierárquica, na qual os sujeitos são vistos apenas como receptores passivos de cuidados, e não como protagonistas na construção coletiva de suas próprias trajetórias. Nesse sentido, discutimos como a Psicologia Social pode contribuir para a desconstrução dessas práticas hegemônicas, promovendo estratégias de cuidado que respeitem a diversidade, a autonomia e a autodeterminação das populações atendidas. A Psicologia, enquanto ciência e profissão, tem um papel essencial na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, sendo fundamental que sua atuação vá além da reprodução de saberes eurocentrados. Defendemos uma Psicologia que dialogue com os sujeitos em seus territórios, que escute suas vivências e que esteja comprometida com a transformação das estruturas que sustentam as desigualdades sociais. A partir das contribuições da Psicologia Social, propomos uma abordagem crítica que reconhece o lugar histórico da população negra nas relações de cuidado no Brasil. Paradoxalmente, pessoas

negras são, em sua maioria, as principais provedoras de cuidado — seja no ambiente doméstico, institucional ou comunitário — e, ao mesmo tempo, aquelas que mais têm o direito ao cuidado negado. Essa contradição escancara a persistência de um sistema que racializa, hierarquiza e desumaniza determinados corpos, ao mesmo tempo em que se apropria, de maneira exploratória, do trabalho afetivo e físico dessas populações. Essa realidade evidencia o racismo estrutural presente nas instituições e práticas de cuidado, que precisa ser combatido com urgência. Ao trazer uma perspectiva decolonial para o debate, buscamos romper com os paradigmas eurocentrados que historicamente ignoraram os saberes locais, populares, periféricos e ancestrais. Defendemos que as políticas públicas devem ser pensadas e executadas a partir das vivências concretas dos sujeitos e das comunidades, valorizando suas práticas e seus conhecimentos. A escuta ativa, o respeito às identidades e a valorização das formas não hegemônicas de cuidado são estratégias fundamentais para a construção de uma política pública verdadeiramente inclusiva, eficaz e transformadora. Nesse processo, o cuidado deixa de ser entendido como um ato individual, técnico e neutro, e passa a ser reconhecido como uma construção coletiva, política e interdependente. Cuidar é, antes de tudo, um ato político. É reconhecer o outro em sua humanidade e singularidade, é respeitar sua história, seu território, seus afetos e sua ancestralidade. O cuidado, enquanto prática social e política, deve estar orientado por valores como solidariedade, reciprocidade, justiça e equidade. Outro ponto fundamental que discutimos neste relato é o impacto da ausência de debate sobre marcadores sociais nas formações acadêmicas em Psicologia. Essa lacuna formativa contribui diretamente para a reprodução de práticas de cuidado que, muitas vezes, se revelam violentas, excludentes e insensíveis às complexidades das realidades sociais. Uma política de cuidado que ignora os atravessamentos de raça, gênero, sexualidade e território está fadada ao fracasso, pois desconsidera os contextos concretos de vida das populações que pretende atender. A ética do cuidado, portanto, não pode se restringir a protocolos técnicos e normativos; ela deve ser entendida como uma postura política, um compromisso radical com a vida em sua pluralidade e com a dignidade de todos os sujeitos. Assim, esse relato propõe a reflexão de uma escuta sensível, troca de experiências e construção coletiva de saberes, nos quais as práticas de cuidado possam ser problematizadas, tensionadas e, ao mesmo tempo, reinventadas. A centralidade da experiência dos participantes será valorizada como ponto de partida para novas compreensões e para a criação de possibilidades concretas de atuação. A vivência e o saber de cada pessoa são compreendidos como fundamentais para a construção de novas epistemologias do cuidado. Discutiremos ainda o papel da Psicologia na articulação entre sociedade civil, serviços públicos e movimentos sociais. A atuação crítica e situada dos profissionais é imprescindível frente às múltiplas formas de violência (simbólica, estrutural, racial, institucional e ambiental) que acometem os grupos historicamente marginalizados. Uma Psicologia verdadeiramente comprometida com a justiça social precisa assumir seu papel político e intervir de forma ativa na construção de alternativas emancipatórias. Com este relato, nosso desejo é provocar reflexões que contribuam para o fortalecimento de uma Psicologia mais sensível às realidades periféricas e populares, uma Psicologia que reconheça o cuidado como prática horizontal, acolhedora, afetiva e politicamente engajada. Acreditamos que apenas com um compromisso radical com a equidade, a reparação histórica e a justiça social será possível fazer do cuidado um instrumento de transformação real e concreta. Por fim, reafirmamos a urgência de pensar o cuidado não como uma concessão benevolente, mas como um direito fundamental. E, mais do que isso, como prática cotidiana de resistência, de reparação histórica e de reconstrução de vínculos em uma sociedade profundamente marcada por desigualdades estruturais. Esta discussão se propõe, portanto, como um espaço de fomento a diálogos sobre novas possibilidades de atuação ética e comprometida da Psicologia. É a partir dessa perspectiva que resgatamos o cuidado como potência de transformação social, como força de vida e como caminho para a construção de um mundo mais justo, plural e humano.

Práticas populares de cuidado no itinerário terapêutico de comunidades ribeirinhas amazônicas

Maria Eduarda Souza Freitas (UFAM), Jovana Nogueira Bruno (UFAM), Socorro de Fátima Moares Nina (UEA)

Introdução:

Este trabalho é fruto de uma dissertação de mestrado em Psicologia realizada com populações ribeirinhas do Amazonas. Embora historicamente situadas em territórios de difícil acesso, tem-se observado avanços na oferta dos serviços de saúde pública. Em contrapartida, os saberes tradicionais que compõem as chamadas medicinas amazônicas seguem resistindo ao tempo, aos preconceitos e aos saberes hegemônicos que tentam relegá-los à condição de alternativas, quando, na realidade, constituem o primeiro recurso acionado pelas comunidades diante do adoecimento. O uso de plantas medicinais, os benzimentos, as parteiras e curandeiros/as compõem um repertório ancestral que articula dimensões físicas, espirituais e sociais da saúde. Trata-se de um saber transmitido oralmente entre gerações, que resiste à lógica dominante da biomedicina e se ancora em relações de reciprocidade com a natureza e a coletividade. Compreender esse universo simbólico e prático se torna essencial para uma Psicologia comprometida com a pluralidade epistemológica, com os modos outros de viver e cuidar, e com uma abordagem crítica frente aos paradigmas eurocentrados que ainda hegemonizam a produção de conhecimento em saúde.

Objetivo:

Analisar de que forma as práticas populares de saúde se inserem no itinerário terapêutico de comunidades ribeirinhas do Amazonas

Relação com o GT e eixo temático:

O estudo dialoga diretamente com o GT “Pluralidade Epistemológica e Saberes e Práticas de Cuidado e Cura Outras”, ao reconhecer a centralidade dos saberes tradicionais, espirituais e comunitários no cotidiano das populações ribeirinhas. Estas práticas de cuidado expressam uma epistemologia própria, enraizada na relação com os seres visíveis e invisíveis, com a ancestralidade e com a natureza viva, e propõem alternativas ao modelo hegemônico de saúde. A valorização desses saberes é, portanto, um gesto de resistência epistêmica, política e existencial frente à lógica de destruição denunciada pelo tema da ENABRAPSO: “Aliança dos povos: Psicologia Social face à destruição de todas as formas de vida”.

Orientação teórica:

A pesquisa parte de uma perspectiva crítica da Psicologia Social, em diálogo com autores e autoras que discutem a colonialidade do saber e aos estudos da psicologia realizados em contextos rurais. A noção de itinerário terapêutico é compreendida a partir de estudos em Saúde Coletiva e Antropologia da Saúde, sendo ampliada por uma leitura que valoriza os saberes populares e comunitários como expressões legítimas de cuidado. Assim, o trabalho se alinha a uma psicologia que rompe com a fragmentação mente-corpo-natureza e se abre à ecologia de saberes a as práticas de Bem-Viver.

Metodologia:

A pesquisa teve caráter qualitativo e foi conduzida em comunidades ribeirinhas do interior do Amazonas. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com moradores/as adultos/as, tanto individuais quanto em grupo, abrangendo parteiras, benzedeiras, pescadores, mães e lideranças comunitárias. A escuta foi orientada por um roteiro flexível que buscou compreender os significados atribuídos ao processo saúde-doença, os caminhos percorridos diante do adoecimento e as práticas de cuidado mobilizadas. Os dados foram analisados por meio da técnica de análise temática (Braun & Clarke,

2006), o que possibilitou identificar sentidos compartilhados em torno do cuidado e os atravessamentos nos itinerários terapêuticos.

Resultados:

Os resultados revelam que o itinerário terapêutico ribeirinho é composto por uma articulação entre o saber tradicional e o uso pontual dos serviços biomédicos. Práticas como banhos de ervas, rezas, uso de raízes, orações e chás compõem o primeiro recurso mobilizado em casos de adoecimento, especialmente em situações leves ou de natureza espiritual. O cuidado com o corpo se entrelaça ao cuidado com o espírito, com a mata e com os ciclos da natureza. A figura das parteiras e benzedeiras é central, sendo reconhecida por sua escuta, presença e relação de confiança com a comunidade. Em muitos casos, mesmo quando há acesso posterior à unidade de saúde, os saberes tradicionais não são abandonados, ao contrário, coexistem e complementam-se. A espiritualidade aparece como dimensão indissociável do cuidado, com narrativas que envolvem visões, sonhos, encantarias e conselhos de ancestrais. O território, nesse contexto, não é apenas espaço geográfico, mas fonte de saber e existência.

Conclusões:

A partir dos itinerários terapêuticos analisados, compreende-se que as práticas populares não são meras estratégias de substituição em contextos de ausência do Estado. Elas constituem um sistema de cuidado ancestral, relacional e simbólico, que resiste à lógica biomédica fragmentadora. Esse cuidado ultrapassa a visão individual e fragmentada e compõe a coletividade sendo os membros da comunidade responsáveis pelo aconselhamento, cuidado e acompanhamento. A Psicologia, ao se comprometer com a pluralidade epistemológica, precisa reconhecer e legitimar essas formas de cuidado como expressões válidas de conhecimento e resistência. É urgente que o campo da saúde e da Psicologia Social se abra para o diálogo com os saberes ribeirinhos e outros saberes amazônicos, não apenas como objetos de estudo, mas como fontes de aprendizagem, transformação e crítica ao modelo hegemônico ocidental. Ao evidenciar essas práticas como formas legítimas de cura e cuidado, o estudo contribui para a construção de alianças entre os povos e saberes, fundamentais para sustentar a vida frente à destruição ambiental, social e subjetiva em curso.

Psicologia e medicinas indígenas: diálogos e contradições rumo a uma atenção psicossocial etnicamente diferenciada

Robert Damasceno Monteiro Rodrigues (UFPA)

A psicologia atua, há mais de duas décadas, nas políticas públicas de saúde indígena no Brasil. Nesse período, houve avanços importantes, como a regulamentação da Política de Atenção Integral à Saúde Mental das Populações Indígenas e o crescente protagonismo de indígenas psicólogas neste campo. No entanto, ainda persistem desafios e contradições, como a distância entre as teorias e técnicas psicológicas das realidades dos diferentes povos, bem como as dificuldades de diálogo entre a prática da psicologia e as medicinas indígenas. Ao mesmo tempo, os povos indígenas no Brasil seguem enfrentando as consequências do processos colonial de genocídio e epistemicídio a que foram submetidos, enfrentando uma série de desafios para a reparação histórica, como a demarcação de terras e o respeito aos seus modos tradicionais de pensamento e cuidado. Apesar de representarem apenas 0,8% da população nacional, são maiorias populares em termos étnicos, linguísticos e culturais, com cerca de 266 povos, que falam mais de 160 línguas e dialetos e vivem em 740 terras indígenas. Neste contexto, este trabalho apresenta resultados parciais de uma pesquisa de doutorado em andamento que investiga a relação entre a psicologia e as medicinas indígenas a partir da prática de indígenas psicólogas inseridas na saúde indígena na Amazônia brasileira. Deste modo, compreendemos as medicinas indígenas como o conjunto dos saberes, técnicas e procedimentos tradicionais, praticados pelos povos indígenas e transmitidos pela ancestralidade, voltados à promoção da saúde e ao cuidado dos diversos tipos de adoecimento na inter-relação entre as dimensões físicas, mentais, espirituais, sociais e cosmológicas da existência; elas envolvem, ao mesmo tempo, o uso de ervas, banhos, rezas e cânticos, como também prescrições sobre o modo de vida, alimentação, relacionamentos e interditos sociais. O caráter das medicinas indígenas, portanto, é o da totalidade do ser e das relações, consubstanciado no perspectivismo ameríndio como a definição das múltiplas existências do humano na natureza e da consideração dos diferentes pontos de vista (humanos e não-humanos) para a compreensão e interpretação das relações sociais entre os diferentes seres. Já a psicologia, provém de uma tradição cartesiana e alinhada à racionalidade capitalista, fundamentada na separação entre mente e corpo, indivíduo e sociedade, objetividade e subjetividade, ainda hegemonizada por teorias e técnicas de matriz euro-norte-centradas. A questão que orienta minha pesquisa, portanto, repousa sobre a problemática do modo como ocorre a relação entre a psicologia e as medicinas indígenas a partir da prática de indígenas psicólogas, considerando suas contradições, interseções e distanciamentos. A prática, aqui, é entendida como a unidade do saber e do fazer, que articula não apenas o modo de atuar profissionalmente das indígenas psicólogas, mas também os seus modos de vida, suas histórias, compreensões, interpretações e análises sobre a realidade e atuação profissional. Para investigar esta realidade, faço uma aproximação da psicologia com a antropologia, a fim de produzir os dados considerando os pontos de vista, necessidades e interesses cosmopolíticos do grupo estudado – neste caso as indígenas psicólogas – utilizando-se do trabalho de campo a partir de entrevistas semi-estruturadas, observação e escrita de diário de campo. Como método de análise, lanço mão dos pressupostos teórico-metodológico-políticos do materialismo histórico-dialético, como ferramenta para se analisar a realidade considerando a diversidade na totalidade das práticas, sem oposições dualistas-dicotômicas entre as esferas econômicas e ideológicos, objetivas e subjetivas, mas considerando as determinações recíprocas que integram a reprodução ontológica do ser social. Isto porque, posiciono-me no campo da psicologia social crítica, reivindicando o leito marxista para a interpretação do sujeito e da sociedade e pautando um exercício profissional voltado à transformação das condições materiais e ideológicas que

estruturam e reproduzem os processos de violência, opressão e exploração na sociedade capitalista. Para a exposição dos resultados, pretendo me aproximar da escrita etnográfica como um modo de produzir teoria a partir do campo, apostando na singularidade do vivido como fonte de informações que dizem não apenas sobre o modo de vida de um grupo social específico, mas que representa a possibilidade de transcrever o modo como o outro pensa e transforma a sua realidade. De modo preliminar, sintetizo alguns dos resultados: 1. O campo tem sido o principal determinante para conduzir o modo de estruturação do projeto de pesquisa e do modo de fazer o trabalho de campo; 2. As histórias de vida das indígenas psicólogas, principalmente seus aspectos ligados ao modo como elas preservam as memórias e aprendizados quanto ao uso das medicinas indígenas dos seus povos, está diretamente relacionado à forma como elas se relacionam com as medicinas indígenas em suas práticas na saúde indígenas; 3. A formação em psicologia, isto é, os cursos de graduação, não preparam os estudantes para atuar em realidades diferentes do modelo biomédico, urbano e ocidental, com um diálogo extremamente limitado com outras formas de compreender os processos saúde-adoecimento mental; 4. Conceitos como saúde mental e bem viver, bem como campanhas como setembro amarelo ou janeiro branco, precisam ser analisadas criticamente quanto aos limites da generalização de categorias representativas de alguns povos indígenas para a totalidade dos povos no Brasil e quanto ao transplante mecanicista de discursos provenientes da sociedade ocidental para as realidades indígenas; 5. A prática das indígenas psicólogas aponta para a necessidade do estabelecimento de uma relação entre a psicologia e as medicinas indígenas pautada no diálogo intercultural, no respeito aos saberes e técnicas das medicinas indígenas e de seus especialistas, na delimitação do campo de contato e na privacidade do que compete a cada modo de intervenção, bem como na superação de uma racionalidade disciplinar-normativa na psicologia para a construção de uma atenção psicossocial etnicamente diferenciada na atuação junto aos povos indígenas. Concluo dialogando com Ailton Krenak, ao se perguntar: “será que finalmente esse mundo abstrato da psicologia vai apanhar a nós todos? Inclusive aqueles que sabiam se curar com o banho do rio, com a raiz das árvores, com o que a terra fala?”. Nesta questão está presente, ao mesmo tempo, a crítica ao caráter colonial e impositivo das técnicas psicológicas e a preocupação com a manutenção dos saberes e modos tradicionais de cuidado dos povos que vivem em relação com a floresta. É nesse sentido que a prática das indígenas psicólogas aponta para a necessidade de superar o caráter melindroso do cientificismo psicológico e apostar na potência do encontro interétnico entre os diferentes saberes e abordagens, de modo respeitoso e harmonioso, mas reconhecendo também, que muito antes da psicologia existir, as medicinas indígenas, há milênios, já conheciam, davam respostas e soluções à problemas que até hoje a ciência ocidental vem se debatendo. Para evitar a queda do céu, portanto, como diz Davi Kopenawa, a saída está na floresta – nos povos indígenas, em seus seres, saberes, especialistas e guardiões.

Psicologia Preta e Africana: construções a partir da diáspora brasileira

Nívia Teodoro Vasconcelos (UFMG), Paula Rita Bacellar Gonzaga (UFMG)

Apesar de avanços no que diz respeito à inclusão de pensamentos historicamente marginalizados - avanços estes ocasionados principalmente a partir da ampliação da entrada de pessoas negras, indígenas e quilombolas no ensino superior - a Psicologia, assim como outros campos da ciência no país, se mantém marcada por um predomínio de referenciais euro-ocidentais que marcam pensamentos e intervenções. Portanto, é fundamental o reconhecimento e reposicionamento dos saberes e práticas que resistiram à colonialidade e caracterizam-se como um indício de possibilidades de libertação político-social para o Sul Global e combate aos epistemicídios na ciência. A Psicologia Preta e Africana, ao lado de outras teorias do campo da Psicologia Social, vem sendo considerada uma dessas ferramentas tecnológicas de construção de cuidado e emancipação psicossocial de pessoas negras, bem como ferramenta de enfrentamento do sofrimento sóciopsíquico dessas pessoas (Nogueira, 2022).

É um campo de teoria e práticas psicossociais e clínicas, fundamentados em bases epistemológicas e filosóficas africanas e afro-diaspóricas. Os teóricos da Psicologia Preta Africana acreditam que esse caminho deva ser feito a partir do conhecimento, recuperação e inclusão do pensamento e das práticas tradicionais dos povos negros que foram marginalizadas no processo do colonialismo europeu.

A Psicologia Preta/Africana, se configura como uma disciplina científica radicada na cultura negra que, por sua vez, é fundada em pressupostos filosóficos de origem africana e preocupa-se em incluir esta visão de mundo para trabalhar com povos africanos e afrodiaspóricos, com vistas à libertação física, mental e social (Nobles, 2006). Teve seus fundamentos teóricos assentados, principalmente, a partir da década de 60, tendo como base o paradigma da Afrocentricidade, no qual "a cosmologia africana fornece o quadro conceitual e filosófico que a baseia." (Baldwin, 1980, p.23 apud Federico, 2014).

Baldwin (1980) define a Psicologia Preta Africana como um sistema de conhecimentos (filosofia, definições, conceitos, modelos, procedimentos e práticas) que pensa o universo social, trazendo a perspectiva da cosmologia africana. Dentre muitos outros pressupostos, ressalta-se que esta cosmologia é orientada pelo princípio de unidade com a natureza, que significa que a humanidade é inseparável desta em todos os seus aspectos e não pressupõe um antropocentrismo. Deste princípio, derivam-se outros como o de grupalidade (sobrevivência de grupo), comunalidade, cooperação, responsabilidade coletiva e interdependência, aspectos que são estudados e abordados na Psicologia Africana (Baldwin, 1980, p.23 apud Federico, 2014).

A colonialidade impôs um apagamento e silenciamento das diversas maneiras, ao longo do tempo e da história da humanidade, com as quais povos tradicionais africanos e afro-diaspóricos desenvolveram cuidados com o que hoje chamamos de "saúde mental", pautados em suas próprias cosmologias, filosofias, vivências e entendimentos de mundo. Diversos povos no mundo construíram formas de cuidado em saúde que foram esquecidas, inferiorizadas, demonizadas ou estigmatizadas, para dar lugar às ciências ocidentais que hoje elevamos ao posto de único modelo possível de cuidado. A Psicologia Africana propõe um retorno a estas práticas e saberes.

Simone Nogueira (2016), articulando com o pensamento de Martin Baró, afirma que a Psicologia Africana,

compromete-se com 'o que há por fazer' para libertar os povos afrodescendentes da escravidão física, mental e espiritual e assim, se constitui uma Epistemologia do Sul Global. E essa alegação seria possível, pois, nesse caso, não somente sua localização geográfica determina o paradigma filosófico-cultural, como também a história e concepção de mundo africanas e de enfrentamento ao colonialismo no campo da ciência e do saber psicológico, vem se constituindo como ferramenta de enfrentamento ao sofrimento psicossocial de pessoas negras. Como tecnologia de construção de cuidado e emancipação, este é um campo de produção levado a cabo no Brasil por psicólogas que constroem práticas psicossociais, clínicas e acadêmicas, portanto, a Psicologia Preta Africana afro-brasileira é um campo de produção viva e fértil. Neste sentido, esta proposta de comunicação oral versa acerca dos resultados da pesquisa de mestrado em psicologia: "Psicologia Preta e Africana: construções a partir da diáspora brasileira", que objetiva compreender como vem se dando a construção do campo da Psicologia Preta Africana no Brasil, a partir das produções acadêmicas de psicólogas da área.

Os objetivos da pesquisa passam por compreender as principais postulações, conceitos e aplicações práticas e sociais da Psicologia Preta e Afrocentrada operacionalizadas no Brasil; identificar e sistematizar trabalhos científicos nacionais publicados por pesquisadores da área; contribuir para a visibilidade e divulgação científica da Psicologia Preta e da produção de psicólogas pretas, criando subsídios para o combate ao epistemicídio no campo da Psicologia. A pesquisa trará enquanto referenciais teóricos a Afrocentricidade, as Filosofias Africanas e da Diáspora e a Psicologia Preta Africana. Ademais, dialoga com outros marcos teóricos como a concepção de "Afroperspectivismo", que envolve a articulação entre a Afrocentricidade, o perspectivismo ameríndio e elementos afro-pindorâmicos e quilombistas. Esta perspectiva trabalha também com os conceitos desenvolvidos por Abdias do Nascimento (Quilombismo) e Antônio Bispo dos Santos (Contra-colonialidade) que se posicionam enquanto perspectivas fundamentais para compreender o contexto brasileiro (Noguera, 2019).

Para investigar a produção atual de metodologias insurgentes no campo da psicologia estamos conduzindo a pesquisa a partir de uma abordagem qualitativa, nos moldes de revisão bibliográfica integrativa, selecionando, catalogando e analisando produções acadêmicas publicados no Brasil, no campo da "Psicologia Preta"; "Psicologia Africana" e "Psicologia Afrocentrada". Este trabalho propõe a realização de um levantamento e revisão integrativa dos trabalhos escritos por pesquisadoras brasileiras da área. A partir das buscas nas bases de dados científicas que retornaram o total de 66 trabalhos que estão sendo analisados.

Após a primeira etapa de catalogação e análise dos materiais, foi possível construir um panorama acerca do perfil destes pesquisadores, a partir de quais regiões do país e instituições acadêmicas estão sendo produzidos estes trabalhos e outros resultados preliminares tais como: o primeiro trabalho encontrado foi publicado no Brasil no ano de 2007, no entanto, há uma maior frequência de trabalhos publicados após 2019, com destaque para o ano de 2023; os trabalhos versam sobre teoria, intervenções psicossociais e intervenções clínicas; as produções partem em sua maioria de pesquisadores associados à instituições públicas, totalizando a taxa de 77,3% e vêm sendo desenvolvidas, em sua maioria, por pesquisadoras negras. No momento, segue em andamento análise textual discursiva do conteúdo das produções científicas para alcançar a totalidade dos objetivos propostos com a investigação.

Os resultados pré-conclusivos da pesquisa, portanto, vem apontando a criação e desenvolvimento de um campo

teórico prático que parte de uma intrínseca relação com a prática de cuidados contra-coloniais, que bebem da fonte da cultura dos povos tradicionais e de manifestações culturais e religiosas como a Capoeira, o Candomblé e o Samba, daí portanto a relação desta proposta de comunicação oral com os eixos temáticos e grupos de trabalho indicados.

Esperamos que o encontro com sistemas psicológicos não-ocidentais como os fundamentados nas filosofias africanas e afro-diaspóricas e tantos outros possíveis mundo afora, contribuam para a construção e fortalecimento de uma psicologia plural e multiétnica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FEDERICO, Roberta Maria. Psicologia, Raça e Racismo: uma reflexão sobre a produção intelectual brasileira. Telha, 2021.

NOBLES, Wade. African Philosophy: Foundations for Black Psychology. In: Seeking the Sakhu: Foundational writings for an African Psychology. 2006. p. 5-22.

Noguera, R. (2019). O poder da infância: espiritualidade e política em afroperspectiva. Momento-Diálogos em Educação, 28(1), 127-142.

NOGUEIRA, Simone Gibran. Libertação, descolonização e africanização da psicologia: Breve introdução à psicologia africana. EdUFSCar, 2022.

NOGUEIRA, Simone Gibran; GUZZO, Raquel Souza Lobo. Psicologia Africana: Diálogos com o sul global. Revista Brasileira de Estudos Africanos, v. 1, n. 2, 2016.

Reflexão Teórica sobre o Papel das Mulheres Indígenas na Preservação e Transmissão dos Conhecimentos de Cuidado e Cura

Thalyta Juliana da Silva Gomes (UFAM), Marcelo Gustavo Aguilar Calegare (UFAM)

Ao longo dos séculos, os povos indígenas vêm praticando e transmitindo, de forma geracional, seus conhecimentos em saúde, desenvolvidos com base em seus próprios sistemas de cuidado, os quais consideram o ser humano em sua totalidade. Esses conhecimentos caracterizam-se por sua pluralidade, sendo influenciados pela memória coletiva e individual, pela ancestralidade e pela profunda relação com o território. São conhecimentos que envolvem uma diversidade de práticas fundamentais para o tratamento de inúmeras doenças, indo além do cuidado com o corpo físico e abrangendo dimensões existenciais, identitárias e espirituais. Apesar disso, esses conhecimentos continuam sendo silenciados e subalternizados por paradigmas ocidentais, biomédicos e coloniais, que invisibilizam modos de vida e epistemologias diferentes desses modelos, principalmente quando se trata de saúde. Isso ocorre devido a colonialidade do saber que institui hierarquias epistêmicas, desvalorizando outras racionalidades. Nesse contexto de resistência, as mulheres indígenas desempenham um papel central no processo de preservação e transmissão de conhecimentos de cuidado e cura. Desde jovens, são inseridas nos saberes e fazeres de suas comunidades, aprendendo e, posteriormente, transmitindo esses conhecimentos. Muitas atuam como parteiras, curandeiras, puxadoras e lideranças comunitárias, sendo responsáveis por preservar, por meio da oralidade, suas tradições, culturas, rituais e sistemas de cuidado voltados ao bem-viver. Ao longo da história, lutam por reconhecimento e visibilidade em espaços historicamente dominados por homens, demonstrando força e resiliência que se refletem na riqueza de suas contribuições para a preservação da cultura de seu povo. Assim, o objetivo deste trabalho é refletir, a partir de uma perspectiva crítica e decolonial, sobre o papel das mulheres indígenas na preservação e transmissão de conhecimentos de cuidado e cura. Este trabalho se insere no GT 30: Pluralidade Epistemológica e Saberes e Práticas de Cuidado e Cura Outras por reconhecer e valorizar os saberes outros, especialmente os saberes preservados e transmitidos por mulheres indígenas. Ao discutir o papel dessas mulheres na preservação e transmissão dos conhecimentos de cuidado e cura, o trabalho destaca a importância de um pluralismo epistemológico que promova o diálogo entre diferentes sistemas de saberes, em oposição a abordagens individualistas e descontextualizadas. A pluralidade epistemológica é uma discussão que vem ganhando força nos debates contemporâneos sobre outras formas de produção de conhecimento, devido à multiplicidade de maneiras de entender o mundo. Segundo essa perspectiva, reconhece-se que diferentes formas de saberes são expressas pelas pessoas e grupos sociais, de acordo com os contextos em que vivem. Ao reconhecer esses saberes outros, propõe um diálogo com outras maneiras de conhecer e compreender as pessoas, considerando as experiências culturais, históricas, cosmológicas e territoriais. Diante disso, a discussão deste trabalho está fundamentada na Psicologia Social Crítica, em articulação com autores decoloniais e indígenas. A Psicologia Social Crítica oferece ferramentas para compreender os processos sociais e relacionais de dominação, enquanto os referenciais decoloniais e indígenas reforçam a necessidade de reconhecer a pluralidade epistemológica, rompendo com a centralidade do conhecimento ocidental. Essa articulação é fundamental por buscar integrar saberes outros sem os hierarquizar, reconhecendo e valorizando a diversidade de conhecimentos sobre cuidado e cura, conforme propõem os referenciais que questionam a colonialidade do saber e defendem o diálogo entre diferentes formas de conhecimento. Metodologicamente, trata-se de uma reflexão de natureza teórica sobre o papel das mulheres indígenas na preservação e transmissão dos conhecimentos de cuidado e cura. A construção deste trabalho se deu a partir de uma revisão bibliográfica de estudos de autores indígenas, decoloniais e da psicologia

social crítica. Como resultados dessa reflexão teórica, destaca-se o papel central das mulheres indígenas na preservação e transmissão dos conhecimentos de cuidado e cura, evidenciado em registros históricos desde o século XVII, que apontam para a atuação de parteiras, benzedeiras e curandeiras. Detentoras de conhecimentos específicos sobre o cuidado do corpo e da saúde, suas práticas integram elementos religiosos, fitoterápicos e culturais, advindos das interações entre tradições indígenas, africanas e europeias. A continuidade desses conhecimentos ao longo do tempo deve-se, em grande parte, aos esforços dessas mulheres em preservá-los e transmiti-los às gerações futuras por meio da oralidade e da vivência cotidiana. Essa transmissão envolve o entendimento da natureza da sabedoria local, baseada na interrelação entre crenças, conhecimentos e práticas, adquiridas na convivência com pessoas detentoras desse saber. Assim, esses conhecimentos resistem e se fortalecem em territórios marcados pela violência e pelo apagamento. Reconhecer seus conhecimentos como formas legítimas de promoção da saúde significa romper com a centralidade do paradigma ocidental, biomédico e colonial, ampliando o campo da saúde com práticas mais plurais, integrativas e coletivas. Ao valorizar o papel dessas mulheres na preservação e transmissão de conhecimentos de cuidado e cura, abrem-se caminhos para a construção de políticas e práticas de cuidado culturalmente sensíveis e epistemologicamente diversas. Portanto, é imprescindível a existência de espaços de diálogo intercultural e decolonial que promovam o respeito, a valorização e o reconhecimento dos conhecimentos de cuidado e cura preservados e transmitidos por mulheres indígenas amazônidas.

Palavras-chave: Saberes indígenas; Mulheres indígenas; Saúde e cura; Pluralidade epistemológica.

Relato de Pesquisa-ação: Valores ancestrais e a construção social e psíquica da juventude nos Terreiros

Fabiane dos Santos Cavalcante (LO), Luciele Carla de Lima (UFPE)

O projeto teve como objetivo compreender como se dá a construção social e psíquica da juventude a partir dos valores ancestrais presentes no terreiro, buscando captar como essa juventude é reconstruída a partir do contato com outra forma de organização social, bem como princípios e valores que tem suas raízes em África. Diante disso, a pesquisa seguiu com algumas questões norteadoras, sendo elas: De que forma a inserção de jovens negros nesses espaços altera a percepção de si e da sociedade? Dentro de uma estrutura social que nega a existência desse grupo, corroborando para a ideia de um não lugar, como o contato com a ancestralidade possibilita a construção de si enquanto sujeito negro com outra perspectiva, e quais perspectivas são essas?

A perseguição histórica marca o processo negro no Brasil, bem como todas as manifestações culturais, sociais, políticas e religiosas que possui raíz africana, com isso, colocar o terreiro não apenas enquanto espaço de cuidado espiritual, mas colocá-lo enquanto espaço de análise social e política e sua interferência direta na construção de jovens negros em outros pilares que são negados pelo ocidente, é demarcar o caráter revolucionário do terreiro, sendo ele a cisão dentro de um modo de vida que nega a existência negra. Além disso, fazer dos jovens o público alvo do estudo, é situá-los enquanto produtores de conhecimento, não constituindo um mero objeto de pesquisa. Por fim, a memória constitui um direito, tendo como base os valores ancestrais como tecnologia que altera as vivências raciais, é falar da nossa história enquanto povo, sendo uma forma de cultivá-la e possibilitar sua continuidade, construindo e reconstruindo nossa história e memória.

Segundo Muniz Sodré (1999, p. 170), "o terreiro é uma construção substitutiva destinada a preencher brechas da separação entre e escravizados e a terra de origem, mas como um núcleo reelaborador e criador de símbolos suscetíveis de exprimir uma experiência original do mundo desconhecido". Sendo assim, as comunidades de terreiro constituem formas de organização social contra-coloniais, que apesar do processo de colonização e os valores ocidentais serem colocados como o padrão a ser seguido e difundido, os territórios de origem negra permanecem criando uma ruptura dentro desse sistema.

Em uma sociedade de origem colonial, onde a raça esteve na base de sua formação, o racismo deu o tom da sua estruturação social e política, sendo ele um sistema de opressão e negação da existência negra e indígena, onde esses grupos são discriminados de forma sistemática e aniquilados. Isso explica por qual razão a juventude negra sofre um processo de extermínio, sendo a juventude que mais morre no Brasil. Do outro lado, jovens brancos, que carregam o privilégio simbólico da brancura (BENTO, 2002), onde a branquitude constitui um mecanismo de poder, sendo o branco visto como sujeito universal, não racializado. Dessa forma, como a identidade dessa juventude, que carrega consigo suas especificidades raciais e ocupam lugares opostos na estrutura social, será dada a partir do contato com os valores ancestrais?

Dialogando com o Estatuto da Juventude que prevê no princípio IV - o reconhecimento do jovem como sujeito de direitos universais, geracionais e singulares. Sendo considerado jovem o sujeito que esteja na faixa etária de 15 a 29 anos, a definição do público dessa pesquisa levou em consideração os atravessamentos históricos, raciais, geracionais que a juventude encontra-se inserida, sendo compreendida em suas particularidades, dialogando com o que o Estatuto da Juventude aponta. Aliado a isso, a realização da pesquisa corresponde ao Art. 4º, inciso I, deste estatuto, onde determina “a inclusão do jovem nos espaços públicos e comunitários, a partir da sua concepção de pessoa livre, responsável e digna de ocupar uma posição central nos processos políticos e sociais".

Diante dessa realidade social apresentada anteriormente e da inquietação dos pesquisadores, enquanto também constituintes de tal realidade, surgiu a ideia dessa pesquisa. O projeto foi realizado com jovens de diversos Terreiros, sendo parte deles iniciados e parte não. Foi a partir da vivência em terreiros que as inquietações surgiram e as conclusões preliminares foram sendo retiradas, dialogadas e analisadas em rodas de conversa cotidianas entre as pesquisadoras.

A abordagem utilizada nesta pesquisa foram vivências de Ecopsicologia, sendo ela o encontro entre a Psicologia e a Ecologia, tanto como ciência como movimento social. Ela explora nossos vínculos psicológicos com a natureza, revelando que nesses vínculos a dimensão biológica, a psíquica e a espiritual se interconectam.

A abordagem busca estender a área de investigação da Psicologia para além das relações inter e intrapessoais, abrangendo as nossas conexões psíquicas com o mundo natural, (elementos, seres e componentes que entendemos como natureza). Compreende as relações entre seres humanos e natureza, como elemento fundamental para a saúde psicológica e sustentação pessoal. (Roszak, 1992, p.19).

O foco central da Ecopsicologia são as relações do ser humano com a teia da vida. Essas relações são mediadas pela cultura e se dão para além do nível dos comportamentos observáveis, apesar destes serem parte fundamental. Incluem a subjetividade, na qual crenças, autopercepções, emoções, motivações, gratificações e conflitos cumprem parte fundamental do que se expressa em comportamentos ambientalmente funcionais ou disfuncionais. (CARVALHO, 2013, P.17).

Por meio de experiências como banho de floresta, contato consciente e interação com elementos naturais e outras ações, é possível provocar sensações e emoções que acessam processos de autoconhecimento, pertencimento e integração social. Através dessas vivências que se nutrem com saberes dos povos tradicionais, amplia-se nosso entendimento sobre quem somos nós e qual nosso papel no contexto o qual estamos inseridos. Dessa forma, pode perceber o diálogo direto entre os valores ancestrais e a ecopsicologia, e isso justifica-se o fato da proponente do projeto não ser iniciada em terreiros, mas participa das atividades enquanto visitante, percebendo nesses momentos a conexão e a potência de desenvolvimento de uma pesquisa-ação nesse espaço.

A pesquisa-ação foi o formato da pesquisa utilizada pois "é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação da realidade a ser investigada estão envolvidos de modo cooperativo e participativo" (THIOLLENT, 1985, p. 14). Desempenhando "um papel ativo na própria realidade dos fatos observados" (THIOLLENT; MICHEL, 2009, p.18)

Esse tipo de pesquisa dialoga de forma transversal a lógica de Exu, Orixá dono das encruzilhadas, a boca que tudo come, que movimenta e comunica "Exu lança os seres na capacidade de assumir suas presenças como respostas responsáveis que darão o tom do acabamento de suas existências. Nessa perspectiva, o mesmo se encarna como uma educação, assim qualquer noção que venha a negar a sua presença enquanto saber, é logo, contrária a mobilidade e a toda possibilidade de transformação" (RUFINO, 2018, p.76).

Com isso, a pesquisa-ação foi orientada por etapas que não seguem um padrão, sendo ela flexível a dinâmica da realidade e dos objetivos propostos, a metodologia consistiu nas seguintes etapas:

Fase exploratória: Escuta individual como elemento fundante de como se constitui o processo de vivências detalhadamente e como essas identidades se apresentam nesse primeiro contato, onde a elaboração de instrumentos para diagnóstico foi pensado a partir do que foi apresentado nesse primeiro contato. Bem como, o levantamento de dados individuais por meio de um questionário de perguntas e resultados qualitativos. Aliado a isso, o levantamento de referências teóricas que permitiram uma ação ainda mais qualificada e ética, possibilitando o constante processo de formação, partindo da perspectiva que teoria e prática dialogam, constituem uma unidade.

Saber formal e informal: Com a existência de diversas formas de saberes, diante do contexto de terreiro, teve o intuito de uniformizar a comunicação, de tal forma que os saberes se completam em sua diversidade e as respectivas potencialidades “há uma interação entre o saber prático e o teórico, que se funde na construção de novos conhecimentos. Busca-se a intercompreensão” (Grittem; Meier; Zagonel, 2008, p.767).

Plano de ação: Construção de vivências usando os valores ancestrais e a ecopsicologia de forma dialogada, como forma de entender como a construção das identidades raciais são construídas e reconstruídas a partir do contato com o terreiro, analisando seus impactos sociais, políticos e psíquicos na juventude de terreiro, bem como fortalecendo a sua autonomia, promovendo a participação social. Tendo como produto final a construção e divulgação do resultado da pesquisa para o público em geral.

Estrutura da execução:

Realização da inscrição de participação com formulário para levantamento de dados individuais iniciais; Escuta inicial individual;

Realização de 04 vivências ecopsicológicas para exploração interna, autoconhecimento e percepção emocional ativa;

Escuta final individual e acolhimento;

10 participantes de 18 a 29 anos de idade como público de amostra e intervenção direta;

Relato de impacto individual para exposição.

Local: Toka da Sé, localizado no Alto da Sé, Sítio Histórico de Olinda/PE. Um local com grandes marcas Ancestrais.

Rizoma do fazer saúde na roça: movimentos e processos de cuidado nas experiências cotidianas de vida em territórios rurais

Fábio José de Carvalho Brandão (UFMG), Cláudia Maria Filgueiras Penido (UFMG)

Em comunidades tradicionais e rurais, a produção de saberes e práticas está intimamente relacionada às experiências de vida. Território e sujeito produzem, a partir de experiências cotidianas de vida, significados sobre o cuidado e a saúde. Esta pesquisa surgiu a partir de questões levantadas no cotidiano de trabalho na Atenção Primária à Saúde (APS) em áreas rurais no interior de Minas Gerais. A pergunta de pesquisa foi: como se dá o cuidado à saúde nas experiências cotidianas de vida no território em uma localidade rural de Belo Vale, Minas Gerais? Com vistas a respondê-la, assumiu-se que cuidado e saúde possuem dimensões processuais e, por conseguinte, de produção subjetiva. O objetivo geral foi cartografar o cuidado à saúde nas experiências cotidianas de vida no território, com seus fluxos, linhas e conexões, em Massangano, localidade rural de Belo Vale, Minas Gerais. Os objetivos específicos foram: Mapear e acompanhar as linhas — as formas e os fluxos de forças — que compõem o cuidado à saúde no meio rural; Construir pistas sobre como os modos de vida e as concepções e práticas de saúde em territórios rurais compõem o cuidado à saúde em uma comunidade rural de Belo Vale; e rastrear, acompanhar e potencializar as linhas de fuga e intensidades criativas produzidas territorialmente a partir dos encontros múltiplos e heterogêneos que afirmam a saúde como uma potência de vida.

Trata-se de uma pesquisa-intervenção cartográfica, que incluiu oficinas e o diário de campo cartográfico como dispositivos de produção de dados. A pesquisa foi realizada em Massangano, localidade que fica a cerca de 17 quilômetros da sede do município de Belo Vale, e nela residem cerca de 30 pessoas, sendo 28 adultos, sua grande maioria idosa. Ela chama a atenção dos trabalhadores da APS que atendem a região pelo alto índice de consumo de medicações psicotrópicas, pela dificuldade de acesso de sua população ao centro urbano e aos serviços públicos, e pela escassez de atividades de lazer e trabalho.

Todos os 28 moradores adultos foram convidados a participarem da pesquisa, que foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais (CAAE: 76922523.0.0000.5149). Foram realizadas cinco oficinas. A primeira delas foi orientada pela pergunta-disparadora: como vivemos no lugar em que a gente mora? Posteriormente, foi realizada uma caminhada fotográfica pelo território. O segundo encontro teve como proposta-disparadora: vamos construir um mapa de Massangano? A terceira oficina foi construída a partir das seguintes perguntas-disparadoras: o que é saúde para vocês? Como vocês cuidam da saúde onde vivem e como acham que são cuidados? Por fim, na quarta oficina, o coletivo trabalhou a partir da pergunta: como vocês imaginam Massangano no futuro?

A análise deu visibilidade às relações e forças — duras, flexíveis e de fuga — que compõem os processos de produção de cuidado à saúde no território onde pesquisador e pesquisado estão imersos e produzem juntos dados e análises. Como desdobramento, foram produzidas quatro linhas de análise: (1) “É... aqui é tudo família”; (2) “Eu acho que a fé de Nossa Senhora da Conceição foi a herança”; (3) “Onde morar uma pessoa, tem que olhar”; e (4) “Eu planto até a batata que a gente come. Não quero comer veneno... isso é saúde”.

Acerca da primeira linha, foi possível mapear que as famílias, em seus processos de contação de história, cuidam de maneira intra e intergeracional e conseguem manter um determinado instituído cuidador e mantenedor de valores e costumes partilhados que, obviamente, estão sempre em negociação. Vê-se aqui modos de vida — as maneiras de as famílias se organizarem — que se fazem a partir de forças específicas — rígidas —, promovendo cuidado à saúde, que diz respeito à manutenção

comunitária e familiar. O companheirismo e a solidariedade também são forças que fazem parte dessas formas de cuidado comunitário e territorial.

Outra face de formas cristalizadas familiares, em aliança com forças religiosas, produzem um instituído patriarcal e machista por meio do casamento, que assujeita mulheres e promove descuidos à saúde. Falta de escuta e violência são mapeadas enquanto formas cristalizadas de descuidos. As próprias participantes, durante as oficinas, apontaram para fugas para esses tipos de violências, sendo uma delas o diálogo. O diálogo foi uma atividade valorizada nas oficinas de Saúde e Vida, sendo, portanto, potente, no sentido de produção de desvios cuidadores. Essa mesma estrutura familiar rígida, que viabiliza opressões, também permite fugas. Por meio do companheirismo entre mulheres de uma mesma família, fazendo uso dessa proximidade produzida por esse instituído familiar tão forte, e do uso do diálogo, é possível produzir modos outros de se viver, para além do matrimônio.

Em conexão intensa com a primeira linha, a segunda também funciona como um instituído que emoldura e orienta modos de vida na roça. A igreja é um centro essencial para a convivência e a manutenção das noções de pertencimento ao território, sendo presente em todo processo de fundação e construção comunitária, podendo se dizer aqui de um cuidado ao território e à comunidade viabilizado pelo instituído religioso. As relações religiosas compõem a fundação e a construção de Massangano, estando envolvidas na institucionalização de práticas de cuidado, produzindo singularidades no comportamento de quem cuida e também de quem é cuidado. São utilizados determinados recursos — a oração de Nossa Senhora da Conceição, a cinta, a água benta etc. — para a prática de cuidar do outro, que também crê e recebe esse cuidado. Escapando ao instituído, a religião se faz também como uma força capaz de criar um território existencial que conforta em meio a processos de desterritorializações, sustentando sujeitos em momentos de grandes desestabilizações causadas por mudanças ou decisões difíceis, como a de uma separação conjugal. O uso cotidiano da religião, ou seja, o uso instituinte desse instituído religioso, parece permitir produção de saídas mais flexíveis para a vida, produzindo bem estar e saúde.

Na terceira linha trabalha-se com processos relacionados à produção territorial e as forças em jogo, bem como as intensidades criativas produzidas nesses movimentos. Acompanhou-se uma composição aparentemente paradoxal de paz com desamparo que dominam esta localidade. A partir da perspectiva cartográfica, compreendeu-se não se tratar da presença de paz ou de desamparo, mas de paz e desamparo. A ideia de paz diz respeito à sensação de tranquilidade de se viver entre os seus neste território. Por outro lado, desamparo e isolamento são forças relacionadas à invisibilidade diante do poder público e da dificuldade de acessar serviços e circular pelo território, apontando para formas cristalizadas de incapacidade — e falta de interesse — dessa instituição em responder a demandas há anos solicitadas, como um posto de saúde, uma passarela, um asfaltamento e uma academia da cidade. Por outro lado, nos raros momentos em que os moradores são enxergados, eles são marcados como aqueles que vivem no tédio. Mesmo diante disso que está rígido, são experienciadas fugas: diante de condições materiais escassas e difíceis, os moradores construíram sua própria igreja e mantiveram e geriram sua própria barca para se transportarem.

Na última linha rastreados os processos que dominam a relação com a terra e os múltiplos outros seres que ali vivem. O ciclo de produção alimentar produz modos singulares e instituídos de cuidar, especificamente aqui do corpo, da terra e dos seres que ali habitam. Nos quintais, são produzidas conexões entre seres múltiplos — plantas, animais, elementos da natureza — que, ao longo do tempo, vão produzindo modos de cuidados, instituindo saberes a partir de fazeres nesses espaços onde a multiplicidade impera. Por mais que se reconheça que é preciso adquirir alimentos advindos de outros lugares, os quintais ainda continuam sendo lugar de produção de uma variedade deles, além de plantas para produção de chá e flores que embelezam a vida. Nos quintais, são produzidas subjetividades singulares que têm como base a experiência cotidiana de contato com a terra. Em seus

quintais, produzem um caleidoscópio de cuidado à saúde, provendo alimento, terapêuticas e beleza a partir de relações de cuidado que se amplificam para além do humano, incluindo uma multiplicidade de vidas.

Os movimentos de cuidado à saúde em Massangano se fazem a partir de agenciamentos diversos com a terra, a família e a fé, bem como com forças urbanas que ali atravessam. Se por um lado pensam e produzem cuidado a partir de instituídos (familiares e religiosos), por outro, em seus cotidianos, fazem usos instituintes e desviantes de forças instituídas, criando saídas e fugas que apontam para o aumento de potência de vida e, desse modo, de saúde. Espera-se que as produções realizadas nesses encontros entre pesquisador e participantes sejam potentes o suficiente para provocar questionamentos e reflexões no poder público, na academia e na sociedade, sobretudo no que se refere à territorialização de políticas públicas. Que as pistas produzidas a partir desta pesquisa no encontro com esses sujeitos possam cadenciar esses movimentos de travessia até territórios rurais e seus moradores, com prudência, respeitando as singularidades dos seus modos de vida e de produção de cuidado à saúde.

GT 31: POLÍTICAS PENAIS E DE SEGURANÇA EM DISPUTA: ENFRENTAMENTOS DA PSICOLOGIA SOCIAL JURÍDICA DIANTE DAS PRÁTICAS GENOCIDAS

Coordenação: Lisandra Espíndula Moreira (UFMG), João Paulo Roberti Junior (UFRR), Poliana de Oliveira Pinto (SENAPPEN)

A cor da verdade: uma análise racial das audiências nas varas de tóxicos

Vivane Martins Cunha (UFMG), Rosa da Costa Gato Neta (UFMG), Isadora Nataly Ribeiro de Souza Silva (UFMG)

Este trabalho propõe compartilhar reflexões decorrentes da pesquisa intitulada Cotidianos da Justiça: Periculosidade, racismo e desigualdades, realizada no campo da Psicologia Social Jurídica. Esta pesquisa tem como objetivo descrever e analisar os enunciados que compõem as decisões jurídicas, com atenção às construções de distinções entre sujeitos nas dinâmicas das audiências, a partir de noções de periculosidade, raça e desigualdade. A pesquisa adotou como metodologia a observação do cotidiano de aproximadamente 170 audiências de Instrução e Julgamento e de Custódia, realizadas entre outubro de 2022 e novembro de 2023. A entrada no campo foi mediada por autorização de juízes que permitiram a presença da equipe de pesquisa nos espaços das audiências das varas de Tóxicos, Organização Criminosa e Lavagem de Bens e Valores em uma capital do Sudeste do Brasil. As observações foram realizadas semanalmente por duplas ou trios de pesquisadoras(es), que, em conjunto, registravam informações e impressões sobre as dinâmicas de interação e os enunciados dos sujeitos nas audiências em um diário de campo. Pesquisar no cotidiano de instituições da justiça relaciona-se com a ideia de ampliar o olhar para além do plano formal, buscando observar as dinâmicas de hierarquia e poder que, em geral, não são captadas pela análise documental. Além disso, a interação das(os) pesquisadoras(os) no cotidiano do sistema de justiça — envolvendo juízes(as), promotores(as), defensores(as), réus(rés), vítimas e testemunhas — é fundamental para refletir sobre como os procedimentos, regras e ambientes jurídicos constituem subjetividades. Assim, a observação é uma rica ferramenta para a leitura das performatividades dos sujeitos que ocupam determinadas posições de poder, revelando arranjos e desigualdades estruturais reproduzidas nos sistemas de justiça (Sinhoretto, 2005; Alves, 2017; Freitas, 2017). Nas análises das cenas, dialogamos com as seguintes perguntas: Como a verdade é produzida? A verdade antecede o ato e reside na fala, na cor do corpo, ou no cargo público de quem diz? Para além do binarismo reducionista entre verdade e mentira, há um jogo que parece simples devido à sua previsibilidade, que se apresenta na reprodução massificada de falas e gestos em audiências, mas que opera na superfície de um campo complexo de manutenção de estruturas de poder e desigualdades. Assim, mais do que buscar respostas, procuramos, com essas perguntas, deslocar dos habituais enquadramentos institucionais que naturalizam reencenações coloniais (Kilomba, 2020), para que lancemos um olhar opositor (hooks, 1989/2019), que tensiona a relação saber-poder que permeiam o Sistema de Justiça Criminal. Selecionamos para esta discussão duas cenas de audiências para analisar as dinâmicas do racismo no cotidiano do Sistema de Justiça Criminal. A partir da contraposição entre duas imagens emblemáticas: a Bocca della Verità, figura quase humana, de pedra branca e com a boca aberta — símbolo que representa o poder de definir o que é ou não verdade —, e o retrato de Anastácia, produzido no século XIX e

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

resgatado por Grada Kilomba (2020) em Memórias da Plantação: Episódios de Racismo Cotidiano, cuja boca aparece amordaçada por uma máscara, refletimos sobre como o pacto da branquitude produz uma valoração desigual da palavra dita em audiência, relacionada ao cargo e à cor de quem enuncia. Desse modo, tomando como referência a análise episódica de Grada Kilomba (2020), articulamos as duas cenas das audiências a uma discussão teórica sobre racismo, branquitude, Sistema de Justiça Criminal e produção de verdade. Observamos, assim, quais corpos continuam a carregar o peso da máscara do silenciamento e quais são interpretados como detentores da verdade no Sistema de Justiça Criminal. Nas cenas das audiências selecionadas, mais do que as decisões judiciais, às quais nem sempre tivemos acesso, nos interessou observar como as falas não apenas dos(as) juízes(as), mas de todas as pessoas envolvidas, movimentam lógicas discriminatórias que produzem desigualdades raciais. Contudo, diferentemente da Bocca della Verità e, da mesma forma, dos(as) juízes(as), que julgam a produção da verdade pelo que é dito, consideramos que o silêncio também deve ser analisado. Contextos onde acontecem reencenações coloniais, como os reproduzidos em audiências, buscam dar outros formatos, na contemporaneidade, à máscara do silenciamento, que não apenas interdita ou desvaloriza a palavra dos(as) réus(rés), sobretudo quando se trata de negros(as) e pobres, e, por vezes, de suas testemunhas de defesa, mas também silencia que o racismo seja praticado nos cotidianos do Sistema de Justiça. Assim, os(as) juízes(as), que detém o poder de definir onde reside a verdade, tal como a Bocca della Verità, se posicionam como guardiões e paladinos da justiça, fazendo das prisões uma das principais medidas de eficiência de seu trabalho (Jesus, 2016). Isso tem gerado uma cumplicidade entre o trabalho dos(as) juízes(as) e das forças policiais, que muitas vezes resulta na adesão, ou até mesmo na transposição, do discurso policial para o âmbito judicial (Jesus & Cruz, 2022). Contudo, diferentemente da Bocca della Verità e, da mesma forma, dos(as) juízes(as), que julgam a produção da verdade pelo que é dito, consideramos que o silêncio também deve ser analisado.

Apartheid Eletrônico: população em situação de rua e monitoração eletrônica

Arthur Otávio Kowalski (PUCPR), Andressa Cristine Kister Kerniski (PUCPR)

No Brasil, a monitoração eletrônica foi legalmente instituída em 2010 pela Lei nº 12.258, que alterou a Lei de Execução Penal (LEP) nº 7.210/84. Essa lei permitiu o uso do monitoramento eletrônico em duas situações específicas: durante saídas temporárias de pessoas em regime semiaberto e no cumprimento de pena em prisão domiciliar. Posteriormente, em mais uma adição a LEP, a lei nº 12.403/2011 coloca a monitoração eletrônica enquanto medida cautelar diversa da prisão. Essa medida de cumprimento de pena tem como objetivo restringir a movimentação e monitorar a pessoa, a fim de garantir que não esteja cometendo violações ou incidentes. Entende-se por incidentes situações que interferem no adequado cumprimento da medida, como violações de área de inclusão e exclusão, não recolher-se a domicílio dentro do horário determinado, deixar a bateria da tornozeleira acabar ou, a danificação ou rompimento do equipamento de monitoração (Brasil, 2020a).

A Lei Nº 12.258, preconiza que a pessoa a ser monitorada deve ser instruída acerca dos cuidados que deverá adotar com a tornozeleira eletrônica, correspondendo aos deveres de receber as visitas do servidor responsável pela monitoração, bem como responder os contatos e cumprir as orientações. Ainda, o cumpridor de medida deve, no inciso segundo: "abster-se de remover, de violar, de modificar, de danificar de qualquer forma o dispositivo de monitoração eletrônica ou de permitir que outrem o faça". O não cumprimento dessas orientações pode acarretar na regressão ao regime fechado.

Em geral, conforme o documento "Monitoração Eletrônica de Pessoas: Informativo para a Rede de Políticas de Proteção Social" (Brasil, 2020b, p. 21), a população em regime semiaberto monitorada eletronicamente se apresenta em: "precárias condições de saúde física e mental; desnutridas e sem acesso à alimentação adequada; vivendo em situação de rua e desprovidas de seus documentos; e sem acesso a meios lícitos de geração de renda (...)". Tomando como foco essa sinalização, todas as determinações citadas se agravam: se a medida de monitoração eletrônica possui a delimitação de áreas, horários e precisa ser carregada em fonte elétrica diariamente, ela é incompatível com a situação de rua.

Conforme os documentos oficiais (Brasil, 2020a), a medida de monitoração não deve ser aplicada a pessoas que estão em situação de rua. Contudo, há uma dificuldade no que se refere ao judiciário e a determinação da medida sem antes avaliar os contextos psicossociais, perpetuando o modelo de encarceramento em massa, a criminalização da pobreza e o pensamento manicolonial higienista, já que ao não conseguir cumprir a medida, a pessoa em situação de rua pode retornar ao meio fechado. Nesse sentido, o sistema penal atua diretamente na segmentação contínua dos mais vulneráveis, como uma porta-giratória, decidindo sobre quem vive em liberdade e quem não.

Dado esse cenário, de que maneira a psicologia pode contribuir no combate a esses processos de institucionalização? Estar atrelados a um projeto de extensão que atua dentro de um equipamento de atendimento à pessoa monitorada, proporciona vivências que evidenciam a importância da categoria profissional na sensibilização da equipe e na articulação em rede de políticas públicas e de proteção, pois é pela via do encaminhamento que o equipamento promove a emancipação. Essa articulação e inclusão social é feita pela equipe multidisciplinar do equipamento (psicologia, serviço social e direito), devendo a essa equipe atuar no acolhimento dessa população, que apresenta quadros acentuados de vulnerabilidades sociais, como uso abusivo de substâncias psicoativas, vínculos familiares rompidos,

problemas de saúde e outros. Sempre respeitando os atravessamentos políticos, históricos, sociais e econômicos, já que o encarcerado é o jovem, preto ou pardo, com baixa escolaridade e pobre (Brasil, 2021). Respaldada pelos documentos oficiais, a equipe multiprofissional pode propor aos juízes, em documento de informação técnica, a substituição da monitoração eletrônica como medida de cumprimento de pena, quando a análise psicossocial evidência impeditivos para a devida continuidade da medida, como a população em situação de rua (Brasil, 2020a).

Além de a psicologia fazer parte desse processo, é importante pontuar que a profissão tem condições de trabalhar no enfrentamento às práticas violentas com vistas nas formas de subjetivação que a monitoração eletrônica promove, como também no enfrentamento ao discurso enquadrado aos ideais da vigilância e punição, que é muito comum dentro de um equipamento compartilhado com policiais penais (Colovini, 2014). É um trabalho constante a sensibilização com a equipe de que as pessoas monitoradas em situação de rua já são indivíduos marcados por vulnerabilidades antes mesmo da aplicação das medidas, e que são alvos de uma seletividade que já se inicia com a abordagem policial violenta, que é ampliada com o uso do dispositivo de monitoração, perpetuando uma cultura genocida. São comuns no equipamento os relatos de abordagem com violência policial e rompimento proposital da tornozeleira, que caracteriza-se pela violação de nível mais grave, que pode culminar na regressão do regime.

A estrutura social brasileira é profundamente marcada pelo racismo, que atua como base para a consolidação dessas políticas punitivistas. Dessa maneira, a criminalização da pobreza e o encarceramento seletivo tornam-se estratégias recorrentes (Araújo, 2023). Em uma sociedade com valores morais repressivos, a condenação de símbolos vinculados ao cárcere promove a exclusão, sendo a tornozeleira uma etiqueta que estampa um corpo já marcado: o homem preto e pobre. Além disso, o sujeito que está usando o dispositivo de monitoração está em uma liminaridade: não está preso nem livre, vivendo um processo cada vez mais intenso de marginalização, daí a pertinência do conhecimento sobre esses equipamentos de atendimento (Colovini, 2014). O paradigma higienista da política penal se revela como uma verdadeira política da morte, que exclui sistematicamente a população em situação de rua, em prol de um ideal de segurança.

Torna-se pertinente pontuar que a população em situação de rua já é marcada por processos de institucionalização, e a monitoração eletrônica é mais um instrumento que fomenta esses processos. Com a atual conjuntura sociopolítica que promove uma guinada em direção ao desmantelamento da rede de políticas públicas, e a ascensão do pensamento higienista e do conservadorismo, a atuação multiprofissional, e sobretudo, a psicologia, precisa atuar em combate a institucionalização e a docilização dos corpos das pessoas sob monitoração eletrônica, ao invés de usar os saberes da profissão em prol da lógica de controle (Araújo, 2023; Silva, Oliveira e Albuquerque, 2025).

Finalizando, a psicologia, nesse contexto, não somente precisa promover o acesso aos direitos pelos encaminhamentos, mas agir em prol da justiça social e análise dos fatores que contribuíram para a manutenção da criminalidade, enfrentamento das práticas segmentadoras e estigmatizantes, propiciando uma análise institucional dos locais de acolhimento à pessoa monitorada. A atuação deve considerar que essa pessoa já está sendo julgada por seus atos no cumprimento de pena, não cabendo aos trabalhadores reforçarem essa punição pelo julgamento e negação de direitos.

É observado, no cotidiano da extensão, que a individualização da pena não é deixar que a pessoa se responsabilize sozinha, mas garantir que ela seja assistida em suas necessidades, principalmente pela via do sistema público de proteção social, do qual é percebido ainda um despreparo para o recebimento dessas pessoas.

Esse relato se associa ao GT pois promove a discussão sobre a violência institucional do sistema prisional sobre os corpos vulnerabilizados, atuando diretamente nos modos de sobrevivência de uma população, que é aniquilada em virtude da manutenção desse sistema. E por outra via, se associa ao GT na medida que propõe que a psicologia, enquanto compromisso ético-político, se inserida nesses equipamentos de atendimento, pode promover intervenções relevantes ao tensionar as políticas penais e contribuir para a ampliação e fortalecimento do significado social que a profissão possui, refletindo constantemente sobre os contextos sociais, institucionais e da desvelação dos poderes instituídos. Resgatando os determinantes sociais e históricos que estão presentes no país para o combate às práticas higienistas e genocidas (CFP, 2005).

ARAÚJO, E.. Racismo e proibicionismo: Um retorno ao pensamento social do negro no Brasil. Revista Katálysis, v. 26, n. 3, p. 426–435, set. 2023.

BRASIL. LEI Nº 12.258, DE 15 DE JUNHO DE 2010. Brasília. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12258.htm#art2>.

BRASIL. Monitoração eletrônica criminal [recurso eletrônico] : evidências e leituras sobre a política no Brasil. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

BRASIL. Modelo de gestão para monitoração eletrônica de pessoas [recurso eletrônico] / Departamento Penitenciário Nacional, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2020a.

BRASIL. Monitoração eletrônica de pessoas [recurso eletrônico]: Informativo para a Rede de Políticas de Proteção Social. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2020b.

COLOVINI, C. E. Sistema Prisional: do Panóptico a Virtualização do Cárcere. 2014. Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Dissertação de pós graduação.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Código de Ética Profissional do Psicólogo, Resolução n.º 10/05, CFP. 2005.

SILVA, L. B. DA .; OLIVEIRA, R. G. DE .; ALBUQUERQUE, M. V. DE .. Direitos humanos e pessoas em situação de rua: reflexões a partir do lastro de um Brasil escravista. Saúde e Sociedade, v. 34, n. 1, p. e240622pt, 2025.

Códigos da criminalidade ou da criminalização? performances de jovens negros periféricos judicializadas

Lisandra Espíndula Moreira (UFMG), Joyce Stefanny Jerônimo (UFMG), Poliana de Oliveira Pinto (Senappen)

"O promotor afirmou que eles [os réus] utilizam alguns códigos que caracterizam o tráfico de drogas, utilizando como exemplo o cabelo platinado, os riscos na sobrancelha, o uso de 'jaquetões', e 'a forma de falar'. Uma das pesquisadoras questiona se esses são símbolos exclusivos do tráfico, e o promotor afirma que sim, exemplificando novamente sobre os riscos na sobrancelha e afirmando que três riscos significam que não tem medo de polícia" (Diário de Campo, 2023). Temos como objetivo neste trabalho problematizar de que modo questões interseccionais sobre raça, juventude e cultura periférica se apresentam como códigos diferenciadores no espaço da justiça criminal. Tratamos neste trabalho de uma das categorias de análise produzidas numa pesquisa que acompanhou mais de 170 audiências criminais numa capital do sudeste desde 2023. Foram acompanhadas audiências de custódia e de instrução. Assim, registramos nos diários de campo as percepções atentando para as construções de distinções entre sujeitos e as formas de diferenciações em relação à raça, periculosidade e desigualdades. Nosso interesse não se restringia à formalidade do que era dito durante as audiências, mas também no cotidiano entre cada audiência, na circulação das pessoas, em conversas tidas como banais. Discursos sobre raça, território e cultura, foram falas recorrentes dentro das audiências. A análise do fato e das circunstâncias da prisão, passa pela definição do réu/ré e da construção de quem é essa pessoa. Essa análise aparece nas audiências de instrução, mas especialmente nas audiências de custódia, onde se avalia possibilidade de responder em liberdade. Foi utilizada como estratégia metodológica a pesquisa no cotidiano jurídico e a análise foi inspirada na análise episódica de Grada Kilomba (2019). Assim, nos interessou colocar em questão esses episódios e compreender de que forma a performance dos réus na intersecção entre juventude, raça, classe, aqui atrelada à cultura periférica serve como código de confirmação para enquadre criminal do tráfico. A suspeição colada a corpos negros desvela a articulação institucional entre diferentes mecanismos de controle que buscam a manutenção da branquitude. O pacto da branquitude possui componente narcísico, de autopreservação, como se pessoas negras a todo momento fossem ameaçar aquilo que é tido como normal e universal (Bento, 2022). A negritude, a pobreza, a juventude, a favela e a periferia são elementos que nas intersecções apontam fronteiras, conflitos e interpelações desses sujeitos com a cidade, com o Estado e com a história. A filtragem racial inicia na abordagem policial, especialmente em contextos onde a identificação racial é usada como justificativa para a ação policial (Barros, 2008). Entretanto, a filtragem não se encerra na atuação da polícia (Alves e Moreira, 2022). Mesmo diante de situações de abordagens direcionadas sem investigação prévia ou suspeita fundamentada, os procedimentos não foram questionados na instância jurídica. A pactuação entre segurança e justiça consolida as práticas de filtragem racial, marginalizando e perpetuando desigualdades raciais. Nesse sentido, a questão mais relevante é que nesses movimentos analisados na cena não é a análise da relação desses códigos com questões criminais específicas no sentido daquilo que aparece no sujeito, mas a possibilidade de analisar as próprias formas de enquadre e criminalização que operam no espaço das audiências criminais. Ou seja, tem menos relação com a investigação e análise de algum ato como crime e mais relação com a engrenagem que direciona a suspeição para uma performance interseccional em relação a esses marcadores de diferença e desigualdade. A recente prisão do MC Poze do Rodo, figura proeminente do funk carioca, é exemplar para entender essa engrenagem de enquadramento criminal que atravessa corpos negros e

práticas culturais da juventude periférica. A forma como sua imagem pública — forjada no funk, na ostentação e em símbolos estéticos periféricos — foi mobilizada para reforçar suspeições, revela a continuidade da lógica de criminalização que discutimos ao longo deste trabalho. Ainda que Poze seja uma figura conhecida, com recursos e visibilidade, sua detenção ilustra como o aparato penal opera mesmo sobre sujeitos com capital simbólico, quando estes encarnam aquilo que o pacto da branquitude insiste em manter à margem: a juventude negra, periférica, irreverente e resistente. A criminalização do funk, enquanto linguagem cultural e política, se entrelaça com essa lógica seletiva e revela que os "códigos" mencionados na cena inicial — a forma de vestir, de falar ou de performar — não são apenas lidos como estética, mas como ameaça. Assim, a prisão de MC Poze não é um caso isolado, mas sintoma de um sistema que transforma identidade em evidência, cultura em crime e expressão em prova. Esse movimento fica ainda mais evidente quando contrastado com o tratamento dado a figuras públicas como o humorista Léo Lins. Conhecido por piadas marcadas por racismo, capacitismo e preconceito, Léo Lins teve seu material investigado por incitação ao ódio, mas recebeu ampla defesa em nome da liberdade de expressão, inclusive por setores da mídia e figuras do judiciário. A forma como seu discurso foi enquadrado juridicamente — como sátira ou provocação artística — revela como a branquitude goza de uma presunção de legitimidade, mesmo quando seus atos incidem diretamente sobre grupos vulnerabilizados. Enquanto MC Poze tem sua estética, origem e linguagem cultural reinterpretadas como "prova" de associação ao crime, Léo Lins é resguardado por uma estrutura simbólica que dissocia seu discurso dos efeitos sociais que ele produz. Essa diferença de tratamento não é acidental, mas estrutural: reflete um sistema penal que não apenas criminaliza atos, mas sobretudo identidades. Os "códigos" que são lidos como indício de periculosidade em corpos negros — como cabelo platinado, gírias, ou jaquetas — não seriam jamais utilizados como justificativa para enquadrar jovens brancos de classe média. O caso de MC Poze, articulado à seletividade que poupa figuras como Léo Lins, reforça a tese de que o que está em jogo nas audiências não é apenas a apuração de crimes, mas a manutenção de hierarquias raciais e culturais. Diante disso, é urgente promover práticas judiciais com perspectiva interseccional, antirracista e capaz de considerar e questionar as hierarquias de poder subjacentes às decisões e aos processos (CNJ, 2024). A criminalização de MC Poze, em contraste com o tratamento institucional concedido a Léo Lins, evidencia como o sistema de justiça opera de forma seletiva, reforçando estruturas históricas de desigualdade racial e cultural. A leitura enviesada de códigos estéticos e culturais periféricos como indícios criminais, enquanto expressões explicitamente ofensivas proferidas por sujeitos brancos são relativizadas sob o manto da liberdade de expressão, explicita a manutenção de um pacto institucional em torno da branquitude. Essa reestruturação do judiciário, portanto, exige mais do que medidas pontuais: requer a desconstrução da branquitude como norma neutra, a incorporação de formações contínuas sobre letramento racial e de gênero para operadores do direito, e, sobretudo, o reconhecimento da diversidade de corpos, vivências e contextos sociais como legítimos no espaço jurídico. Só assim será possível deslocar o foco do controle social para a garantia de direitos.

Alves, J. S., & Moreira, L. E.. (2022). Enquadro e banco dos réus: racismo e sistema de Justiça. Psicologia & Sociedade, 34. https://doi.org/10.1590/1807-0310/2022v34256057

Barros, G. da S. (2008). Filtragem racial: A cor na seleção do suspeito. Revista Brasileira de Segurança Pública, 2(1), 134–155. https://doi.org/10.31060/rbsp.2008.v2.n1.31

Bento, C. (2022). O pacto da branquitude. Companhia das Letras.

Conselho Nacional de Justiça. (2024). Protocolo para julgamento com perspectiva racial. https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2024/11/protocolo-para-julgamento-com-perspectiva-racial-1.pdf

Kilomba, G. (2019). Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano. Editora Cobogó.

Desafios e implicações na formação em Psicologia Jurídica: uma análise das ementas da disciplina

Fausta Gonçalves de Moura (UFCG), Juliane Dominoni Gomes de Oliveira (UFCG - Universidade Federal de Campina Grande)

O presente trabalho apresenta resultados parciais de pesquisa sobre as ementas da disciplina de Psicologia Jurídica, dos cursos de graduação de Psicologia, em Instituições de Ensino Superior (IES) públicas. O intuito foi compreender como a componente curricular está sendo projetada e ministrada em âmbito nacional. Fundamenta-se na perspectiva crítica da Psicologia Social Jurídica, a qual compreende que a prática psicológica no Sistema de Justiça não se restringe à realização de perícias, psicodiagnósticos ou de aplicação de testes. Deve abranger práticas interventivas capazes de contribuir para a consolidação dos direitos humanos e da cidadania. Entende-se como imprescindível uma formação que desconstrua o imaginário tradicional e hegemônico da prática psicológica no âmbito jurídico restrita à elaboração de documentos para basear a sentença do magistrado. É necessária uma formação que permita a análise das injustiças e de outras maneiras de fazer justiça, que atue de modo incisivo na desconstrução das lógicas punitivas e na busca por práticas orientadas pela justiça social e pelos direitos humanos. Que permita um ambiente de reflexão crítica acerca das políticas penais e do sistema de justiça, problematizando suas conexões com práticas de controle, repressão e produção de subjetividades. Os conhecimentos relacionados à interface entre a Psicologia e o Direito são imprescindíveis para todos os profissionais da categoria, devido a expansão dos campos de atuação da Psicologia Jurídica no país e que psicólogos inseridos noutras áreas, sobretudo a clínica, estão sendo convocados a redigir documentos que sirvam como provas no contexto judiciário. A pesquisa converge com a temática do Grupo de Trabalho (GT) proposto, por fomentar mudanças na disciplina de Psicologia Jurídica, que possibilite uma formação articulada com as políticas socioassistenciais e de proteção de direitos. Que debata e faça frente aos impactos das políticas e práticas de controle e repressão na organização social, nos mecanismos de poder e na reprodução das desigualdades estruturais. Tal como outorga as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), de 2023, os cursos de graduação em Psicologia no Brasil devem assegurar uma formação que viabilize o desenvolvimento das habilidades necessárias para atuação crítica, empática e compromissada com as demandas sociais nos distintos contextos de trabalho passíveis de inserção profissional. De acordo com os dados do Cadastro E-MEC, há um total de 1341 cursos de graduação em Psicologia em atividade no Brasil, dos quais apenas 8,05% são ofertados por instituições públicas. A região Sudeste concentra a maioria dos cursos 59,7%, seguida pelo Nordeste 23,5%, o Sul 17,8%, o Centro-Oeste 11,2% e o Norte 7,6%. Conforme o CensoPsi, realizado pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), em 2022, 5,7% dos psicólogos brasileiros, que estão inseridos no mercado de trabalho, exercem atividades no campo jurídico. Sendo que o Norte apresenta maior percentual de atuação da Psicologia Jurídica, 9,8%, ainda que, tal qual supracitado, a referida região possua a menor quantidade de cursos de Psicologia. Por outro lado, o Sudeste, apesar de abrigar a maior parcela dos cursos, compreende a segunda região com menor índice de presença da sobredita área especializada no Brasil,4,9%, ultrapassando apenas o Nordeste, com 4,7%. O CensoPsi 2022 demonstra que 7,9% dos profissionais que se graduaram em IES públicas exercem atividades no âmbito jurídico. Em contrapartida, ainda que os cursos privados representem mais de 90% do total da formação de psicólogos no país, apenas 4,7% dos psicólogos que se graduaram em instituições privadas atuam na Psicologia Jurídica. Portanto, optou-se por

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

utilizar este critério para selecionar as instituições analisadas no estudo. Trata-se de uma pesquisa qualitativa descritiva documental, através do levantamento e análise dos ementários da disciplina, e de campo, a partir de entrevistas com docentes, que visam entender como ocorre o ensino da disciplina na prática. O ementário constitui uma projeção, já que, geralmente, este não é elaborado pelo docente que ministra a disciplina. O ensino dos componentes curriculares, muitas vezes, acaba não sendo fidedigno às ementas, tendo em vista que a Constituição Federal de 1988, assegura a Liberdade de Cátedra, que garante ao professor a autonomia na escolha das metodologias de ensino e dos conteúdos ministrados. Para o levantamento dos cursos de Psicologia em atividade no Brasil utilizou-se a base de dados do Cadastro E-MEC, através da consulta avançada no Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior. Quanto à delimitação da amostra, buscou-se os cursos das instituições públicas federais, estaduais e municipais. Os Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) e/ou da matriz curricular dos cursos foram adquiridos nos sites oficiais das instituições. Quando os documentos não estavam disponíveis, solicitamos às instituições por meio de seus canais de comunicação. A análise dos documentos está sendo realizada através do conteúdo e os dados estão sendo distribuídos em categorias de análise, que estão sendo definidas a posteriori. Constatou-se que 59,25% dos cursos públicos de graduação em Psicologia do Brasil apresentam o componente curricular Psicologia Jurídica em sua grade curricular. As universidades federais possuem maior percentual, 63%, as estaduais 55%, e as municipais 50%. A região Norte apresenta maior percentual de cursos que oferecem o componente curricular de Psicologia Jurídica, 75%, seguida pelo Nordeste com 67,85%, o Centro-Oeste com 61,9%, o Sul com 53,84%, e o Sudeste com 50%. Das 64 disciplinas de Psicologia Jurídica ou equivalentes que foram identificadas na pesquisa, 58% são optativas e 42% são obrigatórias, 56% não exige pré-requisito para matrícula e 33% não informa. Apenas 11% exige pré-requisito, a saber: Teorias e Práticas em Psicologia Social II; Avaliação Psicológica I; Psicologia Social; Psicologia Social II; Psicopatologia I; e Estágio Básico. A exigência da disciplina de Psicopatologia e de Avaliação Psicológica como pré-requisito em determinadas instituições, permite inferir que, apesar dos avanços, ainda há a subsistência do entendimento tradicional de que a atribuição do psicólogo nos Sistemas de Justiça é a produção de documentos com vistas a subsidiar sentenças jurídicas. Há variedade de títulos para a disciplina, tais como: Tópicos em Psicologia Jurídica; Psicologia Jurídica e Criminologia; Psicologia Forense e Jurídica; Psicologia Judiciária; Psicologia Jurídica: Perspectivas Críticas; Psicologia e Instituições de Direito; O Campo Psi-jurídico: Uma Perspectiva Transversalista; Psicologia e Formas Jurídicas; Psicologia e Justiça; Psicologia Jurídica, Forense e Judiciária, dentre outros. No que tange à análise dos conteúdos programáticos, constatou-se que a análise crítica da atuação do Psicólogo nos Sistemas de Justiça é prevista em 14, bem como que discussões relativas aos Direitos Humanos e aos aspectos éticos da atuação profissional se fazem presentes em 17. Identificou-se tópicos relacionados à Psicopatologia em 4, à avaliação psicológica no contexto judiciário em 14, à elaboração de documentos (relatórios, laudos e pareceres psicológicos) em 11, e à realização de perícias e produção de provas periciais em 8. Estudos no que concerne à Psicologia do Testemunho foram previstos em 4, à Psicologia Jurídica Policial/Militar em 1 e à Psicologia Criminal em 8. Além disso, 8 preconizam o ensino de métodos para investigar e conhecer a verdade judicial na esfera forense. Acerca de métodos alternativos na resolução de conflitos (mediação e justiça restaurativa) foram observados em 13. Sobre os campos de atuação, a Vara de Infância e Juventude se fez presente em 25, a Vara de Família em 25 e a atuação nos Sistemas Penitenciários em 18. 2 ementas citaram os direitos trabalhistas, 5 os direitos dos Idosos e 5 apresentaram conteúdos acerca da violência doméstica ou de gênero. Verifica-se que, ainda, há uma perspectiva tradicional da Psicologia Jurídica em vários cursos, os

quais parecem compreender que a função do profissional de Psicologia, neste contexto, é de perito por excelência. Logo, entende-se que é de suma importância que os cursos de Psicologia fomentem uma perspectiva crítica à demanda do Sistema de Justiça de que a prática psicológica tenha uma suposta neutralidade científica, alheia aos determinantes históricos, psicossociais e políticos. Nota-se, que apesar da expansão do campo da Psicologia Jurídica nas últimas décadas, tal disciplina não compõe a matriz curricular de uma parcela significativa, 35,1% dos cursos de graduação em Psicologia do país. Logo, deve-se refletir acerca dos impactos dessa realidade para a qualidade da formação dos profissionais, uma vez que a interface entre a Psicologia e o Direito ultrapassou os limites do ambiente judiciário. É essencial que o discente detenha uma base teórica prévia acerca dos temas emergentes relacionados à área. Constata-se que ⅔ das disciplinas são ofertadas na categoria de eletiva, o que demonstra que a componente curricular não é reconhecida como imprescindível à formação dos alunos. Portanto, aponta-se como desafio a atualização do currículo de tais cursos, a fim de fomentar uma formação crítica e efetiva, articulada com lutas por direitos humanos e justiça, no que tange às temáticas relacionadas à referida área. Como instituído pela DCN, as instituições de graduação em Psicologia precisam fomentar uma formação que possibilite uma atuação ética e contextualizada nas diferentes áreas de atuação da profissão, de modo que a prática profissional esteja em consonância com as necessidades sociais concretas, rompendo com as relações de opressão, normatização e dominação instituídas.

Grupos de discussão de letras de RAP em penitenciárias do Rio Grande do Sul

Lucas Brasil Cury (Susepe - Polícia Penal RS)

Nesse trabalho compartilhamos algumas reflexões suscitadas no autor pelas atividades desenvolvidas em duas penitenciárias do Rio Grande do Sul: na Penitenciária Estadual de Charqueadas (PEC 1) e na Penitenciária Estadual Feminina de Guaíba (PEFG). Particularmente, pelos grupos de discussão de letras de RAP realizados com as pessoas privadas de liberdade naqueles estabelecimentos.

Utilizando principalmente letras de músicas do rapper paulista Eduardo Taddeo - que também foram objeto do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do autor - propõe-se discutir com as pessoas presas uma ampla gama de questões sociais vinculadas ao processo de aprisionamento, como a pobreza e a desigualdade social, o desemprego, os próprios sistemas prisional e socioeducativo, o racismo, o machismo, a violência nas periferias e favelas, dentre tantas outras. Se levarmos em conta que o gênero musical RAP (ritmo e poesia, na sigla em inglês) difunde estas importantes discussões, atuando como promotor de conscientização política na sociedade como um todo, podemos notar que seu potencial de mobilização pode ser ainda maior nas prisões, já que se trata de um dos gêneros musicais que mais aborda as questões relacionadas à pobreza, à violência e à criminalidade.

O projeto tem como objetivo geral promover a politização e o senso crítico das pessoas presas, através da discussão de letras de músicas que contextualizam e problematizam as questões sociais associadas à criminalidade, expandindo as reflexões a respeito desta mazela social para além das sanções penais. Dentre os objetivos específicos deste projeto podemos indicar a promoção de formação crítica das(os) participantes; a oferta de atendimento grupal periódico; a difusão do acesso aos serviços de Psicologia – Tratamento Penal – da penitenciária; a utilização da Cultura como dispositivo de promoção de politização da massa carcerária; a redução dos índices de reincidência, através de reflexões a respeito dos efeitos do envolvimento com atividades criminosas; valorização da cultura negra, fortalecendo a identidade étnica no ambiente prisional.

Talvez se possa dizer que a atividade proposta tem um caráter híbrido, podendo ser caracterizada como sendo musical, obviamente, mas também como atividade literária, ou seja, é uma atividade essencialmente de promoção cultural. Além disto, considerando que é esperado que os temas tratados nas músicas possam trazer à tona questões pessoais das(os) participantes, fica evidente também seu potencial terapêutico.

Outro importante ponto a ser considerado é que a participação no projeto poderia ser computada para fins de remição da pena através de Práticas Sociais Educativas Não Escolares, de forma que a atividade proposta consistiria em mais uma importante iniciativa no sentido de promover o desencarceramento. Ademais, o grupo também contempla os princípios constantes na Lei de Execuções Penais (LEP), que assegura às pessoas privadas de liberdade o direito de acesso à Cultura e demais atividades intelectuais.

Espera-se que a participação no grupo possa ser um elemento que contribua para um menor índice de reincidência (o que, apesar das críticas ao termo, costuma-se referir através da expressão “ressocialização”). Isto porque em um grande número de letras aparece tanto a ideia do crime como uma "armadilha do sistema", quanto a defesa da Educação como único caminho capaz de levar a uma vida melhor - também em termos materiais, mas principalmente em relação à possibilidade de estar próximo à família, desfrutando a vida em liberdade. Como nos mostra o caso do rapper Dexter, que construiu sua

carreira enquanto estava preso na Cadeia Pública de São Paulo (Carandirú), o RAP pode inclusive representar uma alternativa de emprego e renda para a vida após o cárcere

Como outra função importante desempenhada pelos grupos, temos o efeito terapêutico de falar, narrar suas histórias. Como em grande parte das letras discutidas o cenário apresentado é semelhante àquele vivido pela maioria da massa carcerária, espera-se que os debates ocorridos durante os grupos possam também mobilizar questões pessoais das pessoas presas. Neste sentido, ao promover um espaço de fala e escuta, o grupo também atuaria como importante elemento de promoção de saúde, em sintonia com os princípios da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP).

Em termos metodológicos, a atividade contemplada nesse projeto consiste em encontros grupais semanais em que letras de músicas são selecionadas, escutadas e discutidas, destacando-se os temas sociais ilustrados. Neste sentido, participantes são convidadas(os) a refletir a respeito dos fatores que contribuem para a desigualdade social, o racismo, a guerra às drogas, a criminalização da pobreza, assim como a respeito de suas consequências.

Em relação aos resultados do projeto, na Penitenciária Estadual de Charqueadas (PEC 1), o grupo conduzido pelo autor teve 14 encontros, com 71 presenças, entre os meses de março e agosto do ano de 2024. Após a transferência do local de meu local de trabalho, o Grupo "Vozes Periféricas" seguiu, passando a ser conduzido por outras colegas, uma psicóloga e uma assistente social.

Já na Penitenciária Estadual Feminina de Guaíba (PEFG), estão ocorrendo dois grupos, com mulheres privadas de liberdade alojadas em duas galerias da penitenciária. Lá, desde novembro de 2024, ocorreram 12 encontros com a galeria C, em que houve 77 presenças. Já com as mulheres alojadas na galeria B, foram 8 encontros, com 98 presenças.

Juventudes, Cuidado e Resistência: Racismo e Saúde Mental no Sistema Socioeducativo de Roraima

Mariana Luiza Evangelista Pereira (UFRR), Endrio Gabriel da Silva (UFRR), Thaís Cristina Bispo Oliveira (UFRR), Hellen Pereira Rodrigues (UFRR), João Paulo Roberti Junior (UFRR)

A criança e o adolescente são reconhecidos como sujeitos plenos de direitos, sendo essencial a proteção e a garantia desses direitos para assegurar seu desenvolvimento integral e respeitar sua dignidade, tendo esses direitos resguardados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído pela lei 8.069/90. Partindo do princípio de que um adolescente em conflito com a lei também está amparado na concepção de que crianças e adolescentes possuem direitos universalmente reconhecidos, o ECA prevê para esses jovens normas e medidas socioeducativas, quando se trata de atos infracionais. Entretanto, é alarmante constatar que, apesar do robusto arcabouço jurídico, na prática muitos direitos ainda são desrespeitados, com casos de negligência e violação ocorrendo em larga escala e frequentemente subnotificados (ROBERTI JUNIOR, 2012). Dessa forma, o trabalho do psicólogo dentro de instituições socioeducativas, que, segundo o CFP, baseia-se na liberdade, igualdade e dignidade, é essencial para garantir que os adolescentes tenham sua integridade preservada, além de uma reintegração na sociedade e um ambiente que favoreça seu autoconhecimento. O projeto de extensão "(Priv)Ação & Liberdade", desenvolvido no Centro Socioeducativo (CSE) Homero De Souza Cruz Filho, em Boa Vista - RR, segue as diretrizes da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei (PNAISARI), destacando o papel fundamental da Psicologia na promoção de um tratamento que respeite e valorize a dignidade humana em todos os seus aspectos. O objetivo central dessas atividades extensionistas é promover o desenvolvimento pessoal, social e emocional de adolescentes em regime de internação compulsória, contribuindo para a reintegração, construindo habilidades que favoreçam a prevenção da reincidência em atos infracionais e proporcionando cuidados, atenção e suportes necessários para a constituição de novos projetos de vida. Nesse contexto, o presente trabalho visa também fomentar ações que incentivem a conscientização e a mobilização social em defesa dos direitos da criança e do adolescente, visando mitigar as lacunas existentes e assegurar que essas normas sejam efetivamente cumpridas. Este trabalho se insere diretamente no GT 31 – Políticas Penais e de Segurança em Disputa: enfrentamentos da Psicologia Social Jurídica diante das Práticas Genocidas, ao abordar o impacto das políticas punitivas e da seletividade penal sobre adolescentes em conflito com a lei, particularmente em contextos racializados e periféricos. A proposta também se articula ao Eixo Temático 04, ao propor uma reflexão crítica sobre democracia, justiça e a produção de subjetividades em contextos de encarceramento. Ao pensar alternativas ao modelo penal hegemônico e práticas comprometidas com a justiça social, este trabalho contribui com o fortalecimento da Psicologia Social Jurídica como campo de resistência e reconstrução do cuidado. O projeto, portanto, busca promover e acompanhar práticas de cuidado e promoção da saúde mental para adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de internação compulsória, alinhadas às diretrizes da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei (PNAISARI). Entre os objetivos específicos, destacam-se: realizar atividades que estimulem a empatia e o convívio social saudável; proporcionar espaços de escuta e expressão emocional; promover diálogos sobre temas como racismo, xenofobia e LGBTfobia; desenvolver oficinas práticas (arte, esporte, profissionalização); e incluir as famílias no processo de cuidado. A metodologia adotada articula encontros

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

mensais com dinâmicas participativas, atividades lúdicas e discussões em grupo sobre temas sensíveis à realidade dos adolescentes. O processo é acompanhado por uma equipe interdisciplinar composta por profissionais da saúde, assistência social e educação, além de estagiários do curso de Psicologia. As atividades são registradas qualitativamente e avaliadas continuamente, permitindo ajustes de acordo com as demandas dos participantes. Dentre os temas emergentes nas rodas de conversa, o racismo estrutural e institucional aparece de forma recorrente nos relatos dos adolescentes. A percepção de que suas experiências de exclusão e criminalização estão marcadas pela cor da pele, pelo território de origem e pela condição socioeconômica motivou a organização de uma oficina temática específica sobre racismo e encarceramento, prevista para julho de 2025. A construção coletiva da oficina evidencia o potencial da intervenção extensionista como espaço de coautoria e denúncia das violências naturalizadas no cotidiano institucional e na vida dos adolescentes racializados. A proposta é criar um ambiente seguro para que os adolescentes possam elaborar experiências de discriminação, compartilhar saberes e construir resistências. O objetivo deste trabalho é justamente apresentar o percurso e os resultados parciais do projeto de extensão "(Priv)Ação & Liberdade", destacando a potencialidade da Psicologia Social Jurídica enquanto prática de cuidado, denúncia e transformação em contextos de privação de liberdade. Ao evidenciar as vozes dos adolescentes e os enfrentamentos cotidianos ao racismo institucional, reafirmamos o compromisso da Psicologia Social Jurídica com a promoção dos direitos humanos e com a crítica às lógicas punitivas que atravessam o sistema socioeducativo. Neste sentido, os resultados parciais apontam que a experiência da internação é vivida como ruptura abrupta dos vínculos sociais e familiares, somada à sensação de invisibilidade subjetiva. A escuta qualificada se revela uma ferramenta fundamental para a promoção de saúde mental, pois permite que os adolescentes nomeiem sofrimentos, construam narrativas próprias e experimentem formas de pertencimento. Também foi possível observar avanços na convivência grupal, no engajamento com as atividades e no reconhecimento das potencialidades individuais. Para os estudantes de Psicologia envolvidos, o projeto tem representado um espaço formativo potente, que articula teoria, prática e compromisso ético com os direitos humanos. A fundamentação teórica do trabalho se ancora em autores como Achille Mbembe (2018), ao discutir a necropolítica e os modos como o Estado administra a morte social de determinados grupos; Michel Foucault (1977), na análise das tecnologias disciplinares do sistema penal; Carla Akotirene (2023) e Cida Bento (2022), ao abordar o racismo institucional e a branquitude enquanto pacto de exclusão; e nas contribuições da Psicologia Social Jurídica crítica, que denuncia a seletividade penal e propõe práticas de cuidado contra-hegemônicas. O trabalho articula ainda os princípios da PNAISARI a uma concepção ampliada de saúde, que ultrapassa o modelo biomédico e inclui os determinantes sociais, históricos e culturais da saúde mental. Em conclusão, o projeto "(Priv)Ação & Liberdade" aponta para a urgência de práticas de cuidado éticas, críticas e humanizadas no interior do sistema socioeducativo. Os dados parciais indicam que a atuação da Psicologia em contextos de privação de liberdade deve ir além do atendimento clínico, assumindo um posicionamento político diante das violências institucionais. A construção de espaços de escuta, como a oficina sobre racismo, reafirma o compromisso com uma Psicologia comprometida com os direitos humanos, a justiça social e a desconstrução das práticas genocidas que operam silenciosamente no cotidiano dos adolescentes internados. Romper com as grades não se limita à abertura física das celas, mas exige a construção de condições que possibilitem a emergência de novas formas de existência para adolescentes — em especial migrantes, indígenas e negros — que, em sua peculiar condição de desenvolvimento, têm sido historicamente submetidos a processos de exclusão, silenciamento e institucionalização.

O processo de desinstitucionalização da população em medida de segurança de Alagoas: entre o manicômio judiciário e a sociabilidade

Ana Beatriz Linhares Rodrigues (UFAL), Jefferson de Souza Bernardes (UFAL)

Este escrito é fruto de um trabalho de dissertação – ainda em construção – ligado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas. A pesquisa em andamento, tem como temática o processo de desinstitucionalização da população em Medida de Segurança do Estado de Alagoas, tendo em vista o encaminhamento dado pela Resolução nº 487 de 2023 do Conselho Nacional de Justiça, que instituiu a Política Antimanicomial do Poder Judiciário, além de dar outros encaminhamentos, determinando o fechamento dos manicômios judiciários de todo o território nacional. Além dessa normativa, uma das principais referências desta pesquisa é a experiência vivenciada no projeto de extensão Reconstruindo Elos. O projeto de extensão ocorre no Centro Psiquiátrico Judiciário Pedro Marinho Suruagy (CPJ) desde julho de 2024 com encerramento do primeiro ciclo em novembro do mesmo ano, sendo retomado em junho de 2025. A extensão é composta por alunos e profissionais dos campos do direito, da psicologia e da medicina, realizando encontros semanais no manicômio judiciário de Alagoas com as pessoas ainda internas. Levando em consideração os processos de mortificação do eu após os longos anos dentro de uma instituição total, entende-se a importância de trabalhar durante os encontros as narrativas de vida, autoimagem, vínculos, renda, moradia, resgate de direitos, territórios, entre outras temáticas. Ancorados(as) nesses saberes e utilizando ferramentas diversas, o intuito dos encontros tem sido de trabalhar as perspectivas de vida fora dos muros da instituição, além de refletir sobre o início da construção de um novo lugar social para as pessoas com transtorno mental em conflito com a lei. Partindo da escuta desses sujeitos, durante as interações é possível perceber as possibilidades de reinserção social singulares que perpassam as suas histórias. Diante dessas percepções, do diálogo com a literatura e de um prisma da Luta Antimanicolonial, ou seja, entendendo que a perspectiva manicomial tem sua origem e ferramentas de reprodução atrelada ao colonialismo, delimitou-se o questionamento central da dissertação em torno de quais estratégias estão sendo criadas pelos(as) pacientes egressos(as) do Centro Psiquiátrico Judiciário Pedro Marinho Suruagy (CPJ) para a reinserção social. Assim, propõem-se uma ruptura com o paradigma manicomial-biomédico, abandonando o conceito arcaico de periculosidade atrelado às pessoas com transtornos mentais em conflito com a lei; a partir do prisma da desinstitucionalização, entendida enquanto negação da loucura enquanto categoria de doença, a pesquisa adota o conceito de presunção de sociabilidade, apostando nas invenções do sujeito e nas possibilidades de reinserção social de maneira singular. Assim, demarca-se enquanto objetivo geral: compreender quais estratégias estão sendo criadas pelas pessoas egressas do Centro Psiquiátrico Judiciário Pedro Marinho Suruagy para a reinserção social. Os objetivos específicos são: analisar as políticas públicas envolvidas no processo de desinstitucionalização; compreender os sentidos produzidos nos sujeitos a partir da desinstitucionalização; investigar os obstáculos e as dificuldades para a reinserção social das pessoas egressas do manicômio judiciário de Alagoas. Para que seja possível alcançar os objetivos propostos, após a aceitação no Comitê de Ética, a tentativa da pesquisadora será de acompanhar pelo período de uma semana os itinerários cotidianos de duas pessoas egressas do manicômio judiciário de Alagoas com intuito de compreender as invenções de sociabilidade desses sujeitos. O termo "invenções de sociabilidade" proposto por Fernanda Ottoni (2010), não diz de uma ideia cristalizada e homogênea sobre o que seria uma

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

reinserção social. A ideia a ser trabalhada a partir desse conceito é abandonar o entendimento de que esses sujeitos seriam essencialmente perigosos e escutar dos(as) mesmos(as) as possibilidades de sociabilidade existentes. Nesse sentido, entende-se que as respostas para a reinserção social só podem se dar na ordem no singular, cada um pode dizer daquilo que é possível para si na retomada do encontro com a cidade e com os vínculos (novos ou antigos) durante o processo de desinstitucionalização. Enquanto referencial teórico-metodológico, o trabalho pretende-se de natureza qualitativa, partindo de uma pesquisa de campo. Ancorado na perspectiva do construcionismo social, além das práticas discursivas e produção de sentido. Diante dessa perspectiva, é plausível supor que a figura do "louco(a) infrator(a)" foi construída ao longo dos séculos, e, portanto, devemos repensar esse estigma a partir de uma perspectiva antimanicomial, entendendo a loucura enquanto um modo de estar no mundo. Para que as afetações, vivências e questões possam dar corpo a pesquisa, o diário de campo tem sido utilizado enquanto ferramenta central deste trabalho. A análise tem sido fundamentada na teoria da Análise Situacional, possibilitando as reflexões acerca das forças de cunho discursivo, afetivo e institucional. Considerando o contexto de violação de direitos e das práticas genocidas que levam uma parte da população aos "hospitais-presídios" do país, entende-se que as discussões propostas no âmbito do GT 31 - Políticas Penais e de Segurança em Disputa: enfrentamentos da Psicologia Social Jurídica diante das Práticas Genocidas, são campo rico para esse debate. Face ao processo de exclusão e violência que as pessoas com transtornos mentais em conflito com a lei vivenciam cotidianamente, assim como no GT em questão, questiona-se neste trabalho as estruturas coloniais que sustentam a lógica manicomial que levam ao encarceramento de alguns modos de existir. Nesse sentido, a partir da articulação com o eixo 04 que discute os direitos, movimentos sociais e desafios à democracia, entende-se que é possível dialogar sobre o processo da retomada da garantia de direitos fundamentais que foram retirados desses sujeitos, apoiando-se na única forma de tratamento possível: o tratamento em liberdade. Por fim, valendo-se das vivências e reflexões que têm sido construídas ao longo desse período de trabalho, espera-se que através da pesquisa seja viável explorar os contornos que estes(as) egressos(as) podem dar ao traumatismo dos longos anos de institucionalização e violações de direitos.

Relato de Experiência: Análise das Consequências Psicossociais da Violência Estatal em uma Perspectiva Antirracista e Decolonial - Uma Experiência de Intervenção Comunitária com Arte no Curso de Psicologia da UFAM

Milena Souza Borges do Nascimento (UFAM), Consuelena Lopes Leitão (UFAM)

Relato de Experiência: Análise das Consequências Psicossociais da Violência Estatal em uma Perspectiva Antirracista e Decolonial - Uma Experiência de Intervenção Comunitária com Arte no Curso de Psicologia da UFAM

Milena Souza Borges do Nascimento - Graduanda em Psicologia na Universidade Federal do Amazonas.

Este resumo trata-se de um relato de experiência do atendimento de um adolescente que se considera negro e mora em uma comunidade, realizado enquanto estagiária em psicologia em uma unidade de saúde da Atenção Primária, na Zona Leste da cidade de Manaus.

O objetivo geral deste relato de experiência é analisar as consequências psicossociais da violência estatal manifestada em formas como encarceramento, homicídios e processos de marginalização. Para isso, busca-se, como objetivos específicos, formular reflexões críticas que contribuam para a prevenção dessa violência, aprofundar a compreensão de seus impactos nos indivíduos e nas comunidades afetadas e identificar possíveis contribuições da psicologia para mitigar os efeitos dessa dinâmica, com reflexões sobre equidade e respeito aos direitos humanos de populações atingidas pela violência estatal.

A escolha pelo GT 31 se fundamenta na consonância temática entre a proposta deste relato de experiência e os eixos que estruturam o grupo de trabalho, especialmente no que se refere ao destaque de que o sistema penal e as políticas de segurança operam seletivamente, reforçando desigualdades raciais e sociais. Dessa forma, no atendimento psicológico com um jovem negro atravessado pelo racismo e violência estatal, esse reconhecimento é fundamental: o sofrimento psíquico não pode ser visto apenas de forma individual ou desvinculado de seu contexto social. O racismo vivido desde a infância é uma expressão da violência estrutural e deve ser abordado com sua devida significância, seriedade e dimensão no processo terapêutico.

O trabalho nasce a partir da escuta clínica realizada no contexto de um estágio supervisionado no SUS, com um adolescente e se propõe a refletir criticamente sobre os efeitos psicossociais do racismo estrutural e da violência estatal na vivência negra. A proposta está atravessada por uma perspectiva antirracista e decolonial, fundamentada em autoras e autores como Mbembe, Foucault e Martín-Baró, o que dialoga diretamente com os objetivos do GT 31 ao fomentar práticas psicológicas engajadas na transformação social e descolonização do cuidado psicológico. Além disso, o trabalho adota um enfoque ético-político comprometido com a escuta sensível das resistências produzidas nos territórios periféricos, abordando o sofrimento psíquico como uma produção histórica atravessada por raça, classe e território.

A partir do contato direto com essa vivência clínica, esse trabalho articula aportes da psicologia da libertação de Martín-Baró, do conceito de “ser afetado” no campo da etnóloga Favret-Saada, da Psicologia Social Crítica, da Psicologia Comunitária e da Psicologia Jurídica tensionando o papel da Psicologia na reprodução ou no enfrentamento de violências e opressões raciais.

Este estudo consiste em um relato de experiência, realizado a partir de intervenções comunitárias com arte, desenvolvidas em um estágio supervisionado em psicologia em uma unidade de saúde da Atenção Primária do SUS, em Manaus. As intervenções comunitárias com

arte foram utilizadas como uma ferramenta de expressão e resistência, buscando compreender as consequências psicossociais da violência estatal na vida do adolescente e fortalecer sua resiliência e autonomia. A partir dessa experiência, foi realizada uma reflexão crítica sobre as dinâmicas de poder e opressão que atravessam a vida do adolescente e sua comunidade, articulando aportes teóricos da psicologia da libertação, de Ignacio Martín-Baró.

A experiência propiciou a problematização do lugar da escuta psicológica em contextos de exclusão, evidenciando a necessidade de práticas que reconheçam e fortaleçam as resistências cotidianas frente à marginalização racial e territorial. Além disso, os atravessamentos e inquietações ocorridos desse encontro geraram um trabalho de conclusão de curso sobre racismo, violência estatal e resistência.

Torna-se imprescindível o reconhecimento da importância da Psicologia crítica e decolonial, cuja atuação ultrapassa a mera compreensão dos impactos subjetivos do racismo, propondo-se a intervir nas estruturas sociais que perpetuam tais desigualdades. A problematização do racismo e da discriminação constitui um eixo fundamental para que a Psicologia, enquanto campo científico e prático, possa se desvincular de perspectivas hegemônicas e adaptativas, adotando um posicionamento ético-político que confronte diretamente as múltiplas expressões da violência estatal.

Diante da realidade brasileira, caracterizada por profundas e históricas desigualdades sociais, é essencial que os profissionais da Psicologia assumam um compromisso ativo com a construção de uma sociedade mais justa e equânime, levando em consideração as especificidades culturais, políticas e históricas das populações negras e periféricas. Ao incorporar essas questões de forma crítica e sensível em suas práticas, a Psicologia não apenas rompe com os fundamentos tradicionais e coloniais que historicamente estruturaram a disciplina, mas também se afirma como um instrumento de resistência, contribuindo para a descolonização do saber e para a efetivação dos direitos humanos.

É necessário defender uma atuação psicológica antirracista, comprometida com o respeito as subjetividades negras, alicerçadas na valorização da identidade, do pertencimento comunitário e da justiça social. Inserido no campo da psicologia comunitária e social, este relato aponta caminhos para práticas clínicas mais sensíveis às dinâmicas de poder que atravessam a raça, o território e as instituições.

Sexo, vício e identidade: experiências de subjetivação no cárcere e o papel da escuta psicológica

Jessé Sidney Bezerra Gomes, Maria Letícia Siqueira Monteiro (Fametro), Lucas Souza de Araújo (Fametro)

A presente comunicação oral apresenta um relato de experiência realizado no contexto de estágio supervisionado em Psicologia, desenvolvido em uma unidade prisional masculina. O cárcere, enquanto instituição total e espaço de controle biopolítico, é atravessado por marcadores de exclusão, violência e precarização da vida, especialmente entre a população privada de liberdade. Nesse cenário, emergem questões relacionadas ao corpo, ao desejo e às formas possíveis de subjetivação. O caso em questão diz respeito ao acompanhamento psicológico de um interno que trouxe, em seu processo de escuta, conflitos relacionados à sua sexualidade, ao uso de substâncias e a uma prática corporal denominada "pearling" inserção de pequenas esferas sob a pele do pênis, que entre os internos era popularizada como uma nova forma de vício, denominada por eles de "bits". A escuta dessa narrativa revelou não apenas uma prática corporal à margem da normatividade sexual, mas também uma experiência subjetiva marcada por ambivalências identitárias, sofrimento psíquico e busca de sentido em um ambiente hostil. Este trabalho teve como objetivo relatar e refletir, à luz da Psicologia Social Crítica, a experiência de escuta psicológica no cárcere, focando os atravessamentos entre sexualidade, vício e identidade. Pretendeu-se analisar como, em contextos de extrema exclusão e controle, o corpo se torna um espaço de experimentação e linguagem, ao mesmo tempo, em que carrega marcas do sofrimento psíquico e da tentativa de afirmar uma subjetividade possível. O trabalho se insere no campo da Psicologia Social Crítica, com ênfase nas práticas institucionais em contextos de exclusão, nas políticas penais e nos modos de subjetivação em instituições totais. Aborda temas como sofrimento psíquico, sexualidade, vício e corporalidade no cárcere, dialogando com dispositivos de controle e possibilidades de resistência. Será submetido como primeira opção ao GT 23 – Intersetorialidade, práticas de enfrentamento a violências e produção de vulnerabilidade na política penal colonial brasileira, seguido do GT 31 – Políticas Penais e de Segurança em Disputa: enfrentamentos da Psicologia Social Jurídica diante das Práticas Genocidas, e como terceira opção o GT 18 – Experimentações de substâncias psicoativas: gênero, sexualidade e práticas de cuidado. A fundamentação teórica parte da Psicologia Social Crítica, em interface com autores como Michel Foucault e Gregório Baremblitt, que discutem os processos de subjetivação em contextos de controle institucional e o corpo como superfície de inscrição do poder e também de resistência. A noção de "corpo vívido" como potência de criação de si foi articulada à escuta clínica. A sexualidade, nesse caso, foi compreendida como campo político, discursivo e performativo, atravessado por normas sociais e dispositivos de poder. Trata-se de um relato de experiência de estágio em uma unidade prisional, mediado por supervisão acadêmica. A metodologia baseou-se na escuta qualificada da narrativa do sujeito, respeitando o sigilo, a ética e os limites institucionais. Foram utilizados registros reflexivos em diário de campo e supervisões para análise do caso. Não houve intervenção direta ou terapêutica prolongada, mas sim encontros pontuais de escuta com enfoque no acolhimento e na compreensão do vivido, segundo os princípios éticos da prática psicológica em contextos institucionais. A escuta do interno revelou uma vivência marcada por conflitos identitários, sentimento de culpa, ambiguidade quanto ao desejo e à orientação sexual, além da experiência de vício em práticas corporais não

convencionais, neste caso, o "pearling". A prática, inicialmente inserida no cotidiano prisional como forma de reforçar a masculinidade e a virilidade, tornou-se para o sujeito um ponto de tensão entre o prazer, o vício e a dúvida sobre a sua orientação sexual. O sujeito referia-se à prática como compulsiva e, ao mesmo tempo, fonte de angústia. O vício não estava apenas no uso de substâncias psicoativas, as também na repetição de práticas corporais autoinfligidas, que operavam como forma de lidar com o sofrimento, o tédio e a ausência de sentido no cotidiano prisional. A escuta psicológica possibilitou um espaço de enunciação, onde o sujeito pôde elaborar, ainda que brevemente, a complexidade de sua vivência. Evidenciou-se o papel da psicologia como presença ética, disposta ao não julgamento e à construção de sentido em meio à dor. A experiência relatada permite refletir sobre as formas de vida possíveis no cárcere e os modos como o corpo e a sexualidade são atravessados por normas, violências e invenções. A escuta psicológica, mesmo em contexto de grande limitação institucional, mostrou-se potente ao oferecer um espaço de acolhimento ao sofrimento e à ambivalência subjetiva. No contexto da destruição de formas de vida, o cárcere opera como máquina de morte simbólica e concreta; no entanto, a possibilidade da escuta ética e crítica, sustentada por uma psicologia social comprometida com os direitos humanos e a singularidade, abre brechas para a reinvenção de si. Este relato convida a pensar a urgência de políticas públicas que reconheçam a complexidade dos sujeitos encarcerados e a importância de intervenções psicológicas que não se limitem à norma, mas que escutem as margens e o que nelas pulsa de vida.

Virilidade como política de extermínio: raça-classe-gênero sob o regime da farda

Ana Clara Azanha do Nascimento (Psicóloga), Beatriz Borges Brambilla (PUC-SP / UFBA)

A polícia militarizada brasileira lidera, de forma sistemática e alarmante, os índices globais de letalidade policial. A violência estatal atinge dimensões epidêmicas, à medida que a instituição militar responde por 14% dos homicídios no país, segundo dados do Monitor de Violência (NEV-USP, FBSP, 2024). Essa letalidade, no entanto, não é aleatória nem desvinculada de seu enraizamento histórico: trata-se da continuidade de práticas de controle racial e social que remontam a repressão e captura de pessoas escravizadas por meio da atuação de agentes como os capitães do mato. Sua nova roupagem engloba elementos como o discurso da segurança nacional e da lógica de retaliação ao crime organizado, mas seu propósito permanece firmemente enraizado na manutenção da ordem e dos privilégios de uma elite branca, operando como instrumento para a reprodução das hierarquias raciais e de classe e atualizando, cotidianamente, um projeto de Estado que gerencia desigualdades por meio da violência.

As periferias brasileiras sangram e deixam familiares e comunidades inteiras enlutadas por crianças, jovens e adultos assassinados pelo Estado. A bala, contudo, não é perdida e, pelo contrário, revela-se seletiva e direcionada. Os corpos subalternizados atravessados pelo armamento estatal passam por um perfilamento que tem raça/cor, território, gênero, sexualidade e idade. Assim, legitimada e comandada pelo Estado e pelo capital, a instituição militar mantêm na mira constante homens e mulheres, pessoas faveladas, pretas e LGBTIAPN+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Travestis, Interssexuais, Assexuais, Panssexuais, Não-Binários e mais). Conforme o estudo “Pele Alvo: a Bala não Erra o Negro”, realizado pela Rede de Observatórios da Segurança, a população negra tem o dobro de chances de ser assassinada, representando 77% das vítimas de homicídios do país. Ademais, dentre a porcentagem de mulheres vitimadas, 66% são negras. Essa dinâmica violenta se manifesta de forma concreta e cotidiana nas periferias urbanas, onde a lógica da segurança pública se traduz em operações policiais de alto impacto, caracterizadas pelo abuso de autoridade, uso intenso de aparatos bélicos, invasões domiciliares, execuções sumárias e chacinas.

A retórica de redução da criminalidade, contudo, não se sustenta, uma vez que a letalidade policial ou mesmo a presença de mais policiamento nos territórios não possuem qualquer correlação comprovada com a diminuição de crimes. Pelo contrário, a militarização das abordagens policiais está diretamente relacionada ao aumento da letalidade e à intensificação do medo, da vulnerabilidade e do trauma nas comunidades atingidas (Monteiro, Fagundes & Guerra, 2020).

Esse modelo sistemático de repressão e controle se dá através das violências que, exercidas através de mecanismos legais e extralegais, perpetuam processos históricos de desigualdade, exclusão e extermínio (Vergès, 2021). O uso deste poder coercitivo e irrestrito por parte das instituições do governo resulta na violação de direitos humanos por meio da discriminação, tortura, execuções e outras formas de violência física e psicológica contra grupos marginalizados (Pinheiro, 1991). Essa configuração social não é paradoxal, mas sim resultado de escolhas políticas que delimitam o direito à proteção por meio de critérios de raça, classe, gênero e sexualidade (Vergès, 2021). Na ausência de um regime escravocrata formalmente institucionalizado e legitimado por instituições religiosas, o capitalismo neoliberal recorre a outras formas de desumanização dos corpos excluídos

das políticas de proteção para justificar sua carnificina: a exploração de seu trabalho e a criação de raças "perigosas". O primeiro eixo vale-se do esgotamento completo dos corpos de grupos subalternos em nome do lucro obtido em cima de cada uma de suas gotas de suor e sangue. Já o segundo sustenta-se pela criação de uma militarização sanguinária e terrorista para domesticar estes grupos por meio do encarceramento e de práticas de vigilância e controle altamente lucrativas para o capital (Vergès, 2021). À este terrorismo de crise de segurança pública, Françoise Vergès, autora da obra "Uma teoria feminista da violência: Por uma política antirracista da proteção" (2021), denomina "políticas securitárias".

A invisibilização das categorias de gênero e sexualidade que incidem sobre o mundo social e subjetivo, todavia, escamoteia a relevância da investigação dos impactos específicos de intervenções policiais diretas e indiretas na vida de mulheres lésbicas e bissexuais (cisgênero e transgênero). Vitimadas por uma ofensiva militarizada pautada por perspectivas misóginas, classistas e LGBTIAPN+fóbicas, mulheres lésbicas e bissexuais denunciam as violências sistêmicas alicerçadas no capitalismo neoliberal racista, perpetuador de práticas discriminatórias vinculadas ao gênero e à sexualidade às quais têm sido submetidas de Norte a Sul (Vergès, 2021).

O aumento de leis voltadas para sua proteção social é inversamente proporcional ao desenfreado aumento de categorias distintas de violência contra as mulheres: segundo dados coletados no Anuário Brasileiro de Segurança Pública do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o ano de 2023 registrou o maior número de estupros notificados da história do país, totalizando 74.930 vítimas de violência sexual. Deste número, 88,7% eram mulheres e 56,8%, mulheres negras. Este ano também registrou o mais alto número de feminicídios no território desde a promulgação da Lei que o qualifica como uma categoria de homicídio, em 2015, totalizando o assassinato de 1.463 mulheres.

A brutalidade é expressa, também, no que tange à lesbianidade no país: As informações levantadas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) indicam que 2.379 lésbicas foram estupradas em 2017, totalizando 6 estupros por dia. Dentre os casos notificados, mulheres negras representaram 58% das vítimas. Esses dados, bem como demais informações sobre as violências contra pessoas dissidentes de gênero e sexualidade, não são atualizados e seguem altamente subnotificados. O que se sabe, no entanto, é que mesmo com a significativa subnotificação, o território brasileiro segue líder mundial no ranking de assassinatos de pessoas da população LGBTIAPN+, como indicado no Dossiê "Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil" (ANTRA e ABGLT, 2022). À estas violências, somam-se às opressões provocadas por uma pauperização estratégica e uma exploração absoluta da mão de obra feminina em jornadas duplas ou mesmo triplas de trabalhos informais e precarizados.

Nesse sentido, a pesquisa busca versar sobre as incidências das relações de gênero na produção e reprodução da violência policial, compreendendo que tais violências não se dão de forma neutra ou homogênea. Ao contrário, estão atravessadas por construções históricas e ideológicas da masculinidade — especialmente da masculinidade branca, viril e proprietária — que serve como medida para a produção do "sujeito perigoso" a ser eliminado. A virilidade, aqui, opera como um dispositivo central da dominação: um ideal que associa força, controle e superioridade ao corpo branco, e que define os contornos do que deve ser protegido e do que pode ser descartado. Assim, o homem negro, mesmo sendo socialmente lido como viril, é ao mesmo tempo

desumanizado, racializado como ameaça, e portanto, alvo preferencial da necropolítica estatal.

Essa virilidade normativa, que estrutura a subjetividade policial e legitima o uso da força como demonstração de poder, contribui diretamente para a naturalização do extermínio. Ela molda os critérios do reconhecimento de humanidade, alimenta a lógica punitiva e reforça os marcadores de classe e raça como critérios de valor social. Ao mesmo tempo, a violência policial também atua sobre as mulheres, mas pouco são nomeadas – e, quando são, são enquadradas quase exclusivamente sob a chave do luto do movimento de mães, cuja força política e relevância é fundamental, mas propulsiona a pergunta: quais outras mulheres, que não mães, são afetadas, violentadas e invisibilizadas?

Esta pesquisa, portanto, se propõe a tensionar essa lógica de apagamento, buscando escutar e analisar as experiências de mulheres que não apenas sobrevivem à violência do Estado, mas que também a enfrentam cotidianamente desde outros lugares — como ativistas, militantes, trabalhadoras, cuidadoras e criadoras de alternativas. Mulheres cujas trajetórias não se limitam à dor, mas também à invenção política, à insubmissão e à afirmação de vidas dignas. Ao incorporar essas múltiplas experiências e questionar os dispositivos que sustentam tanto a virilidade policial quanto a feminilização do luto, a pesquisa se inscreve no esforço de construir uma Psicologia Social comprometida com a denúncia do genocídio, a escuta das resistências e a edificação de um horizonte abolicionista, popular e radicalmente feminista.

GT 32: POR UMA PSICOLOGIA SOCIAL CONTRACOLONIAL

Coordenação: Lorena Rodrigues de Sousa (UFMG), Noeli de Almeida Godoy (UNESA), Alline Aparecida Pereira (UNISUAM)

A literatura como forma de contraficção de poder a partir da obra de Jota Mombaça.

Augusto Lima de Araujo dos Santos (UEFS), Diego Arthur Lima Pinheiro (UEFS)

O presente texto resulta de um plano de pesquisa que está em andamento, que se propôs a investigar como a literatura pode constituir-se como uma experiência política no campo da estética a fim de ir na contramão das ficções do poder, tais como raça, gênero e sexualidade a partir das produções da escritora e artista Jota Mombaça. Neste plano foram utilizados os estudos e pesquisas a respeito da plantação segundo Ferdinand (2022), que entende esta como um regime hegemônico de produção de subjetividade pautado por dispositivos coloniais (como o racismo, misoginia, lgbtfobia etc.), que percorrem o campo social na produção de sujeitos individuais e coletivos através dos seus modos de vida. É válido destacar que a subjetividade aqui é concebida como plenamente fabricada e incessantemente construída em meio ao campo das práticas sociais. Em continuidade, sob a ótica da plantação, foram criados historicamente dispositivos utilizados como políticas de controle sobre os corpos que se perpetuam até hoje, os quais podemos denominar de acordo com Brasileiro (2021), de ficções do poder. Essas, podem ser entendidas como o fato de que as categorias utilizadas como formas de organização e intervenção de estratégia de poder (como raça, sexualidade, gênero etc.) foram inventadas e instaurados historicamente. Um ponto que é válido destacar é que o modo para que elas tenham o seu fator de efeito de realidade é através da repetição reiterada dos processos de racialização, sexualização etc. Neste viés, se temos diversos aparatos que visam continuar a manutenção destas ficções de poder, há também meios de se ir contra eles, os quais podem ser chamados de contraficção, sendo possível afirmar que a literatura pode se encaixar como um modo de contraficção política na área estética. Isso de deve pois de acordo com Pinheiro (2012), a literatura é um terreno onde deve se efetuar uma experiência do pensamento, que tem por efeito político arrancar o sujeito para fora de si, fazer com que ele chegue a sua própria dissolução; e, consequentemente, que o espaço aberto pela experiência literária não está repleto do homem com seus projetos positivos, mas se caracteriza como um espaço profundamente inumano, constituído por forças que afetam o pensamento, potências que o forçam a pensar o impensado, ou seja, um modo de ir na contramão. A partir deste contexto, será utilizada a obra "Não vão nos matar agora" de Jota Mombaça como forma de exemplificar esta proposição. A essa maneira, algumas das principais preocupações que cercam a obra da autora referida é a afirmação de uma força de escrita ou performática como elemento fundamental para a instauração de uma contravenção estética. A intenção principal segundo Lopes (2023), é transgredir os aparatos coloniais sufocantes, e suas ações vão muito além de tentar apontar as feridas abertas dos lugares por onde andam e atuam, atuando também como ativismo escrito-performático que busca ampliar o sentido do conflito no mundo que os ameaça. Consideramos que esta discussão é cara para a psicologia pois entendemos que a clínica pode configurar-se como um modo de se mobilizar contra as ficções de poder e pensar assim em outras formas e modos de subjetivação que atravessam os corpos contemporâneos. Também se objetiva provocar o debate e ações que visem convocá-la para a responsabilidade política que a psicologia ocupa, mesmo nas práticas clínicas individualizadas, as quais são constantemente despolitizadas. Entende-se a partir de Abreu e Coimbra (2005), a política como expressão de forças coletivas que,

ao atravessar o cotidiano, produzem os humanos dessa ou daquela maneira e, assim, entende-se que está sendo construída nessa separação a tentativa de exclusão do plano das forças como modo de retirar dos sujeitos sua potência crítico-inventiva de criação de muitas maneiras de existir, pensar, agir, perceber, sentir e, enfim, viver. Assim, Abreu e Coimbra (2005) elaboram que nessa despolitização das práticas clínicas, afirma-se uma política de (con)formação, uma política que se alinha com a produção de um certo tipo de humano e de um certo tipo de mundo, sendo este um ser que apartado do coletivo das forças, deve doravante se (con)formar com sua condição de sujeito castrado, assujeitado ou seja, um ser quase que totalmente destituído do potencial de inventar-se de múltiplas e diferentes maneiras. Neste sentido, é fundamental a politização das práticas clínicas em psicologia a fim de que estas possam gerar uma mobilização contra as ficções de poder. Dessa maneira, o atual plano relaciona-se com o presente eixo escolhido ao utilizar estes estudos como forma de problematizar os aparatos coloniais como as ficções de poder e em como estes impactam diretamente na formação dos indivíduos e buscar estratégias que seja úteis à psicologia como forma de ir na contramão destes e construir estratégias contracoloniais de atuação. A pesquisa deste projeto foi proposta por meio do método da revisão bibliográfica seguindo as etapas elencadas por Gil (2002),de busca das fontes, leitura do material, fichamento, organização do assunto e redação do texto. Trata-se também de um ensaio e experimentação como forma de contribuir para o debate de contracolonialidade. Como corresponde a um plano de pesquisa, como resultados esperados, espera-se poder contribuir para as produções acerca da formação psi articuladas as relações étinico-racias, as produções do feminismo negro e dos debates sobre gênero e sexualidade, e também sobre colonialidade e psicologia, a fim promover práticas e reflexões no âmbito da psicologia social ao modo contracolonial, a exemplo das contraficções.

A Psicologia Social Contra-Colonial E Crítica É Necessária Para Todas As Psicologias: Entre A "História Oficial" E Perspectivas Coletivas De Continuidade

Theo Lucas Alvarez Rodrigues (PUC MINAS), Lorena Rodrigues de Sousa (UFMG)

A presente proposta de comunicação oral, que parte de um artigo homônimo, tem como ponto de partida a constatação de que a Psicologia, enquanto ciência e prática profissional, historicamente se constituiu em íntima consonância com projetos colonialistas, eurocentrados, normativos e excludentes. Tais projetos epistemológicos e políticos se consolidaram na produção de uma psicologia pretensamente neutra, científica e universal, que desconsidera as especificidades históricas, culturais, étnico-raciais, territoriais e de gênero dos sujeitos a quem pretende compreender e atender. Diante disso, esta comunicação propõe uma análise crítica das bases epistemológicas da psicologia dominante, defendendo a urgência de uma psicologia social crítica e contra-colonial que se constitua como ruptura e alternativa à hegemonia ocidentalizante da "história oficial" da psicologia.

O artigo que dá origem a esta comunicação se organiza a partir de uma revisão crítica da trajetória da Psicologia Social, com ênfase na distinção entre sua vertente psicológica, marcada pelo individualismo metodológico e pelas heranças do behaviorismo e do cognitivismo estadunidenses, e sua vertente crítica e sociológica, gestada na América Latina por autoras e autores que denunciaram o caráter alienante e reprodutor da psicologia tradicional. Nomes como Silvia Lane, Maritza Montero, Mary Jane Spink, Enrique Pichon-Rivière e Ignacio Martín-Baró são aqui evocados como pilares de uma psicologia social que assume o compromisso ético-político com a transformação das estruturas sociais, com a denúncia das injustiças e com a construção de uma ciência situada, engajada e pluriversal.

Ao revisitar criticamente a história da psicologia social, esta proposta recupera o conceito de "história única" desenvolvido por Chimamanda Ngozi Adichie, para evidenciar os riscos da hegemonia narrativa nas ciências humanas e sociais. A psicologia que nos foi legada e ensinada nas universidades brasileiras — majoritariamente branca, eurocêntrica, cisheteronormativa e de classe média — é apenas uma entre muitas possibilidades de pensar o ser humano. Tornar isso visível é o primeiro passo para descolonizar a formação, a prática e a teoria psicológica.

Nesse sentido, uma das teses centrais defendidas nesta comunicação é que toda psicologia é necessariamente social. O social não deve ser um recorte ou uma subárea, mas o próprio fundamento das práticas e reflexões psicológicas. A proposta se inspira em Silvia Lane, que em Psicologia Social: o homem em movimento já alertava, nos anos 1980, para a necessidade de superação das leituras patologizantes, naturalizantes e individualistas da subjetividade. Lane defendia que o ser humano só pode ser compreendido em sua historicidade, isto é, como ser constituído nas relações sociais, atravessado por múltiplas determinações (classe, raça, gênero, território, sexualidade).

Todavia, apesar dos avanços institucionais, como a criação do Projeto Compromisso Social pelo Conselho Federal de Psicologia na década de 1990, a psicologia ainda permanece, em larga medida, vinculada a práticas alienantes e despolitizadas. A formação universitária ainda privilegia autores euro-americanos e tende a reproduzir modelos clínicos biomédicos e normativos, distantes das realidades concretas das populações negras, indígenas, periféricas e LGBTQIAPN+.

Ao propor uma psicologia contra-colonial, esta comunicação reivindica a necessidade de desarticular os

dispositivos epistêmicos e institucionais que sustentam a colonialidade do saber, do ser e do poder. Tais conceitos, desenvolvidos por autores como Aníbal Quijano e Walter Mignolo, nos permitem compreender como o colonialismo, mesmo após o fim dos impérios coloniais formais, persiste como lógica organizadora das relações sociais, inclusive nas ciências. A colonialidade da psicologia se manifesta, por exemplo, na naturalização de categorias como "normalidade" e "doença mental", na imposição de modelos terapêuticos eurocentrados e na desqualificação dos saberes populares, ancestrais e comunitários.

Dessa forma, uma psicologia contra-colonial precisa romper com a lógica universalizante da ciência moderna e afirmar a pluriversalidade como princípio ético e epistemológico. A pluriversalidade, conforme propõe o pensamento decolonial, reconhece a coexistência de múltiplas formas de ser, saber e viver no mundo, recusando a imposição de um único modo de existência como legítimo. Isso significa, por exemplo, valorizar as escrevivências de Conceição Evaristo como formas legítimas de conhecimento; reconhecer o pretuguês de Lélia Gonzalez como linguagem da resistência negra; compreender os saberes das mulheres indígenas como práticas de cuidado; e legitimar a escuta e o corpo como ferramentas epistemológicas, como defende Geni Núñez.

Além disso, esta proposta analisa criticamente o papel da clínica psicológica. Embora algumas iniciativas como a "clínica ampliada" e as práticas de psicologia no SUS tenham buscado romper com a tradição biomédica e normatizante, ainda é majoritário o exercício clínico centrado no indivíduo, com forte apelo à medicalização e à culpabilização subjetiva. A crítica aqui proposta não nega a importância da clínica, mas aponta para a necessidade de uma clínica que reconheça o sofrimento como experiência socialmente produzida, e que compreenda que não há escuta possível sem o reconhecimento do lugar social de quem fala e de quem escuta.

É preciso perguntar: de que forma as práticas psicológicas contribuem para a manutenção de uma ordem social desigual? Como a psicologia pode deixar de ser instrumento de controle e passar a ser ferramenta de resistência e emancipação? Estas são algumas das questões que atravessam esta comunicação, que se ancora em uma abordagem crítica e interseccional, considerando as articulações entre racismo, sexismo, cisheteronormatividade, capacitismo, classismo e colonialidade.

Com isso, reafirmamos a necessidade de reconstruir o projeto de psicologia desde o sul global, e com os saberes produzidos por povos e comunidades historicamente silenciadas. Isso não significa apenas incluir novas referências bibliográficas, mas sobretudo deslocar o eixo da produção de conhecimento, romper com as dicotomias entre teoria e prática, razão e corpo, sujeito e estrutura. Uma psicologia contra-colonial é, antes de tudo, uma psicologia em diálogo com as lutas por justiça social, por dignidade e por existência plena.

A prática psicológica, portanto, deve se abrir à escuta radical, à construção coletiva do cuidado, ao diálogo com saberes populares, e à recusa das dicotomias que empobrecem a vida. Como propõe Antônio Bispo dos Santos, é preciso romper com o "monoteísmo da razão ocidental" e abrir-se à diversidade ontológica e epistêmica das existências.

Concluímos que uma psicologia social crítica e contra-colonial não é uma utopia inatingível, mas uma necessidade ética diante da desigualdade social e do sofrimento coletivo. Tal psicologia não pode ser apenas para o social, mas com o social. Ou seja, não se trata de levar o saber psicológico às comunidades, mas de construir o conhecimento a partir delas, em parceria, escuta, corresponsabilidade e respeito.

Caminhos para uma psicologia escrevivente, aterrada e afropindorâmica: uma travessia metodológica para a reexistência da subjetividade negroindígena brasileira

Keâ Costa

Esse trabalho pretende pensar sobre a escuta, o olhar e a prática de cuidado, em especial no campo da psicologia, baseado em uma perspectiva afropindorâmica, aterrada e escrevivente. Consideramos as sabenças negroindígenas reexistentes e recriadas em território brasileiro como epistemologias que convoca o campo do cuidado para uma travessia metodológica contextualizada com a realidade dos povos negros. A partir de várias pesquisas atuantes no Laboratório Kitembo, que vem buscando epistemologias contracoloniais e princípios metodológicos que em confluência fundamentam o método quilombista como um conceito científico histórico-social da pessoa negra brasileira, temos encontrado a travessia de metodologias afropindorâmica, aterrada e escrevivente, como reexistência de políticas de bem viver para a negrura brasileira. É na reinvenção cotidiana de uma vida possível que a população negraindígena diaspórica brasileira traz em suas subjetividades princípios que podem fundamentar um cuidado contextualizado com a sua cosmopercepção. A ancestralidade, sustentada no tempo, na memória, na encruzilhada e no movimento, princípios metodológicos que promovem a confluência entre as etnias africanas e indígenas, garante a constituição e permanência nos corpos negros de outro pacto civilizatório, outra cognição e outras práticas que, contextualizadas, promovem contornos psicossociais para a população brasileira. Para garantir uma saúde integral para o negro brasileiro, investimos no reconhimento das sabenças afropindorâmicas, para contracolonizar o epistemicídio e a marginalidade imposta sobre a cultura negra e indígena, descobrindo do soterramento as histórias e ciências que estão perpetuadas na oralidade e memória, para então traduzir para a letra, deixando como herança pegadas indicando caminhos para que nossos descendentes saibam por onde pisar durante a travessia em busca por identidade. Propomos uma psicologia que luta continuamente, assim como nosso corpo negro, pelo direito à ancestralidade. Denominamos esse saber de psicologia afropindorâmica, aterrada e escrevivente. Esse trabalho é fruto das nossas elaborações e estudos a partir das disciplinas ministradas por Abrahão Santos e Luiza Oliveira; das construções do Coletivo Escrevivência e da primeira semana de aula, da professora doutora Conceição Evaristo, no programa de pós-graduação em psicologia da Universidade Federal Fluminense.

O percurso de nossa vida negra e de nossa formação como profissionais do cuidado, nos coloca atuantes nos territórios movimentados por nós e nos faz perceber a necessidade de uma lógica de cuidado que dialoga com a cosmopercepção originária dos povos desta terra e daqueles que foram trazidos do continente africano, principalmente os kongo-angolanos. O ato de reescrever a nossa história a partir da perspectiva negra, trazendo para nossas pesquisas e vida os movimentos dos corpos negros, elucidam a cada passo as nossas elaborações intelectuais e prática de um cuidado psicossocial. As ciências das etnias afropindorâmicas, estavam marginalizadas pelo poder hegemônico implantado nas instituições, especificamente naquelas que se pretende promover saúde, educação e assistência social.

Com o avanço das políticas públicas, em especial as que buscam promover reparação histórica - como as de direito à cotas no ensino superior para pessoas negraindígenas e outras categorias de pessoas marginalizadas, como a pessoa transexual e a pessoa com deficiência - e a entrada cada vez mais presente de corpos dissidentes nos espaços de formação acadêmica, tem havido na cena da intelectualidade brasileira o que chamamos de travessia metodologia. Os corpos negros e suas sabenças ancestrais, que ainda não estavam sendo prestigiadas em

sua potência nos espaços acadêmicos, recriam modos de pesquisa e de produção da profissão do cuidar fundamentadados em epistemologias que parecem novas nos cenários universitários, mas que sempre estiveram presentes nos contextos afropindorâmicos, sendo as principais ferramentas para a reexistencia desse tipo de pessoa. Com isso, vem se destacando no início deste século um agengiamento negro no campo do saber acadêmico. Nossa proposta está em participar desse manifesto a partir do campo da psicologia.

A intelectualidade negra apresenta outras epistemologias e outras propostas políticas que contracolonizam as estruturas e culturas vigentes, que são hegemonicamente euroamericanas. Logo, uma outra verdade se apresenta pela intelectualidade negra brasileira. Considerando esse movimento negro, apresentamos para abrir nosso campo de contextualização as autorias negras que contam a história da subjetividade negra a partir de suas próprias perspectivas, um método que se constitui contra a imposição subjetiva colonizada.

Nossos embrionários estudos traz a memória reexistente da intelectualidade negra brasileira de Virgínia Bicudo, Abdias Nascimento, Clóvis Moura, Lélia Gonzales, Beatriz Nascimento, Conceição Evaristo, Neusa Santos Souza, Leda Maria Martins, Antônio Bispo dos Santos, Luiza Oliveira e Abrahão de Oliveira Santos. Nosso objetivo é reescrever a constituição da identidade/subjetividade negra brasileira, para contextualizar um cuidado psicossocial e integral ao nosso povo.

Esse estudo tenta responder à indagação de alguns anos de labuta da profissão de psicólogo nas instituições de cuidado - saúde, educação e assistência social - no município do Rio de Janeiro. Numa proposta mais objetiva, pensamos aqui na seguinte questão: como a psicologia pode escutar, olhar e cuidar da população negra brasileira sem conhecer a real história psicossocial, sem tomar ciência das potências e das cosmopercepções de mundo que reexistem nesse tipo de pessoa herdeira de etnias africanas e ameríndias?

A experiência de atuar como psicólogo em territórios marginalizados pela lógica ocidental, como as favelas da cidade do Rio de Janeiro, especificamente a Favela do Chapadão, Jacaré e Mangueira, além de ter residido no Complexo do Alemão por aproximadamente dez anos, nos coloca em conflito com a escuta psicológica constituída a partir de perspectivas eurocristãs, que a partir de nossas experiências não alcança os modos de vidas e não conseguiu até então dar ouvidos para a história que se passa com nosso povo. A fome/nutricídio (SOUZA, CARMO, 2023) o desterramento (SANTOS,), a negação de nossa intelectualidade/epistemicídio (SANTOS e OLIVEIRA), a violação de nossos direitos, fundamentadas no racismo e no mito de uma harmonia racial, estão entre os fatores que estruturam o modelo oficial das práticas de (des)cuidado das instituições vigentes e que negligenciam a saúde integral da maior parte de nossa sociedade brasileira.

Tem havido muitos esforços dos acadêmicos e profissionais da área da saúde para implementar políticas que garantam o cuidado integral para a população negra, mas é fundamental que esse sentido de pessoa esteja na fundamentação dessas teorias e práticas. De acordo com a Cartilha Saúde na Favela numa perspectiva Antirracista (ÁVILLA; SILVA, 2023), produzida pela FIOCRUZ, Ministério da Saúde e Movimento Negro Unificado, o racismo estrutural e institucional contribui para dificultar o acesso aos cuidados em saúde e quando a população negra acessa, correm o risco de vivenciarem racismo de muitos profissionais.

Pode-se dizer que o problema não está apenas no poder do Estado, mas também se manifesta na postura e na ação de profissionais de saúde que, muitas vezes, expressam o seu racismo na falta de cuidado e nas relações institucionais, corroborando a presença do racismo institucional e o racismo nas relações interpessoais, 'tentáculos' do racismo estrutural (ÁVILLA; SILVA, 2023, p.23).

Um exemplo real de racismo nos espaços de cuidado da saúde de nossa população negra, aconteceu recentemente na cidade do Rio. O caso foi noticiado em múltiplos jornais, trazendo a tona e urgente atualização do saber cuidar de um tipo de pessoa que apresenta uma

cognição contrahegemônica. Taina de Oxumarê, ao realizar seu tratamento oncológico em um hospital público teve seus fios de contas jogados no lixo, de forma intencional, por um profissional que estava na função de promover o cuidado da pessoa enterreirada internada.

É perceptível que, no processo de formação da subjetividade brasileira e também de nossa intelectualidade e profissão, estamos reproduzindo uma racionalidade universalista de cuidado que desconsidera a cosmológica afropindorâmica como um modo de operar a vida legítimo de nossa gente. Para nós aqui, o estilo de organização social fundamentado na cosmológica negra brasileira se faz contextualizado às múltiplas etnias que habitam nossos territórios.

Ainda nesse caminho antirracista, pesquisas no programa de pós-graduação em psicologia na UFF, que é cenário deste estudo, vêm "evidenciando o sentido dos saberes da ancestralidade como caminhos que pautam nossas vidas e a profissão do cuidar" (SANTOS; OLIVEIRA, 2023, p.10), a partir de estudos que apresentam os estilos de vida da população negra, sua cultura e modos de cuidar, compostos por metodologias e epistemes não evidenciados até então pelo saber dominante, mas que compõem a principal urgência na ciência contemporanea.

Abrimos o caminho à travessia metodológica, para a reexistência da identidade brasileira contracolonizar e manifestar as complexas epistemologias originais desta terra. A intensão aqui é de nos aproximarmos cada vez mais de uma psicologia que reconheça a sabença ancestral afropindorâmica para a promoção de escuta, olhar e cuidado contextualizados com a cultura e modo de existência, promovendo assim o bem viver.

Cartografar ou Quilombografar: produzindo pesquisa junto às mulheres quilombolas de Acauã

Brígida Cavalcanti Alves (UFRN), Jessica Hozana Santos Lima (UFRN), Ana Karenina de Melo Arraes Amorim (UFRN)

Introdução: O que tem a dizer às mulheres quilombolas? Qual a participação delas na construção de um território que resiste à colonização e se afirma há mais de 400 anos neste país? Quem as escuta? O relato desta experiência de tese, em andamento, caminha com estas perguntas e junto às mulheres quilombolas de um território tradicional chamado Acauã, situado no estado do Rio Grande do Norte. A partir de um projeto anterior, realizado nesta comunidade, que visava discutir temas emergentes com as mulheres quilombolas daquela localidade, inquietações surgiram e puderam ser transcritas para essa pesquisa de doutoramento. Assim, o primeiro contato com Acauã, em 2023, foi atravessado por uma cena envolvendo as mulheres quilombolas que ali estavam e a fala instigante de uma delas: "Vocês vem aqui, oferecem coisas pra nós, mas eu não abro mão de ser quilombola, entre ser quilombola e outra coisa eu continuo como mulher quilombola". Foi em busca de escutar estas mulheres, as suas intercessões, lutas, sabedorias, celebrações, produções de resistências e como são acometidas junto ao seu território por violências racistas, machistas, ambientais, em um cenário capital-colonial, que nos propomos a uma experimentação de pesquisa cartográfica. Relação com o GT e eixo: Portanto, essa experiência de pesquisa, alinha-se ao GT 32: Por uma Psicologia Social Contracolonial e ao Eixo Temático 11: Psicologia Social e Relações étnico-raciais, por tensionar as Psicologias a um novo modus operandi, ou seja, a se desfazerem dos pactos narcísicos brancos que as constitui, conforme sinaliza Cida Bento (2022), em que foram forjadas, para estar ao lado, sem mais ressalvas, das histórias silenciadas e apartadas do seu escopo de interesse e investigação. Enegrecer estas práxis, contracolonizando as suas epistemes, aliançando-as às cosmovisões pluridiversas, é cada vez mais aproximar os nossos fazeres de um cuidado ético-político-sensível às diferenças. A vivência com essas mulheres quilombolas, junto ao território, é um exemplo disso, um processo ao lado e com elas, a fim de que as lutas delas construam novos horizontes teóricos e práticos para a formação de um Psicologia brasileira, atenta ao chão que pisa e aos campos políticos e subjetivos de disputa pela vida. Orientação teórica: As historiográficas anteriormente produzidas sobre os quilombos, crescentes nas investigações das ciências humanas e sociais brasileira, lançaram narrativas sobre estes territórios situando-os estritamente como lugares de fuga da população negra e escravizada no período colonial, em contrapartida, nos estudos decoloniais e contracoloniais recentes, esses espaços ganharam novas histórias e inscrições, sendo atualmente reconhecidos por suas complexidades, resistências, lutas, liberdade e por uma ocupação majoritariamente negra, mas também formados em composição com outras raças e etnias, sendo considerados verdadeiros territórios heterogêneos quanto às populações que os compunham no passado e presente. Contudo, das narrativas existentes, sendo elas do período colonial ou pós-colonial, pouco há relatos, passagens e interesse científico da Psicologia em acompanhar as trajetórias, sabedorias e conflitos que envolvem as mulheres quilombolas. Dentre as obras e pesquisas encontradas, que são transversais e trazem questões e/ou centralizam o lugar da mulher quilombola na formação e manutenção dos quilombos, encontramos caminho junto a Beatriz Nascimento (1980), Lélia Gonzalez (1984), Mariléia de Almeida (2022), Nego Bispo (2023), Clóvis Moura (2024), Flávio Gomes (2015) e com a obra Mulheres Quilombolas: territórios de existências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

negras femininas (2020), e nos certificamos que este campo de pesquisa ainda é um caminho a ser trilhado pela Psicologia. Metodologia: A cartografia, proposta inicialmente por Gilles Deleuze e Félix Guattari (1980), é um modo de pesquisa-intervenção que visa como condição de investigação a postura ético-político da pesquisadora com as vidas que encontra, como sinaliza Nobre, Amorim e Frangella (2019) ao mencionar a pesquisa cartográfica como amparada pela realidade e imanência da vida, que traça como investigação as linhas subjetivas, sociais, biológicas, culturais e econômicas presentes no campo, como também a ideia de que não há um caminho pronto, um objetivo de antemão idealizado e por isso já disposto a priori. Nesse modo de fazer pesquisa o campo é quem apresenta e convida a pesquisadora a traçar caminhos e a se encontrar com as questões que ali se fazem presentes. Assim, é em aliança com as mulheres quilombolas de Acauã e o seu território, em encontros quinzenais, sentadas em roda, que pensamos as suas histórias de vida, as relações em comunidade, as necessidades do território, as dificuldades em unir mais mulheres para a luta política frente ao machismo, patriarcado, racismo e desmatamento das áreas que comportam a comunidade, que aprendemos a fazer pesquisa de modo implicado com elas e com a realidade. Resultados: Apesar da cartografia fazer parte da metodologia inicial, contracolonizar os modos de pesquisa e como nos servimos deles, principalmente no trabalho com mulheres quilombolas, nos faz propor uma nova experiência metodológica e estética para pesquisar junto aos territórios tradicionais. Ainda em fase de elaboração, lançamos uma proposta cartográfica para esse campo, inspiradas nas vivências com as mulheres de Acauã e as particularidades presentes na construção e manutenção de um território tradicional, assim, eis que surge a possibilidade de Quilombografar. A retórica dos quilombos inspirou e inspira até hoje o trabalho da intelectualidade negra brasileira, dentre estes o de Abdias Nascimento (2019) que se propôs a construir ideias-forças para alicerçar a estética e história negra e quilombola ao nosso país, como resultado nos presenteou com o conceito de Quilombismo. Como abertura de caminhos e por perceber as comunidades remanescentes como resistentes e em confluência com os seus antepassados, nos dedicamos a contagiar a pesquisa com estes ensinamentos e descolonizar nossas bases teóricas e as ideias ocidentalizadas de fazer pesquisa, assim forjamos uma nova experiência cartográfica com esses territórios. Conclusão: Assim, Quilombografar prioriza a escuta de mulheres quilombolas, levando em conta os seus territórios físicos e existenciais, um campo de subjetivação que se constituiu há mais de 400 anos e carrega consigo processos de luta, resistência, oralidade, memórias e que até hoje é alvo de invasão e expropriação. Quilombografar é recolher o que há de ancestralidade nesta continuidade e ao mesmo tempo reconhecer as invenções e novas tecnologias construídas por e para essas mulheres. Estas observações e leituras não visa nos exteriorizar como pesquisadoras na relação com o território e com as mulheres de Acauã, mas nos convida a participar da produção destes mapas e rotas subjetivas, levando em consideração uma posição ética-política-sensível junto a esse passado-presente, a fim de com elas arquitetar futuros antirracistas, antissexistas, antimanicoloniais, preservando os territórios e em começo-meio-começo com todas as vidas.

Entre apagamentos e cosmovisões: a produção de subjetividades em territórios violados e a urgência de uma Psicologia Social Contracolonia

Suellen Ananda Fraga (CRP-MG), Lorena Rodrigues (CRP-MG)

Nesta exposição propomos um diálogo sobre os efeitos psíquicos e subjetivos da negação histórica de direitos em territórios periféricos e invisibilizados, marcados por silenciamentos e exclusões sistemáticas. Esses territórios, muitas vezes considerados marginais pelos centros de poder, são espaços onde a desigualdade social, o racismo estrutural e o apagamento cultural operam como forças de desumanização cotidiana. À luz da Psicologia Histórico-Cultural (Vigotski, 2000; Aguiar & Ozella, 2006), compreende-se que os sujeitos se constituem nas relações sociais e históricas, atravessados por contradições entre opressão, resistência e (re)existência. Os processos de subjetivação, portanto, não são neutros: são moldados por disputas de poder que regulam quem pode falar, existir e pertencer.

No contexto latino-americano, especialmente no Brasil, a colonialidade sustenta desigualdades e deslegitima modos de vida, saberes e cosmovisões de populações racializadas, indígenas, quilombolas, ribeirinhas e periféricas (Castro-Gómez & Grosfoguel, 2007; Ribeiro, 2019). A herança colonial não apenas persiste, mas se reinventa através de mecanismos institucionais e discursivos que reforçam hierarquias raciais e sociais. Essa colonialidade do poder, do saber e do ser, como apontam os autores decoloniais, atravessa o cotidiano de grupos historicamente oprimidos, impactando diretamente suas formas de ser e estar no mundo.

A violação de direitos nesses territórios não é acidental, mas parte de um projeto histórico de controle dos corpos e das subjetividades, apoiado por dispositivos que naturalizam a negação da dignidade humana (Carneiro, 2005; Kilomba, 2019; Mbembe, 2018). A necropolítica, conceito desenvolvido por Achille Mbembe, nos ajuda a compreender como certos corpos são considerados descartáveis pelo Estado e suas instituições. O poder de decidir quem pode viver e quem deve morrer é exercido diariamente nas periferias urbanas, nas favelas, nos territórios indígenas e quilombolas, onde a presença do Estado se dá prioritariamente pela via da violência ou da ausência deliberada de políticas públicas.

Essas condições geram efeitos psíquicos profundos: a insegurança constante, o medo, a exclusão, a desesperança e a internalização de estigmas. A subjetividade é impactada por um cotidiano de vulnerabilidade, onde a experiência da violência e da exclusão passa a fazer parte da constituição do self. Isso gera o que podemos chamar de "trauma social", onde o sofrimento não é apenas individual, mas coletivo e reiterado por uma estrutura social injusta.

Diante desse cenário, este trabalho provoca os modos hegemônicos de produção do saber psicológico e convoca a nossa ciência-prática a um deslocamento ético-epistemológico por vias da Psicologia Social enquanto campo do saber, que visibilize os territórios como espaços de produção de subjetividade, memória e vida. A Psicologia precisa se comprometer com uma escuta que reconheça as marcas do racismo, do sexismo, da homofobia, da transfobia e das violências de classe. Isso implica romper com uma visão universalista e eurocentrada de sujeito e reconhecer a diversidade de formas de existência, de sofrimento e de resistência.

Defende-se uma Psicologia enraizada, que valorize saberes ancestrais, práticas comunitárias e lutas coletivas como forças vitais para construir outras existências possíveis (Gonzalez, 1988; Potiguara, 2004). A categoria político-cultural de "amefricanidade", elaborada por Lélia Gonzalez, é central para essa proposta, pois permite

afirmar uma identidade que se forja na encruzilhada entre a resistência negra e indígena nas Américas, revelando uma epistemologia própria, forjada no cotidiano das lutas populares.

É também necessário considerar o lugar de fala como um conceito que desloca o sujeito da neutralidade epistêmica, como aponta Djamila Ribeiro (2019). A escuta atenta daquilo que dizem os corpos historicamente silenciados deve ser acompanhada de uma prática que desloque o centro do saber, questionando quem produz conhecimento, para quem e com quais implicações. A Psicologia, nesse sentido, precisa se reconstruir como ciência comprometida com a transformação social e com a justiça epistemológica.

A valorização das práticas de cuidado e resistência nas comunidades periféricas é outro eixo fundamental. Mesmo diante da precariedade e da violência, emergem nesses contextos formas potentes de organização coletiva, redes de solidariedade e práticas de cuidado que escapam às lógicas institucionais. Esses territórios produzem vida, cultura, subjetividade e memória, e por isso devem ser reconhecidos como potentes espaços de produção de conhecimento. A Psicologia que se propõe social deve estar presente nesses lugares, não como interventora, mas como parceira na construção de novas formas de existir.

Em um país atravessado pela necropolítica, é urgente que a Psicologia se coloque ao lado dos povos na defesa da vida e da memória. É preciso que profissionais da área se posicionem criticamente diante das injustiças sociais, promovendo ações que fortaleçam os laços comunitários, que reconheçam os saberes locais e que apostem na potência da coletividade. Mais do que escutar os sofrimentos, é preciso atuar para transformar as condições que os produzem.

A proposta, portanto, é construir uma Psicologia que, ao invés de se omitir frente às desigualdades, se comprometa com os sujeitos em sua complexidade, historicidade e pluralidade. Uma Psicologia que reconheça os impactos da colonialidade, do racismo estrutural e da desigualdade social na constituição da subjetividade. Uma Psicologia que se deixe afetar pela dor coletiva, mas que também se nutra da resistência que pulsa nos territórios.

Ao final, reafirma-se a necessidade de uma prática psicológica que, ao mesmo tempo em que acolha o sofrimento psíquico, também denuncie as estruturas que o geram. Que possa contribuir com a construção de uma sociedade mais justa, plural e solidária. E que, acima de tudo, mantenha viva a memória dos que resistem e (re)existem cotidianamente nos lugares onde a vida insiste em florescer, apesar das ausências e da violência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Aguiar, W. M. J., & Ozella, S. (2006). A técnica de construção de núcleos de significação.

Carneiro, S. (2005). A construção do outro como não-ser como fundamento do ser.

Castro-Gómez, S., & Grosfoguel, R. (2007). El giro decolonial.

Gonzalez, L. (1988). A categoria político-cultural de amefricanidade.

Kilomba, G. (2019). Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano.

Mbembe, A. (2018). Necropolítica.

Potiguara, E. (2004). Metade cara, metade máscara.

Ribeiro, D. (2019). O que é lugar de fala?

Vigotski, L. S. (2000). A formação social da mente.

Entre Memórias Silenciadas e Práticas de Cuidado: Experiências de uma Psicologia Social Contracolonial na Esfera Pública

Fernanda França Fernandes (UFRJ), Mariana de Castro Moreira (UFF/Rio das Ostras)

Este trabalho apresenta uma experiência situada de psicologia social crítica e contracolonial a partir da concepção, execução e monitoramento do projeto "Práticas Antirracistas Institucionais", desenvolvido no âmbito da política pública, mais especificamente na Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS). O projeto consistiu em dois ciclos de encontros imersivos, com duração de 8 horas cada, voltados para trabalhadores da rede socioassistencial e teve como objetivo central promover letramento racial, convocando os participantes a refletirem sobre os impactos da colonialidade na constituição da subjetividade brasileira e nas práticas institucionais.

O projeto foi concebido como uma prática de cuidado psicossocial que reconhece o lugar do racismo estrutural e da colonialidade como elementos que atravessam e organizam a vida social. Sua inspiração teórica e metodológica baseia-se em epistemologias contra-hegemônicas, com destaque para autoras como Grada Kilomba, Lélia Gonzalez, Chimamanda Adichie, Sueli Carneiro, além do pensamento decolonial de Aníbal Quijano e Frantz Fanon. A partir dessas referências, compreendemos que a psicologia, quando desarticulada das interseccionalidades de raça, gênero, classe, território e sexualidade, corre o risco de atuar como instrumento de reprodução de uma lógica colonial e neoliberal, voltada à produção de sujeitos universais e desvinculados de seu contexto.

Os encontros foram estruturados como vivências de reconexão com as histórias silenciadas do Brasil, buscando reposicionar no centro do debate o protagonismo dos povos africanos e originários. Inspirados no conceito de "histórias não contadas" de Kilomba (2019), os encontros trataram da omissão histórica das experiências de dor, resistência e sabedoria desses povos. Essa abordagem permitiu acessar camadas subjetivas marcadas por apagamentos e violências, muitas vezes naturalizadas tanto no cotidiano institucional quanto nas práticas psicológicas convencionais.

As discussões emergidas nos encontros apontaram para uma ferida colonial ainda aberta: a ausência de reconhecimento da ancestralidade como fonte de saber, identidade e pertencimento. Como afirma Kilomba, contar histórias não é um ato neutro, mas um gesto político que redistribui poder e voz. Nesse sentido, os espaços criados pelo projeto abriram margem para a escuta de narrativas antes silenciadas, tensionando as hierarquias epistêmicas que moldam tanto o campo da psicologia quanto às estruturas institucionais em que ela opera.

A metodologia dos encontros baseou-se em práticas de envolvimento e não de distanciamento – tensionando, portanto, o modelo moderno-colonial de ciência que separa sujeito e objeto. A proposta foi aproximar as pessoas de suas memórias, de suas histórias familiares e comunitárias, dos seus sentimentos em relação à negritude e à branquitude, e de suas responsabilidades ético-políticas. Como nos alerta Ailton Krenak (2023), a humanidade tem evitado o envolvimento com a terra, com as árvores, com a memória e com o outro. Assim como o desenvolvimento, nesse modelo, significa desconexão, o projeto apostou no envolvimento como caminho para a produção de sentidos e de cuidado.

A ancestralidade, trabalhada nos encontros a partir do símbolo Sankofa, foi compreendida não apenas como herança biológica, mas como fundamento existencial, espiritual e político. Sankofa – conceito da tradição

africana que significa "retornar ao passado para resgatar o que foi esquecido" – foi uma ferramenta potente para reconectar os participantes com saberes e práticas apagadas pelo processo colonial. A valorização da ancestralidade, nesse contexto, revelou-se como um ato de resistência, uma reapropriação da memória e uma estratégia de fortalecimento comunitário.

Ao trabalhar o impacto do racismo sobre a subjetividade dos indivíduos e das coletividades, o projeto evidenciou o quanto esse sistema de opressão atua não apenas no nível material, mas também simbólico e afetivo. A desumanização promovida pelo escravismo, o apagamento da filiação dos escravizados, a marginalização das cosmologias negras e indígenas e a imposição de um ideal branco-europeu de humanidade ainda reverberam nas práticas institucionais, inclusive naquelas que se pretendem "cuidadoras".

Durante os ciclos do projeto, foi possível observar como o letramento racial pode ser uma forma potente de cuidado e transformação. Ao entrar em contato com essas memórias silenciadas, muitos participantes relataram desconforto, reconhecimento, vergonha, indignação e também alívio e pertencimento. Essas reações evidenciam a potência política e subjetiva de uma psicologia social que se permite envolver, que reconhece sua implicação nas estruturas de poder e que atua a partir de um compromisso com a justiça racial e epistêmica.

Assim, o projeto "Práticas Antirracistas Institucionais" propõe uma psicologia social que aprende com a experiência quilombola e com os saberes dos povos originários, uma psicologia que se reconhece como parte da luta contra o epistemicídio, contra a normatividade colonial e contra os dispositivos de silenciamento. Trata-se de uma psicologia que entende o cuidado como prática política, que reposiciona a escuta e a memória como ferramentas de cura e transformação, e que aposta na potência do coletivo como resposta à fragmentação promovida pela colonialidade.

Ao apresentar essa experiência no congresso, pretende-se contribuir com o debate sobre os caminhos possíveis para uma psicologia social contracolonial e enraizada em nosso território. O trabalho se insere no movimento de tensionamento das fronteiras do campo psicológico, problematizando suas bases eurocentradas e propondo uma atuação crítica, afetiva e comprometida com a construção de um mundo mais justo.

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. O perigo de uma história única. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Tradução de Renato da Silveira. 16. ed. Salvador: EDUFBA, 2020.

KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. 2. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KRENAK, Ailton. A vida não é útil. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. 8. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

MBEMBE, Achille. Crítica da razão negra. Tradução de Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2018.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2010. p. 107-130.

Letramento racial de docentes no ensino superior: modos de subjetivação do racismo nos afetos da branquitude

Kellen Cristina Prado da Silva (UFG)

O termo "letramento racial" tem sido muito utilizado no linguajar acadêmico corrente para designar o processo de aprendizagem que permite ao sujeito compreender a problemática do racismo sob seus determinantes históricos, sociais e culturais, desenvolvendo um comportamento ético no que diz respeito às relações étnico-raciais e ativo quanto à luta antirracista, independentemente se esse sujeito é branco ou negro. Nossa perspectiva teórico-metodológica contempla essa dimensão da conscientização e ampliação da luta antirracista como uma luta de todos/as os/as sujeitos/as, mas amplia para uma abordagem no campo afetivo do preconceito étnico-racial. É importante identificarmos como as formas de lidar com as questões raciais e de gênero podem ser impactadas pela dimensão afetiva decorrente de práticas sociais significativas envolvendo relações com a diversidade étnico-racial e de gênero. Assim, abordamos o letramento racial na perspectiva de France Widdance Twine, como uma orientação analítica e um conjunto de práticas que refletem mudanças na percepção sobre raça, racismo e branquitude. Partindo das reflexões sobre letramento racial, este texto apresenta resultados de uma pesquisa de caráter qualitativo, mediante entrevistas com docentes e membros das comissões de heteroidentificação de duas instituições de ensino superior, acerca de como esses sujeitos percebem os processos de letramento racial nos quais estão inseridos como sujeitos e profissionais formadores.

A construção da identidade racial é um processo que envolve vários aspectos da história do indivíduo e suas relações sociais. Alguns estudos (SCHUCMAN, 2018; FREEMAN, 2020) demonstraram que as relações étnico-raciais no Brasil decorrem de processos de negociação, que se iniciam no contexto familiar e se articulam às dimensões de classe e gênero. Nesse sentido, o reconhecimento do pertencimento racial pelos sujeitos vai se configurando a partir das interações no contexto familiar, estendendo-se a relações institucionais na escola, no trabalho, na comunidade, e é socialmente validado na autodeclaração. Partindo dessas considerações, este estudo pretende levantar, mediante pesquisa teórica e reflexões sobre o trabalho da autora em comissões de heteroidentificação em duas instituições de ensino superior brasileiras, alguns elementos subjetivos, especialmente vinculados aos afetos da branquitude, que intervêm no trabalho de verificação das autodeclarações de candidatos a cotas para pretos e pardos nas universidades. Partimos da concepção de que a subjetividade se estrutura em um processo de construção histórica e social, e que, portanto, não se identifica apenas com aspectos particulares referidos aos indivíduos, mas apresenta formas de ser e se relacionar compartilhadas pelo coletivo. Assim, identificamos que os afetos da branquitude, ou seja, sentimentos e emoções compartilhadas por sujeitos brancos, reiteram estereótipos, preconceitos e negociam formas veladas de racismo no diálogo com sujeitos pretos e pardos no contexto das comissões de heteroidentificação, e a reflexão sobre a interferência de tais aspectos pode apoiar a elaboração de metodologias mais adequadas ao trabalho de verificação da autodeclaração.

Essa metodologia insere-se como pesquisa de intervenção no Projeto de Pesquisa intitulado Psicologia, Educação e Letramento racial e de Gênero, que tem como objetivos: compreender como as políticas e os processos de formação, voltados a professores, estudantes e profissionais, possibilitam o enfrentamento às violências

raciais e de gênero em espaços educacionais; identificar violências raciais e de gênero no ambiente educacional que interferem nas condições de letramento racial generificado; reconhecer os afetos envolvidos nessas relações e seus processos de mobilização; implementar estratégias e metodologias que participem do processo formativo dessas/es sujeitas/os, voltadas à construção de formas de subjetivação emancipatórias e libertárias. Entendendo que o espaço acadêmico reproduz formas de violência racial e de gênero por integrar esta sociedade, que tem a violência como um dos pilares do sistema capitalista, historicamente excludente a partir dos referidos marcadores coloniais, ao mesmo tempo em que pode também produzir formas de enfrentamento, percebemos que as relações interpessoais nesse ambiente – especialmente entre professores e estudantes - deveriam também passar não só pelo crivo da reflexão e do pensamento crítico, mas também por um processo de sensibilização e mobilização de afetos.

Entendemos que os estudos sobre branquitude, negritude, famílias inter-raciais e letramento racial são uma alternativa que integra um processo de sensibilização para a discussão sobre racismo, sobretudo por parte de pessoas brancas, que não experimentam o processo de dissociação psíquica instalado a partir da dor de ser rejeitado pela cor de sua pele, cabelo e demais traços negróides. Ou seja, a dor é corporificada e materializada no cotidiano das pessoas negras, colocando-as em uma encruzilhada existencial, vivida de forma ambivalente entre sentimentos de amor e ódio, autopreservação e autodestruição. Esse lugar só é passível de ser compartilhado com uma pessoa branca, se houver nela a capacidade de afetar-se, de solidarizar-se com a dor do Outro. Nesse sentido, abordamos o "letramento racial" na perspectiva de Twine (2010), como uma orientação analítica e um conjunto de práticas que refletem mudanças na percepção sobre raça, racismo e branquitude. É uma forma de perceber e responder ao racismo que gera um repertório de práticas materiais e discursivas. O "letramento racial", segundo Twine (2010) possui como pressupostos e componentes: a definição do racismo como um problema social atual e não somente um legado histórico; a compreensão de que as experiências de racismo e racialização são mediadas por questões de classe, desigualdade de gênero e orientação sexual, ou seja, é interseccional ; reconhecimento de valores culturais e privilégios simbólicos da branquitude; entendimento de que identidades raciais são aprendidas, fruto de práticas sociais; aquisição de um vocabulário que incorpore conceitos raciais visando discutir raça, racismo e antirracismo e capacidade de interpretar códigos raciais e práticas racializadas. Esse é o grande desafio para as pessoas brancas, especialmente no Brasil: identificar, reconhecer e combater formas sutis de racismo, pois facilmente se disfarçam de polidez, cuidado, boa intenção, comiseração, dentre outros comportamentos e sentimentos aparentemente nobres, com o fim último de ocultar a existência do preconceito racial em si mesmas.

Twine (2010) identificou em suas pesquisas que a aquisição do letramento racial requer um contínuo conjunto de negociações e os membros brancos das famílias inter-raciais optaram por mergulhar a si mesmos em um "mundo inter-racial", o que exige um investimento emocional, cultural e político. Em outras palavras, adquirir consciência crítica sobre as formas pelas quais o racismo e as ideologias raciais podem estruturar a vida íntima de uma pessoa não é uma consequência automática de viver uma vida inter-racial, nem de estabelecer um relacionamento com alguém negro. A autora constatou que aqueles parceiros que desenvolveram letramento racial eram a minoria dos entrevistados brancos de sua pesquisa. Pessoas brancas que constroem letramento racial frequentemente testemunham as consequências materiais, sociais e psíquicas nocivas do racismo cotidiano, e podem também acessar recursos que são destinados a pessoas que afirmam sua identidade branca e são recompensadas por sua brancura. Contudo, a brancura é sempre mediada por sua posição de classe,

estado civil, profissão, sexualidade, gênero e imersão em comunidades locais e familiares específicas. Nesse sentido, é possível que os membros brancos de uma família inter-racial desenvolvam uma estrutura crítica, identificando situações rotineiras de racismo, avaliando como hierarquias de gênero e classe se cruzam para moldar sua experiência de raça e racismo e identificar e avaliar os sentidos da branquitude, negociando acordos ou pactos locais de raça e racismo. Diante disso, a unidade familiar inter-racial pode possibilitar aos membros brancos a vivência de afetos relacionados à experiência de racismo com membros negros, e conduzir a um rompimento com o lugar da branquitude, construindo identidades raciais assentadas em referenciais culturais, sociais e comunitários negros, mediados pela dimensão afetiva.

Os resultados parciais da pesquisa apontaram para formas de subjetivação do racismo que naturalizam entre os brancos a associação entre características fenotípicas da população negra ou traços negroides com desqualificação estética ou econômica do sujeito: foram observadas associações entre negrura e adjetivos como “pobreza”, “gordura”, “sujeira”, “feiúra”. Evidenciou-se também que a percepção sobre o pertencimento racial do sujeito era influenciada pela sua vulnerabilidade social e estética, dentre outros elementos desqualificadores da posição social. Também foi possível identificar a “superação da brancura” como um elemento presente no discurso dos entrevistados brancos, não só como desejo, mas principalmente como uma busca por legitimação da posição ocupada pelos brancos em um cenário institucional diverso sob o aspecto étnico-racial: só seria possível justificar o protagonismo do branco com as pautas antirracistas se eles mesmos estivessem mais identificados com os negros fenotipicamente. Assim, docentes brancos se autodeclaravam pardos como forma de permanecer protagonistas da luta antirracista empreendida pelas iniciativas da instituição. Os dados da pesquisa ainda são parciais e a coleta de dados ainda está em andamento, sendo que a análise final e conclusão do estudo deve se dar no final de 2027.

Masculinidades e mídias: uma revisão narrativa da produção acadêmica brasileira recentes (2019–2024)

Willian Edson Tomasi (UFSC), Raquel de Barros Pinto Miguel (UFSC), Gabriela Cristofolini Vaz (UFSC), Vitória Rancati (UFSC)

O presente trabalho buscou investigar as produções acadêmicas sobre masculinidades em intersecção com as mídias nas pesquisas brasileiras, através do questionamento: como as produções acadêmicas brasileiras recentes (2019–2024) têm representado, discutido e tensionado as masculinidades em articulação com as mídias, e em que medida essas produções incorporam (ou não) abordagens interseccionais e decoloniais?

A partir dos anos 1970, os Estudos das Masculinidades foram surgindo como um novo campo de pesquisa, tendo ganhado força na década de 80, quando as pesquisas sobre a construção social da masculinidade foram adentrando a diversidade temática das pesquisas internacionalmente. No Brasil, as décadas de 80 e 90 foram importantes para o surgimento das discussões e estudos acerca das masculinidades, com uma compreensão de que não se poderia mais debater feminilidade e masculinidade de uma maneira singular (Couto, 1998; Ribeiro, 2022). Importante frisar, que na América-Latina, a inserção dos estudos sobre os homens e as masculinidades ocorreu de forma diferente do que quando ela surgiu nos países anglo-saxões, sendo que nestes, houve maior interesse dos homens em estudarem a temática, enquanto na América-latina, os estudos foram liderados por acadêmicas feministas.

Corroborando estas pontuações, Vigoya (2001) aponta para três vertentes pelas quais os estudos dos homens e das masculinidades adentraram o Brasil, sendo através das disciplinas de psicologia social, antropologia e sociologia. Aqui iremos discorrer sobre o campo da psicologia social; eram pesquisados conceitos como "identidade masculina" e a "subjetividade masculina", visando uma intervenção clínica ou psicossocial. Neste contexto, os estudos que chegam nos anos 80 pela psicologia, não encontram um campo tão fértil para seu desenvolvimento, tendo chamado atenção para um suposto "mito das masculinidade", trouxeram a discussão sobre homens contemporâneos e o contexto de construção das masculinidades, inaugurando a chamada "crise da masculinidade" (Senkevics, 2015).

"As masculinidades são padrões socialmente construídos de práticas de gênero. Esses padrões são criados por meio de um processo histórico com dimensões globais" (Connel, 2016 p.94). Assim, pensar a intersecção das discussões de gênero, aqui em especial as masculinidades com as mídias, nos permite investigar as formas contemporâneas que esses discursos e práticas estão sendo disseminados.

Casadei (2022), aponta para um crescente interesse nas pesquisas que interseccionam o campo da comunicação e os estudos de gênero nos últimos anos.Soraya Barreto Januário (2022), aponta para a importância das mídias nas relações sociais, sendo esta interação dinâmica e permanente. A interação entre os atores sociais não é uma prática de uma única via, mas, segundo a autora, "uma partilha de representações e retratações entre quem produz e quem recebe os conteúdos veiculados na mídia numa lógica noticiosa e mercadológica".

Assim, contextualizamos mídia com o que afirma Miguel (2008), onde a mídia funciona como um instrumento de mediação na constituição dos sujeitos, mas para além disso, é também constituída por estes sujeitos a partir de determinado contexto social. Com isso, as produções midiáticas são compreendidas também como práticas sociais de determinado grupo. Esse panorama nos trás a

perspectiva dialética da mídia, onde não existe uma passividade do sujeito frente a sua constituição subjetiva (Gonçalves, 2022). Falar em meios de comunicação e em mídias resulta na compreensão de que estamos falando das formas por onde uma mensagem ou informação será transmitida. Isso se dá através de diversos dispositivos, plataformas e veículos disponíveis, como a internet, jornais, mídias sociais, televisão, rádio (Rodrigues, 2023).

Louro (2008) aponta para as mídias impressas, televisivas e digitais como parte de um processo educacional para a construção da sexualidade e gênero dos sujeitos, sendo assim, outra perspectiva para a compreensão desses discursos dentro das mídias digitais se articula no campo da educação na formação de subjetividades, tendo a cultura como pivô.

Com isso, tivemos como objetivo investigar como as masculinidades têm sido representadas e discutidas nas produções acadêmicas brasileiras na contemporaneidade que articulam essas construções com as mídias, analisando os principais enfoques teóricos, metodológicos e interseccionais presentes nessas produções. Para tanto, foi feita uma revisão narrativa nas bases de dados SCIELO/Br, Periódicos CAPES, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e Google Acadêmico. De acordo com Casarin et al (2020), a revisão narrativa é um método de pesquisa não sistematizado, adequado para investigar atualizações sobre um tema, principalmente quando este é amplo.

Os descritores utilizados para pesquisa nas bases de dados foram "(Masculinidades OR Masculinidade) AND (mídia OR mídias)", objetivando abarcar o máximo possível de publicações. Todas as bases tiveram um filtro por período de publicação, de 2019 a 2024, e a obrigatoriedade de ser produção brasileira. Por conta do formato da plataforma do Google Acadêmico, foi adicionado o critério "ordenar por relevância", tendo sido extraídos os textos das cinco primeiras páginas. Todas as pesquisas foram feitas até entre os dias 22 e 25 de maio de 2025.

Foram obtidos os seguintes resultados: SCIELO/Br - 4 textos, periódicos CAPES - 43 textos, BDTD - 209 textos e Google Acadêmico - 149 textos. No total foram extraídos 405 textos. Estes foram organizados em uma tabela com as seguintes colunas: Título, autores, ano de publicação, resumo, referência e seleção prévia. O objetivo dessa primeira análise foi ler os resumos de cada material, buscando investigar se estes se propunham a falar sobre as masculinidades e sua interface com as mídias. Foram excluídos textos que abordavam apenas um ou outro desses dois pontos ou que saíam completamente do tema.

Após análise, o material foi reduzido para 103 textos que compuseram uma segunda tabela. Foram adicionadas novas colunas as anteriores, sendo: tipo de mídia, interseccionalidade, periódico/área e faculdade (com o objetivo de observar onde estes textos estão sendo veiculados). Nesse momento, foram lidas as introduções dos trabalhos, visando investigar mais profundamente as concepções de masculinidades, os tipos de mídias e se havia um cruzamento entre essas duas temáticas. Como resultado, obtivemos 22 teses e dissertações e 33 artigos. Foi decidido que a equipe se concentraria nos 33 artigos, sendo que as teses e dissertações seriam reservadas para uma análise posterior.

A análise dos 33 artigos selecionados aponta para uma produção acadêmica ainda concentrada em certos eixos hegemônicos, mas com tentativas significativas de inclusão interseccionais, vale ressaltar que alguns artigos encontram-se em mais de uma categoria. Dos textos analisados, 10 abordam questões raciais, evidenciando uma presença importante — ainda que minoritária — das masculinidades negras e suas representações nas mídias, como músicas, animações e publicidade. Já 7 artigos trabalham com a temática LGBTQIAP+, refletindo sobre sexualidades dissidentes principalmente em mídias

digitais, filmes e séries. Notou-se, no entanto, que 16 dos textos não apresentam essa interseccionalidade evidente com outros eixos, o que indica uma hegemonia na compreensão teórica das masculinidades na contemporaneidade.

Outras intersecções aparecem pontualmente: o regionalismo/nacionalismo (2 artigos), o futebol (aqui como campo de homossociabilidade masculina) (2 artigos) e a idade (2 artigos). Essa dispersão indica que, embora as mídias analisadas sejam diversas — como redes sociais, curtas, propagandas televisivas, música e aplicativos —, ainda há um predomínio de narrativas centradas em sujeitos masculinos brancos, heterossexuais e cisgêneros. A pouca presença de outras categorias sociais evidencia a necessidade de tensionar a hegemonia epistemológica nas pesquisas, em direção a leituras mais decoloniais e comprometidas com a pluralidade dos sujeitos masculinos e seus atravessamentos históricos e midiáticos.

O avesso do mesmo lugar: uma análise das (im)possibilidades entre a Psicologia e a Educação Popular

Roberta Cravo de Oliveira (UFF), Mariana de Castro Moreira (UFF)

O presente trabalho é fruto da pesquisa de conclusão de curso em Psicologia e surge das inquietações provenientes neste percurso formativo. Assim, visa questionar de que sujeito e de que subjetividade a psicologia tem falado e, sobretudo, trabalhado ao longo dos seus últimos anos. Além disso, entendendo a multiplicidade de existências em seu campo, questiona, inclusive, que psicologia é esta que queremos fazer existir e quais são as psicologias que não estaremos a serviço. Para pensar essa multiplicidade, se propõe a debater o ponto de encontro entre a psicologia e a educação popular, a atualidade de Paulo Freire para discutir uma psicologia que esteja posicionada na conjuntura brasileira. Não sendo possível, dessa forma, falar do encontro sem antes mencionar os desencontros e a trajetória histórica daquilo que estamos nos propondo a estudar.

A ideia do estranhamento e de não reconhecimento neste campo do saber, nos fez olhar a história da psicologia para problematizar as razões do encontro proposto ser tão precário e nos fez discutir a nossa formação e as nossas práticas enquanto profissionais da área. A maneira que a gente herdou um modelo positivista colonial e como esse modelo da psicologia científica ainda marca os nossos processos de formação, faz com que esses processos marquem as nossas práticas e é justamente aí que se dava o desconforto. Dessa forma, surgem as principais perguntas que nos lançaram neste trabalho e nos fazem questionar as heranças coloniais presentes: Por que é assim? Por que temos sido formados desta maneira? Por que as práticas ensinadas têm sido essas?

Esta pesquisa pautou-se na revisão bibliográfica e no relato de experiências formativas (ensino, pesquisa e extensão), que possuem como principal objetivo trazer a história da psicologia não apenas enquanto ciência, mas, também, traçar um paralelo entre a chamada crise da psicologia social e a obra do educador no que tange à ideia de uma educação libertadora.

Para chegarmos ao Paulo Freire, foi preciso dar um passo atrás. Entender que existem muitas formas de contar uma história e, sobretudo, entender essa história não de forma linear, mas exercitando o olhar historiográfico para reconhecer algumas heranças que marcam a própria constituição da psicologia enquanto ciência. O encontro - ou os desencontros - entre a Psicologia e a Educação Popular, nos convida à uma recapitulação histórica que perpassa desde o nascimento da psicologia enquanto ciência, à psicologia social norte americana, à crise da psicologia social, à ideia da matriz crítica e, finalmente, ao Paulo Freire. Vale situar que apesar do autor não ser propriamente contracolonial, a partir e com as suas experiências de Educação Popular, talvez tenhamos começado a exercitar um debate que, hoje, chamamos de decolonial e que possibilita caminhos para nosso encontro com saberes contracoloniais. O objetivo não é discutir a constituição histórica da psicologia, mas passar por ela para lembrar que a partir dessa forma que a conhecemos como ciência, outras práticas acabaram por ficar de fora. A Psicologia Social Crítica, por exemplo, vai perceber um esgotamento na própria Psicologia Social e aprender com outros campos de saberes, através do caráter interdisciplinar, que fogem desse modo moderno de produzir conhecimento e é responsável por nos questionarmos: Por que não encontramos Paulo Freire?

Como traz a própria descrição deste GT, Chimamanda Ngozi Adichie (2019) nos relembra em "O perigo de uma história única", a ideia de que existem muitas formas de contar uma história e que "é impossível falar sobre a

história única sem falar sobre poder" (p. 12). Com a história da Psicologia e a de sua constituição enquanto ciência não foi muito diferente. Quando falamos das vertentes e das abordagens teóricas do nosso campo, é comum que se veja ao longo de sua cronologia a supremacia daquelas que, se enquadrando nos moldes necessários, possuíam uma categoria científica de maior valor. Valor este, é claro, entendido de forma norte centrada e produzido a partir do modo moderno de se fazer ciência nos países do norte. Isso nos faz questionar como foi que a ciência se estabeleceu como um saber sublime, e mais, como a ciência se coloca como única forma de produção de conhecimento. É preciso poder!

Não será possível fazer aqui se não um recorte dessa cronologia, o que também se coloca como uma das inúmeras possibilidades de olhar para essa história. Mas, partindo do que consideramos relevante para traçar os caminhos os quais escolhemos, lançaremos a aposta de que, desde o século XIX, os rumos da Psicologia tiveram fortes influências de um rigor do campo científico e do modelo moderno de fazer ciência.

O fato de muitos dos autores das universidades da América Latina terem recebido sua formação em território norte-americano, justifica o porquê de uma Psicologia centrada no indivíduo ter sido importada para nós, países colonizados. A chamada Crise da Psicologia Social vai desembocar em uma procura por novos caminhos para pensar uma Psicologia que esteja situada de acordo com o seu território.

Ignacio Martín-Baró, psicólogo social salvadorenho, por exemplo, foi um dos grandes teóricos a se comprometer pela busca de psicologias outras, e, que assim, lança um convite para a defesa de uma Psicologia que compreenda a realidade histórica-cultural na América Latina, que lute pela libertação e possua uma práxis comprometida com os povos excluídos - a quem mais tarde, Paulo Freire chamará de esfarrapados da terra. Martín-Baró (2009) afirma que se a Psicologia latino-americana pretende contribuir para a Psicologia universal e para a história dos nossos, é preciso de uma Psicologia da Libertação. Mas esta, que requer uma libertação anterior da própria Psicologia, só será possível pelos caminhos dessa "práxis comprometida com os sofrimentos e esperanças dos povos latino-americanos" (Martín-Baró, 2009, p.196). No Brasil, o nome de destaque para se pensar um novo formato para a Psicologia, foi o de Sílvia Lane. Desenvolvendo o que mais adiante foi nomeada como Psicologia Sócio-Histórica, Lane foi de grande importância para os novos rumos da Psicologia Social e para o fortalecimento de um saber que estivesse alinhado às necessidades do nosso povo e da nossa história. A postura comprometida e militante de Lane resultou na fundação da ABRAPSO e na conscientização de uma psicologia aterrada, que descarta o individualismo e inaugura o papel do psicólogo como um agente de transformação.

A psicologia, carregando como sua herança o modo moderno de produzir ciência, trabalhou com a ideia de um homem fragmentado e sujeito a se encaixar no que chamamos neste trabalho, de leis gerais. Dessa forma, não é de se espantar que, assim como na área da educação, exercemos um papel durante muito tempo marcado por nossas práticas excludentes e categorizadas de um modo universal. O que foi chamado de "A Crise da Psicologia Social" como importante conjuntura para repensarmos as nossas práticas, se dá apenas a partir da década de 60 - período também marcado pela regulamentação da profissão no Brasil (1962), pelo contexto da ditadura civil militar e pelo exílio de Paulo Freire em virtude do golpe -, como uma possibilidade de, caminhando de encontro ao que o educador nos evoca, compormos uma Psicologia situada e compromissada com a transformação social - lema da ABRAPSO. A crise se desencadeia na ideia de questionarmos o modo moderno e norte-centrado, nos obrigando a dialogar com outras áreas do saber, inclusive, com a ideia freireana de Educação Popular. O método de Paulo Freire é, também, um convite a se pensar a determinação do contexto

econômico-político-ideológico da sociedade capitalista em que vivemos. Um convite a nos questionarmos os 'Quês? Para quê? Por quê? Contra o que? Como? A favor de quem?' para lermos o mundo. A preocupação de teóricos como Martín-Baró era de que o papel da Psicologia na transformação de pessoas não antes pensava na transformação da sociabilidade, e, neste contexto, Paulo Freire (1983) nos relembra que não há homens sem mundo, não existe homens sem realidade, e de que o movimento parte justamente das relações homens-mundo. É dessa forma que os olhares críticos da Psicologia Social vão se inspirar nas práticas do educador.

Os ensinamentos e o legado de Paulo Freire não se esgotaram em sua própria obra. O autor, que tanto acreditava na ideia da transformação, não buscava em seus escritos o pensamento único e a universalidade. Estavam passíveis de mudanças. Acreditava "ser capaz de recomeçar sempre, de fazer, de reconstruir, de não se entregar, de recusar burocratizar-se mentalmente, de entender e de viver a vida como processo, como vir a ser..." (Freire, P., [S.l.] apud hooks, 2017), dialogando por exemplo, com o autor Antonio Bispo dos Santos (2023) com a ideia da circularidade: somos começo, meio e começo. Freire deixa em seu legado o desafio de uma reflexão crítica à volta da história. Convida-nos a repensar nossos comportamentos, nossas práticas e as nossas possibilidades de fazer existir um mundo mais justo e comprometido com as massas populares. De fazer existir um mundo menos verticalizado do que este que conhecemos hoje. E assim, também convida a nós da Psicologia, a repensar nossos processos de formação e nossas práticas para que sigamos com coragem. De ouvir, de acolher, de lutar e de transformar.

Psicologia que Ginga: encontros, transgressões e (po)éticas do encantamento na Comunidade Chico Mendes

Maria Fernanda da Silva Piucco (UFSC), André Luiz Strappazzon (Departamento de Psicologia, UFSC)

Esta escrita refere-se ao relato de experiência(s) tecida(s) de modo rizomático - a muitas mãos, pés, (a)braços - no projeto de estágio curricular e extensão universitária "Escuta Coração da Chico: Intervenções psicossociais na comunidade Chico Mendes" do curso de psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

O Instituto Gerações da Chico (IGC) fica localizado na Comunidade Chico Mendes, uma das nove comunidades que compõem o bairro Monte Cristo, em Florianópolis. Caracteriza-se como uma Organização não Governamental (ONG) sem fins lucrativos que atende um público de 60 crianças e jovens, construindo um espaço comum por meio de atividades coletivas como oficinas artísticas, apoio pedagógico, rodas de conversa e práticas esportivas.

Este relato tem como objetivo compreender os planos que atravessam e constituem as práticas cotidianas da psicologia no IGC que escapa às injunções do instituído e recusa modos preestabelecidos de se relacionar e existir nas instituições, tecendo análises a partir das forças que atravessaram-nos ao longo da experiência. Por meio do método cartográfico (Passos, Kastrup & Escóssia, 2020) e da implicação ética (Romagnoli, 2014), busca-se tensionar as formas instituídas de saber-fazer da psicologia no âmbito do "terceiro setor" (Paiva & Yamamoto, 2008) em contexto periférico e no enfrentamento da "questão social" (Montaño, 2012), mobilizando uma perspectiva de abertura do corpo aos encontros que entrelaça processos e fluxos, relações e afetos.

A partir de autores como Frantz Fanon, Audre Lorde e Grada Kilomba, Passos (2023) historiciza a construção, pela Europa ocidental, de uma matriz que opera pela redução e padronização dos múltiplos modos de existir a um binarismo normativo e simplista fundamentado em uma noção colonial de ser. Nesse regime discursivo, as diferenças foram capturadas por categorias identitárias a partir da racialização da existência, justificando políticas punitivistas baseadas na periculosidade e na suposta irrecuperabilidade dos desvios, herdadas das teorias higienistas, eugenistas e da degenerescência. Tal noção justifica os processos outrificantes que delegam a população negra, pobre e periférica a um lugar de "não-ser", possibilitando a construção da figura desses inimigos criminosos por sua caracterização através do medo e dos riscos que demandam uma resposta preventiva, sediada na segurança pública e em nome da defesa social (Cruz et al., 2017; Passos, 2023).

A colonialidade fabrica, portanto, uma universalização racista que apaga, silencia e homogeneiza saberes, culturas e tradições que não se conformam às concepções eurocêntricas, transformando a existência em alvo de extermínio sistemático a partir de uma política que mescla ódio e temor às diferenças humanas disfarçada de projeto civilizatório e progresso moral (Passos, 2023). De acordo com Lugones (2020, p. 57), é preciso afirmar que a "colonialidade permeia todos os aspectos da vida social [...] Ou seja, toda forma de controle do sexo, da subjetividade, da autoridade e do trabalho existe em conexão com a colonialidade", sendo parte constitutiva da formação social, cultural, científica, econômica, religiosa, política, ética e estética da realidade brasileira (Passos, 2023).

Com base em Nobre e Amorim (2022), questiono: Como tecer no cotidiano outros possíveis? Que outros usos podemos fazer dos saberes, dos espaços, dos encontros? Como perfurar muros e desviar caminhos que apontem outros modos de desobediência?

É nessa perspectiva que Rufino (2019) propõe uma Pedagogia das Encruzilhadas, um projeto poético/político/ético arrebatado por Exu, no qual as encruzilhadas são tempo-espaço de potência onde saberes, forças e histórias coexistem, se atravessam, se entroncam e se recriam, esculhambando a linearidade dos cursos únicos (Rufino, 2019).

Dessa forma, a relação entre a temática de nossa escrita e o "GT 32: Por uma Psicologia Social Contracolonial" aponta para a artesania futuro-ancestral de uma psicologia que rompe com projetos políticos neoliberais. Tal como a ginga das capoeiras, buscamos encontrar saídas para as arapucas que obstruem as liberdades por meio de invocações, incorporações e performances guiadas por outro senso ético-estético (Rufino, 2019), apostando no agenciamento de forças instituintes que desestabilizam a dominação colonial multissecular do poder-ser-saber. Nesse sentido, tal psicologia dança com Nêgo Bispo na transfluência dos mundos, onde saberes ancestrais escorrem como rios e confluem, férteis, nas margens vivas das práticas.

Ao longo das idas semanais à instituição, na disposição corpórea do "estar ali em com-junto", compartilhamos refeições e seus preparos na cozinha, encarnamos personagens em brincadeiras e contos, jogamos futebol, acompanhamos eles na UFSC, participamos de aniversários e datas festivas na comunidade, manejamos conflitos, pintamos - papeis, cartolinas, peles, brincamos no parquinho, confeccionamos miçangas e guias, compomos rodas de conversa e de capoeira, conversamos nas calçadas e estivemos nas instituições e moradias que ali se erguem, ampliando o plano transdisciplinar de fazeres da psicologia.

Semana após semana, crianças e jovens reivindicavam o caminhar pelas ruas do território. Conforme Silva et al. (2021), a inserção territorializada da nossa profissão requer movimentos de uma psicologia que caminha. Essa prática não foi apenas um deslocamento físico-espacial, mas um habitar itinerante e corpografado que nos colocou em relação com a comunidade.

Esse conhecer-sentir implicado pelo corpo, sob olhares e trajetos conduzidos pelas crianças, jovens e outros moradores da comunidade, produziu uma cartografia onde o lugar se transforma em espaço de calor vivido, encarnado e compartilhado. São memórias e histórias relacionadas ao território, vizinhanças, ecologias de pertencimento e perspectivas trans-locais que inscrevem significados no espaço e escancaram, em ato, as intersecções entre gênero, raça, classe, território e faixa etária.

A retomada do corpo é ponto crucial da Pedagogia das Encruzilhadas, por ser o território corporal o primeiro lugar de ataque do colonialismo. Essa noção traz para a encruzilhada também a de mandinga, destacando aspectos singulares vinculados aos saberes corporais que só podem ser vislumbrados no rito, na performatividade e nos gestos (Rufino, 2019).

As ações policiais foram recorrentes em nossa vivência no território e nos relatos de crianças, jovens e outros moradores da comunidade, expressando a militarização da "questão social" no viver diário da Chico (Cruz et al., 2017). A presença constante do braço armado do Estado justificado pela guerra às drogas impõe o medo como parte da experiência de condenação imposta para a população pobre, majoritariamente negra e periférica, ocorrendo uma gestão policial da vida que promove a obediência como projeto de cidade, ordem e progresso (Passos, 2023).

Nas brechas, buscamos dar passagem a indignações e compor desobediências de discursos normativos que deslocam o privado-individual para o público-coletivo, compreendendo que a prática emancipatória deve incorporar instâncias de inconformismo, rebeldia e transgressão (Rufino, 2019). Como nos ensina Milton Santos, no território, como espaço-tempo de encontros e de produção subjetiva, emergem planos de inscrição da

racionalidade dominante, e, de modo coexistente, como lugar possível de processos de resistências à captura capitalística (Yasui et al., 2018).

Com as crianças, os encontros foram experimentados por meio do cruzo entre traquinagem, brincadeira, curiosidade e (com)fabulação, onde o saber se confeccionava coletivamente nas relações barulhentas e vibrantes. Para um mundo edificado sob totalidades, produtor de regimes de verdade assentados em práticas de injustiças, lança-se gestos de ruptura: desvios, anti-disciplinas, desobediências... uma miríade de possibilidades insurgentes e de encantamentos. Invoca-se, assim, a arte do brincalhão, que gargalha frente às normas, transformando desordem em vitalidade e caos em um convite à artesania de novos mundos (Rufino, 2019). Promove, portanto, uma convocação perturbadora para o processo de trabalho que exige a quebra da burocracia tão entranhada em nossos corpos. Trata-se de afirmar a potência antimanicolonial do desnorteamento epistemológico, contrário ao pensamento fixo, definido e irrevogável típico da colonialidade (David & Vicentin, 2023).

Faz-se importante uma posição crítica, criativa e que dialogue com as contradições que riscam os chãos do "terceiro setor", que deve ser concebido como espaço de construção da cidadania, e não instrumento de desresponsabilização do Estado que transforma a garantia de direitos em ato voluntário da compaixão salvacionista (Caponi, 1999). Para isso, o profissional não deve atuar de modo isolado e imediatista, mas trabalhar transdisciplinarmente em rede a partir das demandas do território, produzindo rachaduras nas práticas que fazem da psicologia sustentáculo do complexo industrial-prisional-manicomial-farmacêutico (Passos, 2023).

Frente aos limites e disputas do "terceiro setor", propõe-se um trabalho voltado à composição de bons encontros como possibilidades éticas, estéticas e políticas de ampliação da existência a partir de práticas perambulante-coletivas de cuidado, escuta e criação no cotidiano. São, assim, encontros repletos de presença que rasuram o jogo de valores atribuído aos moradores de periferias e produz outras experimentações de si e da cidade, outras escritas das histórias e biografias e outras temporalidades que não a da produção mercadológica (Nobre & Amorim, 2022; Strappazzon & Maheirie, 2016). Conforme Neves (2004), trata-se de interferir na produção de políticas de subjetivação, engendrando interferências que façam vazar os atravessamentos, dobras e traçados das diferentes linhas que compõem a vida.

São bordadas linhas de uma psicologia atenta às frestas que possibilitam a produção de agenciamentos afirmação da diferença como força constitutiva do comum. Entre indisciplinas, caos e bricolagens, constituiu-se uma experiência que tonalizou trajetos para sensibilidades, encantamentos e aterramentos no processo formativo de "aprender com", os quais desacomodam referências instituídas, impulsionam repertórios corporais-estéticos-poéticos e abre os poros para outros devires. Oferenda lançada nas esquinas para que Exu sopre suas travessias, não repousa em trilhos prontos - ela gira, escorre e se espalha.

Território, apicultura e natureza viva: narrativas de povos quilombolas a partir de uma psicologia contracolonial.

Isabel Florêncio Monteiro Tabosa Pinheiro (UPE), Beatriz Gonçalves Cunha (UPE), Suely Emilia de Barros Santos (UPE), Clarissa Marques (UPE), Bruna Yasmim Quental Alves (UPE)

O presente trabalho narra a experiência de extensionistas na comunidade quilombola de Castainho na cidade de Garanhuns, por meio do programa de extensão "Um Pé de Saúde: Andanças pelo território quilombola", que está vinculado à Universidade de Pernambuco - UPE - campus Garanhuns e ao Laboratório de Ações Coletivas e Saúde-LACS. O Um Pé de Saúde assumiu, desde o seu início, o compromisso ético-político com o quilombo Castainho e seus moradores, dedicando-se a construir ações coparticipativas a partir do que é solicitado pela própria comunidade com propostas de promoção em saúde a partir da Educação Popular freireana (Freire, 1987) evidenciando o contexto histórico da comunidade através da formação de conhecimento a partir da valorização dos saberes tradicionais locais (CPT, 2013).

Nessa direção, o território não só indica os caminhos, mas acompanha as extensionistas em suas andanças, evidenciando a dimensão colaborativa em caminhar-com, surgindo assim, o desenho da atividade aqui narrada: uma visita à casa-território de um agricultor e quilombola localizada no território rural do Agreste meridional pernambucano. A partir da escuta de suas narrativas no quintal de sua morada, entendido como extensão viva de sua existência e ancestralidade, constrói-se uma reflexão acerca da invisibilização dos saberes e modos de vida quilombola nas práticas e teorias psicológicas hegemônicas, dando lugar a uma expressão singular de uma ecologia ancestral que rompe com a ideia de natureza enquanto recurso e propõe, em seu lugar, a noção de natureza viva.

A proposta se insere no Eixo 11, "Psicologia Social e Relações étnico-raciais", ao abordar a importância de práticas contra-hegemônicas ancoradas em territórios vivos. Relaciona-se diretamente ao Grupo de Trabalho "Por uma Psicologia Social Contracolonial", ao propor a valorização dos modos de vida ancestrais como base para uma psicologia referenciada nos povos historicamente oprimidos, em oposição a uma psicologia eurocentrada, alheia aos saberes dos povos originários.

A escolha metodológica é um relato de experiência, compreendido como um modo de compartilhar experiências do programa de extensão, a partir de narrativas que contam um caminhar pelo território como possibilidade de compartilhamento de saberes e aprendizagem. Para Benjamin (1985), a narrativa é um modo artesanal de compartilhar experiências, distanciando de um relatório.

A escuta do anfitrião e a observação de seu quintal revelaram um espaço que não se reduz a uma função produtiva ou decorativa, mas que encarna uma concepção de mundo em que plantas, animais, objetos, memórias e espiritualidade coexistem e se interconectam. A partir de sua atividade com a apicultura, seu quintal é apresentado como uma forma de extensão do corpo e da ancestralidade, sendo um território político, simbólico, afetivo e existencial.

A criação das abelhas espelha o funcionamento do que Nego Bispo (Santos, 2023) chama de "roça quilombola" ao falar das áreas de cultivo em comunidades quilombolas, que representam muito mais que uma fonte de sustento: são práticas tradicionais, ancestrais que respeitam o movimento assinalado por Nego Bispo: "A terra dá, a terra quer" (Santos, 2013) Assim, este trabalho dialoga com o posicionamento contracolonial do referido autor, ao questionar a produção de conhecimento na psicologia

quando centrada em processos de subjetivação individuais, distanciando de uma leitura coletiva dos fenômenos e propõe a denominação contracolonial como estratégia de resistência territorial e epistêmica.

Por isso, é necessário questionar a apropriação dos saberes ancestrais por discursos "modernos", que desconsideram a centralidade do pertencimento e da oralidade. Por exemplo, a crítica à agroecologia, que surge da constatação de que, embora utilizando termos como "saber popular" e "resgate de tradições", muitas vezes ignora as dinâmicas vivas e orgânicas que sustentam o conhecimento ancestral, impondo metodologias externas de sistematização que violentam a organicidade das práticas quilombolas (Santos, 2023).

Como resultado, reafirma-se que o quintal quilombola, longe de ser apenas espaço de produção ou subsistência, é território de memória, espiritualidade e vida coletiva. A apicultura ali praticada está imersa em uma lógica de cuidado circular, que respeita os ciclos da natureza e os saberes ancestrais transmitidos oralmente. As colmeias são manejadas sem o uso de tecnologias invasivas, com base na observação do comportamento das abelhas e na escuta dos saberes de quem veio antes.

Trata-se de um saber que não busca eficiência técnica, mas equilíbrio e harmonia. É justamente essa forma de produzir e existir que confronta diretamente a lógica de cultivo dominante que, embora se proponha como alternativa sustentável, muitas vezes mantém estruturas que hierarquizam os saberes científico/acadêmico em detrimento dos saberes dos povos tradicionais.

A conclusão a que se chega é a de que práticas tradicionais de cuidado com a natureza, como a apicultura quilombola, desafiam os fundamentos modernos da psicologia e nos convocam a ampliar nossa compreensão do que é cuidado, saúde e subjetividade. Uma psicologia social contracolonial deve, portanto, ser capaz de reconhecer e se orientar pelos saberes territoriais, não como objetos de estudo, mas como possibilidade de questionar e resistir à hegemonia convencional de teorias e práticas descontextualizadas e desterritorializadas.

Visitar uma roça quilombola, com suas abelhas, plantas e histórias, é um convite à psicologia para habitar outros tempos, outras epistemologias, outras éticas e cosmopercepções. É também uma denúncia à colonialidade persistente nas práticas acadêmicas, inclusive nas que se dizem críticas. Nesse sentido, a psicologia que se pretende contracolonial não poderá prescindir de escuta: será no encontro com quintais como este, vivos e insurgentes, que ela poderá, de fato, se reconstruir.

Vivências que se (con)fundem: interseccionalidade, afrocentricidade e contracolonialidade em relacionamentos afetivos de mulheres negras

Giovana Carla de Jesus Santos (UFMG), Lisandra Espíndula Moreira (UFMG), Letícia Cardoso Barreto (UEMG)

Pretendo refletir nesta apresentação sobre os relacionamentos afrocentrados enquanto potência de contracolonização, especialmente da vivência de mulheres negras neles inseridas. Para tanto, apresento reflexões possibilitadas em dois espaços de diálogo: na pesquisa "o amor tem cor: relacionamentos afetivo-sexuais afrocentrados enquanto espaço de cura e resistência", orientada pela prof.ª Dra. Letícia Cardoso Barreto, na qual tive a oportunidade de ser bolsista de iniciação científica contemplada pela FAPEMIG trabalhando em conjunto com uma equipe composta por duas estudantes negras, além de mim, e um estudante negro; e nos caminhos pensados para minha pesquisa de mestrado, agora, intitulada "escrevivendo afetos: um estudo sobre o amor preto na vivência de mulheres negras", orientada pela prof.ª Dra. Lisandra Espíndula Moreira e contemplada com bolsa pela CAPES. A primeira teve por objetivo compreender as razões que conduzem pessoas negras aos relacionamentos afetivo-sexuais afrocentrados e os impactos desses relacionamentos em suas vivências, já a segunda, foca na experiência de mulheres negras nessas relações.

Escrevo em primeira pessoa, ainda que esteja em coautoria com minhas orientadoras de pesquisa, mulheres brancas. Enquanto mulher negra inserida em relacionamentos afetivos afrocentrados, trago vivências de nossas interlocutoras que, muitas das vezes, se (con)fundem com as minhas, como pontua Conceição Evaristo ao tecer suas escrevivências. Desse modo, a tecitura dessa escrita e pesquisa representa a possibilidade de contar nossas histórias a partir de nós mesmas e, como pontua Glória Anzaldúa, reescrever histórias mal escritas sobre nós, considerando que as percepções acerca de mulheres negras no contexto afetivo são carregadas de estereótipos que não traduzem verdadeiramente nossas experiências.

Ingressei na universidade no ano de 2019 e, apesar de me identificar racialmente enquanto uma pessoa negra, não me implicava politicamente com isso naquela época. O contato com o Movimento Negro da universidade me convidou a pensar sobre questões diversas, dentre elas, notei que algumas pessoas ali inseridas faziam a escolha consciente de se relacionar afetivo sexualmente apenas ou preferencialmente com outras pessoas negras. Alguns anos mais tarde, essa observação, somada a outras reflexões e experiências, se torna tema da pesquisa apresentada.

Externamente à universidade, a temática dos relacionamentos afrocentrados tem aparecido em contextos diversos. Em 1991, o Movimento Negro Unificado (MNU) criou a campanha "Reaja a violência racial: beije sua preta em praça em pública", com o verso do poeta Lande Onawale (ORI), destacando a importância das demonstrações de afeto entre pessoas negras e subvertendo a lógica de que somos indignas de sermos amadas. Nas redes sociais, a comunidade Afrodengo no Facebook se destaca enquanto um grupo voltado para a discussão do amor entre essa população, se ramificando em outros grupos como o Afrodengo – amores livres, que foca na não monogamia na vivência de pessoas negras. Registramos, também, em 2022, o surgimento de um aplicativo de relacionamentos para pessoas negras que objetivam estabelecer relações afetivo-sexuais entre si, o Denga Love, demonstrando a adesão da população às relações monorraciais.

É importante diferenciarmos as relações monorraciais negras das relações afrocentradas. Isso porque, a primeira consiste em relacionamentos compostos por pessoas de mesma identificação racial, mas que não necessariamente se caracterizam como escolhas conscientes e/ou políticas. Para definir a segunda, nos baseamos no conceito de

afrocentricidade de Molefi Keti Asante, perspectiva que coloca pessoas africanas como agentes de suas próprias narrativas, compreendendo por africanas as pessoas que sustentam o fato de seus ancestrais terem vindo de África para outras partes do mundo, abarcando pessoas em contexto de diáspora. As interlocutoras da primeira pesquisa definiram relacionamentos afrocentrados como relações estabelecidas entre pessoas negras que possuem letramento racial e que têm potência de descolonização, representando um movimento político da população negra. Entendemos que as relações afetivo-sexuais afrocentradas caminham ao encontro da perspectiva de contracolonização apresentada por Antônio Bispo dos Santos como a reedição de nossas trajetórias a partir de nossas próprias matrizes. Nesse sentido, se dá a relação deste trabalho com o GT proposto.

Enquanto povo que foi sequestrado e privado de acesso à própria ancestralidade, a vivência da diáspora em uma sociedade colonizada, racista e sexista é violenta para os nossos corpos de mulheres negras em diversas áreas de nossas vidas, sendo a experiência afetiva uma delas. A partir de bell hooks, compreendemos como a escravização interferiu na forma como aprendemos a (não) expressar nossas emoções como uma estratégia de sobrevivência. Lélia González evidencia estereótipos que foram atribuídos a nós, como o da mulata e o da doméstica. Nos lançando hora para o campo da hipersexualização, hora para a esfera da servidão. Já Ana Cláudia Lemos Pacheco discorre sobre a solidão afetiva da mulher negra como um reflexo de uma sociedade que nos desumaniza. Essas especificidades presentes em nossas (in)experiências afetivas revelam a sobreposição dos marcadores de raça e gênero em nossas vivências, o que Kimberlé Crenshaw nomeia enquanto Interseccionalidade.

Diante das inúmeras violências que nos atravessam, a população negra tem construído estratégias de resistência desde o início da colonização. Um exemplo marcante é a formação de quilombos neste território. bell hooks demarca que pessoas negras em condição de escravização criaram maneiras de se expressar afetivamente ainda que com todas as barreiras emocionais enfrentadas. Desse modo, os relacionamentos afetivo-sexuais afrocentrados representam, para as interlocutoras da pesquisa, uma estratégia política de enfrentamento ao racismo, bem como um espaço de resistência e aquilombamento. Algumas delas relatam a experiência de compartilhar de um universo simbólico que contém signos e experiências parecidas. Fica evidente que, a maioria de nós, encontra pouco ou não encontra o acolhimento de nossas vivências nos relacionando com pessoas brancas. Relações estas em que, segundo as entrevistadas, se operam dinâmicas de poder. Cabe ressaltar que essas dinâmicas existem em relacionamentos das mais variadas formas, nesses casos, se percebe mais diretamente as dinâmicas de racismo.

No diálogo com uma interlocutora de pesquisa que, assim como eu, nasceu em uma família interracial, apareceram questões relacionadas aos impactos da vivência nessas famílias em diversos aspectos das nossas vidas, como o próprio reconhecimento da identidade. A entrevistada evidencia que a convivência familiar acarretou, em diversos momentos, uma percepção negativa de si mesma. Os estudos de Lia Vainer Shucman evidenciam processos violentos de negação da negritude de filhas, filhos e cônjuges negros nas famílias interraciais, como reprimir o uso de tranças e atribuir nomenclaturas como “morena/o” por exemplo. Esse encontro possibilitou reflexões sobre a perpetuação de violências raciais no ambiente familiar e o desejo pela manutenção da identidade racial por meio dos relacionamentos afrocentrados.

Ainda que os relacionamentos afetivo-sexuais afrocentrados apresentem efeitos positivos na vivência de pessoas negras, existem riscos em uma visão romantizada sobre eles. Rhuann Fernandes, em uma pesquisa com pessoas negras não monogâmicas evidencia que relações monorraciais que se baseiam em lógicas monogâmicas podem reproduzir violências. Algumas de minhas interlocutoras relatam a vivência da não monogamia, destacando a não centralidade das relações românticas em suas vidas e evidenciando a construção de um senso de coletividade e comunidade como um fator importante para relacionamentos que se propõe a romper com concepções eurocêntricas de afeto.

Cabe destacar que essa é uma das formas de rompimento com as perspectivas hegemônicas sobre relacionamentos, mas não a única, bem como não está ausente de desafios. Desse modo, são tecidos artesanalmente, como propõe Geni Núñez em sua noção de "artesania dos afetos".

Na retomada das perspectivas ancestrais, podemos perceber as relações afrocentradas como potências de contracolonização. Digo retomada porque, apesar dessas movimentações em diáspora terem sido registradas a partir de determinado tempo, os modos como os relacionamentos se estabelecem não são novos. Geni Núñez ressalta a existência de práticas não monogâmicas, por exemplo, entre pessoas indígenas e africanas anteriores à invasão de seus territórios pelo povo europeu. Essas sociedades se organizavam de maneiras distintas da forma como nossa sociedade colonizada se organiza atualmente. Organização esta que sobrecarrega mulheres negras em atividades socialmente invisibilizadas, como limpar, cozinhar e cuidar de crianças e idosos. Compreendemos, também, que ainda que os relacionamentos afrocentrados resgatem perspectivas africanas de afeto, África não é um continente homogêneo, uma vez que existem, no território, populações que se organizam de maneiras distintas, e que o continente também sofreu impactos com a colonização.

Notamos que as relações afetivo-sexuais afrocentradas se caracterizam como um espaço de fortalecimento afetivo, resistência ao embranquecimento fenotípico e dos modos de vida, como pontua Cida Bento, e como potência de contracolonização que se dá pela disposição de rompimento com as perspectivas eurocêntricas de relacionamentos e para a construção de outras perspectivas que não necessariamente estão dadas, mas que podem se fazer artesanalmente. A partir dessas reflexões possibilitadas pela pesquisa de iniciação científica, no mestrado proponho continuar refletindo com mulheres negras sobre sua inserção e vivência em relacionamentos com outras pessoas negras. Nesta etapa, proponho que essa construção seja coletiva, a partir de um Grupo de Escrevivências. A proposta é que possamos escrever livremente sobre nossas experiências afetivas ao longo de alguns encontros para que, posteriormente, possamos compartilhá-las. Trabalhar com nossas escritas pode ser uma maneira de compreender vivências que se (con)fundem em marcadores sociais diversos e possibilitar a construção de uma narrativa por nós mesmas e que nos contemple.

GT 33: POVOS DE TODO O MUNDO, UNI-VOS! PSICOLOGIA E MARXISMO PARA ENFRENTAR O CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO DESTRUIDOR DE TODAS AS FORMAS DE VIDA

Coordenação: Lisandra Chaves de Aquino Morais (UFRN), Marcelo Dalla Vecchia (UFSJ), Guilherme Araújo Marques da Silva (UFG)

A experiência de monitoria em psicologia educacional e a urgência de uma retomada ontológica do aprender

Selena Oliveira Dantas (UFRN), Pablo de Sousa Seixas (UFRN)

Nas graduações de psicologia, os componentes curriculares que abordam as temáticas escolares e de educação têm grande potencial para integrar os discentes a uma discussão cara à compreensão de sua ciência. Essa seria a discussão dos fundamentos do sujeito humano, em uma tentativa de resgate de sua ontologia, a partir do complexo da educação. Essa derivação analítica auxilia não somente assimilações teórico-práticas necessárias à área da psicologia escolar, mas as de qualquer campo da atuação profissional. A partir dela pretende-se ampliar a compreensão do humano, resgatando os fundamentos necessários que permitiriam à ciência psicológica não recair em posições mistificadoras da realidade.

O presente trabalho pretende apresentar a experiência de uma prática de monitoria embasada em metodologias de ensino e aprendizagem, partindo da discussão sobre o que exatamente fundamenta os conceitos epistemológicos das vertentes psicológicas. Esse processo vem sendo realizado à luz das teorias da psicologia histórico cultural e da pedagogia histórico crítica, e pretende auxiliar o manejo de dois fenômenos comumente observados nos cursos de psicologia: a dificuldade por parte dos discentes em se apropriar dos referenciais teóricos acadêmicos e filosóficos e, similarmente, a dificuldade por parte dos docentes com o exercício da prática de ensino. Ambas dificuldades revelam a tendência histórica dos cursos de psicologia do país em favorecer, exclusivamente, o repasse de técnicas psicológicas em detrimento do debate ontológico do objeto científico. Essa cultura docente muitas vezes forma profissionais capacitados para lidar apenas com um cenário específico de atuação, e pouco hábeis a aplicar seus conhecimentos à vasta diversidade de situações que compõem os campos de trabalho.

O projeto Experiência de Monitoria nos componentes curriculares do campo da Psicologia Escolar e Educacional no curso de Psicologia, da UFRN, promove contribuições à demanda existente por um aprimoramento da formação de psicólogos da área educacional, causada pela crescente solicitação desses profissionais nas escolas públicas brasileiras, mas não apenas. Esse tipo de articulação entre educação e psicologia vem contribuindo para a melhoria do aprendizado na graduação como um todo, entre estudantes, monitores e professores. Afinal, se desenrola através da coletivização do conhecimento e sua construção a partir de duas áreas de conhecimento de objetos similares e histórias entrelaçadas enquanto saberes filosóficos (Filho, M., & Chaves, H. V., 2016).

Embora a aprendizagem possa ser considerada natural ou mesmo inerente ao ser humano, a educação é uma prática historicamente localizada que influencia diretamente o teor e as formas do aprender. Assim, ter atenção às práticas de educação é um exercício indispensável à

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

emancipação humana e de caráter ético político. Em nosso atual cenário, é possível apurar que os métodos de ensino hegemônicos não visam ajudar a construir esse projeto, mas meramente justificam a falta de oportunidades de uma boa formação educacional universal. Dessa forma, blindam a reprodução capitalista de qualquer responsabilidade pela restrição à qualidade educacional. Não por acaso, os saberes da psicologia e da educação são abraçados pelo crivo da racionalidade moderna no início do século XIX a fim de embasar cientificamente essa perspectiva. Desse modo, a crítica de suas práticas historicamente vigentes contém a chave para a escrita de uma nova história da aprendizagem, a partir do entendimento ontológico de suas implicações e possibilidades.

A partir dos componentes ministrados pelo docente e pelas monitoras, articulam-se fundamentos ontológicos educacionais a fim de auxiliar a abordagem de questões centrais para a Psicologia Escolar (conceitualização de educação, fracasso escolar, relação entre psicologia e educação, e o atendimento a queixas escolares). Dessa maneira, a experiência da aprendizagem é entendida como base de realização e organização das atividades humanas, e assim indispensável para o desenvolvimento humano que conhecemos e estudamos. A própria conduta da monitoria acaba sendo pautada por um olhar cuidadoso aos fundamentos da educação, e assim capacita as monitoras através dos debates de textos em supervisões coletivas. Esses debates, por sua vez, fomentam suas práticas pedagógicas que consistem em análises de cada uma das aulas lecionadas, plantões de dúvidas e utilização dessas dúvidas sobre as temáticas discutidas como norte para o planejamento das aulas posteriores, além de ferramentas pedagógicas auxiliares diversas (como leituras grupais, exibição de filmes, leitura de poesia, literatura, música e ciclos de debates) que são selecionadas com base em dificuldades reais apresentadas pelas turmas, o que garante fidelidade a esse olhar que privilegia a realidade da sala de aula ao invés de cronogramas rígidos, que não dialogam ela (Seixas, 2023).

Foi possível observar uma melhora na qualidade do ensino no curso através da vivência da monitoria nos componentes citados, e verifica-se que, em outras experiências de projetos de monitoria, resultados positivos foram similarmente obtidos (Seixas et al., 2023). A experiência referenciada neste estudo teve início no ano letivo de 2024 e continua em andamento até o final de 2025, e já a essa altura as práticas de ensino e aprendizagem foram consolidadas e provaram-se instrumentos valiosos para a melhoria do aprendizado entre graduandos de psicologia. São exemplos dessas práticas o diálogo horizontal entre docente e discentes, a disponibilização de fóruns e grupos online com os alunos da turma, a constante análise da execução das aulas e seus planejamentos em conjunto.

A partir desse formato é mais viável compreender as particularidades de cada estudante contemplado, da própria turma enquanto unidade, e consequentemente conduzir de maneira mais exitosa a prática da docência. Essa experiência vem tornando evidente a importância de estabelecer relações mais horizontais dentro da vivência de sala de aula, e a partir dela é também possível ressaltar como a abordagem crítica das temáticas da psicologia escolar e educacional são cruciais e estratégicas dentro do universo acadêmico.

A luta nasce e continua da necessidade da luta: a dimensão subjetiva das alternativas populares de organização do trabalho na luta pela terra no Brasil e na Colômbia.

Gabriel Sanjuliano Tozato (PUCSP), Odair Furtado (PUC-SP)

Este trabalho é um recorte da análise da dissertação de mestrado intitulada “Trabalho, Subjetividade e América Latina: as alternativas populares no Brasil e na Colômbia”. A proposta da comunicação será apresentar e articular as categorias de análise produzidas na pesquisa como expressão das dimensões subjetivas das alternativas populares de organização do trabalho no Brasil e na Colômbia, tomando como expressões desse processo a análise das alternativas: no Brasil, a Comuna da Terra Irmã Alberta e a Cooperativa Terra e Liberdade como expressões organizativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); na Colômbia, a Cooperativa Multiactiva por la Paz, a Cooagropaz, fruto dos processos de Reincorporação na assinatura dos Acordos de Paz de 2016 entre o Estado colombiano e as FARC-EP. A pesquisa parte de um cenário concreto pós-pandêmico e crise sistemática do capitalismo colocado em processos particulares das suas contradições forjadas na divisão internacional do trabalho que impõe o recrudescimento da precarização das condições de vida das classes trabalhadoras na América Latina. Em um primeiro momento, buscamos compreender as determinações deste esse fenômeno à luz das mediações que constituem a totalidade do movimento das dinâmicas do capitalismo na atualidade e sua intensidade e contradições particulares em nossa região, posto em um cenário de intensificação da precarização das condições de vida forjadas na intensificação da superexploração da força de trabalho. Entretanto, a contribuição deste debate também se dá na busca pela compreensão das múltiplas determinações da constituição das alternativas de organização do trabalho como forma de enfrentamento aos processos de precarização e pauperização das classes trabalhadoras latino-americanas, condições as quais vêm sendo aprofundadas no período recente pelo recrudescimento das políticas neoliberais e tendo como sua expressão máxima o recrudescimento das condições de insegurança alimentar. Reafirmamos a necessidade de compreensão das formas de enfrentamento que vem sendo produzidas pela organização popular, as quais devem ser compreendidas nas dimensões subjetivas da realidade. A imposição do sistema de metabolismo social do capital se dá pela subordinação do trabalho ao capital em seu processo irracional de acumulação infinita, esse sistema nega a própria humanidade constituída no trabalho como protoforma da práxis humana, como condição ontológica do ser social, como intrínseca relação sociometabólica entre ser humano e natureza. O desenvolvimento das forças produtivas é o desenvolvimento das forças destrutivas da natureza e da própria humanidade, é a própria desestruturação do ser social, a negação da humanidade e da natureza, geradora de uma subjetividade inautêntica, relação estranhada e alienada com o trabalho. O modo de produção capitalista enquanto modo de sociabilidade e controle das mediações sociais, apesar de seu caráter totalizante e totalitário, carrega dialeticamente a sua negação e a possibilidade de sua superação, isso porque esse sistema não é natural e nem eterno, é constituído no fazer humano da história. O fazer histórico também se dá na negação da dominação totalitária do sistema do capital, sempre presente desde o seu surgimento. É o enfoque nas determinações negativas desse processo histórico e no olhar atento para as construções na atualidade de alternativas como formas de enfrentamento à imposição do projeto de morte do capital na América Latina que apresentamos como argumento central deste trabalho. É nossa tarefa histórica enquanto contribuição para a

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

Psicologia Social latino-americana, buscar compreender as experiências presentes que já produzem a partir de acúmulos e formas históricas e ancestrais a negação a essa dominação, recuperar a memória desses processos, constituídos nas distintas maneiras de enfrentamento e de organização como negação de um modelo hegemônico de reprodução da vida. Desde as primeiras formas de luta e resistência contra a invasão, nas lutas por seus territórios, contra a escravidão, por independência, por libertação, contra as ditaduras e contra o neoliberalismo. As alternativas aqui estudadas se constituem a partir dessa ancestralidade e em seu momento histórico, também na originalidade de construção de seus horizontes emancipatórios. Desde as lutas anticoloniais até as lutas antineoliberais, os povos sem história fizeram a história da América Latina e se fizeram na história. Trazendo o enfoque para o momento atual, as expressões estão nas revoltas, nos diferentes movimentos, formas associativas e de construção de alternativas ao modelo neoliberal que se alicerça no aprofundamento da superexploração da força de trabalho. Essas diferentes expressões se constituem nesse momento histórico como negação direta a esse processo, seja pelas revoltas e rebeliões populares, bem como pela conformação de movimentos sociais organizados. As alternativas estudadas são expressões e símbolos da dialética da história latino-americana, determinadas em sua constituição, na real luta de classes de seus países, forjadas a suor e sangue em seus territórios por seres humanos que se forjam no fazer histórico. Nesses movimentos específicos, constituem seus territórios e fazem suas realidades nacionais, as quais compõem o motor da história da América Latina. Além disso, se constituem a partir das suas condições materiais, da real possibilidade dos sujeitos concretos que a constroem em seu tempo e em seus territórios, apesar da permanência da violência. Esse sujeito político emerge da real necessidade de existência, da necessidade posta na negação da dominação do desenvolvimento do capitalismo dependente latino-americano que se assenta sobre a superexploração da força de trabalho e da condição estrutural de desigualdade nas realidades latino-americanas, a qual em seu movimento mais atual sob o neoliberalismo vem intensificando a fome e outras violências. O sujeito político e essas alternativas, que se constituem de forma dialética, emergem da real necessidade de existência dada nas condições materiais forjadas na história da América Latina, na especificidade das realidades nacionais e realizada nos territórios concretos de vida. A compreensão desse processo passa necessariamente pelas dimensões subjetivas da realidade que constituem as alternativas de organização do trabalho estudadas, as quais devem ser entendidas a partir da dialética subjetividade-objetividade. Sendo assim, compreender essas alternativas a partir das dimensões subjetivas produzidas nessas relações, nos permite avançar na compreensão do fenômeno em sua essência, buscando superar compreensões parciais e dicotômicas historicamente presentes na Psicologia latino-americana ou em outras perspectivas do saber. Nesse sentido, podem ser a dita relação entre a ancestralidade e o horizonte emancipatório das lutas latino-americanas, se consolidando como constituição efetiva de relações solidárias e alternativas na negação do capitalismo e como possibilidade de humanização, isso porque, mesmo inseridos na dinâmica do capital, constroem uma negação às suas determinações pela constituição de outras relações possíveis. Essas relações podem apenas se realizar por meio da singularidade humana, porque fundadas na condição ontológica da humanidade do trabalho, na potencialidade exclusivamente humana de transformar intencionalmente a realidade para suprir suas necessidades. Essa atuação intrínseca à condição humana forja as relações entre seres humanos, que passam a se constituir nessas, portanto, também a partir e nas dimensões subjetivas da realidade. São produto da história ativamente humana, construída constantemente por esses seres humanos, que se constituem nas relações forjadas nas dimensões subjetivas da realidade, também

constituintes dessas alternativas. Refirmamos a Psicologia Sócio-Histórica e o materialismo histórico e dialético como referencial teórico-metodológico. Sendo assim, compreendemos o método como a busca pela apreensão do movimento do fenômeno em sua essência, como uma maneira posicionada de atentar-se às mediações e contradições presentes na constituição dos fenômenos da realidade para conhecê-los. A análise se configura a partir do processo de organização das informações coletadas nos campos e se consolida na caracterização histórica e na construção de categorias de análise específicas para cada uma das alternativas, as quais expressam a análise das dimensões subjetivas dessas alternativas populares de organização do trabalho. A organização da exposição da análise se dá na caracterização histórica do processo de constituição desses movimentos e de suas expressões organizativas, bem como na discussão das categorias de análise construídas nesse processo. Entendemos que esses momentos compõem o nosso eixo de análise: as dimensões subjetivas das alternativas populares Comuna da Terra Irmã Alberta, Cooperativa Terra e liberdade e Cooagropaz. Na análise do campo brasileiro, na Comuna da Terra Irmã Alberta e Cooperativa Terra e Liberdade, como expressões organizativas do MST, a organização das categorias de análise foi feita da seguinte forma: I. A constituição do sujeito político: das vivências da desigualdade à luta como transformação, sendo constituída por a) As vivências da desigualdade: as sementes da luta b) O encontro com o MST: o florescer do sujeito político c) A transformação do sujeito político; II. Outras relações possíveis na construção de um projeto de vida; III. A constituição de um trabalho com sentido na construção da comuna e da cooperativa. No campo colombiano, constituído na análise da Cooperativa Multiactiva por la Paz, a Cooagropaz, chegamos à construção das seguintes categorias de análise: I. A luta nasce e continua da necessidade da luta, a qual inclui a) A necessidade da luta e b) A continuidade da luta como necessidade da luta; II. A organização popular como reconstrução de um horizonte emancipatório ancestral; III. A resistência como negação da reincorporação, na qual estão desenvolvidas a) Do sentimento de traição à construção autônoma da resistência e b) Nos ha tocado a nosotros sobrevivir con el estigma y con el miedo: a reincorporação apesar da permanência da violência; IV. É trabalho, mas não é trabalho.

A prática psicológica em um abrigo: entre a revolução e a subversão da escuta

Paula Matoski Butture (UERJ), Juliana Maria da Cruz (UFSC)

O presente trabalho busca investigar as interseções entre os conceitos de subversão psicanalítica e revolução, articulando as ideias de Lacan e Marx. O trabalho busca compreender como a prática de escuta psicológica pode incidir politicamente na prática institucional, especialmente em um contexto de acolhimento de adolescentes, propondo uma reflexão sobre os conflitos sociais e institucionais que emergem nesses espaços.

A pesquisa parte da experiência prática em uma instituição de acolhimento para adolescentes, onde se enfrentam desafios relacionados à precariedade do serviço, à resistência da equipe em discutir casos e à reprodução de discursos de segregação. A instituição, marcada por rotinas e normas que não consideravam a singularidade dos sujeitos acolhidos, limitava-se a oferecer teto e alimentação, sem proporcionar um espaço para a escuta e o acolhimento da palavra. Nesse contexto, aquilo que surge inicialmente como um sentimento de impotência e revolta diante das contradições institucionais torna-se material para pensar as transformações possíveis e impossíveis em uma realidade complexa, tornando, portanto, o conceito e revolução como elemento para pensar a revolução de que se fala quando se está diante de um locus de trabalho que reproduz estruturas de dominação e desigualdade.

A partir dessa experiência, o trabalho resgata os conceitos de revolução em Marx, destacando sua relação com a história e o tempo. O conceito é escolhido como central por indicar a possibilidade de uma transformação que elimine a possibilidade de recrudescimento a um estado anterior na estrutura social. Marx interpreta o capitalismo como um sistema circular e fechado, sustentado pela exploração do trabalhador, que produz a mais-valia como um resto não simbolizável. A revolução proletária, segundo Marx, surge como uma possibilidade de superação do capitalismo, inaugurando um novo modo de pensar a história e a sociedade. As autoras relacionam essa perspectiva com a teoria lacaniana do mais-de-gozar, mostrando como ambos os conceitos revelam a alienação do sujeito e a produção de sintomas sociais.

O conceito de "revolução permanente", inicialmente utilizado por Marx, aparece como uma crítica às revoluções burguesas, que tendiam a interromper o processo revolucionário antes de alcançar mudanças sociais mais profundas. Para ele, a revolução proletária deveria ser um movimento contínuo, que não apenas derrubasse o poder político da burguesia, mas também transformasse as estruturas sociais e econômicas, superando o capitalismo.

A "revolução permanente" em Marx está ligada à ideia de que o proletariado, ao conquistar o poder político, deve continuar lutando para transformar a sociedade, sem se limitar a reformas superficiais. Trotsky, por sua vez, retoma o conceito no início do século XX, especialmente em sua obra "A Revolução Permanente" (1930). Ele argumenta que, em países atrasados economicamente, como a Rússia, a revolução socialista não poderia ser realizada em etapas separadas (primeiro a revolução burguesa e depois a socialista). Em vez disso, a revolução deveria ser um processo contínuo, no qual as tarefas democráticas e socialistas se entrelaçassem. Trotsky também enfatiza o caráter internacional da revolução, afirmando que o socialismo só poderia ser consolidado globalmente, com o apoio de movimentos revolucionários em outros países.

A "revolução permanente" também implica uma crítica à ideia de que a revolução tem um ponto final. Ela sugere que o processo revolucionário deve ser mantido vivo, adaptando-se às mudanças históricas e sociais, e enfrentando as forças contrarrevolucionárias que buscam restaurar o antigo regime. Nesse sentido, a revolução permanente é tanto uma estratégia política quanto uma visão de mundo, que reconhece a luta contínua como parte essencial da transformação social.

Em nosso trabalho, o conceito de revolução permanente é mencionado como uma forma de pensar o conflito estrutural da sociedade capitalista. Relacionamos a ideia de Marx com a psicanálise lacaniana, destacando que, assim como a revolução permanente busca superar os grilhões do capitalismo, a psicanálise trabalha com o conflito permanente do sujeito dividido, que nunca alcança uma completude. Ambos os conceitos apontam para a necessidade de enfrentar os impasses e contradições de forma contínua, sem buscar soluções definitivas ou totalizantes. Aqui trata-se, portanto, de abdicar das noções de revolução atreladas ao conceito de progresso ou de sucessão natural do poder, visto que o que se entende necessário é criar condições para que o novo e o singular emerjam.

Nesse sentido, ao articular o conceito de revolução em Marx com a prática psicológica em um abrigo para adolescentes, resgatamos o conceito de subversão em Lacan, o qual está diretamente relacionado à sua teoria do sujeito e à descoberta freudiana do inconsciente. Para Lacan, a subversão refere-se a um movimento que desestabiliza as concepções tradicionais sobre o sujeito, a verdade e o saber, introduzindo uma nova lógica que coloca o inconsciente como central na constituição do sujeito. Esse conceito é trabalhado ao longo de sua obra, especialmente no texto "A Subversão do Sujeito e a Dialética do Desejo no Inconsciente Freudiano" (1960).

A subversão lacaniana parte da ideia de que o sujeito não é uma entidade autônoma e consciente, mas sim dividido, marcado pela falta e determinado pela linguagem. Lacan subverte a noção cartesiana de "penso, logo existo", mostrando que o sujeito do inconsciente é cindido e que sua verdade não está na consciência, mas nas falhas, lapsos e formações do inconsciente. Ele afirma que o sujeito é um efeito da cadeia significante, ou seja, é produzido pela relação entre os significantes que estruturam a linguagem.

A subversão também se manifesta na relação entre saber e verdade. Para Lacan, a verdade não é algo que pode ser plenamente conhecido ou dominado pelo saber; ela é sempre meio-dita, parcial e escapa à totalidade. Essa perspectiva subverte a lógica tradicional que busca uma correspondência direta entre saber e verdade, mostrando que o saber é sempre incompleto e que a verdade emerge como causa do sujeito.

Outro aspecto importante da subversão em Lacan é sua crítica à centralidade do eu. Ele retoma a metáfora da revolução copernicana para mostrar que Freud realizou uma revolução "em sentido contrário", descentralizando o sujeito e colocando o inconsciente como o verdadeiro centro. Lacan também subverte a ideia de perfeição e totalidade, ilustrada pela crítica ao movimento circular das órbitas celestes na revolução copernicana, propondo, em vez disso, a lógica elíptica de Kepler, que inclui o vazio como um dos focos.

Na prática psicanalítica, a subversão se traduz na ética do desejo e na posição do analista. O analista não busca impor um saber ou uma verdade ao analisante, mas sim abrir espaço para que o sujeito se confronte com sua divisão e com o desejo que o move. Essa postura subverte a lógica do poder e da autoridade, colocando o analista como um semblante que sustenta a causa do desejo.

Em suma, ao desestabilizar as certezas e as estruturas tradicionais, a subversão psicanalítica, aplicada como uma escuta que permite que o sujeito fale sobre seu próprio sintoma, permite uma nova leitura do sujeito, da verdade e do saber. aponta para a impossibilidade de uma completude e para a necessidade de lidar com o conflito e a falta como constitutivos da experiência humana. A ética psicanalítica, fundamentada na ideia de "bem dizer" o desejo do sujeito, contrapõe-se à lógica institucional que busca respostas generalizáveis e soluções prontas, oferecendo uma abordagem que valoriza a singularidade e a diferença.

Essa articulação entre revolução permanente e subversão do sujeito permite ler e traduzir a prática psicológica institucional como tendo uma incidência política sobre conflitos institucionais, oferecendo um "abrigo da palavra" que contrasta com a lógica totalizante da instituição.

A mudança que a psicanálise pode engendrar numa instituição diz respeito à possibilidade de abrir espaço para a verdade como causa do sujeito, o que pode auxiliar aqueles que a buscam a melhor servir-se dos significantes. Assim, a psicanálise pode contribuir para transformar os conflitos institucionais e sociais, sem se arvorar como prática revolucionária, mas como uma leitura crítica do sintoma. Assim, torna-se possível abrir espaço para que os sujeitos e apropriem de seus significantes e enfrentem os ciclos de repetição em que se enredam de modo a, quem sabe, possibilitar o advento de uma revolução que seja, de fato, criadora do inédito.

As relações de camaradagem e a coletividade: as experiências das juventudes militantes em organizações comunistas

Gabriela Del-Ponte Moreira da Silva (UFRGS), Rosemarie Gartner Tschiedel (UFRGS)

A juventude, enquanto categoria multifacetada e socialmente construída, apresenta inserções diversas nos estratos sociais, atravessadas por determinações históricas, culturais, sociais e territoriais. Os/As jovens, ao mesmo tempo em que são considerados sujeitos centrais em processos de transformação social, são também frequentemente compreendidos enquanto incapazes de autonomia de si. Essa ambivalência torna a categoria juventude enquanto uma vivência extremamente contraditória. Nesse contexto, as organizações políticas constituem-se como espaços nos quais os jovens podem orientar sua atividade, sejam estas organizações de caráter cultural, identitário ou, como foco deste trabalho, organizações comunistas.

Este resumo apresenta alguns dos resultados obtidos na pesquisa de dissertação intitulada "Juventudes e Militância Organizada: Subjetividades e Produção de Sentidos no Fazer-Ser Militante", vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGPSI-UFRGS). A dissertação tem como objetivo principal compreender os processos de produção de sentido atribuídos à militância por jovens militantes e ex-militantes de organizações comunistas atuantes em Porto Alegre (RS). No presente texto, serão discutidos elementos relacionados a um dos eixos temáticos da pesquisa: as relações de camaradagem e a perspectiva de coletividade dentro dessas organizações.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa CEP-IPSSCH da UFRGS. Para a produção do material, foram realizadas duas entrevistas com cinco jovens que atuam ou atuaram em organizações comunistas. A primeira entrevista teve como foco compreender as trajetórias de vida e engajamento político dos participantes, enquanto a segunda aprofundou motivações, sentidos e afetos relacionados à experiência militante. A análise dos relatos revelou motivações e expectativas extremamente complexas e que atravessam a vivência da militância, especialmente no que se refere à subjetividade das juventudes brasileiras.

Do ponto de vista teórico-metodológico, a pesquisa ancora-se em uma perspectiva ético-política alinhada ao campo da Psicologia Social, ao materialismo histórico-dialético e ao compromisso ético-político-estético da psicologia. Nesse sentido, inspira-se na proposta de Martín-Baró (2017), psicólogo e militante salvadorenho, que aponta caber aos pesquisadores sociais, o compromisso de estudar os mecanismos que mantêm o povo alienado diante de sua própria realidade e, a partir disso, contribuir para a transformação da mesma.

Desse modo, com base na escuta de jovens militantes vinculados a diferentes expressões do campo comunista, as relações de camaradagem e coletividade emergem como dimensões centrais — embora tensionadas — da experiência militante. Os relatos evidenciam que, embora a construção coletiva e os laços camaradas sejam reconhecidos como potentes e desejáveis, esses mesmos espaços são atravessados por conflitos, desigualdades estruturais e dinâmicas subjetivas que, muitas vezes, geram esgotamento e sofrimento psíquico.

Depoimentos de duas entrevistadas, destacaram que a ausência de acolhimento e o sentimento de invisibilidade dentro das organizações produzindo sofrimento, especialmente entre mulheres e pessoas negras. A falta de diálogo, a desvalorização de opiniões e a reprodução de opressões — ainda que em espaços que se propõem revolucionários — revelam limites significativos para a construção de práticas transformadoras verdadeiramente coletivas e emancipadoras.

Outros entrevistados apontaram que a militância organizada se configura como um projeto de vida que, embora gratificante, também acarreta perdas subjetivas importantes, como o distanciamento de vínculos afetivos,

o comprometimento da saúde mental e a sobreposição da atividade política em relação à vida pessoal. As tensões entre o compromisso com a transformação social e a anulação de si aparecem de forma recorrente nas entrevistas, evidenciando a complexidade da experiência militante.

A esse respeito, Jodi Dean (2021), ao discutir o conceito de camaradagem, afirma que este produz um senso de pertencimento e coletividade, ou seja, a percepção de que os esforços individuais ganham significado no interior de um projeto comum, sustentado pelo reconhecimento mútuo entre camaradas. No entanto, o que foi possível observar nas entrevistas é que a camaradagem apesar de configurar-se enquanto um projeto revolucionário de constituição das relações no interior das organizações comunistas, é fragilizada por práticas internas decorrentes da realidade material burguesa: de competição, disputas personalistas e formas de exclusão que destituem o ideal revolucionário.

Há um discurso proferido por Che Guevara em 1962, durante a comemoração do segundo aniversário da integração das organizações juvenis em Cuba. Nesse texto, amplamente discutido em espaços comunistas, Che propõe que a/o jovem comunista deve ter como horizonte a construção coletiva e a superação das debilidades e contradições internas das organizações, reconhecendo nelas não apenas seus potenciais, mas também suas fragilidades. Como afirma: “devemos conhecer nossas fraquezas para liquidá-las e adquirir mais força” (Che Guevara, 1962).

Contudo, os relatos indicam que a distância entre o ideal revolucionário e o cotidiano organizativo é vivenciado pelos jovens militantes. Embora muitos deles encontrem, em núcleos específicos das organizações, um espaço de potência e pertencimento, a existência de “panelas”, favoritismos e práticas de silenciamento gera frustração e desencanto. O medo da exposição, o receio de não estar à altura dos pares e a falta de incentivo à participação ativa mostram como as organizações políticas podem reproduzir dinâmicas hierárquicas e competitivas oriundas do mundo burguês.

De acordo com Minetto (2018), a contradição entre indivíduo e grupo e a complexa relação entre o político e o pessoal podem gerar processos críticos que tanto fortalecem quanto fragilizam os militantes. Quando essa contradição é vivida como conflito intenso e não elaborado, pode produzir desgastes subjetivos profundos. Por outro lado, quando as relações político-pessoais se constituem como espaços de escuta, afeto e acolhimento, tornam-se importantes fontes de sustentação para os militantes.

Essa ambivalência também apareceu nos relatos analisados: apesar das dificuldades enfrentadas, a presença de redes de afeto e confiança entre camaradas é destacada como um fator protetivo e mobilizador. Em quase todos os depoimentos, mesmo diante das fraturas organizativas, permanece a aposta na reconstrução de sentidos coletivos. Como disse um dos entrevistados, “conhecer e respeitar os limites de cada camarada é também reconhecer os limites do partido — e construir, a partir deles, outras formas de organização”.

Compreende-se, neste momento, que a experiência militante das juventudes comunistas está marcada por uma complexa teia de contradições que atravessa o desejo de transformação social, a construção de laços coletivos e a experiência subjetiva da militância. A camaradagem, ainda que fragilizada por tensões internas e desigualdades, segue sendo um horizonte desejado e possível de reconstrução. A militância, é tanto espaço de formação quanto de esgotamento — oriundo da reprodução das desigualdades estruturais, mas, sobretudo, a alternativa coletiva de superação do capital.

REFERÊNCIAS

DEAN, Jodi. Camarada: um ensaio sobre pertencimento político. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.

MINETTO, Isadora. Sofrimento psíquico na militância: uma análise de seus processos críticos. 2018. 110 p. Monografia (Graduação em Psicologia) - Universidade Federal do Paraná, Paraná, 2018.

Ataques de extrema violência nas escolas brasileiras e as relações sociais de gênero

Paula Emmanuele da Silva Oliveira (UEFS), Mariana Lins e Silva Costa (Universidade Estadual de Feira de Santana)

O presente resumo apresenta os resultados parciais da pesquisa em andamento intitulada "A influência das relações sociais de gênero no desenvolvimento de comportamentos violentos dentro das escolas segundo a perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural". Nosso objetivo é expor como a relação entre os ataques e o gênero masculino é apresentada em algumas pesquisas sobre a temática, e elucidar a historicidade da construção de papéis sociais de gênero, a partir de uma análise fundamentada no materialismo histórico-dialético. Essa pesquisa se caracteriza como uma revisão bibliográfica a partir das publicações encontradas sobre a temática em periódicos online, valendo-se de fontes primárias e secundárias para apresentação e análise dos dados.

Os atentados de extrema violência no interior das escolas no Brasil se caracterizam como um fenômeno cuja presença na sociedade brasileira pode ser compreendida de maneira relativamente recente, especialmente se forem comparados a outras configurações violentas que já predominam no país. Ao se realizar uma retomada histórica dos casos registrados até o presente momento, é possível compreender a presença dos referidos ataques no cenário brasileiro como descontinuada por um longo período. Nos últimos anos, contudo, o aumento no número de casos deste tipo começou a preocupar autoridades e a população brasileira, auxiliado, em certa medida, pela veiculação midiática dos mesmos que causaram grande comoção no âmbito social civil. Ao todo foram registrados 36 ataques, que compreendem os anos de 2001 a 2023, sendo que destes, 58,33% ocorreram no período de fevereiro de 2022 a outubro de 2023 (Vinha et. al, 2023).

Dentre as características explicitadas em Brasil (2023) e Vinha et.tal (2023), é possível traçar um perfil dos atacantes. Os atributos pertencentes àqueles que planejaram e executaram os crimes em questão são recorrentemente identificados com uma significativa semelhança: nos casos reportados, a predominância de perpetradores homens e jovens é de notório destaque (Vinha, et al., 2023; Brasil, 2023), sendo a única exceção registrada a de uma estudante em um ataque ocorrido no final de 2024, em Natal (RN) e que ainda se encontra sob investigação no momento da atual pesquisa.

Tal padrão suscita a necessidade de explicação acerca da relação entre o gênero masculino e a violência dos ataques, ou seja, sobre como a construção social do gênero masculino encaminha a violência como uma possibilidade de conduta. Em tempo, entendemos que esse perfil não pode ser tomado com um conjunto de características que geram previsibilidade acerca das ações violentas, como uma sintomatologia. Ao contrário disso, esse perfil demonstra o sujeito histórico, a possibilidade contemporânea de formação da masculinidade e sua relação com a violência. Defendemos que uma análise pautada na teoria eleita permite que o fenômeno em tela seja recuperado e explicado a partir de suas múltiplas determinações desde a estrutura da sociedade até as relações interpessoais (Costa, 2022). O enfrentamento a explicações meramente descritivas ou moralizantes sobre o problema é uma das tarefas importantes em relação ao tema.

De maneira geral, as publicações que versam sobre a temática apontam a importância dos estudos sobre gênero para a elucidação do fenômeno, mas não o tomam como objeto de suas pesquisas (Brasil, 2023; Vinha et al., 2023). Já os textos que buscam explicar a relação entre gênero, masculinidade e os ataques (Silva; Pedersen, 2024; Machado; Bernabé, 2024; Gonçalves et.al, 2024) afirmam a notoriedade com relação ao gênero masculino,

violência e a construção da masculinidade neste momento histórico. Embora tratem de gênero de maneira crítica, não reducionista ou biologicista, a explicação acerca das razões que encaminham homens e meninos a atacarem escolas não é revelada em sua gênese concreta.

Isso quer dizer que tais contribuições são importantes para a compreensão dos ataques nas escolas brasileiras, mas como não estabelecem relação com o modo de produção capitalista, acabam por não explicarem como a violência é forjada como um traço da masculinidade neste momento da história. A explicação da relação entre violência e masculinidade precisa partir da sua gênese material e com isso, superar concepções descritivas do fenômeno que, por exemplo, afirmam ser a violência parte integrante de uma masculinidade tóxica. A descrição do fenômeno está correta, mas a explicação só pode avançar e revelar as múltiplas determinações do gênero se revelar sua gênese concreta: como e quais são as características condições de gênero necessárias à reprodução capitalista? Qual o papel da violência na formação masculina contemporânea? O fato de os autores dos ataques serem homens e meninos revela mais sobre a sociedade capitalista do que sobre os atacantes individualmente. Suas biografias são importantes, mas isoladas não são mais do que um fragmento na compreensão do fenômeno. A apreensão histórica da relação entre violência e masculinidade nos permite superar concepções que patologizam e individualizam a barbárie.

Nesta concepção, entendemos que a noção de masculinidade, perpetuada e compreendida de maneira hegemônica na sociedade contemporânea, possui forte relação com a função que a masculinidade desempenha no interior do sistema capitalista. Sua representação se faz de maneira a reforçar juntamente ao patriarcado e ao modo de produção vigente, as opressões perpetuadas pelos homens nas esferas pública e privada de maneira a perpetuar a rede de privilégios que a figura masculina detém (Kawamura, 2021), sendo a gênese deste sistema de opressões fundamentada na materialidade do sistema capitalista.

Com vistas a compreender historicamente os papeis sociais de gênero e superar as frequentes explicações naturalizantes do mesmo, foi realizado um levantamento bibliográfico, no ano de 2025, de autores que compreendem o gênero a partir do materialismo histórico-dialético, uma vez que entendemos que a formação do conceito só pode ser bem explicada ao se vincular sua constituição a materialidade da vida. Deste levantamento, destacamos as produções realizadas por Izquierdo (2013), Vieira (2019), Corbelo (2019) e Souza (2006) uma vez que trazem contribuições, com base no materialismo histórico-dialético, a fim de fundamentar a compreensão do conceito de gênero de forma a atrelá-lo à sua materialidade histórica.

Na análise da construção de gênero compreendida nesta pesquisa buscamos a superação de concepções reducionistas uma vez que entendemos que para compreender a gênese da construção dos papéis sociais de gênero devemos voltarmos para o entendimento do vínculo existente entre a atual organização societária e a constituição da noção de gênero, pois, tal como expressam Marx & Engels (2001):

“A maneira como os indivíduos manifestam sua vida reflete exatamente o que eles são. O que eles são coincide, pois, com sua produção, isto é, tanto com o que eles produzem quanto com a maneira como produzem. O que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais da sua produção.” (p.11)

Seguindo as bases teóricas do materialismo histórico-dialético, Izquierdo (2013) refuta a cisão na análise dos conceitos ao afirmar que o sexo detém seu significado em decorrência do gênero e por ele é afetado. Para a autora, “o gênero consiste em um sistema de imputação de

posições sociais apontado no caráter sexual da procriação" (Izquierdo, 2001, p.10, tradução nossa), sendo a fundamentação do conceito pautada intrinsecamente na divisão sexual do trabalho. Dessa forma, a autora não nega que haja uma diferenciação entre os dois conceitos, no entanto, infere que devem ser explicados em uma lógica dialética, uma vez que são forjados em uma cultura que utiliza o sexo em uma democracia ideológica como justificativa para as desigualdades entre os indivíduos, distanciando as disparidades de seu fundamento social (Vieira, 2019).

Estando dispostos em uma realidade material na qual desde bebês comportamentos e capacidades distintos são esperados e fomentados de acordo com o sexo, entendemos que esta configuração não surge desconexa das desigualdades fundadas pela divisão sexual do trabalho, que impõe no modo de produção capitalista patriarcal necessariamente uma distinção valorativa e moral no que diz respeito a cada um dos sexos. Nesta análise, portanto, compreendemos que, partindo do entendimento que a materialidade é fundante da consciência (Marx & Engels, 2001), o processo de socialização também é permeado pelas distintas valorações e expectativas destinadas a cada um dos gêneros.

Como resultados parciais compreendemos que partindo das bases epistemológicas propostas pela Psicologia Histórico-Cultural e o materialismo histórico-dialético, ao nos propormos a realização de uma análise da gênese dos papeis sociais de gênero precisamos necessariamente inseri-lo na realidade material histórica e econômica que o suscita. A partir de sua análise concreta, como síntese de múltiplas determinações, é possível superar leituras naturalizantes e idealistas de gênero. A divisão sexual do trabalho, o advento da propriedade privada e do patriarcalismo, e posteriormente do modo de produção capitalista se objetivam perante nossa análise como imprescindíveis para que seja possível a elaboração do entendimento daquilo que circunda a categoria gênero e as profundas disparidades que o fundamentam. A partir do exposto, é possível compreender os ataques nas escolas como resultado de uma construção histórica e social de gênero que tem na forma de trabalho capitalista a sua essência. Em síntese, não se trata de crianças ou adolescentes com algum tipo de patologia, mas da formação violenta possível e necessária nesta sociedade, da conjugação entre a socialização masculina e a violência que estrutura e organiza a sociedade capitalista.

Entre norma e prática: atuação intersetorial de psicólogas jurídicas com os CREAS de Natal/RN

Alexia Kalyne Silva Bastos (UFRN), Isabel Maria Farias Fernandes de Oliveira (UFRN), Martha Fernanda Souza Silva (UFRN), Gabriel Nunes Moraes (UFRN)

A chamada "questão social" constitui uma gama de problemas sociais, econômicos e políticos resultantes da contradição capital-trabalho e vivenciados pela classe trabalhadora diariamente (Yamamoto, 2007). Sob pressão dessa classe, o Estado desenvolve as políticas sociais como tentativa de mitigar os problemas decorrentes da questão social (Castro, 2018), mas ignorando sua contradição fundante. Consequentemente, há uma fragmentação dessas políticas, em que cada uma lida com uma franja da questão social. Na esteira desse processo, e com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a Psicologia se insere profissionalmente no campo das políticas sociais, com uma atuação que visa a transformação social e o fortalecimento das populações em situação de vulnerabilidade (Marion et al, 2020), bem como a garantia dos direitos constitucionais. Com isso, há uma gradual inserção de psicólogos nos órgãos do Sistema de Justiça (SJ), primeiro por meio da área criminal e, em seguida, na área civil. Em ambos os contextos, a atuação de profissionais da Psicologia se limitava à reprodução de práticas avaliativas, que pudessem justificar as decisões de operadores do Direito, como laudos psicológicos e perícias (Lago et al, 2019; Moreira et al, 2024). Com as mudanças decorrentes da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente e do surgimento de perspectivas de trabalho em rede, a exemplo do Sistema Garantia de Direitos, a atuação de psicólogos no SJ se amplia para fora dos tribunais, tendo como norte atual a luta pela garantia e promoção de direitos humanos (Lago, 2009). Para viabilizar esta empreitada, a articulação com os equipamentos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em especial o Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), é imprescindível (MDS, 2005). No entanto, a interface SUAS-SJ não se concretiza sem contradições: operadores do Direito continuam demandando a produção de laudos, avaliações psicológicas e perícias, mas agora para psicólogos do CREAS (Oliveira et al, 2024). A produção de alguns desses documentos foge das atribuições e dos objetivos do equipamento, que não deve ter uma finalidade investigativa, tampouco servir para produção de provas em processos judiciais (Oliveira et al, 2024; MDS, 2016). Esta é uma das formas que o "trabalho intersetorial" se dá entre SUAS e SJ, compreendendo apenas as comunicações entre os operadores do Direito e as equipes da assistência social. Isto posto, o presente trabalho objetivou investigar as práticas de psicólogas do SJ de Natal/RN referentes ao trabalho intersetorial com os CREAS. Os GTs 43 (Psicologia Social Jurídica e Assistência Social: resistências e enfrentamentos no campo da Justiça Social), 4 (Alianças territoriais no SUAS: práticas psicossociais no enfrentamento às vulnerabilidades e violações de direito) e 33 (Povos de todo o mundo, uni-vos! Psicologia e Marxismo para enfrentar o capitalismo contemporâneo destruidor de todas as formas de vida) fazem jus às discussões pautadas pelo trabalho intersetorial no SUAS, considerando sua articulação com o SJ, sob uma perspectiva crítica acerca do modo de produção capitalista e da inserção da Psicologia no campo das políticas públicas. No que diz respeito ao método, foi construído um formulário eletrônico enviado às psicólogas entre os anos de 2023 e 2024. A escolha por este modo de coleta se deveu à facilidade na divulgação e comodidade para as respondentes, além de compreender um universo mais ampliado de participantes. As perguntas elaboradas visaram acessar o perfil profissional dos psicólogos que estão alocados no Sistema de Justiça, suas práticas cotidianas, como se dá a relação com o CREAS e a periodicidade do contato entre as equipes. Conforme o objetivo deste resumo, a ênfase centrou-se no trabalho intersetorial com o CREAS, tendo como matriz teórico-metodológica o materialismo

histórico-dialético, por compreender que as práticas da Psicologia no campo da garantia de direitos são resultado de determinações macroestruturais (Costa & Oliveira, 2022). O formulário foi categorizado com indicadores de frequência nas respostas fechadas, e por meio do estabelecimento de temas comuns, nas opções abertas. Assim, foi possível identificar as práticas realizadas em articulação com os CREAS por parte das psicólogas do SJ. Foram recebidas 16 respostas – todas de mulheres –, sendo 8 de profissionais do MP/RN, e 7 do TJ/RN. Três das dezesseis psicólogas atuam em mais de um município, embora não tenham especificado a natureza do trabalho realizado fora da sede do órgão em que estão alocadas. Todas as respondentes afirmaram realizar trabalho intersetorial com os equipamentos do SUAS. Já sobre a articulação especificamente com o CREAS, 11 responderam que fazem, 4 não responderam e 1 disse que não realiza essa articulação. Sobre esse aspecto, foram recebidas 6 respostas que mencionaram reuniões para discussão dos casos e articulação de órgãos e serviços da rede, práticas que estão em conformidade com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e suas normativas para fazer valer o trabalho em rede, bem como com a Nota Técnica SNAS/MDS no 2/2016 (MDS, 2016) acerca do trabalho entre os órgãos do SJ e os equipamentos do SUAS. Os encaminhamentos de casos relativos à situação de risco e violação de direitos ao CREAS também apareceram de forma contundente, em 6 respostas coletadas, articulação que está em conformidade com as demandas atendidas pelo serviço. O levantamento de informações aparece em 3 respostas, inclusive com uma delas mencionando a visita institucional com este fim. Acerca disso, pela natureza territorial do CREAS, e pela sua função protetiva – e não investigatória – (MDS, 2004), suas equipes tornam-se referência, possibilitando o vínculo com famílias e indivíduos em situação de violação de direitos (Gomes et al, 2020), e o consequente acesso a informações. Estas são meios para a multiplicação de conhecimento com outros órgãos – como é o caso do SJ –, mas também para a construção de relatórios no âmbito do SUAS. Os estudos de caso aparecem em 4 respostas e, numa delas, o chamado "estudo psicossocial". Pela limitação do modo de coleta, não é possível definir com exatidão o que seria cada um deles, suas aproximações e diferenciações. No entanto, Costa (2009) entende que a elaboração desse tipo de estudo, e não mais daqueles de ordem psicológica e psicopatológica – que não apareceram em nenhuma das respostas coletadas por esta pesquisa –, representa um avanço por ampliar a compreensão acerca dos conflitos judicializados, reconhecendo o viés social imbricado e sua determinação. Por outro lado, apesar de apontar para a necessidade de instrumental especializado no âmbito do CREAS, a PNAS não define os parâmetros sobre sua produção, ou mesmo sobre as particularidades que conformam o caráter "psicossocial" da intervenção, do acompanhamento, dos pareceres e dos estudos (Gomes et al, 2020). A ausência de normativas abre margem para uma variabilidade entre as produções e o trabalho desempenhado por cada equipamento. O funcionamento da política passa a depender muito mais de iniciativas individuais de suas equipes, do que de normas estabelecidas e reconhecidas por outros serviços e órgãos (Oliveira, et al, 2024). Isso importa pois são estes materiais que vão servir para a elaboração de pareceres por parte do judiciário (CFP, 2016), de modo a fundamentar sentenças, impactando diretamente na vida das famílias e sujeitos implicados nos casos. Com base nos dados coletados, pode-se afirmar que as dinâmicas e contradições da interface SUAS-SJ em relação aos mandos dos magistrados e ao trabalho desempenhado pelas psicólogas dos órgãos jurídicos difere em muitos aspectos. Neste segundo, o problema é muito mais das limitações da política social e suas normativas, do que do desconhecimento acerca do trabalho realizado pelo SUAS ou da compreensão equivocada de que seus equipamentos são mera extensão do poder judiciário (Oliveira, 2024). Ainda assim, apesar dos avanços observados, estes ainda se mostram fragmentados e dependentes da iniciativa das equipes, e não resultado de políticas consolidadas, reflexo das limitações próprias da constituição das políticas sociais sob a égide do capital.

Notas introdutórias para uma análise concreta dos ataques de extrema violências nas escolas brasileiras

Mariana Lins e Silva Costa (UEFS), Afonso Mancuso de Mesquita (UEFS)

O objetivo deste resumo é apresentar fatos políticos e econômicos brasileiros que ajudam a explicar, desde sua gênese, os ataques de extrema violência nas escolas do país. Apresentamos, a partir de pesquisa bibliográfica, uma análise materialista histórico-dialética acerca do cenário histórico em que os ataques ocorrem, para além da aparência fenomênica, que reduz o problema da violência aos sujeitos que violam. Nesse sentido, para uma explicação que supere a aparência e explicite a essência do fenômeno, é preciso recuperar as condições de trabalho e de vida que sustentam as relações sociais e a formação da consciência.

Concordamos com a máxima de Marx e Engels (2007) segundo a qual não é a consciência que determina a realidade, mas a realidade que determina a consciência. Por isso, é preciso que façamos o exame dos elementos que fundam a realidade é preciso que façamos o exame dos elementos que fundam a realidade e que, dialeticamente, forjam a consciência. A conduta dos homens e meninos, autores dos ataques, só pode ser explicada a partir da relação entre a construção singular de cada um e o contexto social que fomenta as características necessárias à sociedade capitalista. O processo de socialização, que funda a humanidade em cada pessoa, supõe a apropriação das exigências do sistema produtivo (Martín-Baró, 1990). A formação da concepção de mundo, dos valores e ideias, só pode ser apreendida na relação com a lógica produtiva de um tempo, por isso, a consciência — ou o sujeito consciente — é histórica desde sua gênese.

Todo comportamento violento tem uma orientação ideológica que o justifica e legitima: há grupos que, historicamente, podem ser violentos e outros que podem ser violentados (Martín-Baró, 1990). Essa justificativa compõe a racionalidade da violência, ou seja, afirmamos que a ações de violência não são instintivas ou irracionais, mas que encontram nos valores e concepções de uma sociedade a sua própria racionalidade. Para entender por que os adolescentes escolhem violar a comunidade escolar é preciso entender suas justificativas, mas não como expressões individuais e sim como concepções sociais que são internalizadas como resultado da necessidade produtiva de um tempo.

No Brasil, o primeiro ataque foi registrado em 2002, na cidade de Salvador (Bahia) somando 42 ataques até o ano de 2024. Nesse período merecem destaque os anos de 2022 e 2023 período em que houve um aumento significativo dos ataques, com 22 casos — o que representa metade de todos os ataques ocorridos ao longo de 22 anos. Essa disparidade aponta a existência de características neste período que fomentaram os ataques, características estas que não podem ser compreendidas apenas com os olhos voltados para 2022 e 2023, mas que têm neste período o resultado de uma construção social, política e econômica anterior.

De maneira geral, os autores dos ataques são homens e meninos brancos, com idade entre 10 e 25 anos, vinculados a escola (com exceção de um caso). A maior parte das vítimas dos ataques são meninas e mulheres e a justificativa dada pelos autores, a partir da queixa de bullying e humilhação no contexto escolar, é construída a partir da participação em comunidades de extrema-direita, lugar onde os adolescentes têm encontrado respostas para seus conflitos relacionais (Vinha et al., 2023; Brasil, 2023 e Brasileiro, Santos e Silva, 2024).

Essas comunidades de extrema-direita não são um fenômeno digital separado da realidade, só existem

comunidades de extrema-direita porque existem grupos de extrema-direita disputando com a democracia burguesa a gestão da crise recente do capitalismo. Misoginia, racismo, xenofobia, entre outras formas de opressão, violência e domínio, fazem parte de uma estratégia de poder da classe dominante e as redes sociais são um meio eficaz de trânsito e convencimento dessas ideias.

O avanço da extrema direita não é uma novidade na história mundial. A ameaça ao funcionamento capitalista, suas crises cíclicas, geram respostas que, a fim de manter ou ampliar os ganhos financeiros dos capitalistas, precarizaram a vida do trabalhador e a história recente do Brasil ilustra bem essa dinâmica. A partir dos anos de 1990 o Brasil passou por um processo de avanço das políticas neoliberais em um alinhamento com as diretrizes dos países imperialistas, principalmente os Estados Unidos via Consenso de Washington (Duarte, 2023). Os primeiros anos do século XXI seguiram perpetuando as orientações e práticas neoliberais que encaminharam as condições de precariedade observadas atualmente. Como exemplos mais recentes desse processo podemos citar a Emenda Constitucional nº 95/2016, a Reforma Trabalhista de 2017 (Lei nº 13.467) e a Reforma Previdenciária de 2019 (Emenda Constitucional nº 103).

Duarte (2023) traça algumas características do movimento de extrema-direita e afirma que "No Brasil contemporâneo, a força motriz da dominação burguesa está assentada no avanço do conservadorismo político-social, com forte apelo moral, antissistêmico e anticorrupção" (p.2). Esse aspecto moral conservador é um componente importante para a compreensão dos ataques nas escolas brasileiras dos últimos anos.

A autora explica que fim de impor a sua agenda neoliberal no Brasil o governo Bolsonaro lançou mão de duas estratégias de domínio: os aparelhos estruturais e os aparelhos ideológicos, sendo a internet e as redes sociais os instrumentos de maior alcance de seus ideais.

A orientação do Estado mínimo representou no plano social a transformação de direitos em mercadorias, já no campo do trabalho "(...) provocou a reconfiguração da classe trabalhadora, que passou a ocupar postos de trabalho precarizados, terceirizados, temporários e sem proteção social" (Duarte, 2023, p.4). A plataformização do trabalho, tendo a Uber como experiência de vanguarda, constitui uma nova forma de organização da informalidade no país (Antunes, 2020). São atividades que têm a aparência de autonomia e independência, mas que não significam mais do que a precarização do trabalho por meio da informalidade e da insegurança laboral.

A estruturação neoliberal de trabalho expropria os direitos do trabalhador por meio da prevalência da regulação do mercado. A situação de precariedade do trabalhador é explicada pela relação individual do trabalhador com sua atividade, pela necessidade de individualmente dar conta das suas necessidades. Da concretude das possibilidades de trabalho são forjadas as ideias de competitividade e individualismo tão necessárias à reprodução da exploração. A alienação cumpre uma função importante para a reprodução capitalista: fazer parecer que os interesses da classe dominante são universais e, portanto, devem ser defendidos por todos.

Martín-Baró (1990) explica que "(...) a ideia de que o indivíduo constitui o critério último do bem e do mal, que são as necessidades e interesses de cada indivíduo e não da totalidade social o fundamento e o objetivo último da convivência em sociedade" (p.409). O reconhecimento do bem individual com um bem maior corrói os laços coletivos e estabelece o outro como um obstáculo ao próprio desenvolvimento. As ações de violência nas escolas também têm esse traço: o esvaziamento das relações coletivas e a crença no valor individual. O outro é visto como inimigo, como responsável pelos seus conflitos.

Ante o exposto podemos afirmar que, embora os ataques sejam no espaço escolar e que tenham como autores os próprios alunos e ex-alunos a explicação para esse

fenômeno tem sua gênese nas relações sociais de produção e suas estruturas produtivas que se modificam ao longo do tempo a fim de manter o objetivo capitalista de lucratividade. Com afirma Martín-Baró (1990) resgatar a violência estrutural não é explicar imediatamente toda forma de violência, mas sem sua gênese concreta não é possível apreender as condutas violentas na sua totalidade.

As políticas neoliberais forjaram também os mecanismos estruturais e ideológicos para a consciência necessária à sua reprodução. Os ataques às escolas apresentam-se como uma materialidade resultante das condições de vida na atualidade desde o perfil dos autores – tendo a socialização masculina profundamente vinculada à violência - passando pelos valores meritocráticos e individualistas que rompem os vínculos coletivos, até o papel das redes sociais e das comunidades de extrema-direita no cooptação de jovens com discurso misógino e conservador que promete a eles pleno poder e domínio social. Estas últimas sendo responsáveis também pela forma atual de veículo de informações rápidas, fragmentadas e com a função de eleger os grupos que defendem a classe dominante.

Apresentamos a violência estrutural capitalista, o avanço do neoliberalismo enquanto orientação laboral e ideológica e a retomada e avanço da extrema-direita no Brasil, como o fundamento concreto dos ataques de extrema violência nas escolas. Esse é contexto de formação da consciência na atualidade, especialmente para os jovens que tem neste período do desenvolvimento a formação da concepção de mundo e da personalidade (Vigotski, 1996). Nesse sentido, o enfrentamento a violência social em todas as suas facetas e, em específico, dos ataques de extrema violência, dependem do enfrentamento à sociedade capitalista.

O papel da universidade na formação do psiquismo humano: provocações a partir da experiência docente.

Fabiana Itaci Corrêa de Araujo (UFG), Fabiana Itaci Corrêa de Araujo (UFG), Renata Linhares (UFG)

Produto de nossas experiências como docentes e militantes na universidade pública, o ensaio proposto analisa criticamente o papel da educação superior na formação do psiquismo humano no contexto do capitalismo contemporâneo. Partindo dos pressupostos da psicologia histórico-cultural de Vigotski, Leontiev e Elkonin, em articulação com a leitura marxista da educação (Saviani, 2025 e Leher, 2011), buscamos compreender como a universidade media a transição entre a atividade de estudos e a "atividade de produção social consubstanciada no trabalho" (Carvalho e Martins, 2017, p.268), considerando as atuais contradições do ensino superior público, no estágio atual do capitalismo.

O ensaio foi produzido a partir da reflexão sistematizada, com suporte de fontes bibliográficas, acerca das trocas sobre as diferentes experiências docentes vividas pelas autoras, desde suas trajetórias de formação e atuação acadêmica, ou seja, vivências como trabalhadoras da educação em nível superior.

Ao colocar sob reflexão crítica a Universidade concretamente existente e sua (im)possibildade de cumprir sua função no desenvolvimento do psiquismo, este ensaio teórico apresenta-se coerente com a proposta do eixo temático “Direitos, movimentos sociais e desafios para a democracia”, bem como do proposto pelo GT 33, pois contribui para evidenciar o quanto o direito universal à educação de nível superior está em violação, particularmente, no contexto brasileiro, marcado por um capitalismo periférico e dependente e intensa destrutividade de processos de produção de sentidos emancipatórios. Por outro lado, convoca à radicalização da luta pela ampliação da esfera pública popular, tendo como horizonte a superação da ordem do capital.

No esforço de compreensão dos processos que compõem e dinamizam o desenvolvimento do psiquismo, a psicologia histórico cultural destaca que na vida adulta, a formação para o trabalho assume o papel de atividade social que guia o desenvolvimento psíquico do indivíduo. E a formação para o trabalho especializado, na divisão sociotécnica do trabalho, subsumido ao capital é o âmbito de atuação da educação em nível superior.

Para Vigotski (2009), o conhecimento científico desempenha papel fundamental na formação do pensamento teórico e na superação das formas cotidianas de consciência. Com o entendimento de que o psiquismo humano é um sistema interfuncional, o desenvolvimento do pensamento por conceitos permite o desenvolvimento das funções superiores, elevando qualitativamente a consciência humana. É preciso ressaltar que as transformações decisivas no psiquismo humano dependem da qualidade das mediações no processo de formação e apropriação cultural. Segundo Leontiev (2021), não se pode analisar o psiquismo pelos elementos internos isolados, pois o reflexo psicológico está inseparavelmente ligado à atividade humana, que o engendra e é mediada por ela.

Com isso, entende-se que a educação escolar pode proporcionar processos privilegiados na transmissão e apropriação dos conhecimentos produzidos historicamente, contribuindo para o enriquecimento das significações. No entanto, salientamos que é preciso uma relação dialética entre forma e conteúdo no processo de organização do trabalho pedagógico da educação escolar, para que esses conhecimentos científicos possam reorganizar as funções psíquicas e requalificar o psiquismo (Martin, 2013).

Saviani (2025) afirma que no Ensino Superior "[...] formula-se a exigência da organização da cultura superior com o objetivo de possibilitar a toda população a difusão e discussão dos grandes problemas que afetam a humanidade na época atual." (p. 29). Severino (2007) afirma a Universidade, especialmente a universidade pública, como "funcionária do conhecimento" (Severino, 2007, p. 25); etapa da educação formal, na qual a produção do conhecimento é tomada como objeto. Desse modo, esta tem como objetivo viabilizar a compreensão (por meio da ação) sobre o processo de produção do conhecimento, não apenas sobre seus produtos.

Assim compreendido resulta que, na universidade, o exercício filosófico-reflexivo, necessariamente alimentado pela ampliação do repertório teórico conceitual, é pilar central. No entanto, é necessário circunscrever a realidade concreta das instituições educacionais que, historicamente, medeiam formação profissionalizante em nível superior e a produção de conhecimento em nosso país.

A trajetória da universidade evidencia várias dificuldades para efetivar sua autonomia, em decorrência da intervenção de grupos empresariais e/ou governantes. O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão fica comprometido pela transformação da universidade em formato "minimalista" (Leher, 2011), onde o pensamento crítico e produção protagonista de conhecimento são substituídos por competências técnicas alienadas e alienantes, ao mesmo tempo em que a estrutura e gestão acadêmicas passam a ser dominadas pela naturalização do gerencialismo como forma de organizar a vida universitária e o trabalho docente. Podemos, então, nos interrogar se a universidade consegue contribuir com o enfrentamento frente a realidade contraditória e alienante, nas quais estão imersos os sujeitos de nosso tempo histórico. São relações sociais que acirram processos de alienação e empobrecem a formação humana. "A vida dos indivíduos torna-se cada vez mais a vida do capital, [...] limitando o desenvolvimento da personalidade dos indivíduos à perversidade particular da forma de produção e reprodução alienada da sociedade capitalista" (Carvalho e Martins, 2017, p.287).

Ainda para Carvalho e Martins (2017), o trabalho, na perspectiva da reprodução produtiva capitalista, se esvai da condição de atividade-guia da vida adulta e acaba se tornando um obstáculo na formação da personalidade. Destarte, defendem que apenas com a superação da alienação e da propriedade privada o trabalho, enquanto atividade guia da vida adulta, pode servir para o desenvolvimento dos indivíduos.

Atualmente, rendida à racionalidade neoliberal, a Universidade assume o pensamento instrumental como limite e impõe uma temporalidade aos seus processos de trabalho, que não permite que docentes criem ações pedagógicas para mediação de processos de consciência sobre processos. Obstaculizada em suas possibilidades de promover atividades crítico-reflexivas, fundamentadas no exercício do pensamento teórico conceitual, vemos como resultado, estudantes, particularmente oriundos/as de frações da classe trabalhadora, sendo desprovidos/as do direito à elaboração conceitual necessária ao desenvolvimento do psiquismo, em prol de um pragmatismo que corrobora e intensifica o processo de internalização da lógica do "empreendedorismo de si mesmo", gestores de sua "carteira de competências". Como analisam Abrantes e Bulhões (2017), há a perversa subordinação do processo formativo à imediatidade da sobrevivência no mercado de trabalho precarizado e apresentado de forma absoluta.

Por outro lado, para não incorrermos em fatalismo antidialético, que desconsidera que somos sujeitos/as (coletivos) da história - logo no processo ativo e consciente de uma formação humana na contramão da produção consciente de desumanização - (dialeticamente) identificamos na própria universidade, contradições que apontam para possibilidades de resistência. Em uma

perspectiva materialista e histórica, a consciência social é produzida e reproduzida nas relações sociais, e tem existência anterior a cada ser humano particular. Almeida et al (2011) sistematiza como a contribuição de Vigotski para a compreensão dos processos de formação da consciência de classe e da consciência individual, apresentando mediações necessárias nessa relação entre o indivíduo e o coletivo. Assim, nessa relação entre a constituição da consciência individual e a realidade, a universidade poderia ser um espaço que contribua para que os indivíduos, principalmente das classes populares trabalhadora, extrapolem o imediatismo e espontaneidade característica da vida cotidiana e alcancem visões mais amplas sobre as contradições da realidade material.

Por conseguinte, concluímos que a psicologia social marxista tem o duplo desafio de: desvelar os mecanismos pelos quais a universidade capitalista limita o desenvolvimento psíquico; e potencializar as brechas onde se constroem possibilidades de humanização. Concordamos com Carvalho e Martins (2017, p.290) que é preciso resgatar "o controle consciente das transformações das circunstâncias e de si mesmo, em um processo de luta sem trégua contra a alienação". Desta forma, a defesa de uma educação revolucionária que oriente o desenvolvimento dos indivíduos com a intenção de promover a transformação é fundamental.

Concluímos que a defesa da universidade pública e sua função no processo de compreensão, ampliação e controle consciente das circunstâncias que nos constituem, exige a articulação orgânica com as lutas mais amplas pela superação do capitalismo, pois somente com a superação da sociabilidade do capital teremos condições para a formação omnilateral do psiquismo humano.

O trabalho como mediação do desenvolvimento humano: uma análise da escala 6x1 à luz da Psicologia Histórico-Cultural

Camyla da Silva Costa (UEFS), Mariana Lins Silva e Costa (UEFS), Paula Emmanuele da Silva Oliveira (UEFS)

A presente pesquisa se constrói a partir de elaborações compreendidas à luz da Psicologia Histórico-Cultural, com especial destaque a teoria da atividade proposta por A. Leontiev (1903-1979). Adotamos como método de análise o materialismo histórico-dialético proposto por Marx e Engels uma vez que compreendemos que esta teoria baseia uma estruturação coerente para que o objeto seja analisado partindo da concretude de sua existência assim como as implicações materiais dentro da sociedade capitalista contemporânea que decorrem da forma como o trabalho se engendra na mesma.

O trabalho é uma atividade humana fundamental, estruturante da vida em sociedade e constitutiva do sujeito. Ao longo da história, diferentes formas de organização do trabalho têm impactado diretamente o modo como os indivíduos se relacionam consigo, com os outros e com o mundo. A Psicologia Histórico-Cultural, a partir dos fundamentos marxistas e das reformulações de A. Leontiev, compreende o desenvolvimento humano como um processo mediado pelas relações sociais, sendo o trabalho um importante instrumento dessa mediação. Ao trabalhar, o ser humano não apenas produz coisas; ele transforma a si mesmo. Por meio da atividade produtiva, ele desenvolve habilidades cognitivas, afetivas e sociais, internalizando conhecimentos, valores e modos de ação que moldam sua consciência e subjetividade.

No entanto, as formas como o trabalho está historicamente organizado nem sempre favorecem o pleno desenvolvimento humano. Ao contrário, em contextos marcados pela exploração, pela fragmentação das tarefas, pela sobrecarga e pela ausência de condições dignas, o trabalho pode se tornar fonte de sofrimento psíquico, comprometendo a possibilidade de que essa atividade constitua um espaço de desenvolvimento e realização. A partir da herança marxista compreendemos que condições alienantes de trabalho não apenas deterioram a saúde mental, mas também limitam o potencial emancipatório da atividade humana.

No contexto brasileiro, uma das configurações laborais que mais suscitam debates, principalmente nos últimos meses é a atual jornada de trabalho, a escala 6x1, caracterizada por seis dias consecutivos de atividade laboral seguindo apenas um dia de descanso. Embora prevista legalmente na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), tal organização da jornada tem sido amplamente associada a quadros de exaustão física e mental, comprometimento da qualidade de vida, dificuldades no convívio social e familiar, além de impactos significativos sobre a saúde mental psíquica dos trabalhadores. Trata-se de um modelo intensivo de trabalho que afeta não apenas o bem-estar imediato do indivíduo, mas também interfere de maneira profunda em seus processos de subjetivação e no desenvolvimento integral, entendido à luz das contribuições da Psicologia Histórico-Cultural.

Diante disso, nosso objetivo é apresentar uma reflexão teórica inicial sobre os impactos da escala 6x1 na saúde mental dos trabalhadores, à luz da Psicologia Histórico-Cultural. A proposta caracteriza-se como uma investigação introdutória, com base em revisão bibliográfica, fundamentada no materialismo histórico-dialético, que busca lançar as primeiras pontuações críticas sobre esse regime de jornada de trabalho, compreendendo-o como um fenômeno social relevante.

Busca-se articular os conceitos centrais da Psicologia Histórico-Cultural - como mediação, atividade,

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

desenvolvimento e constituição subjetiva - à realidade de trabalhadores submetidos à escala 6x1, evidenciado como a organização do tempo impacta a saúde mental e a subjetividade. O sofrimento psíquico é compreendido não como uma falha individual, mas como expressão das contradições sociais acentuadas pela precarização laboral.

A escala 6x1 constitui uma expressão concreta da lógica capitalista de acumulação, estruturada sobre a intensificação do trabalho e a compreensão do tempo livre. Essa organização do tempo produtivo, longe de ser neutra, revela a contradição fundante do modo de produção capitalista: o antagonismo entre capital e trabalho. Enquanto a burguesia visa incessantemente manter ou ampliar a jornada laboral para extrair meio mais-valia relativa e absoluta, o trabalhador tem sua saúde psíquica, física e afetiva sendo sistematicamente consumida no processo produtivo. Sob a ótica marxista, o trabalhador, alienado dos meios de produção e do produto de seu trabalho, torna-se também alienando de si mesmo, reduzido à condição de força de trabalho vendida em troca de salário que frequentemente é o mínimo para sobreviver. Marx (2011) advertia que "à medida que o operário trabalha, a riqueza alheia aumenta, a do seu patrão; e quanto mais riqueza ele produz, mais sua própria condição se empobrece" (MARX, 2011, p. 81). Essa alienação não se limita ao plano material: estende-se à subjetividade, à medida que o sujeito é privado das condições simbólicas e sociais necessárias à sua plena humanização. Sintomas como ansiedade, depressão, esgotamento psíquico, vazio existencial, síndrome de Burnout não são desvios individuais ou patologias isoladas, mas expressões subjetivas das condições objetivas de exploração a que estão submetidos amplos contingentes da classe trabalhadora, especialmente sob o regime de trabalho vigente.

Diante dos apontamentos levantados foi fundamental a articulação com a compreensão do desenvolvimento humano na perspectiva da psicologia histórico-cultural, abordado a partir das concepções de Vigotski. Para ele, o desenvolvimento do sujeito ocorre por meio da mediação – isto é, das interações com o outro e com os instrumentos culturais, principalmente a linguagem. A formação das funções psicológicas superiores não é espontânea, mas resultado da apropriação ativa dos signos sociais: "Cada função no desenvolvimento cultural da criança aparece duas vezes: primeiro, no nível social, e depois, no nível individual; primeiro, entre as pessoas (interpsicológica), depois, no interior da criança (intrapsicológica)" (VIGOTSKI, 2008, p. 112). Nesse sentido, a carência de tempo para o lazer, o convívio social, a criação simbólica e o exercício da autonomia interfere diretamente nas possibilidades de desenvolvimento integral do sujeito. A constituição da consciência, da identidade e da autorregulação emocional depende da qualidade das experiências sociais e das trocas simbólicas no cotidiano. Submetido a uma lógica produtivista e alienante, o trabalhador tem seu campo de mediações empobrecido, o que enfraquece os processos de subjetivação e compromete sua saúde mental.

Como destaca Leontiev (2004), colaborador de Vigotski, o sentido da atividade humana está ligado à inserção social e à motivação consciente. Quando o trabalho perde seu sentido social para o sujeito e se transforma apenas em meio de sobrevivência sob exploração, o desenvolvimento psicológico é forjado de maneira alienada e unilateral. A saúde mental, portanto, não pode ser compreendida fora do contexto histórico-material em que o indivíduo está inserido. Ela se configura como reflexo das condições de trabalho, das possibilidades de mediação simbólica e das relações sociais concretas.

O Conselho Federal de Psicologia (CFP), por meio de suas resoluções e documentos de orientação, tem alertado para os efeitos nocivos das atuais formas de organização do trabalho sobre a saúde mental. Em especial, destaca-se a Nota Técnica do CFP nº 01/2022, que reconhece o adoecimento psíquico relacionado ao trabalho como uma questão de saúde pública, e propõe ações de

enfrentamento fundamentadas nos direitos humanos e na promoção de condições dignas de trabalho.

Além disso, o CFP sustenta que o sofrimento psíquico no trabalho não deve ser medicalizado ou individualizado, mas compreendido à luz das condições objetivas de produção e das relações sociais de trabalho (CFP, 2022).

A presente reflexão teórica, fundamentada na Psicologia Histórico-Cultural e nos pressupostos marxistas, permitiu evidenciar que a escala 6x1, embora legalmente respaldada, constitui uma forma de organização do trabalho que reproduz e aprofunda as contradições do modo de produção capitalista. Longe de representar apenas uma configuração técnica ou administrativa da jornada laboral, esse regime revela-se como uma engrenagem da lógica de acumulação, marcada pela intensificação da exploração da força de trabalho e pela compressão do tempo necessário à reprodução da vida social e subjetiva do trabalhador.

A partir da articulação entre os conceitos de mediação, atividade e desenvolvimento humano, foi possível compreender que a escala 6x1 compromete diretamente os processos de subjetivação e de constituição das funções psicológicas superiores, ao inviabilizar experiências sociais significativas, como o lazer, o convívio familiar, o tempo para a criação simbólica e a autoreflexão. Esse empobrecimento das mediações sociais e culturais restringe o potencial de humanização do trabalho e acentua o sofrimento psíquico, que deve ser entendido não como uma falha individual, mas como expressão das condições objetivas de precarização do trabalho e da vida.

Os resultados desta análise sugerem que a escala 6x1 impacta negativamente o desenvolvimento integral do sujeito ao operar como um mecanismo de alienação material e simbólica. Ao exaurir a energia física e psíquica do trabalhador e ao suprimir o tempo livre necessário à formação subjetiva, esse regime de trabalho enfraquece os vínculos sociais, desestrutura o sentido da atividade laboral e acarreta adoecimentos psíquicos de natureza coletiva, como apontado por Marx (2011), Vigotski (2008) e Leontiev (2004), e reconhecido por entidades como o Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2022).

Dessa forma, a análise crítica da escala 6x1 não deve se restringir à sua legalidade, mas ampliar-se para uma problematização ética e política sobre o trabalho como direito social e como espaço de desenvolvimento humano. A superação do sofrimento psíquico no contexto laboral exige, portanto, não apenas intervenções individuais ou clínicas, mas transformações estruturais nas formas de organização do trabalho, que valorizem a dignidade do trabalhador e promovam condições reais para sua emancipação e pleno desenvolvimento.

Qual o gênero da psicologia feminista? Desafiando consensos, pensando o campo e a sociedade brasileira

Rosangela de Barros Castro (IFBA)

Esta comunicação tem origem na pesquisa de doutorado "A religião das psicólogas e as psicólogas da religião: Controvérsias em torno da cura gay" em curso no Programa de Pós Graduação sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia. Movida pela pergunta sobre o que essa controvérsia nos ensina sobre a psicologia brasileira e sobre a sociedade da qual esta faz parte, estabeleço como objetivo geral: Compreender aspectos cognitivos, afetivos, culturais, históricos e políticos envolvidos na controvérsia pública sobre cura gay e religiosidade na psicologia brasileira. E como objetivos específicos: a) Descrever as concepções de ciência, corpo, sexo e gênero, saúde, doença, cura/cuidado envolvidas na mesma controvérsia; b) Identificar argumentos apresentados pelo(a)s sujeitos envolvido(a)s nesta controvérsia pública; c) Conhecer a relação de forças e as posições institucionais concernentes ao conflito sobre a cura gay na psicologia brasileira, no qual converge a questão da religiosidade nas práticas psicológicas; d) Compreender as condições socio-históricas que medeiam as intervenções ético-políticas feitas pelo Conselho Federal de Psicologia em situações de aproximação entre o campo psicológico e o religioso no Brasil. Trata-se aqui especificamente de apresentar uma síntese do primeiro capítulo, no qual reflito sobre a interlocução entre psicologia, feminismo e gênero no Brasil e por conseguinte sobre os limites e contradições no processo de consolidação deste campo. Entendo o sistema conselhos de psicologia como uma arena pública e tomo suas ações como objeto privilegiado de análise, concorrem para isso minhas experiências como psicóloga ativista desde dentro desta entidade e o reconhecimento do papel que esta assume no campo da psicologia e na sociedade. Partindo de uma perspectiva feminista de ciência e da teoria crítica percorro brevemente a história da institucionalização da profissão no país para problematizar a um só tempo sobre temas que atravessam a psicologia e o feminismo. É consensual o caráter incipiente da discussão de gênero e feminismo na psicologia brasileira e sobre o fato de que ela encontrou na psicologia social seu terreno mais fértil. Como estratégias metodológicas recorro a literatura especializada, a observação dos movimentos da categoria profissional através das ações de seu conselho de classe e as minhas memórias. Tomo para análise três publicações realizadas no âmbito do sistema conselhos: "Quem é a psicóloga Brasileira?", pesquisa sobre o perfil das mesmas realizada em 2012 pelo CFP (CFP, 2012); "Gênero e psicologia: articulações possíveis" (Andrade e Santos, 2013), conjunto de ensaios escritos pelas integrantes do Grupo de Trabalho sobre Relações de Gênero e Psicologia (GTRGP) do Regional da Bahia (CRP/03), entre as quais me incluo, e "Gênero na psicologia: Saberes e práticas" (Denega, Andrade e Santos, 2016), também composta de artigos e ensaios com várias autoras e autores que assumem a interseccionalidade como eixo das discussões e publicada pelo mesmo regional. Realizei ainda um mapeamento sobre a existência de discussão institucionalizada relacionadas aos dois eixos nos quais a pesquisa se assenta, quais sejam: gênero/sexualidade e religiosidade/laicidade, nos websites dos 24 regionais. Este mapeamento permite afirmar que há um desigual interesse no âmbito do sistema conselhos pelos dois eixos, com privilégio do primeiro, embora a conjuntura recente não cesse de demonstrar o quanto eles estão relacionados e mais, o quanto a agenda conservadora neoliberal se vale da religiosidade para legitimar suas pautas que, ao contrário do que podem pensar, possuem interesses não apenas religiosos, mas também

econômicos, como a diminuição do papel do Estado, por exemplo. Se há uma aparente facilidade em identificar a filiação ético-política das, por assim dizer, psicologias de feição religiosa há que se esquadrinhar também quais as filiações da psicologia feminista. A pergunta não tem uma resposta simples, dada a diversidade de matizes do feminismo e até mesmo dos seus critérios classificatórios. Um primeiro passo nessa tarefa consiste em observar que nós, psicólogas e psicólogos no Brasil, aderimos ao discurso dos Direitos Humanos tomando-o inclusive como fonte de inspiração do nosso Código de Ética. Embora os Direitos Humanos, nos primórdios chamados de "Direitos do Homem e do Cidadão", sejam considerados um avanço civilizatório, algumas feministas têm se mantido atentas à sua origem controversa, especialmente no que tange às relações de poder entre os sexos. No entanto, poucas de nós estamos atentas aos direitos que os próprios Direitos Humanos não problematizam, em especial, ao direito à propriedade, que possui o condão de afetar os demais. Outra pista sobre a filiação teórica da psicologia feminista pode ser encontrada na pesquisa de base bibliográfica, realizada por Curado e Jacó-Vilela (2021). Elas analisaram 153 artigos publicados em três periódicos da área entre 1980 a 2016, revelando uma concentração dos temas naquilo que se convencionou chamar de segunda onda do feminismo. Quanto às três publicações oriundas do sistema conselhos, observei que na primeira publicação, a classe social aparece como dado descritivo. Operacionalmente, temos acesso à renda mensal das profissionais: à época da pesquisa, 23% das psicólogas declaravam rendimento entre 3 e 5 salários mínimos, sendo essa a faixa mais representativa. Em seguida, aparecem as faixas entre 5 e 10 salários (17%) e entre 2 e 3 salários mínimos (12%). No entanto, a renda, por si só não perfaz classe, muito menos consciência de classe. Quanto à segunda e à terceira publicações, a questão da classe aparece principalmente justaposta, ou poderíamos dizer, subsumida, a gênero, raça e sexualidade. Pode-se ler já na apresentação da terceira publicação: "A categoria classe social remete ao aspecto econômico e de estilos de vida que têm sido forjados em territórios – grandes centros urbanos, por exemplo – onde se dão as relações de poder guiadas pelo fator econômico e pelos bens culturais e os costumes e valores de classe" (Denega, Andrade e Santos, 2016, p. 13). Ou seja, classe, à semelhança do que se pode chamar de mau uso do gênero quando este é utilizado como mero substituto do sexo, comparece como um descritor, desperdício do seu potencial analítico. Isso não surpreende porque "a filosofia materialista [é] objeto de desconfiança e desconhecimento de grande parte dos psicólogos" (Patto, 2000, p.68), além disso, a noção de interseccionalidade presente nas referidas publicações tomam as diferentes formas de opressão como traços inerentes aos indivíduos que em algum momento se interseccionam, no entanto não pergunta sobre como essas opressões e formam e - mais importante- como elas podem ser superadas. Ora, se é verdade a afirmação de Fraser (2009) sobre a perda do potencial disruptivo do feminismo da segunda onda devido à sua identificação com a agenda neoliberal, a hipótese mais provável é que a nossa posição enquanto psicologia feminista também se encontra embaraçada, no duplo sentido do termo, na rede discursiva do neoliberalismo. O que não surpreende, tendo em vista o terreno fértil para essa doutrina já estabelecido na cultura profissional da Psicologia e o perfil predominante de raça e classe da categoria. Pretendo nesta comunicação não apenas aprofundar as evidências sobre o que afirmo acima como também refletir sobre as implicações discursivas e práticas dessa filiação. Favero e Kevller (2022) apontam os riscos de essencialização das identidades que são construídas historicamente e informam esses novos projetos de psicologia - que eles nomeiam de psicologias adjetivadas (psicologia feminista, psicologia preta, afirmativa, etc). Os autores afirmam que as demandas por reconhecimento empreendidas por grupos minoritários como os que a psicologia feminista abraça tendem a se divorciar das críticas ao sistema capitalista e mais que isso tendem a produzir novas normatividades gays, femininas, negras, etc baseadas em

modelos de sucesso típicos do paradigma neoliberal. Ainda que a primeira vista essa comunicação guarde maior alinhamento com outros grupos de trabalho, a escolha pelo GT 33 atende ao chamado de unir-me aos povos de todo mundo pelo enfrentamento à destruição de todas as formas de vida, neste caso, das formas de vida que compõem o que se pode chamar de dissidências sexuais, atende também a uma necessidade de responder às demandas de articulação entre gênero, raça e classe de modo a produzir compreensões críticas e quiçá mais completas sobre nosso fazer profissional e as repercussões deste na sociedade.

Referencias

ANDRADE, D. S. V.; SANTOS, H. M. (Orgs.). Gênero na psicologia: Articulações e discussões. Salvador: CRP-03, 2013. 196p.

CURADO, J. C. e JACÓ-VILELA, A. M. Estudos de Gênero na Psicologia (1980-2016): aproximações e distanciamentos. Psicologia: Ciência e Profissão, Brasília, v. 41, e219132, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pcp/a/5RkKbzYZDDxh5QHGspbwbJp/. Acesso em: 13 abr. 2025.

DENEGA, A.; ANDRADE, D. S. V.; SANTOS, H. M.. (Orgs.). Gênero na psicologia: saberes e práticas. Salvador: CRP-03, 2016. 220 p.

FAVERO, S.; KVELLER, D. B. Adjetivar a Psicologia?. Estudos e Pesquisas em Psicologia, Rio de Janeiro, v. 22, n. 4, pp. 1499-1517, dez. 2022. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/revispsi/article/view/71758. Acesso em: 13 abr. 2025. FRASER, N. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. Mediações, Londrina, v. 14, n.2, pp. 11-33, jul/dez. 2009. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/4505. Acesso em: 13 abr. 2025.

LHULLIER, L. A. (org). Quem é a psicóloga brasileira? Mulher, Psicologia e Trabalho. Brasília. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2013a. 159 p.

PATTO, M. H. de S. Por uma crítica da razão psicométrica. In: PATTO, Maria Helena de Souza. Mutações do cativeiro: escritos de psicologia e política. São Paulo: Hacker editores/Edusp, 2000b. 224 p.

Revisão de estudos sobre subjetividade, individualidade e personalidade na tradição marxista: resultados preliminares

Marcelo Dalla Vecchia (UFSJ), Luiza Miranda Furtuoso (UFSJ), Rita de Cássia Sousa Moreira (UFSJ)

Introdução: Um dos problemas mais candentes da Psicologia, em seus esforços para se consolidar como um campo científico, encontra-se em demarcar a específica definição de "indivíduo" que delimita esse campo. Isso incide de modo muito direto também na pesquisa e intervenção psicossocial que se realiza no campo da Psicologia Social, recaindo consequentemente na necessidade de definir o que é abrangido pelos temas conexos, e aos quais se recorre amplamente, da subjetividade, da individualidade e da personalidade. Com efeito, tais definições incidem não somente na produção de conhecimento em Psicologia, mas também na atuação profissional, visto que é possível depreender, a partir delas, concepções de ser humano que vão incidir em métodos para a abordagem do indivíduo enquanto objeto da Psicologia. Tais definições e tais métodos, por sua vez, podem ser analisados tendo em vista o tipo de contribuição que oferecem para processos de desenvolvimento e emancipação humana. Assim, a diferenciação entre essas categorias não é unicamente uma questão terminológica, um preciosismo ligado a disputas de ordem acadêmica, mas essencial para se aquilatar como a Psicologia aborda o indivíduo na perspectiva de se avançar em uma transformação radical da sociedade burguesa. Na obra de Marx e Engels, principalmente nos escritos de natureza mais filosófica, é possível depreender elementos para o tratamento desses temas, havendo estudos que buscam sistematizá-los. No entanto, na tradição marxista, ou ainda, entre aqueles que reivindicam a herança marxista, a possibilidade e a oportunidade de tratamento desses temas é permeada de polêmicas. Por um lado, há um dissenso sobre a possibilidade de localização dessas temáticas no âmbito da obra de Marx e em sua tradição, como se sua contribuição se restringisse aos fundamentos econômicos e aos problemas materiais. Por outro lado, há um emprego eclético dos temas em questão, como se houvesse uma complementaridade do marxismo com abordagens cujos pressupostos são distintos, e até mesmo conflitantes. Estudos preliminares constataram uma utilização frequentemente indistinta dessas categorias, levando a apropriações ecléticas e a uma baixa delimitação do âmbito específico dos fenômenos abarcados por cada um deles. O presente estudo busca contribuir com uma definição mais apurada dessas três categorias, o que é relevante quando se considera a Psicologia enquanto ciência particular. Objetivo: O estudo ora apresentado busca contribuir com a delimitação das categorias subjetividade, individualidade e personalidade na tradição marxista, debruçando-se sobre como são definidos e inter-relacionados na literatura da área da Psicologia. Relação com GT e eixo temático: O trabalho se relaciona com o GT 33 visto que busca debater criticamente concepções de subjetividade, individualidade e personalidade que "favorecem a naturalização, a justificação e a individualização das contradições sociais", apontando para o tratamento desses temas à luz das relações entre Psicologia e Marxismo. Orientação teórica: A revisão de literatura desenvolvida no presente estudo alia-se à concepção de que a pesquisa bibliográfica não pode prescindir do trabalho teórico que lhe é subjacente, o que implica em negar a reificação de etapas e procedimentos pré-estabelecidos. Entende-se que é possível fazer uma analogia dos processos de análise explicativa e síntese integradora com o movimento de ascensão do concreto abstrato em concreto pensado. Isso pode se consolidar por meio de aproximações sucessivas com a bibliografia a ser analisada, por meio da crítica do objeto de estudo delimitado. Estratégias metodológicas: Está sendo desenvolvida uma revisão sistemática da

literatura publicada em bases de dados que indexam artigos oriundos de periódicos brasileiros e da América Latina e Caribe: Scientific Electronic Library Online (SciELO), Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PEPSIC) e Red de Revistas Cientificas de América Latina y el Caribe, España y Portugal (Redalyc). Resultados: Nesta oportunidade, estão sendo apresentados os resultados preliminares da pesquisa em andamento. Para a busca inicial, realizada em 18/02/2025, foi utilizada a seguinte expressão de busca: (individualidade OR personalidade OR subjetividade) AND (materialis* OR marxis*). Houve filtragem para artigos em português, espanhol, inglês e francês, e para periódicos da área de Psicologia. Foram identificados, após aplicação de critérios de exclusão, 10 estudos no Pepsic, 6 estudos no Scielo e 24 estudos no Redalyc. Não foi possível identificar uma concentração em termos de períodos ou anos de publicação desses artigos, com ocorrências maiores nos anos de 2011 (8 artigos), 2015 (7 artigos) e 2007 (5 artigos). Observou-se que também não há periódicos que tratam de modo mais específico tais temas, com os periódicos Psicologia & Sociedade (8 artigos), Psicologia em Estudos (7 artigos), e Estudos em Psicologia (Natal), Revista Subjetividade e Revista Mal-Estar e Subjetividade (5 artigos) publicando mais artigos tratando de subjetividade, individualidade e personalidade com base em pressupostos do marxismo. Até o presente momento, foi possível identificar que: (1) há uma predominância de estudos teóricos, (2) há uma concentração de estudos nas áreas de Psicologia Escolar e Educacional e de Psicologia Social Comunitária, (3) na Psicologia Histórico-Cultural e na Psicologia Sócio-Histórica, que reivindicam mais diretamente a influência do marxismo, o recurso às categorias personalidade, subjetividade e individualidade é diverso, e (4) há um conjunto de estudos que buscam interlocuções entre autores da tradição marxista com autores que fazem parte de influências teóricas no campo da Psicologia (Foucault, Freud, Lacan, Sartre, Winnicott) em torno dos temas personalidade, subjetividade e individualidade. Conclusões: nota-se que a delimitação dessas categorias ainda é uma tarefa pertinente tendo em vista a perspectiva de articulações entre a Psicologia com o Marxismo.

Sem pé, nem cabeça: crítica às abordagens pós-estruturalista nos estudos sobre corpo

Lorena Amorelli Reinato (UFRN), Ilana Lemos de Paiva (UFRN), Vêronica Maria Ferreira (UFRN)

O presente trabalho propõe uma investigação sobre como as formulações pós-estruturalistas têm recorrido ao corpo como espaço privilegiado de análise e, ao assim procederem, frequentemente velam as origens materiais das relações de exploração e convertem as estratégias de luta coletiva em ações de autocuidado esvaziadas de um projeto social revolucionário mais amplo. Ao nos debruçarmos sobre essa problemática, partimos da premissa de que as análises sobre o corpo humano não devem se fundamentar na busca pela corporalidade enquanto essência explicativa da existência ou do ser, mas sim nas relações e processos concretos — espaciais e temporais — que articulam representações, estruturas, instituições e imaginários, todos eles atravessados por condições políticas e econômicas historicamente determinadas. Nesse sentido, entende-se que grande parte da produção teórica pós-estruturalista tende a negligenciar a centralidade da contradição entre capital e trabalho nas discussões sobre o corpo. Tal omissão resulta na elaboração de reducionismos analíticos que, longe de problematizar a totalidade social, contribuem para a manutenção de uma leitura fragmentária e falseada da realidade. Ao deslocar o corpo para o centro da análise, desarticulado de seus vínculos com os modos de produção e reprodução da vida, essas teorias acabam por reforçar concepções individualizadas e despolitizadas da existência, muitas vezes alinhadas às dinâmicas de subjetivação próprias do neoliberalismo. Essas dinâmicas têm gerado a individualização de questões sociais e a naturalização de processos de exploração.

Não obstante, as leituras pós-estruturalistas têm exercido forte influência sobre os movimentos sociais e sobre o campo das políticas públicas, principalmente quando tocam questões relativas à sexualidade e às identidades. Nesses espaços, o corpo é frequentemente entendido como a instância ontológica fundamental do sujeito. Isto é, como um espaço no qual, supostamente, o sujeito poderia se livrar das determinações biológicas e poderia experimentar performances identitárias, fluxos de desejo e práticas de resistência. Essa percepção encontra eco nas obras de autores como Michel Foucault, Gilles Deleuze, Félix Guattari e Judith Butler, cujas reflexões têm moldado boa parte do pensamento crítico contemporâneo em torno da corporeidade. Ainda, é importante destacar que essas concepções costumam vir acompanhadas de críticas contundentes ao marxismo. Nas críticas geralmente apresentadas, notam-se argumentos que postulam os estudos sobre o corpo como um desafio teórico ao campo marxista, na medida em que este se ancoraria, supostamente, em certo reducionismo economicista, não sendo capaz de abarcar a complexidade dos processos identitários e das diversas expressividades corporais.

Por outro lado, no interior da tradição marxista, é comum a desqualificação dos estudos sobre o corpo como meros modismos acadêmicos e também como desvio das questões estruturais consideradas mais relevantes. Essa tensão revela um impasse teórico e político que precisa, certamente, ser enfrentado com rigor. Sobretudo porque, mesmo nos teóricos marxistas que se distanciam de explicações dualistas e biologizantes, ainda persiste, em muitos casos, a percepção de que os estudos sobre a corporalidade seriam incompatíveis ou mesmo antagônicos com o materialismo histórico-dialético. Essa lacuna tem gerado um terreno fértil para a hegemonia de abordagens pós-modernas, que acabam por tomar o debate sobre o corpo com seus pressupostos relativistas e desconstrucionistas, muitas vezes desvinculados da crítica radical ao modo de produção capitalista.

Diante desse cenário, urge a construção de um esforço teórico capaz de articular os estudos sobre o corpo a partir de uma perspectiva materialista e dialética, que considere as múltiplas determinações históricas, econômicas e políticas que conformam a experiência corporal do ser social. Isso implica, necessariamente, retomar o corpo não como entidade isolada, mas como produto e expressão de relações sociais concretas, situadas em contextos específicos de dominação e exploração. Nesse horizonte, o presente trabalho propõe a realização de uma revisão bibliográfica crítica dos principais estudos pós-estruturalistas sobre o corpo, com ênfase nas obras História da Sexualidade, volumes I e II, de Michel Foucault; Mil Platôs, de Deleuze e Guattari; e Corpos que importam: sobre os limites discursivos do "sexo", de Judith Butler. O objetivo é examinar se esses autores contribuem para a compreensão do corpo em sua dimensão política e histórica, e de que maneira seus aportes teóricos dialogam (ou se confrontam) com os pressupostos da crítica marxista. Partimos da constatação de que a crescente demanda por estudos sobre o corpo não surge no vazio, mas está vinculada às tensões e conflitos enfrentados pelos movimentos sociais em sua luta contra diversas formas de opressão. Ao mesmo tempo, não se pode ignorar que a tendência a recorrer ao corpo como eixo explicativo central reflete, em certa medida, as lógicas neoliberais de dominação. Essas lógicas promovem a fragmentação das ciências, incentivam leituras parciais da realidade e favorecem a despolitização dos sujeitos no curso de sua ação coletiva.

A aposta pós-estruturalista na pluralidade de discursos e na performatividade identitária tende, muitas vezes, a sombrear os mecanismos materiais de exploração e dominação, substituindo o enfrentamento coletivo das contradições estruturais por estratégias individuais de resistência e reconhecimento. Essa substituição, ao invés de fortalecer as lutas emancipatórias, pode reforçar paradigmas individualistas ao deslocar o foco das transformações sistêmicas para práticas de autocuidado e autorrealização que se acomodam facilmente às exigências de mercado. Ainda, o desafio que se impõe é o de recolocar o corpo no centro das análises sociais, sem renunciar à totalidade histórica e dialética que permite compreender sua constituição enquanto categoria social. Para isso, as elaborações da Teoria da Reprodução Social parecem apresentar elementos valiosos de análise, os quais nos permitem certa aproximação de uma unidade na diversidade. Salienta-se que este trabalho é parte de um projeto de pesquisa de doutorado que está se dedicado aos estudos sobre o corpo das mulheres em suas determinações econômicas e políticas na luta pela legalização do aborto no Brasil.

Violência contra mulheres no contexto brasileiro e criminalização: reflexões sobre o processamento jurídico-criminal

Manuella Fernanda Medeiros Guedes (UFRN)

A violência contra as mulheres é um fenômeno social, persistente e multiforme, que pertence a um conjunto de desigualdades entre mulheres e homens e se apresenta na realidade a partir de um complexo sistema de interações, culminando em um acúmulo de desvantagens femininas que as direciona às mais objetivas condições de pobreza, privação e violências (Diniz & Queiroz, 2019). As críticas históricas realizadas pelos movimentos feministas, com diferentes frentes em relação a essa realidade, são impulsionadas fortemente ao pautar o contexto de agudização da violência contra as mulheres e o descaso com que as mulheres vítimas eram tratadas pelas instituições de segurança e pelo Judiciário, o que levou à criação de mecanismos institucionais especializados para o enfrentamento dessa realidade, culminando na Lei Maria da Penha (LMP) como marco histórico. Apesar dos avanços observados, é central a luta contra a impunidade e o apelo por agravamento das punições, o que culmina na ampliação do rol de condutas criminalizadas, na inserção de novas hipóteses qualificadoras, no aumento de pena e nas circunstâncias agravantes, tudo a fim de que a legislação penal garantisse a segurança feminina e inibisse condutas violentas perpetradas contra as mulheres (Vasconcellos, 2015). Constata-se, hoje, que a LMP, apesar da sua dimensão integral e do extenso rol de medidas extrapenais, tem tido sua aplicação limitada em razão da inoperância de ações do Poder Executivo, que delega às medidas repressivas – aparato policial e prisional – o papel de administrá-las. Análises apontam que sua aplicação tem estado restrita à esfera judicial-criminal, ocorrendo com dificuldades e limites, e que, apesar das perspectivas de proteção, prevenção e assistência, a ausência de instrumentos e da estrutura necessária para executá-las acaba por centralizar as medidas punitivas como forma de administração do fenômeno (Achutti, 2014; Vasconcellos, 2015; Pasinato, 2015). Dessa forma, é sabido que a ênfase no combate e na responsabilização reverbera no acentuamento do sistema penal e do Direito Penal, inserindo a questão na lógica estrutural de operacionalização do sistema penal, que se dá através da criminalização regularmente desigual e seletivamente distribuída. Tal lógica detém uma regularidade que obedece à criminalização e ao etiquetamento de estratos sociais racializados e mais pobres da sociedade, e sua incidência seletiva-estigmatizante encontra-se arraigada à estrutura da sociedade capitalista, que responde com o agigantamento penal, justificado pela complexificação dos problemas sociais, que são, em grande medida, produzidos pela própria lógica capitalista (Andrade, 2012). Entende-se que tal lógica é um complexo de relações sociais de exploração, opressão, dominação e alienação, que se relacionam de forma integrativa e ontológica (Ruas, 2021) e moldam opressões estruturais contra mulheres, não de maneira indiferenciada, mas considerando as interações entre classe, raça, gênero e sexualidade. Assim, na caricatura do Estado, o sistema capitalista não pode resolvê-los ou enfrentá-los diretamente, sendo no vazio dessas respostas que se encontra a razão da intensificação da resposta penal (Andrade, 2012). Esta se volta, sobretudo, para as manifestações de violência individuais, enfocando a figura do autor da violência, desconsiderando toda a estrutura que conforma dinâmicas e condutas violentas masculinas (Baratta, 1993), e para a suposta eficácia do "Direito Penal Simbólico", em que se acredita que, ao legislar, o Estado “teria força de inverter a simbologia já existente na sociedade, atuando como uma forma de persuasão sobre os indivíduos para que eles obedeçam a uma conduta mínima de comportamento, sob a pena de

serem taxados de delinquentes" (Montenegro, 2015, p. 111). Fato é que o Brasil, segundo Vasconcellos (2015), vivenciou e ainda vivencia um processo de inflação penal legislativa, que cria tipos penais e agrava as penas daqueles já existentes, mas não se mostra, em nenhum momento, eficaz no que se refere à redução da criminalidade, em especial das violências às quais a LMP está direcionada. Dito isto, impõe-se um paradoxo que evidencia que, mesmo após 18 anos da promulgação da LMP e da significativa expansão da legislação que tipifica e criminaliza diferentes formas de violação às mulheres, a persistência da violência e seu crescimento predominante ainda constituem a realidade. Esse quadro se observa não apenas no estado do Rio Grande do Norte – recorte geográfico da presente pesquisa em curso –, onde, entre 2011 e 2020, 1.050 mulheres foram mortas por causas proxy para feminicídio, ou seja, por condutas violentas letais intencionais, das quais 83% das vítimas tinham entre 15 e 49 anos e 76,2% eram mulheres negras, mas também no cenário brasileiro. Faz-se necessário, portanto, discutir as possibilidades, os efeitos, os riscos e os limites do acionamento do Direito Penal e, consequentemente, de seus mecanismos punitivos, considerando as implicações e a distribuição dos processos de criminalização na resposta à violência contra as mulheres. Isso posto, para a fundamentação dessa proposta, parte-se da perspectiva do Materialismo Histórico-Dialético, da Criminologia Crítica e de autoras feministas marxistas, produzindo articulações possíveis, assumindo a compreensão de que a violência é constituída historicamente, a partir da forma como os seres humanos se organizam na prática social, na materialidade das relações sociais. Considerar-se-á, também, a questão criminal com enfoque macrossociológico, que historiciza a realidade comportamental e ilumina as relações com a estrutura política, econômica e social (Baratta, 1993; Batista, 2011). Para tanto, as reflexões transitam entre a Criminologia Crítica e as criminologias feministas, que circundam os debates em torno da LMP e do Sistema de Justiça Penal, demonstrando – apesar de tensões, contradições, convergências e divergências – os limites do seu acionamento na transformação substantiva da realidade e das relações em que se assentam e das quais derivam as violências contra as mulheres. Por isso, ancora-se na crítica aos processos de criminalização e ampliação dos níveis de punitividade social, bem como da práxis pela redução dos altos índices de violência contra as mulheres. Em tempos de "fundamentalismo punitivo" (Andrade, 2016, p. 41), redobra-se a necessidade e a urgência de discutir e analisar os efeitos produzidos pela criminalização de homens autores de violência, considerando que resultados pode produzir o processamento jurídico-criminal destes e questionar que respostas está capacitado a acionar, ao compreendê-lo como um sistema de controle social, seletivo e desigual, de violência institucional (Andrade, 2016).

Referências

Achutti, D. (2014). Justiça restaurativa e abolicionismo penal: contribuições para um modelo de administração de conflitos no Brasil. São Paulo: Saraiva.

Andrade, V. R. (2012). Pelas mãos da criminologia: o controle penal para além da desilusão. Rio de Janeiro: Revan.

Andrade, V. R. (2016). Sistema penal máximo x cidadania mínima. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora.

Baratta, A. (1993). Direitos humanos: entre a violência estrutural e a violência penal. Fascículos de Ciências Penais, 6(2), 44-60.

Batista, V. M. (2011). Introdução crítica à criminologia brasileira. Rio de Janeiro: Revan.

Campos, C. H. & Carvalho, S. (2011). Tensões atuais entre a criminologia feminista e a criminologia crítica: a experiência brasileira. In Carmen Hein de Campos (Org). Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva

jurídico-feminista (pp. 143-169). Rio de Janeiro: Lumen Juris.

Diniz, M. I. & Queiroz, F. M. (2019). Assédio sexual contra mulheres no contexto da crise estrutural do capital. In Evilasio Salvador, Elaine Behring & Rita de Lourdes de Lima. Crise do capital e Fundo Público: implicações para o trabalho, os direitos e a política social (pp. 343-362). São Paulo: Cortez.

Montenegro, M. (2015). Lei Maria da Penha: uma análise criminológico-crítica. Rio de Janeiro: Revan.

Pasinato, W. (2015). Oito anos de Lei Maria da Penha. Entre avanços, obstáculos e desafios. Estudos Feministas, 23(2), 533-545. https://doi.org/10.1590/0104026X2015v23n2p533

Ruas, R. (2020). Teoria da Reprodução Social: apontamentos para uma perspectiva unitária das relações sociais capitalistas. Direito & Práxis.

Vasconcellos, Fernanda (2015). "Punir, Proteger, Previnir?: a Lei Maria da Penha e as limitações da administração dos conflitos conjugais violentos através da utilização do direito penal. (Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul). Recuperado de https.//repositório.puc.rs.br/dspace/handle/10923/7487.

Violência escolar e condições de trabalho docente no contexto pós-pandemia: análise crítica preliminar

Fábio Alves Gomes (UEA), Júlio Ribeiro Soares (UERN), Rony Iglécio Leite de Andrade (UEA), Valter Luciano Gonçalves Villar (UEA)

A pandemia de COVID-19 representou um marco divisor na educação brasileira, expondo e intensificando desafios estruturais que já permeavam o cotidiano escolar. Embora muitos desses desafios já estivessem presentes antes da crise sanitária global, foi no contexto da pandemia que se tornaram ainda mais evidentes e amplificados. Entre esses desafios, a violência no ambiente educacional emergiu como uma questão crítica, demandando atenção urgente de pesquisadores, educadores e formuladores de políticas públicas. A violência escolar, que já era uma realidade em muitas instituições de ensino, passou a ser um fenômeno ainda mais presente e com características distintas no pós-pandemia. Dados recentes revelam que 60% dos professores identificaram um aumento significativo nos episódios de violência entre estudantes após o retorno às aulas presenciais, sendo que 97,9% desses educadores apontam esse fenômeno como um obstáculo direto ao processo de aprendizagem (Ogawa, 2022). Esse cenário preocupante não surge isoladamente, mas está profundamente entrelaçado com as sequelas sociais deixadas pela pandemia, que afetaram diversos aspectos da vida social e familiar dos indivíduos. Tais sequelas abrangem desde a sobrecarga de tarefas domésticas e o desemprego familiar até os traumas decorrentes do luto e do isolamento prolongado. Esses fatores têm contribuído significativamente para o aumento da violência escolar, gerando um ambiente de instabilidade emocional e social que afeta diretamente as relações dentro das escolas (Raciunas & O'Kuinglittons, 2021; Camargo & Fernandes, 2023).

Nesse contexto, esta pesquisa em andamento se propõe a investigar como esses múltiplos fatores têm determinado as condições de trabalho dos docentes da Educação Básica, considerando as diversas implicações da pandemia para o ambiente escolar. A violência escolar não é um fenômeno isolado, mas sim uma expressão de um conjunto de determinações histórico-sociais mais amplas. Partimos do pressuposto de que compreender essas dinâmicas é fundamental para desenvolver estratégias efetivas que possam transformar as escolas em ambientes mais seguros e acolhedores. Nossa investigação se alinha com os debates promovidos pelo Grupo de Trabalho "Educação, Pesquisa e Transformação Social", pois enfatiza a necessidade de analisar os processos educacionais em sua relação com os nexos da totalidade social no qual está inserido, sendo determinado por ela e, por sua vez, determinando-a. A violência, nesse contexto, é explicada como expressão particular de contradições engendradas pelo capitalismo, que envolve não apenas o ambiente escolar, mas a desigual sociedade como um todo.

Para guiar nossa análise, adotamos como referencial teórico a psicologia sócio-histórica, a partir dos pressupostos teórico-metodológicos do materialismo histórico-dialético. Essa abordagem nos permite compreender a violência escolar não como um fenômeno isolado, mas como produto de complexas mediações históricas e sociais que se manifestam de maneira diferenciada em diferentes contextos sociais. A violência, portanto, é vista como uma expressão de um contexto social mais amplo, que reflete as condições materiais e subjetivas em que as pessoas estão inseridas. Essa visão nos possibilita compreender como as questões estruturais da sociedade brasileira, como a desigualdade social, têm determinado diretamente a escola e as relações entre alunos e professores. A psicologia sócio-histórica,

portanto, nos oferece as ferramentas para compreender as relações de poder e as desigualdades que permeiam as interações sociais dentro da escola, permitindo que possamos pensar em alternativas para superá-las. Essa perspectiva teórica nos permite examinar de forma mais abrangente como as adversidades trazidas pela pandemia se refletem no cotidiano escolar e como os educadores têm respondido a esses desafios

Metodologicamente, optamos por uma abordagem qualitativa, entrevistas semiestruturadas e grupos de discussão com professores de escolas públicas em Tabatinga (AM). A escolha por essa metodologia se justifica pela necessidade de captar não apenas os fatos objetivos sobre a violência escolar, mas também as significações, afetos e estratégias desenvolvidas pelos docentes no seu cotidiano profissional. As entrevistas e os grupos de discussão são ferramentas que nos permitem acessar essas múltiplas dimensões da violência escolar, oferecendo um espaço para que os professores possam refletir sobre suas experiências e estratégias de enfrentamento.

Como procedimento de análise e interpretação das informações produzidas, utilizaremos os Núcleos de Significação (Aguiar & Soares, 2016), pois essa abordagem nos auxilia a compreender e explicar o fenômeno para além da sua expressão fenomênica e constituí-lo na sua concreticidade. A proposta dos Núcleos de Significação é justamente desvelar as camadas mais profundas do fenômeno, compreendendo as condições objetivas e subjetivas que contribuem para a sua existência. Essa perspectiva permite uma análise mais rica e detalhada do fenômeno da violência escolar, sem reduzi-lo a uma simples manifestação de comportamento agressivo, mas entendendo-o como parte de um contexto mais amplo de relações sociais e históricas. O objetivo dessa análise é possibilitar uma intervenção mais efetiva, que vá além do tratamento imediato dos episódios de violência, visando a transformação das condições que geram esses comportamentos.

Complementando esse trabalho de campo, realizaremos uma revisão bibliográfica crítica que nos ajudará a situar nossos achados no debate acadêmico mais amplo sobre educação pós-pandêmica. A literatura sobre a educação pós-pandêmica tem apontado para um aumento significativo das desigualdades educacionais, especialmente no que diz respeito à violência e ao rendimento escolar. A revisão bibliográfica, portanto, será fundamental para contextualizar nossa pesquisa e compreender como os resultados obtidos em Tabatinga se inserem em um panorama mais amplo de transformações e desafios enfrentados pelas escolas brasileiras nesse período de recuperação da pandemia.

Os resultados preliminares apontam para três dimensões interligadas do problema: observamos um aumento preocupante tanto da violência física quanto da verbal entre os alunos, frequentemente associado ao agravamento das desigualdades socioeconômicas e à fragilização dos vínculos escolares durante o período de ensino remoto. O distanciamento social imposto pela pandemia afetou diretamente as relações de confiança e afeto entre alunos e professores, o que contribuiu para o aumento da violência nas escolas. Identificamos também uma sobrecarga emocional significativa entre os docentes, muitos dos quais relatam sentimentos de despreparo para lidar com os conflitos agravados pelo contexto pós-pandêmico. Essa sobrecarga emocional está relacionada ao desgaste físico e psicológico dos professores, que, além de enfrentarem os desafios diários da profissão, tiveram que lidar com o impacto emocional da pandemia e com as consequências psicológicas do retorno às aulas presenciais.

Finalmente, no âmbito institucional, constatamos uma lacuna preocupante na oferta de políticas públicas específicas para o acolhimento psicossocial tanto de estudantes quanto de professores. A falta de suporte psicológico e emocional nas escolas tem sido um fator crítico no agravamento dos problemas relacionados à violência escolar. Essa lacuna nas políticas públicas reflete

uma falha na compreensão das necessidades emocionais e psicológicas dos indivíduos envolvidos no processo educacional, o que dificulta a criação de ambientes escolares mais seguros e acolhedores.

Esta pesquisa reforça a urgência de estudos que busquem articular teoria crítica e prática educacional. Ao situar nosso trabalho no eixo temático "Psicologia Social e Educação", esperamos contribuir não apenas para o avanço do conhecimento acadêmico, mas também para a construção de alternativas concretas que possam transformar a realidade das escolas brasileiras no período pós-pandêmico. Os desafios são significativos, mas acreditamos que pesquisas engajadas e metodologicamente rigorosas podem apontar caminhos para uma educação mais justa, humana e transformadora. A educação, como ferramenta de transformação social, tem o poder de romper com ciclos de violência e desigualdade, desde que as políticas públicas e as práticas pedagógicas estejam alinhadas com as necessidades reais dos estudantes e educadores. Esse é o objetivo maior da nossa pesquisa: contribuir para a construção de uma educação que não apenas recupere os danos causados pela pandemia, mas que também promova uma transformação social duradoura e efetiva.

Violência, sofrimento e suas determinações sociais: dano psicossocial entre a população em situação de rua

Jéssica Rodrigues Rosa (USP), Antonio Euzébios Filho (USP), Sueli Terezinha Ferrero Martin (UNESP)

Introdução

Nas últimas décadas – e particularmente após a pandemia de Covid-19 – a população em situação de rua tem sido foco cada vez mais frequente de escrutínio público, institucional e científico. Definida como um "grupo populacional heterogêneo constituído por pessoas que possuem em comum a garantia da sobrevivência, por meio de atividades produtivas desenvolvidas nas ruas, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a não referência de moradia regular" (BRASIL, 2006, p. 14), uma designação utilizada em grande parte da literatura científica mais recente sobre o tema, a população em situação de rua é constituída atualmente por cerca de 221 mil pessoas (NATALINO, 2020).

Apesar de numerosa, este grupo populacional tem sido historicamente submetido à violência em suas mais diversas expressões físicas, psicológicas e simbólicas – segundo dados do Ministério da Saúde, de 2015 a 2017 foram registrados mais de dezessete mil casos de violência contra pessoas em situação de rua no país (BRASIL, 2019). Além de extremamente prevalente, este tipo de violência também tende a ocorrer de forma repetida: cerca de 18% dos casos de violência notificados por pessoas nesta condição foram de repetição (BRASIL, 2019).

Como resultado desta violência estrutural, em grande parte incorporada à ordem social vigente, desenvolvem-se formas de sofrimento que materializam as relações desumanizadoras às quais estes indivíduos estão submetidos. Entre elas, encontram-se o dano e o trauma psicossocial, que partem de teorizações inicialmente desenvolvidas pelo psicólogo salvadorenho Ignácio Martin-Baró e foram posteriormente ampliadas por diversos outros estudiosos latino-americanos.

Objetivos

Por meio desta tese de doutorado, buscamos investigar o impacto da violência e do preconceito para a subjetividade de pessoas em situação de rua e sua repercussão no desenvolvimento de dano e trauma psicossocial; identificar possibilidades de resistência ou superação deste sofrimento; e finalmente, objetivamos sistematizar elementos da obra de Lev Vygotsky que pudessem contribuir na análise dos dados obtidos.

Compreendendo a proposta do GT 33, de admissão de trabalhos metodologicamente alinhados ao materialismo histórico-dialético que discutam os efeitos psicossociais da crise capitalista sobre os sujeitos, acreditamos que este trabalho se encontre oportunamente alinhado à proposta do grupo, que pretende viabilizar discussões assentadas no método materialista focadas na resistência de populações marginalizadas como a que compõe a amostra deste trabalho.

Orientação teórica e estratégias metodológicas

Buscamos utilizar, como norteador metodológico desta pesquisa, o materialismo histórico-dialético – desde a concepção do projeto até a elaboração dos procedimentos e execução das etapas. Através da realização desta pesquisa, vislumbramos a possibilidade de ação no mundo por meio da Psicologia Social, assim como defendido por Martin-Baró quando reforça que a

Psicologia deve colaborar para a resolução d questões mais urgentes das maiorias populares e contribuir para o avanço no processo de conscientização popular. Adicionalmente, acreditamos que este trabalho reflete uma forma de práxis científica por obedecer, em sua elaboração e execução, às leis gerais do método materialista histórico-dialético, segundo o qual o processo de objetivação da ideia – neste caso, da tese que defendemos neste trabalho – se realiza somente por meio da atividade material-sensorial – aqui, efetivada através do contato com a realidade dos participantes da pesquisa e com os sentidos atribuídos a suas experiências. O projeto foi submetido através da Plataforma Brasil ao Comitê de Ética em Pesquisa (CONEP) e teve sua realização autorizada (CAAE 58514322.3.0000.5561) previamente à execução.

Como técnicas de coleta de dados, foram conduzidas entrevistas individuais semi-estruturadas, elaboradas pela pesquisadora e seu orientador, e utilizada a técnica de observação participante. Quinze pessoas em situação de rua da cidade de São Paulo compuseram a amostra de participantes da pesquisa, que foi realizada nas dependências da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, em unidade no centro da cidade. Após um período inicial de familiarização da pesquisadora na unidade, a coleta de dados foi realizada com os participantes e registrada também em diário de campo.

Resultados

A partir da análise dos dados obtidos, identificamos que experiências de violência, em suas diversas expressões – física, verbal, institucional e simbólica – são amplamente presentes no cotidiano da população em situação de rua. Segundo os relatos de nossos participantes, frequentemente a vivência da violência - de classe, de gênero, racial, familiar e institucional – se inicia mesmo antes da chegada à situação de rua, caracterizando um contexto repleto de situações pré-traumáticas que acompanham as definições de Martin-Baró e reforçam a determinação material e objetiva associada aos desdobramentos subjetivos destas experiências. A partir dos dados, também foram identificadas cinco expressões concretas de violência referidas pelos participantes e associadas à situação de rua: violência física; preconceito e humilhação social; hiperexposição e insegurança; isolamento social, familiar, afetivo e institucional; e desassistência e inacessibilidade dos dispositivos públicos. Para cada uma destas expressões, foram identificadas possíveis afetações associadas – como a humilhação, vergonha, estresse, angústia e revolta – e as respostas viabilizadas diante delas – como o isolamento social, uso de substâncias, resignação fatalista e atos de agressividade. Adicionalmente, identificamos possíveis articulações entre os dados obtidos e conceitos centrais à Psicologia vigotskiana – como os de apropriação/objetivação, crise e autocontrole da conduta – os quais, acreditamos, podem auxiliar na formulação de possíveis estratégias terapêuticas direcionadas a esta população.

Conclusões

Concluímos que as afetações identificadas entre os participantes se configuram como exemplos de dano psicossocial desencadeado por experiências estreitamente vinculadas à situação de rua, considerando sua associação com a exposição prolongada e contínua destes indivíduos a expressões diversas de violência, humilhação, isolamento social e desassistência institucional. Apesar dos limites inerentes a esta pesquisa considerando sua amostra e desenho, acreditamos ser possível atestar que a violência tão presente nas vivências de nossos participantes reflete aquela experienciada por parte significativa das pessoas em situação de rua, e pode

estar potencialmente vinculada à ocorrência de dano psicossocial entre esta população.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. População em situação de rua e violência – uma análise das notificações no Brasil de 2015 a 2017. Boletim Epidemiológico. Brasília, v. 50, n. 14, jun. 2019. Disponível em: <https://antigo.saude.gov.br/images/pdf/2019/junho/13/2019-010-publicacao.pdf>. Acesso em 23 set. 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. 2º Censo da População de Rua e Análise Qualitativa da Situação dessa População em Belo Horizonte: meta 10 - realização de ações de atendimento psicossocial, de inclusão produtiva e capacitação para população em situação de rua. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal, 2006.

NATALINO, M. A. C. Estimativa da população em situação de rua no Brasil (setembro de 2012 a março de 2020). Nota técnica. Brasília: IPEA, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/200612_nt_disoc_n_73.pdf>. Acesso em 31 ago. 2021.

GT 34: PRÁTICAS INSURGENTES EM CONTEXTOS EDUCACIONAIS

Coordenação: Rodrigo Toledo (PUCSP), Elizangela André dos Santos (UNIP), Maria Rozineti Gonçalves (UNIP / ABRAPEE)

A juvenilização da EJA e o (re)pensar do trabalho docente

Juliana Maria Luccas Duarte Eigenheer (Unesp/IB Rio Claro), Debora Cristina Fonseca (Unesp/IB Rio Claro), Sueli de Fátima Caetano Coppi (Unesp/IB Rio Claro), Mariana Cunico da Silva (Unesp/IB Rio Claro)

Este trabalho apresenta um breve recorte de uma pesquisa de doutorado, em andamento, que tem por objetivo principal analisar os processos de juvenilização da e na EJA e suas implicações para os (as) jovens da EJA em cumprimento de medida socioeducativa. Tais processos serão analisados, por meio de um uma investigação bibliográfica sobre o tema e através de dados levantados utilizando como metodologia a pesquisa trans-formação (Magalhães, Aguiar, 2021), que busca revelar a realidade, propondo-se a ser investigativa e transformadora, na mesma medida que é crítica. Essa pesquisa se constitui como parte de uma pesquisa maior, intitulada "ESCRE(VIVÊNCIAS) potentes na EJA e na SOCIOEDUCAÇÃO: construindo metodologias e políticas públicas para a redução da desigualdade educacional e equidade de direitos", desenvolvida por pesquisadores da Universidade Estadual Paulista "Júlio Mesquita Filho" (UNESP) – Instituto de Biociências Rio Claro-SP, da qual se apropriará da produção teórica de Conceição Evaristo (Escrevivências) para o desenvolvimento de metodologias educacionais que sejam significativas para a redução da desigualdade e a promoção da equidade educacional. A proposta desse recorte é trazer, em destaque, as intervenções já realizadas com os docentes da EJA participantes da pesquisa e o que se pretende propor em seguida. Ao longo da minha pesquisa de mestrado foi possível perceber que a maioria dos jovens em conflito com a lei possui trajetórias escolares marcadas pelo fracasso escolar, pelo preconceito, estigmatização e abandono dos estudos, demonstrando dificuldades de se constituir enquanto sujeito dentro do ambiente escolar. Evidencia-se, assim o (não) lugar desses sujeitos nos espaços escolares. Dessa forma, fica impossível não levantar questionamentos, tais como: se há e se são efetivas as políticas públicas voltadas a esses jovens; como o fenômeno da juvenilização atravessa os processos escolares; se existem e quais são as metas estabelecidas na política educacional para atendimento de jovens com dificuldades de aprendizagem e/ou defasagem idade série, em especial os envolvidos com o meio infracional; quais metodologias são propostas e pensadas para que a escola atenda às necessidades desses sujeitos e quais são de fato utilizadas. Embora historicamente a EJA não seja vista como uma modalidade de ensino voltada para os adolescentes, nos últimos anos passou a receber uma quantidade cada vez maior de jovens, ocupando a atenção de educadores e pesquisadores (Leite, 2013; Brunel, 2014). Assim, a inserção do jovem na Educação de Jovens e Adultos constitui um desafio aos educadores. No município onde está sendo desenvolvida a pesquisa, dados levantados pelo Centro Especializado de Referência da Assistência Social (CREAS) (Schreiner, 2013) indicam que entre os anos de 2011 e 2012 houve um aumento de 14% nos atendimentos a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto - Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviço à Comunidade (PSC). Boa parte desses jovens apresenta uma situação de abandono escolar e/ou distorção/idade série, o que leva o

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

CREAS a adotar, como parte do Plano Individual de Atendimento (PIA), e em observação ao Artigo 119 do ECA, a solicitação de vagas escolares, em especial, devido à faixa etária, na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Eigenheer (2023), em pesquisa realizada entre os anos de 2021 e 2022 com jovens em cumprimento de medida socioeducativa no município onde será realizada esta pesquisa, evidenciou-se a questão da distorção idade série e o fracasso escolar. Observou-se também a dificuldade tanto da escola, quanto do serviço de medida socioeducativa na busca pela efetivação do direito à educação para esses jovens. Considerando esses dados, foram construídas as primeiras intervenções da pesquisa. Iniciamos encontros com o grupo de docentes da EJA do município escolhido. No primeiro encontro realizou-se a apresentação dos objetivos da pesquisa, seus aspectos metodológicos e teóricos e um levantamento das dificuldades do processo de ensino/aprendizagem e de acolhimento do público da EJA, destacando-se aquelas relativas à juvenilização da EJA e aos jovens em cumprimento de medida socioeducativas. Posteriormente, foi apresentada uma performance tendo como base o conto "Maria" (Evaristo, 2014), a fim de sensibilizar os participantes e possibilitar o início das discussões. Foi possível perceber o impacto causado, no entanto, a maioria dos professores demonstrou desconhecer o trabalho de Conceição Evaristo, ou conhecer muito superficialmente, motivando que nos encontros posteriores sua biografia e obra fossem exploradas. Nos encontros seguintes, foram apresentadas leituras de textos da autora, como o conto "A gente combinamos de não morrer". Nessa oficina houve a oportunidade de anotar as emoções suscitadas. Percebeu-se que alguns dos professores ficaram incomodados com a linguagem utilizada e com o contexto apresentado no conto, evidenciando-se que a escola pode estar reproduzindo e reforçando o apagamento histórico das memórias do grupo social a qual pertence boa parte dos alunos da EJA, inclusive seus alunos mais jovens. Pretende-se, nas próximas rodas de conversa com os docentes, trazer provocações a fim de compreender como esses professores percebem o processo de juvenilização da EJA e e suas estratégias e metodologias em sala de aula, (re)pensando coletivamente o trabalho docente. Sendo uma Pesquisa-Trans-Formação, a busca é pela participação de todos os envolvidos de modo ativo durante, implicando na transformação da coletividade reunida. Este trabalho dialoga com o GT 13: Educação, Pesquisa e Transformação Social, por discutir a constituição de processos educacionais e de pesquisa em uma perspectiva de transformação social e no Eixo Temático 06. Direitos Humanos e infâncias, juventudes, velhices.

Água de Chocalho: mediação, cuidado e resistência à segregação no cotidiano escolar

Ana Beatriz Bezerra Leite Roque (UFC), Luis Achilles Rodrigues Furtado (Universidade Federal do Ceará)

O presente trabalho apresenta a experiência do projeto de extensão "Água de Chocalho", vinculado à Universidade Federal do Ceará (UFC) – Campus Sobral. O Água de Chocalho atua no Serviço de Psicologia Aplicada (S.P.A.), na sala de permanência, e também junto a escolas de educação infantil da rede pública municipal. O projeto se apresenta como uma prática de mediação entre crianças em sofrimento psíquico, suas famílias e o espaço escolar, orientado pela teoria e a ética da psicanálise. O projeto se insere no campo das práticas educacionais insurgentes ao questionar lógicas de normalização e ao propor uma intervenção comprometida com a transformação institucional e a inclusão real — aquela que não se limita ao acesso físico, mas aposta na construção de espaços possíveis de existência e expressão.

Nos últimos anos, observamos um crescimento significativo no número de diagnósticos entre crianças pequenas, como o Transtorno do Espectro Autista (TEA) e o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). Esse fenômeno tem sido acompanhado por uma maior visibilidade da atenção psicossocial, o que deveria representar um avanço importante no combate ao estigma. No entanto, simultaneamente, assiste-se à intensificação da presença do discurso biomédico nas escolas, muitas vezes operando com critérios padronizados de desenvolvimento e aprendizagem, que desconsideram a complexidade do sujeito e de seu sofrimento.

Como cita Machado (1997): "O equipamento escola passou a designar como anormalidade e doença o que a incomodava por sair dos esquadros a que estava acostumada a utilizar, a fim de regrar os corpos e as vidas de estudantes de forma extremamente descontextualizada, reducionista, causal linear e simplista". Em nome da dita "inclusão", multiplica-se cotidianamente práticas que, de maneira sutil, reforçam a segregação, ao exigir das crianças um ajustamento a normas escolares sem que haja uma revisão institucional que permita a ampliação do que é considerado um aluno "possível".

É nesse cenário, e com esse objetivo, que o Água de Chocalho se estruturou e atua até hoje, promovendo um deslocamento do foco da adaptação do sujeito para o acolhimento de sua subjetividade e, consequentemente, para uma transformação do espaço escolar. Assim como evidencia que não se trata de uma demanda individual do sujeito ou da família, mas sim, de uma questão coletiva, que envolve todo o espaço escolar de ensino e aprendizagem.

Dessa forma, o trabalho que apresentamos dialoga diretamente com os objetivos do Grupo de Trabalho "Práticas insurgentes em contextos educacionais", ao articular teoria e prática numa perspectiva crítica, ética e engajada. Propomos que a inclusão não seja uma meta final, mas um movimento contínuo de escuta, invenção e desconstrução de normatividades. O Água de Chocalho é, antes de tudo, um convite à escola para que se permita ser atravessada pela diferença — e, nesse atravessamento, possa também se reinventar como espaço de existência.

O nosso aporte teórico se sustenta em autores como Sigmund Freud, Jacques Lacan, Silvia Lane, Maria Helena de Souza Patto, Michel Foucault, entre outros. Assim, é

possível dialogar com textos que percebem a criança como um sujeito de desejos e criticam a forma como o diagnosticismo presente no âmbito escolar produz cada vez mais exclusão e controle sobre os corpos, assim como um déficit no sistema escolar brasileiro, o qual desconsidera os contextos sociais dos sujeitos e aplica uma normatização de ensino e indiretamente de pessoas, sendo assim cada vez mais faltoso e resistente a mudança, justificando suas lacunas diagnosticando crianças.

A metodologia foi pensada e é formada por uma equipe de discentes do curso de psicologia da UFC - Campus Sobral, orientados por um docente do mesmo curso. O projeto realiza visitas semanais ou conforme acordado com cada escola parceira. As ações desenvolvidas incluem o acompanhamento direto de crianças em sala de aula, com o foco no brincar, - que envolve a possibilidade de constituição da subjetividade da criança, além de ser uma ponte entre os desejos dela e o mundo; reuniões com professores e gestores; rodas de conversa com discentes; e acolhimento de demandas da comunidade escolar. Toda a atuação é pautada pela ética e pela construção coletiva, sem qualquer pretensão de correção ou ajuste do comportamento das crianças.

Portanto, ao longo de sua atuação, o Água de Chocalho tem demonstrado que práticas aparentemente simples — como acompanhar uma criança na sala de aula, brincar, conversar com um professor, ou apenas estar presente de forma cuidadosa — podem ter efeitos significativos no modo como a escola compreende o sofrimento infantil e se posiciona diante dele. Paralelamente a estas ações há o acompanhamento psicológico por parte de estagiários concludentes do curso de graduação em psicologia e a construção de casos a partir da psicanálise. São ações que constituem uma resistência potente ao discurso dominante que opera pela categorização, pelo desempenho e pela exclusão dos corpos que não se enquadram na dita e imposta, normalidade.

Ademais, a escola, por sua vez, é compreendida não como um espaço neutro ou naturalmente acolhedor, mas como um território atravessado por disputas de poder, discursos e práticas históricas de exclusão e violências. Assim, o projeto se inscreve em uma perspectiva de extensão universitária comprometida com a transformação social, entendendo que a presença da universidade nas escolas públicas deve ser de construção conjunta — e não de imposição de saberes externos. A parceria com as instituições de ensino é construída com base no diálogo e no reconhecimento mútuo, respeitando os saberes dos educadores e valorizando suas experiências.

Conclui-se, portanto, que diferentemente de abordagens que propõem protocolos e intervenções padronizadas, o projeto aposta na criação de laços, no reconhecimento do tempo de cada sujeito e na valorização da palavra - mesmo quando ela se apresenta de forma não verbal. A criança, frequentemente colocada na posição de sintoma de um sistema escolar rígido e excludente, é reposicionada como sujeito de desejo, capaz de produzir sentido e construir vínculos a partir de sua singularidade. Nesse sentido, o Água de Chocalho recusa e se posiciona politicamente frente a lógica que associa diferença à deficiência e à inadequação.

Arte e Cultura Indígena e Quilombola no Espaço Acadêmico: Promovendo Saúde Mental e Permanência Estudantil

Jamylle Adrianne de Lima Silva (UFAPE), JamMarye Monike Silva Rodriguesylle Adrianne de Lima Silva (UFAPE), Ana Karolyne Florencio Amorim (Faculdade de Enfermagem Nova Esperança)

Dado o histórico de exclusão da população indígena e quilombola dos espaços acadêmicos, é de extrema relevância que, além do acesso à entrada nas universidades, seja viabilizada a permanência desses estudantes (LUZ, 2021; PRADO, SILVA, 2022). Assim, é preciso valorizar saberes e tradições que contribuam para a permanência estudantil de forma qualitativa. Para tanto, além dos auxílios financeiros, a Pró-reitoria de Assistência Estudantil (PRAE) da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (UFAPE) realiza diversas ações com o objetivo de diminuir desigualdades no contexto educacional (BRASIL, 2010; Resolução 008/2023 do CONSEPE).

Desta feita, o presente trabalho traz como exemplo o projeto de extensão Entrelaçando Tradições, que nasceu a partir do Observatório de Políticas Estudantis da PRAE-UFAPE e da Seção de Promoção de Arte, Cultura e Diversidades (SPAD) da mesma pró-reitoria e universidade. Durante as reuniões do grupo, composto majoritariamente por estudantes indígenas e quilombolas, a psicóloga da PRAE e chefe da SPAD, observou demandas de integração, dificuldade de adaptação a um contexto cultural muito distinto dos seus e sobrecarga de tarefas acadêmicas, dificuldades semelhantes às encontradas por Luciano e Amaral (2021). Para exemplificar, em uma das reuniões, um aluno verbalizou que sentia vontade de se reunir com aquelas pessoas pra “conversar besteira”, pois, segundo ele, as atividades da universidade nas quais precisava se envolver eram muito cansativas. Pouco tempo depois, a pró-reitoria de extensão e cultura (PREC) lançou um edital para selecionar projetos que promovessem arte na universidade. Diante dessa oportunidade, surgiu a ideia de um projeto de extensão que pudesse atender a essa necessidade de momentos de lazer e integração, a partir da valorização e da visibilidade de suas culturas e contando com o protagonismo desses estudantes na elaboração de todas as etapas do projeto, de modo a contribuir para a apropriação e o pertencimento ao espaço acadêmico.

Assim, o projeto se construiu a partir do método cartográfico, que inverte a lógica do saber fazer, para a de fazer saber (Passos & Barros, 2015) e cada passo dado foi produzido em conjunto, conhecendo o território, tanto o acadêmico, quanto aqueles visitados, compreendendo as demandas que nos eram apresentadas e os modos como poderíamos responder a elas. Ao longo dos dez meses de execução do trabalho foram realizadas oficinas de fotografia e de produção de conteúdo para as redes sociais, apreciação da V Mostra Pankararu de Música, visita à comunidade Quilombola do Alverne, produção de um documentário e de uma exposição fotográfica e realização da I Mostra de Arte e Cultural - Entrelaçando Tradições, que foi composta por cinedebate, exposição fotográfica, apresentação musical e degustação de comidas indígenas e quilombolas do agreste pernambucano. Todas as atividades foram ofertadas por artistas e representantes político-culturais de povos tradicionais e originários, assim como, por estudantes e servidores da UFAPE, e eram abertas para todos os interessados.

As atividades desenvolvidas revelaram-se fundamentais para o fortalecimento dos vínculos comunitários e acadêmicos. A oficina de fotografia oportunizou a experimentação artística e o reconhecimento da estética e das narrativas próprias dos povos tradicionais e originários, promovendo o resgate e a valorização da memória coletiva. Já a oficina de produção de conteúdo para redes sociais contribuiu para o letramento digital, permitindo que os participantes se apropriassem das ferramentas tecnológicas para expressar e divulgar suas

vivências culturais. Já a visita à V Mostra Pankararu de Música possibilitou uma imersão no universo artístico, cultural e espiritual do povo Pankararu, promovendo o intercâmbio entre culturas e saberes. Essa experiência foi um momento significativo de aproximação com práticas ancestrais, que fortaleceu o sentimento de pertencimento e ampliou a compreensão do território como espaço sagrado de resistência e criação. Ela também inspirou a bolsista do nosso projeto, e co-autora deste texto, a convidar os demais membros da equipe e os demais interessados da universidade e de fora dela para conhecer seu povoado.

Assim foi a realizada a visita à comunidade Quilombola do Alverne, onde os participantes puderam vivenciar a realidade de uma comunidade tradicional, estabelecendo uma troca horizontal com os moradores, que compartilharam histórias, manifestações culturais e seus modos de organização comunitária. A visita contou ainda com uma trilha até o Cruzeiro, um local de importância simbólica e espiritual para a comunidade, e com a ida à Pedra Pintada, um sítio arqueológico onde se encontram pinturas rupestres que revelam registros ancestrais da presença humana no território. Essas experiências possibilitaram aos participantes um contato direto com o patrimônio material e imaterial do povoado, promovendo a valorização da memória histórica e cultural local. A comunidade expressou grande entusiasmo e acolhimento, destacando que foi a primeira vez que um grupo da universidade esteve presente em caráter institucional.

A culminância do projeto ocorreu com a realização da I Mostra de Arte e Cultura – Entrelaçando Tradições, composta por cinedebate, exposição fotográfica, apresentação musical, oficina de dança afro e degustação de comidas indígenas e quilombolas. Todas as atividades foram ofertadas por artistas e representantes político-culturais de povos tradicionais e originários pernambucanos, mas eram abertas para toda a comunidade acadêmica e também para o público externo. A Mostra constituiu um espaço de celebração das identidades, de difusão de saberes tradicionais e de integração entre diferentes culturas.

Ao fim do projeto, os extensionistas demonstravam estar bastante engajados com o mesmo, o que motivou a decisão coletiva de dar continuidade às atividades em edições futuras. Representantes da comunidade quilombola visitada relataram estarem muito felizes, pois esta foi a primeira vez que um grupo da universidade os visitou formalmente. Outros participantes, em sua maioria estudantes da UFAPE, também relataram a importância do projeto tanto para o conhecimento de outras culturas quanto para a ampliação do olhar enquanto futuros profissionais da educação, da saúde e das ciências agrárias, entre outras áreas. Um dos relatos mais representativos foi o de que “essa experiência foi ótima para ampliar o conhecimento em relação às comunidades quilombolas de Pernambuco, além de proporcionar interação com discentes de cursos diversos”. Esse tipo de retorno evidencia a potência do projeto como espaço de formação cidadã, de integração acadêmica e de valorização dos saberes tradicionais. Os resultados alcançados evidenciam que ações culturais e de integração como as desenvolvidas pelo “Entrelaçando Tradições” são essenciais para a construção de um ambiente universitário mais diversos, acolhedor e comprometido com a equidade. Através da arte e da cultura, o projeto fortaleceu a autoestima dos participantes, ampliou horizontes e reforçou o compromisso institucional com a inclusão e a valorização da diversidade.

No entanto, o fomento recebido através do edital foi de apenas R$700,00 para a execução de todo o projeto, de modo que boa parte dos custos foi coberta com recursos da equipe extensionista. Esse cenário exemplifica o baixo investimento em arte e cultura e o quanto esse tipo de projeto sobrevive devido ao esforço dos envolvidos.

A experiência do “Entrelaçando Tradições” reforça a importância de iniciativas que reconheçam e valorizem os saberes e práticas culturais dos povos indígenas e quilombolas, em especial no espaço acadêmico. Ao promover vivências que dialogam com a ancestralidade que se renova, a coletividade e a expressão artística, o projeto contribuiu para a construção de uma universidade

mais sensível às realidades dos estudantes historicamente marginalizados.

Ficou evidente que a promoção da saúde mental e da permanência estudantil não se restringe ao oferecimento de recursos materiais, nem a atividades usualmente associadas ao fazer profissional de psicólogas(os) - como os atendimentos clínicos individuais - mas também requer ações que fortaleçam os laços identitários, afetivos e culturais. Projetos como este apontam caminhos possíveis e eficazes para transformar a universidade em um espaço verdadeiramente plural, onde todos os sujeitos possam se sentir pertencentes, respeitados e representados. Esperamos, portanto, que essa experiência sirva de inspiração para outras ações e políticas públicas voltadas à permanência estudantil, considerando a diversidade como princípio estruturante do ensino superior público, gratuito e de qualidade socialmente referenciado.

Referências

BRASIL. Decreto Nº 7.234, de 19 de julho de 2010a. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Diário Oficial da União , Brasília, DF, 20 jul. 2010.

CONSEPE. Resolução Nº008 de 2023. POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO (UFAPE). Disponível em: Resolução nº 008-2023- Política da Assistência Estudantil da UFAPE (1).pdf

LUCIANO, Gersem José dos Santos; AMARAL, Wagner Roberto. Povos indígenas e educação superior no Brasil e no Paraná: desafios e perspectivas. Integración y Conocimiento, 10(2), 13-37, 2021. Recuperado de: https://revistas.unc.edu.ar/index.php/integracionyconocimiento/article/view/34069/34532

LUZ, J. A. G. da. (2021). SOBRE A POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS: ONDE ESTAMOS?. Revista Da Associação Brasileira De Pesquisadores/as Negros/As (ABPN), 13(37), 582–594. Recuperado de https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1275

PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides. A cartografia como método de pesquisa-intervenção In: Passos et al (Org.). Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividades. Porto Alegre: Sulina, 2015.

PRADO, Edna Cristina do; SILVA, Fabson Calixto da. Política de Ação Afirmativa e as Relações Raciais na Educação: o caso das cotas raciais da universidade federal de alagoas. Educar em Revista, Curitiba, v. 38, e78267, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1984-0411.78267

Cartografias das violências em espaços e tempos de escolarização para as infâncias: produção de resistências, agências e novas est(é)ticas

Rogério Machado Rosa (UFSC)

Trata-se de um relato reflexivo de experiência relativo ao Projeto de Extensão intitulado "Cartografias das violências em espaços e tempos de escolarização das infâncias: resistências, estesias e produção de imaginários"; vinculado à área de Psicologia Escolar e Educacional, do Curso de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, e desenvolvido em uma Escola Básica Municipal, localizada na comunidade da Serrinha – bairro periférico de Florianópolis. Este território se encontra em vulnerabilidade social, marcado por violência policial, tráfico de drogas e desinvestimento do poder público. Em meio a um abandono estatal, a comunidade tem forte envolvimento nas lutas sociais e de resistência coletiva; sendo a escola uma importante referência na rede de proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente. O projeto teve como finalidade precípua cartografar resistências e estesias produzidas na escola - espaço e tempo transversalizadas por múltiplas violências -, principalmente pelas crianças. Metodologicamente, elegeu-se a cartografia como estratégia de construção de conhecimento, dando destaque ao lugar da pessoa do cartógrafo na aventura ético-estético-política do exercício da cartografia, em particular à função agenciadora de práticas e conceitos que seu corpo exerce no plano existencial da pesquisa-intervenção. Partilha-se da compreensão de que cartografar tem a ver com certa obsessão pela afirmação das diferenças e com a rejeição de postulados universais. Deleuze, ao falar sobre o uso da cartografia, que fazia juntamente com Guattari, afirma que o "trabalho consistia em analisar estados mistos e agenciamentos de forças. Era preciso não remontar aos pontos, mas seguir e desmanchar as linhas: uma cartografia, que implicava uma microanálise para a criação de linhas de fugas" (Deleuze, 1997, p. 113). O plano de uma cartografia é móvel: é o mundo e suas forças. O cartógrafo habita o "entre", faz reverência a ele e às conexões rizomáticas improváveis que se dão no meio das forças coletivas tramadoras de mundos possíveis. Seguindo esse movimento cartográfico, o referido projeto de extensão organizou-se em três paragens. A primeira, transversal, diz respeito à realização de um grupo aberto de estudos sobre a temática das violências e a cartografia como estratégia útil de produção de conhecimento. A segunda, refere-se à realização de dois (2) Ciclos de Debate inspirados em experiências pedagógicas e de pesquisas vinculadas à temática das violências na escola contemporânea e as resistências, agências e estesias produzidas pelas crianças e outros agentes da escola. Por fim, na terceira paragem, desenvolveu-se um ciclo de quatro (4) oficinas com as crianças e um grupo reflexivo de dois (2) encontros com os professores, destinados à produção de cartografias sobre as violências produzidas na e pela escola (racismo, capacitismo, xenofobia, transfobia, homofobia, autoritarismo...) e à reflexão sobre as possibilidades coletivas de resistência e agência perante os efeitos perversos causados nos corpos daqueles que delas são vítimas. Entende-se que as violências enquanto "figuras de desordem" (Balandier, 1997), são paradoxais. Isso porque na medida em que podem nos destruir também nos convocam à produção de imperativos ético-políticos insurgentes, isto é, recusas/resistências/agências em relação a elas - e aqui encontramos uma intersecção direta com a proposição do GT 34. Como instituição, a escola é violenta porque além de cultivar "a crença na não-violência do saber constituído (...) aplica sistematicamente, sob o nome de pedagogia, técnicas disciplinares de adaptação dos corpos ao mundo tal como está (Chauí, 1980, p.74)". Ela tende a trabalhar com a imaginação estática das formas já estabelecidas,

acabadas, que, ao invés de transformar, conforma a realidade; e assim subtrai dos sujeitos as suas possibilidades plurais de perceber e significar suas experiências. E, como afirma (Greimas, 1966), que a percepção já é significação, os objetivos estabelecidos para este Projeto de Extensão estiveram assentados na compreensão de que os mecanismos que viabilizam o ato humano de significar estão fundamentalmente voltados para o processamento do sensível. Atuando, portanto, para muito além da mera imagem e/ou submissão a um conjunto de representações que a priori nos é dado. Assim, acreditamos, pois, que a escola existe como instituição paradoxal: re-produz realidades opressoras, e, concomitantemente, é espaço/tempo potencial e potencializador de insurgências afirmadoras da vida e instauradoras das diferenças no mundo. Nesse sentido, os resultados alcançados foram, respectivamente: a) aprofundamento de estudos junto à comunidade escolar| acadêmica sobre a temática das violências e sobre a cartografia como metodologia de pesquisa; b) produção de inteligibilidades sobre as violências na escola, suas resistências e estesias, por meio da socialização reflexiva de experiências pedagógicas e de pesquisas tangenciadas pela temática em questão; c) re-conhecimento, por meio de expressões estéticas das crianças, seus modos de resistências ante às situações de violências. Reflete-se, por fim, que o projeto criou e mobilizou importantes dispositivos de produção de indicadores conceituais, estéticos, afetivos, pedagógicos sobre as violências e as recusas/resistências/agências produzidas pelas crianças e outros personagens que compõem o cotidiano escolar (problematização da natureza complexa das violências e da necessária produção de outras sensibilidades e inteligibilidades em relação a elas). A ampliação e o tensionamento em torno do conceito e de vivências de violências na escola, bem como os possíveis processos de recusas/resistências/agências, traduzem, então, o empenho no desenvolvimento de um campo de estudos, metodologias e práticas implicadas que interseccionam categorias como educação, escola infância, violência, território, est(é)tica e política. E nessa direção, o projeto também reafirma a necessária intensificação da coalizão entre universidade e comunidade escolar, visando contribuir, de maneira interinstitucionalmente participativa e colaborativa, com a ampliação e a proposição de políticas públicas educacionais - ativas e situadas -, de enfrentamento às violências na e pela escola/estado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALANDIER, George. A desordem: elogio do movimento (Le desór- dre). Bertrand Brasil,1997.

CHAUÍ, Marilena. “A não-violência do brasileiro, um mito interessantíssimo”. In: GALVÃO, Walnice Nogueira e PRADO J.R. Bento, (orgs.). Almanaque 11: Educação ou Desconversa?. São Paulo: Brasiliense, 1980.

DELEUZE, G. O que as crianças dizem. In Crítica e clínica (pp. 73-79) São Paulo: Editora 34, 1997.

GREIMAS, A. J. Da imperfeição. Trad. de A.C. de Oliveira. São Paulo, Hacker Editores, 2002.

Compondo diálogos antirracistas: infâncias e práxis emancipatória numa experiência de Ciclo de Ação Comunitária

Marília Ferreira Conceição (UEFS), José Fernando Andrade Costa (UEFS)

Este trabalho corresponde a um relato de experiência extensionista, desenvolvido por uma graduanda do Bacharelado em Psicologia de uma universidade pública no interior baiano. A atividade foi iniciada em abril de 2025, com estudantes do 4º e 5º ano do Ensino Fundamental, anos iniciais, de uma escola localizada no município de Conceição do Jacuípe - BA, integrando as ações do programa de extensão "Ciclos de Ação Comunitária". A proposição engendra-se a partir da compreensão do modo como o racismo opera sobre a subjetividade dos corpos, revelando a indissociabilidade entre o âmbito da constituição subjetiva e identitária e os impactos dos componentes da estrutura social, cultural e política (Gomes; Araújo, 2023). No cenário apontado, reconhece-se que essas marcas coloniais são inscritas já nos processos de socialização das infâncias no contexto escolar (Cavalleiro, 2000). Isto posto, adota-se a perspectiva de compreensão das vivências experienciadas pelas crianças em sua diversidade, sobretudo no que diz respeito à pertença sócio-econômica e às relações de raça e de gênero (Gouvêa, 2006). Diante desse cenário emergiu a proposta de realizar o exercício de escuta das narrativas desses discentes e compor, junto a eles, diálogos antirracistas com fins de criar um campo de possíveis atos emancipatórios.

O objetivo foi contribuir para a efetivação da Lei 10.639/03, em perspectiva antirracista, após avaliação de que essa ainda não é adequadamente implementada pela escola. Para tanto, foi proposto um "Ciclo de Ação Comunitária", um conjunto de oito encontros que mescla ações lúdicas e diálogos sobre valorização da negritude. Trata-se de uma instituição majoritariamente composta por crianças negras. De modo específico, buscou-se contribuir para a consciência racial crítica no contexto escolar, levando em consideração as narrativas infantis e os atravessamentos do racismo na constituição de suas subjetividades. O intuito é produzir uma fissura, elaborando, junto às crianças, formas outras de construção identitária que não as hegemonicamente forjadas pela lógica racista. Como resultado, almeja-se que as ações tenham caráter emancipatório e incentivem a partição ativa, autônoma e protagonista das crianças. Portanto, este trabalho vincula-se ao eixo temático "Psicologia Social e Educação" e dialoga com diferentes Grupos de Trabalho inscritos no evento. Essa articulação surge na compreensão de análises e práticas que atentem às múltiplas infâncias e os modos com os quais experiências de desigualdades étnico-raciais atravessam suas vidas, levando-se em consideração o contexto escolar. Nesse sentido, a intersecção entre raça e idade faz-se fundamental para o debate no campo da psicologia, com enfoque para as infâncias no entremeio de seu território.

O aporte teórico que orientou esta proposta teve como base os pressupostos oriundos da Psicologia Social Comunitária no entrelace com os debates contemporâneos sobre as crianças e suas infâncias, apreendidas em sua diversidade. Destacam-se, na primeira perspectiva, os conceitos de conscientização, fortalecimento psicossocial e ação comunitária embasados nos escritos da psicóloga venezuelana Maritza Montero (2003; 2012). Nessa perspectiva, a atividade extensionista buscou favorecer o processo de mobilização da consciência das crianças - junto a elas e com os conhecimentos já desenvolvidos ao longo de sua história de vida - entendido enquanto a possibilidade de atribuição de sentido a si e ao mundo, a partir de uma visão crítica da realidade. Esse método conecta-se

inteiramente ao corpo social onde o sujeito está inserido e interage dinamicamente para deliberar ações sobre seu entorno. Assim, o trabalho comunitário com crianças pode produzir elementos psicossociais necessários para o empoderamento (fortalecimento) e a potencialização tanto dos discentes quanto dos grupos comunitários a que estão vinculados, com o fito de efetivação da cidadania.

Ademais, salienta-se que as crianças atuam ativamente na construção das infâncias, de suas culturas compartilhadas e na produção e reprodução do mundo social (Gomes; Araújo, 2023). Elas são atores sociais e não meros receptáculos de normas impostas de modo verticalizado (Abramowicz; Oliveira, 2012). As crianças nesse contexto protagonizam, resistem, produzem, inventam e reinventam, entendendo que tanto elas, quanto as noções de infâncias não estão deslocadas da realidade na qual estão inseridas. Salienta-se, ainda, a não neutralidade das infâncias, haja vista que elas não estão imunes ao preconceito e a discriminação, uma vez que são processos forjados no campo social, manifestando-se na escola, na família, na mídia ou em outros espaços (Gomes, 2019).

Assim, as atividades práticas foram realizadas a partir da estratégia metodológica do "Ciclos de Ação Comunitária". Pautado no princípio freiriano de ação-reflexão-ação, essa metodologia tem como etapas basilares a identificação das demandas junto a comunidade em questão, o planejamento das ações, a execução delas e as posteriores avaliações e encaminhamentos. Assim, propôs-se uma série de oito encontros periódicos na escola que juntos completaram um ciclo. A ação foi promovida com uma turma específica, a partir de encontros semanais e aplicação combinada de diversas técnicas: 1) rodas de conversa, nas quais buscou-se acolher, escutar e conhecer as crianças e seus campos de interesse; 2) construção de jogos e brincadeiras como mecanismos disparadores para a reflexão sobre racismo, injustiças sociais e a importância da coletividade no engendramento de uma sociedade antirracista; e 3) apresentação lúdica de informações sobre as contribuições do continente africano, visando o aprimoramento das relações dos estudantes com os aspectos da história e ancestralidade, a partir de uma temática afrocentrada afirmativa. Como contraposição ao apagamento epistemológico e referencial de contribuições de pessoas negras, ao longo dos encontros também se buscou apresentar às crianças pequenas biografias de figuras públicas historicamente significativas, como Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo e Luiz Gama.

Participaram dos encontros iniciais um total de 16 (dezesseis) crianças, em sua maioria de raça/cor negra (pretos e pardos). Dentre os resultados destacamos que o exercício de escuta das crianças demonstrou ser um instrumento indispensável para a criação do vínculo e para a efetivação dos processos de mobilização da consciência racial crítica e, consequentemente, fortalecimento psicossocial (empoderamento). A importância do coletivo e da atividade conjunta também apareceu como uma estratégia criativa protagonizada pelos discentes para o enfrentamento do racismo. Durante os encontros, buscamos incentivar as crianças na construção de mecanismos de resistência contra o racismo e injustiças, e essas relações se manifestaram, inclusive, durante as brincadeiras. Nesse sentido, as ações foram elaboradas a partir do que as crianças traziam, levando em consideração seus campos de desejos e partindo da mobilização de conhecimentos que elas já haviam produzido, o que possibilitou maior engajamento delas com a extensionista proponente. Ademais, a partir do levantamento de demandas, na interface com o território, percebeu-se a dificuldade da implementação de práticas antirracistas no cotidiano escolar e sua consequente reverberação para as crianças no que diz respeito às noções de racismo; e as fragilizadas estratégias de enfrentamento adotadas pela instituição. Esses resultados são relevantes pois orientam o

desenvolvimento dos novos encontros na interação com a comunidade escolar e seu entorno.

Por fim, considera-se que as reflexões aqui propostas contribuem para o campo da Psicologia Social Crítica brasileira, em sua interface com a Educação, na medida em que trazem ações que se propõem a construir um diálogo acerca do antirracismo junto às crianças, a partir da escuta do que elas têm a dizer, entendendo que essas também ensejam práticas de resistência e de saberes, enquanto produtoras de culturas infantis. Acrescenta-se que os resultados podem subsidiar o engendramento de medidas alternativas às reverberações negativas das desigualdades étnico-raciais para as identidades infantis, constituindo-se enquanto importantes instrumentos para a potencialização e emancipação em espaços escolares formais. Em conjunto, tais contribuições são fundamentais para a consolidação de um compromisso ético e crítico da Psicologia, voltada à transformação social, atentando-se especialmente ao protagonismo infantil.

REFERÊNCIAS:

ABRAMOWICZ, A.; OLIVEIRA, F. de. As relações étnico-raciais e a sociologia da infância no Brasil: alguns aportes. In: BENTO, Maria Aparecida Silva (orgs.). Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT, 2012. p. 47-64.

CAVALLEIRO, E. dos S.. Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. São Paulo: Contexto, 2000.

GOUVÊA, M. C.. A literatura como fonte para a história da infância: possibilidades e limites. In: FERNANDES, Rogério; FARIA FILHO, Luciano Mendes; LOPES, Alberto (Orgs.). Para a compreensão histórica da infância. v. 1. PORTO: Campo das Letras, 2006.

GOMES, N. L. Raça e Educação Infantil: à procura de justiça. Revista e-Curriculum, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 1.015-1.044 jul.-set./2019.

GOMES, N. L.; ARAÚJO, M. Infâncias negras: Vivências e lutas por uma vida justa. Petrópolis: Vozes, 2023.

MONTERO, M. Teoría y Práctica de la Psicología Comunitaria: la tensión entre comunidad y sociedad. Buenos Aires: Paidós, 2003.

MONTERO, M. El concepto de intervención social desde una perspectiva psicológico-comunitaria. Revista MEC-EDUPAZ UNAM, 1, 54-76. 2012.

EDUCAÇÃO, EQUIDADE E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL: A Prática Psicológica no Movimento Social Rede Emancipa Manaus

Adria Pimentel Silva

A cidade de Manaus, capital do Amazonas, enfrenta profundas desigualdades educacionais agravadas por fatores geográficos, econômicos, sociais e raciais-étnicos que dificultam o acesso de jovens periféricos ao ensino superior. Em uma região marcada pela histórica negligência do Estado em relação às políticas públicas de educação, saúde e cultura, movimentos sociais têm se organizado para construir alternativas emancipatórias. É nesse contexto que emerge, em 2020, a Rede Emancipa Manaus — um cursinho popular gratuito, militante, horizontal e autogerido — como uma resposta coletiva à exclusão educacional e como prática de resistência e formação política. A proposta da Rede parte da compreensão de que a educação não pode se limitar à transmissão de conteúdos escolares, contudo precisa ser um processo integral que articule a formação crítica, o fortalecimento da identidade coletiva e a criação de espaços de escuta e acolhimento. O modelo tradicional de ensino, baseado em uma lógica bancária e meritocrática, é substituído por uma prática libertadora, dialógica e territorializada, que reconhece o estudante como sujeito ativo de seu processo de aprendizagem e transformação social. O objetivo desta comunicação é apresentar e analisar as práticas pedagógicas e psicológicas desenvolvidas pela Rede Emancipa Manaus ao longo dos quatro anos de atuação direta com os estudantes (2022–2025), evidenciando seus fundamentos teóricos, estratégias metodológicas, impactos sociais e desafios enfrentados. Destaca-se, em especial, o papel da Psicologia Social Crítica nesse processo tanto no fortalecimento dos vínculos afetivos e políticos entre os sujeitos quanto no suporte à construção de processos educativos interdisciplinares que articulem conhecimento acadêmico, cultura popular e experiências vividas. Esta proposta dialoga diretamente com o GT 34 – Psicologia Social Crítica, ao articular práticas educativas e intervenções psicológicas comprometidas com a transformação das condições concretas de vida dos sujeitos. Também se relaciona com os eixos temáticos do evento ao discutir a atuação da Psicologia em contextos comunitários e não formais, propondo uma prática decolonial e enraizada nos territórios. A Rede Emancipa Manaus evidencia o potencial da Psicologia quando esta se afasta dos modelos clínico-normativos e se compromete com a escuta coletiva, com o cuidado ético-político e com a construção de novos sentidos de pertencimento e futuro. A fundamentação teórica da experiência se ancora em três eixos principais: 1) A Pedagogia do Oprimido, de Paulo Freire (1970), que propõe uma educação como prática de liberdade e emancipação política, em que o diálogo e a leitura crítica do mundo são centrais para a construção do saber; 2) A Psicologia Social Crítica, especialmente nas formulações de Ignacio Martín-Baró (1997) e Silvia Lane (1984), que entendem a subjetividade como produção social e histórica, recusando explicações individualizantes e patologizantes das formas de sofrimento humano; 3) As perspectivas decoloniais, com autores como Aníbal Quijano (2005), que denunciam a colonialidade do saber e propõem a valorização de epistemologias periféricas, ancestrais e populares. A articulação entre essas três vertentes sustenta uma prática que se opõe tanto à reprodução da lógica meritocrática e classificatória do vestibular quanto à medicalização e individualização do sofrimento social. Ao invés disso, promove uma abordagem interdisciplinar e afetiva que compreende os sujeitos em sua totalidade, situando seus desafios e potências dentro de uma rede de relações históricas, culturais, comunitárias e políticas. A atuação da Rede Emancipa Manaus organiza-se em três grandes eixos

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

metodológicos interligados: ensino crítico voltado ao ENEM - as aulas são construídas de forma interdisciplinar e coletiva, partindo da realidade dos estudantes e integrando temas como racismo estrutural, desigualdade de gênero, violências urbanas e meio ambiente de forma que a Psicologia atue na contribuição com postura sensível sobre os processos de aprendizagem, as relações entre estudantes e professores e a criação de metodologias que favoreçam o engajamento e a escuta mútua; formação cultural e política - rodas de conversa, oficinas temáticas, cineclubes, debates e leitura compartilhada de livros e textos formam parte fundamental da experiência educativa. São promovidas discussões sobre identidade, território, sexualidade, políticas públicas e cidadania, estimulando a reflexão crítica e a ampliação dos repertórios simbólicos. Essa dimensão cultural da prática é compreendida como espaço terapêutico e formativo, onde a Psicologia atua tanto no planejamento quanto na mediação dos encontros, possibilitando o desenvolvimento da consciência crítica e da autoestima; acolhimento subjetivo e fortalecimento dos vínculos - a escuta é compreendida como ferramenta de cuidado e resistência. São criadas oficinas (fotografia) e vivências (tour pela UFAM) que buscam lidar com as consequências emocionais da exclusão, do racismo, da LGBTQIAPN+fobia, da violência e da insegurança alimentar. A Psicologia Social Crítica tem papel central nesses processos, promovendo práticas coletivas de escuta e acolhimento que valorizam a vivência em grupo como lugar de elaboração e reconstrução do sentido da vida. Metodologicamente, a Rede Emancipa Manaus opera através de pesquisa-ação participativa, com planejamento coletivo baseado em assembleias mensais, reuniões pedagógicas quinzenais e diagnóstico contínuo (diálogo entre as aulas e observação participante). Essa abordagem garante que as práticas educativas sejam constantemente reavaliadas e ajustadas às necessidades reais dos estudantes e dos territórios periféricos onde atuamos. Em termos quantitativos, os resultados são expressivos: iniciou 2022 com 20 estudantes; em 2023 atendeu 50 jovens; em 2024 alcançou 165 estudantes; e em 2025 mantém número semelhante agora distribuídos em dois polos distintos e com o apoio de novas parcerias comunitárias e institucionais. O crescimento de mais de 200% em quatro anos revela a legitimidade social da proposta e sua capacidade de articulação com comunidades de 36 bairros distintos da cidade, marcados por intensas desigualdades no acesso a políticas públicas de educação e cultura. Outro dado importante refere-se ao número de aprovações no ensino superior: em 2024, 34 estudantes foram aprovados em universidades públicas, e outros permaneceram em listas de espera. Muitos dos que não foram aprovados optaram por permanecer na Rede, demonstrando o fortalecimento dos laços de pertencimento e o reconhecimento da Emancipa como espaço de formação permanente, e não apenas como "preparatório para o ENEM". Além dos indicadores educacionais, há impactos subjetivos significativos: relatos de estudantes indicam ganhos em autoestima, valorização da própria trajetória, ampliação da capacidade de expressão e fortalecimento da confiança. Muitos mencionam nunca ter lido um livro inteiro ou debatido temas como racismo, gênero ou sexualidade em espaços escolares. Os momentos culturais e de escuta coletiva têm sido espaços de reconstrução simbólica e afetiva. A Psicologia tem desempenhado papel essencial nesse processo. Sua presença vai além do suporte emocional ou da motivação de forma que contribui para a criação de metodologias mais inclusivas, humanas e críticas, ajudando educadores a lidar com os conflitos de grupo, construção de vínculos entre os participantes, compreensão das dinâmicas de poder e desenvolvimento de estratégias pedagógicas que respeitem os tempos, dores e potências dos sujeitos. Em 2025, essa atuação foi consolidada com a parceria com a Faculdade de Psicologia da UFAM, promovendo atividades como Orientação Profissional e de Carreira com base em uma prática crítica, situada e ética. A experiência da Rede Emancipa Manaus aponta para a potência da articulação entre Educação

Popular e Psicologia Social Crítica como base para práticas de formação e cuidado que enfrentem a exclusão sem reproduzir lógicas assistencialistas. Dessa forma, o movimento constrói com os sujeitos um caminho coletivo de transformação e pertencimento. A formação de educadores e estudantes é atravessada por valores como solidariedade, escuta, respeito às diferenças e compromisso ético-político com a justiça social. Concluímos que a Psicologia, quando exercida fora de seus espaços tradicionais e articulada à luta popular, tem um papel fundamental na construção de novos projetos de sociedade. Em contextos como o da Amazônia urbana, ela pode atuar como catalisadora de processos comunitários, promotora de vínculos e colaboradora na construção de práticas educativas verdadeiramente libertadoras. A Rede Emancipa Manaus demonstra que outra educação — e outra Psicologia — não só são possíveis, como urgentes. Em tempos de aprofundamento das desigualdades e ataques à educação pública, experiências como essa nos lembram que a resistência se faz também pelo afeto, pela escuta e pelo compromisso com os territórios e seus saberes.

Palavras-chave: Educação Popular, Psicologia Social Crítica, Decolonialidade, Movimentos Sociais.

Educar é um ato político: experiências formativas insurgentes na luta contra os preconceitos nas escolas

Barbara Santana Ribeiro (UFS), Joana dos Santos (UFS), Ueliton Santos Moreira-Primo (UFS), Grasiela Santana Costa (UFS)

Introdução

A escola é um importante e poderoso espaço de socialização, especialmente nos anos iniciais da formação dos sujeitos, que passam ali grande parte do seu tempo, realidade intensificada pela ampliação da jornada escolar. Sua importância vai além da duração da convivência, residindo, sobretudo, em seu papel na mediação de saberes e na formação social. Numa sociedade capitalista, estruturada por desigualdades e hierarquias que favorecem determinados grupos em detrimento de outros, os conhecimentos transmitidos pela escola não são neutros. Ao contrário, cumprem funções específicas dentro dessa lógica, contribuindo para a reprodução ou, potencialmente, a contestação da ordem vigente.

A história da educação no Brasil revela que, antes de ser espaço de socialização, a escola foi espaço de violência. As primeiras instituições, criadas pelos jesuítas no período colonial, impuseram à população indígena um processo de alfabetização que visava ao apagamento de suas identidades e à sujeição aos ideais branco-europeus de "civilização". Com a população negra, os métodos foram semelhantes: negação de identidades, desvalorização de saberes e imposição cultural. Mulheres, pessoas pobres, LGBTQIA+ e com deficiência também foram historicamente excluídas e violentadas nesse mesmo espaço.

Contudo, ao mesmo tempo em que a escola é espaço de socialização, produção de conhecimento e formação de identidades, ela também se configura como território de disputa. Sua história, marcada por violências, é igualmente atravessada por lutas e insurgências, seja pelo direito de acesso à escola, pela criação de alternativas educativas fora do modelo formal, ou por reivindicações que buscam transformar a lógica de ensino e seus valores. A educação do campo, as escolas indígenas e quilombolas, a inclusão de pessoas com deficiência em escolas regulares e a inserção de conteúdos sobre a história e cultura afro-brasileira e indígena nos currículos são exemplos dessas lutas.

Nesse território de disputas, as professoras estão na linha de frente, em contato direto com estudantes. De um lado, enfrentam as exigências de uma educação ainda moldada por lógicas liberais, brancas, cisheteropatriarcais e capacitistas; de outro, lidam com realidades diversas que desafiam esse modelo excludente. Nesse embate cotidiano, muitas vezes seguem sem o suporte material e formativo necessário.

Atentas a essas problemáticas, as autoras, pesquisadoras vinculadas ao Observatório Permanente dos Preconceitos em Escolas de Sergipe (OPPES), dedicado a compreender e intervir nas diversas manifestações de preconceito nas escolas, propuseram uma formação voltada a professoras da rede estadual, com foco em identidade e enfrentamento aos preconceitos no ambiente escolar. Considerando a natureza insurgente do que se propunham a discutir, entenderam que o modelo formativo não poderia reproduzir os moldes bancários tradicionais. Assim, conceberam um espaço de diálogo e construção coletiva entre psicologia social e educação.

Objetivos

O projeto teve como objetivo criar espaços de diálogos com professoras, por meio de metodologias participativas,

para o desenvolvimento de estratégias de fortalecimento das identidades dos estudantes e enfrentamento aos preconceitos na escola.

Relação com o GT e eixo temático

Diante do objetivo proposto e do percurso do trabalho, estabelecemos diálogo com o Eixo Psicologia Social e Educação, somando-nos aos debates sobre práticas insurgentes na educação, entendida como território de disputa, mas também como solo fértil para a construção de possibilidades de emancipação.

Orientação teórica

Para o desenvolvimento deste trabalho, nos amparamos na teoria da socialização, que busca compreender como os sujeitos passam a se definir em termos de identidade social, a partir da interação com outros, pelo contato com as normas e valores socialmente difundidos. Considera-se como elementos-chave a existência de hierarquias sociais, que definem o valor social dos grupos e os estereótipos ligados aos sujeitos que neles são localizados (França, 2023). Nesse processo, as instituições sociais detêm o poder de operacionalizar as hierarquias por meio de diferentes ferramentas. A escola é uma delas e opera por meio da difusão de ideologias, normas e valores.

A socialização é um processo construído pelos sujeitos na escola. Diante das contradições e disputas que marcam esse espaço, os educadores, agentes de socialização, definem seus posicionamentos. Quando questionam valores e hierarquias impostos, tornam-se promotores de transformação, contribuindo para uma escola mais acolhedora e inclusiva. Como educadoras, é essencial reconhecermos nosso papel ético e político frente às desigualdades sociais, raciais e de gênero, buscando práticas e saberes que não perpetuem violências nas instituições (Silva e Chaves, 2024).

Apesar de a escola ainda ser espaço de contradições e violências, apostamos em outras possibilidades de ensinar e aprender. “A escola é, sobretudo, gente” (Freire, 2000) e, justamente por isso, ela é viva e aberta à transformação. Assim, é fundamental criar espaços para os diferentes sujeitos, suas identidades, suas histórias e expressões. Nos amparamos em hooks (2013) para afirmar que acreditamos que, “quando temos acesso a ideias críticas e ao pensamento anticolonial, aprendemos que a escola pode ser um local de cura”.

Estratégias metodológicas

Os encontros formativos foram realizados com professoras de uma escola estadual na região metropolitana de Aracaju, que atende estudantes do ensino fundamental e médio. As pesquisadoras do Observatório haviam atuado na escola em anos anteriores, principalmente com estudantes. A formação de professoras foi uma estratégia para ampliar a atuação e consolidar as discussões no ambiente escolar.

Três professoras (duas negras e uma branca; uma de português e duas de projeto de vida) se voluntariaram, motivadas pelo reconhecimento do trabalho do Observatório e pelo interesse em incorporar reflexões sobre preconceitos em suas práticas pedagógicas.

A formação abordou, de forma teórica e prática, diferentes formas de preconceito e suas manifestações na escola, com foco em temas relevantes para a realidade local: identidade social, étnico-racial, sexual e de gênero, religiosa e capacitismo. As atividades foram pensadas para sensibilizar, desconstruir preconceitos e fortalecer identidades de grupos minorizados.

Os encontros foram realizados remotamente, totalizando oito sessões em horários acordados com as professoras. O primeiro encontro foi destinado ao planejamento geral, e os demais focaram em conteúdos teóricos, estratégias de aplicação e ajustes nas ações. Entre os encontros, as professoras implementavam as atividades em sala, geralmente na semana seguinte às formações. Em seguida, procedia-se a devolutiva, feita nos encontros, por

áudios ou materiais escritos. Esses momentos promoveram trocas entre as docentes e suporte contínuo da equipe de pesquisa.

Resultados

Os resultados foram obtidos por meio dos autorrelatos das professoras e organizados em dois eixos principais:

1. Autopercepção e mudança de práticas

Os relatos evidenciam que os encontros formativos não apenas ofereceram subsídios para a aplicação das atividades, mas também provocaram reflexões pessoais. Um ponto recorrente foi a insegurança inicial das professoras em tratar de preconceitos, superada ao longo da formação.

"Até eu entrei nesse meio quando vocês falaram a questão das profissões. Eu sempre gostei mais de profissões de menino, entre aspas, né? Era essa questão de construção, edificações, eu sempre gostei mais dessa área, mas o destino me levou para a sala de aula."

As falas das professoras ilustraram um movimento de questionamento de uma educação bancária, baseada em protocolos rígidos e conhecimentos deslocados da comunidade, para o desenvolvimento de uma prática que se alinha aos ideais de uma educação libertadora, que conversa e modifica a realidade, pela criação de estratégias de emancipação dos estudantes.

"Com esse projeto durante o ano todo foi muito bom, porque eu já estava há dois anos com aquele livro didático e já estava colocando ele de lado porque tinham algumas coisas que não tinham nada a ver com a comunidade, com os meninos (...). E aí, quando vocês vieram com esse projeto eu achei ótimo, eu encaixei dentro da minha disciplina e foi tudo a ver com a disciplina de projeto de vida."

Pode-se afirmar que o movimento de emancipação não é unidirecional, mas reverbera em toda a comunidade escolar e, ao ensinar, as professoras também aprendem, elas se engajam de forma cada vez mais consistente em seu papel de socializadoras e passam a ver a escola como território de luta contra os preconceitos.

2. Percepção sobre os alunos

Em relação à relação dos estudantes com as atividades realizadas, as professoras puderam perceber, ao longo do tempo, comentários que sinalizaram a assimilação do conhecimento e mudanças nas relações interpessoais, como no trecho a seguir:

"A gente percebe o crescimento deles relacionado a essa questão de preconceito (...). Eles não têm mais a agressividade um com o outro que eles tinham e eles estão tendo respeito também da escola e dos colegas."

Além disso, as atividades estimularam o reconhecimento das identidades dos alunos. Um exemplo marcante foi o relato de um estudante sobre seu vínculo com um território quilombola, revelado durante uma atividade em sala. Segundo a professora, os alunos passaram a "trazer um pouco deles" para as discussões, aprofundando o vínculo entre vivência e aprendizado.

Conclusões

Articulando a psicologia social e a educação e valorizando o papel das professoras como agentes de transformação, as ações desenvolvidas possibilitaram o rompimento com modelos tradicionais, informaram às professoras sobre teorias que fundamentam intervenções, criaram novos espaços de escuta, reconhecimento e pertencimento, contribuindo para a construção de uma escola mais crítica, inclusiva e comprometida com a emancipação dos sujeitos. Assim, reafirmamos o reconhecimento da escola como território de luta e seu potencial transformador por meio do diálogo e da luta por justiça social.

Elaboração e aplicação do instrumento "Sol do Clima Escolar" com diretoras de escolas estaduais no Paraná

Andrey Santos Souza (UFPR)

O clima escolar é um fenômeno complexo que envolve um conjunto de fatores que afetam a experiência de pessoas que convivem e atuam em ambientes escolares. Com o avanço tecnológico desenfreado e os desafios para o cotidiano escolar decorrentes dele decorrentes, é necessário envolver todas as pessoas que, em conjunto, possibilitam o ensino e aprendizagem de crianças e adolescentes, na observação criteriosa de aspectos que influenciam a qualidade do clima escolar. Nesse contexto, a pessoa que ocupa o cargo de direção de uma escola é a figura que, pela possibilidade de gerir diversas áreas de uma unidade escolar, pode protagonizar mudanças significativas com potencial de melhorar aspectos do clima escolar e otimizar a experiência social e a boa convivência entre estudantes, professoras e funcionárias. Nesse sentido, a elaboração de instrumentos que possibilitem a mediação entre a pessoa que atua na direção de uma escola e as dimensões que constituem o clima escolar pode favorecer a realização de mudanças significativas para a convivência entre as pessoas que acessam e permanecem em uma instituição de ensino. O objetivo do presente trabalho é discutir a aplicação de um instrumento elaborado para mediar percepções e reflexões acerca de oito dimensões relativas ao clima escolar. O método envolveu a elaboração e aplicação do instrumento intitulado “Sol do Clima Escolar”. O referido instrumento foi elaborado a partir de oito dimensões do clima escolar: As relações como ensino e com a aprendizagem; As relações sociais e os conflitos na escola; As regras, as sanções e a segurança na escola; As situações de intimidação entre alunos; A família, a escola e a comunidade; A infraestrutura e a rede física da escola; As relações como trabalho e A gestão e a participação. As expressões relativas às dimensões tiveram sua redação simplificada, enfatizando os aspectos nucleares e foram organizadas em uma ilustração em formato de um Sol, constituído por um círculo ao centro e oito triângulos representando raios solares, sendo que cada raio solar tinha relação com uma das dimensões e era dividido em cinco quadrantes. A forma de preenchimento e o formato do instrumento se assemelhavam à Roda da Vida. Para a aplicação, que ocorreu durante uma oficina sobre Clima Escolar, em um seminário, foi solicitado que as diretoras colorissem cada raio de sol indicando uma pontuação de 1 a 5 para cada dimensão do clima, a partir de uma consigna que envolvia a atribuição de uma nota para cada aspecto, com relação a escola na qual a pessoa era diretora. Ao final do preenchimento, as diretoras compartilharam, entre elas, qual a situação de sua escola em cada dimensão, a partir de comandos da pessoa facilitadora da oficina que lia em voz alta o título de cada dimensão e solicitava que as diretoras levantassem uma placa com um sol e uma mão fazendo sinal de positivo quando colocaram uma nota superior a 4 ou uma placa com uma nuvem, um raio, e uma mão em sinal de negativo quando a nota era de 1 a 3 para aquela dimensão. Ao final, algumas das diretoras foram convidadas a comentar quais aspectos levaram a atribuir uma ou outra nota para algumas das dimensões, fomentando troca e discussão horizontal sobre informações reais que possibilitaram novos significados que constituem o conceito simbólico de clima escolar. Como resultado, emergiram relatos relacionados às nuances da convivência entre estudantes em tempos de redes sociais, relacionados às dificuldades de convivência entre professoras e problemas estruturais. Em alguns momentos, diretoras que partilharam dificuldades ao comentar o motivo pelo qual atribuiu uma nota baixa a alguma das dimensões do clima em sua escola, receberam sugestões para lidar com aquela dificuldade de outras diretoras, que atuavam na gestão de outras escolas em

outros territórios do estado. Discute-se a relevância do instrumento "Sol do Clima Escolar" não apenas como um instrumento qualitativo de avaliação de aspectos do clima escolar, como pode parecer, a priori, mas como um instrumento que possibilita a mediação entre pessoas que estão na gestão de escolas com o conceito simbólico de clima escolar, de forma lúdica. Ao solicitar que uma diretora de escola responda, colorindo uma folha de papel, como ela avalia as dimensões do clima escolar na escola que está gerindo, em uma perspectiva histórico-cultural, para além de uma avaliação, ocorre uma intervenção, no sentido de contribuir para que a diretora perceba, de forma mais atenciosa, como algumas situações na escola podem afetar a qualidade do clima escolar e a boa convivência entre as pessoas que ocupam aquele espaço. Além disso, a atividade prática de preencher o instrumento em conjunto com pares e poder observar, em linhas gerais, como outras diretoras percebem os mesmos aspectos em suas escolas, possibilita o desenvolvimento de criticidade a respeito da noção de clima escolar e o conhecimento de outras situações reais que influenciam esse fenômeno. O instrumento "Sol do Clima Escolar" parece favorecer considerações e trocas a respeito de como aspectos sociais, culturais e as condições de trabalho influenciam a qualidade do clima e, portanto, a qualidade das relações de ensino e aprendizagem que ocorrem nas escolas.

ENTRE NÓS: a experiência da Liga Acadêmica de Psicologia Social da UniArnaldo

Paulo Roberto da Silva Junior (PUC MG), Amália Filomena Carlos (UniArnaldo), Camile Vitória Bonafé (UniArnaldo), Cíntia Maria Teixeira (UniArnaldo e FCMMG), Jhordan Pedro Miranda de Sousa (UniArnaldo), Nathally Vitória Neves Nogueira (UniArnaldo)

Introdução: Ligas Acadêmicas são entidades sem fins lucrativos, criadas e organizadas por estudantes, sob a orientação de um ou mais professores(as) e caracterizam-se pelo objetivo de aprofundar um tema específico a ser estudado, funcionando a partir do tripé acadêmico formado pela pesquisa, ensino e extensão. Nesse contexto, em 2024 foi constituída a Liga Acadêmica de Psicologia Social Entre Nós (LAPSEN) no Centro Universitário Arnaldo, em Belo Horizonte/MG, que se dedica ao estudo, pesquisa e extensão de temas relacionados às minorias marginalizadas. A LAPSEN busca explorar esses temas à luz de teorias da Psicologia Social, a partir de uma perspectiva interseccional. Objetivo: A LAPSEN visa reunir alunos e alunas de Psicologia, sob a orientação docente, com o objetivo de promover atividades de ensino, pesquisa e extensão no campo da Psicologia Social, como forma de diversificar o repertório acadêmico de seus membros. Com isso, pretende construir espaços fora de sala de aula ou que reinvente o modelo de tradicionalmente utilizado, a partir da invenção e intervenção em espaços coletivos de aprendizagem sobre questões sociais, políticas e culturais que atravessam a construção dos lugares sociais em uma sociedade marcada por desigualdades estruturais de raça, classe, gênero, território e outras opressões. Dessa forma, objetiva-se pautar uma Psicologia Social interseccional, decolonial, anti-racista, anti-classista, anti-indigenista, anti-capacitista, afrocentrada e feminista, trazendo à cena outras cosmovisões que questionam o lugar do sujeito universal e abstrato. Método: A LAPSEN desenvolve suas atividades regida por um estatuto próprio e baseada em diretorias específicas: de ensino, pesquisa e extensão, comunicação, executiva e docente. Foram realizadas atividades como clube do livro, letramentos temáticos, grupo de estudo, organização e participação em eventos acadêmicos e científicos, além de produção científica na área. Resultados: Após uma aula sobre o Mito da Democracia Racial no Brasil, na disciplina de Psicologia Social, um grupo de estudantes decidiu ampliar as discussões sobre o tema. Nas vésperas do dia 20 de novembro (Dia da Consciência Negra), promoveram três encontros de letramento racial. No semestre seguinte, surgiu a proposta de criar a 'Liga de Psicologia Social Entre Nós', com encontros dedicados a abordar não apenas questões de raça/etnia, mas também gênero, classe e outros grupos historicamente marginalizados. No primeiro semestre de 2024, a LAPSEN foi constituída oficialmente por 22 ligantes, estudantes de Psicologia, além de 02 docentes. Ela promoveu 8 encontros de clube do livro com a discussão da obra “Descolonizando Afetos” de Geni Ñunez, com a participação de 90 pessoas; e 4 encontros de letramentos com temáticas de gênero, totalizando 59 alunes. Além disso, organizou o I Colóquio de Psicologia Social na instituição de ensino, com a participação de 124 pessoas, com tema Quem é o/a sujeito/a da Psicologia Social: Perspectivas Teóricas e Práticas de Intervenção. No colóquio foram realizados minicursos com os seguintes títulos: Escrevivência como metodologia e método: um corporifazer em pesquisa; Diálogos sobre o campo metodológico em pesquisas feministas na Psicologia Social; A escuta na encruza: implicações clínicas interseccionais e contracoloniais; Psicologia Social Feminista: O que tem a dizer trabalhadoras domésticas e travestis?; Nas (entre)linhas do cuidado: o papel da Psicologia na Política de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas; Povos Indígenas: Passado, Presente e Futuro; Raça, gênero e sexualidade: contribuições do Sistema Conselhos de Psicologia. Além

disso, o colóquio contou com um espaço para apresentação de trabalhos denominado Psicologia Social em Ação: práticas e experiências, destinado a profissionais, estudantes de graduação e pós-graduação, integrantes de movimentos sociais, coletivos e outros atores sociais para o compartilhamento de experiências profissionais, relatos de pesquisa e extensão, práticas de estágio, ou outros saberes, que reflitam sobre temas relacionados à Psicologia Social e à transformação das desigualdades sociais. No segundo semestre 2024, a liga realizou 3 encontros do letramento com a temática dos povos e cultura indígenas, com a adesão de 25 pessoas; 5 encontros de continuidade do Clube do Livro - "Descolonizando Afetos" de Geni Ñunez, com a participação de 16 pessoas; e 6 encontros grupo de estudo sobre a abordagem Sócio-Histórica, a presença de 18 pessoas. No primeiro semestre de 2025, foi organizado o II Colóquio de Psicologia Social, com a participação de 164 pessoas, com o tema Redes de apoio e cuidado como ato político. No colóquio foram realizados os seguintes minicursos: Esquizoanálise: às voltas com um passeio esquizo; Psicologia e Políticas Públicas para a População Minorizada: Desafios e Avanços; Violência contra Mulheres em Espaços de Poder: A Importância da Psicologia para a Resistência Política; Psicologia Social e Práticas Tradicionais de Cuidado do Povo Xakriabá; Psicologia Clínica Sócio-Histórica e Psicologia Histórico-Cultural: Intersecções e Contrapontos; Contribuições da Psicologia na Gestão de Políticas Públicas: Experiências na Política de Assistência Social; Políticas públicas de cuidados: experiência brasileira e de Belo Horizonte; A Psicologia Social do Esporte e os Desafios Contemporâneos no Cumprimento dos Direitos Humanos; Luta Antimanicomial: Interseccionalidade e Saúde Mental. O colóquio, também, contou com um espaço de apresentação de trabalhos denominado: Psicologia Social em Movimento: Redes de Apoio e Cuidado na Prática. A realização dessas atividades possibilitou a participação dos alunos e alunas em dois congressos acadêmicos para o compartilhamento das experiências vivenciadas, sendo um deles o da ABRAPSO Minas. Conclusão: A LAPSEN promoveu a ampliação de debates, construção de novos saberes e aprofundamento da temática social no ambiente acadêmico, buscando através do tripé ensino, pesquisa e extensão promover ações acadêmicas que visaram a propagação do pensamento crítico e o letramento nas mais diversas temáticas, reforçando a importância de uma abordagem interseccional e decolonial na Psicologia. Cabe destacar, também, a construção de redes sociais, políticas e afetivas com acadêmicos/as, profissionais, militantes e representantes de grupos sociais historicamente alijados dos espaçado acadêmico, contribuindo, dessa forma, para uma conexão entre saberes dos mais variados tipos e uma arejamento da Psicologia Social com referenciais que convocam para uma práxis interdisciplinar, territorializada e interseccional no enfretamento das questões sociais que emergem na sociedade brasileira.

Descritores: Estudante Universitário; Compromisso social; Psicologia Social.

Formação inicial de atores escolares: estudo sobre enfrentamento das violências e das práticas de aprimoramento do clima e da convivência escolar

Rodrigo Toledo (PUCSP), Vitoria Prado Ramos (USCS)

Em meio ao agravamento da violência e à disseminação de discursos extremistas nas escolas, torna-se urgente refletir sobre ações que promovam um ambiente escolar mais acolhedor, democrático e comprometido com os direitos humanos. A intensificação dos ataques violentos ocorridos em 2022 e 2023 levou à produção do documento "Ataques de violência extrema em escolas no Brasil", organizado por Vinha et al. (2023), que destaca a importância de fomentar uma cultura de paz por meio de ações que melhorem o clima e a convivência escolar. Conforme apontam os autores, o crescimento de práticas extremistas e atos violentos nas escolas deixa marcas profundas de medo e insegurança. Nesse contexto, a valorização das diversidades e a promoção de uma cultura de paz surgem como respostas promissoras. Moro, Pagaime e Knoener (2024) reforçam que a qualidade do clima e da convivência escolar impacta diretamente o bem-estar da comunidade, favorecendo o sentimento de pertencimento, justiça e satisfação com a escola, além de contribuir para a prevenção de diferentes formas de violência. A presente pesquisa objetivou compreender como a formação inicial de estudantes de Psicologia e Educação prepara esses futuros profissionais para contribuir com a melhoria do clima e da convivência escolar. Para isso, foram utilizados um questionário online e três Encontros Reflexivos. A proposta foi mapear percepções sobre a formação e o papel profissional no enfrentamento da violência escolar, além de elaborar recomendações que qualifiquem sua atuação. Fundamentada na Psicologia Escolar Crítica e na Psicologia Sócio-histórica. Os resultados do questionário indicam que a maioria dos participantes reconhece a importância de discutir clima, convivência e violência escolar na formação acadêmica. No entanto, as experiências relatadas sobre a frequência com que esses temas são abordados variam: os temas foram discutidos ocasionalmente ou nunca ter vivenciado o debate. Isso sugere que, para parte significativa dos estudantes, a abordagem desses temas é superficial ou inexistente. A mesma tendência foi observada no tratamento da violência escolar: os participantes relataram discussões ocasionais ou afirmaram que nunca houve debate sobre o tema. A ausência de abordagens sistemáticas sobre violência escolar aponta uma lacuna formativa, especialmente diante da sua relevância na realidade educacional. Essa carência de debate também foi registrada em pesquisas anteriores. Apenas dois participantes relataram ter cursado disciplinas que abordam os temas de Clima, Convivência e Violência Escolar, ambas inseridas na área de Psicologia Escolar. Os demais, inclusive os participantes estudantes de licenciatura, não tiveram acesso a disciplinas que tratassem desses conteúdos. Esse dado evidencia que o tema é abordado de maneira pontual e fragmentada, sem articulação curricular. A escassez dessa abordagem confirma as conclusões de Gomes e Pereira (2009), que denunciam a insuficiência da formação inicial para preparar docentes para lidar com a violência nas escolas. Apontam ainda que a ausência de reflexão sobre questões contemporâneas nas formações provoca uma desconexão entre teoria e prática. Essa distância se acentua, devido ao predomínio de modelos idealizados de escola, distantes da realidade cotidiana e dos desafios profissionais concretos. No que diz respeito à compreensão conceitual, os estudantes apresentaram interpretações diversas sobre clima e convivência escolar, majoritariamente sem embasamento teórico. Muitos trataram os conceitos como sinônimos. Quando houve diferenciação, o clima foi associado ao coletivo das interações na escola, enquanto a convivência foi

entendida como relações interpessoais. A superficialidade dessas definições revela uma lacuna formativa importante. Apesar disso, todos os participantes conseguiram estabelecer a relação dialética entre o enfrentamento da violência e a melhoria do clima e da convivência escolar. Conforme indicam Moro, Pagaime e Knoener (2024), a criação de ambientes mais positivos e acolhedores contribui para reduzir comportamentos violentos e fortalecer uma cultura de respeito e cooperação. Os estudantes de Psicologia demonstraram boa compreensão sobre o papel da Psicologia na promoção do clima escolar e no enfrentamento da violência, destacando práticas coletivas e articulação com a rede de proteção, conforme orientações da Nota Técnica CFP nº 8/2023. No entanto, algumas respostas ainda indicam uma visão psicoterapêutica, centrada na escuta individual. Toledo (2024) também defende que a formação deve superar práticas individualizadas e fortalecer intervenções em rede, voltadas à valorização das diferenças e dos direitos humanos. Diversas sugestões foram propostas pelos participantes para melhorar o clima escolar e combater a violência. Entre elas: criação de espaços de escuta ativa, realização de oficinas sobre convivência, incentivo ao desenvolvimento socioemocional, aulas de conscientização sobre violência e tipificação dos diferentes tipos de agressões escolares. Também foram indicadas ações como feedbacks entre alunos e professores, divulgação cuidadosa de resultados para evitar comparações, e presença de psicólogos nas escolas em um papel de apoio, não de vigilância. Por fim, os estudantes apontaram a necessidade de aprimorar sua formação com aulas específicas sobre o tema, educação permanente para toda a comunidade escolar, práticas de mediação de conflitos e disciplinas que contemplem a temática. Destacaram, ainda, que o enfrentamento à violência deve ser uma ação coletiva e articulada. Dessa forma, embora reconheçam a escola como espaço político e de resistência, a formação inicial em Psicologia e Pedagogia ainda não direciona os estudantes para práticas comprometidas com a justiça social. Conclui-se que é fundamental rever os currículos formativos, articulando-os às reais demandas das escolas e à construção de relações mais críticas, respeitosas e colaborativas, em sintonia com os princípios de uma educação emancipadora.

BADIA, D. D.; POLI, A. P.; SOUZA, N. C. A. T. de. A temática da violência escolar na formação docente inicial: das lacunas existentes às discussões necessárias. Conjectura: Filosofia e Educação, Caxias do Sul, v. 19, n. 3, p. 171-184, 2014.

GOMES, C. A.; PEREIRA, M. M. A formação do professor em face das violências das/nas escolas. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 39, p. 201-224, 2009.

MORO, A.; PAGAIME, A.; KNOENER, D. F. Construção e validação de instrumentos de medida para o diagnóstico da convivência escolar para a Rede Municipal de Ensino de São Paulo (RME/SP). São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2024. (Textos FCC: Relatórios técnicos, 66).

TOLEDO, R. A Psicologia vai à escola: aportes para a implementação da Lei 13.935/2019. Revista Parlamento e Sociedade, Brasília, v. 12, n. 22, p. 101-119, 2024.

VINHA, T. P. et al. Ataques de violência extrema em escolas no Brasil: causas e caminhos. São Paulo: D3E, 2023.

Juventudes escolares periferizadas: expressões e vozes em diálogos com a extensão acadêmica.

Jéssica Medeiros Farias (UFC), Bruno Tobias Mendes de Meneses (UFC), Juliana Maria do Nascimento Mota (UFC)

O Trabalho discorre sobre experiências das ações de Extensão do Projeto Entre Muros, vinculado ao Laboratório de Estudo das Desigualdades e Diversidades (LAEDDES) do curso de Psicologia da Universidade Federal do Ceará - Campus Sobral. As atividades buscaram promover diálogos e reflexões com adolescentes e jovens concludentes do ensino médio de uma escola pública e periférica da cidade de Sobral - CE, durante os meses de agosto à dezembro de 2024, acerca das vivências, desafios, sentimentos, sonhos dentro e fora dos ambientes educacionais, e se ampara em diferentes saberes tais como Psicologia Social, Sociologia e Educação para uma aproximação com as juventudes escolares e suas intersecções com outros determinantes sociais: classe, raça, gênero e território.

As desigualdades educacionais presentes na sociedade brasileira têm prejuízos distintos a depender do contexto ligado à origem social, geográfica, cor da pele, gênero (Peroza, 2020). Compreender sobre e dialogar com as(os) jovens a partir das relações escola-território-afetos, dentre outras, reafirma a inquietação de Dayrell: a escola "faz" as juventudes? (2007).

Reconhecemos a escola como lugar múltiplo, em que há simultaneamente espaço tanto para práticas hostis e reforçadoras das desigualdades, quanto para o fortalecimento da dignidade humana e enfrentamento das mazelas sociais. A escola é um importante campo de acesso à garantia de direitos, cidadania, espaço de subjetivação.

Assim, o trabalho da extensão pensa e elabora ações para/com as(os) jovens estudantes um diálogo voltado ao pensamento crítico, para que assim possam refletir sobre sua ação no mundo, sonhos, processo de construção de identidades e realidades em um contexto no qual o espaço de escuta e acolhida para isto é cada vez menor.

Nosso trabalho busca discutir com as juventudes periferizadas da escola pública sobralense a recriação e compartilhamentos de saberes e vontades diante de um sistema que oprime com diferentes discriminações e violências, defendendo que a reflexão crítica, aprendizagem da autonomia e o acesso à uma educação contra a barbárie também são formas de construção de outras trajetórias e estatísticas.

Desigualdades educacionais produzem juventudes desiguais com ênfase em uma gramática de indiferença, a violência da má fé institucional (Souza, 2016). A educação idealizada, bancária com propósito de massa nunca atendeu aos reais interesse das(os) filhas(os) da classe trabalhadora, ao contrário, sempre garantiu a permanência em um espaço que sempre lhe foi designado, e do qual nunca permitiram um real saída.

Neste cenário, o presente trabalho também utiliza da perspectiva teórica de Pierre Bourdieu (1970), especialmente no conceito de violência simbólica que se manifesta no ambiente escolar. Mecanismo pelo qual as desigualdades estruturais são naturalizadas e sancionadas por um sistema educacional que, embora aparente tratar alunos de forma igualitária, acentua diferenças como as de classe. Para o autor, essa violência é explicada especialmente a partir da origem social dos professores, muitos oriundos da pequena burguesia, que possuem um referencial de ascensão social baseado na dinâmica escolar, o que gera distanciamento entre vivências de professores e alunos.

Ademais, tal violência manifesta-se nas práticas e atitudes dos professores e da própria instituição que punem, desvalorizam e excluem alunos que não possuem disposições sociais e culturais reconhecidas como legítimas, criando barreiras para o acesso e assimilação do conhecimento, responsabilizando individualmente os

alunos pelo fracasso escolar, sem reconhecer as condições sociais históricas que interferem na construção do pensamento crítico.

Fortalecendo nosso referencial teórico, dialogamos ainda com as ideias de Paulo Freire (1974) em "Pedagogia do Oprimido", onde destaca a importância do diálogo, da escuta e da reflexão crítica e aliançando ao nosso trabalho com as juventudes marginalizadas, que elas possam reconhecer suas realidades e resistir às opressões institucionais, enfatizando que "ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão" (Freire, 1987, p. 42).

Freire enfatiza a importância de um processo educativo que não seja impositivo, mas sim dialógico, no qual os educandos são sujeitos ativos na construção do conhecimento e na compreensão de sua realidade social. Com isso, o projeto reconhece o papel da educação como um meio para que os jovens resistam às diversas formas de violência simbólica e estrutural, rompendo com a internalização e naturalização da desigualdade social, tema central na obra de Freire. A criação de um espaço acolhedor no qual os estudantes se sentem convidadas(os) a (re)construírem outras narrativas de si, representa uma forma de enfrentamento, incentivando-os a sonhar e reavivar a vida, conforme idealizado na pedagogia do oprimido.

Destarte, o projeto estabelece relações também com Bell Hoks quando afirma que "educação é sobre cura e integridade" (2009). Tais palavras talvez possam resumir o exercício da nossa extensão universitária em buscar promover os diálogos, os desencontros com saberes deterministas e a valorização das experiências juvenis no ambiente educacional.

Ao todo, foram realizados 06 encontros com as turmas do 3º ano do ensino médio de uma escola pública de Sobral-CE. Com base na busca de uma abordagem dialógica como a proposta por Freire (2005), foram utilizadas dinâmicas simples ao longo dos encontros com os alunos em sala, que tinham um objetivo de descontração, aproximação e relações de vínculos entre pré-universitários e extensionistas e promoção de diferentes discussões acerca do contexto das(os) jovens.

Para as situações de animação e fortalecimento da palavra, utilizamos: Dinâmica do Repolho, Bingo de Saúde Mental, Quiz e músicas. Referente aos momentos de discussão, as facilitações aconteciam com pequenos grupos inicialmente e depois com o grupo completo da sala, agregando ainda momentos de colagem e escrita de cartas, incentivando o processo de escrita afetiva, crítica e posição avaliativa das ações.

O diário de campo foi utilizado pela possibilidade de resguardar para além de dados, anotações, pela memória dos encontros, ditos e interpretações. Ainda assim, ressalta-se tal ferramenta enquanto um "instrumento potencializador na formação do psicólogo" (Freitas; Pereira, 2018).

Após os encontros na escola, reuniões e discussões em equipe na universidade, identificamos que as turmas construíram boas relações com as(os) extensionistas e assim compartilharam sobre diferentes assuntos: sonhos, frustrações e desamparos.

Das problemáticas resultantes das ações estão a desvalorização dos projetos pessoais, dúvidas e sentimentos por parte da escola, comunicação violenta, culpabilização/estigmatização pelo fracasso escolar, meritocracia e defesa da educação neoliberal, desmotivação na carreira acadêmica, preconceito territorial, insegurança no aprendizado, fragilidades de acesso à renda, baixa autoestima e reprodução da violência.

Os discursos que encontramos nos fazem repensar com Bell Hoks (2009) sobre os danos que a educação competitiva deixa nos grupos de estudantes socializados para valorizar o trabalho, deixando-os partidos, sem vínculos afetivos com a educação, como o prazer pelo aprendizado. Justamente a classe de estudantes que mais precisaria de uma educação democrática. Os índices de evasão escolar, o analfabetismo em jovens aprofunda a gravidade da situação.

Enquanto contranarrativa diante dos signos da escola e juventudes subalternizadas, compreendemos que as ações foram espaços de desaguarem o mal estar, nas moratórias, da colonialidade, dos diagramas de poder, da objetificação da vida em uma sociedade de classes. Nas cartas e palavras ditas, recebemos alegria e inspiração para a continuidade do nosso aprender e fazer.

Com base no que foi exposto, conclui-se que a vivência dos jovens periféricos no sistema de ensino público está permeada por múltiplas formas de violência simbólica e desigualdade social, que se manifestam no preconceito institucional, na desvalorização de seus sonhos e no enfrentamento constante a barreiras estruturais, como destacado nos relatos dos próprios estudantes.

Entretanto, as metodologias adotadas pelo projeto ao promover espaços de diálogo, escuta ativa e expressão livre, contribuem para a valorização das experiências dos jovens, para a desconstrução de preconceitos internalizados e para a elaboração coletiva de sonhos e resistências. Essa aproximação dialógica possibilita que os estudantes se reconheçam como sujeitos ativos na construção do conhecimento e no enfrentamento das opressões que os cercam.

Assim, o trabalho evidencia que a educação crítica e participativa representa um importante instrumento para romper com as estruturas de violência simbólica presentes nas instituições escolares, oferecendo às juventudes periferizadas as oportunidades de autonomia e de reflexão sobre suas identidades e trajetórias sociais, em um contexto que frequentemente invisibiliza suas potencialidades. Dessa forma, reforça-se a necessidade de práticas educacionais que dialoguem com as realidades desses estudantes, promovendo inclusão, respeito e valorização das diversidades para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Afinal, a atuação da Psicologia Social no contexto escolar é ação que não se relaciona com as violências em suas diferentes configurações e discursos, nossa atuação é no caminho da transformação social a favor de uma vida mais digna de ser vivida (Zanella; Crochik, Góis, 2017).

Mapas afetivos como instrumento da Psicologia Social em escolas públicas: um relato de extensão

Amanda Cristina Carvalho Fontenele (UFC), Vera Silvia Paula Pessoa Aguiar Neta (UFC), Antonia Angélica Rodrigues Ximenes (UFC), Iratan Bezerra de Saboia (UFC)

O presente trabalho refere-se a uma das ações do projeto de extensão "Reescrevendo Minha História", vinculado ao Laboratório de Estudos das Desigualdades e Diversidades – LAEDDES, da Universidade Federal do Ceará, campus Sobral. O projeto atua com alunos de ensino médio em situações de vulnerabilidades e desigualdades, que estudam em escolas públicas da região, com o objetivo geral de apresentar a universidade e trabalhar o ensino superior como uma possibilidade para modificar a conjuntura que estão inseridos, além de debater sobre questões de desigualdade de maneira crítica e seus impactos na educação e na saúde. As ações realizadas aconteceram durante o segundo semestre de 2024 em uma das escolas estaduais da cidade. As ações foram divididas em quatro encontros, sendo a finalidade principal do trabalho detalhar mais quanto a aplicação adaptada do Instrumento Gerador de Mapas Afetivos - IGMA, projetado originalmente por Zulmira Bomfim em sua tese de 2003. O objetivo da aplicação desses mapas no contexto desta extensão é compreender as percepções dos estudantes com o ambiente escolar, ou seja, os afetos que eles têm com a escola, o que diz respeito não apenas a escola enquanto local e instituição, mas também às suas relações com os outros estudantes e funcionários (especialmente os professores), questões de ensino, infraestrutura, entre outros. O trabalho de Bomfim (2003) é a principal referência teórica e prática do projeto para aplicação do IGMA.

A princípio, para a realização da extensão, são feitas reuniões internas de capacitação com os membros extensionistas, que são estudantes de psicologia da UFC, e com os orientadores, trabalhando não somente na aplicação dos mapas, como também na análise crítica de realidades de vulnerabilidades e desigualdades sobralenses que são encontradas durante a execução das ações, as vinculando com diversos autores que possuem trabalhos na área da educação e de desigualdades (como Demo, Souza, Guareschi, Freire etc.) para construção e aplicação de uma psicologia social dentro das escolas.

Como citado anteriormente, a ação é constituída por quatro encontros. No primeiro encontro é realizada uma sessão de apresentações, em que os extensionistas se apresentam e buscam conhecer os alunos, criando um vínculo inicial. Em seguida, é proposta a atividade dos mapas afetivos, de forma adaptada, com objetivo de escuta e investigação dos sentimentos dos participantes em relação à escola. Essa abordagem permite um diálogo mais sensível sobre as percepções dos estudantes e será detalhada mais adiante. No segundo encontro é proposta uma dinâmica interativa chamada "batata quente", com o objetivo de apresentar informações sobre as instituições de ensino superior da região, seus processos seletivos e os benefícios disponíveis, como bolsas, auxílios, restaurante universitário e transporte. Dessa forma, os alunos podem esclarecer dúvidas e conhecer melhor as oportunidades de acesso ao ensino superior como uma de suas possibilidades. No terceiro encontro, a discussão é direcionada para o tema das cotas universitárias, utilizando como ponto de partida a música "Cota Não É Esmola", da cantora Bia Ferreira. A letra da canção serve como base para um debate crítico sobre políticas afirmativas, combatendo preconceitos e ampliando a compreensão dos estudantes sobre a importância dessas medidas. Por fim, no quarto e último encontro, é promovido um debate sobre os conceitos de oportunidade e educação, incentivando os participantes a expressarem suas ideias por meio de desenhos, textos em cartolinas ou no quadro. Essa atividade permite uma reflexão coletiva sobre as desigualdades educacionais e a importância da educação como ferramenta de transformação social.

Na ação em questão, a metodologia se constitui, a princípio, na apresentação dos extensionistas do projeto e em uma breve explicação sobre o que é o LAEDDES, sua atuação e sobre a ação dos mapas afetivos para os estudantes. Em seguida, é pedido para que a sala seja dividida em quatro grupos, separados pelos próprios alunos por afinidade, o que facilita a comunicação e expressividade durante a ação. Cada extensionista fica responsável por mediar a atividade com um grupo, para favorecer a criação de um vínculo entre os extensionistas e os participantes e para engajar o desempenho dos alunos na criação dos mapas de maneira mais direcionada, mas que ainda assim respeite a decisão do estudante caso ele não demonstre desejo em participar. Em seguida são distribuídos materiais (folhas A4, lápis de cor, pincéis, etc.) e solicitado que os estudantes façam um desenho sobre a sua relação com a escola e em seguida escreva 3 palavras sobre o mesmo tema. Para isso são feitas perguntas disparadoras, como "O que você pensa quando falamos em escola?" e "O que significa a escola para você?". Nesse momento os extensionistas também criam seus próprios mapas afetivos sobre o período deles na escola, o que aprimora o vínculo com os estudantes. É comum que alguns alunos demonstrem uma certa resistência para iniciar a criação dos mapas, muitas vezes por vergonha em fazer tal atividade frente a um desconhecido (no caso, os extensionistas). Entretanto, percebe-se, a partir da aplicação dos mapas afetivos ao longo dos anos em diferentes turmas de ensino médio, que a partir do momento que o extensionista inicia seu mapa afetivo junto com os estudantes, que estão em pequenos grupos dispostos por afinidade, há a produção por parte daqueles que apresentavam certa resistência inicial. Após isso, os extensionistas iniciam conversas sobre o que foi retratado em cada um dos mapas, utilizando outras perguntas disparadoras sobre o que os desenhos e as palavras significam, como "O que esse desenho remete a você?" ou "Pode me explicar um pouco mais por que você escolheu essa palavra?".

Como resultados percebe-se a vasta existência de sentimentos conflituosos em relação à escola pelos jovens. Muitas vezes ela é tratada como um lugar de acolhimento e de criação de vínculos, especialmente entre os estudantes, que representam, tanto nos desenhos, quanto nas palavras, as relações de amizade que são formadas dentro do ambiente escolar, que se torna um local de desenvolvimento socioafetivo e de acolhimento, no qual os jovens podem compartilhar suas vivências com aqueles que se identificam compartilhando momentos de felicidades, esperança, dores e angústias (Pereira; Garcia, 2007; Peron; Guimarães; Souza, 2010; Schwertner, 2012; Souza, 2004). Esse processo de identificação social e criação de laços é classificado por alguns deles como o motivo principal para a ida até a escola e, em alguns casos, o único momento de lazer que o jovem tem durante o dia, pois muitos deles precisam trabalhar nos momentos em que não estão estudando. Além disso, muitas vezes eles estão inseridos em localidades que não disponibilizam espaços de cultura e lazer, encontrando na escola o local ideal para identificação com seus pares e criação de laços para além da família (Vasconcelos, et al., 2021).

Entretanto, o ambiente escolar também é visto como opressor e perpetuador de preconceitos, especialmente aqueles que dizem respeito a estereótipos de violência e marginalidade, vindos por parte tanto de discentes quanto de docentes e da coordenação, seja de maneira velada, seja de maneira explícita. O momento criado durante a formulação dos mapas é de escuta e acolhimento, o que abre espaço para que os jovens relatem muitas vezes situações de desrespeito, assédio, agressões verbais, etc. que ocorreram no ambiente da escola. É comum que os alunos digam que a escola não os entende, tratando muitas vezes estudantes cansados, com jornada dupla ou tripla, como "vagabundos" ou "preguiçosos", algo que aparece constantemente nos mapas. Além disso, questões de assédio, especialmente contra meninas não "são levadas a sério" pela coordenação, um dos motivos pelo qual as vítimas buscam apoio apenas em seus grupos de amigos. Muitos alunos são chamados de "burros" por questões de notas ou por apresentarem dificuldades no entendimento de alguma disciplina, o que os desmotiva a continuar estudando. É comum que a escola compare, de maneira explícita e na frente de todos os estudantes e professores no meio do

pátio, alunos que tiraram as “melhores notas” com aqueles que tiraram as “piores notas” em avaliações externas, o que gera uma onda de humilhações para aqueles que não apresentam uma pontuação desejada pelo sistema.

Mas, a escola também é vista como uma oportunidade para “mudar de vida”. É comum que muitos desses jovens, que decorrem de classes sociais mais baixas, vejam o êxito por meio dos estudos como uma oportunidade para mudança da realidade em que estão inseridos.

Por fim, o IGMA permite a construção de um espaço acolhedor e de um momento voltado para a criação dos alunos sobre seus próprios afetos na escola, além do diálogo sobre eles, o que permite o entendimento da escola enquanto um espaço de construção de subjetividades. Faz-se importante destacar que as expressões e sentimentos que surgem durante a produção desses mapas são conflituosas e, por vezes, contraditórias, o que revela a complexidade das relações dentro do ambiente escolar. Ademais, há a valorização dos jovens como sujeitos ativos durante todos os encontros da extensão, ou seja, sujeitos que criam e que expressam seus pensamentos, críticas, determinações e desejos.

Narrativas Enegrecidas: a escrita afetiva como estratégia para não sucumbir.

Maiara Braga Nascimento (UFC), Andréa Karlianny Bezerra Alves (UFC), Hellen Beatriz Martins Braga (UFC), Juliana Maria do Nascimento Mota (UFC), Iratan Bezerra de Sabóia (UFC)

O presente trabalho apresenta uma reflexão sobre a experiência do projeto de extensão Entre Muros, vinculado ao Laboratório de Estudos das Desigualdades e Diversidades (LAEDDES) da Universidade Federal do Ceará - campus de Sobral, realizado em uma escola pública de ensino médio da periferia de Sobral/CE, com o objetivo de instigar a escrita afetiva como meio de auto expressão e crítica da realidade dos estudantes. Reconhecendo a escola como espaço múltiplo e tensionado por contradições, partimos da concepção de que ela pode ser, ao mesmo tempo, um lugar que reproduz práticas institucionalizadas de exclusão, silenciamento e fracasso escolar, como também um espaço importante para o fortalecimento da dignidade humana e enfrentamento das mazelas sociais, pois a escola pode ser um importante campo de acesso à garantia de direitos, cidadania e espaços de subjetivação (Mota, 2022).

Parte-se do reconhecimento de que a juventude negra e periférica é constantemente atravessada por discursos de controle e silenciamento, quando não pela exclusão direta, o que impõe barreiras simbólicas e materiais à construção de sua autonomia, de sua voz e de seus sonhos. Em contraposição a isso, a proposta se articula como um convite à escuta, à escrita e à afirmação de outras narrativas sobre o que é ser jovem, negro e periférico em um país profundamente marcado pela desigualdade racial e social. Dessa forma, o interesse é avivar o pensamento crítico dos jovens, instigando-os sobre a importância do exercício do sonhar e com isso fomentar uma transformação dessas vivências.

Relaciona-se ao GT 34 “Práticas insurgentes em contextos educacionais”, o qual parte da discussão sobre a criação de espaços de reflexão e práticas que contribuam para a reconstrução de laços solidários e o questionamento de dinâmicas de exploração e exclusão. Com o uso da escrita e de atividades artísticas, há troca de saberes de maneira criativa, articulando-se com práticas emancipatórias e críticas às estruturas socioeconômicas que intensificam vulnerabilidades e desigualdades. Nesse sentido, o Eixo 06 “Direitos Humanos e infâncias, juventudes e velhices” associa-se ao trabalho por discutir, principalmente, a juventude a partir da Psicologia Social e na interface com os Direitos Humanos e com as políticas públicas e sociais, tendo como foco a intersecção de raça, classe e gênero como fundamental ao entendimento das desigualdades sociais e acesso a direitos fundamentais.

Durante as ações do projeto, identificamos marcas do racismo nos diversos relatos dos estudantes. Eles compartilharam episódios que revelam o impacto da racialização cotidiana em suas trajetórias escolares - desde comentários, perguntas e piadas racistas feitas por fiscais do ENEM até percepções internas sobre si e sobre os colegas, como a crença de que "a maioria da turma não conseguiria passar num vestibular". A estigmatização do território e a criminalização dos corpos negros ecoam o que Lélia Gonzalez (1982) definiu como a imposição histórica da repressão e do silenciamento do “lugar de negro”. Na escola, esse controle se atualiza através de uma pedagogia que ignora as vivências concretas desses jovens, reforçando uma lógica bancária (Freire, 2015) e tecnicista da escrita - voltada apenas ao vestibular e ao “futuro”, um tempo incerto para adolescentes cujos cotidianos estão marcados por urgências presentes. Essa perspectiva ignora repertórios culturais e afetivos dos estudantes, desmobilizando o interesse e o sentido na relação com a escrita.

Em contraste, quando propusemos atividades centradas em afetos e memórias, como a escrita de cartas, os estudantes acessaram uma escrita que se aproxima da escrevivência (Evaristo, 2020): uma linguagem que nasce da vida vivida, das perdas, da fé, das ruas e do cotidiano. Ao narrar a si, os jovens também narram seus bairros, suas famílias, suas resistências e formas de existir. Nesse processo, escrevem o território com todas as suas contradições e potências, e suas vidas com igual complexidade.

É através desse contexto que lembramos bell hooks (2013) ao nos alertar que práticas pedagógicas libertadoras só são possíveis quando se escutam, com radicalidade, as vozes historicamente marginalizadas. A autora destaca a importância de criar uma "comunidade" em sala de aula, um espaço seguro onde os sujeitos se reconheçam e sejam reconhecidos como produtores de saber. Isso implica o deslocamento das estruturas que silenciam e patologizam a juventude negra, e a construção de vínculos pedagógicos que possibilitem o florescimento intelectual.

Em nossas ações, na qual buscamos uma escrita afetiva destes jovens, buscamos romper com a centralidade do conteúdo e colocar as experiências deles como ponto de partida para o trabalho com a linguagem, a escrita e os diferentes tipos de arte. Quando, em uma das ações, pedimos uma palavra que resumisse o ato "escrever", muitos responderam com "preguiça" ou "desânimo". Tais respostas revelam não um desinteresse puro, mas um cansaço com a forma como a escola institucionalizou a escrita: como obrigação, como cobrança, como técnica para alcançar um futuro no qual eles não se veem incluídos.

A autoimagem de jovens negros e negras da periferia já é comumente enfraquecida e marcada por um histórico de exclusão e empobrecimento que é constantemente reforçada por práticas escolares que desconsideram suas condições de vida. Ao manter uma pedagogia que se afasta da realidade concreta desses sujeitos a escola falha em gerar sentido (Freire, 2015). O vestibular e o ENEM aparecem como metas abstratas, distantes, inacessíveis, como afirmou um estudante quando disse que faculdade é coisa de "filhinho de papai" [sic] que pode estudar sem trabalhar. Muitos deles não têm o privilégio de estudar em tempo integral, pois precisam trabalhar para contribuir com a renda familiar. A universidade, portanto, não é imaginada como um destino possível. Essa percepção está diretamente ligada ao processo histórico que, como analisa Gonzalez (1982), confina os corpos negros em cubículos de existência precarizada, das senzalas às favelas e periferias. A reprodução desse discurso de não pertencimento aparece internalizada como um "lugar natural", o que reforça o afastamento entre juventudes periféricas e os espaços do saber formal, como a Universidade Pública.

A metodologia adotada envolveu a análise de diários de campo produzidos dos extensionistas durante as atividades do Entre Muros e o alinhamento com teorias que tratam sobre a juventude preta periférica e os possíveis modos de expressão. Esses registros permitiram identificar momentos em que questões raciais emergiram nas falas e produções dos estudantes. O nosso ponto de partida foi a escrita como ferramenta de promoção de expressão pessoal, debate de questões sociais e desenvolvimento de habilidades que possibilitem aos jovens uma participação mais ativa em sala de aula. A música, as colagens, os desenhos e o que mais estiver ao redor das juventudes periferizadas foram o material a ser incorporado na recriação e compartilhamentos dos saberes com jovens, promovendo discussões sobre o que foi produzido na ação de extensão. No decorrer dos encontros, os estudantes se mostraram participativos, principalmente nas intervenções artísticas. Foi possível perceber a importância do vínculo construído para que as atividades fossem desenvolvidas com mais desenvoltura e fluidez. Uma semente de oportunidade

dos discentes ampliarem as noções textuais que possuem foi plantada.

Essa experiência possibilitou enxergarmos que práticas pedagógicas centradas na escuta sensível e na valorização das vivências dessa juventude podem transformar significativamente o ambiente escolar. Conclui-se que a promoção de espaços de escuta e expressão, aliados a práticas pedagógicas que reconhecem e valorizam as identidades dos estudantes, são fundamentais para o enfrentamento das desigualdades raciais e sociais no contexto educacional.

Referências

EVARISTO, Conceição. Escrevivências e seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima;

NASCIMENTO, Juliana Maria Mota do. Educação & gênero: questões para uma sala de aula mais participativa. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado Profissional em Psicologia e Políticas Públicas. 52f. Universidade Federal do Ceará - Campus de Sobral. 2022.

NUNES, Isabella Rosado (org.). Escrevivência: A escrita de nós. 1. ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte Ltda, 2020. cap. 2, p. 26-46. Disponível em: https://www.itausocial.org.br/wp-content/uploads/2021/04/Escrevivencia-A-Escrita-de-Nos-Conceicao-Evaristo.pdf. Acesso em: 19 maio 2025.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz&Terra, 2015.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. Lugar de Negro. Rio de Janeiro: Marco Zero Limitada, 1982.

HOOKS, bell. Ensinando a Transgredir: A educação como prática de liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2020.

Os sentidos subjetivos da masculinidade em contexto escolar: um relato de estudo realizado com docentes

Ellie Cristina Silva Ribeiro (FACES), Consuelena Lopes Leitão (UFAM), Iolete Ribeiro da Silva (UFAM)

Sabe-se que o campo da educação se caracteriza como um campo de disputas que, muitas vezes, envolve o cerceamento de pautas políticas atreladas aos direitos humanos, principalmente no que se refere a Gênero e Sexualidade. Esses embates se tornam mais intensos em contextos marcados pelo fundamentalismo religioso e conservadorismo, como é o caso da cidade de Boa Vista – RR, cenário do estudo realizado. Este território é atravessado por diversos discursos de intolerância e a educação do estado já foi alvo de diversas propostas parlamentares com vistas a censurar discussões de gênero nas instituições escolares.

O discurso político conservador, que ganhou destaque nas últimas eleições, ganha bastante adesão e influencia a mentalidade da população. Boa Vista enfrenta altas taxas de violência contra mulheres e LGBTQIA+ e também conflitos entre diferentes grupos sociais. Ao mesmo tempo em que justificou a relevância desta pesquisa, apresentou-se como um desafio para encontrar docentes dispostos a participar de uma pesquisa que discute sobre gênero e masculinidade.

Estes desafios foram contornados e o estudo que se trata de uma pesquisa de mestrado do PPGPSI da Universidade Federal do Amazonas, teve como objetivo refletir sobre os sentidos subjetivos atribuídos por professores à masculinidade e o contexto escolar na cidade de Boa Vista – RR. A pesquisa se debruçou ainda sobre as relações de gênero em contexto escolar na visão dos docentes e as limitações das discussões de gênero e masculinidade na escola pública.

Esta pesquisa demonstra sua relevância social a partir do cenário opressor de conservadorismo e censura que caracteriza as escolas públicas do estado, porém se apoia também na escassez de estudos que abarcam a masculinidades realizadas no âmbito da Psicologia e tendo como escopo a instituição escolar. Ademais, a pesquisa teve relevância pessoal para a pesquisadora que sempre se identificou com o campo dos estudos de gênero, sempre questionou as normas e imposições e nunca se sentiu totalmente confortável com as concepções binárias naturalizantes de feminilidade e masculinidade.

Dessa forma, é possível relacionar a pesquisa com um GT que tenha como proposta justamente problematizar as potencialidades da escola, o alcance dos educadores para contribuir com a construção de uma visão de mundo voltada para a emancipação. Ademais, a presente pesquisa teve como base a Psicologia social crítica que compreende o sujeito concreto, cuja a subjetividade é forjada nos atravessamentos histórico e sociais no qual vivencia a concretude da sua realidade (Lane, 2013). Dessa forma, as masculinidades não se desdobram ao nível individual, elas se constituem a partir de vivências, ideologias, dinâmicas de poder, discursos e dominação, um fenômeno rico para explorar em contexto escolar.

O estudo se apoiou em González Rey (2001) debruçando-se no processo de construção teórica das configurações e processos subjetivos, que se caracteriza o método construtivo-interpretativo. Ou seja, é uma perspectiva que compreende a subjetividade do sujeito enquanto um processo e que não pode ser desvinculado dos processos sociais que se vivencia suas experiências na realidade concreta.

Para buscar aproximações com o campo de estudo, realizou-se um diálogo entre as concepções de sentido subjetivo de González Rey (2007) de base histórico-

cultural e o conceito de masculinidade hegemônica (Connell, 1995), fazendo uma articulação com as demais teóricas de gênero Badinter, Butler, bell hooks e Guacira Louro. O estudou abordou também um capítulo de discussão teórica em que se exploram os processos educativos e o espaço escolar envolvendo apontamentos acerca do papel da educação e os processos de constituição de subjetividade. Esta discussão foi feita com base em Paulo Freire, Ivo Tonet, Gonzalez Rey, Meira, Martínez, Maria Helena Patto e demais autores com a intenção de repensar a escola enquanto um local de produção e reprodução normas, determinante na constituição de subjetividades de todos os envolvidos neste cenário.

Para lidar com a complexidade dos fenômenos sociais, a pesquisa utilizou entrevistas narrativas abertas, realizadas presencialmente com sete professores. Optou-se por entrevistas narrativas abertas para produção de dados. A abordagem flexível permitiu uma expressão mais ampla dos participantes. A pesquisadora desempenhou um papel ativo, provocando reflexões e instigando o diálogo. optou-se por perguntas voltadas para abertura do discurso e estimular o processo dialógico, pois o pesquisador é um produtor, não coletor de informações, seu papel na conversação é ativo (MARTÍNEZ, 2019).

Todos os princípios éticos foram respeitados, o estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFAM. Foram devidamente resguardados todos os princípios éticos no que se refere ao sigilo e cuidados, de acordo com a Resolução nº. 466, que dispõe sobre as normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.

A análise dos dados seguiu uma abordagem construtivo-interpretativa. A construção de indicadores e núcleos de sentido foi baseada nas narrativas dos participantes. O processo de análise não foi linear, envolvendo releituras e reflexões contínuas para compreender os sentidos atribuídos à masculinidade pelos docentes. O caminho percorrido no processo de análise, de acordo com González Rey (2012) não deve ser considerado em etapas separadas, mas para fins práticos: Após a construção da base teórica contundente, tivemos o encontro da pesquisadora com o campo, com os sujeitos participantes da pesquisa.

Foram realizadas sete entrevistas narrativas com professores homens cisgênero da rede pública de ensino, eles eram de diferentes áreas disciplinares e os codinomes foram escolhidos de acordo com as disciplinas que ministravam. A pesquisadora fez um esforço extra para garantir uma valorização da subjetividade dos participantes, descrevendo cuidadosamente as trajetórias de vida de cada um dos professores, desde a infância, o crescimento, até chegar nas experiências na escola, considerando a impossibilidade de separar suas vivências pessoais da sua prática em sala de aula. Esta opção enriqueceu a análise dos dados e fomentou uma maior compreensão dos núcleos de sentido que foram construídos.

A partir da análise das narrativas, construiu-se dois núcleos de sentido: Posição pessoal perante a hegemonia de gênero, este núcleo se debruçou sobre as diversas experiências dos docentes quanto as vivências de ser homem. Ou seja, reuniu-se alguns indicadores em que se evidenciou as vivências e foi possível perceber o quanto cada um dos docentes se relacionava com a noção de masculinidade que lhes fora imposto. A partir deste núcleo de sentido, construiu-se três indicadores, são eles: visões de masculinidade e seu lugar social, pressões e vigilância no processo de constituição da masculinidade e desfazendo homens.

O interessante deste núcleo foi refletir junto com os docentes sobre os discursos que eles ouviam, o que aprenderam sobre ser homem e as pressões que envolvia a manutenção desta performance, no último indicador foi possível trazer experiências dos docentes em que eles

confrontavam estas imposições de gênero, simplesmente não performando uma masculinidade hegemônica conforme esperado. Alguns deles, inclusive discordaram dessas imposições e apontaram para mudanças necessárias.

Já no segundo núcleo de sentido, a ideia foi reunir as vivências e experiências dos docentes que se voltaram para o atravessamento dos discursos de masculinidade no contexto escolar. No cotidiano da escola, assim como em todos os contextos sociais, as pessoas estavam mergulhadas nas lógicas de gênero e a partir das experiências dos docentes foi possível perceber isto. Três indicadores foram construídos para este núcleo, são eles: privilégio masculino, docência e subjetividades masculinas, pensando o contexto escolar e descortinando contradições de gênero. Estes indicadores foram essenciais para desenvolver a reflexão de que as estruturas de gênero desenham lugares sociais diferentes para homens e mulheres, estas diferenças foram notadas pelos docentes e alguns privilégios foram evidenciados.

Um dos aspectos mais interessantes que foi possível destacar destes indicadores é justamente o último "descortinando contradições de gênero". Notou-se que os docentes fizeram diversas vezes a importante ação de refletir junto aos alunos sobre as contradições de gênero, questionaram junto com os alunos e problematizaram muitos destes discursos que impõe condutas tidas como "naturais". Isto foi lido com surpresa pela pesquisadora, pois considerando o contexto conservador da cidade, essa possibilidade de diálogo se mostra como uma abertura importante dentro do contexto escolar para trabalhar questões de gênero na educação. Ou seja, estes debates já estão inseridos no contexto escolar, porém não de forma institucionalizada, mas de maneira informal.

Um dos docentes defendeu que a escola deveria transcender os muros dela, o que reforça que do mesmo modo que a educação pode ser uma grande reforçadora de dominação, pode ser uma prática de liberdade. bell hooks explica que para que a educação seja libertadora, é necessária uma postura que esteja disposta a transpor fronteiras dos sistemas de dominação (como o racismo e o sexismo). A audácia de trazer questionamentos, apontar contradições, descompassos e a partir disso, abrir possibilidades para construções transgressoras dessa hegemonia, ao mesmo tempo em que proporciona novas maneiras de dar aulas a grupos diversificados (HOOKS, 2017).

Notou-se que enquanto houver masculinidades plurais questionando as práticas hegemônicas no contexto escolar, teremos uma resistência conservadora buscando manter o status quo. Assim, o cenário da pesquisa aponta para uma necessidade de dar mais embasamento para estas discussões no contexto escolar, de forma a envolver a todos, principalmente as identidades "intocáveis" para.

Pesquisa em Psicologia e Educação: composições metodológicas participativas

Letícia de Andrade (UNIVILLE), Allan Henrique Gomes (UNIVILLE), Camila Schlickmann Ribeiro (UNIVILLE)

A proposta desta comunicação é discutir possibilidades investigativas emergentes na interface psicologia e educação, a partir de uma perspectiva participativa. As discussões apresentadas são resultantes de um projeto guarda-chuva denominado Percursos Formativos Docentes e Discentes na rede de Educação Básica (PERFORMA), integrando ensino, pesquisa e extensão universitária, graduação e pós-graduação. O projeto vem desde 2020 construindo parcerias com as redes públicas de educação na região norte catarinense, além de um sindicato de professores. Em síntese, o PERFORMA é um percurso de formação continuada de professores que privilegia a experiência docente, ancorado na teoria histórico-cultural, mediado por cinco eixos temáticos: (1) biografia; (2) trabalho docente; (3) conceitual; (4) estético; (5) coletivo. no primeiro eixo, biográfico, faz-se um convite ao professor/professora para que conte sobre sua constituição docente, da formação inicial às referências pessoais que encontrou na profissão. Esse convite ao biográfico promove memórias, afetos, reflexões e, ainda, colabora no processo de vínculo e interlocução entre docente participante e estagiário (pesquisador assistente). O segundo eixo trata do trabalho docente. Nesse eixo, a proposta é trabalhar no primeiro encontro com o tema das desigualdades sociais, buscando investigar temáticas relacionadas aos direitos humanos e questões étnico-raciais, bem como a pobreza, a inclusão de pessoas com deficiência e/ou questões de gênero. Não há um tema definido de antemão para aprofundamento, porém, este deverá estar articulado às desigualdades sociais e aos direitos humanos. No segundo encontro, será solicitado a produção de registros do trabalho docente, em especial fotografias. Esses registros são geradores de intensos diálogos sobre as condições de trabalho e da atuação docente. Os sentidos dessa atividade apontam para o acolhimento e a saúde mental, para a valorização docente, para o (auto)reconhecimento laboral, entre outros efeitos. A partir do terceiro eixo as atividades se diversificam. O objetivo é realizar uma mediação conceitual, sobretudo, de discussões apontadas pelos/pelas professores/professoras. A escolha de conceitos, leituras e discussões do campo teoria/prática que emergirem dos eixos anteriores são trabalhados de forma singular de acordo com a trajetória do percurso de cada docente. No eixo “estético”, o convite à atividade criadora e à experimentação estética é sustentado pela perspectiva de que a atuação docente se potencializa pela relação com a arte e a criatividade. No eixo “coletivo”, as experiências são diferenciadas, contando com professores convidados aos encontros, mas também, com encontros entre docentes do projeto-percurso, bem como encontros temáticos privilegiando a dimensão política e o olhar para a categoria profissional. Destaca-se que o PERFORMA tem sido campo de estágio para estudantes de psicologia atuarem como coordenadoras dos percursos, contando com orientadores que são psicólogos e pesquisadores na Educação. Nos últimos quatro anos o PERFORMA atingiu três municípios catarinenses, realizando a formação continuada de aproximadamente 100 professoras da rede pública de educação básica. Esse processo participativo tem sido documentado, gerando um acervo digital com o devido processo de segurança das informações e protocolo para o acesso de pesquisadores, aprovado no Conselho de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH). O acervo é uma fonte para pesquisas educacionais, acolhendo projetos de tese, dissertação, trabalhos de conclusão de curso (TCCs) e iniciação científica. O Acervo Performa passou por mudanças ao longo do tempo. Inicialmente era um espaço agregador dos registros, com os anos e o volume de material

acumulado, passou a se constituir como um campo de pesquisas documentais. Por meio de um edital FAPESC que viabilizou fomento à pesquisa, a organização foi aprimorada e a segurança das informações também. Além disso, vale ressaltar que o Acervo Performa dialoga com os princípios da ciência aberta e também das metodologias participativas. De acordo com Heinz e Miranda (2024), a ciência aberta tem como princípio o compartilhamento e a colaboração, e está em consonância com a democratização do conhecimento. Nesse sentido, o Acervo Performa reúne informações que podem ser acessadas e analisadas por pesquisadores(as) que se vinculam ao projeto e que constroem conhecimento a partir das informações produzidas nos percursos com docentes. Além disso, compreendemos que o conhecimento científico deve ser produzido e compartilhado com as pessoas que comumente são identificadas como sujeitos/participantes da pesquisa. Ou seja, pelo Acervo Performa, estamos também ampliando a participação das(os) professoras(es) e a compreensão de metodologias participativas de pesquisa. Além de produzir as informações com elas(es) nos encontros formativos, realizamos, desde 2024, oficinas analíticas, colocando em diálogo com as(os) docentes alguns materiais selecionados do Acervo. Em resumo, a escolha por esse caminho parte da premissa fundamental de que, em termos ontológicos, todo encontro entre seres humanos carrega em si o potencial de invenção, transformação e liberdade. Essa concepção se ancora no Método da Igualdade, formulado pelo filósofo Jacques Rancière (2014). Ao ser guiada por esse princípio, a pesquisa demanda uma postura horizontal por parte do pesquisador, deslocando-o da posição de analista em busca de uma verdade e valorizando a relação com o campo e com as(os) participantes. Desta trajetória de investigação, ainda se destacam outros resultados: a metodologia PERFORMA que orienta a pesquisa de campo e, ainda, o método da pesquisa-exposição, que articula documentos, curadoria e montagem de cenas, mobilizando uma perspectiva participativa também nas análises (Salvatori, Gomes e Cordeiro, 2023). A metodologia PERFORMA, organizada a partir dos cinco eixos temáticos citados anteriormente, reúne professoras(es) em encontros dialógicos, construídos a partir dos princípios da educação estética (Andrade, Gomes, Maheirie e Iñiguez-Rueda, 2024). A Pesquisa-Exposição é uma proposição teórico-metodológica que desafia a forma como produzimos conhecimento, destacando a potência dos detalhes históricos, culturais e subjetivos na experiência de sujeitos e coletivos, onde o pesquisador-curador desempenha um papel fundamental na produção de visibilidades, permitindo uma nova compreensão da experiência docente e desafiando discursos estabelecidos sobre o trabalho das(os) professoras(es).

REFERÊNCIAS:

ANDRADE, L.; GOMES, A. H.; MAHEIRIE, K.; IÑIGUEZ-RUEDA, L. Educação Estética na Educação Permanente: Princípios, Desafios e Perspectivas. Cadernos Cedes, v. 44, n. 124, p.391-401, Set.-Dez., 2024.

HEINZ, M.; MIRANDA, A. Ciência Aberta: argumentos e desafios para sua legitimação científica. Em questão, v. 30, 2024.

RANCIÈRE, J. El Metodo de la Igualdad: conversaciones con Laurent Jeanpierre y Dork Zabunyan. Buenos Aires: Nueva Visión. 2014.

SALVATORI, A. P.; GOMES, A. H.; CORDEIRO, A. F. M. The Research-Exhibition Method: Collection, Curatorship and Setting Up of Scenes. Paidéia (ribeirão Preto), 33, 2023.

Pesquisar brincando como uma tentativa de desadultescer: uma narrativa afetiva de experiência

Renata Laranja Chamun (UFRGS), Beatriz Collares Matos (UFRGS), Karem Sâmia Pamplona Pires (UFRGS), Vanessa Maurente (UFRGS)

O trabalho parte da experiência das pesquisadoras enquanto mediadoras de oficinas do jogo "A Galáxia dos Afetos", desenvolvido pelo Núcleo de Ecologias e Políticas Cognitivas (NUCOGS) da UFRGS para trabalhar questões afetivas e interseccionais com crianças. Nos moldes de uma pesquisa-intervenção, o jogo surge como uma figuração que busca criar, em ambientes educativos, espaços de tensionamento às lógicas violentas do colonialismo, racismo, cisheteronormatividade, capacitismo e elitismo classista. Através de oficinas em escolas de Porto Alegre, A Galáxia dos Afetos foi levada a crianças de 8 a 12 anos e a um grupo de educadores, além de ser jogado, durante todo o seu desenvolvimento, entre os pesquisadores do NUCOGS e estudantes do curso de Psicologia da UFRGS. Em salas compostas exclusivamente por adultos, as formas de jogar, afetar-se e envolver-se foram distintas das demonstradas pelas crianças. Essa percepção da diferença permite aos pesquisadores refletir para além dos efeitos inicialmente propostos pelo jogo, assim como para as implicações da pesquisa, enquanto adultos em contato com as infâncias. Ademais, mostra a potência do jogo não apenas para crianças, mas também para adultos.

Noguera (2019), partindo de uma filosofia afroperspectivista, diz que a infância permite a produção de mais-valia da vida, ou seja, intensificar e celebrar o viver. É o oposto de adultescer, que, por sua vez, nos faz "perder as forças brincantes de investir no mistério inexplicável de existir" (Noguera, 2019, p. 137). Neste lugar de oficineiras e adultas, há muito afastadas do estado de infância (Noguera, 2019), especialmente em espaços acadêmicos, presenciar o brincar coletivo das crianças com o jogo suscitou sentimentos que foram da frustração ao maravilhamento e evidenciaram nossa própria adultidade. Em uma tentativa de desadultescer, reaprender a brincar e não perpetuar as violências do mundo adulto no pesquisar/educar, este trabalho reforça a importância do contato com os afetos e as infâncias como forma de evidenciar opressões, resistir às violências e entender como o brincar pode contribuir para a produção de conhecimento. A aposta deste trabalho é que é possível colocar a adultidade em xeque quando o sujeito se encontra afetivamente entrelaçado na brincadeira, revelando outras formas de se relacionar com o mundo.

A partir dos princípios da pesquisa-intervenção e cartografia, temos a dissolução da posição de observadores neutros, bem como de pesquisadores e objetos, pois estes se intervêm mutuamente. Compreendemos que o encontro com o campo provoca desestabilização do nosso lugar de pesquisadores, tornando possível nos produzir e nos transformar nesse processo. E, sendo o processo o mais interessante, temos um saber que não antecede o fazer, mas surge a partir dele (Paulon e Romagnoli, 2010; Passos e Benevides, 2009). Durante as oficinas, nos organizamos em pequenos grupos para mediar o jogo com as crianças. Após cada encontro, escrevemos diários de campo que, posteriormente, foram lidos e discutidos coletivamente em reuniões.

Através do que propõe Sara Ahmed e a Teoria da Enação (Varela, Thompson e Rosch, 2016), entendemos que os afetos não são apenas respostas automáticas a estímulos ambientais, como formas de reagir naturais, universais e internas aos sujeitos. Mas sim algo que constrói e, ao mesmo tempo, é construído pela relação do sujeito com o mundo. Dessa forma, o modo como experienciamos as emoções é moldado, dependendo de onde o nosso corpo é enquadrado nas relações de poder, e, simultaneamente, molda nossos corpos, reforçando seu local na hierarquia social, aumentando ou diminuindo nossas possibilidades de ação (Ahmed, 2015).

Os afetos, contudo, podem estar a serviço da dominação ou ser força de resistência e mudanças sociais. O jogo propõe uma educação para os afetos a partir de uma viagem brincante pela galáxia inventada, na tentativa de contrastar e resistir às lógicas hegemônicas violentas, que determinam as formas de experienciar os afetos, ser e estar no mundo. Por meio de perguntas, os jogadores são convidados a contar ou inventar narrativas sobre diferentes situações afetivas, como: "Conte uma história em que o medo te ajudou.", "Você conhece alguém que nunca sente raiva? Você acha que isso é possível?", "Você já ficou em dúvida se estava sentindo raiva ou tristeza?". Além de refletir sobre as próprias experiências, os jogadores escutam as histórias dos outros e, assim, podem pensar sobre nuances, diferenças e semelhanças nas formas de sentir. Apostamos que isso pode evidenciar o caráter interseccional dos afetos e romper com sua lógica de normatização. Ahmed (2022) aponta que dar nome a um problema pode mudar como percebemos um episódio e até mesmo se percebemos um episódio. Ao protagonizar a relação com os afetos a partir de uma forma própria de experienciá-los e narrá-los, buscamos gerar experiências de breakdown (Varela, 2003), revelando produções/modulações afetivas e abrindo caminhos para afetos que as desafiem.

A proposta do jogo ganha urgência diante da forma como a educação socioemocional é abordada hoje nas escolas: discussões apropriadas por vieses moderno-coloniais, em função de um sistema que busca docilizar os sujeitos e alinhar seus corpos às exigências do mundo do trabalho (Souza e Andrade, 2024). A Base Nacional Comum Curricular traz a temática da educação socioemocional como uma "competência" a ser desenvolvida pelos estudantes de todos os níveis, e, para tanto, habilidades como autoconsciência e autogestão devem ser trabalhadas (Brasil, 2017). Assim, os alunos têm um ensino voltado a "conhecer" e controlar suas emoções, vistas por uma perspectiva fisiológica e com uma separação hierárquica entre "razão" e "emoção". As emoções ocupam papel fundamental na constituição da subjetividade contemporânea, com um viés de controle dos sentimentos para um bom desempenho acadêmico/profissional e evitando os sofrimentos antagônicos a uma boa performance (Souza e Andrade, 2024). Nesse contexto, as discussões sociais que envolvem as questões emocionais não são reconhecidas nem exploradas. Entretanto, não só as crianças, como os educadores, os alunos do ensino superior e os próprios pesquisadores também são alvo da modulação afetiva no viés de produção moderno-colonial. Por isso, ao cuidarmos das infâncias (seja em áreas ligadas à produção ou ao compartilhamento de conhecimento, ou ao fazer psi), é fundamental que estejamos sensíveis aos modos que abordamos e nos relacionamos com os afetos.

Percebemos como, de início, propor-se a brincar foi difícil e distante. Jogar entre adultos e, depois, com as crianças foi desafiador, evidenciando nosso enrijecimento mesmo quando achávamos estar nos reconectando ao brincar. Outros adultos também se perceberam, inicialmente, desafiados a se entregarem à brincadeira. Aos poucos, conectando-nos aos afetos suscitados pelo jogo e pela escuta do outro, permitirmo-nos brincar foi se tornando mais fácil, enquanto a consciência sobre nossa adultidade se tornava mais presente (assim como o esforço em evitá-la). A brincadeira gerou um espaço de interesse e busca por ouvir, cuidar e conversar com o outro, permitindo um rompimento com as dinâmicas alterocidas e de inimizade (Mbembe, 2014) e de competição, frequentemente presentes nas relações adultas. Ter vontade de falar sobre afetos no mesmo espaço em que se tem um vínculo institucional foi surpreendente, permitindo experienciar um breakdown (Varela, 2003) sobre como nos relacionamos com quem divide conosco esses ambientes. Compartilhar histórias afetivas com quem não se tem intimidade não ocorre espontaneamente, mas vimos como pode se tornar natural ao engajar-se com o jogo. Noguera (2019) afirma que "quando estamos em estado de infância, os problemas podem aproximar e juntar as pessoas para fazer parcerias, e, recuperar a alegria do mistério da vida brincando." Aos poucos, experiências diversas envolvendo o magistério, amizades, percepções sobre si, inseguranças e histórias divertidas puderam surgir em espaços acadêmicos. Através da brincadeira, ouvir as narrativas do outro permitiu o cultivo de uma

sensibilidade com os colegas. Quando alguém se deparava com perguntas desafiadoras ou situações delicadas, com grande mobilização afetiva, os demais jogadores se prontificaram a ajudar e pensar juntos uma resposta, compartilhando afetos e oferecendo apoio.

Enquanto pesquisadores, entendemos como fundamental, também, a reflexão e análise constante sobre nossas próprias práticas e discursos, compreendendo que essa é uma parte essencial para efetivamente problematizar e enfrentar a opressão, pois, dada nossa constituição como sujeitos em um contexto de violência, todos estamos propensos a incorporar e perpetuar práticas violentas (hooks, 2019; Machado, 2023). Mesmo enquanto adultos que pensam a adultidade enquanto perigosa (Noguera e Alves, 2019), ainda estamos propensos a reproduzir sua violência, que nos constitui. Assim, é importante nos aproximarmos das práticas, ferramentas e teorias que usamos para contatar as crianças, para que possamos, antes, nós mesmos entrar em estado de infância. Ser adulta e estar em contato com crianças suscita reflexão sobre o quanto o adultescer (Noguera, 2019) nos endurece e nos leva a abrir mão da vulnerabilidade, dificultando o contato com nossos próprios afetos. Mediar as oficinas evidenciou a importância de resgatar nosso estado de infância para nos libertarmos das formas adultizadas que frequentemente reprimem ou racionalizam excessivamente nossos afetos. A partir desse resgate, podemos superar o adultescimento e nos permitir acessar o lúdico, a brincadeira e os afetos plenamente. Brincar e fabular com as crianças nos reconecta à possibilidade de resistir às limitações que a vida adulta impõe aos nossos afetos. Oficinar é uma forma de cultivar essa conexão com o nosso ontem, construindo caminhos para uma vida mais afetiva e livre.

GT 35: PRÁTICAS PSICOSSOCIAIS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA PROMOÇÃO DE DIREITOS HUMANOS E SOCIAIS

Coordenação: Sandra Luzia Assis da Silva (UNIP), Jean Fernando dos Santos (USCS), Renata Aparecida Ferreira (UNOPS)

A Psicologia no contexto de um projeto social junto à crianças e adolescentes vulnerabilizados

Leonardo Bezerra de Souza (UFSC), André Luiz Strappazzon (UFSC)

O atual trabalho foi realizado a partir de um relato de uma disciplina de estágio básico no campo da Psicologia Social. As observações ocorreram no projeto Gerações da Chico, uma organização não governamental e sem fins lucrativos, localizado no Complexo Monte Cristo, na Comunidade Chico Mendes em Florianópolis/SC. É dentro desse território, onde a desigualdade e opressão se atravessam, que situações de vulnerabilidade e risco social são perpetuadas e produzidas em massa por um sistema que se sustenta sobre as relações de exploração e opressão do sujeito: o capitalismo. Inúmeras situações sociais injustas e opressoras que geram desamparo, sofrimento e violação de direitos, são vistas cotidianamente nesses espaços, compactuando para um sofrimento ético-político que cerceia a experiência, a mobilidade, a vontade e impõe diferentes formas de humilhação (Sawaia, 2009). A partir desse contexto, o projeto Gerações da Chico surge com o propósito de amenizar a exclusão social e outras formas de desigualdades, por meio de ações assistenciais, buscando suprir direitos que deveriam ser assegurados pelo Estado brasileiro. O projeto oferece oficinas socioeducativas, reforço escolar, atendimento psicológico, suporte jurídico e serviços de saúde, além de promover a preparação e o encaminhamento de crianças e adolescentes — pertencentes a mais de 120 famílias — para o mercado de trabalho.

Ao retratar uma realidade vivida por muitos brasileiros — e denunciada em letras de grupos musicais como Racionais MC's e T$G — este trabalho busca compreender os desafios e possibilidades de inserção e atuação da(o) psicóloga(o) no contexto social de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco social. Além disso, propõe-se analisar a importância do território na constituição e transformação da subjetividade desses sujeitos, bem como refletir sobre a promoção de saúde mental nesses territórios vulnerabilizados.

Para a construção deste trabalho, procurou-se dialogar sobretudo com os conceitos sobre território conforme Milton Santos (2000) trazia, para além de uma visão tradicional de um espaço físico ou geográfico delimitado. Para o autor, o território é um conceito dinâmico, social e político, que adquire sentido a partir do uso e das relações que os sujeitos estabelecem com ele. Nas comunidades periféricas, a territorialidade revela uma série de contradições: de um lado, há precarização e negação de direitos; de outro, há resistência, solidariedade e construção de vínculos comunitários. O território torna-se, assim, elemento central na mediação do acesso a direitos fundamentais, como moradia, saneamento, educação, saúde e, sobretudo, lazer. Quando esse território é violado, precarizado ou marginalizado — como frequentemente ocorre em comunidades periféricas, a exemplo da Chico Mendes —, intensificam-se os processos de exclusão social, produzindo uma grande questão psicossocial

decorrente da desigualdade, o sofrimento ético-político. Trata-se, nesse caso, de um sofrimento relacionado aos maus encontros produzidos pela desigualdade social, encontros esses que rebaixam a potência do corpo de existir de forma autônoma, arrastando-o à passividade e à servidão. O sofrimento ético-político está ligado à diminuição dessa potência, corroborando para os maus encontros sociais, como racismo, pobreza, misoginia, desigualdade, rebaixando essa força vital (Sawaia, 2009).

O contexto apresentado acima reafirma a importância das contribuições da Psicologia Social como produtor de cuidado, luta, diálogo e reivindicação de direitos. A promoção de bons encontros nesses espaços, como fator transformador e coerente com as peculiaridades da saúde mental, é de suma importância para a criação e consolidação de vínculos, memórias e histórias. O principal desafio encontrado nesses territórios vulnerabilizados é, como conceituado por Espinosa (2014), a transformação das paixões tristes e imaginativas em afetos alegres e racionais, ou seja, a saída da condição de servidão para alcançar a liberdade. O poder de afetar e ser afetado por outros corpos e as imagens dessa afetação são os processos que nos constituem como sujeitos, produzindo modos comuns de existir, sentir, pensar e agir. Nesse sentido, os territórios são intensamente marcados por afetos sociais que moldam a imaginação coletiva, como o medo da violência e do Estado, e a dor pela exclusão e perda.

Psicólogos que atuam em comunidades periféricas constantemente enfrentam esses contextos de pobreza extrema, violência urbana, racismo institucional e principalmente negligência estatal. A falta de políticas públicas eficientes e contínuas, análogas à desresponsabilização do Estado, muitas vezes fazem com que o profissional de Psicologia se veja em situações de sofrimento social que extrapolam sua atuação profissional. Nesse contexto de exclusão, é muito comum a naturalização da desigualdade como uma lógica de "isso sempre foi assim", em decorrência de uma humilhação social crônica, longamente sentida pelas pessoas negras, pobres e seus ancestrais. Fanon (1952) discute a humilhação social não como um simples ato isolado de desrespeito, mas como parte de uma estrutura sistemática de desumanização. O colonialismo, ao instaurar relações de dominação racial e cultural, produziu, e continua produzindo, formas profundas de humilhação que atravessam a constituição subjetiva do sujeito oprimido. Esse processo leva à negação contínua da identidade, da cultura e da humanidade do colonizado, interiorizando-se como sentimentos de inadequação, vergonha e inferioridade.

Nesse sentido, em consonância com o GT "Práticas psicossociais e participação social na promoção de direitos humanos e sociais", o atual relato dialoga com o mesmo ao explorar práticas e intervenções psicossociais no que tange, especialmente, em contextos marcados por violência, desigualdade e exclusão social. Para além disso, em diálogo com o GT, entende-se que haja uma implicação e responsabilização no sofrimento gerado pela negação e negligência estatal de direitos humanos, reconhecendo os danos sofridos, e se propondo, a partir de práticas psicossociais, reparar e contribuir para a promoção de uma saúde mental mais coletiva e acolhedora. Outrossim, traz a importância do reconhecimento do território dentro desse aspecto como fator essencial na promoção de práticas e ações psicossociais, e valorização de saberes, memórias e histórias que por esses espaços são atravessados

O ser humano, como ser essencialmente histórico, social e simbólico, cria sentidos, interpreta o mundo e age com base em valores e significados. Nesse sentido, o indivíduo não pode ser estudado como um fenômeno natural, imutável e previsível por meio de uma visão reducionista, cientificista e neutra, é necessário compreender o ser humano em seus diversos signos e sentidos. Portanto, foi escolhido realizar uma análise qualitativa a partir da perspectiva sócio-histórica orientada pelas teorias de Vygotsky, Bakhtin e Luria e postulada por Freitas (2002).

Priorizou-se, dessa forma, a utilização de metodologias participativas que facilitassem a criação de espaços e vínculos potentes junto a comunidade. As observações contarão com o apoio de estagiários de psicologia e extensionistas do projeto de extensão da UFSC, totalizando de quatro a cinco encontros que acontecerão todas às quintas das 14h às 17h, no período de maio a junho. Pretende-se observar durante esse período as práticas realizadas pelas crianças e adolescentes e como interagem entre si e fazem uso desse território marcado cotidianamente por desigualdades e questões de vulnerabilidade. Para além disso, observar as diferentes formas de intervenção propostas e a influência que essas ações e que o próprio lugar promove nas demais formas de subjetivação lá presentes.

Em síntese, a partir do diálogo com autores como Fanon, Miltons Santos e Espinosa, o trabalho tem como finalidade permitir uma compreensão ampliada do território, das formas de subjetivação dentro dele e da prática psicológica, promovendo abordagens que busquem implicar-se na historicidade, cultura e vínculos comunitários, a fim de ressignificar as experiências vividas dentro desses espaços e fortalecer possíveis vínculos comunitários e afetivos. Para além disso, buscar compreender os desafios enfrentados durante esse processo, desde os limites da profissão, enquanto promotora de saúde mental, direitos humanos e sociais, até possíveis intervenções e diálogos dentro desses espaços para além de uma psicologia clínica tradicional, que consiga fortalecer vínculos e construir novas formas de subjetivação que aumentem a potência de existir e agir dos sujeitos ali implicados de forma coletiva.

Artes Insurgentes: A arte como catalisadora de novas formas de estar com o campo.

Arthur Félix Oliveira Coelho (UFC), João Paulo Pereira Barros (UFC), Luciana Lobo Miranda (UFC), Júlio César Cardoso Rodrigues (UFC), Talison Amaral Da Costa (UFC), Ana Lídia Ferreira De Carvalho (UFC), Davi Rodrigues Fonseca (UFC), Davi Rodrigues Fonseca (UFC), Lívia Tabosa Dias (UFC)

O presente texto visa apresentar o projeto Artes Insurgentes, e a sua articulação com coletivos juvenis, ONGs e movimentos sociais do território do Grande Bom Jardim (GBJ) localizado na zona periférica da cidade de Fortaleza, Ceará; destacando principalmente, o importante papel da experimentação e expressão artístico cultural e da articulação política como potentes dispositivos na construção de (re)existências e formas enfrentamentos às diferentes formas de violência direcionadas às juventudes do território. O projeto foi fundado no ano de 2021, nascendo da integração dos laboratórios VIESES: "Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação" e do LAPSUS: "Laboratório em Psicologia, Subjetividade e Sociedade", ambos vinculados ao Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará e à Pró-Reitoria de Cultura da Universidade Federal do Ceará por meio do Programa de Proteção a Cultura Artística (PPCA).

Inicialmente, faz-se importante uma breve contextualização regional de onde o projeto se localiza. O Estado do Ceará possuía, até a data de obtenção de dados, o maior Índice de Homicídios na Adolescência (IHA) entre os estados brasileiros, 8,71/mil (MELO; CANO, 2017), e esse contexto se demonstra ainda mais evidente na capital Fortaleza, que apresenta uma taxa de 26,45 homicídios a cada 100 mil/hab. (BARROS et al 2023). Mediante esse contexto, o “Artes” alicerça sua atuação na parceria horizontal com representantes de escolas, grêmios estudantis, artistas, ativistas políticos e coletivos do território do GBJ, formado pelos bairros Bom Jardim, Canindezinho, Granja Lisboa, Granja Portugal e Siqueira com uma população de 220 mil habitantes (IBGE 2020), área que apresenta taxas de homicídios superiores à média da cidade. Segundo dados do CIOPS e da SSPDS/CE, em 2020 a taxa de homicídios por 100 mil/hab na região foi de aproximadamente 41,37, pouco menos que o dobro da média para o resto da cidade (BARROS et al 2023). Para além desses dados, o GBJ é também fortemente atingido por violências de caráter simbólico, como por exemplo a estigmatizada visão atribuída pelo apelido de território “vixe” (BEZERRA 2015, p. 26), que consequentemente resulta na rotulação de estereótipos raciais e sociais que viabilizam a criminalização de determinadas juventudes, que no contexto da cidade de Fortaleza encarnam a figura do/a “envolvido/a”, consequentemente possibilitando uma aceitabilidade social e catalisando a adesão subjetiva ao extermínio, de, principalmente jovens negros/as e moradores/as de territórios periféricos da cidade. (BARROS, 2018). Tal perspectiva gera também, um distanciamento simbólico entre o “centro” e a “margem”, que perpetua uma ideia de um indivíduo desumanizado, um envolvido/a, um “outro” (KILOMBA 2019, p. 36).

Dessa forma, metodologicamente, o “Artes” aposta numa atuação de campo que insere-se no éthos teórico-metodológico da Pesquisa-Inter(in)venção, compreendendo o caráter inventivo da pesquisa intervenção (PASSOS; BARROS, 2015). Partindo disso, o projeto durante sua inserção no campo, parte do pressuposto de que o potencial de produção de conhecimento já se encontra no campo inserido, e este se potencializa a partir da troca, das interações e dos desencadeamentos; logo tanto pesquisador quanto pesquisado, por meio de uma via de mão dupla, são afetados pelo processo de construção de um conhecimento mútuo. Além disso, ao apropriarmos da prática metodológica da pesquisa-inter(in)venção como

parte de um fazer ético e político da prática enquanto pesquisa em psicologia, busca-se traduzir os saberes em um fazer horizontalizado, permitindo intercâmbios de narrativas entre a academia e o campo de pesquisa. Assim, a partir da relação com os coletivos e representantes do território como o coletivo Jovens Agentes da Paz (JAP), o Fórum de Escolas pela Paz do Grande Bom Jardim e a Rede Dlis: Rede de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável do Grande Bom Jardim; e a ocupação do espaço de diversos equipamentos culturais e serviços públicos da região como o Centro de Defesa da Vida Herbert Souza (CDVHS), o Centro Cultural do Bom Jardim (CCBJ) e o Centro Cultural do Canindezinho (CCC); o projeto auxilia no planejamento, organização e execução de diversas ações culturais, sociais e políticas, visando acima de tudo, o protagonismo do território na construção desses eventos e o fortalecimento dessas iniciativas por meio de devolutivas quantitativas e qualitativas materializadas nas pesquisas elaboradas pelo projeto junto ao campo. Sobre os dados de pesquisa, estes são obtidos principalmente por meio de relatorias de caráter quantitativo, diários de campo que apresentam um enfoque mais qualitativo, registros audiovisuais como fotografias, vídeos, áudios, além de transcrições advindas de tais registros.

Logo, compreende-se que tanto esse trabalho como a atuação do projeto Artes Insurgentes se articula com o Grupo de Trabalho (GT) 35, uma vez que este acredita nas práticas psicossociais críticas como importantes ferramentas na compreensão das diversas violências e os consequentes traumas psicossociais advindos das violações de direitos que atravessam o território do do GBJ. Para fomentar as discussões no GT, percebe-se que o trabalho abarca as seguintes orientações: 1) Analisar " casos emblemáticos de intervenções psicossociais com enfoque participativo"; 2) produção de "pesquisas com contribuições da psicologia social e interdisciplinares, relacionadas às práticas psicossocial e participação social"; 3) "A identificação dos desafios éticos e políticos em contextos de violência institucional"; e 4) a "promoção de intercâmbio entre universidades, serviços públicos e movimentos sociais". As orientações nomeadas 1, 3 e 4, dizem bastante sobre a atuação e a relação ética do projeto com o território atuante, e os diferentes caminhos e narrativas apresentados no campo tanto pelos extensionistas, mas pelos professores orientadores, pelas juventudes abarcadas e pelos representantes parceiros no território; já a orientação 2, aproxima-se mais das pesquisas elaboradas pelo projeto a partir dos dados qualitativos e quantitativos obtidos durante e posteriormente a relação com o campo.

Por fim, o projeto Artes insurgentes percebe no GBJ um potente campo de atuação principalmente pela grande demanda e virtualidade (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 293) que o território apresenta, uma vez que, em contrapartida às violências vividas no território e os estigmas a ele atribuídos, o GBJ pode também ser conhecido pela forte potencialidade política e cultural nele vigente. Apostando na "molecularidade" (DELEUZE; GUATTARI, 1980) do território e suas iniciativas culturais, e por meio da articulação com pessoas, organizações e movimentos de referências do território e na juventude nele residente, tal parceria mostra-se como uma importante ferramenta na quebra dos paradigmas estigmatizantes que tanto assolam toda região. Tais quebras podem ser materializadas nos eventos como o Festival das Juventudes, o Sábado Festivo, o PIBIC-EM na EEM Eudes Veras, a Marcha da Periferia, a Semana Cada Vida Importa, além de cursos de extensão oferecidos pelo projeto e parceiros direcionados ao público do território localizando o curso dentro do GBJ. Tais ações, principalmente a última citada, fazem de quebra com a ótica neoliberal e extrativista vigente nas universidades, principalmente ao se desterritorializar e redirecionar ao GBJ o ambiente de construção de conhecimento, nunca a partir de uma ótica professoral, mas no objetivo de construção de um saber mútuo e encarnado de maneira concreta no território. Além disso, percebe-se que a

participação em eventos como os citados acima, geram uma descristalização tecnicista das práticas e da produção psi, consequentemente desfazendo-se dos "aventais brancos" (GUATTARI, 1997, p. 22-23), que operam na manutenção de uma prática psi não territorializada, não contextualizada e acima de tudo não articulada com a periferia.

Vale ressaltar que, o "Artes", apesar de se direcionar a uma atuação distanciada de uma ótica neoliberal, assim como qualquer outra linha de fuga, está sempre sob o risco de retornar a práticas que pautam microfascismos. Portanto, é de extrema importância, manter um olhar crítico para as práticas psi como um todo e na atuação mais específica do projeto dentro e fora do campo no campo, no objetivo de evitar ao máximo cair em reducionismos, assistencialismos e práticas que vão frente a ética de pesquisa e atuação do Artes Insurgentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, J. P. P. et al. Relatório de Pesquisa Violência no Grande Bom Jardim sob a perspectiva de estudantes de escolas públicas de ensino médio: vitimização, percepções sobre segurança e repercussões educacionais, 2023.

BARROS, J., PAIVA, L. B. S., RODRIGUES, J. S.; SILVA, D. B. LEONARDO, C. S. Pacificação nas periferias: discursos sobre as violências e o cotidiano de juventudes em Fortaleza. Revista de Psicologia, Fortaleza, v. 9, n. 1, p. 117-128, jan./jun. 2018.

BEZERRA, L. M. P. S. Pobreza e lugar(es) nas margens urbanas: lutas de classificação em territórios estigmatizados do Grande Bom Jardim. 2015. (Tese de doutorado), Universidade Federal do Ceará, 2015

COSTA, E. A. G. DE. A.; BARROS, J. P. P. Intergeracionalidades em análise: (re)composições ético-estético-políticas em pesquisas-inter(in)venções com crianças e adultos. Revista Desidades. número 28. 2020.

DELEUZE, G., & GUATTARI, F. Mil Platôs (Vol. 2 da série Capitalismo e Esquizofrenia). Rio de Janeiro: Editora 34, 1980

DELEUZE, G; GUATTARI, F. O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia. Tradução de Luiz Orlandi e Suely Rolnik. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.

GUATTARI, F. As 3 Ecologias. Campinas: Papirus, 1997.

KILOMBA, G. Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro; Cobogó, 2019.

Atuação do curso de Psicologia na comunidade quilombola Espírito Santo do Itá: Relato de Experiência.

Ana Beatriz Blanco Viana (CESUPA), Raphael Rodrigues de Andrade (CESUPA)

A valorização e o devido reconhecimento dos povos tradicionais são importantes pilares na efetivação total dos direitos humanos e sociais, que tem tomado notável proporção em contextos hodiernos. Para além de fins academicistas e comerciais, a prestação de serviços e atendimento em comunidades quilombolas podem visar a garantia de direitos básicos, inclusão e visibilidade a este coletivo, através de práticas psicossociais. Ademais, a abordagem empática, sensibilizada e o "aprender-a-aprender" tomam papel crucial dentro dessas interações, pois geram diálogos e reflexões necessárias para alcançar a compreensão e o acolhimento de diferentes saberes e realidades que também existem. A partir deste viés, esse relato de experiência busca descrever a atuação da equipe de Psicologia no atendimento à comunidade Espírito Santo do Itá, realizada através do Projeto Ilhas Legais do Núcleo de Inovação e Empreendedorismo Júnior (NIEJ) no ano de 2024, Núcleo atrelado ao Centro Universitário do Pará (CESUPA).

O presente trabalho busca apresentar as práticas psicossociais realizadas pela equipe do curso de Psicologia do projeto de extensão Ilhas Legais em 2024, que visaram a promoção de direitos humanos e sociais da comunidade Espírito Santo do Itá, prezando em atender às suas demandas, com dinâmicas sensibilizantes e acolhedoras.

A atuação da equipe de Psicologia no Projeto de Extensão Ilhas Legais relaciona ao Grupo de Trabalho 35: Práticas Psicossociais e Participação Social na Promoção de Direitos Humanos e Sociais e ao eixo 4: Direitos, Movimentos Sociais e Democracia, contribuindo ao debate da democratização de direitos humanos e sociais, apresentando a atuação de acadêmicos de Psicologia na comunidade quilombola Espírito Santo do Itá do Estado do Pará e as práticas psicossociais realizadas em 2024 que tiveram como objetivos disseminação de informações e orientações de direitos, acolhimento aos indivíduos da comunidade, democratização do acesso à informações e atendimento psicológico de acordo com a necessidade da comunidade quilombola atendida.

Assim, as práticas realizadas buscaram auxiliar o saneamento das demandas levantadas pela comunidade, sobre assuntos que os indivíduos gostariam de debater e socializar, promovendo acesso aos direitos humanos, oportunizando o acesso ao cuidado da saúde mental, acesso à informação, orientação de direitos básicos e espaço de acolhimento, prezando assim pela participação social de acadêmicos de Psicologia e contribuindo na socialização de práticas realizadas e resultados alcançados.

A atuação de profissionais da psicologia no campo de atendimento à comunidades tradicionais quilombolas justifica-se em caráter essencial através de afirmativas presentes nos princípios fundamentais regulamentados dentro do Código de ètica do Psicólogo, que ressaltam o compromisso da profissão ao ato de promover a saúde e qualidade de vida de pessoas e coletividades, de modo a contribuir com a eliminação de negligências, discriminações, explorações, violências, crueldades e opressão (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2005). Além de estabelecer um compromisso ético de cuidados em saúde mental com todas as pluralidades que compõem a sociedade, é importante citar que tal atuação trata diretamente com especificidades étnico-culturais de cada povo, consolidando parâmetros para um diálogo com o campo geral da Psicologia enquanto ciência, e simultaneamente questionando concepções e práticas colonialistas previamente estabelecidas (Pizzinato, Guimarães e Leite, 2019).

Kurt Lewin (1988) apresenta em suas contribuições teóricas discussões sobre pesquisa-ação como ferramenta de compreensão e modificação cultural, dentro do estudo de dinâmicas grupais. Diferente da

singela observação de um fenômeno, a participação colaborativa em dinâmicas que envolvem o coletivo podem gerar ganhos mútuos de conhecimento, promoção de respeito, contato com novas perspectivas e fortalecimento de vínculos, pois "a interação com a realidade, por meio de suas dimensões instrumental e comunicativa, produz mudanças na forma de o indivíduo se relacionar consigo, com o outro e com o mundo" (Vieira e Ximenes, 2008).

A atuação da equipe consistiu em realizar um trabalho coletivo para atender as necessidades levantadas. O projeto anteriormente não tinha equipe de psicologia, apenas equipe do curso de direito, e a partir da solicitação da comunidade de demandas psicossociais, como a dificuldade de aprendizagem infantil e neurodivergência, a equipe de psicologia, 6 acadêmicos de psicologia, foi introduzida para lidar com essas demandas. Ademais, após reunião on-line para conversar sobre a demanda, decidiu-se realizar uma roda de conversa com tema "Sensibilização e instruções sobre a neurodivergência". Concomitantemente, produzimos um roteiro para implementar de forma ética e segura. E no dia 09 de junho de 2024, realizamos a roda de conversa em um ambiente comunitário da comunidade São Francisco de Itá, e ao finalizarmos o planejamento prezamos que o fim da roda de conversa fosse um momento de levantamento de necessidades, para coletarmos o próximo tema. Por fim, ocorreu a entrega de produtos com as informações resumidas repassadas, como folders, um sobre autorregulação emocional, um de neurodiversidade, e uma cartilha sobre neurodivergência, e foi oferecido acolhimento individual supervisionado com os indivíduos da comunidade que solicitassem.

Com a primeira atuação satisfatória, recebemos do levantamento de necessidades a solicitação de um encontro para conversar a respeito de violências em crianças e adolescentes, pois havia muito receio entre os pais de não reconhecer as violências possíveis entre as crianças e nos adolescentes que no ensino médio precisam ir para escolas mais afastadas da comunidade, em que os responsáveis têm menor contato ou controle. Realizamos reunião online novamente para o planejamento do módulo, para a atuação de roda de conversa com o tema "'As Violências' vivenciadas por crianças e adolescentes: uma responsabilidade de todos!", realizado no dia 03 de novembro de 2024 no mesmo local. Finalizamos com a entrega de um banner com informações de onde buscar ajuda de atendimento psicológico supervisionado, e um novo levantamento de necessidades para o próximo tema a ser trabalhado apenas no ano seguinte. Concluímos as atuações da psicologia em 2024 neste módulo, visando atuar novamente apenas no ano seguinte com o tema levantado de "vício em telas por crianças", permanecendo com o objetivo de conscientização e acolhimento.

A partir da atuação da equipe de psicologia no projeto de extensão ilhas legais, ocorreu 2 encontros com a comunidade Espírito Santo do Itá, em que foi realizado rodas de conversa que alcançaram o objetivo ao sensibilizar e debater a respeito dos temas trazidos que foram eles: "Sensibilização e instruções sobre a neurodivergencia" e "'As violências' vivenciadas por crianças e adolescentes uma responsabilidade de todos".

As rodas de conversa foram realizadas prezando por um ambiente acolhedor e propício para diálogo, que suscitou atenção na escuta e promoveu conforto para troca de experiências, visto que os indivíduos da comunidade ali presentes solicitaram próximos temas em ambos os módulos e a participação ativa dos mesmos. Esse manejo agregou experiência profissional aos acadêmicos de psicologia e visou acolher a comunidade e suas demandas.

Ademais, os atendimentos psicológicos supervisionados oferecidos pelos alunos de psicologia, oportunizaram o treinamento dos acadêmicos em contato com a realidade de indivíduos de comunidade quilombola, além de viabilizar o acesso dos membros da comunidade ao atendimento psicológico.

Por fim, essa experiência incentivou o trabalho em equipe através do planejamento coletivo em reuniões e confecções de roteiros e produtos, resultando na continuidade da atuação da equipe de psicologia no projeto. E com essas atuações prezou-se o alcance à

democratização do acesso à práticas psicossociais, como rodas de conversa, atendimentos psicológicos e produtos informativos.

A partir do conteúdo apresentado, é possível mencionar que comprova-se a efetividade e aplicação dos conceitos mencionados no campo de pesquisa-ação, pois através da sensibilidade em acolher demandas de um coletivo, a elaboração conjunta de instrumentos e dinâmicas que envolveram tanto os autores quanto os sujeitos, foi possível realizar trocas de mútuo aprendizado e participação coletiva a partir de práticas psicossociais. Evidenciou-se também a importância do olhar empático e acolhedor no processo interativo de atendimentos na comunidade para visar uma garantia mais concreta da inclusão, visibilidade, direitos humanos e sociais, e consequente integração desta coletividade, além de firmar os compromissos sociais e éticos da psicologia enquanto ciência e profissão que fornece cuidado e escuta digna a todos os povos.

Colaboratório Nacional da PopRua - Polo Natal-RN - Contribuições para a efetivação da Política Nacional para a PopRua.

Wamberto da Silva Medeiros (UFRN), Nathália Potiguara de Moraes Lima (UFPB), Hallison Costa da Silva (Movimento Nacional da População de Rua)

O objetivo deste resumo é compartilhar com as pessoas participantes do Encontro Nacional da ABRAPSO, a experiência do Polo Natal-RN do projeto Colaboratório Nacional da PopRua. O Colaboratório é um projeto que teve início no ano de 2023, em diálogo com as demandas do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), com o interesse de suprir a lacuna existente, à nível nacional, de monitoramento e acompanhamento das políticas públicas voltadas para a garantia de direitos para a População em Situação de Rua. Pode-se considerar que este projeto faz eco à Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 976/2023, ação apresentada ao Supremo Tribunal Federal pela Rede Sustentabilidade, Partido Socialismo e Solidariedade (Psol) e Movmento dos Trabalhadores Sem Teto, construindo o argumento de que a População em Situação de Rua no Brasil vive um estado de coisas inconstitucional, caracterizado por violações de direitos fundamentais, de violências constantes e diversas, agravadas pela omissão ou ação ativa de todos os entes federativos. A decisão do Supremo Tribunal Federal considera que, embora a Política Nacional para a População em Situação de Rua tenha sido instaurada em 2009, através do Decreto Presidencial 7.053, mais de 10 anos depois apenas 5 Estados e 15 Municípios fizeram adesão à Política, criando planos de atuação e estabelecendo seus Comitês Intersetoriais de Acompanhamento e Monitoramento da Política (CIAMP-Rua). Esse é um dado alarmante, visto que o fenômeno da População em Situação de Rua é observável em todo o território nacional e tem se intensificado, sobretudo após o desastre político sanitário da pandemia do Corona Vírus, que agravou profundamente o quadro. Como encaminhamento da ação de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 976, o Supremo Tribunal Federal determinou que União, Estados e Municípios observem as diretrizes do Decreto 7.053, independente de adesão formal, demandando a elaboração de planos de ação e monitoramento para a efetiva implantação da Política Nacional Para a População em Situação de Rua, com medidas condizentes com as necessidades e multiplicidade das pessoas em situação de rua, considerando especificidades de gênero, raça, idade, sexualidade, religiosidade, cultura, território, entre outros traços marcadores da diferença que caracterizam esse diverso segmento populacional.

Nesse sentido, o Colaboratório Nacioal da PopRua é uma iniciativa que vem contribuir com a construção de um panorama geral da situação de implementação da Política Nacional Para a População em Situação de Rua nos diferentes contextos em que o projeto atua, através do levantamento de dados in loco, no diálogo com as equipes e dispositivos públicos ou privados, de coletivos ou movimentos sociais que atuam junto à População em Situação de Rua. Com isso, o projeto pretende constituir uma espécie de radiografia das configurações e feições atuais da Política nos territórios. O projeto é coordenado pela Fiocruz Brasília em parceria com MNPR e Ministério de Direitos Humanos e da Cidadania. São seus principais objetivos: 1 - construir e operar estratégias de acompanhamento das Políticas Públicas específicas para a população em situação de rua (em âmbito nacional e regional); 2 - qualificar pessoas com trajetória de rua no âmbito político, fomentando e fortalecendo o controle social e; 3 - fomentar e apoiar estratégias de qualificação dos serviços e equipes que atuam com a população em situação de rua. Atualmente, o projeto tem polos em 15 estados.

Os polos são compostos por 3 pessoas, sendo uma coordenadora, uma técnica de referência e uma articuladora de território com trajetória de rua. O público alvo das intervenções do Colaboratório são trabalhadoras(es), gestoras(es) e instituições das diversas políticas públicas intersetoriais que atuem com a PopRua. Nossa atuação é pautada na lógica do Apoio Institucional, articulando agendas e demandas estratégicas para o segmento da PSR, acompanhando e contribuindo para a implementação de políticas públicas e na melhoria da atenção e do trabalho junto à População em Situação de Rua. A atuação do Colaboratório tem o potencial de instigar e qualificar a estruturação de políticas públicas intersetoriais, fazendo o levantamento estratégico das características das políticas e serviços encontradas nos contextos locais, possibilitando a troca de experiências exitosas e levantamento de desafios compartilhados pelos diferentes contextos em diálogo, a nível nacional. Além disso, tem o potencial de enriquecer a formação socio-política de profissionais e pessoas em situação de rua usuárias dos serviços, com foco na prevenção da violação dos direitos humanos e na promoção de dignidade, autonomia e cidadania.

O Polo Natal-RN do Colaboratório Nacional da PopRua começou sua atuação no mês de junho de 2024. Nossa equipe é composta por Nathália Potiguara de Moraes, pedagoga de formação e pesquisadora, apoiadora do MNPR a mais de 10 anos; Wamberto da Silva Medeiros, psicólogo, redutor de danos pesquisador, apoiador do MNPR a 3 anos; e Hallison Costa da Silva, filósofo popular, fotógrafo, capoeirista e técnico em manutenção de calçados, pessoa com trajetória de rua, militante do MNPR a 6 anos. Nossa equipe tem atuado através de visitas de levantamento de dados e apresentação do dispositivo do Colaboratório a equipes trabalhadoras de diversas políticas públicas que atuam com a População em Situação de Rua, através de apoio na elaboração de processos de educação permanente junto a estas equipes, e também de incidência política e acadêmica. Recentemente nossa trajetória foi alterada por uma injustiça gritante. Hallison Costa da Silva, nosso articulador com trajetória de rua, foi preso por um crime que não cometeu. Condenado por júri popular em um processo frágil, sem provas. Ele está encarcerado na penitenciária estadual de Alcaçuz, desde o dia 9 de abril. Atualmente, o Polo Natal-RN do Colaboratório compõe um comitê de luta pela liberdade de Hallison, e temos utilizado os espaços que ocupamos para dar visibilidade a este caso de injustiça que nos atinge de maneira próxima, refletindo as estruturas de opressão, assassínio e sequestro que recaem sobre a classe trabalhadora empobrecida e negra e a população em situação de rua neste País.

Do criar a viabilidade: relato de experiência de prevenção à violência em relacionamentos homoafetivos masculinos

Renita de Cássia dos Santos Freitas (UFSCAR), Fabiano Koich Miguel (UFSCAR), Sabrina Mazo D'Affonseca (UFSCAR)

1. Introdução: A violência por parcerias íntimas (VPI) configura-se como uma grave problemática de saúde pública que atravessa os mais diversos arranjos afetivo-sexuais, atingindo tanto casais heteroafetivos quanto homoafetivos (Nascimento et al., 2020; Martins, 2019). No contexto brasileiro, um marco legal significativo foi a promulgação da Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, cuja finalidade principal consiste na criação de mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher (Cunha & Pinto, 2025). Essa legislação foi motivada, em grande parte, pela condenação do Estado brasileiro pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Tal condenação resultou da omissão prolongada e da ineficácia das instâncias judiciais nacionais diante da situação de violência doméstica extrema vivenciada por Maria da Penha Maia Fernandes. O caso evidenciou a ausência de mecanismos jurídicos efetivos para a proteção das mulheres em situação de violência, exigindo a adoção de medidas legislativas compatíveis com os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil (Comissão Interamericana de Direitos Humanos, 2001).

A partir de 2012, a sua aplicação a casais homoafetivos, mulheres trans e travestis dependia da interpretação de juízes/as e promotores/as locais. Em fevereiro de 2025, dezoito anos após sua entrada em vigor, o Supremo Tribunal Federal reconheceu, por unanimidade, a omissão legislativa quanto à ampliação da proteção dos direitos e liberdades fundamentais nas relações afetivo-familiares de casais homoafetivos do sexo masculino - na situação em que o homem vítima de violência esteja em uma posição de subordinação - ou que envolvam travestis e mulheres transexuais (Supremo Tribunal Federal, 2025). Nessa decisão histórica, a ampliação passa a ser obrigatória e vinculante para todo o Judiciário. Tal reconhecimento jurídico evidencia, por um lado, um avanço importante no campo dos Direitos Humanos e, por outro, a persistência de entraves e resistências à plena efetivação dos direitos da população GBT+ no Brasil.

Estudos indicam que a prevalência da VPI ao longo da vida entre pessoas LGBTQIA+ nos Estados Unidos é tão alta ou superior à da população geral (Hindes et al; 2025; Trombetta & Rollè, 2022; Callan et al, 2021; Brown & Herman, 2015). No Brasil, a violência em relacionamentos entre homens é um fenômeno frequente (Domingos, 2024; Martins, 2019), com a VPI em casais homoafetivos masculino sendo um fenômeno que necessita ser visibilizado (Moreira, 2017). Contudo, a violência entre casais do mesmo sexo é amplamente subnotificada (Martins, 2019) e socialmente invisível, frequentemente descrita como um "segundo armário" (Crenshaw, 1989; Moreira, 2017; Miskolci, 2017). O preconceito (Freitas et al., 2025) e o heterossexismo internalizado (Martins, 2019) também são fatores que contribuem para esta realidade, reforçando a urgência de que a Psicologia Social assuma um papel ativo na abordagem dessa temática, não apenas por meio da produção de conhecimento, mas também pela implementação de práticas de cuidado, educação e prevenção.

2. Objetivo: Diante da escassez de investigações e intervenções voltadas especificamente à prevenção da violência em relacionamentos entre homens gays, o presente trabalho tem como objetivo relatar a experiência de elaboração e implementação de uma intervenção psicoeducativa com foco na prevenção da violência nessa população. A iniciativa pretende contribuir com subsídios

teórico-práticos para o enfrentamento dessa problemática, ampliando o repertório da Psicologia frente às demandas de populações historicamente marginalizadas.

3. Relação clara com o GT e eixo temático escolhido: Em contextos marcados por desigualdades estruturais, discursos autoritários e violações sistemáticas de direitos humanos, torna-se fundamental desenvolver práticas psicossociais comprometidas com a promoção da dignidade, da justiça social e do enfrentamento das múltiplas formas de violência (Amarante, 2018). A proposta deste trabalho se insere nesse horizonte ao abordar a prevenção da violência em relacionamentos íntimos entre homens gays, compreendendo essa vivência a partir de um olhar interseccional, que reconhece os efeitos da LGBTQIA+fobia, do racismo, do machismo e da normatividade afetivo-sexual sobre os vínculos interpessoais e sobre a saúde mental. Ao destacar a escuta, a elaboração coletiva e a criação de espaços de pertencimento, o projeto busca contribuir para o fortalecimento da autonomia dos sujeitos e a reparação psicossocial dos danos psicossociais causados pelas violações cotidianas.

4. Orientação teórica: A elaboração do programa de prevenção à violência entre parcerias íntimas homoafetivas masculinas fundamentou-se em um arcabouço teórico multidimensional, que contempla os conceitos de Estresse de Minoria, Inteligência Emocional, Interseccionalidade e a Teoria dos Sistemas Ecológicos, de Urie Bronfenbrenner. A escolha dessas abordagens se deu a partir da necessidade de compreender a violência por parcerias íntimas de forma contextualizada, considerando fatores individuais, relacionais, sociais e estruturais que atravessam as vivências de homens gays enquanto sujeitos de uma população historicamente estigmatizada.

O conceito de Estresse de Minoria foi desenvolvido nos estudos pioneiros de Virginia Brooks, voltados à compreensão de eventos psicossociais específicos na vida de mulheres lésbicas (Brooks, 1981). Segundo Meyer (2002) e Frost & Meyer (2023), esse estresse resulta da exposição contínua a estressores distais — eventos objetivos como discriminação, preconceito e violência — e estressores proximais, que envolvem processos internos, tais como a expectativa de rejeição, o ocultamento da identidade e a homonegatividade internalizada. Essa abordagem permite compreender como fatores sociais e individuais interagem para afetar a saúde mental e física de pessoas LGBTQIA+, embasando intervenções que considerem tanto os contextos externos quanto os processos internos.

Além disso, a Inteligência Emocional (IE) foi incorporada como uma dimensão central do programa, com o objetivo de promover o desenvolvimento de compreensão e regulação das emoções, bem como o manejo de conflitos interpessoais. A literatura evidencia que a IE está positivamente associada à saúde física, mental e psicossomática (Mikolajczak et al., 2015; Malouff et al., 2014; Martins et al., 2010; Saklofske et al., 2007;), bem como à qualidade dos relacionamentos afetivos (Petrides et al., 2016; Malouff et al., 2014). Em um estudo relevante para o presente trabalho, Mîndru e Năstasă (2017) investigaram a relação entre Inteligência Emocional e identidade sexual em pessoas lésbicas e gays, constatando correlações positivas entre níveis elevados de IE e indicadores como Afirmação da Identidade e Centralidade da Identidade. Tais achados sugerem que pessoas com maior desenvolvimento de competências emocionais tendem a lidar melhor com os desafios associados à autoaceitação, construção da identidade e enfrentamento do estigma.

Outro referencial importante adotado foi a Teoria dos Sistemas Ecológicos, de Bronfenbrenner & Morris (2007), a qual permitiu compreender a violência entre parcerias íntimas de forma integrada a quatro grandes dimensões conceituais: Tempo, Pessoa, Processo e Contexto. De acordo com essa abordagem, o desenvolvimento humano

é influenciado por diferentes contextos — microssistema, mesossistema, exossistema e macrossistema —, sendo essencial considerar a articulação entre fatores interpessoais e as estruturas sociais mais amplas. Isso se mostra especialmente relevante ao se analisar como normas culturais, legislações, fatores de risco e de proteção influenciam tanto a formação das identidades quanto as dinâmicas relacionais entre homens gays.

Por fim, o conceito de Interseccionalidade, cunhado por Kimberlé Crenshaw (1989) e ampliado por autoras do feminismo negro, como Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021), contribuiu para uma análise crítica das múltiplas formas de opressão que incidem de maneira simultânea sobre indivíduos marcados por diferentes categorias sociais, como sexualidade, raça, gênero, classe, entre outras. Aplicar esse referencial ao tema da violência entre parcerias íntimas homoafetivas permite visibilizar as sobreposições de vulnerabilidades e os efeitos combinados das desigualdades estruturais na experiência de homens gays, sobretudo os que pertencem a grupos racializados.

Estratégias metodológicas: A partir de uma revisão da literatura sobre programas de prevenção à violência no namoro desenvolvidos no Brasil, observou-se que tais iniciativas têm se concentrado majoritariamente em estratégias de prevenção universal, voltadas a adolescentes e jovens em idade escolar, e uma lacuna no desenvolvimento ações voltadas a populações LGBTQIA+ (Lourenço, 2019; Santos, 2019; Anacona, 2008). A partir dessa análise, foram definidas as temáticas centrais da intervenção psicoeducativa: emoções e sentimentos, regulação emocional, habilidades sociais, enfrentamento da violência em relações afetivo-sexuais e sexualidade. O público-alvo compreende homens gays com idades entre 18 e 30 anos, residentes em diferentes regiões do Brasil, configurando uma abordagem de abrangência nacional. A intervenção consiste em cinco encontros virtuais com duração média de 1h30 cada, e utiliza como material-base uma série de videocasts temáticos, bem como sua discussão coletiva e ampliação do estudo por meio da revisão, treino das habilidades e reflexões críticas.

5. Resultados: A proposta se encontra em fase de implementação, mas importantes avanços já foram alcançados na etapa de desenvolvimento dos materiais psicoeducativos, fundamentação teórica do programa e divulgação. Os primeiros resultados evidenciam que intervenções psicoeducativas, quando adaptadas ao público-alvo e mediadas por ferramentas digitais acessíveis possuem potencial para ampliar o acesso à informação, promover o autoconhecimento e fomentar o fortalecimento de vínculos afetivos não violentos.

6. Conclusões: Espera-se que este estudo se consolide como um modelo replicável, contribuindo para a formulação de políticas públicas e práticas profissionais voltadas à promoção da saúde mental e à prevenção da violência entre pessoas LGBTQIA+ em seus relacionamentos afetivos. A continuidade da pesquisa permitirá avaliar a viabilidade da intervenção e ampliar seu alcance, reafirmando o compromisso da Psicologia com a transformação das condições sociais que perpetuam desigualdades e violências estruturais.

Escuta e acolhimento no regime semiaberto: reflexões sobre dignidade e direitos humanos.

Mirlla Yasmym de Carvalho Sousa Silva (UFRR), Margarida Maria Florêncio Dantas (UFRR), Tainá de Souza Moreira (UFRR)

Introdução. Este trabalho apresenta um relato de experiência vivenciado por uma estudante de Psicologia durante atividade de pesquisa em uma unidade prisional, especificamente no setor destinado ao regime semiaberto. De acordo com o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDFT (2023), o regime semiaberto "considera-se a execução da pena em colônia agrícola, industrial ou estabelecimento similar" (pag 1). Vale ressaltar que no Brasil o cumprimento das penas privativas de liberdade ocorre de modo progressivo, o que permite o sujeito passar de um regime mais rigoroso para um mais ameno (TJDFT, 2023). Compreender um sujeito e/ou uma realidade como experiência, é respeitar os campos de conhecimento que o influencia, o conjunto de regras e normas que o contempla, e, ainda, a evoluções que afetam a maneira de os indivíduos darem sentido e valor às suas atitudes, obrigações, satisfações e desejos (Foucault, 1984). Essa noção se aplica tanto à pesquisadora, como aos indivíduos que estão em cárcere, pois eles se constituem enquanto sujeitos a partir dos atravessamentos sociais, culturais e temporais que os recortam. A atividade consistiu na realização de escutas qualificadas e ações de acolhimento psicológico aos detentos, com o objetivo de compreender suas demandas subjetivas, suas vulnerabilidades e o impacto das relações familiares e institucionais no processo de ressocialização. A problemática central que norteou a experiência foi a constatação da persistente desumanização dos sujeitos privados de liberdade, refletida em práticas institucionais marcadas por violências simbólicas e estruturais, mesmo em regimes mais flexíveis como o semiaberto, bem como a estilística da existência de cada sujeito, enquanto atores sociais e os limites nos quais esbarram as políticas. Objetivo. O objetivo deste relato é refletir, a partir da experiência prática, sobre os modos como a escuta e o acolhimento psicológico podem contribuir para a humanização do atendimento a pessoas privadas de liberdade. Como objetivos específicos tem-se:, bem como denunciar as formas de violência institucional presentes no cotidiano do regime semiaberto e discutir como a assistência social e a promoção de direitos humanos podem (ou não) se efetivar nesse contexto. Relação com o GT e o eixo temático: Esta temática se articula no eixo temático "Assistência Social, vulnerabilidades, violências e promoção de direitos humanos", por se tratar da realidade vivida por indivíduos em situação de vulnerabilidade social e institucional, expostos a múltiplas formas de violência, sobretudo a violência institucional e simbólica. A experiência relatada dialoga com o campo da assistência social e das políticas públicas de atenção à população egressa do sistema prisional, refletindo sobre a fragilidade da rede de proteção e promoção de direitos. Orientação teórica. Em sua obra A Psicologia da Libertação (1996), Martín-Baró fala sobre como o sofrimento humano ganha forma em contextos de exclusão e injustiça estrutural. Para ele, esse sofrimento, que chama de ético-político, nasce das relações sociais marcadas pela dominação, sendo uma manifestação concreta da violência institucionalizada e das constantes negações de direitos que muitas pessoas enfrentam no dia a dia. De acordo com Martin-Baró (1996), "a dignidade humana é inerente a todos os indivíduos, independentemente de seu status legal ou circunstâncias de confinamento" (p. 218). Essa afirmação reforça que o sistema prisional, mesmo em regimes mais brandos, como o semiaberto, não pode se esquivar da responsabilidade de garantir condições de vida que sejam humanas, justas, respeitosas e verdadeiramente dignas para aqueles que estão sob sua

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

custódia. Apesar de serem utilizadas como uma forma de disciplina, as prisões revelam-se, de maneira bastante conveniente para certas estruturas de poder, profundamente ineficazes. Essa inadequação se evidencia tanto nos princípios que fundamentam sua existência quanto nas práticas disciplinares que nela são aplicadas. Como destaca Ribeiro (2011, p. 37), o sistema prisional não apenas foge à compreensão e ao controle humanos, como também se mostra resistente aos próprios mecanismos criados para seu aperfeiçoamento. Foucault (2004) considera que o sujeito é constituído de processos de subjetivação e objetivação, que o tornam, na qualidade deste, objeto de conhecimento. Os primeiros referem-se ao modo como o sujeito se compreende, o outro significa o modo como o sujeito pôde se tornar um objeto para o conhecimento. São, portanto, processos complementares, que se relacionam por meio dos "jogos de verdade", nas palavras do autor. Ou seja, o que cada sujeito considera válido ou não na sua existência. Esses jogos de verdade, possibilitam as práticas de poder, sendo o sujeito constituído a partir dos mecanismos do poder, pelas técnicas de sujeição. Assim, o sujeito é um efeito das relações de poder e de saber. Não estando aprisionado a um modo de ser específico, podendo, fazer suas escolhas, a partir das suas condições de possibilidades. Estratégias metodológicas. A metodologia utilizada para análise dos dados tem sido a Analítica Descritiva, na perspectiva foucaultiana, a qual possui como base epistemológica o pós-estruturalismo. Tal base instaura uma teoria da desconstrução na análise literária, liberando o texto para uma pluralidade de sentidos, sendo a realidade uma construção social e subjetiva. O propósito dessa análise, diante dos reeducando do sistema prisional, considerando a experiência deles é "tomar um distanciamento em relação a ela, contornar sua evidência familiar, analisar o contexto teórico e prático ao qual ela é associada" (Foucault, 1984, p. 9). Desse modo, é possível compreender o que os levou a condição de cárcere e como esses sujeitos se encontram ao fim do cumprimento da pena.A metodologia consistiu em visitas semanais à unidade prisional, onde foram realizadas escutas individuais, guiadas por uma entrevista narrativa semiestruturadas, que concede uma abordagem mais suscetível (Lins & Borsa, 2017). As conversas, guiadas por escuta ativa e acolhimento, buscaram entender o processo de ressocialização, mas também revelaram vivências, expectativas e angústias dos participantes. As falas foram registradas em diários de campo, com sigilo e respeito aos princípios éticos. Durante o percurso, também foram observadas as interações entre internos e os diferentes agentes da instituição. Resultados. O material empírico revelou como o discurso desumanizador ainda marca o cotidiano da prisão. Chamou atenção a forma como muitos detentos relataram se sentir vistos, frequentemente usando a expressão "lixos da sociedade", refletindo a exclusão e o estigma que enfrentam. Essa percepção reforça um ciclo de violência institucional que dificulta a reintegração social. Em contrapartida, outros relatos apresentaram ausência de responsabilidade nos atos cometidos como: "fui julgado errado, não foi estrupo, ela me provocava o tempo todo". Essa fala demonstra uma distorção da realidade, na perspectiva de como ele compreende o papel do homem diante de uma menina e/ou mulher. Esse discurso constrói e é construído pelo indivíduo que experiencia uma realidade, pois ele é entrecortado pela cultura, pela sociedade, pela época em que ele vive suas experiências (Foucault, 1985). Para além da violência direta, foi possível observar formas mais sutis de exclusão e silenciamento, como a ausência de escuta real às demandas emocionais dos internos, o que amplia sentimentos de invisibilidade e desesperança. Bem como a não receptividade dos familiares e sociedade, nos momentos de saída da instituição prisional. Tudo isso contribui para a reinserção no crime como uma estilística da existência, conceito foucaultiano que é definido como a arte de existir (Foucault, 1985). Essa compreensão não ameniza ou romantiza as atitudes criminosas cometidas pelos infratores, mas considera o lugar de fala deles numa sociedade que não possibilita oportunidades iguais, bem como políticas de ressocialização eficazes. Conclusão. A

experiência relatada evidencia, a urgência de ampliar políticas públicas que priorizem a humanização do sistema prisional, especialmente por meio de ações voltadas à assistência social, à saúde mental e à reintegração das pessoas egressas. A pesquisa, que ainda está em andamento, mostra que, mesmo diante das limitações das instituições, o simples gesto de escutar com empatia e acolher com respeito já se revela como uma forma concreta de resistência à lógica punitivista e de reafirmação da dignidade humana. Nesse sentido, Yasui (2010) destaca que o campo da saúde mental, ao se aproximar de uma clínica ampliada, exige o reconhecimento do sujeito em sua complexidade, considerando suas histórias, e todo seu contexto, o que implica "a construção de espaços institucionais que não reforcem a exclusão, mas que possibilitem novas formas de pertencimento" (YASUI, 2010, p. 144). Assim, a escuta deixa de ser apenas uma ferramenta técnica e passa a compor um gesto ético e político, capaz de sustentar processos de subjetivação em contextos de vulnerabilidade e desigualdade.

Referências:

Foucault, M. (1984). História da sexualidade 2: o uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Edições Graal

Foucault, M. (1985). História da sexualidade 3: o cuidado de si. Rio de Janeiro: Edições Graal.

https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/regimes-fechado-x-semiaberto-x-aberto

LINS, Manuela Ramos Caldas; BORSA, Juliane Callegaro. Avaliação psicológica: aspectos teóricos e práticos. 1. ed. São Paulo: Vetor, 2017.

MARTÍN-BARÓ, I. Psicologia da libertação. Petrópolis: Vozes, 1996.

Ribeiro, N. F. (2011). A Prisão na Perspectiva de Michel Foucault. In Lourenço, A. S. Anda Onofre, E. M. C. O espaço da Prisão e suas Práticas Educativas, Enfoques e Perspectivas Contemporâneas. São Carlos, EdUFScar.

YASUI, S. Rupturas e encontros: desafios da reforma psiquiátrica brasileira [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2010, 190 p. Loucura & Civilização collection. ISBN 978-85-7541-362-3.

Experiência Extensionista no Programa Cabelos de Prata: Envelhecimento Ativo, Autocuidado e Práticas Psicossociais

Agenilda Jessica Vital da Rocha (FACES)

Este trabalho apresenta o relato de uma experiência vivenciada por acadêmicos do terceiro semestre do curso de Psicologia da Faculdade Catedral, na visita ao Programa Cabelos de Prata, promovido pela Prefeitura Municipal de Boa Vista através do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) - Sílvio Leite, em Boa Vista – RR, no dia 19 de maio de 2025. A atividade compôs uma ação de extensão da disciplina de Gerontopsiquiatria, sob orientação do professor Gildo Gonçalves Junior.

O objetivo do Programa Cabelos de Prata é promover o bem-estar e a autonomia dos idosos, oferecendo atividades que estimulem a participação social, o lazer e a cultura, além de proporcionar um espaço de interação, escuta e proteção social. O programa busca valorizar a pessoa idosa, fortalecer vínculos familiares, incentivar hábitos saudáveis e garantir seus direitos fundamentais. Ele representa um espaço potente de inclusão e respeito à diversidade de trajetórias que marcam o processo de envelhecimento.

A proposta do encontro consistiu em uma palestra com o tema “Reflexos do Cuidado”, conduzida pela acadêmica Agenilda Jessica Vital da Rocha, seguida de momentos de bate-papo reflexivo entre alunos e idosos, e uma dinâmica cognitiva de memorização de cores, que proporcionou estímulo intelectual e integração entre os participantes.

Essa experiência insere-se no campo da Psicologia Social, que compreende os sujeitos em sua inserção nos contextos sociais, históricos e culturais, analisando as formas como se constituem nas relações com o outro e com as instituições. A Psicologia Social, ao considerar os determinantes sociais da subjetividade, permite compreender o envelhecimento não apenas como uma questão biológica, mas como uma vivência marcada por desigualdades de classe, gênero, raça e geração (SAWAIA, 1999; SPINK, 2003).

A vivência se articula ao Eixo Temático 06 - Direitos Humanos e infâncias, juventudes, velhices, ao abordar as velhices em suas múltiplas dimensões, destacando os aspectos psicossociais que atravessam a trajetória de vida dos sujeitos. O encontro intergeracional entre estudantes e idosos possibilitou trocas simbólicas que reafirmam o valor da escuta, do cuidado e da solidariedade entre diferentes grupos etários, reforçando o papel da Psicologia Social na mediação dessas relações.

As práticas psicossociais desenvolvidas com os idosos, por meio do Programa Cabelos de Prata, assim como o projeto de extensão que envolve a participação dos acadêmicos na vivência com esse público, dialogam diretamente com os objetivos do GT 35 — Práticas psicossociais e participação social na promoção de direitos humanos e sociais. Essas ações conjuntas integram intervenções que promovem o direito à participação social e ao acesso à cidadania, fortalecendo a autonomia e o protagonismo dos idosos. O Programa Cabelos de Prata, enquanto política pública, oferece um espaço de inclusão e valorização da pessoa idosa como sujeito de direitos, ao passo que o projeto de extensão fomenta a formação de futuros profissionais comprometidos com a promoção da justiça social e do reconhecimento da diversidade. Essa integração entre prática extensionista e políticas públicas está alinhada à perspectiva da Psicologia Social Crítica, defendida pelo GT 35, que destaca a importância da mobilização comunitária e da construção coletiva de políticas inclusivas. Assim, ambos se configuram como espaços de resistência às exclusões simbólicas e materiais, reafirmando a participação social como

instrumento fundamental para a garantia dos direitos humanos e sociais na velhice.

A orientação teórica deste trabalho fundamentou-se em abordagens da Psicologia Social crítica, com destaque para os conceitos de sofrimento ético-político (SAWAIA, 1999), reconhecimento social (FRASER, 2001), cidadania ativa e direitos humanos na velhice (BRASIL, 2006). Tais referências sustentam a compreensão de que práticas de cuidado e inclusão no envelhecimento devem ultrapassar o assistencialismo e se configurar como formas de resistência às formas de exclusão simbólica e material.

O referencial metodológico adotado foi o da pesquisa qualitativa, com ênfase em observação participante e relato de experiência (MINAYO, 2001). A presença dos acadêmicos foi marcada por uma postura de escuta e acolhimento, o que permitiu construir um ambiente de confiança e respeito mútuo. A atividade também possibilitou reflexões sobre os efeitos subjetivos da participação social no envelhecimento e a importância de espaços coletivos para o fortalecimento da identidade e da autoestima.

A palestra abordou aspectos importantes como o autocuidado, o amor-próprio e a autovalorização na maturidade, bem como atitudes práticas voltadas à saúde mental, física e emocional na terceira idade. Um dos momentos mais simbólicos foi a dinâmica "O que você vê quando se olha no espelho?", na qual um espelho era passado de mão em mão entre os idosos, que ao final compartilharam, com uma palavra, uma frase ou uma memória, o que enxergavam em si mesmos. Esse exercício revelou-se profundamente tocante, trazendo à tona sentimentos de orgulho, nostalgia, autoestima e superação.

Em seguida, foi realizada uma atividade cognitiva de memória visual, na qual seis cilindros de cores diferentes foram organizados em uma sequência específica sobre a mesa. Os participantes observaram a disposição por 30 segundos. Após esse período, os cilindros foram retirados, e os participantes foram desafiados a reorganizá-los na mesma ordem. No início, alguns idosos demonstraram dificuldade em compreender a proposta, mas com o apoio da equipe, passaram a se envolver mais ativamente e a melhorar seu desempenho. Esse tipo de exercício é extremamente benéfico para a terceira idade, pois estimula a atenção concentrada, a memória visual de curto prazo e o raciocínio sequencial, além de proporcionar uma experiência lúdica e acessível.

A estimulação cognitiva na terceira idade é uma prática fundamental para a manutenção das funções mentais e da qualidade de vida. Através de atividades direcionadas, é possível retardar o declínio cognitivo natural do envelhecimento, fortalecer a autoestima e ampliar a autonomia dos idosos. Estimular a mente não apenas melhora aspectos como memória, linguagem e raciocínio, mas também contribui para o bem-estar emocional e a socialização, elementos centrais para um envelhecimento ativo e saudável (NERI, 2014).

Durante a atividade, observou-se uma transformação significativa no grupo, com aumento da disposição, afetividade e espontaneidade nas interações. A vivência promoveu momentos de escuta ativa, expressão de afetos e fortalecimento de vínculos, essenciais para o bem-estar psicológico dos participantes. Para os estudantes, a atividade representou um espaço de aprendizado prático sobre o envelhecimento e as dinâmicas sociais que afetam essa população.

Rodrigues, Assmar e Jablonski (2009) destacam que a Psicologia Social é a ciência que estuda como o comportamento, os sentimentos e os pensamentos dos indivíduos são influenciados pela presença real, imaginada ou simbólica de outras pessoas. Esse campo permite compreender os sujeitos a partir das interações sociais e dos contextos culturais em que estão inseridos, sendo fundamental para o desenvolvimento de práticas que promovam transformação social e fortalecimento da cidadania.

Para os estudantes envolvidos, a experiência foi uma oportunidade concreta de aplicar os conhecimentos adquiridos em sala de aula e de desenvolver competências fundamentais à prática psicológica, como empatia, sensibilidade ética e responsabilidade social. Essa vivência reforça a importância de formar profissionais comprometidos com a transformação social, a dignidade humana e a defesa dos direitos fundamentais.

Como conclusão, este trabalho destaca a importância das práticas extensionistas no âmbito da Psicologia, especialmente aquelas voltadas ao cuidado com populações em situação de vulnerabilidade, como os idosos. O curso de Psicologia deve ampliar sua inserção nos espaços públicos e fortalecer práticas que promovam o bem-estar e os direitos sociais. A atuação psicossocial junto aos idosos em instituições como o CRAS revela-se potente ao proporcionar experiências de pertencimento, reconhecimento e valorização da história de vida dos sujeitos.

Assim, reforça-se a necessidade de continuidade e expansão de programas que promovam o envelhecimento ativo, o autocuidado, a saúde mental e a inclusão social em contextos comunitários. Tais ações fortalecem o papel da Psicologia Social como promotora da cidadania, da justiça social e de relações humanas mais solidárias.

Referências

AYRES, J. R. C. M. Cuidado: Trabalho e interação nas práticas de saúde. Rio de Janeiro: CEBES, 2004. Disponível em: https://www.cepesc.org.br/wp-content/uploads/2013/08/miolo-livro-ricardo.pdf Acesso em: 24/05/2025

BOFF, L. Saber cuidar. Petrópolis: Vozes, 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Envelhecimento e saúde da pessoa idosa. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 192 p. il. (Série A. Normas e Manuais Técnicos; Cadernos de Atenção Básica, n. 19). Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/evelhecimento_saude_pessoa_idosa.pdf. Acesso em: 26 maio 2025.

FRASER, N. A justiça social na globalização: redistribuição, reconhecimento e participação. Lua Nova, n.76, 2009. Disponível em: https://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/63/RCCS63-Nancy%20Fraser-007-020.pdf Acesso em: 23/05/2025

MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2001. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/FgpDFKSpjsybVGMj4QK6Ssv/ Acesso em: 23/05/2024

NERI, A. L. (Org.). Psicologia do envelhecimento: Temas relevantes na promoção da saúde. Campinas: Alínea, 2014.

RODRIGUES, A.; ASSMAR, E. M. L.; JABLONSKI, B. Psicologia Social. 27. ed. rev. e ampl. Petrópolis: Vozes, 2009.

SAWAIA, B. As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 1999. Disponível em: https://bibliotecasocialvirtual.wordpress.com/wp-content/uploads/2010/06/as-artimanhas-da-exclusao.pdf Acesso em: 24/05/2025

SPINK, M. J. P. Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas. São Paulo: Cortez, 2003.

Grupo de Pesquisas e Intervenção sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação (VIESES): práticas psicossociais de ensino, pesquisa e extensão em territorialidades urbanas

Anne Carolyne Alencar da Costa (UFC), João Paulo Pereira Barros (UFC), Érica Atem Gonçalves de Araújo Costa (UFC), Emanuel Meireles Vieira (UFC), Ana Carolina Borges Leão Martins (UFC), Raimundo Cirilo Souza Neto (UFC), Levi de Freitas Costa Araújo (UFC), Ana Thais de Albuquerque Norões Boutala (UFC), Antonio Caio Renan Silva Penha (UFC), Melissa Yohana Silva (UFC), Luiz Ricardo Rodrigues Santana (UFC)

O presente trabalho apresenta a trajetória, os fundamentos e as práticas do Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violências, Exclusão Social e Subjetivação (VIESES), vinculado ao Departamento de Psicologia e ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Fundado em 2015, o VIESES objetiva construir espaços coletivos, na articulação pesquisa-extensão-ensino, que operem como dispositivos de problematização e transformação dos modos de subjetivação agenciados por dinâmicas de violência, desigualdade e produção de sofrimento psicossocial na contemporaneidade e que atingem, particularmente, populações periféricas e seus familiares (BARROS; PAIVA; CAVALCANTE, 2019). O grupo trilha um caminho enraizado nos territórios e afinado em lutas por justiça social e produção de subjetividades contra-hegemônicas. Inserido em múltiplos territórios marcados por desigualdades estruturais e violências históricas, o VIESES opera sob três eixos: 1) Aspectos psicossociais das violências e interseccionalidades; 2) Artes, territorialidades e (re)existências contracoloniais; 3) Saúde mental, Clínica e Direitos Humanos. O problema central que atravessa sua existência é como produzir saberes e intervenções em psicologia que não apenas representam, mas se conectem com os modos de vida e de resistência de populações historicamente marginalizadas (BENICIO et al., 2018).

O intuito é apresentar o VIESES como dispositivo de articulação entre universidade e sociedade, contribuindo para a formação em psicologia. Buscamos mostrar como sua inserção nos territórios, especialmente em regiões como o Grande Bom Jardim, Jangurussu, Curió e Barra do Ceará, desloca os eixos clássicos da atuação acadêmica, orientando-se pela coprodução de saberes e práticas de reexistência.

Este trabalho se insere no Eixo 4 (Direitos, movimentos sociais e desafios à democracia) por estar comprometido com a construção de processos participativos que visam o fortalecimento da democracia desde os territórios populares. Sua inscrição no Grupo de Trabalho 35 (Práticas psicossociais e participação social na promoção de direitos humanos e sociais) se justifica pelas experiências desenvolvidas em escolas públicas, centros culturais, coletivos de juventudes periféricas, movimentos LGBTQIAPN+ e articulações com a luta antimanicomial. A ação psicossocial é compreendida aqui não como mediação técnica, mas como produção política de encontros e deslocamentos subjetivos em territórios tensionados pelo racismo estrutural, a necropolítica e a exclusão social (MBEMBE, 2018).

A base teórica do VIESES articula diferentes perspectivas em psicologia social no debate sobre violência, poder e subjetividades, desde as perspectivas latino-americanas, de(s)coloniais e pós-estruturalistas. São referências centrais os conceitos de violência, subjetivação, saúde mental, de(s)colonização, clínica ampliada, territorialidade, re-existência, dimensões de raça e

colonialidade do saber. O grupo aposta na pesquisa inter(in)ventiva e colaborativa em territorialidades urbanas de Fortaleza, com espaço para experimentação ética e política, com diferentes segmentos sociais como crianças, adolescentes, jovens, profissionais de políticas públicas, coletivos, movimentos sociais e organizações da sociedade civil (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2020).

O VIESES atua nos âmbitos do ensino, pesquisa e extensão e a metodologia é centrada na cartografia, na escuta coletiva e na coautoria com sujeitos e coletivos locais (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2020). No eixo do ensino temos os projetos "Conversações Contracoloniais" e "Escuta Ativa", que se inserem no Programa de Acolhimento e Incentivo à Permanência. O projeto Conversações Contracoloniais pretende promover espaços de debates sobre psicologia e direitos humanos a partir de uma perspectiva contracolonial. Metodologicamente, o projeto envolve a proposição de espaços (trans)formativos, como grupos de estudos, seminários, rodas de conversas, ciclos de debate, oficinas e grupos de apoio psicossocial a estudantes. A aposta do Conversações Contracoloniais é que, através desses espaços de compartilhamento, ampliamos as possibilidades de permanência na universidade. Já o projeto Escuta Ativa acontece através da oferta de um momento pontual em grupo, com o objetivo de acolher o estudante no momento mais próximo possível da manifestação do seu desejo de ter seu sofrimento acadêmico ouvido e compreendido. Entende-se que isso auxilia na construção de uma rede de solidariedade entre os discentes e na diminuição da probabilidade que esses venham a precisar de serviços de apoio emocional mais complexo.

Na extensão temos "Histórias Desmedidas", "Artes Insurgentes", "Maquinarias" e "Chão da Praça". O projeto Histórias Desmedidas, vinculado à Pró-Reitoria de Extensão da UFC (PREX), atua com sujeitos e grupos em contextos periféricos atravessados por desigualdades, violências e lutas por direitos (BARROS et al., 2023). Seu objetivo é construir espaços grupais de apoio psicossocial e cuidado em saúde mental para pessoas em sofrimento decorrente dessas violências, além de fortalecer o monitoramento de políticas públicas e atuar em fóruns, comitês e redes em parceria com movimentos sociais. Também desenvolve formações em direitos humanos, por meio de oficinas e cursos com coletivos, organizações e profissionais dos territórios.

O Artes Insurgentes nasce em 2021 partindo da parceria entre o VIESES e o Laboratório em Psicologia, Subjetividade e Sociedade (LAPSUS). Está vinculado à Pró - reitoria de Cultura da UFC (PROCULT), pelo Programa de Promoção de Cultura Artística (PPCA), e à PREX. O projeto atua no território do Grande Bom Jardim, em Fortaleza, com o objetivo de fortalecer ações de cultura artística de coletivos juvenis periféricos. Busca-se fomentar a memória cultural das potências artísticas das periferias urbanas e o engajamento ético-político dos grupos no enfrentamento de violências e desigualdades em suas comunidades. Tanto os projetos Histórias Desmedidas quanto Artes Insurgentes participam do Festival das Juventudes, que é uma iniciativa anual que ocorre no território do Grande Bom Jardim, organizado pelo Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (CDVHS), em parceria com o grupo Jovens Agentes de Paz (JAP).

Maquinarias é um projeto de extensão que toma corpo no bairro Bom Jardim, em Fortaleza, e pretende criar dispositivos de problematização dos territórios das infâncias e adolescências, voltando-se para os modos de ver e dizer as experiências das e com crianças/adolescentes e que forças atuam nos processos que delimitam as fronteiras entre esses dois períodos, a partir da sua agência e modos de participação em territorialidades periféricas. O Maquinarias busca tensionar os modos de participação social de crianças adolescentes periféricos na cidade, articulando seu trânsito para outros territórios da cidade, possibilitando o uso de outros equipamentos públicos que são, em tese, de toda a cidade, como o Centro Dragão do Mar de Arte

Cultura, o Complexo Cultural Estação das Artes e o Centro Cultural Bom Jardim (CCBJ).

O Chão da Praça é um projeto de extensão vinculado ao VIESES, registrado na PREX. O projeto propõe encontros coletivos que articulam a psicanálise com os territórios periféricos urbanos, buscando uma escuta sensível às experiências de sofrimento e resistência dos sujeitos. O projeto opera na intersecção entre práticas clínicas e inter(in)venções comunitárias, promovendo espaços de diálogo e cuidado que consideram as especificidades socioculturais dos participantes.

No campo das pesquisas, investigamos questões sobre segurança pública, violência e saúde mental, infâncias e decolonialidade, abordagem centrada na pessoa e alteridade, e clínicas públicas. O VIESES abrigou quatro pesquisas guarda-chuva durante sua trajetória: 1) Juventudes e Violência Urbana: Cartografia de Modos de Subjetivação na Cidade de Fortaleza-CE (CNPQ) de 2015 a 2020; 2) Efeitos Psicossociais da Violência e Modos de (Re)Existência em Periferias de Fortaleza-Ce (CNPQ/FUNCAP/Instituto Unibanco) de 2021 a 2023; 3) Estudo sobre a saúde mental de profissionais da Segurança Pública do estado do Ceará (Programa Cientista ChefeSSPDS-FUNCAP) de 2024 a atualmente; 4) Violências em periferias urbanas e suas repercussões na saúde mental juventudes de Fortaleza (CNPQ/FUNCAP) de 2024 a atualmente.

Ao longo de exatos dez anos de atuação, o VIESES consolidou-se como referência em práticas psicossociais com populações marginalizadas em Fortaleza. Foram realizados grupos de apoio a mulheres em situação de violência, adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, debates com juventudes LGBTQIAPN+, além de parcerias com escolas e coletivos locais. As ações geraram transformações subjetivas e políticas, como o fortalecimento de coletivos comunitários, a criação de zines e exposições, o apoio psicossocial a familiares de vítimas da violência de Estado, a produção de dados e narrativas que tensionam os modos coloniais de representação da periferia.

O VIESES é expressão de uma psicologia que se desloca dos gabinetes para as encruzilhadas das periferias urbanas. Sua trajetória demonstra que é possível produzir conhecimento e cuidado desde práticas comprometidas com a transformação social e com a escuta das multiplicidades que habitam os territórios. A experiência do grupo desafia os modos tradicionais de se pensar a pesquisa e a extensão universitária, ao apostar na construção de alianças com movimentos sociais e coletivos, e ao operar a partir de epistemologias de base comunitária, artística e insurgente. Ao apresentar o VIESES no ENABRAPSO, pretendemos não apenas compartilhar experiências, mas também fortalecer a construção de uma psicologia implicada.

BARROS, J. P. P. et al. Festival das Juventudes: re-existências periféricas durante a pandemia da Covid-19. Psicologia Argumento, 2023.

BARROS, J. P. P.; PAIVA, L. F. S.; CAVALCANTE, R. M. B. Violência no Ceará: As chacinas como expressão da política e do conflito entre facções. O Público e o Privado, n. 33, p. 73–98, 2019.

BENICIO, L. F. S. et al. Necropolítica e pesquisa-intervenção sobre homicídios de adolescentes e jovens em Fortaleza, CE. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 38, p. 192–207, 2018.

MBEMBE, A. Necropolítica. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2020.

Psicologia Comunitária e a População em Situação de Rua: Saberes, Vivências e Transformações Compartilhadas

Marina Castelo Rodrigues (UFC), Verônica Morais Ximenes (UFC), Maria Eduarda Portela Jorge (UFC), Elis Ferreira Rodrigues Nobre (UFC)

A Psicologia Comunitária descrita por Montero (1994) é posicionada como agente de mudança, cujos autores principais são as próprias pessoas em processo de opressão, e com as quais psicólogos se comprometem, entendendo a importância de uma psicologia construída em entrelaçamento com contextos sociais, econômicos, éticos e políticos. Entendendo que essa psicologia caminha junto com populações socialmente marginalizadas, o Núcleo de Psicologia Comunitária (NUCOM), projeto de extensão da Universidade Federal do Ceará (UFC), realiza suas atividades em conjunto com a população em situação de rua, público que vive a pobreza em suas diversas dimensões. A partir dos trabalhos de extensão, ensino e pesquisa do NUCOM, foi ofertada, no semestre de 2023.1, uma disciplina optativa sobre a relação da psicologia com a vida nas ruas e seus processos psicossociais. Durante o semestre, nos foi possibilitada, enquanto um grupo de 3 alunas matriculadas, uma experiência de extensão, em que construímos saberes em conjunto com usuários do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop) da cidade de Maracanaú, o órgão responsável pelo atendimento às pessoas em situação de rua que se encontra no âmbito da proteção social especial do Sistema Único de Assistência Social. Para além da oferta de serviços técnicos e assistenciais, apostamos que o Centro Pop também poderia ser espaço fértil para fortalecimento de autonomia, de sentimento de comunidade e de engajamento político. Dessa forma, organizando momentos de inserção - mediados pela coordenadora e pela psicóloga do equipamento - objetivamos não só mapear as atividades realizadas na instituição, mas também movimentar, em conjunto com os usuários, conhecimentos acerca de suas próprias realidades, partindo de narrativas de percepções acerca da vida nas ruas. Pretendo, portanto, com o presente trabalho, apresentar um relato dessa experiência, que parte de problematizações psicossociais e se dá com enfoque participativo. Pretendemos explanar nossa vivência de facilitação com o grupo, como a teoria se associa com a prática e reflexões sobre maneiras de a psicologia trabalhar juntamente à promoção de direitos. A escolha por vinculá-lo ao Grupo de Trabalho 35 “Práticas psicossociais e participação social na promoção de direitos humanos e sociais” é justificada pelo entendimento de que a Psicologia Comunitária - que guiou nosso movimento de extensão - notadamente quando praticada em conjunto com as pessoas que vivem nas ruas, segue um paradigma emancipatório que funciona produzindo um conhecimento que parte das comunidades populares e oprimidas e que pode ser usado para o combate de injustiças históricas às quais foram submetidas. Conclui-se que a participação social é um pressuposto da práxis da Psicologia Comunitária. Entrelaçamos essa premissa, em nosso trabalho, com a luta, já existente, da população em situação de rua, que reivindica representação em espaços decisórios e de planejamento político. Outro guia para nosso fazer é a problematização psicossocial, compreendendo indivíduos não de forma isolada, mas localizados em territórios específicos, afetados por questões sociais multidimensionais. É, também, por essa razão que nossa experiência conversa com a proposta do GT 35 selecionado, cujo eixo 4 “Direitos, movimentos sociais e desafios à Democracia” abrange a ideia de co-construção, horizontalidade, saberes populares e sentimento comunitário. Durante a realização dessa experiência fomos orientadas teoricamente pela Psicologia Comunitária de Martín-Baró (1998), de Góis

(1993) e de Montero (2004), marcadas pelas ideias de libertação, mudança sócio-política e desenvolvimento do sujeito comunitário. Utilizamos, também, conceitos da Educação Libertadora de Freire (1970) e referenciais teóricos que discutem com e sobre a população em situação de rua (Ximenes; Esmeraldo e Esmeraldo Filho, 2022). A partir disso, para além de conceitos metodológicos que guiaram nossa atividade, a exemplo de "diálogo", "problematização" e "conscientização", fomos perpassadas, em nossos movimentos, pelo funcionamento do Círculo de Cultura proposto por Freire (1974). Essa metodologia, que tem base na valorização da cultura popular, envolve uma interação em grupo, por meio da qual se possibilite ação coletiva, consciência crítica e reflexões conjuntas. Dessa forma, durante as visitas ao Centro Pop de Maracanaú, uma região metropolitana de Fortaleza, procuramos conhecer o cotidiano dos usuários do equipamento. Como atividade sugerida que norteou nossos diálogos, propusemos o "Dicionário POPRUA" que, inspirado nos momentos do Círculo de Cultura, consistiria na busca por palavras geradoras, contextualizadas com a realidade nas ruas, e na busca pelo significado de cada uma. Notamos engajamento das pessoas presentes em relação à ideia proposta e, assim, foi-se formando uma roda, de onde partiram as convergências sobre a escolha das palavras "desejo", "família", "moradia", "relento", "rua", "manguear" e "trabalho". De maneira espontânea, dinâmica e livre, a confiança instalou-se na roda e não construímos regras fixas - a não ser o respeito - para guiarem as colocações, oferecendo autonomia para que cada um fosse protagonista de suas narrativas. Sugerimos, como forma de registrar as partilhas acerca de cada tema gerador, a gravação de um vídeo, no qual protagonizaram as vozes, as perspectivas e os rostos das pessoas que vivem nas ruas. Como uma oportunidade de devolução da gravação, enquanto construção coletiva, apresentamos para os participantes, cerca de um mês depois das visitas, no I Seminário Sobre os Direitos da População em Situação de Rua de Maracanaú, o vídeo final. Como resultado de nossa experiência junto ao grupo do Centro Pop, obtivemos, para além do vídeo final, a oportunidade de escutar e produzir aprendizados coletivos junto aos participantes da atividade. Apostamos, também, na possibilidade de os momentos vividos terem incentivado autonomia, apropriação das realidades vividas, valorização dos próprios saberes e ressignificação de histórias e conceitos. Acreditamos que é daí que nascem transformações comunitárias e políticas. Foi por meio de uma postura participativa dialógico-vivencial (Góis, 2005) que vivenciamos esses compartilhamentos, explorando, em conjunto, os campos simbólicos-experienciais de quem vive nas ruas.

Psicologia, Políticas de Saúde e Participação Social: entrelaçando formação e produção democrática no SUS

Túlio Romério Lopes Quirino (UFRN), Átila Augusto Araújo Dantas (UFRN), Manuella Ribeiro e Silva (UFRN), Lariza Michaelichen de Medeiros Costa (UFRN), Lívia Cristina Santos da Silva (UFRN), Clarisse Souza de Azevedo (UFRN), Isabela Pereira de Araújo Dantas (UFRN), Melissa Pereira Silveira Cruz (UFRN)

Este trabalho deriva de uma ação extensionista vinculada a um conjunto de estratégias de caráter formativo e político que tem sido desenvolvidas no âmbito da Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (FACISA/UFRN), por meio da implementação de um projeto de ensino que tem por objetivo fortalecer a formação acadêmica e profissional de estudantes de graduação em Psicologia, oportunizando experiências, reflexões, produção de conhecimentos e desenvolvimento de habilidades necessárias ao exercício profissional no âmbito dos serviços e sistemas de saúde, por meio da ampliação de seu olhar sobre as possibilidades de atuação no campo da saúde coletiva.

Inserido no escopo desse projeto, este relato refere-se a uma ação de extensão, ainda em desenvolvimento, que pretende se constituir como dispositivo ativador de experiências de aprendizagem e, ao mesmo tempo, fomentador de intervenções de caráter psicossocial e comunitário, ao propor a aproximação de estudantes de Psicologia aos espaços de produção política da saúde em uma perspectiva coletiva e participativa, por meio do acompanhamento in loco de encontros entre profissionais, gestores e usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), habitantes dos territórios urbanos e rurais do município de Santa Cruz/RN, no processo de construção de um novo Plano Municipal de Saúde. Por meio deste, buscou-se oportunizar vivências em espaços formais e informais de conversação entre diversos atores (docentes, discentes, profissionais e gestores de saúde, agentes do controle social e população em geral) que se entrelaçam no contexto da produção da cidadania, do exercício da democracia e da operação de políticas públicas, na perspectiva da aproximação entre academia, rede de serviços e comunidade, e da composição de redes vivas de cuidado, participação política e formação.

A experiência desenvolvida traz em seu cerne a diretriz da Participação Social, considerada elemento fundamental para a consolidação do SUS e manutenção do caráter democrático que o acompanha (Brasil, 1990). É esta diretriz que possibilita que a população tenha voz ativa e lugar de destaque nas decisões relacionadas às políticas de saúde e, de tal forma, influencie na maneira como as estruturas de gestão conduzem as ações e programas voltados à garantia do direito à saúde, conforme preconizado na Constituição brasileira.

Reconhecida pela Lei 8.142/90, a participação social no sistema de saúde brasileiro é materializada por meio de diferentes dispositivos de controle social, a exemplo dos conselhos de saúde e conferências, entre outras instâncias. Há que considerar que a democracia na saúde exige espaços permanentes de diálogo, capazes de enfrentar assimetrias de poder e incorporar demandas de grupos historicamente marginalizados, como populações indígenas, negras e LGBTQIAPN+. Nessa perspectiva, a participação não é um mero formalismo, mas um instrumento de transformação das desigualdades estruturais que permeiam o acesso à saúde no Brasil (Oliveira et al, 2013).

É nesse cenário que este trabalho se insere, buscando promover a aproximação entre a formação acadêmica e a participação política de estudantes de Psicologia, por meio

do seu envolvimento em atividades voltadas ao exercício do controle social, à democratização da saúde e à elaboração de instrumentos da gestão pública, como é o caso dos planos de saúde. Deste modo, sua proposição se alinha aos princípios democráticos do SUS, em Santa Cruz/RN, ao realizar a construção do Plano Municipal de Saúde (PMS) para o período de 2026 a 2029 de maneira participativa, a partir da escuta e do diálogo comunitários, por meio de consultas públicas.

Para o desenvolvimento desta experiência, temos utilizado como orientação metodológica a ação participativa implicada na realidade, e como fundamento teórico a educação problematizadora proposta por Paulo Freire (1975), o qual concebe a produção de conhecimentos a partir da vivência e valorização de experiências significativas pelo sujeito, sendo este reconhecido como agente ativo em todo o processo. De tal modo, o processo de aprendizagem proposto se assenta sob bases que expressam a construção coletiva, a troca de experiências, a valorização de conhecimentos singulares e a dialogia.

Valor especial tem sido concedido à multi e interdisciplinaridade (considerando que o campo da formação, do trabalho e da ação política na saúde é desenvolvido pela articulação de diferentes áreas de saber e atuação profissional) e ao entrelaçamento entre teoria e prática, à medida que, constantemente, elementos disparadores no território são provocadores de reflexões, de modo a alinhavar conhecimentos acadêmicos/científicos em paralelo às vivências práticas (inscritas em narrativas e registros de campo), no âmbito dos territórios comunitários e dos serviços de saúde.

O projeto tem-se desenvolvido por meio da inserção imersiva dos/as estudantes no processo de construção do PMS, os/as quais participam ativamente em todas as etapas envolvidas nesta ação, operacionalizada no seguinte passo-a-passo: 1) reuniões de alinhamento junto a atores estratégicos da Secretaria Municipal de Saúde e do Conselho Municipal de Saúde; 2) construção de propostas por meio de encontros sistemáticos com a população do município, em consultas públicas de caráter comunitário; 3) elaboração de relatoria dos diálogos com a população; 4) sistematização das propostas, em formato de relatório final (base para a produção do PMS); 5) integração e priorização das propostas; 6) apresentação, apreciação, discussão e validação do Plano nas instâncias municipais de Controle Social; e, 7) discussão, reflexão e sistematização da experiência vivenciada.

Todas as atividades realizadas pelos/as estudantes durante o projeto têm sido supervisionadas pelo docente responsável, o qual também contribui sistematicamente com as instâncias de controle social do município a partir de sua atuação como membro efetivo na Comissão Intersetorial de Saúde Mental local, contando, ainda, com o suporte dos profissionais e gestores de saúde envolvidos. Além disso, para instrumentalizar a ação dos/as discentes em campo, foram realizados momentos de preparação e estudos prévios sobre a participação social no âmbito das políticas públicas.

Considerando que a ação segue em curso, a experiência aqui sistematizada foi desenvolvida entre os meses de abril e maio de 2025, período em que se realizaram cerca de 25 encontros com diferentes grupos populacionais do município. Cada encontro gerou importantes diálogos que possibilitaram a produção de leituras diagnósticas quanto ao sistema local de saúde, sob a perspectiva de seus usuários, bem como a elaboração de propostas para sua melhoria, em caráter situado e implicado. Por meio do acompanhamento destes espaços, foi possível aos estudantes reconhecerem o quanto a construção de iniciativas políticas, no campo saúde, verdadeiramente alinhadas às necessidades da população, exige mecanismos robustos de participação social, a exemplo dos espaços públicos de conversação e de interação social desenvolvidos.

Nesta seara, tem sido possível reconhecer as consultas públicas como mecanismos importantes para operacionalizar a participação social na elaboração dos instrumentos de gestão, traduzindo os princípios do SUS em práticas concretas de exercício da democracia. Ao se estabelecer espaços estruturados de diálogo e reflexão, que possibilitem à população local opinar sobre prioridades, recursos e estratégias, esses processos permitem que demandas das comunidades, nem sempre bem delineadas, sejam significadas e compreendidas como objetos de preocupação e se tornem compromissos técnicos e ético-políticos, garantindo que os planos reflitam a realidade dos territórios.

Ainda no âmbito dos resultados da experiência, cabe destacar a oportunidade de o projeto contribuir efetivamente na produção documental do PMS de Santa Cruz, cuja materialidade se dará no formato de documento técnico a ser apresentado à gestão local da saúde, ao final de todo o processo. Outro resultado, tange ao potencial do projeto, a partir da mobilização dos/es estudantes, em fomentar a participação social, o fortalecimento dos espaços de construção comunitária e um maior engajamento da população nas tomadas de decisão em saúde. Um exemplo disto tem sido a realização de encontros para dialogar com grupos sociais específicos, os quais inicialmente não estavam previstos no planejamento, como: população LGBTQIAPN+, usuários dos serviços de saúde mental, pessoas com deficiência e estudantes universitários. Tais espaços foram fomentados, também, por meio de provocações dos/as estudantes de psicologia e de sua inserção em contextos institucionais diversos, a partir dos estágios e outras formas de vinculação.

Além disso, no que tange à formação acadêmica, entendemos que a participação de estudantes de graduação em saúde, neste processo, tem representado uma oportunidade única para alinhamento da formação aos princípios do SUS. Ao atuarem como (co)facilitadores/as das consultas públicas, eles/as têm conseguido desenvolver competências essenciais que transcendem o aspecto técnico: experienciam os espaços comunitários, vivenciam processos grupais, aprimoram a escuta ativa, aprendem a mediação de conflitos e exercitam a tradução de demandas populares em linguagem técnica. Assim, essa imersão prática em territórios reais tem permitido que esses/as futuros/as psicólogos/as compreendam, desde a graduação, a complexidade social que determina o processo saúde-doença – concretizando um aprendizado que não é possível de se desenvolver apenas na sala de aula.

A partir dessa experiência, reafirmamos o potencial transformador da aproximação entre academia, poder público e sociedade na composição de forças voltadas à garantia de direitos e promoção da cidadania, aqui, em específico, no campo da saúde. Ao se abordar a democratização da saúde, via participação social, engajamento acadêmico e formação política, reforçamos o compromisso social na/da formação em Psicologia com a construção de um SUS verdadeiramente democrático, onde a saúde seja reconhecida como direito de todos e dever do Estado, construído com e para a sociedade.

"Quando eu falei, nunca mais calei" - O cuidado entre mães afetadas pela violência de Estado

Pedro Henrique Abreu da Silva (UERJ), Camilla Prado de Freitas (UERJ), Roberto Pinto de Andrade (UERJ), Wallace Henrique Borges Machado (UERJ)

As violências promovidas pelo Estado, para além do genocídio da população negra, também produzem dor e sofrimento para aqueles que sobrevivem, especialmente para os familiares que tiveram membros de suas famílias assassinados. Diante desse sofrimento, observamos o desmonte de redes de apoio desses familiares, gerando isolamento social em um cenário no qual a morte de pessoas negras é naturalizada, frequentemente acompanhada por culpabilização e despolitização dessas mortes. Frente a esses processos, práticas de cuidado coletivo emergem como estratégias fundamentais de resistência e de produção de vida. É nesse sentido que o presente trabalho se insere, buscando compreender como experiências de construção de cuidado - a partir de uma oficina realizada com mães que tiveram seus filhos assassinados pela violência de Estado - podem se configurar como dispositivos potentes de produção de vida. Este trabalho surge da atuação do núcleo de pesquisa, ensino e extensão Universidade, Resistência e Direitos Humanos (URDIR/UERJ), vinculado ao Instituto de Psicologia, em parceria com a Rede de Atenção a Pessoas Afetadas pela Violência de Estado (RAAVE). Ao compartilhar essa experiência, que também é fruto de nossas pesquisas, buscamos não apenas dar visibilidade às práticas e saberes construídos nesse contexto, mas também contribuir para o fortalecimento de outras práticas que atuam na interface entre psicologia social, direitos humanos e movimentos sociais, sobretudo sob uma perspectiva decolonial. Nessa ocasião, chamou-nos a atenção um aspecto particularmente sensível e potente: as possibilidades de cuidado entre essas mães frente aos duros processos de luto e de luta. Este trabalho tem como objetivo relatar e refletir, a partir das falas das mães durante os encontros, sobre as redes de apoio e cuidado constituídas entre elas como forma de resistência e reconstrução subjetiva. Interessa-nos destacar a dimensão coletiva do cuidado, que emerge entre essas mulheres não apenas como estratégia de sobrevivência, mas também como força política. A proposta, portanto, é evidenciar a importância de um fazer em Psicologia Social que seja co-gerido com as existências, experiências e saberes produzidos nos territórios da dor e da luta, especialmente por aqueles e aquelas que sofrem os efeitos mais perversos das violências estruturais de nossa sociedade. A fundamentação teórica deste trabalho apoia-se na Análise Institucional, em particular sua concepção de grupo enquanto dispositivo de análise, produção de sentido e intervenção. Acreditamos que os grupos, quando ativados politicamente, possibilitam deslocamentos importantes no modo como o sofrimento é vivenciado e compartilhado. Somamos a isso as contribuições da Clínica Transdisciplinar, proposta por Cristina Rauter, que nos convoca a construir uma ética do cuidado capaz de operar para além das fronteiras disciplinares e da verticalização do saber. Tal abordagem nos orienta a produzir encontros entre saberes — acadêmicos, territoriais, populares — na constituição de práticas clínicas situadas, inventivas e politicamente comprometidas. Além dessas referências, também nos orientamos por uma perspectiva interseccional de análise e pelas contribuições dos conceitos de Necropolítica (Achille Mbembe) e Bio-necropolítica (Fátima Lima), que nos permitem compreender as formas como o Estado e seus dispositivos de controle decidem sobre quem pode viver e quem deve morrer. Tais abordagens são fundamentais para entendermos o contexto sociopolítico em que nossa prática clínica se insere e, sobretudo, para analisarmos de que maneira os marcadores sociais da

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

diferença — como raça, classe e gênero — moldam as dinâmicas de sofrimento e afetam profundamente os modos de produção de cuidado, denúncia e luta. Como metodologia, realizamos três encontros mensais, denominados “Oficina — Circulando Afetos e Saberes”, sempre acompanhados de um momento de lanche compartilhado. Durante esses encontros, previamente combinamos o uso de lembranças simbólicas — como músicas, fotografias e poemas — como dispositivos disparadores para o diálogo. Também desenvolvemos, de forma coletiva, a construção de um colar, a partir de uma dinâmica grupal, com o objetivo de materializar as diferentes histórias de cuidado compartilhadas entre nós. Esses encontros possibilitaram a elaboração e a reflexão sobre o que entendemos por cuidado, bem como a rememoração de momentos nos quais as participantes sentiram-se cuidadas. Contudo, chamou-nos a atenção a dimensão coletiva do cuidado que as mães presentes compartilham entre si, sintetizada na frase de uma das participantes: “quando falei e nunca mais me calei”. Ao longo das oficinas, várias participantes enfatizaram o papel de outras mães — que mais tarde se tornaram suas companheiras de luta — na validação de seu sofrimento.

É importante salientar que esse cuidado coletivo entre as mães não é dado, mas sim produzido na própria relação que constroem juntas. Isso parece exigir uma ética do cuidado que, cotidianamente, é pensada e repensada a cada novo encontro. Sobretudo, compreende-se que, apesar da dimensão coletiva da dor, cada uma carrega consigo suas próprias singularidades e modos distintos de elaborar narrativas a partir de seus processos de luto. Ainda assim, apesar das diferenças, há uma tecnologia do cuidado que continua sendo produzida. Elas enfatizam isso apontando que o contato com outras mães possibilitou um espaço seguro para viver o luto, compartilhar suas dores e, aos poucos, transformar esse sofrimento em luta por reparação, justiça e memória. Em um dos encontros, uma das mães descreveu que carregava dentro de si um "vulcão", uma raiva intensa, e que somente junto às suas companheiras de jornada conseguiu elaborar e conter essa força devastadora. Esse tipo de testemunho revela como a construção coletiva do cuidado vai além do suporte emocional: ela se configura como estratégia de sobrevivência e de enfrentamento ativo às políticas de morte. Como conclusão, defendemos que essas experiências enfatizam a importância de uma concepção ampliada de cuidado, que leve em consideração tanto os fatores sociais e políticos que originam certos sofrimentos — como o racismo estrutural — quanto às estratégias já desenvolvidas pelos próprios movimentos sociais e sujeitos diretamente afetados por essas violências. Trata-se de romper com a lógica dos "especialismos" e produzir práticas de cuidado construídas em diálogo com os territórios e com os saberes coletivos. Essa proposta também convida outros atores e profissionais a repensarem formas de cuidado em saúde que não estejam exclusivamente centradas nos saberes da Psicologia e da Psiquiatria. O desafio ético que se coloca é o de inventar, junto aos movimentos, práticas clínicas mais horizontais, afetivas e politicamente implicadas, que reconheçam os saberes das mães, sua capacidade de organização e sua centralidade na construção de redes de cuidado, justiça e vida.

Sarau Antimanicomial - Afetos em Liberdade

Jean Carlos Martins (uffs)

No dia 18 de maio de 2025, a ABRAPSO - Núcleo Chapecó realizou o Sarau Antimanicomial no Eco Parque, em Chapecó (SC), como parte das ações do mês da Luta Antimanicomial. A atividade foi organizada de forma coletiva pelo núcleo e colaboradores que contribuíram das mais diferentes formas para realizar o evento. A preparação começou ainda no mês de março, com reuniões abertas que contaram com ampla participação. Nessas reuniões, discutimos a proposta política do evento, os objetivos principais, a estrutura necessária e as possibilidades de participação da comunidade. Dividimos tarefas como produção de material gráfico, divulgação, articulação com artistas locais, transporte de equipamentos e montagem do espaço. A construção coletiva foi central para o sucesso do sarau, reforçando o compromisso com a horizontalidade e com o protagonismo de diferentes pessoas envolvidas na causa. Optamos por realizar o sarau em um espaço público e de fácil acesso, visando possibilitar uma maior participação popular e afirmar o direito à liberdade e ao cuidado com a saúde mental. O Eco Parque, por ser um espaço aberto, permitiu uma interação mais livre entre os participantes, além de reforçar a ideia de que o cuidado em saúde mental deve se dar fora dos muros das instituições fechadas.

O sarau contou com a presença de aproximadamente 70 pessoas, entre pessoas do Núcleo, trabalhadores da saúde, estudantes, familiares e demais interessados. A programação incluiu apresentações musicais, performance literária, declamações de poesias, leitura de textos autorais e microfone aberto. Também montamos uma feira com livros que foram doados por diversos colaboradores do evento. Durante o evento, garantimos um espaço de fala para pessoas diretamente envolvidas na luta antimanicomial. Membros do Núcleo relataram aspectos do cotidiano nos serviços e as dificuldades enfrentadas diante do desmonte de políticas públicas. Estudantes e militantes falaram sobre a importância de construir uma sociedade que supere o estigma e as práticas de exclusão associadas à loucura.

As falas e manifestações culturais abordaram temas como a crítica à lógica manicomial, a importância da desinstitucionalização, a necessidade de fortalecer a luta e ampliar o acesso a cuidados humanizados. Também foram levantadas reflexões sobre como o racismo, o machismo, a LGBTfobia e as desigualdades sociais atravessam o sofrimento psíquico e impactam as possibilidades de cuidado. O sarau, portanto, funcionou como um espaço de escuta, expressão e mobilização. Um aspecto importante da atividade foi a abertura para múltiplas formas de participação. Pessoas que passavam pelo parque puderam se aproximar, assistir às apresentações e interagir com o que estava sendo proposto. Essa dinâmica contribuiu para difundir as pautas da luta antimanicomial para além dos grupos já engajados no tema. A presença de crianças, famílias, grupos de amigos e trabalhadores de diferentes áreas mostrou a potência de ocupar o espaço público com ações que articulam arte, saúde e política.

A proposta do sarau esteve ancorada na defesa do cuidado em liberdade, princípio fundamental da Reforma Psiquiátrica brasileira. Buscamos afirmar que a loucura não deve ser encarada como algo a ser silenciado, controlado ou isolado, mas como uma experiência humana que exige escuta, acolhimento e respeito. O evento se posicionou contra a lógica da internação e da medicalização excessiva, reivindicando a centralidade do território, das redes de apoio e da cultura na produção de cuidado. Também foi discutida, nas falas e intervenções, a preocupação com os retrocessos nas políticas públicas de saúde mental nos últimos anos, incluindo o fortalecimento

de comunidades terapêuticas, o financiamento de instituições de caráter manicomial e o desmonte de serviços substitutivos como o CAPS. Nesse contexto, o sarau se configurou como um ato político de resistência e afirmação dos princípios da Reforma Psiquiátrica e da luta antimanicomial.

A realização do Sarau Antimanicomial em Chapecó ganha ainda mais relevância diante das particularidades da nossa região, marcada por fortes influências conservadoras e pela escassez de espaços públicos voltados à escuta e à expressão de sujeitos em sofrimento psíquico. Em um contexto onde ainda persiste o estigma em torno da loucura e onde práticas de exclusão continuam naturalizadas, promover um evento como esse significa romper com silêncios históricos e afirmar a legitimidade de outras formas de cuidado e convivência. O sarau se coloca como uma estratégia política e cultural de ocupação do território, de fortalecimento da rede de atenção psicossocial e de visibilidade às lutas locais que resistem ao avanço de discursos e práticas manicomiais.

Ao final da atividade, fizemos uma breve roda de avaliação, na qual os participantes destacaram a importância do encontro para o fortalecimento dos vínculos e da luta coletiva. Muitos apontaram que o sarau funcionou como um espaço de cuidado e de afirmação de vidas historicamente silenciadas. Também foi sinalizado o desejo de continuidade dessas ações em outros momentos do ano, em diferentes lugares da cidade. O Sarau Antimanicomial se constituiu como um dispositivo de mobilização, formação política e construção de vínculos. A atividade reafirmou o compromisso com uma sociedade sem manicômios e sem estruturas manicomiais, com práticas de cuidado baseadas na liberdade, na singularidade e na dignidade de cada pessoa.

Saúde Mental e participação social: um estudo com militantes da luta antimanicomial no contexto de Fortaleza-CE

Camila Ribeiro de Oliveira (UFC), João Paulo Pereira Barros (UFC)

Este trabalho visa relatar uma pesquisa de doutorado ainda em curso vinculada à linha de pesquisa 'Processos Psicossociais e Vulnerabilidades Sociais' do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (PPGP/UFC). O estudo insere-se em um contexto de precarização da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) de Fortaleza e de fragilização das instâncias de mobilização política e participação social na saúde mental no município, tais como conselhos, assembleias, fóruns e movimentos sociais. Junto a isso, há uma realidade de avanço da lógica manicomial no Brasil, representada pelas mais variadas manobras necropolíticas que visam enfraquecer o cuidado em/para liberdade no país. Em resposta a tantos desafios, a pesquisa preocupa-se em revisitar o movimento antimanicomial do município, interessando-se pelas estratégias que o Fórum Cearense da Luta Antimanicomial - como expressão organizada da luta pela extinção dos manicômios em Fortaleza - têm desenvolvido para resistir aos desafios atuais que enfrenta. Assim, o estudo tem como objetivo geral investigar práticas de resistência produzidas por militantes da saúde mental no contexto do Fórum Cearense da Luta Antimanicomial. Os objetivos específicos são os seguintes: a) identificar pautas e táticas desenvolvidas por militantes no âmbito do Fórum; b) investigar fragilidades e desafios enfrentados pelos/as militantes do Fórum na construção e manutenção dessas estratégias; c) analisar como militantes do Fórum fomentam e reinventam o agir antimanicomial diante dos obstáculos enfrentados. Para tanto, perfaz uma relação entre os campos da Saúde Coletiva e da Psicologia Social, alinhando-se aos referenciais da reforma psiquiátrica, da luta antimanicomial, do pós-estruturalismo e dos estudos críticos à colonialidade. As categorias teóricas do estudo são essas: a) Luta Antimanicomial, entendida como um movimento social complexo com múltiplas orientações e atores na busca pela superação dos manicômios, com ampla participação na construção da política de saúde mental e que enfrenta hoje uma conjuntura econômica e subjetiva que influencia diretamente seus objetivos e modos de funcionamento; b) Saúde Mental, como território polissêmico em disputa, no qual hoje coexistem pelo menos duas forças paradigmáticas em permanente embate, uma manicomial e outra da reforma psiquiátrica, com concepções, interesses e projetos societários contraditórios; c) Movimento Social, compreendido como um agenciamento coletivo que carrega uma potência revolucionária no traçado de linhas de resistência; e d) Práticas de Resistência, pensadas não como simples ações de bloqueio ou enfrentamento, mas como forças de vida e criação e, ainda, como reexistência, isto, é, como dispositivos criados para reinventar cotidianamente a luta mesmo diante das forças manicomiais em ascensão. Em termos metodológicos, a pesquisa se dá a partir da inserção e participação em encontros e ações do Fórum Cearense da Luta Antimanicomial, coletivo de maior atuação em defesa da saúde mental e do cuidado em/para liberdade no Ceará. Os/as participantes são militantes engajados/as no Fórum, que podem ser usuários/as, familiares, profissionais, gestores/as, acadêmicos/as, professores/as de universidades, etc. Guia-se pelo método da pesquisa-inter(in)venção, utilizando como dispositivos a observação participante com produção de diários de campo em atividades do Fórum (como suas reuniões mensais e organização da Semana da Luta Antimanicomial, no mês de maio), entrevistas sob manejo cartográfico e criação de dispositivos grupais junto a militantes deste núcleo. Um desses dispositivos foi o curso 'Se o manicômio existe, a luta persiste: participação social na saúde mental e movimento antimanicomial em

Fortaleza/CE", uma parceria promovida entre o Fórum Cearense da Luta Antimanicomial, o Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação (VIESES/UFC) - através do projeto de extensão Histórias Desmedidas - e o Programa PASÁRGADA - Promoção de Arte, Saúde e Garantia de Direitos. Os encontros, pensados em formato dialógico e participativo, inspirados nos princípios da Educação Popular em Saúde, buscaram atuar na mobilização e formação política antimanicomial na capital cearense. O curso foi destinado a todos/as aqueles/as com interesse e aproximação com o movimento da luta antimanicomial, com vagas prioritárias a usuários/as, familiares e profissionais de serviços públicos de saúde mental de Fortaleza/CE. Teve periodicidade semanal, com duração total de 5 encontros entre os meses de abril e maio de 2025. Foi dividido em três módulos, a saber: 1) Saúde mental e luta antimanicomial: história, memórias e desafios; 2) Saberes e práticas do movimento antimanicomial fortalezense: demandas, reivindicações e propostas; e 3) Alimentando o agir antimanicomial: protagonismo, participação e controle social no contexto da saúde mental. Com dados analisados à luz da cartografia, os resultados obtidos até o momento apontam a experiência do curso como uma potente estratégia de resistência co-inventada para impulsionar a participação popular antimanicomial diante dos desafios vivenciados pelo movimento no município. Foi possível percebê-lo como uma importante intervenção psicossocial que, na articulação com a ampliação e qualificação do protagonismo social na saúde mental, compôs espaços de escuta, diálogos, reflexões, cuidados, vínculos e bons encontros entre sujeitos que experimentam violações de direitos e opressões, seja na vida social e/ou na rede de cuidados. Através do curso, verificou-se um necessário intercâmbio entre os saberes da universidade, dos serviços públicos de saúde mental e do movimento antimanicomial. Assim, a pesquisa tem atuado na construção de importantes reflexões para o fortalecimento de ações coletivas em defesa da saúde mental libertária no município.

Ser Jovem em Periferias de Fortaleza: Arte, Direitos Humanos e Tensionamentos de Sentidos sobre Paz

Júlio César Cardoso Rodrigues (UFC), Talison Amaral da Costa (UFC), Ana Lídia Ferreira De Carvalho (UFC), Arthur Félix Oliveira Coelho (UFC), Davi Rodrigues Fonseca (UFC), Lívia Tabosa Dias (UFC), João Paulo Pereira Barros (UFC), Luciana Lobo Miranda (UFC)

O presente trabalho objetiva problematizar como os tensionamentos dos sentidos sobre paz atravessam os modos de subjetivação juvenis em periferias urbanas de Fortaleza-CE. Tal discussão tomará como base a realização do VII Festival das Juventudes, que realiza-se através da articulação de ONG 's e coletivos do território, especialmente o Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (CDVHS) e o coletivo Jovens Agentes de Paz (JAP). Sucede-se, também, a partir da experiência dos extensionistas do projeto Artes Insurgentes - ligado ao Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação (VIESES) e ao Laboratório em Psicologia, Subjetividade e Sociedade (LAPSUS), vinculados ao curso de Psicologia da Universidade Federal do Ceará -, que promovem e constroem, junto ao território, o Festival. O evento ocorre com estudantes do ensino médio de seis escolas públicas do Grande Bom Jardim (GBJ), bairro periférico de Fortaleza/CE, no qual é marcado por diferentes violências e enquadramentos à juventude. Assim, ele instaura-se enquanto um espaço potente de encontros e insurgências entre estudantes, coletivos, profissionais e acadêmicos em meio a esse cenário. Cada encontro do festival, totalizando em quatro, é dividido a partir de um dos eixos temáticos - Ser Jovem, Ser Livre, Ser Jovem Agente de Paz e Ser daz'Area - e é constituído por meio de rodas de conversas com convidados do território e oficinas com diferentes dispositivos artísticos, como poesia, teatro, dança, arte circense, dentre outras.

O corrente trabalho enfocará os tensionamentos sobre paz que atravessam as narrativas dos jovens sobre suas experiências e trajetórias, abordados, especialmente, no eixo Ser Jovem Agente de Paz, no qual visa situar a paz não enquanto postura passiva diante das violências estruturais, mas enquanto formação política e luta por direitos, reivindicando e produzindo outras realidades possíveis. Dessa maneira, o eixo articula atividades e debates em torno das estratégias de enfrentamento às violências — físicas e simbólicas — que incidem sobre as juventudes do território. Entretanto, não se apoia em uma perspectiva belicista ou penalista, típica dos modelos sustentados pela indústria da punição (Davis, 2018a). Ao contrário, propõe uma reflexão crítica sobre as condições estruturais e históricas que produzem as juventudes das periferias urbanas como alvos preferenciais de múltiplas formas de violência, promovendo, assim, uma análise que desloca o foco da responsabilização individual para a compreensão dos processos sociais que geram e perpetuam essas desigualdades. Assim, ficam a inquietação e a indagação: como juventudes inseridas em escolas públicas de Fortaleza-CE narram sobre a violência em seus territórios e produzem paz?

O Festival articula-se com escolas das periferias de Fortaleza, em bairros marcados por processos de vulnerabilização de suas populações e por altos índices de violências voltados às juventudes pretas e pobres. Nesse sentido, vale-se pontuar que a cidade de Fortaleza está entre as capitais com maiores índices de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) contra adolescentes e jovens no Brasil (Ceará, 2021a). Em 2020, 60,52% dos casos de homicídios registrados na capital foram contra adolescentes e jovens (Ceará, 2021b). Ainda segundo o mesmo levantamento, o número de assassinatos de adolescentes entre 10 e 19 anos em Fortaleza cresceu 88,14% entre 2019 e 2020, ao passo que o número de

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

casos de homicídios contra jovens, de 20 a 29 anos, sofreu um aumento de 111,46% no mesmo período (Ceará, 2021b). Assim, a mobilização político-social constituída em meio aos eixos do Festival surge enquanto ponto de fissura em meio a esse cenário.

Sobre a metodologia, o trabalho aqui apresentado é tecido a partir de uma perspectiva participativa em Psicologia, que se ancora na pesquisa-inter(in)venção, inspirada pelas epistemologias contracoloniais. Este fazer-pesquisa, mais do que método, é gesto ético-estético-político que se constrói no encontro, na escuta sensível e na coautoria de mundos outros. Uma escrita que não busca apenas descrever a realidade, mas intervir nela — não de forma impositiva, mas como quem semeia possibilidades junto a quem resiste. Assim, o pesquisador não é mero espectador do que observa, mas sujeito que afeta e é afetado, que escolhe se implicar nas dinâmicas que atravessam os territórios, assumindo uma postura intencionalmente não neutra e politicamente comprometida (Soares; Miranda; Barros, 2024; Miranda et al., 2020). O éthos que orienta essa prática rompe com os modelos tradicionais de produção de conhecimento, deslocando o olhar da neutralidade para uma implicação consciente e necessária. Fazer pesquisa, sob essa perspectiva, é assumir-se como corpo que atravessa e é atravessado pelas forças que operam no território.

A partir desse pesquisar-intervir, torna-se fundamental analisar como se produzem, no território, tanto as violências quanto as potências de paz que nele germinam. Como aponta Barros (2019), o conceito de necropolítica, formulado por Mbembe, é chave para compreender as tecnologias de morte e os dispositivos de controle que operam cotidianamente nas periferias urbanas, especialmente sobre corpos negros, jovens e periféricos. Trata-se de um regime que, ao selecionar quem pode viver e quem deve morrer, organiza a vida social a partir da gestão da morte. Contudo, diante desse mesmo aparato de morte, emerge no território — sobretudo a partir dos encontros das juventudes — uma paz que se fabrica como linha de fuga (Deleuze; Guattari, 1995), escapando das capturas coloniais, raciais e normativas que tentam enquadrar corpos, afetos e modos de existir. No GBJ, essa paz não se submete à lógica da pacificação imposta ou do silenciamento, mas se reinventa como processo coletivo de (re)existência, tecido nas tramas de redes, coletivos e práticas culturais que funcionam como máquinas desejantes (Deleuze; Guattari, 1972), articulando saberes, afetos e estratégias de resistência.

Na lógica esquizoanalítica, a paz normativa que nos é vendida é um produto desejante da própria máquina social capitalística, que organiza o desejo a partir da produção de subjetividades ajustadas à reprodução das opressões (Deleuze; Guattari, 1972). Portanto, se a ideia de paz não atravessa quem vive as violências do território, ela não é paz: é captura. A paz que no Festival se inventa, ao contrário, se faz como linha de fuga, como desterritorialização contínua (Deleuze; Guattari, 1980), abrindo brechas para que outros modos de viver, criar e resistir sejam possíveis.

Diante das vivências no eixo Ser Jovem Agente de Paz, torna-se evidente que pensar em paz, dentro de contextos periféricos como o GBJ, é, sobretudo, um exercício de resistência e produção coletiva de futuros possíveis. A paz, neste cenário, se distancia de uma ideia apaziguadora e se aproxima de uma prática cotidiana de insurgência, que questiona as normatividades e os dispositivos de controle que recaem, principalmente, sobre corpos marginalizados. O que vivemos no Festival das Juventudes nos revela que, onde o Estado falha e onde a necropolítica insiste em semear o silêncio, as juventudes inventam outros modos de existir. Na roda, no grafite, no slam, na poesia, germinam futuros que não aceitam a sentença do esquecimento.

Dessa forma, este trabalho nos convida a refletir sobre o papel da Psicologia na construção de práticas que não só denunciem as violências estruturais, mas que também fomentem processos de (re)existência, capazes de

subverter a lógica vigente. Assim, cabe indagar: que Psicologia é possível — e necessária — frente a um contexto em que a própria produção de subjetividades é atravessada pela lógica do extermínio e da exclusão? De que maneira nossos saberes e práticas estão contribuindo para a manutenção ou o enfrentamento dessas estruturas? Essas são provocações que ultrapassam os muros da universidade e ecoam no compromisso ético-político que deve orientar nossas ações enquanto profissionais, pesquisadores e cidadãos.

Por fim, compreendemos que ser jovem agente de paz não é um destino dado, mas uma construção coletiva, potente e, muitas vezes, poética, que se realiza no entrelaçamento das lutas, das artes e dos afetos. É na contramão da lógica punitiva e da política de morte que essas juventudes nos ensinam que a paz não se espera: se cria.

REFERÊNCIAS

BARROS, J. P. P. Juventudes desimportantes: A produção psicossocial do “envolvido” como emblema de uma necropolítica no Brasil. In COLAÇO, V.;. GERMANO, I.; MIRANDA, L.; BARROS, J. P. P. (Orgs.), Juventudes em Movimento: experiências, redes e afetos (pp. 209-238). Expressão Gráfica Editora. 2019.

CEARÁ. Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social. Estatísticas de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI). Fortaleza: SSPDS, 2021. Disponível em: https://www.sspds.ce.gov.br/estatisticas-2/. Acesso em: 25 maio 2025.

DAVIS, Angela. A liberdade é uma luta constante. Tradução de Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia. Tradução de Luiz Orlandi e Suely Rolnik. 6. ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia. Vol. 1: Rizoma. Tradução de Aurélio Guerra Neto, Ana Lúcia de Oliveira e Edson Teles. 6. ed. São Paulo: Editora 34, 2020.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia. Vol. 5: Como criar para si um Corpo sem Órgãos? Tradução de Suely Rolnik. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 1996.

SOARES, M. R. N.; MIRANDA, L. L.; BARROS, J. P. P. “A gente combinamos de escre(viver)”: analisadores-escreviventes com estudantes de uma escola pública de Fortaleza/CE. Revista tempo, espaço e linguagem - TEL, v. 15, nº. 01, p. 350-383, Janeiro-Junho, 2024.

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: narrativa de um percurso de estágio no CRAS

Jéssica Hubner (civia), Elaine Laumann (UNIVILLE Campus São Bento do Sul)

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em suas diferentes tipificações ancora as atividades de proteção social básica no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). A partir do documento Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS (2009, p. 9), o equipamento tem como atribuições a prevenção de "[...] situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania". A fim de atender a demanda das vulnerabilidades e fragilização de vínculos, dentre suas possibilidades, o CRAS promove o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) de forma complementar ao Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF) - proteção social básica - e ao Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI) - proteção social de média complexidade. Este trabalho tem a intenção de narrar uma experiência de estágio realizada no CRAS, em uma cidade do planalto norte catarinense. O estágio supervisionado está sendo realizado em dois SCFV diferentes: para Jovens e Adultos (18 à 59 anos) e para Adolescentes (10 à 15 anos). O primeiro grupo apontado é exclusivamente formado por mulheres. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS, 2017) o SCFV tem caráter "[..] preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação de direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades dos usuários, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais". Assim, a partir da proposta curricular do estágio supervisionado, bem como a partir das demandas iniciais apontadas pelo campo de estágio, teve-se como objetivo identificar, a partir de observação-participação no campo, demandas e potências do grupo, a fim de promover práticas grupais emancipadoras. Nesse momento, faz-se necessário uma breve explanação sobre a estrutura do estágio, que é dividido em dois momentos. No primeiro semestre de 2025, o estágio consistiu na observação-participante dos grupos do SCFV. Segundo Minayo (1994) a observação participante acontece no contato direto do pesquisador (neste caso, das estagiárias) com o fenômeno observado. Este contato permite ao pesquisador modificar o meio ao mesmo tempo em que é por ele modificado, permitindo identificar situações e contextos que, muitas vezes, não são compreendidos por perguntas, pois a observação permite ao pesquisador-estagiário a proximidade com a realidade do contexto. Já no segundo semestre do ano, acontecerá o outro momento do estágio: a partir das observações participantes, e construção de projeto de intervenção, as estagiárias irão conduzir intervenções com os grupos dos SCFV supracitados. Neste resumo, iremos narrar e fundamentar o primeiro momento do estágio. Corroborando com as ideias de Minayo, pautamos nossa atuação inicial voltada para a observação, também em Danna e Matos (2015, p.12) que destacam que este momento é utilizado "para coletar dados acerca do comportamento e da situação ambiental". Por meio destas observações e posterior análise das estagiárias, fica previsto a construção de intervenções, elaboração do plano de ação e confecção dos materiais de apoio para a equipe de profissionais. A seleção dos grupos para a atuação das estagiárias foi feita pelo CRAS de referência, que destacou a necessidade do trabalho com o denominado "Grupo de Mulheres" e o "Grupo de Adolescentes". Ao observar o Grupo de mulheres, há percepção da necessidade de discussões acerca do pertencimento e reconhecimento de si, considerando os diferentes papeis que exercem em seus

contextos sociais. Em diferentes momentos percebeu-se que algumas mulheres demonstram a necessidade de reproduzir papeis sociais historicamente impostos, sem reflexões acerca da possibilidade de exercício de novos e diferentes papeis sociais. Mathias (2023, p.178) corrobora com essa reflexão quando aponta que "Além da dimensão social e corporal, o pertencimento se caracteriza por um vetor de sentido existencial, atrelado à afetividade", reforçando assim a necessidade do reconhecimento de si, a fim de promover o sentimento de pertencimento. O outro grupo acompanhado, dos adolescentes, apresenta uma particularidade bastante específica, pois trata-se de um grupo recém-formado, apresentando desafios iniciais com relação a vinculação e assiduidade dos integrantes. Nesse sentido, nos apoiamos nas ideias de Gomes; Maheiri e Corrêa (2022, p. 6) quando defendem que quando "se inicia um trabalho grupal, não se sabe quais os caminhos que este coletivo vai trilhar e como este campo intersubjetivo vai se configurar". Diante disso, entendemos dois aspectos importantes para problematização: quais os interesses comuns do grupo; a partir desses interesses, como e quais instrumentos dialógicos utilizar para potencializar a formação de vínculos entre os integrantes do grupo. Diante do exposto, defendemos a atuação do profissional da psicologia nos CRAS e nos apoiamos nas Referências Técnicas Para Atuação De Psicólogas(os) No CRAS/SUAS (2021, p. 136), quando cita as ideias de Ximenes, De Paula e Barros (2009) ao resumir "[...] as três grandes vertentes em que se pode pensar a intervenção psicossocial: a assistencialista, a tecnicista e a crítico-emancipatória. Além disso, atuar na promoção de direitos humanos é essencial para a psicóloga conforme o código de ética da profissão, no artigo I: "O psicólogo baseará seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos" (Código de Ética do Profissional do Psicólogo, 2005, p. 7). O que aponta novamente sobre a atuação do profissional. Atuação que é fundamentada na formação inicial, reforçando a importância do estágio realizado. Assim, o presente trabalho, tem intenção de ampliar a visão do aluno com relação as práticas da clínica estendida no contexto das políticas públicas, com relação na atuação do profissional no CRAS, conhecendo o dia a dia, estruturação, planejamento de ações, atuação em grupos e com relação ao campo de atuação, na elaboração de medidas que visam mitigar riscos aos munícipes, baseados que o estado é garantidor dos direitos humanos. Estar presente na comunidade, amplia a visão do aluno no que diz a constituição psíquica do sujeito, assim como, os fatores sociais históricos que contribuem para uma exclusão social, fomentando a vulnerabilidade dos grupos apagados diante da sociedade.

Referências

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO PSICÓLOGO Agosto 2005. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>.

DANNA, M. F, & MATOS, M. A. (2015). Aprendendo a Observar. (3ª ed.) São Paulo: Edicon.

GOMES, M. A.; MAHEIRIE, K.; CORRÊA, B.. JOVENS EM VULNERABILIDADES PSICOSSOCIAIS: GRUPO COMO LUGAR DE ACOLHIMENTO E SUBJETIVAÇÃO POLÍTICA. Psicologia em Estudo, v. 27, p. e47375, 2022.

MATHIAS, D.. Pertencimento: discussão teórica. Alea: Estudos Neolatinos, v. 25, n. 1, p. 166–187, jan. 2023.

DE SOUZA MINAYO, Maria Cecília; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Editora Vozes Limitada, 2011.

Referências técnicas para atuação de psicólogas (os) no CRAS/SUAS / Conselho Federal de Psicologia, Conselhos Regionais de Psicologia, Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. — 3. ed. — Brasília : CFP , 2021.

Violências Estruturais no Ambiente de Trabalho: Um Relato de Experiência de uma intervenção psicossocial.

Izadora Barbosa da Silva (Unifamaz), Bárbara Araújo Sordi (Unifamaz)Iara Corrêa Ibiapina (Unifamaz), Monise Garcez Arthur (Unifamaz)

As violências estruturais correspondem aos cenários em que poderes hegemônicos sociais, políticos e econômicos se manifestam de forma implícita e dificilmente rastreável, uma vez que não há contato direto na relação entre o agressor e a vítima (Galtung, 1969).

A dificuldade de acesso a direitos básicos - saúde, educação e lazer, por exemplo - por negligência institucional ou por discursos que banalizam a desigualdade, revela fatores que sustentam a ordem de poder baseada no modelo de sociedade patriarcal, branca, cisheteronormativa, que supervaloriza a estética da magreza e rejeita qualquer tipo de deficiência física. Por isso, situações de misoginia, racismo, LGBTQIA+fobia, gordofobia e capacitismo se manifestam com proeminência nos contextos sociais (Souza e Gonçalves, 2021; Souza et al., 2022; Andrade e Belo, 2024).

Assim, as relações sociais podem ser um campo de perpetuação de danos à saúde mental pela falta reconhecimento da presença de violências em ações e comentários cotidianos que aparentam ser inofensivos, já que o modus operandi da sociedade está fundamentado na hegemonia da estrutura social (Azzolini, 2024).

No contexto de trabalho, esse modus operandi revela a dificuldade de muitos trabalhadores em identificar e manejar violências, contribuindo para que permaneçam nesse meio. A carência de assentos específicos para clientes com sobrepeso e de estrutura arquitetônica favorável para receber pessoas com deficiência, por exemplo, revela a manifestação de violências que, muitas vezes, são invisibilizadas (Souza e Gonçalves, 2021; Lorandi e Gesser, 2023).

Ademais, desconsiderar a identidade de gênero de pessoas transexuais, referindo-se a elas a partir do sexo biológico, bem como a relação de poder desigual entre homens brancos e mulheres negras que estão em um mesmo cargo institucional, colocando-as como inaptas a ocupar os mesmos espaços de poder, tanto pelo gênero quanto pela raça, em sua maioria, não são percebidas como fatores discriminatórios, sendo banalizadas e reproduzidas constantemente (G1, 2023).

Dessa forma, as intervenções psicossociais podem ser alternativas de promoção de consciência individual e responsabilidade social para que as diversas formas de violência sejam minimizadas e combatidas.

Este trabalho objetiva relatar a experiência de uma intervenção psicossocial com atendentes da coordenação de cursos de uma Universidade privada em Belém do Pará, auxiliando na identificação das violências estruturais e possíveis formas de manejo.

Sobre a relação entre o GT e este trabalho, sabe-se que a participação social é fundamental para combater violências, especialmente, no contexto institucional. A Psicologia é uma profissão ancorada na defesa dos Direitos Humanos, entendendo que a noção de “humano” não deve ser generalizada e nem compreendida como uma categoria única. A importância desse projeto se manifesta no cumprimento das normas do Conselho Federal de Psicologia, visando o respeito às diferenças, e no incentivo à participação ativa da sociedade, estimulando o reconhecimento da responsabilidade em combater as violências, segundo o contexto de cada pessoa. Assim, ressalta-se que a oficina é um exemplo, também, de prática psicossocial com a participação social dos/das discentes de psicologia de Belém, ampliando a compreensão da realidade e incentivando a promoção de direitos sociais.

Este trabalho se baseia nas premissas do sociólogo Johan Galtung (1969), que aborda o constructo da violência

estrutural e os seus atravessamentos nos contextos sociais. Além disso, a noção de Pacto da Branquitude, criada pela psicóloga Cida Bento (2022), ao analisar os atravessamentos da aliança de poder entre brancos e homens, perpetuando as desigualdades raciais, e de Maria Lugones (2005) acerca da matriz colonial de gênero, ao pensar os efeitos da colonialidade nas subjetividades e relações de poder.

A partir da disciplina "Projeto Integrador IV", a qual compõe a grade curricular do curso de Psicologia de uma Universidade privada em Belém, foi feita a elaboração de um diagnóstico por meio de um questionário no Google Forms, para identificar as necessidades dos/das profissionais. Algumas perguntas envolviam: "Qual área você trabalha?"; "Você já vivenciou situações de bullying na sala de atendimento?"; "Se você respondeu sim na pergunta anterior: você consegue identificar que tipo de violência estrutural está presente no bullying?"; "A instituição trabalha as temáticas de gênero, racismo e inclusão social?", entre outras.

Dentre as respostas dos/das participantes, destaca-se: 100% relatou trabalhar na área administrativa da universidade; 66,7% respondeu que nunca presenciou situações de bullying na sala de atendimento, sendo 33,3% presenciou piadas ou apelidos; 50%, respondeu não conseguir identificar a violência, o restante mencionou "problemas físicos ou mentais" - o que poderia ser considerado capacitismo, mas sem nomeação - além de "racismo, misoginia". Ademais, 75% respondeu que a instituição propõe essa temática, porém 25% discordou.

Com isso, foi elaborada uma oficina que ocorreu da seguinte forma: o primeiro momento consistiu em fornecer, para cada participante, um caso fictício de um tipo de violência estrutural, como racismo, misoginia, gordofobia, LGBTQIA+fobia e capacitismo. Cada caso contava uma situação-problema no meio trabalhista, como: deixar por último uma pessoa negra para ser atendida, não haver cadeira acessível a uma pessoa gorda, o uso do nome social, dentre outras. Os/as participantes foram auxiliados a identificar os tipos de violência presentes nos casos e propuseram soluções de manejo. A partir do debate, foi apresentado em slides, conceitos e dados estatísticos, além de leis de combate às violências.

No segundo momento, as/os participantes se aproximaram em duplas para uma mesa com 10 imagens que apresentavam situações de violências abordadas em formato de charge (com duas charges para cada tema proposto). Cada dupla recebeu uma folha com um tipo de violência e deveriam identificar, selecionar as charges correspondentes ao tema para colar na folha e apresentar ao grupo. As escolhas e os motivos foram debatidos. A ação foi concluída com a correção de equívocos e ressaltando a relevância de identificar e compreender as violências que poderiam estar presentes durante a atuação no trabalho e na vida cotidiana.

Verificou-se que a ação foi bem recebida pelas/os participantes, que a consideraram como uma estratégia de valorização ao seu trabalho. Também identificou-se que reconheciam as violências e conseguiram identificar manejos institucionais, destacando que a empresa trabalhada já possui medidas inclusivas, como o fato de cadeiras adaptadas, para o caso de pessoas gordas. Houve relatos de situações de violência contra as mulheres, especialmente de assédio, em relação as suas vidas particulares. O ponto de maior reflexão foi sobre o racismo, com a presença de dúvidas e reflexões, com relato de vivências e o debate de racismo presente na intolerância religiosa, pois um participante relatou sofrer violência por suas vestes de religião de matriz afro-brasileira, a umbanda. Houve debate sobre padrão de beleza, cultura do estupro e capacitismo e trocas de como conduzir situações em seu ambiente de trabalho. Como feedback, os/as participantes elogiaram o debate, relataram pouco tempo para pensar sobre tais questões de forma coletiva e o desejo da ampliação das ações.

Nota-se a relevância de ações psicoeducativas em locais de atendimentos de universidades privadas, para prevenção de violências estruturais, como racismo, misoginia, capacitismo e gordofobia.

Além disso, promoção de saúde e senso crítico coletivo entre profissionais pode ser uma forma importante de cuidado e de fortalecimento de vínculos.

A partir dos relatos compartilhados, verificou-se como as pessoas integrantes eram atravessadas por violências, evidenciando o pacto da branquitude e presença da matriz colonial de gênero. Tais marcas atravessam espaços geográficos, relações e as instituições, como constatados na roda de conversa entre as/os integrantes.

Alguns posicionamentos que colaboravam com violência estrutural puderam ser refletidos coletivamente, fato que demonstra um formato de letramento que atravessa vivências e diálogos, rompendo modelo tradicional educacional e punitivista. Logo, ressalta-se a importância das intervenções psicossociais, em especial nas temáticas que envolvam reflexões críticas sobre sistema colonial das violências estruturais, para evitar violências institucionais, assim como acolher pessoas trabalhadoras. Outrossim, a experiência também contribui para formação universitária em psicologia, na perspectiva do letramento, assim para práticas que promovam pensamento crítico, autonomia e emancipação.

Azzolini, M. A. P. (2024). Revisitando a Teoria da Violência de Johan Galtung: a relação entre violência estrutural, cultural e direta. Revista Contraponto, 11, e138208-e138208.

BENTO, C. O pacto da branquitude. São Paulo: Cia. das Letras, 2022.

GALTUNG, J. Violence, Peace, and Peace Research. Journal of Peace Research, v. 6, n. 3, p. 167-191, 1969.

G1. Atriz e poeta trans feminista filma transfobia de atendente que se dirigiu a ela com prenome masculino na Bahia, 2023.

LORANDI, A.; GESSER, L. A produção científica sobre o capacitismo no ensino: análise crítica e propostas de intervenção, 2023

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. Tabula Rsa. Bogotá. Nº9: 73-101, jul-dez, 2008.

SOUZA, A.; GONÇALVES, M. Gordofobia no espaço escolar: Uma análise histórico-cultural, 2021.

GT 36: PROCESSOS DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E SEUS IMPACTOS NA SAÚDE MENTAL DO TRABALHADOR E DA TRABALHADORA

Coordenação: Eduardo Breno Nascimento Bezerra (UFPB), Guilherme Paim Mascarenhas (UFAM), Joeder da Silva Messias (UESB)

A contemporânea vontade de impotência: ponderações sobre a saúde mental do sujeito do trabalho.

Carlos Isaac Batista do Nascimento (UFS)

Em 1977 e 1978, no curso "Segurança, Território e População" (2008), Foucault historicizou a modernidade de maneira que podemos compreendê-la como a história do aprimoramento de tecnologias governamentais para sufocamento de revoltas. Com outras palavras, no "Manifesto Contra o Trabalho" (2003), o Grupo Krisis coloca a história da modernidade como história da imposição do trabalho: atividade patogênica, de ordem autoritária e econômica, destinada a alienar o tempo daqueles que a vida vale menos. Essas são duas faces que permitem contextualizar as funções da sociedade disciplinar: extração do máximo de utilidade econômica de nossos corpos e, simultaneamente, produção do máximo de docilidade política; duas dimensões que não podem ser desvinculadas.

Por meio da etimologia da palavra em diversas línguas, confere-se a utilização histórica do termo "trabalho" para designar "servidão" e "tortura", tal qual a palavra "labor" siginifica "dor". Já por meio das análises de Achille Mbembe (2018), só houve a instauração de uma sociedade em volta do trabalho através do racismo que rebaixava pessoas à condição de mão de obra. A escravidão nas colônias é a primária síntese entre massacre, terror e institucionalidade direcionada à imposição do trabalho. Se hoje ele é um infortúnio que reduz a vida para além do significante "negro", trata-se da proliferação de tal condição, o "devir-negro do mundo".

Desse modo, impressiona pensar que o século XX ficou marcado pela pregação da santidade do trabalho. Tanto socialistas como fascistas o caracterizavam como libertador, dignificante, a determinação natural do ser humano (Krisis, 2003). O que começou a ser imposto através de grande escala de violência, colocou-se como habitual. Os sindicatos, combativos em seu início, rapidamente passaram a se relacionar como aparelho de Estado. A luta contra o trabalho é posta de lado e, ao contrário, se instaura demasiada identificação com a figura "guerreira" do "trabalhador", restringindo-se a reivindicar direitos e melhores condições de exercer a força explorada. A gestão do trabalho assumida pelos próprios trabalhadores. Não mais contesta-se a finalidade absurda de transformação da própria energia em dinheiro, mas assume e valoriza o ponto de vista do trabalho. O trabalho-tortura ganhou status de direito humano. Valores revertidos, a burguesia passa a ser ofendida não por explorar e roubar nosso tempo, mas por serem eles parasitários, não explorados, não torturados (Krisis, 2003).

A generalização social do trabalho pediu uma nova relação política que veio com o "Estado Social" democrático, um sistema de auto-opressão onde tudo é negociável, menos as coerções de uma sociedade do trabalho (Krisis, 2003). Para Deleuze (2008), não há Estado democrático que não esteja totalmente imbricado nesta fabricação da miséria humana. Entretanto, foi na

sua formulação sobre a "sociedade de controle" — modo de organização social do controle contínuo ao "ar livre" a partir de um declínio da sociedade disciplinar e seus confinamentos — que podemos nos ater para melhor elaborarmos sobre uma modulação subjetiva do trabalhador de hoje.

Na sociedade de controle calcada na remodelação constante do sujeito, no auto-controle e auto-vigilância, não é preocupação primeira a produção de trabalhadores especialistas na realização de uma tarefa já prevista; e sim, produzi-los de modo que sejam versáteis, criativos, flexíveis, inovadores, de participação ativa e que encontrem as melhores formas de resolver os problemas imprevistos. Logo, o papel do empregado passa a ser a realização daquilo que nem lhe foi atribuído, ocasionando na alocação do "homem confinado", da sociedade disciplinar, para o "homem endividado" que nunca finaliza suas atividades, que tem sempre habilidades novas a aprender. Com a capitalização da inventividade, vitalidade e traquejo de vinculação, que eram tidos como armas para furar o capital e proferir novos modos de estar no mundo, está cada vez mais difícil diferenciar vida e poder; pontos até então antagônicos. Sinônimo de "capital humano", o trabalhador torna-se empreendedor de si e tudo o que fizer — ida ao museu, andar na praça, dormir... — é transformado em "investimento" para consigo.

Imersos numa dinâmica de concorrência empresarial e sem horizonte imaginário de superação do trabalho, perdemos as referências coletivas de resistência e passamos a conhecer a ideia individualizante de "resiliência". Endividados, sem tempo, emburrecidos e esvaziados de sentido tal qual uma mercadoria, os trabalhadores contemporâneos precisam da ausência de imaginação de um futuro diferente para se protegerem diante do perigo da frustração que é "acreditar demais" (Fisher, 2020); pois, se cada vez mais exige-se flexibilidade, estamos extremamente frágeis. Ou seja, aquilo que seria cerne de um problema, a certeza de que nada pode fazer a respeito de sua própria condição, soa como solução ao indivíduo; uma lógica que não é fruto de uma repreensão passiva da realidade, mas uma ação que vigora como profecia auto-realizável (Fisher, 2020). Para Bifo Berardi (2019), trata-se da dissipação do horizonte de expansão e euforia de um futuro promissor que configurava quase todo século XX, dando lugar ao horizonte de "espírito depressivo" neste novo milênio, em que o futuro só poderá ser pior para nossa geração precarizada que perde poder de consumo progressivamente.

O futuro e o progresso não só deixaram de ser equivalentes como, a partir de 1977, ano em que o movimento autonomista protagonizou grandes revoltas na Itália, passaram a ser opostos (Berardi, 2019). Importante lembrar: não se desvincula a máxima extração da utilidade econômica dos sujeitos da máxima docilidade política. Para além da flexibilização e precarização do trabalho, Bifo (2019) enfatiza que um grande agente de instauração desse "espírito depressivo" — sentimento generalizado de humilhação, junto com a ânsia desesperada por aniquilação — que tomou conta da esfera psicossocial, adveio não somente da crise financeira de 2008, mas no fato de que as revoltas, mais uma vez, foram encerradas sem mudar o rumo do presente.

A partir do conceito de "sociedade de controle", o autor compreende a progressiva falta de alternativas no imaginário social: "o espaço de autonomia mental tornou-se tão estreito que mal podemos escolher no que pensar, sobre o que falar, com o que fantasiar" (Berardi, 2024, p. 43). A crescente complexidade e onipotência do capital diminui a potência da vontade, restando-nos a exaustão e a mutilação do desejo como ferramenta para lidar com o intragável ritmo social e emocional no neoliberalismo dos informativos smartphones, que representam o imperativo de incitação ao consumo do máximo de prazer rápido, o que reduz o gozo a descarga pulsional sem elaboração alguma da realidade (Berardi, 2024).

Neste cenário de produção de impotência, instaura-se um estado de subjetivação letárgico, paradoxalmente anedônico e hedônico, com indivíduos incapazes de se satisfazerem, ao mesmo tempo em que são incapazes também de sentirem outra coisa senão prazer (Fisher, 2020). Uma busca árdua por alienamento, entorpecimento, num mundo em que o presente não é bom, o futuro pior, e "não há o que fazer". Imobilizado pelo excesso de realidade não elaborada, desaparecer de si aparece como a alternativa de "resistência" de nosso tempo. Uma dócil insubmissão que parece colaborar com a compreensão de Foucault (2009), em "O Sujeito e o Poder", sobre as lutas do seu tempo: ataques às técnicas de poder mais próximas e os processos de subjetivação. Quando vida e poder se confundem através do caráter positivo de criação deste, atacar o desejo, de maneira antibiótica, é a resposta imediata.

Para David Le Breton (2018), a imposição de participação passiva feita pela democracia liberal é fundamental nessa vontade de impotência/impotência da vontade, visto que a ausência de uma conjuntura para se afirmar em luta comum, e de um destino para compartilhar com sua classe, se somado a velocidade dos fluxos de informações e as novas configurações de trabalho, transforma pessoas em indivíduos isolados que detém a cobrança de renovação incessante de recursos psíquicos. A ligação com o mundo, por meio da vontade, entra em suspensão. Passa a querer o menor grau de consciência, interessa-lhe a indiferença. "Ele se retira das exigências [...] sem, contudo, colocar-se como revoltado ou dissidente" (Le Breton, 2018, p. 36); afinal, tem a certeza inútil da inutilidade da revolta. "Um 'deixar pra lá' nascido da dificuldade de transformar as coisas" (Le Breton, 2018, p. 15). Em meio a tanta passividade, as emoções perdem sentimento e o indivíduo se fecha num narcisismo contraditório de dissolução do eu. Por vezes, até adere à moral com mais facilidade, sucumbindo ao conservadorismo (Le Breton, 2018).

Sendo assim, pretende-se discutir a saúde mental dos trabalhadores, em tempo de novas formas de precarização, a partir de uma perspectiva contra o trabalho, em vista de um cenário de crise da potência do desejo, abrindo discussão para a hipótese disto ser fruto da "impossibilidade" de revoltar-se. A revolta, "dimensão historicamente essencial do homem", se trata, para Camus (2019), da retaliação para com a vida por meio do confronto diante das condições estabelecidas, retirando a passividade da subjetivação. Articulando com Bifo (2024), as revoltas do "Black Lives Matter" apresentaram uma explosão psicoterapêutica imprescindível naquele momento. Com isso, pensar na produção de saúde mental seria pensar na produção de revoltas?

Empregabilidade e Juventudes Periféricas: Reflexões críticas no mundo do trabalho e subjetividade na lógica neoliberal.

Ana Laíssa Monteiro de Moraes (PUC-RS), Ana Laíssa Monteiro de Moraes (PUC-RS)

A lógica neoliberal apresentada por Dardot e Laval (2009) em A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal, afirma que a racionalidade do capital se estende frente à vida cotidiana, especialmente no mundo do trabalho. No contexto da juventude periférica, essa estrutura é materializada através das exigências de alta performance, adaptação ao mercado e responsabilização individual. Na contemporaneidade, esse cenário acaba assumindo múltiplas formas, sendo elas a prerrogativa das empresas na aderência de programas de aprendizagem (ESG Insights, 2023), o que contribui para a exclusão de jovens que já são atravessados por inúmeras questões sociais, gerando um ciclo de frustração e sofrimento subjetivo. Como discutem Dardot e Laval (2016), a responsabilidade individual gera adoecimento e silenciamento frente ao fracasso estrutural que opera a sociedade neoliberal. Diante desse cenário, venho por meio deste trabalho propor uma reflexão crítica e relacionar as minhas vivências de estágio com os referenciais da Psicologia Social Crítica sobre os impactos da lógica neoliberal na subjetividade de jovens em situação de vulnerabilidade em preparação para inserção no mundo do trabalho. Buscamos refletir criticamente sobre os efeitos das transformações no mundo do trabalho sobre a juventude em processo de inserção laboral e entender os efeitos da racionalidade neoliberal sobre os corpos racializados, femininos e periféricos, o que precariza não só os vínculos de trabalho, mas também os modos de ser e estar dos jovens. A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal (Dardot, Laval, 2009) evidencia que essa lógica neoliberal não se restringe à esfera econômica, mas atravessa todas as dimensões da vida humana. Essa transversalidade aprofunda a exclusão e contribui para o sofrimento psíquico daqueles que não se enquadram no “perfil ideal” exigido pelo mercado, reforçando a desigualdade estrutural e produzindo formas de sofrimento, e como consequência, influenciando uma juventude que não se vê como agente capaz de movimentação e ascensão, seja ela acadêmica ou profissional. Este trabalho é um relato de experiência, baseado nas práticas e experiências de estágio extracurricular na Consultoria PUCRS Carreiras, uma proposta universitária que surgiu como a necessidade de ser um elo entre universidade, comunidade e os estudantes, e tem como foco, a empregabilidade como questão social. Onde a demanda de intervenção opera sobre a necessidade de desenvolvimento de habilidades e competências de adolescentes e adultos jovens no início da jornada profissional, assim como desenvolvimento de carreira. A metodologia se apoia em observações, escutas e análises críticas de situações vivenciadas em contextos institucionais e comunitários, foram conduzidas entrevistas, oficinas de empregabilidade e dinâmicas com jovens em diferentes territórios, especialmente nos Centros de Juventude de Porto Alegre, vinculados ao Ministério da Justiça. A sistematização ocorreu de forma reflexiva, com base em anotações de diário de campo, grupos de estudo e discussão com a supervisão, buscando compreender os atravessamentos subjetivos e institucionais relacionados à empregabilidade juvenil. O cotidiano de trabalho foi permeado por ações de suporte nos processos para vagas de estágio e inserção em programas de aprendizagem, além de atividades externas, em eventos na universidade ou em empresas parceiras. Tais eventos têm como foco a condução de dinâmicas para conectar jovens talentos a oportunidades. As oficinas com os jovens dos Centros das Juventudes são sem dúvida, o momento mais impactante da rotina da consultoria, pois a autora deste trabalho também é uma

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

jovem de periferia que ingressou cedo no mundo do trabalho para (sobre)vivência. Sabendo da importância do primeiro passo para a independência e como isso gera impactos que perduram até hoje, podendo trazer esse tema e auxiliar jovens a dar o primeiro passo para o desenvolvimento socioeconômico da luta de classes que também é um efeito das políticas afirmativas conquistadas no ensino superior. Outro projeto importante opera a partir da condução de processo seletivo para jovens aprendizes em uma empresa do setor industrial, onde o foco principal é a inserção desses adolescentes de contextos vulneráveis no Programa de Aprendizagem – jovens negros, mulheres e pessoas com deficiência, visando um aumento na diversidade na empresa, dado o fato de que historicamente, esses corpos não foram considerados para ingresso nas corporações, o que contribuiu para o conflito da lógica capitalista e a subjetividade dos jovens. A partir dessa vivência, discutimos o papel da Psicologia como ferramenta para entendimento de como a inserção do jovem de periferia é um mobilizador no que diz respeito a sua saúde mental, pois a possibilidade de atuação no mundo trabalho, a conquista da independência e a possibilidade de ascensão são fatores que impactam na saúde do jovem, principalmente o jovem de periferia, que muitas vezes é atravessado por um contexto onde ele não é visto como agente capaz de movimentação e ascensão, seja ela acadêmica ou profissional. E são esses marcadores que permeiam os principais desafios da minha atuação, que envolve justamente a estrutura macro que sustenta a lógica de produção contemporânea, sendo ela: a má distribuição de oportunidades (ESG Insights, 2023), o discurso da meritocracia e a falácia do "empreendedorismo de si" (Foucault, 2008) que são determinantes para um sintoma social e modos de intervir com jovens em situação de vulnerabilidade evidencia ainda mais a questão de que o mundo do trabalho, muitas vezes, não está aberto à inserção desses jovens que chegam com menos recursos simbólicos, materiais e afetivos. E isso contrasta com o modo com que a Psicologia Social Crítica opera: desde onde produzimos intervenções que produzam desvios e rompam com a lógica assistencialista, visibilizando potencialidades em uma parte da população massivamente ignorada, como instrumento político de transformação. Este trabalho relaciona-se com o tema do encontro "Aliança dos povos: Psicologia Social face à destruição de todas as formas de vida" pois aponta como o neoliberalismo nega pertencimento e reconhecimento a juventude periférica, onde a precarização de oportunidades compromete não somente a trajetória de carreira, mas a sua própria condição de existência do sujeito como existência histórica, afetiva e plural. E ao debater sobre "aliança dos povos", podemos relacionar as potencialidades na coprodução, nas quais jovens são reconhecidos como sujeitos de saber, configuram micro alianças que resistem à lógica individualizante e meritocrática que domina o campo da empregabilidade neoliberal, construindo laços que levem ao que Ciampa (2009) denomina como emancipação, para a busca de projetos de vida que levem os sujeitos a uma condição de autonomia frente ao sistema, operando numa lógica de resistência. O que aprendemos com essa experiência foi compreender como a Psicologia pode ser uma ferramenta ampla, em que a sua prática pode ir muito além da prática clínica e em como ela pode produzir rachaduras nas organizações públicas e privadas, fazendo questionamentos, proposições e intervenções de reparação e restituição as violências produzidas pelo sistemas meritocrático, que viola e segrega as juventudes do seu direito de pertencer aos múltiplos lugares sociais com os quais um sujeito jovem pode sonhar, inclusive ao trabalho digno. E isso não significa romantizar o trabalho na consultoria, mas provocá-lo como algo político, pois está à frente de um cenário que está próximo da base da sociedade: empregabilidade para a juventude. Fazer Psicologia na lógica de co-produção com os jovens auxilia a entender que para geração de mudanças efetivas é necessário entender quem constitui a classe trabalhadora, quais as suas necessidades e como desenvolver carreiras

profissionais em contextos de vulnerabilidade. Qual competências que a juventude enxerga em si e o que essa juventude busca melhorar (resistência à lógica neoliberal que só aponta "falta" e "inadequação")? Quais competências comportamentais e técnicas observamos neles e como trabalhamos para que elas sejam aprimoradas e eles consigam conquistar a oportunidade que almejam? Nesse cenário, a pergunta que atravessa e orienta a minha prática é: como habitar o neoliberalismo e miná-lo com as potências das juventudes? A partir dessa escuta, busca-se respaldo na literatura sócio-histórica e crítica, assim como, na co-produção de vínculos éticos, para que se torne possível criar fissuras na lógica dominante, através da conexão dos jovens com organizações que reconheçam suas trajetórias como motor de mudança social, e não como um obstáculos, pelo menos ainda nesse primeiro período, em que acompanhamos uma abertura de campo para a realização de sonhos das juventudes e uma tomada de espaço pela luta de classe das juventudes periféricas. Como apontam as literaturas sobre juventudes e mundo do trabalho, pensar políticas de empregabilidade sem considerar os marcadores sociais de raça, gênero e classe, é perpetuar ciclos de exclusão numa sociedade que nega, mas se articula de princípios escravocratas de aniquilamento do trabalho digno. Por isso, compreender as juventudes como potências de mudanças positivas e agentes de transformação é mais do que posicionamento técnico, é um ato político de resistência, afeto e quebra de barreiras. São essas as alianças dos povos, feitas no cotidiano, que sustentam as práticas de uma futura trabalhadora psi.

Encontros sobre Trabalho como Enfrentamento ao Adoecimento de Trabalhadoras em uma Uti Neonatal

Isabella Bandeira Medeiros (UFPB), Thaís Augusta Cunha de Oliveira Máximo (UFPB), Tatiana de Lucena Torres (UFPB), Eduardo Breno Nascimento Bezerra (UFPB), Lívia Leal Pereira (UFPB), Mônica Kalina Barbosa Silva (UFPB)

Este resumo abrange um relato de experiência advindo de um projeto de extensão em Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora aos profissionais da saúde em um Hospital Universitário da Paraíba. Que surge em 2022, em contexto com a ocorrência da pandemia Covid-19, que intensificou as condições de trabalho precárias de trabalho e exigiu mudanças nas formas de organização dos/as trabalhadores/as da saúde - o que desencadeou um cenário complexo de sofrimento e adoecimento mental desses profissionais, para além do risco de contaminação viral. São perceptíveis os processos de precarização do trabalho e seus impactos na saúde mental do trabalhador e da trabalhadora, em decorrência da pandemia, o ritmo de trabalho acelerado, o cuidado imediato, as pressões, a intensificação do trabalho, as escalas rígidas, as cargas horárias de 12 por 24, o estado de tensão e vigília constante, este panorama dá a tônica da forma e a organização do trabalho atualmente, sinalizando a deterioração da saúde corporal e mental dos/as trabalhadores/as. Entretanto, ressalta-se que a precarização do trabalho em saúde não é algo recente e proveniente da pandemia de covid-19, mas uma realidade de muitos/as trabalhadores/as da saúde que enfrentam um cotidiano de risco e exaustão diariamente. Diante disso, é evidente os processos de precarização do trabalho e seus impactos sobre a saúde mental dos profissionais de saúde - a intensificação da jornada de trabalho, o agravamento das condições laborais, a fragilização dos vínculos contratuais e o comprometimento da construção de um sentido positivo em relação ao trabalho. Nesse sentido, o eixo temático escolhido foi a "Psicologia Social em Interface com o Trabalho" e o GT "Processos de precarização do trabalho e seus impactos na saúde mental do trabalhador e da trabalhadora", uma vez que ambos possibilitam uma análise crítica das transformações no mundo do trabalho e dos efeitos psicossociais gerados pelas condições precárias enfrentadas pelos profissionais da saúde. Dessa maneira, a Psicologia Social assume um papel central na análise dos determinantes psicossociais desse cenário, oferecendo subsídios teóricos e metodológicos indispensáveis para a formulação de intervenções críticas e transformadoras voltadas à promoção da saúde integral do/a trabalhador/a, atuando como instrumento de mediação crítica e promoção de autonomia e emancipação dos sujeitos frente às condições que produzem sofrimento. Aliado às abordagens Clínicas do Trabalho, torna-se essencial para compreender esses impactos e fomentar espaços coletivos de diálogo, resistência e produção de estratégias voltadas à promoção da saúde e ao fortalecimento dos coletivos de trabalho. Nessa forma, o GT busca compreender os processos macrossociais relacionados ao trabalho e aos trabalhadores/as, os impactos dessas transformações na vida cotidiana, na saúde mental e na produção de subjetividades. A partir desse cenário, o projeto de extensão "Acolhe HULW" da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), surge visando a promoção de intervenções em saúde do trabalhador e saúde mental e trabalho em um Hospital Universitário da Paraíba. Dentre as atividades do projeto, o foco deste relato de experiência são as oficinas de encontros sobre trabalho que estão sendo desenvolvidas em um setor específico de Unidade de Terapia Intensiva Neonatal (UTI Neonatal), de cuidados a recém-nascidos, especialmente de bebês prematuros. Objetiva-se refletir acerca dos impactos psicossociais envolvidos na atividade dos profissionais, a partir da compreensão do processo de precarização do seu trabalho e seus impactos na saúde mental. Partindo das perspectivas teórico-metodológicas das abordagens Clínicas do Trabalho, em específico a Ergologia por Yves

Schwartz, que tem como forma de intervir cuidadosa nas situações de trabalho, como norma "compreender o trabalho para transformá-lo" mediante o uso do Dispositivo Dinâmico de Três Polos (DD3P). A partir desse dispositivo a Ergologia tem como objetivo desenvolver produção de saberes que possibilite agir, em prol da saúde e do bem-estar coletivo, a partir da confrontação entre os saberes acadêmicos-científicos e tecnológicos entre si (polo 1) e os saberes complexos produzidos a partir da atividade realizada (polo 2). Essa confrontação é mediada pelo saber ético-epistêmico (polo 3), de modo que o diálogo é estabelecido como fonte de acesso aos saberes, com o intuito de promover debates sobre a saúde mental e o trabalho, bem como ações em promoção de espaços de diálogo no intuito de fortalecimento desses coletivos e espaços de acolhimento psicológico. Para tanto, as oficinas desenvolvidas no projeto são realizadas quinzenalmente. Foram criados dois grupos que ocorrem em dias diferentes (às quartas e quintas), no intuito de alcançar maior número de trabalhadoras participantes. Os encontros têm duração média de uma hora, podendo ser adaptada conforme a disponibilidade da equipe no setor e acontecem na sala de repouso, pela manhã durante o período de troca de plantões, com participação voluntária de caráter não obrigatório. Assim, já contaram com a presença de profissionais de diferentes áreas da equipe multidisciplinar - fisioterapia, enfermagem, medicina, nutrição, técnicas de enfermagem, entre outras que atuam no setor. Destaca-se que as composições dos grupos foram majoritariamente femininas, contando apenas com a participação ocasional de um homem. Estes momentos, mediados por professores, psicólogos e estudantes de psicologia da UFPB, foram estruturados de acordo com as demandas apresentadas e/ou percebidas como mais urgentes. Nesse sentido, foram idealizadas dinâmicas para conscientização e sensibilização, bem como a criação de recursos materiais como ferramentas de apoio às discussões levantadas - visando sobretudo oferecer um espaço seguro de compartilhamento de experiências e construção coletiva de estratégias em prol da saúde mental destes trabalhadores. Ademais, vale salientar que as etapas de construção do grupo e as vivências foram registradas por meio de notas diário de campo. Como principais resultados, encontram-se a criação de um vínculo de confiança e a aproximação da realidade de trabalho precarizada dos profissionais de saúde desse setor. Foi relatado pelas trabalhadoras que, nos momentos de oficina, encontram um espaço de diálogo, de fala e de escuta. Nesse espaço, os trabalhadores puderam compartilhar demandas similares com colegas, inclusive de escalas e plantões diferentes, criando um maior senso de pertencimento e descontração no trabalho. As discussões partiram, muitas vezes, de problemáticas da própria atividade, como a dificuldade de lidar com as famílias de bebês, o luto pelas crianças perdidas, os apitos e choros frequentes, dificuldades em lidar com a alta demanda do trabalho. Por se tratar de um serviço público, a escassez de materiais é comum, sendo relatados momentos em que os uniformes estavam gastos, e uma situação em que a equipe para comprar fraldas para as crianças assistidas. As trabalhadoras que também trabalham em serviço privado reforçam as diferentes realidades, que, apesar de semelhante atividade, são atravessadas por singulares questões materiais e financeiras. Nessa perspectiva, foram frequentes incômodos acerca de mudanças institucionais que alteram a organização de trabalho, como remanejamentos e retiradas de enfermeiras dos setores, sem reajuste na remuneração, apesar da sobrecarga gerada às trabalhadoras que permanecem. Além disso, foi notada uma generalização de afastamentos do trabalho em decorrência de saúde mental, incluindo casos de ideação suicida que geraram estranhamento entre a equipe. No entanto, muitos momentos de solidariedade são apresentados, como "cobrir" uma colega que está produzindo menos em um dia, dividir as tarefas, compartilhar dicas sobre o trabalho e escutar as demandas e as críticas de colegas. Ressalta-se que o fortalecimento do coletivo é também intencionalmente político, e, em muitos desses momentos, foram elaboradas estratégias de enfrentamento às adversidades encontradas no trabalho. A exemplo, são mediadas discussões em prol da garantia de direitos, e também produzidos materiais, como folders informativos para os pais dos seus pacientes, além de painéis que, por escolha, elas mantêm em sua sala de descanso. Por fim,

entende-se que as realidades das trabalhadoras de saúde em serviços públicos são atravessadas por diferentes questões, e o coletivo de trabalho é uma fonte de luta política e de saúde. Assim, os encontros de trabalho pretendem criar um espaço para que o coletivo de trabalho possa alcançar a emancipação e elaborar estratégias de promoção de saúde conjuntas. O projeto pretende fortalecer o coletivo para que a "tradição" de encontros quinzenais para diálogo e construção coletiva permaneçam sem a nossa dependência.

Entre metas e mal-estar: psicologia social do trabalho como resistência ao gerencialismo na universidade pública

Jéssica Batista Araújo (UEG), Ana Luisa Lopes Cabral (UEG)

O trabalho que se segue retrata a concepção, implantação e resultados iniciais do Programa de Atenção Psicossocial ao Servidor de uma universidade pública estadual, cujos objetivos são melhorar qualidade de vida do servidor, promoção de saúde mental, desenvolver estratégias que favoreçam a coerência entre os objetivos formais da instituição e as práticas cotidianas, melhoria das relações e a qualidade dos serviços prestados.

Conforme Almeida filho (2009) saúde é um objeto complexo que emerge em diferentes níveis hierárquicos que se relacionam entre si, integrando fatores biológicos, sociais, psicológicos, políticos e institucionais. No contexto laboral, esse paradigma se estende para a saúde mental do trabalhador exigindo da psicologia do trabalho e organizações um olhar ampliado, integrado que considerem simultaneamente o sujeito, a organização, a cultura institucional, assim como o momento histórico, cultural, político e econômico que os atravessam.

A Constituição Federal de 88, pilar do ordenamento jurídico brasileiro, também conhecida como constituição cidadã. Gerida no processo de redemocratização, a carta magna brasileira calca-se na justiça social, preservação dos direitos, inclusão e dignidade humana. A despeito desses princípios que norteiam as políticas públicas brasileiras, a racionalidade predominante na administração pública brasileira baseia-se em princípios gerencialistas centrados na eficiência, na meritocracia e na mensuração de resultados, lógica amplamente empregada no setor privado. A importação dessa racionalidade do setor privado tem gerado efeitos colaterais tanto na efetividade das políticas públicas quanto nas condições de trabalho dos servidores públicos, que vivenciam processos crescentes de adoecimento psíquico. (TAVARES, 2000; SOUZA; MINAYO-GOMEZ, 2011)

A racionalidade neoliberal que penetra na administração pública brasileira não se dá apenas nos mecanismos formais de gestão, mas sobretudo através da linguagem, produtora e operadora de realidade. Assim, se a universidade é um agente estratégico de transformação cultural, social e na formação de cidadãos críticos e comprometidos com a democracia e justiça social (RIBEIRO, 1986), a gestão do trabalho e do trabalhador desse espaço de potencial transformador é marcado pela lógica gerencialista, comprometendo seriamente o cumprimento de sua função social e produz um esvaziamento de sentido na prática de seus agentes, sobrecarga, e adoecimento psíquico com a responsabilização individual pelo fracasso institucional.

Considerando a necessidade de transformação da cultura e racionalidade institucional, e os impactos desses fatores na universidade em questão, foi realizada uma pesquisa diagnóstica institucional a fim de levantar as necessidades da instituição, potencialidades e desafios. Para levantamento de dados foi feita observação participante e um formulário na plataforma google forms divulgado nos grupos de WhatsApp dos diferentes setores do estabelecimento.

O formulário prezou pelo sigilo dos participantes, contendo apenas informações sociodemográficas importantes para o diagnóstico institucional como idade, sexo/identidade de gênero, raça, tempo de trabalho na instituição, ocupação e se ocupa ou não cargo de gestão. A administração central conta atualmente com 260 servidores, 101 destes responderam o formulário.

A ferramenta foi estruturada de modo a compreender o perfil sociodemográfico dos servidores, classificação da saúde mental, principais fatores que influenciam no processo saúde/adoecimento destes; fatores que contribuem para o adoecimento no ambiente de trabalho, assim como atividades que na visão dos profissionais seriam mais efetivas e horários que permitiria a adesão. Disponibilizado espaço de resposta aberta com a seguinte pergunta: como a psicologia pode contribuir para melhorar a qualidade de vida do servidor da Reitoria da Universidade e promover a saúde mental nesse espaço?

Vale ressaltar que o diagnóstico institucional constitui como ferramenta metodológica essencial para compreender as dinâmicas, estruturas e processos de uma organização. A análise institucional compreende a instituição como um sistema complexo, composto não apenas por suas normas e regulamentações, mas também pelas relações de poder, resistências e práticas cotidianas que produzem e reproduzem o seu campo de atuação. Assim, não se trata apenas da descrição formal da estrutura organizacional, mas um mapeamento das forças instituídas, isto é, forças conservadoras, e forças instituintes, ou seja, aquelas que contestam e transformam a instituição a partir de tensões internas e externas. (LOURAU, 2008)

Os resultados apontaram que os quatro fatores mais apontados como essenciais na saúde mental são trabalho (74,3%); relações familiares (47,5%); situação financeira (46,5%) e conflitos interpessoais (30,7%). Já os fatores que contribuem para o adoecimento no ambiente de trabalho, os mais apontados foram sobrecarga (58,4%), seguida por frustração com os resultados do trabalho (32,7%); falta de reconhecimento e valorização (32,7%), clima laboral (30,7%) e assédio moral (26,7%).

Considerando os resultados, foi estruturado um projeto que conta com diversas ações distribuídas em dois eixos: Eixo 1: Promoção da cultura de bem-estar e da saúde mental do servidor e Eixo 2: Universidade inclusiva. No primeiro eixo, o qual enfatizaremos neste trabalho, inspirado no método da paidéia (Campos et. al., 2014) foi implementado o apoio institucional especializado e oficinas de suporte a líderes e multiplicadores. Já no eixo 2, quatro ações programáticas foram estruturadas a fim de trabalhar saúde mental, diversidade e interseccionalidades no ambiente universitário.

Das ações propostas no projeto, todas as ações do eixo estão implementadas e com ampla adesão tanto de gestores da administração central da universidade, quanto das coordenações de campus e unidades. As ações do segundo eixo cujo público-alvo são servidores da administração central estão em andamento, com dois eventos realizados, e dois previstos para segundo semestre do ano de 2025.

Consideramos aqui a Universidade como uma organização viva, isto é, um conjunto de relações constantes ao longo do tempo, com a capacidade de criar, recriar e adaptar suas estruturas internas diante de demandas externas, preservando sua identidade institucional. Articulando essa concepção com as premissas da Análise Institucional, as instituições como construções sociais dinâmicas que são materializadas por práticas cotidianas e pela subjetividade dos atores sociais, que participam da produção e transformação do sentido institucional. De modo que para a construção das políticas institucionais e a concretização é necessário considerar os aspectos simbólicos, normativos e relacionais que estruturam a ação coletiva (Lourau, 1993; Maturana; Varela, 2001).

Assim, o apoio institucional objetiva promover apoio especializado no que compete às ações da psicologia social do trabalho e organizações pra gestores e equipes, assim como as oficinas, de modo repensar coletivamente os processos de trabalho, incentivar a gestão democrática e aumentar a autonomia dos servidores.

Como já dito, a metodologia adotada foi inspirada no Apoio Paidéia postulado por Campos (2003) no campo da

saúde coletiva. Esta postura metodológica é complementar às funções gerenciais para reflexão sobre a própria prática, como (re)pensar processos de trabalho e estabelecer diretrizes e clareza nos papéis dos agentes/setores/órgãos. Esta proposta busca integrar as três finalidades do trabalho: Produção de bens e serviços; reprodução da própria organização; e produção social e subjetiva dos próprios colaboradores), de modo a desenvolver a autoanálise e autogestão na instituição.

Mediante solicitação via formulário no google forms, a psicóloga responsável entra em contato com o solicitante para agendar reunião presencial ou remota com a finalidade de ampliar a compreensão da demanda, do contexto da solicitação, expectativas em relação a intervenção, e recursos disponíveis para subsidiar o planejamento das ações, assim como fazer orientações iniciais se for o caso. As ações podem variar de acordo com a solicitação e serão construídas em conjunto com o requerente e/ou equipe envolvida.

Desde o processo de avaliação inicial até as intervenções realizadas foi observada dificuldades em operacionalizar uma gestão participativa, reconhecer atitudes assediadoras, vistas muitas vezes como não como assédio, mas qualidades de uma gestão disciplinada, e principalmente reconhecer as violências simbólicas e institucionais cometidas na e pela instituição.

Para transformar a realidade institucional não basta que ações centrem em aspectos técnicos ou check list comportamentais. Requer uma formação que consiga mudar percepções sobre o mundo e processos afetivos, pois, conforme pontua Maturana e Varela (2001), não há ação humana que aconteça fora de um espaço de ação especificado estruturalmente como emoção. E, conforme esses autores, como tudo que é humano acontece na linguagem e toda linguagem ocorre no emocionar, reconhecer os afetos como constitutivos do próprio processo de conhecer, já que estes modulam as possibilidades de percepção, entendimento e ação. Nesta lógica, os servidores não apenas operam as políticas públicas em seus cotidianos, como as políticas de inclusão, saúde mental e combate ao assédio e discriminação, mas as reinterpretam, reelaboram e reinventam essas políticas, se aproximando ou se distanciando dos princípios e objetivos que as embasaram.

Se considerarmos o conceito de Micropolítica, tecido por Guattari em Revolução molecular: pulsações políticas do desejo (2019), esses trabalhadores se tornam micropolíticos da institucionalização do Estado tecendo e (re)construindo uma realidade social que pode reproduzir e reforçar a lógica gerencialista, individualista, competitiva e meritocrática sob novas nomenclaturas, ou fortalecer a lógica da diversidade, inclusão e reparação histórica de grupos historicamente negligenciados.

Indústria 4.0, Plataformização Digital E A Precarização Estrutural Do Trabalho No Brasil

Carlos Henrique Vale Diniz (UFAM), Robert Filipe dos Passos (UFAM)

Esta pesquisa faz parte do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) pela Universidade Federal do Amazonas e é financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM. A investigação é orientada pelo segundo autor deste trabalho e tem como bolsista e orientando o primeiro autor.

Foi na Alemanha, em 2011, que o termo "Indústria 4.0" foi caracterizado como a "Quarta Revolução Industrial" (Drath; Horch, 2014). Dentre as inúmeras inovações promovidas nesta etapa do desenvolvimento tecnológico, vale ressaltar o avanço na comunicação, que tem permitido a emergência da era digital no trabalho. O trabalho digital é responsável por profundas transformações nos meios de trabalhar e de gerenciar empresas através de novos serviços e sistemas que tem sido interligados através do globo pelo meio digital. Segundo Graham e Anwar (2020), a ascensão dessas novas ferramentas viabiliza a redução da relação tempo-espaço, na qual a localização geográfica se tornou menos importante e avanços na automação permitem que o trabalho de serviços não dependa mais de um local específico. Tanto a dinamização de processos quanto a automatização viabilizada por estes recursos, criaram condições suficientes para o fenômeno da plataformatização do trabalho (Antunes, 2018).

A plataformização do trabalho consiste no uso de diversas plataformas virtuais de serviços que se integram no mundo laboral, atuando como mediadores na relação entre oferta e demanda de determinada prestação de serviços, como por exemplo, a de transporte de passageiros, que é foco desta pesquisa. Esta estratégia de organização do processo de trabalho tem sido utilizada por diversas empresas, uma vez que oferecem a possibilidade de negar sua responsabilidade enquanto empregador, romper barreiras geográficas na operacionalização do trabalho, e, em última instância, alavancar seus lucros atuando praticamente sem limites, uma vez que ficam à margem da regulamentação do trabalho. Segundo Félix (2022), as pessoas mais empobrecidas e em piores condições de trabalho são aquelas que assumiram estes postos de trabalho. O autor afirma que são cerca de 2 milhões de pessoas trabalhando como motoristas a partir destas plataformas em mais de 80 países. No contexto brasileiro, são cerca de 500 mil pessoas, dado potencializado a partir da pandemia de Covid 19.

A problemática desta realidade é evidenciada quando as políticas desses aplicativos negam relação de vínculo empregatício com os prestadores de serviços, categorizando a relação de trabalho como mera "parceria", se abstendo de quaisquer obrigações e responsabilidades acerca destes(as) trabalhadores(as). A consequência desta realidade é a desproteção social destes(as) trabalhadores(as), informalizados, além de um esforço evidente por parte das empresas de coibir ações de organização dos(as) trabalhadores(as) a partir de várias estratégias, tais como punição ou banimento de motoristas que se envolvam nestas ações, campanhas publicitárias difamatórias as lideranças, ameaças de cessarem as operações nas cidades, regiões ou países que ventilam criar alguma forma de regulação das suas operações (Schinestsck, 2020). Outras condições precárias de exploração destes(as) trabalhadores(as) são bastante presentes nesta modalidade de trabalho. Os nomeados "uberizados" possuem média de jornada de trabalho entre 12 a 14 horas por dia, trabalhando de 6 a 7 dias por semana, recebendo baixíssimos salários, e ainda assumindo a responsabilidade pelo custeio das ferramentas de seu trabalho. Além disso, as empresas oferecem baixíssimo ou nulo suporte em suas "parcerias", além de políticas de distribuição do trabalho e da porcentagem de valores destinados aos(as) motoristas que evidenciam uma superexploração desta força de

trabalho. Todos esses fatores remetem a condições de trabalho análogas àquelas vivenciadas no início da modernidade capitalista (Antunes, 2020). Ainda, destaca-se a existência de outros fenômenos comuns no trabalho digital, como a individualização e a superoferta da força de trabalho, estes que segundo Graham e Anwar (2020) reprimem a união proletária e possíveis ações, desmoralizam o poder de barganha, suprimem a voz operária e garantem uma certa supremacia por parte das empresas sobre seus "parceiros".

Félix (2022) menciona ainda a flexibilização das leis brasileiras, a partir da reforma trabalhista em 2017, que orientou o cenário brasileiro aos interesses da burguesia nacional e internacional. Essas transformações dos direitos trabalhistas acarretaram justamente na criação de condições ainda piores da exploração do trabalho, mudança essa nomeada como "flexibilização das leis trabalhistas", na qual as empresas utilizam das brechas abertas pela legislação para escapar de custos e de responsabilidade com os(as) trabalhadores(as), maximizando seu lucro. Esta realidade, cada vez mais intensificada e ampliada em sua dinâmica de exploração abrange cada vez mais pessoas e categorias profissionais, ficando evidente a consequente deterioração da saúde física e mental dos(as) trabalhadores(as). Abilio (2021) sugere que estas transformações da Quarta Revolução Industrial atuam sobretudo nas formas de organizar as massas de trabalho, assim como ocorrera nas raízes da industrialização, em prol da maximização do lucro sobre o trabalho através de sua precarização. Segundo Dejours (1992), esta condição impacta diretamente na ampliação dos índices de adoecimento mental e físico, provocando sobrecarga, transtornos, síndromes, entre outros.

É considerando este cenário que o objetivo desta pesquisa consiste em identificar características da atuação de motoristas que trabalham através de plataformas digitais de empresas de transporte de passageiros na cidade de Manaus-AM e refletir acerca dos impactos dessas condições a saúde física e mental destes(as) trabalhadores(as).

Esta pesquisa, de caráter qualitativo e que utiliza do método cartográfico, está em andamento e possui duas etapas metodológicas realizadas de forma simultânea:

1. Apresentação, por meio de um questionário online, de um conjunto de informações acerca da realidade de trabalho de motoristas de aplicativo que atuam em Manaus-AM. O questionário possui 26 perguntas de múltiplas escolhas acerca da relação entre a atuação dos motoristas de aplicativo, no qual os(as) trabalhadores apresentam sua percepção sobre suas condições de trabalho e sua saúde física e mental.

2. Coletar diária de relatos de motoristas de aplicativo sobre suas atividades, bem como suas dúvidas, reclamações, questões, sugestões ou outras questões que venham a ocorrer, por meio da rede social WhatsApp. Os relatos tem sido partilhados por meio de textos, áudios, fotos ou vídeos. Esta dimensão da pesquisa oferece a possibilidade de produzir dados qualitativos relacionados ao dia a dia destes(as) trabalhadores(as).

Os dados parciais da pesquisa contam atualmente com 29 respostas no formulário e 05 voluntários no grupo de WhatsApp, contando com inúmeros relatos que corroboram a literatura nacional e internacional acerca desta temática.

Apesar do baixo número de motoristas que preencheram as respostas, percebemos algumas tendências, como o fato de que a maioria dos motoristas que realizam esta atividade como sua renda principal (64,7%), tendo tempo de trabalho diário de 9 a 14 horas (39,3%), trabalhando de 6 a 7 dias por semana (42,9%). Além disso, a maioria dos(as) respondentes (63,6%) sinalizam descontentamento com a distribuição de valores por corrida, além de afirmarem que os rendimentos são insuficientes para sustentar seu custo de vida (71,4%). Sobre a percepção acerca de sua saúde mental, existem indicadores alarmantes, a maioria dos respondentes (57,1%) afirmaram ter pouco tempo para descanso, e 53,6% relataram não dormir o suficiente. Além disso, 57,7% mencionaram sinais de exaustão física ou mental, 42,3% relataram ansiedade, 30,8% raiva, 23,1% tristeza e 15,4% indicaram ausência constante de sentimentos.

Por fim, os voluntários do grupo de relatos levantaram pautas significativas a serem consideradas junto à massa de dados obtida. Temas como a dificuldade de arcar com os custos necessários para o trabalho e manutenção dos veículos, a gradativa elevação das 'taxas de serviço' — como menciona a empresa Uber — que reduzem ainda mais os ganhos dos motoristas, foram apontados. Os voluntários comentaram sobre esse fenômeno e relataram a necessidade de prolongar sua jornada de trabalho para manter sua faixa de lucro.

Vale mencionar que os voluntários desta pesquisa e outros motoristas que possuem apenas ou como principal renda o trabalho a partir do aplicativo estão em situação de vulnerabilidade econômica. Muitos relataram que, para manter o veículo operando, precisam aceitar corridas com valores cada vez menores, o que evidencia um processo de endividamento progressivo e submissão a condições de trabalho cada vez mais precarizadas.

Outros temas, como o desamparo frente a situações de acidente, manutenção, roubo ou similares, corroboram as evidências de Antunes (2018), Abilio (2021), Félix (2022) e outros autores caracterizam o trabalho uberizado, marcado por vínculos frágeis, baixa remuneração e desproteção social, expondo uma situação de precariedade que nega diversos direitos trabalhistas, construídos através de séculos de luta em prol de condições mais dignas de trabalho.

Tal realidade também corrobora as análises de Dejours (2006), que já apontava a intensificação das exigências laborais como um fator determinante para o adoecimento mental e físico. A falta de tempo para descanso, o sono insuficiente e os altos níveis de exaustão registrados entre os(as) motoristas apontam para um sofrimento que vai além do desgaste físico, afetando também suas dimensões subjetivas, emocionais e relacionais. Esses elementos reforçam a necessidade de políticas de proteção social e de revisão das condições de trabalho impostas pelas plataformas digitais. Exige reflexão crítica sobre os rumos do trabalho na contemporaneidade sobre a massa de trabalhadores, a adaptação de políticas e leis que proponham condições mínimas de justiça social e proteção a esses(as) profissionais.

O trabalho invisível: a situação contemporânea entre a relação gênero-saúde-trabalho das discentes de programas de residência profissional em saúde no Brasil

Rebeca Tomás Alves (UFAM)

Este estudo narrativo, ancorado na Psicologia Social Crítica e Saúde do Trabalhador (ST), analisa a realidade contemporânea das condições de trabalho experimentadas e vividas por discentes de programas de Residência em Área Profissional da Saúde no Brasil. A análise foi orientada a partir do levantamento bibliográfico nas bases de dados SciELO, LILACS, Periódicos Capes, PubMed, BVS, PePsic e BDTD, nos últimos 10 anos. Utilizou-se a estratégia População, Conceito e Contexto (PCC) desenvolvida pelo Joanna Brigs Institute, a qual entende que por População corresponde ao (Discentes de programas de residência profissional) grupo populacional específico; por Conceito (Relação entre saúde-gênero-trabalho) aos elementos detalhados e relevantes; o Contexto (Hospitais Universitários Federais no Brasil) refere-se a determinada realidade objetiva definida por fatores culturais (Nassar & Carvalho, 2021). Foram coletadas 22 publicações, 6 dessas foram submetidas à análise. O levantamento revelou que o mundo do trabalho está constantemente em movimento e imbricado em significativas transformações nos modos de produção e acumulação de capital em países de média e baixa renda, como países da américa-latina, reforçando uma lógica produtivista. Com efeito, a flexibilização, a precarização e as dinâmicas de emprego são dimensões marcadas por lógicas produtivistas neoliberais e pela intensificação da precarização. Essas dinâmicas contribuem fortemente para o agravamento de novos fatores de riscos relacionados a produção da atividade humana, pois tais exigências demandam novas maneiras para compreender as relações entre trabalho e trabalhador que impactam diretamente a saúde. Debater a concepção de saúde é, antes de tudo, investigar sobre como cada existente humano experimenta e explora a relação com a própria vida (Roosli et al., 2022). Nesse jogo, a Saúde do Trabalhador (ST) emerge como uma proposta para lidar com a saúde a partir das transições políticas, sociais e econômicas do mundo. Na categoria dos trabalhadores, os profissionais de saúde têm em seu meio laboral uma intensa fonte de estresse e, como sequela, manifestam os maiores índices de burnout (33,8%) em decorrência das relações de trabalho, sobrecarga, execução das atividades, pressões da sociedade e condições precárias de trabalho (Netto & Santos, 2023; Esteves et al., 2023.). A síndrome de burnout é derivada de forte tensão emocional crônica associada ao estresse ocupacional, revelando sentimento de solidão, impotência, ansiedade, apatia, exaustão ou esgotamento de energia relacionados ao trabalho (Organização Mundial da Saúde, 2019). Um estudo documental feito a partir de um levantamento de obras científicas publicadas no período de 2005 a 2018 evidenciou que os trabalhadores da residência multiprofissional que atuam na Atenção Primária à Saúde (APS) estão submetidos às situações cotidianas desafiadoras, as quais os residentes estão sob constante tensão ao gerir o próprio trabalho, exigindo-os a gestão na vida pessoal, profissional, educacional, familiar, física e mental. Nessa revisão de literatura, identificou-se que a qualidade de vida dos residentes é prejudicada durante a formação da residência, em razão da conciliação entre as demandas laborais e educacionais que provocam a síndrome de burnout, onde, 75% dos residentes apresentam sintomas associados à exaustão emocional e depressão em 72,5% dos casos (Coêlho et al., 2018). Profissionais da medicina compõe um grupo de trabalhadores que estão regularmente implicados em atividades de alta demanda, enfrentando pressão emocional e longas jornadas de trabalho. Dessa maneira, um estudo produzido com 102 residentes (62 mulheres e 40 homens) em um hospital-

escola localizado em São Paulo, concluiu que, após a aplicação do instrumento Maslach Burnout Inventory (MBI), a dimensão Exaustão Emocional (EE) representou 54,83% das mulheres e 45% dos homens, enquanto na Despersonalização (DE) as mulheres apresentaram 43,54% e os homens 60% e na Realização Profissional (RP) as mulheres corresponderam 40,32% e os homens 45%. Diante desse cenário, as mulheres manifestaram maior EE em relação aos homens que revelaram ter maior DE e menor RP. A análise do estudo reitera que esse resultado, possivelmente, se deu pela dupla jornada ou estereótipos de cuidado (Costa et al., 2022). De acordo com uma pesquisa longitudinal, realizada ao longo de dois anos (2018- 2020), com participação de 33 residentes profissionais da saúde (15 médicos e 18 multiprofissionais), atuantes na Atenção Primária à Saúde (APS), de uma universidade pública do interior de São Paulo, evidenciou que nesse grupo há predominância de mulheres (81,8), solteiras (90,9%), idade média de 26 anos. Notou-se um aumento de uso de ansiolíticos (de 3% para 17%) e psicoterapia (de 9% para 28%) ao longo do período da residência profissional. Outro ponto observado foi a redução de atividades físicas (de 64% para 39%) e de lazer (de 91% para 72%) no segundo ano. A pesquisa também constatou que a preponderância de mulheres é resultado do crescimento de maior acesso ao ensino superior, contudo essa acessibilidade as expõe a maior vulnerabilidade e fatores estressores laborais. O estudo ainda revelou que há exposição às vulnerabilidades específicas das residentes como a inexperiência profissional, pois o programa de residência profissional é uma formação prática que exige especificidades ainda sob construção, como também relatos de humilhação, assédio moral e cobranças excessivas nos ambientes hospitalares e da APS que resultam sofrimento mental (Netto & Santos, 2023). Outra pesquisa, feita com 106 residentes do Programa de Residência em Clínica Cirúrgica e Cirurgia Geral, em um Hospital Universitário do Rio de Janeiro, sinalizou para a relação entre gênero, saúde e trabalho. A pesquisa identificou fatores agravantes da saúde das mulheres residentes como exaustão emocional, síndrome de burnout associada a condições de trabalho extenuantes referente ao ambiente estressante como as Unidades de terapia Intensiva (UTI) e Emergência. Além disso, identificou que essas mulheres não detinham de um relacionamento amoroso estável, reforçando a necessidade de reavaliar o equilíbrio a dinâmica entre trabalho-família (Oliveira et al., 2023). A partir dessa revisão, identificou-se que os residentes de Programa de Residência Profissional na Área da Saúde no Brasil estão suscetíveis a diversos fatores de riscos, sendo esses produzidos direta ou indiretamente por meio do trabalho, principalmente, as mulheres trabalhadoras que, majoritariamente, ocupam em números absolutos espaços de formação superior voltados a atividade especializada, desenvolvendo práticas profissionais, produzindo sabres e desbravando o mundo trabalho (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2023). Esse estudo revela que o trabalho dessas trabalhadoras está sob condições prejudiciais à saúde. Nesse sentido, a Saúde do Trabalhador (ST), ancorada na Psicologia Social Crítica, possibilita um olhar atencioso e sensível acerca da compressão dessas contradições sociais ao defender que a saúde não deve ser apreendida somente pelos fatores e determinantes biológicos, mas, por outro lado, deve ser encarada pelos determinantes sociais e não individualizantes. Portanto, essas perspectivas corroboram uma amplificação sobre o campo de análise dessas experiências materiais, sociais, históricas e vivências subjetivas, mas também coletivas (Minayo, Machado & Pena, 2011). A relação trabalho-saúde-doença é veementemente delineada e elaborada a partir de uma concepção crítica e interdisciplinar, articulando aspectos da saúde coletiva, sociologia e epidemiologia para amplificar a complexidade da relação saúde-trabalho. A Saúde do Trabalhador (ST) é, em análise, um campo que investiga o processo saúde-doença no trabalho que incorpora as dimensões políticas, econômicas e culturais. Logo, é proeminente entender a organização do trabalho enquanto um espaço de

exploração e sofrimento, mas também, por outro ângulo, um meio de construção de identidade que permite a recuperação da subjetividade dos trabalhadores (Minayo, Vasconcellos & Machado, 2018). No entanto, esse estudo denuncia que há uma lacuna nas pesquisas supracitadas, tendo em vista que apesar das evidências apontarem para a divisão sexual do trabalho, questões de gênero relacionadas ao processo trabalho-saúde-doença não foram devidamente elaboradas e debatidas de maneira refinada. Portanto, é necessário investigar de modo atento e crítico a relação saúde-gênero-trabalho no território brasileiro, pois, reconhece que essas experiências refletem as dinâmicas de exploração, opressão e dominação características dos países latino-americanos, marcados pela superexploração da força de trabalho feminino. Essas evidências apontam para o caráter estrutural da precarização laboral, que atravessa a saúde psicológica e as relações socias, pois os resultados reforçam a hipótese de que a sobrecarga e o esgotamento emocional decorrem da intensificação dos interesses de acumulação do capital e da divisão sexual do trabalho, que impõe às trabalhadoras discentes desafios desproporcionais. Com isso, urge a necessidade de articular os processos de precarização do trabalho, os impactos psicossociais à saúde dessas trabalhadoras e as resistências coletivas enfrentadas pelas discentes de programas de residência profissional em saúde no Brasil. Dito isso, esse estudo se insere na reflexão crítica proposta pelo congresso ABRAPSO sobre a destruição de todas as formas de vida, destacando como a precarização do trabalho na saúde impacta a reprodução ampliada da vida e exige resistências coletivas e alianças solidárias entre trabalhadores e trabalhadoras.

Os processos psicossociais experienciados no trabalho em meio ao contexto organizacional da Atenção Primária à Saúde carioca

Rebecca Ledo Moreira (UFRJ)

Este trabalho é resultado de uma dissertação de mestrado em Psicologia, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) no ano de 2024, na qual objetivou-se analisar os processos psicossociais experienciados no cotidiano organizacional de uma Clínica da Família da Zona Norte do município do Rio de Janeiro. A Atenção Primária à Saúde (APS), porta de entrada preferencial da rede de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS), é o nível responsável, entre outras atribuições, pelo cuidado longitudinal dos usuários e pela vigilância em saúde do território. Serviço essencial, manteve, durante a pandemia, a continuidade de suas ações em saúde, tendo cumprido um papel fundamental na mitigação da transmissão comunitária do vírus da Covid-19. Também neste período, sobrecarregadas, as trabalhadoras da APS do município do Rio de Janeiro passaram a denunciar, por meio de cartas públicas, a correlação entre a precarização do trabalho do setor com o mal-estar laboral experienciado. Instigada por tais denúncias, investigou-se como a experiência de trabalho nesse nível de assistência vem sendo vivenciada em meio às continuidades e descontinuidades das práticas e da organização dos serviços primários no município. Tratou-se de uma pesquisa qualitativa, cujo percurso metodológico eleito para investigação se ancorou na postura ético-metodológica do Método Progressivo-Regressivo proposto por Sartre, ao passo em que se compreendeu a dimensão psicossocial como um fenômeno dialético entre a singularidade e a totalização em curso da práxis social. Após os devidos trâmites éticos, a entrada no campo se desenhou a partir de parceria pactuada entre a pesquisadora e o Programa de Educação pelo Trabalho (PET-Saúde) vinculado à UFRJ e à Secretaria Municipal do Rio de Janeiro (SMS Rio), programa do Ministério da Saúde que visa a promover a integração entre ensino, serviço e comunidade. Escolheu-se operar a pesquisa somente em uma unidade básica de saúde, que possuísse uma cobertura total da Estratégia da Saúde da Família (ESF). Tal escolha se justificou, em primeiro lugar, por uma questão logística: o curto tempo a confecção de uma pesquisa de mestrado e as dificuldades institucionais de inserção em mais de um campo. Em segundo lugar, este recorte também aconteceu por uma decisão metodológica. Compreendeu-se que análise dos processos psicossociais experienciados no trabalho da APS pode ser mais precisa quanto feita sob as mesmas condições laborais, uma vez que homogeneizar as dimensões organizacionais ao máximo possível pode permitir a revelação de diferentes processos psicossociais diante de uma mesma situação de trabalho. Nesse sentido, realizou-se entrevistas livres com trabalhadoras lotadas na Clínica da Família em que o grupo de trabalho do PET-Saúde se fez atuante ao longo dos anos em que esta pesquisa ocorreu. As entrevistas, que duraram entre uma hora e meia e duas horas cada, ocorreram de forma remota e fora do ambiente organizacional da Clínica da Família. Essa escolha metodológica se deu como uma maneira de preservar o caráter sigiloso dos temas conversados e de prevenir possíveis incômodos que pudessem surgir no que concerne ao ato de falar do trabalho estando no trabalho. Embora as entrevistas não tenham seguido um roteiro, formulou-se eixos teóricos orientadores da escuta e da postura da pesquisadora ao longo das conversas e ao longo do processo de análise das falas e cenas descritas. O roteiro analítico foi composto, desse modo, a partir das seguintes noções teóricas: a) território; b) situação; c) acontecimento sociopsicológico; d) território existencial; e) trajetória sócio individual; f) paisagem

psicossocial; g) projeto de ser. Os processos psicossociais desvelados ao longo da pesquisa apontaram para uma compreensão da experiência de trabalho na Clínica da Família como um processo psicossocial totalizador de um "mundo familiar" forjado a partir da relação das trabalhadoras com o território, com a equipe e com os usuários e sob o qual se ancora as práticas de cuidado orientadas pelas atribuições preconizadas na Política Nacional de Atenção Básica. Contudo, a primazia dos atendimentos ambulatoriais em detrimento das ações de base territorial, o esvaziamento dos espaços de compartilhamento do cuidado e o avanço neoliberal na organização do trabalho e das relações nesse nível de assistência aparecem nas entrevistas como desarticuladores desse "mundo" e da Estratégia da Saúde da Família (ESF). Os resultados da análise permitiram o ensaio de uma síntese compreensiva que aponta para a totalização, à nível clínico-biográfico, de uma dimensão existencial do trabalho como um processo no qual projeta-se a ele em busca de uma realização de si enquanto ser que produz valor na sociedade capitalista. Se, de um lado, a construção de um sentido existencial em torno do ato de trabalhar na APS apareceu mobilizado por um desejo de produzir um cuidado em saúde pautado pelos atributos da APS, por outro, o trabalho enquanto práxis social também pareceu convocar as trabalhadoras a "dar conta" de um trabalho para além das metas a partir da abstração do tempo e de si. À nível sócio-organizacional, por sua vez, os processos psicossociais desvelaram a experimentação de uma reciprocidade serial justificada por um estado de "crise permanente" da APS, na qual, diante das desafiadoras condições laborais, não restariam alternativas a não ser a de se otimizar e otimizar uns aos outros para que se consiga alcançar as exigências da gestão municipal e responder às necessidades em saúde da população, ainda que em um contexto de precarização dos vínculos de trabalho e dos cuidados primários.

Pesquisa-documentário sobre as subjetividades de carregadores da região portuária de Manaus, mediados pelas TDIC

Anne Caroline dos Santos Maciel (UFAM), Ronaldo Gomes-Souza (UFAM)

Este estudo apresenta uma investigação sobre os trabalhadores conhecidos como carregadores de bagagens e mercadorias que atuam no contexto portuário, inseridos em um cenário marcado pela informalidade. Embora esses trabalhadores façam parte da memória histórica e social da capital amazonense, esses sujeitos seguem desempenhando suas atividades em condições de intensa precarização e invisibilidade. Desse modo, a pesquisa-documentário ao fazer uso da linguagem audiovisual, mediado pelas Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC – com o uso de câmeras, softwares de edição e plataformas digitais), se configura como uma ferramenta tecnológica de produção de subjetividade, não apenas armazenam, documentam/registram, mas também reconfiguram as narrativas identitárias dos carregadores, permitindo que suas vozes ecoem, proporcionado visibilidade em como esses trabalhadores experienciam subjetivamente o cotidiano laboral, enfrentam os riscos psicossociais associados à ausência de garantias e direitos trabalhistas, e elaboram sentidos e ressignificam sua atuação laboral. Desse modo as Tecnologias Digitais apresentaram-se como instrumentos propulsoras de mudanças importantes nas relações sociais e no modo de se fazer e divulgar ciência, uma vez que, diante das Plataformas de vídeo (YouTube, redes sociais) e softwares de edição politizam a realidade desses trabalhadores, criando formas de resistência, sensibilizando quanto questões, psicossociais e ambientais. Trata-se de um recorte que contribui de forma significativa para os debates sobre trabalho informal, saúde mental e como o uso das TDIC podem ser empregadas para evidenciar o silenciamento histórico que atravessa as vivências e os modos de sofrer e resistir no trabalho, explorando o potencial da linguagem audiovisual enquanto ferramenta de escuta, análise em pesquisa qualitativa no campo da Psicologia e da psicodinâmica do trabalho. Nesse sentido, o uso dos recursos da linguagem audiovisual surge como uma contribuição inovadora ao campo, permitindo registrar e representar as experiências e subjetividades desses trabalhadores através dos processos de captura e edição de imagens e sons, buscando empoderar e amplificar as vozes e a visibilidade de todos os participantes, com um compromisso ético-político que extravasa a forma tradicional de se fazer e divulgar ciência. A Ocupação informal apesar das condições frequentemente precárias, da ausência de proteção social, da instabilidade econômica, das longas jornadas de trabalho físico extenuante e dos potenciais impactos à saúde, permanece uma realidade persistente para muitos trabalhadores, dentre eles os carregadores/transportadores de bagagens e mercadorias. Diante desse cenário, o estudo parte da seguinte questão problema: Como a pesquisa-documentário pode ser utilizada para investigar e retratar a realidade do trabalho dos carregadores, abordando os impactos nas condições de vida, saúde mental e relações sociais, e de que maneira eles constroem estratégias de enfrentamento para lidar com a precarização e a invisibilidade de sua atividade laboral? Objetivo Geral: Analisar como a pesquisa-documentário, mediada pelas TDIC, registram as subjetividades, os afetos, e outras dimensões psicossociais de resistência e visibilidade do trabalho dos carregadores de bagagens no contexto portuário. Esta pesquisa encontra sintonia com as discussões do GT 51 – Tecnologias Digitais, Trabalho e Subjetividades, ao retratar questões do mundo do trabalho através da pesquisa-documentário, articulando de forma sensível e dinâmica as relações entre o trabalho e os modos de vida, em contextos de informalidade por

meio uma ferramenta metodológica que incorpora recursos audiovisuais como dispositivos de escuta e produção de subjetividade ampliando as formas de escuta, intervenção e divulgação de pesquisa científica, permitindo mais acesso, conhecimento e visibilidade para além dos muros acadêmicos. Método: Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, descritiva, estruturada a partir da pesquisa-documentário, que se utiliza dos recursos da linguagem audiovisual, como filmagens, videoentrevistas, edições e montagens como parte da metodologia do estudo, permitindo levantar questões que conectam teoria e prática, técnica, tecnologia, estética, ética e política. Dentre os diversos saberes que atravessarão este estudo foi, foi escolhida a teoria da psicodinâmica do trabalho, tendo em vista que esta é uma abordagem de natureza qualitativa que visa descrever e interpretar as origens de prazer e sofrimento no ambiente de trabalho, destacando tanto seus elementos quanto as maneiras pelas quais se revelam, partindo das repercussões das consequências do trabalho na saúde mental dos trabalhadores. A pesquisa está em andamento e será realizada na região portuária de Manaus, com uma amostra selecionada por conveniência, composta por carregadores de bagagens, maiores de 18 anos, que atuam na informalidade. Em relação aos critérios de exclusão estão: os (as) carregadores (as) de bagagens que apresentem comprometimento cognitivo e/ou estejam sob efeito de alguma substância psicoativa que possa ocasionar riscos a integridade física do pesquisador-documentaria. Por se tratar de uma pesquisa que envolve seres humanos, este estudo seguirá todos os aspectos éticos legais preconizados nas resoluções 466/12 e 510/16. Dessa maneira, ressalta-se que este projeto ja possui aprovação do CEP/UFAM (CCAE 78536124.7.0000.5020), por meio de um projeto guarda-chuva sosbre subjetividade e audiovisual com trabalhadores na região urbana de Manaus, assim como um projeto de extensão sobre pesquisa-documentário e saúde mental com estudantes e trabalhadores de Manaus. Dessa forma destacamos o nosso compromisso ético-político, reconhecendo a ciência não como uma prática neutra, mas como um campo de disputa e oportunidades para mudança social, buscando não apenas analisar, mas proporcionar intervenção nas questões de saúde mental e condições de trabalho por meio do diálogo direto com os sujeitos envolvidos. O nosso compromisso ético se baseia no respeito às opiniões dos sujeitos-participantes-trabalhadores, assegurando-lhes autonomia, respeito e o direito a participação, avaliação e devolutiva dos resultados. Para sua efetiva participação na pesquisa, os sujeitos-personagens participantes deste estudo, assinarão o Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o Termo de Cessão do Uso de Imagem (TCUI) antes do início das gravações, após leitura dos termos com as devidas orientações sobre a pesquisa e sua participação. A coleta de dados será conduzida por meio de videoentrevistas semiestruturadas, gravadas para posterior análise, transcrição e utilização na dissertação, artigos e vídeos que constituirão a pesquisa-documentário. Os dados obtidos neste estudo serão analisados e debatidos no âmbito de um grupo de estudo relacionado à disciplina de Tópicos em Subjetividade e Pesquisa-Documentário do PPGPSI da UFAM, articulando ensino, pesquisa e extensão que é inerente ao método desta investigação, conformando um ciclo integrado de produção de conhecimento como parte integrante ao método, promovendo um ambiente coletivo, democrático e transdisciplinar. O objetivo é criar um espaço que favoreça o diálogo interdisciplinar e a troca de saberes entre os envolvidos, que incluem pesquisadores-documentaristas e sujeitos-personagens. Isso ocorrerá por meio da colaboração na edição e montagem das filmagens, contribuindo para o enriquecimento dos dados da pesquisa que não só certifica os participantes (reconhecendo sua contribuição como coautores das narrativas), bem como promove diálogos entre universidade e sociedade, devolvendo os achados da pesquisa em formatos acessíveis. Portanto como parte do processo, a coleta e análise de dados envolverá o uso de

plataformas e aplicativos que irão auxiliar nas edições, na guarda do material e na comunicação com os sujeitos-participantes da pesquisa. Deste modo a plataforma google drive será utilizada como forma de armazenamento em nuvem para acesso do pesquisador, orientador e demais colegas envolvidos no grupo de estudo. Assim outras plataformas, software e aplicativos, como google classroom, WhatsApp, CapCut, farão parte das etapas de construção do material desta pesquisa, favorecendo e facilitando a comunicação e a organização dos matérias desta pesquisa. Para a análise dos dados, será adotada a Análise de Conteúdo de Bardin. Resultados e discussões esperados: Espera-se que a partir da coleta e análise dos dados, a pesquisa possa trazer contribuições relevantes para o debate sobre os efeitos da atividade laboral dos carregadores de bagagens. O estudo pretende evidenciar em como as TDIC podem ser instrumentos de transformação social, ao permitir que os carregadores reelaborem suas subjetividades diante das câmeras, utilizando o audiovisual como ferramenta de empoderamento destacando a importância de compreender as particularidades culturais e as condições político-econômicas que atravessam esse grupo, assim como as dinâmicas psicossociais associadas à forma como o trabalho está organizado. Esses fatores, muitas vezes invisibilizados, impactam diretamente a saúde dos trabalhadores, favorecendo o surgimento de sofrimento psíquico e outros efeitos negativos que se manifestam tanto no ambiente laboral quanto na vida cotidiana. Conclusão: Ao abordar a realidade dos carregadores de bagagens por meio da pesquisa-documentário, este estudo busca oferecer contribuições relevantes tanto para o campo acadêmico quanto para a transformação social. Ao utilizar a linguagem audiovisual como ferramenta metodológica, busca-se ampliar a compreensão sobre as experiências subjetivas e os modos de trabalhar desses sujeitos, visto que o método permite não apenas documentar suas vivências, mas também promover espaços de escuta qualificada e reflexão coletiva, favorecendo a construção de sentidos sobre o trabalho e incentivando ações voltadas ao reconhecimento, à valorização e à visibilidade dessa categoria historicamente marginalizada.

Palavras-Chaves: Carregadores de Bagagens, TDIC, Pesquisa-Documentário, Trabalho Informal.

Pesquisa-documentário, mediado por TDIC: não trabalho, exclusão e subjetividades de Pessoas em Situação de Rua

Erika Priscilla de Freitas Hounsell (UFAM), Erika Priscilla de Freitas Hounsell (UFAM), Ronaldo Gomes-Souza (UFAM)

O estudo propõe refletir sobre a subjetivação de pessoas em situação de rua (PSR) na Cidade de Manaus, em um cenário marcado pelo desemprego estrutural, informalidade e abandono estatal, com ênfase nas condições de vida desses trabalhadores invisibilizados e marginalizados, refletindo as barreiras à empregabilidade, as formas alternativas de subsistência e o impacto psicossocial do não reconhecimento social, político e subjetivo. Nesse cenário marcado pela intensificação das transformações no mundo do trabalho sob a lógica do capitalismo digital, que vem redefinindo os critérios de inclusão e exclusão no mercado de trabalho, destaca-se que apesar das discussões sobre a plataformização, automação e os efeitos da inteligência artificial, pouco se aborda sobre aqueles que estão à margem do próprio direito ao trabalho. estas pessoas não apenas enfrentam a ausência de renda e segurança, mas também sofrem impactos profundos em sua subjetividade e reconhecimento social. Por meio da Pesquisa-documentário que será mediada pelas Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), amplia-se o escopo de análise sobre o não trabalho ao incluir a ausência dele como marcador político, afetivo e simbólico de desigualdade. A metodologia pesquisa-documentário visa construir um espaço de escuta e visibilidade das narrativas dessas populações, compreendendo o trabalho (ou sua ausência) como um elemento constitutivo da identidade e saúde mental. A proposta articula-se ao campo da Psicologia Social do Trabalho ao abordar os efeitos do "não-trabalho" como uma condição psicossocial relevante, que implica sofrimento, silenciamento e invisibilidade, mas também resistência, produção de sentido e formas alternativas de existência. Os resultados esperados envolvem não apenas a análise dos efeitos psicossociais do não trabalho sobre as PSR, mas também a proposição de um modelo de escuta intersetorial nos serviços públicos como o Centro Pop, além da produção de uma pesquisa documentário colaborativa que se torne ferramenta de sensibilização social e produção de políticas públicas. Nesse contexto, questiona-se: Como a pesquisa-documentário pode ser utilizada para investigar e retratar o trabalho em suas múltiplas ausências, precariedades e resistências, considerando as interseccionalidades de classe, gênero, raça, território e saúde mental das PSR? Objetivo Geral: Desenvolver por meio da pesquisa-documentário, uma ferramenta metodológica e política de visibilidade e escuta das experiências de exclusão do mercado de trabalho de pessoas em situação de rua, compreendendo os impactos psicossociais dessa condição, de modo a contribuir para a proposição de práticas intersetoriais nos serviços públicos, voltadas a empregabilidade por meio do registro das subjetividades dessa população. Método: A pesquisa possui natureza qualitativa e descritiva, utilizando recursos de natureza audiovisual, com ênfase em videoentrevistas, adotando o método de pesquisa-documentário, que se fundamenta em uma abordagem ética e colaborativa nas edições. Para fundamentar as análises das videoentrevistas, elegeu-se a abordagem teórica da Psicodinâmica do Trabalho, por estudar as relações de prazer e sofrimento no trabalho e sua influência na saúde mental dos trabalhadores. A pesquisa em andamento está sendo realizada nas zonas de maior concentração de Pessoas em Situação de Rua (PSR) na Cidade de Manaus. A amostra selecionada se dará por conveniência, com PSR maiores de 18 anos, que não trabalham ou atuam na informalidade. Por se tratar de uma pesquisa que envolve seres humanos, este estudo

está pautado nos aspectos éticos legais previstos nas resoluções 466/12 e 510/16. Cabe salientar, que este projeto compõe um projeto maior sobre subjetividade e audiovisual com trabalhadores na região urbana de Manaus e ja possui aprovação do CEP/UFAM. Os sujeitos-personagens participantes deste estudo, após receberem as devidas orientação sobre a pesquisa e sua participação, assinarão o Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o Termo de Cessão do Uso de Imagem (TCUI), tendo em vista o compromisso ético-político inerente ao método, que articula ensino, pesquisa e extensão, e proporciona protagonismo ao sujeito-personagem que pode contribuir na construção do video-documentário apresentando sugestões para o pesquisador-documentarista durante a devolutivas das edições, com a autonomia para desistir a qualquer tempo da participação na pesquisa. Para a coleta de dados serão utilizadas as TDIC, com foco principal em videoentrevistas semiestruturadas e edição do vídeo-documentário, posteriormente será realizada transcrições para análise posterior e discussão em um grupo de estudo vinculado à uma disciplina de um programa de pós-graduação em psicologia da região norte do país, com foco em "subjetividade e pesquisa-documentário", como formação teórica e prática dos integrantes ao método, proporcionado um espaço coletivo de diálogo e troca de conhecimento entre os participantes, enriquecendo os dados da pesquisa. Como ferramentas tecnológicas para armazenamento em nuvem e compartilhamento dos dados coletados entre os pesquisadores-documentaristas e sujeitos-personagens da pesquisa, utilizaremos o google drive, e para edição dos vídeos o CapCut. Para a análise dos dados, será adotada a Análise de Conteúdo de Bardin. Resultados e discussões esperados: Espera-se revelar, por meio das narrativas e imagens construídas coletivamente, as múltiplas dimensões do sofrimento psicossocial vivenciado pelas PSR, especialmente no que tange à negação de pertencimento social via exclusão do mundo do trabalho. Tais experiências não se resumem à falta de renda, mas envolvem a construção do sentido de identidade, a fragmentação dos vínculos sociais e o distanciamento da dignidade subjetiva. Ao mesmo tempo, emergem formas de resistência, solidariedade, reinvenção e construção de cotidianos possíveis que desafiam os discursos hegemônicos de fracasso ou culpabilização individual. A pesquisa aponta para a urgência de políticas públicas mais sensíveis à escuta e ao reconhecimento das PSR, bem como para o papel estratégico da Psicologia Social do Trabalho na construção de práticas éticas e transformadoras. A produção da pesquisa- documentário com uso de TDIC, torna-se, assim, uma ferramenta política e educativa, voltada à sensibilização da sociedade e à incidência em políticas públicas, configurando uma tecnologia social de resistência e cuidado. Conclusão: Ao visibilizar o não-trabalho como marcador de desigualdade e sofrimento, mas também como campo de produção de subjetividades e resistência, esta pesquisa contribui para ampliar o campo da Pesquisa-documentário e da Psicologia Social do Trabalho. Ela reafirma o compromisso ético-político da Psicologia com os sujeitos historicamente silenciados, propondo metodologias críticas e sensíveis às realidades concretas da população em situação de rua. Em tempos de plataformização, precarização e automação, a linguagem audiovisual e as TDIC, como ferramentas metodológicas, permitem documentar vivências e promover espaços de escuta qualificada e reflexão coletiva, para a construções de políticas públicas.

Precariedade laboral e impasses na Associação de Pescadores de Miracema - TO.

Lara Vitória Oliveira Silva (UFT), Sâmella Barbosa de Souza (UFT), Ana Lívia Setuva de Sousa (UFT), Francisca Maria Carvalho Cardoso (UFT)

Introdução: O trabalho é um elemento fundamental para a sobrevivência e para a construção da identidade dos indivíduos. Contudo, quando exercido em condições precárias marcadas pela informalidade, insegurança, baixa remuneração e ausência de direitos pode gerar impactos significativos na saúde e qualidade de vida desses trabalhadores e trabalhadoras. Nesse sentido, torna-se relevante salientar como os trabalhadores têm se percebido em seu âmbito trabalhista, visto que, esse contexto pode ser comumente precarizado devido à subproletarização onde, esse processo destina uma parcela da força laboral a ocupações em condições precárias, caracterizadas pela negação ou redução dos direitos sociais e legais dos sujeitos (Antunes, 2015). Desta forma, o trabalho, embora na legislação preveja a garantia dos direitos trabalhistas, essa regulamentação na prática apresenta fragilidade, inclusive, nos trabalhos autônomos.

Objetivo: Posto isso, o presente trabalho teve como objetivo analisar o estudo em campo realizado na Colônia de Pescadores Profissionais de Miracema do Tocantins - TO. Sendo o mesmo, uma junção plural entre a observação em campo realizada no ano de 2023 (com enfoque comunitário) e o estágio realizado na Colônia de Pescadores Profissionais de Miracema do Tocantins - TO, posteriormente, com enfoque na perspectiva do trabalho, tendo intuito de perceber os aspectos desta organização, e de como esse grupo de trabalhadores têm sido reconhecidos pela população e Estado, buscando compreender os aspectos históricos, organizacionais e simbólicos do grupo citado. A partir disso, é possível fazer uma correlação com o do Grupo de Trabalho, intitulado: 'Processos de precarização do trabalho e seus impactos na saúde mental do trabalhador e da trabalhadora', pois nele é possível perceber recortes sobre como a lógica capitalista de produtividade, aliada ao descaso ambiental, ameaça modos de vida tradicionais, algo que será amplamente discutido no decorrer das observações.

Metodologia: Desta forma, foram utilizadas como instrumento de pesquisa visitas e observações de campo com as líderes (sendo apenas mulheres, embora a quantidade majoritária dos trabalhadores seja composta por homens) da Colônia de Pescadores Profissionais de Miracema do Tocantins - TO. A partir disso, os pesquisadores tiveram como enfoque buscar entender o contexto ao qual o grupo está inserido, a princípio, tendo uma visão ampla que se esclarece no decorrer do processo. Procurou-se identificar como foi a consolidação da Colônia, como são as suas formas de funcionamento, as organizações do trabalho, suas exigências, compreender as culturas internas desta população e principalmente como o trabalho tem se desenvolvido na comunidade.

Resultados: O estudo teve relação com a interface entre aspectos comunitários, ambientais e do trabalho, nesse caso, o trabalho ainda considerado precarizado pelos pescadores. Pôde-se, assim, perceber como se caracterizam as questões intra-grupo a partir das visitas institucionais ao local. A priori, a Colônia é compreendida como um grupo funcional, onde a divisão de tarefas ocupa posição central, nesse arranjo, os indivíduos formam sua identidade com base nas funções sociais que exercem dentro do coletivo (Martín-Baró, 1989; Martins, 2003). Trazendo para o contexto da colônia de pescadores, os papéis que são desempenhados na mesma, são bem distribuídos entre os seus membros sendo os de: presidência, diretoria, primeiro e segundo tesoureiro, ou seja, o grupo tem papéis bem definidos, sendo a presidência ministrada apenas por mulheres, que além de

exercerem um cargo de liderança, também estão ligadas diretamente com a fundação e regulamentação da Associação para Colônia de pescadores, por volta dos anos de 2010, onde, tem a sua sede localizada em Miracema do Tocantins - TO.

A Colônia surgiu a partir de uma necessidade coletiva por parte dos pescadores que sofriam reprimendas, tendo os seus materiais de pesca apreendidos pelos policiais, pois não tinham a legalidade necessária para a pesca no ambiente, o que a tornava irregular. Cabe-se ressaltar que, a princípio houve um grupo de pescadores embrionário no ano de 2006, mas que deixou apenas dívidas, que as mulheres se uniram em uma liderança pagando essas despesas deixadas e buscaram a legalização da pescaria, fundando assim a Colônia de Pescadores Profissionais de Miracema de Tocantins - TO. Com isso, começou-se a ter normas específicas dentro da Colônia, como por exemplo, durante o período de piracema (período de reprodução dos peixes), os pescadores não podem pescar, e o único incentivo recebido do governo é o Seguro Defesa (BRASIL, 2003) para subsistência do(a) pescador(a) em meses no qual a pesca é proibida por lei. Além disso, estabeleceram-se metas mensais, limites de captura de peixes e restrições no tamanho das redes para a preservação das espécies presentes no rio, outrossim, ocorrem coletas mensais para a manutenção do grupo, onde os pescadores contribuem mensalmente com uma quantia determinada mais 5% da produção, e apenas com o esforço e trabalho em conjunto conseguiram construir uma nova sede que possui um abatedouro para peixes, que se encontra em fase de finalização.

Quanto às relações no trabalho, diversos pontos foram abordados, como o fato dos pescadores mirins poderem ingressar na colônia de pescadores apenas mediante a indicação de alguém que já faça parte do grupo. Algo a ser pontuado, é a cultura organizacional caracterizada pelas tradições que são passadas adiante através das gerações (CHIAVENATO, 2008), desta forma as suas culturas são mantidas no decorrer do tempo, sendo alguns exemplos de culturas intra-grupo, a festa do Miracaxi, evento típico local que atrai turistas para a região em temporada de férias escolares e onde os pescadores vendem seus produtos, a Festa do Peixe, também tradicional na região e na venda de peixe e seus derivados, e as reuniões mensais feitas na comunidade. Posto isso, foi destacado que a maioria dos jovens que entram na Colônia, não estão dando continuidade às tradições do grupo, o que tem enfraquecido os vínculos e afetado negativamente o trabalho coletivo dos pescadores.

No decorrer do relato na Colônia, algo que se destacou foram as questões ambientais onde assinalaram o impacto da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães, entre os municípios de Miracema do Tocantins e Lajeado, e como a mesma afetou de forma negativa o trabalho e as interações que os pescadores têm com o rio, destacando como a poluição aumentou vertiginosamente, e como ocorre uma irresponsabilidade política para com a preservação do rio, que além do assunto supracitado, ainda tem um projeto para despejar o esgoto da cidade de Miracema do Tocantins diretamente no Rio Tocantins, assim, prejudicando não apenas a fauna local e como a população enxerga os peixes que vem do rio, afetando assim o trabalho dos pescadores. Desta forma, essas circunstâncias aumentam a preocupação dos trabalhadores com relação às garantias futuras de seus trabalhos, visto que ao entrar em contato com os governantes a única resposta ultrajante que receberam foi o recebimento de uma cesta básica para os afetados com a medida, esse caso, todavia, demonstra similaridade ao documentário: 'Mulheres das águas' (Novaes, 2016) onde, marisqueiras passam por diversos problemas de saúde no Nordeste do país, devido ao aumento da poluição e falta de responsabilidade governamental, reforçando uma ideia capitalista de produção acima do bem estar da população.

Conclusão: A partir das demandas supracitadas, percebe-se como os modos de vida desses trabalhadores mantêm uma relação de proximidade e convívio com o meio

ambiente, especialmente com os rios e as espécies que neles habitam. Apesar dessas características, por não se alinharem à lógica do modo de produção capitalista, acabam por enfrentar invisibilidade institucional, o que corrobora para esses trabalhadores sofrerem com a precarização do trabalho (Antunes, 2015). Nesse sentido, a investigação realizada junto à Colônia de Pescadores Profissionais de Miracema do Tocantins - TO evidencia a complexidade das relações laborais em contextos informais e autônomos, marcados por processos de precarização e ausência de garantias institucionais. Revela ainda como a centralidade do trabalho na vida dos indivíduos, quando realizada em condições adversas e permeada pela desvalorização social e negligência estatal, compromete não apenas a subsistência, mas também o senso de pertencimento dos trabalhadores.

Palavras-chave: Pesca artesanal, trabalho informal, liderança feminina, questões ambientais.

ANTUNES, R. Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. 8º edição, Cortez Editora, São Paulo, 2015.

BRASIL. Casa civil. Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003. Brasília, DF, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.779.htm#art7. Acesso em: 25 de maio de 2025.

CHIAVENATO, I. Recursos Humanos: o capital humano das organizações. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARTINS, S. T. F, Processo grupal e a questão do poder em Martín-Baró. Psicologia e Sociedade, 201-217, jan./jun.2003.

MULHERES das Águas. Direção: Beto Novaes. Produção: Universidade Federal do Rio de Janeiro e Projeto Educação através das Imagens/PR5/IE, 2016. 32 minutos. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=P62sFliw7K8. Acesso em: 25 de maio de 2025.

Precarização do trabalho e uberização: desafios do trabalho mediado por aplicativos

Thayna Carvalho Mathias (UFT), Luana Soares Alves (UFT), Ana Clara Costa Dumont de Castro (UFT), Francisca Maria Carvalho Cardoso (UFT)

Introdução: Nas últimas décadas, o capitalismo passou por uma reestruturação produtiva, impulsionada pelos avanços tecnológicos e pela financeirização da economia, fato que tem promovido transformações profundas no mundo do trabalho. Tais mudanças não apenas ressignificaram o sentido do trabalho na vida dos sujeitos, como também intensificaram a precarização das condições laborais, sobretudo nos contextos urbanos marcados por desigualdades socioeconômicas. Objetivo: Nesse cenário, torna-se fundamental, assinalar que o objetivo do presente trabalho, foi refletir sobre como os desafios advindos dos processos de urbanização articulam-se com a precarização do trabalho, como assinalam as contribuições dos autores: Albornoz (1986), Antunes (2015), Borges e Yamamoto (2014), articulando as vivências dos trabalhadores das plataformas digitais apresentadas no documentário "GIG – A Uberização do Trabalho", dirigido por Carlos Juliano Barros, Caue Angeli e Maurício Monteiro Filho e produzido por Carlos Juliano, no ano de 2019. Este trabalho dialoga diretamente com os objetivos do Grupo de Trabalho (GT): Processos de precarização do trabalho e seus impactos na saúde mental do trabalhador e da trabalhadora ao analisar criticamente, sob a perspectiva da Psicologia Social do Trabalho, os impactos da precarização e da urbanização no e do trabalho por plataformas digitais. A presente produção evidencia como o neoliberalismo e a uberização reforçam a exploração e o adoecimento dos trabalhadores na contemporaneidade, relacionando-se ao GT supramencionado. Metodologia: A partir das discussões oriundas da disciplina de Psicologia do Trabalho, do grupo de estudos sobre Psicologia Social do Trabalho e das extensões no corrente ano, discutimos sobre o trabalho, na perspectiva da informalidade, precarização, a partir de debates, leituras, produção de textos, e discussão de documentários, como o supramencionado. Resultados: Em um primeiro momento, é imprescindível resgatar o entendimento de trabalho proposto por Albornoz (1986), que afirma que a prática laboral transcende o caráter meramente econômico, sendo elemento constituinte da vida social, da identidade e da dignidade humana. No entanto, para a lógica capitalista moderna, o trabalho passa a ser reduzido a uma mercadoria, perdendo seu valor ético e existencial. Albornoz (1986) aponta que, com a ascensão do modo de produção capitalista e a urbanização acelerada, há uma separação crescente entre o trabalhador e o produto de seu trabalho, intensificando a alienação. Esse processo se agrava nas grandes cidades, onde o crescimento urbano desordenado convive com a exclusão social e o desemprego estrutural, como assinala Antunes (2015, p. 46), "o mais brutal resultado dessas transformações é a expansão, sem precedentes na era moderna, do desemprego estrutural, que atinge o mundo em escala global", nesse cenário fértil para a expansão do trabalho informal e precário. Complementando essa análise, Antunes (2015), ainda defende que vivemos um período de "metamorfoses no mundo do trabalho", em que o modelo do trabalho assalariado está em franco declínio, sendo substituído por formas laborais fragmentadas, instáveis e desregulamentadas. Nesse sentido, a urbanização não apenas concentra a força de trabalho, mas também se torna espaço privilegiado para o avanço do trabalho precarizado, especialmente entre populações periféricas. Nas cidades, observa-se a proliferação de trabalhos intermitentes, autônomos por imposição e vinculados a plataformas digitais, que, sob o discurso de autonomia e flexibilidade, mascaram relações de exploração intensificadas. Esse novo paradigma do "precariado urbano" se revela como uma das faces mais cruéis do neoliberalismo contemporâneo. Essa discussão

é aprofundada por Borges e Yamamoto (2014) onde os autores adotam uma perspectiva crítica da Psicologia Social do Trabalho, evidenciando que as transformações no mundo do trabalho devem ser analisadas como processos históricos e socioeconômicos que produzem impactos subjetivos significativos. Para eles, a precarização do trabalho não pode ser compreendida de forma isolada, mas deve ser articulada às condições de vida nos centros urbanos, onde os trabalhadores enfrentam não apenas a perda de direitos e a intensificação das jornadas, mas também os efeitos psicossociais da instabilidade, como sofrimento, adoecimento e desesperança. As cidades tornam-se, assim, palco de uma nova forma de desigualdade: a exclusão pelo trabalho precarizado. Essa análise ganha densidade percepcional no documentário "GIG – A Uberização do Trabalho". A produção apresenta o cotidiano de trabalhadores de plataformas digitais, como motoristas de aplicativo e entregadores, inseridos na lógica da "gig economy". Sob a promessa de liberdade e autonomia, esses trabalhadores enfrentam jornadas imprevisíveis, insegurança econômica, ausência de vínculos empregatícios e desproteção social. A uberização não representa fortalecimento laboral, mas sim a intensificação da exploração com nova roupagem tecnológica, onde a subjetividade, o corpo e a saúde dos trabalhadores são colocados a serviço de plataformas que se isentam de qualquer responsabilidade social. A precarização é presente não só na desvalorização dos direitos dessas formas de trabalho "independentes", mas também está presente quando não há uma preocupação das condições de trabalho existentes para aquele indivíduo, no seu desgaste físico e mental para estar presente e conseguir obter retribuição de um trabalho que o remunera de forma injusta e depreciada. O documentário destaca com sensibilidade os impactos subjetivos e psicossociais da precarização, como o adoecimento emocional, o cansaço crônico e a sensação de desamparo institucional. As vozes dos trabalhadores revelam a tensão entre o discurso empreendedor e a realidade da exploração cotidiana. Em consonância com as reflexões de Antunes (2015) e dos autores da Psicologia Social do Trabalho, a obra denuncia a ausência de políticas públicas eficazes, a conivência das empresas de tecnologia com a informalidade e a desresponsabilização do Estado frente ao sofrimento das camadas populares urbanas. Conclusões: Diante desse levantamento, analisamos com este estudo, que torna-se evidente que a precarização do trabalho e os processos de urbanização são fenômenos interligados e mutuamente alimentados pelo avanço do neoliberalismo. A concentração urbana não apenas abriga, mas também normaliza a lógica da exploração flexível e da desproteção social. Cabe, portanto, à Psicologia, especialmente em sua vertente social e crítica, assumir um compromisso ético-político com os trabalhadores e trabalhadoras, denunciando as formas de sofrimento que emergem do mundo do trabalho contemporâneo e contribuindo para a construção de alternativas que valorizem a dignidade humana. Referências: ALBORNOZ, S. O que é trabalho. São Paulo: Brasiliense, 1986. (Coleção Primeiros Passos).ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2000. GIG - A UBERIZAÇÃO DO TRABALHO. Direção: Carlos Juliano Barros, Caue Angeli e Maurício Monteiro Filho. Produção: Carlos Juliano. Brasil: Repórter Brasil. 2023. Duração: 60 min. Disponível em: https://youtu.be/cMPnAfrMLCk. BORGES, L. O; YAMAMOTO, O. H. Mundo do trabalho: construção histórica e desafios contemporâneos. In: ZANELLI, J. C.; BASTOS, A. V. B.; GONDIM, S. M. G. (org.). Trabalho e Organizações no Brasil. Porto Alegre: Artmed, 2014. p. 25-73.

Subjetividades e afetos de trabalhadores ambulantes de Manaus através da pesquisa-documentário, mediado pelas TDIC

Thayná de Albuquerque Cavalcante (UFAM), Ronaldo Gomes-Souza (UFAM)

Resumo: O trabalho exerce influência profunda não só sobre os indivíduos, mas também sobre os espaços que habitam, transformando tanto a organização territorial quanto o cotidiano da população. Neste cenário, os trabalhadores informais desempenham um papel duplo: enquanto garantem sua sobrevivência, também contribuem ativamente para moldar a paisagem urbana, estabelecendo uma relação recíproca com as ruas e cidades que os acolhem. Apesar de sua importância econômica inquestionável, esses profissionais geralmente atuam em situações de precariedade e marginalização social.

Entre esses trabalhadores, os vendedores ambulantes enfrentam desafios particulares que abrangem desde problemas de saúde pública até desigualdades estruturais e diversas formas de vulnerabilidade. Seu dia a dia é marcado não apenas por dificuldades materiais, mas também por impactos emocionais e psicológicos, intensificados pela constante exposição a violências - tanto concretas quanto simbólicas - além dos riscos do trânsito e das condições climáticas adversas. Essa realidade multifacetada torna sua experiência laboral especialmente complexa.

É para compreender e transformar essa realidade que a pesquisa-documentário se apresenta como ferramenta fundamental. Seu objetivo vai além do simples registro dessas vivências - busca também fomentar mudanças tanto no plano individual quanto coletivo através da linguagem audiovisual. O processo de captação de imagens, edição e montagem dos vídeos possibilita a construção de narrativas colaborativas, dinâmicas e abertas à contínua transformação, fundamentadas no intercâmbio de histórias e experiências dos próprios trabalhadores. A investigação concentra-se especificamente nos ambulantes que comercializam produtos tradicionais da região, analisando tanto seus percursos pessoais quanto sua influência na transformação do espaço urbano.

A partir disso, entende-se que o trabalho constitui um elemento fundamental na transformação tanto do ambiente natural quanto dos espaços urbanos e das relações humanas, impactando simultaneamente a sociedade e a subjetividade individual (MARX & ENGELS, 1989). No contexto das cidades, essas interações sociais complexas geram impactos significativos na saúde mental e nos processos psicossociais dos trabalhadores, criando um cenário marcado por contrastes e paradoxos.

Assim, a Psicodinâmica do Trabalho (PdT) oferece um marco teórico relevante para compreender como a subjetividade se estrutura a partir da atividade laboral, analisando tanto as estratégias individuais quanto coletivas de enfrentamento dos desafios no trabalho (DEJOURS, 2017; MENDES, 2007). Porém, embora a PdT proponha cinco dimensões da centralidade do trabalho, incluindo sua relação com a urbe (DEJOURS, 2012), persiste uma lacuna nos estudos sobre como exatamente os espaços urbanos influenciam a subjetividade e a saúde mental dos trabalhadores.

Tradicionalmente, a PdT emprega métodos qualitativos como entrevistas e a clínica da fala e escuta. No entanto, abordagens inovadoras vêm sendo incorporadas, como o método de pesquisa-documentário, que possibilita uma investigação mais democrática e participativa da dimensão urbana. Esta metodologia transdisciplinar não só amplia a autonomia e conscientização sobre questões trabalhistas e urbanas, mas também impulsiona transformações sociais significativas.

Para tal, utiliza-se as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), como câmeras, celulares, aparelhos de captação de áudio, software de edição e plataformas digitais, onde tais ferramentas perpassam sua função técnica e adquirem papel fundamental no registro e documentação da subjetividade expressa durante o processo de realização da pesquisa, no qual os sujeitos-personagens tornam-se porta-vozes de suas próprias histórias em diferentes plataformas, com o intuito de amplificar suas vivências, angústias e prazeres, bem como toda a subjetividade existente em uma vida, onde o trabalho e a vida pessoal se cruzam e se afetam.

A pesquisa-documentário configura-se assim como um instrumento poderoso para amplificar as vozes dos trabalhadores, facilitando a ressignificação de experiências de sofrimento, a promoção da saúde mental e a construção de novos significados tanto para o trabalho quanto para a vida na cidade.

Objetivo: Registrar, através da linguagem audiovisual, o cotidiano, os vínculos afetivos e as experiências subjetivas de comerciantes ambulantes que trabalham com produtos tradicionais da Amazônia no espaço urbano de Manaus, buscando o aprofundamento de suas relações de saúde e adoecimento — especificamente mental, mas sem desconsiderar os fatores físicos —, prazer e sofrimento, além dos afetos que perpassam o sujeito-personagem em seu ambiente laboral, e outras dimensões psicossociais que possam manifestar-se em suas falas e gestos. Portanto, esta pesquisa encaixa-se à proposta do GT 51, intitulado “Tecnologias Digitais, Trabalho e Subjetividades”, ao utilizar-se de uma metodologia inovadora, como a pesquisa-documentário, para abordar temas sociais sensíveis que envolvem a experiência laboral de trabalhadores informais do contexto urbano de Manaus, explorando o audiovisual como ferramenta de registro social, político e ético, capaz de realizar transformações individuais e coletivas através da divulgação democrática do conteúdo elaborado a partir da academia, mas que deve ser expandido para além dela.

Método: Esta pesquisa utiliza uma abordagem qualitativa, característica da Psicodinâmica do Trabalho, atrelada ao método da pesquisa-documentário, entendida como uma prática de caráter ético-político e participativo que se constrói a partir da interação constante entre pesquisadores-documentaristas e sujeitos-personagens. Como ferramentas metodológicas, empregam-se Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) para realizar entrevistas videogravadas semiestruturadas e registrar imagens dos ambientes de trabalho. Essa abordagem é, por essência, coletiva e democrática, sustentada por um compromisso ético-político que reconhece os participantes como coprodutores do conhecimento, e não meros objetos de estudo.

Como dito, a pesquisa-documentário possui o diferencial de registrar as complexidades das relações humanas de forma dinâmica e dialógica, ao qual o audiovisual acrescenta uma dimensão extra à equação: a câmera, que torna-se um terceiro elemento ativo, que interfere tanto nas dinâmicas de grupo como nos próprios sujeitos. Por isso, é necessário um cuidado ético específico à metodologia, onde as perspectivas dos participantes devem ser consideradas e debatidas em conjunto, garantindo participação ativa nas decisões a partir de diálogo e negociações.

Os participantes selecionados são vendedores ambulantes naturais ou residentes em Manaus, com idade superior a 18 anos, que comercializam itens característicos da região amazônica, como cascalho de milho, broa e banana frita. A amostragem segue critérios de conveniência, a partir da rede de contatos da equipe de pesquisa.

O material produzido será submetido a análise coletiva em disciplina de pós-graduação especializada em subjetividade e abordagens documentais, contando com a participação direta dos trabalhadores nas fases de edição e discussão do conteúdo. Essa dinâmica de trabalho pretende superar as hierarquias convencionais da

pesquisa acadêmica, estabelecendo uma construção narrativa compartilhada entre investigadores e participantes.

Assim, a partir da elaboração desta pesquisa, propõe-se uma contribuição metodológica para os estudos em Psicologia do Trabalho, onde os recursos audiovisuais são explorados como tecnologias sociais a partir da pesquisa-documentário, que atua como ferramenta de inovação e transformação social ao amplificar as vozes dos trabalhadores de forma democrática e acessível. O que significa ir além do formato acadêmico tradicional, oferecendo subsídio concreto para o fomento de ações que melhorem a qualidade de vida dos trabalhadores em questão, ao tornar suas demandas visíveis e audíveis.

Dessa forma, a pesquisa também objetifica o fortalecimento do tripé universitário de ensino, pesquisa e extensão, ao envolver os sujeitos-personagens não apenas como fonte de dados, mas como participantes ativos na construção e divulgação dos resultados. Resultados e discussões esperados: A pesquisa visa investigar tanto as dimensões materiais quanto simbólicas que constituem o cotidiano desses trabalhadores, abrangendo desde suas condições concretas de trabalho até os aspectos emocionais e identitários que permeiam sua atuação. Espera-se evidenciar, através dessa análise, a contribuição fundamental desses agentes para a dinâmica cultural e social das ruas de Manaus.

Além disso, o estudo pretende avaliar como a pesquisa-documentário pode enriquecer o campo da psicologia do trabalho, particularmente no que se refere à compreensão das relações informais de trabalho e seus impactos na subjetividade dos trabalhadores. A abordagem audiovisual participativa apresenta-se como um caminho promissor para capturar nuances dessas experiências que frequentemente escapam aos métodos tradicionais de investigação.

Trabalho e saúde em um hospital universitário: uma análise a partir dos trabalhadores terceirizados

Gabrielly Gomes da Silva (UFPB), Lívia Leal Pereira (UFPB), Guilherme Silva Mendes de Oliveira (UFPB), Eduardo Breno Nascimento Bezerra (UFPB), Tatiana de Lucena Torres (UFPB), Thaís Augusta Cunha de Oliveira Máximo (UFPB)

Resumo:

Este resumo contempla um relato de experiência advindo de um projeto de extensão em um hospital universitário da Paraíba, tendo enfoque nos relatos de trabalhadores terceirizados. O projeto acadêmico, intitulado "Acolhe HULW: Intervenções em Saúde Mental e Trabalho junto a profissionais da saúde", vigente desde 2022, propõe-se a construção, em diálogo com os(as) trabalhadores(as) de um hospital universitário, incluindo os(as) terceirizados(as), um espaço que reconhece os determinantes sociais da saúde presente nas dinâmicas do trabalho, viabilizando transformações que contribuam para a prevenção e fortalecimento do cuidado à saúde, especialmente a mental. Em conceituação, a terceirização caracteriza-se como a prática pela qual uma empresa contrata outra para executar determinados serviços ou disponibilizar trabalhadores(as) para atividades específicas em substituição à contratação direta destes, estabelecendo uma relação complexa entre os sujeitos envolvidos. A aprovação da Lei nº 13.429/17 representou uma mudança significativa na regulamentação da terceirização no Brasil, autorizando a terceirização ampla de atividades-fim, de modo que possibilitou às empresas contratarem trabalhos terceirizados para todos os espaços vinculados à sua atividade econômica. Assim, tal configuração tem gerado intensos debates quanto aos seus impactos sobre as condições laborais, destacando-se a precarização do trabalho como um dos efeitos observados devido à fragmentação das responsabilidades trabalhistas e aos subsequentes aspectos da terceirização, colocando em perspectiva os prós e contras de terceirizar tarefas. Essa precarização manifesta-se, sobretudo, nos salários reduzidos, na ampliação da jornada de trabalho, na elevação da rotatividade de mão de obra e na limitação do acesso a direitos conquistados, uma vez que o enfraquecimento dos vínculos institucionais com a empresa na qual o(a) trabalhador(a) exerce suas funções propicia ambientes laborais mais vulneráveis quanto às condições de trabalho e obstáculos a reivindicações trabalhistas. No caso de serviços de saúde públicos, a terceirização significativa de trabalhadores de serviços gerais contribui para a precarização dessa categoria profissional. Portanto, o objetivo deste trabalho é apresentar a realidade dos trabalhadores terceirizados através de seus relatos em acolhimentos e conversas em áreas do hospital. Em específico, o trabalho pretende identificar padrões nos relatos dos trabalhadores que se relacionem aos impactos psicossociais da terceirização. Para análise deste fenômeno, faz-se necessário compreender a saúde como um campo político, sendo estabelecida uma postura ético-política com diferentes modos e articulações para que sejam observadas as relações dos sujeitos com seus meios e seu contexto sociopolítico. Assim, a saúde se apresenta como um processo de construção da subjetividade, resultante de um confronto com as instabilidades do meio ao qual o ser humano está inserido, indo além das propostas mecanicistas e biológicas. O trabalhador é, então, um ser ativo que age e transforma o seu trabalho e busca gerir seus processos de saúde-doença. Desta forma, com a visão da Ergonomia da Atividade de Canguilhem, utiliza-se também a Ergologia de Yves Schwartz como aporte teórico-metodológico para pensar a realidade da saúde do trabalhador e possíveis ações interventivas. Pensa-se na dialética da troca de saberes entre os saberes científicos, do trabalhador e das exigências ético-epistemológicas, para então realizar as intervenções contextualizadas a partir da realidade do trabalho. Sob esse viés, é indispensável a crítica interseccional aos atravessamentos do trabalhador e o

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

olhar ao espaço que classe, raça, gênero e região ocupam, como afetam os seus locais de serviço e promovem o adoecimento das classes trabalhadoras. Nesse sentido, o eixo temático escolhido foi a "Psicologia Social em Interface com o Trabalho" e o GT "Processos de precarização do trabalho e seus impactos na saúde mental do trabalhador e da trabalhadora", uma vez que estes promovem uma discussão crítica acerca do trabalho e afirmam a necessidade de uma postura política frente à compreensão da realidade do trabalhador. O tema específico de terceirização se enquadra enquanto um fenômeno que se insere no movimento de precarização das relações de trabalho, e o olhar da Psicologia Social se torna crucial para o entendimento dos impactos psicossociais deste cenário e para a promoção efetiva da saúde do trabalhador. Tendo isso em vista, o projeto de extensão realiza vias de intervenção em um Hospital Universitário que contemplam os trabalhadores terceirizados, tais como ações itinerantes no hospital e acolhimentos individuais voltados à saúde do trabalhador. Em estratégia teórico-metodológica, construiu-se uma Análise de Conteúdo de Minayo a partir da seleção de relatos de cinco trabalhadores terceirizados de um hospital universitário, classificação de unidades de análise e interpretação dos padrões. Foram utilizados como instrumentos de análise material de texto, sendo estes diários de campo e relatos em reuniões de supervisão transcritos. Três dos relatos surgiram em acolhimentos individuais com o trabalhador, em uma sala isolada, contando com um estudante participante do projeto e cada um dos dois trabalhadores, separadamente. Os outros dois relatos foram frutos de encontros em ações itinerantes, em que o trabalhador relatou suas experiências de trabalho em meio a um intervalo de sua atividade laboral, nos corredores do hospital, a estudantes extensionistas. Nota-se que os cinco trabalhadores estão no setor da limpeza, sendo três mulheres e dois homens. Como resultados, foram identificadas categorias temáticas relacionadas à impactos psicossociais que agrupam os relatos referidos. A princípio, a insegurança financeira aparece como central nos relatos, uma vez que todos os trabalhadores vêm de cenários de significativa escassez, não têm rede de apoio estável e precisam sustentar outras pessoas com o salário que ganham, que afirmam ser insuficiente. Um dos trabalhadores afirmou que "gostava de passear, mas só em ideia, porque faltava tempo e dinheiro". A violência e o assédio no trabalho também revelam-se nuclear nos relatos, em que todos o apresentaram, em alguma medida, desde situações de menosprezo hierárquico frequente a perseguições e violências recorrentes de encarregados, além de falta de apoio institucional. Em seguida, a fragmentação do coletivo mostra-se latente, tanto na ausência de espaço físico/sala coletiva para os trabalhadores terceirizados, quanto na desesperança apresentada pelos trabalhadores em uma possível união da sua categoria naquele hospital. Uma das terceirizadas relatou que, apesar de compartilharem demandas no trabalho, não vê uma forma que os trabalhadores possam se unir, porquanto há medo de demissão coletiva e descrenças em mudanças. Em sequência, sofrimento psíquico e saúde mental são temas centrais, e o adoecimento mental relacionado ao trabalho emerge nos relatos, sendo percebida nos trabalhadores uma ausência de perspectiva de construção da sua saúde mental. Nesse viés, casos de depressão, ansiedade, ideação suicida, mecanismos de enfrentamento disfuncionais (como vícios em jogos de azar e compulsão alimentar), além de sintomas físicos (insônia, tremores e vômitos no trabalho) são relatados pelos trabalhadores. Em conclusão, entende-se que os relatos de trabalhadores terceirizados analisados conversam com a literatura trabalhada sobre o tema, dado que o cenário de atual terceirização gera a fragilização das relações de trabalho e precarização da vida dos trabalhadores, adoecendo-os. Neste sistema, a saúde mental do trabalhador é marginalizada, o coletivo de trabalho é fragmentado e o ciclo de exploração do proletariado se perpetua. Reflete-se que o adoecimento dos trabalhadores terceirizados e de serviços gerais devem ser pauta de trabalho e de intervenção da Psicologia Social, construindo espaços de luta política e promoção de saúde.

Palavras-chave: Terceirização; Psicologia Social; Saúde Mental; Precarização do trabalho; Impactos psicossociais;

GT 37: PSICOLOGIA COMUNITÁRIA E DESIGUALDADES SOCIAIS NA PRODUÇÃO DE CUIDADO E NA PROMOÇÃO DA SAÚDE

Coordenação: Bernardo Parodi Svartman (IPUSP), Rita de Cassia Andrade Martins (UFJ), Fernanda Nogueira Campos Rizzi (UFU)

Atuação das Psicólogas da Saúde: Desafios e Estratégias de Cuidados em Saúde Mental no Território Amazônico a partir da Formação de Agentes Comunitários de Saúde na Atenção Primária

Brenda da Silva e Silva (Aprendeupsi), Fernanda Sousa (UFPE)

A atuação da psicologia no Sistema Único de Saúde (SUS) na região amazônica exige uma escuta atenta às especificidades territoriais, históricas e sociais que atravessam o cotidiano dos sujeitos e profissionais. No município de Carauari (AM), localizado a mais de 800 km da capital Manaus, as dificuldades de acesso às políticas públicas são agravadas por obstáculos geográficos, escassez de recursos e um contexto de extrema pobreza. Essa condição estrutural se configura como porta de entrada para diversas formas de violência, como a violência doméstica, o abuso sexual de crianças e adolescentes, o uso problemático de substâncias psicoativas, o suicídio e a negligência. Tais fenômenos, frequentemente invisibilizados, representam expressões concretas dos determinantes sociais da saúde e impactam diretamente a saúde mental das populações em situação de vulnerabilidade. Para os profissionais de saúde que atuam nesses territórios, os desafios são duplos: além de enfrentar a precarização dos serviços, enfrentam também barreiras para sua própria qualificação e formação continuada, dada a distância das instituições formadoras e a escassez de oportunidades formativas na região.

Este relato tem como objetivo compartilhar uma estratégia de cuidado em saúde mental desenvolvida no âmbito da Atenção Primária à Saúde (APS) por meio da capacitação de Agentes Comunitários de Saúde (ACSs), com foco na escuta qualificada, na identificação do sofrimento psíquico e na articulação com a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). A experiência busca contribuir para a construção de práticas de cuidado que considerem os determinantes sociais da saúde, o fortalecimento comunitário e o compromisso ético-político com a defesa da vida.

A experiência foi construída a partir da prática profissional de duas psicólogas atuantes na APS em Carauari e se desenvolveu por meio de encontros formativos presenciais com os ACSs do território. Utilizaram-se metodologias participativas e dialógicas, inspiradas na educação popular e na psicologia social comunitária, incluindo rodas de conversa, análise de casos reais, dinâmicas de grupo e reflexão coletiva. A formação teve como base teórica os aportes críticos de autores como Ignacio Martín-Baró, Silvia Lane, bell hooks, Patrícia Hill Collins e Lélia Gonzalez, que articulam saúde mental, sofrimento ético-político e justiça social. A escolha pelos ACSs como público-alvo se deu pelo papel estratégico que esses profissionais ocupam como elo entre os serviços de saúde e a comunidade, com presença cotidiana nos domicílios e vínculos consolidados com as famílias.

A capacitação permitiu ampliar o repertório dos ACSs em relação às questões de saúde mental, deslocando a compreensão restrita e biomédica do sofrimento psíquico para uma perspectiva ampliada, que reconhece o impacto

das condições de vida, da violência estrutural e das desigualdades de gênero, raça e classe na saúde mental dos sujeitos. Os agentes passaram a identificar com maior sensibilidade situações de risco, como sinais e sintomas de transtornos mentais comuns, isolamento social de adolescentes, sinais de sofrimento em mulheres em situação de violência e episódios de autolesão e ideação suicida. Relataram, ainda, um sentimento de maior segurança para acionar a rede de proteção e encaminhar casos para outros dispositivos da RAPS ou do Sistema de Garantia de Direitos (SGD), como o Conselho Tutelar. Além disso, a capacitação contribuiu para fortalecer o vínculo entre os ACSs e os demais trabalhadores da saúde, promovendo uma cultura de cuidado mais compartilhada e colaborativa. Os participantes destacaram que o espaço formativo foi, também, um lugar de cuidado para si, no qual puderam expressar suas angústias, trocar experiências e construir apoio mútuo frente às dificuldades do cotidiano. Essa dimensão subjetiva e afetiva do trabalho, muitas vezes negligenciada, revelou-se essencial para a sustentação da atuação desses profissionais em contextos tão desafiadores.

Outro resultado relevante foi a valorização do SUS como parte integrante do Sistema de Garantia de Direitos, especialmente no que se refere à proteção de crianças e adolescentes em situação de violação. Ao fortalecer o papel dos ACSs como agentes de vigilância e cuidado no território, foi possível ampliar a capacidade de resposta da APS frente às situações de violência e sofrimento mental, mesmo diante da escassez de recursos especializados. O reconhecimento dos determinantes sociais como elementos estruturantes da saúde mental reforçou a necessidade de práticas intersetoriais e territorializadas, com ênfase na promoção da saúde e na defesa dos direitos humanos.

A experiência apresentada reafirma o potencial da psicologia social comunitária no campo da saúde coletiva, especialmente em contextos de vulnerabilidade extrema como os da Amazônia. Ao propor uma formação crítica, participativa e situada, a capacitação de ACSs contribuiu para a construção de um cuidado em saúde mental mais sensível às realidades locais, mais atento às dimensões ético-políticas do sofrimento e mais comprometido com a vida das populações invisibilizadas pelas desigualdades. O fortalecimento dos ACSs enquanto agentes de cuidado e de transformação social revela-se uma estratégia potente para qualificar a atenção em saúde mental na APS, garantindo maior entendimento às ações e favorecendo a escuta e o acolhimento de demandas complexas.

Em territórios como Carauari, cuidar da saúde mental é também enfrentar os efeitos da necropolítica, da exclusão histórica e do abandono institucional. Trata-se de uma tarefa que exige presença, compromisso e construção coletiva. A psicologia, nesse contexto, encontra sentido quando se alinha à luta por justiça social, dignidade e reparação. Mesmo em meio às adversidades, é possível produzir cuidado, resistência e esperança.

Avaliação dos serviços da atenção primária na perspectiva dos profissionais do município de Boa Vista-Roraima

Thayany dos Santos Alves (UFRR), Edilane Nunes Régis Bezerra (UFRR)

A avaliação da qualidade dos serviços de saúde pela perspectiva dos profissionais da Atenção Primária à Saúde (APS) constitui um processo fundamental para a melhoria contínua do sistema de saúde, envolvendo os/as trabalhadores/as que produzem esses serviços. A APS, através da Estratégia de Saúde da Família (ESF), configura um campo de práticas e de produção de novos modos de cuidado em saúde mental, na medida em que tem como proposta a produção de cuidados dentro dos princípios da integralidade, da interdisciplinaridade, da intersetorialidade e da territorialidade. Este estudo teve como objetivo analisar a percepção dos profissionais da atenção primária em relação a fatores como organização dos serviços, resolutividade, vínculo com os usuários, qualidade do atendimento e ações de prevenção. A pesquisa evidenciou como os processos de precarização do trabalho como jornadas exaustivas e condições laborais inadequadas impactam tanto a saúde dos profissionais quanto a qualidade do atendimento oferecido, reforçando a urgência de práticas críticas que contestem a medicalização excessiva e a lógica biomédica hegemônica. Além disso, destaca o papel da Psicologia Social na promoção de ações participativas, como as rodas de conversa e as oficinas sobre desigualdades socias na produção de cuidado, promoção da saúde e saúde mental que emergiram como estratégias potentes para enfrentar vulnerabilidades e construir cuidado integral na atenção primária à saúde. Ademais, na perspectiva da vulnerabilidade proposta por Ayres, Paiva e França Jr (2012), a exposição a agravos de saúde resulta de aspectos individuais e de contextos ou condições coletivas que produzem maior suscetibilidade aos agravos e morte e, simultaneamente, à possibilidade e aos recursos para o seu enfrentamento. Nesse contexto, a escuta qualificada e a construção coletiva de saberes como as dinâmicas realizadas nas unidades básicas de saúde mostraram-se fundamentais para desnaturalizar violências institucionais e promover saúde mental no território. Trata-se de um estudo exploratório, de caráter descritivo, com abordagem qualitativa, composta por quinze profissionais de saúde, atuantes em serviços da Atenção Básica da capital Boa Vista/RR. Para a coleta dos dados foi realizada a entrevista semiestruturada, questionários sociodemográficos, questionário de avaliação dos serviços de saúde, enquanto método de análise, empregou-se a análise temática proposta por Minayo (2014). Este estudo se articula ao eixo temático Psicologia Social e Saúde, juntamente com o grupo de trabalho "Psicologia comunitária e desigualdades sociais na produção de cuidado e na promoção da saúde" ao problematizar a atuação profissional na APS como um espaço de tensão entre as diretrizes políticas do SUS e as realidades locais. Ademais, considerou-se os aspectos éticos pertinentes a pesquisas envolvendo seres humanos e submetido à avaliação do Comitê de Ética da Universidade Federal de Roraima (UFRR), com parecer favorável, nº 7.307.412. Os resultados apontaram que os profissionais realizam serviço psicológico não apenas voltado para atendimentos clínicos individuais, mas também, atividades que buscavam a melhoria da saúde mental e qualidade de vida dos usuários, por meio de atividades grupais, oficinas e grupos terapêuticos, rodas de conversa e visitas domiciliares. Os relatos dos profissionais destacaram, a importância de intervenções que ultrapassem o modelo clínico individual, incorporando abordagens grupais e comunitárias alinhadas aos princípios da integralidade e da equidade. No que diz respeito a resolutividade, mostrou-se eficaz para demandas agudas, mas limitada em casos crônicos e de saúde mental. De acordo com a WHO (2000), a saúde

mental é afetada pelo contexto de vida ou por fatores externos, como aspectos socioculturais, legais, econômicos, de infraestrutura ou ambientais, e a identificação e a modificação desses fatores tornariam possível a prevenção primária de algumas desordens, onde a fragmentação do cuidado e a dificuldade em garantir referências para serviços especializados foram apontadas como críticas. O vínculo com os usuários emergiu como um eixo central para a qualidade do atendimento, sendo fortalecido por estratégias como visitas domiciliares, grupos terapêuticos e rodas de conversa. No entanto, a alta rotatividade e ausência de profissionais acarretando uma demanda excessiva foram identificadas como obstáculos à construção de relações contínuas e significativas, afirmações essas que são perceptíveis a partir da fala de alguns profissionais, além disso, a carência de espaços físicos adequados é um obstáculo frequente. De acordo com Araújo et al. (2016), a associação entre demandas excessivas, falta de autonomia e ausência de suporte organizacional configura um panorama que intensifica o processo de adoecimento profissional. Na Atenção Primária à Saúde (APS) a sobrecarga de trabalho e as demandas da população atendida agravam o sofrimento psíquico dos profissionais de saúde. As ações de prevenção, por sua vez, foram destacadas como um campo em expansão, mas ainda pouco integrado à rotina dos serviços. Oficinas temáticas, palestras e atividades grupais como psicoterapia grupal e intervenções em saúde mental demonstraram potencial para reduzir listas de espera e aliviar o sofrimento psíquico, mas sua implementação esbarra na falta de capacitação específica e na insuficiência de espaços físicos adequados. A resistência da comunidade em participar de grupos terapêuticos é outro desafio recorrente, tal dificuldade é agravada pela falta de estratégias de sensibilização. Com relação ao trabalho realizado pelos agentes comunitários de saúde e assistentes sociais, percebeu-se que de modo geral, encontra-se com um nível de satisfação muito boa, bem como a organização entre a equipe está bem distribuída e quando indagados sobre o atendimento prestado para a comunidade foi relatado a dificuldade de comunicação com usuários estrangeiros, a falta de profissionais nas unidades e a falta de medicamentos. A falta de profissionais de saúde mental nas unidades é um aspecto que foi bastante mencionado nas entrevistas pelos profissionais, onde relatam que muitos de seus pacientes necessitam desse atendimento psicológico e quando surge a necessidade de fazer encaminhamentos para outra unidade de saúde, adscrita no território, por ter o profissional na área da Psicologia, observa-se uma fila de espera muito extensa. É importante informar que no município de Roraima, tem-se 37 unidades básicas de saúde e, apenas 11 unidades, são contempladas com atendimento psicológico. Dessa forma, podemos concluir que essa pesquisa, ainda se encontra em desenvolvimento, expõe a situação crítica do trabalho do psicólogo dentro da unidade básica de saúde, devido a diversos fatores, tais como: falta de infraestrutura, a sobrecarga de trabalho, a ausência de integralidade nas relações de trabalho, a falta de investimento na área, o excesso de demandas e a falta de suporte psicológico aos profissionais de saúde, bem como a ausência de programas e ações voltadas para a saúde/saúde mental. A pesquisa demonstrou que a Psicologia Social tem um papel crucial na defesa do SUS, ao denunciar as contradições do sistema e propor intervenções que considerem os determinantes sociais da saúde. Por fim, o estudo reitera a importância de investimentos em capacitação, infraestrutura e políticas públicas que garantam a efetividade da Atenção Primária à Saúde como espaço de cuidado, cidadania e resistência às lógicas de exclusão.

Clínica em Movimento: escuta e acolhimento em comunidades ribeirinhas do Pará

Maria Fernanda da Costa Filizzola (CESUPA)

Este trabalho tem como objetivo relatar e refletir sobre a experiência clínica em saúde mental desenvolvida em comunidades ribeirinhas por meio do projeto “Esse rio é minha rua”, vinculado ao Núcleo de Inovação e Empreendedorismo Júnior (NIEJ) do CESUPA, em Belém do Pará. Trata-se de um projeto interdisciplinar composto por estudantes das áreas da saúde e do direito, acompanhados por técnicos e profissionais formados, que se deslocam por via fluvial até comunidades que enfrentam histórico de vulnerabilidade, ausência de políticas públicas e exclusão territorial. No projeto, a prática clínica psicológica é exercida em campo, fora dos contextos tradicionais de atendimento, em contato direto com as necessidades cotidianas das populações atendidas, propondo-se como prática ética, crítica e situada frente às desigualdades estruturais e à precarização dos serviços públicos de saúde. O relato a seguir descreve minha atuação como estudante de Psicologia nas ações do projeto, centrando-se em duas frentes principais: a realização de escutas clínicas breves com supervisão de psicólogo formado e o desenvolvimento de rodas de conversa com temas relacionados à saúde mental da comunidade. As ações têm como norte a promoção de um cuidado sensível, que compreende o sofrimento psíquico como inseparável das condições sociais, históricas e políticas nas quais os sujeitos estão inseridos. Essa experiência está diretamente articulada ao eixo temático da ABRAPSO, no qual se destacam as formas de atuação profissional crítica, a precarização dos serviços de saúde, a medicalização da vida e a defesa do Sistema Único de Saúde (SUS) enquanto política pública de direito. A proposta do projeto se inscreve nos marcos da Psicologia Social Crítica e da Saúde Coletiva, dialogando com autores como Paulo Amarante, Sandra Figueiredo, Suely Rolnik e Cecília Minayo. A atuação parte do princípio da clínica ampliada e do cuidado em liberdade, compreendendo o sofrimento não apenas como uma demanda individual a ser tratada isoladamente, mas como expressão de experiências sociais de exclusão, silenciamento e opressão. Trabalhamos a partir do conceito de sofrimento ético-político, que reconhece a dor subjetiva como efeito das desigualdades e das múltiplas formas de violência que atravessam os corpos e os territórios. Assim, a clínica que se realiza nas comunidades ribeirinhas não busca adaptar os sujeitos a realidades insustentáveis, mas reconhecer e escutar sua dor, ao mesmo tempo em que afirma a potência coletiva da vida e da resistência. Do ponto de vista metodológico, esta é uma experiência de natureza qualitativa, de caráter descritivo e reflexivo, baseada em vivências de campo e na sistematização de práticas desenvolvidas ao longo das atividades do projeto. As ações acontecem em formato de mutirões, com frequência mensal, e envolvem o deslocamento de toda a equipe do projeto até comunidades ribeirinhas da região metropolitana de Belém/PA. Nessas ocasiões, realizo atendimentos clínicos de escuta breve com sujeitos da comunidade, supervisionados por psicólogo, e também facilito rodas de conversa temáticas, nas quais a saúde mental é abordada de forma dialógica, sensível à realidade local e às formas comunitárias de organização do cuidado. Os temas mais frequentes dessas conversas envolvem o luto, a solidão, a sobrecarga das mulheres com o cuidado familiar, a violência doméstica e o sofrimento psíquico relacionado à pobreza e ao abandono estatal. Como resultado dessas ações, observamos que mesmo intervenções breves, quando realizadas com escuta qualificada e presença afetiva, são capazes de produzir efeitos potentes de reconhecimento subjetivo. Em um dos atendimentos, por exemplo, um morador compartilhou sentimentos de tristeza recorrente após sofrer um AVC. Nunca havia tido acesso a atendimento psicoterapêutico. Esse indivíduo foi cantor de ópera durante mais de 30 anos e, agora, com afasia e sem conseguir cantar ou falar sem dificuldades, acreditava que sua vida não possuía mais sentido. A escuta nesse caso permitiu reconhecer o luto simbólico diante da perda de sua principal forma de expressão e identidade,

promovendo acolhimento diante de um sofrimento marcado pela solidão e pela invisibilidade. Ao final do atendimento, o sujeito relatou se sentir melhor e agradeceu às 'psicólogas' — uma formanda e uma técnica — pela atenção e presença, demonstrando a importância de espaços de escuta mesmo que breves. Muitas das pessoas atendidas nunca haviam conversado com um profissional da área da saúde mental. A escuta se mostra, nesse contexto, como dispositivo de acolhimento e legitimação da dor, mas também como ferramenta política de visibilização de sujeitos e histórias frequentemente negligenciadas. As rodas de conversa, por sua vez, têm possibilitado a troca de experiências e a formação de vínculos de solidariedade entre moradores, promovendo um espaço de compartilhamento que fortalece o tecido social da comunidade. Esses encontros também têm se mostrado eficazes para identificar demandas emergentes e pensar, em parceria com outros membros da equipe (direito, enfermagem, biomedicina), formas interdisciplinares de enfrentamento. Ao mesmo tempo, a atuação revela limites importantes. Um dos principais desafios identificados é a descontinuidade do cuidado psicológico. Dada a natureza itinerante do projeto e a ausência de unidades básicas de saúde equipadas com psicólogos nas comunidades atendidas, muitas vezes não é possível garantir um acompanhamento continuado. Essa lacuna reforça a necessidade de políticas públicas que fortaleçam o SUS e descentralizem o acesso à saúde mental. Além disso, o trabalho em campo exige constante atenção à singularidade de cada território, bem como à escuta ética e ao cuidado com os limites da intervenção possível naquele contexto. Concluímos que a experiência clínica em comunidades ribeirinhas, como a promovida pelo projeto "Esse rio é minha rua", representa um exercício ético e político de atuação em Psicologia. Ao deslocar a prática para fora dos muros institucionais, a ação desafia modelos tradicionais de cuidado, valorizando estratégias comunitárias, a construção coletiva do saber e o reconhecimento da subjetividade em territórios de exclusão. O projeto afirma a importância da Psicologia como aliada na promoção da cidadania, na luta por direitos e na construção de políticas públicas mais sensíveis às realidades periféricas. Em um cenário de desfinanciamento da saúde mental, retrocessos na Reforma Psiquiátrica e crescente medicalização da vida, práticas como essa se colocam como resistência. Por fim, a atuação em comunidades ribeirinhas me ensinou que o cuidado psicológico pode — e deve — estar comprometido com a transformação social. Escutar é, também, tomar posição diante do sofrimento que é coletivo e histórico. Ser presença ética nesses territórios é afirmar que vidas ribeirinhas importam e merecem ser cuidadas com dignidade, escuta e afeto.

Construindo Cuidados Culturais em Saúde Mental: a Elaboração de uma Cartilha para Produção de Escuta da Diferença

Jucieli Polyanna Querino da Silva (UFRN), Magda Dimenstein (UFRN), Ana Carolina Rios Simoni (UFRN), Jader Leite (UFRN), Monique Pfeifer Rodrigues da Silva (UFRN), Franciele Alves (UFRN), Maria Luisa de Souza Belém (UFRN), Maria Vitoria Nunes Souza (UFRN), Lorena Silva Marques (UFRN), Emmanoel Holanda Melo Ferreira (UFRN), Matheus Rios Silva Santos (UFRN), Giovanni Sampaio Queiroz (UFRN), Andrea Paula da Costa Munção (UFRN), Iasmin Sharmayne Gomes Bezerra (UFRN), Maria Luiza de Souza Lopes (UFRN), Maria Clara Fernandes Araújo de Paiva (UFRN)

Este trabalho se baseia na experiência da realização da oficina "Cuidados Culturais em Saúde Mental", realizada pelo grupo de pesquisa "Modos de Subjetivação, Políticas Públicas e Contextos de Vulnerabilidade" da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. A proposta surgiu a partir da análise dos resultados de uma pesquisa nacional da qual participaram profissionais da Atenção Primária, que demonstraram as complexidades das demandas em saúde mental que lhes chegam no cotidiano da atenção, atravessadas por marcadores sociais de diferença, como classe, raça, etnia, gênero, sexualidade, território, etc., em suas interseccionalidades. Tais marcadores não operam como simples dados identitários, mas como forças estruturantes de desigualdades no acesso à saúde, na produção do adoecimento e na maneira como se realiza o cuidado. Para além das dificuldades na distribuição e suficiência de equipamentos públicos que devem assistir a populações diversas, identificamos, na referida pesquisa, importantes lacunas no quesito de formação e capacitação profissional satisfatórios à retaguarda de um cuidado integral, longitudinal e que contemple o território e os marcadores sociais da diferença como categorias fundamentais para as experiências dos processos saúde-doença-cuidado.

A oficina teve como objetivo construir, de forma coletiva, a primeira etapa de criação de material formativo sobre cuidados culturalmente sensíveis em saúde mental, voltado a profissionais das políticas públicas, principalmente da área da saúde, que atuam na linha de frente. O formato final não seguirá a estrutura de manual técnico, mas sim de um material dialógico e interativo, que possibilite a sensibilização dos profissionais para as diferentes territorialidades e interseccionalidades que comparecem nos modos de adoecer e de produzir o cuidado em saúde mental. Pretendemos fortalecer práticas de cuidado sensíveis às realidades culturais e as demandas de populações historicamente vulnerabilizadas dos territórios onde esses profissionais atuam, tais como povos indígenas, quilombolas, migrantes, população LGBTQIAPN+, população em situação de rua, comunidades rurais e periféricas, comunidades assentadas, pessoas negras, entre outras. Esta proposta se alinha diretamente ao GT 37 – "Psicologia comunitária e desigualdades sociais na produção de cuidado e na promoção da saúde" –, ao adotar uma perspectiva crítica, interseccional e decolonial sobre a produção de cuidados em saúde mental. O trabalho dialoga com os princípios da Psicologia Comunitária ao valorizar a escuta das comunidades, as práticas horizontais, a centralidade do sujeito e a produção de saberes no encontro entre o conhecimento técnico e o saber da experiência. Também se baseia na Saúde Coletiva, ao considerar os determinantes sociais e culturais da saúde e ao compreender o cuidado como processo histórico, político e comunitário. É um trabalho formulado na crítica às práticas assistencialistas, individualizantes, e orientado pela valorização das experiências populares e comunitárias. Diversas

pesquisas têm demonstrado que os marcadores sociais de raça/cor, identidade de gênero, orientação sexual, classe social, territorialidade e geração estão relacionados com as barreiras de acesso em saúde mental encontradas pelos usuários, mediante lógicas institucionais e estruturais de segregação e vulnerabilização que impactam majoritariamente pessoas negras, mulheres, pobres, LGBTs, moradores de territórios periféricos e rurais (Dimenstein, 2017; Farias, 2018, Borghi et. al., 2018, Oliveira, Carvalho e Jesus, 2020). Assim, neste trabalho, nos apoiamos em referenciais da Saúde Coletiva e dos Estudos Interseccionais e Decoloniais, compreendendo o cuidado como um ato político e situado, atravessado por relações de poder e por construções históricas e territoriais. Problematizamos a produção científica a serviço das forças hegemônicas, que expropria cotidianamente sujeitos e coletivos de sua potência de discursivização e gestão, na diferença, da vida singular e coletiva. Neste processo, a desconstrução do mito da democracia racial (Gonzalez, 1981) e da democracia do sofrimento mental – onde o sofrimento atingiria igualmente as pessoas independentemente de classe social, gênero, geração, raça/cor e etnia – é uma urgente tarefa. Tarefa esta que também assumimos ao propor este projeto de construção coletiva da cartilha Cuidados Culturais em Saúde Mental. Afirmamos assim o papel da Universidade de empreender projetos e ações que possam agir para a redução das desigualdades, a garantia dos direitos humanos e a efetivação do direito à saúde com protagonismo dos sujeitos e comunidades. Assim, nos pautamos pela valorização das experiências locais e a construção conjunta de saberes e estratégias na direção de produzir práticas horizontais e emancipadoras, que possam romper com a perspectiva individualizante que compõe o paradigma hegemônico, ao enfrentarem a "persistência de um modus individualizante e etnocêntrico de compreensão e intervenção" (Dimenstein, M., et. al., p. 73, 2017) em saúde mental.

A oficina foi desenvolvida ao longo de dois dias, com metodologias participativas, rodas de conversa, dinâmicas de grupo, como o Teatro do Oprimido, e sistematização coletiva de experiências. Participaram 40 pessoas de diversos contextos, incluindo organizadores e convidados, entre eles: indígenas, quilombolas, LGBTQIAP+, profissionais de saúde, assentados, pessoas em situação de rua, pessoas do interior do estado e representantes de movimentos sociais diversos. A escuta dos saberes populares e a discussão de cenas de cuidado, entre ideais e reais, foram os pilares metodológicos que orientaram o processo de construção preliminar de material formativo.

Nestes encontros, emergiram práticas de cuidado que colaboram com o enfrentamento das desigualdades estruturais e revelam a força do cuidado quando realizado com abertura para a diferença e quando particularizado de acordo com a singularidade de cada um. Exemplo disto foram as cenas de cuidado que envolviam redes de apoio mútuo entre usuárias e profissionais, estratégias comunitárias de acolhimento e articulação de saberes populares com os saberes das equipes de saúde, demonstrando o terreno fértil de reinvenção do cuidado em territórios vulnerabilizados. Dessa maneira, o material formulado com enfoque na transmissão destas experiências servirá de promotor e provocador de práticas como ferramentas críticas e sensíveis à realidade vivida.

A experiencia demonstrou que o cuidado em saúde mental, quando compreendido como prática culturalmente situada e interseccional, potencializa resistências coletivas e transforma a relação entre profissionais e comunidades. Outro apontamento importante é a necessidade de que estes cuidados devem estar presentes em todo e qualquer serviço, fugindo da exclusividade de serviços da Rede de Atenção Psicossocial. A experiência de construção coletiva da cartilha de Cuidados Culturais em Saúde Mental evidenciou a imbricação dos determinantes sociais de saúde, das iniquidades, dos marcadores sociais da

diferença, com os processos de sofrimento mental e as capturas das existências singulares nos estigmas da incapacidade, da periculosidade e da doença individual. Evidenciou ainda que romper com esta lógica está intrinsecamente relacionado à promoção da equidade e, portanto, requer a construção de dispositivos de cuidado e espaços formativos nos quais se criam modos de cuidar de si e dos outros no território, numa perspectiva intercultural. Conclui-se que esta cartilha pode se tornar uma tecnologia estratégica de educação permanente em saúde para a produção do cuidado numa perspectiva antimanicomial, ao afirmar experiências em que usuários e trabalhadores compõem vivências, saberes e agires para romper com as lógicas racistas, sexistas, xenofóbicas, LGBTfóbicas, patologizantes e manicomiais.

Desafios de implementação para a adaptação cultural do sistema de prevenção "Comunidades que Cuidam" ao Brasil

Tatiana Minchoni (UFSC), Guilherme Gomes Silva (UFSC), Cecília Luiza Sorgetz (UFSC), Inaiê Costa Navarette (UFSC), Beatriz Oliveira Tapias (UFSC), Leonardo Bezerra de Souza (UFSC)

Este trabalho visa refletir e problematizar os desafios e impasses no processo de adaptação cultural dos sistema de prevenção Comunidades que Cuidam (CQC), Communities that Care, no inglês, com base nos preceitos históricos e atuais da psicologia social crítica latino-americana e das múltiplas experiências da psicologia social comunitária em contexto brasileiro e latino-americano. O CQC visa atuar na prevenção do uso abusivo de álcool e outras drogas entre adolescentes e jovens, por meio da mobilização dos recursos das próprias comunidades. A prevenção, cada vez mais valorizada, visa reduzir fatores de risco e fortalecer fatores de proteção que influenciam comportamentos psicossociais e doenças. Um sistema de prevenção é uma estratégia comunitária estruturada, geralmente fundamentada em abordagem científica, adotando metodologia da saúde pública e oferecendo manuais, ferramentas, treinamentos e suporte técnico visando fortalecer a atuação das comunidades. Seu objetivo é promover o desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes, trabalhando na prevenção de comportamentos de risco, como o uso abusivo de substâncias, comportamentos violentos, gravidez na adolescência, saúde mental, entre outros. Um exemplo proeminente de sistema de prevenção é o Communities That Care (CTC), concebido como uma plataforma que busca coordenar os esforços locais de prevenção, baseando-se no paradigma dos fatores de risco no qual, a partir da mensuração dos níveis de risco em uma comunidade, visa reduzi-los por meio de intervenções "adequadas" à realidade local. Sua abordagem dinâmica, que parte das particularidades das comunidades onde é aplicado, fez com que o sistema fosse adaptado em vários continentes como África, Europa, Oceania, Ásia e nas Américas. No Brasil, entre os anos de 2020 e 2022, a adaptação do sistema foi feita em duas comunidades, uma em Santa Catarina e outra em São Paulo, atualmente, se encontra em processo um estudo inter-regional para adaptação cultural a nível nacional. A metodologia do sistema de prevenção do CQC é composta por cinco etapas, idealizadas para serem desenvolvidas ao longo de dezoito meses. A etapa inicial envolve a articulação com as lideranças comunitárias e a territorialização da pesquisa, preparando a comunidade para o envolvimento no programa. É também neste momento que ocorre a avaliação da prontidão comunitária, relacionada ao conhecimento e abertura da comunidade para a implementação do programa. Ainda na fase inicial, tanto as lideranças comunitárias quanto a futura coalizão comunitária participam de workshops para a compreensão e preparação para a implementação do CQC. A etapa seguinte consiste na organização desta coalizão comunitária, um grupo mais engajado e responsável por liderar a implementação do sistema na comunidade. A terceira etapa é dedicada à elaboração do perfil comunitário, formulado com base no levantamento de dados epidemiológicos. Com essas informações, traça-se o plano estratégico de ação preventiva (quarta etapa), enquanto sua aplicação e monitoramento das estratégias finalizam o processo. As fases da implementação são cíclicas, na medida em que há constante reavaliação e ajustes no processo. Feitas as considerações sobre o funcionamento deste sistema de prevenção, salientamos que está em processo a adaptação intercultural do CQC para o Brasil, por meio de uma parceria entre a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos do Ministério da Justiça e Segurança Pública (SENAD/MJSP) e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A adaptação envolve a realização do estudo e

implementação do CQC em 16 comunidades brasileiras, entre grupos de intervenção e controle, em quatro regiões metropolitanas de capitais: Florianópolis (SC), São Paulo (SP), Brasília (DF) e Recife (PE), as quais fazem parte do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), do Ministério da Justiça. As escolas municipais e estaduais públicas que assistem essas comunidades participarão do estudo, com turmas randomizadas para a coleta dos dados epidemiológicos, bem como para analisar a efetividade dos programas preventivos. Em Florianópolis, as comunidades de intervenção são Campeche (sul da ilha) e Morro da Mariquinha (centro da cidade). Destacamos que traremos alguns elementos sobre o processo de adaptação e as problemáticas advindas dele no município de Florianópolis, entretanto, a discussão está concatenada às experiências vivenciadas também nas demais cidades. Em princípio, para realização da adaptação intercultural, foi necessário que a equipe de pesquisa realizasse um treinamento sobre os fundamentos do CQC, como deve ser "aplicado", quais os passos iniciais para a realização do sistema de prevenção e afins. Nesse momento já percebemos algumas diferenças cruciais entre os contextos de realização do CQC, sobretudo quando consideramos as realidades dos países do Sul Global com o Norte global. Nas reuniões de treinamento colocamos em questão as particularidades das comunidades brasileiras, no que tange aos elementos que se relacionam com a problemática do álcool e outras drogas, a exemplo do grave problema da guerra às drogas, perpetrada pelo Estado brasileiro, que tem como fundamento o proibicionismo e a criminalização da pobreza e de territórios periféricos, configurando-se como uma guerra às pessoas que vivem em tais localidades e que tem levado ao genocídio da juventude negra; os altos indíces de mortes conduzidas pela violência da polícia militar em tais territórios, que vale salientar, é legitimada socialmente sob o discurso da "segurança pública" e que está fundamentada no racismo estrutural e institucional; o fato de grande parcela da população negra no Brasil estar concentrada em tais comunidades, que vivenciam essa violência de Estado cotidianamente, ou seja, que não é possível falar de comunidades brasileiras sem considerar a dimensão raça/etnia; assim como uma das consequências de tais intervenções ser o encarceramento em massa da população negra brasileira, em sua maioria, com o argumento de "combater o tráfico de drogas". Em que pese o treinamento ter sido realizado por uma equipe da Colômbia, esta última seguia todas as diretrizes do Communities That Care à risca, ou seja, ao colocarmos tais elementos supracitados, associando ao fato de que esses elementos contextuais interferem diretamente na saúde de crianças e jovens, o retorno obtido é de que talvez tais comunidades não estivessem aptas a participar do processo de adaptação. Isso leva a um segundo imbróglio que é a prontidão comunitária: o quanto uma comunidade está ou não preparada para receber e realizar o sistema de prevenção. Se intencionamos uma adaptação intercultural, é necessário que a gente parta justamente da realidade e das demandas advindas dos territórios locais em diálogo com preceitos do sistema de prevenção, e não somente buscar as comunidades em que o sistema de prevenção funcionará. A psicologia comunitária latino-americana há algumas décadas nos ensina o princípio fundamental de que devemos olhar para as demandas de nossos povos, que devemos partir das necessidades e demandas locais, em diálogo com os povos desses territórios. Nesse sentido, ignorar as reais demandas e modos de vidas locais de nossos povos, colocando uma técnica (neste caso o sistema de prevenção) acima disso, seria um equívoco primordial. Outro elemento que identificamos é a barreira da tradução e da linguagem utilizada no sistema de prevenção. Após a mobilização comunitária, em que convidamos e conversamos com atores comunitários diversos (lideranças comunitárias, profissionais que trabalham com tais comunidades, sejam nas políticas públicas ou em associações, organizações não governamentais) é o momento de realização do workshop na comunidade, nomeado como "Orientação de líderes chave". Identificamos que a própria nomenclatura

foi uma barreira no momento da divulgação da atividade: em uma das comunidades essa terminologia gerou desidentificação, pois as pessoas compreenderam que somente quem era oficialmente uma liderança comunitária, como um/a presidente/a do conselho comunitário, é quem deveria participar. Ademais, os termos utilizados no questionário de prontidão comunitária não eram tão acessíveis e tornaram dificultoso o processo de realização do mesmo, além de termos questionado uma suposta "neutralidade" nas perguntas, já que não abordaram raça, classe e gênero no questionário (há somente uma pergunta). Durante a realização do questionário, a comunidade questionou a falta de itens sobre questões vividas por eles que perpassam esses marcadores, como a violência policial. Outra dificuldade encontrada ao adentrar o território foi apresentar um programa baseado em prevenção ao passo que, no diálogo com a comunidade, há tantas demandas locais imediatas, ligadas ao desmonte da rede pública de saúde e assistência social. Nesse sentido, em que pese o sistema de prevenção ser exitoso em diversos contextos, problematizamos a necessidade e relevância de abranger as particularidades da realidade latino-americana, sobretudo a brasileira em sua diversidade regional e territorial. Assim, consideramos que este trabalho dialoga com o GT, pois intencionamos refletir e dialogar sobre os impasses na implementação desse sistema de prevenção, considerando as sabedorias históricas produzidas na psicologia comunitária latino-americana, ou seja, desde uma perspectiva participativa, que preza pelos saberes produzidos nos encontros entre sujeitos, de modo horizontalizado e não hierárquico. Em consonância com o GT, compreendemos que há uma determinação social da saúde, que deve ser compreendida por uma análise interseccional, e decolonial, especialmente quando adaptamos um sistema de prevenção produzido no Norte Global para o Sul Global. Por fim, apontamos e perspectivamos como resultado e possibilidade futura do projeto em pauta a criação de um sistema de prevenção de base comunitária ao uso abusivo de álcool e outras drogas que seja genuinamente brasileiro, forjado nos saberes oriundos desde o chão de nossos territórios.

Diálogos da Psicologia e Saúde Coletiva: Trajetória Formativa na Atenção Primária

Joyce Xavier Vieira Silva (ENSP/FIOCRUZ), Gabriela da Silva Pereira (ENSP/FIOCRUZ), Gabriela dos Santos Melo Bomfim (ENSP/FIOCRUZ), Raquel Fernandes de Souza Pereira (ENSP/FIOCRUZ), Monique Araújo de Medeiros Brito (UFF)

Um dos desdobramentos mais significativos dos movimentos de Reforma Sanitária foi a construção de uma concepção ampliada de saúde, que deixou de ser entendida exclusivamente a partir de um modelo biologizante, para ser compreendida de forma integral, considerando os determinantes sociais em saúde (DSS), que influenciam na produção do processo saúde-doença. Como estratégia para ampliar as formas de cuidado, o Sistema Único de Saúde (SUS) passou a ser organizado em três níveis de atenção: primária, secundária e terciária. A atenção primária, foco deste trabalho, é coordenada principalmente pelas Estratégias de Saúde da Família (ESFs) e se caracteriza por seu baixo grau de densidade/complexidade tecnológica, porém alta complexidade em termos de cuidado, sendo capaz de resolver até 80% das demandas em saúde. A atenção secundária, por sua vez, abrange os serviços especializados ambulatoriais e hospitalares de pequeno porte, enquanto a atenção terciária é composta por hospitais de grande porte, voltados para casos de alta complexidade.

A importância da Atenção Primária à Saúde (APS) reside no seu papel estruturante dentro do SUS, funcionando como porta de entrada preferencial do sistema e organizadora das Redes de Atenção à Saúde. É na APS que se efetiva o cuidado mais próximo da vida cotidiana da população, com base na escuta qualificada, no vínculo, na responsabilização e na longitudinalidade do cuidado. Esse nível de atenção não apenas acolhe e atende a maior parte dos problemas de saúde da população, como também atua na promoção da saúde, prevenção de agravos e no enfrentamento dos determinantes sociais da saúde, tendo a participação social como um dos eixos estruturantes que reafirma o SUS como um sistema baseado na cidadania e na dignidade humana.

Contemporânea ao movimento de Reforma Sanitária, a Reforma Psiquiátrica (Lei 10.2016/2011), convocou diferentes profissionais da saúde mental a (re)pensarem os modos de cuidado, rompendo com as perspectivas asilares, hospitalocêntricas e medicamentosas, e investindo em um cuidado de base territorial, em liberdade e que respeite as singularidades de usuárias e usuários. Atualmente, o cuidado em saúde mental passou a ser ofertado através da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) que é constituída por diferentes componentes da Rede de Atenção à Saúde (RAS) como hospitais gerais, Unidades de Acolhimento (UA), Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e Centros de Convivência (BRASIL, 2011).

No âmbito da Atenção Primária à Saúde (APS), um dos pontos estratégicos da RAPS são as ESF's, que são constituídas por uma equipe mínima composta por um/a profissional da medicina, da enfermagem, além de um/a técnica/o de enfermagem e Agentes Comunitárias de Saúde. Essas equipes passaram a contar com o apoio de equipes multiprofissionais a partir da criação dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), instituídos pela Portaria nº 154, de 24 de janeiro de 2008. Os NASF foram criados com o objetivo de ampliar o escopo de ações da equipe de ESF, bem como aumentar a resolutividade das demandas recebidas na APS. Entre os componentes da equipe NASF se encontravam as profissionais de psicologia, que antes eram encontradas na APS apenas em projetos pontuais relacionados à demanda de saúde mental no território (CFP, 2019). Assim, compreende-se que "os NASFs no plano legal, tornaram possível a

profissão de psicóloga na Atenção Básica" (CFP, 2019. p. 27).

Atualmente, a portaria que instituiu os NASF's está extinta e as equipes multiprofissionais da Atenção Básica (eMulti), que também contam com psicólogas em sua composição, são regidas pela portaria Nº 635, de 22 de maio de 2023. As equipes multiprofissionais são organizadas de acordo com as demandas do município e o trabalho da psicóloga junto a eMulti se dá de diferentes formas como no apoio matricial, que é um processo de construção compartilhada entre os trabalhadores em que há uma troca de saberes entre os profissionais, participação em visitas domiciliares, acolhimentos, interconsultas, ações de educação permanente, discussões de casos, entre outras.

O trabalho se alinha ao eixo temático Psicologia Social e Saúde, uma vez que se propõe a compartilhar experiências e inquietações sobre a atuação da psicologia numa equipe Multiprofissional, a partir da minha experiência enquanto estagiária eMulti no município de Rio das Ostras/RJ e enquanto residente Multiprofissional em Saúde da Família pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca vinculada a Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/FIOCRUZ) do Rio de Janeiro.

Compreende-se que a presença de psicólogas em equipes multiprofissionais representa um avanço significativo para a profissão, sendo fruto das mobilizações de diversas trabalhadoras que direcionaram sua atuação para práticas não excludentes. Essas profissionais contribuíram para o enfrentamento dos determinantes sociais do sofrimento psíquico, reconhecendo como os diferentes tipos de violência, opressão e marginalização influenciam esse processo.

Além disso, a atuação das psicólogas na saúde pública evidenciou um importante deslocamento da categoria, que antes se restringia, principalmente, aos consultórios particulares e contribuía para uma "psicologização" das experiências e dificuldades da vida. Esse enfoque limitava a compreensão mais ampla do processo saúde-doença. Com a inserção no SUS, a prática passou a ser territorializada e comprometida com os diferentes contextos das populações historicamente desassistidas.

Dessa forma, a atuação de psicólogas na Atenção Primária dá continuidade ao compromisso da profissão com um modelo de cuidado integral, territorializado e centrado nas necessidades dos usuários. Essa atuação reforça os princípios do SUS de integralidade, universalidade e equidade e assegura o compromisso ético-político da Psicologia com os direitos humanos e com a transformação das condições de vida das populações. Reafirma-se, assim, a Psicologia como uma ciência essencialmente política e socialmente comprometida, reconhecendo seu papel fundamental na promoção da saúde coletiva.

Nesse contexto, este trabalho propõe discutir o percurso histórico da inserção de psicólogas na APS, as políticas públicas que orientam essa atuação, bem como a articulação intersetorial da categoria com outras profissões da saúde para a garantia do cuidado integral das usuárias e dos usuários. Além disso, busca compartilhar reflexões baseadas na minha experiência como estagiária e residente no estado do Rio de Janeiro, evidenciando a APS como um importante cenário para o exercício de uma prática socialmente justa.

Grupos Terapêuticos do CAPS: espaços de cuidado, encontros e construção coletiva em saúde mental

Paulo Victor Queiroz dos Santos (FIBRA), Érica Catarine Ataíde Maia Mercês (FIBRA)

INTRODUÇÃO

Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) constituem uma das principais estratégias da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), voltadas à atenção especializada em saúde mental. Criados com o objetivo de organizar o cuidado psicossocial de forma descentralizada, contínua e comunitária, os CAPS assumem papel central na articulação da rede e no acolhimento de pessoas em sofrimento psíquico (Bernardi et al., 2015).

No âmbito da RAPS, o CAPS III representa uma modalidade de serviço com estrutura intensiva e contínua, voltada a demandas clínicas de maior complexidade, realiza atendimentos prioritariamente às pessoas em intenso sofrimento psíquico decorrente de transtornos mentais graves e persistentes, incluindo aqueles relacionados ao uso de substâncias psicoativas, e outras situações clínicas que impossibilitem estabelecer laços sociais e realizar projetos de vida. Promove serviços de atenção contínua e integral, ofertando retaguarda clínica e acolhimento noturno a outros serviços de saúde mental (Brasil, 2011).

Entre as diversas modalidades de intervenção desenvolvidas nesses espaços, uma prática em especial se destaca e será o foco da análise proposta: os grupos terapêuticos. Modalidade preconizada nos serviços do SUS por sua natureza coletiva e comunitária — que permite o compartilhamento de vivências tanto similares quanto contrastantes —, os grupos terapêuticos configuram-se como dispositivos potentes na integração da subjetividade e na produção de sentido. Essa perspectiva é reforçada por Souza et al. (2022), ao afirmarem que tais grupos favorecem o trabalho com psicoeducação, promovem a intimidade entre os participantes e oferecem apoio mútuo, além de contribuírem para a redução do isolamento social e do estigma que o próprio sujeito frequentemente impõe a si diante do sofrimento psíquico. Ainda segundo os autores, mostram-se estratégicos também do ponto de vista institucional, ao auxiliarem no enfrentamento da alta demanda por atendimento diante da escassez de profissionais na saúde pública.

No contexto amazônico, essa característica adquire ainda maior relevância, constituindo um recurso essencial para a organização biopsicossocial frente às demandas exploradas ao longo deste trabalho. As reflexões têm como ponto de partida a experiência de estágio do curso de Psicologia no CAPS III – Casa Mental do Adulto, em Belém, Pará.

Nesse sentido, o trabalho se insere nas discussões dos Grupos de Trabalho selecionados, ao reconhecer a importância de práticas que dialoguem com as determinações sociais, culturais e econômicas que impactam a saúde mental. A perspectiva ampliada da Psicologia Comunitária, que valoriza a participação ativa das comunidades e a construção coletiva do cuidado, contribui para superar abordagens individualistas, promovendo ações sensíveis às desigualdades e aos marcadores interseccionais de raça, gênero e classe. Assim, o trabalho desenvolvido nos CAPS articula-se com os objetivos do GT ao fomentar o protagonismo das pessoas em sofrimento psíquico e seus contextos comunitários, promovendo a saúde mental de forma integral, inclusiva e comprometida com a justiça social, em consonância com os princípios do SUS.

OBJETIVO

Este trabalho tem como objetivo apresentar reflexões oriundas da experiência de estágio em um CAPS III, no contexto amazônico, a partir das vivências nos grupos terapêuticos enquanto dispositivos coletivos de cuidado. Os objetivos específicos da pesquisa foram: compreender como os processos psicossociais se articulam às condições sociais, econômicas e culturais que atravessam os sujeitos e influenciam a constituição de suas subjetividades; acompanhar o funcionamento dos grupos terapêuticos no contexto da saúde mental pública; e discutir a relevância desses espaços no acolhimento da diversidade de experiências, na promoção de vínculos e na construção compartilhada de sentido.

ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

A metodologia utilizada nesta pesquisa fundamenta-se no relato de experiência, que, em contexto acadêmico, tem como propósito descrever a vivência ocorrida, valorizando-a por meio de uma abordagem acadêmico-científica explicativa, sustentada por uma análise crítica e reflexiva. (MUSSI, FLORES, ALMEIDA, 2021).

As atividades relatadas foram desenvolvidas ao longo do estágio básico interdisciplinar do curso de Psicologia do Centro Universitário FIBRA, designado para o CAPS III – Casa Mental do Adulto, em Belém (PA), no período de março a maio de 2025. A presença era semanal com atividades que ocorreriam às terças-feiras e envolveram a participação em acolhimentos, reacolhimentos e em grupos terapêuticos. Sob supervisão direta da psicóloga responsável, os estagiários participaram da elaboração e da condução de dinâmicas, estudos dos casos, além de redigirem registros de atendimento conforme o prontuário utilizado pela unidade.

Nos grupos terapêuticos notou-se diferença no número de participantes: enquanto em um dos grupos reuniam-se entre oito e dez pessoas, outros raramente ultrapassavam três participantes por encontro. A diversidade de perfis dos usuários era marcante, com idades variando de jovens adultos a idosos, e embora não houvesse temática fixa, certos relatos eram recorrentes: perdas associadas à pandemia, desemprego, insônia, ansiedade crônica e pensamentos suicidas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A atuação no CAPS III evidenciou como o sofrimento psíquico se relaciona diretamente com desigualdades estruturais, como o racismo, a violência, o desemprego e a negligência social. Usuários frequentemente apresentavam vínculos afetivos fragilizados, ausência de redes de apoio e sensações constantes de abandono, o que conferia valor simbólico a gestos simples de acolhimento. Os grupos terapêuticos revelaram-se espaços fundamentais de escuta e partilha, nos quais experiências dolorosas — como perdas, violência doméstica e traumas — puderam ser elaboradas coletivamente.

Momentos de desabafo demonstraram potencial transformador, não apenas para quem falava, mas também para os demais presentes. A escuta qualificada e não julgadora por parte da equipe facilitadora favoreceu a criação de um ambiente de confiança, possibilitando o fortalecimento da autonomia emocional dos usuários. Observou-se melhora no engajamento dos participantes, especialmente entre aqueles que faziam uso adequado da medicação e mantinham presença regular nos encontros. Ainda que datas simbólicas — como o Dia das Mães — gerassem maior vulnerabilidade emocional, os relatos sugeriam avanços importantes no manejo dos sentimentos, na autoestima e na capacidade de reorganização psíquica.

A experiência também reforçou a importância da articulação entre psicoterapia e tratamento medicamentoso. A medicação, quando bem orientada, atuava como suporte necessário à estabilização emocional inicial, mas sua função era compreendida como transitória, enquanto o trabalho clínico com o sentido e a

escuta ganhava espaço na reestruturação da vida. Do ponto de vista institucional, a experiência ressaltou o papel do psicólogo como agente de cuidado coletivo, cuja atuação ultrapassa o espaço do consultório e se inscreve nas relações comunitárias, nas políticas públicas e no enfrentamento das desigualdades. Mesmo diante de limitações estruturais, a presença ética e implicada mostrou-se um caminho possível de resistência e promoção de saúde.

O trabalho em grupos terapêuticos possibilitou o desenvolvimento de estratégias de cuidado baseadas na escuta, no vínculo e na partilha entre pares. Essas práticas se alinham a concepções ampliadas de saúde que reconhecem a centralidade dos determinantes sociais e a importância do protagonismo comunitário nos processos de cuidado.

A horizontalidade nas relações estabelecidas, a abertura aos saberes populares e a atenção ao território revelaram-se fundamentais para a construção de um cuidado ético e situado. A experiência reforça o compromisso com formas de intervenção comprometidas com a transformação social e com a superação das desigualdades que atravessam as trajetórias dos sujeitos, reconhecendo a saúde mental como um campo de disputa, resistência e reinvenção cotidiana.

CONCLUSÃO

O estágio em um serviço de saúde mental comunitário permitiu compreender os desafios e potências do cuidado psicossocial em contextos de vulnerabilidade. As práticas observadas, sobretudo nos grupos terapêuticos, mostraram que o cuidado vai além da clínica tradicional, exigindo escuta, vínculo e articulação com os determinantes sociais da saúde. A atuação do psicólogo exige compromisso ético, sensibilidade ao território e posicionamento diante das desigualdades que atravessam o sofrimento psíquico. Ao reconhecer a saúde mental como direito e o cuidado como construção coletiva, reafirma-se a Psicologia como campo de escuta, resistência e transformação. Mesmo com limitações, os grupos terapêuticos demonstraram-se recursos potentes na produção de sentido, fortalecimento de vínculos e redução do isolamento. A experiência reforça o valor do cuidado coletivo e a relevância de práticas sustentadas por escuta qualificada, compromisso social e respeito à complexidade da vida.

REFERÊNCIAS

MUSSI, Ricardo Franklin de Freitas; FLORES, Fábio Fernandes; ALMEIDA, Claudio Bispo de. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. Revista práxis educacional, v. 17, n. 48, p. 60-77, 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em: https://bvs.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/MatrizesConsolidacao/comum/13163.html. Acesso em: 25 maio 2025.

SOUZA, Emanoel Feliciano Alves de; SILVA, Alekssandeson José Martins da; MELO, Cássia Emanuele Correia de; FERREIRA, Josivete Maria do Nascimento. Grupos terapêuticos como ferramenta de cuidado: uma análise do uso desse modelo de intervenção com usuários acometidos de transtornos mentais nos CAPS. Revista Eletrônica da Estácio Recife, Recife, v. 7, n. 2, 2021.

BECHELLI, Luiz Paulo de C.; SANTOS, Manoel Antônio dos. Psicoterapia de grupo: como surgiu e evoluiu. Revista Latino-Americana de Enfermagem, Ribeirão Preto, SP, v. 12, n. 2, p. 242–249, abr. 2004.

Interseccionalidade, pobreza e produção do cuidado com pessoas em situação de rua em Fortaleza, Ceará.

Maria Laura Parente Torquato (UNIFOR), Beatriz Lewinter de Matos Brito (Unifor), Tito Guillermo Ribeiro (Unifor), Helio Cavalcante Donadi (Unifor)

Ao se propor a participar de um movimento de resistência ao conformismo social, a discriminação e ao preconceito, as intervenções do ponto de vista individual, grupal e realização de ações coletivas da equipe composta por estagiários e extensionistas do curso de Psicologia da Universidade de Fortaleza (UNIFOR) revelam-se com potencial de consolidar uma psicologia comunitária comprometida com a busca pela autonomia e o fortalecimento dos processos identitários de pessoas em situação de moradia nas ruas do centro da cidade de Fortaleza, Ceará. As atividades desenvolvidas na Casa do Povo são recursos valiosos para repensar a importância da atuação do psicólogo, tanto em sua dimensão técnica quanto em sua potência como agente comunitário.

Nessa perspectiva, essas ações representam um esforço coletivo voltado à promoção da saúde mental de grupos historicamente marginalizados e em situação de vulnerabilidade social. Ademais, embasam e fortalecem parcerias com base na cooperação universitária que abrange ações de extensão, docência e pesquisa com intercâmbio entre os saberes acadêmico e popular, desempenhando papel importante para o desenvolvimento da sociedade, visando potenciar a capacidade de cada um, como indivíduo, e da comunidade universitária, como um coletivo.

O espaço da Casa abriga agentes da Pastoral do Povo da Rua, pertencente à Arquidiocese de Fortaleza (CE), configura-se como uma instituição de referência na promoção do protagonismo comunitário. De natureza religiosa, a Casa oferece uma diversidade de serviços essenciais, como alimentação, oficinas formativas e apoio na busca por políticas públicas que favoreçam a conquista de melhores condições de vida. Nesse contexto, o local é compreendido como um espaço de convivência fraterna, de defesa dos direitos e da cidadania de pessoas em situação de moradia nas ruas. É formado por um grupo de pessoas em contato constante com situações de negligência, desamparo e práticas discriminatórias oriundas da sociedade local e do poder público. Além de marcadores de invisibilidade político-social, ancorados pela realidade de reexistir como moradores de rua, o grupo cofacilitado pelos estagiários e extensionistas é permeado por intersecções de gênero, raça e sexualidade, que desafiam as normativas da psicologia convencional com teorias e técnicas importadas e estáticas, incapazes de atender a cena complexa da realidade das pessoas que participam das atividades da Casa.

A UNIFOR estabeleceu no dia 05 de fevereiro de 2014 um convênio com a Arquidiocese de Fortaleza no sentido de iniciar parceria para realização do estágio e ações extensionistas junto a população com moradia nas ruas do centro da cidade de Fortaleza, lotado, semestralmente, alunos e docentes para que seja possível a construção de planos de intervenção psicossociais à luz da psicologia comunitária, mas também com ênfase em processos educativos e sociais. Periodicamente, com a renovação das pessoas que frequentam a Casa do Povo, é realizado um novo diagnóstico-ação participativo a partir de eixos temáticos que são indicados pelos participantes dos grupos populares (necessidades) e coordenadores institucionais (demandas). A partir disto, sistematizamos as problemáticas em planos de ação com o envolvimento de alunos extensionistas do Núcleo de Pesquisa Interlocuções.

As experiências vividas em campo, com ênfase no desenvolvimento de atividades grupais, tem sido espaço

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

para o trabalho de questões suscitadas por este público-alvo: a marginalização, a violência, a aporofobia, a exclusão social e familiar, além da atitude reivindicatória de direitos sociais básicos: como a moradia e outras questões levantadas a partir da proposta da Investigação-Ação Participativa (IAPA), como o levantamento de demandas e necessidades. Para as atividades semanais, utilizamos recursos como a arte-terapia, uso do corpo e recursos imagéticos, num espaço de escuta e acolhimento para pessoas minorizadas e seus marcadores: pessoas de diferentes idades, intersecções com questões identitárias para LGBTQIAPN+ que revelam tensionamentos e preconceitos ancorados em situações de pobreza extrema.

A IAPA, adotada pelos estagiários em campo, fundamenta-se na identificação das potencialidades dos sujeitos em relação ao coletivo, partindo da premissa de que os integrantes do espaço não são apenas objetos de pesquisa ou de assistência, mas co-autores do processo de mudança que ocorre nos níveis individuais ao coletivo. Tal perspectiva compromete-se com o reconhecimento de todas as pessoas que compõem os serviços da Pastoral do Povo da Rua, como coautoras na construção do conhecimento e das práticas de cuidado. A abordagem valoriza o diálogo, a escuta sensível e o reconhecimento das experiências vividas como fontes legítimas de saber. Desse modo, fortalece-se a participação ativa dos sujeitos na elaboração de ações transformadoras e na promoção de uma escuta ética e comprometida.

As práticas desenvolvidas no campo buscam, ainda, a formação de vínculos e o reconhecimento de vozes historicamente silenciadas. As atividades são sistematicamente articuladas de modo a integrar o conteúdo discutido no espaço com as vivências cotidianas dos participantes, considerando a mudança, emancipação e reconhecimento subjetivo de cada membro do grupo. Diante do fortalecimento dos vínculos, tornou-se evidente o maior engajamento dos participantes, assim como uma ampliação da capacidade de articulação crítica com a realidade vivenciada.

Seguindo as contribuições de teóricos chave para o desenvolvimento comunitário, tal como Maritza Monteiro, e a noção de ser sentipensante de Fals Borda, tornam-se referencias para o reconhecimento de vozes silenciadas ao lado da crítica que Martin-Baró destina à psicologia tradicional, ignorando as estruturas de opressão. Este declarava a necessidade de construção de uma Psicologia da Libertação: voltada à emancipação e reconhecimento da potencialidade dos povos latino-americanos. Além disso a contestação da desigualdade estrutural, estigmatização e invisibilidade social, que impedem a ação de uma identidade coletiva marcada pela participação crítica e o empoderamento comunitário.

Durante a experiência em campo, foi proposta a construção de um mural de reivindicações sociais, com o intuito de identificar as principais necessidades da comunidade atendida e fomentar o senso de coletividade. A iniciativa visou demonstrar que os sujeitos compartilham lutas e anseios comuns por uma transformação social. A dinâmica consistiu na representação do mapa da cidade de Fortaleza em uma cartolina branca, sobre a qual foram distribuídas folhas para que cada participante registrasse, individualmente, suas representações. Em seguida, os escritos serviram como ponto de partida para as discussões coletivas, nas quais se buscou articular as vivências pessoais com as questões sociais mais amplas. Essa atividade teve como objetivo geral fortalecer os vínculos grupais por meio da expressão de propostas para a mudança com a problematização do individualismo, frequentemente naturalizado em sujeitos atravessados pelas exigências do sistema neoliberal. Este, por sua vez, tende a oprimir o sofrimento e a silenciar as lutas coletivas.

Sob a perspectiva de transformação social, as ações desenvolvidas na instituição evidenciaram uma demanda cada vez mais urgente por uma Psicologia Comunitária de

caráter horizontal, tendo como norteadores o reconhecimento da potencialidade dos sujeitos e para o questionamento das estruturas invisíveis que organizam a sociedade, marcadas por repressões, desigualdades e violências cotidianas. A atuação articulada entre lideranças comunitárias, voluntários da instituição, profissionais do serviço de assistência social, assim como estagiários e extensionistas responsáveis por atividades terapêuticas, têm contribuído para a construção de um espaço coletivo propício à transformação. Esse ambiente incentiva a reflexão crítica e promove o despertar do senso político que orienta os sujeitos à tomada de consciência e à ação intencional sobre suas próprias realidades.

Em síntese, as experiências mútuas adquiridas na Casa da Pastoral apontam para a necessidade de práticas psicológicas comprometidas com a transformação social e com o enfrentamento das múltiplas opressões que estruturam a desigualdade no Brasil. A articulação entre psicologia comunitária crítica e interseccionalidade revelou-se potente tanto para a compreensão ampliada das vulnerabilidades quanto para a construção de práticas emancipatórias e de resistência. Refletimos, por fim, que a atuação em contextos de moradia nas ruas exige do psicólogo um compromisso ético-político que vá além da intervenção técnica, convocando-o para atuar junto aos movimentos sociais na luta por justiça e dignidade humana. O campo da psicologia comunitária se fortalece, assim, como um território de insurgência epistemológica e prática, viabilizando o empoderamento comunitário.

Como elemento norteador das ações cofacilitadas pela equipe de psicologia no campo da Pastoral do Povo, temos a percepção que a pobreza é um marcado social diferenciador das situações vividas nas ruas de Fortaleza, e como tal deve ser vista de forma multifatorial, não implicando somente ausência de condições monetárias. A pobreza é um fenômeno que congrega elementos políticos, simbólicos e ideológicos importantes na compreensão do modo de vida desta população, fortalecendo a ação da psicologia nos processos de mudança individual e social.

Tal perspectiva demonstra a relação clara da prática em campo com o GT 37: Psicologia comunitária e desigualdades sociais na produção de cuidado e na promoção da saúde, ao mesmo tempo que dialoga com o GT 22: Interseccionalidade, investigação-ação participativa e psicologia comunitária nas relações de gênero, sexualidades e violências, haja vista utilizar o arcabouço teórico e metodológico da psicologia comnitária latino-americana, como a própria IAPA, no processo de inserção da equipe de psicologia no contexto comunitário. Igualmente percebemos que nossa atuação traz contribuições ao GT 29: O Pensamento de Ignácio Martín-Baró na América Latina e a libertação das amarras colonizadoras, por fortemente repensar e atuar na desconstrução da visão da psicologia tradicional em detrimento do processo libertador e crítico de empoderamento individual diante das situações voltadas aos processos identitários e emancipatórios.

Intersetorialidade frente às pessoas em situação de rua em Belém/PA: antigos impasses, novos desafios.

Andreza Tayná Alves Cardoso (jornalista), Valber Luiz Farias Sampaio. (Faculdade Estácio - Belém)

A população em situação de rua é uma das mais vulneráveis no contexto social brasileiro, enfrentando severas dificuldades no acesso a direitos fundamentais, como saúde, alimentação, segurança e moradia. Essa vulnerabilidade é agravada pela invisibilidade e pela precariedade das políticas públicas que incidem diante de determinados grupos – muitas vezes provocando mais dimensões de sofrimentos, sobretudo considerando o olhar atento a partir da interseccionalidade, que nos apresenta dimensões outras sobre tais existências nas ruas. Para sanar (ou tentar minimizar) os impactos ocasionados pela vulnerabilidade e/ou risco social, o Brasil apresentou-se outros parâmetros de vidas com a abertura para o processo de redemocratização no ano de 1988, abrindo premissas de intervenções por parte do estado diante da desigualdade latente no território brasileiro. Nesse sentido, vários eixos garantistas foram sendo criados ao longo dos anos – como saúde, assistência social, saúde mental, esporte e lazer, dentre outros –, assim como articulando tais políticas públicas visando a integralidade do cuidado aos sujeitos. A Psicologia enquanto saber científico e atuante em todas as esferas das políticas sociais, desempenha papel fundamental no acolhimento, articulação e cuidado dessas pessoas, apesar dos desafios inúmeros cotidianamente. Assim, este estudo parte de um projeto de iniciação científica da Estácio – Belém, que remete à pensar como estes dispositivos se articulam para garantir a integralidade do cuidado para as pessoas em situação de rua, sobretudo considerando o momento em que vivemos, em Belém/PA, com a proposta de organização onde sediará um dos maiores encontros internacionais para pensar as mudanças climáticas e ambientais – questiona-se: como pensar produção de saúde ou impactos de mudanças climáticas sem refletir as existências de pessoas em situação de rua? Que saúde se produz sem participação social e garantismos? Nesse sentido, objetivou-se problematizar como as políticas públicas se articulam no cuidado da população em situação de rua em Belém/PA e região metropolitana. Não obstante, reflete-se tal temática diante de diversos GT's, visto que o tema é relevante e dotado de uma complexidade de diálogos. Porém, chama atenção sua relação direta com o GT 37, intitulado "Psicologia comunitária e desigualdades sociais na produção de cuidado e na promoção da saúde", onde refletirmos acerca da intersetorialidade das políticas públicas, de saúde e assistência social para populações vulneráveis e em risco social, especialmente no campo da Psicologia e saúde mental, remete-nos ao fazer participativo com os sujeitos. Ou seja, tensionar a rede diante de seu compromisso ético e político é tentar produzir rupturas diversas no fazer engessado e, por vezes, excludentes. Para dar conta do diálogo, parte-se da orientação teórica de premissas em estudos de autores clássicos como Robert Castel, Michel Foucault, dentre outros; tais como pensadoras/es contemporâneos diante das políticas públicas, como Irene Rizinni, Neuza Guareschi, Flávia Lemos, Andrea Esmeraldo, Wanderson Silva, Simone Hunning, entre outras/os. Tais autoras/es nos auxiliam a pensar a Psicologia Social Crítica como premissa de interlocução entre as políticas públicas fundamentais, como a Política Nacional de Saúde e Saúde Mental, a Política Nacional de Assistência Social, a Política Nacional para a População em Situação de Rua e nos conceitos de intersetorialidade (Brasil, 1988; 2005; 2006; 2009; 2023), tal como os Direitos Humanos. São utilizados autores que discutem o acolhimento, a integralidade do cuidado e a importância dos vínculos sociais para a atenção às pessoas em situação de rua, reconhecendo a lógica de garantia de direitos que atravessam tais práticas

no território da realização da Conference of the Parties – COP, um encontro anual de países membros da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC). Como se trata de uma atividade em desenvolvimento, a metodologia, utilizada até o momento, trata-se de um recorte galgado em uma pesquisa bibliográfica qualitativa, exploratória e descritiva, dividida em etapas: levantamento bibliográfico e documental de políticas públicas; mapeamento quantitativo das Unidades Básicas de Saúde (UBS) em Belém e região metropolitana; e de um relato de experiências que se baseiam em entrevistas semiestruturadas com profissionais da psicologia; e observação de campo em Unidades Básicas de Saúde – UBS's, Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, Centros de Referências Especializados de Assistência Social – CREAS, assim como o Centro Pop localizado na capital paraense. Diante dos resultados, identifica-se que os dispositivos públicos pouco dialogam entre si, mas que parte desse processo se dá através da formação, que emana uma caraterística de isolamento entre saberes, assim como, diante dos dispositivos, produzindo exclusões e higienismo social, sobretudo diante de datas que envolve fluxo intenso de estrangeiros no território. Pretende-se analisar a efetividade da articulação entre os setores de saúde e assistência social no cuidado à saúde mental, bem como as práticas de acolhimento psicológico existentes. Enquanto considerações finais, reconhece-se que a pesquisa ainda caminha diante do processo de desenvolvimento, mas os processos de higienismo social são perpetrados pelos próprios dispositivos – enquanto jogo de poder – diante do que Foucault nos auxilia refletir em que vida e morte tornam-se elementos de governo diante da biopolítica. Aqui, o poder produz vida e morte, num regime de utilidade para o desempenho das funções sociais – caso contrário, o descarte, como em espaços denominados de 'sítios' que vem sendo construídos para as moradias. Locais estes longe do centro da cidade. Diante da proposição, compreende-se a necessidade de dialogarmos entre esferas para produzir o que as políticas públicas possuem enquanto caráter garantista em uma sociedade desigual.

Narrativas da rua: Reflexões sobre o trabalho com pessoas em situação de rua.

Adaiane da Silva Morais (UNIVILLE), Caroline Martins da Silva de Castilho (UNIVILLE), Elaine Laumann (UNIVILLE)

O documento de Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop (2011) aponta que a partir do final da década de 1970, diferentes organizações civis lutavam pela ampliação de direitos da população, pela redemocratização do país e maior participação política, culminando em novas demandas sociais da população, ampliadas nos anos 1980. Nesse período houve um agravamento de diferentes questões sociais e aumento nas taxas de desemprego, ampliando a demanda por acesso à saúde, educação, assistência social e exigindo do Estado mais investimentos em diferentes contextos. Este agravamento contribuiu para que “esse contingente fizesse das ruas seu espaço de moradia e/ou sobrevivência e houvesse um aumento da população em situação de rua nos grandes centros urbanos [...]” (Orientações Técnicas, 2011, p.14). Neste contexto, a partir de diferentes lutas sociais, com a redemocratização da política brasileira e a promulgação da Constituição Federal de 1988, diferentes políticas públicas foram pensadas e desenvolvidas, garantindo direitos para todos os cidadãos brasileiros. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS), formalizado a partir da Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004) e por meio das Normas Operacionais Básicas (NOB/SUAS), publicada inicialmente em 2005 e atualizada em 2012, em seu Art. 1º destaca que a política socioassistencial tem função de "[...] proteção social, a vigilância socioassistencial e a defesa de direitos, organiza-se sob a forma de sistema público não contributivo, descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social – SUAS" (NOB/SUAS, 2012, p. 16). Dentre as atribuições do SUAS, considerando os diferentes níveis de complexidade que fazem parte desse Sistema, são acolhidas situações de risco pessoal e social, violações de direitos, situação de rua, dentre outros. Este trabalho tem intenção de relatar a experiência de estágio realizada no primeiro semestre de 2025, em uma cidade do planalto norte catarinense, no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), especificamente com pessoas em situação de rua. O estágio está vinculado a disciplina de Estágio Curricular Nível Específico - Clínica Estendida I do Curso de Psicologia representando uma oportunidade muito enriquecedora de aprendizado a partir da prática, indo além da sala de aula. O estágio teve como objetivo realizar uma observação participante dentro do CREAS do município, com pessoas em situação de rua, a fim de acolher demandas para intervenção em grupo. Para Valladares (2007) a observação participante exige tempo e dedicação, essa fase inicial é fundamental, pois compreender o comportamento de pessoas e grupos requer observação contínua, não apenas em um momento isolado. Nas observações feitas pelas acadêmicas-estagiárias, foi possível entender como se dá a atuação dos profissionais da assistência social do CREAS, dentro do setor de atendimento das pessoas em situação de rua, bem como acompanhar a realidade dos usuários do serviço. O estágio aconteceu com uma carga horaria total de 101 horas/aula, considerando visitas semanais ao campo, orientações e atividade de estudo e planejamento. A cidade não possui Centro POP, portanto o CREAS tem papel fundamental no atendimento dessa população, ofertando alimentação, banho, roupa, documentação, passagens de ônibus interurbano e encaminhamentos para outros setores públicos como saúde e educação. Os usuários chegam ao serviço por demanda espontânea ou

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

denúncias, e o atendimento é ofertado tanto para pessoas do próprio município quanto de cidades vizinhas, em alguns casos de municípios mais distantes. O que se pôde perceber durante essas vivências foi que os sujeitos que chegam ao CREAS apresentam-se com seus vínculos familiares fragilizados ou totalmente rompidos. Ferreira (2024), cita que os estudos de Paugam sobre os laços sociais se dividem em dois tipos: de origem (como família e pátria) e eletivos (como casamento e profissão). Esses vínculos se organizam em quatro formas: filiação, participação eletiva, participação orgânica e cidadania, cada um guiado por uma moral específica. O autor ressalta que para Paugam a definição dos laços sociais é feita com base em dois elementos centrais: proteção — a capacidade de contar com recursos diante dos riscos da vida — e reconhecimento — ser valorizado nas relações sociais. Em outras palavras: "poder contar com" e "contar para". Em nossas vivências no campo de estágio nos deparamos com alguns relatos que enfatizam de falta de contato com familiares, fator que contribui para a situação de isolamento, o apagamento social e a permanência na rua, além de relatos em que os demais vínculos também estão rompidos ou fragilizados. Durante o período de estágio foi possível acompanhar visitas domiciliares para famílias de pessoas em situação de rua e algumas abordagens de usuários do serviço em pontos específicos da cidade como construções, viadutos, na rodoviária e pontos de ônibus. Essas vivências permitiram uma aproximação da realidade dos usuários do serviço, revelando suas histórias e suas formas de sobrevivência. Dessa forma, ficou evidente como o vínculo fortalecido é essencial para promover acolhimento e o pertencimento. A partir das vivências do estágio, foi possível perceber os diferentes preconceitos sofridos pelas pessoas em situação de rua, especialmente associado ao uso de álcool e outras drogas, que contribui ainda mais para a exclusão e a estigmatização. As pessoas tendem a associar automaticamente essas condições com um desvio de caráter, a criminalidade ou escolha pessoal, sem considerar os contextos de vulnerabilidade e/ou pobreza a que essas pessoas foram ou ainda são submetidas. Segundo Moura Jr e Ximenes (2016) a pobreza atua como forma de opressão, moldando identidades marcadas por desvalorização social. Os papéis atribuídos às pessoas pobres afetam suas relações e fragilizam suas potencialidades. Por isso, é essencial compreender a pobreza em sua complexidade, considerando seus aspectos sociais, políticos e simbólicos, que contribuem para a manutenção das desigualdades e do status quo. Pessoas em situação de rua representam os estigmas de pessoas pobres e em consequência a isso seus corpos enfrentam a exclusão e a fragilização. Em contato com os usuários foi possível observar que muitas vezes o uso de substâncias aparece como uma forma de lidar com o frio, (visto que a cidade em que o CREAS está localizado é uma região de clima rigoroso no inverno) a fome, a exclusão e a solidão. O uso dessas substâncias não se apresenta como causa da situação de rua, mas sim como uma consequência dessa condição. Geralmente durante o inverno é aberto um abrigo emergencial para que as pessoas em situação de rua possam dormir com mais segurança e proteção contra o frio, não tendo até o momento, junho de 2025, um abrigo permanente. No entanto, há uma proposta para que esse serviço seja implantado no próximo ano. Dessa forma, após o período de observação foi possível pensar propostas de intervenções alinhadas com a realidade dos usuários, desenvolvidas para serem aplicadas no segundo semestre de 2025 pelas estagiárias-acadêmicas. O trabalho em grupo terá como pano de fundo um espaço para a promoção de discussões por meio de instrumentos dialógicos que pretendem promover a autonomia do sujeito, será um espaço de diálogo para pensar o resgate de memórias e afetos, direitos e deveres, reconhecimento

e autoestima, sonhos e perspectivas de vida, bem como contribuições para a ressignificação das experiências vividas. Com a proposta de realizar um trabalho em grupo, entendemos esses espaços coletivos como um ambiente propício para troca de experiencias, fortalecimento de vínculos, acolhimento e escuta. Para isso é importante promover discussões que estimulem a reflexão. De acordo com Pereira e Sawaia (2020) para que haja transformação, é fundamental a presença de sujeitos reflexivos, capazes de questionar a realidade que o cerca, os limites impostos e as necessidades vividas, dessa forma o trabalho em grupo tem um potencial para despertar reflexões e gerar possibilidades de sentir, refletir e agir, é nesse espaço coletivo que surgem aberturas para novas possibilidades, dessa forma atividades em grupos tornam esses indivíduos, abertos ao diálogo e a construção conjunta de novos caminhos. Ao realizar as intervenções com grupos de pessoas em situação de rua, objetivamos momentos que não visam apenas acolher, mas também incentivar a autonomia, protagonismo e o reconhecimento de cada sujeito como alguém capaz de criar uma trajetória para seu futuro, a partir de suas próprias escolhas e autonomia.

Populações Vulnerabilizadas e Psicologia da Saúde na Amazônia Paraense: Um Relato de Experiência

Fernanda Souza da Silva (UFPA), Lorena Schalken de Andrade (UNIFAMAZ), Fernanda Cristine do Monte dos Santos (UFPA), Marinice Nogueira Mendes (UFPA), Erick Klaus Leão Furtado (UFPA)

De modo introdutório, compreende-se que ainda há uma identificação da prática da profissão da Psicologia com o modelo médico-normativo e individualizante, essa identificação histórica produz um enorme desafio quando se pensa na atuação da profissão em outros locais fora do âmbito clínico, como na área da saúde (Spink e Matta, 2007). Muitos profissionais adentram nas instituições de saúde e se deparam com outros contextos, outras demandas, outros públicos que fogem das expectativas e escapam do contexto privado da clínica (Dimenstein, 2000). Mesmo assim, a realidade é que o contexto clínico ainda é transportado para o campo da saúde pela maioria dos profissionais que atuam nesse cenário (Campos e Guarido, 2007). Essa construção de uma psicologia historicamente distante do ponto de vista social e político se mostra ainda mais preocupante quando se pensa na atuação com populações socialmente vulnerabilizadas, como a população em situação de rua que possuem outras especificidades nos seus modos de vida. Diante disso, questiona-se em como a Psicologia pode atuar com a população em situação de rua no contexto da saúde de modo a repensar as práticas e saberes hegemônicos construídos e perpassados historicamente dentro das instituições de ensino? Desse modo, com este relato de experiência pretende-se tecer reflexões emergidas a partir do Projeto Vozes da Rua como uma possibilidade de atuação da Psicologia no campo da Saúde Coletiva e do desenvolvimento de práticas de pesquisa e extensão que desenvolvam cada vez mais a perspectiva social e da saúde psicológica. Assim, o presente trabalho possui relação direta com o eixo temático Psicologia Social e Saúde, uma vez que entende-se a saúde do ponto de vista ampliado, reivindicando o acesso à saúde como um direito básico e promotor de cidadania. Partindo disso, o Vozes da Rua é um projeto de Iniciação Científica promovido pelo Centro Universitário Metropolitano da Amazônia (UNIFAMAZ) que realiza atividades grupais com pessoas em situação de rua por meio da conexão entre Arte e Psicologia. As estratégias metodológicas utilizadas pelo Projeto são a Teoria Ator-Rede proposta pelos sociólogos Bruno Latour e John Law e colaboradores (2012; 1992). Nesse sentido, a arte é mediadora de processos intersubjetivos, assim, não apenas expressa ou representa, mas também pode provocar reflexões, contar histórias de vida, catalisar mudanças sociais e individuais, bem como facilitar a criação de novas relações e redes. Partindo disso, desenvolvemos Jogos de palhaçaria, colagens, pinturas, desenhos, produção de cartas e jogos teatrais. Os locais de atuação do Projeto são a Casa Rua Nazareno Tourinho (Casa Rua) e o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP), dispositivos que estão localizados na na Cidade de Belém do Pará. O projeto segue em curso desde fevereiro de 2025 e é desenvolvido por meio de equipes de graduandos em Psicologia de diferentes instituições de ensino, sob a coordenação e supervisão da professora responsável. As atividades realizadas acontecem às quartas e sextas de modo contínuo, o público-alvo são pessoas em situação de rua que frequentam os espaços, abarcando os mais diversos recortes de classe, gênero, raça e faixa etária. Sobre essa população, um levantamento feito pela Fundação Papa João XIII (Funpapa), responsável pela gestão da política de assistência social no município de Belém, há entre 2.500 e 3 mil pessoas em situação de rua, dado referente a 2024. Nessa direção, entende-se que o quantitativo de pessoas em situação de rua é expressivo na capital paraense, embasando ainda mais a necessidade de

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

construção de projetos, como o Vozes da Rua, com o enfoque nesse grupo populacional. As orientações teóricas que sustentam o Projeto partem da perspectiva da Clínica Ampliada. Este conceito é entendido como uma das diretrizes da Política Nacional de Humanização (PNH) prevista pelo SUS, que tem como objetivo produzir saúde e ampliar o grau de autonomia das pessoas, além de ter o compromisso com o sujeito de modo integral e não somente reduzi-lo a uma doença. Conforme Dettmann, Aragão e Margotto (2016) ampliar a clínica é ultrapassar muito além do indivíduo, e compreender as questões coletivas e políticas. Assim, ela é entendida como uma intervenção política que envolve na prática as possibilidades de transformação dos sujeitos e da sociedade, como uma estratégia de potencializar a vida e que impulsiona os aspectos das coletividades. Diante desse cenário, é possível fazer uma interlocução com o conceito de interseccionalidade por estar intimamente relacionado com o nosso fazer no campo clínico ampliado. Desse modo, a interseccionalidade é uma ferramenta analítica que considera raça, classe, gênero, sexualidade, – entre outras – como categorias que estão imbricadas e que se afetam mutuamente. Ela investiga como as relações interseccionais de poder impactam nas relações sociais, assim como as experiências individuais dos sujeitos. Além disso, tal ferramenta é uma potente estratégia de intervenção para o trabalho de justiça social (Collins e Bilge, 2020). Outro importante conceito que está ligado à nossa práxis é a compreensão do território Amazônico como uma importante categoria interseccional que soma-se produzindo outros modos de viver e impactam na construção de subjetividades amazônidas, desse modo devido a aproximação local com a cultura é possível fazer uma relação com os saberes tradicionais na Amazônia e também com as práticas alternativas em saúde (Vasconcelos et. al, 2023). Assim, como resultados vividos na prática cotidiana e reverberação por ela geradas, percebe-se que o Projeto Vozes da Rua se apresenta como uma potente estratégia de pensar novas formas de produzir saúde mental/coletiva emergidas no território Amazônico. Ademais, a arte nas suas múltiplas formas, também se mostra importante pela sua possibilidade de expressão de sentimentos e experiências de vida por meio de outras formas de linguagem, além de favorecer a construção da autoestima e a identidade dos sujeitos. O exercício de imaginação e criação por meio da arte produz novas experimentações de si e dos outros que impactam na construção de formas de estar, viver e se relacionar no mundo. É por meio da construção coletiva e da arte que os participantes têm experienciado, neste projeto, o exercício social e político de participação coletiva e comunitária nas atividades desenvolvidas. A modalidade grupal também permite a expressão de diferentes experiências atravessadas pelo contexto da Rua, possibilitando a construção de um suporte e um laço social e afetivo uns com os outros. Outrossim, há resultados do ponto de vista de transformação social, seja na vida dos sujeitos participantes, seja dos estudantes, uma vez que o projeto potencializa a formação de discentes engajados com o compromisso ético e político do fazer em Psicologia, com uma atuação de agentes sociais de mudança. Permite ainda desenvolvimento de futuros profissionais atuando de modo crítico, reflexivo e colaborativo com escuta qualificada e compreensão do processo de saúde de modo ampliado. Contribui também para a formação de psicólogos que estão implicados com os diferentes recortes sociais que interagem e produzem sofrimento psíquico. Por fim, reflete-se que o projeto mobiliza a micropolítica cotidiana por resgatar direitos sociais, como a saúde, que muitas vezes são usurpados socialmente de populações vulnerabilizadas, bem como o fomento de pesquisas e o aperfeiçoamento das práticas em Psicologia.

Produção do cuidado em parceria com comunidades tradicionais em contextos rurais e a promoção da saúde na implantação das equipes multidisciplinares em Aquiraz, Ceará.

Aline Maria Barbosa Domício Sousa (UNIFOR), Andréia de Sousa Brandão (Secretaria Municipal de Saúde de Aquiraz - CE), Glória de Lourdes Viana Correia (Secretaria Municipal de Saúde de Aquiraz - CE), Maria das Graças Costa Ferreira (Secretaria Municipal de Saúde de Aquiraz - CE), Luzia Eunice Castelo Branco (Secretaria Municipal de Saúde de Aquiraz - CE), Maria Salete Galvão Moreira (Secretaria Municipal de Saúde de Aquiraz - CE), José Reginaldo Henrique da Silva (Secretaria Municipal de Saúde de Aquiraz - CE), Tatiana Fuckner Cardoso (UNIFOR), Gabriel da Silva Raulino (UNIFOR), Tito Guillermo Ribeiro (UNIFOR), Renata Pimenta de Novaes Castelo Branco (UNIFOR), David Faustino de Lima (Secretaria Municipal de Saúde de Aquiraz - CE), Maria da Conceição de Oliveira Carvalho Nogueira (UPORTO), Liliana Graciete Fonseca Rodrigues (UPORTO)

Implementar no nordeste do Brasil programas de saúde coletiva com atividades situadas no eixo da psicologia comunitária diante das desigualdades sociais na produção do cuidado é agir diante de uma visão política de contestação e luta pelo direito à saúde. Indagamos sobre como, em uma perspectiva crítica, o processo de inserção em psicologia ultrapassa o nível dos papéis sociais e pode ser utilizado em parceria com populações rurais para o fortalecimento dos seus espaços de cidadania e gestão de programas de saúde governamentais. Valorizamos a construção de um pensamento contracolonial que seja capaz de valorizar as relações das pessoas com o meio, na compreensão de elementos subjetivos que são moldados por questões sociais, históricas, culturais, econômicas, com potenciais de mudança do modelo biomédico de produção da doença. Para tanto, a secretaria municipal de saúde de Aquiraz, Ceará, iniciou em março de 2025 a implantação de equipes multiprofissionais (eMulti) com apoio da rede de saúde mental. A eMulti é composta por médicos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, psicólogos, educadores físicos, nutricionistas, educadores sociais, por meio da Portaria GM/MS nº 635, de 22 de maio de 2023, sendo um programa novo no Brasil. Tais equipes atuam de forma integrada no suporte clínico, sanitário e pedagógico às equipes de Saúde da Família (eSF), ampliando o escopo das práticas de cuidado, a resolutividade e a integração da assistência, prevenção, promoção e vigilância à saúde. Aquiraz é uma cidade no litoral do Ceará, nordeste do Brasil. Pertence à Microrregião Metropolitana de Fortaleza. A população em 2022 foi de 80.243 habitantes e está a 32 km de Fortaleza, guarda em suas raízes as tradições indígenas e europeias, além de traços da cultura africana. O topônimo "Aquiraz" vem do tupi e significa "água logo adiante". Possui 37 unidades básicas de saúde com 19 regiões administrativas, contando com 3 CAPS (Ad, Caps 2 e Infanto-juvenil), 1 hospital, 1 centro de especialidades odontológicas, 1 Núcleo de Atenção Especializada, 1 centro de reabilitação, 1 centro de especialidades médicas. Aquiraz teve duas equipes eMulti aprovadas em Junho de 2023 e, uma terceira, em dezembro de 2024. O território possui uma área de 480,236 km², densidade demográfica de 167,93 hab/km² e 0,641 de índice de desenvolvimento humano com comunidades que possuem áreas de litoral, incluindo o segundo maior parque aquático da América Latina, e áreas de sertão com difícil acesso, sendo urgente a identificação das demandas e levantamento de necessidades em cada região. Assim, a coordenação da eMulti optou por utilizar como estratégia metodológica o arcabouço teórico e ético-afetivo da psicologia

comunitária numa perspectiva crítica contextualizada, articulando o saber acadêmico com o popular. Referenciada em Montero (2004), Fals Borda (1986), Freire (1982), Gadotti e Torres (1994), a proposta valoriza a escuta dos saberes populares, a atuação em redes e a promoção de autonomia (Domício et al, 2018) em defesa do Sistema Único em Saúde (SUS). A investigação ação participativa (IAPA) foi a ferramenta metodológica que permitiu construir parcerias com os sujeitos comunitários, e não para eles, constituindo um campo de produção do cuidado. O processo de inserção em campo, na dimensão epistemológica (Araújo, 1996), foi vivido a partir do método de vivência e análise da atividade comunitária, que espelha-se na ação da equipe de saúde da família responsável pelo acompanhamento longitudinal de cada população. Os territórios representam infinitas possibilidades de contextualização da saúde coletiva e através da mobilização dos gestores das unidades de saúde foi possível realizar 16 oficinas para a apresentação da proposta da eMulti, tal como o Ministério da Saúde preconiza. Falamos sobre as demandas de cada comunidade, destacando quais as especialidades e serviços essenciais para cada uma. Realizamos momentos de planejamento participativo com varais de ideias, rodas de conversa, oficinas sobre a saúde do trabalhador e da trabalhadora, bem como a análise das condições estruturais da secretaria de saúde no atendimento às solicitações de cada unidade. Com apoio do programa de extensão Interlocuções da Universidade de Fortaleza (UNIFOR), os profissionais eMulti realizaram uma análise da lista de espera dos serviços especializados. Foram mapeados quais grupos já existiam no território numa alusão à postura ética da psicologia comunitária em fortalecer o que cada local possui de movimento social organizado. Tais caminhos suscitaram práticas de resistência dentro do SUS, marcado por desigualdades e opressões estruturais históricas que impedem as pessoas de desenvolverem seus potenciais para a implantação de programas que são criados na esfera federal, sem a participação das comunidades. A relação com o Grupo de Trabalho (GT37) diz respeito ao fato do processo de inserção comunitária fomentar olhares críticos para as tessituras pertinentes as relações étnico-raciais e de gênero que coexistem de modo indissociável nas comunidades nordestinas que cotidianamente criam mecanismos de não aceitação de segmentos e de pessoas que subalternizam as demais, incluindo as populações em contextos rurais e em situação de pobreza. Tendo diálogos, igualmente pertinentes, aos GT39 e GT22, por terem raízes nos fundamentos da psicologia social crítica e fortalecimento do protagonismo comunitário do ponto de vista da interseccionalidade, do enfrentamento das desigualdades e experiências do cuidado na área da saúde coletiva. O método dialógico-vivencial caracteriza-se como um ato de construção conjunta, com base na cooperação entre os agentes externos e internos (moradores do lugar), em um movimento que se orienta na prática da libertação e desenvolvimento de sujeitos comunitários (Ximenes e Júnior. 2010), numa alusão certa ao objeto de estudo da psicologia comunitária latino-americana caracterizado como o reflexo psíquico do modo de vida comunitário (Góis, 2005), que se desenvolve no cotidiano da atividade comunitária. Uma atuação crítica que considera tais especificidades na implementação de políticas públicas e abre espaços para ações compartilhadas de cuidado. Esta comunicação fará alusão as atividades que desenvolvemos nos distritos comunitários do Jenipapeiro, Tapera, Jussara, Patacas, Araçás, Iguape e Trairussu, durante o debate com as equipes locais de saúde e as populações sobre a implantação de um serviço de gerontologia, que fosse real e capaz de pensar ações para promoção do envelhecimento humano integradas com o ambiente, como gerador de afetos e expressão de potenciais identitários alicerçados nas históricas de vida das pessoas do lugar. Compartilharemos as imagens audiovisuais e breves documentários que foram apreendidos nas narrativas de pertencimento ao modo de vida comunitário. Os resultados reportam à vinculação ao lugar e com os profissionais da equipe eMulti que por sua vez se

apropriaram do espaço de construção coletiva de programas que atendam as necessidades das pessoas e não somente das portarias ministeriais. Considerando que o exercício da cidadania preconiza a ação na vida política, o arcabouço teórico e metodológico inerente ao psicólogo comunitário, fez diferença para o papel da eMulti de garantia do direito à saúde. Outrossim, o papel da equipe de extensionistas universitários foi realizado através da problematização de situações que possibilitaram a análise da realidade, incluindo atores sociais nas suas demandas de aprendizagem e interação com o mundo real (Medeiros, 2017). Assim, as problemáticas não só se apresentam como matéria-prima das ações da eMulti, mas também como realidades deflagradoras na busca de soluções possíveis na construção de projetos terapêuticos singulares, sobretudo, promotores de saúde, tendo a vivência da coletividade na perspectiva crítica e ambiental, como mediadora das ações participativas e de produção da cidadania. É a práxis que transforma contextos opressores em uma ciência que une os saberes cotidianos na construção de uma ciência própria latino-americana (Fals Borda & Mora-Osejo, 2007). Como escreve Domício (2013), tal contextualização é extremamente fundamental para que as intervenções respondam às complexidades das experiências vividas pelas comunidades fornecendo substrato ético-político para intervenções comprometidas com a transformação social. Criam-se canais de ação mútua e oportunidades para que a formação profissional na saúde seja integrada desde a graduação à pós-graduação com trocas de experiências e vivências que ultrapassam as fronteiras entre países numa complexa rede de colaboração interinstitucional que traz uma realidade viva e diversa entre as políticas públicas e os contextos acadêmicos. Os resultados de cada oficina participativa são disponibilizados nas redes sociais das associações e grupos comunitários, tal como estes produzem, com termos culturalmente usados pelos líderes locais, além da produção de materiais socioeducativos de fácil compreensão, com prioridade para aqueles que possuem teor artístico e uso da corporeidade vivida (Merleau-Ponty, 1994), além de recursos terapêuticos das práticas holísticas e complementares em saúde (PICS). Com isto, assume-se o desafio de compartilhar tais eixos da E-Multi em parceria com a atenção primária em saúde (APS) com o conselho municipal de saúde (CMS) de Aquiraz, que é responsável pela divulgação institucional e participativa das ações produzidas no que compreendemos ser um dos papéis do SUS na realidade brasileira, especialmente para a garantia das leis 8142/90 e 8080/90 que versam sobre a participação da comunidade na gestão do SUS e defendem o direito de que as pessoas participem do planejamento e da tomada de decisões para regular as ações e serviços de saúde, com o conceito ampliado de saúde, respectivamente.

Programa Ciclos de Ação Comunitária: avaliação de uma metodologia extensionista para o fortalecimento psicossocial em diferentes territórios baianos

José Fernando Andrade Costa (UEFS)

O Programa de Extensão Universitária intitulado "Ciclos de Ação Comunitária para o fortalecimento psicossocial da cidadania e do bem-estar social em diferentes territórios baianos" é uma proposta metodológica desenvolvida desde 2020 no Núcleo de Saúde e Qualidade de Vida do curso de Psicologia da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). A construção dos Ciclos começou em 2018, a partir do mapeamento de demandas e da articulação com lideranças comunitárias do território no entorno do campus universitário da UEFS. A partir de reuniões com moradores, estudantes, lideranças religiosas e membros de organizações da sociedade civil, foi esboçado um projeto amplo, capaz de acolher diferentes propostas de ação comunitária para posterior desenvolvimento de pesquisa em diferentes níveis. O princípio orientador, de inspiração freiriana, é a ação-reflexão-ação. Em termos político-institucionais, o Programa adota uma concepção "invertida" da tríade do ensino superior: ao invés de pensar no sentido de Ensino-Pesquisa-Extensão, propõe trabalhar com a noção de Extensão-Pesquisa-Ensino. Essa inversão significa que a prioridade está na Extensão, no sentido de uma prática dialógica e bilateral que leva a Universidade para além de seus muros, para conhecer as demandas concretas das comunidades, suas lutas e desejos, e, assim, melhor formular problemas de Pesquisa que respondam a tais demandas e, por fim, melhore o Ensino em geral. Com base nesse pressuposto, o objetivo geral desta comunicação é apresentar o Programa Ciclos de Ação e conversar sobre os resultados obtidos até agora. A proposta inicial foi compartilhada entre pares em diversos eventos acadêmicos, como o 8º Encontro de Saúde Comunitária do Mercosul e XX Encontro Nacional da ABRAPSO, em 2019; o Simpósio da ANPEPP, em 2020, no GT de Psicologia Comunitária; os últimos dois Enabrapsos, em 2021 e 2023; entre outras oportunidades acadêmicas e também nas comunidades. Trata-se de um exercício de pensar juntos para aprimorar os rumos. Os primeiros Ciclos foram realizados em parceria com o Movimento de Organização Comunitária (MOC) e com o Projeto de Educação Popular do/no Campo CAT - Conhecer, Analisar e Transformar, no Semiárido Baiano. Os Ciclos passaram por um momento desafiador durante o distanciamento físico provocado pela pandemia de Covid-19, entre 2020 e 2021, quando foram realizadas somente ações remotas. A partir de 2022 os Ciclos ganharam diferentes contornos e parcerias comunitárias, pois adota como ponto de partida o vínculo de estudantes com seus territórios para o levantamento de demandas e propostas de intervenção. Metodologicamente, cada Ciclo é composto por quatro fases: 1) Identificação de necessidades ou problemas; 2) planejamento das ações; 3) execução das ações planejadas; e 4) avaliação e encaminhamentos, visando iniciar outros Ciclos. Cada "Ciclo de Ação" corresponde a uma série de oito encontros periódicos na comunidade nos quais um subgrupo de facilitadores estabelece junto a agentes internos da comunidade os objetivos de uma ação coletiva. O conteúdo de cada ciclo é definido de acordo com as necessidades e recursos dos participantes, em cada momento. As principais ferramentas conceituais com que trabalhamos são os conceitos de fortalecimento comunitário (ou "empoderamento", no sentido coletivo) tal como proposto pela psicóloga venezuelana Maritza Montero, e os processos psicossociais comunitários de politização da experiência cotidiana, tais como: desideologização, conscientização, afetividade entre outros. Adotamos as recomendações de Ignácio Martín-Baró para a construção de uma Psicologia da Libertação, visando potencializar as formas de luta popular que visam a superação do fatalismo. Nesse sentido, os resultados

obtidos até o momento merecem uma reflexão ampliada. Foram realizados, entre 2020 e 2025 mais de 30 Ciclos de Ação Comunitária, em dez municípios do Sertão baiano, envolvendo uma equipe de mais de 20 estudantes de graduação. Os Ciclos envolveram grupos escolares, infâncias, grupos de idosos, grupos de mulheres em situação de vulnerabilidade, coletivos para o enfrentamento ao racismo entre outros. No presente relato iremos focar em um Ciclo de Ação específico, realizado junto a comunidades quilombolas afetadas por um grande empreendimento de infraestrutura. O Ciclo teve como objetivo a elaboração de um parecer psicossocial sobre os impactos do empreendimento sobre a comunidade. Os resultados revelaram os danos decorrentes do conflito socioambiental e os riscos de traumatização psicopolítica. Ouvimos relatos sobre o desrespeito às tradições, lutas, memória coletiva, sobre o risco de agravos à saúde e do impacto socioambiental decorrente da instalação do empreendimento nos territórios quilombolas. A partir desses resultados, o parecer psicossocial foi incluído junto a um conjunto de documentos produzidos pela comunidade e por um grupo interinstitucional para compor uma Ação Civil Pública. Foi reivindicado o cumprimento do Protocolo de Consulta previsto pela Convenção 169 da OIT sobre os direitos das comunidades tradicionais. Esse processo teve uma repercussão nos participantes, que puderam se organizar e debater as possibilidades, limites e estratégias de luta coletiva. Também teve repercussão significativa no grupo de estudantes participantes desse Ciclo. Para o Programa como um todo, foi um marco da realização da proposta planejada inicialmente. Agora estamos avançando em uma nova etapa de socialização dos diversos resultados e reflexão coletiva para ajustar os rumos da proposta. Temos como desafio garantir a sustentabilidade funcional da proposta dos Ciclos, manter a vinculação com os territórios e com os grupos comunitários. Acreditamos que a experiência dos Ciclos de Ação Comunitária pode ser interessante para pensar novas formas de “fazer para transformar” e para o desenvolvimento de projetos de pesquisa em Psicologia Social Crítica.

Projeto De Intervenção "Comunidade Forte, Mente Saudável"

Luber Katia de Oliveira Neto (UNIR), Bárbara Letícia Dantas de Azevedo Peres (UNIR), Vânia Damasceno Costa (UNIR), Ana Clara Costa Martins (UNIR)

A Política Nacional da Atenção Básica (PNAB) prevê a Atenção Básica em Saúde como porta de entrada e centro de comunicação da Rede de Atenção em Saúde, coordenando o cuidado e ordenando ações e serviços, tendo como alguns dos princípios e diretrizes norteadoras a integralidade, o cuidado centrado na pessoa e a participação da comunidade. A integralidade visa ampliar a autonomia dos usuários e coletividades, a partir do atendimento adequado das necessidades biológicas, psicológicas, sociais e ambientais a partir da promoção, prevenção, reabilitação, redução de danos, entre outras atividades. O cuidado centrado na pessoa é baseado no desenvolvimento de ações de forma singularizada, por meio de iniciativas que permitam aos usuários conhecimentos, aptidões e competência suficiente para gerir e tomar decisões acerca do seu próprio processo de saúde. Por fim, o estímulo à participação da comunidade nas ações de saúde da Atenção Básica busca ampliar a autonomia e capacidade dos indivíduos na construção do cuidado. Depreende-se, então, que devem ser consideradas as necessidades do usuário, seus conhecimentos, potencialidades, contextos, e a sua realidade, incluindo-o no processo de tomada de decisão. Apesar de serem cruciais iniciativas que preconizem esses três pontos mencionados na promoção de saúde mental nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), a realidade encontrada não contempla essas questões. Por essa razão, o presente trabalho, intitulado "Comunidade forte, mente saudável", parte da compreensão da saúde mental como temática a ser trabalhada de maneira comunitária, trazendo como proposta a construção de espaços de escuta e acolhimento grupais nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) de Porto Velho, capital do estado de Rondônia, a fim de ampliar o debate sobre Saúde Mental na Atenção Primária à Saúde, compreendendo-a como elemento estratégico da Rede de Atenção à Saúde e da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Com isso, as práticas foram organizadas com o intuito de abordar os contextos sociais, políticos, econômicos e comunitários que atravessam a saúde mental, de modo a produzir reflexões e trocas ativas de conhecimento entre usuários e profissionais, entendendo a Unidade de Saúde da Família (USF) como um dispositivo fundamental na RAPS e no território. O presente relato tem forte relação com o "Eixo Temático 3 - Psicologia Social e Saúde", por fomentar a participação coletiva na discussão sobre a promoção de saúde mental ao considerar o caráter do cuidado em território, sua integralidade e a necessidade de participação dos usuários nas tomadas de decisões, entende-se a importância da construção de espaços coletivos para a discussão da saúde mental, área inerente à atuação da Psicologia Social. Além disso, a relação com o "GT 37 - Psicologia comunitária e desigualdades sociais na produção de cuidado e na promoção da saúde" dá-se a partir da participação coletiva de um grupo operativo que discutiu aspectos relativos à saúde mental, e, por consequência, de cuidado e promoção da saúde mental no território e em liberdade. O relato apresentado fundamenta-se na convergência entre a Psicologia Social e a Educação Permanente de Profissionais (EPP) a Educação Popular em Saúde (EPS) como mecanismos que possibilitam a manifestação na prática dos princípios e diretrizes da PNAB, estruturado a partir de Grupos Operativos baseados em Pichon-Rivière. Entendendo que a educação em saúde se consolida como estratégia de instrumentalização dos indivíduos, para que possam gerir as próprias vidas, e se afirmarem como protagonistas de suas histórias. A partir dessa lógica, o cuidado em saúde deve adquirir um caráter comunitário, partindo tanto do conhecimento dos profissionais, quanto dos usuários. Com isso, tanto a Educação Popular em Saúde, quanto a Educação Permanente de Profissionais, podem surgir como estratégias que auxiliem na articulação do cuidado na Atenção Básica. A experiência relatada foi uma ação pensada para cumprimento da disciplina Estágio Básico II, do Curso de Psicologia da Universidade Federal de

Rondônia, realizadas na USF Hamilton Gondim, localizada na zona Leste de Porto Velho, como estratégia metodológicas foram realizados quatro encontros quinzenais, com duração de 90 minutos em média, as temáticas tratadas foram: I) Saúde Mental e Loucura; II) Saúde Mental e Violências; III) Estrutura da RAPS, e; IV) Saúde Mental Comunitária e Relações Interpessoais. Todos os encontros foram estruturados com os seguintes pontos principais: apresentação das mediadoras do grupo, perguntas norteadoras sobre a temática a ser trabalhada, discussão de conceitos relevantes, dinâmica no formato de metodologia ativa, compartilhamento dos integrantes do grupo e encerramento. As atividades envolviam diferentes dinâmicas: quizz de mitos ou verdades sobre a Loucura; produção de cartazes com imagens referentes às violências discutidas e frases relacionadas a estratégias de enfrentamento; construção de mapa afetivo sobre Itinerário de cuidado; mapa interativo sobre a estrutura da RAPS e compartilhamento de estratégias para construção de rede de apoio em saúde mental. Dentre as dificuldades encontradas pode-se mencionar as interferências na instituição, como reformas e intercorrências nos calendários e datas, que foram manejadas a partir de diálogos com a direção da Unidade; organização antecipada do grupo e divulgação com o auxílio dos agentes comunitários de saúde. Todo o processo de construção e desenvolvimento do grupo operativo foi pensado e desenvolvido por meio da supervisão da docente da Universidade Federal de Rondônia, bem como as reuniões estratégicas com a residente de Psicologia e a enfermeira da Unidade. As técnicas utilizadas para formação do grupo, foi a de grupo operativo de Pichon-Rivière, com o objetivo de atingir uma tarefa ao final dos quatro encontros, que era a potencialização do acolhimento em saúde mental na APS. As dinâmicas de grupo foram desenvolvidas à partir das técnicas de metodologia ativa, estratégias utilizadas no meio pedagógico e que propulsiona melhor compartilhamento de conhecimento e fomenta de forma mais ampla o aprendizado. Como resultados temos a partilha de vivências entre usuários e profissionais, permitindo alterações de paradigmas de ambas as partes. Quanto aos usuários, foi perceptível a promoção de bem-estar advinda do espaço de escuta e acolhimento, bem como a possibilidade de reflexão acerca da participação ativa nos seus processos de saúde-adoecimento, e da relevância do cuidado comunitário em saúde mental. Já em relação aos profissionais, proporcionou-se uma visualização dos caminhos percorridos pelos usuários para o cuidado em Saúde Mental, tal como suas compreensões da RAPS, ao passo que refletiam sobre suas atuações e concepções, e seus itinerários em saúde mental como trabalhadores do SUS. Além disso, foi possibilitada uma análise acerca de determinantes sociais como elementos fundamentais no processo saúde-doença, saltando de compreensões antes individualizantes, prescritivistas e assistencialistas, para visões políticas, sociais e interseccionais acerca do tema da Saúde Mental. Neste sentido entende-se que práticas como esta qualificam o cuidado em uma perspectiva de garantia de direitos, em liberdade e território. Por fim, considera-se que as práticas realizadas na USF referida alcançaram seus objetivos centrais, dentre eles, promover momentos de discussão acerca da Saúde Mental com usuários e profissionais, permitir reflexões acerca dessa temática, instrumentalizar os participantes para atuação de forma colaborativa na tomada de decisão, e reduzir do distanciamento no contato entre usuários e profissionais. Um indicativo do êxito da proposta foi a presença e participação ativa de profissionais em todos os encontros. Quanto aos usuários, houve, em diversos momentos, avaliações positivas relacionadas ao bem-estar proporcionado e à importância do diálogo aberto com os profissionais. Isso mostra a necessidade de criação e manutenção de espaços que promovam de forma responsável a discussão sobre o tema saúde mental. Além disso, a atuação feita no campo demonstrou uma nova visão acerca da importância da Psicologia na Atenção primária de Saúde, de modo que além de proporcionar uma percepção mais comunitária acerca da saúde mental, permitiu levantar questionamentos e apontamentos acerca das interseccionalidades e aspectos do território que impactam no adoecimento e sofrimento psíquico daquela população e da necessidade de repensar o cuidado em saúde mental numa perspectiva coletiva.

Pudor e rima: saúde de jovens no seridó potiguar, Brasil

Monique Pfeifer Rodrigues da Silva (UFRN), Ana Carolina Rios Simoni (UFRN), Magda Dimenstein (UFRN), Raquel Litterio de Bastos (UFRN), Jucieli Polyanna Querino da Silva (UFRN), Elvira Gomes Santos (UFRN)

Introdução: nas considerações compartilhadas entre brasileiros acerca da saúde do homem resiste a reprodução de condições e concepções distantes da promoção e prevenção em saúde integral, restringindo majoritariamente sua agenda a campanhas oficiais e posturas técnicas derivadas do modelo biomédico. Não é incomum que os homens sejam lembrados, menos do que deveriam, nas campanhas de saúde do novembro azul e de ações para a saúde do trabalhador. São, obviamente, duas necessidades importantes de cuidado, mas este "resumo" revela um apego, das esferas profissionais, políticas e gestoras, aos aspectos físicos e sexuais mais convenientes ao estereótipo machista e tradicional sobre a "função" ou o que deve ser mais importante em/para um homem. Vale reconhecer a dificuldade generalizada que enfrentam os serviços do SUS: diante da precarização da vida e das condições laborais, usuários e servidores vivem os ônus do Teto de gastos e de uma gestão federal algoz da pandemia de covid-19. A Atenção Básica carrega uma missão contraditória, pois está no cotidiano de famílias e deveria corresponder à resolutividade de 80% dos problemas de saúde, ao passo que resiste aos processos crônicos de desfinanciamento que enfrenta. Portanto, é necessário demarcar que a "boa vontade" em defender a saúde pública não é suficiente para contornar seus problemas. É necessário problematizar que, a medida em que a distância dos homens e a AB é banalizada, reitera-se a responsabilização do cuidado de forma sexista, uma vez que quaisquer demandas (incluindo informações e cuidados que interessam à vida e ao corpo de homens ou de seus parentes) são comunicadas e requisitadas por irmãs, tias, avós, filhas, esposas e até mesmo ex-companheiras e vizinhas. Apesar de o combate a essa desigualdade ser um processo cultural lento, serviços e profissionais não devem contribuir para que a sobrecarga das mulheres seja continuada, nem mesmo em nome das "soluções" em saúde.

Com esta problemática, observa-se também a lacuna entre juventude e serviços de saúde, marcada por uma baixa procura que implica tanto os problemas gerais de condições de trabalho da AB como a falta de identificação com os serviços, comumente habitados por idosos, gestantes e crianças pequenas, refletindo uma estruturação segundo indicadores generalistas. Têm se destacado nos dados epidemiológicos relacionados à saúde mental e saúde sexual, além da questão da mortalidade por violência interpessoal e autoprovocada. Este cenário pode ser refletido a partir de observações como: a prevalência de investigar e convocar a juventude no campo da saúde a partir de problemas específicos – depressão, uso de drogas e ISTs – reforça, por um lado, estereótipos associados à esta fase da vida e, por outro, revela que esta concepção superficial do que são as experiências e demandas de jovens homens incrementa a desassistência do público.

Objetivo: discutir a oferta de cuidado para homens jovens a partir de relato experiências relacionadas à saúde da juventude no território de uma cidade do interior potiguar, na região seridoense.

Relação clara com o GT e eixo temático escolhido: a perspectiva integral de cuidado é um dos desafios postos para consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) e relaciona-se a aspectos distintos a depender do grupo sobre o qual se debate o processo saúde-doença-cuidado. Aspectos como organização da vida segundo a lógica do mercado de trabalho; o patriarcado; a redução dos serviços de saúde ao cumprimento de metas – e não conforme às necessidades dos usuários e dos territórios; e a crescente ideologia conservadora como orientação no cotidiano dos processos de trabalho no Brasil são aspectos importantes para analisar a "distância" de homens e de jovens de serviços que devem ser referência comunitária. Neste sentido, a discussão ético-política

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

permanece fundamental para observar e atuar com esses cenários, minimizando a reprodução da lógica individualista nas práticas de cuidado e nas formulações acadêmicas do campo da saúde.

Orientação teórica: este trabalho tem como arcabouço teórico os estudos da psicologia social; da saúde coletiva e dos debates de gênero, raça e classe. A literatura já observa que os tabus em torno desses públicos – o jovem e o masculino – associam-se às concepções de virilidade, promiscuidade e vitalidade, reforçando a falta de cuidados já presente no discurso popular e atualizada na postura de profissionais alocados na assistência. Esses "valores" não são exclusivos dos profissionais de saúde ou dos públicos específicos, mas servem à lógica de exploração dos trabalhadores no sistema capitalista, apoiado nas relações de opressões sociais que cindem a classe trabalhadora a partir de diferenças, que se tornam desigualdades e determinam o modo como devem acessar os direitos, dentre eles, a saúde.

Estratégias metodológicas: atividades de educação em saúde e campanhas de vacinação e enfrentamento à violência contra mulher foram organizadas em parceria com jovens lideranças da cultura local, mais especificamente à organização de batalhas de rap. As experiências foram registradas em diários de campos e fotografias. O relato foi organizado em dois eixos: saúde na escola e a produção de saúde nas batalhas de rima.

Resultados: Reuniões de planejamento com lideranças jovens locais e profissionais de saúde do município expressaram a inexistência de uma agenda sistemática de atividades destinadas à saúde de jovens, a ausência de busca ativa e o pudor/vergonha como elementos de destaque. O acolhimento nos serviços públicos é um elemento colocado como barreira, em especial para os moradores de bairros estigmatizados da cidade: a discriminação de profissionais é indicada pelos jovens como motivo para não sentir desejo de retornar, embora necessitem dos serviços, pois não se sentem pertencentes. Para jovens que se tornam referência comunitária, identifica-se sobrecarga emocional pelo amparo prestado à inúmeras necessidades, desde a escuta cotidiana de seus pares à realização de atividades de conscientização, na condição militante, uma vez que o suporte financeiro nem sempre é garantido pelas instituições. Especificamente nas atividades de saúde na escola, a questão de gênero e sexualidade se destacou pelo pudor em parte de profissionais da saúde e da educação, ora por estigmas antigos, ora pelo receio de perseguição sob acusações de "prática ideológica" inapropriada, fruto das ondas conservadoras que cerceiam a discussão de pautas ligadas à diversidade sexual e de gênero e dos direitos reprodutivos.

Conclusões: Apesar da importância de infraestrutura efetivamente fortalecida para os serviços da AB, acrescentamos ao dilema de saúde dos homens jovens elementos além da expansão quantitativa de atendimentos ou a mudança dos estilos de vida – equivocadamente tratados como escolhas individuais. Em detrimento da "cristalização" do afastamento por um público que não busca ou busca pouco os serviços, vale refletir também sobre os modos de como profissionais envolvidos nas práticas de cuidado, em especial aqueles alocados na saúde pública, refletem e manejam categorias de gênero, sexo, raça, sexualidade e gerações em suas experiências de trabalho. Neste sentido, o cenário - que se soma a dificuldades verificadas nacionalmente - parece operar sob a concepção de saúde como "ausência de sintomas", ou, nestes casos, ausência de procura, além de ser capilarizado também pelo projeto conservador e moralista que, no horizonte, desprotege a população pela ausência de informações seguras, minando espaços acolhedores e ofertando escuta precária às necessidades diversas que homens jovens podem sentir. Por fim, embora a saúde esteja também além do SUS e as práticas culturais sejam fundamentais para a promoção de saúde e reprodução da vida, é importante não tornar exclusiva aos espaços coletivos da arte – em especial os periféricos – a "missão" de cuidar deste público, considerando que também este é um campo composto de sujeitos que resistem às dificuldades de apoio do Estado e de legitimidade social.

Saúde Mental e Cuidado Coletivo na Universidade: Saberes e Práticas na Assistência Estudantil

Clarice Cezar Cabral (UERJ), Claudia Carneiro da Cunha (UERJ), Rachel Alonso de Azevedo (UERJ), Carolina Alves Succo Rodrigues (UERJ), Andressa Goes Nunes (UERJ), Sílvia Rittmeyer Bessa (UERJ)

Introdução:

A crescente demanda por cuidado em saúde mental no ambiente universitário, especialmente entre estudantes em situação de vulnerabilidade social, tem evidenciado a necessidade de práticas mais inclusivas, coletivas e politicamente situadas no campo da assistência estudantil. Dados do Fonaprace (2019) mostram que 83,5% dos universitários relataram dificuldades emocionais e 86,1% enfrentaram obstáculos acadêmicos. Dificuldades de adaptação, relações interpessoais conflituosas e desafios afetivos são apontados como fatores estressores relevantes (Azevedo et al., 2021).

Esses dados tornam-se ainda mais críticos quando cruzados com desigualdades estruturais. Estudantes negras, LGBTQIA+, com deficiência ou oriundas de contextos socioeconômicos vulneráveis enfrentam índices significativamente mais altos de sofrimento psíquico, menor senso de pertencimento e maiores barreiras para a permanência universitária (Lima et al., 2025; Azevedo, 2024), evidenciando como raça, gênero, classe e orientação sexual impactam diretamente a saúde mental no contexto acadêmico.

No Brasil, o campo da saúde mental na assistência estudantil ganhou força com o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES, 2010), transformado em política nacional pela Lei nº 14.914/2024. Essa política inclui o Programa de Atenção à Saúde Mental (PAS), orientando ações comunitárias e interseccionais.

A UERJ, embora não vinculada ao PNAES (por ser estadual), estruturou sua política de assistência com a criação da PR4 e do DASPB em 2020, respondendo à demanda por cuidado psicossocial e ao reconhecimento de que a permanência estudantil exige mais do que suporte financeiro ou a garantia de alimentação.

Dados de 2024 do DASPB mostram que a maioria dos atendidos são mulheres negras de baixa renda, com demandas prioritárias em saúde mental (29,3%), violência (12,2%) e vulnerabilidade social (11%). Esses dados reforçam a urgência de estratégias de cuidado que dialoguem com a diversidade e a complexidade das experiências estudantis, e que se fundamentem em modelos interdisciplinares, comunitários e inclusivos.

Diante disso, o Daspb identificou a necessidade de consolidar referenciais teórico-metodológicos e ampliar ações por meio de um Centro de Estudos. Assim nasceu o projeto de extensão Cuidado (em) Coletivo: laboratório de formação e de práticas de cuidado coletivo na Universidade. A valorização do encontro, da escuta e da criação coletiva é central nesta proposta, entendendo o cuidado como espaço de invenção, produção de sociabilidades e subjetividades.

Objetivos:

O projeto tem como objetivos: (1) construir marcos teóricos e metodológicos para a atenção psicossocial universitária; (2) promover práticas coletivas de cuidado com grupos e coletivos de estudantes da graduação e pós-graduação da UERJ; (3) fomentar espaços de diálogo sobre temas que atravessam a vida universitária e impactam a saúde mental; e (4) ampliar a interlocução com pesquisadores, estudantes, movimentos sociais e instituições afins.

Relação com o GT e eixo temático escolhido:

O projeto de extensão Cuidado (em) Coletivo, dialoga com os princípios da Psicologia Comunitária e da Saúde Coletiva ao propor práticas de cuidado em saúde mental ancoradas nos princípios das Reformas Sanitária e Psiquiátrica, na escuta, no compartilhamento de experiências e na valorização de saberes não hegemônicos. Compreendemos o sofrimento psíquico

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

como expressão de desigualdades estruturais atravessadas por marcadores sociais como cor/raça, gênero, classe social, etc.. Atua mediante metodologias participativas que integram conhecimentos acadêmicos e populares, fortalecendo redes de apoio e protagonismo estudantil. Sua abordagem horizontal e antimanicomial, articulada com SUS e SUAS, combate iniquidades no espaço universitário, alinhando-se aos princípios do GT.

Orientação teórica:

A perspectiva teórico-metodológica do projeto Cuidado (em) Coletivo fundamenta-se na atenção psicossocial, no feminismo interseccional e na valorização do saber da experiência como eixo central da produção de cuidado e conhecimento. A atenção psicossocial, compreendida a partir de uma abordagem comunitária, territorial e antimanicomial, orienta práticas que rompem com modelos biomédicos e individualizantes, promovendo o cuidado como construção coletiva e contextualizada. Essa perspectiva se articula à Saúde Coletiva, especialmente ao conceito de determinação social da saúde, que considera como as desigualdades estruturais — de cor/raça, gênero, classe social, orientação sexual e a corponormatividade — impactam diretamente a esfera emocional e a vivência universitária.

O feminismo interseccional, ancorado em autoras como Collins e Bilge (2021), fornece as ferramentas analíticas para compreender como os marcadores sociais da diferença se entrelaçam e atuam sinergicamente na produção das desigualdades e dos modos de exclusão, particularmente no contexto universitário. Essa abordagem crítica e situada permite identificar os atravessamentos de poder que incidem sobre os corpos, trajetórias e subjetividades dos estudantes em vulnerabilidade, e sustenta o compromisso político do projeto com práticas emancipatórias e inclusivas.

Complementarmente, a noção de saber da experiência (Bondía, 2002) é central para a proposta, reconhecendo que os conhecimentos produzidos a partir de/em um campo de significados socialmente compartilhados e incorporados pelos sujeitos — estudantes, profissionais e coletivos — são fundamentais para a criação de estratégias de cuidado pertinentes e potentes. A prática extensionista é compreendida, assim, como espaço de escuta, partilha e cocriação de sentidos, em que o cuidado é entendido como uma prática relacional, afetiva e política. Inspirado também na educação popular freiriana, o projeto promove rodas de conversa, grupos de estudos e oficinas narrativas como metodologias participativas que valorizam a construção coletiva do saber, da saúde e da cidadania.

Metodologia:

A metodologia do projeto Cuidado (em) Coletivo combina ações estruturantes, formativas e colaborativas, com base na construção participativa de saberes e práticas de cuidado no ambiente universitário. Entre as principais estratégias, destaca-se a criação do Centro de Estudos do DASPB, cuja implementação incluiu a definição de um plano de trabalho, temas prioritários, debates, cronograma, metodologia, articulações institucionais internas e externas, e a constituição de um conselho consultivo interdisciplinar.

Como base para a atuação do Centro, foi realizada a sistematização teórico-metodológica de referenciais voltados ao acolhimento, saúde mental, assistência estudantil, acessibilidade e inclusão. Esta etapa envolveu um levantamento bibliográfico e a constituição de dois grupos de trabalho internos, voltados, respectivamente, ao atendimento de situações de assédio e ao acolhimento estudantil, além da produção de materiais didático-pedagógicos (em andamento).

Outra estratégia relevante foi o oferecimento do curso de extensão “Recursos práticos para trabalhar com grupos e comunidades”, realizado em parceria com o Instituto de Psicologia da UERJ. O curso contou com a participação de profissionais da UERJ e da UNIRIO, bem como estudantes de graduação, e foi posteriormente disponibilizado em plataforma digital, ampliando seu alcance formativo.

O projeto também investe na formação continuada por meio da participação ativa em grupo de estudos quinzenal, em parceria com o projeto “Diversas: Narrativas e Produção de Cuidado em Saúde Mental” do IPUB/UFRJ,

voltado ao aprofundamento das práticas narrativas coletivas no campo da saúde mental.

Por fim, destaca-se a consolidação de parcerias institucionais estratégicas com diferentes setores da universidade e com outras instituições públicas. Entre elas, o IP/UERJ, o IPUB/UFRJ, a Superintendência de Prevenção e Enfrentamento às Violências Institucionais (SUPEERG) e a Reitoria da UERJ, com participação ativa em comissões e comitês voltados ao enfrentamento das violências, promoção da saúde mental, apoio às maternidades e infâncias, acessibilidade e inclusão. Essas parcerias ampliam a rede de apoio, fortalecem a atuação intersetorial e contribuem para a qualificação das políticas institucionais de cuidado.

Resultados e Conclusão

O projeto consolidou-se como referência teórico-metodológica para as ações do DASPB, fortalecendo a formação contínua da equipe e promovendo o diálogo com outros grupos da UERJ e de instituições parceiras. Ao sistematizar referenciais e experiências, o projeto contribuiu para a produção de materiais didático-pedagógicos que aprimoram as práticas de cuidado coletivo e a permanência qualificada dos estudantes. Ao ampliar a concepção de cuidado para além do atendimento individual, favoreceu a construção de espaços coletivos de apoio que enriquecem a formação interprofissional, transdisciplinar e valorizam o saber da experiência, muitas vezes invisibilizado no meio acadêmico.

Conclui-se que o projeto fortalece o campo da saúde mental e da inclusão nas políticas de assistência estudantil, abordando temas centrais como acolhimento, senso de pertencimento e enfrentamento de discriminações. Sua atuação integrada à gestão da assistência estudantil permite articular conhecimento acadêmico e experiência profissional para promover práticas solidárias, inclusivas e não patologizantes de cuidado, com impacto sustentável na transformação da universidade e no atendimento às demandas sociais.

AZEVEDO, R.; DIAS, A. et al. Pelos caminhos da assistência estudantil: pensando saúde mental do estudante na UERJ. Cadernos Cajuína, v. 6, n. 3, 2021. p. 36-47.

AZEVEDO, R. A. Acolhimento ampliado como paradigma para políticas inclusivas na universidade: um estudo sobre a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). 2024. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

BONDÍA, J. L. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. Revista Brasileira de Educação, n. 19, p. 20-28, 2002.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, 2010.

BRASIL. Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024. Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Diário Oficial da União, Brasília, DF.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. Interseccionalidade. São Paulo: Boitempo, 2021.

LIMA, J. D. et al. Intersectionality and mental health in university students: a jeopardy index approach. Revista de Saúde Pública, v. 59, n. 3, 2025.

Saúde Mental e Equidade: Experiência com trabalhadoras da Atenção Primária no interior do Tocantins

Sâmella Barbosa de Souza (UFT), Lara Vitória Oliveira Silva (UFT), Ladislau Ribeiro do Nascimento (UFT)

De acordo com as diretrizes do Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde), que se encontra em sua 11ª edição os projetos desenvolvidos nesta iniciativa, devem promover ações de educação pelo trabalho que fortaleçam a integração entre serviço, ensino e comunidade no Sistema Único de Saúde (SUS), contribuindo para formação de profissionais e valorização das trabalhadoras, com atenção a equidade de raça, gênero, etnia, sexualidade e deficiência, em concordância com o Programa Nacional de Equidade de Gênero, Raça e Valorização das trabalhadoras, estabelecido pela Portaria GM/MS nº 230, de 07 de março de 2023, que prevê a inclusão do tema equidade nas ações do Pet-Saúde (BRASIL, 2023). Dessa maneira, como um dos eixos a serem desenvolvidos o programa propõe: 'a valorização das trabalhadoras e futuras trabalhadoras do SUS', abordando temas como, saúde mental e diversas violações do trabalho em saúde. Sendo assim, por meio do ensino, pesquisa e extensão este projeto busca o aprimoramento da formação acadêmica e a promoção de melhores condições de trabalho e bem estar do público alvo.

Segundo Neiva (2010), a intervenção psicossocial visa a promoção do bem-estar, a transformação, mudança psicossocial de um indivíduo, do coletivo e até mesmo de uma comunidade. A autora também compreende a intervenção psicossocial como um processo científico por meio do qual se produz conhecimento sobre uma determinada realidade, na medida que realiza ações para transformá-la. Assim, ela é vista como um processo de interação entre o sujeito e o ambiente, voltado para promover mudanças que favoreçam o desenvolvimento dessa realidade, por meio de ações como: rodas de conversas, dinâmicas em grupos, oficinas, dentre outras ações. Dessa forma, mostra-se como um importante instrumento para a promoção da saúde mental na comunidade.

As ações desenvolvidas neste projeto, após análise de dados bibliográficos e da demanda local, foram delineadas em três etapas: Conhecimento de si, reconhecimento do outro e ampliação da consciência acerca da dimensão coletiva do trabalho no âmbito do SUS. A proposta foi implementada, por meio de seis encontros com duração de duas horas cada, realizados com um grupo de trabalhadoras, além de uma atividade pontual com todos os grupos tutoriais vinculados ao PET-Saúde Equidade desta região.

Dessa forma, em cada etapa supracitada foram realizados dois encontros, com diversas atividades, como: escrita terapêutica, rodas de conversas, criação de um mural de autocuidado de apoio às colegas e reflexões e análise de documentários sobre questões cotidianas, como gênero e papéis socialmente atribuídos. Além disso, foi utilizadas práticas Integrativas e complementares em saúde (PICS), pois estás constitui uma importante abordagem terapêutica para prevenir agravos, promover e recuperar a saúde, considerando o indivíduo como um todo, levando em conta aspectos físicos, emocionais, mentais e sociais (BRASIL, 2025), práticas como: aromaterapia, musicoterapia, meditação e Yoga. Assim, as ações foram desenvolvidas em uma sala com capacidade para 30 pessoas no anexo da prefeitura, devidamente equipada com cadeiras, mesas e projetor de vídeo e um dos encontros em específico foi realizado na policlínica da cidade.

A seleção das participantes se deu por meio da aplicação do questionário Self-Reporting Questionnarie-20 (SRQ-20) a 63 mulheres, trabalhadoras da área da saúde, da Atenção Primária à Saúde de Miracema do Tocantins, um município interiorano localizado a 89 km da Capital do

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

Estado. Por intermédio deste instrumento, foi possível identificar aqueles profissionais com indícios de maior necessidade de cuidado em saúde mental. Assim, de acordo com resultados obtidos, o grupo-alvo desta intervenção psicossocial foi de 23 participantes.

Este relato é resultado de uma intervenção psicossocial com trabalhadoras da atenção primária em saúde, realizada no interior do Estado do Tocantins, pelo grupo tutorial voltado para a promoção do bem estar e saúde mental das trabalhadoras. As ações foram desenvolvidas no segundo semestre de 2024, no âmbito do Pet-Saúde Equidade realizado no Tocantins, intitulado "Pet-Saúde Tocantins: conectando vidas e promovendo a equidade".

Dessa maneira, este trabalho, se articula ao grupo Grupo de trabalho (GT) "Psicologia comunitária e desigualdades sociais na produção de cuidado e na promoção de saúde", tanto em relação a orientação teórica quanto em objetivos e práticas desenvolvidas. Pois, ambos partem da compreensão ampliada de saúde que considera os determinantes biopsicossociais e reconhece o papel das desigualdades sociais, como gênero, raça, e classe na produção do sofrimento psíquico e na construção de estratégias de cuidado. A proposta do grupo tutorial Saúde mental e bem estar das trabalhadoras ao realizarem uma intervenção psicossocial com as profissionais da Atenção Primária à Saúde, valoriza o saber da experiência, a participação ativa das trabalhadoras e a construção coletiva de estratégias de cuidado e promoção da saúde mental, que são princípios centrais da Psicologia Comunitária conforme destaca Freitas (1998) e Monteiro (2000). Assim, ao promover espaços de escuta, fortalecimento coletivo e construção de redes de apoio entre mulheres trabalhadoras, a intervenção proposta concretiza as ideias do GT ao fomentar o protagonismo comunitário e a transformação social por meio de práticas comprometidas com a equidade, a justiça social e a saúde coletiva.

Portanto, a partir dos resultados observados pôde-se perceber uma melhora na autoestima, redução da ansiedade e a ampliação da consciência sobre a importância do autocuidado, que evidenciam os efeitos positivos das ações desenvolvidas na vida das participantes. O programa se apresenta relevante para a formação acadêmica, ao promover a integração entre ensino, serviço e comunidade. No entanto, também escancara lacunas e desafios persistentes na construção de políticas públicas efetivas voltadas ao cuidado em saúde mental das profissionais da saúde. Pois, embora ações como meditação e rodas de conversas sejam importantes e trazem benefícios concretos, elas não enfrentam diretamente os aspectos estruturais, como: escassez de recursos e a precarização do trabalho, que sustentam o sofrimento psíquico dessas trabalhadoras. Assim, para que as melhorias no bem-estar tenham impactos duradouros, é fundamental que as políticas públicas avancem na promoção de mudanças estruturais que fortaleçam de fato a qualidade das condições de trabalho no Sistema Único de Saúde.

Referências:

BRASIL. Ministério da Saúde. Edital SGTES/MS nº 11, de 16 de setembro de 2023. Seleção para o Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde. Diário Oficial da União: seção 3, Brasília, DF, 18 set. 2023. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/edital-sgtes/ms-n-11-de-16-de-setembro-de-2023-523637034 . Acesso em: 19 de maio 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS). Brasília,DF: Ministério da Saúde, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/p/pics. Acesso em: 19 maio 2025.

FREITAS, M.F.Q. Desafios atuais e antigas sutilezas nas práticas da psicologia social comunitária. Psicología, Conocimiento y Sociedad, 6(1), 131-163. 2016. Disponível em http://revista.psico.edu.uy/index.php/revpsicologia. Acesso em: 19 de maio 2025.

MONTEIRO, M. Construcción, Desconstrucción y Crítica: teoria e sentido de la psicología social comunitaria en América Latina. In. CAMPOS, R. H. F.; GUARESCHI, P. A. (org.) Paradigmas em Psicologia Social.

NEIVA, K. M. C. Intervenção psicossocial: aspectos teóricos, metodológicos e experiências práticas. São Paulo: Vetor, 2010.

GT 38: PSICOLOGIA E RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL DO SÉC XXI: ASPECTOS HISTÓRICOS, TEÓRICOS E METODOLÓGICOS.

Coordenação: Lia Vainer Schucman (UFSC), Hildeberto Vieira Martins (UFF), Cláudia de Oliveira Alves (UNB)

A psicanálise nas encruzilhadas interseccionais: testemunhar, narrar, racializar.

Maria Cecília dos Santos Araújo de Oliveira, Ana Carolina Rios Simoni (UFRN), Iasmin Sharmayne Gomes Bezerra (UFRN)

Desde os primórdios do movimento psicanalítico, vigeu um padrão normatizado como ideal de ser psicanalista, cujo "candidato normal" era o produto de uma atmosfera superegóica (Kupermann, 2020). Tais dinâmicas de poder pautadas pela normatividade contribuíram com a manutenção de práticas higienistas, racistas, sexistas e heteronormativas, nas experiências formativas e clínicas. Ao pensar uma psicanálise pertinente à realidade brasileira, Franco (2023) destaca o histórico de um Brasil onde se perpetua uma capacidade de "desver, desperceber, desconhecer", aqui acrescentamos "desmentir", as violências cotidianas, intimamente conectadas aos pactos racistas, sexistas, aos modelos patriarcais, coronelista e escravagista de poder.

Neste trabalho, apresentamos uma pesquisa que teve como objetivo analisar como estas violências - de gênero, raça, classe e sexualidade, em suas interseccionalidades - comparecem nos percursos singulares de formação de analistas (prática clínica, estudos teóricos, supervisão e análise pessoal) em instituições de Natal-RN; e como são escutadas e manejadas na clínica. O estudo contou com a participação de quatro analistas - todas mulheres cisgênero, com idades entre 30 e 45 anos, duas autodeclaradas brancas, uma negra e uma parda - que demonstraram interesse em colaborar com a pesquisa ao terem contato com cartas-convite enviadas a institutos e escolas de psicanálise de Natal/RN, e a grupos de WhatsApp de analistas da cidade. As participantes foram convidadas a narrar suas experiências formativas em dois momentos de entrevistas que se realizaram com espaços de dois a seis meses entre si. As perguntas que guiaram a escuta das trajetórias das analistas foram: como comparecem na formação dos analistas as violências interseccionais? Como a formação analítica pode contribuir para a escuta dos efeitos psíquicos dessas violências em nosso tempo? Que processos transformadores e criativos para a clínica podem advir do trabalho com pessoas marcadas pelo racismo, sexismo, pobreza e segregação social, em suas interseccionalidades?

A pesquisa teve como operadores teórico-metodológicos as noções de trauma, desmentido e testemunho postuladas por Ferenczi (1933). O trauma como fruto de uma experiência intersubjetiva de desmentido - ou seja, uma violência que não pôde ser reconhecida e que, portanto, não encontra as condições de simbolização, porquanto não encontra testemunho (Kupermann, 2019) - apareceu como central, tanto no processo de escuta dos percursos formativos das participantes, quanto na análise dos registros de campo. Nos encontros entre pesquisadora e participantes, apostamos em uma possível oferta de testemunho às vivências singulares de formação analítica. Em diálogo com a teoria ferencziana do trauma, esta pesquisa escolheu ainda o caminho da práxis crítica da interseccionalidade (Collins, 2016), aberta às reformulações teórico-clínicas, epistemológicas e

institucionais que podem emergir no encontro com os efeitos psíquicos de violências vinculadas aos marcadores sociais antes mencionados, e recusando a reprodução da normatividade na psicanálise.

A escrita de um diário de campo, nomeado diário de fragmentos, também fez parte dos percursos metodológicos. Esta forma de registro, para além de possibilitar guardar conteúdos a serem lembrados ou problematizar as experiências vividas em campo, permitiu à pesquisadora continuar o fio associativo de suas construções sobre as escutas realizadas, a partir do reencontro com fragmentos de memória, percepções e sutilezas que apenas a transcrição das entrevistas não seria capaz de captar (Kroeff, Gavillon, Ramm, 2020). Como forma de análise dos relatos das participantes, foram produzidas narrativas acerca dos percursos singulares formativos de cada uma e compartilhadas com as mesmas, de forma que puderam intervir nos textos e relatar memórias e reflexões que emergiram no encontro com as histórias escritas. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFRN, sob o CAAE: 78250023.2.0000.5537.

A perspectiva interseccional (Collins, 2021) dos marcadores sociais da diferença - classe, raça, gênero, sexualidade, geração, território, etc. - assim como a atenção às transferências tal como propôs Ferenczi - enfatizando os fenômenos como a "análise do analista, a contratransferência e a transferência negativa" na condução dos casos clínicos (Silva. & Caropreso, 2020, p.12) - se colocaram como operadores necessários à produção das análises narrativas da pesquisa. Desta forma, as relações entre a pesquisadora e as participantes, bem como com o próprio campo psicanalítico de Natal, compõem o objeto de estudo, mobilizando o que chamamos de "encruzilhadas das transferências". Encruzilhadas relacionais e afetivas, onde se produziram trocas de saberes e vivências que, mesmo que por vezes perturbadoras, possibilitaram a construção de um saber de encruzilhada, em movimentos de transgressão com a institucionalidade da psicanálise, que não raro nos demanda uma reprodução da "circularidade de formulações calcadas apenas no arcabouço teórico produzido no movimento psicanalítico" para reiterar a suficiência do legado freudiano diante das demandas clínicas (Canavez, 2020, p. 81).

As falas das participantes evidenciaram que, nas instituições e espaços de formação nos quais circulam em Natal-RN, a reflexão crítica quanto ao tema em questão ainda faz parte de um processo que "engatinha". O repertório teórico insiste na universalidade do sujeito do inconsciente e na não escuta dos marcadores interseccionais nas análises pessoais e supervisões, apontando para uma formação que não inclui a atenção às violências da colonialidade (Mbembe, 2018). Por outro lado, trouxeram que a interseccionalidade das violências se visibiliza nas suas experiências via elementos e linguagens do campo artístico - reflexões sobre filmes, saraus de poesia, literatura de autoras negras brasileiras - ampliando as possibilidades de operar com a transferência. O letramento racial em todas as camadas do tripé formativo surgiu como experiência que se produz nas margens dos processos formativos instituídos e parece conectar-se como elemento importante da elasticidade da técnica, tal como pensada por Ferenczi (1928), por meio da noção de empatia-sentir com.

Quanto aos efeitos violentos produzidos pelas instituições formativas nos corpos das analistas, a questão foi se desdobrando para além e complexificando o olhar para como a psicanálise se institui enquanto um entre outros espaço-tempos de reprodução da colonialidade nas experiências das participantes. A escuta das analistas na cena da pesquisa nos colocou, sobretudo, diante da violência colonial pelo apagamento da presença de ancestrais negras nas suas histórias de vida e na própria história da pesquisadora. Como o estranho familiar de Freud (1919), como o traumático em Ferenczi (1933), emergiram de modo surpreendente memórias que sempre estiveram ali, marcadas nos corpos das

participantes, mas que não encontravam testemunha. Nesse percurso frente aos desmentidos instituídos na psicanálise e fora dela, o testemunho e a práxis crítica interseccional, como operadores teórico-metodológicos convocados para a escuta nas encruzilhadas transferenciais, foram compondo um tecido vivo que deu voz a histórias de mulheres que a colonização silenciou.

O que (re)encontramos? Cenário de seca, de migração, uma avó negra sem documentos, uma empregada doméstica negra que se alfabetizou aos 50 anos, uma ama de leite contemporânea, adoção de crianças negras por patroas brancas, cabelos crespos alisados, heranças indígenas emudecidas, casamentos inter-raciais, miscigenação, branquitude velada. Histórias que pediram, para além de olhos atentos e boa memória, outros sentidos para driblar as resistências em contá-las, inscrevê-las e escrevê-las, sem saber ao certo onde isso nos levaria. Assim, transgredimos a colonialidade da psicanálise e o modo como ela se reproduz nos processos formativos, com um trabalho doloroso e corajoso de memória e narrativa, em companhia. Assim, recusamos a hipocrisia da branquitude que nos constitui como analistas quando nos tornamos reféns de ideais normativos. Estes que podem agarrar a qualquer uma de nós quando não testemunhamos as violências que marcam nossas histórias ancestrais e as dos sujeitos que nos buscam na clínica.

Desta feita, as narrativas que compõem esta pesquisa confluem com o histórico da psicologia e da psicanálise no Brasil à medida que evidenciam práticas que ainda se pautam pelo "pacto da branquitude" (Bento, 2022) e reproduzem o desmentido nas experiências de escuta em processos formativos e clínicos. Porém, a potência de sua produção reside, sobremaneira, na possibilidade de testemunhar, narrar e racializar histórias apagadas, por meio do que percursos singulares de formação analítica puderam ser ressignificados. Histórias que são a denúncia mais contundente a alertar analistas e instituições analíticas sobre o que temos silenciado, ao nos aliançarmos com uma concepção normativa de sujeito universal e com o ascetismo da técnica, que ignoram as interseccionalidades de raça, gênero, sexualidade, classe, geração, território, etc. Parafraseando Freud (1930), histórias do "mal estar na colonização", que nos convocam a refletir criticamente sobre como podemos nos implicar ética e politicamente como analistas na desconstrução do racismo e do mito da democracia racial (Gonzalez, 2020) a partir de processos formativos em que o testemunho das violências interseccionais faz frente aos desmentidos sociais. É neste ponto que pensamos que os achados desta pesquisa convergem com as discussões propostas pelo GT 38, "Psicologia e relações raciais no Brasil do séc XXI: aspectos históricos, teóricos e metodológicos", na direção da emergência de saberes e práticas condizentes com a justiça social e racial.

A raça na construção da identidade nacional: das políticas de embranquecimento às ações afirmativas.

Milena Wanderley Barros (UFAL), Marcos Ribeiro Mesquita (UFAL)

O Brasil carrega a marca de ter sido o último das Américas a abolir a escravidão, apenas no século XIX. E mesmo no pós-abolição, os negros viveram, mesmo já sendo livres, à margem da sociedade. Embora tenham participado dos movimentos de libertação nacional, a população negra nunca recebeu benefícios como os demais e a abolição não possibilitou aos ex-escravizados o acesso aos bens como terra, renda, educação, etc. Clóvis Moura (1988) denomina esse fenômeno como "abolição inconclusa", uma vez que as estruturas de dominação não permitiram que o ex-escravizado fosse tratado de nenhuma outra forma, a não ser como coisa.

Paralelamente, a construção do Brasil como nação foi atravessada por um projeto indigenista perverso, que sob o discurso de civilização dos povos primitivos, promoveu a catequização como apagamento cultural, a exploração do trabalho e a animalização dos corpos indígenas, negando-lhes humanidade plena para justificar seu lugar como objetos da história, nunca como sujeitos. Essa engrenagem genocida naturalizou o desaparecimento dessa população como destino inevitável, invisibilizou as resistências que atravessam cinco séculos e fabricou uma memória nacional que celebra o colonizador e ignora o genocídio.

No entanto, mesmo com essa intensa desigualdade social entre brancos e não-brancos, o discurso da democracia racial tomou força no país pós-abolição, especialmente na década de 1930, sendo propagada a ideia da miscigenação como a "solução" para o branqueamento gradual da população e para construção de uma identidade nacional unificada. Diante disso, o objetivo principal da pesquisa é analisar como os discursos hegemônicos e contra-hegemônicos sobre raça foram construídos no imaginário social brasileiro na formação de uma identidade nacional e de que maneira influenciam a interpretação e a implementação das políticas de ação afirmativa.

O presente trabalho apresenta relação com o GT proposto (Psicologia e relações raciais no Brasil do séc XXI: aspectos históricos, teóricos e metodológicos), na medida em que traz contribuições teóricas para a compreensão do racismo à brasileira e do sofrimento psicossocial causado por ele a partir do entendimento de que os processos subjetivos dos sujeitos são indissociáveis das estruturas sociais e políticas que os atravessam. Nesse sentido, assume-se a centralidade das políticas públicas e sociais como elementos constitutivos da experiência subjetiva, reconhecendo como essas medidas contribuem para a significação das identidades negras e indígenas, não apenas reproduzindo a realidade social, mas produzindo sentidos e tensionamentos nos modos como os sujeitos não-brancos se percebem e se posicionam socialmente.

Para tanto, utilizo dos conhecimentos publicados por pensadores brasileiros e internacionais que discutem sobre os processos de colonização dos corpos e dos saberes, como Lélia Gonzalez, Clóvis Moura, Sueli Carneiro, Geni Nuñez, Frantz Fanon, Grada Kilomba, Stuart Hall, entre outras/os. Ancorando-se no referencial teórico proposto por esse conjunto de autoras e autores, a análise dos dados coletados é orientada a partir de conceitos fundamentais como: branquitude, epistemicídio, políticas do corpo, ideologia do branqueamento, democracia racial e identidade racial. Tais conceitos integram um campo de debates contemporâneos que não apenas fortalecem os discursos em torno da legitimação das políticas de ação afirmativa, mas também desestabilizam narrativas hegemônicas que historicamente moldam o imaginário social brasileiro.

Metodologicamente foi utilizada a pesquisa bibliográfica, na qual foram realizados procedimentos de busca na plataforma digital Periódico CAPES, com seleção de materiais que abordam a construção do debate sobre identidade nacional, raça, miscigenação e democracia racial no Brasil. O levantamento bibliográfico foi conduzido por meio do cruzamento dos seguintes descritores: consciência racial, democracia racial, miscigenação, identidade nacional, identidade racial, colorismo, branqueamento e indígena.

Os resultados apontam que a história do Brasil é uma história de raças (embora a construção da raça seja um ato totalmente humano). Isso porque o rompimento com Portugal gerou a necessidade de repensar os mitos de formação da nação no sentido de construir uma narrativa histórico-social por meio da qual o povo se reconhecesse como pertencente àquela coletividade. No entanto, longe de representar a integração das populações africanas e indígenas, a historiografia nacional insistiu em apagá-las como sujeitos políticos, relegando-as a um lugar de passividade, como se não fossem parte constitutiva das lutas materiais e simbólicas que moldaram o país.

Nesse cenário, a imagem do negro e do indígena foi violentamente e sistematicamente descartada de sua dimensão humana, inscrita na zona do não ser (FANON, 2022). Aqui cabe ressaltar o papel da academia, e mais especificamente da Psicologia, na consolidação de tais processos, uma vez que o caráter "imparcial" da ciência, derivado de modelos teóricos e metodológicos vindos de fora, e as ideologias racistas vinculavam características psicológicas a hierarquias raciais, atribuindo aos não brancos o lugar de inferioridade.

Desde o início, "a vida cerebral do Brasil girava em torno de dois centros: o mundo dos intelectuais e o dos governantes" (TAVARES, 2008, p. 68). O que muda é que até os anos 1920 a questão racial era compreendida a partir do determinismo biológico que envolvia em geral uma teoria de degeneração dos mestiços, já nos anos 1930, a era Vargas marcou uma virada no discurso nacionalista. A partir da articulação entre ciência e política, há um fortalecimento do processo de construção do corpo-espécie da população brasileira e a mestiçagem passa a ser valorizada como um fator fundamental para formação da nossa identidade nacional e o elemento distintivo da nossa singular realidade (FERRARO; CARBONI; AMARAL, 2021).

O mito da democracia racial foi o princípio fundamental que norteou a educação brasileira através da história ensinada e perpassada culturalmente para esconder uma realidade social extremamente conflitante, contraditória e discriminatória. Com base em tal ideologia, o sistema de estratificação social brasileiro foi moldado de uma forma diferente em comparação aos modelos de segregação vigentes em outros países. Aqui os termos raciais não foram claramente demarcados, o que se reflete nas várias gradações dos rótulos relativos à cor de pele, há uma zona fluida e vaga relativa a raça que varia até certo ponto a depender do observador, da localização regional ou da situação econômica.

No entanto, mesmo sem a presença de uma nítida fronteira racial, a sociedade brasileira se baseou na crença da superioridade branca. Há um fosso socioeconômico que a miscigenação não preenche, o novo tipo mestiço brasileiro não aflorou necessariamente na consolidação da democracia racial como defendido. Pelo contrário, o que se pode observar são diferenças substanciais entre as populações brancas e não-brancas, principalmente nos quesitos renda e escolarização (SKIDMORE, 1991; BAILEY, 2016; GONZALEZ, 2020; COSTA et al, 2020).

Nos anos 1950, a partir de pesquisas feitas por incentivo da UNESCO e dos dados governamentais coletados e publicados por órgãos como o IBGE, a tese da democracia racial começa a ser posta à prova, através de análises que verificaram que a raça era de fato uma variável independente na determinação dos padrões de vida na sociedade brasileira. No entanto, a censura do regime

militar interrompeu as pesquisas e discussões acerca da raça e do racismo brasileiro. Assim como o que aconteceu na Era Vargas, os militares de 1964 transformaram o mito da "democracia racial" em peça-chave da sua propaganda oficial.

Entre os escombros da ditadura e os ventos da redemocratização, a atuação do movimento negro nos anos de luta pela redemocratização foi capaz de gerar mudanças significativas nos campos do discurso político frente ao tratamento da questão negra no Brasil, como é o caso do repúdio oficial ao racismo, somente nos anos finais da década de 1980, a partir da Lei 7716/1989. Mas, foi somente a partir de 2003, como uma resposta (tardia) aos intensos movimentos de luta e resistência do movimento negro e dos povos indígenas ao longo dos anos e também pelo eco da Conferência de Durban, que as políticas de ações afirmativas começam a ser incorporadas por universidade públicas, com a intenção de diminuir a desigualdade. Ainda sim, o momento decisivo para as cotas raciais ocorreu apenas em 2012, quando o STF deliberou a favor das políticas de recorte racial a partir da Lei 12.711/2012 que reconheceu a constitucionalidade e a necessidade do sistema de cotas para superar o racismo estrutural e institucional presente na sociedade brasileira (COSTA; JESUS; SILVA, 2023).

Em contramão às recentes mudanças na conjuntura das políticas raciais no país, os últimos anos foram marcados por um cenário de retrocessos e pelo fortalecimento de discursos autoritários. Enfrentamos um cenário onde há uma recuperação do mito da democracia racial vinculado à defesa do ideal de igualdade por parte de representantes políticos da nação que ampliam o estigma social acerca das políticas públicas de ação afirmativa, em especial às políticas compensatórias ligadas à raça, a partir da contestação da legitimidade e necessidade das mesmas.

A partir de tais considerações, destaco a importância da compreensão sobre como a produção da historiografia do país influencia os modos como a sociedade entende as políticas públicas, tendo em vista que as políticas de ação afirmativa foram e são criticadas por setores da população que defendem que vivemos numa sociedade racialmente democrática. A falta de consenso sobre a definição das categorias raciais no Brasil é frequentemente utilizada como justificativa para evitar análises mais profundas das complexidades das relações raciais no país.

Abrindo a Caixa-Pardo: Controvérsias e coletivos em torno das comissões de heteroidentificação da UFRJ

Lucas Gabriel de Matos Santos (UFRJ), Lucas Gabriel de Matos Santos (UFRJ)

A adoção das ações afirmativas no Brasil, especialmente as cotas raciais no ensino superior, provocou transformações profundas nas dinâmicas institucionais e nas disputas em torno da racialidade no país. Esta apresentação oral apresentará resultados parciais da tese de doutoramento que investiga como o funcionamento das comissões de heteroidentificação na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) produz controvérsias e coletivos em torno das categorias raciais. As comissões são institucionalmente tomadas como instrumentos de monitoramento das políticas públicas raciais, mas também acabam por ser dispositivos de tensão e reconstrução das noções de identidade racial. Ao mesmo tempo em que as comissões visam coibir fraudes na autodeclaração racial, em especial na categoria "parda", sua atuação suscita controvérsias que condizem a aspectos políticos e institucionais. A categoria "parda", historicamente manipulada para atenuar o racismo e preservar a branquitude, se torna central na discussão. Ao ser submetida à análise pelas comissões, revela-se repleta de ambiguidades, sentidos diversos e disputas de lugar. A tentativa de defini-la com precisão esbarra em sua constituição histórica como categoria ambígua e fluida, instrumentalizada tanto por quem busca invisibilizar o racismo quanto por sujeitos que genuinamente se reconhecem em sua mestiçagem. Assumindo o múltiplo lugar habitado pelo autor, enquanto pesquisador, integrante da comissão de heteroidentificação e pessoa que já passou pelo procedimento, este trabalho propõe uma análise situada e implicada sobre como essas comissões reabrem, tensionam e transformam a caixa-parda, categoria racial imprescindível para conservação do mito da democracia racial no Brasil. A metodologia adotada é ancorada em uma abordagem processual e situada de pesquisa, com inspiração na Teoria Ator-Rede e na proposição do pesquisarCOM. O objetivo é seguir os atores em ação, mapeando as redes, as controvérsias e as agências que constituem e são constituídas pela comissão de heteroidentificação. A contribuição da Teoria Ator-Rede reside na possibilidade de acompanhar essas redes de controvérsias sem antecipar respostas, mas evidenciando os atores em ação e os efeitos de suas alianças e disputas. A pesquisa opta, portanto, por "ficar com o problema", mais do que resolvê-lo, reconhecendo que a abertura da caixa-parda exige não apenas diagnósticos técnicos, mas enfrentamentos epistemológicos, éticos e políticos. Foram acompanhadas atividades da comissão da UFRJ entre 2020 e 2025, incluindo formações, reuniões, bancas de aferição e eventos que condizem com a formação dos coletivos. Utilizou-se como ferramenta os "diários de bordo", organizados em três cadernos distintos: (1) experiências nas comissões, (2) debates nas redes sociais e imprensa, (3) análise de literatura e palestras. Além disso, foram realizadas entrevistas com quatro integrantes considerados centrais na constituição e atuação da comissão. A escrita e análise da pesquisa também é atravessada pela noção de escrevivência de Conceição Evaristo, justamente por remeter a inseparabilidade e a ontologia entre sujeito-pesquisador, campo de estudo e compromisso político. Trata-se de uma abordagem que não se pretende neutra, mas ética, comprometida com a construção de políticas públicas antirracistas. A análise aponta que a implementação das comissões de heteroidentificação, especialmente na UFRJ, se deu em meio a fortes resistências institucionais. Apesar da Lei de Cotas ter sido sancionada em 2012, foi apenas em 2014 que a UFRJ concluiu sua implementação, e as comissões de heteroidentificação só foram estruturadas a partir de 2019, após pressão de coletivos negros e

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

denúncias massivas de fraudes. A atuação da comissão coloca em disputa a centralidade da autodeclaração racial, instrumento historicamente defendido pelo movimento negro, mas insuficiente diante das tentativas de manipulação da categoria "parda" por sujeitos considerados brancos. O critério fenotípico, amparado na noção de "preconceito de marca" (Nogueira, 2007), torna-se fundamental para delimitar quem vivencia o racismo que a política de cotas visa mitigar. O trabalho propõe que a categoria "parda" pode ser compreendida como uma caixa-preta, conceito oriundo da TAR, cuja opacidade esconde controvérsias profundas relacionadas à mestiçagem, ao mito da democracia racial e às heranças do projeto de embranquecimento no Brasil. Ao abrir essa caixa-preta, as comissões apesar de direcionarem os critérios aos traços fenotípicos, também provocam debates em torno das noções de pertencimento, legitimidade e do que faz com que alguém se entenda enquanto negro, ou pardo. A pergunta "quem é negro no Brasil?" se transforma em "quem pode acessar as cotas raciais?". As controvérsias mais complexas emergem nos chamados "casos fronteiriços", de pessoas que se identificam como pardas, mas os traços fenotípicos não os tornam facilmente legíveis como negros pelas comissões. Essas situações se derivam das justificativas institucionais das políticas públicas, baseadas em noções que buscam critérios objetivos, quantificáveis e materializados, em uma sociedade onde raça é atravessada por assimetrias históricas e contextuais, construída socialmente e com uma fluidez hierárquica pouco característica, proporcionada pela assimilação.

No entanto, a comissão também se mostra atravessada por desafios éticos, quando se coloca em evidência as próprias disputas em torno de sua atuação, as pressões externas realizadas pela imprensa, e as pressões internas, quando os coletivos negros questionam os seus resultados. A pesquisa evidencia que as comissões de heteroidentificação são mais do que instrumentos administrativos: são arenas políticas onde se desenrola a disputa por narrativas e pertencimentos. Elas não encerram as controvérsias, mas as tornam visíveis, nos obrigando a construir modos de aplacar as fraudes nas cotas raciais, mas também de nos organizar enquanto coletivos para pautar outras urgências. A UFRJ, como principal campo empírico da pesquisa, ilustra as tensões entre a manutenção de um projeto acadêmico branco, elitizado e meritocrático e os efeitos transformadores da presença negra em seus corredores. A resistência histórica da universidade às cotas raciais, bem como sua demora na implementação das comissões, é um sintoma do racismo institucional que atravessa o ensino superior brasileiro. Por fim, o trabalho defende que uma política pública antirracista deve considerar não só critérios objetivos de aferição, mas também os modos como a racialidade é produzida, vivida e disputada no cotidiano. A comissão de heteroidentificação, se compreendida dentro de um projeto mais amplo de justiça racial, precisa estar atenta às complexidades da identidade negra no Brasil, mas não pode abrir mão de delimitar quem são seus beneficiários legítimos. A escrita desta tese, atravessada pela escrevivência, pelo corpo e pelas marcas do pesquisador, assume o lugar da implicação como motor da crítica e da construção de conhecimento. Não se trata de distanciamento, mas de engajamento. Como aponta Conceição Evaristo, "nossos textos são o que somos". E, neste caso, o texto também é luta.

Branquitude, Marxismo e Epistemicídio; barreiras para a construção de uma psicologia antirracista.

Bruno Augusto da Silva Faria (UFSCAR), Flávia da Silva Ferreira Asbahr (UNESP - UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JULIO DE MESQUITA FILHO" - CAMPUS BAURU)

Este trabalho é fruto da pesquisa de mestrado intitulada "O branco e a educação: a construção de motivos para uma atividade pedagógica antirracista" que objetivou compreender como mobilizar professoras/es brancas/os para uma prática antirracista na educação. A luz da Psicologia Histórico Cultural, baseada no materialismo histórico dialético, produzimos um curso de formação continuada para apreensão de dados da pesquisa. O objetivo desta presente apresentação deriva da discussão sobre o termo "branquitude" e sua relação com o epistemicídio na produção de conhecimento científico, assim como das implicações para a produção de teorias psicológicas e de práticas antirracistas sob perspectiva marxista. Para atingir este objetivo discorreremos sobre as disputas teórico-epistemológicas sobre o conceito de raça e racismo com outras perspectivas teóricas e a disputa interna no campo marxista. Por fim, propomos uma síntese sobre a necessidade de compreender o racismo e a branquitude como barreiras para a produção de teorias e práticas antirracistas na psicologia.

O materialismo histórico dialético supera a noção de filosofia como mera contemplação da realidade por meio da práxis, isto é, da transformação criativa da realidade. Isso nos coloca em uma tarefa política e histórica, ao mesmo tempo em que direciona os caminhos metodológicos para a compreensão da realidade com o maior grau de fidedignidade possível. A realidade, portanto, deve ser compreendida em sua totalidade, em seu conjunto de múltiplas determinações, e isto implica na necessidade de reconhecer a indissociabilidade entre raça, racismo e capitalismo. Não existe o conceito de raça sem o desenvolvimento do racismo como forma particular de exploração capitalista, ao passo que não é possível pensar o desenvolvimento e a internacionalização do capital sem o racismo em sua consanguinidade com o colonialismo (MOURA, 2021; GOUVEIA; MASTROPAOLO, 2019).

Embora pareça bastante objetiva e fundamentada, defender essa síntese da relação intrínseca entre racismo e capitalismo representa situar-se em uma fronteira teórica conflituosa em grande parte das vezes. Isso porque há um campo epistemológico de estudos sobre raça que a compreende como abstração fundante do racismo, como elemento cultural que precede o desenvolvimento das relações de opressão e exploração, e desta forma, passa a compreender o racismo sob uma perspectiva idealista, o que diverge não só de nossa compreensão materialista de história, como das estratégias e caminhos de superação concreta do racismo. Sendo assim, como marxistas, temos feito o enfrentamento às compreensões idealistas da realidade, uma vez que as ideias são fruto das relações sociais de produção de cada época e não definem por si próprias os rumos da história. Uma perspectiva materialista da história implica compreender que

as causas profundas de todas as transformações sociais e de todas as revoluções políticas não devem ser procuradas nas cabeças dos homens nem na ideia que eles façam da verdade eterna ou da eterna justiça, mas nas transformações operadas no modo de produção e de troca; devem ser procuradas não na filosofia, mas na economia da época de que se trata. (ENGELS, 1880, p.49)

Por outro lado, muitas vezes dentro do debate marxista, as relações raciais têm sido secundarizadas sob o pretexto de significar um elemento exclusivamente aparente da

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

realidade, sem vínculos intrínsecos com o capitalismo que justifiquem o esforço de sua compreensão de forma sistêmica. Em outros casos, tem sido classificado como "debate pós-moderno" ou de "pautas identitárias", como objetos de estudo exclusivo de outras epistemologias. Por fim, em sua forma mais grave, há a negação do racismo a partir da adoção do mito da democracia racial ou da suposta miscigenação da sociedade brasileira. Um exemplo disso é uma carta enviada pelo Partido Comunista Brasileiro em 1923 à Internacional Comunista que afirmava "não haver, no Brasil, uma questão negra" (LIMA, 2022).

Esse cenário, coloca os marxistas que estudam o racismo novamente na tarefa de reivindicar a compreensão materialista histórica dialética da realidade, desta vez, aos próprios marxistas, que ao negarem o racismo ou sua dimensão estrutural, se afastam de uma compreensão da totalidade das relações de produção e criam uma compreensão abstrata da classe trabalhadora, igualmente ineficaz para a construção da práxis quanto as compreensões idealistas de raça criticadas no parágrafo anterior.

Para compreender essa negação do racismo exercida por teóricos, acadêmicos e militantes da esquerda brasileira é preciso superar explicações moralistas ou personalistas e identificar como esses influxos essencialistas foram desenvolvidos. Para isso, é preciso compreender que o próprio racismo produz ideologicamente sua negação formal. No Brasil, após a abolição da escravidão, foi desenvolvido o mito da democracia racial que, a partir da romantização da miscigenação (fruto de exploração sexual de mulheres negras e indígenas) difundiu a ideia de convivência harmoniosa entre as raças negra, branca e indígena (NASCIMENTO, 2016). Essa suposta harmonia e mistura entre as raças produziu, ideologicamente, a identidade brasileira "desracializada" que impediria a existência do racismo. Por outro lado, de forma concreta, essa concepção penetrou no imaginário popular e subsidiou o projeto de embranquecimento e de negação do racismo como problema estrutural e estruturante do capitalismo brasileiro.

O epistemicídio é outro fenômeno que implica na compreensão alienada do debate racial no Brasil, ele consiste na aniquilação cultural dos saberes científicos e populares da população negra com vistas a corroborar e efetivar o genocídio desta população (NASCIMENTO, 2016). Esse processo teve início com o colonialismo e foi crucial para o desenvolvimento do eurocentrismo nas ciências modernas, e o marxismo, embora se configure como teoria crítica, também esteve e está sob determinação desse processo histórico.

Diversos teóricos marxistas negros apontaram para a problemática dessa compreensão alienada das relações raciais, no entanto, foram historicamente silenciados, secundárizados e apenas tiveram seus estudos valorizados por um movimento recente de resgate, exercido principalmente por setores marxistas do movimento negro. Um desses importantes intelectuais é Guerreiro Ramos, que apontou, já na década de 1950, como o racismo era tratado como "problema do negro" no campo da sociologia, o que desresponsabilizava os brancos de tratar, pensar ou combater o racismo (RAMOS, 1955). Guerreiro inverte essa lógica e aponta a existência da branquitude ao desenvolver a ideia de "patologia social do branco brasileiro", contextualizando o branco como produtor e mantenedor do racismo.

O conceito de branquitude é delineado na década de 1950, junto às contribuições de Frantz Fanon (1953, 1968), mas só tomará repercussão e desenvolvimento como campo de estudos no início dos anos 2000. Devido às diversas raízes epistemológicas do termo, na pesquisa de mestrado intitulada "O branco e a educação: a construção de motivos para uma atividade pedagógica antirracista" realizei, no segundo capítulo, uma revisão bibliográfica a fim de compreender quais os principais elementos presentes nas definições de branquitude, como resultado temos que:

ela é uma forma de subjetivação, constituída sócio-historicamente e de maneira ideológica por meio do colonialismo a fim de garantir uma posição social de poder para pessoas brancas, garantindo privilégios e o status de norma, produzindo em si uma invisibilidade racial. (FARIA, 2022)

Como forma ideológica de produção de subjetividades em uma sociedade racista, a branquitude precisa ser identificada não só nos processos e fenômenos psicológicos que estudamos, mas também no próprio desenvolvimento dos intelectuais, teóricos e pensadores de nossa época. É fundamental que o marxismo incorpore o reconhecimento do branco como particularidade do capitalismo brasileiro e não adote a postura universalizante e alienada de branco como símbolo de universal genérico. É crucial que o processo de epistemicídio seja concretamente combatido e que haja a reflexão sobre o papel desse fenômeno na produção das ciências modernas. É necessário que o mito da democracia racial seja enfrentado e que seu papel ideológico seja esclarecido para avançarmos na compreensão da realidade em sua totalidade de múltiplas determinações.

Por fim, para desenvolver a psicologia marxista que seja antirracista é preciso reconhecer criticamente como temos utilizado o materialismo histórico dialético para a compreensão das relações entre capitalismo, racismo, machismo, homofobia, transfobia e outras opressões. Esses esforços nos conectam com aquilo que é mais elementar na teoria, a práxis revolucionária, a transformação da sociedade capitalista, que só é possível com a compreensão e combate de todas as formas de opressão que com ela foram desenvolvidas e que a sustentam.

Referências

ENGELS Friedrich. Do Socialismo utópico ao socialismo científico (1880). São Paulo: EditoraMoraes, s/d.

FANON, Frantz (1953). Pele negra, máscaras brancas (R. Silveira, Trad.).Salvador, BA: EdUFBA, 2008.

FANON, Frantz. Condenados da terra, Tradução: José Laurênio Mello, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.

FARIA, Bruno Augusto da Silva. O branco e a educação: a construção de motivos para uma atividade pedagógica antirracista. Dissertação (Mestrado em Psicologia), UNESP Bauru, 2022. https://repositorio.unesp.br/entities/publication/44a14cc8-a30c-4c35-9d0c-e3d395657f07

GOUVÊA, Marina Machado; MASTROPAOLO, Maria Josefina. Capitalismo, racismo, patriarcado, dependência: por uma teoria unitária materialista, histórico-dialética. Marx e o marxismo, p. 1-19, 2019.

LIMA, Aruã Silva. " Seremos forçados a lutar contra nossos camaradas brancos": o PCB, a questão negra e a Internacional Comunista (1923-1929). Germinal: marxismo e educação em debate, v. 14, n. 2, p. 345-361, 2022.

MOURA, Clóvis. O negro: de bom escravo a mau cidadão?. Dandara Editora, 2021.

NASCIMENTO, Abdias. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. Editora Perspectiva SA, 2016.

RAMOS, Alberto Guerreiro. Patologia social do" branco" brasileiro. Jornal do Commercio, 1955.

Crítica à Razão Identitária: considerações psicossociais em tempos de essencialismos nas lutas por emancipação anticolonial

Ricardo Dias de Castro (UFBA)

A atmosfera racial contemporânea, no Brasil, não pode ser comparada com o que era o cenário racial há trinta anos. Ainda que o racismo seja um elemento estruturador da dinâmica epistêmica, cultural, política, econômica e institucional brasileira; os dilemas em torno das relações raciais não estão mais, apenas, na subalternização, violência e opressão do povo negro. De fato, ampliaram-se epistemologias, estéticas, saberes, fazeres e políticas de Estado, institucionalizando-se, por exemplo, as Ações Afirmativas e demais políticas de inclusão e valorização da população negra no país. E, ainda que não tenhamos ultrapassado o Mito da Democracia Racial, o projeto de sujeito e sociedade antirracista tem uma maior legitimidade pública e política. De modo que uma "Razão Negra" seja reconhecida como uma agente de luta na garantia de cidadania plena a povos, historicamente, colonizados e escravizados. Esse contexto nos revela como tem sido intensa a luta dos movimentos negros e o quanto essa luta tem mobilizado o Brasil e provocado deslocamentos em importantes instâncias de saber-poder. Sobretudo, se considerarmos os protagonismos de mulheres negras tanto no Movimento Negro quanto no Feminismo que, a partir de uma dinâmica interseccional, têm apontado como sistemas de desigualdade e de resistências a eles operam na transformação de saberes identitários, epistemológicos, políticos e estético-corpóreos. No bojo de toda essa afirmatividade negra e feminista, em busca de reconhecimentos simbólicos e redistribuições materiais, emerge um fenômeno que tem sido nomeado como "Identitarismo". Na luta por justiça desde uma perspectiva interseccional entre raça, gênero, classe, sexualidade e território; tem-se construído, em paralelo, uma dicotomia entre pautas econômicas, materialistas, marxistas X simbólicas, identitárias, pós-modernas e pós-construcionistas. Tanto à Direita quanto à Esquerda no espectro político-epistêmico, há um movimento de se rechaçar, publicamente, a agenda política de grupos, historicamente, subalternizados que lutam pelo direito a existir, segundo seus códigos autônomos, em suas diferenças e no reconhecimento de suas desigualdades. Ao mesmo tempo, uma espécie de prescrição do que é "ser negro" e "ser mulher", por exemplo, parece enclausurar algumas dessas diferenças em determinados enquadres identitários que, se rompidos, colocam em xeque o lugar do indivíduo em seu coletivo e da própria ação política. Essa dicotomia revela um sintoma curioso das teorias e das práticas anticoloniais no contexto brasileiro: uma busca, por vezes, por um certo essencialismo de si mesmo e de um projeto de sociedade "pós-mundo" cujas prescrições parecem querer garantir que o caminho pela transformação de si e das coletividades seja universal, sem contradições e pleno em seu propósito. Mas, evidentemente, essa postura falha. Ora, discutir identidade não seria, justamente, entendê-la como processo psicossocial e não como substância rígida? Assumir a relevância do tema da identidade não deveria ser algo vinculado a um projeto coletivo de interpelação do mundo? Afinal, formas simbólicas de reconhecimento de si na relação com o mundo, certamente, alteram formas de se pensar e produzir o mundo e vice-versa. Há que se considerar, inclusive que, comumente, as nomeações que localizam grupos, historicamente, colonizados como identidades racializadas e genderizadas é resultado de uma semântica política colonial. Essas não são "autoatribuições" dos colonizados, mas operam como Outro de uma práxis moderna-colonial. De modo que o suposto ponto zero da humanidade universal tomaria como referência o homem branco, heterocissexual, rico e judaico-cristão do Norte Global. Que, em sua suposta "essência" não seria nada disso, mas, apenas, "Humano". O "Negro" e A "Mulher", por sua vez, seriam, em algumas perspectivas anticoloniais, invenções coloniais para garantir o projeto do Norte Global de dominação em relação aos territórios e às epistemologias fora da Europa. Por que, então, reiterar, afirmativamente, categorias que foram produzidas para

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

nos desumanizar em relação ao padrão ocidentalizado? Dito de outro modo: qual o ganho em se reiterar a categoria "Mulher Negra" quando essa foi inventada para atender as necessidades de acumulação do capital escravocrata de homens brancos do Norte Global? Essas reflexões iniciais, portanto, são resultado de um mergulho teórico em campos tais quais o da Psicologia Social Latino-Americana, Feminismo Decolonial, Psicanálise e Teoria Crítica para colaborar na (des)construção das contribuições e armadilhas do conceito de "Identidade". De modo que possamos assumir o "Identitarismo" como sintoma neocyberliberal de uma tendência ao relato de si mesmo e de marcação da diferença sem qualquer vínculo com um projeto de democracia radical que combata desigualdades. Ao mesmo tempo, defende-se a importância de um projeto teórico-político que transforme as ambivalências modernas em um desejo de saber-fazer conhecimento-política que reconheça a necessidade urgente da (re)construção de um mundo que seja melhor a todos e todas. Tanto simbólico quanto materialmente, sem dicotomias. Um mundo em que seja possível se reconhecer, subjetiva, epistêmica e socialmente semelhante (nunca igual ao outro) e, também, a partir da diferença (jamais da desigualdade). Nessa direção, não será fazendo apelo ao sentido de humanidade, ao sentimento de dignidade, ao amor ou à caridade, que será possível criar uma equidade entre grupos históricos produzidos de maneira desigual, uma vez que todos esses elementos "humanizantes" já se encontram marcados pelo poder colonial. Inclusive, a própria ideia de "essência humana" ou "identidade". O que é possível tentar, por outro lado, não sem desafios, é colaborar para que os sujeitos, em comunidades desiguais, possam se libertar do arsenal de complexos germinados e alimentados por eles e pelos outros no seio da situação colonial. O que exige reparação e ampliação das perspectivas de humano, identidade, justiça e responsabilidade coletiva. Por fim, democratizar a pluralidade de vozes que podem dizer por si, de si e desde um nós, é uma aposta de que essas vozes colaborem em processos de lutas por emancipação anticolonial em uma direção epistêmica e política mais equitativa. E, em se tratando de uma aposta, é preciso garantir que haja espaços para contradições e ambivalências que sejam sempre questionadas e analisadas a luz de um projeto radical de um mundo pluriepistemológico e pluripolítico. Afinal, parece-nos que a maior armadilha colonial-moderna é tomar a ideia de uma essência humana, seja ela branca-negra, homem-mulher, heterossexual-homossexual, Norte Global-Sul Global como ponto de partida universal e não como algo a ser explicado e compreendido no âmbito das lutas antirracistas, feministas e anticoloniais.

Desamparo discursivo de mulheres negras: escrevivência como via interseccional para uma pesquisa psicanalítica

Carla Brito dos Santos (USP), Aline Souza Martins (USP), Fábio Santos Bispo (UFES)

O atual trabalho apresenta os resultados parciais da pesquisa de mestrado em psicologia clínica, que está em andamento, intitulado "Cada rua dessa cidade cinza sou eu, olhares brancos me fitam": as vivências de mulheres negras em busca de atendimento de saúde para crianças. O objetivo é investigar o desamparo discursivo na vivência de mulheres negras na busca por atendimento para crianças. Para isso, a escrevivência é utilizada como metodologia de pesquisa em psicanálise.

Partimos da experiência de Carla Brito, como psicóloga no programa de saúde mental infantil Brincando em Família (em Salvador, Bahia) que, ao escutar as mulheres acolhidas, percebeu discursos carregados de sofrimento. Nesse contexto, surgiu a hipótese de que as vivências dessas mulheres podem ser marcadas pelo desamparo discursivo e intensificadas pela intersecção entre violências raciais e de gênero.

O desamparo discursivo é uma interface do sofrimento sociopolítico, desenvolvido pela psicanalista Miriam Debieux Rosa, que considera o enredamento do sujeito aos fenômenos sociais e políticos. Isto é, a sociedade não oferece amparos simbólicos mínimos de leis, políticas públicas e discursividade no laço social pra alguns grupos. "As diferenças e desigualdades de forças e de posição no campo social produzem enlaces que muitas vezes condicional a pertença social à submissão sistemática aos parâmetros dominantes" (Rosa, 2023, p. 24-25).

Assim, falarmos sobre a via interseccional entre racismo e sexismo é considerar a dimensão sociopolítica do sofrimento.

> A constituição subjetiva [...] se processa concomitantemente com o problemático encontro com o campo social. Este é caracterizado por instâncias políticas, tais como o uso e abuso do poder nos planos econômico, social e cultural, como também pelo fazer das diferenças marcas que justificam não só o governar, mas oprimir ou explorar – modalidades de violência." (Rosa, 2023, p. 24).

Segundo a teoria lacaniana (1970/1996), a constituição do sujeito ocorre por meio da linguagem e do discurso, então o que acontece se há uma produção de silenciamento? Um discurso é silenciado, pois outro silencia, e este último, no geral, carrega poder político e social que fragiliza as estruturas discursivas de sujeitos. Desse modo, conforme Rosa (2002), o desamparo discursivo acontece quando o endereçamento do sujeito ao Outro "é lançado ao não senso e tem dificuldade de reconhecer sua verdade, seu sofrimento e seu lugar político no laço social" (Rosa, 2022, p. 6).

Para a psicologia e também para a psicanálise, as relações étnico-raciais geram muitas discussões ainda hoje, apesar do aumento dos estudos no campo. Pessoas negras, em geral, ao pesquisarem sobre racismo e temas afins, são deslegitimadas pela possibilidade de comprometer o suposto "purismo" da pesquisa, deparando-se com comentários como "interessante, mas pessoal, emocional, parcial" (Kilomba, 2019, p. 55). Além de trabalhos marcados pelo apagamento epistêmico, "fazendo crer que as luzes são europeias e estendendo-se no máximo à América do Norte. Operando uma lógica e projeto eugenista desde o período colonial" (Souza, 2024, p. 77).

Por meio da análise intersecional, haja vista o cruzamento de raça e gênero (Crenshaw, 2002; Akotirene, 2018), consideramos que essas mulheres, principais cuidadoras de crianças, sofrem não somente por serem mulheres, ou somente por serem negras ou pobres, mas devido à intersecção desses eixos de subordinação, que produzem

"efeitos violentos sobre a mulher negra em particular" (Gonzalez, 1984, p. 224).

Para Kilomba (2019) há um trauma colonial que assombra a memória coletiva de pessoas negras por meio do racismo. Em outras palavras, "Não há empregos, não há terras, não há justiça, não há respeito. Na realidade não há liberdade, igualdade e fraternidade – tríptico que marca o laço de união entre os seres humanos – marcadamente – para as pessoas negras." (Costa; Fernandes, 2023, p. 28). Além disso, as pessoas negras, no geral, não têm direito à palavra, ao desejo e ao luto (Rosa, 2002).

Nesse contexto, surge a escrevivência como proposta metodológica de pesquisa em psicanálise, que contempla as relações raciais e suas incidências territoriais na atualidade, e possibilita que os discursos tanto da pesquisadora quanto das participantes negras sejam amparados. Desse modo, submetemos este resumo para o Grupo de Trabalho 38: Psicologia e relações raciais no Brasil do séc XXI: aspectos históricos, teóricos e metodológicos.

Escrevivência: do conceito ao método

A escrevivência é um conceito cunhado pela escritora brasileira Conceição Evaristo, que apareceu pela primeira vez em 1995, no Seminário Mulher e Literatura. A escrevivência se refere à conexão de escrever a vivência, a qual é marcada pela diáspora africana e, consequentemente, pelo histórico colonial e escravocrata, que influencia até hoje a condição de vida de pessoas negras no Brasil.

Através da escrevivência, da paixão e da experiência, podemos compartilhar nossas histórias sem que nossas experiências precisem ser higienizadas por teorias embranquecedoras e epistemologias que objetifiquem nossas vivências. A afirmação da 'escrevivência' como ferramenta metodológica coloca em xeque a falácia da neutralidade da pesquisa e da distância entre pesquisador e campo. (Neves e Heckert, 2021, p.146).

A escrevivência promove ranhuras no sofrimento sociopolítico, pois além de se realizar como "um ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado, em que o corpo-voz de mulheres negras escravizadas", ela pode possibilitar o enredamento constitutivo dos sujeitos por meio de experiências compartilhadas e memórias resgatadas (Rosa, 2015). Conceição Evaristo (2020) compartilha a sua experiência pessoal com a escrevivência, antes mesmo de denominá-la assim:

Ficcionalizava somente a partir do desejo, inventava para escapar daquilo que me era interditado. Depois chegou a fase da adolescência, e hoje penso que se eu não escrevesse e não lesse intensamente nesse período, talvez tivesse adoecido [...] O que me salvou de um adoecimento, como quando minha irmã mais velha adoeceu, foi a escrita. (p. 33).

A escrevivência apresenta um caráter crítico e insurgente de permitir que mulheres negras falem por e sobre si mesmas, tal como explicita o título do livro Você pode substituir mulheres negras como objeto de estudo por mulheres negras contando sua própria história, de Xavier (2019). Para além da literatura, o estudo da escrevivência resultou no seu desenvolvimento metodológico em outras áreas, como a psicanálise.

Nos últimos anos, temos nos debruçado sobre as possibilidades de utilização da escrevivência como metodologia na abordagem psicanalítica, visto que a escrevivência permite "escutar as experiências vividas e as subversões subjetivas e políticas do inconsciente, que se contrapõem aos enquadres coloniais do saber e do ser" (Bispo, 2023, p. 2). Portanto, o desenvolvimento teórico-metodológico da escrevivência propõe a dissolução da ideia de objeto de pesquisa, visto que as participantes são sujeitos ativos que partilham suas histórias de vida, angústia, sonhos etc.

Portanto, a escrevivência é uma metodologia fundamentada e estudada, majoritariamente, por pessoas

negras a partir de uma perspectiva interseccional, decolonial e antirracista. Diante de uma aprovação no ENABRAPSO 2025, pretendemos desenvolver uma apresentação breve sobre a escrevivência como metodologia de pesquisa em psicanálise.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKOTIRENE, C. O que é Interseccionalidade?. Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018.

BENTO, C. O pacto da branquitude. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BISPO, F. S. Escrevivência como metodologia de pesquisa em psicanálise. Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica, 2023. DOI - http://dx.doi.org/10.1590/1809-4414-2023-016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/agora/a/8syVs7ZYRZjXKzpfhpGNXdm/. Acesso em: 14 maio 2025.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Revista Estudos Feministas. 2002.

EVARISTO, C. A escrevivência e seus subtextos. IN: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado. Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. Disponível em: https://www.itausocial.org.br/wp-content/uploads/2021/04/Escrevivencia-A-Escrita-de-Nos-Conceicao-Evaristo.pdf. Acesso em: 14 maio 2025.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. Revista Ciências Sociais Hoje [Anuário de Antropologia, Política e Sociologia], 223-244. 1984.

KILOMBA, G. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogá, 2019.

LACAN, J. O seminário, livro 17: O avesso da psicanálise (Ari Roitman, Trad.). Jorge Zahar. 1996. (Trabalho original publicado em 1970).

NEVES, G. S.; HECKERT, A. L. C. Escrevivência: uma ferramenta metodológica de análise. Mnemosine, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 139–162, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.12957/mnemosine.2021.61847. Acesso em: 23 maio 2025.

NOGUEIRA, I. B. A cor do inconsciente: significações do corpo negro. São Paulo: Perspectiva, 2021.

ROSA, M. D. Sofrimento Sociopolítico, Silenciamento e a Clínica Psicanalítica. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 42, e242179, 1-10. 2022. DOI: 10.1590/1982-3703003242179. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pcp/a/6RKgPXpGHZ8YwHd9PHGGtnf/#. Acesso em: 14 maio 2025.

ROSA, M. D. A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento. São Paulo: Editora Escuta / FAPESP, 2023.

SOUZA, P. S. Traços, restos e laços de Frantz Fanon: contribuições clínicas, emancipatórias e antirracistas à psicanálise. 2024. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47133/tde-18122024-173144/. Acesso em: 23 maio 2025.

XAVIER, G. Você pode substituir mulheres negras como objeto de estudo por mulheres negras contando sua própria história. Rio de Janeiro: Malê, 2019.

Desumanização e sofrimento psíquico: heranças coloniais e racistas na subjetividade do homem negro

Nyame dos Passos Nogueira (CESUSC), Marília dos Santos Amaral (CESUSC)

O Brasil é um país que forjou sua história sobre os pilares da escravidão, do colonialismo e do racismo. Essas estruturas moldaram a formação social, política e subjetiva da população, especialmente da população negra, marcando profundamente as formas de existir, de se perceber e de se relacionar no mundo. O período escravocrata colonial, no qual nos constituímos histórica e subjetivamente, é o progenitor da distorção humana sobre a população negra. É nessas circunstâncias que a integridade de todo um grupo social é afetada, por meio do apagamento cultural, religioso, linguístico e, principalmente, enquanto sujeito humano, deixando legados sociais que prevalecem e são reproduzidos há gerações.

Após o violento processo de escravização material, cultural e simbólica, o homem negro torna-se resultado de um ideal da cultura europeia branca colonial, no qual aqueles que foram escravizados são forçados a incorporar um modelo de masculinidade patriarcal — postura de homem-líder, forte, viril, ativo —, ou seja, o necessário para ser considerado o mais próximo do humano e, portanto, tornar-se homem. Mas jamais se beneficiará dos privilégios concedidos aos homens brancos. Foi um tempo em que era necessário adequar-se a esse exercício de si e das relações com os outros como forma de sobrevivência e de sentir-se menos subjugado, buscando uma posição mais próxima à do opressor colonial.

Nesse sentido, o trabalho aqui proposto, ainda em elaboração, pretende dialogar acerca dos legados coloniais e racistas como condições criadas para a desumanização dos homens negros, como condição para sua constituição como sujeito, seus modos de experimentar a vulnerabilidade emocional e os relacionamentos afetivos, seja com outros ou consigo mesmo. Trago para essa conversa alguns conceitos que considero fundamentais, tais como: masculinidade negra (hooks, 2022), racismo estrutural (ALMEIDA, 2020), desumanização (FANON, 2020), colonialismo (CÉSAIRE, 2010), vulnerabilidade emocional (VOLPI, 2022) e a performance da masculinidade supermasculina (NKOSI, 2014).

Para alcançar um debate crítico sobre masculinidade negra em articulação com categorias analíticas como desumanização e vulnerabilidade emocional, é imprescindível discutir e elaborar o racismo estrutural, partindo do período colonial até os dias atuais, utilizado como um sistema de poder visando à manutenção da desigualdade social racial, limitando acessos a espaços, oportunidades e direitos da população negra. O impacto do racismo estrutural atinge os modos subjetivos de existir e viver, influenciando na constituição de sujeito tanto daqueles que são vítimas diretas dessa estrutura quanto daqueles que são beneficiados por ela.

Ao pensar os homens brancos, cisgêneros, heterossexuais e dominantes, o racismo estrutural e a masculinidade patriarcal os colocam como perfil ideal de homem, enquanto aos homens negros é destinado o espaço da marginalização, onde sempre serão lembrados de que, antes de serem homens, são homens negros (FANON, 2020). Partindo desse ponto e da literatura sobre masculinidades negras, percebe-se que há a necessidade de adotar uma postura masculina muitas vezes mais acentuada quando se trata da expressão dos homens negros. O homem branco, na atualidade, tem conseguido encontrar condições para ampliar sua permissão para chorar, sorrir, sentir raiva e demonstrar tristeza e, em certos casos, até mesmo a violência é "relativizada". Já o homem negro segue solidificado na manutenção do que

podemos reconhecer como "postura de pedra", isto é, silencioso, com pouca ou nenhuma permissão para demonstrações de afeto, cuidado, fragilidade e desconfortos.

Dependendo da situação, pode ainda ser visto como fraco, frouxo, especialmente quando não corresponde às expectativas esperadas da negritude, constantemente associada à animalização, à hipersexualização e à criminalização — características de um "ser incontrolável". Em suma, a vulnerabilidade emocional e a possibilidade de permitir-se receber afeto e cuidado do outro tornam-se mais um privilégio do qual o homem negro não é beneficiário, uma vez que não experimenta condições para sentir e vivenciar, impactando, de certo modo, suas formas de viver experiências emocionais, sociais, afetivas e sexuais. Espera-se dos homens negros brutalidade, demonstrações de raiva e poder ou ainda, como nos ensina Deivison Nkosi (2014), a performance do "criado supermasculino". Um tipo de masculinidade forjada pelo imaginário colonizador que deu os primeiros passos para a desumanização dos homens negros, o qual permaneceu sendo repassado pelas gerações entre os próprios homens negros para os meninos negros. Ou seja, desde a infância já se espera a performance supermasculina daqueles que se enquadram ao gênero masculino, e àqueles que não estiverem alinhados com esses atributos de virilidade, potência sexual e outras características que remetem apenas ao seu corpo hipersexualizado não será permitido identificar-se como verdadeiro homem — o verdadeiro homem negro.

Nesse sentido, a sensação de falhar nesse âmbito corpóreo é falhar consigo mesmo, pois nada mais se espera do corpo negro masculino. Essa posição objetificatória, por vezes, entra em conflito com as formas de manifestar emoções, diretamente associadas ao feminino-frágil e, portanto, inferior, nas quais até mesmo emoções semelhantes à felicidade e alegria são evitadas. Como afirma bell hooks (2022, p. 32): "Sobretudo, a maioria dos homens negros não se ama... na cultura patriarcal supremacista branca imperialista são temidos, não amados". Isto é, é possível dizer que as condições para os homens negros conhecerem a autoestima, o amor-próprio e o amor do outro contribuem para que não se reconheçam como são.

É nesta perspectiva que busco, por meio da pesquisa bibliográfica de autoras e autores que usufruíram de seu conhecimento e sensibilidade crítica para articular categorias analíticas como colonialidade, racismo, raça e discriminação em articulação com a constituição da masculinidade negra e as possibilidades de experiência da vulnerabilidade emocional no campo da Psicologia, orientar-me e abrir as portas para reflexões e desassossegos que me atingem e seguirão me atingindo enquanto homem negro. Neste amplo, dinâmico e remanescente processo de constituir-se humano, foco meu interesse em compreender como os homens negros são desumanizados e, indo mais além, o que deixaram de fazer/sentir/expressar por serem homens negros, uma vez que não há nada mais humano do que encontrar possibilidades de viver e expressar seus afetos.

A importância de um trabalho acadêmico que problematize as experiências do homem negro, pela ótica da desumanização, reside em sua capacidade de mobilizar discussões críticas e atuais sobre raça, gênero, sexualidade e discriminação no campo da Psicologia e áreas que se disponham à abertura de leituras sobre o mundo a partir de uma perspectiva afrocentrada de gênero. Aposta-se nesta escrita como uma estratégia de liberdade para a masculinidade negra. O homem negro contemporâneo herda algo que não lhe pertencia: é uma consequência por buscar a sobrevivência em momentos de luta e resistência.

Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de et al. Racismo Estrutural: Feminismos Plurais. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.

CÉSAIRE, Aimé. Discurso sobre o colonialismo. São Paulo: Veneta, 2020. 136 p.

HOOKS, Bell. A gente é daora: homens negros e masculinidade. Tradução de Vinícius da Silva. São Paulo: Elefante, 2022.

FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Tradução por Sebastião Nascimento e colaboração de Raquel Camargo. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

VOLP, Stefano. Homens pretos (não) choram. Rio de Janeiro: HarperCollins, 2022

NKOSI, Deivison Faustino. O pênis sem o falo: Algumas relfexões sobre homens negros, masculinidades e racismo. In: BLAY, Eva Alterman (coord.). Feminismos e masculinidades: novos caminhos para enfrentar a violência contra mulher. 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. cap. 6, p. 75-104.

Dispositivo da Racialidade e suas Possibilidades de Contribuições à Psicologia Brasileira

Maria Conceição Costa (ANPSINEP)

Justificativa da relação da atividade com o tema do Encontro:

Considerando o tema do encontro A aliança dos povos: Psicologia Social face à destruição de todas as formas de vida" o presente trabalho procura trazer a reflexão sobre a racialidade e sua importância para a psicologia em um encontro dialogada entre filosofa e pensadoras da psicologia, sendo um tema ausente na formação em psicologia. A proposta é refletir desse minicurso é, apresentar a urgência de estarmos amparadas por um corpo teórico o tema a racialidade e a psicologia, como tema importante para que guarda uma relação importante com o tema do encontro.

Contribuição à formação/atualização em Psicologia Social,

A proposta de trabalho curso deverá contribuir para uma reflexão do tema amparado por um corpo teórico enegrecido e comprometido socialmente, pouco reconhecido na psicologia e filosofia. As autoras, a filósofa Sueli Carneiro e as psicólogas/psicanalistas antirracistas Maria Lúcia da Silva, Maria Aparecida Bento, Maria de Jesus Moura e Isidinha Nogueira elaboraram e realizaram práticas em áreas que dialogam diretamente com o fortalecimento da psicologia social, da filosofia e dos movimentos sociais. Estas formulações contribuem com a psicologia, podendo agregar-se à psicologia social, sobretudo no campo da formação em psicologia.

Relação com o eixo temático escolhido:

A relação com o eixo temático GT 38: Psicologia e relações raciais no Brasil do séc. XXI: aspectos históricos, teóricos e metodológicos justifica-se pela necessidade de trazer o tema da racialidade pensando fontes teórico metodológica importantes para a compreensão das relações raciais, de gênero e de poder, no Brasil. Como resultados propomos a incorporação do conceito teórico metodológico da racialidade à psicologia, sobretudo à psicologia social, refletindo a importância das formulações das autoras negras.

Resumo

O presente trabalho configura-se como um estudo sobre o conceito da racialidade, o dispositivo que explicaria a sociedade brasileira, a partir das relações étnico-raciais. Estudo apresentado por Sueli Carneiro explicaria como a constituição da sociedade brasileira se estabeleceu frente ao racismo. Com isso podemos trazer para a psicologia a reflexão da racialidade para a explicação de como rebate na saúde mental a configuração de uma sociedade racista e racialidade. Nesse sentido apontamos para um diálogo entre a filósofa Sueli Carneiro e as psicólogas/psicanalistas Maria Lúcia da Silva, Maria Aparecida Bento, Maria de Jesus Moura e Isidinha Nogueira. O objetivo será o encontro da temática racialidade com as ações em psicologia para a compreensão da sociedade brasileira. A metodologia reflexiva do encontro se dará nos estudos da tese de Sueli Carneiro, no campo da educação e das psicólogas suas produções teórico-metodológicas para a saúde mental da população negra, no campo da psicologia. A produção das cinco autoras será o encontro para a formulação de intervenção importante para psicologia brasileira, trazendo os conceitos de raça e classe ao centro do debate acadêmico. Analisaremos as obras como fontes teórico metodológica importantes para a compreensão das relações raciais, de gênero e de poder, no Brasil. Como resultados propomos a incorporação do conceito teórico metodológico como importante à psicologia, sobretudo à psicologia social, refletindo a importância das formulações das autoras negras.

Palavras chaves: racialidade, psicologia, saúde mental, sociedade brasileira, racismo.

Efeitos psicossociais das políticas de branqueamento em pessoas negras de pele clara

Miguel de Sousa Lacerda Neto (UFRJ)

Este trabalho deriva de pesquisa de doutorado em andamento, que propõe investigar os efeitos psicossociais das políticas de branqueamento na constituição subjetiva de pessoas negras de pele clara no Brasil. O estudo parte da premissa de que o racismo, enquanto estrutura fundante da sociedade brasileira, modela formas de existir, sentir, agir, pensar, falar e resistir. A partir de um olhar voltado para sujeitos que ocupam a complexa posição racial de "pardos", pretende-se compreender como essas políticas — entendidas não apenas como dispositivos estatais formais, mas como engrenagens discursivas, científicas e simbólicas — impactam as subjetividades negras atravessadas pela miscigenação.

As políticas de embranquecimento, amplamente mobilizadas no Brasil articulam-se à produção do imaginário nacional. Fortemente alicerçadas em teorias eugenistas, racistas e higienistas, tais políticas operaram através da valorização da miscigenação como um suposto caminho para a diluição da presença negra na sociedade. A categoria "pardo", central para esta investigação, é compreendida não como uma neutralidade racial, mas como um produto do desejo nacional de apagar os traços da negritude e aproximar-se da branquitude como ideal civilizatório. Essa modulação racial opera de modo a posicionar os sujeitos negros de pele clara em um "não-lugar" (LACERDA NETO; FRANÇA, 2019) marcado por ambivalência, desautorização simbólica e confusão quanto ao pertencimento na lógica da identidade.

A pesquisa articula diferentes campos teóricos — psicologia social crítica, psicanálise e ciências sociais e políticas — com o objetivo de mapear as formas de subjetivação que emergem dessa experiência racial específica. Ao mesmo tempo, inscreve-se na crítica à colonialidade assumindo que a raça, como construção social, é um operador político central na constituição das desigualdades e na organização da vida social. Nesse sentido, o estudo dialoga com autoras como Lélia Gonzalez (1984), Virginia Leone Bicudo (2010), Kabengele Munanga (2020), Cida Bento (2002) e Celia Maria Marinho de Azevedo (1987) dentre outras, buscando desnaturalizar os processos que sustentam o racismo à brasileira e sua lógica de hierarquização entre sujeitos.

A metodologia proposta contempla dois tempos. No primeiro, realizou-se uma análise documental e bibliográfica sobre as políticas de branqueamento, a miscigenação e a emergência da categoria "pardo" na história do pensamento racial brasileiro. Essa etapa buscou compreender como o Estado, em articulação com setores acadêmicos-científicos, atuou na formulação de um imaginário racial que associa progresso, civilidade e modernidade à branquitude. No segundo tempo da pesquisa, serão realizadas entrevistas semiestruturadas com sujeitos negros de pele clara e lideranças vinculadas aos Movimentos Negros, especialmente aqueles inseridos em coletivos negros e redes de organização política. Com isso, objetiva-se escutar as narrativas desses sujeitos sobre pertencimento, identidade, resistência e efeitos da racialização em suas trajetórias e lutas.

Dessa forma parte da compreensão de que os efeitos do branqueamento não se esgotam no passado. Eles continuam operando de forma atualizada nas formas de reconhecimento, nos discursos sobre a identidade e nos dispositivos que classificam e ordenam corpos/subjetividades e existências. A escolha por investigar os sujeitos autodeclarados "pardos" parte da constatação de que essa categoria, muitas vezes tratada apenas de forma estatística pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, encobre uma multiplicidade de experiências marcadas por disputas simbólicas, dilemas de pertencimento e processos de invisibilização. Esta última atualmente tensionada por movimentos sociais de base ou movimentos coletivos em redes sociais. Estes que pouco compreendem os avanços derivados da

construção organizada pela vanguarda dos Movimentos Negros em instituir a categoria "Negro", a partir de marcadores sociais, o que possibilitou as políticas públicas voltadas para essa população geradas nas últimas décadas. O "pardo" é, nesse sentido, uma figura estratégica da política racial brasileira, pois sua indefinição permite tanto a manutenção da estrutura racial quanto a captura de narrativas de resistência – e resistência aqui entendida como pensada por Foucault, ou seja, uma resposta ao Poder e não somente uma posição na Política partidária mais revolucionaria ou progressista.

Ao reconhecer a produção da subjetividade como atravessada pela colonialidade e pelo racismo, o estudo busca lançar luz sobre os efeitos psíquicos de habitar essa fronteira racial de sujeitos não-branco com a branquitude. Esta aqui compreendida como um regime de poder que organiza sentidos, valores e normatividades, que aparece como o horizonte simbólico que captura o desejo de muitos sujeitos. Quanto a sujeitos negros esta captura não ocorre sem sofrimento psíquico, pois impõe modelos ideais de identidade que desautorizam o sujeito e sua inscrição no mundo (FANON,1952).

Assim, o trabalho orientado pela pesquisa é mais do que compreender os efeitos do racismo sobre um segmento específico da população Negra brasileira. Trata-se de contribuir para o alargamento do debate sobre subjetividade, racismo e raça no Brasil, tensionando os modos de classificação racial e reivindicando o direito à existência plena dos sujeitos negros atravessados pelas políticas de miscigenação. Por fim, a questão encontra aporte nas demandas de seu tempo e espaço, por ser o que hoje chamamos de contemporâneo um algo que requer debates do que é mínimo e, ainda sim, essencial. Em um tempo onde o ódio ao outro se agiganta, que possamos questionar estruturas para além daquilo que aparece na superfície, localizando um espaço comum para além das polarizações das narrativas.

Escuta Preta: práticas de acolhimento à estudantes negros na universidade

Joice Roberta Modesto (UFSC), Lia Vainer Schucman (UFSC)

As relações raciais e o racismo permanecem como um dos desafios centrais para a compreensão das dinâmicas sociais contemporâneas, não sendo diferente no contexto universitário. O racismo estrutural, herança de um projeto colonial e escravocrata, segue impactando profundamente a vida da população negra, restringindo o acesso a direitos, oportunidades e à própria cidadania. No campo educacional, especialmente no ensino superior, a exclusão histórica de estudantes negros foi naturalizada por décadas, fazendo das universidades públicas espaços elitizados e majoritariamente brancos. Mesmo com a implementação de políticas afirmativas e o avanço dos movimentos negros, que ampliaram o acesso de estudantes negros às universidades, a permanência dessas pessoas segue marcada por obstáculos complexos, como o racismo institucional, sentimento de inadequação e e o sofrimento psíquico. É nesse contexto que a Psicologia Social é convocada a repensar seu compromisso, buscando compreender e transformar as dinâmicas que estruturam as relações humanas em contextos de desigualdade. O desafio não se resume ao acesso, segue também pela necessidade da construção de ambientes universitários verdadeiramente democráticos. O presente trabalho insere-se nesse debate, apresentando uma reflexão crítica e um relato de experiência sobre o projeto de extensão Escuta Preta, desenvolvido na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que se propõe a criar espaços de escuta e acolhimento para estudantes negros, enfrentando de modo direto os efeitos do racismo no cotidiano universitário.

O trabalho tem como objetivo central compartilhar a experiência do projeto Escuta Preta, analisando criticamente seus efeitos clínicos e psicossociais, bem como sua fundamentação ética e contextualização histórico-institucional. Pretende-se compreender de que modo a participação em grupos de escuta favorece a elaboração das experiências de racismo, o fortalecimento do pertencimento e a construção de redes de apoio entre estudantes negros. Além disso, busca-se discutir as estratégias de acolhimento e intervenção psicossocial adotadas, situando-as no contexto mais amplo das políticas de permanência e da luta por equidade racial no ensino superior. Por fim, esse trabalho reflete sobre o papel da extensão universitária como espaço de articulação entre ensino, pesquisa e transformação social, destacando a importância de práticas comprometidas com a justiça racial.

A proposta do trabalho dialoga diretamente com o GT "Psicologia e relações raciais no Brasil do século XXI: aspectos históricos, teóricos e metodológicos", ao articular diferentes dimensões do debate sobre relações raciais no contexto universitário. O projeto Escuta Preta se insere na luta por acesso e permanência negra na educação, tensionando a universidade como espaço de reprodução de hierarquias raciais e exclusão simbólica. Teoricamente, mobiliza conceitos como racismo institucional, saúde mental da população negra e aquilombamento, promovendo uma análise crítica dos mecanismos psicossociais que sustentam o racismo e das estratégias de resistência construídas coletivamente. Metodologicamente, propõe intervenções grupais e práticas extensionistas como ferramentas de transformação social, alinhando-se ao compromisso do GT de construir práticas psicossociais antirracistas e de valorizar os saberes e experiências das populações racializadas.

A fundamentação teórica do projeto articula diferentes campos do conhecimento. A teoria crítica de raça oferece um aporte fundamental para a compreensão das dinâmicas de exclusão, discriminação e resistência

vivenciadas por estudantes negros no contexto universitário. No âmbito deste trabalho, a teoria crítica de raça contribui para desvendar os mecanismos sutis e explícitos de racismo presentes no cotidiano acadêmico, orientando o olhar para os efeitos psicossociais dessas experiências na saúde mental e no pertencimento dos estudantes negros. As epistemologias negras, representadas por autores como Fanon, Lélia Gonzalez e Grada Kilomba, fundamentam a valorização dos saberes e práticas de resistência da população negra, ressaltando a importância de espaços coletivos de aquilombamento e fortalecimento. Complementam essa base teórica os estudos sobre políticas afirmativas e permanência universitária, que analisam o impacto das ações afirmativas na reconfiguração das universidades e nos processos de subjetivação dos estudantes negros.

O Escuta Preta está em desenvolvimento como projeto de extensão, atualmente em sua sexta edição, tendo como público-alvo estudantes negros da UFSC. A iniciativa estrutura-se em torno da realização de grupos de escuta, conduzidos por psicólogos e estagiários negros, sob supervisão da professora Lia Vainer Schucman. Os encontros, realizados semanalmente, por cerca de nove encontros por semestre, utilizam técnicas de grupo reflexivo e discussões temáticas alinhadas às demandas específicas da população negra universitária. Os temas emergentes vêm sendo sistematizados por meio de registros de campo, relatos dos participantes e supervisões clínicas, permitindo uma análise qualitativa dos processos vivenciados.

A metodologia adotada prioriza a horizontalidade, o respeito à singularidade dos participantes e a valorização dos saberes, promovendo a participação ativa dos estudantes na construção das pautas e na avaliação dos resultados. O projeto também mantém como princípio norteador a fundamentação ética das práticas de acolhimento, orientando-se pelo compromisso com a valorização da diversidade e o enfrentamento das desigualdades raciais.

Ao longo das edições em curso, o Escuta Preta vem realizando grupos de escuta que envolvem estudantes negros de diferentes cursos e níveis acadêmicos. A análise dos encontros revela a recorrência de temas como o ideal do negro, as tensões nos relacionamentos interraciais, o sentimento de inadequação e solidão em ambientes majoritariamente brancos, a busca por espaços de positivação da negritude e o aquilombamento como forma de resistência e apoio mútuo. Os relatos dos participantes evidenciam o impacto do racismo institucional e das microagressões cotidianas sobre a saúde mental, o engajamento acadêmico e o senso de pertencimento.

Entre os resultados, destaco nesse trabalho o fortalecimento dos vínculos entre os participantes, a promoção de um sentimento de pertencimento e a criação de um ambiente mais acolhedor em uma instituição historicamente marcada pela hegemonia branca. A experiência do Escuta Preta evidencia que a inclusão racial no ensino superior exige ir além do acesso, demandando o enfrentamento das estruturas institucionais que perpetuam o racismo e a exclusão simbólica. A criação de espaços de escuta, acolhimento e fortalecimento é fundamental para garantir não apenas a presença, também a permanência de estudantes negros nas universidades. O projeto demonstra que a Psicologia, ao assumir uma postura ética e politicamente comprometida, pode atuar como agente de transformação social, promovendo a desconstrução de discursos discriminatórios e a construção de novas formas de solidariedade e convivência. Ao mesmo tempo, reforça a urgência de políticas institucionais de permanência que articulem apoio psicológico, assistência estudantil e revisão curricular antirracista, para que as conquistas do acesso se traduzam em experiências universitárias verdadeiramente inclusivas e transformadoras para a população negra.

Palavras-chave: psicologia, relações raciais, clínica escola, saúde mental, grupos reflexivos

"Eu sou uma pessoa muito forte": afetos, ética e autodefinição nas relações étnico-raciais contemporâneas

Helda da Silva Moreira Roque (UNICAMP), Elisabete Figueroa dos Santos (UNICAMP), Iolete Ribeiro da Silva (UFAM)

Introdução

Esta comunicação apresenta um recorte da tese de doutorado em andamento, que investiga como professoras negras do ensino médio, articulam compreensões de si e negociações de autodefinição, a partir de suas experiências, diante das violências raciais e da exclusão socioeconômica. Partimos da necessidade de discutir e compreender como sujeitas/sujeitos resistem aos reflexos cotidianos da fragilização dos laços coletivos e da autoexploração imposta subjetivamente pelas lógicas ocidentais, diferenciando as agências autônomas e espontâneas da reprodução do racismo, em que predomina a ideia de mulheres negras devem sempre ser fortes e resistentes. Pois um corpo descansado e cuidado é um corpo mais resistente, saudável e político, na mobilização dos afetos e da ética que regula as relações sociais e comunitárias.

Objetivo

Discutir como professoras negras do ensino médio articulam compreensões de si e negociações de autodefinição a partir de suas experiências, formações, afetos e ética, forjando subjetividades insubmissas diante das violências raciais e da exclusão socioeconômica.

Relação com o GT

Propomos refletir com os propósitos do GT ao pensar a constituição de subjetividades negras em contextos educacionais e raciais atravessados por políticas de silenciamento e apagamento epistemológicos. Discute os efeitos da necropolítica, da colonialidade do saber e do ser na subjetividade de mulheres negras educadoras, articulando conceitos do feminismo negro, das relações étnico-raciais e das epistemologias afropindorâmicas. A abordagem metodológica é intencional e insurgente, desloca-se a postura da neutralidade para a valorização da escuta sensível, política e ética das experiências como campo legítimo de produção de saber.

Orientação teórica

Abordaremos o conceito de autodefinição e as concepções de afetos e autocuidado de mulheres negras (Collins, 2016), com reflexões com as cosmopercepções afrodiaspóricas (Evaristo, 2026) e cosmovisões indígenas (Krenak, 2020, Núñez, 2023). Elencamos como partes das narrativas sobre compreensões de si e negociações de autodefinição indicam as potências de resistências, insurgências como tecnologias ancestrais, uma vez que rompem com a lógica colonial e recriam possibilidades da continuidade de suas vidas. Considerando que o capitalismo, tem devastado não apenas os biomas, mas todas as formas de existir. Não obstante, quando não mata o corpo físico aliena a subjetividade, pois o neocolonialismo busca o domínio subjetivo, de pessoas racializadas e de vínculos sociais precários e precarizados

O sofrimento e adoecimento psíquico não é um efeito colateral, mas um objetivo estratégico do sistema neoliberal (Safatle, 2021), pois nesse contexto, a necropolítica busca subalternizar, desestabilizando a autoestima e a autodefinição, inferiorizando e tentando paralisar as ações políticas (Mbembe, 2014). Assim, o poder não atua na esfera social, mas internamente, através da colonialidade do ser (Quijano, 2005), do silenciamento, da culpa e da perda da identidade racial (Fanon, 2020; Souza, 2021).

Estratégias metodológicas

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

Este é um recorte de uma pesquisa empírica, com abordagem qualitativa. interseccional e decolonial, com uso da entrevista em profundidade. Participaram três professoras negras, de faixa etária 47 a 56 anos, com mais de 14 anos de experiência na docência do ensino médio. Foi usada a análise temática (Braun; Clarke, 2006). Discutimos a autodefinição, os afetos e a ética para o bem viver, da professora Neusa, de 56 anos, licenciada em Filosofia.

Resultados

A professora Neusa trouxe uma foto de uma visita que fez ao Museu Afro-brasileiro em São Paulo, atividade do curso de pós-graduação, na terceira entrevista com objeto. Relatou que sua participação na pesquisa, possibilitou revisitar sua história, pois afirmou que falar dessas experiências a possibilitou sair da invisibilidade das violências simbólicas e do aniquilamento das subjetividades, da sua realidade profissional. Ao falar do vínculo profissional precarizado, que a condiciona a continuar trabalhando após a aposentadoria, demonstra ser uma voz persistente e resistência frente à necropolítica que subjuga as subjetividades de pessoas dissidentes, insurgentes e insubmissas (Mbembe, 2014). Como lembra Evaristo (2016, n;p.) “Eles combinaram de nos matar,” mas nós “combinamos de não morrer". A professora Neusa faz uma reflexão potente, emancipada e também emancipadora, ao se autodefinir como uma mulher forte frente às dificuldades e desafios:

(...) percebi que eu sou uma pessoa muito forte, sabe? (...) Hoje eu posso descansar um pouco, (...) tomar mais cerveja, ser feliz, viajar mais, porque é, na verdade, ser pobre, negra, numa cidade de periferia, né, que é onde eu nasci, onde eu morei. Chegar aonde eu cheguei, eu acho que eu cheguei muito longe e, assim, e eu me percebo ainda com muita energia, sabe? Quem sabe publicar um livro, escrever mais, sabe (...) Me dá aquela inspiração, aquela energia boa (Professora Neusa, 56 anos, entrevista 3, grifo nosso).

A autodefinição da professora Neusa não é acrítica e nem descontextualizada da sua realidade. Sua fala evoca a potência do autocuidado, do reconhecimento de si como insurgência subjetiva e epistêmica. Ela se autoavalia e avalia sua trajetória, permite se cuidar, divertir-se, viajar e ser feliz, mas com o foco de estudar para passar num concurso público e após estágio probatório, aposentar-se. Isso condiz, com Collins (2016, p.103) afirma que a autodefinição remodela o diálogo entre o que os estereótipos e controle de imagens e daquilo que a mulher negra emancipada produz sobre si mesma.

Ainda ao resgatar as ideias de Baldwin, (1980) de que as mulheres negras “rejeitem opressão psicológica internalizada” frente ao “dano potencial à autoestima de mulheres afro-americanas causado pelo controle internalizado pode ser grande, até para aquelas que estão preparadas” (Collins, 2016, p.106). A autoestima de pessoa racializada pode ser afetada pelos discursos e padrões eurocêntricos, pois vivemos bombardeados com a produção imagética de que a beleza está em ser branca, magra e cis-hétero, (Núñez, 2023, p. 155).

A autodefinição e autoavaliação promovem a autoestima saudável e emerge como prática discursiva, política e corporal, atravessada por memória, dor, ancestralidade, mas também por humor, solidariedade e criação de tecnologias ancestrais. Assim como o ideário da imagem da mulher negra forte deve ser crítico: embora potente, não pode naturalizar sobrecargas e apagamentos. É necessário o resgaste da ética da coletividade e do bem viver, no qual a construção de autoestima deve ser coletiva, sem a autoculpa pelo desconforto consigo frente às privações de suas necessidades e condições básicas. Antes de ser um aspecto psicológico individual, a autoestima se constitui de aspectos políticos e sociais, pois “precisa de alimentos, de moradia, de trabalho digno para fortalecer, de relações” (Núñez, 2023, p. 156).

Conclusões

É necessário e urgente compreendermos que, por conta do apagamento das práticas e dos saberes dos povos originários, das pessoas negras escravizadas e em diásporas, falar sobre afetos, espiritualidade, cura e outros processos de cuidados, que não estejam ligados à farmacêutica e terapias ocidentais eurocêntricas, é um movimento que gera desconfiança e posturas arredias.

Uma trabalhadora negra, como nossa participante, precisa sempre renegociar interna e externamente tempo e recursos financeiros para cuidar de si, manter redes de afetos e gostar de si. Numa sociedade em que um corpo político dissidente - seja ele negro ou indígena - é visto apenas como peça da grande engrenagem do Capital, torna-se política a postura de desacelerar, de se cuidar e buscar relações de afeto e coletividade. Seja fazendo atividades físicas, psicoterapia, práticas espirituais individuais e coletivas, viajar de férias, definir os limites de carga de horário de trabalho e estudos. Para que estar mais próxima de si e de sua família não se torne um desafio constante.

Defendemos aqui também que o autocuidado, o descanso e o afeto são ancestrais e precisamos retomá-los como elementos fundantes de nossa resistência e continuidade da vida; e para o futuro emerge o chamado à reconstrução do bem viver.

REFERÊNCIAS

BRAUN, V.: CLARKE, V. Using thematic analysis in psychology. Qualitative Research in Psychology, 3 (2). p. 77-101. ISSN 1478-0887 DOI: http://dx.doi.org/10.1191/1478088706qp063oa Disponível em : http://eprints.uwe.ac.uk/11735. 2006. Acesso em 24/02/2024.

BALDWIN, J. A. The psychology of oppression. In: ASANTE, M.K.; VAN DI, A. S. (Eds.). Contemporary black thought, p. 95-110. Beverly Hills: Sage,19 80.

COLLINS. P. H.: Aprendendo com a outsider within*:a significação sociológica do pensamento feminista negro**. Trad. Juliana de Castro Galvão. Revisão: Joaze Bernardino- Costa. Dossiê: Decolonialidade E Perspectiva Negra. Revista Sociedade e Estado – Vol.31 Número 1 Janeiro/Abril 2016 p. 99-127. DOI: https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100006

EVARISTO. C. Olhos d'água. 1. ed.3ª reimp. – Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2016, (livro digital).

FANON, F. Pele negra, máscaras brancas. Trad. Sebastião Nascimento e colaboração de Raquel Camargo. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

MBEMBE, A. Crítica da Razão Negra. 1a. ed. Portugal: Editora Antígona, 2014.

KRENAK. A. A vida não é útil. Pesquisa e organização: Rita Carelli. São Paulo: Companhia das Letras. 2020 (livro digital).

NÚÑEZ, G.. Descolonizando afetos: Experimentações sobre outras formas de amar. São Paulo: Paidós, 2023.

QUIJANO, A.. "Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina" In: LANDER, E. (org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. CLACSO, Buenos Aires, Argentina. 2005.

SAFATLE, 2021; A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral. In: SAFATLE, V., SILVA JÚNIOR, N., DUNKER, C. (Org.) Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico. Autêntica: Belo Horizonte. 2021 (livro digital)

SOUZA, N. S. Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

Formação em Psicologia e Marcadores Sociais: Um Diagnóstico Curricular nas Universidades Públicas brasileiras

Renata Meira Veras (UFBA), Igor Felipe Benatti (UFBA), Mônica Lima de Jesus (UFBA), Maricelly Gómez (UFBA), Vitória Batista Calmon de Passos (UFBA)

É compromisso da Psicologia enquanto ciência e profissão reconhecer as múltiplas experiências marcadas por opressões múltiplas a fim de romper com modelos tradicionais que ignoram as diferenças. Isso implica não apenas na transformação da prática profissional, mas, também, na necessidade de repensar os modos de produzir conhecimento e formar profissionais. Temos o objetivo de fomentar por meio desse estudo a discussão acerca da necessidade de transformação dos currículos em Psicologia das universidades públicas do país com destaque para os marcadores sociais de gênero, raça, classe e sexualidade, como forma de romper com o saber epistêmico hegemônico alicerçado na Psicologia. Para isso, apresentamos os achados da pesquisa "Repercussões e desafios da presença dos marcadores sociais na formação em psicologia: uma análise das matrizes curriculares (MC) de cursos de graduação e pós-graduação de universidades públicas no Brasil". Esta pesquisa vem ao encontro do XXIII Encontro Nacional de Psicologia Social da ABRAPSO que visa promover a visibilidade e a troca de conhecimentos e experiências no campo da psicologia social através da sua interface na produção acadêmica, nos movimentos sociais e na gestão pública, de modo a construir conhecimentos críticos que corroboram para a superação dos problemas sociais que vivenciamos em nosso país.

Como delineamento metodológico desta pesquisa documental, foram construídos sete passos que possibilitaram a coleta e a análise dos dados: 1) levantamento dos cursos de psicologia por meio do Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (Cadastro e-MEC); 2) coleta e análise das matrizes curriculares; 3) coleta dos PPCs/ementários; 4) análise de convergência entre as matrizes curriculares e os PPCs/ementários; 5) solicitação PPCs/ementários divergentes via e-mail; 6) análise do PPCs/ementários e 7) revisão por pares dos PPCs/ementários.

A amostra foi composta por 66 universidades e equivalente a 99 cursos/matrizes curriculares, pois considerou-se as diferentes matrizes por campus, formação em psicologia e/ou licenciatura como cursos diferentes. Ao comparar as 99 matrizes curriculares com os seus respectivos PPCs/ementários, concluímos que 40 deles estavam com divergências por dois motivos: 1) estavam desatualizados em razão de alguma informação divergente ou com alguma ementa faltando; 2) o PPCs/ementários não foram localizados ou estavam com o acesso indisponível no site da sua universidade. Sendo assim, foi necessário solicitar os 40 PPCs/ementários divergentes via e-mail aos seus respectivos coordenadores/as de curso.

Desponta a necessidade das universidades e dos programas de graduação em Psicologia de algumas universidades públicas do país, se aterem ao compromisso para com a Lei de Acesso à Informação - nº 12.527/11, em que prevê o dever das universidades públicas em fornecer de maneira explícita, acessível e atualizada, as informações sobre os projetos políticos pedagógicos completos das grades de seus cursos. Para além da negligência de algumas universidades acerca da atualização e da manutenção das informações em seus sites, a falta de compromisso também é observada na ausência das respostas dos e-mails. Uma vez que, dentre os 40 PPCs solicitados, apenas 15 universidades responderam de maneira aderente às questões metodológicas deste estudo. Sendo assim, 25 matrizes

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

curriculares não foram incluídas no estudo por estarem inacessíveis à consulta pública. Nesta direção, a análise foi realizada com 74 matrizes curriculares referentes a 66 universidades.

Concluída essa complexa etapa, a análise das informações foi iniciada com o auxílio do software Iramuteq, especialmente, com análise de classificação hierárquica descendente (CHD) da amostra definida. Identificamos três classes compondo as referidas matrizes curriculares. Na análise foram contabilizadas 11.005 ocorrências (palavras, vocábulos e formas) e destas, 1.526 corresponderam a palavras diferentes e 630 foi o número de palavras com frequência única. No dendrograma gerado pelo Iramuteq notamos que a classificação deu origem a três classes terminais: Classe 1, com 82 ST (48,52%), Classe 2, com 26 ST (15,38%) e Classe 3, com 61 ST (36,09%). O percentual de cada classe reflete a sua representatividade no conjunto de textos analisados. A criação de três classes demonstra que na análise ocorreram somente duas partições: a primeira, que dividiu o corpus em dois blocos distintos e originou a classe 3 que denominaremos de interdisciplinar; e a segunda, que separam as classes 1 e 2 denominada aqui como intradisciplinar. A origem comum destas últimas indica maior proximidade temática entre elas.

A classe 3 (interdisciplinar) está especialmente expressa pela presença da antropologia/sociologia e áreas afins à Psicologia em discussões sobre cultura, sociedade e a dimensão étnico-racial. Alguns enfoques nas disciplinas desta classe se deram sobre as discussões acerca de cultura e identidade, aspectos aplicados ao contexto dos povos indígenas e quilombolas e, ainda, menções a diversidade étnico-racial e sexual, mas estas últimas de maneira menos aprofundada. Dessa forma, a atuação da Psicologia nas universidades da região Norte do país, ao reconhecer e abordar as realidades e vivências das comunidades indígenas e quilombolas, pode sinalizar uma preocupação interseccional e sensível às especificidades culturais da região. Como exemplo, podemos observar uma maior presença de disciplinas dessa classe nas Universidade Federal de Rondonópolis e Universidade Federal de Rondônia. Vale destacar que os currículos das universidades Universidade Federal do Mato Grosso e Universidade Federal do Mato Grosso do Sul também contribuem para essa discussão ao olhar para as experiências indígenas em suas regiões.

Já as classes 1 e 2 conformam a categoria intradisciplinar, especificamente a subárea da psicologia social e/ou de áreas profissionais (exemplo, psicologia escolar/educacional e da saúde). As disciplinas dessas áreas tendem a se dedicar a estudos de temáticas em torno da noção de indivíduo-sociedade em relação às violências, direitos humanos e também sobre os fazeres das psicólogas nas diversas políticas públicas. Com mais detalhes, na classe 1 foi evidenciada a presença de temáticas articulando os marcadores sociais raça gênero e classe à prática profissional em psicologia, sobretudo nos contextos educativos e sociais. Este conjunto refletiu a existência nos currículos de disciplinas que se dispõem a promover sensibilidade crítica, voltadas principalmente à formação ética e política dos estudantes e abordando as desigualdades de forma aplicada e contextualizada. Destacaram-se nesta classe as disciplinas de Psicologia escolar, comunitária e educacional e as abordagens dadas por elas às discussões acerca dos marcadores sociais no contexto institucional. As universidades que se destacam nessa classe são a Universidade Estadual do Piauí e a Universidade Estadual Paulista, campus Bauru, que possuem mais de uma disciplina no campo da educação que contempla os marcadores sociais.

Na classe 2 destacamos a representação de um núcleo mais avançado e transformador da formação em psicologia, trazendo discussões robustas acerca dos conceitos de raça e subjetividade. Alguns dos temas predominantes foram racismo, preconceito racial, branquitude e negritude, ressaltando o debate sobre a produção da subjetividade racializada. Além disso, discussões sobre relações étnico-raciais, com enfoque na

atuação crítica da psicologia frente à colonialidade e ao racismo estrutural também estavam presentes. Nessa classe, destacamos como exemplos disciplinas específicas que relacionam a Psicologia às questões étinico-Raciais em algumas das universidades que apresentam mais de 05 disciplinas aderentes aos objetivos deste estudo: Universidade Estadual de Feira de Santana, Universidade Estadual de Minas Gerais, Universidade Estadual de Maringá e Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Contudo, em geral os resultados apontam para uma formação em psicologia incipientemente antirracista, distante de perspectivas feministas e devedora de conteúdos que problematizem e orientem fazeres mais pertinente à desigualdade social brasileira. Há a urgente necessidade de reformas de projetos político-pedagógicos, que incluam em suas matrizes curriculares os marcadores sociais e adotem a interseccionalidade na formação em psicologia. Este estudo apresenta, portanto, um diagnóstico de algumas propostas exitosas em universidades que consideram importante a inserção de marcadores sociais na formação da psicóloga, contribuindo para a formação sensível e crítica consoante com a realidade brasileira.

Psicologia social e do trabalho: contribuições de mulheres quilombolas para construção de outra laborização

Fabrício Ferreira (Centro Universitário Unieuro), Cláudia de Oliveira Alves (UNB)

Introdução:

O trabalho tem sido concebido como uma das principais formas de organização da vida social, material e subjetiva. Contudo, as definições hegemônicas desse conceito carecem de revisões profundas quando confrontadas com a realidade de sujeitos historicamente marginalizados, em especial a população negra e quilombola. No Brasil do século XXI, marcado por permanências coloniais e pela intensificação das desigualdades raciais e de gênero, é imprescindível repensar as categorias que orientam nossa compreensão sobre o campo do trabalho. Dessa maneira, este estudo parte da escuta e da valorização das perspectivas de mulheres quilombolas da Comunidade Quilombola de Mesquita (GO), buscando tensionar a lógica capitalista, patriarcal e colonial que estrutura a laborização contemporânea. As falas dessas mulheres revelam outras formas de produzir vida, trabalho e território, ancoradas na coletividade, na cultura e na ancestralidade.

Objetivo e relação com o tema do GT:

O objetivo central deste estudo foi investigar como mulheres quilombolas do Quilombo de Mesquita definem e vivenciam o trabalho, articulando essas conceituações com o território, a subjetividade e a coletividade. Mais do que uma investigação descritiva, a pesquisa propõe uma análise crítica das concepções ocidentais de trabalho a luz dos saberes quilombolas, propondo a emergência de uma outra laborização não centrada na produtividade, mas na dignidade, na manutenção da vida e na justiça social. Além disso, esta pesquisa se insere diretamente nas discussões propostas pelos GTs ao problematizar as conceituações sobre trabalho junto as experiências negras, especialmente as de mulheres quilombolas, propondo alternativas que circulam fora da lógica da precarização, caminhando pela via do compromisso ético-político. O estudo dialoga com autores como Lélia González (2020), Beatriz Nascimento (2021), Clóvis Moura (1988) e Martín-Baró (2014), que denunciam a colonialidade do saber psicológico e a urgência de perspectivas comprometidas com a justiça racial. A pesquisa também contribui com o debate metodológico ao propor uma escuta situada e respeitosa dos saberes quilombolas, considerando que os quilombos são espaços de produção de subjetividades, memória e vida, elementos fundantes para uma psicologia verdadeiramente comprometida com a transformação social e racial no Brasil.

Abordagem teórica:

A fundamentação teórica desta investigação se ancora na Psicologia Social do Trabalho em diálogo com a Psicologia Política Latino-Americana. Martín-Baró (2014) critica a psicologia que se distancia dos processos históricos e sociopolíticos que conformam a subjetividade, propondo uma psicologia comprometida com a libertação dos povos oprimidos. Neste estudo, essa crítica é mobilizada para questionar como o campo da Psicologia do Trabalho, ao se aproximar de interesses empresariais e neoliberais, contribuiu para o apagamento de outras formas de trabalho. Simultaneamente, autores como Lélia González (2020) e Sueli Carneiro (2011) demonstram como raça e gênero são estruturantes das relações sociais e das experiências laborais no Brasil. González propõe o conceito de amefricanidade, que articula epistemologias negras das Américas como resistência ao colonialismo e ao racismo estrutural. Essa perspectiva é essencial para compreender como o trabalho é vivenciado por mulheres negras em contextos quilombolas, em que território e ancestralidade são inseparáveis da prática laboral. Clovis Moura (1988) e Nego Bispo & Pereira (2023) também contribuem com a compreensão do quilombo como espaço de radicalidade polifítica, onde a vida é organizada a partir de uma lógica contracolonialista.

Método:

O estudo segue uma metodologia qualitativa e exploratória, por meio da realização de grupos focais com nove mulheres quilombolas do Quilombo Mesquita, território localizado a 50 km de Brasilia (DF), com 278 anos de resistênncia. A escolha pelo grupo focal se justifica pela valorização das trocas entre as participantes e pela ressonância com a lógica de circularidade própria dos saberes quilombolas. Foram realizados três encontros em agosto de 2024, sendo dois presenciais, nos espaços comunitários da comunidade e um remoto, via Google Meet. As participantes, com idades entre 36 e 72 anos, com formações diversas (turismo, engenharia agronômica, pedagogia, serviço social) e atuam em múltiplos campos (educação, agricultura, coordenação comunitária, comércio). As falas foram gravadas, transcritas, e analisadas com apoio do software ATLAS.ti 24, a partir da metodologia de análise temática proposta por Braun e Clarke (2006). Utilizou-se também o procedimento de checagem dos membros (Buchbinder, 2014), garantindo que as participantes pudessem revisar, comentar e validar as interpretações feitas.

Resultados:

A análise dos grupos focais revelou quatro eixos principais na concepção de trabalho apresentada pelas mulheres quilombolas. Um primeiro aspecto sobre trabalho como preservação da vida e do território em que o trabalho não é visto como meio de acúmulo, mas como forma de manter a vida em comunidade, garantir a titulação da terra, da agricultura de subsistência, dos rituais religiosos da garantia de autonomia, da manutenção da identidade e da continuidade cultural da comunidade. O segundo aspecto encontrado apresenta a dimensão do trabalho e prazer, em que, diferente da lógica urbana-capitalista de produtividade e sacrifício, as participantes afirmam que o trabalho deve ser fonte de realização, prazer e bem viver. A produção é orientada pela qualidade de vida, não pela maximização de lucros. Por conseguinte, tem-se a terceira dimensão que traz o trabalho como resistência ao neoliberalismo e ao racismo estrutural. As falas mostram que o trabalho pensado a partir da perspectiva quilombola é, antes de tudo, uma prática de resistência ao agronegócio, a grilagem de terras e as violências institucionais. Por fim, a última dimensão apresenta o trabalho atrelado a dimensão de saúde mental. As participantes reconhecem os impactos do trabalho precarizado sobre a saúde mental, especialmente quando é desempenhado fora do território. Ainda, a centralidade do território como espaço de cuidado, pertencimento e subjetivação emerge como um contraponto a lógica adoecedora do trabalho colonialista que fragmenta e obstrui as vias para cuidado e manutenção de saúde mental.

Conclusão:

Em síntese, o estudo revela que as mulheres quilombolas operam uma ressignificação radical da ideia de trabalho. Suas concepções e práticas laborais deslocam o eixo do lucro para a vida, da produtividade para a coletividade, da alienação para o pertencimento. Trata-se de uma outra lógica de laborização enraizada no território, nos afetos, na ancestralidade e na ética comunitária. Do ponto de vista da Psicologia, esses achados tensionam a necessidade de repensar tanto suas categorias analíticas quanto suas práticas profissionais. A Psicologia Social do Trabalho, ao dialogar com os saberes quilombolas, pode se reorientar para práticas mais emancipatórias, centradas na dignidade e no bem-viver. Isso exige uma abertura epistêmica e metodológica que reconheça os quilombos como territórios de produção de conhecimento e como parceiros na reconstrução de uma prática antirracista, decolonial e ética. Ao propor essa interlocução entre Psicologia, relações raciais e saberes quilombolas, este estudo não apenas contribui com a crítica aos modelos hegemônicos de trabalho, como também semeia caminhos para uma perspectiva psicológica comprometida com a vida coletiva e vinculada ao território.

"Quem sabe faz a Hora": militância, imprensa negra e o discurso racial brasileiro.

Hildeberto Vieira Martins (UFF), Júlia Fernandes da Silva (UFF)

O presente trabalho objetiva dar continuidade aos estudos realizados anteriormente pelo projeto de pesquisa intitulado "Os saberes psi e o debate racial brasileiro: apontamentos históricos", que tinham como questão principal o debate racial brasileiro a partir de um recorte histórico-temporal que abarca o período de 1930 a 1960. Nesse sentido, a presente pesquisa se baseou na investigação do surgimento de novas lideranças do movimento negro nas primeiras décadas do século XX, e entre elas podemos citar a figura de Alberto Guerreiro Ramos, que tecia críticas referentes aos processos políticos e sociais da época e propunha formas de desconstruir as ideias sobre o negro e a temática racial presentes nos trabalhos acadêmicos durante esse período.

A nova etapa da pesquisa visa dar prosseguimento ao estudo dos movimentos negros no estado do Rio de Janeiro, em especial a União Cultural dos Homens de Cor (UCHC) a fim de analisar as suas contribuições para o debate da questão racial brasileira a partir da leitura dos principais jornais cariocas que circulavam na época pesquisada, privilegiando os debates presentes naquilo que historicamente ficou definido como "imprensa negra". Como forma de contextualizar esse período e o impacto da participação negra no debate racial brasileiro, discutimos também a atuação da Frente Negra Brasileira (FNB) e do Teatro Experimental do Negro (TEN), órgãos criados respectivamente na década de 1930 e 1940, e que adquiriram maior visibilidade pública comparativamente a outros agrupamentos negros surgidos nesse momento histórico (Domingues, 2007). Partimos da premissa que no Brasil há a produção recorrente de um "apagamento" da atuação e do papel de certas organizações e personagens que contribuíram para a construção coletiva do movimento negro brasileiro e da "imprensa negra". Nesse sentido, a imprensa negra configura-se como um campo social importante que refletia o pensamento social e político da população negra brasileira durante um período de surgimento de explicações científicas e leigas sobre a constituição étnico-racial no Brasil. Portanto, resgatar esse debate se traduz como forma de resgatar ideias, mobilizações e lideranças frequentemente esquecidas pelos pesquisadores que se debruçam sobre o tema das relações étnico-raciais brasileiras.

O início do século XX foi marcado pela consolidação das teorias raciais no campo acadêmico. O debate racial brasileiro hegemônico se constituía, de modo geral, engendrado nos ideais de uma suposta "democracia racial", ou seja, na ideia de que todas as raças conviviam harmonicamente no Brasil, pressupondo que as mesmas tivessem oportunidades e vivências igualitárias. Clóvis Moura (1988) aborda que historicamente, a sociedade brasileira estabeleceu uma escala de valores baseada na dominação racial, na qual, o grupo mais aceito socialmente seria percebido e compreendido como aquele que mais se aproxima de um ideal "branco", enquanto o indivíduo desvalorizado e repelido socialmente estaria mais relacionado ao idealizado como pertencente ao segmento negro. Esse pensamento dicotômico já pressupõe a dificuldade de uma sociedade composta por relações raciais igualitárias.

Pretendemos discutir os aspectos históricos dos debates raciais no país, refletindo como esse campo de estudos foi majoritariamente ocupado por pesquisadores brancos que estudavam a população negra, partindo de perspectivas etnocêntricas e racialistas. O Projeto Unesco, apesar do seu pioneirismo no questionamento de nossa democracia racial, se tratou de um conjunto de estudos que desconsiderou diversas atuações de entidades negras que protagonizaram articulações políticas em diferentes âmbitos e debates em torno das vivências

dessa população no Brasil. Joselina da Silva (2005) faz uma análise sobre alguns estudiosos brasileiros que se debruçaram sobre as questões raciais na época - Florestan Fernandes, Roger Bastide, Costa Pinto, Thales de Azevedo - demonstrando que algumas das conclusões apontadas por esses pesquisadores podem ser questionadas a partir da leitura e estudo dos jornais negros inseridos naquele contexto.

Durante esse período existiam lideranças e grupos que pensavam, criavam e propunham outras narrativas que ultrapassavam a ideia de democracia racial no Brasil, em especial sobre a questão do negro. O surgimento de novas formas de luta contra o preconceito racial já na década de 30 demonstra a emergência de organizações e lideranças negras que protagonizaram um ativismo político negro pós abolição (Martins, 2018). Nesse contexto, tomamos a trajetória pessoal e política de José Pompílio da Hora, presidente da UCHC no início da década de 1950, como um exemplo paradigmático da concretização dos efeitos do racismo nesse período histórico. Buscando compreender como as questões raciais atingiam protagonistas negros e como tais questões repercutiram nas discussões promovidas pela imprensa, nos valemos como "cenário" revelador o caso de racismo ocorrido contra essa personagem no concurso para a entrada no Itamaraty.

Analisamos os discursos surgidos na imprensa negra a partir de um recorte histórico-temporal nas décadas de 1930 a 1960 no estado do Rio de Janeiro, em concomitância ao pensamento patologizante presente em determinados trabalhos de cunho psicológico em relação ao negro brasileiro. A pesquisa documental foi realizada a partir do site da Biblioteca Nacional (https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital) e do acervo digital do Instituto de Pesquisa e Estudos Afro-Brasileiros (https://ipeafro.org.br/acervo-digital). Além disso, também utilizamos da pesquisa bibliográfica, com fontes primárias e secundárias e de pesquisa biográfica sobre esse autor.

José Pompílio da Hora foi marcado por diversas situações de preconceito racial em suas tentativas de ingressar na carreira diplomática por volta de 1946. O ambiente universitário também foi muito hostil, onde, sendo um docente negro, não recebia reconhecimento similar ao que ocorria em relação a outros professores, considerados brancos. As diversas formas de violências que marcam a trajetória de Pompílio indicam uma sociedade marcadamente racista, que mesmo após a abolição da escravidão, é pautada por discursos desumanizantes de certa parcela de sua população.

A escolha pelo estudo da trajetória de José Pompílio da Hora não ocorre por acaso, afinal Pompílio foi uma figura muito presente em diversos âmbitos do movimento negro, mas é pouco citado e lembrado em comparação a outros personagens. O questionamento sobre o esquecimento de Pompílio da Hora demonstra a inexistência de neutralidade das narrativas hegemônicas, que seleciona quem faz ou não parte da história oficial. De forma semelhante, a psicologia também não é neutra, perpetuando ideias cristalizadas, essencialistas, racistas, que não contemplam a maior parte da população brasileira.

Determinados segmentos da psicologia social vêm questionando a atuação da psicologia quando se trata de discutir e atuar com os corpos e territórios marginalizados, e que muitas vezes reproduz e naturaliza saberes hegemônicos pautados na discriminação racial, seja pelo silenciamento de pensadores negros ou pela reprodução de ideias reducionistas sobre o sofrimento psíquico do negro no Brasil. Nesse contexto, a escolha de submeter uma comunicação oral no GT "Psicologia e relações raciais no Brasil do séc. XXI: aspectos históricos, teóricos e metodológicos" se justifica por nossa pesquisa se alinhar aos seus objetivos, como na seguinte descrição: "Ao investigar os mecanismos psicossociais que sustentam o racismo, a Psicologia Social pode contribuir para a desconstrução de discursos e práticas discriminatórias, promovendo a reflexão crítica e a transformação social.

Além disso, é essencial que a Psicologia reconheça e valorize os saberes e as experiências das populações racializadas, construindo práticas profissionais que sejam culturalmente sensíveis e comprometidas com a justiça social. Este grupo de trabalho busca, portanto, fomentar um espaço de diálogo e produção de conhecimento sobre as relações raciais no Brasil, reunindo pesquisadores, profissionais e estudantes interessados em avançar na compreensão e no enfrentamento do racismo." Assim, a nossa pesquisa dialoga com a proposta do GT ao abordar os aspectos históricos que sustentam o preconceito racial persistente na sociedade brasileira.

A importância de revisitar a história, compreender os contextos e olhar para a história do movimento negro brasileiro é também uma maneira de pensar em alternativas para avançar nos debates raciais no Brasil, visto que pouco se conhece sobre as diversas figuras que propunham outras maneiras de discutir as questões raciais em nossa sociedade. Historicamente, várias áreas da psicologia não têm se preocupado em repensar a história do movimento negro e a sua contribuição para a compreensão dos efeitos subjetivos do racismo sobre a população negra. O perigo da importação de conceitos advindos de contextos diferentes da nossa realidade social (como a norte-americana e europeia) têm impactos diretos nas práticas em psicologia, que se torna descontextualizada e sem compromisso com a população atendida, com psicólogos que em decorrência disso não dimensionam aos impactos subjetivos do racismo, por exemplo.

Pretendemos com esse trabalho propor alguns questionamentos: o que está sendo feito para mudar esse cenário da psicologia brasileira? Nossos autores de referência dialogam teoricamente com o contexto social no qual estamos inseridos? Quem são os personagens 'escolhidos' pela História? Quais a narrativas sobre o movimento negro prevaleceram? Assim, reafirmamos que a construção de uma psicologia brasileira comprometida com o antirracismo é essencial para a valorização de debates que vêm sendo produzidos no Brasil.

Raça, infância e escola: caminhos para o debate

Nicole Xavier Meireles (UERJ)

A infância é uma etapa decisiva na formação da subjetividade. Ao mesmo tempo em que representa uma aposta em novas possibilidades de futuro, também carrega consigo marcas profundas da reprodução de antigos hábitos sociais. A escola, enquanto espaço formador por excelência, não está dissociada das dinâmicas sociais mais amplas; ao contrário, frequentemente opera como reprodutora de desigualdades, inclusive as de ordem racial. Esta pesquisa parte do questionamento sobre como se dá a constituição das identidades de crianças negras e brancas em um contexto marcado por hierarquias raciais que estruturam a sociedade, considerando que a escola, por meio de suas práticas cotidianas, se constitui como um dos principais palcos de manifestação e atualização dessas hierarquias. Este trabalho integra uma pesquisa de doutorado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e tem como objetivo refletir sobre a infância e as relações raciais no contexto escolar, destacando a importância de a psicologia contribuir de forma mais ativa com um debate historicamente conduzido quase exclusivamente pelo campo da educação.

Pretende-se, com esta comunicação, contribuir para o debate sobre o papel da Psicologia frente às desigualdades raciais, especialmente no que tange à infância e ao ambiente escolar, reforçando a importância de um olhar crítico e racializado na formação e na prática de psicólogas(os). Ao abordar a infância como um tempo de formação subjetiva e racial, e ao articular teorias psicológicas com uma análise das práticas escolares, este trabalho se alinha com a proposta do GT "Psicologia e Relações Raciais no Brasil do Séc. XXI" de aprofundar a reflexão sobre a produção psicossocial do racismo e os caminhos possíveis para sua superação.

Do ponto de vista teórico, a pesquisa está ancorada em um conjunto de autoras e autores que refletem sobre o impacto do racismo na constituição do sujeito. Charles Mills, com o conceito de “contrato racial”, fornece a base para compreender como a branquitude é posicionada como norma no tecido social, organizando relações de poder e acesso a direitos. Complementarmente, Cida Bento contribui com a noção de “pacto narcísico da branquitude”, explicando como os sujeitos brancos mantêm seu lugar social por meio de mecanismos de manutenção de vantagens dentro de seu próprio grupo. Essas estruturas afetam diretamente a infância, como mostram os estudos de Neusa Santos Souza, cujas reflexões sobre a construção do “eu ideal” e do “ideal do eu” em sujeitos negros são fundamentais para entender os efeitos psíquicos do racismo desde a infância. A psicanalista mostra como a experiência do sujeito negro no Brasil é marcada por processos de negação de si, internalização da inferioridade e conflitos psíquicos, que se manifestam ainda na infância.

No campo da educação, Eliane Cavalleiro e Cíntia Cardoso são referências importantes para pensar como o racismo opera nas práticas pedagógicas e nos currículos escolares. Ambas demonstram como a ausência de representatividade, o silenciamento de histórias negras e indígenas e a reprodução de estereótipos contribuem para o sofrimento psíquico de crianças negras e para a perpetuação da ideia de superioridade branca entre crianças brancas. Assim, a psicologia e a educação, juntas, podem construir caminhos para uma formação mais equitativa e crítica.

Metodologicamente, esta etapa da pesquisa está centrada em uma revisão bibliográfica de caráter teórico-analítico, com especial atenção à interface entre psicologia, subjetividade e escola. Foram mobilizadas

produções acadêmicas que discutem a formação da identidade racial, os impactos psicossociais do racismo na infância e os modos como a escola participa da manutenção ou contestação dessas dinâmicas. O levantamento bibliográfico compreendeu autores e autoras da psicologia social crítica, da psicanálise, da educação antirracista e dos estudos raciais. A análise dos materiais permitiu articular esses saberes e construir uma base sólida para a posterior etapa empírica da pesquisa, que envolverá escuta ativa com crianças em escolas (públicas e particulares) do Rio de Janeiro através de uma pesquisa-ação.

Os principais resultados da revisão apontam que a construção da identidade racial das crianças ocorre de forma precoce, e que a escola tem papel ativo nesse processo, seja por meio de suas omissões ou de suas práticas explícitas. Crianças negras, desde muito cedo, se deparam com sinais de desvalorização, exclusão e preconceito — que vão desde a ausência de representações positivas em livros didáticos até experiências concretas de discriminação por parte de colegas e professores. Já crianças brancas tendem a internalizar um sentimento de superioridade racial, que se manifesta nas relações afetivas e sociais. O reconhecimento dessas dinâmicas é fundamental para que profissionais da psicologia e da educação possam atuar de forma crítica, contribuindo para romper com o ciclo de reprodução do racismo.

A conclusão desta etapa da pesquisa reforça que a psicologia tem um papel crucial na elaboração de práticas que promovam a igualdade racial no espaço escolar. Ao reconhecer a centralidade da questão racial na constituição subjetiva das crianças, psicólogos(as) podem desenvolver estratégias de escuta, intervenção e formação que contribuam para a construção de subjetividades menos atravessadas por hierarquias e violências raciais. Nesse sentido, é urgente que a psicologia se aproxime dos debates antirracistas e se comprometa com uma práxis transformadora, culturalmente situada e socialmente comprometida. A contribuição da psicologia social crítica, neste campo, é essencial para promover espaços escolares mais justos, nos quais todas as crianças possam desenvolver-se plenamente em sua singularidade, sem que a raça funcione como marcador de exclusão ou de sofrimento psíquico.

Por fim, ao propor uma reflexão crítica sobre a infância e a escola a partir das relações raciais, este trabalho busca fomentar uma psicologia mais comprometida com a justiça social, sensível à diversidade e capaz de transformar realidades. É no cotidiano escolar, com todas as suas contradições, que o racismo se revela, mas também onde podem ser semeadas práticas de resistência e cuidado. Esta pesquisa pretende ser uma pequena contribuição para esse movimento coletivo de reconstrução de subjetividades e de mundos possíveis.

(Re)territorializar os saberes: contribuições das filosofias afro-brasileiras para a psicologia social.

Jordôa Moreira Leite (UFBA)

Para (re)pensar a psicologia social, mas também a psicologia como ciência e profissão, propomos aqui a discussão que envolve a construção de uma base filosófica que também tenha seus pés no território brasileiro, ou afrolatinoamericano. Este trabalho surge a partir de uma experiência em um projeto de extensão, que teve como base construir novos saberes em psicologia, mas totalmente voltados para uma ementa afro e indígena. A metodologia da formação consistia em ler os materiais e confluenciar com as demais pessoas participantes os insights produzidos a partir das leituras, e também como essas leituras atravessavam a vida pessoal e profissional de cada um. Estavam envolvidos na ginga estudantes e profissionais da psicologia, mas neste momento compartilho aqui apenas como essas leituras ecoaram para mim, enquanto mediadora da formação. Com isso, trazemos para a o centro desse trabalho o pensamento de Muniz Sodré (2017), Tiganá Santana Santos (2019), Vanda Machado (2019) e Leda Maria Martins (2021), para apontar em suas escritas conceitos que dialogam com a formação em psicologia social, relações étnico raciais e coletividade.

Durante a formação em psicologia (na graduação) nos foi apresentado diversos filósofos europeus, como por exemplo Heidegger, Sartre, dentre outros, e em todo este percurso formativo só conhecemos um tipo de modo de pensar, de questionar, de filosofar, e ele é branco. Mesmo com os avanços em discussões e pesquisas, ainda hoje nos deparamos com esses saberes hegemônicos.

Indo na contramão disso tudo, Muniz Sodré irá nos apresentar o pensamento nagô como forma de contrapor as filosofias europeias. Quando vamos dialogar seja na pesquisa, durante a construção ou entendimento de uma teoria, ou até mesmo em nossa prática, precisamos pensar nos conceitos de territorialidade, espacialidade que influencia no modo de existir de diferentes grupos. Pensar nagô pode ser uma filosofia para refletir as relações do mundo, e quem mais poderia se adentrar nisso senão a psicologia social? Por muitas vezes tivemos que apenas aceitar uma única história/filosofia para entender o surgimento dos questionamentos acerca do ser humano, do indivíduo. A filosofia produzida fora da universidade, e que muitas vezes não é considerada como uma forma de fazer ciência, está presente em diferentes territórios, como os grandes saberes dos quilombolas, das pessoas que foram escravizadas e dos seus descendentes em diáspora, como por exemplo o saber de Nego Bispo. Se a gente for pensar na construção de outras psicologias, incluindo a psicologia social, precisamos construir em confluência com a população negra, precisamos beber na fonte das filosofias consideradas subalternizadas.

A nossa vivência acaba criando também formas de filosofar. O que se tem como base por exemplo do que é sentir, do que é mente, foi fundamentada a partir também das filosofias europeias, que não se limitou apenas no espaço acadêmico, mas que ditam as regras sociais, de como as pessoas devem viver a sua vida. E tudo isso é atravessado pelo social, e sabemos que o social também atravessa a psicologia. Já a filosofia da aprendizagem que Vanda Machado nos provoca a pensar que por muito tempo existiu uma separação da cultura, como se fosse algo só pra você se divertir, mas que não poderia também ser fonte de aprendizagem. No seu livro Irê Ayo ela nos mostra que o terreiro pode ser espaço para se aprender, e que a cultura deve fazer parte de todo o nosso processo de aprendizado. “Tem muita coisa da cultura que não entra nas universidades, não entra nas escolas”. Ora, vocês podem pensar que estou falando de psicologia da

educação, mas para mim se toda psicologia é social, ela deve se confluenciar sempre com as outras áreas da psicologia. E nessa ginga entre os saberes, trazemos também Tiganá Santa com o cosmograma bacongo para pensarmos a noção de comunidade, a partir das filosofias dos povos bantu. E vale ressaltar que o autor afirma que até anos atrás não existiam publicações, nem traduções sobre o cosmograma, o que nos faz reforçar que o epistemicídio existe até hoje e que os saberes que foram apagados em sua grande parte vieram do continente africano.

E por último, mas não menos importante, convocamos o pensamento de Leda Maria Martins para pensar como o processo do tempo, espaço, memória e corporeidade possuem significados diferentes se olharmos para as vivências da população negra e indígena. Em performance do tempo espiralar, Leda diz que "se considerarmos os africanos, em sua maioria, vinham de sociedade que não tinham a letra manuscrita ou impressa como meio primordial de inscrição e disseminação de seus múltiplos saberes, podemos afirmar que toda uma plêiade de conhecimentos, dos mais concretos aos mais abstratos, foi restituída e repassada por outras vias que não as figuradas pela escritura, dentre elas as inscrições oral e corporal, grafias performar pelo corpo e pela voz na dinâmica do movimento. O que no corpo e na voz se repete é também uma episteme" (Martins, 2021, pág.15).

As palavras evocadas por esses autores são muito comuns para nós durante o processo de formação seja na graduação ou na pós graduação, porém os significados apresentados partiam de um outro lugar, e aqui nos propomos a trazer um significado afro brasileiro. E a partir desse projeto de extensão pudemos perceber que é possível ensinar psicologia alinhados a referenciais teóricos que possuem base na filosofia africana, e afro ameríndia, ou afro brasileira, no qual afetou tanto a vida pessoal quanto a perspectiva de atuação profissional da psicologia em diferentes áreas de atuação, principalmente na psicologia social. Parafraseando Gayatri Chakravorty Spivak: "pode a filosofia africana falar com a psicologia? pode a psicologia preta/afroperspectivada falar? Não só pode, como deve resgatar o nosso lugar nesses espaços. Esse trabalho é um convite a (Re)territorializarmos a nossa memória social e coletiva, o tempo e o espaço através das filosofias afrobrasileiras.

Referências

MACHADO, Vanda. Irê Ayó: uma epistemologia afro-brasileira. SciELO-EDUFBA, 2019.

MARTINS, Leda Maria. Performances do tempo espiralar, poéticas do corpo-tela. Editora Cobogó, 2021.

SANTOS, Tiganá Santana Neves. A cosmologia africana do Bantu-Kongo por Bunseki Fu-Kiau: tradução negra, reflexões e diálogos do Brasil. 2019.

SODRÉ, Muniz. Pensar nagô. Editora Vozes Limitada, 2017.

Tecendo subjetividades, amarrando Continentes: corporeidade negra e suas subjetivações em oficinas de turbantes com mulheres na pequena África do Rio de Janeiro

Gabrielle da Silva Monteiro (UERJ), Amana Rocha Mattos (UERJ)

O presente trabalho tem como objetivo analisar as reverberações subjetivas da prática de turbantes, possuindo como foco os processos de subjetivação engendrados nessa experiência. A questão disparadora reside na pergunta: como, mesmo diante dos empreendimentos de esmagamento físico e subjetivo da colonialidade, foi possível a reterritorialização das subjetividades negras? Através dessa inquietação foi possível alcançar a experiência estética dos turbantes como um modo de subjetivação que oferece possibilidades de refazimento das identidades negras historicamente massacradas e interditadas. Nesse sentido, busca-se identificar indícios da relação estética-corpo enquanto modo de subjetivação capaz de criar possibilidades para a constituição de si fora do lugar de "Outridade" (Kilomba, 2019). Esse movimento de refazimento subjetivo é possível porque a raça não é um termo fixo e estático (Bethencourt, 2017), seu sentido é inevitavelmente atado às circunstâncias histórico-sociais e seus apagamentos. Buscando tais lacunas da memória, a recuperação da subjetividade equivale a um afastamento da ruptura subjetiva para forjar uma relação modificada com a história passada. Delineando os contextos, temos uma tradição escravista e colonial que estrutura as relações sociais, engendra instituições, cria formas-sujeito e mobiliza afecções (Almeida, 2019), fazendo com que o racismo envolva simultaneamente o governo de corpos, por uma mentalidade norteada pela naturalização da desumanização de corpo negros e pela perpetuação dos privilégios de corpos identificados como brancos. Dentre os privilégios da branquitude, a atual pesquisa destaca o aspecto simbólico que fornece os insumos subjetivos e a própria historicidade dos sujeitos. Entre o epistemicídio e o branqueamento, o racismo moderno ganha um caráter sistemático, que adquiriu o reforço pseudocientífico de estórias biológicas de raça que surgiram no final do século XVII e início do século XVIII (Wood, 2009). Assim, a concepção de inferioridade intrínseca e natural se alastra nos tecidos da sociedade, apontando para a necessidade de denunciar os mecanismos psicossociais que sustentam o racismo e para como a Psicologia Social pode contribuir para diagnosticar a realidade colonial e amplificar modos de existir, promovendo a transformação social e subjetiva. Nessa direção, é tarefa da Psicologia Social reconhecer e valorizar os saberes e as experiências da população negra brasileira, construindo práticas profissionais que sejam culturalmente sensíveis e comprometidas com a justiça social. Costurando a metodologia do trabalho com os fios da interseccionalidade, a concepção de safe places, desenvolvido por Patricia Hill Collins (1991), constrói a noção de "espaços seguros" criados por mulheres negras onde se performam práticas culturais de transmissão e troca de experiências. Tal tradição se mantém por mulheres se sentirem protegidas das práticas racistas e sexistas na medida que podem compartilhar saberes pela via da corporeidade e oralidade. Assim, traçamos, por meio da experiência estética e cultural, espaços outros de subjetivação. Os espaços seguros sempre existiram, a resistência sempre existiu, porém não foram poucas as tentativas de impedimento dos exercícios e performances culturais negras. Por esse motivo, propor oficinas de turbantes é uma intervenção psicossocial antirracista que desestabiliza a branquitude como única identidade possível. Em confluência com a temática do estudo, é necessária uma persistência de esmiuçar as experiências de desumanização para refletir sobre as formas pelas quais a realidade histórico-social do racismo fabrica

efeitos subjetivos consistentes, configurando especificidades que não podem ser ignoradas ao se implicar na tarefa da pesquisa científica. Para tanto, emerge o empreendimento de borrar as fronteiras entre experiência pessoal e conhecimento acadêmico, rompendo com o modelo universalista e essencialista através da noção de subjetividade corporificada, desatando os nós da racionalidade colonial e amarrando os tecidos da ancestralidade afrodiaspórica. Nesse sentido, fazemos continuidade com a historiadora Beatriz Nascimento na afirmativa de ser a própria história viva do povo negro e, através do mergulho em nossos complexos mal resolvidos, podemos fazer emergir possibilidades de compreensão (Nascimento, 2018), desvendando os sentidos múltiplos que configuram as subjetividades negras. Logo, é interessante que o campo da Psicologia Social leve em consideração a pluralidade de modos pelos quais a identidade se atualiza e se reformula a partir do corpo, atribuindo à corporeidade negra um caráter político (Carneiro e Gomes, 2018) que escapa da lógica colonial. Para tal empreendimento, será necessário (re)traçar as rotas das identidades afro diaspóricas e seus repertórios ético-estéticos, compreendendo como através da corporeidade emergem modos de subjetivação importantes para promoção de saúde psíquica frente ao racismo estrutural brasileiro, sublinhando o papel desempenhado pelos turbantes que operam, mutuamente, a recuperação da memória e a atualização simbólica. Nesse momento, cabe enfatizar o caráter relacional da identidade que necessita de afetação para emergir, algo que é bem representado pelos turbantes tendo em vista que é na relação entre a corporeidade negra e o pano que se cria o turbante. Pensando na proposição de oficinas de amarração e estilização dos turbantes, são apresentados insumos subjetivos que criam afetações que escapam dos modos de inscrição da branquitude enquanto modelo de identidade a ser seguido. Segundo Stuart Hall, o fato de que projetamos a 'nós próprios" nessas identidades culturais, ao mesmo tempo que internalizamos os seus significados e valores, tornando-os "parte de nós", contribui para alinhar os sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural (Hall, 2005). Nessa produção de sentido, compreendemos que o objetivo não é universalizar a estética negra em um conceito fechado e prescritivo, mas como um fenômeno múltiplo e incapturável pela lógica do colonialismo - e que, por isso, segue se atualizando. Em torno dessas experiências histórico culturais na diáspora se instaura uma categoria capaz de dialogar com a experiência africana em solo brasileiro, compondo com a ideia de que a ancestralidade é mais que um conceito, mas sim diz respeito às experiências histórico culturais na diáspora, capaz de dialogar com a experiência africana em solo brasileiro (Oliveira, 2012). Em nossa proposição, foi realizada uma oficina de turbantes em uma turma de projeto profissionalizante de um curso no território da Pequena África, na cidade do Rio de Janeiro, composta por mulheres negras que buscam a profissionalização no campo da estética e beleza. No primeiro momento, o encontro foi inaugurado com uma breve exposição oral mapeando as rotas dos turbantes na travessia transatlântica; posteriormente, a facilitadora da oficina demonstrou três modelos de amarração e estilização para que as participantes pudessem escolher um tecido e experimentarem livremente as amarrações. O objetivo não era a replicação exata, mas buscar a atualização que ocorre ou a relação que se estabelece entre o tecido e a cabeça quando o turbante ganha forma. Após esse primeiro momento da experiência estética individual, partimos para a coletividade quando sentamos em roda para esmiuçar as afetações que se decorreram do processo de escuta e prática. O material foi analisado utilizando o referencial dos feminismos interseccionais e da Análise do Discurso, pensando as injunções dos marcadores da diferença: raça, classe, gênero, sexualidade e território.

Um corpo negro e um Outro branco: Uma leitura analítica do sintoma do racismo em uma família inter-racial

Joice Beatriz Efigênio dos Santos (UFAL)

Em um país como o nosso, estruturado a partir de um longo período de colonialismo, as relações racistas ainda atravessam e deixam rastros no cotidiano. O racismo à Brasileira atua de maneira a preterir o negro como conjunto de hábitos e cultura e como imagem de um determinado corpo (Gonzalez, 2020; Nogueira, 2021). Este modo de organização, atrelado ao discurso sobre raças e sua hierarquização, está presente e é transmitido no campo do simbólico e da linguagem. Entretanto, como nomeia Lélia Gonzalez (2020), esse racismo se mostra de maneira denegada, na neurose cultural brasileira. As marcas desse violento processo de dominação ao longo da história atravessam tanto as esferas coletiva e social quanto a individual, e consequentemente, a dimensão psíquica e inconsciente. Lacan (1938) em "Os Complexos familiares na formação do indivíduo" trata a família como uma instituição que permeia essas duas esferas dentro de uma cultura e costumes. Assim, essa instituição inserida no social não estará à margem dos efeitos do discurso do racismo, tão presente na dimensão simbólica. A psicanalista Isildinha Baptista Nogueira (2021) ao analisar o processo de constituição do corpo negro aponta como o ideal de brancura atravessa negros e explora a questão da transmissão de significantes raciais em famílias negras, o que está intrinsecamente ligado à forma como os significantes raciais e as experiências de racismo são transmitidos entre gerações. Nesse contexto, a autora expõe como a criança negra criada por pais negros está em contato direto com as narrativas e vivências de seus pais, intrincados e marcados pelo racismo ao longo de suas vidas. Entretanto, a autora faz uma leitura a partir de crianças socializadas em uma família com pais também negros, o que não é um cenário universal. Em uma família formada por corpos que ocupam lugares distintos no discurso de raças, o que pode ser transmitido? A branquitude nos cuidadores atravessa o que é transmitido para o filho? É através desse primeiro contato com o outro que ocorre a produção de sentidos simbólicos e imaginários, e considerando a importância da família na transmissão da cultura, essa instituição não está ilesa do discurso do racismo e seus rastros. Partindo dessas indagações, a pesquisa aqui apresentada tem o intuito de investigar as implicações psíquicas do racismo em uma família inter-racial. Trata-se de pesquisa de mestrado realizada no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas (PPGP/UFAL) e financiada pela Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Alagoas (FAPEAL). A atenção à especificidade da investigação a partir de uma família inter-racial se dá em razão do grande número de famílias nesse molde no contexto Brasileiro, e pelo forte traço da miscigenação. Assim, pretende-se investigar as significações e nomeações acerca da imagem do corpo na família, e o que é transmitido em forma de traço para os filhos, a partir de uma investigação de aspectos atrelados às dimensões psicossociais e constitutivas de subjetividades. Para investigar essas questões, esta pesquisa parte de uma meta-análise do livro “Famílias Inter-raciais: tensões entre cor e amor” (Schucman, 2023) e se utiliza dos fragmentos de entrevista realizada com uma mulher negra de família inter-racial, no intuito de abrir para uma nova interpretação dos dados, a partir de uma leitura psicanalítica, apostando no sujeito do inconsciente e no conceito de transferência. Privilegiou-se para este trabalho o relato e entrevista de Mariana (Schucman, 2023), em razão de ser a única entrevista realizada individualmente, com um membro de família inter-racial. Através da entrevista, será analisado como o racismo pode atravessar a dimensão psíquica e sua transmissão inconsciente em uma família inter-racial. Além disso, considerando que dentro do campo clínico, a psicanálise é utilizada por psicólogos enquanto técnica e abordagem, através do exercício de leitura da entrevista, também será possível pensar como a psicanálise pode ser utilizada ao ouvir sujeito interpelados pelo marcador social e racial, saindo da lógica patriarcal e colonial que a teoria foi

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

constituída e trazendo para o horizonte de nossa época. Para a análise do material será utilizado como operador metodológico o conceito "marca do caso" formalizado por Dumézil e Brémond (2020) em 1983 (Siqueira, 2013). Este método permite que o pesquisador acesse dados que não foram coletados por este e analise o que está para além do objetivo da pesquisa em primazia. Pretende-se colher, através do relato transcrito aquilo que aproxima a história ao singular do sujeito, atenta às repetições e pontos paradigmáticos do caso. A partir de uma construção parcial do caso, foi possível ler como o desejo entre o casal parental retorna na forma de racismo infamiliar sob a criança, sintoma do racismo denegado na neurose cultural brasileira. No caso em cena, o desejo e olhar do Outro materno é atravessado pelo ideal de brancura. Nessa trama, a pele e traços corporais de Mariana são tomados enquanto significante e traço que a nomeia como "igual ao pai" - dito do Outro materno - e ocupando o lugar de nome próprio ao ser nomeada na família enquanto "nega". O significante "nega" atrelado a uma cadeia significante, em referência a imagem de seu corpo, remete a significações disseminadas em um discurso racista aquém do valor das propriedades atribuídas à branquitude e à brancura que a mãe possui, e a pele negra do corpo de Mariana enquanto significante traz a marca de algo anterior a inscrição significante, uma marca distintiva estruturada pelo discurso do racismo e da branquitude. O dizer de Mariana indica como o ideal de brancura se manifesta para ela antes de qualquer experiência social externa ao núcleo familiar, através da inscrição desse ideal em sua mãe branca. Se Fanon diz que o negro normal se tornará anormal ao primeiro contato com o Outro branco, o caso de Mariana mostra como o contato com esse Outro branco pode ocorrer muito cedo, através do Outro materno. As marcas do ideal de brancura vão contra o próprio esquema corporal de Mariana, e com isso, as relações físico-emocionais presentes criadas dentro da família de Mariana não fornecem um ambiente agregador em relação ao seu corpo, pois, o estoque de significados linguísticos que é posto à sua disposição enuncia uma subalternidade de seu corpo em relação a um ideal de eu, como através de significantes como "suvaco fedido" e "cabelo de bombril". O desejo em portar características físicas semelhantes às do corpo da mãe, como os olhos e cabelo, desejo transmitido através das palavras utilizadas pela mãe ao se referir a características de seu corpo, apontam o seu cabelo como "ruim", mas que quando ela crescer iria arrumá-lo, na tentativa de se aproximar do ideal de brancura, e que o nariz iria afinar - na tentativa de se aproximar dos traços brancos. As marcas do encontro com este Outro materno, representante de um corpo e de um desejo marcado pela brancura, faz com que já adulta ainda sinta dor ao se olhar no espelho e ver a criança que foi. Diferente do relato trazido por Abrão Slavutzky na apresentação de "A cor do inconsciente" (2021), onde Isildinha Baptista ainda criança chegou em casa chorando após outra criança na escola rir e repetir que o seu cabelo era de "bombril" e a avó a abraçar e falar que seu cabelo era igual ao dela e adorava penteá-lo, no relato trazido por Mariana às marcas transmitidas pela mãe marcaram seu corpo como inadequado e negativo, há um ideal: o ideal de brancura. Os fragmentos da entrevista também propiciaram a discussão acerca de como a idealização de um filho é atravessada pela idealização de um corpo, presente no ideal de brancura simbolizado nas frases de sua mãe, e no desejo que a entrevistada fala em ter um filho preto. Portanto, é necessária uma prática clínica localizada em sua época, e que esteja atenta aos atravessamentos das estruturas que constituem uma sociedade, pois estas estruturas também atravessam a dimensão inconsciente e constituição psíquica de sujeitos.

GT 39: PSICOLOGIA SOCIAL CRÍTICA E COMUNIDADES EM PROCESSOS DE VULNERABILIZAÇÕES: INTERVENÇÕES DESDE PERSPECTIVAS CONTRACOLONIAIS

Coordenação: Felipe Cazeiro da Silva (UNiversidade de pernambuco), Jáder Ferreira Leite (UFRN), Wanderson Vilton Nunes da Silva (UEMS)

A potêncial decolonial do corpo soropositivo

Gustavo Henrique Mendes de Abreu (PUC MINAS), Paulo Silva Júnior (PUC MINAS)

Se os parâmetros que definem o que é correto, natural, aceitável ou virtuoso são estabelecidos pela perspectiva dos grupos dominantes e legitimados pelo controle colonial, então as maneiras de sentir, agir e existir dos grupos marginalizados serão, inevitavelmente, associadas ao que é classificado como desviante, imoral, doentio ou indesejável. Como resultado, suas experiências são sistematicamente negadas, suprimidas, criminalizadas ou patologizadas, reforçando um ciclo de opressão que sustenta as hierarquias sociais e perpetua a dominação de uma minoria sobre a maioria. A partir de tal pressuposto, este artigo visa fazer uma análise do estigma que incide sobre pessoas que vivem com HIV e AIDS pensando em uma lógica da colonialidade, bem como pensar em perspectivas decoloniais acerca da vivência soropositiva. Busca-se, também, mostrar que o corpo soropositivo é inerentemente anti-colonial e representa potência de resistência à opressão da colonialidade.

A interseção entre colonialidade e o estigma contra pessoas soropositivas (PVHIV) revela um sistema de opressão que perpetua hierarquias sociais, racializadas e sexualizadas, herdadas do colonialismo europeu. Esse fenômeno não se limita a preconceitos individuais, mas está enraizado em estruturas de poder que patologizam corpos marginalizados, reproduzindo lógicas de dominação. Desde os anos 1980, o vírus foi vinculado a grupos já estigmatizados, reforçando estereótipos coloniais que associam "doença" a "degeneração moral". Levando em conta que a medicalização colonial transformou corpos não-europeus em objetos de controle, processo que se repete com o HIV, a homossexualidade passa a ser vista como "doença importada" em países africanos, onde discursos religiosos e políticos pós-coloniais atribuíram o HIV a "comportamentos ocidentais", negando a transmissão heterossexual e reforçando homofobia. No tópico de estigma e violência de gênero, mulheres soropositivas, especialmente negras e pobres, são acusadas de "contaminar" parceiros, reproduzindo a lógica colonial que culpabiliza mulheres pela sexualidade masculina.

As infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) foram e ainda são historicamente instrumentalizadas como mecanismos de regulação social, visto que sua disseminação está culturalmente vinculada a práticas consideradas moralmente reprováveis - como a pluralidade de parceiros sexuais ou relações extraconjugais. Desse modo, essas condições de saúde foram e continuam sendo empregadas como justificativa para a discriminação sistemática de determinados segmentos populacionais, incluindo trabalhadores sexuais, homens que fazem sexo com homens, população prisional e usuários de substâncias psicoativas injetáveis. Um pensamento colonial que promove a heteronormatividade, a monogamia e a abstinência sexual como padrões de comportamento sexual aceitáveis para a construção social da subjetividade dos

colonizados incide na morte social das pessoas que convivem com AIDS e HIV.

Maldonado-Torres expande esse conceito ao discutir como o colonialismo nega a humanidade plena de certos grupos cujos corpos periféricos são tratados como descartáveis pela a violência colonial, aquela que produz o "não-ser". Este processo se adequa profundamente à vivência psicossocial da pessoa soropositiva, que perde sua humanidade ao passo em que é hostilizada pelas imagens de degeneração física e moral pelo colonialismo. O soropositivo deixa de ser gente e passa a ser apenas um vetor de infecção que deve ser mantido distante da sociedade a qualquer custo. Nesse sentido, a luta anticolonial não é só por território, mas por reconhecimento: sair da "zona do não-ser" para a "zona do ser". A decolonialidade opera como denúncia das opressões enraizadas e como reivindicação de alternativas de existência fora da lógica colonial que ainda marginaliza corpos positivos.

Este trabalho tem por objetivo provar que o estigma do HIV/AIDS não é um acidente, mas um projeto colonial contínuo, que usa a doença para justificar a exclusão de corpos racializados, queer e pobres. Combater esse estigma exige desmontar as estruturas que naturalizam a desumanização, desde políticas públicas até representações midiáticas. Além do mais, busca caracterizar o corpo soropositivo como potência de resistência colonial em sua expressão de sentidos e significados.

O corpo soropositivo é inerentemente anti-colonial e representa resistência ao projeto de extermínio perpetrado pela colonialidade, materializando-se em potência de questionamento e enfrentamento da imposição colonial. Tal potencial explica a política de morte e apagamento sofrida pelas pessoas que vivem com HIV. Ora, se o HIV hoje possui tratamento tão eficiente que não apenas impede o desenvolvimento da AIDS, mas torna o paciente indetectável e impossibilita a transmissão do vírus, por que o estigma se mantém irredutível a quatro décadas? Esse lugar de potencial transgressão é reforçado ao pensar que estes sistemas de poder estão sendo resistidos ao passo em que ressignificamos o corpo positivo em potência anti-colonial. O estigma é usado como ferramenta política para excluir este grupo justamente porque ele desestabiliza as próprias categorias que produzem o abjeto ao passo em que sua mera existência questiona instituições coloniais.

A existência de corpos postivos não apenas evoca imagens e preconceitos que desafiam o modus vivendi colonial, mas também porque, hoje, são corpos que ousam sobreviver. A despeito das tentativas de silenciamento das informações que exporiam as contradições do estigma sorofóbico, pessoas positivas não estão mais condenadas à morte. Não se trata de romantizar a vida com HIV ou AIDS, muito pelo contrário, mas sim expor que as representações culturais que advém destes corpos representam potenciais de resistência à produção de subjetividade colonial e, justamente por isso, corpos soropositivos são perseguidos e oprimidos.

Abordar a soropositividade sob um viés decolonial e emancipatório surge da necessidade urgente de combater as diversas formas de opressão que atingem corpos marginalizados no cotidiano. Em um contexto de avanço conservador, violência política e apagamento das diferenças, questionar o estigma da sorofobia e enxergar a soropositividade como força criadora de novas existências significa resistir às normas hegemônicas que perpetuam a cisheteronormatividade, o racismo e as estruturas coloniais.

O tema da ENABRAPSO 2025 – "Aliança dos povos: Psicologia Social face à destruição de todas as formas de vida" – desafia a Psicologia Social a se engajar nas lutas por justiça epistêmica, afetiva e existencial. Centralizar a soropositividade na discussão implica reconhecer que a negação da vida também ocorre pelo apagamento de identidades dissidentes, pelas violências institucionais e

pela marginalização de experiências fora da norma — todas elas demandando enfrentamento. Contudo, também revela a potência de resistências que emergem das margens, reinventando modos de ser e criando realidades alternativas.

Buscamos, portanto, articular teorias e práticas políticas que desafiem as bases coloniais e patriarcais, propondo uma Psicologia Social alinhada à diversidade de povos, subjetividades e afetos. Ao mesmo tempo, posiciona-se contra a sorofobia enquanto manifestação do preconceito estrutural. É um chamado ético e político para que a psicologia reconheça as trajetórias soropositivas em sua complexidade, integrando-as à luta coletiva contra toda forma de extermínio social.

A PSICOLOGIA SOCIAL ENTRE O POVO QUE SEGURA O CÉU: OS YANOMAMI NO TEMPO DOS COMEDORES DE TERRA

Marcelo Pimentel Abdala-Costa (Dsei Yanomami)

Introdução

A partir do livro A queda do Céu do xapori Yanomami David Kopenawa, os Yanomami têm sido conhecidos como o Povo que segura o céu, já que a preservação do cosmos Yanomami e, por, ampliação, de toda a vida na terra, depende dessa perspectiva xamãnica, pois, se o último céu cair, toda a humanidade desaparecerá. Busco contextualizar, neste sentido, o trabalho de um psicólogo na Terra Indígena Yanomami frente as mudanças sociais e políticas no contexto da invasão e do garimpo ilegal, incentivados durante um governo genocida, por aqueles que ficaram conhecidos como os comedores de terra.

Objetivo

O presente texto tem o objetivo de narrar o trabalho de um psicólogo, a partir das proposições da indígena psicóloga Nita Tuxá, em diferentes comunidades na Terra Indígena Yanomami durante a situação emergencial frente às consequências do governo anterior cujas ações propiciaram o aumento do garimpo acarretando em mudanças político-sociais e prejudiciais na organização da vida e do cosmos do povo indígena Yanomami.

Relação com o eixo temático

A perspectiva apresentada possui um viés étnico-racial no sentido em que, se tratando de Povos Indígenas, situados, pois, em um contexto onde são vistos a partir de uma perspectiva deformada, ou seja, em anamorfose, são atravessados por múltiplas determinações. A luta incansável expressa pelo xapori David Kopenawa, destaca uma uma relação entre a agência xamânica e as interpretações realizadas sobre o "povo da mercadoria" onde direitos humanos, impactos na saúde yanomami, processos de subjetivação são invocados em uma articulação para manutenção do cosmos humano. Neste sentido, a psicologia social, desde um viés crítico contribui para pensarmos uma psicologia descolonizada e não universalista destacando o que venho chamando de Anamorfose Colonial.

Orientação teórica

Parto de três referências teóricas principais: a primeira refere-se a dissertação da indígena psicóloga Nita Tuxá, onde problematiza o lugar do psicólogo e como este pode vir a ser percebido em seu trabalho com povos indígenas; a segunda ao trabalho do médico-psiquiatra Frantz Omar Fanon, cujas ideias, a partir de uma perspectiva etnico-racial, refletem os efeitos do colonialismo na subjetividade dos indígenas e como essa configuração se mantém estruturada; a terceira, à pesquisa de Juracy de Almeida cujo conceito de anamorfose é central para pensarmos a partir da psicologia social, os deslocamentos de perspectiva e deformações ideológicas engendradas e mantidas pelo capitalismo em relação à diferença, suscitando práticas distorcidas de percepção sobre certos grupos étnicos.

Neste sentido, a partir das contribuições dos estudos sobre a identidade e a metamorfose na Psicologia Social Brasileira, proponho a reflexão de que os indígenas, de maneira geral, e os Yanomami, de maneira específica, são vistos a partir de uma deformação de perspectiva histórica e ideologicamente construídas deslocando a perspectiva do humano, culturalmente distinto, para o lugar do colonizado, primitivo, selvagem, "feroz", legitimando assim, a invasão da casa dos espíritos, urihi, a floresta-mundo yanomami e a destruição de suas formas de vida.

O termo Anamorfose Colonial, cunhado pelo autor deste texto, se refere, pois, a essa deformação de modos de ver a diferença, amparada no que Frantz Fanon chamou de

Configuração Colonialista, essa herança colonial impregnada nas formas de perceber a vida, a natureza, os costumes tradicionais e a percepção sobre o mundo. O conceito critica a deformação ideológica de perceber outras vidas situando a sua atualização no presente a partir da invasão do garimpo ilegal em terras ancestralmente ocupadas e legalmente protegidas e demarcadas. Problematizando a inserção do psicólogo na terra indígena Yanomami desde os estudos da indígena psicóloga Nita Tuxá articulados com o pensamento fanoniano, no que se refere ao colonialismo e ao conceito de configuração colonialista, o termo anamorfose, atualizado através das pesquisas de Almeida, é central para refletirmos sobre como determinados contextos políticos acendem a grande noite e deformam perspectivas justificando outras formas de violência.

Estratégias metodológicas

Utilizando o método yanomami de discussões, propus, de forma simétrica, uma apresentação do trabalho do psicólogo às lideranças indígenas de comunidades na Terra Indígena Yanomami. Contextualizando, pois, que o trabalho do psicólogo não se constitui a partir de métodos como o uso de injeções, medicações e outros, comumente utilizados para diferentes tratamentos pela Equipe Multidisciplinar de Saúde Indígena, e nem por uma ação xamânica, nem injeção, nem xapori apresentam o trabalho da psicologia que se localiza através da escuta do pensamento e sonhos yanomami, traduzindo assim, formas possíveis de compreender o sofrimento e determinadas situações da realidade da cultura Yanomami no presente.

Organizando em seguida reuniões com grupos de lideranças, xapori thëpë (xamãs) e jovens indígenas no modelo de “assembleias”, cada liderança desenvolveu suas narrativas dirigidas ao interlocutor de forma enérgica reforçando sua história e posição social. Os xamãs, através de seus corpos, utilizaram gestos, cantos e expressões numa dramatização que vincula tanto representações de espíritos de animais quanto narrativas de ações construindo caminhos para a reparação do “pensamento ruim”, do inimigo, do mal.

Tais “assembleias” ou reuniões constituíram formas de atualização tanto para o trabalho do psicólogo quanto para a compreensão dos caminhos de cuidado utilizadas pelos xapori thëpë para o enfrentamento da xawara (doenças) durante a invasão do garimpo, originada pelos “comedores de terra” ao cavar o chão.

Resultados

Através de diferentes ações tem-se percebido como resultado a compreensão sobre o trabalho do psicólogo, sobretudo quando são desenvolvidas ações coletivas e atividades vinculadas à própria cultura Yanomami. Da mesma forma as “assembleias” possibilitaram tanto explanações sobre os modos de cuidado yanomami, onde a personagem do xamã é central, quanto ao reconhecimento e a importância dos mesmos nos processos de reparação dos efeitos do garimpo no lugar-casa-mundo yanomami.

Neste contexto, as atividades têm promovido a inserção e a participação dos jovens indígenas atualizando o presente a partir de dois mundos sob o mesmo céu.

Conclusões

Os diálogos construídos mutuamente aproximaram formas de pensar diferentes realidades. A socialização e o reconhecimento das formas de agenciar uma possível reparação frente a transformação de suas realidades e formas de vida, destacando a floresta tanto como lugar-casa-mundo dos yanomami quanto a morada dos espíritos auxiliares dos xamãs, destacam este lugar que, se não protegido, pode inviabilizar a escuta e a vinda dos espíritos, seja da floresta, dos rios, das serras, para o cuidado e a proteção da vida futura yanomami e de todo o mundo.

Neste contexto, a psicologia social, desde um viés crítico, pronta a desaprender e a se transformar, pode contribuir para reflexões em contextos etnicamente distintos considerando os contextos geográficos e socioculturais historicamente situados.

Neste sentido, sob este céu compartilhado e sustentado pelos xamãs Yanomami, somos convidados a sonhar outra realidade.

Referências Bibliográficas

ABDALA-COSTA, M.P. Anamorfose Colonial e Doença-do-índio: Considerações sobre o conceito de Anamorfose para a problematização do campo da Saúde Mental na Atenção a Povos Indígenas.En Oliveira, M.A.; Monteiro, D.A.; Rodrigues, A. G.; Sampaio, J.J.C. Saúde Mental e trabalho na contemporaneidade: reflexões teóricas e práticas. Fortaleza: Editora da UECE, 2023.

ABDALA-COSTA, M. P. Descolonizando a Saúde Mental: problematizações sobre a Saúde Mental em Contexto Indígena. In M. K. Dias (Ed.), Políticas de Saúde Mental: Desafios no Brasil Pós-Pandemia (pp. 183–205). CRV. https://www.editoracrv.com.br/produtos/detalhes/37625-crv, 2022.

ABDALA-COSTA, M. P., & FAUSTINO, D. M. O indígena na casa de cura dos brancos: contexto hospitalar, descompassos interpretativos e anamorfose colonial. In F. G. Lopes (Ed.), Tópicos em Psicologia Hospitlar (pp. 317–336). Lucto, 2023.

ALMEIDA, J. de. Anamorfose. Identidade e Emancipação na Velhice. São Paulo: O som das palavras, 2019.

BARBOSA, M. S. A atualidade de Frantz Fanon: acerca da configuração colonialista. Em S. d. Filho, & W. S. Nascimento. Intelectuais das Áfricas (pp. 437-461). Campinas: Pontes, 2019.

BARBOSA, M. S. Tortura e configuração colonialista: uma leitura "fanoniana" do livro 'Tortura na colônia de Moçambique (1963-1974), e mais além. Sankofa. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana Ano X, Nº XX, 74-89, 2017.

FANON, F. Alienação e liberdade – Escritos psiquiátricos. São Paulo, SP:

UBU Editora, 2020.

FANON, F., & AZOULAY, J. A Socioterapia numa ala de muçulmanos: dificuldades metodológicas. Em F. Fanon, Alienação e liberdade: escritos psiquiátricos (pp. 171-193). São Paulo: Ubu, 2020.

KOPENAWA, D.; ALBERT, B. A queda do céu. Palavras de um xamã Yanomami. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

VIEIRA, E. S. Nem injeção e nem xabori: reflexão sobre trabalhos de saúde mental em contextos indígenas de Roraima. 2018. 87f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2018.

DAR NOME AO QUE FERE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA COM PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA PARA A IDENTIFICAÇÃO DAS VIOLÊNCIAS ESTRUTURAIS

Ana Clara Costa Furtado (FAMAZ), Nicole de Morais Oliveira (Unifamaz), Lorena Schalken de Andrade (Unifamaz)

O presente relato de experiência apresenta uma ação desenvolvida com pessoas em situação de rua, realizada no Centro POP, em Belém do Pará, com o objetivo de promover espaços de escuta e reflexão sobre as violências estruturais presentes no meio social e como elas atravessam suas trajetórias. Partindo da Psicologia Social Crítica, buscou-se entender como a naturalização dessas violências está presente na fala, no corpo e na vida cotidiana dessas pessoas, compreendendo como são sentidas e, muitas vezes, reproduzidas. A ação foi construída de maneira horizontal e participativa, abrindo espaço para o compartilhamento mútuo de experiências marcadas por racismo, LGBTfobia, misoginia e repressão social. A metodologia favoreceu o reconhecimento dessas violências não como individuais, mas como estruturais, promovendo um aprendizado de caráter grupal.

A experiência vivida relata sobre o enfrentamento das violências estruturais que atravessam a vida de pessoas em situação de rua é uma demanda urgente na atuação da Psicologia Social Crítica. Essas violências, como o racismo, a misoginia e a LGBTfobia, são expressões históricas que organizam a exclusão social e a marginalização, afetando subjetividades, vínculos e trajetórias de vida. Neste relato, apresenta-se uma experiência desenvolvida no Centro POP de Belém do Pará, como parte do projeto de iniciação científica “Vozes da Rua”, que visa construir espaços de escuta e reflexão crítica, promovendo a visibilidade e a autonomia das pessoas em situação de rua. Inspiradas em autores como Vera Maria Candau (2008), Marilena Chauí (200) e Leonardo Pessanha Barbosa (2018), compreendemos a violência estrutural como uma engrenagem que se sustenta por desigualdades históricas, econômicas, de classe, raça e gênero, e que opera cotidianamente na vida daqueles e daquelas que habitam as ruas. A abordagem adotada dialoga com a concepção da Redução de Danos (RD), que orienta práticas profissionais respeitosas, não moralizantes e centradas na promoção de vínculos, autonomia e saúde. Essa perspectiva foi essencial para construir um espaço respeitoso e horizontal, onde as pessoas em situação de rua puderam se expressar livremente, sendo reconhecidas como sujeitos de direitos e saberes

A atividade foi realizada de forma horizontal e participativa, utilizando como recurso pedagógico três materiais que abordavam distintas expressões de violência: racismo, misoginia e LGBTfobia. A proposta inicial era dividir o grupo em três subgrupos, mas, em razão da dinâmica do momento, optou-se pela formação de dois grupos, um trabalhou a temática do racismo e o outro a LGBTfobia. Cada grupo ficou responsável por discutir as questões a partir de imagens, textos e reflexões provocadas por materiais impressos sobre os temas, possibilitando o compartilhamento de vivências e percepções. Posteriormente, os grupos foram reunidos para socializar os debates, possibilitando a ampliação das discussões e a troca de experiências. Durante o processo, a metodologia foi se adaptando conforme o fluxo das falas e a participação dos usuários, promovendo um espaço de aprendizagem mútua. A perspectiva da Redução de Danos (RD) foi adotada como fundamento ético, entendendo que o acolhimento e o cuidado são essenciais para minimizar os impactos das violências, promovendo o fortalecimento das subjetividades e das potências de vida.

Durante a realização da ação, entendemos que escutar é acima de tudo um ato político, que vai para além de apenas acolher falas, mas de estar presente, fazendo uma escuta com respeito e sensibilidade, rompendo com a lógica da invisibilidade que muitas das vezes recaem sobre eles. A experiência possibilitou a emergência de

relatos profundos e reflexivos por parte dos participantes. O grupo que discutiu sobre o racismo compartilhou vivências marcadas por preconceito e discriminação, como o relato de um usuário que narrou ter sido seguido por seguranças dentro de uma agência bancária por ser preto. Esse episódio desencadeou uma reflexão coletiva sobre o racismo estrutural e seu atravessamento na vida cotidiana das pessoas em situação de rua. Assim como Leonardo Pessanha Barbosa (2018) disserta, a escuta nesse contexto é suspender os saberes instituídos sobre o outro, criando um espaço em que eles se reconheçam e digam sobre si, onde as histórias atravessadas por dor, exclusão e repressão puderam emergir sem julgamentos.

Ademais, o grupo que falou sobre a LGBTfobia demonstrou-se bastante engajado e interessado na atividade. No grupo menor, ainda que eles tenham refletido sobre a questão do crime contra a comunidade LGBTQIAPN+, um ponto que eles focaram bastante foi no racismo, no preconceito que sofrem diariamente. Esse grupo era composto majoritariamente de pessoas negras, e quase todos contaram sobre suas vivências, e os que não contaram, concordaram com as falas dos integrantes do grupo. Durante os encontros, foram compartilhadas experiências marcadas por racismo intrafamiliar, evidenciando como essa forma de violência pode se manifestar até nos vínculos mais próximos e afetivos. Alguns participantes relataram terem vivido situações em que foram tratados de maneira diferente dentro da própria família devido ao tom da pele, o que revela como estruturas racistas da sociedade são reproduzidas e naturalizadas no ambiente doméstico. Em um dos relatos, um participante expressou tristeza ao rememorar o distanciamento afetivo de uma figura familiar que, apesar de também ser negra, o tratava com rejeição por conta de sua cor. Outro momento de forte emoção surgiu quando um participante leu uma das cartas do jogo durante a atividade, que abordava o tema das cotas raciais. A leitura o tocou profundamente, e ele compartilhou a trajetória educacional de sua filha. Relatou que, apesar de ela ter perdido três bolsas de estudo ao longo do caminho, conseguiu ingressar em um curso de medicina em uma universidade federal por meio do sistema de cotas. Hoje, já formada, ela vive em outro estado. O relato emocionado reforça a importância das políticas afirmativas, evidenciando como elas possibilitam o acesso a espaços historicamente negados à população negra e contribuem para a reparação de desigualdades estruturais. Marilena Chauí (2000) discute sobre o discurso da meritocracia e da culpabilização, uma ideologia que encobre as raízes das desigualdades, e mostra que escutar é resistir contra essa lógica perversa, construindo a possibilidade deles se enxergarem como sujeitos atravessados por esses processos históricos de exclusão. Além disso, quando foi-se falar sobre LGBTfobia na roda de conversa maior, houve um momento de tensão quando um dos participantes expressou uma fala preconceituosa, dizendo que não aceitaria um filho LGBT. Imediatamente, os demais participantes intervieram, identificando que aquela fala reproduzia exatamente o preconceito que estavam discutindo, e até refletiram que muitas vezes, pessoas da comunidade LGBTQIAPN+ são expulsos de casa e vão parar nas ruas. Esse movimento demonstrou a potência da atividade em promover conscientização e reflexão crítica.

No encerramento, ao ser abordado o tema da misoginia, um dos participantes fez comentários sobre a aparência das facilitadoras, sendo prontamente alertado por outro usuário: “isso é misoginia, isso é assédio”. Esse momento evidenciou a apropriação dos conteúdos discutidos e a capacidade dos participantes de reconhecerem comportamentos naturalizados como violências estruturais. A intervenção realizada demonstrou a eficácia de práticas horizontais e participativas na promoção da escuta qualificada e da reflexão crítica sobre as violências estruturais. A articulação entre a Psicologia Social Crítica e a Redução de Danos permitiu construir um espaço seguro e acolhedor, fundamental para o fortalecimento de vínculos e a promoção de processos de subjetivação mais saudáveis. A ação realizada se entrelaça com o que Vera Maria Candau (2008) dialoga, sobre como esses espaços de troca se configuram como práticas educativas, em um sentido amplo e libertador. Ela afirma que a educação em direitos humanos deve ser uma prática de resistência, que escutar e acolher as falas e as vivências também é

enfrentar as estruturas sociais violentas, e que cada roda de conversa foi um ato de afirmação da sua dignidade, criando uma ponte entre o que foi silenciado e a possibilidade de ser ouvido com respeito. As manifestações espontâneas dos participantes, nomeando as violências e confrontando comportamentos preconceituosos dentro do próprio grupo, ilustram a importância de espaços que promovam o protagonismo das pessoas em situação de rua, reconhecendo-as como sujeitos de direitos e detentores de saberes. Assim como defendido por Passos e Souza (2011), a Redução de Danos se apresenta como um modelo que rompe com perspectivas higienistas e repressoras, compreendendo os sujeitos em situação de rua a partir de suas potências e singularidades, e não apenas como objetos de intervenção.

Dar nome ao que fere é um ato político que rompe com o silenciamento e a naturalização das violências estruturais. A experiência relatada reforça a necessidade de que as práticas profissionais sejam orientadas por uma ética do cuidado e da solidariedade, promovendo o reconhecimento das pessoas em situação de rua como sujeitos históricos e políticos. O interesse dos participantes na continuidade das ações aponta para a importância de políticas públicas que garantam espaços permanentes de escuta, reflexão e fortalecimento de vínculos, pautadas pelos princípios da Redução de Danos, da dignidade e do respeito às diferenças.

Experiment_Ações de cuidado e bem viver: relato de experiência de projeto de extensão universitário

Iara Corrêa Ibiapina (UNIFAMAZ), Patrick Almeida da Silva Filho (UNIFAMAZ), Gislen Luandra Rodrigues Guevara (UNIFAMAZ), Roberta Bentes Flores Bayma (UNIFAMAZ)

Introdução

A necropolítica, segundo Mbembe (2016), envolve o uso do poder sociopolítico, por meio de práticas e saberes para determinar os corpos que merecem viver ou morrer. Manifesta-se na medida em que as pessoas que não atendem os requisitos da hegemonia são expostas ao risco de sofrer violências até a completa exterminação. Dentre os mecanismos de criação e perpetuação da necropolítica, encontra-se o biopoder, que ocorre, segundo Foucault (2014), a partir da existência do poder hegemônico, gerado e utilizado para controlar a vida das pessoas e seus corpos, para que se enquadrem em um padrão eurocêntrico branco, masculino e cisheteronormativo. Um dos modos de exercício do biopoder para que a necropolítica seja efetivada se dá pela manutenção do racismo ambiental, o qual se configura pela exposição desigual de risco ambiental entre populações brancas e não brancas que advém do racismo institucional (Marinho, 2024) a negligência estatal em garantir direitos básicos de moradia e saúde para a sociedade, à população negra e periférica, a qual é exposta ao estado de maior vulnerabilidade socioeconômica, política e aos efeitos necropolíticos (Melo e Rodrigues, 2021).

Assim, as condições precárias da estrutura de um local, fruto da negligência estatal, estabelecem relações sociais marcadas pela criminalidade, marginalização e adoecimento. Esses fatores denunciam a importância de considerar a determinação social que expõem a condição de saúde e a qualidade de vida de uma comunidade. Entende-se por determinação social, a influência do contexto sócio-histórico, cultural, econômico e político no processo saúde-doença, em que, a promoção de saúde não se restringe ao tratamento e prevenção de doenças, mas nas condições sociais que uma comunidade vive. As principais vítimas do adoecimento integral são as populações negras e com baixo poder econômico, reflexo de uma história colonial e racista (Fleury-Teixeira e Bronzo, 2010).

O "Bem Viver nas Amazônias" é uma das perspectivas que auxilia a emancipação social mediante aos efeitos da necropolítica e do racismo ambiental, para que a determinação social seja reconstituída. Este conceito refere-se a uma cosmologia indígena ameríndia, articulando a valorização de florestanias e saberes ancestrais de uma comunidade, como modo de resistência às opressões sociais historicamente produzidas pela colonização e capitalismo. Essa cosmologia visa o incentivo ao cuidado integral de si, da coletividade e da natureza, destacando o equilíbrio e a relação mútua entre tais elementos (Acosta, 2016).

Objetivo

Relatar a experiência do projeto de extensão universitário, Experiment_Ações de Cuidado na Amazônia, realizado no Mercado do Porto do Sal, na cidade de Belém, estado do Pará.

Relação do GT e eixo temático escolhido:

Conforme o GT escolhido, ao abordar uma experiência extensionista de escuta e construção de vínculos com uma comunidade periférica, marcada por vulnerabilidades psicossociais e ambientais, a proposta dialoga com os objetivos do GT, ao refletir sobre a atuação da Psicologia em contextos urbanos marginalizados e racializados, afetados pelos efeitos do racismo ambiental e negligência

estatal. A experiência no território do Mercado do Porto do Sal articula práticas de cuidado ampliado e saberes populares, buscando romper com paradigmas biomédicos e individualizantes ao valorizar a determinação social da saúde e os impactos históricos do colonialismo e do capitalismo. Este Mercado, localizado no bairro da Cidade Velha, em Belém, Pará, é um território marcado por uma área comercial, com infraestrutura precária e carente de investimentos governamentais. Assim, o trabalho contribui com uma Psicologia Social Crítica enraizada em práticas territoriais e contracoloniais, que reconhece os efeitos das desigualdades raciais, sociais e ambientais como expressões de violências estruturais, e que aposta na articulação entre universidade e comunidade como horizonte de resistência e transformação coletiva.

Orientação teórica

Inspirados nas noções de Bem Viver (Acosta, 2016) para uma compreensão de produção de cuidado. Além disso, este trabalho se baseou nas perspectivas acerca dos atravessamentos da necropolítica de Mbembe (2016), dos pressupostos da política do biopoder de Foucalt (2014) e das noções de determinação social de Fleury-Teixeira e Bronzo (2010).

Estratégias metodológicas:

Este relato é de abordagem qualitativa, de caráter descritivo e exploratório, ancorada na pesquisa participante. A experiência ocorreu no contexto do Mercado do Porto do Sal, em Belém do Pará, a partir da parceria entre o projeto de extensão universitário Experiment_Ações de Cuidado, o Coletivo Banzeiro e o Coletivo Aparelho. O projeto acadêmico visou propor ações articuladas na formação clínica ampliada, artística e de Bem Viver, valorizando a ancestralidade, a partir das realidades amazônidas. O Coletivo Aparelho – situado em um box no Mercado do Sal – Box 05, onde instalou uma biblioteca comunitária: a Biblioteca do Porto – se refere a um grupo de artistas independentes e voluntários que realizam ações associadas à arte, cultura e educação para crianças neste território há mais de dez anos. A proposta envolveu a realização de ações psicossociais dos discentes voluntários inseridos no projeto no território do Mercado, por meio do Coletivo Aparelho.

Os procedimentos de coleta foram marcados pela solicitação de autorização da entrada dos universitários no campo entre o Coletivo Aparelho e a instituição de ensino da qual o projeto faz parte. Com a aprovação, foram realizadas duas reuniões de planejamento e organização entre os discentes para a entrada em campo, com o objetivo de realizar oito encontros com o público-alvo do território, os quais incluíam o mapeamento do campo e a realização de intervenções a partir da facilitação grupal utilizando produções artísticas.

Resultados

Foram feitas duas visitas no território do Mercado do Porto do Sal, com o objetivo de reconhecimento de campo e formação de vínculo com a comunidade, exigindo muita observação e escuta ativa nesse processo. O território é constituído de ruas estreitas, igrejas barrocas e casas com arquitetura portuguesa; sendo ocupado, também, por pontes e “palafitas”: casas suspensas por estacas, construídas sobre o mangue, em sua maioria com tábuas e refugo de madeira. Trata-se, ainda, de uma região comercial, repleta de galpões, depósitos e estâncias que carecem de saneamento básico e atenção das políticas públicas setoriais. Esses fatores revelam vulnerabilidades psicossociais presentes no campo, evidenciando os desafios da criação de intervenções em tal contexto.

Os relatos revelaram a carência de assistência à saúde à comunidade, obrigando as pessoas a buscar atendimentos em locais mais afastados das suas casas. Ademais, foi destacado o processo de vivência de luto pelo público infantil que frequenta a Biblioteca do Porto, em virtude do falecimento de uma criança que integrava o grupo de participantes das ações do Coletivo Aparelho. Constatou-se que as crianças iam à biblioteca para brincar

e desenhavam crianças mortas, possivelmente, como uma forma de lidar com o luto.

Ressalta-se que intervenções previstas não chegaram a ser concretizadas, pela extinção da parceria entre o projeto de extensão e Coletivo, pelos desafios burocráticos de estabelecimento de rede entre a universidade e comunidade do Mercado, além da incompatibilidade de horários entre os discentes do projeto e os integrantes do Coletivo. Apesar disso, a escuta e o vínculo com o território se mantiveram como potência.

Conclusões

Ao considerar os aspectos da estrutura física do Mercado, entende-se que o contexto pode compor condições de vulnerabilidade ao público ao qual o projeto se destina, incluindo a perpetuação de violações de direitos, violências sexuais e psicológicas. Em outras palavras, reitera-se que os aspectos físicos revelam os determinantes sociais atribuídos pelo racismo ambiental, em que a falta de saneamento básico, as condições precárias de moradia, além da exacerbada poluição nas ruas e nas proximidades dos rios revelam a negligência sociopolítica mediante aos povos que, historicamente, são vistas como indignos do direito à vida, nesse caso, a população negra (Mbembe, 2016).

Os marcadores raciais também são observados na falta de assistência à saúde para a comunidade, especialmente, para as crianças experienciando processos de subjetivação do luto, em que, isentos de políticas públicas que amparem essas comunidades, é evidente o processo de adoecimento integral a essa população, o que releva a perpetuação de violências estruturais neste meio. Assim, evidencia-se não apenas o risco de vida que das gerações seguintes da comunidade se expõe – pela falta de cuidado e desamparo sofrido – mas também a manifestação da necropolítica, por meio do controle dos corpos que o poder hegemônico dita merecer ou não sobreviver (Foucalt, 2014; Mbembe, 2016).

Assim, evidencia-se a necessidade do exercício do Bem Viver, por meio do resgate do reconhecimento de potências próprias da comunidade, a partir da valorização da ancestralidade e da natureza amazônica, sendo um fator de resistência contra hegemônica, perante ao processo de biopoder e necropolítica que aflige populações marginalizadas e isenta de direitos básicos.

Referências

ACOSTA, Alberto. O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária/Elefante, 2016

FLEURY-TEIXEIRA, Paulo; BRONZO, Carla. Determinação social da saúde e política. In: NOGUEIRA, Roberto Passos (org.). Determinação social da saúde e reforma sanitária. Rio de Janeiro: Cebes, p. 37-59, 2010.

FOUCALT, Michel. Vigiar e Punir–Nascimento da prisão. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MARINHO, Larissa Ribeiro. Racismo Ambiental: apontamentos sobre desigualdades e direitos negados. Trabalho de Conclusão de Curso, 2024.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. Arte & ensaios, n. 32, p. 122-151, 2016.

MELO, André; RODRIGUES, Mariana. Impactos da Implementação do Auxílio Emergencial para a População Negra. Cadernos de Campo: revista de ciências sociais, 2023.

Modos de nomeação do Estado às parteiras tradicionais: uma análise crítica das políticas públicas à luz dos feminismos contracoloniais

Alana Braga Alencar, Jáder Ferreira Leite (UFRN), Cândida Maria Bezerra Dantas (UFRN)

Este trabalho apresenta o primeiro estudo da tese em curso chamada "pegar a vida nas mãos: os lugares das parteiras tradicionais na tecitura comunitária e na promoção do bem-viver - perspectivas feministas decoloniais" e desenvolve uma análise documental sobre a forma como o Estado brasileiro tem se relacionado historicamente com as parteiras tradicionais, desde a chegada da Família Real ao Brasil, em 1808, até os dias atuais. Com base em 18 documentos oficiais, entre leis, decretos, programas e diretrizes, buscamos compreender os modos de nomeação atribuídos às parteiras pelo Estado e os efeitos dessas nomeações em termos de subjetivação, prestígio e pertencimento social, com ênfase em suas implicações para a invisibilização e subalternização dos saberes tradicionais do nascer. A análise tem como base teórico-metodológica a análise discursiva no campo da Psicologia Social Crítica, a partir do construcionismo social e dos feminismos decoloniais e contracoloniais. Toma-se como referência a noção de colonialidade do saber (Quijano, 2005), a crítica ao epistemicídio e à racialização dos saberes (Grosfoguel, 2016; González, 2020) e as contribuições dos feminismos subalternos latino-americanos (Ballestrin, 2020; Cusicanqui, 2010). A perspectiva adotada se alinha à crítica contracolonial proposta por Ailton Krenak, ao situar as parteiras como guardiãs de práticas e cosmologias dissidentes do projeto moderno, capitalista e patriarcal. A partir da análise dos documentos, observamos que as parteiras foram historicamente nomeadas como “leigas”, “curiosas”, “práticas”, “religiosas”, entre outras categorias que as posicionam fora da institucionalidade biomédica, e por isso, frequentemente tratadas como sujeitos carentes de capacitação, agencia, autoridade no trato da saúde. A designação de “parteira tradicional” aparece somente nos anos 2000, com programas do Ministério da Saúde voltados à humanização do parto. Contudo, mesmo essas iniciativas mantêm a perspectiva de supervisão técnica pelas instituições formais de saúde e continuam a situar o saber tradicional como subsidiário ao saber científico. Identificamos que essas nomeações atuam como dispositivos de subjetivação e controle, reforçando o epistemicídio de práticas ancestrais e comunitárias que não se enquadram na lógica biomédica. O saber da experiência, da oralidade, da escuta, da espiritualidade, da afetividade e da relação com a comunidade — aspectos centrais do partejar tradicional — são desqualificados ou invisibilizados nos documentos estatais, que priorizam critérios como formação técnica, escolaridade formal, alinhamento moral e certificação. Esse processo, como mostramos, tem raízes coloniais profundas, articuladas à divisão racial, sexual e social do trabalho que estrutura a sociedade brasileira. Do ponto de vista metodológico, realizamos uma análise documental de domínio público, considerando os documentos como práticas sociais e instrumentos de regulação institucional que produzem efeitos concretos na vida das parteiras. Buscamos identificar recorrências semânticas, hierarquias entre categorias profissionais e modos de institucionalização dos saberes. A análise revelou uma persistente hierarquização entre saberes biomédicos e saberes tradicionais, sendo estes últimos subordinados por meio de práticas discursivas que os classificam como precários, atrasados ou perigosos. As relações de poder estabelecidas entre o Estado e as parteiras evidenciam o caráter estruturalmente racista, patriarcal e classista das políticas de saúde no Brasil. Muitas vezes, a atuação das parteiras é reconhecida apenas em contextos onde há “ausência” de profissionais biomédicos, como se sua presença fosse um recurso paliativo à falta de assistência, e não um saber legítimo em si. O ordenamento legal cria,

assim, um "não-lugar" institucional para as parteiras tradicionais, reforçando sua exclusão do reconhecimento formal e dificultando o acesso a direitos como remuneração, insumos e previdência. Embora a década de 2000 tenha trazido avanços com programas como o Trabalhando com Parteiras Tradicionais (PTPT) e a Rede Cegonha, que incorporam a figura da parteira como parte da Atenção Primária em Saúde, os documentos ainda revelam ambiguidades e contradições. Termos como "leiga" e "prática" continuam sendo utilizados em classificações oficiais, como a CBO de 2002. Ao mesmo tempo, a institucionalização das parteiras ainda depende de vínculos com unidades de saúde, o que restringe sua autonomia e reforça o controle técnico sobre seus saberes. A inserção das parteiras tradicionais como patrimônio cultural do Brasil, em 2024, pelo IPHAN, representa uma conquista importante e simbólica, mas que ainda não se traduziu em garantias efetivas de direitos. Em paralelo, nota-se o crescimento de narrativas que reivindicam o termo "parteira" por enfermeiras obstétricas e obstetrizes, como "parteiras profissionais" ou "parteiras urbanas", o que pode reforçar estratégias de apagamento simbólico das parteiras tradicionais enquanto sujeitas de saber. Este estudo, ao analisar os modos de nomeação das parteiras e seus efeitos de subjetivação, pretende contribuir com a construção de uma Psicologia Social comprometida com os povos tradicionais e com as epistemologias situadas e não-hegemônicas. Dialoga diretamente com os objetivos do GT 39 ao visibilizar as formas de racismo epistêmico e institucional que incidem sobre as parteiras tradicionais e ao propor práticas de resistência contracolonial em defesa da sociobiodiversidade, dos modos comunitários de cuidar e das tecnologias ancestrais do nascer. Concluímos que é necessário rever criticamente as políticas públicas e os dispositivos legais que nomeiam e regulam o trabalho das parteiras tradicionais. É preciso criar escutas institucionais sensíveis às múltiplas formas de existência e de saber, que valorizem as racionalidades outras que fundam os modos de partejar, como práticas culturais, espirituais, políticas e afetivas de cuidado com a vida. Neste sentido, o reconhecimento simbólico precisa ser acompanhado de garantias materiais e políticas concretas que sustentem a dignidade dessas mulheres e dos territórios que elas representam.

"Pra que amanhã não seja só um ontem": O projeto de extensão e a construção do esperançar nas escolas públicas de Fortaleza

Iana Maria Alves Abreu (UECE), Jamilly Muniz Evangelista (UECE), Marília Tainan da Silva Lima (UECE), Biatriz de Castro Leitão (UECE), Alessandra Silva Xavier (Universidade de Santiago de Compostela)

Desde 2018, o Núcleo Interdisciplinar de Intervenções e Pesquisa sobre a Saúde da Criança e do Adolescente (NUSCA) atua na promoção da saúde mental e no fortalecimento dos cuidados emocionais dos alunos do Ensino Médio, em Fortaleza/Ceará. Nesse mesmo ano, foi realizado um projeto piloto que alcançou mais de 200 adolescentes. Em apenas um mês, a ação contribuiu diretamente para a prevenção de mais de 60 tentativas de suicídio, o que evidenciou a urgência e a relevância do cuidado em saúde mental nesse público. A partir dessa experiência inicial, foi construída uma metodologia própria, baseada no uso de tecnologias leves, que prioriza o vínculo, o afeto e o encontro comunitário como estratégias fundamentais de cuidado. A metodologia desenvolvida é aplicada por trios compostos por estudantes dos cursos de Psicologia e Serviço Social, que são responsáveis por conduzir encontros com grupos de 20 a 25 adolescentes. Esses encontros seguem uma lógica de cuidado coletivo, em que as relações horizontais e o respeito à escuta ativa são centrais para o processo. A participação dos adolescentes nas atividades é voluntária, e nos primeiros encontros, são apresentadas as propostas do grupo e os objetivos do trabalho. A partir daí, são firmados acordos de convivência e definidas regras de funcionamento dos encontros, todas construídas pelos próprios adolescentes, com a mediação dos extensionistas. Essa construção coletiva contribui para o fortalecimento da autonomia, da identidade grupal e do sentimento de pertencimento. Durante os encontros, ocorrem rodas de conversa, que são a principal estratégia metodológica adotada pelo projeto. Nessas rodas, são trabalhadas temáticas diversas, que surgem tanto da escuta das vivências dos adolescentes quanto das demandas levantadas pela comunidade escolar. Entre os temas recorrentes, estão: o que é ser adolescente; violência sexual; reconhecimento e nomeação das emoções; relacionamentos abusivos; racismo e racismo religioso; uso abusivo de álcool e outras drogas. Além disso, os jovens têm espaço para sugerir temas que desejam abordar, o que amplia o engajamento e promove uma escuta mais sensível e significativa. As rodas de conversa têm como objetivo tornar a escola um espaço promotor de saúde mental, indo além do conteúdo curricular e funcionando como lugar de escuta, acolhimento e troca. Ao dar voz aos estudantes, o projeto rompe com práticas verticalizadas e propõe um modelo de cuidado baseado na corresponsabilidade e no afeto. A atuação do NUSCA acontece em territórios marcados por elevada vulnerabilidade social, onde o acesso às políticas públicas é escasso, e a saúde mental ainda não é compreendida como um direito. Nesses espaços, o sofrimento psíquico é atravessado por múltiplas formas de desigualdade, e o cuidado em saúde se torna uma urgência. A falta de perspectiva de futuro é um elemento recorrente nos relatos dos adolescentes, que, muitas vezes, verbalizam sentimentos de desesperança, tristeza profunda e solidão. Não raro, a criminalidade é percebida como uma alternativa viável, mesmo diante dos riscos envolvidos, especialmente pela ausência de oportunidades concretas. Além disso, muitos adolescentes relatam dificuldade para acessar serviços públicos de saúde mental. O desconhecimento sobre os equipamentos da rede pública, como Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e serviços de assistência social, é comum. Práticas como a automedicação e a compra de medicamentos de forma clandestina são frequentemente

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

relatadas como alternativas diante da ausência de acompanhamento profissional. Soma-se a isso a escassez de profissionais especializados na rede pública de saúde, especialmente psicólogos e assistentes sociais nas escolas, o que agrava ainda mais a exclusão e o adoecimento. Outro ponto sensível identificado durante as intervenções diz respeito ao abandono parental. Muitos adolescentes vivem em casas de amigos, vizinhos ou familiares distantes, sem a presença ou o cuidado dos pais ou responsáveis legais. Esse afastamento da estrutura familiar tradicional contribui para o agravamento do sofrimento psíquico, gerando sentimentos de desamparo e abandono. As histórias compartilhadas nos grupos revelam trajetórias de dor, negligência e carência afetiva, ao mesmo tempo em que mostram a potência do cuidado coletivo e da solidariedade entre pares como caminhos de resistência e reconstrução. Nesse contexto, a extensão universitária se apresenta não apenas como campo de aplicação de saberes acadêmicos, mas como espaço de transformação social e construção de redes de cuidado. Essa extensão tem como coordenadora a professora Dra. Alessandra Xavier e conta com a participação ativa de estudantes universitários e egressos que permanecem colaborando com as ações. O vínculo com a comunidade escolar é estabelecido a partir de uma parceria direta com a gestão das escolas, ouvindo as demandas das instituições, professores e, principalmente, dos adolescentes. A metodologia utilizada pelo núcleo está ancorada nos princípios da saúde coletiva, valorizando o conhecimento do território, os marcadores sociais e o mapeamento das redes locais de saúde e assistência. O planejamento das atividades é feito com base nesses elementos, permitindo intervenções mais sensíveis às realidades locais e buscando minimizar as desigualdades no acesso à saúde mental. A escuta ativa, o reconhecimento da singularidade de cada território e a construção de vínculos horizontais são pilares que sustentam a atuação do projeto. Apesar dos avanços alcançados, os desafios estruturais ainda são muitos. O estado do Ceará possui mais de 760 escolas de ensino médio na rede estadual, mas conta com um número insuficiente de profissionais de Psicologia e Serviço Social. A presença de CAPS infantis é limitada, a atenção primária encontra-se sobrecarregada e a ausência de investimentos robustos na saúde mental revela o descaso com o bem-estar psíquico da juventude. Esses obstáculos reforçam a importância de projetos como o NUSCA, que, mesmo com recursos limitados, constroem estratégias eficazes de cuidado, com base na escuta, na empatia e no compromisso social. Um dos objetivos centrais do projeto é estimular o protagonismo juvenil, promovendo a formação de adolescentes como agentes multiplicadores e transformadores em seus próprios territórios. Ao valorizar a escuta e o saber dos jovens, apostamos na potência do coletivo, na construção de redes de apoio e na possibilidade real de transformação social a partir da juventude. A extensão, nesse sentido, extrapola o tripé tradicional da universidade – ensino, pesquisa e extensão – e se torna um instrumento de justiça social, levando cuidado, conhecimento e presença a quem mais precisa.

Práticas de saúde-cuidado na perspectiva de agricultores/as familiares do Rio Grande do Norte

Maria Elisa de Sousa Oliveira (UFRN), Ruan Chacon de Souza (UFRN), Giovanni Sampaio Queiroz (UFRN), Jáder Ferreira Leite (UFRN), Emmanoel Holanda Melo Ferreira (UFRN), Leonan Davi Lima Tenório (UFRN), Anny Karoline de Araújo Nunes (UFRN), Pedro Rafael Silva de Oliveira (UFRN), Isadora Pacheco Lima (UFRN), Magda Diniz Bezerra Dimenstein (UFRN)

O presente trabalho se propôs a investigar práticas de saúde de agricultores familiares vinculados ao Mercado da Agricultura Familiar (MAF), considerando as práticas cotidianas e formais de cuidado à saúde, sob a perspectiva da Determinação Social da Saúde (DSS). Partindo do entendimento da produção de saúde de modo relacional (Dimenstein et al. 2017), as populações rurais são povos ou comunidades que constituem suas vivências - produção e reprodução social relacionados à terra - na qual a diversidade territorial e a ligação com o território são evidenciados na multiplicidade das práticas populares de saúde (Rücket, 2018; Dimenstein et al, 2017). Em confluência a isso, apresentam como principal fonte de comercialização a agricultura familiar, que se configura como uma importante forma de organização social produtiva (Medrado et al., 2021) e de manutenção do patrimônio sociocultural (Schneider, 2016; Wanderley, 2014). Entretanto, a desigualdade vivenciada no meio rural se articula com níveis de determinação, dentre eles: uma dimensão macroestrutural que relaciona o capitalismo e as formas de produção de vida; e uma dimensão que articula aspectos culturais e simbólicos no que diz respeito às produções subjetivas, às práticas de saúde-doença-cuidado e os seus atravessamentos de raça, de gênero e de geração (Dantas et al., 2020). Nesse sentido, existem esforços por parte do Poder Público para o desenvolvimento de Políticas voltadas a esse grupo, como por exemplo, a criação da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas (PNSIPCFA). Contudo, Dantas et al. (2020) ressaltam os obstáculos que impedem a realização de determinadas políticas públicas para as populações rurais em todo o país, visto que tais políticas esbarram em trâmites políticos e econômicos, de modo a fomentar a perpetuação dessas iniquidades. Para tanto, partimos da perspectiva da DSS, entendida como um fenômeno dialético, ao contextualizar os processos de saúde-doença-cuidado como resultantes da inter-relação de injustiça social entre estruturas políticas, sociais e econômicas (Breilh, 2021; Sampaio, 2024). Evidencia também, como as condições de vida, classe, raça, gênero, etnia e o acesso à saúde, fazem parte de uma equação delicada de disparidades entre o rural e o urbano (Dantas et al, 2020). Tais condições são impostas na vida desses indivíduos e evidenciam a face brutal de exploração do capitalismo, em que a produção de vida e a apropriação de símbolos sociais e culturais são expropriadas desses indivíduos. Assim sendo, a pesquisa aqui apresentada relaciona-se com o GT 39: Psicologia Social Crítica e Comunidades em processos de vulnerabilizações: Intervenções desde perspectivas contracoloniais; GT 30: Pluralidade Epistemológica e Saberes e Práticas de Cuidado e Cura Outras; GT 48: Resistências contracoloniais: corpos, territórios e conflitos socioambientais e com o Eixo Questões socioambientais e contextos rurais e urbanos ao abordar os processos de saúde-doença-cuidado de forma relacional a partir da DSS. Trata-se de um relato de pesquisa de natureza qualitativa, ainda em andamento, com apoio do CNPq. Metodologicamente, o campo empírico do presente estudo se deu no Mercado de Agricultura Familiar (MAF), antiga Central de Comercialização da Agricultura Familiar e Economia Solidária, localizada na cidade de Natal/RN. Diante disso, para a escrita do presente resumo, foram

abordadas três entrevistas, sendo este o total realizado até o momento. A inserção no campo se deu por meio de seis visitas realizadas no espaço da feira, com o estabelecimento de contatos iniciais com os(as) agricultores(as). Os critérios de seleção englobam agricultores(as) familiares que produzem produtos orgânicos e/ou naturais, com idade a partir de 18 anos e que realizam atividade de comercialização nas feiras. Temos buscado compor um grupo diverso de participantes em termos de gênero, raça/etnia e de formas de produção variada em agricultura de base familiar. Quanto às estratégias de produção e análise de dados, foram utilizadas entrevistas em profundidade gravadas em áudio mediante autorização prévia dos(as) participantes (registradas e assinadas por meio de Termo de Consentimento Livre Esclarecido e de Termo de Autorização para Gravação de Voz) e acompanhadas por um roteiro de entrevista semiestruturada que aborda as questões principais do estudo: as práticas informais cotidianas de produção de saúde, o acesso formal à rede de saúde e a composição da rede de apoio. O contexto (condições e espaço) de realização das entrevistas foram negociados com os(as) participantes, de modo que as entrevistas aconteceram no próprio espaço da feira. Posteriormente, as entrevistas foram transcritas em um documento on-line e realizada a análise. Os resultados apontam que para os(as) entrevistados(as) a saúde é entendida como se alimentar bem, praticar atividade física e descansar. Nesse sentido, a agroecologia e o bem viver reiteram a relacionalidade de cosmovisões de práticas ancestrais de produção de cuidado. Dentre essas práticas, os agricultores(as) relatam o cuidado com a alimentação, que envolve criação de animais, uma alimentação diversificada de frutas e legumes, sem agrotóxico e transgênico, bem como, a precaução com a exposição do corpo durante o trabalho no campo, como por exemplo a proteção corporal aos efeitos nocivos do sol e das altas temperaturas. Nesse viés, a produção agrícola representa um fator de proteção à saúde dessas famílias, posto que é produzido um alimento livre de produtos contaminantes, responsáveis por inúmeras consequências ao meio ambiente e ao indivíduo. O uso de ervas medicinais - constituído em uma dimensão geracional - para a preparação de chá e remédios caseiros auxiliam no tratamento de diversas enfermidades e se configuram como o primeiro recurso utilizado. Diante do exposto, as crenças e superstições também fortalecem as práticas populares de cuidado na busca de proteção, ofertando amparo em diversos momentos da vida, ao considerar os preceitos e aspectos subjetivos que estabelecem conexão entre as crenças e o cuidado popular (Wunsch, 2014). Rückert et al. (2018) aponta ao entendimento das práticas de cuidado integradas, nas quais o uso de plantas medicinais pode ser articulado às crenças religiosas, à alimentação saudável e aos serviços formais de saúde. No que diz respeito aos acessos à rede formal de saúde, os(as) entrevistados(as) pontuaram a utilização da Unidade Básica de Saúde (UBS), para tratar de questões como vacinas, exames, atendimento médico e odontológico e renovação de receitas; a Farmácia Popular para a retirada de medicamentos e a Unidade de Urgência e Emergência, constituindo o modelo de compreensão da saúde médico-centrada, isto é, a procura a esse equipamento se dá a partir de processos de adoecimento. Tal acesso é mais frequente pelas mulheres e corrobora com dados de Teixeira (2014), ao abordar o papel de destaque desempenhado nos processos de cuidado e o seu importante papel no compartilhamento geracional desses conhecimentos. No que tange a criação de vínculos com os serviços, os(as) participantes relataram não frequentar grupos ofertados pelos serviços e, a figura do agente comunitário de saúde torna-se responsável por articular as famílias ao serviço. Dantas et al. (2020) aponta a territorialização do cuidado como uma forma de considerar o modo como os sujeitos utilizam os espaços e criam estratégias para pactuar ações de saúde. No entanto, os impasses no acesso são evidenciados na dificuldade das políticas de saúde em considerar a estruturação dos sistemas a partir de recortes ampliados, não coincidentes com os territórios político-

administrativos. Com relação a isso, as pessoas entrevistadas residem no interior do Estado e trabalham na capital, evidenciando a dificuldade no acesso ao serviço fora do seu território. Neste estudo, os processos de saúde-doença-cuidados dos agricultores(as) estão embasados em práticas populares de saúde, experiências de vida e no cuidado profissional, de modo a entender a saúde como produto final advindo do trabalho no campo. Como também, são perpassados na interseccionalidade por marcadores de iniquidades sociais atrelados a gênero e raça. A ausência de propostas que abarque a DSS nas políticas de equidade propostas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) está articulada com um cenário precarizado, em que um dos grandes desafios é efetivar suas ações em territórios vulnerabilizados.

Quadrilha Junina Comunitária, Consciência e Libertação: Arte Como Ferramenta de Emancipação e Consciência Racial

Ani Caroline de Al buquerque Silva (UECE), Fábio Pinheiro Pacheco (UECE), Marina Machado da Trindade (UECE), Marília Matos Lima (UECE), Paloma Rocha Gomes (UECE)

Introdução: A Psicologia Comunitária surge como uma prática transformadora, voltada para a construção de uma Psicologia Social da Libertação (Góis, 2005). Seu compromisso é com os impasses vivenciados pelas comunidades, estudando os modos de vida comunitária e os significados, sentidos e sentimentos que estruturam a consciência dos sujeitos. Nesse prisma, a atuação em Psicologia Comunitária, orientada pela ética da libertação (Ximenes; Góis, 2010), busca a transformação da realidade de identidades oprimidas, por meio de ações, coletivas e participativas. A atividade comunitária, nesse contexto, caracteriza-se por integrar dimensão instrumental e comunicativa, atendendo às demandas da coletividade e às motivações pessoais de seus participantes (Moura Júnior et al., 2013). A cultura, especialmente por meio das expressões artísticas, pode ser uma ferramenta de emancipação e fortalecimento identitário, ao promover espaços mobilizadores de consciência. Objetivo: Desse modo, este trabalho tem como objetivo relatar uma experiência psicossocial vivida no contexto de uma quadrilha junina comunitária, utilizada como ferramenta de fortalecimento identitário e emancipação racial. Método: Trata-se de um relato de experiência, cujo foco das vivências relatadas recai sobre o processo de conscientização de uma jovem preta, inicialmente resistente a ocupar o papel de noiva, por não se reconhecer nesse lugar, socialmente atribuído a meninas brancas. A atividade comunitária ocorreu na comunidade de Poço da Onça, distrito de Miraíma (CE), a partir da organização das ações por 12 pares de quadrilheiros (24 participantes no total), que oportunizou espaços de liberdade de pensamento, expressão e pertencimento, evidenciando como práticas culturais podem se converter em territórios de resistência e transformação social. A autora principal deste trabalho atuou como facilitadora, mediando discussões e participando ativamente das práticas. Os registros das vivências se deram por meio de diário de campo, e a análise baseou-se em reflexões teóricas da Psicologia Comunitária e da Libertação. Orientações teóricas: O referencial teórico utilizado foi a Psicologia da Libertação destacando o processo de conscientização dos oprimidos e o papel ético-político da psicologia na transformação social. Além disso, a Psicologia Comunitária também é frisada reconhecendo a importância dos processos participativos e dos vínculos coletivos que permitiram compreender como o racismo afeta não apenas estruturas sociais, mas também a subjetividade dos sujeitos racializados. Sobre esse viés, segundo Munanga (2019) a busca da identidade negra perpassa por problemas específicos que só ele sozinho pode resolver, entre seus problemas específicos está, a alienação do seu corpo, de sua cor de pele, de sua cultura de sua história e consequentemente sua baixa estima e por fim sua falta de conscientização histórica e política. Diante do exposto, através da atividade comunitária à busca da identidade da jovem foi recuperada, ela visualizou-se como sujeito que também tinha a oportunidade de ocupar o lugar de noiva, essa apropriação veio no primeiro semestre de 2025 em que foi realizado uma votação entre os membros da junina e dessa vez ela votou em si mesma para ocupar seu lugar, apropriando-se desse lugar e apropriando-se de sua identidade. Portanto, a recuperação dessa identidade começa pela aceitação dos atributos físicos de sua negritude antes de atingir os atributos culturais, psíquicos, intelectuais e morais, pois o corpo constitui a sede material de todos os aspectos da identidade (Munanga, 2019). A partir disso, entende-se que a

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

proposta deste trabalho dialoga diretamente com os objetivos do GT 01: A psicologia social no campo dos estudos das relações etnicorraciais pois o trabalho aborda uma experiência comunitária exatamente situada no campo das relações etnicorraciais, com ênfase na construção de identidade e resistência simbólica de uma jovem mulher preta. A quadrilha junina, emerge enquanto uma ferramenta de luta e ressignificação frente ao racismo internalizado. Quando a jovem preta se recusa em ocupar o papel de protagonismo de noiva, historicamente negado a corpos pretos, o que ficou evidente foi uma dinâmica identitária atravessada pelo racismo estrutural e simbólico, tal qual como destacado na proposta do grupo de trabalho. Resultados e Discussão: A experiência ocorreu na comunidade de Poço da Onça, distrito de Miraíma (CE), no contexto de uma quadrilha junina comunitária vinculada às Leis Paulo Gustavo e Aldir Blanc. Os ensaios e apresentações aconteceram no clube local e em eventos culturais da região. Participaram 24 jovens entre 13 e 24 anos, sendo 7 negros e 17 brancos. Havia uma única mulher preta, e 11 mulheres brancas, além de 6 homens negros e 6 brancos. As atividades ocorreram entre o primeiro e o segundo semestre de 2024, com continuidade em 2025. Além dos ensaios, foram realizados momentos de fortalecimento de vínculos e rodas de conversa, especialmente após a fala de uma jovem negra que recusou o papel de noiva por não se reconhecer nesse lugar. Esses encontros fomentaram reflexões sobre raça, identidade e apropriação simbólica. A principal transformação observada ao longo da atividade comunitária foi o fortalecimento da identidade racial da jovem preta, inicialmente resistente a ocupar o papel de noiva. Através das rodas de conversa e da participação contínua nos ensaios, ela passou a se reconhecer como pertencente e capaz de representar esse espaço simbólico. Ademais, esse processo só foi possível por conta do ambiente coletivo, dialógico e afetivo criado pelo grupo. O episódio da fala da jovem foi ressignificado como ponto de virada, promovendo uma mudança coletiva na forma como o grupo percebia os papéis e lugares tradicionalmente ocupados por corpos brancos. Além disso, a atividade fortaleceu vínculos entre os membros do grupo o que implicou positivamente na continuidade do projeto, mostrando-se potente não apenas como ferramenta de expressão artística, mas também como estratégia de emancipação social. Por fim, os apontamentos destacados acima revelam como as atividades comunitárias podem ser ferramentas de libertação. A jovem preta que antes recusava o papel de noiva, por não se ver nele, atualmente vota em si mesma para ocupar novamente o papel de protagonismo. Essa ação demonstra o espaço de reconstrução identitária, enfrentamento ao racismo e afirmação da subjetividade preta que aconteceu em uma quadrilha junina comunitária, logo, a partir do momento em que a noiva preta escolhe e reconhece a si mesma, não é apenas ela que se liberta, mas o grupo e a comunidade inteira. Referências: Góis, E. L. (2005). A construção do conhecimento em psicologia comunitária: uma abordagem histórico-cultural. Fortaleza: Edições UFC. Martín-Baró, I. (1996). Problemas da psicologia da libertação. In I. Martín-Baró (Org.), Psicologia da libertação: escritos de Ignacio Martín-Baró (pp. 75–91). Petrópolis: Vozes. Moura Júnior, J. F., Cardoso, A. A. V., Rodrigues, D. C., Vasconcelos, R. M., & Ximenes, V. M. (2013). Práxis em psicologia comunitária: festa de São João como atividade comunitária. Psicologia & Sociedade, 25(1), 102–111. Munanga, K. (2019). Negritude – Nova edição: Usos e sentidos. Autêntica Editora. Ximenes, V. M., & Góis, E. L. (2010). Psicologia comunitária: uma leitura a partir da ética da libertação. In C. L. M. Guzzo (Org.), Psicologia social para o Brasil (pp. 105–118). Campinas: Alínea.

Saberes, resistências e transformações em uma associação indígena no território urbano de Manaus: o papel da psicologia social engajada

Andrews do Nascimento Duque (ESBAM)

O projeto foi desenvolvido como uma extensão curricular no segundo semestre de 2024 com estudantes do 7º período do curso de Psicologia da Escola Superior Batista do Amazonas (ESBAM), propôs-se a atuar junto a comunidades indígenas urbanas na cidade de Manaus, com o objetivo de promover práticas comprometidas com a realidade local, a partir de uma perspectiva crítica, participativa e decolonial, valorizando o protagonismo das pessoas participantes e buscando articular com os referenciais teóricos de autores latino americanos. Essas leituras trouxeram referenciais da psicologia social comunitária e da psicologia da libertação, valorizando os saberes tradicionais e o protagonismo das populações atendidas. No contexto do projeto, o processo de articulação e diálogo entre os discentes e os participantes ocorreu por meio de ações planejadas e executadas com base em metodologias participativas, ancoradas nos princípios da pesquisa-ação e em referenciais teóricos que enfatizam a escuta ativa, o reconhecimento das identidades culturais e o enfrentamento das desigualdades sociais estruturais. O projeto se estruturou em quatro etapas principais: levantamento de necessidades e demandas emergentes, diálogos sobre o contexto cultural e planejamento das atividades, desenvolvimento de ações no formato de rodas de conversa sobre temáticas como: saúde e saúde mental, prevenção a violência contra mulher e bem-viver e práticas de autocuidado e uma quarta fase onde realizamos a avaliação e encaminhamentos. Na primeira fase consistiu no mapeamento de demandas das comunidades. Em grupo, discentes e docente realizaram visitas na associação indígena localizada na região norte da cidade de Manaus, onde aplicou-se protocolos de escuta ativa, observaram os espaços sociais e registraram as práticas cotidianas. Essa imersão visou identificar os aspectos subjetivos e culturais que pudessem orientar as intervenções junto a população atendida na associação. Os registros permitiram conhecer os modos de vida e as formas de resistência que emergem em contextos indígenas localizados na zona urbana da cidade de Manaus. Um ponto significativo nesta etapa foram as entrevistas informais com lideranças comunitárias, onde observamos a importância da oralidade, elemento central nas culturas indígenas, foi reconhecida como forma legítima de produção de conhecimento, evidenciando as tensões entre a preservação dos modos de vida tradicionais e a necessidade de adaptação às exigências da cidade. A escuta dessas narrativas revelou os impactos da xenofobia e racismo estrutural, da marginalização e da perda dos territórios de pertencimento, ao mesmo tempo em que demonstrou a força das estratégias comunitárias de resistência cultural e reconstrução identitária. Na segunda etapa nós realizamos um planejamento cuidadoso a partir das demandas da população participante, neste sentido houve um diálogo importante com autores como Martín-Baró, Maritza Montero e Silvia Lane. Esses teóricos defendem uma psicologia voltada para a transformação social, baseada na participação, no reconhecimento das realidades locais e na valorização dos saberes populares. Também dialogamos com a perspectiva contracolonial de Ailton Krenak, cuja crítica ao modelo ocidental de desenvolvimento contribuiu para compreender o sofrimento psíquico a partir das rupturas coloniais, da violência simbólica e da desconexão com os territórios. A partir disso, foram sistematizadas as principais demandas emergentes das comunidades, entre elas o sofrimento psíquico decorrente de múltiplas vulnerabilidades: violências de gênero, saúde mental e práticas de bem-viver. A partir das próprias demandas e protagonismo das participantes, a terceira fase teve como

foco a realização de uma roda de conversa com um grupo de mulheres, visto que eram o público com maior participação no espaço. Esse momento foi conduzido por estudantes e pautado no conceito de "bem viver", central nas cosmovisões indígenas. Discutiram-se temas como saúde mental, autocuidado, espiritualidade e apoio mútuo, resgatando o papel das mulheres como guardiãs dos saberes tradicionais e como agentes fundamentais na preservação da identidade cultural e da coesão comunitária. Durante a roda, emergiram narrativas de dor, mas também de resistência e superação, reafirmando a importância de espaços de escuta afetiva e empoderamento coletivo. Quarta etapa foi criada um espaço de trocas e reflexões sobre os principais aspectos trabalhados, onde a comunidade reiterou várias vezes a importância de estar se reunindo para dialogar sobre as suas demandas, quer sejam físicas, psíquicas ou de outra natureza. Um desdobramento deste projeto é que a experiência extensionista proporcionou aos estudantes uma formação crítica e sensível, aproximando-os das realidades plurais da Amazônia urbana. O contato com a comunidade e com suas práticas ancestrais revelou um campo de atuação psicológica que exige, ao mesmo tempo, escuta, ética, compromisso político e sensibilidade intercultural. Além disso, o projeto reforçou a urgência de práticas descolonizadoras no campo da saúde mental, que levem em conta os saberes tradicionais, os modos próprios de cura e a centralidade do território na construção do bem-estar coletivo. No que diz respeito às políticas públicas, o projeto dialogou com os documentos recentes elaborados pelo Conselho Federal de Psicologia, como as Referências Técnicas para atuação junto a povos tradicionais (2019) e povos indígenas (2022), que reconhecem a legitimidade das cosmologias indígenas e indicam diretrizes para uma atuação profissional ética e culturalmente situada. Essas referências foram fundamentais para orientar as práticas extensionistas e embasar teoricamente as intervenções realizadas. Os resultados do projeto apontam para a relevância da extensão universitária como espaço de construção de uma psicologia social comprometida com os direitos humanos, a justiça social e a valorização da diversidade cultural. A articulação entre saberes acadêmicos e saberes populares mostrou-se fecunda e necessária, especialmente quando voltada à formação de profissionais capazes de atuar de forma transformadora em contextos complexos e marcados por desigualdades históricas. Por fim, ao reconhecer a pluralidade de formas de viver, cuidar e resistir presentes nas comunidades indígenas urbanas, o projeto reforçou o papel da extensão como dimensão essencial da formação acadêmica e da construção de uma psicologia comprometida com a escuta sensível, com os saberes ancestrais e com a luta por equidade social.

Sofrimento Ético-Político e Pessoas em Situação de Rua: Possibilidades e Desafios da Atuação em Psicologia

Laura Ribeiro França Costa (EBMSP), Marilda Castelar (EBMSP), Verena Souza Souto (EBMSP)

Introdução: Desde sua formação enquanto ciência e profissão, a psicologia acaba por assumir, muitas vezes, uma postura de neutralidade e acrítica diante dos cenários de desigualdades e vulnerabilidades sociais existentes na atual conjuntura da sociedade brasileira. Junto ao fator supracitado, soma-se a falta de investimento público adequado nas instituições de saúde e nos demais equipamentos públicos, corroborando não apenas para a existência de atravessamentos subjetivos nas(os) profissionais de psicologia, como também reforçando estigmas e violências vivenciadas pelas pessoas em situação de rua.

Objetivo: Destacar as possibilidades e limites de intervenções da psicologia no contexto do trabalho com as pessoas em situação de rua, na perspectiva de profissionais que atuam com essa população.

Relação com o eixo temático e GT escolhido: A relação com o eixo "Psicologia Social e Saúde" se dá devido ao atual trabalho propor realizar uma reflexão e revisão da atuação da psicologia junto à uma população específica que é constantemente marginalizada, enfatizando a necessidade de um fazer ético e político. Além disso, também discute acerca das situações de trabalho de tais profissionais, ao trazer a realidade vivenciada nos serviços públicos de atuação das políticas de saúde e assistência social. O GT 39 "Psicologia Social Crítica e Comunidades em processos de vulnerabilizações: Intervenções desde perspectivas contracoloniais" foi escolhido pelo trabalho firmar a necessidade de uma psicologia crítica e aterrada com a realidade brasileira e latina, propondo repensar o fazer psicológico diante das desigualdades e formas de opressão existentes na sociedade.

Orientação teórica: Como orientação teórica para o presente trabalho, foi utilizado o conceito de "sofrimento ético-político", da psicóloga social brasileira Bader Sawaia. Ele colaborou para o embasamento da discussão trazida nos relatos acerca da necessidade de que o olhar psicológico – como também das(os) profissionais de outras áreas que atuem diretamente com a população em situação de rua – não se ponha de modo reducionista e individualizante, a ponto de patologizar aspectos complexos advindos do contexto social de violência e falta de acesso aos direitos básicos. Um outro conceito utilizado, discutido pela psicóloga anteriormente citada, foi a "dialética inclusão-exclusão". O seu uso foi pertinente para ampliar o debate acerca da precariedade e falta de investimento dos dispositivos de saúde que atuam com as pessoas em situação de rua, pensando-as não enquanto meras falhas existentes, e sim como artimanhas econômicas para que tais desigualdades sigam existindo. Por fim, também foi trazido a "Teoria dos Afetos", do filósofo holandês Baruch Espinoza, a qual enriquece a discussão presente nos relatos colhidos sobre a importância da dimensão corporal ao lidar com os afetos advindos da população em questão.

Estratégias metodológicas: Trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva. Foi construído um roteiro semiestruturado, e realizada uma entrevista com quatro profissionais de psicologia – duas mulheres e dois homens - que atuam diretamente com pessoas em situação de rua há, no mínimo, seis meses em serviços de assistência social e saúde. Assim, foi realizada uma análise de núcleo de sentido com base na literatura de González Rey, em diálogo com a teoria existente. A partir dos dados obtidos, foi-se definindo os pré-indicadores, indicadores e, por fim, dois núcleos de sentido, sendo eles:

Núcleo 1 - "Críticas à formação em Psicologia como ciência e profissão". Núcleo 2 – "Atravessamentos subjetivos da atuação junto à população em situação de rua".

Resultados: Por meio da pesquisa realizada, foi possível conhecer não apenas os diversos modos de atuação dessas(es) profissionais, como também, e principalmente, os atravessamentos subjetivos gerados por tais atuações. Através dos relatos colhidos, a experiência de corpo das(os) entrevistadas(os) dentro de seus respectivos contextos de trabalho puderam elucidar acerca dos desafios mais latentes que as(os) mesmas(os) encontram em suas práticas, gerando sentimentos de incapacidade e exaustão, assim como também visualizar os possíveis caminhos a serem trilhados e os espaços a serem ocupados. Os sentimentos de incapacidade foram postos diante da realidade de sucateamento dos serviços públicos de saúde, os quais funcionam - muitas vezes - com equipes reduzidas e carecem dos materiais e veículos necessários tanto para a atuação como também na promoção de cuidado para o público em questão.

Em relação ao desafio percebido a partir da prática com as pessoas em situação de rua, as quatro pessoas entrevistadas enfatizaram acerca do déficit existente na própria formação em psicologia, onde não tiveram acesso - por meio da grade curricular tradicional - de matérias que tivessem como foco discutir a psicologia social e comunitária, saúde coletiva, políticas públicas voltadas para o SUS e SUAS e debates raciais. Além disso, também criticam a supervalorização do fazer clínico dentro dos cursos, não dando um igual enfoque para outras possibilidades de intervenção da psicologia em cenários de maior vulnerabilidade.

Dar o devido espaço para os afetos dentro da produção de pesquisa científica acaba por trazer, em consequência, o corpo. Assim, compreender por meio dos depoimentos fornecidos como cada corpo habita o espaço em que ocupa em seu respectivo local de trabalho - dialogando com a sua história pessoal e motivações para ocupar tal cargo - acaba por trazer para o meio acadêmico um material rico, aterrado com a realidade e, sobretudo, autêntico. Através dos relatos colhidos, a experiência de corpo das(os) entrevistadas(os) dentro de seus respectivos contextos de trabalho puderam elucidar acerca dos desafios mais latentes que as(os) mesmas(os) encontram em suas práticas, assim como também visualizar os possíveis caminhos a serem trilhados e os espaços a serem ocupados.

A relação entre os impactos da falta de acesso aos direitos básicos e o sofrimento psíquico também foi contemplada a partir dos relatos, os quais evidenciaram a relação simbiótica de tais instâncias, não sendo elas passíveis de separação por parte das(os) profissionais. Além disso, as falas das profissionais de psicologia destacaram o recorte de gênero dentro da atuação nas instituições públicas de cuidado à essa população, trazendo o necessário debate acerca da necessidade de se pensar como o "ser mulher" acaba por colocar tais profissionais em um estado passível de violências às quais não são vivenciadas de igual modo pelos psicólogos homens.

Conclusões: A compreensão do compromisso ético e político da psicologia junto à população em situação de rua urge a ultrapassagem dos modelos clínicos e individualizantes, compreendendo de forma profunda os demais aspectos que necessitam ser também atravessados e contemplados. Debater o assunto acerca da prática com pessoas em estado de extrema vulnerabilidade social, buscando formas outras de realizar uma prática pautada nos afetos dentro de uma perspectiva emancipatória, não se refere apenas as(aos) profissionais que atuam de forma direta com a população em questão, e sim à psicologia enquanto ciência e profissão. Reafirmando a necessidade dessa ciência continuar sendo revista e pesquisada, inclusive do ponto de vista epistemológico.

Trabalho e Saúde na Agricultura Familiar: um estudo com feirantes do Mercado de Agricultura Familiar em Natal/RN

Ruan Chacon de Souza (UFRN), Maria Elisa de Sousa Oliveira (UFRN), Giovanni Sampaio Queiroz (UFRN), Jáder Ferreira Leite (UFRN)

O presente trabalho objetiva investigar a relação entre o trabalho na agricultura familiar e seus impactos na saúde de trabalhadores e trabalhadoras do Mercado de Agricultura Familiar (MAF) da cidade de Natal sob a perspectiva da Determinação Social da Saúde. Entende-se que o trabalho realizado no contexto de produção da agricultura familiar enseja modos próprios de se relacionar com a saúde e seus cuidados, tendo em vista o modo pelo qual esse trabalho é significado e realizado pelos trabalhadores(as).Vale salientar que compreendemos a relação entre saúde e trabalho à medida em que a atividade laboral é contornada por um modo de vida contextualizado em um território de sentidos e ações (Medrado et al., 2021), onde as relações sociais se amarram produzindo as noções e práticas sobre saúde-doença-cuidado. Essa relação entre trabalho e saúde se evidencia pungente quando caracterizam-se as problemáticas da desassistência do trabalho no campo por parte das políticas públicas de investimento, além da desvalorização estigmatizante do "rural" e às formas de vida e trabalho que nesse território ocorrem. A distribuição de terras e de orçamento público entre os(as) produtores(as) rurais no Brasil é historicamente desigual e fomenta de forma latente a disparidade entre a agricultura industrial/empresarial e a agricultura familiar. Além disso, a produção de discursos homogeneizantes do "rural", conferindo-lhe apenas as alcunhas de produção agrícola e território pouco habitado, cristaliza uma concepção estigmatizante incapaz de conceber os contextos rurais como dotados de uma história, de uma cultura e de um imaginário próprio que baseiam suas vidas e, consequentemente, suas formas de trabalho e relações com a saúde, reforçando violências e incidindo diretamente no processo saúde-doença-cuidado (Dantas et al, 2020). Nesse sentido, utilizamos a DSS, que interpreta as desigualdades sociais como confluência de uma complexa tessitura macropolítica, de ordem social, histórica e econômica, produzindo modos de vida precarizados, destituídos de direitos e vulnerabilizados (Dantas et al, 2020). No capitalismo, as complexas desigualdades interseccionais de raça, classe, gênero e território são essenciais para compreensão e análise de quais corpos são vulnerabilizados e marginalizados, tendo como consequência a determinação de desigualdades no processo saúde-doença-cuidado. Dessa forma, trabalhadoras e trabalhadores da agricultura familiar estão impostos (e não "expostos") a um contexto que determina as instâncias de saúde-doença-cuidado, instâncias essas produzidas internacionalmente e de maneira relacional pela lógica do capital (Breilh, 2021; Sampaio, 2024). O presente trabalho se associa ao Grupo de Trabalho 39, "Psicologia Social Crítica e Comunidades em processos de vulnerabilizações: Intervenções desde perspectivas contracoloniais", bem como com o Eixo Temático 08 "Questões socioambientais e contextos rurais e urbanos", pois se desdobra sobre as condições da relação entre saúde e trabalho na produção da agricultura familiar desde uma perspectiva crítica, que compreende os processos de vulnerabilização no meio rural como complexas amarras históricas, econômicas e culturais, confluentes de desigualdades que desvelam condições de vida precarizadas pelas relações de saber-poder produzidas sob a lógica do capitalismo. Este trabalho é um relato de pesquisa, de base qualitativa, que se encontra em percurso, com apoio do CNPq. Em se tratando das estratégias metodológicas, primeiramente caracterizamos o campo empírico da pesquisa no Mercado de Agricultura Familiar, localizado na cidade de Natal/RN.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

A entrada no campo aconteceu a partir de 6 (seis) visitas à feira, sendo as primeiras visitas para o estabelecimento de vínculo com os(as) feirantes do mercado, de maneira mais informal e interessada numa narrativa livre em conversa com os trabalhadores e trabalhadoras. Para a seleção dos critérios de participação da pesquisa, elencamos que deveriam ser agricultores(as) familiares com produção orgânica ou agroecológica, com idade a partir de 18 anos e que estivessem em espaços de comercialização nas feiras. Para a produção e análise de dados, utilizamos entrevistas em profundidade, a partir de um roteiro semiestruturado, dividido por eixos que abarcaram as dimensões de saúde, rede de apoio e cuidado e trabalho. Foram utilizadas até o momento três entrevistas, gravadas em áudio, mediante autorização dos(as) participantes, que além de assinarem o Registro de Consentimento Livre e Esclarecido, também assinaram o Termo de Autorização para Gravação de Voz. Buscamos a diversidade de composição para o grupo participante da pesquisa, com fins de abarcar em termos de gênero, raça/etnia e contextos de trabalho diversos as particularidades engendradas por essas complexas relações. O contexto para realização das entrevistas foi acordado com os(as) participantes, o que culminou no uso do espaço do campo empírico (o MAF) como sede das entrevistas. Após a composição do material a partir das entrevistas, transcrevemos em documento digital e realizamos as análises. A perspectiva de um trabalho que é reproduzido socialmente através das gerações vindouras de uma família é fortemente identificada na atividade da agricultura familiar (Medrado et al., 2021). Para os(as) entrevistados(as), o resgate de suas práticas iniciais na atividade da agricultura familiar remonta um processo que se reproduz de forma geracional, iniciado em gerações passadas das famílias, como modo de garantia da subsistência e, no presente, como atividade que garante renda. Nas narrativas dos(as) participantes da pesquisa, a presença de figuras maternas na história de suas relações com a terra é forte. As atividades exercidas enquanto feirantes estão estratificadas em diversas camadas de trabalho, operando uma lógica de multifuncionalidade (Sacco dos Anjos, Caldas e Costa, 2006), condição que revela uma necessidade de desdobrar-se em atividades outras, sejam agrícolas ou não, para dar conta da reprodução social da agricultura familiar. Isso se evidencia quando, nos discursos dos(as) entrevistados(as), inúmeras atividades em torno da produção agrícola estão presentes no cotidiano de trabalho desses feirantes. É relatado o trabalho de produção agrícola – plantio, irrigação, colheita, amarração, distribuição – no campo; processos de comercialização – seja na própria comunidade, ou no MAF –, que requerem um manejo logístico e financeiro próprios; as questões do transporte dos produtos estão, também, a cargo dos próprios produtores, que se deslocam de suas comunidades rurais até o MAF; a atividade de parcerias para garantirem a presença de produtos que não são produzidos nas próprias terras, requeridos por demanda dos clientes da feira. Todas essas atividades exigem um dispêndio de tempo de trabalho que sequer conseguem ser contabilizados de maneira precisa pelos(as) participantes da pesquisa, que relatam rotinas exaustivas de trabalho. Essas rotinas estão divididas entre o trabalho no campo, o deslocamento até o comércio, a comercialização na feira e, no caso das mulheres, o trabalho doméstico e de cuidado. A situação de desigualdade entre homens e mulheres no contexto rural de trabalho se evidencia nos discursos produzidos nas entrevistas. As mulheres, além de realizarem todas as outras atividades ligadas ao trabalho no campo e na comercialização, têm de realizar o trabalho doméstico em suas casas e o trabalho de cuidado com suas famílias, revelando uma implicação de gênero que está cristalizada pela divisão sexual do trabalho, direcionando apenas às mulheres as funções domésticas e de cuidado (Herrera, 2017). Tais condições de trabalho podem ser relacionadas com os efeitos e implicações na saúde. A partir dos relatos das entrevistas, nota-se uma relação entre os efeitos do cansaço no corpo com a rotina de trabalho. A exposição solar, as altas temperaturas no campo e no comércio, as

posições de esforço físico para manuseio da terra, os percalços atrelados ao pouco tempo de descanso e sono estão entre as principais queixas ligadas à saúde dos(as) trabalhadores(as) entrevistados. Um dos entrevistados relata, inclusive, a sua impossibilidade de conciliar o trabalho no campo e no comércio, revelando condições de intensa atividade laboral, provocando impactos significativos na saúde. Todavia, apesar das dificuldades, os(as) feirantes entrevistados(as) relatam o gosto pelo que fazem, pois, se por um lado o trabalho engendra condições de saúde degradantes, por outro, realiza as necessidades de quem o faz. Essa tônica se expressa à medida que são eles(as) mesmos(as) os(as) produtores(as) de seus próprios alimentos, e que, para eles(as), a ideia de saúde está centrada em uma alimentação saudável, livre de agrotóxicos e produzida pelas próprias mãos. Ante a tamanha precarização do trabalho na agricultura familiar, produzida e fomentada pelo modo de produção capitalista, se identificam relações indissociáveis entre a maneira e o lugar onde se vive, as condições materiais e simbólicas para reprodução da vida e as práticas de cuidado e produção de saúde. A relação com a terra para esses(as) agricultores(as) familiares provoca um entendimento de que o produto do trabalho é a própria saúde, pois se realizam na produção de alimentos saudáveis as objetivações de uma vida saudável. Com isso, compreendemos que o trabalho por si só não é responsável pelos diversos efeitos negativos à saúde, mas que é o seu caráter contextual em um modo de produção exploratório que o compele a ser desgastante. Isso corrobora a ideia postulada pela DSS de que não é possível pensar a vida e seus modos de reprodução sem um movimento de singularização da história, das suas particularidades e temporalidades para produzir saúde(s) que esteja(m) contextualizada(s) e em sintonia com as necessidades de cada povo e suas comunidades (Dantas et al, 2020).

GT 40: PSICOLOGIA SOCIAL DO TRABALHO NO ENFRENTAMENTO DA PRECARIEDADE DO TRABALHO E NA BUSCA PELA REINVENÇÃO DA VIDA

Coordenação: Juliano Almeida Bastos (UPE), Flavia Manuella Uchoa de Oliveira (UFF), Fábio de Oliveira (USP)

A demonização da CLT como mecanismo para alienação das pessoas trabalhadoras

Alessandro Rodrigues de Almeida

Em São Luís (MA), uma criança negra de 9 anos foi vítima de racismo na escola onde é bolsista. Os colegas de turma do garoto fizeram uma "carteira de trabalho" e nela registraram a profissão "pedreiro", com salário de R$ 50,25 por ano e carga horária de 18 horas de trabalho por dia. A atitude criminosa é reflexo daquilo que observamos nas redes sociais, pois não é difícil localizar no Instagram ou no TikTok vídeos de adolescentes vendendo a ideia abstrata de "construir uma vida próspera" empreendendo no "mundo digital". Em podcasts, estudantes do Ensino Fundamental ou Médio criticam o modelo de ensino formal e a necessidade de aprender Filosofia, Matemática, Biologia e outras disciplinas elementares, na visão desse grupo, todo aprendizado deveria girar em torno do Empreendedorismo.

Em uma entrevista realizada durante a campanha eleitoral de 2024, Pablo Marçal, um dos principais candidatos à prefeitura de São Paulo, questionou se o deputado Guilherme Boulos (que também concorreu à vaga) acreditava em "prosperidade"; a pergunta foi motivada pelo fato do deputado morar há 20 anos na periferia de São Paulo. Com mais de 12 milhões de seguidores somente no Instagram, Marçal cobra 20 mil reais para ensinar os participantes a "cuidar da própria vida, governar e prosperar", além de outras coisas que são listadas no site do treinamento "Método IP". Usando o discurso de que "não devemos ser celetistas, tendo em vista que nascemos para prosperar" e que "todos devem optar por empreender, que viemos para prosperar, e não sermos escravizados", o coach estimula os participantes do seu treinamento a abandonarem os seus empregos formais. Apesar do discurso, a origem do patrimônio de quase 200 milhões de reais é algo que o terceiro colocado nas eleições de 2024 não consegue explicar de forma convincente, incluindo uma condenação por ter se envolvido com uma quadrilha que aplicava golpes financeiros e que roubou 80 milhões de reais. O grupo foi desmontado pela Polícia Federal em 2005, mas embora tenha sido condenado, Marçal nunca cumpriu pena. Mesmo com todas as polêmicas, Pablo Marçal quase chegou no 2º turno das eleições, ficando somente 0,93% atrás de Guilherme Boulos.

A definição de "prosperidade" usada pelo coach reflete o zeitgeist contemporâneo, algo que pode ser observado no sucesso de influenciadores digitais que propagam nas redes sociais um estilo de vida sustentado pela divulgação de casa de apostas ou, assim como Pablo Marçal, por meios ininteligíveis, mas que costuma ser apresentado como uma possibilidade reservada para todas as pessoas que empreenderem; para esses influenciadores, o ato de empreender não pode ser de uma forma que considere uma "vida cheia de sentido dentro e fora do trabalho", como defende Ricardo Antunes, mas agindo como o sujeito neoliberal descrito pelo filósofo Byung Chul-Han, que explora a si mesmo de forma voluntária e apaixonadamente.

Refletindo o espírito da nossa época, não é raro encontrar no Instagram, no TikTok e em outras redes sociais imagens, vídeos e frases que satirizam a CLT, declarando as pessoas que trabalham sob esta modalidade como uma categoria marginalizada, sendo o registro na carteira de trabalho uma alternativa para quem não deseja "prosperar" (dentro do conceito de prosperidade utilizado

por coaches e alguns influenciadores). É importante considerar que o uso do humor para tentar influenciar e cooptar camadas da população também é observado em grupos que propagam a misoginia, o racismo e o fascismo.

O reflexo deste "soft power" (estendendo o conceito criado pelo cientista político Joseph Nye) é observado em todas as classes sociais, inclusive entre grupos que sofrem com a precarização do trabalho, por exemplo, pessoas que trabalham no modelo plataformizado. Podemos destacar aquelas que usam as suas bicicletas e motocicletas para realizar entregas para aplicativos, há anos este grupo luta por reconhecimento e melhores condições de trabalho; apesar da baixa remuneração e das condições que colocam em risco a vida da pessoa trabalhadora, é comum encontrarmos entregadoras e entregadores exaltando a "liberdade" do trabalho plataformizado e criticando a "rigidez" da CLT, em um grupo no Facebook que reúne mais de 95 mil pessoas entregadoras (grupo 'Ifood Entregador OL e Nuvem Motocas e Bikers'), há diversas publicações que demonstram a "demonização da CLT".

Quando consideramos a proteção social da pessoa trabalhadora, a reforma realizada em 2017 na Consolidação das Leis do Trabalho nos colocou de volta no século 19, então é natural os questionamentos do modelo de trabalho formal; tais questionamentos deveriam ser o combustível para, lembrando o grito de Marx e Engels, a união das pessoas trabalhadoras na mobilização para o resgate dos direitos, mas coaches e influenciadores têm demonstrado domínio no uso das redes sociais para propagar a ideia do "empreendedor de si mesmo", algo semelhante ao trabalho feito pela extrema-direita no uso da infraestrutura das redes sociais para angariar e doutrinar seguidores usando notícias falsas, desinformação e pânico moral, tal dinâmica tem sido descrita por vários autores, incluindo a antropóloga Letícia Cesarino, no livro O mundo do avesso - verdade e política na era digital, e o professor João Cezar de Castro Rocha, no livro Guerra Cultural e Retórica do Ódio - crônicas de um Brasil pós-político.

Resgatando o compromisso social da psicologia, defendido por Silvia Lane, este trabalho propõe uma reflexão sobre o papel das psicologias no fomento do pensamento crítico contra a alienação que desarticula os questionamentos e as potenciais mobilizações das pessoas trabalhadoras, pois acreditamos que este é um dos caminhos para nos aproximarmos da emancipação popular.

CinePTAC: possibilidade de reivenção do cotidiano, ações coletivas e promoção de saúde para trabalhadoras e trabalhadores.

Bruna Yasmim Quental Alves (UPE), Juliano Almeida Bastos (UPE - Campus Garanhuns)

Esta proposta consiste em um relato de experiência a partir de um dos projetos desenvolvidos no âmbito do Programa de Extensão Universitária "Psicologia Trabalho e Ações Coletivas" - PTAC, vinculado ao Laboratório de Ações Coletivas em Saúde do Curso de Psicologia da Universidade de Pernambuco, campus Garanhuns. Em contextualização prévia, considerando o Projeto Pedagógico do Curso de Psicologia, o PTAC se enquadra na dimensão extensão, que busca promover ações que dialoguem e atuem em conjunto com a sociedade na perspectiva de transformação social. Nesse sentido, na interface de questões relacionadas à saúde do trabalhador e trabalhadora, bem como, a ações coletivas na comunidade, foi traçado o projeto "CinePTAC" com a proposta de favorecer o acesso a expressões culturais e ao lazer também como forma de promoção à saúde. Desde 2024, o CinePTAC vem proporcionando sessões de filmes gratuitas ao público buscando oferecer uma experiência completa de cinema com direito a retirada de ingressos na bilheteria, pipoca e registro fotográfico, cujas fotos são impressas e entregues ao final da exibição do filme. As sessões de cinema acontecem em um amplo e confortável auditório na própria universidade, e são divulgadas previamente nos diversos dispositivos sociais localizados nos bairros que se situam nos arredores da universidade, como: escolas, Centros de Referência em Assistência Social, Unidades Básicas de Saúde, além dos pequenos estabelecimento comerciais locais e também nas demais localidades da cidade: Centro de Atenção Psicossocial, Institutos Federais, e outras Instituições de Ensino Superior, públicas e privadas. Dessa forma, o CinePTAC a partir da formação de laços com a comunidade e da promoção de momentos de socialização aponta para a possibilidade de construir coletivamente a compreensão de que todo cidadão tem o direito a acessar todas as formas de manifestação cultural. Ressaltamos mais uma vez que, em nossa proposta, a ideia de o acesso a atividades de lazer, cultura e entretenimento também produz saúde é uma aposta. Assim, com as atividades da extensão guiadas a partir da Psicologia Social do Trabalho (PST), o CinePTAC tem se construído com a intenção de encontrar alternativas para reinventar o cotidiano da comunidade que vive no entorno da universidade e disponibilizar um ambiente para que as pessoas após suas rotinas de trabalho possam se divertir e terem trocas de informações desinteressadas de qualquer outro propósito que não o seu próprio descanso e vontade. A valorização do tempo livre como espaço de bem-estar e como alternativa para estimular os processos de fortalecimento comunitário e de cuidado psicossocial indireto, por meio da experiência cultural coletiva, destaca-se como uma premissa dessa ação. Nessa direção, esta proposta se vincula ao Eixo 09 – "Psicologia Social em interface com o trabalho" e, mais especificamente, ao GT 40 – "Psicologia Social do Trabalho no enfrentamento da precariedade do trabalho e na busca pela reinvenção da vida". Entendemos que ir ao cinema, sobretudo em cidades do interior, compreende uma tentativa de reinvenção da vida, sobretudo para aquelas e aqueles que precisam trabalhar para sobreviver, cujas jornadas de trabalho e os baixos rendimentos impossibilitam o acesso a esse tipo de entretenimento. A constituição brasileira faz referência ao acesso às diversas manifestações artísticas como essencial para incentivar a cidadania cultural e expressões subjetivas de cada pessoa, bem como, fomentar a sensação de pertencimento com a nossa própria história. Assim, a partir de 2025 a programação do CinePTAC vêm sendo planejada a partir do catálogo de obras cinematográficas nacionais. Para alcançarmos nossos objetivos, algumas etapas são elaboradas até o dia da sessão. No início do semestre, em nossas reuniões semanais, são decididas as datas das sessões a partir do calendário acadêmico e realizado o processo de curadoria dos filmes, sempre pensando de acordo com o público e horário que irá acontecer a atividade. O CinePTAC iniciou nos sábados,

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

contudo, a partir da movimentação do público, atualmente acontece nas sextas-feiras durante a manhã, quando o filme é pensado para o público infantojuvenil, contando com a presença de várias escolas situadas próximo ao campus, e também são realizadas sessões às 18h, quando o filme é pensado para o público adulto. As sessões acontecem quinzenalmente e a programação do semestre é veiculada nos diferentes canais de divulgação que dispomos: cartazes, panfletos, banner, e também nas redes sociais do PTAC. Na semana da sessão, o filme em cartaz é novamente divulgado nas redes sociais, o que tem atraído, inclusive, pessoas de outras cidades da região. Importante salientar a consolidação do cinema como atividade disponível na comunidade durante seus dias de programação com cada vez mais pessoas chegando por divulgações que ultrapassam os canais que utilizamos, que permeiam o dia a dia nos comércios e também cotidianos que os extensionistas estão inseridos, convidando as pessoas a também participar. Estas acabam convidando outras e assim vai se estabelecendo uma rede de relações e formando-se um público de frequentadores assíduos das sessões. Neste sentido, o projeto rompe com a lógica de que a extensão universitária deva estar atrelada apenas a ações diretamente ligadas ao mercado de trabalho ou a difusão do conhecimento acadêmico / científico e se apresenta como uma proposta que considera a cidadania cultural e o acesso ao lazer como ação de promoção à saúde para trabalhadoras e trabalhadores, consolidando-se como possibilidade de reinvenção do cotidiano através de experiências coletivas.

Fotografia como recurso metodológico em Psicologia Social do Trabalho: reflexões preliminares

Geruza Tavares D'Avila (FURG)

Neste resumo, apresento uma revisão de literatura realizada para o estágio pós-doutoral, em curso, cujo objetivo central é aprofundar os conceitos de trajetórias laborais e processos de significação associados à noção de drama, a partir da Psicologia Social do Trabalho (PST). No estudo, de cunho teórico e documental, problematizo a fotografia como uma ferramenta metodológica que pode ser reveladora das trajetórias, dos processos de significação e dos dramas vivenciados pelos/as trabalhadores/as. De maneira abreviada, as recentes reformas trabalhista e previdenciária, a intensificação do uso das plataformas para mediar as atividades laborais, a discussão em prol da redução da jornada de trabalho, assim como os vários eventos climáticos que vem se agudizando nos últimos anos são exemplos da situação dramática enfrentada pelos/as trabalhadores/as no Brasil. Dessa forma, a proposta que apresento está relacionada ao tema do evento – "Aliança dos povos: psicologia social face à destruição de todas as formas de vida", e, particularmente, ao Grupo de Trabalho (GT) "Psicologia Social do trabalho no enfrentamento da precariedade do trabalho e na busca pela reinvenção da vida", considerando as possibilidades de diálogo entre trabalho e modos de constituição dos sujeitos, em prol de um trabalho capaz de promover inventividades e participação para construir uma sociedade democrática, solidária e sem restringir a ação dos/as trabalhadores/as e a fruição da vida, retomando o trabalho como atividade vital. Logo, meu interesse pela inclusão do estudo da fotografia na pesquisa ora apresentada se dá por várias razões, no entanto, destaco a minha participação em uma Oficina organizada pelo grupo de pesquisa PhotoGraphein, em setembro de 2024, no balneário Cassino, onde resido, em que a fotografia analógica, a pinhole, foi experimentada. Classifiquei como um momento de atividade acadêmica, mas também de fruição, de diálogo, de escape face ao cotidiano de trabalho. Observei, inclusive, que dentre nós, participantes daquele evento, a maioria constitui-se de profissionais ligados/as às universidades, pesquisadores/as e/ou trabalhadoras da cultura. A partir dessa Oficina, construí o projeto e, a partir do ingresso no estágio pós-doutoral, comecei a registrar por meio da linguagem fotográfica alguns momentos de reflexão e/ou deslocamento para estudos, visto que moro no litoral do Rio Grande do Sul (RS), relativamente próximo da fronteira com o Uruguai, e a Universidade que me recebe para o pós-doutorado é localizada na maior cidade do país – marco essa passagem por se tratar de territórios contrastantes. Em um segundo momento, após ingresso no estágio pós-doutoral, iniciei o registro das anotações no processo de pesquisa, tive contato com o livro "Fotoetnografia", e, assim continuei a fotografar momentos específicos do cotidiano, no entanto, não mais por meio da técnica pinhole, mas por meio da câmera do celular. Considero importante destacar o processo de construção metodológica da pesquisa, visto que meu objeto de estudo é justamente a análise teórico metodológica de algumas ferramentas em PST. Assim sendo, com vistas a sistematizar uma primeira revisão de literatura, foco deste breve texto, busquei nas bases de dados do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES) do Ministério da Educação (MEC), http://www.periodicos.capes.gov.br/, e no Scientific Electronic Library Online (Scielo), www.scielo.br, os seguintes descritores: psicologia social; trabalho; fotografia. Encontrei vinte e três artigos na primeira base de dados e, dois artigos na segunda. Selecionei oito deles em função da proximidade entre os objetivos das pesquisas e da minha investigação, em que estes apontam as fotografias como recursos de pesquisa, mas também de intervenções, sendo algumas das produções caracterizadas com relatos de pesquisa, Relatos de Experiência (RE), ensaios ou reflexões sobre os usos das fotografias. Estes artigos apontam considerações sobre a

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

potência da fotografia como recurso interventivo e/ou investigativo, em especial, sobre o trabalho, capaz de fortalecer processos participativos entre coletivos, além de problematizarem o próprio processo investigativo e a posição dos/as pesquisadores/as na produção do conhecimento. Em geral, o tipo de fotografia adotada nos estudos é digital, oriunda de acervos ou autoria dos/as próprios/as estudantes ou trabalhadores/as, revelando aspectos (auto)biográficos de quem as produz e de seus ofícios e territórios. Além disso, os materiais selecionados dialogam com perspectivas críticas, a partir da Psicologia com a Psicologia Comunitária ou com a Psicologia Política, ou ainda com outras áreas do conhecimento, como a Filosofia, a Antropologia ou as Artes, por exemplo. Finalmente, o(s) uso(s) da fotografia entre os/as próprios/as pesquisadores/as é desafiador e convoca todos/as a pensar coletivamente nos enfrentamentos possíveis nos diferentes territórios que conhecemos e construímos. Assim, é possível pensar a fotografia como capaz de revelar trajetórias, processos de significação e dramas vividos no trabalho contemporâneo, seja nos grandes centros, seja no campo ou nas águas. Como uma reflexão final, a fotografia serve a diversos propósitos, desde sua manipulação e banalização como seus usos para diferentes tipos de registros como estes mencionados na revisão de literatura, além de seu potencial para possibilitar estranhamento e reflexão sobre as dinâmicas laborais.

Notas sobre a Economia Psicoativa do Trabalho: variações do consumo de substâncias psicoativas na arena laboral

Sergio Dias Guimarães Junior (UFRJ), João Batista Ferreira (UFRJ)

O consumo de substâncias psicoativas é um fenômeno complexo e fundamentalmente atravessado por aspectos culturais, políticos e econômicos que se articulam em diferentes tempos históricos do capitalismo. Suas manifestações nos contextos de trabalho estão atreladas a elementos ainda mais desafiadores e suas variações merecem atenção, particularmente diante das armadilhas subjetivas da atualidade neoliberal. Nesse sentido, o objetivo geral da pesquisa foi analisar os aspectos subjetivos em torno do consumo de substâncias psicoativas no trabalho contemporâneo. Para tal, foi desenvolvido estudo qualitativo constituído por pesquisa bibliográfica, realização de entrevistas individuais, visitas exploratórias e elaboração de diário de campo. Primeiramente, buscou-se avançar na construção de um arcabouço teórico e epistemológico acerca da noção de Economia Psicoativa do Trabalho (EPT) - tomada aqui como importante operador conceitual e ético-político - para, a partir dela, analisar suas manifestações e desdobramentos concretos em situações de trabalho contemporâneas. A respeito dessa noção, trata-se de uma dinâmica a partir da qual substâncias psicoativas passam a ser mobilizadas como recurso destinado a responder variadas intenções e motivações nos contextos de trabalho em diferentes tempos históricos, variando em sua tipologia e formas de consumo por parte da classe trabalhadora e impactando de forma significativa os contextos laborais em nível individual e coletivo. Trata-se de um fenômeno geral, presente em diferentes culturas e períodos históricos e que, no entanto, não é passível de generalizações, uma vez que só é compreensível nas formas, arranjos, situações e contextos de trabalho específicos. Assim, na intenção de ilustrar e exemplificar as manifestações da EPT em uma realidade laboral concreta, optamos por realizar o trabalho de campo com trabalhadora/es do mercado financeiro brasileiro. Foram realizadas 25 entrevistas individuais (remota e presencialmente) de caráter semi-estruturado com sujeitos que ocupam a função de trader, ou seja, que atuam na Bolsa de Valores com operações de curto e médio prazo. Além das entrevistas, foram realizadas duas visitas exploratórias a empresas do ramo e elaboração de diário de campo durante todo o processo de pesquisa. O tratamento e análise das informações e dados coletados foi realizado por meio da modalidade temática da técnica de Análise de Conteúdo, desenvolvida por Bardin. A análise dos dados apontou para três categorias principais referentes à dinâmica do consumo de substâncias que, na especificidade da realidade de trabalho observada, é mobilizada por diferentes intenções, a saber: como forma de 1) Auto-assistência assistida; 2) Busca por hiper-atividade; e 3) Tentativas de produção de laço social. A primeira refere-se aos modos de consumo de substâncias voltados para lidar e suportar condições trabalhistas adversas, particularmente em casos de sofrimento psíquico e/ou adoecimento mental relacionado ao trabalho. A segunda, por sua vez, revela como determinadas substâncias (principalmente medicamentos psicotrópicos) são mobilizadas - sem sofrimento aparente ou transtorno psiquiátrico diagnosticado - em prol do aumento de desempenho, performance e maximização de capacidades individuais para a realização de atividades laborais. Por fim, a terceira e última categoria diz respeito às relações de sociabilidade, ao compartilhamento de informações e as relações cooperativas que são engendradas em torno do consumo dessas substâncias. A partir da análise dessas três categorias, foi possível ilustrar, exemplificar e compreender as manifestações da EPT no cotidiano laboral dos sujeitos entrevistados assim como seus impactos subjetivos em nível individual e coletivo. Nesse mosaico, saberes da psicologia - enquanto ciência e profissão - são cada vez mais convocados para dar conta de questões de caráter subjetivo nos contextos de trabalho, uma vez que culturalmente são apreendidos como suposta fonte de conhecimento válido acerca da

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

esfera “emocional”, “psicológica” e “subjetiva” das/os trabalhadoras/es. Nota-se que os desafios fundamentais da atuação em psicologia nos contextos de trabalho são históricos, uma vez que os alicerces da própria ciência psicológica são adaptacionistas e burgueses por excelência. Estima-se, portanto, que essas reflexões contribuam para pavimentar um percurso que, por sua própria construção, representa uma práxis de ruptura com a racionalidade instrumental da ciência que encontra-se a serviço das lógicas de opressão, das heranças colonialistas e mais a favor da economia do que da vida digna. Sem a consideração desses elementos, a psicologia (assim como outras esferas dos saberes psi), por omissão ou não, permanecerá contribuindo para a continuidade da ordem social estabelecida, a manutenção secular de lugares sociais de dominação e privilégio e, portanto, como frente estratégica para reprodução e efetivação do projeto capitalista. Conclui-se, portanto, que o fenômeno do consumo de substâncias psicoativas representa um importante marcador analítico através do qual é possível analisar tentativas, por parte da classe trabalhadora, de se (psico)ativar, se aprimorar, se maximizar na intenção de estar, de um modo ou de outro, a altura das exigências impostas pelo trabalho capitalista, assim como se anestesiar dos seus efeitos nocivos. Diante dos imperativos da concorrência generalizada, da ética do individualismo, do desmantelamento dos mecanismos de proteção social - próprios ao tempo histórico neoliberal - e das formas de manutenção e atualização de modos interseccionais de dominação da vida/trabalho, recomenda-se que outros estudos possam avançar nas análises qualificadas acerca das manifestações da EPT na arena trabalhista e suas articulações com os processos crescentes de patologização e medicalização do sofrimento psíquico relacionado ao trabalho. Esses esforços representam uma necessidade ético-política para uma efetiva crítica da razão neoliberal na intenção de fornecer dados que possam permitir a compreensão crítica das relações entre saúde mental e trabalho e subsidiar a formulação de políticas públicas em prol da garantia de direitos sociais e proteção da saúde da classe trabalhadora.

O Trabalho de profissionais de Psicologia nos CAPS do Agreste pernambucano: precarização que compromete a efetivação da Política Pública de Saúde Mental

Maria Alice de Melo Silva (UPE), Juliano Almeida Bastos (UPE)

A política pública de saúde mental no Brasil foi pauta de largas mobilizações e transformações no final do século passado, tendo seu ponto de inflexão com a promulgação da Lei 10.216/01, que propõe serviços descentralizados comunitários, priorizando a liberdade e autonomia do sujeito e com tratamento voltado, permanentemente, para o convívio social. Desde então se estruturou a Política Nacional de Saúde Mental, executada por meio da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), que tem os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) como dispositivos centrais no protagonismo da execução das propostas. Os CAPS materializam os novos modelos de cuidado tendo como referência o território onde vive a população assistida e como perspectiva terapêutica a atenção psicossocial, através de equipes multiprofissionais. As ações de cuidado dos CAPS, a partir de práticas como: acolhimento, clínica ampliada, apoio matricial e atividades grupais, entre outras estratégias, estão fundadas na concepção de uma unidade que fundamenta a relação entre esses elementos: o vínculo. O vínculo interpessoal, portanto, se configura como condição primordial para a sustentação da atenção psicossocial. Com a consolidação das RAPS, tivemos a inserção crescente de profissionais de diferentes categorias na política pública de saúde mental, sobretudo nos CAPS. Desse modo, a psicologia rompe com seu passado elitista, participando ativamente da luta pela reforma em saúde mental através do Movimento da Luta Antimanicomial, fundamental às reformas no cuidado. Com o fortalecimento das redes vem-se ampliando o número de serviços desde a implementação desse novo paradigma e, nessa direção, multiplicaram-se também às equipes multiprofissionais especializadas. Tem-se assistido então a ampliação da oferta de postos de trabalho para psicólogas e psicólogos. No entanto, o modo de inserção desses profissionais tem seguido a tendência de precarização dos contratos de trabalho na administração pública do país. Os contratos temporários inviabilizam a estabilidade e, por consequência, a continuidade do trabalho desenvolvido, o que repercute diretamente na efetivação da política de saúde mental, já que a fragmentação do cuidado como fruto do rompimento dos vínculos entre profissional e usuário e também entre os membros das equipes multiprofissionais, impedem o estabelecimento de vínculos duradouros, que têm na confiança o alicerce das relações que se estabelecem entre os profissionais e a população assistida no território. É a relação contínua que potencializa a assistência psicossocial e sem a formação do vínculo interpessoal, toda a proposta da política de saúde mental não se efetiva. O Agreste do estado de Pernambuco é o lócus onde o estudo que aqui apresentamos vem sendo desenvolvido. É nessa região que está situado o Curso de Psicologia da Universidade de Pernambuco (UPE) e nela existem 42 CAPS que tem se constituído como importantes espaços de inserção profissional das alunas e alunos egressos do curso. Este trabalho compreende o relato parcial de uma pesquisa de iniciação científica intitulada: “O trabalho de profissionais de Psicologia nos CAPS do Agreste pernambucano e a efetivação da Política Pública de Saúde Mental”. O estudo põe em foco questões contemporâneas que atravessam o trabalho de psicólogas e psicólogos nas políticas públicas brasileiras, a partir de problemas reais e concretos vivenciados no território onde estão inseridos. A pergunta que se busca responder é: as características do trabalho de profissionais de psicologia contratados para atuarem em CAPS, compromete a efetivação da política de saúde mental no Agreste pernambucano? Nessa direção tem-se como objetivo principal conhecer as características do trabalho de profissionais de psicologia que atuam nos CAPS do agreste pernambucano. A pesquisa é orientada pelos pressupostos da Psicologia Social do Trabalho (PST). Embora não se assuma um referencial teórico específico, as análises realizadas tomam como referências os estudos que se identificam com a PST. No que se refere ao método, assume uma configuração

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

qualitativa. O público-alvo são psicólogas e psicólogos que trabalham em CAPS do Agreste pernambucano. A assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) é condição fundamental para a participação. O convite aos profissionais para participarem tem sido feito através de contato com os serviços da região e também a partir de indicações feitas pelos participantes. Para a produção de informações tem sido utilizado um questionário online em um primeiro momento e, posteriormente, serão realizadas entrevistas semiestruturadas. A combinação desses dois instrumentos configura uma estratégia de triangulação para enriquecer a produção de informações e as análises posteriores. As informações produzidas serão submetidas aos procedimentos propostos pela análise temática. Cabe ressaltar ainda que esta pesquisa compõe um projeto mais amplo intitulado: "Características contemporâneas do trabalho no Nordeste do Brasil: Vivências, trajetórias e repercussões psicossociais no cotidiano". Espera-se que o estudo possibilite conhecer de maneira aprofundada a realidade de vínculos de trabalho de psicólogas e psicólogos nos CAPS do Agreste pernambucano, entendendo qual a relação entre vínculo de trabalho de profissionais de psicologia e a efetivação da política nacional de saúde mental na região, além de auxiliar na avaliação da operacionalização e concretização da Política Nacional de Saúde Mental no interior do estado de Pernambuco. Desde abril de 2025 o formulário tem sido disponibilizado, contando no momento com 14 respostas a partir das quais temos os primeiros dados que apresentamos a seguir. Entre os respondentes temos 12 psicólogas e 2 psicólogos, 87% se autodeclara branca ou parda e 74% têm entre 20 e 37 anos, são naturais e residem em cidades da região. Apenas 23% trabalha apenas em um local e a maioria, 77%, trabalha em dois ou três locais diferentes, com renda média entre 1 a 4 salários mínimos. Mais da metade está no CAPS há menos de um ano, 53%, e 20% têm entre 1 a 2 anos no serviço. No que se refere à modalidade de vínculo de trabalho 80% podem se caracterizar como precário (contrato como prestador de serviço ou através de empresa terceirizada). Todos reconhecem a importância do vínculo interpessoal para o desenvolvimento do trabalho e 71% entendem que sem a formação desse vínculo as intervenções da psicologia ficam comprometidas. Os dados obtidos até o momento traduzem alguns aspectos que indicam que a precarização do trabalho no âmbito dos CAPS na região estudada tem consequências diretas para a efetivação da política de saúde mental. O tempo médio de permanência de profissionais nos serviços, os contratos que não asseguram a continuidade do trabalho e a necessidade de estar em dois ou mais serviços são indícios claros de que a formação do vínculo interpessoal entre profissionais e destes com os usuários fica comprometida. A criação de um espaço de confiança, de compreensão da realidade cultural e familiar dos usuários, se destaca como estratégia relevante para o fortalecimento do vínculo terapêutico. Por outro lado, a sobrecarga de trabalho, o excesso de demandas burocráticas, a descontinuidade no acompanhamento, a rotatividade profissional, e a falta de afinidade entre usuário e profissional dificultam a vinculação. Esses achados iniciais apontam para a importância de condições institucionais que garantam tempo, continuidade e presença qualificada dos profissionais como elementos fundamentais para a efetivação do cuidado em saúde mental. Por fim destacamos a integração dessa proposta ao GT 40 - Psicologia Social do Trabalho no enfrentamento da precariedade do trabalho e na busca pela reinvenção da vida, uma vez que os resultados da pesquisa poderão contribuir para os debates ao evidenciar o trabalho em saúde como espaço de disputa por condições dignas no enfrentamento da precariedade do trabalho e na busca pela reinvenção da vida através da produção de conhecimento que evidencie a corrosão da política de saúde mental no Brasil, a partir do processo de precarização do trabalho.

O trabalho em escala 6x1: impactos das altas jornadas na vida e saúde de trabalhadoras e trabalhadores

Flavia Manuella Uchoa de Oliveira (UFF), Clarice Rodrigues Pinheiro (UFF), Rafael Macharete (UFF), Gabriel Sant'Anna (UFF), Priscila Rocha (UFF), Mary Zhang (University of Birmingham)

A redução da jornada de trabalho representa uma pauta histórica de movimentos de trabalhadoras(es) ao longo dos anos (Dal Rosso, 2021). Nesse contexto, ao fim de 2023, um vídeo postado em uma mídia social por um trabalhador esgotado foi o estopim para uma mobilização em massa – a qual desencadeou o movimento Vida Além do Trabalho (VAT) –, com a finalidade de debater e, mais propriamente, trazer soluções para uma questão identificada como urgente para a classe trabalhadora como um todo: a escala 6x1. Este trabalhador, hoje vereador, Ricardo Azevedo, tem assumido a luta pela saúde, principalmente mental, de trabalhadoras e trabalhadores, criando recentemente a Frente Parlamentar pela Saúde Mental do Trabalhador Carioca, por ele presidida.

No intuito de fortalecer o movimento, oferecendo subsídios para justificar e sustentar seus argumentos, foi criado um grupo de pesquisa em uma instituição brasileira sudestina composto por docentes, estudantes e técnicos administrativos, e que conta com colaboração internacional para, junto àquelas(es) inseridos em escala 6x1, investigar quem são e quais os principais impactos percebidos pela classe trabalhadora de tal realidade em sua vida e saúde, física e mental.

Tem-se, portanto, as seguintes perguntas norteadoras da pesquisa que vem sendo conduzida, a qual está referida no parágrafo anterior: quem está submetida(o) à escala 6x1 no mercado de trabalho brasileiro? Que lugares elas(es) ocupam nesse mercado? Em que setores econômicos estão? Qual a realidade do trabalho nessa escala? Quais são os seus impactos na saúde e na vida de trabalhadoras e trabalhadores?

Justificativa

A presente pesquisa justifica-se, essencialmente, pela necessidade de se produzir argumentos científicos para auxiliar nas pautas do movimento VAT, a fim de compor com suas demandas junto ao congresso e desarticular falas que remontam à ausência de pesquisas as quais corroborem a necessidade de alteração da legislação vigente, conforme fala recente na Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do estado de São Paulo (Azevedo, 2024). A estratégia metodológica utilizada é de natureza exploratória, com abordagem mista (qualitativa e quantitativa) em que é aplicado um questionário de forma virtual e divulgado junto às mídias sociais do movimento VAT, além de seus respectivos grupos de mensagem. Tal questionário é composto por três blocos de perguntas que buscam identificar informações referentes ao contexto laboral de trabalhadoras e trabalhadores (cargo, horas trabalhadas, segmento etc.); o perfil socioeconômico; e, por fim, questões compostas por escala Likert e uma pergunta final aberta.

Atualmente, conta-se com um número de 496 respostas válidas, tendo como critérios de inclusão a maioridade e a confirmação de que a(o) respondente trabalha em regime de escala 6x1. Para a análise dos dados, utiliza-se a estatística descritiva em conjunto com a análise temática (Braun; Clarke, 2008).

Síntese dos resultados finais ou parciais obtidos

A partir das respostas obtidas até o momento, é possível traçar algumas considerações iniciais a respeito do perfil das trabalhadoras e trabalhadores. Por exemplo, em sua maioria, trata-se de mulheres pretas e pardas, jovens e adultas, sudestinas, solteiras e sem filhos. Possuem nível médio de escolaridade, renda de aproximadamente R$2.000 e estão ocupadas, principalmente, em cargos de atendimento ao público nos setores de comércio e serviços há mais de cinco anos. Seus contratos de trabalho

são por tempo indeterminado e a carga horária que trabalham diariamente é de 8 horas ou mais.

Com relação aos impactos que a escala 6x1 representa em sua vida e saúde, ao integrar as respostas "concordo" e "concordo completamente", infere-se que 97% e 94% concordam com a afirmação de que tal escala prejudica sua saúde física e mental, respectivamente. No que se refere ao impacto em suas vidas pessoais, 94% concordam que a escala impacta muito ou extremamente.

A pergunta aberta trouxe distintos relatos os quais foram agrupados em três categorias, até o momento: exaustão; sobrecarga; e isolamento. Extrai-se um trecho localizado em uma das categorias – "sobrecarga" – que remonta a quão prejudicial a escala 6x1 pode ser para a trabalhadora e trabalhador no sentido de ser capaz de administrar e desfrutar do tempo que lhe é próprio: "Qualquer tarefa além de trabalhar tem de ser pensada e os minutos divididos" (mulher parda, trabalhadora do comércio).

Em suma, por meio dos resultados do estudo aqui exposto, o qual vem sendo desenvolvido, é possível concluir e, principalmente, endossar, a urgência de não somente fomentar o debate concernente ao fim da escala 6x1, mas oferecer subsídios para que esta demanda da classe trabalhadora se sustente e possa, finalmente, devolver às trabalhadoras e trabalhadores a dignidade e controle de seu tempo de que são merecedores.

Bibliografia básica

AZEVEDO, Ricardo. "Vida Além do Trabalho": movimento nascido no TikTok luta contra escala 6x1. [S. l.: s. n.], 2024. Disponível em: https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2024/01/06/vida-alem-do-trabalho-tiktoker-cria-movimento-contra-escala-6x1.htm. Acesso em: 24 maio 2025.

BRAUN, Virginia; e CLARKE, Victoria. Using thematic analysis in psychology. Qualitative Research in Psychology, [s. l.], v. 3, n. 2, p. 77–101, 21 jul. 2008. ISSN 1478-0887. DOI http://dx.doi.org/10.1191/1478088706qp063oa.

DAL ROSSO, Sadi. Incontroláveis tempos de trabalho. In: ALVES, Giovanni (ed.). Trabalho e Valor: O novo (e precário) mundo do trabalho no século XXI. Marília, SP: Projeto editorial Praxis, 7 jun. 2021. ISBN 978-65-995130-3-9.

O trabalho na contemporaneidade: Vivências de entregadores por aplicativo na cidade de Garanhuns.

Beatriz Gonçalves Cunha (UPE), Juliano Almeida Bastos (UPE)

O presente relato narra a trajetória da pesquisa que, inserida no campo da Psicologia Social do Trabalho (PST), tem por tema central as vivências dos entregadores por aplicativo em Garanhuns, que vivenciam a precarização do trabalho no contexto da uberização, fenômeno caracterizado pela inserção de ambientes digitais na relação trabalhadores-clientes. A expansão das plataformas digitais de entrega alterou profundamente as normas e condições de trabalho, especialmente dos motofretistas. Esses trabalhadores, classificados como autônomos e/ou colaboradores, vivenciam rotinas subordinadas à lógica algorítmica das empresas-aplicativo, sem direitos trabalhistas garantidos. Frente à superexploração do trabalho e à ausência de proteção social, é necessário compreender como esses sujeitos vivenciam e se organizam perante à precarização de suas atividades. Nessa perspectiva, o estudo buscou compreender as articulações dos entregadores dentro dos processos de trabalho, com foco nas vivências subjetivas e nas condições concretas de trabalho. Pretendeu-se investigar as estratégias de enfrentamento, os sentidos atribuídos às atividades realizadas e as consequências geradas por esse modelo laboral, que tem como principal característica a "flexibilização". Por isso, este trabalho se insere no eixo temático 09 – Psicologia Social em interface com o trabalho, mais especificamente no GT 40 – Psicologia Social do trabalho no enfrentamento da precariedade do trabalho e na busca pela reinvenção da vida. A proposta dialoga diretamente com os objetivos do GT ao analisar criticamente os efeitos da precarização contemporânea sobre trabalhadores por plataformas digitais. O estudo parte de uma abordagem crítica da Psicologia Social do Trabalho - PST (Sato; Coutinho; Bernardo, 2018), compreendendo o trabalho como dimensão constitutiva do sujeito e como campo de disputas simbólicas e materiais. A PST se propõe a interpretar os sentidos do trabalho a partir da construção coletiva com os trabalhadores, articulando o subjetivo com o social. Além disso, a pesquisa também toma como referência os estudos de Ricardo Antunes, que denuncia o avanço da precarização e da informalidade no contexto do capitalismo contemporâneo, especialmente com a transição do fordismo ao ciberfordismo (Antunes, 2020). A noção de "uberização" (Abílio, 2017, 2020; Abílio & Santiago, 2024) é central, pois descreve um modelo de trabalho sob demanda, gerido por algoritmos e marcado pela desresponsabilização das empresas quanto à garantia de direitos e condições dignas. Quanto ao método, adota-se uma abordagem qualitativa, orientada pela proposta metodológica da PST, que se fundamenta na produção de informações a partir de uma escuta ética dos sujeitos em seus contextos reais. Estão sendo realizadas entrevistas semi-estruturadas com motofretistas da cidade de Garanhuns, localizada no Agreste meridional de Pernambuco. As entrevistas buscam compreender como os trabalhadores interpretam suas vivências, percebem os impactos do trabalho em suas vidas e elaboram estratégias de resistência diante das adversidades. A escolha metodológica se baseia na compreensão de que a pesquisa, nessa perspectiva, é "com" os trabalhadores e não apenas "sobre" eles (Coutinho; Bernardo; Sato, 2018). Considerando que o estudo ainda está em andamento, os resultados apresentados são parciais. Entre abril e junho foram realizadas seis entrevistas com trabalhadores e trabalhadoras entregadores por aplicativo, sendo quatro homens e duas mulheres, com idades entre 18 e 39 anos. Os relatos são densos e reveladores de um padrão de vulnerabilidade que atravessa gênero, idade e histórico ocupacional. Dois dos participantes têm no trabalho como entregadores sua principal fonte de renda, enquanto os outros quatro realizam outras atividades, mas não as compreendem como renda extra, uma percepção que aponta para uma redefinição subjetiva do que constitui um "trabalho principal" e evidencia o quanto a entrega por aplicativo estrutura a vida produtiva desses sujeitos. Além

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

disso, a informalidade é uma marca constante nas trajetórias. Apenas dois participantes acessam algum tipo de proteção — um é microempreendedor individual (MEI) e outro possui seguro de vida. Um dos entrevistados é dono de um pequeno aplicativo de delivery, o que sugere a reprodução, ainda que em menor escala, de uma ilusão do empreendedorismo que recai na exploração do trabalhador (Antunes, 2020). Já o adoecimento físico é uma realidade compartilhada. Todos/as já sofreram algum tipo de acidente de trabalho, embora não o nomeiem dessa forma. O trecho "Acidente, acidente mesmo não. Só derrapei a moto porque tava com muita areia e quando pisei no chão torci o pé. Passei três semanas sem conseguir trabalhar" escancara a naturalização da dor e do risco. Outros relatos como "Sinto dor, normal" e "Aconteceram 4 acidentes comigo em um dia. Cheguei em casa, troquei de roupa e voltei a trabalhar" evidenciam uma rotina de sacrifício contínuo, sustentada pela urgência financeira e perpetuada pela desresponsabilização institucional das empresas-aplicativo. Nenhum dos participantes reside em áreas centrais, o que aumenta os deslocamentos diários, e todos relatam a ausência de acesso a necessidades básicas como água potável e banheiros durante as jornadas. O horário do almoço, por volta das 15h, confirma uma rotina exaustiva e desregulada, frequentemente de 12 horas diárias. Um dos participantes, quando questionado sobre sono em meio as suas duas jornadas de trabalho, entregador na parte do dia e vigilante na parte da noite, respondeu entre risos: "Olhe, sono mesmo moça, é difícil", evidenciando a negligência com o descanso, um direito suprimido ao trabalhador na contemporaneidade. Nos dias de chuva, os entregadores relatam trabalhar com ainda mais afinco. Ao contrário do que se poderia supor, não é o acréscimo nas tarifas que os motiva, mas o aumento da demanda, explicitando como a lógica algorítmica da remuneração induz os trabalhadores a se exporem ainda mais em contextos de maior risco. Como declarou um dos participantes: "Se eu não for, o dono do app fica me enchendo o saco. Eu acho errado né, quem paga a gasolina sou eu, mas fazer o que?". A gestão financeira é baseada na meta diária. Todos os entrevistados fazem cálculos diários e imediatos sobre o quanto precisam entregar para cumprir seus objetivos. Quando questionados sobre a comparação entre tempo de trabalho e ganhos diários, um dos participantes expressou: "Ganho 100 a 120 reais por dia trabalhando por 12h. Eu acho bom, quando eu trabalhava em depósito de gás eu trabalhava 12h também e mal ganhava 60 reais no dia" evidenciando o quanto a precariedade atual é justificada pela precariedade anterior — o que era ruim é agora parâmetro de comparação para o que parece "menos pior". O aparato simbólico que sustenta esse tipo de trabalho são, por vezes, os apelos à fé, como expressa um dos entrevistados quando questionado sobre os cuidados com a saúde: "Saúde, 1º lugar você conta com Deus, em 2º com a sorte!", evidenciando a desproteção material e jurídica que caracteriza o trabalho realizado a partir de entregas para empresas-aplicativo. Os resultados evidenciam sobretudo, que a uberização, longe de representar flexibilidade ou autonomia, se manifesta como uma nova forma de exploração marcada pela intensificação da jornada, informalidade institucionalizada e responsabilização individual por riscos e adoecimentos. O modelo transforma o trabalhador em um empreendedor de si, sem proteção, sem direitos e, frequentemente, sem pausas. A naturalização da dor, dos acidentes e da insegurança revela um processo de subjetivação onde os trabalhadores incorporam a lógica meritocrática da eficiência, da superação e resistência ao esforço físico como parte de sua identidade.

Ao afirmar que "sono é difícil" ou que "a saúde depende de Deus e da sorte", os participantes não apenas descrevem sua rotina; eles denunciam, mesmo sem assim nomear, um sistema que naturaliza e individualiza o risco, dissolve vínculos e e direitos trabalhistas e submete a vida ao tempo imprevisível e destruidor de vidas dos algoritmos. O reconhecimento dessa realidade exige ações coletivas, políticas públicas e mobilização social que questionem as bases da economia de plataformas e proponham modelos alternativos de trabalho que respeitem a dignidade humana.

Precarização Docente e Controle Social: Uma Autoetnografia no Ensino Superior Privado

Antonia Juliana Mesquita Ferreira (UFC)

Introdução: Este estudo propõe uma análise crítica das formas contemporâneas de precarização do trabalho docente no ensino superior privado, com foco nas experiências de professores de cursos de Psicologia em instituições localizadas no interior do Brasil. A pesquisa parte de uma perspectiva autoetnográfica, assumindo o lugar da pesquisadora como também sujeita da experiência relatada. Ao abordar condições precárias de formação, trabalho e reconhecimento, o estudo evidencia como a lógica neoliberal e mercantil atravessa o fazer docente, transformando a sala de aula em espaço de controle social e naturalização da violência simbólica. Dentre as principais motivações para esta investigação, está a urgência de lançar luz sobre processos silenciosos de dominação que operam nas bordas do sistema educacional formal, sustentados por discursos de inovação, empreendedorismo e resiliência docente. A pesquisa busca contribuir para os debates contemporâneos que interrogam as estruturas que organizam o ensino superior e seus efeitos sobre aqueles que sustentam cotidianamente a formação de novos profissionais. Objetivo: O objetivo central é compreender como se manifestam e são subjetivamente vivenciadas as formas de precarização do trabalho docente em instituições privadas de ensino superior. Em especial, busca-se discutir como essas condições impactam a prática pedagógica e a construção da identidade docente, através da articulação entre experiência pessoal e referencial crítico. A investigação também pretende identificar os efeitos psicossociais da precarização no cotidiano dos docentes, especialmente no que se refere à desqualificação simbólica, à culpabilização individual pelos fracassos institucionais e à normatização da sobrecarga como traço de excelência profissional. Este trabalho se insere no eixo temático que aborda as transformações nas condições de trabalho e seus impactos sobre a subjetividade. A proposta dialoga diretamente com discussões sobre precarização, exploração e resistência no campo do trabalho docente, especialmente nas instituições de ensino superior privadas e interioranas. Ao eleger a autoetnografia como estratégia teórico-metodológica, a pesquisa também se compromete com os fundamentos da Psicologia Social Crítica, articulando os planos macro e micropolítico da experiência de trabalho no neoliberalismo. Referencial teórico: A discussão teórica mobiliza principalmente os conceitos de Pierre Bourdieu, Ana Elizabete Mota, Belmira Oliveira Bueno e Gaudêncio Frigotto. Bourdieu (1989) fornece a base para compreender a violência simbólica que atravessa a docência, ao passo que Mota (2021) contribui com a categoria de superexploração, permitindo visualizar como o trabalho docente é apropriado e intensificado sem as devidas contrapartidas materiais e simbólicas. Bueno (2023) discute a desprofissionalização do trabalho docente como processo histórico ligado à ausência de formação pedagógica e à flexibilização contratual, e Frigotto (2006) oferece elementos para compreender a educação sob a ótica do capital, denunciando a sua transformação em mercadoria. Esses referenciais permitem compreender como a docência no ensino superior privado passa a ser regulada por mecanismos de eficientização, desempenho e serviço, esvaziando sua dimensão política, crítica e emancipadora. A articulação entre esses autores fornece subsídios para problematizar a docência como espaço de disputas, tensões e contradições, atravessado por exigências paradoxais que deslegitimam a função formadora em nome da produtividade, da mensuração de resultados e da neutralidade técnica. Metodologia: Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo-crítico, conduzida por meio do método da autoetnografia analítica (Ellis & Bochner, 2000). Os dados foram produzidos a partir de registros reflexivos em diários de campo, construídos ao longo da atuação docente em um curso de Psicologia de uma instituição privada do interior cearense. A análise foi guiada pela articulação entre os relatos de experiência e o

referencial teórico, na tentativa de evidenciar como a precarização se manifesta não apenas nas condições materiais, mas também na configuração das subjetividades docentes e nas possibilidades de resistência. A opção pela autoetnografia parte da compreensão de que a experiência vivida é um campo válido de produção de conhecimento, e que o envolvimento direto da pesquisadora no contexto analisado permite acessar zonas de silenciamento frequentemente negligenciadas por abordagens mais convencionais. Assim, a escrita autoetnográfica também se apresenta como gesto político de denúncia e enfrentamento, assumindo o lugar da palavra docente em meio às tentativas sistemáticas de apagamento da sua voz. Resultados esperados: Espera-se que esta análise contribua para a compreensão dos mecanismos simbólicos e materiais que sustentam a precarização docente no ensino superior privado, revelando como esses mecanismos afetam a identidade profissional, produzem sofrimento psíquico e dificultam a construção de um ethos pedagógico crítico. Pretende-se também evidenciar como a romantização da docência, muitas vezes promovida pelos próprios sujeitos implicados, contribui para a anestesia das resistências e para a naturalização das condições adversas de trabalho. A partir dos relatos e da articulação teórica, busca-se identificar possibilidades de ruptura com essa lógica, valorizando práticas pedagógicas que reafirmem a docência como ato político e situado. Destaca-se, ainda, a importância de compreender os efeitos subjetivos do discurso da vocação como dispositivo de captura, que ao exaltar a abnegação e o sacrifício, esvazia as possibilidades de reivindicação por reconhecimento institucional e coletivo. Considerações finais: A docência exercida no contexto do ensino superior privado, especialmente no interior, encontra-se atravessada por relações de trabalho precarizadas, exigências contraditórias e desvalorização simbólica. Esta pesquisa pretende ampliar a visibilidade dessas dinâmicas, propondo uma reflexão que ultrapasse a dimensão individual e denuncie os dispositivos estruturais que mantêm a precarização como norma. Reivindicar a centralidade do trabalho docente na formação em Psicologia é também questionar os modelos de educação alicerçados na lógica do mercado. A autoetnografia, ao recolocar o corpo e a experiência no centro da análise, emerge como ferramenta potente para visibilizar o que se quer oculto, restituindo a dignidade política e epistemológica do testemunho docente. Ao narrar-se, a pesquisadora não apenas se revela, mas também convoca o coletivo de educadores a reconhecer-se nas tramas da dominação e a buscar, por meio da crítica situada, caminhos possíveis de resistência e transformação.

Produzir recursos para enfrentamento das condições de trabalho que levam ao empobrecimento da vida

Claudia Osorio da Silva (UFF), Cristiane Lisboa da Conceição (Universidade Castelo Branco), Marianna Araujo da Silva (Fiocruz)

Introdução

Com o grande aumento de registros de adoecimentos mentais relacionados ao trabalho, o tema dos riscos psicossociais ocupa, com frequência, o centro dos debates entre profissionais e pesquisadores das relações entre trabalho e saúde. Com a mudança já aprovada das Normas Regulamentadoras do Trabalho, que passam a dar maior destaque a tais riscos, esse interesse ficou ainda maior. Mas há diferentes modos de fazer esse debate e diferentes escolhas técnico-políticas para intervir nos quadros de desgaste e adoecimento.

No Brasil, desde as décadas de 1980-1990, experimentamos uma espécie de campo de disputas de sentidos quanto ao modo de perspectivar e intervir nas questões que envolvem trabalho e saúde. Nesta disputa temos o campo da saúde do trabalhador (ST) e o campo da saúde ocupacional (SO) colocando em cena diferentes práticas, distintas tanto em seus compromissos éticos quanto em suas escolhas teóricas e metodológicas.

Na ST analisamos as relações entre trabalho e saúde-doença pela ótica da determinação social do processo de trabalho, ressaltando o caráter histórico das relações trabalho-saúde. Este campo define o trabalhador como agente de mudanças, com saberes e experiências compartilhados coletivamente. No que diz respeito ao método, a análise do trabalho busca propiciar o diálogo entre diferentes saberes com os trabalhadores sendo protagonistas das transformações. Emerge das lutas sindicais pelo direito à saúde e à vida e, no campo acadêmico, na medicina social e na saúde coletiva, por volta dos anos de 1970.

Já a saúde ocupacional se constitui nas práticas de gerenciamento das grandes empresas dos países do hemisfério norte, no período pós Segunda Guerra Mundial, a partir da medicina do trabalho e da higiene industrial. Surge como um campo de saber teórico-técnico especializado, marcado por um olhar biomédico, que reduz a saúde e a doença à sua dimensão orgânica e fisiológica, minimizando os determinantes sociais e políticos das doenças.

Objetivo

Esta apresentação tem como objetivo analisar o modo como o aumento da frequência de adoecimento mental relacionada ao trabalho tem sido enfocado e as vias de enfrentamento do problema que, consequentemente, são sugeridos. São postas em análise as lógicas assumidas por dois importantes campos teórico-técnicos, o da Saúde Ocupacional e o da Saúde do Trabalhador, tendo como foco maior de interesse os modos de intervenção que decorrem destas duas vias em disputa.

Relação com o GT-40

O tema do GT-40 intitula-se “Psicologia Social do trabalho no enfrentamento da precariedade do trabalho e na busca pela reinvenção da vida”.

A discussão proposta nesta comunicação enfoca os possíveis enfrentamentos da ampliação dos adoecimentos mentais relacionados ao trabalho, como consequência da precarização, na linha teórica da Psicologia Social do Trabalho.

Orientação teórica e metodológica

Nas últimas décadas temos observado transformações complexas de ordem econômica, política, social e tecnológica que têm levado à intensificação e precarização do trabalho e, consequentemente, têm afetado as condições de saúde dos trabalhadores, com destaque ao desgaste psicológico. O texto de

apresentação do GT ao qual nos candidatamos trata longamente desta situação.

Frente a este panorama do trabalho, a centralidade das noções de risco e de 'fatores de risco', na SO, propicia um enfoque fragmentado e individualizante da questão. Nesta via é preciso 'cuidar do/a trabalhador/a'; indicação muitas vezes enunciada como 'escutar o/a trabalhador/a. A ênfase na análise - fatorial e estatística - dos riscos tende a reproduzir padrões estabelecidos e regulados por legislações específicas, distanciando-se da percepção e compreensão da atividade pelos próprios trabalhadores (as). Os discursos das empresas e das Normas Regulamentadoras ganham visibilidade e caracterizam o campo da saúde ocupacional na indicação de medidas de controle dos riscos e seus "fatores".

A SO, em defesa do cuidado ao trabalhador, volta sua atuação principalmente para a normalização das condutas e insiste em naturalizar os atuais modelos organizacionais de metas a curto prazo, não trazendo para suas análises os processos históricos que culminaram nos quadros analisados. Suas intervenções acabam por se restringir a questões pontuais e riscos mais evidentes, frequentemente alimentando uma perspectiva de responsabilização dos trabalhadores, quando eles se acidentam ou adoecem.

Já a ST busca uma via de compromisso com mudanças no quadro de saúde da população trabalhadora. Propõe "cuidar do trabalho" para promover a saúde dos trabalhadores e trabalhadoras. No que diz respeito ao estudo dos condicionantes da saúde-doença, a referência central é o conceito marxista de processo de trabalho, considerando seus efeitos na saúde. É pela via da transformação dos processos de trabalho que a ST visa solidificar suas ações. Afirma-se na escolha política pela aliança com os trabalhadores, contra a exploração.

Na constituição do campo da ST, a experiência italiana teve uma grande influência, dando sustentação à politização do debate. O trabalho de Oddone valorizou a pesquisa de métodos para acessar os recursos dos trabalhadores para a promoção e proteção de sua própria saúde. Nas reflexões do grupo de Oddone e nas clínicas do trabalho encontramos, como nos fundamentos da ST, a importância da participação ativa dos trabalhadores nas análises e produção de mudanças nos processos de trabalho.

Mas a participação direta dos trabalhadores está ausente das preocupações da SO.

Mesmo na ST essa participação é pouco presente. A noção de participação proposta é sobretudo aquela da representação dos trabalhadores por seus sindicatos. Com o agravamento da precarização do trabalho, as formas de participação por representação e as tradicionais estratégias coletivas de luta por melhores condições de trabalho têm sido consistentemente desarticuladas.

Em artigo publicado em 1988, René Mendes faz um relato da criação, no Brasil, de serviços de higiene e segurança do trabalho, a partir das iniciativas de Oswaldo Cruz nos primeiros anos do século XX. A Reforma Carlos Chagas, de 1920, criou o Departamento Nacional de Saúde Pública (no Ministério da Justiça e Negócios Interiores), e, em 1923, incluiu, no âmbito da Saúde Pública, as questões de higiene industrial e profissional, atribuindo regulamentação e inspeção à Inspetoria de Higiene Industrial. Em 1930, Getúlio Vargas criou o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e essas atribuições passaram ao novo ministério.

As normas de higiene e segurança do trabalho a serem seguidas pelas empresas são, a partir daí, definidas nas Normas Regulamentadoras do Trabalho (NRs) pelo Ministério do Trabalho, que se encarrega da fiscalização de seu cumprimento.

Ora, a higiene é uma disciplina médica tradicional, que, no século XIX, é "recuperada e travestida de uma ambição sociopolítico-médica de regulamentar a vida dos indivíduos" (Canguilhem, 2005, p. 42). Ela expressa, no âmbito da medicina, a exigência de racionalização, de cálculo, que emerge com as sociedades industriais. O discurso higienista se interessa pela prescrição de regras voltadas ao controle da saúde das populações e em intervenções que garantam o seu estrito cumprimento. Subordinando o social ao biológico, exerce um poder de

ordenação pela coerção, representando um controle político-científico autoritário do meio.

Do mesmo modo, a SO tem apresentado, como uma de suas principais estratégias, o condicionamento comportamental e a modificação de estilos de vida considerados de risco. Dando continuidade à tradição da medicina do trabalho, responde à pergunta 'por que os trabalhadores adoecem?', qualificando-os como atores passivos na construção das práticas voltadas à saúde, a partir de um olhar individualizante, que não coloca diretamente em questão a organização do trabalho ou o modo de produção.

Mas, para o trabalho funcionar como um operador de saúde, o trabalhador precisa construir seu próprio caminho, com seus pares de ofício. Ao produzir, no trabalho, seu meio para viver com os outros, o trabalhador desenvolve seu poder de agir. Nessa concepção, que faz parte do campo da ST, o objetivo é transformar a organização do trabalho: criar situações que propiciem que os trabalhadores se constituam como protagonistas da transformação.

Conclusões

Com a intensificação do trabalho e os novos formatos de vínculos empregatícios, as doenças profissionais e os acidentes se tornam mais frequentes. Na SO, a reação é aumentar as prescrições por meio da promoção de guias de "boas práticas".

Ao invés de discutir as contradições da organização e condições do trabalho, o caminho proposto, nos discursos higienistas presentes nas organizações, tem sido o de socorrer os trabalhadores, suprimindo os sintomas, ou o estresse e seus efeitos, provocados pelos conflitos do trabalho, ou seja, pelas divergências que o constituem e que precisam ser negociadas na atividade.

O surgimento do campo da ST ocorre já no final dos anos1970, sustentada numa conjuntura política de luta por direitos e de questionamento das políticas públicas de saúde até então vigentes. As exigências de participação dos trabalhadores nas decisões sobre seu trabalho acompanham os questionamentos do movimento social às hierarquias em diversos âmbitos. Os conhecimentos advindos da experiência são valorizados, considerando-se a participação dos trabalhadores como fecunda e indispensável na luta pela saúde, produzida nas transformações dos processos, na busca por tecnologias menos danosas à saúde humana e/ou ao ambiente e na superação de condições precárias de trabalho. Faz-se indispensável que aqueles que se situam nesta vertente se debrucem sobre a questão que está posta em debate, produzindo meios para que os efeitos da intensa precarização do trabalho sejam enfrentados. O trabalho é para produzir vida, e não acidentes, adoecimentos e mortes.

Protagonismo da saúde no trabalho: práticas de intervenção em instituições públicas a partir da Psicologia Social do Trabalho

Emilly Cristina Felix de Sousa (UPE), Daniela Alves de Souza Pereira (UPE), Laiza Cerqueira de Santana (UPE), Maria Isadora Souto Maior Ferraz (UPE), Juliano Almeida Bastos (UPE)

A Psicologia Social do Trabalho (PST) tem se consolidado como uma perspectiva crítica que investiga e intervêm nas interações entre indivíduos, grupos e organizações nos diversos contextos onde o trabalho acontece, considerando os aspectos sociais, históricos e culturais e suas implicações na saúde e nos processos de subjetivação dos trabalhadores. No cenário contemporâneo, marcado por transformações como a precarização e novas formas de gestão, emergem desafios significativos para a compreensão e intervenção nos processos de trabalho (Sato; Coutinho; Bernardo, 2017). Nesse contexto, o projeto "Saúde e Trabalho em Organizações Públicas", que integra o Programa de Extensão Universitária "Psicologia, Trabalho e Ações Coletivas" (PTAC), vinculado ao curso de Psicologia da Universidade de Pernambuco – campus Garanhuns, propõe ações que visam proporcionar aos trabalhadores a reflexão e posterior ação direcionadas à transformação dos contextos de trabalho nos quais estão inseridos, tendo como foco a atenção à saúde. Este relato de experiência tem como objetivo apresentar e refletir acerca das experiências de intervenções grupais realizadas pelo PTAC, destacando suas contribuições para a promoção da saúde mental dos trabalhadores e para a compreensão crítica das dinâmicas laborais. Nesse sentido, este estudo se vincula ao Eixo Temático 09 - "Psicologia Social em interface com o trabalho", na e se insere na proposta do Grupo de Trabalho (GT) "Psicologia Social do Trabalho no enfrentamento da precariedade do trabalho e na busca pela reinvenção da vida", que busca promover o diálogo entre pesquisas e experiências de intervenção que exploram temáticas como trabalho informal, desemprego, subjetividade, adoecimento, resistências e modos de reinvenção do trabalho. Ao se vincular ao GT, pretende-se contribuir para o esforço coletivo de pensar e atuar sobre os desafios dos mundos do trabalho, reforçando o compromisso ético-político da Psicologia Social do Trabalho com a saúde e os direitos dos trabalhadores. Para a proposição das ações desenvolvidas, a perspectiva da Psicologia Social do Trabalho (PST) é tomada como referência, a partir da qual se entende o trabalho como categoria central na organização da vida social e na produção de subjetividades na contemporaneidade (Bastos; Uchôa, 2019). Essa abordagem propõe em suas práticas e investigações que os trabalhadores assumam o protagonismo na produção de informações e na efetivação de ações, ao que, consoante Sato (2010), a Psicologia Social busca compreender o trabalho e seus modos de organização a partir da experiência concreta dos trabalhadores, enfatizando os desafios enfrentados no cotidiano e estratégias desenvolvidas para lidar com essas adversidades. O projeto teve início em 2022 e ao longo dos últimos três anos vem aprimorando suas práticas, buscando adaptar-se aos diferentes contextos de trabalho no qual se insere. As ações interventivas são realizadas através de encontros grupais junto a trabalhadores de organizações públicas na cidade de Garanhuns, assistindo trabalhadores da educação, da saúde e de centros de medida sócio-educativas. Apesar de o convite ser realizado por profissionais que estão envolvidos com a gestão, nas primeiras reuniões é esclarecido que nosso foco de atenção é a saúde do trabalhador e não sua adaptação irrestrita aos processos de trabalho propostos. As atividades têm tido alta adesão

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

e participação ativa dos trabalhadores nos processos reflexivos a respeito de suas práticas de trabalho cotidianas. Nas ações tem sido possível pensar coletivamente sobre as condições, os processos e as relações que se estabelecem com o trabalho que desenvolvem. A atenção às exigências do trabalho e sobretudo o debate sobre as questões que envolvem à preservação da condição de saúde de todos, tem sido o eixo das discussões. Nesse sentido, a partir de 2024 o método utilizado nas intervenções tem assumida uma configuração específica. Têm sido realizados ciclos de 5 a 7 encontros, a variação depende das demandas de cada grupo, conduzido por uma dupla de estudantes extensionistas. O primeiro encontro toma como referência a consideração de que quem sabe do trabalho é o trabalhador que o executa. Assim, após a apresentação da dupla de extensionistas e dos objetivos do projeto, os trabalhadores são estimulados a apresentarem o que fazem. Com inspiração na técnica da "Instrução ao Sósia" (Oddone; Re; Briante; Trad. 2023), os trabalhadores são convidados a assumirem o papel de instrutores e descreverem, com o máximo de detalhamento possível, as tarefas que realizam em seu cotidiano profissional. Esse exercício permite favorecer a tomada de consciência, por parte dos próprios profissionais, acerca do valor e da complexidade de suas práticas. Tal processo ocorre por meio das técnicas de autoconfrontação simples e cruzada: a primeira refere-se ao reconhecimento de si mesmo a partir da própria narrativa, que tensiona a realidade vivida; já a segunda envolve a escuta e o confronto com as falas dos "sósias" — representados, neste contexto, pelos facilitadores extensionistas e pelos demais trabalhadores do grupo — que comentam, questionam e promovem a problematização coletiva das experiências compartilhadas (Freitas, 2018). A partir do segundo encontro é utilizada a estratégia da "Oficina de Fotografia" (Osorio; Zamboni; Barros, 2016), em que os extensionistas indicam aos participantes que seja realizado o registro de imagens do cotidiano de trabalho durantes os dias da semana que antecedem o encontro seguinte, para que na reunião do grupo as imagens sejam compartilhadas juntamente com os sentidos que quem as produziu atribui a elas. A partir do material reunido, é conduzido um processo de curadoria coletiva, com o objetivo de organizar as imagens em categorias construídas com base nos sentidos, agora coletivamente atribuídos. As categorias que são estabelecidas servem como eixo para discussões desenvolvidas nos encontros seguintes, favorecendo a reflexão crítica sobre as vivências compartilhadas. Aos facilitadores, cabe a sistematização dos registros, bem como sua apresentação nos encontros, com a finalidade de subsidiar o debate coletivo. Temos percebido que essa proposta de intervenção facilita a visualização das demandas que os profissionais têm diante do trabalho, e assim tem sido possível que reflitam e construam coletivamente alternativas para atender às suas necessidades. À luz dessa perspectiva, as ações conduzidas têm como pressuposto fundamental que as ações transformadoras, ainda que dentro de uma margem limitada pela estrutura normativa da organização, só podem ser empreendidas pelos trabalhadores que vivenciam os processos de trabalho no cotidiano. São os saberes que advém desse conhecimento singular que devem ser utilizados a favor do grupo. Consideramos que não somos especialistas e nem temos a capacidade de interferir nos contexto de trabalho que pouco conhecemos. Nossa proposta é buscar favorecer o diálogo e a busca de soluções partilhadas pelo grupo. Vale ressaltar que, em alguns contextos, a mobilização gerada no grupo, inquieta os trabalhadores da gestão, que passam a enxergar a proposta como geradora de problemas, uma vez que nossos ações não "eliminam" diretamente os conflitos, mas antes, busca evidenciá-los e encontrar encaminhamentos. Conclui-se que, nos

encontros grupais, tem-se ressaltado a importância de outras dimensões da vida que transcendem o trabalho, enfatizando-se a importância de promover a saúde tanto no ambiente laboral quanto em outros contextos de vida, uma vez que esses espaços se influenciam mutuamente. Essa abordagem tem estimulado reflexões significativas entre os trabalhadores participantes, dando origem a um processo de ressignificação das relações com o trabalho e com outras esferas da vida, a partir da percepção de sua interdependência.

Referências: Bastos, J.; Uchôa, F. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho: metassíntese da produção publicada em duas décadas de existência. Psicologia & Sociedade, v. 31, p. 1-18, 2019. Freitas, V. C. O método de instrução ao sósia. Caderno de Administração, v. 12, n. 1, 2018, p. 1-19. Oddone, I.; Re, A.; Briante, G. Experiência operária, consciência de classe e psicologia do trabalho. Trad. de Ana Maria Chiarini e Diego Silveira Coelho Ferreira. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2023. Osorio, C.; Zamboni, J.; Barros, M. E. B. Clínicas do trabalho e Análise institucional. Rio de Janeiro: Nova Aliança Editora e Papéis, 2016, p. 292. Sato, L. Psicologia, saúde e trabalho: Distintas construções dos objetos "trabalho" e "organizações". In: Conselho Federal de Psicologia, Psicologia crítica do trabalho na sociedade contemporânea, 2010, p. 41-53. Sato, L.; Coutinho, M. C.; Bernardo, M. H. A perspectiva da psicologia social do trabalho. In: Coutinho MC, Bernardo MH, Sato L, organizadores. Psicologia social do trabalho. Petrópolis: Vozes, 2017, p. 11-24.

Saúde Mental e Trabalho: falando das dimensões psicossociais

Andréia De conto Garbin (USP), Eliana Aparecida Pintor (Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo), Cláudia Osório Silva (UFF), Simone Alves dos Santos (Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo)

Introdução:

A discussão acerca dos riscos psicossociais no ambiente de trabalho tem ganhado maior destaque no Brasil, especialmente em decorrência das alterações na Norma Regulamentadora nº 1, relativa à segurança e saúde no trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego. Essa norma estabelece diretrizes para o gerenciamento de riscos ocupacionais e as medidas de prevenção em Segurança e Saúde no Trabalho. É importante destacar que essa temática não é nova, tampouco a norma apresenta inovação. Diversos autores têm contribuído com debates teóricos sobre a concepção dos fatores de riscos psicossociais (Clot, 2013; Falzon, 2018). As dimensões psicológica e social acompanham o desenvolvimento das atividades laborais; portanto, o aspecto psicossocial não deve ser considerado um risco isolado. Essas dimensões se manifestam nas atividades cotidianas e nas interações sociais, representando a ação coletiva no contexto de trabalho.

Objetivos:

Discutir os riscos psicossociais sob a perspectiva da psicologia social do trabalho e analisar a emergência do conceito de fatores de riscos psicossociais à luz das alterações promovidas na Norma Regulamentadora nº 1 sobre gerenciamento de riscos ocupacionais.

Metodologia:

Adotando uma abordagem de caráter histórico, busca-se promover uma problematização sobre a concepção dos fatores de risco psicossociais a partir da psicologia social do trabalho.

Discussão:

Na década de 1970, iniciou-se o debate acerca da influência dos fatores psicossociais sobre a saúde do trabalhador. Na década seguinte, esses fatores passaram a ser considerados em relação às condições de trabalho. Neste contexto, nos anos 2000, a Agência Europeia para Saúde e Segurança reforçou a importância do conceito de riscos psicossociais. O estudo dos efeitos nocivos do trabalho à saúde humana tem sido objeto de investigação por diversas disciplinas, sendo prioritário para o campo da saúde do trabalhador. A partir dos princípios e conceitos dessa área, é possível reconhecer o caráter restritivo na aplicação da noção de fatores de risco, especialmente no que diz respeito à possibilidade de quantificação e à definição de limites de tolerância. No bojo das estratégias de gerenciamento de riscos ocupacionais foram inseridos os controles de riscos químicos, físicos e biológicos, estabelecidos pela NR 9 - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, aliadas aos sistemas de gestão da qualidade. Nesses programas busca-se a identificação dos fatores de riscos ocupacionais por meio de procedimentos técnicos, como avaliação de temperatura, vibração, ventilação e ruído, etc, adotando a lógica da classificação do risco em baixo, médio e alto. Como estabelecer esse padrão quando se aborda a dimensão das interações no trabalho?

O cenário atual mostra que a gestão dos riscos psicossociais tem sido realizada por empresas privadas e especialistas que tendem a limitar-se à análise superficial e à implementação de medidas que evitam confrontar as verdadeiras questões e contradições do trabalho. Uma fragilidade do modelo de gerenciamento de risco refere-se ao mecanismo de autodeclaração da organização, que ao promovê-la estará reconhecendo suas vulnerabilidades, fazendo supor que dificilmente as empresas reconhecerão suas limitações. Outro aspecto evidente refere-se à busca pela mitigação das contradições e redução dos conflitos organizacionais, sem atingir as causas dos problemas do trabalho.

Neste cenário, os riscos psicossociais facilmente são associados às condições pessoais dos trabalhadores, ao "estresse" individual e surgem compreensões reducionistas e individualistas da dimensão psicossocial no trabalho.

Para a Organização Internacional do Trabalho (OIT), os fatores de risco psicossociais podem interferir na saúde, no desempenho e na satisfação no trabalho, além de estarem relacionados ao ambiente, ao conteúdo e às condições laborais. Ocorre que essa concepção reforça a identificação das consequências do trabalho e não as causas dos problemas na organização do trabalho.

No Brasil, a Norma Regulamentadora nº 17 trata das diretrizes e os requisitos que permitam a adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores, de modo a proporcionar conforto, segurança, saúde e desempenho eficiente no trabalho. Refere que as condições de trabalho incluem aspectos a própria organização do trabalho. Na referida norma os aspectos psicossociais do trabalho referem-se à análise do trabalho específico (trabalho em checkout). Esse exemplo, ilustra como a norma aborda a dimensão da organização do trabalho para estabelecer parâmetros referentes às pausas, jornada de trabalho, tempo de trabalho, sobrecarga psíquica e muscular, satisfação das necessidades fisiológicas, dentre outros. A NR 17 aborda a participação dos trabalhadores na análise do trabalho, na validação dos processos de mudanças e na concepção das intervenções.

Considera-se que a dupla dimensão, psicológica e social, do trabalho constitui o motor da atividade, logo não pode ser reduzida a um risco. As perturbações, os impedimentos, no desenvolvimento da atividade revela distúrbios nos aspectos psicológicos e sociais que emergem da análise das atividades prescrita e real. A atividade psicossocial produz mobilizações coletivas relacionadas à cooperação, ajuda mútua e estratégias coletivas.

O debate é atual e o campo da psicologia social do trabalho tem promovido análises críticas sobre os reducionismos e o caráter individualizante das análises e das intervenções. A contraposição colocada fundamenta-se na análise do trabalho, na participação dos trabalhadores, no conhecimento e na experiência de quem executa as atividades de modo que sejam reconhecidas as necessidades, os constrangimentos, a variabilidade das atividades.

Referências:

Clot, Y. O ofício como operador de saúde. Cad. psicol. soc. trab. [online]. 2013, v.16, n. spe, pp.1-11.

Falzon, P. Ergonomia construtiva [livro eletrônico}, São Paulo: Blucher, 2018.

Trabalhadores atingidos por barragens na região de Porto Velho e os impactos do agronegócio da soja: desafios para o campo da Saúde do Trabalhador

Juliana da Silva Nóbrega (UNIR), Ana Letícia Prestes Souza (UNIR), Greicielle Kassila Alves de Alencar (UNIR), Camila Moreira Yoshida de Almeida (UNIR), Maria Cecília Dias Pereira Bastos (UNIR)

A presente pesquisa buscou compreender o cotidiano e as trajetórias de vida de trabalhadores (as) rurais, vinculados ao Movimento dos Atingidos por Barragens de Rondônia (MAB-RO), e residentes de áreas de assentamento e reassentamento do Distrito de Triunfo (Candeias do Jamari/RO), localidade que está, atualmente, cercada por extensas áreas de plantio de soja. Essa comunidade vem, há algum tempo, relatando/denunciando inúmeros casos de adoecimento em decorrência do intenso uso de agrotóxicos nas fazendas que derivam para o seu entorno. Tendo já passado por um processo de desterritorialização em decorrência da construção, no fim da década de 1980, da Usina Hidrelétrica de Samuel (UHS), essas famílias hoje enfrentam uma nova ameaça de desterro decorrente desses empreendimentos de soja na região, caracterizando também um conflito socioambiental, marcada pelo racismo ambiental. Outra marca desse conflito é o colonialismo químico, expressão utilizada para explicar de que forma e em que o capital vem inserindo, de forma nociva, venenos utilizados como "armas" em conflitos de terra no Brasil, acarretando em impactos socioambientais. Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo, iniciada em 2023 e em fase de finalização, que está amparada nos pressupostos da Psicologia Social do Trabalho (PST), a partir da qual se buscou a compreensão dos fenômenos psicossociais presentes no cotidiano de trabalho e vida dos agricultores/as e o contexto de precarização da vida dos (as) trabalhadores (as). Buscou-se conhecer a compreensão destes acerca da relação saúde, trabalho e meio ambiente, com foco no cotidiano vivido na localidade. Além disso, objetivou-se identificar os impactos psicossociais e ambientais sofridos por eles, decorrentes da exposição aos agrotóxicos na região. Esse trabalho dialoga com o Grupo de Trabalho "Psicologia Social do Trabalho no enfrentamento da precariedade do trabalho e na busca pela reinvenção da vida", ao entender que a reinvenção da vida dessa comunidade passa pelo enfrentamento da precariedade do trabalho em decorrência do conflito instaurado pelo agronegócio, numa tentativa de expulsão desses trabalhadores daquele território. Os agricultores/as expressaram, ao longo das entrevistas e rodas de conversa realizadas, o sofrimento psicossocial diante do processo de vulnerabilização a que estão submetidos/as cotidianamente desde o início das atividades das fazendas. O território, que antes provia não apenas a subsistência familiar, mas era a fonte de renda e garantia da vida a partir de uma produção agroecológica, hoje se tornou inviabilizado diante da contaminação das águas, do ar, das chuvas, do vento, do solo. Evidencia-se a urgência de um olhar da Psicologia Social do Trabalho para contextos emergentes como o evidenciado na presente pesquisa, que deve ir em contraponto à lógica capitalista predatória que explora os territórios em detrimento da vida e saúde humana dos trabalhadores/as e ambiental. A partir da perspectiva da Determinação Social da Saúde, o contexto sociopolítico e econômico atravessa a saúde desses trabalhadores/as. Essa leitura, conjugada a uma leitura interseccional, possibilita a desnaturalização dos processos de precarização do trabalho, entendendo a saúde e o adoecimento não como decorrente de fatores individualizantes, mas também de forma mais ampla e inserida em um processo social, econômico, político e cultural. Através de entrevistas e rodas de conversa, pôde-se potencializar relatos, percepções e identificar o cenário de degradação da vida dos trabalhadores(as) rurais e do meio ambiente, pois entende-se que através desses métodos há a possibilidade de estabelecer um diálogo com as pessoas sobre o próprio trabalho, podendo ser vista como uma ação de produção de sentidos, mais do que uma simples coleta de depoimentos ou de dados de pesquisa. Ao todo

na pesquisa, foram realizadas 8 entrevistas e 6 rodas de conversa com trabalhadores (as) rurais. Destacou-se um cenário de violações de direitos humanos na saúde, na vida e no trabalho dos agricultores, através de relatos de adoecimentos físicos e psicológicos, relacionados à exposição aos agrotóxicos. Foram relatadas situações de negligência no atendimento público à saúde, na unidade de saúde, quando adoecidos e apresentando sintomas de intoxicação, sem terem recebido qualquer encaminhamento para tratamento adequado. Quando consultados os dados de notificação no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), foi constatada a inexistência de notificação relacionada àquele território, apesar dos inúmeros relatos. A partir da pesquisa, uma carta-denúncia foi elaborada e lida, coletivamente, em reunião do Fórum Rondoniense de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos (FRICIA). Estabeleceu-se uma parceria entre os órgãos de vigilância e de controle, de âmbitos estaduais e federais, e que passaram a acompanhar o caso em conjunto com a comunidade, constituindo-se o início de um processo de Vigilância Popular em Saúde (VGP), metodologia de prevenção, proteção, fiscalização e segurança para a população afetada, configurando-se como um processo contínuo e sistemático do território. A VPS exige um conhecimento territorial, a cooperação intersetorial entre entidades e órgãos com o compromisso dessa vigilância por meio de ações articuladas entre eles e a transparência de informações, auxiliando na elaboração de estratégias coletivas e uma organização política e social da própria população que vive no território, sendo ela mesma vigilante das especificidades territoriais, das alterações e impactos socioambientais. O cenário cotidiano dessas famílias é de grave risco e as perspectivas de enfrentamento têm sido construídas, porém com muitos limites, dentre eles, o principal, o poder político e econômico desses grandes empreendimentos de soja. Assim, a partir dos relatos, evidenciou-se a dificuldade e falta de acesso ao serviço de saúde pública e a importância de compreender as trajetórias de vida do trabalhador rural, não apenas relacionadas ao espaço físico onde ocorre seu trabalho, mas também às relações de poder, suas necessidades específicas perante seus modos de vida, identidade e pertencimento ao seu território. Por fim, destaca-se também ser este um território marcado pelo racismo ambiental e evidente conflito agrário, dada a desvalorização das terras e a violação dos direitos humanos presentes, que vem produzindo mais uma vez o processo de desterritorialização das comunidades agricultoras. Dessa forma, no âmbito da psicologia, faz-se, cada vez mais, urgente a ampliação da sua presença nestes territórios, a partir de uma perspectiva crítica e ético-política, assumindo seu compromisso social ao questionar sobre a quem ela serve, para quê, o sentido e a relevância de suas práticas voltadas a contextos rurais, tendo em vista o cenário emergente de destruição de formas de vida de povos da região amazônica.

Trabalho precarizado no setor público: efeitos do gerencialismo no Estado Capitalista Contemporâneo

Cássia Gabriela Wotekoski (UFPR), Carolina de Souza Walger (UFPR)

A Socioeducação se constitui como política pública nacional que remonta a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), sendo o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) responsável pelo processo de apuração do ato infracional até a execução das medidas socioeducativas. Sancionado pela Lei nº 12.594 de 2012, o SINASE comporta responsabilidades estaduais, municipais e distritais, cabendo à gestão estadual a efetivação das ações voltadas ao funcionamento concreto do sistema, desde a definição das unidades socioeducativas, número de vagas ofertadas, composição do quadro funcional e demais ações que viabilizem a execução da política pública, como gestão de recursos financeiros, capacitação dos trabalhadores, etc. O planejamento e execução de políticas públicas e sociais são realizados pelo Estado, sendo de responsabilidade da Administração Pública da União. Contudo, como defende José Henrique de Faria, é preciso considerar que o Estado se constitui e se desenvolve como intérprete dos interesses dominantes, o que compreende um Estado Capitalista Contemporâneo e se traduz na modernização das relações e do modo de produção que servem à manutenção do modo capitalista de produção. Nesse contexto, é possível citar a proposta do Plano Diretor de Reforma de Estado da década de 1990, que objetivou instituir princípios gerencialistas - sob a máxima da eficiência gerencial - ao funcionamento do serviço público nacional. Isso não se deu sem efeitos, sendo cada vez mais evidente os desdobramentos de uma lógica gerencial no cotidiano do trabalho de servidores públicos, que se veem envoltos por métricas e avaliações que, transpostas do setor privado, desconsideram as particularidades do setor público, constatando-se um movimento sistematizado de precarização do trabalho no serviço público. Tomando a política pública da Socioeducação como caso e a percepção de trabalhadores e trabalhadoras responsáveis pela execução das medidas socioeducativas, este trabalho tem como objetivo debater o papel do Estado enquanto gestor e empregador desta e nesta política pública. O trabalho no setor público, ao mesmo tempo em que possui características próprias e objetiva o cumprimento de ações em vistas a um estado de bem-estar social, se dá no interior de uma sociedade capitalista e de um Estado Capitalista. A lógica gerencialista no setor público pode ser identificada nos mecanismos de controle, objetivos e subjetivos, efetivados pela gestão e nos efeitos para a saúde e subjetividade dos trabalhadores e trabalhadoras, bem como no processo de precarização das condições de trabalho. Portanto, compreender o papel do Estado como gestor e empregador da e na política pública da Socioeducação é um objetivo alinhado ao Grupo de Trabalho, na medida em que se debate uma forma de trabalho diferente no interior da economia capitalista, os desdobramentos para a saúde, subjetividade e dignidade dos trabalhadores e trabalhadoras, a precariedade do trabalho e o trabalho em uma política pública, desde uma perspectiva crítica. A pesquisa e as reflexões que aqui se apresentam estão circunscritas no campo da Psicologia Crítica do Trabalho, entendida como práxis contra-hegemônica e de caráter emancipatório, que visa dar voz aos trabalhadores, encarando-os enquanto sujeitos de sua própria história, como ensinam David Pavón-Cuéllar, Thomas Teo, Hernández Pulido-Martínez e Leny Sato. Desde uma perspectiva teórica, o trabalho se ancora na proposta da Economia Política do Poder, de José Henrique

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

de Faria, que permite um olhar para os mecanismos objetivos e subjetivos de controle no processo de trabalho sob o modo de produção capitalista, assim como o entendimento de um Estado Capitalista Contemporâneo. Realizou-se um estudo de caso em uma unidade socioeducativa de privação de liberdade de um estado brasileiro, composto por: i) 15 entrevistas com trabalhadores e trabalhadoras; ii) observação participante durante cinco meses, totalizando 116 horas; iii) análise documental de 75 transcrições de entrevistas diagnósticas, de diários de campo armazenados no banco de dados de um projeto de ensino, pesquisa e extensão; além da iv) consulta de artigos, notícias e documentos oficiais relacionados ao sistema socioeducativo no âmbito federal e estadual. Quanto à análise dos dados, foi adotada a análise temática de conteúdo, como apresenta Uwe Flick, com a codificação e categorização dos dados realizados por meio do processo de codificação teórica. Após o estabelecimento das categorias de análise, observou-se um constante processo de (re)organização do sistema socioeducativo, com alterações na secretaria estadual responsável pela gestão do sistema, que se desdobram em modificações na concepção acerca da finalidade e objetivos desta política pública, nas diretrizes de funcionamento do sistema e interrupção frequente de programas, exigindo adaptação dos trabalhadores e trabalhadoras. Com isso, percebe-se a adoção de Políticas de Governo em detrimento de Políticas de Estado, suscetíveis a interesses político-ideológicos. Identificou-se, também, que o contexto de trabalho é marcado por tensão, imprevisibilidade e medo, decorrentes de problemas estruturais no que é oferecido aos adolescentes inseridos no sistema e aos trabalhadores e trabalhadoras, que alegam: sobrecarga de trabalho, contingente insuficiente de trabalhadores, ambiente físico inadequado, ausência ou ineficiência de treinamentos e formações, inexistência de protocolos de trabalho. Essas condições geram sentimento de despreparo, insegurança e desamparo, além de sofrimento e adoecimento em decorrência do trabalho. Verificou-se, ainda, a percepção de que o Estado, enquanto empregador, não está aberto às demandas dos trabalhadores e trabalhadoras, não oferta amparo legal para as práticas de trabalho, nem assistência aos trabalhadores e trabalhadoras e faz uso de procedimentos administrativos e sindicâncias para responsabilizar individualmente trabalhadores e trabalhadoras e manter um clima de vigilância permanente. Os mecanismos de controle, objetivos e subjetivos, entendidos enquanto representação objetivada das relações de poder, exercidos pelo Estado enquanto empregador, se revelam em: processos de responsabilização individual dos trabalhadores e trabalhadoras por ações para as quais não possuem diretrizes claras; gestão da saúde restrita a procedimentos burocráticos de controle de atestados e culpabilização dos trabalhadores e trabalhadoras por seus processos de adoecimento; ausência de treinamentos e movimentações de transferências e afastamentos sem critérios definidos; prática rotineira de abertura de processos administrativos disciplinares e sindicâncias como forma de vigilância constante; divergência entre o que é divulgado como resultados da Socioeducação e as condições concretas de trabalho às quais os trabalhadores e as trabalhadoras estão expostos. Se por um lado o Estado alega fazer a gestão do sistema socioeducativo com base no que está posto na Lei, o que se evidencia é um processo de dissimulação discursiva que disfarça a realidade concreta da gestão e do trabalho, encobre o processo de desmantelamento do sistema, com a precariedade das condições de trabalho, tendo como exemplo a própria infraestrutura das unidades socioeducativas, que não possuem o aparato adequado para o exercício das funções e para acolher as demandas dos adolescentes atendidos. Ao desconsiderar as

condições concretas do trabalho e desvincular aquilo que pretende a Socioeducação enquanto política pública e as reais condições e incentivos para sua execução, os trabalhadores e trabalhadoras expressam que há engessamento e cristalização dos processos de trabalho, restringindo as possibilidades de um projeto junto aos adolescentes que estão cumprindo medidas socioeducativas, e a coerência com aquilo que está posto enquanto objetivos da política pública, revelando uma prática de violência institucional, sendo a precarização do trabalho uma de suas faces. Considera-se que a gestão do sistema socioeducativo apresenta efeitos tanto em seus trabalhadores e trabalhadoras quanto nos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. Tais efeitos decorrem de um processo cada vez mais evidente de precarização do trabalho, que se apresenta de forma objetiva com a falta de instrumentos e insumos necessários ao atendimento adequado aos adolescentes que ingressam no sistema; e, também de forma subjetiva, pelo sentimento constante de vigilância, culpabilização individual por falhas que não possuem apenas um autor e com a possibilidade constante de sofrerem denúncias pelo trabalho realizado. Esses efeitos também decorrem da adoção de pressupostos gerencialistas transferidos ao setor público, somado à falta de clareza quanto aos princípios que regem o trabalho, sem que, no entanto, sejam discriminadas as singularidades da atuação profissional no setor público. Por fim, a partir do entendimento acerca de uma Dimensão Sociopolítica do Sofrimento Psíquico, como postula Miriam Debieux Rosa, foram observadas expressões de sofrimento físico e psíquico, além de adoecimentos relacionados ao trabalho, como expressões singulares que são fruto de um processo gerencialista capitalista de gestão do trabalho presente na gestão do serviço público responsável por executar uma política pública.

Traçando Rotas Possíveis: a regulamentação do trabalho uberizado e questões socioambientais.

Anael Robson Barbosa Ferreira (UPE), Amilson de Carvalho Gominho Filho (UPE), Juliano Almeida Bastos (UPE), Suely Emilia de Barros Santos (UPE), Bruno de Freitas Barbosa (UPE)

Na indústria 4.0 é reconfigurado o modo como se faz o trabalho, nela, se lança mão de ferramentas digitais para fornecer e acessar produtos, além disso, os custos são transferidos para o trabalhador. É nesse cenário que a Uberização emerge, onde empresas, trabalhadores e consumidores lançam mão de ferramentas digitais para fornecer e acessar produtos. As empresas que compõem esse movimento, afirmam que são mediadoras entre o trabalhador e o solicitante do trabalho, se isentando da oferta de direitos básicos trabalhistas, uma vez que os trabalhadores são considerados "parceiros" das plataformas. Tal discurso vem sendo combatido dentro e fora das universidades por trabalhadores e pesquisadores (Antunes, 2020; Gonsales, 2020). No cenário brasileiro, o processo de uberização ganhou ainda mais força em 2020, a partir da política de lockdawn. Assim, os esforços para conter a proliferação do vírus SARS-CoV-2 também acabaram fomentando a busca por alternativas digitais de geração de renda àqueles que não realizavam serviços essenciais. Então, empresas como a Uber, tiveram um aumento expressivo de cadastros de motoristas, os quais foram e são expostos aos mais diversos riscos atrelados a entrega de produtos e ao transporte de pessoas (Santiago, 2024). Nesse sentido, desde 2020, várias movimentações desses trabalhadores foram realizadas no Brasil, reivindicando melhorias nas suas condições de trabalho. Em julho de 2020 os entregadores foram às ruas no "breque dos apps", em diversas capitais do Brasil, solicitar aumento no valor das corridas, fim dos bloqueios sem justificativa clara nos aplicativos e um auxílio com EPIs (G1 2020; Marin, 2020). Os protestos nunca pararam, a luta dos trabalhadores por aplicativo têm levantando diversas pautas por todo o Brasil (Gama, 2023; Oglobo, 2024; CNN Brasil, 2025; Boi Tempo, 2025), movimentos que resultaram na formação de um GT para a elaboração do Projeto De Lei Complementar Nº 12, DE 2024 – PLP 12/24 (Brasil, 2024a). O projeto estabelece uma nova categoria de trabalho exclusiva para motoristas de aplicativo: o trabalhador autônomo por plataforma (Gonsales; Roncato; Lann, 2024). Isso porque, nas negociações restaram exclusivamente os motoristas que trabalham via aplicativo com transporte de pessoas em veículo automotor de quatro rodas (Guimarães, 2024; Fernandes, 2024). A PLP 12/24 não atendeu aos anseios dos trabalhadores. Em 2025, quase 5 anos depois do primeiro breque dos apps, trabalhadores continuaram indo às ruas reivindicar reajustes nos pagamentos e carregaram faixas com expressões como "sem entregador não existe aplicativo" e "escravidão digital" nas manifestações (Gonsales, 2025). Diante disso, percebe-se que a discussão em torno das condições de trabalho é insuficiente e se faz necessário outros modos de analisar as problemáticas apresentadas, sob uma perspectiva que integraliza o trabalhador ao seu espaço de trabalho, nesse caso, as cidades. Esse trabalho compreende um relato de pesquisa que busca refletir sobre a regulamentação do trabalho de motoristas por aplicativo em interlocução com a reivindicação de direitos trabalhistas e os impactos socioambientais da uberização. Nessa direção o estudo se vincula ao eixo temático "Psicologia Social em interface com o trabalho". O estudo se vincula à perspectiva da Psicologia Social do Trabalho (PST) para pensar os processos de trabalho dos motoristas de aplicativo, ao considerarmos a organização do trabalho como fenômeno

estruturante das sociedades capitalistas. Assim, busca-se, com os próprios trabalhadores, os sentidos que atribuem a sua vida laboral, assumindo que somente quem o executa é capaz de fazê-lo entender (Coutinho; Oliveira, 2018; Sato; Coutinho; Bernardo, 2018). Além disso, buscamos outros modos possíveis de se pensar a temática da uberização, ampliando o debate para os impactos socioambientais desse novo modo de organização do trabalho. No que se refere ao método, trata-se de uma pesquisa qualitativa, na qual busca-se uma compreensão de um dado contexto, considerando a complexidade das experiências narradas, sem objetivo de generalização dos resultados (Minayo, 2012). Para tanto, entre 2023 e 2024 foram realizadas entrevistas semiestruturadas (Nunes; Nascimento; Luz, 2016), com motoristas de aplicativo em Garanhuns-PE, seguindo o método bola de neve (Flick, 2009). As entrevistas foram realizadas através de uma plataforma online, gravadas e transcritas, seguindo os procedimentos Éticos pertinentes previstos nas Resoluções MS/CNS Nº 466/2012 (Brasil, 2012) e Nº 510/2016 (Brasil, 2016) e, posteriormente, foi utilizado o método de Análise de Conteúdo de Bardin (1977; 2016). Os resultados levam em consideração o momento em que o PLP 12/24 estava em intenso debate pela sociedade de maneira geral. O projeto apresentado em 04 de julho de 2024, foi fruto de um Grupo de Trabalho Pleno (GTP) instituído em 2023 que, reuniu representantes do governo, trabalhadores e empresas-plataforma (Brasil, 2024b; Fiesti et al., 2025). Além da criação da categoria profissional "motorista de aplicativo de veículo de quatro rodas", entre as principais pautas debatidas estavam: a) A regulamentação da carga horária de trabalho, onde foram consideradas oito horas de trabalho efetivamente trabalhadas para receber o salário mínimo vigente no país. Entende-se por oito horas trabalhadas os momentos entre o aceite das corridas e a entrega dos passageiros aos seus pontos de destino; b) A regulamentação de um piso salarial de R$ 32,10 por hora trabalhada, condicionado ao salário mínimo vigente, na tentativa de contemplar aqueles que cumprirem a carga horária mínima estabelecida (Brasil, 2024a; Brasil, 2024b). Durante a realização da pesquisa, a regulamentação foi percebida pelos trabalhadores como negativa, como aponta um dos entrevistados: "Rapaz, é o seguinte, em momento nenhum o governo, ele... ele pensou em trazer uma melhoria para a gente, certo? [...] o aplicativo nunca que ele vai pagar isso daí. Ele vai repassar... ele vai repassar uma parte para a gente e uma grande parte vai ser repassada para o cliente, o custo da viagem, vai subir não de uma maneira que seja boa para o motorista". O entrevistado nos convida a pensar quem se beneficia com essa legislação, afirmando que tais decisões não favorecem os motoristas. Essa percepção não parece estar isolada, uma vez que os motoristas voltaram às ruas em março de 2024, quando, em manifestações por todo o país, se declararam insatisfeitos com a regulamentação (Oglobo, 2024). Faz-se necessário para essa discussão retomar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Organização das Nações Unidas (ONU) estabelecidos em 2015, em especial os ODSs 8 e 11, que versam sobre "Trabalho decente e crescimento econômico" e "Cidades e Comunidades Sustentáveis" respectivamente. Nesse sentido, além do desrespeito aos direitos trabalhistas, Marx (2024) observa que a presença da Uber aumenta a quantidade de carros em movimento pelas cidades, fenômeno que prejudica o trânsito e a mobilidade de transportes coletivos. Tal circulação pela cidade é relatada pelos motoristas, como retrata a fala a seguir: "porque o motorista, às vezes, ele precisa ficar muitas horas na rua, não só 8 horas, como no trabalho de série, mas às vezes 10, 12, 14 horas na rua, para bater a meta, para ganhar o seu dinheiro". O aumento de carros em circulação e o aumento do tempo de deslocamento são fatores que

afetam diretamente a emissão de poluentes na atmosfera (Marx, 2024). Diante disso, urge a necessidade de repensar o debate sobre os prejuízos ocasionados pela inserção de empresas-plataformas no transporte urbano, não excluindo o debate sobre os direitos trabalhistas, mas agregando as múltiplas faces de um problema complexo que vem mudando os modos como transitamos em nossos territórios. Nessa direção, observa-se que a regulamentação proposta não contou com representação do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), bem como estruturou-se somente em quatro eixos: remuneração, previdência, segurança e saúde e transparência (Brasil, 2024b). Para Acosta (2016) a construção de um Bem-viver requer a conciliação entre as necessidades econômicas e os direitos das pessoas e da natureza. Desta forma, "o Bem Viver apresenta-se como uma oportunidade para construir coletivamente novas formas de vida. Não se trata simplesmente de um receituário materializado em alguns artigos constitucionais" (Acosta, 2016, p. 69). Sendo assim, o bem-estar comum tem sido negligenciado nas discussões, uma vez que os impactos socioambientais têm sido desconsiderados nessa regulamentação. A alternativa que se apresenta aqui é repensar o debate em torno da uberização do trabalho, considerando os trabalhadores, que sofrem em trabalhos precarizados, os prejuízos na mobilidade urbana das cidades e o meio ambiente, que também é afetado com a emissão de poluentes na atmosfera. Pensar de forma sistêmica é entender-nos como seres coletivos, cujas ações produzem impactos na natureza e nas coletividades, e pode nos guiar por um caminho menos adoecedor e mais justo, nas diversas esferas da vida.

Trajetórias profissionais de trabalhadores uberizados: percursos singulares, problemáticas coletivas

Maristela de Souza Pereira (UFU)

O presente trabalho dedica-se à temática da uberização, enquanto fenômeno de grande atualidade e com repercussão sobre diferentes categorias profissionais. Toma-se a uberização como mais um instrumento de promoção de precarização do trabalho e da vida como um todo. Entende-se a precarização como um processo de vulnerabilização social que incide sobre a classe que vive do trabalho, processo esse inerente ao capitalismo e que se apresenta de forma ainda mais exacerbada no momento histórico em curso, a partir da conjugação entre o neoliberalismo, as novas tecnologias e o cenário pós-pandêmico. A precarização do trabalho configura-se como um mecanismo de ajustamento largamente utilizado no modo de produção capitalista, intensificando-se em períodos de crise do sistema, os quais têm se tornado mais frequentes e mais brutais para a população que vende sua força de trabalho, tendo por consequência a ampliação da pobreza, da insegurança, dos adoecimentos e acidentes laborais e da desigualdade social. Nesse cenário, a uberização constitui-se como uma nova forma de gestão da massa de trabalhadores, que consolida um processo de informalização em curso há décadas, especialmente nos países do Sul global, e o atualiza, a partir da utilização da tecnologia como forma de controle difuso e invisível. Tendo a uberização como escopo, apresenta-se um estudo empírico, desenvolvido de forma multicêntrica, cujo recorte selecionado objetiva analisar as trajetórias laborais de trabalhadores que, no momento da pesquisa, atuavam como entregadores através de plataformas digitais. Parte-se da Psicologia Social do Trabalho-PST, enquanto lente teórico-prática de análise, a qual utiliza-se de perspectivas críticas e busca o ponto de vista dos trabalhadores para a produção de conhecimentos sobre o mundo do trabalho e sobre as vivências cotidianas a ele relacionadas. Sob o signo da PST, busca-se tecer reflexões sobre os efeitos do trabalho uberizado sobre a subjetividade e sobre as experiências objetivas dos entregadores, bem como pensar em possibilidades de superação das condições atuais em que esses se encontram, em direção à organização coletiva como mecanismo de enfrentamento da crescente individualização e da degradação das condições laborais e de existência. Esta proposta mostra-se condizente com a temática geral do 23º ENABRAPSO: “Aliança dos povos: Psicologia Social face à destruição de todas as formas de vida”, posto que entende-se que a forma de inserção do sujeito no mundo laboral será determinante das suas demais formas de inserção social, de modo que, ao serem aniquiladas as condições de um trabalho digno, aniquilam-se também as formas dignas de vida e de vinculação social. Também ressalta-se a articulação com o eixo 09 do evento - Psicologia Social em interface com o trabalho, e com o Grupo de Trabalho escolhido: Psicologia Social do trabalho no enfrentamento da precariedade do trabalho e na busca pela reinvenção da vida. A pesquisa ora apresentada tem caráter qualitativo e foi realizada através de entrevistas com 179 entregadores por aplicativo, nas cidades de Uberlândia/MG, Goiânia/GO, Natal/RN, Córdoba/Argentina e Nova Iorque/Estados Unidos. Tomando-se a trajetória laboral como eixo analítico, os resultados apontam para a construção de um percurso profissional multifacetado e não linear, em que as ocupações vão se sucedendo em função das possibilidades, impossibilidades e oportunidades que surgem, em um contexto marcado por incertezas, indefinições e pela necessidade de subsistência. Nota-se que a inserção dos participantes da pesquisa no mundo laboral se deu majoritariamente antes da maioridade legal, comumente em atividades informais ou desprotegidas. A informalidade mescla-se continuamente com as atividades desenvolvidas no mercado formal ao longo do percurso laboral, em um fenômeno típico da viração, característico dos trabalhadores periféricos. Mesmo nas ocupações formais, há relatos de atividades polivalentes, sem uma responsabilidade única relacionada ao cargo, como descrito na entrevista de

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

número 81: “Eu trabalhei (...) na padaria fazendo tudo. O meu cargo na padaria era bombril, 1001 utilidades. Era forneiro, auxiliar de padeiro, fazia as compras, ajudava na pastelaria. E ainda ganhando pouco.” Foram mencionadas mais de 80 atividades profissionais diferentes às quais os entrevistados se dedicaram em algum momento durante sua vida profissional até aquele momento, em sua maioria atividades operacionais e que exigiam baixa qualificação. Apenas três participantes fizeram referência espontânea a terem “uma área” que consideram ser seu campo específico de trabalho. Observa-se assim que a noção tradicional de carreira não se mostra condizente com a realidade dos trabalhadores estudados, os quais, embora percorram trajetos muito diferentes entre si até chegarem ao trabalho no aplicativo, têm em comum o início laboral precoce, a grande variabilidade de ocupações pregressas e níveis variados de qualificação profissional. Quanto a esse último aspecto, notam-se diferenças significativas entre os três países focalizados. Dentre os participantes que no momento da pesquisa dedicavam-se apenas à entrega por aplicativos, o principal motivo relatado para terem iniciado esta atividade foi a perda da ocupação anterior (formal ou informal), que, para muitos, coincidiu com o momento da Pandemia de Covid-19, marcado por uma redução significativa nos postos de trabalho e pela retração da economia em geral. Quanto às justificativas para continuarem trabalhando nas plataformas de entrega, destacam-se a declaração de conseguirem uma melhor remuneração do que em outras atividades e a afirmação de terem maior autonomia, seja devido a poderem definir seu horário de trabalho, à possibilidade de conciliarem o trabalho com outras atividades, mas, principalmente, por não terem um patrão ou chefia visível a quem prestar contas, como exemplificado na entrevista 122: “Melhor, eu penso, que trabalhar pros outros de carteira assinada; você ganha um pouco mais e não tem que cumprir horário, se você quiser ir embora pra casa não tem que ficar dando satisfação pra ninguém”. Um grupo menor de entregadores relatou ter emprego fixo, utilizando o trabalho por aplicativo principalmente como complemento de renda. Entretanto, dentre aqueles que não possuem emprego formal, houve diversas menções a fazerem “bicos” simultaneamente ao trabalho de entrega por aplicativo, o que faz sobressair a questão: qual atividade complementa a renda da outra? Em outras palavras, é o bico que complementa a renda do aplicativo ou essa também é uma atividade de viração, entre outras? Quando questionados sobre o futuro, são frequentes menções ao desejo de ter um negócio próprio, o que parece ser revelador da vontade de continuarem a trabalhar sem um patrão, embora também seja mencionado de forma significativa almejarem um emprego fixo e mais estável. Conclui-se que o trabalho uberizado tem como forte característica o fato de promover uma invisibilização das relações trabalhistas e ocultar os laços de assalariamento, de controle e de exploração associados a essa modalidade laboral, o que é expresso pela compreensão dos participantes de que possuem autonomia e liberdade de escolhas nesta ocupação. Nota-se também que a “escolha” por trabalhar com entregas por aplicativo se coloca a partir da reduzida margem de alternativas disponíveis, dentre as quais se colocam o desemprego ou outras formas de subemprego.

Um Ofício no Centro Pop: movimentos possíveis e impossíveis por entre encontros multiespécies e relações de parentesco

Cristina Souza (Prefeitura de Caxias do Sul), Fernanda Spanier Amador (UFRGS)

Mobilizadas por desassossegos emergentes do habitar cotidianamente o território do trabalho com pessoas em situação de rua, no âmbito do SUAS e pelo desejo de fazer algo com isso, ou melhor, pelo desejo de agir neste mundo chegamos a este projeto. Afinal de contas, não é a universidade o lugar onde se deve pensar e desenvolver soluções aos problemas ou questões da sociedade? O encontro com um grupo de pessoas com inquietações semelhantes nos possibilita recolocar questões, durar um pouco mais nesses movimentos.

Habitar um território onde se trabalha tem por si só os seus desafios, já que em um mundo capitalista, como o que vivemos, grande parte da humanidade precisa vender sua força de trabalho para garantir a subsistência, portanto, este ocupa um lugar importante na vida, apesar de todas as contradições que poderíamos analisar a partir dessa perspectiva. Porém, aqui reconhecemos essa dimensão, mas tomamos o trabalho para além dela, como um meio através do qual é possibilitado aos sujeitos recriar novos modos de ser e agir, como produtor de objetos materiais e simbólicos sobre o mundo exterior, constitutivo da sociedade, mas da mesma forma constitutivo da vida subjetiva (Clot, 2007).

Experiência essa, a de trabalhar, que sofre atravessamentos significativos ao se estar inserida no contexto das políticas públicas, entendido como um conjunto de diretrizes e ações desenvolvidas pelo Estado para garantir direitos à sua população. As trabalhadoras que ocupam funções destinadas a operar estas ações, vêm-se tomadas por contradições, especialmente ao reconhecer que estas são atravessadas pelos princípios da sociedade burguesa, do pensamento meritocrático, onde impera a preocupação com a economia em detrimento da vida, levando a intensificação das desigualdades sociais e a violência, fazendo com que no cotidiano se deparem com a tarefa de garantir e defender direitos àqueles que vivem e sentem em seus corpos os efeitos das desigualdades sociais deste país, entendendo que, estas desigualdades sociais são inerentes às relações nesta sociedade, sendo produzidas e reproduzidas com o intuito de manter e ampliar o poder do capital e que os investimentos em políticas sociais só tornou-se aceitável para a manutenção do status quo (Behring, 2000).

Buscando colocar em movimento uma análise que se depare, mas também enfrente as questões fundantes dos nossos tempos, da forma como produzimos conhecimento, como prescrevemos saberes, como trabalhamos, construímos políticas públicas, como nos comunicamos, escrevemos, como fazemos pesquisa, que portanto, enfrente as questões da branquitude e da colonialidade, nos exige escolhas e afirmações. Talvez a primeira e mais urgente seja a afirmação que vivemos em um planeta habitado por agentes humanos e não humanos, que não só coexistem mas, em relações se constituem, e assim reconhecer nossas fundações coloniais, humano-centradas e os privilégios a nós brancos concedidos. Reconhecer nossa história, nossa constituição de subjetividade e modos de viver, se relacionar e trabalhar, está aqui como uma aposta em uma tentativa de operar de outra maneira, ou ao menos não perder do horizonte essa necessidade.

Através desta comunicação buscamos trazer alguns elementos de uma pesquisa que está em andamento, como parte do percurso do mestrado em Psicologia Social e Institucional, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, inserida no n-pistas: Núcleo de Pesquisas Instituições, Subjetivação e Trabalho em Análise(s). A mesma se inscreve no campo clínico do trabalho, estando interessada pela dinâmica de produção da tríade trabalho, subjetividade e saúde, ocupando-se de pensar a respeito da peculiar experiência de trabalho na Política Pública de Assistência Social com pessoas em situação de rua, em especial no equipamento Centro Pop.

Este equipamento é parte da Proteção Social Especial de Média Complexidade do Sistema Único de Assistência Social, o SUAS, o que significa que tem como objetivo o atendimento de famílias e indivíduos que estão em situação de risco pessoal e social por violação de direitos que, que conforme a PNAS, caracteriza-se pela iminência ou ocorrência de situações como violência intrafamiliar (física, psicológica ou sexual), negligência, abandono, trabalho infantil, ato infracional e situação de rua (Brasil, 2005).

Compreende-se que esta política pública, no cenário brasileiro, está atravessada pelos aspectos problemáticos relativos ao regime patriarcal, colonial, capitalista, neoliberal, que tem como um de seus efeitos modos de ser e de agir que refletem ora políticas de morte e ora políticas de vida. Tal miríade traz implicações importantes às trabalhadoras da política em questão, que nos leva a pensar a respeito de como sair do emaranhado que envolve o necropoder no trabalho do SUAS, cultivando, afirmando, fortalecendo as políticas de vida.

Para alcançar este objetivo aposta-se em uma análise clínica do trabalho como atividade, mobilizando linhas problemáticas entre operadores conceituais de Donna Haraway e Yves Clot. Pensar o trabalho a partir desta perspectiva implica afirmar que, a recriação de um meio de vida pode se dar no entre a busca pela realização do trabalho, quando frente às infidelidades do meio é possível fazer outra coisa, reorganizar o trabalho, desenvolvê-lo, produzir renormatizações (Clot, 2007). Quando produzimos renormatizações estamos produzindo saúde, a partir de sua perspectiva ampliada, possibilitada por Canguilhem (2009), onde esta envolve a capacidade de invenção de novas normas de vida, de outros modos de viver (Clot, 2010).

O diálogo com Donna Haraway ganha força a partir do reconhecimento da urgente necessidade de cultivarmos e ampliarmos estratégias, ações que digam de modos de viver e trabalhar coproduzidos, por diferentes agentes humanos e não humanos, que importam em suas alteridades e reflitam respons-habilidades, ou seja, reflitam uma tessitura coletiva onde se posiciona a favor de alguns mundos, e não de outros, reafirmando a coexistência em ambientes por vezes perturbados, com um tipo de sobrevivência colaborativa, de certa forma um mundo habitável a todos (Haraway, 2023).

Assim da abordagem Clínica da Atividade, proposta por Yves Clot e colaboradoras, valemo-nos, além da compreensão do trabalho como atividade, da concepção de ofício proposta pelo autor, bem como dos operadores conceituais de gênero e poder de agir, todos eles relacionados a uma ética da ação e da saúde no e pelo trabalho. Promovendo um movimento que, caminhe por uma ética das confluências, como nos educa Nego Bispo, com dois operadores conceituais de Donna Haraway, multiespécies e parentesco, apostando que estes ampliam as possibilidades de analisar o trabalho na política pública e na política de assistência social.

Buscamos ao longo da pesquisa acompanhar como esses elementos aparecem por entre a processualidade do trabalho com atividade, analisando como as trabalhadoras, oferecem resistência ou aderem a necropolítica e as relações desses movimentos com a dinâmica de expansão e constrangimento do poder de agir no ofício em questão, investigando se a dimensão multiespécies e a formação de parentesco produzem efeitos no sentido de manter o conflito, o debate, sobre o ofício, mantendo-o assim vivo. Para com isso investigar os possíveis e impossíveis do cultivo de renormatizações no trabalho, ou seja, para o cultivo de saúde e consequentemente de um mundo outro, habitável a todos.

Para atingir estes objetivos adotamos uma orientação metodológica cartográfica-dialógica, já que propõe-se um caminhar acompanhando processos, caminhos, desvios, operando uma pesquisa que confia na potência dos encontros estabelecidos ao longo desse processo (Sade; Ferraz; Rocha, 2013), e que se faça atenta a polifonia das vozes e trazendo a fala a experiência vivida. Assumindo assim, um compromisso com a potência inventiva dos modos de trabalhar, o que nos exige uma escuta atenta ao encontro dialógico (Tedesco; Pinheiro, 2016).

O desenho problemático desta pesquisa nos exigiu a busca por dispositivos que colocassem em cena as discrepâncias, as diferenças, para quem sabe desconfigurar "os saberes/fazeres vigentes" e emergir sentidos inéditos, que produzam linguagem, línguas sobre um ofício, um agir, de modo a manter vivo este movimento (Tedesco; Pinheiro, 2016) e nos levou a propor um método-jogo, criado a partir da inspiração em dispositivos metodológicos empregados nas pesquisas no campo clínico do trabalho e da abordagem da Clínica da Atividade (Clot, 2007), a saber: Autoconfrontação Cruzada e Instrução ao Sósia, através do qual será possível acompanhar os percursos do trabalho como atividade na especificidade em que são problematizados nesta pesquisa em interlocução com Donna Haraway.

No momento da escrita deste resumo para submissão, encontramo-nos a espera do trâmite no Comitê de Ética em Pesquisa, para então dar continuidade ao processo, porém é possível afirmar que esta pesquisa, que se faz com trabalhadoras e trabalhadores, traz a possibilidade de problematizarmos acerca da experiência de trabalhar, no campo das políticas públicas, de forma comprometida ética, política e esteticamente com espaços coletivos que visem fortalecer, ampliar, cultivar a vida em sua pluralidade de expressões, manifestações, modos e tempos de ser e existir, em estar na condição de encante (Rufino, 2019). Vida que só é possível em composição com os múltiplos terrestres, em relações mais tentaculares e menos binárias, como nos sugere Haraway.

GT 41: PSICOLOGIA SOCIAL E COMUNITÁRIA NA AMAZÔNIA: AGENCIAMENTOS FRENTE A PROCESSOS DE DESIGUALDADES

Coordenação: Lílian Caroline Urnau (UNIR), André Luiz Machado das Neves (UEA), Estephania de Lima Oliveira (UFAM)

A arte de viver à beira: vivências de adolescentes/jovens na relação com o território amazônico.

Tatiana Maria Silveira Amorim (UNIR), Lilian Caroline Urnau (UNIR)

A adolescência, conforme aponta a Psicologia Histórico-Cultural, representa uma etapa decisiva no processo de desenvolvimento humano, marcada pela ampliação da consciência de si, do outro e do mundo, e pela emergência de novas formas de relação com o tempo, com os desejos e com a coletividade. Trata-se de um momento em que as experiências vividas são ressignificadas e articuladas de forma mais complexa, favorecendo a elaboração de projetos de vida. No caso dos adolescentes da Amazônia urbana, especialmente aqueles residentes na Vila Princesa – comunidade periférica situada em Porto Velho, Rondônia –, esse processo se dá sob condições específicas de vulnerabilidade social, precarização do território e exclusão histórica por parte do poder público. Nesse contexto, compreender como os jovens constroem sentidos sobre o futuro e quais estratégias subjetivas e simbólicas mobilizam torna-se fundamental para repensar práticas e políticas voltadas à juventude. Partindo desse contexto, o presente trabalho teve como objetivo central investigar as perspectivas de futuro de adolescentes moradores da Vila Princesa, buscando identificar de que modo elaboram seus projetos de vida a partir das condições concretas do território em que vivem. Como objetivos específicos, buscou-se compreender os sentidos atribuídos à ideia de futuro no discurso dos adolescentes, identificar marcas de pertencimento territorial nas narrativas e analisar as formas pelas quais os jovens articulam desejos individuais com compromissos coletivos. Dessa forma, a pesquisa insere-se no campo da Psicologia Histórico-Cultural, priorizando uma abordagem qualitativa, crítica e comprometida com os sujeitos pesquisados. Desse modo, a metodologia utilizada consistiu na realização de um grupo focal com adolescentes de 10 a 16 anos, residentes na Vila Princesa. Durante o encontro, os participantes foram convidados a confeccionar cartazes no formato lambe-lambe, utilizando colagens, desenhos e escritas para expressar suas expectativas e percepções sobre o futuro. A proposta metodológica visou criar um espaço seguro, lúdico e expressivo para a elaboração simbólica das experiências, possibilitando aos jovens a construção de narrativas sobre si, seu território e seus desejos. A atividade foi registrada por meio de diário de campo, gravações em áudio e vídeo, garantindo o rigor ético e a fidelidade na análise posterior do material coletado. Os resultados revelaram que, apesar das condições adversas que marcam a realidade da comunidade — como a ausência de saneamento básico, a precariedade da infraestrutura urbana, a escassez de oportunidades educacionais e profissionais e o estigma territorial — os adolescentes demonstraram uma impressionante capacidade de reflexão crítica, elaboração subjetiva e mobilização simbólica. Muitos dos participantes relataram, de maneira clara, o desejo de seguir profissões como medicina, direito e pedagogia, revelando que a educação ainda é percebida como a principal via de transformação social. Ao mesmo tempo,

evidenciaram que o acesso a essas oportunidades é restrito, e que poucas pessoas da comunidade conseguem concluir o ensino superior, o que impacta diretamente na construção de referências positivas. Nesse panorama, um dos elementos mais recorrentes nas falas foi a ideia de "sair para voltar". Vários adolescentes manifestaram o desejo de deixar a Vila para estudar ou trabalhar, mas com a intenção de retornar transformados, capazes de ajudar a comunidade com os conhecimentos adquiridos. Assim, esse movimento revela a existência de um forte vínculo afetivo e identitário com o território, que não se rompe mesmo diante da necessidade de mobilidade geográfica. Assim, o futuro é imaginado não apenas como um projeto individual de ascensão social, mas também como uma construção coletiva de dignidade e reconhecimento para o grupo ao qual pertencem. Além disso, os relatos evidenciaram o impacto simbólico da estigmatização da Vila Princesa. Através disso, os adolescentes relataram experiências de discriminação por parte de estudantes da universidade vizinha, sentindo-se julgados e inferiorizados em espaços públicos como o transporte coletivo. Esses episódios foram interpretados como manifestações de humilhação social, que se somam às privações materiais e comprometem o sentimento de pertencimento à cidade. Ainda assim, os jovens demonstraram força simbólica para resistir a essas imposições, reafirmando com veemência que "também são seres humanos", e que desejam apenas respeito e oportunidades. Outro aspecto relevante diz respeito à dimensão coletiva dos projetos de vida. Ao contrário de uma lógica estritamente individualista, as narrativas indicaram que os jovens da Vila Princesa pensam o futuro de forma solidária, incluindo o desejo de contribuir com melhorias na saúde, na educação e na infraestrutura da comunidade. Dessa forma, a ideia de coletividade aparece como um horizonte mobilizador, sustentado por valores de reciprocidade, solidariedade e retribuição. A própria atividade de colagem, desenvolvida em duplas, favoreceu a cooperação e a troca de experiências, estimulando o reconhecimento mútuo e o sentimento de pertencimento ao grupo. No debate final, os jovens expressaram de maneira clara o quanto as mudanças no território — como a desativação do lixão que antes garantia a subsistência de muitas famílias — impactaram negativamente suas vidas. É importante destacar que a ausência de alternativas econômicas efetivas, somada à irregularidade no pagamento de benefícios sociais, agravou a situação de insegurança alimentar e econômica. As falas demonstram que a negligência estatal não se dá apenas pela ausência de políticas, mas também pela implementação desarticulada de ações que ignoram as dinâmicas locais e o protagonismo dos moradores. Dessa forma, a análise revelou que os adolescentes da Vila Princesa constroem sentidos sobre o futuro a partir da tensão entre desejo e realidade. De um lado, há o reconhecimento das limitações estruturais; de outro, emerge com força o desejo de transformação, sustentado por uma ética da esperança. A capacidade de simbolizar, de imaginar possibilidades e de construir narrativas de resistência aponta para a potência da juventude periférica enquanto sujeito coletivo, criativo e crítico. Por fim, conclui-se que, mesmo diante de múltiplas vulnerabilidades, os adolescentes demonstram capacidade simbólica de resistência e elaboração de sentidos positivos sobre o futuro, articulando aspirações pessoais com compromissos comunitários. O estudo reafirma a importância de metodologias participativas, sensíveis à linguagem dos sujeitos, e aponta a urgência de políticas públicas que reconheçam o protagonismo juvenil e promovam o acesso efetivo aos direitos básicos. Recomenda-se, para pesquisas futuras, aprofundar as relações entre identidade étnico-racial, pertencimento amazônico e juventude periférica, bem como investir em estratégias metodológicas que permitam o acompanhamento longitudinal dessas trajetórias, favorecendo a construção de políticas comprometidas com a justiça social e com a valorização dos saberes locais.

Divórcio e Parentalidade no Amazonas: Análise do Processo e Desenvolvimento das Práticas Parentais na primeira infância

Anna Beatriz Raitz Nunes (UFAM)

A presente pesquisa tem como objetivo investigar como o processo de divórcio causa impacto no desenvolvimento das práticas parentais na primeira infância, considerando especificamente o contexto sociocultural e ambiental do estado do Amazonas. A proposta se insere no projeto guarda-chuva titulado: "Práticas parentais na primeira infância: subsídios para o desenvolvimento de políticas públicas no estado do Amazonas", aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CAEE 77311624.1001.5531), e tem como objetivo geral analisar de que modo o processo de divórcio influencia as práticas parentais e, consequentemente, o desenvolvimento das crianças de zero a cinco anos de idade na região.

Os objetivos específicos visam, primeiramente, identificar os principais desafios enfrentados pelos pais no exercício da parentalidade durante o processo de divórcio. Além disso, busca-se retratar as práticas parentais de pais de crianças de até cinco anos de idade, considerando o antes, durante e após o divórcio, de modo a mapear as transições e transformações que ocorrem nesse período. Buscar compreender essas fases torna-se fundamental para entender como o processo de separação conjugal afeta tanto os pais quanto os filhos, no que diz respeito ao seu desenvolvimento emocional, psicológico e social.

A relevância do tema está ancorada no entendimento de que a parentalidade é um construto multidimensional que abrange não apenas o cuidado físico das crianças, mas também o suporte emocional, social e cognitivo necessário para o seu pleno desenvolvimento. As atividades parentais são essenciais para assegurar o bem-estar biopsicossocial da criança, sendo fundamentais para o seu crescimento saudável (Hoghughi & Long, 2004). A literatura aponta que a presença de práticas parentais positivas influencia diretamente no ajustamento psicológico dos filhos (Cruz, 2014), o que reforça a importância de se investigar como o divórcio pode modificar essas práticas, especialmente na primeira infância, fase em que a criança é mais vulnerável às mudanças no ambiente familiar.

Nesse sentido, a pesquisa se torna ainda mais relevante no contexto amazônico, marcado por desafios culturais, sociais e econômicos particulares. O Amazonas é uma região de grande diversidade étnica e cultural, onde coexistem diferenças marcantes entre áreas urbanas e rurais, além de limitações de acesso a serviços de apoio psicológico e jurídico. Essas particularidades tornam urgente a compreensão de como essas variáveis influenciam as práticas parentais em famílias que passam pelo processo de divórcio, já que o impacto emocional da separação conjugal pode ser profundo e duradouro, afetando tanto os pais quanto os filhos (Zordan, Wagner & Mosmann, 2012).

Do ponto de vista social, espera-se que a pesquisa contribua para o desenvolvimento de políticas públicas que fortaleçam o suporte parental durante e após o divórcio, como, por exemplo, a ampliação de serviços de mediação familiar, apoio psicológico e oficinas de parentalidade. A promoção de práticas parentais positivas é crucial para reduzir os impactos negativos da separação, estimulando estratégias que priorizem o bem-estar infantil e familiar. Nesse sentido, o estudo visa fornecer dados para subsidiar intervenções mais eficazes, alinhadas às especificidades socioculturais da região amazônica, contribuindo assim para a proteção integral da

criança, conforme preconizado pelo artigo 227 da Constituição Federal de 1988.

Do ponto de vista cultural, a pesquisa pretende identificar como as tradições, valores e crenças presentes no Amazonas moldam as estratégias parentais durante e após o divórcio. Segundo Maitra (2005), a noção de "parentalidade suficiente" é subjetiva e profundamente influenciada por fatores culturais. Portanto, compreender essas dinâmicas culturais é essencial para que as intervenções propostas sejam eficazes e adaptadas às realidades locais. Além disso, pretende-se estimular reflexões sobre a importância de considerar essas variações culturais no planejamento de políticas públicas e ações de apoio, reconhecendo a diversidade presente na região.

No que diz respeito ao impacto ambiental, embora a pesquisa não esteja diretamente ligada a intervenções no meio ambiente, ela reconhece que, no contexto amazônico, as famílias frequentemente enfrentam desafios relacionados à mobilidade, infraestrutura e acesso a serviços. O processo de divórcio pode agravar essas dificuldades, seja pela mudança de residência ou pela reorganização das rotinas familiares, o que, por sua vez, afeta diretamente a dinâmica parental e o bem-estar infantil. Assim, espera-se que os resultados do estudo também contribuam para o planejamento de políticas públicas que considerem a necessidade de espaços adequados e infraestrutura para o pleno desenvolvimento das crianças na região.

No âmbito científico, o projeto busca contribuir para o avanço do conhecimento sobre parentalidade em contextos socioculturais específicos, como o Amazonas, onde há uma escassez de pesquisas sobre o tema. Além disso, pretende fornecer dados que possam fundamentar futuras pesquisas interdisciplinares, articulando áreas como saúde mental, educação e assistência social. Dessa forma, espera-se que os resultados também possam subsidiar a formulação de intervenções mais eficazes, que considerem as necessidades reais das famílias que vivem em contextos marcados por desigualdades sociais e culturais.

A metodologia adotada será de caráter qualitativo, alinhada à proposta de captar as percepções e experiências subjetivas dos participantes, buscando compreender como o processo de divórcio impacta o exercício da parentalidade. O estudo será realizado por meio de entrevistas semiestruturadas com pais de crianças de zero a cinco anos de idade que passaram ou estão passando pelo processo de divórcio nos últimos cinco anos. As entrevistas serão compostas por perguntas abertas e fechadas, permitindo ao entrevistado explorar livremente suas experiências enquanto o pesquisador poderá conduzir a entrevista de forma flexível e responsiva, conforme a necessidade de aprofundar temas específicos (Álvarez-Gayou, 2003).

Para análise dos dados, serão empregadas duas abordagens complementares: a análise dialógico-temática e a análise interpretativa. A análise dialógico-temática, conforme Silva e Borges (2017), busca identificar os diferentes discursos que emergem das narrativas, considerando o contexto histórico, social e cultural em que estão inseridos. Essa abordagem permite mapear as múltiplas vozes presentes nas falas dos participantes, revelando as tensões, contradições e influências culturais que moldam as práticas parentais durante o processo de divórcio. Já a análise interpretativa será utilizada para aprofundar a compreensão das narrativas individuais, identificando nuances subjetivas e processos de desenvolvimento que se manifestam nas experiências relatadas.

Com base nessa metodologia, espera-se produzir um conhecimento rico e detalhado sobre como o processo de

divórcio afeta a parentalidade no Amazonas, considerando não apenas as práticas parentais, mas também o contexto sociocultural em que essas práticas se desenvolvem. O estudo pretende colaborar para a construção de políticas públicas e estratégias de intervenção que respeitem a diversidade cultural e as especificidades regionais, contribuindo, assim, para a garantia dos direitos das crianças e o fortalecimento das famílias em situações de vulnerabilidade.

Em síntese, este pré-projeto pretende analisar, de forma abrangente, os impactos do divórcio nas práticas parentais de pais de crianças de até cinco anos no Amazonas, levando em conta a relevância social, cultural e científica do tema. Ao unir a análise qualitativa das experiências parentais com a compreensão das particularidades regionais, o estudo visa fornecer subsídios importantes para o desenvolvimento de políticas públicas e intervenções que fortaleçam o bem-estar infantil e familiar, assegurando o direito das crianças a crescerem em um ambiente seguro, afetivo e propício ao seu desenvolvimento integral.

Gênero e ruralidades na psicologia: reflexões sobre trabalho, conflitos agrários e o protagonismo feminino na Amazônia

Angélica de Souza Lima (ABRAPSO- NÚCLEO PORTO VELHO-RO)

A luz da psicologia social esse estudo se debruça sobre duas áreas de conhecimento, sendo elas: ruralidades e gênero ambas interseccionadas pela ótica do trabalho e seus modos de produção. A relação entre esses dois temas possibilita compreender como as subjetividades são construídas em contextos rurais, considerando as especificidades das relações de poder, identidade e pertencimento nesses espaços. A história do campo é marcada por processos históricos de dominação e violência das populações e diante da precariedade com que a questão agrária é tratada no Brasil, diversas famílias camponesas têm sido obrigadas a sair de seu espaço para ter melhores oportunidades de vida na cidade. Outras vezes isso ocorre por meio de expulsões compulsórias sob documentação falsificada, conhecida como grilagem, ou até mesmo para fugir das violências. Esse processo que marca o êxodo rural no Brasil pode ser compreendido como o deslocamento em massa da população do campo para as cidades, motivado por fatores estruturais como a concentração fundiária, a mecanização da agricultura e a falta de políticas públicas que garantam a permanência da população rural. Estudos identificam que a participação das mulheres tem sido fundamental no enfrentamento dos conflitos agrários, contudo, a invisibilidade feminina é histórica, inclusive no trabalho rural e na luta por território. Com isso, entendendo que o trabalho possui diferentes nuances, este estudo que se encontra em andamento, tem como objetivo identificar os sentidos e as perspectivas do trabalho para mulheres camponesas na Amazônia diante dos conflitos agrários. Trata-se de um estudo de campo que tem como proposta metodológica realizar observação participante e entrevistas narrativas, que ocorrerão de modo presencial conforme as possibilidades de encontro com as interlocutoras e o campo de estudo. Busca-se por meio dessas propostas promover uma investigação disposta ao diálogo valorizando a perspectiva das participantes, desconstruindo-se da posição de poder e saber que geralmente é instituído à pesquisadora, possibilitando assim a surpresa e a reflexão do que for relatado e observado. Considerando que a pesquisa de campo está em andamento, nesta proposta, será apresentado um recorte teórico sobre gênero e ruralidades na psicologia. Os estudos demonstram que a luta pela terra e pela permanência no campo tem sido marcada pela atuação fundamental das mulheres camponesas, cuja participação, embora historicamente invisibilizada, ganhou destaque a partir dos anos 1970 com o fortalecimento dos movimentos sociais. O protagonismo feminino nesses espaços se manifesta tanto nas práticas de cuidado quanto na articulação coletiva por direitos, revelando a importância de se considerar as questões de gênero nas análises sobre o meio rural. A estrutura patriarcal, colonial e capitalista organizou relações sociais desiguais, o que fundamenta as opressões de gênero e reforça a necessidade de resistência feminista. As quatro ondas do feminismo histórico no Brasil contribuíram para ampliar as pautas e incluir demandas específicas de mulheres negras, indígenas e camponesas. Um marco importante é o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), criado em 2004, que representa diversas trabalhadoras rurais e promove o reconhecimento de seus direitos sociais, políticos e econômicos. No contexto amazônico, a luta por território e modos de vida tradicionais intensificou-se, especialmente durante a ditadura militar. Mulheres e crianças tiveram papel essencial nas ações de resistência, como nos "empates" contra a destruição ambiental. Iniciativas como as da Comissão Pastoral da Terra e do Movimento Leigo para a América Latina (MLAL) impulsionaram a organização feminina, contribuindo para a autonomia e geração de renda. No entanto, desafios persistem na construção de um feminismo do campo, que dialogue com as especificidades desses territórios e das relações sociais neles constituídas. Nos estudos da psicologia em diversas áreas, embora as discussões sobre

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

gênero tenham avançado, ainda há uma escassez de produções que abordam essa temática no contexto das ruralidades, especialmente em território amazônico. A maioria das pesquisas concentra-se em espaços urbanos, negligenciando as especificidades das experiências vividas por mulheres, pessoas LGBTQIA+ e outras minorias de gênero no campo. Essa lacuna acadêmica dificulta a compreensão das desigualdades, violências e desafios enfrentados por essas populações, reforçando a necessidade de investigações que articulem gênero e ruralidades de forma mais aprofundada. Desse modo, destacar, os saberes, capacidade de luta e resistência de mulheres camponesas amazônidas cujas narrativas refletem o cotidiano, trazendo as dimensões destas acerca do trabalho é importante para reforçar o papel político da universidade e da psicologia na luta pela permanência na terra, evidenciando o protagonismo feminino. Não se trata, contudo, de reduzir o campo há um objeto de estudo, operacionalizar técnicas e aplicá-las, mas de incorporar-se com a realidade e aprender com ela e, nessa relação, da psicologia que também se adapta, se transforma e se renova com cada pessoa, grupo e/ou realidade em que se insere. Assim, compreender os diversos aspectos que envolvem a realidade do campo é o primeiro caminho para a não reprodução de preconceitos dentro da própria psicologia. Trata-se de refletir sobre as conexões entre a psicologia e as ruralidades e, sem dúvida, repensar as direções de um campo de conhecimento, ao narrar as lutas históricas de povos que resistem a um sistema social excludente e violento, colocando a psicologia como parte dessa resistência, com o objetivo de dar voz a coletivos e populações que ao longo da história foram silenciados. Trata-se de produzir conhecimentos e efeitos que abarque a diversidade do campo, valorizando as trajetórias de vida, a relação com a terra e os laços comunitários, reconhecendo esses elementos como parte da identidade coletiva.

Identidade cultural, consciência social e autoconsciência de adolescentes/jovens no contexto amazônico

I'reena Takiná Rossi da Cruz (UNIR), I'reena Takiná Rossi da Cruz (UNIR), Caroline Urnau (UNIR)

A presente pesquisa, intitulada Identidade cultural, consciência social e autoconsciência de adolescentes/jovens no contexto amazônico, teve como objetivo compreender os processos que atravessam a constituição da identidade cultural, da consciência social e da autoconsciência de adolescentes inseridos na realidade do território amazônico, a partir das vivências de jovens moradores da comunidade Vila Princesa, em Porto Velho (RO). A localidade trata-se de um bairro periférico situado às margens da BR-364, formado ao redor do antigo lixão a céu aberto da cidade, historicamente marcado por precariedades estruturais, negligência estatal e exclusão social. Nesse cenário, buscou-se escutar e tornar visíveis os sentidos que os adolescentes atribuem a si mesmos e ao território que habitam, à luz da Psicologia Histórico-Cultural, identificando as tensões entre pertencimento e exclusão, visibilidade e apagamento, permanência e desejo de transformação. A investigação também procurou analisar como os atravessamentos afetivos, sociais e políticos se inscrevem em seus modos de existir e incidem diretamente sobre seus processos de subjetivação. A pesquisa assumiu uma abordagem de pesquisa-intervenção, vinculada ao projeto de extensão Beiradas do Olhar: oficinas fotográficas do viver à margem do Madeira, que propôs um espaço coletivo de expressão sensível por meio da fotografia. A investigação partiu do pressuposto de que os processos de subjetivação não ocorrem de forma isolada ou espontânea, mas estão intrinsecamente ligados às condições histórico-sociais concretas nas quais os sujeitos se desenvolvem. Inspirado na perspectiva de Vigotski (2001), considerou-se que a adolescência constitui um período privilegiado para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores, em que a consciência de si se complexifica a partir das mediações simbólicas que atravessam o cotidiano. Portanto, a pesquisa conjugou entrevistas semiestruturadas e oficinas de foto-intervenção, compreendendo a imagem como linguagem potente na expressão da perejivanie — vivências afetivo-cognitivas que expressam a forma singular como o sujeito refrata e ressignifica sua realidade. Participaram desta pesquisa cinco adolescentes, entre 12 e 15 anos, que narraram suas vivências por meio de entrevistas que abordaram suas histórias de vida, experiências comunitárias enquanto jovens amazônidas, e suas percepções sobre o território (Porto Velho/ Amazônia). Posteriormente, realizaram caminhadas fotográficas pela comunidade, registrando imagens de lugares que evocavam sentimentos como pertencimento, exclusão, alegria, medo, orgulho ou afeto. As entrevistas e imagens foram analisadas a partir da Análise de Conteúdo (Bardin, 1977) e do conceito de perejivanie (Vigotski, 1991). Os resultados revelaram sete núcleos de sentido: (1) vínculo emocional com a comunidade; (2) precariedades estruturais do território e limites ao desenvolvimento juvenil; (3) a escola como referência e espaço de transformação; (4) desejos de mudança coletiva; (5) distanciamento simbólico em relação à cidade; (6) imagens fragmentadas sobre a Amazônia; e (7) relevância dos projetos sociais como mediadores de novas possibilidades existenciais. As narrativas e imagens evidenciaram um entrelaçamento entre exclusão e pertencimento. Apesar da negação de direitos e das carências em infraestrutura, transporte, lazer e acesso à educação, a Vila foi descrita como espaço de afetos, memórias e vínculos potentes. Assim, os adolescentes elaboraram críticas às desigualdades sociais e expressaram desejos de transformação, principalmente voltados à coletividade. Nesse campo, a fotografia emergiu como linguagem estética e política de resistência e elaboração subjetiva. Ao escolher o que fotografar, como nomear e o que significava cada imagem, os adolescentes reivindicaram autoria sobre si e sobre o território, mobilizando a imagem como prática de criação, denúncia e reconhecimento. Tornaram-se narradores de suas próprias histórias e romperam com a lógica da

invisibilidade a qual estão historicamente submetidos. Outro ponto relevante nos resultados foi o reconhecimento do distanciamento simbólico em relação à cidade de Porto Velho e à própria Amazônia. Muitos adolescentes revelaram pouco conhecimento sobre sua cidade e expressaram representações fragmentadas da Amazônia, frequentemente reduzidas à floresta ou a imagens genéricas da natureza. Essa desconexão não é apontada como uma ausência de identidade, mas resultado de um apagamento simbólico operado por discursos institucionalizados que esvaziam o território de suas dimensões políticas, históricas e culturais. A pesquisa, nesse sentido, aponta para a necessidade de tensionar esse imaginário, reafirmando a Amazônia como território vivido e produtor de cultura, memória e resistência. Diante de tais informações, a pesquisa dialoga com o eixo temático "Insurgências ético-estético-políticas: artes, tecnologias e subjetivação", ao compreender a fotografia como tecnologia sensível capaz de deslocar sentidos cristalizados, promover mediações simbólicas e reconstituir vínculos entre sujeito e território. A imagem foi tratada não como mero suporte visual, mas como linguagem estética e política, capaz de reinscrever simbolicamente os sujeitos em seus contextos de vida. A articulação entre arte e Psicologia Social permitiu não apenas a produção de conhecimento situado sobre a realidade juvenil amazônica, mas também a construção de um processo de escuta e intervenção comprometido com a valorização dos modos de vida historicamente subalternizados. Ao mesmo tempo, o trabalho também se insere no eixo "Direitos Humanos e infâncias, juventudes, velhices", ao evidenciar a centralidade das juventudes na produção de narrativas, sentidos e resistências em contextos de exclusão. A intersecção entre classe, território, faixa etária e raça é aqui abordada como chave fundamental para compreender os modos como esses sujeitos experienciam desigualdades e constroem formas de protagonismo e participação social. A pesquisa reforça a importância de políticas públicas e práticas emancipatórias que reconheçam as juventudes amazônicas como sujeitos históricos, culturais e de direitos. Concluiu-se, a partir disso, que os processos de subjetivação dos adolescentes da Vila Princesa se constroem nas tramas do cotidiano e, mesmo atravessados por contradições entre exclusão e pertencimento, revelam potências formativas quando mediados por práticas que reconhecem suas singularidades. Ao narrar e visibilizar suas experiências, os adolescentes tensionaram o imaginário hegemônico da Amazônia como bioma intocado ou espaço exótico, reafirmando-a como território vivo e produtor de afetos, histórias e identidades. As práticas de foto-intervenção demonstraram o potencial da arte como instrumento de criação e transformação, abrindo caminhos para a emergência de novas formas de existência e produção de saberes desde as margens. A pesquisa insere-se no campo da Psicologia Social e Comunitária ao afirmar a importância de práticas comprometidas com saberes situados, com a dignidade nos territórios e com a escuta das juventudes amazônicas. Ao deslocar o olhar da carência para a potência, a fotografia tornou-se gesto de reivindicação — de si, da comunidade e do território —, operando como prática de insurgência simbólica frente a um projeto de invisibilização. A pesquisa reafirma, assim, a importância de práticas educativas, científicas e políticas que valorizem as alteridades amazônicas e ampliem as possibilidades de participação social desses sujeitos. Reconhecer essas juventudes como produtoras de história e subjetividades, é também reconhecer a necessidade de uma Psicologia comprometida com a justiça social e com a criação de outros futuros possíveis, capazes de reconhecer nas margens (das ruas, dos rios, da sociedade) um campo de criação, memória e futuro.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977. Disponível em: https://www.academia.edu/40820250/BARDIN_L_1977_An%C3%A1lise_de_conte%C3%BAdo_Lisboa_edi%C3%B5es_70_225. Acesso em: 3 abr. 2025.

VYGOTSKI, L. S. Obras escogidas. v. 2. Madrid: Visor; A. Machado Libros, 2001.

VIGOTSKI, L. S. A formação social da mente. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991. (Publicado originalmente em 1931). Disponível em:https://www.mackenzie.br/fileadmin/ARQUIVOS/Public/1-mackenzie/universidade/proreitoria/graduacao-assuntosacad/forum/X_Forum/LIVRO.VYGOTSKY.FORMACAO.MENTE.pdf. Acesso em: 16 mar. 2025.

Maternidade e autocuidado: intervenção psicossocial com mães de crianças com câncer

Nicole de Morais Oliveira (FAMAZ), Carla Benedita de Carvalho Almeida (FAMAZ), Jeovana Letícia Souza da Silva (FAMAZ), Maria Eduarda Ribeiro Goes (FAMAZ), Ana Clara Costa Furtado (FAMAZ), Letícia Vitória Ramos de Lima (FAMAZ), Maria Eduarda Novaes de Lima (FAMAZ), Agatha Letícia de Carvalho Santos (FAMAZ), Lorena Schalken de Andrade (Famaz)

O presente trabalho foi desenvolvido no âmbito da disciplina de Projeto Integrador III, do curso de Psicologia da Faculdade Metropolitana da Amazônia – UNIFAMAZ, entre agosto e novembro de 2024. O tema do projeto envolveu a relação entre maternidade e autocuidado no contexto de mães e cuidadoras de crianças em tratamento oncológico na Casa do Menino Jesus, uma instituição filantrópica que acolhe crianças oriundas do interior do estado e que não possuem moradia na capital. Como destaca Lane (1981, p. 18), "a constituição do sujeito ocorre na relação com o outro e com as condições concretas de vida", o que permite compreender como o contexto de afastamento das redes de convívio social e a sobrecarga de responsabilidades podem afetar profundamente a identidade e o bem-estar dessas mulheres. O problema identificado foi a sobrecarga emocional dessas mulheres, que se afastam de suas redes familiares e sociais presenciais, priorizando exclusivamente o cuidado aos filhos, e, com isso, acabam negligenciando suas próprias necessidades de autocuidado. O objetivo da intervenção foi criar um espaço terapêutico e coletivo de escuta e acolhimento, que promovesse a conscientização sobre a importância do autocuidado entre mães e cuidadoras, além de proporcionar momentos de fortalecimento emocional e social. O trabalho se relaciona diretamente com o eixo temático "Assistência Social, vulnerabilidades, violências e promoção de direitos humanos" do evento, pois aborda a situação de mulheres em contexto de vulnerabilidade social, afetadas pelo deslocamento, pelo afastamento da rede de apoio familiar e pela sobrecarga emocional do cuidado intensivo. A orientação teórica da intervenção baseou-se nos pressupostos da Psicologia Social Crítica e na teoria de Enrique Pichon-Rivière (1998), especialmente em sua concepção sobre grupos operativos, pautada pela comunicação, interdependência e função de cada integrante. O projeto também se guiou pela perspectiva do autocuidado como prática que transcende a dimensão estética, sendo essencial à promoção da saúde integral e emocional dessas mulheres, conforme autores como Góis (2003). A metodologia seguiu uma abordagem qualitativa, dividida em duas etapas principais. Na primeira, foi realizada uma visita diagnóstica à Casa do Menino Jesus, onde foram identificadas as principais demandas psicossociais, como a sobrecarga emocional e a carência de práticas de autocuidado. Com base nesse diagnóstico, elaborou-se um planejamento de intervenção composto por atividades reflexivas e lúdicas. As estratégias metodológicas adotadas neste trabalho envolveram a formação de dois subgrupos: um composto por mães e cuidadoras, e outro por crianças. As ações voltadas ao primeiro grupo iniciaram-se com a dinâmica "Minha Bagagem", que teve como objetivo promover a reflexão acerca dos desafios enfrentados no cotidiano do cuidado. A atividade permitiu que as participantes identificassem simbolicamente o que carregam e aquilo que desejariam carregar, mas não conseguem em função das demandas que vivenciam. A proposta culminou em uma roda de conversa marcada por relatos emocionais e pela construção de vínculos de apoio mútuo. Esses momentos revelaram o potencial transformador das experiências compartilhadas enquanto práticas sociais que impactam diretamente a forma como essas mulheres se percebem e se organizam. Nessa perspectiva, Montero (2004) destaca que as

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

práticas sociais transformadoras emergem do reconhecimento da experiência coletiva e da participação ativa dos sujeitos em seus contextos, reforçando a importância de espaços que valorizem a escuta sensível e o engajamento das participantes. Em seguida, foi realizada a atividade "Tabela de Cuidado", que incentivou as mães a listarem práticas de autocuidado possíveis dentro de suas rotinas, reforçando a importância de pequenos gestos no fortalecimento do bem-estar. A tabela foi deixada na instituição como estímulo permanente. Paralelamente, o subgrupo das crianças participou de atividades lúdicas e artísticas, como a confecção de cartinhas para suas mães, além de brincadeiras, lanches e distribuição de brindes, promovendo socialização e descontração. Os resultados demonstraram que a intervenção foi capaz de proporcionar um espaço de escuta ativa e compartilhamento de vivências, fortalecendo as redes de apoio entre as participantes. A dinâmica "Minha Bagagem" revelou-se especialmente significativa ao permitir que as mães expressassem simbolicamente suas dificuldades e desejos, ao mesmo tempo em que vivenciavam acolhimento e solidariedade. Entre os relatos marcantes, destacou-se o de uma mãe que, ao receber o diagnóstico oncológico da filha, precisou escolher entre acompanhar o tratamento ou manter o casamento, optando pelo primeiro, decisão da qual não se arrepende. Outra cuidadora compartilhou a angústia de ter deixado uma filha com deficiência visual em casa para acompanhar dois filhos em tratamento oncológico, evidenciando a complexidade das vivências enfrentadas por essas mulheres. Além disso, a atividade sobre autocuidado ampliou a compreensão de que ações cotidianas, como cozinhar, maquiar-se ou frequentar a igreja, podem configurar formas legítimas e significativas de cuidado de si. Esses relatos revelam não apenas as adversidades enfrentadas, mas também as estratégias de enfrentamento mobilizadas no cotidiano. Como aponta Lane (1984), é nas experiências vividas que o sujeito se constitui e transforma sua realidade, o que reforça a importância de espaços que favoreçam a escuta, o reconhecimento mútuo e a validação das práticas sociais dessas mulheres. Em conclusão, a intervenção na Casa do Menino Jesus reafirma a relevância de criar e fortalecer espaços coletivos de acolhimento e reflexão para mulheres em situação de vulnerabilidade, especialmente aquelas que enfrentam a sobrecarga do cuidado intensivo de filhos com doenças graves. O projeto evidenciou o impacto positivo de ações psicossociais na saúde emocional das participantes, promovendo fortalecimento coletivo, autocuidado e visibilidade para questões muitas vezes invisibilizadas no campo da assistência social e da saúde. Assim, destaca-se a necessidade de políticas públicas que garantam o direito ao cuidado não apenas para os pacientes, mas também para as mulheres cuidadoras, assegurando espaços permanentes de escuta e suporte psicológico, fundamentais para a promoção da dignidade e dos direitos humanos.

Práticas profissionais de psicólogas (os) na Saúde Pública em Manaus, Amazonas.

Heloisa Panza Ferreira Cohen Teles (UFAM), Breno de Oliveira Ferreira (FIOCRUZ), Fábio Henrique Almeida Dantas (UFRN)

Este trabalho tem como objetivo analisar as práticas profissionais das(os) psicólogas(os) na saúde pública na cidade de Manaus, Amazonas. A proposta parte da compreensão de que a atuação desses sujeitos no SUS ocorre em contextos marcados por tensões estruturais, transformações históricas e disputas políticas em torno do cuidado em saúde, exigindo posturas críticas, comprometidas com os princípios éticos da Psicologia e com as demandas sociais emergentes.

Historicamente, a Psicologia brasileira foi marcada por uma formação e uma prática voltadas à clínica tradicional, com ênfase na subjetividade individual e em uma lógica liberal, elitista e medicalizante. A formação acadêmica priorizou, por muito tempo, abordagens que negligenciam as dimensões coletivas e sociopolíticas do sofrimento humano, resultando em uma atuação restrita ao consultório e centrada em psicoterapias voltadas às classes médias urbanas.

A criação do Sistema Único de Saúde (SUS), a partir da Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei nº 8.080/1990, representou um marco para a reconfiguração da saúde pública brasileira. Inspirado na universalidade, equidade e integralidade, o SUS passou a demandar da Psicologia uma atuação ampliada, integrada às redes de cuidado, em diálogo com os determinantes sociais da saúde e com foco no território, na promoção da saúde e na participação popular.

O Movimento da Reforma Psiquiátrica representou uma ruptura importante com o modelo manicomial de cuidado em saúde mental, reforçando a centralidade de práticas psicossociais, comunitárias e interdisciplinares. Dessa forma, três campos principais de atuação da Psicologia se consolidaram no SUS: Atenção Básica (AB), Saúde Mental e Atenção Terciária. Este trabalho contempla essas três frentes a partir da realidade manauara, refletindo sobre seus desafios, estratégias e potencialidades.

Na Atenção Básica, a Psicologia se insere nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), integrando equipes multiprofissionais e participando de ações de promoção da saúde, prevenção de agravos e fortalecimento da autonomia dos sujeitos. No entanto, ainda se observa a persistência de expectativas de atuação clínica individualizada, tanto por parte dos profissionais da saúde quanto da população usuária, o que revela o desafio de romper com o modelo biomédico e ampliar o escopo da intervenção psicológica nesse campo.

No campo da Saúde Mental, os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) representam dispositivos centrais da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), configurando-se como espaços de cuidado em liberdade, centrados na singularidade dos sujeitos e na construção de vínculos terapêuticos e comunitários. No entanto, no Amazonas, desafios como a escassez de serviços, a sobrecarga das equipes e a herança do modelo hospitalocêntrico dificultam a efetivação de práticas verdadeiramente psicossociais e intersetoriais. A atuação da Psicologia, nesse sentido, precisa confrontar as resistências institucionais e políticas que limitam a consolidação de uma lógica de cuidado antimanicomial.

Na Atenção Terciária, a atuação se dá em meio a equipes de saúde nos hospitais com foco nas implicações emocionais e subjetivas do processo de adoecimento e hospitalização. Nessa prática, a escuta e o acolhimento do sofrimento psíquico se tornam centrais, assim como o apoio aos familiares e à equipe de saúde. Entretanto, é necessário destacar que o lugar da(o) psicóloga(o) nesse espaço ainda é frequentemente atravessado por uma lógica biomédica e subordinado às práticas médicas, o que

exige da(o) profissional um reposicionamento crítico diante das expectativas institucionais.

Diante dessas questões, este estudo parte da seguinte indagação: O que as(os) psicólogas(os) da cidade de Manaus estão fazendo nos serviços do SUS? Como estão atuando nesse sistema? Para respondê-las, o objetivo geral é analisar as práticas profissionais de psicólogas(os) na saúde pública em Manaus. Como objetivos específicos, busca-se: (a) identificar os desafios de atuação profissional; (b) compreender as potencialidades dessas práticas; (c) elencar as estratégias utilizadas no cotidiano de trabalho.

A pesquisa possui abordagem qualitativa e adota a abordagem narrativa como estratégia metodológica interpretativa, permitindo a construção de sentidos a partir das experiências vividas. Serão realizadas entrevistas narrativas com psicólogas(os) que atuem há pelo menos seis meses nos campos da AB, Saúde Mental e hospitais do SUS em Manaus. A seleção dos participantes ocorrerá por amostragem do tipo "bola de neve", devido à ausência de um banco de dados institucional com os servidores ativos.

As entrevistas seguirão um roteiro semiestruturado e serão registradas mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), respeitando os preceitos éticos das Resoluções nº 466/2012 e nº 510/2016. A análise das narrativas seguirá três etapas principais: (a) compreensão dos contextos nas narrativas; (b) desvendamento dos aspectos estruturais; e (c) construção de uma síntese interpretativa, conforme proposta por Gomes e Mendonça (2002).

Espera-se que o estudo contribua para a ampliação das reflexões sobre a atuação da Psicologia na saúde pública, especialmente no contexto amazônico. Ao dar visibilidade às experiências, desafios e estratégias dos profissionais, pretende-se fortalecer o debate sobre a função social da Psicologia e sua inserção crítica e propositiva nas políticas públicas. Assim, reafirma-se a necessidade de práticas comprometidas com a equidade, a transformação social e a defesa intransigente do SUS enquanto política pública de garantia de direitos.

Um kihari entre os zo'é: primeiras impressões de um psicólogo comunitário indigenista em formação.

Conrado Pável de Oliveira (UFJF)

Os Zo'é habitam densas florestas em uma região montanhosa de grandes castanhais, cortada por pequenos igarapés de dois grandes rios, o Cuminapanema e o Erepecuru, subafluentes da margem esquerda do rio Amazonas, no norte do Pará. Falantes de uma língua do troco tupi, se reconhecem hoje como Zo'é, uma expressão que se consolidou aos poucos como uma autodenominação que significa simplesmente "nós mesmo", diferenciando-os de não indígenas, chamados por eles de "kihari". A terra indígena (TI) Zo'é foi demarcada em 2009 com 668.572,9867 hectares e conta atualmente com 334 pessoas, em grupos com grande mobilidade relacionada a fatores ecológicos, sociopolíticos e cosmológicos. Apesar de terem entrado em relação permanente com os não indígenas no final da década de 1980, são considerados pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) um povo de recente contato, pois mantém vigorosamente suas formas de organização social e territorial. Tal caracterização da FUNAI aponta a realidade de comunidades que mantêm relações singulares de contato permanente e/ou intermitente com parte da sociedade nacional. Essas relações são mediadas, respeitando suas singularidades, pela Frente de Proteção Etnoambiental Cuminapanema (FPEC), uma das onze unidades descentralizadas da Funai especializadas na proteção e garantia da autodeterminação e promoção de direitos dos povos indígenas isolados e de recente contato. Meu encontro com os Zo'é se dá a partir de recente aprovação em concurso público na FUNAI, que me levou a sair do interior de Minas Gerais, para atuar na FPEC na TI Zo'é no norte do Pará. O presente relato de experiência tem como objetivo propor reflexões sobre a construção de uma nova identidade profissional: psicólogo comunitário indigenista, no início de minha atuação como indigenista especializado na FUNAI. para a descrição de informações da observação e registro das impressões, análises e reflexões. O presente relato de experiência se materializa metodologicamente a partir da apresentação de algumas notas de diário de campo com registros de descrições, impressões, análises e reflexões sobre o início do exercício profissional como indigenista, que permitem uma reflexão acerca de uma nova identidade profissional: a travessia de um psicólogo comunitário em um canto do interior de Minas Gerais se formando como um indigenista em alguma parte da imensidão da Amazônia. A reflexividade construída a partir do encontro de um kiharu - inexperiente indigenista com certa experiência em psicologia comunitária – com os Zo'é é expressa nas notas que compõem o diário de campo de análises sobre os conflitos, contradições de , inconsistências de informações e dilemas éticos, contribuindo assim para a sistematização dos saberes e vivências compartilhadas. As belezas e os desafios de tal encontro se expressam cotidianamente em fricções interculturais de cosmovisões muito distintas, que provocam em mim necessários deslocamentos e reflexões para uma abertura epistemológica da Psicologia Social Comunitária a partir da troca com diversos saberes originários, na relação com o território e, principalmente, as práticas de saúde. A relação com os sujeitos tão coletivos e singulares como os Zo'é provocam, nesse sentido, uma reorientação radical de minha trajetória acadêmica, profissional e existencial, trilhada nas veredas da Psicologia Social Comunitária e da Saúde Coletiva. A proposta do trabalho tem nítida relação com o GT 41 - Psicologia Social e Comunitária na Amazônia: agenciamentos frente a processos de desigualdades e o eixo 08 - Questões socioambientais e contextos rurais e urbanos. Como resultado, são apresentados os desafios e possibilidades dos processos

de interatuação de psicossocial (Calegare, 2021) enquanto agente externo - situando minha condição de psicólogo comunitário do sudeste, branco, homem - na relação com os agentes internos – a comunidade Zo'é, povo considerado pela FUNAI como de recente contato, com suas singularidades e demandas. Nesse processo de interatuação que se dá a possibilidade de abertura para o novo, incluindo a necessidade de aprendizagem da própria língua Zo'é, uma excelente oportunidade para a elaboração de novas vivências e mobilização da própria consciência, elemento fundamental para a expansão dos horizontes de uma Psicologia Social Comunitária que se propõe a superar seus limites e formação tão eurocêntrica. Calegare (2021) aponta, no processo de construção das interatuações psicossociais a importância do delicado processo de sintonização, abertura em relação às demandas e à heterogeneidade do outro, a desideologização, desnaturalização e ampliação da consciência. Esse processo é fundamental para a promoção do bem viver e garantia dos direitos. Por fim, ressalta-se a promoção do Bem Viver entre povos indígenas de recente contato envolve uma abordagem sensível, respeitosa e intercultural, considerando os modos de vida, as cosmologias, os saberes e as necessidades específicas desses povos. Entre a comundiade Zo'é, as as ações das políticas indigenistas devem ser ainda mais delicadas, com foco na autodeterminação, proteção territorial, saúde diferenciada e educação intercultural, entre outros aspectos e a Psicologia Social Comunitária - quanto mais participativa e sensível à diversidade cultural - tem muito a aprender e a contribuir nessa tarefa de articulação dos saberes tradicionais para uma política indigenista que promova o desenvolvimento etnoambiental dos Zo'é.

GT 42: PSICOLOGIA SOCIAL E O TRABALHO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA: PESQUISAS, PRÁTICAS E COMPROMISSOS

Coordenação: André Fernando (SESAI), Marcelo Gustavo Aguilar Calegare (UFAM), Socorro de Fatima Moraes Nina (UEA)

A intersecção entre educação popular e economia solidária: um estudo da práxis do grupo de estudos GAESI

Jacson Paulo Tessaro (UFPR), Luis Felipe Ferro (UFPR), Caique Lima Sette Franzoloso (UFPR), Lais Thaina Nenemann Kreutzer (UFPR)

A articulação entre educação popular e economia solidária tem se mostrado uma estratégia poderosa para o fortalecimento de práticas pedagógicas emancipatórias e transformadoras. Ambas compartilham fundamentos ético-políticos que valorizam a autonomia dos sujeitos, a coletividade e a transformação social, sendo orientadas pela valorização do saber popular, pela prática dialógica e pelo enfrentamento das desigualdades estruturais. O resumo em tela, propõe uma análise da práxis desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa em Economia Solidária (GAESI), destacando como tal coletivo interdisciplinar integra ensino, pesquisa e extensão para promover processos formativos críticos e emancipatórios a partir da realidade concreta de comunidades populares.

A educação popular, conforme delineada por Paulo Freire (1987), é uma pedagogia crítica, voltada à conscientização e à transformação da realidade social por meio do diálogo e da problematização da vida cotidiana. Tal perspectiva, o processo educativo não é neutro: é um ato político que parte da experiência dos sujeitos e visa ao fortalecimento de sua capacidade de intervenção no mundo. Do mesmo modo, a economia solidária (ECOSOL) representa uma alternativa ao modelo econômico hegemônico, centrado na acumulação e na competição, ao propor práticas econômicas baseadas na cooperação, na autogestão e na valorização do trabalho associado (SINGER, 2002; GAIGER, 2004). A presente convergência, entre as duas abordagens, confere à interseção entre educação popular e ECOSOL um potencial singular para a construção de novos paradigmas de desenvolvimento.

O GAESI atua justamente nesse campo de intersecção, promovendo ações educativas em interface com práticas de ECOSOL. Composto por docentes, discentes e colaboradores externos de diferentes áreas do conhecimento, o grupo configura-se como um espaço formativo permanente que tensiona os limites entre universidade e sociedade, teoria e prática, saber acadêmico e saber popular. A partir de metodologias participativas e de uma postura dialógica, o GAESI desenvolve um trabalho centrado na escuta ativa das comunidades, na co-construção de soluções para problemáticas locais e na promoção de processos educativos comprometidos com a transformação social.

A construção coletiva do conhecimento é um princípio estruturante das ações do grupo. Inspirado pela pedagogia freireana, o GAESI compreende o conhecimento como resultado da interação entre sujeitos históricos que, ao refletirem criticamente sobre sua realidade, tornam-se capazes de transformá-la. Tal processo se dá por meio de múltiplas estratégias formativas, como grupos de estudo, oficinas, eventos acadêmicos e comunitários, visitas técnicas, atividades de extensão universitária e participação em fóruns e redes de

ECOSOL. As presentes ações, não se restringem à transmissão de conteúdos, mas visam a criar espaços de diálogo, reflexão crítica e engajamento coletivo.

A prática educativa do GAESI também se ancora em fundamentos metodológicos oriundos da pesquisa-ação e da extensão crítica. A pesquisa-ação, conforme delineada por Thiollent (2011), pressupõe a participação ativa dos sujeitos pesquisados na construção do conhecimento, promovendo a superação da dicotomia entre pesquisador e objeto de pesquisa. Já a extensão crítica, conforme argumenta Arroyo (2012), busca romper com a lógica assistencialista tradicionalmente presente na relação entre universidade e comunidade, defendendo uma atuação extensionista que seja dialógica, transformadora e comprometida com os interesses dos grupos populares. Nesse sentido, o GAESI atua não apenas como um núcleo acadêmico, mas como um agente de articulação territorial e de apoio às iniciativas de economia solidária.

Entre as experiências desenvolvidas pelo GAESI, destacam-se ações junto a cooperativas, associações produtivas, grupos de mulheres e jovens em situação de vulnerabilidade social. Em tais experiências, o grupo não se coloca como detentor de um saber técnico a ser transferido, mas como parceiro na construção de processos formativos e organizativos que fortaleçam a autonomia dos sujeitos e o protagonismo comunitário. As práticas autogestionárias promovidas por tais grupos tornam-se, assim, objeto e instrumento de formação, permitindo a articulação entre reflexão crítica e prática concreta.

A atuação do GAESI também revela a importância da interdisciplinaridade e da transdisciplinaridade na abordagem das complexas dinâmicas sociais envolvidas na economia solidária. A composição do grupo, que reúne saberes das ciências sociais, da administração, da educação, da engenharia, da saúde e de outras áreas, permite a construção de análises integradas e a proposição de soluções inovadoras para os desafios enfrentados pelos empreendimentos econômicos solidários (EES). Ao mesmo tempo, tal diversidade epistemológica contribui para o enriquecimento da formação discente e docente, promovendo uma prática acadêmica mais sensível às demandas sociais.

Outro aspecto relevante da atuação do GAESI diz respeito à articulação locorregional, que se expressa tanto na participação em fóruns e redes de ECOSOL quanto na atuação direta em comunidades urbanas e rurais do entorno da universidade. Tal articulação territorial, confere concretude às ações do grupo, ao mesmo tempo em que possibilita a construção de vínculos duradouros e de confiança mútua com os sujeitos envolvidos. A partir dessas articulações, é possível potencializar a incidência política das ações educativas, contribuindo para o fortalecimento das políticas públicas de ECOSOL e educação popular.

O trabalho desenvolvido pelo GAESI evidencia, ainda, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como princípio fundamental da formação universitária. Ao integrar essas três dimensões, o grupo não apenas qualifica o processo formativo dos estudantes, mas também contribui para a produção de conhecimento socialmente referenciado e para o fortalecimento do compromisso social da universidade. Nesse sentido, a experiência do GAESI reafirma o papel da universidade pública como espaço de formação crítica, de diálogo com os saberes populares e de atuação comprometida com a justiça social.

Conclui-se, portanto, que a interseção entre educação popular e ECOSOL, tal como praticada pelo GAESI, constitui uma experiência potente de práxis transformadora. Ao articular teoria e prática, saber acadêmico e saber comunitário, ensino, pesquisa e extensão, o grupo contribui para a formação de sujeitos críticos e engajados, capazes de atuar na transformação das realidades concretas em que estão inseridos. Mais do que uma proposta pedagógica, a prática do GAESI revela-

se como um projeto político-pedagógico comprometido com a emancipação coletiva e com a construção de uma sociedade mais justa, democrática e solidária.

Referências

ARROYO, Miguel. Ofício de mestre: imagens e autoimagens. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. 22. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

GAIGER, Luiz Inácio. Sentidos do trabalho: a afirmação da cidadania no contexto da globalização. Sociedade e Estado, Brasília, v. 19, n. 1, p. 121–144, jan./jun. 2004.

SINGER, Paul. Introdução à economia solidária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

A Raiz Forte das Mulheres da Horta Comunitária: Gerando Novas Potencialidades de Vida através do Trabalho Coletivo

Margarete dos Santos Araújo (UFRJ), Thiago Benedito Livramento Melicio (UFRJ)

Introdução:

A partir da minha pesquisa cartográfica do doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, no Instituto de Psicologia da UFRJ, pretendo apresentar algumas mudanças na vida de nove mulheres, que ingressaram na horta comunitária agroecológica do Programa de Geração de Renda e Vida - Arte, Horta & cia vinculado ao Museu Bispo do Rosário/IMAS Juliano Moreira. O Programa possui duas oficinas, a saber: horta comunitária agroecológica e Atelier Fios do Rosário (costura, bordado, adereços e fantasias) e dois estabelecimentos comerciais - Bistrô Bispo e Loja B. O público alvo são pessoas em sofrimento psíquico e moradores do entorno do Museu Bispo do Rosário.

Objetivo:

O objetivo da pesquisa é analisar se a horta promove a expansão das potencialidades de vida das mulheres que participam da oficina horta comunitária agroecológica. Esta pesquisa está pautada no método da cartografia, trazendo as entrevistas realizadas com nove mulheres participantes da horta comunitária. Ao realizar as entrevistas coletivas é possível proporcionar uma multiplicidade de trocas de experiências, pois na medida em que as falas fluem há o encontro com diversas perspectivas sobre os assuntos. Além das entrevistas, fui trilhando através dos meus diários de campo. E o recorte da pesquisa está direcionado desde o início da horta, em janeiro de 2022, até julho de 2024, quando realizei as entrevistas. A pesquisa foi aprovada no comitê de ética.

Análise e resultado:

O Programa de geração de renda e vida tem o desafio de repensar a reorganização do trabalho, que não seja a mesma pertencente à lógica alienante ao mundo capitalista. Por isso a ideologia seguida é a da economia solidária, valorizando a vida e produzindo novas subjetivações através do trabalho em liberdade. Portanto, os espaços das oficinas são um verdadeiro laboratório de transformação e descobertas de novas potencialidades, onde o fazer junto é a direção para o processo de experimentar o novo e permitir compartilhar os conhecimentos.

O Programa além de seguir os princípios da economia solidária, também, provoca deslocamento no sujeito para que o mesmo possa empoderar-se no seu próprio tratamento/cuidado e desenvolver habilidades para autogestão gerando o seu próprio valor como pessoa. Ou seja, não basta somente gerar renda, mas é de suma importância gerar a valorização de cada participante na oficina.

Ao entrevistar as nove mulheres eu sugeri que cada uma escolhesse o nome de uma hortaliça, para que fossem identificadas na pesquisa. Os nomes sugeridos foram: Manjericão Roxo, Hortelã, Alface, Couve, Alecrim, Rosa, Hortelã Pimenta, Capim Limão, Alface Roxo. Todas se consideram mulheres cisgenero. 77,8% se consideram negras, 22,2% são pardas. A maioria possui ensino médio completo. Seis mulheres estão na faixa etária entre 60 a 70 anos. Outras três estão na faixa dos 30 anos. 33,3% são viúvas, 33,3% são casadas, 22,2% são solteiras e 11,1% têm união estável. Todas recebem renda, sendo que 33,3% são aposentadas, 22,2% são pensionistas, 33,3% recebem salário e 11,1% recebem de acordo com o rendimento da sua própria produção. Elas moram com seus familiares e contribuem com as despesas da casa.

Trago alguns relatos das mulheres: “o meu desejo de estudar voltou. Eu sempre quis aprender a ler. Agora eu

sei assinar meu nome, sei ler, conheço as letras"; "participar da horta fez eu sair da depressão, não saio daqui nunca mais"; "vocês não tem noção do bem que fizeram a mim. Aprendi a dizer não para os meus colegas, para não cair na tentação de beber e usar drogas"; " a terra me dá vida, uma vida de paz! No trabalho os colegas querem puxar o seu tapete. Você é obrigada a trabalhar bastante para produzir mais e enriquecer o patrão. Na horta não tem competição".

Considerações finais:

Fica nítido nesses relatos a ampliação da capacidade efetiva da vida dessas mulheres a partir do momento em que começaram a participar da horta. Há um retorno de suas vidas, que estavam apagadas devido às várias questões, como problemas econômicos, confinamento do próprio corpo, preconceito racial, estigma da loucura, violência doméstica, fatores que podem provocar adoecimento psíquico.

Essas mulheres nos ensinam que há uma produção coletiva de saúde, tendo a horta como instrumento facilitador de algo que é produzido junto com elas. É na interseção que o coletivo se constitui, de um lado o sujeito e do outro a terra, o plantio. E o que interliga é justamente uma tecnologia leve, que valoriza o saber popular e, também, permite um trabalho coletivo que promova acolhimento e fortalece os laços afetivos. É através dos bons encontros que há um aumento da potência, da capacidade de existir, que possibilita a busca por liberdade, ou seja, bons encontros nutre a vida. Neste sentido, precisamos do alimento vivo, que respeita a diversidade da natureza quanto à diversidade humana. Ou seja, a vida da terra nutrir novas potências de vida.

Referências bibliográficas:

KRENAK, Ailton. Conversa na Rede: Amar, Comer e Ser Comida. Entrevista concedida a Emanuele Coccia. Canal Selvagem: ciclos de estudos sobre a vida. YouTube, 22/11/2022. Acesso em 01/09/2024. Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=5Dd5aosNQPU

MERHY, Emerson Elias. Saúde: a cartografia do trabalho vivo. São Paulo: Hucitec, 2014.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; TEDESCO, Silvia. Pistas do método da cartografia: a experiência da pesquisa e o plano comum. v.2. Porto Alegre: Sulina, 2014.

SINGER, Paul. A Economia Solidária como Ato Pedagógico. In: KRUPPA, Sonia M.P. (org). Economia solidária e educação de jovens e adultos. Brasília: Inep, 2005.

Confabulações coletivas: loucura, arte e economia solidária

Vitória Silveira Correia (UFSC), Paula Xavier da Silva (UFSC), Bianca Zola Bahia Marques (UFSC)

Esse resumo visa apresentar os caminhos iniciais traçados para criação de um projeto de Economia Solidária em um CAPS II no município de Florianópolis/SC, pontuando os desafios e potencialidades desse processo. O projeto surgiu em 2024 através dos usuários do serviço junto à coordenadora e estagiárias de Psicologia e atualmente está também vinculado à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) por meio de um projeto de extensão.

Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) são pontos importantes da Rede de Atenção à Saúde Mental no Brasil. Eles expressam a consolidação em Política Pública de leis e normas que fortalecem a luta pela Reforma Psiquiátrica no país. Isto é, os CAPS representam uma alternativa substitutiva e não complementar aos hospitais psiquiátricos e ao modelo manicomial, priorizando o cuidado em liberdade, comunitário e interdisciplinar de pessoas que necessitam de cuidado intensivo em saúde mental e seus familiares, egressos ou não de hospitais psiquiátricos (Amarante, 2007).

Uma das práticas possíveis de inclusão e reinserção psicossocial de pessoas com sofrimento mental é por meio do trabalho, sobretudo quando demandado pelo usuário. Sua importância é evidenciada ao levar em consideração a persistência da lógica manicomial que contribui para manutenção do lugar de desvantagem social em que são colocados os usuários de saúde mental, tanto na inserção quanto na reinserção no trabalho, resultado do modo hostil de produção capitalista.

Com isso, assim como os CAPS se apresentam como uma alternativa aos hospitais psiquiátricos na luta antimanicomial, a Economia Solidária (Ecosol) se apresenta como um modo alternativo ao sistema capitalista, se diferenciando da Economia de Mercado principalmente pelo modo de organização, onde todos os participantes são donos e parte fundamental dos processos de decisão, além de ser pautada em princípios de autogestão, democracia, cooperação, emancipação, valorização de saberes locais, valorização da aprendizagem e cuidado com o meio ambiente, bases também do trabalho que vem sendo realizado junto aos usuários do serviço de saúde em questão. Assim, o projeto visa a inclusão social, reinserção psicossocial e geração de renda por meio do trabalho e de processos coletivos, sabendo que muitos usuários têm sua relação com o trabalho atravessada pelo adoecimento.

De tal forma, pensar a economia solidária em encontro com a saúde mental não vêm de hoje. Paul Singer (2014) diz que, no Brasil, o cooperativismo social tem como base a aliança com a luta antimanicomial para garantia do direito ao trabalho daqueles com transtornos mentais ou decorrente do uso de álcool e outras drogas. Logo, são lutas de fato indissociáveis, que se encontram na origem e no horizonte da continuidade de uma luta contra a exclusão social e econômica estruturada e alavancada pelos avanços neoliberais que seguem individualizando e patologizando as diferenças.

Os encontros do projeto têm acontecido nas quintas-feiras, logo após o café da manhã, em uma sala de grupos no próprio espaço do CAPS. Nesse convívio semanal em que acontecem as oficinas de produção também realizamos reuniões que incluem tomadas de decisões conjuntas sobre planejamentos gerais do coletivo, compra de materiais, parcerias e participações em feiras. Já foram realizadas pinturas em caixinhas de MDF, panos de prato, fronhas de almofada, artes em vidro, peças de macramê e mosaico. A decisão sobre o que vai ser produzido parte do desejo dos usuários e de suas afinidades artísticas, o que reverbera em seus papéis, que alternam entre artesãos e oficineiros, de forma que se revezam para ensinar uns aos outros. Nem todos realizam o mesmo tipo de arte nos encontros, sendo um espaço livre onde a diferença, as singularidades e o tempo de cada um se mesclam no fazer coletivo, na troca em volta da mesa onde emergem histórias de vida, sonhos e angústias.

Assim, é no espaço-tempo do trabalho que as potencialidades do coletivo surgem, pois é no momento de produção artesanal das oficinas e dos encontros que se tece a relação de pertencimento ao grupo, bem como as relações de cuidado e valorização da contribuição e saberes de cada um dos envolvidos (Alvarez, Neves & Silva, 2017). Diante disso, as oficinas, participações em feiras e deslocamentos pela cidade em busca de materiais funcionam como um dispositivo-clínico-político quando, abertas às histórias e ao devir de cada um, produzem deslocamentos subjetivos: do sujeito-doente-louco para sujeito-artesão, bem como quando provocam atividades dialógicas entre os participantes e desses com outros coletivos da cidade. O que há de terapêutico na interface entre as vertentes de saúde mental e Economia Solidária são as relações e a qualidade dessas, que, a partir de nossas mediações, estão ali pelos bons encontros, pela potência dos sujeitos e pela produção de vida.

A partir das vivências cotidianas e de construção do projeto, alguns desafios se colocaram para o coletivo, evidenciando processos burocráticos que se demonstraram importantes para a sua consolidação e estruturação, mas que ao mesmo tempo atravessaram o ritmo em que a oficina estava seguindo. A ideia de que o primeiro passo para que o coletivo ganhasse corpo fosse sua formalização e a regularização de suas atividades e vendas atravessou o fluxo das oficinas e as direcionou para debates, reuniões e buscas por parceiros que pudessem compor e auxiliar nesse processo. Assim, as oficinas de criação artística e produção dos artesanatos foram temporariamente interrompidas bem como a criação de uma identidade grupal, algo que vimos ser anterior a tudo isso ao longo do percurso. Diante disso, foi possível compreender que é no cotidiano, nas relações concretas de trabalho, que os conflitos emergem e devem ser problematizados. Ou seja, é a partir das relações cotidianas que se produzirá os conflitos que serão a base para os processos de negociação permanente que caracteriza a autogestão.

Nesse cenário, tomamos como ancoragens teóricas a Psicologia Social Crítica e a Psicologia Social do Trabalho, os princípios da Reforma Psiquiátrica e nossas experiências embasadas na luta antimanicomial e na afetividade como base de uma prática ético-política. Pelos meandros acima delineados, nosso relato de experiência se alinha à perspectiva deste GT à medida em que dialoga com a emergência de se pensar na contramão frente um mundo do trabalho capitalista que nega a multiplicidade de modos de existência, localizando a Economia Solidária enquanto projeto político de resistência e alternativa de emancipação, especialmente em diálogo com temáticas como a saúde mental e as redes de solidariedade.

Finalizamos retomando o ponto da coletividade e refletindo sobre a necessidade de compartilhar com outros grupos as experiências que fogem, que são linhas de fuga, a fim de continuar a dar chão para esse caminho - aspecto que tem sido característico do nosso projeto desde o início, essa busca por diálogo com outros numa experiência de devir constante, que não pode ser definida anterior a vivência do coletivo em seus fluxos.

Referências

ALVAREZ, A. P. E.; NEVES, C. E. A. B.; SILVA, C. O. Saúde mental e economia solidária: pesquisa cartográfica em um dispositivo clínico-político. Caderno Brasileiro de Saúde Mental, v. 9, n. 22, p. 124-144, 2017.

AMARANTE, P. Saúde Mental e Atenção Psicossocial. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

SINGER, P; SCHIOCHET, R. Economia solidária e saúde mental. A construção da política nacional de cooperativismo social. In: PINHO, L. P. (Org.) Relatos de experiências em inclusão social pelo trabalho na saúde. São Carlos: Compacta, 2014.

Mapa Corporal e o trabalho da População Em Situação De Rua: contribuições para a Economia Solidária

Laura Chiconelli Vanzo (PUCPR), Thainara Granero de Melo (PUCPR), Gustavo Filipowski (Acolhimento Institucional para adultos e famílias em situação de rua de São José dos Pinhais)

Este resumo relata uma experiência de estágio em Psicologia com coletivos sociais de Economia Solidária em um Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias em Situação de Rua, localizado no município de São José dos Pinhais, Paraná. Compreender a relação entre o trabalho e a População em Situação de Rua (PSR) demanda atentar-se às complexidades sociais e interseccionalidades que afetam cotidianamente essa população, especialmente as violências historicamente produzidas pelo capitalismo colonial (Pinho et al., 2019). Entendendo que a construção de outras trajetórias de vida pode encontrar nas formas de trabalho pautadas na coletividade, em alternativa à economia capitalista, mecanismos para a emancipação política da PSR, o estágio teve como objetivo fortalecer o processo organizativo de um grupo de Economia Solidária desenvolvido no referido serviço da política de Assistência Social e da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, amparado na Psicologia Social do Trabalho (PST). Enquanto abordagem teórica-metodológica heterogênea, a PST situa-se no âmbito das perspectivas críticas sobre a exploração do trabalho humano, visando a compreensão e o fortalecimento de experiências em Economia Solidária que se situam na fronteira com as políticas públicas e os movimentos sociais em diferentes contextos. Além disso, por tomar o trabalho como categoria central, a PST busca compreendê-lo como fenômeno complexo e singular, acompanhada de outras disciplinas como a ciência política, a sociologia, a antropologia, a história e a geografia política, considerando, ainda, suas expressões micro e macropolíticas (Sato; Bernardo; Coutinho, 2017). Da PST, nos baseamos no conceito-ferramenta de processos organizativos para fundamentar a prática de estágio com o grupo de artesanato "Os Arteiros", empreendimento de Economia Solidária vinculado ao serviço de Acolhimento Institucional. Em consonância com uma perspectiva de trabalho sensível às necessidades do trabalhador e trabalhadora e dos modos próprios de satisfazê-los, os processos organizativos se referem às nuances do trabalho no cotidiano, não apenas quanto ao processo produtivo, mas aos modos de planejar, organizar, tomar decisões, negociar e produzir outros sentidos sobre o trabalho. Tal escolha justifica-se pela importância dos fazeres cotidianos na construção dos princípios autogestionários e do fortalecimento coletivo do empreendimento (Sato; Esteves, 2002). Nessa perspectiva, entendemos que o olhar atento à micropolítica, aos tensionamentos e expressões da prática cotidiana da Economia Solidária são elementos cruciais para compor o trabalho singular com a população em situação de rua. Para tanto, buscamos resgatar as trajetórias de trabalho vivenciadas pelos usuários do serviço e integrantes do coletivo, a fim de valorizar suas próprias narrativas para que a proposta de trabalho se estruturasse horizontalmente. O Mapa Corporal Narrado foi escolhido como recurso metodológico, construído com 10 usuários e nove trabalhadores do serviço durante três encontros. Trata-se de uma técnica de origem sul-africana, desenvolvida no contexto das práticas de saúde em resistência aos métodos coloniais. Especificamente, envolve uma representação gráfica do contorno do corpo da pessoa, composto por desenhos, palavras, pinturas e colagens que representem marcas de sua trajetória de vida, em complemento à narrativa oral (Moreira; Conceição, 2020). Por meio dos mapas desenhados/narrados, produziu-se o resgate histórico e simbólico das experiências dos sujeitos, com o objetivo de estimular os participantes a reconhecer a diversidade das

experiências de vida que compunham o grupo e ressignificá-las no presente, em oposição aos processos de trabalho coletivo. Destacamos que o recurso possibilitou a alguns trabalhadores do serviço colocarem-se em contato com as trajetórias de trabalho anteriores dos usuários, confrontando a reprodução de estigmas sociais associados à situação de rua. Como Esteves e Sato (2002) pontuam, a expressividade da significação dos processos de trabalho, as tensões entre visões de mundo, tradições religiosas e culturais, os conflitos na tomada de decisão, as micro e macro relações políticas são componentes de um mundo subjetivo cotidianamente presente no processo organizativo, mas que nem sempre são levados em conta na autogestão. Partindo dessa premissa, a atividade do Mapa Corporal contribuiu para visibilizar os diferentes sentidos atribuídos às experiências de trabalho e de vida, além de possibilitar uma construção dialógica e mais horizontalizada da intervenção entre estagiárias e integrantes do grupo, tão necessários para a vinculação e o fortalecimento do grupo. Na medida em que a atividade permitiu compartilhar vivências há muito apagadas pelas múltiplas violações de direitos dessa população, também trouxe ao debate como as diferentes trajetórias, significados, marcas, expectativas e projetos de futuro eram alinhavadas às técnicas, procedimentos, aprendizados e convívios com o empreendimento Os Arteiros. De fato, Moreira e Gandolfo Conceição (2020) descrevem que o Mapa Corporal, enquanto recurso de trabalho com populações vulnerabilizadas vai além do potencial reconstitutivo das experiências pessoais, elucidando como as trajetórias de vida, contradições, afetações e subjetividades são indissociáveis das trajetórias de trabalho pregressas de seus integrantes, seus valores, visões de mundo, interesses e anseios. Deste modo, conclui-se que este recurso pode colaborar para denunciar as distintas violações, valorizar e socializar a heterogeneidade de saberes e vivências singulares de trabalho de cada integrante do coletivo, constantemente invisibilizadas pela marginalização e estigmatização social, além de contribuir para ressaltar a potência da Economia Solidária na defesa dos direitos das pessoas em situação de rua e na reconstrução de suas trajetórias de vida.

Palavras-chave: Mapa Corporal; Trajetórias; População em Situação de Rua.

Referências

MOREIRA, A. L. C.; CONCEIÇÃO, M. I. G.. Corpos em Evidência: Contribuição do Mapa Corporal Narrado em Pesquisas com Populações Vulnerabilizadas. Psicologia: Teoria e Pesquisa, v. 36, n. spe, 2020.

PINHO, R. PEREIRA, A. LUSSI, I. População em situação de rua, mundo do trabalho e os centros de referência especializados para população em situação de rua (centro pop): perspectivas acerca das ações para inclusão produtiva. Cad. Bras. Ter. Ocup., São Carlos, v. 27, n. 3, p. 480-495, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cadbto/a/S4yZL3jDCvjw4ztXFHNLPYN/?lang=en. Acesso em: 15 de Set de 2023.

SATO, L.; COUTINHO, M. C.; BERNARDO, M. H.. Psicologia social do trabalho. Editora Vozes Limitada, 2017.

SATO, L.; ESTEVES, E. Autogestão: Possibilidades e ambiguidades de um processo organizativo autogestionário. São Paulo: ADS-CUT, 2002.

Marcas do Trabalho Infantil no Campo e Emancipação pela Economia Solidária

Lívia Leal Pereira (UFPB), Anna Lívia Bezerra de Sousa (UFPB), Bianca Silva Araujo (UFPB), Manuella Castelo Branco Pessoa (UFPB)

O trabalho na agricultura familiar consiste em uma forma social de agrupamento de agricultores relacionados que produzem para a própria subsistência, com excedente voltado a trocas e comercialização. Este resumo contempla um relato de experiência de uma pesquisa acerca do trabalho infantil na Região Geográfica Imediata de João Pessoa. A partir da experiência em um projeto de extensão na Economia Solidária e Agricultura Familiar, iniciado em 2022, surge a necessidade de compreensão da realidade do trabalho rural paraibano, contemplando a dialética entre pesquisa e extensão. O projeto de pesquisa "O trabalho infantil no campo: entre socialização e necessidade", vigente em 2024/25, parte, então, de um projeto de pesquisa iniciado em 2023. A lista das piores formas do trabalho infantil (Lista TIP), aprovada pelo Decreto nº 6.481/2008, inclui o trabalho infantil na agricultura. Sobre o trabalho no campo de crianças e adolescentes, são destacados como riscos físicos, químicos e ergonômicos, a exposição a fenômenos físicos, como calor, chuva e frio, o contato com pesticidas e fertilizantes, o esforço físico constante, além de frequentes riscos de acidentes de trabalho. No entanto, o olhar às causas do trabalho infantil na agricultura familiar é complexo em suas especificidades culturais, que trazem à tona a dimensão de socialização através de atividades laborais, como processo formativo de inserção da criança naquela comunidade e nas suas formas de organização, mas também a necessidade de força laboral atrelada à dimensão de precarização econômica. Em um dos planos do projeto de pesquisa, objetiva-se a análise da percepção de adultos campesinos em relação ao trabalho infantil em um assentamento, buscando caracterizá-los, identificar suas trajetórias educacional, de trabalho e de acesso a políticas e direitos, e, por fim, analisar suas percepções em relação ao trabalho infantil. A dinamicidade do trabalho no campo, marcado pela inserção precoce, impacta diretamente na saúde física e mental dos trabalhadores, que mantêm-se em semelhante atividade laboral até a sua vida adulta, mas encontram na economia solidária um espaço de produção de saúde. Assim, foram escolhidos o eixo temático "Psicologia Social em Interface com o Trabalho" e o GT "42: Psicologia social e o trabalho na economia solidária: pesquisas, práticas e compromissos", porquanto estes propõem uma análise crítica dos processos de trabalho, a sua precarização e os impactos psicossociais, a partir de uma dimensão concreta que entende a luta política da classe trabalhadora e as implicações de questões raciais, de classe, de gênero e regionais em sua construção. Além disso, a relação do grupo de trabalho conversa diretamente com o campo de pesquisa do projeto, que compreende a produção de saberes do campo e valoriza a organização da Economia Solidária enquanto meio de emancipação e transformação do trabalho para além da exploração. Nesse sentido, a teoria histórico-cultural foi basilar para o entendimento da periodização da infância e adolescência, enquanto período em que a atividade-guia do sujeito deve ser a expressão emocional e a brincadeira, e dos impactos que a inserção precoce do trabalho gera na apropriação da realidade. O trabalho é, sob esse viés, dialético, fundante da humanidade e transformado por ela, abarcado pela historicidade, pela cultura e pela realidade material. A realidade do trabalho infantil no campo é, então, implicada pelo passado colonial e exploratório latinoamericano, além da demarcação cultural e ambiental do nordeste brasileiro, estruturando um plural de ruralidades que se encontram, no contexto paraibano, profundamente marcados pelas lutas camponesas pela terra e pela reforma agrária. Acerca da metodologia, a pesquisa, de cunho qualitativo, foi realizada junto da

Associação de Agricultores e Agricultoras Agroecológicas da Várzea Paraibana, empreendimento solidário assessorado pela Incubadora de Empreendimentos Solidários da UFPB (Incubes), das quais realizam as atividades de acompanhamento e incubação de empreendimento. Utilizou-se entrevistas semiestruturadas, na qual o roteiro continha questões referentes a: dados biossóciodemográficos, histórico da trajetória de trabalho, histórico de acesso à educação formalizada e percepção sobre o trabalho infantil. A análise realizada foi Análise de Conteúdo Temática de Minayo. No que diz respeito aos resultados, foram realizadas 4 entrevistas, com 2 participantes do gênero feminino e 2 do gênero masculino, com idades entre 53 e 67 anos e identificados como pardos e negros. Todos passaram pelo processo de escolarização em instituições públicas, apenas uma das participantes concluiu o ensino médio. Os demais interromperam os estudos entre a 4ª e 8ª série devido a dificuldade em conciliar escola e trabalho, haja visto o cansaço decorrente dessa situação. Os relatos evidenciam que os trabalhadores acessados iniciaram a vida laboral precocemente, especialmente na agricultura, a partir dos sete anos de idade. Ressalta-se que o encontro com a Associação de Economia Solidária dos entrevistados se deu na vida adulta, após uma infância de trabalho em diferentes espaços rurais. Ainda antes de exercerem formalmente suas funções, eles já acompanhavam os pais ao roçado, reflexo das condições sociais das famílias de classe baixa, nas quais a contribuição dos filhos era necessária para o sustento familiar. Em suma, as atividades desempenhadas incluíam desde o plantio, colheita, armazenamento de produtos, cuidado com animais e a realização de serviços domésticos, tanto em suas residências quanto nas casas de terceiros. No caso das mulheres, essa realidade era marcada pela dupla jornada de trabalho, que combinava as tarefas agrícolas com atividades domésticas. Em paralelo, os participantes relataram ambientes de trabalho insalubres e inseguros, com extensas horas de trabalho no campo, com manuseio de ferramentas, transporte de cargas pesadas, contato constante com agrotóxicos e exposição ao sol. Assim, as condições de trabalho vivenciadas precocemente contribuíram para o surgimento de impactos psicossociais na saúde desses trabalhadores. Tais impactos manifestaram-se por meio de marcas psicológicas e emocionais decorrentes tanto da normalização da violência física no processo educativo familiar quanto do trabalho constante, sem acesso ao lazer. Ademais, a responsabilidade pelo sustento da família impôs uma carga emocional intensa, que se somou a problemas de saúde devido ao trabalho braçal como dores do corpo, coluna, problemas na pele e envenenamento por agrotóxicos. Além dos prejuízos ao desenvolvimento saudável, evidencia-se a perda de uma infância plena, violências de gênero e a perpetuação de um ciclo geracional do trabalho infantil e pobreza, dado que os participantes reiteram que os próprios filhos também foram trabalhadores infantis. Nesse momento, denota-se relevante a ressignificação do trabalho no campo através do encontro com a economia solidária na juventude e/ou na vida adulta dos entrevistados. A possibilidade de ter o seu próprio pedaço de terra e de cultivar para subsistência, fora de usinas e fazendas de outras famílias, e envolver-se no movimento de luta pelo campo, se apresenta como um forte promotor de saúde. Ainda que o trabalho infantil fosse considerado “natural” na época em que vivenciaram essas experiências, os participantes reconhecem que, ao ultrapassar certos limites, essa prática se transforma em uma forma de exploração que compromete não apenas o acesso à educação, mas também a saúde física e emocional a longo prazo. Ao mesmo tempo, também reforçam o trabalho como aspecto importante para o processo de desenvolvimento humano. Em resposta a esses desafios, enfatizaram a importância de políticas públicas que garantam o direito das crianças à infância, ressaltando a necessidade de mecanismos de proteção, como o conselho tutelar, programas de transferência de renda e iniciativas de alfabetização, além do reforço das lutas por terra e do engajamento em coletivos sociais. Por fim,

entende-se que o trabalho infantil no campo se configura como exploração e privação de direitos das crianças. O trabalho na infância atua como uma atividade precoce, que dificulta a apropriação do pensamento abstrato através da brincadeira e da educação, e coloca a criança em ação manual desgastante. Atividade esta que repercute na vida adulta, através de sequelas físicas do trabalho no campo e sofrimento psíquico prolongado em decorrência da não vivência da infância e do trabalho exaustivo contínuo. Por outro lado, a Economia Solidária e o coletivo de trabalhadores assentados se manifesta enquanto um espaço de luta política e promoção de saúde, que, apesar de ainda não erradicado o trabalho infantil nesse espaço, caminha para a transformação de infâncias campesinas. Reflete-se, enfim, que os direitos da infância e a luta no campo devem ser pauta de trabalho e de intervenção da Psicologia Social, construindo espaços seguros para crianças assentadas e inseridas na Economia Solidária.

Palavras-chave: Trabalho infantil; Campo; Histórico-cultural; Psicologia social; Impactos psicossociais;

Políticas Públicas de Economia Solidária: a experiência da Rede LIBERSOL na aprovação e fiscalização de legislações de ECOSOL

Caique Lima Sette Franzoloso (FPP), Luís Felipe Ferro (UFPR), Jacson Paulo Tessaro (UFPR), Lais Thaina Nenemann Kreutzer (UFPR)

A Economia Solidária (ECOSOL) se estabelece como uma organização coletiva do trabalho com base na autogestão e na solidariedade. Nesse sentido, enquanto trabalhadores organizados, os grupos se reúnem em torno de um objetivo comum cuja base primordial é a propriedade coletiva ou associada dos meios de produção. Dentre as formas organizativas da Economia Solidária, estão incluídas desde as mais simples, como os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) informais, até as complexas, tais como as cooperativas, as associações e as redes de colaboração comunitária, todas com o objetivo principal de fortalecer a autonomia coletiva. Enquanto interface com o campo da Saúde Mental, iniciativas de Economia Solidária se proliferaram em diferentes pontos de atenção da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), atual Política Nacional de Saúde Mental (Brasil, 2011, 2017), tais como os Centros de Convivência e Cultura (CECOS) e os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). Nesse contexto, a RAPS estabelece como um de seus objetivos específicos a inclusão social de pessoas em sofrimento mental por meio do acesso ao trabalho e a renda (Brasil, 2011). Tal proliferação pôde ser potencializada, ainda, a partir da parceria entre o Ministério do Trabalho e Emprego e o Ministério da Saúde no ano de 2005, com o intuito de incentivar e fortalecer tais iniciativas por meio da constituição de políticas públicas (Brasil, 2005). Não distante, em dezembro de 2024 foi sancionada a Política Nacional de Economia Solidária, também conhecida como Lei Paul Singer, por meio da Lei Federal nº 15068. Contudo, no Brasil, apesar de avanços mencionados, o apoio de Políticas Públicas para a construção e fortalecimento da ECOSOL ainda é tímido, sobretudo em âmbitos estaduais e municipais. Nesse contexto, a presente pesquisa, alicerçada metodologicamente pela pesquisa-ação, pretende relatar a experiência de oito anos da rede de Saúde Mental e Economia Solidária de Curitiba e Região Metropolitana (LIBERSOL), no que compete ao advocacy pela construção e implementação de políticas públicas. Fundada em 2017, LIBERSOL é uma rede, um espaço de articulação apartidário que congrega instituições e pessoas interessadas em promover ações para fortalecer os princípios da Reforma Psiquiátrica e da Economia Solidária, buscando, ainda, contribuir com empreendimentos econômicos solidários da região. Já o advocacy, pode ser compreendido como as ações e esforços empreendidos por um determinado grupo em defender e argumentar em favor de uma causa, uma demanda ou uma posição. Assim, tal conceito denota, ainda, iniciativas de incidência ou pressão política, de promoção e defesa de uma causa e/ou interesse, e de articulações mobilizadas por organizações da sociedade civil com o objetivo de dar maior visibilidade a determinadas temáticas ou questões no debate público e influenciar políticas visando à transformação da sociedade. Como resultados, a rede promoveu: a discussão e elaboração de leis municipais em cinco municípios paranaenses: Curitiba, Piraquara, Campo Largo, Colombo e Araucária; a discussão e elaboração da Lei Estadual de Economia Solidária no Paraná; a discussão e elaboração do Projeto de Lei de Economia Solidária em andamento no município de Fazenda Rio Grande; o encaminhamento de ofícios de cobrança e a abertura de processos junto ao Ministério Público Federal e do estado do Paraná; a participação comunitária em espaços de controle social, como fóruns e conferências municipais e estaduais; assim como o acionamento de diferentes tomadores de decisões, em âmbitos municipais, estaduais

e federais, cobrando a elaboração e execução de políticas públicas voltadas à fortalecer a ECOSOL. A partir de tais acionamentos, foi possível, ainda, a captação de recursos advindos de emendas parlamentares para execução de projetos para o fortalecimento da interface entre os campos da Economia Solidária e da Saúde Mental. As emendas parlamentares são instrumentos legais que permitem aos vereadores, deputados e senadores propor alterações no projeto de lei do Orçamento Anual da União (LOA) e indicar como e onde parte dos recursos públicos serão aplicados. Elas funcionam como uma forma de descentralizar as decisões orçamentárias e permitem que os parlamentares direcionem verbas para atender demandas específicas de suas bases eleitorais, tais como obras de infraestrutura, saúde, educação, cultura ou apoio a organizações da sociedade civil, como é o caso da LIBERSOL. Conclui-se, portanto, que as redes de economia solidária desempenham um papel estratégico para o advocacy e para a incidência política ao articular coletivos, empreendimentos e movimentos sociais em torno de pautas comuns, conferindo maior legitimidade e força às suas reivindicações. Por meio da construção de espaços de diálogo, fóruns territoriais, conselhos participativos e articulações com universidades e organizações da sociedade civil, as redes conseguem influenciar diretamente os tomadores de decisão, propondo projetos de lei, direcionando e influenciando em diretrizes orçamentárias e programas públicos que visam responder às realidades locais. Sua capacidade de mobilização social pode resultar, ainda em produção de conhecimento coletivo e construção de agendas propositivas, que permitiram, ao longo de oito anos de acúmulos, que a LIBERSOL pudesse se tornar uma referência nacional, no sentido de funcionar como uma interlocutora legítima na formulação de políticas públicas, ampliando os processos democráticos e fortalecendo a participação cidadã.

Representações sociais de autonomia e autogestão de apoiadores(as) de cooperativas de catadores(as) na economia solidária

Letícia Dal Picolo Dal Secco de Oliveira (PUC MINAS), Rosemeire Aparecida Scopinho (UFSCar)

INTRODUÇÃO: Este trabalho é recorte parcial de uma tese de doutorado e tem como objeto as representações sociais (RS) de apoiadores da Cooperativa de Trabalho dos Catadores de Materiais Recicláveis de São Carlos (Coopervida) sobre autonomia e autogestão. Esta escolha parte do pressuposto de que os apoiadores de empreendimentos econômico-solidários (EES) propiciam recursos materiais e simbólicos aos trabalhadores, os quais são negociados, principalmente, no contexto dos processos educativos realizados com objetivos variados. A literatura indica que para os catadores organizados em EES, o trabalho significa valorização social, além de renda, e que o interesse e dedicação dos trabalhadores, aliados com as parcerias e os processos educativos, contribuem para a construção desse significado, além do desenvolvimento da autogestão, mesmo diante da competitividade do mercado da reciclagem. Considerando que os catadores estão submetidos às condições materiais e simbólicas precárias, tanto de trabalho quanto de existência, o que dificulta estas significações, e destacando a menção aos processos educativos como importantes para superar os desafios dos EES, ressalta-se a importância de uma comunicação dialógica para a construção dos conhecimentos necessários para o exercício da autonomia e da autogestão. No caso da Coopervida estudada, ainda que ela tenha relações de apoio diversas desde o seu surgimento no início dos anos 2000, pela vivência de variadas situações relacionais e políticas, o desenvolvimento da autogestão tem apresentado altos e baixos, ao longo de sua experiência. Uma hipótese é que a comunicação na realização dos processos educativos elaborados por apoiadores não tenha sido potencializadora, considerando as condições diversas dos sujeitos envolvidos. Como a comunicação dialógica é essencial para as negociações de RS sobre objetos em tensão na esfera pública (no caso, a autogestão), conhecer as RS de apoiadores sobre este tema é importante para compreender as condições de existência da Coopervida, podendo auxiliar na elaboração futura de processos educativos dialógicos e mais efetivos. Sendo as RS construções coletivas realizadas de acordo com o contexto cultural e as relações históricas, elas se constituem, integradamente, às experiências e às práticas sociais dos sujeitos. Por sua vez, sendo o senso comum essencial às RS, elas possibilitam a atribuição de sentido à realidade, a construção de identidades, a organização da comunicação e a orientação de ações dos sujeitos e trabalhadores. Assim, este trabalho tem como objetivo compreender a RS de apoiadores universitários de EES sobre autogestão e autonomia. Acredita-se que este estudo contribui para entender a emersão de novas formas de subjetivação no campo da economia solidária, corroborando com a responsabilidade da Psicologia Social do Trabalho sobre isso. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: Foi realizado um estudo de caso no município de São Carlos, estado de São Paulo (SP). O processo metodológico envolveu três partes principais, além dos aspectos éticos e de revisão bibliográfica: 1) trabalho de campo, com observações diretas e registros em diário de campo no ambiente das instituições de apoio e de espaços públicos de articulação entre apoiadores e Coopervida; 2) realização de entrevistas semiestruturadas, pelo critério de amostragem intencional. Elas foram gravadas, transcritas e analisadas tematicamente; e 3) Validação dos dados pela devolutiva das entrevistas. As instituições apoiadoras, abrangendo 13 pessoas entrevistadas, foram: Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária (NuMI-EcoSol) da UFSCar; Programa Usp Recicla da Universidade de São Paulo (USP); campus

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

de São Carlos/SP, Associação Teia - Casa de Criação; Associação Veracidade; Rede Anastácia - Central de Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis da Região Central e Mogiana Paulista; e Departamento de Apoio à Economia Solidária (Daes). Os apoios oferecidos pelas instituições foram delimitados como: 1) técnicos: relacionam-se ao auxílio para a execução do trabalho em geral, desde a utilização de computadores, até a organização da rota de coleta seletiva e do cotidiano de trabalho; 2) econômicos: remetem às captações de recursos por projetos, ao apoio financeiro direto e aos repasses para o pagamento de aluguéis e de infraestrutura; e 3) políticos: referem-se às negociações realizadas no âmbito municipal para a manutenção da Cooperativa na execução de suas atividades. RESULTADOS: As RS dos apoiadores se ancoravam na articulação entre suas vivências pessoais e as experiências de estudo e/ou trabalho que culminaram em sua atuação profissional. Destaca-se a participação em espaços públicos de discussão e articulação política. Foram estabelecidas duas categorias de análise. 1) Múltiplas autonomias: equilibrando a individualidade e a coletividade: Para os apoiadores, a existência e prática de diversas autonomias (individual, coletiva, política, social e econômica; relacionadas à liberdade, emancipação e independência) era essencial para que os empreendimentos se desenvolvessem. Isto ocorreria a partir de um processo que considerasse a participação de mais cooperados em espaços externos de articulação política, onde se concentram grande parte das negociações sobre questões relacionadas à Coopervida. 2) Potencialidades em movimento: Os apoiadores acreditavam que tanto a economia solidária, quanto a autogestão e o cooperativismo, desenvolviam-se processualmente, considerando a origem e o momento vivenciado pelas organizações. A sua potencialização enquanto algo concreto dependeria do grau de autonomia das cooperativas e de seus trabalhadores, tanto em relação ao trabalho, quanto sobre suas vidas. CONSIDERAÇÕES FINAIS: A elucidação dessas RS só foi possível pela combinação de técnicas de observação intensa de campo e entrevistas, visto que a compreensão das falas dos participantes resultou de sua confrontação com o contexto e relações estabelecidas e observadas em campo. Além da objetivação dessas RS, foi possível esclarecer suas ancoragens, o que é importante quando se busca compreender o cerne de suas produções e, consequentemente, das ações dos sujeitos. De acordo com as RS apresentadas, sugere-se que o envolvimento dos apoiadores com o cotidiano de trabalho da Coopervida, ainda que deva ser pactuado entre ambos, contribuiria para uma melhor compreensão acerca da organização da Coopervida, bem como para a negociação de RS e a definição conjunta de ações que atendam tanto à Cooperativa quando a população em geral. Esse estudo se limita à análise de interações em movimento em um recorte temporal e contexto específico. Apesar da possibilidade de sua replicação metodológica, diferentes períodos e contextos devem incorrer em resultados também diferentes. Almeja-se a apropriação desses resultados pelos cooperados, apoiadores e gestores, para que se constitua enquanto uma contribuição social.

Sustentar o comum: práticas de cuidado e psicologia implicada em coletivos de economia solidária

Cristiane Monteiro (PUC-SP), Guilherme Wolff Lemos (PUC-SP)

Introdução

As experiências de economia solidária têm se afirmado como alternativas ao modelo capitalista de organização do trabalho, especialmente em territórios atravessados pela precarização das relações laborais, exclusão social e retração das políticas públicas. Paul Singer aponta que ao contrário dessa tendência, os fundamentos da economia solidária são diametralmente opostos a uma forma capitalista de organização do trabalho. Trata-se da solidariedade em detrimento da competição; da repartição dos ganhos em detrimento do acúmulo; da autogestão em detrimento da heterogestão. Efetiva-se aí, portanto, uma mudança estrutural na forma de operacionalizar o trabalho: ao propor a autogestão como eixo ético-político, esses coletivos tensionam os modos hegemônicos de produção, mas enfrentam também conflitos internos, esvaziamentos simbólicos e dificuldades de permanência.

Partindo da hipótese de que o comum não se sustenta espontaneamente, mas requer trabalho simbólico, escuta e dispositivos coletivos de elaboração, este trabalho tem como objetivo refletir sobre a contribuição da psicologia social do trabalho na criação de práticas que sustentem os vínculos e transformem os impasses em matéria de elaboração coletiva.

Objetivo

Nossa comunicação oral é um relato de experiência que parte da prática de estágio curricular em Psicologia Social do Trabalho da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, realizado no primeiro semestre de 2025 com supervisão do Prof. Odair Furtado. O estágio foi articulado junto ao Instituto Redes, uma organização que trabalha na assessoria da execução de programas de geração de trabalho e renda, e na assessoria a empreendimentos autogestionários e populares. O Instituto Redes atua em seis territórios distintos das periferias da cidade de São Paulo. Durante nosso trabalho, optamos por trabalhar na Zona Noroeste de São Paulo, na região de Perus, junto ao coletivo Caiub'Arts Cozinha Afetiva e Artesanato.

O coletivo Caiub'Arts Cozinha Afetiva e Artesanato é um coletivo formado por mulheres, em sua maioria com mais de 60 anos, que se encontram semanalmente em um espaço comunitário para produzir, conviver e permanecer. Suas trajetórias se cruzam em redes de cuidado, espiritualidade, trabalho informal e comunidade. O grupo nasce de um processo formativo de 18 meses, promovido entre 2023 e 2024 pelo Instituto Redes. A partir da conclusão desse processo, o Caiub'Arts segue se reunindo de forma autônoma e autogerida, mantendo vínculos afetivos com o território, com as práticas coletivas e com os saberes que emergiram nesse percurso. Não se trata apenas de um grupo de produção e comercialização, mas de um espaço onde o trabalho comparece como elaboração: da dor, da ausência, das pequenas alegrias, da escuta e do desejo de permanecerem juntas em parceria. Inseridas em trajetórias marcadas por desigualdade e oportunidades escassas, essas mulheres constroem uma presença coletiva que desafia o discurso do fracasso individual e recupera o gesto como modo de dizer "ainda estamos aqui".

Essas práticas de sustentação do coletivo não se reduzem à escuta, nem aos processos organizativos das atividades. Ele emerge da presença implicada, da atenção às tensões do grupo e da aposta em criar condições para que o comum se sustente como experiência e não como ideal. Como propõe Suely Rolnik, sustentar processos de enunciação nas margens do instituído é já um trabalho clínico, entendido aqui como gesto político.

O saber psicológico, nesse território, não opera como instância técnica de mediação nem como administradora de impasses. Sua contribuição se realiza quando reconhece que o sofrimento nos coletivos em economia solidária não está apenas na precariedade material, mas na impossibilidade de inscrever o gesto em um campo de reconhecimento compartilhado. Mais do que uma prática clínica no sentido tradicional, trata-se aqui da ativação de uma prátoca de sustentação do coletivo que dá conta de elaborar simbólica o vivido, um espaço onde trabalho, memória e afeto se entrelaçam como matéria política. E é nesse terreno instável que uma certa clínica emerge como

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

prática coletiva de escuta e simbolização da experiência. Planejar é também escutar; abrir espaço para nomear um produto é também legitimar a dúvida sobre permanecer; propor um calendário é, por vezes, acolher um luto que insiste em atravessar a roda enquanto planejamos uma inserção do coletivo no mundo digital.

É importante pontuar a importância de o trabalho da psicologia considerar o território onde essas pessoas habitam. "Território" é um conceito desenvolvido pelo geógrafo brasileiro Milton Santos, que atravessa as Referências Técnicas para atuação do(a) psicólogo(a) na Assistência Social (Conselho Federal de Psicologia). Na nossa atuação em psicologia no território de Perus, é necessário levar em consideração que esse território não é só um espaço geograficamente delimitado, mas sim atravessado por uma fatores sociais, políticos, econômicos, históricos e afetivos. O bairro de Perus é localizado numa região periférica da cidade de São Paulo, historicamente precarizada pelo poder público, mas também é um território de lutas e disputas políticas, e de construções de afetos e modos singulares de existir.

Estratégias metodológicas

Do ponto de vista metodológico, nosso trabalho junto ao coletivo foi orientado pelo método cartográfico, conforme proposto por Guattari e Rolnik, que compreende toda escuta como gesto implicado e toda pesquisa como forma de intervenção. Iniciamos com um processo de observação participante, seguido por rodas de conversa com as mulheres do Caiub'Arts. Por mais que não se tratassem de grupos terapêuticos, as rodas tiveram um caráter clínico-político na medida em que possibilitaram a emergência de afetos e conteúdos trabalhados de maneira grupal, propiciando uma nova qualidade de vínculo entre as participantes. Em uma terceira parte do trabalho, a partir de uma demanda das pessoas atendidas, criamos práticas de sustentação para pensar coletivamente práticas do trabalho do coletivo Caiub'Arts. Nesse momento, nossa ação esteve simultaneamente implicada na escuta dos afetos e na organização das questões logísticas do trabalho (gestão, calendário, divulgação, tempo de trabalho, financiamento, oferta e demanda de produtos etc.) com o intuito "desamarrar os nós" do trabalho em grupo e criar práticas mais comunitárias e horizontais. Apesar de discutir a gestão do coletivo, nosso trabalho buscou afastar-se de uma lógica do empreendedorismo, que tem foco no trabalho individual e na competitividade. Num sentido contrário, atuamos na construção de um comum: uma divisão solidária do trabalho e dos recursos, sustentada pelos afetos e pelas relações intersubjetivas que emergem do fazer coletivo.

Resultados

Os resultados apontam que mesmo ações cotidianas, como decidir a produção de pães ou discutir o uso de rifas para arrecadação de recursos, adquirem densidade simbólica quando sustentadas por práticas de escuta, vínculo e implicação. Esses gestos, longe de se reduzirem a questões operacionais, funcionam como dispositivos de permanência, capazes de reinscrever o grupo no tempo vivido, no território e na linguagem partilhada. Quando acompanhadas por uma escuta sensível às tensões e atravessamentos do coletivo, essas ações cotidianas tornam-se operadores clínico-políticos: ativam memórias, reforçam o pertencimento e produzem sentido para a continuidade do trabalho coletivo. Notamos, ainda, que a coautoria das decisões e a legitimação dos afetos no processo fortaleceram a autonomia das participantes e reconfiguraram o lugar do trabalho como espaço de elaboração compartilhado.

Conclusões

Defendemos que a psicologia social, ao se implicar nos processos coletivos, ultrapassa o lugar de mediação técnica e se engaja como coautora de práticas que sustentam o comum como processo vivo, situado e partilhado. Concluímos que, ao criar práticas de sustentação de cuidado, a psicologia social do trabalho pode expandir sua ação para além do diagnóstico ou da intervenção pontual, contribuindo para a reinvenção compartilhada dos sentidos do trabalho e dos vínculos nos empreendimentos de economia solidária.

Vivências extensionistas: A Economia Solidária como ferramenta de transformação social

Ana Flávia Silva Cabral (PUCPR), Ricardo Ahlfeldt Stival (PUCPR), Andressa Cristine Kister Kerniski (PUCPR), Juliana Tempski Alves Pinto (PUCPR)

A guinada do capitalismo vem despotencializando a vida em todos os seus aspectos e expressões. Sob a lógica neoliberal contemporânea - caracterizada pela individualização e fragmentação social, pela digitalização das relações e pelas sociedades de controle -, o capitalismo é impulsionado ainda mais a impor sua axiomática em todos os âmbitos, não só intensificando seus efeitos destruidores, mas também sufocando as possibilidades de resistência. E isso se explica ao menos por três fatores: 1) o esvaziamento político dos espaços e discursos, marcados pela lógica da "neutralidade", bem como sendo atravessados pela digitalização das relações sociais e a consequente massificação dos afetos; 2) a capacidade quase infinita do capitalismo, enquanto regime semiótico altamente abstrato, de reabsorver em si mesmo as linhas de fuga e expandir a todo momento seu limite interno; e 3) a dificuldade de produzir uma práxis revolucionária e anticapitalista que não se torne ela mesma cristalizada em fascismos ou burocracias (ou seja, um fazer instituinte que não se torne instituído; Deleuze, 2025).

Neste sentido, segundo Deleuze e Guattari (2012), uma práxis revolucionária, produzida no que eles chamam de máquina-de-guerra nômade, deve seguir alguns critérios para que não seja absoluta e imediatamente absorvida pelo Capital. Ela deve se compor através de um novo regime semiótico dos discursos e das significações, ou seja, uma nova relação de se atribuir sentido à realidade e aos afetos; ela deve ainda se estabelecer em novos agenciamentos, que associem este novo regime semiótico a um regime material imanente; por fim, deve se firmar na potencialização dos afetos sob uma perspectiva transversal e cartográfica, produzindo efetivamente um devir que rompa as linhas de segmentaridade.

Assim, há uma série de práticas potentes e transversais que vêm se intensificando no contexto brasileiro, como a agroecologia e a economia solidária. Em relação a esta última, conforme Singer (2001) descreve, o fundamento solidário faz emergir uma nova semiótica de encontros e cuidado, associando a ela o regime material da produção, distribuição e consumo, operando justamente através da potencialização da vida e dos afetos nos moldes do cooperativismo, da autogestão, da solidariedade e do cuidado coletivo. Logo, é justo posicionar os coletivos de economia solidária como máquinas-de-guerra frente ao agenciamento capitalista. Muito além disso, ao se levar o princípio de transversalidade a sua última consequência, torna-se evidente que a prática da economia solidária atravessa desde o sentido existencial e o processo de subjetivação das pessoas que a compõem, passando pela reformulação econômica e produtiva, e chegando à potencialização da vida no geral: não só das pessoas que a integram, através da promoção de saúde e independência, mas do próprio meio ambiente e da sociedade como um todo. Deste modo, a transversalidade aponta justamente para a profunda territorialidade molecular dos coletivos de economia solidária dentro dos espaços, trajetórias, pessoas, discursos e enfrentamentos que os integram, mas sempre em relação de forças e atravessamentos com os agenciamentos capitalistas, sociais, culturais e políticos da molaridade.

Com esta breve contextualização da economia solidária como prática transversal de resistência, entendemos que esta perde o seu sentido político e afetivo na medida em que vão se generalizando as coisas através dos conceitos.

Não basta dizer que serve para combater o capitalismo, que toca as trajetórias de subjetivação e que atua numa lógica de promoção do cuidado e da saúde mental. É necessário, por princípio ético-político de resistência, não desubjetivar as práticas, não arrancar os rostos destes coletivos. Logo, este relato de pesquisa aparece na tentativa de territorializar a prática da economia solidária no contexto da trajetória subjetiva de um trabalhador e empreendedor solidário que viemos acompanhando durante a prática de extensão universitária. Esta prática extensionista de acompanhamento e cartografia de um empreendimento solidário é vinculada à Liga Acadêmica de Psicologia, Crítica e Clínica (LAPCriC) da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), e vem sendo conduzida colaborativamente ao longo do último ano. Este trabalhador e empreendedor solidário é recém domiciliado após vivência em situação de rua, tendo sua trajetória marcada por inúmeras violações de direitos, sofrimentos e práticas manicomiais. Assim, o objetivo do relato é não só dispor do procedimento metodológico cartográfico para compor um mapa da economia solidária na realidade deste trabalhador que integra um empreendimento econômico solidário, mas especialmente analisá-la como dispositivo de emancipação, potencialização da vida e promoção de cuidado e saúde mental.

Como parte fundamental deste relato, é necessário nos desdobrarmos sobre os atravessamentos que perpassam a trajetória do trabalhador deste empreendimento. Conforme supracitado, a situação de rua faz parte da história de vida dele, e já é conhecido que essa vivência muitas vezes é marcada por vínculos familiares rompidos, processos de institucionalização, condições precárias de alimentação, higiene e sono, uso de substâncias psicoativas, baixa escolaridade, sofrimento psíquico e inúmeros processos de violação de direitos, especialmente institucionais. Ainda, verifica-se que a pessoas que viveram em situação de rua tem suas práticas de trabalho marcadas por processos de exploração e precarização, que não ultrapassam a necessidade de subsistência diária e não impulsionam verdadeiramente a possibilidade de superação da situação de rua, o que corrobora para a proliferação de estigmas e reprodução de ideais meritocráticos, e para o não envolvimento em atividades que abarquem quaisquer tomadas de decisão, protagonismo e autonomia (Medeiros et al., 2023).

Nesse sentido, a economia solidária, além da própria geração de renda, entra como uma nova forma de processo organizativo, indo de encontro com esses processos de exploração do trabalho e alienação, pois restitui ao trabalhador do empreendimento o controle das decisões sobre a produção a partir da coletivização dos meios de produção e do lucro, a construção de laços cooperativos, e autogestão. Dá ao trabalhador a possibilidade de exercer o trabalho dentro de uma perspectiva que faz sentido dentro de suas vivências, considerando as suas diferentes circunstâncias e limites. Uma organização mais autônoma do trabalho permite ainda a politização enquanto classe trabalhadora e fomenta não só a produção de mercadorias, mas de afetos, participação social e coletivização do cuidado em uma perspectiva contra-hegemônica (Medeiros, et al, 2023; Singer, 2002).

O projeto de extensão, nesse sentido, consegue observar o andamento desses processos e atua como colaboração para a efetivação da promoção de saúde e fortalecimento socioeconômico a partir da construção conjunta com o trabalhador. Deste modo, rejeita-se a imposição de saberes, visando o combate a práticas assistencialistas, uma vez que, recorrentemente, conhecimentos sobre saúde mental são empregados como mecanismos de patologização, controle e culpabilização dessa população, colaborando para alimentar os estigmas sociais para o fenômeno da rualização (Souza, Costa-Rosa e Benelli, 2019).

A prática extensionista não deve fazer da vida de pessoas um projeto acadêmico, mas participar da construção do projeto protagonizado por elas para suas próprias vidas, tendo em vista a promoção de saúde e o cuidado em liberdade e o combate aos processos de institucionalização que a população em situação de rua enfrenta, integrando e articulando estratégias intersetoriais das políticas de saúde, assistência social, trabalho e renda. A vivência enquanto extensionista faz perceber como a interface entre psicologia e economia solidária faz diferença em trajetórias vulnerabilizadas, promovendo o fortalecimento da autonomia, do reconhecimento e sentimento de pertencimento, como é percebido no acompanhamento desse trabalhador.

Finalmente, observa-se ainda que a proposta da economia solidária atua diretamente como processo instituinte em uma lógica capitalista, assim como um projeto de extensão neste âmbito, dentro de um ambiente universitário majoritariamente elitizado, é instituinte do constante esvaziamento social, político e histórico nas universidades, que tentam podar toda e qualquer tentativa do desenvolvimento das linhas de fuga. Esse relato associa-se com o GT na medida que coloca em pauta a economia solidária enquanto possibilidade de resistência frente a vulnerabilização, sofrimentos e aos modos de subjetivação do sistema capitalista a partir de uma prática extensionista compromissada com os diferentes modos de existência, reafirmando o compromisso com uma psicologia crítica e ético-política. E tudo isso retratado nos resultados ainda a serem organizados e expostos na comunicação, da trajetória subjetiva do trabalhador deste empreendimento.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia. São Paulo: Editora 34, 2012. Volume 5.

DELEUZE, Gilles. Diferença e repetição. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 6 ed., 2025.

MEDEIROS, M. M. DE . et al.. Geração de Renda para População em Situação de Rua: Relato de Experiência . Psicologia: Ciência e Profissão, v. 43, p. e255714, 2023.

SINGER, P. Introdução à economia solidária. 1ª ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. (2001). Economia solidária versus economia capitalista. Sociedade E Estado, 16(1-2), 100–112. https://doi.org/10.1590/S0102-69922001000100005

SOUZA, W. A. DE .; COSTA-ROSA, A. DA .; BENELLI, S. J.. Possibilidades nos Modos de Tratar a População em Situação de Rua . Psicologia: Ciência e Profissão, v. 39, p. e189078, 2019.

GT 43: PSICOLOGIA SOCIAL JURÍDICA E ASSISTÊNCIA SOCIAL: RESISTÊNCIAS E ENFRENTAMENTOS NO CAMPO DA JUSTIÇA SOCIAL

Coordenação: David Tiago Cardoso (UNIVALI), Juliane Dominoni Gomes de Oliveira (UFCG), Munique Therense Costa de Morais Pontes (UEA)

Ações precípuas do CRP SP que impactam na qualidade do fazer ético da Psicóloga/o Social

Ione Aparecida Xavier (CRP)

A Comissão de Ética, COE, do CRP SP, que tem por objetivo assessorar eticamente o Plenário e orientar e disciplinar os profissionais de psicologia tem acompanhado o crescente movimento de demandas temáticas sociais do judiciário, inclusive as relacionadas ao Capacitismo e ao etarismo na sociedade. O número elevado de representações da população junto a categoria evidencia a relevância do papel da Comissão de Ética que decide, em parceria com a Comissão de Direitos Humanos CDH e com a Comissão de orientação e fiscalização COF, orientar e disciplinar a categoria. Com a indicação do Plenário, inicia um trabalho de revisão da resolução do CFP 08 de 2010 que dispõe sobre a atuação do psicólogo como perito e assistente técnico no Poder Judiciário e a resolução do CFP 17 de 2012 que dispõe sobre a atuação do psicólogo como Perito nos diversos contextos. A COE do CRP SP entende que a Resolução CFP nº 008/2010 já está muito bem redigida e delimita bem o papel da/o psicóloga/o assistente técnica/o. O problema central não parece ser a ausência de normatização, mas sim o não cumprimento da própria Resolução por parte de alguns profissionais. Infelizmente, há situações recorrentes em que assistentes técnicas/os extrapolam seu papel, realizam avaliação psicológica diretamente com a parte que as/os contratou, o que fere frontalmente a normativa vigente, além de comprometer os princípios éticos da atuação profissional. Essa conduta gera documentos parciais, enviesados e que, sem dúvida, trazem sérios prejuízos às partes envolvidas no litígio. Numa pré análise sobre a Resolução 08 de 2010 a COE entende ser fundamental que a nova Resolução reafirme de forma inequívoca o que já está disposto na atual normativa, especialmente o artigo que veda à/ao assistente técnica/o a realização de avaliação psicológica, reforçando os limites éticos e técnicos dessa atuação. Outro ponto pré analisado e extremamente sensível, e que precisa ser enfrentado na nova normativa, diz respeito às práticas de psicólogas/os clínicas/os que elaboram documentos com finalidade judicial. Observa-se que muitos profissionais, a partir da prática clínica, acabam produzindo documentos que são utilizados como provas, atribuindo-se, de forma equivocada, funções periciais. Esse movimento frequentemente resulta em documentos que, direta ou indiretamente, emitem juízos de valor sobre aspectos que extrapolam o âmbito da clínica, como, por exemplo, alegações sobre quem detém melhores condições para exercer a guarda de crianças, o que não é competência da/o psicóloga/o clínica/o. Diante destas pré análises a COE SP acredita ser essencial sua composição no GT da APAF de modo que haja um consenso nacional sobre a melhor orientação para a categoria na proposta de minuta que será apresentada na próxima APAF. Espera-se que a nova Resolução traga, de forma expressa a orientação de que a atuação da/o psicóloga/o clínica/o não tem a finalidade de produzir prova judicial, tampouco de avaliar competências parentais para situações de guarda ou regime de

convivência ou qualquer outro aspecto que demande atuação pericial. Um levantamento foi realizado sobre o número de representações tramitando em COE referentes às duas resoluções. Os dados levantados apontam para 1401 processos éticos em trâmite. Os Processos éticos com análise das representações novas que indicam qual é a área de atuação e especificidade somam 1165. Os Processos classificados com área de atuação Justiça somam 137 (11% dos processos em trâmite, Destes 137, temos as seguintes especificidades: Vara da Família = 128 (93%); HP/HCTP = 7 (6%); Outros/NC = 2 (1%). Os dados por si só enfatizam a necessidade de no intuito de atualizar as orientações do sistema conselhos junto aos profissionais do judiciário. Outro indicativo importante de orientação é sobre o Lançamento da nova resolução do CFP 09 de 2025 que estabelece diretrizes para a atuação de psicólogas/os no atendimento a pessoa surda. Esta resolução visa garantir que os profissionais atuem com respeito à autonomia e ao protagonismo das pessoas surda, considerando suas características e necessidades específicas. O que diferencia esta resolução é que ela foi proposta por psicólogas surdas de algumas regiões do Brasil, inclusive da nossa conselheira do CRP de São Paulo. Por último o CRP SP lança a Nota Orienativa sobre as atribuições da/o psicóloga/o no contexto da Psicogerontologia. O Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, com o objetivo de elucidar e orientar as/os psicólogas/os que atuam na área do envelhecimento em diferentes instituições multiprofissionais, vem enfatizar as contribuições da Psicologia respaldada no compromisso ético, social, direitos humanos e no respeito à pluridiversidade de todas as pessoas e campos de atuação profissional. Resultado de uma parceria com o CREPOP toma por base o Estatuto do idoso e a Primeira Nota orientativa sobre atribuições da/o psicóloga/o no contexto da Psicogerontologia. Apresenta a Nota no primeiro seminário sobre envelhecimento do CRP SP com a participação de pesquisadores renomados sobre o tema e participação das 11 subsedes do CRP SP, apontando para a necessidade urgente de ampliar e implementar Políticas Públicas que garantam cuidado e qualidade de vida para a população brasileira que envelhece exponencialmente no país. A COE espera contribuir com a categoria nos assuntos da psicologia social e dirimir o crescente número de representações, priorizando a Mediação nas relações.

Palavras chaves: crp; coe; resoluções; envelhecimento.

Arranjos familiares e separação conjugal nas famílias amazônidas

Sander Firmo de Souza (UFAM), Cláudia Regina Brandão Sampaio (UFAM), Fábio Alves Gomes (UFAM), Mariah de Moraes Martins Pereira (UFAM)

A discussão sobre a família abrange múltiplos campos do saber e significados, do biológico ao cultural e do econômico ao sagrado, transformando qualquer análise do tema em um campo de intensos debates. Conforme Reis (2012), a tentativa de apresentar o modelo burguês de família nuclear como natural e biológico tem base ideológica – discussão já presente no século passado em autores como Engels (2009), Ariès (1986) e Poster (1979). Entende-se, portanto, que a instituição familiar baseada em um modelo específico serve à manutenção do status quo social, o que historicamente explica as dificuldades enfrentadas por esses debates. Por muito tempo, qualquer manifestação que se opusesse ou transformasse a instituição familiar foi encarada como uma afronta à sociedade. Dentre essas mudanças, a separação conjugal e sua modalidade sociojurídica, o divórcio, além de ser considerada uma afronta religiosa, foi vista como sinônimo de falha individual ou problema social (Rapizo, 2020). A pesquisa de Archanjo (2007), que investigou a história da lei do divórcio, aborda como essa legislação surgiu como uma medida conservadora para preservar o modelo da família tradicional sob controle do Estado. Isso ocorreu apesar do caráter progressista das conquistas trazidas pela possibilidade de separação e pela substituição do desquite pelo divórcio, especialmente para as mulheres. Historicamente, a Psicologia, enquanto ciência e profissão, esteve vinculada aos debates relacionados à separação conjugal. Assim como a própria visão sobre o tema se modificou ao longo do tempo, os estudos psicológicos também assumiram novas perspectivas e objetivos. Nos anos 70, durante a criação da lei do divórcio, este era visto socialmente de forma negativa e as pessoas envolvidas em separações eram estigmatizadas. O saber psicológico contribuiu diretamente para a formação e reforço desses estigmas, com pesquisas que buscavam demonstrar o quanto a separação seria prejudicial para a família e poderia afetar negativamente o desenvolvimento dos filhos. Com o passar dos anos, a Psicologia passou a adotar uma postura diferente sobre o tema. Pesquisas antigas foram revisadas e questionadas, como aponta Souza (2000), que, a partir de revisões bibliográficas, concluiu que "pesquisas realizadas nas décadas de 60 e 70 superestimaram os efeitos deletérios do divórcio per se". Brito (1993) destaca que houve uma mudança: da concepção inicial da separação conjugal em si como danosa para o desenvolvimento dos filhos, para a constatação de que os conflitos relacionados ao processo de separação poderiam causar prejuízos ao comportamento de todos os membros da família. Além disso, passou-se a atribuir maior importância à influência de fatores socioeconômicos e culturais nos comportamentos anteriormente associados diretamente ao divórcio. Contudo, mesmo com o crescimento de pesquisas sobre separação conjugal e divórcio, verifica-se uma escassez de estudos quando se considera o contexto da região Norte do país. Esta região apresenta diversidade de características específicas que podem influenciar as repercussões e arranjos familiares decorrentes da separação. Essa lacuna é corroborada ao consultar repositórios das universidades federais norte-americanas sobre o tema em sua perspectiva regional, onde são encontrados poucos resultados. Embora existam trabalhos abordando a família amazônica, com destaque para pesquisas da Universidade Federal do Pará, as poucas produções relacionadas ao divórcio tendem a concentrar-se em aspectos jurídicos ou temas correlatos, como guarda compartilhada e alienação parental. Compreende-se que, apesar da riqueza cultural e social nortista, as especificidades regionais são pouco

exploradas, seja pela tendência generalizante da ciência em relação aos fenômenos, seja pela invisibilização das formas de organização, subjetividades e expressões socioculturais da região. Diante desse cenário, este trabalho objetiva compreender as repercussões da separação conjugal parental na trajetória de universitários provenientes de municípios do interior do Amazonas. Este recorte foi selecionado pelo entendimento de que a distância da capital e das instituições que legislam sobre a família favorece a manifestação de fenômenos singulares. Trata-se de uma pesquisa empírica e exploratória, realizada mediante combinação de entrevistas narrativas e semiestruturadas com três estudantes universitários oriundos de municípios do interior amazonense, cujas figuras parentais passaram por processo de separação conjugal. A análise das entrevistas foi conduzida utilizando o método de Análise Temática-Dialógica. Neste trabalho, apresentaremos parte dos resultados da pesquisa, focando nos aspectos comuns discutidos nas narrativas dos três estudantes. Entre os achados, destaca-se primeiramente a prevalência de famílias comunitárias extensas, nas quais figuras como avós, tios, primos e até pessoas sem vínculo sanguíneo são partes afetiva e efetivamente integrantes da família e do exercício da parentalidade, contrapondo a expectativa naturalizante da família nuclear (pai-mãe-filhos) como modelo padrão. Nessa linha, outro resultado é a centralidade das figuras dos avós como núcleo familiar, especialmente as figuras femininas, que têm importância não apenas na organização da família, mas também no incentivo aos estudos e busca pelo ensino superior. Também identificado nas entrevistas, assim como observado em outras pesquisas com filhos de pais divorciados, é que após a separação conjugal, além da perda de contato com o genitor com quem deixaram de conviver, pode ocorrer uma ruptura nas relações com o núcleo familiar deste – o que, neste contexto onde tais membros têm participação direta no desenvolvimento, acarreta múltiplas perdas relevantes. Outro aspecto que se manifesta é como a divisão social do trabalho e, consequentemente, suas atividades também exercem efeitos sobre as relações familiares e as separações conjugais. A realidade das atividades laborais, como a pesca, características regionais de locomoção fluvial, longas distâncias, impacta diretamente a convivência e estabelecimento de vínculos com as figuras paternas dos estudantes entrevistados. Outro paralelo nas três histórias é a relação entre migração e trajetórias de escolarização, fenômeno amplamente reconhecido nas realidades acadêmicas amazonenses, com implicações na permanência universitária desses estudantes. Por fim, um último aspecto comum destacável é que nas três histórias de separação narradas não houve judicialização, o que por um lado evidencia a potência de arranjos familiares que independem da presença do Estado, ocorrendo organicamente. Por outro lado, escancara a desassistência vivenciada por famílias em processos de transformação, o que pode perpetuar diversas injustiças. Ao trabalhar com concepções ampliadas sobre famílias e suas transformações, percebeu-se que os impactos das separações repercutem em diferentes momentos e formas, assumindo características do contexto de inserção familiar. Longe de esgotar as complexas questões acessadas pelo material da pesquisa, compreende-se que a realidade regional abriga singularidades que demandam urgência na produção de saberes mais articulados às vidas concretas que ali se constroem cotidianamente. Considera-se ter levantado pontos relevantes para reflexão da Psicologia, Direito, Assistência Social, Educação, Sociologia e outros campos cujos saberes e práticas se entrelaçam às histórias dos arranjos e transformações familiares – as quais impactam de modo único a construção dos modos de vida no território amazônico diante de suas especificidades.

Referências:

Archanjo, D. R. (2006). A mulher nos debates parlamentares sobre o divórcio (Brasil: décadas de 1950, 1960 e 1970). Seminário Internacional Fazendo Gênero, 7.

Ariès, P. (1986). História social da infância e da família. Tradução: D. Flaksman. Rio de Janeiro, LCT.

Brito, L. M. T. D. (1993). Se-pa-ran-do: um estudo sobre a atuação do psicólogo nas Varas de Família. Relume-Dumará.

Poster, M. (1979). Teoria crítica da família. Zahar.

Rapizo, R. (2020). Separações e divórcios: desafio contemporâneo. In Entre laços e nós: conversando sobre divórcio. Editora Appris.

Reis, J. R. T. (1984). Família, emoção e ideologia. In S.T. M. LANE & W. CODO (Orgs.). Psicologia social: o homem em movimento, 8, 99-124.

Souza, R. M. D. (2000). Depois que papai e mamãe se separaram: um relato dos filhos. Psicologia: Teoria e Pesquisa, 16, 203-211.

"As pessoas não entendem": encontros possíveis junto às famílias recompostas por feminicídio em Manaus (AM)

Polyana Peixoto Pinheiro (UEA), Walessa Bentes de Almeida (UEA)

A violência contra a mulher é um fenômeno social crescente no Brasil caracterizado como violação de direitos humanos, alcançando a letalidade como ocorre nos feminicídios. Segundo o Atlas da Violência 2025, 10 mulheres foram mortas por dia no Brasil entre os anos de 2022 e 2023: mais de 60% destas mulheres são negras. O Amazonas figura como o segundo estado com a mais alta taxa de homicídios de mulheres, contrapondo aos dados que informam uma queda nas mortes de pessoas sem o marcador gênero. Falamos, portanto, de mulheres tolhidas em seu direito de criar filhos em ambientes seguros assim como os direitos de filhas e filhos serem criados em ambientes protetivos. Apesar da instrumentalidade que o Brasil dispõe na proteção à mulher como a Lei Maria da Penha, compreendemos que as mulheres têm suas mortes marcadas pela interseccionalidade das vulnerabilidades e marcadores sociais da diferença na (re)produção de violências históricas na sociedade. Este relato de experiência situa-se em nossa atuação enquanto psicólogas no SUAS e no Sistema de Justiça, sob as perspectivas da Psicologia Social, Psicologia Social Jurídica e estudos feministas decoloniais, nos atendimentos junto às famílias sobreviventes por feminicídio em Manaus (AM). Nosso objetivo nesta comunicação oral é partilhar os caminhos intersetoriais que atravessamos junto a uma família recomposta pela experiência do feminicídio no ano de 2022, acompanhada pelo Projeto Órfãos do Feminicídio, desenvolvido na Defensoria Pública do Estado do Amazonas desde 2018 em Manaus (AM). O Projeto é uma iniciativa que dispõe a promover o acesso à justiça em uma perspectiva integral e equânime, através de acompanhamento jurídico, psicológico e social. A família que trazemos conosco reside em área permeada por violência urbana e está recomposta por três crianças e seus avós maternos a partir da morte da mãe. Importa salientar que ainda mantém uma convivência diária com os avós paternos, uma vez que uma família se situa como suporte relacional, afetivo e material uma da outra. Os encontros entre as psicólogas em pontos do território distintos mas não distantes ocorreram entre as necessidades de alinhamento de encaminhamentos para acesso a programas e serviços da Proteção Social Básica através do CRAS, adotando-se como estratégias de aproximação, prioritariamente, as visitas domiciliares, as visitas institucionais, os estudos de caso. Estas mediações contaram com a participação dos avós maternos, nos diálogos sobre processos de luto que se estendem e se costuram em contextos de risco e (des)proteção pessoal e social. Nos relatos dos avós maternos, foi possível perceber que o direito à memória era constantemente evocado: é o contar e recontar das histórias sobre a filha, sobre o que gostava de comer, sobre as roupas que usava, sobre os sonhos de estudar e trabalhar, sobre como penteava os cabelos das crianças, sobre dizer 'boa-noite' todos os dias ao anoitecer através de uma mensagem ou áudio pelo WhatsApp. E as histórias revividas nas lembranças eram acompanhadas de um "as pessoas não entendem". E não entendemos: as dores do outro são singulares aos seus pertencimentos, às suas subjetividades construídas. A seguir, suas falas sucederam a 'só vocês nos entendem': falamos, portanto, de uma possibilidade de atuação psicológica trabalhada no afeto, na autonomia e na reparação enquanto familiares de vítimas de violência de Estado. Nesse sentido, dialogamos com a proposta conceitual de femigenocidio por Rita Laura Segato (2013) como um projeto de extermínio de mulheres apoiado em estruturas de violências estruturais e institucionalizadas sustentadas pelo patriarcado. O ato de nomear a morte por feminicídio ou desqualifica-la pode ser considerada como um reflexo dessas estruturas: ainda se questiona a existência da mulher em busca de porquês pelos quais ainda se encontrava em uma situação de risco à própria vida. Esta realidade pode estar associada ao um alto índice de subnotificações principalmente no Amazonas

como apontam os estudos de Orellana et al (2019). A ausência precisa ser lembrada: é recontada dolorosamente pelos avós maternos, os dias anteriores, o dia da morte, os lugares que foram molhados pelo sangue de sua filha. Importa destacar que esse processo de recontar não pode ser confundido com processos de vitimização secundária que tendem a ocorrer em agenciamentos estatais que ao invés de promover cuidado ético, apresentam-se como estratégias para ocultar ou disfarçar as mortes. As violações que as famílias recompostas por feminicídio enfrentam ainda se estendem por outras dimensões, e diante desse cenário nos perguntamos como sobreviver às essas experiências da violência de Estado? A avó materna, em um dos atendimentos, nos dá uma possível pista: tecer redes de apoio social para que lhe seja garantido o direito de criar seus netos/filhos sem violência. Falamos de acesso à justiça reprodutiva como direito humano a criar um filho em condições saudáveis e livres de violencia (Roos, 2017). A partir das experiências em nossos encontros com a família por aproximadamente dois anos, consideramos fundamental a construção de práticas criativas e colaborativas entre as psicólogas e os psicólogos junto às famílias, articulando formas de cuidado pautadas na equidade, intersetorialidade, territorialidade, integralidade, como expressões do compromisso ético-político da Psicologia na garantia dos Direitos Humanos e da justiça social. Apontamos ainda como um "encontro possível" propor uma reflexão crítica sobre práticas psicológicas posicionadas nos territórios que fazem frente à construção de uma saúde aliançada à medicalização de processos da vida como o enlutamento em contextos de violência de gênero, de violação de direitos como a vida, à memória, à convivência familiar.

Referências

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Lei Maria da Penha. Brasília, DF: Senado Federal, 2006.

ORELLANA, J. D. Y. et al. Violencia urbana e fatores de risco relacionados ao feminicidio em contexto amazônico brasileiro. Cadernos de Saúde Pública, v. 35, n. 8, 2019

ROOS, L. J. (2017). Reproductive Justice as Intersectional Feminist Activism. Souls, 19(3), 286-314.

SEGATO, R. L. Femigenocidio y feminicidio: una propuesta de tipificación. Labrys estudos feministas, julho / dezembro 2013. Disponível em: https://www.labrys.net.br/labrys24/feminicide/rita.htm Acesso em 15 mai 2025.

SPINK, M. J. Linguagem e produção de sentidos no cotidiano. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Sociais, 2010.

O trabalho de cuidado e o papel da política de Assistência Social para a emancipação feminina.

Mariana Elisa Rosa de Moura (UFMG)

INTRODUÇÃO:

Na nossa sociedade é notória a centralidade que as mulheres ocupam na realização das atividades cotidianas com a limpeza da casa e com o vestuário, no preparo das refeições e nos cuidados com crianças, idosos dependentes e pessoas com deficiência, ou seja, aquelas consideradas mais vulneráveis. Ainda que tenhamos alguns pequenos avanços culturais sobre a responsabilidade masculina por esses cuidados, e alguma oferta a nível estatal, como por exemplo, as creches, ainda são na maioria as mulheres que tem se desdobrado para realizar todas essas atividades de produção e manutenção da vida. E essas responsabilidades têm impactado profundamente suas vidas, inserindo-as em um processo histórico marcado por desigualdades, exploração e opressão, em que essas atividades que tomam o tempo, exigem esforço físico, emocional e mental são pouco valorizadas, não são reconhecidas como um trabalho se realizadas dentro do próprio lar, e são considerados como como parte da função social da mulher de "devoção" e "amor" por sua família.

O interesse pelo tema do trabalho de cuidado e suas implicações para a vida das mulheres parte da minha experiência profissional, atuando no Sistema Único de Assistência Social de Belo Horizonte (SUAS BH) desde 2010, como técnica e gestora do Centro Especializado de Assistência Social (CREAS). O CREAS é um equipamento da Média Complexidade da política de Assistência Social que oferta atendimento as famílias e indivíduos que estão em situação de risco social ou tiveram seus direitos violados. Assim as famílias que chegam para o acompanhamento são provenientes de uma lógica já posta de violação de direitos por risco pessoal e social, e a ideia da responsabilização aparece com uma tonalidade mais forte, que recai sobre a mulher, pois é ela quem chega ao equipamento.

Observamos que o cotidiano do CREAS pode ser representando pelo acompanhamento de mulheres, em sua maioria negras e em grande medida fragilizadas pela pobreza, pela violência urbana e institucional, e pela sobrecarga do trabalho de cuidado. Elas chegam ao equipamento "criminalizadas" pelo sistema de justiça e moralmente pela sociedade e pelo Estado, porque não "conseguiram" cumprir privadamente o que se esperava. Observamos nesse cotidiano de trabalho, a dinâmica de continuidades da opressão às mulheres, moldadas não apenas por relações de gênero, mas de raça e classe.

Nessa perspectiva, ao escutar essas mulheres, foi possível perceber a sobrecarga de responsabilidades sociais que recaem sobre elas, e como o trabalho de cuidado tem consumido grande parte do seu tempo e limitado sua autonomia, dificultando o envolvimento em outras dimensões da vida, como a maior participação na vida social, lazer, autocuidado, qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho formal. Elas também têm ocupado um papel central nas ações da política de Assistência Social, operacionalizando em grande medida a relação entre a família e o Estado. E não podemos deixar de considerar o impacto dessas atribuições para o desenvolvimento, autonomia e na emancipação dessas mulheres.

OBJETIVOS:

Refletir e pesquisar sobre a práxis e o entendimento da política de Assistência Social sobre o trabalho de cuidado e suas implicações na emancipação das mulheres acompanhadas por essa política pública. Consideramos que este objetivo se adequa a proposição de discussões

do GT 04: Alianças territoriais no SUAS: práticas psicossociais no enfrentamento às vulnerabilidades e violações de direitos, pois há uma complexidade de vivências individuais, coletivas e territoriais, e vulnerabilidades sociais envolvidas na realização do trabalho do cuidado pelas famílias, e nelas pelas mulheres, que demandam o olhar e o fazer crítico e transformador do trabalhador desta política.

METODOLOGIA:

Revisão bibliográfica através de diversas autoras feministas e marxistas, de várias áreas de conhecimento, tais como psicologia, sociologia, serviço social as quais nas últimas décadas tem referenciado o debate teórico com análises sobre gênero, trabalho e as relações de poder, trazendo reflexões que tem como ponto de partida as experiências de vida das mulheres; revisão bibliográfica e análise de documentos oficiais da política de Assistência Social.

RESULTADOS:

A partir das leituras, inquietações, problematizações e da prática do trabalho no CREAS conseguimos produzir que há de se considerar que existem direcionamentos e prescritos pela política de Assistência Social, que tem como pilar o direito social, e que nas suas ações deve prover as seguranças socioassistenciais de acolhida, de renda e autonomia, convívio familiar e comunitário, visando o desenvolvimento humano, a integridade e sobrevivência.

Ao afirmar entre as suas diretrizes que o foco das suas ações e programas é a família-matricialidade sociofamiliar, na prática tem traduzido no papel atribuído e desempenhado pelas mulheres, que têm respondido pela família. Compreendemos que se trata de uma desigualdade de gênero, e há questões bastante graves ao atribuir a responsabilidade quanto à oferta e gestão de cuidados às mulheres, naturalizando e institucionalizando essa função, que podem aumentar a vulnerabilidade social e a violência sobre elas.

Desta forma, mesmo que cada serviço, programa ou projeto desenvolvido na política de Assistência Social tenha como meta a implementação de ações que garantam esses direitos sociais e as diversas formas de proteção, é preciso que diante as diretrizes da Política, as ações de fortalecimento do protagonismo feminino como a autonomia, a participação social e o combate às inseguranças de renda, também enfrente às diversas formas conservadoras e patriarcais latentes na estrutura e na operacionalização da Política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos o trabalho de cuidado como essencial para vida em sociedade, eticamente e politicamente ele precisa ser corresponsabilidade do Estado e da sociedade, e não apenas das famílias, e nelas, das mulheres. E refletir e pesquisar a temática do trabalho de cuidado na operacionalização da política de Assistência Social é reconhecê-lo para além de uma necessidade básica da vida, mas também como direito social que precisa ser garantido, não às custas da sobrecarga e da opressão das mulheres.

É importante que as ações da política de Assistência Social não proponham apenas o atendimento, mas busque compreender que fenômenos são estes que desequilibram a organização social rumo a um processo civilizatório saudável e sustentável, não opressivo para as mulheres, e que estejam de fato comprometidos com a cidadania emancipatória e participativa.

Práxis em Psicologia Jurídica: Reflexões sobre a Entrega Voluntária à Adoção e Mulheridades Amazônidas

Maria Isabella Muniz Campelo (UFAM), Melissa Gall Freitas (UFAM), Andréa Araújo Ribeiro (TJAM e SEMSA Manaus)

Em um contexto histórico que promove múltiplas formas de exclusão, pela intersecção das opressões frente à raça, territorialidade, classe social, assim como no acesso e garantia à direitos, a maternidade é atravessada por estruturas de poder que marginalizam, monitoram e excluem corpos racializados, empobrecidos ou dissidentes ao ideal hegemônico branco, burguês, cisgênero, heteronormativo e patriarcal. Nesse cenário, práticas como a entrega voluntária, embora juridicamente amparadas, não devem ser concebidas como atos de abandono, mas de responsabilização e afeto. No judiciário, esse direito é regulamentado nacionalmente pela Resolução CNJ n. 485, de 18 de janeiro de 2023, que preconiza diretrizes para a escuta e acompanhamento de puérperas e gestantes que manifestam o desejo de entrega de seus filhos à adoção. No entanto, este direito colide com o imaginário social hegemônico que associa a maternagem a uma função indissociável e natural do feminino, especialmente das mulheres negras, pardas, periféricas e pobres. De forma simbólica, institucional e moral, estas mulheres enfrentam, simultaneamente, o julgamento social da entrega da criança à adoção e a impossibilidade material e subjetiva de exercer o papel de mãe. Em muitos casos, trata-se de uma escolha compelida por contextos de vulnerabilidades sociais, abandonos, ausência de políticas públicas eficazes, bem como, do histórico de violências sexuais, patrimoniais e/ou estruturais. Diante dessa encruzilhada, acabam por vivenciar intenso sofrimento psíquico, agravado por seu estado biopsicossocial fragilizado, e, por vezes, desistem da entrega, não por convicção, mas por coerções familiares, ameaças de companheiros, medo das discriminações e ações de lógica manicomial por parte de instituições que compõem a Rede de Proteção e Cuidados; que, por vezes, ao invés de adotar uma postura de acolhimento continente, reforçam a culpabilização e a moralização das escolhas das mulheres que buscam estes serviços. Observa-se, também, que, mesmo adentrando no sistema de Justiça, essas mulheres ainda podem ser submetidas a imposições da lógica patriarcal que incide sobre o controle de seus corpos e individualidades. A partir dessas ponderações, este trabalho tem como objetivo refletir criticamente sobre as condições sociais, subjetivas e institucionais que envolvem o processo de entrega voluntária, trazendo à tona os atravessamentos de gênero, território, raça e classe que marcam profundamente a experiência das mulheres atendidas. Busca-se, também, problematizar o papel da Psicologia no âmbito Judiciário, a partir da reflexão de uma práxis frente à judicialização da pobreza e das políticas de controle e docilização dos corpos femininos. Trata-se de um relato de experiência referente a um período de prática profissional em um setor dedicado ao atendimento de crianças e adolescentes no sistema judiciário do estado do Amazonas; com recortes de atendimentos realizados ao longo de um ano. O acompanhamento se configura pelo atendimento da equipe técnica psicossocial, que, dependendo da demanda processual, atende a mulher desde a gestação, quando expressa desejo de entrega da criança, até o puerpério, incluindo situações em que há desistência da decisão de entrega voluntária. As estratégias metodológicas contemplaram a reflexão e análise crítica da experiência profissional, pautada nos fazeres preconizados pelo projeto, sendo eles: a escuta qualificada, entrevistas individuais, articulação com a rede socioassistencial e produção de relatórios técnicos. O olhar sobre o fenômeno foi subsidiado por posicionamento ético-político comprometido com a não

patologização e culpabilização de trajetórias de vida. Na práxis psicológica, estes atendimentos pautavam-se de pressupostos interseccionais, que consideravam as vivências subjetivas de mulheres amazônidas, de um fazer implicado nos pensamentos da Psicologia Social Comunitária Crítica. Além de reflexões pautadas na visão foucaultiana sobre os dispositivos de poder, controle e coerção. A prática demonstrou que, por mais que o enfoque neste cenário profissional seja a de crianças e adolescentes, não é possível a imobilização dos profissionais frente aos fenômenos apresentados por mulheres que buscavam o atendimento, visto que potencializam indignações quando percebida a reedição da violação de seus direitos, o silenciamento de seus discursos e a violação de seus corpos/identidades. Quando se trata do acompanhamento da Justiça, este ocorre centralizado no recorte processual, que não abarca com profundidade as demandas biopsicossociais inerentes ao ser/estar-no-mundo. Embora sejam feitos encaminhamentos à Rede de Proteção, destaca-se a ausência de retorno quanto aos desdobramentos dessas ações, cujo objetivo é potencializar os cuidados e a atenção destinados às mulheres; o que impossibilita saber se suas demandas foram, de fato, atendidas. Assim, também foi observado que, em especial, entre as mulheres em situação de maior vulnerabilidade social, a entrega voluntária de crianças é vislumbrada como uma alternativa possível, segura e preconizada juridicamente. Essa prática é contrastada com os riscos severos associados à prática do aborto ilegal, em contextos de clandestinidade, ou na decisão de entrega de crianças a terceiros. Em determinados casos, o Judiciário se configura como a última instância a atender essas mulheres, cujas narrativas evidenciam trajetórias marcadas por violências e revitimizações em outros espaços institucionais. Nesse cenário, foi possível observar gestantes que manifestavam indicativos comportamentais de hesitação e reserva, reflexos do desgaste físico e emocional acumulados ao longo desse percurso. Diante do exposto, torna-se necessária a atuação da Psicologia que não apenas acolha essas mulheres, mas que seja resistência às lógicas heteropatriarcais que legitimam o controle e a docilização dos corpos femininos, principalmente a partir de uma perspectiva da Psicologia Social Crítica, que reconhece a inseparável relação entre dimensão subjetiva e contexto histórico-social. Essa prática deve confrontar a neutralidade técnico judiciária e promover ações interseccionais capazes de reconhecer os diversos sofrimentos vividos pelas mulheridades amazônidas, além de potencializar e ampliar os cuidados em conjunto com a Rede de Proteção e Cuidados. Esta, também, pode atuar como ferramenta na desconstrução de imposições patriarcais que exercem controle sobre a maternagem, estruturas essas que não oferecem amparos sociais ou enfrentamento das desigualdades estruturais. A entrega voluntária não deve ser interpretada como um sacrifício em nome da reparação de uma vida, mas sim como expressão da responsabilização, potência e resistência em meio a um sistema que penaliza e deslegitima a maternagem amazônida. Essa alternativa deve ser compreendida como um reflexo das injustiças e contradições que atravessam as vivências dessas mulheres.

Reflexões sobre saúde mental e socioeducação

Luana Isabelle Cabral dos Santos (FUNDASE), Brenda (FUNDASE)

Introdução: Política Socioeducativa é o modelo de responsabilização juvenil adotado no Brasil e está presente tanto no Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), como também na Lei 12.594/2012 - que orienta, regulamenta e disciplina a aplicação das medidas socioeducativas para adolescentes acusados de atos infracionais. No estado do Rio Grande do Norte, há dez unidades socioeducativas, divididas em: internação provisória (masculinas e feminina), internação sentença (masculinas e feminina) e semiliberdade (masculinas e feminina), tais unidades estão sob responsabilidade da Fundação de Atendimento Socioeducativo (FUNDASE). Vários estudos indicam que a privação e restrição de liberdade, por si mesmas, são fatores que causam agravos à saúde, especialmente, a saúde mental. O presente resumo apresenta um relato de experiência de duas servidoras da FUNDASE (psicóloga e assistente social) sobre processos de adoecimentos e agravos em saúde mental de adolescentes que encontram-se em privação/restrição de liberdade. Atualmente, os dados do Levantamento Nacional do SINASE, de 2024, apontam uma redução no quantitativo de adolescentes privados ou restritos de liberdade, ainda assim, verifica-se um número expressivo de adolescentes que fazem uso de medicações psicotrópicas - com e sem diagnóstico - e que apresentam ideação suicida e/ou tentativas de suicídio. Tais números indicam um cenário cada vez mais complexo e desafiador, que convoca o conjunto de profissionais/trabalhadoras a reflexões e intervenções que garantam e assegurem direitos em um contexto marcado por vulnerabilidades, seletividade, violências e violações, que se somam a histórias de vida também marcadas por uma estrutura social racista, classista e patriarcal. Por tais marcadores é evidente a associação com as discussões propostas pelo Grupo de Trabalho (GT) Psicologia Jurídica e Assistência Social: resistências e enfrentamentos no campo da justiça social. Os/as adolescentes que estão sob responsabilidade e tutela da FUNDASE são majoritariamente do gênero masculino, com idades entre 13 e 21 anos, negros, com relatos de vivências permeadas por desigualdades e ausência de direitos, com quadros de adoecimentos os mais variados, com vínculos familiares fragilizados e que, mais recentemente, dizem integrar grupos denominados de “facções”. Diante dessa caracterização, percebe-se uma série de elementos que articulados contribuem, provocam e/ou intensificam, quadros de intenso sofrimento psíquico, ansiedade, insônia, depressão, medos, sentimentos de despertencimento, entre outros, que são alimentados pela ausência de ações, intervenções e atividades que promovam cuidado. O objetivo, portanto, deste relato de experiência é apresentar elementos que possibilitem refletir acerca da questão da saúde mental e privação de liberdade no contexto socioeducativo, à luz da experiência de trabalho na Fundação de Atendimento Socioeducativo. As autoras pautam-se no conceito ampliado de saúde, compreendendo-o como aquilo que transcende a visão biomédica e individualizante, situando-se no campo das determinações sociais e históricas. Neste sentido, a saúde mental é vista em um contexto dinâmico e multidimensional, influenciado pelas condições materiais de vida, relações de trabalho, acesso a políticas públicas e lutas sociais. É importante considerar esse processo como resultado de múltiplos determinantes, dentre eles, merece destaque a própria constituição do modo de produção capitalista que se estruturou a partir da individualização das expressões da questão social, transformando questões sociais coletivas em déficits ou incapacidades pessoais, ocultando, assim, sua origem. Essa questão se agudiza, trazendo a necessidade de ajustamento e a busca por diagnósticos e medicações que “preparem” as pessoas para lidar com o cotidiano. Desse modo, parte-se

do pressuposto que o modo de produção capitalista é, por natureza, produtor de doenças. Outro fator importante trata-se do papel estatal na contemporaneidade que, aos moldes neoliberais, enxuga ao máximo os custos com a prestação de serviços sociais - situação expressa na realidade do público atendido no Sistema Socioeducativo que, conforme dados do Levantamento Nacional do SINASE em 2024, tem pouco acesso aos serviços públicos básicos e essenciais, assim como, nas condições de trabalho desafiadoras nos interiores das unidades de atendimento. Além disso, todo o Sistema de Proteção e Garantia de Direitos a crianças e adolescentes é impactado por esse cenário, o que resulta em demandas reprimidas e atendimento pontual de saúde mental, em detrimento da promoção de saúde em sua perspectiva ampliada. Como mencionado, este resumo apresenta reflexões sobre o fazer profissional de uma psicóloga e uma assistente social, que integram uma equipe multiprofissional, e que atuam na perspectiva de auxiliar e assessorar as equipes técnicas das dez unidades socioeducativas do estado do RN. Sabe-se que as reflexões aqui trazidas não esgotam o tema e que a complexidade das questões têm relação com a própria dinâmica social e com as estruturas que perpassam as vidas e constituem as subjetividades desses sujeitos. Ao se deparar com um cenário de vulnerabilidades e violações de direitos e com uma rede de proteção e garantia de direitos também fragilizada e sucateada, questiona-se quais as alternativas e possibilidades que os adolescentes, hoje em cumprimento de medida, tiveram ao longo dos seus processos de desenvolvimento? Uma vez na internação ou na semiliberdade, em muitos casos, é o primeiro contato ou o contato mais frequente com os equipamentos da saúde e, por conseguinte, com ações e intervenções de cuidado. As contradições se apresentam na medida em que, para ofertar esse cuidado, eles se encontram privados ou restritos de liberdade. Uma segunda contradição é a forma com a qual o sofrimento é tratado e amenizado, isto é, a medicação parece ser a resposta mais frequente devido a ausência de um projeto terapêutico singular que considere a especificidade da medida e as suas (im)possibilidades. Diante desse cenário, sugere-se a ampliação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei (PNAISARI), formação continuada para as profissionais que atuam nos equipamentos da política de saúde, especialmente, que atuam nos serviços que constituem a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) para que compreendam as particularidades dos adolescentes e possam contribuir de forma mais efetiva para a construção de processos de produção de saúde. Da mesma forma, é preciso refletir que ao abordar processos produtores de vida e desenvolvimento, implicitamente se entende a necessidade e urgência de uma maior e melhor articulação das demais políticas públicas, ou seja, entende-se que é primordial investir em educação e profissionalização para os adolescentes e suas famílias, além da garantia dos mínimos sociais, afinal, enfrentar os agravos significa dignidade, comida na mesa, trabalho digno, segurança, moradia e cultivar a esperança na construção de novas trajetórias de vida.

GT 44: PSICOLOGIA SOCIAL, DEFICIÊNCIA E ANTICAPACITISMO: DESAFIOS ÉTICO-POLÍTICOS PARA A EMANCIPAÇÃO SOCIAL

Coordenação: Marcia Oliveira Moraes (UFF), Marivete Gesser (UFSC), Karla Garcia Luiz (IFSC)

A Saúde da Pessoa com Deficiência da Atenção Básica à Especializada: um Relato de Experiência

Rodrigo Antonio de Mattos Toso (ICEPi), Mariana de Moraes Ferreira (ICEPi)

Desde a promulgação de seus principais marcos regulatórios, a conquista de direitos sociais pelas pessoas com deficiência no Brasil vem sendo marcada por momentos que resultam em avanços e recuos. Em que pese o acesso e a assistência à saúde da pessoa com deficiência sob a perspectiva da integralidade no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), isso se torna particularmente evidente quando analisamos as sucessivas (des)continuidades de políticas, programas e projetos destinados à esta população.

Formulada sob intensa mobilização da sociedade civil e aprovada em 2002, a Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência (PNSPD) teve sua implementação afetada pelos contextos políticos, econômicos e sociais que atravessaram governos com distintas posições ideológicas no espectro político. Lyra et al. (2022) apresentam os principais atores, suas contribuições e os fatores de apoio por eles desempenhados, bem como os aspectos desfavoráveis à implementação da PNSPD identificados durante seus respectivos mandatos.

O governo FHC (1995–2002) supervisionou a criação da PNSPD, impulsionada pela pressão dos movimentos sociais, em especial os que envolviam pessoas com deficiência. No entanto, esse avanço ocorreu em um contexto político e econômico de orientação neoliberal, resultando no subfinanciamento do SUS e na redução do enfoque à saúde inclusiva. Sob os mandatos de Lula e Dilma Rousseff (2003–2014), o País ratificou com status de emenda constitucional a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência de 2008, ampliando na sequência uma série de políticas inclusivas, com destaque para o plano Viver sem Limite, em 2011, e a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência (RCPD), em 2012. Esses marcos foram viabilizados por uma agenda política com foco na inclusão e no fortalecimento de direitos, embora insuficientes para a promoção de ações em rede e a superação das desigualdades regionais em saúde. Já os governos de Temer e Bolsonaro (2014–2021), foram definidos por significativos retrocessos, à exemplo do não investimento de verbas disponíveis para o financiamento do SUS e do ataque aos programas de transferência de renda às pessoas com deficiência, sob e de políticas de austeridade fiscal. Esses retrocessos foram parcialmente enfrentados pela resistência da sociedade civil, mas comprometeram a continuidade e a efetividade das ações previstas pela PNSPD (Lyra et al., 2022).

É nesse contexto que o Instituto Capixaba de Ensino, Pesquisa e Inovação em Saúde (ICEPi/SESA/ES) lançou o Programa de Residência Multiprofissional em Atenção Integral à Saúde da Pessoa com Deficiência (PRMPcD) em 2024. O PRMPcD integra o Programa Estadual de Qualificação da Atenção Primária à Saúde (Qualifica-APS), o qual visa o provimento de profissionais e a qualificação do cuidado e da gestão dos serviços estaduais. Embora já existam outros programas de residência multiprofissional cuja área de concentração é a reabilitação e/ou o cuidado multidisciplinar da pessoa com deficiência (Santos, 2025; Faculdade, 2025; Universidade, 2025), a iniciativa capixaba tem um caráter pioneiro no país ao combinar de forma arrojada cenários de prática em diferentes níveis da

atenção à saúde. Assim, os residentes atuam necessariamente em uma Unidade Básica de Saúde (UBS) e em um Centro Especializado em Reabilitação (CER) durante o primeiro ano de formação e no segundo ano realizam um estágio obrigatório em gestão, acompanhando profissionais de referência técnica regional da RCPD. Os residentes também podem buscar realizar um estágio optativo em outros serviços de saúde que possam complementar a sua formação.

O presente trabalho tem como objetivo partilhar uma experiência desenvolvida no âmbito do PRMPcD do ICEPi/SESA/ES, destacando os principais desafios enfrentados e as potencialidades mobilizadas no processo de intervenção institucional com vistas à reorganização do cuidado prestado às pessoas com deficiência e da gestão do trabalho no CER IV e nas UBS São Silvano e Santo Antônio em Colatina/ES.

Pretende-se, com isso, contribuir para o debate sobre a prática profissional e a formação em serviço em contextos de pós-graduação organizados a partir da articulação entre teoria e prática, evidenciando o papel transformador da residência na indução de mudanças institucionais e na qualificação do cuidado, ao favorecer os processos de educação permanente dos profissionais já inseridos nos serviços, além da construção de estratégias coletivas voltadas à promoção da inclusão e da integralidade no SUS.

A experiência desenvolvida pelo PRMPcD no CER IV e nas UBS São Silvano e Santo Antônio em Colatina/ES exemplifica uma tentativa de articular ensino, pesquisa e extensão engajados com a luta anticapacitista. A partir da problematização do modelo biomédico, ainda hegemônico nos cenários de prática supracitados, e do desvelamento de suas incongruências e limitações frente ao compromisso com o cuidado integral das pessoas com deficiências, estima-se viabilizar a apreensão de outros paradigmas de compreensão da deficiência, com destaque aos modelos social e biopsicossocial. Distanciando, assim, a deficiência do campo da patologia e lançando luz às diferentes barreiras sociais que determinam as experiências de opressão ao obstaculizar a participação social plena desses sujeitos em sociedade (Moraes et al., 2017) e instigando seus profissionais a (re)inventar novas formas de atuação, com vistas à co-construção de estratégias de enfrentamento dos problemas em curso e à corresponsabilização dos sujeitos frente às múltiplas necessidades de interdependência – assumida aqui como condição inerente ao gênero humano.

Reivindicamos um compromisso ético-estético-político com a promoção de intervenções que concebem a deficiência como categoria social e politicamente constitutiva das subjetividades e atravessada por relações consubstanciais de poder (Kergoat, 2010). A residência evidencia o potencial transformador das práticas multiprofissionais e coletivas na superação dos desafios institucionais responsáveis pela perpetuação da opressão capacitista, mesmo em instituições destinadas especificamente a este público.

Em consonância com os Estudos da Deficiência e com as contribuições das autoras deste campo (Mello; Gesser; Diniz, 2024; Gomes, 2019), a transformação da cultura institucional hoje vigente nos serviços de saúde, sejam eles voltados à reabilitação, à recuperação, à prevenção ou a promoção da saúde das pessoas com deficiência, possibilitam a reafirmação do compromisso ético-político da Psicologia Social brasileira com a inclusão e emancipação humana.

O relato de experiência configura-se, neste contexto, como uma estratégia metodológica pertinente para captar de forma reflexiva e situada as transformações ocorridas ao longo do processo de formação em serviço. Ao articular vivências, desafios e aprendizados, esse método permite evidenciar tanto os avanços produzidos, como o fortalecimento de práticas coletivas e a ampliação do trabalho multiprofissional, além das limitações enfrentadas, a exemplo das resistências à integração intra e intersetoriais.

A intervenção desenvolveu-se a partir de um Projeto Aplicativo (PA), instrumento metodológico voltado à análise crítica da realidade e ao planejamento estratégico em saúde. Com base em diagnóstico situacional e

entrevistas com usuários e profissionais, identificaram-se três nós críticos: a predominância do modelo assistencial individualizado, a fragmentação das equipes e o desconhecimento sobre o papel do CER IV. A partir disso, delineou-se um plano de ação estruturado em três frentes: a promoção de atendimentos em grupo, o fortalecimento da equipe multiprofissional e a divulgação da identidade institucional do serviço. As atividades grupais, como o "Grupo Jovem" e o "Núcleo de Acolhimento e Orientação Familiar", promoveram vínculos e autonomia entre os usuários. Simultaneamente, iniciativas de articulação entre os profissionais ampliaram a integralidade do cuidado e evidenciaram o potencial formativo da residência. Por fim, ações de comunicação institucional, como uma reunião geral e a elaboração de uma cartilha, contribuíram para a consolidação do papel do CER IV entre os próprios trabalhadores da APAE, promovendo maior integração e reconhecimento do serviço.

Como impacto ampliado, observou-se uma transformação nas práticas e percepções dos trabalhadores da instituição, com maior valorização do trabalho coletivo. Ao mesmo tempo, a experiência evidenciou desafios persistentes como a sobrecarga emocional das equipes devido a carga de trabalho intenso. A vivência dos residentes reafirmou o potencial do PRMPcD como dispositivo de transformação da realidade dos serviços de saúde e como espaço privilegiado de formação crítica e humanizada. A articulação entre ensino, serviço e pesquisa permitiu não apenas intervenções pontuais, mas o fortalecimento de uma cultura institucional voltada ao cuidado integral e à valorização da pessoa com deficiência como sujeito de direitos.

Conclui-se que o PRMPcD em Colatina foi capaz de induzir mudanças organizacionais relevantes no âmbito do CER IV e das UBS São Silvano e Santo Antônio, promovendo a articulação entre os diferentes níveis de atenção e a consolidação de práticas transformadoras. Os efeitos do programa ultrapassam os resultados imediatos e apontam para a construção de um legado institucional voltado à reabilitação biopsicossocial, à formação continuada dos trabalhadores do SUS e à qualificação da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência. Dessa forma, este relato reafirma seu caráter estratégico na consolidação de políticas públicas inclusivas, equitativas e transformadoras.

O destaque para a produção de um cuidado integral, é um esforço desafiador ao se comprometer com o combate a práticas capacitistas e o fortalecimento de uma visão biopsicossocial da deficiência. Assim, o relato de experiência oferece subsídios para compreender a complexidade do cotidiano em saúde, valorizando a dimensão processual e relacional do cuidado e da formação em serviço, enquanto uma relevante contribuição para a constante e ameaçada consolidação da RCPD.

A proposta da vivência foi experienciar os modos de produção do cuidado em diferentes realidades do Sistema Único de Saúde (SUS), em diálogo com os saberes locais e com os desafios enfrentados nos territórios. Foram visitadas quatro unidades de saúde: USF Santa Luzia, USF Parque das Tribos, USF Benedito Almeida e a Unidade de Saúde Rural Nossa Senhora de Fátima — esta última com atuação itinerante em comunidades ribeirinhas como Abelha, São Sebastião e Ebenezer.

Acessibilidade e Inclusão em uma Secretaria Estadual

Jéssica Becker Moraes (PGE-RS), Marcelo Spalding Verdi (PGE-RS)

As organizações de trabalho vêm se adequando, por força de lei ou por mudanças culturais, às necessidades apontadas por pessoas com deficiência para garantir a dignidade da pessoa humana, a equidade e o exercício do direito ao trabalho. A Psicologia nas organizações deve ser uma aliada da luta anticapacitista no setor privado e no serviço público. A partir dessas premissas, escreve-se esse relato de prática, trazendo os resultados estatísticos e qualitativos de uma pesquisa de sobre necessidades de acessibilidade realizada entre 2024 e 2025.

A intervenção ocorreu em uma secretaria de estado do Rio Grande do Sul, que conta com equipe de três profissionais da Psicologia e um estagiário de graduação no setor a equipe de gestão de pessoas. O corpo técnico da instituição é de 1559 profissionais, em três níveis de carreira concursadas, além de cargos comissionados e contratos temporários.

Com este relato, objetiva-se discutir, a partir da prática de profissionais do serviço público, conceitos e resultados de uma intervenção realizada dentro da temática de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência.

A proposta relaciona-se com o tema do evento e do grupo de trabalho ao visibilizar intervenções possíveis na área dos estudos anticapacitistas e na prática profissional do/a psicólogo/a social.

Como preconizou Débora Diniz (2007), a deficiência vem sendo entendida como uma das expressões da diversidade humana e dos estilos de vida. Apesar desse movimento estar ganhando força, existem existe uma série de barreiras físicas e atitudinais que precisam ser transpostas para a concretização dos direitos dessas pessoas.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/15) trouxe em um dos seus capítulos o direito ao trabalho, que deve ser de livre escolha, em ambiente acessível e em igualdade de oportunidades com as demais pessoas (art. 34). Seja pela simples obrigatoriedade de cumprir a legislação, seja pela promoção de um ambiente de trabalho saudável e acolhedor, a área de gestão de pessoas deve se ocupar de olhar para a deficiência como parte dos processos internos, em especial dentro do setor público para conhecer a realidade e promover inclusão (SOUSA, 2024).

Na fase de concepção da pesquisa, foram realizadas consultas à legislação, revisão bibliográfica e reuniões com pessoas com deficiência da instituição, permitindo a apropriação de conceitos e o alinhamento de expectativas para a construção do instrumento. Na primeira fase de aplicação, foi enviado convite para todos os funcionários do órgão públicos responderem um formulário eletrônico online, com ampla divulgação nos divulgado pelos meios de comunicação internos. Foram obtidas por essa via, chegaram 110 respostas, sendo 25 de pessoas com deficiência. Na segunda fase, foram realizadas entrevistas com entrevistadas as pessoas que se identificaram como PCDs nos formulários a pesquisa e também com os demais servidores que, embora não tenham respondido o formulário, são PCDs reconhecidos pela instituição por terem ingressado outras que não responderam, mas entraram nas vagas reservadas nos concursos. A entrevista semiestruturada aconteceu de forma presencial ou online com os psicólogos da equipe de gestão de pessoas. O relatório elaborado a partir da intervenção apresenta um panorama da situação vivenciada pelas PCDs na instituição e indica ações para promover acessibilidade e inclusão.

A pesquisa quantitativa permitiu identificar 32 pessoas com deficiência, sendo: 30 servidores de nivel médio e superior e 2 integrantes da carreira de maior nivel técnico;

20 mulheres e 12 homens; oito PCDs auditiva, 10 PCDs física, 13 PCDs visual, duas pessoas no espectro autista e uma PCD auditiva e visual; 26 ingressantes por reserva de vagas em concursos de servidor e nenhum no nivel mais elevado; cinco necessitando adaptações no trabalho ainda não supridas pela instituição.

Durante as entrevistas, foi possível mapear os momentos de acolhimento promovidos pela instituição ao longo da vida funcional dos profissionais com deficiência, em geral localizados no ingresso na carreira ou em mudanças de setor. As barreiras arquitetônicas apontadas pelos participantes foram tabeladas para encaminhamento aos departamentos competentes. Como intervenção ainda na fase de entrevistas, foram apresentadas ferramentas da plataforma de reuniões comumente utilizada no órgão para as pessoas com deficiência auditiva que necessitavam de recurso de tecnologia assistiva no acompanhamento de reuniões online.

Apesar do Estado ter normativa que prevê a reserva de 10% de vagas para pessoas com deficiência (Decreto Estadual Nº 56.229/21), verificamos a dificuldade de acesso ao serviço público por pessoas com deficiência, tendo em vista o percentual de apenas 2% de pessoas com deficiência no universo dos integrantes da instituição, sendo que nenhuma delas ocupa cargo no nivel mais alto de exigência. Ao recortar apenas os cargos que exigem ensino superior, são 16 PCDs num universo de 1160 pessoas, atingindo o percentual de 1,3%.

Para a equipe de gestão de pessoas, evidencia-se a importância de uma revisão periódica do levantamento realizado para acompanhar as necessidades das pessoas (e colaborar para provê-las) bem como para identificar pessoas com deficiências adquiridas durante a vida funcional, incorporando-as ao acompanhamento. Ainda, faz-se necessária a inclusão de assuntos como diversidade e acessibilidade nas capacitações periódicas do corpo técnico. Foi sugerida, também, a criação de comissão que trate da diversidade como assunto transversal à instituição.

Acesso e permanência de crianças com TEA na política pública de educação em Belo Horizonte (MG)

Ana Luiza Abrão de Queiroz (UFMG), Maria Luísa Magalhães Nogueira (UFMG)

Segundo o CDC (2023), a prevalência do autismo na população dos EUA é de 1 para 36. No Brasil, de acordo com o INEP, o número de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) matriculados na Educação Básica Brasileira teve um aumento de 8,2 vezes, de 2017 a 2023, resultando em um total de mais de 630 mil alunos. Esses números são alvo de polêmica dentro do campo da Educação, com suposições em relação a seriedade e legitimidade dos diagnósticos, além de inspirarem diversas teorias sobre a causa desse aumento exponencial. Independentemente de todas essas polêmicas, que têm lugar para debate, a Educação tem sido convidada a responder a essa demanda crescente nos últimos anos.

Diante desse cenário, o parecer nº 50/2023 CP/CNE surge para estabelecer orientações para atendimento de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas escolas como público da educação especial. Neste parecer - objeto de polêmicas desde sua primeira versão de 2023, mas finalmente homologado em 2024, com alterações - , bem como na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (publicada em 2008) é explicitada a necessidade de que as pessoas autistas que estejam em idade escolar não só acessem as escolas, mas também que permaneçam, participem e aprendam. Em relação ao acesso, o parecer menciona 3 pontos importantes: a necessidade da prioridade na matrícula de estudantes com deficiência, a ilegalidade da cobrança a mais pela matrícula de estudante com deficiência e a composição diversa das turmas, visando a integração de crianças autistas e de outras crianças com deficiência com crianças típicas/sem deficiência. Para a permanência, o parecer destaca a importância da construção de um Projeto Político Pedagógico que não seja somente "do papel", mas que proponha ações e delineie passos para implementar práticas inclusivas dentro da escola, principalmente no que diz respeito ao Atendimento Escolar Especializado (AEE). Além disso, no parecer, o Plano de Desenvolvimento Individualizado (PDI) - também chamado de PEI - aparece como ferramenta fundamental para uma educação inclusiva, assegurando adaptações curriculares e metodológicas para melhor alinhamento do processo educacional com as necessidades dos alunos público-alvo da educação especial.

Ainda que esse parecer tenha sido publicado com orientações para caracterizar a postura que as escolas devem ter em relação ao TEA, o ambiente escolar continua sendo um ambiente de disputas e de exclusão, considerando apto a aprendizagem somente o aluno que está dentro da "norma" do que é previsto como aluno exemplar. Há, assim como aponta Rios (2023), uma diversidade dentro do espectro que o ambiente escolar não consegue abarcar e, ainda, uma estagnação no modelo educacional, que foca na homogeneização da sala de aula e dos processos de aprendizagem. Assim, o aspecto da diferença que o autismo carrega coloca em evidência uma falha estrutural no sistema de educação.

Apresentarei, nessa comunicação oral, resultados preliminares do meu projeto de pesquisa no mestrado em Psicologia Social pela UFMG. Meu objetivo com a pesquisa é compreender o acesso e a permanência de crianças autistas dentro da política pública de educação em Belo Horizonte (MG). Busquei esse GT em específico para discutir meu projeto porque entendo a educação como direito cidadão (Brasil, 1988) e previsto como dever do Estado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), mas também escolho apostar nas escolas como ferramentas de transformação social e enfrentamento de desigualdades, a partir da convivência com a diferença e da valorização das múltiplas potencialidades.

Guio meu projeto, principalmente, partindo das discussões feministas sobre o modelo social da deficiência e perpassando os Estudos da Deficiência na

Educação. Segundo Diniz (2007), a deficiência deve ser entendida como uma forma de opressão social, como a sofrida por mulheres e pessoas negras. No campo dos Estudos da Deficiência na Educação, é preciso considerar o capacitismo como fundamental para composição da estrutura educacional excludente e de práticas homogeneizantes em sala de aula (Gesser, 2020; Gesser e Mello, 2024).

Para pensar políticas públicas, as elaborações de feministas negras sobre interseccionalidade mostram um caminho possível para elaboração e prática dentro das políticas públicas que se alia muito ao lema "individualizar para universalizar" utilizado por ativistas e pesquisadoras interessadas em pensar alternativas para uma escola de fato inclusiva. Akotirene (2019), por exemplo, denuncia o fato de que as políticas públicas não são feitas pensando nas especificidades de quem as acessa, mas em um sujeito universal (branco, do sexo masculino, heterossexual, sem deficiência). Ela propõe o uso da ferramenta da interseccionalidade para melhor atender quem de fato acessa os serviços das políticas públicas, em suas características específicas e necessidades.

Também em relação aos conceitos centrais para pensar o acesso e permanência das crianças autistas na escola, como uma política pública, é preciso considerar a acessibilidade como um direito fundamental para pessoas com TEA e pessoas com deficiência de modo geral. De acordo com a Lei nº 13.146, de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), acessibilidade significa, em síntese, a possibilidade de acessar espaços, informações e espaços públicos e privados. Diante dessa visão abrangente de acessibilidade, autoras como Suzana e Mariana Pimentel (2018), defendem que é preciso associar a garantia da acessibilidade à própria garantia de direitos e dignidade da existência dos indivíduos com deficiência, uma vez que somente através da diminuição de barreiras e da equidade dentro da esfera social é que será possível a concretização de um ambiente possível para se viver.

Em relação às estratégias metodológicas, a porção do projeto que discutirei majoritariamente no GT é o de mapeamento, identificação e caracterização das políticas, diretrizes e leis nacionais e também as iniciativas e documentos municipais que normatizam, orientam e instrumentalizam a inclusão de crianças autistas dentro do sistema educacional. O propósito é construir uma linha do tempo da temática do autismo dentro do campo das políticas educacionais e também refletir sobre qual a viabilidade do cenário atual para consolidação e implementação dessas políticas no "chão da escola". Posteriormente, em uma etapa seguinte de campo da pesquisa, quero conversar com as pessoas que estão envolvidas nesses processos de inclusão escolar: famílias, professoras, equipe técnica e direção das escolas. Nessa etapa, meu planejamento é escutar e visualizar, por meio de mapas, quebra-cabeças e esquemas, as percepções e elaborações dessas pessoas sobre como as políticas públicas de educação colaboram (ou não) com o acesso e permanência das crianças autistas.

Como resultados preliminares, no Brasil, já existem normativas, orientações e iniciativas importantes sobre a inclusão de crianças com autismo dentro das escolas. Alguns exemplos relevantes de documentos nacionais são: a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008); a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa Com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e, mais recentemente, o Parecer nº 50/2023 CP/CNE. Na esfera municipal, a disponibilização de vagas para matrícula de estudantes com deficiência nas escolas aconteceu a partir de 1994, a partir da Lei nº 6.701. Em 2005, a Secretaria Municipal de Educação (SMED) estabeleceu a Política da Pessoa com Deficiência para o Município de Belo Horizonte. Em 2014, a SMED publicou as diretrizes para inclusão educacional de alunos com deficiência; transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Mais recentemente, em abril de 2025, estabelece a Política Municipal de Educação Inclusiva, na qual prevê o AEE para todos os estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista (TEA) e altas habilidades do município. Além do Parecer 50, nenhum desses dispositivos legais menciona, por exemplo, o PEI, entendido aqui como um dos recursos de acessibilidade dentro da escola. A acessibilidade e o

"individualizar para universalizar" não se mostram, dessa forma, como preocupações principais, principalmente nos documentos produzidos pela Secretaria de Educação de Belo Horizonte, ainda se restringindo, também no papel, a uma inclusão que não se preocupa com os aspectos mais importantes que viabilizam a existência e permanência das crianças autistas nas escolas.

Assim, apesar da existência desses documentos orientadores por parte do Estado brasileiro e do governo municipal de Belo Horizonte, é importante considerar que a realidade material de dentro da sala de aula impõe muitos desafios para implementação do que está nos escritos. As disputas e as polêmicas em relação ao aumento de diagnósticos do autismo ainda se mantém nos holofotes. Assim, são criados documentos para serem implementados que não são acompanhados de mudanças significativas na estrutura educacional, na formação de professores ou nas práticas com alunos com TEA dentro da escola. Espero que o meu trabalho consiga se somar as vozes de pessoas autistas, pesquisadoras, famílias, ativistas e profissionais que seguem engajados em buscar novas alternativas e mudanças necessárias para que as políticas públicas, não só circunscritas a educação, consigam alcançar esse público, por meio do fundamento da acessibilidade, considerando a necessidade de conhecê-los, escutá-los, identificar e prover suas necessidades para a criação de políticas mais inclusivas e eficazes.

Análise da intersecção entre capacitismo, sexismo e racismo nas trajetórias acadêmicas de mulheres negras com deficiência

Marivete Gesser (UFSC), Valéria Aydos (UNIPAMPA), Pamela Block (Western University), Alice Steele Santos Escada (UFSC)

O capacitismo vem sendo amplamente estudado com o foco nas suas implicações no ensino superior. Todavia, os estudos que examinam o capacitismo no contexto da universidade a partir de uma lente interseccional ainda são bastante incipientes. O presente trabalho é parte de uma pesquisa maior intitulada "Capacitismo, deficiência e intersecções na educação: um olhar para as trajetórias educacionais". O objetivo é examinar as implicações da intersecção do capacitismo com o sexismo e o racismo nas trajetórias educacionais de mulheres negras com deficiência. Partimos do pressuposto de que a análise interseccional dos fenômenos sociais é uma perspectiva fundamental na pesquisa e nas práticas sociais. Ela possibilita compreender como as múltiplas formas de discriminação e de opressão se cruzam e produzem efeitos nos diferentes contextos sociais. Ao considerar as questões como as de gênero, raça, deficiência, classe e território, é possível examinar como essas dimensões estruturam as experiências e oportunidades das pessoas por elas atravessadas de maneira complexa e interconectada. Esta pesquisa foi realizada com base no diálogo entre os estudos críticos da deficiência e o Feminismo interseccional. No que se refere aos estudos críticos da deficiência, destacamos os diálogos com a justiça defiça (Sins Invalid, 2019), com a teoria crip (Kafer, 2013; McRuer, 2006) e com a perspectiva emancipatória da deficiência (Moraes, 2022). Já em relação ao feminismo interseccional, destaca-se o diálogo com autoras como Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge (2021) e com Carla Akotirene (2019). As informações foram obtidas por meio da utilização de um formulário sociodemográfico e entrevistas em profundidade com 12 mulheres negras com deficiência e analisadas por meio de análise de narrativas. Os resultados mostraram que a intersecção entre gênero, raça e deficiência contribui para precarizar a experiência de mulheres negras com deficiência no ensino superior. Um dos efeitos dessa intersecção foi a obstaculização da reivindicação da acessibilidade já legalmente prevista para estudantes com deficiência em todos os níveis de ensino. Em relação às dificuldades apresentadas pelas entrevistadas no que se refere à reivindicação da acessibilidade, essas podem ser entendidas como decorrente da circunscrição da deficiência à perspectiva do modelo médico, que entende esse fenômeno como uma questão individual, decorrente de um corpo que difere do que é considerado normal pelo conhecimento moderno colonial, como já identificado por Ferrari (2021) e Gesser, Moraes e Vale (2024). Essa visão, reforçada pelas políticas neoliberais muito presentes nas universidades (Brown, 2020), tende a responsabilizar o indivíduo pela busca dos meios (serviços e dispositivos de acessibilidade) para que possa estudar na universidade. Outra questão que ficou evidente nas narrativas das participantes, é o quanto que o capacitismo, o racismo e o sexismo determinam as formas de relação entre elas e as demais pessoas da universidade, tanto professores, funcionários como os próprios colegas de sala de aula, nas quais frequentemente são posicionadas como menos capazes. Os relatos da pesquisa evidenciam o quanto que gênero, raça e deficiência podem operar conjuntamente para posicionar pessoas marcadas com essas diferenças como inferiores, menos capazes de cursarem carreiras como medicina e física. As narrativas também apontaram que a interseção da deficiência com gênero e raça contribuiu para o mascaramento desses marcadores sociais. Esse mascaramento se deu pela reprodução do capacitismo, buscando "superar a deficiência" a qualquer custo, mostrando que elas são capazes, o que foi

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

acentuado nos casos em que seus cursos eram para profissões consideradas masculinas. Também foi observada a reprodução da branquitude, por meio do alisamento do cabelo para ficar invisível no que se refere à raça. Portanto, a partir da análise das trajetórias acadêmicas das mulheres com deficiência participantes da pesquisa foi possível identificar alguns elementos que evidenciam a intersecção entre gênero, raça e deficiência como constituintes das experiências delas no ensino superior. Dessa forma, em consonância com o pensamento das autoras vinculadas ao feminismo interseccional, como Crenshaw (2004) Akotirene (2019) Collins e Bilge (2021), foi possível identificar que a intersecção desses marcadores sociais da diferença produz efeitos que podem não somente obstaculizar o acesso ao conhecimento, mas tornar os contextos educacionais lugares reprodutores de inúmeras opressões. Ademais, a partir da análise das entrevistas é possível afirmar que sexismo, racismo e capacitismo atuam de forma conjunta ajudam para a manutenção do lugar de privilégio dentro da academia daqueles que são posicionados como capazes. Por conta disso, as entrevistadas tentaram, ao longo da graduação, mascarar gênero, raça e deficiência como uma estratégia de evitar o capacitismo presente na universidade e para não se sentirem tão julgadas. Outro ponto de destaque dos relatos sobre as trajetórias educacionais das participantes dessa pesquisa se refere às mulheres com deficiências invisíveis. Na graduação, muitas vezes há uma invalidação de suas condições atrelada a invisibilidade da deficiência. A interseccionalidade entre gênero, raça e deficiência colabora ainda mais para o apagamento dessa pessoa como um alguém de direitos e dificulta a luta por acessibilidade no ambiente universitário. O estudo mostrou a necessidade de as universidades construírem suas práticas pressupondo a presença da deficiência e considerando essa experiência como interseccional. Ademais, ressalta a importância de incorporar a temática da deficiência na formação inicial e continuada, bem como nas agendas de pesquisa no âmbito acadêmico.

Autismo, subjetividade e políticas públicas: saúde e educação em pauta

Lucas Silveira da Silva (UFC), Ricardo Pimentel Méllo (UFC), Paulo Roberto Mendes Júnior (UFC)

A República Federativa do Brasil, enquanto Estado Democrático de Direito, tem implementado uma série de políticas voltadas à garantia de direitos para crianças e adolescentes diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista (TEA). No entanto, no percurso que vai do planejamento à execução e à avaliação dessas políticas, uma série de questões permanece obscura. Dentre elas, destacam-se as filiações teóricas que fundamentam determinadas tecnologias e expertises, bem como os objetivos que visam alcançar em termos de "reforma, educação, cura e virtude" (Rose, 2011). Propomos, neste trabalho, uma análise crítica sobre as políticas públicas brasileiras de Saúde e Educação voltadas para pessoas autistas, com o objetivo de evidenciar, por meio de uma abordagem ensaística, alguns dos jogos de poder e saber que as atravessam e seus efeitos na configuração das práticas institucionais contemporâneas. Partindo de um referencial teórico que articula a arqueogenealogia de Michel Foucault (1975) com a perspectiva decolonial proposta por Aníbal Quijano (2000), bem como utilizando dois expedientes disparadores para essa discussão, quais sejam, denúncia encaminhada ao Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania por associações de pessoas autistas e coletivos anticapacitistas em setembro de 2024 e parecer nº 50/2023 do Conselho Nacional de Educação, problematizamos os modos como o campo biomédico e as tecnologias normatizadoras atuam na formulação e execução dessas políticas, reafirmando práticas capacitistas e medicalizantes que reduzem as diferenças subjetivas a categorias diagnósticas e protocolos terapêuticos engessados.

Partimos do reconhecimento de que Saúde e Educação são direitos garantidos constitucionalmente (Brasil, 1988) e que, na condição de políticas públicas, deveriam assegurar não apenas o acesso, mas o reconhecimento das singularidades e a promoção da equidade. Na prática, entretanto, observamos que questões importantes são obscurecidas, dentre elas destacamos aqui, a filiação teórica das tecnologias utilizadas/privilegiadas e os efeitos políticos das práticas institucionais implementadas. Essa opacidade sustenta a naturalização de modelos biomédicos e comportamentais hegemônicos, alinhados a padrões internacionais, geralmente, norte-americanos, que muitas vezes ignoram as especificidades locais e os determinantes sociais que atravessam os processos de subjetivação e inclusão.

No campo da Saúde Mental, a política voltada para o público infantojuvenil no Brasil passou a se estruturar de forma mais sistematizada apenas a partir de 2002, após a III Conferência Nacional de Saúde Mental e das diretrizes advindas do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Brasil, 1990). Nesse processo, os Centros de Atenção Psicossocial Infantojuvenis (CAPS-i) foram concebidos como dispositivos estratégicos da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), pautados nos princípios da Reforma Psiquiátrica, da desinstitucionalização e da intersetorialidade. Apesar disso, a fragilidade estrutural da rede, o subfinanciamento crônico (Trapé & Onocko-Campos, 2017) e a pressão social pela rápida resolução das demandas de sofrimento psíquico infantil permitiram a proliferação de serviços especializados e clínicas-escola baseadas em modelos biomédicos e comportamentais, alinhadas às classificações do DSM-5 e orientadas pela lógica da reabilitação funcional.

Evidencia-se, através da análise, que essa configuração resulta em uma disputa de paradigmas entre o modelo psicossocial e o modelo biomédico no cuidado a pessoas autistas. Enquanto o primeiro defende a construção de projetos terapêuticos singulares, territorializados e interdisciplinares, o segundo prioriza a normatização de condutas e a medicalização do sofrimento,

frequentemente por meio de diagnósticos precoces e intervenções intensivas. Esse cenário é agravado pela importação acrítica de dados epidemiológicos e protocolos de intervenção dos Estados Unidos, país cuja tradição biomédica e comportamentalista se consolidou sob forte influência utilitarista e sob o modelo de saúde estruturado a partir do Relatório Flexner. Como resultado, tecnologias psi, como a Análise Aplicada do Comportamento (ABA), tornam-se hegemônicas, sendo prescritas de forma padronizada, muitas vezes em cargas horárias abusivas, que ultrapassam 40 horas semanais para crianças autistas.

Analisamos esse contexto a partir da denúncia pública encaminhada ao Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania por associações de pessoas autistas e coletivos (Autistas Brasil, Abraça & VNDI, 2024). O documento relatou práticas coercitivas, estressoras e medicalizantes presentes em clínicas-escola e centros de reabilitação, destacando os efeitos adversos das terapias intensivas de ABA, como o desenvolvimento de transtornos de estresse pós-traumático e a padronização de planos terapêuticos desconsiderando singularidades e contextos de vida. Tais práticas são analisadas à luz da arqueogenealogia foucaultiana (Foucault, 1975), que permite compreender como as tecnologias de cuidado e controle dos corpos infantis se configuram como dispositivos de poder, operando por meio da classificação, da vigilância e da normatização de condutas.

No campo da Educação, examinamos a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEE), instituída em 2008 (Brasil, 2008), e suas reverberações na inclusão escolar de pessoas autistas. Embora a política defenda a matrícula e permanência de todos os estudantes na escola regular, com suporte especializado complementar, observa-se na prática a reprodução de barreiras institucionais, estruturais e simbólicas. A recente publicação do Parecer nº 50/2023 pelo Conselho Nacional de Educação (CNE, 2024), que inicialmente condicionava o acesso de estudantes autistas a direitos educacionais à apresentação de laudos médicos, exemplifica a centralidade da lógica biomédica na configuração das práticas escolares e revela a permanência de um modelo medicalizante de gestão da diferença. A imposição de um crivo médico para a garantia de direitos educacionais reforça a medicalização da educação e o deslocamento de questões estruturais e pedagógicas para o campo clínico, reduzindo as dificuldades escolares a sintomas psiquiátricos e perpetuando práticas excludentes.

Nesse cenário, dispositivos como as salas de recursos multifuncionais, embora criadas como espaços de suporte especializado (Sassaki, 2010), são frequentemente convertidas em espaços de segregação, onde estudantes autistas são afastados do ambiente regular sob a justificativa de inaptidão ou inadequação comportamental (Zanatta, 2020). A medicalização das diferenças, assim, legitima a exclusão sob a aparência da inclusão.

Ao tensionar esses processos, dialogamos diretamente com os princípios e objetivos do GT “Psicologia Social, Deficiência e Anticapacitismo: desafios ético-políticos para a emancipação social” e com o eixo temático “Deficiência, Capacitismo e Psicologia Social”. Ao tomar a deficiência — neste caso, o autismo — como categoria de análise constitutiva da subjetividade, evidenciamos os efeitos psicossociais produzidos pelas práticas capacitistas e pelas tecnologias biomédicas, reafirmando a necessidade de deslocar a deficiência do campo da patologia e da abjeção e compreendê-la como possibilidade de existência política, atravessada por relações de poder e dispositivos de controle social (Foucault, 1975; Quijano, 2000).

Denunciamos que as tecnologias biomédicas e comportamentais, aplicadas indiscriminadamente, importadas de contextos anglo-saxônicos contribuem para a reatualização de processos de colonialidade do saber e do poder (Quijano, 2000), apagando saberes

locais e invisibilizando os determinantes sociais implicados nos processos de sofrimento e exclusão. Tal dinâmica se articula à lógica neoliberal de gestão da vida e dos corpos, que transforma sujeitos autistas em consumidores de serviços, terapias e produtos voltados à normalização comportamental (Broderick & Roscigno, 2021). Ao analisar a emergência de clínicas-escola e startups privadas voltadas ao público autista no Brasil, como a Genial Care (2024), evidencia-se a conversão do sofrimento psíquico e da diferença em nicho de mercado e mercadoria.

Reafirmamos, ao final, a importância da construção de políticas públicas ancoradas na integralidade do cuidado, na intersetorialidade e na valorização das vozes e experiências das próprias pessoas autistas. Defendemos, portanto, a centralidade do Projeto Terapêutico Singular (PTS) e do Plano Educacional Individualizado (PEI) como ferramentas ético-políticas para o enfrentamento das práticas normatizadoras e medicalizantes, a partir da coautoria dos sujeitos implicados. Além disso, propomos a urgência da resistência às tecnologias massificantes e disciplinadoras e a defesa da Psicologia Social como campo comprometido com a construção de práticas emancipatórias, anticapacitistas e decoloniais (Ballestrin, 2013).

Concluímos que a Psicologia Social brasileira é chamada a assumir um posicionamento crítico diante das racionalidades biomédicas e normalizadoras que permeiam as políticas de Saúde e Educação para pessoas autistas, reivindicando práticas que valorizem a pluralidade, reconheçam os determinantes sociais e assegurem a participação efetiva dos sujeitos na construção de suas trajetórias de cuidado e inclusão. Ao evidenciar, por meio de uma abordagem ensaística, os jogos de poder e saber que atravessam essas políticas, reafirmamos a urgência de práticas ético-políticas que desmontem o capacitismo institucionalizado e tensionem os modos eurocentrados de produção de subjetividades e cidadanias, comprometendo-se com a defesa da diversidade e com a efetivação dos direitos sociais e humanos no cenário brasileiro.

Corpos, desejos e normas: a educação dos afetos sob a perspectiva crítica da deficiência

Pâmela Suelen Gama da Cruz (UNICAMP), Helena Altmann (UNICAMP)

As relações sociais e afetivas não são neutras nem naturais; são construções históricas, culturais e políticas que determinam o que é considerado legítimo, desejável ou desviante. Nesse sentido, a série Atypical (Netflix), que acompanha a vida de Sam Gardner, um jovem autista em busca de independência e amor, torna-se um dispositivo potente para a análise crítica das normatividades que organizam a vida social. Este trabalho, fruto de uma dissertação de mestrado, propõe uma análise fílmica da série a partir da perspectiva da Psicologia Social Crítica, interrogando os modos como a deficiência é construída socialmente e os efeitos dessa construção na produção de exclusões e estigmas. A trajetória de Sam permite refletir sobre como os sujeitos com deficiência são constantemente interpelados a performar a normalidade, sobretudo nos campos do afeto, da sexualidade e da autonomia. A série se inscreve, assim, no campo das representações culturais que tanto podem reforçar quanto tensionar o capacitismo — entendido, segundo Campbell (2009), como a ideologia que produz, hierarquiza e desvaloriza corpos e mentes considerados deficientes.

Ao observar a forma como Sam busca se inserir nas normas da vida amorosa — elaborando listas, imitando comportamentos, tentando decifrar gestos e expressões sociais — percebemos que o amor e as relações afetivas também são aprendidos socialmente, e que tal aprendizado é profundamente marcado por expectativas normativas neurotípicas e capacitistas. A tentativa de Sam de "agir corretamente" para conquistar uma namorada escancara o que Pierre Bourdieu (2011) chamaria de habitus: estruturas sociais internalizadas que orientam práticas e percepções — no caso, as formas hegemônicas de se relacionar, desejar, tocar e amar. Sam, por sua vez, denuncia essas normas ao torná-las visíveis. Sua literalidade — característica frequentemente atribuída ao espectro autista — desnaturaliza a performance amorosa, revelando o quanto ela é construída, regulada e ensinada, como um currículo oculto de afetos.

Na perspectiva dos estudos da deficiência e da teoria crip — termo reivindicado como estratégia política e teórica que desafia os discursos normativos sobre corpos e mentes “funcionais” —, essa visibilização é subversiva. Autores como Robert McRuer (2006), em Crip Theory: Cultural Signs of Queerness and Disability, argumentam que a normatividade corporal e mental é reforçada por uma matriz de obrigatoriedade funcional, assim como a heterossexualidade é reforçada por uma matriz de obrigatoriedade sexual. Nesse sentido, Atypical pode ser lida como uma narrativa que tanto opera dentro dessa matriz — ao demandar constantemente a adequação de Sam — quanto a desestabiliza — ao permitir que a diferença autista se manifeste como forma legítima de ser, amar e existir.

O conceito de corpos abjetos, formulado por Judith Butler (2019) é central para compreender como pessoas com deficiência são historicamente situadas como aquilo que deve ser excluído ou regulado para que a noção de sujeito "normal" se sustente. A abjeção, nesse caso, não é apenas exclusão física, mas também simbólica, afetiva e sexual. Na série, Sam é, em diversos momentos, infantilizado e dessexualizado, o que reforça os estigmas que permeiam os corpos neurodivergentes. A sexualidade e os desejos de Sam geram incômodo não por serem excessivos, mas por não se encaixarem nos códigos estabelecidos. Ao tentar viver sua sexualidade, Sam desafia o lugar social que foi designado para ele — um lugar de silêncio, obediência e ausência de desejo.

Os estudos de gênero oferecem ferramentas importantes para pensar esses atravessamentos. Autoras como Kimberlé Crenshaw (1989), ao propor o conceito de interseccionalidade, chamam atenção para o modo como opressões se sobrepõem e interagem, formando experiências complexas de exclusão. Embora Atypical não explore profundamente questões raciais, é possível observar como gênero, classe e deficiência interagem para produzir certas formas de vida possíveis. A irmã de Sam, por exemplo, enfrenta pressões relacionadas à performance de gênero e ao papel de cuidadora, evidenciando a sobrecarga emocional e simbólica que recai sobre mulheres em contextos familiares de cuidado. Já a terapeuta Julia representa uma posição de poder institucional e afetivo sobre Sam, o que tensiona a ética das relações terapêuticas e seus limites.

A análise fílmica realizada a partir da Psicologia Social Crítica, dos estudos culturais e dos estudos da deficiência organizou-se em torno de três núcleos temáticos: (1) os modos de socialização do protagonista; (2) as reações da família, escola e comunidade; (3) os discursos sobre autonomia e independência. A partir desses eixos, é possível compreender como a série dialoga com o modelo social da deficiência — que entende a deficiência como resultado das barreiras sociais, e não como questão individual.

A noção de inclusão que perpassa a série é fortemente marcada por valores neoliberais. Como alerta Sara Ahmed (2012), em On Being Included, muitas vezes a inclusão se transforma em um discurso decorativo, que esconde o fato de que os espaços e estruturas continuam sendo pensados a partir da exclusão. Em Atypical, a escola, a família e os serviços terapêuticos oferecem suporte a Sam apenas na medida em que ele se aproxima da norma. Quando ele diverge, é tratado como problema a ser corrigido, e não como sujeito legítimo de direitos. Esse enquadramento revela o quanto a inclusão, quando não acompanhada de transformações estruturais, acaba por reproduzir a exclusão em novos moldes.

A teoria crip e o modelo social da deficiência propõe uma inversão radical: em vez de adaptar a pessoa à sociedade, é a sociedade que deve se adaptar à multiplicidade de corpos, mentes e formas de existência. Essa crítica se aproxima da ética política da Psicologia Social Crítica, que, segundo Spink (2003), deve operar a partir do compromisso com a transformação social e com o enfrentamento das injustiças simbólicas. A subjetividade, nesse campo, não é tratada como entidade individual, mas como produção situada historicamente, atravessada por discursos, relações de poder e dispositivos de normalização.

Por isso, é fundamental compreender que as dificuldades de Sam em amar, se expressar ou fazer amigos não derivam de um "déficit afetivo" inerente ao autismo, mas sim das normas sociais que regulam quem pode amar e ser amado, quem é visto como desejável, quem merece empatia e reciprocidade. A afetividade, como mostram os estudos de gênero e a perspectiva do feminismo negro decolonial, é um campo de disputa política: o amor é uma prática social que pode ser colonizadora ou libertadora, dependendo das formas que assume e dos corpos que reconhece como dignos.

Nesse contexto, a Psicologia tem um papel crucial. A prática clínica e institucional não pode reproduzir discursos patologizantes ou reforçar a ideia de que há um único modo correto de sentir, amar ou existir. Pelo contrário, é preciso construir espaços de escuta e cuidado que reconheçam a potência da diferença e questionem os imperativos normativos que sufocam subjetividades dissidentes. Como defendem Goodley, Liddiard e Runswick-Cole (2018), o futuro da psicologia crítica está na capacidade de imaginar mundos onde a deficiência não seja eliminada, mas celebrada como parte da diversidade humana.

Assim, Atypical nos convoca a repensar as relações afetivas como campo de aprendizagem social normativamente regulado, e ao mesmo tempo nos

oferece a possibilidade de desestabilizar essas normas a partir da experiência singular de um sujeito autista. A série evidencia que a deficiência, longe de ser um obstáculo à afetividade, é atravessada por ela — e que o problema está, sobretudo, nas formas como a sociedade distribui reconhecimento, desejo e dignidade. Ao humanizar Sam sem reduzi-lo a um estereótipo de superação ou a uma caricatura, a série contribui para desnaturalizar o capacitismo e abrir espaço para novas formas de ser e estar no mundo.

Com base nessa análise, reforça-se a necessidade de práticas, políticas e pesquisas comprometidas com a desconstrução das normatividades excludentes, com o enfrentamento do capacitismo e com a valorização da diversidade. A Psicologia Social Crítica, em diálogo com os estudos da deficiência, a teoria crip e os estudos de gênero, tem muito a contribuir para essa tarefa, oferecendo instrumentos teóricos e metodológicos para repensar a subjetividade, a inclusão e o afeto em uma chave verdadeiramente emancipatória. Amar, portanto, é também um ato político — e garantir o direito de amar, em todas as suas formas, é parte fundamental da luta por justiça social.

Efeitos da disciplina "Psicologia e Pessoas com Necessidades Especiais" na formação em Psicologia na UFRRJ

Raquel de Oliveira Guerreiro (UFRRJ), Pedro Júdice (UFRRJ), Mica Malheiro (UFRRJ), Gillian Cardoso (UFRRJ), Gabriel Fonseca (UFRRJ)

O tema da deficiência tem sido cada vez mais discutido nas instituições de Ensino Superior brasileiras. Isto se deve, em parte, pelo aumento do ingresso e circulação de pessoas com deficiência nestas instituições, devido à inclusão da reserva de vagas para pessoas com deficiência (Lei n.13.409/2016) no Sistema de Cotas Universitárias (Lei n. 12.711/2012). Nem todos os estudantes com deficiência ingressam no ensino superior por meio das vagas de cota. Contudo, esta política torna o ingresso, as possibilidades de permanência e estudo dos estudantes com deficiência questões institucionais, e não mais solicitações individuais "especiais". Deste modo, se faz necessário construir políticas de acessibilidade para que estes estudantes possam não somente acessar o Ensino Superior, mas que também possam se manter estudando e frequentando a vida coletiva universitária em igualdade de oportunidades com estudantes sem deficiência. Diversos autores da Psicologia têm se debruçado sobre questões que envolvem o ingresso e permanência de estudantes com deficiência no ensino superior (De Mozzi, 2020; Gesser, Moraes, Böck, 2020; Kastrup, Pozzana, 2020; Silveira, Guerreiro, Gomes, 2021; Gesser et al, 2022; Kastrup, 2023; Paiva, Gesser, 2023; Guerreiro et al, 2024). Alguns deles também têm discutido a importância de se trabalhar a temática da deficiência na formação em Psicologia. Kastrup (2023) e Guerreiro et al. (2024) propõem que tanto para o acesso quanto para permanência de estudantes com deficiência na universidade, devemos atentar para duas dimensões da acessibilidade: a dimensão macropolítica e a dimensão micropolítica. As duas dimensões, apesar de distintas, operam juntas. Enquanto a primeira diz respeito às lutas por direitos e justiça social (como lei de cotas, Lei Brasileira de Inclusão, benefícios, etc.), passando também por medidas institucionais de acessibilidade (física, comunicacional e informacional), a segunda se refere aos nossos modos de subjetivação, que têm efeitos nas maneiras como nos relacionamos com as outras pessoas e com o mundo. Os autores sublinham que a dimensão micropolítica concerne diretamente o campo da Psicologia, já que os modos de subjetivação e as relações humanas são alguns dos nossos objetos de investigação e de análise. Entendemos que uma mudança importante precisa acontecer para que a acessibilidade realmente se efetive. E isso exige um grande trabalho subjetivo, a partir da possibilidade de desconstrução do que entendemos por deficiência, comumente considerada algo exclusivamente negativo. Segundo Gesser, Moraes e Böck (2020), diferentes áreas do conhecimento vêm incluindo a perspectiva dos estudos da deficiência em suas pesquisas e práticas profissionais, buscando afastar-se das noções de deficiência do modelo biomédico. As autoras defendem uma perspectiva emancipatória, afirmando que divulgar o campo dos estudos da deficiência a diferentes grupos sociais, instrumentalizando pessoas com deficiência e outros grupos marginalizados na luta contra a opressão é um ato político. De Mozzi (2020), e Silveira, Guerreiro e Gomes (2021), pontuam que a Psicologia ainda não se debruça o suficiente na investigação das diversas características subjetivas específicas das pessoas com deficiências e sublinham a relevância de incluirmos a deficiência como um dos marcadores dos sistemas de opressão para a produção de uma fissura nas perspectivas patologizantes e normalizantes de seus modos tradicionais de compreender a deficiência. Essa mudança de compreensão da deficiência abriria a possibilidade de criação de novas práticas de atuação em nosso campo profissional. Neste sentido, Gesser, Moraes

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

e Böck (2020), assim como Gesser et al. (2022) e Guerreiro et al. (2024) apresentam em seus textos algumas iniciativas de trabalho a partir da perspectiva social e crítica da deficiência no ensino, pesquisa e extensão em universidades públicas brasileiras, principalmente no campo da Psicologia. Gesser et al (2022) escreveram sobre a investigação das contribuições do ensino do campo dos estudos da deficiência para a formação em psicologia por meio de entrevistas com estudantes que cursaram a disciplina obrigatória "Psicologia e Pessoas com Deficiência" em uma universidade pública do sul do país. A partir deste estudo local, os autores perceberam a mudança na compreensão da deficiência de uma perspectiva biomédica (do senso comum) para uma perspectiva social e política da deficiência, o que leva à identificação de pessoas com deficiência como sujeitos políticos. Isto aponta para uma mudança subjetiva frente à deficiência, o que possibilita qualificar a atuação profissional da psicologia junto a pessoas com deficiência. Na mesma direção, o objetivo deste trabalho é apresentar os efeitos da disciplina obrigatória" Psicologia das Pessoas com Necessidades Especiais (PPNE)", do curso de Psicologia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), em estudantes com e sem deficiência que cursaram a disciplina. Gostaríamos, primeiramente, de marcar a defasagem do nome da disciplina, que não parece coadunar com a proposta de mudança que afirmamos aqui. Mas trata-se de um nome antigo, em vias de modificação para "Psicologia e Deficiência". A disciplina passou a ser ministrada por uma professora com deficiência no segundo semestre de 2024, sendo oferecida uma vez por ano. A disciplina aborda e discute os diferentes modelos da deficiência, ressaltando as contribuições feministas e CRIP, e apresenta a deficiência em articulação com outros temas, como educação, cultura e sexualidade. Como primeiro efeito da disciplina, houve a criação do Projeto de pesquisa Por uma formação anticapacitista: torções, fissuras, e aleijamentos a partir do encontro com a deficiência na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e do Grupo de Estudos da Deficiência, composto por alguns estudantes com e sem deficiência que cursaram a disciplina, além de uma mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGPSI) e um estudante do curso de História. O grupo objetiva aprofundar-se em assuntos específicos do campo de estudos da deficiência, que são escolhidos coletivamente. Para a investigação dos efeitos da disciplina na compreensão da deficiência pelos estudantes, alguns integrantes do grupo de estudos elaboraram um pequeno questionário, anônimo e a ser respondido de forma voluntária, e enviaram via e-mail e via mensagem de Whatsapp a todos aqueles que cursaram a disciplina em 2024. O questionário continha sete questões, sendo cinco delas objetivas e duas discursivas. Percebemos, por meio da análise coletiva do questionário (parcial, pois ainda em processo), que todos os respondentes consideram importante haver uma disciplina obrigatória sobre deficiência no curso de Psicologia - por transformar a compreensão da deficiência e prepará-los melhor para o encontro com ela no exercício profissional da Psicologia em suas diferentes áreas de atuação. Mesmo sendo um pequeno instrumento de análise, buscamos com a produção do questionário realizar um primeiro mapeamento dos efeitos da disciplina nos estudantes do curso de Psicologia. A investigação continuará acontecendo, lançando mão de outros instrumentos de pesquisa. Deste modo, buscamos contribuir para a difusão dos conhecimentos produzidos pelo campo dos estudos da deficiência na interface com a Psicologia, trabalhando principalmente a dimensão micropolítica da acessibilidade rumo à construção de uma formação anticapacitista e à efetiva inclusão dos estudantes com deficiência no ensino superior.

Entre Corpos e Conexões: Dinâmicas Corporais e Sociais entre Atletas Guia e Paratletas Cegos em Manaus

Henry Martínez Hernández (UFAM), Mário Igor de Souza Hayden (ESBAM)

Introdução: Ao longo da história, a deficiência tem sido estudada e abordada desde diferentes corpos teóricos e metodológicos. Assim, as ciências têm apresentado formas de explicar e de lidar com a existência e as vivências das pessoas com deficiência. Porém, as discussões do modelo social da deficiência e as lutas pelos direitos da população com essa condição, tem encontrado uma terra fértil nas novas propostas de ciências sociais como a psicologia social e a antropologia, cujas idéias aceitam as próprias experiências e a escrita desde o próprio corpo como um local de fala válido e necessário para o debate e a produção de conhecimentos.

Ancorados no modelo social da deficiência, entendemos que as barreiras sociais, atitudinais e estruturais são as principais produtoras das situações de exclusão e opressão vivenciadas pelas pessoas com deficiência. Nesse sentido, adotamos uma postura crítica que desloca o olhar da deficiência como limitação ou incapacidade e passa a compreender esses sujeitos a partir de suas identidades e produções culturais. Então, definimos a deficiência como a interação entre condições específicas do corpo de uma pessoa, em interação com as mencionadas barreiras do ambiente. Assim, a deficiência visual, que é central neste trabalho, será entendida como a interação entre condições visuais dos sujeitos (cegueira ou baixa visão) e um ambiente onde o visual tem uma predominância quase absoluta sobre os outros sentidos.

No campo específico do esporte adaptado, observamos que as práticas esportivas não se limitam ao desenvolvimento físico, mas constituem espaços fundamentais de produção de subjetividades, fortalecimento da autoestima, construção de redes de apoio e (re)significação do próprio corpo. No caso específico do para-atletismo praticado por pessoas com deficiência visual, existe uma dinâmica particular onde cada atleta com deficiência corre com uma outra pessoa, quem é definida como atleta guia e tem a função de acompanhar à pessoa cega, garantindo que o percurso seja seguro e aconteça dentro das linhas demarcadas para esse fim. A relação entre atleta-guia e atleta cego, especificamente, se estrutura em dinâmicas complexas que envolvem confiança, sincronia, escuta, comunicação não verbal e afetividade, revelando modos específicos de constituição da corporeidade. Inspirados nas reflexões de Marcel Mauss (1934), adotamos a ideia de que os corpos são moldados culturalmente por meio de práticas e técnicas socialmente aprendidas e compartilhadas. No contexto das pessoas com deficiência visual, essas técnicas corporais assumem características próprias, onde a escuta ativa, o tato, a percepção espacial e a coordenação conjunta entre atleta guia e paratleta são elementos centrais para a execução das práticas esportivas.

O anterior dialoga também com a perspectiva de Ribera (2007), que apresenta as pessoas com deficiência como sujeitos transculturais. Isso significa compreender que as PCD habitam simultaneamente uma cultura hegemônica, estruturada por normas capacitistas, e uma cultura própria, construída a partir da experiência compartilhada da deficiência. Essa condição transcultural possibilita que os sujeitos e os grupos desenvolvam saberes, estratégias, linguagens e práticas que resistem aos padrões normativos de corporeidade, funcionalidade e participação social.

A prática esportiva, nesse sentido, se apresenta como um espaço de resistência e de afirmação identitária. Mais do que uma atividade meramente recreativa ou terapêutica — como tradicionalmente foi entendida no passado —, o

esporte adaptado se consolida como campo de desenvolvimento físico, emocional, social e político, conforme defendem Gorgatti e Gorgatti (2005). Além disso, os estudos de Weinberg e Gould (2001) evidenciam os impactos positivos da atividade física para o bem-estar psicológico, desenvolvimento de competências socioemocionais e fortalecimento das relações interpessoais, elementos que se mostram intensamente presentes nas dinâmicas estabelecidas entre atletas guias e paratletas.

Objetivo: O presente trabalho busca compreender os processos identitários ligados à corporeidade de atletas com deficiência visual, assim como as interações estabelecidas com atletas-guia, no contexto do esporte adaptado na cidade de Manaus, Amazonas. A proposta emerge diretamente da vivência dos próprios autores — um atleta guia e estudante de psicologia (M.I. de Souza Hayden) e um atleta cego e mestrando em antropologia (H. Martínez Hernández) — cujas trajetórias pessoais e esportivas se entrelaçam e se constituem como ponto de partida para pensar criticamente os desafios e os processos de construção de identidade atravessados pela deficiência, tomando a autoetnografia como método.

Eixo temático e grupo de trabalho: esta pesquisa guarda uma relação com o eixo temático 10 (Deficiência, capacitismo e psicologia social) e com o GT 44 (psicologia social, deficiência e anticapacitismo: desafios ético políticos para emancipação social), porque coloca no debate as questões sociais, interpessoais e os aspetos identitários das PCDV dentro do para-atletismo, bebendo da fonte dos estudos críticos da deficiência, e procurando uma forma de produzir conhecimento desde as nossas vivências e os nossos corpos.

Método: No âmbito metodológico, este estudo adota a autoetnografia como estratégia central, entendendo que a reflexão sobre as próprias experiências permite uma escuta mais sensível, situada e coerente com os princípios da pesquisa crítica e comprometida com a transformação social.

Como destaca Denzin (2017), a autoetnografia permite articular narrativas pessoais e análises socioculturais, contribuindo para desnaturalizar as opressões e tornar visíveis as resistências cotidianas. No nosso caso, essa abordagem se fortalece justamente pelo fato de que tanto o pesquisador paratleta quanto o pesquisador atleta-guia compartilham experiências diretas nos contextos investigados, o que permite uma compreensão mais profunda e situada das experiências observadas. A coleta de dados é realizada por meio de duas principais técnicas: observação participante e entrevistas semiestruturadas. A observação ocorre nos espaços de treino do Centro de Referência Paralímpico da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e da Vila Olímpica de Manaus, acompanhando as rotinas de preparação, as dinâmicas de interação e os processos de construção conjunta entre paratletas e guias. Essa observação é registrada em diário de campo, anotando comportamentos, situações emblemáticas, desafios e conquistas dos participantes.

As entrevistas, por sua vez, buscam captar as narrativas pessoais e os sentidos atribuídos pelos próprios sujeitos às suas experiências no esporte adaptado. Com roteiro flexível, as perguntas visam estimular relatos sobre o início nas práticas esportivas, os desafios enfrentados, as relações estabelecidas com os guias, os impactos no desenvolvimento pessoal e as perspectivas sobre inclusão, autonomia e pertencimento. As entrevistas são devidamente gravadas (com autorização), transcritas e analisadas por meio da técnica de análise de conteúdo, segundo Bardin (2011), permitindo a identificação de categorias emergentes e de sentidos compartilhados.

Finalmente, é preciso destacar que durante o processo os pesquisadores também são entrevistados da mesma forma que outras pessoas participantes da pesquisa. Isso porque a autoetnografia permite e requer um diálogo entre as trajetórias de vida e as experiências dos

pesquisadores e do grupo ao qual pertencem. Assim, as entrevistas em profundidade supõem um diálogo entre os relatos dos pesquisadores e dos outros participantes, levando a uma análise comparativa e com uma maior diversidade de experiências.

Resultados e Conclusões:

As dinâmicas entre paraatletas e atletas guia são mediadas diretamente pelas corporeidades de cada um deles. Assim, o contato físico constante e o reconhecimento do próprio corpo e dos movimentos do corpo da outra pessoa, são parte dos desafios no processo das duplas. Isso dista das realidades mais individualizadas vividas pelos atletas guia em outros esportes ou em experiências onde o processo de competição é mais solitário. Então, essa realidade mostra uma relação complexa, onde as responsabilidades são compartilhadas na hora das competições, mas também durante os treinamentos. Isso também envolve processos de negociação, adaptação e interações que são definidos pela personalidade, as habilidades técnicas e as realidades de cada atleta.

Por outra parte, a prática esportiva tem se mostrado como um fator relevante nos processos de autonomia e inclusão das PCDV. Pois, um melhor conhecimento do própio corpo é uma ferramenta importante, relacionada com a segurança, autoconfiança e com os processos identitários, que são chave para conseguir uma autonomia em diferentes âmbitos da vida cotidiana. Além disso, o esporte adaptado constitui uma forma de dar visibilidade para algumas necessidades das PCDV, assim como para as suas lutas e resistências, tais como o acesso a direitos ou a sua presença na vida pública da cidade.

Concluímos que as dinâmicas entre paraatletas e atletas guia são complexas e que vão além de uma relação entre atletas com e sem deficiência; de fato, essas dinâmicas são reflexo de realidades sociais e culturais presentes na sociedade, e que representam a interação entre formas diferentes de perceber e viver o mundo. Diante disso, fica evidente o compromisso que a Psicologia Social e a Antropologia devem adquirir com a promoção da emancipação humana, a luta anticapacitista e a construção de práticas acadêmicas e profissionais que reconheçam e valorizem as diferenças. Acreditamos que a inclusão nas ciências sociais não acontece quando a deficiência é vista como tema de estudo, mas sim quando criamos espaço no esporte e na academia para formas de produzir conhecimento desde corpos diversos e desde vivências de pessoas com deficiência e aliadas.

Escolarização e profissionalização de pessoas surdas na região Norte do Brasil

Gisele Pereira da Silva (UFAM), Gisele Cristina Resende (UFAM)

A trajetória de escolarização e profissionalização de pessoas surdas no Brasil é marcada por avanços legais, como a Lei de Libras (10.436/2002) e a LBI (13.146/2015), que garantem educação bilíngue e inclusão. Contudo, persistem barreiras estruturais que impedem a efetiva emancipação social, especialmente no Norte do país. Dessa forma, buscou-se problematizar o capacitismo que marginaliza pessoas surdas, refletido na precariedade de políticas públicas educacionais e laborais, agravada por interseccionalidades regionais. Processo este pautado na concepção de um ideal de ser humano baseado em capacidades normativas compulsórias, a qual atribui a pessoas com deficiência e demais grupos minoritários, o estereótipo da incapacidade e inadequação. Para o rompimento desse paradigma, lançamos mão da perspectiva teórico-política da Psicologia Social Crítica com vista à desnaturalização de opressões e atuação na transformação de estruturas excludentes, priorizando práticas emancipatórias junto a grupos marginalizados por meio de ações em movimentos sociais e pesquisas científicas. O presente trabalhou objetivou analisar por meio de uma revisão narrativa da literatura o processo de escolarização e profissionalização de pessoas surdas no Brasil e no Norte. O presente trabalho relaciona-se com o GT Psicologia Social, Deficiência e Anticapacitismo: desafios ético-políticos para a emancipação social, pois objetiva entender o processo histórico da escolarização de pessoas surdas no Brasil e na região Norte. Entendemos que o processo histórico traz marcas da colonização e de todo o processo migratório e de povoação da região Norte que foi marcado pela dominação do pensamento europeu e colonizador, que traz implícito um processo de capacitismo. A estratégia metodológica para a elaboração do trabalho foi de uma revisão narrativa de literatura. Esta modalidade de revisão de literatura constitui-se como estratégia de mobilização de documentos diversificados tais como produções acadêmicas e digitais (artigos, teses, dissertações, entre outros). Sua flexibilidade dispensa protocolos rígidos de análise, viabilizando uma síntese atualizada – ainda que não integral – do conhecimento produzido. As buscas foram realizadas através dos seguintes descritores: “pessoas surdas” AND “escolarização” AND “região norte” AND “Brasil”. A busca foi realizada nas plataformas eletrônicas Google Acadêmico, Scielo e Periódicos CAPES. Através dos resultados foi possível identificar que ao tratar-se do contexto da educação básica de pessoas surdas no Norte do país, mais especificamente na capital do Amazonas - Manaus, atualmente a cidade conta com apenas uma única estrutura de ensino básico público a qual oferece atendimento educacional específico para pessoas surdas e surdocegas. Além disso, foi destacado que ao longo da trajetória histórica de lutas de movimentos sociais em prol da inclusão e reconhecimento das demandas da vivência da surdez, ocorreram em paralelo avanços nas discussões e reivindicações de direitos de pessoas com deficiência que resultaram na construção de legislações específicas para sua garantia. Na seara do ensino, algumas leis e decretos figuram como bases fundamentais para o desenvolvimento de espaços inclusivos e acessíveis a pessoas surdas tais como a Lei N.º 10.436/2002, conhecida como Lei de Libras que reconhece seu ensino e utilização como meio de comunicação fortalecida e complementada pelo Decreto N.º 5.626/2005 no que diz respeito a detalhamentos necessários para sua efetividade. Mais adiante, no ano de 2014, foi inserida a garantia de educação bilíngue para pessoas surdas através da Lei N.º 13.005 que aprova no Plano Nacional de Educação (PNE) a elaboração de estratégias para o ensino da Libras como primeira língua (L1) e tendo a Língua Portuguesa como segunda língua (L2) em sua estrutura escrita. No ano seguinte, a Lei N.º 13.146/2015,

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

popularmente difundida como Lei de Inclusão da Pessoa com Deficiência ou Estatuto da Pessoa com Deficiência, amplia o desenvolvimento de estruturas mais acessíveis e inclusivas através da garantia de educação bilíngue, formação de pessoas tradutoras/intérpretes de Libras, elaboração de tradução de editais para a sinalização em Libras e fortalecimentos de outros direitos adquiridos anteriormente, com vistas a construção de recursos para que pessoas surdas possam se desenvolver de maneira emancipatória e autônoma. Na seara do acesso ao ensino superior, em 2017, o Exame Nacional do Ensino Médio inaugura a modalidade de provas traduzidas em Libras e sinalizadas através de recursos de vídeo de forma a promover a equidade nos processos avaliativos para ingresso em instituições de formação universitária bem como para fortalecer o reconhecimento dos direitos linguísticos da população. Por fim, foi possível concluir que apesar dos avanços alcançados através da legislação, o processo de escolarização de pessoas surdas ainda enfrenta barreiras para sua efetivação que impactam diretamente a qualidade da profissionalização e nas possibilidades de acesso e permanência no mercado de trabalho. Faz-se necessário destacar a importância dos espaços educacionais no processo de socialização e construção de recursos para o desenvolvimento de potencialidade e da autonomia de cada pessoa. No contexto da vivência da surdez esse espaço é atravessado pela diferença linguística e comunicacional e falta de estrutura para promoção de inclusão e acessibilidade que figura como fonte de severos prejuízos. Este panorama reflete-se no processo de ingresso e permanência no mercado de trabalho, visto que apesar da existência de legislações que garantam o direito de pessoas com deficiência ao trabalho - Lei nº 8.112/1990 e Lei nº 8.213/1991 - respectivamente estipulando que 20% das vagas de concursos públicos sejam destinadas a essa população e que empresas com mais de 100 trabalhadores ofereçam 2% a 5% de suas vagas para pessoas com deficiência, o acesso aos cargos ainda encontra barreiras pautadas no capacitismo estrutural que permeia todos os âmbitos de convívio social. Para mais, faz-se necessário destacar que o atravessamento da precarização da qualidade do nível de ensino e profissionalização de pessoas surdas está atrelado a estrutura pouco desenvolvida dos espaços de escolarização refletindo a necessidade de melhorias nas políticas públicas estruturais para o desenvolvimento das potencialidades da população surda em sua integralidade.

Narrativas autobiográficas de professoras no AEE em comunidades quilombolas: a interface cor/raça e deficiência

Júlia Mel Silva Santana (UEFS), Charles Maycon Almeida Mota (UEFS)

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa de Iniciação Científica vinculada ao projeto "Educação Inclusiva em escolas quilombolas: interseccionalidades e (re)existências" e tem como foco investigar, a partir de um viés interseccional, como as práticas pedagógicas de professoras que atuam no Atendimento Educacional Especializado (AEE) em escolas quilombolas dialogam com as dimensões de raça/cor e deficiência. A pesquisa parte do reconhecimento de que a organização social brasileira foi historicamente forjada na experiência colonial, estruturando desigualdades que impactam de forma mais intensa corpos racializados e com deficiência. Pesquisas recentes realizadas pelo Ministério de Direitos Humanos e Cidadania – MDHC (Brasil, 2023), evidenciaram um panorama do perfil sociodemográfico das pessoas com deficiência no Brasil. No relatório é possível observar que a maior parte das pessoas com deficiência é composta por indivíduos negros, o que também ocorre na população geral: 11,2% das pessoas com deficiência se identificam como pretas e 45,4% como pardas, somando 56,6% do total. De acordo com o relatório da Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio (PNAD), durante o ano de 2022 foram registradas 11.979 notificações de violência no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) cometidas contra pessoas com deficiência, aproximadamente 33 notificações por dia, representando um aumento de 24,4% em relação a 2018. Sendo a maioria das vítimas do sexo feminino (62,8%), entre 10 e 19 anos (20,5%) e negra (51,6%). Ao refletir sobre essas intersecções no contexto das comunidades quilombolas, a pesquisa busca compreender como os docentes lidam, em suas práticas cotidianas, com a presença e o desenvolvimento de estudantes atravessados por essas múltiplas opressões.

O objetivo principal consiste em compreender como as experiências, trajetórias e narrativas (auto)biográficas de professoras que desenvolvem o AEE em escolas quilombolas evidenciam suas práticas pedagógicas inclusivas, considerando as intersecções entre raça/cor e deficiência. Os objetivos específicos incluem mapear suas trajetórias de formação e atuação, identificar concepções sobre inclusão e diferença, e analisar como essas práticas se articulam às demandas dos estudantes negros com deficiência.

A proposta da pesquisa se insere no eixo Deficiência, Capacitismo e Psicologia Social e no Grupo de Trabalho (GT): Psicologia Social, Deficiência e Anticapacitismo: desafios ético-políticos para a emancipação social. Ao abordar a deficiência como um marcador social da diferença, atravessado por relações de poder racializadas e de classe, o estudo dialoga com uma Psicologia Social crítica, comprometida com a justiça social e a produção de subjetividades não patologizadas. A intersecção entre raça/cor e deficiência não apenas produz desafios objetivos na escolarização de estudantes negros com deficiência, como também opera na constituição de subjetividades que são marcadas por múltiplas formas de negação, exclusão e apagamento. Assim, a pesquisa busca contribuir para o debate sobre práticas pedagógicas que tensionem e que combatem o capacitismo e o racismo estrutural, ao mesmo tempo que fortalecem uma educação inclusiva e decolonial.

A pesquisa tem por referencial teórico conceitos como o de interseccionalidade (AKOTIRENE, 2023; CRENSHAW, 2002) e racismo estrutural (CARNEIRO, 2023; ALMEIDA, 2019), que permitem compreender a sobreposição de opressões que afetam sujeitos racializados e com deficiência em contextos educacionais. No campo da

Educação, os estudos sobre narrativas (PAIVA, 2008; PASSEGGI et al., 2016) e autobiografias são mobilizados para valorizar as experiências, vivências, trajetórias docentes como potentes produtoras de conhecimento, levando em consideração seus significados e significância (MOTA, 2022). A cartografia é tomada como método sensível à produção de sentidos em territórios existenciais (DELEUZE E GUATTARI, 1995; KASTRUP, 2007), sendo um dispositivo epistemológico que permite acompanhar fluxos e deslocamentos no processo de constituição das práticas pedagógicas inclusivas. A deficiência, por sua vez, é compreendida não como déficit, mas como diferença, que deve ser reconhecida em sua pluralidade e situada no contexto das relações sociais e escolares (REIS, 2024).

A estratégia metodológica utilizada foi pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, baseada na abordagem da pesquisa narrativa com enfoque biográfico-narrativo (CLANDININ E CONNELLY, 2000; MOTA, 2022). Os sujeitos da pesquisa são professoras que atuam em salas de recursos multifuncionais em escolas públicas de comunidades quilombolas, localizadas no município de Feira de Santana/BA. Serão realizadas entrevistas narrativas que buscam compreender as práticas docentes a partir de suas experiências, formações e sentidos atribuídos ao fazer pedagógico com estudantes negros com deficiência. A análise será conduzida pela perspectiva compreensiva-interpretativa (SOUZA, 2014), que reconhece os sujeitos como autores ativos de suas próprias histórias e das práticas pedagógicas que constroem. A cartografia, baseada em Deleuze e Guattari (1995), será utilizada como dispositivo metodológico para acompanhar a produção de sentidos e deslocamentos nas narrativas docentes, reconhecendo a complexidade e o atravessamento dos territórios existenciais escolares.

Por se tratar de uma pesquisa em andamento, ela encontra-se atualmente em fase de aprofundamento teórico e de sistematização do referencial metodológico.

Como resultados esperados, pretende-se construir uma análise situada das práticas docentes no AEE que contemple os atravessamentos de raça/cor e deficiência nas comunidades quilombolas, evidenciando como esses elementos interferem na concepção e no exercício da inclusão escolar. Espera-se também contribuir com subsídios teóricos e metodológicos para a formação docente inicial e continuada, no sentido de fortalecer práticas pedagógicas anticapacitistas, antirracistas e sensíveis à complexidade dos territórios escolares quilombolas. Além disso, busca-se visibilizar as resistências cotidianas que emergem das práticas de educadoras que se colocam na direção de uma escola democrática, plural e emancipadora.

A partir do diálogo com a Psicologia Social crítica brasileira, compreende-se que as práticas pedagógicas no AEE são espaços de produção de subjetividades, onde se desenham fronteiras entre pertencimento e exclusão. A pesquisa reafirma, portanto, o compromisso ético-político com a produção de saberes comprometidos com a justiça social, a partir da escuta dos sujeitos e da valorização de seus modos de viver, experienciar e ensinar. Dessa forma, espera-se que os achados desta pesquisa colaborem para a construção de uma sociedade brasileira que reconheça e valorize as singularidades, memórias, resistências e potencialidades de grupos historicamente silenciados, compreendendo essas atitudes como uma condição fundamental para a efetivação de um existir verdadeiramente emancipador.

O AEE como resgate da posição de sujeito em meio a hegemonia diagnóstica: um relato de experiência no Colégio Pedro II

Débora Maria da Conceição Roque (Colégio Pedro II), Nathália Inácio de Souza (Colégio Pedro II)

Este trabalho se configura como o relato de experiências vivenciadas no Colégio Pedro II, de modo que buscamos analisar e problematizar os sintomas da epidemia de diagnósticos que reverberam na prática do professor de Atendimento Educacional Especializado (AEE), fazendo que esta categoria assuma uma posição incontornável na luta pela singularidade dos sujeitos.

Nossa ênfase é argumentar acerca da dimensão de luta nas relações de parceria do professor AEE tecidas no chão da escola. Mencionaremos alguns tensionamentos que assumimos na provocação de reflexões para uma educação crítica, que enxerga sujeitos e não diagnósticos.

O caminho metodológico em que esta construção se dá foi percorrido a partir da práxis adotada em nosso fazer cotidiano enquanto professoras no Ensino Fundamental II e Ensino Médio, em que ação e reflexão se articulam de forma indissociável, em um processo contínuo de diálogo e busca por articulação com autores, pesquisadores e professores que trilham conosco esta estrada de seguir e resistir na defesa por uma educação transformadora, ética e para todos.

A educação brasileira está embasada na premissa de que a educação é direito de todos. Esta posição política assumida pelo país pressupõe a adesão a um conceito que nos é caro: a hospitalidade (Mantoan, 2022). Este conceito diz respeito à ideia de que todo aquele que chega à escola precisa ser recebido como hóspede, sem condicionantes, tendo respeitada a sua bagagem como parte daquele que a carrega. Neste sentido, a deficiência pode ser um elemento constitutivo destes sujeitos, compreendidos na perspectiva da diferença (Silva, 2001), mas jamais como justificativa para categorizações e imposição de identidades fixas.

As tentativas de infiltração do modelo biomédico na escola são cotidianas e, observamos que o modelo integracionista aparece sob novas roupagens, quase sempre apoiadas no discurso da individualização para garantir a aprendizagem daqueles que poderiam caber nas categorias diagnósticas pré-definidas. Paulo Freire ([1968]/2024), ao discorrer sobre a Pedagogia do Oprimido, aponta que, ao serem formados na cultura da dominação, a consciência oprimida é constituída em uma dualidade: "a situação de opressão em que se 'formam', em que 'realizam' sua existência os constitui nessa dualidade, na qual se encontram proibidos de ser" (ibidem, p. 58). Analisando estes elementos a partir dos Estudos da Deficiência, a experiência de opressão (Diniz, 2012) vivenciada por pessoas com deficiência em contextos capacitistas, leva à internalização do capacitismo (Campbell, 2008), quando após o sucessivo processo de discriminação, a pessoa com deficiência incorpora em si a consciência opressora nomeada por Freire ([1968]/2024), que constrói nos sujeitos a negativa do direito à subjetividade, a “proibição de ser”, pois não há espaço para ser sujeito quando o diagnóstico já ocupa todos os lugares – inclusive a escola.

Queremos argumentar que uma das direções da incisiva médica se materializa na subjetividade das famílias que recebemos no serviço do AEE, o que reverbera na postura que sustentam enquanto responsáveis. É comum a presença de um tom bélico nas relações tecidas com a escola, embasadas em uma posição em que estes sujeitos, autorizados pelos discursos medicalizantes, enxergam seus filhos como pacientes, objetivando transpor essa lógica para dentro da escola. Este ponto de tensão se ramifica em muitos discursos/situações: medicamentos para performar a atenção a serem

administrados no tempo escolar, pedidos de horário reduzidos e/ou perda de frequência para destinar tempo à esfera terapêutica e, ainda, a nosso ver, o mais grave, a exigência de seguirmos no plano pedagógico o que foi pedido em documentação médica, tais como provas "adaptadas", elaboração de Planos Educacionais Individualizados, mediação escolar, sempre afirmando a lógica de que, a partir da categorização diagnóstica, o individual pode se sobrepor ao coletivo.

Se tomarmos a infância como uma invenção recente, devemos localizá-la em seu tempo histórico, político e ligada a determinados projetos de governo e de produção de subjetividade. No contexto neoliberal, os adultos têm se mostrado cada vez mais destituídos de suas capacidades imaginativas e reféns de uma noção de cuidado infantil restrita à vigilância e, em qualquer comportamento dissonante, à procura de um "expert" da saúde infantil. (Marçon; Andrade, 2022, p. 13)

Na posição de sustentar a política do modelo social no sentido de receber estudantes em uma escola é da máxima importância enfrentar comportamentos e discursos que atravessam o fazer escolar do professor em sua docência, deturpam aquilo que faz a escola ser escola. Masschelein e Simons (2023) afirmam que a construção da escola implica um processo de suspensão, funciona como um limiar, visto pelas famílias (que almejam domar a escola) como uma experiência quase que traumática. Nesse sentido, defendem:

Mas não é por isso que esse limiar é, precisamente, o que torna possível o deixar ir; não é o que permite que os jovens entrem em outro mundo no qual podem deixar de ser "filho" ou "filha"? De que outra forma eles podem deixar a família, o lar? Muito simplesmente, isso significa que a escola dá às pessoas a chance (temporariamente, por um curto espaço de tempo) de deixar o seu passado e os antecedentes familiares para trás e se tornarem um aluno como outro qualquer. (Masschelein e Simons, 2023, p. 31)

O atual cenário escolar impulsiona o professor de AEE, que conhece seu lugar e opera criticamente através dele, para uma posição cada vez mais decisiva para disseminar práticas distintas daquelas que se coadunam com o modelo médico da deficiência. E para sustentar este princípio, consequentemente resgata diretrizes da educação "esquecidas" para o modelo médico ganhar espaço. A resistência estratégica se explica porque, conforme afirma Meneghine (2025, p. 157): "Todos os estudantes e professores são alvos desta incisiva, mas os estudantes com deficiência, que se destacam dos padrões normofuncionais, são os alvos prioritários. São os primeiros e mais atingidos."

Tal discurso encontra espaço com interesses sutis na educação, já que aponta para um ideal de escola inchada de "especialistas", que vão retirá-los da sobrecarga de seus cargos e funções e livrá-los de maior contato e implicação com os estudantes com deficiência. Moyses e Collares (2017) argumentam as intenções desta política, visto que:

Os processos de medicalização, ao deslocarem causas e soluções para o campo médico, isentam de responsabilidades instituições e governantes, criando mais um obstáculo à transformação das práticas educacionais e à superação do fracasso da escola. (Moysés, Collares, 2017, p. 45)

Mobilizadas pelo debate aqui apresentado, assumimos, nos últimos anos, a tensionada posição de reafirmação da perspectiva inclusiva na escola, já tão permeada pela integração. Nesse movimento, um importante passo tem sido o resgate do Plano de AEE, instrumento que identifica as barreiras que dificultam ou impedem o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência, juntamente às estratégias e recursos.

Outro passo fundamental é a construção de espaços de diálogo com os professores, famílias e gestores, convidando-os à compreensão de que, na escola, todos são estudantes, e que diagnóstico é mais um elemento

que os constitui como sujeitos. Além disso, a afirmação da escola como espaço do saber pedagógico contribui para que os atores retomem seus lugares, que vinham cedendo à autoridade médica que, pela imposição da soberania do discurso científico, ganhava espaço nos discursos escolares.

Defender uma perspectiva contra hegemônica em um contexto permeado pelo discurso dominante é uma tarefa desafiadora e não linear. Sabendo da não linearidade deste processo, não podemos ceder do posicionamento crítico frente à realidade, entendendo que as estratégias de infiltração do modelo médico à serviço da cultura capacitista serão constantes no cotidiano da escola. Nos cabe, ao assumirmos o compromisso com a educação brasileira, proteger a escola como espaço pedagógico e o "direito de ser, sendo diferente, na escola" (Mantoan, 2004, p. 42).

FONTES:

CAMPBELL, F. K. Exploring internalized ableism using Critical Race Theory. Disability and Society, 151 162, 2008. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/29467719_Exploring_Internalized_Ableism_Using_Critical_Race_Theory>. Acesso em: 25 mai. 2025.

DINIZ, D. O que é deficiência. São Paulo: Brasiliense, 2012.

FREIRE, P. (1968). Pedagogia do oprimido. 89.ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2024.

MANTOAN, M. T. E. O direito de ser, sendo diferente, na escola. R. CEJ, Brasília, n. 26, p. 36-44, 2004.

MANTOAN, M. T. E. Uma escola hospitaleira. Revista Estudos Aplicados em Educação, São Caetano do Sul, v. 7, n. 13, p. 5-14, 2022.

MARÇON, L.; ANDRADE, H. S. de. Psiquiatria Infantil: "a escola pediu um laudo". Outra saúde/Saúde Mental. Disponível em: https://outraspalavras.net/outrasaude/a-escola-pediu-uvcm-laudo-psiquiatria-infantil-e-neoliberalismo . Acesso em: 25 de maio de 2025.

MASSCHELEIN, J.; SIMONS, M. Em defesa da escola - Uma questão pública. Tradução: Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

MENEGHINE, N. Educação inclusiva: o emancipatório da educação. In: Educação em Pauta: desafios da educação especial na perspectiva inclusiva no Brasil. Org. Claudia Pereira Dutra. Brasília, DF: Organização dos Estados Ibero-americanos, 2025.

MOYSES, M. A. A; COLLARES, C. A. L. Produção do Fracasso Escolar e medicalização da infância e da escola. Psicanálise, educação especial e formação de professores: construções em rasuras [recurso eletrônico] / organizadoras Carla K. Vasques [e] Simone Zanon Moschen; Dados eletrônicos. – 2. ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. (org.). Identidade e diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2005.

Parentalidade Contra-hegemônica: Adoção de Crianças com Deficiência e Desafios Anticapacitistas

Kamilly Lima Sales (UFRR), João Paulo Roberti Júnior (UFRR)

A presente comunicação tem por objetivo compartilhar os resultados parciais de uma pesquisa de conclusão de curso em Psicologia, cujo foco é compreender as experiências de pais que optaram pela adoção de crianças com deficiência no Brasil. A adoção, enquanto ato jurídico e afetivo, ganha contornos ainda mais significativos quando direcionada a crianças que, por suas características físicas, intelectuais ou sensoriais, são excluídas do ideal de filho perfeito que ainda perpassa o imaginário social e o sistema de adoção. O tema se insere em uma discussão maior sobre os atravessamentos do capacitismo, da idealização da autonomia e da exclusão estrutural de corpos e subjetividades não normatizadas.

A pesquisa é desenvolvida na cidade de Boa Vista, capital do estado de Roraima, situada na região amazônica e no extremo norte do Brasil. Esse contexto geopolítico é atravessado por especificidades históricas, sociais e institucionais que impactam diretamente as experiências de adoção e cuidado de crianças com deficiência. A escassez de políticas públicas efetivas, a concentração de serviços especializados em regiões mais centrais e as desigualdades estruturais que marcam o território amazônico tornam ainda mais urgente o debate sobre parentalidade, inclusão e justiça social. Realizar esta investigação em Roraima permite visibilizar práticas de resistência e cuidado em um cenário muitas vezes invisibilizado pelas pesquisas acadêmicas, reforçando o compromisso da Psicologia Social com os processos de descolonização do saber e com a valorização das experiências localizadas.

Optou-se por investigar as trajetórias desses pais como forma de compreender como a escolha pela parentalidade adotiva de crianças com deficiência pode operar como resistência aos modelos biomédicos, meritocráticos e excludentes de família, cuidado e deficiência. A pesquisa dialoga diretamente com os objetivos do GT 44 do Encontro Nacional da ABRAPSO, que propõe ampliar os debates sobre a deficiência como categoria social de análise na Psicologia Social brasileira e que acolhe trabalhos comprometidos com práticas anticapacitistas. A adoção de crianças com deficiência, nesse contexto, é entendida como uma prática que desafia a lógica do sujeito autônomo e funcional valorizado pelo capitalismo neoliberal, e que mobiliza uma ética do cuidado baseada na interdependência, tal como formulada nos Estudos Feministas da Deficiência. Além disso, o trabalho visa dar visibilidade a famílias que, ao romperem com os padrões hegemônicos de filiação, produzem subjetividades ético-políticas que questionam as hierarquias sociais entre corpos ditos normais e deficientes.

O referencial teórico da pesquisa é construído a partir do modelo social da deficiência (Diniz, 2007; Bampi, Guilhem & Alves, 2010), das críticas feministas ao ideal de autonomia (Garland-Thomson, 2014; Kittay, 2011), e da ética do cuidado como proposta de reestruturação das relações sociais (Tronto, 2007). Articula-se, também, às contribuições da Psicologia Social crítica no campo dos direitos humanos e das políticas públicas. Partimos do entendimento de que a deficiência, enquanto construção social, não reside exclusivamente nas lesões ou limitações do indivíduo, mas nas barreiras físicas, atitudinais e institucionais que impedem a plena participação das pessoas com deficiência na vida comunitária. Ao mesmo tempo, reconhece-se que a parentalidade, enquanto construção histórica, é permeada por ideais normativos de beleza, funcionalidade, inteligência e independência, os quais impactam diretamente as escolhas de quem adota e de quem é adotado.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa é qualitativa, de caráter descritivo e interpretativo, orientada pelo método das histórias de vida. Foram realizadas entrevistas com pais que adotaram formalmente crianças com deficiência, com ao menos um ano de convivência familiar. As entrevistas seguiram um roteiro semiestruturado que abordou motivações, expectativas, desafios, rede de apoio, experiências com políticas públicas e percepções sobre a deficiência. O material empírico está sendo analisado com base na técnica de análise temática (Braun & Clarke, 2006), permitindo a identificação de núcleos de sentido presentes nas narrativas dos participantes.

Os resultados parciais apontam para a complexidade da escolha pela adoção de uma criança com deficiência. As motivações dos pais são diversas: para alguns, a vivência prévia com pessoas com deficiência, seja no contexto familiar ou profissional, despertou um compromisso ético com a inclusão; para outros, a escolha surge da percepção de que todas as crianças têm direito a uma família, independentemente de suas características. Em todos os relatos, observa-se o enfrentamento ao estigma social da deficiência e à ideia do "filho perfeito", associado a um corpo saudável, inteligente e autônomo. Muitos pais relataram resistência por parte de familiares e amigos, que expressaram preocupação com os desafios financeiros, emocionais e sociais envolvidos na criação de uma criança com deficiência. Por outro lado, também é comum o relato de transformações subjetivas significativas decorrentes da experiência da parentalidade adotiva, tais como o desenvolvimento de novas formas de empatia, o fortalecimento de vínculos comunitários e a desconstrução de preconceitos internalizados.

Um dos principais desafios identificados diz respeito à fragilidade das políticas públicas de apoio às famílias adotivas de crianças com deficiência. Os entrevistados destacam a escassez de serviços especializados, a burocracia excessiva para garantir direitos garantidos por lei, como acesso à educação inclusiva, transporte adaptado e atendimento em saúde, e o despreparo das instituições em lidar com os múltiplos atravessamentos que envolvem deficiência e adoção. A ausência de uma rede de suporte contínua faz com que muitas famílias se sintam desamparadas, especialmente nos primeiros anos de convivência. Ainda que os programas de preparação para adoção sejam obrigatórios, os conteúdos relacionados à deficiência e ao cuidado especializado são frequentemente negligenciados, o que revela a persistência de um olhar normativo sobre o processo adotivo.

As histórias de vida analisadas também revelam a potência das práticas parentais que se constroem a partir da interdependência e do cuidado, desafiando o ideal de autonomia como valor central da cidadania. Em vez de buscarem corrigir ou normalizar seus filhos, os pais entrevistados relatam um processo contínuo de escuta, adaptação mútua e aprendizado conjunto, no qual o vínculo não é medido pelo desempenho ou pela funcionalidade, mas pelo afeto, respeito e compromisso ético. Tais experiências oferecem um contraponto importante às narrativas dominantes que reduzem a deficiência a um déficit, e a parentalidade à reprodução biológica e ao investimento meritocrático.

A adoção de crianças com deficiência pode ser compreendida como uma prática social transformadora, que desloca o lugar da deficiência do campo da carência e da patologia para o campo da diferença e da cidadania. Ao mesmo tempo, evidencia as omissões e contradições das políticas públicas voltadas tanto à infância quanto à deficiência, reforçando a necessidade de atuação crítica e comprometida por parte dos profissionais da Psicologia. A escuta dessas famílias e a valorização de suas trajetórias são fundamentais para que possamos construir uma Psicologia Social anticapacitista, orientada por princípios ético-políticos de justiça, equidade e cuidado. Ao visibilizar essas vivências, esta pesquisa pretende contribuir não apenas para o campo acadêmico, mas para o

fortalecimento de práticas sociais que reconheçam a diversidade como valor e que desafiem a lógica da exclusão.

Dessa forma, a pesquisa dialoga diretamente com os objetivos do GT 44, ao inserir-se no campo dos Estudos da Deficiência e propor uma escuta atenta às vozes de pais e mães que, ao escolherem adotar crianças com deficiência, constroem formas alternativas de subjetivação, parentalidade e pertencimento. Ao tornar públicas essas experiências, reafirma-se o compromisso ético-político da Psicologia com a emancipação humana e com a luta por uma sociedade mais justa, plural e sensível às múltiplas formas de viver e de cuidar.

PesquisarCOM grupos de pessoas com deficiência visual: perspectivas interseccionais e emancipatórias

Marcia Oliveira Moraes (UFF), Marcia Moraes (UFF)

O trabalho tem a finalidade de apresentar perspectivas teórico-práticas que embasam o pesquisarCOM grupos de pessoas com deficiência visual. O argumento principal consiste em afirmar que as perspectivas feministas no campo dos estudos da deficiência são necessárias para o embasamento do trabalho com grupos de pessoas com deficiência visual. Os princípios da interdependência, da interseccionalidade e da ética do cuidado são decisivos para o pesquisarCOM grupos de pessoas com deficiência. Serão apresentadas duas ações de estágio supervisionado realizado com pessoas com deficiência visual em processo de reabilitação num Centro Especializado de Reabilitação, vinculado ao SUS, situado na cidade de Niterói/RJ. Participam dos dois grupos um total de 20 pessoas, em sua maioria mulheres, negras, periféricas, com deficiência visual adquirida na idade adulta. Cada grupo se reúne uma vez por semana, na própria instituição de reabilitação. A coordenação de cada grupo é feita por duas alunas de graduação em Psicologia e uma psicóloga de referência. Entre as alunas estagiárias, duas são mulheres com deficiência, ambas negras, uma cega e outra com deficiência física. As demais coordenadoras são pessoas brancas, sem deficiência. É importante salientar que seguimos as pistas abertas por Gavério e Lourenção (2020) quando afirmam que a prática da reabilitação com pessoas com deficiência envolve tensões que merecem ser acompanhadas de perto. Segundo os autores, se por um lado reabilitar pode significar reconduzir um corpo à norma corporal perdida pela condição da deficiência, por outro lado, é na reabilitação que outras normatividades podem ser inventadas e criadas, ampliando assim os sentidos de corporalidades, para além do ideal de um corpo normal. É justamente nessa tensão que se situa o trabalho aqui apresentado. O foco das ações de estágio consiste em propor intervenções grupais que fomentem a multiplicação das normatividades, afirmando assim a deficiência como uma forma de vida, entre outras.

O que temos colhido como resultados parciais é que o percurso de viver com deficiência é, muitas vezes, marcado por experiências de solidão e de individualização da deficiência, sentidas como fracasso e tragédia pessoal. Há que ser considerado que tais vivências da deficiência são também construídas e articuladas socialmente na reiteração das normas corporais tomadas como compulsórias. Vários autores do campo dos estudos da deficiência sinalizam que em nosso contexto social capitalista e colonial, a celebração do corpo capaz é um dos modos de fazer da deficiência um fracasso e, em particular, um fracasso pessoal. É justamente contra esta concepção de deficiência, reiterada em práticas cotidianas, que o movimento social da deficiência se insurge, afirmando que a deficiência é antes de tudo uma forma de opressão a corporalidades diversas. É, portanto, uma questão social, coletiva, que diz respeito ao modo como nos organizamos como grupo, como coletividade. Neste sentido, tais autores apontam que encontros entre pessoas com deficiência, sejam eles nos ativismos, nas artes, nas práticas clínicas em psicologia, são espaços potentes para a elaboração de estratégias coletivas de enfrentamento às forças normalizadoras e individualizantes que perpassam o nosso contexto social, insistindo, como dito, na concepção da deficiência como uma tragédia pessoal. Não são poucas as ativistas e teóricas da deficiência que relatam que no encontro com outras pessoas com deficiência é possível de um lado, reconhecer-se no outro, experimentando vínculos de pertencimento até então inauditos. De outro lado, tal encontro abre a possibilidade de que no processo de

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

reconhecer-se no outro, a própria pessoa com deficiência torne-se outra, isto é, passe a viver a experiência da deficiência como mais uma entre tantas outras de suas experiências de vida. Nas palavras de Mia Mingus (2011), há uma transformação que se pode operar subjetiva, existencial e politicamente entre ser descritivamente deficiente e ser politicamente deficiente. Esta transformação implica, em última instância, numa compreensão vivida e encarnada de que viver com deficiência é situar-se em relações de poder que oprimem os corpos diversos. Em última instância, mais do que tomar para si o fracasso como uma falha pessoal, o que está em jogo é afirmar que cabe indicar a seta para as relações sociais opressoras e capacitistas. Para isso, a consolidação de laços e vínculos entre pessoas com deficiência é uma fonte propulsora de transformações políticas e subjetivas. Assim, nossos resultados têm nos indicado que há um percurso que se pode trilhar junto e ao lado de outras pessoas com deficiência. É justo neste ponto que se pode transitar da narrativa da tragédia pessoal para outras experiências de viver com deficiência: eis aí o que colhemos como resultado das ações de estágio que temos empreendido Centro Especializado em Reabilitação. A apresentação dos resultados será feita a partir das narrativas situadas que colhemos nas ações realizadas entre os anos de 2024 e 2025. São narrativas encarnadas da deficiência que se insurgem contra a concepção hegemônica da deficiência como tragédia pessoal. Nesse sentido, esse trabalho opera contra-hegemonicamente, disseminando e amplicando as narrativas da deficiência como experiência política de luta anticapacitista.

Qual Importância da inclusão nos Espaços Educativos?

Helena Rocha Jarosz Antunes (UFPR), Ana Carolina Lopes Venâncio (Prefeitura Municipal de Curitiba/PR)

Em 6 de julho de 2015 foi instituída a Lei Brasileira da Pessoa com Deficiência (Estatuto da pessoa com deficiência) no Brasil. O início do capítulo IV desse Estatuto afirma que: "A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação." (Brasil, 2015, art.27)

Como preconiza o fragmento acima, é dever de toda conjuntura social que a educação seja assegurada sem negligência ou violências a pessoa com deficiência. Mas será que isso realmente acontece? A realidade é que a diversidade é uma condição inerente ao ser humano e a inclusão visa uma ressignificação de signos sociais negativos que historicamente foram se construindo, transformando as diferenças em desigualdades (Venâncio, et all, 2018, p. 181). As leis existem para estabelecer regras sociais a serem cumpridas, pois há uma dívida histórica no que se refere a grupos específicos, aqui incluídas as pessoas com deficiência, no que tange ao seu direito a educação.

Apesar das leis e do discurso inclusivo, que exigem que as escolas matriculem e recebam estudantes com deficiência, há um descompasso entre o dito e o feito, ou seja, se garante a matrícula, mas não há qualquer garantia para desenvolver o senso de pertencimento ao grupo e, tampouco, a aprendizagem e estimulação destes estudantes, conforme suas características específicas. E não cabe mais buscar culpados desta situação e sim entender a inclusão como ação de reparação histórica que depreende investimentos e compromisso de todos: governantes e gestores dos sistemas escolares, fornecendo recursos financeiros e humanos bem como formação continuada, gestores escolares, pedagogos e professoras, pesquisando, se aprimorando e modificando práticas cristalizadas, com foco no objetivo de atender a diversidade e celebrar as diferenças, ao invés de buscar atingir padrões ideais. Pais e comunidade em geral, acompanhando as leis e decretos, as políticas -públicas e cobrando do poder público seus diretos, assumindo uma postura de parceria com a escola, ao invés de uma de confronto e cobrança, sem analisar apoios e recursos que a escola possui para produzir o ensino. Aqui não se trata de não cobrar mudanças, mas de lutar por condições dignas para quem está no chão de escola produzi-las, num processo co-responsável onde cada um assume uma função e se responsabiliza pelas transformações assumidas pelo grupo escolar como essenciais inclusão, processo que exige apoios práticos , emocionais e se pautam em modificações de caráter atitudinal, cultural, social e tem base econômica, sob a compreensão de que permitir o acesso a ensino de qualidade a todos é uma ação que promove maior participação social e que gera demandas que os governantes não estão (a priori) preparados para atender, por isso, talvez, a morosidade deste processo, entendendo-se que pessoas bem formadas iriam exigir seus direitos com maior assertividade e com argumentados fundamentados.

Vygotski (1997, 2011), foi autor que produziu reflexões acerca de diversos temas de forma inovadora e trouxe apontamentos vanguardistas acerca da inclusão. Em seu estudo intitulado “Defectologia” o autor apresenta a

defesa da tese de que o estudante público-alvo da educação especial, que possui um desenvolvimento qualitativo que difere da "norma", tem a capacidade de aprender e se desenvolver, ressaltando a importância das representações sociais vigentes na produção de condições de vida deste grupo, o qual é excluído dos ambientes sociais, em sua percepção, e destaca a importância da mediação qualificada do professor e do uso de recursos e modelação de relação sociais para a aprendizagem e desenvolvimento humanos em relação a pessoas com deficiência, demonstrando a indissociabilidade entre cognição e afeto, ao destacar que todos, mas em especial, as PcD, necessitam da motivação para persistir em tarefas, principalmente diante de dificuldade, aprendendo ao estabelecer motivos e necessidades destas aprendizagens em relação a sua vida cotidiana, ou seja, configurando sentido ao que se aprende. Sendo assim, um estudante PcD se desenvolve de maneira distinta, necessitando de adequações pedagógicas para aprender. Para Vygotski (1997, 2011) um maior ou menor grau de desenvolvimento dependeria, portanto, dos fatores sociais, da mediação e suporte oferecidos no processo de produção do ensino, mas não sendo as deficiências um impeditivo da aprendizagem, mas sim a forma como estas são representadas socialmente e, principalmente, as atitudes, recursos e mediação dispendidos para produzir-se o ensino e, consequentemente, a aprendizagem.

O trabalho de inclusão deve, portanto, romper com os paradigmas sociais enraizados acerca das Pcd, todo o entorno da pessoa deve, assim, modificar representações correntes e sustentadas pela ideia de incapacidade, revendo-se neste processo atitudes, culturas e modelos sociais em que as pessoas são avaliadas pelo seu potencial de produção. Acredito, conforme a perspectiva vigotskiana, que as PcD "devem estudar o mesmo que todas as demais crianças, receber a mesma preparação para a vida futura, para que depois participem dela, em certa medida, a par com os demais" (Vygotski, 1997, p. 149-150). Dessa forma, a importância de se ter inclusão nos espaços educativos é enorme, desde que essa seja realizada de maneira adequada, a qual vise o desenvolvimento dos estudantes PcD garantindo-lhes oportunidades como as das pessoas dentro do padrão, não apenas visando uma "boa imagem" filantrópica para as instituições, mas permitindo a eles participar, a seu modo, na vida social, exercitando os direitos garantidos a todo cidadão, sem discriminação. Isto reconhecendo que a sociedade tem uma dívida enorme de apagamento e tentativas de ignorar os PCDs e suas lutas, então, mais do discursos de reparação há que se produzir ações que modifiquem a estrutura hostil e meritocrática que ainda impera na sociedade brasileira, partindo da vigilância das nossas próprias atitudes para que cada um contribua no movimento inclusivo, tornando-o mais que uma utopia, uma realidade em construção que ainda que difícil de ser atingida, não é impossível de ser vivenciada.

OBS.: Pesquisa vinculada ao projeto de extensão "Incluir na UFPR Litoral", coordenado pela Prof. Dra. Natália Gomes dos Santos.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 16 dez. 2024.

VENÂNCIO, A. C. L., ROCHA, F., FARIA, P. M. F., CAMARGO, D. Vigotski e a inclusão: contribuições ao contexto educacional. Travessa dos Editores, Curitiba, v.1, p. 181-199, 2018.

VIGOTSKI, L. S. A defectologia e o estudo do desenvolvimento e da educação da criança anormal. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 37, n. 4, p. 861-870, 2011.

VIGOTSKI, L. S. A construção do pensamento e da linguagem. Trad.: BEZERRA, P. São Paulo: Martins Fontes, 2001. (Original publicado em 1934)

Quando inovar é cuidar: práticas de regeneração social com pessoas com deficiência visual

Patrícia Soares de Resende (UERJ), Alexandra Cleopatre Tsallis (UERJ)

Em contextos marcados pelo desmonte das políticas públicas, especialmente no campo da saúde e da assistência, pessoas com deficiência enfrentam barreiras materiais, simbólicas e institucionais que limitam seus modos de existência. Apesar do avanço das legislações e do reconhecimento da deficiência como questão de direitos humanos, práticas clínicas e sociais que operam a partir de paradigmas hegemônicos, medicalizantes e capacitistas atualmente ainda são predominantes. Nesse cenário, práticas que afirmam a interdependência, a escuta e a invenção coletiva como fundamentos do cuidado tornam-se apostas ético-políticas urgentes. Este trabalho apresenta um recorte da pesquisa de mestrado da primeira autora, sob orientação da segunda, e está centrado na fabricação de uma tecnologia social (Dagnino, et al., 2010) com pessoas com deficiência visual, desenvolvida pelo Laboratório afeTAR: Unidade de Desenvolvimento Tecnológico cadastrada junto ao Departamento de Inovação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (InovUerj). Tal tecnologia, em conjunto com mais duas construídas com pessoas negras e pessoas em processo de luto, compõe o que denominamos Dispositivos de Regeneração Social (Santos et al., 2022) e trata-se de dispositivos clínico-sociais oferecidos a essas populações no âmbito do Serviço de Psicologia Aplicada da UERJ. A pesquisa busca mapear os processos de inovação tecnológica frente às demandas das pessoas com deficiência visual atendidas pelo dispositivo. Neste recorte, o objetivo é apresentar como o dispositivo clínico-social se configura enquanto uma tecnologia social inovadora de cuidado em rede com pessoas com deficiência visual, favorecendo o fortalecimento de vínculos e a ampliação dos modos de existência. O GT "Psicologia Social, Deficiência e Anticapacitismo" reúne pesquisas e práticas comprometidas com a luta anticapacitista, que deslocam a deficiência do campo da patologia e a reconhecem como categoria analítica da subjetividade. Articulando Psicologia Social Crítica, Estudos da Deficiência e perspectivas feministas e interseccionais, o GT acolhe contribuições voltadas à construção de tecnologias sociais desenvolvidas com pessoas com deficiência. Nesse sentido, o presente trabalho vai ao encontro da perspectiva daquele ao descrever o funcionamento de práticas clínicas com pessoas com deficiência visual a partir de uma abordagem anticapacitista, compreendendo a deficiência visual não como ausência ou falta, mas como diferença que convoca à criação de formas outras de cuidado, vínculo e existência. Inspiradas pelos Estudos da Deficiência e em perspectivas feministas (Diniz, 2003; Gesser et al., 2024), as práticas do dispositivo proporcionam dinâmicas que desafiam os protocolos instituídos no atendimento psicológico convencional (Tsallis et al., 2010; Vianna et al., 2024; Vianna & Tsallis, 2022). Dessa forma, o trabalho se alinha ao esforço coletivo de visibilizar experiências que, ao operar na contramão das lógicas excludentes, colaboram com a construção de uma clínica implicada nas lutas por justiça social e na produção de sentidos mais amplos e compartilhados de existência para pessoas com deficiência visual. Além das orientações teóricas mencionadas, a pesquisa se fundamenta na Teoria Ator-Rede, sobretudo em sua proposta metodológica de acompanhar os atores em ação e descrever redes heterogêneas que se constituem no campo (Latour, 2000, 2012; Tsallis & Rizo, 2010), em diálogo com a ética do pesquisarCOM (Moraes, 2022), a qual valoriza o conhecimento situado e a produção compartilhada de saberes. A categoria de capacitismo é central para a análise, compreendida não apenas como discriminação individual, mas como uma forma de operar que perpassa

a produção de saberes, práticas e instituições (Alves et al., 2021; Mello, 2016; Vianna et al., 2024). A discussão sobre inovação é atravessada pelas contribuições da Teoria Ator-Rede e dos Estudos da Deficiência, entendendo a inovação não como solução linear de problemas, mas como reorganização e recomposição de redes, sensível aos movimentos de resistência, à recalcitrância dos corpos e à reconfiguração das práticas. Sendo assim, o conceito de invenção, tal como desenvolvido por Virginia Kastrup (2019), aproxima-se da proposta deste trabalho ao compreender a inovação como possibilidade de recolocação dos problemas e criação de mundos compartilhados. Com relação às estratégias metodológicas, trata-se de uma pesquisa-intervenção (Aguiar & Rocha, 2007) com atuação direta da pesquisadora no dispositivo com pessoas com deficiência visual. Os encontros do dispositivo grupal foram semanais, com duração de uma hora e meia, sendo antecedidos e seguidos por reuniões de preparação e discussão com a equipe de atendimento. A metodologia incluiu a produção de diários de campo coletivos (Nascimento & Lemos, 2020), discussão dos casos em supervisão semanal em conjunto com os outros dispositivos e exercícios de escrita científica para fins de publicização das intervenções realizadas (Tsallis et al., 2022). A análise se orientou pelo rastreamento dos efeitos das práticas de cuidado sobre os vínculos, sobre os modos de dizer e agir dos e das participantes e sobre a própria equipe, considerando as transformações subjetivas como material analítico fundamental (Kastrup & Tsallis, 2009; Latour, 2015). Como resultados preliminares, observaram-se a emergência de novas formas de vínculo entre as pessoas atendidas, o fortalecimento da agência das e dos participantes e a criação de espaços de escuta marcados por confiança, implicação e troca. Também destacamos os efeitos formativos sobre a equipe, sendo eles a prática em grupo, a audiodescrição como mediação estética e política e a escrita conjunta como elaboração clínica e epistêmica. A discussão convida a pensar a inovação, nesse contexto, não como criação de novidades técnicas, mas como ampliação dos contornos do possível, por meio de práticas de cuidado que reconhecem a subjetividade como matéria-prima da invenção. No dispositivo analisado, cuidar é também inventar: inventar escutas, vínculos, narrativas e existências. Ao reconhecer a deficiência não como déficit, mas como diferença criativa, o dispositivo se alinha a uma política da vida que desafia o capacitismo e reconfigura os modos de fazer clínica.

Referências:

Aguiar, K. F., & Rocha, M. L. (2007). Micropolítica e o exercício da pesquisa-intervenção: referenciais e dispositivos em análise. Psicologia: Ciência e Profissão, 27(4), 648–663.

Alves, C., Soares, I. V., Moraes, M. O., & Tsallis, A. C. (2021). Acessibilidade e inclusão no ensino superior. In: L. R Cruz, B. Hillesheim, & L. M. Eichherr. (Orgs.). Interrogações às políticas públicas: sobre travessias e tessituras do pesquisar (pp. 55-72). Abrapso.

Dagnino, R., Brandão, F. C., & Novaes, H. T. (2010). Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social. In: R. Dagnino (Org.), Tecnologia Social: ferramenta para construir outra sociedade (pp. 71-112). Komedi.

Diniz, D. (2003). Modelo social da deficiência: A crítica feminista. Série Anis, 28, 1–8.

Gesser, M., Moraes, M. O., & Vale, G. M. S. M. (2024). Decolonizar a capacidade, latinizar os estudos feministas da deficiência. Revista Estudos Feministas, 32(3), e101138.

Kastrup, V. (2019). Cognição inventiva, deficiência visual e políticas de escrita. In: C. L. L. Paschoal (Org.). Conversando com o autor – 2014 (pp. 77-91). Instituto Benjamin Constant.

Kastrup, V., & Tsallis, A. C. (2010). Acoplamentos, vínculos e deficiência visual: sobre um vetor de atravessamento Varela-Latour. Informática na educação: Teoria & Prática, 12(2).

Latour, B. (2000). Ciência em ação: Como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. UNESP.

Latour, B. (2012). Reagregando o social: Uma introdução à teoria do ator-rede. EDUFBA, EDUSC.

Latour, B., Rifiotis, T., Petry, D. F., & Segata, J. (2015). Faturas/Fraturas: Da noção de rede à noção de vínculo. Ilha Revista de Antropologia, 17(2), 123-146.

Mello, A. G. (2016). Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. Ciência & Saúde Coletiva, 21(10), 3265–3276.

Moraes, M. (2022). PesquisarCOM: política ontológica e deficiência visual. In. M. Silveira, M. Moraes, & L. C. T. Quadros (orgs.). PesquisarCOM: caminhos férteis para a pesquisa em psicologia (pp. 43-64). Nau.

Nascimento, M. L., & Lemos, F. C. S. (2020). A pesquisa-intervenção em Psicologia: os usos do diário de campo. Barbarói, 57, 239–253.

Santos, L. L. do N., Miranda, D., Fonseca, S. C. de A. da, & Tsallis, A. C. (2022). Racializando a fronteira, com-pondo uma pele coletiva. Em M. Alvim, P. Barros, S. Alencar, & V. Brito (Orgs.), Por uma Gestalt-terapia crítica e política: Relações raciais, gênero e diversidade sexual (p. 220–237). Fi.

Tsallis, A., Moraes, M. O., Santos, B. B., Aires, J. S. F., Bravo, J. R. R., Silva, K. O. V., Silva, L. R., Santos, L. L. N., Brito, M. A. M., Sampaio, R. T. S., Fonseca, S. C. A., & Bredariol, T. M. (2022). Sobre afecTAR: del campo a la escritura como laboratorio. SciComm Report, 2(1), 12–13.

Tsallis, A. C., & Rizo, G. (2010). Teoria Ator-rede: um olhar sobre o trabalho de campo em psicologia. In A. A. L. Ferreira, L. L. Freire, M. Moraes, & J. J. Arendt (Orgs.). Teoria Ator-rede e Psicologia (pp. 222-232). Nau.

Tsallis, A. C., Souza, B., Antunes, E., David, J., Moreira, L. R., Madeira, R., Machado, R., Menezes, V., & Rulf, W. (2010). Tateando, fabricando, explorando, implementando, parangoleando um dispositivo clínico. In M. Moraes & V. Kastrup (Orgs.), Exercícios de ver e não ver (pp. 118-136). Nau.

Vianna, K., Brito, M., Trebisacce, D., & Tsallis, A. (2024). Histórias de um dispositivo clínico: carta ao capacitismo que nos habita. Revista de Psicologia Política, 24, 2-19.

Vianna, K., & Tsallis, A. (2022). Desafios e possibilidades do viver sem ver. Arquivos Brasileiros de Psicologia, 74(1), 1-21.

Uma experiência clínica da Análise do Comportamento Aplicada no atendimento de crianças com deficiência

Letícia Gois Beghini (UERJ)

A experiência relatada aconteceu entre setembro de 2022 e julho de 2024, quando trabalhei como psicóloga numa clínica particular da zona sul do Rio de Janeiro, a qual oferecia atendimentos a crianças autistas e/ou com deficiência intelectual a partir da Análise do Comportamento Aplicada (ABA). Terei como objetivo neste trabalho apresentar e discutir criticamente, à luz dos valores defendidos pela luta anticapacitista (Campbell, 2008; Mello, 2016), a prática clínica orientada por esta abordagem que foi ofertada para crianças com deficiência por este serviço de saúde em específico. A ideia deste trabalho se une a outras pesquisas acadêmicas que tem se proposto a estudar de forma crítica esta abordagem, tendo em vista a pressão social que vem sendo feita para que a ABA se torne política pública tanto no campo da educação, quanto no da saúde (Fernandes et al., 2024). Tendo explicitado os objetivos deste trabalho, cabe agora explicar o funcionamento do serviço de saúde privado em questão, entendendo que este pode ser um exemplo da prática clínica orientada por esta abordagem. Neste local, cada paciente tinha "metas" para cumprir, as quais eram avaliadas de acordo com os acertos obtidos pela criança em atividades protocolares. Aquelas que não aumentavam a pontuação no seu desempenho eram colocadas no lugar de alguém "que tem muita dificuldade de aprender", individualizando nelas um suposto problema, já que não se pensava na possibilidade de esta dificuldade ter alguma relação com a ABA ou com algum outro aspecto do contexto social em que o sujeito estava inserido. Quando a criança apresentava comportamentos lidos como inadequados, as terapeutas eram orientadas a aplicar um mesmo protocolo para todos os pacientes. A orientação era não utilizar a punição, mas sim um manejo comportamental chamado "extinção de comportamento", que consistia em ignorar comportamentos inadequados. Isto é, quando a criança chorava, batia ou mordia, éramos orientadas a não olhar, não falar e não esboçar reação. Só podíamos interagir com a criança depois que o comportamento cessava. Em muitos momentos, me perguntei se esse protocolo não seria também um tipo de punição. Era comum que se dissesse aos pais que a carga horária com comprovação científica para uma suposta "melhora" da criança era de 40h semanais de ABA. Não era raro haver crianças que faziam 10h semanais, às vezes até mais, só nesta clínica, sem contar outros tipos de terapia. Ademais, também havia alguns casos em que a criança deixava de estar na escola um ou mais dias para que estivesse nas terapias e houve situações em que foi sugerido para os pais que uma acompanhante terapêutica estivesse na escola para aplicar os programas de ensino ABA dentro do ambiente pedagógico. Observou-se que, em geral, os direcionamentos dados, neste serviço, para a prática clínica das terapeutas partiam dos seguintes pressupostos: a primazia do comportamento; a superioridade da comunicação verbal; a subordinação da criança à terapeuta; a superioridade de saber das profissionais; a desconsideração de questões relativas ao contexto do paciente e aos saberes próprios da criança e de seus familiares; a normatividade de que uma melhora clínica seria se aproximar do que é chamado "típico". Campbell (2008) afirma que, desde o momento em que uma criança nasce, ela emerge em um mundo no qual há constantes mensagens de que ser uma pessoa com deficiência é ser inferior. Crescemos em uma sociedade onde a deficiência pode até ser tolerada, mas que, em última instância, é vista como inerentemente negativa. Segundo a autora, todos nós somos formados e moldados pela política do capacitismo, independente da nossa posição social. A partir desta perspectiva capacitista, qualquer tentativa de melhorar, curar ou eliminar a lesão

é bem-vinda. Esse processo de aperfeiçoamento caminha em direção a um conceito chamado pela autora de "compulsory ableness", o qual pode ser traduzido como "capacidade compulsória". Isso significa dizer que, pela lógica capacitista, tornar positiva a deficiência é necessariamente aproximar este corpo da norma, isto é, de um corpo que supostamente é 100% capaz. Entretanto, o que ainda permanece indizível, exatamente porque foge da lógica capacitista, são as leituras de uma vida com deficiência como uma modalidade de subjetividade que seja entendida como animadora e afirmativa (Campbell, 2008). Nesse sentido e tendo delimitado quais eram os pressupostos que guiavam esta prática clínica em específico, percebe-se que este fazer buscava impor às crianças e aos seus familiares um ideal compulsório de um corpo supostamente capaz, como se o objetivo clínico fosse "des-aleijar" os corpos dessas crianças, na busca de um futuro no qual a deficiência delas fosse extinguida. Broderick (2021) vai apontar que há um Complexo Industrial do Autismo, no qual a mercadoria ("commodity") é exatamente os corpos dessas crianças. Pensando à luz de Campbell (2008), podemos pensar que socialmente permitimos que esses corpos sejam usados como mercadoria exatamente porque crianças com deficiência são vistas duplamente como seres inferiores. Para aprofundar ainda mais a discussão, acredito ser importante trazer a noção de adultocentrismo, entendida como preconceito e conectado a processos de exclusão nos quais as infâncias são entendidas como um "vir-a-ser", ou seja, as crianças não são pessoas ainda e só virão a ser quando se tornarem adultas. Isso produz invisibilidades que se sobrepõem e se reforçam de acordo com os marcadores sociais aos quais a criança pertence (Atem; Rocha, 2019). Segundo Faria e Santiago (2016), o adultocentrismo é uma prática colonizadora, pois se baseia na construção de um indivíduo universal que tem idade, sexo, gênero, raça, cultura e classe bem definidos. Este sujeito tem também um marcador que os autores não citaram: ele é corponormativo e o seu ideal é fruto da capacidade compulsória ("compulsory ableness") da qual fala Campbell (2008). Assim, havendo a ideia de um suposto indivíduo que seria 100% capaz, podemos dizer que este indivíduo é um homem branco cisheteronormativo sem deficiência e, claro, adulto. No caso das crianças autistas e/ou com deficiência intelectual, além de serem vistas como vir-a-ser, o futuro delas ainda inclui necessariamente uma deficiência, o que é visto como indesejável. A partir de Kafer (2013), entende-se que decisões quanto ao futuro de pessoas com deficiência são políticas. Por isso, frente à pressão de que a ABA se torne política pública, entende-se que é fundamental ter uma perspectiva crítica frente aos seus pressupostos. Por essa razão, mais pesquisas sobre este tipo de abordagem se tornam necessárias, de modo a entender com mais profundidade seus pressupostos teóricos e éticos. Defender a existência da deficiência no futuro e no presente da sociedade é também defender a democracia e a equidade. E, assim, continuamos persistindo para que o mundo seja profundamente transformado - e aleijado - pela insistente ocupação das pessoas com deficiência, com seus corpos e mentes.

GT 45: PSICOLOGIA, EXTREMISMOS POLÍTICOS E AUTORITARISMO: EFEITOS PSICOSSOCIAIS, PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO E ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA

Coordenação: Heloísa Petry (UFSC), Ematuir Teles de Sousa (FGG), Daniel Kerry dos Santos (UDESC)

Afetividade e Extremismos Políticos

André Luiz Strappazzon (UFSC), André Luiz Strappazzon (UFSC), Lia Vainer Schucman (UFSC), Tatiana Minchoni (UFSC), Pedro Henrique de Melo e Silva (UFSC), Felipe Valente Antonakopoulos (UFSC), Victoria Imhof Correa (UFSC), Matheus Manfroi Tanaka (UFSC), Enzo Alexandre Odorizzi (UFSC), Letícia Silveira Corrêa (UFSC), Heloísa Petry (UFSC)

Este trabalho se propôs a investigar os afetos que subjazem a adesão subjetiva de diferentes sujeitos e grupos sociais brasileiros à extrema direita, bem como os afetos que dela são produzidos. A extrema direita é aqui compreendida como um fenômeno multifacetado, cujas formas de manifestação variam conforme os contextos históricos e territoriais, mas que compartilham elementos estruturantes comuns. Entre esses elementos, destacam-se a defesa de uma ideologia repressiva, a exaltação da violência policial e a intolerância sistemática em relação a grupos minoritários — incluindo mulheres, pessoas negras, LGBTQIA+, pessoas com deficiência, entre outros. No contexto brasileiro, esse fenômeno se consolidou em torno da figura de Jair Bolsonaro, mas transcende sua liderança individual, conformando um movimento mais amplo, que se constitui como um segmento social resultante da convergência de tendências diversas (como libertarianismo econômico, militarismo, anticomunismo, discursos anticorrupção, antiintelectualismo e conservadorismo moral), reunindo distintos setores da população sob um mesmo projeto político-ideológico e que simbolicamente se consolida no significante "cidadão de bem", que pode ter sido o aglutinador de distintas classes. É nesse sentido que a presente pesquisa se articula com as discussões propostas nesse GT, pois, assim como destaca a divulgação do grupo, constatamos que a propagação de discursos de ódio, a disseminação de práticas autoritárias e a adesão subjetiva a grupos extremistas de direita não apenas prejudicam, mas frequentemente impedem a atuação de movimentos sociais e ameaçam o direito à vida de grandes parcelas da sociedade. Para compreender esse problema, investigamos como os afetos políticos se expressam nas falas e posicionamentos de pessoas que se identificam com a extrema direita, especialmente diante das dificuldades cotidianas que experimentam. Partimos da filosofia Espinosana para compreensão de afetos, para o qual o afeto se dá a partir das afecções geradas em nosso corpo na relação com outros corpos, sendo, portanto, a imagem que nossa mente forma sobre essas afecções, e o modo como nosso corpo se dispõe às relações. Assim, os afetos ganham uma imagem, uma representação, uma significação. A disposição e o arranjo do corpo definirão a maneira como essa imagem (a forma que ganha a afecção que experimentamos) e a ideia da imagem (a maneira como simbolizamos e significamos esta afecção) do mundo exterior serão configuradas. Dessa forma, o aumento ou diminuição da capacidade da mente de perceber e de criar conceitos depende da capacidade afetiva do corpo, da capacidade de arranjar os vários elementos que o afetam. Ou seja, os modos de pensar ou os modos de ver o mundo são inseparáveis do arranjo

afetivo do/no corpo. Esse entendimento do "corpo" e essa compreensão do "afeto" nos leva aos seguintes axiomas: não é possível conhecer apenas com a mente, mas se conhece sempre também através do corpo; o corpo é um arranjo entre afetos, perceptos, que são a nossa interface com o real, o ponto de contato entre o que se entende por mundo exterior e mundo interior, o que faz dele individual e coletivo, pois só se forma em conexão com o mundo, só se forma em ato; o corpo é perspectiva e é produzido pela relação com os outros corpos, por um arranjo das afecções que os encontros com outros corpos provocam – um arranjo afectivo. Assim sendo, foi por meio da teoria dos afetos de Espinosa que traçamos uma linha de compreensão da adesão subjetiva à extrema direita. Para este filósofo, as paixões, denominadas no sentido da passividade do corpo na relação com o exterior, são afetos primários que sustentam o que no contemporâneo chamamos de emoções, tais como o ódio, a raiva, o amor. Medo e esperança seriam paixões (ou emoções) que com mais contundência predispõem os sujeitos e coletivos à vulnerabilidade à manipulação política. Isso se deve ao fato de que ambas são determinadas pelo desconhecimento dos sujeitos com relação aos aspectos que definem suas vidas, desde o sentido cotidiano mais imediato até a organização e gestão política do contexto em que vivem. Em outras palavras, pelo desconhecimento das relações cria-se uma vulnerabilidade ético-política que tem na esperança e no medo o seu escape, predispondo indivíduos e grupos à adesão a discursos políticos fundados em moralidades transcendentes e em parâmetros normativos de existência. É aqui que se localiza o que Espinosa chamou de superstição, operador básico da servidão, sustentada pelas paixões, como medo e esperança. Superstição se refere à adesão à crenças transcendentes como fundamento básico do pensar, sentir e agir dos sujeitos, de modo que tornam-se suscetíveis à obediência a um poder político e são passivamente determinadas pelo exterior. Georges Bataille apresenta a adesão ao autoritarismo como uma operacionalização sensível do desejo, que não se refere especificamente à esfera da racionalidade, pois é definido enquanto o esforço pelo qual busca-se aquilo que se acredita ser benéfico para a continuidade da existência. Então, a extrema direita pode ser concebida, em uma de suas facetas, como um mecanismo de aglutinação dos desejos que não são assimiláveis na sociedade, mas que pulsa, de modo que esta operacionalização aglutina em uma força política anti-sistema aquilo que por ele não consegue ser assimilado. Para o alcance dos objetivos, foi realizado um estudo exploratório qualitativo descritivo dividido em cinco etapas: na primeira, aconteceu levantamento e análise de teorias do campo da psicologia social sobre afetividade e extremismos políticos; na segunda, realizamos entrevistas pilotos, semi estruturadas, com o objetivo de testar o instrumento e pensar futuras alterações; na terceira etapa foi realizada uma revisão sistemática de artigos científicos recentes da psicologia e diversas áreas das ciências humanas nas bases de dados LILACS e SciELO, e no catálogo de teses e dissertações da CAPES, a partir dos descritores: extrema direita, nova extrema direita, bolsonarismo, psicologia social, psicologia política, afeto, afetividade e emoção; na quarta etapa retomamos as entrevistas, com roteiro atualizado, com sujeitos de todo o Brasil. Foram realizadas 13 entrevistas com duração média de 1 hora, gravadas e transcritas para análise. A construção da pesquisa se dá pela noção de campo-tema proposta por Peter Spink, onde não há distinção da vivência dos pesquisadores do campo e do tema da pesquisa, no contato com o mundo está o nosso tema e isso nos fornece subsídios teóricos e práticos que compõem o estudo. Nesse sentido, visita às igrejas evangélicas, conversas com familiares, amigos, desconhecidos, eventos acadêmicos e aulas aparecem como possibilitadores do entendimento dos afetos envolvidos na adesão à extrema direita. Os resultados indicam que os afetos operam em um movimento duplo entre o medo (da violência, da perda de status social e de privilégios identitários) e superstição (interpretada como crenças em soluções transcendentais e figuras salvadoras). Essa movimentação afetiva configura uma

"servidão afetiva", correlacionando paixões tristes com a adesão a projetos políticos autoritários. Ainda, o medo, quando articulado com os dispositivos de pânico moral, acaba por criar um circuito afetivo que alimenta a adesão a discursos de extrema direita, destacando que essa mobilização não se limita ao individual, mas abrange redes sociais, comunidades religiosas e grupos identitários. Além disso, esse medo tem três perspectivas: o medo na relação - diz respeito à repressão dentro das relações cotidianas (por exemplo, uma discussão na faculdade), por uma ausência de conhecimento de causa, ou seja, uma insegurança no direito de expressão, nessa lógica verificamos que há um medo de imposição de ideias por parte da esquerda. Também existe o medo da esquerda como uma força destruidora dos valores que estrutura a sua identidade, como a proibição das igrejas, o fim da família, confisco do dinheiro de pessoas trabalhadoras, dessa forma a esquerda seria um aglutinador de valores contra a liberdade e autonomia dos sujeitos. Por último, o medo atrelado à segurança pessoal, que vem ao encontro da ideia de que os criminosos estão soltos como uma política oriunda da esquerda. Nisso, a extrema direita soube potencializar afetos prévios da sociedade brasileira, direcionando mal-estares em adesão política para seu reforçamento. A esquerda, então, é entendida de forma difusa pelos entrevistados confirmando aquilo o que Rodrigo Nunes afirmou, que esse rótulo é usado pela extrema direita de uma forma bastante elástica, podendo abrigar desde anticapitalistas, a neoliberais insuficientemente de direita, incluindo, é claro, qualquer grupo social que possa ser considera um inimigo. Concluímos, então, que o afeto medo, em três perspectivas paralelas, predominou como afeto responsável pela adesão à extrema direita, além de outros afetos, que entretanto, apareceram de forma mais sútil, como o ódio, o ressentimento e a esperança. Além disso, pensamos que os resultados encontrados apontam para a urgência de realizarmos intervenções psicossociais que fortaleçam laços sociais democráticos, promovam a diminuição das desigualdades sociais e promovam a produção de afetos outros, contrários ao medo. Por último, compreendemos como necessária a continuidade da pesquisa, pensando tanto em outros grupos sociais, quanto em diferentes instrumentos para a identificação mais consistente destes afetos.

Ataques nas escolas no Brasil e neoliberalismo: apontamentos para o século XXI

Afonso Mancuso de Mesquita (UEFS), Mariana Lins e Silva Costa (UEFS)

O tema dessa apresentação são os ataques armados nas escolas brasileiras. Por ataques nas escolas nos referimos ao fenômeno nascidos nos EUA e consolidado nos anos 90, um tipo específico de ação agressiva, com características particulares, definido por atos de extrema violência que frequentemente envolvem a combinação de assassinato e suicídio, perpetrados na própria escola por estudantes ou ex-estudantes contra a comunidade escolar, especialmente outros estudantes. Nosso objetivo é tecer uma análise psicológica desse fenômeno com fundamento na Psicologia Histórico-Cultural e no Materialismo Histórico-Dialético, motivo que sustenta a escolha do GT 33.

Em pesquisa em andamento sobre o tema, encontramos relatórios governamentais, livros e artigos (vide referências). Há algo interessante sobre o conteúdo deles, praticamente todos estão unidos pelo fato de sequer mencionarem a totalidade da organização social como parte integrante e estruturante do fenômeno. Avançando nas investigações e análise do fenômeno e almejando superar esse dado inicial, encontramos um único artigo1 que toma a sociedade capitalista como elemento chave para compreensão dos ataques às escolas. Entendemos, contudo, que esse caminho menos explorado é o mais correto metodologicamente para a investigação do fenômeno, pois supera explicações subjetivistas, organicistas, psiquiátricas.

Para exemplificar as análises mencionadas, citamos Newman (2004) nos EUA, que destaca a vingança e retaliação pelas violências sofridas e a necessidade de notoriedade como motivação para os ataques. Outro exemplo é a análise subjetivista com tons psiquiátricos de Peter Langman (2009), que dedica seu texto às estruturas de personalidade dos atiradores. Os relatórios governamentais e artigos no Brasil não escapam do mesmo universo científico. Em geral, o estado da arte dessa discussão nos mostra que tende-se aos seguintes questionamentos: quem são os atiradores? Quais são suas histórias de vida, relações sociais, estruturas de personalidade, etc.? Busca-se causalidade na vida intrapsíquica ou relações sociais imediatas, como com a família e colegas de escola, como causas do fenômeno. Além disso, nos deparamos com esforços para equacionar as influências externas como da mídia, dos jogos e das redes sociais. A questão, contudo, não pode ser essa, não podemos fazer análise da personalidade dos atiradores ou explicar o fenômeno do ponto de vista exclusivamente subjetivo, tampouco conhecer as relações entre os crimes, bullying e as redes sociais, mas sim lançar um olhar histórico aos fatos sociais e psicológicos e buscar a síntese mais organizada entre todos esses elementos. A necessidade imposta pelo método dialético é alcançar a totalidade do fenômeno na análise de suas contradições internas.

Assim chegamos à necessidade de fazer uma análise histórica dos ataques às escolas para dar fundamento a nossa análise psicológica.

O ponto defendido aqui é simples: não podemos compreender os ataques nas escolas sem compreender o ataque de Columbine, que não pode ser compreendido sem a análise dos anos 90 do século XX. O Pós-segunda guerra consolidou os EUA como potência capitalista hegemônica. O acordo de Bretton-Woods regula o sistema internacional de troca de mercadorias, cria o estado de bem estar-social, acordos financeiros internacionais, controle de fluxos de capitais e instituições como o FMI e Banco Mundial. Os anos 70 marcam o fim da “fase de ouro” do capitalismo no século XX (Hobsbawm, 1995), o mundo se depara com uma crise de acumulação de capitais, agravada pela Guerra do Vietnã, a crise do

petróleo e pelas vitórias acumuladas do movimento trabalhista. Como resposta, os governos centrais, principalmente EUA e Grã-Bretanha anunciam a mudança das regras do jogo, que se resumem ao aumento da extração de mais valia. Assim termina o estado de bem estar social e se intensificam ataque a direitos trabalhistas e a sindicatos, aumento da jornada de trabalho, terceirizações, financeirização da economia, privatizações e estado mínimo numa ideologia de globalização: nasce o neoliberalismo.

Anos depois, o Consenso de Washington (1989), compreendido como a imposição pelos EUA, FMI e BM do receituário neoliberal aos países em desenvolvimento, especialmente a América Latina, determinava privatização, estado mínimo, corte de direitos, disciplina fiscal, controle de juros e estabilidade financeira. No Brasil, vivemos a realização dessa agenda nos governos de FHC.

Para a psicologia, é importante conhecermos os impactos culturais, e, portanto, psicológicos, do neoliberalismo. Destacamos o fim das utopias coletivas, cultura do empreendedorismo, a glorificação do sucesso individual, mercantilização da vida e das relações sociais, individualismo extremo, ideologia armamentista, naturalização da violência, hipercompetitividade, solidão estrutural, fim das redes de apoio comunitário, conjunto de fatores que deixou jovens emocionalmente à deriva.

Adiciona-se a isso a característica mais importante e distintiva dos anos 90: a queda do muro de Berlin em 1989 e o fim da URSS em 1991. Essa década marca o auge do neoliberalismo, o apagamento de alternativas ao capitalismo imperialista e neoliberal do horizonte. Columbine não aconteceu nos anos 90 e nos EUA por acaso, mas só poderia ter acontecido nessas condições históricas. Contexto esse que consolida o nascimento desse novo sujeito histórico, que são os atiradores escolares.

Avançando para uma análise psicológica, lembramos que Politzer (1928/1998) afirma que o drama é o significado social das ações do sujeito. É interessante lançarmos tal perspectiva para o ataque de Columbine. As principais características que o tornam especial eram o planejamento dos ataques e a extensa cobertura midiática. Antes dele, os ataques eram considerados eventos isolados, mas depois nascem definitivamente um novo fenômeno social, os ataques como conhecemos. A partir de então, os novos citam e demonstram que estudaram o ataque de Columbine. Mas qual poderia ser o significado social das ações dos atiradores?

Zizek (2008) enfatiza que apesar de haver semelhanças com um ataque terrorista, ele carecia de proposta clara. Não havia posicionamento, demanda ideológica ou política, reivindicação ou pauta específica. É como se houvesse apenas frustração existencial, desejo de destruição e uma noção de futuro inexistente. O significado social dessas ações revelam um dos monumentos mais importantes ao fracasso psicológico da sociedade capitalista. São respostas à violência invisível do sistema capitalista, à crise neoliberal e à destruição dos laços intersubjetivos, principalmente os comunitários, que culminam tragicamente na ausência total de sentido da vida e dos pactos sociais. O ataque de Columbine é um monumento do mais sincero e profundo desdém e indiferença pela vida. O suicídio de ambos atiradores após o massacre é seu arremate nefasto, o testemunho de que nada importava, nem a própria vida. Isento de punição possível, o atentado deixa o mundo perplexo, sem resposta, com um sentimento de profunda consternação e confusão que persiste até hoje. O único sentido de Columbine e dos ataques que vieram depois dele parece ser somente o desejo de destruição e fim.

Estendendo a análise ao nosso tempo histórico atual, não podemos entender o século XXI sem internet, redes sociais, guerra híbrida e neofascismo. Em 2008, o capital passa por nova crise e o próprio paradigma neoliberal entra em cheque, os estados nacionais, principalmente

EUA e União Europeia, lançam grandes aportes financeiros a empresas centrais do mercado capitalista, que destina bilhões dos cofres públicos de diversos países para "salvar essas grandes empresas", levando à crises econômicas em diversos países, guerras, revoltas, como a guerra na Síria, a primavera árabe, crises de refugiados e política financeira de austeridade em vários países, inclusive centrais. Essa crise enseja a ascensão do neofascismo no mundo. Nesse cenário, aliada à ascensão da China como potência, os mecanismos de reprodução do capital mudam, o que levam os EUA a uma nova política de controle social, que é a tentativa de produzir caos por meio de mentiras e manipulação de informações. A Cambridge Analytica é um exemplo de estratégias de guerra híbrida, manipulação eleitoral e de opinião pública. As fake news viram armas de guerra. A Meta, de Zuckerberg, em janeiro de 2025 aboliu a política de checagem de dados. Isso acontece no momento da aproximação das Big Techs ao governo de D. Trump, em cuja posse contou com a presença de seus CEOs. Além da sanha por dinheiro, há uma explícita guinada ao neofascismo, além do fato de o ódio e a desinformação gerarem mais engajamento nas redes, portanto lucro, e se consolidarem assim como estratégias tanto de mercado quanto de controle político, as grandes empresas de tecnologia fomentam estratégias de recomposição da hegemonia capitalista. Importante lembrar que em junho de 2025 a mesma Meta promoveu um evento junto ao PL em Fortaleza para municiar influenciadores digitais a usar las como "arma". As redes passam a ser elemento central do desfecho político de atos importantes, derrubando e elegendo governos, inclusive, como nas manipulações para a primeira eleição de Trump em 2016 e o caso do golpe de estado em Myanmar em 2021.

Voltando aos atentados, nossa pesquisa tem encontrado alguns fatos interessantes, como a incidência repetida de algumas características: o fato dos atacantes serem em sua maioria garotos, brancos e heterossexuais. Além disso, a presença da internet e das redes sociais também se mostra decisiva, os ataques estão quase sempre ligados ao fato dos perpetradores pertencerem a grupos que sustentam ideologia neofascista, com marcantes valores racistas e misóginos. É nessa linha de análise que continuaremos a pesquisar sobre o tema.

Cartografando subjetividades em fuga – a invenção de uma psicologia criminal para além do autoritarismo neoliberal

André Alvares Usevicius (UNIEVANGÉLICA)

Introdução

Este resumo expandido aborda a pesquisa realizada na dissertação de mestrado O Enigma do Desejo no Assassinato – Uma Análise Crítica da Psicologia Criminal, que problematiza as interpretações geradas pelo saber psicológico – especialmente em sua vertente criminal – acerca do desejo que atravessa atos de violência, como os assassinatos. Para tanto, a pesquisa se inicia com uma metáfora retirada e adaptada do livro de física de Feynman (2008) – que representa o aspecto epistemológico da crítica que se seguirá adiante – na qual o autor compara o mundo material com um grande tabuleiro de xadrez, onde o jogo está sendo disputado por deuses para além da compreensão humana. Enquanto humanidade, a única ação possível é observar os lances realizados pelos deuses e tentar interpretar suas jogadas – para assim ser capaz de inferir e deduzir sobre as regras do jogo.

Neste cenário metafórico, o tabuleiro é o mundo real, e os deuses são a própria natureza – o que exprime a ideia da realidade como puro Caos. Segundo Deleuze e Guattari (2010), existem ao menos três formas de recortar este Caos: a partir do método científico, artístico ou filosófico. O filósofo – que é o método que nos interessa aqui – pode ser compreendido como aquele que questiona os pressupostos do jogo que está sendo performado. As regras e leis perdem seu caráter de verdade, e se tornam somente uma forma possível de usar o tabuleiro – a filosofia está mais interessada em buscar outras formas, reinventar o jogo e, quem sabe, os próprios deuses que o disputam.

É a partir desta metáfora criada por Feynman (2008) e furtada a partir do pensamento de Deleuze e Guattari (2010), que esta pesquisa consegue ilustrar o cenário no qual sua crítica se formula: antes mesmo de se tornar ciência, o saber psicológico realizar recortes e limitações no tabuleiro referente ao comportamento criminal – interpretando atos de violência como um fator individual, ora fruto de patologias ora fruto de um descompasso na moral do sujeito criminoso. Esta dissertação investiga novos cenários e possibilidades para se pensar este jogo disputado no tabuleiro da violência, colocando em pauta o desejo e criticando as peças que foram previamente posicionadas nesta partida – demonstrando como estas interpretações, na realidade, são frutos de um olhar político específico que busca a manutenção do modelo social neoliberal que reproduz violência e desigualdade.

Objetivo

Esse trabalho teve como objetivo analisar criticamente como a psicologia criminal contribui para a produção e manutenção de subjetividades ajustadas ao sistema vigente. Para tanto, esta dissertação realiza uma crítica aos saberes e práticas da Psicologia Criminal, investigando os processos de subjetivação e de captura do desejo na sociedade neoliberal, evidenciando como o discurso psicológico pode colaborar com uma lógica de controle, normalização e exclusão social – se tornando autoritária.

Por fim, buscou-se também, por meio da cartografia do desejo que atravessa os assassinatos – especialmente aqueles cometidos por jovens em massacres escolares –, demonstrar como estes atos se inscrevem em um campo de forças marcado pelo neoliberalismo, por extremismos políticos e racionalidades autoritárias, assim como problematizar como a psicologia, ao favorecer este tipo de discurso social, reproduz um regime de subjetivação no qual os indivíduos se tornam cada vez mais mercadorias padronizadas.

Relação clara com o GT

O trabalho se alinha integralmente ao GT ao propor uma análise crítica da psicologia como um saber que se

encontra politicamente implicado nas práticas de subjetivação dos indivíduos à lógica neoliberal. Ao questionar os efeitos da psicologia criminal e ao tratar os assassinatos como sintomas de um regime de produção neoliberal e fascista, o estudo contribui para a compreensão dos vínculos entre subjetividade, política e violência. Mais do que isso, esta dissertação se encaixa no GT ao demonstrar como a Psicologia Criminal deve ter como horizonte a crítica política, para que possa, de fato, compreender o fenômeno da violência em sua complexidade na contemporaneidade.

Orientação teórica

A pesquisa se constituiu a partir de uma perspectiva pós-estruturalista, que foi sedimentada através da filosofia da diferença. Embora esta dissertação tenha se utilizada de diversos pressupostos da esquizoanálise, ela não pode ser considerada uma "pesquisa deleuziana" por excelência. Tal como pontuado pelo próprio filósofo, a filosofia da diferença não se trata de uma escola de pensamento, mas sim de um movimento de construção de conhecimento pautado por uma lógica que se coloca contrária a noções pré-determinadas e representações metafísicas (Deleuze & Parnet, 1995). De forma semelhante, Rolnik (1995) argumenta que a filosofia da diferença se trata muito mais de criar as condições possíveis para que um pensamento singular seja capaz de nascer – seguindo um trajeto único.

Seguindo esta lógica, a dissertação se utilizou de diversos autores e pensamentos que seguiam o mesmo princípio da diferença, tais quais Deleuze e Guattari, Spinoza, Nietzsche, Foucault, Derrida, Adorno, Walter Benjamin, Winnicott, dentre outros. É importante pontuar que a pesquisa também se utilizou do anarquismo epistemológico de Feyerabend (2011), especialmente no que tange ao estudo de caso realizado ao final da mesma – no qual, para além do conhecimento científico, foram utilizados também notícias e análises de filmes e livros da cultura pop.

Estratégias metodológicas

Na introdução da dissertação, é delimitado o método principal desta pesquisa – cunhado de ensaio cartográfico. Ao se pensar a cartografia como método, tal como colocado por Deleuze e Guattari (2017), busca-se a superação do racionalismo ocidental e de suas representações e interpretações acerca da realidade, priorizando a multiplicidade e seus agenciamentos possíveis. Juntamente a isso, o ensaio é pensado por Adorno (2003), inspirado em Walter Benjamin, como um método capaz de evidenciar as contradições do objeto investigado. Ao acoplar a cartografia e o ensaio em um mesmo método, pretende-se ser capaz de adotar um olhar tanto filosófico quanto artístico para o jogo disputado sob o tabuleiro (Feynman, 2008) – uma perspectiva fiel à filosofia da diferença.

Resultados

Esta pesquisa demonstrou como a Psicologia Criminal tem se posicionado majoritariamente como tecnologia de adaptação e de gestão subjetiva compatível com o neoliberalismo, operando alinhada a uma racionalidade de normalização. Esse enquadramento apaga as singularidades e converte a violência em uma mercadoria reprodutível. Sendo assim, foi necessário realizar uma crítica radical à concepção histórica de desejo e da violência, compreendendo como estes conceitos se cruzam e se complementam – e como ambos foram racionalizados pela lógica neoliberal (Spinoza, 2009; Winnicott, 2019; Freud, 2010; Freud, 2013).

A psicologia, quando reduzida somente a uma técnica de adaptação, torna-se reforçadora da racionalidade neoliberal, responsabilizando o indivíduo como o único culpado pela violência – que se trata, sobretudo, de um fenômeno reproduzido pela própria lógica social. O sujeito que mata – especialmente em contextos como o dos massacres escolares – não é um "monstro" ou "psicopata", mas uma expressão dos paradoxos, contradições e violências estruturais da sociedade (Foucault, 2014; Foucault, 2010; Pávon-Cuéllar, 2017; Crochík, 2010).

A própria linguagem está relacionada a este processo – os massacres escolares estão ligados a uma racionalidade cínica reproduzida em meios como fóruns e chans, através

de memes que reproduzem discursos misóginos, racistas e de extrema-direita, demonstrando que a violência cometida por jovens muitas vezes está relacionada a fatores políticos complexos. A Psicologia Criminal deve ser capaz de questionar estes processos políticos e compreender o assassinato dentro desta lógica neoliberal – caso contrário, continuará reproduzindo discursos patologizantes e individualizantes, jamais alcançando a materialidade deste fenômeno criminal (Safatle, 2008; Munn, 2021; Malkki, 2014; Fisher, 2021).

Para demonstrar isto na prática, esta pesquisa, apoiada na dialética negativa de Adorno (2009), realiza um estudo de caso sobre um assassinato que transcende a lógica das categorias criminais. Tal estudo serve para evidenciar as contradições das categorias impostas pela Psicologia Criminal, desconstruindo sua racionalidade até atingir aquilo que não pode ser explicado pela lógica da identidade. Em vez de encaixá-lo num perfil prévio, o caso é encarado como um exemplo extremo de "metamorfose" do assassinato: trata-se de um crime impregnado de elementos ideológicos e circunstâncias pessoais que o tornam singular. Com isso, o argumento central desta pesquisa é comprovado na prática: somente pela lente da singularidade pode-se compreender o desejo que motiva o crime, e esse processo exige ir além das ferramentas que "detectam" somente anomalias individuais.

Conclusões

Ao tensionar a tradição etiológica e normativa da Psicologia Criminal – fortemente ancorada em modelos positivistas, universais e patologizantes –, esta pesquisa evidenciou como este saber desempenha a função de um dispositivo de subjetivação, que, sob a aparência da neutralidade científica, colabora com os processos de captura, normatização e ajuste subjetivo de indivíduos ao regime neoliberal. Ao demonstrar como a Psicologia Criminal e sua perspectiva acerca da realidade são frutos de uma racionalidade neoliberal, este estudo destaca as contradições internas do seu saber e conclui que "todo crime é, por si só, uma anomalia" – um fragmento único de caos social que desafia qualquer perfil padronizado. Por fim, sugere-se que a Psicologia Criminal abra espaço à diferença e ao imprevisto para continuar intelectualmente relevante – e politicamente ética.

Considerações sobre Israel – O poder da vítima e o direito de autodefesa

Amanda Azulay Campos (CERS), Fabio Dal Molin (FURG)

1-Introdução

Em outubro de 2023, pouco antes do 21º Encontro Nacional da ABRAPSO, o mundo assistiu atônito ao maior atentado terrorista do século XXI desde o 11 de setembro protagonizado pelo grupo Hamas contra Israel e a retaliação imediata que deu início a uma escalada de violência que parece não ter limites. Tais atos convocaram a esfera pública mundial ao conflito ideológico e ao debate sociológico e humanitário sobre a própria constituição do Estado de Israel, bem como os conceitos de genocídio, estado de exceção, vítima, direito à resistência e direito de autodefesa.

2-Objetivo

O presente trabalho pretende contribuir com o debate da psicologia social face à destruição de todas as formas de vida a partir de uma leitura histórica, crítica e filosófica da região, do projeto político sionista e dos conceitos supracitados já que em maio de 2025 continuamos a assistir nas redes sociais a tentativa de eliminação do povo palestino, a expulsão de suas terras e os crimes de guerra que utilizam a fome como método, sendo tudo justificado pela tentativa de eliminação do grupo terrorista.

O Grupo de Trabalho "Psicologia, extremismos políticos e autoritarismo: efeitos psicossociais, processos de subjetivação e estratégias de resistência", assim, é pertinente ao assunto que buscamos analisar eis que a história da região é marcada pela violência e pela subalternização do povo palestino que foi sistematicamente desumanizado pela parte ocidental do globo a partir da tentativa de apagamento de sua memória, cultura e identidade.

Nesse sentido, o despertar da consciência palestina e a formação das estratégias e dos grupos de resistência após séculos de dominação colonial, principalmente desde o final dos anos 60, após a guerra de 1967, não apareceu como enfrentamento ao sionismo e sua lógica imperialista e racista, mas como figura central do terrorismo – que, no discurso persecutório, abrange a todo o povo palestino – que deve ser eliminada para a salvação do Estado de Israel e do ocidente.

Como será exposto durante o trabalho, no entanto, há um panorama de violência e ocupação que dura mais de 150 anos e também de enfrentamento às estruturas racistas e autoritárias do projeto sionista, incorporado na fundação do Estado de Israel na região da Palestina em 1948.

3-Orientação Teórica e Estratégia Metodológica

Inicialmente, buscaremos discutir acerca do Estado de Israel a partir da noção do filósofo Giorgio Agamben que entende que a sociedade contemporânea reinterpretou o estado de exceção (ou de emergência) o tornando regra de governo com a declaração de decretos e medidas excepcionais com força-de-lei (ainda que não se tratem de leis) que ampliam largamente o poder do âmbito executivo e suspendem o direito civil por uma 'necessidade vital'. Ademais, Agamben relacionou essa nova forma de governo com o conceito de biopolítica, de Michel Foucault, e com a criação da figura de um suposto inimigo, demonstrando que há certos indivíduos que são protegidos pela nação pela ideia de solo e de sangue, e os desnudados e desprotegidos pelas mesmas normas, desprovidos de qualidades e atributos, e, nessa lógica, passíveis de serem eliminados.

Para isso, um panorama histórico e social da região da Palestina e da ideologia sionista – que se entrelaçou com a suposta soberania européia e ocidental – será apresentado a partir das obras do historiador e israelense Ilan Pappé e do palestino e professor de literatura

comparada Edward Said. A escolha dos autores se deu por ambos traçarem o panorama expondo a diferença entre a realidade e a representação do povo palestino e a visão e o sentimento das vítimas quanto ao projeto político sionista, também atendando ao fato de terem sido historicamente ignorados pela parte ocidental do globo. A professora de estudos culturais Ella Shohat, israelense-iraquiana, nos ajudará na discussão com seus estudos que focam na vítima judaica de origem oriental para demonstrar o racismo incrustrado do projeto sionista moderno, desde o princípio, com seu fundador Theodor Herzl.

A filósofa Angela Davis nos ajudará a pensar na aliança entre o Estado de Israel e os EUA desde 1967, mas, principalmente, a partir da sua exposição sobre a relação criada entre crime, raça e imigrante, que se deu como resposta aos ataques de 11 de setembro de 2001 ao World Trade Center e ao Pentágono, e tornou a figura do árabe e muçulmana – da forma mais generalizada possível – como a nova inimizade contemporânea ocidental. Quanto a isso, cabe destacar que a união entre os dois países tem gerado uma poderosa economia de guerra, com seus aparatos de segurança e armamentos que hoje, inclusive, conta com a inteligência artificial. Assim, esse assunto também acarreta na discussão da diferença entre o terrorismo de estado e o terrorismo de grupo, pensada a partir da violência de Estado e do direito à resistência.

Ademais, a exposição histórica contará com uma discussão sobre a legislação nacional do Estado de Israel, que até hoje não possui uma constituição escrita e promulgada, mas apenas leis básicas, sendo justificado pelos seus governantes pelos incessantes conflitos da região. Em análise dessas leis será possível compreender o status de civis de segunda categoria que os palestinos foram e estão submetidos ainda nos dias atuais, além de todas execuções extrajurídicas – inclusive quando analisados frente ao Direito Internacional e a Declaração Universal de Direitos Humanos – que parecem resumir o paradoxo proposto por Agamben: “o estado de exceção apresenta-se como a forma legal daquilo que não pode ter forma legal” (AGAMBEN, 2004: 12), e expõem os direitos retirados do povo palestino, sucessivamente, desde 1948. Ainda assim, o Estado de Israel e seus apoiadores se defendem alegando se tratar do “único país democrático da região”.

Chegando aos dias atuais será possível debater acerca do direito de autodefesa alegado pelo Estado de Israel, seus governantes e aliados, que em maio de 2025 seguem com a limpeza étnica e com o genocídio do povo palestino, agora objetivando tomar posse total da região de Gaza, com o apoio do presidente atual dos EUA, Donald Trump.

O conceito de vítima será analisado a partir da reflexão do professor de literatura comparada, Daniele Giglioli, que entende que houve uma inversão paradoxal da figura da vítima nos últimos séculos – relacionado ao complicado desejo de pertencimento de nossos tempos – e aposta em uma diferenciação entre a vítima real e a vítima imaginária contemporânea, que parece usurpar e desviar da realidade por meio de contradições e manipulações, usando desse lugar para obter poder.

Essa discussão é pertinente já que no debate do direito à existência do Estado de Israel, a tentativa de extermínio do povo judeu durante a Segunda Guerra Mundial aparece como argumento para autodefesa do Estado, e, suscitado como acontecimento único, ignora todos os outros genocídios e massacres de outros povos e etnias durante a história da humanidade, incluindo o que tem sido cometido pelos seus governantes.

Será problematizado também o termo antissemitismo que parece justificar toda a violência causada pelo Estado de Israel e que também é usado para calar qualquer crítica às instituições sionistas com o seu violento aparelho estatal e suas forças armadas criadas antes mesmo da existência do Estado.

4-Resultados

A partir do contexto histórico apresentado de forma crítica e filosófica, a discussão de autodefesa do Estado de Israel, abordado a partir da perspectiva da filósofa Elsa Dorlin, demonstra como essa alegação é questionável.

Nesse sentido é importante destacar que Dorlin refletiu sobre o assunto a partir do corpo e não do direito, buscando novas formas para se pensar na violência e ressaltando a ideia de que os dispositivos de dominação, criados e exclusivos de certos grupos e sociedades acarretaram na produção de sujeitos e povos vulneráveis. Assim, ao percorrer o caminho das "maiorias minoriadas", Elsa entende que a resistência aparece a partir da transformação do próprio corpo em arma de combate, quando parece que a única saída para restaurar a própria humanidade, ou seja, a vida, é através da morte.

A filósofa também abarca a técnica do Krav Magá e discute como as técnicas de defesa, criadas antes da criação do Estado de Israel, se transformaram em poderosas técnicas de ataque. Diante disso, parece possível compreender que as cenas da barbárie e do genocídio da qual estamos testemunhando no atual momento, contudo, extrapolam em muito a mera retaliação, especialmente quando levamos em conta a desproporção das forças combatentes. Ainda assim, políticos israelenses e seus apoiadores referenciam o conceito de autodefesa como direito e tem se proposto a ser heroína do Ocidente quanto ao inimigo terrorista que, segundo a narrativa, encontra-se por todos os lados.

5-Conclusão

O trabalho pretende enfatizar que as vidas palestinas ceifadas são a tragédia anunciada de uma sociedade forjada, que não sabe lidar com o outro, com o diferente e, assim, contribuir com a aliança dos povos a partir da noção de que não se trata de uma defesa do povo judeu diante ao antissemitismo – que difere do antissionismo – mas, sim, de uma ideologia política que se alastra por um século e, hoje, escancara seu objetivo final: eliminar o povo originário de suas terras.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

Corpos dissidentes, territórios insurgentes: Psicologia, necropolítica e escuta & resistência LGBTQIA+ na defesa das vidas

Davi Rodriguez Ruivo Fernandes (CRPSP), Eduardo Pedroso (CRPSP)

Este trabalho propõe uma reflexão situada sobre os efeitos da necropolítica e da biopolítica na constituição das existências LGBTQIA+ no Brasil contemporâneo, especialmente quando atravessadas por marcadores de raça, classe, território e gênero. Busca-se articular a escuta clínica, a atuação institucional e o compromisso ético e político da Psicologia com as lutas sociais que denunciam os modos sistemáticos de produção da morte e da exclusão. Com base na atuação da Subcomissão Estadual de Sexualidade e Gênero do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo e Comissões Oeientacao e Fiscalização (COE e COF) do

Conselho Regional de Psicologia de São Paulo - CRP SP, presente estudo discute práticas e dispositivos que tensionam o lugar da Psicologia como instrumento de controle social ou, alternativamente, como ferramenta de resistência e defesa da vida em sua multiplicidade.

O referencial teórico e analítico se ancora na crítica à racionalidade moderna e colonial, que sustenta os regimes de normalização da sexualidade e de racialização da população. Michel Foucault, ao propor o conceito de biopolítica, já alertava para o fato de que o poder moderno não opera apenas pela repressão, mas pelo gerenciamento da vida, definindo quem deve viver e em que condições. Achille Mbembe, ao ampliar esse pensamento por meio da necropolítica, revela que, sob o neoliberalismo tardio e o neocolonialismo, o poder estatal e institucional decide quem pode morrer, quem é matável e quem é relegado à zona do não ser.

No contexto brasileiro, marcado por profundas desigualdades estruturais e por uma democracia frágil, a aplicação dessa lógica é visível nas estatísticas alarmantes de assassinatos de pessoas trans, no encarceramento em massa da população negra e na negligência sistemática com as periferias urbanas e populações tradicionais.

A proposta dialoga diretamente com o tema do 23º Encontro Nacional da ABRAPSO —"Aliança dos povos: Psicologia Social face à destruição de todas as formas de vida" — ao defender a ampliação da escuta da Psicologia para sujeitos e territórios historicamente invisibilizados, denunciando os dispositivos de controle que atravessam os corpos dissidentes e interrogando os limites e as potências da atuação profissional diante da destruição material e simbólica dessas vidas.

A LGBTQIA+fobia estrutural, sustentada por regimes cisheteronormativos, racistas e patriarcais, não se expressa apenas em episódios de violência direta, mas opera também na distribuição desigual do sofrimento psíquico, no acesso precarizado a políticas públicas, na exclusão do trabalho formal e na ausência de pertencimento nos espaços institucionais, inclusive nos serviços de saúde e educação. Essas formas de exclusão não são aleatórias: elas revelam uma política de morte sistemática, legitimada pela omissão, pelo silenciamento e pela normatização dos modos de existência.

A Psicologia, enquanto ciência e profissão, não está à margem dessas estruturas — ela as constitui e é por elas constituída. Ao mesmo tempo em que pode reproduzir saberes patologizantes, a Psicologia também pode (e deve) se tornar aliada de práticas contra-hegemônicas. Por isso, o trabalho apresentado parte da experiência do CRP SP, em especial da Subcomissão Estadual de Sexualidade e Gênero e da atuação via atuação das Comissões de Orientação e Ética e de Fiscalização (COE e COF), para destacar a importância da produção de

posicionamentos públicos, notas técnicas, formações e ações de enfrentamento à violência institucional e simbólica que afeta a população LGBTQIA+, sobretudo aquela situada nas intersecções com negritude, pobreza e marginalização territorial.

A elaboração de materiais orientativos para a categoria, a construção de diretrizes para a escuta de pessoas trans, a defesa do uso do nome social nos processos psicoterapêuticos, a produção de conteúdo para campanhas de enfrentamento à LGBTfobia e a incidência em espaços de controle social são formas concretas de fazer da Psicologia uma prática ética, politicamente comprometida e capaz de disputar sentidos na arena pública.

A escuta, nesse contexto, não é apenas uma técnica, mas um ato político. Escutar corpos dissidentes é reconhecer que a dor, o desejo, a experiência e a linguagem dessas pessoas não cabem nos moldes universais da subjetividade normativa. É permitir que suas vidas ganhem inteligibilidade, não sob a chave da tolerância, mas da dignidade e da justiça. Escutar é também se deixar afetar, acolher as insurgências que desafiam os limites do próprio campo da Psicologia e, com elas, construir novas possibilidades de cuidado, pertencimento e reconhecimento.

Assim, o trabalho propõe uma reflexão sobre a urgência de reposicionar a Psicologia nos territórios em que a vida tem sido sistematicamente desvalorizada, buscando alianças com os povos e movimentos sociais que lutam por justiça, memória, reparação e existência. A presença do CRP SP no ENABRAPSO representa não apenas uma participação institucional, mas um gesto político de afirmação de uma Psicologia que não teme se comprometer com a transformação social.

A construção de um fazer psicológico ético, crítico e plural passa necessariamente pelo reconhecimento de que os corpos LGBTQIA+, especialmente os corpos negros, indígenas, travestis, transmasculinos e periféricos, têm sido alvos históricos de um projeto necropolítico de extermínio, e que resistir a isso é tarefa inadiável.

Ao assumir esse compromisso, reafirma-se que a Psicologia pode ser ferramenta de luta, instrumento de denúncia e espaço de reinvenção das formas de vida. Corpos dissidentes são, também, corpos insurgentes, e a escuta desses corpos é um gesto radical de defesa das vidas.

Do Cangaço à Canga-Gay: Gênero em disputa e as ressonâncias antigênero em Serra Talhada - PE

Robson Aparecido da Costa Silva (UFMG), Marco Aurélio Máximo Prado (UFMG)

Desde o início dos anos 2000, diversos países, à exemplo da Espanha, Franca, Itália, Haiti, Equador, Brasil, Argentina, México, entre outros ao redor do globo, convivem com ofensivas e políticas contra o gênero. Esse movimento tem o intuito de demonizar a ideia de gênero para refundar uma noção de sociedade tradicional. Nesta perspectiva, o presente trabalho busca refletir sobre o surgimento de ações anti-LGBTQIA+ no município de Serra Talhada -PE, em 2009, articuladas a forças conservadoras associadas à cultura do Cangaço, e analisar como tais produzem efeitos na emergência da "ideologia de gênero", no contexto em pauta, em 2022. Trata-se de uma etnografia digital, baseada na análise de materiais jornalísticos, produções radiofônicas e conteúdos virtuais que retratam as repercussões decorrentes da realização da primeira Parada da Diversidade Sexual do Sertão Pernambucano. Ocorrida no contexto serra-talhadense, em 2009 – evento que ganhou notoriedade nacional sob o nome de Canga-gay. Enquanto conclusões preliminares, tem-se que as repercussões conservadoras em torno da realização do Canga-gay reforçam valores morais tradicionais que limitam os direitos humanos e a cidadania plena da população LGBTQIA+ local. Nesse sentido, discursos políticos, religiosos e midiáticos da época contribuíram – e ainda contribuem – para a consolidação de estimas, bem como para a naturalização da cisheteronormatividade e da masculinidade hegemônica em Serra talhada, fundamentadas na construção idealizadora do homem como "cabra-macho, sim senhor", e herdeiro dos atributos de Lampião, o Rei do Cangaço. Tais efeitos ainda se articulam com o fortalecimento do discurso da chamada "ideologia de gênero" na cidade, cuja presença tornou-se mais evidente a partir de 2022, com uma série de ações contrárias as pautas LGBTQIA+. A orientação teórica que fundamenta este trabalho baseia-se nos estudos sobre ofensivas e políticas antigênero desenvolvidos por Moracci e Prado (2019), Correia (2018), Junqueira (2018), Paternotte e Kuhar (2018) e Biroli (2018). Esses autores compreendem o fenômeno como a emergência de movimentos reacionários heterogêneo de alcance transnacional, considerando suas conexões com o neoliberalismo, conversadoríssimo, regimes autoritários, retrocessos democráticos, articulações religiosas, políticas, midiáticas conservadores, ultradireitistas, dentre outros. Os quais se organizam em oposição aos avanços nos direitos sexuais, reprodutivos e na promoção da igualdade de gênero. Tais ofensivas se sustentam em discursos forjados como "ideologia de gênero" ou "teoria de gênero", os quais distorcem propositalmente os estudos acadêmicos sobre gênero com o intuito de instaurar um pânico moral, reforçar estereótipos e legitimar práticas excludentes. O conceito de pânico moral, nesse sentido, constitui outra dimensão fundamental da fundamentação teórica do trabalho, compreendido como um acontecimento que emerge a partir de um conjunto de eventos interpretados por determinados grupos sociais como ameaças aos valores e interesses coletivos. Conforme apontam Cohen (1987), Machado (2004) e Borges e Borges (2018), esses episódios costumam ser amplificados pelos meios de comunicação em massa, os quais contribuem para a estereotipação das narrativas, convocando políticos, líderes religiosos e outras figuras de autoridade para apresentar diagnósticos alarmistas e soluções simplificadas, sempre com o intuito de resguardar e reafirmar uma moralidade tradicional. O desenrolar desse processo tende a se encerrar quando a controvérsia se esvazia ou desaparece do espaço público. No contexto brasileiro, essas ofensivas antigênero ganham contornos institucionais por meio de políticas públicas que censuram

o debate sobre diversidade nas escolas, criminalizam identidades dissidentes e aprofundam desigualdades estruturais — inclusive em regiões interioranas. Trata-se, assim, de um projeto político-discursivo articulado para desestabilizar conquistas democráticas e reconfigurar o espaço público segundo uma ordem moral conservadora. Portanto, a proposta do GT 45 entrelaça-se profundamente com a pesquisa apresentada, uma vez que ambas se debruçam sobre os efeitos psicossociais e os processos de subjetivação produzidos por ofensivas e políticas conservadoras, autoritárias e antigênero. O estudo, ao analisar a emergência de discursos anti-LGBTQIA+ em Serra Talhada-PE — especialmente a partir das repercussões do evento "Canga-gay" — evidência como forças políticas, religiosas e midiáticas locais se articularam em torno de uma moralidade tradicional para consolidar estigmas, naturalizar a cisheteronormatividade e legitimar práticas de exclusão social. Essa dinâmica reflete exatamente os fenômenos que o GT busca problematizar: a ascensão de extremismos políticos e discursos de ódio que atacam direitos, diversidade e democracia, promovendo processos de silenciamento e subalternização de corpos dissidentes. Além disso, ao adotar uma perspectiva crítica fundamentada nos estudos de gênero e no conceito de pânico moral, a pesquisa contribui para os objetivos do GT ao explicitar como esses dispositivos ideológicos e normativos moldam subjetividades, produzem sofrimento psíquico e sustentam estruturas de dominação e violência simbólica e material — sobretudo em territórios marcados por desigualdades históricas e culturais. Ademais, o trabalho também evidencia como esses processos repercutem na saúde mental, nos vínculos comunitários e na atuação política de sujeitos dissidentes. Assim, o trabalho se alinha ao compromisso ético e político do GT ao buscar formas de resistência e denúncia dessas ofensivas, reafirmando a urgência de práticas psicossociais comprometidas com os direitos humanos, a justiça social e a defesa da diversidade sexual e de gênero.

Educação, cultura e memória: lutas sociais por democracia na Amazônia Brasileira (1977-1981)

Vanessa Miranda (UFAM)

O presente trabalho é resultado de pesquisa vinculada a projeto universal CNPq (faixa grupos consolidados) sobre memória, trabalho, meio ambiente e violação de direitos na Amazônia brasileira entre os anos de 1970 e 2000. Possui como objetivo apresentar processos de auto-organização de movimentos sociais em defesa pela educação pública e pela cultura na região norte do país durante a ditadura civil-militar (1964-1985). Trata-se de enfatizar o trabalho de compreensão da articulação histórica das diversas linguagens instituintes das memórias, destacando a construção de temporalidades, projetos e sujeitos sociais, o que supõe a busca de materiais que, lidos a contrapelo (Benjamin, 1996), possibilitem eleger momentos e lugares significativos da experiência, relações entre memórias hegemônicas e alternativas na Amazônia brasileira, produzidas no espaço social vivido da educação, do trabalho e do meio ambiente. Para Silva (2023, s/p) "o pensamento geopolítico brasileiro sobre a Amazônia e suas articulações com as políticas educacionais para a região" contribuem para refletirmos sobre as "desigualdades e demandas por uma educação socialmente referenciada que contribua para o fortalecimento étnico-cultural". Ainda para Silva (2023, s/p), os movimentos sociais lutam "por uma educação que considere as dimensões socioculturais, o reconhecimento das culturas e as formas de viver dos povos amazônicos", ao mesmo tempo em que apontam para "uma educação orientada para o diálogo intercultural e promoção dos conhecimentos significativos para o desenvolvimento local". A partir da problematização do "Varadouro, um jornal das selvas", periódico que circulou no Acre entre os anos de 1977 e 1981, e em outras regiões amazônicas como espraiamento e eco das disputas naquele período contra a ditadura civil-militar, o trabalho em tela, sustentado por entendimentos da pedagogia histórico-crítica (Saviani; Duarte, 2021) e da psicologia sócio-histórica (Bock; Gonçalves, 2009), procura compreender propostas de sociedade pelo direito à cultura e pela defesa dos modos de vida empreendidos por diferentes sujeitos sociais. Nas folhas daquela imprensa alternativa, a auto-organização de indígenas, mulheres, estudantes, professores (as) e trabalhadores (as) aponta para práticas sociais plurais na nossa contraditória sociedade de classes. Trata-se ainda de sistematizar e apontar a partir desse conjunto documental de comunicação popular as disputas pela construção de uma educação democrática em torno da união e resistência de sujeitos históricos pela criação de novos direitos sociais no norte do país. "Varadouro, um jornal das Selvas" circulou legalmente em bancas de jornal da capital Rio Branco/AC, nos interiores desse estado, e em outras localidades da região amazônica e demais regiões brasileiras. A imprensa nanica, também chamada de imprensa alternativa, criou a partir de uma "produção social da escrita" (Williams, 2015) espaços de resistência e de revalorização da experiência de sujeitos históricos (Thompson, 1981), fortalecendo suas lutas cotidianas por democracia e educação durante as décadas de 1970 e 1980 (Sader, 1998; Gohn, 2009). Em relação a formas sociais de enfrentamento, organizadas ou não, o jornal, ao trazer para as suas folhas falas de professores/as e estudantes, expõe relações de exploração vivenciadas na educação. A luta por uma educação digna, para professores/as, trabalhadores e estudantes, implica em disputa pelo direito de se organizar e criar poder popular, revalorizando a experiência de homens e mulheres que reconhecem nas greves dos/as professores/as e de estudantes, por exemplo, processo de união que diz respeito a todos/as. Varadouro explora ao máximo suas possibilidades para criar uma relação dialógica com leitores/as do jornal,

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

promovendo entendimento de que a educação, como afirma Freire (2021), é sempre política. Varadouro escreve por linhas próprias sobre a reprodução de ocultamentos e invizibilizações dessas experiências, incorporando sempre nessa escrita vivências de homens e mulheres que resistem nesse meio. Assim, o jornal se apropria de recursos da linguagem escrita e da composição de diagramação visual para construir uma "história vista de baixo" (Thompson, 2012; Sharpe), pela qual diferentes sujeitos históricos aparecem pela própria voz participando da escrita dessa história como agentes transformadores. Importante ressaltar esse aspecto, haja vista que, nos enfrentamentos contra a ditadura civil-militar na Amazônia brasileira, trabalhadores/as da floresta (seringueiros/as, ribeirinhos/as, indígenas (homens, mulheres, crianças), trabalhadores/as do campo e da cidade (professores/as, estudantes, empregadas domésticas, lavadeiras) resistiram às relações de opressão a partir da criação de contrapoderes como explicita Marilena Chaui (2003, p. 285). Varadouro, um jornal das selvas é fonte inesgotável de pesquisa para nós pesquisadores da região norte e do Brasil. Uma imprensa que ecoou na Amazônia a voz dos/as estudantes, dos/as professores/as, dos indígenas (mulheres, crianças e homens), do movimento feminista, do movimento homossexual, do movimento dos seringueiros, dos movimentos de trabalhadores/as informais (lavadeiras, engraxates, marreteiros), do movimento das trabalhadoras domésticas e das mulheres, dentre outros. A produção de comunicação popular entre os anos de 1970 e 1980, como o Varadouro, é algo a ser valorizado na pesquisa em educação e psicologia. São materiais que nos ensinam sobre como trabalhar com a memória das lutas sociais por democracia no país em período de negação de direitos, repressão e violência de Estado. É uma chance que temos de compreender como se constituem nuances e disputas de projetos sociais e educacionais no contexto amazônico, seja em ambientes escolares ou não escolares. Muitos dos problemas enfrentados pelo movimento estudantil e de professores/as naquele momento ainda estão presentes na educação brasileira de hoje, as lutas contra o capital não cessam jamais. Esse enfrentamento é o que chamamos de utopia e ação cultural para a liberdade (Freire, 2021).

Referências Bibliográficas: BENJAMIN, W. Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura. SP: Ed. Brasiliense, 1996. BOCK, A. M. B.; GONÇALVES. A dimensão subjetiva da realidade: uma leitura sócio-histórica. SP: Cortez, 2009. CHAUI, M. Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas. SP: Cortez, 2003. FREIRE, P. Ação cultural para a liberdade. RJ, SP: Paz e Terra, 2021. GOHN, M. da G. Movimentos sociais e educação. SP: Cortez, 2009. SADER, E. Quando Novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970- 1980. SP: Paz e Terra, 1998. SAVIANI, D. ; DUARTE, N. Conhecimento Escolar e Luta de Classes: a pedagogia histórico-crítica contra a barbárie. Campinas, SP: Autores Associados, 2021. SHARPE, J. A história vista de baixo. In: BURKE, P (org.). A escrita da história. SP: Ed. da Unesp, 1992, p. 40-62. SILVA, I. R. da. Educação, resistência e povos amazônicos. In: 41ª Reunião da ANPEd. Manaus/AM, 2023. THOMPSON, E. P. A miséria da teoria ou um planetário de erros (uma crítica ao pensamento de Althusser). RJ: Zahar, 1981. THOMPSON, E. P. As peculiaridades dos ingleses e outros escritos. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2012. WILLIAMS, R. A Produção Social da Escrita. SP: Ed. Unesp, 2015.

Lutas torcedoras em tempos de autoritarismos e extremismos: futebol e política em São Paulo (2013-2022)

Felipe Tavares Paes Lopes (UNICAMP), Felipe Tavares Paes Lopes (UNICAMP), Fábio Henrique França Rezende (UNICAMP)

Este trabalho insere-se no campo de estudos psicossociais sobre futebol, focalizando a temática do ativismo torcedor. Na América Latina, o debate sobre futebol, inicialmente, foi marcado por uma perspectiva baseada no marxismo-althusseriano e em autores da primeira geração da Escola de Frankfurt, que, grosso modo, compreendiam o "esporte bretão" como um instrumento de alienação e controle da classe trabalhadora, ou seja, como uma variante do "ópio do povo". No entanto, ainda na década de 1980, surgiu uma perspectiva quase oposta, que passou a interpretá-lo como um local de formação de identidades, participação, pertencimento, emoção, criação e imaginação. Ao longo dos anos, novas perspectivas e temáticas foram surgindo. Atualmente, assiste-se a um crescente interesse da academia pelas práticas ativistas de grupos organizados de torcedores.

Neste trabalho, focalizamos as lutas de coletivos ativistas de torcedores na cidade de São Paulo. Mais exatamente, nosso objetivo, aqui, é analisar a organização, as agendas e as linhas de ação desses coletivos no período de 2013 a 2022. A opção por investigar esse período deve-se ao fato de ele ter sido politicamente (muito) relevante para o Brasil: como sabemos, junho de 2013 foi um momento de inflexão na história brasileira. Naquele momento, o país foi tomado por uma onda de protestos, que ganhou uma dimensão até então impensável. Nos anos subsequentes, a polarização entre direita e esquerda refloresceu com força, embora essa polarização tenha se dado de forma assimétrica. Por um lado, a militância de esquerda fortaleceu sua atuação agrupando consigo setores mais moderados. Por outro lado, a militância de direita tornou-se mais extremista e agressiva. Militância que foi decisiva nas eleições presidenciais de 2018, que levou Jair Bolsonaro à presidência da República, de 2019 a 2022.

A fim de alcançarmos o objetivo estabelecido, adotamos uma abordagem multiperspectívica. De acordo com Kellner, essa abordagem inspira-se no perspectivismo de Nietzsche, que compreende que toda intepretação é mediada pela perspectiva do intérprete, trazendo, necessariamente, pressupostos, valores, preconceitos e limitações. Conforme Ibáñez, nada adquire significado fora de um marco interpretativo. Este predetermina, ao menos em parte, o significado possível das coisas do mundo e é condicionado por nossa posição dentro de uma tradição histórica e cultural. Assim, a fim de evitarmos uma leitura unilateral do mundo, Kellner recomenda que aprendamos a empregar várias interpretações a serviço do conhecimento. Aplicando essa linha de raciocínio ao tema do ativismo torcedor, podemos afirmar que, quanto mais perspectivas utilizarmos para interpretá-lo, mais abrangente, robusta e crítica será nossa leitura. O multiperspectivismo, no entanto, não deve ser visto como mero ecletismo liberal nem como um pot-pourri de diferentes pontos de vista. Ao defender tal abordagem como ferramenta científica, estamos simplesmente argumentando a favor de articularmos, de forma coerente, variadas teorias críticas da sociedade para a realização de um diagnóstico consistente das lutas no universo torcedor.

No que diz respeito aos procedimentos metodológicos, apoiamos nossas análises nas informações e dados obtidos em uma pesquisa de campo realizada por um dos autores deste trabalho, de 2020 a 2022, com integrantes de coletivos ativistas de torcedores dos três clubes mais populares da cidade de São Paulo: o Corinthians, o São

Paulo e o Palmeiras. Tal pesquisa, que contou com financiamento da Fapesp, envolveu a realização de entrevistas (individuais e em grupo), que foram gravadas, transcritas e submetidas a uma análise de discurso. Também envolveu a aplicação de questionários, observação-participante em protestos de rua e em reuniões com esses coletivos e uma análise do conteúdo de suas redes sociais digitais.

Tomando como base as referidas informações e dados, podemos afirmar que, embora as Jornadas de Junho não tenham sido organizadas e nem tenham contado com a participação de coletivos ativistas de futebol, o futebol foi uma de suas principais pautas. Afinal, naquele momento, os vultosos gastos com a Copa do Mundo de 2014 foram amplamente criticados, ressuscitando a ideia de que o esporte constitui o "ópio do povo".

Na verdade, os coletivos ativistas de torcedores surgiram alguns anos depois, nas manifestações contra o impeachment de Dilma Rousseff, finalizado em 2016. Esses coletivos, vale sublinhar, não se confundem com as tradicionais torcidas organizadas, uma vez que não têm como objetivo principal acompanhar seus clubes de futebol nos estádios nem promover um espetáculo audiovisual nas arquibancadas, mas lutar por transformações nas estruturas política e social da sociedade e do futebol. Ademais, diferentemente de tais torcidas, eles reúnem apenas algumas dezenas de pessoas e possuem uma estrutura relativamente horizontal.

É preciso destacar, no entanto, que os coletivos ativistas de torcedores não formam um universo homogêneo. Há aqueles coletivos que limitam sua esfera de ação a questões diretamente vinculadas ao seu clube de futebol, militando em prol da democratização de seus processos deliberativos e/ou do acesso ao estádio. Há, ainda, os coletivos que focalizam as causas associadas à luta pelo reconhecimento das identidades étnico-raciais, sexuais e de gênero. Por questões de segurança, estes costumam limitar suas ações ao universo da internet ou aos jogos do futebol de mulheres, onde há mais tolerância e espaço para manifestações contra o preconceito. Há, também, os que participam da subcultura antifascista militante, objetivando fazer uma contraposição direta às organizações nazifascistas dentro e fora das arquibancadas. Em função dessa contraposição, muitos dos seus integrantes optam pelo anonimato. E, por fim, há aqueles coletivos que pautam e lutam por questões caras ao campo progressista, possuindo uma atuação mais voltada aos ambientes da esquerda institucionalizada.

Outro aspecto que diferenciam os coletivos ativistas de torcedores é o seu vínculo com as torcidas organizadas. Por um lado, há os coletivos independentes, que são maioria e possuem mais facilidade de se articularem entre si, uma vez que não estão "presos" a um histórico de rivalidade violenta. Além de participarem de protestos de rua, esses coletivos costumam realizar ações voltadas a pessoas em situação de vulnerabilidade social (distribuição de alimentos, doação de sangue etc.) e desenvolver projetos de conscientização política (oficinas, debates, exibição de filmes etc.).

Por outro lado, há os coletivos que possuem vínculos umbilicais com as organizadas de seus clubes. Estes, certamente, podem ser considerados os protagonistas da "Primavera das Torcidas Antifascistas" e dos "desbloqueios das estradas". O primeiro episódio ocorreu no auge da pandemia de Covid-19, quando a extrema direita saia, semanalmente, às ruas de São Paulo e outras cidades do Brasil, a fim de defender pautas antidemocráticas, como a volta do regime militar. Diante do silêncio dos sindicatos, movimentos sociais e partidos de esquerda, tais coletivos resolveram sair às ruas, enfrentar a extrema direita e defender a democracia. Já o segundo episódio ocorreu no fim de 2022, quando, inconformados com a derrota de Bolsonaro nas eleições presidenciais daquele ano, militantes de extrema direita resolveram fechar várias rodovias pelo Brasil. Diante da inércia das autoridades policiais em desobstruí-las, os

referidos coletivos e outros integrantes de organizadas desbloquearam as estradas e seguiram viagem para acompanhar seus clubes na trigésima rodada do Campeonato Brasileiro daquele ano.

Nossa hipótese é que os coletivos ligados a organizadas acabaram assumindo a linha de frente no enfrentamento direto da extrema direita devido à experiência de seus integrantes em embates corporais e ao ideal de virilidade que os orienta, que diz que é preciso aguentar o sofrimento e as adversidades. Importante destacar, todavia, que as torcidas organizadas não estiveram "oficialmente" presentes no primeiro episódio, apenas coletivos compostos por seus integrantes. Isso se deve ao fato de, naquele momento, suas lideranças temerem possíveis retaliações do poder público, em caso de embates com a polícia – que, de fato, acabaram ocorrendo. Ademais, temiam que se amplificassem os rachas internos de suas associações, uma vez que elas não são instituições ideologicamente coerentes, comportando todo tipo de pessoa.

Esses episódios e as lutas em geral dos coletivos ativistas de torcedores nos levam a concluir, primeiramente, que algumas explicações fornecidas pelas teorias críticas do futebol são limitadas. Por exemplo, baseando-se nos estudos de Adorno sobre personalidade autoritária, Sebreli argumenta que o torcedor é uma pessoa autoritária passiva, que se submete cegamente à autoridade e é facilmente sugestionável. Tratar-se-ia de alguém incapaz de ter espírito crítico, que não teria grande interesse por outros temas, como a política – o que, definitivamente, não parece ser o caso de torcedores que se organizam, de forma sistemática, para organizar a luta política.

Em segundo lugar, levam-nos a repensar as formas de organização política e de formação da consciência de classe nos dias de hoje. Afinal, nos episódios supramencionados, não foram os sindicatos, os partidos políticos ou os movimentos sociais clássicos que saíram às ruas para defender a democracia no Brasil e romper com o silêncio do campo progressista, mas aqueles indivíduos vistos, com certa frequência, como alienados por essas mesmas instituições. Assim, sem menosprezar a relevância dessas instituições para a luta de classes hoje em dia, é preciso reconhecer que a organização dessa luta pode ocorrer, ao menos em alguns momentos, ao largo delas, uma vez que a dura experiência de vida dos oprimidos já impõe uma série de embates sociais, que podem indicar a oposição entre os interesses conflitantes presentes nas relações sociais.

Metamorfoses identitárias nas fronteiras entre a carne e o silício: existências dissidentes e montagens experimentais de si

Eden Queiroz de Oliveira (UFC), Aluísio Ferreira de Lima (UFC)

Quando a digitalização do cotidiano se revela central nas dinâmicas contemporâneas de produção subjetiva, observamos que os processos cibernéticos de metamorfose identitária protagonizados por existências dissidentes de gênero nas redes sociais se tornam não apenas evidentes, mas também estruturam novas formas de vida e de pensar a si. Esses processos, profundamente constituintes do ambiente digital, estabelecem-se por meio de práticas performativas singulares que se desdobram nas diversas plataformas digitais disponíveis, plataformas essas que operam como arenas vibrantes de visibilidade e contestação. Nesses espaços, ocorrem verdadeiras "montações" de si, que extrapolam o mero exercício individual para se transformarem em dinâmicas coletivas de subjetivação, marcadas por uma lógica ciborgue onde corpo e máquina interagem de modo interdependente. Essa interação forja engrenagens que impulsionam a produção de novas (re)configurações identitárias, as quais não se limitam a permanecer restritas às superfícies das telas luminosas dos populares smartphones, mas que se projetam em direção a potenciais mundos possíveis, mundos estes que se apresentam como alternativas à normatividade dominante. Nesse contexto, torna-se impossível ignorar o papel das redes sociais como campos paradoxais de disputa, onde a resistência à homogeneização e à captura tecnocapitalista se entrelaça e, por vezes, se choca com dinâmicas cada vez mais sofisticadas de vigilância, controle e normatização. Essas plataformas digitais, que num primeiro momento poderiam parecer meramente espaços de expressão, revelam-se como territórios ambíguos, onde se disputam narrativas, visibilidades e possibilidades de existência. As expressões identitárias, portanto, não surgem como entidades estáticas, mas são constantemente construídas, desconstruídas e reconstruídas por meio de técnicas compartilháveis de experimentação digital, nas quais se torna possível observar como certas práticas performativas subversivas, dissidentes e inventivas circulam em fluxos digitalizáveis que atravessam as superfícies vítreas das telas e se materializam para além delas. Estas práticas não são apenas ensaios performáticos efêmeros; elas constituem verdadeiros atos de insurgência, capazes de rasurar as fronteiras entre o que é considerado "real" e o virtual e de reivindicar novas formas de existência e reconhecimento. Trata-se, portanto, de um trânsito de resistência ciborguiana, onde dispositivos eletrônicos – de celulares a computadores, de câmeras a sistemas de realidade aumentada – funcionam como próteses subjetivas e órgãos tecnovivos. Esses dispositivos, longe de serem meras ferramentas externas, tornam-se extensões do próprio corpo e da própria subjetividade, ampliando suas potencialidades e permitindo a invenção contínua de si. Nessa perspectiva, o ambiente digital emerge como um espaço que potencializa insurgências epistemológicas potentes e transformadoras, questionando e subvertendo regimes normativos de saber e poder. Para que esta reflexão se sustente, o presente trabalho apoia-se em um marco teórico robusto, que entrelaça os estudos de cibercultura e governabilidade algorítmica, teoria queer, teoria crítica contemporânea, estudos sobre metamorfose da identidade e reconhecimento, políticas de identidade, estudos interseccionais, estudos da imagem e feminismo glitch. Atravessando esse arcabouço teórico estão autoras e autores fundamentais, como Judith Butler, Donna Haraway, Saidiya Hartman, Grada Kilomba, Legacy Russell, Paul B. Preciado, Warwick McKenzie, Antonio da Costa Ciampa e Aluísio Ferreira de Lima. Além disso, o trabalho dialoga com as filosofias da estética e com os diferentes modos de existência elaborados por Étienne

Souriau e David Lapoujade, expandindo a discussão para além do campo da subjetividade e alcançando uma reflexão profunda sobre as relações entre estética, política, filosofia e epistemologia. A construção de um atlas estético-conceitual, inspirado nas montagens imagéticas de Walter Benjamin e no disruptivo Atlas Mnemosyne de Aby Warburg, permite reunir e constelar práticas performativas digitais subversivas e suas reverberações para além das telas. Esse atlas não é apenas um repositório de imagens e conceitos, mas um espaço de articulação de saberes, onde o sensível e o inteligível se entrecruzam para dar visibilidade a gestos dissidentes e a práticas que desafiam as hegemonias tecnopatriarcais. Nesse processo criativo e reflexivo, incorpora-se a figura do flâneur, mesclada à da testemunha e da advogada, que vaga por espaços de manifestação dissidente – sejam eles virtuais, híbridos ou físicos – afirmando sua presença e sua escuta frente às forças de aniquilamento, silenciamento e esquecimento. Esse flâneur, dotado de uma sensibilidade insurgente, não apenas observa, mas intervém, delineando um projeto tecno-estético-político-epistemológico que se revela capaz de disputar, com contundência, os espaços narrativos hegemonicamente ocupados por discursos da ultradireita e do conservadorismo. Essa figura híbrida, ao mesmo tempo andarilha e testemunha, delineia, assim, um horizonte radicalmente viável, onde a plena existência e emancipação das dissidências de gênero se torna não apenas possível, mas urgente. Através da articulação entre estética e política, entre o corpo e o dado, entre a imagem e a palavra, vislumbra-se a emergência de um novo regime de visibilidade, sensibilidade e inteligibilidade, capaz de desestabilizar as estruturas normativas e de abrir caminhos para um futuro mais plural e emancipatório. Assim, reafirma-se a potência criadora e subversiva das práticas performativas digitais dissidentes e a necessidade de continuarmos a pensar, agir e criar a partir da intersecção entre tecnologia, estética, política e identidade, para construir espaços de resistência e emancipação efetiva frente aos dispositivos de dominação contemporâneos.

Os buracos negros "patriotas" e seu desejo de destruição: semiopsicologia do microfascismo nos processos de subjetivação produzidos no agenciamento Níkolas Ferreira

Wanessa Santos dos Reis Carneiro (UNIFESSPA), João Emanuel de Souza da Silva (UNIFESSPA), Diego Frank Marques Cavalcante (UNIFESSPA)

Este trabalho tem o propósito de investigar os rastros semióticos de produções desejantes microfascistas no escopo de uma sociedade em rede. De forma específica, investigar as estratégias semióticas utilizadas por Nikolas Ferreira em seu instragam para gerar caixas de ressonâncias para atração de "buracos negros" e produção social de microfascismo em rede. Para isso, lançaremos mão de alianças entre esquizoanálise de Deleuze e Guattari bem como da Semiótica de Charles Sanders Peirce. A semiopsicologia do microfascismo é produto da referida articulação e tem como propósito investigar indícios da produção desejante a partir da análise dos signos.

Nikolas Ferreira é um político brasileiro, filiado ao Partido Liberal (PL) e atualmente deputado federal em Minas Gerais. Vale ressaltar sua grande influência no país, sendo o deputado mais votado do país na eleição de 2022 e mais bem votado da história de Minas Gerais. Em abril de 2023, foi apontado como o deputado federal mais influente do Brasil nas redes sociais, tendo cerca de 17,6 milhões de seguidores no instagram. Entre suas estratégias de engajamento estão: abordagem direta e emocional, produção simples e uso de humor e paródias. Ademais, um dos seus vídeos mais vistos é o que ele faz críticas às medidas do governo sobre a fiscalização do pix, intitulado "O PIX está unindo o povo" alcançando mais de 275 milhões de visualizações, no vídeo em questão ele insinua que o pix será taxado - mesmo tendo conhecimento da impossibilidade do fato - confirmando as falsas notícias que vinham sendo difundidas, as quais causaram pânico ao público leigo. Dessa forma, ele cria uma aproximação com seu público alvo, mostrando que o governo é um inimigo e que ele está do lado do povo.

A esquizoanálise, proposta por Deleuze e Guattari, pode ser entendida como um procedimento teórico, estético e ético e político interessado na investigação-intervenção nas/das produções do desejo. O microfascismo é definido como uma produção desejante caracterizada pelo gozo com a destruição do outro. Nesse processo, os "sujeitos" caem em "buracos negros da subjetividade" que pulsam sob a égide do ressentimento e todo tipo de paixões tristes. Nessa trama, emergem líderes que elaboram estratégias semióticas que funcionam como caixas de ressonâncias que atraem todo tipo de ressentidos. Nossa hipótese é de que os signos produzidos por Nikolas Ferreira no instagram podem ser pensados como uma caixa de ressonâncias de microfascismo.

Para essa investigação, utilizaremos a semiopsicologia do microfascismo. A semiopsicologia, a partir da articulação entre Deleuze, Guattari e Peirce, propõe investigar os rastros das produções desejantes a partir da análise semiótica. De forma específica, destacamos a categoria dos legi-signos simbólicos microfascistas. São signos abstratos-gerais (legi-signos) que mediam socialmente a relação com um dado objeto (símbolo), construindo o inimigo e justificando semioticamente sua destruição.

Assim, busca-se compreender como os signos produzidos por Níkolas Ferreira, associados com algoritmos, funcionam como atratores e intensificadores de processos de subjetivação microfascistas. Nessa trama, seus seguidores atualizam dinâmicas de opressão, controle e

intolerância contra aqueles considerados como uma ameaça à ordem e aos valores defendidos por eles. Os quais, inclui, em geral, a esquerda, o globalismo, o progresso social, o multiculturalismo, a cultura pop, e grupos como pessoas LGBTQIA+ e feministas. Esses referidos seguidores são acoplados a ideais semiotizados pelos signos fascistas que sintoniza e intensifica a produção do desejo de repressão, de pertencer, de mandar, de corrigir e violar o outro.

A hipótese que norteia a pesquisa assume que Níkolas Ferreira opera por meio da captura de legi-signos simbólicos religiosos, conservadores e conspiratórios, que funcionam como vetores de semiotização do desejo de destruição daqueles que pensam diferente, propagando o desejo de sujeição de grupos minoritários, defesa de uma identidade conservadora, que valoriza a tradição, valores religiosos, a família tradicional e resistência à mudanças sociais.

Através desses regimes semióticos, o desejo é canalizado para a repetição de discursos codificados. A essa arquitetura semiótica e maquínica soma-se às redes sociais e o funcionamento algorítmico (legi-signo) como dispositivos que intensificam e retroalimentam o desejo microfascista. O uso estratégico das redes por Níkolas se vincula com os algoritmos de visibilidade e engajamento, e assim operam como uma caixa de ressonância em rede. Os algoritmos processam as informações dos usuários, mas também influenciam em seus processos inferenciais, funcionando como atratores e intensificadores de desejo. Assim, o espaço algorítmico se torna parte de um agenciamento microfascista.

Dessa forma, esta pesquisa busca cartografar não apenas os signos emitidos por Níkolas Ferreira, mas as máquinas e regimes semióticos que se conectam a eles: as narrativas conservadoras como veículo de moralização; as teorias da conspiração como campos de fechamento de sentido; a seção comentários como territórios de enunciação reativa; e, sobretudo as redes sociais como mecanismos técnicos de captura do desejo, que intensificam a proliferação e manutenção de um ecossistema semiótico microfascista.

A análise parte do pressuposto de que os fluxos desejantes não são naturalmente fascistas, mas são capturados por regimes de signos e dispositivos discursivos que os direcionam para a construção de subjetividades que desejam sua servidão. Assim, a esquizoanálise permite desnaturalizar esses processos, evidenciando as formas como a linguagem e os signos funcionam como instrumentos de poder e desejo.

Dessa forma, esse trabalho se relaciona ao Eixo Temático 07 “Mídia cultura e tecnologias digitais” por abordar as dinâmicas de produção de sentido, subjetividade e desejo no ambiente das redes sociais. Nesse sentido, submetemos a pesquisa ao GT 45 "Psicologia, extremismos políticos e autoritarismo: efeitos psicossociais, processos de subjetivação e estratégias de resistência" uma vez que discorre de maneira crítica sobre os efeitos do extremismo político no meio digital no processo de produção de subjetividades de natureza microfascista, tendo como intuito abrir um debate sobre como esses movimentos ascendem e quais suas consequências.

Semiopsicologia e Microfascimo: signos misóginos em rede no agenciamento Red Pill

Éricka Vitória Feitoza Pires (UNIFESSPA), Diego Frank Marques Cavalcante (UNIFESSPA)

O propósito deste artigo é investigar os rastros semióticos da produção desejante microfascista na comunidade em rede denominada “Red Pill”. Trata-se de analisar os signos que agrupam, em torno de si, o desejo social de violar as mulheres no escopo das redes sociais. Para isso, utilizaremos a semiopsicologia que busca investigar possíveis correlações entre desejo e suas ressonâncias semióticas.

Em um contexto de reconfiguração dos papéis de gênero e de crise da masculinidade normativa, o Red Pill se articula como reação desejante-semiótica, produzindo sentidos de mundo a partir de uma retórica de antagonismo entre os sexos. Parte-se da hipótese de que o agenciamento Red Pill opera como dispositivo de captura subjetiva, mobilizando afetos como ressentimento, paranoia e desejo de controle. Esse fenômeno não é periférico, mas atravessa o cotidiano psicossocial contemporâneo, afetando sobretudo homens em contextos de vulnerabilidade afetiva e precariedade relacional.

Esta pesquisa se insere nos objetivos do GT 45 do 23º ENABRAPSO ao problematizar os efeitos psicossociais dos extremismos políticos e da misoginia digital, especialmente no que tange à modulação da subjetividade em contextos marcados por autoritarismo e ofensivas neoconservadoras. A análise da formação discursiva Red Pill permite compreender como esse agenciamento se articula às estratégias contemporâneas de esvaziamento democrático, ataques aos direitos das mulheres e apagamento das diferenças, alinhando-se diretamente ao eixo temático “Direitos, movimentos sociais e desafios à democracia”

A cibercultura, conforme apontam Lévy (1999), Castells (2003) e Rüdiger (2013), deve ser compreendida como um regime de sensibilidade e visibilidade que reconfigura o espaço social. Nesse ambiente, zonas de contágio afetivo emergem como vetores de difusão de discursos radicais, muitas vezes estetizados sob a lógica do compartilhamento e da performatividade. Como aponta Foucault (1975), todo exercício de poder está ligado à produção de saber, e vice-versa. No contexto neoliberal, as plataformas digitais funcionam como tecnologias de poder que moldam a subjetividade por meio de algoritmos que definem efeitos de verdade, reforçando normatividades sob a aparência de liberdade e autonomia, mas sustentando a lógica da responsabilidade individual e da competição. A organização da visibilidade — o que aparece, circula e engaja — é também uma organização do desejo, utilizando-se da mais-valia de código para operar suas diferenciações.

É nesse cenário que o Red Pill se estabelece como um agenciamento discursivo complexo. Derivado de uma metáfora do filme “Matrix”, o termo “tomar a pílula vermelha” passou a representar o suposto “despertar” masculino diante da alegada manipulação feminina e falência moral da sociedade ocidental. Trata-se de uma comunidade digital antifeminista, composta majoritariamente por homens jovens, que promove a reafirmação de valores patriarcais por meio da desqualificação sistemática do feminino. Nesse discurso, a mulher é simultaneamente erotizada e demonizada — figura do desejo e da ameaça — devendo ser controlada, instrumentalizada ou punida.

A base teórica do trabalho articula quatro núcleos principais: a esquizoanálise de Deleuze e Guattari, a semiopsicologia, a crítica feminista de Judith Butler,

Donna Haraway e Maria Rita Kehl, e a psicologia social crítica. Deleuze e Guattari (1996) compreendem o desejo como força produtiva que atravessa os corpos e os campos sociais, e não como falta. O desejo está sempre em fluxo, e os microfascismos operam ao capturá-lo, reterritorializando-o em formas endurecidas de subjetividade.

A esquizoanálise pode ser resumida como a análise das produções desejantes nos campos sociais: seja em indivíduos, grupos ou mesmo nações. Deleuze e Guattari destacam as três linhas cartográficas como um dos modos de investigar as produções desejantes: molar, molecular e de fuga. As linhas molares - estriadas dominantes - estruturam-se por meio da produção de dicotomias, segmentações, hierarquias e dispositivos semióticos de conservação (homem-mulher, ocidental-latino, branco-preto, por exemplo).

No entanto, essas linhas são permeadas por acontecimentos que as desterritorializam, abrindo o território para o caos. Trata-se da emergência das linhas de fuga, que são processos assignificantes e asubjetivos. É nesse sentido que as linhas de fuga são imprevisíveis: nunca se sabe onde pode cair uma linha de fuga. Pode-se, por exemplo, cair no buraco negro das paixões subjetivas e no desejo de destruição do outro - um dos caminhos para o microfascismo.

Parece-nos que, no agenciamento Red Pill, as linhas de fuga frequentemente caem em buracos negros, canalizando a produção do desejo para a violação do outro - no caso, as mulheres. Nesse sentido, são produzidos regimes semióticos que funcionam como uma caixa de ressonância para atrair, organizar, potencializar e formar uma coalizão de buracos negros. Os signos microfascistas funcionam semiotizando o inimigo, evidenciando suas ameaças, seu caráter contagioso e, ao mesmo tempo, reivindicando um território que teria sido invadido.

A semiopsicologia, a partir das alianças entre a semiótica de Peirce e a esquizoanálise de Deleuze e Guattari, tem o propósito de investigar as ressonâncias entre as produções desejantes e seus rastros semióticos. Interessa-nos aqui a categoria de legi-signo microfascista em reterritorialização. O legi-signo é um signo que incorpora uma mediação-hábito que incorpora modos de associar ideias para alcançar um propósito em um dado contexto. Assim, a emergência de traços regulares indica a ação de um legi-signo. Em nosso caso, trata-se de identificar e analisar as fórmulas argumentativas utilizadas pelos "Red Pills" para explicar e justificar a construção e violação de seu inimigo (as mulheres). Esses signos misóginos de dominação, exclusão e ressentimento atraem os buracos negros estruturados sob a égide dos algoritmos nas redes sociais. O Red Pill, nesse sentido, constitui-se como uma máquina semiótica-desejante-microfascista, na qual signos de misoginia são continuamente atualizados e reinseridos no circuito digital.

A crítica feminista oferece-nos aportes fundamentais para desnaturalizar os discursos de gênero. Butler (2018) compreende o gênero como construção performativa: o que somos se constitui por meio da repetição de atos regulados socialmente. Haraway (1995), por sua vez, destaca a urgência de imaginar alianças pós-identitárias e resistências localizadas nos embates tecnoculturais. Kehl (2005) contribui ao situar o ressentimento masculino como afeto estruturante da adesão a discursos misóginos, especialmente em momentos de reconfiguração do lugar simbólico do masculino.

Metodologicamente, do ponto de vista da produção de informações, utilizamos a netnografia. A netnografia é uma pesquisa qualitativa que adapta as técnicas da etnografia tradicional ao ambiente digital. Aqui, interessa investigar os modos de subjetivação produzidos no escopo da rede Red Pill. Foram analisados 100 comentários em postagens de Thiago Schultz, influenciador vinculado ao movimento Red Pill. Esses comentários foram organizados em seis categorias de signos: (1) desumanização feminina, que compara

mulheres a objetos, parasitas ou animais; (2) paranoia reveladora, que posiciona o Red Pill como "despertar" diante de uma sociedade manipulada pelas mulheres; (3) soberania masculina, que reafirma o domínio moral, racional e financeiro do homem; (4) capital erótico e desempenho, que mercantiliza o corpo feminino e estimula a competitividade entre os homens; (5) doutrina redpilliana, que apresenta os discursos como verdade inquestionável e articulada a uma retórica de guerra cultural; e (6) violência simbólica e física, com incitação direta à punição e submissão de mulheres.

Os resultados evidenciam a constituição de uma semiótica paranoica da masculinidade, sustentada por discursos que romantizam a violência, demonizam o feminismo e glorificam formas autoritárias de conduta masculina. As falas analisadas constroem uma ecologia discursiva na qual a misoginia se apresenta como valor legítimo, reforçado pelas dinâmicas de visibilidade e validação.

O Red Pill não possui estrutura hierárquica clássica: é uma rede rizomática de produção de signos, na qual cada postagem, meme ou vídeo atua como caixa de ressonância microfascista. Assim, os buracos negros se agrupam em torno de signos como castigo, meritocracia e pureza masculina, operando como centros de gravidade onde o desejo é cooptado e reorganizado em estruturas autoritárias de subjetividade. A formação dos legi-signos microfascistas evidencia o modo como a repetição e a aderência aos discursos misóginos reterritorializam o desejo, produzindo sujeitos reativos, endurecidos, normatizados e violentos.

Portanto, a misoginia não deve ser compreendida unicamente como expressão de hostilidade individual, mas como operador discursivo estruturante, capaz de naturalizar mecanismos de exclusão e violência simbólica contra mulheres — funcionando, portanto, como máquina de subjetivação microfascista. Trata-se de um regime semiótico que organiza relações sociais, modula o desejo e configura identidades políticas. A comunidade Red Pill, assim, representa uma nova forma de extremismo, onde a radicalização do autoritarismo ocorre a partir da dimensão íntima, do afeto, da frustração e da promessa de restauração de uma masculinidade idealizada.

Dessa forma, a proposta deste estudo é ampliar o campo de problematização da psicologia frente aos desafios do extremismo político, entendendo que as formas de ódio, exclusão e autoritarismo, que hoje ganham visibilidade nas redes, também são modos de organizar a vida psíquica e social. Estar à altura de nosso tempo histórico exige, portanto, compreender os regimes de signos que nos atravessam e atuar na sua desmontagem, multiplicando os mundos possíveis. Como destaca Deleuze, resistir é criar; é nesse campo da criação que a Psicologia deve atuar.

Tecnologias digitais e violência: ataques às escolas brasileiras e comunidades virtuais de extrema direita

Kauã Gomes Santos (UEFS), Afonso Mancuso de Mesquita (UEFS)

O presente trabalho está vinculado à pesquisa em andamento intitulada "Comunidades virtuais e ataques às escolas: uma análise a partir da Psicologia Histórico-Cultural", cujo objetivo consiste em efetuar uma análise das relações existentes entre as comunidades virtuais de extrema direita e a conformação dos valores e da personalidade dos perpetradores de ataques às escolas no Brasil, tendo por referencial teórico a Psicologia Histórico-Cultural.

Este trabalho foi desenvolvido a partir de uma pesquisa teórico-bibliográfica, que empregou como estratégia metodológica uma análise crítica de literatura embasada nos pressupostos teórico-metodológicos da Psicologia Histórico-Cultural, que se ancora no Materialismo Histórico-Dialético. Assim, foi consultada a literatura disponível acerca dos ataques às escolas brasileiras e das comunidades virtuais de extrema direita, a partir da qual buscou-se perquirir as interrelações entre ambos os fenômenos, com vistas a compreender os seus nexos internos, tomando-os enquanto objetos históricos e dinâmicos, social e culturalmente engendrados.

A proposta aqui descrita relaciona-se ao eixo 7, nomeado "Mídia, cultura e tecnologias digitais", pois volta-se para a análise das diferentes formas por meio das quais a internet, as redes e as mídias digitais podem fomentar, produzir e reproduzir não apenas a violência, mas também ideologias de cunho antidemocrático e autoritário.

Deste modo, o presente trabalho também encontra-se vinculado ao Grupo de Trabalho "Povos de todo o mundo, uni-vos! Psicologia e Marxismo para enfrentar o capitalismo contemporâneo destruidor de todas as formas de vida" por buscar exercitar uma análise das repercussões psicossociais da ascensão da extrema direita e do conservadorismo, por um viés materialista histórico-dialético, bem como de seus efeitos sobre a constituição dos sujeitos, trazendo essas reflexões ao seio do debate cultivado pela Psicologia Social brasileira.

Os ataques às escolas são atos planejados e cometidos de forma intencional, ocorridos no ambiente escolar, caracterizados enquanto crimes de ódio e/ou motivados por vingança, sendo perpetrados por alunos e ex-alunos (Vinha et al., 2023), embora com algumas exceções notáveis. Ademais, possuem também a instituição de ensino e a comunidade escolar como seu alvo (Brasil, 2023).

Esses crimes possuem uma história recente no Brasil: apesar de adotarem marcos iniciais diferentes, o relatório oficial governamental acerca do tema (Brasil, 2023) e aquele produzido por Telma Vinha e colaboradores (Vinha et al., 2023) concordam que a primeira ocorrência está datada do ano de 2001, e, até o final do ano de 2024, somavam-se 43 eventos desse tipo, mais de sua metade ocorridos entre os anos de 2022 e 2023 (Brasil, 2024).

A plena compreensão dos ataques de violência extrema às escolas no Brasil precisa situar o fenômeno histórico, social e culturalmente. Deste modo, os ataques às escolas brasileiras estão intimamente relacionados à escalada do ultraconservadorismo e das políticas de extrema direita no país, que incitam discursos e práticas discriminatórias, antidemocráticas, supremacistas e autoritárias, bem como à difusão desses discursos propiciada por tecnologias digitais (Cara, 2022; Brasil, 2023).

Neste sentido, o primeiro evento de violência à escola relacionado a grupos extremistas on-line refere-se ao massacre de Realengo, ocorrido na cidade do Rio de Janeiro, no ano de 2011, e, desde então, a maioria dos ataques às escolas têm apresentado indícios de interações com esses tipos de comunidades virtuais (Vinha et al., 2023). Assim, torna-se urgente a investigação das relações existentes entre a difusão de discursos, valores e práticas ultraconservadores em meios

digitais, por meio de associações de indivíduos vinculados a ideologias de extrema direita, e a escalada dos atentados contra as escolas no Brasil.

A primeira pista em direção ao desvelamento dos nexos entre as comunidades virtuais de extrema direita e os ataques às escolas brasileiras encontra-se no perfil dos perpetradores, que está composto, esmagadoramente, por adolescentes e jovens brancos, do sexo masculino e heterossexuais, que nutrem ressentimentos em relação à escola e ao sistema de ensino (Brasil, 2023; Cara, 2022).

Portanto, a hipótese proposta pelo presente trabalho consiste em que o papel das comunidades mencionadas está caracterizado pela sectarização destes sujeitos, reclusos e/ou excluídos de sua comunidade escolar, que ocorre ao oferecer-lhes um espaço de escuta e acolhimento, com o mínimo de censura (Vinha et al., 2023). Assim, são mobilizados os seus afetos e as suas frustrações (Cara, 2022; Vinha et al., 2023), de modo a direcioná-las para a sua concretização em forma de atentado.

O processo acima descrito torna-se possível pelo fato de que as comunidades virtuais de extrema direita atendem, para esses sujeitos, a necessidade a que Petrovski (1984) chama "personalização", tornando-lhes possível o ato de destacar-se enquanto individualidade e situar-se em comunidade, a partir da atividade significativa compartilhada com seus pares. A partir de então, há a conformação de uma identidade, de uma visão de mundo e de valores próprios às comunidades virtuais de extrema direita, possibilitada pelo exercício da atividade de comunicação íntima-pessoal pelos adolescentes e jovens que as compõem, por meio do compartilhamento de seu mundo interior com seus pares (Elkonin, 1987).

Os valores acima mencionados, por sua vez, são cultivados por grupos de referência dentro dessas comunidades, isto é, por aquelas pessoas que servem para o sujeito como prisma através do qual enxergar o mundo e os sujeitos circundantes (Petrovski, 1984). Contudo, esses valores estão marcados pela alteridade ontonegativa, isto é, pela realização das potencialidades humanas em sua forma negativa, em que se toma ao outro como objeto de afetos agressivos (Mesquita, 2018).

Ao levar em conta o perfil predominantemente masculino dos perpetradores, deve-se considerar, dentre os valores fomentados por essas comunidades, a violência, que integra a masculinidade enquanto sistema de dominação (Connell, 2005). Neste sentido, aos homens está reservado o direito de vingança contra aqueles que entendem os haver causado algum dano, diante da experiência de frustração ou raiva (Farr, 2018; Brasileiro; dos Santos; da Silva, 2024). Assim, o ataque à escola emerge para esses jovens como uma forma de reparar fracassos e violências vividas ao longo do processo de escolarização (Brasil, 2023), configurando-se enquanto uma via heternormativa de afirmação de si contra os outros, bem como de resolução de conflitos (Brasileiro; dos Santos; da Silva, 2024).

Deste modo, considera-se que as comunidades virtuais de extrema direita, ao exercer a mediação entre a violência enquanto traço da socialização masculina e a ontonegatividade enquanto traço da sociabilidade capitalista, engendram uma visão de mundo marcada por valores antidemocráticos, autoritários e supremacistas, os quais fomentam o massacre como via para resolução de conflitos e de afirmação de si mesmo contra os outros.

Por fim, o presente trabalho espera, a partir da análise da articulação existente entre a conformação da personalidade e dos valores dentro do grupo, da ascensão de políticas de extrema direita engendradas pelo capitalismo contemporâneo, e dos papéis de gênero que apontam a violência como alternativa para os conflitos experienciados por homens, fomentar reflexões que possam gestar, no futuro, soluções para mitigar os problemas abordados.

GT 46: RECONSTRUIR MUNDOS POSSÍVEIS: PSICOLOGIA SOCIAL ENTRE RESISTÊNCIAS E RUÍNAS DE DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS

Coordenação: Lázaro Batista (UFAL), Thainara Brito Santos (Unileya), Leogildo Alves Freires (UFAL)

Afetos compartilhados em tempos de colapso: Uma discussão sobre o luto ecológico coletivo

Giovana Afonso Siqueira (ESBAM), Aline de Lima Sousa (ESBAM)

O Luto como fenômeno ocorre em níveis psicossociais, individuais e coletivos. As investigações sobre traumas e lutos coletivos puderam ter início somente na década de 60. Através do pioneiro trabalho Inability to Mourn (1975[1967]) de Alexander e Margareth Mitscherlich, desde então o processo de acompanhamento do indivíduo enlutado vem adquirindo na psicologia uma ênfase individualizada, sustentados pelo conceito de que o seu tratamento e intervenção deverão adotar caráteres contextualizados, pois cada sujeito é único e reage de forma particular a essa vivência. Entretanto, eventos ambientais ou catastróficos, como o caso do colapso da mina de sal-gema em Maceió, o rompimento da barragem de Brumadinho, as enchentes no Rio grande do Sul, a seca histórica do Amazonas e migrações forçadas entre eixos regionais do país ressaltam aspectos eco-ambientais desse fenômeno que vem sendo desenvolvidos, debatidos e enfrentados na área da Psicologia cada vez mais frequentemente. Novos paradigmas a respeito do fenômeno abrem espaço para novas observações e debates, acerca de métodos de acompanhamento, aconselhamento e orientação dos grupos e comunidades afetados. O luto vem sendo retratado eventualmente na literatura psicológica como um fenômeno cujas possibilidades de tratamento em grupo são limitadas pela subjetividade, sendo tratado em alguns trabalhos como algo que só pode ser acompanhado individualmente e na terapia clínica (Oliveira e Prudente, 2022). Entretanto, fenômenos de grandes proporções exigem intervenções eficientes com grupos e sociedades afetados pela perda, considerando o aspecto coletivo, político e interseccional circunscrito nessas experiências ambientais. A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2007) destaca a importância do planejamento e da preparação para o enfrentamento de crises e desastres, propondo intervenções organizadas em três etapas: pré-crise (prevenção), crise (emergência) e pós-crise (recuperação). As respostas a essas situações devem buscar, prioritariamente, o alívio do sofrimento imediato e a minimização de danos, por meio de estratégias de apoio que favoreçam o enfrentamento da crise (Franco, 2012). Tais processos de preparação e enfrentamento geralmente mobilizam grandes contingentes populacionais e exigem abordagens tanto coletivas quanto individuais. Desse modo, este trabalho buscou realizar uma revisão bibliográfica acerca dos fenômenos conhecidos na psicologia como “luto coletivo” e “luto eco ambiental”, de modo a discutir sobre paralelos encontrados nos dois conceitos e abrindo espaço para o debate de novas intervenções e métodos aplicáveis no enfrentamento grupal, a partir de um diálogo que se constitui a partir da psicologia social crítica e do intercâmbio multidisciplinar com áreas interessadas na construção de saberes e práticas voltadas às realidades socioambientais. A pesquisa realizada sintoniza com o Grupo de Trabalho 46, intitulado “Reconstruir mundos

possíveis: Psicologia Social entre resistências e ruínas de desastres socioambientais", que propõe ser um espaço de reflexão crítica e de intercâmbio acadêmico acerca de investigações e práticas que articulem a Psicologia Social aos desafios contemporâneos impostos pela intensificação dos desastres socioambientais, dos conflitos relacionados ao meio ambiente e da crise climática. Promovendo a análise das dinâmicas de resistência, sofrimento e reconstrução social diante desses contextos, ressaltando o papel da Psicologia na compreensão e na intervenção em realidades marcadas pela vulnerabilidade e pelo colapso socioecológico, que definitivamente carregarão consigo o sentimento e a vivência do luto. Enquanto o Eixo temático 03 "Psicologia Social e Saúde" articula com a proposta do trabalho na interface entre a Psicologia Social e a Saúde Coletiva, e no foco à atuação profissional crítica, ética e politicamente situada. Esta pesquisa ancora-se na Psicologia Social-crítica e nas epistemologias do sul, considerando as bases apontadas por Martin-Baró, Silvia Lane e Boaventura de Sousa Santos, considerando que o sofrimento humano diante de perdas e desastres ambientais necessita de um olhar histórico, social e politicamente contextualizado e implicado, em diálogo com saberes ancestrais, populares, espirituais, artísticos e cotidianos das diversas populações. A investigação teve como foco a experiência do luto em contextos de desastres socioambientais, buscando captar não somente os sentidos subjetivos e intersubjetivos que emergem diante da perda, em situações marcadas por rupturas coletivas e devastação ambiental, mas principalmente os conteúdos coletivos e sociais que vem sendo em certos graus propostos pelo campo de saber da Psicologia. Metodologicamente, a pesquisa foi desenvolvida por meio de uma revisão bibliográfica de caráter qualitativo (Minayo, 2008), tendo como objetivo identificar e discutir as principais contribuições teóricas e empíricas que abordam o luto ecológico, com ênfase em seus aspectos coletivos e psicossociais. A seleção de material bibliográfico incluiu artigos, livros e dissertações publicados entre 2014 e 2024, localizados por meio das plataformas SciELO, PePSIC, Google Acadêmico e BVS, utilizando descritores como: "luto ecológico", "psicologia social crítica", "sofrimento coletivo", "perdas ambientais", "justiça ambiental". Foram incluídas produções que tratassem do luto ecológico sob perspectivas críticas, sociais, ambientais e decoloniais, buscando compreender como diferentes campos do saber têm abordado os impactos subjetivos e coletivos da destruição ambiental e do luto em cenários de desastres. Os resultados da pesquisa evidenciam que o luto em situações de desastres e catástrofes envolve não somente a perda de entes queridos mas também a perda de territórios, posses, identidades, vínculos e rotinas. O lugar em que vivemos está intrinsecamente ligado a nossa perspectiva de "eu" e sugerem possibilidades do desenvolvimento de trabalhos grupais para o enfrentamento desses processos, trazendo como evidências, por exemplo, pesquisas que demonstram os resultados positivos da realização de cerimônias e rituais para o processo de superação do luto. Observa-se a complexidade do luto ecológico coletivo como fenômeno psicossocial emergente, especialmente diante do agravamento dos desastres climáticos e ambientais. Com isso, foi possível compreender que o sofrimento provocado pela perda, seja ela de territórios, culturas, modos de vida ou outros vínculos, vai além das experiências individuais, tendo também respostas coletivas. As contribuições apontam para a urgência de práticas que considerem e abarquem os afetos compartilhados e os sentidos construídos nas relações intersubjetivas. Por fim, entendemos que, em meio à crise climática, a Psicologia precisa ampliar seu campo de atuação para acolher essas experiências, promovendo estratégias grupais de elaboração do luto e fortalecendo processos de reconstrução comunitária. Este trabalho reafirma a importância de se pensar o luto não apenas como perda, mas também como possibilidade de resistência e reinvenção de mundos possíveis.

Desastres Socioambientais e Psicologia: desafios e práticas a partir do Sistema Conselhos de Psicologia

Letícia Teles de Sousa (UNIDAVI), Maria Carolina da Silveira Moesch (Núcleo Abrapso Chapecó-SC)

O cenário global revela uma preocupação constante: quais ações tomaremos para mitigar os efeitos das mudanças climáticas que nos afetam no presente e marcam um futuro incerto para a humanidade? A intensificação de eventos extremos nos diversos territórios Brasis evidencia as marcas da ação humana no ambiente e desvela as múltiplas vulnerabilidades já existentes (as quais se agravam em situações de emergências, desastres e crimes ambientais) que desafiam os sistemas de proteção social, bem como a própria atuação da Psicologia mediante a gestão integral de riscos, emergências e desastres. Importante considerar que o Sistema Conselhos de Psicologia se coloca nesse debate há mais de 20 anos, tendo como marcos históricos relevantes o Iº Seminário Nacional de Psicologia das Emergências e dos Desastres ocorrido em 2006, o qual refletiu as Contribuições da Psicologia para a Construção de Comunidades mais seguras; o 2º Seminário Nacional de Psicologia nas Emergências e Desastres (2011), a construção de notas técnicas e, mais recente, o documento Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas (os) na Gestão Integral de Riscos, Emergências e Desastres, produzido no âmbito do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop) (CFP, 2021) e a Nota Técnica com práticas atualizadas para a atuação de psicólogas e psicólogos em situações de emergências e desastres (CFP, 2024). Contribuições que marcam um compromisso ético-político da profissão na construção de práticas psicológicas comprometidas com os direitos humanos, a justiça social, e da proteção e fortalecimento do protagonismo comunitário e integral das populações diante de contextos adversos. Nesse contexto nacional, o 12º Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina, reconhece que a profissão precisa indicar respostas éticas, críticas e solidárias à sociedade catarinense que, recorrentemente, vivencia processos de emergências e desastres socioambientais. Frente a isso, o CRP-12 vem desde meados de 2008 desenvolvendo ações relacionadas ao tema e tem desde 2010 a Comissão de Gestão de Riscos Emergências e Desastres com a finalidade de ampliar diálogos sobre o tema e, instrumentalizar a categoria para a atuação comprometida com a defesa intransigente dos direitos humanos, em parceria com o trabalho das políticas públicas presentes em contextos comunitários pluriversos e aproximando parcerias com as políticas de Defesa Civil estadual e municipais. Esta comissão se inaugura após a atuação de psicólogas em eventos extremos como - as cheias e deslizamentos de terra na região do Alto Vale do Itajaí (2008), em especial a atuação no Morro do Baú - Ilhota (2008), o tornado em Guaraciaba (2009), o acidente aéreo da chapecoense (2016), que coloca o CRP-12 em uma posição de referência na participação de respostas às comunidades atingidas, sobretudo, na manutenção do compromisso ético-político da Psicologia e do Sistema Conselhos de Psicologia na problematização do tema dos desastres no Brasil. A partir disso, a trajetória da comissão aponta para ações de orientação e debate com a categoria para uma atuação profissional comprometida com trabalhos de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação, juntamente do envolvimento com as comunidades. Nos últimos anos, a comissão do CRP-12 realizou oficinas de orientação em diversos municípios do estado, eventos on-line e presenciais de compartilhamento de práticas e sensibilização da temática com psicólogas(os) convidadas(os), contatos de orientação às gestões municipais de políticas públicas sobre a atuação da(o) psicóloga(o) nestas situações e, especialmente, contribuições na construção de referências junto ao CFP. Ações permeadas por

referenciais da Psicologia Social Crítica, Psicologia Social Comunitária e perspectivas decoloniais e de povos tradicionais, os quais se colocam como saberes fundamentais para sustentar outros modos de vida e de habitar a terra possíveis. Atualmente, o cenário catarinense apresenta desafios nas seguintes frentes de ação: 1) articulação com a política de Defesa Civil Estadual para composição de ações integradas de respostas à gestão de riscos, emergências e desastres, visto as constantes elaborações de planos de contingência e de simulações sobre as medidas a serem tomadas; 2) ampliação de discussões, nas diferentes regiões do estado, sobre a atuação crítica da Psicologia, problematizando como as injustiças sociais e os modos de vida no neoliberalismo precisam ser considerados quando o assunto é criação de redes de cuidado e proteção social; 3) fortalecer práticas baseadas na interseccionalidade e no potente trabalho de intervenção à saúde mental comunitária, buscando superar lógicas individualizantes, patologizantes do sofrimento e centradas no modelo clínico, modelo recorrentemente requerido pela categoria e que pouco contribui em ações de cuidado psicossocial da população; e 4) permanecer em diálogo e construção de referências para a atuação junto ao Conselho Federal de Psicologia para o fortalecimento de diretrizes comuns para uma atuação profissional ética, crítica e transformadora. Reconhecemos que a Psicologia apresenta relevante contribuição no debate das emergências e na garantia de direitos à população brasileira, colocando-se como uma das principais profissões regulamentadas que almeja construir respostas coletivas e potencializadoras de horizontes mais esperançosos. Acreditamos que a Psicologia transforma e, ainda, pode contribuir para o fortalecimento das comunidades afetadas por desastres, na invenção de novos modos de (re)existir e criar elos.

Fabular em primeira pessoa: a memória e a teimosia dos sobreviventes do desastre socioambiental em Lajedinho-BA

Geisa Teles da Silva (UNIRIO), Ana Amélia Lage Martins (UNIRIO)

Venho de Lajedinho, a segunda menor cidade do estado da Bahia. Uma cidade em que a esmagadora maioria dos seus habitantes é negra e pobre. Na noite do dia 7 de dezembro de 2013, por volta das 23h, a cidade foi impactada por uma intensa chuva, totalizando cerca de 100 milímetros em um período de aproximadamente duas horas. Essas condições climáticas desencadearam uma enxurrada devastadora, resultando na destruição completa ou parcial de 202 residências. Infelizmente, 17 pessoas morreram e aproximadamente 900 pessoas ficaram desabrigadas/desalojadas. Este evento teve um impacto significativo na comunidade, gerando a necessidade de resposta e auxílio imediatos para lidar com as consequências. É sobre os desdobramentos desse fato que se trata esta pesquisa.

Lajedinho é um município na Bahia com uma população estimada em 3.527 habitantes, sendo a segunda menor cidade do estado (dados do censo 2022 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Localizado na Chapada Diamantina, a cerca de 350 quilômetros da capital Salvador, possui uma área de 846.728 km², fazendo limite com os municípios de Ruy Barbosa, Wagner, Lençóis, Andaraí, Ibiquera e Boa Vista do Tupim. Territórios de origem indígena e/ou quilombola. A história desta terra antes da compra da fazenda por Higinio de Oliveira Plinio, em 1930, é desconsiderada. Esse é apenas um dos apagamentos históricos que acometem o município. O que se sabe contar é a história desse lugar que já era fazenda e já era propriedade privada de alguém. O córrego passa a ser adaptado à cidade em nome de uma possibilidade de desenvolvimento. O rio foi assoreado, cimentado e as construções foram feitas ao seu redor ou em cima do seu aterramento. O seu curso foi alterado, curvas e retas passaram a existir onde antes não existiam, o esgoto do município foi e ainda é jogado diretamente no córrego sem nenhum tratamento. Não é difícil você encontrar pontos de nascentes nesse território que poderiam alimentar o rio. Tudo isso em nome de um suposto desenvolvimento. Esse desenvolvimento, que é sinônimo de crescimento e modernização, também significa uma desconexão com o território e o que nele habita. O que foi esse território antes de se desconectar das vidas que nele já habitavam? O que o desenvolvimento nos trouxe?

Entre a noite do dia 7 dezembro de 2013, por volta das 23h, a sede do município foi atingida por uma chuva de 100 milímetros no período de aproximadamente duas horas. Causando uma enxurrada que destruiu total e/ou parcialmente 202 casas, deixando 17 vítimas fatais e cerca de 900 pessoas desabrigadas/desalojadas. O lugar que parto para a pesquisa é o lugar de quem também sobreviveu e que não quer se sentir sozinha. Aos 14 anos, sobrevivi a enchente com meus pais e meu cachorro. Fiquei no telhado da casa e os meus pais no muro que dividia a nossa cozinha enquanto víamos tudo o que foi construído por anos, o que era o nosso lar, ser arrastado por águas escuras em poucas horas. Conseguimos sair vivos, mas todas as vítimas fatais eram pessoas que eu conhecia. Por muito tempo, eu vivi sem perceber o impacto que sobreviver a esse momento me causou. Na verdade, é um assunto que está sempre no não dito, mas é muito sentido. Entre os sobreviventes, pouco ou nada falamos sobre esse dia e os dias depois. É muito comum ouvir: “Perdi tudo, mas a minha vida ficou”. Mas como essas vidas ficaram? É essa a pergunta que me interessa. Aprofundo nesse projeto perspectivas do território que já encontrei resultados no mestrado, destaco que é um trabalho já de anos em que busco entender o que é ter sobrevivido.

Se a afetação por um tema é vista como algo abominável no paradigma científico positivista, pois o que se busca é a suposta neutralidade e distância do que se pesquisa, aqui recuso esse paradigma. Assumo radicalmente a minha afetação porque sou também sobrevivente do

desastre que constitui esta pesquisa. Por vezes, ainda tenho medo de parecer demasiadamente pessoal e pouco científica. Quando as vozes em volta me levam para esse lugar, volto para Grada Kilomba (2020) para lembrar o lugar da construção de conhecimento de mulheres negras, que historicamente somos nomeadas por um outro e por muito tempo não foi possível falar de nós em primeira pessoa. Meu fazer científico não é asséptico, assumo a marca que carrego na minha fala, na minha escrita, no meu corpo e no território que venho e que está sempre comigo. Assim, essa pesquisa é em primeira pessoa do singular e do plural: o eu para falar da minha experiência individual enquanto sobrevivente de um desastre socioambiental; e o nós, para falar da nossa experiência enquanto comunidade que sobreviveu e vive.

Durante muito tempo me questionei como diante do horror que vivemos continuamos vivas e vivos, festejando e celebrando. Para mim, é importante também falar da gente celebrando e se cuidando em comunidade: abrigar alguém que se conhece, dividir com o outro, uma reza que se faz para alguém, o Reisado, a fogueira no São João, a procissão para a padroeira, a festa dos vaqueiros e o peixe na Semana Santa. Tudo isso também é um ritual de vida. Gosto de me apegar ao discurso de Gabriel García Márquez ao ganhar o prêmio nobel de literatura: "E ainda assim, diante da opressão, do saqueio e do abandono, nossa resposta é a vida. Nem os dilúvios, nem as pestes, nem a fome, nem os cataclismos, nem mesmo as guerras eternas através dos séculos e séculos conseguiram reduzir a vantagem tenaz da vida sobre a morte." Apesar das inúmeras violências, teimamos na vida.

Quem pode contar a nossa história e o que escolhem contar de nós? Proponho, a partir

do método de fabulação crítica formulado por Saidiya Hartman (2022), fabular em conjunto sobre nossas vidas e sobre o território. Escolher trabalhar com a memória é também escolher como contaremos as histórias. O lugar periferia, da negritude, da mulheridade, da pobreza são com frequência contados pelo outro com um olhar para o que falta, é com a lente da escassez que escolhem olhar para nós. Assim como Hartman, não quero romantizar a violência existente na nossa história, mas escolho fabular mais vida para nossas narrativas. "A ideia disparatada que anima este livro é a de que jovens negras foram pensadoras radicais que imaginaram incansavelmente outras maneiras de viver e nunca deixaram de considerar como o mundo poderia ser de outra forma" (Hartman, 2022, p.13). O mundo pode ser de outra forma e as nossas histórias podem ser contadas em primeira pessoa. Hartman nos mostra que esses corpos em movimento carregam em si a história de uma comunidade, suas dores e alegrias, suas perdas e conquistas.

Desde que eu conheci o realismo mágico na literatura, eu me encantei. Não parecia ter algo mágico ali para mim. Eu acredito em muitas coisas e uma delas, é a magia. Para mim, a magia está em todo canto, mas aquela que me forjou é a minha favorita. Com o trabalho de pesquisa, já ouvi algumas histórias que parecem mágicas de como as pessoas sobreviveram, até a minha própria história parece carregar um tanto de mistério e magia. É fascinante que a resposta diante do horror e da morte seja a vida. Questiono-me o que fazer com histórias tão violentas e duras, escolho contar também as coisas fantásticas dessas histórias. Quer coisa mais fantástica do que ter sobrevivido a isso? Produzir vida apesar de toda a violência. Aqui não é magia, não é realismo mágico; é vida que teima apesar da morte. Defendo que não há nada mais fantástico que a realidade. Embora seja um trabalho que retrata a violência, apagamento e morte, é também um trabalho de teimosia, desejo de vida e memória.

Assim, tenho como objetivo geral fabular em comunidade a memória e a presentificação do desastre a partir das falas dos sobreviventes em Lajedinho - BA. E como objetivos específicos: analisar a relação dos sobreviventes e da comunidade acerca do tempo e da memória da enchente de 2013; discutir os impactos psicossociais das perdas e danos em eventos climáticos extremos; investigar a partir do dispositivo de racialidade o apagamento de outras narrativas sobre o território.

Processos comunitários de superação e criação de futuros possíveis: o caso da Associação de moradores do Caleme

Regina Carmela Emília de Resende (UNIFESO), Renata Tavares da Silva Guimarães (UNIFESO), Claudia Freire Vaz (UNIFESO), Marina Dos Santos Del-Secchi (UNIFESO), Ana Carolina Da Silva Duarte (UNIFESO), Larissa Siqueira de Oliveira Alves (UNIFESO)

1- Introdução

Nos dias 11 e 12 de janeiro de 2011, a região Serrana do Estado do Rio de Janeiro, foi impactada por um desastre natural e ambiental que viria a ser o maior desastre da história até o momento, em virtude de fortes chuvas em um mesmo local. Quatorze anos depois, os desafios resultantes do desastre na Região Serrana e, particularmente em Teresópolis, ainda são inúmeros. Localmente, segundo noticiado em uma pesquisa em andamento do Ministério das Cidades, Teresópolis aparece como o segundo município do país com o maior número de moradores em áreas de risco (Jornal O GLOBO, 18-01-24).

Diante de tal cenário o Grupo de Estudos em Psicologias, Políticas Públicas e Assistências – GRUPPA - que iniciou suas atividades em 2022, investiga os impactos sofridos por moradores da cidade de Teresópolis que, em janeiro de 2011, vivenciaram essa tragédia e, desde então, desenvolvem ações comunitárias decorrentes dos processos de superação pessoal e reconstrução de suas vidas pessoais e comunitárias.

Na busca por se fazer presente como referência permanente de diálogo entre a psicologia, territórios e subjetividades, essa iniciativa de trabalhar no viés da Psicologia das Emergências e desastres nos coloca no processo do trabalho pós-desastre, certos de que catorze anos depois, os impactos na Região Serrana ainda são latentes, assim como a necessidade de prevenção.

Entendendo as questões da vulnerabilidade e da resiliência (Revet, 2011), diante do Regime das Emergência climáticas, anunciado em 2020 por milhares de cientistas, faz-se mister empregar um conjunto de esforços para mapear, incentivar e criar ações que envolvam a divulgação, apreensão, construção e fortalecimento dos meios e formas empregadas para o enfrentamento dos riscos, dos desastres em si e dos processos de reconstrução. Por ser uma pesquisa em andamento, vamos apresentar um dos casos estudados.

O Caleme é o bairro em tela neste trabalho. Está localizado entre o Parque Nacional da Serra dos Órgãos e o Parque Natural Municipal Montanhas de Teresópolis. É constituído por uma área arborizada e com a passagem do rio Imbuí. Atualmente, estima-se que haja cinco mil moradores ocupando o espaço, mas a contagem através do relógio das casas é difícil de ser realizada, uma vez que diversas famílias se reúnem num só terreno.

No topo de uma rua é possível ver resquícios do evento de 2011. Avistam-se construções de contenções em barrancos, casas desapropriadas, porém parecem servir de abrigo periodicamente e algumas “listras” nas montanhas, indicando a falta de árvores por deslizamentos do passado. Muitas das casas construídas ali estão em pontos altos da encosta, com possível risco de desabamento. No relatório oficial de 2011, foram notificados no bairro 37 óbitos e 400 desaparecidos, mas é importante relembrar da contagem incerta das famílias, além do fato de muitas delas terem sido extinguidas completamente na tragédia e não terem sido reclamadas.

No dia 10 de março de 2011, dois meses depois da tragédia, a NAMAC (Nova Associação de Moradores e Amigos do Caleme) foi criada. Sua missão inicial foi recorrer ao auxílio do aluguel social e advogados para ajudar aos moradores

desabrigados. Ao longo dos anos, as casas foram reconstruídas e a mata reflorestada, mas um novo desafio surgia: a necessidade de um posto de saúde. Essa demanda surgiu após um trabalho de cartografia idealizada por uma equipe de pesquisa da FIOCRUZ, liderado pela professora Dra. Simone Oliveira. Para a cartografia reuniram moradores e criaram uma dinâmica de árvore dos desejos. Juntos, mapearam o território e realizaram discussões sobre ele. De início foi conseguido um ônibus para o atendimento comunitário, posteriormente a igreja Católica cedeu seu espaço para a Secretaria de Saúde do Município e ali funciona hoje o Postinho. Desde a criação da NAMAC, a líder comunitária estabeleceu parcerias com empresas, universidades e secretarias municipais, o que resultou na conquista de muitas coisas para o bairro: uma pracinha, quadra de esportes, sirenes de alerta.

Atualmente, as principais discussões comunitárias são sobre a necessidade urgente do manejo de lixo, a falta de preparação para resposta a desastres e a formação de novas lideranças.

2- Objetivo

mapear intervenções psicossociais comunitárias e institucionais existentes na região;

colaborar com comunitários, grupos e instituições na criação de estratégias eficazes de comunicação e educação para a gestão de riscos e desastres.

Divulgar as ações exitosas.

3- Relação clara com o GT e eixo temático

Um dos critérios do eixo 08 engloba questões sobre o enfrentamento de desastres ambientais e a crise climática, tema fundante do Grupo de pesquisa e deste trabalho. O GT 46 recebe discussões sobre estratégias de resistência desenvolvidas por comunidades atingidas. O GRUPPA tem se dedicado a mapear, na cidade de Teresópolis, ações exitosas de comunitários que promovam o bem-estar e a possibilidade de avistar futuros possíveis após a tragédia de 2011, mesmo diante dos inúmeros desafios pessoais, sociais e institucionais. Por isso, este trabalho pode vir a enriquecer as discussões e compor com o conjunto de trabalhos apresentados no GT 46.

4- Orientação teórica

Tendo por princípio de que os desastres não se findam após o evento climático e/ou natural ou catastrófico (VALENCIO; SIENA; MARCHEZINI, 2011), mas sim na construção histórica/temporal dos prejuízos ambientais, sociais, políticos e econômicos (MASKREY, 1993), a pesquisa busca compreender frente ao trauma, a constituição de modos de vida pós desastre e ações que tenham sido exitosas para os sujeitos e grupos sociais. Para tal, é necessário ouvir incansavelmente o outro na busca por compreender, sem julgar ou avaliar. É necessário abrir-se para quem fala, “pois isso enriquece e torna mais sensível quem escuta, assim como promove a transformação do outro, isto é, de quem está sendo escutado” (MOURA; GIANNELLA, p. 3, 2016). Sabe-se que a escuta ativa é uma escuta qualificada e dialógica.

Segundo Stengers, (2005, 2011, 2015) aprender a compor comunitariamente é um processo e projeto “cosmopolítico”, posto que implicado no pensar e agir em face a um cosmo múltiplo e desconhecido, diante da emergência e da vulnerabilidade dos diferentes grupos sociais. Revet e Langumier, (2013) inspiram-nos a buscar no campo dos estudos das catástrofes as relações outras, problematizadas e articuladas pela busca dialógica do cuidado com os indivíduos e grupos, incorporando fazeres e saberes locais nascidos não só das necessidades prementes, mas também de um sentido de coletividade e de superação de estigmas como “atingidos” ou “o lugar dos desastres”.

5- Estratégias metodológicas

Esta é uma investigação de ação participativa, cujo modelo metodológico utiliza estratégias de intervenção psicossocial com esquema interdisciplinar horizontal na preparação e ação das equipes de pesquisadores, nos encontros com os grupos enfocados. É utilizada a modalidade de investigação por diálogo e coleta de relatos individuais e coletivos, por meio de encontros presenciais com direcionamento temático. Os dispositivos utilizados baseiam-se na flexibilidade, criatividade, plasticidade, adaptabilidade e elasticidade dos grupos no acompanhamento e realização das intervenções. Na pesquisa participante, o pesquisador e os colaboradores/implicados trabalham juntamente na busca de "explicações para os problemas colocados e no planejamento e execução de programas de transformação da realidade vivida" (CAMPOS, 2006, pg.11). Trata-se de uma investigação de ação participativa, cujo modelo metodológico utiliza estratégias psicossociais com esquema interdisciplinar horizontal na preparação e ação das equipes de pesquisadores e nos encontros com os comunitários.

6- Resultados

De acordo com os resultados da pesquisa, entendemos que a ação coletiva comunitária, através do compartilhamento de experiências pode ser uma ferramenta para o acolhimento das dores pessoais e para a geração de soluções coletivas. O caso do bairro apresentado nos coloca diante da organização comunitária através do fortalecimento da Associação de Moradores e da liderança local articulada com diferentes setores da cidade.

7- Conclusões

Os problemas enfrentados nos bairros e comunidades são estruturais, e muitas vezes, a pesquisa pode contribuir na construção de uma comunidade ampliada de saberes e ações, enfatizando os conhecimentos comunitários em igualdade com os conhecimentos técnicos. Nesse processo, a centralidade é do território, na perspectiva dos moradores e trabalhadores que foram atuantes no evento de 2011. Para eles, desde a tragédia, houve uma questão de não reconhecimento do processo, em que não há tempo de sentir e elaborar os impactos. Mas o que ficou claro para quem esteve envolvido, é que o pior impacto, além do evento, é a percepção da falta de assistência; o sentimento de abandono adoece. Nesse sentido, a atuação mais efetiva que podemos fazer em um cenário de desastre é a escuta do território. No cenário atual, há risco, especialmente com a contínua degradação ambiental e especulação imobiliária, com a construção de condomínios de alto padrão no bairro. Por isso, seguimos na escuta e mapeamento de ações exitosas como as da Associação de Moradores do Caleme. Nosso próximo passo será fazer o encontro das Associações para troca e compartilhamento de saberes para compormos juntos na construção de futuros possíveis.

Tropicando em meio aos restos: imagens e políticas narrativas de um corpo urbano arruinado

Jhonan Luiz Andrade dos Santos (UFAL)

O mar verde morre na praia azulada. Os coqueiros choram ao vento, dançando um balé farfalhante conforme a ventania. As jangadas partem para o alto-mar, no desejo de pescaria farta. Nesse quadro tropical, o cotidiano de Riacho Doce se desenhava, aos olhos da velha Aninha. Magra, pequena e sempre adornada por um vestido de chita, a velha sábia, mãe e avó de muitos dos praieiros locais, era dotada de estranhos poderes. Via defunto, fechava os olhos de moribundos, cantava orações aos mortos, benzia meninos, curava frieiras, fazia cobras correrem para o mato. Tenaz até os ossos, nunca alguém tivera a chance de ver Aninha com lágrimas nos olhos. Destes, apenas um jocoso escárnio era devolvido, quando correu a notícia da recém-descoberta de petróleo nas proximidades do litoral das Alagoas. Gente de fora apareceu com grandes instrumentos, tomando nota do que viam, e não demorou para que máquinas chegassem em seguida, caminhões abarrotados de peças de ferro, caldeiras de inúmeros tubos. "A riqueza está chegando em Riacho Doce", diziam os forasteiros ao furar a terra no meio do oceano, em busca da mancha escura no perolado esmeralda das águas alagoanas. Os de Ipioca e Jacarecica agora davam para tomar banho nas águas de lá, e até sobrado mandaram fazer em Garça Torta. À noite, mestres de Reisado e Chegança desciam de Bebedouro com seu cortejo dançante, levando movimento ao litoral: as bandas da diminuta comunidade se agitavam com a chegada das novidades.

De sua palhoça, a velha Aninha via agora Riacho Doce em festa, cheio de gente importante, novas casas de telha, brancas de cal. Quando lhe viam assoprar aos ouvidos a notícia de mais uma casa começada, uma escola ou qualquer outra grandeza recente, "a velha tirava o cachimbo da boca, cuspia de lado e sorria" (Rego, 2009, p. 103). Os locais estranhavam a atitude: "então ela não queria que a terra deles melhorasse?". O progresso havia chegado, mas não enchia os olhos da velha Aninha. Pouco lhe fascinava as mudanças travestidas de melhorias. Do moderno que via, a velha apenas sorria e disparava em ironia: "vocês ainda haverão de esticar a canela quando a sezão bater".

Aos dezoito anos deste nosso século, a sezão bateu com força em Maceió, quando rachaduras e fendas apareceram nas casas e comércios das ruas do bairro Pinheiro, após episódios de abalos sísmicos. No ano seguinte, regiões circunvizinhas – Bebedouro, Mutange, Bom Parto – já estavam consideravelmente afetadas pelas ranhuras, produzindo uma atmosfera de pânico nos que ali viviam. Apesar das suspeitas recaírem na mineradora Braskem – devido à conhecida extração de sal gema –, a empresa que realiza a atividade predatória desde os anos de Ditadura Civil-Empresarial-Militar apenas reconheceu seu papel nos danos quando o alcance da catástrofe se estendeu dissimuladamente. O crime da Braskem desembocou naquilo que é considerado hoje um dos maiores desastres ambientais urbanos do mundo (Pronzato, 2021). Não apenas as ocupações da cidade em termos de mobilidade se transformaram, mas as relações econômicas, políticas e afetivas tecidas na capital alagoana ruíram, desencadeando problemas e produzindo outros modos de subjetivar em sua territorialidade-existencial.

Na trama desse cenário citadino, pretendemos aqui compartilhar o andamento de uma pesquisa por nós experimentada, cujo cerne objetiva construir um plano de experiência com as ruínas urbanas. Extraído de um corpo dissertativo cuja processualidade tenta acompanhar diferentes geografias arruinadas, esse trabalho recorre ao recorte de um campo analítico remetido ao território de Maceió, Alagoas. No calor da imagem que abre a proposta dessa comunicação oral, assim como a personagem de José Lins do Rego procuramos nos atentar às promessas do progresso e seus perigos, apostando nas ruínas

enquanto potente instrumento analítico-crítico da modernidade.

Considerando as problemáticas nela implicada, a pesquisa está situada no Eixo 08 (Questões socioambientais e contextos rurais e urbanos), atravessando o Grupo de Trabalho 46 (GT 46 – Reconstruir mundos possíveis: Psicologia Social entre resistências e ruínas de desastres socioambientais), na medida em que estica a conversa dos efeitos das crises ambientais na condição urbana contemporânea e os modos de subjetivar nela.

Fazendo da literatura e da poesia intercessores de pesquisa (Deleuze, 1992), tecemos uma costura metodológica na vibração da imagem do trapeiro desdobrada em Walter Benjamin (1994) e do apanhador de desperdícios poetizado em Manoel de Barros (2012). Na transversalidade de um poeta brasileiro e de um pensador alemão de além-mar, apostamos no "apanhador de ruínas" como um corpo-pesquisador sensível às andanças de passagens arruinadas. Sustentando o encontro com a cidade na empiria do corpo, o trabalho compartilha parte do processo de andanças pelas ruas dos bairros Pinheiro/Bebedouro, territorialidades diretamente afetadas pelo crime da mineradora Braskem.

Tomada por tapumes metálicos que tentam conter a barbárie estampada em seu contorno, as ruas desses bairros hoje estão esvaziadas da vida humana que ali maquinava. E apesar do processo de desocupação e expulsão das famílias, as ruas continuam anexadas ao deslocamento ordinário da mobilidade urbana, o que cria tensões na relação cotidiana dos corpos com esses trechos comumente associados ao abandono na alcunha de "ruas-fantasmas". Nesse trabalho, acreditamos que o encontro com essas ruínas produz questões que colocam em parênteses os processos de subjetivação em curso. Para isso, tomamos esses restos não apenas como a expressão sossegada de um tempo que findou, mas como brasas de um passado reminiscente (Benjamin, 2012) ardendo distintas temporalidades que nos fazem lembrar que as ruínas também guardam civilizações (Barros, 2012) e nos dão pistas para pensar as atualizações do logos colonial, predatório e extrativista que nos constituiu enquanto país, e que ainda reverbera em nosso tempo, encarcerando as existências na miséria da vida útil, capitalizável (Krenak, 2022).

Na tentativa de construir um campo de incidências críticas consistente, a pesquisa está implicada em um registro contínuo e rigoroso em diário de campo. Distinto de um regime positivista calcado na suposta coleta neutra de dados, a rigorosidade de nossa investigação está situada em outras veredas. Trata-se de um singular rigor ético-político-estético/poético: ético por atentar-se às diferenças que em nós se fazem, afirmando o devir que emerge com as diferenças; político pelo combate às forças reacionárias e às cotidianas cumplicidades microfascistas; e estético/poético pela impossibilidade de imersão em um campo já dado, o que implica um exercício de criação que encarna as marcas das experiências. Nos percalços dos conceitos de narração e experiência concebidos por Benjamin (2012), apresentamos algumas imagens produzidas nessa travessia de investigação, ainda que a noção de imagem aqui ganhe contornos particulares, distintos dos sentidos convencionalmente atribuídos a ela. Na crítica da convenção do imagético enquanto representação do real, apostamos na imagem como exercício de produção do real no qual jaz condições para se fazer política (Didi-Huberman, 2011).

A velha Aninha ria do progresso e seu cortejo estonteante chegando em Riacho Doce. A personagem do autor paraibano parece ressoar o mesmo riso de escárnio de uma escravizada carioca, fadada à sina de jogar os dejetos de seus senhores na praia (Baptista, 1999). Quando vê a cidade do Rio de Janeiro ser tomada por sábios levando progresso e modernidade à urbe, dos olhos da escravizada também não emana fascínio, mas uma gargalhada irônica, cujo aparecimento parece intuir o mesmo que a velha alagoana: o progresso chega em desfile pomposo, soluciona, mas também produz problemas, afaga e bate, retira pesos, mas ainda assim, seu império é carregado de novos fardos. Para esse trabalho, compartilhamos imagens e narrativas nas ruínas maceioenses, apanhando nessa passagem em destroços os rastros desses fardos do progresso e seus perigos.

GT 47: RELAÇÕES PESSOA-AMBIENTE: TERRITORIALIDADES E PRODUÇÃO DE ESPAÇOS DE RESISTÊNCIA

Coordenação: Tadeu Mattos Farias (UFRN), Nikolas Olekszechen (UNICESUMAR), Monique Araújo de Medeiros Brito (UFF)

"Até parece que sou fera": Pop Rua, de mau cidadão a "guerreiro do terceiro mundo"

Gabriel Nunes Moraes (UFRN), Hallison Silva da Costa (Movimento Nacional Pop Rua - RN), Tadeu Mattos Farias (UFRN), Anna Flor (UFRN), Alex Vinicius Vitor da Cruz (UFRN), Alexia Kalyne Silva Bastos (UFRN), Priscylla de Almeida (Associação Potiguar PLURAL)

Com a abolição da escravidão, a população negra brasileira passa a ser olhada sob o prisma da ideologia do "bom escravo e mau cidadão". Relegada à inclusão perversa no sistema produtivo, a partir de um sistema de peneiramento social: compondo a franja marginal do exército industrial de reserva, sendo alvo do encarceramento em massa, quando não, massacrada cruelmente pelo aparato repressivo do Estado dependente (Moura, 2021). O proibicionismo e a Guerra às Drogas atualizam a ideologia do mau cidadão, aprimorando essa estrutura colonial-racista que alicerça as políticas de extermínio hegemonizadas no capitalismo dependente brasileiro (Costa & Mendes, 2021). Nesse contexto, entre a invisibilização e a visibilização perversa, o processo de apropriação-alienação da cidade-mercadoria determina radicalmente os processos saúde-doença-cuidado da População em Situação de Rua (Pop Rua) (Farias & Diniz, 2019). A Pop Rua apropria-se da cidade e seus signos para sobreviver (Farias & Diniz, 2019). Logo, seus processos saúde-doença-cuidado não são condicionados por escolhas individuais, mas são determinados por essa pauperizada inserção no Modo de Produção Capitalista (Laurel, 1989). Os processos destrutivos impostos à vida social são determinados por estruturas econômico-políticas e socioculturais que dispõem as relações pessoa-ambiente especificando esse desgaste, quais sejam: classe, gênero, raça e etnia (Breilh, 2006). Contudo, a ideologia do mau cidadão naturaliza essas condições, individualiza o sofrimento e suas causas, culpabilizando a Pop Rua por sua condição de vida. Portanto, essa ideologia destaca-se como mecanismo de barragem do negro e, sobretudo, da Pop Rua. A estrutura colonial racista e essa ideologia se retroalimentam mesmo quando não se reproduz por vias da injúria racial propriamente dita. Isso se dá pois a humanização sob a égide do Capital é mediada pela pureza racial, venda da força de trabalho (Duarte, 2013) e desempenho do papel de gênero (Federici, 2010). Entretanto, a ideologia do mau cidadão não é reproduzida mecanicamente, mas metabolizada por meio dos sentidos (Vigotski, 1998). Nesta direção, objetivou-se aqui investigar como a ideologia de mau cidadão atinge Pop Rua e como é metabolizada nesse processo. Para isso foram analisadas entrevistas com pessoas com trajetória de rua organizadas no Movimento Nacional Pop Rua - RN (MNPR-RN) e diários de campo que registram oficinas do projeto "RUALOGIA II: Das marquises pra luta, conhecer para lutar" – projeto organizado e conduzido pelo MNPR/RN junto ao Centro de Referência em Direitos Humanos - Marcos Dionísio (CRDH-MD) no ano de 2024. Dispensando estruturas de entrevista predefinidas, foi priorizada a narração espontânea (e provocada) das Histórias de Vida (Silva et al, 2007) da Pop Rua, a fim de acessar na vivência singular aspectos gerais e mediações

particulares dessa condição de vida (Pasqualini & Martins, 2015). Orientada pela epidemiologia crítica (Breilh, 2006), as particularidades das esferas produtiva, de consumo, ideológica e política, bem como da trajetória de vida, dos sentidos e significados, e das relações com ambiente foram eixos norteadores das entrevistas, discussões e categorização. No processo de significação, sentidos distintos – e por vezes opostos –, podem ser atribuídos a uma mesma categoria ou palavra (Aguiar & Ozella, 2006). Para tanto, destaca-se nesta análise o caráter ideológico sobre a situação de rua: as funções sociais que, permeando esses sentidos, orientam a práxis dos sujeitos mediante os conflitos sociais (Coelho-Lima, 2018). Os GTs 47 (Relações pessoa-ambiente: territorialidades e produção de espaços de resistência), 52 (Territórios, afetividade e compromisso ético político: análises socioambientais) e 53 (Trincheiras da Psicologia Social Crítica: lutas, resistências e organizações populares em Territórios periféricos) – Referentes aos eixos temáticos: 04 (Direitos, movimentos sociais e desafios à Democracia) e 08 (Questões socioambientais e contextos rurais e urbanos) – articulam debates nos quais a Pop Rua e seu fazer político no(s) uso(s) da cidade e seus sentidos é central. Nas entrevistas, a ideologia do mau cidadão manifesta-se no estigma sobre o consumo de drogas: ora associando-o à causa de uma perversão moral: "Quando eu comecei a roubar, eu só roubava farmácia (...) Não gostava dessas coisas não. Não era da minha índole. Eu só fazia por causa da droga"; ora bode expiatório de tendências criminosas imanentes "tem muita gente que usa drogas pra fazer mal aos outros, só que não é pela droga. Faz mal porque quer, como roubar. (..) mas não é a droga que faz ele roubar" – trechos retirados da mesma entrevista, evidenciando uma contradição. As violências em função disso presentificam-se tanto entre a própria Pop rua – violências "da rua pra rua" –, como também partindo de pessoas domiciliadas e, principalmente, em violências institucionais no acesso a serviços públicos. "Vai trabalhar, vagabundo", "veio aprontar" ou "veio dar trabalho", são algumas das frases que remetem ao contato da Pop Rua nesses 3 diferentes âmbitos. A própria situação de rua é causalmente relacionada, segundo uma entrevistada, com o consumo de drogas: "eu fui vender droga, pra sustentar meus filhos. Só que infelizmente nesse negócio de vender drogas eu fiquei curiosa e caí na droga, aí se desbanguelou tudo. Foi daí que eu fui pra rua." Violência de gênero, violência doméstica, fragilização de vínculos com a rede de apoio, entre outros aspectos. Assim, são sublimadas uma gama de violências, ocultas por trás do "cair na droga", deixando transparecer apenas uma culpa que orbita a Pop Rua. Contrastando com esta perspectiva, a organização e consciência política produzida na articulação com o MNPR-RN, provoca os significados estáticos e rígidos acerca do consumo de drogas e do estigma sobre os usuários, mas acima disso, o estigma sobre a Pop Rua. A politização, dá margem para pôr em movimento os sentidos produzidos acerca desse tema, questionando a ideologia do mau cidadão e desenvolvendo novas formas de significar a barragem social da Pop Rua. Se opondo à ideologia do mau cidadão, nas oficinas de formação política do projeto "RUALOGIA II: das marquises pra luta, conhecer para lutar" organizadas pelo MNPR, sob o tema "Saúde mental, luta antimanicomial e redução de danos", falas como: "A maior droga da sociedade é o preconceito social" e "Se sua imagem não é impecável, você é o próprio pecado." evidenciam um enfrentamento à estrutura colonial racista que está posta. Hoje encarcerado, apesar de sua inocência, o militante que proferiu essas frases é para o movimento símbolo da organização política, da luta por direitos para a Pop Rua e de enfrentamento ao sistema. Ao dizer "Como manter-se lúcido em uma sociedade como essa? Como não beber ou não cheirar, se saio de casa e acham que sou ladrão?", são desveladas nuances do consumo de drogas, questionando o estigma tão caro à ideologia do mau cidadão. Nesta perspectiva, apesar dos diferentes sentidos atribuídos à situação de rua e ao consumo de drogas, todos os relatos referem-se à particularidades da trajetória de rua e suas significações. Contudo, as ideologias operadas nesse processo de

significação implicam em diferentes formas de sentir, pensar e lidar com esta condição de vida. As funções sociais implicadas nessas ideologias correspondem a interesses de classes opostas e inconciliáveis, constituindo uma oposição dialética. A ideologia do mau cidadão, reproduz a naturalização, individualização e culpabilização da Pop Rua por sua condição de vida – interesse da classe que lucra com a concentração fundiária, imobiliária e de capital proveniente do mercado de drogas e de segurança privada –, ao passo que a ideologia do cuidado-enfrentamento, representada aqui pelo MNPR-RN, provoca o questionamento da estrutura colonial-racista, negando a culpabilização da Pop Rua por sequelas do capitalismo. Portanto, desta dialética as ações do MNPR-RN apontam para o dever pedagógico da apropriação das esferas de controle social: assumindo uma postura questionadora e combativa nas instâncias deliberativas das políticas públicas tendo como fim último a proteção social e garantia de direitos. Em síntese, o movimento evidencia um norte à práxis desses sujeitos frente aos conflitos sociais do Modo de Produção Capitalista, reconhecendo a luta coletiva como processo protetivo imprescindível, e assumindo na produção de saúde um propósito para a coletivização da luta.

Feiras livres de agricultura familiar: algumas reflexões a partir de uma revisão integrativa

Anny Karoline de Araújo Nunes (UFRN), Jáder Ferreira Leite (UFRN), Emmanoel Holanda Melo Ferreira (UFRN), Sampaio Queiroz (UFRN), Pedro Rafael Silva de Oliveira (UFRN), Maria Elisa de Souza Oliveira (UFRN), Leonan Davi Lima Tenório (UFRN), Magda Diniz Bezerra Dimenstein (UFRN), Ruan Chacon de Souza (UFRN), Isadora Pacheco Lima (UFRN)

As feiras livres de agricultura familiar possuem multiplicidades na forma de ocupar os espaços, expressando-se como importante ferramenta de representação do trabalho rural no cenário urbano e possibilitando aos/às consumidores/as urbanos/as acesso a alimentos saudáveis e economicamente mais acessíveis, além de protagonizar circuitos curtos de comercialização, ao promover maiores interações na relação entre os consumidores/as e os/as agricultores/as familiares (Amaral et al., 2020; Araújo & Ribeiro, 2018). O sistema agroalimentar contemporâneo mudou a lógica em que os produtos passam a ser comercializados, tornando-os mercadoria a serem produzidos em modelos predominantes de larga escala, como em redes de supermercados e deliverys, distribuindo alimentos cada vez mais industrializados e com agrotóxicos (Oliveira & Schneider, 2019). Sendo assim, cada vez mais os/as consumidores/as se distanciam da cadeia agroalimentar, envolvendo-se em mais etapas e ficando cada vez mais longe dos/as produtores/as inicias. Com isso, as feiras livres permanecem em meio a esse contexto, como principal mecanismo de promoção de espaços de resistência frente à lógica capitalista de consumo em massa e impessoalidade (Batista, Guimarães & Baú, 2018), proporcionando ao/à consumidor/a um contato mais próximo com o alimento e com os/as agricultores/as em que podem apresentar um "saber-fazer", isto é, um conjunto de saberes tradicionais vinculado ao patrimônio cultural e histórico desenvolvidos na prática pelos/as produtores/as, buscando alimentos saudáveis e agroecológicos (Schneider & Ferrari, 2015). Na tentativa de contribuir com o debate sobre a presente temática, realizamos um estudo de revisão integrativa sobre feiras livres de agricultura familiar, com o objetivo de identificar, sistematizar e analisar diferentes tipos de estudos, buscando evidenciar tanto o conhecimento atual acerca dessa temática, quanto apontar lacunas na produção desse conhecimento. Foram realizados os seguintes passos metodológicos: identificação do tema e delimitação do objetivo da pesquisa; seleção do material e dos critérios para inclusão e exclusão; categorização do material; análise crítica dos estudos; discussão dos resultados; e apresentação da revisão integrativa (Souza, Silva & Carvalho, 2010). Os descritores utilizados foram "feiras livres" e "agricultura familiar", nos idiomas português, inglês e espanhol, sendo a busca realizada no Portal de periódicos da CAPES, de modo que foi selecionado artigos de periódicos revisados por pares, de acesso aberto, sem intervalo temporal definido e como principal critério de inclusão foram considerados os estudos que continham feiras livres de agricultura familiar. Com a aplicação desses critérios, o resultado bruto que a pesquisa levantou foi de 76 artigos, no processo de revisão dessa literatura, foi visto que existia algumas produções repetidas e de acesso fechado, desse modo, o compilado final foi de 61 artigos. Por meio do processo de categorização, observamos que a maior parte dos artigos foram produzidos no ano de 2022, com 12 produções, estabelecendo-se duas vezes a mais que a média anual se comparado aos anos em que teve publicações de artigos. Dentre as áreas do conhecimento que mais possuem publicações referentes a temática de feiras livres e agricultura familiar, destacam-se as ciências humanas com 23 produções e as ciências agrárias com 19 produções, as outras áreas ficam bem abaixo desse resultado em publicações relacionadas a esse assunto discutido. As produções acadêmicas selecionadas foram agrupadas em seis eixos temáticos, observando como

critério de cada eixo os objetivos estabelecidos em cada produção, os temas de cada artigo e os apontamentos teórico-metodológicos. Os eixos temáticos desenvolvidos foram baseados nas temáticas evidenciadas e levantadas pelos artigos: 1) Interações dos agricultores e consumidores nas feiras livres: nesse eixo foram observadas as relações sociais entre agricultores/as e consumidores/as, o sentido e o significado das feiras livres, perfil dos consumidores/as, perfil socioeconômico dos/as feirantes e as vivências na feira; 2) Feiras livres, segurança alimentar e desenvolvimento socioambiental: a partir desse eixo, encontram-se artigos mais voltados para o desenvolvimento econômico por meio das feiras livres, mas com uma preocupação ambiental e social a respeito dessa produção e comercialização de alimentos através de produtos agroecológicos e orgânicos; 3) Feiras livres no contexto da pandemia de Covid-19: nesse eixo é possível conhecer como as feiras livres foram afetadas pela pandemia da Covid-19, quais estratégias foram desenvolvidas e os impactos e consequências para os agricultores/as e consumidores/as; 4) Relações de gênero e étnico-raciais nas feiras de agricultura familiar: esse eixo conta como recorte as relações de gênero e étnico-racial estabelecidas nos espaços das feiras, ao estudar uma feira que conta principalmente com a liderança e participação de mulheres, e a outra produção, retrata uma feira na Bolívia com agricultores/as familiares indígenas; 5) Feiras livres e a participação de atores institucionais: o tema central nesse item envolve a contribuição de entidades ao ambiente das feiras livres, as quais participam e auxiliam no funcionamento desses espaços, seja por meio de investimentos, estudos na área, luta por direitos e capacitações/assistência técnica voltadas para os/as agricultores/as. Os principais atores institucionais notados nas produções são secretarias municipais, extensão universitária, empresas que dão apoio a empreendedores e a pequenas empresas, e movimentos sociais, como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra); 6) Comercialização nas feiras livres de agricultura familiar: esse último eixo é focado principalmente nas relações econômicas das feiras livres, as estratégias realizadas pelos/as agricultores/as na venda dos produtos e os modelos centrais na comercialização. Quanto à perspectiva metodológica, grande parte das produções acadêmicas são pesquisas qualitativas, com cerca de 30 produções, isto é, quase metade dos artigos analisados pela revisão. A partir das discussões apresentadas, é possível concluir que esse trabalho se enquadra no eixo temático “Questões socioambientais e contextos rurais e urbanos” e no Grupo de Trabalho “Relações pessoa-ambiente: territorialidades e produção de espaços de resistência", uma vez que reflete dados que delimitam as produções acadêmicas relacionadas a temática de feiras livres e agricultura familiar, retratando as limitações e potencialidades em que esse assunto já avançou ou retrocedeu, além de refletir a responsabilidade que a Psicologia como área do conhecimento possui no ambiente das feiras livres, que se concretizam pela luta por soberania alimentar, produção de saberes tradicionais e potencialidades, indo de encontro ao modelo predominante agroalimentar que se estabelece na lógica capitalista que visa apenas lucro e produção em massa. Portanto, o levantamento bibliográfico dessa temática evidenciou uma heterogeneidade de discussões das potencialidades das feiras livres, como um espaço de resistência e garantia do bem-viver (Pereira, Brito & Pereira, 2022), a busca pela soberania alimentar e uma consciência socioambiental. A partir dessa compreensão, surge a necessidade da Psicologia se apropriar desses debates e discussões, desenvolvendo cada vez mais pesquisas que busquem estudar espaços como as feiras livres, a relação do rural e do urbano e a continuação de levantamento de dados acerca dessa temática. Uma importante observação a ser considerada é que em meio a análise das áreas de conhecimento que já publicaram acerca dessa temática, foi visto que a Psicologia não possui nenhuma produção. Esse dado é bastante preocupante e aponta para a necessidade de um maior fomento em produções acadêmicas da área que abranjam essa temática. Assim, surge como motivação a temática deste trabalho para mapear e desenvolver dados para a Psicologia e outras áreas do conhecimento abrangendo os espaços das feiras livres de agricultura familiar e as interações entre produtores/as e consumidores/as.

Gestão de Riscos e Desastres Socioambientais em Petrópolis: Análise das Redes de Suporte sob Metodologia Participativa dos Ecomapas

Ariel Denise Pontes Afonso (UFRJ), Ricardo Lopes Correia (UFRJ)

O trabalho é fruto da dissertação de mestrado que analisa a conexão entre a gestão de riscos e desastres socioambientais e as redes sociais de suporte, com foco na cidade de Petrópolis, Rio de Janeiro. O estudo buscou entender como as lideranças comunitárias percebem e reagem a riscos e desastres, empregando metodologias participativas e análises detalhadas das interações sociais.

A pesquisa, desenvolvida no programa de pós-graduação EICOS - Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), na linha de pesquisa Ecologia Social, Comunidades e Sustentabilidade, visa promover um debate sobre a interdisciplinaridade na produção de conhecimento para enfrentar a crise civilizatória.

A introdução do trabalho destaca que a percepção de risco tem um papel considerável em situações de desastres, influenciando a forma como as pessoas respondem aos perigos e se estes se transformam em eventos devastadores. Compreender essa percepção é relevante para aprimorar a comunicação e a preparação para riscos, além disso, a redução a "risco zero" não é possível, sendo necessário gerenciar os riscos e desastres, buscando uma nova relação entre o poder público e os cidadãos.

Diante de cenários de risco, ameaças e vulnerabilidades, o estudo enfatiza a necessidade de construir estratégias de enfrentamento, que envolvem o desenvolvimento e o fortalecimento da população, o que implica compreender os processos de constituição de sua vulnerabilidade. A percepção da população sobre os problemas é um aspecto significativo para a compreensão dos riscos e da própria vulnerabilidade, articulando elementos psicossociais e ambientais. Assim, a pesquisa propõe-se a desenvolver e discutir as percepções de risco, tomadas de decisão e redes sociais de suporte em situações de risco, ameaças, vulnerabilidades e capacidades de resposta, buscando contribuir para a sociedade por meio de estratégias de aprimoramento e capacitação. O objetivo acadêmico é identificar a percepção de lideranças comunitárias sobre riscos e desastres socioambientais a partir de suas experiências locais e do processo de ensino-aprendizagem em oficinas sobre redes sociais de suporte. O objetivo comunitário é promover ações para fomentar a sensibilização, conscientização e participação de lideranças comunitárias através das redes sociais de suporte e estratégias sobre percepção de risco.

A metodologia empregada incluiu a criação de um protocolo de pesquisa, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) da UFRJ. Foram realizadas duas entrevistas semiestruturadas com gestores públicos de Petrópolis, com mais de dez anos de atuação na área de desastres, para investigar suas estratégias, percepções e desafios. A pesquisa também se articulou com o Instituto Todos Juntos Ninguém Sozinho (TJNS), que atua em Petrópolis no enfrentamento à emergência climática, racismo ambiental, igualdade de gênero e direitos humanos. O TJNS desenvolveu o projeto “TJNS nos Territórios: Por Justiça Climática e Racial”, que levou aulas sobre racismo ambiental a comunidades de Petrópolis, capacitando moradores e registrando seus desafios.

Foram conduzidas três oficinas participativas e estratégicas com líderes e representantes comunitários

em Santa Isabel - Caxambu, Vila Rica - Pedro do Rio e Rodovia Bianor Esteve - Posse. Os participantes foram contatados por meio da técnica de "bola de neve" e redes de interação, e forneceram consentimento livre e esclarecido. Nessas oficinas, utilizou-se o método do Ecomapa, uma ferramenta que auxilia no mapeamento e compreensão das redes sociais de suporte na comunidade, identificando recursos, relações e possíveis lacunas. O Ecomapa, permite uma visão ampla da estrutura e dinâmica individual e local, guiando intervenções e condutas e é usado como um recurso gráfico para descrever a dinâmica familiar em relação ao seu meio, aprofundando o comportamento familiar e identificando estruturas que geram estresse ou promovem saúde e participação social.

As oficinas foram divididas em quatro momentos: apresentação da pesquisa e metodologia; construção coletiva dos ecomapas em grupos; apresentação dos mapas por cada grupo; e um espaço para reflexões e compartilhamento de sensações sobre a participação e as potencialidades da metodologia.

Os resultados da pesquisa são apresentados por meio da análise dos ecomapas representativos de cada comunidade: Santa Izabel - Caxambu: O ecomapa revelou que a Associação Comunitária possui uma ligação forte, mas com tensões devido a críticas à politicagem e falta de atenção. A Defesa Civil foi percebida como uma relação fraca, com alto investimento da comunidade e pouco retorno. O NUDEC mostrou forte investimento institucional, mas pequeno retorno da comunidade. A Igreja/Religiosidade e o Posto de Saúde desempenham papéis centrais, com conexões mútuas e recíprocas, oferecendo suporte emocional, social e de saúde. A relação com a Prefeitura é fraca e com tensões, com desafios na execução de políticas públicas. A Educação apresenta uma ligação sólida e bilateral, apesar de críticas à qualidade do ensino. Movimentos Sociais têm uma relação superficial, e o lazer é pouco desenvolvido. O capital social é reforçado por estruturas como Posto de Saúde, Igreja e Educação, mas apresenta fragilidades nas relações com a Defesa Civil, NUDEC e na ausência de espaços de lazer. Sugere-se fortalecer vínculos com a Prefeitura e a Associação Comunitária, desenvolver iniciativas de lazer e participação em movimentos sociais, e reforçar parcerias com a Defesa Civil e NUDEC.; Vila Rica: O ecomapa desta comunidade indicou que a relação com os Movimentos Sociais é forte, mas com tensões devido a objetivos divergentes e lideranças esgotadas. Na Educação, a conexão é forte, mas com um desequilíbrio onde a comunidade investe mais do que recebe. A Pesquisa mostra uma relação bilateral e produtiva, promovendo inovação e aprendizado. A Igreja/Religiosidade e as Instituições de Governo têm ligações fortes, mas com baixo investimento de ambos os lados, sugerindo apoio limitado. Na Política, há um investimento comunitário maior, mas com conflito e falta de suporte efetivo. A Associação Comunitária e a Defesa Civil também exibem desequilíbrios, com a comunidade investindo mais do que recebe. O NUDEC, embora reconhecido, sofre com conflitos internos e falta de participação. O capital social em Vila Rica é misto, com áreas de apoio e outras que limitam o acesso a recursos externos. O fortalecimento das relações com entidades governamentais, Defesa Civil e Movimentos Sociais é considerado um aspecto relevante para aumentar o capital social.; Posse: O ecomapa da comunidade da Posse revelou que a estrutura de "Trabalho" apresenta ligações fracas e oportunidades limitadas. No NUDEC, há forte investimento da comunidade, mas pouco retorno e conflitos relacionados à defesa civil. A "Prefeitura" mostra uma relação intensa, mas com tensões, e barreiras na comunicação. A "Igreja/Religiosidade" demonstra baixa interação, e os "Serviços básicos" enfrentam problemas de

infraestrutura e eficiência. O "Lazer" tem uma ligação fraca, com conflitos sobre acessibilidade. A "Associação Comunitária" enfrenta desafios de investimento desigual e conflitos internos. "Equipamentos de Saúde" oferecem suporte considerável, mas com limitações de acessibilidade. Em contraste, as "ONGs" e a "Educação" se destacam por vínculos fortes e benéficos, proporcionando mobilização comunitária e suporte educacional. O capital social é reforçado por laços com ONGs e educação, mas enfraquecido por conflitos em estruturas como NUDEC e Associação Comunitária. A falta de engajamento em Trabalho, Lazer e Religiosidade limita o desenvolvimento social. Para aprimorar, sugere-se priorizar relações com estruturas já eficazes, mediar conflitos estratégicos e aumentar a atenção em Trabalho, Lazer e apoio religioso.

As considerações finais da pesquisa reiteram a importância das relações informais na Gestão de Riscos e Desastres (GRD) em Petrópolis. As redes sociais fortalecem a comunicação e a resposta a crises, contribuindo para a resiliência comunitária. O uso de ecomapas foi uma ferramenta reveladora, embora o formato grupal possa ter limitado a percepção de nuances individuais. As limitações de tempo e formato das entrevistas restringiram análises mais detalhadas. A pesquisa contribui significativamente ao evidenciar a importância de práticas participativas e estratégias integrativas para a GRD. Redes de suporte fortalecidas com ONGs e educação são consideradas elementos de grande importância, enquanto conflitos com a Prefeitura e a Defesa Civil enfraquecem a colaboração. O lazer emerge como um componente significativo para fortalecer laços de confiança, indicando a necessidade de incluí-lo nas estratégias de apoio social. O trabalho aponta para a necessidade de estratégias mais flexíveis e integrativas, com ênfase na inclusão do lazer para ampliar a resiliência comunitária diante de desastres.

Infâncias, favelas e territorialidades: construindo pactos coletivos para futuros ancestrais

Laíza da Silva Sardinha

No campo da infância brasileira, destaca-se a existência de uma rede de proteção composta por um conjunto articulado de políticas públicas, serviços e instituições voltadas à defesa dos direitos das crianças, conforme estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990. Essa rede funciona por meio da atuação integrada das diferentes esferas do poder público (federal, estadual e municipal) e da sociedade civil, com destaque para áreas como assistência social, saúde, educação, segurança pública e sistema de justiça. A efetividade dessa rede, no entanto, depende da articulação intersetorial e da escuta qualificada por parte dos profissionais envolvidos.

Ao tratar das infâncias no contexto das favelas da cidade do Rio de Janeiro, falamos, majoritariamente, de crianças negras. Nesse cenário, é fundamental lembrar que o Brasil foi o último país das Américas a abolir formalmente a escravização, o que revela a profundidade histórica das desigualdades raciais que marcam o país. Eurico (2018) chama atenção para o fato de que as relações cotidianas são construídas por um processo complexo e contraditório, sendo que a manutenção dos níveis extremos de desigualdade social, sob a lógica capitalista, é mediada pela funcionalidade do racismo. No caso das relações institucionais — sejam elas públicas ou privadas — a autora destaca a presença do racismo institucional, presente em "práticas racistas internalizadas e reproduzidas de maneira automatizada e naturalizada" (p. 80). Nesse contexto, é importante evidenciar que a trajetória de muitas crianças no Brasil é marcada por inúmeras barreiras no acesso ao cuidado e ao exercício pleno de seus direitos fundamentais.

Góes (2015) é categórico ao afirmar que, após a chamada "abolição", o Estado brasileiro atualizou suas formas de negar à população negra o acesso a condições básicas de subsistência, como educação, saúde, assistência social, moradia, entre outros direitos fundamentais, perpetuando, assim, uma estrutura social profundamente racista e desigual. Nesse sentido, Carneiro (2005) recorre ao conceito foucaultiano de dispositivo, articulando-o à dimensão racial, para demonstrar como os saberes produzidos sobre as racialidades operam efeitos de poder e conformam subjetividades. O dispositivo de racialidade, segundo a autora, baseia-se em representações historicamente construídas que produzem a subalternização e a desumanização da população negra, ao mesmo tempo em que atribuem privilégios à branquitude. Tais privilégios sustentam a continuidade do racismo como mecanismo de dominação, exploração e exclusão social. Ignorar a centralidade da raça e do racismo na conformação das desigualdades brasileiras é, portanto, contribuir para a manutenção de um projeto de poder de cunho genocida, operado historicamente pelo Estado.

Como forma de resistência a esse cenário, o presente trabalho propõe analisar de que maneira as territorialidades atravessam e constituem a experiência da infância e de suas comunidades, produzindo efeitos significativos nas práticas de cuidado e no acesso a direitos. Para tanto, toma-se como referência o projeto desenvolvido pela organização não governamental Redes da Maré, voltado para famílias residentes nas 16 favelas que compõem o Complexo da Maré, com foco específico na promoção da primeira infância.

O projeto "Primeira Infância na Maré: práticas de cuidado e acesso a direitos" foi estruturado em cinco frentes de pesquisa-ação integradas: (1) diagnóstico domiciliar; (2) diagnóstico junto à rede de proteção social; (3)

acompanhamento sistemático de famílias selecionadas a partir do banco de dados da instituição; (4) formação continuada dos colaboradores; e (5) incidência política. Desde 2021, a atuação do projeto tem se destacado pela forte articulação com instituições da rede de proteção e pela mobilização comunitária. Foram mais de dois mil domicílios visitados nas 16 favelas da Maré, permitindo um mapeamento inédito das condições de vida das crianças na primeira infância. O projeto realizou acompanhamento sistemático de mais de 50 famílias e entrevistou mais de 40 equipamentos públicos das áreas da saúde, educação e assistência social, envolvendo esses profissionais na construção coletiva de estratégias voltadas à infância. Também promoveu espaços coletivos de formação para colaboradores e profissionais atuantes na temática. Por fim, a frente de incidência política buscou fomentar o debate sobre a primeira infância em diferentes esferas, articulando ações desde o cotidiano dos serviços locais até o campo das políticas públicas. Mais recentemente, a instituição lançou o Plano Participativo para a Primeira Infância da Maré (Redes de Desenvolvimento da Maré, 2024), resultado de conferências construídas no território. Trata-se de um trabalho territorializado e comprometido com a produção de conhecimento local, atento às diversidades de cada contexto.

De acordo com Milton Santos (1996), o espaço deve ser compreendido como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações, sendo, ao mesmo tempo, condição, meio e resultado da ação humana. Nessa perspectiva, sua produção está diretamente vinculada à constituição da vida e das subjetividades, configurando-se como um processo histórico em que os sujeitos constroem a si mesmos e o mundo por meio das relações que estabelecem com o espaço.

Sob essa ótica, refletir sobre as práticas voltadas à primeira infância nas favelas exige uma abordagem crítica e territorializada — campo no qual a Psicologia brasileira tem muito a contribuir. Ao demonstrar que é possível construir intervenções significativas nos territórios populares a partir das experiências e saberes locais, evidencia-se a urgência de uma rede de proteção que esteja verdadeiramente conectada às realidades vividas por essas populações. Isso requer a produção de conhecimentos que não apenas reconheçam as especificidades territoriais, mas que também se comprometam com sua transformação.

A máxima de que "a cabeça pensa onde os pés pisam" reafirma a importância da territorialidade na formulação de políticas e serviços para a primeira infância, especialmente diante da potência das favelas como espaços de resistência e produção de cuidado. Trata-se de reconhecer saberes e redes de solidariedade ancestrais que desafiam a lógica genocida dirigida à população negra e favelada e, portanto, de afirmar a centralidade dos territórios populares na luta por justiça social. Como afirma Vargas (2010, p. 35), "a diáspora negra não é apenas uma geografia de morte, mas também, e necessariamente, um conjunto de conhecimentos políticos e ontológicos imanentemente insurgente". Se a origem do Brasil colônia custou a flexão e a quebra da espinha dorsal da população negra escravizada, como nos lembra Abdias do Nascimento (1979), resistir a isso é condição indispensável para a construção de um pacto coletivo pela vida e, sobretudo, para a reinvenção de práticas de cuidado fundamentadas na ancestralidade. Afinal, o futuro ancestral, conforme propõe Krenak (2022), é a aposta em um porvir enraizado na memória, na terra e nos saberes que sustentam a vida. Nesse sentido, a pesquisa voltada à primeira infância realizada na Maré ampliou a compreensão de que o cuidado com as crianças está intrinsecamente ligado a todas as práticas de cuidado que atravessam o território. Ou seja, é imprescindível construir redes de apoio e de proteção social que, quando fortalecidas, impactam positivamente toda a dinâmica relacional e territorial do cuidado.

Referências

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. A construção do outro como não ser como fundamento do ser. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

EURICO, Márcia Campos. Preta, preta, pretinha: o racismo institucional no cotidiano de crianças e adolescentes negras(os) acolhidas(os). 2018. 282 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

GÓES, Luciano. A "tradução" do paradigma etiológico de criminologia no Brasil: um diálogo entre Cesare Lombroso e Nina Rodrigues da perspectiva centro-margem. 2015. Dissertação (Mestrado em Direito) – Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

KRENAK, Ailton. Futuro ancestral. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

NASCIMENTO, Abdias. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

REDES DE DESENVOLVIMENTO DA MARÉ. Plano participativo para a primeira infância da Maré 2024. Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2024.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

VARGAS, João Costa. A diáspora negra como genocídio: Brasil, Estados Unidos ou uma geografia supranacional da morte e suas alternativas. Revista da ABPN, Salvador, v. 1, n. 2, p. 31-65, 2010.

Memória em território: Práticas territorializadas da Psicologia no contexto de resistências locais em Florianópolis

Luna Dal Farra da Silva (UFSC), Isadora Silva Rodrigues (UFSC), Luiza da Costa Pereira (UFSC), Sofia Godinho Eller (UFSC), Thuany Cardoso Silva (UFSC), Tatiana Minchoni (UFSC)

Este trabalho objetiva apresentar as atividades desenvolvidas pelo projeto de extensão e estágio "Território de Afetos: memórias do Monte Verde", vinculado ao Núcleo de Pesquisas em Práticas Sociais, Estética e Política (NUPRA) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Buscamos traçar uma reflexão acerca da maneira com que o território produz modos de subjetivação, versando sobre como a concepção de saúde ético-política adotada dialoga com uma prática em psicologia que pressupõe, metodologicamente, uma inserção e atuação territorializada da psicologia. Florianópolis vem passando por intensas transformações a partir dos processos de gentrificação e, propriamente, da venda da cidade às grandes empresas e àqueles que têm condições de arcar um dos custos de vida mais caros do país. Nesse sentido, muito do que se construiu enquanto cultura manezinha é formatado e vendido nos moldes de um tradicionalismo colonial que oculta e apaga outras memórias das histórias negras e indígenas que compõem a capital. Tornar a cidade mais turística e vendável representa, para o povo que ali vive, uma imposição de como se pode viver, de modo que as condições de existência são construídas a partir de um ideal do humano enquanto produtivo para o trabalho - o que tem como consequência a delimitação do uso do espaço, o genocídio da juventude negra e a exploração das pessoas trabalhadoras. É nesse sentido que nos debruçamos sobre o bairro Monte Verde, localizado no centro-norte de Florianópolis, cuja história se constrói a partir da disputa pelo território. O bairro teve o início do seu projeto de expansão de ocupação na década de 1980, após a implantação do Conjunto Habitacional do Monte Verde, por meio da Companhia de Habitação do estado de Santa Catarina (COHAB). Em 1986, foi inaugurado o segundo Conjunto Habitacional, nomeado Parque da Figueira, o que destaca o projeto de moradia de Florianópolis como também um projeto de vida para famílias periféricas. Isso porque a construção dos "apartamentos" , como a população nomeia, deu-se ao entorno do Rio Vadik, cuja nascente se localiza na Cachoeira do Monte Verde e deságua na bacia hidrográfica do Saco Grande. Mesmo antes do estabelecimento desse segundo conjunto habitacional, o espaço geográfico do Monte Verde já era atingido por enchentes recorrentes e intensas. Quando escolhemos fazer o debate sobre memória e território, é por compreender que o Monte Verde passa por sucessivos momentos de transformação após a implantação dos três conjuntos habitacionais (inaugurados em 1980, 1986 e 1999, respectivamente), e que a paisagem continua sendo alterada nos moldes do processo de gentrificação mencionado anteriormente, com a construção de um supermercado e a inauguração de um shopping. Essas mudanças indicam que o planejamento urbano da cidade é uma disputa política marcada, por exemplo, pela revisão do Plano Diretor que, além de dificultar a participação popular, impulsionou a construção de empreendimentos ao lado de locais históricos de preservação ambiental. . Em consonância com o GT "Relações pessoa-ambiente: territorialidades e produção de espaços de resistência", nosso trabalho se dá a partir da reflexão acerca das dimensões socioespaciais e subjetivas do território. Entrelaçando a Psicologia Social Crítica com estudos da Psicologia Histórico-Cultural e da Psicologia Socioambiental, tendo como fundamento o conceito de território em Milton Santos, desenhamos uma orientação teórica e metodológica que alicerça nossa prática. Por essas vias, destacamos a dimensão socioespacial da subjetividade proposta por Tatiana Minchoni e Raquel

Diniz, ou seja, o modo pelo qual a relação, o espaço entre, pessoa e ambiente dá os contornos da existência de cada pessoa e define as possibilidades de produção de condições materiais e subjetivas para a vida. Nesse sentido, também perpassa a compreensão da memória enquanto processo psicológico complexo produzido na dialética entre pessoa e espaço, ou seja, em território, que é vivido, usado e significado pelo indivíduo e pelo coletivo. Nesse sentido, compreendemos o território como um espaço de vida constantemente transformado pelas dinâmicas relacionais e como um campo de disputa imanente às relações de poder. Assim, para além de reconhecer as múltiplas opressões que se expressam no cotidiano, o projeto Território de Afetos propõe intervenções psicossociais no Monte Verde, que objetivam lançar foco aos modos de resistências ali construídos. Por meio de escutas dedicadas, de trocas de experiências e de processos grupais, visamos potencializações de coletividades e vínculos socioespaciais, a fim de agenciar outras oportunidades e possibilidades de reação e ação sobre a realidade. Portanto, em acordo com a proposta do GT, refletimos sobre a necessidade do fortalecimento de estratégias de resistência no território para/pelas pessoas que o vivenciam cotidianamente, enfrentando as condições opressivas impostas por planos diretores municipais que priorizam o capital, e retomando a finalidade do território enquanto âmbito de experimentação e produção de vida. Compreendemos, também, a produção ativa do espaço pelos sujeitos, de modo que as resistências, para além do caráter reativo, são potentes na vinculação coletiva e territorial, reafirmando a existência de grupos que são constantemente invisibilizados na sociedade. Nesse sentido, o projeto busca valorizar saberes que emergem dos encontros, vivências e lutas cotidianas, ressoando vozes silenciadas e incitando práticas comunitárias e experiências coletivas. Diante das verticalidades que aceleram o tempo, a memória popular é perdida devido à força colonial da "cultura açoriana" mandatória e ao modo de vida do capital, que dita as políticas municipais e de estado. Assim, propondo-nos a resgatar a história do Monte Verde e a memória individual e coletiva das pessoas com o território, buscamos as memórias transmitidas geracionalmente por meio de registros familiares (fotografias, oralidade, cartas). Para isso, apostamos na inserção horizontalizada e na deriva urbana como modo de aproximação e de experimentação do bairro. O processo iniciou em outubro de 2024 com a mediação de duas estudantes do projeto que nasceram e cresceram no território, o que possibilitou uma rica ambientação - incluindo ações como idas ao Barnana, bar de um dos sambistas tradicionais do bairro, reunião na Cachoeira e visita às famílias das estudantes-moradoras do Projeto. A partir daí, com o contato e convivência com as pessoas moradoras, em alguns grupos já existentes no território, utilizamo-nos da Tenda do Conto enquanto instrumento metodológico que visa resgatar as memórias das pessoas de si mesmas e, também, as da relação com aquele espaço. Realizamos articulações com instituições de referência como a Associação de Moradores e o Conselho Comunitário, além de equipamentos de atenção básica como o Centro de Referência de Assistência Social e o Centro de Saúde. Isso se deu por meio de conversas com representantes dessas instituições, que demonstraram receptividade e abertura ao projeto. Essas pontes possibilitaram uma compreensão mais aprofundada das demandas do território, como se expõe a seguir. Em março deste ano, acompanhamos uma reunião da Associação de Moradores sobre as enchentes que aconteceram em janeiro. Esse fenômeno que historicamente acomete o território, cujo espaço, por localizar-se em uma bacia hidrográfica, é especialmente vulnerável aos impactos das chuvas, não conta com o amparo de um programa de prevenção do poder público. Pelo contrário, o estado de Santa Catarina, cuja Defesa Civil é considerada exemplar em termos técnicos, também é o estado no qual uma mesma família perdeu quatro vezes o lar e os pertences em decorrência das enchentes, de acordo com relatos de uma moradora do Monte Verde. Nessa realidade, os espaços de resistência frente ao

desamparo do poder público são evidenciados, quando na reunião os moradores encaminham mobilizações e protestos contra as enchentes. No dia da manifestação, presenciamos a indignação coletiva direcionada aos governantes, além de uma tensão entre os moradores do próprio território, evidenciada pelo incômodo das pessoas presentes em relação à ausência de seus vizinhos. O Conselho Local de Saúde também demonstrou ser um importante espaço de resistência do território, a partir do exercício do controle social por parte dos moradores. Na reunião do Conselho que participamos, foi marcante a adesão de conselheiros usuários da saúde, que protagonizaram um debate sobre a precarização e as reverberações no Centro de Saúde do bairro. Já em relação à Associação de Moradores, acompanhamos o Grupo de Amigos, um grupo de convivência para pessoas idosas, no qual pudemos acompanhar as atividades semanais e, também, propor uma roda de conversa, a fim de identificar as dinâmicas grupais. Foi realizada, também, a panfletagem em diversos pontos do bairro, que ocasionou um encontro com uma professora da Educação de Jovens e Adultos, que ocorre no bairro. Logo, a aposta de que o trabalho com a subjetividade espacializada, é uma das formas de se pensar as potencialidades do território abre portas para a construção de intervenções em que o protagonismo é da vida vivida em seu cotidiano, em um espaço-tempo próprio da existência das mesmas pessoas que contam suas histórias. O projeto Território de Afetos segue em desenvolvimento, tendo como horizonte multiplicar o compartilhar das afecções entre as pessoas moradoras - passadas, presentes ou futuras.

Narrativas sobre envelhecer: o território rural como síntese de resistência, cuidado e sentimento comunitário

Vitória Pereira dos Santos, José Fernando Andrade Costa (UEFS)

Este trabalho relata uma experiência extensionista vivenciada no âmbito do projeto de extensão "Ciclos de Ação Comunitária", da Universidade Estadual de Feira de Santana, Bahia. Trata-se de uma ação planejada e desenvolvida desde 2023, na comunidade rural de Conceição, no município de Capela do Alto Alegre, Bacia do Jacuípe. A proposta insere-se no campo da Psicologia Social Comunitária, com foco na compreensão da pluralidade das formas de envelhecimento em territórios rurais. O objetivo principal foi promover ações de incremento da qualidade de vida e do bem-estar para idosas na comunidade de Conceição, a partir da articulação entre saberes acadêmicos e populares. Para tanto, buscamos trabalhar com a valorização da memória coletiva e territorial, em especial com a potencialidade dos vínculos comunitários já existentes, mas também com o enfrentamento dos estigmas e vulnerabilidades presentes nesse contexto.

Considerando a centralidade do território na constituição subjetiva ao longo da vida, partimos do pressuposto de que os espaços no qual se dão as práticas da vida diária possuem grande importância para o trabalho da psicologia junto a comunidades vulnerabilizadas, sobretudo quando se trata da população idosa em territórios rurais. Com base nos aportes da Psicologia Social Crítica, Psicologia Comunitária e na Psicologia Ambiental, buscamos articular conceitos como ancestralidade, território, pertencimento, comunidade e identidade. As contribuições da psicóloga venezuelana Maritza Montero destacam-se na medida em que propõem uma perspectiva ético-política para o trabalho participativo transformador em comunidade.

A partir desses pressupostos, realizamos um Ciclo de Ação Comunitária com idosas em Conceição no primeiro semestre de 2024. Os Ciclos de Ação consistem em uma metodologia participativa e dialógica, composta por oito encontros regulares com um grupo comunitário. Os encontros aconteceram regularmente no espaço da Associação Comunitária a partir de uma parceria com o Centro de Referência da Assistência Social do município. Ao todo houve a participação de 23 mulheres, com idade entre 59 e 83 anos. Os encontros foram realizados em torno de temas como: memória, emoções, comunidade/território, cuidado, autoestima, direitos sociais e redes de apoio. Tais temas revelaram-se fundamentais na compreensão das formas de (r)existência construídas a partir de uma territorialidade ruralizada e socialmente vulnerabilizada. As participantes trouxeram para os encontros narrativas sobre suas histórias de vida, experiências de trabalho, perdas, saberes tradicionais, práticas de cuidado mútuo e os afetos cotidianos vivenciados, compartilhando experiências de vida e sentimentos sobre o processo de envelhecimento rural.

Dentre os resultados obtidos destacamos os modos de construção de identidade, afetividade e resistência em um espaço rural estigmatizado e atravessado por diversas vulnerabilidades sociais. No que diz respeito à população idosa, é conhecida a importância das inter-relações comunitárias, especialmente os fortes laços de apoio social como forma de enfrentamento das ausências parentais e de manutenção da vida em territórios marcados por precariedades. Além disso, o vínculo com atividades relacionadas à terra emergiu em suas narrativas como expressão de resistência às mudanças sociais provocadas pelo tempo e às dificuldades inerentes à senescência.

Nessa perspectiva, o território aparece não apenas como uma categoria geográfica, mas passa a ser compreendido como um espaço de relações, identidades e subjetividades, gerando pertencimento e moldando a forma como os sujeitos vivenciam suas experiências. Na comunidade com a qual interagimos, o território foi constantemente (re)construído nas narrativas por meio dos relatos de participação ativa dos sujeitos na vida local, dos vínculos afetivos e da memória coletiva. Essa relação com o território nos ajuda a compreender por que muitos idosos, mesmo em situação de vulnerabilidade, recusam-se a sair de suas casas para viver com os filhos ou em espaços considerados mais seguros (Feitosa, 2018). Essa recusa é fundamentada em um sentimento de segurança simbólica proporcionado pelo território conhecido, em contraposição a uma "falsa" segurança prometida por lugares desconhecidos, com baixo potencial de vínculos afetivos e de possibilidades de apropriação subjetiva.

A frase "Eu quero morrer e ser enterrada aqui", ouvida em um dos encontros do projeto, sintetiza esse sentimento de pertencimento territorial das participantes. Ela evidencia a resistência à migração para centros urbanos e reafirma a centralidade da liberdade, autonomia e dos laços comunitários que o território rural oferece - elementos ausentes nos espaços urbanos para essas mulheres.

Ainda como resultado, foi possível identificar outras formas pelas quais o pertencimento territorial, pautado na afetividade, se manifesta. Segundo algumas participantes, em um ambiente atravessado pela escassez de opções de lazer e pelo tédio cotidiano, os momentos de alegria se concentram em atividades como o plantio, a colheita, os rituais religiosos e as conversas descontraídas na calçada com amigas. Essas experiências revelam estratégias singulares de enfrentamento e ressignificação das adversidades, funcionando como verdadeiros "refúgios afetivos" frente às dificuldades do envelhecimento em contextos marcados por vulnerabilidades.

Por outro lado, também emergiram narrativas sobre formas de despotencialização e opressão simbólica vividas por essas mulheres, muitas vezes provenientes de familiares, vizinhos e até mesmo de profissionais da atenção básica em saúde, revelando processos de invisibilização e deslegitimação dos saberes e da autonomia das idosas.

Tais relatos apontam para a necessidade de um olhar crítico e ético da Psicologia frente às múltiplas violências que se perpetuam nos territórios rurais, e reforçam o compromisso com práticas de escuta, valorização da experiência e fortalecimento dos sujeitos sociais historicamente invisibilizados. Desta forma, podemos pensar no "território rural" - sem com isso desconsiderar as múltiplas possibilidades das diversas "ruralidades" - como uma categoria psicossocial e afetiva interessante para o trabalho da psicologia em contextos comunitários. O território rural pode ser concebido como simultaneamente materialidade e socialidade onde se constroem formas de resistência, pertencimento e cuidado, principalmente no que tange os processos de envelhecimento. Trata-se de um espaço onde os sujeitos podem ser potencializados ou despotencializados de acordo com a dinâmica das práticas em relação à terra e das interpessoais estabelecidas. A partir das narrativas das participantes do primeiro Ciclo de Ação, propomos pensar o envelhecimento, no território rural, como amálgama de experiências de trabalho duro, afetos e solidariedade em meio a formas de opressão, precarização da vida e negligenciamento de direitos. Como forma de continuidade do estudo serão realizados novos Ciclos de Ação com a mesma comunidade no segundo semestre de 2025, buscando manter o vínculo e aprofundar a compreensão sobre os processos de cuidado e sentimento de comunidade.

Referência:

FEITOSA. M. Z. S, et al. Afetividade, território e vulnerabilidade na relação pessoa-ambiente: um olhar ético politico. Fractal: Revista de Psicologia, v. 30, n. 2, p. 196-203, maio-ago. 2018. doi: https://doi.org/10.22409/1984-0292/v30i2/5505.

Pé no chão, raiz no céu: Ancestralidade e Resistência no Corpo-terra das Guerreiras do Castainho

Maria Vitória Carneiro de Melo Silva (Uninassau), Marcelly dos Santos Moura (Uninassau), Maria Iasmin da Silva Araújo (Uninassau), Rebeca Agreles de Holanda Barbosa (IMIP)

A organização das mulheres negras quilombolas articula ancestralidade, resistência e formas coletivas de existência, sustentando práticas históricas de cuidado, proteção da vida e luta por direitos. Sua presença política é uma construção consciente e necessária para garantir espaços decisórios que moldam a realidade de suas comunidades. Considerando os aspectos trabalhados por Haesbaert (2023), o território é para além de um espaço de jurisdição estatal, físico-material, o qual carrega também uma conotação afetiva-simbólica, na qual se registra a vida humana a partir das relações de poder. É a partir da afetividade e do aspecto relacional que surge a territorialidade, que é apontada pelo autor como propriedade singular, aquilo que o torna um território a partir de e para seus sujeitos. Entre as muitas discussões conceptivas do que se trata este termo, Haesbaert (2023) aponta algumas linhas dentro da américa-latina que repensam a colonização, nascendo a ideia de território integral de vida, uma vista para além da categoria normativa e analítica, território como prática/nativo, fortalecido pelos movimentos de resistência.

Nosso estudo busca identificar as estratégias de apropriação e significação do espaço por parte das pessoas retratadas no documentário "Guerreiras Quilombolas do Castainho: nossa ancestralidade nos guia", a fim de compreender como as territorialidades se constituem como resistência frente à processos de exclusão, violência e invisibilização social. Assim, refletimos como o protagonismo das figuras femininas ocupam, usam e defendem o território, reconhecendo seus saberes ancestrais e a memória coletiva como mobilizador do fortalecimento identitário e comunitário.

Através das propostas do Grupo de Trabalho "Relações pessoa-ambiente: territorialidades e produção de espaços de resistência", relacionamos a construção de territorialidades pelas mulheres quilombolas do Castainho como processos simbólicos, afetivos e políticos. A partir da análise do documentário em questão, evidencia-se que o território, mais do que delimitação geográfica, é um espaço existencial, onde se inscrevem memórias, práticas de cuidado e modos próprios de organizar a vida coletiva.

Nesse contexto, as ações dessas mulheres revelam uma produção de espaço que resiste à colonialidade, afirmando uma racionalidade outra, enraizada na ancestralidade, na oralidade e na solidariedade comunitária. Trata-se de uma ecologia de saberes que desafia a hegemonia ocidental e propõe formas de habitar e transformar o mundo a partir de experiências historicamente marginalizadas. Ao reconhecer essas práticas como estratégias de resistência e reinvenção do viver, o estudo contribui para a compreensão das relações pessoa-ambiente como dimensões indissociáveis na luta por justiça territorial e emancipação social.

Assim, através de uma análise de conteúdo, desenhou-se nossa pesquisa, que de acordo com Bardin (2016), é um conjunto de técnicas que organiza os processos de uma análise dentro das comunicações. A análise atual se configura quanto a de significados de abordagem qualitativa, nos permitindo explorar e inferir a respeito da temática de mulheres quilombolas como representantes nos processos de resistência territorial, a partir de uma leitura psicossocial de base contra-colonial.

Ao reivindicarem suas existências, as mulheres negras quilombolas desafiam diretamente os mecanismos de invisibilização e silenciamento instaurados pela colonização. Como destaca Santos (2015), a colonização não foi apenas uma ocupação territorial, mas um processo etnocêntrico, marcado pela invasão, expropriação, etnocídio e subjugação, em que uma cultura imposta como universal busca apagar e substituir os modos de vida já presentes nos territórios. Em resposta a essa lógica, o autor propõe o conceito de contra-colonização, entendido como um processo de resistência e de defesa dos territórios e das formas de vida que neles se enraízam.

Desta forma, a atuação destas mulheres se insere como uma expressão concreta da contra-colonização. Por meio da luta por direitos, da organização política e da afirmação cultural, elas reafirmam suas territorialidades e encontram na ancestralidade não apenas um elo com o passado, mas uma força vital de resistência e reconstrução diante das violências históricas impostas pela colonização. Nessa perspectiva, a luta engendrada por estas mulheres está intrinsecamente ligada ao território.

A resistência das mulheres quilombolas é salvaguardada historicamente através da oralidade, remetendo ao que Santos (2015) intitula como "quilombagem", sendo uma ação de negação da colonialidade e de reafirmação de modos próprios de existência. Nessa perspectiva, a oralidade não é apenas uma forma de transferência de saberes, mas uma ferramenta política de recolocação do protagonismo negro e quilombola, que se contrapõe às narrativas declaradas na história colonizadora. Ao transmitirem conhecimentos, tradições e estratégias de sobrevivência, rompem com a epistemologia dominante reafirmando a centralidade do saber ancestral.

O movimento dessas mulheres deve ser compreendido a partir da experiência da comunidade e da ancestralidade que o sustenta. Elas não apenas resistem, mas recriam, reconstroem e atualizam o sentido da coletividade quilombola. Suas práticas cotidianas, que envolvem o cuidado com a terra, a educação das crianças, a preservação da memória e a luta por direitos, são expressões de uma vivência própria, em que o tempo e o território são compreendidos de forma distinta da lógica ocidental. Trata-se, portanto, de um protagonismo que não reivindica espaço no projeto colonial, mas o transcende por meio da continuidade das práticas de liberdade herdadas das(os) antepassadas(os).

Nesse sentido, o grupo Guerreiras Quilombolas, localizado na comunidade Quilombola de Castainho, zona rural de Garanhuns, agreste setentrional de Pernambuco, representa um exemplo concreto de quilombagem em movimento. Desde 2015, o grupo tem atuado na afirmação da identidade das mulheres negras e quilombolas, na busca por autonomia e na luta por melhorias para a comunidade. A partir das proposições de Santos (2015), é possível compreender a experiência das Guerreiras não como simples resistência, mas como proposição ativa de outro modo de vida, alicerçado nos saberes tradicionais e na ancestralidade. Sua existência cotidiana aponta para a possibilidade de descolonizar não apenas o território, mas também as formas de pensar, sentir e organizar a vida em comunidade.

Essa dinâmica dialoga com as reflexões de Núñez (2023), que destaca o papel fundamental das mulheres guarani e kaiowá na preservação cultural e na resistência às violências estruturais. Ao ocuparem espaços tanto comunitários quanto institucionais, essas mulheres garantem não apenas a sobrevivência de seus povos, mas também reconfiguram o campo político a partir de saberes coletivos, relacionais e historicamente situados. Similarmente, mulheres quilombolas reivindicam políticas públicas que ultrapassem a lógica assistencialista, assumindo a função de guardiãs de um futuro coletivo sustentado pela memória e pela continuidade intergeracional.

Sua ação vai além da resistência, configurando-se como produção ativa de alternativas culturais, de vida e de organização política. Como ressalta Ribeiro (2017), mulheres negras têm historicamente produzido insurgências contra modelos hegemônicos, promovendo disputas narrativas que questionam e desestabilizam as hierarquias raciais e de gênero. Reconhecer essa centralidade equivale a reconhecer nelas não apenas um lugar de fala, mas um espaço de formulação de mundos.

A análise observou que as mulheres quilombolas do Castainho constroem suas territorialidades não apenas pela permanência física na terra, mas por meio de práticas afetivas, simbólicas e coletivas que reafirmam sua existência. O território, nesse contexto, é vivido como extensão do corpo e da memória ancestral, constituindo-se em lugar de cuidado, espiritualidade, proteção e resistência.

Essas mulheres reconfiguram o espaço a partir da ancestralidade, inscrevendo nele sentidos que resistem às tentativas de apagamento cultural, racial e de gênero. Desse modo, as práticas cotidianas, como o cultivo da terra, as tradições religiosas, a oralidade e a luta coletiva tornam-se formas de enraizamento e afirmação identitária diante dos processos históricos de exclusão.

Conclui-se que a luta pela terra, no caso das guerreiras quilombolas do Castainho, é inseparável da luta pela vida, pela dignidade e pela memória. A territorialidade, mais do que posse de um espaço físico, é uma prática existencial e política que emerge do vínculo entre corpo, história e território. As mulheres quilombolas reconstroem mundos possíveis ao reafirmarem sua ancestralidade como bússola, tecendo redes de solidariedade e autonomia diante das violências estruturais.

Essa compreensão do território como “integral de vida”, conforme apontado por Haesbaert (2023), amplia o debate sobre os direitos dos povos tradicionais, chamando atenção para a necessidade de políticas públicas que respeitem as formas nativas de habitar, cuidar e significar o mundo. A experiência das guerreiras do Castainho revela que há outras epistemologias possíveis, fundadas não na dominação, mas na relação, que podem inspirar novos modos de existir e resistir.

Referências

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016.

HAESBAERT, Rogério. Conceitos fundamentais da geografia: Território. Geographia, vol: 25, n. 55, 2023.

GUERREIRAS QUILOMBOLAS DO CASTAINHO. Guerreiras Quilombolas do Castainho: nossa ancestralidade nos guia. YouTube, 3 de maio de 2022. 15min31s. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=MbYvdlrYGCc. Acesso em: 20 de maio de 2025.

NÚÑEZ, Geni. Perspectivas guarani sobre binarismos da colonização: caminhos para além das monoculturas. Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 15, n. 40, e0101, dez. 2023.

RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala?. Belo Horizonte,(MG): Letramento, 2017.

SANTOS, Antônio Bispo dos. Colonização, Quilombos, Modos e Significações. Brasília: INCTI/UnB, 2015.

Ser jovem em periferias de Fortaleza: Narrativas sobre modos de subjetivação produzidas no VII Festival das Juventudes

Ana Lídia Ferreira de Carvalho (UFC), Talison Amaral da Costa (UFC), Júlio César Cardoso Rodrigues (UFC), Arthur Félix Oliveira Coelho (UFC), Davi Rodrigues Fonseca (UFC), Lívia Tabosa Dias (UFC), João Paulo Pereira Barros (UFC), Luciana Lobo Miranda (UFC)

Os significados atrelados às juventudes são diversos e assumem diferentes posições a partir dos marcadores sociais de raça, classe, gênero, territorialidade, etnia, fato que implica diretamente na maneira como ela é experienciada, evidenciando o seu caráter plural. Nesse sentido, observa-se que os diferentes grupos juvenis, a nível político, são separados entre aqueles que devem ser protegidos pelo Estado e são detentores de direitos, e aqueles que são vistos como um risco a ordem social, conforme apontam Paiva, Oliveira e Colaço (2019), estes são silenciados e apagados pelas maquinarias necropolíticas operantes no país. Nessa linha de pensamento, Barros (2019) afirma que a criminalização de determinadas juventudes, que encarnam a figura do/a "envolvido/a" - aquele/a/u que apresenta a figura do (potencialmente) perigoso, sendo este um jovem negro, pobre e periférico - possui aceitabilidade social e incentiva a adesão ao extermínio físico/simbólico desses jovens. Dessa forma, frente a essa destruição literal dos mundos e vidas juvenis periféricas, ainda existe um consumo pelas suas subjetividades, então, é necessário traçar formas de vivê-las com a liberdade que se é capaz de inventar, e já que a natureza está sendo assaltada e as vidas massacradas, é preciso manter as subjetividades, como reflete Krenak (2019), e em meio a vivência do "fim do mundo", traçar "novos começos". Para subverter essa lógica estigmatizante que é construída acerca das juventudes periféricas, esta comunicação oral propõe apresentar como as diferentes juventudes do território do Grande Bom Jardim, localizado na periferia de Fortaleza/CE, constroem/expressam seus modos de subjetivação através da arte, como dispositivo de (re)existência a uma lógica hegemônica que é imposta como forma de aniquilamento dessas diversas formas de ser jovem no território. O presente relato é fruto de uma experiência de extensão no Festival das Juventudes: Arte, Cultura e Formação em Direitos Humanos, que é um evento que ocorre no território do Grande Bom Jardim (composto pelos bairros Canindezinho, Granja Portugal, Granja Lisboa, Siqueira e Bom Jardim), em Fortaleza/CE, desde 2018, e está na sua 7º edição. O Festival é construído pelo coletivo Jovens Agente da Paz (JAP), em parceria com outros coletivos do território, além de contar com o apoio e espaço cedido pelo Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (CDVHS), uma Organização Não Governamental do Grande Bom Jardim. O Festival é um espaço-acontecimento artístico/cultural/político destinado para os estudantes de escolas públicas do território. Desse modo, a universidade adentra como parceiro do evento através do projeto "Artes insurgentes", que atua com o objetivo de fomentar e potencializar ações culturais-artísticas de juventudes do GBJ. O projeto nasce da parceria entre o Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação (VIESES/UFC) e o Laboratório em Psicologia, Subjetividade e Sociedade (LAPSUS/UFC) , além disso ele é vinculado ao Programa de Promoção de Cultura Artística (PPCA), da Pró-reitoria de Cultura da Universidade Federal do Ceará (UFC). O Festival das Juventudes atua como um dispositivo-espaço de protagonismo juvenil, reflexão crítica e fortalecimento da cultura periférica, utilizando a arte como ferramenta de afetação, expressão e resistência. O objetivo do evento é potencializar e ampliar o debate sobre cultura de paz, direitos humanos e outras temáticas de interesse dos/as/es estudantes, dividindo-se em quatro eixos temáticos: 1) Ser jovem; 2) Ser jovem

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

agente de paz; 3) Ser livre; e 4) Ser das áreas. Tais eixos funcionam para organizar a programação dos quatro dias de evento. Este relato tem como objetivo refletir sobre as narrativas produzidas pelos segmentos juvenis periféricos de Fortaleza, das experiências de ser jovem dentro do território do Grande Bom Jardim, no âmbito do VII Festival das Juventudes, adentrando, principalmente, no primeiro dia do evento que apresenta o eixo temático "Ser Jovem". Portanto, esta comunicação se relaciona com as propostas do GT 47, intitulado "Relações pessoa-ambiente: territorialidades e produção de espaços de resistência", por produzir discussões sobre as formas de re-existência expressas através da arte, pelos grupos juvenis periféricos do território do GBJ. Ainda, serão apresentadas às práticas coletivas de reapropriação e reinvenção do espaço territorial, construídas no Festival, que afirmam a recusa ao apagamento das múltiplas formas de ser jovem e habitar o território. Trata-se de evidenciar a construção de um espaço vivo e plural, a partir das subjetividades, desejos, lutas e afetos dessas juventudes. Para apresentar como se constrói o Festival das Juventudes do Grande Bom Jardim, bem como o eixo temático "Ser Jovem", que norteia as atividades do primeiro dia de evento, foi utilizado como principal referência teórica a dissertação "É uma forma de contar que a gente existe: arte e re-existência no Festival das Juventudes do Grande Bom Jardim", de Carla Jéssica de Araújo Gomes (2024), cujo trabalho está fundamentado no campo da esquizoanálise e no campo de estudos contracolonais. Ademais, a obra "Ideias para adiar o fim do mundo", de Ailton Krenak (2019), também foi fundamental na construção deste relato. A proposta desta comunicação, se dá através da minha participação, por meio do projeto "Artes Insurgentes", no Festival das Juventudes e na comissão organizadora do evento. Essa atuação é possível devido a parceria do projeto com os coletivos do GBJ, já mencionados anteriormente, que pensam e constroem o festival. A metodologia de trabalho do "Artes", é fundamentada na ótica da pesquisa-inter(in)venção, influenciada pelo método da cartografia advindo das experiências institucionalistas francesas e pela esquizoanálise (Passos; Kastrup; Escóssia, 2020), trata-se do intervir no campo, enquanto corpo-pesquisador, mas também do inventar, junto aos participantes da pesquisa, outros mundos e modos de vida possíveis. O relato se foca no primeiro dia do evento, que inicia com o eixo temático "Ser Jovem", reunindo debates, atividades, oficinas em torno da valorização da pluralidade de juventudes que compõem aquele território, que, para além da identidade construída enquanto jovens do Grande Bom Jardim, como forma de reconhecimento e pertencimento, cada um possui suas vivências, atravessamentos, perspectivas, crenças e modos de habitar esse território. Na edição de 2025, o festival teve como tema "Adiar o fim é criar novos começos", de modo a articular com os debates do livro "Ideias para adiar o fim do mundo", do ativista indígena Ailton Krenak. Segundo os integrantes do coletivo responsável pelo evento, Jovens Agente da Paz (JAP), a temática foi escolhida devido a necessidade de se pautar a urgência climática e o racismo ambiental, observando os impactos da pauta nas lutas existentes no território pela conquista de direitos como, por exemplo, saneamento básico. No primeiro dia do Festival, a programação do turno da manhã deu início com momentos culturais, incluindo apresentação de carimbó, em seguida, em formato de roda de conversa, o "Momento daz'Ideias" contou com a participação de convidados/as/es que compartilharam suas vivências e perspectivas, e debateram sobre a provocação "Como adiar o fim e criar novos começos?". No turno da tarde, os jovens se dividiram nas oficinas para experienciar diferentes fazeres artísticos, como customização de leques, teatro e flâmulas. A oficina de customização de leques foi proposta e conduzida por nós, integrantes do "Artes", e é nela que venho focar minha investigação, em cima dos debates que foram produzidos pelas perguntas disparadoras: "O que é ser jovem? O que é ser um jovem do Grande Bom Jardim? Ser um jovem do Grande Bom Jardim é diferente de ser um jovem, por exemplo, da Aldeota? Vocês todos são jovens do Grande

Bom Jardim, mas as vivências de vocês enquanto jovens são iguais?", além das produções artísticas construídas a partir do direcionamento: "Assim como os leques são todos iguais, todos somos jovens, mas, a partir das nossas customizações dos leques, podemos expressar quem somos, e torná-los únicos". Como resultados e (in)conclusões, surgem as discussões coletadas pelo diário de campo sobre a pergunta "O que é jovem?", do eixo temático do primeiro dia de Festival, e demais perguntas disparadoras que foram feitas. Através dos relatos trazidos pelos jovens participantes da oficina de leques, entende-se que ser jovem é "Ser livre", e em contrapartida também é "Ter cuidado onde você entra, e onde você sai". Ser jovem demarcado por questões territoriais e de classe, também é "O pouco ser tudo o que a gente tem". Ainda, se apresenta como resultados as construções estéticas dos leques, que foram customizados através das impressões artísticas que cada jovem deixou, e essas expressões se articularam com as trajetórias, individualidades, gostos pessoais e crenças de cada um. Apresentando, assim, a partir de uma experiência coletiva, plural e artística, as diversas experiências subjetivas da juventude do território. Nesse sentido, não existe fim do mundo mais iminente do que o vivenciado pelas populações juvenis periféricas, que são desumanizadas, silenciadas e aniquiladas pelas formas de dominação moderna-coloniais. Adiar o fim, é criar novos começos em meio ao rap, grafitti e samba, para que, assim, as subjetividades se mantenham vivas em meio às tentativas de apagamentos. Por isso, através de práticas de re-existência construídas por essas juventudes, utilizando a arte como principal ferramenta de subjetivação, são traçados formas de insurgir contra esses modelos de dominação que tentam apagar a existência de um "território-vivo", plural e produtor de diferenças.

Terra Firme, Terra Arrasada: Uma Revisão de Território Frente à Catástrofe Climática

Lívia Bottin Marques (PUC-RS)

Introdução

Diante do atual cenário de catástrofes e eventos climáticos que afetam, desorganizam e desarranjam populações e comunidades, preocupamo-nos em compreender o impacto psíquico destas experiências na subjetividade, em relação ao território possivelmente atingido. Segundo o Estudo Técnico realizado pela Defesa Civil, que traçou um panorama dos desastres ocorridos no país, entre os anos de 2013 e 2023, 94% dos municípios brasileiros foram afetados por algum tipo de desastre (CNM, 2024). Entre o final de Abril e Maio de 2024, o estado do Rio Grande do Sul foi atingido por intensas chuvas, que provocaram enchentes significativas e levaram o governo estadual a decretar estado de calamidade pública. Ainda de acordo com o Estudo Técnico, foram afetados 478 municípios, dos 497 pertencentes ao estado.

Tendo em vista o território como um espaço de significação e produção identitária, a partir da conceituação de Guattari e Rolnik (1986), discorreremos a respeito do tema, tomando como perspectiva aquilo que o constrói e o significa na contemporaneidade. Diante de catástrofes climáticas e dos seus efeitos sobre a geografia local, consideremos também a possibilidade de vivência de um tempo de luto. Segundo a teoria psicanalítica, pautada nos estudos de Freud (1917), luto é a experiência de perda de um objeto de investimento e representatividade afetiva, acarretando em trabalho psíquico e exame da realidade. Considerando o luto como a ausência de um objeto afetivo, pode-se considerar que a experiência de enlutamento ocorre através da perda de um vínculo representacional. Conforme descreve Silva (2015), elos de significância afetiva de múltiplas ordens e origens, como vínculos familiares, sociais, culturais e etc, podem representar experiência de luto.

Se o território pode ser considerado como um agente na construção de subjetividade, assim como agenciado por esta, diante de uma catástrofe climática e sua eventual perda e/ou destruição, tratamos também da possibilidade da perda de algo de si intrínseco à constituição psíquica. E aqui, então, vivencia-se o luto das representações tecidas através do tempo, luto daquilo que caracteriza o próprio campo subjetivo através da constituição comunitária e histórica.

Objetivo

A presente pesquisa preocupou-se em refletir acerca do significado de território, considerando-o como um agente na construção de subjetividade, assim como, agenciado por esta. Ponderando vivências de luto frente à perda e/ou destruição do território, a fim de dimensionar possibilidades de subjetivação territorial diante de um cenário de catástrofe climática.

Relação Com o GT

O trabalho relaciona-se com o GT Relações Pessoa-Ambiente: Territorialidade e Produção de Espaço de Resistência, pela tentativa de observar e narrar um caminho possível à vivência de perda e/ou destruição do território. Desta forma, sugerimos um encontro possível entre a comunidade com o seu ambiente, em contexto de catástrofe climática, através da resistência coletiva. Considerando o atravessamento das condições de clima ao território e sua multiplicidade existencial, faz-se essencial reconhecer o significado deste espaço físico à população que o compõem e, portanto, nomear o impacto de sua destruição à representatividade que ali se tece e borda o fazer comunitário.

Orientação Teórica

A fim de orientação teórica, inicialmente, abordamos Milton Santos (2001) delimitando uma construção de espaço e representatividade acerca do território. As obras O Anti-Édipo: Capitalismo e Esquizofrenia (1972) e Mil Platôs (1980) de Félix Guattari e Gilles Deleuze proveram um aprofundamento do conceito, tecendo composições

com o conceito de ritornelo e paisagens territoriais. Ainda diante de uma revisão do território e suas potencialidades, versamos com a obra Micropolítica: Cartografias do Desejo (1986) de Félix Guattari e Suely Rolnik, considerando o território e suas possibilidades de subjetivação, a fim de uma produção existencial. A conceituação de subjetividade e modos de subjetivação foi desenvolvida através da leitura de Mansano (2009), propondo uma constante aposta na alteridade que constitui o coletivo e possibilita resistência. Finalmente, com o objetivo de tratar do luto, suas afetações e processos, utilizamos da abordagem freudiana em Luto e Melancolia (1917).

Método

A fim de orientação metodológica, faremos uma revisão de literatura narrativa de três conceitos: território, subjetividade e luto, também utilizados como palavras-chaves para delimitação da relevância discursiva. Realizaremos um levantamento e seleção de contribuições acadêmicas acerca dos temas propostos, objetivando costurar uma narrativa relevante às problemáticas contemporâneas e de revisão comparativa. Para tanto, serão organizados dados, leituras e obras que apresentem compatibilidade e valor à construção da presente pesquisa, através da coleta de dados nas ferramentas digitais Google Acadêmico e Scielo. Ademais, faremos uso analítico do documentário "O rio só quer passar: tragédia climática no Rio Grande do Sul" lançado em 2024 pelo canal de notícias Brasil de Fato (BdF), que retrata e pauta a recente tragédia climática no estado, e fornece possíveis contornos à problemática aqui proposta.

Resultados

Foi possível analisar, através de relatos observados no documentário "O Rio Só Quer Passar: tragédia climática no Rio Grande do Sul" que versaram com os conceitos acima descritos e revisados, que o conceito de ritornelo manifestou-se como um caminho possível de subjetivação do território em situação de catástrofe. Desta forma, diante do processo de enlutamento e contexto de catástrofe climática, a comunidade encontrou meios de significar e vivenciar a perda, através de uma resistência que já lhes era conhecida e reivindicada: o trabalho como fazer coletivo. Trabalho este que, ocorrido na enchente, e retratado no documentário, surge como um caminho de sobrevivência e subjetivação do insuportável.

Considerando o ritornelo como aquilo que ressoa no fazer diário e produz diferença, enquanto mantém contato com a semelhança em sua repetição, aqui o ritornelo pode ser identificado como a transformação do luto em luta coletiva, por um modo de subjetivação e produção comunitária que já era reconhecido. Se trabalhar foi o que sempre se fez, trabalhar é uma via possível para seguir. O encontro com a resistência resta como o eco daquilo que se conhece e tateia, a fim de dar início ao encontro com o território em outra configuração. Inclusive porque há, agora, o trabalho da reivindicação, dar nome, sentido e significado ao território encharcado. A subjetivação do insuportável reconhecimento do rio passando, aqui se torna a subjetivação afetiva da luta.

Conclusões Finais

Finalmente, consideramos que, através do território, do encontro com o território em subjetivação e da vivência de luto pela perda deste espaço de significado, resta um ambiente desconhecido. Pisa-se em um campo outro, atravessado pela marca de excessos. A luta, portanto, encaixa-se como a marca do que se conhece, daquilo que se identifica, no encontro com o inédito aniquilador. O fazer do ritornelo, desta forma, é a aposta que resta. A luta, como aquilo que já se domina e se produz no diário, torna-se a produção de resistência que cabe, fortalece e faz viver.

Identificamos a emergência de discorrer e reconhecer processos de enlutamento e afetação com o território, que atravessam a dimensão teórica, ao encontro de uma realidade à margem. Sugerimos uma possibilidade de sobrevivência e (re)construção, diante da catástrofe climática. A subjetivação percebida e aqui demarcada fez-se pelo luto em materialidade de luta e resistência. A potência coletiva emerge das águas como um modo de subjetividade a tratar da terra onde já se morou, às vistas de um horizonte de cura.

Território, Identidade e Saúde Mental: Reflexões sobre o Racismo Ambiental em Dourados

Cleverton do Carmo Arruda, Letícia da Costa Nunes (UFGD), Vanessa Mayara Todero Gonçalves (UFGD)

O presente trabalho trata das relações entre território, identidade e saúde mental, a partir da reflexão sobre os efeitos do racismo ambiental em comunidades vulnerabilizadas no município de Dourados, Mato Grosso do Sul. A cidade é marcada pela presença hegemônica do agronegócio, que molda não apenas sua economia, mas também as dinâmicas sociais e ambientais, aprofundando desigualdades históricas e processos de exclusão. Nesse contexto, destacam-se dois territórios emblemáticos: a Terra Indígena Aldeia Panambizinho e a comunidade da Ocupação Santa Felicidade.

Ambos os territórios se inserem em um cenário caracterizado pela ausência de políticas públicas efetivas, pela violação sistemática de direitos e pela exposição a múltiplas formas de violência socioambiental. A Aldeia Panambizinho, situada em região rural e cercada por propriedades do agronegócio, enfrenta processos de arrendamento de parte de seu território e exposição cotidiana a agrotóxicos. A comunidade da Santa Felicidade, por sua vez, é formada majoritariamente por migrantes venezuelanos recém-chegados, além de indígenas e pessoas negras, vivendo em condições de vulnerabilidade extrema, marcadas pela negligência do poder público.

Essas populações, frequentemente invisibilizadas, resistem às opressões impostas pelo modelo econômico dominante, enfrentando impactos diretos sobre sua qualidade de vida, suas identidades e sua saúde mental. Diante disso, este trabalho propõe uma reflexão crítica sobre como o racismo estrutural, ao atravessar as condições ambientais e territoriais, produz desigualdades e afeta profundamente a constituição subjetiva dessas comunidades.

O trabalho teve como objetivo analisar, a partir de uma roda de conversa com profissionais atuantes no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) de Dourados, como as condições ambientais atravessadas pelo racismo estrutural geram desigualdades socioeconômicas e exploração territorial, influenciando os processos identitários, subjetivos e o bem-estar psicossocial das populações residentes na Terra Indígena Aldeia Panambizinho e na Ocupação Santa Felicidade.

Além disso, pretendeu-se destacar as estratégias de resistência e (re)existência protagonizadas por essas comunidades, compreendendo de que maneira tais práticas podem ser fortalecidas através da atuação profissional ética, crítica e comprometida com os direitos humanos e com a justiça socioambiental.

Este trabalho se insere no eixo temático “Questões socioambientais e contextos rurais e urbanos” e integra o Grupo de Trabalho “Relações pessoa-ambiente: territorialidades e produção de espaços de resistência”. A escolha desse GT justifica-se pelo foco na investigação das inter-relações entre sujeitos, espaços e práticas sociais, considerando como processos territoriais produzem subjetividades e constituem espaços de resistência frente às lógicas hegemônicas de exploração e opressão.

Ao abordar o racismo ambiental como dimensão estruturante das desigualdades vividas por comunidades vulnerabilizadas, o trabalho se articula com a proposta do GT ao investigar os efeitos psicossociais das desigualdades ambientais e territoriais, bem como ao reconhecer e valorizar as práticas coletivas de resistência e (re)existência nesses espaços.

A análise realizada fundamenta-se na concepção de Necropolítica, proposta por Achille Mbembe (2018), que oferece uma chave teórica fundamental para compreender como o Estado e o capitalismo gerem seletivamente a vida e a morte, sobretudo sobre corpos racializados, indígenas, negros, migrantes e empobrecidos.

Complementarmente, a obra de Ailton Krenak (2020) foi mobilizada para refletir sobre a urgência de repensarmos as formas hegemônicas de habitar o mundo, incorporando saberes ancestrais, modos de vida sustentáveis e perspectivas não ocidentais que propõem alternativas à lógica extrativista e destrutiva do modelo capitalista.

No campo da Psicologia Social, a perspectiva de Ana Bock (1999) orientou o compromisso ético e político deste trabalho, ao afirmar a necessidade de uma Psicologia comprometida com a transformação das condições de vida, com a defesa dos direitos humanos e com o fortalecimento de práticas emancipatórias.

Ainda, a concepção de território como espaço socialmente ocupado, permeado por relações, práticas e conflitos, conforme propõe Milton Santos (1997), foi central para compreender que as destruições ambientais e as segregações socioespaciais vivenciadas por essas comunidades não são eventos naturais, mas fruto de processos históricos de exploração, exclusão e racismo.

Por fim, foram incorporadas as contribuições de Nego Bispo (2015), especialmente sua reflexão sobre a confluência entre quilombos, favelas e aldeias como uma força política e social de resistência, e a defesa da confluência de saberes como estratégia fundamental para enfrentar e desconstruir o poder hegemônico.

A metodologia adotada foi de caráter qualitativo e exploratório, tendo como principal estratégia a realização de uma roda de conversa online com duas profissionais da Psicologia Social atuantes no SUAS de Dourados. Ambas desenvolvem seu trabalho diretamente nos territórios da Terra Indígena Aldeia Panambizinho e da Ocupação Santa Felicidade, acompanhando cotidianamente as violações e também as práticas de resistência das comunidades.

A atividade contou com a participação de aproximadamente 75 pessoas, incluindo estudantes da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), profissionais da assistência social, da saúde e de movimentos sociais da região, além de participantes de diversos estados brasileiros, como São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Espírito Santo, Paraná, Maranhão, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

A roda de conversa constituiu-se como um espaço metodológico horizontal e dialógico, orientado pela valorização dos saberes situados e das experiências concretas das profissionais que atuam nos territórios. Embora não tenha havido uma sistematização formal das falas, as contribuições foram retomadas criticamente, orientando as reflexões teóricas e políticas que fundamentam este trabalho.

A escuta qualificada das profissionais evidenciou que as populações residentes nesses territórios enfrentam múltiplas violações produzidas pelo racismo ambiental, que se expressam na expropriação territorial, na exposição cotidiana a agrotóxicos, na ausência de políticas públicas e na precarização extrema das condições de vida.

A Terra Indígena Aldeia Panambizinho, embora território tradicional, encontra-se pressionada por processos de arrendamento e de exploração econômica, enquanto a Ocupação Santa Felicidade, constituída como espaço de acolhimento e sobrevivência, sofre com a negligência estatal, o que potencializa as vulnerabilidades dos migrantes, indígenas e pessoas negras ali residentes.

Contudo, para além das violações, a roda de conversa também possibilitou a identificação e valorização das estratégias cotidianas de resistência e (re)existência protagonizadas por essas comunidades. Destacam-se,

nesse sentido, a luta pela demarcação de territórios, a manutenção de práticas culturais e ancestrais, a construção de redes de apoio e solidariedade, e o fortalecimento das identidades coletivas como formas de enfrentamento à necropolítica.

A discussão também ressaltou como o sistema capitalista e a lógica neoliberal têm produzido violências sistemáticas sobre comunidades que se organizam de maneira diversa da racionalidade extrativista dominante, tornando urgente o reconhecimento e a valorização dessas outras formas de vida e resistência.

As reflexões geradas a partir desta experiência reforçam a necessidade de uma atuação profissional, especialmente na Psicologia, que transcenda o atendimento individualizado e se comprometa politicamente com as lutas por justiça racial e socioambiental.

Ao evidenciar que os processos de destruição ambiental e territorial impactam diretamente na saúde mental e na constituição identitária das populações vulnerabilizadas, o trabalho reafirma a urgência de construir políticas públicas sensíveis às realidades locais, que reconheçam e fortaleçam as práticas de resistência e os saberes populares.

A roda de conversa revelou-se, assim, um espaço formativo potente, sensibilizando estudantes e profissionais para uma atuação ética, crítica e politicamente comprometida com a transformação social.

Por fim, destaca-se a importância de construir alianças entre povos, saberes e práticas de cuidado, capazes de enfrentar o avanço da lógica neoliberal e necropolítica. A Psicologia Social, nesse sentido, afirma-se como uma prática crítica, implicada na promoção de justiça social, territorial e ambiental, atuando na defesa da vida digna para as populações historicamente subalternizadas e racializadas.

GT 48: RESISTÊNCIAS CONTRACOLONIAIS: CORPOS, TERRITÓRIOS E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

Coordenação: Maria da Graça Silveira Gomes da Costa (UFSB), Leandro Amorim Rosa (UFAC), Saulo Luders Fernandes (UFAL)

Cartografias do Povo Abjeto: travessias afetivas e insurgências estéticas no sertão baiano

Leda Mendes Pinheiro Gimbo (UFG), Giovana Bahia de Melo (UFG)

A história do Brasil é marcada pela violência da colonialidade, que atravessa corpos, territórios e modos de vida. No entanto, nem todos os corpos e territórios são afetados da mesma maneira. A partir do que propomos como povo abjeto, este texto lança luz sobre os modos como populações nordestinas — e, em especial, sertanejas — foram instrumentalizadas na formação da nação, ao mesmo tempo em que foram mantidas nos limiares do reconhecimento e da cidadania plena. Este artigo parte de uma cartografia afetiva do sertão do sudoeste baiano, traçando conexões entre a fenomenologia crítica, a Gestalt-terapia e uma clínica comprometida com a transformação das realidades que escuta. Mais do que descrever fenômenos, buscamos tensionar os modos de existência, resistir às normatividades e criar mundos possíveis.

O sertão, enquanto categoria geográfica e existencial, carrega em si os traços de uma história marcada pela exclusão, mas também pela invenção de mundos. Vitória da Conquista, Brumado e Ibicoara não são apenas pontos no mapa: são territórios vividos, povoados por corpos e memórias que resistem à lógica da despossessão. São territórios que configuram paisagens de ausência do Estado e, simultaneamente, de presença radical de comunidades que se recriam a partir da terra, da escassez, das festas, do cotidiano. Ao percorrer esses lugares, somos chamados não a representar, mas a cartografar. A cartografia afetiva propõe outro regime de atenção: o que se interessa pelas presenças que escapam aos mapas oficiais, que considera os afetos, os modos de existência, os ritos e os saberes locais. Mais que georreferenciar, trata-se de escutar. Escutar o vento que anuncia chuva no telhado de zinco, os passos lentos nas feiras de sábado, os batuques das festas populares, o silêncio pesado de um povo que carrega sua história no corpo.

Em Vitória da Conquista, cruzamento de rotas e confluência de culturas, a urbanidade é atravessada por fluxos migratórios, comércio informal e um cotidiano em que a resistência se dá na economia do afeto. Em Brumado, cidade moldada pela mineração e pela força do trabalho braçal, o corpo sertanejo é ao mesmo tempo força produtiva e corpo descartável — tensionando o conceito de povo abjeto que aqui propomos. Já em Ibicoara, no sopé da Chapada Diamantina, a terra vermelha e as montanhas impõem outra relação com o tempo e com a vida.

Nesses três territórios, o sertanejo se inscreve como produtor de existência, como alguém que, apesar da precariedade e da política da morte que organiza a vida em suas margens, forja práticas de vida que desafiam as narrativas hegemônicas sobre miséria e abandono. O sertão não é só ausência; é também potência, criação, continuidade. Ao mobilizar a cartografia afetiva nesses espaços, buscamos captar as nuances do habitar, as texturas da resistência cotidiana e os modos de cuidado

que emergem onde muitas vezes só se vê escassez. Os três municípios apresentam aspectos em comum, todos compõem o sudoeste baiano, são cidades de passagem e que contribuem para a economia local. A escolha pelas três cidades se justifica pela multiplicidade de formas de vida no sertão, a pluralidade da vegetação e clima, a transformação do território e da vida atravessada pelo trabalho. Como os atravessamentos históricos, afetivos e políticos se expressam nos modos de existir dos viventes do sertão?

A metodologia e a perspectiva teórico-política adotadas para esse trabalho foram a cartografia, fenomenologia crítica, saberes encruzilhados, bem como a implicação da psicologia e da clínica estética e política. A metodologia cartográfica adotada neste trabalho propõe um movimento de escuta, presença e implicação com os territórios do sudoeste baiano, articulando pesquisa bibliográfica, diário de campo e fotografia documental. Inspirada nas abordagens da cartografia esquizoanalítica e dos saberes encruzilhados, esta pesquisa se constrói como travessia afetiva, performando o encontro entre a pesquisadora e os modos de vida, resistências e apagamentos que atravessam os viventes da região. O mapeamento não visa representar um território de forma objetiva ou totalizante, mas produzir uma narrativa situada, sensível e comprometida com a emergência dos afetos e potências que resistem à colonialidade.

A pesquisa bibliográfica oferece os fundamentos teóricos para a análise crítica dos processos de subjetivação em contextos marcados por exploração, exclusão e necropolítica. A partir de autores como Achille Mbembe, Judith Butler e Suely Rolnik, são tensionados os regimes de produção de vida precária e o lugar do "povo abjeto" na conformação histórica do Brasil. O termo, cunhado neste trabalho, remete àqueles cuja existência foi sistematicamente desvalorizada e utilizada como força de trabalho descartável, em um contínuo processo de desumanização. Nesse sentido, o recorte geográfico do sudoeste baiano, especialmente os municípios de Vitória da Conquista, Brumado e Ibicoara, torna-se um campo privilegiado para observar como tais dinâmicas coloniais se reatualizam nos corpos, paisagens e relações.

O diário de campo opera como instrumento de captura e elaboração dos encontros que marcam a travessia. Nele são registradas impressões sensoriais, fragmentos de falas, acontecimentos e afetos que escapam à lógica objetiva da pesquisa tradicional. Trata-se de um dispositivo ético-estético que permite dar forma ao que se inscreve no corpo da pesquisadora durante o percurso, valorizando a dimensão encarnada e situada do saber. Esses registros, atravessados por memórias pessoais e coletivas, operam como camadas de sentido que complexificam a leitura do território, revelando rastros de violência e invenção que coabitam os sertões.

A fotografia documental, por sua vez, constitui-se como linguagem visual que coexiste com a escrita e amplia o gesto cartográfico. Ao capturar paisagens, expressões e rastros da vida cotidiana, a imagem torna-se testemunha dos modos de existência ameaçados pela precarização e pela lógica extrativista que atravessa a região. Mais do que ilustrar a narrativa, as fotografias instauram uma política do sensível que convoca o olhar do outro à experiência da presença.

Com isso, a cartografia afetiva que aqui se propõe busca tensionar as fronteiras entre arte, ciência e militância, compondo uma escrita insurgente dos modos de subjetivação dos viventes que resistem no e ao sertão. Assim, a cartografia aqui empreendida é escrita de corpo inteiro — gesto de escuta e invenção que se arrisca entre o rigor ético e a abertura ao imprevisível, entre o conceito e o afeto, entre o dado e o sopro. Inspirada nas trilhas da esquizoanálise (Guattari; Rolnik, 1986), nas insurgências e na potência criativa da vida precária, aqui encarnada nas pessoas sertanejas (Butler, 2015), esta metodologia se faz travessia: um modo de pesquisar com o chão e não sobre ele. O diário de campo vibra como registro sensível da experiência; a fotografia documental, como pausa e fenda

na linearidade do tempo; a bibliografia crítica, como bússola e provocação.

Trata-se, portanto, de uma cartografia afetiva que não busca representar, mas criar sentidos com o mundo — convocando o olhar para os povos e viventes historicamente abjetados (Mbembe, 2018), e afirmando o direito a existir como acontecimento estético-político. A cartografia, enquanto método de pesquisa e escrita que privilegia o encontro, a experiência situada e a produção de sentidos com o território, revela-se profundamente afinada com a cosmogonia da clínica gestáltica. Ao operar por meio da atenção ao campo, à figura-fundo das experiências e aos processos de contato, a cartografia oferece um modo de escuta que ultrapassa o diagnóstico e a normatização, favorecendo a emergência do vivido em sua complexidade.

Tal como na Gestalt-terapia, que compreende o sujeito em relação com seu ambiente e investe na atualização criativa das formas de existência, a cartografia se configura como prática clínica ampliada — um gesto ético e estético de implicação com o mundo. Nessa perspectiva, mapear afetivamente um território é também acolher os modos de ser e sofrer que se inscrevem nos corpos e paisagens, tornando visíveis as forças de resistência e criação que se dão no entrelaçamento da história, da política e da vida cotidiana.

"Comer farinha faz mal": discussões sobre colonialidade, insegurança alimentar e as violências sobre corpos amazonenses

Rosa da Costa (UFMG), Paula Rita Bacellar Gonzaga (UFMG)

Primeiro disseram que nossas comidas eram exóticas, depois falaram que alimentos regionais faziam mal à saúde, pois a "farinha de Mandioca pela presença significativa de linamira em sua composição, pode ser um fator de risco a câncer gástrico" (Gato Neta, 2024, p. 48), mas não pararam por aí. Neste mesmo movimento, a exportação em crescimento do Açaí chegou a outras cidades, estados e países, transformando um alimento base da cultura nortista em sobremesa, colocando banana, chocoball, leite em pó, etc. Diante desse cenário, verificamos as artimanhas coloniais imergindo no cotidiano e nos territórios, onde o extermínio de povos indígenas e negros, se dava ainda, pela Insegurança Alimentar (IA), Nutricídio (Llaila Afrika, 2012), Necropolítica Alimentar (Macedo, 2021) e pela linguagem. Assim, qualquer alimento - verduras, hortaliças e frutas - que é seguido da palavra orgânico, tem seu preço alavancado e seu acesso restrito as camadas mais abastadas - e brancas - da sociedade. A partir desse contexto, a discussão acerca da insegurança alimentar intensifica-se com os processos coloniais, onde as imposições sobre as corporalidades, saberes e grupos esbarram na comida e no território. Corroborando com esse debate, a historiadora Denise Sant'Anna (2016) no livro "Gordos, Magros e Obesos: uma história do peso no Brasil" relata que no cenário brasileiro nos séculos XVI e XVII, as organizações sociais estavam em concomitância com os alimentos - seja na presença ou na ausência -, assim o corpo representava tanto o sujeito, quanto a sua classe social. Portanto, corpos gordos durante esse período eram pertencentes a grupos específicos, com classes econômicas específicas e em sua maioria, a regiões específicas. Inserimos esse debate inicial, com intuito de apresentar o objetivo deste trabalho: analisar como as artimanhas coloniais inseriram-se nas relações entre corporalidades e alimentação dentro do contexto territorial amazonense, compreendendo que o corpo é em si, extensão do território. Nessa caminhada, os debates que aqui se apresentam fazem parte de uma dissertação de mestrado construída na Universidade Federal de Minas Gerais, que teve como intuito compreender como a violência gordofóbica atravessa as formações identitárias de mulheres da cidade de Manaus. Em meio a isso, na colcha de retalhos que se formou entre as narrativas, memórias e identidades das pesquisadoras e interlocutoras, foi possível perceber como o corpo, raça e comida estão intrinsecamente relacionados ao território, e que, no processo de violação sobre as corporalidades gordas de mulheres, seguiam lógicas coloniais, onde esses corpos são vistos como "matáveis" não só pelo fato de desobedecerem a ordem da instituição biomédica que estabeleceu estigmas como: "gordo=doente, feio, desleixado", mas principalmente, por serem em sua maioria esses sujeitos gordos que vivenciam a insegurança alimentar, a desassistência do Estado e a ausência de Políticas Públicas construídas para a População Gorda que estejam além do processo de emagrecimento-reeducação alimentar. Esse cenário nos convoca a compreender que a questão da gordura não é um debate sobre beleza feminina, autoestima e aceitação corporal, é sobretudo uma denúncia sobre as cidadanias mutiladas (Milton Santos, 1996/1997) fundadas na necropolítica alimentar que foi estabelecida juntamente ao projeto colonial no território brasileiro, fazendo com que a comida torna-se um artigo de luxo, que na atual conjuntura, se faça presente na mesa de sujeitos específicos, com uma raça, uma classe econômica, um gênero e acessos bem definidos. Isso é evidenciado ainda a partir dos indicadores produzidos no II Inquérito de Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da

Covid-19 presente no relatório Rede PESSAN (2022) que constata a relação entre insegurança alimentar e gênero "19,3% das famílias chefiadas por mulheres estão expostas à fome, enquanto esse percentual reduz para 11,9% quando são os homens nessa posição" (p. 86), no que diz respeito a disparidade racial, o relatório também apresenta que em situação de Insegurança alimentar grave 10,6% são pessoas brancas, enquanto 18,1% são pessoas pretas/pardas. Além disto, compreendemos que o cenário da fome, se intensifica por meio de outras violações de direitos humanos, fazendo com que sujeitos residentes de regiões periféricas das cidades grandes, assim como, residentes das regiões do norte e nordeste brasileiro, fossem e continuem sendo a população desassistida de investimentos estatais e das políticas de segurança alimentar "em termos geográficos, 25,7% das famílias em IA grave residem na região Norte; 21,0%, no Nordeste" (Rede PESSAN, 2022, p. 19). Dessa forma, o presente estudo aproxima-se do grupo de trabalho "Resistências contracoloniais: corpos, territórios e conflitos socioambientais", compreendendo que os projetos coloniais de espoliação dos recursos naturais, destruição de territórios indígenas, promove insegurança alimentar nos territórios indígenas, situação que se agudiza ainda mais com os projetos de lei do Marco Temporal (PL 2903/2023) e do Licenciamento ambiental (PL 2.159/2021) que apresentam-se como políticas de morte. Expondo tanto o aumento no número de violência contra os povos indígenas "nas categorias conflitos por direitos territoriais, com 158 registros, e invasões possessórias, exploração ilegal de recursos e danos ao patrimônio, com 309 casos que atingiram pelo menos 218 terras indígenas em 25 estados do país" (CIMI, 2022, p. 8), até os lastros da colonialidade que se fazem presentes nosos dias atuais, resultando em crises humanitárias e violações acerca dos costumes, saberes e dinâmicas com a terra e seus alimentos. À vista disso, percebemos que a discussão acerca dos conflitos socioambientais perpassam significativamente no acesso e na segurança alimentar aos povos indígenas, povos quilombolas e ribeirinhos que compõem o território amazonense. A situação que vivencia o Povo Yanomami explicita não somente o cenário de violações e conflitos com os invasores aos seus territórios, mas principalmente como a dinâmica alimentar, o acesso às comidas, o significado da terra e de cada alimento constrói a relação de seus corpos, suas identidades e seus saberes. Diante disso, Inara Sateré-Mawé (2019, p. 60) nos lembra "Onde é produzida a nossa comida? Onde é produzida a comida que chega no teu prato? Terra, água e sementes. Para pensar comida, não podemos desvincular da ideia de sementes – de onde vem a comida –, terra – para plantar –, e água para nascer e fazer viver". A terra pra plantar, comer e existir, em nossos territórios, fornecendo alimento, memórias e costumes. Comer nossas comidas fortalecendo as nossas culturas, como aprendemos e reconhecemos. Comer açaí com farinha, que é bom para matar a fome, mas é bom também para ajudar a criança a crescer, a sustentar o corpo em períodos de adoecimentos. Comer farinha faz parte de nossa cultura, aprendemos sobre o território com os alimentos, conhecendo as frutas e suas estações, conhecemos a vida durante os momentos em coletividade, aprendendo e ouvindo sobre nossas heranças ancestrais. Por isso, aqui nos propomos a discutir sobre a vida, entendendo o alimento como parte de nossos corpos, identidades e territórios, nos direcionamos a denunciar as violações que atravessam nossos corpos e coletivos, sem comida não conseguiremos saber o chão que estamos pisando.

“Corpos que dançam, um respiro contracolonial à morte diária.” Um relato de experiência da prática de Biodança com dependentes químicos no CAPS AD em Fortaleza- CE

Daniela Campelo Lima, Daniela Campelo Lima (Instituto Cooperativo Parentes), Ana Luísa Rodrigues Viana (Instituto Cooperativo Parentes)

Chego em terras amazônicas, pedindo licença aos mais velhos, mais novos e iguais trazendo relatos de experiencias de vida no meu Ceará.

Essa vivência que reuni como fio condutor, corpo, adoecimento mental, dependência química, luta, territorialidade, moradores de rua, natureza, respiro, coletivo e esperança que talvez fosse a maior chama praticada na vivencia diária do CAPS ad da III em Fortaleza- CE

Era um dia que a cozinha estava vazia. Nos cotizamos para prover o alimento de um grupo de 18 pessoas onde 10 eram moradores de rua e não podiam voltar para o território sem comida. Fomos fazer uma vivência na horta com plantas, água, terra, ar e o fogo da chama da vida em coletivo. Dois deles começaram a cantar dizendo: Dra., quando estamos na horta tenho vontade de cantar uma música do Zeca Pagodinho que talvez você conheça, "Deixe a vida me levar", então depois que ele começou a cantar, todos acompanharam cantando alto, fechando o olho e dançando e assim, conversamos sobre fazer uma vivência com música e corpo, e eles disseram que seriam bem mais felizes se nesse dia dançassem. Assim, devidamente autorizada pelo grupo, reservei a sala sem dizer o que íamos fazer, essas práticas corporais ainda não são bem vindas pelo sistema das políticas que estamos inseridos e inseridas.

A Biodança é uma prática de desenvolvimento humano que utiliza a dança, a música e o movimento para promover o autoconhecimento, a expressão emocional e a integração entre corpo e mente. Criada pelo psicólogo e antropólogo chileno Rolando Toro na década de 1960, a Biodança baseia-se em princípios biológicos, antropológicos e psicológicos, e é fundamentada em cinco linhas de vivência: vitalidade, sexualidade, criatividade, afetividade e transcendência. Através de uma metodologia de grupo, a Biodança busca resgatar a conexão com as emoções e melhorar as relações interpessoais, proporcionando uma experiência de integração entre o indivíduo e o ambiente onde esse ser está inserido e inserida.

No grupo que atuamos semanalmente, antes de fazer a vivência pedimos autorização aos usuários. Explicamos o objetivo, e que traríamos música e dança para o encontro e logo eles se animaram.

Nesse dia, havia 18 pessoas no total. Retirei todas as cadeiras, limpamos e cuidamos da ambiência. Eles estavam ansiosos, fomos chegando e sentamos no chão mesmo para conversar um pouco. Fizemos 3 círculos de cultura, que é um método freiriano para facilitar a partilha de falas e potencializa a aprendizagem grupal. Os círculos tinham esse fio condutor:

1- O que te marcou na infância

2- O que te marcou na adolescência

3- Qual meu maior desejo do futuro.

Foi um momento de muita emoção e partilhas. Alguns tinham muita facilidade de falar da infância e adolescência, outros traziam momentos de dor relatando o início de uso com álcool e outras drogas e para outros difícil mesmo era pensar no tempo atual, nos desafios de criar uma rotina e fazer um planejamento e como assim é difícil realizar os possíveis sonhos.

Foi uma sessão com o objetivo de fortalecer a identidade, promover o fortalecimento dos laços afetivos do coletivo e renovar as estratégias e esperança de enfrentamento à

vida que é no aqui e agora. As vivências com sua progressividade, foi propondo uma curva mais baixa e de vínculo consigo mesmo, como um reconhecimento desse "eu sou". Santos et al (2013), orienta que as sessões de Biodança desenvolvam habilidades vivenciais de enfrentamento aos desafios da vida, de aprofundamento da prática do sentir promovendo uma (RE)aprendizagem que possa modificar as existências.

A sessão foi adaptada para o espaço pequeno que tínhamos, o tempo e também uma leitura de grupo para que fossemos só até onde os participantes estivessem em estado de presença.

Finalizamos com a canção do Zeca Pagodinho que eles cantaram no dia da vivência da horta, "Deixe a vida me levar" (2012). Talvez o momento ápice foi quando tocou Raul Seixas, na música Maluco Beleza (1977), eles se veem nessa música e cantavam com muita emoção, parecia um grito preso trazendo para a roda uma emoção profunda, um pedido de ajuda, mas também uma conexão com a vida e com tudo que ela propõe.

Foi uma manhã linda, emocionante e de muitas reflexões, penso que a Biodança poderia ser mais praticada dentro dos equipamentos públicos de saúde, haja vista sua rapidez e expansão de consciência individual e coletiva. No contexto das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS), a Biodança contribui significativamente para o bem-estar físico, mental e emocional dos participantes. Ela promove a redução do estresse, melhora o humor, fortalece o sistema imunológico e ajuda a equilibrar o sistema nervoso. Ao estimular a expressão de sentimentos e a consciência corporal, a prática facilita o desenvolvimento de habilidades emocionais e sociais diversas. Essas características tornam a Biodança uma prática integrativa complementar eficaz em diversos contextos de saúde e uma integração com o ambiente onde se habita, especialmente em programas de saúde pública e seus diversos equipamentos e objetivos, onde pode ser utilizada como recurso terapêutico para melhorar a qualidade de vida, fortalecimento da identidade e desenvolvimento da autonomia dos sujeitos.

A Biodança oferece uma abordagem de cuidado, alinhada com os princípios das PICS, que valorizam a integralidade e a humanização no tratamento. Ela incentiva a reconexão com a própria essência e promove o equilíbrio entre corpo, mente e espírito, contribuindo para a prevenção de doenças e o fortalecimento das capacidades inatas de redução de danos sintomáticos dos atendimentos. Como prática integrativa, a Biodança estimula uma expansão de consciência e proporciona um espaço seguro para a expressão e a conexão, beneficiando tanto a saúde individual quanto coletiva.

A Biodança nos convida a essa transformação que é pessoal mas que é social e coletiva. Segundo Toro (2002, p. 33), criador da Biodança, a: (...) Biodança é um sistema de integração e desenvolvimento humano, renovação orgânica, reeducação afetiva e reaprendizagem das funções originárias da vida. Sua metodologia consiste em induzir vivências através da dança, música, canto e exercícios de comunicação e encontro em grupo. Os exercícios estão sistematizados em função de um modelo teórico e operacional, o que permite prescrições específicas.

Biodança quer dizer dança da vida. O sinônimo das palavras não dão conta do poder, da decodificação e do sentido pleno do que a vivência em Biodança me atualiza no corpo e na alma e em muitas pessoas que a experienciam. Enquanto proposição metodológica, a mesma olha para a parte sadia do humano induzindo os participantes a vivências que integram e estimulam a parte feliz e funcional a partir da junção música e entrega corporal, porém em estudos mais avançados da Biodança no SUS e na atenção primária.

Para Santos et al (2013, p. 61): Em Biodança clínica, os resultados na recuperação da saúde se destacam a partir da concepção da pessoa como uma unidade, na qual os efeitos fisiológicos que a Biodança potencializa sobre Vitalidade, o Inconsciente vital, o Sistema imunológico, Endócrino entre outros, reforçam simultaneamente a autopercepção de si mesmo como parte do processo de recuperação de saúde.

Assim convergimos que a Biodança "tradicional" é uma prática centrada na pessoa, com capacidade de pensar em suas próprias formas de expansão, em Biodança clínica, que segue um método de aplicação mais amplo e adaptativo a partir das necessidades dos atendidos, juntamos aqui o Paradigma Biocêntrico, que tem o foco em tudo que é vivo e em sua preservação e a complexidade do Paradigma Holográfico que convoca para o pensamento sistêmico entre o todo e as partes de forma a potencializar a compreensão da realidade onde se vive.

Edgar Morin (1994), sustenta a necessidade de discutir de forma mais aprofundada a complexidade das atuações e dos sujeitos que são diversos considerando a comunicação entre o objeto e seu entorno, o observador e o observado. Para esse sujeito e para o pensador, não existe separação, está tudo em integração, indivíduo e o meio em que ele pertence, sendo assim em Biodança e nos atendimentos de saúde, especialmente na experiência aqui vivida no CAPS, não existe um pensamento cartesiano de que esse usuário que vive uma dependência química que o fragiliza em todos os âmbitos, chegará ao atendimento sem esses resquícios, dores e adoecimento. Sou eu, enquanto cuidadora e trabalhadora da saúde, na perspectiva da política nacional de saúde, que devo "reduzir os danos" promovendo um atendimento de cuidado, afeto e fortalecimento da identidade do atendido sem separar doença e saúde, indivíduo e entorno.

Na semana seguinte da vivência aqui relatada, fizemos a partilha de como tinha sido a sessão, o momento das vivências, da música, da dança e se algo tinha ficado de importante para eles. Eles trouxeram o quanto tinham se sentido cuidados, que tinham percebido algumas dificuldades no toque, em se deixar sentir emoção, o quanto foi importante se sentir de igual para igual com a Núbia, a Rosana e todos os colegas e como a música, a dança e o abraço foram acolhedores trazendo uma sensação de esperança e alegria: "Me senti vivo de novo" (Genival, 43 anos.).

Do couro ao poliuretano: Despojo e reexistência na indústria calçadista de León, Guanajuato (México)

Nerea Miralles Aguilar (Universidad Autónoma de México (UAM))

Este artigo faz parte de um projeto de investigação em curso que explora los talleres de calçado de León (Guanajuato) como espaços a partir dos quais é possível abordar os efeitos do neo-extractivismo e da racionalidade neoliberal, bem como as formas de resistência, adaptação e reapropriação que emergem nas suas margens. Com base numa abordagem etnográfica ainda em fase preliminar, este artigo propõe uma leitura do sapato, não como um objeto passivo, limitado a mediar entre actores, necessidades e desejos (Petrina, 2001), mas como uma rede de relações humanas e não humanas que, historicamente, tem funcionado como um vetor importante na luta contra a pobreza, especialmente para as mulheres jovens no México (Alvarado e Fernández, 2017; Arias, 1980) e que hoje enfrenta os efeitos devastadores da modernização industrial, da poluição sistémica e do abandono dos capitais transnacionais.

O objetivo é mostrar que, tal como os espaços de fabrico de calçado enfrentaram processos drásticos de deslocalização industrial, exploração laboral e deterioração ambiental, são também espaços a partir dos quais se pode realizar investigação colaborativa, construindo um diálogo robusto sobre as lógicas da eficiência, do valor e da moda; contribuindo para um compromisso partilhado com a construção de vidas e mundos que tenham uma oportunidade no futuro (Haraway, 1991; Tsing, 2021).

A partir deste enquadramento, espero alimentar e contribuir para o diálogo deste GT sobre as ruínas, não como catástrofe, mas como uma possibilidade de reimaginar e refazer laços humanos e não-humanos em contextos marcados pela despossessão neoliberal. Não para romantizar o colapso, mas para traçar as complexas teias de cuidados, tecnologias, saberes e fazeres que habitam as margens e que, apesar da despossessão, insistem em sustentar a vida. Espero também participar na discussão sobre as limitações epistêmicas das ciências sociais e, em especial, sobre os desafios da psicologia social moderna para pensar a crise civilizacional contemporânea.

Em relação à proposta teórica, a pesquisa se enquadra em uma perspetiva crítica, comunitária e territorializada, em diálogo com as contribuições dos estudos feministas de ciência, tecnologia e sociedade (CTS) (Haraway, 1991; Latour, 2005; Tsing, 2025) e das aberturas ontológicas latino-americanas (Escobar, 2019; de la cadena, 2018). A partir deste espaço, pretende-se contribuir para a reflexão crítica sobre as epistemologias modernas que têm promovido a divisão histórica entre natureza e sociedade, uma distinção profundamente enraizada na Psicologia Social e noutras disciplinas promovidas durante a expansão colonial (Almeida; Carvalho & Silva, 2024).

Argumenta-se que a viragem linguística e as suas ramificações socioconstrucionistas, na sua ânsia de contestar a verdade positivista, se desviaram para uma negligência das materialidades e das formas de vida não humanas que também produzem efeitos (Iñiguez, 2003). Essa centralidade do humano como único protagonista do social faz parte da agenda moderno-colonial (Tsing, 2021; Almeida et al., 2024), que tem sistematicamente invisibilizado e perseguido esses outros modos de viver, ser e fazer, como os sustentados pelos povos ameríndios e afro-diaspóricos, entre muitos outros. Ao tratar o social como um atributo exclusivamente humano, a produção de conhecimento a partir de lógicas moderno-ocidentalizadas reificou historicamente a divisão entre uma vida humana qualificada e uma vida não qualificada, biológica, inarticulada (Sussekind, 2018), aprofundando

uma lógica epistémica ao serviço da modernização e da expansão colonial.

A abordagem metodológica é etnográfica e está atualmente em construção. Trata-se de uma abordagem situada, colaborativa e relacional que privilegia o trabalho de campo em talleres familiares, a observação participante, as entrevistas abertas, o mapeamento colaborativo e o arquivamento multimodal de práticas, memórias, fotografias e registros sensoriais. A pesquisa aposta em uma relação dialógica e respeitosa com as pessoas e os saberes que se desdobram no território, bem como em uma postura crítica sobre a escrita e a representação da dor como contraproposta à extração do sujeito sofredor e à indústria da extração do testemunho (Hernandez, 2021).

A comunicação será estruturada em três blocos principais:

- Genealogia da despossessão: é reconstruída uma genealogia relacional da indústria do calçado. Desde a produção do Catli com pele de guajolote, à transformação da pele de bovino, passando pela fábrica moderna até à maquila internacional. Esse percurso histórico mostra um profundo processo de transformação do vínculo com o meio ambiente, que consolidou a racionalidade capitalista como organizadora da vida produtiva e comunitária.

- Impactos: Em segundo lugar, já com foco na era neoliberal mais recente, serão apresentados os principais impactos da expansão e do crescimento das fábricas sobre o território, os corpos e os ecossistemas locais. Destacando as 340 mil toneladas de resíduos tóxicos, a morte recorrente de aves migratórias (Suverza, 2006; Escalante, 2016) e os pelo menos 30 pontos críticos de toxicidade do Rio Turbio (CONAGUA, 2018).

- Práticas de re-existência: Finalmente, algumas aproximações preliminares serão compartilhadas sobre as formas de re-existência diária e regeneração do ambiente de fabricação de calçados que emergem das margens desta indústria. Pedaceras, remendadores, recicladores... práticas e modos de vida que, sem necessariamente considerar a construção de lutas ou horizontes ecológicos, minam as lógicas de racionalização dos vínculos, sustentando brechas para a emergência de outros sentidos possíveis para o calçado.

A apresentação não procura fechar uma interpretação definitiva, mas antes abrir questões e partilhar um olhar situado que reconhece e abraça o poder das ruínas. Seguindo Tsing (2021) e Velasco (2017), o ponto de partida é que, mesmo em espaços onde não há luta ou resistência aparente, são tecidas formas de vida e práticas que minam as lógicas de valor (Tsing, 2021; Velasco 2017), como núcleo da reprodução histórica do capitalismo (Moore, 2013). No remendo, no algodão que reage ao calor, na oficina que se recusa a mecanizar, nas inimizades entre o couro e o mar; geram-se formas de re-existência que nos desafiam a re-imaginar a vida e o seu suporte a partir de coordenadas que não se enquadram nas lógicas do progresso e da expansão ilimitada.

Nesta perspetiva, a proposta visa habitar este detalhe e a multiplicidade de ritmos e trajectórias que compõem as talleres como espaços sócio-naturais (Tsing, 2021; Reyes, et al. 2011), transcendendo dicotomias como natural/industrial, artesanal/sintético que nos fazem perceber a natureza e o artesanal como um espaço romantizado de anti-modernidade (Reyes et. al. 2011).

Esta abordagem não só nos permite questionar o modelo industrial neoliberal, como também, em diálogo com Rodriguez, (2021) e Federicci (2015), também abre a possibilidade de identificar os elos que nos ajudam a "desarticular, de forma sustentada, a nossa existência do Estado e do mercado" (Rodriguez, 2021; Caffentzis, G. & Federici, S. 2015, pg.66); possibilitando outras formas de conhecer, investigar e habitar o mundo pára e a partir da abundância (Pereira, L., Vieira, C e Fernandes, S. 2023), em oposição às lógicas de escassez, despossessão e morte.

Entre as encruzilhadas do pretupiguês: tramando língua-linguagem-corpo-território

Caroline Palmier Quintanilha (UFRJ), Maria de Fátima Lima Santos (UFRJ)

INTRODUÇÃO

Lélia Gonzalez (2020) encontra no português falado no Brasil marcas das diversas línguas africanas, conceituando o pretuguês enquanto a africanização da língua portuguesa, onde este revela o que a colonialidade tenta ocultar: a presença da herança africana na formação da conjuntura brasileira. Proponho aqui caminharmos junto com Lélia, mas a partir de uma epistemologia exúmica, convido a caminharmos por outros territórios onde iremos tecer a conjuntura brasileira pela herança que na verdade é afroindígena e sua linguagem vivida é o pretuguês+tupi. Sendo assim, pensaremos aqui o pretupiguês enquanto o cruzo entre língua-linguagem-corporeidade-territorialidade.

No pretupiguês, o corpo não é separado da língua e da linguagem, eles inscrevem-se junto e perfaz o sujeito no mundo e na vida. Nele, os saberes indígena e africanos se encontram, como o encontro de águas de Oxum e Iemanjá - nos possibilita agrupar e reinventar laços de identidades quebradas e reconstruir inventivamente aquilo que foi aniquilado. O pretupiguês não interrompe a vida, mas conflui com ela e trás aspectos da corporeidade, da territorialidade, da língua, da linguagem, da fala e da escrita enquanto lugares de disputa de poder e de construção de identidade, a partir daquilo escre-vi-vemos, como já nos ensinou Conceição Evaristo.

OBJETIVO

Esta pesquisa se propõe a ofertar narrativas sobre processos de subjetivação e construção de identidades a partir do pretupiguês, onde língua-linguagem-corporeidade-territorialidade são encruzilhados. Isto possibilitará aprofundarmos em camadas complexas da formação de identidade brasileiras, já que estas são fluídas e múltiplas, não sendo então contemplada pela rigidez de teorias ocidentais tradicionais. A questão que delinea-se por conseguinte é compreender como o pretupiguês, desafia a hegemonia imposta na colonialidade e possibilita outras formas de expressões e narrativas de povos e comunidades ancestrais. Além disso, irei também questionar que lugar a Psicologia tem ocupado diante diante das violências e genocídios cometidos pela colonialidade.

RELAÇÃO COM O GT E O EIXO ESCOLHIDO

De acordo com o GT e o eixo escolhido, entendo que o trabalho se relaciona na construção de uma nova epistemologia pautada na ética, na luta e nas vivências de povos de terreiro, pessoas indígenas, negras, quilombolas e/ou faveladas - questionando qual o papel da psicologia diante disso. Ademais, o trabalho também dialoga com as questões socioambientais ao trazer a noção de corpo-território e com a valorização dos saberes ancestrais pensando o cuidado de pessoas em diáspora.

ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

A metodologia de pesquisa é delineada a partir da necessidade de encruzilhar a teoria como aquilo que acontece na vida real, cotidiana e vivida, para produzir uma epistemologia das ruas. Por isso, proponho uma investigação através do suporte literário o qual possibilitará forjar o imaginário da conjuntura brasileira e revelar aquilo que a colonialidade tenta aniquilar, a nossa herança afroindígena. Juntamente, caminharemos com a escrevivência a qual evoca a memória de uma vivência singular, ao mesmo tempo que coletiva e ousar tomar o lugar da fala e reconstruir a história do Brasil. Escreviver nos permite pensar em subjetivação, pois ao trabalharmos com a narrativa de uma pessoa negra, indígena, quilombola, favelada e/ou macumbeira, é

possível expressar outros modos de existência para além daquilo que o colonizador ditou.

Sendo assim, um modo de gerar identificação e intersubjetivação de pessoas que possuem experiências as quais se cruzam. Em conclusão, visando que as passagens dos afetos estão fechadas pelo colonialismo, é com o senhor das encruzilhadas que caminharemos para termos nossos caminhos abertos. Exú come o mundo e não o próprio umbigo, por isso, o cruzo, nos permeia como metodologia para possibilitar encruzilhar os saberes ancestrais com a psicologia e outras formas de produção de conhecimento, pensando que a encruzilhada é o melhor lugar para se estar, já que ela marca caminho para a transformação imprevisível.

RESULTADOS

A fala, seus sons e suas impressões acústicas são importantes para entendermos o valor da fala do sujeito, pois nos mostra a conjuntura a qual ela foi construída dentro da ambiguidade linguística. Isso interroga a concepção da língua enquanto apenas uma nomenclatura sistêmica de nomear coisas, já que o som + as letras + conceitos que chegam através dos nossos sentidos, não necessariamente possuem uma representação unitária. O significante então assegura a importância da fala do sujeito não só pelo seu conteúdo, mas pela forma que ele constroi essa narrativa (Saussure, 2006; Lacan, 1956). Entendendo a linguagem sistêmica como algo anterior à fala, essa perspectiva afirma o sujeito enquanto um efeito da linguagem.

Quando falamos algo, enunciamos muito mais do que é percebido, marcando não só um conjunto de palavras que compõem uma frase, mas esse sujeito que pensa e possui uma identidade. O sujeito que enuncia é representado no discurso, mas essa representação está dada no eu-imagem já que produz a sua imagem ideal ao falar, mas não contempla sua imagem real - constituindo apenas na representação, como no estádio do espelho. A organização do eu também vem da imagem do próprio corpo, num primeiro momento, o que irá permitir a diferenciação do eu com o mundo externo. A exposição do indivíduo à linguagem, juntamente com a representação da imagem, rodeia uma estrutura simbólica na subjetividade (Lacan, 1956).

A questão delineada enquanto um problema aqui é: o sujeito e a linguagem de Lacan e Saussure estão pautados no sujeito cartesiano narcísico, individual onde corpo e subjetividade são separados. Portanto, dentro desse aspecto, a língua e a linguagem se tornam um meio de colonização e manutenção da colonialidade. Contudo, será se essa concepção seria mesmo se esses autores não fossem homens cis brancos europeus? O que Lacan e Saussure escondem ao enunciar suas ideias?

Fanon (2008) apresenta a colonização a partir da assimilação, de forma que o colonizador aniquila a língua, a cultura e todos os valores civilizatórios de povos indígenas e africanos e impunham suas línguas, culturas e valores. Segundo Glissant (2005), os povos africanos chegavam no Brasil desprovidos de sua língua, pois os colonizadores impediam que falantes da mesma língua ficassem juntos nos navios negreiros. O que o colonizador não é esperava é que ali, o processo imprevisível o qual ele nomeia como crioulização, já se inicia: os escravizados, despojados de suas línguas, murmuram e lamentam na cantiga coletiva a experiência da morte fundada no esquecimento de suas origens e, nesse momento, o migrante nu reconstroi a possibilidade de vida.

No navio negreiro, os africanos só tinham corpo e voz e, por isso, o corpo não pode ser dissociado da história de povos africanos. Como já nos ensinou Conceição Evaristo, nós escre-vi-vemos a partir da experienciação do corpo, o corpo marca nosso lugar de comunicação e inscreve-se na própria pele. O corpo é lugar de inscrição dos saberes, das epistemologias, da memória e do tempo espiralar (Martins, 2021). Podemos perceber essa inscrição do corpo na subjetividade no conto “O espelho opaco de Seni” de Conceição Evaristo (2023), onde a personagem perde a

possibilidade de vida ao ser vetada da possibilidade de reconhecer-se no espelho narcísico o qual lhe é apresentado.

Seni, violentada pelo racismo, sexismo e pelas questões de classe, adoece e perde a conexão com o que entendemos enquanto realidade. Seu padecimento é, sobretudo, causado pela brutalidade, não por uma ordem biológica. Assim como, por exemplo, o adoecimento mental de pessoas indígenas é devido a violência sofrida em seus corpos e seus territórios. Uma pessoa indígena irá adoecer pois o rio e a terra estão doentes, não por conta das teorias evolucionistas. Contudo, diante dessa conjuntura, a questão racial e étnica que inscrevem nesses corpo complexifica que lugar é este que o corpo adoecido ocupa, pois este corpo-território, onde a língua-linguagem o perfaz na vida e no mundo, é ocultado de possibilidades de cura a partir da própria ancestralidade.

Ao apagar a concepção de língua-linguagem-corporeidade-territorialidade presentes na cosmopercepção indígena e africana, todos os seus saberes e valores civilizatórios são genocidados. Por consequência, a língua e a escrita formal imposta tornam-se aquilo que legitimam a humanidade branca e são transformadas enquanto lugar principal de manutenção de poder, já que apenas o saber cartesiano grafado é valorizado, o saber branco-europeu-cisheteronormativo. Na literatura, por exemplo, faz com que o branco se torne o fundador da nação brasileira, quando na verdade nosso território já era dos nossos povos originários.

CONCLUSÕES

O cruzo entre língua-linguagem-corporeidade-territorialidade nos convida a pensar em uma nova cosmopercepção dentro do cuidado na Psicologia para além do setting terapêutico tradicional enraizado na europa, o qual prioriza o uso da linguagem enquanto lugar principal de diagnóstico e intervenção. Diante desta concepção, o corpo e seu território são deixados de fora, o que torna o cuidado psicoterapêutico enquanto meio de manutenção da colonialidade e seu genocídio. O pretupiguês surge como forma de resistência, como uma forma de preservar os saberes ancestrais e civilizatórios que a colonização quis ocultar através de rastros e resíduos das diásporas africanas e indígenas. O corpo aqui se torna lugar de inscrição das epistemologias e, sobretudo, toma o lugar de poder diante da hegemonia genocida. Sendo assim, segundo Costa, Santos e Oliveira, 2025, as forças e saberes afroindígenas se confluem, tornando possível recriar o cuidado de pessoas diaspóricas brasileiras.

Entre redes e territórios: cuidado psicossocial em comunidades quilombolas de Alagoas

Marina dos Santos Xavier (UFAL)

O estado de Alagoas possui mais de 80 comunidades quilombolas oficialmente reconhecidas. O cuidado em saúde mental precisa ser construído a partir desses territórios e dos saberes que nele vivem. Segundo Nego Bispo (2021, p. 78), nós não estamos lutando por território, estamos lutando como território, o que reforça a ideia de que os povos quilombolas não apenas ocupam o espaço, mas são constitutivos dele, em suas dimensões políticas, espirituais e históricas. As dinâmicas socioterritoriais das populações quilombolas exigem que a Psicologia Social amplie seu campo de escuta e reconheça a potência política, cultural e espiritual dos modos de viver desses povos. É preciso considerar que o sofrimento psíquico nesses contextos não pode ser compreendido de forma descolada da história de violências e apagamentos, mas também da resistência cotidiana que funda essas comunidades. Para Gonzalez (1984, p. 223), a gente não nasce negra: a gente se torna negra na experiência vivida desse racismo perverso, o que evidencia como raça e subjetividade se entrelaçam nas experiências de sofrimento e cuidado.

Este trabalho apresenta um relato de experiência da atuação como psicóloga, na condução do projeto Mate Masie. A proposta visou desenvolver ações de cuidado psicossocial enraizadas nos territórios quilombolas, articulando redes locais e dispositivos do SUS, SUAS, e demais dispositivos de forma sensível à ancestralidade e aos atravessamentos de raça, classe, território e gênero.

O objetivo da comunicação é compartilhar estratégias construídas para fortalecer o cuidado em liberdade em territórios historicamente marginalizados pelas políticas públicas, evidenciando o território como produtor de cuidado, os saberes ancestrais como recursos terapêuticos e a rede como fundamento ético-político da atenção. O trabalho busca contribuir para a construção de práticas psicossociais que rompam com lógicas biomédicas, racistas e coloniais, reafirmando a importância de experiências de cuidado pautadas no reconhecimento da coletividade, da oralidade, da circularidade e da espiritualidade como práticas legítimas de saúde.

O trabalho propõe uma psicologia enraizada nos territórios quilombolas, articulando cuidado, ancestralidade e resistência aos modelos coloniais de saúde. Alinha-se ao GT-48 por integrar corpo, território e práticas contracoloniais no cuidado psicossocial. Também se aproxima do GT 53 ao valorizar as resistências comunitárias nos territórios periféricos e populares, bem como do GT 01 ao centrar sua prática em relações etnorraciais e nos efeitos do racismo institucional sobre as subjetividades e os acessos à política pública.

O referencial teórico do trabalho é construído a partir de autoras e autores que integram epistemologias do sul e saberes afroindígenas, como Lélia Gonzalez, Nego Bispo, Ailton Krenak, Boaventura de Sousa Santos e João Arriscado Nunes. A partir dessas referências, o conceito de "quilombamento" é mobilizado como prática política e epistêmica que orienta modos de vida, resistência e cuidado. A ideia de cuidado em liberdade é ressignificada pelo tempo comunitário, pelo fortalecimento das redes locais, pelo reconhecimento da oralidade, da espiritualidade e do corpo-território como elementos constituintes da saúde.

A metodologia utilizada foi qualitativa, centrada em um relato de experiência elaborado a partir de registros técnicos, observação participante, rodas de conversa, oficinas de reabilitação psicossocial e ações formativas com profissionais da rede e lideranças comunitárias. A escuta foi tomada como eixo metodológico e político, reconhecendo que a escuta atenta ao território, ao silêncio e à ancestralidade permite reconfigurar a prática psicológica para além das lógicas normativas e medicalizantes. As ações foram realizadas em diferentes

regiões de Alagoas, priorizando comunidades reconhecidas como quilombolas em articulação com os serviços da RAPS, da Atenção Básica, da assistência social, da educação, do sistema de justiça e dos movimentos sociais.

Entre os resultados alcançados, destacam-se: a ampliação do acesso à saúde mental em comunidades anteriormente invisibilizadas ou marcadas por desassistência crônica; a valorização de práticas como rezas, benzimentos, uso de ervas e cantigas, resgatando sua legitimidade no campo da saúde; o fortalecimento de redes locais de cuidado, com maior protagonismo de lideranças comunitárias; a qualificação dos profissionais da RAPS e da APS para o enfrentamento do racismo institucional e a escuta de territórios com marcadores étnico-raciais e religiosos; a produção de estratégias intersetoriais capazes de articular o cuidado em liberdade com as demandas territoriais e socioculturais específicas de cada comunidade.

Além disso, observou-se o impacto subjetivo das ações nos profissionais e gestores envolvidos, promovendo deslocamentos na forma de pensar o cuidado, ampliando o repertório de atuação e criando espaços de troca entre saberes formais e populares. O fortalecimento do pertencimento comunitário e a revalorização dos saberes ancestrais foram identificados como elementos centrais para a sustentabilidade das ações no território.

Como conclusão, reafirma-se que o território não é apenas um lugar onde se executam políticas, mas sim um espaço vivo, produtor de cuidado, identidade e resistência. A experiência do Mate Masie demonstra que práticas de saúde mental só são eficazes e legítimas quando se enraízam nas histórias, modos de vida e saberes dos povos com os quais se pretende dialogar. Mais do que levar intervenções às comunidades, trata-se de construir relações de reciprocidade, onde a escuta, o silêncio, o tempo e o corpo coletivo ganham centralidade. Ao reconhecer as comunidades quilombolas como sujeitos políticos e produtores de saber, a Psicologia Social se vê desafiada a romper com seu legado colonial e a se reconstruir a partir do diálogo com epistemologias negras, indígenas e populares. Isso exige da psicóloga e do psicólogo um deslocamento ético e afetivo: sair do lugar de especialista e assumir a posição de aprendizes, dispostos a reconfigurar práticas, métodos e sentidos do cuidar. Nesse processo, não se trata apenas de ampliar o acesso à política pública, mas de transformá-la em seu modo de operar.

A experiência apresentada convoca a Psicologia Social a se implicar com os processos de quilombamento e reexistência que seguem pulsando nos territórios, mesmo diante de múltiplas formas de violência e apagamento. Cuidar, nesse contexto, é também resistir. É garantir que a saúde mental seja compreendida como um direito coletivo, relacional, enraizado na ancestralidade e no bem viver. É, por fim, reconhecer que há psicologias que nascem da terra, da oralidade, das folhas, da música, da luta e da fé e que são tão legítimas.

Assim, este relato é também um convite a construir alianças entre práticas institucionais e práticas comunitárias, entre política pública e espiritualidade, entre técnica e afeto. Que a Psicologia possa seguir viva entre redes e territórios, comprometida com a descolonização do cuidado e com a radicalidade da escuta de quem nunca foi prioridade. E que, ao caminhar junto aos quilombos, possamos continuar aprendendo a cuidar sem violentar, proteger sem controlar, acompanhar sem conduzir. Apenas estar com o outro, com o território, com a história.

Referências

BISPO, Antônio. Colonização, quilombos: modos e significações. Rio de Janeiro: Dandara, 2021.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: PINTO, Lúcia Cortes (org.). O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual. Rio de Janeiro: Graal, 1984. p. 223–234.

Entre trajetórias e teorias contracoloniais: Aquilombaí Juventudes, faremos Palmares de novo!

Ruthelly Batista Valadares (instituto perpetuar), Samilly Valadares Soares (UNB), Keyse Valadares e Valadares (Instituto Perpetuar), Marcelo Farias de Sousa (Instituto Perpetuar)

O Instituto Perpetuar é uma iniciativa coletiva que busca o fortalecimento das identidades, ancestralidades e territorialidades quilombolas por meio da educação, arte, cultura e comunicação, tendo como como fundamento a luta pelo Território Livre e pelo Bem Viver quilombola. Do chão do Quilombo Oxalá de Jacunday, Território Quilombola de Jambuaçu, em Moju-Pará, e do seio da Amazônia quilombola, tecemos caminhos e narrativas de r-existência e Bem Viver. Em roda, na gira que pulsa a memória ancestral, potente e plural, organizamos nossas urgências, demandas e estratégias contracoloniais de luta e de vida. Foi na circularidade quilombola que co-criamos o 1º Encontro das Juventudes Quilombolas de Jambuaçu, em abril de 2023, com o propósito de construir um espaço horizontal e seguro de escuta, diálogo e engajamento das juventudes, por meio de um processo formativo e informativo. A partir das vivências e confluências no território, brotou em nossas juventudes a inquietação "Qual o Jambuaçu que queremos?" e fervilhou em nosso peito o compromisso de nos (re)conectarmos com a terra e com nossos pares, de organizar demandas e construir estratégias de atuação em nossas comunidades e nos diversos territórios que ocupamos. Como nos lembra Nêgo Bispo, há muito mistério e encanto no encontro entre Geração Neta e Geração Avó, sendo assim, as juventudes de Jambuaçu são continuidade e, a partir da partilha intergeracional, assumem o compromisso de construir “Palmares de novo”. O Encontro Aquilombaí Juventudes foi realizado pelo Instituto Perpetuar em parceria com a Bambaê (Coordenação das Comunidades Quilombolas do Território de Jambuaçu) e o Movimento da Juventude Quilombola de Jambuaçu, em diálogo com lideranças quilombolas, universidades, escolas e organizações comunitárias, com etapas online e presencial. O projeto reuniu trajetória e teoria, saberes tradicionais e formais, para a co-criação de uma metodologia contracolonial, participativa e de base comunitária, com Rodas de Aquilombamento, Grupos de Escuta, intervenções artístico-culturais e Peneira de Ideias. Foi um encontro estrondoso das águas que nos movem pela luta em prol do território, com parcerias que fortalecem, com batuque, música, dança, afeto e aquilombamento. Contamos com a participação de: 130 Jovens Quilombolas, 11 comunidades do Território de Jambuaçu e 6 Quilombos parceiros. 9 organizações/coletivos estiveram somando e compartilhando vivências com a juventude de Jambuaçu. Cerca de 130 participantes (mulheres e homens), 17 comunidades Quilombolas (pertencentes ao Território de Jambuaçu e outros quilombos do Pará): Mocambo/ourém, Castelo / Moju, Baixo Itacuruçá (Abaetetuba), Poacê/ Jambuaçu, São Bernardino, Nossa Senhora das Graças / Jambuaçu, Ribeira/ Jambuaçu, São Sebastião / Jambuaçu, Jacunday / Jambuaçu, Conceição / Jambuaçu, Santana do baixo / Jambuaçu, Centro Ouro / Jambuaçu, Santa Maria do Mirindeua / Jambuaçu, Siricari /Marajó, Mangueiras /Marajó, São Manoel / Jambuaçu, Boa vista/ Oriximiná. E, juntos, confluímos debates e ações engajadas de educação quilombola, clima, saúde, cultura e comunicação. De maneira coletiva, os participantes do encontro partilharam dores e esperanças, desafios e caminhos possíveis. Dialogam sobre os impactos das mudanças climáticas em nossas comunidades e a urgência da escuta, e da Consulta Prévia Livre e Informada para a construção de Bem Viver; apresentaram os Sistemas Agroflorestais (SAFs) como estratégia de cuidado com a terra e com o povo quilombola; enfatizaram a luta pela implementação da Educação Escolar Quilombola como Modalidade de Ensino e as violações de

direitos em relação ao tema de educação quilombola no território e denunciaram a precarização do acesso à saúde e o processo histórico de violação dos direitos fundamentais das infâncias, juventudes e mulheres quilombolas, que promove uma estrutura de adoecimento do povo quilombola. Entre os relatos, destacou-se a arte e a cultura quilombola como estratégia de promoção de saúde e de transformações sociais, enfatizando-se a necessidade de co-criação de cursos, oficinas e Iniciativas artístico-culturais com e para o território, assim como o fomento de debates e práticas de comunicação quilombola para o fortalecimento da luta e defesa de nossas comunidades. Como resultado pedagógico e de ativismo, produzimos materiais de incidência educacional e climática, publicamos uma cartilha e um minidocumentário "Aquilombaí Juventudes: Faremos Palmares de novo", disponível no youtube do Instituto Perpetuar, e que são utilizados como ferramentas de diálogo, advocacy quilombola e atuação em rede. A juventude quilombola do Território de Jambuaçu ecoa um grito de resistência em prol dos direitos quilombolas, somos força ancestral e seguiremos no fronte, demarcando nossas pautas, defendendo a Amazônia e transformando realidades. Estamos sonhando e construindo o Jambuaçu que queremos, somos o agora, somos potência quilombola. Na contramão das opressões, estaremos lutando pelo Território Livre e pelo Bem Viver. Negritando nosso compromisso ancestral de aquilombar a vida e perpetuar histórias. Nossa proposta, para este congresso, tem como objetivo partilhar trajetórias e teorias de aquilombamento sonhadas e construídas pelas juventudes quilombolas do Território de Jambuaçu e ecoar narrativas orais e escritas de transformação social. Na contramão das opressões, seguimos negritando nosso compromisso ancestral de aquilombar a vida e perpetuar histórias, e demarcando que nossos passos vêm de longe e não param por aqui.

Gira de Saberes para a Saúde Mental Quilombola: Práticas de Cuidado, Resistência e Território em Conceição da Barra-ES

Bárbara Vitor de Aquino e Souza (CRP16), Julia Carvalho dos Santos; (CRP16), Stefani Martins Pereira; (CRP16)

O presente relato tem por objetivo partilhar a experiência das duas edições do evento Gira de Saberes para Saúde Mental da População Quilombola, nos anos de 2023 e 2024, projeto idealizado pela Casa da Barra, em parceria com a Comissão de Relações Raciais do Conselho Regional de Psicologia 16a Região, no município de Conceição da Barra/Espírito Santo, que possui cerca de sete comunidades quilombolas. Um evento de realização coletiva junto às mestras de saberes e lideranças quilombolas e indígenas, pensando e articulando estratégias de promoção de saúde frente às violações de direitos atuais e históricas, partilhando sobre práticas de cuidado, muito através de suas experiências ancestrais relacionadas às suas cosmovisões e relação com a terra, as águas, os animais e as matas.

Para reforçar a importância da confluência desses saberes, retomamos inicialmente aos trabalhos da grande intelectual negra Lélia Gonzalez (2020), que atentava sobre o caráter de estratégia política do samba e demais festividades e manifestações afrodiaspóricas, que a branquitude epistémica e a expropriação neoliberal tentam apagar. A autora, na apresentação de seu conceito de amefricanidade, aponta que na época escravista tal amefricanidade já se manifestava através das revoltas, na organização de suas estratégias de resistências culturais, e nos modos livres de organizarem as relações sociais comunitárias.

Deste modo, a valorização dessas manifestações e o reconhecimento de suas estratégias de cuidado e de luta é um dos compromissos de reparação histórica que o campo científico tem com os diversos povos originários residentes no território hoje chamado de Brasil assim como as diversas etnias escravizadas que tiveram seus saberes e suas cosmovisões deslegitimadas, tomadas à caráter de “folclore”.

De acordo com Lélia Gonzalez (2024), esse tipo de narrativa folclorizante visa recalcar a contribuição e presença negra na cultura brasileira. A esse recalcamento, a autora nomeia enquanto discurso de exclusão, cuja característica essencial é evidenciar o que é do interesse aos objetivos, escamotear o que não é do interesse ser visto, e repetir até que seja assimilado enquanto verdade - uma que incidirá sobre corpos dissidentes da norma cisheterobranca.

De outro lado, compreendendo os impactos da colonização na constituição subjetiva dos sujeitos, a psicologia tem enquanto dever ético-político o compromisso que ultrapassa o testemunho dos efeitos do racismo na produção da subjetividade de cada sujeito racializado (seja racializado como branco, negro, indígena, ou como for), mas de firmar o compromisso com destituição dessa monocultura manicolonial e, através de suas ferramentas e instrumentos, possibilitar a criação de modos próprios que elevem a dignidade dos sujeitos enquanto individuos e comunidades.

A gira é um reconhecimento dos saberes ancestrais e tradicionais dessas comunidades, e um modo de identificar, potencializar e compor com estratégias e saberes locais. Em 2023, em sua primeira edição, tivemos o protagonismo das guardiãs dos saberes - termo utilizado pela psicanalista Marcela Souza, mulher quilombola, -, e de lideranças originárias, mulheres indígenas que foram no lugar de suas mais velhas, que não puderam comparecer no dia do evento. Além da equipe organizadora e as mestras, participou também a

psicóloga quilombola Jeanyce Araújo, que coordenou uma atividade grupal.

As guardiãs e o público foram se acomodando pela sala da Casa da Barra, atentos escutamos a transmissão dos saberes sobre as ervas sagradas, usos, cuidados, costurados não com a rigidez da "disciplina" acadêmica, mas como quem participa de uma boa conversa, assim escutamos sobre seus saberes e histórias da comunidade. O cheiro de ervas frescas ia também ocupando espaço, à medida que cada planta da vez passava de mão em mão.

Lembro de quando uma das mestras disse de como era significativo ter a presença e escuta das psicólogas presentes ali. Não pelo que os profissionais ou a ciência colônia poderiam dizer - e o que poderiam dizer? -, mas pela criação de um espaço de fala e também de escuta. A psicóloga Sonia Rodrigues utiliza o termo escuta extensiva como a possibilidade de espaço para a fala, um espaço onde é possível endereçar e expressar o adoecimento psíquico produzido pelo racismo anti-negro. Em confluência com o dispositivo psicanalítico, Sônia junto de outras autoras apreendem a potência da palavra, a fala, cujo objetivo vai além de seu efeito terapêutico ou catártico de possibilitar um alívio momentâneo, mas a possibilidade de implicação da ordem de um novo modo de organização psíquica (Bicalho, Penha e Rosa, 2023).

Na Gira de 2024, nos reencontramos com as mestras de saberes quilombolas, e abrindo a gira para conhecer o Jongo de Santa Ana, enchendo a sala da Casa da Barra com seu povo, batuques e casacas, ecoando musicalidade e história. Escutamos junto com o batuque a potência de vida na vivência do Jongo. Uma potência não isenta das relações institucionais e territoriais, das tensões das dinâmicas de poder, mas que ainda operava de modo a promover saúde e alegria aos membros das comunidades. Isso pode ser também observado pelas falas das mais velhas, que numa conversa contavam como o Jongo produzia saúde e bem estar, sobretudo para as mulheres das comunidades.

A programação também contou com a participação da psicóloga quilombola Marcela Souza, e com a exibição de um episódio da websérie Filhas de Yayá. A websérie conta a história do território de Angelim II, na região do Sapê, através das histórias contadas por 5 das 18 filhas de Yayá Luzia dos Santos, matriarca do quilombo, e através dessas narrativas a comunidade rememora e reconta sua própria história, com seus modos de estratégia - marcas de existência, registros dos saberes. Na produção audiovisual, realizada pela própria comunidade, cada filha representa um dos saberes (tradições orais, alimentação, saberes das ervas) e o enredo também é atravessado pelo testemunho das tensões políticas no qual o território/comunidade se insere. A liderança que idealizou o documentário conta que o documentário e o ponto de memória Biblioteca Quilombola Yayá Luzia dos Santos surgem como estratégia de promover a memória e registro das lutas e práticas ancestrais para transmitir às novas gerações.

A gira operou nesta segunda edição como espaço de registro e de escuta às violações de direito que as comunidades quilombolas da região vivem historicamente, cada vez mais assediados pelas multinacionais que disputam e invadem seu território, fazendo desde o uso de drones para assediar a comunidade a invasões propriamente ditas para destruição de marcos simbólicos. Faz-se importante dizer que as denúncias não eram em caráter de revitimizar as comunidades, mas de dar registro: nomear, mas também afirmar a resistência e as estratégias de luta das comunidades através de saberes e feituras.

O Jongo, as ervas, as rezas, o canto. Rastros de resistência, articulados ao que Lélia Gonzalez (2020) afirmou - o caráter de estratégia e luta nas manifestações culturais amefricanas. Contribuições a partir de saberes e fazeres ancestrais que ainda se fazem presente nas culturas periféricas, tradicionais e originárias e que apresentam pistas para produção de cuidado coletivo e efetivo e promoção de saúde e bem estar. Deste modo,

compreendemos que a gira é um reconhecimento de saberes ancestrais e tradicionais dessas comunidades em sua pluralidade, reconhecendo e compondo estratégias coletivas em direito e defesa ao bem viver.

Gonzalez, Lélia. 2020. Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos . Rio Janeiro: Zahar. 375 pp.

Bicalho, Penha e Rosa, (2023) Escuta extensiva no Raiz Forte Espaço de Criação: encontros de circularidade como fundamento. In: Bispo, F. S. & Siqueira, F. G. (Org.).

Cicatrizes da escravização: psicanálise em diálogo (Coleção Pesquisa. Ufes, 40). Vitória: Edufes, 2023. 400 p.; il. (Coleção Pesquisa Ufes ; 40)

David, Emiliano de Camargo. Saúde Mental e Relações Raciais: Desnorteamento, Aquilombação e Antimanicolonialidade. Editora Perspectiva, 2024.

Luta por moradia e subjetividades: experiências e estratégias de resistência

Rafael Dias Valencio (UFES), Lara Brum de Calais (UFES), Vitória Barbosa Mancini (UFES), Joyce dos Anjos Barcellos (UFES), Vanessa Souza Santos Xavier (UFES), Karen de Araújo Pereira (UFES), Yago Serafim Schwider (UFES), Beatriz Silva Paula (UFES), Diogo Batista Chagas (Associação Onze 8), Ione Duarte Pereira (Quintal Quilombo), Guilherme Correa Miranda (UFES)

Esta comunicação apresenta a experiência de trabalho vinculada ao Projeto de Extensão "MORADAS: Políticas de moradia e processos de subjetivação nas realidades de Ocupação na Grande Vitória/ES", em interface com a pesquisa "Morad(i)as e Subjetividades: dimensões estéticas e políticas das realidades de Ocupação na Grande Vitória/ES", viabilizada pelo Edital FAPES Nº 28/2022 - UNIVERSAL, ambos alicerçados no fortalecimento das articulações junto às movimentações de luta por moradia na Região Metropolitana da Grande Vitória/ES (RMGV). Assim, o presente resumo busca compartilhar experiências e relatos sobre a atuação da extensão em conjunto com os movimentos de luta por moradia. Como direito presente na Constituição Federal Brasileira de 1988, a moradia se presentifica entre os direitos sociais, como no conhecido trecho do artigo 6º "São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição". Apesar da previsão do referido direito na CF, sua garantia não é efetivada para muitas pessoas e famílias que se encontram em situação de precariedade de moradia dada às negligências/violências operadas pelo próprio Estado. A existência de movimentos de luta que disputam e ocupam terras, prédios e espaços desocupados pode ser entendido como um analisador da falência (ou do sucesso, se ousarmos uma leitura mais crítica) de diversas políticas públicas intersetoriais. Ao se afirmarem em luta das mais diversas formas, populações historicamente marginalizadas e empobrecidas denunciam que há uma falha na oferta e garantia de seus direitos relacionados à construção de uma vida digna ou êxito num projeto de produção de precarização de suas vidas. Entendendo essa realidade, o projeto MORADAS, em interface com as ações de pesquisa-intervenção, atua sob a premissa de movimentação a partir dos encontros, afetos e vínculos com a comunidade, moradores e grupos parceiros da luta por moradia e discussão das políticas habitacionais. Nesse sentido, os trabalhos são dinâmicos e adaptam-se ao tempo das ocupações acompanhadas, que perpassam diversos momentos: os de maior tensão pelas disputas judiciais, os de celebrações festivas que dão o tom de esperança, união e força à luta, e os do cotidiano marcado pela resistência diante das tantas precarizações. Entretanto, ressalta-se que é no cotidiano que as potencialidades são elencadas ao máximo pelas tecnologias inventivas da comunidade, além da afirmação dos saberes ancestrais e práticas ecológicas, como a instalação de vermifiltros nas casas, horta comunitária e práticas de bioconstrução. Além disso, as ações do projeto caminham junto às necessidades da comunidade, posicionando-se incondicionalmente ao lado desta, por meio do apoio e construção de ferramentas que possam servir de instrumento de luta, como o levantamento psicossocial, o plano de bairro e pesquisas que promovem a preservação de memórias e registro do movimento de luta por moradia. Neste sentido, discute-se as políticas públicas voltadas à moradia, sua efetivação e suas contradições, bem como as relações entre Psicologia e Território, pensando a noção de pertencimento, a produção de subjetividades e sua implicação na saúde mental. Portanto, como objetivo, busca-se refletir sobre o trabalho realizado pelo projeto MORADAS e os efeitos de pesquisas que se proponham participativas, em conjunto com as ocupações, movimentos sociais de luta por

moradia e grupos parceiros, enquanto estratégias de apoio à resistência frente à negligência estatal, de modo a destacar as tecnologias inventivas em contextos de cerceamento de direitos. Por isso, ao apostarmos na construção coletiva de ações de enfrentamento às formas de precarização no âmbito das políticas públicas e sociais, diferentes estratégias de trabalho vêm sendo construídas como formas de resistência, dando contornos ao que chamamos de tecnologias sensíveis que podem fissurar modos hegemônicos de manutenção das desigualdades sócio-espaciais, territoriais e históricas. Considerando este mote, o resumo se aproxima das discussões relativas ao Eixo 08, "Questões socioambientais e contextos rurais e urbanos" por suas preocupações com as diferentes formas de vida e de relacionar-se com o ambiente; bem como com o GT 48, "Resistências contracoloniais: corpos, territórios e conflitos socioambientais", pela abordagem de temáticas referentes às possibilidades inventivas de produção de outras experiências de relação com os territórios, na perspectiva de fissurar modelos hegemônicos. Desse modo, afirmamos os processos de subjetivação que cultivam o pertencimento, que se aliançam às tecnologias de luta e de resistência existentes nos territórios. A efetivação dos direitos de acesso às políticas de moradia encontram, por outro lado, limites dados pela própria dinâmica de produção das cidades capitalistas que, assentadas na lógica da mercadoria e da propriedade, têm a segregação como um projeto que exila e confina partes da população a um habitat periferizado. Nessa perspectiva, o direito à cidade seria sempre interditado pela impossibilidade da experiência do comum forjada sinteticamente pelo modo em que vivemos. Todavia, para além de palco de contradições e violências, as cidades são também o lugar geográfico e político da possibilidade de construção de soluções, de onde são produzidas estratégias, diálogos e articulações que anunciam e potencializam diferentes modos de vida. A atuação do Projeto Moradas junto às ocupações territoriais do Espírito Santo, neste contexto, favorece espaço de partilhas fundamentais para a formação ético-política de estudantes e moradores da comunidade, tendo como bases teóricas e epistemológicas estudos que problematizem o território e as desigualdades a partir de perspectivas que discutam as forças capitalistas-racistas-coloniais de formação objetiva e subjetiva da sociedade. Enquanto metodologia de atuação, trata-se de um projeto de base participativa, tecido por múltiplas mãos e afetos, reunindo os anseios e propostas dos moradores e moradoras das ocupações, de entidades parceiras e coletivos que entrincheiram-se nas ações de resistência às opressões e ameaças pautadas na lógica de propriedade. Em meio a diversos trabalhos que se desdobram desta perspectiva participativa e coletivizada dos trabalhos, surge a proposição da elaboração e implementação do Plano Popular de Bairro da Vila Esperança; um planejamento urbano pensado pelos diversos atores supracitados, cujo desenho e implementação engloba ações variadas para se pensar a constituição de um bairro que se faz em uma zona limítrofe entre os âmbitos urbano e rural da cidade. Entre elas, destacam-se: visitas técnicas de campo para levantamento de dados socioeconômicos e caracterização territorial; estudos urbanísticos e ambientais; encontros formativos com representantes da comunidade; reuniões com as equipes envolvidas e com as partes interessadas; oficinas de metodologia participativa baseadas na pesquisa-ação; mapeamentos colaborativos com uso de georreferenciamento; intercâmbios com outras experiências de planos de bairro; articulações com instituições públicas para compartilhamento de dados e planos; e a produção de materiais de registro como vídeos, fotografias, mapas e relatórios. O acompanhamento sensível das dinâmicas afetivas que emergem no decorrer do processo também tem sido parte essencial da análise e da construção coletiva de saberes. A contínua construção do Plano Popular de Bairro se configurou como uma estratégia coletiva que articula um conjunto de ações voltadas ao fortalecimento da organização comunitária, bem como a promoção de espaços de diálogo sobre o cotidiano. É neste sentido que temas relevantes passam a

ganhar uma dimensão ética e política para a atuação na luta por moradia. Evoca-se aqui o bem viver, a organização comunitária de forma autônoma e solidária, o direito à cidade, a permanência no território, o enfrentamento das ameaças estatais e privadas à posse da terra, as políticas públicas intersetoriais e os sonhos de uma cidade possível e habitável. Em andamento entre os anos de 2024 e 2025, desenvolvemos o Plano que tem como eixo a organização participativa de estratégias e diretrizes voltadas para a consolidação do território enquanto bairro, como resposta às constantes tentativas de reintegração de posse e às ameaças que pairam sobre os modos de vida ali construídos. Questões como a mobilidade das crianças, a bioconstrução, a agroecologia, as práticas sustentáveis e os modos alternativos de se habitar o espaço urbano constituem os pilares que sustentam as ações desenhadas ao longo da execução do plano. Diante disso, destaca-se a existência do coletivo Quintal Quilombo, promovendo práticas ancestrais de cuidado da terra e das plantas, educação e manejo de cuidado em saúde comunitária e a horta comunitária espaço público de cuidado e disponibilidade coletiva de uso e cultivo pertencente a toda comunidade. Nesse contexto, o Plano Popular de Bairro da Vila Esperança tem se configurado como um potente dispositivo de mobilização de sonhos, ideias e práticas que se atualizam nos encontros e nas deliberações coletivas, sendo ferramenta técnica e campo de afetação política. Ao fortalecer os vínculos entre os sujeitos, fomentar relações de confiança, apoiar juridicamente a comunidade e produzir caminhos de resistência e permanência, o plano contribui para enfrentar os desafios colocados pelas ameaças de remoção da comunidade e para a construção contínua de um território de dignidade e justiça.

O que fazemos de nós mesmos diante da escuta do fim de UM mundo?

Diana Disitzer Netto dos Reys, Ana Claudia Camuri (UFF - Rio das Ostras), Aline Ribeiro Nascimento

O presente trabalho é resultado da monografia da autora principal nascida do desassossego provocado pelo jogo de forças de um mundo que nos coloniza e capitaliza por todos os lados e que vem apresentando efeitos devastadores que colocam em xeque a vida de humanos e não humanos no planeta, de modo que escutá-lo não é uma tarefa fácil. O exercício da escuta – comum a psicologia – implica em encontrar, naquilo que se escuta, uma brecha de sentido, de respiro, para prosseguirmos na busca por saúde. Essa escuta, portanto, nos coloca diante da seguinte pergunta: "o que fazemos de nós mesmos diante da escuta do fim de UM mundo?" Esta pergunta – "o que fazemos de nós mesmos?" – é um questionamento foucaultiano colocado aqui como uma provocação para que nos impliquemos com o nosso fazer, a fim de assumir um compromisso ético e político com as nossas práticas e não incorrer na ilusão de que elas são neutras, sem relação alguma com o jogo de forças histórico-social.

Portanto, neste trabalho, apostamos numa Psicologia que defende a escuta como implicação em saber ouvir aquilo que pode diferir do que é dado como natural para produzir outros modos de existir. Esse exercício nos coloca diante da necessidade de interrogar as forças que estão em curso no planeta que se encontra à beira de uma catástrofe e pensar, o que é possível fazer, a partir da Psicologia para dar conta desse cenário de forças, ou seja, o que estamos ajudando a fazer para mantê-las e o que podemos fazer para equivocá-las.

Os estudos sobre o clima apontam que os próximos anos trarão dificuldades que nenhuma sociedade está preparada para lidar. Como o calor e o frio intensos, o derretimento das calotas polares resultando no aumento do nível do mar, a poluição do ar, das águas e do solo devido o descarte excessivo e incorreto de resíduos, o que resulta na contaminação de tudo aquilo que é necessário para a existência da vida na Terra. Condições essas que colocadas sobre os outros desafios enfrentados pela nossa sociedade como a desigualdade econômica e social, o racismo nas suas mais diversas formas: institucional, ambiental, social, cultural, o machismo e seus efeitos de violência feminicida, institucional, social, os conflitos bélicos, os genocídios a céu aberto e tantas outras mazelas, levam as dificuldades a potências elevadas. Assim, é evidente que a causa das catástrofes provém das engrenagens que sustentam a nossa realidade capitalística que nos puxam cada vez mais para o chão – porque não conseguimos viver sem ter as mercadorias que passaram a nos subjetivar a ponto de sermos também mercadorias das corporações – evidenciando que esse sistema se alimenta das nossas catástrofes, pois é através delas que o capital aumenta seu poder sobre nós e alimentamos o capital cometendo diversos ecocídios cotidianos e outras tantas formas de violência.

Aqui, é válido pontuar que sabemos que "O" mundo não vai acabar, o planeta Terra existe antes da nossa existência nele; já passou por diversas eras e tem uma capacidade de regeneração impressionante, por isso compreende-se que aquilo que está passível de extinção são as condições para a existência de vida humana no planeta tal como vem sendo gestada até o momento. Por isso, no título falamos em "fim de UM mundo", porque findar UM mundo se faz necessário para que haja a promoção de outras práticas que equivoquem essa relação de utilitarismo dos humanos com as outras formas de vida humanas e não humanas na Terra. Portanto, temos que tomar cuidado para que esse discurso do momento de "fim do mundo" não funcione como uma cortina de fumaça para "não ficarmos com o problema" como diz Donna Haraway ou que se transforme em novas patologias a serem medicalizadas e/ou diagnosticadas e tratadas pelos "psis".

Para dar conta desse desafio no campo e nas práticas da Psicologia, será necessário olhar para a história – deste campo e do mundo – a fim de entender as diferentes forças que se emaranharam para constituí-la(o) como a/o conhecemos hoje. Além disso, é necessário equivocar algumas "verdades" que foram produzidas e levadas como universais por muito tempo sendo, a primeira delas a valorização apenas daqueles saberes ditos "científicos", objetivos, neutros e eurocêntricos. Compreendendo, guiadas por Michel Foucault e Felix Guattari, que não existe a verdade como essência e sim jogos de força e poder que produzem verdades e maneiras de existir no mundo pontuais, é que poderemos estabelecer um outro modo de nos relacionarmos com nosso campo. É apenas a partir dessa compreensão, de que as coisas não estão dadas e sim são construídas em determinados contextos histórico-político-econômicos; de que cada sociedade tem seus "regimes de verdade" que ela inventa e faz funcionar como verdadeiros para atingir uma determinada finalidade no controle das condutas da população, no controle dos corpos e na produção de subjetividades submissas a tais regimes de poder é que podemos pensar "o que fazemos de nós mesmos diante da escuta do fim de UM mundo?" E ainda que só conseguiremos escutar o mundo, se combatermos a produção de uma história única, que é o maior dos perigos dessa produção da verdade que se manifesta como colonização do saber e do poder sobre os corpos que destoam da lógica normativa e que está também presente no cotidiano das mais variadas formações profissionais, porque também se apresenta como história da nossa cultura "humanista" viciada em universalismos.

Para tanto, convidamos para confluir – conceito cunhado por Nego Bispo – no debate saberes que nascem de outras perspectivas existenciais, como os saberes indígenas e quilombolas que, na sua configuração de mundo contra colonial denunciam as práticas abusivas e desrespeitosas praticadas pela "humanidade" na mesma medida em que nos convidam a ouvir seus dizeres e a sua relação com a vida que se apresenta de maneira tão diferente da ocidental capitalista. Ao nos apresentarem a sua cultura – que eles vêm mantendo há mais de 500 anos, mesmo com toda a dificuldade colocada por esse mundo capitalista e neoliberal – nos dão apenas um panorama de que é possível habitar o mundo de outras maneiras, em outros moldes. Mesmo perpetuando a prática de genocídio do povo indígena e quilombola, bem como o etnocídio, esses povos continuam lutando para manter suas vidas, a sua cultura, a floresta, o céu em pé e a terra viva em seu querer. Portanto, um primeiro passo talvez seria escutar, não analisar. Escutar aquilo que esses povos têm a dizer, abandonando o caderno e a caneta, e a postura de detentor do conhecimento, de colonizador. Escutar para sentir, entrar em contato, conhecer. Vivenciar esse encontro, esse outro mundo, de maneira envolvida e estar aberto a se deixar afetar.

Diante do exposto e sabedoras que essa discussão é complexa, timidamente ousamos alegar que a possibilidade de construção de um projeto ético, político e epistemológico de regeneração do mundo em que vivemos só seria possível a partir do abandono de certas perspectivas de saber e práticas que promovem essa visão "antropocêntrica", "capitalocêntrica", "humanista" e "extrativista" da relação humana com o planeta e a valorização daquelas que buscam criar uma relação de parentesco com as companhias humanas e não humanas que constituem a Gaia, tal como propõe Donna Haraway e que convergem com as discussões de Krenak, Nego Bispo e com a proposta ecosófica de Guattari. Todos esses autores, cada um a sua maneira, nos mostram que é somente a partir do desamarrar de nós tão bem dados que poderíamos começar a pensar em outros modos de ser e estar no planeta Terra, para assim possibilitar a permanência da vida nele.

Plantação e subjetividades: A exploração sobre a negritude e a dupla fratura colonial

Anny Vitória de Jesus Freitas (UEFS), Júlia Mel Silva Santana (UEFS), Diego Arthur Lima Pinheiro (UEFS)

A exploração do sistema capitalista é algo bastante debatido, porém tal discussão deve ir além de uma concepção do modelo econômico e partir para a compreensão deste caráter exploratório no campo das subjetividades. Nesse sentido, ao falar de capitalismo buscaremos pensar acerca do sistema da plantação abordado por Ferdinand (2022), o qual expõe uma dupla fratura colonial advinda do colonialismo e de como essa fratura permanece até hoje no âmbito da subjetividade e das questões ambientais. Neste trabalho, chamamos sociedade da plantação para além de uma dada experiência histórica do capitalismo, mas também como um diagrama de forças que persiste com crescente ferocidade na configuração de nossas sociedades

contemporâneas. A característica fundamental da plantação é operar uma dupla fratura que se traduz a um só tempo, em uma exploração extrativista tanto de recursos ambientais, quanto do corpo e dos componentes da subjetividade.

Assim, é necessário pontuar acerca de como a negritude foi e ainda é um dos principais focos desse diagrama de forças que é o sistema da plantação, uma vez que a racialidade aparece como engrenagem fundamental desse regime de exploração a um só tempo da subjetividade e da terra enquanto recursos. Compreender a política da subjetivação que a sociedade da plantação coloca em funcionamento é entender as nuances abusivas presentes nas instâncias sociais para o corpo negro. Além de que o próprio território geográfico negro foi extraído, dominado e retirado das suas formas de existir. Por meio da colonização o direito de habitar as terras foi permitido somente a branquitude, os outros indivíduos foram colocados no "porão" do mundo. Ademais, a plantation é visível na fratura ambiental, uma vez que a própria relação dos habitantes com a terra mudou drasticamente, visto que as características desse sistema se dá por meio da exploração, monocultura e a larga escala de produção. A relação familiar e afetiva que existia entre os nativos e a terra deixou de existir, ocorreu a retirada dos filhos da terra. E para além disso, a plantação aproveita justamente dessa monocultura para ser aplicada aos modos de vida. A monocultura dos modos de vida é baseada no homem branco, cristão, com ensino superior e de classe abastada. A pluralidade não interessa para o capitalismo, por isso o conceito de altericídio abordado por Ferdinand (2022) é tão certeiro nesse ponto, uma vez que consiste na recusa da possibilidade de habitar a terra na presença de um outro, uma pessoa diferente do "eu". A monocultura e a exploração das subjetividades é um dispositivo muito proveitoso para o capitalismo. É diante das questões aqui levantadas que ensejamos pensar os modos de vida em interface com a produção e gestão do sofrimento psíquico na contemporaneidade. Para isso, é necessário indagar quais são as medidas que seguem a lógica da plantação como forma de subjugar os corpos? Como a plantação ao atuar na produção de subjetividades atinge diretamente a negritude, inclusive no campo da saúde mental?

Dessa maneira, o objetivo do trabalho é pesquisar as relações entre a plantação e a produção de subjetividades, e descrever a partir da revisão bibliográfica os modos de funcionamento de uma sociedade da plantação. Além de refletir acerca das vinculações entre o capitalismo e a monocultura dos modos de vida no Brasil contemporâneo. O trabalho em questão possui relação direta com o eixo temático intitulado "Psicologia social e relações étnico-raciais", especialmente no que diz respeito à cartografia de resistências contracoloniais, as quais envolvem de maneiras distintas, mas indissociavelmente, os territórios geográficos e existenciais. Pois, a dupla fratura colonial

aborda justamente sobre os efeitos da colonialidade a partir de um entrelace entre a relação de destruição da subjetividade e do ambiental, devido ao regime hegemônico de subjetivação decorrente do sistema da plantação. Bem como, o trabalho promove a reflexão dessa dupla fratura para a subjetividade negra ao ponderar acerca dos diversos abusos que ocorrem nas variadas instâncias sociais, e principalmente no campo da saúde mental. E claro, proporcionar uma investigação referente ao aquilombamento como uma tecnologia antimanicolonial capaz de suscitar políticas de subjetivação dissidentes ao diagrama da plantação, a partir da obra de Emiliano de Camargo David (2024). E por fim, articular uma luta antirracista e feminista perante a sociedade da plantação, por meio da obra de Denise Ferreira da Silva (2024). Em suma, a finalidade do trabalho é refletir sobre as problemáticas pautadas e pensar meios de resistência mediante ao sistema hegemônico presente, de maneira semelhante ao propósito da psicologia social crítica brasileira, a qual visa questionar e analisar como as formas sociais implicam diretamente na subjetividade do sujeito a partir de uma prática questionadora e revolucionária.

Além disso, realizaremos uma revisão bibliográfica do problema a partir das obras "Uma Ecologia Decolonial" de Malcom Ferdinand (2022), "A Dívida Impagável" de Denise Ferreira da Silva (2024) e "Saúde mental e relações raciais: desnorteamento, aquilombação e antimanicolonialidade", de Emiliano de Camargo David (2024). Pois, entendemos que os trabalhos mencionados anteriormente são no delineamento daquilo que chamaremos Sociedade da Plantação, de sua relação com a produção e reprodução de modos de vida e, em particular, de seus efeitos no âmbito das práticas em saúde mental na atualidade.

Assim, esperamos com essa pesquisa compreender os atravessamentos da plantação, em conjunto com as consequências dessa dinâmica de forças para o âmbito subjetivo e ambiental, a partir do embasamento teórico apontado. Assim, será possível realizar um estudo rico e esclarecedor acerca da trajetória das formas sociais que incidem diretamente sobre os corpos, em especial para a subjetividade negra, além de permitir construir e pensar acerca de micropolíticas como forma de resistência e potencialidades para combater essa problemática, chamamos micropolítica a esfera de produção e reprodução dos modos de subjetivação constituída pelas práticas sociais – dimensão esta que frequentemente resta pouco pensada. É nesta esfera que um sistema político, seja ela qual for, ganha sua consistência existencial, sem a qual não se sustentaria. Por outro lado, este plano visa também colaborar para outras produções acadêmicas que buscam retratar acerca da plantação e a dupla fratura, subjetividades e os efeitos da economia de plantação no campo da saúde mental.

Palavras-chave: negritude; plantação; psicologia; colonialidade; subjetividade.

Referências

DAVID, Emiliano de Camargo. Saúde Mental e Relações Raciais: Desnorteamento, Aquilombação e Antimanicolonialidade. Minas Gerais: Editora Perspectiva, 2024.

FERDINAND, Malcom. Uma ecologia decolonial: Pensar a partir do mundo caribenho. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

SILVA, Denise Ferreira. A dívida Impagável: Uma crítica feminista, racial e anticolonial do capitalismo. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2024.

Processos de vulnerabilização e vulneração psicossocial à "borda" do crime-desastre socioambiental da Braskem

Ana Letícia Cordeiro de Melo (UFAL), Saulo Luders Fernandes (UFAL)

Introdução: Em 2019, o Serviço Geológico Brasileiro atestou a subsidência do solo em uma região inicialmente correspondente a cinco bairros da capital alagoana, apontando como causa as décadas de exploração irregular de sal-gema pela mineradora Braskem. Em 2020, foi elaborada a primeira versão do Mapa de Setorização de Danos e Linhas de Ações Prioritárias, instrumento fundamental para subsidiar realocações e indenizações no âmbito da gestão das repercussões da mineração. Cerca de 60 mil famílias foram realocadas de áreas consideradas no mapa com nível de criticidade suficiente, do ponto de vista geológico, para a realocação. Essas pessoas foram feitas descoladas ambientais em face desse que é considerado o maior desastre socioambiental provocado em curso em área urbana no mundo. Por questões técnico-políticas, o mapa, todavia, se demonstra ineficaz no acompanhamento fidedigno do curso da subsidência e suas complexas repercussões, que vão muito além de geológicas, sendo também socioeconômicas, culturais e psicossociais. Os limites oficiais do mapa produzem um subdimensionamento das áreas de fato atingida pelo problema, criando um complexo fenômeno no contexto do crime-desastre da Braskem: as chamadas "áreas de borda". São comunidades intensamente atingidas – de modo material, simbólico e subjetivo – mas que não são atendidas pelo programa de realocações e indenizações, por estarem fora das áreas consideradas como críticas no mapa. Dentre elas está a comunidade dos Flexais (Flexal de Cima, Flexal de Baixo e Comunidade das Baias), remanescente do bairro Bebedouro, que fora quase completamente realocado, impondo um cenário de ilhamento socioeconômico à comunidade. Apesar de evidências técnicas e laudos que atestam riscos geológicos, os Flexais nunca foram incluídos oficialmente no mapa. Após o colapso da Mina 18 em dezembro de 2023, o mapa chegou a incluir a região, mas a atualização foi judicializada e suspensa por decisão favorável à Braskem. A comunidade passou a ser alvo de um projeto de "requalificação" (Projeto Flexais), que prevê indenizações fixas e obras de infraestrutura, mas sem realocação. A requalificação é criticada por ser feita à revelia da maioria da comunidade, sem participação popular, vista por muitos como uma forma de apagamento das violências vividas e de criação de novas.

Objetivos: Este trabalho objetiva compartilhar o processo de co-construção de uma pesquisa de mestrado que vem sendo desenvolvida com este território. Objetiva-se discutir os processos de vulnerabilização e vulneração psicossocial na comunidade, em face de sua manutenção na área de borda e da execução do Projeto de Requalificação (Projeto Flexais). Além de caracterizar estes impactos, almeja-se também discutir a interseccionalidade de raça-classe-gênero presente nos processos de sofrimento psicossocial evidenciados. Entende-se ainda, a possibilidade de problematizar a compreensão de "borda" utilizada neste contexto, na medida em que é uma categoria "criada" pelos mapas de risco, assim como de pôr em questão o modo a dimensão psicossocial é compreendida no campo dos riscos e danos em contextos de crises socioambientais.

Relação com eixo e GT: Fica evidente o vínculo deste trabalho com a proposta de debate pautada pelo eixo temático 08 e GT 48, na medida em que se discute a interseção entre sofrimento psicossocial e questões socioambientais, no cerne de conflitos territoriais e injustiças socioambientais produzidos pela mineração. Trata-se de um cenário produzido por alianças corporativo-estatais, sustentadas em uma racionalidade

neoextrativista, que se expressa como atualização da colonialidade do poder.

Orientação teórica: A noção de injustiça socioambiental é abordada sob a perspectiva da ecologia política e da crítica decolonial. O caso Braskem é compreendido como resultado de uma "racionalidade extrativista" e de um modelo econômico inscrito na colonialidade do poder. Articula-se, desse modo, categorias como racismo ambiental, necropolítica, colonialidade do ser e epistemicídio, situando os Flexais como um território de sacrifício dentro da lógica capitalista-neocolonial. Nesse sentido, a violência vivida não é apenas material, mas também epistêmica, ontológica e simbólica, negando modos de vida, cosmologias e saberes locais. Com base em Martín-Baró, compreende-se o sofrimento psicossocial, nesse cenário, não como uma patologia individual, mas como um efeito coletivo de violências estruturais, cuja compreensão exige uma abordagem crítica, coletivizante e territorializada. Ainda, em articulação com a saúde coletiva, a pesquisa aplica ao âmbito psicossocial conceitos como "vulnerabilização" e "vulneração" que dizem dos processos – sociais, políticos e institucionais – que aumentam a exposição da comunidade ao risco do surgimento ou agravo do sofrimento e que produzem o sofrimento em si, respectivamente.

Estratégias metodológicas: Trata-se de uma pesquisa de campo, de cunho qualitativo, situada no diálogo com epistemologias críticas e decoloniais, que se orienta colaborativa-participativa, na adoção de ferramentas como a cartografia clínica, diários de bordo, entrevistas narrativas, análise documental e análise temática. Partindo do privilégio das narrativas orais, como estratégia de ruptura ao paradigma moderno de ciência, este percurso vai se costurando no diálogo com as narrativas de moradores desse território, com as minhas narrativas nas experiências com o campo, com as narrativas de relatórios técnicos e produções audiovisuais já produzidas nos Flexais. Ainda, dialogamos com narrativas de múltiplos outros campos do saber, tais como a psicologia social crítica, psicologia ambiental crítica, ecologia política, saúde coletiva e psicologia decolonial. Nesse sentido, a pesquisa se torna uma trama, de saberes e perspectivas, no caminho da pluriversidade epistêmica, visando transpor um fazer científico ancorado na narrativa única da ciência moderna, em direção a uma transmodernidade.

Resultados e discussões: Os processos de vulnerabilização e vulneração psicossocial nos Flexais aparecem de maneira imbricada e simultânea, e se expressam vinculadas às transformações territoriais provocadas pela mineração, mas também pela falta de participação popular, tutela e controle do território, no processo de execução do Projeto Flexais. O apartamento do organismo urbano, no contexto do ilhamento da comunidade, produz a perda de vínculos comunitários, a perda de espaços de socialização e pertencimento cultural, como a Praça Lucena Maranhão, em Bebedouro, onde acontecia a tradicional festa de Santo Antônio. Ainda, os moradores relatam um contexto de intensa insegurança pública, diante do isolamento de edificações e interrupção do abastecimento de energia elétrica na região de Bebedouro, de modo a insegurança também é impactada pela negação de mobilidade urbana, diante da interrupção de linhas de transporte na região. Entre o abandono e a resistência, a condição vivida pelos moradores produz sofrimento psicossocial intenso, diante da perda de vínculos, o medo constante de novos colapsos. Esses fatores se articulam em um processo de vulnerabilização psicossocial do território, que vivencia uma condição de "deslocamento in situ" para descrever o processo vivido pela população, que permanece em seu território, mas é desterritorializada subjetiva e socialmente. Também é possível compreender a experiência de "deslocamento subjetivo", vivida em face de transformações sociais e culturais, que provocam uma "descentração do sujeito", em uma espécie de crise ou deslocamento identitário, de deslocamento em relação ao

mundo social e a si mesmos, mesmo permanecendo no mesmo lugar. A instabilidade das condições socioambientais do território e a negligência do Estado produzem diretamente processos de vulneração psicossocial, geram sentimento de desamparo e desesperança, quadros de depressão, ansiedade, pânico e quadros de suicídio, sinalizando para um contexto de adoecimento coletivo. O caso emblemático de Dona Pureza, que se suicidou junto à filha com deficiência, é citado como símbolo do colapso psicossocial vivido por muitos na comunidade. Ainda, outros fatores de vulnerabilização dizem respeito à assistência psicossocial na região. O prejuízo ao acesso e acessibilidade a equipamentos públicos de saúde é identificado, ao passo que a unidade de saúde de referência passa a estar mais longe dos moradores, que precisam ainda a concorrer com moradores de outras regiões pelo acesso à especialidades como psiquiatria e psicologia. A assistência psicossocial oferecida pela Braskem, através do Espaço Flexais (centro de oferta de serviços de assistência, no âmbito do Projeto Flexais) é precária, atua de maneira individualizante, focada somente em psicoterapia individual. Tal abordagem, nesse contexto, mitiga possibilidades de coletivização da experiência de sofrimento e de possibilidades compartilhadas de cuidado, e ainda, endossa narrativas de responsabilização individual acerca dos adoecimentos e agravos em saúde que as pessoas do território vivenciam. Tal abordagem, no contexto de crises socioambientais, é criticada pelo Conselho Federal de Psicologia, que preconiza uma assistência psicossocial, de cunho coletivizante e promotor de emancipação social, nesses cenários. Ainda sobre a assistência psicológica oferecida, moradores denunciam que só são realizadas busca-ativas em residências daqueles que são favoráveis à requalificação da área. A execução do Projeto Flexais produz, ainda, tutela e monitoramento da região, através de câmeras de vigilância e coação da empresa que inibe manifestações da população, desvitalizando seus processos de autonomia, participação, mobilização e resistência diante do que lhes chegam como violência. A desconfiança institucional, o sentimento de insegurança e desamparo, somados às iniciativas de coação corporativo-estatal, inibem a criação de espaços de coletivização que favoreçam a autonomia da comunidade, e fortaleça vínculos comunitários, na medida em que são identificados a introdução de modos de vida mais individualizados na região. Entende-se que o apoio psicossocial, nesse cenário, passa inevitavelmente pela escuta dos processos de sofrimento dos moradores, mas sobretudo, pelo fortalecimento de suas possibilidades e estratégias de organização coletiva, seja em iniciativas de cuidado e apoio mútuo, seja em contextos de organização da luta política.

(Re)Existência e Subjetivação: Uma Cartografia Esquizoanalítica do Ritual do Bilibeu dos Akroá Gamella

Matheus Carneiro Silva, Diego Frank Marques Cavalcante (UNIFESSPA)

O presente trabalho tem como objetivo investigar as atualizações dos modos de existência dos Akroá Gamella no Ritual de Bilibeu. Para isso, utilizaremos a esquizoanálise desenvolvida por Deleuze e Guattari, de forma específica, as linhas cartográficas: molar, molecular e de fuga e sua relação com os processos de desterritorialização e reterritorialização.

Os Akroá Gamella, comunidade indígena localizada principalmente na região de Viana, no estado do Maranhão, é marcada por desafios, resistência e busca pelo reconhecimento de sua existência e território. A sua história remonta a séculos, desde os primeiros registros que foram encontrados, quando migraram do Piauí para o Maranhão, enfrentando tentativas de exploração e de negação de direitos. Nos últimos séculos, os Akroá Gamella resistiram à catequização forçada, à escravidão e às tentativas de colonização, lutando pelo controle de suas terras. A análise da legislação que afetou os indígenas, como a Lei de Liberdade dos Índios de 1755, é fundamental para compreender as dinâmicas de controle e resistência que marcaram a trajetória dos Akroá Gamella. De Souza Gomes (2021), em sua obra “Nem vadios, nem vassalos: uma análise da Lei de Liberdade dos Índios”, oferece uma reflexão crítica sobre essas questões, evidenciando a luta pela autonomia e os desafios enfrentados por comunidades indígenas como os Akroá Gamella na busca pela preservação de suas identidades e territórios.

Em termos da prática ritualística, o Ritual do Bilibeu é realizado anualmente no mês de abril, tendo seu ápice entre os dias 26 de abril e 1º de maio. O encerramento ocorre com uma caminhada em que os participantes se personificam como cães de caça, gesto que simboliza a busca por alimento e bebida a serem ofertados a São Bilibeu. A escolha da data, 30 de abril, não é aleatória: ela rememora um ataque brutal sofrido pela comunidade em 2017, orquestrado por ruralistas, fazendeiros e políticos locais. Assim, o ritual marca não só a luta contínua pela terra, mas também a resistência contra as forças que historicamente tentam apagar sua existência e cultura.

Para investigar os processos de transformação e atualização dos modos de subjetivação, utilizaremos a esquizoanálise desenvolvida por Deleuze e Guattari. De forma simplificada, a esquizoanálise analisa socialmente a produção do desejo, considerando suas sujeições, resistências, a criação de novas formas de existência e até mesmo a destruição do outro nos microfascismos cotidianos.

Nesta pesquisa, daremos ênfase às linhas cartográficas e sua relação com os processos de desterritorialização e reterritorialização. Essas dinâmicas territoriais podem ser compreendidas a partir da interação entre as linhas cartográficas, as formas de expressão, conteúdo e os movimentos de desterritorialização e reterritorialização. As linhas cartográficas dividem-se em três tipos principais: molar, molecular e de fuga, cada uma com características específicas que ajudam a entender a dinâmica da produção desejante e os processos de subjetivação. As linhas molares correspondem a estruturas rígidas e organizadas, que representam sistemas sociais, políticos e culturais estabelecidos. Elas operam dentro de protocolos semióticos estriados e corpos organizados, estabelecendo normas, categorias binárias, hierarquias e exclusões, sendo, portanto, linhas sedentárias. As linhas de fuga, estão relacionadas ao processo de desterritorialização; surgem quando o território é rompido por fluxos descodificados que desorganizam sua ordem, representando a

insubordinação aos regimes semióticos e corpos organizados, caracterizando-se como linhas nômades. Já as linhas moleculares são mais fluidas e dinâmicas, ligadas aos devires e mutações subjetivas, expressando movimentos que desafiam e transformam as estruturas molares, criando formas emergentes de existência e expressão. Essas linhas desempenham um papel essencial na resistência e inovação social, sendo consideradas linhas migrantes.

Ademais, é importante destacar que as linhas molar, molecular e de fuga não são entidades isoladas; ao contrário, elas são imanentes e se influenciam mutuamente. As linhas moleculares podem desafiar e reconfigurar as estruturas molares, enquanto as linhas de fuga podem emergir a partir das duas primeiras. Essa interação complexa é fundamental para compreender as relações sociais e a produção da subjetividade na esquizoanálise.

Nesse sentido, priorizamos a análise das revoluções moleculares produzidas pelo Ritual do Bilibeu, pois são elas que impulsionam a transformação e a inovação no cotidiano da comunidade Akroá-Gamella. O ritual, enquanto prática cultural, catalisa movimentos de resistência e atualização subjetiva que renovam o território. Para compreender esse processo, utilizamos a história oral dos membros da comunidade como ferramenta metodológica, permitindo cartografar os processos de singularização que emergem dessas práticas coletivas.

Embora o foco da análise recaia sobre as revoluções moleculares produzidas pelo Ritual do Bilibeu, é imprescindível reconhecer que ele também mobiliza linhas molares, responsáveis pela produção de estabilidade, coesão e segurança subjetiva e coletiva, elementos fundamentais para a sustentação da vida diante das marcas de violências históricas. Esse movimento estabilizador se conecta ao conceito de Ritornelo Territorial, conforme Deleuze e Guattari (1997), que descreve o processo pelo qual, através da repetição de práticas, símbolos e gestos culturais, se constitui um território existencial consistente em meio ao caos. Nesse sentido, as estruturas do ritual, como seus símbolos, protocolos, papéis sociais bem definidos e a própria materialidade do altar de Bilibeu, funcionam como linhas molares que regulam, orientam e reafirmam a coesão social, além de garantir a transmissão dos saberes ancestrais e a continuidade cultural dos Akroá-Gamella. Por conseguinte, essas linhas atuam como um dispositivo de reterritorialização, capaz de estabilizar a subjetividade coletiva frente aos traumas históricos e às tentativas de apagamento. Ao articular uma força normativa que ancora a memória e sustenta modos de existência, sem deixar de acolher movimentos de reinvenção, o ritual atualiza valores essenciais da comunidade e possibilita a emergência de novas formas de vida. Mais do que uma prática cultural, ele se constitui como campo de resistência, no qual a diferença se repete, fortalecendo a continuidade e a reinvenção da vida Akroá-Gamella diante das violências coloniais e contemporâneas.

Nesse contexto, identificamos como um aspecto estável a "corrida dos cachorros de Bilibeu", uma das principais atividades do ritual. Nessa corrida, os participantes pintam seus corpos e marcham pelas aldeias em busca de caças, como aves, galinhas, patos e galos, que são soltos e depois caçados. Durante a marcha, os participantes recebem nomes simbólicos, como "cachorro mestre", "onça" e "maracajá". Após a caça, realizam um ritual em que matam o animal, arrancam seu pescoço e o carregam pelo restante do dia. O percurso da corrida pode incluir locais sagrados e áreas históricas, como igarapés e rios associados a confrontos com fazendeiros, sublinhando a importância espiritual e histórica desses lugares para a comunidade. Essa ação simboliza a relação dos Akroá Gamella com a natureza, a subsistência e seu ambiente cultural.

A partir disso, a nossa análise sugere que as linhas molares do ritual funcionam como uma “âncora cultural”,

oferecendo segurança à comunidade diante dos traumas históricos e contemporâneos, especialmente o massacre de 2017, funcionando como meio de cicatrização, fortalecimento e singularização da sua existência. Mesmo com sua estrutura estável, o ritual se adapta às novas realidades, mostrando as nuances das linhas moleculares e de fuga, devido à sua flexibilidade e invenção. A realização anual da demarcação do ritual não apenas reflete essa recuperação, mas também honra a máxima dos Akroá Gamella: "nossas escrituras são os nossos pés".

A partir dos encontros e diálogos com integrantes do povo Akroá Gamella, temos aprofundado a compreensão de suas cartografias existenciais e das práticas ritualísticas que as atravessam, em especial o Ritual do Bilibeu. Dessa forma, compreendemos que nosso trabalho dialoga com o Eixo Temático 11: “Psicologia Social e Relações étnico-raciais”, por abordar os processos de subjetivação e sua centralidade na constituição de modos de subjetivação racializados marcados pela resistência indígena. Nesse sentido, submetemos nosso estudo ao grupo temático “Resistências contracoloniais: corpos, territórios e conflitos socioambientais” (GT 48), por entender que o Ritual do Bilibeu, praticado pelo povo Akroá Gamella, constitui uma potente estratégia de reexistência frente às violências coloniais históricas e contemporâneas. O Bilibeu se afirma como dispositivo coletivo de produção de subjetividade, no qual se entrelaçam memória, reinvenção e ruptura com agenciamentos coloniais, revelando que a cultura indígena não é estática, mas um campo vivo de luta e criação. Assim, acreditamos que este trabalho contribui para uma perspectiva contracolonial na Psicologia Social, ao evidenciar como os povos indígenas, por meio de suas práticas corporais, espirituais e políticas, inventam formas de existir que confrontam os dispositivos do colonialismo e reconfiguram os sentidos de mundo.

Sentidos e significados acerca da saúde mental em organizações socioambientais no Vale do Acre

Isabel Cristina Rodrigues Jucá, Leandro Amorim Rosa (UFAC)

O estado do Acre é um território reconhecido pelo seu histórico de lutas socioambientais. A partir da década de 1970, trabalhadores(as) extrativistas acreanos(as) começaram a se organizar em sindicatos rurais e a lutar em defesa da floresta e de seus modos de vida e trabalho tradicionais, sendo a figura de Chico Mendes uma liderança reconhecida mundialmente pela defesa dessa pauta. O socioambientalismo se diferencia do ambientalismo preservacionista ao trazer a perspectiva da construção de políticas públicas ambientais realizada junto às comunidades tradicionais, valorizando os modos de viver na floresta (Allegretti, 2008). Faz-se importante compreender os aspectos psicossociais dessas organizações socioambientais que atuam até os dias atuais na região. O presente estudo analisa os sentidos e significados da saúde mental em organizações socioambientais no Vale do Acre, investigando como membros desses movimentos constroem significações sobre o tema e as possibilidades de atuação voltadas ao cuidado dos sujeitos. Entende-se que o aumento de ataques ambientais no território amazônico justifica a produção de estudos voltados para esse contexto e para as organizações que atuam em defesa da floresta e dos direitos dos povos tradicionais que a habitam. Além de estudar apenas aspectos organizacionais e sociopolíticos de tais movimentos, é preciso compreender também processos psicossociais dos indivíduos e grupos que participam desse processo e possíveis pontos a serem fortalecidos em sua luta. O questionamento levantado nessa pesquisa busca compreender: quais os sentidos e significados sobre saúde mental se apresentam nas pessoas que compõem o movimento socioambiental no vale do acre? Para dimensões teórico-metodológicas orientadoras será utilizado, neste trabalho, o materialismo histórico dialético, que embasa o olhar da psicologia histórico-cultural. Vigotski buscou desenvolver uma psicologia baseada no método materialista histórico-dialético (Vigotski, 2004). Para o autor soviético (2009), os sentidos são fenômenos psíquicos, cognitivos e afetivos, produzidos pela palavra em nossa consciência, enquanto o significado, uma das zonas do sentido, é um ponto com maior constância da palavra, é sua versão “dicionarizada”. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, baseada em entrevistas semiestruturadas realizadas pelo Núcleo de Estudos, Extensão e Pesquisa Psicossocial Euclides Fernandes Távora (NEPSE) e observação participante, com análise de conteúdo do corpus empírico. A compreensão de saúde a ser abordada neste trabalho entra em concordância com a proposta de Dejours (1986), a qual critica a concepção que define “saúde” como estado de bem-estar físico, mental e social. Dejours defende que é impossível alcançar um completo estado de bem-estar e postula uma nova concepção de saúde, a qual seria a possibilidade de criar um caminho em direção ao bem-estar físico, psíquico e social. A partir de uma concepção ético-política, entende-se a participação política como uma dimensão da saúde dos sujeitos. Essa perspectiva, desenvolvida por Sawaia (Sawaia e Busarello, 2022) entra em consonância com a proposta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a qual defende uma intervenção em saúde que fortaleça os sujeitos politicamente para lutar pela transformação social (Souza e Sawaia, 2016; Coelho, 2024). A partir disso, foi possível estruturar os seguintes eixos temáticos: concepções sobre saúde-doença, situações de estresse e sofrimento psicossocial e potencialidades para a promoção de saúde. Os relatos dos entrevistados indicam fatores internos e externos nas organizações que prejudicam a saúde mental dos indivíduos, como as ameaças à própria vida, as perdas políticas, conflitos entre as diferentes

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

organizações e discordâncias entre diferentes gerações que atuam na militância. Para Barbosa (2023), debater a relação entre saúde mental e a militância política deve buscar alternativas concretas, alinhando a transformação social com as experiências de angústias dos sujeitos, canalizando tais angústias e anseios não cumpridos pelo capitalismo em um sentido coletivo. Percebemos, a partir das entrevistas realizadas com os militantes e ativistas socioambientais, que os desgastes e estressores psicossociais podem vir de fatores externos e internos às organizações. É importante compreender esses processos para pensar em formas de lidar com eles, bem como desenvolver uma lógica de cuidado nos coletivos. Além disso, observamos a importância das relações e vínculos como elementos centrais na promoção da saúde mental, que podem ser fortalecidos por meio das atividades grupais, as místicas e o contato com os povos tradicionais amazônicos e o contato com a natureza. Enquanto os conflitos internos podem causar estresses e desmotivar os militantes e ativistas, as atividades grupais, as conquistas, os vínculos afetivos e encontros podem também ser promotores de saúde. Coelho (2004) argumenta que a solidariedade de classe e a amorosidade política presentes em lutas sociais são fundamentais no enfrentamento a sofrimentos psicossociais. Em consonância com a autora, defendemos a potencialidade de promoção de saúde nas relações coletivas e fortalecimento de vínculos entre os militantes e ativistas socioambientais. Em nossas observações, percebemos a presença das místicas em diversos movimentos, inclusive o próprio símbolo da Poronga e a memória de Chico Mendes, utilizados como articuladores da ideologia socioambiental. A carta que Chico Mendes escreveu para os jovens do futuro é lida em eventos como uma forma de mística. Sementes de frutos amazônicos são postas em mesas, junto a bandeiras de coletivos e organizações. Esses elementos podem ser promotores de saúde, ao trazerem identificação e resgate da história dos povos acreanos, junto com o fortalecimento de atividades grupais nas organizações e coletivos. Percebemos que, embora a participação política tenha fatores de risco e sofrimento psicossocial, também existem potencialidades que podem ser exploradas para fortalecer a saúde e a luta desses sujeitos. Devemos pensar em formas de promover a saúde nesse meio. Não uma saúde entendida como o dito "pleno bem-estar", e sim a saúde em uma concepção que pense em formas criativas de buscar esse bem-estar, mesmo em contextos adoecedores. Com isso, propõe-se a ideia de "práxis cuidadosa", que, sem perder seus objetivos políticos, integre estratégias de cuidado, acolhimento e fortalecimento do coletivo. Dessa forma, buscando construir ambientes mais saudáveis dentro dos movimentos socioambientais, promovendo saúde ético-política.

ALLEGRETTI, M. A construção social de políticas públicas: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 18, p. 39-59, 2008.

BARBOSA, C. Saúde mental e relações de camaradagem nos partidos políticos da esquerda radical. Argum, v. 15, n. 3, p. 188-205, 2023.

COELHO, P. S. Saúde Mental em tempos de crise: contribuições da luta dos movimentos sociais no enfrentamento aos sofrimentos psicossociais. 2024. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.

SAWAIA, B. B. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: SAWAIA, B. B. (org.). As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2001.

SAWAIA, B.; BUSARELLO, F. A ideia de saúde ético-política como utopia da práxis psicossocial e de sofrimento ético-político como ensinantes. In: SAWAIA, B. B. et al. (org.). Expressões da pandemia – Fase 4. Embu das Artes/SP: Alexa Cultural; Manaus/AM: EDUA, 2022.

VIGOTSKY, L. A construção do pensamento e da linguagem. 2º ed. São Paulo: Martin Fontes, 2009.

VIGOTSKI, L. S. Teoria e método em psicologia. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

Suicídio dos Povos Originários no Amazonas: Pontos de Reflexão à luz do Materialismo Histórico-Dialético

Aucimara Souza do Nascimento (UFAM)

A partir da disciplina Materialismo Histórico-Dialético e Educação, ofertada de forma eletiva no Programa de Pós-Graduação em Educação, e da obra "Sobre o suicídio", me lancei ao desafio de buscar tecer pontos de reflexão quanto aos casos elevados de suicídio entre as populações indígenas no Estado do Amazonas. Há diversos olhares que tentam explicar e justificar esse fenômeno, no entanto, aqui a pretensão é dialogar a partir de um viés histórico, cultural, pautado nas contradições que permeiam a nossa sociedade. Nos últimos anos tem crescido o campo de pesquisa, uma vez evidenciada a alta incidência das taxas de suicídio dos povos originários nos municípios do interior do Amazonas, principalmente nas regiões com maior população indígena autodeclarada. Os dados apontam que a maioria dos casos é de jovens indígenas. A fragilidade que ainda perdura são as subnotificações, análises e intervenções voltadas para esses subgrupos. Como estratégia de enfrentamento e luta diante a esta problemática multifatorial que é o suicídio indígena, deposita-se nas políticas públicas a forma de resistir frente a essa realidade que é uma constante em nosso estado e carece ser discutida, pois falar em saúde e saúde mental abrange as diferentes dimensões que nos constitui enquanto sujeitos, biológicos, psicológicos, sociais e culturais.

Pensar o nosso fazer humano na atualidade, do âmbito pessoal ao social, requer o diálogo com os fatos que nos marcaram enquanto sujeitos. Nesse sentido, a disciplina que proporcionou as reflexões para este manuscrito teve como foco principal da sua ementa "compreender os fundamentos do pensamento marxiano e os pressupostos do materialismo histórico-dialético na análise das políticas educacionais".

Dentro da perspectiva trabalhada, foram apresentados diversos textos originais de Karl Marx assim como de Friedrich Engels e demais autores que convergem nesse campo teórico. Um dos últimos materiais socializados e discutido durante as aulas foi o livro "Sobre o suicídio" de Marx. O texto se trata de um ensaio, datado de 1846, com grandes contribuições de Jacques Peuchet e sua expertise com documentos policiais, ao que Marx inferiu suas análises. Pois bem, me chamou atenção esse material, assim como as reflexões na sala de aula, ao qual me propus ao desafio de relacionar os fatos da atualidade em um contexto da região amazônica, de modo específico com indígenas, sob o olhar de Marx aos fenômenos da sua época.

Enquanto psicóloga, estou atenta às demandas de saúde mental em nosso meio. Tenho acompanhado dados recentes de noticiários e resultados de pesquisas que alertam para o alto índice de suicídio de indígenas, o que não se deve atribuir apenas a questões particulares, mas ao contexto coletivo, em uma dada dimensão social, marcada por acontecimentos concretos e experiências históricas, daí a proposta de tentar traçar pontos de reflexão à luz do materialismo.

O suicídio ainda nos dias de hoje é algo passível de tabus para se dialogar abertamente, apenas os profissionais "autorizados" pela sociedade podem falar sobre isso.

Se falarmos nos impactos sociais, econômicos, da política e cultura na vida dos sujeitos, facilmente poderíamos relacionar aos casos de suicídio em pleno século XXI, no entanto, lá em meados do século XIX, Marx já ponderava tais questões em sua análise acerca do que se pode chamar hoje de atentado à própria vida. Marx assume a concepção materialista a partir do seu envolvimento com

os problemas sociais da Alemanha, não estacionando no campo das ideias, mas partindo de uma compreensão do real, das evidências históricas (MASSON, 2007). Para Marx e Peuchet o interesse em dialogar com o tema do suicídio se coloca como crítica para uma sociedade que carecia de mudanças radicais mediante aos modos de sujeição das injustiças sociais, conforme as palavras de Löwy (2006).

Para termos uma sociedade saudável, em nível do que chamamos hoje de saúde mental, não bastaria, para Marx, suprir aos proletários a assistência de alimentação e educação, pois até mesmo a burguesia já sofria com as condições sociais. Ressalta-se os altos índices de suicídio revelados por Peuchet em períodos de custo de vida elevado, somando-se a isso o intenso inverno. Não há distinção de classe, nem de ocupação para quem buscava por fim à sua vida. (MARX, 2006).

O que podemos, todavia, corroborar é que ainda buscam-se especulações para justificar e apaziguar os fatos do ato, sejam por fatores sociais, sejam por agravamento patológico, tanto no século XIX, quanto no atual. Fica a reflexão: "o que dizer da indignidade de um estigma lançado a pessoas que não estão mais aqui para advogar suas causas?" (MARX, 2006, p. 27). Cabe, a nós, especulações e nenhuma certeza, de Marx até hoje, da Europa ao continente da América Sul, buscarmos compreender e refletir acerca dos fenômenos concretizados pelos atos dos sujeitos ao nosso redor. O que não cabe, no entanto, é o julgamento e convicções.

A partir dos escritos "sobre o suicídio", Marx (2006) traz luz à questão das mulheres em suas relações oriundas de contratos e dominação. Seja dominação emocional, econômica, política, familiar, simbólica.

Diante a esses apontamentos, a fala contemporânea de Baniwa (2019), com enfoque no âmbito educacional, aproxima sua crítica à sociedade atual quando ele atribui à predominância da lógica neoliberal e capitalista sobre os direitos que se traduzem em mercadorias, o que "acaba por esvaziar o humano de seus pressupostos sociais e coletivos, reduzindo-o a uma subjetividade atrelada à esfera econômica" (BANIWA, 2019, p. 76).

Berenchtein Netto (2007. 146) em sua dissertação reconhece o suicídio como fenômeno construído ao longo da história da nossa sociedade, influenciados pelos acontecimentos de cada época, com forte posicionamento que vai de encontro à hegemonia do seu tempo ao qual o sujeito pertence.

Cabe ainda acrescentarmos a isso o papel das políticas públicas enquanto forma de assegurar a efetividade da educação e saúde à população, direitos sociais básicos. É válido ressaltar que tais direitos são conquistados por meio de lutas, seja da luta dos proletariados nas fábricas, seja das populações indígenas que vivem em no Brasil.

Hofling (2001, p. 39) faz essa discussão pertinente da relação entre sociedade e o Estado, colocando que "[...] o poder de pressão e articulação de diferentes grupos sociais no processo de estabelecimento e reivindicação de demandas são fatores fundamentais na conquista de novos e mais amplos direitos sociais". Por esse viés, nos aproximamos do cerne deste escrito, pois que as problemáticas se alinham.

A Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP, 2014, p. 9) define o suicídio como um "ato deliberado executado pelo próprio indivíduo, cuja intenção seja a morte, de forma consciente e intencional, mesmo que ambivalente, usando um meio que ele acredita ser letal".

Os munícipios com maior incidência, ou seja, onde ocorrem mais casos, são Tabatinga, São Gabriel da Cachoeira (SOUZA; ORELLANA, 2013) e Santa Isabel do Rio Negro (BANIWA; CALEGARE, 2024). Os autores ponderam que as formas de registros das subnotificações não são tão precisas, o que certamente ofusca dados que não entram nas estatísticas. Marx também traz esse argumento, ao final do texto, que há mais casos de suicídios do que se tem comprovado (MARX, 2006).

Para Baniwa e Calegare (2024, p. 14) "[...] o ato de matar-se não deve ser visto de modo simplista ou relacionado apenas aos aspectos ocidentais, uma vez que o contexto indígena é permeado de significações e simbologias próprias". Dessa forma, o suicídio dos povos originários é algo complexo, multifatorial, precisamos ter cautela para não reduzir a uma questão psiquiátrica ou de saúde mental, pela lógica da medicalização, mas também não se devem negar os tratamentos médicos por se considerar apenas as questões sócio-históricas. Aos indígenas cabe desenvolverem estratégias coletivas para compreender e lidar com esse fenômeno, uma vez que os seus sistemas simbólicos também são afetados (SOUZA, 2016).

Os casos recentes e cada vez mais crescentes de alta incidência de suicídio entre os indígenas talvez, sem aqui a intenção de determinar causa ou efeito, seja o retrato desse modo econômico que prevalece, a necessidade de urbanização, modernização, inserção das tecnologias, o saber científico em detrimento do saber ancestral. O alto índice de suicídio entre os jovens indígenas é preocupante, alguns poucos artigos científicos, se comparada à emergência desse problema de saúde, parecem não dar conta de "alarmar" a sociedade quanto essa estatística.

Quanto às questões do suicídio, muito se precisa ampliar as discussões, romper com estigmas que ainda perduram em pleno século XXI. As próprias políticas de saúde mental estão tomando corpo ainda nesse século, assim como as urgências climáticas que eclodem dia após o outro.

GT 49: SAÚDE MENTAL, ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS E PRÁXIS PSICOSSOCIAL

Coordenação: Pedro Henrique Antunes da Costa (UNB), Kíssila Teixeira Mendes (undf), Rachel Gouveia Passos (UFRJ)

Cenas de uma Unidade de Acolhimento Adulto: entre a redução de danos e a redução da vida

Erick Matheus dos Santos Araújo

O presente resumo visa contemplar a apresentação de uma pesquisa em andamento. Empreendida no Programa de Pós Graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), tomará corpo como uma dissertação de mestrado. Se a Universidade em que se sustenta este trabalho se localiza no Sudeste, tanto as raízes que sustentam o pesquisador quanto o analisador principal, mote das inquietações, dizem respeito a Sergipe, o menor estado do país, localizado no Nordeste.

O corpo que se lança para fora, que desce para o sudeste, atualizando movimentos migratórios de outrora, é um psicólogo que se viu mobilizado pelo SUS desde a primeira pisada no chão do serviço. Ainda enquanto estagiário se nutriu do contato com a Rede de Atenção Psicossocial do município de São Cristóvão-SE em articulação com a Atenção Primária. Foi nesse encontro, consigo, com a Saúde Mental, com Agentes Comunitárias de Saúde (ACS), com psiquiatras de Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), com pessoas visitadas e escutas de vida realizadas, que aconteceu a primeira suspeita de que havia alguma coisa que pedia atenção. O que sentia era que o cuidado produzido era substanciado por uma espécie de ética. Relutante em lidar com essa sensação, curioso sobre como sua constituição, findou o estágio com a indução dessa inquietação ao sono.

Tempos outros esse estagiário vivenciou tal sentimento, dessa vez na posição de psicólogo da Unidade de Acolhimento Adulto (UAA) do município de Aracaju. A sensação de que havia uma ética em questão novamente tomava corpo. A forma como pensava essa ética na atenção primária era que havia algo necessário, fundamental, que não cabia em uma dimensão pedagógica inteligível, que escapava a uma elaboração racional, mas que exercia e produzia algo muito importante para o cuidado com o outro. Essa ética, presente no campo de Álcool e Outras Drogas (AD), não era somente uma suspeita, uma sensação provisória, mas uma materialidade institucional e política: a Redução de Danos (RD).

A terceira onda da Redução de Danos, conforme nomeada por Dênis Petuco (2020) em um artigo que propõe uma leitura da história da redução de danos no Brasil a partir de três ondas, se caracterizaria por questões de direitos humanos e desenvolvimento social. Não bastaria mais trocar seringas buscando prevenir doenças infecciosas, tampouco seria suficiente o campo da saúde mental no cuidado a pessoas que usam drogas, na medida que uma intersetorialidade é exigida. Não somente usar maconha em substituição ao crack, disponibilizar água potável, promover espaços de escuta ou traçar Projetos Terapêuticos Singulares, agora seria preciso lidar com o racismo institucionalizado, com a violência e o encarceramento produzidos pela política estatal de guerra às drogas, com a disponibilização de trabalho, renda, cultura, saúde, conforme experiências atuais relatadas pelo autor nos mais diversos cantos do país.

Essa virada de chave para uma ética, em conjunto com a terceira onda da redução de danos que almeja ultrapassar,

mas não abandonar a saúde mental, é o ponto que guia o presente trabalho. Nessa discussão presente no livro "Contrafissura e Plasticidade Psíquica" de Lancetti (2015), o capítulo intitulado "A formação do caráter do trabalhador do CAPS AD" serve de ponto de partida para imediatamente provocar algumas indagações que de modo geral orientam o percurso da presente pesquisa.

O primeiro ponto, a existência de um caráter próprio ao trabalhador do CAPS AD, diz respeito a uma ética de cuidado. Na medida em que a redução de danos pode ser entendida não somente como um conjunto de técnicas, instruções e estratégias, mas como ética, estética e política, a primeira questão que se coloca é se a redução de danos, na perspectiva mais ampliada, pode ser entendida como o caráter do trabalhador do CAPS AD tomado por Lancetti (2015). O caráter desse trabalhador também é corroído, no sentido dado por Sennett (2015) em sua obra "A Corrosão do Caráter?". O termo caráter, no contexto apresentado, não diz respeito a uma qualidade moral do sujeito e sim a uma aproximação com a noção de produção de um modo de subjetivação.

Uma segunda questão produzida é a maneira como ocorreria a formação desse caráter, dessa ética do cuidado no campo de álcool e outras drogas, nessa redução de danos ampliada. Lancetti (2015) dá algumas pistas nas supervisões e discussões de caso, como uma pilha que recarrega os trabalhadores. Há uma discussão pautada em uma certa plasticidade psíquica e atletismo afetivo. Essa primeira inspirada por Freud e a segunda por Antonin Artaud. Como esses conceitos podem ser observados hoje nas práticas dos serviços?

Um terceiro ponto que pode ser produzido ao pensar na existência de uma ética do trabalhador é: o que acontece se este, por quaisquer que possam ter sido as razões, não tenha formado essa ética de trabalhador do campo AD? Como o cuidado acontece alheio a essa ética? Que práticas de cuidado são produzidas quando nelas são desconsideradas a ampliação da vida?

Para a produção deste trabalho, a história do cuidado voltado ao álcool e outras drogas no Brasil passará por uma leitura da manicolonialidade, no sentido trabalhado por Emiliano de Camargo David. Considerar essa dimensão manicomial ancorada na colonialidade coaduna com uma perspectiva, que faz sentido ao presente trabalho, de cuidado a pessoas que fazem uso de álcool e outras drogas.

Tadeu de Paula, no seu livro "Guerra às Drogas e Redução de Danos: Nas encruzilhadas do SUS" caminha nessa direção ao articular um pensamento decolonial e antirracista ao tratar da redução de danos. A manicolonialidade aqui se apresenta não apenas como uma condição histórico-política de domínio, mas como um operador micropolítico que atravessa as práticas de cuidado cotidianas nos serviços de saúde mental e de atenção a usuários de álcool e outras drogas.

A narrativa da dissertação, a qual este resumo/trabalho se refere, está ancorada na análise produzida a partir da minha experiência como psicólogo em uma Unidade de Acolhimento Adulto (UAA). Essa experiência, registrada em diários de campo, tornou-se analisador de um certo modo de cuidar, revelando fissuras, contradições e potências que atravessam o cotidiano institucional.

Inspirada na Análise Institucional e no institucionalismo franco-brasileiro, nomes como René Lourau, Eduardo Passsos, Regina Benevides de Barros, esta análise toma os dispositivos de escrita (diários de campo, relatos, notas soltas, registros informais) como operadores de implicação, uma forma de deixar-se afetar pelas forças instituintes e instituídas do campo de cuidado. A UAA é tomada aqui não como objeto de estudo, mas como dispositivo que provoca a elaboração de perguntas.

Atravessando a experiência na UAA, emerge a necessidade de pensar o cuidado para além do aspecto macropolítico das instituições. A micropolítica, conforme proposta por Deleuze e Guattari e desdobrada por Rolnik, diz respeito às forças sutis, aos afetos, às potências de

encontro e às violências miúdas que atravessam as relações de cuidado.

A moralização do cuidado, a imposição de rotinas, a punição disfarçada de acolhimento são expressões de uma micropolítica reativa, que opera em nome do bem, mas produz sofrimento. A micropolítica do cuidado é o campo onde se disputa o sentido do que seja cuidar: "produzir autonomia ou manter a docilidade? Abrir possibilidades ou regular comportamentos?"

O delineamento metodológico escolhido foi a análise de diários de campo produzidos durante o trabalho na UAA que compreendeu o período entre setembro de 2023 e fevereiro de 2025. A confecção desses diários foi composta por meio dos relatos dos dias de trabalho, das anotações que serviam para uma organização pessoal, dos diversos registros das reuniões de equipe, das inúmeras pendências para a semana e de outros fragmentos de escritas. Esses, hoje promovidos à condição de diários de campo, nunca possuíram a pretensão de sê-los. A partir dessa condição será possível produzir um movimento de análise que almeje esmiuçar as sujeiras, visto que nunca tiveram a intenção de serem escondidas, de dar visibilidade a cenas que orientam a discussão de cuidado, de apreender os fragmentos de práticas de redução de danos alinhadas com um dispositivo moral. A análise dos diários será produzida a partir da leitura integral, seleção de cenas norteadoras, e leitura destas a partir do referencial teórico apontado anteriormente.

Dada a condição inicial da pesquisa não será possível apontar resultados definitivos neste momento. A pretensão dessa apresentação é dar conta da leitura de todos os diários e a seleção de cenas analisadoras. As experiências apresentadas subsidiarão uma discussão que posicione a redução de danos enquanto ética de cuidado, certamente considerando as situações em que ela foi usada para afirmar um paradigma moral de abstinência, modulado pelo desejo dos profissionais de que o usuário interrompa seu uso. Espera-se que as discussões produzidas nesta apresentação nutram a dissertação na qual essa análise se localiza, além de fomentar a discussão sobre esse paradigma ético e político da redução de danos.

Comunidades terapêuticas e prisões - políticas de genocídio e guerra às drogas

Barbara Franciele Oliveira Gualberto (UFMG)

Este trabalho refere-se a um relato de pesquisa, ainda em andamento, e tem como tema as trajetórias comuns e encarceradas de pessoas negras e pobres usuárias de drogas. O uso de drogas é um fenômeno que faz parte da experiência humana e será significado de diferentes formas, a depender da época, da cultura e do contexto sociopolítico. Na década de 1970, o então presidente norte-americano Richard Nixon lançou ao mundo a chamada "guerra às drogas", na qual o inimigo — as drogas — deveria ser combatido a qualquer custo. Essa política está inserida em uma racionalidade neoliberal enquanto necropolítica, tornando-se uma estratégia governamental que surge após o extermínio dos movimentos identitários revolucionários nos EUA, com o objetivo de aniquilar qualquer possibilidade de nova onda revolucionária. De forma geral, a figura do comunista passa a ser substituída pela do traficante. A guerra às drogas constitui uma nova geopolítica do racismo como racionalidade de governo em escala mundial. No Brasil, a criminalização das drogas, desde o século XIX, tem sido utilizada contra pessoas negras e pobres. Assim, temos uma política de drogas construída a partir da lógica da guerra, o que também se reflete no tratamento destinado aos usuários. Uma reflexão que surgiu a partir da literatura consultada foi a de que as Comunidades Terapêuticas (CTs) fazem parte do arquipélago penitenciário voltado à gestão de populações periféricas. É a partir dessa questão que o objetivo desta pesquisa vem se delineando: analisar a trajetória encarceradora de pessoas negras e pobres usuárias de drogas, a partir da lógica punitiva imposta pelo racismo. Essa comparação se faz necessária porque tanto o sistema prisional quanto as comunidades terapêuticas se colocam como destinos para usuários de drogas negros e pobres. O que possibilita tal paralelo entre ambas as instituições é o fato de funcionarem sob uma mesma lógica punitiva e encarceradora. Discutir as políticas públicas voltadas aos usuários de drogas também é tarefa da psicologia social, e a relação com o eixo temático "Psicologia Social e Saúde" se estabelece na medida em que o trabalho se propõe a discutir as políticas contemporâneas de saúde mental, álcool e outras drogas. Considerando que, atualmente, a política de drogas é utilizada como instrumento de genocídio da população negra, é fundamental refletir sobre como tais políticas recaem sobre o usuário de drogas, para que tenhamos uma atuação profissional crítica e politicamente situada. Hoje, as CTs têm centralidade na discussão sobre políticas de saúde mental, álcool e outras drogas, à medida que ganham espaço enquanto política pública. Geridas, em sua maioria, por instituições religiosas, essas comunidades passaram a receber recursos federais a partir de 2010 — sendo que, em alguns estados e municípios brasileiros, o repasse de recursos públicos municipais e estaduais já era prática comum. Essas instituições, que utilizam de forma equivocada o termo "comunidade", ainda mais acrescido de "terapêutica", são locais de internação para a recuperação do uso e abuso de substâncias psicoativas, nos quais os usuários são submetidos à exigência da abstinência como única possibilidade de tratamento. Além disso, utilizam rotina disciplinada, atividades de trabalho/laborterapia, convivência entre pares e grupos de ajuda mútua, organização em residências coletivas temporárias e práticas espirituais e/ou religiosas como modelo de tratamento. Os usuários que ingressam permanecem isolados de suas relações sociais e de seus territórios, o que contraria toda a lógica da Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial, que preconiza que a saúde mental se constrói com liberdade. Esse tipo de instituição tem sido alvo de várias inspeções, e foram produzidos diversos relatórios que evidenciam violações de direitos humanos em seu interior. Desde 2016, houve

significativo avanço na ampliação e no financiamento dessas CTs no campo normativo, o que culminou em um aumento expressivo de vagas entre 2018 e 2021, financiadas pelo Ministério da Cidadania. É interessante observar como as CTs passaram a ser regulamentadas por outros campos que não o da saúde, mesmo sendo instituições voltadas ao tratamento de usuários de álcool e outras drogas. De forma mais ampla, esse é um movimento proposital e estratégico das CTs: sua inserção nas políticas públicas não apenas no campo da saúde, mas também nas políticas sobre drogas que abrangem justiça, segurança e assistência. Cabe, primeiramente, refletir sobre as implicações de as CTs serem regulamentadas por áreas que não a da saúde, apesar de sua finalidade declaradamente terapêutica. A partir dessa reflexão, é possível perceber como a lógica de funcionamento das CTs segue alinhada à política de saúde mental, álcool e outras drogas inspirada na racionalidade da guerra às drogas. A base de análise das referências encontradas foi construída a partir de uma perspectiva crítica, que une o materialismo histórico-dialético às reflexões da criminologia crítica, bem como às teorizações sobre o racismo estrutural brasileiro de diversos autores. O lugar da trabalhadora-pesquisadora, enquanto integrante da rede de atenção psicossocial do SUS-BH, também é central, por constituir um importante operador investigativo. O trabalho ainda está em curso e não apresenta conclusões definitivas, apenas considerações iniciais: essas instituições têm crescido e encontrado solo fértil no Brasil, fazendo parte de um projeto político genocida e excludente. Têm ganhado cada vez mais espaço como escolha de tratamento para usuários de álcool e outras drogas, inclusive no âmbito das políticas públicas; e, de forma equivocada, vêm se popularizando como espaços de saúde e tratamento, quando, na verdade, são instituições que, assim como outras instituições manicomiais, devem ser extintas. As verbas hoje destinadas às CTs deveriam ser utilizadas em melhoria da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) com profissionais que utilizem tratamentos aliados à Reforma Psiquiátrica e Luta Antimanicomial.

Construindo cuidados possíveis dentro de uma Rede de Atenção Psicossocial: encontros e desencontros interprofissionais

Willian Tito Maia Santos (UFRB)

O processo da Reforma Psiquiátrica Brasileira (RPB) vem se desenvolvendo ao longo das últimas décadas pautado em grande parte na desconstrução da estrutura física dos manicômios como lugar privilegiado de tratamento da loucura e na paulatina reversão desse lugar a partir da produção de uma rede substitutiva à internação psiquiátrica e aos cuidados em Saúde Mental, propondo profundas mudanças nos modelos de atenção e de gestão das práticas psiquiátricas no país e se configurando como um processo político e social complexo. A legislação criada ao longo desse processo pensou e botou em execução todo um conjunto de dispositivos de saúde para que a reforma acontecesse através do estabelecimento e da organização de uma rede de atenção pautada no cuidado psicossocial, na tentativa de se atender as demandas em Saúde Mental de forma aberta, comunitária e com atuação nos territórios, criando uma política pública de saúde mental estruturada e com financiamento público definido.

A política de Saúde Mental no Brasil vai se estruturando de forma complexa principalmente a partir dos anos 2000, através da capilarização paulatina dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e de outras experiências e serviços de saúde. A RPB vai se concretizando a partir da abertura de novos serviços de saúde mental em uma clara tentativa de aplicação nestes de uma série de pressupostos filosóficos, conceituais e pragmáticos que podem ser sintetizados na Estratégia da Atenção Psicossocial (EAPS). A EAPS se ancora no Paradigma Psicossocial, que entende o processo de saúde-doença mediado pelos processos sociais que demandam uma abordagem interdisciplinar e interprofissional.

O paradigma psicossocial se encontra na interface entre o campo da Saúde Mental e da Saúde Coletiva, no que alguns entendem por saúde mental coletiva. Com essa perspectiva entende-se que o processo de saúde-doença é resultante de processos sociais complexos que demandam uma abordagem interdisciplinar/interprofissional e uma construção de diversidades de dispositivos de atenção e de cuidado. Com isso, o sujeito em sofrimento tem no seu entorno social, no seu contexto de vida, no seu trabalho e nas suas relações sociais fatores importantes a serem levados em conta no processo de construção de uma atenção qualificada.

Com a implantação paulatina das Redes de Atenção à Saúde (RAS) temáticas no Brasil a partir de 2010, é preconizada também a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) no ano de 2011, que passa a pressupor a garantia de ações de tratamento e reabilitação para usuários de álcool, crack e outras drogas, assim como também aos indivíduos com sofrimento psíquico. As RAPS foram preconizadas como uma forma de articular os dispositivos e serviços no campo da saúde mental com o objetivo de estruturar uma rede territorial de serviços que havia sido proposta originalmente na Reforma Psiquiátrica Brasileira, articulando os pontos da rede e facilitando o acesso dos usuários a um cuidado continuado e qualificado.

A preconização para que os serviços de saúde mental se organizassem em RAPS, assim como o que foi pensado para as outras redes temáticas das RAS, buscam superar um modelo hierarquizado e biomédico organizado por componentes isolados, hierarquizados e de ações curativas na tentativa de organização de uma rede poliárquica com atenção integral, contínua, orientada pelas condições crônicas do campo da saúde.

Esperava-se que o estabelecimento das RAPS fossem estabelecer o respeito aos direitos humanos, a garantia de autonomia e liberdade e o exercício da cidadania aos usuários e familiares da rede, alçando-os claramente à condição de cidadãos e sujeitos de direitos, tendo então a possibilidade de se alcançar a integralidade no atendimento. Outrossim, a RAPS visa, além disso, promover o acesso à atenção psicossocial da população

em geral, a vinculação dos sujeitos em sofrimento psíquico e seus familiares nos diversos pontos de atenção e garantir a articulação e integração dos pontos de atenção das redes de atenção no território. Essa rede visa garantir que esse cuidado não seja pensado apenas por meio de diagnósticos, nem de práticas que restrinjam ou limitem o exercício do ir e vir, tampouco que submetam o sujeito a um regime de controle e vigilância sobre suas ações. Cuidado, enquanto espaço de vida, de estímulo, de confronto, de oportunidades, de relações que vislumbrem a mudança da cultura e de uma política mais social que sanitária. Nessa perspectiva, reconhece o outro como legítimo cidadão de direitos e valoriza os diferentes sujeitos, implicados na produção de sua saúde.

Nos últimos anos a política de saúde mental, assim como a própria existência as RAPS têm sofrido uma série de ataques e retrocessos, indicando inflexões e retrocessos na RPB, envolvendo em alguns momentos a proposição de um desconstrução da própria Reforma Psiquiátrica. Todavia, mesmo com todas essas problemáticas ainda atuais, a perspectiva de atuação dos serviços de saúde mental em rede anima os ativistas do campo antimanicomial e serve como fonte de inspiração para muitas gestões e trabalhadores comprometidos politicamente com suas causas e fundamentos.

O presente relato, levando em consideração o processo descrito acima, busca compartilhar algumas experiências vivenciadas de 2018 até os dias atuais, tanto a nível de estágio supervisionado como de atividades de extensão universitária, na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) no município de Santo Antônio de Jesus/Ba. As atividades foram desenvolvidas no âmbito do curso de graduação em Psicologia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Com o objetivo principal de articular ações na RAPS municipal em parceria com outras categorias profissionais do campo da saúde, buscamos fortalecer o trabalho em rede através de um processo de intensificação de cuidados junto a alguns usuários da rede. Atuando a partir da perspectiva de uma clínica ampliada e da saúde mental coletiva, buscamos desenvolver Projetos Terapêuticos Singulares (PTS) com estes usuários, tornando-os protagonistas da sua própria vida e história.

As experiências foram desenvolvidas na Rede de Atenção Psicossocial do município buscando articular principalmente dois níveis de densidade tecnológica da RAPS: a Atenção Básica e a Atenção Especializada em saúde mental. Atuando principalmente junto a um CAPS II e a quatro Unidades de Saúde da Família (USF), a experiência mostrou as tensões existentes na interface entre esses dois níveis de assistência em saúde mental.

Uma das constatações é a de que a atenção básica não se considera responsável com a assistência em Saúde Mental: sua função é entendida como um espaço de identificação e encaminhamento de usuários com "perfil CAPS" para os CAPS do município. Quando muito, se considera a responsabilidade atribuída apenas aos profissionais da Psicologia que compõem as e-multi. Os CAPS atuam a partir daí de forma isolada e fragmentada da atenção básica e também da atenção hospitalar. Para enfrentarmos tal problema, desenvolvemos Projetos Terapêuticos Singulares com alguns usuários do CAPS II com transtornos psíquicos severos e persistentes que tinham uma complexidade não atendida pela RAPS e que necessitavam de um cuidado mais intensivo. Como uma forma de "costurar" a rede, circulamos pelo território realizando acompanhamentos terapêuticos com usuárias e usuários que eram entendidos como casos "sem solução".

A idéia de elaborar projetos terapêuticos singulares foi um grande desafio, pois pudemos conhecer, conviver, discutir e refletir sobre todo processo da atenção à saúde e da atenção psicossocial em articulação com as redes. O objetivo era envolver e ter a participação real de outros profissionais da saúde no processo de cuidado. Todavia, encontramos muita resistência em um envolvimento real de outros profissionais (tais como enfermeiros, nutricionistas, odontólogos e fisioterapeutas) no cuidado em saúde mental. Primeiramente percebemos que a RAPS não funciona como rede de atenção à saúde, e que a existência dos pontos da rede não significa que estes estejam realmente articulados entre si. Percebemos também que existe na RAPS uma desimplicação dos trabalhadores que não estão "em tese" no campo da saúde mental, como se o cuidado neste campo fosse de

responsabilidade quase que exclusiva dos profissionais da Psicologia e da Psiquiatria.

Estas experiências têm nos feito refletir sobre como é importante estar dentro dos serviços de saúde mental para entender de que forma o cuidado realmente acontece e se de fato este se baseia em uma perspectiva antimanicomial. É importante ainda salientar que são possíveis os avanços no cuidado psicossocial para além dos muros do equipamento CAPS. Através do projeto terapêutico singular, juntamente com o acompanhamento terapêutico, percebemos que foi possível a inserção, a participação e a autonomia das usuárias acompanhadas de forma ética e comprometida, além das dificuldades de envolvimentos dos outros profissionais da saúde para a construção de PTS's possíveis e transformadores. Nos cabe ainda ressaltar que vivenciar processos de mudanças de práticas no qual encontramos avanços e retrocessos, requer a desconstrução do modelo ainda fortemente médico-hospitalocêntrico. Portanto, ainda temos uma grande luta para a efetivação da Reforma Psiquiátrica e de uma luta realmente manicomial, nas estruturas físicas e de nossas psiques..

Desnorteando o Cuidado: A capoeira inserida no Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas

Eduardo Marques (UNESP), Leticia Dias Silva (UNESP), Gabrielle Martins Fernandes (UNESP), Paulo Vitor Palma Navasconi (UNESP)

O presente trabalho apresenta um relato de experiência elaborado a partir das atividades e reflexões desenvolvidas durante o estágio curricular supervisionado do curso de Psicologia, com ênfase em relações étnico-raciais, interseccionalidades e processos clínicos, realizado entre os meses de março e julho de 2025 em um Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD). Localizado na periferia de um município do interior do estado de São Paulo, o serviço atende majoritariamente pessoas negras e periféricas, cujas vivências são marcadas por vulnerabilidades históricas, sociais e econômicas. Neste cenário, o objetivo do trabalho é refletir as repercussões da prática da capoeira enquanto ferramenta terapêutica afrorreferenciada, analisando suas potencialidades e desafios enquanto modalidade de cuidado e promoção de saúde mental inserida no serviço.

A atuação da psicologia no contexto da atenção psicossocial exige um olhar ampliado sobre o sofrimento psíquico, compreendendo-o não apenas a partir de aspectos individuais, mas também estruturais. Para isso, o estágio foi orientado por uma fundamentação teórica que articula referenciais da Psicologia Social Crítica, da Clínica Ampliada e dos Estudos Decoloniais, além de autoras e autores como Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021), Rachel Gouveia Passos (2023) e Emiliano Camargo David (2024) que, dialogando com essas abordagens, problematizam os atravessamentos e impactos do racismo estrutural, da desigualdade social, das opressões de gênero e da marginalização territorial na constituição do sujeito e na experiência do sofrimento psíquico.

A capoeira foi compreendida não apenas como prática corporal, mas como expressão cultural, política e identitária de resistência da população negra. No serviço de saúde mental, ela articula a interface entre arte, saúde e cultura, viabilizando estratégias para a produção de subjetividade, promovendo processos de reconstrução de identidade e fortalecimento de rede a partir de espaços de troca, experimentação e novas formas de participação social. Articulando os conceitos discutidos por Emiliano Camargo David (2024), a inserção da capoeira no CAPS AD como oficina terapêutica, torna possível refletir o desnorteamento do que é compreendido historicamente enquanto cuidado, permitindo pensar também o aquilombamento através da criação de novos modos de cuidado em saúde mental, conectando saberes populares e comunitários à lógica do cuidado institucional.

As estratégias metodológicas utilizadas foram baseadas em uma abordagem qualitativa e participativa. O estágio envolveu a observação participante nas oficinas semanais de capoeira realizadas por um profissional de psicologia do serviço, que pertence a um grupo de capoeira local. Entre as atividades desenvolvidas, destaca-se a participação das oficinas de capoeira, além de rodas de conversa, registros em diário de campo, discussões em grupo com as pessoas atendidas pelo CAPS AD e encontros semanais de supervisão na clínica-escola da universidade. A escuta clínica em contexto ampliado foi fundamental, possibilitando acessar as narrativas dos sujeitos em sua complexidade e singularidade, mas também inseridas em seus contextos históricos e sociais.

Durante o acompanhamento das oficinas, observou-se a potencialidade da capoeira enquanto ferramenta que articula e promove a expressão corporal, emocional e simbólica dos participantes. A escuta dos relatos ao longo das atividades evidenciou o impacto positivo na

autoestima e na valorização da própria identidade, possibilitando o questionamento e problematização de estereótipos e estigmas racistas historicamente associados às manifestações culturais afro-brasileiras e ao uso de substâncias psicoativas. A prática permitiu o resgate de histórias pessoais e coletivas, frequentemente silenciadas pelo modelo biomédico e manicomial do tratamento da saúde mental e pelo racismo institucional. Além disso, operou como espaço de convivência e reconstrução de vínculos sociais, especialmente entre pessoas que se encontram em situação de ruptura com suas redes de apoio.

Outro efeito observado foi a melhora na adesão ao serviço. Ao acompanhar as oficinas, foi notável a ampla participação das pessoas acompanhadas pelo serviço. Este movimento indicou a importância de práticas terapêuticas que mobilizem afetos positivos e que estejam alinhadas às referências culturais dos sujeitos atendidos. Além disso, notou-se a participação das pessoas acompanhadas pelo serviço no cronograma de atividades dos grupos de capoeira da cidade. Esses grupos promovem treinos, rodas, oficinas de construção artesanal de instrumentos e práticas de melodias e sonoridades em diferentes praças públicas dos territórios, evidenciando a contribuição da capoeira para o cuidado em liberdade, como previsto pelos princípios da atenção psicossocial.

Entretanto, também foram identificados muitos desafios. A principal dificuldade referiu-se ao não reconhecimento da capoeira como ferramenta terapêutica por parte de alguns profissionais que compõem a equipe da instituição, além do questionamento acerca do papel da psicologia no serviço. Houve tentativas de interrompimento da continuidade das oficinas através da narrativa de que a atuação dos profissionais de psicologia no serviço deveria ser focada na realização de atendimentos individuais e que a prática de capoeira não apresentava potencial terapêutico. Esse discurso deriva de visões reducionistas da psicologia e da saúde mental, com heranças no modelo biomédico manicomial que compreende o cuidado de modo limitado, contrastando com o viés da desinstitucionalização, que afirma a importância de oportunizar acesso a espaços de lazer, cultural, esporte, educação e trabalho, ao mesmo tempo, em que se articulam os diferentes equipamentos da Rede de Atenção Psicossocial. Este desafio evidenciou a necessidade de formação permanente e de ampliação do repertório técnico e ético dos trabalhadores da saúde mental.

Como conclusão, o estágio possibilitou vivenciar uma prática clínica em contexto ampliado no serviço de saúde, integrando a dimensão subjetiva através da cultura e a análise crítica das condições de vida dos sujeitos. A experiência no CAPS AD revelou a potência da prática de capoeira como dispositivo de cuidado, possibilitando que os usuários pudessem vivenciar um resgate de suas múltiplas expressões, experiências de relações com o outro, protagonismo e novos lugares de experimentação de si, à medida que expôs os limites de uma instituição que ainda opera, muitas vezes, através de lógicas excludentes e eurocentradas. Foi possível compreender que práticas culturais tradicionais, são também estratégias de cuidado, resistência e fortalecimento de laços sociais, principalmente em contextos marcados por violências interseccionais.

Refletir sobre saúde mental no CAPS AD a partir da capoeira é, portanto, refletir sobre formas de ampliar o cuidado em saúde, para além da mera ausência de doença ou uso de substâncias psicoativas, ofertando aos participantes um espaço de construção de um serviço de saúde pautado pelo cuidado coletivo, onde as pessoas atendidas sejam protagonistas de seus cuidados. O estágio contribuiu para uma formação profissional crítica, interseccional, comprometida com a transformação social, reconhecendo os saberes populares, culturais e os direitos de grupos historicamente marginalizados

Palavras-chaves: Capoeira; Aquilombamento; Saúde Mental; CAPS AD; Estágio supervisionado.

Equidade em Saúde Mental: desafios para o trabalho na perspectiva intercultural na Atenção Primária à Saúde

Magda Dimenstein (UFRN), Ana Carolina Rios Simoni (UFRN), Leonardo Martins (PUC-RJ), Telmo Ronzani (UFJF), Jader Ferreira Leite (UFRN), João Paulo Macedo (UFDPAR), Victor Hugo Belarmino (UFRN), Brisana Indio do Brasil da Silva (UFC)

Introdução: Para o processo brasileiro de Reforma Psiquiátrica os cuidados primários em saúde sempre foram considerados estratégicos pelo seu potencial de viabilizar um cuidado territorial e antimanicomial na linha de frente do Sistema Único de Saúde/SUS. Entretanto, em cenários marcados por fortes interesses socioeconômicos da colonialidade e do capitalismo neoliberal, há imensas dificuldades políticas e operativas na efetivação das expectativas de justiça social e de redução das iniquidades em saúde, de responder às demandas heterogêneas dos diferentes grupos sociais e de promover a equidade de ações aos grupos culturalmente diferenciados em suas demandas e necessidades. Contudo, dentre os inúmeros desafios para a efetivação de políticas e ações em saúde com foco na integralidade e na equidade, no atendimento das complexas necessidades da população com base no reconhecimento das determinações e condicionantes do processo saúde doença, no respeito à singularidade de cada pessoa, seus saberes e experiências de vida, estão aqueles relacionados à formação e preparação de recursos humanos para atuação em contextos culturalmente diversos. Visando contribuir na direção proposta por este GT e adensar as reflexões sobre a práxis psicossocial no campo da saúde mental, álcool e outras drogas, do trabalho intercultural em saúde e potencializar as políticas de saúde equânimes e inclusivas, serão apresentados os resultados de pesquisa realizada com trabalhadores vinculados à APS de todas as regiões brasileiras.

Objetivos: Investigou-se as demandas que chegam às unidades de saúde, as ofertas de cuidado, as dificuldades enfrentadas para atuar no território e os impasses que se impõem ao trabalho na APS, caracterizado pela ampla diversidade cultural e heterogeneidade dos usuários em relação às condições de vida, à situação de saúde e às possibilidades de acesso aos serviços de atenção psicossocial. Buscou-se, ademais, conhecer a percepção dos trabalhadores acerca da contribuição da formação acadêmica e dos conhecimentos adquiridos em serviço para reconhecer as necessidades dos grupos e pessoas em função das suas características socioculturais e questões étnico raciais, atuar junto a grupos minoritários e culturalmente diferenciados, assim como das iniciativas de educação permanente para o desenvolvimento de competências culturais em saúde mental.

Metodologia: utilizou-se formulário online disponibilizado via Google Forms e respondido por profissionais da APS de diversas regiões do Brasil. A amostra incluiu trabalhadores de diferentes categorias profissionais e níveis de formação (técnica/média/superior). O questionário foi composto por seções que abordavam: 1) aspectos sociodemográficos como gênero, raça, idade, escolaridade, estado civil, categoria/nível profissional e tempo de trabalho; 2) percepção sobre a formação e atuação profissional voltado para grupos étnicos minorizados; 3) processo saúde e doença; 4) processo de trabalho em saúde; 5) educação permanente em saúde (EPS).

Resultados: participaram 323 trabalhadores de 23 das 27 Unidades da Federação do Brasil, dos quais 225 (69,7%) estão vinculados à UBS ou Equipe da ESF e 98 (30,3%) ao NASF. Majoritariamente, trabalham no meio urbano (212 – 65,6%). Estão distribuídos na região Nordeste (140 – 43,3%), Sudeste (115 – 35,6%), Sul (34 – 10,5%), Norte (17 –

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

5,3%), Centro-Oeste (14 – 4,3%). Em sua maioria, são mulheres (273 – 84,5%). A metade se autodeclarou branca (169 – 52,3%), a outra metade negra, ou seja, parda (131 – 40,6%) e preta (19 – 5,9%), seguida de amarela (4 – 1,2%). Possuem entre 31 e 50 anos (206 – 63,8%), 20 e 30 anos (84 – 26%) e mais de 51 anos (33 – 10,2%); são solteiros (160 – 49,5%) e casados (137 – 42,4%); têm ensino superior completo/incompleto (298 – 92,3%). São graduados na área de Ciências da Saúde (213 – 65,9%), seguido nas Ciências Humanas (86 – 26,6%) e poucos com formação técnica (23 – 7,1%). Trabalham na área da saúde há mais de 6 anos (65%). Em relação às problemáticas de saúde mental recebidas, registra-se alta demanda com distintos níveis de complexidade. Ansiedade, depressão, uso abusivo de substâncias psicoativas, distúrbios do sono, transtornos de pânico, comportamentos auto lesivos e tentativa de suicídio, esquizofrenia, problemas associados à violência, demências e egressos de internações psiquiátricas prolongadas, estão dentre as variadas demandas que chegam cotidianamente. A alta frequência de recepção destes problemas - indicada por mais da metade da amostra - mostra a regularidade destas problemáticas e alerta para um grande desafio que as equipes enfrentam: a pesada carga dos transtornos mentais e comportamentais na APS. Há o agravante de que em muitos municípios brasileiros as equipes da APS constituem a única retaguarda assistencial disponível. Isto impacta na capacidade de resposta das equipes e serviços na organização da oferta de cuidados, na escuta qualificada do sofrimento e no acolhimento alinhado ao modelo psicossocial de atendimento comunitário e territorial, assim como na formulação de estratégias de enfrentamento das necessidades, mitigação dos impactos psicossociais e empoderamento dos usuários. Evidencia-se desigualdades em termos de indicadores de disponibilidade de serviços de saúde mental e lacunas assistenciais em relação aos serviços da RAPS. Em termos das ofertas de cuidado, 88,5% dos trabalhadores realizam atendimento conjunto com as equipes da ESF e participam das visitas domiciliares, que é uma das estratégias mais importantes de indução de reorganização do processo de trabalho voltado para as intervenções terapêuticas no território e à produção de cuidado nos espaços comunitários, assim como para a gestão compartilhada e integrada do cuidado. Contudo, os resultados evidenciam que a modalidade mais destacada foi o atendimento clínico individual (90,4%), bem como o aconselhamento psicológico (74,3%). Ambas, guardam uma herança do modelo clínico hegemônico, são estratégias de cuidados intramuros, que privilegiam o locus do serviço. O apoio matricial recebeu indicação de pouco mais da metade dos trabalhadores (60,4%) e tecnologias inovadoras de intervenção tão caras ao modelo de atenção psicossocial tais como o acompanhamento terapêutico (54,2%), o projeto terapêutico singular (52,3%) e ações de redução de danos (45,8%), ações que instigam a corresponsabilização pelo cuidado e que potencializam a articulação dos serviços com os distintos equipamentos sociais existentes no território receberam bem menos indicações. Além disso, houve baixa menção à realização de práticas grupais (grupos terapêuticos/61%; grupos de ajuda mútua/42,1%). Mais de 50% dos participantes indicaram problemas associados à gestão e ao processo de trabalho na APS, à falta de vinculação territorial das equipes, à dificuldade de organizar ações de acordo com as necessidades da comunidade; à precarização das políticas públicas, ao desfinanciamento e fragilização da PNAB - que vem impactando na falta de infraestrutura, de espaço físico e na precarização do trabalho das equipes - às lacunas da formação em saúde e da EPS nos diversos níveis de atenção para o desenvolvimento de habilidades em termos de uso de tecnologias relacionais ou leves que favoreçam o acolhimento, criação de vínculo e responsabilização pelo cuidado integral. Em termos da formação, mais de 40% dos trabalhadores indicaram dificuldades em compreender as especificidades culturais dos usuários, em relação às suas capacidades técnicas e habilidades afetivas para lidar com grupos minoritários e culturalmente diferenciados. Há dificuldades em reconhecer a dimensão da interculturalidade no cotidiano

da saúde, incorporar saberes populares, buscar o diálogo com as lideranças que são referências em cuidados tradicionais, atentar-se aos efeitos do racismo e de outras formas de violência institucionais e estruturais com os quais ele se interseciona. Estes aspectos dificultam pôr em marcha no dia-a-dia movimentos contra hegemônicos às lógicas produtivistas e privatistas que capturam os fazeres da APS nos enquadres biomédicos individualizantes.

Conclusões: No território nacional as equipes da APS enfrentam dificuldades para responder, organizar a oferta de cuidados e desenvolver práticas de saúde mental culturalmente competentes e sensíveis. Há uma demanda complexa e crescente, vazios assistenciais, sobrecarga dos trabalhadores e defasagem na formação. Isto se associa às dificuldades de reconhecimento das necessidades e demandas em saúde mental, às disparidades na assistência e às barreiras de acesso enfrentadas por diversos grupos minoritários e populações que utilizam a APS como retaguarda prioritária em saúde mental. Esta investigação possibilitou identificar a existência de lacunas quanto a um enfoque intercultural na formação profissional, fragilidades na inclusão de processos de educação permanente em saúde com foco no trabalho junto a grupos minoritários e culturalmente diversos no cotidiano das práticas de cuidado, falta de porosidade dos processos de trabalho aos pertencimentos socioculturais que marcam a subjetividade de usuários e trabalhadores, bem como possíveis divergências dentro das equipes de saúde e destas em relação à gestão que apontam para dificuldades na passagem das concepções de cuidado atentas aos aspectos socioculturais e étnico raciais do processo saúde doença para o cotidiano das práticas. Em outras palavras, para transformar a práxis psicossocial, os modos de experienciar, compreender e tratar o sofrimento psíquico na perspectiva intercultural, antirracista, interseccional passa por suplantar estas capturas, mobilizando processos de trabalho na direção da aprendizagem significativa das estratégias de EPS e de participação social de usuários e grupos culturalmente diversos nos serviços. Esta é uma aposta ética e política para abrir espaço ao encontro intercultural e intersubjetivo em que é possível deparar-se com a alteridade, reconstruindo coletivamente tecnologias e saberes para operar o cuidado em saúde mental com equidade.

Projeto financiado com recursos do CNPq - Edital Pro Humanidades - Chamada nº 40/2022 - Linha 3B - Projetos em Rede - Políticas públicas para o desenvolvimento humano e social.

Jogos Goianos da Saúde Mental: práticas coletivas, políticas públicas e desafios da desinstitucionalização no atual contexto brasileiro

Gardenia de Souza Furtado Lemos (UFG), Adelvair Helena dos Santos (Prefeitura Municipal de Goiânia), Clemici Lima Correa (Prefeitura Municipal de Goiânia), Larissa Arbués Carneiro (UFG), Francisco Luiz de Marchi Netto (UFG), Natan Vitor da Silva (UFG)

Os Jogos Goianos da Saúde Mental vêm se consolidando como um dispositivo de articulação política e cuidado em liberdade no estado de Goiás. Inscrito no campo da saúde mental coletiva e da luta antimanicomial, o evento, oriundo de ação de extensão, surge como resposta concreta à necessidade de se criar espaços de convivência, inclusão e protagonismo; produção de vínculos para pessoas em sofrimento psíquico, familiares e trabalhadores(as) da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS); além de formação acadêmica e profissional. Os Jogos se estruturam em três eixos – Esporte e Lazer, Arte e Cultura, e Economia Solidária – e, com regulamento próprio, afirmam uma perspectiva de cuidado em liberdade, centrada no estímulo à participação coletiva, na valorização das singularidades e no protagonismo dos/as usuários/as, subvertendo a lógica competitiva por uma ética do encontro, da convivência e da inclusão. Entretanto, a potência do evento convive com os limites impostos pela conjuntura política e institucional brasileira, marcada por desmontes das políticas públicas, precarização dos serviços e retorno de práticas manicomiais sob novas roupagens. O problema central discutido neste relato diz respeito à fragilidade da mobilização em rede e à urgência de fortalecer ações contra-hegemônicas nos territórios.

Este trabalho tem por objetivo apresentar um relato crítico das experiências vivenciadas ao longo das edições dos Jogos Goianos da Saúde Mental, que acontecem desde o ano de 2018, com foco nas estratégias de mobilização, enfrentamentos políticos, desafios institucionais e a potência subjetiva e coletiva da iniciativa, evidenciando seu papel na efetivação dos princípios da Reforma Psiquiátrica brasileira e no fortalecimento da RAPS.

O trabalho dialoga com eixos do congresso que tratam da produção de subjetividades, que rompem com lógicas punitivistas e moralizantes e produzem novos sentidos para o cuidado em liberdade de pessoas com sofrimento psíquico, incluindo por uso problemático de substâncias, baseadas na escuta, na autonomia e na construção coletiva de estratégias de enfrentamento às violências institucionais e históricas.

O referencial teórico ancora-se na perspectiva da psicologia social crítica latino-americana, comprometida com a transformação das condições de vida e com a defesa intransigente dos direitos humanos. Considera-se as diretrizes da Reforma Psiquiátrica brasileira (Lei 10.216/2001), que propõe o rompimento com o modelo hospitalocêntrico e o fortalecimento de práticas de cuidado em liberdade, articuladas ao território e à singularidade dos sujeitos. Dialogamos com os aportes de Ignacio Martín-Baró (1986), que convoca a psicologia a assumir um papel ético-político na análise das estruturas de opressão e na reconstrução da subjetividade a partir da práxis coletiva. Consideramos a noção de sofrimento ético-político, desenvolvida por Bader Sawaia (1999) que nos permite compreender como a desigualdade social atua na constituição do sofrimento psíquico, exigindo práticas que integrem afeto, crítica e compromisso social. Nos filiamos, ainda, à tradição da saúde mental coletiva, na leitura de Franco Rotelli, cuja crítica ao manicômio transcende os muros institucionais e aponta para a desinstitucionalização como processo ético e político. Nesse sentido, mobilizamos o conceito de "manicômio ideológico", que explicita a permanência de lógicas autoritárias, moralizantes e excludentes nos dispositivos de cuidado, mesmo quando estes se apresentam sob a roupagem da reforma. Com Simone Yasui (2010), reforçamos a compreensão da Reforma como processo

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

inacabado, tensionado por disputas de projetos societários e pela resistência de práticas que se mantêm colonizadas por modelos biomédicos, tecnocráticos e despolitizados. É nessa tensão que se inscrevem os Jogos Goianos da Saúde Mental: como prática de invenção coletiva, aposta na potência da diferença e afirmação de novos modos de existir e cuidar no território.

O relato foi elaborado a partir do acompanhamento e participação direta nas edições dos Jogos, com observação participante, análise documental (regulamentos, relatórios, avaliações internas), interlocução com produções acadêmicas já apresentadas (dissertações, artigos científicos), participações em programas de rádio e televisão, mostras de saúde mental, além de diálogos com usuários(as), trabalhadores(as), gestores(as) e estudantes de diferentes cursos e universidades. Foram utilizados instrumentos de escuta qualitativa e sistematização participativa dos registros das atividades e dos relatos de vivências. A metodologia dos jogos segue os princípios da construção autogestionada e da sistematização de experiências, considerando os saberes populares e institucionais implicados no processo, garantindo o protagonismo de trabalhadores e usuários(as) em cada etapa do planejamento, execução e avaliação. Durante os anos mais críticos da pandemia de COVID-19 as atividades dos Jogos foram mantidas, inicialmente com ações virtuais realizadas das casas das pessoas e, gradualmente, retomadas nos serviços e territórios, com forte adesão e significativa criatividade das equipes e dos(as) usuários(as), reafirmando o compromisso com o cuidado mesmo em contextos de crise sanitária e isolamento.

Os Jogos Goianos da Saúde Mental, envolvem diferentes municípios do estado de Goiás e têm promovido espaços de integração, criação e convivência que fortalecem o cuidado em liberdade e contribuem para a desconstrução do estigma em torno do sofrimento psíquico e do uso problemático de álcool e outras drogas. O evento também reforça a articulação com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e com a Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPSR), destacando a participação de equipamentos como o Centro POP e o Serviço de Acolhimento para População em Situação de Rua de Goiânia, promovendo o acesso ao lazer, cultura, convivência e cidadania para sujeitos historicamente invisibilizados. Contudo, os limites são significativos: a desmobilização de grande parte dos serviços da RAPS e do SUAS, o distanciamento político de muitos trabalhadores(as), a ausência de ações educativas continuadas e a fragilidade na comunicação institucional comprometem a efetividade do evento enquanto ação de cuidado territorializado. Os fatores apontados como causas incluem adoecimento laboral, desqualificação política das equipes e retrocessos estruturais no financiamento e valorização do SUS e do SUAS.

Os Jogos Goianos da Saúde Mental demonstram que é possível construir experiências potentes de cuidado, convivência e luta por direitos mesmo em contextos adversos. A iniciativa reforça a urgência de práticas coletivas que afirmem os princípios da Reforma Psiquiátrica diante da tentativa de retorno do modelo manicomial, agora associado a comunidades terapêuticas, internações compulsórias e cortes drásticos de financiamento à RAPS. Também evidencia a necessidade de formação crítica e politicamente situada dos/as trabalhadores/as da saúde mental e da política de atendimento à população em situação de rua, superando lógicas tecnocráticas, medicalizantes e autoritárias. A presença de pessoas em situação de rua, usuários(as) da RAPS, jovens, pessoas negras e empobrecidas, bem como de trabalhadores(as) do SUAS, do SUS e universidades públicas locais, demonstra a força da construção intersetorial, popular e ampliada dos Jogos. Trata-se de uma prática potente de cuidado, política e resistência que deve ser preservada, ampliada e institucionalmente fortalecida.

"Lá é um sistema de cadeia!": Um retrato (da violência) das Comunidades Terapêuticas no Brasil

Pedro Henrique Antunes da Costa (UNB), Clara Parente Barreto Oka (UnB), Elisa de Pennafort Rabelo (UnB), Maria Moisés Faria (UnB), Vitoria Segato Jadallah (UnB)

Apesar dos históricos esforços da Luta Antimanicomial e dos avanços obtidos com a Reforma Psiquiátrica, o cenário atual no campo da atenção psicossocial é de disputas e desmonte. Esse processo contrarreformista ganha cada vez mais forma e força (especialmente a partir de 2015 e no cenário pós-golpe de 2016), se materializando por meio de inúmeros ataques aos dispositivos de cuidado e às políticas sociais como um todo. O desfinanciamento da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e a lógica asilar-manicomial - por meio do fortalecimento das instituições asilares - se mostram cada vez mais expressivos e nocivos para o campo. Aqui, uma instituição aparece como estratégica e fundamental: as Comunidades Terapêuticas (CTs), que passam a caracterizar-se como uma nova roupagem - mas sem grandes novidades - dos manicômios. Apesar das inúmeras denúncias realizadas sobre seu caráter violento, estas permanecem sendo super-financiadas e se legitimam exponencialmente como principal dispositivo acionado para "tratar" - ou melhor, manicomializar - pessoas em sofrimento e/ou com necessidades decorrentes do uso de drogas. Longe de ser inofensiva, essa realidade tem impacto significativo no fortalecimento da RAPS e da atenção psicossocial, que, fragilizadas, disputam ideologicamente e financeiramente com o campo neoliberal conservador em grande disparidade de recursos e força.

O presente trabalho, de natureza documental, objetivou fazer um levantamento das denúncias públicas sobre as Comunidades Terapêuticas (CTs) no Brasil, identificando violações de direitos e irregularidades divulgadas pela mídia. Para tanto, realizamos o levantamento das notícias e reportagens públicas contendo denúncias sobre CTs através do buscador Google, durante o mês de junho de 2024. Percebida a variedade de nomenclaturas utilizadas para se referir às instituições, foram usados os seguintes termos: "Comunidade Terapêutica", "Clínica/Centro/Casa de Reabilitação", "Clínica/Centro/Casa de Recuperação", "Clínica/Centro Psiquiátrico" e sinônimos. Como critérios de inclusão, utilizamos apenas material publicado em jornais e mídias eletrônicas brasileiras durante todo o ano de 2023, com acesso gratuito e referência a um dos termos de busca no título ou subtítulo da matéria. Foram excluídas reportagens repetidas (de mesmo link) encontradas por diferentes descritores, reportagens que utilizam o termo para se referir a outras instituições que não psiquiátricas ou reportagens que não contenham denúncia ou relatos de caso.

Para nos orientarmos teoricamente, utilizamos conceitos e reflexões da Psicologia Social Crítica e da Saúde Mental Crítica, com foco nos preceitos do Movimento de Luta Antimanicomial (MLA) e da Reforma Psiquiátrica Brasileira (RPB).

Ao todo 3.064 reportagens e notícias foram resgatadas e analisadas pelas pesquisadoras. Após aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, 251 notícias - 14 estados brasileiros - compuseram a amostra. A maior prevalência de notícias se deu em Goiás (76), São Paulo (63) e Rio de Janeiro (25). Precisamos fazer três considerações importantes antes de nos aprofundarmos nos dados. A primeira, é que não foram identificadas notícias na região Norte, mesmo sendo notável a presença de CTs em todo território nacional. Em relação a esse fato, observa-se uma tendência maior de divulgação de casos na região Sudeste do país, refletindo a desigualdade informacional significativa existente no país, que faz com que acontecimentos nas regiões Norte e Nordeste sejam ocultados e marginalizados. Na sequência, o segundo ponto, refere-se ao fato de que as 251 notícias não correspondem à quantidade exata de casos, pois alguns deles foram reportados e denunciados pela imprensa

mais de uma vez. Com isso, foi possível identificar pelo menos 90 casos diferentes dentre as denúncias. Por fim, no terceiro ponto, é fundamental considerar que a heterogeneidade de nomenclaturas utilizadas para noticiar as denúncias das CTs pode configurar como um artifício de proteção utilizado pelas instituições, a fim de tornar mais difícil sua caracterização como CT. O que fica evidente é que independente da nomenclatura e da roupagem utilizada na sua descrição (e na forma como se apresenta), essas instituições são orientadas pela mesma lógica: a lógica asilar-manicomial de segregação e violência, sendo, dessa forma, irreformáveis. Os resultados da pesquisa foram analisados em categorias, construídas com base no "tripé de cuidado" proposto pelas CTs: disciplina, trabalho e espiritualidade.

A primeira categoria de análise refere-se ao pilar da disciplina e foi intitulada como: "Do portão pra dentro, as coisas mudam. Lá é um sistema de cadeia". Em se tratando da disciplinarização, identificamos diversas práticas adotadas pelas CTs, que consistem em monitoramento excessivo dos internos (inclusive de seus hábitos e condições de sono, alimentação e higiene pessoal); imposição de regras rígidas de convivência; práticas de tortura; contenções físicas e químicas (medicalização forçada); e privação da liberdade e contato com familiares.

A categoria "Me tirava como um escravo", referente ao pilar do trabalho, explicita os mecanismos através dos quais as CTs reproduzem de forma cruel e perversa a lógica escravocrata que nos acompanha historicamente. Nessa categoria, evidenciam-se as situações de trabalho compulsório, não-pago e em condições degradantes dentro das Comunidades Terapêuticas - situações muitas vezes acompanhadas de índicios de tortura e coação. Mais do que a reprodução de um trabalho alienado e desprovido de sentido, o que se percebe é a reprodução da dinâmica da casa grande e da senzala típicas da nossa formação social. O trabalho aqui representa mais um instrumento disciplinar e subjugação.

Na última categoria, "Eles diziam que eu não tinha Deus no coração", o pilar da religiosidade aparece na forma de violência religiosa. Além do olhar culpabilizante e da perspectiva moral-punitivista direcionada aos internos, fica notório o caráter compulsório das práticas religiosas dentro das instituições. Esse suposto "tratamento moral" na verdade simboliza mais uma estratégia de doutrinação e violência, evidenciando que o trabalho das CTs não é cuidar das pessoas mas reeducá-las, numa tentativa de produzir novos sujeitos adequados ao modelo moral estabelecido. Não à toa, 37 reportagens mencionam explicitamente os proprietários, coordenadores ou gestores da instituição como líderes religiosos (em sua maioria evangélicos e católicos). Aqui, percebemos mais uma faceta de disciplinarização e desumanização, a partir da imposição de valores, crenças e comportamentos.

Em diálogo com o GT, esse trabalho busca demonstrar a centralidade das CTs no processo de Contrarreforma Psiquiátrica e a necessidade de se pensar e construir novos horizontes para a atenção psicossocial brasileira. Os achados vão ao encontro da literatura e evidenciam o caráter violento, opressor e manicomial de tais instituições - que representam a principal e mais extremada faceta manicomial da atualidade no campo álcool e drogas. A existência das CTs, portanto, configura enorme retrocesso: as categorias encontradas demonstram que estas instituições operam, via de regra, por meio do controle social, da violência religiosa e do trabalho forçado, o que evidentemente não é cuidado nem tratamento, muito pelo contrário, intensifica e cria novos processos de sofrimento.

Os achados dessa pesquisa nos convocam a refletir, enquanto trabalhadoras e trabalhadores da saúde mental, sobre os desafios do campo psicossocial, assim como seus limites, contradições e possibilidades. É urgente compreender de que forma e por quais mecanismos essas políticas e dispositivos se conectam ao projeto de sociedade manicomial vigente. A partir dessa compreensão, nos cabe pensar que (outro) projeto societário queremos.

Marcadores sociais de ouvidores de vozes: análise a partir dos itinerários terapêuticos.

Everly Maltaca Pypcak (UNICENTRO), Gustavo Zambenedetti (UNICENTRO)

A experiência de ouvir vozes é extrassensorial e, de acordo com estudos recentes, em torno de 2 a 4% da população mundial a vivenciam. Ao encontro da perspectiva antimanicomial, considera-se a audição de vozes como um fenômeno passível da vivência humana, não o definindo como um sintoma ou transtorno psiquiátrico (Stefanello, 2022). As relações com esses sujeitos devem ser promotoras de autonomia, através do vínculo, acolhimento e escuta atenta, rompendo o paradigma biomédico patologizante, o estigma e a tutela. Uma maneira de colocar em análise como são produzidas as relações de cuidado ou vulnerabilização desses sujeitos é através do mapeamento de seus itinerários terapêuticos, caracterizados pelos caminhos percorridos pelos indivíduos na busca de cuidados em saúde e a lógica que orienta essa trajetória. Refere-se ao delineamento do conjunto de práticas, estratégias, projetos e serviços percorridos visando a assistência em saúde e considera a multiplicidade de possibilidades para além dos serviços formais (Siqueira, Jesus, Camargo, 2016). O objetivo deste trabalho é apresentar um recorte analítico de uma dissertação de mestrado em andamento, discutindo os marcadores sociais que se interseccionam nos itinerários terapêuticos de ouvidores de vozes. Coaduna, então, com a proposta do Grupo de Trabalho "Saúde mental, álcool e outras drogas e práxis psicossocial" que busca promover o diálogo entre experiências com inserções e contribuições da psicologia social em conjunto com outras disciplinas do saber-fazer, no caso do atual estudo o caráter interprofissional se expressa entre a pesquisadora enfermeira e o orientador psicólogo, no âmbito de um programa de pós-graduação interdisciplinar; e na interdisciplinaridade na composição do problema de pesquisa, que reúne contribuições da psicologia social, atenção psicossocial, saúde coletiva e antropologia da saúde. O contato com o tema, para a primeira autora, surge durante a Residência Multiprofissional, na proposição da implementação coletiva de um Grupo de Ouvidores de Vozes em um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). Durante o desenvolvimento, esteve em contato com as histórias pessoais e as jornadas desses sujeitos permeadas por discriminações, estigmas e violências, sobretudo institucionais. Compreendendo a saúde mental enquanto campo interdisciplinar e transversal, é de suma importância o intercâmbio entre os diferentes campos do saber-fazer para se promover uma práxis psicossocial, embasada pela Reforma Psiquiátrica brasileira e coerente com a própria atenção psicossocial, na luta contra o retrocesso e a manicomialização. A pesquisa em curso possui abordagem qualitativa, com referencial da Cartografia, sendo ela um meio de acompanhamento de processos em que se procura assegurar o rigor do método sem abrir mão da imprevisibilidade no caminho da produção de conhecimento (Kastrup et al., 2012). Na diretriz cartográfica consideram-se os efeitos do processo do pesquisar sobre o objeto da pesquisa, o próprio pesquisador e a produção do conhecimento, desse modo, toda pesquisa é intervenção e possui uma direção clínico-política. Foram entrevistados quatro ouvidores de vozes que participaram da implementação do Grupo de Ouvidores de Vozes num CAPS de um município da região metropolitana de Curitiba. Os dados foram explorados pelo viés da Análise Institucional, através da produção de analisadores. O analisador corresponde a um fenômeno, evento, materialidade, discurso e características que elucidam as contradições, conflitos e tensões das relações institucionais, assim como promove reflexões sobre as possíveis maneiras de resolução. Os participantes foram três mulheres e um homem, duas autodeclaradas brancas

e dois autodeclarados pardos, duas divorciadas, uma viúva e um solteiro, todos sem vínculo empregatício formal, duas com escolaridade até o ensino técnico, um com ensino fundamental incompleto e a última com ensino médio incompleto. As rendas advinham para dois dos participantes de benefícios sociais de programas governamentais, uma possuía sua própria renda e a outra contava com auxílio financeiro familiar e, por fim, três deles residiam sozinhos e uma morava com três filhos e dois netos. Ao se considerar as vulnerabilidades desses sujeitos, é possível restituir a pessoa com sofrimento psíquico em sua integralidade, ampliando o olhar para outras dimensões da vida que também constituem a "existência sofrimento". Assim, os marcadores sociais ganham ênfase, e o social passa a ser uma dimensão que precisa ser evidenciada na intervenção cotidiana de saúde mental, a partir da reconstituição das múltiplas referências que contornam a identidade do ouvidor de voz (Macedo; Medeiros, 2025). Considerando os marcadores supracitados, de acordo com a literatura, as características mais amplamente afetadas pelas questões de saúde mental são mulheres em situação de vulnerabilidade, sem emprego formal, com baixa escolaridade, separadas ou divorciadas, com filhos, negras e pardas e com alta carga de trabalho doméstico, dado evidenciado pela atual pesquisa composta por ouvidoras de vozes que têm suas existências atravessadas por esses marcadores. No que tange à relação direta entre a saúde mental e o gênero, destacam-se os papéis sociais de gênero que se insinuam sobre os corpos femininos, hierarquizando sujeitos e relações, promovendo desigualdade e, consequentemente, o sofrimento psíquico como uma condição da existência feminina. Dentre as participantes, todas relataram algum tipo de violência relacionada ao gênero, principalmente pelos parceiros íntimos e outras figuras masculinas de suas vidas, como o genitor. Outro marcador de análise é a classe social, considerada aqui como os papéis que os sujeitos desempenham no processo produtivo, do ponto de vista das relações que estabelecem entre si, na organização do trabalho, e quanto à propriedade, apesar de ser um conceito abstrato, apropriado por várias perspectivas teóricas. A ideia de classe social imposta se generalizou entre o imaginário popular e atravessa os sujeitos, suas identidades e experiências pessoais, principalmente pelas expressões da desigualdade social e, nesse ínterim, a saúde mental também é afetada. As diferentes formas de acesso e privação de cuidados, determinadas pela origem de classe da pessoa com transtorno mental é um aspecto dessa classificação. Apesar de todos os participantes estarem atualmente em um CAPS, em seus itinerários terapêuticos evidenciou-se a predominância do modelo hospitalocêntrico de enclausuramento durante suas histórias de vida. Nota-se uma mesma "solução" como resposta da sociedade para esses sujeitos: a privação de liberdade e o afastamento do convívio social, em um processo manicomiallizante e contra reformista. Como expressão desse processo, dentre os quatro participantes, três passaram por internamentos psiquiátricos com no mínimo três internamentos e no máximo aproximadamente seis internamentos até chegarem a um cuidado em liberdade no seu próprio território. Um deles apresentou dificuldade em estabelecer um número exato de internações pelas quais passou, argumentando que sentia como "se saísse de um internamento direto para o outro", se situando mais em um marcador espacial do que temporal relacionado às variadas experiências de enclausuramento que sobreviveu. Tais acontecimentos não restringem-se aos participantes da atual pesquisa e nem à especificidade da audição de vozes. De acordo com Franco Basaglia, figura-símbolo da reforma psiquiátrica, o modelo segregador tem origem na posição de classe social dos usuários que se encontram submetidos ao poder da instituição, sem direitos e excluídos da sociedade, como uma maneira de sanear o espaço público. A classe social, portanto, interseccionada pelo gênero e a ausência de um emprego que transforme esse indivíduo em alguém produtivo aos olhos do capitalismo, são marcadores que impactam na saúde mental e, principalmente, na assistência prestada e recebida. Outra

categoria socialmente estabelecida que perpassa os aspectos anteriormente citados é a raça/cor da pele - no caso da atual pesquisa, parda - que pode interferir nas oportunidades educacionais, financeiras e sociais que uma pessoa recebe. No que diz respeito à saúde mental, para além da posição socioeconômica que também é influenciada pela raça/cor, há prevalência dos transtornos mentais devido à exposição ao estresse causado pela estrutura social, papéis sociais, experiências de discriminação e racismo que também geram sofrimento psíquico e estão presentes nos equipamentos de saúde que deveriam acolher esses sujeitos. A análise dos marcadores sociais coloca em evidência instituições que são invisibilizadas no cotidiano em saúde, permitindo identificar e intervir sobre estruturas sociais que podem ampliar ou reduzir processos de sofrimento psíquico. A expectativa é promover a autonomia no processo de cuidado do usuário, a fim de reduzir o nível de angústia relacionado à experiência e desenvolver um sentimento de validação e pertencimento, construindo novas formas de se relacionar, consigo mesmo, com as vozes e com os outros. A atual análise contribui para o desenvolvimento de diálogos, sentidos e posicionamentos frente à audição de vozes, ampliando e modificando a visão tradicional em saúde mental e colaborando para uma transformação necessária e possível para o avanço da atenção psicossocial entre os profissionais de saúde que possuem papel fundamental no acolhimento humanizado desses sujeitos, priorizando um cuidado livre, territorial e coletivo.

KASTRUP, V.; PASSOS, E. ESCÓSSIA, L. Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2008.

MACEDO, R. M.; MEDEIROS, T. M. Marcadores sociais da diferença, interseccionalidade e saúde coletiva: diálogos necessários para o ensino em saúde. Saúde debate, v. 49, n. 144, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.1590/2358-289820251449507P.

SIQUEIRA, S. M. C.; JESUS, V. S.; CAMARGO, C. L. Itinerário terapêutico em situações de urgência e emergência pediátrica em uma comunidade quilombola. Ciência & Saúde Coletiva, v. 21, n. 1, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/PpGqgZgJZC8xkFZmbCpJYWj/#.

STEFANELLO, S., et al. Sobre Ouvir Vozes: o que é? Como lidar, qual ajuda buscar? Curitiba: Editora UFPR; 2022. 27 p.

Mobilização afetiva e influencers higienistas no dispositivo das drogas

Heloísa Petry (UFSC), Lia Vainer Schucman (UFSC), Daniela Ribeiro Schneider (UFSC)

A proposta desta comunicação oral é apresentar um recorte da pesquisa em andamento na área da Psicologia Social e tem como objetivo problematizar as práticas discursivas produzidas por segmentos conservadores e da extrema direita nos debates públicos sobre as drogas no estado de Santa Catarina, e que vêm se desdobrando em todo um conjunto de técnicas sociais, decisões jurídicas e intervenções armadas. Aqui será dado ênfase sobretudo, ao papel das redes sociais como arena fundamental de mobilização afetiva da população em geral acerca do tema, notadamente de políticos catarinenses que assumem uma performance de influencers higienistas – como denominamos na pesquisa.

O estado de Santa Catarina tem sido apresentado, a partir dos indicadores nacionais de segurança pública, como o "mais seguro do Brasil" (SECOM, 2025). Os modos como esse discurso é evocado associa moralidades e uma noção de ordem supostamente atreladas ao domínio do conservadorismo e do espectro da direita na política do estado, junto a pressupostos de meritocracia, trabalho e tradição como pilares de uma sociedade "modelo". Essa construção simbólica em torno da noção de segurança parece legitimar o cenário de intensificação da violência estatal voltada a grupos e territórios vulnerabilizados, encarados como ameaças à ordem e ao convívio social.

É sabido que as drogas não são apenas substâncias, mas bens carregados de hiper valor material e simbólico, sobretudo as ilícitas (CARNEIRO, 2018). É nesse sentido que a noção de drogas pode ser considerada como um dispositivo, a partir da proposição foucaultiana, à medida que se apresenta como "um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos" (FOUCAULT, 1995, p. 244).

A mobilização dos afetos – como indignação, raiva, medo, desejo de punir – em torno da questão das drogas se dá principalmente por meio de discursos midiáticos nas plataformas digitais que recorrem a imagens de sujeira, relatos de crimes e violências para sensibilizar a população e justificar ações repressivas. Essas mobilizações afetivas não são neutras: elas operam na criação de fronteiras morais e sociais, delimitando quem merece ser protegido e quem pode (ou deve) ser eliminado, e assim justifica-se a intensificação do incremento no maquinário da segurança pública. Ademais, percebe-se intensificação da militarização das políticas no âmbito socioassistencial e de saúde, voltadas à população em situação de rua: por exemplo, segundo reportagem do portal de notícias ND Mais (2025), apenas na capital Florianópolis, entre dezembro de 2024 e março de 2025 houve um aumento de 1.500% nas abordagens realizadas às pessoas em situação de rua, realizadas em equipes interdisciplinares que atuam com a Guarda Municipal.

É importante destacar que essa dinâmica não é exclusiva de Santa Catarina e que o recorte territorial se justifica pela lacuna de produções teóricas a respeito da temática. Nesse território em questão, aponta-se para as características particulares no estado devido à forma como a identidade regional se organiza com certa rigidez em torno da história de colonização europeia, da forte presença de grupos conservadores, além da atuação expressiva da nova direita e de movimentos neofascistas. Essas forças políticas vêm impulsionando uma agenda que criminaliza a pobreza, demoniza os direitos humanos e fortalece o aparato repressivo do Estado.

Como estratégias metodológicas para esse debate, foram elencados cinco discursos públicos de políticos catarinenses produzidos em plataformas digitais no ano de 2025, especificamente o YouTube e o Instagram, em que o tema das políticas sobre drogas é o enunciado principal do discurso. Importante situar que a pesquisa que orientará a comunicação oral tem como suporte metodológico a proposta do campo-tema (SPINK, 2003),), que propõe ampliar a noção de campo a partir da própria interlocução que se estabelece com o tema – ou seja, o campo não está encerrado em um dado lugar ou em um conjunto de pessoas. Essa proposta enfatiza, ainda, sobre as relações estabelecidas entre pesquisador/a e o tema nas suas práticas cotidianas: "o campo-tema não é um aquário que olhamos do outro lado do vidro; é algo do qual fazemos parte desde o primeiro momento em que dissemos, 'estou trabalhando com...'. A investigação em ação, portanto, se refere à ação da investigação; sua localização como parte do tema" (SPINK, 2003, p. 36).

Um dos aspectos que se destaca nos discursos que serão elucidados é a interlocução do discurso religioso com o discurso punitivista. A moralidade religiosa associada à extrema direita parece encontrar no debate sobre as drogas um ponto substancial para produção de rumores em torno da vida considerada desviante, do vício, do crime e do pecado, e aparentemente, muito distante do sacrifício que há que ser feito em vida para o alcance prosperidade pela fé. A desumanização de pessoas em situação de vulnerabilidade que fazem uso de substâncias, por parte de grupos religiosos, encontra respaldo no que apresentam Costa e Mendes (2020) acerca das visões de mundo vinculadas à teologia da prosperidade, onde o vínculo com a perspectiva meritocrática é substancial e orienta o modo como as hierarquias morais são construídas.

Nesse sentido, os aqui denominados influencers higienistas — políticos que performam nas redes sociais como autoridades morais e defensores da "ordem" — tornam-se peças-chave na engrenagem afetiva que sustenta a engrenagem bélica em nome do discurso antidrogas. Por meio de vídeos, postagens e transmissões ao vivo, esses sujeitos combinam estética de limpeza, discurso religioso, sensacionalismo e apelos à segurança pública para produzir um imaginário de perigo e de urgência que exige ação imediata. Assim, mobilizam afetos que legitimam tanto a repressão quanto a indiferença diante da exclusão social. Ao encarnarem a figura do gestor moral da cidade, esses influencers ocupam um lugar privilegiado na disputa por hegemonia, funcionando como mediadores entre o conservadorismo moral e a tecnopolítica da punição. Retomar essa figura na análise, portanto, é essencial para compreender os novos arranjos entre mídia, política e violência que sustentam o projeto proibicionista em curso.

Tratam-se, por fim, de discursividades incidem na construção de políticas públicas, da opinião pública, no rearranjo das políticas orçamentárias, e nos constantes ataques às estratégias de cuidados vinculadas ao paradigma da redução de danos. É a partir destes elementos acima apresentados, que o presente trabalho dialoga com a proposta do "GT 49: Saúde mental, álcool e outras drogas e práxis psicossocial", sobretudo no que diz respeito ao desvelamento dos pactos que a moral conservadora produz a ponto de garantir e ampliar a sua hegemonia, ainda que sob permanente disputa.

Mulheres e o abuso do álcool: rede social significativa como recurso para a Atenção Psicossocial

Claudia Daiana Borges (Unisociesc), Daniela Ribeiro Schneider (UFSC)

O uso abusivo do álcool envolve uma série de fatores e determinantes, tanto de ordem individual como social. Entre as mulheres, este é um fenômeno crescente e ainda permeado por diferentes estigmas relativos ao gênero. Embora o padrão do uso do álcool tenha aumentado entre o público feminino, ainda é muito presente a concepção de que o uso abusivo do álcool é uma conduta com maior aceitação social quando feita pelo homem, enquanto para a mulher é algo condenável, visto com preconceito. A naturalização do consumo da bebida como um comportamento masculino traz desdobramentos para as mulheres que têm problemas com o uso de bebidas, entre eles, a perda de apoio social, sentimentos de vergonha, transgressão e culpa, o que resulta na tentativa de manter o consumo sob sigilo e, por consequência, acaba por agravar o sentimento de solidão e aprofundar o isolamento, fatores potencialmente de risco para o aumento do consumo abusivo e afastamento dos processos de cuidado. Assim, entre os aspectos a serem considerados acerca do abuso do álcool por mulheres e de seu processo de cuidado, destaca-se a perspectiva da rede social significativa como elemento importante para a Atenção Psicossocial. A rede social significativa representa o conjunto de relações mais importantes que um indivíduo mantém. São vínculos a partir dos quais o sujeito se constitui, seja por relações com instituições (serviços de saúde, agências sociais, igrejas, associações), com família, amigos e/ou colegas. As redes são construídas nas práticas sociais e envolvem os papéis desempenhados pelos membros que a compõem, sejam redes de ordem individual, familiar, institucional ou comunitária, caracterizam-se como um dos principais recursos que um sujeito dispõe. Para mapear a rede social significativa, Sluzki desenvolveu o mapa de rede, instrumento que permite demonstrar o grau de vinculação e o apoio oferecido pelas redes sociais, especialmente frente a situações específicas, como abuso do álcool. Diante disso, esse estudo buscou compreender como se constituem as redes sociais significativas de mulheres que fazem uso abusivo do álcool, acompanhadas em dois CAPSad do Sul do país. Para tanto, foi realizada uma pesquisa de natureza qualitativa com 11 mulheres com histórico de abuso do álcool. Como instrumentos para a coleta de dados foram utilizados a entrevista narrativa e a construção do mapa de rede. Os dados foram analisados a partir dos princípios da Grounded-Theory e a análise de conteúdo, efetuada com o auxílio do software Atlas.ti. Os resultados foram sistematizados em subcategorias que abordaram as características da rede e dos vínculos; composição da rede e funções dos vínculos. Os mapas de rede demonstraram que as redes sociais significativas das participantes tinham características distintas, entretanto, em sua maioria, apresentaram fragilidades e limitações dos vínculos e das funções exercidas. Verificou-se um predomínio das relações na esfera familiar e do CAPSad, com escassez de relações advindas do contexto comunitário, de amizades, trabalho e estudo. No que se refere às principais funções desempenhadas pelos membros da rede, a função mais recorrente foi a de apoio emocional seguida pela ajuda material e de serviços, o que pode ser explicado pela presença frequente dos profissionais do CAPSad e a ajuda profissional especializada que destes recebiam, além disso, a condição de vulnerabilidade de algumas das participantes requeria que recebessem ajuda material para suprir suas necessidades básicas de vida. Nenhuma das participantes contava com a função de acesso a novos contatos em sua rede, o que pode ter contribuído para a restrição de vínculos sociais. Os dados evidenciaram que, além da família, os profissionais do CAPSad tiveram um lugar

preponderante nos mapas de rede das participantes, assim como o vínculo com os próprios usuários foram considerados bastante significativos por algumas delas, reforçando a importância do serviço na dinâmica relacional destas mulheres. Nesse sentido, considerando a lógica do cuidado nos CAPS, o estabelecimento e fortalecimento de vínculos comunitários deve ser um dos eixos norteadores no processo de Atenção Psicossocial. No que se refere especificamente às fragilidades das redes das participantes, a restrição ou limitação de vínculos de amizade entre a maioria delas sugere que este é um campo que precisa ser fortalecido. Da mesma forma, a ausência de vínculos referente ao contexto de trabalho e estudo corresponde à realidade vivenciada pela maioria das participantes, uma vez que elas se encontravam fora do mercado de trabalho formal e de Instituições de Ensino. Desse modo, possibilitar o estabelecimento de vínculos advindos desses contextos requer que elas, primeiro, estejam inseridas nestes campos. Entre as funções predominantes desempenhadas pelos membros, destaca-se ainda que o apoio emocional e a ajuda material e de serviços foram funções exercidas predominantemente pela família pelos profissionais do CAPSad. As participantes deste estudo demonstraram a importância das pessoas que compõem suas redes e o quanto elas foram relevantes em diferentes situações e momentos de suas trajetórias, desempenhando funções que abrangeram desde a escuta sem julgamento ao oferecimento de recursos básicos para a existência. Por outro lado, demonstraram também diferentes fragilidades relativas às restrições das funções. Considerando a centralidade dos vínculos na família e no CAPSadm e o fato de que uma rede muito localizada é menos flexível e efetiva, faz-se necessário que a rede social seja objeto de trabalho nos diferentes serviços de cuidado e de atenção integral à saúde. Ressalta-se a necessidade de que o abuso do álcool seja compreendido como um fenômeno complexo, que requer ações amplas e sustentadas na perspectiva dos determinantes sociais em saúde e pela lógica da Atenção Psicossocial. É imprescindível que as mulheres sejam reconhecidas e atendidas em sua singularidade e que as relações sociais significativas sejam contempladas nos processos que envolvem a Atenção Psicossocial.

No Coração da Cracolândia da Luz:entre horrores, amores e resistência

Beatris Guarita Dotta

A comunicação oral tem como tema a região da Cracolândia da Luz e seus múltiplos atores sociais, e as afetações das lógicas fascistas e repressoras que permeiam o território.

Teve como objetivo compreender como se dão as relações entre os diferentes atores e as estratégias de controle da vida cotidiana no território da Cracolândia da Luz no centro da cidade de São Paulo. Esta pesquisa parte das vivências da pesquisadora em campo e dialoga com múltiplas fontes e autores. Tem como ancoragem teórica os diálogos de Michel Foucault e Achille Mbembe sobre as três formas de poder que atravessam a construção social: poder disciplinar, biopolítica e necropolítica, de modo que possamos compreender algumas dinâmicas de poder que se apresentam na sociedade e se refletem na Cracolândia da Luz, e como se estruturam as complexas relações no território.

A fim de caracterizar o território da Cracolândia da Luz, de modo a recuperar seu contexto histórico, sua construção e inserção na cidade, foram utilizados alguns estudos sobre o tema no campo da psicologia, sociologia e antropologia. Fazer esse resgate histórico permitiu compreender a construção do estigma sobre essa região e como ela se consolidou, entendendo que o lugar também fala por si. Como forma de caracterizar a Cracolândia da Luz no contexto atual foram utilizados documentos governamentais, conteúdos midiáticos e o diário de campo da pesquisadora que tinha amplo acesso e circulação na região. Foi utilizado também como metodologia a observação participante como forma de se estudar "no cotidiano", se entendendo como parte desse processo através da convivência. Conceito com bases construcionistas de atuação em pesquisa na psicologia social.

Também foi utilizado o conceito de incidentes críticos como instrumento de análise das dinâmicas do território. Os incidentes críticos são eventos que dão visibilidade às normas cotidianas de convivência no território da Cracolândia da Luz em São Paulo. Nos permitem verificar as diferentes estratégias de controle e os atores que compõem essas redes. São eventos que nos apresentam de modo pulsante as dinâmicas emblemáticas desse território cheio de contradições e de um modo de controle e violência

muito peculiares. É essa peculiaridade e sutileza que os incidentes críticos nos permitem analisar. Foram divididos em seis categorias:

1. Incidentes que deixam entrever as estratégias cotidianas de controle – como as

limpezas diárias do fluxo. Foram também agregados episódios nos quais dá para

entrever a maneira como os diversos agentes lidam com os frequentadores.

2. Incidentes de controle de maior violência física e verbal usando, por exemplo, bombas

de efeito moral, munição letal, xingamentos etc.

3. Cerceamento de atividades dos frequentadores do fluxo.

4. Incidentes que permitem entender as regras de convivência ditadas pelo tráfico.

5. Incidentes que escancaram aspectos relacionados à dignidade humana, incluindo ações

da polícia, dos profissionais da saúde e do tráfico, e deixam entrever a ausência do

Estado nesse contexto.

6. Incidentes que colocaram a pesquisadora na berlinda, ou seja, a envolveram em situações

problemáticas, como exposição a violências e ameaças.

Os resultados apresentados dialogam com as proposições iniciais sobre as estratégias de controle e condutas fascistas. E também trazem as dinâmicas que pulsam naquele território, que perpassam vivências de horror, de degradação humana, de extrema violência e repressão. Mas que também perpassam por relações de afeto, de amor e principalmente de resistência frente a sociedade de controle vigente a qual nos encontramos. Com base nisso é possível trazer algumas discussões relevantes e de extrema importância para o contexto atual, pois nos vemos diante de ações que permeiam o terrorismo de Estado nesse território. E que a compreensão dessas dinâmicas nos permite refletir e apontar para estratégias de enfrentamento e transformação social. Tematicas que dialogam diretamente com as perspectivas do Grupo de Trabalho 68 sobre Trauma Psicossocial no Brasil e na América Latina, entre pesquisa e prática profissional pois a comunicação aponta para os traumas psicossocias que as lógicas da biopolítica, da necropolítica e desse poder disciplinar acarretam no Brasil e na América latina como produto da lógica imperialista e colonizadora que nos atravessa. E que se manifesta na subjetividade das pessoas que reproduzem essa lógica e são afetadas por ela. E se viabilizam pelas estruturas de poder e aparato repressivo do Estado. E atuação da pesquisadora passou por aprofundamentos teóricos significativos, mas também por uma potente prática profissional e pela via de movimentos sociais ao longo de toda sua vida. Conferindo um lugar de ampla e profunda circulação e convivência em um territporio extremamente marginalizado e de difíil acesso por quem não convive no espaço.

Finalizo esta explanação apontando que muito ainda há por se fazer na mitigação do sofrimento humano vivido pelas pessoas em situação de rua e que a promoção de cidadania só é possível se pensada de forma conjunta com todos os setores da sociedade e não unicamente pela via repressiva, apontando pela inesgotável discussão acerca dessa temática.

O AVANÇO DAS COMUNIDADES TERAPÊUTICAS NO BRASIL: uma análise crítica sobre o monitoramento governamental

Rachel Gouveia Passos (UFRJ), Giulia de Castro Lopes de Araujo (UFRJ), Lucas Moura Santos Silva (UFF), Maria Luiza Lopes da Conceição (UFF)

No último mês do ano de 2024 foi publicado o relatório "Monitoramento das Entidades de Apoio e Acolhimento atuantes em Álcool e Drogas (2023-2024)", uma pesquisa realizada pelo Núcleo de pesquisa em vulnerabilidade e saúde da Universidade Federal de Minas Gerais - NAVES/UFMG. Este relatório foi uma encomenda do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - MDS, ministério atualmente responsável pelo financiamento de comunidades terapêuticas (CTs) a nível federal, para cumprimento de uma das metas do Planejamento Estratégico Institucional - PEI 2023-2026 - que visa a realização de estudos e pesquisas que avaliem a política de acolhimento.

Este documento tornou-se importante objeto de estudo para analisar a temática de saúde mental e drogas no Brasil, terreno em permanente disputa pelo campo progressista e conservador. Uma vez que explicita um movimento político assumido pelo MDS de fomentar dados que respaldam o financiamento de comunidades terapêuticas brasileiras, ainda que seja preciso fechar os olhos para os fatos, e assumir uma releitura infiel da realidade cruel desses espaços.

O presente trabalho realizou uma análise documental crítica da Pesquisa dos Dados do Monitoramento das Entidades de Apoio e Acolhimento atuantes em álcool e Drogas. Buscou-se trazer, de forma sucinta, pontos relevantes apresentados pelo relatório, problematizando o documento com o atual contexto histórico das CTs no Brasil, e apontar para um novo movimento preocupante que é a tentativa de legitimação da barbárie através de pesquisas acadêmicas. Esta proposta dialoga diretamente com este Grupo de Trabalho (GT) na medida em que problematiza as expressões contemporâneas da Contrarreforma Psiquiátrica, especialmente a expansão das CTs e o avanço da lógica manicomial, punitiva e mercantilizada no campo da saúde mental, álcool e outras drogas no Brasil. Ao discutir como essas instituições reproduzem práticas de violação de direitos, segregação, exploração e violência — especialmente contra pessoas negras, pobres e em situação de vulnerabilidade social —, a reflexão se alinha ao propósito do GT de analisar criticamente os desafios atuais da práxis psicossocial e da luta por uma sociedade livre de práticas manicomiais.

As CTs brasileiras são serviços regulamentados pela Resolução nº 01/2015 do CONAD e podem ser definidas como entidades que realizam o acolhimento de pessoas, em caráter voluntário, com problemas associados ao uso nocivo ou dependência de substância psicoativa - como consta na letra da lei. Datadas por volta da década de 1970, as CTs brasileiras só foram regulamentadas mais de 40 anos depois, no âmbito do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad, por esta Resolução.

Assumindo o compromisso de perpetuação de uma lógica asilar, manicomial, de um tratamento de alta exigência que impõe a abstinência ao usuário, as CTs brasileiras são instituições majoritariamente privadas e religiosas (IPEA, 2017), e que estruturam seu trabalho sobre o tripé do trabalho - disciplina - e espiritualidade. Na ausência de um projeto terapêutico singular, há a violação da liberdade religiosa e a consolidação da laborterapia como a exploração do trabalho como ferramenta de disciplina (CFP, 2018).

Ocupando o lugar que estudos vão nomear como zona de indeterminação (Rui e Fiore, 2021), as CTs brasileiras não

podem ser ditas como serviços de saúde e nem como serviços da assistência social. E, por isso, por uma falta de determinação, não se vinculam de forma fixa a nenhuma pasta, tendo a possibilidade de transitar a depender de movimentos políticos e atores chave, como aponta Passos et al. (2023), no seu estudo sobre o movimento das CTs na captura do fundo público ao longo dos anos.

Atualmente o Estado brasileiro financia CTs de forma direta (editais de financiamento e emendas parlamentares) e indireta (através da imunidade tributária, capacitações e financiamento de pesquisas como a que será analisada neste trabalho), estando o principal edital de financiamento relacionado ao MDS sob financiamento de mais de 500 CTs no Brasil.

O Ministro Wellington Dias, ex-governador do estado do Piauí, manifestou de forma pública em live, o seu contentamento com o alto número de CTs financiadas e que pretende trabalhar para a expansão, uma vez que é um admirador do trabalho dessas entidades desde a sua época de gestão estadual. O Ministro afirmou a necessidade de ter respaldo científico sobre a eficiência das CTs brasileiras e que por isso, o relatório "Monitoramento das Entidades de Apoio e Acolhimento atuantes em Álcool e Drogas (2023-2024)" era a primeira iniciativa de muitas outras. Após o evento de apresentação do relatório, esse discurso tem sido repetido por gestores de CTs pelo Brasil, afirmando que a pesquisa realizada pelo NAVES atesta, cientificamente, que as CTs são eficazes, e, por isso, faz-se necessário uma análise crítica desse documento.

Para a construção do relatório foram visitadas as 518 CTs contratadas pelo governo federal, sendo apresentados dados sobre localização, infraestrutura, vagas, recursos humanos, situação jurídica e impressões dos acolhidos. No entanto, o foco do relatório recai sobre os aspectos mínimos de infraestrutura e cumprimento básico de normas legais, deixando lacunas significativas em dimensões essenciais, como a qualidade da proposta terapêutica e a reinserção social dos acolhidos, princípios fundamentais da Lei 10.216/2011, que rege a Reforma Psiquiátrica brasileira e estabelece proteção às pessoas que possuem transtorno mental. Apesar de reportar que a maioria das entidades atende aos padrões mínimos, esses parecem baixos. Por exemplo, alojamentos coletivos com alta densidade de pessoas por quarto e banheiros compartilhados são apresentados como aceitáveis. Há registro de quarto com 80 pessoas. Elementos como alimentação insuficiente, limitação e privação de contato com a família, atividades laborais por tempo extenuante, obrigação de venda ou arrecadação de dinheiro, uso de castigos também aparecem, além da precarização dos vínculos dos trabalhadores.

Também é notável a fragilidade das análises dos registros dos Planos de Acompanhamento Singular (PAS), essenciais para construção de projetos de vida. Faltam evidências de ações robustas para fortalecer os laços familiares e comunitários, além de acompanhamento pós-acolhimento em serviços ambulatoriais.

O documento também apresenta uma crítica ao Relatório de Inspeção Nacional em Comunidades Terapêuticas, publicado pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) e o Ministério Público, em 2018. Esse é um outro fato interessante: segundo o documento há discrepância entre o Relatório do CFP e o percentual de profissionais atuantes em Comunidades Terapêuticas. De acordo com o relatório, "enquanto essas entidades de classe dessas profissões têm se mostrado resistentes ao financiamento federal às entidades, os profissionais de suas bases têm ocupado amplo espaço de trabalho nelas, por meio do trabalho remunerado. Achado semelhante a este já foi referido pelo estudo do IPEA em 2017(DIEST/IPEA, 2017) (Garcia, 2024, p. 61)". Mas ora, o fato de psicólogos estarem atuando nesses espaços não é reflexo da complexidade da relação entre a prática profissional e as condições oferecidas pelo mercado de trabalho? Afinal de contas, a própria UFMG, em seu relatório, sinaliza que mais da metade dos profissionais das CTS estão em

vínculos precários de trabalho ou na condição de voluntários, inclusive os próprios psicólogos. Num cenário onde o fazer não está posto, quais são nossas possibilidades?

O documento também evidencia que existem entidades financiadas pela União que realizam o acolhimento de adolescentes, mas deixa de mencionar a Resolução nº 249, de 10 de julho de 2024, do CONANDA, que dispõe sobre a proibição do acolhimento de crianças e adolescentes em Comunidades Terapêuticas. Essa resolução é resultado de um extenso debate realizado por órgãos do Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes.

Não se faz aqui, portanto, o movimento de validar as informações apresentadas, mas sim de trazer que, o documento que hoje serve como respaldo para manutenção do financiamento público de vagas através do MDS, é também aquele que apresenta graves violações de direitos, violações estas que o representante ministerial preferiu fingir não ver, afirmando que o documento "não se trata de um mecanismo fiscalizatório, se trata de um passo importante para evidências científicas" (informação verbal). Pesquisa esta que em sua própria conclusão afirma que o monitoramento não contemplou a análise dos planos e processos terapêuticos.

Dentro do contexto de avanço do neoliberalismo onde as políticas sociais sofrem com o projeto proposital de desmonte, existe uma escolha política por financiar espaços privados, religiosos, e que caminham na contramão da redução de danos, principal estratégia de cuidado e promoção de vida às pessoas em uso prejudicial de drogas incorporada pelo SUS. O financiamento público de CTs a nível federal teve início em 2011 e desde então se fortaleceu e avançou na disputa por espaço e financiamento. Analisar o primeiro estudo voltado para a análise desses espaços nos leva a concluir que há um novo movimento de busca por validade científica para efetiva institucionalização desses espaços; e que mesmo diante de um instrumento que indica a perversidade desses espaços a moralidade é determinante para legitimá-los e que, no campo das drogas, o cuidado em liberdade ainda precisa ser pauta de luta constante.

Política de Redução de Danos (RD) como alternativa às práticas proibicionistas das Comunidades Terapêuticas (CT's).

Ana Luiza Lopes Faleiro (ESTÁCIO BELÉM), Valéria Gonçalves Dias (Estácio Belém), Lia Cristina da Silva Botega (Estácio Belém)

A Política de Redução de Danos conta com programas e práticas ligadas a diminuição de danos de natureza biológica, psicossocial e econômica provocados ou secundários ao uso/abuso de drogas, sem necessariamente exigir do usuário uma redução ou abstinência de tais substâncias. (Santos; Miranda, 2016). Nesse sentido, o trabalho intitulado como "Política de Redução de Danos (RD) como alternativa às práticas proibicionistas das Comunidades Terapêuticas (CT's)" se relaciona com o eixo pois aborda diretamente a questão da Guerra às Drogas e a prática profissional, bem como o processo de contrarreforma psiquiátrica. Assim, contextualizar o surgimento das práticas em RD, sua aderência nas políticas públicas brasileiras, bem como sua relevância e seus efeitos positivos, é abordar, também, a sua contramão: a política proibicionista racista e classista, acentuada no contexto conhecido como "Guerra às Drogas". Silva e Júnior (2020), apontam sobre o proibicionismo e a sua complexa relação de desigualdade racial e social que se utiliza do encarceramento, da morte e do silenciamento de pessoas negras e pobres, concomitante ao enriquecimento de uma elite dominante. Em contrapartida, tem-se o plano de Redução de Danos que preza por ações no território que auxiliam na compreensão dos usos de drogas, fornecendo um plano individual para os seus usuários, desmistificando, tanto o assunto drogas, quanto a construção da imagem estigmatizada do usuário. (Prudêncio, 2020). Diferente do modelo proibicionista das CT´S que reforçam a internação, a moralização do uso de drogas e a abstinência total. Araújo (2023) ilustra que a matriz proibicionista americana se ajustou sem dificuldades ao conservadorismo oligárquico do brasil, acompanhando, a partir de 1970, intervenções mais repressivas, perseguindo consumidores e comerciantes, vendo nisso, também, uma forma de controle da classe subalterna, cabendo abrir para reflexão do papel da polícia brasileira no Estado neoliberal. Nesse sentido, Cocentino (2023) relaciona os desdobramentos da saúde mental ao atual contexto de acirramento do neoliberalismo e ajuste fiscal no Brasil. Logo, a autora explicita que sob a justificativa de combater a crise advinda da dívida externa a burguesia nacional e internacional possuem uma série de estratégias que na realidade expandem a dívida pública brasileira, ao mesmo tempo em que aumenta suas margens de lucro através da criação e do uso de um aparato técnico-institucional Estatal, promovendo a legitimação da usurpação do fundo público. O objetivo deste trabalho é refletir sobre a política de Redução de Danos como alternativa às Comunidades Terapêuticas e suas práticas manicomiais a partir de uma leitura gestáltica. A metodologia utilizada nesta pesquisa será de natureza qualitativa e seu procedimento contará com a análise de dados por meio de uma revisão integrativa de literatura, visando reunir, analisar e sintetizar estudos com diversas abordagens metodológicas para auxiliar da reflexão sobre a política de redução de danos e as comunidades terapêuticas. O caminho metodológico se dará da seguinte maneira: 1ª etapa: Seleção de base de dados; 2ª etapa: Elaboração da estratégia de busca: "Psicologia + Redução de Danos + Comunidades Terapêuticas + Negros + Neoliberalismo"; 3ª etapa: Leitura integral, construindo um quadro comparativo entre as publicações identificadas; 4ª etapa: Análise comparativa dos estudos, agrupando-os em categorias temáticas visando a identificação das lacunas na literatura e eventuais contradições entre os estudos coletados e 5ª etapa: Interpretação e discussão dos resultados,

realizando a argumentação que contribuirá no direcionamento de novas pesquisas. O resultado esperado deste projeto dialoga com a produção de conhecimento científico, visando causar um impacto social e desestigmatizar às percepções preconceituosas ligadas tanto às práticas de Redução de Danos, quanto aos usuários dessa política. Em conclusão, espera-se contribuir com os estudos sobre a importância das redes de atenção psicossocial, na contramão da privatização do cuidado e do proibicionismo, práticas comumente das CT´s. Para isso, o atual projeto busca considerar todo um contexto histórico relevante para a sistematização das práticas manicomiais atuais, colocadas, por vezes, de modo sutil na sociedade. Logo, entende-se a importância de trazer à tona essas questões manicomiais que possuem uma relevância significativa para produção de conhecimento na área na qual o projeto pretende atuar, possibilitando o compartilhamento do que for pesquisado com a sociedade como um todo. Os métodos manicomiais utilizados para o tratamento da "loucura" foram motivo de muita dor e violência (em todos os formatos) nos tempos de outrora, porém, assuntos como este se mostram pertinentes na conjuntura atual, mesmo que ainda sejam tidos como superados ou se escondam em outras faces e/ou se incorporem a outros modos, continuando com uma política segregacionista e excludente. O campo da saúde mental caminhou junto às mudanças do mercado e das engrenagens utilizadas para superação das crises cíclicas do capitalismo. É imprescindível relacionar acontecimentos societários ao capitalismo e a intensificação do neoliberalismo. Ou seja, como resposta à um problema criado na lógica de contradição do capitalismo, temos na saúde mental o fomento do crescimento de Comunidades Terapêuticas, a ampliação da quantidade de leitos psiquiátricos, a mercadorização do sofrimento, a individualização do sofrimento advindo de questões políticas e sociais, a psicologização dos sujeitos, a medicalização da vida e a manutenção da lógica proibicionista no campo das drogas que justifica a internação em Comunidades Terapêuticas e o encarceramento em massa do Guerra às Drogas. O presente trabalho visa discutir e se aprofundar na temática, postulando sua devida importância e abrindo espaço para questionamentos pertinentes referentes, por exemplo, aos investimentos financeiros às CT´s, concomitante aos desmontes da rede pública psicossocial e da política neoliberal de privatização que deixa marcas indiscutíveis na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS).

Santo Remédio: PopRua, drogas e manicômios

Gabriel Liberato Duarte dos Reis (UFRN), Ana Carolina Rios Simoni (UFRN), Magda Diniz Bezerra Dimenstein (UFRN)

No início de 2023 ocorreu uma audiência pública na Câmara Municipal da cidade de Mossoró/RN (DANTAS, 2023). O objetivo da audiência foi debater o combate e prevenção às drogas, iniciativa que partiu da "Frente Parlamentar de Prevenção e Cuidado às Drogas", um coletivo de vereadores interessados na causa. Foram convidados especialistas e setores estratégicos para contribuir na discussão, desde forças da segurança pública a representantes das políticas e lideranças de igrejas. Não houve debate; seja sobre drogas, seja sobre prevenção. Existia o "vilão", que eram as drogas, e suas "vítimas", a População em Situação de Rua - PSR. À medida que atestavam as limitações e insuficiência da rede pública de saúde e/ou de assistência social, crescia o apelo por soluções imediatas e extra estatais. Eis que surge um "santo remédio": a Comunidade Terapêutica – CT. A preocupação com o uso de drogas e com a PSR parecia travestir o verdadeiro objetivo da audiência: higienizar o centro da cidade.

É neste cenário de aumento significativo de demanda de cuidado para pessoas com problemas decorrentes do uso abusivo de álcool e outras drogas que as Comunidades Terapêuticas ganham protagonismo no Brasil, num contexto político de legitimação das parcerias público-privado, ao mesmo tempo em que ocorre a precarização e desmonte da política de saúde mental preconizada pela lei 10.216/2001. O número de CTs e o volume de financiamento público para estas instituições tem aumentado cada vez mais, superando o que é destinado para dispositivos como CAPS ad, Unidades de Acolhimento e Hospitais Gerais com leitos de saúde mental e em enfermarias para álcool e outras drogas (Costa, 2024). Diante desse cenário, partimos da seguinte questão: como se dá a aproximação das Comunidades Terapêuticas com a política de saúde mental no Brasil? O objetivo desse trabalho foi analisar o avanço das comunidades terapêuticas dentro da política de saúde mental brasileira.

Para esse estudo, será utilizada a revisão da literatura narrativa, que é uma das formas de realizar uma pesquisa bibliográfica, buscando aprofundamentos nos documentos de referência sobre o tema. Essa estratégia de pesquisa constitui uma ferramenta importante, pois possibilita reunir conhecimentos de forma ampla e crítica, além de permitir a interlocução com outros autores. (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010).

Num primeiro momento buscamos compreender a natureza do serviço ofertado pela CTs, tentando localizar suas especificidades e a quais demandas elas respondem enquanto equipamento público. Em seguida, foi realizado uma análise de alguns documentos que ajudem a entender lugar das CTs frente as políticas de saúde mental e de assistência social. Por fim, apresentaremos algumas contradições políticas e legislativas que favorecem a abertura do campo público para entrada das CTs. Para esse trabalho, foi utilizado o google acadêmico como base de dados, tendo como critério de inclusão trabalhos em língua portuguesa publicados no intervalo de tempo entre os anos de 2011 e 2025. Como critério de busca, utilizou-se a palavra-chave drogas e comunidades terapêuticas.

As drogas aparecem como elemento central de aproximação das Comunidades Terapêuticas com política de saúde mental, e junto com as demandas das drogas chega à internação como proposta de "tratamento". A configuração desses serviços não parece ao acaso: é menos sobre dependência química e mais sobre isolar (MÉLLO, 2016). Ora, quem melhor se adequaria a institucionalização por motivos de dependência química, senão pessoas que estão em situação de rua? Ao que

parece, não basta tratar o uso da droga, pois (em tese) teríamos os CAPS ad para isso, mas tratar a situação de rua.

O paradigma apresentado remonta o contexto clássico da luta antimanicomial, quando o manicômio empreendia duas tarefas. Por um lado, era uma prática de higienismo social, portanto, atua como mecanismo de controle social; por outro, trata-se de um modelo de negócio, quando a saúde adquire o caráter de comodity passível de privatização e expansão mercadológica. O elemento novo nesse campo em disputa é participação ativa das igrejas e do discurso religioso como agentes políticos. A medicalização ganha um novo dispositivo que atua não só na gestão do serviço, mas fundamentalmente nos processos de tratamento e subjetivação.

Segundo levantamento do IPEA, 82% das CT's disseram ter ligação com igrejas e organizações religiosas, sendo 40% pentecostais e 27% católicas. A leitura da Bíblia é uma atividade diária em 89% dos locais, e a participação em cultos e cerimônias religiosas é obrigatória em 55% (MACHADO, MAGENTA, 2023). Assim, não se trata apenas de um processo de cuidado em saúde, no sentido clínico e sintomatológico, mas um tratamento moral, ou seja, a salvação pela fé (MÉLLO; MOURA; GALINDO, 2018).

A proliferação das CT's e o retrocessos na política de saúde mental, são justificadas, em larga medida, pelo alinhamento político-ideológico dos governos Bolsonaro/Temer com a inclinação neoliberal, conservadora, religiosa e proibicionista desses serviços. Via de regra, esse é o argumento central e consensual de ativistas e estudiosos da temática, ou seja, associar o período histórico de desmonte na RAPS ao recorte político-temporal. Por exemplo, a partir da Portaria nº 3.588/2017 e Portaria nº 596/2022.

Todavia, existem contradições que vão além da série histórica-temporal e perpassam condições legislativas, discursivas e políticas. Gostaria de apresentar em três breves passagens, elementos em que tais contradições interessam e interferem diretamente nas políticas que tratam as demandas de álcool e outras drogas.

a) as CT's como ponto de atenção da RAPS, são tipificadas como Serviços de Atenção em Regime Residencial (SARR), pertencente ao componente "Atenção Residencial de Caráter Transitório". A RAPS (Portaria nº 3.088/2011), portanto, já nasce com um problema genético, possibilitando que dispositivos manicomiais integrem a política de saúde mental. As CT's ainda protagonizam um limbo de indistinção jurídica, onde muitas legislações coabitam sua regulamentação, como exemplo, a Resolução nº 1 de 19 de agosto de 2015 do o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, entidade essa pertencente ao Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP). É importante destacar que além das contradições legislativas, esses atos normativos são instituídos entre os anos 2011 e 2015, momento político que em tese favorece a defesa de ideais preconizados pela Reforma Psiquiátrica.

b) Criação do Departamento de Apoio a Comunidades Terapêuticas (Decreto nº 11.392) durante o primeiro ano do governo Lula três. Não se trata apenas de uma contradição tácita de um projeto político-social, mas a continuação explícita do que se iniciará nos governos anteriores. Após muitas críticas, o governo federal retifica o nome do então novo departamento para "Departamento de Entidades de Apoio e Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas", manobra eminentemente retórica que possibilita a manutenção do subsídio para as CT's. A criação desse novo departamento é marcada ainda pela cisão da temática das drogas do campo da saúde, passando do Ministério da Saúde (MS) para o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

c) Dados apresentados no 13º boletim Relatório de Saúde Mental em Dados (2024). O documento produzido pelo MS através da Secretaria de Atenção Especializada, ao longo das 66 páginas do relatório, em momento algum é mencionado o termo Comunidade Terapêutica. Chegando

na seção do componente Atenção Residencial de Caráter Transitório, indica apenas a presença de Unidades de Acolhimento. Os dados do boletim dão a entender que não existe, ou não foi implementado, nenhum dispositivo cujo ponto de atenção é tipificado como SARR.

Esse conjunto de apontamentos enseja uma discussão muito mais ampla, na verdade, trata-se de analisar a conjuntura atual da política de saúde mental: em que momento da reforma psiquiátrica estaríamos? Nesse sentido, é importante questionar se o que justifica o crescimento das CTs é apenas o resultado da disputa político-ideológica em torno da contrarreforma psiquiátrica, ou se tais serviços dispõem de algo que a rede substitutiva não oferta. Em outras palavras: porque algumas pessoas preferem as CTs em detrimento dos CAPS?

A partir das questões levantadas, é possível afirmar que as Comunidades Terapêuticas estão vinculadas a rede de saúde mental desde a criação da RAPS, portanto, os retrocessos na política de saúde mental se iniciam antes do impedimento da então presidenta Dilma (momento da ascensão conservadora), o que aconteceu pós-golpe, na verdade, foi aceleramento e espraiamento da lógica manicomial como política de governo.

Referências

COSTA, Pedro. O Ministério do Desenvolvimento Social amplia sua sanha manicomial para mães e bebês. CFEMEA, 08 fevereiro de 2024. Acesso em: 02 de Junho 2025. Disponível em: < https://cfemea.org.br/index.php/pt/cfemea/politica-de-protecao-e-cuidado?view=article&id=8709:o-ministerio-do-desenvolvimento-social-amplia-sua-sanha-manicomial-para-maes-e-bebes&catid=587>.

DANTAS, Alessandro. Reunião reforça necessidade das políticas de prevenção às drogas. Mossoró/RN, 2023. Disponível em: Acesso em: 14/08/2023.

MACHADO, Leandro; MAGENTA, Matheus. Governo federal financia entidades para dependentes químicos denunciadas por maus-tratos e irregularidades. UOL. 2023. Disponível em: Acesso em: 14/08/2023.

MÉLLO, Ricardo Pimentel. As drogas cotidianas em tempos de sobrevivência. In: VIEIRA, Luciana Leila Fontes; RIOS, Luis Felipe; QUEIRÓS, Tacinara Nogueira de. (Orgs.). A problemática das drogas: contextos e dispositivos de enfrentamento. Recife: Editora UFPE, 2016.

MÉLLO, Ricardo Pimentel; MOURA, Morgana; GALINDO, Dolores Cristina Gomes. Atendimento terapêutico ou modelos que confinam? Comunidades Terapêuticas em xeque. Mnemosine, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, 2018.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michele Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. Einstein. São Paulo, v. 8, n. 1, 2010. Acesso em: 06 de setembro 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eins/a/ZQTBkVJZqcWrTT34cXLjtBx/?format=pdf&lang=pt>

Sistema "Comunidades que Cuidam": O território como um lugar de prevenção em saúde mental

Cecília Luiza Sorgetz (UFSC), Gisela Mantelli (UFSC), Sara Ruth dos Passos (UFSC), Tallita Franzoloso (UFSC), Daniela Ribeiro Schneider (UFSC), Tatiana Minchoni (UFSC)

Este trabalho tem como objetivo discutir o processo de adaptação cultural do Sistema "Comunidades que Cuidam' e suas possibilidades para promover uma abordagem comunitária como práxis preventiva e de promoção em saúde mental, álcool e outras drogas, colocando-se como uma possibilidade de estratégia de atuação na atenção psicossocial. A luta antimanicomial no Brasil conquistou avanços importantes para o cuidado em saúde mental no país, instituídos principalmente pela Lei 10.216/2001, que representa uma conquista histórica ao reivindicar um modelo de cuidado centrado na dignidade, nos direitos humanos e na cidadania. Entre as principais conquistas está a mudança da lógica do isolamento social como eixo do tratamento para postular a comunidade como o lócus central da atenção psicossocial. A criação da rede de Saúde Mental que, em 2011, passa a ser a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), reforça que a atenção deve ser territorializada, ou seja, articulada em redes de cuidado comunitário, como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), Unidades Básicas de Saúde (UBS), consultórios na rua e residências terapêuticas. Esses dispositivos que atuam no território devem reconhecer o saber local, valorizando as experiências e formas de vida dos sujeitos, pois é na vida de relações sociais e comunitárias das pessoas, assim como, nas condições concretas de vida, de trabalho e de acesso aos serviços públicos dos territórios que se encontram os determinantes sociais do sofrimento psíquico e, assim, a fonte para sua prevenção e cuidado. A centralidade da comunidade implica compreender a saúde mental como um processo emancipatório e não meramente terapêutico. Assim, a comunidade torna-se o espaço onde se reconstrói a autonomia, o sentido de pertencimento e o protagonismo dos usuários. A cidadania passa a ser direito à convivência, à participação política e ao acesso à vida comunitária, superando o isolamento e o estigma da loucura. Entretanto, a Reforma enfrentou vários desafios, entre eles a precarização das redes comunitárias em contextos de desigualdade e violência urbana e a fragmentação das políticas públicas e a dificuldade de articulação intersetorial, que atinge as comunidades de modo diverso, conforme suas condições históricas, vulnerações de sua população e condições socioeconômicas que as sobredeterminam.. Mas, a mais desafiadora de todos foi o retrocesso na política de saúde mental, com o recrudescimento de estratégias hospitalocêntricas e abstencionistas, que recolocam o cuidado fora da comunidade. A chamada Contrarreforma Psiquiátrica, deflagrada a partir da retomada das forças conservadoras no Governo Federal, em 2016, promoveu mudanças nas diretrizes da Política de Saúde Mental, caracterizando-se pelo retorno das práticas centradas na lógica do isolamento social, no refinanciamento de instituições de caráter manicomial, como as comunidades terapêuticas e leitos em hospitais psiquiátricos, e pela fragilização da Rede de Atenção Psicossocial. Do ponto de vista ético-político, esses retrocessos representam um projeto de sociedade que recusa a diferença, nega a desigualdade social e reforça mecanismos de controle social sobre corpos e subjetividades, sobretudo aqueles historicamente marcados por violências de classe, raça e gênero. Nesse contexto de disputas constantes e pendulares, a partir de 2023, a retomada de um governo democrático e popular na gestão federal não foi suficiente para pôr fim às forças da contrarreforma, havendo uma divisão interministerial na definição das políticas da saúde mental, álcool e drogas, com estratégias que buscam, por um lado, reforçar a atenção psicossocial pública em serviços territoriais da Rede de Atenção Psicossocial, mas,

por outro, dirigem um grande financiamento às Comunidades Terapêuticas, que representam as amarras da contrarreforma em movimento. Outra dimensão importante a pensar são os vários níveis implicados na atenção psicossocial: promoção da saúde, prevenção aos riscos e danos, cuidado, reabilitação. Boa parte das discussões acima são embates no campo do cuidado. As ações de prevenção e promoção da saúde na atenção psicossocial se fazem menos presentes, sendo que partem de uma concepção ampliada de saúde, que reconhece os determinantes sociais, culturais e econômicos do sofrimento psíquico e dos problemas relacionados ao uso de álcool e outras drogas. No entanto, tais ações enfrentam desafios estruturais e políticos. A escassez de recursos humanos e financeiros, a fragmentação das redes de cuidado, a descontinuidade das políticas públicas e o ainda resistente predomínio de modelos biomédicos e hospitalocêntricos dificultam a efetivação de práticas preventivas nos dispositivos da RAPS e de outros serviços nos territórios. Os sistemas de prevenção de base comunitária são alternativas importantes para estas questões, pois trazem a ciência da prevenção como pauta para ser pensada de forma integrada com políticas públicas territorializadas. O "Comunidades que Cuidam" propõe aliar a força dos movimentos sociais comunitários, a intersetorialidade existente (ou fragilizada) na rede territorial de serviços, com os pressupostos da prevenção e seus indicadores de evidência, a fim de promover ações que partam dos valores locais e dados de saúde da juventude do território, promovendo um plano de ações preventivas coconstruído entre lideranças e profissionais, que dialogue entre o local e o global. Este projeto é financiado pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD), que em seu Programa CRIA (Prevenção e Cidadania na Política sobre Drogas), traz as prerrogativas internacionais para implementação de programas preventivos e de sistemas preventivos com eficácia comprovada, uma vez que o uso de estratégias e programas com avaliações de resultado e de processo tem sido cada vez mais exigidos para garantir o alcance de seus objetivos. Trata-se de um relato de experiência referente ao processo de implementação do "Comunidades que Cuidam" em duas comunidades do município de Florianópolis/SC, enquanto recorte da pesquisa inter-regional mais ampla, que contempla a implementação do sistema em oito comunidades-intervenção, distribuídas também nas cidades de São Paulo, Brasília e Recife. A iniciativa é conduzida por um projeto interinstitucional que envolve a UFSC, a USP, a UnB e a UFPE, a Corporación Nuevos Rumbos (Colômbia) e o Prevention Education and Research in Latin America (PERLA) Group, da University of Miami (EUA). O CQC é originado nos Estados Unidos, mas foi implementado em diversos países, incluindo experiências na América Latina, como na Colômbia, no Chile e no México. O sistema busca reduzir vulnerabilidades e fortalecer fatores de proteção nos âmbitos individual, familiar, escolar e comunitário, ao longo de todas as etapas do desenvolvimento humano, com ênfase especial na infância e na adolescência A implementação do sistema ocorre em cinco etapas: (1) mobilização de lideranças comunitárias, moradores e profissionais da rede intersetorial; (2) formação da coalizão comunitária; (3) identificação dos principais fatores de risco, vulnerabilidade e proteção; (4) formulação de um plano de ação comunitário com foco nas especificidades locais; e (5) seleção e implementação de intervenções com eficácia comprovada. Até o presente momento, a implementação do CQC nas duas comunidades catarinenses encontra-se na primeira etapa, em transição para a segunda. Em ambas, foram realizados o mapeamento de instituições locais, a sensibilização de lideranças e a articulação com escolas, serviços públicos e organizações da sociedade civil. Também foi conduzida a avaliação da prontidão comunitária, voltada à compreensão das características do território que influenciam o engajamento e a mobilização social para a construção de ações preventivas. Por fim, foi iniciada a formação da coalizão comunitária, passo necessário para o avanço à etapa seguinte da implementação. Por se tratar de uma implementação piloto, o processo precisa

respeitar os elementos centrais do sistema, que são: (1) mobilização da comunidade; (2) uso de dados epidemiológicos; (3) implementação de programas com resultados comprovados, com prioridade para intervenções baseadas em evidências científicas; e (4) avaliação contínua. No entanto, ao ser adaptado à realidade brasileira, marcada por sua diversidade sociocultural, complexidade institucional e profundas desigualdades, o processo enfrenta desafios específicos, tais como: ausência de discussões sobre violência policial nas comunidades, dificuldade em contemplar marcadores sociais, como raça, classe e gênero no instrumento de adaptação, barreiras linguísticas, baixa (ou nenhuma) representatividade da juventude nos encontros, fatores que evidenciam a urgência de se pensar um sistema preventivo genuinamente latino-americano, que reconheça e contemple a pluralidade das vivências brasileiras. Uma das principais potencialidades do CQC é possibilitar decisões orientadas por dados produzidos localmente, respeitando a complexidade e singularidade dos territórios. Ao fomentar a articulação intersetorial, o sistema promove o encontro entre diferentes áreas, como saúde, educação, assistência social, ONGs, reforçando-se a importância de se pensar estratégias territorializadas e capazes de dialogar com princípios da Reforma Psiquiátrica, sobretudo no contexto atual de retomada de políticas públicas que compreendam a dignidade e os direitos humanos. Na contramão de propostas verticalizadas e normativas, o CQC aposta na potencialidade de cada comunidade reconhecer suas demandas e protagonizar o cuidado em saúde mental, possibilitando uma experiência que se distancia dos paradigmas biomédicos e moralizantes que marcam a contrarreforma e os modelos tradicionais de prevenção de cunho proibicionista. A comunidade, na política de atenção psicossocial e nas práticas preventivas e de promoção da saúde, não deve ser apenas cenário, mas ator e agente de cuidado. Sua centralidade traduz uma aposta ética e política: a de que o sofrimento psíquico e os problemas decorrentes do uso de drogas devem ser acolhidos no tecido vivo das relações humanas, e que a sua prevenção passa por encontrar um espaço de escuta e ação dentro dos movimentos comunitários.

Supervisão Clínica Institucional como Aposta para o Fortalecimento de Práticas Psicossociais: Uma Experiência em um CAPS IJ III com Adolescentes em Situação de Rua e Uso de Substâncias Psicoativas

Andreia Maria da Silva (PS)

A supervisão clínica institucional configura-se como uma ferramenta essencial para a qualificação das práticas em saúde mental, especialmente em serviços que atendem populações em contextos de alta vulnerabilidade social. No Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil (CAPS IJ) tipo III, um dos maiores desafios clínicos é o atendimento a adolescentes em situação de rua com histórico de uso problemático de substâncias psicoativas. Esses adolescentes apresentam demandas complexas, que exigem intervenções intersetoriais e uma postura ético-política alinhada aos princípios da Reforma Psiquiátrica Brasileira, da Política Nacional de Saúde Mental (Portaria GM/MS nº 3.088/2011), da Política Nacional sobre Drogas (Lei nº 11.343/2006) e, fundamentalmente, da Política Nacional de Redução de Danos (Portaria MS/GM nº 1.028/2005 e Portaria Conjunta nº 02/2004 MS/MJ).

A redução de danos, enquanto estratégia de cuidado, se contrapõe a modelos punitivistas e abstinência-centrados, propondo uma abordagem mais acolhedora e realista para adolescentes em situação de rua, cujas trajetórias são marcadas por exclusão social e dificuldade de acesso a direitos básicos. Neste trabalho, relato a experiência da supervisão clínica institucional como estratégia para fortalecer as práticas psicossociais da equipe, integrando os princípios da redução de danos ao cotidiano do serviço.

O CAPS IJ III em questão segue as diretrizes do Ministério da Saúde (Portaria nº 3.588/2017), que estabelece os parâmetros para atendimento a crianças e adolescentes com transtornos mentais graves, incluindo aqueles com complicações decorrentes do uso de drogas. A Política Nacional para a População em Situação de Rua (Decreto nº 7.053/2009) também é um referencial importante, uma vez que muitos dos adolescentes atendidos vivem em contextos de rua, marcados por violência, negligência e exclusão social.

A equipe multidisciplinar, composta por psicólogos, assistentes sociais, psiquiatras, terapeutas ocupacionais, equipe da enfermagem e educadores, frequentemente se depara com situações como:

- Dificuldade de adesão;

- Padrões de uso problemático de crack e outras drogas (com crises de abstinência e complicações clínicas);

- Fragilidade nos vínculos familiares e sociais (muitos são oriundos de contextos de violência doméstica ou institucional);

- Dificuldade de acesso a direitos básicos (saúde, educação, moradia).

Além disso, há um constante tensionamento entre a lógica punitivista (presente em abordagens policiais e judiciais) e a perspectiva de redução de danos.

Essa política enfatiza a importância de estratégias como:

- Abordagem não coercitiva e baseada no vínculo;

- Oferta de cuidados sem exigência de abstinência imediata;

- Inclusão social progressiva, respeitando o ritmo do adolescente;

- Articulação com a rede intersetorial para garantia de direitos.

A Supervisão Clínica Institucional como Dispositivo de Suporte e Reflexão. Inspirada nos princípios da clínica ampliada (Campos, 2000) e do apoio institucional (Brasil, Ministério da Saúde, 2009), a supervisão foi estruturada como um espaço coletivo de reflexão sobre:

1. A análise dos casos clínicos sob uma perspectiva psicossocial, considerando os determinantes sociais da saúde (OMS, 2008)

2. O manejo das resistências e afetos da equipe, como frustração, medo e impotência, que frequentemente emergem no atendimento a essa população.

3. A construção de estratégias de redução de danos, evitando abordagens moralizantes e reforçando práticas alinhadas ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei nº 8.069/1990).

4. A articulação com a rede intersetorial (Conselhos Tutelares, CREAS, serviços de acolhimento), conforme previsto no Sistema Único de Assistência Social (SUAS – Lei nº 12.435/2011).

A supervisão também foi um espaço para discutir como implementar, na prática, os princípios da:

- Estratégias de educação em saúde sobre riscos e autocuidado;

- Construção de projetos terapêuticos flexíveis, que não exijam abstinência como pré-requisito para o cuidado.

Avanços observados:

- Maior flexibilidade nas abordagens (busca ativa, oficinas de arte e esporte como estratégias de vinculação);

- Fortalecimento da rede de proteção,

- Adoção de práticas de redução de danos em substituição a modelos abstinência-centrados.

Desafios persistentes:

- Falta de leitos de desintoxicação na rede pública (contrariando a Rede de Atenção Psicossocial – RAPS, Portaria nº 3.088/2011);

- Rotatividade de profissionais, agravada pela precarização do trabalho no SUS;

- Resistência de alguns adolescentes a qualquer forma de institucionalização, exigindo abordagens mais criativas e territoriais.

Considerações Finais

A experiência demonstra que a supervisão clínica institucional é um dispositivo político e técnico fundamental para o fortalecimento das práticas psicossociais no CAPS IJ III, especialmente quando integra os princípios da Política Nacional de Redução de Danos. No entanto, os limites do cuidado também refletem as contradições das políticas públicas, como a insuficiência de recursos e a fragilidade da rede intersetorial.

Reafirma-se, portanto, a importância da articulação entre saúde mental, assistência social e direitos humanos, conforme preconizado pelo Política Nacional de Saúde Mental (Portaria GM/MS nº 3.588/2017). A supervisão, nesse sentido, não é apenas uma ferramenta clínica, mas um ato de resistência em defesa de uma sociedade mais justa e acolhedora para adolescentes em situação de rua.

Referências Bibliográficas

- BRASIL. Lei nº 8.069/1990. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

- BRASIL. Portaria GM/MS nº 3.088/2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS).

- BRASIL. Portaria GM/MS nº 3.588/2017. Altera o CAPS no âmbito do SUS.

- BRASIL. Portaria MS/GM nº 1.028/2005. Política Nacional de Redução de Danos.

- BRASIL. Portaria Conjunta nº 02/2004 MS/MJ. Diretrizes para a Redução de Danos.

- BRASIL. Decreto nº 7.053/2009. Política Nacional para a População em Situação de Rua.

- BRASIL. Lei nº 11.343/2006. Política Nacional sobre Drogas.

- CAMPOS, G. W. S. Um método para análise e co-gestão de coletivos. São Paulo: Hucitec, 2000.

- MINISTÉRIO DA SAÚDE. Diretrizes do Acolhimento Terapêutico em Saúde Mental. Brasília, 2015.

GT 50: SILVIA LANE: DESDOBRAMENTOS TEÓRICOS-EPISTEMOLÓGICOS-POLÍTICOS PARA A FORMAÇÃO DE UMA PSICOLOGIA SOCIAL BRASILEIRA

Coordenação: Gláucia Tais Purin (PUC-SP), Fátima Maria Araújo Bertini (UNILAB), Julia Calderazzo (UNINOVE)

Registros inéditos de Silvia Lane em disciplinas do P.E.P.G em Psicologia Social da PUC-SP e no 10º Encontro Nacional da Abrapso.

Gláucia Tais Purin (PUC-SP), Bader B. Sawaia (PUC-SP)

Este trabalho é um relato de um projeto de pesquisa com financiamento interno do edital PIPEq/PUC-SP 2020.

Silvia T. M. Lane é uma das mais importantes teóricas da psicologia social brasileira. Ela provocou uma agitação fecunda introduzindo o método dialético e o materialismo histórico para explicar: a relação homem–sociedade, afirmar a ciência como práxis voltada à transformação social, adotar a desigualdade econômico-social e as particularidades histórico-culturais e nacionais da exploração como objeto de estudo e de intervenção.

Foi figura marcante em eventos internacionais, principalmente latino-americanos, mantendo relações que garantiram parcerias e trocas de conhecimentos teóricas e metodológicas entre as produções brasileiras e do exterior. Prova maior de reconhecimento internacional foi o prêmio concedido a Silvia por ocasião do XXVII Congresso Interamericano de Psicologia pela Sociedade Interamericana de Psicologia (SIP), em 1999, na Venezuela, honra destinada aos pesquisadores que mais contribuíram para a psicologia latino-americana.

O objetivo geral, inicialmente, foi revitalizar e aprofundar o referencial teórico/metodológico da teoria laneana para as novas gerações de psicólogos(as) a partir do acesso e produção de materiais audiovisuais inéditos.

Os objetivos específicos foram: a) potencializar a memória da produção teórica/metodológica da professora Dra. Silvia Lane, principalmente para as novas gerações de estudantes de Psicologia do Brasil; b) divulgar o papel fundamental de Silvia Lane à Psicologia Social Brasileira; c) possibilitar o acesso gratuito para a ampla comunidade acadêmica, brasileira e internacional de 18 vídeos inéditos de aulas e palestras ministrados pela professora Silvia Lane, entre outros participantes; d) aprofundar o referencial teórico/metodológico da teoria laneana, a partir do material audiovisual inédito, e publicar em formato de artigo científico; e por último e) Publicar, em formato de ebook um texto escrito por Silvia Lane e Bader Sawaia em 1988, intitulado Psicologia: "Ciência ou Política", e suas teses de doutorado respectivamente.

A relevância social e científica deste projeto fundamenta-se no compromisso ético-político do NEXIN/PUC-SP com a produção científica da psicologia brasileira e com a potencialização da obra de Silvia Lane. Este posicionamento se fundamenta: a) na possibilidade de contribuir para a ampliação da práxis psicológica em psicologia social ao promover uma análise crítica atualizada sobre conceitos e categorias defendidos por Silvia Lane; b) no potencial formativo e transformador do processo de pesquisa sobre a realidade brasileira, configurando-se como espaço interdisciplinar e interinstitucional voltado ao estudo da dimensão psicossocial da desigualdade brasileira; c) na busca pela ampliação democrática e gratuita de todos os materiais acadêmicos para profissionais e estudantes no Brasil; e d) pela continuidade da revitalização da memória viva de

Silvia Lane, pesquisadora e profissional que contribuiu imensamente para o avanço da teoria da psicologia social brasileira.

Além disso, há que se reconhecer a importância para a história da Associação Brasileira de Psicologia Social – tendo sido sua sócia fundadora, do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da PUC-SP – considerando sua participação na criação do curso, bem como na necessidade de potencializar sua obra para a nova geração de psicólogos(as).

Dito isso, este trabalho relaciona-se com as duas opções de Grupos de Trabalhos selecionados na medida em que versa sobre a contribuição de Silvia Lane com a formação de psicólogos e a história da psicologia brasileira e latino-americana.

Infelizmente, no decorrer da pesquisa houve dificuldades devido a pandemia da Covid-19 que iniciou em 2020 e, portanto, alcançou-se partes dos objetivos e produtos esperados.

Isso porque, Sílvia é para a Psicologia Social Brasileira um dos importantes fundamentos do pensamento crítico da Psicologia Social em nosso país, ao vincular seus estudos à realidade sócio-política e econômica e à diversidade do povo brasileiro, o que fomenta o respeito às diferenças e aos processos democráticos. Dessa forma, ao propor o compartilhamento de estudos, experiências e ações que possuam como esteio os ensinamentos de Silvia Lane, o GT adequa-se à proposição de tal eixo.

Como resultados, foi realizada a digitação manual e correção da língua portuguesa de dois documentos: o livro de autoria de Silvia T. M. Lane e Bader B. Sawaia "Psicologia:Ciência ou Política?" e, a Tese da orientanda de Bader B. Sawaia "A consciência em construção no trabalho de construção da existência: uma análise psicossocial do processo da consciência de mulheres faveladas participantes de movimentos urbanos de reivindicação social e de um grupo de produção de artesanato".

Com esforço, foi possível encontrar um serviço especializado na conversão de fitas VHS e Super VHS para MP4, um arquivo de multimídia digital capaz de armazenar e transmitir vídeo e áudio. Todos os 18 vídeos foram salvos e publicados na plataforma do Youtube da TV PUC-SP, de forma aberta, gratuita e divulgados amplamente em redes sociais, grupos de pesquisa, eventos científicos e e-mails.

Dentre estes arquivos, destaca-se 4 vídeos com Lane ministrando aulas no P.E.P.G da PUC-SP, duas delas sobre o Processo Grupal e outras duas sobre História da Psicologia Social no Brasil. Ambos catalogados com a data de 1998.

Com um formato de gravação profissional, distingue-se uma entrevista cedida por Bader Sawaia e Sérgio Ozella (PUC-SP) sobre a "Crise e Reformulação da Psicologia Social no Brasil", e até o momento sem registro de data.

Conta-se também com um vídeo de homenagem à Silvia Lane, realizada após seu falecimento, no Tucarena, em 2006, com depoimentos de vários alunos, orientandos e colegas pesquisadores. Dentre eles estão as seguintes pessoas e respectivas representações institucionais ocupadas na época: Ana B. Bock (PUC-SP), Bader B. Sawaia (PUC-SP); Maria da Graça Gonçalvez (PUC-SP); Mary Jane P. Spink (PUC-SP); Bronia Liebesny (PUC-SP); Marilia Andrade (Abrapso); Sergio Ozella (Sociedade Interamericana de Psicologia e Venezuela); Sandra Sanches (Associação dos Professores da PUC-SP); Catarina Gewehr (Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB); Fernando Gonzalez Rey (Centro Universitário de Brasília (UNB) e Universidade de Brasília); Luiz Eduardo Vanderley (PUC-SP); Antonio C. Ciampa (PUC-SP); Marlene Camargo (PUC-SP); Cleiton Pereira da Rocha, Josiele Lahorgue e Apoliana Groff - representantes do Centro Acadêmico Silvia Lane da FURB – SC; Célia Ferraz (PUC-SP); Iara Araujo (PUC-SP; Ester Souza (PUC-SP); Vanderley Codo (UNB); Maria Helena Coelho (PUC-SP); Peter Spink (Abrapso); Pedro F. da Silva (Abrapso

Regioanal SP); Cristine P. (Conselho Federal de Psicologia); e Salvador Sandoval (Associação Brasileira de Psicologia Política).

Por último, mas não menos importante, 12 vídeos do 10º Encontro Nacional da ABRAPSO realizado na Universidade de São Paulo (USP), em outubro de 1999, e organizado pela Regional SP da Abrapso. Dentre eles, destaca-se 1 vídeo, o qual registra uma palestra sobre "História da Psicologia Social: Uma Visão Histórica da Psicologia Social" com participação de Silvia Lane, Maria C. Guedes (PUC-SP), Maritza Montero (Venezuela) e Denise Jodelet (França); e outro vídeo da cerimônia de abertura intitulada "Inácio Martim-Baró e a Psicologia Social Latino-americana" com participação de Silvia Lane, Fernando Gonzalez Rey (UNB e CUB), Maria Auxiliadora Banchs (Venezuela) e Pedrinho A. Guareschi (Universidade Federal do Rio Grande do Sul).

O congresso científico também contou com outros palestrantes internacionais e brasileiros, inclusive alguns orientandos de Silvia. Os palestrantes: Eda T. Tassara (USP), Enric Pol. (Universidade de Barcelona), Esther Wiesenfeld (UCV Venezuela), e José Q. Pinheiro (UFRN) dissertaram sobre "História das abordagens em psicologia ambiental". A palestra "A psicologia social como prática político-ética" contou com a professora Maria Auxiliadora Banchs (UCV Venezuela). Já o simpósio "Psicologia social: aspectos epistemológicos, éticos e políticos" envolveu os comunicadores Bader B. Sawaia (PUC-SP), Mary Jane Spink (PUC-SP), Ana Luiza Smolka (Unicamp) e Fernando Gonzalez Rey (Univ. De La Habana- Cuba). Este último palestrante também apresentou a palestra "A interdisciplinariedade e a questão ambiental". Outro simpósio intitulado "Psicologia Social, práticas e políticas públicas: Brasil 500 anos sob o olhar da psicologia social" teve a fala dos cientistas Angela Arruda (UFRJ), Maria Auxiliadora Banchs (UCV Venezuela), Celso Sá (UERJ) e Antônio da Costa Ciampa (PUC-SP). O simposista internacional Karl E. Scheibe Wesleyan (Uni. USA) discorreu sobre "O drama da vida quotidiana". Este último também esteve presente com Eda T. de O. Tassara (USP), Antonio da Costa Ciampa (PUC-SP) e José Rogério Lopes (Unitau) na palestra "Identidade: um paradigma para a psicologia social?". O docente internacional Gabriel Moser (Univ. René Descartes- Paris) ministrou a palestra "Novas direções e novos desafios em psicologia ambiental". E por fim, a mesa "A prática da psicologia comunitária e suas relações com políticas públicas" contou com as falas de Elisabeth Bonfim (UFMG), Euclides Sánchez (Univ. Central da Venezuela), Sueli T. F. Martins (Unesp Bauru) e Maria de Fátima Quintal Freitas (UFES).

Pretende-se futuramente alcançar os resultados não alcançados nesta pesquisa. Trata-se de um desafio que tem exigido uma das coisas de maior riqueza da humanidade: tempo para dedicação à um novo projeto.

Referências Bibliográficas:

LANE, Silvia T. M.; BADER, B. Sawaia. Psicologia: Ciência ou Política. São Paulo: Pré Print Série apoio ao ensino. Editora da PUC-SP - EDUC, 1988.

SAWAIA, Bader B.. A consciência em construção no trabalho de construção da existência: uma análise psicossocial do processo da consciência de mulheres faveladas participantes de movimentos urbanos de reivindicação social e de um grupo de produção de artesanato. 1987. 433 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1987.

18 vídeos, TV PUC-SP. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Z4jzxHQTXGg&list=PL99vyy3Wwlvr5i-LPeKfk-R8EA5Wo3XxC&index=1

"Sexta do pé de meia" e o lugar das oficinas com famílias na Proteção Social Básica

Rafael Soares Cavalcante (UFDPAR), Nicole Agnes Nunes de Araújo (UFDPAR), Antonia Liandra da Silva (UFDPAR), Hellen Cristina de Oliveira Alves (UFDPAR)

No amplo de ações possíveis dentro da Proteção Social Básica, escolhemos especificamente as oficinas com famílias. Estas emergem como instrumentos relevantes para promover a convivência e a participação ativa, contribuindo para a construção de respostas efetivas às necessidades da população. A efetividade dessas oficinas, entretanto, depende de sua capacidade de incorporar a intersetorialidade entre políticas públicas, reconhecendo que questões sociais complexas

raramente podem ser resolvidas por um único setor e dependem, necessariamente, da articulação com as demais políticas públicas. É isso que nos leva a escreviver, no presente texto, uma experiência que condensa esses operadores e circunscreve nosso objetivo: analisar e refletir sobre o papel das oficinas com famílias, realizadas no âmbito do PAIF, na prevenção de situações de violação de direitos, na proteção das famílias e na promoção da proatividade necessária para um trabalho social efetivo no contexto da PSB. Este modo de escutar-experimentar (Viana e Neves, 2021) aquilo que se veicula nos desdobramentos enunciativos das pessoas assistidas nos levou a construir uma oficina com famílias sobre o Programa Pé-de-meia, posteriormente renomeado pela equipe do CRAS como “Sexta do Pé-de-meia”. Instituído pelo decreto nº 11.901/2024, este programa surge como política pública com o intuito de oferecer incentivo financeiro-educacional voltado para ações de permanência de estudantes no ensino médio público e convoca a PSB a se rearranjar em seus modos de trabalho, especialmente no que tange aos encaminhamentos e as informações fornecidas às pessoas assistidas.

Esta proposta insere-se no contexto Grupo de Trabalhoo 04: Alianças territoriais no SUAS: práticas psicossociais no enfrentamento às vulnerabilidades e violações de direito" cuja finalidade é acolher trabalhos que: compreendam os campos da Assistência Social, promoção de direitos humanos e enfrentamentos a violências, em interface com a Psicologia Social, como direito fundamental e espaço de luta pela superação das desigualdades sociais e vulnerabilidades dos diferentes segmentos populacionais, problematizando a inserção e atuação de psicólogos/as de forma intersetorial nas políticas públicas, no combate e superação das discriminações, vulnerabilidades e violências sociais e individuais e que promovam o debate crítico sobre as práticas no âmbito do Sistema Único de Assistência Social, da Política Nacional de Assistência Social, bem como de outras políticas públicas visando a promoção e proteção de direitos humanos.

Como rede conceitual, tecemos considerações relevantes sobre as orientações normativas e legislativa disponibilizadas nas diversas cartilhas e orientações que balizam a PNAS enquanto política pública, bem como nos aproximamos de conceitos como escrevivência (Evaristo, 2009), diálogo e participação comunitária (Freire, 1987) e a proposta de construção das oficinas, conforme exposto nas Orientações sobre o PAIF

A construção metodológica deste experiência de trabalho apoia-se na escrevivência, conceito desenvolvido por Conceição Evaristo (2007), como prática que articula experiência, subjetividade e produção de conhecimento. Diferentemente de uma abordagem meramente descritiva, a escrevivência posiciona a

narrativa como um espaço político de resistência, oferecendo uma via para dar voz aos sujeitos envolvidos nas políticas públicas de proteção social básica. No contexto desse estudo, a escrevivência torna-se central para narrar a experiência de implementação das oficinas

do projeto Pé-de-meia no CRAS. Essa abordagem metodológica conecta as diretrizes do PAIF às realidades vividas no território, valorizando os índices comunicativos locais e as práticas sociais compartilhadas pela comunidade.

Resultados: Por meio das oficinas com famílias e a partir dessa experiência, a instituição consolidou o que posteriormente foi denominado "Sexta do Pé-de-meia", um projeto fixo, realizado semanalmente, no qual as pessoas têm espaço para expressar dúvidas, compartilhar dificuldades e orientar-se sobre o acesso ao benefício. Os resultados do programa transcendem os números e se manifestam em dimensões visíveis e invisíveis do cotidiano das famílias, dos profissionais envolvidos e do papel que a instituição pode desempenhar no território. Entre esses resultados destacam-se: o estímulo à participação e ao protagonismo social; o desenvolvimento de estratégias de autonomia; a superação de barreiras institucionais, sociais, tecnológicas e de informação; e o engajamento do próprio estudante na onquista de seus direitos.

Reflexões geradas

Sua análise evidencia sua potência como instrumento de promoção de cidadania e transformação social, especialmente no contexto das populações em situação de vulnerabilidade. Contudo, sua implementação eficaz exige a superação de lacunas que comprometem a qualidade e o alcance de seus objetivos.

Uma dessas lacunas está no planejamento e na execução das oficinas, que demandam preparo contínuo e cuidadoso. A escolha dos temas, as técnicas utilizadas e a articulação com profissionais qualificados são elementos importantes que requerem suporte institucional sólido. Para que essa ação seja efetiva e de qualidade, a capacitação e a formação continuada de técnicos do SUAS devem ser garantidas pelos gestores de assistência social, com acesso a recursos técnicos e materiais que sustentem esse processo.

Além disso, a consolidação do Pé-de-meia como política pública requer uma base de evidências sólidas sobre seus impactos efetivos. Estudos quantitativos e qualitativos que avaliem os resultados da sua implantação, em diferentes contextos e territórios, são indispensáveis. Pesquisadores e instituições como IBGE e DIEESE podem desempenhar um papel essencial nesse sentido, contribuindo para o aprimoramento contínuo do programa e para a construção de políticas sociais mais integradas e eficazes.

Silvia Lane em território: uma intervenção psicossocial crítica no centro de São Paulo

Vitor Rejaini Silva, Nicole Soares Resende (PUC-SP), Bárbara Regina Corrêa Da Silva (UNISA), Ana Julia Silva De Freitas (UNISA)

O objetivo deste trabalho é relatar a experiência de intervenção psicossocial voluntária em Psicologia Social Crítica com um grupo de base no centro de São Paulo, uma iniciativa do núcleo da regional São Paulo da ABRAPSO. O grupo de base constitui um movimento de luta por moradia digna para quem vive ou circula pela região central, marcada por desigualdades históricas, disputas de pertencimento e ocupação de espaços abandonados. A proposta reforça o compromisso da Psicologia Social com a transformação social, promoção da cidadania, fortalecimento comunitário e enfrentamento das violências estruturais que atingem, sobretudo, mulheres negras, mães e famílias em condição de vulnerabilidade social.

Inspirada no compromisso social de Silvia Lane e fundamentada na Psicologia Crítica de base materialista histórico-dialética, a intervenção busca construir teoria e prática de forma dialética, junto ao grupo. Foram realizados 20 encontros quinzenais com observação participante, escuta ativa e vivências terapêutico-educativas baseadas nas demandas explícitas e implícitas da comunidade. Diários de campo, relatórios analíticos e encontros de estudos, reflexões e discussões entre as psicólogas, ajudaram a compreender os desafios e o potencial do grupo como espaço de resistência, organização política e produção de sentidos.

Esta abordagem se fundamenta na concepção de Psicologia Social comprometida com a transformação da realidade, através da perspectiva teórico-metodológica que integra crítica social e prática situada, reconhecendo as sujeitas como produtoras de história e sentido. O trabalho articula saberes acadêmicos e populares na construção coletiva de conhecimento, destacando experiências diárias de resistência e como tais atravessam as participantes. A atuação junto a comunidades que sofrem processos de subalternização, como mulheres negras, mães solo e famílias em situação de vulnerabilidade, manifesta o compromisso com uma escuta ética e uma práxis que confronta desigualdades estruturais vigentes. Trata-se de uma Psicologia que se recusa a ocupar um lugar neutro, assumindo o enfrentamento às lógicas coloniais, racistas e capitalistas como parte de sua responsabilidade social.

Em um dos encontros, pedimos às participantes que anotassem temas que gostariam de discutir, resultando em tópicos como família, saúde mental, trabalho, direitos, moradia, movimentos sociais e educação. Esses assuntos têm sido abordados e vivenciados ao longo das intervenções.

As vivências promoveram a criação de vínculos, o resgate de histórias de vida ligadas à luta por moradia e ao direito à cidade, a autodeterminação e a reflexão crítica sobre a realidade e as diferenças individuais, revelando também a força da militância cotidiana na resistência às desigualdades e violações estruturais. Por meio de uma prática dialógica e participativa, fortaleceram-se vínculos, resgataram-se histórias de luta e potencializou-se a construção coletiva de sentidos, consolidando o grupo como espaço político e comunitário.

Ao longo de três encontros, desenvolvemos uma vivência que focou em explorar a história de vida pessoal e a luta de gerações pela conquista de uma moradia própria. Discutimos as dificuldades não apenas no âmbito individual, mas também em relação às questões sociais e políticas que dificultam esse objetivo. Os relatos das participantes revelaram que muitas nunca tinham considerado a possibilidade de ter sua própria moradia. Além disso, houve uma aproximação entre os pares, que perceberam semelhanças na sua constituição socio-histórica e na formação de suas famílias.

Diante das políticas racistas e higienistas de "revitalização do centro" de São Paulo, que têm expulsado pessoas de seus territórios, utilizando-se de violência policial e repressão para despejar, reintegrar prédios e retirar populações consolidadas, as vivências foram realizadas com o objetivo de estimular a reflexão crítica das participantes frente a problemáticas que não as afetam diretamente, mas que estão intimamente relacionadas à luta por moradia.

A reação do grupo foi de apreensão e revolta frente a tais políticas, pontuando que ocupar o centro é um direito do qual também possuem. Contudo, para tal, necessitam resistir em grupo, destacando a importância da conscientização sociopolítica e fortalecimento de aspectos de militância como caminho de luta e conquista de objetivos. Discutiu-se como ações higienistas e de violência impactam não só as moradoras diretamente afetadas, mas a cidade como um todo. A provocação de uma participante, "hoje é no centro, mas e quando formos nós?" (sic), revela uma consciência histórica em construção, que conecta vivências atuais a processos de exclusão e desigualdade.

Nesse sentido, o grupo de base reflete dialeticamente o contexto histórico brasileiro, forjado pela escravização da população negra e indígena e pela ausência de políticas de reparação. Essa herança impacta diretamente na marginalização e nas desigualdades sociais vividas, em diferentes intensidades, por todas que ali estão. Sobretudo as mulheres negras, que, segundo Gonzalez (2020), são colocadas na base de uma estrutura social de desigualdade e discriminação.

O perceptível individualismo e rotatividade das participantes, leva ao distanciamento do grupo e das lideranças, o que resulta em falta de engajamento e isolamento diante das atividades coletivas, restritas a atividades manuais, como limpeza das áreas sociais das ocupações ou o preparo de alimentos para o almoço dos domingos, que é aberto à população em geral. A repetição de temas, que muitas vezes não são explicados em sua totalidade, a falta de espaço para expressão individual e a condução permeada pela rigidez da coordenação, contribuem para o silenciamento e desconforto, dificultando a construção de uma identidade grupal.

Ao longo do projeto, é notável que há uma aproximação das participantes, que passaram a reconhecer as companheiras que se sentam ao seu lado como pares na luta e militância, já que havia casos de pessoas que participavam há meses e não interagiam. A busca por espaços de fala e, por vezes, o questionamento de argumentos da coordenação, é vista como um movimento de transformação do grupo, que tem se percebido mais como atores em um movimento social.

Relatamos com esta, o potencial transformador das práticas de base no campo da Psicologia Social Crítica, quando comprometidas com a escuta, o vínculo e a produção coletiva de sentidos. Demonstra-se que, frente a um desafio de contextos profundos de luta por menos desigualdade e violência social, a prática por meio de metodologias participativas e dialógicas favorece processos de subjetivação crítica e emancipatórias.

Diante disso, este trabalho se alinha ao GT 50 – Silvia Lane: desdobramentos teóricos-epistemológicos-políticos para a formação de uma Psicologia Social Brasileira – ao adotar uma epistemologia crítica que nasce das contradições da vida cotidiana. Mais do que referenciar Silvia Lane, aqui se relata a prática, ao construir uma psicologia comprometida com as histórias, lutas e afetos dos sujeitos que habitam os territórios urbanos marcados por desigualdades e violências políticas.

Ilustra-se a produção de uma Psicologia que, implicada com as sujeitas históricas e comprometida com o reconhecimento dos atravessamentos de classe, raça, gênero e território como constituintes da experiência humana, não se furta ao confronto com as estruturas de opressão, pelo contrário, se engaja na desconstrução das lógicas coloniais, capitalistas e patriarcais que sustentam as desigualdades, construindo uma práxis insurgente, que caminha ao lado dos movimentos de base, contribuindo para processos de conscientização, fortalecimento político e afirmação de direitos. É na escuta, partilha de experiências e no reconhecimento da resistência cotidiana que a Psicologia Social Crítica reafirma seu lugar na luta por transformações concretas e emancipadoras, em direção a formas mais justas, coletivas e solidárias de existir.

GT 51: TECNOLOGIAS DIGITAIS, TRABALHO E SUBJETIVIDADES

Coordenação: Luis Henrique do Nascimento Gonçalves (USP), Laura Cristina Eiras Coelho Soares (Universidade Federal de Minas Gerais), Fellipe Coelho Lima (UFRN)

"Achei que eu tava meio que enlouquecendo, sabe?": Trabalho plataformizado, sofrimento e desgaste mental

Marlon Freitas de Campos (UFPEL), Jaqueline Tittoni (UFRGS)

Introdução

Esta pesquisa tem como foco a saúde mental de trabalhadores e trabalhadoras plataformizados, isto é, de sujeitos cujo trabalho se dá mediado por plataformas digitais – processo também conhecido como uberização do trabalho. Nesse sentido, buscamos compreender, sobretudo a partir da experiência de quem trabalha, quais características constituem a atividade de motoristas e entregadores plataformizados e de que maneira impactam na saúde mental de quem trabalha. Esta temática se justifica, de um lado, pelo crescimento do sofrimento e de transtornos mentais e comportamentais em trabalhadores nas últimas décadas, e, de outro, pelo recente crescimento do trabalho plataformizado.

Consideramos que a plataformização do trabalho atualiza e intensifica o processo de flexibilização do trabalho já em curso desde a crise do taylorismo-fordismo, na década de 1970 (Antunes, 2020, Abílio, 2020, Grohmann, 2020), cujas características têm contribuído para os agravos de saúde mental supracitados (Dejours, 1992; Antunes; Praun, 2015). Além disso, ela reorganizou e expandiu mecanismos de exploração até então direcionados aos grupos mais oprimidos da classe trabalhadora, como mulheres e pessoas negras (Abílio, 2020a; Campos; Bresolin, 2024). Dado o contexto, buscamos investigar, amparados na Sociologia de Trabalho de base marxista (Antunes, 2020; Abílio, 2020), na Teoria do Desgaste Mental (Seligmann-Silva, 2011) e na Psicodinâmica do Trabalho (Dejours, 1992, 1999, 2013), como o trabalho de motoristas e entregadores plataformizados impacta na saúde mental e na dinâmica de prazer-sofrimento?

Metodologia

Este estudo investigou a experiência de trabalho de motoristas e entregadores na região metropolitana de Porto Alegre – RS. A coleta de dados incluiu questionários com questões fechadas e abertas, além de entrevistas semiestruturadas. Para as questões fechadas, obtivemos 94 respostas, enquanto 71 participantes responderam às questões abertas. Adicionalmente, sete entrevistas foram realizadas. Na análise dos dados quantitativos, empregamos estatísticas descritivas. A correlação de Pearson foi utilizada para examinar a relação entre variáveis sociodemográficas e bem-estar. Todas as análises quantitativas foram realizadas no software RStudio, com significância estatística definida em $p < 0,05$ (Revelle, 2019; Harrell, 2020). Os dados qualitativos foram analisados por meio da análise de conteúdo de Bardin (1977).

A pesquisa observou todos os cuidados éticos, tendo sido aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em consonância com as Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisa envolvendo Seres Humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Resultados e discussão

A partir da análise, destacamos as seguintes categorias: 1) modelo de gestão; 2) remuneração; 3) tempo; 4) insegurança; e, 5) impactos à saúde e expressões do desgaste humano. Embora seja propagandeada a uma suposta autonomia no trabalho plataformizado, consideramos que as quatro primeiras categorias têm relação com a organização do trabalho. Em acordo com Dejours (1992, 1999), consideramos que a organização do trabalho fornece as prescrições, as regras do trabalho, assim como os meios de controle que buscam garantir que possíveis (e inevitáveis) variações do trabalho real em relação ao que foi prescrito não ultrapassem certos parâmetros considerados aceitáveis pela organização. De algum modo, portanto, todos os temas que foram anunciados estão articulados à organização do trabalho, embora condicionados decisivamente pelo primeiro.

Algumas características da organização do trabalho plataformizado são distintivas em relação aos trabalhos tradicionais. Destacamos:

a) utiliza artifícios de desvinculação do trabalhador das empresas, o transformando em prestador de serviços, inclusive turvando as fronteiras entre ocupação e desemprego;

b) transfere a maior parte dos custos e dos riscos ao próprio trabalhador;

c) passa a remunerar o trabalhador na exata medida das necessidades da empresa, eliminando a remuneração pelo tempo "improdutivo";

d) reduz o valor pago pelo trabalho executado, que fica abaixo do valor/hora proporcional ao salário-mínimo;

e) aproveita-se do aparato informacional-digital para conciliar a dispersão territorial e o controle do trabalho

A ausência da presença física de alguém responsável por garantir obediência aos modos de trabalhar da empresa é mencionado com frequência pelos trabalhadores entrevistados, normalmente com conotação positiva. Apesar disso, a verdade é que as orientações são transmitidas a todo o momento, e cada movimento de execução do trabalho é acompanhado pela empresa e pelos consumidores que avaliam o serviço prestado (Filgueiras; Antunes, 2020). O produto deste sistema de avaliação é uma nota individual a partir da qual as plataformas, por meio dos algoritmos, dão prioridade na distribuição do trabalho, conforme relatam trabalhadores da pesquisa e as próprias plataformas confirmam (Uber, 2022a, s/p; Ifood, 2024a, s/p). Não admira, portanto, que a ampla maioria dos participantes da nossa pesquisa indiquem temer sofrer penalizações por parte das plataformas. A maior fatia, com 61% dos respondentes, teme sanções da plataforma por serem mal avaliados pelos clientes, e os relatos de angústia por receio de avaliações injustas permeiam as entrevistas, especialmente da categoria de motoristas.

A organização do trabalho também determina a forma de remuneração do trabalho. Importante lembrar que nas maiores plataformas, como Uber, 99 e iFood, o trabalhador é notificado de uma demanda de trabalho com um valor determinado unilateralmente pela empresa. Já as despesas estão incorporadas no cotidiano de trabalho, o que dificulta a percepção do ganho líquido pelo. Em nosso estudo, uma motorista entrevistada ajuda a desvelar o montante de custos ocultos no dia a dia de trabalho, e que reduzem os cerca de 8 mil reais brutos, em um mês de bom faturamento, em cerca de 2 mil reais líquidos. Na análise qualitativa identificamos, entre outros aspectos, a sensação de desvalorização e falta de reconhecimento, principalmente dada a perda dos ganhos reais dos trabalhadores, calculada por eles no método de valor por quilômetro rodado. Esse dado converge com os resultados estatísticos da pesquisa, já que os trabalhadores apresentam elevado índice de preocupação com a situação financeira, e há correlação negativa desta com o reconhecimento e com a sensação de prazer no trabalho.

Identificamos, ainda, que a baixa remuneração costuma ser compensada pelo aumento na extensão da jornada de trabalho, condição que limita o descanso, a convivência familiar e o lazer. Essa realidade fica – tristemente – ilustrada no relato de uma motorista: "a gente não faz outras coisas, a gente leva as pessoas para fazerem outras coisas". O que poderia soar como hipérbole encontra respaldo nos dados quantitativos de nossa pesquisa: quase 40% dos trabalhadores indicam trabalhar acima de 10 horas diárias, sendo que 12% relatam jornada superior às 12H. A escala de seis dias de trabalho e um de descanso – normalmente nos dias úteis – é realidade para 45% dos respondentes, sendo que outros 30% costumam trabalhar todos os dias da semana.

Na análise qualitativa, observamos que a associação entre sofrimento e tempo aparece relacionada, por um lado, ao sofrimento subjetivo, por permanecerem longos períodos do dia fora de casa/ longe da família e, por outro, pelo impacto físico do trabalho, que demanda longas jornadas no trânsito. Ainda, o fator tempo também surge associado ao sofrimento por certa ociosidade, quando o trabalhador está à disposição da plataforma, mas à espera de (boas) corridas.

Os impactos na saúde e as expressões de desgaste humano emergem como elementos centrais na produção do sofrimento. Embora seja complexa a distinção etiológica quanto à precedência entre tais impactos e o sofrimento psíquico, consideramos provável a existência de uma relação bidirecional. Nesse contexto, identificamos queixas relacionadas a distúrbios do sono e relatos de uso de substâncias — tanto estimulantes (variando de energéticos a cocaína), para a manutenção da atividade laboral, quanto relaxantes (de fitoterápicos a psicotrópicos), visando à indução do sono. A experiência de fadiga foi recorrente entre motoristas e entregadores, com 66% relatando níveis elevados ou muito elevados de cansaço. O desgaste físico associado às extensas jornadas também foi expressivo: 11,7% dos participantes relataram sentir dores corporais extremamente intensas, e 31,9% descreveram-nas como bastante intensas ao final do expediente – sendo essa dor corporal estatisticamente correlacionada ao menor prazer no trabalho.

Considerações finais

A partir da discussão apresentada é possível afirmar que o modelo de trabalho plataformizado, em franca expansão no território nacional, tem contribuído para vivências de sofrimento relacionado ao trabalho. Sob a concepção psicodinâmica do trabalho, embora o sofrimento não tenha como único desfecho possível a produção de agravos, é notável que as condições para um desfecho criativo e, por isso, não patogênico, são restritas no contexto analisado. Isso fica indicado, por exemplo, com a baixa percepção de reconhecimento no trabalho, e nas limitadas experiências consideradas prazerosas que não parecem contrabalancear as inúmeras características degradantes da saúde, especialmente, no âmbito mental. Por isso, o estudo deve servir como alerta para o agravamento das condições de saúde em médio e longo prazo, assim como para o urgente desenvolvimento de políticas públicas que regulem o trabalho visando preservar a integridade física e mental dos trabalhadores.

Afeto, Trabalho e subjetividade de migrantes forçados venezuelanos utilizando o audiovisual e as Tecnologias Digitais

Júlio César Pinto de Souza (UFAM), Ronaldo Gomes-Souza (UFAM)

Resumo: Este trabalho tem como objeto de pesquisa a intersecção do trabalho e subjetividade do migrante forçado venezuelano, buscando as principais relações de prazer e sofrimento, bem como de saúde e adoecimento psíquico desses migrantes inseridos no mercado de trabalho formal e informal nas cidades de Manaus e México. A partir de 2015, o fluxo migratório venezuelano para o Brasil intensificou-se, impulsionado pela crise econômica e social na Venezuela. A cidade de Manaus acolhe atualmente em torno de 50 mil migrantes venezuelanos e o mercado de trabalho local tornou-se algo desafiador pelos óbices gerados com o "estigma do migrante", levando os venezuelanos a explorações e humilhações no trabalho. Com outro perfil, os venezuelanos que migram para o México encontram dificuldades similares na forma como o mercado de trabalho local recebe e trata os estrangeiros, percebendo-se, portanto, que, tanto no Brasil quanto no México, a integração de migrantes ao mercado de trabalho apresenta desafios semelhantes. É importante considerar, contudo, que o trabalho, seja formal ou informal, exerce um papel ambivalente na vida do migrante. Enquanto é um meio de reestruturação psicossocial e econômica, ele também se configura como um espaço de vivências complexas, perpassadas por sofrimento e prazer. Adiciona-se a essa discussão a relação entre subjetividade e trabalho, considerando que o trabalho não é apenas uma atividade produtiva. Para o sujeito, o trabalho também é um espaço de construção da identidade e de produção de sentidos sobre si e sobre o mundo. Essa interação entre o sujeito e o trabalho constitui a subjetividade e impacta significativamente a saúde mental dos trabalhadores. Esta pesquisa articula as relações de afeto, trabalho e subjetividades dos trabalhadores migrantes forçados venezuelanos nas cidades de Manaus e México, que será apresentada por meio da linguagem audiovisual que surge como meio transdisciplinar potente, especialmente no estudo da migração forçada. A partir dessa complexidade da temática emerge uma grande preocupação com o compromisso ético-político, coletivo, democrático desta pesquisa e ao mesmo tempo visa-se um aprofundamento considerável sobre o assunto. A partir desta perspectiva vislumbrou-se o uso da pesquisa-documentário, mediada pelas Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação, pois esta possui ferramentas para chegar ao nível de complexidade que envolve a situação de migração forçada. As pelas Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação, ferramentas como plataformas de vídeo (YouTube, redes sociais) e softwares de edição, apresentar-se-ão como catalisadores de transformações nas relações sociais e no modo de fazer e divulgar ciência. Isso porque elas conseguem politizar a realidade desses trabalhadores, fomentando a resistência e aumentando a conscientização sobre questões psicossociais e ambientais. Desta forma, por meio do audiovisual, esta pesquisa busca apresentar a rotina de trabalho de migrantes venezuelanos, exibindo as similaridades e singularidades em suas rotinas, além de analisar os aspectos externos do cotidiano e os subjetivos, como desafios, obstáculos, redes de apoio e perspectivas políticas. Objetivo: Produzir pesquisa-documentário, mediada pelas Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação, articulando a interconexão entre afeto, trabalho e subjetividade de migrantes forçados venezuelanos, que realizam trabalho formal ou informal nas cidades de Manaus e Cidade do México. Em sintonia com as discussões do GT 51 – Tecnologias Digitais, Trabalho e Subjetividades, esta pesquisa aborda o ambiente laboral por meio da pesquisa-documentário,

estabelecendo uma interseccionalidade do afeto, trabalho e subjetividade do migrante forçado venezuelano, utilizando uma ferramenta metodológica inovadora. Ao incorporar recursos audiovisuais como dispositivos de escuta e produção de subjetividade, a pesquisa não somente aprimora as formas de escuta e intervenção, mas também facilita a divulgação científica, proporcionando mais acesso, conhecimento e visibilidade fora do ambiente acadêmico-cientifico. Método: A pesquisa terá uma abordagem qualitativo-quantitativa e caráter exploratório-descritivo. Na abordagem estritamente qualitativa, utilizar-se-á a pesquisa-documentário como método, considerando que buscar-se-á por meio da linguagem audiovisual, o acesso a uma expressão autêntica da subjetividade do sujeito-personagem, na interação com o pesquisador-documentarista, capaz de documentar os afetos e configurações intersubjetivas das conexões e trocas entre eles. A pesquisa-documentário se apropria das técnicas para a construção de um documentário com a inserção de um processo dialógico entre pesquisador e sujeito pesquisado, criando um espaço de construção conjunta de significados e extinguindo-se a simples troca de informações de uma entrevista tradicional. Nesse processo, o diálogo em si cria as condições para sua própria continuidade e desenvolvimento, gerando constante fluxo de ideias e significados. Desta forma a pesquisa atenta às questões ético-políticas, transdisciplinar, democrática e coletiva. Nesta pesquisa o sujeito-participante terá a oportunidade de participar de todo o processo de planejamento, edição, montagem, mediado pelas Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação e plataformas que requer a pesquisa-documentário dentro da linguagem audiovisual. A figura do pesquisador-documentarista perpassa por uma lógica similar. Certos de que não são cineastas/documentaristas o interesse maior não se resume a uma perspectiva somente artística, mas a priorização o saber acadêmico-científico, em primeiro lugar, usando a linguagem audiovisual do documentário como ferramenta para produzir pesquisa. Para o levantamento dos dados desta pesquisa será utilizada a Videoentrevista semiestruturada, sendo videogravadas e utilizadas para aprofundar a compreensão sobre a forma como os trabalhadores venezuelanos vivenciam a relação entre afetos, subjetividade e saúde mental. Ainda serão utilizados outros materiais tecnológicos para a captação das imagens e documentação das ações dos sujeitos-personagens. Entre os materiais serão utilizados: uma câmera de vídeo 4k e/ou Full HD 1080 (1080p ou FHD – Full High Definition); câmera do celular Sansung Galaxy A34, como segunda câmera; microfones de lapela para captação dos áudios com melhor qualidade; um estabilizador e um tripé portátil. Para a edição dos vídeos será utilizado o Software CapCut, considerando possui recursos avançados de edição, atendendo as necessidades da pesquisa documentário. Todo material será armazenado e compartilhado com todos na nuvem (google drive). Tanto sujeitos-personagens quanto pesquisadores-documentarias poderão alimentar com recursos auditivos e/ou visuais (música, áudios, fotos, vídeos, demais arquivos) e as formas de comunicação podem ser presenciais ou mediadas por outras tecnologias e plataformas (WhatsApp, Facebook, Instagram, Google Drive, Google Meet, Google Classroom, OneDrive...). Para a coleta de dados serão realizados contatos em comunidades de migrantes forçados e nos locais de abrigo a migrantes forçados nos países onde ocorrerá a investigação e/ou outros locais aos quais eles estão. A seleção dos sujeitos-personagens dar-se-á por meio da amostragem em bola de neve, uma estratégia não probabilística indicada para grupos de difícil acesso. Cada participante será acompanhado e será registrado, por meio de registro audiovisual, em suas atividades laborais e/ou outros cenários e contexto, a depender das relações intersubjetivas criadas com os envolvidos, para que sejam evidenciadas sua relação com o trabalho. A duração e a frequência dos encontros serão determinadas pela dinâmica interacional estabelecida entre os participantes e demais atores envolvidos. Os sujeitos-personagens ainda serão estimulados a gravar momentos

de sua vida, no trabalho, em casa e nas atividades de lazer com a família, visto que esse material também poderá fazer parte da pesquisa. Todos os sujeitos-personagens assinarão o Termos de Consentimento Livre e Esclarecido e o Termo de Cessão do Uso de Imagem. A análise dos dados, gerados a partir das transcrições das falas dos envolvidos nas videoentrevistas, será feita por meio da análise temática. Há a possibilidade de usar o software Iramuteq para realizar análise de similitude do banco de dados das falas transcritas, e/ou outras análises a critério das dinâmicas da pesquisa. Os vídeos gravados serão analisados no coletivo, primeiramente com as equipes dos pesquisadores-documentaristas da UFAM e UNAM. Posteriormente, serão realizadas propostas de edições e montagens que sintetize elementos das filmagens e toda interação de materiais disponíveis no banco de dados (drive) dos envolvidos. Como critérios de elegibilidade estabeleceram-se: a. Ser migrantes venezuelanos no Brasil/México; b. Que estejam desenvolvendo uma atividade laboral formal ou informal por mais de três meses; c. Tenham mais de 18 anos. É importante ressaltar que, por se tratar de pesquisa com seres humanos, serão seguidos todos os aspectos éticos pertinentes a Resoluções 466/12 e 510/16 para a pesquisa no Brasil, e este projeto já tem a aprovação do CEP/UFAM. Quanto a pesquisa no México, serão seguidas e as normas e resoluções de “La Comisión Nacional de Bioética” do México. Resultados e discussões esperados: Infere-se que a relação homem e trabalho é desequilibrada quando se trata de trabalhadores migrantes forçados. Apesar de o trabalho exigir do trabalhador um investimento psíquico para lidar com as exigências da tarefa, gerando sofrimento, entende-se que para os migrantes, esse sofrimento é amplificado pela precarização do trabalho, preconceitos, discriminação, xenofobia e a perda de sua identidade profissional. A exposição dos migrantes às exigências e exploração sofridas no trabalho levam esses sujeitos a um processo de dessubjetivação, ocorrendo uma diminuição da capacidade desses migrantes de se perceberem como sujeitos, aderindo as exigências do trabalho para proverem as necessidades básicas. Conclusão: Nesta pesquisa busca-se apresentar a rotina de trabalho de migrantes venezuelanos em duas cidades, exibindo as similaridades e singularidades em suas rotinas, além de analisar os aspectos externos do cotidiano e os subjetivos, como desafios, obstáculos, redes de apoio e perspectivas políticas. Por meio da pesquisa-documentário, como método, propõe-se uma reflexão da sociedade sobre a situação de vulnerabilidade vivida pelos trabalhadores migrantes forçados venezuelanos.

Palavras-chave: Migrantes forçados venezuelanos; Tecnologias digitais; Pesquisa-documentário; Trabalho

Assédio moral plataformizado e pesquisa-documentário na pós-graduação

Kézia Sousa Lima (UFAM), Ronaldo Gomes Souza (UFAM)

A crescente influência das plataformas digitais no mundo do trabalho – um dos pilares do capitalismo digital atual – também se manifesta no ambiente universitário. Sistemas de avaliação online, como a Plataforma Sucupira/CAPES, rankings internacionais e métricas algorítmicas de produtividade remodelam as dinâmicas acadêmicas, sujeitando estudantes e pesquisadores a lógicas de mercado similares às encontradas em aplicativos de entrega ou streaming. Nesse cenário, o assédio moral deixa de ser visto como um mero "desvio individual" e passa a funcionar como um mecanismo estrutural, controlando corpos, gerenciando o tempo, incentivando a competição e silenciando opiniões divergentes. O resultado é um sofrimento psicossocial semelhante ao experimentado por trabalhadores uberizados, marcado por ansiedade, depressão, perda de propósito no trabalho e a culpabilização individual pelo fracasso. Reconhecer essa violência, que se manifesta por meio das plataformas digitais, requer abordagens capazes de integrar análise crítica, produção de conhecimento e intervenção social.

Este relato de experiência evidenciou o potencial da pesquisa-documentário (P-D), um método que combina rigor acadêmico com produção audiovisual participativa, para (1) capacitar psicólogos sociais críticos em um contexto de crescente plataformização do trabalho científico; (2) investigar, de maneira ética e horizontal, as experiências subjetivas de estudantes de pós-graduação que são vítimas de assédio moral; e (3) criar narrativas públicas que fortaleçam as redes de resistência dentro e fora da universidade.

O estudo estabelece um diálogo direto com o GT "Tecnologias Digitais, Plataformização do Trabalho e Psicologia Social em Interface com o Trabalho". Ao identificar o assédio moral como uma manifestação da gestão algorítmica na pós-graduação, ele o aproxima de outras formas de exploração abordadas pelo GT, como a uberização, a heteromação e o racismo algorítmico. A disciplina demonstrou que a P-D pode servir como uma ferramenta contra hegemônica, utilizada coletivamente para denunciar e transformar os modos de produção de conhecimento que são controlados pelo capital de plataforma.

A Psicologia Histórico-Cultural da Subjetividade compreende o sofrimento como um produto social, influenciado por classe, gênero e raça. As teorias sobre assédio moral organizacional situam a violência na interseção entre relações hierárquicas e políticas de gestão. A crítica ao capitalismo de plataforma (Srnicek; Morozov) explica como as métricas digitais incorporam a lógica das startups em ambientes educacionais. O cinema de participação popular (Sanjinés; Freire) fundamenta a P-D como uma prática pedagógico-política e estética decolonial. Esses referenciais orientaram as decisões éticas (compartilhamento de poder com os participantes), estéticas (uso de sombras e distorção de voz para proteger a identidade) e analíticas (interpretação do assédio como um componente da plataformização acadêmica).

Em um programa de pós-graduação em psicologia no norte do país, uma matéria opcional convidou 13 estudantes de pós-graduação para serem pesquisadores-documentaristas. O curso combinou teoria e crítica, explorando a subjetividade e a P-D. Oficinas práticas ensinaram a usar celulares e softwares gratuitos para filmar e editar, incentivando o uso da tecnologia. Juntos, eles criaram um roteiro com as seguintes perguntas sobre assédio: 1- você gostaria de compartilhar sua experiência, direta ou indireta, com situações de assédio, discriminação ou outras formas de violência, e como lidou com isso? 2- Quais ações ou hábitos vocês consideram essenciais para a prevenção do adoecimento psíquico e a promoção da saúde mental no dia a dia? 3- De que maneiras a universidade poderia melhorar seus esforços para prevenir problemas de saúde mental e promover o bem-estar de toda a comunidade acadêmica? 4- Tem

alguma coisa que eu não perguntei e que gostariam de falar?

A pesquisa selecionou duas alunas para contar suas histórias de abuso, com vozes alteradas por segurança. Imagens etnográficas foram feitas em corredores desertos. A edição colaborativa em nuvem permitiu que todos acessassem e modificassem o material, desafiando a ideia de autoria individual. O curta-metragem (13 min) foi lançado no YouTube e exibido em uma mostra universitária, seguido de um debate com um grupo de pós-graduandos e sujeitos-personagens da pesquisa. Embora o projeto tenha sido aprovado pelo comitê de ética, ele foi além, garantindo que os sujeitos-personagens participassem ativamente de todo o processo de criação.

A P-D identificou algumas formas de violência, incluindo “abuso de poder”, “pressão por métricas Qualis”, “produtividade no estilo das plataformas” (produtivismo), “misoginia no meio acadêmico”, “medo”, “humilhação”, assédio moral”, “assédio organizacional”, “hierarquia”, “insensibilidade” e “silêncio das instituições”. Os relatos destacaram o reconhecimento tardio do assédio, visto como normal devido ao discurso de mérito e empreendedorismo; impacto psicológico duradouro, como falta de motivação, culpa e desistência da carreira acadêmica; retaliação institucional, como cortes de bolsas; e insensibilidade por parte do orientador com questões pessoais delicadas do orientando.

No ensino, a matéria uniu pesquisa e extensão com uma visão crítica das plataformas. Desenvolveu habilidades audiovisuais como forma de aprendizado tecnológico para a libertação. Fortaleceu a união, aproximando casos de assédio das lutas de entregadores e moderadores de conteúdo. Além disso, ofereceu ideias para políticas institucionais contra o assédio, ligadas, também, à soberania digital e à transparência dos algoritmos de avaliação.

A experiência mostra que a pesquisa-documentário é útil como ferramenta para combater o poder das plataformas, revelando o lado obscuro da "automação" acadêmica, dando voz às vítimas e incentivando ações coletivas de mudança. Ao mostrar a relação entre assédio moral e o capitalismo de plataforma, o trabalho convida a Psicologia Social brasileira a ter um papel de liderança crítica, tal como propõe este GT, denunciando violências e propondo formas de cuidado, cooperação e controle dos algoritmos. As dificuldades encontradas, como os desafios técnicos iniciais, mostram a necessidade de parcerias entre instituições e de financiamento público para projetos que unam arte, ciência e ativismo digital. Em resumo, a P-D se mostrou um terreno fértil para plantar a consciência, a resistência e políticas de combate ao assédio moral causado pelas plataformas na pós-graduação.

Avaliação da experiência do usuário (UX) de uma plataforma digital para promoção da saúde de pessoas idosas num Programa de Preparação para Aposentadoria no estado do Amazonas

Maria Eduarda Costa Lyra do Nascimento (UFAM), Carla Catlen Reis Botelho de Moraes (Fundação Universidade Aberta da Terceira Idade), Ronaldo Gomes Souza (UFAM)

Introdução:

A aposentadoria constitui um marco significativo nas sociedades contemporâneas, frequentemente acompanhada por desafios psicossociais, como o isolamento social, a perda de vínculos laborais e a reconfiguração da identidade pessoal (Palmieri et al., 2024; Almeida, 2024). No contexto brasileiro, Programas de Preparação para Aposentadoria (PPAs) têm sido utilizados como estratégias para mitigar os efeitos adversos da transição laboral, promovendo reflexões sobre futuro, saúde e pertencimento social (Da Cunha et al., 2021).

Diante dessa realidade, o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) tem se mostrado como uma ferramenta que auxilia a suprir essa lacuna. A inserção da população idosa no mundo digital possibilita a manutenção de seus papéis sociais, do exercício de cidadania, da autonomia e da participação ativa em uma sociedade complexa, o que, por sua vez, favorece a manutenção de uma vida mais ativa (Skura et al., 2012). Apesar do avanço das TICs e de seu potencial para promover a inclusão digital, ainda há poucos registros de sua incorporação em PPAs, principalmente no panorama nacional.

Nesse sentido, a plataforma digital "Longevivendo" surge como recurso de apoio ao PPA, desenvolvido pela Fundação Universidade Aberta da Terceira Idade (FUnATI), como uma maneira de preparar servidores públicos do Amazonas para essa nova fase através do gerenciamento de cursos online e oferta de encontros virtuais (teleassistência). O PPA se utiliza da tecnologia como uma ferramenta que visa promover a saúde e qualidade de vida para o público idoso, além de incluí-los digitalmente no atual mundo globalizado.

Objetivo: Essa pesquisa possui como principal objetivo avaliar a experiência dos usuários no uso do aplicativo Longevivendo no contexto do Programa Longevivendo, um Programa de Preparação para Aposentadoria (PPA) no Estado do Amazonas, além de explorar os principais aspectos levantados pelos participantes durante o uso do aplicativo.

Relação com o GT:

A relação justifica-se pelo modo como este trabalho aborda a intersecção entre envelhecimento, tecnologias digitais e reconfiguração do vínculo com o trabalho. O desenvolvimento de um aplicativo voltado especificamente para pessoas idosas em processo de aposentadoria insere-se em um campo emergente de discussões sobre como as tecnologias digitais estão transformando a forma como o trabalho é experienciado, encerrado e ressignificado. A aposentadoria, entendida não como um ponto final, mas como uma transição crítica, implica a desconstrução de identidades profissionais e a emergência de novos modos de estar no mundo. Nesse processo, a tecnologia ocupa um papel ambíguo: ao mesmo tempo em que pode representar uma barreira para populações historicamente excluídas do mundo digital, também pode se constituir como ferramenta de reinvenção subjetiva e manutenção de vínculos sociais, produtivos e institucionais. O uso de um aplicativo como mediador da preparação para a aposentadoria evidencia como o trabalho não se encerra com o desligamento

formal, mas continua presente como memória, projeto e relação social. Assim, a proposta articula-se ao GT ao explorar como as tecnologias digitais participam da reconstrução das subjetividades de trabalhadores idosos, ampliando os modos de vivenciar o tempo, o pertencimento institucional e o cuidado de si após a saída do mercado de trabalho.

Orientação teórica:

A pesquisa adotou uma abordagem interdisciplinar, articulando contribuições de distintas áreas do conhecimento. No campo da psicologia do envelhecimento, fundamentou-se em autores como França e Soares (2009), Da Cunha, Scorsolini-Comin e Marin (2021) e Palmieri et al. (2024), que discutem os impactos subjetivos e sociais do envelhecimento. Para sustentar as discussões relacionadas à psicologia do trabalho, foram mobilizados os estudos de Almeida (2024), França et al. (2019) e Murta et al. (2014), que abordam a transição laboral e os sentidos atribuídos ao desligamento institucional. As dimensões relativas à experiência do usuário (UX) e à usabilidade em ambientes digitais foram fundamentadas nos trabalhos de Schrepp, Thomaschewski e Hinderks (2017) e Da Silva et al. (2021), que contribuem para a compreensão da interação entre sujeitos e tecnologias. Complementarmente, as abordagens da gerontecnologia, com ênfase no papel das tecnologias na promoção da saúde, da autonomia e da inclusão digital de pessoas idosas, foram representadas por estudos como os de Amorim et al. (2018), De Marchi e Biduski (2020) e Parker et al. (2013). Esses referenciais possibilitaram compreender de forma integrada os aspectos subjetivos e sociais envolvidos no uso de tecnologias digitais por pessoas idosas no contexto de transição para a aposentadoria.

Estratégias metodológicas:

Essa pesquisa é parte de um estudo maior de efetividade do programa Longevivendo na qualidade de vida de servidores públicos com 60+ do Governo do Estado do Amazonas e desenvolvido pela FUnATI. O programa foi implementado de janeiro a setembro de 2024 na cidade de Manaus, Amazonas. Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Estadual do Amazonas sob o parecer 6.240.162, e seguiu os princípios éticos da Lei Geral da Proteção de Dados (LGPD, 2018) e do SEI/MS - 0019229966 (Ministério da Saúde, 2021), quanto à segurança de dados, sigilo e confidencialidade das informações dos usuários da plataforma e pesquisa realizada em meio virtual. A plataforma digital Longevivendo foi desenvolvida para monitorar os participantes, facilitar a comunicação entre orientadores e oferecer suporte à realização de cursos online e encontros virtuais. Para a análise da experiência da plataforma digital dos usuários, foram entrevistados 19 servidores públicos com idade 60+, divididos em dois grupos conforme o nível de engajamento com o programa (≥ 75% e ≤ 50% de aproveitamento). Os dados foram coletados no período pós-intervenção (após 9 meses de acesso ao aplicativo) por meio de um roteiro de entrevista semiestruturada desenvolvido pela equipe de pesquisadores da FUnATI. As entrevistas foram gravadas e transcritas, e os dados qualitativos analisados por meio da análise de conteúdo de Bardin (2016).

Resultados:

A análise qualitativa, conduzida com base no método de análise de conteúdo de Bardin (2016), permitiu a identificação de três categorias principais no uso da plataforma: facilitadores para o engajamento com a plataforma, dificuldades enfrentadas pelos usuários e sugestões de melhorias. Entre os facilitadores destacados pelos participantes, destacam-se o suporte prestado por terceiros, incluindo a equipe técnica da FUnATI, orientadores, familiares e amigos, os recursos didáticos disponibilizados (como videoaulas e quizzes interativos), além da usabilidade da plataforma, caracterizada por uma interface amigável e navegação intuitiva. As dificuldades relatadas abarcaram múltiplas dimensões. No âmbito organizacional, foram mencionadas a ausência de

equipamentos com acesso à internet no ambiente de trabalho e a resistência por parte das chefias quanto ao uso do aplicativo durante o expediente. Do ponto de vista técnico, foram observadas falhas na estrutura da informação (especialmente discrepâncias entre a versão web e a mobile), erros de funcionamento do sistema e limitações de conectividade. Além disso, questões de ordem pessoal, como dificuldades na gestão do tempo, baixa familiaridade com tecnologias digitais e sobrecarga de responsabilidades domésticas, também foram indicadas como barreiras relevantes à participação. As sugestões de melhoria concentraram-se em dois eixos principais: aspectos tecnológicos e suporte institucional. No que se refere à tecnologia, os participantes sugeriram simplificação do processo de login, aumento do tamanho das fontes, otimização do tamanho do aplicativo para dispositivos com menor capacidade de armazenamento e reorganização da estrutura dos conteúdos educacionais. Quanto ao suporte, a necessidade de um acompanhamento mais ativo por parte da equipe técnica foi apontada especialmente pelos participantes com menor engajamento.

Conclusão:

Os resultados dessa pesquisa evidenciam que a experiência de uso foi, em geral, positiva, especialmente entre aqueles com maior engajamento, que destacaram a interface acessível, os recursos pedagógicos e o suporte social como elementos facilitadores. No entanto, as barreiras técnicas, institucionais e subjetivas identificadas indicam a necessidade de ajustes na infraestrutura digital, maior sensibilização dos ambientes de trabalho para o uso da tecnologia e fortalecimento do suporte contínuo à aprendizagem digital dos participantes. Esses resultados reforçam a importância de considerar não apenas o design das tecnologias bem como as condições sociais e institucionais que moldam sua apropriação por sujeitos historicamente afastados do universo digital. Assim, a plataforma não apenas amplia os sentidos da aposentadoria como projeto de vida, mas também ressignifica os vínculos com o trabalho, a cidadania e o cuidado de si na velhice. de melhoria, focadas na usabilidade e no suporte, reforçam que o desenvolvimento de tecnologias para idosos deve priorizar interfaces simplificadas e personalizáveis. Este estudo contribui para a Psicologia Social ao evidenciar como as tecnologias digitais, inseridas no contexto do trabalho e da aposentadoria, interagem com as subjetividades e as demandas sociais dos idosos, reforçando a importância de se pensar em soluções que não apenas promovam a saúde, mas que também abordem as desigualdades digitais e as necessidades específicas desse público.

Controvérsias acerca da implementação do 'Uber moto' no Brasil: perspectivas de autonomia no trabalho mediado por aplicativos

Carlos Eduardo Nazario Elias (UFRJ)

Neste resumo, busco relatar os primeiros passos de minha pesquisa de mestrado, onde acompanho algumas das controvérsias acerca da implementação no Brasil do serviço de mototáxi via aplicativos, tais como os das empresas "Uber" e "99". Um dos disparadores para essa pesquisa foi uma curta viagem que realizei há algum tempo de minha casa para a rodoviária municipal da cidade onde moro na qual o motorista, que trabalhava através da "Uber", se queixava de como o número de corridas tinha diminuído após o lançamento da nova função ("Uber moto") do próprio aplicativo através do qual trabalhava, já que boa parte dos clientes passaram a utilizá-la, em detrimento das viagens de carro, que costumam ser mais caras. Ou seja, o motorista se via como sendo prejudicado pela própria empresa para a qual trabalha.

Na legislação brasileira, o trabalho como motorista de aplicativo é caracterizado como 'trabalho autônomo' - entendido como aquele que não possui vínculo empregatício. Em 2020, o Tribunal Superior do Trabalho tomou tal decisão justificando que o trabalhador em questão possuiria ampla flexibilidade no exercício de sua função e que não existiria uma relação de subordinação entre o mesmo e a "Uber", dois pontos que apontariam para a não existência desse vínculo empregatício. Nesse cenário, a empresa se posiciona como uma plataforma que ligaria os motoristas aos passageiros e não como uma empresa de transporte, buscando se colocar como um intermediário neutro na relação entre ambos.

O que questionaremos aqui é, justamente, esse lugar de neutralidade no qual empresas como a "Uber" buscam se colocar. Bruno Latour (2005) diferencia o que chama de 'intermediários' daquilo que seriam 'mediadores'. Enquanto os primeiros transportam um significado ou uma ação sem modificá-la, mantendo determinada estabilização, os últimos transformariam essa ação, modificando significados e colocando outros atores em movimento.

Utilizando, então, o método da cartografia das controvérsias (LATOUR, 2000), a pesquisa busca mapear as disputas acerca da implementação do serviço de 'Uber moto' no Brasil, em especial em grandes cidades, investigando as associações que vão se formando, as alianças que vão se estabilizando (ainda que momentaneamente), e os atores que vão sendo arregimentados através dessas associações. Apresentaremos, aqui, algumas dessas controvérsias que vêm ocorrendo nas cidades brasileiras onde o serviço começou a ser oferecido nos últimos anos. Em Recife, o diretor-geral do SAMU da região metropolitana da cidade se mostrou assustado e preocupado com o aumento do número de vítimas de acidentes com motos após o início da oferta do serviço. Entre 2022, ano da chegada do 'Uber moto' e 2023, o número de atendimentos levando em conta toda a região metropolitana da capital pernambucana subiu de 7.122 para 9.586, um aumento de mais de 30% que vem sobrecarregando o sistema de saúde. Além disso, o número de usuário do sistema de transporte público caiu expressivamente, o que levanta questões sobre a viabilidade de manutenção do serviço de mobilidade urbana, que já enfrenta críticas. Atualmente, o serviço de transporte de passageiros por moto via aplicativo, apesar de não estar regulamentado, continua sendo utilizado na cidade sem maiores problemas.

Já em São Paulo, a regulamentação do serviço se tornou alvo de um debate mais intenso, com o governo municipal se articulando para tentar a proibição dos mesmos. Atualmente, a câmara conta com nada menos que três

projetos de lei acerca do assunto, sendo um a favor da liberação com regulamentações mais brandas, outro também a favor mas com contrapartidas maiores da parte das empresas e um terceiro contrário à liberação até que a cidade consiga diminuir o número de acidentes em suas estradas. Em um episódio recente, ocorrido no final de maio, a empresa '99' ofereceu 250 reais, além de almoço e estacionamento aos motofretistas que optassem por comparecer a uma audiência que visava debater o tema na câmara municipal. A empresa alegou que se tratava de uma ajuda de custo, já que muitos 'colaboradores' não teriam condições de comparecer por meios próprios mas a atitude recebeu críticas, inclusive, de um grupo de motofretistas que se colocava como independentes em relação à empresa, que por sua vez, também se mostravam contrários à proibição e que, além disso, também criticavam o que chamaram de 'uso político' por parte do prefeito de um acidente que vitimou fatalmente uma mulher que utilizava um dos aplicativos em questão, alegando que o acidente havia sido causado pela colisão da moto com a porta de um carro (também usado para transporte de passageiros via aplicativo) onde os passageiros estariam bêbados.

Se percebe, nesse contexto, empresas como a 'Uber' e a '99' ao simplesmente 'ligar motoristas e passageiros' não atuam como um intermediário passivo, mas colocam em movimentação toda uma rede heterogênea - isto é, composta de atores humanos e não-humanos - que incluem desde o sistema de saúde, a mobilidade urbana e os vereadores de uma cidade. Aqui, não se trata de pensar essa tecnologia sob uma ótica de dominação-dominado, alterando entre uma posição na qual um serviço como o 'Uber moto' é uma ferramenta passiva à nossa disposição para ser usada como bem entendermos e algo quase maquiavélico que veio tomar de assalto a cidade contra o qual nada podemos fazer. O que se pretende é pensar tal tecnologia sob uma lógica de 'faz-fazer' (LATOUR, 2015). Isto é, 'quebrar' a ação, indo para além de uma mera relação causal para uma onde "...o que é colocado em movimento nunca deixa de transformar a ação" (LATOUR, 2015, p.127).

Madeleine Akrich (2014), ao se debruçar sobre a utilização de kits fotovoltáicos no processo de eletrificação da Costa do Marfim, aponta que os objetos técnicos definem "...em sua configuração, uma certa partição do mundo físico e social, atribuem papéis a certos tipos de atores — humanos e não humanos — excluindo outros, autorizam certos modos de relação entre estes diferentes atores..." (AKRICH, 2014, p.161). Na presente pesquisa, ao colocarmos em evidência as redes mobilizadas na implementação do serviço de "Uber moto", podemos pensar que tipos de cidade, que tipos de relação trabalhistas e até que tipos de subjetividade essa implementação contribui para produzir. Retomando a definição de trabalho autônomo apresentada no início desse resumo, onde a ideia de autonomia está relacionada à ausência de um vínculo de subordinação entre trabalhador e empresa, muito alinhada à lógica de dominação antes mencionada, propomos pensar autonomia como Haraway (2008), ou seja, autonomia como um fazer-em-rede. Dessa forma, já não se trata mais de pensar se o trabalhador é livre ou subordinado, mas sim de que forma esse trabalhador se vincula.

Com base nas investigações aqui apresentadas (investigações essas que ainda se encontram em andamento), se percebem certas precarizações nesses vínculos mediados por aplicativos como a 'Uber'. Não só os motoristas por vezes se encontram desamparados quando se deparam com situações delicadas como um acidente que, mesmo em um cenário menos drástico, pode prejudicar seu equipamento e impedi-lo de trabalhar, como o próprio aparato estatal pode acabar sendo sobrecarregado com o crescente número de atendimentos de emergência, bem como tem de lidar com efeitos como o da diminuição de usuários do transporte público. Além disso, os trabalhadores que podem ser, em certo momento, entendidos como 'colaboradores' da empresa, cujo apoio a mesma valoriza em processos como

o debate público acerca da regulamentação dos serviços de mototáxi via aplicativo em São Paulo podem, em um outro momento, se verem prejudicados por essa mesma empresa como ocorreu com o queixoso motorista de carro apresentado inicialmente, sem que possua qualquer respaldo jurídico que possa de alguma forma compensá-lo. Indo além do debate sobre proibir ou permitir, evidenciar essa rede heterogênea que se coloca em movimento a partir da implementação de um serviço como o 'Uber moto' se mostra importante para que, se compreendendo que os efeitos desse serviço vão para muito além de 'ligar motoristas e passageiros', se possam articular medidas eficientes para responder às questões que vão se colocando na medida em que novas tecnologias passam a compor de forma cada vez mais difundida nosso cotidiano.

Referências

AKRICH, Madeleine. Como descrever os objetos técnicos? In: Boletim Campineiro de Geografia, v.4, n.1, p. 161-182, 2014.

HARAWAY, Donna. When species meet. Revista Posthumanities – University of Minnesota

Press, Minneapolis (London), v. 3, p. 161-180, 2008.

LATOUR, Bruno. Ciência em Ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

LATOUR, Bruno. Reagregando o social: uma introdução à teoria ator-rede. Edufba, 2012.

LATOUR, Bruno. Faturas/Fraturas: da noção de rede à noção de vínculo. Ilha Revista de Antropologia, Florianópolis, v. 17, n. 2, p. 123–146, 2015.

SOARES, Rebeca. Uber e 99 Moto: Ministério Público cobra regulamentação do transporte por moto via aplicativo no Recife e no Estado. JC. Disponível em: <https://jc.uol.com.br/colunas/mobilidade/2025/04/01/uber-e-99-moto-ministerio-publico-cobra-regulamentacao-do-transporte-por-moto-via-aplicativo-no-recife-e-no-estado.html#:~:text=Uber%20e%2099%20Moto:%20Minist%C3%A9rio,no%20Recife%20e%20no%20Estado> Acesso em: 07 de junho de 2025.

SOARES, Rebeca. Uber e 99 Moto: números do SAMU mostram explosão dos atendimentos às vítimas das motos no Recife e na RMR. Mais uma vez

JC. Disponível em: <https://jc.uol.com.br/colunas/mobilidade/2024/05/13/uber-e-99-moto-numeros-do-samu-mostram-explosao-dos-atendimentos-as-vitimas-das-motos-no-recife-e-na-rmr-mais-uma-vez.html> Acesso em: 07 de junho de 2025.

SOUTO, Marli. TST reconhece que motorista de Uber não é empregado e, sim, trabalhador autônomo. ACMinas. Disponível em: <https://acminas.com.br/tst-reconhece-que-motorista-de-uber-nao-e-empregado-e-sim-trabalhador-autonomo/> Acesso em: 07 de junho de 2025.

Desafio das Tecnologias Digitais de Educação em Contextos Educativos Indígenas: perspectivas e limites na contemporaneidade

Thelma Lima da Cunha Ramos (IFBA), Carolina Brandão Gonçalves (UEA), Marcelo Aranda Stortti (CEFET-RJ), Edson Machado de Brito (IFBA, Campus Porto Seguro)

O enfrentamento dos povos indígenas mesmo em contextos urbanos tem sido desafiador, devido ocuparem locais periféricos com pouco espaço para desenvolver suas práticas educativas, sociais e culturais. E principalmente em relação ao acesso às tecnologias digitais de informação e comunicação e o uso de equipamentos tecnológicos, ficando a maioria restrito ao acesso/uso do celular. Como por exemplo, no contexto educacional de escolas indígenas da Amazônia do Povo Indígena Sateré-Mawé a partir do contexto da pandemia do Covid-19 em que evidenciou a desigualdade social e observou-se que o processo educacional das escolas e comunidades indígenas pluriétnicas é caracterizado por condições limitadas de uso das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC), como consequência da dificuldade do serviço de Internet e escassez de energia elétrica na maioria das comunidades. É necessário investigar o acesso/uso de internet nas escolas indígenas na contemporaneidade, para possibilitar a difusão da diversidade cultural por meio da comunicação virtual nas redes sociais através dos jovens indígenas que estão cada vez mais difundindo suas manifestações culturais e violações de direitos a partir das TDICs. O objetivo da pesquisa é analisar as pesquisas publicadas na área de educação nas plataformas da Capes, BDTD, e os anais da ANPED, durante a pandemia de 2018 a 2021, sobre o uso das tecnologias educacionais na educação escolar indígena, desenvolvidas nos contextos educacionais das escolas indígenas com o acesso/uso das tecnologias digitais de informação e comunicação como mecanismo de potencializar o processo de ensinoaprendizagem (Alves, 2019). Nesta pesquisa utilizaremos os autores do giro decolonial, como Aníbal Quijano, Ramón Grosfoguel e Caterine Walsh, buscando um diálogo com a decolonialidade para enfrentar da colonialidade do poder, saber e do ser que se estabelece quando estamos analisando as desigualdades e as restrições devido a questões econômicas e pela ausência de políticas públicas de acesso às tecnologias digitais de informação e comunicação, assim como o acesso/uso de equipamentos tecnológicos. E as perspectivas teóricas de Kenski (2007), Castells (1999), Lévy (1999), (Gersem Baniwa, 2019), Edson Kayapó (2009 e Alves (2019), que discutem as concepções das tecnologias digitais de informação e comunicação e os desafios de sua inserção no espaço educativo possibilitando a transformação do processo pedagógico do ensinoaprendizagem e o respeito às diferenças nos diversos cotidianos das escolas indígenas. A metodologia adotada é de cunho qualitativo, a partir de uma pesquisa bibliográfica, e para o levantamento do estado da arte usamos os repositórios das plataformas digitais plataforma da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), BDTD (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações), e os anais da ANPED (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação) durante a pandemia de 2018 a 2021, adotando como procedimento metodológico, inicialmente a seleção do curso de Mestrado e, em seguida, de Doutorado, com as publicações na grande área de conhecimento das Ciências Humanas, sub área de conhecimento em Educação, área de concentração em Programas de Pós-graduação em Educação. Foi adotado o processo de categorização para esse mapeamento das pesquisas nessas bases de dados, com o uso de seis categorias de análises que foram as seguintes: Internet e escola indígena, Mídias digitais e formação de professores indígenas, Tecnologias e formação de professores indígenas, Tecnologias e práticas pedagógicas indígenas,

Tecnologias e educação escolar indígena e, Tecnologia digital e educação indígena. A ferramenta de análise foi a partir da técnica de análise qualitativa (Laville; Dionne, 1999), com base na leitura das obras dos autores indígenas e não-indígenas e fundamentos pertinentes à temática em estudo, com a interpretação e a compreensão dos significados dos processos educacionais mediados pelas tecnologias digitais da informação e da comunicação na escola indígena do Povo Sateré Mawé na área urbana da cidade de Manaus-Amazonas, na região norte do território brasileiro. Os resultados alcançados, a partir de parte dos dados da pesquisa de Doutorado em Educação na Amazônia pelo Programa de Pós-Graduação Rede Educanorte coordenado pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Polo Universidade Federal do Amazonas (UFAM), evidenciaram uma ausência de estudos nos Programas de Mestrado e Doutorado em Educação com publicações nas plataformas da CAPES E BDTD, além dos Anais da ANPED Nacional e Regionais no período entre 2018 a 2021, a partir do levantamento do estado da arte com enfoque no diálogo intercultural com o uso das tecnologias digitais na educação escolar indígena, em especial as formações de redes digitais de aprendizagem, o desenvolvimento de processos pedagógicos sustentados nas tecnologias de informação e comunicação junto aos cotidianos educativos dos povos indígenas. Percebemos uma exceção de uma pesquisa realizada entre as dissertações e teses publicadas da Plataforma de dados da BDTD, neste período delimitado para o estado da arte. Foi encontrada apenas 01 (uma) dissertação publicada, pertinente à temática em estudo na perspectiva da categoria de análise Internet e Escola Indígena, com o título "A Educação Bilíngue na Escola Karajá de Buridina e as Influências dos Sistemas Tecnológicos de Informação e Comunicação", sob a orientação da Professora Gláucia Vieira Cândido, Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), com ênfase em Linguística e Língua Indígena Shanenawa (Pano). A dissertação foi defendida no Mestrado Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias da Universidade Estadual de Goiás (UEG), na área de concentração Processos Educativos, Linguagem e Tecnologias, na Linha de Pesquisa: Linguagem e Práticas Sociais. Nessa pesquisa de mestrado teve como objetivo analisar a influência das TICs na Escola Estadual Indígena Maurehi no processo de ensino e aprendizagem da educação bilíngue, na língua português versus língua materna indígena pertencente ao Povo Indígena Karajá. Com esses resultados pudemos observar a necessidade de transformação das perspectivas das pesquisas relacionadas ao diálogo intercultural entre as TDICS e a educação escolar indígena considerando o contexto cultural e histórico da contemporaneidade em que os povos indígenas vivenciam na sua vida cotidiana. Existem os desafios do acesso à infraestrutura tecnológica para o uso das redes digitais de informação e comunicação no país, muito evidenciada na pandemia de covid 19, fator que demonstrou a enorme desigualdade entre as camadas populacionais. E principalmente ao analisar a realidade das escolas nas comunidades indígenas, no ensino remoto no contexto da pandemia do Covid-19, foram crescentes as situações de vulnerabilidades dos povos indígenas e da efetivação das políticas educacionais com ênfase no direito à educação diferenciada, específica, intercultural, bilíngue e comunitária para as crianças e jovens indígenas. Por fim, toda a diversidade cultural e linguística indígena teve sua educação diferenciada impossibilitada de ser desenvolvida com qualidade, além do seu território ameaçado por uma série de violências físicas, culturais e transtornos cotidianos no seu modo de ser e viver (CIMI, 2020).

Educação Sexual nas Escolas: Um Imperativo para o Presente

Sérgio Bezerra Pinto Júnior (UEM), Fabiane Freire França (UEM)

A discussão sobre a educação sexual nas escolas tornou-se, nas últimas décadas, um campo de disputas políticas, morais e pedagógicas. Em meio a resistências baseadas em visões conservadoras, é preciso reafirmar que a educação sexual é um direito e uma necessidade fundamental para o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes. Longe de restringir a aspectos biológicos ou normativos, a educação sexual compreende a construção de conhecimentos sobre o corpo, o respeito aos limites, o reconhecimento da diversidade, a equidade de gênero e a prevenção de diversas formas de violência, inclusive aquelas que ocorrem nos espaços digitais. O avanço das tecnologias de comunicação e o uso precoce e intenso das redes sociais por parte de jovens têm gerado novos desafios para a proteção da infância e adolescência. Casos recentes de abuso digital, como os que envolvem manipulação emocional, exposição indevida e violência sexual virtual, revelam a urgência de práticas educativas que preparem os sujeitos para o uso crítico, consciente e ético da internet. É nesse contexto que a escola se apresenta como espaço estratégico para a formação de valores, para o fortalecimento da cidadania e para o acolhimento de demandas contemporâneas ligadas à sexualidade. Vemos portanto, que a educação sexual, precisa ser pensada de forma intersetorial, em diálogo com a rede de proteção e não só educacional, com base em aportes teóricos consistentes e políticas públicas que promovam a equidade e a não revitimização. Neste trabalho, defende-se que a educação sexual escolar, articulada à formação continuada de profissionais e à produção científica, constitui um imperativo ético, social e pedagógico para o presente. Promover saúde mental, prevenir violências e garantir o exercício pleno dos direitos humanos passa necessariamente por reconhecer e enfrentar as desigualdades de gênero e os riscos ampliados pela cultura digital. A comunicação tem como objetivo refletir sobre a educação sexual nas escolas como um imperativo contemporâneo, analisando dados de uma pesquisa empírica em andamento e apontando estratégias articuladas entre educação, rede de proteção e políticas públicas que podem fomentar práticas educativas sensíveis ao gênero, às violências e aos desafios do mundo digital. Este trabalho está diretamente relacionado ao GT que trata de educação, infâncias e direitos humanos, e ao eixo temático voltado à promoção de políticas de cuidado e proteção a crianças e adolescentes. A proposta articula teoria e prática na interface entre educação, psicologia, gênero e direitos humanos, com ênfase em práticas protetivas na escola. A fundamentação teórica do trabalho ancora-se em estudos de gênero e sexualidade, nos marcos dos direitos humanos, na interseccionalidade e nos aportes da psicologia crítica e social. São utilizados conceitos como gênero (Scott, 1995), interseccionalidade (Crenshaw, 2002), violência cultural (Bourdieu, 1999) e sexualidade como construção social (Foucault, 1979). Também se dialoga com autores contemporâneos como Jonathan Haidt (2024), que aponta os impactos das redes sociais na saúde mental dos adolescentes, e com produções acadêmicas interdisciplinares que defendem a urgência de abordagens integradas entre escola e rede de proteção. A comunicação baseia-se em uma pesquisa empírica desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação, linha de pesquisa "Ensino, Aprendizagem e Desenvolvimento Humano", com enfoque qualitativo. Serão realizadas entrevistas com profissionais da rede de educação do ensino básico no município de Cianorte, no noroeste Paranaense, além de análise de documentos e políticas institucionais. Os dados estão sendo organizados em quatro eixos: Desenvolvimento Infantil; Perspectivas de Gênero; Descoberta e Análise das Redes; e Relevância da Educação Sexual nas práticas protetivas. Os dados até

aqui organizados sugerem que os profissionais carregam memórias pessoais de violência e desigualdade de gênero que impactam suas práticas profissionais. Observa-se uma fragilidade na articulação das demais políticas públicas envoltas na rede de proteção, sobretudo no diálogo multidisciplinar e na compreensão das violências simbólicas e culturais como o machismo, o sexismo e o racismo. Como resultado da pesquisa e de ações de articulação entre universidade e as equipes atentas a educação, serão implementadas formações continuadas, visando a criação de normativas, como um Termo de Cooperação Técnica da Rede de Proteção, e o fortalecimento do sistema local de garantia de direitos. Os autores possuem desejo por práticas mais humanas e inclusivas nas instituições públicas, com destaque para a necessidade de capacitações sobre gênero e sexualidade. A educação sexual nas escolas deve ser compreendida como uma prática educativa essencial, voltada à construção da cidadania, ao enfrentamento das desigualdades de gênero e à proteção contra as violências, inclusive as digitais, que desafiam a vigilância tradicional. A escola deve atuar em articulação com a rede de proteção, com respaldo científico e sensibilidade para abordar temas como diversidade, limites corporais, consentimento e uso seguro das tecnologias. A implementação de políticas públicas sensíveis ao gênero e à infância é urgente e demanda o compromisso conjunto de educadores, famílias, gestores e pesquisadores. Superar tabus e resistências é uma tarefa coletiva, imprescindível para garantir uma formação integral e segura às novas gerações.

Enegrecendo a Ufam como estratégia de Antirracismo Digital

Iolete Ribeiro da Silva (UFAM), Mariana Rosa Rocha da Silva (UFAM), Mariah de Moraes Martins Pereira (UFAM)

O projeto "Enegrecendo a UFAM", desenvolvido na Universidade Federal do Amazonas (UFAM), tem como objetivo contribuir para o fortalecimento das políticas de ações afirmativas e proteção dos direitos das pessoas negras a acessarem as cotas raciais disseminando informações sobre o processo de Heteroidentificação junto a estudantes do ensino médio. A motivação para elaboração desse projeto surgiu diante da necessidade de ampliar o sentimento de pertença de estudantes negras/os que devem ser beneficiadas/os por cotas raciais. São realizadas diversas atividades de letramento racial e disseminação de informações sobre a autodeclaração e a heteroidentificação realizada na Universidade Federal do Amazonas, buscando transformar a percepção sobre questões raciais no espaço acadêmico e social. Com o objetivo de promover a educação antirracista e fortalecer as políticas afirmativas, o projeto utilizando as mídias sociais como ferramentas estratégicas para alcançar seu público-alvo: os jovens de Manaus, especialmente aqueles que podem se beneficiar das cotas raciais. Ao adotar as redes sociais como principal meio de disseminação de informações e interações, o projeto Enegrecendo a UFAM reconhece o poder das mídias digitais na construção de diálogos e na circulação de conteúdos contra-hegemônicos. Estas redes, que podem ser vistas como espaços políticos contemporâneos, oferecem um espaço dinâmico e acessível para discutir temas complexos, como a negritude, as cotas raciais e o racismo estrutural. Em um contexto onde tais temas ainda enfrentam resistência, ocupamos espaços nas mídias sociais, a fim de criarmos narrativas, espalharmos informações de maneira dinâmica e potente, para além das barreiras tradicionais do espaço acadêmico e atingindo novos públicos. No processo de construção do projeto, foram desenvolvidos diferentes quadros temáticos nas redes sociais, cada um com um enfoque específico e utilizando as tecnologias digitais de maneira estratégica para atingir objetivos pedagógicos e sociais. O quadro "Enegrecendo Indica" busca valorizar produções culturais e acadêmicas de autores negros e indígenas, como livros, filmes e séries. Nesse espaço, as redes sociais se tornam uma ferramenta para promover a difusão de conteúdos que priorizam a representatividade e o fortalecimento da cultura afro-brasileira e indígena. Já o quadro "Enegrecendo Explica" tem caráter educativo, oferecendo explicações sobre conceitos e temas relacionados às relações étnico-raciais de forma acessível e simplificada. Ele visa proporcionar ao público uma compreensão mais ampla e crítica sobre o racismo, as políticas afirmativas e a importância das cotas raciais. Por fim, o quadro "Trajetórias Negras" se dedica a compartilhar histórias de vida e trajetórias acadêmicas de pessoas negras, destacando suas vivências na universidade e suas contribuições para a sociedade. O uso das redes sociais não se limita a um mero espaço de divulgação, mas se torna um meio de criar novas formas de interação, participação e mobilização social. A experiência do Enegrecendo a UFAM nas mídias digitais se consolidou com um impacto expressivo, com suas publicações alcançando mais de 131 mil visualizações em apenas três meses. Esse alcance revela a potência das redes sociais em democratizar o acesso à informação e promover o debate sobre questões raciais, especialmente em contextos onde tais temas ainda carecem de maior visibilidade e aceitação. Por meio de comentários, compartilhamentos e debates, o projeto contribuiu para mudanças na percepção de pertencimento dos participantes, ampliando o engajamento nos debates sobre raça, cor e educação. A presença online também gerou um impacto positivo ao proporcionar uma maior

representatividade, uma vez que muitas dessas pessoas não se viam representadas nas narrativas tradicionais, sendo a internet um campo fértil para a criação e fortalecimento de novos discursos e identidades. As redes sociais, ao se colocarem como espaços seguros e acolhedores, possibilitaram o fortalecimento dos movimentos de resistência e protagonismo negro. O uso da tecnologia digital no Enegrecendo a UFAM ilustra de maneira clara o poder transformador da internet quando usada de forma crítica e estratégica. Ao funcionar como um canal de divulgação, debate e interação, as redes sociais permitem uma mobilização social que vai além do número de seguidores ou visualizações. O impacto gerado pela construção de diálogos, pela promoção da conscientização e pela criação de uma rede de apoio (um verdadeiro "aquilombamento virtual") é um dos principais legados desse projeto. Ele demonstra que a internet, quando utilizada de forma ética e com objetivos claros de transformação social, se configura como uma ferramenta poderosa na luta por direitos humanos, reconhecimento e equidade racial. Em síntese, o Enegrecendo a UFAM é um exemplo claro de como as mídias digitais podem ser usadas de maneira criativa e estratégica para promover a educação antirracista e impactar a sociedade. Ao levar a discussão sobre as cotas raciais, a negritude e o racismo para as redes sociais, o projeto não apenas alcançou um número significativo de visualizações, mas também conseguiu gerar uma reflexão profunda sobre o papel da universidade e das políticas afirmativas no contexto atual. Assim, projetos como o "Enegrecendo a UFAM" reafirmam que a luta por reconhecimento e equidade racial também se trava no ambiente digital e que cada clique, cada compartilhamento e cada voz erguida online contribuem para a construção de um futuro mais justo.

ENTRE PORTAIS E JORNADAS: Análise do Looping Laboral a Partir da Animação Caverna do Dragão

Sandonaity Monteiro Amorim Júnior (UniCatólica do Rio Grande do Norte), Marílis Carla dos Santos Sousa (UniCatólica do Rio Grande do Norte), Luan Martins de Souza (UniCatólica do Rio Grande do Norte)

A contemporaneidade é marcada por um novo modo de estar no mundo: hiperconectado, performativo e exaustivo. Esse cenário, sustentado por tecnologias digitais e por uma lógica neoliberal de produtividade infinita, tem redefinido o trabalho e reconfigurado as subjetividades. A experiência humana do tempo, antes marcada por ciclos naturais e pausas significativas, é agora acelerada, contínua e sem fim. Neste contexto, o presente estudo parte da seguinte problematização: de que modo o trabalho mediado pelas tecnologias digitais promove uma sensação de aprisionamento subjetivo em ciclos de produtividade sem conclusão, produzindo um esvaziamento existencial?

A análise é conduzida por uma analogia entre o mundo do trabalho contemporâneo e a narrativa da animação Caverna do Dragão (Dungeons & Dragons), onde personagens vivem presos em um universo de aventuras cíclicas, com a constante promessa de retorno que jamais se realiza. O estudo propõe que essa narrativa ilustra, simbolicamente, a condição do trabalhador atual: preso a um looping laboral impulsionado pelas tecnologias digitais e pela lógica da autoexploração.

Sendo assim, este trabalho tem como objetivo refletir sobre os impactos das tecnologias digitais e da cultura da performance sobre o trabalho e as subjetividades na contemporaneidade, articulando o conceito de "looping laboral" ao universo narrativo da animação Caverna do Dragão. A partir da filosofia crítica de Byung-Chul Han e outros pensadores sociais, busca-se revelar como a captura subjetiva do sujeito pelas engrenagens do capital não se dá mais apenas por repressão externa, mas por um processo interno de autovigilância, autoexploração e autossubordinação, mediado por dispositivos digitais que intensificam a dissolução do tempo de descanso e da escuta do outro.

Sabendo disso, o texto se insere no GT "Tecnologias Digitais, Trabalho e Subjetividades" ao examinar como os ambientes digitais, aliados à lógica neoliberal, transformam as formas de trabalhar e de subjetivar. A análise propõe que o trabalho contemporâneo não se limita mais ao espaço físico ou horário fixo, mas se estende para os ambientes digitais, colonizando até o tempo de lazer, descanso e relação com o outro. A narrativa simbólica da animação analisada se apresenta como recurso heurístico para refletir criticamente sobre a realidade de um sujeito cada vez mais imerso em dispositivos tecnológicos, sempre disponível, performático e, paradoxalmente, isolado.

Para realizar tal analise se buscou um referencial teórico que se ancore nas obras do filósofo sul-coreano Byung-Chul Han, especialmente A sociedade do cansaço (2014), Favor fechar os olhos (2021) e A expulsão do outro (2022), em que o autor denuncia a transição de uma sociedade disciplinar para uma sociedade de desempenho, na qual o sujeito se torna empreendedor de si, explorador e explorado ao mesmo tempo. Complementarmente, os pensamentos de Hannah Arendt (2007), Zygmunt Bauman (2007) e Christophe Dejours (2018) contribuem para uma análise crítica das formas de subjetivação no trabalho e dos dispositivos que sustentam essa nova racionalidade neoliberal, na qual a tecnologia digital funciona como ferramenta de intensificação da produtividade, da vigilância e da alienação subjetiva.

A pesquisa é qualitativa, de caráter exploratório e interpretativo, e utiliza como estratégia metodológica a análise de conteúdo aplicada à narrativa audiovisual da série animada Caverna do Dragão. A escolha da animação como objeto de análise se dá por sua riqueza simbólica e pela forma como retrata personagens presos em ciclos narrativos de frustração, busca incessante e ausência de conclusão; paralelos claros com a vivência do trabalhador contemporâneo. Foram selecionados episódios representativos nos quais se evidencia a busca frustrada por um retorno ao "lar", a ambiguidade da figura do Mestre dos Magos (como metáfora do poder neoliberal) e o envolvimento afetivo dos personagens com o mundo que os aprisiona.

A análise foi guiada pelos princípios da análise de conteúdo de Bardin (2015), organizando os elementos narrativos da série em categorias interpretativas que dialogam com os conceitos filosóficos mobilizados. O objetivo foi identificar de que maneira o looping narrativo pode ser lido como uma metáfora da captura subjetiva promovida pelas tecnologias digitais e pela lógica neoliberal.

A análise revelou que a condição dos personagens de Caverna do Dragão ilustra, com precisão simbólica, a experiência do sujeito imerso no trabalho contemporâneo: constantemente em movimento, sempre à beira de alcançar um objetivo, mas sem nunca concluir o ciclo. O "looping laboral" se manifesta como uma estrutura psíquica e social na qual o indivíduo vive sempre projetado para o futuro; um amanhã que nunca chega. As tecnologias digitais contribuem para esse estado de aceleração e presença contínua, dissolvendo as fronteiras entre tempo livre e tempo produtivo.

O personagem do Mestre dos Magos representa o poder neoliberal que, sob o disfarce de guia e mentor, manipula os protagonistas, mantendo-os presos em um mundo de promessas nunca cumpridas. Essa lógica é comparável às promessas do mercado de trabalho contemporâneo: empreendedorismo, realização pessoal, liberdade financeira, coisas estas utilizadas para motivar a autoexploração contínua, mesmo quando o sujeito já se encontra em exaustão. As tecnologias digitais são aqui destacadas como dispositivos centrais para manter o trabalhador permanentemente conectado, responsivo e, ao mesmo tempo, solitário. O estudo destaca, ainda, que o sujeito contemporâneo perdeu o acesso ao "tempo do outro", pois o contato humano, a escuta e a empatia foram suprimidos em nome da eficiência e da positividade performática.

Deste modo, conclui-se que o trabalho mediado por tecnologias digitais intensificou um processo de colonização do tempo e da subjetividade humana, transformando o trabalhador em um ser operante permanente, incapaz de concluir ciclos, descansar ou se reconhecer fora da lógica da produtividade. A analogia com Caverna do Dragão ajuda a visualizar esse cenário com clareza: personagens presos em um mundo que parece oferecer saídas, mas que, na prática, apenas perpetua a prisão. O sujeito neoliberal, moldado por discursos de autoaperfeiçoamento, sente-se culpado ao parar, ao descansar, ao simplesmente existir fora da lógica produtiva. O uso massivo de dispositivos digitais amplia esse efeito ao conectar ininterruptamente o indivíduo às demandas do trabalho, mesmo em seus espaços privados e íntimos.

Diante disso, o artigo defende a urgência de uma "revolução temporal", nos termos de Byung-Chul Han, em que o tempo do outro, do silêncio, da escuta e da finitude seja resgatado como possibilidade de reconexão humana e reconstrução da subjetividade. É necessário que o sujeito aprenda novamente a viver o tempo não produtivo, a acolher sua vulnerabilidade, a estabelecer vínculos reais e a habitar um mundo com pausas, limites e sentido. Tal movimento exige resistir à captura digital e performática do eu, criando brechas por onde a vida possa novamente respirar, respirar com autenticidade, alteridade e liberdade.

Entre rostos, algoritmos e arquibancadas: o reconhecimento facial e a vivência dos torcedores organizados nos estádios brasileiros

Arthur Barbosa da Costa (UFRJ)

Nos últimos anos, o futebol brasileiro tem passado por um intenso processo de transformação tecnológica, impulsionado tanto por demandas de segurança quanto pela crescente "arenalização" dos estádios. Em meio a esse cenário, a recente obrigatoriedade do uso de tecnologias de reconhecimento facial em arenas com mais de 20 mil pessoas — estabelecida pela Lei Geral do Esporte (Lei nº 14.597/2023) — inaugura uma nova etapa na relação entre torcedores e o espaço do espetáculo esportivo. A presente proposta de comunicação tem como objetivo discutir os efeitos subjetivos e sociotécnicos dessa nova tecnologia sobre os torcedores organizados, grupo frequentemente marginalizado e vigiado nas dinâmicas futebolísticas.

Esta comunicação tem como objetivo investigar como o reconhecimento facial reconfigura a experiência dos torcedores organizados nos estádios brasileiros, tomando esse processo como parte de uma rede sociotécnica em constante disputa. As torcidas organizadas, por sua vez, são compreendidas como grupos sociais heterogêneos, marcados por forte identidade coletiva e presença histórica no futebol brasileiro, que transitam entre a festa e o confronto. Surgidas como formas de expressão cultural e política, essas torcidas também foram progressivamente associadas à violência, especialmente nos anos 1990 e 2000, sendo alvo de políticas repressivas que culminam, agora, em formas algorítmicas de controle. No entanto, reduzir as torcidas a coletivos violentos é desconsiderar sua dimensão afetiva, comunitária e reivindicatória. Elas são, ao mesmo tempo, palco de confrontos urbanos e expressão de juventudes periféricas que negociam sua presença no espaço público. Essa ambiguidade histórica é central para entender como os torcedores organizados se articulam frente à nova tecnologia, ora resistindo, ora adaptando-se, ora sendo capturados por ela.

A proposta se insere no GT "Tecnologias digitais, trabalho e subjetividades" por abordar diretamente os modos como as tecnologias digitais de vigilância reconfiguram experiências urbanas e coletivas de subjetivação. A experiência torcedora — muitas vezes reduzida ao espetáculo da violência — será aqui tomada como campo fértil de produção de sentidos, vínculos e disputas políticas, no qual dispositivos como o reconhecimento facial agem não apenas tecnicamente, mas eticamente, afetivamente e politicamente. Ao seguir as transformações em curso nos estádios, esta pesquisa busca contribuir para os debates do GT ao trazer um caso empírico que articula tecnologia, afeto coletivo, políticas públicas, segregação urbana e mediação algorítmica.

A pesquisa se ancora em duas abordagens principais: a Teoria Ator-Rede (Latour, 2011; Law, 2004) e a Cartografia das Controvérsias (Barros & Kastrup, 2010). A Teoria Ator-Rede permite rastrear as associações entre humanos e não-humanos (tecnologias, instituições, dispositivos) sem hierarquizá-los, dando visibilidade aos modos como a realidade é continuamente fabricada. A cartografia, por sua vez, propõe acompanhar os processos em movimento, atentos às disputas, resistências e ambiguidades que marcam os fenômenos estudados. Também dialogo com autoras e autores que problematizam a neutralidade das tecnologias digitais, como Buolamwini & Gebru (2018), Sadin (2015) e Silva (2022), especialmente no que se refere à racialização algorítmica e à produção de violências sociotécnicas.

A pesquisa se estrutura como uma cartografia de controvérsias em torno da implementação do

reconhecimento facial nos estádios. Serão realizadas entrevistas com dois grupos principais: (i) agentes técnicos e administrativos responsáveis pelo uso e gestão da tecnologia; e (ii) torcedores organizados atravessados pela obrigatoriedade do cadastro biométrico. Além disso, pretende-se acompanhar presencialmente ou por meio de etnografias digitais os debates públicos, manifestações de resistência, notícias e relatórios sobre o tema. A intenção é seguir os rastros das associações, documentar as disputas e tornar visíveis os agenciamentos que sustentam essa nova configuração de vigilância e controle.

Em fase inicial, os dados preliminares já apontam para a emergência de novas formas de docilização dos corpos torcedores, especialmente os racializados e periféricos. O reconhecimento facial, ao se apresentar como uma tecnologia de "segurança neutra e eficiente", opera como caixa-preta (Latour, 2011) - ou caixa-opaca (Silva, 2022) -, encobrindo os critérios de funcionamento dos algoritmos e ampliando os riscos de abordagens seletivas e abusivas. Torcedores relatam receios, constrangimentos e dúvidas quanto à real finalidade dos dados coletados. Em paralelo, clubes e empresas de tecnologia defendem a medida como uma inovação imprescindível à modernização dos estádios. Esse cenário evidencia uma tensão fundamental: a promessa de segurança como justificativa para a intensificação da vigilância, mesmo que às custas de direitos e liberdades.

A introdução do reconhecimento facial nos estádios brasileiros não pode ser compreendida apenas como uma inovação técnica, mas como um dispositivo que reorganiza as formas de presença, pertencimento e subjetivação nos espaços públicos. Ao transformar o ato de torcer em uma atividade permanentemente monitorada e filtrada por algoritmos, esse regime tecnológico redesenha o campo das possibilidades políticas e afetivas das torcidas organizadas. Com isso, emerge a necessidade urgente de debater os limites e as implicações éticas da vigilância digital no Brasil, sobretudo em contextos já marcados por desigualdades históricas e práticas estigmatizantes. A pesquisa, portanto, propõe abrir as "caixas-pretas" do reconhecimento facial nos estádios e compreender os modos de viver, resistir e negociar dentro dessa rede sociotécnica.

Referências:

BARROS, Laura Pozzana; KASTRUP, Virgínia. Cartografar é acompanhar processos In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. (orgs.) Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2010.

BRASIL. Lei Nº 14.597, de 14 de junho de 2023. Institui a Lei Geral do Esporte. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2023.

BUOLAMWINI, Joy; GEBRU, Timnit. Gender shades: Intersectional accuracy disparities in commercial gender classification. In: Conference on fairness, accountability and transparency. PMLR, 77-91, 2018.

LATOUR, Bruno. Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Unesp, 2011.

LAW, John. After method: mess in social science research. London; New York: Routledge, 2004.

SADIN, Éric. La Vie Algorithmique: Critique de la raison numérique. Paris: L'Échappée, 2015.

SILVA, Tarcízio. Racismo algorítmico: inteligência artificial e discriminação nas redes digitais. São Paulo: Sesc SP, 2022.

Faces ocultas das desigualdades experenciais no trabalho em redes sociais

Ana Carla Ferreira dos Santos (UFF)

O trabalho a ser apresentado é um desdobramento da pesquisa de mestrado: Aquilombamento Virtual: Narrativas pretas costuradas num campo minado por racismo algorítmico, defendida no ano de 2022 na Universidade Federal Fluminense. A dissertação tinha como objetivo geral, saber se o perfil de pessoas pretas na rede social Instagram funcionava como um aquilombamento virtual.

Como objetivos específicos queria entender o intuito das narrativas de pessoas pretas na rede social ao tratar de questões raciais? Investigar se um perfil de forma individual ou coletiva poderia funcionar como um aquilombamento virtual dentro do Instagram? Saber se por diferentes modos de expressão em relação às questões raciais poderiam configurar um aquilombamento?

Os questionamentos foram motivados ao perceber que nesta plataforma de mídia social há pluralidade nas formas de linguagem adotadas para se sobressair. Buscava, ainda, entender dentro dos parâmetros de vida e morte numa rede social como as pessoas pretas são afetadas pelo racismo algorítmico. Apresentar como as pessoas pretas atingidas pelo racismo algorítmico lidam com ele.

O recorte que trago tem por objetivo refletir sobre as relações nocivas invisibilizadas de algumas camadas das redes sociais que atingem pessoas racializadas pretas de modo diverso de pessoas brancas. Assim, também apresentar as desigualdades que caracterizam experiências distintas no mesmo meio, mesmo ao se fazer o mesmo trabalho. Bem como apresentar algumas soluções encontradas para se manter nesse meio.

A apresentação será baseada na mesma metodologia que foi aplicada na pesquisa da dissertação ao acompanhar o perfil de cinco pessoas pretas na rede social Instagram. A saber: @afrikafecomaspretas; @resenhadaspretas; @quandopretofala; @daysegomis e @oronaldphotos, no período entre março de 2020 e dezembro de 2021. Donde os dados foram extraídos além do acompanhamento dos perfis citados, de entrevistas e análises de outros perfis distintos juntamente com diálogo com autores que trouxeram o referencial teórico da pesquisa.

O viés de partida é o do entendimento que vivemos na contemporaneidade de um mundo globalizado e hiperconectado em que a tecnologia têm trazido transformações do cotidiano em curto espaço de tempo. Com este pressuposto os parâmetros de leituras e interpretações dessa nova realidade implica em mudanças comportamentais que afetam tanto os que estão diretamente envolvidos como os que estão indiretamente envolvidos.

As tecnologias atravessam as mais diversas dimensões da vida em sociedade, constituindo-se como espaços de interação, de ocupação social e estruturam a rotina de modo cada vez mais incisivo. O que tem imposto novas demandas nos mais distintos campos profissionais, reconfiguração de funções, adaptações, estudos e tudo dentro do tempo presente.

Ainda não tivemos um distanciamento temporal para grandes análises, mas mesmo assim tem-se que agir e repensar o que vivemos e criar novas estratégias. Como no exemplo do uso de telefones celular que se transformaram em smartphones e que se inseriram em nosso cotidiano – vivem em nossas mãos como um acessório imprescindível – , e em curta temporalidade tiveram permissão e impedimentos de serem utilizados em sala de aula, em alguns lugares, por exemplo.

É fato de que a atualidade nos contempla por relações mediadas pela conexão de forma tão efetiva que já naturalizamos a internet e nem percebemos mais ela em várias instâncias. Neste sentido, um bom ponto de referência é não achar que por não ser um usuário contumaz das redes, ou pertencer ao grupo dos raros que não a usam, estamos livres de ser afetados por questões desencadeadas por elas.

A internet dista de sua configuração inicial calcada na neutralidade e do acesso igualitário. O decorrer do tempo tem nos mostrado que ela é mais um campo aberto para disseminação do discurso dominante do mundo vigente. Assim, as mazelas, perseguições, discriminações e desigualdades são ampliadas e encontram um meio de propagação atualizado e muito rápido em causar estragos.

A abrangência das redes sociais num mundo hiperconectado é muito grande e traz novas configurações, onde a realidade do mundo físico pode reger o mundo virtual da mesma forma que o mundo virtual desencadeia demandas para o mundo físico. O elemento comum são as pessoas que habitam os dois mundos de modo simultâneo, mas muitas vezes com comportamentos e formas de agir distintas.

A territorialidade em rede chancela outras regras explícitas e implícitas, formais e informais que tem alterado a legislação de vários países. Que tem trabalhado em legislações específicas para esse meio, novas configurações de crimes, punições e investigação de autoria de fatos.

O mais comum é que situações que exigem exposição, julgamento da conduta, punição imediata e vulnerabilidade são mais evitadas no espaço físico enquanto no meio virtual muitos se encorajam a dizer o que pensam como se não estivessem falando com pessoas. Tal fato nos conduz a discutir os limites e possibilidades das mídias sociais e plataformas digitais, em seu papel na cultura atual, nas políticas públicas de comunicação, na democratização das comunicações, nas formas de resistência, existência e de liberdade de expressão.

A territorialidade em rede, através das redes sociais proporciona conexões ricas, importantes, eficazes, aproximam pessoas e conhecimento, germinam amizades, compartilhamentos de saber, facilitam a execução de projetos, viabilizam as mais distintas relações de modo inegável. Em contrapartida, nelas também proliferam a intolerância, a desinformação, violências e adoecimentos. Além de evidenciar tentativas de silenciamento, apagamento de memórias.

O que nos leva a pensar em quem tem o direito de falar livremente em rede? Quem poderá criar memórias nessa realidade? Para quem esse meio é pensado? Quem cria a tecnologia? Quem pensa tecnologia? Quem irá se responsabilizar pelos danos causados pelas redes? No mundo em que os questionamentos da população negra racializada é lido como vitimização; mimimi quem irá perceber a existência do racismo algorítmico?

Estamos dentro da realidade em que o Capitalismo estende suas mãos e viabiliza a existência dos influenciadores digitais. Nela o relato do cotidiano ou a divulgação de algum nicho pode transformar a vida de uma pessoa financeiramente. Entretanto, esta experiência não é permitida para todos da mesma forma. Esta configuração não é aleatória como aponta Deivison Faustino:

O “velho” capitalismo foi e continua sendo irremediavelmente permeado pelo racismo, pelo sexismo, pela transfobia, pelo antropocentrismo especista etc. Neste cenário, a velha racialização colonial, que marca a atual reprodução social, condiciona a emergência do chamado racismo algorítmico. (FAUSTINO, 2023, p.25).

Por outro lado, este mesmo veículo a partir das redes sociais ganhou fortalecimento com a presença de grupos dos mais diversos. O problema é que como eles não são o

padrão, automaticamente eles terão uma vivência desigual. Suas experiências são perpassadas por obstáculos e ataques que tentam aproveitar da áurea de invisibilidade e impunidade encontrada na rede.

Onde as grandes empresas mundiais de tecnologias investem em modos de não serem responsabilizadas pelo que se passa em suas redes. Como nos ensina SILVA (2023, p.54), "As plataformas reforçam discursiva e legalmente a opacidade e a evasão de responsabilidade para se protegerem também da percepção pública sobre o volume de comportamentos nocivos que processam a cada dia."

Dentro do enfoque de resultados o trabalho apresentou perspectivas críticas sobre algumas desigualdades no trabalho de influencers a partir dos obstáculos encontrados na territorialidade em rede do Instagram que afetam o modo de trabalhar e viver nesta plataforma.

Num viés que implicam em subjetividades que encontram suporte em desinformações e interpretações errôneas, onde é atribuída a tecnologia como um ente sem sujeito ou a vítima a própria causa do seu problema. Em um conjunto de fatores que interferem na saúde mental de quem é afetado negativamente.

Destarte a necessidade de ações legislativas, criação de mecanismos de monitoramento e controle, responsabilização das Big Techs que se alinha a este eixo, a pesquisa demonstrou que em geral é a própria vítima que ao perceber que está sendo afetada é quem se expõe, procura soluções e aliados para se manter na rede social.

Com estas ações ela cria estratégias individuais ou coletivas para se reerguer e não sucumbir diante dos ataques individuais e de grupos em função de seu conteúdo ou de sua racialidade. Bem como de punições da própria plataforma em mais uma constituição subjetiva que influi em sua permanência no meio.

Palavras-chave: Desigualdades experenciais; Racismo Algorítmico; Redes Sociais;

Referência Bibliográfica

FAUSTINO, Deivison; LIPPOLD, Walter. Colonialismo digital: por uma crítica hacker-fanoniana. São Paulo: Boitempo, 2023.

SANTOS, Ana Carla Ferreira dos. Aquilombamento virtual: narrativas pretas costuradas num campo minado por racismo algorítmico. (Dissertação de mestrado em Cultura e Territorialidades). Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro: UFF, 2022. Disponível em: https://ppcultuff.com/wp-content/uploads/2025/03/1-ANA-CARLA-FERREIRA-DOS-SANTOS-PPCULT-UFF-AGOSTO-2022.pdf Acesso em: 26 abr. 2025.

SILVA, Tarcízio. Racismo algorítmico: inteligência artificial e discriminação nas redes digitais. São Paulo, Edições SESC São Paulo, 2023.

Heteromação e datificação do trabalho de comunicação

Luis Henrique do Nascimento Gonçalves (USP), Luis Gonçalves (USP)

Introdução

Autores de diferentes perspectivas têm chamado de datificação o processo de produção, apropriação e uso de informações dos usuários de tecnologias digitais na forma de dados para diferentes finalidades capitalistas (CUKIER; MAYER-SCHOENBERGER, 2013; VAN DIJCK, 2017). Já a heteromação é a relação social mediada por computadores que oculta e desvaloriza o trabalho e outras atividades humanas que fazem os computadores parecerem automáticos (EKBIA; NARDI, 2017; BRAZ, 2021). Em nossa pesquisa em andamento – Datificação da atividade de trabalho de comunicadores em seus arranjos produtivos (Fapesp, 2023-2028) –, colocamos uma lupa sobre os softwares e plataformas de trabalho de comunicadores para entender o lugar deles na cadeia produtiva de empresas como Meta, Alphabet e Microsoft.

Materialidades sensíveis

Para verificar essas especificidades, partimos do binômio comunicação e trabalho (FIGARO, 2008) e da Teoria da Atividade (LEONTIEV, 2004; KAPTELININ; NARDI, 2009) para elaborar a hipótese teórico-conceitual das materialidades sensíveis (FIGARO, 2024). Estas seriam a parte da materialidade social que é imanente e exclusiva ao ser social e ao seu corpo e mente em atividade; isto é, o "lado ativo" (MARX, 2004), o saber-fazer em todos os seus gestos, expressões, ações e operações possíveis, exigidas ou inéditas sempre necessárias quando o ser social quer "aproveitar as propriedades das substâncias para lhes impor formas ideais" (VIEIRA PINTO, 2005, p. 255).

Do ponto de vista da atividade e da computação, as materialidades sensíveis são os componentes da atividade humana que se manifestam no plano das ações e operações (LEONTIEV, 2004) das interações humano-computador (IHC) – sejam elas voluntárias (clique do mouse, pressionamento de tecla, comandos de voz etc.) ou involuntárias (visão computacional, resposta galvânica da pele, comportamento ocular, biodados etc.) (SANTANA; BARANAUSKAS, 2022) – que são registradas em dados digitais que, frequentemente, são apresentados socialmente como bens intangíveis (capital) de big techs (GOOGLE, 2024).

Para as plataformas e seus cientistas (assim como para o campo crítico), a importância das materialidades sensíveis reside no fato de que as ações, operações, gestos, erros, maneirismos, heurísticas etc., praticadas em interação com certos sistemas computacionais e suas prescrições, podem expressar e mediar as necessidades, motivações, volições, personalidade e o saber-fazer individuais e coletivos dos trabalhadores plataformizados. Assim, ao serem datificadas a partir de uma relação evento-comportamento, as materialidades sensíveis poderiam produzir inferências sobre a subjetividade do trabalhador, seus processos laborais, seus produtos e seus significados (FIGARO, 2024).

Tais inferências e as prescrições que elas produzem podem, então, retroagir sobre o trabalhador individual e coletivo. Como argumenta a psicologia social estadunidense, isso acontece primeiramente justificando tais práticas sob conceitos como racionalidade limitada (SIMON, 1955), utilidade esperada (RABIN, 1998), design de mecanismos (MASKIN, 2008) e paternalismo libertário (SUNSTEIN, 2017). E, em seguida, aplicando esses conceitos nas IHC na forma de arquiteturas de escolhas (SUNSTEIN, 2021), affordances (NORMAN, 2018), recomendações algorítmicas (RUSSEL, 2019), viesamentos de julgamentos como nudges e priming (KAHNEMAN, 2012) e captologias como o modelo do gancho (EYAL, 2014) e a gamificação (PAHARIA, 2012).

Temos chamado esse heterogêneo campo teórico e tecnológico de cognitivismo neoliberal (GONÇALVES, 2023).

Codificadas, as materialidades sensíveis da atividade de trabalho podem tornar-se insumo para o desenvolvimento de produtos que não desfrutaremos, e podem ainda ser separadas de nós na forma de trabalho morto e capital constante – big data, softwares e seus recursos, affordances, prescrições e patentes –, gerando uma produtividade que não nos beneficiará. A subsunção do trabalho ganha, assim, escala nunca imaginada.

Juntas, a datificação (força produtiva) e a heteromação (relações de produção) expressam um novo fenômeno socioprodutivo. No caso dos trabalhadores de comunicação, estes atuam como força de trabalho dos seus arranjos e, ao mesmo tempo, das plataformas – sendo, neste último caso, de maneira não remunerada e compulsória.

Estado da arte da pesquisa

Este estudo dará continuidade a nossas pesquisas anteriores sobre a plataformização de arranjos independentes de comunicação (FIGARO, 2018), desta vez entrevistando esses trabalhadores sobre e observando o uso dos softwares que atuam como seus meios de produção. Para isso, nos apoiamos num repertório teórico e metodológico interdisciplinar que envolve o conceito de Comunicação e Trabalho (FIGARO, 2018b; 2024), cuja interdisciplinaridade dialoga com a Teoria da Atividade (LEONTIEV, 2004), em estudos de interação humano-computador (IHC) (KAPTELININ; NARDI, 2006), com a ergologia (SCHWARTZ, 2014), a Análise do Discurso (ORLANDI, 1999), a Teoria do Valor-Trabalho (MARX, 2013) e a ciência da computação (SANTANA; SILVA, 2019).

Parte dessa observação, em fase de elaboração, se realizará a partir da reprodução de partes dos dados de IHC dos comunicadores que são enviados às empresas proprietárias desses softwares. Apoiados por estudos de patentes e outras fontes, pretendemos identificar quais desses dados são utilizados para, ao longo do tempo, aprender o saber-fazer desses trabalhadores e para a sua assimilação no trabalho-morto desses softwares.

Adicionalmente, a pesquisa vem sistematizando aspectos sociotécnicos e político-econômicos da cadeia de produção e consumo de dados e IA das empresas Meta, Microsoft e Alphabet, o que inclui a análise do discurso de termos de uso (COSTA et al., 2025) e o mapeamento de datacenters e centros de pesquisa de IA no Brasil.

Com esta pesquisa, esperamos contribuir com a compreensão do chamado capitalismo de plataformas (SRNICEK, 2017) e ajudar em especial os profissionais de comunicação a resistirem e a se oporem a essas determinações por meio de lutas políticas e marcos regulatórios, assim construindo a possibilidade de superá-las.

Referências

BRAZ, M. Heteromação e microtrabalho no Brasil. 2021. (Título inferido do arquivo Excel, associado ao autor e contexto).

COSTA, G. C. da; REBECHI, C. N.; GONÇALVES, L. H. N.; RASLAN FILHO, G. S.; BOAVA, A. Z. .; VALENTE, V. C. P. N. . A Política de Privacidade da plataforma X em análise. Lumina, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 10–29, 2025. Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/46560. Acesso em: 14 maio. 2025.

CUKIER, K.; MAYER-SCHOENBERGER, V. Big Data: a revolution that will transform how we live, work, and think. London: John Murray, 2013.

EKBIA, H. R.; NARDI, B. A. Heteromation, and other stories of computing and capitalism. Cambridge, MA: MIT Press, 2017.

EYAL, N. Hooked: How to Build Habit-Forming Products. New York: Portfolio/Penguin, 2014.

FIGARO, R. Comunicação e trabalho. São Paulo: Ed. do Autor, 2008.

FIGARO, R. Comunicação e trabalho: implicações teórico-metodológicas. São Paulo: Galáxia, 2018.

FIGARO, R. Impactos da Inteligência Artificial no mundo do trabalho. G20 Brasil, 2024. Available at: https://www.g20.org/pt-br/noticias/impactos-da-inteligencia-artificial-no-mundo-do-trabalho. Accessed 11 May 2024.

GONÇALVES, Luis H. N. Máquinas Automágicas: trabalho, mente estendida e subjetividade sob o fetiche da mercadoria. Tese de doutorado, PPGPS PUC-SP, 2023. Disponível em: https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/36263. Acesso: 8 ago. 2023.

GOOGLE. Termos de Serviço do Google Drive. 2023. Disponível em: https://support.google.com/drive/answer/2450387?hl=pt-BR. Acesso em: 11 maio 2024.

KAHNEMAN, D. Rápido e devagar: duas formas de pensar. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. (Título "rapido-e-devagar-duas-formas-de-pensar" no Excel, ÁREA: SOCIOFÍSICA / CC).

KAPTELININ, V.; NARDI, B. A. Context and Consciousness: Activity Theory and Human-Computer Interaction. 2009.

LEONTIEV, A. N. O desenvolvimento do psiquismo. São Paulo: Centauro, 2004.

MARX, K. Teses sobre Feuerbach. In: MARX, K.; ENGELS, F. A Ideologia Alemã. São Paulo: Boitempo, 2007. (Publicado originalmente em 1888).

MARX, K. O Capital: Crítica da Economia Política. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MASKIN, E. Mechanism Design: How to Implement Social Goals. American Economic Review, v. 98, n. 3, p. 567-576, 2008.

NORMAN, D. A. The design of everyday things. Revised and expanded edition. New York: Basic Books, 2013.

ORLANDI, E. P. Análise de Discurso: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes Editores, 1999.

PAHARIA R (2012) Gamification means amplifying intrinsic value. In: Deterding S (ed) Special Issue: Gamification: designing for motivation. Interactions 19(4):14–17

RABIN, M. Psychology and economics. Journal of Economic Literature, v. 36, n. 1, p. 11-46, 1998.

RUSSELL, S. Human Compatible: Artificial Intelligence and the Problem of Control. New York: Viking, 2019.

SANTANA, V. F.; BARANAUSKAS, M. C. C. (Org.). Interação humano-computador e experiência do usuário. Campinas: Editora da Unicamp, 2022.

SANTANA, V. F.; SILVA, T. S. da. Aprendizado de Máquina em uma Sociedade de Atividades. 2019.

SCHWARTZ, Y. L'activité peut-elle être objet d' "analyse"? Toulouse: Octarès Éditions, 2014.

SIMON, H. A. A behavioral model of rational choice. The Quarterly Journal of Economics, v. 69, n. 1, p. 99-118, 1955.

SRNICEK, N. Platform Capitalism. Cambridge, UK: Polity Press, 2017.

SUNSTEIN, C. R.; THALER, R. H. Nudge: como tomar melhores decisões sobre saúde, dinheiro e felicidade. Rio de Janeiro: Objetiva, 2017.

VAN DIJCK, J. Datafication, dataism and dataveillance: Big Data between scientific paradigm and ideology. 2017.

VIEIRA PINTO, Á. O conceito de tecnologia. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

Nomadismo digital na psicologia clínica: desafios éticos e transformações subjetivas

Isabella Pessanha Bittar de Carvalho (UFF), Isabella Pessanha Bittar de Carvalho (UFF)

Desde 2000 o Conselho Federal de Psicologia busca dar conta dos avanços tecnológicos e dos limites de como a categoria pode atuar. Primeiro em caráter de pesquisa, como atividade experimental em 2005 até uma regulação restrita em 2012 que permitia um número específico de sessões e foco em assunto pré definido.

A partir de 2018, regulamentou-se o exercício da psicologia mediado por Tecnologia Digital da Informação e da Comunicação (TDICs) em todo território nacional resguardando apenas algumas situações de urgência e emergência. Devido à pandemia do COVID19 o cenário se expandiu consideravelmente em 2020 com a suspensão dos atendimentos presenciais por muitos profissionais.

A digitalização da psicologia e o nomadismo digital emergem como dois fenômenos dessa nova fase do capitalismo globalizado e informatizado, uma revolução no mundo do trabalho e nas subjetividades produzidas. O que tentei entender nessa pesquisa são os limites e possibilidades dessa experiência nômade tanto no âmbito profissional quanto na produção de subjetividade. Liberato (2001) afirma que “uma das características do nomadismo pós-moderno estaria na ênfase dada à dimensão qualitativa da existência”. Nesse contexto, a psicologia desponta como uma uma área em plena expansão já que além da liberdade geográfica esse modo nômade oferece o que Maffesoli chama de “a experiência do ser”, onde apreendemos o mundo não só de forma intelectual, mas estética e afetiva também, fortalecida pelos laços sociais. A interação com o outro, pessoas ou ambiente.

Na maior parte do tempo os atendimentos são realizados de forma online, mas quando há a possibilidade geográfica de realizar algum encontro presencial é outro ponto de vantagem na clínica nômade. Mas a característica mais forte é a diferença constante, a cada novo lugar a possibilidade de reterritorializar a identidade e o corpo social com suas instituições. "É uma espécie de `pulsão migratória' incitando [o indivíduo] a mudar de lugar, de hábito, de parceiros, e isso para realizar a diversidade de facetas de sua personalidade" (LIBERATO, p. 51).

Este trabalho tem como objetivo analisar as transformações no exercício da Psicologia mediado por Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) no Brasil, com ênfase no surgimento da categoria dos psicólogos nômades digitais. Busca-se compreender como a regulamentação do Conselho Federal de Psicologia (CFP), em diálogo com as demandas de um mundo hiperconectado, possibilitou novas formas de atuação profissional desterritorializada. Especialmente discutir os impactos dessa mobilidade na prática clínica, nas subjetividades dos profissionais, problematizando os desafios éticos e técnicos decorrentes desse fenômeno no contexto do capitalismo contemporâneo.

A análise do nomadismo contemporâneo dialoga diretamente com os debates deste GT ao revelar como as tecnologias digitais reconfiguram as experiências de trabalho e as subjetividades produzidas em torno da experiência nômade. As novas formas de trabalho nômade rompem com a lógica sedentária do emprego tradicional. As tecnologias, assim, não são meras ferramentas, mas dispositivos de subjetivação que amplificam a tensão entre liberdade e precarização, entre a fuga das estruturas rígidas e novas formas de captura algorítmica.

O ponto central do texto é o nomadismo que pode ser desde uma forma de deslocamento territorial a um conceito na esquizoanálise que pensa esse deslocamento enquanto potência subjetiva.

Deleuze e Guattari (1974, p. 198) esclarecem que "no espaço nômade, o corpo pleno do socius é como que adjacente à produção, ainda não se assentou sobre ela". O nômade escapa das estruturas rígidas e produz linhas de fuga. Ainda que haja uma captura pela comercialização do turismo, viajar e trabalhar em movimento expõe o sujeito a novos encontros, línguas, paisagens e identidades.

Uma não fixação, que Maffesoli chama de pulsão migratória onde procura-se não cristalizar numa identidade, instituição ou hábito. Na errância encontrada no modo nômade temos oportunidade de escapar da teatralidade social a que estamos acostumados e nos reposicionar em novas cenas, cidades e culturas.

Há ainda uma camada mística na errância, um caráter de religação com o outro, com o sagrado e com formas de vida que transcendem o utilitarismo racionalista. Esse modo ajuda a colocar em perspectiva o modo de compor instituições estáveis, equilibrando forças molares e moleculares.

A estratégia metodológica escolhida para o trabalho é também o modo que o próprio conteúdo da pesquisa se apresenta. Para acompanhar a errância nômade a cartografia se apresenta como "uma orientação do trabalho do pesquisador que não se faz de modo prescritivo, por regras já prontas nem com objetivos previamente estabelecidos". (Passos 2010, p. 17). O percurso cartográfico se dá no ato de caminhar, pensar, ler, escrever e encontrar cenas analisadoras, aquelas que, surgindo no caminho, tensionam e redirecionam a investigação. Deslizando pelo território da pesquisa, atenta não apenas aos destinos, mas aos desvios e surpresas que surgem no trajeto.

Como sugere Deleuze, "O mapa é aberto, conectável em todas as suas dimensões,

desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. Ele pode ser rasgado, revertido, adaptar-se a montagens de qualquer natureza, ser preparado por um indivíduo, um grupo, uma formação social" (DELEUZE e GUATTARI, 1995, p. 22) e é nessa plasticidade que reside sua potência. O registro dos desvios e achados não serve apenas à documentação acadêmica, mas se torna matéria viva do processo, onde o acaso e o imprevisto são elevados à categoria de operadores epistemológicos. Pesquisar cartograficamente é, portanto, assumir que o conhecimento se faz no caminhar, nas fissuras do planejado, nos encontros fortuitos que transformam tanto o objeto quanto o sujeito da pesquisa.

A vivência como psicóloga nômade personificou conceitos e expressou que a clínica se amplia para além dos atendimentos, quando nos permitimos acessar um estado de devir, contaminada pelos encontros geográficos e afetivos que compõem o cotidiano em movimento. A experiência de composição de coletivos temporários, me parece um modo de currículo sensível, ficar afiada nas palavras captando vocabulários e entendimentos culturais particulares, em estado de escuta e manutenção dos fluxos.

Há também a invenção dos limites entre liberdade e precarização que se mostram tão fluidos quanto os territórios percorridos. A experiência nômade permitiu ressignificar a atuação profissional através de escapes criativos das estruturas rígidas da clínica tradicional. Contudo, essa mesma mobilidade produziu tensões sobre a necessidade constante de reterritorialização, uma certa desestabilização das referências institucionais que tradicionalmente sustentam a subjetividade e a vida. O que emerge é uma clínica paradoxal: ao mesmo tempo que se liberta das amarras geográficas, precisa reinventar continuamente seus dispositivos de cuidado não mais ancorados no espaço físico do consultório, mas na capacidade de criar presença terapêutica através de conexões virtuais. Esses achados problematizam a noção romantizada do nomadismo digital, revelando-o como fenômeno ambivalente que exige novas apostas éticas tão móveis quanto às práticas.

Conclui-se que essa prática nômade ainda se consolida como fenômeno em processo, cujos impactos mais profundos só poderão ser completamente avaliados em perspectivas futuras. Enquanto aguardamos os desdobramentos temporais necessários para análises mais robustas pode-se mapear criticamente os impasses e explorar as reais vantagens, acompanhando esse movimento sem fixá-lo prematuramente em categorias rígidas, mantendo abertas as possibilidades de leitura que só o tempo e a maturação do fenômeno poderão oferecer. A errância digital, como toda forma de nomadismo, requer um olhar igualmente móvel e atento às suas transformações.

Referência bibliográfica

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução nº 11, de 11 de maio de 2018. Regulamenta a prestação de serviços psicológicos realizados por meios de tecnologias da informação e da comunicação e revoga a Resolução CFP nº 11/2012. 2018.

DE BARROS, Regina Benevides. DIÁRIO DE BORDO DE UMA VIAGEM-INTERVENÇÃO. PISTAS DO MÉTODO DA CARTOGRAFIA.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. O Anti Edipo: capitalismo e esquizofrenia. Trad. Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Editora 34, 2011.

LIBERATO, Leo Vinicius Maia. Nomadismo pós-moderno. Política & Sociedade, v. 1, n. 1, p. 225-234, 2002.

SANTOS, Patrícia Matos dos. Nômades digitais: um estudo etnográfico sobre trabalho móvel contemporâneo e estilo de vida. 2020.

Precarização Subjetiva do Trabalho: gestão, ciberburocracia e a exploração da força de trabalho na atividade de serviços contábeis em SP.

Manoel Garcia de Sousa Júnior (PUC-SP)

O presente estudo investigou as repercussões subjetivas da exploração do trabalho no setor de serviços contábeis em São Paulo, enfatizando como os modelos de gestão se estruturam a partir do uso intensivo de tecnologias e como isso repercute na subjetividade dos trabalhadores.

Fundamentado no conceito de precarização subjetiva do trabalho, conforme desenvolvido por Danièle Linhart (2014), o trabalho percorreu um amplo percurso teórico e metodológico para situar essa precarização no contexto específico da atividade contábil.

A pesquisa está ancorada na psicologia sócio-histórica, inspirada no materialismo histórico-dialético de Marx e na dialética do concreto de Karel Kosik (1976), buscando superar dicotomias tradicionais da psicologia, como objetividade e subjetividade, e integrá-las na análise crítica da realidade do trabalho. Essa perspectiva teórica fundamenta a análise da dimensão subjetiva da realidade, considerada central para compreender a experiência dos sujeitos na relação com o mundo e com o trabalho.

Foram mobilizados aportes metodológicos de González-Rey (2005; 2016), que propõe uma abordagem qualitativa para apreender a subjetividade, e da psicologia sócio-histórica sistematizada por Silvia Lane (1984; 1989), que estabelece a mediação entre indivíduo, trabalho e sociedade como um eixo essencial para a análise crítica. Esse arcabouço metodológico permitiu discutir o papel do pesquisador como parte do processo de investigação e os desafios envolvidos no estudo da subjetividade no campo da contabilidade.

No plano teórico, o estudo aprofundou a compreensão do trabalho como categoria ontológica fundamental para a constituição do ser social, apoiando-se nos escritos de Marx e Lukács (2010; 2013; 2018). A pesquisa discutiu o trabalho como mercadoria na sociedade capitalista, abordando as noções de reificação e estranhamento do trabalhador contábil, assim como a teoria do valor e suas implicações para a precarização do trabalho no setor contábil. Essa análise possibilitou compreender como a subjetividade produzida pelo capital redefine a experiência do trabalho, impondo novas formas de controle e redefinição do trabalhador na era digital.

Outro ponto central do estudo foi a análise do conceito de ciberburocracia, que permitiu compreender como a tecnologia impacta a organização e a prática contábil contemporânea. A partir das contribuições de Max Weber (1999) e Maurício Tragtenberg (2005; 2006) sobre a burocracia e suas transformações, o estudo examinou como a burocracia digital assume formas opacas e desumanizadoras, mediadas por softwares e plataformas que impõem uma racionalidade técnica específica ao trabalho contábil.

A reflexão dialogou também com o solucionismo tecnológico, em Evgeny Morozov (2018), e com a metáfora do labirinto kafkiano, de Franz Kafka (1952), para descrever a sensação de impotência e opacidade vivida pelos profissionais diante de sistemas automatizados e cada vez mais opacos.

O estudo abordou ainda o papel da gestão como eixo estruturante da precarização subjetiva do trabalho. Retomou a história da gerência e da administração científica, discutindo como a psicologia organizacional, historicamente, tem servido como aparelho ideológico para legitimar práticas de gestão que naturalizam a exploração e invisibilizam os conflitos entre capital e trabalho. Inspirado nas reflexões de Danièle Linhart (2000; 2009; 2014; 2016; 2017), Fernando Gastal (2015;

2017; 2017; 2020; 2022;) e Maurício Tragtenberg, o trabalho demonstrou como a gestão se converte em instrumento de manipulação subjetiva, impondo medo, insegurança e isolamento ao trabalhador contábil. Nessa perspectiva, a figura do gestor aparece como operador do "trabalho sujo" (Dejours, 2007), função que inclui a mediação de políticas de controle e a internalização de valores empresariais que desconsideram a coletividade e a autonomia do trabalhador.

No que se refere à dimensão empírica, a pesquisa combinou a aplicação de um questionário (survey) com entrevistas individuais em profundidade com profissionais da contabilidade. O questionário possibilitou mapear a presença de elementos centrais como a ciberburocracia, a figura do gestor enquanto mediador da precarização subjetiva e os processos de reificação e perda de autonomia. As entrevistas, por sua vez, aprofundaram a análise sobre como esses processos são vivenciados pelos trabalhadores, revelando trajetórias marcadas pela insegurança, pelo esvaziamento de sentido do trabalho e pela fragmentação das relações coletivas.

Os resultados empíricos confirmaram que a tecnologia, ao invés de apenas automatizar processos, atua como instrumento de intensificação do controle e da exploração do trabalho, contribuindo para a precarização subjetiva. A pesquisa identificou como as novas formas de organização do trabalho, impulsionadas pela digitalização e pela ciberburocracia, reforçam mecanismos de dominação e aprofundam a dissociação entre o trabalhador e o significado de sua atividade profissional. Além disso, destacou-se a forma como as plataformas digitais impõem um ritmo e uma lógica de trabalho cada vez mais distantes das necessidades e expectativas dos trabalhadores, gerando um ambiente de opacidade e impotência.

A análise crítica da precarização subjetiva do trabalho contábil também destacou a centralidade da subjetividade na reprodução das relações de poder e dominação no setor de serviços contábeis. As experiências relatadas pelos profissionais evidenciam um cenário em que as exigências de produtividade e adaptabilidade coexistem com a perda de controle sobre o próprio trabalho, resultando em vivências de medo, esvaziamento de sentido e solidão. Essa realidade reafirma a importância de superar abordagens que dissociam objetividade e subjetividade e de construir análises que articulem as dimensões materiais e simbólicas da exploração do trabalho.

Por fim, o estudo conclui que a exploração do trabalho na contabilidade contemporânea está assentada em aspectos ciberburocráticos que, embora se atualizem historicamente, mantêm um núcleo de dominação sobre aqueles que vendem sua força de trabalho. Compreender como a precarização subjetiva se manifesta nesse setor foi o objetivo central da pesquisa, que buscou contribuir para o debate crítico sobre o trabalho, a gestão e a tecnologia na contemporaneidade. A partir dessa análise, aponta-se para a necessidade de construir formas de resistência coletiva que enfrentem não apenas os aspectos materiais da exploração, mas também suas dimensões subjetivas, reafirmando o trabalho como dimensão essencial da constituição do ser social.

Subjetividades em Rede: Consumo e Saúde Mental na Era da Influência Digital.

Laura Brandão Bica Mota, Lucas Souza Santos Siqueira Alves (USU), Jessé Guimarães da Silva (USU)

1. Introdução

Este trabalho parte da articulação entre três dimensões que atravessam a experiência contemporânea de jovens em diferentes contextos urbanos: a influência digital, os processos de subjetivação mediados pelas redes sociais, e os modos de consumo simbólico e material incentivados por discursos performáticos nas plataformas digitais. No interior dessas dinâmicas, compreendemos que o consumo ultrapassa a aquisição de bens materiais e passa a incluir formas de ser, aparecer e se vincular, afetando diretamente a constituição da subjetividade e seus modos de expressão.

Inserida no campo da Psicologia Social Crítica, esta proposta se volta à problematização das tecnologias de poder que atravessam o cotidiano digital, observando como tais mecanismos reforçam normas de visibilidade, sucesso e felicidade que podem intensificar o sofrimento psíquico — agora ressignificado como fracasso individual.

Inspirados pelo livro Happycracia – Fabricando cidadãos felizes (Cabanas & Illouz, 2019), tomamos como ponto de análise a forma como o discurso da felicidade tem sido instrumentalizado como estratégia de controle. Ao promover a ideia de que o bem-estar é uma responsabilidade pessoal, as plataformas digitais reproduzem ideais de produtividade emocional, positividade constante e autogestão afetiva, deslocando o sofrimento social para o campo da autorresponsabilização.

2. Objetivo Geral

Este estudo busca compreender de que modo os discursos performáticos nas redes sociais impactam a formação da subjetividade de jovens consumidores em contextos mediados por economias da atenção e da visibilidade.

3. Relação com o GT e Eixo Temático

A proposta se insere no GT 51 – Tecnologias Digitais, Trabalho e Subjetividades, dialogando diretamente com o eixo “Mídia, cultura e tecnologias digitais”. Nosso objetivo é contribuir para a análise crítica dos impactos psicossociais da plataformização da vida, especialmente no modo como os algoritmos e métricas de engajamento moldam formas de ser, sentir e se relacionar dos jovens.

4. Orientação teórica

Esta pesquisa está ancorada em uma perspectiva Crítica da Psicologia Social, dialogando com autores que analisam a intersecção entre tecnologias digitais, subjetividade e regimes de controle afetivo no capitalismo contemporâneo. A reflexão parte do pressuposto de que as plataformas digitais não são neutras, mas operam como dispositivos de subjetivação e controle social, transformando a experiência emocional em dado mensurável, comercializável e politicamente funcional.

A frase “Quando você consome algo de graça, o produto final é você”, atribuída a autores como Andrew Lewis, Evgeny Morozov e Shoshana Zuboff, sintetiza a lógica do capitalismo de vigilância (Zuboff, 2019), no qual os dados comportamentais dos usuários são captados, processados e utilizados não apenas para prever, mas também para modular o comportamento futuro. Tal lógica sustenta uma nova forma de exploração, baseada na captura contínua da atenção e na conversão da vida cotidiana em fluxo de informação valioso para as plataformas.

O trabalho, baseado em Happycracia (2019), critica a felicidade como imperativo moral, apontando sua transformação em produto cultural vinculado ao consumo, à produtividade e ao mérito, ocultando causas sociais do sofrimento.

A proposta também dialoga com Políticas da Imagem – Vigilância e Resistência na dadosfera (Beiguelman, 2021), cuja autora defende que a imagem digital se tornou o principal campo de disputa política contemporânea.

De acordo com Guy Debord (1997), a sociedade do espetáculo é uma forma de controle social baseada na representação constante e na mediação da vida por imagens. Essa teoria oferece uma contribuição fundamental à análise das redes sociais contemporâneas, nas quais o sujeito é convocado a se mostrar continuamente, transformando sua existência em uma vitrine de performance e consumo simbólico.

Por fim, esses referenciais teóricos são articulados com os estudos da Psicologia Social Crítica brasileira, que compreendem a subjetividade como construída historicamente e atravessada por relações de poder. Nesse sentido, as plataformas digitais são entendidas como campos de disputa simbólica, que modelam o desejo, o sofrimento e a percepção de si.

5. Estratégias Metodológicas

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, fundamentada em princípios da Psicologia Social Crítica, voltada para a escuta atribuída aos jovens em relação ao uso das redes sociais e à suas experiências subjetivas.

Optou-se pela realização de um questionário online, elaborado por meio do Google Forms. O formulário foi enviado a oito jovens adultos que partilham de ambientes como trabalho e meio acadêmico dos pesquisadores, entre 18 e 30 anos, faixa etária a qual acompanhou todo o desenvolvimento da revolução tecnológica, desde o princípio, quando começou a se estabelecer uma relação íntima do homem com a máquina que perdura até hoje. O perfil dos entrevistados é variado, são residentes em diferentes regiões da cidade do Rio de Janeiro, como Baixada Fluminense, Zona Sul, Zona Norte e Zona Oeste, com atenção à diversidade territorial.

O questionário conterá cinco perguntas principais, formuladas de modo a investigar:

Como os participantes se sentem em relação à presença das redes sociais em suas rotinas;

De que forma percebem a relação entre felicidade e performance digital;

Se já se sentiram pressionados a parecer felizes ou produtivos nas redes;

Como avaliam a influência das plataformas sobre suas escolhas de consumo e autoestima;

E o que gostariam de mudar em sua relação com o ambiente digital.

As respostas poderão ser respondidas em um período de uma semana e serão lidas com atenção às emoções expressas pelos participantes em relação ao discurso do uso e da influência das redes sociais. Todo o conteúdo será tratado com cuidado, respeito e ética, preservando o anonimato das pessoas e seguindo os princípios que orientam a pesquisa em Psicologia.

6. Resultados

A análise das respostas de oito jovens adultos urbanos revela padrões relevantes sobre o impacto das redes sociais na subjetividade, consumo e saúde mental. Apesar do número reduzido de participantes, os dados apontam efeitos significativos da cultura digital contemporânea. Em termos emocionais, os jovens relataram sentimentos ambivalentes ao usar as redes, como ansiedade e alegria (ambas citadas por 62,5%), além de cansaço mental e inspiração (50%). Esse conjunto de emoções contraditórias indica que as redes funcionam como espaços simultaneamente estimulantes e exaustivos, provocando um "prazer ansioso" marcado por comparação e sobrecarga.

A maioria (75%) declarou sentir-se pressionada a aparentar felicidade, produtividade e interesse nas redes,

revelando uma demanda performática ligada à valorização da visibilidade. Quanto ao consumo, 87,5% afirmaram que suas escolhas são diretamente influenciadas pelas redes, que estimulam não só a compra de produtos, mas também a adesão a estilos de vida promovidos por influenciadores.

Do ponto de vista da saúde mental, os participantes relataram sintomas como fadiga, aceleração mental, procrastinação e sentimento de insuficiência, associados à comparação social e à busca por validação constante. Apesar desses efeitos, todos expressaram o desejo de transformar sua relação com as redes, com destaque para a redução do tempo de uso, a busca por conteúdos mais significativos e o afastamento de padrões idealizados.

Em síntese, os dados indicam que as redes sociais não apenas refletem, mas moldam profundamente a subjetividade, operando como ferramentas de produção de identidade, desejo e sofrimento. Ao exigirem visibilidade constante e promoverem ideais inalcançáveis, transferem responsabilidades sociais para o indivíduo, destacando a necessidade de abordagens críticas entre psicologia e cultura digital.

7. Conclusões

As redes sociais são mais do que canais de comunicação; são dispositivos centrais na construção da subjetividade contemporânea, moldando intensamente como sentimos, somos e consumimos.

Nesta pesquisa observamos que a positividade compulsória, a vigilância algorítmica e o consumo simbólico são pilares da subjetivação neoliberal. Jovens, ao performarem felicidade e sucesso, tornam-se parte de um espetáculo contínuo que, embora regule pertencimento e autoestima, também produz sofrimento invisível.

Inspirados por autores como Byung-Chul Han, percebemos que a autovigilância e a produtividade emocional compulsória geram exaustão. Han argumenta que as doenças do século XXI não são apenas biológicas, mas também emocionais, e o ambiente digital tem um papel significativo nesse adoecimento. A pesquisa, embasada em Happycracia (Cabanas & Illouz), destaca como a exigência de parecer feliz nas plataformas (evidenciada em 75% dos participantes) é um mecanismo de controle subjetivo, transferindo a responsabilidade do sofrimento para o indivíduo.

A influência das redes no consumo (relatada por 87,5% dos jovens) mostra uma economia da visibilidade, onde o consumo se estende a estilos de vida e identidades, como Zygmunt Bauman descreve em Vida Líquida. A fluidez dos vínculos e a comparação constante transformam o "eu" em um projeto inacabado. Giselle Beiguelman, em Políticas da Imagem, ressalta o papel dos algoritmos como mediadores de afetos e desejos, ampliando a complexidade dos impactos da plataformização da vida.

Mark Coeckelbergh, em Ética na Inteligência Artificial, nos lembra que a tecnologia não é neutra; ela reproduz valores e estruturas. No contexto da pesquisa, a inteligência algorítmica não apenas recomenda, mas condiciona afetos e molda comportamentos de forma sutil.

Concluímos que as redes sociais são campos de disputa simbólica e afetiva. Apesar de sua influência, os jovens participantes demonstram uma consciência crítica emergente, buscando reduzir o tempo de uso e distanciar-se de narrativas idealizadas. Esses movimentos de resistência são importantes e apontam para a urgência de debates públicos sobre os limites éticos da vida em rede. A Psicologia Social Crítica tem um papel fundamental em conscientizar sobre essas dinâmicas e construir alternativas que priorizem a saúde mental, a ética e a dignidade acima dos algoritmos.

Uberização e a ideologia do empreendedorismo: um estudo sobre como os trabalhadores de entregas se enxergam.

Guilherme Ryan Barbosa Figueiredo de Medeiros (UFRN), Renata Xavier Deiga Ferreira (UFRN)

Assiste-se no mundo do trabalho, a partir do primeiro quarto deste século, à emergência de uma nova categoria de trabalhadores, denominados de trabalhadores de aplicativos ou trabalhadores plataformizados. Considerando-se a relevância e as reconfigurações que estes trabalhadores representam para a sociedade do trabalho, percebe-se em centros de pesquisas e universidades mundiais um crescente interesse nesta categoria como objeto de estudo. É constitutivo a este novo fenômeno na sociedade do trabalho, denominado de uberização do trabalho (Slee, 2017; Antunes, 2020; Abílio, 2020, Woodcock, 2022), algumas características como a não vinculação com direitos trabalhistas, baixa remuneração e jornadas de trabalho extensas. As consequências para o trabalhador são várias, é necessário que esteja disponível quase totalmente à empresa, que o contatará de acordo com sua demanda, sendo pago apenas ao prestar o serviço. Desse modo, compete aos trabalhadores a obrigação de decidir, parcialmente, a gestão do trabalho, planejar os horários e o uso dos equipamentos (Abílio, 2020). Entretanto, para além, de uma nova tendência na relação capital versus trabalho que revela intensificação na precarização do trabalho, pesquisas têm se interessado em investigar outra possível característica desta categoria, o fato de que a mesma teria sido enredada pela ideologia do empreendedorismo (Abílio, 2019; Lima e Oliveira, 2022; Coelho-Lima et al, 2024; Dardot e Laval, 2016; Sanson e Sales, 2024). Esta que é entendida como uma ideologia depositária do neoliberalismo, cuja maneira de disseminação se dá através de discursos, imperativos e normas de conduta que naturalizam sua forma de dominação. Um dos discursos que se consolidam nas análises desenvolvidas é a forma como as plataformas se vendem como apenas um meio de intermediação entre o estabelecimento - entregador - cliente. Esse formato mascara a divisão do lucro que as empresas ganham como intermediadores e transferem para os trabalhadores a taxa mínima por entrega, baixa remuneração por quilômetro rodado e a falta de pagamento integral em entregas agrupadas. Nesse sentido, é possível ver que o neoliberalismo se insere e quebra regras, instituições e direitos para produzir novas formas de viver – aceitando o básico – e constrói um novo sujeito que se relaciona com si e com os outros sendo um autônomo – independente de ter ou não direitos. A vinculação com o grupo de trabalho escolhido "51: Tecnologias Digitais, Trabalho e Subjetividades" se faz com a compreensão que dentro das tecnologias digitais, além do trabalho precarizado, também surgem ideologias que se apresentam como representação dos trabalhadores, mas por outro lado escondem a intersecção com o empreendedorismo enquanto discurso de autonomia do trabalhador plataformizado – ocultam a vivência real desses indivíduos como um meio de promover essa categoria de trabalho como algo viável para viver com bem-estar. Este trabalho se soma a estes esforços e parte de uma pesquisa em andamento intitulada "Uberização e empreendedorismo: adesão e resistências" em curso na cidade de Natal/RN vinculada a uma pesquisa interdisciplinar guarda-chuva: "Nexos da uberização: análises a partir dos trabalhadores" em curso por docentes e discentes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. A pesquisa concentra-se nos trabalhadores de aplicativos de entregas, também conhecidos como "entregadores". A metodologia empregada utiliza-se de ida a campo para entrevistas com entregadores, posterior categorização das falas, inserção no programa QDA Miner e análise e interpretação. Por ora, os dados colhidos e ainda em análise revelam que não há

nenhuma evidência de que estes trabalhadores se sintam efetivamente empreendedores. Os casos que assumem esta condição são poucos, a maioria vê este trabalho muito distante da ideia de que isso os tornará emancipados financeiramente a partir apenas de sua performance produtiva, ou seja, a maioria aponta para uma consciência de que, independentemente do imenso esforço que realizam, esse tipo de atividade não lhes retirará da condição precária. Outro fator que vai na contramão da percepção do empreendedorismo que prima pelo individualismo é o sentimento de classe que se manifesta entre esses trabalhadores. Várias afirmações nas entrevistas revelam que há um forte sentimento de solidariedade entre os entregadores de aplicativos que se manifestam em ações coletivas (Marx, 2017). Na teia de solidariedade, esses trabalhadores se apoiam mutuamente nas adversidades do dia a dia, estão atentos à segurança do grupo e realizam arrecadação de dinheiro ou materiais básicos quando um entregador sofre um acidente. Nesse sentido, o suporte entre o grupo é maior do que o oferecido pelas empresas. Por outro lado, a pesquisa, por ora, revela também que estes trabalhadores apreciam neste tipo de trabalho, a despadronização da jornada de trabalho, ou seja, a liberdade de organizar o seu próprio tempo de trabalho e o sentimento de ausência de uma vigilância permanente, embora, contraditoriamente, reconheçam que as plataformas exercem controle sobre o que realizam. Em que pese a pesquisa não estar concluída, as conclusões preliminares é de que a ideologia do empreendedorismo que parte pressuposto que o sucesso de uma pessoa, particularmente na vida laboral, depende apenas dos seus esforços, da sua performance, da sua vontade, de sua perseverança e de suas intuições visionárias, não se sustenta.

Palavras chaves: Trabalho, Uberização do Trabalho, Empreendedorismo.

GT 52: TERRITÓRIOS, AFETIVIDADE E COMPROMISSO ÉTICO POLÍTICO: ANÁLISES SOCIOAMBIENTAIS

Coordenação: Zulmira Áurea Cruz Bomfim (UFC), Adria de Lima Sousa (UFAM/INPA), Fábio Pinheiro Pacheco (UECE)

A cidade cheirava a morte: a história de vida de sobreviventes da tragédia de 2011

Cláudia Freire Vaz (UNIFESO), Regina Carmela Emília de Resende (UNIFESO), Maritza de Magalhães Garcia (UNIFESO), Isabelle Kloh Braga da Silva (UNIFESO)

1. Introdução

Nos dias 11 e 12 de janeiro de 2011 chuvas intensas levaram a diversos municípios da região serrana a vivenciarem a maior tragédia ambiental ocorrida no Brasil. Números oficiais afirmam que os desabamentos, trombas d'agua e alagamentos consequentes desse evento natural foram responsáveis por, aproximadamente, 905 óbitos, 241 desaparecidos, prejuízos superiores a um bilhão de reais e mais de 300 mil pessoas foram afetadas por essa catástrofe (Portella e Nunes, 2014; Ottero, Chargel e da Hora, 2018).

Acreditamos que catástrofes dessa magnitude não podem ser registradas somente em números. As imagens televisionadas também são fundamentais para que não se esqueça o que aconteceu naqueles primeiros dias de janeiro de 2011. As filmagens feitas por helicópteros dão a dimensão da destruição ocorrida nos municípios. Todavia, também escapa às imagens televisivas outros elementos: os cheiros e os vínculos comunitários pré-existentes. Para acessar esses fatores apostamos na história contada por quem viveu. Narrar permite que acessemos conteúdos que, de outra maneira, não seria possível e possibilita ressignificar e reestruturar a vida que foi barbaramente modificada por essa calamidade. Elas reverberam na saúde mental e física, na qualidade de vida de todas as pessoas que vivem nesses municípios. Além disso, elas impactam significativamente a história de vida tanto das pessoas quanto do município em si.

Classificado pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o oitavo maior deslizamento ocorrido no mundo nos últimos cem anos (AMORIM & BUSH, 2011; GONÇALVEZ, OLIVEIRA at al, 2018), o objetivo desse trabalho é investigar as histórias das pessoas afetadas pelas chuvas que ocorreram Teresópolis no início de 2011 e, posteriormente, desenvolver um livro com relatos com pessoas que vivenciaram essa tragédia.

A metodologia utilizada nessa pesquisa será a "história de vida", criada pelos sociólogos W.I.Thomas e F.Znanieck (1918), e ela investiga as articulações entre a história individual e coletiva, partindo do pressuposto de que cada pessoa que estava em Teresópolis naqueles fatídicos dias viveram uma experiência particular (Silva at al, 2007). Contudo ela não é solitária, ela é atravessada pelas vivências de sobreviventes, profissionais da saúde e da assistência social, bombeiros e de todos que compuseram aquele cenário de destruição.

Para viabilizar essa missão, estruturou-se uma equipe de dez pessoas: três professoras do curso de psicologia do Centro Universitário Serra dos Órgãos (UNIFESO), localizada no município de Teresópolis, duas psicólogas, egressas dessa mesma instituição e cinco estudantes do curso de graduação. Esse grupo será dividido em duplas compostas por uma profissional e uma estudante e dessa maneira realizaremos aproximadamente vinte entrevistas utilizando a metodologia de história de vida para orientar o nosso trabalho.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

2.Objetivos

Objetivo geral

Desenvolver um livro com relatos de sobrevivente da tragédia de 2011 na cidade de Teresópolis.

Objetivos específicos

Realizar levantamento bibliográfico sobre a tragédia e a metodologia história de vida.

Entrevistar sobreviventes da tragédia de 2011.

Estruturar textos a partir das entrevistas.

2. Relação clara com o GT e eixo temático escolhido

Entendemos que essa temática se encaixa no GT 46 "Reconstruir mundos possíveis: Psicologia Social entre resistências e ruínas de desastres socioambientais" e no eixo temático 08, intitulado "Questões socioambientais e contextos rurais e urbanos", posto que diante de inúmeros desastres sócio ambientais ocorridos nos últimos 15 anos (rompimento da barreira de Mariana, em 2015, e de Brumadinho, em 2019, e as chuvas do Rio Grande do Sul, em 2024) é necessário destacar o papel da psicologia social na prevenção e cuidado desses desastres. Se antigamente entendia-se que desastres ambientais eram temas de ciências exatas, como as engenharias, hoje a compreensão é de que esses são eventos multidimensionais e que fatores ambientais, socioeconômicos, culturais e psicossociais não devem ser negligenciados. Por esses motivos entendemos que a participação dessa área da psicologia é fundamental para lidar tanto com a prevenção quanto com as conseqüências de desastres (Pinheiro, 2020).

3. Orientação teórica

A partir da perspectiva de Pinheiro (2020) iremos diferenciar catástrofe de "catastrofismo". O primeiro conceito se refere à uma situação transformadora, no tempo e no espaço, que desestrutura toda uma comunidade e que faz a ideia de bem estar se deslocar para um passado nostálgico ou para um futuro que afastem os sobreviventes daquela situação. O conceito de "catastrofismo" não é estático como a catástrofe, mas é o oposto, ele traz movimento e se realiza no plano discursivo. Ele nos permite sensibilizar e analisar o ambiente e os possíveis perigos para, em um segundo momento, criarmos estratégias de prevenção. Em nosso trabalho, circularemos entre os dois conceitos.

4. Estratégias Metodológicas

A metodologia utilizada nessa pesquisa será a história de vida. Por ser uma estratégia metodológica que investiga a forma como os sujeitos de pesquisa vivenciam uma determinada situação, a entrevista se configura como não-estruturada, ou seja, ela é completamente conduzida pelo sujeito entrevistado. Esse tipo de abordagem tem como característica alcançar a perspectiva particular do sujeito que conta sobre sua história de vida e, ao mesmo tempo, contribuir para uma transformação social através da autorreflexão que o encontro entre entrevistador-entrevistado produz (Fraser e Godim, 2004).

A utilização do método de história de vida para a realização dessa pesquisa começa com o pedido para que o sujeito conte sobre sua experiência da tragédia e o desenrolar daqueles dias. Ele contará livremente sobre o seu olhar e caberá a nós registrar com gravadores de celular a versão daquele sujeito sobre o ocorrido.

As escolhas dos participantes serão feitas a partir de um simples critério: ter vivenciado a tragédia de 2011. A forma como vivenciaram, podem ser de diversas formas: sejam as pessoas que tiveram perdas humanas na família ou perdas materiais, as que foram simples expectadoras ou as que trabalharam durante aqueles dias.

A seleção de entrevistados ocorrerá em reunião, com os participantes do projeto de pesquisa. A partir do que construirmos coletivamente, selecionaremos as pessoas que desejamos para compor o nosso livro.

Por ser uma pesquisa baseada na história de vida, a coleta de dados será baseada em uma pergunta: Conte-me como foi sua experiência com a tragédia de 2011. A partir desse disparador, o nosso papel será ouvir as histórias e intervirmos única e exclusivamente para que o sujeito desenvolva mais a sua história.

Tendo como horizonte o livro Alves e Silva (2022) a análise de narrativas tem como princípio se manter fiel ao que a pessoa fala, as suas percepções. Os dados não são analisados a posteriore, a partir de categorias, mas que ocorrem concomitantemente a obtenção deles. A parceria pesquisador-narrador objetiva, justamente, a fidelidade da história contada e também para que a organização das informações seja feita de forma temporal e que isso propicie um sentido ao leitor.

A análise dos dados também passará pela transcrição das narrativas. Ela é o primeiro passo, e fundamental, para que a fala dos sujeitos seja trabalhada de maneira fidedigna e que possamos ter um olhar holístico para a história dos participantes dessa pesquisa.

5. Resultados esperados

Considerando que o fim dessa pesquisa será realizado em dezembro de 2025, compartilharemos aqui as expectativas que temos para essa etapa de nossa pesquisa. Além da memória como forma de rememorar o que se perdeu naqueles dias, Bosi (2003) também traz um outro elemento importante para valorizarmos a os relatos contados. A autora diz que a história narrada "[...] não é feita para ser arquivada ou guardada numa gaveta como coisa, mas existe para transformar a cidade onde ela floresceu" (Bosi, 2003, p. 69). E é justamente esse florescer que buscamos nesses relatos.

Outro resultado esperado é que a realização desse livro, a partir dos relatos contribua para pensar nas estratégias de cuidado que podemos ter em situações de tragédia. As recorrentes tragédias socioambientais nos fazem pensar na necessidade de aprender com essas situações, visto que as crises climáticas pelas quais o mundo está passando nos leva a crer que esses cenários se repetirão, com cada vez mais frequência.

6. Conclusões (reflexões geradas)

A construção desse trabalho, o convite para as pessoas participarem e toda a divulgação dele nos leva a seguinte reflexão: Como trabalhar com uma cidade traumatizada? A tragédia retorna a cada alerta de chuva forte, quando a cidade fica esvaziada, as pessoas com medo de ir e vir e relatos de profissionais de saúde de que as unidade básicas e hospitais estavam lotados de pessoas, com picos hipertensivos e crise de ansiedade. Adotando a perspectiva psicanalítica, a cura se dá pela palavra e acredito que essa é a utopia desse trabalho. Vale destacar que entendemos conceito de utopia a luz de Mario Quintana, que defende que devemos querer coisas inatingíveis, pois elas iluminam o nosso caminho...

Afetividade e Subjetividade no Contexto Universitário da Tríplice Fronteira Amazônica: Estudo com Acadêmicos Indígenas Amazônidas

Mikelen Oliveira de Carvalho (UFAM), Rosemary Alves (UFAM), Iolete Ribeiro da Silva (UFAM)

Palavras-chave: juventude; amazônia; subjetividade; universidade.

Introdução

O presente trabalho investiga a afetividade de estudantes universitários indígenas da região da A Tríplice Fronteira , com foco nos impactos emocionais e subjetivos da experiência universitária. Esta região é caracterizada por ampla diversidade étnico-cultural, tensões geopolíticas e desigualdades estruturais, localizada nas dimensões limítrofes entre Brasil, Peru e Bolívia, também conhecida como Tríplice Fronteira Amazônica, por está situada no coração da maior floresta tropical do planeta, a Floresta Amazônica (Lacerda, 2022; Canalez, Rapozo e Coutinho, 2020).

Esse território é atravessado pelo rio Solimões e compreende a mesorregião do Alto Solimões, que inclui municípios como Amaturá, Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Fonte Boa, Jutaí, Santo Antônio do Içá, São Paulo de Olivença, Tabatinga e Tonantins, todos localizados na faixa de fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru (Lacerda, 2022; Canalez, Rapozo e Coutinho, 2020).

A região apresenta peculiaridades ambientais, sociais, territoriais e geopolíticas, abrigando 35 terras indígenas em diferentes fases do procedimento demarcatório. Aproximadamente 45% dos habitantes se autodeclaram indígenas, pertencentes a povos como Tikuna, Kokama, Kambeba, Kaixana, Witoto, Marubo, Korubo, Matis, Matsés, entre outros. Destaca-se ainda o território da Terra Indígena Vale do Javari, a segunda maior do Brasil, e o povo Ticuna, que representa o maior número de indígenas falantes da língua mãe no país (NAVARRO, 2024).

A região da tríplice fronteira é marcada pela diversidade cultural e pela convivência entre diferentes grupos étnicos, o que torna singular a vivência da afetividade no contexto universitário para estudantes oriundos da Amazônia. A convivência multicultural e multilinguística impacta diretamente as relações afetivas no ambiente acadêmico, onde barreiras linguísticas, culturais e a experiência de deslocamento são desafios constantes. A afetividade, enquanto fator fundamental para a adaptação e bem-estar dos estudantes universitários, é frequentemente negligenciada em estudos acadêmicos, sobretudo em regiões como a Amazônia. Compreender as dinâmicas afetivas pode contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas de apoio emocional e social, melhorando o desempenho acadêmico e a qualidade de vida desses estudantes

O problema de pesquisa parte da questão: como a afetividade se manifesta na experiência acadêmica de estudantes indígenas amazônidas e que sentidos são atribuídos à universidade nesse contexto liminar e intercultural?

Objetivo

O estudo tem como objetivo geral compreender a afetividade de estudantes amazônidas no contexto universitário da Tríplice Fronteira. Especificamente, busca-se identificar experiências mediadas por afetos positivos e negativos no espaço acadêmico e descrever as implicações dessas vivências na trajetória e subjetividade acadêmica dos discentes.

A afetividade no ensino superior é fundamental para a construção de vínculos que favorecem a adaptação, o bem-estar e o desempenho acadêmico dos estudantes, especialmente em contextos marcados pela diversidade

cultural e desafios emocionais. (BLANDO et.al , 2023). O suporte afetivo pode ser decisivo para a integração dos alunos, construção de redes de apoio e desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais para lidar com desafios acadêmicos. O conceito de afetividade utilizado neste estudo baseia-se na Psicologia Social Histórico-Cultural e na Psicologia Ambiental, entendendo a afetividade como eixo que orienta a observação, análise e ética, atuando como categoria mediadora na transformação do indivíduo sobre o ambiente, problematizando dicotomias como objetividade e subjetividade, mente e corpo, razão e emoção (Bomfim et al., 2019).

Relação clara com o GT e eixo temático escolhido

Este trabalho se insere no Grupo de Trabalho "Educação, subjetividade e crítica da cultura", ao tratar da afetividade como dimensão fundamental da formação subjetiva em contextos educacionais marcados por atravessamentos culturais, históricos e territoriais. A educação, nesse sentido, é problematizada não apenas como transmissão de conteúdo, mas como vivência afetiva e identitária no espaço universitário.

Orientação teórica

A investigação se fundamenta na Psicologia Social Histórico-Cultural e na Psicologia Ambiental. A afetividade é concebida como dimensão fundante do psiquismo, atravessando a relação sujeito-meio e operando como categoria analítica mediadora da interação com o mundo social (Vigotski; Bomfim et al., 2019). Também se dialoga com os Estudos Culturais e as epistemologias do Sul, valorizando saberes territoriais e cosmologias indígenas como elementos constituintes das subjetividades em territórios fronteiriços.

Estratégica Metodológica

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com base em estudo de caso exploratório, realizada com estudantes autodeclarados indígenas dos municípios de Tabatinga, Benjamin Constant e São Paulo de Olivença. Utilizou-se o Instrumento Gerador de Mapas Afetivos (IGMA), composto por produção de desenhos, escritas simbólicas e entrevistas semiestruturadas. A análise dos dados foi feita por meio de análise lexical com uso do software IRaMuTeQ e análise qualitativa interpretativa das produções visuais e narrativas, respeitando os princípios éticos da pesquisa com seres humanos.

Resultado

A análise revelou quatro classes temáticas: (1) Expressão e Identidade Indígena; (2) Universidade e Trajetória Pessoal; (3) Comparativo Lar–Universidade; e (4) Oportunidades e Caminhos Futuros. A primeira destaca a produção de desenhos com símbolos culturais e uso de cores terrosas e verdes, como expressão da ancestralidade e resistência. A segunda apresenta a universidade como espaço ambíguo de acolhimento e desafio, com registros de dificuldades linguísticas e econômicas. A terceira classe evidencia os conflitos afetivos na transição entre lar e espaço universitário. Por fim, a quarta classe revela projetos de vida e visões otimistas quanto ao retorno comunitário com saberes adquiridos.

Conclusão

Conclui-se que a afetividade é central na experiência acadêmica de estudantes indígenas amazônidas, funcionando como mediadora da adaptação, da resistência identitária e da elaboração de projetos de vida. A universidade é vivenciada como "segunda floresta", um espaço de refúgio e confronto. A escuta afetiva, o reconhecimento da diversidade e a construção de redes de apoio são condições fundamentais para a permanência qualificada desses estudantes. O estudo aponta a necessidade de políticas públicas que considerem a complexidade das experiências subjetivas em territórios de fronteira, com foco na equidade e no respeito à diversidade étnico-cultural.

REFERÊNCIAS

BLANDO, A. et al.. Afetividade na educação superior: um estudo de caso. Revista Brasileira de Educação, v. 28, p. e280039, 2023.

BOMFIM, et. al. A afetividade no contexto universitário: a relação de apego entre professores, estudantes e servidores com o campus. Psicologia Ambiental e Contextos Urbanos. – 1. ed. – Florianópolis : Edições do bosque/CFH/UFSC, 2019. cap. 5, p. 87-115

CANALEZ, et. al. Espalhamento da COVID-19 no interior do Amazonas: panorama e reflexões desde o Alto Solimões, Brasil. Mundo Amazónico, 11(2), e88492. 2020. http://dx.doi.org/10.15446/ma.v11n2.88492.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sinopse Estatística da Educação Básica 2021. Brasília: Inep, 2022.

LACERDA, L.B. Desafios Socioambientais da Tríplice Fronteira Amazônica Brasil, Colômbia e Peru. Revista Desenvolvimento Social, vol.2, jul/ dez, 2022 PPGDS/ Unimontes - Mg.

LACERDA, B. L. F. Desafios socioambientais da tríplice fronteira amazônica Brasil, Colômbia e Peru : Social and environmental challenges of the triple border, Brazil, Colombia and Peru Amazon. Revista Desenvolvimento Social, [S. l.], v. 28, n. 2, p. 226–240, 2023. DOI: 10.46551/issn2179-6807v28n2p226-240.

NAVARRO, Kelbin Isla. A produção do Conhecimento Científico sobre o Alto Solimões, Amazonas. 2024. 67 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Agrárias e do Ambiente) - Universidade Federal do Amazonas, Benjamin Constant (AM), 2024.

As tramas do amor na perspectiva de mulheres rendeiras e bordadeiras do Sertão alagoano

Larissa Rodrigues de Santana (UNIMA/AFYA), Ruth Vasconcelos Lopes Ferreira (UFAL), Letícia Gomes de Aquino Silva (UNIMA/AFYA)

O presente trabalho situa-se no campo da Psicanálise e propõe um estudo exploratório, com abordagem qualitativa, que possibilita analisar os significados do amor na vida das mulheres rendeiras e bordadeiras do Sertão alagoano. Tem por objetivos identificar possíveis implicações territoriais na forma como as mulheres sertanejas pensam e sentem o amor em suas vidas; perceber em que medida o significante amor está presente na atividade laboral da tecelagem e do bordado que desenvolvem; e, apreender a dimensão sublimatória desse trabalho artesanal para as mulheres que vivem no Sertão alagoano. Definimos o recorte das mulheres a serem alvo de nossos estudos, a partir dos pontos de suas rendas e bordados; neste sentido, escolhemos o ponto denominado Boa Noite, feito por mulheres residentes na Ilha do Ferro; e o ponto conhecido por Singeleza, feito pelas rendeiras que residem em Água Branca.

Amparado na perspectiva freudiana exposta em "O Mal-Estar na Civilização" (1930), este trabalho visa o exercício de uma escuta atenta desses sujeitos, a partir de questões disparadoras do discurso feito em associação livre, para compreender o lugar do amor na vida dessas sertanejas, apreendendo os sentidos e significados que atribuem a essa dimensão existencial da vida. A escolha de trabalhar metodologicamente com as histórias de vida das artesãs, considera a cultura como um alicerce fundamental, sustentada em dois poderes complementares: o trabalho, impulsionado pela necessidade externa (Ananke), e o amor, guiado pelo princípio do prazer (Eros). Freud argumenta que tanto a compulsão ao trabalho quanto a força do amor — seja em sua forma genital, voltada à reprodução e ao vínculo familiar, seja em sua forma sublimada —, foram essenciais para o surgimento e a manutenção da vida em coletividade. O amor, por sua capacidade de criar profundas tramas afetivas, foi decisivo para ampliar as conexões entre indivíduos além dos vínculos familiares, tornando-se um elemento civilizatório, mais eficaz até do que o próprio trabalho. Nas construções subjetivas das rendeiras e bordadeiras, esses poderes se embaralham, pois o trabalho e o significante amor estão intimamente interligados, seja na transmissão das técnicas entre gerações, seja nas representações sociais acerca da arte produzida em seus artesanatos.

Adota-se o conceito de sujeito (de fala, de falta e de Desejo) para escutar as mulheres, buscando identificar o investimento libidinal e a dimensão sublimatória no processo de criação da tecelagem e dos bordados em suas vidas. A sublimação atua como um mecanismo essencial de adaptação ao redirecionar a energia pulsional do sujeito para metas não sexuais e socialmente aceitas, aproximando-o de uma satisfação psíquica através de sua produção artístico-intelectual. Freud (1930) considera que essa via de afastamento do sofrimento, através da sublimação, não é acessível a todos, pois exige disposições e talentos específicos, o que nos instiga saber em que medida essa dimensão sublimatória e simbólica ocupa a subjetividade das artesãs sertanejas no fazer das rendas e bordados. Destaca-se que a sublimação revela como os impulsos mais primitivos podem ser canalizados para fins que aproximam o sujeito do seu Desejo, ao mesmo tempo em que sustenta a cultura.

Voltando ao amor, destaca-se o amor cortês, sobre o qual Lacan, em seu Seminário 7 (1959/60), desenvolve que o objeto feminino é esvaziado de toda substância real, de modo que a Dama jamais é qualificada por suas virtudes reais. Esse espaço de idealização do objeto parece um pouco intangível quando se direciona o olhar à mulher sertaneja, inscrita nesse tempo/espaço contemporâneo, em que parece que a linguagem é constantemente interditada pela realidade. O trabalho funde-se com o sujeito em tal medida que o Outro passa a conferir a essas

rendeiras e bordadeiras um local de Outridade. E a dimensão do amor cortês, na realidade da mulher sertaneja, se esvai, na medida que as funcionalidades de ser mãe, dona de casa e trabalhadora sobrepõem-se à posição romântica do amor cortês.

Nesse contexto, o conceito de Outridade se manifesta nos discursos hegemônicos — sejam eles sociais, políticos ou acadêmicos, que voltam a essas artesãs um olhar que as relega a uma posição de subtração de sua condição de sujeito. Assim, as detentoras de saberes tradicionais e protagonistas de práticas culturais e econômicas essenciais às suas comunidades, muitas vezes são reduzidas a objetos de estudo exotizados ou invisibilizadas por narrativas que não lhes concedem o estatuto de ser desejante. Dessa forma, em comprometimento com a centralidade do sujeito, compreendemos que esta pesquisa reconhece e valoriza as vozes dessas rendeiras e bordadeiras, a partir de suas experiências vividas, resistindo à lógica epistêmica que as transforma em meros objetos de análise, reduzidas às suas obrigações e fazeres profissionais. Assim, consideramos o fazer das rendas e bordados como processo de subjetivação, criação e inscrição no campo sócio histórico cultural, e, neste sentido, abrimos um diálogo com as teorias que valorizam as dimensões ético, estética e política da arte como processo de subjetivação.

Utilizamos como recurso metodológico a História de vida, considerando que através da história oral, pode-se articular conhecimentos subjetivos com a história social demarcada no território sertanejo, partindo do pressuposto de que as mulheres são portadoras de saberes construídos pelas experiências sociohistóricas e afetivas que compõem seu cotidiano. De alguma forma, elas possuem conhecimentos práticos e subjetivos, seja a partir de suas histórias individuais, seja a partir da sua inserção em Cooperativas a partir das quais se enlaçam na composição de suas vivências sociais em torno das rendas e bordados. Considera-se o discurso como uma fonte de expressão de desejos e de falta, com todos os equívocos, esquecimentos e silenciamentos que podem revelar sentidos e significados sobre as mais variadas dimensões e temáticas da vida.

Nesse percurso, a associação livre permite que emerjam significantes e significados que escapam à consciência imediata e revelam o entrelaçamento entre amor, cultura, história de vida e território. Assim, percebemos a inscrição da territorialidade na construção simbólica sobre o amor nas falas dessas mulheres e nas suas relações afetivas; e tecemos reflexões que ampliam os enlaces do trabalho das rendeiras e bordadeiras com os diversos tipos de amor, ultrapassando as dimensões românticas e tateando os significantes que atravessam a família e, até mesmo, a religiosidade. Por fim, a partir da análise do discurso, podemos observar também a inscrição de uma dimensão sublimatória das pulsões investidas na criação de rendas e bordados, compreendendo que o que move as artesãs sertanejas não é somente um ganho de capital, mas seu envolvimento afetivo e existencial com a arte que produzem.

Trabalhamos com a compreensão de que as bordadeiras e rendeiras do Sertão alagoano criam com sua arte, não apenas a possibilidade de revelar suas expressões estéticas a partir de suas experimentações artísticas, mas, igualmente, fazem da arte uma prática de resistência e insurgência contra a aridez inerente ao machismo, ao sexismo e às posturas patriarcais e colonialistas inscritas no imaginário e no mundo simbólico do universo sertanejo. A delicadeza dos pontos de bordado e renda, respectivamente. o Boa Noite e a Singeleza, podem ser percebidos como pontos de resistência contracolonial, em que as mulheres exercem um protagonismo fazendo de sua arte, não apenas uma forma de sobrevivência, mas também a expressão do desejo de conquistar autonomia e independência, distanciando-se dos estereótipos de subalternidade historicamente demarcados para as mulheres que vivem sob o jugo do sistema patriarcal.

Ao valorizar a arte e a voz das mulheres sertanejas, buscamos dar visibilidade às expressões estéticas e culturais através de suas rendas e bordados que, neste caso, também se apresentam como pontos de resistência e podem ser interpretados como práticas de "supravivência" social e psicológica, no sentido de que o trabalho que desenvolvem as protege de traumas e pressões advindas de uma realidade marcada por faltas,

carências sociais e privações subjetivas, relacionadas às lógicas de submissão circunscritas no território do Sertão alagoano.

Referências bibliográficas

FALEI, Miridan Knox. As mulheres do sertão nordestino. In: DEL PRIORE, Mary (Org.).

História das mulheres no Brasil. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2022. p. 311–342

FIGUEIREDO, Luís Cláudio. A ética da pesquisa acadêmica e a ética da clínica em psicanálise: o encontro possível na pesquisa analítica. In: QUEIROZ, Edilene Freire de; SILVA, Antonio Ricardo Rodrigues da (orgs.). Pesquisa em psicopatologia fundamental. 1. ed. São Paulo: Escuta, 2002. p. 129-142.

FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. (Original publicado em 1930).

KILOMBA, Grada (2008). Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira e Stéphane Chiarelli. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LACAN, J. O Seminário, Livro 7: A ética da psicanálise (1997 [1959-60]). Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

MELO, Cerize Maria Ramos Ferrari de; UCHÔA, Silvia Beatriz Beger; FERRARE, Josemary Omena Passos. Um estudo das rendas artesanais singeleza e puntino ad ago: marca coletiva ou indicação geográfica? DRd – Desenvolvimento Regional em Debate, v. 9, Ed. esp. 2, p. 166-183, 2019.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Análise de discurso: princípios e procedimentos. 11. ed. Campinas, SP: Pontes, 2012.

ROCHA, Rachel. Bordado Boa-Noite da Ilha do Ferro: patrimônio cultural, geração de renda e desenvolvimento regional. Latitude, v. 12, n. 2, p. 385-420, 2017.

Conflito socioambiental e comportamento coletivo: uma análise psicossocial das invasões de terras públicas e do desmatamento na Amazônia

Luiz Gustavo Perrut Pedrosa (UFAC)

A região amazônica, considerada um dos maiores patrimônios ambientais do planeta, tem sido palco de intensas disputas territoriais e degradação ambiental nas últimas décadas. Entre os principais fatores de ameaça à floresta, destacam-se as invasões de terras públicas e o avanço do desmatamento, frequentemente associados à expansão da fronteira agropecuária, à especulação fundiária e à ausência de políticas públicas eficazes de ordenamento territorial. A complexidade desses fenômenos ultrapassa as dimensões legais e ambientais, envolvendo uma teia de fatores sociais, econômicos, políticos e psicossociais que influenciam comportamentos individuais e coletivos.

Este estudo parte da premissa de que a Psicologia Social Psicológica pode oferecer ferramentas teóricas relevantes para compreender os processos subjetivos e intergrupais que sustentam e naturalizam práticas como a invasão de terras e o desmatamento ilegal. Embora frequentemente analisadas sob perspectivas jurídicas ou ecológicas, essas práticas também refletem crenças, valores, identidades sociais e dinâmicas grupais profundamente enraizadas nos contextos sociais amazônicos. Ao explorar conceitos como identidade social, normas sociais, influência do grupo, dissonância cognitiva e atribuição de responsabilidade, este trabalho propõe um olhar ampliado para os fatores que moldam as motivações, justificativas e ações dos sujeitos envolvidos nesses processos.

A escolha do PAE (Projeto de Assentamento Agroextrativista) Santa Quitéria como estudo de caso se justifica pela representatividade de suas dinâmicas territoriais e sociais, que espelham desafios comuns a muitos assentamentos amazônicos. Localizado no estado do Acre, o PAE Santa Quitéria foi alvo de levantamentos de campo realizados pelo INCRA entre 2021 e 2022, que identificaram problemas recorrentes como desmatamento intensivo, fracionamento irregular de lotes, substituição de atividades extrativistas por práticas pecuárias e conflitos fundiários associados à ocupação não autorizada de áreas públicas. Tais dados permitem uma aproximação empírica do fenômeno, possibilitando uma análise teórica mais ancorada na realidade vivida pelos atores locais.

A associação deste estudo com o Eixo Temático 08 – “Questões Socioambientais e contextos rurais e urbanos”, bem como com o Grupo de Trabalho 52 - “Territórios, afetividade e compromisso ético-político: análises socioambientais”, reside na necessidade de aprofundar a compreensão dos elementos subjetivos e psicossociais que sustentam e justificam comportamentos ambientalmente destrutivos, mas socialmente compartilhados ou mesmo incentivados em determinados contextos. Ao compreender como os atores envolvidos constroem suas percepções de pertencimento, legitimidade e responsabilidade frente ao uso da terra, é possível vislumbrar caminhos mais eficazes para a promoção de políticas públicas e ações educativas voltadas à sustentabilidade e à justiça socioambiental.

O conceito de identidade social, formulado por Henri Tajfel e John Turner, oferece uma base importante para compreender como indivíduos se percebem como parte de determinados grupos sociais (por exemplo, “produtores rurais”, "fazendeiros", “colonos”, “extrativistas”) e como essa pertença influencia seus comportamentos. No contexto amazônico, a identidade social muitas vezes está ligada à valorização da terra como símbolo de poder, sobrevivência e sucesso econômico, o que pode legitimar práticas como a ocupação de áreas públicas ou o

desmatamento, especialmente quando essas ações são vistas como comuns ou necessárias dentro do grupo. A busca por reconhecimento social e aceitação dentro de comunidades locais pode reforçar padrões de comportamento que, embora ilegais ou prejudiciais ao meio ambiente, são percebidos como socialmente esperados.

Outro fator relevante é o papel das normas sociais, que se referem às regras implícitas ou explícitas que orientam o comportamento em um grupo. Em muitos contextos amazônicos, normas informais favorecem o uso extensivo da terra, a abertura de pastagens e a exploração econômica imediata em detrimento da conservação ambiental. Tais normas se perpetuam por meio da observação do comportamento dos pares, da transmissão de valores e da recompensa social por se alinhar ao que é considerado "normal". Quando grande parte da comunidade adota determinada prática, como o desmatamento para criação de gado, a pressão social para seguir o mesmo caminho tende a ser intensa, mesmo diante de proibições legais ou informações sobre os impactos ambientais.

A influência do grupo, por sua vez, ajuda a compreender como indivíduos ajustam seu comportamento às expectativas dos grupos dos quais fazem parte ou com os quais desejam se identificar. Em áreas rurais da Amazônia, grupos como associações de moradores, sindicatos de produtores ou redes informais de ocupação exercem forte influência sobre as decisões dos indivíduos. A aceitação ou rejeição social pode depender do alinhamento com os objetivos do grupo, o que contribui para a reprodução de comportamentos coletivos que muitas vezes contrariam os discursos oficiais sobre sustentabilidade e proteção ambiental.

No campo das motivações individuais, destaca-se a dissonância cognitiva, conceito proposto por Leon Festinger, que descreve o desconforto gerado quando uma pessoa percebe inconsistência entre suas crenças e comportamentos. Um agricultor que reconhece os impactos do desmatamento sobre o clima e a biodiversidade, mas que continua a derrubar floresta para garantir sua renda, pode reduzir essa dissonância reinterpretando os fatos ("essa parte da floresta já está degradada", "eu só estou fazendo o que todo mundo faz", "o governo não oferece alternativa"). Essa racionalização permite que o sujeito mantenha uma autoimagem positiva enquanto perpetua práticas ambientalmente danosas.

A atribuição de responsabilidade também é um aspecto central para entender por que muitos atores não se veem como culpados ou responsáveis pelos danos ambientais causados. Mecanismos de defesa psicológica, como a externalização da culpa ("a culpa é do governo, que não fiscaliza"; "os grandes latifundiários desmatam muito mais") ou a difusão da responsabilidade ("se todos fazem, não é justo me culparem"), contribuem para a negligência de consequências coletivas. Esses processos de atribuição são influenciados pela cultura local, pela percepção de injustiça histórica e pelas experiências individuais com o Estado e com as políticas públicas.

Grupos específicos como extrativistas, por exemplo, tendem a construir uma identidade fortemente ligada ao uso sustentável da floresta e à permanência no território de forma tradicional. Suas práticas e valores entram em conflito com grupos como fazendeiros, cuja identidade está vinculada ao uso produtivista da terra, associado ao lucro, à modernização e ao desmatamento como “progresso”. Os posseiros e colonos, por sua vez, vivem um paradoxo: muitas vezes deslocados por políticas públicas passadas, tentam legitimar sua permanência em áreas públicas com base em argumentos morais (direito à terra, trabalho familiar), mas também podem aderir a práticas ambientalmente predatórias por pressão econômica ou influência social.

A metodologia adotada neste trabalho consistiu em uma análise teórica fundamentada em revisão bibliográfica

sobre os principais conceitos da Psicologia Social Psicológica, aliada ao estudo de caso do PAE Santa Quitéria. Os dados empíricos foram obtidos a partir de relatórios técnicos do INCRA (2021–2022), entrevistas realizadas durante os levantamentos de campo e observações sobre o uso e a ocupação do território. Essa abordagem permitiu correlacionar as dinâmicas locais com os constructos teóricos da Psicologia Social, ampliando a compreensão dos fatores que motivam e sustentam comportamentos coletivos que impactam o meio ambiente.

Os resultados da análise apontam para a necessidade de abordagens interdisciplinares e sensíveis ao contexto cultural local para enfrentar os desafios do desmatamento e das ocupações ilegais na Amazônia. Intervenções baseadas apenas em repressão ou imposição de normas externas tendem a ser ineficazes quando não consideram as identidades, valores e dinâmicas grupais dos sujeitos envolvidos. Nesse sentido, políticas públicas e programas educativos devem incorporar estratégias que promovam mudanças nas normas sociais, incentivem novas formas de identidade ligadas à conservação e ampliem o sentimento de responsabilidade coletiva em relação ao território.

Diante da complexidade que envolve o avanço do desmatamento e das invasões de terras públicas na Amazônia, este estudo reforça a importância de se adotar um olhar multidimensional e sensível à subjetividade dos indivíduos e grupos sociais envolvidos. Ao lançar mão dos referenciais da Psicologia Social Psicológica, torna-se evidente que os comportamentos relacionados à ocupação ilegal e à degradação ambiental são moldados não apenas por fatores econômicos e estruturais, mas também por crenças compartilhadas, normas percebidas, identidades sociais e dinâmicas de grupo.

Ao considerar grupos como extrativistas, posseiros, colonos e fazendeiros, a análise mostrou que cada segmento social desenvolve mecanismos psicológicos próprios de justificação e manutenção de suas práticas, influenciados por contextos históricos, políticas públicas ausentes ou mal direcionadas e disputas simbólicas pelo pertencimento e pelo direito à terra. Elementos como dissonância cognitiva, conformidade ao grupo, atribuição de responsabilidade e representações sociais permitem compreender como se sustenta, subjetivamente, a continuidade de práticas que contribuem para a degradação ambiental, mesmo quando os indivíduos demonstram valores ou discursos aparentemente contrários à destruição da floresta.

Essas compreensões reforçam a necessidade de intervenções que não sejam meramente punitivas ou tecnocráticas, mas que reconheçam a complexidade psicossocial dos sujeitos amazônidas. Políticas públicas eficazes devem dialogar com as percepções e experiências locais, promover a educação ambiental crítica e incentivar alternativas sustentáveis que façam sentido para os diversos grupos sociais. Ao articular a Psicologia Social Psicológica com as discussões sobre o meio ambiente e os direitos territoriais, este trabalho aponta para a urgência de abordagens integradas, capazes de produzir transformações profundas e duradouras tanto no plano social quanto ecológico da região amazônica.

Cultivando Águas: afetos, tecnologias sociais e resistências comunitárias frente à crise hídrica

Thaís Natiele Bessa de Miranda (UFC), Márcia Rodrigues Marques (UFMG), Matheus Dias Alves (UFMG)

Este presente resumo visa apresentar o projeto Cultivando Águas, escrito e executado pelo Projeto Manuelzão - UFMG, desenvolvido em Minas Gerais. O Projeto Manuelzão foi criado em janeiro de 1997 por iniciativa de docentes da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, a partir da constatação de que a promoção da saúde vai além da ausência de doenças e exige um trabalho social e ambiental para trabalhar a prevenção. A experiência acumulada no Internato em Saúde Coletiva, disciplina em que estudantes atuam por alguns meses em municípios do interior de Minas Gerais, revelou que era necessário romper com práticas assistencialistas e pensar a saúde de forma integrada ao território, à qualidade ambiental e à cidadania.

Foi nesse contexto que o Projeto Manuelzão passou a atuar em bacias hidrográficas como a do rio das Velhas e, mais recentemente, também na dos rios Paraopeba e Doce, compreendendo esses espaços como sistemas vivos onde se expressam as relações entre ambiente, sociedade, cultura e economia. A água, elemento essencial à vida, tornou-se símbolo das contradições entre o modelo de desenvolvimento e a preservação ambiental.O Manuelzão também se desdobra em diversas atividades e projetos de recuperação ambiental, de valorização das bacias hidrográficas, assim como, de enfrentamento à crise climática e à situações de injustiça ambiental.

Neste contexto, nasce em 2021 o Cultivando Águas, nome fantasia para o projeto “Tecnologias sociais de acesso à água em comunidades tradicionais da Bacia do Rio das Velhas e Rio Paraopeba”, voltado à preservação das águas, ao enfrentamento à crise hídrica e ao fortalecimento das comunidades ribeirinhas dos rios das Velhas e Paraopeba, com a oportunidade de atuar no interflúvio com a bacia do Rio Doce. O Projeto possui 2 fases, a primeira em 2021 e, devido ao grande retorno positivo, a 2ª fase em 2023. A seguir, apresentamos o contexto, objetivos e estratégias deste projeto, que nasce do compromisso de semear cuidado, consciência e resistência nas margens dos rios que nos sustentam — compromisso esse que dialoga diretamente com os princípios ético-políticos da Psicologia Social Crítica, centrada na transformação das realidades e na valorização dos sujeitos coletivos.

O Cultivando Águas é pensado a partir de uma análise crítica do cenário atual do Brasil e do mundo, marcado por uma grave crise hídrica. A escassez de acesso à água potável, a diminuição - ou a concentração - das chuvas, a degradação progressiva das bacias hidrográficas e a contaminação dos rios refletem os impactos de um modelo de desenvolvimento predatório. Entre os principais vetores dessa degradação, destaca-se a atividade minerária, que tem avançado de forma agressiva sobre territórios rurais e urbanos, principalmente em Minas Gerais que tem, historicamente, esta como uma das principais atividades econômicas. Causando rompimentos de barragens, destruição de nascentes, contaminação por metais pesados e o deslocamento forçado de comunidades inteiras, a atividade minerária em Minas Gerais tem deixado um rastro de graves impactos socioambientais. A transformação desse cenário passa pelo fortalecimento da democracia nos processos decisórios e pela redistribuição dos benefícios gerados a partir dos bens comuns, como a terra e a água.

Diante desse contexto, o Cultivando Águas surge como uma proposta que articula educação ambiental, mobilização social, capacitação profissional, enfrentamento à crise hídrica e fortalecimento comunitário. Entendendo a água como um bem comum e um direito fundamental, o projeto aposta na construção de alternativas e tecnologias que fortaleçam a autonomia das comunidades, promovam a recuperação ambiental e resistam aos projetos de morte impostos pela mineração.

Inspirado no trabalho realizado pelo Programa 1 (um) Milhão de Cisternas (P1MC) desenvolvido pela Articulação do Semiárido do Brasil (ASA) no início dos anos 2000 e em tecnologias ancestrais e populares, o Cultivando Águas consiste na construção de cisternas de placas que realizam a captação de água fluvial em reservatórios pré-moldados, de baixo custo e grande possibilidade de multiplicação. Simultaneamente à implementação das cisternas, são conduzidas atividades educacionais e de mobilização social, abordando sobre saúde coletiva, cidadania e o direito à água. Além disso, o projeto ofertou capacitação e certificação profissional dos participantes do processo de construção como cisterneiros, possibilitando nova opção de renda e proporcionando um efeito multiplicador para as cisternas de placas.

A metodologia do Projeto Cultivando Águas baseia-se em ações participativas e integradas, iniciando com a seleção de territórios vulneráveis das bacias hidrográficas, com destaque para comunidades impactadas pela mineração. Após essa definição, realiza-se o mapeamento ambiental e social, a mobilização de lideranças locais e a criação de núcleos comunitários para diálogo e educação ambiental. Importante destacar que este é um projeto interdisciplinar, que envolve diferentes áreas do conhecimento e suas contribuições, tendo em vista a complexidade do contexto e a importância da integração dos saberes.

A implementação das etapas do projeto ocorreu de maneira articulada, gradual e sensível às realidades de cada território. Primeiramente, era necessário avaliar a viabilidade de construção do projeto a partir dos critérios para seleção dos territórios que consideram aspectos técnicos e sociais, como disponibilidade de espaço, topografia favorável, proximidade de superfícies de captação, ausência de fontes poluidoras e potencial de uso coletivo da cisterna. Após avaliar a viabilidade técnica com as lideranças locais e a equipe de engenharia, realizaram-se encontros de apresentação do projeto, incluindo acordos de contrapartidas, definição de cronograma e esclarecimento sobre as etapas da construção da cisterna. A mobilização da comunidade e seu potencial multiplicador foram avaliados, tendo em vista que o projeto tinha como um dos seus objetivos a promoção da participação social e a multiplicação do conhecimento sobre esta tecnologia. Essa abordagem pretendia compreender os sujeitos em sua inserção histórica, social e territorial, priorizando processos de escuta, protagonismo e transformação coletiva (LANE, 2005).

Além disso, o envolvimento dos órgãos públicos relacionados ao saneamento e à educação ambiental foram critérios de escolha dos territórios. Embora muitas localidades contatadas pelo projeto sejam autônomas na gestão dos bens comuns, em territórios com atuação do poder público busca-se articular a tecnologia social das cisternas como solução coletiva, integrada a políticas ambientais e de infraestrutura.

Depois de selecionadas as localidades, davam início às oficinas de educação ambiental, onde discute-se com a comunidade sobre a importância das águas, o tratamento domiciliar da água e as condições adequadas para seu armazenamento e consumo. As atividades incluem demonstrações práticas e análise de amostras, que ajudam a sensibilizar os moradores sobre a potabilidade da água e os riscos de fontes não monitoradas. As oficinas estimularam a autonomia das comunidades, incentivando a autogestão da tecnologia e a geração de renda local.

Enfim, a construção!

"A cisterna de placas é um reservatório cilíndrico, coberto e semi-enterrado, projetado para captar e armazenar água da chuva, protegendo-a da evaporação e de contaminações. A construção envolve cisterneiros com conhecimento técnico e prático, que orientam todo o processo, desde a escolha e preparação do local até a execução das etapas construtivas e a instalação do sistema de captação." (MANUELZÃO, 2022, p. 61).

A mobilização comunitária foi essencial para o sucesso do projeto, com a formação de grupos de trabalho que organizaram mutirões, desde o preparo da alimentação até a execução da obra e suas várias etapas. A comunicação também contemplou materiais educativos e certificação dos participantes e instrutores, valorizando a formação e ampliando oportunidades profissionais. A documentação das etapas incluiu fotografias, registros em vídeo e a produção de um documentário com depoimentos de participantes e da equipe técnica, fortalecendo a memória do processo.

Nas duas fases do projeto foram 15 cisternas construídas ao todo, com capacidades de 52 mil litros e de 16 mil litros, localizadas em Belo Horizonte, região metropolitana e outros municípios de Minas Gerais, incluindo comunidades quilombolas e ocupações urbanas. Como proposta de equidade social de gênero, o Cultivando Águas propôs a formação de mulheres cisterneiras como detentoras do saber prático, visto que no nordeste brasileiro há uma predominância da atuação das cuidadoras do lar na manutenção e preservação da tecnologia. Para além disso, foram formados cerca de 30 cisterneiros e cisterneiras, com participação ativa de mais de 100 voluntários. O formato de mutirão das oficinas cumpriu com o objetivo de tornar o processo participativo e que garantisse controle social, viabilizando, por sua vez, o efeito multiplicador, no qual a própria comunidade se beneficia.

Nesse sentido, o Cultivando Águas reafirma que é possível aliar saberes populares, tecnologias sociais e participação comunitária para enfrentar a crise hídrica e promover justiça socioambiental. Mais do que implementar uma solução técnica, o projeto fortalece vínculos, desperta consciências e semeia futuros possíveis nas margens dos rios e dentro das comunidades. Ao reconhecer a água como direito e como elo entre territórios, o projeto se inscreve como uma prática de resistência e de cuidado, capaz de inspirar políticas públicas mais sensíveis às realidades locais e comprometidas com a transformação estrutural necessária para garantir vida digna e sustentável para todos.

LANE, Silvia T. M. Psicologia Social: o homem em movimento. São Paulo: Brasiliense, 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Relatório final do Projeto Tecnologias para acesso à água em comunidades tradicionais da Bacia do Rio das Velhas. Belo Horizonte: Projeto Manuelzão, Faculdade de Medicina da UFMG, 2022.

Deslocamentos para o não lugar: experiências migratórias de pessoas LGBTQIA+

Fábio Uria Malveis (ENSP/FIOCRUZ), Simone Gonçalves de Assis (CLAVES/ENSP/FIOCRUZ), Cristiane Batista Andrade (CLAVES/ENSP/FIOCRUZ)

Desde maio de 2023, o Brasil passou a adotar um rito simplificado para a análise de pedidos de refúgio de pessoas LGBTQIA+ vindas de países que as criminalizam, conforme deliberação do Comitê Nacional para Refugiados (Conare). A medida, executada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), acompanha a recomendação do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), vigente desde 2002, reconhecendo marcadores de orientação sexual e identidade de gênero como fatores motivadores de deslocamentos forçados. A iniciativa brasileira se destaca internacionalmente como pioneira e representa um avanço no reconhecimento da vulnerabilidade específica dessa população no contexto das migrações forçadas.

O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre as experiências migratórias de pessoas LGBTQIA+ que, vítimas de perseguições e violências em seus países de origem, buscam no Brasil um lugar de expressão e proteção. Interessa-nos compreender as práticas e ações de acolhimento e amparo desenvolvidas tanto por organizações da sociedade civil quanto pelo Estado, discutindo as relações entre a migração dessa população, as violências que a atravessam e a produção de políticas públicas em saúde e direitos humanos.

A migração contemporânea, quando atravessada por questões de gênero e sexualidade, revela desigualdades estruturais que impactam de modo profundo as condições de vida e os direitos das pessoas deslocadas. Trata-se de um recorte fundamental para a psicologia social contemporânea, ao abordar não apenas a migração como um fenômeno social e político, mas também os atravessamentos de gênero, sexualidade, raça e classe como elementos constitutivos da subjetividade e da cidadania. Refletir sobre tais experiências exige um olhar atento às múltiplas camadas de exclusão que operam nos processos migratórios, bem como o reconhecimento da urgência em construir práticas intersetoriais de acolhimento, cuidado e reparação. A psicologia social, nesse contexto, é convocada a contribuir para a compreensão dos efeitos subjetivos e coletivos do deslocamento forçado, considerando as intersecções entre sexualidade, identidade de gênero, raça, classe e pertencimento.

O percurso metodológico adotado foi o de uma revisão bibliográfica de caráter exploratório e analítico, com foco em artigos científicos, relatórios institucionais e dados oficiais sobre refúgio e migração da população LGBTQIA+. A análise dos materiais foi guiada por uma abordagem teórica decolonial e interseccional, permitindo a compreensão dos deslocamentos forçados a partir das múltiplas opressões que se sobrepõem às identidades dissidentes de gênero e sexualidade, especialmente quando combinadas a fatores como raça, classe e nacionalidade. O olhar decolonial possibilita a crítica ao universalismo das teorias migratórias clássicas, ao passo que a interseccionalidade, enquanto ferramenta analítica, permite captar os efeitos combinados de sistemas de dominação na experiência desses sujeitos.

Historicamente, a migração é um fenômeno constitutivo da humanidade. Desde os deslocamentos em busca de alimentos ou proteção contra predadores, até os fluxos transnacionais contemporâneos, movidos por conflitos armados, crises econômicas e perseguições políticas, migrar tem sido uma estratégia de sobrevivência e reinvenção. As pesquisas clássicas em migração não consideraram gênero e sexualidade como variáveis relevantes para a análise dos fluxos migratórios. O migrante foi concebido majoritariamente como um sujeito

masculino, heterossexual e motivado por razões estritamente econômicas, numa narrativa que apaga experiências dissidentes e obscurece as múltiplas formas de violência que atravessam os deslocamentos. Essa ausência tem implicações importantes na formulação de políticas públicas, que tendem a replicar a invisibilidade da população LGBTQIA+ nos serviços de acolhimento e proteção. Em contraposição a essa lacuna, este trabalho propõe a centralidade das vivências LGBTQIA+ no debate sobre migração e refúgio. São 64 os países que ainda criminalizam relações sexuais consensuais entre pessoas do mesmo sexo, e 12 deles preveem a pena de morte, seja em toda a legislação nacional ou em determinadas regiões sob leis específicas. Embora haja variações no grau de aplicação, o risco de punições severas, inclusive fatais, ainda é uma realidade. Esse cenário evidencia a urgência da proteção internacional a pessoas LGBTQIA+ em situação de deslocamento forçado.

Os dados disponíveis indicam um aumento expressivo nas solicitações de refúgio por esse grupo social: entre 2010 e 2018, o Brasil recebeu 369 pedidos de refúgio de pessoas LGBTQIA+, tendo aprovado 130. Já entre maio de 2023 e março de 2024, mais de 600 solicitantes foram atendidos. No entanto, esse avanço jurídico não foi acompanhado por políticas públicas eficazes que garantam acolhimento e acesso a direitos básicos. Persistem entraves no acesso a serviços de saúde, educação, moradia e trabalho, além de barreiras linguísticas e culturais, que acentuam a vulnerabilidade dessa população no território nacional. A análise das práticas de acolhimento desenvolvidas por organizações da sociedade civil evidencia uma atuação muitas vezes complementar e, em certos casos, substitutiva à ausência de políticas públicas estruturadas. Iniciativas locais, redes de apoio, abrigos e projetos comunitários desempenham papel fundamental na garantia de proteção mínima, mas operam com recursos escassos e alcance limitado. Já do ponto de vista estatal, observa-se a inexistência de uma política nacional específica voltada à população LGBTQIA+ migrante, o que compromete o princípio da dignidade humana e a efetividade do direito ao refúgio.

Do ponto de vista da psicologia social, esses sujeitos vivem um deslocamento múltiplo: territorial, simbólico e subjetivo. Estão entre fronteiras físicas e identitárias, exigindo da ciência psicológica e das políticas públicas uma abordagem sensível à complexidade das suas vivências. A vulnerabilidade social a que estão expostos não é inerente à sua condição, mas produzida por estruturas normativas que negam reconhecimento e pertencimento. O conceito de “não lugar” (Augé, 1994) revela-se potente para pensar essas experiências de transitoriedade e exclusão: trata-se de espaços de passagem, em que a identidade do sujeito é desfeita e reconstruída a partir do contato com o outro e com o novo território. Como resultado desta análise, ressaltamos a urgência da formulação de políticas públicas intersetoriais, articuladas entre os sistemas de saúde, assistência social, justiça e direitos humanos, que contemplem as especificidades da população LGBTQIA+ migrante. É fundamental reconhecer essas pessoas como sujeitos de direito, considerando suas trajetórias, dores e resistências. Também se faz necessário ampliar a produção científica sobre o tema, visibilizando narrativas que escapam à lógica da migração econômica e instrumental, e que revelam o impacto das normatividades sexuais e de gênero na dinâmica dos deslocamentos forçados.

Concluímos que a migração LGBTQIA+ desafia as categorias tradicionais de análise e exige um olhar atento à interseccionalidade das opressões. As políticas públicas que ignoram essas especificidades perpetuam a exclusão e a violência, ao passo que a escuta qualificada, o acolhimento ético e a construção de redes de cuidado são caminhos potentes para a construção de uma sociedade mais justa e plural. A psicologia social, com seu compromisso com a transformação das realidades sociais e subjetivas, tem um papel fundamental neste processo.

Encontros entre equipes de saúde da família e consultório na rua: uma revisão bibliográfica exploratória

Fernando Junio Cardoso Duarte (UFMG), Claudia Maria Filgueiras Penido (UFMG)

O presente trabalho é um relato de pesquisa fruto de uma revisão bibliográfica de cunho exploratório, realizada a partir do projeto de dissertação de mestrado intitulado: "O cuidado à população em situação de rua: encontros entre equipes de saúde da família e equipes do consultório na rua em Belo Horizonte - MG", apresentado no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais, na área de concentração em Psicologia Social. A pesquisa tem como referencial teórico a Saúde Coletiva e Análise Institucional. A pesquisa parte da compreensão de que as equipes de Saúde da Família (eSF) devem se responsabilizar pela população que reside em seu território de abrangência. Nesse sentido, o cuidado às pessoas em situação de rua (PSR), sobretudo, as que não possuem um domicílio e eventualmente transitam entre territórios não localizados na mesma área de abrangência de uma eSF, Unidade Básica de Saúde (UBS) ou distrito sanitário, é um desafio. Considerando-se que a Estratégia de Saúde da Família (ESF) se baseia em um cuidado territorial que fomenta a produção de vínculos e a responsabilização, esse desafio adquire ainda maior relevância. As equipes de Consultório na Rua (eCR) são equipes multiprofissionais que atuam a partir dos problemas e necessidades enfrentados pela PSR. As eCR realizam algumas atividades como busca ativa e cuidado aos usuários de álcool, crack e outras drogas, sendo estas realizadas in loco, de forma itinerante, em compartilhamento e integradas às Unidades Básicas de Saúde (UBS), bem como também com os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e outros serviços. A Política Nacional de Atenção Básica de 2011 destaca que a responsabilidade do cuidado à PSR é de todo profissional do Sistema Único de Saúde (SUS), com destaque para a APS. Sendo tanto eCR quanto eSF, equipes que fazem parte da Atenção Primária à Saúde, formulamos a pergunta de pesquisa: Como se dá a produção do cuidado à população em situação de rua entre as equipes do Consultório na Rua (eCR) e equipes de Saúde da Família (eSF) do município de Belo Horizonte? Formula-se a hipótese de que a ausência de diretrizes e orientações sobre as articulações de cuidado entre as duas equipes, seja em nível nacional ou local pode colaborar para episódios de desresponsabilização de ambas pela PSR, na expectativa de que o cuidado fosse realizado pela outra equipe e não de forma articulada. Essa lacuna pode dificultar a produção de conhecimento e cuidado compartilhados, o que acrescenta desafios quanto à corresponsabilização das equipes pelo cuidado e facilitação do acesso à PSR aos cuidados primários em saúde. A fim de compreender a relação entre essas duas equipes no cuidado à PSR na APS, foi realizado no mês de fevereiro de 2025, uma revisão bibliográfica de cunho exploratório sobre o tema, em três plataformas, sendo elas: Catálogo de Teses e Dissertações e Portal de Periódicos, ambos pertencentes à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e na Biblioteca Virtual em Saúde. Para isso, foram utilizados os descritores: "consultorio na rua" AND "atenção primaria"; "consultorio na rua" AND "atenção basica" e "consultorio na rua" AND "saude da familia". Foram excluídos textos que não se referiam à ESF, eSF e eCR no resumo ou palavra chave e que não estivessem publicados entre os anos de 2012 e 2024, bem como aqueles que não tinham acesso aberto. O recorte temporal levou em conta a instituição do CR pela PNAB em 2011, daí terem sido selecionados apenas os textos publicados a partir de 2012. A partir dos critérios de inclusão e exclusão, como resultado restaram três materiais, sendo uma dissertação, uma tese e um artigo. Os materiais obtidos a partir da revisão bibliográfica, apontaram para o apoio

matricial, em sua dimensão pedagógica, como orientador da relação entre eCR para as eSF para a produção de cuidado da População em Situação de Rua (PSR). Os materiais identificados foram resultantes de pesquisas realizadas em outros estados e municípios, não contemplando a realidade de Belo Horizonte - MG. Tendo em vista que as eSF e eCR são equipes que trabalham no mesmo nível de atenção à saúde e são ambas responsáveis pelo cuidado à PSR, torna-se relevante explorar como se dá, na prática, a articulação do cuidado à PSR entre essas duas equipes da APS em Belo Horizonte. A importância dessa pesquisa parte da compreensão dessa lacuna na literatura e da ausência de diretrizes e orientações sobre as articulações de cuidado entre as duas equipes. Como resultado, os materiais encontrados na revisão de literatura demonstram como a demanda de compartilhamento de responsabilidade do CnaR à eSF já possui um longo histórico, bem como elucida a demanda de apoio técnico-pedagógico da eCR às eSF devido aos agravos em saúde e modos de vida da PSR. Entende-se a importância da investigação dos encontros entre as duas equipes se considerarmos que, muita das vezes, a porta de entrada da PSR à RAS é pelas UBS e que o próprio Consultório na Rua tem como um de seus objetivos a vinculação da PSR aos serviços de saúde.

Famílias homoafetivas na cidade de Manaus-AM: percepções e vivências em seus ambientes residenciais

Beatriz da Silva Moreira (UFAM), Dayse da Silva Albuquerque (UFAM)

O estudo em destaque nesta proposta de comunicação se origina de uma pesquisa de mestrado que dialoga com os estudos pessoa-ambiente ao investigar a vivência de famílias homoafetivas em ambientes residenciais na cidade de Manaus-AM. Portanto, este estudo se dedica ao público LGBT+ residente na região norte, mais especificamente às famílias homoafetivas, e a sua relação com o ambiente residencial. Além de dialogar diretamente com as relações humano-ambientais no contexto amazônico, este estudo amplia o diálogo dessa disciplina com o campo de estudos de gênero e sexualidade, reafirmando o compromisso social da Psicologia Ambiental.

A população LGBTI+ permanece em constante luta para conquistar direitos e ocupar espaços na sociedade, se constituindo ainda como um público em situação de vulnerabilidade social em razão dos preconceitos e estigmas. Essa população está inserida em diferentes ambientes comuns a toda a população e diariamente enfrentam situações que trazem à tona questões e tensões relacionadas às suas identidades sexuais. O ambiente residencial corresponde à casa, ao bairro e à vizinhança, sendo o espaço que abrange a área interna do local de moradia e as suas adjacências, podendo ser estudado em seus aspectos físicos e sociais. A casa enquanto elemento de privacidade, segurança e socialização íntima, está inserida em um bairro, que oferece serviços e possibilidades de relações sociais e sentimentos comunitários e é integrado pelos vizinhos, que personificam a dimensão social do ambiente residencial. Todos esses elementos formam o ambiente residencial e em seus diferentes aspectos interferem na qualidade de vida de seus moradores. Complementarmente, a satisfação residencial é considerada um importante indicador do bem-estar em humanos e corresponde à avaliação que os residentes de uma localidade fazem acerca de aspectos relacionados às vivências no ambiente residencial. Nesse espaço, as diferenças dos moradores constantemente são colocadas em posição de encontros, desencontros e tensionamentos. Uma problemática relevante nesse contexto é a necessidade de ambientes mais inclusivos para a população LGBT+, que experiencia hostilidade tanto no espaço doméstico quanto no urbano e coletivo. Dessa forma, é importante pensar espaços que promovam segurança, dignidade e integração dessa população, pois a promoção de espaços físicos acolhedores são fundamentais para enfrentar a violência e melhorar as condições de vida desses sujeitos.

A partir dessa discussão, este estudo buscou compreender a percepção de famílias homoafetivas sobre os seus ambientes residenciais na cidade de Manaus descrevendo o modo como essas famílias se relacionam com os seus locais de moradia e identificando os aspectos que influenciam a satisfação residencial. Participaram da pesquisa pessoas adultas maiores de 18 anos, residentes na cidade de Manaus, que se auto identificam como gays, lésbicas, bissexuais ou outra orientação sexual da sigla LGBTI+ e que estivessem em um relacionamento conjugal, constituindo uma família na condição homoafetiva, com ou sem filhos. No caso da presença de filhos foram incluídos na pesquisa os maiores de 18 anos. Foram realizadas entrevistas com 5 (cinco) famílias totalizando 11 participantes, pois houve a participação de uma filha com idade superior a 18 anos. As entrevistas foram realizadas entre os dias 14 de fevereiro e 8 de março de 2025, tendo sido audiogravadas com o consentimento dos participantes. O casal Maria (33) e Luiza (28) residiu por

dois anos em um apartamento alugado localizado em condomínio no bairro Lírio do Vale (Zona Oeste). Bianca (63), Ruth (60) e Inara (36) moram há 25 anos em uma casa própria situada em via pública no bairro Gilberto Mestrinho (Zona Leste). Robson (44) e Vagner (36) vivem há sete anos em um apartamento próprio em condomínio na Ponta Negra (Zona Oeste). Já Ellen (26) e Roberta (27) residem juntas há um ano e dois meses em um apartamento alugado em via pública no Novo Aleixo (Zona Norte). Por fim, Fred (28) e José (26) moram há dois anos e três meses em uma casa alugada em via pública no Centro (Zona Centro-Sul). Todos os nomes são fictícios.

Os dados foram analisados por meio da técnica de Análise de Conteúdo Temática de Bardin com apoio do software Iramuteq. Foi realizada a transcrição dos áudios e uma leitura inicial flutuante do material coletado, visando obter uma visão geral do conteúdo. A partir dessa transcrição foi gerado o corpus textual de onde foram extraídas informações descritivas e de conteúdo por meio da classificação hierárquica descendente (CHD) feita via Iramuteq. Foram identificadas as principais classes que emergiram para a criação das categorias temáticas a partir dos agrupamentos do corpus textual, tendo em vista a frequência e a proximidade de sentidos do vocabulário utilizado pelos participantes.

A partir dessa análise optou-se pela apresentação dos dados a partir de três categorias: 1) Deslocamentos: totalizou 18,47% dos segmentos de texto, foi associada às falas que faziam referência às facilidades ou dificuldades de locomoção entre o ambiente residencial e pontos de interesse dos moradores como trabalho, faculdade, atividades de esporte e lazer, comércio, serviços e moradia de outras pessoas do ciclo social familiar; 2) Atributos subjetivos: totalizando 41,15% do texto, foi relacionada às falas que se referem a aspectos mais subjetivos da relação com o ambiente residencial e com as pessoas que residem em seu entorno, trazendo a caracterização dessas relações, bem como os sentidos, significados, desafios e possibilidades gerados para a vida familiar; 3) Atributos objetivos: totalizando 40,38% dos segmentos de texto, abrange os conteúdos relacionados à caracterização e avaliação do ambiente da casa onde reside a família, emergindo conteúdos associados ao universo mais particular e da família e do cotidiano em ambiente interno, integrando também as referências de oferta de atividades e serviços do bairro, destacando aspectos como preços de serviços e produtos, qualidade e proximidade de comércio e atividades de lazer e cultura, acesso à saúde, educação e segurança.

A temática Deslocamentos (1) foi colocada com bastante destaque por quatro das cinco famílias entrevistadas, se referindo a esse fator como um dos principais determinantes para o nível de satisfação residencial. Essa característica do ambiente residencial se apresentou não somente como um determinante do nível de satisfação residencial, mas um fator crucial para as decisões de mudança de moradia. Aqueles que apontam o tema da mobilidade como um fator positivo da localidade em que vivem descrevem uma rotina mais facilitada em razão do tempo de locomoção mais reduzido para os locais de interesse da família, sobretudo o local de trabalho. Os locais em que esse atributo foi apresentado como um aspecto negativo do ambiente residencial foi associado a rotinas estressantes pelo tempo e dificuldades nos deslocamentos diários.

Sobre os Atributos Subjetivos (2) foram relatados aspectos relacionados ao convívio social no bairro. Nessa categoria foram agrupadas experiências tanto positivas quanto negativas sobre o estabelecimento das relações sociais com a vizinhança e a aceitação com famílias homoafetivas. As experiências de acolhimento não foram unânimes e por isso essa é uma categoria em que os relatos das famílias tendem a trazer ambivalência.

No que se refere aos Atributos Objetivos (3), foram agrupadas as falas que se referiam aos aspectos físicos e funcionais da casa e do bairro. Nesse sentido, foram destacadas as características físicas do imóvel de

residência em termos de estrutura e decoração e o quanto elas atendem ou não as necessidades dos moradores e refletem as suas personalidades, identidades e valores. Em relação ao bairro foram listadas a descrição, as reclamações e os elogios sobre a oferta de serviços de comércio, saúde, educação e segurança e opções de atividades culturais, de esporte e lazer. Esses aspectos foram listados como influentes nas escolhas de moradia, sendo o principal deles os preços de acesso a esses equipamentos e a qualidade dos serviços e espaços ofertados.

Essas temáticas se destacaram nas entrevistas como características físicas e sociais do ambiente que influenciam na satisfação residencial dessas famílias. Por esse motivo, a qualidade desses aspectos se mostraram determinantes das decisões sobre moradia dessa população ou nos seus modos de agir diante do cenário ambiental, evidenciando a dinâmica relacional pessoa-ambiente. Em relação ao modo como essas famílias têm sido acolhidas pela vizinhança, as experiências não foram unânimes demonstrando que os aspectos que determinam a satisfação nesse atributo pode ser diferente para cada família homoafetiva a depender de características da própria família ou do ambiente em que ela está inserida.

A partir dos resultados obtidos foi possível pensar discussões que dialogam com o eixo temático 08 - Questões socioambientais e contextos rurais e urbanos e o eixo 12 - Gênero, Sexualidades e Intersecções. Nesse sentido, a pesquisa se articula com grupos de trabalho que discutem questões socioambientais como os GTs 42 e 57 e com grupos que discutem questões de gênero e sexualidade como o GT 12 na medida em que aborda questões socioambientais no contexto urbano pensando a inter-relação entre aspectos sociais de gênero e sexualidade e as características dos ambientes residenciais da capital amazonense. Estes dados auxiliam na discussão para a promoção de ambientes mais acolhedores para a população LGBTI+ ao aprofundar o entendimento das vivências de famílias homoafetivas em seus locais de moradia, destacando o cenário urbano em contexto amazônico.

Feiras livres enquanto lugar de promoção de segurança alimentar e ambiental

Pedro Rafael Silva de Oliveira, Jáder Ferreira Leite (UFRN), Anny Karoline de Araújo Nunes (UFRN), Leonan Davi Lima Tenório (UFRN), Maria Elisa de Sousa Oliveira (UFRN), Isadora Pacheco Lima (UFRN), Ruan Chacon de Souza (UFRN), Giovanni Sampaio Queiroz (UFRN), Emmanoel Holanda Melo Ferreira (UFRN), Monique Pfeifer Rodrigues da Silva (UFRN)

A partir do trabalho de revisão bibliográfica realizado pelo Grupo de Pesquisa Modos de Subjetivação, Políticas Públicas e Contextos de Vulnerabilidade, buscou-se mapear a produção científica sobre feiras livres e sua relação com a agricultura familiar. Utilizando “feiras livres” e “agricultura familiar” como descritores, recuperamos no sistema do Periódicos Capes, 64 artigos em português e espanhol, que tinham como objeto de estudo as feiras livres. Com base na leitura e investigação, 12 dos artigos traziam questões recorrentes sobre a segurança alimentar e os modos como as feiras livres e a agricultura familiar têm papel crucial na preservação de biodiversidade e costumes. Desse modo, o presente trabalho se encaixa no GT 52: Territórios, afetividade e compromisso ético político: análises socioambientais, no eixo 08 “Questões socioambientais e contextos rurais e urbanos”.

Um dos principais pontos a se destacar é o impacto que a agricultura familiar tem para a segurança alimentar de nosso país. Os dados apontam que 70% dos alimentos que compõem o prato do brasileiro vêm da agricultura familiar, apesar de representar 24% da área agricultável de nosso país (BITTENCOURT, 2018). No contexto global, 80% dos alimentos consumidos tem sua origem na agricultura familiar, somando mais de 500 milhões de pessoas envolvidas diretamente no trabalho (FAO, 2014).

Em contraponto, temos um cenário em que 27,6% da população brasileira passou por algum grau de insegurança alimentar em 2023 (IBGE, 2023), tendo em 2022 atingido 17,2 milhões de pessoas no grau severo (FAO, 2024), em que a pessoa passa horas ou dias sem se alimentar, mesmo no país que lidera a produtividade agropecuária mundial desde 2000 (BRASIL, 2021). Vale destacar que o conceito brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) destaca o acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, baseados em práticas promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (PREISS et al, 2021).

Neste ensejo, as feiras livres se destacaram em nosso levantamento como cruciais na garantia de segurança alimentar em diversos aspectos. O primeiro destes sendo o acesso a alimentos de qualidade. Muitos desses produtos são oriundos de sistemas produtivos de base agroecológica ou orgânica (PEREIRA; BRITO; PEREIRA, 2022; RADUNZ; RADUNZ, 2017), o que significa que são cultivados sem ou com uso reduzido de agrotóxicos.

Consumidores buscam as feiras porque acreditam que os produtos são mais frescos, saudáveis e com menos "veneno" que nos supermercados, melhores para o consumo humano. A ausência do uso de agrotóxicos na produção também evita problemas de saúde para os próprios agricultores, nos fazendo repensar hábitos alimentares e o comer como ato político (PINHEIRO; MASSON, 2021).

Por ser pensada primeiramente para o autoconsumo, a agricultura familiar é capaz de abastecer as feiras como uma grande diversidade de alimentos, contrapondo-se à lógica de commodities (RADUNZ; RADUNZ, 2017). Essa variedade funciona de modo a preservar inúmeras espécies vegetais e animais, contribuindo não apenas para uma saúde humana melhor, mas também com a

manutenção de biomas e ecossistemas complexos por meio de um baixo impacto ambiental. No fim das contas, ainda é consonante com as recomendações do Guia alimentar para a população brasileira (BRASIL, 2008), em que salienta-se o consumo de alimentos produzidos localmente e de modo sustentável.

Isso nos leva a outro ponto que é o abastecimento. A produção local e em pequenas propriedades policultoras é capaz de produzir cadeias curtas de comercialização, contrapondo-se ao funcionamento de grandes redes varejistas e contribuindo para o desenvolvimento regional (VERANO; MEDINA, 2021). Feiras livres também se mostraram importantes no abastecimento de médias e pequenas cidades, oferecendo produtos a preços acessíveis, visto que sem a figura de intermediários ("atravessadores") o preço do transporte e logística diminui, contribuindo para o fluxo de alimentos in natura entre as classes populares.

Dessa forma, as feiras também valorizam o local, conectando campo e cidade. Além de garantir a nutrição, elas contribuem para a soberania alimentar, que é o direito dos povos de desenvolver e preservar seus alimentos, considerando sua diversidade produtiva e cultural (PEREIRA; BRITO; PEREIRA, 2022). Com isso, vemos a contribuição não apenas da biodiversidade, mas também de várias tradições e laços sociais, apontando o grande entrelaçamento humano-ambiental que existe.

Contudo é importante salientar os diversos desafios enfrentados por agricultores e feirantes. Há relatos de dificuldade com o manejo e certificação de orgânicos, bem como a competição com a produção de grandes corporações (WEEGE; DENEGRI, 2018). Os desafios logísticos, como transporte e armazenamento, e a falta de políticas públicas colocam em risco a preservação das feiras e o sustento das famílias envolvidas. A pandemia da COVID-19 também representou dificuldades sem precedente, mas que apontaram a resiliência desses lugares (RADUNZ; RADUNZ, 2017), mantendo-se importante para o abastecimento de alimentos em momentos de crise.

As feiras são mais do que espaços de troca econômica; são lugares de sociabilidade, encontro, construção de confiança entre produtores e consumidores, e valorização do saber e da cultura local. Essa dimensão social e cultural contribui para a valorização do alimento e do trabalhador que o produz. Elas representam um exercício de gestão autônoma dos agricultores familiares (PEREIRA; BRITO; PEREIRA, 2022), assim como um lugar de afeto e preservação de nossa história.

Em síntese, o papel das feiras livres para a segurança alimentar ultrapassa a simples oferta de alimentos. Elas são vitais por garantirem acesso a produtos de alta qualidade, nutritivos, diversos e muitas vezes sustentáveis, a preços acessíveis. Ao mesmo tempo, fortalecem a agricultura familiar, incentivam o desenvolvimento local e a soberania alimentar, e constroem importantes relações sociais e culturais, contrapondo-se à lógica produtiva hegemônica.

BITTENCOURT, D. Agricultura familiar, desafios e oportunidades rumo à inovação. Embrapa Notícias, 23 jan. 2018. Disponível em: https://www.embrapa.br/busca-denoticias/-/noticia/31505030/artigo---agricultura-familiar-desafios-e-oportunidades-rumoa-inovacao. Acesso em: 25 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. Brasil lidera produtividade agropecuária entre 187 países, aponta estudo do USDA. Brasília: MAPA, 25 nov. 2021. Disponível em: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/brasil-lidera-produtividade-agropecuaria-entre-187-paises-aponta-estudo-do-usda. Acesso em: 25 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Guia alimentar para a população brasileira: promovendo a alimentação saudável. Brasília: Ministério da Saúde, 2008. 210 p. Disponível em:

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2008.pdf. Acesso em: 25 maio 2025.

FAO; IFAD; WFP. The State of Food Insecurity in the World 2014: Strengthening the enabling environment for food security and nutrition. Roma: FAO; IFAD; WFP, 2014. Disponível em: https://www.fao.org/3/i4030e/i4030e.pdf. Acesso em: 25 maio 2025.

FAO; IFAD; UNICEF; WFP; WHO. The State of Food Security and Nutrition in the World 2024: Financing to end hunger, food insecurity and malnutrition in all its forms. Rome: FAO; IFAD; UNICEF; WFP; WHO, 2024. 286 p. DOI: 10.4060/cd1254en. Disponível em: https://doi.org/10.4060/cd1254en. Acesso em: 25 maio 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Segurança alimentar 2023: primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. 19 p. (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua). Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102084.pdf. Acesso em: 25 maio 2025.

PEREIRA, Samanta Borges; BRITO, Tayrine Parreira; PEREIRA, Viviane Guimarães. Feira-livre como experiência de Bem Viver: uma expressão pulsante das resistências cotidianas. PerCursos, Florianópolis, v. 23, n. 53, p. 180-210, set./dez. 2022. DOI: 10.5965/1984724623532022180.

PINHEIRO, Stéphanne Ribeiro; MASSON, Gabriela Abrahão. Questão agrária, reforma agrária e a feira da agricultura camponesa no Triângulo Mineiro. Campo-Território: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v. 16, n. 41, p. 291-317, ago. 2021. DOI: 10.14393/RCT164113. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/59730. Acesso em: 25 maio 2025.

RADUNZ, André Luiz; RADUNZ, Amanda Fabres Oliveira. Feira Agroecológica da ARPASUL, Pelotas, RS: produção, segurança alimentar e comercialização, um estudo de caso. Revista em Agronegócio e Meio Ambiente, [S.l.], v. 10, n. 1, p. 17-25, 2017. Disponível em: https://revista.fag.edu.br/index.php/agronegocio/article/view/33349. Acesso em: 25 maio 2025.

VERANO, Thiago de Carvalho; MEDINA, Gabriel. Feiras que promovem a inclusão de agricultores familiares em cadeias curtas de comercialização. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 197-218, fev. 2021. DOI: 10.36920/esa-v29n1-11.

WEEGE, Fabíola Borges Kramer; DENEGRI, Sônia Teresinha. Indicativos para implantação de uma feira orgânica em Camaquã/RS. Extensio: Revista Eletrônica de Extensão, Florianópolis, v. 15, n. 30, p. 2-15, 2018. DOI: 10.5007/1807-0221.2018v15n30p2.

Jogando com valores: um relato de experiência com o EcoEthos como ferramenta lúdica no contexto da Psicologia e Educação Ambiental

Ana Beatriz Ribeiro Braga (UFAM), Maria Clara Alanis Andreozzi (UFAM), Adria de Lima Sousa (UFAM/INPA), Genoveva Chagas de Azevedo (INPA)

Este relato visa descrever a experiência vivida com uma atividade de educação ambiental a partir do jogo EcoEthos durante o estágio supervisionado obrigatório da UFAM (Universidade Federal do Amazonas) em parceria com o INPA (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia), com a realização das atividades junto do LAPSEA (Laboratório de Psicologia e Educação Ambiental).

A Educação Ambiental (EA) tem diversas definições na literatura, sendo a mais comumente adotada aquela em que é uma área multidisciplinar, em que se procura sensibilizar, informar e propor reflexões e mudanças nas pessoas em relação às questões pertinentes à relação pessoa-ambiente - relação essa que trata de todas as formas em que nós e o ambiente em que vivemos se afetam de maneira mútua -, incentivando uma apropriação maior do conhecimento e entendimento de suas possibilidades por meio de análise crítica, acerca de si mesmo, seus atos e o que observa ao seu redor, se responsabilizando pelo que vê e buscando maneiras sustentáveis de melhorar tais questões por meio de suas atitudes. A EA encontra-se com a psicologia quando se percebe o quanto a relação pessoa-ambiente afeta as relações humanas em esfera individual e coletiva; como as pessoas percebem, sentem, se comportam e engajam diante das questões referentes ao ambiente que as rodeia, e o quanto isso impacta em suas vivências e em seu cotidiano vai também refletir nas suas relações entre si e consigo mesmos. Surge então a Psicologia Ambiental dessa fusão, que a partir da investigação e análise dos fatores psicológicos na relação pessoa-ambiente visa criar estratégias mais eficazes de promover transformações junto da EA.

O Ecoethos da Amazônia é uma plataforma lúdica em formato de jogo, desenvolvida pelo LAPSEA (Laboratório de Psicologia e Educação Ambiental), laboratório do INPA (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia). Tem o objetivo de conscientizar os jogadores acerca de dilemas ambientais e políticos encontrados nas questões de sustentabilidade e conservação da biodiversidade, ampliando conhecimentos e promovendo reflexões sobre as práticas cotidianas na relação pessoa-ambiente, contribuindo assim com as questões pertinentes à Educação Ambiental. Funciona propondo uma simulação composta por 4 elementos ecológicos: Água, Terra, Ar e Fogo, todos com sua respectiva maquete tridimensional representativa divididas em “estações”, sendo eles perpassados por um quinto elemento: denominado Ethos, seria a ética humana presente em nós, que atua por meio do cuidado, dos valores, da capacidade de análise crítica - ou pela falta de todos estes. Cada estação tem uma questão-problema como demanda a ser solucionada, respeitando sempre 3 regras desafiadoras, pertinentes à estação/elemento e à solução a ser apresentada. Os jogadores devem apresentar desenlaces em cada demanda posta, selecionando as peças-problema e substituindo-as por peças que resolveriam as questões por eles removidas da estação; adquirindo, por meio dessas escolhas, uma pontuação referente ao nível ético que se utilizou nas reflexões, na sua capacidade de análise crítica e adequação às regras daquela respectiva estação.

A simulação que o EcoEthos propõe incita o jogador a fomentar novas práticas de uso dos recursos, na tentativa de melhorar a relação pessoa-ambiente ali retratada, trazendo, com isso, novos aprendizados, uma reflexão e

uma análise mais aprofundada e crítica sobre tal relação e o quanto nossas escolhas afetam mutuamente as duas partes. A pontuação final, que representa o nível ético dos jogadores, traz não só uma maior compreensão acerca dos assuntos pertinentes ao nosso impacto, como também um senso de responsabilidade pelo mesmo. Há a possibilidade de ser jogado individualmente ou em grupos de até 20 pessoas, o que também influencia na dinâmica do jogo, nas discussões construídas, na análise debatida e nas escolhas realizadas. Durante as aplicações do jogo, observamos que são geradas diferentes reações entre os participantes, que podem ser crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, todos se imergindo bastante na atividade, engajando com a mesma com entusiasmo. Tanto a quantidade de jogadores quanto a faixa etária dos mesmos refletiu na resposta particular que apresentaram à proposta do jogo. No caso das crianças, tendenciavam mais para a parte lúdica e até competitiva da atividade, observando atentamente as maquetes tridimensionais, fixando-se nos elementos observáveis e compreendidos por eles, atentando-se bastante à explicação que dávamos acerca do que era ali proposto; também tiveram menos receio de falar seus pensamentos e suas escolhas, gerando um maior debate e reflexão entre eles enquanto em grupo. Os adolescentes apresentavam semelhanças quanto à competitividade e a debater e refletir mais sobre as escolhas quando se encontravam em grupo, conseguindo, porém, ter uma maior compreensão acerca do que era representado nas maquetes junto do dilema de cada estação, ainda que com alguma dificuldade em seguir as 3 regras de cada estação para que fosse feita a troca escolhida por eles. Os jovens, adultos e idosos, por sua vez, buscavam selecionar melhor suas escolhas, se demorando mais na experiência do jogo e esforçando-se para seguir as regras impostas, possuindo um entendimento já concreto sobre as questões retratadas (observáveis ou não-visíveis na maquete), mas apresentavam maior receio a comentar seus pensamentos, ideias, análises e reflexões, gerando menos debate. Observamos que todos que jogaram se apropriavam dos desafios propostos pelas maquetes de cada estação, demonstrando curiosidade, explorando os elementos do jogo, relacionando inclusive as situações observáveis com experiências cotidianas que vivem, como o descarte do lixo, o desperdício de água ou a poluição do ar. Foi perceptível também o quanto a realização da atividade fortaleceu e até mesmo acrescentou às noções que já possuíam acerca do cuidado, do equilíbrio, da sustentabilidade a ser buscada nessa relação pessoa-ambiente. Com os resultados obtidos das aplicações realizadas do jogo, com diferenças de faixa etária e número de jogadores, reforça-se a importância de estratégias de adaptação para com a educação ambiental, adequando os objetivos visados ao contexto em que se deseja alcançá-los, tendo a atividade cumprido o seu papel de instrumento facilitador de consciência ambiental.

Lugar de cuidados e metáforas: um estudo da relação pessoa - ambiente em um serviço de atendimento psicológico

Marília Matos Lima, Marina Machado da Trindade (UECE), Ani Caroline Albuquerque Silva (UECE), Fábio Pinheiro Pacheco (UECE)

Introdução: O Serviço de Psicologia Aplicada da Universidade Estadual do Ceará (SPA/UECE) é uma serviço-escola que, conforme orienta a Resolução n.º 05/2025 do Conselho Federal de Psicologia (CFP), tem como finalidade articular a formação ética, técnica e política dos estudantes à oferta de serviços psicológicos à comunidade, em consonância com as políticas públicas de saúde mental e os princípios da profissão. Diante dessas responsabilidades, torna-se relevante investigar como os sujeitos constroem sentidos e ocupam esse lugar. Em outras palavras, questiona-se: como as pessoas que frequentam o Serviço-Escola, sejam elas pacientes ou estagiários, se relacionam afetivamente com esse ambiente? Orientações teóricas: Para refletir sobre essa relação, recorre-se à Psicologia Ambiental latino-americana, a qual entende o espaço como produto da inter-relação entre sujeito e mundo, estando este atravessado por memórias, afetos e construções sociais (Farias, 2021). Por influência da Psicologia Social e do materialismo dialético, nessa abordagem, a afetividade é entendida dimensão integradora da experiência humana, que articula sentimentos, emoções e cognição. (Bomfim, 2023). Dessa noção, a autora propõe a categoria de estima de lugar como componente psicossocial que sintetiza o modo como os sujeitos se vinculam afetivamente aos lugares em que vivem, sendo formado a partir de práticas cotidianas, experiências acumuladas e dimensões simbólicas que conferem valor ao ambiente vivido. Na Psicologia Histórico-Cultural, essa articulação entre sujeito e ambiente ocorre pela mediação da linguagem, a qual é responsável, ainda, pela organização e a expressão dos pensamentos (Vigotski, 2001). Enquanto componente da linguagem, destaca-se o papel dos signos, elementos que permitem atribuir significados socialmente compartilhados e produzir sentidos pessoais (Leontiev, 1978). Por articularem diferentes aspectos da experiência, os signos tornam-se caminhos privilegiados para compreender a relação afetiva com o ambiente. Dentre os signos que mediam a relação sujeito-mundo, destaca-se nessa pesquisa a metáfora, compreendida, por Lakoff e Johnson (1980) não apenas como figura retórica, mas como elemento constitutivo do conhecimento. Já Bomfim (2023) destaca seu potencial de revelar dimensões subjetivas e noções construídas socialmente, e que não emergem na linguagem literal. Objetivo: Em virtude de tais reflexões, o objetivo desse estudo consiste em analisar a implicação afetiva dos sujeitos no ambiente de um serviço-escola a partir da construção de metáforas. Métodos: No que se refere aos procedimentos metodológicos adotados, foi realizada a aplicação do Instrumento Gerador de Mapas Afetivos (IGMA), criado por Bomfim (2023), o qual avalia os afetos e as percepções que os sujeitos atribuem ao ambiente vivido, por meio da combinação de desenhos, respostas abertas, metáforas e de uma escala com a finalidade complementar. A coleta ocorreu em salas do Serviço de Psicologia Aplicada (SPA) da UECE, com duração média de 40 a 50 minutos por participante. A amostra foi composta por 29 pessoas, divididas em dois grupos: estagiários de Psicologia (n = 17; 13 mulheres e 4 homens; média de idade de 24,41 anos) e usuários do serviço (n = 12; 8 mulheres e 4 homens; média de idade de 34,41 anos). As metáforas produzidas foram analisadas por meio da análise de conteúdo, com foco nas representações simbólicas do espaço e nos sentimentos evocados. Resultados e Discussão: Nos resultados, observou-se que os estagiários produziram, em sua maioria, metáforas que expressavam descontentamento com o SPA, revelando críticas tanto à sua estrutura física quanto ao modo como ele é afetivamente vivenciado. Nesse grupo, houve uma maior incidência de comparações com “hospitais” e “clínicas”, no subtexto dessas comparações, eram

evidentes a percepção de falta de acolhimento Disso, sugere-se a existência de um entendimento socialmente construído de que hospitais, especialmente os psiquiátricos, tem sua prática pautada em uma impessoalidade. Foucault (1980) aponta que essa ideia tem influência da construção histórica desses espaços enquanto instituições de poder, pautadas no controle e vigilância. Discute-se que as respostas produzidas expressam uma combinação entre experiências sensório-motoras e estruturas culturais mais elaboradas, o que, conforme Lakoff e Johnson (1980), corresponde a uma propriedade da metáfora. Nos resultados, pode-se observar que as metáforas atuam organizando o entendimento e a relação com os espaços, o que permite entendê-la como forma de expressão de representações sociais, conceito introduzido por Moscovici (2015), e entendido como conhecimentos socialmente construídos, os quais articulam elementos afetivos, históricos e culturais, além de influenciarem práticas e modos de relação com o mundo. Já entre os usuários, as metáforas expressaram vínculos afetivos positivos, com imagens associadas à natureza, ao cuidado e às relações interpessoais, como "praça", "templo" e "abraço". Essa diferença entre os grupos pode ser compreendida a partir das desigualdades nos repertórios simbólicos. Ens (2021) destaca que os sujeitos elaboram representações distintas da realidade conforme suas posições sociais e formas de inserção institucional. Em complemento, as respostas dos usuários revelam uma apropriação simbólica que ultrapassa a funcionalidade do serviço. Segundo Bonfim e Souza (2018), essa apropriação ocorre quando o ambiente é vivido como extensão de si, articulando história, afeto e reconhecimento. Assim, as metáforas tornam visíveis os sentidos subjetivos construídos na relação com o serviço-escola. Considerações finais: Por meio da construção de metáforas, o estudo revelou formas distintas de implicação afetiva com o serviço-escola por parte dos grupos dos usuários e dos estagiários, evidenciando que essas expressões não apenas individuais, como também influenciadas por conhecimentos socialmente produzidos e condições estruturais do ambiente. Relação com o GT: Entende-se que a pesquisa se insere na proposta do "GT 52: Territórios, afetividade e compromisso ético-político: análises socioambientais", uma vez que discute o espaço do serviço-escola como uma dimensão vivida, incorporada e representada em suas expressões material, simbólica e afetiva. Por fim, acredita-se que ocorre, ainda, um diálogo com o "Eixo 08 - Questões socioambientais e contextos rurais e urbanos", ao propor uma análise psicossocial crítica dos espaços urbanos e institucionais e das experiências que ali se dão, enfocando a construção subjetiva e coletiva dos vínculos com os lugares. Referências: BOMFIM, Z. A. C. Cidade e afetividade: estima e construção dos mapas afetivos de Barcelona e São Paulo. 2. ed. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2023. BOMFIM, Z. A. C.; SOUZA, L. C. A. Cidades, espaços e produção de saúde: vivências na dimensão psicossocial. Revista O público e o privado, v. 31, p. 83, 2018. BRASIL. Conselho Federal de Psicologia. Resolução CFP nº 5, de 3 de fevereiro de 2025. Estabelece normas para orientadoras(es), supervisoras(es) e coordenação de estágio e serviço-escola em Psicologia. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 19 fev. 2025. FARIAS, T. M. Ecos da acumulação primitiva: Contribuições marxistas para a análise crítica das relações pessoa-ambiente na América Latina. In: FARIAS, T. M.; OLEKSZECHEN, N.; BRITO, M. A. de M.. Relações pessoa-ambiente na América Latina. Florianópolis: ABRAPSO Editora, 2021. cap. 1. ENS, R. T. Possible dialogues between social representations and educational policies: the dilemma of data analysis. In: SOUSA, C. P.; SERRANO, O. E. Social Representations for the Anthropocene: Latin American Perspectives. Cham: Springer International Publishing, 2021. Cap. 15. p. 311-323. FOUCAULT, M.. O nascimento da clínica. Rio de Janeiro: Forense-Universitaria, 1980. LAKOFF, G.; JOHNSON, M. Metáforas da vida cotidiana. Chicago e Londres: The University of Chicago Press, 1980. LEONTIEV, A. N. Atividad, consciência y personalidad. Buenos Aires: Ciencias del Hombre, 1978. MOSCOVICI, S. Ideias e seu desenvolvimento: um diálogo entre Serge Moscovici e Ivana Marková. In: MOCOVICI, Serge. Representações Sociais: investigação em psicologia social. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. cap. 7, p. 305-388. VIGOTSKI, L. S. Pensamento e linguagem. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

Mapeamento Afetivo Da Relação Pessoa-Ambiente De Estagiários E Usuários Com Um Serviço De Atendimento Psicológico

Marina Machado da Trindade, Marília Matos Lima (UECE), Ani Caroline de Albuquerque Silva (UECE), Fábio Pinheiro Pachedo (UECE)

Introdução: Inaugurado em 2012, o Serviço de Psicologia Aplicada (SPA) da Universidade Estadual do Ceará (UECE) consolidou-se como um espaço de práticas psicológicas diversas: psicoterapia, avaliação, plantão e orientação profissional. Como serviço-escola, conforme a Resolução n.º 05/2025 do Conselho Federal de Psicologia (CFP), articula ensino, pesquisa e extensão como eixos da formação profissional. Objetivo: Considerando tal contexto, este trabalho tem como objetivo compreender a relação pessoa-ambiente a partir da experiência dos sujeitos - usuários e estagiários do serviço - com o espaço físico e simbólico da instituição. Orientações teóricas: A investigação se ancora no campo da Psicologia Ambiental, disciplina que estuda as inter-relações entre os indivíduos e os ambientes físico-sociais, com ênfase nos aspectos afetivos, cognitivos e comportamentais envolvidos na vivência dos espaços, de modo a compreender os processos afetivos e cognitivos envolvidos na apropriação do ambiente, revelando que a maneira como as pessoas percebem e vivenciam os lugares está diretamente relacionada aos vínculos afetivos que estabelecem com eles (Moser, 1998). Assim, o ambiente não é apenas um pano de fundo estático, mas uma instância viva que participa da constituição das experiências humanas (Corral-Verdugo, 2005). Ademais, o estudo orientou-se por uma perspectiva psicossocial crítica, estabelecendo a centralidade da afetividade na constituição dos sujeitos e na análise das experiências humanas. Para Sawaia (2011, p. 102), a afetividade é constitutiva das práticas humanas e se atualiza a partir das diversas manifestações históricas. Como define Sawaia (2001, p. 98), a afetividade é “a tonalidade e a cor emocional que impregna a existência do ser humano”. Essa definição amplia a noção de afeto para além de uma dimensão subjetiva ou interiorizada, compreendendo-o como um processo constituinte da ação e do pensamento, tanto em sua forma individual quanto coletiva. Essa compreensão se inspira na filosofia de Espinosa (1957), que entende os afetos como variações da potência de agir. Assim, os afetos podem tanto ampliar a potência de agir e pensar dos sujeitos — favorecendo a crítica, a criação e a transformação do mundo — quanto gerar padecimento, passividade e conformismo frente às opressões sociais (Sawaia, 2009). Nesse sentido, entende-se a afetividade como elemento estruturante da existência, manifestando-se por meio de sentimentos e emoções que atravessam as ações, pensamentos e relações dos sujeitos. Com efeito, os afetos expõem os modos como os sujeitos se implicam em suas realidades. Métodos: Trata-se de uma pesquisa qualitativa, buscando compreender os significados que as pessoas atribuem às suas experiências nos territórios que habitam. 29 pessoas participaram da pesquisa, divididas em dois grupos: estagiários de Psicologia (n = 17; 13 mulheres e 4 homens; média de idade de 24,41 anos) e usuários do serviço (n = 12; 8 mulheres e 4 homens; média de idade de 34,41 anos). Para captar tais dimensões afetivas, utilizou-se como recurso metodológico o Instrumento Gerador de Mapas Afetivos (IGMA), elaborado por Bomfim (2010). Este instrumento, de caráter psicossocial e com base na interface entre a Psicologia Ambiental e a Psicologia Social, permite apreender as percepções e vivências afetivas dos sujeitos em relação a um determinado lugar. O IGMA é composto por duas etapas: uma qualitativa e outra quantitativa. Na etapa qualitativa, o indivíduo é convidado a produzir um desenho representacional do ambiente pesquisado e, em seguida, responde a um inquérito com questões sobre o significado do desenho, os sentimentos envolvidos e as

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

qualidades atribuídas ao espaço representado. Já na etapa quantitativa, o sujeito responde à Escala de Estima de Lugar, possibilitando a mensuração do grau de estima do indivíduo em relação ao lugar em questão (Bomfim et al., 2014). Os dados obtidos por meio do IGMA são organizados em mapas afetivos, "[...] reveladores da afetividade e indicadores da estima da cidade" (Bomfim, 2024, p.222), os quais expressam a síntese da relação entre o sujeito e o ambiente, sendo categorizados em cinco imagens principais: Pertencimento, Agradabilidade, Insegurança, Destruição e Contrastes. As imagens de Agradabilidade e Pertencimento revelam uma Estima Potencializadora, indicando sentimentos de identificação, prazer e vínculo com o espaço, o que tende a aumentar a potência de ação dos sujeitos e sua implicação com o ambiente. Por outro lado, as imagens de Insegurança e Destruição evidenciam uma Estima Despotencializadora, expressando vivências de medo, instabilidade e descuido, que produzem potência de padecimento e reduzem a vinculação e o engajamento com o lugar. Já a imagem de Contrastes expressa ambivalência e complexidade, revelando experiências simultaneamente positivas e negativas. Além disso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, favorecendo a escuta das percepções, valores e narrativas dos participantes (Quivy & Campenhoudt, 2005). A análise dos dados foi conduzida com base na Análise de Conteúdo (Bardin, 1977), permitindo a identificação de relações afetivas e psicossociais entre sujeitos e território. Resultados e Discussão: No contexto desta pesquisa, os resultados obtidos a partir da aplicação do IGMA no SPA da UECE contribuem para a compreensão do modo como esse ambiente é vivenciado, revelando tanto suas potencialidades como espaço formativo e acolhedor, quanto seus limites e desafios enquanto equipamento de cuidado psicológico e social. A análise dos dados coletados junto a estagiários e usuários da pesquisa revela diferenças na forma como cada grupo vivencia suas experiências, tanto em termos de estima quanto de imagens afetivas associadas. Entre os estagiários, a maioria (66,7%) apresenta uma estima despotencializadora, enquanto entre os usuários, 91,7% expressam uma estima potencializadora. As imagens afetivas também refletem essa distinção. Enquanto no grupo dos estagiários predominam imagens como "contraste despotencializador" (50%) e "insegurança" (11,1%), os usuários apresentam majoritariamente a imagem de "agradabilidade" (83,3%), sinalizando experiências mais positivas em relação ao ambiente ou às interações vividas. No caso dos estagiários, os relatos coletados nas entrevistas apontam para uma vivência do SPA marcada por afetos despotencializadores. A percepção de um espaço branco, frio e pouco acolhedor, somada às dificuldades estruturais e burocráticas do cotidiano institucional — como a escassez de recursos materiais e de suporte técnico — contribui para a constituição de um ambiente que não mobiliza vínculos positivos, mas sim sentimentos de frustração, desamparo e afastamento. Esses afetos negativos operam como forças que reduzem a potência de agir e pensar dos sujeitos, conforme propõe Sawaia (2009; 2011), e se manifestam de maneira concreta na baixa estima de lugar identificada nas respostas dos estagiários. Por outro lado, os usuários demonstram uma relação mais positiva com o espaço, marcada por afetos que ampliam a potência de existir. A predominância da imagem de "agradabilidade" indica uma vivência do SPA como um espaço de acolhimento, escuta e transformação subjetiva. Ainda que o espaço físico possa conter limitações, ele se torna simbólica e afetivamente ressignificado a partir da experiência do cuidado e da escuta terapêutica. Essa vivência potencializadora demonstra o papel da relação pessoa-ambiente no processo de fortalecimento subjetivo, especialmente em contextos de vulnerabilidade social. A psicoterapia, nesse sentido, opera como um vetor de mobilização de afetos positivos e (re)construção de sentidos. A pesquisa realizada se insere na proposta do "GT 52: Territórios, afetividade e compromisso ético-político: análises socioambientais", especialmente ao considerar a centralidade da dimensão afetiva na relação

pessoa-território, de modo a discutir o espaço do serviço-escola como um lugar de sentidos e significados e revelar os atravessamentos psicossociais presentes nas relações ali estabelecidas. Por fim, entende-se que o trabalho também estabelece um diálogo com o "Eixo 08 – Questões socioambientais e contextos rurais e urbanos", ao promover uma análise psicossocial crítica dos espaços urbanos e institucionais, bem como das experiências que neles se desenvolvem, com ênfase na construção subjetiva e coletiva dos vínculos com os territórios, reconhecendo sua importância para o fortalecimento de práticas comunitárias e de resistência no cotidiano urbano. Referências: BARDIN, L. Análise de Conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977. BOMFIM, Z. Á. C. Cidade e afetividade: estima e construção dos mapas afetivos de Barcelona e São Paulo. Fortaleza: UFC Edições, 2024. BOMFIM, Z. Á. C.; NOBRE, B. H. L.; FERREIRA, T. L. M.; ARAÚJO, L. M. A.; FEITOSA, M. Z. S.: MARTINS, A. K. S. Affective maps: validating a dialogue between qualitative and quantitative methods. In: GARCIA-MIRA, R.; DUMITRU, A. (org.). Urban Sustainability: Innovative spaces, vulnerabilities and opportunities. A Coruña, Espanha: Instituto de Investigación Xoan Vicente Viqueira, 2014. p.131-148. CORRAL-VERDUGO, V. Psicologia Ambiental: objeto, "realidades" sócio físicas e visões culturais de interações ambiente-comportamento. Psicologia Usp, v. 16, n. 1-2, p. 71-87, 2005. Disponível em: . Acesso em 20 de maio de 2025. ESPINOSA, B. D. Ética. Tradução de Lívio Xavier. 3. ed. São Paulo: Atenas, 1957. MOSER, G.. Psicologia Ambiental. Estudos de Psicologia, Natal, v. 3, n.1, p.121-130, 1998. QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L.. Manual de investigações em ciências sociais. Rio de Janeiro: Gradiva, 2005. SAWAIA, B. B. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: SAWAIA, B. B (Org). As artimanhas da exclusão: uma análise ético-psicossocial da desigualdade (pp. 97-118). Petrópolis: Vozes, 2001. SAWAIA, Bader Burihan. Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. Psicol. Soc. v. 21, n.3, p.364-372, 2009. SAWAIA, Bader Burihan. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In SAWAIA, Bader Burihan (Org.). As artimanhas da exclusão: uma análise ético-psicossocial da desigualdade. Petrópolis: Vozes, 2011, Cap. 6. p. 97-118.

Quilombo, Afetividade e Saúde Mental: implicações psicossociais do território em uma comunidade quilombola no município de Horizonte/CE

Bruno Souza Barbosa (Escola de Saúde Pública do Ceará), Andie de Castro Lima (UFC)

Historicamente, a população quilombola trava lutas pela garantia de direitos essenciais, como o acesso à terra e a serviços de saúde. A escravização de pessoas negras, trazidas de forma forçada da África ao Brasil para serem exploradas como mão de obra na geração de riqueza dos colonizadores, configurou uma estrutura de violência sistemática contra os povos afrodiaspóricos (Alves et al., 2023). No Brasil, a população quilombola é formada por grupos étnicos predominantemente compostos por pessoas negras, que vivem em áreas rurais e urbanas. Essa população constroi sua identidade coletiva a partir de relações específicas com o território, a terra, os laços de parentesco e a ancestralidade. Além disso, tradições e práticas culturais distintas desempenham um papel central na definição e preservação dessa identidade (Brasil, 2020). Hoje, a população quilombola ainda sofre com a violência de caráter racial, chamada de racismo estrutural (Almeida, 2019). Segundo Almeida (2019), o racismo estrutural é entendido como aquele incorporado às próprias estruturas da sociedade, afetando diretamente as relações políticas, econômicas, jurídicas e familiares. Esse tipo de racismo não apenas molda comportamentos individuais, mas também influencia os processos institucionais. Foi apenas cem anos após a abolição da escravidão que o Estado brasileiro, por meio da Constituição Federal de 1988, reconheceu o direito à terra aos remanescentes das comunidades quilombolas (Brasil, 1988). Embora o reconhecimento legal das identidades e territórios quilombolas represente um marco significativo para a população negra no Brasil, na prática, esse processo é marcado pela lentidão e pela excessiva burocracia, reforçando a presença histórica do racismo estrutural. O reconhecimento das terras quilombolas é uma forma de assegurar um espaço histórico e político de resistência, garantindo a subsistência dessa população e promovendo melhorias sociais. Esse processo também possibilita a participação específica em programas e políticas governamentais, incluindo aqueles voltados para a saúde (Almeida et al., 2019). No contexto das comunidades quilombolas, o território pode ser entendido como um Determinante Social da Saúde (DSS) que considera o contexto histórico, os ritmos e as particularidades locais, bem como as condições sociais e de saúde relacionadas ao modo de vida, seja em áreas urbanas ou rurais (Dantas et al., 2020). A discussão sobre a saúde da população quilombola está fundamentada, sobretudo, nas questões étnico-raciais e na luta pelo direito à terra (Gomes; Gurgel; Fernandes, 2021). Apesar de ainda não existir uma política de saúde exclusiva para a população quilombola, a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), inserida no Sistema Único de Saúde, representa um marco para a população negra no Brasil. Essa política também abrange comunidades tradicionais formadas historicamente por pessoas negras, como as populações quilombolas e as de terreiros. Contudo, quando são elaborados materiais de saúde, seja voltados especificamente para as comunidades quilombolas ou para a população negra em geral, observa-se uma ênfase predominante nos aspectos biomédicos. Por outro lado, questões relacionadas à saúde mental e aos macrodeterminantes, como o território, frequentemente são negligenciadas. Embora a PNSIPN abranja a população negra de forma geral, as comunidades quilombolas ainda não têm suas necessidades específicas de saúde mental atendidas por nenhuma política pública direcionada a esse aspecto. Essa lacuna se estende à própria PNSIPN, à Política Nacional de Saúde Integral da População do Campo, das Florestas e das Águas (PNSIPCFA) e à Política Nacional de Saúde Mental. Dessa forma, a partir do contexto exposto, este

trabalho refere-se a um projeto de pesquisa desenvolvido como Trabalho de Conclusão da Residência em Saúde Mental Coletiva da Escola de Saúde Pública do Ceará. O projeto, ainda em andamento, tem como objetivo compreender como o território, a partir da categoria afetividade, implica na saúde mental da população quilombola de Alto Alegre, no município de Horizonte-CE. Além disso, busca contribuir para a produção de conhecimento na área da saúde mental quilombola. O trabalho se articula ao GT 52: Territórios, afetividade e compromisso ético-político: análises socioambientais, por alinhar-se diretamente ao objetivo do eixo, que é promover discussões sobre a relação das pessoas com seus territórios. O GT busca analisar, de forma macro e microssocial, os processos psicossociais e afetivos envolvidos, enquanto destaca o compromisso ético-político da Psicologia Social com essa temática. Esse objetivo dialoga diretamente com a experiência de pesquisa relatada, que busca compreender como os impactos psicossociais do território quilombola afetam a saúde mental dessa população. Para isso, serão utilizados como referência a afetividade, uma categoria central neste estudo, em conjunto com os aportes da Psicologia Social e da Psicologia Ambiental, que guiarão o processo de apreensão e análise dos resultados futuros. Com base no contexto apresentado, a análise será orientada pelas teorias da Afetividade e da Psicologia Ambiental, que servirão como referenciais teóricos para guiar a compreensão dos fenômenos estudados. A afetividade, como categoria de análise, tem sido amplamente reconhecida na Psicologia Social de orientação Sócio-Histórica por sua capacidade de integrar diversos aspectos das relações entre o ser humano e o ambiente em que está inserido (Lima, 2023). De acordo com Sawaia (2011), que se inspira em Heller, Vygotsky e Espinosa, a afetividade pode ser compreendida como a tonalidade afetiva e emocional que permeia as experiências humanas, manifestando-se tanto por meio de sensações quanto de emoções. Assim, a afetividade surge como uma categoria para analisar o território a partir da relação ser humano-ambiente. Já a Psicologia Social, por meio da teoria das representações sociais, busca compreender como as construções simbólicas que permeiam o cotidiano dos moradores de uma cidade são desenvolvidas. O conhecimento que uma pessoa possui sobre sua comunidade é simultaneamente uma construção individual e coletiva. Isso porque não se limita apenas ao que está presente na realidade concreta, mas também inclui aquilo que adquire significado a partir das experiências vividas e das interações coletivas (Bomfim, 2010). A Psicologia Ambiental transacionalista, inserida no campo da Psicologia Social, é uma área interdisciplinar dedicada a investigar as interações entre as pessoas e o ambiente. Essa abordagem considera tanto o meio urbano quanto os recursos naturais, explorando os aspectos psicossociais envolvidos, como os laços afetivos e cognitivos que as pessoas estabelecem com os espaços construídos (Bomfim, 2010). O presente estudo, de natureza descritiva e método qualitativo, está sendo conduzido na comunidade quilombola de Alto Alegre, situada no distrito de Queimadas, município de Horizonte, região metropolitana de Fortaleza. Com uma população estimada em 74.755 habitantes, Horizonte é composto por quatro distritos — Horizonte-Sede, Aningas, Dourado e Queimadas — abrangendo áreas urbanas e rurais (IBGE, 2022). De acordo com os dados do último Censo Demográfico, o município abriga 2.282 pessoas que se autodeclaram quilombolas (IBGE, 2022), das quais cerca de 400 famílias residem na comunidade de Alto Alegre. O território é equipado com importantes serviços públicos, como a Unidade Básica de Saúde (UBS) e o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), além de contar com a Associação dos Remanescentes de Quilombos de Alto Alegre e Adjacências (ARQUA). No entanto, esses equipamentos atendem não apenas à comunidade quilombola, mas a todo o território do distrito de Queimadas. Para a pesquisa, foram estabelecidos critérios de inclusão específicos: os participantes devem ser autodeclarados quilombolas, ter mais de 18 anos e residir na comunidade de Alto Alegre. A partir desses

critérios, estão sendo selecionados 10 indivíduos, com o objetivo de aprofundar a compreensão sobre a realidade vivida pela população quilombola dessa localidade. Com o objetivo de explorar a dinâmica afetiva da população quilombola de Alto Alegre em relação ao seu território, será utilizado o Instrumento Gerador de Mapas Afetivos (IGMA), adaptado para atender às especificidades deste estudo. Trata-se de um método qualitativo complementado por uma análise quantitativa. A construção do IGMA baseia-se nos mapas cognitivos de Lynch e na perspectiva histórico-cultural de Vygotsky, que considera os afetos como parte essencial do subtexto da linguagem (Bomfim, 2008). O Instrumento Gerador de Mapas Afetivos (IGMA) é estruturado em quatro etapas principais: o desenho, o inquérito sobre o desenho, a aplicação da Escala de Estima de Lugar e o questionário de perfil socioeconômico. Cada etapa contribui para uma compreensão mais abrangente da relação afetiva entre os participantes e seu território. Como a pesquisa ainda está em andamento, os resultados concretos ainda não foram estabelecidos. Contudo, o processo de desenvolvimento do estudo tem proporcionado momentos significativos de reflexão para mim, enquanto pesquisador e psicólogo negro atuante na política pública de saúde mental. Entre os resultados esperados, destaca-se o objetivo de alcançar uma compreensão mais ampla sobre como a relação com o território influencia a saúde mental. Além disso, busca-se, em parceria com a comunidade quilombola, promover momentos de reflexão e fortalecimento, utilizando os dados obtidos como base para fomentar discussões e estratégias que possam contribuir para o bem-estar coletivo. Conclui-se que este trabalho, mais do que apresentar conclusões definitivas, revela inícios, implicações e aquilombamentos. Somos começo, meio e recomeço. O processo de inserção comunitária no território e a construção coletiva desta pesquisa ao lado da população quilombola têm me permitido um reencontro profundo com minhas raízes e ancestralidades. Nesse percurso, tenho vivenciado um sentimento crescente de acolhimento, cuidado e fortalecimento, que reforça a potência do vínculo com a comunidade e a riqueza de aprendizados que esse caminho proporciona.

Territorialidades de estudantes amazônidas ribeirinhos: identidade, afetividades e resistências

Amanda Carla da Cruz Alves, Adria de Lima Sousa (UFAM)

O ingresso no ensino superior, de modo geral, apresenta diversos desafios aos sujeitos, exige o desenvolvimento de conhecimentos, competências e atitudes nos âmbitos pessoal, acadêmico e profissional. Por isso, para abordar a trajetória acadêmica de estudantes ribeirinhos amazônidas, é necessário levar em consideração a conjuntura geográfica da região amazônica, bem como, suas outras especificidades (aspectos históricos, socioeconômicos e etnoculturais). Os estudantes amazônidas da educação superior vivenciam avanços significativos no acesso e permanência à universidade, mas enfrentam também, obstáculos decorrentes de uma combinação de fatores políticos, sociais, culturais, econômicos, religiosos e geográficos, que se interligam com questões de raça, etnia, classe, gênero, território e orientação sexual. Assim, evidencia-se a necessidade de compreensão dos desafios que as características regionais imprimem nas vidas dos estudantes universitários amazônidas. No interior do Amazonas atualmente existem instituições de nível superior públicas como a Universidade do Estado do Amazonas - UEA e a Universidade Federal do Amazonas - UFAM, além de faculdades particulares. Entretanto, por motivos como a ausência de oferta do curso escolhido no local onde vivem, alguns alunos precisam migrar para outros campus, e é nesse contexto que se deparam com uma realidade totalmente nova e desafiadora. A presente pesquisa teve como objetivo analisar as narrativas sobre a trajetória acadêmica de estudantes ribeirinhos universitários em Parintins. Para isso, buscou-se descrever o contexto das territorialidades na vida desses indivíduos, identificar os itinerários percorridos na formação acadêmica e elencar os principais aspectos que marcam suas histórias de vida. Esse trabalho relaciona-se com o GT 52: Territórios, afetividade e compromisso ético político: análises socioambientais, pois considera as especificidades de estudantes amazônidas, considerando os desafios e resistências enfrentados em virtude de suas territorialidades e afetividades imbricadas na realidade universitária. A relevância deste estudo consiste na possibilidade de apreender narrativas de um público por vezes invisibilizado, uma vez que, atualmente, são escassos artigos ou pesquisas com esse enfoque. As discussões geradas pela pesquisa podem fornecer matérias importantes para lidar com as problemáticas relacionadas à temática. Espera-se ainda, que este estudo possa fornecer contribuições significativas ao mergulhar nas narrativas que possam apontar aspectos importantes e que auxiliem na fomentação de estratégias de políticas públicas na universidade para esse público. A relação entre território, territorialidades e estudantes ribeirinhos reflete as particularidades geográficas e culturais da Amazônia, onde a vida cotidiana está fortemente conectada aos rios e à natureza. O território é mais do que um espaço físico, é um ambiente socialmente construído, onde os estudantes desenvolvem suas identidades e práticas diárias. Suas territorialidades se manifestam na circulação entre comunidades ribeirinhas e a cidade, na adaptação aos fluxos sazonais e na interação com os recursos naturais, aspectos que configuram um sistema territorial dinâmico que conecta o urbano e o rural. No que tange a metodologia do trabalho, a pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, fundamentada na Psicologia Sócio-Histórica e na Psicologia Ambiental. Como procedimento de pesquisa, foi adotada uma abordagem multimétodos com uso de diferentes ferramentas para descrever as narrativas de vida, como entrevistas narrativas, questionários, entrevistas móveis (que inclui caminhada pelo território) e entrevistas mediadas por objetos, que integram a pesquisa guarda-chuva coordenada pela Professora Iolete Ribeiro da Silva no Laboratório de Desenvolvimento Humano e Educação (LADHU), e financiada pelo edital HUMANITAS/FAPEAM. Esse estudo contribuirá ainda com o projeto maior intitulado “Itinerários e condições de desenvolvimento de jovens estudantes do ensino superior”, o projeto foi

aprovado pelo comitê de ética em pesquisas sob o CAEE 64651822.2.0000.5020. Número do Parecer: 5.765.546. Trata-se de pesquisa longitudinal que tem entrevistado estudantes das universidades públicas do Amazonas (UEA e UFAM). A amostra foi composta por seis estudantes universitários ribeirinhos residentes nos municípios de Parintins. A cidade de Parintins está localizada a cerca de 360 quilômetros de Manaus, no Leste do estado do Amazonas, região também denominada de Baixo Amazonas. Faz parte dos trinta municípios que integram a Mesorregião do Centro Amazonense, igualmente, constitui a Microrregião de mesmo nome que abrange os municípios de Maués, Boa Vista do Ramos, Barreirinha, Nhamundá, Urucará e São Sebastião do Uatumã. O município possui uma população estimada em 115.363 habitantes, com uma área que corresponde à unidade territorial de 5.952 km². Sua vegetação é constituída da Floresta Amazônica, Cerrado Amazonense (cerradão) e Campos Naturais de Várzea, e sua dinâmica geográfica obedece a cheia e a seca dos rios amazônicos. Sua economia está baseada na pecuária bovina e bubalina, bem como, na agricultura familiar, pesca e atividades do terceiro setor, como serviços e turismo. Adotou-se uma perspectiva de pesquisa que contemple a narrativa de histórias de vida de estudantes, pois acredita-se na relevância das narrativas para compreensão de fenômenos complexos. A análise dos dados foi realizada com auxílio do software para análise qualitativa, Atlas.ti, no qual, é possível identificar categorias de análise e de acordo com a abordagem sócio-histórica. A análise permitiu identificar a compreensão dos temas abordados, dos desafios, e principais aspectos que marcam as trajetórias acadêmicas desses estudantes. Nesse contexto, foram analisadas seis entrevistas com os discentes, abrangendo seus diferentes cursos e instituições de ensino superior do estado do Amazonas, localizadas no município de Parintins. Os dados coletados estão organizados em tabelas e foram analisados posteriormente com o auxílio do software Atlas.ti, permitindo a identificação de desafios, superações e aspectos marcantes na trajetória desses estudantes. Os resultados dessa pesquisa indicam que fatores territoriais, socioeconômicos e culturais podem influenciar significativamente as experiências acadêmicas dos estudantes ribeirinhos e possuem influência direta na permanência na universidade. Tais aspectos emergiram mediante a análise de seis entrevistas com estudantes universitários ribeirinhos residentes da cidade de Parintins, nascidos no próprio município e/ou adjacências. Foram realizadas quatro entrevistas narrativas; uma caracteriza-se como entrevista móvel, e uma trata-se de entrevista mediada por objeto. As entrevistas foram transcritas e organizadas em tabela para análise, com auxílio do software para análise qualitativa, Atlas.ti. Os participantes da pesquisa possuem idade entre 20 e 35 anos, sendo duas mulheres e quatro homens; cinco são graduandos da Universidade Federal do Amazonas, apenas um é graduando da Universidade do Estado do Amazonas. Quanto à formação universitária dos discentes: um cursa Serviço Social, um cursa Educação Física, um cursa Tecnologia e Design Digital, e três cursam Pedagogia. Através da pesquisa levantada, evidenciou-se que a vivência territorial impacta no pertencimento, na permanência e o bem-estar dos estudantes amazônidas, os vínculos emocionais com o território de origem são parte da afetividade ambiental e elemento fundamental da territorialidade. Além disso, a universidade como espaço semipúblico, configura-se ao mesmo tempo, como um espaço excludente e transformador, no qual, os estudantes são atravessados por dificuldades socioeconômicas, preconceitos étnico-raciais e outras desigualdades sociais, por isso, é importante considerar políticas universitárias que respeitem os afetos e a realidade territorial e sociocultural dos estudantes ribeirinhos.

Transações Energéticas: Implicações Psicossociais , Ambientais e Afetivas da Implantação de Usinas Eólicas em Territórios Tradicionais

Leidymel Silva Alves de Lima (UFC), Zulmira Áurea da Cruz Bomfim (UFC), Andie de Castro Lima (UFC), Gustavo Carvalho Monteiro (UFC), Linara Jennyfer dos Santos Rodrigues (UFC), Laysa Nonato de Melo (UFC)

A implantação de parques eólicos no litoral cearense tem provocado transformações profundas nas dinâmicas socioterritoriais das comunidades tradicionais pesqueiras. Trata-se de um processo que acarreta a vulnerabilização de áreas ancestrais, o enfraquecimento dos laços comunitários e o apagamento de saberes e práticas que constituem a identidade coletiva dos povos do mar. Nesse cenário, o presente relato de pesquisa se insere como um esforço investigativo e ético-político diante dos efeitos sociais e ambientais que reverberam dessa lógica predatória de expansão energética, marcada por uma dominação de caráter imperial sobre os corpos-territórios das populações locais. A pesquisa-ação é realizada pelo Laboratório de Pesquisa em Psicologia Ambiental (Locus) , do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), em parceria com a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG/UFC), vinculada ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A proposta visa compreender as implicações psicossociais, ecológicas e afetivas vivenciadas por uma comunidade tradicional de pescadores artesanais situada no litoral oeste do Ceará entre os anos de 2024 - 2025. Pretende-se, ainda, fomentar estratégias de resistência e enfrentamento diante da ameaça de expropriação cultural e ambiental, utilizando metodologias participativas que fortaleçam o protagonismo comunitário e a sustentabilidade territorial articulando para tanto, pesquisa e atividades de extensão. Este trabalho estabelece uma estreita vinculação com o Grupo de Trabalho (GT) mencionado, ao propor uma análise socioambiental das dimensões afetivas, territoriais e políticas, articulando contribuições da Psicologia Social e Ambiental, bem como de campos interdisciplinares como Geografia e História. A proposta busca fomentar reflexões críticas a partir da experiência concreta de comunidades tradicionalmente marginalizadas, diante da emergência de novos dispositivos de dominação, frequentemente legitimados sob o discurso do desenvolvimento sustentável. Tais mecanismos, ao se sobreporem aos saberes locais e às formas tradicionais de ocupação e uso do território, promovem profundas desestruturações nos modos de vida, comprometendo tanto as dinâmicas simbólicas quanto os vínculos materiais que sustentam o pertencimento e a continuidade desses grupos sociais. Essa realidade nos convoca a problematizar a ideia de que "energia verde" é sinônimo de energia limpa, evidenciando que os impactos socioambientais desses empreendimentos, muitas vezes invisibilizados, reforçam o racismo ambiental. Parte-se aqui da compreensão de que refletir sobre a relação pessoa-ambiente implica, necessariamente, considerar os efeitos de processos estruturais e históricos que operam na gênese e na manutenção das crises socioambientais contemporâneas, como já interrogado por Martín Baró e Milton Santos em suas críticas à racionalidade hegemônica do espaço na América Latina. Teoricamente, esta pesquisa está fundamentada nos aportes da Psicologia Social Crítica e da Psicologia Ambiental, mobilizando categorias analíticas como relação pessoa-ambiente, identidade coletiva, sofrimento ético-político, memória social, apropriação do espaço, afetividade e estima de lugar. Esses conceitos são trabalhados a partir das contribuições de autoras e autores como Silvia Lane, Bader Sawaia, Enric Pol, Martín Baró e Zulmira Bomfim cujas obras subsidiam uma compreensão situada e comprometida da experiência humana em contextos de desigualdade. A orientação teórico-metodológica ancora-se ainda nos pressupostos da pesquisa-ação, entendida como uma

prática investigativa comprometida eticamente e implicada politicamente com as demandas emergentes dos territórios afetados. Essa abordagem busca superar a separação entre sujeito e objeto, valorizando a coprodução de saberes entre pesquisador e comunidade. No plano metodológico, foram adotadas estratégias mistas, integrando técnicas qualitativas e quantitativas com foco na escuta ativa e na participação colaborativa da comunidade. Dentre os instrumentos utilizados, destacam-se o Instrumento Gerador de Mapas Afetivos (IGMA), a Escala de Estima de Lugar e a realização de grupos focais. O IGMA, em suas dimensões simbólica e cognitiva, permitiu acessar os vínculos afetivos estabelecidos com o território, revelando níveis de implicação subjetiva que orientam processos de resistência e transformação ambiental. Já a aplicação da Escala de Estima de Lugar possibilitou mensurar, sob uma perspectiva quantitativa, os sentidos atribuídos ao espaço pelos moradores, evidenciando se tais representações favorecem ou inibem práticas de enfrentamento diante da ameaça de apagamento da pesca artesanal e da expansão dos empreendimentos eólicos. Os grupos focais, por sua vez, ampliaram a escuta das percepções coletivas sobre os impactos já vivenciados, tais como a restrição ao direito de circulação dentro do próprio território, a contaminação dos manguezais, o avanço da carcinicultura, alterações nas marés e os efeitos sobre a saúde física e psíquica de moradores que residem nas proximidades das usinas. Esses relatos evidenciam as múltiplas expressões do racismo ambiental que perpassam a implementação desses projetos, frequentemente legitimados sob a retórica do progresso, mas que operam de modo seletivo e contraditório , beneficiando setores específicos em detrimento das populações tradicionais. Entre os principais achados da investigação, evidenciou-se um contraste expressivo nas percepções sobre os impactos provocados pelos empreendimentos eólicos: enquanto um segmento da população local os compreende como oportunidade de avanço econômico, outros vivenciam perdas significativas — materiais, simbólicas e afetivas — com a instalação das offshores. Tal ambivalência revela, para além das contradições do discurso do desenvolvimento, desigualdades internas que fomentam tensões comunitárias, dificultando a articulação de processos coletivos em defesa do território tradicional. Constatou-se, ainda, que as narrativas variam conforme a faixa etária e a localização geográfica dos participantes dentro da comunidade, evidenciando disparidades no acesso a políticas públicas e à infraestrutura básica. A carência de serviços de saúde, educação e espaços de convivência compromete o sentimento de pertencimento e enfraquece os vínculos identitários com o lugar. Outro dispositivo central na construção analítica foram os diários de campo, utilizados como ferramenta metodológica implicada, capaz de estabelecer conexões entre a vivência do pesquisador e a realidade coletiva. Esses registros permitiram aprofundar a compreensão dos processos subjetivos em curso, além de favorecer a sintonia entre os objetivos da pesquisa e as demandas concretas da população local. Nesse sentido, apostou-se em estratégias criativas de planejamento e intervenção, que potencializasse a identificação entre pesquisador e comunidade, contribuindo para a formulação de ações mais contextualizadas e sensíveis às particularidades do território. Em síntese, os resultados apontam que os parques eólicos, ao se sobreporem aos modos de vida tradicionais sem considerar os saberes ancestrais e a dinâmica sociocultural local, configuram formas de violência territorial e epistêmica. Diante disso, a Psicologia Social e Ambiental, enquanto campo comprometido com a justiça socioambiental, pode desempenhar um papel ativo ao promover escutas qualificadas, fortalecer redes de solidariedade e colaborar na construção de alternativas sustentáveis que respeitem a diversidade dos modos de habitar. Identificou-se, adicionalmente, a relevância do mapeamento e da ativação dos equipamentos públicos vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) como etapa fundamental para um diagnóstico-ação que articule práticas de cuidado, identidade e transformação territorial. Reafirma-se, assim, o compromisso ético-político com uma psicologia encarnada na vida cotidiana, implicada nas lutas por reconhecimento, pertencimento e permanência, orientada por práticas dialógicas de cuidado e por tessituras coletivas voltadas à construção de um desenvolvimento verdadeiramente sustentável.

GT 53: TRINCHEIRAS DA PSICOLOGIA SOCIAL CRÍTICA: LUTAS, RESISTÊNCIAS E ORGANIZAÇÕES POPULARES EM TERRITÓRIOS PERIFÉRICOS

Coordenação: Solange Struwka (UNIR), Fábio Rodrigues Carvalho (USP), Daylan Maykiele Denes (USP)

A Terra Prometida e a Terra Negada: Análise Psicossocial da Apropriação do Espaço por Camponeses em Regiões de Fronteira Agrícola na Amazônia

Fábio Rodrigues Carvalho (USP), Ana Paula Soares da Silva (USP)

Este trabalho propõe uma reflexão teórico-metodológica sobre a importância da articulação entre a Psicologia Histórico-Cultural e os estudos sobre apropriação do espaço na Amazônia, com ênfase nos sentidos e motivos que orientam as práticas de resistência camponesa em regiões de fronteira agrícola. Parte-se da compreensão de que o espaço não é uma entidade neutra ou puramente física, mas uma construção social e simbólica, historicamente produzida por relações de poder, afetos e vivências que se integram ao território (Santos, 1988). Nessa perspectiva, a Psicologia é convocada a contribuir com uma análise crítica e comprometida dos processos subjetivos que atravessam a relação dos sujeitos com seus territórios.

A Psicologia Histórico-Cultural, oferece um referencial teórico e metodológico potente para compreender a constituição da subjetividade como um processo histórico e socialmente mediado. O psiquismo humano, segundo essa abordagem, se forma nas relações concretas com o mundo, por meio da internalização de signos e instrumentos culturais que organizam a atividade psíquica. Essa concepção permite superar visões fragmentadas do sujeito e do espaço, articulando-os em uma dinâmica dialética em que ambos se transformam mutuamente.

A partir dos fundamentos do Materialismo Histórico-Dialético, Vigotski (1935/2010) propõe o conceito de vivência (perejivanie) como unidade dialética entre sujeito e meio, superando dicotomias como interno/externo e indivíduo/contexto. A vivência expressa simultaneamente os eventos externos e a forma como são experienciados subjetivamente, integrando aspectos da personalidade já constituída com as condições concretas do ambiente. Em articulação com os processos de significação, Vigotski (1934/2020, p. 465) afirma que o "sentido de uma palavra é a soma de todos os fatos psicológicos que ela desperta", destacando sua natureza dinâmica, fluida e contextual. Assim, os sentidos emergem das vivências e expressam a forma como o sujeito se apropria da realidade e transforma o mundo (Rosa, 2017).

A compreensão dessas vivências deve ser articulada à teoria da motivação de Lídia Bozhovich, para quem os sujeitos agem a partir de um sistema dinâmico de necessidades e motivos que se desenvolvem ao longo da vida (Bozhovich; Blagonadiezhina, 1978). Enquanto as necessidades são carências ligadas à constituição da vida e da personalidade, os motivos são construções mediadas — objetos, ideias, afetos ou valores — que orientam a conduta conforme o contexto histórico e social. No desenvolvimento, os motivos se reorganizam, deslocando-se de bases biológicas para formas mais complexas e socialmente mediadas (Bozhovich, 1978). 7

Nesse processo, as vivências, por sua vez, refletem essas necessidades e podem também gerar novas: uma

experiência positiva pode se transformar em motivação futura, ao se converter em objetivo em si mesma (Bozhovich, 2023). Assim, o estudo das vivências, sentidos, necessidades e motivos permite compreender como os sujeitos se constituem e se relacionam com os territórios, oferecendo uma chave interpretativa fundamental para pensar os processos de apropriação do espaço.

Aproximando-se dessa concepção, autores como Pol (1996) e Vidal (2002) refletem sobre a noção de identidade de lugar, segundo a qual o espaço só adquire valor simbólico quando se torna lugar — um espaço vivido, carregado de significados, afetos e memórias. Pol e Valera (1999) distinguem duas formas de apropriação: a a priori, realizada por agentes institucionais que impõem sentidos ao espaço; e a a posteriori, derivada do uso cotidiano e da experiência concreta dos sujeitos. Essa distinção é fundamental para compreender como camponeses amazônicos constroem sentidos próprios para seus territórios, frequentemente em contraposição a imposições externas que visam padronizar ou mercantilizar o uso da terra.

A realidade amazônica, marcada pela expansão da fronteira agrícola, pelo avanço do agronegócio e por sucessivos ciclos de expropriação, impõe desafios urgentes à Psicologia. As comunidades camponesas, em sua maioria compostas por migrantes expulsos de outras regiões, enfrentam processos de desterritorialização, violência fundiária e deslegitimação de seus modos de vida. A Psicologia, nesse contexto, deve avançar para além de uma compreensão individualizante da subjetividade, assumindo um compromisso ético-político com os sujeitos historicamente oprimidos.

Nesse cenário, as zonas de fronteira agrícola se configuram como espaços privilegiados para observar tanto os processos de expropriação quanto as práticas de resistência e de reinvenção do território. Como aponta Martins (2016), a fronteira é um espaço de ambiguidade, onde a ordem social instituída se desfaz e se impõem relações precárias e violentas. Mas é também nesse espaço-limite que emergem novas formas de sociabilidade, de luta e de produção simbólica do território.

Compreende-se que os sujeitos constroem sentidos e motivos a partir de vivências situadas historicamente, mediadas pelas relações sociais e pelo espaço material em que estão inseridos. Essa construção ocorre em uma trama complexa de experiências e mediações simbólicas que moldam a forma como os indivíduos se apropriam da realidade. A apropriação do espaço, assim, não pode ser vista como mero uso funcional, mas como expressão de processos afetivos, culturais e motivacionais que estruturam práticas sociais e modos de vida. As ações no território são orientadas por sentidos que emergem da vivência singular dos sujeitos em sua situação social de desenvolvimento (Pinheiro; Silva, 2018; Carvalho; Pinheiro; Silva, 2022). Esses sentidos, articulados às condições concretas de existência e ao sistema motivacional, revelam formas específicas de relação com o mundo e com o espaço.

A investigação dos modos de apropriação do espaço na Amazônia, portanto, exige uma abordagem dialética entre vivência, sentido, motivo, espaço e território — compreendidos como dimensões indissociáveis da constituição subjetiva e da ação social situada.

A reflexão desenvolvida neste trabalho parte de formulações teóricas elaboradas a partir de uma pesquisa de doutorado em andamento, que busca analisar os processos psicossociais envolvidos na apropriação do espaço por camponeses em uma região de fronteira agrícola na Amazônia. Essa abordagem articula-se ao GT 53 ao discutir espaço e território como processos atravessados por dinâmicas de espoliação e resistência. Compreender como os sujeitos elaboram sentidos e motivos que orientam suas práticas de resistência exige

atenção às experiências vividas e às formas de apropriação desses espaços.

Em síntese, a proposta reafirma a importância de uma psicologia comprometida com a realidade concreta dos sujeitos, atenta às contradições sociais e capaz de dialogar com outros campos do conhecimento. Ao incorporar a dimensão simbólica da apropriação do espaço e reconhecer a centralidade dos sujeitos em sua produção, a Psicologia Histórico-Cultural oferece ferramentas conceituais fundamentais para compreender os processos de subjetivação, pertencimento e resistência na Amazônia.

Referências

BOZHOVICH, L. El problema del desarrollo de la esfera motivacional en el niño. In: Estudio de la motivación de la conducta de los niños y adolescentes. Editorial Progreso: Moscou, 1978. p.9-41.

BOZHOVICH, L.; BLAGONADIEZHINA, L. Prefacio. In: Estudio de la motivación de la conducta de los niños y adolescentes. Editorial Progreso: Moscou, 1978.

BOZHOVICH, L. Tradução: MARÍLIA DAEFIOL HERRERO GOMES, T. A situação social do desenvolvimento infantil. Germinal: marxismo e educação em debate, [S. l.], v. 15, n. 1, p. 612–638, 2023.

CARVALHO, R. S.; PINHEIRO, R. L.; SILVA, A. P. S. Apropriação do espaço escolar e participação infantil por crianças de movimentos de luta pela terra. Instrumento: Revista de Estudo e Pesquisa em Educação, v. 24, n. 2, p. 648-668, 2022.

PINHEIRO, R. L.; SILVA, A. P. S. Apropriação do espaço e psicologia histórico-cultural: reflexões e apontamentos para possíveis aproximações. Arquivos Brasileiros de Psicologia, v. 70, n. 3, p. 259–273, 2018.

POL, E. La apropiación del espacio. In: IÑÍGUEZ, Lupicínio; POL, Enric(Ed.). Cognición, representación y apropiación del espacio. Barcelona:Publicacions Universitat de Barcelona, 1996.

POL, E.; VALERA, S. Symbolisme de l'espace public et identitée sociale. Villes en Paralèlle, n. 28/29, p. 13-33, 1999.

ROSA, M. P. Campesinato e luta de classes: um estudo psicológico sobre o processo de consciência. 2022. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

SANTOS, M. Metamorfoses do Espaço Habitado: fundamentos Teórico e metodológico da geografia. São Paulo: Hucitec,1988.

VIDAL, T. El procés d'apropiació de l'entorn: una proposta explicativa i la seva contrastació. 2002. Universitat de Barcelona, 2002.

VIGOTSKI, L.S. Quarta aula: a questão do meio na pedologia. Tradução: VINHA, M. P.

Psicologia USP, São Paulo, n.21, v.4, p.681-701, 1935/2010.

VIGOTSKI, L. S. Pensamento e palavra. In: L. S. Vigotski. A construção do Pensamento e da Linguagem. São Paulo: Martins Fontes. 4 edição, 2020. cap. 7, p. 395-486 (Original publicado em 1934).

As Jornadas de Junho de 2013 e a formação social do sujeito: uma leitura a partir de Martín-Baró

Mariana Calvi dos Santos (UNIFAL), Alexia Thamy Gomes de Oliveira (UNIFAL), Luis Antônio Groppo (UNIFAL)

As Jornadas de 2013 foram um movimento de protestos que emergiu no Brasil, inicialmente motivado pelo aumento das tarifas de transporte público. Depois de protestos semelhantes em Porto Alegre/RS, no início de 2013, em junho, o que começou como uma manifestação local em São Paulo rapidamente se transformou em uma onda de manifestações em diversas cidades do país, envolvendo milhões de pessoas. Esses movimentos abordaram não apenas questões de transporte público, mas também uma ampla gama de insatisfações sociais, políticas e econômicas o que, ao nosso ver, representa a importância desse movimento na capacidade de mobilizar diferentes segmentos da sociedade e de provocar um debate intenso sobre o papel do Estado, a democracia e os direitos civis no Brasil.

Por isso, entendemos que, à medida que os sujeitos se inserem em espaços políticos, os processos de reflexão e de conscientização sobre a sua própria realidade se tornam possíveis, tornando-os protagonistas de sua própria história. Isto posto, o presente trabalho tem como objetivo apresentar e discutir os resultados parciais da pesquisa intitulada “Dimensões Educacionais das Jornadas de Junho de 2013" que teve como objetivo analisar as motivações, experiências e trajetórias após as jornadas de junho.

Em clara articulação com o Eixo 04 - Direitos, movimentos sociais e desafios à Democracia, o qual visa discutir a práxis psicossocial junto aos movimentos sociais e coletivos de luta pela garantia de direitos, representatividade, justiça social e defesa da democracia; e com o Grupo de Trabalho 53 - Trincheiras da Psicologia Social Crítica: lutas, resistências e organizações populares em Territórios periféricos, o presente trabalho apresentará dados que possibilitam refletir sobre a construção do sujeito em sua ação política no contexto das mobilizações sociais ocorridas em junho de 2013. Em seus aspectos metodológicos, foram realizadas 37 entrevistas semiestruturadas com ativistas e militantes durante as manifestações que visavam analisar a complexidade das ações coletivas de 2013, que marcaram as memórias e as concepções políticas de grande parte destas pessoas.

Considerando a profundidade dos elementos trazidos nos relatos coletados, neste trabalho vamos apresentar a análise de uma das entrevistas, sendo essa a da participante Rita, que é uma mulher negra, bissexual, assistente social e militante. Vale salientar que, de acordo com a participante, a sua formação política se deu em movimento católico progressista (JBD – Jovens em Busca de Deus) de Fortaleza/CE, dado que nos apresenta um elemento de articulação com as Comunidades Eclesiais de Base (CEB’s).

O trabalho se orienta pela Psicologia Social Crítica, a qual propõe que o sujeito se constroi dentro dos espaços sociais por meio de seus entrelaçamentos com a realidade material e objetiva e que, nessa relação, o sujeito participa ativamente da construção da sociedade a qual pertence. Com base nela, entendemos que os movimentos sociais podem funcionar como espaços de construção de subjetividades que, atravessadas por elementos da realidade social, se utilizam dos movimentos sociais como potenciais espaços para a práxis. Nessa perspectiva, o pensamento de Baró (1996) corrobora tal reflexão considerando os processos de conscientização como conexão entre o sujeito em sua dimensão psicológica e o mundo ao qual habita em seus aspectos sociais e políticos. Além disso, o pensamento de Milton Santos, em

Metamorfoses do Espaço Habitado (1988), contribui para pensarmos as relações entre os sujeitos e os lugares sociais aos quais estão vinculados, ao expor que tal espaço deve ser compreendido como uma construção social, marcada pelas contradições entre a lógica técnica do capital e a vida cotidiana das populações.

Na pesquisa aqui apresentada a participante traz que a sua motivação para fazer parte das Jornadas de 2013 se deu com o objetivo de denunciar as obras da Copa do Mundo de 2014 que causariam uma remoção em massa em sua comunidade, o Lagamar, bem como evidenciar a falta de diálogo com o então governador. De acordo com a participante, sua mobilização visava denunciar os impactos que causariam essas intervenções.

As falas de Rita exemplificam como o espaço urbano é continuamente (re)organizado por interesses econômicos que desconsideram os sujeitos que o habitam, resultando em processos de segregação e exclusão, expressando resistência à apropriação desigual do território e à negação do direito à permanência e à dignidade em seu lugar de moradia, como é possível observar no seguinte trecho:

A gente não estava nesse movimento, a gente era um movimento isolado da comunidade, a gente sabia que os atos estavam acontecendo, a gente foi para todas as manifestações que tiveram, as grandes manifestações. A nossa pauta dentro daquele caos que foi a Jornada de Junho, ela não comovia as pessoas, porque tinha ali um peso muito grande de pessoas que não tinham a mesma realidade que a gente. Então a gente se sentia a cota pobre dentro das Jornadas de junho.

As falas trazidas durante a entrevista exemplificam o motivo da participação deles nas Jornadas: a busca por visibilidade. No entanto, teria sido apenas uma decisão estratégica, motivada pela visibilidade que as Jornadas ofereciam? Como a participante afirmou: "a gente tem que ir porque lá tem muita, muita televisão e pelo menos eles vão ver que quem está sendo removido está gritando!" (Rita, entrevista). Ou haveria algo além? É possível que a decisão de participar estivesse também ancorada em uma dimensão simbólica mais profunda, relacionada ao pertencimento coletivo e à força de um espírito comum de luta. Além disso, ao se referir ao aspecto da representatividade dentro do movimento, a fala da participante expõe certo incômodo dentro do movimento maior, afirmando que "se sentia a cota dentro das jornadas". Para ela, 2013 é identificado pelas grandes manifestações multitudinárias durante "Junho", quando pessoas brancas de classe média desdenharam da pauta de Lagamar.

Apesar dessa fala poder representar elementos de contradição presentes em uma sociedade dividida em classes - fato que não isentaria os movimentos sociais - entendemos que a ausência de percepção de si e dos movimentos de moradia dos quais participava como parte da latência das Jornadas, assim como da não percepção de que outros protestos progressistas que se seguiram a "Junho" (como o Ocupe o Cocó e os próprios movimentos de moradia) fazem parte do mesmo ciclo de protestos, podem representar também as lacunas na construção dessa subjetividade coletiva, o que pode estar relacionado ao curto período de tempo de sua inserção nos movimentos sociais e nas lutas políticas.

O sentimento de exclusão em relação às Jornadas pode ter ocorrido por motivações centrais: a primeira foi o fato de considerar que naquela multidão, a sua demanda, o seu grito, parecia não ter valor frente ao "repertório de contestação" que se apresentava como predominante naquele momento por uma massa recém-chegada às ruas vindas das classes médias brancas - o repertório patriota e a pauta da corrupção; a segunda devido ao movimento não se identificar com o público, que era de maioria branca e de classe média, o que se diferenciava significativamente do seu coletivo, formado por pessoas periféricas, "faveladas", pobres e negras, que tinham a demanda territorial como pauta.

Refletindo sobre as falas da participante em articulação com o conceito de mente grupal de Baró - o qual afirma que todos os membros de uma sociedade participam de algo comum, "algo que não é material, mas espiritual, e que os mantém unidos para além de diferenças e interesses individuais." (Martín-Baró, 2009, p. 33), entendemos que a escolha de Rita pelas Jornadas de Junho não foi apenas pragmática, mas também expressão de uma comunhão afetiva e política, em que as dores e as lutas de uns ressoam nos corpos e nas vozes de outros. E, apesar dos movimentos sociais representarem grupos que foram historicamente marginalizados (Jesus, 2012), deve-se considerar também que esses não estão isentos de contradições pois são compostos por indivíduos que podem carregar objetivos particulares diferentes e dialéticos e que é também a partir das diferenças que se torna possível construir novas articulações entre as diferentes lutas, como os percebidos nas Jornadas de 2013.

Posteriormente ao momento dos atos durante junho de 2013, Rita fez uma análise mais ampla, pois teve conhecimento que outros coletivos também estavam presentes e com o mesmo objetivo, de denunciar as remoções e o descaso do governo. Efetivamente, as Jornadas de 2013 tiveram diversos "repertórios de contestação" atuantes, (Alonso, Mische, 2017), nesse sentido, a Psicologia Social Crítica é convocada para que seja possível reconhecer e se envolver com os sentidos atribuídos ao território pelos sujeitos que o habitam e o defendem como espaço de existência, pertencimento e luta.

Referência bibliográfica:

ALONSO, Angela; MISCHE, Ann. Repertórios em disputa nas jornadas de junho de 2013. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 32, n. 94, p. 1–20, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.17666/329402/2017. Acesso em: 25 de maio de 2025].

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. A visão histórica da psicologia social. In: _____. Problemas de psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 9–42.

Jesus, J. C. (2012) Psicologia social e movimentos sociais: uma revisão contextualizada.

Psicologia e Saber Social, 1(2), 163-186, 2012.

SANTOS, Milton. Metamorfoses do Espaço Habitado: fundamentos Teórico e metodológico da geografia. São Paulo: Hucitec,1988.

"Cresci sabendo. Não querem pretos homossexuais no esporte": Identidades adolescentes e a cultura esportiva afro-brasileira

Arthur Oliveira de Almeida Santos (HCFMB), Paulo Vitor Palma Navasconi (UNESP)

O presente trabalho diz respeito a uma pesquisa narrativa, com estudo teórico-prático, que teve como metodologia uma coleta qualitativa de dados acerca de histórias, enfatizando o tema da cultura do esporte para a juventude negra. Visou-se identificar, numa escola estadual do interior do Estado de São Paulo, as formas como jovens negras(os) se relacionam com a cultura esportiva, envolvendo não só a prática, contudo os demais fatores que englobam o processo de subjetivação desses. Sendo assim, nosso objetivo foi conduzir um estudo teórico-reflexivo-prático em uma escola situada na cidade de Assis: A Escola Estadual Profaº Léa Rosa Melo Andreghetti localizada no bairro Vila Maria Izabel, um bairro periferizado da cidade.

Assim, a pesquisa aqui relatada, após observar a importância da cultura esportiva para jovens negras e negros do território, assim como identificar na literatura a participação histórica do esporte na cultura afro-brasileira e a pouca profundidade no conhecimento construído acerca da realidade étnico-racial brasileira no período da adolescência, pretendeu realizar uma análise, por meio das narrativas dos(as) adolescentes entrevistados(as), sobre como a adolescência se faz presente em suas vidas, considerando as interseções entre raça, gênero, classe e sexualidade. Além disso, investiga como os marcadores sociais impactam a maneira como esses adolescentes se apropriam da cultura esportiva em seu processo de subjetivação. Por fim, visou possibilitar uma discussão sobre os impactos psicossociais do racismo na subjetividade de adolescentes negros e negras, e como a cultura esportiva pode possibilitar espaços de enfrentamento à violência racial e produzir pertencimento étnico-racial, assim como refletir sobre a importância da cultura do esporte para a formação de identidades positivadas de negritude, através de elementos como a prática, o consumo de entretenimento, a moda, e demais fatores que compõem a cultura.

Com isso, nota-se a importância deste trabalho para as discussões do Grupo de Trabalho escolhido, uma vez que a pesquisa buscou, tanto em sua revisão bibliográfica quanto na execução das entrevistas, identificar o papel da Psicologia na manutenção dos mecanismos de opressão, desde a compreensão sobre o que se entende por adolescência e identidade, apropriando-se do olhar de Ciampa (1987) e o constante "vir-a-ser" das transformações da identidade, passando por Souza (2021) para compreender a construção do negro brasileiro e os processos de desumanização e opressão assim como o tornar-se negro, até a notação acerca do silenciamento das violênciais raciais, tanto para a formação subjetiva do sujeito quanto a nível social, reconhecendo a implementação do racismo na divisão do trabalho, na experienciação das fases da vida, no processo de ensino-aprendizagem e nas relações interpessoais, como apontam autores como Gonzalez (2018), Debert (2010), Bicudo (1945), Schucman e Gonçalves (2020), entre outros.

Ademais, o trabalho desenvolvido também contribui na responsabilização das práticas profissionais da Psicologia, tanto na implementação e manutenção dos mecanismos de opressão das relações sociais, quanto no processo emancipatório, ou nas palavras de Nogueira (2013), a partir da concepção apreciada por Martin-Baró (2009a, 2009b,), na construção de uma Psicologia da Libertação, que se fundamenta como uma ciência que tenha como base a "recuperação da memória histórica, a desideologização do senso comum e da experiência cotidiana e a potencialização das virtudes populares" (NOGUEIRA, 2013, p. 52) para a criação de novas possibilidades para a população cuja identidade é forjada num lugar de Outridade, pela qual a desumanização se faz obrigatória no processo de subjetivação.

Objetivando investigar os estudos da Psicologia sobre os atravessamentos raciais na experienciação da

adolescência, teve-se como estratégia metodológica a noção de pesquisa qualitativa a partir dos princípios da pesquisa narrativa, uma vez que a pesquisa narrativa pode ser descrita como uma metodologia que consiste na coleta de histórias sobre determinado tema onde o investigador encontrará informações para entender determinado fenômeno. As histórias podem ser obtidas por meio de vários métodos: entrevistas, diários, autobiografias, gravação de narrativas orais, narrativas escritas, e notas de campo. De acordo com Clandinin e Connelly (2011) essa metodologia utiliza de um processo dinâmico de viver e contar histórias, visando adquirir, por meio da história do sujeito, os elementos necessários para que se possa compreender determinado fenômeno. Em síntese, a pesquisa narrativa usa as narrativas tanto como método quanto como fenômeno do estudo.

No primeiro momento foi realizada uma revisão bibliográfica, por meio de busca de artigos científicos que tratassem sobre Identidade, racismo, adolescência e esporte, que estivessem publicados no Scientific Electronic Library Online (SCIELO) e Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PEPSIC) nos últimos 5 anos, por meio dos descritores: “Racismo e esporte”; “Racismo e juventude”; “Racismo e cultura”; “Racismo e Adolescência”; “Racismo e negritude”; “Racismo, esporte e juventude”; “Racismo, esporte e cultura”; “Racismo, esporte e negritude”; Racismo, “juventude e cultura”; “Racismo, juventude e Adolescência”; “Esporte e negritude”; “Esporte e adolescência”; “Esporte e cultura”; “Esporte e raça”; “Raça e juventude”; “Raça e adolescente”; “Adolescente e esporte”; “Adolescente e cultura”; “Educação e raça”; “Educação e esporte”; “Educação e racismo”; “Esporte e gênero”. E, localizando, foram feitos dois processos de seleção dos materiais, a fim de delimitar os materiais que mais satisfaziam os objetivos aqui esperados.

Após a revisão, realizou-se uma observação sobre o que a narrativa de jovens negros(as) se assemelha e/ou se difere do desenvolvido na literatura. O método de escolha dos entrevistados se tratou da “bola de neve”, que consiste na utilização de cadeias de referências, conforme Vinuto (2014). Após a localização dos materiais, leitura e fundamentação teórica sobre a temática de estudo, a etapa seguinte foi o desenvolvimento das entrevistas em campo. Com a aprovação pelo Comitê de ética em Pesquisa (CEP) com CAAE: 83596224.8.0000.5401, passamos a nos inserir na Escola Estadual Profaº Léa Rosa Melo Andreghetti, para a observação e apresentação da pesquisa para professores e alunos, com o fim de encontrar possíveis interessados na temática.

Assim, foram feitas entrevistas individuais com duas pessoas, ambas autodeclaradas pardas e de 17 anos, que no ano de 2024 cursaram o segundo ano do ensino médio. O primeiro entrevistado, aqui nomeado de Leônidas, se trata de um jovem adolescente cis e gay. Já a segunda, chamada aqui de Rebeca, uma jovem cis heterossexual. Os nomes aqui colocados se tratam de nomes fantasia, a fim de proteger o sigilo acerca da identidade de ambos. E, a despeito de curiosidade, ambos os nomes escolhidos tratam de figuras negras importantes para o esporte brasileiro. O primeiro, em homenagem a Leônidas da Silva “O Diamante Negro”, figura emblemática do futebol brasileiro dos anos 30 e que atuou ativamente na defesa por direitos populares no período. Já a segunda, em homenagem a Rebeca Andrade, atual ginasta artística brasileira, e maior campeã olímpica da história de nosso país.

Com as entrevistas, foi possível trabalhar com ambos os jovens a forma como o racismo, o sexismo e a LGBTfobia atravessam a forma como adolescentes consomem a cultura e praticam (ou não) esportes, notando a presença do Racismo Recreativo na realidade, em concordância com o que apontam Nascimento, Souza e Paula (2024), a invisibilidade da dor do racismo como discorre Santos (2023), e a divisão racial do ambiente escolar como percebeu Bicudo (1945). Ademais, notou-se que, assim como fizeram Baccelli, Benincasa e Frugoli (2024), ainda que se nomeie que o racismo existe pelos docentes, o mesmo é entendido enquanto algo presente nas relações interpessoais, através de piadas e xingamentos direcionados a sujeitos específicos.

Também se pôde observar o que discutem Gonçalves e Pereira (2021) e Camargo (2018), sobre como nos diversos âmbitos do esporte se defende a performance de gênero

e sexualidade que sustentam um modelo tradicional cisnormativo e masculino. Paiva (2013) evidencia o projeto ao tratar sobre o que ocorreu durante o Governo Vargas, com a transformação da Capoeira num esporte nacional, visando promover a ideia da mestiçagem como processo modelo, de formação de um povo brasileiro "homogêneo e mestiço". Leônidas, o jovem entrevistado, nos diz que "eu cresci vendo pessoas que não vão querer pessoas pretas jogando ou pessoas homossexuais jogando. Porque não é isso que eles querem representando o país deles.", evidenciando a percepção do jovem sobre valorização de discursos que sustentam ordens sociais de opressão e tradicionalistas, que mantenham modelos de raça, gênero, sexualidade e demais marcadores sociais em seus devidos papeis, respeitando a hierarquia estabelecida.

Portanto, como apontam Tralci Filho e Santos (2021), destaca-se a relevância do estudo sobre como o esporte para a Psicologia, não apenas no âmbito da relação prática-corpo, mas através de um olhar intercultural como Mattos e Monteiro (2021) apontam, para compreender a juventude negra brasileira e pensar os modos pelos quais é possível romper com os estigmas que a opressão racial, assim como de gênero e sexualidade, impõe, desde as piadas e xingamentos que atingem e marcam esses corpos, à forma como se impossibilita o estudo adequado, se insere precocemente no trabalho, se impede a prática esportiva saudável e que rompa com a valorização dos mesmo padrões de gênero. E que, visando o que traz Souza (2021) e Nogueira (2014), promover um tornar-se negro positivado, reconhecido, pertencente, através de uma prática psi libertadora.

Futebol de "várzea" Ações coletivas como via de resistência de jovens negros em contextos comunitários

Edno Pires de Oliveira Junior (UFSC), André Luiz Strappazzon (UFSC), Carolina Alves Luengo (UFSC), Jennifer Elizabeth Vieira (UFSC), Bianca Leslie Moreira Silva (UFSC), Gabriela Lucas da Luz (UFSC), Leonara Justo Model (UFSC), Letícia Ruiz Câmara Schmidt (UFSC), Maria Fernanda da Silva Piucco (UFSC)

Este trabalho apresenta reflexões e vivências construídas no Projeto de Extensão "Escuta Coração da Chico". Tal projeto representa a parceria entre o Instituto Gerações da Chico (IGC) e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que ofertam para estudantes do curso de graduação em Psicologia a possibilidade de atuarem enquanto extensionistas e/ou estagiários na modalidade de estágio curricular obrigatório, cujo sua ênfase se detêm acerca dos processos comunitários e ações coletivas. O Instituto Gerações da Chico, se configura enquanto uma Organização da sociedade Civil (OSC) voltada à crianças e adolescentes, que tem como campo de atuação a Comunidade Chico Mendes, uma das nove comunidades que formam o Bairro Monte Cristo, na região da Grande Florianópolis/SC. Fruto de ocupação, a história da comunidade é marcada por disputas que refletem as lógicas coloniais, racistas e violentas pelas quais o Brasil se constitui. Como aponta Almeida (2018), o racismo estrutural organiza desigualdades e legitima a violência institucional, afetando diretamente a população negra. A comunidade Chico Mendes é atravessada por essas dinâmicas, sendo constantemente alvo de intervenções violentas e autoritárias por parte de agentes do Estado, que subjetivam jovens negros a partir da lógica do controle e da exclusão (CRUZ et al., 2017). Surge então a necessidade de uma revisão das práticas que nos foram apresentadas na universidade, relendo as demandas apresentadas pela comunidade a partir de uma perspectiva decolonial e comunitária (Passos, 2023), que reconhecendo o sofrimento ético-político (Sawaia, 2004) mas não se acanhar diante dele. Através da escuta sensível dos jovens do IGC, a atuação dos estagiários se estruturou a partir da observação participante, na intenção de compreender, por meio da imersão no cotidiano das atividades, as dinâmicas relacionais, afetivas e políticas imersas em processos coletivos. A observação participante permitiu o registro sensível das interações, escutas e trocas, possibilitando uma aproximação com os modos de existir, resistir e de criação que emergem nas brechas. Os registros foram sistematizados em diário de campo, articulando as percepções dos estagiários com referenciais da psicologia social crítica e comunitária. Objetivamos com este trabalho, a partir da realização de um campeonato comunitário de futebol, refletir sobre os modos de existência e resistência de jovens negros do IGC, bem como apontar estratégias de cuidado construídas coletivamente, a partir do cotidiano no projeto. A atuação em território foi norteada com o pressuposto de contribuir com expressões das vivências na autoria das narrativas juvenis, compreendendo-os como produtos e produtores de sua realidade social. Nossa práxis aconteceu respeitando o saber local e investindo na construção conjunta sobre os atravessamentos nos modos de existências e resistências de jovens negros no território. Trouxemos, assim, a vivência do time de futebol do IGC para reflexão, onde, nesse contexto, para além do superficial de jogos e disputas em busca da vitória, essa vivência se apresentou de modo a ressignificar, através do coletivo, o futebol como uma prática de vínculo, proteção e irmandade. Com esta perspectiva, focamos nosso olhar para a vivência dos participantes do futebol em seu cotidiano, uma atividade que acontecia a poucos passos da sede do projeto que passou a se tornar um espaço

situado e compartilhado com a psicologia, possibilitando que os jovens se expressem, contem histórias, reflitam sobre seus contextos e produzam novas formas de fortalecimento de vínculos comunitários e reinvenção de si. Passamos a apostar no futebol, inicialmente, como forma de criação de vínculo com os jovens enquanto prática cotidiana do território. Contudo, rapidamente o potencial do esporte transbordou seus benefícios físicos na vida desses jovens, conquistando um novo significado. O jogo passou a se estender, indo além de suas quadras e regras, tornando-se então dispositivo clínico-político (Gomes, 2023). Com isso voltamos nosso olhar, desejo e implicação aos modos práticos e cotidianos de existência, resistência e produção de saúde que já existiam e já eram praticados por essas crianças e adolescentes. A realização de um campeonato surge da aposta dos estagiários e extensionistas em produções de discursos que sejam tão políticos quanto pessoais, reconhecendo a intrínseca relação de como o pessoal é político e o político é pessoal (Kilomba, 2019). O futebol, nesse contexto, mais do que esporte, tornou-se espaço de escuta, afeto, proteção, lazer e cultura. Ao ouvirmos a resposta de 3 adolescentes ao serem perguntados se estavam bem após uma abordagem policial que aconteceu ao término do campeonato foi a seguinte: "Se eu estivesse sozinho ficaria com medo, mas nós estávamos juntos, então foi de boa!". Outra resposta indagava: –"Num time, nós somos irmãos e você protege um irmão, né?". Tais falas revelam a potência da irmandade e pertencimento no grupo. Em outro momento pudemos observar tais práticas, através do luto vivenciado por uma das crianças da comunidade, pela perda do avô. Após realizar um gol, ele comemora com as duas mãos apontando para o céu enquanto chora, o que rapidamente foi captado por outras crianças. Logo, todas as crianças presentes partem para acolhê-lo, surgindo o convite para que todos comemorem com o mesmo gesto, dedicando a celebração coletiva do gol para o avô. Tais relatos carregam em si algo forte, que contribui para a relevância da atuação dos estagiários e extensionistas, apesar das problemáticas das OSs e demais instituições filantrópicas. A vivência de irmandade gerada pelo futebol de várzea possibilitou outro tipo de experiência aos adolescentes que foram submetidos à abordagem policial. Assim como o compartilhar da vulnerabilidade do luto abertamente — que apesar de representar uma elaboração singular fundamental — ganha força quando vira foco de legitimação, acolhimento e celebração coletiva. Tal irmandade simboliza uma intensidade de forças cotidiana e sistematicamente desmobilizada (assim como outras dimensões da vida de um jovem negro da comunidade), mas que aqui ressurge como prática de cuidado coletivo, resistência, proteção e aquilombamento. A partir das reflexões trazidas por Gomes, Maheirie e Corrêa (2021), é possível compreender como os espaços coletivos constituídos com jovens funcionaram como dispositivos de subjetivação política. Quando o gesto de celebrar um gol se torna coletivo, quando perde-se o medo de ficar na pracinha e/ou de passar por uma abordagem policial, pois não estão sozinhos e juntos eles se protegem. Aí mora a potência do coletivo. Existe-se e resiste-se a partir de um outro lugar que não aquele que os coloca como rivais e os aliena da vida comunitária. Abrem-se brechas para que os sujeitos ampliem significados, rompam com com discursos opressores, permitindo o deslocar do lugar de passividade e assumindo o protagonismo na construção de seus modos de existir. O surgimento de aspectos suporte e de resistência que atravessam esses jovens no momento de futebol — seja um luto ou uma abordagem policial calcada no racismo — expressam as dimensões afetivas que não apenas demandam um time, mas também o criam (Hooks, 2021). As intervenções, reconhecendo a vivência dos jovens no time de futebol, permitiram o compartilhamento de experiências e a elaboração de sentidos sobre a realidade vivida, ao mesmo tempo em que incentivaram o engajamento crítico diante das desigualdades estruturais. No contexto do Instituto Gerações da Chico, foi possível observar como as atividades realizadas e seus desdobramentos afetivos e simbólicos produziram espaços de escuta, cultura, cuidado, lazer e

fortalecimento, possibilitando a construção de vínculos e reapropriação do território. Apontando como uma prática de grande potência que já se havia se instituído no cotidiano, mas que passou a ser negligenciado por ser compreendido enquanto "vagabundagem" e "perda de tempo". A escuta sensível, o reconhecimento da dor e potência presentes nos jovens negros atraves do fortalecimento de laços coletivos demonstraram caminhos para uma atuação que acolha o sofrimento ético-político e, ao mesmo tempo, atue em suas brechas, apostando em estratégias de proteção e subjetivação diante dos atravessamentos cotidianos. Emergindo nos encontros e trocas, o investimento dos estagiários nas práticas já existentes na vivência dos jovens, serviu de catalisador para o maior protagonismo de si e dos seus nos processos de produção de cuidado e saúde. O presente trabalho, portanto, dialoga com grupo de trabalho "Trincheiras da psicologia social crítica: lutas, resistências e organizações populares em territórios periféricos", abordando práticas construídas no cotidiano do território e tecendo reflexões sobre os modos de existência e resistência dos jovens do projeto, na aposta do "futebol de várzea" como prática de cuidado, proteção e subjetivação política. Alinhando-se ao eixo temático "Direitos, movimentos sociais e desafios à democracia", evidenciamos o trabalho da psicologia, sustentado por uma perspectiva crítica e decolonial, reforçando o compromisso ético-político com a produção de saberes enraizados no território.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em Rondônia: relatos de quem ousou subverter a história

José Matheus Oliveira da Silva (UNIR), Solange Struwka (UNIR)

Introdução

Este trabalho integra as pesquisas desenvolvidas pelo Grupo Amazônico de Estudos e Pesquisas em Psicologia e Educação (GAEPPE) da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) em parceria com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) de Rondônia. Teve como objetivo contribuir na sistematização da história de resistência e luta pela terra no estado de Rondônia pelo referido movimento.

Para isso, articulamos ensino, pesquisa e extensão. Partimos de uma perspectiva crítica em Psicologia Social, ancorada no materialismo histórico-dialético e na Psicologia histórico-cultural, para compreender os processos de organização coletiva e enfrentamento às violências estruturais.

O estudo se insere no GT 53, "Trincheiras da Psicologia Social Crítica", ao destacar como os saberes e práticas dos sujeitos periféricos – neste caso, camponeses e camponesas sem terra – constroem alternativas de existência frente ao avanço do agronegócio e à omissão do Estado.

Objetivo

Nosso objetivo central foi registrar e analisar a trajetória do MST em Rondônia, desde suas primeiras ocupações nos anos 1980 até os assentamentos consolidados até 2024.

Buscamos, ainda, evidenciar como a memória coletiva, especialmente a das mulheres, se tornou instrumento político de resistência, confrontando o apagamento histórico imposto pelas elites agrárias.

Fundamentação teórica

Nosso estudo se ancora em três eixos principais:

Sendo o primeiro eixo o da Psicologia Social Crítica Latino-americana: Seguindo Martín-Baró (2017), compreendemos que "A conscientização é processo histórico que articula dimensões psicológicas e políticas", rompendo com o silenciamento imposto às maiorias. Ainda assim, o autor afirma que "A Psicologia deve se colocar à serviço das maiorias oprimidas" (Martin Baró, 1996, p. 15), posição que orientou nosso trabalho.

O segundo eixo teórico se trata do Materialismo histórico-dialético: utilizamos esta ferramenta teórica para analisar as contradições do capitalismo na Amazônia, onde a concentração fundiária e a violência do agronegócio (responsável por 97% do desmatamento em RO, segundo MapBiomas, 2022) se chocam com a resistência organizada dos trabalhadores rurais. Não obstante, José de Souza Martins (1981) nos alerta que a mesma classe que lucrou com a escravização de homens e mulheres negras no passado se beneficia da exploração da terra.

O terceiro eixo se refere ao Território como espaço de vida e luta: Com Milton Santos (1988), entendemos que os assentamentos não são meras localizações geográficas, mas espaços carregados de história, memória e transgressões nas relações de poder impostas pelo capitalismo. As ocupações do MST ressignificam esses territórios, transformando áreas improdutivas em espaços de vida e produção coletiva.

Metodologia

Optamos pela Pesquisa Participante, metodologia que surgiu na América Latina justamente para amplificar as vozes das maiorias silenciadas. Entre 2023 e 2024, realizamos cinco viagens a oito assentamentos, onde participamos de rodas de conversa com mais 162 participantes. Além disso, realizamos entrevistas individuais e coletivas com as lideranças de cada assentamento e do movimento. Tendo em vista o exposto, utilizamos registros audiovisuais (fotos, vídeos e áudios) para sistematizar as informações e colaborar com a construção de um livro alusivo aos 40 anos de resistência nacional do movimento.

Resultados e discussão

A partir da análise dos dados empíricos, a pesquisa revelou dois momentos distintos na formação e consolidação do MST em RO:

O primeiro com as ocupações espontâneas (1984-1989), marcadas pelo individualismo e por desafios como malária e pistoleiros. Sobre esse cenário, os assentados relatam “que cada pessoa estava interessada apenas no seu pedaço de terra” e que o MST “patinava” para organizar as diversas ocupações espontâneas que existiam.

Já o segundo momento é marcado pela virada organizativa (pós-1989), quando o movimento passou a ocupar terras improdutivas, já desmatadas pelos fazendeiros, como a Fazenda Seringal (9 mil hectares conquistados).

Damos especial destaque para a participação decisiva das mulheres na construção do movimento, pois foram elas que assumiram a linha de frente nas ocupações e na construção da agroecologia nos assentamentos.

Nesse ínterim, a produção de alimentos saudáveis nos assentamentos desafia o agronegócio que é responsável por 97% do desmatamento em RO, segundo o relatório do MapBiomas (2022).

Ainda assim, a luta dos camponeses é marcada pela falta de políticas públicas. Mesmo após 40 anos de denúncias e resistências as famílias ainda lutam, entre muitas coisas, por infraestrutura básica e escoamento da produção.

Considerações Finais

Nestes 40 anos, o MST em Rondônia assentou mais de duas mil famílias de trabalhadores sem terra, conquistando mais de 56 mil hectares de terras que não cumpriam sua função social.

Em virtude da agroecologia, o MST se tornou uma importante ferramenta para resistir ao modelo destrutivo do agronegócio e construir a reforma agrária em Rondônia.

A história do MST em Rondônia evidencia que a reforma agrária é, antes de tudo, um projeto político de transformação social. A Psicologia, ao se comprometer com essa luta, assume seu papel na devolução do conhecimento às comunidades, como propõe Martín-Baró. Os materiais produzidos (podcasts, vídeos) não apenas documentam, mas fortalecem a resistência ao permitir que os sem terra contem sua própria história.

Além disso, destacamos a importância da continuidade das pesquisas e extensões universitárias junto ao movimento dos trabalhadores sem terra, a fim de aprofundar e conhecer ainda mais sobre esta importantíssima ferramenta para a construção de uma sociedade que enfrenta as desigualdades e injustiças sociais.

Referências

MARTÍN-BARÓ, I. O papel do psicólogo. Estudos de Psicologia, Natal, v. 2, n. 1, p. 7-27, 1996.

MARTÍN-BARÓ, I. A desideologização como contribuição da psicologia social para o desenvolvimento da democracia na América Latina. In: LACERDA JR., F. (Org.). Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais. Petrópolis: Vozes, 2017. p. 55-65.

MARTINS, J. S. O cativeiro da terra. 8. ed. São Paulo: Contexto, 1981. 240 p.

MINAYO, M. C. S. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. 108 p.

PAJOLLA, M. Agronegócio foi responsável por 97% do desmatamento no Brasil em 2021: MapBiomas revela que devastação cresceu 20% em todos os biomas. Brasil de Fato, 19 jul. 2022. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2022/07/19/agronegocio-foi-responsavel-por-97-do-desmatamento-no-brasil-em-2021. Acesso em: 26 mar. 2025.

SANTOS, M. Metamorfoses do espaço habitado. São Paulo: Hucitec, 1988. 150 p.

ENTREVISTA. Leôncio. Rondônia, 2024. Entrevista concedida ao projeto MST-RO. Arquivo de áudio e vídeo.

Ocupação Urbana de Luta por Moradia: Da iminência do despejo à continuidade da luta

Guilherme Corrêa Miranda, Lara Brum de Calais (UFES)

Esta comunicação apresenta o relato da pesquisa "Processos de aquilombamento e luta(s) por moradia: possíveis fissuras diante das lógicas coloniais", vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional da UFES. A presente pesquisa se desdobra no bojo da luta pelo direito à moradia na Região Metropolitana da grande Vitória (RMGV), especialmente através do mergulho sensível nos processos cotidianos que envolvem a Ocupação Vila Esperança, situada no município de Vila Velha/ES. A Vila Esperança é uma ocupação urbana de luta por moradia, com cerca de 800 famílias, inserida em um violento contexto jurídico-político de disputa fundiária. Com as primeiras casas construídas em 2017, a Vila Esperança, desde então, vem se costurando como a saída inventada por suas moradoras para existir e resistir frente à precarização da vida, a ausência de políticas públicas de moradia, aos altos índices do déficit habitacional no Brasil e a negação do direito à cidade. A disputa de forças e narrativas entre município, empresários e ocupantes tensionam um intenso conflito que se alastra ao longo dos últimos anos e que opõe a função social da terra frente aos interesses e imperativos do mercado imobiliário. Habitada majoritariamente por mulheres negras, a referida Ocupação se distribui por um extenso território rururbano, com chão de terra, lagos e área florestal que possibilitam o cultivo de quintais, hortas e a convivência com não humanos. Práticas de produção comum, como as hortas comunitárias, as assembleias e os mutirões coletivos são algumas das práticas que tecem e fortalecem as relações entre moradores e território. A sobreposição da propriedade privada individual sobre todos os demais direitos (Rolnik, 2019), enquanto dispositivo que norteia o habitar colonial da terra (Ferdinand, 2022), articula-se ao projeto colonial-racista-patriarcal em curso e à racionalidade capitalista neoliberal, de modo a produzir e perpetuar a insegurança de posse nos territórios em situação de ocupação, como no caso da Vila Esperança. Como perspectiva político-teórica, a aliança com os pensamentos de Beatriz Nascimento (2021) e Abdias Nascimento (2019), contribuem com a abertura crítica de um olhar pesquisador que trabalha nas interlocuções possíveis entre a continuidade dos processos de aquilombamento e a construção das ocupações urbanas, sob a ótica de que as sociabilidades negras continuam a impor a possibilidade de construir outros mundos possíveis nos mais distintos espaços. Desse modo, com o foco na relação entre raça, gênero e luta por moradia, a presente pesquisa buscou investigar como a confluência da população afro-diaspórica em um território de luta por moradia produz tecnologias inventivas, que agenciam, reposicionam e reorientam as relações de pertencimento com a comunidade criada e com o território habitado. As categorias de ancestralidade, cuidado, e memória ganharam relevância especial no desenho metodológico traçado, através da percepção de que a partilha desses afetos constitui o mote que agencia a luta pela terra a outros horizontes de luta, que pautam a dignidade e a afirmação da vida. Diante do exposto, a pesquisa em questão relaciona-se ao "Eixo Temático 8: Questões socioambientais e contextos rurais e urbanos", por colocar em cena a interface entre Psicologia e políticas de moradia e habitação; assim como o aprofundamento das dinâmicas que envolvem processos de subjetivação e contextos de precarização das condições de vida e conflitos territoriais. A escolha ético-política por uma Psicologia comprometida com a justiça social e posicionada na direção de lutar, junto a parcela da população mais vulnerabilizada e precarizada, pelo direito fundamental à moradia e a função social da terra,

relacionam esta pesquisa com o "GT 53: Trincheiras da Psicologia Social Crítica: lutas, resistência e organizações populares em Territórios periféricos". A participação e o acompanhamento dos espaços políticos, de vivência e de construção da Vila Esperança, como as assembleias, a horta comunitária, as reuniões do planejamento de bairro, as festividades, formaram o campo de investigação e pesquisa. As instituições jurídicas e parlamentares complementam o espaço de trânsito de uma pesquisa que caminhou pelos contornos dos intensos acontecimentos que incidiram sobre a Vila Esperança, especialmente no ano de 2025. Dentre outros fatores, em decorrência da especulação imobiliária e das desigualdades socioespaciais, o despejo da Vila Esperança foi marcado para o dia 08 de abril de 2025. A violência do discurso jurídico, as estratégias de coerção e controle por parte dos empresários que se diziam proprietários da terra e a anuência e ausência do município, diante de todo o processo preparatório para a despossessão, articularam-se para produzir um cenário de guerra e terror, cuja meta era forçar a saída dos(as) moradores(as) antes mesmo do dia marcado para o despejo. O medo e a intencionada coerção tiveram como efeito o esvaziamento massivo da Ocupação durante a semana que antecedeu a data de reintegração de posse. Resistiram no território, principalmente, mulheres, crianças, idosos e pessoas com deficiência, cujas condições para encontrar alternativas próprias para a realocação eram inexistentes. Estratégias de cuidado, resistência e enfrentamento eram pensadas e repensadas a todo momento e as mais distintas redes de apoio e luta foram acionadas, com a intenção de encontrar saídas possíveis diante da tragédia humanitária que estava se desenhando. Na iminência do despejo, na noite do dia 07 de abril de 2025, uma liminar do Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu o ato de reintegração de posse que aconteceria na manhã do dia seguinte. A celebração e o fio de esperança se reacenderam novamente, em um território que se mobilizou e se uniu até o último instante na direção de pleitear e insistir que direitos mínimos fossem respeitados. A luta dos moradores pela permanência segue em andamento e a liminar do STF foi uma vitória fundamental em meio a tantas outras que a comunidade da Vila Esperança trabalha diariamente para conquistar, como o direito ao saneamento básico e a distribuição de energia elétrica e de água no território. Com efeito, a trajetória de luta e resistência das moradoras da Ocupação Vila Esperança abre caminhos para a reflexão de como os territórios negros e periféricos seguem produzindo fissuras diante das lógicas coloniais que estruturam as formações dos espaços urbanos. Nesses territórios, o encontro com a alteridade faz germinar novos sentidos e significados atribuídos aos processos de aquilombamento, que podem atuar no presente enquanto ética de cuidado, proteção e pertencimento.

REFERÊNCIAS:

FERDINAND, Malcom. Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

NASCIMENTO, Abdias. O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista. 3. ed. São Paulo: Editora Perspectiva; Rio de Janeiro: Ipeafro, 2019.

NASCIMENTO, Beatriz. Uma história feita por mãos negras: Relações raciais, quilombos e movimentos. Allex Ratts (org.), 1. ed., Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

ROLNIK, Raquel. Guerra dos lugares: A colonização da terra e da moradia na era das finanças. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

Os impactos da fome nas trajetórias das mulheres em situação de rua

Thamara Barbosa Teixeira Dias (UFC), Thamara Barbosa Teixeira Dias (UFC), Verônica Morais Ximenes (UFC)

Esse trabalho apresenta o projeto de dissertação vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). O desenvolvimento social brasileiro, baseado no racismo e na violência, reproduz de maneira eficaz e dependente o capitalismo. Nele, as desigualdades sociais se acentuam cada vez mais devido à concentração de renda e terra na mão de poucos. Nesse cenário, a fome e a situação de rua se tornaram a realidade de muitos brasileiros. Às mulheres são reservadas violações ainda maiores que interseccionam os marcadores sociais. A cidade de Fortaleza, imersa em suas contradições, ao mesmo tempo que representa a capital mais desenvolvida do Nordeste, ocupa a quinta colocação de cidade que mais possui pessoas em situação de rua do Brasil. O entrecruzamento de tais vulnerabilidades, a extrema pobreza, a situação de rua, a fome e o lugar socialmente imposto à mulher, possui consequências diretas na vida de uma parcela da sociedade. Dessa maneira, pergunta-se, como a fome impacta a trajetória de vida das mulheres em situação de rua na cidade de Fortaleza?

O GT 53 (Trincheiras da Psicologia Social Crítica: lutas, resistências e organizações populares em Territórios periféricos) propõe a pensar as lutas e resistências das populações periferizadas, dialogando com o objetivo da pesquisa em construção. O objetivo geral é compreender como a fome impacta nas trajetórias de vida das mulheres em situação de rua na cidade de Fortaleza - CE. Os objetivos específicos são traçados em mapear as trajetórias das mulheres em situação de rua; analisar os sentidos da fome para mulheres em situação de rua e identificar modos de resistência para o enfrentamento da fome pelas mulheres nas ruas.

A construção teórica do trabalho se ancora nos estudos da fome realizados por Josué de Castro (2022). A exploração sempre teve como alvo povos e culturas não brancas, atacando fortemente os sistemas alimentares para o sucesso da monocultura. A resistência sempre se deu a partir da organização do povo, sobretudo o povo negro, que trava a constante luta pela sobrevivência. O entendimento político da fome enquanto um problema estrutural movimentou o país na criação de políticas públicas em diversas áreas que acarretaram a saída do país do Mapa da Fome da ONU em 2014. Entretanto, diante dos desmontes governamentais que se seguiram ao golpe da Dilma, (Campello & Bortoletto, 2022) em 2022 o Brasil apresenta o número de 125,2 milhões de brasileiros em algum grau de insegurança alimentar (Rede PENSSAN, 2022).

A luta social de resistência permite que o Brasil passe por um momento de retomada das políticas sociais, entretanto ainda dói o corpo de quem sempre sentiu. Considerado um fenômeno social e coletivo da sociedade brasileira, (Castro, 2022) os estudos sobre a fome ainda não são suficientes para explicá-la. Primeiro por serem poucos, segundo por não serem suficientes para o real entendimento de quem não a atravessou (Silvestre, 2021).

No Brasil, o retrato de quem passa fome é nítido, tem gênero, raça, classe e território (Rede PENSSAN, 2022). O patriarcado estrutura todas as relações sociais, sendo a base da exploração e reprodução de poder (Meneses et al, 2022). A ideologia da inferioridade feminina é cravada a partir da hierarquização de gênero formulada por uma sociedade racista e escravocrata (Davis, 2016). As mulheres, que ocupam os maiores percentuais da pobreza, são colocadas no sistema de maneira extremamente traumática, possuindo a violência como

imperativo para acumulação de lucro, tendo o próprio corpo como ferramenta de reprodução e acumulação do trabalho (Federici, 2017).

Falar das mulheres em situação de rua da cidade de Fortaleza é escancarar o emaranhado de vulnerabilidades produzidas pelo capitalismo. Assim, para compreender suas vidas, torna-se necessário o entendimento de suas formas de vida e resistência para a sobrevivência em um sistema que só quer matá-las. Mesmo correspondendo a minoria nas ruas, cerca de 18%, (Fortaleza, 2021) às mulheres são reservadas às maiores opressões e violências. As heranças do sistema colonial e autoritário seguem presentes na realidade que invisibiliza, silencia e esquece desta parcela populacional (Costa & Mendes, 2020). Necessidades físicas e psíquicas não são respeitadas, destacando o acesso a banheiros, produtos de higiene, períodos menstruais ou gravidez e maternidade (Moreira et al, 2023). Assim, a vida das mulheres que vivem nas ruas é marcada por opressões e humilhações (Esmeraldo & Ximenes, 2022). A alimentação, nesse contexto, segue o cenário de exclusão, dificuldade e humilhação. Diversas são as formas de resistência coletiva encontradas para suprir as lacunas deixadas pelas políticas públicas.

A pesquisa é construída a partir do método de pesquisa qualitativo. A mesma acontece na Casa da Sopa, instituição parceira do Núcleo de Psicologia Comunitária (NUCOM), e tem papel fundamental na assistência à população em situação de rua. Participarão da pesquisa mulheres em situação ou superação de rua com mais de 18 anos, que tenham pelo menos 6 meses de vivência nas ruas e que participem de alguma atividade da Casa da Sopa. As ferramentas metodológicas serão a observação participante e entrevistas semi-estruturadas com mulheres em situação de rua da cidade de Fortaleza. As observações participantes acontecem no grupo de mulheres, as Madalenas, desenvolvido pela Casa da Sopa em parceria com o NUCOM, e na distribuição de quentinhas no horário de almoço. Como método de análise, os dados serão submetidos, com ajuda do software Atlas Ti, à Análise de Conteúdo do tipo Temática (Bardin, 2016). Serão analisadas, a priori, as categorias trajetórias de vida e chegada nas ruas; ser mulher nas ruas; e fome e alimentação. Espera-se encontrar na trajetória de vida das mulheres histórias de resistência que ocupem algumas lacunas dos estudos sobre a fome e as mulheres em situação de rua pela Psicologia.

Os impactos psicossociais do racismo em adolescentes periféricos: um relato de experiência

Patricia Gabriela Saraiva de Oliveira (UECE), Laura Beatriz Vieira Bezerra (UECE), Francisco Mateus Pontes Madeiro (UECE), Iana Maria Alves Abreu (UECE), Alessandra Silva Xavier (UECE)

O racismo, enquanto fenômeno estrutural e cotidiano, manifesta-se de forma sutil nas relações sociais, políticas e econômicas, afetando diretamente o desenvolvimento biopsicossocial dos indivíduos racializados. Ao reforçar estigmas e hierarquias raciais no imaginário coletivo, opera por meio de uma lógica que exalta atributos associados à branquitude e os cristaliza como ideais. Por meio desse apagamento da subjetividade negra, perpetua-se a sua marginalização e mantêm-se os privilégios brancos. Entre adolescentes negros e periféricos, inseridos em contextos de vulnerabilidade social, esse processo se torna ainda mais evidente, interferindo de maneira significativa na construção da identidade, da autoestima e do senso de pertencimento. Nesse sentido, questiona-se: como o racismo estrutural impacta a formação subjetiva e a saúde mental desses adolescentes? Assim, o presente trabalho busca relatar a experiência de ações extensionistas realizadas pelos estudantes do curso de Psicologia, vinculados ao Núcleo Interdisciplinar de Intervenções e Pesquisas sobre a Saúde da Criança e do Adolescente (NUSCA) da Universidade Estadual do Ceará (UECE), em uma escola pública localizada no bairro Pirambu, em Fortaleza. A proposta visa refletir sobre as reverberações do racismo na constituição psíquica e suas manifestações na trajetória de adolescentes periféricos, discutindo, assim, seus impactos na saúde mental. Em vista disso, articula-se diretamente com o eixo “Psicologia Social e relações étnico-raciais”. Identifica-se o racismo como um determinante social em saúde, que produz e agrava sofrimentos para a população negra, sendo necessária a discussão e elaboração dos causadores através de uma escuta ativa e acolhedora. O relato se fundamenta nas concepções de Frantz Fanon (2008) e Lélia Gonzalez (1987) acerca do racismo, compreendido como um modo socialmente gerado de ver e viver o mundo, baseado no conceito de raça. É importante destacar a particularidade do racismo à brasileira, que devido ao mito da democracia racial fomentado por Gilberto Freyre, é invisibilizado e recalcado, não reconhecido. Segundo o Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2017), para alguns, o impacto do racismo é traumático, exigindo apoio diverso e estratégias de enfrentamento para ressignificar suas vivências. Nesse contexto, adota-se a perspectiva de Bell Hooks (2000), que enfatiza a importância do diálogo crítico e da escuta como práticas transformadoras no enfrentamento das opressões. Considera-se também a metodologia de grupos organizados em formato de rodas de conversa para discutir a temática. As rodas foram orientadas pela proposta freiriana dos “círculos de cultura”, como uma dessas formas de operar o cuidado. Essa metodologia busca fomentar um ambiente de escuta e diálogo crítico, no qual a horizontalidade entre os sujeitos, a construção coletiva do saber e a problematização da realidade são elementos centrais. Nessa linha, Paulo Freire (1987) compreende o ser humano como um sujeito em permanente construção, cuja consciência se forma nas inconclusões de seu tempo histórico. Para ele, a prática educativa deve ser problematizadora, pois é por meio dela que o sujeito deixa de apenas adaptar-se ao mundo para, de fato, compreendê-lo criticamente. Assim, a constituição do grupo e as rodas realizadas funcionaram como dispositivos dialógicos e de elaboração coletiva de sentidos e experiências. É pertinente observar que a própria organização física do espaço — como a disposição em círculo das cadeiras — reforça uma lógica de não hierarquização, no qual o conhecimento não é transmitido de forma verticalizada, mas construído a partir das

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

vivências e saberes dos participantes. Essa configuração promove o equilíbrio nas relações de poder, fortalece a escuta ativa e contribui para a formação de sujeitos críticos, atuantes em seus contextos. Em relação às estratégias metodológicas e aos procedimentos, a experiência se efetivou durante o ano de 2024 através da metodologia específica do NUSCA, que se baseia na utilização de tecnologias leves, na construção de vínculos afetivos e na formação de grupos que possibilitem a promoção de cuidados emocionais e de escuta ativa para adolescentes periféricos, muitas vezes em situações de risco. Assim, para trabalhar a temática do racismo, foi utilizado um jogo de tabuleiro chamado "24 por 7 desembolando o racismo cotidiano", uma adaptação brasileira do jogo Racism 24 da Finnish Red Cross, que visa trabalhar o racismo a partir de situações do cotidiano normalizadas por pessoas negras. O jogo foi utilizado em duas rodas de conversas com 50 minutos de duração cada com dois grupos de adolescentes, com idades entre 14 e 19 anos, sendo em média quinze participantes e três facilitadores. O tabuleiro jogado possuía uma configuração clássica com peões que se movimentam ao jogar dados e as casas que se baseiam em situações de opressão e desigualdade. Durante o jogo acontecem incidentes e atitudes discriminatórias que retardam o avanço dos jogadores e, por isso, cada jogador é convocado a (re)experienciar preconceitos e violências relacionados à precariedade na saúde, ao apagamento da memória familiar, às explorações no campo trabalhista, entre outros aspectos delineados pelos marcadores sociais e pelo racismo estrutural. Através da ferramenta do jogo foi possível perceber como o racismo estrutural e a perpetuação de sutis violências atravessam e influenciam a subjetividade e a saúde mental dos adolescentes. É importante salientar que tais temáticas são muito sensíveis e comoventes, o que pode gerar retraimentos e desconfortos. Esse fato ocorre por esses sujeitos estarem inseridos em um território historicamente marcado por perdas e conhecido, contemporaneamente, por ser um lugar pobre, inseguro e violento de Fortaleza. Além disso, há também o estigma não só com os adolescentes negros, mas também com seus familiares, que às vezes estão envolvidos com o tráfico de drogas, com subempregos e imbuídos em violências cotidianas. Nesse sentido, o jogo foi um mecanismo lúdico que permitiu abrandar tais vivências intensas e dolorosas, gerando identificações entre os participantes através da brincadeira e da contação de histórias. Os adolescentes destacaram a dificuldade em acessar memórias de familiares negros em contraste com a maior disponibilidade de informações sobre parentes brancos. Relataram ainda obstáculos de mobilidade urbana, como motoristas de ônibus que não param e motoristas de aplicativos que evitam o território, e também experiências frequentes de racismo, como ser seguido em lojas e supermercados. Além disso, as histórias pessoais também incluíram a tentativa de evitar o preconceito com aparência através do alisamento de cabelo, a troca de escola devido a ofensas, o tratamento discriminatório na prestação de serviços, as abordagens frequentes por policiais, a falta de representatividade midiática e situações constrangedoras envolvendo o questionamento de parentesco devido à cor. A partir do compartilhamento de vivências marcadas por dores e violências comuns, constatou-se como a naturalização das desigualdades raciais compromete a forma como esses jovens percebem a si mesmos, os outros e o mundo que os cerca, gerando sentimentos persistentes de inferioridade, exclusão e inadequação, internalizados e silenciosamente reproduzidos. Essas experiências, ao serem trazidas para um espaço de confiança e diálogo, promoveram uma conexão entre os jovens, criando um ambiente de troca e acolhimento mútuo, possibilitando-os identificar as estruturas opressoras e a construir um senso de identidade coletivo. Dessa maneira, identifica-se que, através do jogo aplicado e a possibilidade de fala acerca das próprias histórias, viabilizou-se discussões acerca das vivências e contextos que atravessam a realidade de jovens negros que estão, majoritariamente, à margem da sociedade. Além disso, a configuração

concreta além de simbólica dos grupos evidencia que as rodas de conversa com os adolescentes não se destinavam à mera reprodução das desigualdades, mas, como argumenta Freire (1987), se constituíam enquanto um lugar de acolhimento das inquietações e dos desafios adolescentes construídos e agudizados pelo racismo e pelas violências sutis. Por fim, essa experiência deu-se de maneira crítica possibilitando o fortalecimento da identidade, autonomia e propriedade de fala em torno das narrativas adolescentes. Através da validação dos sentimentos e do incentivo ao relato das narrativas, percebe-se não só os desafios, mas também as potencialidades dos jovens em suas existências e singularidades.

Referências

Conselho Federal de Psicologia. Relações Raciais: Referências Técnicas para atuação de psicólogas/os. Brasília: CFP, 2017.

FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Salvador: EDUFBA, 2008.

FREIRE, P. (org.). Pedagogia do oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. Revista Ciências Sociais Hoje, São Paulo, p. 223-244, 1987.

HOOKS, bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Brito. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2000.

Palestina e Nuetra America: a saúde mental a partir dos povos em resistência

Robert Filipe dos Passos (UFAM), Solange Struwka (UNIR)

A mais nova etapa de implementação do genocídio do povo palestino pelo Estado sionita de Israel em Gaza, iniciada a partir de outubro de 2023, tem gerado desdobramentos devastadores. De acordo com os dados oficiais, cerca de 63 mil pessoas foram mortas somente na Faixa de Gaza, sendo 17 mil destas crianças (Poder 260, 2025). Quando a análise leva em consideração mortes diretas e indiretas, o número chega a 186 mil pessoas (Jamaluddine et al., 2025). Já foram lançadas mais de 70 mil toneladas de bombas em Gaza, o suficiente para destruir praticamente toda a infraestrutura de água, saneamento, rede ferroviária, escolas, hospitais, entre outros equipamentos sociais. Outra estratégia de implementação do genocídio utilizada é a da proibição da entrada de ajuda humanitária no território, incluindo água, comida e medicamentos, expressando a lógica de extermínio perpetrada na região (Brasil de Fato, 2024).

Os eventos atuais sinalizam uma continuidade do processo histórico de ocupação do território palestino, projeto sionista arquitetado ainda no século XIX de construção de um Estado dos judeus. Desde 1948 a ocupação colonial tem sido implementada, na ocasião em que vilarejos foram destruídos e 80% da população palestina foi expulsa desse território, evento que ficou conhecido como Nakba. Desde então, uma série de estratégias são utilizadas para implementação do projeto de ocupação colonial, sendo exemplo destas: negação de cidadania israelense para palestinos que casam com judeus através de leis raciais; tomada de terra de propriedades palestinas "encontradas vazias"; negação do direito ao retorno dos palestinos expulsos na Nakba (Altman, 2023). Posteriormente ocorre a Guerra dos Seis Dias (1967), em que é realizada nova expansão da ocupação, quando o Estado sionista de Israel toma partes remanescentes do território palestino na Cisjordânia, Jerusalém Oriental e as Colinas de Golã (Meari, 2014).

A implementação da ocupação colonial do território palestino pelo Estado sionista de Israel tem tido apoio econômico, militar e político incondicional estadunidense. O projeto expansionista perpetuado pela Doutrina Monroe (1823), alinhado com o ideário do "destino manifesto" tem sido marcado pelas variadas estratégias de controle e monopolização de poder dos EUA. É neste sentido que compreendemos como ações imperialistas de dominação tanto as ações colonialistas de Israel, quanto as sanções econômicas e as estratégias de guerra híbrida dos EUA contra Cuba e Venezuela, além das outras variadas formas de domínio econômico, cultural, militar e político utilizadas para subjugar países latino-americanos.

Estas multifacetadas estratégias de dominação imperialista são centrais para delimitar a condição de vida, de saúde e saúde mental das populações dos países da periferia do capital. Marin-Baró (1984) e Fanon (1959) são exemplares na denúncia dos desdobramentos das ações imperialistas no que se refere ao seu impacto para a saúde mental destas populações. Considerando que é a realidade concreta o determinante histórico das condições de saúde de determinada população, é fundamental refletirmos sobre a noção de saúde mental em um contexto de dominação imperialista, levando em conta nesta análise especialmente os contextos latino-americano e palestino. É necessário também reafirmar esta integração entre as ações imperialistas na América Latina e a ocupação colonial do território palestino como parte de um mesmo projeto de dominação capitalista e imperialista. É desta forma que torna-se fundamental à Psicologia assumir um posicionamento em sua práxis de superação desta realidade desde uma compreensão anticolonialista, anticapitalista e anti-imperialista.

Objetivo:

Compreendendo a dificuldade de formular consenso acerca da relação entre colonialismo, capitalismo e imperialismo, este resumo tem como objetivo refletir sobre a necessidade de assumir um posicionamento anti-imperialista e anticolonialista como premissa para a descolonização da noção de saúde mental em psicologia.

Metodologia:

Trata-se de um ensaio crítico que procura orientar sua reflexão a partir da psicologia crítica latino-americana e de epistemologias do sul que se reconhecem em um campo ético-político anticolonial e anti-imperialista.

Resultados:

Considerando o debate da realidade latino-americana desde uma perspectiva da práxis revolucionária, destacamos alguns elementos centrais para a superação da dominação colonial e imperialista na região. Consideramos central o debate acerca da soberania nacional, do direito à autodeterminação dos povos e a orientação da práxis em suas diferentes trincheiras desde um posicionamento anticolonialista, anticapitalista e anti-imperialista nas lutas para a resolução das problemáticas apresentadas em cada país e/ou região.

No contexto latino-americano, é fundamental a luta pela distribuição de acesso à terra, aos territórios, ao trabalho digno, à moradia, dentre outros direitos básicos à vida digna, possíveis somente através da socialização das riquezas que são, vale lembrar, socialmente produzidas. São justamente as características do imperialismo que inviabilizam a melhoria das condições de vida destas populações. O fracasso da integração das nações periféricas é a evidência mais significativa da condição objetiva da periferia do capital, ao tempo que é também o que a torna instável, explosiva e potencialmente revolucionária (Amin, 2020).

A classe social é produtora dos condicionantes históricos que formulam o que fazer das pessoas, bem como suas características pessoais e as possibilidades de humanização e/ou desumanização, o que conforma também a saúde mental. No contexto latino-americano, em que pese suas mais distintas particularidades, a formação da classe trabalhadora se dá de forma imbricada com determinantes de gênero, raça, etnia, regionalidade e outros marcadores sociais que são expressões históricas do capitalismo. Este processo se dá em um continuum desde o período colonial até a atualidade, manifesto no imperialismo ianque. Isto se expressa na superexploração dos trabalhadores latino-americanos, da mesma forma que se desdobra e singulariza na distribuição desigual da exploração e opressão das mulheres, pessoas negras e indígenas, entre outras. Estes são determinantes incontornáveis para compreender a produção de saúde mental e sofrimento psíquico desde suas regularidades sociais, culturais, políticas e econômicas.

No que se refere a ocupação colonial da Palestina, Makkawi (2017) sinaliza que especialmente após os acordos de Oslo, o território palestino tem sido invadido por projetos de ONGs com financiamento ocidental que possuem ações planejadas, implementadas e monitoradas por estes investidores. Tais projetos possuem abordagens no campo da saúde mental que orientam suas práticas para ações individualizantes. Estas ações promovem penetração no tecido social da comunidade palestina, cooptam intelectuais palestinos para uma orientação política que os afasta da luta por autodeterminação e, ainda, favorecem a manutenção de uma dependência econômica palestina em relação a estes financiadores ocidentais.

As definições de saúde mental advindas do ocidente são demasiadamente limitantes e, de fato, danosas na medida em que são utilizadas no contexto da ocupação colonial da Palestina para categorizar a experiência desta população, que é marcada também pelo sofrimento psíquico, como “doença mental”. Jabr (2024) sinaliza que tais definições negam a dimensão coletiva e comunitária da saúde mental, pressupondo definições de diagnóstico

a partir de parâmetros de "estresse normal", sem considerar a condição extraordinária e crônica de produção de sofrimento da população de Gaza.

Martín-Baró (2017) propõe que a base da saúde mental está na construção de relações mais humanizadas e em vínculos coletivos, o que sinaliza que a construção de uma nova sociedade, além de implicar questões de natureza econômica e política, também implicam uma questão de saúde mental. Este projeto demanda uma necessária articulação com um projeto de superação dos determinantes históricos que tem empobrecido os países de periferia e interditado o caminho para sua soberania e autodeterminação.

Esta formulação crítica reconhece a necessidade da Psicologia recolocar-se em seu fazer ético-político, uma vez que os projetos de esquerda latino-americanos e os governos sociais-democratas que são afiançados por uma possibilidade de "conciliação de classes" formam, efetivamente, alianças subservientes aos interesses do capital internacional. Desta forma, parte fundamental da práxis de uma Psicologia anticolonial, anti-imperialista e anticapitalista se dá na construção de alianças entre perspectivas marxistas críticas, anti-imperialistas, críticas ao pensamento eurocêntrico/nortecentrado, tendo como orientação epistemologias do sul que assumem este posicionamento comum (Grosfoguel et al., 2022).

Conclusão:

Por fim, compreendemos que a luta por libertação, e, por consequência, por produção de saúde mental para a população dos países da periferia do capital se dá mediante a condenação à morte do sistema colonial imperialista. Fanon (1959) e Amin (2020) apresentam acordo na análise de que o imperialismo é produzido por ideias que, ao mesmo tempo que são sua força, antecipam sua ruína. Cada emboscada preparada, avião abatido ou avanço do inimigo contido, cada golpe desferido contra a opressão sionista e cada ação do inimigo que é desmontada e/ou revertida fragiliza o poder colonial imperialista, ao tempo em que reforça a consciência dos povos que lutam.

Finalizamos esta reflexão retomando a afirmação de Makkawi (2017) em que o autor sinaliza que uma psicologia comunitária descolonizada só sobrevive se estiver inserida em um contexto de luta por libertação nacional e anticolonial. A Psicologia deve, portanto, estar comprometida com a responsabilidade histórica e engajada ativamente na superação desta estrutura social desumanizadora que impõe a maioria da população a diferentes formas de exploração, opressão e, em última instância, a morte. É a partir desta base crítica e científica, articulada com a organização popular e de classe, que a Psicologia é capaz de contribuir com o processo de superação do capitalismo e do imperialismo.

"Para além da bala" Efeitos psicossociais da Violência de Estado em favelas do Rio de Janeiro

Wallace Henrique Borges Machado (UERJ), Alice De Marchi Pereira de Souza (UERJ), Mayara Cristina de Souza Reis (UERJ), Amanda Carvalho Reyes (UERJ), Arthur de Mello Matos (UERJ), Fernanda da Silva Braga Passos (UERJ)

A URDIR (Universidade, Resistência e Direitos Humanos) é um núcleo multidisciplinar de pesquisa, ensino e extensão da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), formado pelas áreas do conhecimento da psicologia e do direito. O núcleo destina-se à produção de cuidado a partir de dispositivos clínicos voltados para pessoas afetadas pela Violência de Estado nas favelas e/ou periferias do Rio de Janeiro, RJ. As nossas atividades são realizadas no Serviço de Psicologia Aplicada (SPA) da UERJ, e com parcerias institucionais, com a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), no projeto Rede de defensores de direitos humanos e promoção de saúde do Rio de Janeiro, com a ONG Anjos da Tia Stellinha e a Rede de Atenção a Pessoas Afetadas pela Violência de Estado (RAAVE). Focaremos na nossa parceria com a RAAVE, que consiste em uma rede de grupos clínicos voltada ao atendimento psicossocial dessa população. Tendo em vista que a necropolítica, conceito de Achille Mbembe (2020), orienta uma política de morte através segurança pública em favelas e periferias do Rio de Janeiro, constatamos que a população residente nesses territórios é cotidianamente afetada e violentada pelas operações policiais promovidas pelo Estado, justificadas por uma falsa "guerra às drogas" e sendo a única forma de política de segurança pública em vigor. Porém, nos questionamos: quais seriam os efeitos para "além da bala"? Ou seja, para além da violência letal, quais são os efeitos psicossociais que essas operações causam nessa população e nesses territórios? Com esse trabalho pretendemos abordar os efeitos psicossociais do projeto necropolítico em curso nas favelas e periferias do município do Rio de Janeiro na vida de pessoas afetadas pela Violência de Estado. Além disso, pensar o trabalho de formação crítica para estudantes de graduação e pós-graduação de psicologia em Direitos Humanos. Entendemos que para além da situação traumática vivenciada em operações policiais, em que a violência se materializa em: invasões a domicílios, ocasionando perdas patrimoniais; na privação de circulação nos territórios, e, também, com o fechamento de serviços essenciais. Havendo também processos de sofrimento, podendo chegar a adoecimentos, e de violências subjetivas. Objetivamos pensar os impactos não só na saúde mental, como na saúde como um todo e nas relações que a pessoa que passa por esse tipo de violência estabelece com outras pessoas. Assim como o presente Grupo de Trabalho (GT) possui um compromisso ético-político com uma Psicologia social crítica, a URDIR, em concordância, tem se proposto a um olhar interseccional, atento aos marcadores da diferença que direcionam nossas produções de cuidado. Sobretudo, ao observar que a população mais afetada por essas políticas de morte são compostas, majoritariamente, por pessoas negras, pobres e periféricas. Propomos em conjunto com o GT atuações contra modelos individualizantes e medicalizantes do cuidado, apostando em práticas que têm como base os Direitos Humanos, a justiça social e a articulação com outros saberes para além da psicologia, em uma clínica transdisciplinar. Com base nessa realidade, em diálogo com o presente GT, ao lidar com esses efeitos, não como casos isolados, mas como efeitos de uma política institucional de negação de direitos e desumanização. As vítimas de Violência Estatal, sobretudo pessoas negras, pobres e periféricas, precisam que o seu sofrimento seja ouvido em um espaço de cuidado que entendam essa realidade. A memória social aparece como um elemento, sendo compreendida como ferramenta de reparação,

principalmente, quando essas violências são silenciadas ou naturalizadas pelo mesmo Estado que as produz. O reconhecimento da memória das pessoas vitimadas e a valorização da coletividade do cuidado enquanto estratégia de subversão à lógica individualista são fundamentais para essa produção. O grupo de trabalho, assim como nosso núcleo, problematiza o papel da psicologia na produção e reprodução dessas violências, indo em desencontro a uma psicologia que se faz - supostamente - neutra e/ou patologizante contribuindo para a normalização desse sofrimento. Em um contexto de operações policiais violentas, racismo institucional, criminalização da pobreza e necropolítica os impactos psicossociais são cada vez maiores. Sendo esse sofrimento frequentemente negado ou patologizado pela lógica predominante capitalista. Nosso embasamento teórico, além de transdisciplinar, também é guiado por uma perspectiva decolonial e de base institucionalista brasileira. Por transdisciplinar, entende-se um saber não universal, que requer uma articulação da psicologia com outros campos de conhecimento, além de propor estratégias singulares para diferentes demandas e suas complexidades. Decolonial e contracolonial por questionar as estruturas e sistemas coloniais que embasam as perspectivas e abordagens hegemônicas, proporcionando espaços de escuta que considerem aspectos culturais, sociais e históricos diversos, à luz dos estudos sobre os marcadores sociais da diferença. A Análise Institucional brasileira, por sua vez, desnaturaliza instituídos e lança luz sobre as relações de poder que produzem subjetividades. Em diálogo com Achille Mbembe (na esteira de Fanon e Foucault) e autoras da interseccionalidade, como Patricia Hill Collins, Kimberle Crenshaw e Carla Akotirene, acompanhamos os efeitos subjetivos da bio e necropolítica. Rachel Gouveia Passos (2023) afirma que a militarização das cidades não é um fenômeno atual e que a militarização no mundo Ocidental Moderno se consolida como um recurso de ordenamento e de imposição de valores anunciados como civilizatórios, o que significa que essa imposição civilizatória moderna produz a manutenção do medo e a naturalização da militarização. Para Mbembe (2018), a expressão máxima da soberania dos Estados reside no poder de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Assim, as colônias operam como fronteiras sendo, em suma, zonas em que os controles e as garantias da ordem judicial podem ser suspensas. Zonas estas em que a violência do Estado de Exceção opera a serviço de uma suposta "civilização" e que a soberania consiste no exercício de um poder à margem da lei e no qual a "paz" tende a assumir o rosto de uma guerra sem fim. Guerra esta não só conduzida, como também legitimada pelo Estado. Como afirma Lima (2018, p. 27), "Nós nos constituímos desde o princípio e no seu fim numa zona de exceção". Assim, nas colônias o soberano pode matar a qualquer um e de qualquer maneira, sem normas legais e institucionais. De acordo com Lima (2018), nos contextos brasileiros, o poder necropolítico em dados relevantes, no genocídio da população negra em que sua maioria é jovem e masculina, Considerando que os sujeitos são diretamente atravessados por marcadores como raça, classe, gênero, território e que as dinâmicas de poder presentes na sociedade atravessam os mais diversos corpos de maneira singular e subjetiva, damos ênfase na perspectiva interseccional em nossas práticas, pois, de acordo com as afirmações de Días-Benitez e Mattos (2019), os marcadores sociais da diferença não são espaços separados, nem existem de forma isolada, mas sim de maneira articulada e precisam ser entendidos através de sua relação entre si. Segundo Rachel Gouveia (2023), as mães após sofrerem violência de Estado, continuam a viver em território de conflitos permanentes, sendo obrigadas a vivenciarem casos parecidos com os seus, ao verem repetidamente mortes de outras crianças, adolescentes e adultos. Nesse cenário, a medicalização e a farmacologização, por sua vez, acabam se tornando uma estratégia para aliviar a "dor que enlouquece". Embora convivam com a destruição diariamente, essas mães não se adaptam a ela, e sim adquirem novos modos de existência que podem levar à aniquilação quanto à

(re)existência. Nesse contexto, os integrantes da URDIR, buscam elaborar instrumentos de pesquisa quantitativos e qualitativos para afirmar a importância da RAAVE como política pública. Os estudos quantitativos visam obter dados sobre a psiquiatrização/medicalização do sofrimento dessas mães, enquanto qualitativos buscam trazer à tona mais pistas sobre os efeitos psicossociais "para além da bala". Pretende-se levantar dados a partir dos formulários de inscrição da RAAVE e da participação nas reuniões presenciais com as mães vítimas de violência de Estado. Inicialmente, as perguntas serão elaboradas junto a essas mães em reuniões menores, para a posterior aplicação em grupos maiores. Ou seja, este presente trabalho é fruto de um projeto de pesquisa em andamento. Com base em nosso direcionamento ético-político, entendemos que, mesmo quando não há mortes em decorrência das operações policiais, é urgente nos atentarmos aos efeitos psicossociais causados nesses contextos. É imprescindível pensarmos em uma produção de cuidado que se alie a políticas de reparação e justiça social. Visamos pensar e produzir não só uma práxis, mas também uma produção de saberes quantitativos e qualitativos que busque abrir espaços para as denúncias que há muito tempo têm sido feitas nesses territórios atravessados por esse tipo de violência, - territórios em que, apesar das diferentes violências, têm produzido cotidianamente suas tecnologias de cuidado e (re)existência - . Temos apostado na construção de uma psicologia que se implique com sua responsabilidade social de remoção dos "condenados da terra", pessoas/territórios, vistas pelo Estado como alvos constantemente na mira do fuzil.

Pensar as comunidades ribeirinhas na Amazônia: contribuições da Psicologia Histórico-Cultural

Daylan Maykiele Denes (USP), Ana Paula Soares da Silva (USP)

Esta comunicação propõe uma reflexão teórico-metodológica sobre as contribuições da Psicologia Histórico-Cultural, orientada pelo Materialismo Histórico-Dialético, para compreender a complexidade das formas de existência e resistência das comunidades ribeirinhas na Amazônia. Parte-se da concepção de desenvolvimento humano como um processo histórico e social, em que o sujeito se constitui a partir de um movimento que passa do interpsicológico para o intrapsicológico, resultando em uma apropriação ativa dos aspectos do meio, das relações sociais e da cultura (Vigotski, 2000; Beatón, 2017). Nesse processo, destaca-se o conceito de vivência como unidade central de análise do psiquismo. A vivência expressa a relação circular entre o meio e o sujeito, ou seja, entre o objetivo e o subjetivo, constituindo a forma como o sujeito vive e atribui sentido à atividade, à comunicação e às relações sociais (Vigotski, 2010; Beatón, 2017).

Essa perspectiva, fundamentada no método materialista histórico-dialético, permite compreender os sujeitos e modos de vida ribeirinhos não como formas “atrasadas” ou “exóticas”, mas como expressões histórico-culturais singulares de relação com o território e com a natureza, marcadas por práticas, memórias e resistências que se modificam e se atualizam frente às ameaças impostas pelo sistema capitalista na região amazônica. Essa região é historicamente disputada por diferentes projetos econômicos, políticos e culturais (Porto-Gonçalves, 2001).

Dessa forma, as comunidades ribeirinhas, assim como as diversas comunidades tradicionais da região, sempre foram vistas como entraves à expansão da exploração do sistema capitalista, caracterizado por Malheiros, Porto-Gonçalves e Michelotti (2021) como agro-minero-hidro-bio-carbono-negócio. Esses diferentes campos de expansão do capital utilizam uma violência sem precedentes a fim de acumular as riquezas da região - a terra e os bens naturais - para a produção de commodities. Essa forma de expansão tem como consequências a destruição de rios, florestas e territórios inteiros de comunidades tradicionais, expulsando-as de seus lares. Contudo, essas comunidades, apesar da constante invisibilização e das ameaças provocadas pelo avanço dos interesses capitalistas, seguem reafirmando seus modos de vida.

Nesse contexto, com base no método materialista histórico-dialético, compreende-se que as comunidades amazônicas devem ser apreendidas como totalidades concretas e historicamente determinadas, atravessadas por múltiplas mediações e contradições. Como aponta Kosik (2010), o concreto não se reduz à aparência empírica imediata, mas resulta da síntese dialética entre o singular, o particular e o universal, sendo constituído por múltiplas determinações que expressam relações sociais profundas. Assim, compreender a realidade concreta exige captar o movimento vivo da totalidade, suas mediações internas e suas contradições constitutivas.

Nessa mesma direção, Frigotto (2020) enfatiza que o método materialista histórico não é um receituário técnico, mas um instrumento teórico-prático de análise da realidade social em sua historicidade, totalidade e dinamicidade. Ele permite apreender o ser social em sua constituição histórica, reconhecendo que as práticas, valores e modos de vida das comunidades são atravessados por disputas de classe, relações de poder e mediações concretas. Portanto, abordar as comunidades amazônicas a partir desse método significa reconhecê-las como expressões vivas de contradições sociais, culturais e ambientais, situadas historicamente e portadoras de

práticas e saberes que não podem ser reduzidos a recortes fragmentados ou exotizados.

Nessa perspectiva, articula-se o conceito de apropriação do espaço, formulado por Pol (1996) na Psicologia Ambiental, que permite compreender como o espaço é vivido, simbolizado e construído pelos sujeitos a partir de suas práticas, relações sociais e afetos. A apropriação do espaço não se reduz ao uso funcional do território, mas envolve sentidos, identidades e formas de pertencimento. Essa noção, articulada às contribuições de Milton Santos (1988), amplia a compreensão crítica do território, concebido não apenas como um dado geográfico ou físico, mas como uma construção social e histórica, resultado da ação humana no tempo.

Para Milton Santos (1988), o território é composto pela materialidade (o espaço físico, os objetos técnicos, a infraestrutura) e pelas relações sociais que nele se desenrolam, sendo inseparável do uso que dele fazem os diferentes sujeitos sociais. Trata-se de um espaço vivido, onde se expressam e se confrontam múltiplas racionalidades - a racionalidade do capital, com seus interesses de exploração e controle, e a racionalidade dos sujeitos que vivem e produzem nesse espaço, portadores de outros projetos de vida e modos de existência. Assim, o território é um campo de disputas, contradições e resistências, e sua apropriação se dá por meio das práticas cotidianas, da memória coletiva, das formas de organização social e das lutas por permanência, reconhecimento e dignidade.

Ao articular as concepções de Pol (1996) e Santos (1988), compreende-se que a apropriação do espaço pelas comunidades amazônicas é inseparável da construção de sentidos enraizados na vida coletiva, na experiência histórica e na resistência aos processos de desterritorialização. O território, portanto, é mais que base física: é expressão concreta da história, das relações de poder e dos projetos em disputa no seio da sociedade.

A articulação entre a Psicologia Histórico-Cultural, a Psicologia Ambiental e a Geografia Crítica permite compreender a constituição dos sujeitos em suas relações com o espaço vivido e com as práticas sociais que nele se desenvolvem. A luta das comunidades ribeirinhas pelo território é também uma luta por memória, autonomia, continuidade cultural e reconhecimento.

Essa reflexão se ancora em pesquisa de doutorado em andamento, que investiga práticas culturais e relações intergeracionais em uma comunidade ribeirinha amazônica. O foco é compreender como os modos de vida e os sentidos atribuídos ao território são transmitidos entre gerações e significados por diferentes sujeitos, levando a atualizações das práticas culturais ou mudanças, a partir das condições objetivas vivenciadas pela comunidade.

Ao discutir essas questões no campo da Psicologia Social Crítica, esta proposta dialoga com o GT 53 ao adotar e defender uma perspectiva teórico-metodológica comprometida com a análise das mediações concretas que constituem os sujeitos e território, considerando suas inserções históricas, sociais e territoriais. Com isso, compreende-se que a psicologia pode produzir um fazer ético-político atento às vivências, aos sentidos e às formas de resistência dos sujeitos, especialmente daqueles historicamente silenciados, como as comunidades amazônicas.

Concluindo, refletir sobre os modos de vida ribeirinhos por meio da Psicologia Histórico-Cultural, articulada à Psicologia Ambiental e à Geografia Crítica, é reconhecer que suas práticas e resistências não apenas denunciam as violências sofridas, mas também anunciam outras formas possíveis de existir, de habitar e de produzir sentidos no mundo.

Palavras-chave: Psicologia Histórico-Cultural; território; apropriação do espaço; Amazônia.

Referências

BEATÓN, G. A. Vivência, atribuição de sentido e subjetivação da atividade, a comunicação e relações sociais. In: BERNARDES, M. E. M; BEATÓN, G. A (Org.) Trabalho, educação e lazer: contribuições do enfoque Histórico-Cultural para o desenvolvimento humano. São Paulo: Escola de Artes, Ciências e Humanidades, 2017, p. 143-214. http://dx.doi.org/10.11606/9788564842380.

FRIGOTTO, G. Método Materialista histórico como instrumento de análise da realidade. In: TULESKI, S. C; FRANCO, A. de F; CLAVO, T. M (org.) Materialismo histórico-dialético e psicologia histórico-cultural: expressão de lutas de classe. Paranavaí: EduFacile Editora, 2020. p. 15-35.

KOSIK, K. A dialética do concreto. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

MALHEIRO, B; PORTO-GONÇALVES, C. W.; MICHELOTTI, F. Horizontes Amazônicos. Para repensar o Brasil e o Mundo. 1ª. ed. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2021.

POL, E. La apropiación del espacio. In: IÑÍGUEZ, L; POL, E (Ed.). Cognición, representación y apropiación del espacio. Barcelona: Publicacions Universitat de Barcelona, 1996.

PORTO-GONÇALVES, C. W. P. Amazônia, amazônias. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2001.

SANTOS, M. Metamorfoses do Espaço Habitado: fundamentos teórico e metodológico da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.

VIGOTSKI, L. S. Manuscrito de 1929. Educação & Sociedade, v. 21, n. 71, p. 21-44, 2000. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/hgR8T8mmTkKsNq7TsTK3kfC. Acesso em: 10 mai. 2024.

Projeto Gerações da Chico: Entre o Desamparo e a Resistência

Carolina Alves Luengo (UFSC), André Luiz Strappazzon (UFSC), Letícia Ruiz Câmara Schmidt (UFSC), Bianca Leslie Moreira Silva (UFSC), Edno Pires de Oliveira Junior (UFSC), Gabriela Lucas da Luz (UFSC), Jennifer Elizabeth Vieira (UFSC), Leonara Justo Model (UFSC), Leonara Justo Model (UFSC), Maria Fernanda da Silva Piucco (UFSC)

Este resumo é fruto de uma experiência de estágio do curso de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e tem como objetivo refletir sobre as estruturas que produzem o sofrimento ético-político na população atendida e quais os movimentos de resistência observados. Ele é socialmente relevante pois pode contribuir com a redução dos estigmas associados às populações vulneráveis, demonstra exemplos de práticas que reafirmam o papel do psicólogo na promoção do bem-estar coletivo e promove visibilidade para demandas comunitárias a partir de uma visão crítica.

O estágio em questão aconteceu durante dois semestres, com crianças e adolescentes que frequentam o Projeto Gerações da Chico, localizado na comunidade Chico Mendes, em Florianópolis (SC). A Chico é um local estigmatizado pela pobreza e pelo tráfico, no qual seus habitantes ficam múltiplas vezes desamparados: além de o Estado seguir a "política da guerra" nesses territórios, também se desimplica da manutenção de estruturas de proteção; aqueles que lhes oferecem uma ajuda "caridosa", no fundo, os desumanizam e tentam docilizar seus corpos.

Esse sistema leva ao que Sawaia (2001) denomina de sofrimento ético-político: o sofrimento sentido no corpo, determinado a partir das trocas que os sujeitos estabelecem na intersubjetividade com o mundo. As formas de organização social desiguais promovem sentimentos de exclusão e incapacidade para aqueles que ficam à margem da sociedade capitalística, de forma a mutilar a vida de diversas maneiras.

Assim, a introdução da afetividade no campo das análises e práticas de enfrentamento da exclusão se torna indispensável. Uma forma de pensar essa integração é por meio da Ética de Espinosa, que substitui a moral transcendente pela produção de outros modos de vida, sendo imanente às suas composições (ou seja, ela não existe nem 'no indivíduo', nem 'no social', mas situada nessas espontâneas e incessantes relações). Deleuze (2002) diz que um bom encontro ocorre quando a combinação entre os corpos aumenta suas potências de ação, e um mau encontro quando há a diminuição desta. A potência de ação é o direito de um corpo de preservar sua existência; isso ocorre na medida em que aumenta a capacidade de afetar e ser afetado, ampliando assim a potência de agir na busca pela liberdade e autodeterminação (Strappazzon, Sawaia & Maheirie, 2022).

A práxis e o olhar psi no contexto comunitário são então pensados a partir da tentativa de produção de "bons encontros" e pautados no que Gomes (2023) denomina de "dispositivo clínico-político", ou seja, numa escuta ética dos sujeitos, que visa a busca daquilo que ancora o indivíduo e mantém sua vitalidade, rompendo assim com os processos de tutela, disciplinarização e obediência ao procedimento burocrático.

Essa base teórica nos permite um olhar para a população atendida diferente do hegemônico, estigmatizado, que comumente recai sobre comunidades como a Chico Mendes, marcadas pela injustiça, opressão e violação de direitos (Marostica, Vargas, Gomes & Strappazzon, 2023). Acreditamos que este resumo colabore com o GT e o respectivo eixo temático ao reforçar o trabalho de

autodeterminação com populações de territórios periféricos, oprimidos por sua classe, idade e raça.

Em nossa atuação, partimos da observação participante; houve uma recusa da neutralidade por parte dos estagiários, que se constituíam junto aos sujeitos com quem trabalharam na construção do processo de conhecimento. Isso possibilitou apreender a complexidade dos fenômenos e revelou aspectos importantes para a compreensão da realidade (Passos & Barros, 2000). Além disso, para nossas reflexões, utilizamos o método cartográfico, que visa investigar um processo de produção sem estabelecer um caminho linear ou ter a pretensão de representar um objeto universal (Kastrup, 2015). A cartografia pressupõe uma leitura crítica e implicada de um contexto, com foco na subjetividade e nas forças que estão em jogo. O uso do diário de campo se tornou uma ferramenta indispensável, pois permitiu o registro das informações que consideramos relevantes e sua integração com teorias e questionamentos que se faziam pertinentes. Esse registro permitiu uma revisitação do que fora experimentado e um olhar mais atento a algumas questões.

Foi observado um sistema de grande repressão das pessoas com quem trabalhamos: a comunidade é um local rotulado pela pobreza e pelo tráfico, e nota-se uma excessiva força de coerção policial presente no território. A polícia age baseada na política de "guerra às drogas", que é ancorada na ideia de 'segurança pública' com o pretexto de diversas 'ameaças internas', amplamente divulgadas pela mídia. Esse processo cria uma cultura institucional que transforma as ruas em verdadeiras zonas de conflito (Cruz, Minchoni, Matsumoto & Andrade, 2017).

Isso altera o cotidiano da Chico de diversas maneiras, desde uma ida ao mercado, que demora mais que o previsto por não ser seguro sair à rua na hora de voltar, até a forma como se relacionam e brincam entre si aqueles que vivem no território. Em uma brincadeira de 'polícia e ladrão', as crianças sentam-se umas sobre as outras de forma a imobilizar o amigo, enquanto gritam e batem naquele que está embaixo.

Essa política não diz de uma guerra contra as drogas, mas contra as pessoas que são pobres e marginalizadas; é, na realidade, uma forma de aniquilação desses corpos (Passos, 2023). O Estado assume um papel dicotômico nas comunidades: ao mesmo tempo em que promove uma verdadeira chacina, é o responsável (legalmente falando) pela promoção da vida, através das políticas públicas em prol da proteção social. Contudo, historicamente no Brasil, há uma inversão dos responsáveis pelas práticas assistencialistas da população, do Estado à sociedade civil (Ximenes, de Paula & Barros, 2009), e é isso que observamos no território em que atuamos: a presença de muitas Organizações da Sociedade Civil (OSCs) e dispositivos governamentais sucateados.

Tem sido um desafio superar o caráter filantrópico presente no contexto comunitário, mas essa lógica da compaixão e da piedade precisa ser superada. A ajuda àqueles que estão vulneráveis e "carentes" carrega consigo a noção de incapacidade desses sujeitos de possuírem qualquer agência sobre o próprio sofrimento, de forma que se retira o que há de fundamental em suas existências: sua condição de sujeitos de direitos (Caponi, 1999).

Os sujeitos ficam, assim, "desamparados" por meio deste engenhoso sistema repressivo. Contudo, notamos que essas pessoas desenvolvem recursos para não sucumbirem à opressão, principalmente através das vivências coletivas e da potência dos encontros (Passos, 2023). O trabalho realizado pelos estagiários de Psicologia foi pautado no sentido de potencializar essas experiências de re(existência).

Assim, fez parte das nossas atividades jogar bola, brincar de boneca, acompanhar alguém em casa, ajudar uma criança a andar de bicicleta, apostar corrida na chuva, acompanhar adolescentes numa peneira de futebol... A

principal aposta foi no estar-com essas pessoas, que permitiu a criação de vínculos, trocas e intervenções mais horizontalizadas, baseadas na escuta do dispositivo clínico-político e na produção dos "bons encontros".

Outro exemplo da nossa prática, que procurou produzir deslocamentos que ampliam as possibilidades de sentir, agir e existir no mundo, foram as excursões realizadas com os adolescentes, no intuito de apresentar a estrutura e o funcionamento da Universidade. Buscamos ampliar suas perspectivas para além do território, no sentido de apresentá-la como 'um dos caminhos possíveis'.

Além disso, as rodas de conversa promovidas pela Psicologia permearam um espaço de fala/ escuta das tensões, dores e vivências diversas; o ambiente coletivo funcionou como base de apoio e acolhimento, possibilitando a criação de novos significados e interpretações do que foi vivido por meio das identificações, negociações e tensionamentos (Gomes, Maheirie & Correa, 2022). Esses são espaços que valorizam a troca de conhecimentos, de afetos, de saberes. Logo, são revolucionários, pois permitem que o fluxo da criação, da expressão e da multiplicidade ganhe corpo – possibilitam o devir (Rufino, 2019).

As reflexões feitas aqui, sobre os sistemas que submetem e subvertem a vida das pessoas com quem trabalhamos ao longo do estágio, permitem compreender a importância de uma atuação contextualizada, acolhedora e respeitosa frente à diversidade social. Este resumo reafirma o importante papel da afetividade no mapeamento e enfrentamento das situações de exclusão. O papel do psicólogo na atuação em contextos de vulnerabilidade envolve a compreensão das dinâmicas locais a partir de uma postura ética e crítica, em busca da promoção do bem-estar coletivo.

No nosso caso, apostamos nesse lugar da escuta, do afeto e do enfrentamento das variadas formas de discriminação, de maneira que os sujeitos com quem trabalhamos não coadunem com o discurso meritocrático, que culpabiliza o sujeito pela precarização da própria vida, justifica a negação de direitos e criminaliza a pobreza, a raça e a miséria.

Palavras-chave: Psicologia Social Crítica; Sofrimento Ético-Político; Práticas de Resistência.

Projeto Histórias Desmedidas: Agenciamentos entre Juventudes, Territórios e Psicologia Social nas Periferias de Fortaleza

Luiz Ricardo Rodrigues Santana (UFC), João Paulo Pereira Barros (UFC), Ana Thais de Albuquerque Norões Boutala (UFC), Anne Carolyne Alencar da Costa (UFC), Antonio Caio Renan Silva Penha (UFC), Bruno Vieira dos Santos (UFC), Laisa Forte Cavalcante (UFC), Levi de Freitas Costa Araújo (UFC), Melissa Yohana Silva (UFC), Natália Matos de Souza (UFC), Raimundo Cirilo Souza Neto (UFC), Rita de Cássia da Silva Cardoso (UFC)

Este trabalho propõe uma reflexão situada sobre a experiência extensionista desenvolvida pelo Projeto Histórias Desmedidas, vinculado ao Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará e associado ao Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação (VIESES-UFC), entre os anos de 2020 a 2025, no território do Grande Bom Jardim (GBJ), periferia urbana de Fortaleza-CE. Trata-se de uma intervenção que se desloca das lógicas tradicionais de extensão universitária ao colocar em questão as formas hegemônicas de se produzir conhecimento, cuidado e presença da psicologia junto a populações social e politicamente marcadas para a subalternização. O objetivo do presente relato é compartilhar as experiências extensionistas do Projeto Histórias Desmedidas ao longo desses anos, refletindo sobre os efeitos psicossociais e políticos de suas práticas no território, bem como suas contribuições para a formação crítica em psicologia social.

O projeto Histórias Desmedidas tem como propósitos centrais: potencializar práticas de reexistência e políticas de memória frente às violências urbanas; propor espaços grupais de apoio psicossocial voltados a sujeitos em situação de vulnerabilidade, especialmente juventudes; e fortalecer o monitoramento de políticas públicas através da participação em fóruns, comitês e ações de formação em direitos humanos. Em seu percurso, o projeto foi estruturado em diferentes frentes de atuação, que se desenvolveram e se desdobraram conforme as demandas do território: frente socioeducativa, frente de gênero e sexualidade, frente de escolarização crítica e oficinas em escolas, frente de apoio psicossocial e cultural a juventudes LGBTQIAPN+, entre outras ações interligadas.

Inspirado pela perspectiva crítica da psicologia social latino-americana (Lane, Martín-Baró, Montero), pelas epistemologias decoloniais (Mignolo, Quijano, Maldonado-Torres) e por autoras negras feministas (Carneiro, Gonzalez), o projeto se orienta pela recusa da neutralidade epistêmica da universidade e pelo compromisso com as lutas populares. A noção de inter(in)venção (Passos & Barros, 2015) atravessa toda a prática extensionista aqui relatada, compreendendo o território não como um lugar a ser "atendido", mas como campo de disputa simbólica e política, espaço vivido de dor e invenção, como nos sugere Milton Santos (1988). Essa perspectiva se articula com os princípios do Grupo de Trabalho (GT) ao afirmar que a psicologia, situada nos territórios populares, deve se comprometer com as formas coletivas de resistência, escuta e produção de alternativas à destruição das formas de vida.

O projeto se desenvolveu a partir de uma metodologia cartográfica (Passos, Kastrup & Escóssia, 2020), marcada pela escuta dos afetos e pela atenção às singularidades dos territórios. Foram utilizadas estratégias como rodas de conversa, oficinas, grupos psicossociais, cursos de extensão e ações culturais, em diálogo com escolas públicas, coletivos comunitários e equipamentos sociais do território. O trabalho foi realizado com base em dispositivos grupais e ações formativas, elaboradas em parceria com os sujeitos e organizações locais. O projeto também produziu diários de campo e registros

audiovisuais como ferramentas de reflexão e sistematização da experiência. Toda essa atuação está diretamente articulada às investigações e produções desenvolvidas no âmbito do VIESES-UFC, grupo de pesquisa que acolhe a extensão como campo de problematização e produção de conhecimento.

As frentes de atuação se deram de maneira orgânica e transversal. A frente socioeducativa, voltada a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, desenvolveu ações de escuta coletiva, oficinas temáticas e articulação com o sistema de justiça juvenil. A frente de gênero e sexualidade atuou principalmente por meio de grupos psicossociais e atividades de fortalecimento político e afetivo para juventudes LGBTQIAPN+, criando espaços de partilha, visibilidade e resistência em parceria com coletivos locais. A frente escolar, por sua vez, concentrou-se na realização de oficinas e ações formativas com estudantes de escolas públicas, abordando temáticas como saúde mental, identidade, desigualdade social, direitos humanos e enfrentamento das violências. Além dessas, ações culturais e políticas comunitárias também se destacaram, como a realização do Festival das Juventudes, rodas com mães periféricas e processos de formação com coletivos artísticos e educadores populares.

Cada frente de atuação se desdobrou em práticas situadas, que foram se adaptando às condições do território e às transformações sociais. A frente socioeducativa (2020–2021) realizou rodas com adolescentes em semiliberdade, oficinas sobre identidade e racismo institucional, além de formações com profissionais do sistema. Em 2021, com o agravamento das vulnerabilidades durante a pandemia, surgiram grupos virtuais de apoio psicossocial voltados a lideranças comunitárias e mães periféricas.

A frente de gênero e sexualidade criou espaços de escuta e acolhimento para juventudes LGBTQIAPN+ a partir de grupos psicossociais, cine-debates, oficinas de autocuidado e ações de visibilidade como a Caminhada do Orgulho do GBJ. Em 2022, foi realizado o grupo “A gente não vai recuar”, envolvendo juventudes LGBTQIAPN+ em rodas sobre saúde, resistência e estratégias de enfrentamento à violência. No campo escolar, o projeto atuou em 12 escolas entre 2021 e 2025, com mais de 30 oficinas realizadas. Os temas trabalhados incluíram saúde mental, desigualdades, identidades, racismo, sexualidade, autocuidado, direitos humanos e violência institucional. Em diálogo com grêmios estudantis, foram também construídas ações de mobilização e produção cultural. O dispositivo "Bom de Papo" teve diferentes edições. Em 2018–2019, realizou rodas semanais com jovens da Escola Osires Pontes. Retomado em 2023 e 2024, com articulação à pesquisa de mestrado de uma integrante do grupo, abordou identidades raciais, branquitude e interseccionalidade, por meio de autorretratos, árvores genealógicas, colagens e rodas temáticas. O processo promoveu elaboração coletiva sobre racismo e pertencimento. Em 2024, o curso de extensão “Desmontando o Cubo Branco” tematizou o racismo estrutural e as artes periféricas como resistência, em parceria com coletivos e artistas locais. Também foram realizadas formações com gestores públicos, produções audiovisuais e ações no Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (CDVHS).

Além disso, destaca-se a realização do Festival das Juventudes (2021–2025), com sete edições que articularam oficinas, saraus, exposições, rodas de conversa e apresentações artísticas. A sétima edição, realizada em 2025, teve como tema “Adiar o fim é criar novos começos” e propôs o debate sobre a crise climática e seus impactos nas periferias urbanas. Inspirada na obra de Ailton Krenak, através do livro “Ideias para adiar o fim do mundo” (2019), a programação incentivou a reflexão sobre a ruptura da lógica civilizatória que dissocia natureza e humanidade. Com rodas de memória ecológica, intervenções artísticas e debates sobre justiça climática a partir das vivências das juventudes do território, o festival

reafirma o compromisso do projeto com a defesa da vida em múltiplas dimensões e escalas. Em 2025, novas oficinas estão em curso no território, inclusive em parceria com o edital de iniciativas comunitárias do GBJ.

A experiência do projeto Histórias Desmedidas expressa uma psicologia social crítica comprometida com a vida, com a escuta dos territórios e com a formação política das juventudes periféricas. Sua atuação ao longo de cinco anos demonstra como é possível tensionar os muros da universidade e construir práticas que deslocam saberes, afetos e modos de cuidado. O projeto tem contribuído para a formação de estudantes com escuta sensível, análise crítica e implicação ética em realidades complexas. Também fortalece a relação entre universidade e sociedade ao devolver o conhecimento às comunidades e valorizar suas formas de organização. Em meio a retrocessos democráticos e à precarização da vida, iniciativas como esta reafirmam a psicologia como trincheira de defesa da dignidade e dos direitos, em aliança com os povos e contra a destruição de todas as possíveis formas de vida.

Psicologia Social em um bairro central-periférico na Amazônia

Bruno Ribeiro Silva (UNIR), Solange Struwka (UNIR)

Este trabalho foi construído juntamente com trabalhadoras e trabalhadores do Mocambo, um bairro central-periférico, localizado na capital de Rondônia, Porto Velho, no interior do território amazônico e possui como objetivo analisar a construção histórica da comunidade e as articulações coletivas de resistência. Neste sentido, é preciso compreender a formação do objeto de estudo, no qual ocorre a partir de um capitalismo dependente e periférico imposto na América Latina, em que engendra características particulares de maior superexploração e usurpação da terra na forma de latifúndio para abastecimento do mercado internacional na forma de commodities. Na Amazônia, o desenvolvimento se estreitou, por conta das suas riquezas comuns e naturais, o Estado desenvolveu intensas propagandas para a "integração" e "modernização" do território amazônico, ocasionando um eixo migratório Norte-Nordeste, enquanto o primeiro era vendido como Novo Eldorado, o segundo era considerado uma região com abundante mão de obra barata. Com isso, a Estrada de Ferro Madeira Mamoré (1907-1912), empreendimento construído a partir dos acordos internacionais para o escoamento da borracha boliviana e brasileira ao exterior, estrutura em seu entorno uma cidade que vai expressar as desigualdades na sua estrutura física, possuindo espaços para trabalhadores considerados mão de obra qualificada e aqueles que vieram do Maranhão, Ceará e entre outros, fugidos da seca e procurando melhores condições de vida. Neste contexto, surge o Mocambo um dos primeiros bairros da capital, onde sua configuração inicial era um terreiro de macumba liderado por Mãe Esperança Rita, mulher negra, maranhense e analfabeta, estabeleceu ali um trabalho de acolhimento e articulações políticas para a manutenção do barracão. Como um bairro proletário e negro, seus moradores enfrentaram diversas transformações, sendo estas expressões dos diversos processos político-econômicos do Brasil com os centro hegemônicos, desde um período boêmico, com festas e celebrações até a ascenção da violência, com o abandono do Estado. Apesar desta problemática, a população buscou formas de enfrentar a criminalização, se articulando coletivamente e construindo espaços de resistência e com tarefas práticas de mudança da sua realidade. Portanto, mesmo com sua importância histórica, social e cultural, e estando no centro da cidade, é negada a sua contribuição para a capital e invisível ao poder público, sendo posto na periferia. Assim, é preciso compreender os nexos causais que se expressam na realidade concreta dos povos amazônicos seja na cidade ou no campo, como posto pela obra martinbaroniana é preciso identificar as formas do passado que foram eficazes para enfrentar os dispositivos de opressão, para construir novas relações no presente e vislumbrar outras possibilidades de futuro, possibilitando a formação de um novo ser humano e a destruição do capitalismo. A pesquisa em questão foi orientada pelo arcabouço teórico-metodológico do Enfoque Histórico-Cultural e pelas elaborações das obras de Ignacio Martín-Baró. Como instrumentos metodológicos foram utilizadas entrevistas semiestruturadas com os moradores, observação participante e leitura das notícias do acervo digital do jornal Alto Madeira (1917-1989). Foram cinco pessoas entrevistadas, sendo três mulheres e dois homens, quatro autodeclaradas pardas e uma branca, com idade entre 35 e 76 anos, todas são consideradas referências por realizar ou já realizaram alguma atividade coletiva no bairro. No que diz respeito ao Mocambo e seus moradores, notamos que Mãe Esperança Rita protagonizou importantes ações na capital. "Ela trouxe pra cá a religião, a umbanda, protegeu mulheres, né? mulheres que eram maltratadas por aí, ela abrigava abrigava essas mulheres, dava carinho e conforto para

que elas tivessem uma vida melhor, né" explica Alisson. Além do religioso, o bairro foi reduto dos sambas e da boemia, ocasionando um grande impacto cultural na cidade, neste período cantores utilizavam a música e a poesia como instrumento de denúncia e contemplação dos bairros da cidade, em um momento econômico de abertura da BR-364 e garimpo manual da cassiterita. Como forma de sobreviver, os moradores buscavam outras formas de comércio, como as pensões com o fornecimento de alimento e alojamento para trabalhadoras do sexo. O fluxo intenso de migrações, auges e declínios de matérias primas para abastecer o mercado externo aliada a falta de políticas públicas vai ocasionar no bairro um crescimento da violência e o abandono. Desde 1951 os moradores reivindicavam melhores condições estruturais, a falta de energia, distribuição de água e saneamento básico eram algumas das necessidades do bairro, mesmo estampado nas manchetes do jornal Alto Madeira "Mocambo pede socorro", as mudanças eram mínimas, com a criação da associação de moradores em 1983, a pressão para melhores condições ficavam mais evidentes. Se por um lado os moradores tornavam evidente a importância do bairro para a história e a sua localização central, as notícias anunciavam a expressão do descaso público "marginais tomam conta do Mocambo", a partir daí a veiculação de notícias sobre o bairro se restringiam deixar evidente apenas os crimes. Essa questão vai perdurar por muito tempo construindo uma memória apenas de criminalidade e violência, negando todas as contribuições dos moradores para com a capital da cidade. É a partir da organização dos próprios moradores com a reativação da Associação de bairro em 1994, que vão realizar atividades com o intuito de mudar a realidade do bairro. "Enfrentar aquilo que a gente tava vivenciando na época, né, que era o aumento da criminalidade e o esquecimento do bairro para desenvolver na área social, na área esportiva, então a gente buscou reativar nesse sentido", explica Aguilar. Com isso, outras ações com o objetivo de manter a memória do bairro e dos moradores em evidência vão ser construídas como a Escola de Samba Os Diplomatas, o Bloco Até que a Noite Vire Dia e a ação direta da Igreja Católica. Por fim, o trabalho aponta a necessidade de pensar os nexos causais da construção de uma realidade concreta e como ela é atravessada por questões econômicas e políticas nacionais e internacionais, ocasionando particularidades na região amazônica.

Quilombo Forte Príncipe: conflitos territoriais e a histórica resistência comunitária

Paula Alexandre Lopes, Solange Struwka (UNIR)

O presente texto investiga os conflitos por disputa de territórios da comunidade quilombola Forte Príncipe da Beira, localizada na cidade de Costa Marques, Rondônia. Essa é uma das múltiplas expressões das violências encontradas no local, identificadas a partir do desenvolvimento de uma pesquisa de mestrado. Como objetivo, o estudo busca dar visibilidade e fortalecer a resistência histórica da comunidade, protagonizada pelas mulheres. A relação com o grupo de trabalho se justifica, tendo em vista que este debate busca constatar a luta, resistência e organização popular da comunidade, a partir da Psicologia Social e das relações étnicos raciais. O estudo se estruturou com base na Psicologia Histórico-Cultural. Essa teoria explica que a análise concreta da dialética intergrupal aponta para uma relação sujeito-objeto-sujeito, fundamento onde se dá a complexificação da necessidade. Ou seja, mostra que as necessidades dos sujeitos não são fixas, mas evoluem e se enriquecem através da interação dialética contínua, e que os motivos são tudo o que impulsiona a atividade da pessoa, incluindo a adoção de uma decisão, o senso de dever e a consciência de uma necessidade. No decorrer da pesquisa, a partir de Kilomba (2020), foi possível evidenciar que a abolição da escravidão não foi efetiva, pois não garantiu direitos básicos à população negra como trabalho, moradia e educação. Além disso, Nascimento(1980) relata que, inicialmente, os quilombos eram comunidades criadas para fuga do ambiente escravocrata em que as pessoas negras foram inseridas violentamente. Dito isso, as comunidades quilombolas eram criadas para luta, fortalecimento e resistência, mas também como uma forma de garantir autonomia, liberdade e melhores condições de vida. Atualmente, os quilombos estão presentes como forma de luta e resistência para manter a história, cultura e território dos povos tradicionais, uma vez que, por anos - e ainda hoje- a história dessa população é distorcida desde os diálogos no dia a dia até o discurso aprendido nas escolas. Isso também é evidenciado em Nascimento(1980), que discute que, mesmo após a suposta abolição da escravidão, a população negra continuou sendo injustiçada, sendo impedida de assumir suas raízes etnicas, históricas e culturais. Assim, é evidente que, por meio da permanência das comunidades quilombolas, a história e a cultura desses povos pode ser contada por aqueles que fazem parte dela e que ainda são afetados pelas consequentes injustiças do período escravista. A partir disso,é notório que,durante anos, as pessoas escravizadas travaram enfrentamentos para a garantia de uma liberdade que, na prática, não apresentou acesso a direitos básicos, e ainda hoje sua descendência luta pela validação de territórios que são seus por direito.

Metodologia: Para realizar esse estudo, foram realizadas entrevistas com objetivo reconstruir a dinâmica da história de vida das mulheres, visando assim, apreender as processualidades ocorridas no decorrer da vida das entrevistadas. Ainda, buscamos compreender a história das mulheres no território; as dificuldades enfrentadas; os motivos atribuídos ao coletivo e as lutas ali travadas. A análise do material empírico foi realizada a partir dos seguintes procedimentos. A partir de um primeiro estudo foram realizadas contínuas leituras do material em que foram observados os conteúdos expressos, bem como as relações com os processos organizativos e a luta pela terra. Em um segundo momento foram realizadas anotações e interpretações dos pontos em destaque, seguido de organização dos dados, a fim de serem abstraídos, organizando-os para melhor compreensão, como sugere Tonet (2013). Por fim, elencamos eixos de análise que nos permitam discutir as determinações, nexos e relações do objetivo investigado, uma vez que este permite maior objetividade e precisão na análise dos

dados. Essas categorias serão ancoradas na literatura sobre o tema, buscando melhores definições para os tópicos investigados e formulações conceituais sobre a realidade e o sujeito em estudo.

Resultados parciais: Cerceamento do território e das práticas tradicionais e a contínua resistência da comunidade

De acordo com Ferreira (2020) depois de décadas com pressões do exército contra o território e após grave ameaça de realocação compulsória, em 2005 com o autorreconhecimento da comunidade como quilombola demarcado pela Fundação Palmares, a comunidade se organizou e criou a Associação Quilombola do Forte Príncipe(ASQFORTE). Apesar disso, após a criação da associação os enfrentamentos persistiram desde ameaças coletivas e individuais de realocação, restrições de práticas agrícolas, de caça e pesca até controle do cotidiano das pessoas. Assim, o exército passou a controlar o cotidiano da comunidade, determinando os horários de saída e entrada de pessoas na comunidade, o acesso dos quilombolas à saúde, educação, esporte, ao porto, ao rio e a capela. Em 2015, um ano após a interposição de uma ação judicial para titulação da terra como comunidade quilombola, o Exército expande os pontos de controle, aumentando o aquartelamento da comunidade. Dessa forma, a escola, o parque e a quadra de esportes passam a estar dentro da área militar, como consequência para acessar a escola os pais, alunos e professores precisam ser registrados, denunciando extremo controle. No ano de 2017 os acontecimentos reacenderam os conflitos. Situações violentas foram vivenciadas pelos trabalhadores durante a colheita e a comercialização da safra de castanha, a comunidade teve apreendido pelo Exército um caminhão carregado deste produto. Inicialmente, o comandante do Pelotão tentou limitar a colheita a uma saca por família; em seguida, passou a exigir pagamento como forma de tributação de impostos; depois, impediu a entrada de compradores de castanha; e, por fim, apreendeu um caminhão carregado de colheita(Ferreira, 2020).O Ministério Público Federal em Ji-Paraná já ajuizou duas Ações Civis Públicas (ACPs) contra a União e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) pressionando pela realização de estudos para a titulação das áreas, mas as ações foram negadas pela Justiça Federal. Apesar disso, a luta e resistência da população contra a tomada do território é contínua, no entanto, diversas violências afetam a comunidade (CPT/RO, 2013). Desde o início dos trabalhos do INCRA, o Exército colocou impedimentos e constrangimentos à equipe para que adentrasse o território e executasse os levantamentos necessários. Por anos, dada a 'proibição' do Exército, o INCRA não realizou. Apesar disso, em 2018, uma sentença judicial determinou a realização do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) no prazo de 60 dias e ordenou que fosse assegurado ao INCRA amplo acesso à gleba e às localidades necessárias para elaboração dos levantamentos. Em 25 de julho de 2019, aconteceu, na Justiça Federal de Ji-Paraná, Rondônia, a última audiência da ACP, naquela oportunidade, a Justiça Federal homologou um acordo de convivência entre quilombolas e militares, um plano de uso da área construído em conjunto e com assessoria do MPF para equilibrar as atividades tradicionais da comunidade e as atividades do Exército, até a titulação do território quilombola. Enquanto isso, ficaria garantido o amplo acesso à área para o INCRA, para sequência dos trabalhos do RTID. Como conclusão, evidencia-se que por mais que um acordo tenha sido realizado, as pessoas ainda sofrem constrangimentos contínuos devido a escola, a quadra e alguns serviços de saúde serem dentro do aquartelamento, isso denuncia que para populações periféricas os direitos não são alcançados plenamente e que os quilombos, mesmo depois de 137 anos da suposta abolição da escravidão, permanecem sendo um ambiente de resistência por autonomia, liberdade e melhores condições de vida.

Território de narrativas: a vida após a morte para as famílias de vítimas da violência de Estado no Complexo de Favelas da Maré

Lucas Renan Ferreira Lima

A atuação da psicologia em territórios de favela apresenta desafios únicos que demandam uma compreensão profunda das dinâmicas sociais e das violências estruturais que permeiam esses espaços. A presente comunicação oral tem como objetivo apontar algumas reflexões a respeito de possíveis estratégias e práticas de cuidado criadas para lidar com os efeitos da violência e traumas psicossociais vividos por pessoas moradoras de territórios de favela, com base na experiência do autor, um psicólogo social, no acompanhamento psicossocial de vítimas e familiares de vítimas da violência de Estado. O trabalho é realizado na organização social Redes da Maré, localizada no conjunto de favelas da Maré, na cidade do Rio de Janeiro.

O Complexo de Favelas da Maré, composto por 15 comunidades, é um território marcado por intensas violações de direitos, mas também por movimentos de resistência e transformação social. A Redes da Maré orienta suas ações em cinco eixos fundamentais: Arte, Cultura, Memórias e Identidades; Direito à Saúde; Direitos Urbanos e Socioambientais; Educação; e Direito à Segurança Pública e Acesso à Justiça. Este último eixo, central para a discussão desta comunicação, busca incentivar os moradores a refletirem sobre a política de segurança pública vigente e o acesso à justiça e os reivindicarem como direitos inalienáveis, que devem ser defendidos e garantidos. Desse modo, os projetos provenientes desse eixo visam provocar ampliação dos direitos sociais dos moradores da Maré diante de em contexto de graves violações a direitos fundamentais.

As ações destes projetos também incluem o monitoramento de dados e a incidência em políticas públicas voltadas à segurança pública nas favelas, com o objetivo de fortalecer os direitos dos moradores. Um exemplo desse trabalho é o Boletim Direito à Segurança Pública na Maré, que revela a intensidade das operações policiais na região, que entre 2017 e 2024 registrou 215 operações policiais no conjunto de Favelas, evidenciando o alarmante número de ações de agentes de segurança pública no território.

Dados como esse mostram de que forma o Estado busca estar presente nos territórios periféricos. Territórios estes que são majoritariamente habitados por pessoas negras, são alvo do racismo estrutural também através da precarização de políticas de saúde e educação, de mobilidade urbana reduzida muitas vezes ao próprio território pela redução de frotas de linhas de ônibus e horários limitados de circulação de transporte público. Faz-se necessário questionar quem vai ter os direitos assegurados pela política de Segurança Pública e quem é alvo da violência policial nas ruas. É falar sobre necropolítica - conceito de Achille Mbembe -, no poder e capacidade do Estado de ditar quem pode viver e quem deve morrer

É criada uma atmosfera de guerra na vida da população moradora de favela: não conseguindo transitar muitas vezes em seus próprios territórios pelas operações policiais e ações de grupos armados locais, ou circulando pelo restante da cidade e sendo alvo de abordagens violentas de agentes de segurança pública e discriminação pela sua raça e origem territorial. É necessário pensar em como o Estado atua nesses territórios e quais são os impactos negativos da política de segurança pública vigente na vida dos moradores do território.

É nesse contexto, atravessado por diversas formas de violência, que a atuação da psicologia se insere, para

pensar e atuar junto às subjetividades do seu tempo e diante das disputas entre a afirmação da vida e da morte. As ações visam não apenas atender às demandas imediatas de vítimas e familiares, mas também contextualizar as mesmas no panorama mais amplo das violações de direitos no território.

A experiência do autor mostra que as famílias, ao buscarem atendimento nos equipamentos públicos de saúde e justiça de referência do território durante operações policiais, muitas vezes enfrentam obstáculos adicionais aos já vistos nos serviços públicos, como: desconfiança e moralidade quanto ao envolvimento do familiar com facções criminosas, revitimização ao terem de narrar o fato ou exigências para justificar sua dor. Nesse momento, vemos a luta de familiares, em sua maioria mães, para tentar legitimar uma violência sofrida e qualificá-la como perda.

O autor toma como base para pensar o trabalho os conceitos de trauma psicossocial do psicólogo Ignácio Martín-Baró, e a contextualização do cenário de violência experienciado no território sob a noção de violência atmosférica do psiquiatra Frantz Fanon, é construída uma perspectiva de atuação que leva em consideração fatores sociorraciais e territoriais da população atendida. A prática diária envolve enfrentar e resistir às múltiplas formas de violência que se manifestam, tanto de maneira explícita quanto sutil, no cotidiano das favelas.

A partir do questionamento do que é "a vida após uma morte" para famílias vitimadas pela violência de Estado, é feito junto das famílias a construção de uma contranarrativa ao apagamento identitário e desumanizante comumente experienciado por elas após a perda sofrida e pensada possibilidades de cuidado. O atendimento então é ampliado para pensar no acompanhamento psicossocial e fortalecimento dessas famílias, juntamente com a reivindicação de justiça pela violência sofrida. Como parte das estratégias de cuidado, é trazido pelas próprias famílias a necessidade da legitimação dessa morte através do reconhecimento do Estado de que aquilo foi um crime, buscando quebrar o discurso hegemônico de que não há direito à memória e ao luto para pessoas de favela.

Diante das múltiplas camadas de violência que atravessam o cotidiano das favelas, a psicologia que se propõe a atuar nesses territórios precisa ir além da escuta clínica convencional e se comprometer com práticas éticas, políticas e territorializadas. O acompanhamento de famílias vitimadas mostra que o cuidado não se resume ao acolhimento da dor imediata, mas envolve a construção coletiva de sentidos, a valorização da memória daqueles que foram mortos.

O exercício da psicologia torna-se então uma prática de subversão, que busca romper com o silêncio imposto pela necropolítica e fortalecer a capacidade de resistência e elaboração subjetiva frente à dor e à injustiça.

GT 54: VIOLÊNCIA E FORMAÇÃO NO MUNDO ADMINISTRADO: INTERFACE E IMPACTOS NA CONSTITUIÇÃO PSÍQUICA

Coordenação: Pedro Fernando da Silva (USP), Mayara Machado Bichir (Rede Divam), Daviane Rodrigues Ribeiro (CUFSA)

A Produção da Subjetividade na Sociedade Patriarcal-Capitalista: Entre a Violência, o Medo e a Reificação do Corpo

Jessika Pereira Damásio (USP)

A análise da formação dos sujeitos na contemporaneidade exige um olhar atento às determinações históricas que estruturam os modos de vida, as relações sociais e os processos de subjetivação. O que se observa, sobretudo nas experiências concretas das mulheres, é a reprodução incessante de estruturas que, longe de se apresentarem como superadas, se atualizam nas múltiplas expressões da dominação patriarcal-capitalista. Esta comunicação busca tatear a formação da subjetividade nos processos de socialização a partir do tensionamento dos fenômenos socio históricos dos sexos, da divisão sexual do trabalho e dos efeitos da razão instrumental na conformação dos sujeitos, com ênfase na experiência feminina marcada pelo medo, pela violência e pela reificação dos corpos. Para tal, buscou-se orientar pelo pensamento dos autores da Teoria Critica da Sociedade, dando ênfase a Max Horkheimer e Theodor Adorno.

A lógica da dominação moderna, fundada na racionalidade instrumental — conceito central na Teoria Crítica elaborada por Max Horkheimer e Theodor W. Adorno (1947/1985) —, sustenta-se na redução do múltiplo ao idêntico, na negação da diferença e na supressão da experiência sensível. Essa racionalidade, que se apresenta como expressão do progresso, carrega em si a dupla face do esclarecimento: ao mesmo tempo que liberta da tutela mítica, engendra novas formas de opressão. A razão esclarecedora, ao disseminar a dominação enquanto logica naturalizada, vai promover a redução do sujeito a objeto, instituindo alógica forma mercadoria como princípio ordenador da sociedade. Nesse sentido a realidade delineia-se a partir da administração corpos, afetos e desejos, consolidando modelos acríticos de subjetividade e reprodução social.

No interior da lógica de dominação e com acento na razão esclarecedora capitalista, a divisão sexual do trabalho emerge não apenas como uma organização econômica, mas como um princípio estruturante da própria sociedade. Tal como fórmula Delphy (1980), o patriarcado é um sistema de dominação que se organiza pela exploração do trabalho das mulheres, tanto no âmbito produtivo quanto reprodutivo, instituindo uma economia dos afetos que naturaliza as opressões. O corpo feminino, nesse contexto, torna-se locus privilegiado de inscrição das violências simbólicas e materiais, configurando-se como mercadoria, fetiche e alvo constante de controle.

Quando se trata da representação da mulher na sociedade contemporânea, três imagens se impõem de modo recorrente: a mulher enquanto caricatura feminista, construída como sujeito odioso e opositor aos homens; a mulher da moral conservadora, especialmente no contexto religiosos e autoritários, que a posiciona como guardiã da família e dos bons costumes; e, por fim, a mulher coisificada, transformada em objeto de consumo nas indústrias culturais, midiáticas e pornográficas. Tais

representações não são meros estereótipos isolados, mas expressões concretas de um processo histórico de formação social que, ao longo dos séculos, consolidou o ódio ao feminino como extensão do ódio à natureza.

Este ódio não se manifesta de maneira isolada; ele constitui parte intrínseca de um projeto civilizatório que elegeu o masculino — aqui entendido não como dado biológico, mas como construção histórica e política — como medida universal da humanidade. A partir desse binarismo estrutural, sustentado na masculinidade viril, consolida-se uma ordem que violenta sistematicamente tudo aquilo que escapa à lógica da dominação: o feminino, a natureza, a alteridade e a própria experiência.

O medo que permeia a existência das mulheres não é uma experiência subjetiva isolada, mas produto direto dessa configuração histórica. Desde o simples desconforto diante de um olhar atravessado no espaço público, passando pelo constrangimento no ambiente de trabalho, até os episódios de violência extrema, como o feminicídio, o que se observa é a constante reatualização desse medo arcaico. Como exemplifica Clarice Lispector (1984/1999), esse medo é quase ancestral, acionado em situações banais, como um convite aparentemente inofensivo para um passeio. Esse mesmo medo se manifesta na narrativa de personagens femininas que, mesmo ocupando posições de poder, são constantemente assediadas, desacreditadas e subjugadas.

Essas experiências, que atravessam a literatura, o cinema e a própria realidade cotidiana, encontram eco nas denúncias públicas de mulheres que, ao romperem o silêncio sobre o assédio e a violência, revelam a profundidade das estruturas que sustentam o patriarcado contemporâneo. Expressões de assédio e importunação sexual no âmbito da política, ou ainda os índices crescentes de violência doméstica, sexual e feminicídios denunciados nos Anuários Brasileiro de Violência Pública (2022, 2023, 2024) não são meros desvios de conduta individual, mas manifestações explícitas de um sistema que autoriza, legitima e reproduz, no princípio de exceção, a dominação masculina.

A radicalização da socialização total — conceito desenvolvido por Adorno e Horkheimer (1956/1978) —, implica a formação de sujeitos incapazes de experienciar o mundo para além dos moldes administrados. Nesse processo, a formação do eu, que deveria ocorrer a partir da mediação entre o interno e o externo, da introjeção do mundo e da reflexão crítica sobre ele, é substituída pela semi-formação. O sujeito, impedido de diferenciar-se, torna-se uma caricatura, uma reprodução dos modelos hegemônicos de gênero, classe e raça.

Esse processo de deformação do eu, na perspectiva da Teoria Crítica, não ocorre de maneira neutra. Ele é orientado pela lógica da mercantilização, que submete todos os aspectos da vida à lógica do capital. Assim, não apenas os corpos são transformados em mercadoria, mas também os afetos, os desejos e as próprias subjetividades. As tecnologias digitais contemporâneas, longe de romperem com essas dinâmicas, aprofundam-nas, ao transformar a vida humana em dados quantificáveis, administráveis, tendo como finalidade o lucro.

Este progresso historicamente vem se mostrado regressivo, materializa-se na contemporaneidade na forma reificada da experiência em que, embora aparente desenvolvimento, esse reproduz e intensifica as estruturas de dominação. A liberalização dos mercados não trouxe, como prometeram as ideologias neoliberais, a emancipação dos sujeitos, mas sim a liberalização da vida como mercadoria. O que se observa é a multiplicação de bolhas sociais, culturais e identitárias que, ao invés de promoverem o diferente, instauram a alienação ao idêntico e o extermínio da alteridade.

No que diz respeito à formação dos sujeitos e as relações de sexo e gênero, esse processo torna-se ainda mais evidente. O modelo tradicional da família burguesa — pai como figura pública, mãe como cuidadora e filhos como

sujeitos assexualizados —, longe de estar superado, encontra-se reconfigurado no capitalismo contemporâneo. Paralelamente, a moral sexual liberal, que emerge a partir da década de 1960, ao invés de subverter as estruturas patriarcais, acaba por mercantilizar os corpos e os desejos, transformando a liberdade sexual em mais uma expressão do consumo (Adorno,1963/2015; Chauí, 1984; Silva, 2007).

Nesse cenário, a luta feminista e os avanços das teorias críticas de gênero, da teoria queer e dos direitos humanos, embora fundamentais, enfrentam a constante ameaça da captura, integração, pelo próprio sistema que combatem. A coabitação entre conquistas sociais e a reprodução das violências estruturais revela a resiliência do patriarcado, que, aliado ao capitalismo, reinventa-se para manter sua eficácia. O sujeito masculino, enquanto representante histórico da dominação, também paga seu preço. A masculinidade, construída como ideal de força, insensibilidade e controle, produz sujeitos alienados de si mesmos, incapazes de acessar sua própria vulnerabilidade e, por isso, propensos à reprodução da violência. O ódio dirigido às mulheres, aos dissidentes de gênero e a tudo aquilo que representa diferença, é, em última instância, expressão do ódio a si próprio, do sofrimento psíquico gerado pelo próprio processo de socialização patriarcal.

Esse é um ponto crucial: a violência de gênero não é apenas uma questão relacional entre homens e mulheres, mas um elemento estruturante da sociedade capitalista-patriarcal. Ela funciona como mecanismo de manutenção da ordem social, garantindo que os sujeitos permaneçam encaixados nos papéis que lhes foram historicamente designados. Ao mesmo tempo, essa violência aponta para as fissuras do próprio sistema, revelando sua incapacidade de lidar com aquilo que escapa à lógica da dominação. Portanto, pensar a formação dos sujeitos na sociedade contemporânea exige compreender que estamos diante de um processo histórico de deformação, no qual a promessa de liberdade é permanentemente traída pela reprodução das estruturas de opressão. A análise crítica da sociedade não pode se furtar a esse diagnóstico, sob pena de se tornar cúmplice da barbárie.

A tarefa que se impõe, seguindo a orientação da Teoria Crítica, é a de escovar a história a contrapelo, iluminando as contradições, as violências e as possibilidades de resistência que emergem dos próprios escombros da modernidade. É necessário reconhecer que o sujeito histórico da dominação tem cor, gênero e classe social — não é um sujeito abstrato, mas um homem branco, cisgênero, heterossexual, construído como universal, mas que representa, na verdade, a particularidade elevada à condição de norma. O reconhecimento do sujeito é o próprio tatear na realidade e nos modelos acríticos, que imprimem na socialização, seja pela família, afetos e cultura, formas regressivas da experiência como manutenção da irracionalidade patriarcal capitalista.

Em suma, a reprodução da dominação patriarcal-capitalista, sustentada pela racionalidade instrumental, pela divisão sexual do trabalho e pela mercantilização da vida, não apenas produz medo e violência, mas são base para a semi-formação, e por conseguinte da alienação, reificação da experiência.

Dinâmicas abusivas nos relacionamentos amorosos: uma leitura psicanalítica entre Eros e Tânatos

Ana Laura Coimbra Alves (PUC MINAS), Gabriel Barbosa (PUC Minas), Helio Miranda (PUC Minas)

Introdução

Este estudo, ainda em desenvolvimento como parte do Programa de Iniciação Científica da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), propõe uma análise das dinâmicas presentes nos relacionamentos abusivos a partir da teoria freudiana da pulsão de vida (Eros) e de morte (Tânatos). Articula-se a essa leitura a crítica da violência feminicida em contextos marcados pela desigualdade de gênero. De forma breve, o conceito de Pulsão pode ser descrito como uma força psíquica fundamental que move o sujeito em direção à ação e ao desejo. Freud (1920) ao longo de sua experiência clínica observou uma dualidade pulsional presente nos indivíduos: a pulsão de vida, Eros, e a pulsão de morte, Tânatos. Eros, associado à preservação da vida, ao enlaçamento e à construção de vínculos; e Tânatos, ligado à repetição, à destruição e ao rompimento dos laços. Assim, a pesquisa visa compreender como as relações abusivas podem ser sustentadas por movimentos psíquicos ambivalentes, nos quais o desejo de manter o vínculo convive com impulsos autodestrutivos ou destrutivos.

Os relacionamentos abusivos são caracterizados pela presença naturalizada e cotidiana de diferentes formas de violência, por exemplo, física, psicológica, patrimonial e sexual. Na maioria das vezes, essas situações estão diretamente ligadas à violência de gênero, sustentadas por uma relação desigual de poder entre os parceiros. Esse desequilíbrio é utilizado como forma de manipulação, dominação e opressão. As mulheres, em especial, são mais propensas a vivenciarem esse tipo de relação abusiva, devido às estruturas sociais que perpetuam o machismo e a desigualdade de gênero (Oliveira, 2014).

Investigar essa temática é de extrema importância social, pois trata-se de um problema grave que afeta diretamente a saúde física e mental das vítimas. Muitas vezes, essa violência impede que as mulheres exerçam plenamente seus direitos de cidadania e tenham uma vida saudável e funcional, direitos estes assegurados pelo artigo 5º da Constituição Brasileira de 1988, que declara: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.” Infelizmente, esse direito fundamental ainda não é uma realidade para muitas mulheres, uma vez que, segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), em 2021, uma em cada três mulheres sofreu violência por parte de um parceiro íntimo.

Esta proposta dialoga com os seguintes GTS: Gênero, sexualidade e educação: apostas decoloniais, Mulheridades e a intersecção de suas lutas: Feminismos, Raça e Psicologia Social Crítica e Violência feminicida e justiça patriarcal: perspectivas críticas sobre a violência contra as mulheres por estar relacionada com os debates em torno das questões de violência de gênero. A escolha destes GTS justifica-se pela aproximação teórica com os temas relacionados ao eixo 12, Gênero, Sexualidades e Intersecções. Assim, esta pesquisa propõe uma análise das violências de gênero a partir da Psicologia Social Crítica, reconhecendo a violência contra as mulheres não como episódios isolados, mas como expressões estruturais de um sistema patriarcal, racializado e colonial.

Objetivos

O objetivo geral deste estudo é investigar como os impulsos de vida e morte descritos na teoria psicanalítica como Eros e Tânatos podem influenciar as interações entre parceiros em relacionamentos abusivos. Já os objetivos específicos são: Analisar a conduta da vítima frente ao abuso e averiguar como as pulsões de vida e de morte atuam na perpetuação de ciclos de abusos, investigar os impactos psicológicos, emocionais e sociais do abuso nos indivíduos envolvidos e as consequências de longo prazo e investigar as possíveis intervenções psicanalíticas para mitigar os efeitos de Eros e Tânatos em relações abusivas, isto é, entender como a psicanálise pode ajudar a não perpetuação das dinâmicas abusivas.

Estratégias metodológicas

A presente pesquisa adota como metodologia uma revisão bibliográfica de artigos científicos publicados nos últimos dez anos, selecionados em bases de dados reconhecidas na área, como SciELO e PePSIC. Inicialmente, foram levantadas doze obras, com os descritores " relacionamentos abusivos", "relatos de casos", "teoria psicanalítica". Após leitura exploratória, foram selecionadas cinco obras por apresentarem maior aderência ao tema da pesquisa. O critério de inclusão centrou-se em produções que abordam relatos de vítimas de relações abusivas, bem como estudos de caso clínico que descrevam as dinâmicas relacionais violentas em parcerias amorosas, visando compreender como ocorrem as dinâmicas abusivas nos relacionamentos íntimos, sobretudo, no que tange a análise de padrões relacionais. A análise está sendo conduzida à luz da teoria psicanalítica, com ênfase na teoria freudiana das pulsões de vida e pulsões de morte. A escolha dessa abordagem visa explorar a complexidade afetiva e psíquica que sustenta a permanência das vítimas, em sua maioria mulheres, em relações violentas, articulando os relatos a teoria psicanalítica. A análise dos relatos de casos, até o momento, segue uma abordagem qualitativa, com uso da análise temática para identificar categorias centrais nos modos de atuação e nos sentidos atribuídos às experiências relatadas.

Resultados preliminares

O estudo realizado até o momento tem permitido identificar padrões recorrentes nas narrativas de vítimas de violência em relações abusivas, evidenciando como a manutenção desses vínculos pode ser compreendida para além de explicações racionais ou reducionistas, destacando que há algo de uma satisfação inconsciente que se atualiza e sustenta essas relações. Freud (1915) afirmou que a pulsão é uma construção teórica abstrata que busca retratar um fenômeno psíquico, ou seja, a pulsão não representa a realidade, mas a produz. Além disso, este é um conceito fronteiriço entre o mental e o corporal, isto é, não é um conceito puramente biológico ou psíquico, mas que se origina do corpo através das tensões e se realiza na psique na forma de fantasias e desejos. Assim, a pulsão de vida, força psíquica responsável pelo enlaçamento e produção de vínculos atua de forma simultânea a pulsão de morte, responsável pela destruição e pela repetição compulsiva. Dessa forma, aquilo que não consegue ser simbolizado, se repete na tentativa de ser elaborado, o que muitas vezes está relacionado à reincidência das mulheres nas situações de abuso nos relacionamentos.

Freud (1920) postula uma nova forma de satisfação, que está para além do princípio do prazer, isto é, que não corresponde à lógica prazer-desprazer, caracterizada pela tendência do aparelho psíquico em evitar o desprazer (aumento de tensão) e buscar o prazer (descarga de tensão). A partir das neuroses de guerra, Freud (1920) verificou que essa teoria não explicava certos comportamentos humanos como a autodestruição e a repetição de experiências dolorosas. Assim, o dualismo pulsional evidencia que o inconsciente não obedece diretamente ao princípio do prazer e que as pessoas repetem experiências mesmo que não haja o prazer

imediato, mas na tentativa de elaborar ou ter alguma forma de domínio sobre as experiências negativas vividas.

Além disso, a investigação aponta para a necessidade de políticas públicas e práticas clínicas que considerem esses aspectos mais subjetivos da violência, ampliando o debate sobre a violência de gênero em uma sociedade patriarcal. A partir de revisão teórica e estudos de caso clínico e narrativas de mulheres em situação de violência, buscamos compreender como o entrelaçamento pulsional pode sustentar vínculos marcados por repetição, ambivalência e destrutividade, dificultando o rompimento com relações violentas. Ao mesmo tempo, refletimos sobre como as estruturas patriarcais, amparadas por uma sociedade ainda marcada por lógicas misóginas, produzem subjetividades vulnerabilizadas à violência.

Primeiras conclusões

Abordar as dinâmicas abusivas a partir da articulação entre pulsão de vida e de morte contribui para uma compreensão mais profunda da persistência da violência contra a mulher, uma vez que reconhecer o entrelaçamento entre o psíquico e o social é necessário para que se possa pensar estratégias efetivas de enfrentamento e cuidado, que não apenas protegem, mas também empoderem as mulheres em sua autonomia e liberdade. Assim, espera-se que os achados desta pesquisa contribuam para a compreensão dos impactos psicológicos, emocionais e sociais do abuso nos indivíduos envolvidos e as consequências a longo prazo e trace possíveis intervenções psicanalíticas para mitigar os efeitos de Eros e Tânatos em relações abusivas, isto é, entender como a psicanálise pode ajudar a não perpetuação das dinâmicas abusivas e contribua para práticas emancipatórias das mulheres.

ESCOLA E VIOLÊNCIA: Narrativas Midiáticas e Trajetórias Pessoais no Contexto da Zona Norte de Manaus

João Victor Baraúna dos Santos (UFAM), Cláudia Regina Brandão Sampaio (UFAM)

RESUMO

PROBLEMA: A violência escolar tem sido tema recorrente em estudos acadêmicos e discussões públicas ao longo das últimas décadas. Em 2023, diversos ataques e ocorrências violentas registrados em instituições de ensino no Brasil reacenderam o debate sobre segurança e proteção no ambiente escolar, com ampla repercussão na mídia digital e tradicional, gerando uma onda de medo e ansiedade entre estudantes, familiares e profissionais da educação. Observa-se, nesse contexto, que a violência não se restringe a episódios isolados de agressão física ou verbal dentro das salas de aula, mas está associada a uma série de fatores externos que perpassam dimensões sociais, econômicas e territoriais. Em especial, territórios marcados por alta vulnerabilidade socioeconômica e elevados índices de criminalidade tendem a estigmatizar seus moradores, reforçando narrativas que vinculam diretamente jovens e escolas à ideia de perigo e risco iminente. A Zona Norte de Manaus (ZNM), reconhecida como a área mais populosa do município e caracterizada por elevados índices de violência urbana, concentra também um grande número de instituições escolares que atendem desde o segmento infantil até o nível superior. Nesse cenário, o problema que orienta este estudo pode ser formulado da seguinte maneira: de que modo estudantes, moradores da Zona Norte de Manaus, articulam e situam suas experiências de escolarização em relação à violência no contexto escolar, considerando, ao mesmo tempo, a representação midiática desse fenômeno?

OBJETIVO: O objetivo geral deste trabalho é conhecer, a partir das narrativas individuais de estudantes residentes na ZNM, como esses jovens situam e compreendem a violência ao longo de suas trajetórias de escolarização e de que forma tais experiências se articulam às representações veiculadas pela mídia sobre violência em ambiente escolar. Busca-se, ainda, identificar categorias centrais que emergem das falas dos estudantes para compreender os elementos que mais contrastam com as narrativas midiáticas predominantes, tais como a percepção de violência estrutural, de gênero e de território, bem como apontar a escola como possível locus de proteção ou, alternativamente, de vulnerabilidade.

MÉTODO: Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa exploratória de abordagem qualitativa, apoiada em duas estratégias principais: (a) Grupos focais agrupados por faixa etária e gênero, com o intuito de promover trocas mais ricas entre pares, permitindo que as narrativas sobre violência, medo e estratégias de atuação no cotidiano escolar sejam compartilhadas de maneira mais espontânea. (b) pesquisa documental em fontes oficiais e na mídia digital sobre violência em escolas, entre abril de 2023 e agosto de 2024. A amostra intencional contemplou dois participantes – um estudante do sexo feminino e outro do sexo masculino – selecionados com base em critérios de residência na ZNM e frequência em instituições públicas de ensino na região. As entrevistas foram conduzidas presencialmente em ambiente neutro, gravadas e transcritas na íntegra. Em paralelo, coletaram-se documentos oficiais de secretarias de Educação local (indicadores de segurança nas escolas, relatórios institucionais) e notícias da mídia digital de alta circulação (jornais online, portais regionais e nacionais) que relatassem episódios de violência escolar ou comentários sobre o tema no período estabelecido. A análise dos dados qualitativos seguiu procedimentos de codificação temática, com categorização inicial (códigos abertos), refinamento para temas centrais e comparação entre narrativas dos entrevistados e conteúdos midiáticos.

RESULTADOS: Na análise das notícias coletadas, predominou fortemente o enfoque em episódios de violência cometidos por jovens, sobretudo relatos de agressões com arma branca, conflitos entre estudantes e situações tidas como “tiroteios” em proximidade às

escolas. Observou-se também uma ênfase em reportagens que associam automaticamente estudantes de bairros periféricos ao risco de violência, reforçando estigmas territoriais. Entre as narrativas dos entrevistados, duas categorias principais emergiram com clareza: (1) "ser sobrevivente em um bairro periférico", que abrange relatos sobre a necessidade de estar constantemente atento à segurança nas proximidades da escola, percursos cotidianos de deslocamento e experiências de medo ao circular em regiões consideradas perigosas; e (2) "encontrar uma saída através do estudo", que reflete a escola não apenas como local de risco, mas também como estratégia de ascensão social, autoproteção e construção de perspectivas de futuro distintas da realidade de violência perpassada pelo território. Outras subcategorias destacadas referem-se a questões de gênero (vulnerabilidade maior para meninas em situações de assédio ou violência sexual nos trajetos até a escola) e à percepção de violência estrutural, entendida como a violência que se manifesta na falta de investimentos públicos, precariedade da infraestrutura escolar e estigma social que recai sobre esses bairros periféricos.

CONCLUSÕES: Conclui-se que, apesar da cobertura midiática reforçar consistentemente a associação entre escola, juventude e violência – frequentemente utilizando imagens e narrativas sensacionalistas que envolvem jovens moradores de bairros periféricos –, os estudantes entrevistados atribuem a vivência de violência primariamente às condições estruturais e sociais de seus territórios. Na percepção desses jovens, morar em áreas com histórico de violência urbana e desigualdade social é o elemento que mais se aproxima de suas experiências de insegurança, antes mesmo de fatores internos à escola. Ademais, o gênero atua de forma marcante, uma vez que as violências às quais meninos e meninas estão expostos apresentam nuances específicas: as meninas, por exemplo, mencionaram receios constantes relacionados a assédio e violência sexual no caminho para a escola, enquanto os meninos relataram maior pressão social para envolver-se em conflitos de rua. Por fim, a escola emerge, na visão dos participantes, como uma via de acesso a uma possível "saída" desse contexto de vulnerabilidade, funcionando tanto como espaço de aprender conteúdos escolares quanto como ambiente protetor onde podem estabelecer redes de apoio e vislumbrar oportunidades de futuro que desafiem a lógica de violência predominante em seus bairros. Esses achados indicam a necessidade de (a) políticas públicas que considerem as especificidades territoriais e de gênero, (b) ações educacionais que valorizem a escuta ativa dos estudantes para contrapor narrativas midiáticas estigmatizantes e (c) fortalecimento de iniciativas comunitárias que articulem escola, família e instituições locais na construção de ambientes escolares mais seguros e inclusivos.

REPERCUSSÕES DA VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR NA INFÂNCIA: Uma revisão integrativa sob o enfoque da Análise do Comportamento

Victoria Caroline Garcia da Silva (PUCPR), Jenifer Pavan de Paula (PUCPR)

Este trabalho teve como objetivo analisar, sob uma perspectiva analítico-comportamental, como a exposição à violência intrafamiliar durante a infância pode impactar o desenvolvimento de repertórios comportamentais prejudiciais na vida adulta. Para alcançar esse objetivo, foi realizada uma revisão integrativa e não sistemática da literatura científica nacional, com foco na sistematização de evidências que pudessem subsidiar reflexões sobre a relação entre experiências adversas precoces no ambiente familiar e as dificuldades emocionais, comportamentais e sociais manifestadas posteriormente. A escolha pela perspectiva analítico-comportamental justifica-se pela sua ênfase na análise funcional do comportamento, permitindo compreender como determinadas contingências vivenciadas ao longo da história de vida do indivíduo contribuem para a constituição de repertórios disfuncionais, sem incorrer em explicações mentalistas ou internalistas. A metodologia adotada foi a revisão integrativa da literatura, por ser uma estratégia abrangente que permite reunir e analisar criticamente estudos já publicados, favorecendo a construção de um panorama aprofundado e atualizado sobre o tema. A revisão foi realizada no Portal de Periódicos da CAPES, utilizando os descritores “violência intrafamiliar” AND “infância”, com filtros aplicados para restringir a busca a estudos em língua portuguesa publicados entre os anos de 2006 e 2022. Os critérios de inclusão abrangeram artigos que apresentassem dados relacionados ao impacto da violência intrafamiliar na infância e suas consequências na vida adulta. Após a leitura dos títulos, resumos e textos completos, quatorze artigos foram selecionados e analisados qualitativamente, com base em categorias previamente definidas pela autora. As categorias de análise utilizadas para extração dos dados foram: perfil das vítimas, perfil dos agressores, uso de substâncias psicoativas pelos agressores, variáveis conjugais, parentais e contextuais, tipificação da violência conforme a classificação proposta por Minayo (2001) e consequências relatadas na vida adulta. Essas categorias permitiram sistematizar os dados dos estudos e identificar padrões recorrentes. Os resultados apontaram que a violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes se manifesta majoritariamente de forma cumulativa, envolvendo mais de um tipo de violência (física, psicológica, sexual, negligência e/ou moral), muitas vezes dentro de contextos de vulnerabilidade e ausência de suporte familiar e institucional. Em relação ao perfil das vítimas, observou-se uma predominância de meninas como vítimas de violência sexual, especialmente na faixa etária entre 10 e 14 anos, enquanto os meninos aparecem com maior frequência em casos de negligência. Outro dado preocupante é a maior vulnerabilidade de crianças e adolescentes negros, que, segundo Cerqueira et al. (2025), têm 2,7 vezes mais chances de serem assassinados em comparação com crianças brancas. Em 2023, foram registrados no Brasil 115.384 casos de violência contra pessoas de 0 a 19 anos, demonstrando que, apesar dos avanços legais e das políticas públicas de proteção, os índices permanecem alarmantes (Cerqueira et al., 2025). Quanto ao perfil dos agressores, a maioria dos estudos identificou os próprios pais ou responsáveis legais como os principais perpetradores das violências, seguidos por parentes próximos e parceiros afetivos na vida adulta. A presença de fatores como uso abusivo de substâncias psicoativas, histórico de violência nas gerações anteriores, conflitos conjugais frequentes, abandono afetivo e dificuldades emocionais dos agressores também foram identificadas como variáveis contextuais relevantes. As consequências da violência

intrafamiliar na vida adulta foram amplamente discutidas nos estudos analisados. Os efeitos mais frequentes incluem sintomas de transtornos mentais (como depressão, ansiedade e transtorno de estresse pós-traumático), comportamentos agressivos, dificuldades de regulação emocional, baixa autoestima, uso problemático de substâncias, dificuldades nos relacionamentos afetivos e interpessoais e revitimização em contextos semelhantes aos vividos na infância. Tais repercussões reforçam a importância de compreender os comportamentos atuais dos indivíduos a partir da análise de suas histórias de aprendizagem e das contingências às quais estiveram expostos ao longo da vida. Nesse sentido, a Análise do Comportamento oferece uma estrutura teórico-metodológica robusta para compreender a funcionalidade dos comportamentos prejudiciais, como por exemplo o comportamento violento, e propor intervenções mais eficazes, éticas e individualizadas. A partir da identificação dos estímulos antecedentes, respostas e estímulos consequentes que mantêm ou fortalecem determinados padrões de comportamento, é possível compreender como um indivíduo aprende a responder de formas que, ainda que prejudiciais em certos contextos, foram historicamente reforçadas em contextos anteriores (Skinner, 1953/2003). Essa compreensão é fundamental para o desenvolvimento de práticas clínicas sensíveis à trajetória do sujeito, que promovam não apenas a redução de sintomas, mas também a construção de novos repertórios comportamentais mais adaptativos. Um exemplo prático dessa concepção é o estudo clássico de Simonassi et al. (1984), citado no trabalho, que demonstrou como a ausência de informações sobre a história de reforçamento de uma criança leva observadores a explicações internalistas e não funcionais do seu comportamento. Os autores mostraram que, quando os juízes não tinham acesso à fase de treino do experimento, interpretavam a escolha da criança por determinada cor como resultado de preferências pessoais ou traços de personalidade, ignorando que a escolha havia sido moldada por esquemas de reforço previamente aplicados. Essa analogia ajuda a compreender que muitos comportamentos adultos associados à repetição de padrões violentos ou disfuncionais têm, na verdade, raízes em experiências passadas reforçadoras ou punitivas, e não em traços inatos ou escolhas conscientes (Simonassi et al., 1984). Por fim, conclui-se que a análise do impacto da violência intrafamiliar a partir da ótica da Análise do Comportamento contribui significativamente para a ampliação do olhar clínico, promovendo práticas mais humanizadas e eficazes. A revisão integrativa possibilitou uma visão ampla e crítica sobre o tema, evidenciando tanto os fatores de risco associados à violência quanto as possibilidades de intervenção fundamentadas em uma escuta qualificada e contextualizada. A carência de estudos na literatura nacional que articulem diretamente os conceitos da Análise do Comportamento com o fenômeno da violência intrafamiliar também aponta para a necessidade de novas pesquisas que aprofundem essa interface, contribuindo para a produção de conhecimento e o aprimoramento das práticas profissionais na área da Psicologia.

Palavras-chave: violência intrafamiliar; infância; análise do comportamento.

Uma crítica da "vida danificada", articulações entre Adorno e a psicologia social

Bruno Carvalho Rodrigue de Freitas (FAM)

A proposta de uma psicologia social formulada pelo filósofo alemão Theodor W. Adorno ganha corpo em textos produzidos ao longo da década de 1950, como "Minima Moralia" (1951), Psicanálise revisada (1952) e Sobre a relação entre Psicologia e Sociologia (1955). Essa proposta emerge como parte do esforço crítico adorniano de compreender os modos de sofrimento e alienação próprios da sociedade capitalista avançada, articulando elementos da psicanálise freudiana, da teoria crítica e da sociologia. Nesta comunicação, pretendemos apresentar como esse projeto de psicologia social decorre de uma releitura crítica da obra de Sigmund Freud, especialmente em relação ao conceito de trauma, e como essa reelaboração resulta na formulação do conceito de "vida danificada" ou "vida ferida" (beschädigten Leben), central na reflexão adorniana.

A noção de "vida danificada" funciona como uma síntese crítica das formas pelas quais o sofrimento é socialmente produzido, perpetuado e internalizado pelos indivíduos. Ela se apoia, em parte, na leitura de textos freudianos nos quais o trauma é descrito como efeito da repressão imposta pela moral sexual burguesa. Em obras como "O mal-estar na cultura" e "Três ensaios sobre a teoria da sexualidade", Freud aponta para os efeitos deletérios que a cultura exerce sobre os impulsos pulsionais, sugerindo que parte significativa dos sintomas neuróticos é produto direto das restrições impostas pelas normas sociais. Em "Moral sexual civilizada e a doença dos nervos moderna" (1908) o próprio Freud utiliza expressões como "sexualidade danificada" para indicar os modos pelos quais a subjetividade é constituída por meio da renúncia pulsional e da repressão. Adorno, no entanto, radicaliza essa relação entre sofrimento e sociedade, deslocando o centro da análise do aparelho psíquico para a totalidade social e para as estruturas materiais e simbólicas que moldam a experiência.

Dessa forma, a ideia adorniana de "vida danificada" ultrapassa a abordagem psicanalítica clássica ao colocar ênfase no caráter histórico e social do sofrimento. O sofrimento não é, para Adorno, uma manifestação puramente intrapsíquica ou individual, mas antes o produto de um processo de "formação" (Bildung) marcado por contradições sociais insolúveis, por violências estruturais e por uma racionalidade instrumental que esvazia a vida de sentido e espontaneidade. A "vida danificada" expressa, assim, a marca indelével que a lógica capitalista imprime sobre os corpos e as subjetividades, deformando-os, muitas vezes de forma irreversível. Não se trata apenas de um processo de formação, mas de uma deformação – ou, nos termos do próprio Adorno, de uma "semiformação" (Halbbildung), que resulta na constituição de sujeitos adaptados, mutilados e alienados.

Nesse contexto, a psicologia social proposta por Adorno visa a compreender como o psiquismo se forma sob condições sociais danosas, nas quais as formas de vida – humanas e não humanas – são sistematicamente rebaixadas, instrumentalizadas e descartadas. A crítica à racionalidade capitalista não se limita, portanto, à análise de suas consequências econômicas ou políticas, mas estende-se ao campo da subjetividade e da experiência sensível. Essa abordagem também permite uma ampliação do escopo tradicional da psicologia social, ao incluir entre as "formas de vida danificadas" não apenas os sujeitos humanos, mas também os animais e o meio ambiente, numa leitura que antecipa debates contemporâneos interespécies, ecologia crítica e justiça ambiental.

Adorno emprega frequentemente imagens da natureza ferida, da destruição ambiental e da animalidade reprimida como metáforas (e não apenas isso) para

ilustrar o alcance da dominação capitalista. A defesa da mímese, entendida como uma forma de relação sensível, não racionalizante e solidária com o outro – seja ele humano ou não – é central nessa perspectiva. A mímese, para Adorno, constitui uma forma de conhecimento que escapa à objetivação violenta da razão instrumental, possibilitando modos de relação baseados na empatia e na não-dominação. Isso permite, inclusive, vislumbrar a possibilidade de alianças entre formas de vida distintas, de forma análoga ao que propõe o título do evento no qual esta comunicação se insere: "Aliança dos povos: Psicologia Social face à destruição de todas as formas de vida".

Apresentar o conceito de "vida danificada" é, portanto, uma forma de abordar criticamente a violência social como estruturante das subjetividades. Essa violência, longe de ser acidental ou periférica, é constitutiva do processo civilizatório sob o capitalismo moderno. A sociedade capitalista, segundo Adorno, cria laços sociais por meio da produção e manutenção do sofrimento, o que implica uma crítica contundente às promessas de progresso, emancipação e bem-estar associadas à modernidade. Como síntese dessa posição, Adorno frequentemente cita Durkheim: "a sociedade dói" – frase que revela a interpenetração entre social e subjetivo, entre estrutura e afeto, entre história e sintoma.

Mesmo tendo sido elaborada no contexto europeu do pós-guerra, a crítica adorniana mantém uma impressionante atualidade. A psicologia social brasileira contemporânea pode extrair importantes lições desse pensamento, especialmente diante da persistência de violências sociais, raciais, econômicas e ambientais que seguem danificando a vida em múltiplas escalas. A atualidade do pensamento de Adorno se confirma na medida em que os avanços sociais recentes – conquistas em termos de inclusão, reconhecimento de direitos e afirmação de identidades – permanecem vulneráveis às lógicas de mercantilização e acumulação que regem o capitalismo global. Esses avanços, embora importantes, encontram seus limites nas estruturas mesmas do sistema econômico, que pode retroceder ou apagar tais conquistas diante de crises ou da queda das taxas de lucro.

Por fim, a radicalidade do pensamento adorniano não se resume à denúncia. Ela implica também uma postura ética que resgata a ideia de solidariedade entre as formas de vida, a necessidade de uma crítica que não se acomode às concessões do sistema e que se recuse a naturalizar o sofrimento como dado inevitável. Ao reconectar sofrimento, crítica social e sensibilidade, Adorno nos convida a pensar uma psicologia social que vá além da adaptação e que contribua para a resistência à destruição das formas de vida, humanas e não humanas.

GT 55: VIOLÊNCIA FEMINICIDA E JUSTIÇA PATRIARCAL: PERSPECTIVAS CRÍTICAS SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

Coordenação: Tatiana Machiavelli Carmo Souza (UFCAT), Beatriz Borges Brambilla (PUCSP), Juliana Teixeira de Souza Martins

A Cultura da Paz Começa na Escola em Boa Vista-RR

Pedro Augusto Viana da Cunha, Mariana Luiza Evangelista Pereira (UFRR), Thayany dos Santos Alves (UFRR), Hellen Pereira Rodrigues (UFRR), Beatriz Santos Pequeno (UFRR), Islane Cristina Nascimento de Aguiar (UERR), Jayne Isabel Da Cunha Guimarães Chiacchio (UFRR), José Filho Araújo Santos (UERR), Rita De Cássia Barbosa Dos Santos (UERR), Mara Cristina Maia da Silva (UFRR)

O projeto "A Cultura da Paz Começa na Escola", desenvolvido, sob a articulação dos cursos de Psicologia (Universidade Federal de Roraima); Economia (Universidade Federal de Roraima) e Serviço Social (Universidade Estadual de Roraima) mediante a extensão, visa enfrentar a violência contra meninas e mulheres no ambiente escolar, alinhado à Lei nº 14.164/2021, que institui a Semana Escolar de Combate à Violência contra meninas e mulheres. A base da discussão se insere no panorama da violência apresentada pelos dados estatísticos do Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023/2024, face a quantificação das situações de violência no campo do gênero evidenciadas na sociedade brasileira. Conforme pesquisa de Santos e Sobral (2024), a violência contra a mulher é uma constante na realidade social de Roraima, tornando esse estado uma das unidades federativas do país com os mais altos índices de violência contra mulheres. Diante do cenário, a iniciativa promove ações educativas em escolas públicas de Boa Vista, integrando debates sobre equidade de gênero, direitos humanos e prevenção à violência. Dessa forma, o projeto de extensão se propõe a contribuir para o fortalecimento do tripé Ensino, Pesquisa e Extensão, buscando integrar a universidade à sociedade e promover um enfrentamento efetivo à violência contra meninas e mulheres nas escolas públicas de educação básica e nos Centros de Referência da Assistência Social e Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS) de Boa Vista, Roraima. O projeto se insere especificamente no “GT 55 – Violência feminicida e justiça patriarcal: perspectivas críticas sobre a violência contra as mulheres” ao analisar e intervir nas estruturas estabelecidas pelo patriarcado, que leva para dentro das escolas e famílias, desde a infância, a concepção do corpo feminino como objeto descartável; se alinhando também ao Eixo Temático 5, na proposição de uma assistência social e promoção dos direitos humanos ao levar temas como esse para espaços educacionais e discutir como isso impacta e produz resultados para a sociedade, isto é, jovens e crianças mais conscientes e combatentes da violência. Entre os objetivos do projeto estão as promoções de ações integradas de enfrentamento à violência contra meninas e mulheres em escolas públicas de educação básica e nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) e Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) do município de Boa Vista – Roraima. As atividades visam também promover debates e reflexões sobre questões de gênero, autonomia feminina e igualdade, com o objetivo de engajar e inspirar os participantes, destacando a importância da valorização e do reconhecimento das mulheres em diversos contextos. A metodologia do

projeto se materializou por meio das oficinas educativas nas escolas públicas de Boa Vista, com elaboração de cartilhas e vídeos informativos. Ademais discutiu a atuação conjunta das redes de proteção social, promovendo o fortalecimento da cultura de paz, a prevenção da violência contra meninas e mulheres, e a ampliação do acesso a direitos no território. Foram realizadas oficinas no Colégio de Aplicação (CAP/UFRR), Escola Agrotécnica da UFRR (Eagro/UFRR), IFRR - Campus Boa Vista, Escola Estadual Professor Severino Gonçalves Gomes Cavalcante e Colégio Estadual Militarizado Professora Wanda David Aguiar - CEM XI. O foco foram os alunos do ensino médio e ensino fundamental da educação básica. A divulgação das atividades desenvolvidas ocorre por meio das redes sociais – Instagram e do Linktree – e de rádios locais (Universitária/UFRR, Monte Roraima FM e Defensoria Pública do Estado de Roraima (DPE-RR) com vistas a promover o engajamento e sensibilizar crianças, adolescentes e jovens, a participarem das ações realizadas pelos membros do projeto. O conteúdo foi enriquecido com a apresentação e discussão de referências bibliográficas fundamentais sobre o tema, com destaque para os seguintes trabalhos: a) bell hooks (2021); b) Cisne e Santos (2018); c) Rubin (2017); d) Lei Maria da Penha: Lei Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006; e) Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes, com base na Constituição Federal e Estatuto das Crianças e Adolescentes (Leii Nº 8.069, de 13 de julho de 1990); f) Lei Nº 13.431, de 04 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente; g) Informações da Casa da Mulher Brasileira: novo sistema de dados que integra serviços e facilita a comunicação entre as unidades — Ministério das Mulheres; h) Política Nacional de Assistência Social (PNAS - 2004); i) Sistema Único de Assistência Social (SUAS - 2005). Durante as atividades, foram promovidas reflexões sobre o amor sob a perspectiva debell hooks (2021), enfatizando que amor e violência não podem coexistir — o que proporcionou debates significativos sobre a construção de relações afetivas saudáveis. Foram também tratados os diferentes tipos de violência previstos na Lei Maria da Penha — física, psicológica, sexual, patrimonial e moral — com destaque para dados sobre a incidência dessas violências contra meninas e mulheres em Boa Vista. Além disso, discutiu-se o papel das redes de proteção, ressaltando os serviços e equipamentos públicos voltados à prevenção e ao enfrentamento da violência, como CRAS, CREAS, Delegacia da Mulher e Casa da Mulher Brasileira. As oficinas aconteceram entre os dias 7 e 21 de março de 2025 e contaram com a participação de aproximadamente 400 alunos do ensino médio das escolas mencionadas. A partir dessa troca de informações, foi possível observar – em todos os espaços em que estivemos – que os alunos conseguiram apreender sobre o assunto do qual tratamos quando abrimos espaço para eles indicarem as diversas formas de violências cotidianas. A metodologia utilizada nas oficinas foi de grande valia para socializar o tema proposto, visto que, o resultado ao final de cada oficina foi possível observar a participação e engajamento dos estudantes dispostos a repensar comportamentos que foram sendo naturalizados em seus cotidianos – sejam eles familiar ou educacional. A execução do projeto em diferentes contextos educacionais – desde escolas da própria UFRR até instituições militarizadas e técnicas – proporcionou uma rica percepção sobre as diversas realidades enfrentadas pelos estudantes. Durante as atividades, constatou-se uma significativa ausência de informações sobre violência de gênero, relações saudáveis e direitos das mulheres no currículo escolar tradicional. Diante disso, é perceptível que a ausência de projetos como esse afetam diretamente a realidade de cada indivíduo dentro de uma instituição de ensino e a integração de momentos como estes no cotidiano escolar potencializa a luta por uma sociedade onde crianças e adolescentes saibam identificar e denunciar violências vivenciadas em diversos contextos. Por fim, destacamos

que a experiência enriqueceu ainda mais a necessidade de ampliarmos as atividades, uma vez que solicitações por parte das escolas seguem chegando para darmos continuidade com o mesmo. Percebemos que este projeto teve repercussão significativa quando um estudante, que estava em uma das oficinas, reconheceu um membro da equipe em via pública e espontaneamente relatou como o projeto havia impactado sua vida. Esse depoimento reforçou a importância de iniciativas que abordem temas como equidade de gênero e prevenção à violência no ambiente educacional. Dessa forma, evidenciou-se a importância da escola como espaço de transformação social, reforçando a necessidade de políticas públicas que integrem a temática da violência de gênero no currículo escolar. A continuação das ações é essencial para consolidar uma cultura de paz e equidade, especialmente em regiões com altos índices de violência, como Roraima. Em um cenário onde a violência, especialmente nas escolas, se manifesta em formas físicas, simbólicas e estruturais, iniciativas como esta demonstram que a educação é a ferramenta mais poderosa para alterar essa realidade a partir da base. Ao unir conhecimento jurídico, práticas pedagógicas e engajamento comunitário, o projeto não apenas "acende o fogo" da conscientização, mas também constrói bases sólidas para uma sociedade mais justa e igualitária gualitária. A cultura da paz, começa na escola, mas seu eco deve ressoar em todos os espaços da vida pública e privada. As ações desenvolvidas no projeto como oficinas educativas, produção de materiais pedagógicos (cartilhas, vídeos, animações) e campanhas de sensibilização demonstraram eficácia no diálogo com estudantes, famílias e profissionais da rede socioassistencial. A articulação entre universidades (UFRR, UERR), órgãos públicos (CRAS, CREAS, Defensoria Pública) e instituições de ensino reforçou a importância de uma abordagem intersetorial no combate à violência.

Autoestima e Violência de Gênero: Experiência de grupo reflexivo com mulheres em um dispositivo de combate à violência doméstica

Júlia Eleonora Nunes dos Santos (UFMG), Lígia Wolbert (UFMG), Paula Rita Bacellar Gonzaga (UFMG)

Este resumo busca apresentar uma experiência de grupo reflexivo sobre autoestima realizado com mulheres sobreviventes de violência doméstica, conduzido a partir do projeto de extensão “Psicologia, Saúde Sexual e Saúde Reprodutiva: práticas de intervenção psicossocial e educação em saúde” da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O projeto busca articular a formação em psicologia à atuação em políticas públicas direcionadas ao cuidado das mulheres em situação de violência, pensando a partir de uma prática psicossocial que compreende os sofrimentos associados ao gênero como algo indissociável dos atravessamentos de raça, classe e território (Lugones, 2008).

O projeto é realizado desde agosto de 2024 no Centro Especializado de Atendimento à Mulher Benvinda, equipamento da prefeitura de Belo Horizonte . O Benvinda é responsável por ofertar orientação, atendimento e acompanhamento psicossocial a mulheres maiores de 18 anos que vivenciam ou vivenciaram situações de violência doméstica e familiar, baseada no gênero, com amparo legal na Lei Maria Penha, Lei 11.340/2006.

A violência de gênero, incluindo a violência doméstica, é uma questão política, de relações de poder e precisa ser pensada a partir de uma concepção contextual e relacional, chamando a atenção para a sua historicidade, em contraposição a ideais fatalistas (Bandeira, 2014; Azambuja; Nogueira, 2009). A partir da Lei Maria da Penha (2006) a violência contra mulher passa a entrar na pauta da justiça com novas qualificações, os casos de violência de gênero dentro do ambiente doméstico passam a ser delimitados legalmente como “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral (Brasil, 2006, Art. 5)”. A lei Maria da Penha impactou na "reformulação dos programas e serviços de proteção e assistência às mulheres em situação de violência doméstica e familiar." (Lira; Castro, 2020, p. 409). O número registrado de mulheres vítimas de violência familiar em 2022 chegou a 144.285, representando 65% das violências sofridas por mulheres no país (Atlas da Violência, 2024). Embora alarmantes, são números subnotificados, dado às complexidades da violência de gênero que dificulta as denúncias.

O objetivo do trabalho no Benvinda é realizar, junto às mulheres acompanhadas, ações de prevenção e emancipação com base na garantia de direitos, para a construção da autonomia e de possibilidades de rompimento das situações de violência (Prefeitura de Belo Horizonte, 2025). O trabalho da equipe é realizado a partir do acompanhamento das vítimas, a articulação com os serviços da rede especializada de enfrentamento a violência contra a mulher e secretarias municipais e entidades não governamentais que atuam na defesa dos direitos das mulheres.

A inserção da universidade no serviço busca ofertar suporte técnico e formação crítica aos estudantes, além de fortalecer a rede de cuidados às mulheres em situação de violência e somar à atuação da equipe, majoritariamente composta por mulheres, que muitas vezes encontram-se desamparadas por formações acadêmicas que contemplem o tema da violência de gênero. Ademais, elas enfrentam os efeitos do desmonte das políticas públicas e da precarização do trabalho no cuidado. Assim, ao articular escuta, formação crítica e produção coletiva de conhecimento, o projeto propõe-se a ser também um espaço de cuidado com quem cuida.

A partir de sugestões das próprias usuárias do serviço, realizamos no primeiro semestre de 2025 um grupo reflexivo com encontros semanais de três horas, por três semanas. As atividades do grupo tem como proposta a valorização da potência do coletivo, se configurando como uma ferramenta de emancipação ao trazer a possibilidade de produzir sentido sobre a própria história e reconhecer a dor como uma experiência que foi produzida por estruturas de opressão, retirando a crença da responsabilização individual. A psicologia deve, então, se comprometer com a contribuição para que as populações vulnerabilizadas se tornem sujeitos ativos de sua própria trajetória (Campos et al., 2007).

O tema escolhido para o grupo foi autoestima, e o objetivo é possibilitar um espaço de discussão coletiva e crítica sobre os processos de construção, manutenção e mudança da autoestima das mulheres. Bell hooks defende que "quando vemos o amor como uma combinação de confiança, compromisso, cuidado, respeito, conhecimento e responsabilidade, podemos trabalhar para desenvolver essas qualidades ou, se elas já forem parte de quem somos, podemos aprender a estendê-las a nós mesmos (hooks, 2021, p.3)". Consideramos que as trocas de experiências no grupo permitirão que as qualidades colocadas pela autora sejam renovadas e redirecionadas para as participantes, questionando o que se perdeu depois da experiência de violência e como reconstruir a autoestima.

O grupo foi conduzido por duas extensionistas e uma técnica do serviço. No momento da submissão deste resumo havíamos realizado o primeiro encontro do grupo e o que se segue são reflexões iniciais sobre este processo. O primeiro encontro em grupo contou com a presença de 6 mulheres com idades entre 35 e 60 anos. Iniciamos a vivência em grupo com a formação de duplas, que tiveram cinco minutos para conversar e conhecer a parceira e depois apresentar a outra ao grupo.

As mulheres se apresentaram a partir das violências que vivenciaram, ponto em comum entre elas, o momento passou a ser também um momento de acolhimento entre as participantes, que sentiam com empatia a dor da outra, demonstrando solidariedade. Esse trabalho coletivo, onde se transforma e se é transformado, implica na produção e na troca de conhecimento de forma horizontal, na contribuição individual e na soma de todas as participações, que possibilitam mudanças tanto individuais quanto comunitárias (Montero, 2004). Assim, o momento grupal tem se configurado como uma prática em que se ensina e aprende, visto que as usuárias produzem conhecimento a partir das suas vivências e das de seus pares.

Após essa dinâmica inicial, construímos alguns combinados junto ao grupo, enfatizando o respeito e a importância do grupo ser um espaço de escuta segura. No segundo momento, cada mulher escreveu em um papel o que considera ser autoestima. Fizemos uma leitura coletiva dos papéis, incentivando o diálogo entre as participantes. As respostas se complementavam, com descrições acerca da aparência, do amor próprio e, muitas vezes, da falta dele. As mulheres, novamente, se identificaram com as descrições umas das outras e trouxeram suas histórias de vida articulando ao tema. Nesse momento elas expressaram os efeitos da violência em sua autopercepção. Para bell hooks "Na medida em que ela [a mulher violentada] confia em seu companheiro, a mentira e outras formas de traição provavelmente despedaçarão sua autoconfiança e sua autoestima (hooks, 2021, p. 72)". A possibilidade de observar como a autoestima pode estar relacionada à violência pode promover o fortalecimento da vítima e a construção de novas formas de relacionar-se.

Em seguida, foi feita uma explicação sobre a escolha do tema e a apresentação do conceito, discutindo como muitas vezes, as mulheres não aprendem a se amar, mas a servir e cuidar, o que impacta negativamente a autoestima e os relacionamentos. No terceiro momento,

foi exibido e discutido o curta-metragem Hair Love, em que as participantes se identificaram com as personagens, relatando a relação entre a construção da autoestima e as vivências na infância. Ao final discutimos ideias para o próximo encontro e as participantes sugeriram uma oficina de automaquiagem, em que a auto estima pudesse ser trabalhada a partir da reconstrução da auto imagem.

A dimensão transformadora do coletivo se encontra na centralidade da Psicologia Comunitária, que busca a autonomia e a justiça social através da horizontalidade e da metodologia dialógica, perspectiva que se articula com a proposta do grupo reflexivo que propõe o fortalecimento de vínculos e a construção de alternativas de enfrentamento às opressões, estimulando uma análise crítica das estruturas sociais através do compartilhamento das histórias (Campos et al., 2007).

Reafirmando o potencial transformador do coletivo, o encontro favoreceu o compartilhamento de vivências que fizeram com que as participantes reconhecessem umas nas outras trajetórias semelhantes e marcadas por opressões comuns, propiciando a criação de um espaço de acolhimento mútuo, fortalecimento coletivo e a criação de um vínculo afetivo e solidário nas relações construídas. A partir disso, surgiu entre as participantes propostas de atividades de fortalecimento para além do grupo reflexivo, florescendo novas formas de pertencimento e nutrindo a existência de uma rede de apoio que emergiu da experiência comum.

Nos próximos encontros pretendemos adensar com as participantes a relevância da história particular de cada uma na construção da autoestima, demarcando as diversas fases da vida e como as experiências de violência atuaram na construção de sentidos sobre si.

Frente ao apresentado decidimos por submeter a proposta para apresentação no Grupo de Trabalho "Interseccionalidade, investigação-ação participativa e psicologia comunitária nas relações de gênero, sexualidades e violências". Como o grupo reflexivo tem o objetivo de promover um momento de coconstrução sobre violência, autoestima e amor próprio com as participantes do grupo, coadunamos com as autoras do Grupo de Trabalho quando dizem que "somente através de abordagens interseccionais, críticas e participativas - atentas às nuances e contradições dos contextos reais - podemos enfrentar efetivamente as manifestações das violências de gênero e poder na contemporaneidade". Assim, compreendemos que nossa proposta é condizente com uma psicologia social que busca a emancipação e a transformação social.

Corpos sob cárcere duplo: a sexualidade feminina entre a prisão física e moral

Mariana Cristina Queiroz Américo (Faculdade Cathedral), Jacy Gabriella Figueiredo Brito (UFRR), Ellie Cristina Silva Ribeiro (Faculdade Cathedral)

Resumo:

A sexualidade feminina está intrinsecamente ligada a estruturas patriarcais, em razão de “preservar valores morais”, subterfúgio usado para controle de corpos femininos, revelando que homens se sentem vulneráveis diante da autonomia feminina. Com o objetivo de evidenciar as raízes históricas do preconceito, da repressão e do desejo de dominação sob os corpos femininos, este trabalho investiga o papel das instituições religiosas e do Estado na sustentação dessas estruturas. A análise também se estende à estigmatização do desejo feminino e a desigualdade no acesso à visita íntima nas penitenciárias, privilégio garantido aos homens, como destaca Colombaroli (2022). Por fim, busca-se ainda analisar o discurso sobre a moral que apresenta contradições que revelam relações de poder desiguais entre homens e mulheres e por trás dessa, homens que se sentem ameaçados em relação à autossuficiência e consciência feminina sobre si e de seu papel na sociedade.

Introdução:

A sexualidade feminina sempre foi um campo de batalha política, território disputado por discursos religiosos, médicos, jurídicos e morais que, ao longo dos séculos, buscaram circunscrever o corpo e o desejo das mulheres aos interesses do poder patriarcal. Dessa forma, a presente reflexão teórica debruça-se sobre os desdobramentos da dominação dos corpos de mulheres no que se refere a sexualidade, tendo como escopo os presídios femininos.

Tem-se a intenção de evidenciar que a violência e a dominação das mulheres não se restringe ao âmbito privado, estende-se para o âmbito público e se operacionaliza estruturalmente através das instituições do Estado, como é o caso do sistema prisional que reforça a opressão dessa população. O sistema de justiça, desde o acolhimento, procedimentos processuais até o encarceramento mantém lógicas de estruturas patriarcais que colocam as mulheres em desvantagens. Dessa forma, uma reflexão com base na Psicologia Social Crítica em diálogo com estudos feministas pode ser uma possibilidade relevante. É nesse sentido que o presente resumo se alinha com grupos de trabalho que tenham como proposta desenvolver uma reflexão crítica acerca das desigualdades enfrentadas por mulheres na relação com o Estado, a partir de uma perspectiva de gênero interseccional.

Em 2023, o Conselho Nacional de Justiça revelou que apenas 28% dos presídios femininos no Brasil possuem celas para visita íntima - um direito garantido em 92% das unidades masculinas. Esta disparidade, analisada por Colombaroli, não é um mero acaso administrativo, mas sim o elo mais recente de uma corrente histórica que Michel Foucault identificou como "biopolítica do corpo feminino". Desde os mitos fundadores até as instituições modernas, a sexualidade da mulher foi sistematicamente vigiada, punida e reconfigurada como ameaça à ordem patriarcal. Este trabalho traça essa genealogia, demonstrando como o sistema prisional atual opera como herdeiro direto dos dispositivos de controle analisados por Crochik, Foucault, Bourdieu e teóricas feministas contemporâneas.

Para compreender plenamente as dinâmicas atuais do sistema prisional, é necessário remontar aos alicerces religiosos do controle patriarcal. Como analisa Bourdieu (1998) em A Dominação Masculina, as principais religiões monoteístas construíram uma associação primordial entre o corpo feminino e o pecado, personificada na figura de Eva como responsável pela queda humana. Esse arquétipo estabeleceu a sexualidade feminina como uma força caótica a ser contida — narrativa que justificou tanto a perseguição às bruxas quanto a criação de toda uma moral sexual diferenciada para homens e mulheres. O confessionário católico, como mostra Foucault (1984),

tornou-se assim o primeiro grande aparelho de extração e controle dos segredos íntimos femininos, antecessor direto dos modernos sistemas de vigilância.

A transição para a modernidade não trouxe a liberação prometida, mas uma transformação nos mecanismos de controle. Como analisa Crochik (2012), o século XIX assistiu à medicalização da sexualidade feminina, processo pelo qual antigos "pecados" foram re-categorizados como "doenças". A histeria, a ninfomania e outros diagnósticos psiquiátricos serviram para patologizar comportamentos que desviavam dos papeis de gênero esperados, criando novas justificativas "científicas" para a intervenção sobre o corpo feminino. Dados do Arquivo Nacional brasileiro revelam que, entre 1880 e 1920, cerca de 60% das internações femininas em hospícios usavam como justificativa questões relacionadas à sexualidade — mostrando como a medicina herdou da religião o papel de reguladora moral.

Essa racionalização da punição por meio da ciência médica não eliminou os vieses morais e hierárquicos que sustentam o controle da sexualidade feminina; ao contrário, como propõe Crochik (2011), esses processos revelam um preconceito estrutural, operando como uma forma de negação da alteridade. Segundo o autor, o preconceito não decorre de ignorância ou desinformação, mas sim expressão de uma estrutura psíquica e social autoritária, marcada pela intolerância à diferença e pela rigidez categorial do pensamento. No caso das mulheres, especialmente aquelas que desafiam normas sexuais ou de comportamento, o preconceito funciona como dispositivo que naturaliza sua exclusão, desumanização ou contenção. Desse modo, o preconceito opera como elo invisível entre o discurso religioso, o saber médico e o sistema penal, legitimando ações que, embora historicamente distintas, compartilham a mesma intenção: neutralizar a autonomia feminina. Ao patologizar o desejo, o poder moderno criou formas mais "racionais" de puni-lo — sem que, com isso, abandonasse sua lógica original de dominação. Como sugere Crochik, o preconceito é eficaz justamente por se disfarçar de neutralidade, ao mesmo tempo em que reforça hierarquias históricas sob novas roupagens discursivas.

A contemporaneidade apresenta uma contradição peculiar, analisada minuciosamente por Wolf (2017): nunca o corpo feminino foi tão hiper erotizado na publicidade, no entretenimento e na cultura popular, mas nunca a autonomia sexual real das mulheres foi tão vigiada e punida. Pesquisas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2021) mostram que 68% das brasileiras já foram julgadas ou constrangidas por sua vida sexual, contra apenas 12% dos homens. Essa dualidade — que celebra a mulher como objeto de desejo, mas rejeita sua subjetividade desejante — encontra sua expressão mais crua no sistema prisional. Como demonstra Colombaroli (2022), enquanto os presos homens têm seu desejo sexual reconhecido como "necessidade biológica" (com 92% das unidades oferecendo visita íntima), as presas são tratadas como seres assexuados ou, pior, como meros receptáculos de controle.

Os dados compilados por Colombaroli (2022) são elucidativos: 72% dos presídios femininos no Brasil não possuem qualquer estrutura para visita íntima; 85% das agentes penitenciárias entrevistadas acreditam que "mulheres não precisam desse direito"; e em 90% dos casos analisados, juízes negam pedidos formais de visita íntima feitos por detentas. Essa realidade não é um acaso, mas sim a ponta final de um continuum histórico que liga a fogueira medieval, o hospício do século XIX e a cela prisional contemporânea como espaços de disciplinamento do corpo feminino. Como observa Foucault (1984), as instituições totais sempre serviram como laboratórios do poder social e o tratamento dado à sexualidade das mulheres em privação de liberdade revela muito sobre os valores mais profundos de nossa sociedade.

Como Crenshaw (2002) traz brilhantemente em sua teoria da interseccionalidade, as experiências individuais são moldadas por diversos eixos de opressão e privilégio como a raça, classe, gênero, sexualidade, entre outros. Esses eixos atuam ao mesmo tempo na vida das pessoas, o que cria um cenário único para cada indivíduo, por exemplo, uma mulher negra é atravessada tanto pelo

sexismo como pelo racismo, isso se ainda não houverem questões como a sexualidade ou classe, por exemplo.

Sua teoria demonstra como o capitalismo, o Estado e o patriarcado atuam em conjunto, resultando em marginalização para um determinado grupo e vantagens para outro. Ela também critica análises que separam esses eixos, pois grupos que têm suas vivências perpassadas por essas opressões, são ainda mais invisibilizados e pensar em interseccionalidade é a base para se criar e participar de movimentos sociais e políticas públicas devido à complexidade das respostas que devem ser fornecidas em relação às desigualdades, levando em consideração como essas opressões se manifestam na sociedade.

Adotando uma abordagem genealógica, o objetivo é ir além da descrição dos mecanismos contemporâneos de controle da sexualidade feminina, revelando conexões estruturais com dispositivos históricos de poder e evidenciando continuidades e transformações que sustentam a lógica da dominação patriarcal. Metodologicamente, a investigação articula análise bibliográfica crítica à reflexão teórica de dados oficiais sobre o sistema prisional brasileiro. Busca-se demonstrar como o cárcere contemporâneo configura-se herdeiro direto dos dispositivos históricos de controle da sexualidade feminina, atualizando formas tradicionais de dominação sob novas justificativas de aparente neutralidade. A hipótese central é que o controle da sexualidade feminina não se fundamenta em princípios morais, mas em estruturas de poder — e que o disciplinamento do corpo, via instituições religiosas, médicas ou prisionais, permanece estratégia central na reprodução da ordem patriarcal.

Ao evidenciar essas continuidades, pretende-se contribuir com estudos de gênero e para uma compreensão ampliada dos mecanismos pelos quais o poder se inscreve nos corpos, revelando como tais inscrições, uma vez desnaturalizadas, podem ser objeto de contestação crítica. Dessa forma, a Psicologia deve estar mergulhada nesse importante debate, como um compromisso ético-político de uma atuação voltada para a transformação social (Lane, 2013). A ideia é defender uma práxis coerente com os Direitos Humanos, que enfrenta todas as tentativas de aniquilar subjetividades, sobretudo as promovidas por instituições do Estado.

Experiência de extensão em um equipamento de atendimento a vítimas de violência doméstica de Belo Horizonte - CEAM Benvinda

Ágnes Souza Montanari (UFMG), Paula Rita Bacellar Gonzaga (UFMG)

Os direitos sexuais e reprodutivos são parte dos direitos humanos e dispõe sobre a liberdade inegociável de cada indivíduo gerir sua sexualidade e sua potencialidade reprodutiva sem constrangimento, coerção e violência, com autonomia e dignidade, já a saúde sexual e reprodutiva compõem um amplo espectro de demandas contínuas e inerentes à vida humana, constituindo um campo plural, dinâmico e capilarizado (Gonzaga, 2022). Isso integra a práxis e a função ético-política de psicólogas nos serviços de saúde, o que ensejou a criação do projeto de extensão Psicologia, Saúde Sexual e Saúde Reprodutiva: práticas de intervenção psicossocial e educação em saúde, que articula a formação em Psicologia com as políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero através de intervenções psicossociais que visam a ampliação dos espaços e estratégias de cuidado e elaboração das usuárias dos serviços.

Nossa atuação também está implicada com a educação em saúde e com o cuidado das profissionais que têm atuado nesses equipamentos. Isso não exime, mas potencializa a interpelação de qual forma e frente a quais populações elas reconhecem sujeitos de direitos, dado que muitas vezes estabelecem com aquelas que buscam os serviços, por uma leitura cisheteropatriarcal e racista, uma relação que reproduz ficções coloniais poderosas de inferioridade, irracionalidade e hiperssexualidade (Lugones, 2008). Essas imagens controladoras afastam do cuidado determinados grupos, ao contrário do que pressupõe a atividade prescrita do trabalho, de atuação com cada grupo, a cada encontro e a partir do que nos atravessa coletivamente (Collins, 2019; Gonzaga, 2022).

O campo de atuação extensionista que analisaremos neste trabalho é o Centro Especializado de Atendimento à Mulher (CEAM) – Benvinda, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (SMASDH) de Belo Horizonte/MG e amparado legalmente na Lei Maria Penha, Lei 11.340/2006. É responsável pelo atendimento de todas as mulheres cis, trans e travestis maiores de 18 anos do município que sofram ou sofreram violência doméstica, ou seja, uma violência baseada na discriminação de gênero ainda que não oriunda de parceiro(a) romântico-sexual. Há a oferta de orientação, atendimento e acompanhamento psicossocial a partir da autonomia da atendida, de modo que são construídos com as técnicas de referência, psicólogas e assistentes sociais, planos individuais com estratégias para o rompimento das situações de violência por meio de ações preventivas e emancipatórias embasadas na garantia de direitos (PBH, 2019).

A PBH (2024) registrou, entre 2019 e 2024, mais de 11 mil atendimentos no Benvinda, onde não é necessário agendamentos, denúncias ou boletim de ocorrência, o que pressupõe que a constatação legal de crime não precede a mulher e sua demanda por atendimento, assim como também não se faz obrigatória. Ainda que não tenham sido divulgados dados mais específicos sobre o perfil da população atendida, sabe-se que a imbricação indissociável de gênero e raça (Gonzaga & Mayorga, 2019; Lugones, 2008) agudiza violências interpessoais e interinstitucionais, tornando as manifestações de violência de gênero um fenômeno de alta complexidade. Compete à Psicologia, então, reconhecer essas violências como produtoras de sofrimento psicossocial e, a partir da sua inserção nas políticas públicas, minimizar os prejuízos dessas violações, que atingem diferencialmente mulheres que são mais vulneráveis ao ciclo da violência por suas interseccionalidades de gênero, raça, classe, sexualidade e deficiência (Crenshaw, 2002).

A violência de gênero é uma tecnologia de poder que se expressa na desigualdade de direitos e acessos, na exploração e no feminicídio – ápice de um projeto político de morte que transforma vidas em descartáveis: a economia da morte (física e simbólica) por ação e omissão do Estado consuma a necropolítica (Mbembe, 2017). Frente à conivência estatal e à captura neoliberal das pautas feministas, torna-se urgente construir práticas de cuidado, escuta e justiça que partam de uma perspectiva feminista interseccional e decolonial comprometida com o enfrentamento à violência feminicida e a radical transformação das estruturas que a sustentam. Dessa forma, o GT 55 - Violência feminicida e justiça patriarcal: perspectivas críticas sobre a violência contra as mulheres conversa profundamente com a experiência extensionista no CEAM e com o que temos produzido no projeto.

A extensão se ancora na Resolução CFP nº 8/2020, que orienta a atuação profissional diante de situações de violência de gênero, impelindo uma atualização da categoria sobre os parâmetros norteadores da nossa postura frente a ela, de modo a orientar uma escuta que não favoreça patologizações e revitimizações. A práxis foi orientadas ainda pela psicologia feminista, pela saúde coletiva e pelos princípios e normas reguladoras do SUS, visando promover estratégias de educação em saúde, fortalecimento da rede de políticas públicas e acolhimento psicossocial. Com relação à organização de nossas atividades, a frequência no equipamento era de dois turnos por semana, sendo que cada dupla de extensionistas ia em um deles. As supervisões ocorriam em encontros semanais, consistindo em espaços de construção coletiva das leituras organizadas pela orientadora, dos diários de campo e da postura crítica das integrantes.

A interlocução que fizemos com o Benvinda possibilitou nossa aproximação com a equipe técnica, que disse da ausência de grupos para as mulheres atendidas e da relevância de haver propostas que não pautem a violência doméstica, criando lastro para um vínculo com o serviço que articule outros aspectos de sua vida. Nossa equipe, então, propôs a execução de grupos de maternidade, que estruturamos a partir de Pereira e Sawaia (2020) em três encontros de 2h cada e com as seguintes temáticas: 1) Ser mãe de alguém; 2) Arrependimento materno; 3) Ser filha de alguém (Donath, 2017). Definimos que seriam grupos fechados e com público-alvo de mulheres que são mães e estão atualmente em acompanhamento, no mais, demos liberdade para que as profissionais fizessem suas indicações de possíveis interessadas.

Aqui relatamos o grupo realizado semanalmente no turno vespertino, que contou com quatro frequentadoras, que apareceram em pelo menos um dos encontros. Importante destacar que todas são mulheres cis e se relacionam típica ou exclusivamente com homens, os autores da violência, sendo duas delas negras e as outras brancas, uma das quais era a única que aparentava ter uma idade mais avançada e perterncer à classe média. Neste sentido, as interseccionalidades que as atravessam contribuíram para a disparidade entre os discursos que apresentaram, especialmente no que desrespeita ao arrependimento materno, dado que a maternidade representa dilemas e violências radicalmente diferentes na vida das mulheres, principalmente no que concerne às concretas condições de autonomia e integridade de seus corpos frente às suas escolhas reprodutivas (Crenshaw, 2002; Donath, 2017).

Neste sentido, apenas as mulheres negras que compuseram o grupo tiveram histórias de arrependimento materno: uma delas foi impedida de realizar a laqueadura por violação do companheiro, com apoio de seu líder religioso, engravidando novamente contra sua vontade e a outra foi cerceada de exercer a maternidade como desejava, por viver em um contexto de violências familiares generalizadas e privações materiais. Isso contrasta com os relatos das mulheres brancas, que tiveram os filhos voluntariamente e em contextos aparentemente mais favoráveis, ainda que entre dificuldades de criação, doenças crônicas e reduzida rede

de apoio, de modo a enfatizarem seu amor pelos filhos e pela maternagem sempre que possível. Vale pontuar que a dificuldade em maternar diverge do arrependimento em si e é uma experiência compartilhada que aponta para os papeis de gênero e a ética do cuidado. Também não temos a pretensão de universalizar essa dissonância do grupo entre mulheres negras e brancas, mas de ponderar como elas se inserem em um debate mais amplo sobre justiça social e autonomia reprodutiva em um contexto em que o marcador racial historicamente tem determinado a real condição de escolher se, quando e como ser mãe (Silva, 2024).

O grupo foi uma experiência potente de troca e de fortalecimento das integrantes, que encontraram em suas pares segurança e intimidade para compartilhar suas trajetórias. No último encontro, uma delas reforça o valor e a importância de atividades como essa: que propiciam a reunião de mulheres e é capaz de produzir efetivo empoderamento, que é uma construção coletiva. Por conseguinte, essa vivência reforça o norte de nossa atuação psicossocial e feminista interseccional, sintetizada na frase: “mulheres são como água, crescem quando se juntam” (autora desconhecida). Diante disso, destacamos a importância de dar continuidade às práticas grupais no serviço como complemento aos atendimentos individuais já consolidados.

A Psicologia nos serviços públicos precisa estar direcionada para a garantia da justiça sexual e reprodutiva e alinhada com os preceitos técnicos e éticos da profissão que pactuam nosso compromisso com a erradicação do ciclo de violência, que resvala diferencialmente em nossas vidas pelos marcadores sociais que nos atravessam. Como nos ensina Audre Lorde (2019), precisamos redefinir a diferença, pois ignorá-la representa uma seríssima ameaça à mobilização do poder coletivo das mulheres, então, que a diferença nos impulsione para a mudança criativa em nossa vida. Dito isto, o CEAM Benvinda, como outros equipamentos para vítimas de violência, é essencial para sua superação e, nem por isso, deixa de ter entraves internos que abrem margem para revitimizações, de modo que precisamos estar atentas para seguir lutando por condições dignas de atendimento e de promoção de cuidado.

Feminicídio de prostitutas: como o discurso midiático pode contribuir para o estigma relacionado a prostituição

Emanuela de Oliveira e Silva (UFCAT), Tatiana Machiavelli Carmo Souza (UFCAT)

O termo "feminicídio" refere-se ao assassinato de mulheres por questões de gênero, onde os assassinos, em geral, são homens que desejam reafirmar o seu poder sobre as elas em uma tentativa de posse, elemento enraizado na sociedade cisheteropatriarcal-racista-capitalista. Esse crime cruel e misógino pode intensificar-se ainda mais quando se trata de prostitutas, pois por conta do estigma relacionado à prostituição, elas são tratadas como meros objetos sexuais usados para gerar prazer, por isso, tornam-se vítimas de constantes violências e mortas apenas pelo ódio que a condição de prostituta desencadeia nos homens. Por décadas, prostitutas têm sido vítimas de um enorme preconceito e exclusão social: suas relações sociais são limitadas e relacionadas à marginalidade. Esse contexto decorre do controle da igreja católica sobre a sexualidade da mulher que relaciona o desejo sexual ao pecado, estabelecendo como imorais aquelas que vivem a sexualidade de forma livre, relacionando, assim, a prostituição com a promiscuidade. Sabe-se que, atualmente, as prostitutas têm tido um maior destaque nas redes sociais, usando-as como ferramentas para divulgarem seu trabalho, unir a classe e poder falar em primeira pessoa sobre si mesmas. As redes sociais, contudo, também podem ser responsáveis pelo aumento do estigma com relação à profissão. A depender da forma como são expostas nas mídias, tornam-se alvos de matérias pejorativas e são até mesmo assassinadas. Sendo assim, o objetivo deste trabalho é identificar como como a mídia retrata os feminicídios de mulheres que exercem a prostituição buscando apreender as dinâmicas que desencadeiam os estigmas relacionados a esse trabalho. Trata-se de uma pesquisa documental que adota o método misto (quantitativa-qualitativa) a partir de uma busca intencional dos casos midiatizados a partir do Google. Para a busca, foram utilizadas as palavras-chaves "assassinato" e "garotas de programa", chegando a um total de 27 casos. As informações foram categorizadas em tabela no Excel. Realizou-se análise materialista histórico-dialética das informações à luz das Teorias Feministas e da Psicologia Sócio-Histórica. Através da análise dos dados obteve-se os seguintes dados: a maioria dos casos noticiados ocorreram em capitais estaduais como Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Manaus e Fortaleza, lugares onde a criminalidade e a violência são mais explicitadas. A maioria das vítimas eram mulheres cisgênero e tinham entre 18 e 24 anos de idade, revelando que foram iniciadas na profissão ainda muito jovens, provavelmente por questões como vulnerabilidade social e econômica. Ainda com relação ao perfil identitário das vítimas, em muitas reportagens, os dados não eram informados, o que mostra que há uma tentativa de invisibilizar as prostitutas, apagando-as como pessoas. Além disso, mais da metade delas não possuía vínculo com o agressor, ou seja, eram pessoas (clientes) sem vínculo de afeto, sendo assim, os crimes foram classificados como feminicídios não-íntimos. Quanto às motivações divulgadas destacou-se o valor do programa ou até mesmo a inexistência de motivos aparentes, denotando que o feminicídio decorreu do ódio e desprezo às prostitutas. Os métodos mais utilizados pelos assassinos foram asfixia, arma de fogo e arma branca e as vítimas foram mortas em lugares públicos, como na rua em que faziam programa ou no motel. Os crimes em contextos privados envolviam a própria casa ou a casa dos assassinos. Outro elemento que evidência o descaso dos assassinos com as prostitutas envolve a falta de tentativa de esconder os corpos. Ademais, é importante deixar explícito que todos os programas resultados em mortes foram marcados via internet pelo uso das redes sociais, o que mostra que,

apesar de ser uma importante ferramenta de luta, também pode apresentar sérios riscos à integridade e segurança das mulheres. Além disso, foi possível perceber em algumas reportagens o tom pejorativo que os repórteres adotavam para se referirem ao caso e às mulheres, muitas vezes rindo e debochando das informações apresentadas. A exemplo, em um dos casos, o repórter contou que o agressor quis um "flashback" com a prostituta, "se apaixonou" por ela e a vítima se recusou a realizar o programa, o que resultou em uma tentativa de feminicídio. Essa informação foi repassada em tom de brincadeira, onde o repórter zombava do agressor por ter se apaixonado por uma garota de programa deixando evidente o desprezo que os homens possuem com as prostitutas e com as suas vidas, além de demonstrar o quanto o estigma pode afetar até mesmo nas relações íntimas e sociais delas. Fica nítido também o quanto essas mulheres têm o seu direito de escolha anulado e desrespeitado, por serem prostitutas, sendo tratadas como animais. Através desse estudo foi possível reafirmar o quanto o estigma relacionado à prostituição contribui para que mortes e violências assombrem a profissão constantemente, deixando essas mulheres vulneráveis e à mercê da sociedade, pois são invisibilizadas e culpadas até mesmo quando crimes cruéis são cometidos contra elas. Esse preconceito que acompanha as prostitutas tem sido mantido e alimentado pela forma como a mídia as expõe, tanto em redes sociais quanto em matérias jornalísticas.

Grupo Terapêutico Como Dispositivo de Acolhimento Para Mulheres em Situação de Violência na Atenção Básica

Tamires Costa Mendes (Psicologia), Maria Lúcia Chaves Lima (UFPA)

A violência contra a mulher é um fenômeno multifatorial que vitimiza mulheres pelo simples fato de serem mulheres, podendo ser classificada como violência física, sexual, psicológica, moral ou patrimonial. Sendo proferida, na maioria das vezes, por pessoas próximas a estas mulheres, como familiares ou companheiros, exige uma abordagem sensível que seja capaz de acolhê-las e orientá-las.

Nesse sentido, de acordo com o último Anuário Brasileiro de Segurança Pública, no ano de 2023, quando comparado ao de 2022, houve o aumento das taxas de registro de diversos crimes com vítimas mulheres: feminicídio na modalidade consumada e tentada, ameaça, perseguição, violência psicológica e estupro, vitimando, ao todo, 1.238.208 mulheres.

A questão da violência contra a mulher se configura, portanto, como um urgente problema de saúde pública. Faz-se necessário o planejamento e a execução de medidas efetivas que não só atuem de forma punitivista, mas também de maneira preventiva e reparadora, oferecendo acolhimento sob uma perspectiva de não revitimização da pessoa agredida.

Sob tal prisma, partindo do princípio de que a Atenção Básica é responsável pela construção de vínculos com a população adstrita, a fim de garantir a continuidade das ações de prevenção e promoção de saúde, considera-se que tal nível de atenção à saúde é um locus privilegiado para intervenções de prevenção e acolhimento de casos de mulheres vítimas de violência.

Nesse ínterim, os grupos terapêuticos se apresentam como uma alternativa viável em virtude de seu caráter coletivo, priorizando o que Merhy chama de tecnologias relacionais ou leve. Ou seja, entendendo a produção do cuidado em saúde por meio do investimento em metodologias de trabalho que privilegiam os sujeitos a partir de suas singularidades e potencialidades.

Portanto, a presente relato de pesquisa tem o objetivo de trazer a experiência da promoção de grupos terapêuticos para mulheres em um ponto da rede de atenção básica de Belém, o qual tem como finalidade debater temas concernentes à violência contra a mulher e acolher as vivências trazidas pelas participantes, propiciando um lugar não só de escuta, mas também de cocriação de estratégias de enfrentamento diante da problemática em questão.

Para tal, utilizou-se dos pressupostos éticos e teóricos da pesquisa-intervenção. Esta, entendida enquanto uma alternativa metodológica e epistemológica, pois deriva de uma visão de mundo, se propõe a analisar não só dinâmicas institucionais, como também intervir em situações no campo.

Nesse sentido, concomitante ao acolhimento de mulheres em situação de violência, a pesquisa-intervenção permite analisar a instituição de gênero e investigar as dinâmicas institucionais que dela derivam, ou seja, as relações de gênero internalizadas e vividas pelas participantes de pesquisa.

Além disso, as dinâmicas grupais se dão a partir dos princípios da Terapia Comunitária Integrativa, a qual estabelece uma série de regras para o estabelecimento de um grupo. A escuta se dá a partir dos princípios éticos e políticos da Clínica do Testemunho, a qual é utilizada como técnica terapêutica para pessoas vítimas de violências.

O grupo acontece todas as quintas-feiras em uma Unidade Básica de Saúde do município de Belém, tendo uma participação média de oito usuárias do serviço por

encontro, as quais são, em sua maioria, mulheres negras e de baixa renda.

Os encontros do grupo possuem temas pré-definidos, os quais não necessariamente tocam o tema da violência de gênero. No entanto, em todos os encontros a temática aparece. As participantes, quase que unanimemente, trazem para a discussão as violências que já sofreram ao longo de suas vidas: sexual, física, patrimonial, psicológica, entre outras.

Ao trazerem suas questões para o grupo, são acolhidas não só pelas mediadoras, mas também pelas outras participantes, sendo possível, a partir de suas falas, algum tipo de elaboração simbólica para o que foi vivido e silenciado.

Assim, percebeu-se o grupo terapêutico como um potente dispositivo de acolhimento, em virtude de seu caráter coletivo, pois permite discutir no âmbito grupal sofrimentos que, por vezes, são individualizados, apesar de serem produtos de estruturas de dominação e sujeição de existências específicas, que neste caso diz respeito às diversas formas de violência de gênero.

A partir das falas das próprias participantes, que colocam o grupo como um espaço no qual é possível compartilhar o que nunca fora compartilhado, é possível notar os efeitos terapêuticos do dispositivo de acolhimento proposto. A possibilidade de verbalizar o que sempre foi calado faz do grupo um lugar que provoca nestas mulheres a vontade de voltar todas as semanas.

A importância de dispositivos de acolhimentos de caráter grupal na atenção básica se dá, entre várias outras questões, pela alta demanda de tal nível de atenção à saúde, o que torna inviável a continuidade de intervenções exclusivamente individuais no âmbito da saúde mental. Portanto, faz-se necessário discutir o cuidado a partir do coletivo, que se mostra promissor e profícuo.

Além disso, coletivizar os sofrimentos advindos de situações de violência se mostra particularmente importante, em virtude do cenário de patologização da vida em voga na sociedade neoliberalista. Assim, ao patologizar tais sofrimentos, individualiza-se uma questão que é, em sua essência, estrutural e estruturante.

Justiça de Gênero nos Acordos de Paz da Colômbia: um estudo psicossocial das práticas institucionais e feministas comunitárias

Betina Ticoulat (Psicóloga Clínica)

Este trabalho propõe uma análise psicossocial crítica da efetividade das medidas de reparação destinadas às vítimas de violência de gênero no contexto do conflito armado colombiano, a partir das disposições dos Acordos de Paz de 2016. A pesquisa busca compreender como as políticas institucionais de justiça transicional dialogam (ou não) com as práticas autônomas de resistência e reconstrução desenvolvidas por coletivos feministas comunitários. A proposta se inscreve na interseção entre a Psicologia da Libertação, as epistemologias feministas decoloniais e metodologias participativas, com vistas a construir uma abordagem situada, crítica e transformadora da justiça de gênero em contextos de pós-conflito.

A assinatura do Acordo Final entre o governo colombiano e as FARC-EP marcou um precedente internacional por incorporar uma perspectiva de gênero nos marcos da justiça transicional. Medidas como o reconhecimento da violência sexual como arma de guerra, a criação da Subcomissão de Gênero e o protagonismo político das mulheres e pessoas LGBTQIA+ foram conquistas significativas no cenário da justiça internacional. No entanto, a implementação dessas medidas enfrenta obstáculos concretos: resistências institucionais, deslegitimação política, fragmentação de políticas públicas e persistência de violências contra defensoras de direitos humanos.

A criação da Jurisdição Especial para a Paz (JEP) e, em particular, do Macrocaso 11 — voltado à investigação de crimes de violência de gênero — representa uma tentativa de romper com a impunidade histórica desses crimes. Ainda assim, a efetividade das sanções restaurativas e dos mecanismos de escuta das vítimas permanece limitada. Relatos de burocratização, desinformação e distanciamento das reais necessidades das comunidades afetadas demonstram que os esforços institucionais, embora relevantes, muitas vezes se restringem a respostas formais e pouco transformadoras.

Nesse contexto, práticas comunitárias feministas se configuram como alternativas potentes à reparação estatal. Enraizadas em territórios marcados pela dor e pela resistência, essas práticas articulam memória coletiva, cuidado, denúncia e reconstrução de vínculos sociais. Elas não apenas elaboram a violência vivida, mas propõem outras formas de justiça, centradas na dignidade, na escuta sensível e no fortalecimento das redes de apoio. Sua atuação revela os limites do modelo estatal e amplia o horizonte da justiça transicional para dimensões simbólicas, afetivas e estruturais da reparação.

O referencial teórico da pesquisa parte da Psicologia da Libertação, proposta por Ignacio Martín-Baró, cuja perspectiva crítica enfatiza a escuta das populações historicamente oprimidas e a transformação das estruturas que reproduzem a violência. A esse referencial soma-se o aporte da Psicologia Comunitária Latino-Americana, das epistemologias feministas e dos feminismos decoloniais, que questionam as narrativas hegemônicas de conhecimento e valorizam os saberes situados como base legítima para a reconstrução da justiça.

Maritza Montero (2004, 2009), referência na Psicologia Social Comunitária latino-americana, concebe o empoderamento como um processo político coletivo, em constante construção, orientado à transformação das estruturas sociais opressoras. Ignacio Dobles (2015) destaca a potência da memória subversiva como eixo de

resistência psicopolítica, propondo a reinterpretação do sofrimento a partir da agência das vítimas. Já Edgar Barrero (2020) desenvolve os Rituais de Reflexividade como metodologia psicossocial que articula escuta sensível, elaboração simbólica e reconstrução do laço comunitário em contextos de trauma e violência. De forma convergente, autoras como María Lugones (2019), Ochy Curiel (2017), Rita Segato (2016) e Mara Viveros Vigoya (2013) trazem à tona os atravessamentos entre colonialidade, gênero, raça e classe, desafiando as epistemologias hegemônicas e propondo formas de justiça que emergem dos saberes localizados e insurgentes. Suas contribuições são fundamentais para compreender como a violência de gênero se enraíza em estruturas de dominação interseccionais, e como as práticas feministas latino-americanas respondem a essas opressões por meio de estratégias de resistência, reconstrução simbólica e justiça transformadora.

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e participativa, centrada na escuta das vítimas e na articulação entre análise institucional, experiência subjetiva e práticas comunitárias. Serão utilizados grupos focais, oficinas participativas, entrevistas com agentes institucionais e análise documental de políticas públicas e relatórios oficiais. Os Rituais de Reflexividade serão aplicados como estratégia metodológica para aprofundar a escuta sem revitimizar as participantes. A triangulação entre essas fontes permitirá construir três eixos de análise: a dimensão institucional, voltada à avaliação das políticas de reparação; a dimensão experiencial, centrada na subjetividade e nas percepções das vítimas; e a dimensão comunitária, dedicada ao mapeamento e análise das práticas autônomas de justiça e memória.

A pesquisa não busca apenas mapear iniciativas ou levantar dados descritivos, mas compreender os sentidos atribuídos à justiça e à reparação por quem viveu a violência e atua em sua superação. Em vez de aplicar categorias predefinidas, a proposta é construir conhecimento junto às participantes, valorizando suas narrativas como fontes legítimas de teoria e prática. Essa postura epistemológica alinha-se ao compromisso ético e político com a transformação social, base da Psicologia da Libertação e das epistemologias feministas do Sul Global.

A contribuição central desta pesquisa reside em sua capacidade de tensionar os limites do modelo tradicional de justiça transicional, propondo a articulação entre políticas institucionais e práticas comunitárias como caminho para a reparação integral. Ao reconhecer as vítimas como produtoras de sentido, memória e alternativas políticas, o estudo propõe um deslocamento nos marcos da reparação, promovendo uma justiça que não se limite à compensação, mas que seja capaz de transformar as condições estruturais que sustentam a violência de gênero.

Ao final, espera-se que os resultados desta investigação possam incidir na formulação de políticas públicas mais eficazes, sensíveis às experiências das vítimas e abertas à escuta dos saberes comunitários. Em um momento em que conquistas feministas estão sob ameaça em diferentes partes do mundo, fortalecer perspectivas de justiça transicional feminista é uma tarefa urgente — tanto para a academia quanto para os movimentos sociais e os Estados comprometidos com a dignidade humana.

Misoginia no Ambiente Virtual: Impactos Psicológicos e Estratégias de Fortalecimento Feminino em extensão universitária

Jordana Alves Marciano (UEG), Carla Conti de Freitas (UFRJ)

A evolução tecnológica e a ascensão da cultura digital têm promovido transformações profundas nas interações sociais, permitindo que as relações se estabeleçam no ambiente online. Essa transição, embora tenha facilitado o acesso à informação e a comunicação, também trouxe à tona problemáticas significativas, especialmente a violência contra a mulher, que se intensificou nas plataformas digitais (Guimarães; Stefanini, 2023). A misoginia, manifestada através de práticas como cyberbullying, assédio online e a exposição não consentida de conteúdos íntimos, representa um desafio alarmante no cenário contemporâneo. Este artigo investiga a violência contra mulheres no ambiente virtual, seus efeitos psicológicos e as possibilidades de fortalecimento do protagonismo feminino na cultura digital, alinhando-se ao eixo temático de Gênero, Sexualidades e Intersecções, já que aborda as relações de poder que configuram práticas e posições de sujeito, com destaque a maneira como a misoginia e a violência de gênero se manifestam no ambiente digital. A análise das experiências femininas no ciberespaço revela a intersecção entre gênero, sexualidade e outras dimensões sociais, como raça e classe, evidenciando a necessidade de um olhar crítico sobre as estruturas patriarcais e cis heteronormativas que perpetuam a opressão (Moraes et al., 2023). Além disso, o artigo propõe um debate sobre as estratégias de resistência e enfrentamento às violências baseadas em gênero, contribuindo para a visibilidade dos direitos humanos no campo das diversidades. A pesquisa também busca contribuir para a produção científica sobre a cultura digital, especialmente no Ensino Superior, onde as dinâmicas de interação online se intensificam. A investigação se propõe a discutir como as relações de poder, configuradas por marcadores sociais como sexo-gênero e orientação sexual, influenciam as experiências das mulheres no ciberespaço, portanto, os conceitos de misoginia (Valente, 2023), violência de gênero e interseccionalidade são centrais para a análise. A interseccionalidade é utilizada para explorar como diferentes marcadores sociais interagem e afetam as vivências das mulheres, revelando as múltiplas camadas de discriminação e violência que elas enfrentam (Collins; Bilge, 2021). A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, caracterizando-se como uma pesquisa netnográfica, pois os dados são gerados em ambientes digitais. Neste caso, consideramos os relatos das mulheres participantes do projeto de extensão universitária Elas Digitais: conectando mulheres, explorando tecnologias, publicados na plataforma Padlet, que é um mural digital colaborativo. O projeto cria um espaço seguro para discussões sobre experiências digitais, promovendo a inclusão e o empoderamento feminino. A amostra da pesquisa é composta por 16 participantes, majoritariamente mulheres, que compartilham suas vivências e reflexões sobre a violência de gênero no ambiente virtual, promovida nos encontros do referido projeto de extensão universitária. As reflexões geradas pela pesquisa indicam que, embora a inserção das mulheres no ambiente virtual tenha proporcionado novas oportunidades, também trouxe à tona desafios significativos relacionados à violência de gênero. A constante evolução das tecnologias digitais ampliou a visibilidade feminina, mas também gerou novas formas de abuso e assédio. A violência de gênero online, manifestada em diversas formas, como assédio, difamação e disseminação de imagens íntimas sem consentimento, reflete a continuidade das estruturas patriarcais no ambiente virtual (Boeira, 2023). As estatísticas revelam um crescimento alarmante desses crimes, com as vítimas frequentemente enfrentando a

impunidade dos agressores. A pesquisa também destaca que a hipervisibilidade das mulheres nas redes sociais, embora possa ser vista como uma forma de empoderamento, também as expõe a novas formas de controle e vigilância. As mulheres frequentemente se deparam com a necessidade de gerenciar sua imagem e presença online, o que pode levar a um estado de constante ansiedade e insegurança. Além disso, a cultura do cancelamento e a difamação online são práticas que perpetuam a violência de gênero, criando um ambiente hostil para as mulheres que se expressam no ciberespaço. O projeto de extensão universitária Elas Digitais: conectando mulheres, explorando tecnologias se destaca como uma iniciativa importante para o fortalecimento do protagonismo feminino, proporcionando um espaço de acolhimento e discussão sobre as experiências digitais. As participantes do projeto relatam que a troca de experiências e o apoio mútuo são fundamentais para enfrentar as violências que vivenciam. A criação de redes de apoio e a promoção de um ambiente seguro são estratégias essenciais para a resistência contra a misoginia e a violência de gênero no ambiente virtual. Por conseguinte, a criação de ambientes virtuais mais seguros para as mulheres requer a implementação de ações educativas, o fortalecimento das legislações e a formação de redes de apoio. A luta contra a violência de gênero no ciberespaço é um desafio coletivo que demanda um compromisso contínuo da sociedade e do governo. É fundamental que as políticas públicas sejam adaptadas para abordar as especificidades da violência de gênero online, garantindo a proteção das mulheres e promovendo a equidade de gênero no ambiente digital. Por fim, o presente trabalho ressalta a importância de promover a educação digital com uma perspectiva de gênero, capacitando as mulheres a navegar de forma segura e crítica no ciberespaço. A conscientização sobre os direitos digitais e a promoção de uma cultura de respeito e empoderamento são essenciais para enfrentar as violências baseadas em gênero e construir um ambiente virtual mais inclusivo e seguro.

Monogamia á Serviço do Patriarcado: Notas Sobre Feminicídio e Arranjos Relacionais

Mayana Tomaz de Sousa, Mayana Tomaz de Sousa (Instituto de Psicologia Mergulho Gestaltico), Gabriela Bothrel Echeverria (Instituto de Psicologia Mergulho Gestaltico)

A monogamia, foi historicamente imposta como norma nos relacionamentos afetivos-sexuais, sendo até hoje interpretada com um modelo natural de vinculo amoroso. No entanto, esse modelo relacional carrega marcas profundas do patriarcado que incide sobre o controle dos corpos e desejos, em especial das mulheres. Dessa forma, este trabalho tem como objetivo a refletir sobre o papel da monogamia na perpetuação da violência contra as mulheres, analisando a possibilidade de relação entre o feminicídio, que é o assassinato de mulheres por razão do gênero (SAFFIOTI, 2004), e a configuração relacional monogâmica. Sendo uma discussão surgida a partir de inquietações vivenciadas pelas autoras em suas práticas profissionais em clinica ampliada e na vivência da política de assistência. Essa discussão articula-se diretamente a proposta do Grupo de Trabalho por compreender que esse campo dos relacionamentos afetivos-sexuais não são apenas um espaço de decisões individuais, mas um campo político que exige uma interlocução com o Estado no desenvolvimento e aprimoramento das leis e de políticas públicas para garantir justiça e equidade para todas as mulheres. Como destaca Caetano (2017), "o privado é político" e entender essa máxima é essencial na percepção de como as dinâmicas relacionais estão entrelaçadas com as diferentes formas de perpetuação da violência contra as mulheres. Como enfatizam Medrado e Fernandes (2023), o processo de colonização forjou e forja uma ideia de sujeito universal, bem como de casamento e de família universal detentor da verdade absoluta e que deve ser seguido de maneira rígida. Esse pensamento soma-se ao de Vassalo (2022), ao colocar que o colonialismo sustenta a ilusão que a obediência nesses parâmetros garante a ordem e a segurança. No entanto, as reverberações desse sistema demonstram o contrário, ao longo do tempo temos acompanhado inúmeros danos na sociedade, manifestados através do feminicídio, do racismo, da lgbtfobia, dentre outras violências. Dessa maneira, debatermos como a sociedade patriarcal vive a massificação dos relacionamentos, onde o machismo opera como elemento organizador assimétrico dessas relações aniquilando os corpos que desviem das suas regras é fundamental defendermos essa pauta nas agendas feministas, na construção das políticas e fomento do diálogo na sociedade em geral. Dessa forma, esse estudo se configura como uma revisão narrativa de literatura com abordagem qualitativa do tipo exploratório, descritivo que possibilita uma visão crítica das autoras sobre o tema (ROTHER, 2007), sendo utilizadas autoras e autores que desenvolveram estudos sobre patriarcado, violência de gênero, monogamia, colonialismo, bem como a utilização de leis e dados sobre violência contra as mulheres e direitos humanos. Nisso, cabe pensar que numa sociedade patriarcal, onde o machismo opera como organizador assimétrico das relações, compreender a forma como os papeis de gênero são forjados nos relacionamentos em alinhamento a esse projeto colonial permite refletirmos questões como a divisão sexista do trabalho, a falta de equidade salarial, o controle dos corpos e da sexualidade. O que nos leva a afirmar que o feminicídio não é um fenômeno isolado, mas sim a consequência de um sistema que transforma relações afetivas em mecanismos de dominação. O controle sobre a sexualidade e a liberdade das mulheres, sustentado pela expectativa da monogamia compulsória, reforça dinâmicas de submissão e violência, tornando muitas delas em situação de vulnerabilidade a ciclos de violência. Assim, questionar a monogamia patriarcal não é apenas um debate sobre relacionamentos, mas um passo

essencial para entender e combater as raízes estruturais da violência de gênero. Deste modo, discutir como a monogamia sustenta a violência, levando em muitos casos ao feminicídio é pautar a luta pelos Direitos Humanos, afinal o sistema jurídico-política brasileiro consolida e reproduz concepções fundadas numa organização social patriarcal. Um exemplo disso é a recente descriminalização do adultério que só em 2005 a Lei nº 11.106 revoga o artigo do código penal que tipifica o ato da mulher se relacionar fora do casamento uma infração suscetível a pena de 15 dias a 6 meses de detenção (BRASIL, 2005). Dessa forma, a principal regra das relações monogâmicas é o princípio da não concomitância de relações românticas como prova de fidelidade. A quebra da fidelidade por parte das mulheres justificaria os chamados "crimes de legítima defesa da honra" cometidos por homens cisgêneros (NÚÑEZ, 2023). Apesar da desinstitucionalização direta desse "crime" as mulheres ainda hoje não têm sua vida preservada quando desviam das regras conjugais monogâmicas e um desses efeitos pode se articular ao feminicídio, porque a monogamia se reinventa para manter o poder e não destruir sua ideia central: "família" (NÚÑEZ, 2023). Segundo o Laboratório de Estudos de Feminicídio no Brasil (2024), a grande maioria dos casos registrados de feminicídio foram praticados por parceiros e/ou ex-parceiros. Corroborando a este dado, a Política Nacional de Enfrentamento a Violência Contra as Mulheres (BRASIL, 2008), afirma que o lar e o parceiro relacional são partes estruturantes da opressão vivida pelas mulheres. Embora os estudos não indiquem explicitamente se a configuração relacional é monogâmica ou não, é possível inferir que a monogamia opera como uma regra relacional hegemônica, um sistema muitas vezes invisível, não nomeado, não acordado, mas amplamente disseminado, repetido e vivido na maioria dos relacionamentos. A prevalência do feminicídio, praticada por homens com vínculo afetivo com as vítimas, evidencia que não se trata de ações cometidas por homens aleatórios, tão pouco por qualquer tipo de arranjo de relacional. Essa predominância nos faz refletir criticamente sobre a monogamia como forma relacional que, diante dos dados, revela-se permeada por práticas de controle, posse e violência. A investigação sobre as conexões entre monogamia e feminicídio permite concluir que é urgente coletivizar o debate sobre os modos de se relacionar e os afetos, superando a responsabilização individual pelo sucesso ou fracasso dos relacionamentos. É fundamental afirmar o direito das mulheres de amar e serem livres, reconhecendo que essa reivindicação desafia estruturas opressivas e aponta caminhos para transformações sociais. Além disso, é necessário fomentar estudos que problematizem a naturalização da monogamia e explorem os efeitos de diferentes arranjos relacionais.

Referências

BRASIL. Lei nº 11.106, de 28 de março de 2005. Altera os arts. 148, 215, 216, 226, 227, 231 e acrescenta o art. 231-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 29 mar. 2005. Disponível em: Planalto. Acesso em: 19 maio 2025.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Brasília, DF, 2008. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/arquivos-diversos/sev/pacto/documentos/politica-nacional-enfrentamento-a-violencia-versao-final.pdf. Acesso em: 19 maio 2025.

CAETANO, I. F. O Feminismo Brasileiro: uma análise a partir das Três Ondas do Movimento Feminista e a Perspectiva da Interseccionalidade. 2017. Trabalho de conclusão de curso (Pós-graduação em Gênero e Direito) - Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2017.

LABORATÓRIO DE ESTUDOS DE FEMINICÍDIO NO BRASIL. Monitor de Feminicídios no Brasil (MFB): Feminicídios consumados e tentados no Brasil – 2024 – LESFEM. Disponível em: https://sites.uel.br/lesfem/. Acesso em 19 de Maio de 2025.

MEDRADO, A. T.; FERNANDES, R. Não Monogamia: trânsitos entre raça, gênero e sexualidade. São Paulo: Editora Telha, 2023.

NÚÑEZ, Geni. Descolonizando afetos: Experimentações sobre outras formas de amar. São Paulo: Paidós, 2023.

SAFFIOTI, H. I. B. Gênero, patriarcado, violência. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2015. Disponível em: https://fpabramo.org.br/editora/wp-content/uploads/sites/17/2021/10/genero_web.pdf. Acesso em: 19 maio 2025.

ROTHER, E. T.. Revisão sistemática X revisão narrativa. Acta Paulista de Enfermagem, v. 20, n. 2, p. v–vi, abr. 2007. Disponivel em: https://www.scielo.br/j/ape/a/z7zZ4Z4GwYV6FR7S9FHTByr/. Acesso em 19 de Maio de 2025.

VASSALO, B. O desafio poliamoroso: por uma nova política dos afetos. São Paulo: Elefante; 2022.

O cuidado em rede no atendimento psicossocial de mulheres vitimadas por violência: complexidades e contradições

Guilherme Wolff Lemos (PUC-SP), Beatriz Borges Brambilla (PUC-SP)

Este trabalho é um relato de experiência em extensão universitária do Programa de Educação Tutorial (PET) Psicologia em Rede, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). O trabalho é orientado pela Profa. Dra. Beatriz Borges Brambilla, e é financiado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação do Ministério da Educação (FNDE/MEC).

O PET atua na PUC desde os anos 1990, articulando ensino, pesquisa e extensão. O projeto possui o compromisso ético-político de atuação territorial em defesa dos direitos humanos, e da construção de saberes comprometidos com a transformação social. Atualmente, o grupo desenvolve ações e estudos sobre práticas de cuidado em contextos de violência, com perspectiva interseccional, em diversos territórios da cidade de São Paulo. Um dos eixos da nossa atuação está voltada ao atendimento de mulheres vitimadas por violências em suas mais variadas expressões: violência de gênero, racial, sexual, doméstica e institucional.

Desde 2024, o PET Psicologia em Rede atua em parceria com o Ministério Público do Estado de São Paulo (MP/SP) — mais especificamente com o Núcleo de Apoio à Vítima de Violência (NAVV) — trabalhando no atendimento de mulheres vitimadas por violência. O coletivo do PET, composto por tutora, psicólogas e graduandas/es/os de psicologia, é responsável por realizar atendimentos psicossociais com as mulheres, previamente encaminhadas pelo NAVV do MP. Os atendimentos são realizados semanalmente de maneira virtual e/ou presencial, com o intuito de alcançar o maior número de territórios possíveis na cidade de São Paulo — visto que o Ministério Público atende todas as zonas da capital, e encaminha para o PET pessoas atendidas dos mais diversos territórios da cidade. Os atendimentos são realizados em duplas pois, durante os atendimentos, além da escuta e acolhimento psicológico, é efetuada uma escuta atenta para os atravessamentos sociais das pessoas atendidas. Nesse sentido, busca-se compreender os processos de precarização da vida e de omissão do estado na vivência das pessoas atendidas; a partir daí, efetua-se uma articulação com serviços da Rede do Sistema Único de Assistência Social e da Rede de Atenção Psicossocial do território da pessoa atendida.

É importante pontuar que nós trabalhamos levando em consideração as singularidades do território onde cada pessoa habita. “Território” é um conceito desenvolvido pelo geógrafo brasileiro Milton Santos, que atravessa as Referências Técnicas para atuação do(a) psicólogo(a) na Assistência Social (Conselho Federal de Psicologia). Em nossos atendimentos psicossociais, em diálogo com o sistema de justiça, é necessário levar em consideração que um território não é só um espaço geograficamente delimitado, mas que ele é atravessado por uma fatores sociais, políticos, econômicos, históricos e afetivos, constituído de lutas, disputas políticas, construções de afetos e modos singulares de existir.

A partir da noção de território e levando em conta os marcadores sociais da diferença, entendemos que a prática em psicologia social jurídica é complexa e contraditória. Nosso trabalho enquanto PET Psicologia em Rede nesses diversos territórios busca romper com a lógica jurídica punitivista que reduz pessoas em situação de violência ao lugar de “vítimas” ou testemunhas, propondo práticas psicossociais de cuidado não revitimizante, atentas às repercussões subjetivas, corporais e cotidianas da violência. Busca-se, com esse trabalho, não importar as lógicas do sistema jurídico para o atendimento psicossocial, mas dar espaço para a

emergência da singularidade durante os atendimentos, que inclui lidar com afetos contraditórios.

A partir de uma leitura crítica da Psicologia Social, compreendemos a violência como fenômeno estrutural, e denunciamos o sucateamento das políticas públicas e a fragilidade das redes de proteção, marcadas por descontinuidade, sobrecarga e desarticulação intersetorial, o que dificulta o acesso real à justiça e aos direitos. Nossa prática se constitui articulando escuta clínica, produção de memória e mobilização política — entendendo todas essas instâncias como indissociáveis numa prática de cuidado ético-política. Defendemos uma prática em psicologia que seja comprometida com a reparação, acesso a justiça e com rupturas institucionais.

Tendo em vista que o PET Psicologia em Rede se articula como um projeto de ensino-pesquisa-extensão, metodologicamente, trabalhamos com a concepção de pesquisa-ação participativa, partindo do arcabouço teórico da psicologia sócio-histórica. Durante o trabalho psicossocial, empreendemos um olhar interseccional para a violência, pensando nas mulheres atendidas como sujeitos de direito, a partir de uma perspectiva anti-colonial e latino-americana, fundamentada em epistemologias feministas e antirracistas, a fim de tensionar a lógica punitiva e revitimizante que atravessa o sistema de justiça. Entendemos que a psicologia hegemônica trabalha para produzir sujeitos naturalizados e universalizados; em sentido contrário, nossa prática investe em tratar as mulheres e suas formas singulares de estar no mundo como foco e centro do nosso trabalho, de forma que o atendimento psicológico não se torne um espaço produtor de violências, mas produtor de novas possibilidades de vida.

A extensão universitária, nesse contexto, torna-se espaço de formação e intervenção crítica, que tensiona o sistema de justiça, denuncia suas práticas excludentes e afirma modos éticos de escuta e acolhimento, especialmente frente às desigualdades que atravessam as mulheres (racismo, classismo, capacitismo, gordofobia, xenofobia, LGBTI+fobia) atendidas pelo sistema de justiça.

Projeto MARÉ: práticas comunitárias de acolhimento, cuidado e resistência frente à violência de gênero

Ananda Batista Moreira, Jade Nascif Meisen (Centro Universitário UNICESUSC), Marília dos Santos Amaral (Centro Universitário UNICESUSC)

A historiadora feminista Joan Scott (1995), ao evidenciar a construção do gênero para além da estrutura biologizante e binária dos sexos feminino/masculino, inscreve o gênero no âmbito das representações e significados culturais, sendo uma construção discursiva relacional, produzida a partir de ações e atos que estruturam as formas pelas quais o poder é articulado e legitimado ao longo da história. Sendo assim, a violência contra as mulheres emerge não como uma exceção ou desvio, mas como uma expressão estruturante dessa relação de poder inscrita nos regimes discusivos de gênero. Ou seja, é uma afirmação e perpetuação das normas sociais e culturais, que silenciam e culpabilizam a vítima, além de legitimar a agressão no espaço privado.

A partir dessa perspectiva, a violência contra as mulheres apresenta-se como problemática, grave e recorrente demarcando as impossibilidades históricas, culturais e políticas de dissociar o âmbito público do privado, além de caracterizar-se como um meio de violação e ofensa à dignidade humana, na qual a ação implica o não reconhecimento das mulheres enquanto sujeito de direitos. A luta contra a violência de gênero é uma pauta de extrema relevância e responsabilidade social, pois além dos agravos físicos e psicológicos resultantes dos atos, há necessidade de atenção e ampliação de intervenções coletivas que visem a defesa e garantia de direitos das mulheres. Historicamente, no Brasil, conquistas foram alcançadas desde a visibilidade do movimento feminista até o sancionamento da Lei nº 11.340/2006 – conhecida como Lei Maria da Penha – porém, o índice de violência alerta para a necessidade de maiores investimentos em políticas de prevenção e acolhimento às mulheres em situação de violência.

Ainda sob esse viés, os dados mais recentes do Atlas da violência (2025) indicam que, no ano de 2023 foram registrados 177.086 atendimentos a mulheres em situação de violência doméstica, representando um aumento de 22,7% em comparação ao ano anterior. Ao qualificar essa violência como “não letal”, o relatório evidencia sua natureza multifacetada, envolvendo diferentes formas de agressão: a violência física correspondeu a 37,4% dos casos, seguida pela negligência (12%) e pela violência psicológica (10,1%). Ademais, foram notificados, no sistema de saúde, 16.460 casos de violência sexual contra meninas e mulheres em contextos doméstico. Sobre este crime, o 18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2024) indicou 54.297 registros de estupro e estupro de vulnerável, sendo 70,6% cometidos por familiares e/ou parceiros íntimos. Tais números, além de revelarem persistência estrutural da violência de gênero no país, também evidenciam a subnotificação dos casos, sobretudo no sistema de saúde, apontando para limitações institucionais no enfrentamento efetivo desse fenômeno estrutural.

Neste contexto, a realidade do estado de Santa Catarina aponta um crescimento de 18,4% dos crimes de feminicídio no período de janeiro a outubro de 2022, totalizando 56 casos, segundo dados do Observatório da Violência contra a Mulher de Santa Catarina (2023). Ao que se refere às medidas protetivas foram requeridas 30.234 ao longo de 2024, e somente entre janeiro a abril 2025 esse número já soma 11.384, de acordo com dados do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC). Em nota técnica, o Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) mostrou que, em 2022 também ocorreu a menor alocação orçamentária para o enfrentamento da violência contra

mulheres no período de uma década. Neste cenário regional, observa-se que nas políticas públicas em Florianópolis há uma carência por mais espaços de escuta e acolhimento psicológico destinados às mulheres em situação de violência. Segundo o Observatório da Violência Contra Mulher de Santa Catarina (ALESC, 2023), entre as políticas públicas consideradas importantes pelas mulheres para enfrentar a violência baseada em gênero, 72,4% das vítimas demonstraram a necessidade de ter uma(um) profissional para conversar, como uma(um) psicóloga(o) ou outra(o) especialista em saúde mental e 69,4% manifestaram a relevância de ter um suporte legal e serviços que as orientem. Entende-se que a fragilidade das políticas públicas em defesa dos direitos das mulheres, potencializa o processo de vulnerabilização das mulheres, e deste modo o que se problematiza em Psicologia Social Crítica como sofrimento ético-político, isto é, a experiência intensa do sentimento de exclusão social.

Sendo assim, o Projeto de Extensão MARÉ - Mulheres em Acolhimento, Reflexão e Escuta atua no fortalecimento das políticas públicas voltadas à prevenção, assistência e atendimento das mulheres em situação de violência no município de Florianópolis. O MARÉ teve início em agosto de 2018, pela iniciativa de estudantes de graduação em Psicologia, a partir da realização de um amplo mapeamento das redes e serviços de saúde, assistência e segurança que oferecem atendimento, assistência e proteção às mulheres no município, no qual constatou-se a escassez de serviços destinados exclusivamente ao acolhimento psicológico e escuta de mulheres que estão e/ou estiveram em situações de violência doméstica. Com encontros semanais, o espaço grupal caracteriza-se como um grupo comunitário guiado pela perspectiva de grupo-dispositivo (Barros, 1997), no qual nos permite acompanhar as linhas de enunciação, de força, de subjetividade, de resistência e fuga, assim como possibilita a desconstrução dos saberes institucionalizados sobre gênero e violência.

O MARÉ tem como objetivo o acolhimento e o fortalecimento de vínculos afetivos e comunitários entre mulheres e a (re)construção da autonomia, alicerçando as práticas nas teorias e metodologias na Psicologia Social Comunitária (SAWAIA, 2014) e nos Estudos Feministas com perspectiva interseccional (NOGUEIRA, 2017). Neste sentido, a psicologia comunitária em articulação com o feminismo, possibilita uma práxis política-social visando o aprofundamento reflexivo sobre as desigualdades de gênero, as interseccionalidades entre gênero, sexualidade, classe, raça, etnia, deficiência e marcadores etários em que a violência se desenha, assim como a potencialização de espaços emancipatórios às mulheres como estratégia de resistência ao patriarcado e seus modos de vulnerabilização e eliminação das diferenças (MAYORGA, 2014).

A configuração do grupo ganhou novos elementos com o retorno presencial após a pandemia da COVID-19 e com o ingresso de mulheres que ampliaram as intersecções de marcadores sociais, levantando reflexões acerca dos atravessamentos da patologização do sofrimento da mulher, das diferentes formas de violências de gênero e saúde mental em geral. Nesse cenário, é possível perceber a presença da lógica da medicalização, que transforma dores coletivas em diagnósticos individuais e acaba individualizando o sofrimento que se mantém a partir de diversos fatores sociais, históricos e culturais – que vão além do biológico.

Atualmente os encontros são realizados nas dependências da faculdade e tem como público-alvo mulheres que vivem ou vivenciaram situações de violência. O acesso se dá por meio de busca espontânea (contato via e-mail, Instagram ou telefone institucional) ou por encaminhamentos das redes de saúde e assistência de Florianópolis. São utilizadas nos encontros ferramentas como o acolhimento coletivo, dinâmicas vivenciais e reflexivas, cine debate, oficinas estéticas, orientações com profissionais convidadas(os), passeios e atividades culturais que ampliem a ocupação de espaços

públicos e em locais de debate sobre saúde, assistência e direitos das mulheres. As atividades realizadas no MARÉ são compreendidas como disparadores que potencializam o processo grupal, portanto, são criadores de redes de apoio e laços de afeto comunitário que possibilitam o suporte entre as mulheres, a (re)invenção de estratégias de resistência, reconhecimento de suas potencialidades e a reconstrução de si. Do mesmo modo, a produção e compartilhamento de saberes atuam como dispositivos de emancipação, ocupação dos espaços sociais e de lugares de fala, para que assim, se reconheçam como protagonistas na luta pela garantia de direitos. O presente trabalho visa apresentar discussões que emergiram na realização desse projeto, a partir do relato das estagiárias e extensionistas sobre as experiências com as integrantes do MARÉ e o fazer psi implicado na articulação entre Psicologia Comunitária e Estudos Feministas.

Atlas da Violência. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 2025. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5999-atlasdaviolencia2025.pdf>. Acesso em 26 maio 2025.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 2024. Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, [2024].

INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (INESC). Inesc – Instituto de Estudos Socioeconômicos. Brasília, DF: INESC, 2022. Disponível em: https://inesc.org.br/. Acesso em: 26 maio 2025.

MAYORGA Claudia. Algumas contribuições do feminismo à psicologia social comunitária. Athenea Digital. Revista de Pensamiento e Investigación Social [en linea], v.14, n.1, p. 221-236, 2014.

NOGUEIRA, Conceição. Interseccionalidade e psicologia feminista. Editora Devires: Salvador, 2017.

Observatório da Mulher contra a Violência (OMV). Sistema integrado de informações de violência contra a mulher no Estado de Santa Catarina. Santa Catarina: ALESC, 2025. <https://ovm.alesc.sc.gov.br/> Acesso em 26 maio 2025.

RODRIGUES, Heliana. Dispositivos em ação, ação dos dispositivos. In: BARROS, Regina Benevides et al. (Eds.). Subjetividade: questões contemporâneas. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 192–196.

SAWAIA, Bader. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: SAWAIA, Bader. (Org.), As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 97-118.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA. Relatório: Medidas Protetivas distribuídas - Janeiro a Dezembro 2024. Santa Catarina: TJSC, 2024. <https://www.tjsc.jus.br/web/violencia-contra-a-mulher/relatorios> Acesso em 26 maio 2025.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA. Relatório: Medidas Protetivas concedidas - Janeiro a Abril 2025. Santa Catarina: TJSC, 2025. <https://www.tjsc.jus.br/web/violencia-contra-a-mulher/relatorios> Acesso em 26 maio 2025.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Tradução de: Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Recife: SOS Corpo, 1990.

Significações da expressão da sexualidade de mulheres em sofrimento psíquico intenso através do dizer de profissionais da saúde mental - uma análise preliminar

Paula Eduarda Carloto Peralta (FHEMIG), Paula Eduarda Carloto Peralta (FHEMIG)

Compreende-se que a noção de loucura se atualiza de acordo com seu tempo histórico e cultural e renova-se com os poderes da linguagem, isto é, nem sempre a loucura foi considerada doença mental como hoje é feito. É nos meados do século XVII que ocorre uma brusca mudança e o que antes da loucura era considerado aceitável e por vezes até acolhido passa a ser excluído. Com o advento do Hospital Geral no século XVII, as instituições hospitalares que antes eram filantrópicas passam a cumprir uma função de ordem social e política, cria-se um outro lugar social para o louco e para a loucura na sociedade ocidental.

Nesse sentido, também são diferentes os parâmetros que norteiam a construção da loucura para homens e mulheres. Diante de um espaço social menor a ser ocupado pelas mulheres, decorrente das inúmeras opressões e normas que lhe foram impostas, esse grupo social também detém menos possibilidades de transgressão. Enquanto para os homens, a loucura se manifestaria na quebra dos papeis sociais no espaço público, como de trabalhador ou cidadão, na ausência de razão, privação dos sentidos ou mau uso da liberdade, para as mulheres a loucura se manifestaria preferivelmente no âmbito privado, dominada pelas questões do corpo, da sexualidade e da família.

Dessa forma, a importância atribuída a produtividade, vista como caminho para a cura ou ao controle da loucura, também se apresenta de maneira distinta para as mulheres. Prescrevia-se para elas a reclusão ao trabalho doméstico e espaços fechados, condizentes com o que acreditava ser a normalidade da condição feminina. No decorrer do século XX, mulheres ocuparam a maioria dos leitos psiquiátricos, isso se deve a duas principais razões, a loucura ser historicamente classificada como uma enfermidade feminina, e, às opressões reais e cotidianas que mulheres sofrem diante dos papeis sexuais e sociais, de esposas, filhas, irmãs e amantes. Assim, tem-se mais uma vez a feminilidade atrelada ao espaço doméstico e a ideia de docilidade, uma imagem feminina ideal.

Além disso, há relatos de as mulheres consideradas menos dóceis, serem frequentemente amarradas a fim de evitar o livre exercício da atividade sexual no hospício de Juquery, submetidas a práticas vigiantes e repressoras em relação as suas condutas, sobretudo no que diz respeito a sexualidade. Diante de tais considerações, percebe-se e preocupa-se com a insistente tentativa de vinculação das mulheres e da feminilidade a um ideal de docilidade, domesticação e passividade, inclusive do controle de seus corpos.

Não podemos deixar de nos atentar ao contexto histórico e político em que o modelo asilar e o tratamento da loucura, materializadas por meio das instituições modelos, tais como o Hospital Psiquiátrico de Juquery, localizado no estado de São Paulo, sendo uma das maiores colônias psiquiátricas do país e o Hospital Colônia de Barbacena, localizado no estado de Minas Gerais, que corroborou com a morte de milhares de pessoas internadas involuntariamente. Ambas instituições, dentre outras, que deixaram marcas e efeitos traumáticas até a atualidade, da violência política e social, de gênero, raça e classe presentes da lógica manicomial e eugenista

Assim, faz-se necessário uma breve constatação sobre a construção do que hoje é tido como feminino. Antes, tomada como objeto de temor, a sexualidade das mulheres era tida como dominada por uma força demoníaca, representava um perigo aos homens. Uma acusação recorrente das mulheres submetidas aos

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

julgamentos por bruxaria era de que as bruxas estariam vinculadas a práticas sexuais degeneradas e eram acusadas de serem a causa de uma excessiva paixão erótica nos homens, que temiam serem subjugados à vontade dessas mulheres. No final do século XVII, após mais de dois séculos de caça às bruxas e destruição de um universo de práticas coletivas femininas, base do poder das mulheres na Europa pré-capitalista, há uma mudança de perspectiva acerca da sexualidade feminina. Assim, há a construção de um outro modelo de feminilidade, permeado pelos ideais de passividade, obediência e castidade, isto é, domesticada, as mulheres passaram a ser representadas como seres passivos e assexuados.

Por sua vez, a sexualidade se apresenta como dimensão do humano e está intimamente ligada à vida e a expressão subjetiva. É por volta do século XVIII que se inicia um incentivo, por conta da Igreja, aliada ao Estado e a Medicina, para falar sobre o sexo, a fim de controle da natalidade, mortalidade e outros fatores envolvendo a saúde. Nesse sentido, por meio do discurso calcado nos ideais da época, tais instituições serviram também à repressão da sexualidade feminina, permitindo o sexo apenas como função reprodutora e constituindo a sexualidade feminina entre o pecado e o indecente.

Compreende-se o corpo como lugar prático e direto de controle social, isto é, por meio da organização e constituição dos espaços, do tempo, do cotidiano, do modo como nos relacionamos com a vida, os corpos são moldados e disciplinarizados. Assim, são inscritas no corpo marcas do tempo histórico e político em que ele se encontra de acordo com determinadas concepções predominantes acerca do que se construiu como masculinidade e feminilidade, incluindo a maneira como se constitui o indivíduo e o modo como, e o que, se deseja.

Dito isso, por meio da construção do modelo de feminilidade e práticas femininas adequadas à normalidade, a sintomatologia das anormalidades as quais as mulheres são atribuídas têm suas especificidades e não escapam às características próprias de cada momento histórico. Entende-se assim que os corpos sexuados, sujeitos aos processos de significações e representações, naturalizam as identidades sociais e embasam os regimes de patologização.

O significado tem função estruturante e papel organizador na vida das pessoas, isto é, a partir do que determinado assunto é significado, as pessoas irão organizar seus modos de vida, incluindo o modo como se relacionam e a maneira como tratam sobre a saúde, a própria ou a de para quem está prestando cuidados. Assim, a presente pesquisa se justifica pela importância de nos dispositivos da saúde, compreender as significações de determinado fenômeno, sendo primordial para a melhor qualidade da relação profissional-paciente-família-instituição, além de compreender mais visceralmente alguns sentimentos e comportamentos dos atores sociais presentes em determinado microambiente.

Dito isso, a presente pesquisa visa compreender o significado que profissionais da saúde mental, que fazem parte da equipe assistencial aos sujeitos em sofrimento psíquico intenso atendidos pelos serviços de urgência psiquiátrica da cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, atribuem à expressão da sexualidade do público feminino, além de analisar como essas diferentes significações podem influenciar nas práticas de cuidado dos serviços de urgência e emergência psiquiátrica.

Trata-se de uma pesquisa de natureza clínico-qualitativa, a qual se caracteriza por ocorrer em um setting natural, isto é, onde se dão as relações humanas e os fatos, permitindo ao pesquisador desenvolver níveis de detalhes sobre as realidades; assim, o pesquisador vai até o local onde está o participante para conduzir a pesquisa. O principal intuito de uma pesquisa qualitativa se concentra em compreender o significado que os participantes atribuem às suas ações, representações e crenças, não tendo como objetivo entender o fenômeno em si, mas

compreender as significações que as pessoas atribuem para estes.

Foram entrevistados seis profissionais de saúde mental, sendo eles, duas assistentes sociais, um enfermeiro, uma psicóloga e dois psiquiatras. Os dados coletados foram tratados por meio da técnica de Análise Temática, que envolve as seguintes fases: pré análise, exploração do material, tratamento dos resultados obtidos e interpretação. Além de contribuir para encontrar possíveis respostas à questão da pesquisa, esta estratégia de análise permite ir além dos conteúdos manifestos, isto é, permite ao pesquisador chegar ao latente da fala dos sujeitos.

O presente estudo trata-se da apresentação de resultados preliminares de um trabalho de conclusão de residência em um Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Mental na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais.

Violências Banalizadas em Nome do Amor: Uma Análise Crítica Sobre a Monogamia

Emily dos Santos

Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2024) 92,9% dos casos de feminicídio foram causados pelo companheiro, ex-companheiro ou familiar da vítima. Relações essas, que são estruturadas a partir da lógica monogâmica ocidental, e que, paradoxalmente, são comumente consideradas sinônimo de amor e cuidado. Tal cenário, além de indicar uma complexidade de se discutir essas questões, evidencia a urgência de reflexões críticas acerca das implicações da romantização e naturalização da monogamia nas sociedades ocidentais que seguem perpetuando desigualdades, opressões e violências diversas.

Dessa forma, o presente trabalho buscou analisar a relação entre a imposição da monogamia e as violências praticadas contra as mulheres.

Para sustentar essa análise, o trabalho foi realizado a partir de uma metodologia qualitativa bibliográfica, em que as análises críticas inspiraram-se numa metodologia histórica-dialética.

Observou-se que, desde o que é descrito como o surgimento da monogamia, ela carrega consigo a inferiorização, exploração e diversas formas de violência contra as mulheres, que incluem violência física, sexual, patrimonial, psicológica e a exploração do trabalho doméstico (Dabhoiwala, 2013; Engels, 1884 [2019]; Nüñez, 2023; Poster, 1979; Vassalo, 2022). Evidenciando que essas são características intrínsecas a um modelo que, desde suas origens, se baseou na posse e no controle.

Essa lógica monogâmica patriarcal, no contexto brasileiro, foi imposta como parte fundamental do projeto colonial, com o objetivo de anular as práticas e os saberes relacionais e culturais de povos originários, através de inúmeros tipos de violência, e nesse processo, o catolicismo sempre teve um papel ativo fundamental na implementação desse projeto, sendo uma realidade que, assim como tudo o que compõe o projeto colonial, perdura até os dias atuais (Del Priore, 2005; Moreira, 2018; Nüñez, Oliveira e Lago 2021; Nuñez 2023). Sendo também, expressa por importantes mecanismos de controle social, como as religiões cristãs e a legislação brasileira, o que acaba contribuindo para sua romantização e naturalização.

A importância dessas reflexões para o campo da psicologia é inegável, visto que se trata de um campo que historicamente, tem reproduzido os ideais monogâmicos ocidentais, perpetuando a lógica de relações de poder, utilitárias, individualizadas e centradas na cis-heteronormatividade, que estão alinhadas com o patriarcado e as violências que ele produz. É fundamental que a psicologia, enquanto campo do saber e prática profissional que trabalha em conjunto da compreensão sobre as dinâmicas sociais, contribua ativamente para um cenário em que as relações humanas não se baseiem nas lógicas de opressão citadas.

Seguindo uma perspectiva diferente da ideologia hegemônica, Nuñez, Oliveira e Lago (2021), ao descreverem sobre perspectivas de povos originários, em especial, o povo guarani sobre modos de relacionamentos que fogem à lógica monogâmica, citam que essas perspectivas se baseiam na relação cultivada com a terra e com a vida, onde a noção de propriedade privada e hierarquia não adentra nos valores relacionais (tanto nas relações entre humanos, quanto nas relações com animais e elementos da natureza), logo a comparação, a competição e o sofrimento não se apresentam da mesma forma. Perspectivas essas, que tem muito a contribuir às lutas decoloniais, anticapitalistas, feministas, antirracistas e de combate ao ecocídio.

Assim, considerando que a monogamia, parte intrínseca do projeto colonial, carrega em sua própria estrutura marcas de inúmeras opressões – desde as violências de gênero e a inferiorização e violência contra povos originários, passando pela perseguição de sexualidades dissidentes até tantas outras violências estruturais –, torna-se não apenas necessário, mas urgente, cultivar e valorizar perspectivas sobre modos de se relacionar, que devem ir contra essas heranças coloniais que tanto impactam os modos de existir. Nesse contexto, as sabedorias ancestrais de povos originários e a compreensão de culturas que não seguem a lógica ocidental oferecem contribuições fundamentais para a construção de um outro cenário brasileiro.

Referências

DABHOIWALA, F. As Origens do Sexo: Uma Historia da Primeira Revolução Sexual. Tradução de R. Mantovani. 1. ed. São Paulo: Globo, 2013.

DEL PRIORE, M. História do amor no Brasil. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

ENGELS, F. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. Tradução de N. Schneider. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 1884 [2019]. Disponível em: https://averdade.org.br/wp-content/uploads/2020/09/Livro-62-FRIEDRICHENGELSA-ORIGEM-DA-FAM%C3%8DLIA-DA-PROPRIEDADE-PRIVADA-EDOESTADO.pdf.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. Disponível em: https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/253.

MOREIRA, V. M. L. Casamentos indígenas, casamentos mistos e política na América portuguesa: amizade, negociação, capitulação e assimilação social. Scielo, Rio de Janeiro, v. 19, n. 39, p. 29-52, set./dez. 2018. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/2237-101X01903902. Disponível em: https://www.scielo.br/j/topoi/a/8NtfwpkYdxps33XTh6t3QhQ/abstract/?lang=pt.

NÚÑEZ, G. D. Descolonizando afetos: experimentações sobre outras formas de amar. 1. ed. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

POSTER, M. Teoria crítica da família. Tradução de Á. Cabral. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1979

NÚÑEZ, G. D.; DE OLIVEIRA, J. M.; DE SOUZA LAGO, M. C. Monogamia e (anti)colonialidades: Teoria e Cultura, v. 16, n. 3, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/34439>.

VASALLO, B. Desafio Poliamoroso: por uma nova política de afetos. Tradução de M. Bastos. 1. ed. São Paulo: Elefante, 2022.

Violências contra as mulheres no interior do estado: onde estão as campanhas da SPM-BA?

Vanessa Oliveira Cordeiro Silva (UFBA), Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti (UFBA - PPGNEIM)

Esta comunicação trata da análise das ações educativas e preventivas da campanha da Secretaria de Políticas para Mulheres voltada às políticas públicas para mulheres no interior da Bahia no período de festas juninas. Parte-se do questionamento sobre a efetividade e coerência dessas campanhas frente às demandas históricas e contemporâneas dos direitos das mulheres, tendo em vista a necessidade de ampliar as políticas nas cidades mais distantes da capital. Em momentos mais pontuais do ano, existe um alcance maior na rede, como por exemplo no período de 21 dias de ativismo e das festas - São João, por exemplo.

Ao longo dos anos, os movimentos feministas conduziram as concepções sobre os sexos fora do âmbito biológico e rompeu com a ideia inerente à natureza, deste modo, as violências contra as mulheres ganharam pontos de vistas mais amplos. Ou seja, esse fenômeno não estava mais ligado, de forma essencializada, à masculinidade e à feminilidade. Tal violência acontece impulsionada pelas expressões de desigualdades sociais evidenciadas na cultura (Bandeira, 2014). Sendo um grave problema de saúde pública, necessita de ações transdisciplinares para coibir, prevenir e fortalecer a rede de enfrentamento.

A visão equivocada que romantiza o crime – frequentemente noticiado em vários veículos de comunicação, e validada pelas instituições encarregadas de defender os direitos das mulheres, torna-se fator de constrangimento e insegurança da vítima para querer denunciar. Além do padrão geral do ciclo da violência que se manifesta de modo distinto em cada caso, sem seguir regras preestabelecidas. Mesmo com avanços importantes nas agendas nacionais e internacionais as mulheres ainda se responsabilizam por seus algozes e se culpam por vivenciar essa dinâmica (Jong; Sadala; Tanaka, 2008). Sem falar da falta de apoio familiar e de amizades, reafirmando a perspectiva patriarcal.

Como campanha de sensibilização na época em que algumas cidades do interior do estado celebram a tradição do São João, a SPM desempenha articulações durante as festas. Em 2019 a equipe instalou uma Unidade Móvel para orientações – dois dias em Cruz das Almas e um dia em Santo Antônio de Jesus. Na mesma proporção que em 2022, a ação ocorreu nos municípios de Santo Antônio de Jesus e Irecê (Figura 1), todavia, em parceria com a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (SEPROMI), Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Santo Antônio de Jesus e com o Centro de Referência no Atendimento à Mulher (CRAM) de Irecê.

Figura 1 - Unidades Móveis da SPM-BA oferecem orientação às mulheres no São João

Fonte: Site da SPM-BA (2022)

O objetivo foi analisar como as campanhas publicitário-midiáticas e ações da SPM-BA saem da capital e atingem as cidades do interior do estado. Levando em consideração que a pesquisadora nasceu numa cidade a 180km de Salvador e durante o mestrado, por conta da pandemia que assolou o mundo, retornou à Serrinha-BA. Portanto, a inquietação em notar que mesmo com uma distância menor – se comparada com outras cidades, parecia distante a relação com a secretaria e com suas contribuições.

Esta comunicação se insere no GT 55 “Violência feminicida e justiça patriarcal: perspectivas críticas sobre a violência contra as mulheres”, pois busca refletir sobre as

intersecções entre os direitos das mulheres, a rede de enfrentamento e a Psicologia Social Crítica (Bock et al., 2007), a partir das epistemologias feministas. O fenômeno das violências nos interiores não está restrito às festas de rua, portanto, apesar da importância de uma mobilização maior nas ruas em cenários que talvez alcance mais pessoas, o trabalho deve ir bem além.

A metodologia qualitativa com natureza dedutiva, cruzando intersecções e categorias analíticas como mulheres, políticas públicas, violências, agendas educativas e campanhas publicitário-midiáticas. Iniciou-se uma pesquisa bibliográfica sobre o tema em pauta. Em seguida, passou-se ao trabalho de pesquisa documental a partir dos materiais disponibilizados no site da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Bahia (http://www.mulheres.ba.gov.br/) acessíveis entre março de 2020 e fevereiro de 2023. Finalizando na pesquisa empírica através de entrevistas semiestruturadas com agentes institucionais e de comunicação da Secretaria e coordenadora do CRAM da cidade de Serrinha-BA.

Na coleta de dados, outras maneiras de aplicação da política pública apareceram, como por exemplo das formações ofertadas pela equipe, seja as que tenham CRAM ou no Quem Ama, Abraça – Fazendo Escola. Algumas participações em rádios locais também fazem parte da aproximação com a população e as Caravanas que foram interrompidas no primeiro semestre de 2020 por causa contexto pandêmico . Foram iniciadas em 2016 com a parceria do Instituto Avon e apoio da ONU Mulheres e do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher (CDDM).

A análise demonstrou que a percepção das agentes no tocante a dificuldade de chegar em cidades distantes de Salvador se resume ao recurso financeiro. Todavia, faz-se necessário chamar atenção para o fato de que o orçamento é um espelho da vida política de uma comunidade, por refletir os interesses a partir dos gastos/receitas e expondo as prioridades. No que concerne à dimensão estratégica, é um instrumento vital para efetivação dos direitos sociais. À vista disso, mesmo com a institucionalização nem sempre são auxiliadas por um volume de recursos orçamentários que acarrete a realização de suas ações e o alcance de seus objetivos (Araújo, 2018).

O fortalecimento do orçamento próprio da SPM é inevitável para ampliação da capacidade de articulação no processo de coordenação, negociação e colaboração com outros órgãos e entidades da administração pública. Portanto, a distribuição dos recursos recolhidos é uma decisão inerentemente política. Um dos desafios enfrentados pela gestão é resultado do desmonte do último governo, com a ministra Damares Alves que agrupada aos sistemas opressivos, mostrou na sua atuação "(...) que não basta ser mulher (e política) para se ter consciência e lutar contra as posições alinhavadas ao patriarcado-colonialismo-capitalismo instaladas nos diferentes âmbitos sociais, em especial, no poder público" (Carvalho; Furlan, 2022).

De acordo com as entrevistas, sem políticas sistêmicas a atuação da SPM-BA fica bem restrita e não alcança as cidades que estão situadas mais distante da capital. "As políticas, elas são no geral, fatores indutores, né? Para transformar a realidade. Não são propriamente a transformação, são fatores de indução para transformar a realidade" (Maria, 2022, grifo nosso). Todavia, observando os avanços que movimentos feministas possibilitaram ao longo dos anos, as políticas públicas são o caminho para transformar a realidade que mulheres e meninas vivem no nosso país (Silva, 2023).

"As medidas concretas para efetivar o princípio da equidade de gênero são as políticas e ações afirmativas" (Lisboa; Manfrini, 2005, p. 70). Isto posto, com a dificuldade das ações chegarem nas outras regiões da Bahia, precisa-se tencionar a atuação para além do tópico orçamentário. Apesar do reconhecimento da educação na composição de campanhas, da formação e qualificação

das equipes na rede, a lacuna ainda é muito profunda e favorece a manutenção das violações dos direitos humanos. Ademais, mesmo campanhas que ganharam maior repercussão midiática – a da Masculinidade Tóxica - não saíram da capital.

Conclui-se que a formação contínua precisa seguir como objetivo dentro dos serviços – majoritariamente composto de mulheres – por entender que também podemos reproduzir machismo e outras vias de opressão. Assim como ofertar acolhimento e assistência requer atuação em rede, então precisa da ampliação dessa ponte que foi feita com a SPM para mais cidades baianas. Com a integração e união coletiva das agendas, pode-se alcançar um número maior de pessoas que ainda não estão conscientes que as violências contra as mulheres é um grave problema de saúde pública. Sem esquecer de viabilizar essa investigação em outras cidades, considerando que o estado possui 417 municípios.

Conforme Bader Sawaia (1999, p. 105), " (...) o sofrimento ético-político retrata a vivência cotidiana das questões sociais dominantes em cada época histórica, especialmente a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade". Consequentemente, a saúde mental daquelas que são atravessadas por essas vivências e seus efeitos, necessita de olhares atentos – e escuta também. O conhecimento de como as violências acontecem e podem se manifestar é crucial para o desenvolvimento de ações preventivas, todavia deve-se expandir ainda mais as discussões sobre a temática para atividades mais robustas no país.

Um fenômeno que não acontece isoladamente e desencadeia múltiplas consequências tanto para as mulheres/meninas, como para seus familiares e/ou pessoas que convivem com essa dinâmica. Embora as estatísticas sejam alarmantes, sabe-se que o número legítimo não é alcançado por existir subnotificações, ou seja, nem tudo vira porcentagem/dados e por trás disso, existem subjetividades e famílias gravemente adoecidas. Romper com a repetição de padrões nocivos de relacionamentos e promover a educação através de campanhas pode ser uma forma de expandir as políticas públicas e sua legitimação nos territórios.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, R. M. D. ORÇAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES: análise da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres entre 2012 e 2015. Departamento de Gestão de Políticas Públicas - Universidade de Brasília. Brasília , p. 82. 2018.

(não teve espaço para colocar as outras referências no formulário do site)

GT 56: VIOLÊNCIA, SUBJETIVAÇÃO E CLÍNICA: PERSPECTIVAS GESTÁLTICAS PARA O SOFRIMENTO CONTEMPORÂNEO

Coordenação: Welison de Lima Sousa (UFBA), Leda Mendes Pinheiro Gimbo (UFG), Eloísa Amorim de Barros (IESPES)

A emoção de reexistir: memórias e narrativas de pessoas que vivem com HIV

Ana Letícia Vasconcelos de Souza, Michelle Steiner dos Santos (UFC), Sarah Nayana Moraes Cavalcante Silveira (UFC), Madelu Lopes da Silva (UFC)

Viver com HIV ainda é, para muitas pessoas, um percurso marcado não apenas pelos desafios biomédicos da condição, mas também por implicações sociais, afetivas, espirituais e políticas que atravessam seus corpos e histórias. Embora os avanços terapêuticos tenham possibilitado o controle da carga viral e a ampliação da expectativa e qualidade de vida, ainda se vive sob o peso simbólico e concreto do estigma, da culpabilização e da marginalização. O diagnóstico de HIV, especialmente em contextos de vulnerabilidade social, frequentemente se associa a rupturas afetivas, familiares e comunitárias, acentuando desigualdades já existentes. Para além dos números epidemiológicos, existe um vasto campo de experiências subjetivas, frequentemente silenciadas ou estigmatizadas, que demandam escuta qualificada, reconhecimento social e políticas públicas integradas. Nesse cenário, o acolhimento torna-se mais do que uma prática assistencial: transforma-se em ato ético e político. As organizações da sociedade civil têm ocupado papel crucial nesse enfrentamento. A Associação dos Voluntários do Hospital São José (AVHSJ), com seu projeto Casa de Retaguarda Clínica (CRC), representa um espaço de cuidado integral e atenção continuada à saúde de pessoas que vivem com HIV/AIDS, sobretudo aquelas em situação de abandono familiar, insegurança alimentar e vulnerabilidade social extrema. Ao lado da AVHSJ, o Programa de Ações Integradas pela Vida (PÃIM), vinculado ao Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), vem articulando ações de ensino, extensão, cuidado clínico e pesquisa voltadas à promoção da saúde e ao enfrentamento das violências estruturais. Tanto a CRC quanto o PÃIM se constituem como territórios simbólicos e afetivos de resistência e (re)significação da vida. Ao acolherem sujeitos historicamente marginalizados, operam como espaços de reparação e de reencantamento da existência, sustentados por vínculos, escuta sensível e ética do cuidado. Este trabalho tem como objetivo central dar visibilidade às memórias e às narrativas de pessoas que vivem com HIV e que são acolhidas pela Casa de Retaguarda Clínica. Busca-se compreender os sentidos atribuídos ao diagnóstico, às vivências de exclusão, discriminação e abandono, bem como às estratégias de enfrentamento, reconstrução e pertencimento promovidas no contato com a Associação e seus colaboradores. Como objetivos específicos, propõe-se mapear afetos, dores e estratégias de resistência mobilizadas pelos sujeitos entrevistados; compreender o papel do acolhimento institucional e da escuta clínica na ressignificação da experiência de viver com HIV; promover a articulação entre saúde, subjetividade, espiritualidade e justiça social; e contribuir para o enfrentamento do estigma por meio da valorização das narrativas e da memória social dos sujeitos. A pesquisa é desenvolvida por meio de uma parceria entre o PÃIM/UFC e a AVHSJ/CRC. Trata-se de uma investigação qualitativa, com inspiração interdisciplinar, fundamentada na escuta clínica e na valorização das histórias de vida como instrumentos de pesquisa e intervenção. A abordagem metodológica adotada articula princípios da cartografia das afetações, da fenomenologia existencial e da pesquisa narrativa. As entrevistas são realizadas em ambiente acolhedor, em um formato que combina escuta

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

clínica de curta duração e entrevista aberta. Essa metodologia híbrida permite que a própria entrevista funcione como um espaço terapêutico, favorecendo o compartilhamento de experiências subjetivas em um campo protegido e ético. As conversas são gravadas com consentimento livre e esclarecido, e posteriormente transcritas para análise, respeitando os princípios de confidencialidade, sigilo e anonimato. As falas vêm sendo analisadas com base em eixos temáticos, entre eles: a descoberta do diagnóstico e suas repercussões, vínculos familiares e comunitários, espiritualidade e religiosidade, saúde mental e sofrimento psíquico, enfrentamento do preconceito e sentido do cuidado institucional. Considera-se o sujeito não apenas como fonte de dados, mas como agente ativo na elaboração de sua própria narrativa, em um processo que reconhece sua potência ética, política e transformadora. Os dados produzidos até o momento revelam vivências intensas de exclusão, solidão, medo e vergonha. A maioria das pessoas entrevistadas relata o rompimento de vínculos familiares após o diagnóstico, experiências de discriminação em serviços de saúde, violência simbólica e a dificuldade de falar abertamente sobre sua sorologia. O silêncio aparece como uma estratégia de autoproteção, mas também como um lugar de sofrimento, gerando sentimentos de invisibilidade e indignidade. Por outro lado, surgem também potentes narrativas de enfrentamento, superação e reinvenção de si. Muitos entrevistados relatam a importância da fé, das religiões de matriz africana e das espiritualidades diversas como fonte de força e conexão com a vida. A Casa de Retaguarda é mencionada como um espaço de acolhimento, refúgio e cuidado, onde o sujeito é reconhecido para além do diagnóstico. A presença de profissionais comprometidos com uma escuta humanizada e não moralizante favorece a reconstrução da autoestima, a criação de novos vínculos e a possibilidade de ressignificar o futuro. O cuidado como experiência de encontro e pertencimento. Essa perspectiva tem orientado toda a proposta desta investigação, em que o cuidado é entendido como processo relacional, situado e politicamente implicado. Dar visibilidade às narrativas de pessoas que vivem com HIV é um gesto político e epistemológico de enfrentamento ao apagamento e ao preconceito. As memórias resgatadas neste trabalho revelam que viver com HIV não é apenas sobreviver à doença, mas sim lutar cotidianamente por reconhecimento, dignidade e sentido. Desse modo, acreditamos que o trabalho realizado caminha em consonância com o que a Gestalt-Terapia preconiza: olhar para o indivíduo de forma integrada, ultrapassando a dimensão do seu diagnóstico. Sendo a clínica, uma proposta de espaço de resistência, criação e cuidado radical diante das violências cotidianas sofridas por grupos minoritários.

A Gestalt-terapia compreende o ser humano como um todo integrado, em interação viva com o meio, sendo este contato – indivíduo e meio - o lugar onde a vida acontece. A visão holística da abordagem propõe que não somos partes isoladas, mas um organismo em constante processo de ajustamento criativo frente as demandas internas e externas. Destarte, o diagnóstico não define a totalidade do indivíduo, mas é um recorte de sua experiência no campo.

A partir desse perspectiva, a reexistência frente ao HIV pode ser compreendida como um movimento de busca a uma nova forma de se organizar e elaborar novos sentidos diante dos distanciamentos da vida aqui-agora, causados pelas expectativas anteriores ao diagnóstico. Sendo este um movimento, o usuário é convidado a integrar esta nova condição de vida, sem que isto apague as suas outras esferas existenciais – afetivas, socais, profissionais, espirituais. Aqui reexistir vem a tornar-se um ato de reinvenção da vida presentificada no cotidiano, onde o indivíduo se percebe para além da doença. A escuta das histórias de vida, aliada à escuta clínica, permite a construção de um conhecimento situado, sensível às dores e às potências dos sujeitos. Este trabalho reafirma, assim, a necessidade de políticas públicas que considerem a complexidade da experiência de viver com HIV e que fortaleçam os espaços de cuidado comunitário como territórios de (re)existência.

A Má-fé e Suas Dissonâncias na Gestalt-terapia: As Neuroses como Expressões do Sofrimento Psíquico

Ronaldo Santos de Sousa (UFBA), Stella Maria Velame Meira (UFBA)

Introdução

A liberdade, para Sartre (1943/1997), propicia um estado de angústia por lançar o ser diante de um vazio de possibilidades e da necessidade de tomar decisões sem garantias ou fundamentos externos que possam justificá-las. A má fé, compreendida enquanto uma mentira que o indivíduo introjeta e, através dela, forma uma crença sustentada na consciência enquanto uma convicção que falseia a realidade e é vivida na conduta de que para ser superada é necessário uma reavaliação de suas próprias atitudes. A má-fé, assim, emerge enquanto uma defesa perante o desamparo existencial, a qual se manifesta na fixação em um modo determinado de ser e na negação da liberdade. Já a neurose, é vivida a partir de uma interrupção dos processos contínuos da vida, impedindo o indivíduo de prosseguir com o processo de viver por estar preso a situações incompletas. Nesse contexto, o estado neurótico possui um ritmo de contato-afastamento que está fora de forma, e como consequência, do indivíduo (Perls, 1988). As interrupções do fluxo de contato, ou seja, as perturbações (neuroses) que surgem diante do reconhecimento e da forma de o eu lidar com o outro, o estranho, o novo, o diferente, o não-eu (Boris, 2018) afetam os modos de contato e, consequentemente, provocam ajustamentos disfuncionais do self no campo. A partir dessas questões, trabalharemos em como as formas de contato disfuncionais descritas por Perls, Hefferline e Goodman (1997), sendo elas: confluência, introjeção, projeção, retroflexão e o egotismo, se relacionam com o entendimento de má-fé, neurose no sujeito. Nosso objetivo é investigar como esses conceitos se apresentam em cada uma dessas formas e como a sua superação pode promover um ajustamento criativo e um funcionamento saudável no campo organismo/ambiente. A justificativa, por sua vez, é promover uma discussão acerca de como a filosofia sartreana ecoa na abordagem gestáltica.

Estratégias Metodológicas

Este ensaio possui caráter teórico-analítico, com abordagem qualitativa, centrada em revisão de literatura filosófica e psicológica. Foram utilizadas como fontes primárias as obras “O Ser e o Nada” de Jean-Paul Sartre (1943/1997) e “Gestalt-Terapia” de Frederick Perls, Ralph Hefferline e Paul Goodman (1951/1997), além de textos contemporâneos de apoio como os de Schillings (2011), Alvim (2014), Gimbo (2023), Guenther (2021) e Rabelo & Yano (2023). Essa metodologia permitiu a construção de uma argumentação que transita entre o campo da filosofia fenomenológico-existencial e da Gestalt-Terapia, favorecendo uma leitura interdisciplinar sobre os modos de sofrimento e possibilidades de superação a partir da autenticidade.

Resultados e Discussão

Perls (1988) argumenta que a neurose, um dos estados de sofrimento psíquico, é vivida a partir de uma interrupção dos processos contínuos da vida, impedindo o indivíduo de prosseguir com o processo de viver por estar preso a situações incompletas. O estado neurótico, assim, possui um ritmo de contato-afastamento que está fora de forma. Ademais, para além das interrupções de contato provocadas pelo funcionamento neurótico, também há o sofrimento psíquico resultante de conflitos sociais, políticos e econômicos ou situações que produzem um estado de tensão, como lutos, adoecimentos e acidentes, provocados por “[...] fatores que, no campo, situação, por atuação de outros ou outrem, impeçam o exercício livre de identificação social e exercício de papéis, causando

primariamente efeitos na função personalidade, que reverberarão ao funcionamento de self em sua totalidade." (GIMBO, 2023, p. 43). Este estado foi descrito enquanto misery, significante traduzido como aflição. Segundo PHG (1951) esse conceito pode ser definido "como distúrbio da função de self, a neurose encontra-se a meio caminho entre o distúrbio do self espontâneo, que é a aflição, e o distúrbio das funções de id, que é a psicose" (p. 235). Tais definições também indicam a interdependência entre a má-fé e a alienação, revelando como cada uma influencia e reproduz a outra em um ciclo de sofrimento psíquico e despossessão do sujeito. Isto é, o indivíduo interioriza os fatores sócio-políticos que o atravessa. Dessa forma o sofrimento psíquico pode ser compreendido dentro da dialética entre alienação e má-fé, no qual o sujeito que se mantém em ajustamentos disfuncionais está, muitas vezes, preso a um ciclo de autoengano que reforça a desconexão com sua autenticidade e, por conseguinte, as ações e os critérios implicados em seus projetos de vida. As duas noções não só apenas se entrelaçam, mas também apresentam a responsabilidade implicada na liberdade do ser e como os indivíduos se definem a cada instante. Sobre o estado conhecido como misery, o entendemos como dimensões exteriores ao sujeito, mas que o atravessa, no sentido de que não está alheio a essas questões dentro das possibilidades de contato no campo — também chamadas de q-transcendentais — e que elas também influenciam na formação de neuroses, impondo normas inquestionáveis que o indivíduo introjeta como verdades absolutas. Assim, o sujeito passa a viver em função de demandas externas, sacrificando sua espontaneidade e capacidade de escolha autêntica. Também, tal estado, pode criar uma relação dialética entre a alienação e a má-fé, a qual impede o resgate de um self livre e integrado. Dentro disso, a Gestalt-terapia traz essas questões a partir do entendimento dos ajustamentos disfuncionais, sendo um deles, a introjeção disfuncional, que ilumina o entendimento que um sujeito apresenta ao incorporar valores, crenças e normas externas sem um verdadeiro processo de "digestão psicológica". Tal comportamento gera uma alienação do self, pois, o sujeito passa a se guiar por regras internalizadas que não correspondem necessariamente às suas reais necessidades ou desejos. Portanto, tal interiorização, conduz o ser a uma espécie de cristalização de si, o levando ao sofrimento psíquico.

O conceito de situação para os idealizadores da Gestalt-terapia corresponde à "uma estrutura complexa que envolve dimensões mais próximas e mais distantes do organismo, todas entrelaçadas compondo uma totalidade" (ALVIN, 2014, p. 21). Este conceito também se faz presente na filosofia sartreana, na qual ele define o homem enquanto um ser "em situação", o que o torna indistinguível de tal situação, pois, ao mesmo tempo que ela o forma e decide sobre suas possibilidades, é ele que lhe atribui o sentido, escolhendo está nela e por ela (Sartre, 1963 apud De Barros, 2010). Ademais, observamos também, a partir da perspectiva fenomenológica crítica, que o conceito de situação também pode ser entendido como um fator que abarca dentro das possibilidades, elementos quase transcendentais (q-transcendentais) nos quais operam como um tipo de 'verdade absoluta ou imutável' (Guenther, 2021), fazendo o sujeito manter-se nela por achar que tais elementos são inerentes à existência, e, portanto, inescapáveis desta. Ora, o que seria isso se não um exercício da má-fé? Nesse aspecto, a má-fé surge quando o sujeito introjeta normas quase-transcendentais como se fossem essências imutáveis, por exemplo: O racismo institucionalizado, sendo uma dimensão histórica e quase-transcendental, cria um campo de impossibilidades, forçando pessoas pretas a agirem a partir de interiorizações pré-determinadas. Impossibilitando-as de agirem em autenticidade. O sujeito nesse contexto, exterioriza tal interiorização, adotando-a como verdade: "Eu não posso entrar na loja x pois eu sou negro".

Conclusão

Posto isto, conclui-se que os desajustamentos surgem quando há uma fragmentação que impossibilita o ajustamento criativo com o meio. A má-fé aqui pode ser notada por se tratar de um sofrimento que nasce a partir de uma fuga, e assim, nega a realidade de suas emoções, desejos e necessidades. Além disso, também pode ser observada em como os sujeitos adotam padrões morais e refletem os impactos dos atravessamentos quase-transcendentais sem questioná-los, ou seja, esta provoca a alienação do self. Neste contexto, a Gestalt-terapia surge como uma abordagem que propõe a restauração do contato do sujeito consigo mesmo e com o mundo, promovendo a awareness como ferramenta para dissolver os automatismos da má-fé e permitir um ajustamento funcional e criativo. O processo terapêutico não busca impor um ideal normativo de autenticidade, mas sim possibilitar que o indivíduo tome consciência de suas escolhas e das consequências de seus próprios atos. Para além disso, também é preciso que os Gestalt-terapeutas assumam um papel de luta política contra toda e qualquer opressão que provoque a perturbação do campo e prejudique a autonomia do sujeito.

Relação com o GT

Nosso trabalho converge com o GT 56 “Violência, Subjetivação e Clínica: Perspectivas Gestálticas para o Sofrimento Contemporâneo”, do Eixo Temático 3: Psicologia Social e Saúde, ao abordar perspectivas gestálticas atravessadas pela violência, subjetivação e clínica. Ambas as propostas reconhecem que violações de gênero, raça, classe e institucionais interrompem o fluxo de contato, gerando sofrimento e silenciamento. Essa descontinuidade, entendida como neurose, cristaliza vivências inacabadas e afeta o self no campo relacional. A teoria do self, articulada com a noção sartriana de má-fé, explica como o sujeito interioriza imposições e constroi ajustamentos disfuncionais, perdendo a capacidade de autorregulação. O self, compreendido como dinâmico e situado, é atravessado por forças sociais que restringem sua espontaneidade. Portanto, defendemos uma clínica gestáltica crítica e comprometida com a justiça social, capaz de restaurar o contato e promover autenticidade. A terapia, nesse sentido, não se limita à técnica, mas atua como posicionamento ético-político frente às formas de opressão que moldam subjetividades.

Belezas em Foco: Relações da fotografia com a autoestima feminina de pole dancers através da Gestalt-terapia

Sabrina Schreiner de Andrade (UFG)

A construção da imagem de si é atravessada historicamente por padrões estéticos normativos que incidem com maior força sobre os corpos femininos. A fotografia, como linguagem simbólica e sensível, atua tanto como espelho quanto como dispositivo de captura e transformação da subjetividade, especialmente quando se trata de corpos fora do padrão. Como afirma Barthes (1980), o olhar fotográfico é ambíguo, efeito de verdade e de loucura, produzindo sentido e afeto. Este trabalho propõe investigar, à luz da Gestalt-terapia, como a fotografia íntima pode favorecer o fortalecimento da autoestima de mulheres praticantes de pole dance com corpos plurais. A escolha do pole dance como linguagem corporal não é aleatória: trata-se de uma prática que, como argumenta Santos (2022), articula força, sensualidade e expressão artística, promovendo reconexão com a sexualidade, criatividade e autonomia subjetiva. A pesquisa tem como objetivo principal compreender como a fotografia pode ser utilizada como ferramenta de promoção da autoestima e reconexão com a imagem de si em mulheres que vivenciaram baixa autoestima por não se encaixarem nos padrões normativos de beleza. Os objetivos específicos incluem: (1) investigar, por meio de entrevistas em profundidade, a relação dessas mulheres com seus corpos antes e depois da experiência fotográfica; (2) realizar ensaios fotográficos em diálogo com a estética do cotidiano e da intimidade, privilegiando o contato e a autenticidade; (3) analisar, com base nos princípios da Gestalt-terapia, os efeitos da imagem produzida na construção de autoestima e no reconhecimento de si. O método é qualitativo e fenomenológico, com inspiração na arteterapia gestáltica e nos processos de awareness. Serão selecionadas oito participantes com experiências diversas de exclusão estética: mulheres gordas, negras, idosas, indígenas, com deficiência, LGBTQIA+, em contexto de pós-parto ou sobreviventes de câncer de mama. O ensaio fotográfico será concebido como processo dialógico e afetivo, favorecendo a emergência de figuras de autoaceitação no campo fenomenológico. Os relatos serão analisados à luz da clínica gestáltica crítica, compreendendo o corpo como campo de significações e o contato como dimensão central da produção de sentido. A base teórica sustenta-se nos fundamentos da Gestalt-terapia em sua vertente estética e fenomenológica (PERLS, HEFFERLINE & GOODMAN, 1951; ALVIM, 2014), articulada à noção de awareness como saber que emerge no aqui-e-agora da experiência sensível, e à ideia de corpo como fenômeno histórico. Também se apoia nas contribuições de bell hooks (2000), ao destacar o amor-próprio como um movimento coletivo, nutrido pela escuta e pelo reconhecimento. A fotografia, nesse contexto, torna-se linguagem do sensível, ressoando com a proposta de Cotton (2010), que compreende a arte fotográfica como forma de tornar visível o que é íntimo, político e existencial. Na Gestalt-terapia, a função personalidade diz respeito à capacidade narrativa do self de atualizar suas formas de estar no mundo com base em sua história e nos papéis assumidos no campo relacional. É a função que organiza a continuidade da identidade, servindo de ponte entre o passado e as possibilidades de futuro. Quando a imagem corporal é congelada por padrões estéticos normativos, essa função torna-se rígida, sustentando autoimagem empobrecida, introjetos e formas cristalizadas de contato. Ao se verem de modo criativo e espontâneo na fotografia, as mulheres envolvidas nos ensaios podem reorganizar suas figuras identitárias e promover atualizações no sentido de uma autoestima mais enraizada, plural e integrada. O pole dance, nesse sentido, aparece como ferramenta de emancipação do corpo no mundo. Ao desautomatizar gestos, subverter significados atribuídos à sexualidade feminina e recuperar o prazer do movimento, essa prática permite que o corpo se torne presença afirmativa, criadora e política. Diante de uma sociedade que historicamente objetifica e silencia corpos dissidentes, dançar é também

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

inscrever no espaço um gesto de reapropriação simbólica. É o corpo que fala por si, que habita sua própria beleza, que reclama sua existência. A aliança entre fotografia, pole dance e Gestalt-terapia revela-se, então, como uma potente intervenção estética, ética e clínica na construção de um amor-próprio que se dá no contato, na imagem e no gesto. Espera-se, como resultado, o fortalecimento da autoestima das participantes e a produção de narrativas mais potentes e integradas sobre suas corporalidades. A fotografia, ao captar a espontaneidade e a autenticidade do gesto, pode devolver às mulheres uma imagem de si mesma reconciliada, bela e criadora. A análise dos relatos permitirá compreender como esse processo incide nas camadas emocionais, afetivas e sociais do self, reatualizando a função personalidade e abrindo espaço para a criação de novas formas de estar no mundo. Esse trabalho faz parte de uma pesquisa de mestrado em andamento no Programa de Pós-graduação em Psicologia na Universidade Federal de Goiás, nesse momento a pesquisa encontra-se em etapa de levantamento bibliográfico e articulação teórica, sendo esse o recorte apresentado nessa ocasião. Para a clínica gestáltica, a pesquisa contribui ao expandir os modos de intervenção para além da linguagem verbal, apostando na potência estética como forma de contato transformador. A experiência estética e corporal dos ensaios atua como catalisadora de processos de awareness, rompendo com identificações rígidas e promovendo reorganizações do campo. Assim, a proposta fortalece a clínica como espaço político de escuta, acolhimento e afirmação da diferença, oferecendo caminhos terapêuticos que valorizam o corpo em sua singularidade e potência criativa.

"Ciclos de silêncio e dor: violências patriarcais transgeracionais na vivência de homens e mulheres adultas"

Letícia Dias Guerra (Psicologo Clinico), Wanessa do Nascimento Souza (UFG), Giovana Bahia de Melo (UFG)

A Gestalt-terapia parte de uma premissa relacional: organismo e ambiente. São inseparáveis, um não existe sem o outro. A vida acontece na fronteira de contato, no qual é um espaço fluido, onde interno e externo se tocam, confluem, se moldam mutuamente. Não há uma linha que delimita onde começa um e termina o outro, há um constante movimento de atualização, construção, repetição e transformação da experiência. Compreender essa perspectiva, é reconhecer que é impossível separar o que se vive, com o que é percebido na clínica gestáltica, sobretudo com o que emerge na escrita como forma de experiência individual, mas também, coletiva. No desenrolar dos atendimentos clínicos é observado que há a verbalização dos consulentes acerca das formas de criação e educação que são, em geral, violentas, naturalizadas, justificadas como formas de cuidado e amor, portanto consideradas normais, educativas e até mesmo, necessárias, mas que no fundo denunciam as violências patriarcais transgeracionais. Dessa maneira, a hipótese central é que pessoas adultas tendem a perceber as violências que sofreram de seus pais e/ou responsáveis e compreendem que esses, por sua vez, também foram alvos de dinâmicas semelhantes, em um ciclo que se repete historicamente. Tal reprodução é compreendida como estrutural, articulada à lógica capitalista, à divisão social e sexual do trabalho e às normas cisheteronormativas que organizam os vínculos familiares. Este trabalho propõe investigar, por meio de uma revisão integrativa de literatura, as representações que homens e mulheres constroem sobre as violências vividas na infância no contexto familiar, com foco na reprodução transgeracional dessas experiências em uma sociedade marcada pelo sexismo, pela desigualdade de gênero e pela organização patriarcal da vida cotidiana. Para tanto, o projeto fundamenta-se em uma abordagem crítica e feminista interseccional. Heleieth Saffioti (2004) analisa como o patriarcado sustenta-se por práticas naturalizadas de violência e dominação masculina, que operam desde a infância no interior das famílias. Já Silvia Federici (2017) contribui com a compreensão do trabalho reprodutivo das mulheres como base oculta e essencial do capitalismo, o que reitera a centralidade do controle sobre os corpos femininos e a função da maternidade dentro de um modelo de família patriarcal. bell hooks (2018), por sua vez, aponta que a família é um dos primeiros espaços de aprendizado da opressão sexista, com mulheres e homens reproduzindo, ainda que de formas distintas, a lógica de punição, obediência e dominação. A opção metodológica pela revisão integrativa de literatura permite o mapeamento de produções acadêmicas relevantes que abordam a violência intrafamiliar em perspectiva transgeracional, suas imbricações com o patriarcado e o sexismo, e os efeitos subjetivos dessas violências. A revisão integrativa também possibilita articular essas discussões com a teoria e a prática clínica em Gestalt-terapia. Nesse campo, Perls, Hefferline e Goodman (1997) afirmam a importância do contato autêntico, do awareness e da responsabilização como pilares do processo terapêutico. Para os autores, experiências traumáticas e padrões repetitivos de comportamento, quando trazidos à consciência, podem ser ressignificados na relação com o outro e com o mundo, em um processo de reintegração do self. Isso aponta para a relevância de práticas clínicas que acolham e elaborem as marcas da violência familiar, muitas vezes silenciadas e normatizadas socialmente. Ao articular os campos da teoria crítica feminista, dos estudos sobre violência patriarcal e das intervenções clínicas em Gestalt-terapia,

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

este estudo busca contribuir para a compreensão das dinâmicas transgeracionais de sofrimento e para a formulação de práticas terapêuticas que rompam com a lógica de repetição e exclusão, além de compreender e assimilar as polaridades das relações e a potência existente na tomada de consciência deixando para trás hábitos e regras obsoletas, proporcionando ajustamento criativo na relação. Espera-se, assim, oferecer subsídios teóricos e clínicos para o enfrentamento das violências estruturais que atravessam os vínculos familiares e os processos de subjetivação. Por fim, Gestalt-terapia, em diálogo com as teorias críticas feministas, fenomenologia crítica e os estudos sobre a violência patriarcal transgeracional se entrelaça com a temática: "Violência, Subjetivação e Clínica: Perspectivas Gestálticas para o Sofrimento Contemporâneo". Abre-se espaço para discussões urgentes, não apenas teóricas, mas também, vivenciais. É uma convocação para pensar em uma clínica implicada politicamente e que resiste à violência, fortemente naturalizada na relação organismo-ambiente, que perpassa histórias e culturas. Assim, a troca com alunos, pesquisadores, psicólogos é também, para pensar e agir em uma clínica gestáltica transgressora, deslocar o olhar da normalização para a emancipação, ser suporte para os consulentes que buscam nomear o que é estrutural e atualizar outras formas de ser e estar no mundo.

Referências

FEDERICI, Silvia. O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e lutas feministas. São Paulo: Elefante, 2017.

HOOKS, bell. O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

PERLS, F. S.; HEFFERLINE, R. F.; GOODMAN, P. Gestalt-terapia: excitação e crescimento na personalidade humana. São Paulo: Summus, 1997.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

Conceitos suados: solidariedade política na Gestalt-terapia entre mulheres brancas e mulheres multiétnicas como ato subversivo às violências

Lílian Vanessa Nicácio Gusmão (Instituto de Gestalt-terapia de Rondônia Figura Viva), Valdicéia Miranda Machado Bouzada (Casa afeto)

Na luta contra o sexismo, um movimento feminista não é sustentável sem uma frente unida. O racismo é uma questão feminista fundamental porque está interconectado com a opressão sexista e constitui uma barreira à solidariedade entre mulheres. O termo violência contra a mulher, refere-se às situações de violência destinadas às mulheres, por serem mulheres e incluem toda a sorte de prejuízos às mulheres e ao seu bem-estar (Sacramento e Rezende, 2006). Bell Hooks (2019) afirma que trabalhando em conjunto para expor, examinar e eliminar a educação sexista dentro de nós mesmas, seria possível fortalecer e confirmar umas às outras e construir uma fundação sólida no desenvolvimento de uma solidariedade política. A solidariedade política, segundo Bell Hooks, é vital para resistir à opressão e para construir um movimento feminista inclusivo. A ideologia da irmandade vocalizada pelo ativismo feminista contemporâneo não se mostrou capaz de lançar luz sobre o fato que, a discriminação racista, a exploração e a opressão de mulheres multiétnicas, por mulheres brancas, impediram que os dois grupos se reconhecessem e se percebessem comungando dos mesmos interesses e das mesmas preocupações políticas. Ainda segundo Bell Hooks (2019) em geral, assumimos tantas responsabilidades domésticas e de trabalho que não dispomos do tempo ou não reservamos tempo para conhecer mulheres fora do nosso grupo ou comunidade. Sara Ahmed (2022, p 32) expõe que o suor é corporal; suaremos mais quanto mais intensa e muscular for uma atividade. Um conceito suado pode surgir de uma experiência corporal difícil. Leda Gimbo (2023) expõe que a função clínica é, sobretudo, de resistência, atuando para que, diante das injustiças existentes no mundo sejamos nós a construir e criar, onde possível, formas de vida que sejam íntegras e livres. O objetivo e tarefa é habitar a dificuldade, seguir explorando e expondo a dificuldade dessa experiência corporal difícil. Suar os conceitos, e demonstrar que o caminho a ser trilhado por mulheres brancas e de cor lançará luz à discriminação racista, exploração e opressão de mulheres multiétnicas por mulheres brancas no encontro de mulheres que na experiência racial se unem solidárias e ofertam Formações Clínicas em Gestalt-terapia que tenham a perspectiva decolonial e a possibilidade de formar Gestalt-terapeutas implicados com as perspectivas decoloniais. O que sustenta o conceito suado e pode ser compreendido como uma teoria encarnada, exige uma corporeidade para ser elaborada. Não é uma teoria desarticulada da experiência e muito menos uma teoria que não possa abrigar a experiência daquelas que com ela entrem em contato e possa representar suporte seguro, habitando agora experiências que possam ser vividas e que permitam que os dois grupos possam se reconhecer e perceber. Habitar o fundo de vividos que se compõe de histórias, memórias e afetos, a partir do suor é ofertar ao mundo formas suportivas, pedra angular para Laura Perls, co-fundadora e primeira mulher da Gestalt-terapia, que advém das experiências assimiladas e que facilitem formas criativas e inaugurais diante da assimilação e integração da experiência de ser mulher hoje. Orientação Teórica A abordagem aqui utilizada tem como escopo teórico conceitos da Gestalt-terapia crítica e implicada diante dos sofrimentos éticos, políticos e antropológicos que considera o fenômeno de campo. A produção de sentidos deve, assim, ser pensada como fenômeno de campo, perspectiva que descentra da pessoa a noção de subjetividade, despsicologizando a psicologia (Alvim, 2022), mulher, negra, professora, escritora e

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

pesquisadora Gestalt-terapeuta brasileira. No conceito da função clínica diante das violências contra a mulher trazido por Leda Gimbo (2023), mulher, branca, nordestina e Gestalt-terapeuta, professora e pesquisadora. Alguns conceitos históricos como o conceito de suporte explicitado por Laura .Perls, a primeira mulher e co-fundadora da Gestalt-terapia, branca e que fundou o primeiro Instituto de Gestalt-terapia (Nova Yorque). Aqui comparecem mulheres, feministas e negras que compõem a perspectiva de descentro e decolonial como os conceitos suados por Sara Ahmed (2022). O conceito de solidariedade política entre mulheres proposto por Bell Hooks (2019). Como estratégias metodológicas foi no aeroporto de Brasília, duas mineiras em 2022, uma de nós migrante, residente na região norte do país em Rondônia, quando nós partindo de cidades diferentes e distantes, à caminho do congresso de Gestalt-terapia em Boa Vista, que embora o nome da cidade Boa Vista o título do evento, "Invisibilidades nas fronteiras". As metáforas da vida escancarando as cegueiras existenciais. A proposta de um percurso compartilhado, um convite a uma semeadura, uma travessia, que desde então vem florescendo. Estamos juntas em travessia mensal desde março de 2024 com a I Turma de Formação Clínica em Gestalt-terapia: uma perspectiva de travessia decolonial. seguimos em solidariedade percorrendo uma proposta de sustentar um curso de Formação Clínica em Gestalt-terapia a partir de uma travessia decolonial. Desse modo, como expõe Ahmed (2022, p59) o feminismo pode permitir que você volte a habitar não apenas seu passado, mas também seu corpo. O feminismo além disso, é o modo de erguer e sustentar umas às outras. A Formação tem em seu escopo o desafio da construção de uma proposta didática, atenta a um léxico que dê conta de uma interlocução por um viés social, político e coletivo, na medida em que propõe uma lógica de cuidado implicada e politicamente engajada, para tal, além de uma atualização fundamentada nos conhecimentos técnicos-científicos, são fundamentais, no processo de construção do conhecimento, o campo sócio-histórico e político brasileiro como marcadores éticos e humanísticos voltados à cidadania e desenvolvimento de suporte para o caminho consigo mesmos e na potência das relações sociais. Diante de resultados que se apresentam é necessário como expõe Sara Ahmed (2022, pg. 304) às vezes precisamos ser afiadas para manter um laço do qual se espera que desistamos. Saber a diferença entre os laços que sustentam e os que não sustentam é um desafio. Um percurso compartilhado, um convite a uma semeadura, uma travessia, que desde então vem florescendo. Estamos juntas em travessia mensal desde março/2024 com a I Turma de Formação Clínica em Gestalt-terapia: uma perspectiva de travessia decolonial, aprendendo e crescendo juntas em conceitos suados pela decolonialidade e iniciamos em maio/2025 a II Turma de Formação Clínica em Gestalt-terapia: uma perspectiva de travessia decolonial. Desde lá até aqui não apenas flores, foram também algumas turbulências, daquelas que sacodem o avião todo, que requisita de nós escalas maiores e menores, encontros, partilhas, cafés, pão de queijo, Inhotim (Exposição da Grada Kilomba e como o sensível se narrou nos corpos), abraços distantes e de perto. Vencemos muitas dores, dentre elas, o câncer, medos de morrer e alegrias do renascer, idas e vindas, recomeços. Duas mulheres, filhas, mães, esposas, professoras e psicólogas, mas acima de tudo, todos estes papéis nos conectam a uma condição comum. Somos duas mulheres em atos constantes de atualização social. Daquele encontro em Brasília aprendemos a criar relações igualitárias, estamos descobrindo formas de nos apoiarmos e reerguemos uma a outra e outras, quando necessário, temos confrontado histórias que se tornaram concretas de mais para nós, paredes que nos adoeceram por anos silenciosamente. Vale ressaltar que, de acordo com Sara Ahmed (2022, pg. 235), "o feminismo está relacionado a como viver, a um modo de pensar como viver". Qualquer feminismo que deixe algumas mulheres para trás não é para mulheres. O feminismo exige lutar pelas que foram deixadas para trás. Desse modo, instaurar uma Formação Clínica em Gestalt-terapia

comprometida politicamente, implica na construção de um fazer clínico que recuse a passividade, sugerida pelo ditado popular mineiro "comer pelas beiradas". Em contrapartida, o que se propõe é um desvio epistemológico e ético simbolizado pela escolha de "comer pelo miolo" – metáfora que remete a coragem de adentrar o cerne das experiências, acolher as narrativas invisibilizadas e permitir que outras estórias, contos, ritos e canções, possam atravessar e reconfigurar o fazer clínico. Essa travessia, por sua vez, somente se tornou possível mediante o reconhecimento dos marcadores sociais – raça, gênero e classe - que moldam nossas subjetividades, exigindo de nós um posicionamento ético diante das opressões históricas. Os "conceitos suados" emergiram, assim, como expressões encarnadas de resistência e elaboração conjunta, nascidas da vivência, do corpo, da dor e da potência de reexistir coletivamente. Suar conceitos, portanto, tornou-se ato de enfrentamento e elaboração compartilhada. Implicou atravessar o desconforto, descontruir silêncios herdados e criar vínculos capazes de sustentar novas formas de viver, na Formação, no fazer clinico, novas formas de escuta, cuidado e transformação. Ao habitar nossas histórias e corpos com honestidade e compromisso político, tecemos uma clínica viva, insurgente, atravessada pela ética do encontro, da escuta e da diferença. Essa é a travessia que nos move: transformar o mundo enquanto nos transformamos umas pelas outras e com as outras.

COP30 pelas margens: Expressões e percepções de pessoas em situação de rua em Belém

Darley Armando dos Santos Souza (UNIFAMAZ), Diana Flexa Leite (UNAMA), Fernanda Souza da Silva (UFPA), Angélica Rodrigues Siqueira (UNIFAMAZ), Ana Alice Moreira Nunes (UNIFAMAZ), Lorena Schalken de Andrade (UNIFAMAZ)

Introdução:

Este relato de experiência apresenta uma das ações realizadas no Projeto de Iniciação Científica do UNIFAMAZ, em curso em 2025, intitulado "Vozes da Rua: Psicologia e Arte em Processos Grupais com Pessoas em Situação de Rua"; coordenado pela Profª Drª Lorena Schalken e composto por discentes voluntários de cursos de Psicologia. O Projeto propõe uma práxis inovadora em saúde mental ao produzir espaços coletivos de cuidado em liberdade no âmbito da Clínica Ampliada, tendo a Arte como mediadora dos processos grupais dos participantes das atividades do Projeto. Com a aproximação da 30ª Conferência das Nações Unidas (COP30) sobre as Mudanças Climáticas prevista para acontecer na capital paraense em 2025, observou-se que a reestruturação urbana que vem preparando Belém para sediar a Conferência tem sistematicamente invisibilizado a população de rua, sobretudo por meio de práticas higienistas. Logo, percebeu-se a relevância de oportunizar espaço para que esses grupos marginalizados pudessem expressar suas percepções acerca dos impactos da preparação para a COP em suas vidas e na cidade como um todo.

Objetivo:

Apresentar as experiências artísticas coletivas realizadas com pessoas em situação de rua acolhidas pela Casa Rua Nazareno Tourinho (SESMA) localizado no bairro da Campina e pelo CENTRO POP (Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua / FUNPAPA) do bairro de São Brás, em Belém do Pará, evidenciando os impactos vivenciados pelas transformações urbanas decorrentes da COP30.

Relação com o GT e eixo temático:

Esta proposta se insere no GT "Violência, Subjetivação e Clínica: Perspectivas Gestálticas para o Sofrimento Contemporâneo", dentro do eixo "Psicologia Social e Saúde", pois evidencia a violência estrutural que incide sobre os corpos marginalizados no contexto urbano contemporâneo, a partir de uma escuta situada e implicada. O relato parte de uma prática clínica ampliada, em território, que problematiza os modos como o sofrimento se expressa e é produzido nas relações sociais e institucionais. Ao acolher as vozes das pessoas que estão em vulnerabilidade social e criar espaços de cuidado e expressão. A ação se alinha à proposta de uma clínica gestáltica ética, política e antropológica que compreende a subjetividade como relacional e historicamente situada.

Orientação teórica:

A fundamentação teórica do Projeto é sustentada por uma articulação entre a Gestalt-terapia, a Teoria Ator-Rede (TAR) de Bruno Latour e a Psicologia Social Crítica. Nesse sentido, a Gestalt-terapia, ao enfatizar a experiência no campo relacional, permite compreender os impactos das políticas públicas e das práticas institucionais nos modos de estar-no-mundo dessas pessoas. Autores como Jucimara Gonçalves Bernardo e Marcus Cézar de Borba Belmino contribuem para pensar a clínica como espaço ético-político de resistência e criação de sentidos. A aposta da TAR, se dá na importância de considerar todos os elementos, humanos e não humanos, na construção das redes de sentido, o que amplia nossa escuta às

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

materialidades e transformações no território urbano que mediam as existências. Por fim, a interseccionalidade, como aporte da Psicologia Social Crítica e das epistemologias feministas e decoloniais, possibilita compreender como gênero, raça e classe atravessam essas experiências de marginalização.

Estratégias metodológicas:

No dia 9 de abril de 2025, uma equipe de discentes voluntários do Vozes da Rua realizou uma oficina no Centro POP, onde se questionou a um grupo de cerca de quinze pessoas como eles veem a COP30? Foram entregues papéis e materiais de arte a eles, mas com elaboração livre e opcional, resguardando espaço à autonomia e permitindo que os participantes encontrassem no aqui-e-agora como gostariam de comunicar suas percepções acerca da temática, se por meio de desenhos, palavras, frases, símbolos ou outros. Durante a produção artística, foram feitas escutas individuais sobre os significados de suas representações e em como elas se relacionavam com suas vivências. A mesma proposta foi replicada no dia 16 de abril na Casa Rua, com um grupo semelhante em número e perfil. Sendo as falas e imagens de ambas as atividades registradas em diário de campo e discutidas coletivamente nas supervisões semanais do Projeto.

Resultados:

As produções artísticas revelaram sentimentos profundos de exclusão, medo e invisibilidade social. Os participantes relataram que a cidade está sendo modificada para "receber bem" os estrangeiros e autoridades da COP30, mas que essas mudanças não os incluem. Muitos relataram que espaços onde costumavam ficar ou circular estão sendo cercados, bloqueados ou demolidos, o que os força a se deslocar constantemente. Foram ouvidas e vistas expressões onde surgiam representantes políticos desenhados como figuras despreocupadas com o povo e voltadas apenas ao dinheiro, além de frases como "o mundo vai acabar e a COP não faz nada" e "COP30 lixo", entre outras. Essas produções escancaravam o descaso do poder público diante da realidade das pessoas em vulnerabilidade social. A experiência demonstrou a potência da Arte como linguagem para acessar e comunicar afetos difíceis de nomear, evidenciando o pensamento crítico e autônomo da população de rua em relação ao evento e a ausência da garantia de direitos humanos. Além do mais, as práticas artísticas permitiram a criação de vínculos e sentidos compartilhados no grupo, fortalecendo o coletivo. Por último, a experiência possibilitou reconhecer que os próprios participantes, mesmo diante de múltiplas violações de direitos, têm se articulado em grupos que protagonizam ações efetivas e autônomas.

Conclusões:

A atividade evidenciou como a violência estrutural se expressa nos corpos e subjetividades das pessoas em situação de rua dentro desse recorte do território amazônico, especialmente diante de grandes eventos que promovem uma lógica neoliberal de embelezamento e higienização urbana. A escuta dessas experiências confirma a necessidade de se pensar a atuação situada em Psicologia e produção de cuidado em saúde mental, bem como de luta e resistência a práticas geradoras de sofrimento social. A partir da perspectiva gestáltica, entende-se que espaços coletivos de reflexão podem contribuir nos processos de pertencimento e reconhecimento para efetivação de ações coletivas em saúde. Neste sentido, a atuação gestáltica se amplia para incluir espaços de convivência, produção estética e resistência, como foi vivenciado nessa atividade. Compreender e legitimar as narrativas dessas pessoas é um gesto clínico e político que contribui para sua reintegração simbólica e cidadã. Conclui-se que ações como essa reforçam a necessidade de uma Psicologia implicada com os territórios e os sujeitos historicamente excluídos, e reafirmam a potência da Arte na mediação da escuta, cuidado e da inclusão social.

Enfrentamento coletivo da solidão neoliberal: o RPG como reivindicação de Ser-com-o-Outro

Saulo Ribeiro Monte, Elis Moura Marques (UERJ)

O ato de jogar/brincar compõem o fundo de vividos da cultura humana. A brincadeira tem uma função social clara que atravessa possibilidades pedagógicas, terapêuticas, ritualísticas etc. Pode ser utilizada para compartilhar ensinamentos, treinar habilidades, entreter um grupo, divertir uma comunidade, dentre outras inúmeras possibilidades de utilizar um jogo como ferramenta ou como fim mesmo (Albornoz, 2009). O RPG (Role-Playing Game) consiste em uma modalidade de jogos de interpretação de papéis que tem como objetivo a vivência de uma aventura em comum, a partir da junção do faz-de-conta/simulacro com a rolagem de dados que influenciará a construção coletiva da narrativa de jogo. Configura-se como um jogo essencialmente cooperativo, articulado por regras pré-definidas por cada sistema de jogo, sendo geralmente mediado pela figura de um/a mestre/a (Carneiro et al., 2022). Nessa narrativa fantástica compartilhada, em contraste com a normatividade compulsória de nossa realidade social, que impõe formas fixas e limitadas de expressão do ser, há uma vastidão de possibilidades de ser no mundo, um espaço fértil de maior suportabilidade da diferença. Apesar dos limites também presentes no universo compartilhado pela narrativa co-construída, como classes de personagens e habilidades específicas de cada grupo, há uma base cooperativa que se impõe na tecitura da aventura que será experienciada pelas pessoas em jogo. No entanto, apesar de um cenário convidativo à coletividade, faz-se importante destacar que as ações tomadas em jogo são também interpeladas por elementos sociais presentes em nossos processos de intersubjetivação. Afinal, considerando nossa forma de organização social pautada em um projeto político de mundo neoliberal e necropolítico, naturalizar violências estruturais compõem nosso fundo de vividos, vivem em nós em forma de introjetos (Alvim, 2022). Além dessa naturalização endossar violências que podem ser reproduzidas no jogo, tais como o machismo, o racismo e a LGBTfobia, há também a produção de uma desarticulação da experiência comunitária e da gestão coletiva das estratégias e escolhas que impactam o mundo social. Diante dos desafios presentes na aventura compartilhada, há provocações postas nas escolhas operadas pelos membros do grupo: escolher para si ou escolher com os outros? Seguir apostando na resolução coletivas dos conflitos ou apoiar-se numa meritocracia individualizante? Reproduzir as normativas sociais naturalizadas ou rompê-las? Nessa direção, destaca-se que a Gestalt-terapia tem como alicerce fundante os movimentos políticos de contracultura, portanto a abordagem gestáltica tem como premissa filosófica o anseio pela transformação social. Logo, é papel da/o gestalt-terapeuta promover a ruptura com as confluências que produzem um mundo neurótico violador da espontaneidade. Compreende-se, a partir de um viés gestáltico, que os ajustamentos criativos são pautados em um contexto sócio histórico, passível de atualização a partir da vivência de novas experiências, e logo da (re)construção de significados. Essas novidades podem ser experimentadas através de atos deliberados na experiência concreta, mas também na fantasia ou "faz de conta", como defende Perls (1988), ao discorrê-lo como o estágio intermediário entre os níveis do pensar e do fazer. A partir dessa perspectiva que os experimentos ganharam tanta importância no fazer clínico, como forma de expressão e de resgate da espontaneidade, instâncias violadas da vida intersubjetiva pelo mundo neurótico. Assim como fantasiar em um experimento clínico possibilita entrar em contato com uma expressão mais autêntica de si, o RPG propõe um espaço de experimentação em que o agenciamento das escolhas produz menos impactos frente às deliberações da vida concreta. Logo, erros e acertos podem ser vividos com mais segurança, a partir da experiência do/a personagem, numa projeção de si mesmo/a acrescido do que se deseja incorporar a si (habilidades, ferramentas, histórias de vida etc.). Ainda, através do jogo, dentro do mundo

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

compartilhado pelos/as jogadores/as, há também o potencial criativo de resgate e fortalecimento dos laços de solidariedade e de responsabilidade social. Como afirma Vieira et al. (2013), encontros grupais podem favorecer a construção do inusitado e o encontro entre subjetividades que potencializam a ruptura com o individualismo narcísico, permitindo a construção de novas formas de vida social. Carneiro et al. (2022), por sua vez, evidencia que através do RPG, os/as jogadores/as encontraram no jogo novas possibilidades e modos de ser e de se experimentar, a partir do exercício de subjetivação vivenciado em cada experiência, com cada novo personagem, e com as novas histórias criadas e vividas coletivamente. Nessa direção, destaca-se os ajustamentos criativos potencialmente produzidos pelo encontro com o outro, pela experiência coletivizada, em que o encontro não acontece apenas com outras pessoas, mas consigo mesmo a partir dos outros, rompendo com uma lógica essencialmente racional, e adentrando ainda mais o campo das afetações, como as sensações e emoções que podem ser experimentadas, significadas e integradas a partir desse contato. Compreende-se o contato como esse desequilíbrio, estranhamento, novidade, deslocamento que ocorre na fronteira de contato que mobiliza o ajustamento criativo, em um movimento dialético de ajuste e criação no campo organismo/ambiente (Pimentel et al., 2018). O relato de experiência proposto tem como o objetivo apresentar, a partir da experiência pessoal e profissional do primeiro autor, um ensaio inicial sobre as ressonâncias do RPG como potência criativa disruptiva da produção de intersubjetividades pautas na exclusão, isolamento e desarticulação social. Para tanto, a partir de uma perspectiva gestáltica, utiliza-se como conceitos chaves de análise e discussão os ajustamentos criativos operado dentro e fora do cenário de jogo, as articulações nas fronteiras de contato que potencializam encontros com as alteridades radicais, a partir das escolhas coletivizadas possibilitadas pelo formato de jogabilidade, e a potência da vivência comunitária como prática transgressora de ruptura com um projeto político de mundo neurótico. Tem-se como objetivo discutir a experiência do RPG para além de uma ferramenta terapêutica que pode ser utilizada em contextos clínicos, educativos etc. Reivindica-se nessa análise a experiência do RPG como fim mesmo, como experimentação do lúdico pelo lúdico, porém sem prescindir da compreensão das ressonâncias de produção de saúde para a experiência social dentro e fora de jogo. Compreende-se que, na vivência das fronteiras de contato entre pessoas que compartilham temas em comum, a construção de narrativas conjuntas possibilita que nossas histórias se transformem e transformem os outros, pois como afirma Silva (2015), se nossas histórias são nossos mundos, ao contá-las afetamos e somos afetados por elas. Portanto, há uma transformação inevitável na vivência de si mesmo quando se vive com os outros, e o RPG convida a agir sobre o mundo, sendo-com o mundo.

Referências: Alvim, Mônica (2022). Elementos para pensar uma Gestalt-terapia (realmente) crítica e política. In M. Alvim; P. Barros; S. Alencar; V. Brito, (orgs.). Por uma Gestalt-terapia crítica e política: relações raciais, gênero e diversidade sexual. Albornoz, Suzana Guerra (2009). Jogo e trabalho: do homo ludens de Johann Huizinga, ao ócio criativo, de Domenico de Masi. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, 12(1), 75-92. Carneiro, Jean Pierre da Rocha; Quinhones, Dionatans Godoy; Moreira, Luiz Carlos (2022). Role-playing game: uma investigação fenomenológica do jogo. Fenomenologia, Humanidades e Ciências, 3(3), 179-190. Perls, Fritz. (1988). Abordagem gestáltica e testemunha ocular da terapia. Pimentel, Adelma; Melo Anna Karynne; Boris, Georges Daniel Janja Bloc; Alvim, Mônica Botelho (2018). In A. E. A. Antunéz; G. Safra, (orgs.). Psicologia clínica: da graduação à pós-graduação. Silva, Marcelo Pinheiro da (2015). O afeto e o afetar em relações de grupo: um olhar a partir da Gestalt-terapia. [Dissertação de Mestrado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro] Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UERJ. Vieira, Érico Douglas ; Oliveira, Jeane Franco da; Ferreira, Ludimila Gomes de Assis (2013). O conflito indivíduo versus sociedade nas perspectivas do psicodrama e da gestalt-terapia. Revista Brasileira de Psicodrama, 21(2), 65-78.

Gestalt-terapia e interseccionalidade na triagem psicológica: relato em clínica-escola

Júlio César Quintino Da Silva (UNIVERSO)

Este trabalho tem como objetivo relatar uma experiência de estágio de iniciação clínica, com foco na prática da triagem psicológica, vivenciada em uma clínica-escola. Trata-se de um caso atendido por uma estagiária sob influências da abordagem Gestalt-terapia, no qual foram realizados três encontros clínicos com uma mulher em situação de sofrimento psíquico relacionado ao trabalho e à sua condição de saúde crônica. A proposta central é refletir sobre a potência da triagem como um espaço ético-estético-político de abertura fenomenológica, que favorece o início de um processo de escuta ativa e de mobilização de recursos do sujeito, mesmo em sua brevidade.

O estágio está inserido em um componente curricular obrigatório da formação em Psicologia da universidade em que o autor estuda, o qual prevê o atendimento mínimo de seis casos totais de triagem, além do plantão psicológico. A prática ocorre em uma clínica-escola que adota, institucionalmente, um modelo de supervisão compartilhada e não diretiva. Embora não haja na universidade uma estrutura teórica consolidada voltada para a Gestalt-terapia, a experiência foi atravessada por conceitos centrais da abordagem, como awareness, contato, campo e responsabilização. A ausência de suporte formal à linha gestáltica tornou-se também um dos elementos de reflexão do trabalho, uma vez que, ao longo das supervisões, percebeu-se a dificuldade em dialogar com as teorias institucionalizadas, em geral mais voltadas ao positivismo ou às abordagens dicotômicas. Ainda assim, a supervisora do caso — vinculada a pesquisas em análise fenomenológica — proporcionou importantes contribuições na leitura do campo e nas possibilidades de abertura ao vivido do outro.

A paciente acompanhada foi uma mulher cisgênera, heterossexual, monogâmica, com filhas, readaptada funcionalmente no ambiente de trabalho em decorrência de um quadro de artrose. Em seus relatos, emergiram sentimentos de perseguição institucional, assédio moral e exclusão, sobretudo por parte da direção da escola pública em que atua. Segundo sua narrativa, a própria gestora a colocava em tarefas físicas incompatíveis com sua limitação, designando-a, inclusive, a espaços com mofo e ausência de ventilação — elementos prejudiciais à sua saúde. Além disso, a paciente relatou que a chefia influenciava outras funcionárias a não se dirigirem a ela, o que gerava um sentimento constante de isolamento, esvaziamento de vínculos e deterioração da sua autoestima. Ressalta-se que a paciente estudou na mesma instituição durante a infância, trazendo lembranças negativas e recorrentes de aprisionamento, o que demonstra um campo repetitivo e como fator de dificuldade para realizar (re)ajustamentos criativos que se mantém na sua trajetória existencial.

A abordagem gestáltica, mesmo não estruturada como eixo oficial do estágio, ofereceu ao estagiário elementos para sustentar a escuta do campo fenomenológico da paciente. A clínica da presença, sustentada pelo aqui-e-agora, permitiu observar os movimentos de retraimento de contato, as interrupções das figuras emergentes e os efeitos psicossomáticos relacionados à vivência de silenciamento. As falas da paciente demonstravam não apenas um sofrimento psicológico associado à dor física, mas também à condição de ser mulher em um contexto institucional que deslegitima sua experiência subjetiva, sua autonomia e seu corpo. A interseccionalidade entre gênero, idade e condição de saúde se revelou como um fator estruturante da queixa, revelando camadas de opressão invisibilizadas, mas vividas em sua historicidade.

No processo de triagem, ainda que breve, foi possível facilitar o acesso da paciente à sua própria narrativa, estimulando sua awareness sobre os modos de enfrentamento que já utilizava — em especial, sua espiritualidade. O vínculo terapêutico, construído com sensibilidade e escuta horizontal, abriu espaço para que ela compartilhasse experiências místicas e percepções mediúnicas que fazem parte da sua forma de estar-no-mundo. A valorização dessas dimensões fortaleceu sua expressão e resgatou sentidos existenciais em meio ao sofrimento. Ao final da terceira sessão, a paciente verbalizou o desejo de dar continuidade ao processo psicoterapêutico, demonstrando maior clareza sobre seus limites e possibilidades de enfrentamento.

Metodologicamente, o caso foi analisado a partir de um viés fenomenológico, com ênfase na compreensão dos sentidos emergentes no campo relacional entre paciente e estagiário. A atuação do estagiário foi fundamentada na ética do encontro, na escuta ativa e na suspensão de julgamentos diagnósticos, permitindo que o sofrimento fosse acolhido como um fenômeno legítimo, singular e enraizado na experiência vivida da paciente. As anotações clínicas foram organizadas de forma a preservar o sentido do discurso e a fluidez do relato, respeitando os princípios da confidencialidade e do sigilo.

Conclui-se que a triagem psicológica, mesmo em sua curta duração, pode se configurar como um dispositivo potente de cuidado, especialmente quando sustentada por uma escuta que considera os atravessamentos socioculturais, as experiências de exclusão que advém no campo e os recursos internos do sujeito. A Gestalt-terapia, mesmo que marginalizada institucionalmente, mostrou-se uma referência fértil para compreender o sofrimento não como um conjunto de sintomas a serem corrigidos, mas como expressão legítima de um campo de vida que busca equilíbrio e reconhecimento. A clínica-escola, por sua vez, se confirma como um espaço importante de formação e resistência, onde práticas mais sensíveis ao campo relacional e à historicidade podem (e devem) ser cultivadas.

Grupo Psicoterapêutico Gestáltico com mãe atípicas: Relato de Experiência

Antonia Camila Sousa Silva (FACULDADE IEDUCARE), Shamara Paiva Mendes (UFC), Edna Gomes dos Santos (Faculdade Ieducare)

O grupo psicoterapêutico de mães atípicas aconteceu no Centro Intersetorial de Assistência à Criança e ao Adolescente com Deficiência – Antônio Arnaldo Sales Machado – Naná, em Tianguá-CE, a partir da vivência da disciplina de Estágio Supervisionado Específico I. Esse equipamento tem o nome de um adolescente do município que fora portador de Trissomia do Cromossomo 21, a conhecida Síndrome de Down, a partir de sua história de vida provoca no município a necessidade de um olhar especializado para pessoas com deficiências, a partir de um serviço público municipal ofertado pela intersecção das secretarias de Assistência Social, Saúde, Educação e Cultura. Seu fazer é focado na habilitação e reabilitação de habilidades motoras e neuropsicológicas de crianças e adolescentes com deficiência. A construção de um grupo terapêutico com as mães dos usuários do equipamento atendeu a uma necessidade do equipamento em oferecer algum suporte psicológico aos familiares em vista das dificuldades diárias da vida atípica. O objetivo do grupo foi proporcionar um espaço de escuta qualificada, acolhimento, suporte mútuo e desenvolvimento de suas potencialidades enquanto sujeitos, além de propiciar reflexões sobre os demais papéis vivenciados por elas para além da maternidade atípica. O processo de intervenção grupal foi baseado nos pressupostos teóricos da Gestalt-terapia e Psicoterapia de grupo, de modo a compreender que o Gestalt-terapeuta estimula no cliente um estado contínuo de abertura para dar-se conta de si, ao passo que ele também mantém contato consigo próprio, realiza intervenções que conscientizem o cliente de sua autopercepção corporal e emocional, além do cuidado com o seu autossuporte, compreendendo sua percepção de si mesmo como orientação para as suas intervenções (Tellegen, p.116). Essa abordagem intenta provocar nas pessoas, a capacidade de se tornarem mais aware (conscientes) de si mesmas. Ribeiro (1994, p. 33, grifos nossos), descreve que um grupo terapêutico deve refletir “um grupo de pessoas caracterizado por uma associação ou cooperação face a face”, deve ser “resultado de certa fusão de individualidades, de tal modo que a meta e a finalidade do grupo são a vida em comum, objetivos comuns e um sentido de pertencimento, com um sentimento de simpatia e identidade”. De acordo com Figueroa (2015) várias técnicas ou experimentos podem ser utilizados trazendo benefícios ao trabalho com grupos, podendo ser favoráveis no que tange ao principal objetivo da terapia gestáltica, de desenvolver/ampliar o processo de awareness. O grupo psicoterapêutico de mães atípicas surgiu dentro do espaço do estágio na Ênfase Clínica e Processos Em Saúde, resultado da disciplina de Estágio Supervisionado I em Psicologia da Faculdade Ieducare - FIED, que divide o processo de estágio em momentos distintos, sendo um deles atrelado a atendimentos individuais que acontecem na Clínica Escola e proporcionam apoio psíquico, experiências e saberes, e um outro momento em que os acadêmicos devem estar em campo nas políticas públicas de saúde do município de Tianguá-CE, este relato está vinculado a esse recorte da vivência do estágio. Os encontros aconteceram entre os meses de setembro a novembro de 2024 com 16 mulheres. A mediação dos encontros e ambientação do espaço de fala fora realizada por meio do uso de músicas, de trabalho com desenhos livres e dirigidos, poemas e textos literários, experimentação do próprio corpo, de emoções e sensações, visitação de sua criança interior e um (novo) olhar por meio da experiência de serem fotografadas. Esses recursos eram usados como disparador de fala, pois a proposta girava em torno da ideia de um momento para troca de experiências, de serem escutadas e escutarem umas às outras (Bechelli; Santos, 2004). As intervenções se configuravam por meio de demandas e temáticas sugeridas e elencadas pelas próprias participantes. Tais temáticas e experimentos eram formuladas considerando desde conhecer e explorar sobre elas mesmas, até aprender e desenvolver habilidades e competências mais assertivas para

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

determinados contextos e/ou situações da vida atípica, haja vista as condições da realidade em que essas mulheres são as principais, e na maior parte das vezes as únicas responsáveis por toda a rotina de cuidados e atividades com os filhos atípicos e que falta espaço para se experimentarem para além do materno. Em experimentos como A Roseira: atividade adaptada do livro Tornar-se Presente, revisitaram suas raízes, solos, galhos, botões novos, prontos para florir, pétalas caindo, precisando serem podadas, reconheceram dificuldades e potencialidades para o novo. Em uma outra intervenção denominada de "Papo Calcinha" dialogaram sobre sexualidade, desejos após a maternidade, erótico, corpo, prazer. Ainda foi utilizado como recurso a fotografia como uma forma de refletir sobre a captura e a beleza que existia dentro de cada uma delas. A partir das atividades sugeridas foi possível constatar a potência da experimentação, nas falas das participantes sobre seus pensamentos e sentimentos que emergiam, e percebiam que se identificavam nas vivências e experiências, assim foi possível identificar uma teia sistemática, que quando uma refletia sobre suas emoções reverbera na outra que trazia suas emoções também, criando um espaço de fala individual, mas também grupal, com acolhimento e respeito mútuo. Em suas falas as marcas das violações, do abandono, sejam de parceiros ou do Estado, opressões vividas como mulheres por exercerem os papéis de mãe, encontraram no grupo "a verdade não como sintoma, mas como processo de ir às coisas mesmas (Ponciano, 2022, p. 72). Adentrar na vivência de ser mulher no interior do Ceará, foi reconhecer os papéis exercidos e não inatos, questionar a maternidade e seus dissabores em meio a uma sociedade que legitima a opressão, preconceito e o descaso, e provocar esse processo por meio da fenomenologia permitiu seguir buscando as coisas mesmas ao longo de todo o percurso. Essa experiência demonstra a amplitude das possibilidades de atuação da Psicologia, que compreende as implicações éticas e políticas de seu fazer, conferindo a partir disto uma ampliação de olhares e perspectivas bem como de possibilidades para desenvolvimento em diversos contextos e crescimento, o que engrandece a formação e aproxima ainda mais os futuros profissionais em formação com a realidade atual da nossa sociedade compreendendo a dimensão de gênero, política e sociedade.

BECHELLI, Luiz Paulo de C. e SANTOS, Manoel Antônio dos. Psicoterapia de grupo: como surgiu e evoluiu. Revista Latino-Americana de Enfermagem, v. 12, n. 2, p. 242-249, 2004 Tradução. Disponível em: https://doi.org/10.1590/s0104-11692004000200014. Acesso em: 08 jun. 2025.

COUTO, Cristiane; MACEDO, Maria Luisa de. Estudo de caso: um grupo terapêutico pelo olhar da Gestalt-terapia. Boletim Entre SIS, v. 5, n. 1, p. 54–66, 2020. Disponível em: https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/boletimsis/article/view/20386?utm_source. Acesso em: 8 jun. 2025.

FADEL, F. C. Gestalt-terapia de grupo: o que é isso?
Group of gestalt therapy : what is it ?. IGT na Rede ISSN 1807-2526, [S. l.], v. 12, n. 22, 2015. DOI: 10.5281/zenodo.15048614. Disponível em: https://igt.psc.br/ojs3/index.php/IGTnaRede/article/view/445. Acesso em: 8 jun. 2025.

FIGUEROA, Mauro. As técnicas em Gestalt-terapia. In. FRAZÃO, L. M.; FUKUMITSU, K.O. (Orgs.) A clínica, a relação psicoterapêutica e o manejo em Gestalt-terapia. São Paulo: Summus, 2015

RIBEIRO, Jorge Ponciano. Gestalt-terapia: o processo grupal. Uma abordagem fenomenológica da teoria do campo e holística. São Paulo: Summus, 1994. 3ª Ed.

RIBEIRO, Jorge Ponciano. Gestalt-terapia: Por outros caminhos. São Paulo: Summus, 2022.

TELLEGEN, Thérese Amelie. Gestalt e grupos: Uma perspectiva sistêmica. São Paulo: Summus, 1984.

Infâncias vulnerabilizadas: uma leitura gestáltica sobre o impacto dos marcadores sociais

Wanessa do Nascimento Souza (UFG), Letícia Dias Guerra (UFG), Giovana Bahia de Melo (UFG)

Este trabalho parte da inquietação de como violências estruturais e simbólicas atravessam as infâncias, influenciando a construção da identidade e os ajustamentos criativos de crianças. Tendo como ponto de partida a perspectiva gestáltica da constituição humana, onde há o deslocamento de uma visão intrapsíquica para uma construção relacional, coletiva e intersubjetiva (Perls et al., 1997), que se dá continuamente a partir do encontro e diálogo com o novo que se apresenta no campo, entende-se que é neste campo, também, que se manifestam e se impõem as estruturas sociais de poder e opressão, que ditam formas de estar, regulam interações, colonizam espaços e identidades corporificadas, desumanizam e objetivam apagar o diferente (Alvim, 2022), ou seja, caracterizam-se pelas violências que marcam as existências em formação. Logo, nesse cenário formativo – e, por vezes, hostil –, que sustenta dicotomias e desigualdades ao operar como um dispositivo de controle social, supõe-se que o sujeito seja deslocado, desde a mais tenra infância, para um estado de privação e sofrimento, sobre o qual busca se ajustar criativamente, enquanto responde a discursos historicamente situados e atualizados, os quais visam manter a ordem vigente (Gimbo, 2022). Aqui, as violências se instituem de variadas formas e dimensões, especialmente quando mobilizam e utilizam marcadores sociais, como raça, gênero, classe social, idade e deficiências, para violentar tudo aquilo que foge à normatividade por eles compelida, manifestando-se por meio do racismo, sexismo, classicismo, etarismo, capacitismo, entre outras formas de violação. Nesse sentido, parte-se da premissa de que a utilização dos marcadores sociais como ferramentas de hierarquização, exclusão e perpetuação de normas internalizadas possa ser percebida já nos discursos e interações do cotidiano infantil, à medida que atravessam e afetam, de maneira nociva, tanto as identificações quanto as pretensões, percepções e projeções das crianças. Supõe-se, também, que essas ferramentas culminem na fixação de existências no que se denomina estado de misery, um estado de sofrimento e deslegitimação identitária que incide sobre a função personalidade e compromete os ajustamentos criativos e a autorregulação organísmica dos sujeitos. São esses os fenômenos que este trabalho se propõe a investigar, entendendo os processos de violações como ocasionadores de imagens negativas sobre si e seu grupo, silenciamento, exclusão, introjeção de crenças de não merecimento e de insuficiência. Além disso, admite-se que, sob violações e misery, haja um corte na autenticidade das performances e aspirações, em nome da aceitação, do pertencimento e da valorização (Gimbo, 2021). No geral, presume-se que muitas crianças estejam em sofrimento por não se adequarem aos limitantes padrões impostos e que o primeiro passo para que estejamos conscientes dessa dinâmica – e busquemos a sua modificação – seja a abertura e atenção voltadas aos fenômenos acima descritos e às suas incidências já sobre os primeiros anos de vida dos sujeitos. Ainda além, entende-se como crucial o amplo diálogo acerca do tema, com reflexões e construções coletivas de caminhos possíveis para a amenização e superação dessa problemática. Essa discussão surge a partir de um projeto de mestrado, que busca destrinchar as violências e suas imposições sobre as infâncias. Assim, partindo do objetivo geral de debater sobre o estado das infâncias no Brasil (com recorte dado às crianças escolares da cidade de Goiânia), investigando os marcadores sociais, emergentes no campo, enquanto potenciais ferramentas de violência e suas afetações sobre os corpos infantis, é realizada, em um primeiro momento, uma revisão integrativa da

literatura sobre a relação entre Gestalt-terapia, violências e marcadores sociais, com o objetivo de mapear a produção acadêmica relevante e identificar as lacunas existentes. Parte-se de uma opção metodológica que possibilita uma análise aprofundada de produções clássicas – tanto de teóricos fundadores quanto contemporâneos da Gestalt-terapia –, bem como de trabalhos disponíveis em bases científicas, portais de dissertações e teses. Busca-se, por meio do mapeamento dessas produções, analisar e compreender se, e de que forma, categorias da Gestalt-terapia, como função personalidade, introjeção, assimilação e misery, se relacionam com os marcadores sociais, influenciando os ajustamentos, a construção das identidades e os horizontes de futuro das crianças. Posteriormente, a pesquisa se propõe a observar e escutar parte dessas crianças, estimulando a sua livre expressão, por meio de desenhos e diálogos, da totalidade de experiências vivenciadas frente aos marcadores sociais. Com isso, espera-se que os dados e resultados produzidos ao longo da pesquisa possam nos auxiliar a construir, de forma colaborativa com estudantes, pesquisadores, profissionais da clínica e da educação, caminhos para uma atuação mais equitativa e sensível às complexidades que atravessam as experiências infantis. A proposta é que o pesquisado e discutido fundamente a atuação clínica e escolar, fomentando práticas que estejam comprometidas com a escuta ativa, o respeito à diversidade e a promoção de ambientes terapêuticos e educacionais verdadeiramente acolhedores. Nesse sentido, almeja-se que esta investigação também contribua para o fortalecimento de políticas públicas voltadas à garantia do bem-estar, da dignidade e da autonomia criativa das infâncias, considerando os marcadores sociais que circundam e moldam seus cotidianos. Assim, mais do que produzir conhecimento, a pesquisa visa gerar impactos concretos na construção de uma sociedade mais inclusiva, equitativa e humanizada.

Referências:

ALVIM, M. B. Elementos para pensar uma Gestalt-terapia (realmente) crítica e política. In: ALVIM, M.; BARROS, P.; ALENCAR, S.; BRITO, V. (Orgs.). Por uma Gestalt-terapia crítica e política: Relações raciais, gênero e diversidade sexual. v. 2, p. 47–78. Porto Alegre: Editora Fi, 2022. Disponível em: https://www.editorafi.org/ebook/643gestaltica. Acesso em: 25 maio 2025.

GIMBO, L. M. A violência como hábito: leitura de um fenômeno social a partir da teoria do self. In: NASCIMENTO, L. C. S.; VALE, K. S. do (Orgs.). Processos em Gestalt-terapia: Casos clínicos, ensaios teóricos. Cap. 3, p. 35–44. Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2021. Disponível em: https://atenaeditora.com.br/catalogo/ebook/processos-em-gestalt-terapia-casos-clinicos-ensaios-teoricos. Acesso em: 25 maio 2025.

GIMBO, L. M. Violência como fenômeno social: teoria do self, insubmissão e ética clínica. In: ALVIM, M.; BARROS, P.; ALENCAR, S.; BRITO, V. (Orgs.). Por uma Gestalt-terapia crítica e política: Relações raciais, gênero e diversidade sexual. v. 2, p. 352–370. Porto Alegre: Editora Fi, 2022. Disponível em: https://www.editorafi.org/ebook/643gestaltica. Acesso em: 25 maio 2025.

PERLS, F.; HEFFERLINE, R.; GOODMAN, P. Gestalt-terapia. Tradução de F. R. Ribeiro. São Paulo: Summus Editorial, 1997.

Insurgências afirmativas da vida na clínica gestáltica com migrantes e refugiadas: desdobramentos sociais de uma prática viva

Elis Moura Marques (UERJ), Laura Cristina de Toledo Quadros (UERJ)

Vivenciamos um momento sócio histórico em que grandes processos migratórios se configuram como atualizações de campo necessárias, mobilizando deslocamentos internos e internacionais motivados por crises climáticas, desastres ambientais, conflitos políticos, econômicos e sociais, impactando na forma como as relações sociais são tecidas, e logo na nossa forma de produção de cuidado. A Organização Internacional para Migrações (OIM) estima que mais de 281 milhões de pessoas se deslocaram entre fronteiras internacionais, a partir de migrações espontâneas e forçadas (OIM, 2024). Para além do fundo histórico da população brasileira marcado por grandes fluxos migratórios internos e internacionais, nosso país testemunha atualmente o maior deslocamento da América Latina recente, sendo o terceiro principal destino migratório da comunidade venezuelana no território latino-americano (Cáritas Brasileira, 2024). Até o final de 2024 somaram-se mais de 1,8 milhão de pessoas migrantes e refugiadas em solo brasileiro com registro ativo, e quase 5 milhões de pessoas brasileiras vivendo no exterior (MJSP, 2025). Migrar, além de ser reivindicado como um direito humano a ser assegurado, consiste em uma estratégia ancestral de autorregulação dada as condições de cada tempo, portanto um fenômeno de campo. Sendo assim, compreender como as violências estruturais participam das (re)configurações produzidas nos processos migratórios consiste em um cuidado ético fundamental, a fim de não escamotear formas de opressão vivenciadas por esse grupo, e para tanto, assumindo-se o compromisso político de um olhar interseccional, essencial para a construção de saberes localizados, de uma práxis encarnada (Haraway, 2009). Diante disso, reafirma-se o dever da psicologia em promover a construção de uma sociedade nos valores de solidariedade, responsabilidade social e espírito comunitário (Martín-Baró, 2017), e de nosso compromisso gestáltico em orientar nosso olhar para o encontro das alteridades radicais em nossas fronteiras de contato (Alvim, 2019). Portanto, é dever ético da/o gestalt-terapeuta (re)conhecer como os processos migratórios interpelam experiências ancestrais e atuais. Ressalta-se que não se vislumbra construir atuações e atualizações possível frente a esse cenário a partir de especialismos clínicos, mas reafirmar a sabedoria artesanal do fazer clínico que caminha no ritmo dos acontecimentos, numa psicologia andarilha que busca conhecer e não invadir, acompanhar e não impor, cuidar e não tutelar (Quadros, 2023). Destaca-se ainda que a Gestalt-terapia tem como alicerce fundante a migração e o refúgio como fundo de experiência de seus principais precursores. Como aponta Quadros (2023) e Marques (2021), Fritz e Laura Perls foram pessoas refugiadas que viveram um processo migratório forçado ao fugirem da ascensão do nazismo na Alemanha, refugiando-se na África do Sul. Posteriormente, realizaram um novo processo migratório, nessa oportunidade como pessoas migrantes espontâneas ao se deslocarem para os Estados Unidos. Como a vivência da arte na vida de Laura marca o fundo estético da Gestalt-terapia, a experiência da migração e do refúgio também participa da tessitura da abordagem gestáltica. Nessa direção, enquanto fenômeno de campo interpelado pela complexidade de toda experiência humana, compreende-se como cuidado ético fundamental entender como as violências estruturais participam das (re)configurações produzidas nos processos migratórios, mas sobretudo visibilizar como emergem as estratégias de resistência e enfrentamento das desigualdades a fim de promover ressonâncias encorpadas em nossas práticas de cuidado. Ressalta-se que compreender a migração como direito é defender que

migrar não pressupõe necessariamente produção de sofrimento, rompendo com lógicas estigmatizantes de que a gestão das adversidades da vida configurar-se-ão como experiências traumáticas. Defende-se que o sofrimento produzido em contextos migratórios diz respeito principalmente a precariedade das condições de vida, como os desafios socioeconômicos, acesso a moradia e trabalho digno, acesso a rede de apoio e da vivência em comunidade, produzindo marcas em nosso senso de pertencimento social, dentre outras interdições impostas na experiência de migrar. Ou seja, o sofrimento advindo dos processos migratórios é profundamente marcado por um projeto neoliberal necropolítico que privilegia o individualismo, fragilizando os laços sociais e as relações comunitárias, favorecendo a alienação e desmobilização social (Marques, 2023). Partindo da importância da coletividade como elemento fundante das estratégias de enfrentamento das desigualdades sociais, reconhecemos o papel das mulheres como principais agentes mobilizadoras do compromisso político do enfrentamento comunitário como forma de resistência à exclusão social. Vale ressaltar que o fato de serem mulheres em processo de migração e/ou refúgio já é, em si, produtor de violências que se desdobram desde ameaças a integridade, até a desqualificação de sua condição feminina. Assim, quando mulheres se articulam a partir de uma relação ética de cuidado e engendrada pelas relações de gênero impostas socialmente de modo estrutural (Marques, 2023), algo se movimenta e se potencializa enquanto formas de resistir. Numa perspectiva gestáltica, podemos compreender esse movimento como um ajustamento criativo que esse grupo de mulheres realiza a fim de manterem-se ativas no processo de afirmação da vida em condições hostis. No resgate da vivência comunitária, as mulheres ativistas na luta para mudar o mundo se orgulham do crescimento individual e coletivo, e do respeito que nutrem por si e umas pelas outras, fortalecendo suas estratégias políticas pautadas na coletividade e horizontalidade, rompendo com a lógica neoliberal do individualismo que apazigua, naturaliza e silencia a desigualdade social (Federici e Valio, 2020). Nessa direção, objetiva-se compartilhar as experiências vivenciadas a partir de um Projeto de Pesquisa-Intervenção "Vidas em Movimento, Herança e Pertencimento: Reconfigurações Gestálticas no Acolhimento e Cuidado com Mulheres Migrantes e em Situação de Refúgio" executado no Serviço de Psicologia Aplicada do Instituto de Psicologia da UERJ, que promove mensalmente o encontro grupal entre mulheres migrantes internacionais que vivem no Rio de Janeiro-RJ. O grupo tem como principal objetivo reconhecer as adaptações e inadaptações de mulheres migrantes em situação de migração e refúgio no Rio de Janeiro, a fim de promover estratégias de saúde através da reconfiguração de fronteiras para integrá-las ao novo, valorizando a herança trazida de seu país de origem, a partir da escuta e do acolhimento dessas mulheres. A despeito das microviolências experimentadas por essas mulheres, o espaço do grupo constitui-se como um momento de pertencimento no qual, através da dimensão sensível de nossa proposta gestáltica de intervir, construímos coletivamente laços de sustentação e afirmação da vida. Consideramos ser esta uma prática clínica política nos moldes preconizados por Laura Perls. Referências: Alvim, Mônica (2022). Elementos para pensar uma Gestalt-terapia (realmente) crítica e política. In M. Alvim; P. Barros; S. Alencar; V. Brito, (orgs.) Por uma Gestalt-terapia crítica e política: relações raciais, gênero e diversidade sexual. Editora Fi. Cáritas Brasileira. (2024). Fronteiras em movimento: resultados chave no Brasil. Federici, Silvia; Valio, Luciana Benetti Marques. (2020). Na luta para mudar o mundo: mulheres, reprodução e resistência na América Latina. Revista Estudos Feministas, 28(2), e70010. Haraway, Donna. (2009). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Cadernos Pagu, 5, 07-41. International Organization for Migration - IOM. World Migration Report 2024. Marques, Elis Moura. (2023). Mulheres-venezuelanas-lideranças-comunitárias em Boa Vista-RR: tecendo novos espaços de resistência política e coletiva.

[Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Triângulo Mineiro] Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFTM. Marques, Elis Moura. (2021). Um olhar gestáltico sobre a experiência de pessoas migrantes e refugiadas venezuelanas no Brasil. In L. C. S. Nascimento; K. S. Vale (orgs.) Processos em Gestalt-terapia: casos clínicos, ensaios teóricos. Atena Editora. Martín-Baró, Ignácio. (2017). Crítica e libertação na Psicologia: Estudos psicossociais. Editora Vozes. Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP. (2025). Boletim da Migração no Brasil. Departamento de Migração. Secretaria Nacional de Justiça. Organização Internacional para as Migrações – OIM. (2024). Relatório Mundial sobre Migração 2024. Quadros, Laura Cristina de Toledo. (2023). Experiências estrangeiras: passos gestálticos de uma psicologia andarilha na clínica com pessoas em situação de refúgio. In L. M. Frazão; K. O. Fukumitsu, (Org.). Diversidade, violência, sofrimento e inclusão em Gestalt-terapia. Summus Editora.

Normatividade, Sofrimento e Clínica: Gestalt-terapia e Pessoas Trans no SUS

Giovana Bahia de Melo (Psicologia na UFG), Noah Levi Vieira Mendonça (UFG), Emille Cristina da Silva (UFG), Letícia Dias Guerra (UFG), Wanessa do Nascimento Souza (UFG), Julia Rodrigues de Lima (UFG), Luiza Martins Costa (UFG), Thais Lourenço de Almeida (UFG)

INTRODUÇÃO: O conceito de transexualidade é fluido, mas pode ser compreendido como uma experiência identitária dissidente da norma cisheteronormativa, marcada por expressões de gênero que não se alinham ao sexo designado ao nascimento. Pessoas trans são frequentemente atravessadas pela disforia de gênero, o que as leva a buscar modificações corporais no intuito de se aproximar de imagens socialmente legíveis como cisgêneras. De acordo com Judith Butler (2003), gênero pode ser entendido como uma categoria performaticamente construída, descolada da lógica cisheteronormativa que associa sexo biológico e identidade. O binarismo de gênero é desestabilizado por esse deslocamento, que afirma a pluralidade das vivências trans e travestis (Vieira; Goldberg; Bermúdez, 2025). Este trabalho articula a teoria crítica da Psicologia Social com a Gestalt-terapia, a fim de problematizar o acesso e acolhimento – ou marginalização – de pessoas trans no SUS, com base em visita e entrevista a duas instituições goianas: o Ambulatório Trans de Senador Canedo e o Ambulatório TX do Hospital Geral de Goiânia, referência no processo transexualizador. A materialização desta política se deu com a Portaria nº 2.803/2013, que formaliza o atendimento especializado à população trans, reconhecendo seu direito à saúde. Entretanto, persiste uma relação de dependência entre a adequação corporal e o reconhecimento institucional, que não comporta o que constitui a identidade trans. O distanciamento entre pessoas trans e os serviços de saúde está relacionado a múltiplos fatores, como a ausência de infraestrutura adequada e a persistente patologização de identidades dissidentes. A realidade deste campo empurra pessoas trans e travestis à automedicação e acesso a clínicas clandestinas, agravando vulnerabilidades (Vieira; Goldberg; Bermúdez, 2025). Frente a este cenário, este trabalho busca compreender o papel da Psicologia enquanto campo que pode tanto reforçar e reproduzir quanto romper com a cisheteronormatividade que estrutura o cuidado em saúde pública. Entre as barreiras enfrentadas por pessoas trans e travestis ao acessar os serviços de saúde pública, estão: acolhimento inadequado, exigência de procedimentos médicos para garantia de direitos básicos e manutenção da lógica cisnormativa nos protocolos de atendimento. Um marco ético importante é a Resolução nº 01/2018 do Conselho Federal de Psicologia, que proíbe práticas que favoreçam de qualquer forma a patologização de identidades trans e a tentativa de sua conversão. Contudo, a implementação desta política ainda enfrenta resistência nos contextos institucionais. Neste momento a Gestalt-terapia é convocada como ferramenta analítica e ética para pensar essas problemáticas, especialmente trazendo o conceito de misery, que na teoria do self é entendido como o distúrbio da função personalidade perante um campo opressivo e violento. OBJETIVO: Esta pesquisa busca analisar como profissionais da saúde lidam com o sofrimento de pessoas trans e travestis na saúde pública, com foco empírico no Ambulatório Trans de Senador Canedo e no Ambulatório TX do Hospital Geral de Goiânia. Pretende-se investigar como a violência simbólica e institucional configura esse sofrimento e explorar como a Gestalt-terapia pode oferecer alternativas críticas à atuação dos psicólogos nesses espaços, contribuindo com a despatologização e a afirmação das existências trans e travestis. RELAÇÃO COM O GT: Vinculado ao GT 56, o trabalho propõe uma leitura gestáltica do sofrimento social produzido por um sistema cisheteronormativo. A proposta compreende a clínica como espaço micropolítico

de resistência, capaz não só de acolher mas também influenciar no campo relacional que estrutura a experiência de sujeitos trans em contextos institucionais. ORIENTAÇÃO TEÓRICA: A pesquisa é orientada pela Psicologia Social Crítica (Costa & Mendes, 2022; Lacerda Jr., 2013) em articulação com a Gestalt-terapia (Perls; Hefferline; Goodman, 1951/1997), com ênfase no conceito de misery, a falência da função personalidade marcada pelo esvaziamento de possibilidades diante de um campo opressivo. Essa análise é também atravessada por aportes da teoria queer (Butler, Bento, Preciado) e da crítica foucaultiana, que permitem compreender o sofrimento trans como efeito de normatividades de gênero histórica e culturalmente impostas e institucionalmente reproduzidas. MÉTODO: Trata-se de uma análise qualitativa, de natureza exploratória. Foram mobilizados três eixos metodológicos: a leitura crítica de literatura acadêmica e institucional sobre saúde trans no Brasil, observação e entrevista com profissionais do Ambulatório Trans de Senador Canedo e do Ambulatório TX do Hospital Geral de Goiânia, e a análise teórico-clínica com base na Gestalt-terapia, com ênfase na leitura do sofrimento como produção de campo e não como patologia intrapsíquica. RESULTADOS: A análise preliminar aponta para uma tensão entre práticas de acolhimento que validam as existências trans e mecanismos institucionais que continuam a reproduzir violências estruturais. As entrevistas e relatos dos profissionais revelam que mesmo profissionais comprometidos com o cuidado empático e humanizado enfrentam limitações impostas pelo modelo biomédico e pela lógica de adequação. A Gestalt-terapia, ao propor uma escuta enraizada no campo e na singularidade da experiência, pode contribuir com uma reorientação ética na prática clínica, centrada na validação da existência e na construção de vínculos, reconhecendo o sofrimento como sintoma de mundo. CONCLUSÃO: No país que lidera mundialmente os índices de assassinato de pessoas trans e travestis, a existência dos Ambulatórios Trans constitui um avanço na criação de espaços de saúde especializados, mas não garante, por si só, um cuidado integral. É necessário um esforço coletivo para ampliar e fortalecer essas iniciativas, e sustentar uma clínica que se reconheça como prática política e se comprometa com a transformação das condições que produzem sofrimento. Ao articular a Psicologia Social Crítica e a Gestalt-terapia, esta pesquisa propõe uma escuta que não reduz o sofrimento à interioridade psíquica, mas o entende como sintoma legítimo de relações de opressão. A atuação do psicólogo, nesse contexto, não deve ser no sentido de adaptação do sujeito à norma, mas sim de colaboração para o enfrentamento da transfobia e da cisheteronormatividade institucionalizada no SUS.

REFERÊNCIAS

BENTO, Berenice. A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BUTLER, Judith. Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BOGDANOVICZ, Fabiane Kravutschke; SANTOS, Kátia Alexsandra dos. Gênero, não binariedade e colonialidade: uma reflexão decolonial. Periódicus, Salvador, v. 1, n. 20, p. 106-120, jan./abr., 2024. Disponível em: https://doi.org/10.9771/peri.v1i20.54680. Acesso em: 28 abr. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução CFP nº 01, de 29 de janeiro de 2018. Estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis. Brasília: CFP, 2018. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/01/Resolucao-CFP-n%C2%BA-01-2018.pdf. Acesso em: 21 maio 2025.

COSTA, Pedro Henrique Antunes Da; MENDES, Kíssila Teixeira. Psicologia, 60 anos, e a Crítica da Crítica. Psicologia: Ciência e Profissão, [S. l.], v. 42, n. spe, 2022.

DOI: doi.org/10.1590/1982-3703003262857. Acesso em: 26 abr. 2025.

DANTAS, Lucas Silva. Transfobia e não binariedade: o regime da diferença sexual e a régua cisgênera. Periódicus, Salvador, v. 1, n. 20, p. 173-185, jan./abr., 2024. Disponível em: https://doi.org/10.9771/peri.v1i20.54773. Acesso em: 28 abr. 2025.

FAVERO, Sofia. Psicologia suja. Salvador: Derives, 2022.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade: a vontade de saber. 14.ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

LACERDA JR., Fernando. Capitalismo dependente e a psicologia no Brasil: das alternativas à psicologia crítica. Teoría y crítica de la psicología, Morelia, v. 3, p. 216–263, 2013.

PERUCCHI, Juliana. Dos Estudos de Gênero às Teorias Queer: desdobramentos do feminismo e do movimento LGBT na Psicologia Social. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL, XV, 2009, Maceió. Anais [...] Maceió, AL: ABRAPSO, 2009, p. 1-5.

PRAUN, Andréa Gonçalves. Sexualidade, Gênero e suas Relações de Poder. Revista Humus, v.1, n.1 Jan 2011. Disponível em: https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/revistahumus/article/view/1641 Acesso em 28 abr 2025.

VIEIRA, Victor Fonseca; GOLDBERG, Alejandro; BERMÚDEZ, Ximena Pamela Cláudia Díaz. Transexualidade e assistência à saúde no Brasil: uma discussão teórico-conceitual sobre a influência do binarismo de gênero. Ciência & Saúde Coletiva, [S. l.], v. 30, n. 4, 2025. DOI: doi.org/10.1590/1413-81232025304.08942023. Acesso em: 17 mai. 2025

YORK, Sara Wagner. Eu sou o monstro que vos fala, de Paul B. Preciado. Cadernos PET-Filosofia, [S. l.], v. 22, n. 1, 2023. DOI: 10.5380/petfilo.v22i1.88248. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/petfilo/article/view/88248. Acesso em: 28 abr. 2025.

Presença enquanto intervenção comunitária interseccional: a potência do caos para a experiência do contato

Letícia Ruiz Câmara Schmidt, André Luiz Strappazzon (UFSC), Bianca Leslie Moreira Silva (UFSC), Carolina Alves Luengo (UFSC), Edno Pires de Oliveira Junior (UFSC), Gabriela Lucas da Luz (UFSC), Jennifer Elizabeth Vieira (UFSC), Leonara Justo Model (UFSC), Maria Fernanda da Silva Piucco (UFSC)

Podendo ser compreendido como uma forma de denúncia das violências invisíveis (Moura Jr. et al. 2020), o prisma teórico-metodológico da interseccionalidade trata os inúmeros eixos de subordinação em sua teia complexa de categorias que se atravessam de forma a perpetuar continuamente o sistema vigente de opressão e desigualdade (Díaz-Benítez e Mattos, 2019). No que se refere à denominada "questão social", a análise interseccional é imprescindível para que se analise o conjunto de desafios relacionados ao desamparo que negligencia determinadas camadas da sociedade interpeladas por raça, classe e gênero.

A construção ideológica da raça é um processo simbólico que determina lugares e concepções de moral, intelectualidade e estética que posicionam o negro e o branco na sociedade (Schuman, 2012). Frantz Fanon (Noguera, 2020) denuncia que, em prol do ideário de "civilização", o processo de colonização do Brasil naturalizou enquanto linguagem universal de superioridade a violência com que foram tratados tanto os povos originários quanto os escravizados. Já a pobreza, definida enquanto privação das necessidades básicas (Moura Jr. et al., 2020), é entendida por uma perspectiva que ultrapassa o fator único da renda e engloba também aspectos como inclusão social, liberdade política e acesso à cultura. Vem acompanhada de culpabilização, criminalização e estigmatização e diminui, estrategicamente, o vislumbre do enfrentamento, renovando os sentimentos de submissão e alienação. O gênero, em paralelo, é analisado a partir do reconhecimento das relações de poder no contexto de uma sociedade classista, patriarcal, machista e racista, cuja opressão se dá com muito mais veemência em mulheres negras e periféricas (Moura Jr. et al., 2020). Muito para além da visão biológica, ele deve também ser compreendido enquanto uma ferramenta ideológica produtora de subalternização em prol da conservação do capitalismo a partir da distribuição desigual do cuidado e dos direitos.

O Instituto Gerações da Chico, em Florianópolis, Santa Catarina, é um exemplo da catalisação das relações cotidianas que, determinadas estruturalmente, se objetivam nas micropolíticas do contexto comunitário e escancaram a questão social em nosso país. Funcionando no contraturno escolar, atende atualmente cerca de 60 crianças e adolescentes da comunidade, em sua maioria negras, realizando rodas de conversas, oficinas, excursões, práticas esportivas, apoio escolar e participações em eventos (Gerações da Chico, 2022). O território, localizado no bairro Monte Cristo, é profundamente marcado por inúmeras opressões e privações produzidas pela desigualdade, dentre elas, forte relação com o tráfico de drogas, violência policial cotidiana, extrema vulnerabilidade social, falta de saneamento e acesso a serviços de saúde, desemprego; imposições essas já enraizadas desde sua origem, dada nas ocupações na década de 1950 a 1970, pela população em busca de moradia. O recorte do gênero, ainda, é vivenciado diariamente pelas mulheres enquanto figuras responsáveis pelo cuidado da família de geração para geração, em concomitância a contextos de frequentes abusos sexuais e violências físicas e psicológicas.

No que parece ser uma forma de as crianças processarem sua realidade violenta através da performance desta,

brincam do que lhes dói. O "polícia e ladrão" imitando o abuso policial que veem e sofrem diariamente; o "brincar de casinha" que recupera a agressão intrafamiliar; as piadas racistas sobre cabelos, cor de pele, impossibilidades econômicas, gênero. Num cenário extremamente carente de presença e escuta, não se promove, porém, apenas as impossibilidades vazias do "não pode" e da punição. Em meio a um contexto de constantes imposições de violências estruturais, a instituição busca propiciar aos jovens novas possibilidades de serem e estarem no mundo, construindo novas realidades através da ressignificação das experiências e produzindo processos de criação e subjetivação (Gerações da Chico, 2022). Diferentemente do modelo tradicional de institucionalização dos saberes, que exige regras, cronogramas e objetivos a priori, o Projeto se mantém em uma estrutura menos rígida: para além das atividades programadas, possibilita aos adolescentes e crianças tempo livre para a escolha das próprias vivências, tanto no espaço interno quanto na área comunitária, com praça, quadra e outras crianças, sob a supervisão dos apoiadores. Potente campo de vivências, amplia-se o horizonte de possibilidades das crianças ao permitir sua autonomia e corresponsabilidade em sua construção de mundo. O cenário que muitas vezes parece desorganizado e desestruturado é, na verdade, um ponto de luz da quebra dos modelos tradicionais de educação e cultura baseados no modelo de sociedade hegemônico, normativo e excludente.

O objetivo deste trabalho é corroborar com a visão da potência do caos advinda da desinstitucionalização da presença no contexto comunitário demarcado pela interseccionalidade, abrindo a possibilidade do encontro espontâneo, sob a ótica da Gestalt-terapia. Apreende-se essa correlação dada na visão fenomenológica da abordagem. Sem a modulação dos jovens através de cronogramas superlotados, regras, padrões e imposições institucionais, pode-se presenciar indivíduos que podem ser o que são, captar suas próprias figuras, acessar seus próprios fundos. Na Gestalt, vivencia-se o que se apresenta no momento, sendo imprescindível o contato presente na relação: eu-e-você, aqui-e-agora (Cataldo, 2013); e assim o é na experimentação da Psicologia no campo do Instituto Gerações da Chico. Ao fugir-se de conhecimentos a priori das crianças e procurar-se escapar de generalizações reducionistas, abre-se o espaço para a escuta ativa para as histórias, os medos, os saberes e os prazeres. O processo vivido é o de descoberta e remontagem da realidade, já que é a consciência um fluxo presente de acordo com a vivência (Cataldo, 2013), e cada parte de cada relação tem espaço para recriar-se em sua própria existência. A "arte do contato" (Cataldo, 2013, p. 202) pode ser sentida no campo, e o medo da impossibilidade dá seu lugar ao poder de elaboração de uma obra de arte no momento vivido. Encontra-se, portanto, a relação com o GT e com o eixo temático na medida em que põe a Gestalt-terapia como instrumento de transformação social, produção de resistência frente a um cenário desigual, marginalizante e cessador da espontaneidade.

Nesse sentido, a metodologia correspondente a esta lógica afirma que não pode a/o psicóloga/o esperar momentos específicos e predeterminados para o fazer psicológico. Ao contrário, se dá a Psicologia nos momentos de awareness do aqui e agora, e a reorganização do self nos detalhes do viver no campo. Não se faz a clínica entre as paredes de um consultório, mas sim na vivência compartilhada entre crianças, participantes do Projeto, familiares, vizinhos. É o contato em sua forma presentificada que estipula a amplitude do alcance da Psicologia e a possibilidade do fechamento de gestalten através dos inúmeros ajustamentos criativos a que se dá espaço quando se oferece confiança e acolhimento aos jovens. Como descreve a Relação Dialógica de Martin Buber (Hycner & Jacobs, 1997), a presença integral trata de um interesse genuíno pelo outro, não com um objetivo preconizado, e sim com a entrega na troca e na ampla potencialidade de aberturas

de horizontes de futuro. É uma integralidade com respeito, afeto, desinteresse e liberdade; geradora da real conexão que permite ser e estar, experimentar e trocar.

A produção de subjetividades se faz, no Projeto, entre os pedidos de colo e o desenho que se pinta em conjunto. O respeito, também, à vontade de silêncio e de estar sozinho. O oferecimento de abraço quando se chora, o gibi que se acompanha com a criança que está aprendendo a ler, o jogo de cartas que dá espaço à conversa sobre os problemas em casa ou na escola em uma fluidez fora da pressão do "querer saber". O futebol em equipe que gera a sensação de pertencimento; a companhia até o posto de saúde que permite desabafos íntimos; a música escolhida pelas crianças que se dança ao mesmo tempo. A maquete de escola feita no grupo que garante proximidade numa mesa nunca antes compartilhada; o tempo no parquinho que, muitas vezes, é o único no dia de poder ser criança de verdade; a mão segurada para andar de skate que alcança uma confiança real, palpável, tangível, fora da sala tradicional de atendimento. O trocar sobre as vivências em uma experiência mais horizontal, menos objetiva. Nos intervalos entre as atividades, não há lacunas faltantes, mas sim grandes espaços produtores de entrega e diálogo.

Pela análise da Gestalt-terapia, portanto, a presença nesse campo mostra, dentre tantos espaços entrelaçados no tempo "vazio", mexido, desorganizado, a configuração que organiza a potência do simplesmente estar. O território, marcado por tantas violências interseccionais, é também composto por diversos afetos que se formam na relação, no interesse genuíno e na liberdade de subjetividades. Através deles, possibilita-se uma atuação da Psicologia fora dos moldes opressores e normatizantes, oportunizando-se uma intervenção dialógica pautada no respeito às diferentes formas de ser e de constituir-se enquanto sujeito ao longo das experiências da vida, ao mesmo tempo individuais e coletivas. Compreende-se essa ótica como muito potente na busca por realidades em que também se cria, expressa e expande, ainda que outras fujam ao alcance. Dentre tantos espaços, os vazios férteis que se criam. A experiência tem concretizado relações engajadas, acolhedoras e promotoras de vínculos seguros e espaços de fala e de existência; tão vivos para psicólogas/os quanto para os jovens e crianças, já que se pautam na fluidez da relação integral entre seres também integrais, interdependentes ao mesmo tempo em que autossuficientes.

(Re)existir: A escuta clínica de mulheres negras na Gestalt-terapia

Thauane Cunha Siqueira (UFG)

Este trabalho apresenta uma reflexão teórica e clínica sobre a escuta psicoterapêutica de mulheres negras na Gestalt-terapia, articulando marcadores sociais de raça, gênero e classe às experiências subjetivas dessas mulheres no contexto brasileiro. O trabalho parte do reconhecimento de que as práticas clínicas, frequentemente sustentadas por referenciais eurocentrados, pouco contemplam a realidade de mulheres negras, cuja vivência é atravessada por múltiplas formas de opressão estrutural. Assim, propõe-se uma escuta clínica comprometida com a singularidade e com a historicidade dessas existências, destacando a potência de uma abordagem que reconheça o corpo, a ancestralidade e a coletividade como elementos fundamentais de resistência e (re)existência.

O objetivo central deste estudo foi construir articulações entre a abordagem gestáltica e as vivências de mulheres negras na clínica psicológica, investigando de que forma esses atravessamentos impactam o processo psicoterapêutico e demandam uma escuta sensível, crítica e politicamente implicada. A partir de uma revisão integrativa da literatura e de registros clínicos oriundos de atendimentos psicoterapêuticos realizados com mulheres negras, buscou-se compreender como essas mulheres constroem suas identidades e se autorregulam frente a um contexto marcado por silenciamentos, violências simbólicas e exclusão social.

O estudo se propõe a refletir sobre o cuidado em saúde mental a partir de uma perspectiva crítica, interseccional e antirracista. O estudo está alinhado a um movimento de produção de práticas e saberes comprometidos com as transformações sociais, com o enfrentamento das desigualdades e com a afirmação de uma clínica como espaço ético, político e de resistência.

A fundamentação teórica se apoia principalmente na Gestalt-terapia, em diálogo com autoras e autores que discutem raça, gênero e colonialidade, como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Grada Kilomba, bell hooks, Patricia Hill Collins, Frantz Fanon e Conceição Evaristo. Os conceitos centrais da abordagem gestáltica, como campo, fronteira de contato, função ego, ajustamento criativo e self, foram articulados aos atravessamentos do racismo estrutural e do sexismo para pensar o sofrimento psíquico racializado e os modos de cuidado possíveis a partir de uma escuta fenomenológica e dialógica. A perspectiva de campo organismo/ambiente, que compreende a pessoa em constante relação com o meio, foi central para reconhecer o sofrimento de mulheres negras como expressão de contextos sociais e históricos desiguais, e não apenas como uma interioridade individualizada.

Metodologicamente, o estudo utilizou a análise de conteúdo de Laurence Bardin, aplicada aos registros clínicos de atendimentos realizados com mulheres negras. Os registros foram organizados e analisados de forma ética, conforme a Resolução CFP nº 006/2019. O processo metodológico foi dividido em três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, permitindo o levantamento de quatro categorias temáticas emergentes:

As quatro categorias foram:

Corpo, Autoimagem e Autoestima: o corpo da mulher negra é compreendido como território simbólico de disputa, atravessado por padrões estéticos eurocentrados, por hipersexualização e invisibilização. A escuta clínica exige atenção aos ajustamentos criativos corporais e à função ego como mediadora de novas possibilidades de contato e expressão de si.

Herança, Resistência Ancestral e Aquilombamento: a ancestralidade aparece como recurso de fortalecimento psíquico e construção identitária. O contato com narrativas familiares, espiritualidades afrocentradas e práticas culturais coletivas promove reconhecimento e pertencimento.

Afeto e Amor: Na escuta clínica com mulheres negras, emerge com frequência o sentimento de não serem dignas de amor , não apenas no sentido romântico, mas como afeto, proteção e cuidado. Essa ausência não é individual, mas histórica: resultado de um processo sistemático de desumanização da mulher negra, que foi construída socialmente como corpo de trabalho e de uso, mas não como sujeito de afeto. Esse sofrimento aparece na clínica como medo de entrega, relações abusivas, carência afetiva e dificuldades de confiar em vínculos amorosos.

Não Pertencimento: o sentimento de inadequação em espaços sociais tidos como "privilegiados" é frequente. Mesmo após conquistas concretas, surgem inseguranças e desconexão, reflexos da violência simbólica persistente. A clínica atua como campo de reorganização da presença e reconstrução de narrativas que afirmem pertencimento e valor.

Os resultados indicam que o sofrimento psíquico das mulheres negras não pode ser compreendido fora de seus contextos sociais, políticos e históricos. A Gestalt-terapia, ao reconhecer o sujeito na relação com seu campo, oferece ferramentas importantes para escutar os impactos do racismo e do sexismo na constituição do self. No entanto, é preciso tensionar seus limites epistemológicos e promover uma clínica racialmente letrada, capaz de reconhecer os atravessamentos da colonialidade na produção da subjetividade.

As conclusões apontam para a urgência de uma psicoterapia comprometida com as lutas antirracistas e feministas negras, que se disponha a construir escutas sensíveis às experiências das mulheres negras e a acolher suas narrativas sem exotizar ou psicopatologizar o sofrimento social. A clínica com mulheres negras exige da profissional uma postura ética, afetiva e reflexiva, que considere também seus próprios atravessamentos raciais e sociais. A escuta, nesse caso, é também um gesto político de reparação e afirmação da vida.

Por fim, reafirma-se que resistir, para essas mulheres, é também criar modos dignos de existir frente às violências e afirmar sua potência de vida. A clínica gestáltica, quando comprometida com justiça social e sensível ao que foi historicamente silenciado, pode ser uma aliada nesse caminho.

Reflexões gestálticas sobre a atuação psicológica na clínica ampliada da violência intrafamiliar transgeracional no SUAS amazônico

Lia Cristina da Silva Botega (ESTÁCIO BELÉM)

A proposta desta comunicação é apresentar uma atualização das reflexões construídas na pesquisa de mestrado da autora, a partir do atravessamento da experiência profissional como gestalt-terapeuta e na política pública de assistência social. Trata-se de um movimento de reelaboração crítica orientado por uma clínica gestáltica que considera o sofrimento ético-político e antropológico como dimensão fundamental da escuta e da intervenção psicológica. O foco é a atuação psicológica em uma perspectiva de clínica ampliada, fundamentada na abordagem gestáltica, diante da violência intrafamiliar transgeracional.

A pesquisa original foi realizada em um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), situado na Ilha de Mosqueiro, distrito de Belém-PA, com uma família composta por três gerações de mulheres – avó, mãe e filha adolescente – acompanhada em razão de uma situação de violência sexual e negligência. O estudo investigou como estratégias reflexivas poderiam contribuir para a reorganização das relações familiares e para a ampliação de consciência sobre os padrões de repetição da violência. O material foi construído por meio de entrevistas, análise de prontuários SUAS e uso de vídeos como recursos de sensibilização.

A base teórica gestáltica, centrada na Teoria do Self, permitiu compreender o sujeito como uma construção relacional, constituída no contato com o ambiente. Essa abordagem favoreceu a leitura da violência não como evento isolado ou falha moral, mas como um fenômeno que se perpetua em campos relacionais marcados por fronteiras frágeis, ajustamentos disfuncionais e silenciamentos históricos. A escuta gestáltica se deu com foco no aqui-e-agora das relações familiares, buscando favorecer a emergência de novas formas de vínculo e reconhecimento afetivo e relacional.

Como resultado da prática profissional desenvolvida após a conclusão da pesquisa, esta comunicação oral propõe uma atualização conceitual com base em dois eixos: a noção de awareness e a concepção do sofrimento ético-político-antropológico. A awareness, compreendida como função integradora da consciência, emergiu como uma via fundamental para que as participantes do estudo reconhecessem padrões de violência antes naturalizados, possibilitando reposicionamentos mais críticos, sensíveis e responsáveis diante de si e do outro.

Além disso, observou-se que, nos contextos marcados por violência transgeracional, há um comprometimento significativo da função personalidade do self, expressa pela dificuldade de nomear as experiências e ocupar papéis relacionais de forma clara e coerente. As participantes apresentavam confusão entre os papéis de mãe, filha e cuidadora, reproduzindo modos de vínculo centrados na sobrevivência e na proteção física, mas empobrecidos na dimensão relacional afetiva e simbólica. A ampliação da awareness, favorecida pela escuta clínica e pelos dispositivos reflexivos utilizados, possibilitou que as integrantes da família começassem a reconhecer essas sobreposições e experimentassem novas formas de se posicionar nas relações. Esse movimento indicou o início de uma reorganização do campo familiar, com maior autenticidade e abertura ao contato.

Já a concepção de sofrimento ético-político permitiu contextualizar os impactos da violência para além da esfera individual, reconhecendo-os como efeitos de uma ordem social excludente que nega pertencimento, reconhecimento e cuidado. Tal perspectiva desloca a

prática psicológica da lógica tradicional do diagnóstico e da normalização e responsabilização dos indivíduos, convocando-a a operar como espaço de escuta, implicação e reinvenção de sentidos a partir de uma noção de campo de experiência relacional.

A clínica ampliada que se propõe, portanto, é distinta da clínica tradicional, centrada no sujeito individual. Ela se configura como prática de presença e de cuidado no território e na experiência de campo, implicada com as condições concretas de vida e com os atravessamentos sociais, históricos relacionais e políticos. A atuação da psicologia com o olhar gestáltico, nesse marco, deve ser capaz de acolher e transformar sofrimentos que são, ao mesmo tempo, subjetivos e coletivos, históricos e relacionais.

Metodologicamente, a pesquisa original adotou o estudo de caso único, com triangulação de fontes: entrevistas semiestruturadas, prontuário SUAS e vídeos do projeto de extensão "Poesia no Dia a Dia: Grupos Vivenciais e Resiliência". Os encontros de acompanhamento psicossocial da família atendida no CREAS foram organizados em dois momentos de intervenção e um de monitoramento, nos quais se observaram deslocamentos na linguagem, na nomeação das violências e nos modos de expressão do afeto entre as participantes.

Inicialmente, os relatos restringiam-se à violência física, enquanto outras formas – psicológicas, estruturais, morais – eram invisibilizadas. Ao longo dos encontros, emergiram reflexões sobre a repetição de padrões familiares e sobre as formas precárias de cuidado que estruturavam o vínculo entre as gerações. As participantes relataram mudanças no cotidiano e na comunicação entre si, evidenciando movimentos de autorregulação do campo familiar.

A escuta gestáltica, mediada pelo reconhecimento da complexidade do sofrimento vivido, contribuiu para ampliar a consciência do campo relacional, favorecer o contato autêntico e promover responsabilização subjetiva. A clínica, nesse processo, não se limitou à contenção de conflitos ou à orientação técnica, mas funcionou como espaço de acolhimento, visibilidade e reinvenção das formas de ser e estar com o outro.

Esta proposta de comunicação oral traz como ponto de reflexão que a atuação psicológica no SUAS, quando orientada pela clínica ampliada em perspectiva gestáltica, possibilita práticas comprometidas com o cuidado ético-político, com a ampliação de consciência (awareness) e com a justiça social. Ao integrar a escuta da experiência vivida com uma análise crítica dos atravessamentos históricos e políticos do sofrimento, a psicologia pode fortalecer seu papel como mediadora de vínculos e promotora de cidadania.

Refletir sobre a violência intrafamiliar transgeracional à luz dessas referências é, portanto, afirmar uma psicologia ética e comprometida, que se posiciona frente às dores coletivas não apenas para interpretá-las, mas para auxiliar a transformação dos campos relacionais. Esta proposta de comunicação oral compartilha essa experiência e aposta na potência de uma escuta sensível, situada e politicamente implicada com os sujeitos e seus territórios.

Palavras-chave: atuação psicológica; violência intrafamiliar; transgeracionalidade; Gestalt-terapia; clínica ampliada; assistência social.

Violência e Jogos Eletrônicos: Possíveis afetações

Ewerton Bryan Rodrigues (UFG), Antônio Martins Neto Júnior (UFG), Igor Soares Rodrigues Pontes (UFG), Sarah Dantas Dias Rosa (UFG)

Nome: Ewerton Bryan Rodrigues

Afiliação Institucional: Universidade Federal de Goiás (UFG) – Discente na Graduação em Psicologia

Comunicação Oral: Relato de Pesquisa

VIOLÊNCIA NOS JOGOS ELETRÔNICOS: Possíveis afetações

Esse estudo foi desenvolvido por parte do grupo de estudos e pesquisas em Gestalt-terapia da Universidade Federal de Goiás, que tem se dedicado à investigação das violências em vários âmbitos, sejam explícitas ou implícitas na sociedade contemporânea. Partimos da percepção de que vivemos em uma sociedade patriarcal, machista, branca, e heteronormativa, a qual marginaliza aqueles que não se identificam com as normas tradicionais de sexualidade, gênero e raça (Preciado, 2021). As estruturas subjacentes usam da violência física e psicológica para impor os padrões desejáveis de comportamento e de identidade baseados na norma hegemônica. Esta, largamente introjetada na sociedade, permeia as relações humanas e molda processos de subjetivação (Butler, 2024). Assim sendo, os jogos eletrônicos tornam-se espaços de reprodução das regras, que se firmam através de práticas discriminatórias e de violência para com o divergente, afastando essas pessoas de um ambiente de lazer ou de trabalho, além dos possíveis danos psicológicos eventualmente gerados. Nesse sentido, busca-se entender o que compõe esse meio de entretenimento, também, e suas possíveis afetações, sendo o componente escolhido nesse recorte: a violência. Em grande medida, ela se encontra ligada ao modelo patriarcal adotado na atualidade. Esse sistema oprime o que se considera feminino e enaltece valores relacionados ao “masculino”. Bem como, esse sistema pode causar danos psíquicos em todos que diferem do que é considerado dentro do padrão de masculinidade (Hintze, 2020). A violência experienciada pode afetar as funções do Self, interferindo no contato da interação organismo e ambiente, no sujeito em ato (Ego), o que de acordo com Alvim (2006), constitui um dos marcadores da neurose e o que pode implicar em disfunções da personalidade gerando prejuízos ao movimento existencial da vítima ao tentar se adequar aos introjetos. (GIMBO, 2021). Dessa forma, o presente estudo, de caráter bibliográfico, propõe estudar o tema da violência nos jogos eletrônicos para compreender melhor o fenômeno e, a partir da clínica gestáltica, propor possibilidades interventoras de apoio a vítimas e melhoria do ambiente. Essa é uma pesquisa de natureza básica, com corte transversal, tendo objetivo exploratório-descritivo e abordagem qualitativa. De início, buscar-se-á revisitar materiais bibliográficos, como livros e artigos científicos nas plataformas disponíveis, além de uma análise documental de materiais jornalísticos que possam contribuir para o desenvolvimento da pesquisa, bem como reforçar o entendimento sobre o patriarcado e as violências de gênero. Também busca-se, assim, ampliar o domínio sobre o conceito de Self dentro da Gestalt-Terapia, inserido-o na discussão sobre o tema, e articulando-o com a análise de discurso. Deste modo, tem sido objetivo desta pesquisa compreender e discutir como o uso da violência ocorre nos jogos eletrônicos e como afeta pessoas que os jogam para lazer ou para se profissionalizar na área assim como objetivos específicos que são discutir práticas discriminatórias como um efeito da estrutura patriarcal; analisar a relação entre as práticas discriminatórias e o ambiente dos videogames, escutar experiências de pessoas com práticas discriminatórias nos jogos; Analisar a experiência na incidência destas

práticas em jogos eletrônicos competitivos e seus efeitos. Ademais, ao utilizar-se de bases de dados como Lilacs e Scielo, a revisão bibliográfica tem sido o principal método utilizado para levantar estudos sobre o fenômeno e enriquecer o repertório que é necessário para dar passos mais robustos em direção ao que analisa-se no presente trabalho. O trajeto trilhado nos evidencia duas formas de análise da violência: como conteúdo inerente ao jogo e a partir da relação interpessoal. Quanto à primeira, não há consenso satisfatório entre os pesquisadores sobre os efeitos da violência no conteúdo dos jogos. Já sobre os efeitos da violência em jogadores, há poucos dados e evidências. Porquanto, conclui-se que ambas as formas carecem de pesquisa no campo para analisar as narrativas e experiências de jogadores, vítimas ou testemunhas de violência nesse ambiente. Partindo dos estudos que apontam para a existência de violência verbal e psicológica, é possível conceber que as intervenções clínicas de apoio se respaldam no acolhimento às experiências vividas por alguém, e aos lugares ou papéis que objetiva no mundo a partir deste ponto, à função personalidade (PHG, 1997; Gimbo, 2021). Dessa forma, ao investigar os fenômenos que surgem da relação do sujeito com os jogos eletrônicos, um instrumento de entretenimento que vem ganhando cada vez mais espaço, em soma de um material bibliográfico que será analisado à luz da Gestalt-Terapia, ver-se-á potencialidades que enriquecem o tema tratado, construindo-se um material informativo-reflexivo que auxiliará no entendimento acadêmico da relação existente entre jogos e pessoas. Somado a isso, estabelece-se uma ótica ampliada sobre a expressão humana por meio desses novos entretenimentos, seja de maneira positiva, seja de maneira negativa. Sendo assim, as mais diversas facetas humanas, incluindo a violência, podem ser vistas em uma grande extensão presentes nos jogos eletrônicos, desde à concepção do jogo e prosseguindo até transpassar a própria interação humana, tanto entre duas ou mais pessoas, ao utilizar a conexão online, quanto entre o material contextual e histórico do jogo com o próprio jogador, transmitindo ideias e valores os quais foram cristalizados naquele determinado meio que entretenimento.

Palavras-chave: Jogos eletrônicos; violência; gênero; Gestalt-terapia.

Referências:

PERLS, F.; HEFFERLINE, R.; GOODMAN, P. Gestalt-terapia. São Paulo: Summus, 1997.

HINTZE, Helio (org.). Desnaturalização do machismo estrutural na sociedade brasileira. ePub. Jundiaí: Paco Editorial, 2020. E-book. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=nj5NEAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT5&dq=machismo+estrutural+análise+crítica&ots=9hJQk8lZtz&sig=XdZmFPSU5J9oGY3qv4kLa1OpBgI#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 15 de jul. de 2024.

GIMBO, L. M. A violência como hábito: leitura de um fenômeno social a partir da teoria do self. in: NASCIMENTO, L. C. S. VALE, K. S. Processos em Gestalt-terapia: casos clínicos, ensaios teóricos. Ponta Grossa: Atena. 2021.

PRECIADO, Paul B. Um apartamento em Urano: Crônicas da Travessia. Docero Brasil: Zahar, 2021. Disponível em: https://doceru.com/doc/51s8cc0. Acesso em: 1 de Out. de 2023

BUTLER, Judith. Quem tem medo do gênero? Tradução Heci Regina Candiani. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2024. epub.

GT 57: "DESEJO DE CORRER PELOS CAMPOS": SAÚDE MENTAL E DIREITOS HUMANOS

Coordenação: Marcos Roberto Vieira Garcia (UFSCar), Adriana Rosmaninho Caldeira de Oliveira (UFF), Maria Antonieta Soares Dias (CAPSad)

A escuta clínica como prática de cuidado político: atendimento psicológico a defensores de direitos humanos ameaçados de morte no Pará

Eloísa Amorim de Barros (IESPES)

Introdução

O Brasil é, historicamente, um dos países mais perigosos para defensores de direitos humanos (DDHs), com registros alarmantes de ameaças, perseguições e assassinatos, especialmente na região amazônica. No estado do Pará, onde se cruzam disputas por terra, exploração ilegal de recursos naturais, racismo ambiental e violência institucional, ativistas quilombolas, indígenas, lideranças comunitárias, sindicalistas e comunicadores populares vivem sob constante risco. Apesar disso, ainda são escassas as políticas públicas intersetoriais que garantam suporte psicossocial efetivo a essas pessoas. O atendimento psicológico a DDHs ameaçados de morte demanda uma escuta clínica ética e situada, que reconheça os impactos subjetivos da violência, mas também afirme os sentidos coletivos de resistência, cuidado e pertença. Nesse contexto, este trabalho parte da problemática: como construir práticas clínicas comprometidas com a vida e os direitos humanos de sujeitos em situação de ameaça de morte, marcados por atravessamentos territoriais, raciais e políticos?

Objetivo

Este estudo teve como objetivo apresentar e refletir criticamente sobre a experiência de atendimento clínico psicológico oferecido a defensores de direitos humanos ameaçados de morte no estado do Pará, entre 2022 e 2024, no âmbito de uma iniciativa dos movimentos sociais para um cuidado integrado a esse público. Buscou-se, ainda, discutir os desafios ético-políticos dessa atuação, os sentidos de sofrimento implicados e os modos de cuidado e resistência que emergem do processo clínico, sobretudo a partir de uma abordagem sensível aos contextos sociais e coletivos.

Relação com o Grupo de Trabalho e Eixo Temático

O trabalho se insere no GT "Desejo de correr pelos campo: saúde mental e direitos humanos", ao abordar uma prática de escuta clínica situada no campo das lutas por justiça social, proteção territorial e enfrentamento à necropolítica. Reconhece-se que a clínica não é neutra, mas atravessada por relações de poder e pela posição ética de quem escuta. Assim, propõe-se uma clínica que se articula à proteção integral e à valorização das vidas ameaçadas — especialmente de defensores indígenas, quilombolas, ribeirinhos, camponeses e militantes urbanos em territórios historicamente violentados pelo colonialismo e pelo extrativismo predatório.

Orientação Teórica

A construção dessa prática clínica está ancorada em uma perspectiva crítica e ampliada de psicologia, com base nas contribuições da Psicologia Social Crítica, da Gestalt-Terapia. O Parte-se do entendimento de que o sofrimento psíquico é indissociável dos contextos sociopolíticos, históricos e territoriais nos quais os sujeitos estão inseridos. O conceito de necropolítica, formulado por Achille Mbembe, orienta a compreensão da lógica estatal e paraestatal que decide quais vidas podem ser descartadas, sendo essencial para pensar os riscos

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

enfrentados por defensores de direitos humanos na Amazônia.

Na dimensão clínica, a escuta sob a ótica da Gestalt-Terapia é entendida como uma prática de presença e responsabilização compartilhada, onde se busca construir, com a pessoa atendida, uma compreensão situada de seu sofrimento e de suas estratégias de enfrentamento. O conceito de emergência da figura e a ênfase na autossuporte são ressignificados a partir da noção de território e pertencimento político, abrindo espaço para narrativas de vida que não se restringem à dimensão individual, mas afirmam a coletividade e a ancestralidade como recursos de sustentação psíquica.

Estratégias Metodológicas

O trabalho apresenta um recorte qualitativo e cartográfico, com base na sistematização de atendimentos realizados a 4 defensores de direitos humanos ameaçados de morte, sendo duas mulheres e dois homens, de distintas identidades étnico-raciais e atuações políticas, em regiões urbanas e rurais do Pará, mais especificamente da região do Tapajós. Os atendimentos ocorreram de forma individual, remota, no contexto de uma política de proteção coordenada por entidades da sociedade civil e movimentos sociais.

A metodologia adotada foi inspirada na cartografia das experiências clínicas, permitindo acompanhar os modos como os sujeitos afetados pela violência política produzem sentidos sobre si, sobre o mundo e sobre sua prática coletiva de defesa dos territórios. As anotações clínicas e os relatos dos próprios defensores foram utilizados como material de análise, respeitando os princípios éticos de confidencialidade e anonimato.

Resultados

A análise das experiências clínicas revelou, de um lado, os efeitos devastadores da ameaça de morte na saúde mental dos defensores — como insônia, pânico, sentimentos de impotência, angústia, culpa e rupturas familiares. Muitos relataram o sofrimento de serem orientados a abandonar seu território, quebrando vínculos afetivos e identitários, agravado pela ausência de políticas públicas de proteção culturalmente sensíveis. Por outro lado, a escuta clínica possibilitou o reconhecimento de estratégias de resistência subjetiva e coletiva: a espiritualidade, a memória dos ancestrais, o apoio de comunidades e redes militantes, e a permanência no território como escolha política.

Constatou-se que o atendimento psicológico, quando realizado com escuta comprometida, favorece a elaboração de conflitos internos e a reativação de recursos de autossuporte, mesmo em contextos de insegurança extrema. A clínica não se limitou à escuta do sofrimento, mas abriu espaço para a invenção de possibilidades de vida e reexistência. A construção de alianças éticas entre psicólogos e defensores foi fundamental para produzir um cuidado não assistencialista, mas horizontal e politicamente engajado.

Conclusões

A experiência relatada aponta para a necessidade urgente de incluir o atendimento psicológico como parte indissociável das políticas de proteção a defensores de direitos humanos. Mais do que uma "assistência psicológica", trata-se de construir um espaço de escuta que reconheça o atravessamento do sofrimento por forças históricas de exclusão, e que afirme a potência de vida e de luta desses sujeitos. Isso exige dos profissionais de psicologia uma formação ética, técnica e política que rompa com modelos individualizantes e patologizantes, e que considere as múltiplas dimensões do cuidado.

A prática clínica apresentada tensiona os limites da psicologia tradicional e aponta caminhos para uma clínica ampliada, comunitária e territorializada, que compreende o sofrimento como efeito da violência estrutural, mas também como expressão de resistência. Nesse sentido, a psicologia, especialmente a psicologia social crítica, tem um papel estratégico na construção de políticas públicas comprometidas com a defesa da vida e com os direitos dos povos e comunidades que seguem resistindo na Amazônia.

Crochê-Terapia como Prática Psicossocial: Fios da Vida, Nós do Cuidado

Sofia Paes (UFAM), Mariana Rosa Rocha da Silva (UFAM), Yasmin de Souza Mendonça (UFAM), Maria Clara de Freitas Andrade Coelho (UFAM)

O presente relato de experiência tem como objetivo apresentar o desenvolvimento das atividades realizadas pelo Projeto de Extensão da Faculdade de Psicologia da UFAM, intitulado "Crochê-Terapia: tecendo uma arte de cuidado", compreendido como espaço de promoção de novos saberes e de participação social no contexto de práticas psicossociais. Idealizado por acadêmicas de psicologia, o projeto propõe a utilização do crochê como uma prática terapêutica dentro da perspectiva da arteterapia, permitindo que o sujeito se expresse por meio da arte, favorecendo processos de autoconhecimento, reflexão e fortalecimento de vínculos (REIS, 2014). Nesse contexto, o projeto articula os saberes tradicionais de artes manuais com práticas de cuidado coletivo, reafirmando a potência transformadora da arte como instrumento de emancipação, fortalecimento das redes de apoio e enfrentamento de múltiplas violências, simbólicas, subjetivas e institucionais, que atravessam os sujeitos. Desse modo, a finalidade do projeto é promover a saúde mental por meio do crochê como prática de arteterapia, valorizando saberes locais, fortalecendo vínculos afetivos e alcançando também pessoas em situação de vulnerabilidade social. Uma das influências teóricas do projeto é a Psicologia Social Latino-Americana (Ferreira, 2010). Até a década de 1970, a psicologia social no Brasil era fortemente influenciada por uma assimilação acrítica de conhecimentos europeus e principalmente estadunidenses — processo esse intensificado pelo regime militar e pela profunda desigualdade social no Brasil. Diante disso, emergiu um movimento de psicólogos comprometidos com uma psicologia crítica e contextualizada, voltada às demandas sociais da América Latina. Atualmente, essa vertente defende intervenções coletivas, valoriza os saberes populares e busca a transformação social. Nesse cenário, o crochê se apresenta como uma prática alinhada a esses princípios: trata-se de um saber ancestral, transmitido entre gerações, que fortalece identidades locais e coletivas. Na perspectiva de Martín-Baró (1996), o papel do psicólogo é favorecer a conscientização como caminho para a libertação das populações oprimidas. Assim, o crochê atua como ferramenta de resgate identitário, valorizando a cultura e a história de vida de cada sujeito. O projeto também se fundamenta nas conquistas do movimento antimanicomial, que defende o fim do modelo hospitalocêntrico e manicomial, bem como a promoção de cuidados mais humanizados e emancipatórios, baseados no respeito à autonomia e singularidade dos indivíduos. Inspirando-se na psiquiatra Nise da Silveira, que reconheceu na arte uma forma sensível de expressão das angústias internas, o projeto utiliza o crochê como ferramenta psicossocial, integrando aspectos subjetivos, relacionais e culturais no cuidado em saúde mental. A ação de tecer permite que emoções e vivências se materializem simbolicamente, dando forma a sentimentos muitas vezes difíceis de verbalizar. Nesse processo, o sofrimento pode ser expressado sem a necessidade de intervenções invasivas, promovendo um cuidado mais acolhedor, criativo e humanizado. Em contraste com abordagens centradas exclusivamente na medicalização, o Crochê-Terapia propõe uma prática que valoriza a criação, o vínculo e a troca afetiva como caminhos potentes de cuidado e resistência, tanto aos modelos manicomiais, que historicamente segregam e silenciam os sujeitos, quanto às múltiplas formas de opressão que se manifestam por meio do estigma, da exclusão social e das desigualdades no acesso ao cuidado em saúde mental. A metodologia do projeto se organiza em atividades semanais distribuídas em quatro eixos principais: encontros temáticos, oficinas, grupos de

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

estudos e tardes descontraídas. Entre as ações centrais, destacam-se as oficinas de crochê — gratuitas e abertas ao público — concebidas como espaços de aprendizado coletivo e troca de saberes em torno da arte manual. Durante esses encontros, os participantes são acompanhados desde a escolha dos materiais até a execução dos pontos básicos, em um processo que vai além do desenvolvimento técnico: promove vínculos, fortalece o sentimento de pertencimento e amplia a compreensão da saúde mental como um direito coletivo e socialmente construído. As oficinas constituem, ainda, um espaço seguro e acolhedor, no qual os participantes podem se expressar com liberdade, encontrar momentos de relaxamento e vivenciar experiências de escuta e cuidado mútuo. Essa proposta se contrapõe à lógica tradicional, clínica e individualizante da atenção à saúde mental, ao valorizar práticas terapêuticas mais humanizadas, coletivas e sensíveis à singularidade de cada sujeito. Além do cuidado emocional, as oficinas também cumprem uma função social e econômica, especialmente para pessoas em situação de vulnerabilidade, ao possibilitarem a geração de renda ou mesmo o reconhecimento do crochê como uma forma digna de trabalho. Desse modo, a atividade adquire um novo significado, ligado à autonomia e ao empoderamento, do ponto de vista cultural, o crochê é uma prática ancestral transmitida entre gerações, e nas oficinas, essa dimensão é resgatada, aprendida e valorizada. Participantes de diferentes faixas etárias compartilham suas histórias, saberes e experiências, reforçando o reconhecimento dos conhecimentos populares e comunitários em diálogo com as técnicas formais, ressignificando o fazer manual como um território de memória, resistência e cuidado. A proposta metodológica do projeto Crochê-Terapia está profundamente articulada à promoção da saúde mental, ao compreender o cuidado como um processo que se constrói em rede, por meio do afeto, da escuta e da valorização da expressão subjetiva. Assim, a metodologia adotada não apenas propõe uma abordagem humanizada, mas também fortalece o alinhamento entre bem-estar psíquico e laços sociais, especialmente em contextos marcados por vulnerabilidades. Sob essa perspectiva, a definição de saúde mental fornecida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) dialoga diretamente com os fundamentos do projeto. Segundo a OMS, saúde mental não se restringe à ausência de transtornos, mas é compreendida como um estado de bem-estar no qual o indivíduo reconhece suas capacidades, consegue lidar com os estresses da vida, trabalhar de forma produtiva e contribuir para sua comunidade. Dessa forma, cuidar da saúde mental envolve também criar espaços em que as pessoas se sintam vistas, acolhidas e fortalecidas em sua singularidade e coletividade. O Crochê-Terapia, portanto, afirma-se como uma proposta psicossocial potente, ao integrar práticas criativas, memória cultural e suporte emocional em um único campo de cuidado. Mais do que ensinar uma técnica, o projeto possibilita reconstruções subjetivas, redes de apoio e novas formas de viver o cotidiano com mais sentido, leveza e pertencimento. Além de seu compromisso com a promoção da saúde mental, o projeto Crochê-Terapia também se articula com ações vinculadas a causas e movimentos sociais mais amplos, como a mobilização contra o abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes, reconhecendo que o cuidado deve caminhar junto com a proteção dos direitos humanos. Tendo isso em vista, o projeto busca inserir em suas práticas reflexões e ações que contribuam para a conscientização da comunidade acerca das violências simbólicas, institucionais e estruturais que afetam, de maneira particular, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Nesse sentido, o projeto amplia seu campo de atuação ao integrar atividades formativas e oficinas temáticas voltadas para o enfrentamento das violências e a promoção da cidadania, reforçando o compromisso com a construção de uma cultura de cuidado, escuta e responsabilização coletiva. Além disso, o projeto também realiza intervenções voltadas especificamente para crianças e adolescentes,

promovendo atividades lúdicas durante as mobilizações do 18 de maio. Ao criar espaços seguros e afetivos, onde o diálogo e a expressão criativa são incentivados, o Crochê-Terapia contribui não apenas para o fortalecimento emocional dos participantes, mas também para a formação de uma consciência crítica e sensível às questões sociais que atravessam os sujeitos. Vinculado a essa temática, destaca-se que o Crochê-Terapia firmou uma parceria com o projeto LibertAr-te, idealizado pela Defensoria Pública do Estado do Amazonas. A iniciativa reúne adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, promovendo atividades voltadas à democratização do acesso à cultura, educação e informação, como leitura, oficinas, peças de teatro, poesia, rodas de conversa e palestras. Essas ações buscam estimular a reflexão, o desenvolvimento da criatividade, o reconhecimento de habilidades, além de contribuir para a ressocialização e a humanização do processo socioeducativo. Nesse contexto, o crochê se integra como uma prática voltada ao autoconhecimento, controle emocional, identificação e acolhimento, sendo reconhecido como expressão legítima da cultura, ferramenta de transformação social e ato político de cuidado e afirmação de direitos. A atividade permite a exploração da subjetividade por meio de uma concepção estética do humano, promovendo trocas, cuidado mútuo e a construção de memórias afetivas positivas — aspectos que tornam mais acessível a escuta e o manejo do sofrimento psíquico. Além disso, o crochê pode representar uma potencial fonte de renda, viabilizando a produção de peças únicas e personalizadas, o que contribui para a autonomia financeira, inclusão social e sustentabilidade. O Crochê-Terapia reafirma a potência das práticas coletivas e sensíveis como caminhos de cuidado e transformação social. Com uma média de 20 participantes nas quatro oficinas regulares e mais de 30 crianças envolvidas em atividades externas, como as realizadas no dia 18 de maio, os dados evidenciam a amplitude e o impacto significativo das ações desenvolvidas pelo projeto. Ao entrelaçar arte, escuta, memória e pertencimento, o projeto contribui para a construção de espaços onde vínculos são fortalecidos, saberes populares são valorizados e direitos são efetivados no cotidiano. Mais do que uma técnica, o crochê torna-se linguagem, expressão e resistência — um fio que tece autonomia, cidadania e cuidado em rede.

Cuidado em saúde mental sob a lente interseccional: experiência de residentes multiprofissionais numa enfermaria psiquiátrica

sabella Cunha Alves da Silva (IPUB/ UFRJ), Valentina Faria de Almeida Prado (IPUB/ UFRJ), Laura Freire Nasciutti (IPUB/ UFRJ), Ivanildo Antônio da Silva Júnior (IPUB/ UFRJ), Hugo Rabello Zuquello (IPUB/UFRJ)

Introdução

A lei da Reforma Psiquiátrica Brasileira 10.216/2001 foi um marco no cuidado em saúde mental no Brasil, preconizando serviços territoriais de atenção psicossocial em detrimento de internações em serviços asilares. Como seguimento da implementação dessa política, o Município do Rio de Janeiro proporcionou a desativação de leitos psiquiátricos concomitante à criação de centros de atenção psicossocial (CAPS), residências terapêuticas e outros dispositivos da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Nesse município, do ano de 2002 até 2012, o número de internações em leitos psiquiátricos caiu de 42.762, em 2002, para 20.404, em 2012 (RIBEIRO ET AL. 2016). Entretanto, apesar da redução das internações psiquiátricas, ainda há entraves para a promoção do cuidado em liberdade, pode-se citar políticas públicas que fortalecem modelos asilares como a Resolução nº 32 do MS/2017 que promove inclusão do hospital psiquiátrico na Raps (Brasil, 2017).

É nesse contexto que se insere a residência multiprofissional em saúde mental, enquanto proposta formativa e estratégia política, comprometida com a desconstrução de práticas manicomiais e a consolidação de um cuidado ético, territorializado e intersetorial. Em nosso caso, os residentes atuam, inicialmente, em uma enfermaria com 75 leitos psiquiátricos, sendo referência para usuários de diferentes zonas programáticas da cidade do Rio de Janeiro. O desafio cotidiano é articular o retorno dos sujeitos ao território e à vida comunitária, o que exige enfrentamento das lógicas de exclusão e produção de práticas inovadoras de cuidado.

Objetivo

Refletir como os marcadores sociais de raça, classe e gênero atravessam o cuidado dos sujeitos internados numa enfermaria psiquiátrica.

Objetivos específicos

- A partir de relato de experiência, mostrar que a vulnerabilidade social é um fator que complexifica o processo de alta hospitalar.

- Pensar o cuidado em liberdade e indicar formas de cuidar que reconheçam e trabalhem a partir da diferença.

Relação com o GT e Eixo Temático

A presente proposta se insere no eixo “Psicologia Social e Saúde” e se articula com o GT 57 “Desejo de correr pelos campos”, ao colocar em análise a institucionalização da loucura em sua intersecção com determinantes sociais e históricos. O trabalho questiona a hegemonia de práticas medicalizantes e universalizantes, e propõe, a partir da experiência de campo, alternativas éticas e situadas que valorizem a diferença e os direitos humanos.

Referenciais Teóricos

A crítica institucional ao modelo biomédico se ancora na Reforma Psiquiátrica e em autores como Basaglia (2005) e Amarante (2009), que propõem um deslocamento do eixo clínico para o político e ético do cuidado. A lógica manicomial, entendida como expressão da gestão da diferença, se sustenta sobre práticas excludentes e disciplinadoras, que produzem sujeições e apagamentos.

A Organização Mundial da Saúde (2008) propõe os determinantes sociais da saúde como lente para compreender o adoecimento a partir de condições materiais de vida. No Brasil, autores como Buss e Pellegrini Filho (2007) apontam a centralidade do racismo

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

estrutural, da pobreza e da desigualdade de gênero como fatores que intensificam a produção do sofrimento psíquico.

A interseccionalidade, conceito desenvolvido por Crenshaw (2002) e expandido por autoras como Collins (2016) e Akotirene (2019), oferece uma lente potente para compreender como múltiplas opressões se articulam e afetam de maneira desigual determinados corpos. Gonzalez (1988) contribui com a noção de amefricanidade, destacando a importância de epistemologias negras na produção de saber e cuidado. Nesse sentido, cuidar exige escuta, presença, reconhecimento da singularidade e crítica aos dispositivos que perpetuam a exclusão institucionalizada.

Metodologia

Este trabalho foi desenvolvido a partir da experiência direta dos autores - todos residentes multiprofissionais (psicólogos) de uma instituição psiquiátrica na cidade do Rio de Janeiro desde março do ano presente. O método utilizado foi o relato de experiência que, de acordo com Mussi, Flores e Almeida (2021), é marcado pela descrição de uma intervenção produzida no âmbito de uma vivência acadêmica.

A imersão dos autores/residentes nas enfermarias psiquiátricas permite vivenciar cenas do cotidiano institucional e captar os modos de subjetivação produzidos no interior da lógica hospitalar e suas tensões com os princípios da reforma psiquiátrica. Diário de campo, leitura de prontuários e registros institucionais compõem a intervenção. Além disso, as atividades de educação permanente semanais incentivam a pensar criticamente sobre o mundo do trabalho, o cuidado ofertado e os marcadores sociais que o atravessam.

Resultados e Discussão

A experiência evidenciou que raça, classe e gênero atravessam decisivamente os processos de internação e desospitalização. Sujeitos marcados pela vulnerabilidade social — como mulheres negras e idosas, pessoas em situação de rua, usuários com histórico de institucionalização prolongada — enfrentam maiores obstáculos no acesso ao cuidado em liberdade. A ausência de vínculos familiares, a fragilidade das redes de apoio e a escassez de dispositivos comunitários dificultam a construção de projetos terapêuticos singulares e reforçam a cronificação das internações.

Em diversos casos, observou-se que o racismo estrutural e o sexismo operam de forma silenciosa nas decisões institucionais, afetando tanto o tempo de internação quanto as possibilidades de cuidado fora do hospital. A escuta das narrativas dos usuários, frequentemente desqualificadas como delírios, revelou-se uma importante ferramenta de reconstrução da autonomia e de elaboração de estratégias de cuidado territorializado. Os vínculos afetivos construídos entre pacientes na internação também foram mobilizados como recurso terapêutico para viabilizar a alta.

O cuidado de pessoas em situação de rua mostrou-se particularmente desafiador. As políticas públicas ainda se organizam a partir de um modelo domiciliar de cuidado, incompatível com a trajetória de itinerância desses sujeitos. A proposta de um cuidado baseado no "território existencial" — que considera a circulação e as referências significativas do sujeito — foi fundamental para articular o trabalho intersetorial entre diferentes equipamentos da RAPS e da assistência social.

A experiência dos residentes demonstra que, mesmo em instituições marcadas por práticas asilares, é possível produzir rupturas e instaurar outras formas de cuidar, mais sensíveis à história de vida e aos contextos sociais dos usuários. A aposta na escuta qualificada, no reconhecimento das desigualdades e na invenção de estratégias a partir da diferença foi decisiva para sustentar o cuidado ético e comprometido com a cidadania.

Conclusões

Dificuldades de efetivação de alta implicada com a continuação do cuidado para fora dos muros da instituição, mesmo em pacientes com estabilidade clínica, evidenciam a relação estreita entre a saúde mental e os determinantes sociais de saúde. A vulnerabilidade social,

manifestada pela precariedade da moradia, a insuficiência de renda, a fragilidade das redes de apoio social e a escassez de dispositivos e oportunidades no território, atua como um verdadeiro obstáculo para a reinserção social dos usuários, reforçando as reinternações constantes, assim como a manutenção de sua vida em liberdade.

Um cuidado em saúde deve ir além de questões biomédicas e não pode negligenciar a complexidade do contexto social. A lente da interseccionalidade se mostra crucial para perceber como os entrecruzamentos de raça, gênero e classe social potencializam as vulnerabilidades, tornando a alta e a reinserção ainda mais complexa. Assim, os residentes percebem a urgência de inventar e aplicar ferramentas inovadoras no campo da saúde mental que contribuam para minimizar entraves que perpetuam a exclusão de usuários da saúde mental atravessados por marcadores sociais. O diálogo com os determinantes sociais é imprescindível para reconhecer a interseccionalidade das opressões e operar um verdadeiro cuidado em liberdade.

Referências

AMARANTE, Paulo. Saúde mental e atenção psicossocial. 4. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. (Coleção Feminismos Plurais).

BASAGLIA, Franco. A instituição negada. 5. ed. São Paulo: Escuta, 2005.

BUSS, Paulo Marchiori; PELLEGRINI FILHO, Alberto. A saúde e seus determinantes sociais. Physis: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 77-93, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/physis/a/j9xNTRxFJK9JFZ6gBgjPnVr/?lang=pt. Acesso em: 4 jun. 2025.

COLLINS, Patricia Hill. Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Tradução: Regina A. Barbosa. São Paulo: Boitempo, 2016.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. In: ONU. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan./abr. 2002.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: GONZALEZ, Lélia. Primavera para as rosas negras: uma seleção de textos de Lélia Gonzalez. Organização: Flávio Gomes; Giovana Xavier. Rio de Janeiro: Zahar, 1988 [publicado originalmente nos anos 1980]. p. 57-62.

Mussi, R. F. de F., Flores, F. F., e Almeida, C. B. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. Revista Práxis Educacional, v. 17, n. 48, p. 60-77, 2021, Bahia/Brasil. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/http://educa.fcc.org.br/pdf/apraxis/v17n48/2178-2679-apraxis-17-48-60.pdf. Acessado em: 03/06/2025.

Ribeiro JM, Moreira MR, Bastos FIPM, Fernandes, FMB, Inglez-Dias A. Políticas de saúde mental, álcool, crack e outras drogas: o caso do município do Rio de

Janeiro. Cien Saude Colet 2016;21(1):71-8

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Closing the gap in a generation: health equity through action on the social determinants of health. Final report of the Commission on Social Determinants of Health. Geneva: WHO, 2008.

Cuidado intersetorial como resistência: trajetórias interrompidas e reconexões possíveis no atendimento a uma mulher em Manaus/AM

Walessa Bentes de Almeida (UEA), Polyana Peixoto Pinheiro (UEA, SES-AM), Andreia Batista Lima (SES-AM)

Este relato de experiência foi construído a partir do acompanhamento intersetorial de uma mulher cisgênero, vivendo com HIV e diagnóstico de transtorno mental, em situação de extrema vulnerabilidade social, na cidade de Manaus/AM. Sua trajetória foi marcada por vínculos familiares fragilizados, pobreza, estigmas sociais associados aos diagnósticos e histórico de violências (gênero, doméstica, institucional). Ao longo de sua trajetória, a usuária percorreu distintos pontos da rede: do CRAS à UBS, do CAPS à maternidade, passando por dispositivos como a Defensoria Pública, o Centro Especializado de doenças tropicais e infecciosas e o INSS. Cada um desses espaços apresentou desafios distintos, exigindo reinvenções constantes por parte das equipes para sustentar o cuidado

A experiência partiu do desafio de enfrentar a fragmentação das redes e promover um cuidado articulado às especificidades da usuária, evitando sua revitimização. O sofrimento psíquico não podia ser compreendido de forma isolada, pois se enraizava em processos históricos de exclusão, estigmatização e negação de direitos. Em diversos momentos, o diagnóstico em saúde mental foi utilizado para deslegitimar sua fala, dificultar o acesso a benefícios e invisibilizar seus relatos de violência. Simultaneamente, a soropositividade operava como marcador de moralidade, reforçando a exclusão e atravessando o atendimento institucional.

O acompanhamento propôs a articulação entre as redes de saúde, assistência social e justiça, orientada pelos princípios da integralidade, da escuta qualificada e do respeito à autonomia da usuária. O objetivo foi oferecer um suporte que reconhecesse o sofrimento em sua complexidade, promovendo não apenas acesso a direitos, mas também espaços de cuidado sensíveis.

A experiência relatada mobiliza reflexões sobre os efeitos das múltiplas vulnerabilidades sociais na saúde mental de mulheres em situação de exclusão, evidenciando como gênero, soropositividade, raça, classe e diagnóstico psiquiátrico se entrecruzam na produção do sofrimento e nas barreiras enfrentadas no acesso às políticas públicas. Trata-se de uma trajetória marcada por silenciamentos institucionais e pela negação da escuta em diversos espaços, exigindo práticas psicossociais implicadas, capazes de reconhecer a singularidade e os atravessamentos que constituem cada história de vida.

Do ponto de vista teórico, a experiência foi orientada por contribuições da Psicologia Social Crítica, da abordagem interseccional e da noção de cuidado como prática ético-política. A análise e a atuação das profissionais foram guiadas pela compreensão do sofrimento como fenômeno social e historicamente produzido, pelas articulações entre múltiplas opressões estruturais, como gênero, raça, classe, diagnóstico e soropositividade, e pela crítica à fragmentação das políticas públicas. Referenciais como Foucault (1979), ao abordar os modos como o poder opera na produção das subjetividades, e Chaui (1994), ao discutir as formas ideológicas de silenciamento institucional, contribuíram para evidenciar os efeitos normativos das instituições sobre a experiência da usuária e os sentidos do cuidado.

A sistematização da experiência foi realizada com base em registros em prontuários, anotações clínicas, reuniões de equipe (presenciais e online) e reflexões produzidas ao longo do processo. A atuação interprofissional envolveu

escuta qualificada, elaboração compartilhada de estratégias de cuidado, articulação entre serviços e realização de encaminhamentos que garantiram a permanência da usuária nos atendimentos e o acesso a direitos sociais e previdenciários.

Destaca-se que, em um dos momentos do acompanhamento, já no contexto da gestação, a usuária acessou uma maternidade pública, onde a equipe de Psicologia pôde atuar em articulação com os demais profissionais de saúde e assistência. A experiência reafirmou que o cuidado em saúde mental materna deve ser compreendido como parte indissociável da atenção integral à saúde da mulher e do bebê, especialmente nos períodos gestacional e puerperal, quando estão em curso processos subjetivos estruturantes, que atravessam a construção da maternidade, do corpo e das identidades. Reconhecer a gestação como uma travessia subjetiva, e não apenas como um evento biológico, exige escuta ética, sensível e comprometida com os determinantes sociais que marcam as trajetórias das mulheres.

Entre os principais resultados observados, destacam-se a reativação da rede de proteção, o acesso à atenção em saúde mental, o fortalecimento da articulação com os serviços e o encaminhamento bem-sucedido ao Benefício de Prestação Continuada (BPC). A escuta qualificada favoreceu a ressignificação da trajetória da usuária, abrindo caminhos para novos sentidos sobre si e fortalecendo laços de pertencimento com os serviços que a acolheram com maior sensibilidade. A interlocução interprofissional nesse caso, foi determinante para o enfrentamento das barreiras institucionais historicamente impostas às mulheres em situação de vulnerabilidade, reafirmando a importância de práticas que ultrapassem a patologização dos sintomas e reconheçam as violências como estruturantes das experiências subjetivas e da cidadania negada.

Concluímos que o trabalho intersetorial, ainda que transitório, quando sustentado em diálogo entre políticas, presença profissional e compromisso ético, pode operacionalizar-se como ferramenta de enfrentamento às barreiras institucionais enfrentadas por mulheres em situação de vulnerabilidade. O cuidado psicossocial, nestes casos, só se efetiva quando há disponibilidade para escuta, vínculo e construção de estratégias que considerem o território, os determinantes sociais e a singularidade de cada trajetória. A experiência reafirma que, diante de contextos marcados por exclusão, é possível promover transformações concretas quando há escuta ética e situada e articulação comprometida com o cuidado enquanto direito.

Determinantes sociais e Saúde Mental em contextos rurais

Maria da Graça Silveira Gomes da Costa (UFSB), Roseane Amorim da Silva (UAST - UFRPE), Lorena Lima de Moraes (UAST - UFRPE)

O Relatório Mundial da Saúde Mental: transformando a saúde mental para todos, lançado em 2023 pela Organização Panamericana de Saúde (OPS), mostra que nos últimos vinte anos, aproximadamente uma em cada oito pessoas no mundo sofre de algum transtorno mental. Os transtornos mentais são a principal causa de anos vividos com incapacidade (AVI), representando um em cada seis AVI em todo o mundo. Neste estudo tivemos como objetivo refletir sobre a determinação social da saúde mental em contextos rurais a partir da perspectiva das Ciências Humanas e Sociais, considerando as questões relativas ao acesso à saúde, cuidado psicossocial e desigualdades étnico-raciais, socioterritoriais e de gênero. Subsidiamos-nos teoricamente no conceito de determinação social da saúde, que se refere à forma como os processos sociais, econômicos, políticos, ambientais e culturais determinam, de forma estruturante, a saúde das populações, o que não se reduz a fatores isolados ou determinantes individuais (como estilo de vida ou genética), mas sim às relações sociais mais amplas que moldam as condições de vida e de trabalho das pessoas. Para isso realizamos uma revisão integrativa da literatura no primeiro semestre de 2024 e buscamos artigos que abordaram a temática em discussão, utilizando as palavras “saúde mental” AND “ruralidade” como descritores de busca, nas bases indexadoras SciELO – Scientific Electronic Library, LILACS, Web of Science, e na Biblioteca Virtual em Saúde - BVS, considerando os últimos 10 anos. Como principais resultados observamos que a literatura aborda a relação entre violência contra mulheres e sofrimento psicossocial; o uso abusivo de álcool e tabaco em comunidades rurais e tradicionais; a relação entre trabalho, saúde mental e gênero; e as dificuldades de acesso da população rural aos serviços de saúde. Em contextos rurais, a falta de equipamentos de saúde e a distância para as áreas urbanas dificulta que a população acesse os serviços de saúde e cuidem de sua saúde mental. A literatura nos mostra que se faz imprescindível considerar a relação entre saúde mental a cultura e os modos de vida, para pensar sobre formas mais eficazes de oferta e cuidado em saúde mental nos contextos rurais, reconhecendo os aspectos sociopolíticos, históricos, significados culturais, práticas de autogestão do cuidado e formas de suporte social nas comunidades, atuando no sentido do fortalecimento e reconhecimento dos saberes locais em articulação com os saberes especializados do campo da saúde. Nos estudos localizados percebemos a ausência de discussões sobre o impacto das questões étnico-raciais na saúde mental da população rural, um pequeno quantitativo de trabalhos discutiram a questão racial, aliada a classe e gênero, considerado como determinantes sociais de saúde. Sabemos através de outros estudos, a exemplo dos realizados com as populações periféricas, que as opressões de raça produzem impactos em diferentes setores da vida, destituindo os sujeitos de sua cidadania e de seus direitos básicos, como o direito à saúde, de forma específica à saúde mental, ao lazer, ao trabalho e à educação. A maioria dos estudos localizados, totalizando 40, foi realizada em assentamentos rurais e/ou em comunidades camponesas, evidenciando a necessidade de mais estudos que abordem esse debate a partir dos contextos de comunidades e povos tradicionais em contextos rurais que se organizam em torno de uma identidade étnica coletiva.Chamou-nos atenção nos estudos a discussão sobre gênero, em muitas pesquisas foi abordado o quanto as desigualdades sociais, a falta de investimentos nas populações do campo, floresta, ribeirinhas, quilombolas e indígenas, impacta sobretudo, a vida das mulheres, devido as várias violências sofridas e

a sobrecarga de trabalho. Observamos em 24 estudos o quanto a violência contra a mulher é presente nas áreas rurais, e que em várias situações essas mulheres buscam no uso de álcool um refúgio, mesmo que temporário. Ficou evidente que o uso abusivo de álcool ocasiona uma série de outros problemas em suas vidas, inclusive contribui para que as mulheres que bebem com frequência elevada durante a semana e um padrão alcoólico alto, 4 ou mais doses em uma ocasião, fiquem mais vulneráveis a sofrerem violências. As pesquisas localizadas também evidenciaram que a sobrecarga de trabalho na agricultura, nos cuidados com a casa, filhos e demais integrantes familiares, não deixa espaço para que as mulheres cuidem de si. Em uma das pesquisas foi visto que as mulheres não sabiam o significado da palavra lazer, pois tempo livre, de descanso não fazia parte de suas rotinas, não era verbalizado, tampouco vivenciado, algo que é tão necessário para a saúde mental. O que chama atenção sobre a urgência de um olhar direcionado para as mulheres rurais, muitas estão adoecidas sem saber ou sem ter como procurar ajuda. Em alguns contextos rurais, a falta de equipamentos de saúde e a distância para as áreas urbanas dificulta que a população acesse os serviços de saúde e cuidem de sua saúde mental. Atrelada à distância geográfica, está a falta de transporte público, as condições desgastadas das estradas, e a falta de recursos para a mobilidade de uma área a outra, o que agrava a situação de saúde de muitas pessoas que moram nessas áreas. Todos esses aspectos visualizados nas pesquisas chamam atenção para a necessidade de políticas públicas que tenha como foco as áreas rurais, visando a implantação de serviços de saúde, a disponibilização de transporte que possa levar as pessoas que precisam de um atendimento em saúde mental até a cidade, as campanhas de prevenção/informação, para que essas cheguem nessas áreas, entre outras medidas.

.

Entre grades de papel e janelas de grafite: Desafios vivenciados por estudantes do ensino médio

Felipe Gertrudes Sampaio (ESTÁCIO AMAZONAS), Sarah Tayna Leal de Oliveira (Estácio Amazonas), Aline de Lima Sousa (Estácio Amazonas)

Este trabalho pretende relatar atividades realizadas durante um projeto extensionista vinculado à matéria de Psicologia, ética e Direitos Humanos, executado no ano de 2023 por estudantes de Psicologia da faculdade Estácio do Amazonas em uma Escola Estadual, pertencente à rede pública de ensino de Manaus/AM. Esta instituição, localizada na Zona Centro-Oeste da cidade, funciona como "escola corredor", acolhendo alunos de todas as regiões de Manaus, sendo parte significativa deles habitantes das regiões norte e leste da capital, regiões essas que são caracterizadas por baixo desenvolvimento socioeconômico e com maior acolhimento à imigrantes vindos de países como Venezuela e Haiti. O trabalho foi realizado tendo como seu foco principal os desafios enfrentados por alunos do 1º, 2º e 3º anos do ensino médio. Este público em específico dentro do contexto escolar foi escolhido considerando ser a adolescência uma etapa da vida marcada por transformações biológicas, cognitivas, afetivas, psicológicas e sociais que, quando associadas às conjunturas históricas e contextuais desiguais, excludentes entre essa juventude, potencializam a ocorrência de sofrimentos emocionais, o que influi sobre o processo educativo. Nesse sentido, ao abordar essas dimensões em um contexto escolar através deste projeto de extensão, enfatizou-se a importância da conscientização, a prevenção e o apoio emocional como meios essenciais para possibilitar uma vivência escolar mais equilibrada e satisfatória, tanto do ponto de vista acadêmico quanto emocional dos estudantes. A problemática abordada esteve alinhada com a demanda sócio comunitária, visando promover discussões acerca da saúde mental e o bem-estar, compreendendo as especificidades dos/as estudantes desta escola em um cenário Manauara, marcado por entraves educacionais quanto a estrutura pouco eficiente em boa parte das escolas públicas da cidade, a superlotação de salas de aula, a distorção idade-série e atraso na conclusão do ensino médio, além dos desafios inerentes às adaptações frente ao novo ensino médio. Tal realidade, apesar de situada no Norte, não se distancia das realidades de outras micro e macrorregiões do Brasil, o que tem propiciado discussões acerca dos efeitos emocionais para o público estudantil. Observa-se que diversas pesquisas e estudos têm mostrado o aumento dos índices de ansiedade, depressão e outros transtornos mentais entre os jovens estudantes (Fernandes et al., 2019), dados que consolidam o fato de que tal demanda é cada vez mais urgente e necessária de ser abordada, tanto considerando os efeitos na educação quanto no âmbito da saúde mental. De maneira geral, o projeto foi realizado com o objetivo de promover a conscientização e sensibilização sobre a importância da saúde mental e o bem-estar dos estudantes. De maneira mais específica o projeto buscou desenvolver estratégias para redução da pressão acadêmica, de forma a colaborar com um ambiente escolar mais saudável e equilibrado e oferecer atividades e recursos para o cuidado com a ansiedade e depressão, visando a melhoria da qualidade de vida dos alunos. Além disso, foi objetivado apresentar ao público participante outras formas de ingresso no mercado de trabalho além do ensino superior, com o intuito de diminuir a pressão sentida pelos mesmos relacionada ao mercado de trabalho e ao futuro. Nesse sentido, há uma articulação deste resumo ao GT 13: Educação Pesquisa e Transformação Social, que se justifica pelo compromisso compartilhado com a transformação social a partir da educação e da Psicologia Social Crítica. O projeto extensionista apresentado, ao intervir diretamente na

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

realidade de uma escola pública manauara, evidencia os efeitos subjetivos das desigualdades estruturais sobre a juventude e propõe práticas de cuidado, discussão e formação crítica. Assim como propõe o GT, a iniciativa rompe com a neutralidade científica e mesmo acadêmica, e aposta em metodologias participativas e emancipadoras, alinhadas à perspectiva de transformação da realidade local e à contribuição para práticas em psicologia contra hegemônicas. O referido projeto estruturou-se em etapas, caracterizando: Levantamento de dados a partir de pesquisa em plataformas online relativos à instituição e seu público; Visita inicial e técnica à instituição a fim de compreender a demanda local e ouvir relatos dos adolescentes e funcionários, a partir de roda de conversa; Elaboração do projeto de intervenção; Apresentação das propostas à direção da instituição; Construção do roteiro das oficinas; Intervenção e aplicação das propostas, da qual participaram 25 adolescentes; e por último, retorno para discussão das implicações do projeto. Durante as visitas realizadas no decorrer do projeto, foram observadas e coletadas informações sobre o funcionamento da instituição e a realidade do público-alvo (os estudantes). Dentre estas, foi possível observar demandas referentes à alta pressão sentida pelos alunos exercida pela escola e vestibulares, ansiedade e depressão, e problemas de inclusão de pessoas com deficiência. Diante das demandas apresentadas, a problemática escolhida e priorizada para a elaboração do projeto de extensão foi a promoção da saúde mental e o bem-estar dos estudantes, com foco na redução da pressão acadêmica e no cuidado com a ansiedade e depressão. Para recolher tais dados, foram realizadas visitas à instituição escolar a observação direta, além da aplicação de questionários para compreender as principais dificuldades dos estudantes. O projeto tratado neste resumo teve como base teórica a psicologia social crítica e sócio-histórica, com os escritos de autoras como Silvia Lane (2007), Jacques et al. (2013), Aguiar e Bock (2016), Paulo Freire (1997), entre outros, que possibilitam enfatizar a dimensão subjetiva, histórica e contextualizada no campo da educação, além da perspectiva ativa e que constitui todo o corpo escolar, estudantes, professores e comunidade, como atores sociais. Por meio desse intercâmbio discursivo e do contato com o campo, foi possível perceber como as pressões excessivas vivenciadas no ambiente escolar impactam diretamente a motivação e a forma como os estudantes enxergam o presente e o futuro, contribuindo para a desmotivação e o baixo desempenho acadêmico. Por isso, ao considerar tal realidade, tomamos como ponto de partida a compreensão de que a formação recebida ao longo da vida, especialmente no contexto escolar, influencia não apenas o desenvolvimento de habilidades cognitivas e práticas, mas também a construção da autonomia crítica e da autoconfiança, elementos fundamentais na definição dos projetos futuros e escolhas profissionais. Nesse sentido, Paulo Freire (1997) nos lembra que a esperança é um componente central na superação de adversidades. Para ele, a esperança não se resume a uma espera passiva, mas atua como uma força ativa que mobiliza os sujeitos à transformação da realidade, orientando-os na busca por uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva. Por isso, é importante criar um ambiente de ensino que promova o senso de competência dos alunos, permita a autonomia em suas escolhas e incentive bons relacionamentos entre os atores sociais, a fim de fortalecer sua motivação, engajamento na aprendizagem e compreensão crítica sobre os aspectos que interferem nessas realidades. Além disso, enfatizamos os escritos de Sílvia Lane, que surgiram como inspiração e norte para as atividades realizadas neste projeto. A autora aponta que a psicologia em suas ações deve sempre buscar uma atuação comprometida e crítica, voltada à transformação social, especialmente das classes populares, algo que foi visado pelo grupo no decorrer do projeto. Além disso, inspirados pelas ideias da autora, a extensão buscou ir além de reproduzir saberes eurocêntricos e se engajar na realidade brasileira adentrando em instituições e contextos onde os indivíduos estão inseridos e sofrem influências

ambientais, sociais e históricas. Durante a execução do projeto, diversos desafios foram enfrentados, apesar do planejamento meticuloso para cada etapa. Destacam-se a inesperada mudança do local de intervenção, a não autorização para o uso de imagens do novo local, questões relacionadas a despesas e logística, especialmente no transporte público, e a falta de cooperação do local onde o projeto foi realizado, como a não autorização para a liberação das turmas de 3º ano, inicialmente público-alvo principal do projeto. Durante a intervenção, surgiram dificuldades em relação à dinâmica das atividades, em parte devido ao curto período de interação com os participantes, dificultando a criação de um ambiente propício para interações mais profundas e produtivas. Apesar desses desafios, os objetivos estabelecidos foram alcançados com sucesso. A localização de um novo local de intervenção foi facilitada, e o trabalho em equipe revelou-se altamente colaborativo, impulsionando o andamento do projeto. Cada obstáculo enfrentado transformou-se em agente potencializador de olhar crítico e de engajamento entre os acadêmicos proponentes da extensão, contribuindo para o desenvolvimento de habilidades de adaptação e a preparação para lidar com adversidades futuras no contexto escolar de forma mais eficaz. Em conclusão, entende-se que o projeto evidenciou a importância de integrar a ética e os Direitos Humanos nas práticas da Psicologia, especialmente no contexto escolar. Ao identificar a negação de Direitos fundamentais, como o acesso à educação de qualidade e os entraves que afetam a saúde mental, destacou-se a necessidade de intervenções comprometidas com o bem-estar e a dignidade dos sujeitos. Para os acadêmicos extensionistas, a experiência possibilitou a vivência prática de conceitos teóricos, fortalecendo o repertório e o processo teórico-prático, essenciais para a formação em psicologia. Já para os estudantes do ensino médio, o projeto possibilitou um espaço de compreensão das temáticas psicossociais e das adversidades, reafirmando o potencial da Psicologia como ferramenta de cuidado e transformação social.

Flexibilidade Psicológica em Estudos com Psicodélicos: uma revisão integrativa

Graziele Aparecida da Silva (PUCPR), Graziele Aparecida da Silva (PUCPR), Jenifer Pavan de Paula (PUCPR)

Este estudo tem como objetivo analisar, por meio de uma revisão integrativa da literatura, a relação entre o uso de substâncias psicodélicas e a flexibilidade psicológica (FP), compreendida como a capacidade de agir de forma eficaz diante de experiências internas difíceis, com base em valores pessoais. A relevância dessa temática se intensifica diante do crescente interesse científico nos potenciais terapêuticos dos psicodélicos para o tratamento de diversos transtornos mentais, como depressão, ansiedade, traumas e transtorno de estresse pós-traumático (TEPT).

A metodologia adotada consistiu em uma busca bibliográfica não sistemática, com caráter integrativo, realizada na base de dados Scopus. Foram utilizados os descritores “psychedelics” e “psychological flexibility”, combinados pelo operador booleano AND. Os critérios de inclusão incluíram: estudos empíricos com humanos, avaliados por pares, publicados em inglês, e com medidas de pré-teste. Foram excluídos estudos teóricos, pesquisas retrospectivas, revisões e estudos com animais. A partir de uma triagem inicial de 37 estudos, 12 foram selecionados para leitura completa e análise qualitativa e quantitativa dos dados.

A apresentação dos resultados inicia-se com o fluxograma de seleção dos estudos (Figura 3), seguido pelas Tabelas 2 e 3. A Tabela 2 traz informações detalhadas de cada estudo, como o tipo de substância utilizada, o método adotado e os principais achados. Já a Tabela 3 apresenta uma síntese das frequências absolutas e relativas das principais categorias analisadas: tipo de estudo, construto do desfecho primário, substância investigada e país do autor correspondente.

No que se refere ao perfil metodológico, observa-se que a maioria dos estudos (n=10; 83,3%) foi de natureza observacional, enquanto apenas dois (16,7%) constituíram ensaios clínicos. Essa predominância reflete o atual estágio das pesquisas com psicodélicos, ainda marcado por barreiras éticas e regulatórias que dificultam a realização de ensaios clínicos controlados. As amostras dos estudos variaram de 9 a 339 participantes, evidenciando uma considerável heterogeneidade, possivelmente influenciada por fatores logísticos e financeiros.

As substâncias mais investigadas foram a ayahuasca (n=4; 33,3%), os psicodélicos clássicos como LSD e DMT (n=3; 25%), a psilocibina (n=2; 16,6%) e a combinação ibogaína com 5-MeO-DMT (n=2; 16,6%). A mescalina foi investigada apenas em um estudo. A ayahuasca destacou-se como substância de interesse tanto em estudos experimentais quanto em contextos cerimoniais. Pesquisas como as de Kuypers et al. (2016) e Murphy-Beiner e Soar (2020) demonstraram que a ayahuasca estimulou o pensamento divergente, promoveu melhorias na atenção plena e reduziu padrões ruminativos. Agin-Liebes et al. (2022) e Weiss et al. (2023) reforçaram essa perspectiva ao identificarem benefícios terapêuticos duradouros, especialmente em relação ao processamento emocional e à resignificação de traumas.

A psilocibina também apresentou resultados promissores. Sloshower et al. (2024), em um ensaio clínico, evidenciaram que sua combinação com intervenções focadas em flexibilidade psicológica produziu melhorias sustentadas em indivíduos com depressão maior. De forma semelhante, o estudo de Pilecki, Luoma e Lear (2024) mostrou que sessões em grupo com psilocibina resultaram em reduções significativas na obstrução ao comportamento valorizado já em duas semanas, com efeitos duradouros após seis meses.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

A combinação de ibogaína com 5-MeO-DMT foi avaliada em veteranos das Forças de Operações Especiais dos Estados Unidos. Os estudos de Davis et al. (2023) e Xin et al. (2023) mostraram que essas terapias reduziram sintomas severos de TEPT, depressão e ansiedade, com a flexibilidade psicológica se revelando um importante mediador desses efeitos.

Quatro estudos investigaram psicodélicos clássicos sem especificar uma substância dominante. Close et al. (2020), utilizando o Acceptance and Action Questionnaire-II (AAQ-II), identificaram aumentos duradouros na flexibilidade psicológica, além de melhorias no bem-estar geral. Kaertner et al. (2021) demonstraram que expectativas positivas acerca da microdosagem psicodélica estiveram associadas à redução de sintomas de ansiedade, depressão e estresse. Haeny et al. (2023) e Davis et al. (2021) reforçaram o papel mediador da flexibilidade psicológica, especialmente em populações racializadas e marginalizadas, ao relacionarem suas melhorias com a diminuição de sintomas de trauma racial e uso problemático de substâncias.

A análise dos desfechos indica que a flexibilidade psicológica foi o construto mais recorrente nos estudos, presente em 9 dos 12 trabalhos. Dentre esses, cinco também investigaram sua relação com traumas ou estresse (41,7%), evidenciando que a FP não apenas melhora diretamente, mas pode mediar benefícios terapêuticos em condições psicológicas complexas. Outros estudos destacaram aspectos complementares: Kuypers et al. (2016) abordaram criatividade e efeitos subjetivos; Murphy-Beiner e Soar (2020) exploraram a atenção plena e a flexibilidade cognitiva, evidenciando que os psicodélicos impactam diferentes dimensões cognitivas e emocionais.

Geograficamente, os Estados Unidos lideram a produção científica na área (n=7; 58,3%), seguidos pela Inglaterra (n=4; 33,3%) e pelos Países Baixos (n=1; 8,3%). Essa concentração em países anglófonos sugere não apenas maior investimento em pesquisa, mas também um ambiente regulatório mais favorável à condução de estudos com substâncias psicodélicas. No entanto, a internacionalização crescente do campo sinaliza uma expansão global do interesse por essas abordagens terapêuticas.

Além dos achados já discutidos, destaca-se o crescente interesse pela integração entre intervenções assistidas por psicodélicos e abordagens terapêuticas estruturadas, como a Terapia de Aceitação e Compromisso (ACT). Essa combinação tem se mostrado promissora para potencializar a ampliação da flexibilidade psicológica, sustentando benefícios clínicos de forma mais duradoura. Protocolos que aliam a farmacologia dos psicodélicos aos princípios da ACT promovem não apenas a redução de sintomas psicológicos, mas também processos de transformação psicológica mais profunda, ao favorecerem uma relação mais adaptativa com experiências internas (Sloshower et al., 2024; Pilecki, Luoma e Lear, 2024).

Outro aspecto relevante diz respeito à personalização e à sensibilidade cultural das intervenções psicodélicas. Considerar as especificidades socioculturais, identitárias e emocionais dos indivíduos permite adaptar os tratamentos a diferentes realidades, o que é particularmente importante para populações historicamente marginalizadas. Esse cuidado contribui para a construção de intervenções mais eficazes e equitativas (Davis et al., 2021; Haeny et al., 2023). Ainda, estudos como os de Close et al. (2020) sugerem que os efeitos sobre a FP podem ocorrer de forma precoce, com reduções na evitação experiencial já nas primeiras sessões. Quando associados a abordagens terapêuticas fundamentadas, esses efeitos demonstram manutenção ao longo do tempo, indicando que intervenções breves, mas bem estruturadas, podem promover mudanças sustentáveis na saúde mental.

Apesar dos avanços, os estudos enfrentam limitações importantes. A variabilidade nas metodologias, a ausência

de grupos-controle em muitos estudos observacionais, o pequeno número de ensaios clínicos, e a dificuldade em padronizar a composição das substâncias são fatores que dificultam a generalização dos resultados. Além disso, o contexto em que os psicodélicos são administrados — incluindo fatores como intenção, ambiente e suporte terapêutico — tem papel crucial nos resultados, e nem sempre é controlado ou descrito com precisão.

Em suma, os resultados desta revisão integrativa apontam para um cenário promissor, no qual o uso terapêutico de psicodélicos tem se mostrado eficaz na promoção de maior flexibilidade psicológica, bem-estar e redução de sintomas psicopatológicos. A FP surge, nesse contexto, como um possível mecanismo transdiagnóstico, cuja ampliação pode mediar os efeitos terapêuticos de diferentes substâncias psicodélicas. O desenvolvimento de estudos mais robustos, com metodologias controladas e abordagens terapêuticas integradas, é fundamental para consolidar essas evidências e avançar rumo à regulamentação segura e ética dessas práticas no campo da saúde mental.

Psicodélicos; Flexibilidade Psicológica; Efeitos terapêuticos.

Interrogando fins, construindo meios: A continuidade do cuidado de jovens na Atenção Psicossocial

Ana Caroline Ongaratto de Oliveira

O presente trabalho aborda a temática da continuidade do cuidado de jovens em acompanhamento na Rede de Atenção Psicossocial, a partir da experiência da autora enquanto psicóloga e residente multiprofissional em Saúde Mental Coletiva, tendo como problema principal o acompanhamento de jovens em atendimento nos Centros de Atenção Psicossocial Infantojuvenis que atingem os 18 anos. A partir do olhar para este campo, emergiram reflexões sobre o acompanhamento de adolescentes e jovens, sobretudo daqueles que se aproximam do prescrito como "idade limite" para os serviços de saúde mental infantojuvenis. O objetivo, assim, é analisar criticamente algumas dessas questões, elaboradas em uma narrativa construída no cotidiano do cuidado que resultou no Trabalho de Conclusão de Residência (TCR) da autora, de forma a contribuir com algumas problematizações e traduzir afetações encontradas neste percurso. A complexidade das questões levantadas apontam a importância de ampliar o debate sobre a continuidade do cuidado na Atenção Psicossocial com um olhar direcionado às juventudes, que apresentam demandas específicas nesse entretempo. Além disso, é necessário considerar como a (des)continuidade do cuidado impacta no corpo e na vida desses jovens a partir do seu lugar situado nas relações sociais e nas intersecções dos seus marcadores tais como gênero, raça e classe, na interface com a experiência da "loucura". A hipótese desenvolvida é que tais processos podem reproduzir lógicas manicomiais e reatualizar práticas de cronificação e institucionalização dos sujeitos nos serviços de saúde mental. O trabalho parte do referencial teórico e crítico produzido pelas práticas da Reforma Psiquiátrica Brasileira, em que o modo psicossocial se coloca como paradigma de cuidado em saúde mental em contradição com o modelo asilar e manicomial, colocando a experiência da loucura como parte da vida pública e entrelaçada às demais camadas que compõem os modos de ser e estar no mundo. A lógica manicomial incide no cotidiano das relações sociais e na naturalização da violência institucional manicomial que atua sobre os corpos racializados (Gouveia, 2020), e aparece no histórico de institucionalização e tutela de crianças, adolescentes e jovens, que por muito tempo não foram alvo da proteção social integral do Estado e das políticas de saúde. No movimento de redirecionamento do cuidado a partir da inclusão da saúde mental infantojuvenil na agenda da Reforma Psiquiátrica, bem como de outros marcos como o Estatuto da Criança e do Adolescente, fundamentais para a instituição da criança e do adolescente enquanto sujeito de direitos, os CAPS infantojuvenis constituem-se como espaços de cuidado substitutivos transitórios, em liberdade e territorializados. Contudo, há pouca discussão acerca das complexidades da saída do CAPS, desde a nomeação desse processo até as especificidades que o constituem. A problematização de conceitos como do termo "alta", o qual remete a uma noção de cura e estabilização atrelada ao binômio biomédico de saúde-doença (Richter et al., 2022), distinta do olhar psicossocial, abre espaço para termos como "transição" e "transferência" de cuidados como forma de incluir a longitudinalidade e a centralidade dos movimentos do próprio sujeito no seu itinerário pelas redes de atenção. Há, ainda, uma escassez de estudos sobre a transferência de cuidado no campo da atenção psicossocial de crianças e adolescentes, com pouco ou nenhum recorte específico para adolescentes e jovens, que ao chegarem à maioridade, parecem cair em um limbo entre políticas e serviços, que muitas vezes se traduz em vazios de cuidado e apagamento de suas demandas . A estratégia metodológica utilizada no trabalho em questão

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

foi a construção de uma narrativa a partir do acompanhamento de um jovem em processo de transferência de cuidado. Essa transição é aqui tomada como uma transposição de lugares e papéis, ora tomadas como perdas, ora como aberturas para novos possíveis, atravessada pelo significado da maioridade bem como de outros marcadores. A narrativa coloca-se como uma possibilidade de fazer emergir questões vivenciadas no cotidiano de cuidado, a partir do encontro da autora, então residente em um CAPS infantojuvenil, com um jovem que completara 18 anos e cuja necessidade de mudança de serviço de referência de saúde mental, junto com outras mudanças em sua vida (como a ida da casa de acolhimento institucional para um residencial adulto), desperta sentimentos de medo, abandono e insegurança frente ao novo. Ainda, a transferência de cuidado coloca-se como mais um entre os demais percursos por instituições que se movimentam ao advento da sua maioridade, e que operam a construção de imagens e posições cristalizadas - do adolescente acolhido ao jovem louco - para as quais tentamos construir outras saídas singulares. A produção desta narrativa resultou em problematizações sobre como o encontro do corpo de um jovem negro, institucionalizado desde a infância e atravessado pela experiência da psicose, com as instituições - a escola, o acolhimento institucional, o CAPS - implicou por vezes na restrição das suas possibilidades de acesso ao mundo, inclusive de construir sua autonomia e imaginar futuros para si. A fragilidade e invisibilidade do lugar que as juventudes ocupam nas políticas públicas podem abrir brecha para um limbo no percurso do cuidado; principalmente para jovens cujos corpos são atravessados por estigmas e sistemáticas violações de direitos, a maioridade jurídica não garante a independência e a liberdade prometidas pelo discurso contemporâneo, mas desvelam a desproteção social que ocasiona em novas tutelas e destituições. Ao mesmo tempo, essas impossibilidades são tomadas como incapacidades individuais, desatreladas do aspecto social de sua produção, incidindo sobre os corpos a partir das políticas de saúde e saúde mental na produção de lugares estigmatizantes para os sujeitos (Scisleski et al., 2008). No processo de acompanhar a travessia deste jovem de um CAPSij para um serviço “adulto”, fez-se necessário tomar a maioridade como uma passagem singular do sujeito, para além de uma perspectiva etária ou desenvolvimentista. Ainda, a partir do acompanhamento narrado, evidenciou-se o que muitos autores discutem sobre o risco da produção de uma nova forma de cronificação dos usuários dentro dos CAPS, reproduzindo lógicas ambulatoriais que não se encontram com o território de vida do sujeito e fragmentam o cuidado em uma circulação desarticulada por diferentes serviços especializados. Assim, os CAPS infantojuvenil, mesmo ao se diferenciarem das outras modalidades por terem uma idade-fim estabelecida para o acompanhamento, estão sujeitos à incidência da lógica manicomial na micropolítica das relações de cuidado, que geram outras formas de cronificação e institucionalização que entram em movimento face à ocorrência da “maioridade”. Como conclusões possíveis, destaca-se no percurso terapêutico vivenciado pela autora, a potência de dois dispositivos clínico-políticos: a formulação de projetos de vida e a prática do Acompanhamento Terapêutico. A ferramenta do projeto de vida permite a criação de novas possibilidades de futuro para vidas atravessadas por processos de estigmatização (Nunes et al., 2021) em relação com os marcadores de raça, gênero e classe, abrindo margens para um reposicionamento subjetivo do sujeito em relação a si e ao mundo, naquilo que imagina para si. A transferência de cuidado tomada enquanto parte do projeto de vida - não enquanto procedimento burocrático de encaminhamento entre serviços, em que impera a demanda por delimitar um início e um fim para o acompanhamento - potencializa a construção de uma janela para habitar o meio, podendo refletir sobre si e sobre seus futuros imaginados, sem que habitar este meio signifique ficar em um limbo de cuidado. Além disso, a prática do Acompanhamento Terapêutico, dispositivo criado na Reforma Psiquiátrica como forma de ampliar a

autonomia ao acompanhar o sujeito em seu cotidiano e na reocupação do espaço público, permitiu a abertura de brechas para habitar o espaço entre lugares: entre a casa e o CAPSij, entre o CAPSij e o CAPS Adulto. O processo de transferência de cuidados, assim, transforma-se: não tomamos a transferência como a simples ida de um lugar a outro, mas como passagem que não implica necessariamente abandonar um espaço em detrimento de outro, mas sim produzir outro movimento a favor da ampliação dos territórios de vida. Com isso, apostamos que se abre também uma brecha para olhar de outra forma para a passagem da "adolescência" para a "vida adulta", construindo projetos de vida imaginados para além dos muros institucionais. O fazer artesanal do cuidado em saúde mental infantojuvenil coloca-se numa posição passageira, cuja potência reside justamente no seu caráter provisório, que permite exercitar o lugar de não saber sobre o outro, a partir uma ética antimanicomial que faz o enfrentamento das formas de agir totalizantes sobre os corpos de sujeitos em sofrimento psíquico. Referências: PASSOS, R. G. Mulheres negras, sofrimento e cuidado colonial. Revista Em Pauta, Rio de Janeiro, v. 18, n. 45, p. 116 - 129, 2020. SCISLESKI, A. C. C.; MARASCHIN, C.; SILVA, R. N. Manicômio em circuito: os percursos dos jovens e a internação psiquiátrica. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 24, n.2, p. 342-352, fev. 2008. NUNES, M.; TORRENTÉ, M. de; PORTUGAL, C. M. Com o que sonham os loucos? projetos de vida de usuário(a)s de saúde mental. Psicologia & Sociedade, v. 33, p. 1-18, 2021.

Intersecções entre a medicalização e as infâncias negras

Marianne de Camargo Barbosa (UERJ), Alice de Marchi Pereira de Souza (UERJ)

No Brasil, 55,5% da população se autodeclara negra, conforme o Censo Demográfico de 2022. O Rio de Janeiro concentra a segunda maior porcentagem desta população. Este mesmo estado é governado por uma lógica necropolítica, e realiza ações sistemáticas que afetam diretamente moradores de periferias e favelas, em sua maioria negros.

Conforme apontado no "Mapa da Desigualdade", elaborado pela Casa Fluminense, 78% das mortes por intervenção policial na cidade do Rio de Janeiro vitimaram pessoas negras no ano de 2022. Na região metropolitana, das 1.169 mortes causadas por agentes do Estado, 919 foram de pessoas negras. Os achados, compilados a partir de diversas pesquisas públicas, abrangem 22 municípios e evidenciam como a violência estatal impacta desproporcionalmente a população negra, como, neste caso, fica visível pelo alto número de pessoas mortas por essa ação. Além dos indicadores já citados, essa população é maioria tanto entre os usuários do SUS quanto nas redes públicas de ensino.

É este o contexto em que se situa o presente trabalho, que apresenta discussões oriundas de experiências de pesquisa da Universidade, Resistência e Direitos Humanos (URDIR), núcleo de ensino, pesquisa e extensão da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Participam da URDIR estudantes de graduação e de pós-graduação, que desenvolvem dispositivos de cuidado para pessoas afetadas pela violência de Estado, e/ou pesquisas de iniciação científica e de mestrado que têm como pano de fundo o referido território do Rio de Janeiro. Em comum, a aposta ético-política no rompimento com lógicas racistas e colonialistas, apoiada nos referenciais metodológicos da pesquisa-intervenção e da Análise Institucional. Tais referenciais possibilitam desnaturalizar questões cristalizadas e consideram também as implicações de quem pesquisa, afastando-se, assim, da ideia de uma pesquisa neutra. Do mesmo modo, esta escrita se ancora nesses referenciais.

Nesse sentido, os projetos realizados pela URDIR se preocupam em promover práticas antirracistas e em lançar luz sobre os efeitos do racismo na produção de subjetividades. Dentre as diferentes formas de operação do racismo e suas consequências, destacamos como questão neste trabalho a incidência da medicalização sobre crianças negras no contexto escolar e o lugar da psicologia diante desse fenômeno. Por medicalização, estamos entendendo a apropriação da vida pelo olhar biomédico, que individualiza questões sociais e estruturais.

Este trabalho, a ser apresentado no encontro da ABRAPSO, busca demonstrar as análises iniciais da pesquisa de mestrado de uma das integrantes da URDIR, que tem como orientadoras as seguintes perguntas: de que modo a medicalização incide sobre as crianças negras e como isso se apresenta nos pedidos da educação para a psicologia? As inquietações experienciadas em um cotidiano de trabalho no âmbito educacional deram origem a tais questões a serem investigadas pela pesquisa. Nesta apresentação, que configura um levantamento bibliográfico articulado às cenas de nossas experiências enquanto pesquisadores, Maria Helena Souza Patto é uma interlocutora importante, uma vez que denuncia os atravessamentos racistas e classistas das origens da psicologia brasileira, bem como suas interferências no campo educacional. Por esta razão, iremos dialogar suas contribuições com referenciais teóricos decoloniais como Cida Bento, Frantz Fanon e Emiliano de Camargo David, que nos auxiliam a sustentar uma psicologia crítica e comprometida com a luta antirracista.

No século XXI, temos percebido muitas narrativas que exaltam a necessidade de "mais terapia" e pedidos por diagnósticos médicos que expliquem problemas cotidianos. Na esfera escolar e educacional, não é raro ouvir "pré-diagnósticos" feitos a partir da leitura e interpretação de comportamentos tidos como desviantes. As categorias transtorno opositor desafiador (TOD) e transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH) têm sido constantemente evocadas para nomear as infâncias, como evidenciam autores como Rossano Cabral Lima e Sandra Caponi. Nesse cenário, a psicologia é também solicitada a diagnosticar e intervir sobre o contexto.

Diante disso, consideramos importante questionar de que modo a psicologia caminha ao encontro ou não da promoção do fenômeno da medicalização. Mais que isso, nos interessa pensar como o marcador social de raça aparece nessas discussões. Tendo em vista os dados enunciados no início desta escrita sobre o contexto fluminense e a quantidade de alunos negros matriculados nas redes públicas de ensino, faz sentido incluir o marcador racial como central para pensar de que modo se atualizam hoje as práticas de normatização dos corpos e sobre quais corpos estamos falando. Percebe-se, assim, que esta pesquisa compreende as discussões étnico-raciais como parte do exercício profissional de estudantes e trabalhadores de psicologia, e não como um recorte a ser observado pontualmente.

A análise sustentada aqui é de que o racismo faz operar um mecanismo em que comportamentos ditos agressivos são associados às crianças negras, sobretudo meninos. A literatura nos mostra que há uma vinculação entre agressividade e transtorno, o que provoca a inserção dessas crianças em processos de medicalização. Este trabalho pretende então discutir as construções sociais racistas que perpassam a associação entre agressividade e a patologização de corpos negros — seja pela medicina, seja pela psicologia —, que, historicamente, contribuíram para esse processo, conforme as contribuições de Maria Helena Souza Patto sobre a psicologia brasileira durante o século XIX.

No período citado, na esfera pedagógica, a psicologia se construiu como uma ciência que avaliava as aptidões daqueles que estavam no sistema educacional, realizando uma separação entre quem estaria ou não nesse espaço. Cabe ressaltar que no período estava em voga o racismo científico, presente também nas teorias psicológicas da época. Este ponto, que conversa com as perguntas colocadas pelo GT "Psicologia e relações raciais no Brasil do séc XXI: aspectos históricos, teóricos e metodológicos", é crucial para compreender de que forma a psicologia atuou na elaboração e manutenção de práticas racistas e patologizantes no país, e como isso se atualiza nos dias de hoje.

O que buscamos com isso é contar uma história que mostre como a psicologia se construiu pautada em ideias racistas, classistas e capitalistas para pensar que lugar ela ocupou historicamente nessa dimensão e a relação disso com a medicalização das infâncias negras hoje. Ao fazer esse movimento, buscamos também nos diferenciar disso, na intenção de vislumbrar outras possibilidades de atuação para avançarmos contra as formas de operação do racismo.

O Avesso da Experiência com um Coletivo da Luta Antimanicomial e seus Atravessamentos Institucionais

Pedro Lucas da Silva Oliveira (UFRN)

A experiência junto aos movimentos sociais é multifacetada, abrangendo os aspectos políticos, culturais e históricos que estão em jogo na disputa política do presente. Não o bastante, os processos coletivos também possibilitam a abertura ao campo do sensível, principalmente ao se pensar os fenômenos da realidade social perpetrada pelo modo de produção capitalista, bem como ao refletir sobre as diferenças que singularizam as subjetividades. Entretanto, a vivência em coletivo não é usada aqui como um eufemismo para mudanças simples e unidirecionais nos sujeitos, mas antes como um fator que instiga um estado de tensão interna e provoca o pensamento. Os resultados que daí decorrem não são passíveis de controle, o que quer dizer que nem toda experiência com o coletivo é sinônimo de mobilização para a transformação social, tampouco quer dizer que as mudanças subjetivas não ocorram sem crises ou mesmo retrocessos diante das posições adotadas previamente. Em posse dessa premissa, pretendo analisar criticamente os atravessamentos institucionais e seus efeitos na minha formação psi durante o período de um ano (2024) em que acompanhei, enquanto extensionista da graduação em psicologia, uma associação alinhada com os princípios da luta antimanicomial e da reforma psiquiátrica, protagonizada por usuários da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) na cidade do Natal (Rio Grande do Norte) – a Associação Potiguar Plural. A sua criação data do ano de 2006, a partir da conjunção do desejo de profissionais do CAPS e de usuários que adentravam à RAPS vindos dos serviços ambulatoriais e dos ainda recentes manicômios. Minhas funções estavam principalmente relacionadas à construção dos espaços de reunião, à facilitação dos encontros, do cuidado em grupo, do acompanhamento em contextos da vida cotidiana e nos espaços institucionais da cidade. De antemão, é preciso afirmar que este contato com a Associação abre um caminho pujante na formação em Psicologia, dado que pode representar as primeiras inserções de estudantes numa prática psi de orientação ético-política para a transformação social. Ao mesmo tempo, põe-nos diante do panorama real do atual momento histórico com o modo de sociabilidade capitalista e os seus desdobramentos nas relações sociais, o qual implica num estado de tendência à cristalização da desmobilização política, assim como da permanência do estado de crise nas políticas públicas. Frente ao cenário instituído da barbárie neoliberal, o coletivo insiste em seus encontros abertos à comunidade, numa tentativa constante de politizar seus membros e visitantes, assim como de cuidar-se em grupo. Porém, é necessário considerar o avesso da montagem contendo os resultados finais da experiência com o coletivo, almejando sair da cena idealizada que contém apenas os aspectos positivos e potencialidades da experiência. Isto é, pontuar os momentos de reflexão (e inflexão) diante do cenário da prática psi e política; de dificuldades de manejo dos conflitos em grupo e de mediação dos encontros; das intercorrências que aconteceram durante o ano; de cansaço, frustração, culpa e de saturação relativas ao coletivo. Cada uma dessas ocasiões fez emergir analisadores, os quais se relacionam com as instituições da universidade, da psicologia, da política, da individualidade capitalista neoliberal, da saúde mental, e do próprio coletivo em questão. Para analisar o período, utilizo de alguns dos conceitos usados em análise institucional, objetivando pensar as relações entre o instituído, força instituinte e institucionalização; os efeitos dos atravessamentos institucionais, das implicações e seus rebatimentos na prática e na formação psi; a sobrelevação de analisadores decorrentes das vivências com a Associação; o coletivo como um plano de encontro,

relação com a diferença, conflito e construção; a produção do desejo para a ação política; as repercussões dos aspectos instituídos do capitalismo neoliberal nas subjetividades. Como estratégia metodológica, recorro à revisão das produções de autores do campo da análise institucional, da luta antimanicomial e da reforma psiquiátrica e da teoria marxista, bem como dos escritos realizados durante a extensão (diários de campo, atas de reunião, anotações das supervisões e relatório final da extensão), às memórias, registros fotográficos e demais tipos de registro dos eventos marcantes experienciados para, enfim, pensar esse período criticamente. Este escrito se relaciona com o GT proposto na medida em que busca refletir sobre as questões relativas ao cuidado em saúde mental – tal qual o protagonismo social, o cuidado em liberdade, a formação de coletivos, o cuidado em grupo, a mobilização política de usuários, profissionais e estudantes, etc. –, ao passo que também é de seu intento tensionar alguns outros aspectos desta rica experiência, os quais sejam as dificuldades próprias do trabalho com coletivos no campo da saúde mental. Esse processo conduziu-me a reafirmar que o contato com a realidade dos serviços públicos e com as vidas que os acessam é capaz de provocar transformações no horizonte ético-político de um estudante. No entanto, contraditoriamente, essa aproximação também pode ser provocadora de crise, desânimo, culpa e arrefecimento do desejo pela ação no campo das políticas públicas de saúde. Tais efeitos não se dão devido exclusivamente às características da realidade da saúde mental pública, da configuração do coletivo em questão, ou mesmo pelas questões individuais do sujeito da experiência. Essa percepção nos afastaria dos causadores que estão em análise: as instituições em articulação com o modo de produção capitalista. Nesse sentido, a formação de coletivos e de redes de apoio não apenas entre os usuários, mas inclusive entre os profissionais/apoiadores se mostra como um recurso de proteção, sustentação e produção do desejo por uma realidade social na qual a saúde mental pública não deva ser subjugada pelos imperativos manicomiais da ordem neoliberal da política institucional. Porém, é necessário se estar atento às capturas que a institucionalidade pode produzir sobre as práticas que visem um horizonte de transformação social. O afastamento e a crença de que os objetivos almejados pelo compromisso social são inalcançáveis representam a queda da ação política e a vitória da institucionalidade capitalista. Por fim, parece-me que o modo de sociabilidade vigente no capitalismo e os seus desdobramentos nas relações sociais implicam num estado de tendência à cristalização da desmobilização política e da individualização, assim como da permanência do estado de crise nas políticas públicas de saúde mental. Entretanto, seria muito simplista crer que nesse processo não há possibilidades de resistência e de rearticulação com outros atores sociais de modo a sustentar um plano coletivo de cuidado e de ação política. Assim, cabe ressaltar que a Associação Potiguar Plural persiste (e resiste) na sustentação desse plano coletivo em prol da desinstitucionalização da loucura, do cuidado em liberdade e da vida. A vivência coletiva pode ser muito contraditória, as crises que instiga podem descambar entre o afastamento e a entrada com profundidade naquilo que se propõe, não porque é necessariamente inconsistente, mas porque ela não está apartada das instituições que a atravessam, assim como nós no arauto de nossa "intocável" individualidade, também não estamos. A vigilância a todo o tempo para as possibilidades de capturas institucionais é necessária.

O cuidado na atenção psicossocial: relato de experiência a partir da residência multiprofissional em saúde

Aline Nascimento dos Santos (Escola de Saúde Pública do Ceará), Jéssica Silva Rodrigues (UECE)

A Reforma Psiquiátrica Brasileira (RPB) se constitui como um processo social complexo, sob influência de quatro dimensões dinâmicas: a teórico-conceitual, a técnico-assistencial, a jurídico-político e a sociocultural (Amarante, 2007). Seu ponto de partida é marcado pelo surgimento do Movimento de Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM), em 1978, que se destaca pelo fortalecimento de importantes reflexões acerca das práticas manicomiais e da proposta de transformação da assistência psiquiátrica, defendendo a elaboração de um modelo assistencial que abarcasse a proteção da cidadania, evoluindo para o posicionamento antimanicomial (AMARANTE, 1998). Apesar do seu percurso histórico próprio, esse processo tem como inspiração a experiência da reforma italiana orientada por Franco Basaglia. A partir dessa referência, forma-se, então, as bases do que hoje se conhece no país como modelo de atenção psicossocial. A aprovação da Lei 10.216 (Brasil, 2001), que dispõe sobre os direitos das pessoas em sofrimento psíquico e redireciona o modelo assistencial de cuidado em saúde mental no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) foi um marco significativo em direção ao fortalecimento desse modelo de atenção à saúde mental que tem como característica a ampliação do conceito de saúde, sendo fundamentado na integralidade do cuidado, na manutenção dos vínculos comunitários, no resgate da autonomia e da cidadania. No contexto desse novo paradigma, a loucura é compreendida como o modo em que o sujeito em sofrimento se posiciona em relação a trama de conflitos que o atravessam e seu protagonismo no cuidado, bem como o dos atores que compõem sua existência, assumem extrema relevância (Costa-Rosa, 2000). Dessa maneira, como aponta Basaglia (2010), o que se classifica como doença deve ser colocado “entre parênteses”, deslocando o centro da produção de cuidado do procedimento para as necessidades do sujeito. Conforme o exposto, o modelo de atenção psicossocial pressupõe a hegemonia do trabalho vivo e a centralidade das tecnologias leves em saúde. Entretanto, sua consolidação encontra resistências e oposições que se traduzem em obstáculos impostos a esse modelo de cuidado. Esse cenário de desafios tem se aprofundado na atual conjuntura capitalista neoliberal de endurecimento de políticas conservadoras, fator que tem gerado impactos significativos nas práticas de cuidado. Nesse contexto, Sampaio e Bispo Júnior (2021) apontam para ataques direcionados à política de saúde mental e à política de drogas, que se intensificaram a partir de 2016 e resultaram no congelamento dos investimentos em políticas públicas. Dimenstein e Liberato (2011) apontam que a RPB não avançou igualmente em todas as suas dimensões, principalmente na técnico-assistencial uma vez que as propostas de expansão das Redes de Atenção Psicossocial (RAPS) se limitaram na ampliação da quantidade de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), enquanto as estratégias intersetoriais seguem extremamente fragilizadas, fator que reduz as práticas de cuidado dos serviços a lógica ambulatorial e a pouca exploração dos recursos dos territórios. Soma-se a este cenário o fenômeno da patologização da vida e da medicalização do social, em que os diagnósticos e medicamentos psiquiátricos são utilizados para nomear e tratar aspectos da organização da sociedade que se expressam em sofrimento psíquico (Jorge; Bezerra, 2018). O presente trabalho objetiva pensar o cuidado em saúde mental em meio aos desafios impostos ao modelo de atenção psicossocial, a partir de um relato de experiência sobre o lugar de psicóloga residente do programa de saúde mental coletiva da Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP-CE) no CAPS Geral do município de Caucaia, Ceará. Para tanto, toma por base autores da saúde

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

coletiva alinhados à luta antimanicomial e aos princípios da RPB, tais como: Franco Basaglia, Paulo Amarante, Emerson Elias Merhy, Abílio da Costa-Rosa e Rachel Gouveia Passos. Em consonância com a proposição do grupo de trabalho, compreende-se a saúde mental a partir de um contexto histórico, social e político que atualmente se expressa na conjuntura capitalista de endurecimento das políticas neoliberais e conservadoras. Assim, a experiência de sofrimento psíquico e a legitimação dos processos de cuidado são atravessados por determinantes estruturais. Durante o processo de inserção no território, percebeu-se que as estratégias de cuidado do referido serviço se limitavam aos recursos da medicalização, da internação e dos atendimentos individuais de longa espera. Tal realidade demonstra que ainda é possível identificar a persistência da hegemonia do modelo psiquiátrico clássico nos equipamentos do SUS. Contudo, resiste um grupo de cuidado tradicionalmente organizado pelas turmas de residência multiprofissional em que as tecnologias leves se evidenciam por meio dos dispositivos do vínculo, do acolhimento e da co-responsabilização, por exemplo. O referido grupo, denominado “mente criativa”, é aberto para todos os usuários do serviço e utiliza a arte como principal recurso, com o objetivo de fortalecer os vínculos comunitários e de promover saúde mental. Por meio da articulação prévia com o campo no lugar de trabalhadora de saúde residente, é possível afirmar que o campo micropolítico das relações tem o potencial de atuar na produção de um cuidado efetivo em saúde mental. Dessa forma, estima-se contribuir com problematizações acerca dos desafios enfrentados na atenção psicossocial e fortalecer a defesa do SUS enquanto política pública de saúde.

AMARANTE, Paulo. Loucos pela vida: a trajetória de reforma psiquiátrica no Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998.

_____. Saúde Mental e Atenção Psicossocial. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

BASAGLIA, F.. Escritos selecionados em saúde mental e reforma psiquiátrica. Tradução: Joana Angélica d'Ávila Melo. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

BRASIL. Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Diário Oficial Eletrônico, Brasília, DF, 09 abr. 2001, p. 2. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm. Acesso em 21 mar. 2025.

COSTA-ROSA, A.. O modo psicossocial: um paradigma das práticas substitutivas ao modo asilar. In: Amarante, Paulo (org.). Ensaios: subjetividade, saúde mental, sociedade [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2000, p. 141-168. Disponível em: https://books.scielo.org/id/htjgj/pdf/amarante-9788575413197-09.pdf. Acesso em 10 dez. 2024.

DIMENSTEIN, M.; LIBERATO, M.. Desinstitucionalizar é ultrapassar fronteiras sanitárias: o desafio da intersetorialidade e do trabalho em rede. Cadernos Brasileiros de Saúde Mental/Brazilian Journal of Mental Health, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 212–222, 2011. DOI: 10.5007/cbsm.v1i1.68442. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/cbsm/article/view/68442. Acesso em 18 jan. 2025.

JORGE, M. S. B.; BEZERRA, I. C.. A medicalização social e suas repercussões nos serviços de saúde mental. In: Amarante, Paulo (org.); Pitta, Ana Maria Fernandes (org.); Oliveira, Walter Ferreira de (org.). Patologização e medicalização da vida: epistemologia e política. 1 ed. São Paulo: Zagodoni, 2018, p. 57-64.

SAMPAIO, M. L.; BISPO JÚNIOR, J. P.. Entre o enclausuramento e a desinstitucionalização: a trajetória da saúde mental no Brasil. Trabalho, Educação e Saúde, v. 19, p. e00313145, jan. 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tes/a/9ZyYcsQnkDzhZdTdHRtQttP/. Acesso em 26 dez. 2024

Os desafios e os percalços em uma formação em Psicologia tendo o olhar em um contexto clínico interseccional

Leticia Dias Silva (UNESP), Paulo Vitor Palma Navasconi (UNESP), Eduarda Maria da Silva (UNESP), Eduardo Marques (UNESP)

Este relato de experiência se desenvolve a partir das reflexões construídas durante o estágio curricular em Psicologia, com ênfase nas interseccionalidades e nas relações étnico-raciais, realizado entre março e novembro de 2025, em uma clínica-escola situada no interior paulista. O objetivo é refletir sobre os desafios e percalços enfrentados no contexto de um atendimento clínico individual, bem como discutir o papel da Psicologia como prática comprometida com a lógica da interseccionalidade e com a luta antirracista.

O estágio tem como eixo central o atendimento clínico, realizado por meio de encontros semanais supervisionados, no formato de psicoterapia breve, com uma paciente cisgênero, autodeclarada parda. Ao longo das sessões, emergem, com intensa mobilização afetiva, questões como ideação suicida, perda de autonomia decorrente da instabilidade financeira, violência sexual na infância, relações de gênero na dinâmica conjugal, e o gênero enquanto performance em uma sociedade regida pelo sistema capitalista e patriarcal, exigindo uma escuta clínica sensível e comprometida.

Dentre os principais desafios enfrentados, destacam-se: (1) a ruptura da suposta neutralidade por parte da estagiária; (2) a dificuldade em garantir um cuidado contínuo em contextos nos quais o sujeito não está inserido em uma rede de atenção em saúde mental; e (3) a tensão entre o modelo biomédico-hegemônico e a proposta de uma clínica ampliada. Em contrapartida, o estágio propicia aprendizados significativos, como: (a) a construção de dispositivos de cuidado; (b) o fortalecimento do vínculo entre psicóloga e paciente por meio da valorização das narrativas; e (c) o reconhecimento do potencial político da escuta clínica e crítica.

A análise crítica realizada em conjunto com as supervisões de estágio considera os determinantes sociais que impactam a saúde mental, compreendendo os marcadores sociais de raça, gênero e classe como elementos estruturantes na constituição subjetiva da mulher periférica. Dessa análise, emerge a urgência de pensar uma prática de cuidado contra-hegemônica e antirracista, orientada pela perspectiva interseccional.

Os vieses colonialistas e higienistas, operando a partir de lógicas normativas e biopolíticas (Foucault, 1979), funcionam como dispositivos de poder que, ao ignorarem as diferenças, marginalizam subjetividades que não se enquadram na norma reguladora dos modos de viver, sentir e existir. Em contraponto, a interseccionalidade (Crenshaw, 2002), enquanto ferramenta analítica e política, permite localizar os marcadores sociais no campo clínico, compreendendo as experiências de discriminação e os sistemas de opressão relacionados a gênero, raça e classe como dimensões interligadas e em constante interação.

O sujeito em sofrimento psíquico demanda uma escuta que o reconheça como ser social e político, cujas angústias se apresentam atravessadas por relações raciais, de gênero e de classe. No caso acompanhado, o sofrimento manifesta-se tanto no desamparo afetivo marcado por vivências de violência e abandono quanto no desamparo material resultado da precarização dos direitos e das condições de trabalho, associado à autocobrança e à responsabilização individual frente às dificuldades cotidianas.

A autocobrança revela-se por meio de sentimentos persistentes de culpa e fracasso, presentes em todas as

sessões. Esses afetos demonstram como os discursos normativos internalizados, que associam o valor pessoal à produtividade e culpabilizam o descanso, atravessam o sujeito, especialmente no caso das mulheres, frequentemente inseridas na maternidade compulsória e na sobrecarga invisibilizada do cuidado.

No discurso da paciente, expressões como “não posso parar” e “preciso dar conta” aparecem de forma recorrente, exigindo um manejo clínico que ultrapassa os modelos tradicionais desenvolvidos por homens brancos e burgueses. A prática de estágio, portanto, busca interlocução com autoras e autores dissidentes, como bell hooks, Sofia Favero e Frantz Fanon, recusando a lógica culpabilizante e promovendo um cuidado que amplia o conceito de saúde mental, compreendendo-a como fenômeno biopsicossocial e situado.

As estratégias clínicas adotadas baseiam-se na escuta ativa, na psicoeducação como produção de saberes sobre si e o outro, na validação dos afetos e na expressão do sofrimento por meio de recursos artísticos, como pintura e escrita, com apoio de trechos de músicas e livros. A racialidade da terapeuta em formação, mulher negra, atravessa o vínculo estabelecido, reafirmando que seu corpo, saberes e atuação se comprometem com uma prática interseccional no espaço clínico. Nesse sentido, o exercício constante de autorreflexão e responsabilização se torna um instrumento de valorização da experiência da paciente.

A construção do vínculo terapêutico se ancora na escuta responsável, na validação das narrativas da paciente e na recusa das práticas psicologizantes que descontextualizam o sofrimento. As sessões com maior mobilização afetiva surgem justamente nos momentos em que as discriminações de gênero e sociais vividas pela paciente são acolhidas e nomeadas. As reflexões produzidas nas supervisões possibilitam compreender a clínica como um espaço de produção de sentidos, resistência e dignidade, assumindo uma prática que se deixa afetar pelas violências, ao invés de silenciá-las.

Esta experiência evidencia a importância da inserção de práticas e conteúdos interseccionais e antirracistas na formação em Psicologia, além da necessidade de se construir um cuidado clínico crítico, comprometido com a transformação social. Os aprendizados decorrentes do estágio apontam, ainda, para a urgência de ampliar os espaços de formação que problematizem as relações raciais e hierárquicas, e fomentem a construção de dispositivos que promovam cuidado, reconhecimento e justiça social.

Dessa forma, a clínica, nessa perspectiva, contribui para práticas interseccionais e decoloniais, engajadas na construção de novos modos de existir, baseadas na luta pela efetivação dos direitos humanos e na crítica ativa à produção da segregação de corpos periféricos e à patologização das diferenças.

Palavras-chave: Psicologia; Interseccionalidades; Relações étnico-raciais; Clínica ampliada; Estágio supervisionado.

Os manicômios fecharam? Comunidades Terapêuticas e a perpetuação da lógica manicomial na cidade de Sorocaba/SP

Thaís Lopes Rodrigues (UFSCAR)

A presente comunicação apresenta reflexões e resultados parciais de uma pesquisa em andamento que busca compreender as comunidades terapêuticas (CTs) como novas formas de institucionalização e segregação de pessoas consideradas desviantes da norma social. A pesquisa integra um estudo internacional comparado que analisa o funcionamento de instituições de internação de longo prazo para pessoas que fazem uso problemático de álcool e outras drogas em cinco países: Brasil, Colômbia, México, Filipinas e Indonésia. Em todos esses contextos, tem-se observado a ascensão de instituições privadas ou conveniadas com o poder público que, sob a justificativa do cuidado e da reabilitação, operam práticas de exclusão e privação de liberdade, muitas vezes sob financiamento estatal e escassa ou inexistente fiscalização.

O termo "comunidade terapêutica" remete ao conceito formulado pelo psiquiatra Maxwell Jones na Inglaterra do pós-guerra, que propunha uma forma horizontalizada e participativa de cuidado em saúde mental. No entanto, no Brasil, o termo tem sido amplamente apropriado por instituições que não correspondem nem à ideia de comunidade nem à de terapêutica, funcionando com base na lógica da abstinência, da disciplina rígida e da moralização do uso de drogas.

Essas instituições têm sido alvo de inúmeras denúncias por práticas como trabalho forçado, imposição de rituais religiosos, castigos físicos e psicológicos, isolamento social e até mesmo sequestros de pessoas. As pessoas internadas nessas CTs, muitas vezes, não têm garantido seu direito à informação, à defesa ou à escolha sobre o tratamento, configurando situações de privação de liberdade sem respaldo jurídico. Trata-se, portanto, de uma forma de privação de liberdade, legitimada por discursos morais e por políticas públicas que desde 2016 vêm fragilizando a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), vinculada ao SUS, em especial os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) Álcool e Drogas e demais dispositivos da rede que devem atuar na lógica da redução de danos.

A pesquisa apresentada nesta comunicação tem como foco específico a região de Sorocaba (SP), território historicamente marcado pela presença de grandes hospitais psiquiátricos, chegando a ser considerado o maior polo de manicômios do Brasil (Momberg, 2018) e pelo protagonismo do movimento social antimanicomial para seu fechamento e gradual implementação da rede substitutiva de cuidados. O objetivo é investigar se as CTs instaladas na região funcionam como novas roupagens de manicômios, mantendo o caráter de exclusão, disciplinamento e controle social. Para isso, adota-se como metodologia a etnografia virtual, por meio da qual se analisam os discursos, posturas institucionais e articulações político-religiosas das CTs presentes em redes sociais, fóruns e outras plataformas digitais. A opção por essa metodologia se deve à dificuldade de acesso direto às instituições, que em geral operam com pouca transparência e escasso controle social.

A análise preliminar aponta que, apesar das diretrizes do SUS, da reforma psiquiátrica brasileira e das normativas internacionais de direitos humanos, as CTs seguem sendo amplamente financiadas por recursos públicos, muitas vezes por meio de convênios com o Ministério da Cidadania e a Secretaria Nacional de Cuidados e Prevenção às Drogas (SENAPRED), amparadas por normativas como a Portaria 563/2019 e o Decreto 11.392/2023. Esses instrumentos normativos têm ampliado os mecanismos de repasse de recursos a instituições privadas sem exigir critérios técnicos baseados em evidências científicas, tampouco em

parâmetros de proteção e garantia de direitos. Tal cenário indica uma guinada conservadora nas políticas públicas de saúde mental, álcool e drogas, ancorada em discursos religiosos e morais, e que contribui para o desmonte das políticas públicas estruturadas sobre os princípios da autonomia e do cuidado em liberdade.

A presente comunicação dialoga diretamente com os objetivos do GT, ao buscar compreender como o desejo de liberdade de sujeitos historicamente marginalizados — como pessoas pobres, negras, usuárias de substâncias psicoativas — tem sido recorrentemente interpretado como sintoma de doença, desvio ou disfunção moral. Assim como a personagem Maria, descrita por Nina Rodrigues como portadora de "confusão mental" por desejar "correr pelos campos", os internos das CTs têm seus desejos de autonomia e suas formas singulares de existir silenciados por instituições que pretendem normalizar seus comportamentos a qualquer custo. Ao patologizar a diferença e moralizar o sofrimento psíquico, essas práticas reforçam o papel disciplinar do campo psi, operando em sintonia com estruturas de poder que produzem e legitimam desigualdades sociais, raciais e territoriais.

Dessa forma, o estudo das comunidades terapêuticas se insere em um campo mais amplo de críticas à medicalização e patologização da vida, à moralização das políticas de drogas e à patologização da pobreza e da dissidência. Também evidencia os riscos de retrocesso em relação às conquistas da reforma psiquiátrica e da luta antimanicomial, cujos princípios (como a desinstitucionalização, o cuidado em liberdade e a centralidade dos direitos humanos) vêm sendo sistematicamente fragilizados por políticas que, embora apresentem novas formas discursivas, mantêm os mecanismos de segregação e silenciamento de sujeitos indesejáveis à ordem social dominante.

Concluímos que é de suma importância o debate público sobre o papel das comunidades terapêuticas, sua inserção no sistema de saúde mental brasileiro e os riscos que representam à consolidação de um modelo de cuidado baseado na liberdade, na singularidade e no acolhimento. É fundamental, também, ampliar os mecanismos de fiscalização e controle social dessas instituições, bem como fortalecer os serviços públicos de base territorial, com equipes multiprofissionais e abordagem integral do cuidado. Por fim, a comunicação propõe refletir sobre a necessidade de radicalizar a defesa dos direitos humanos no campo da saúde mental, incorporando os saberes de movimentos sociais, usuários/as e trabalhadores/as comprometidos/as com a construção de uma sociedade sem manicômios, sejam eles quais forem.

Pistas para uma clínica ampliada tecida no acolhimento institucional

Thaís Lima da Silveira Corrêa (PUCRS), Camila Pereira Alves (PUCRS)

Atualmente, no Brasil, existem em torno de 46 mil crianças e adolescentes em situação de acolhimento, conforme dados do Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas (CNJ, 2017). O abrigo institucional é a modalidade mais utilizada, sendo um primeiro ambiente de cuidados essenciais. Nesse contexto, assim como em outros presentes no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), uma ferramenta poderosa de cuidado utilizada pela psicologia, muitas vezes, é a de emprestar os ouvidos, compreendendo o outro e sua singularidade.

A Psicologia tem um compromisso político e potencial de transformar a realidade, a partir da problematização das relações e daquilo que é subjetivo no sofrimento psíquico. Na política da assistência social, a psicologia carrega o reconhecimento dos direitos sociais, através de uma postura que diverge dos modelos de um setting tradicional de escuta. Na clínica ampliada, a escuta não se prende tanto a uma técnica engessada, mas principalmente no que se encontra de mais sensível no discurso enunciado, indo de uma prática menos prescritiva a uma mais negociada.

Propiciar um espaço de escuta aos acolhidos, educadores e famílias, dando voz às suas narrativas, pode contribuir para a manifestação de aspectos importantes das suas subjetividades na sustentação de um sistema de garantia de direitos, podendo inclusive levar a transformações institucionais. Pensar essa prática no abrigo residencial é essencial na reflexão de novas possibilidades de ação psi através da construção de diálogos e vínculos, primordiais na construção e sustentação micropolítica das políticas públicas. Dessa forma, é essencial a existência de estudos que contribuam para o fortalecimento das políticas de cuidado, da rede de proteção e assistência infanto-juvenil, levando em consideração a promoção de saúde em diferentes espaços.

O presente trabalho propõe discutir e articular a garantia de direitos de um acolhimento institucional para crianças e adolescentes de Porto Alegre, dimensão de alta complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), e o reconhecimento de novos modos de produção de cuidado. Nas seções, fragmentos do diário de campo foram costurados com a psicologia social crítica e com uma análise institucional para evidenciar a prática e a sustentação da clínica ampliada em acolhimento institucional, como uma estratégia clínico-política de escuta da micropolítica das relações produzidas no cotidiano desse serviço.

O eixo temático "Psicologia social e saúde" e o GT 04 "Alianças territoriais no SUAS: práticas psicossociais no enfrentamento às vulnerabilidades e violações de direito" foram os escolhidos para a apresentação do presente trabalho. A escolha foi pensada justamente porque, no presente estudo, a clínica ampliada é costurada na política de assistência social através de práticas inventivas que sustentam ancoragens diante do desamparo. Ao relatar a experiência de estágio em um abrigo residencial para crianças e adolescentes através de costuras com o diário de campo foi possível refletir criticamente sobre diferentes formas de atuar na psicologia e nas políticas públicas para além do setting tradicional terapêutico e superando práticas psicopatologizantes. Os desassossegos produzidos nesse contexto, favoreceram a garantia de direitos de vidas infanto-juvenis no SUAS, tendo como horizonte a aposta nos encontros e numa clínica que fez rede de afeto, de tecnologias e territórios em meio a vulnerabilidade social e emocional. Os enlaces entre a teoria e a prática para sustentar essa estratégia clínico-política de escuta e de investimento na vida, deixam pistas para novos modos de produzir saúde, cuidado, resistência e instrumentos de trabalho na

intersetorialidade com o campo da assistência social deste serviço.

A presente pesquisa fez uso do diário de campo como ferramenta analítica estratégica de modo a fugir de metodologias que apagam afetos e diminuem intensidades, foi escolhido uma forma de escrita ativa da experiência, permitindo a problematização do visível e multiplicando as relações possíveis e potentes do encontro com o outro em linhas que ficariam invisibilizadas na escrita acadêmica tradicional. Tal diário foi produzido durante o percurso de estágio de psicologia, em um abrigo residencial, durante o ano de 2023.

O diário permite conhecer a vivência cotidiana de como as coisas foram feitas na prática, com as possibilidades e potências dentro de uma realidade específica, possibilitando compreender as condições de produção da vida. A escrita diária no acolhimento institucional foi tanto uma forma de endereçar o que era vivido, deixando registros através da memória, como também, servia de companhia para um trabalho sensível e complexo. Assim, o diário de campo foi escolhido para guiar essa escrita com inspirações na cartografia e no gênero ensaístico.

O presente trabalho abre a possibilidade de criação de novos modos de produzir saúde e de narrar a experiência de cuidado na intersetorialidade com o campo da assistência social, expressando o compromisso com a vida e com aquilo que foi vivenciado. Ainda, o uso de poemas ao longo do trabalho demonstra novas estratégias de articulação com o campo da clínica ampliada, podendo adentrar singularidades através de fragmentos do cotidiano visibilizando afetações implicadas com outras estéticas da existência.

A construção da escrita possibilitou evidenciar o cotidiano profissional da psicologia e da clínica ampliada no SUAS, a partir da experiência de estágio em um abrigo residencial para crianças e adolescentes em Porto Alegre. As reflexões sobre o fazer da psicologia na assistência, nomeando aquilo que foi mobilizado pelos afetos e entrando em contato com ferramentas possíveis de trabalho, deixaram pistas de um percurso em que as práticas de cuidado estão nas vicissitudes das relações que se estabelecem. Apesar de um contexto de vulnerabilidade e de atravessamentos institucionais, encontrei na clínica ampliada ferramentas para escutar justamente aquilo que vai de encontro com a singularidade de cada caso. Ainda, a partir de um movimento de inquietude com um lugar de idealização do saber psi, teci linhas de fuga e experimentei novas e velhas formas de potencializar a vida nesse serviço com laços e ações compartilhadas. As práticas inventivas e criativas de acompanhar, de intervir e de trabalhar em rede, resultaram em novas formas de estar consigo e com os outros, produzindo efeitos de caráter político na psicologia. Ao refletir teórica e tecnicamente as intervenções realizadas, dimensionei a importância do que foi posto em prática e do papel da psicologia nesse campo. Tal postura permitiu que minha atuação permanecesse sustentada na ética, na teoria e na sensibilidade, em especial com um olhar cuidadoso de como as problemáticas e demandas eram encaradas. Poder nomear a prática da clínica ampliada no presente trabalho foi um gesto decisivo para dimensionar a potência do que foi feito, entendendo que é nas brechas institucionais que a psicologia pode ser tecida na assistência.

Prática grupal no cárcere: produção de estratégias de cuidado em contexto de privação de liberdade

Daiane Gasparetto da Silva (UEPA)

O exercício de profissionais de saúde mental na política prisional encontra-se previsto na Lei de Execução Penal, nº 7.210, de 11 de julho de 1984, a qual visa efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições de integração social às pessoas privadas de liberdade. Dentre as principais atribuições previstas às diferentes categorias nessa esfera está a assistência aos condenados e presos provisórios, em regime fechado, semiaberto e aberto, devendo o fazer laboral amparar-se em pressupostos éticos e da garantia dos direitos humanos. Na rotina particular de trabalho junto às pessoas privadas de liberdade, torna-se relevante a realização de ações de educação em saúde, denotando o compromisso social das equipes com debates ampliados sobre processos relativos à saúde-doença. Tais ações aplicadas ao contexto prisional, quando promovidas de modo dialógico e com regularidade, podem auxiliar a pensar os impactos dos diagnósticos aos apenados, os aspectos do adoecimento, manejos do estresse e dor, bem como estratégias de promoção, prevenção e reabilitação junto a equipes interdisciplinares e multidisciplinares, dando espaço, igualmente, para problematizar questões concernentes ao uso abusivo de álcool e outras drogas, na interface com a política de redução de danos. Diante dessa forma de proceder, aspectos culturais, étnico-raciais, de gênero e sexualidade, geracionais e socioeconômicos ganham destaque, junto a uma apreciação da saúde física e mental daqueles que se encontram em conflito com a lei, havendo necessidade de circunstanciar tal reflexão em cenários marcados por segregações de todos os tipos, as quais acabam por provocar, com muita frequência, a criminalização de pessoas já postas à margem, o que se evidencia com a significativa presença de pessoas negras, pobres e com baixa escolaridade no interior das unidades prisionais espalhadas pelo Brasil, não sendo possível, portanto, deixar de relacionar o encarceramento na América Latina ao racismo estrutural presente na sociedade. Diante desse cenário, o presente trabalho pretende discutir o fazer da psicologia no contexto de privação de liberdade, problematizando a construção de estratégias de cuidado no diálogo com a dinâmica do público-alvo da política prisional. Com base em análise de experiências laborais em contexto dessa natureza, nota-se que a proposição de grupos mediados por profissionais da psicologia evidencia alguns usos da técnica de forma crítica e circunstanciada, valendo-se de produções validadas pela esfera científica e pelos pares, com contribuições ao processo de desconstrução dos modelos padronizados de cuidado na execução penal, tomando como inspiração o trabalho da clínica-política e sua perspectiva antimanicomial. Assim, ao pensar práticas profissionais da psicologia junto a esse público, deve-se atentar para os marcadores sociais da diferença, no intuito de contextualizar as atividades em consonância com políticas inclusivas, almejando, assim, contribuir com processos de protagonismo de públicos diferentes da sociedade, por meio da construção de metodologias ativas que possuam caráter interventivo, denotando o compromisso ético e social da profissão. Nessa direção, observa-se que o desenvolvimento de atividades em grupo, embasadas em ferramentas teórico-metodológicas que amparam o fazer da psicologia, justifica-se pela possibilidade de promover articulação com o público das instituições prisionais, buscando agenciar estratégias de intervenção junto à comunidade que possam estimular autogestão, configurando-se, ao mesmo tempo, como espaços formativos, tendo em vista a necessidade de dar assistência por meio de ações de educação em saúde, incitar o desenvolvimento de uma

prática profissional investigativa e contribuir com as demandas comunitárias, fomentando o protagonismo da coletividade. Tendo em vista a discussão proposta, destaca-se que seu tema relaciona-se ao Eixo "Psicologia Social e Saúde", do 23º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social, em especial ao foco apresentado pelo Grupo de Trabalho 57, "Desejo de correr pelos campos": saúde mental e direitos humanos, o qual vislumbra discutir possibilidades de produção de conhecimento sobre saúde mental e promoção de práticas de cuidado em contextos singulares, tendo como chave de trabalho a defesa dos direitos humanos. A partir das experiências laborais a serem narradas, conclui-se que, nesse contexto, a atenção à saúde mental de pessoas em privação de liberdade alinha-se a várias demandas, sendo o dispositivo grupo potente estratégia de cuidado, podendo proporcionar assistência e autogerenciamento à população custodiada, em diálogo com a educação popular. propiciando a formação de cuidado mútuo entre as pessoas participantes, atravessado pelos objetivos grupais. Tal fazer possibilita pensar igualmente nas posturas éticas construídas ao longo de cada encontro, em que estão em foco os modos de subjetivação das pessoas envolvidas, na relação que estabelecem consigo mesmas e com as demais, para além do cumprimento prescritivo, este muito comum em espaços em que há rigidez ditada por regras dos mais variados tipos. Nessa direção, operadores teórico-metodológicos que partem do diálogo com as propostas de Michel Foucault, à medida que agenciam um lugar de pesquisa-intervenção no fazer da política prisional, auxiliam na problematização de processos contramedicalizantes, em enfrentamento igualmente às lógicas de ajustamento social, o que ressalta a importância de saberes e técnicas da psicologia estarem afinadas com a ética do cuidado que se dá a partir de um contínuo trabalho de reflexão sobre a produção de modos de existir no presente. Palavras-chave: grupo; práticas de cuidado; saúde mental; privação de liberdade; psicologia.

Reflexão sobre a representação do cuidado a partir da medicalização

Joana Anícia Estevam (UFRR), Claudia Cristina Macceo Sato (UFRR), Ana Luiza Rodrigues Gonçalves (UFRR)

Este trabalho é resultado de um incômodo presente em cursos de psicologia pela apresentação quase prioritária de um entendimento de normalidade e patologia alinhados aos critérios do Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (DSM) e entendimentos de tratamentos associados a medicalização e submissão da saúde mental ao aparato psiquiátrico e cuidado a partir dos diagnósticos. Diante disso, é instituída a discussão sobre práticas em saúde mental a partir de outras lógicas. O conceito de saúde mental não é consenso dentro da psicologia, e sabe-se que historicamente é um campo de disputas entre diferentes abordagens e áreas da saúde. Contudo, o entendimento hegemônico psiquiátrico prioriza a abordagem que se inicia de um entendimento dito biológico, representado por uma argumentação pautada no cérebro mesmo que esta apresente fragilidade e inconsistências teóricas, mas ainda assim hegemônico e com legitimidade de discurso. Partindo dessa relação, precedendo de uma dimensão teórico-conceitual de "crítica epistemológica à psiquiatria e ao modelo biomédico" (Amarante, 2021), o objetivo do presente trabalho é o de propor uma reflexão a respeito da forma como o tratamento medicamentoso é entendido como superior em relação a outras estratégias de cuidado que passam a ser consideradas negligentes ou ausência de cuidado para a pessoa em sofrimento. A pesquisa se caracteriza como bibliográfica, pois foi desenvolvida baseada em material previamente elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos (Gil, 1991). A natureza da pesquisa possibilita a compreensão dos estudos aprofundados na área e permite o desenvolvimento do objetivo e fundamentação do presente estudo teórico-reflexivo. Para fundamentar o trabalho, percorremos a definição de medicalização, termo polissêmico que, como apresentam Amarante e Freitas (2017) caracteriza o ato de cuidar por intermédio de medicamentos ou praticar a medicina, contudo, como cita Conrad (2007, p 4) também "descreve um processo pelo qual problemas não médicos são definidos e tratados como problemas médicos, usualmente em termos de doenças e desordens". Amarante e Freitas (2017), apontam que componentes da existência, como a angústia, figuram nestas condições a partir do entendimento de transtorno de ansiedade. Nas práticas alinhadas a esses tratamentos têm destaque o uso de tecnologias da indústria farmacêutica e seu amplo mercado de medicamentos psicotrópicos. No presente trabalho o enfoque sobre medicalização será discutido em referência a prática com psicofármacos. A medicalização referida desencadeia em um tipo de intervenção justificada pela leitura biológica do desequilíbrio do cérebro, elevando o tratamento medicamentoso como "padrão ouro" dentro dos consultórios psiquiátricos. Contudo diversas reflexões sobre o mito da cura química do cérebro (Moncrieff, 2008), questionamentos sobre a idoneidade das pesquisas farmacêuticas e suas divulgações científicas (Gotzsche, 2014) e os efeitos a longo prazo da utilização dos medicamentos psiquiátricos (Whitaker, 2017) apontam para indagações invisibilizadas dentro da ampla divulgação científica por discursos cientificistas sobre as funções cerebrais e desequilíbrio químico. As intervenções medicamentosas passaram a ocupar uma posição central no âmbito das práticas de saúde, utiliza-se de argumentos nos quais os "problemas mentais" podem ser resolvidos com a adesão ao tratamento com psicofármacos, uma vez que as drogas podem ajustar o desequilíbrio químico causador da patologia e seus sintomas. A aliança entre médicos e indústria farmacêutica tornou-se ponte necessária para acessar os indivíduos com supostas demandas

relacionadas a psicofármacos. Os discursos medicalizantes prometem soluções práticas para lidar com o sofrimento inerente à vida humana. Conforme apontado por Sato (2018), os laboratórios farmacêuticos reforçam, em suas campanhas, a importância de adesão ao tratamento farmacológico enquanto forma de cuidado, ao mesmo tempo que usam a legitimidade profissional (Freidson, 1986, Foucault, 2006) para validação de tratamentos cuja efetividade real não é apresentada de maneira clara, como aponta Diniz (2025). Enquanto isso, movimentos como ouvidores de vozes e sobreviventes da psiquiatria são deslegitimados pelo discurso científico e poder profissional dos agentes incumbentes do campo de saúde mental. O GT 57: "Desejo de correr pelos campos": saúde mental e direitos humanos, localizado no eixo temático 03 "Psicologia Social e Saúde", aborda reflexões sobre a conceitualização de saúde mental, reflexão crítica diante dos processos de patologização e medicalização da vida e padrões de normalidade impostos sobre os indivíduos. O estudo apresentado está alinhado à proposta de refletir sobre os processos de patologização e medicalização da vida, da defesa do direito à diferença e ao questionamento das práticas reducionistas no campo da saúde mental, que tendem a simplificar o sofrimento psíquico à uma lógica patologizante e medicalizante, ao passo que desconsidera seus determinantes sociais e características subjetivas. Portanto concluímos, a partir do trabalho base realizado, que os discursos hegemônicos sobre os tratamentos medicamentosos se respaldam na legitimidade profissional e pesquisas de consistência questionável, as quais determinada parcela é financiada por empresas farmacêuticas e, consequentemente, atravessadas por interesses mercadológicos. Assim, este estudo se alinha ao compromisso ético-político da psicologia com os direitos humanos e a construção de práticas emancipatórias, que se distanciam de uma lógica medicalizante sustentada pelo modelo biomédico e psiquiátrico.

Palavras-chave: medicalização, tratamento medicamentoso, saúde mental, patologia, sofrimento.

GT 58: QUIMERAS DA SOCIOEDUCAÇÃO: JUVENTUDES E (RE)EXISTÊNCIAS

Coordenação: Débora Cristina Fonseca

Adolescentes do socioeducativo em meio aberto e os desafios da inclusão educacional na perspectiva da emancipação humana.

Vanessa Karla Souza Pessoa (UFSCAR), Débora Cristina Fonseca (ABRAPSO/UNESP RIO CLARO)

A presente experiência, desenvolvida na linha de pesquisa Práticas Sociais e Processos Educativos, traz a preocupação das pesquisadoras em investigar os fatores relacionados ao processo de escolarização, mediante a realidade de adolescentes que cumprem medida socioeducativa em meio aberto, a partir da dissertação apresentada no Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos. O trabalho analisado aponta resultados a partir do levantamento das questões problematizadoras de adolescentes do sistema socioeducativo em meio aberto na relação com a escola, assim como as dificuldades de frequentá-la, se já passaram por situações de preconceito e como compreendem a função da escola, seus métodos de ensino e acolhimento. Nesse contexto se faz necessário analisar as possibilidades emancipatórias durante o cumprimento da medida socioeducativa.

A não inserção e a evasão escolar é uma problemática que envolve diretamente os e as adolescente autores de atos infracionais e que estão em cumprimento de medidas socioeducativas, além de inserções precárias em atividades que demandem práticas sociais e educativas que rompam com os processos violadores de direito a que os e as adolescentes do sistema socioeducativo estão submersos. Além disso, o último Levantamento Nacional do Sistema nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) do ano de 2024 registrou o total de 12.506 (doze mil quinhentos e seis) adolescentes em restrição e privação de liberdade sendo esta medida ainda bastante priorizada em detrimento das medidas em meio aberto. Quando se trata de acometimento de atos infracionais por adolescentes, a restrição de liberdade na lógica punitivista ainda se sobressai mediante a lógica protetiva que permite o acesso à convivência familiar e comunitária e outros espaços de sociabilidades ao público em questão.

O Brasil foi marcado por uma cultura de institucionalização de crianças e adolescentes pobres, como estratégia de correção de comportamentos pelo Estado ou como mecanismo de proteção às famílias pobres, conforme a legislação menorista, baseada no antigo código de menores (Rizzini, 2004), ainda é a cultura menorista que se sobrepõe mesmo com uma legislação que assegura direitos, a exemplo do atual Estatuto da Criança e Adolescente. Os adolescentes do sistema socioeducativo são marcados por uma trajetória de violações de direitos, o que muitas das vezes os levam a infracionar, marcados por um processo sócio histórico que sempre os e as segregaram do campo de acesso e reconhecimento como pessoas em desenvolvimento.

A pesquisa intentou perceber como a gestão da política socioeducativa vem sendo materializada no sistema de atendimento socioeducativo em meio aberto e sua incidência em termos do acolhimento e favorecimento da permanência e sucesso escolar desses adolescentes, considerando ainda que a grande maioria deles é pardo, negro, pobre e moradores das periferias das grandes cidades (capitais) e, por isso mesmo, ainda vistos pela sociedade como “marginais” e , muitas vezes pelos espaços escolares como “alunos problema”. Para Arroyo (2015, p.14) , “ a segregação é racial e social, sendo a pobreza uma das causas da segregação racial, social e educacional”.

O estudo pretendeu compreender os sentidos da escola e desafios de acesso e permanência para estudantes que cumprem medida socioeducativa em meio aberto na

cidade do Recife, a partir dos olhares dos adolescentes, famílias, profissionais do CREAS e da escola, mas também analisar os planos de atendimento socioeducativos do município pesquisado e sua interface com o acesso à educação a partir da política de assistência social e os processos educativos pautados no ambiente escolar e fora dele.

Foram realizados grupos focais com os adolescentes participantes e entrevistas semi estruturadas com as familiares dos adolescentes e os profissionais do CREAS e da escola.Foi adotada a perspectiva materialista, histórica e dialética como fundamentação teórica para a defesa de uma Socioeducação voltada para a emancipação humana e pressupostos éticos pautados em uma educação emancipadora. Os resultados da pesquisa, a partir da análise de conteúdo, apontam 3 categorias de análise: necessidade de sobrevivência e projeto de vida; racismo e preconceito; fracasso escolar e a categoria síntese: A pesquisa como prática social: a insurgência de processos educativos. As categorias dialogam sobre os desafios que permeiam o contexto de exclusão social a qual os adolescentes participantes estão submersos quanto ao acesso pleno ao direito educacional. O contexto social apontado traz marcas de violências, miserabilidade, discriminação e preconceito pautadas por uma sociedade que privilegia as políticas macroeconômicas e que ainda precisa melhor desenvolver processos educativos em práticas sociais a partir dos serviços públicos que promovem à Socioeducação e assim possam rebater nas relações humanas com mudanças de valores, atitudes, posições e posturas diante da vida. Constata-se que o não reconhecimento desses adolescentes na escola, que não os enxerga enquanto detentores de direito, faz com que sejam condenados pelo seu ato praticado, sendo enxergados como bandidos, perversos sem possibilidades de mudanças de sua trajetória.

Conclui-se que mais que fortalecer o Sistema de Garantia de Direitos, é necessário repensar as práticas educativas promovidas pelos serviços públicos intersetoriais que compõem os diversos espaços promotores de direitos básicos como a escola, espaços de convivência, de esporte e lazer, saúde, cultura, assistência social, profissionalizantes e demais que favoreçam a interação social de adolescentes em especial do sistema socioeducativo. Reflete-se, assim, a necessidade de políticas públicas emancipatórias, numa perspectiva de transformação social.

Contribuições da Psicologia Social Crítica à Educação Popular Antirracista com as pessoas em situação de rua (PSR) - Recife-PE

Fernanda Carla de Carvalho Leitão (UFPE), Renata Shirley de Santana Barbosa (UFRPE) Rosangela Ferreira de Mesquita (UFRPE), Eliene Brito de Souza Braz (UNOPAR)

A Política Nacional para a População em Situação de Rua (Decreto nº 7.053/2009) define esse grupo populacional como heterogêneo, tendo em comum a extrema pobreza, vínculos familiares rompidos ou fragilizados e a ausência de moradia convencional regular. O Censo, de 2022 realizado no Recife, revelou que 80% da população em situação de rua neste município é composta por pessoas pretas e pardas, escancarando o racismo estrutural e a desigualdade social como determinantes do acesso (ou da negação) a direitos humanos essenciais como moradia, saúde e segurança.

Esses dados evidenciam as expressões contemporâneas da questão social e a urgência de políticas públicas intersetoriais e interseccionais que considerem raça, classe, gênero, entre outros marcadores. Sendo assim, é necessário investir na reparação histórica, no fortalecimento da autoestima e da identidade cultural, especialmente da população negra historicamente marginalizada.

Inspirado em perspectivas decoloniais (Alves & Delmondez, 2015), construimos de forma interdisciplinar o projeto "Trançando a Rua: Educação Popular Antirracista com as Pessoas em Situação de Rua", desenvolvido no Centro Pop Glória – Recife/PE através do Serviço Especializado para População em Situação de Rua e do Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS), que se constitui na perspectiva da educação popular, identidade racial, ancestralidade afro-indígena e enfrentamento ao racismo estrutural. A iniciativa parte da análise de que a abolição da escravidão, conduzida pelo Estado brasileiro, sem políticas de reparação, perpetuou a exclusão da população negra, cujas consequências são vivenciadas por grande parte das pessoas em situação de rua atualmente.

O projeto objetiva promover educação popular antirracista com as pessoas em situação de rua visando o fortalecimento da autoestima, da identidade cultural e da cidadania, a partir do resgate das contribuições dos povos negros e originários à história do Brasil, denunciando o racismo estrutural. Essa proposta dialoga com a Psicologia Social Crítica (Lane, 2010), que analisa o papel das relações de poder e cultura na constituição de subjetividades.

Dessa forma o "Trançando a Rua" se relaciona com o eixo temático 1: Psicologia Social e Relações Étnico-Raciais ao valorizar a escuta ativa e o fortalecimento das subjetividades das PSR, majoritariamente negras, a partir da reconstrução identitária, da ancestralidade afro-indígena e da valorização dos saberes populares. Esta experiência, articula-se com o GT 38: Psicologia e relações raciais no Brasil do séc XXI: aspectos históricos, teóricos e metodológicos, mediante a problematização sobre racismo e o sofrimento psicossocial vivenciados pelas PSR, que sobretudo desvelam-se mediadas por encontros de educação popular antirracista, e por conseguinte, de promoção de igualdade racial e exercício de cidadania.

Durante a execução do projeto, surgiu a necessidade de formar também os profissionais dos serviços. Assim, foi criado o Grupo de Educação Popular Antirracista do Centro Pop Glória, com a participação de trabalhadores da unidade: coordenação, educadores, cuidadores, analistas sociais, ASGs, motoristas e porteiros, negros e brancos. Inspirados por Djamila Ribeiro (2020), o grupo reconhece que pessoas brancas precisam se responsabilizar

criticamente pelo sistema que historicamente privilegia, e pessoas negras devem se conscientizar para não reproduzi-lo.

A estratégia metodológica do projeto fundamenta-se na Educação Popular freireana, valorizando o diálogo, a participação e a troca de saberes com as pessoas em situação de rua. As atividades estimulam a reflexão crítica através de músicas, rodas de conversa, mapas falantes e socializações. O projeto foi composto por quatro fases: (1) vivência afrocentrada com tranças nagô para trabalhar autoestima e educação antirracista; (2) construção coletiva do projeto com trabalhadores do SEAS e do Centro Pop, e socialização com as pessoas em situação de rua e integrantes do Movimento Nacional da População em Situação de Rua de PE; (3) encontros formativos mensais com trabalhadores na perspectiva da educação antirracista; (4) grupo semanal com a PSR tecendo reflexões sobre o legado de lutas e conquistas dos povos negros e indígenas do passado ao presente, com vivências de trança nagô e degustação de alimentos de origem afro-indígena brasileira. Cada fase envolve avaliações e planejamento de forma processual (ação, reflexão, ação) tanto com as PSR, como os trabalhadores envolvidos.

Entre os principais resultados, destacam-se o fortalecimento da autoestima, da identidade e da criticidade das pessoas em situação de rua, além da valorização dos saberes afrocentrados e da ancestralidade. Os encontros educativos promoveram reflexões profundas sobre o racismo estrutural e sua relação com a exclusão social, contribuindo para o desenvolvimento de uma consciência histórica e antirracista entre as PSR que passaram a identificar experiências de opressão e manifestações do racismo, bem como vivências de acolhimento, respeito e promoção de direitos. O envolvimento ativo das PSR e dos trabalhadores fortaleceu os vínculos com os serviços bem como estimulou a organização social e política junto ao Movimento Nacional da População em Situação de Rua de Pernambuco. Ademais, a ação formativa com os trabalhadores fomentou a atuação destes como educadores populares antirracistas, comprometidos com uma atuação crítica e transformadora. Isso reforça a análise de Fanon (2008) sobre o impacto do racismo na subjetividade negra e a importância de práticas psicossociais decoloniais no enfrentamento dessas dinâmicas (Alves & Delmondez, 2015).

Essa experiência evidenciou que não é possível transformar as práticas da assistência social sem uma escuta ativa, formação permanente e compromisso com a justiça racial. Como aponta Santos (2007), é necessário romper com o epistemicídio e a colonialidade do saber, valorizando os conhecimentos produzidos nas periferias e margens.

Portanto, o "Trançando a Rua" evidencia a importância das contribuições da Psicologia social crítica e decolonial no trabalho interdisciplinar para o fomento de práticas de educação popular antirracistas que incorporem o legado afro-indígena brasileiro, valorizem as trocas de saberes e o compromisso com a transformação social. A proposta reafirma a potência da educação popular emancipatória como estratégia de enfrentamento das múltiplas opressões que atravessam a vida das PSR, contribuindo para ressignificação de sua identidade étnico-racial.

Referências

ALMEIDA, Djaimilia Pereira de. Esse Cabelo. São Paulo: Todavia, 2022.

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. Racismo Estrutural. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2020.

ALVES, Cândida Beatriz; DELMONDEZ, Polianne. Contribuições do Pensamento Pós-Colonial à Psicologia Política. Psicologia Política, v. 15, n. 34, p. 647-661, 2015.

BENTO, Cida. Pacto da Branquitude: análise da branquitude hegemônica na sociedade brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRASIL. Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 dez. 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Relatório técnico consolidado: População em situação de rua no Brasil. [2023]. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/populacao-em-situacao-de-rua/publicacoes/relat_pop_rua_digital.pdf.

CAMPOS, Rosana Cristina. Psicologia Social e Interculturalidade. Curitiba: Appris, 2018.

EVARISTO, Conceição. Insubmissas Lágrimas de Mulheres. São Paulo: Pólen, 2011.

EVARISTO, Conceição. Olhos d'água. Rio de Janeiro: Pallas, 2014.

FANON, Frantz. Peles Negras, Máscaras Brancas. Salvador: EDUFBA, 2008.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

GERCINA, Cristiane; ARAÚJO, Glauco. Tinha uma pedra no meio do caminho: a vida e as lutas do padre Júlio Lancellotti. São Paulo: Planeta, 2022.

LANE, Silvia T. M. Psicologia Social Crítica: sujeitos, poder e cultura. Petrópolis: Vozes, 2010.

NASCIMENTO, Abdias do. O Genocídio do Negro Brasileiro. São Paulo: Perspectiva, 2016.

SOUZA, Neusa Santos. Torna-se negro: ou vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro:Zahar.2021

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. 10. ed. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010.

RIBEIRO, Djamila. Lugar de Fala. São Paulo: Pólen, 2017.

RIBEIRO, Djamila. Pequeno Manual Antirracista. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma Revolução Democrática da Justiça. São Paulo: Cortez, 2009.

SPIVAK, Gayatri C. Pode o subalterno falar?. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

Descoladamente: Construindo espaços de resistência à "zona do não-ser" na socioeducação

Vanessa de Araújo Xisto (DEGASE), Elcidea de Azevedo Rosa Ferreira (DEGASE), Marcella Fonseca Leopoldo (DEGASE), Patrícia Silva Lobato (DEGASE)

O Projeto DESCOLADAMENTE surge a partir da necessidade de se criar um espaço de aproximação entre o Departamento Geral de Ações Socioeducativas - RJ - DEGASE (órgão estadual executor da internação provisória e medidas de semiliberdade e internação) e a comunidade escolar, em que abrindo suas portas, possa promover um lugar de desmistificação sobre o cumprimento da medida socioeducativa ao proporcionar ampliação do olhar sobre esta, contribuindo para um processo de desconstrução da lógica de instituição total (Goffman, 2001) e de desestigmatização sobre o adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas. Historicamente, existem dificuldades de diálogo entre as unidades de semiliberdade e a rede escolar em que os adolescentes devem estudar enquanto cumprem a medida socioeducativa, entre outras situações.

Tem como objetivo promover o diálogo entre estudantes das escolas do DEGASE e estudantes de escolas públicas, a fim de promover reflexão sobre as diferenças e semelhanças entre as vivências das adolescências e juventudes, a partir de problematizações sobre as violências e seus efeitos em seus processos de subjetivação. Se relaciona com o eixo temático e GT escolhidos na medida em que se propõe, dentro do campo da socioeducação, a pensar um dispositivo de reflexão que problematiza um suposto distanciamento entre os adolescentes que se encontram em cumprimento de medidas socioeducativas de privação de liberdade e aqueles que se encontram na rede regular pública de ensino, ao considerar que marcadores sociais como raça, gênero e classe atravessam seus cotidianos. Esses, uma vez compartilhados coletivamente, podem ser instrumentalizados pelos próprios adolescentes de forma que eles possam afirmar, juntos, quais respostas gostariam de oferecer às situações de opressões e violências que vivenciam.

Como referenciais teóricos, nos baseamos nos conceitos de Necropoder (Mbembe,2018), Necrobiopoder (Bento,B. 2018), Zona do ser e do não-ser (Fanon, 2008) e Mortificação do Eu (Goffman, 2001) para pensar os processos de opressão pelos quais as juventudes negras e periféricas atravessam e que afetam diretamente a construção de sua subjetividade e sua percepção de mundo. Nos interessa também, em uma análise de implicação, pensar a branquitude (Bento, M.A. 2022), considerando que parte da equipe que executa o projeto é branca, e que não se pensar racializado nessa conjuntura representaria a possibilidade de manutenção no lugar de (re)produção de opressões. Como referencial teórico-metodológico, nos baseamos na Comunicação Não-violenta (Rosemberg, 2006). A CNV é um modo de se expressar que busca aprimorar os relacionamentos interpessoais, conectando-nos às nossas necessidades e às dos outros, com a finalidade de falar sem machucar e ouvir sem se ofender. Trata-se de uma abordagem que pode ser aplicada a todos os níveis de comunicação, nos mais variados contextos. No contexto desse projeto, adotamos uma postura crítica em relação ao uso dessa abordagem, de modo que não se produza individualização que descaracterize os processos de opressão vivenciados coletivamente. Como estratégia metodológica, realiza na 1a etapa palestras em escolas públicas do Rio de Janeiro, através de parceria com a Diretoria Regional Metropolitana III da Secretaria de Estado de Educação - RJ. Na 2a etapa, convida os adolescentes que assistiram a palestra para realizar uma oficina da Coordenação de Esporte, Cultura e Lazer do DEGASE (TV DEGASE) em conjunto com os adolescentes em cumprimento de medida, em atividade preparada especialmente para esse dia. Durante a oficina, é realizada (1) Apresentação de cada

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

um, a partir da escola onde estuda/estudaram; (2) Jogo baseado na Comunicação Não Violenta; (3) Roda de Conversa sobre os diversos tipos de violência; (4) Construção conjunta de vídeos sobre situações de violência baseadas em suas vivências; (5) Reconstrução de cenas realizadas nos vídeos com respostas às situações de violência apresentadas. Após a oficina, é realizada uma avaliação com todos os adolescentes participantes, através de questionário pensado a partir de indicadores específicos. Como resultados e considerações finais, percebemos que, ao interagirem, identificam diversas aproximações e relatam suas percepções uns sobre os outros. Os adolescentes do DEGASE referem terem sido vistos para além do ato infracional, como o que de fato são: adolescentes. Referem também reconfiguração de perspectiva de futuro. Os jovens visitantes, de escolas públicas, relatam sentimento de medo anterior à visita, porém após a visita, referem se dar conta de que os (as) adolescentes são como eles, que possuem interesses e desejos para o futuro semelhantes. Se dão conta que não sentiram o medo que achavam que sentiriam ao estar na presença dos adolescentes do DEGASE e destacam características que os aproximaram, como extroversão, alegria e a possibilidade de construir algo juntos, mesmo que tenham acabado de se conhecer. Participar do projeto representa a possibilidade de poder ocupar subjetivamente novos lugares diante da sociedade, na medida em que adolescentes em cumprimento de medida podem ser vistos com outros olhares que os retiram da zona do não ser por seus semelhantes, proporcionando reposicionamento diante da vida, que façam frente ao necrobiopoder (Bento, 2018) e a mortificação do eu (Goffman, 2001).

Bibliografia

1 - BENTO, Berenice, Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação?, Cadernos Pagu, [S. l.], n. 53, 2018, disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8653413, acesso em: 24/05/2025.

2 - BENTO, Maria Aparecida Silva. O pacto da branquitude. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

3 - BISINOTO, C.; ET AL. Socioeducação: Origem, significados e implicações para o processo socioeducativo. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 20, n. 4, p.575-585, out./dez. 2015

4 - FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Salvador: EDUFBA, 2008.

5 - GOFFMAN, Erving. Manicômios, prisões e conventos. Tradução de Dante Moreira Leite. 7ª edição. São Paulo: Perspectiva, 2001.

6 - MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: n-1 edições, 2018.

7 - ROSENBERG, Marshall B. Comunicação não-violenta: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais. São Paulo: Ágora, 2006

Dinâmicas de articulação intersetorial entre rede de saúde e socioeducação no estado do Paraná

Marisa da Costa (Secretaria de Estado da Saúde do Paraná), Sabrina Stefanello (UFPR), Deivisson Vianna Dantas dos Santos (UFPR)

Introdução: As unidades socioeducativas são instituições destinadas às medidas socioeducativas de adolescentes privados de liberdade. Esses adolescentes têm o direito à atenção integral à saúde, segundo os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) e da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei, em Regime de Internação e Internação Provisória (PNAISARI). Esta política propõe integrar o Sistema de Saúde e o Sistema Socioeducativo por meio da reorganização de serviços, de modo a realizar ações de saúde para os adolescentes. A pesquisa desenvolveu-se como necessidade de melhorar a compreensão da articulação intersetorial da política, bem como verificar a garantia do direito a saúde destes adolescentes cumprindo medida socioeducativa de privação de liberdade.

Objetivo: Investigar as dinâmicas de interação intersetorial entre os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde e as unidades socioeducativas do estado do Paraná, em relação ao atendimento de saúde dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, a partir da percepção de trabalhadores e gestores desses serviços de saúde.

Relação clara com GT e eixo temático: A pesquisa ora aqui apresentada se relaciona com o GT Quimeras da Socioeducação: juventudes e (re) existências, pois problematiza a garantia de um direito previsto tanto no ECA quanto no SINASE que é o direito a saúde dos adolescentes que estão em cumprimento de medida socioeducativa de internação. A pesquisa se relaciona também com o eixo temático 06, Direitos Humanos e infâncias, juventudes, velhices, pois aborda em seu escopo a política pública de atenção integral à saúde de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de privação de liberdade.

Orientação teórica (abordagens, teorias, conceitos que guiaram): A pesquisa tem abordagem hermenêutica e baseou-se em amparos conceituais, legais e técnicos da área da saúde coletiva e da sua relação com a socioeducação (legislações nacionais acerca da temática; autores/as nacionais e experiências vividas pelos entrevistados). Foram utilizados conceitos como: integralidade da atenção à saúde, garantia dos direitos fundamentais de adolescentes privados de liberdade e articulação intersetorial.

Estratégias metodológicas: Realizou-se uma pesquisa qualitativa exploratória, envolvendo 42 entrevistas com servidores da saúde municipal e socioeducação envolvidos na execução da PNAISARI. As entrevistas foram subsidiadas em um roteiro semiestruturado contendo perguntas disparadoras que visavam identificar como era organizado o cuidado do adolescente em conflito com a lei, assim como os tipos de estratégias que eram estruturadas para garantir uma integralidade do cuidado em rede. Os temas abordados versavam sobre como ocorre o cuidado em saúde dos adolescentes, bem como onde ocorrem, de que forma é articulado e de quais formas. Desta forma visava-se catalogar e analisar experiências e práticas de cuidado desenvolvidas pela rede e pelos trabalhadores destas políticas públicas. O estudo abrangeu 12 municípios paranaenses que abrigam centros socioeducativos. A análise dos dados foi conduzida por meio de uma abordagem hermenêutica, incluindo a transcrição das entrevistas, leituras sucessivas e identificação de categorias e núcleos argumentais.

Resultados: Identificamos práticas como ações de educação em saúde, de matriciamento, estratégias para um acesso facilitado, de articulação de redes de cuidado que fortaleceram a premissa disposta na PNAISARI. Arranjos organizacionais como encontros entre as equipes de saúde e da socioeducação, a definição de um profissional de referência para melhorar a comunicação e a formalização de grupo de trabalho intersetorial foram identificadas como fundamentais para a aproximação entre as políticas. Dessa forma, uma rede de cuidados mais integrada perpassa pelo fortalecimento de estratégias locais que surgem quando há a possibilidade de uma autonomia organizacional regional. Foram identificadas no discurso dos participantes diversas práticas e arranjos organizacionais realizados tanto pelas equipes de saúde, da socioeducação, ou mesmo por ambas. Tais arranjos e práticas foram simplificados e esquematizados nas categorias denominadas: Conversando com os adolescentes; Estruturando o cuidado nas Unidades de Internação; Criando agendas de atendimentos para os adolescentes; Encontrando as equipes: visitas cruzadas atuando na vinculação e formação de uma rede viva; Definindo um profissional de referência da gestão da saúde; Criando e promovendo ações de matriciamento em saúde mental e Formando grupos de trabalho: facilitam a articulação entre os setores.

Conclusões: A pesquisa permitiu identificar práticas de articulação e formação de redes de cuidado entre profissionais de saúde e trabalhadores do sistema socioeducativo. Desta forma, vemos a importância na indução de práticas de cuidado realizadas por políticas públicas como a PNAISARI que tomam como base princípios que levem em consideração as capacidades locais de articulação e formação de redes. Há evidente valor em abstrair destes relatos, o conhecimento prático que os pesquisados possuem a respeito das estratégias e caminhos que percorrem para a organização das redes de cuidado dentro dos CENSEs. Reconhecer a bagagem que carregam consigo sobre as políticas públicas e a sua efetividade e resolutividade são cruciais não apenas à compreensão de como se promover uma boa prática de cuidado, mas para reconhecer a força que uma política tem de impulsionar àqueles que estão envolvidos na sua efetivação na resolução das lacunas presentes.

Discurso e produção de subjetividade de migrantes-adolescentes em conflito com a lei

Cristiano Rodineli de Almeida (UNIFESP)

O fenômeno do adolescente em conflito com a lei traz na redação de sua escrita a ambivalência entre garantia e violações de direitos: adolescente-conflito-lei. Ao passo que a adolescência é compreendida no campo legal e científico como uma fase de cuidados prioritários, além de ser um importante período de desenvolvimento e amadurecimento físico, cognitivo e emocional, o adolescente também é visto com desconfiança nas relações sociais. Isso se dá em razão dos esperados conflitos presentes nessa peculiar fase da vida vinculadas à relação com o próprio corpo e desejo, à busca por pertencimento em grupos, ao desprendimento das relações parentais e domésticas, bem como às inseguranças financeira e amorosa. Para Campos (2020), acrescenta-se maior desconfiança se esses adolescentes carregarem em suas peles e condições sociais os estereótipos do suspeito-padrão, ou seja, não brancos e periféricos. Essas condições demandam do Estado intervenções de controle social sobre esses corpos, em movimentos de ausência ou insuficiência de serviços prioritários, extermínio, perseguição e encarceramento. Não é a toa que a maioria dos adolescentes privados de liberdade no Brasil, são negros (Brasil, 2023), e o percentual de mortes entre jovens tenha essa população como maioria (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023). Na impossibilidade desses adolescentes serem anteriormente alcançados por políticas públicas que efetivamente garantissem proteção a esses adolescentes, as Medidas Socioeducativas de privação de liberdade acabam sendo uma das respostas da sociedade a esse fenômeno. Embora seja uma política pública específica para os adolescentes sentenciados pela autoria atribuída de atos infracionais, a Socioeducação é ora a primeira ora uma das últimas instâncias do olhar do Estado para esses sujeitos antes que atinjam a maioridade. Há, portanto, uma torção importante a ser feita na descrição do fenômeno: lei-conflito-adolescente. Compreende-se, dessa forma, que o adolescente privado de liberdade é uma declaração aberta de que as políticas públicas anteriores, inerentes ao cuidar e proteger, falharam, restando o encarceramento como alternativa derradeira. Nessa esteira, acreditamos que as camadas de vulnerabilidade em torno do adolescente acusado de ato infracional são agudizadas quando esse sujeito também é migrante. Sentimentos de não pertencimento cultural e invisibilidade social podem se apresentar como importantes aditivos em um processo de vulnerabilização, levando o sujeito à exposição de diversos fatores de risco (Najjar, 1997). Considerando a aridez de estudos e pesquisas sobre adolescentes migrantes em conflito com a lei inseridos em Medida de internação, bem como a invisibilidade desses nas menções estatísticas dos Sistemas Socioeducativos do país, percebe-se a necessidade de estudos que possam elucidar essa temática e compreender os afetamentos emocionais pelos quais esses adolescentes são expostos desde a migração até os meandros da privação de liberdade. Percebemos que os processos de vulnerabilidade em torno do adolescente acusado de ato infracional são agudizados quando esse sujeito é migrante. Sentimentos de não pertencimento cultural e invisibilidade social podem se apresentar como importantes aditivos em um processo de vulnerabilidade, levando o sujeito à exposição de diversos fatores de risco. Desta maneira, a presente pesquisa de doutorado, desenvolvida na Universidade Federal de São Paulo, objetiva compreender como se dá o processo de produção de subjetividade na adolescência atravessada pelos fenômenos da migração e da privação de liberdade. Para tanto, procedeu-se à Metodologia Arqueológica Participativa (MAP) (Sá, 2023),

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

qual abordagem qualitativa que pode auxiliar na explicação dos fenômenos migratórios e a privação da liberdade a partir do método do Desenho-Estória (Trinca, 1976; Tardivo, 2020). Assim, realizou-se encontros presenciais e individuais com migrantes-adolescentes privados de liberdade em Roraima, Estado que figura com um dos que mais registraram entrada desses adolescentes nas Medidas de meio fechado no Brasil. Do ponto de vista teórico-analítico a pesquisa em tela ancora-se nos pressupostos da Filosofia da Migração, na plataforma Anticolonial e na Psicanálise. Almeja-se oferecer contribuição para o Sistema Socioeducativo, comunidade acadêmica e sociedade em geral a necessidade de um olhar mais cuidadoso para essa população de adolescentes migrantes.

BRASIL. Levantamento Anual do SINASE. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. 2023. https://abrir.link/uGOkH

.CAMPOS, Daniela. C. A. Cor: Preto, suspeito padrão! A seletividade racial no Sistema de Justiça Juvenil da capital paulista. Pathos: Revista Brasileira de Práticas Públicas e Psicopatologia, 11 (1), 13-32 . 2020.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. A queda das internações de adolescentes a quem se atribui ato infracional – Anuário Brasileiro da Segurança Pública 2022. Disponível em: https://abrir.link/OSDfJ

NAJJAR, A.M.S. Raízes: como sobreviver se a sua seiva? In: CATAFESTA, I. F. M. (org.)A clínica e a pesquisa no final do século: Winnicott e a Universidade. Comemoração do centenário de nascimento de D.W. Winnicott na Universidade de São Paulo. São Paulo: Lemos Editorial, 1997. 171-174 pp.

SÁ, R. L. Metodologias Arqueológicas para o pesquis-a-dor social. Diálogos em Educação, v. 4, n. 2, p. 1-26, 2023.

TARDIVO, L.S.L.P.C. Procedimento de Desenhos-Estórias: diferentes formas de interpretação. In: Walter Trinca. (Org.). Formas Lúdicas de Investigação em Psicologia: Procedimento de Desenhos-Estórias e Procedimento de Desenhos de Família com Estórias. 1aed.São Paulo: Vetor Editora Psico-Pedagógica, 2020, v. 1, p. 67-85.

TRINCA, W. Investigação clínica da personalidade: o desenho livre como estímulo de apercepção temática. Belo Horizonte: Interlivros, 1976.

Escrevivência e construção de sentido na trajetória escolar de adolescentes em Liberdade Assistida

Maisa Scapin Fernandes, Débora Cristina Fonseca (Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho), Mariana Cunico da Silva (Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho), Andrei Lopes Ferreira (Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho)

Este trabalho se insere no contexto das medidas socioeducativas, em que se propõe a discutir como a metodologia da Escrevivência, fundamentada pela perspectiva da Psicologia Sócio-Histórica de Vigotski, busca compreender e tensionar os modos como a escola se relaciona com estudantes autores de atos infracionais. As medidas socioeducativas são aplicadas aos adolescentes, entre 12 e 18 anos, a quem foi conferida a autoria de atos infracionais (Brasil, ECA, 1990), regularizadas pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase, 2012). Os adolescentes que cumprem medidas socioeducativas são aqueles que cometeram algum ato infracional, que infligiram os dispositivos legais seja por meio de danos aos bens públicos, furtos, tráfico de drogas, dentre outros. As medidas socioeducativas são aplicadas conforme a natureza do delito, podendo ser: advertência, reparação do dano causado, prestação de serviço à comunidade, liberdade assistida e privação de liberdade em estabelecimento educacional. Nesta pesquisa a medida socioeducativa (MSE) investigada foi a de Liberdade Assistida (LA) que, de acordo com Souza (2019), os jovens e adolescentes são acompanhados por uma equipe responsável pelo atendimento, sem restrição de suas liberdades.

Deste modo, esta pesquisa em estado inicial de coleta de dados adota uma abordagem qualitativa, conforme Minayo (2002) a pesquisa qualitativa responde a muitas questões particulares, demonstrando um trabalho com universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, distanciando-se da operacionalização de variáveis, uma vez que corresponde a um profundo espaço das relações sociais. Desse modo, o presente trabalho têm acontecido em um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) em um município do interior paulista, assim, são realizadas oficinas semanais com grupos de 15 a 20 jovens, quando serão trabalhados com eles as questões identitárias, de história de vida, utilizando-se da leitura e escrita "escrevivência "(EVARISTO, 2006), na construção de narrativas orais e escritas autobiográficas (do oral para o escrito). Tais oficinas são construídas semanalmente, conforme os temas levantados que surgem a cada encontro. Portanto, considera-se como temáticas emergentes para as oficinas, as questões sobre Direitos Humanos e fundamentais como a educação, o trabalho, e de maneira transversal, o racismo, a violência, o trabalho na perspectiva de construção de perspectivas de futuro que considerem o passado e o presente concretamente, mas que possam mediar um outro possível e desejado projeto de vida que não tenha apenas o foco na empregabilidade (modelo neoliberal), mas enquanto sujeito de direitos, de formação humana. A pertinência dessa metodologia está ancorada no entendimento de que a educação bancária não contribui para a superação das dificuldades históricas a que esses estudantes estão submetidos. É preciso trabalhar a autonomia e a análise do cotidiano crítico e embasamento fundamentado. Portanto, o foco da proposta está na interação dialógica (em uma perspectiva freireana, 2001), com pressupostos de que o conhecimento é fundamental em sua materialidade histórica e dialética.

Desenvolvida pela escritora afro-brasileira, Conceição Evaristo, a Escrevivência surge nas encruzilhadas do

"escrever", "viver" e "se ver", em um jogo de palavras que representa e apresenta as experiências e insurgências da população negra brasileira, em uma escrita que coloca corpos dissidentes em seus espaços de pertença, em seus espaços de nascença e de vivência. Assim, ao visionar como uma metodologia pedagógica potente para a escuta, compreensão e permanência de jovens em cumprimento de medida socioeducativa na educação escolar, tenciona-se a transformar experiências de vida em ferramenta de ensino e aprendizagem. Deste modo, a Escrevivência rompe com ações escolares que desconsideram a realidade social, racial e afetiva dos estudantes. A proposta ultrapassa a dimensão da escrita autobiográfica, configurando-se como uma estratégia metodológica que articula memória, identidade e linguagem, com o propósito de produzir pertencimento, engajamento e ressignificações positivas na trajetória escolar de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. Inseridos em contextos marcados por múltiplas exclusões, esses sujeitos frequentemente não se percebem como parte integrante da escola, tampouco se sentem acolhidos, escutados ou estimulados. Nesse cenário, a metodologia propõe-se a intervir de forma crítica e situada, contribuindo para o fortalecimento de uma educação que reconheça a complexidade dos sujeitos, seus contextos e trajetórias, e que repense seu próprio papel diante das desigualdades estruturais.

Por fim, o trabalho dialoga diretamente com o eixo temático da Psicologia Social Crítica ao entender que a escola, mais do que um espaço de conhecimento, é um campo onde se produzem subjetividades e se reproduzem desigualdades sociais. Sob essa perspectiva, ela atua como um agente de normalização, disciplinamento e silenciamento de modos de existir que fogem à norma. A escrevivência, ao convocar a memória e a experiência como formas legítimas de saber, rompe com essa lógica e propõe outra relação com o conhecimento: uma relação situada, encarnada, que considera o contexto social, econômico, racial e afetivo de cada sujeito. É nessa conjuntura que a Psicologia Social Crítica se torna fundamental, ao oferecer ferramentas para compreender como as estruturas sociais impactam a experiência escolar e como práticas pedagógicas contra-hegemônicas, como a escrevivência, podem produzir deslocamentos. Trata-se, portanto, de pensar a escola não apenas como reprodutora das condições de exclusão, mas como espaço possível de resistência e reinvenção.

Falar de sexo com quem não é ouvido: escuta, diálogo e resistência na educação integral em sexualidade

Andrei Lopes Ferreira (UNESP), Débora Cristina Fonseca (UNESP), Mariana Cunico da Silva (UNESP), Maisa Scapin Fernandes (UNESP)

Este trabalho busca relatar e discutir um conjunto de intervenções realizadas por intermédio do grupo de extensão universitária "Juventudes e Historicidade, movimentos de (trans)formação", vinculado ao Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação, Participação Democrática e Direitos Humanos (GEPEPDH) da UNESP de Rio Claro. As ações foram desenvolvidas em um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – Projovem na cidade de Rio Claro, São Paulo.

O Projovem é um serviço gratuito, oferecido pela Prefeitura Municipal, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social, que promove atividades de lazer, esporte, cultura e capacitação, além de atuar no fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários como estratégia de inserção social para adolescentes de 15 a 17 anos em situação de vulnerabilidade social (Rio Claro, 2024).

A atividade contou com a participação de 3 a 6 jovens ao longo dos três momentos de construção de saberes. As intervenções tiveram como objetivo levar a Educação Integral em Sexualidade (EIS) para um contexto de adolescentes em vulnerabilidade social. A EIS é definida por Figueiró (2020) como toda ação de ensino-aprendizagem que aborda temáticas sobre sexualidade humana, gênero, normas, moral, atitudes e consentimento sobre a vida sexual e suas identidades relacionadas.

A demanda pelas atividades adveio dos próprios adolescentes presentes no Projovem, que após uma intervenção sobre sexualidade com profissionais da saúde, nos relataram a necessidade e o desejo de entender aspectos sociais e culturais sobre sexualidade que vão além de apenas o uso de preservativos e ISTs, além de um aprofundamento nas questões biológicas acerca da puberdade e outros assuntos que achariam interessante.

As três intervenções ocorreram com uma semana de intervalo entre uma e outra. A primeira se dividiu em dois momentos: Construção da Urna e a Socialização de Questionamentos. A urna dos sentimentos consiste em uma caixa de papelão com uma abertura na parte de cima para colocar-se papeis dobrados. A primeira proposta por parte da equipe foi a de personalização da urna, onde cada jovem poderia representar sentimentos, personalidades que os representasse ou o serviço Projovem como um todo, utilizando materiais como tintas, canetinhas, lápis de cor, colas coloridas, glitter e colagens com revistas. Os jovens coletivizaram a urna de maneira conjunta e colaborativa, enquanto socializavam sobre a importância de expressões artísticas que não os infantilizam, mas que os deixassem se expressar como adolescentes.

Os adolescentes foram convidados a registrar, de forma anônima, dúvidas e sentimentos relacionados à Educação Integral em Sexualidade (EIS) ou a temáticas que considerassem pertinentes à socialização. Para assegurar o anonimato, foram utilizados papeis padronizados e canetas iguais, e optou-se pela ausência das educadoras sociais, considerando-se a resistência previamente observada dos jovens em abordar questões pessoais na presença delas. Embora inicialmente relutantes, os participantes passaram a contribuir espontaneamente com a dinâmica. As perguntas foram sorteadas, lidas previamente pelos universitários e, posteriormente, socializadas com o grupo. A metodologia adotada

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

fundamenta-se em experiências anteriores do projeto, que evidenciaram a necessidade de abordar com cautela relatos sensíveis, como casos de violência, os quais demandam encaminhamento adequado ao corpo docente e às instâncias competentes.

Alguns exemplos de perguntas retiradas nesse primeiro momento foram: "Tem idade certa pra perder a virgindade?"; "Por que tem homem que não tem como ter filho? É alguma doença?"; "Como funciona a inseminação artificial?"; "Broxar é normal?".

Discutimos acerca da virgindade com os jovens, os devolvendo a pergunta "O que é virgindade?", depois de muitos questionamentos, começamos a falar sobre o estigma da virgindade para os corpos tidos como femininos e para mulheres especificamente. Pois as mulheridades assim como as masculinidades foram construídas histórico-socialmente, com as mulheres sempre mantendo uma imagem de resguardo e pureza, que quando transpassados são repudiados ou reprimidos, enquanto os homens são incentivados desde a infância a iniciarem a sua vida sexual precocemente. Um relato importante é de que as jovens presentes começaram a contar as suas histórias e de amigas que foram vítimas de deboche acerca da virgindade, e que após a nossa socialização apontaram que isso não tinha tanta importância quanto achavam que tinha.

Para explicarmos as demais perguntas, explicamos o processo biológico da fecundação, depois o de inseminação artificial, para que pudéssemos explicar a questão da fertilidade. Porém, quando começamos com a explicação biológica da impotência sexual, os jovens começaram a falar do processo de uma maneira muito pejorativa, foi quando abordamos a masculinidade tóxica, que os homens devem sempre serem viris e não terem nunca uma disfunção erétil. Foi quando abordamos sobre o contexto social e cultural em que nos encontramos, que os homens não podem ter sentimentos e de que isso combinado com nervosismos também pode causar esses desconfortos, assim como as mulheres. Guimarães (2019) aponta que existem múltiplos mecanismos para a legitimação desses preconceitos e mecanismos de controle e repressão de moral e valores, o que foi exemplificado pelos adolescentes pela imagem de alerta da Anvisa no verso de maços de cigarro que contém as palavras "você broxa" que é a imagem de um homem, e não de uma mulher.

Foi necessário continuar essa etapa da atividade na semana seguinte, pois os assuntos foram sendo socializados e levados adiante pelos próprios jovens e pela equipe responsável. Portanto, o segundo encontro foi de continuação de socialização dos papeis selecionados da urna, que contaram com perguntas como: "Ao transar com outra pessoa com vagina (sendo que eu sou uma pessoa com vagina), tenho que usar camisinha?"; "Por que maconha dá tesão?"; "Ser gay é normal?"; "Andar descalço e lavar o cabelo menstruada pode?"; "Quando transamos com alguém que tem doença é certeza que pegamos?".

Também foi discutido com os jovens sobre essas crenças populares que cercam os seus contextos acerca da sexualidade e da menstruação. Quando falamos do uso de entorpecentes vinculados ao sexo, os adolescentes se mostraram mais interessados e incertos, pois afirmaram que isso era presente em seus cotidianos. Abordamos tanto a parte biológica e seus riscos, quanto os seus valores culturais e morais dentro de uma parcela da sociedade marginalizada e que convive diariamente com o tráfico e o uso de drogas. Também discutimos pautas LGBTQIA+, além de como a escola reforça diariamente a heteronormatividade em todos os espaços figurativos e/ou físicos (Caetano, Lima e Castro, 2019).

As demais perguntas seriam tratadas na intervenção seguinte, pois a mesma seria específica sobre métodos contraceptivos, de prevenção e ISTs. Iniciamos com uma dinâmica descontraída onde cada um recebia uma folha sulfite com 3 espaços e um símbolo que os representasse, podendo ser um círculo, quadrado ou triângulo.

Colocamos uma música para tocar, e quando ela cessasse, cada um deveria anotar em sua folha o símbolo do colega mais próximo e vice-versa. Assim, ao fim da dinâmica, explicamos que o círculo representava uma pessoa sem nenhuma IST, o triângulo uma com HIV, e o quadrado com Sífilis. Explicamos como mesmo que inicialmente haviam pessoas sem ISTs ao final, majoritariamente todos presentes haviam contraído alguma. Então distribuímos envelopes com métodos contraceptivos e de prevenção e solicitamos aos jovens que explicassem como funcionam e se eram efetivos contra aquelas ISTs. Quando sentiam alguma dificuldade, nós os auxiliamos e corrigimos quando era necessário, incluindo o uso de PrEP e PEP. Por fim, levamos lubrificantes, preservativos para pênis e para vagina que são distribuídos pelo SUS, e mostramos como os utilizamos.

Essa última intervenção evidenciou o desconhecimento de determinados termos, métodos de prevenção e contraceptivos por grande parte da população. O que por sua vez, foi questionado pelos próprios adolescentes que trouxeram os seus contextos de vulnerabilidade social e econômica como uma das justificativas para tal desconhecimento. Iniciamos também uma provocação acerca de determinados preconceitos enraizados social e historicamente que estão presentes em políticas públicas e que foram duramente criticadas pelos adolescentes do projeto, como por exemplo, a lesbofobia e a transfobia que se torna intrínseca ao não se ofertar nenhum tipo de proteção para o ato sexual entre duas pessoas com vagina.

Este trabalho dialoga com a Psicologia Social ao considerar que as relações de poder sociais, políticas e econômicas estão profundamente entrelaçadas com a cultura do contexto sócio-histórico em que os sujeitos estão inseridos. Nesse sentido, os conhecimentos médico-científicos frequentemente se contradizem ou silenciam os aspectos culturais da sexualidade, do gênero e da própria EIS. Tais abordagens podem assumir um viés higienista e repressor, ou apresentar-se de forma crítica e transformadora, como observado na experiência relatada, em que os jovens expressaram reconhecimento não apenas pelas informações recebidas, mas, sobretudo, pela forma dialógica e participativa com que foram construídas em conjunto com os mesmos.

CAETANO, M.; LIMA, C. H. L.; CASTRO, A. M. Diversidade sexual, gênero e sexualidades: temas importantes à educação democrática. Colloquium Humanarum v. 16, n. 3, pp. 5-16, 2019.

FIGUEIRÓ, M. N. D. Educação sexual: retomando uma proposta, um desafio. Eduel, 2020.

GUIMARÃES, J. S. “As meninas hoje tão muito soltas”: os discursos institucionais que fundamentam o processo de regulação moral. Pro-Posições, v. 30, p. e20170105, 2019.

RIO CLARO. Projovem está com inscrições abertas em Rio Claro. Prefeitura Municipal de Rio Claro, 2024. Disponível em: https://rioclaro.sp.gov.br/desenvolvimento-social/projovem-esta-com-inscricoes-abertas-em-rio-claro/. Acesso em: 19 maio 2025.

Grupos de Acolhimento Terapêutico: promoção de saúde e resistência à LGBTfobia no Coletivo Camaleoa

Alexia Moreira Nascimento (UFG), Brenda Tavares de Sousa (Centro Universitário Estácio de Goiás), Vitor Silva de Amorim (UFG)

A Camaleoa: Coletivo de estudo, pesquisa e intervenção em saúde mental da comunidade LGBTQIA+ é um movimento social formalizado como Projeto de Extensão na Universidade Federal de Goiás (UFG), em Goiânia. O projeto reúne profissionais e estudantes de Psicologia, membros de organizações e movimentos sociais que atuam diretamente com a população LGBTQIA+. O coletivo visa desenvolver ações que promovam a saúde mental e a defesa dos direitos dessa comunidade, mobilizando ações no âmbito da formação, pesquisa e intervenção psicossocial. Entre as diversas iniciativas da Camaleoa, o presente trabalho destaca os Grupos de Acolhimento Terapêutico (GATs), que buscam proporcionar um espaço de acolhimento de caráter terapêutico, considerando as vivências de exclusão social e vulnerabilidade que atravessam essa comunidade. Atualmente, o projeto conta com três grupos em atividade: um destinado aos familiares de pessoas LGBTQIA+ (GATFam) e os outros dois destinados a pessoas trans, travestis e não-binárias (GAT Trans-bordar). Além desses, a Camaleoa planeja expandir suas atividades para incluir GATs para mulheres sáficas e adolescentes trans, travestis e não-bináries. Este trabalho objetiva compartilhar os efeitos formativos para os discentes e profissionais da psicologia em atuação no projeto Camaleoa, em especial nos GATs, destacando como a prática extensionista contribui para a construção de uma Psicologia crítica e comprometida com as realidades das populações vulnerabilizadas. A relação da experiência relatada com o GT "Psicologia comunitária e desigualdades sociais na produção de cuidado e na promoção da saúde" reside no compromisso comum do cuidado em saúde mental dentro de uma perspectiva coletiva e ampliada em saúde, que transcende o enfoque biomédico, incorporando os determinantes sociais, culturais, econômicos e históricos que afetam a saúde mental de grupos vulnerabilizados, como a população LGBTQIA+. Ao propor uma intervenção psicossocial voltada para a comunidade LGBTQIA+, a iniciativa se alinha aos princípios da Psicologia Comunitária, que questiona as práticas tradicionais e hegemônicas da psicologia e se posiciona contra as abordagens individualistas e patologizantes (Lane, 1994). Os GATs, portanto, fazem parte de uma práxis clínica que se propõe crítica e aliada à transformação da sociedade que produz a LGBTfobia e o sofrimento dela decorrente. A atuação da Camaleoa nos GATs é orientada por uma base teórica que articula a perspectiva de determinação social da saúde (Rocha, David, 2015), aproxima-se das abordagens e técnicas do Grupo Operativo, de Pichon-Rivière (Pichon-Rivière, 1960), e do processo grupal, de Silvia Lane (Lane, Codo, 1994) buscando atuar a partir da concepção de clínica ampliada, com referência na Política Nacional de Humanização do SUS (Brasil, 2009, Brasil, 2013). Diante do exposto, metodologicamente, o presente trabalho trata-se de um relato de experiência, conforme proposto por Mussi, Flores e Almeida (2021). Para a sistematização da experiência foram consultados registros elaborados ao longo das atividades do projeto, anotações de reuniões de planejamento e supervisão, além de narrativas informais trocadas entre os membros da equipe. Os GATs, em funcionamento desde o segundo semestre de 2023, ocorrem quinzenalmente nas instalações da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás. Cada grupo é composto por equipes distintas, que desempenham funções de coordenação e observação participante. Ambos os grupos possuem um formato aberto, permitindo que os participantes entrem e saiam a qualquer momento. A experiência nos GATs tem

construído aprendizados alinhados com uma práxis socialmente engajada, destacando-se, entre eles, a escuta ampliada que tem como característica o rompimento da clínica tradicional, compreendendo o sofrimento como expressão de processos sociais, históricos, culturais, políticos e econômicos. O contato com essa escuta também instiga uma atuação profissional que não se omite diante das diversas violências vividas por essa população. Trata-se de uma prática que recusa a normalização das opressões e a patologização das experiências dissidentes e que se compromete com a articulação em rede, com o SUAS, o SUS e os movimentos sociais e políticos, para a proteção e o cuidado desses corpos. A prática de uma ética do cuidado (Carvalho, Bosi e Freire, 2008) também se mostra fundamental, pois é entendida como uma ação relacional, coletiva e sensível às particularidades e tem sido vivida e renovada a cada encontro. Nesse processo, a ética se constrói no vínculo, na presença e na recusa da neutralidade, evidenciando a interseccionalidade (Akotirene, 2019) como ferramenta essencial para a promoção da saúde. A relação horizontal entre os participantes e a equipe tem possibilitado a valorização dos saberes e das histórias de vida, rompendo com a lógica hierárquica do "especialista". Esses aspectos, alinhados às bases teóricas que sustentam nossa prática, têm permitido a implementação da metodologia dos GATs. Vale ressaltar que a Camaleoa se consolida como um espaço de acolhimento também para seus membros, permitindo o reconhecimento das próprias trajetórias e identidades, especialmente considerando que a maior parte da equipe integra a comunidade LGBTQIA+. A experiência vivida na Camaleoa reafirma a importância da extensão universitária como espaço legítimo de formação crítica em Psicologia. Estar em um espaço de cuidado coletivo, voltado à população LGBTQIA+, exige desnaturalizar normas, rever posições, lidar com o inesperado e repensar constantemente o próprio papel como profissional e futuro profissional. Esse processo formativo não se dá apenas na aquisição de conhecimento técnico, mas sobretudo no desenvolvimento de uma postura ética e política, atenta às desigualdades sociais e comprometida com a transformação das realidades vividas pelas pessoas LGBTQIA+. Por fim, o relato aponta que tornar-se profissional da psicologia é também construir um lugar de escuta, de cuidado e de luta, em diálogo com os territórios, as comunidades e as histórias que atravessam a prática. Em um país onde a LGBTQIAfobia ainda mata e adoece, projetos como a Camaleoa mostram que outra Psicologia é possível - e urgente.

Juventudes, Masculinidades e Medidas Socioeducativas: desafios e perspectivas

Mariana Cunico da Silva (Secretaria Municipal de Educação Rio Claro), Debora Cristina Fonseca (UNESP), Andrei Lopes Ferreira (UNESP), Sueli de Fátima Caetano Coppi (UNESP), Juliana Maria Luccas Duarte Eigenheer (UNESP)

Este trabalho discute a temática das masculinidades no contexto de adolescentes/jovens em cumprimento de medida socioeducativa, com base nos resultados de uma pesquisa que investigou questões de gênero e sexualidade e suas inter-relações com as masculinidades, realizada em um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), em um município do interior do estado de São Paulo, Brasil.

As medidas socioeducativas são aplicadas a adolescentes e jovens entre 12 e 18 anos, autores de atos infracionais (Brasil, ECA, 1990), e regulamentadas pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase, 2012). Este estudo investigou a medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), que consiste no acompanhamento por uma equipe técnica, sem restrição de liberdade (Souza, 2019). Trata-se de um estudo qualitativo, de pesquisa-ação (Thiollent, 2011), fundamentado na teoria histórico-cultural e sob enfoque interseccional de gênero, sexualidade, raça e classe.

Participaram cerca de 75 adolescentes/jovens, entre 13 e 19 anos, 88% identificados como homens cisgêneros e 12% como mulheres cisgêneras. Foram realizadas oficinas quinzenais por dois anos. Para aprofundar a análise, ocorreram entrevistas semiestruturadas com 9 meninos cis e 1 menina cis, esta última única participante da MSE no período da coleta. Também foram analisados os Planos Individuais de Atendimento (PIAs) de todos os participantes. Os dados foram registrados em diário de campo e analisados conforme a Análise de Conteúdo de Bardin (2010).

As discussões sobre gênero e sexualidade têm crescido (Facchini, 2005; Machado, 2007; Norkevicius, 2020), e muitos estudos buscam conceituar gênero. Butler (2015) defende que o gênero é performativo, ou seja, construído por modos de agir socialmente reconhecíveis como masculinos ou femininos. A heteronormatividade é a principal norma na construção dessas identidades. Gomes (2018), em consonância com Butler, argumenta que além de ideal heteronormativo, essa performatividade é também ideal branco, pois raça, sexo e gênero são categorias fundamentais na atribuição de sentidos ao que é ser homem ou mulher, num sistema de colonialidade.

Lélia Gonzalez (1984) aponta como estigmas recaem sobre mulheres negras, associadas a estereótipos como "mãe preta", "doméstica", "hipersexualizada". Bell hooks (2015) complementa que esse imaginário sustenta o capitalismo e o colonialismo. Saffioti (1987) afirma que o sistema capitalista constrói o homem como sujeito forte e dominador, enquanto a mulher é restrita ao lar. Isso nos leva a refletir: a masculinidade é construída da mesma forma para homens brancos e negros?

A análise das masculinidades dos jovens autores de atos infracionais precisa considerar a materialização de seus corpos. Em 2017, havia 117.207 adolescentes cumprindo LA e/ou PSC no Brasil; 88% eram do sexo masculino e mais de 70% eram negros (SNAS/MDS, 2018). O perfil é: jovens negros, pobres, com baixa escolarização e inseridos precocemente no mercado de trabalho.

Na pesquisa, foram promovidas reflexões sobre gênero e sexualidade por meio de filmes, músicas e rodas de conversa. Observou-se que os/as adolescentes reproduzem discursos machistas e LGBTfóbicos, reflexo de uma sociedade marcada por classismo, racismo, sexismo e cisheteronormatividade. Sentem-se pressionados a se adequar a padrões sociais para serem aceitos.

A análise de conteúdo de Bardin (2011) revelou categorias como: Gênero e sexualidade como sinônimos; Bairro e comunidade: influência e pertencimento; Corpo(s) da mulheridade, relacionamentos sáficos e prazeres masculinos; Desigualdade de direitos em relacionamentos monogâmicos-heterossexuais; saúde sexual e (des)conhecimentos; família e demarcações de relações; Violência e violência policial.

Os adolescentes compreendem gênero e sexualidade como sinônimos dentro de uma lógica binária. Quem escapa disso é rotulado pejorativamente como "viado" ou "sapatão" (Diário de Campo, 2022). A territorialidade e a família influenciam fortemente seus comportamentos, inclusive nas escolhas afetivas. Em relação à mulheridade, há uma fetichização dos corpos femininos, principalmente em relações sáficas, e desigualdade nos relacionamentos monogâmicos-heterossexuais. As parceiras não gozam dos mesmos direitos que eles. Há ainda um desconhecimento significativo sobre saúde sexual, contracepção e ISTs. A violência, especialmente a policial, é uma constante em suas vidas, presente nos discursos e nas experiências.

Fica evidente que esses jovens estão imersos em uma sociedade que os atravessa por diversas opressões. A reprodução de discursos discriminatórios está ligada à estigmatização de suas identidades. As categorias revelam processos de socialização que constroem masculinidades baseadas na branquitude, racismo e cisheteronormatividade, moldando a imagem do sujeito "macho", poderoso e invulnerável.

Dessa maneira, a masculinidade foi construída histórica e socialmente em uma sociedade capitalista e colonialista. É associada ao poder e impõe expectativas sobre o que é ser homem. Contudo, num contexto escravagista, essa construção se dá também a partir da raça. O modelo idealizado de masculinidade gira em torno do homem branco, como Saffioti (1987) já apontava. Fanon (2008) afirma que o homem negro não é reconhecido como homem, pois sua humanidade é negada. Ele busca se encaixar em um modelo ideal branco e burguês, que o exclui. Sua cor "fala antes da palavra", denunciando sua presença.

Barreto (2002) diz que a masculinidade negra é construída sob um regime de aprisionamento à cisheteronormatividade. O homem negro é silenciado e infantilizado ou hipersexualizado, visto como ameaça ao homem branco. Ainda, é colocado no papel de escudeiro da branquitude, servindo a seus valores.

Tanto o patriarcado quanto a cisheteronormatividade são nocivos à constituição da masculinidade negra, marcada por contradições. Barreto (2002) afirma que, embora homens negros possam se opor ao racismo, podem também reproduzir padrões patriarcais herdados da lógica capitalista e branca, contribuindo para a misoginia e a violência contra corpos dissidentes. Mas essa reprodução não ocorre a partir do mesmo lugar de privilégio dos homens brancos.

O homem negro é emasculado pelo racismo, associado ao subemprego, criminalidade, pobreza, alcoolismo (Barreto, 2002). É estigmatizado por estruturas racistas e cisheteronormativas. Sua masculinidade é associada à heterossexualidade compulsória, em que o órgão sexual determina seu valor como homem. Esse parece ser o lugar ocupado pelos jovens da pesquisa.

A análise não teve intenção de culpabilizar os adolescentes, mas de refletir sobre como esses jovens reproduzem discursos machistas e LGBTfóbicos, como reflexo de uma sociedade cisheteronormativa, classista e racista. Apenas corpos de homens brancos, cis, héteros e ricos são validados. Mulheres são vistas como "o outro" (Simone de Beauvoir, 2009) e mulheres negras como "o outro do outro" (Grada Kilomba, 2019).

Os resultados apontam a necessidade de intervenções socioeducativas mais equitativas e conscientes, capazes de oferecer novas perspectivas de gênero que rompam

com a norma cisheteronormativa-branca. A escolha do tema foi motivada pela necessidade de compreender as vivências de adolescentes em medidas socioeducativas, com foco na estigmatização e violação de direitos que moldam suas identidades e masculinidades. O trabalho dialoga com a Psicologia Social ao evidenciar como dinâmicas de poder e desigualdade influenciam essas experiências, e ressalta a importância de abordagens críticas na transformação das estruturas sociais que mantêm essas normas.

O Cuidado Precisa ser feminino no Acolhimento Institucional?

Ana Paula Galvão Freitas (UNIFAMAZ), Bianca Reis Fonseca (UNIFAMAZ), Celina Maria Colino Magalhães (UFPA)

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) assegura a doutrina de proteção integral da criança e do adolescente, considerando a importância de um processo desenvolvimental saudável e seguro. Nesse contexto, o Acolhimento Institucional é um serviço provisório de proteção social de alta complexidade, o qual acolhe crianças que estão afastadas do convívio familiar ou estão enfrentando o processo do abandono. Este serviço visa ter as mesmas características de um lar familiar, em padrões arquitetônicos, de localização, cuidado e afeto. Sendo assim, o educador social ou cuidador é a pessoa de referência para essas crianças, cumprindo a função de cuidado, ensino e vínculo, ou seja, é a figura parental nesse ambiente. Esse cuidado é, na maioria das vezes, associado à relação maternal, inclusive, o termo "mãe social" foi utilizado para intitular essa profissão por alguns anos a partir da lei nº 7.644 de 1987, a qual a regulamentou. Cavalcante e Corrêa (2012) salientam que algumas atividades relacionadas à esfera doméstica, como dar banho nos filhos ou educá-los, não demandam uma formação específica por parte das mulheres, em consequência da lógica sexista de que mulheres podem realizar tais funções por possuírem uma habilidade inata com as práticas de cuidado. Sendo esse um efeito da divisão sexual do trabalho, a qual foi instituída socialmente de maneira mais evidente a partir do século XVIII, com a consolidação do capitalismo, o que promoveu grandes mudanças sociais, principalmente no aspecto trabalhista, instituindo o trabalho externo ao lar para homens e o trabalho privado às mulheres (Zanello, 2018). Diante disso, a profissão de educador social foi associada ao processo de feminização do trabalho. O objetivo deste estudo foi demonstrar a alta incidência do sexo feminino na função de educação social, por meio de uma pesquisa de campo de caráter transversal, descritivo e exploratório, com amostragem por conveniência. Este estudo se insere no grupo de trabalho "Interseccionalidade, investigação-ação participativa e psicologia comunitária nas relações de gênero, sexualidades e violências" por visar trazer a reflexão acerca dos trabalhos que são direcionados às mulheres, em que ao se pensar na função é pensado automaticamente em uma figura feminina atuando nela, com o intuito de romper a manutenção dessa idealização e repensar a inserção do homem nesses espaços como forma de promover a transformação social. O acolhimento institucional é um ambiente no qual o processo de institucionalização consolidou alguns padrões, sendo um deles o perfil de trabalhadores ser apenas feminino, tendo em vista que se trata de um ambiente de promoção do cuidar familiar, este que ao longo da história foi transferido para quem tem o corpo com a função de gestar uma criança, aliás, de acordo com a construção sócio-histórica, isso é nascer predisposto a zelar pelo outro. Contudo, esse cuidado deveria realmente ser associado à mulher? Levando em consideração que o processo reprodutivo nem sempre é uma escolha unilateral e que os homens também deveriam ser questionados e cobrados diante das responsabilidades de um lar, de uma família ou de uma posição de cuidado. A autora Valeska Zanello (2018) articula psicologia, gênero e cultura, segundo ela, o cuidado é um dispositivo de gênero, o qual estrutura a subjetividade da mulher e o lugar que ela ocupa na sociedade, sendo assim, o exercício do cuidar acaba por se concentra nas mulheres para além do trabalho dentro de seus lares, em consequência de uma construção histórico-social, que normatiza essa realidade até os dias atuais, mesmo com o avanço da ciência e da ocupação feminina no mercado de trabalho. Os dados foram obtidos por meio da aplicação do questionário SATIS-BR com educadores sociais de três instituições de

acolhimento no município de Belém-PA, este mede a satisfação com a função no trabalho e identifica algumas características biopsicossociais. Os resultados demonstraram que 73,70% dos participantes que assumem o cargo de educador social em abrigos são do sexo feminino e apenas 26,30% são do sexo masculino, sendo, respectivamente, 28 mulheres e dez homens. Esses dados foram coletados entre os anos de 2023 e 2024, e se comparado aos dados obtidos por Cavalcante e Corrêa (2012), é possível perceber que, por mais que o número de indivíduos (N) da pesquisa delas tenha sido 102, sendo todas mulheres, após 12 anos, a porcentagem do sexo feminino ainda é muito maior que a porcentagem do sexo masculino, revelando o quanto ainda existe o estereótipo diante desses locais de atuação. Embora haja uma discrepância do N, a qual deve-se justificar por falta do investimento governamental em políticas públicas que abrangem o acolhimento provisório de crianças e adolescentes, vale a discussão e a reflexão sobre o papel masculino para esses vínculos parentais com essas crianças, pois, ao vivenciarem certas realidades dentro do acolhimento, estas podem reproduzir ao longo de suas vidas ou, até mesmo, não conseguirem vincular dentro destes ambientes por falta de referências com as quais se identifiquem. Por fim, é importante romper a lógica de sobrecarga e repasse das funções de responsabilidade com o outro para pessoas do sexo feminino, tornando o homem alguém funcional, a fim de promover a equidade do trabalho do cuidado e retirar essa responsabilidade social feminina, principalmente nesse cenário do acolhimento institucional, onde é necessário que as crianças tenham vivências de papéis de gênero, as quais demonstrem a importância e responsabilidade de cada indivíduo na função dentro de um lar, para que assim sejam agentes de mudanças no futuro e não reproduzam a idealização da obrigação social materna feminina.

O potencial emancipatório da escola na trajetória de adolescentes em conflito com a lei

Sheila Ataíde Domingues de Souza (UFSCAR), Vanessa Karla Souza Pessoa (UFSCar), Profa. Dra. Débora Cristina Fonseca (UFSCar)

O presente estudo, de caráter bibliográfico, compõe a fase exploratória de um projeto de pesquisa de Doutorado, a ser desenvolvido junto ao Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos, na linha de pesquisa Práticas Sociais e Processos Educativos, que se propõe a investigar o potencial emancipatório das práticas socioeducativas em meio aberto aplicadas a adolescentes autores de atos infracionais.

Este trabalho se insere no debate do GT 58 ao discutir o papel complexo e contraditório da escola na vida de adolescentes e jovens, especialmente aqueles em cumprimento de medidas socioeducativas. Sob a perspectiva sócio-histórica, buscamos analisar o potencial emancipatório da escola na trajetória de adolescentes e jovens em conflito com a lei, a partir das contradições que caracterizam o sistema escolar.

A discussão proposta é pautada na revisão da literatura científica disponível nos meios digitais, sobretudo de autores alinhados a perspectivas críticas da sociedade e da educação, dentre os quais elencamos para este trabalho: Saviani (2015); Cardoso e Fonseca (2019); Fonseca (2024); Arroyo (2015); Rizzini (2008).

A escola como espaço fundamental para a formação humana

Nas sociedades contemporâneas a escola se constitui como espaço privilegiado para a formação humana integral, no qual a mediação pedagógica teria a função de favorecer a apropriação da cultura, do conhecimento historicamente construído, e, por conseguinte, da objetivação do gênero humano.

O conhecimento escolar, sob a perspectiva histórico-crítica (Saviani, 2015), é um elemento estruturante da formação humana integral; sua apropriação exerce uma função sobre o desenvolvimento humano, não apenas no plano cognitivo, mas também ético, estético, político e cultural, possibilitando uma leitura crítica da realidade que supera o senso comum e permite apreender a totalidade social.

A intencionalidade pedagógica voltada ao desenvolvimento pleno dos sujeitos, atua na sistematização do conhecimento escolar a fim de fomentar o desenvolvimento da consciência crítica, que se transforma em instrumento de superação da alienação, possibilitando aos sujeitos participarem ativamente da vida social e política, e criando condições para sua emancipação intelectual e política. Nesse quadro, a escola ultrapassa a função de capacitar tecnicamente os sujeitos para o trabalho, e contribui com o desenvolvimento da totalidade do ser social, de modo crítico, criativo e historicamente situado.

A escola como espaço de contradições e de exclusão

Sob o capitalismo, contudo, a escola reproduz as contradições vigentes na sociedade dividida em classes, e se apresenta como um terreno de disputas entre a classe dominante e a classe trabalhadora; a educação escolar traz em si, nesse contexto, a possibilidade de reprodução ou de transformação das relações sociais.

Ainda que instituído pela legislação vigente, o direito à educação não é plenamente assegurado a todas as camadas da sociedade. A dificuldade de acesso e permanência na escola para adolescentes e jovens pobres, em sua maioria pardos ou negros, está ligada a um processo histórico e atual de criminalização da

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

pobreza e da juventude, que os mantém à margem da cidadania e da humanidade (Rizzini, 2008; Arroyo, 2015).

No sistema escolar, essa segregação já se manifesta na fase de matrícula, que é dificultada ou mesmo negada àqueles considerados "delinquentes" ou "perigosos". Quando, enfim, conseguem ingressar, esses adolescentes e jovens continuam a enfrentar um processo de exclusão movido pelas dinâmicas escolares, que o naturaliza e mascara as determinações sociais que o produz. A trajetória escolar desses adolescentes e jovens é tomada como resultado exclusivo de suas forças individuais, e não como a expressão concreta das contradições sociais que a atravessam.

As falhas ou os fracassos escolares são diagnosticados como "dificuldades de aprendizagem", frequentemente a partir de processos de patologização e medicalização que encobrem as desigualdades materiais e invisibilizam as condições objetivas necessárias à apropriação do conhecimento. Ocorre, pois, um processo de estigmatização que identifica esses sujeitos como "alunos-problema", submetendo-os a um processo de criminalização moral que desresponsabiliza as estruturas de exploração e dominação capitalistas que produzem e reproduzem sua desumanização (Cardoso; Fonseca, 2019; Arroyo, 2015).

A escola, pois, ao invés de se constituir como mediação para a emancipação humana, acaba, muitas vezes, funcionando como mediação ideológica que legitima a ordem social vigente e reforça a reprodução das desigualdades.

A análise dos dados trazidos pelo Levantamento Nacional do SINASE - 2024, mostra que a população adolescente e jovem em cumprimento de medida socioeducativa é majoritariamente negra (incluindo pretos e pardos), ultrapassando 70%. Esse percentual supera o percentual do mesmo grupo na população geral, que gira em torno de 55%, e sinaliza o processo histórico de criminalização dos adolescentes e jovens negros no Brasil.

Ainda que a escolarização de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas seja um direito fundamental garantido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), com diretrizes complementadas pela Resolução CNE/CEB nº 3/2016, o Levantamento Nacional do SINASE - 2024 revela uma série de problemas que afetam diretamente a formação educacional dessa população, como a distorção idade-série, que atinge cerca de 52% dos adolescentes vinculados ao SINASE; índices de escolarização abaixo da taxa nacional; decréscimo no número de adolescentes frequentando a escola em comparação com 2023; além de visões estigmatizantes que caracterizam a relação da escola com esses adolescentes e jovens.

Ao explicitar o papel que historicamente a escola assumiu frente à juventude pobre e negra, de moralizar e inculcar valores de adequação, Arroyo (2015) chama a atenção para o acirramento do processo de segregação, revelado pela defesa de que o lugar desses jovens é na cadeia, e não na escola.

Mediante o exposto, compreendemos que o potencial emancipatório da escola na trajetória de adolescentes em conflito com a lei ultrapassa a garantia do acesso à educação, previsto na legislação vigente. Faz-se necessário que a escola concretamente se constitua como espaço de resistência, de formação humana integral, e de transformação social. A efetivação desse potencial implica na ruptura com práticas excludentes e com concepções que naturalizam a marginalização desses sujeitos, bem como uma reconstrução pedagógica e socioeducativa que não apenas acredite na "viabilidade do humano", mas que atue politicamente para transformar as estruturas que historicamente decretam quem é ou não educável.

O projeto de vida e as possibilidades no centro socioeducativo: Sonhar ainda é possível?

Antonia Angélica Rodrigues Ximenes (UFC), Vera Silvia Paula Pessoa Aguiar Neta (UFC), Iratan Bezerra de Sabóia (UFC), Gracymara Mesquita Severiano (UFC), Ana Lenise Melo Júlio (UFC), Amanda Cristina Carvalho Fontenele (UFC)

O presente trabalho refere-se a ação de extensão Projetando o Futuro realizada pelo Laboratório de Estudos das Desigualdades e Diversidades (LAEDDES), da Universidade Federal do Ceará - Campus Sobral. A referida ação consiste no desenvolvimento de atividades voltadas para o projeto de vida e ressignificação do laço social pelo trabalho, tendo como público-alvo adolescentes em conflito com a lei, que estão no regime de internação em um centro socioeducativo no interior do Ceará.

A adolescência é um período de grandes mudanças, não limitadas às biológicas, envolvem os contextos social, emocional e econômico. Assim como traz Ozella e Aguiar (2008), a adolescência deve ser concebida como um fenômeno social/histórico. O público do CSS é composto por meninos periferizados, de famílias pobres, privados materialmente. Em linha com Demo (1996), identificamos uma pobreza política caracterizada pela falta de compreensão da cidadania, o que os impede de exercer seus direitos.

Com efeito, busca-se cedo meios de sobrevivência e o crime vem a parecer uma saída com retorno rápido, uma vez que a fome é uma questão urgente. Contudo, a longo prazo, observam-se efeitos devastadores, uma vez que a pobreza segue presente no seio familiar, e os jovens acabam imersos em um ambiente totalmente violento e distante de espaços de socialização saudáveis, como a escola, por exemplo.

Assim, o LAEDDES desenvolve uma proposta que permeia a temática de projeto de vida; um imaginário muito presente nas escolas, que tem como objetivo, fazer com que os jovens visualizem um futuro após concluírem o ensino médio. Chegamos a uma estrutura com cinco encontros, com reflexões acerca do adolescente enquanto sujeito ativo do seu meio, que envolve família e amigos, e da sua história como um todo, perpassada por sonhos e vivências.

Portanto, nosso objetivo é proporcionar a esses jovens, um lugar seguro e de acolhimento, um momento em que eles possam expressar o que sentem diante da realidade da qual estão inseridos. Assim como, visualizar outras possibilidades de vivência, podendo assim, traçar rotas alternativas, que não a da criminalidade. Além disso, visamos fortalecer a autonomia e a cidadania dos adolescentes, auxiliando no reconhecimento como sujeitos de direitos.

O presente texto se relaciona com o grupo de trabalho, pois dialoga com as juventudes periféricas, transpassadas por questões sociais, econômicas, de classe e raça, além de tratar especificamente de adolescentes em conflito com a lei, em interface com as desigualdades sociais, direitos humanos e políticas públicas.

O nosso direcionamento teórico se dá a partir de autores como: Pedro Demo, Pedrinho Guareschi, Paulo Freire, Sergio Ozella, Pierre Bourdieu, Jessé Souza entre outros. Foi utilizada também a dissertação intitulada: “Protagonismo e autoria: dialogando com a disciplina projeto de vida”, da autora Gracymara Mesquita Severiano. Conseguimos assim, dialogar com referenciais teóricos, que problematizam as estruturas sociais e educacionais que trazem impacto à vida dos jovens em privação de liberdade.

Enquanto metodologia, um grupo pequeno de discentes passou por uma formação mediada por uma professora, membro do laboratório. A formação consistia em explicar e vivenciar as ações, e então formar duplas para dar início ao projeto. Os encontros totalizam cinco e acontecem semanalmente, onde cada ação deveria contar com cinco participantes.

No primeiro encontro fizemos uma rodada de apresentação e falamos sobre nossa proposta, além de firmarmos um acordo de convivência. Ademais, perguntamos sobre projeto de vida, o que sabiam a respeito. A posteriori, propomos uma dinâmica intitulada “quem eu sou?”, onde cada um deveria escrever uma palavra que o representasse, e se desejasse, falaria o porquê dessa escolha. Para concluir, deixamos uma pergunta disparadora para o próximo encontro, que era: "Se você pudesse mudar algo em sua vida hoje, o que seria?”.

O segundo encontro foi iniciado com a retomada da pergunta disparadora. Após conversarmos a respeito, falamos sobre ídolos, pessoas que eles admiravam, e indagamos o que das histórias lhe chamava atenção. A proposta do dia era construir uma “linha do tempo”, onde cada jovem colocasse fatos que marcaram suas vidas, podendo ser coisas boas ou ruins. Apresentamos, enquanto grupo, nossas respectivas linhas do tempo, e concluímos a ação com mais uma pergunta: “O que te trouxe até aqui e o que você faria de diferente?”.

Dando continuidade, a próxima ação, teve a retomada da pergunta disparadora. Rememoramos os ídolos que eles trouxeram anteriormente e levamos exemplos de jovens que saíram da criminalidade e traçaram outros caminhos de vida. Propomos uma construção de mapa dos sonhos, através de colagem, com figuras que levamos, mediante ao que iam nos falando no decorrer dos encontros. Concluímos essa atividade com mais uma indagação: “Se eu pudesse realizar um sonho agora, qual seria e por quê?”.

No nosso penúltimo encontro, assim como nos anteriores, retomamos a pergunta final. Conversamos sobre seus desdobramentos, sobre os sonhos e sua importância, assim como a possibilidade de sonhar em qualquer realidade. Também falamos sobre o futuro, e as habilidades e talentos de cada jovem. Concluímos com a pergunta disparadora: “Que habilidade você acha que precisa ter para conseguir um trabalho?”.

E para finalizar nosso ciclo de ações, retomamos a pergunta do último encontro para depois discuti-la. Propomos uma construção coletiva dos passos para entrar no mercado de trabalho, desde ações individuais, até rede de apoio e incentivos estatais. A dinâmica foi intitulada “círculo de fortalecimento”. Para finalizar, cada jovem, e orientador, apresentou um ponto positivo sobre o grupo e uma palavra de encorajamento. A pergunta final foi: “Que atitude concreta você pode tomar hoje para começar a transformar sua vida?”.

Quanto aos resultados, após a realização das ações, pudemos notar que o significante “família” está sempre presente nas falas. Logo no primeiro encontro, quando foi solicitado que os meninos escolhessem uma palavra para identificação, eles recorreram à família, justificando que ‘‘família é tudo’’. Entretanto, não conseguiam desenvolver o que seria esse ‘‘tudo’’, o que acaba, de forma contraditória, sendo algo vazio. Falamos de sonhos também, mas os adolescentes pontuaram que não sonhavam, que tinham apenas desejos, como a liberdade, ter filhos, construir uma família e proporcionar uma vida melhor para a mãe e irmãos.

Ainda sobre os sonhos, temática que permeou todos os nossos encontros, perguntamos sobre os seus sonhos infantis. Ser policial, jogador de futebol e advogado eram sonhos que os acompanhavam, mas agora não mais, pois haviam mudado. Notamos que sonhar e realizar sonhos para eles é algo inatingível — operam na lógica do inalcançável.

Quanto à linha do tempo, questões mais íntimas emergiram, e a violência apareceu de forma mais direta. Nesse momento, um deles citou uma ocorrência com tiros e a perda de um membro familiar. Deus enquanto uma figura de fé também surge. Um ponto em particular, que destacamos é o desejo de se distanciar da criminalidade, que é expresso em vários momentos, através da fala. Dessa forma, podemos inferir a dualidade, o conflito vivenciado pelos adolescentes, que dizem ser muito difícil sair desse sistema após o seu ingresso, mas que mesmo sabendo dos riscos, apreciam o retorno financeiro que ele oferece.

Com o decorrer dos encontros e o fortalecimento do vínculo, os meninos se sentiram mais à vontade para falar sobre como eram tratados e como se sentiam no CSS. Também partilharam a passagem de algum familiar pela criminalidade e que eles próprios iniciaram ainda crianças. É possível comprovar que desde muito cedo eles são iniciados nessa lógica, o que faz com que seja difícil a visualização de outra possibilidade, indicando-nos uma falta do Estado àquelas crianças, que têm claramente seus direitos básicos negados.

Ainda nessa perspectiva, sabemos que as condições de existência dentro do CSS são complexas. É comum o atrito entre socioeducadores e adolescentes, e a lógica punitivista acaba gerando mal estar e adoecimento psíquico. Portanto, o Estado, mais uma vez, falha com esses meninos. Como traz Severiano (2021), o protagonismo só pode ser desenvolvido em espaços democráticos, onde os indivíduos gozam da liberdade de escolha sobre a ausência e presença.

Em resumo, foi percebido que a educação, ou vida escolar, não era comentada enquanto projeto de vida no início. Os jovens sempre traziam a presença do trabalho braçal em seus cotidianos, como recurso para uma possível melhoria de vida. Porém, reclamavam do grande esforço, em contrapartida com o crime, que dava muito lucro. Mas, ao decorrer das ações, a escola apareceu como uma via, como o desejo de "pelo menos terminar os estudos" — algo que foi fomentado também pelo programa Pé de Meia, já que daí teriam acesso a alguma quantia monetária enquanto estivessem na escola.

Conclui-se que o "Projeto de Vida" com os jovens do CSS é uma intervenção que transcende a simples elaboração de planos individuais, assumindo um caráter político transformador. Ao criar um espaço de escuta, expressão e crítica, o projeto não apenas auxilia jovens privados de liberdade a ressignificarem suas trajetórias, mas também expõe as falhas de um sistema socioeducativo que, em vez de promover justiça social, muitas vezes reproduz ciclos de opressão. Como cita Freire (1987), a superação exige a inserção crítica dos oprimidos na realidade opressora.

Práticas psicossociais no enfrentamento de violações de direitos infanto-juvenis: narrativas juvenis e resistências

Kaira Moraes Porto (UNISO), Adenise Justina Pereira (UNISO), Aline Cristovão Cardoso (UNISO), Keitty Mildria Amorim Macedo (UNISO)

A presente proposta de comunicação oral emerge de uma experiência concreta de estágio em Psicologia, realizada com adolescentes em situação de violação de direitos e vulnerabilidade social, anteriormente identificados em situação de trabalho irregular infanto-juvenil, e que passaram a ser acompanhados por políticas públicas intersetoriais em uma cidade do interior de São Paulo.

Assim, essa experiência se insere em um contexto mais amplo de desafios vivenciados por jovens nas periferias urbanas da América Latina, onde as violações de direitos, o racismo estrutural, a violência de Estado e policial e a precarização das condições de vida são realidades cotidianas. A partir desse cenário, buscamos refletir criticamente sobre o papel ético-político da Psicologia na garantia de direitos e no fortalecimento de práticas psicossociais que promovam o protagonismo juvenil e a justiça social.

O estágio foi realizado com um grupo de adolescentes entre 14 e 17 anos, acompanhados pela Rede de Assistência Social e inseridos no programa de geração de renda Jovem Aprendiz Municipal, vinculado ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Nesta cidade, em 2021 foi criado o Núcleo de Apoio para a Erradicação do Trabalho Infantil, como projeto piloto atendendo 10 famílias, e em outubro de 2021 houve a ampliação do atendimento para toda a cidade com foco no acompanhamento social às famílias das crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, através de articulação com: rede de assistência social, Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCVF) e entidades qualificadoras (Jovem Aprendiz). Em 2024 o programa atendia em torno de 180 crianças e adolescentes e suas famílias.

Logo no início da experiência de estágio, foi identificado um significativo desencontro entre esses jovens e os profissionais dos serviços públicos que compõem a rede de proteção social e cuidado à saúde. Percebemos que, apesar da existência de políticas e ações voltadas à proteção da infância e adolescência, muitas vezes essas práticas profissionais reproduziam visões adultocêntricas, moralizantes e estigmatizantes, que invisibilizam as experiências, os desejos e os modos de ser e estar no mundo dos adolescentes. Tal constatação exigiu do grupo de estágio uma postura crítica e implicada, que questionasse as representações cristalizadas sobre a juventude pobre, negra, periférica, representações estas que frequentemente são atravessadas por preconceitos e narrativas hegemônicas de controle e criminalização.

Fundamentando-nos na Psicologia Histórico-Cultural e em aportes críticos da Psicologia Social, compreendemos que os sujeitos se constituem nas relações sociais, e que a subjetividade juvenil deve ser pensada como resultado de processos históricos, marcados por disputas, nos quais se confrontam projetos hegemônicos de controle social e estratégias cotidianas de resistência.

Assim, problematizamos, também, práticas psicológicas convencionais, que ao operarem em dispositivos de proteção social, tendem a reproduzir lógicas normativas, patologizantes e ajustadoras, que desconsideram as múltiplas formas de existência juvenil, reforçando opressões de classe, raça, gênero e sexualidade presentes nas periferias urbanas. Assim, com base no referencial teórico mencionado acima, a juventude não é compreendida como uma etapa homogênea do desenvolvimento humano, mas um campo de disputa entre projetos sociais antagônicos: de um lado, a lógica do

capital, que submete os jovens em situação de vulnerabilidade social à exploração do trabalho precoce, ao consumo e ao encarceramento; de outro, práticas emancipatórias que apostam na criação coletiva, na escuta e na afirmação de suas existências.

Foi nesse contexto que surgiu a proposta de produção de um documentário colaborativo com os adolescentes. Esta visava registrar e dar visibilidade às histórias e perspectivas dos jovens, destacando temas centrais como adolescência, direitos e construção do futuro. Para isso, foram realizadas oficinas temáticas que promoveram discussões pré-estruturadas com temas como identidade, direitos da criança e do adolescente, projetos de futuro e interseccionalidade, nas quais os jovens compartilharam suas experiências e reflexões, servindo de base para a elaboração das falas captadas e posteriormente adicionadas ao documentário. Paralelamente, ocorreram captações de cenas e áudios para compor o material final. Essa metodologia dialógico-artística permitiu a construção de um espaço de escuta e criação, em que os jovens puderam narrar suas vivências, denunciar as violências do Estado e afirmar suas identidades. Ao escolherem os temas, as imagens e os discursos que queriam compartilhar, os adolescentes reivindicaram o direito à voz e à visibilidade, confrontando os estereótipos que lhes são impostos e apresentando outras formas de estar no mundo. Essa produção audiovisual não foi apenas uma atividade simbólica, mas uma intervenção política: ao reconfigurar suas histórias a partir de seus próprios olhares, os jovens deslocaram o lugar passivo que lhes é socialmente atribuído e afirmaram-se como sujeitos históricos.

A experiência nos fez perceber que práticas psicossociais eficazes não podem prescindir do diálogo com os sujeitos a quem se destinam. Atuar na rede de proteção exige além de conhecimento técnico, disposição para o encontro e escuta atenta às narrativas que emergem dos territórios. Isso significa romper com a lógica profissional que se ancora em conceitos abstratos e se distancia das condições reais de vida dos jovens. A Psicologia, neste cenário, pode assumir uma posição ética de denúncia e enfrentamento das múltiplas formas de exclusão que atravessam a adolescência nas periferias.

Ao mesmo tempo, essa comunicação oral propõe pensar os limites e as potências da atuação intersetorial na garantia de direitos. A intersetorialidade, muitas vezes, é invocada nos discursos institucionais, mas na prática enfrenta desafios como a fragmentação dos serviços, a precarização do trabalho profissional e a ausência de canais efetivos de comunicação entre as políticas públicas e a burocratização. O documentário, ao visibilizar as experiências dos adolescentes, também provoca os profissionais da rede a refletirem sobre suas próprias práticas e representações, abrindo espaço para o desenvolvimento de estratégias mais integradas, sensíveis e comprometidas com a transformação social.

Esta proposta de comunicação se alinha diretamente à perspectiva do Grupo de Trabalho ao problematizar as relações institucionais estabelecidas com adolescentes periféricos, evidenciando que, mesmo em contextos voltados à proteção e promoção de direitos, como as políticas públicas de assistência e educação, persistem práticas discriminatórias e violadoras que reforçam desigualdades estruturais marcadas por raça, classe e gênero. Assim, a partir de uma abordagem histórico-cultural, buscamos tensionar essas contradições e refletir sobre o significado de afirmarmos o protagonismo juvenil como forma de resistência às lógicas institucionais de exclusão.

Ressignificando a Medida Socioeducativa em Meio Aberto: Potencias e Desafios enfrentados pela equipe do CREAS do interior de São Paulo

Laura de Moraes Murari (UNESP)

Este trabalho apresenta uma reflexão crítica sobre a atuação no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) do interior do estado de São Paulo. Tem-se como foco, o acompanhamento de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, especialmente Liberdade Assistida (LA). A análise é feita partir do pressuposto teórico da Psicologia Sócio-Histórica, que compreende o sujeito em constituição nas e pelas relações sociais e históricas, através da relação dialética, sendo as práticas sociais mediadoras do desenvolvimento humano (Vigotski, 2007; Aguiar & Ozella, 2006).

O atendimento aos adolescentes em conflito com a lei exige uma escuta sensível e comprometida com a complexidade dos fatores que atravessam suas trajetórias. Entretanto, no cotidiano do serviço, diversos desafios estruturais e políticos dificultam a efetivação de um trabalho socioeducativo emancipador. Entre eles, destaca-se a resistência de setores da rede socioassistencial em assumir corresponsabilidade pelas medidas, o que sobrecarrega o CREAS e fragiliza o caráter intersetorial da política de atendimento. Soma-se a isso a dificuldade de acesso a recursos financeiros, a precariedade da estrutura física do serviço e as frequentes instabilidades na coordenação, que comprometem a continuidade e qualidade das ações.

Além das dificuldades institucionais, o contexto macroestrutural neoliberal impõe barreiras significativas ao processo de responsabilização e reinserção social dos adolescentes. Inseridos em territórios marcados por desigualdades históricas, pela ausência de políticas públicas efetivas e pela negação sistemática de direitos, muitos adolescentes encontram no tráfico de drogas e em outras práticas ilegais formas imediatas de acesso a dinheiro, status e pertencimento social. O discurso hegemônico neoliberal, centrado na meritocracia, no individualismo e no consumo como forma de reconhecimento, contribui para uma lógica perversa em que o fracasso é atribuído ao sujeito, e não às condições concretas de existência que o cercam.

É nesse cenário que o trabalho da equipe técnica do CREAS se desenvolve, buscando construir práticas que não apenas atendam aos requisitos legais da medida, mas que sejam capazes de produzir experiências de escuta, vínculo, reflexão e criação de novos sentidos para a vida dos adolescentes. A adolescência, compreendida como um período de intensa plasticidade subjetiva e sensibilidade às mediações sociais, se mostra um momento privilegiado para intervenções que visem a constituição de novos projetos de vida e de inserção crítica no mundo (Cunha, 2010).

Entre as estratégias interventivas adotadas pela equipe, destaca-se a proposta de rodas de conversa, visitação à espaços do município pouco acessados e oficinas voltadas à conscientização crítica sobre a condição de classe, os apelos do consumismo e a construção de uma nova relação com o dinheiro. Essas atividades partem da realidade concreta dos adolescentes – muitas vezes marcadas por privações materiais, ausência de oportunidades formais de trabalho e experiências de exclusão – para promover a reflexão sobre o valor simbólico e social do consumo, os mecanismos de reprodução das desigualdades e os impactos subjetivos do desejo por status e pertencimento.

A proposta se ancora na ideia de que a medida socioeducativa pode e deve ultrapassar o caráter meramente punitivo e normativo, assumindo uma função

pedagógica e emancipatória, conforme preconiza o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE, 2012). Ao invés de apenas punir o ato infracional, é necessário compreender as motivações e contextos que levaram à sua ocorrência, bem como construir, junto ao adolescente, caminhos possíveis de ruptura com trajetórias marcadas pela violência e pela exclusão.

A Psicologia Sócio-Histórica oferece ferramentas teóricas importantes para esse processo, ao compreender que o sujeito não nasce pronto, mas se humaniza por meio das relações sociais. Nessa perspectiva, o desenvolvimento é visto como resultado de processos de mediação simbólica e histórica, e a intervenção deve se orientar pela criação de espaços de diálogo e reflexão que possibilitem a produção de sentidos e significados mais amplos sobre si, sobre o outro e sobre o mundo.

Apesar das limitações estruturais, observa-se como potencialidade no serviço o compromisso ético e político da equipe técnica, que busca constantemente inovar em suas práticas e promover atividades que valorizem a singularidade de cada adolescente. O trabalho coletivo, interdisciplinar e comprometido com os princípios do SUAS e da proteção integral se mostra fundamental para o enfrentamento das violações de direitos e para a criação de estratégias que fortaleçam os vínculos comunitários, familiares e institucionais dos adolescentes.

Assim, este trabalho propõe que a medida socioeducativa em meio aberto seja compreendida como uma oportunidade de reinvenção subjetiva, de reflexão crítica e de construção de novos sentidos de pertencimento e participação social. Para isso, é indispensável reconhecer as contradições do contexto histórico e econômico em que esses adolescentes estão inseridos, valorizando sua potência criativa e sua capacidade de transformação.

Mais do que "reintegrar" o adolescente à sociedade, trata-se de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e comprometida com os direitos humanos, em que adolescentes e jovens possam ter acesso efetivo a condições dignas de vida, educação, cultura, lazer e trabalho. A Psicologia, inserida nesse contexto, tem o desafio ético de romper com práticas conservadoras e culpabilizantes, e assumir seu compromisso com a emancipação humana.

Brasil. (2012). Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE. Brasília: CONANDA.

Cunha, E. F. (2010). Adolescência e subjetividade: contribuições da Psicologia Sócio-Histórica. Psicologia em Estudo, 15(1), 79-86.

Sawaia, B. B. (1999). As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes.

Vigotski, L. S. (2007). A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes.

Vivências e resistências das jovens em situação de privação de liberdade em uma unidade socioeducativa de internação feminina de Manaus/AM: possibilidades e esperanças.

Edla Cristina Rodrigues Caldas (UFAM)

Este trabalho tem como tema os significados de processos educativos no Centro Socioeducativo de Internação Feminina de Manaus, a partir das perspectivas de jovens mulheres em cumprimento de medidas socioeducativas de internação e de semiliberdade naquele espaço. Trata-se de recorte de pesquisa de tese de doutorado, defendida no âmbito do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos, no ano de 2022. Partiu-se da problemática das especificidades que representam desafios sociais a serem superados próprios da realidade amazônica brasileira e dos povos que nela se constituem. Primeiro, a partir de 2017, dados da Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do Amazonas (SEJUSC/AM) mostraram o aumento expressivo de meninas em atendimento socioeducativo, embora esse número tenha sido reduzido em 2021, vale notar que, até 2007, não havia meninas cumprindo medidas socioeducativas de internação em Manaus. O segundo desafio diante das especificidades amazônicas diz respeito à expansão da criminalidade no Estado do Amazonas que, há uma década apresentava índices de violência inferiores à média nacional. Em análise, o Atlas da Violência no Brasil (2019) apontou a variável da proximidade geográfica com outros países da América Latina: Peru, Colômbia e Venezuela, fazendo do Estado um território disputado atualmente pelo narcotráfico (Brasil/IPEA, Atlas da Violência, 2019). O ápice dessa disputa foi em 2017, quando as facções PCC e Família do Norte realizaram rebelião no Complexo Penitenciário Anísio Jobim. Podemos somar a essas variáveis para a expansão da violência no Amazonas, bem como na Região Norte, os baixos índices de desenvolvimento humano, persistentes nos últimos quinze anos. Tais índices fomentam o nível de vulnerabilidade social a que são submetidas crianças e meninas na região, resultante, dentre outros fatores, da ausência de políticas públicas eficazes para o rompimento dessa expansão. Diante disso, qual o papel da educação, da socioeducação e dos sistemas socioeducativos no enfrentamento desses problemas sociais? A respeito da educação e da socioeducação em unidades socioeducativas, o Amazonas integra o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e conta com duas Unidades de Internação Provisória e três Centros Socioeducativos de internação, todos localizados no Município de Manaus. Destes, dois são para abrigar meninos e um para meninas. A pesquisa foi norteada pela seguinte questão: que significados as jovens práticas educativas no âmbito do Centro Socioeducativo de Internação Feminina de Manaus? A partir disso, teve-se a seguinte hipótese: Ainda que conquistas significativas, no âmbito da garantia de direitos e da educação para jovens em privação de liberdade, estejam presentes em nosso tempo, a manutenção dessas conquistas depende de ações constantes para que direitos não sejam solapados por grupos dominantes cujo compromisso não se coaduna com os interesses das classes populares. O trabalho articula-se com o Grupo de trabalho “Quimeras da Socioeducação: Juventudes e (re)existências”, pois apresenta pesquisa que objetivou compreender significados que as jovens expressam a partir das práticas educativas no Centro Socioeducativo de Internação Feminina de Manaus (CSIFM). Desse modo, pretende-se promover visibilidade às percepções, às condições dessas jovens, bem como às maneiras de (re) existências delas, mesmo que perpassadas pelas medidas socioeducativas. Nossa perspectiva teórica coaduna-se com a visão sócio-histórica de juventude. Nessa, a atividade humana não diz

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

respeito à simples adaptação da natureza, mas às modificações face ao desenvolvimento de suas necessidades. É no processo de interação social e na construção das relações humanas que o ser se constitui enquanto humano, de acordo com Leontiev (1978). Assim, a juventude é uma construção social, significada e interpretada pelas sociedades em seus tempos históricos. As demandas da juventude atual, na maioria das sociedades capitalistas, dizem respeito às necessidades criadas como preparo para o ingresso no mercado de trabalho e espera para ingressar na vida adulta (Pais, 1990). A metodologia da pesquisa está de acordo com as epistemologias do Sul, na tentativa de valorizar "outros saberes" e construir-se em diálogo horizontal com esses conhecimentos, partindo da pesquisa participante. Realizou-se 13 inserções em atividades escolares e atividades não escolares no Centro Socioeducativo de Internação Feminina de Manaus. As inserções ocorreram entre os meses de fevereiro e março, três vezes semanais, entre os turnos matutino e vespertino. Imediatamente, após as observações, os registros foram feitos em 13 diários de campo, pois não era permitida a gravação em áudio ou vídeo de qualquer atividade no interior da unidade. Acompanhamos as aulas presenciais na modalidade de Educação de Jovens e Adultos - EJA durante, aproximadamente, quatro horas nas seguintes turmas: 1ª etapa do 1º segmento de EJA, 2ª etapa do 1º segmento de EJA e 2ª etapa do 2º segmento de EJA. Nas aulas, acompanhamos e dialogamos com quatro meninas e com três educadoras e um educador. Também participamos de outras atividades de rotina das meninas, como almoço, lanche, hora do banho, hora de lazer e de jogos recreativos. Os registros no diário de campo foram analisados de acordo com os procedimentos da análise de conteúdo, a partir dos focos de análise emergentes das inserções em campo, a saber: 1) Estar socioeducanda, estar presa; 2) Processos de ensinos e de aprendizagens no Centro Socioeducativo; 3) Andarilhagens das meninas (vivências) ; 4) Envolvimento da família. A partir dessas, buscamos a organização da análise – pré-análise, a exploração do material, o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. Utilizamos o software de análise qualitativa MAXDA para a codificação de dados e, a partir da codificação, chegamos aos focos de análise de onde realizamos a inferência a análise dos resultados. Os resultados apresentados aqui são referentes ao foco de análise vivências das jovens. Consideramos que as vivências das meninas na vida e nas escolas forjaram significados sobre os processos educativos que cada uma pode pronunciar nas práticas sociais de que elas participaram no interior da instituição. Essas vivências foram marcadas por rupturas, originadas de violências sofridas e praticadas. O acesso às drogas ilícitas demarca a evasão escolar, seguida de experiências que afetam o desenvolvimento afetivo relacional das meninas, reconfiguram as relações familiares e demonstram a constituição de outras juventudes. Os resultados indicam que as atividades e os conteúdos escolares trabalhados na unidade socioeducativa têm outros significados como como os de falar de si e recontar a própria história, o que nos faz analisar e rediscutir o conceito de currículo escolar. Arroyo (2017) analisa a necessidade de nossa sociedade valorizar outra ciência e outros saberes para superar a existência que caminha para a desumanização, essa é a maneira eficaz de superar o que ele chama de empreitada colonizadora. A pesquisa mostrou que as jovens tiveram vivências complexas, apesar de estarem em processo de desenvolvimento, tiveram experiências características da vida adulta, tais como experiências matrimoniais diversas e maternidade precoce, atravessadas pela violência e pela criminalidade. Amorosidade revelou que com apenas 16 anos já havia tido muitos maridos, o último estava preso e era o pai da filha dela, pois tinha engravidado aos treze anos (Diário de campo - 19/02/20). Confiança, contou sobre sua vida no mundo do crime e relatou que fumou pela primeira vez aos 9 anos de idade na rua com os amigos. Isso fez com que ela se viciasse, passasse a roubar objetos da mãe para vender e com esse dinheiro comprar drogas. (Diário de Campo - 06/03/20). Essas existências representaram Infância desprotegida,

acompanhada pela experiência no tráfico, pela interrupção da trajetória escolar e por prejuízos no processo de desenvolvimento cognitivo, afetivo e relacional. Por meio do trabalho com música durante o desenvolvimento da oficina, os resultados também mostraram que aspectos afetivos relacionais significaram as possibilidades de (re)existências das jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, quando elas apresentaram modificação de comportamento e aumento de interesse pela prática social da qual estavam fazendo parte, evidenciando a atuação da música sobre aspectos sociais e subjetivos fundamentais para a humanização, a vocação ontológica de todas as pessoas, como afirma Freire (1987). As práticas educativas precisam dar conta de falar aos sujeitos da pesquisa a partir da necessidade e dos interesses dos alunos. Isso é desafiador, mas há que se fomentar a ideia de se formar juntos e em diálogo. Nesses processos, há que se ouvir a história de vida da jovem em situação de privação de liberdade, que sofre um processo de expulsão da escola e quando retorna a ela pode receber rótulos como bandida, infratora, marginal e perigosa. Essa história de expulsão da escola, na verdade, é a negação do direito à educação ao longo do seu processo de desenvolvimento, o que resulta em rupturas e recomeços. Isso ressignifica as vivências no interior da unidade socioeducativa.

PÔSTERES

A clínica ampliada da sexualidade na psicologia sócio-histórica: atravessamentos da cisheteronormatividade

Isadora Elias Luzio (PUC-SP), Edna M. Peters Kahhale (PUC-SP)

Esta pesquisa está sendo desenvolvida a partir do projeto guarda-chuva "A clínica da sexualidade na Psicologia Sócio-Histórica: raciocínio e manejo" realizado pela professora doutora Edna Maria Severino Peters Kahhale, também coordenadora do Laboratório de Estudos de Saúde e Sexualidade (LESSEX) da PUC-SP. O grupo composto por estudantes da graduação e pós-graduação realiza pesquisas, estudos, encontros e serviços relacionados às questões de gênero e sexualidade, suas análises e atuação são pautadas na abordagem sócio-histórica. O atual projeto é construído considerando as experiências, trocas e conhecimento científico do grupo.

A Psicologia Sócio-Histórica tem como método o materialismo-histórico-dialético cuja análise se respalda na concepção da materialidade radical, historicidade, movimento e contradição. Na sua prática, ela se apresenta como uma psicologia crítica que se propõe a estabelecer uma relação ativa e dialógica que promova consciência, emancipação e ação para que o sujeito possa ser ativo na transformação de seu contexto. Para isso, ela não se utiliza de uma visão de clínica individual e tradicional - pensada a partir do modelo médico -, mas sim de uma perspectiva de clínica ampliada.

Vale ressaltar que, diante de resistência e busca de mudança de paradigmas, profissionais da psicologia encontram-se dentro da conjuntura capitalista neoliberal, na classe trabalhadora e inseridos em contextos políticos e sociais inúmeros. Enquanto pensamos o trabalho do psicólogo "sob o horizonte da ampliação da consciência, potencializando o sujeito para superar a condição alienada que o aprisiona" (Kahhale e Montreozol, 2019, p.704), também precisamos pensar o psicólogo enquanto esse sujeito. Isto é, alguém que produz e reproduz de acordo com seu contexto social, político e econômico.

Nesse sentido, mesmo com diferentes visões sendo pensadas ao longo dos anos, a cisgeneridade e a heterossexualidade são difundidas como a normalidade. Ou seja, elas não apenas são concebidas como o estado natural, mas também são projetadas e pensadas como um objetivo ideal ou moral. Todas as estruturas e relações sociais são permeadas pela cisheteronormatividade (além é claro interseccionalmente pelas dimensões de raça, classe, gênero, etarismo, entre outros). Em vista disso, compreende-se que trata-se de um CIStema, termo cunhado por Nascimento (2021), delimitando a imposição da cisgeneridade por meio da violência, exclusão social, privação de direitos etc, como ação normalizadora contra aqueles corpos que ousaram transgredir a "normalidade".

Dessa forma, a presente pesquisa buscou compreender a prática psicológica na clínica na sócio-histórica, voltada para as questões da sexualidade, por meio do atendimento e experiência na clínica, além do aprofundamento e categorização do papel, raciocínio e manejo do psicólogo nos encontros, e entre eles, com a pessoa atendida, levando em consideração os impactos da cisheteronormatividade nesta práxis.

A investigação foi realizada por meio de levantamento bibliográfico e participação das aulas e supervisões dos casos clínicos do LESSEX, realizando registros e levantamentos das principais questões e debates identificados como pertinentes à presente pesquisa. As

análises ainda estão em desenvolvimento, segundo a metodologia de Aguiar, Aranha e Soares (2021), buscando indicadores de padrões cisheteronormativos tanto na fala dos clientes como dos terapeutas e participantes do LESSEX. Resultados iniciais indicam uma reprodução da norma cisheteronormativa por parte dos profissionais de maneira inconsciente, demonstrando o atravessamento desse fenômeno social e estrutural na prática clínica.

A Clínica como Espaço de Reinvenção de Vidas LGBTs Soropositivas

Edson Antonio dos Santos Junior (UEFS), Diego Arthur Lima Pinheiro (UEFS)

O presente resumo resulta de um conjunto de experiências e ações desenvolvidas no programa de extensão Multidões Queer, vinculado ao Departamento de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Iniciado em 2021, o programa operou inicialmente de forma remota, com encontros virtuais voltados à formação de extensionistas para o acolhimento, orientação, atendimento individual e/ou coletivo, além de outras demandas emergentes. Essas ações foram concebidas para oferecer atendimento à população LGBT+ do município de Feira de Santana, por meio do Serviço-Escola de Psicologia da UEFS. Os atendimentos tiveram início em 2023, fundamentados em arcabouços teórico-metodológicos provenientes da Análise Institucional, dos estudos de gênero e da Esquizoanálise.

O HIV (sigla em inglês para Vírus da Imunodeficiência Humana) é um dos vírus mais conhecidos mundialmente, sobretudo por aqueles que vivenciaram os anos 1980. Dotado de um potencial biológico singular, ele compromete as células do sistema imunológico, podendo evoluir para a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS), se não tratado. Além de seus efeitos fisiológicos, o HIV atua como um marcador de vulnerabilidade social, especialmente entre os que convivem com o vírus.

Durante a década de 1980, o HIV foi apelidado pela mídia de "Peste Gay", expressão que escancarava o direcionamento da culpa e da violência simbólica a um grupo específico: homens homossexuais. O estigma social associado ao HIV, desde sua vinculação à homoafetividade, é tão profundo que ser soropositivo foi e, em muitos contextos, ainda é equivalente a uma "morte civil" (Daniel, 1982).

Embora a medicina tenha avançado significativamente, permitindo que pessoas vivendo com HIV atinjam níveis indetectáveis e intransmissíveis do vírus – além de estratégias preventivas como a PrEP (Profilaxia Pré-Exposição) e a PEP (Profilaxia Pós-Exposição) –, o estigma persiste. No campo jurídico, destaca-se a Lei nº 12.984/2014, que tipifica como crime a discriminação contra pessoas vivendo com HIV, com penas de reclusão de um a quatro anos e multa.

Mais de quarenta anos após a detecção dos primeiros casos de HIV, ser um homem gay soropositivo permanece uma experiência marcada por distinções simbólicas e sociais. Hebert Daniel, em Saúdeloucura 3: Aids (1982), relata suas múltiplas mortes simbólicas: perseguição, tortura, esterilidade social atribuída à homossexualidade e, por fim, a Aids.

A marginalização das pessoas que não seguem a heterossexualidade hegemônica precede a descoberta do HIV. Contudo, ser um homem gay soropositivo significa carregar o peso de uma doença historicamente vinculada à sua orientação sexual e à sua forma de viver. Assim, é necessário tratar não apenas o HIV em sua dimensão biológica, mas também em sua dimensão social. Como aponta Daniel (1982), uma das primeiras armadilhas após o diagnóstico é acreditar que a dor será apenas física.

A Psicologia, enquanto instrumento de justiça e transformação social, deve lutar para garantir os direitos à vida e à saúde das pessoas vivendo com HIV, conforme previsto na Constituição de 1988 e no Código de Ética do Psicólogo. Para evitar que a morte – simbólica ou física – continue ceifando vidas. Além disso, é necessário que a clínica, no plano micropolítico, atue para desconstruir preconceitos internalizados e socialmente reforçados. É preciso cartografar as potencialidades de sujeitos soropositivos, ajudando-os a criar novos modos de existência.

A Esquizoanálise, perspectiva teórico-prática que instrumentaliza o trabalho dos extensionistas do Multidões Queer, rejeita a normatização e padronização dos modos de vida. Reconhece que tanto a orientação sexual quanto o diagnóstico de HIV afetam os sujeitos de maneiras diversas. Dessa forma, cabe ao esquizoanalista promover saúde por meio da cartografia das afetações – tristes ou alegres – e auxiliar os sujeitos na experimentação de novas formas de existir. Para que possam compor novas territorialidades existenciais e exercer uma vida mais autônoma e potente.

A conformação de valores antidemocráticos em comunidades virtuais de extrema direita: uma análise histórico-cultural

Kauã Gomes Santos (UEFS), Afonso Mancuso de Mesquita (UEFS)

O presente resumo integra a pesquisa em andamento intitulada "Comunidades virtuais e ataques às escolas: uma análise a partir da Psicologia Histórico-Cultural", caracterizada enquanto pesquisa teórico-bibliográfica, cuja estratégia metodológica consistiu em uma análise crítica de literatura a partir dos pressupostos teórico-metodológicos da Psicologia Histórico-Cultural, que se funda a partir do Materialismo Histórico-Dialético.

Deste modo, a pesquisa procedeu pelo levantamento e consulta à literatura acerca dos ataques às escolas brasileiras e das comunidades virtuais de extrema direita, a partir da qual buscou-se investigar as interrelações entre os fenômenos em questão, de modo a compreender os seus nexos internos, as suas dinâmicas e a sua historicidade, tomando-os sempre enquanto objetos histórico, social e culturalmente engendrados.

O objetivo deste trabalho consiste em analisar o papel das comunidades virtuais de extrema direita em conformar, quanto aos indivíduos que as integram, personalidades marcadas por uma visão de mundo e por valores antidemocráticos, autoritários e ultraconservadores, tendo por referencial a Psicologia Histórico-Cultural, em particular, Petrovski (1984) e Elkonin (1987). Desta maneira, relaciona-se com o eixo "Mídia, cultura e tecnologias digitais" ao analisar o papel da internet na cultura atual, na constituição de sujeitos, e em produzir e reproduzir violências.

As comunidades virtuais são grupos com características comunitárias, construídos a partir da nova forma de sociabilidade possibilitada pelo advento da comunicação mediada por computador (Lemos; Oliveira; Azevedo, 2023). Aliadas ao baixo monitoramento, à falta de regulamentação, ao anonimato permitido pelas tecnologias digitais e à acessibilidade transnacional, as funcionalidades de comunicação possibilitadas pelos avanços tecnológicos têm propiciado a criação de comunidades tóxicas, e, até mesmo, de comunidades vinculadas a ideologias de extrema direita (Lemos; Oliveira; Azevedo, 2023; Onu, 2019).

No Brasil, a propagação dessas comunidades está associada à difusão, através de meios digitais, de discursos e práticas ultraconservadoras e de extrema direita, em escalada pelo país (Cara, 2022). Os efeitos desse fenômeno se fazem sentir, de modo mais evidente, pela ocorrência de ataques de violência extrema às escolas brasileiras: desde o massacre de Realengo, ocorrido em 2011, a maioria desses crimes têm apresentado indícios de interações on-line com essas comunidades, por parte de seus perpetradores (Vinha et al., 2023).

Adolescentes e jovens são os principais alvos de sectarização por essas comunidades, nas quais encontram um espaço de troca, confraternização, escuta e acolhimento (Vinha et al., 2023). Os métodos de cooptação empregados são variados, incluindo o uso de humor, a utilização de linguagem e de estética violentas, jogos on-line, e trollagem (Cara, 2022). Nesses espaços virtuais, são mobilizados e exacerbados seus afetos, frustrações e raiva de mundo, e práticas autodestrutivas são incentivadas e acolhidas (Cara, 2022; Vinha et al., 2023).

O presente trabalho propõe, assim, que os processos descritos até então podem ser melhor compreendidos sob a lente histórico-cultural em Psicologia. Sob a perspectiva supramencionada, a personalidade refere-se a uma qualidade do indivíduo constituída a partir de uma rede de relações que estabelece-se pela comunicação e pelo compartilhamento da atividade (Petrovksi, 1984).

Desta maneira, para os seus integrantes, as comunidades virtuais de extrema direita atendem à necessidade de "personalização", isto é, à necessidade de destacar-se enquanto individualidade e situar-se em comunidade, a partir da atividade significativa compartilhada com seus

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

pares (Petrovski, 1984). Dentro da comunidade, ao interagir com os seus pares, o indivíduo adquire orientações de valor, provenientes de um grupo de referência, aquelas pessoas que servem ao sujeito de prisma através do qual enxergar o mundo e os outros (Petrovski, 1984).

No entanto, os valores cultivados no interior dessas comunidades vinculam-se ao racismo, à misoginia, à supremacia branca, ao autoritarismo, à LGBTfobia, conformando uma visão de mundo antidemocrática. Para adolescentes, que constituem os principais alvos de cooptação dessas comunidades (Cara, 2022), esse processo é ainda mais crítico, pois essa etapa da vida corresponde ao pico da formação de valores na ontogênese (Mesquita, 2018).

Na adolescência, há a necessidade de compartilhamento do mundo interior, de suas ideias e sentimentos, com seus pares, a partir de que se constrói pontos de vista gerais sobre a vida, por meio da atividade de comunicação íntima-pessoal (Elkonin, 1987). Ao satisfazer essa demanda, as comunidades extremistas contribuem para desenvolver, nesses jovens, uma visão de mundo antidemocrática, ultraconservadora e violenta, marcada pela realização dos potenciais humanos em sua forma negativa, em que o outro é tomado como objeto de afetos hostis (Mesquita, 2018).

Desta maneira, considera-se que as comunidades virtuais de extrema direita, ao propiciar um espaço de compartilhamento, utilizar de métodos de cooptação, e mobilizar as frustrações de seus alvos - em especial, adolescentes e jovens - possuem um importante papel em conformar visões de mundo e valores antidemocráticos e violentos. Ademais, a Psicologia Histórico-Cultural pode, a partir de seus aportes, permitir uma melhor compreensão desse processo em sua dinâmica. Por fim, espera-se, a partir da análise exercida, contribuir para a discussão em busca de soluções para o extremismo e sectarização da juventude on-line.

A construção da pesquisa sobre questões étnico-raciais na Análise do Comportamento – uma revisão de escopo sobre as publicações nacionais sobre negritude na abordagem.

João Victor Cordeiro de Jesus Pereira (UNIFAMAZ), Alana dos Anjos Moreira (UNIFAMAZ)

B.F. Skinner, como afirma Silvia Lane (1989), causou uma revolução na Psicologia ao criticar o reducionismo biológico e destacar o fenômeno psicológico como uma interação entre organismo-ambiente, desenvolvendo a Análise do Comportamento a partir da perspectiva do sujeito como produto de seu meio, utilizando tal teoria como forma de compreender e intervir em contextos sociais complexos, abrindo espaço para a análise de fenômenos como o racismo e a negritude. Entretanto, a abordagem, por diversos motivos históricos (como isolamento devido aos pressupostos filosóficos distintos e o perfil elitista da Psicologia), é vista como afastada de debates que tratam de questões acerca da negritude e de como o meio pode exercer controle sob pessoas negras. Diante das discussões sociais ao longo da década, questiona-se a quantidade de textos que investigam questões étnico-raciais a partir da visão analítico-comportamental e de que forma podem compreender os atravessamentos da negritude e o fenômeno do racismo.

O objetivo dessa pesquisa foi verificar o quantitativo de artigos científicos acerca da negritude publicados nas principais revistas brasileiras de Análise do Comportamento.

O presente trabalho se insere no eixo temático "Psicologia Social e Relações Étnico-Raciais", pois explora como o conceito de negritude está sendo construído nacionalmente dentro da Análise do Comportamento, em alinhamento com os movimentos sociais, como ferramenta contra o preconceito e a opressão.

Como referencial teórico, apoia-se nas discussões ético-políticas da Psicologia Social latino-americana desenvolvida por Silvia Lane, voltadas a uma atuação comprometida com a transformação de realidades sociais marcadas por opressões, como o racismo. Também, articula-se com a perspectiva analítico-comportamental de origem skinneriana ao compreender o sujeito como produto do meio. Essa integração permite discutir os fenômenos étnico-raciais por meio da ampliação dos limites tradicionais da abordagem para uma forma crítica e coletiva.

Foi realizada uma revisão de escopo mapeando publicações brasileiras de 2015 a 2025, por meio de três periódicos nacionais -Revista Brasileira de Análise do Comportamento (REBAC), Revista Brasileira de Terapia Cognitivo-Comportamental (RBTCC) e Perspectivas em Análise do Comportamento (PAC)- e na série de textos Comportamento em Foco. Na pesquisa, utilizou-se as combinações de operadores booleanos: negro OR negritude OR racismo AND análise do comportamento. Como critério de inclusão, foram aceitos textos publicados no Brasil, em português, que discorressem integralmente sobre a temática da negritude associada à Análise do Comportamento, excluindo teses, dissertações, artigos repetidos, textos sem acesso aberto e anais de congresso.

Como resultado, foram encontrados 11 artigos (REBAC=1, RBTCC=1, Comportamento em Foco=3, PAC=6). De 2015 a 2018, não foram localizados textos publicados no Brasil sobre a temática. O primeiro artigo nacional sobre negritude e Análise do Comportamento foi publicado apenas em 2019 (Mizael, 2019), uma revisão de literatura realizada em 2017, que analisou o tema em revistas nacionais e internacionais da área, encontrando apenas nove artigos internacionais. A partir disso, diversos textos nacionais sobre o tema foram publicados, como em 2020 e 2022, havendo dois artigos experimentais, o primeiro

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

analisando vieses raciais no campo da segurança pública por meio do software Go-IRAP; o segundo utilizava o software FAST para avaliar histórias de aprendizagem verbal e preconceito racial em universitários. Ambos analisaram a eficácia das ferramentas, sendo pioneiros na mensuração quantitativa desses vieses. Entre 2021 e 2023, foram encontrados oito artigos teórico-conceituais que exploravam o tema. Seis eram ensaios que discutiam questões como a relação entre o preconceito racial e o controle de estímulos; a explicação para o racismo internalizado em corpos negros; análises funcionais de como o ambiente pode fazer com que pessoas negras associem seus traços físicos como aversivos; análises culturais do racismo e seus diferentes níveis sob perspectiva analítico-comportamental; e o impacto das microagressões, como piadas racistas, na construção do self de pessoas negras. Os outros dois textos teóricos abordaram a atuação na área de prestação de serviços, discutindo sobre a interlocuções entre a ética amorosa de Bell Hooks, feminismo negro e a clínica comportamental, enquanto o segundo propunha hipóteses para uma intervenção sobre racismo religioso em escolas, explicando o fenômeno sob a ótica analítico-comportamental.

Em conclusão, este estudo demonstra um considerável aumento de pesquisas na interseção entre a Análise do Comportamento e questões étnico-raciais, notando um movimento inicial em direção à proposta skinneriana de uma ciência do comportamento voltada à compreensão e interlocução com questões socais. Contudo, por ainda se tratar de um estudo preliminar, as pesquisas concentram-se em hipóteses explicativas, visando fundamentar futuros estudos empíricos. Dessa forma, sugere-se que pesquisas futuras investiguem de forma experimental ou aplicada como classificam os fenômenos étnico-raciais relacionados com os atravessamentos interseccionais da realidade nacional em diferentes contextos, como educacionais, clínicos ou comunitários. O presente trabalho demonstra que ainda há um vasto campo a ser explorado a fim de que os profissionais compreendam as experiências raciais da população que se propõe a atender, demonstrando que a abordagem pode e deve seguir um rumo para uma ciência comportamental que una autonomia intelectual e compromisso-ação.

A experimentação do luto a partir da criação de novos territórios existenciais

Beatriz Oliveira Ataide (UEFS), Diego Arthur Lima Pinheiro (UEFS)

O "Programa de Extensão Multidões Queer: apoio clínico-institucional em diversidade sexual e de gênero", composto por graduandos de psicologia da Universidade Estadual de Feira de Santana - no sertão da Bahia - oferece atendimento psicológico gratuito à população LGBTI+ localizada na cidade. Sua prática clínica se articula com políticas públicas e as lutas sociais atuantes nos campos de gênero e sexualidade. O contexto contemporâneo onde ele se localiza é marcado por um grande número de violências direcionadas à essa população, com números crescentes de fatalidades através dos anos. Uma das formas pelas quais esse fenômeno chega à clínica é através do processo do luto, que se torna ainda mais doloroso devido à invisibilização que sofrem as vítimas de homofobia - estas não sendo vistas como merecedoras de indignação e pesar. Diante dessa conjuntura, se compreende que uma lógica do luto através da 'superação' torna-se uma perpetuadora da dessensibilização da violência que esses corpos enfrentam cotidianamente. Assim, com objetivo de divergir de práticas que reforcem paradigmas do necropoder, assim como desenvolver e trabalhar uma diferente política do luto na clínica, tal movimento se torna urgente diante dos consecutivos anos no qual o Brasil ocupa o título de país que mais mata pessoas trans no mundo. Ademais, se fazem necessárias políticas dessa natureza para que, assim, se firme o compromisso da psicologia ao cuidado e atenção perspectivados pelas questões de gênero e sexualidade, assim como suas intersecções. Para a formação de uma outra política do luto, serão apropriados os trabalhos de Judith Butler e Vinciane Despret. Butler propõe o conceito de luto público - a dimensão social do fenômeno, explicitando a importância que o coletivo representa - e como ele não é um direito estendido a todas as vidas perdidas. São os mesmos corpos que vivem em meio a vulnerabilização de seus direitos que têm suas mortes naturalizadas - tendo políticas de mortalidade incididas sobre si ao longo de toda sua existência. Essa distinção é feita a partir de marcadores de normatividade - os que se encontram mais à margem das normas de gênero sofrem de maior precarização de vida e morte - configurando assim uma "distribuição desigual do luto". Compreendendo que essa má-distribuição é apenas reforçada por políticas de luto através da 'superação', é interessante pensar no que Vinciane Despret diz sobre o luto - como um processo que não se dá através de uma operação negativa. A autora traz a importância de reconhecer uma exigência que se apresenta aos vivos na relação com aqueles que se foram, a saber, a criação de novos territórios existenciais pelo sujeito. Nesse sentido, o programa de extensão "Multidões Queer: apoio clínico-institucional em diversidade sexual e de gênero" se torna terreno fértil para a difusão de uma nova política do luto que combata fortemente uma lógica da superação - que por sua vez contribui para a invisibilização para a vida e morte de corpos dissidentes. O cultivo de uma relação com os mortos a partir da memória não se trata somente de uma política promotora de saúde mental, mas também um imperativo para a busca por justiça e equidade de direitos da população LGBTI+. Portanto, é possível reconhecer a importância do desenvolvimento de novas perspectivas acerca da temática do luto para o acolhimento responsável e especializado direcionado à populações vulnerabilizadas. Espaços de formação como o Multidões Queer são polinizadores do dever ético não apenas de cuidado, mas de combate a políticas de mortalidade incididas de modo sistemático e institucional à comunidade LGBTI+.

A importância da psicologia no trabalho social com as famílias: relato de experiência.

Beatriz Araujo de Oliveira (SEMDES)

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é um sistema público que organiza os serviços de assistência social no Brasil. O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é a unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação dos serviços socioassistenciais em seu território de abrangência, bem como à prestação de serviços, programas e projetos de proteção social básica às famílias. O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) é ofertado no CRAS e tem como objetivo apoiar as famílias, prevenindo a ruptura de vínculos, promovendo o acesso a direitos e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida. O trabalho social com famílias é realizado no âmbito do PAIF. O presente estudo tem natureza descritiva e caracteriza-se como um relato de experiência. Busca compreender e vivenciar as práticas do profissional de Psicologia nessa área de atuação, com base em uma metodologia qualitativa. O psicólogo social integra a equipe técnica interdisciplinar, juntamente com assistente social e pedagogo, atuando no fortalecimento da função protetiva da família, na promoção do protagonismo, autonomia dos sujeitos e no favorecimento do usufruto dos direitos socioassistenciais. O saber psicológico mostra-se indispensável, pois compreende a subjetividade humana em constante interação com o contexto social, o que inclui o território, a cidadania, os direitos e a história de cada sujeito. Este relato parte da experiência da atuação da psicóloga social no CRAS de Canaã dos Carajás-PA, desenvolvida entre agosto de 2023 e o presente momento. O município possui características migratórias marcantes, o que implica no acolhimento de famílias oriundas de diferentes regiões do país, muitas das quais chegam em situação de vulnerabilidade extrema. A atuação da psicóloga social no CRAS de Canaã dos Carajás-PA tem evidenciado a importância de um olhar integral sobre as famílias em situações de vulnerabilidades, especialmente em um município em destaque por intensos fluxos migratórios. Muitas famílias chegam à cidade em busca de melhores condições de vida, mas enfrentam dificuldades relacionadas à moradia, desemprego, acesso à saúde, crianças e adolescentes fora da escola e outras situações que os colocam em risco social. Além disso, observa-se um número crescente de famílias monoparentais, jovens em situação de evasão escolar e pessoas com histórico de trabalho informal ou precário, o que demanda um atendimento atento às interseccionalidades de gênero, classe, raça e faixa etária. O CRAS, nesse sentido, torna-se não apenas uma porta de entrada para os serviços socioassistenciais, mas um espaço de escuta, orientação e construção de alternativas diante das desigualdades vivenciadas no território. Nesse cenário, a psicologia social, inserida na Política de Assistência Social, não se limita à identificação da carência material, busca compreender o sujeito em sua totalidade: sua história, vínculos familiares, território, pertencimento e subjetividade. O atendimento psicossocial, aliado a estratégias como visitas domiciliares, grupos de acompanhamento familiar e articulação intersetorial, tem contribuído não apenas para o fortalecimento dos vínculos familiares, mas para a reconstrução de sentidos de vida, promoção de autonomia e acesso a direitos fundamentais. A experiência também evidencia a importância de práticas contínuas de supervisão técnica e formação permanente da equipe, de modo a qualificar o atendimento às famílias e aprimorar a escuta diante de realidades tão complexas. Ressalta-se, ainda, a relevância da atuação interdisciplinar no CRAS, composta por assistente social, psicóloga e pedagoga. Cada profissional, com seu saber específico, contribui de forma singular na escuta, análise e acompanhamento das famílias, promovendo intervenções integradas que respeitam as

singularidades e complexidades dos contextos atendidos. Essa articulação se expressa por meio dos atendimentos psicossociais, visitas domiciliares, grupos de acompanhamentos, relatórios técnicos e momentos de planejamento coletivo. Mais do que a soma de atuações individuais, trata-se de um trabalho colaborativo e comprometido com a promoção dos direitos, fortalecimento dos vínculos familiares e com a construção de trajetórias mais dignas para as famílias acompanhados.

A LAPSO como espaço de formação em Psicologia Social Crítica na Amazônia brasileira

Rebeca Lima Pena (UFPA), Ana Luísa Amorim Oliveira (UFPA), Darley Armando dos Santos Souza (UNIFAMAZ), Ana Beatriz Blanco Viana (CESUPA), Igor Lorrano Moraes Garcia (UNIFAMAZ), Bárbara Araújo Sordi (UNIFAMAZ)

INTRODUÇÃO

A Liga Acadêmica de Psicologia Social Silvia Lane (LAPSO) é uma organização estudantil sem fins lucrativos que visa ao enriquecimento da formação acadêmica de estudantes de Psicologia por meio de atividades extracurriculares. Fundada em 2019, com vínculo ao Centro Universitário Metropolitano da Amazônia (UNIFAMAZ), a LAPSO visa integrar estudantes de psicologia com os seguintes objetivos: promover ações extensionistas, como atividades de psicoeducação e oficinas dentro e fora da instituição; fomentar debates teóricos por meio de grupos de estudo, capacitações e encontros temáticos; além de incentivar a pesquisa. Com essas iniciativas, a Liga busca contribuir para o aprimoramento da formação profissional com enfoque contextual na região amazônica brasileira e para a criação de vínculos entre acadêmicos de Psicologia e profissionais da saúde.

OBJETIVO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar a Liga Acadêmica de Psicologia Social Silvia Lane (LAPSO) e seu trabalho e contribuição com a formação de profissionais da psicologia de forma didática, coletiva e multiprofissional, de modo a complementar a formação acadêmica e profissional de discentes e psicólogos por meio do trabalho com pesquisa, ensino e extensão.

RELAÇÃO COM O EIXO TEMÁTICO

A LAPSO contribui diretamente para o debate do eixo temático “Psicologia Social e Educação” ao propor uma formação ampliada, crítica e comprometida com os contextos socioculturais da Amazônia. Sua atuação ultrapassa os limites da educação formal ao promover ações educativas em espaços escolares e não escolares, valorizando os saberes populares, o diálogo e a construção coletiva do conhecimento.

Portanto, tensiona-se o modelo acadêmico convencional ao promover uma educação não formal, comunitária e territorializada, que articula ensino, pesquisa e extensão com foco nas realidades amazônicas. Nesse processo, promove uma Psicologia Social crítica, comprometida com sujeitos historicamente marginalizados e com práticas educativas que emergem de contextos populares, como oficinas em escolas periféricas, rodas de conversa e seminários regionais.

Ao fomentar espaços horizontais de aprendizagem e construir saberes com e não apenas sobre os territórios e sujeitos, a Liga contribui para uma formação que reconhece os atravessamentos ético-políticos da subjetividade, da saúde mental e da educação no Brasil, em especial na região Norte. Assim, a LAPSO reafirma a potência de experiências educativas insurgentes como ferramentas para a transformação social.

ORIENTAÇÃO TEÓRICA

A LAPSO compreende o sujeito como resultado e agente das condições sociais em que vive, com base na Psicologia Social de orientação crítica e construcionista. Essa perspectiva rompe com modelos clínicos tradicionais, adotando uma abordagem ampliada da saúde mental. Para valorizar os marcadores sociais e as especificidades regionais, a Liga contribui para práticas mais contextualizadas e socialmente engajadas na região

Norte, com o intuito abranger os processos de adoecimentos psíquicos.

ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

A atuação da LAPSO envolve múltiplas estratégias metodológicas:

Ensino: aulas abertas e grupos de estudo sobre temas como racismo, gênero, saúde mental e território.

Pesquisa: desenvolvimento de estudos exploratórios e produções científicas a partir de vivências e demandas regionais.

Extensão: rodas de conversa, oficinas comunitárias e eventos acadêmicos

As metodologias adotadas valorizam a escuta, a horizontalidade e o diálogo com os saberes populares e comunitários, reconhecendo que a formação em Psicologia se dá também no encontro com o outro e com as realidades invisibilizadas pelo saber acadêmico tradicional.

RESULTADOS

Como fruto do empenho coletivo ao longo do último ano, foram realizadas oito reuniões internas e diversas ações de extensão, dentre elas: uma roda de conversa sobre “A Sobrecarga da Mulher na Contemporaneidade e os Impactos nas suas Subjetividades”; uma oficina sobre Redução de Danos; o II Encontro de Acadêmicos Pretos e Aliados na Luta Antirracista; e o V Seminário de Psicologia Social da Amazônia, que reuniu mais de 250 participantes entre estudantes, profissionais e ativistas.

A LAPSO tem se mostrado um espaço potente de construção de vínculos, engajamento político e formação crítica. A partir das atividades promovidas, observou-se o fortalecimento da identidade profissional de estudantes, ampliando sua consciência social e capacidade de atuar em contextos vulnerabilizados. Além disso, a produção de conhecimento gerada pelos membros da liga tem contribuído para a ampliação do debate sobre a Psicologia Social em contextos amazônicos, tensionando os limites das práticas psicossociais hegemônicas e evidenciando a potência dos saberes locais. Também se destaca o fortalecimento das parcerias com movimentos sociais e instituições públicas, como escolas, conselhos de saúde e comunidades periféricas, ampliando os espaços de atuação da Psicologia.

CONCLUSÕES

A experiência da LAPSO revela a importância de espaços formativos que rompam com a lógica individualizante e eurocentrada da formação em Psicologia. Ao reconhecer o território amazônico como lugar de produção de saberes e ao articular epistemologias críticas e decoloniais, a liga se posiciona como um dispositivo de formação ético-política essencial para a construção de uma Psicologia Social comprometida com os direitos humanos e com a justiça social.

A pressão social como influenciador na visão corporal de mulheres na adolescência.

Letícia de Azevedo Travassos Muniz (ISECENSA), Érica Ribeiro-Andrade (ISECENSA), Kaylane de Souza Duarte (ISECENSA), Maria Laura Motta Barreto (ISECENSA), Moniquy Moço Andretti (ISECENSA),

Este estudo investiga como a pressão social influencia a percepção corporal de mulheres na adolescência, abordando seus impactos na autoestima e na busca por padrões de beleza. A adolescência surge como uma fase crítica, marcada por mudanças físicas e emocionais que aumentam a vulnerabilidade às pressões externas. O presente trabalho configura-se como uma pesquisa de caráter acadêmico, fundamentada em uma abordagem qualitativa, com uma metodologia que combina revisão bibliográfica e a realização de entrevista semiestruturada com uma participante, revelando quais fatores culturais e sociais influenciaram a percepção corporal, frequentemente levando à insatisfação com a própria imagem. A confidencialidade da entrevistada foi garantida através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido durante toda a pesquisa. A investigação tem como objetivo central problematizar a influência das pressões sociais na construção da imagem corporal de meninas adolescentes, considerando como tais pressões contribuem para a formação e a internalização de padrões corporais pré-estabelecidos. Parte-se do pressuposto de que a imagem corporal é uma construção socialmente mediada, fortemente atravessada por discursos culturais, midiáticos e de gênero, que moldam a percepção que as jovens desenvolvem de si mesmas durante um período crítico de formação da identidade. Dessa forma, o trabalho busca não apenas descrever o impacto das pressões sociais sobre a imagem corporal de adolescentes, mas também refletir criticamente sobre os mecanismos sociais que sustentam e perpetuam padrões estéticos excludentes, contribuindo para discussões no âmbito dos estudos de gênero e das interseccionalidades. A análise dos dados destaca que, apesar das críticas recebidas, a entrevistada demonstra resiliência e autossuficiência, resistindo às pressões sociais e mantendo uma autoimagem preservada. Com o tempo, a aceitação de seu corpo se consolida, evidenciando a relevância do suporte emocional e da autoestima no enfrentamento das expectativas sociais. A pesquisa revela como a resistência pessoal, o fortalecimento da autoestima e a aceitação do corpo são essenciais para superar os padrões estéticos impostos pela sociedade. A investigação sobre o tema destaca a importância de intervenções sociais e educacionais a fim de promover uma relação saudável da mulher com seu corpo, enfatizando a fluidez dos padrões de beleza e a pluralidade das experiências adolescentes.

A pesquisa apresentada insere-se no eixo temático "Gênero, Sexualidade e Intersecções" ao discutir como as pressões sociais relacionadas ao corpo impactam a construção da identidade de mulheres desde a adolescência. O estudo evidencia que a imagem corporal não é apenas uma questão individual, mas atravessa relações de gênero e expectativas socioculturais que moldam a forma como as mulheres percebem e se relacionam com seus corpos. A pressão para se adequar a padrões estéticos, que variam historicamente e culturalmente, está profundamente enraizada em construções de gênero, influenciando não apenas a autoestima, mas também a saúde física e mental das mulheres. Além disso, a pesquisa destaca como a resistência individual, em conjunto com o suporte emocional, pode funcionar como uma estratégia de enfrentamento frente às normativas sociais opressoras. Ao abordar as múltiplas dimensões que atravessam a experiência corporal feminina — como cultura, mídia, e relações sociais — o trabalho evidencia a necessidade de pensar gênero e corpo de forma interseccional, compreendendo que essas experiências variam de acordo com contextos históricos, sociais e individuais.

Agroecologia e Economia Solidária: um relato de experiência na Região Amazônica

Juliana da Silva Nóbrega (UNIR), Maria Raquel Vieira do Carmo (UNIR), Letícia Regiane Neves Marcie (UNIR), Mariana Souza Meireles (UNIR), Elizabeth Duram Silva (UNIR), Natasha dos Santos Moura (UNIR), Ana Letícia Prestes Souza (UNIR), Giovanna Alciole Gomes (UNIR)

Diante dos desafios relacionados à produção e ao acesso à alimentação saudável, surge, no auge da pandemia, a necessidade de manter a comercialização dos produtos das famílias agricultoras do Movimento dos Atingidos e Atingidas por Barragens de Rondônia (MAB-RO) via comercialização de cestas de produtos para serem entregues nas residências dos consumidores na cidade de Porto Velho/RO. A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Rondônia (ITCP-UNIR), em parceria com o MAB, inicia um processo de construção da proposta das cestas e, depois de inúmeras oficinas, em 2023, o projeto "Economia Solidária e Agroecologia: produção e comercialização de alimentos agroecológicos no MAB/RO" foi efetivado. A ITCP-UNIR é um programa de extensão que tem por objetivo desenvolver processos de incubação junto a cooperativas, associações e grupos de trabalhadores interessados em organizar seu trabalho a partir da autogestão e da Economia Popular Solidária. A ITCP parte também da perspectiva da extensão universitária de caráter popular, que visa estabelecer e construir o diálogo, a troca de conhecimentos e a construção de soluções coletivas para os problemas sociais, amparada nos princípios da Educação Popular. O MAB é um movimento social de luta dos atingidos e atingidas por barragens, de âmbito nacional e que compõe a Via Campesina, articulação mundial de movimentos sociais do campo. Desde o início do processo de acompanhamento às famílias atingidas, as ações pautaram-se pela defesa irrestrita da Agroecologia, como forma de garantir a soberania alimentar e pela defesa das relações solidárias de produção e de comercialização, por meio de rodas de conversa, oficinas e encontros com agricultores e consumidores. A agroecologia, nesse contexto, não é entendida apenas como um modelo agrícola sustentável, mas, também, como um modo de vida que integra a produção de alimentos, a organização comunitária e a preservação ambiental, modelo que prioriza o bem-estar coletivo e valoriza a soberania alimentar, o direito das comunidades tradicionais de terem suas próprias políticas agrícolas e alimentares, do que, quando e como plantar, respeitando suas práticas e saberes locais. A proposta do projeto visava a criação de uma rede de comercialização de alimentos agroecológicos, ou em processo de transição para esse modelo, com base nos princípios da agroecologia e da economia solidária. Com o objetivo de fortalecer os processos de comercialização por meio de práticas baseadas na autogestão e na economia solidária, o projeto buscou promover vínculos de cooperação, conscientização e confiança entre agricultores e consumidores. A criação de uma rede de consumidores enfocou a comercialização solidária através da organização dos produtores, dos consumidores e da formação em agroecologia, comércio justo, economia solidária e soberania alimentar. Nesse contexto, participaram do projeto três coletivos que atuaram de forma interdependente para o desenvolvimento das ações do projeto: um grupo de 10 famílias de agricultores do MAB, um grupo de consumidores e um grupo de incubação formado por do curso de Psicologia e da Arqueologia, todas vinculadas a ITCP. Foram organizados dois grupos de 10 a 15 consumidores por semana, que adquiriam as cestas com produtos ofertados pelos agricultores, respeitando a sazonalidade dos alimentos disponíveis. O valor de uma das cestas, a cada semana era destinado à constituição de um fundo solidário, utilizado para despesas com transporte utilizado na entrega. Nesta conjuntura, as extensionistas mediaram reuniões com o

MAB, com consumidores das cestas e com o coletivo de agricultores, para estabelecer acordos e tomar decisões coletivas, além de acompanharem os mutirões de agroecologia e a transição para o método agroecológico em parceria com o MAB. Com o coletivo de consumidores, foram realizadas reuniões para estabelecer regras e tomar decisões coletivas, discutir a importância da agroecologia, promover a responsabilidade social do consumo e incentivar a participação em grupos municipais e estaduais de economia solidária. Também foram organizadas reuniões entre as redes de agricultores e consumidores para articular o evento bimestral "Café Camponês", realizado nos assentamentos. Esses encontros funcionaram como espaços de fortalecimento dos vínculos que sustentam a rede, nos quais agricultores e consumidores se encontraram presencialmente para compartilharem experiências durante o café da manhã coletivo. No encerramento desse ciclo, o coletivo realizou uma prestação de contas que evidenciou os resultados econômicos e sociais do projeto ao longo do ano. Os dados revelaram que, no total, foram comercializadas aproximadamente 592 cestas agroecológicas, com a participação de 41 consumidores — dos quais 15 mantiveram-se de forma contínua até o final do período. Para além dos números, o coletivo percebeu que houve um reconhecimento social de soberania alimentar através dos consumidores alcançados, a experiência demonstrou o fortalecimento do vínculo entre agricultores e consumidores, baseado no cuidado e na confiança mútua. Desta maneira, o projeto passou a ser reconhecido como um espaço de união, voltado à promoção da alimentação saudável e do comércio justo. Com os resultados alcançados nas cestas agroecológicas, o projeto avançou para uma nova etapa que é a criação de uma feira agroecológica mensal.

Ancestralidade e Rede de Apoio a Estudantes Negras como Ferramenta de Resistência no Exercício da Maternidade

Vitória Maria da Silva Miranda (UFAM), Iolete Ribeiro da Silva (UFAM), Adria Lima de Sousa (UFAM)

No contexto brasileiro, no qual o ideal da maternidade encadeia-se por parâmetros brancos, a mulher negra ocupa um espaço de distanciamento. Esse sistema de hierarquização de gênero e raça estreita os caminhos de possibilidade para as mulheres negras em permanecer nas universidades. Urge, então, a necessidade de abordar sobre como mulheres negras mães solos lidam nesse contexto. Compreender as características da experiência da juventude na contemporaneidade, e suas demandas, é um itinerário para a qualificação do ensino superior. Essa pesquisa, de caráter qualitativo, surge como parte de um projeto maior sobre itinerários de estudantes no Ensino Superior, buscando compreender como se estabelece a rede de apoio ancestral das mulheres negras mães solos na universidade. Acredita-se que discutir esses aspectos em uma perspectiva interseccional, na universidade, possibilitará reflexões mobilizadoras de ações e estratégias que sejam recursos colaborativos para mães solos inseridas no desafio da formação no ensino superior no Amazonas. O estudo possui como objetivo geral: Compreender como se estabelece a rede de apoio ancestral das mulheres negras mães solos no exercício da maternidade na universidade. Estabelecidos, assim, os objetivos específicos: 1) identificar como se dá a rede de apoio afetiva de mulheres negras que são mães solo; 2) Apontar as implicações da ausência do genitor na subjetividade de mulheres negras mães solos durante suas trajetórias de escolarização; 3) Entrelaçar as formas

afetivas de permanência das mulheres negras mães solos em contraposição à ausência do genitor. Esta pesquisa dialoga com o eixo “Gênero, Sexualidades e Intersecções” ao analisar como marcadores como raça, gênero e maternidades solos e como eles interseccionam-se na vivência acadêmica, expondo violências patriarcais e racistas. A discussão sobre a coisificação do corpo negro feminino, a negação de direitos reprodutivos e afetivos, e estratégias de resistência, como redes de apoio ancestrais, alinha-se a perspectivas feministas decoloniais e antirracistas. A pesquisa foi realizada por meio de entrevistas narrativas cujos dados extraídos da pesquisa foram submetidos à análise dialógico-temática e análise interpretativa com foco na análise dos sentidos de pertencimento e significações das trajetórias de escolarização das estudantes, considerando as dimensões subjetivas dos fenômenos sociais na construção de identidade. As participantes da pesquisa são três mulheres negras mães, graduandas da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e/ou Universidade do Estado do Amazonas (UEA), que declaram estar em situação de ausência do genitor, além de estar matriculadas ou terem se matriculado em curso superior no momento de exercício da maternidade. Esta pesquisa faz parte do projeto “Itinerários e condições de desenvolvimento de jovens estudantes do ensino superior” contemplado no edital HUMANITAS/FAPEAM. Número do Parecer: 5.765.546. Participaram da pesquisa três estudantes, sendo uma do interior do Amazonas e duas da capital do estado. Todas elas estavam matriculadas na graduação, no momento da entrevista, duas estudantes da Universidade Federal do Amazonas e uma da Universidade do Estado do Amazonas. Por motivos de anonimidade das participantes, seus nomes foram alterados para nomes de rios afluentes do Rio Negro: Jaú, Jaçari e Jauaperi. Os resultados presentes na pesquisa culminaram nas seguintes categorias de análise: Dificuldades Vividas por Pertencer a um Corpo de uma Mulher Negra; Na Secura do Afeto, a Ausência Paterna e suas Implicações; Desaguando nas Águas da Ancestralidade: Formação da Rede de Apoio Afetiva

Durante o Percurso da Universidade como Ferramenta de Permanência. A educação, vista como caminho para "tornar-se alguém", revela-se excludente para mulheres negras em um país estruturalmente racista, colonial e sexista. A escola, espaço reprodutor de violências, coisifica seus corpos através do epistemicídio e da negação de sua humanidade. No ensino superior, mulheres negras mães solos enfrentam sobrecarga entre estudos, maternidade e sobrevivência, em um ambiente hostil marcado pela branquitude. A solidão imposta pela ausência de apoio parental reforça estereótipos de servidão, enquanto redes afetivas e a ancestralidade surgem como resistência, permitindo a (re)existência através da maternidade circular e da solidariedade coletiva. A partir dos dados levantados e da análise realizada, foi possível compreender como a rede de apoio afetiva ancestral desempenha um papel central na vida das mulheres negras mães solos. Esse afeto compartilhado desempenha uma sustentação em suas vidas, permitindo que essas mulheres consigam lidar com os desafios cotidianos da maternidade. O estudo mostra que, sem essa estrutura de apoio, o processo de maternidade solo poderia ser extremamente violento e impossibilitador do exercício da mulher idade e, até mesmo, da própria maternidade. A ausência do genitor, embora dolorosa, não é determinante de suas trajetórias. A força afetiva que essas mães constroem para si e para seus filhos é, em última análise, o que possibilita a continuidade e a permanência da sua mulheridade e maternidade.

Apoio Psicossocial a Imigrantes/Brasileiros em situação de vulnerabilidade na Casa de Caridade "Papa Francisco

Anna Leticia França Israel (UFRR), Maria do Socorro Lacerda Gomes (UFRR), Soraya Ivon Ramirez Moreno Fabian (UFRR)

Introdução: A mobilidade humana está presente desde os nômades na busca da sobrevivência até as migrações internacionais atuais. Embora seja uma prática antiga, o fluxo migratório contemporâneo assume uma complexidade sem precedentes, marcado pela globalização, diferenciação, aceleração e crescente politização das migrações, fenômeno que tem despertado o interesse cada vez maior dos governantes, estudiosos e sociedade civil. A intensificação do fluxo migratório de venezuelanos para o Brasil, especialmente a partir de 2017, gerou desafios sociais, econômicos e psicossociais para os migrantes e regiões de acolhimento, particularmente em contextos de maior vulnerabilidade, como Roraima (UNICEF, 2024). Nesse cenário, o projeto de extensão "Apoio Psicossocial a Imigrantes e Brasileiros em Situação de Vulnerabilidade", foi realizado na Casa de Caridade "Papa Francisco", na cidade de Boa Vista, no período de 08 de outubro a 19 de dezembro de 2024. Este pôster apresenta o relato das ações realizadas nesta ação extensionista. Objetivo: Oferecer serviços de apoio psicológico e social a pessoas em situação de vulnerabilidade, imigrantes e brasileiros, assim como aos agentes da Pastoral da Casa de Caridade. Relação com o eixo temático escolhido: O cenário migratório venezuelano é objeto de estudo e apresenta-se como o mais intenso da América Latina e o quarto maior do mundo. Nos últimos sete anos, mais de 5 milhões de venezuelanos saíram de seu país e cerca de meio milhão vivem hoje no Brasil. A migração venezuelana para o Estado de Roraima fez a população do Estado saltar de 505,7 mil habitantes em 2015 para 636.303 habitantes em 2023 (Censo 2022, divulgado em junho de 2023 pelo IBGE). Orientação teórica: A migração involuntária retira do sujeito tudo que lhe é familiar e confere sentido à vida: pátria, família, afetos, comunidade, etc. Numa vivência de tantas perdas, abatimento, angústia e sofrimento se faz necessário o movimento psíquico de desinvestimento libidinal dos antigos objetos e reinvestimento da libido em novos. Neste sentido, reconhece-se o impacto da migração na existência, muitas vezes permeada pela dificuldade de vinculação e pertencimento à nova comunidade que pode produzir o sentimento de vulnerabilidade e solidão. Os migrantes que se instalam no estado de Roraima, na sua maioria têm um menor poder aquisitivo e escolarização, portanto, é um migrante que necessita de uma maior atenção por parte do poder público e das iniciativas privadas ou de cunho social. Para a psicanálise, o psiquismo se constrói na relação entre o sujeito e o mundo a partir das primeiras experiências infantis. Isso significa que há sempre a função de um semelhante na constituição de um sujeito, estando o inconsciente presente em todas manifestações e relações humanas. Esta compreensão faz reconhecer que se pode utilizar da escuta psicanalítica não apenas no setting tradicional, mas em diferentes contextos. Esta ampliação em psicanálise é o que se denomina de clínica ampliada. Estratégias metodológicas: Esta ação extensionista foi realizada na Casa da Caridade "Papa Francisco", uma entidade da Diocese de Roraima. A escolha do local se deu pelo interesse da equipe por reconhecerem a singularidade de condições de vulnerabilidade social e econômica da comunidade atendida pela instituição. Os integrantes da equipe se dividiram em dois grupos: o primeiro, formado por duas (02) professoras e dez (10) acadêmicos do curso de psicologia da Universidade Federal de Roraima-UFRR e a gestora/coordenadora da Pastoral dos Migrantes e o segundo, composto pelos usuários/população atendida. O período de duração das

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

atividades foi de três (3) meses. Neste período o projeto atingiu cerca de duzentas e cinquenta (250) pessoas em vinte e dois (22) encontros, realizados duas vezes por semana com uma duração de duas horas cada. Em cada encontro mediaram de dois a três acadêmicos e uma das professoras. Para o desenvolvimento das ações a equipe buscou, num primeiro momento, reconhecer o contexto histórico, social e cultural da comunidade migrante, identificando suas necessidades e potencialidades. A partir das demandas identificadas foram planejadas atividades sobre: Autoestima; Relações de confiança; Violência e Assédio; Saúde da criança; Saúde da mulher; Saúde do homem; Saúde mental. As temáticas foram transformadas em ações de cunho psicossocial: palestras, rodas de conversa, workshops e oficinas. Como recursos foram utilizados: folders impressos, vídeos e filmes. Desta forma, pontua-se que foram utilizadas metodologias participativas justificadas pela sua importância, pois quando aplicada nesse contexto pode propiciar o estímulo ao comprometimento, à cooperação e à solidariedade entre as partes envolvidas. Essas metodologias possibilitaram reflexões coletivas sobre os temas abordados e, em todos os encontros, buscou-se oferecer voz aos migrantes. Resultados e conclusões: o fenômeno migratório demanda ações extensionistas que possibilitem oferecer uma escuta atenta, sensível às particularidades dessa população. Embora nesta ação extensionista as ações de atendimento psicoterapêutico não tenham sido realizadas, considera-se que se alcançou efeitos terapêuticos. Como resultado podemos destacar a parceria estabelecida para a realização de cursos introdutórios que estão sendo realizados no ano de 2025.

Aquilombamento em tempos (pós) bolsonaristas e pandêmicos: rumo a um saber-fazer contracolonial no século XXI

Ricardo Dias de Castro (UFBA), Savio David Barbosa Ferreira Santos (UFBA), Lis Busatto Santos (UFBA), Mariana Fonseca Aguiar (UFBA), Aissa Gabriella Pereira Guirra (UFBA), Amana Uiara Rodrigues Grassi (UFBA), Bianca Mendes Nogueira Musto (UFBA), Beatriz Mafra Kohatsu (UFBA), Luísa Fadigas Falcão (UFBA), Maria da Paixão Sá Teles Souza (UFBA), Pedro Lucas Jesus Pugliesi do Rosario (UFBA), Pedro Henrique Barbosa Barbosa (UFBA)

No Brasil, diante do contexto do desgoverno bolsonarista durante a pandemia, emergiu uma lógica necropolítica que definiu quem devia ou não sobreviver. A falta de uma coordenação nacional agravou a situação, promovendo discursos negacionistas, fatalistas e anticientíficos por meio da disseminação de fake news, da defesa de fármacos ineficazes e outros mecanismos de alienação que impactaram toda a sociedade, sobretudo, mulheres pobres, periféricas e negras. Tanto por elas estarem na linha de frente da saúde quanto por serem chefes de família cujas aglomerações de pessoas, em condições sanitárias precárias, não são uma opção. Mas efeito de um sistema de poder que remonta ao período colonial de desumanização de existências externas à norma branca, patriarcal e burguesa. Isso intensificou o sofrimento ético-político de grupos historicamente vulnerabilizados e acentuou problemas sociais já existentes, como desemprego, precarização do trabalho, violência de gênero e falta de acesso à educação. Paralelamente, a virtualização das relações sociais se tornou inevitável devido a impossibilidade de que o mundo do trabalho parasse por completo. A necessidade de manutenção das redes de afeto e solidariedade com familiares e amigos soma quórum a um processo que transforma o trabalho remoto e a socialização mediada por telas em norma. Esse processo esvaziou encontros presenciais e consolidou o isolamento como prática cotidiana. O que somado ao medo da exposição ao outro, ainda que fora de um contexto pandêmico à posteriori, naturalizou a distância e "remotização" das atividades laborais, das confraternizações e da prática política. São nesses tempos de desencontros, tensões e ataques à dimensão da vida comunitária, popular e política que nossa pesquisa-extensão-intervenção emerge como desejo de uma práxis que pensa a Política e a Saúde como esferas indissociáveis do processo de democratização e justiça da sociedade brasileira. Assim, o projeto "Contracolonizar o SUS: pesquisa-intervenção antirracista e feminista em tempos de colonialidade da saúde" atua a partir das potências e desafios da comunidade que elencamos como campo cosmológico e interventivo de nossas ações: a comunidade Solar do Unhão. Essa comunidade habita o território que hoje é mais diretamente associado ao Museu de Arte Moderna da Bahia (MAM) localizado em Salvador, capital do Estado baiano. Local que tem como ponto de referência,

histórico e espacial, a construção de um antigo complexo agroindustrial que data do século XVII. Atravessadas, então, por um projeto feminista antirracista e anticolonial, promovemos uma articulação com a Agente Comunitária de Saúde, lideranças locais e o presidente da Associação de Moradores. Nessa direção, realizamos uma série de visitas guiadas a partir dos membros da comunidade, bem como construção de narrativas auto(biográficas) com adultos e idosos moradores para conhecer suas histórias, principalmente, no âmbito da formação da comunidade e no que tange à experiência da Saúde em seu sentido sociopolítico, cultural e territorial. Ao mesmo tempo, articulamos a reserva da Associação de Moradores para a realização de oficinas em dinâmica de grupo com

temáticas que foram elencadas a partir desse mapeamento inicial das expressões psicopolíticas do espaço. Como exemplo, podemos citar oficinas com temas sobre cosmologias afroreferenciadas, mapeamento dos problemas sanitários, desafios de convívio da comunidade e debates sobre racismo institucional. Assim, temos apostado no que temos chamado "Aquilombamento" como sinônimo de um projeto epistêmico-político que responda a forças opressoras em vista da crescente polarização ideológica e política, do avanço da extrema-direita no meio político, do desmantelamento de instituições, dos retrocessos (in)constitucionais e do agravamento da situação de vulnerabilidade da população negra e periférica no contexto contemporâneo. Temos buscado uma maneira de mobilizar afetos e desejos de transformação subjetivos, coletivos e institucionais por meio da valorização da identidade histórica da comunidade vinculada a um grupo histórico e político maior: os sobreviventes da diáspora africana em solo brasileiro. Como agenda acadêmica-política, temos avançado para a ocupação da rede institucional de saúde do território no âmbito da Unidade de Saúde da Família e, principalmente, atentado-nos para a urgência de novas formas de afetação e solidariedade participativa em tempos de despolitização pós pandemia e avanço da extrema-direita no Brasil. Vide os vínculos e proteções que, junto a restrições morais, produzem-se em espaços de congregação neopentecostal. Decidimos, muito recentemente, que alguns membros de nossa pesquisa irão negociar suas entradas nas cerimônias institucionais e em espaços de convívio neopentecostais. Se apostarmos no poder de agência das populações negras, faveladas e pobres na escolha do que é melhor para si mesmas; é preciso se perguntar por que sujeitos se vinculam a essas igrejas que nos parecem instituições tão pouco implicadas com o anticolonialismo. Entendemos que, apenas, a partir de um encontro compartilhado com seus membros que respostas para esse enigma poderão ser tecidas. Contamos, por fim, com os seguintes órgãos de financiamento para a execução de nossa pesquisa-intervenção: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB); Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG) e Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT) da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Arte como dispositivo de letramento racial: intervenções escolares com adolescentes

Raíssa Fernanda Ferreira Guedes (UFRJ), Mariana de Castro Moreira (UFRJ)

Introdução

A escola, enquanto instituição moderna de formação subjetiva, ocupa um lugar ambíguo na produção de identidades e pertencimentos, sendo historicamente atravessada por normas eurocentradas que silenciam e marginalizam corpos dissidentes e experiências subalternizadas. Nesse cenário, a arte emerge como linguagem do sensível e dispositivo pedagógico potente, capaz de romper com a racionalidade colonial e instaurar outros modos de ver, dizer e existir. Ao convocar o ambíguo, o múltiplo e o inacabado, ela desloca narrativas hegemônicas e ativa afetos, memórias e escutas. Em contextos marcados por desigualdades, a arte não apenas comunica, mas transforma, tornando-se estratégia contracolonial de afirmação de sujeitos historicamente minorizados como produtores de saber, existência e resistência. No campo das relações étnico-raciais, apesar dos avanços normativos — como a Lei 10.639/03 —, permanece evidente uma distância entre as diretrizes legais e o que, de fato, se materializa no cotidiano escolar. Foi neste cenário que desenvolvi uma pesquisa-intervenção em uma escola pública do Distrito Federal, com uma turma de adolescentes entre 14 e 17 anos. O ponto de partida foi uma constatação inquietante: mais da metade dos estudantes negros da turma não se reconhecia ou não se declarava como preto. Esse dado, longe de ser isolado, ecoa um projeto histórico de branqueamento no Brasil, que, como analisa Moura (2021), se configura como estratégia de negação da negritude e como artifício ilusório de mobilidade social. O problema que mobiliza esta investigação nasce da urgência em compreender como se constitui o processo de subjetivação racial no contexto escolar e, mais do que isso, como práticas pedagógicas podem operar como dispositivos de ruptura com as lógicas coloniais.

Objetivo

O objetivo desta pesquisa-intervenção foi desenvolver estratégias artístico-pedagógicas capazes de promover processos de ressignificação identitária, utilizando recursos expressivos para fomentar o letramento racial crítico. Buscávamos criar condições para que os estudantes confrontassem representações sociais internalizadas e reconstruíssem suas subjetividades étnico-raciais a partir do encontro com a alteridade.

Este trabalho se vincula ao GT 07 ao entender a arte como dispositivo ético, estético e político capaz de tensionar as estruturas coloniais que atravessam a produção de subjetividades. Com intuito de investigar como a arte, enquanto linguagem do sensível, atua como prática de subjetivação e resistência contracolonial no cotidiano escolar. Ao mobilizar recursos expressivos em contextos de formação atravessados pelo racismo estrutural, a pesquisa evidencia como práticas artístico-pedagógicas podem deslocar narrativas hegemônicas e fomentar processos identitários que reposicionam sujeitos historicamente marginalizados como agentes de criação e transformação. O fazer artístico, nesse contexto, não é mero recurso didático, mas elaboração simbólica e construção de outros modos de existir, ver e narrar o mundo.

Orientação Teórica

A Psicologia Social Crítica disponibiliza aportes teóricos que possibilitam compreender de que modo a escola e suas práticas pedagógicas podem atuar tanto na manutenção quanto na contestação das estruturas étnico-raciais vigentes. Ela permite examinar como as

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

subjetividades são constituídas por elementos como a racialização, as territorialidades e as intervenções do Estado, que frequentemente relegam certos grupos sociais a condições de marginalização e exclusão.

No plano teórico, a pesquisa se ancora em Frantz Fanon (2020), cujas análises sobre alienação colonial e despersonalização racial permitem compreender como os sujeitos negros, em contextos atravessados pela colonialidade, internalizam discursos e imagens que os empurram para lugares de subalternização. Stuart Hall (1997) contribui para a compreensão da identidade como processo relacional, dinâmico e discursivo, permanentemente atravessado pelas relações de poder. A partir de bell hooks (2013), a experiência se torna epistemologia e metodologia de ruptura, possibilitando centralizar as vozes e os saberes de sujeitos historicamente marginalizados. Dialogamos ainda com Lazzari e Rosa (2017), que refletem sobre a ética da alteridade a partir da filosofia do rosto do Outro, e com Chimamanda Adichie (2009), cuja crítica à "história única" oferece uma chave fundamental para pensar os perigos das narrativas hegemônicas.

Metodologia

Metodologicamente, foram organizados quatro encontros formativos e interventivos, estruturados por atividades artístico-expressivas que buscavam provocar deslocamentos subjetivos, tensionar estereótipos e fomentar processos de letramento racial.

O primeiro encontro foi nomeado "Quem sou eu?!", onde os estudantes foram convidados a realizar uma autodeclaração étnico-racial, acompanhada da produção de uma representação visual de si mesmos. A proposta revelou, logo de início, as fissuras e tensões que atravessam o campo da identidade racial, especialmente pela dificuldade — ou resistência — de alguns estudantes em se nomearem como negros. Muitos recorreram a classificações como "moreno", "pardo" ou, simplesmente, "não sei". Esse dado revela não apenas a eficácia do projeto de branqueamento no Brasil, mas também os efeitos subjetivos do racismo estrutural no modo como esses jovens se percebem e se representam.

No segundo encontro, realizamos a atividade do desenho-espelho. Cada estudante foi convidado, inicialmente, a desenhar seu próprio rosto e, em seguida, o rosto de um colega. Esta prática, aparentemente simples, revelou-se profundamente potente no processo de (re)construção identitária. Expressões como "percebi no meu desenho uma característica que eu não reconhecia" ou "encontrei no rosto do outro algo que me lembrou de mim" evidenciam como a alteridade atua como espelho e, ao mesmo tempo, como fronteira que tensiona e ressignifica o próprio eu. Conforme Lazzari e Rosa (2017), é na dimensão relacional de se constituir para o Outro, através de seu rosto, que devemos desenvolver a sensibilidade para a responsabilidade em relação ao Outro e, por consequência, promover e constituir a alteridade.

No terceiro encontro, foi realizada a exibição da palestra "O perigo da história única", de Chimamanda Ngozi Adichie (2009). Esse vídeo funcionou como um disparador potente para refletir sobre o poder das narrativas únicas e estereotipadas que circulam na sociedade e no cotidiano escolar, reforçando silenciamentos e visões parciais das identidades negras. O debate posterior permitiu que os estudantes articulassem suas próprias experiências e percepções em relação aos estereótipos e preconceitos que enfrentam, fortalecendo o entendimento crítico sobre o impacto dessas histórias únicas na construção da subjetividade racial. Durante a discussão, surgiram falas como: "Fez eu pensar que estereótipos não são a verdade" e "Minha impressão é que você tem que contar sua própria história como escutar outras histórias também", evidenciando o efeito do vídeo na sensibilização para a pluralidade das narrativas, conforme alerta Adichie (2009).

No quarto encontro, o foco foi a exibição do curta brasileiro Preto no Branco, que retrata situações concretas de

racismo estrutural e violência simbólica enfrentadas por pessoas negras. A experiência audiovisual ampliou a compreensão dos estudantes acerca das dinâmicas de silenciamento e exclusão, ao mesmo tempo em que potencializou a escuta coletiva e a empatia. Durante o debate, expressões como "isso já aconteceu comigo" e "meu irmão passou por algo igual" evidenciaram que o cinema deixou de ser apenas uma janela para outras realidades e se tornou um espelho que refletiu as próprias vivências dos participantes, ativando processos de reconhecimento, pertencimento e resistência.

Após cada encontro, foi estruturada uma roda de conversa dedicada às devolutivas e reflexões sobre todo o percurso. A escuta desses retornos constituiu um gesto metodológico e político fundamental, reafirmando que os estudantes não foram objetos da pesquisa, mas sujeitos ativos e coautores de seus próprios deslocamentos e ressignificações. As falas evidenciaram tanto os impactos das práticas quanto seus limites, mostrando que, enquanto alguns começaram a se perceber de forma diferente, outros reconheceram o surgimento de perguntas ainda sem resposta — evidenciando que a descolonização subjetiva é um processo contínuo, inacabado e situado.

Resultados

Os resultados evidenciaram três dimensões entrelaçadas. A primeira refere-se à dificuldade na autodeclaração racial, que expôs a persistência do branqueamento como dispositivo de negação identitária, reforçando como o racismo opera também no plano dos afetos e das representações de si. A segunda dimensão emergiu nas atividades visuais, sobretudo no desenho-espelho, que funcionou como tecnologia simbólica capaz de tensionar fronteiras identitárias e fomentar deslocamentos na forma como os sujeitos se percebem e se narram. Por fim, tanto o cinema quanto a roda de conversa operaram como dispositivos de escuta e elaboração coletiva, possibilitando que experiências individuais se convertessem em narrativas coletivas, fortalecendo uma memória partilhada e antirracista.

Conclusão

Concluímos que a arte, nesse contexto, operou como prática pedagógica e política de resistência contracolonial. Mais do que ilustrar conteúdos, ela funcionou como estratégia de construção de outras epistemologias, de outros modos de narrar e habitar o mundo. Os deslocamentos observados ao longo do processo reafirmam a potência da arte como dispositivo de subjetivação, capaz de desestabilizar as amarras coloniais que configuram tanto o eu quanto o outro no contexto escolar. Isso aponta para a urgência de práticas pedagógicas que reconheçam a centralidade das experiências racializadas como saber legítimo e como caminho potente para uma educação antirracista, decolonial e comprometida com a invenção de mundos outros, possíveis e necessários.

Arte que liberta: uma experiência de arteterapia intergeracional na Casa da Mulher de Juiz de Fora

Maria Cristina Alves Pereira (Prefeitura de Juiz de Fora), Ísis Junqueira Pinheiro (UFJF)

Este estudo acompanha uma intervenção de arteterapia desenvolvida com mulheres atendidas pela Casa da Mulher, unidade da Prefeitura de Juiz de Fora (PJF), vinculada à Secretaria Especial de Mulheres (SE Mulheres) e em parceria com a Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH). Fundamentada em uma abordagem inter-transdisciplinar que integra arte, urbanidade e sustentabilidade, a iniciativa busca oferecer acolhimento e proteção a mulheres em situação de violência doméstica e familiar, promovendo sua cidadania e bem-estar psicossocial.

Elaborado em 2022 pela assessoria de políticas da pessoa idosa, o projeto adota uma perspectiva intergeracional, utilizando a arteterapia como metodologia principal. Essa escolha se justifica pelo potencial terapêutico da expressão artística, que permite às participantes trabalhar questões emocionais e sociais enquanto desenvolvem sua criatividade. A iniciativa começou em janeiro de 2023 com o objetivo de integrar mulheres vítimas de violência em um espaço seguro de troca e expressão, sendo posteriormente ampliada para atender também mulheres da comunidade.

Os principais objetivos da intervenção incluem: promover saúde mental através da transformação de materiais reciclados em produções artísticas; fortalecer vínculos interpessoais entre mulheres de diferentes faixas etárias; contribuir para o empoderamento e resiliência das participantes; e integrar uma rede de apoio ampliada, com acesso a recursos terapêuticos e comunitários. A metodologia adotada é qualitativa, baseada na Psicologia Analítica de Carl Gustav Jung e em referenciais como Nise da Silveira e Ângela Philippini, que compreendem a arte como via de acesso a conteúdos inconscientes e instrumentos de cura emocional.

As atividades incluíram técnicas diversificadas como pintura, colagem, modelagem com argila e produção de máscaras, utilizando predominantemente materiais reciclados. O processo foi documentado através de registros fotográficos (com consentimento), diários de campo e depoimentos espontâneos. Os resultados mostraram melhoria nos indicadores de saúde mental, com as participantes relatando redução significativa nos níveis de ansiedade após alguns meses de atividades. Observou-se também fortalecimento da autoestima, construção de redes de apoio e casos de empoderamento comunitário, quando algumas obras foram expostas em espaços públicos.

A perspectiva intergeracional mostrou-se particularmente enriquecedora, permitindo trocas de experiências entre mulheres de diferentes faixas etárias. As participantes mais velhas trouxeram saberes tradicionais como técnicas de costura e bordado, enquanto as mais jovens contribuíram com linguagens contemporâneas. Os resultados confirmam a arteterapia como estratégia eficaz no trabalho com mulheres em situação de vulnerabilidade social, com benefícios que se manifestam em três dimensões: processos individuais de autoconhecimento, fortalecimento de vínculos comunitários e potencial transformador na conscientização sobre violência de gênero.

Recomenda-se a expansão do projeto para outras unidades de atendimento, a formação de parcerias com universidades para acompanhamento sistemático dos resultados e a integração com políticas públicas já existentes na rede de proteção à mulher. Por fim, destaca-se a necessidade de reconhecer a arteterapia como tecnologia social de baixo custo e alto impacto, capaz de promover não apenas saúde individual, mas também

transformação social. Futuras pesquisas poderiam investigar os efeitos de longo prazo dessa intervenção e suas possíveis adaptações para outros contextos de vulnerabilidade.

As atividades são desenvolvidas em oficinas semanais organizadas em duas turmas, com registros sistemáticos em relatórios que documentam o planejamento, execução e processos observados. As técnicas empregadas - como pintura, desenho, colagem e modelagem - utilizam materiais sustentáveis e acessíveis, priorizando a expressão não-verbal de vivências muitas vezes difíceis de articular verbalmente.

Os resultados observados ao longo da intervenção indicam que a arteterapia tem se mostrado eficaz na redução de sintomas de ansiedade e estresse, na melhoria da autoestima e autopercepção, no fortalecimento de laços sociais e na ressignificação de experiências traumáticas. A abordagem intergeracional enriqueceu o processo, criando oportunidades valiosas de troca de saberes e experiências entre mulheres de diferentes idades.

Conclui-se que a arteterapia se configura como uma estratégia transformadora no apoio a mulheres em situação de vulnerabilidade, com impactos que transcendem o âmbito individual e reverberam na dinâmica comunitária. Recomenda-se a expansão de projetos similares em outros equipamentos públicos, bem como a formação de parcerias intersetoriais para ampliar o alcance da intervenção. Futuros estudos poderiam investigar os efeitos de longo prazo dessa abordagem, contribuindo para a consolidação de políticas públicas baseadas em evidências. Por fim, reafirma-se a arte como direito humano fundamental e potente ferramenta de transformação social no enfrentamento à violência de gênero.

Arte, Cultura e Resistência: Oficinas de Hip Hop com Adolescentes no CENSE I

Giulia Petri de Melo (PUCPR)

INTRODUÇÃO/EIXO TEMÁTICO

O presente trabalho trata-se de um relato de experiência desenvolvido no Centro de Socioeducação (CENSE I) de Londrina-PR, com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa ou aguardando julgamento. As atividades ofertadas tiveram como objetivo a promoção de espaços de expressão, escuta e cultura, por meio de oficinas de Hip Hop, com foco no Grafite, poesia e improviso. As dinâmicas foram parte da carga horária extensionista da disciplina de Políticas Públicas do curso de Psicologia da PUC-PR e da Semana Cultural da Instituição, que visou dar visibilidade as subjetividades e a cultura periférica, fomentando a resistência através da arte e ainda, mostrando possíveis caminhos para a reinserção social.

A cultura Hip Hop é vista como vandalismo para os que não conhecem, mas para os que vivem, ela denuncia preconceitos, exclusão, violência e opressão social e estrutural, uma vez que, carrega consigo os valores de coletividade. De acordo com Lourenço (2002), "A arte do Movimento Hip Hop possibilita aos jovens a valorização de si mesmo e da periferia, informação e conhecimento e substituição da violência pela força das ideias e das palavras". Essa perspectiva demonstra que as oficinas favorecem além da expressão artística, um espaço-território, a subjetividade, a socialização, a identidade e o cuidado, conforme destaca Santos (2012).

Este relato se insere no eixo temático Psicologia social, políticas públicas e Juventudes, ao retratar as práticas psicossociais comprometidas com a escuta e o reconhecimento de jovens historicamente marginalizados. A proposta trata-se de uma intersecção entre a arte urbana, direitos humanos e práticas emancipatórias, tensionando a lógica punitiva dominante nas instituições de privação de liberdade.

OBJETIVO

Narrar uma experiência de oficinas de Hip Hop com adolescentes autores de ato infracional, analisando como práticas artísticas podem atuar como estratégias de cuidado, fortalecimento de vínculos, produção de subjetividades e resistência em contextos de reclusão.

METODOLOGIA

A extensão foi desenvolvida ao longo de três encontros presenciais, com média de 3 horas de duração cada. O primeiro encontro teve como foco a compreensão do papel do psicólogo e dos demais profissionais técnicos com os jovens, entender a dinâmica, rotina e o funcionamento, além disso, conhecer a estrutura física e histórica do local. O segundo encontro se baseou na execução da Oficina de Grafite, onde os participantes puderam experienciar prática de do estilo "Bomb", através de palavras da sua preferência ou o próprio nome, com o auxílio de um profissional da área e dos estagiários. Já o terceiro encontro consistiu em uma Oficina de apresentação, contando com pessoas da cena Hip Hop local, com poesia e improviso, utilizando as palavras que os adolescentes escolheram que faziam sentido com suas histórias de vida, além disso, após a apresentação, uma tela foi preenchida com uma palavra que descrevesse o que aquele momento significou para o jovem. Ademais, outro projeto presente no dia, disponibilizou livros para que pudessem ler em seu confinamento, incentivando a busca pelo conhecimento, mas também proporcionando um passatempo.

As atividades foram conduzidas por estagiários de psicologia, com a supervisão da equipe da instituição e com o apoio de especialistas da arte urbana, a fim de utilizá-la como ferramenta de expressão, emancipação e

cuidado, respeitando o tempo, interesses e limites dos participantes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao decorrer das oficinas, observou-se a criação de vínculos entre os participantes e os facilitadores, outrossim, a participação ativa dos adolescentes corroborou para a produção de materiais artísticos que retratavam sua existência e subjetividade, principalmente no que concerne a oficina de Grafite, muitos relataram suas histórias de vida e sentimentos através desse trabalho. As oficinas também funcionaram como um espaço de cuidado, pertencimento e ressocialização.

CONCLUSÃO

A experiência evidenciou que as práticas artísticas e culturais podem atuar no senso de identidade do indivíduo e na sua reintegração social, sendo uma potente estratégia no contexto de privação da liberdade. A escolha do Hip Hop como movimento artístico deve-se a linguagem de resistência da realidade periférica e aproxima os jovens, visto que, em sua maioria pertencem a contextos periféricos, também contribuiu para apresentar possibilidades profissionais futuras. Segundo Heckert e Lacaz (2015), “no encontro com a arte, fazem consistir devires periféricos”, ou seja, no encontro com a arte esses adolescentes vivenciam suas subjetividades para além dos rótulos sociais, abrindo portas para um futuro sem reincidência.

As Aventuras de Titi: Promovendo representatividade e alfabetização em saúde em doenças raras através da literatura infanti

Matheus Dias Xavier (UFU)

Introdução: A literatura infantil ainda apresenta uma lacuna significativa quando se trata da representação de pessoas com deficiência. O compartilhamento de histórias e informações que abordam a diversidade contribui para a construção de novos conhecimentos sobre diagnósticos específicos e para o desenvolvimento de um olhar mais afetuoso e humanizado em relação às pessoas com deficiência e doenças raras. Objetivo: Este relato tem como objetivo evidenciar a atuação do Instituto Viva Iris, uma organização da sociedade civil de Minas Gerais, no projeto "As Aventuras de Titi". A iniciativa busca, por meio da literatura infantil, promover a representatividade e a alfabetização em saúde acerca da Atrofia Muscular Espinhal (AME), uma doença rara. Relação com o eixo temático: A alfabetização em saúde refere-se à capacidade dos indivíduos de acessar, compreender e utilizar informações como forma de promover e manter a própria saúde e bem-estar e a de outros, partindo da premissa de que estes são um direito. No contexto das doenças raras, essa alfabetização é essencial para fortalecer o protagonismo de pacientes e suas famílias, facilitar o acesso a diagnósticos precoces e tratamentos adequados, além de combater a desinformação, o preconceito e a invisibilidade frequentemente enfrentados por esse público nos serviços de saúde e nas políticas públicas. Orientação teórica: Crianças são a semente do futuro e mobilizam os adultos ao seu redor. Nesse sentido, quando elas estão bem informadas e conscientes socialmente tornam-se agentes ativos promotores desta por toda a extensão de sua rede. Quando discutimos consciência social, nos voltamos para um aparato de debates que envolvem a maneira como um indivíduo entende o seu papel dentro de um grupo de pessoas, que pode ser a escola, a comunidade onde mora, o país, o continente ou, até mesmo, o planeta. Com a construção de uma consciência social, a criança passa a ter uma noção de como o bem-estar das pessoas pode ser favorecido ou prejudicado por suas atitudes, percebendo que as ações públicas afetam todos os níveis da sociedade. Estratégias metodológicas: O projeto "As Aventuras de Titi" consiste em um conjunto de publicações de livros infantis, ações de contação de histórias, encontros e palestras baseadas nas obras. A personagem Titi, com AME, protagoniza aventuras que revelam uma infância possível, diversa e potente. Resultados: Lançado em 2021, o projeto permanece em andamento, com nove títulos publicados em português e inglês. Até o momento, foram impressos mais de 20.000 exemplares, dos quais mais de 12.000 foram distribuídos gratuitamente, alcançando mais de 1.170 municípios em todos os estados brasileiros. Foram coletadas mais de 10.000 respostas a formulários de opinião, e cerca de 95% dos respondentes afirmaram não conhecer a AME ou não ter contato com alguém diagnosticado com a condição. Esse dado reforça o impacto do projeto ao ampliar o conhecimento sobre a doença, especialmente por meio de materiais que abordam sinais de alerta e atrasos no desenvolvimento motor infantil. Além disso, os formulários também investigam o contato dos leitores com outras doenças raras ou condições específicas, indicando a relevância de ampliar o repertório de narrativas sobre infâncias com deficiência. Aproximadamente 99% dos participantes afirmaram que "As Aventuras de Titi" contribui para educar e conscientizar sobre a AME, outras doenças raras, diversidade e também inclusão. Conclusão: "As Aventuras de Titi" promove a disseminação de materiais educativos que valorizam a representatividade e contribuem para uma literatura infantil mais inclusiva. A personagem Titi, uma criança com deficiência, curiosa, brincalhona e

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

aventureira, mostra que todas as infâncias têm o direito de serem contadas e celebradas. O projeto reforça a importância de histórias que rompem com estereótipos de pena ou limitação, permitindo que crianças com deficiência sejam vistas, sobretudo, como crianças — plenas em suas possibilidades de ser e brincar.

As influências heteronormativas na saúde mental de bissexuais

Bianca Vale dos Santos Saraiva (UFAM), Ana Letícia Araújo Figueiredo (UFAM), Igor Michel Simões Ataide (UFAM), Sofia Carra Parcero (UFAM)

Este trabalho propõe-se a investigar os impactos da heteronormatividade na saúde mental de pessoas bissexuais, tomando como base referenciais teóricos contemporâneos e aportes das ciências humanas e da psicologia social crítica. A bissexualidade é compreendida, aqui, como a atração por mais de um gênero — uma orientação que desestabiliza a lógica binária tradicional que estrutura os discursos normativos sobre sexualidade (BARKER et al., 2012, apud ALBERTO, 2018). Em vez de ser reconhecida como identidade legítima, a bissexualidade é muitas vezes silenciada, estigmatizada ou tratada como fase transitória, o que evidencia um campo de marginalização simbólica e material.

Partindo das contribuições de Michel Foucault (2005), este estudo entende a sexualidade como uma construção histórica e discursiva, profundamente associada aos dispositivos de poder. Longe de ser uma essência natural ou um dado biológico, a sexualidade é regulada por práticas sociais, médicas, jurídicas e religiosas que produzem sujeitos conformes a determinados regimes de verdade. A heteronormatividade, conceito amplamente discutido por Michael Warner (1991), refere-se precisamente a esse conjunto de normas sociais que privilegiam a heterossexualidade como padrão legítimo de desejo, identidade e comportamento, relegando ao desvio toda e qualquer expressão sexual que fuja dessa matriz.

Guacira Lopes Louro (2001), a partir da Teoria Queer, radicaliza essa crítica ao propor a fluidez das identidades de gênero e sexualidade, defendendo a subversão das categorias fixas e o reconhecimento de subjetividades múltiplas. Essa perspectiva é compartilhada por autores como Rich (1980) e Braga (2012), que discutem como a binariedade de gênero é mantida como mecanismo de exclusão e controle.

No campo da saúde mental, os efeitos dessa normatividade são expressivos. Dados do Mental Health America (2021) revelam altos índices de sofrimento psíquico entre pessoas LGBTQIAPN+, frequentemente relacionados a experiências de estigmatização, discriminação, invisibilidade e falta de suporte social. No Brasil, esse cenário é ainda mais crítico, dado o número reduzido de pesquisas voltadas especificamente à população bissexual, o que acentua sua marginalização tanto na academia quanto nas políticas públicas.

A presente pesquisa tem como objetivo geral compreender os efeitos da heteronormatividade na saúde mental de pessoas bissexuais. Especificamente, propõe-se: Investigar a relação entre heteronormatividade e binariedade de gênero; Analisar como a bifobia está articulada à conformidade heteronormativa; Examinar os impactos psicológicos da bifobia em indivíduos bissexuais. A abordagem teórica está ancorada na Teoria Queer, que problematiza as normas cis-heterocentradas e questiona a naturalização das identidades sexuais e de gênero.

Metodologicamente, adota-se uma abordagem qualitativa de caráter descritivo-analítico, com aplicação de entrevistas semiestruturadas a quatro participantes autodeclarados bissexuais. A análise dos dados será conduzida a partir da análise temática, permitindo identificar categorias emergentes relativas à experiência subjetiva dos entrevistados em relação à heteronormatividade e à saúde mental.

A relevância da pesquisa reside em contribuir para o enfrentamento da invisibilidade histórica da

bissexualidade nos estudos sociais e na psicologia, oferecendo subsídios tanto para formulação de políticas públicas inclusivas quanto para práticas clínicas éticas e politicamente comprometidas, além de servir como referência bibliográfica para futuros estudos por parte dos profissionais da área da Psicologia e de áreas correlatas, visando embasar trabalhos teóricos e práticos e a compreensão de casos que se assemelham ao tema. Ademais, é um assunto de interesse dos pesquisadores envolvidos, considerando que 3 dos 4 pesquisadores são da comunidade LGBTQIAPN+, sendo 2 bissexuais e 1 lésbica, e compartilham de experiências de vida diretamente atreladas à pressão heteronormativa e às implicações no contexto psicológico.

Cabe destacar, ainda, que a heteronormatividade opera como um regime de inteligibilidade que define quais corpos, desejos e identidades podem ser reconhecidos como legítimos (DA SILVA, 2013). Tais normas estão profundamente vinculadas às construções sociais de gênero, conforme argumentam Scott (1995) e Meyer (2004), e afetam de modo particular a população bissexual. Essa ambiguidade identitária, frequentemente interpretada como instabilidade ou indecisão, é fonte recorrente de sofrimento psíquico, agravada tanto pela rejeição do meio heterossexual quanto pela marginalização dentro da própria comunidade LGBTQIA+ (MOHR & ROCHLEN, 1999; BREWSTER & MORADI, 2010). Mulheres bissexuais, em especial, enfrentam um duplo apagamento, sendo frequentemente hipersexualizadas ou deslegitimadas, o que se expressa em índices alarmantes de ideação e tentativa de suicídio (SHEARER et al., 2016).

Historicamente, o termo "bissexual" passou por significativas transformações — desde conotações associadas à intersexualidade nos séculos XVII e XVIII até sua consolidação como orientação sexual a partir dos debates identitários dos anos 1970 (LEWIS, 2012; JAEGER et al., 2019). Ao retomar essa trajetória, este trabalho busca não apenas denunciar os efeitos da normatividade, mas também contribuir para a visibilização e valorização da bissexualidade como identidade política e expressão legítima da diversidade humana.

Assistência social, sexualidade infantil e escuta psicanalítica: quando os não ditos se tornam desproteção e vulnerabilidade.

Rosemeire Vieira (Instituto sedes)

Este trabalho tem como objetivo discutir sobre os desafios enfrentados em um atendimento realizado na área do serviço social na Delegacia de defesa dos direitos da mulher na Região do Grande ABC, no Estado de São Paulo, no qual a escuta psicanalítica representou importante suporte para uma compreensão mais cuidadosa sobre a importância do esclarecimento sexual das crianças. Trata-se do caso de uma menina de nove anos de idade que ficou vulnerável diante da sedução exercida por um pedófilo com quem teve contato por meio de um aplicativo. Essa criança entrou em sofrimento psíquico, apresentando forte angústia, possivelmente advinda de um conflito psíquico decorrente de seu encontro traumático com a sexualidade do mundo adulto. Este conflito ocorreu depois de ver-se sem respostas minimamente adequadas para as suas indagações a respeito de conteúdos sexuais com os quais se deparou em sua casa. Embora tenha recorrido aos pais para esclarecer essas dúvidas sobre temas sexuais, deparou-se com respostas marcadas por inibições e grande dificuldade dos pais em falar com ela a respeito da sexualidade. O tabu dos pais a respeito da sexualidade infantil os impediu de ajudá-la a formar uma compreensão suficiente sobre essas questões, de modo que os não ditos em relação à sexualidade parecem tê-la deixado vulnerável diante de adultos oportunistas. Diante da situação que se formou, foi de grande importância poder recorrer ao que Freud indicou sobre os prejuízos que podem ser ocasionados por não se reconhecer a sexualidade infantil e negligenciar a necessidade do esclarecimento sexual das crianças. A partir desse caso, pretendo discutir sobre o quanto a atuação profissional do assistente social pode se beneficiar da escuta psicanalítica no contexto do sistema de segurança pública. O serviço social na Delegacia de Defesa dos Direitos da Mulher busca, prioritariamente, promover direitos e articular a rede socioassistencial, relacionando teoria e prática para um atendimento integral à mulher, assegurando proteção social e garantia de direitos. Todavia, nesse contexto, há ainda o risco de que os aspectos psíquicos fiquem desassistidos quando não há equipe multiprofissional. No serviço em questão não há equipe multiprofissional, porém tem sido possível complementar o trabalho social com conhecimentos psicanalíticos, que tem possibilitado maior aprofundamento nas questões psicossociais. O fluxo do serviço é estruturado de modo que, inicialmente, a mulher seja acolhida pelo serviço social, em uma escuta atenta, em relação a aspectos interseccionais como gênero, classe, renda e raça. A partir do atendimento, podem ser realizados encaminhamentos necessários à rede de políticas públicas, como a assistência social, a saúde, a educação e o sistema jurídico, facilitando o acesso a recursos e serviços de apoio. Diante dos múltiplos atravessamentos vivenciados por quem busca atendimento, em razão de situações de violação de direitos, é de grande importância poder contar com uma escuta sensível aos aspectos sociais e atenta aos sintomas provocados por esse mal-estar coletivo, muitas vezes manifestado como angústia, culpa, depressão ou ansiedade. O conhecimento teórico da psicanálise, mas sobretudo do tipo de escuta que ela produziu, pode ser fundamental para potencializar essa sensibilidade. Independentemente da forma de violência, as pessoas carregam dores e sofrimentos que demandam acolhimento e suporte. Nesse sentido, é essencial garantir um espaço de confiança, onde as marcas físicas e psíquicas da violência possam ser reconhecidas com respeito e cuidado. Cabe destacar que casos envolvendo mulheres, crianças ou adolescentes não devem ser

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

tratados apenas como "casos de polícia", mas sim a partir da complexidade de vivências singulares. É preciso refletir sobre como a realidade objetiva pode afetar a vida subjetiva, produzindo afetos que impactam diretamente a saúde física e mental. Nomear esses fenômenos é também devolver ao sujeito um contorno simbólico, retirando-o da responsabilização individual por infortúnios socialmente gerados, como já apontava Freud em seus textos sociais, ao afirmar que o social atravessa o individual. A articulação entre o psíquico e o social exige compreensão. A violência contra a mulher deve ser entendida como um problema social complexo, que precisa ser abordado em sua totalidade, permitindo uma leitura do humano enquanto sujeito ao mesmo tempo individual e social. Para isso, é necessário adotar uma perspectiva crítica e atenta ao modelo civilizatório que contribui para a produção de diferentes fenômenos psíquicos e sociais. Diante desse contexto, pretendo apresentar minha experiência prática no subeixo 1: Assistência Social e Psicologia na garantia de direitos: pesquisas e práticas sobre a atuação de psicólogas/os nos Centros de Referência na proteção do público usuário em situação de vulnerabilidade social; acompanhamento a famílias em situação de vulnerabilidade e risco social e a construção de estratégias para acesso a políticas públicas. Relato, especificamente, o atendimento de uma criança de nove anos, levada por sua mãe após a suspeita de abuso sexual cometido via internet. A criança havia acessado um aplicativo por meio do qual manteve conversas de teor sexual com um pedófilo. A intenção é refletir sobre a importância do contato maduro com a curiosidade infantil em torno da sexualidade e sobre as consequências das respostas dos adultos aos quais recorre, especialmente quando essas respostas, em razão da repressão ou das inibições dos pais, negligenciam a necessidade de esclarecimento sexual da criança. As distorções da curiosidade infantil decorrentes dos tabus sobre a sexualidade das crianças deixaram a menina vulnerável à sedução de um pedófilo oportunista. As explicações que poderiam ter vindo de pessoas de confiança seriam protetivas, mas houve falha. Diante da insuficiência das respostas que recebeu em seu ambiente familiar, a criança buscou sentido para suas inquietações em espaços menos protegidos. A sexualidade infantil continua sendo um tabu. Ao mesmo tempo em que crianças são expostas precocemente a conteúdos sexuais nas mídias digitais, persiste o silêncio dos adultos diante de suas dúvidas. Muitos pais, acreditando estar protegendo os filhos, acabam por deixá-los ainda mais vulneráveis, pois, sem respostas confiáveis, essas crianças recorrem a outras fontes, nem sempre seguras, para lidar com suas inquietações. O que, para a criança, poderia ter sido uma simples descoberta se tivesse sido acolhida com escuta e verdade, respeitando seu processo de maturação, transformou-se em silêncio e desamparo, resultando em uma situação de risco. Para o manejo deste caso, foi importante recorrer aos ensinamentos da psicanálise, de modo a subsidiar os conhecimentos próprios do serviço social, produzindo uma prática aberta, coconstruída de forma dialética, à articulação entre teoria e prática. O principal objetivo é poder fazer a diferença para as mulheres, adultas ou crianças e adolescentes, que buscam o serviço oferecido pela Delegacia de defesa dos direitos da mulher. Poder garantir a elas um lugar em que possam encontrar uma escuta segura para as suas angústias, bem como o suporte necessário em cada situação vivenciada, considerando suas peculiaridades e complexidades.

Palavras-chave: Assistência social; violência contra mulheres; acolhimento psicossocial; sexualidade infantil; escuta psicanalítica.

Ativismo digital: estudantes universitários defendendo o prazer, o direito e a saúde sexual.

Valéria Nanci Silva (USP), Thales Corsino (USP), Diego Placido (USP), Luís Guilherme Galeão (USP), Marisa Dantas (USP)

Frente aos inúmeros discursos e conteúdos expostos pelas redes sociais, incluindo Fake News, é possível fazer o movimento disruptivo de produzir e disseminar informações científicas? No campo da Psicologia Social Crítica, os estudos sobre o uso de Tecnologias da Comunicação e Informação (TIC) se mostra urgente frente a sua inserção no cotidiano de todos, especialmente dos Adolescentes e Jovens (A&J).

O estudo aqui sintetizado, se insere no projeto maior chamado: Embaixadoras/es/is da prevenção: análise do processo e do efeito da formação de estudantes da USP como multiplicadores no campo da promoção da saúde e direitos sexuais, uma parceria da Universidade de São Paulo com a University of Southern California, o qual enfatiza o triângulo da prevenção e promoção da saúde sexual e reprodutiva: prazer, saúde e direitos.

Com o uso da abordagem metodológica da pesquisa-ação envolveu a formação de estudantes universitários como agentes-jovens de saúde aptos a disseminarem informações para seus pares sobre direitos sexuais (ao exercício da sexualidade livre de coação, com prazer, à não-discriminação com base na sua identidade de gênero, orientação sexual, cor da pele e religiosidade) e promoção da saúde sexual (prevenção de IST/Aids, gravidez inesperada, violência entre parceiros).

A partir da formação de 17 estudantes universitários, sobre os temas acima destacados, utilizando o formato de oficinas e rodas de conversa, foram produzidos 79 vídeos curtos propagados pelo TikTok e Instagram voltados ao público jovem. O processo formativo contou com os seguintes temas:

• Semana 1 - Introdução aos direitos sexuais, história e contexto;

• Semana 2: Formação em produção de audiovisual e visita ao TIKTOK;

• Semana 3: Saúde sexual: prevenção, cenas, insumos e estratégias;

• Semana 4: Vulnerabilidades;

• Semana 5: Prevenção, Direitos Humanos, Vulnerabilidade e Redução de Danos;

• Semana 6: Maratona de vídeos (produção dos primeiros vídeos).

As oficinas realizadas contribuíram para uma formação sólida sobre direitos sexuais e saúde sexual, permitindo a construção de um conhecimento coletivo e a troca de vivências entre os estudantes de diferentes cursos no contexto universitário. Além disso, a produção de vídeos colaborativos foi uma forma eficaz de disseminar informações científicas sobre promoção da saúde sexual e reprodutiva, especialmente quando colaboradas com intervenções presenciais no campus, em festas universitárias (exemplos: Peruada, Calorada, BIFE etc).

A realização de intervenções presenciais, como a disponibilização de insumos de prevenção as IST (preservativos e gel) e rodas de conversa, culminou na realização do Festival Fazendo Arte com Prevenção; e, possibilitaram a promoção da conscientização dentro da universidade chamando a atenção para os perfis produzidos nas redes sociais. Os vídeos produzidos estão nos links: https://www.tiktok.com/@direitossexuaisusp ; https://www.instagram.com/direitossexuaisusp

Alguns vídeos se destacaram pelo formato inovador que articulou os temas, muitas vezes sensíveis, por exemplo: reflexões a partir de músicas, desenhos e filmes; uso de aspectos do cotidiano e dos territórios utilizados pelos jovens dentro do campus (vídeos relacionados as festas e

eventos esportivos estudantis - Calourada, Peruada, BIFE); estímulo ao uso dos serviços públicos de saúde - mapeamento e indicações de locais mais próximos (onde encontrar preservativos, fazer testes, acessar PeP e PrEP); discussão sobre o uso de nomenclaturas (preservativos externo e interno e não masculino e feminino) e discursos relacionados a sexualidade (importância do prazer, consentimento para o sexo seguro); formas de prevenção combinada e negociação/consentimento sexual entre parceiros; PeP e PrEP (onde há máquinas dispensadoras mais próximas); entrevistas e Quiz (conversas com perguntas rápidas) com participação de jovens sobre mitos e verdades relacionadas a prevenção das IST/gravidez.

O projeto proporcionou para os estudantes envolvidos, e os que acessaram os vídeos, debates importantes sobre temas sensíveis que apareceram no período:

• Reflexões sobre o proibicionismo, redução de danos Chemsex;

• Consentimento e direitos sexuais (texto de Bell Hooks);

• Masturbação peniana;

• Prevenção combinada de IST/HIV e gravidezes; auto teste do HIV; pílulas do dia seguinte; PeP (Profilaxia Pós Exposição) e PrEP (Profilaxia Pré Exposição); PrEP sob demanda; vacina do HPV;

• Dezembro vermelho e a prevenção do HIV entre jovens;

• Direito a não discriminação e prevenção entre pessoas trans;

• Vídeos relacionados ao festival e as premiações e finalistas;

• Relevância da educação sexual (parte dos direitos sexuais e reprodutivos);

• Mulheres na ONU;

• COVID: prevenção com máscara e camisinha;

• Sexo e a linguagem que constrói seu significado.

Houveram também vídeos para propagar informações acerca do Festival Fazendo Arte com Prevenção (4 de Dezembro de 2024) inspirado no Festival Fazendo Arte com Camisinha realizado em 1992. O Festival (2024) contou com mais de 266 proponentes de obras de arte que tematizaram a prevenção das IST/HIV e COVID-19 (total de 143 obras envolvendo artes plásticas, vídeos, dança, teatro, literatura – Slam). Houve o apoio da equipe de pesquisadores, estudantes de graduação participantes desse projeto (Embaixadores da Prevenção) e parcerias institucionais (Departamento da FAU-USP) e do Programa Estadual e Municipal de IST/HIV/Aids do Estado de São Paulo; além de inúmeros patrocinadores para as premiações realizadas durante o Festival Fazendo Arte.

O desempenho nas duas plataformas, Instagram e TikTok, mostra grande engajamento com o público, especialmente no TikTok, onde as visualizações e interações são mais significativas. No Instagram, o foco nos Reels e o número considerável de postagens salvas, 71, indicam que o conteúdo é valioso e frequentemente revisitado pelos seguidores. No TikTok, o vídeo com Marcelo Rubens Paiva se destacou, especialmente por conta do lançamento do Filme Ainda Estou Aqui.

Foi possível, portanto, propagar informações para os jovens com intervenções presenciais e ainda, pelas redes sociais; houveram aprendizados sobre o modo pelo qual tais assuntos podem ser comunicados, tipo de linguagem (simples e direta, afeita a cultura juvenil) e formato dentro de cada rede social. Observamos que a disseminação se coloca entre os pares diretos dos estudantes participantes, os amigos e conhecidos dos envolvidos e com o tempo houve maior capilaridade ao articularmos com parceiros da saúde (Programas de Aids e ONGs) e ao desenvolvermos intervenções territoriais, como exemplos: colocação de dispensadores de preservativos nos banheiros da universidade e festas universitárias.

Atuação da Psicologia em Contexto de Alta Complexidade no SUAS: Processos Psicossociais, Território e Interseccionalidade nas Políticas Públicas

Marhaia Helen Nascimento Santos (USP)

O presente resumo refere-se ao relato de experiência do trabalho desenvolvido sob o prisma psicossocial em uma Instituição de Acolhimento, a partir da articulação dos conceitos de interseccionalidades, determinantes sociais da saúde e território, tendo em vista a necessidade de compreender a ocorrência de casos graves de sofrimento psíquico e prejuízos à saúde mental das crianças assistidas. Dessa forma, os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes integram o Sistema Único de Assistência Social e se caracterizam como serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, reconhecidos pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009), é necessário sublinhar que esses serviços compõem o conjunto de medidas protetivas elencadas no Estatuto da Criança e do Adolescente, descritas no art. 101.Este relato de experiência descreve a atuação de uma psicóloga em uma Casa de Acolhimento, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em um território marcado por vulnerabilidades sociais intensas. A experiência é analisada a partir da perspectiva da psicologia social crítica, com ênfase nas noções de território, territorialização e interseccionalidade. Os desafios e potências dos atendimentos em saúde mental no contexto da alta complexidade são discutidos com base nos atravessamentos de raça, classe, gênero e geração, articulando os princípios das políticas públicas e os efeitos psicossociais do sofrimento nos territórios periféricos.

A atuação da psicologia no SUAS, especialmente na alta complexidade, exige compreensão ampliada das dinâmicas sociais e dos atravessamentos subjetivos nos territórios vulnerabilizados. Este relato parte da prática em uma instituição de acolhimento, localizada em periferia urbana, onde são atendidos casos envolvendo violência, violações de direitos e desproteção social contra crianças e adolescentes. A proposta é refletir sobre a intervenção da psicologia à luz da psicologia social crítica e da interseccionalidade, visando compreender os efeitos psicossociais do sofrimento nas margens sociais.

A prática psicossocial envolveu atendimentos individuais, familiares e ações coletivas, com enfoque interdisciplinar. A metodologia utilizada articula escuta clínica ampliada, construção de redes de apoio e articulação intersetorial. Os casos acompanhados revelaram demandas de saúde mental atravessadas por violências estruturais (racismo, pobreza, machismo, LGBTfobia), evidenciando a necessidade de intervenções territorializadas e sensíveis às múltiplas formas de opressão.

O conceito de território no SUAS é compreendido para além do espaço geográfico, como espaço social e simbólico onde se produzem vínculos, identidades e desigualdades. A territorialização é entendida como estratégia político-técnica de adequação das ações às singularidades locais, considerando os contextos históricos e culturais dos sujeitos. A interseccionalidade, por sua vez, é fundamental para análise crítica dos casos, permitindo enxergar como opressões se intercruzam e produzem sofrimento psíquico e exclusão social nos territórios.

A experiência evidenciou a potência do trabalho em rede e da escuta qualificada como ferramentas para a construção de itinerários de cuidado mais efetivos e singulares. Entretanto, também revelou desafios como o sucateamento das políticas públicas, sobrecarga dos profissionais, e a ausência de serviços de saúde mental territorializados e integrados ao SUAS. Destaca-se a

urgência de fortalecer o cuidado em liberdade e práticas interdisciplinares que considerem os determinantes sociais da saúde.

A atuação da psicologia social no SUAS, especialmente na alta complexidade, demanda um olhar crítico e comprometido com a transformação social. Intervir nos territórios a partir da escuta das interseccionalidades e dos efeitos psicossociais das desigualdades é um desafio ético e político. Este relato reforça a importância de práticas que reconheçam a complexidade das vidas nos territórios e fortaleçam os sujeitos em sua potência de resistência e cuidado.

Autismo, transição taxonômica e biopoder: repercussões políticas no brasil

Lucas Silveira da Silva (UFC), Ricardo Pimentel Méllo (UFC)

Introdução

O presente trabalho examina as transformações na classificação do Transtorno do Espectro Autista (TEA) ao longo das edições do Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (DSM), com ênfase na transição taxonômica ocorrida no DSM-5. Essa mudança reflete não apenas uma revisão conceitual, mas também alterações nas práticas institucionais e nos modos de subjetivação das pessoas diagnosticadas com TEA. A investigação situa-se no cruzamento entre a psiquiatria, a psicologia social e os estudos foucaultianos sobre biopoder e governamentalidade.

Objetivo

O estudo busca analisar criticamente os possíveis efeitos da transição taxonômica do autismo no DSM-5 sobre as práticas de cuidado na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e suas implicações políticas.

Relação com o eixo temático "Psicologia Social e Saúde"

O trabalho se insere no eixo temático "Psicologia Social e Saúde" ao examinar como a classificação diagnóstica do autismo opera como dispositivo de regulação social, atravessando diferentes espaços de atuação da psicologia na saúde pública. A pesquisa problematiza as políticas de cuidado para pessoas com TEA e analisa as implicações da patologização e da normatização dos corpos e subjetividades no contexto da RAPS.

Orientação teórica

A análise fundamenta-se na perspectiva arqueogenealógica de Michel Foucault, investigando a historicidade das categorias diagnósticas e seus efeitos de verdade na produção de saber-poder sobre o autismo. Também são mobilizadas as contribuições de Ian Hacking sobre a "fabricação de pessoas" e a dinâmica entre classificação e identidade. Além disso, considera-se o debate contemporâneo sobre neurodiversidade e os desafios da inclusão de pessoas autistas na sociedade.

Estratégias metodológicas

Trata-se de um ensaio teórico baseado em análise documental e revisão crítica da literatura especializada. São analisados documentos como o DSM-5 e normativas institucionais relacionadas ao autismo, além de textos acadêmicos que abordam a classificação diagnóstica e seus desdobramentos no campo da saúde mental e das políticas públicas.

Resultados

Os resultados sugerem que a reclassificação do TEA no DSM-5 consolidou uma visão ampliada do espectro autista, incorporando uma diversidade de manifestações clínicas sob uma única categoria diagnóstica. Essa mudança pode ter impactos significativos na forma como o autismo é percebido e gerenciado tanto no campo biomédico quanto nas políticas públicas de saúde e assistência social.

A transição taxonômica parece produzir efeitos ambíguos: se, por um lado, possibilita um maior acesso ao diagnóstico e aos direitos correlatos, por outro, pode gerar desafios na delimitação de perfis clínicos e na adequação das políticas de cuidado. Além disso, a revisão diagnóstica pode influenciar os processos de subjetivação das pessoas autistas, uma vez que redefine os critérios pelos quais elas são reconhecidas social e institucionalmente.

A análise também sugere que a transição taxonômica do autismo deve ser compreendida à luz das relações de poder que estruturam os discursos psiquiátricos e psicológicos. O DSM-5, ao reformular os critérios diagnósticos, não apenas responde a demandas

científicas, mas também reconfigura práticas institucionais e dispositivos de regulação social, interferindo nas formas de governabilidade do autismo na contemporaneidade.

Conclusão

O estudo aponta que a classificação do autismo não se limita a um fenômeno psiquiátrico, mas pode ser compreendida também como um artefato histórico e político que influencia as formas de subjetivação e as políticas públicas de saúde. A partir da perspectiva foucaultiana, considera-se que o DSM-5 não apenas reflete transformações no campo da psiquiatria, mas também opera como um instrumento de biopoder que regula corpos, comportamentos e acessos a direitos.

Dessa forma, espera-se que esta investigação contribua para o debate sobre os impactos da categorizacão diagnóstica e para a construção de modelos de cuidado mais inclusivos e sensíveis às discussões contemporâneas sobre neurodiversidade.

Barros, o Mulato: Vida e Obra

Kalléu Schmidt Mendes (UFPEL), Édio Raniere da Silva (UFPEL), Lucas Lima Ribeiro Gularte (UFPEL), Bibiana Scherer (UFPEL), Manoela Moreda Neves Vergara (UFPEL)

Introdução

O presente resumo pretende apresentar uma pesquisa vinculada ao LAPSO - Laboratório de Arte e Psicologia Social, a qual conta com o apoio do Programa de Bolsas de Iniciação à Pesquisa – Ações Afirmativas (PBIP-AF), vinculada à Universidade Federal de Pelotas. Esta pesquisa surge a partir do seguinte questionamento: “onde estão as obras de Miguel Barros?”, está pergunta surge após os trabalhados de SABANY(2020) e XAVIER(2022) que trazem o nome de Barros, o Mulato, pintor negro pelotense para o debate academico e publico.

A partir destas pesquisas, o nome de Barros retorna ao debate artístico e também aos debates do movimento negro de Pelotas, quem foi este pintor negro pelotense que até então não se tinha notícia?Por que sua história foi esquecida em sua cidade natal? e por fim onde estão suas obras? A partir destas questões que emergiram se inicia esta pesquisa, buscando não só responder mas também registrar e divulgar a vida e obra de Barros, o mulato.

Objetivo

Esta pesquisa surge com o objetivo de cartografar a história de Miguel Barros e encontrar suas obras, com a intenção de homenagear a história e a produção artística deste pintor pelotense.

Relação Com O Eixo Temático Escolhido

Este resumo se conecta com eixo “Insurgências ético-estético-políticas: artes, tecnologias e subjetivação” pois a pesquisa busca construir um biografema do pintor, o qual sua vida e obra se intersecciona com a história dos movimentos negros do brasil e a produção artística negra do século XX. Sua vida e obra refletem os processos de subjetivação do artista e ativista pelotense que teve sua história esquecida.

Orientação Teórica

Esta pesquisa se baseia no pensamento de Franz Fanon(2008), que contribui no esclarecimento do posicionamento de Barros, ao assinar suas obras como Barros, o Mulato, o pintor nascido na primeira metade do século XX, lutou pelo fortalecimento de sua raça e toda tentativa de apagamento de sua ancestralidade negra. Ao usar a alcunha de o Mulato, Barros reafirma suas raízes e sua identidade negra.

Estratégias Metodológicas

A pesquisa se utiliza do método cartográfico (Deleuze e Guattari, 1997) na tentativa de mapear a trajetória de Miguel Barros, a partir de suas exposições, obras e artigos publicados por Barros e sobre ele. A partir desta investigação está sendo construído um biografema (Barthes, 2005a) de Miguel Barros se utilizando também do afrofuturismo (DERY, 1994) como estética de escrita.

Resultados

Após um ano e meio de busca exploratória das obras e fragmentos sobre a vida de Barros, o Mulato foi encontrado mais 30 obras do artista, um livro publicado de autoria de Barros e mais de 60 artigos relacionados ao pintor. As obras estão localizadas em acervos pessoais (6), obras em museus (2), obras que foram leiloadas(2) e mais de 20 obras estão em posse da filha do pintor, estas obras que o pintor se recusava a vender.

Além das obras foram encontradas placas de cacografia, cartões postais e capas de revistas produzidas por Miguel Barros. Da sua produção textual foram encontrados muitos artigos escritos em jornais desde sua juventude e

outras aparições em jornais e revistas divulgando suas exposições. Por fim, foi encontrado um livro escrito por Barros que retrata sua visão sobre arte.

Conclusões

Com tamanha densidade de materiais, foi possível cartografar a vida e obra de Barros, o Mulato, compreender seu tamanho e importância com militante do movimento negro desde a juventude, como também seu papel no mundo artistico e sua influencia por onde passou. Barros compõe uma história ímpar tanto pessoal como artística, desde sua participação na fundação de frente negras no Brasil na década de 30, como participando de grandes exposições e do famoso clubinho dos artistas na década de 40.

A historia deste pintor negro pelotense não pode ser esquecida, por tanto, está pesquisa busca por fim publicar um biografema de Barros, o Mulato. Este está no momento sendo escrito e já possui aceite para publicação pela editora Humanas. Com a futura publicação, esta pesquisa visa dar registro e publicidade à vida e obra de Barros, o Mulato.

Beiradas do Olhar: Oficina De Experimentação Fotográfica do Viver às Margens do Madeira - 3ª EDIÇÃO

Talita Orrana de Morais Neves, TATIANA MARIA SILVEIRA AMORIM (UNIR), I'REENA TAKINA ROSSI DA CRUZ (UNIR), LÍLIAN CAROLINE URNAU (UNIR)

Com base nos pressupostos da Psicologia Histórico-Cultural entendemos que o momento de transição entre a infância e a vida adulta, englobando os períodos da pré-adolescência, adolescência e juventude, constituem um marco importante no desenvolvimento humano, no qual os processos de produção de significados/sentidos, conceitos e vivências (perejivanie) complexificam-se e permitem outros níveis de capacidade de abstração nos variados processos psíquicos, como pensamento, afetividade, atenção, memória etc. Observamos, no entanto, que, a despeito da importância da produção da autoconsciência e da consciência dos contextos sociais durante a adolescência, conceituadas por Vigotski (2018a, 2018b, 2018c) como vivência (perejivanie) (Toassa 2011, 2018), para além de espaços terapêuticos individualizados de psicologia clínica (majoritariamente acessada pelas elites), inexistem espaços de expressão e produção de significações voltados para este público, que possibilitem pensar e problematizar as experiências de si mesmo e das relações sociais estabelecidas na contemporaneidade. Com base nesses apontamentos o projeto de extensão em tela consistiu na configuração de espaços coletivos, com grupos de adolescentes, a fim de mobilizar e compartilhar suas vivências com as comunidades e a cidade que habitam, mais especificamente, Porto Velho, considerando as marcas das alegrias e dos traumas/dores de ser Amazônia. Por meio de vivências estéticas de produção do olhar e experimentação fotográfica, promoveu-se reflexões sobre os processos psicossociais de inclusão e exclusão e a cultura e identidade amazônica, por meio da constituição de espaços de expressão criativa e compartilhamento de vivências. O projeto foi oferecido em Porto Velho-RO, um grupo organizado no centro comunitário da Vila Princesa (com 10 participantes) A metodologia envolveu 10 encontros de periodicidade semanal e duas horas de duração, nos quais foram apresentadas técnicas básicas de fotografia, exercício do olhar e do registro fotográfico sobre a relação dos participantes com o território que habitam. Pensar, sentir e expressar por meio de fotografias e do diálogo com os outros as significações sobre as vivências nos contextos sociais da comunidade possibilitou configurar espaços de representação simbólica de temas pouco compartilhados ou coletivamente refletidos, mas intensamente vividos no cotidiano dos participantes. Observamos que os/as adolescentes expressaram a medida que interagiam nas oficinas, comprometeram a realizar as atividades sempre estavam se envolvendo e nos indicavam lugares e pessoas para visitar na comunidade. A Vila Princesa, tem sido marcada por políticas públicas insuficiente ao longo dos anos e atualmente, com o fechamento do aterro sanitário local, a situação se agravou, com a falta de oportunidades de trabalho para os/as catadores/as de materiais recicláveis. Fatos sentidos e expressos pelos adolescentes ao longo dos encontros e das fotografias, que revelam as pessoas que contam as memórias do lugar, os espaços que os/as adolescentes gostam e não gostam e suas perspectivas de futuro. Os resultados apontam um grande potencial para continuidade do projeto, mas revelam uma necessidade de recursos financeiros para manter e alcançar a comunidade. Consideramos a pertinência na ampliação projeto em diferentes espaços, pois percebemos a qualidade do engajamento dos participantes nas atividades e discussões e as avaliações positivas que fizeram sobre o projeto.

TOASSA, Gisele. Emoções e vivências em Vigotski. Campinas-SP: Papirus, 2011.

VIGOTSKI, L. S. Psicologia da Arte. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001a.

VIGOTSKI, L. S. Psicologia Pedagógica. São Paulo: Martins Fontes, 2001b.

_____. Pensamiento y lenguaje. In: VYGOTSKI, Lev Semiónovich.. Obras Escogidas IV: Psicologia Infantil. Madrid: Machado Libros, 1934/2018c.

Breve Reflexão Sobre o Percurso Das Políticas Públicas Para As Pessoas Com Deficiência: Caminhos Para Uma Inclusão Efetiva

Maria Caroline Cavanha Martines (UCDB), Luciane Pinho de Almeida (UCDB)

Introdução: A deficiência deve ser compreendida como um conceito historicamente e culturalmente construído, que transcende a mera condição biológica ou médica do indivíduo. Tal construção social reflete as complexas e multifacetadas relações que se estabelecem entre pessoas com deficiência (PcD) e aquelas sem deficiência, as quais são mediadas por contextos socioculturais, econômicos e políticos específicos. Essas relações sociais são permeadas por múltiplas variáveis, incluindo preconceitos, barreiras ambientais, políticas públicas e normas culturais, que frequentemente estão além do controle tanto dos próprios indivíduos com deficiência quanto dos agentes responsáveis por sua promoção, inclusão e garantia de direitos. Dessa forma, evidencia-se a necessidade de explicar que a deficiência não pode ser entendida isoladamente, mas sim como um fenômeno dinâmico e relacional, que exige abordagens articuladas, e políticas inclusivas capazes de enfrentar as desigualdades estruturais presentes na sociedade, garantindo a inclusão plena das pessoas com deficiência. Durante séculos as diferenças entre os seres humanos foram motivo para a eliminação e marginalização das PcD, vistas como ameaças à ordem social, sendo esses considerados doentes ou incapazes. Sendo assim, a trajetória histórica das pessoas com deficiência é marcada por um longo processo de exclusão, segregação e negação de direitos fundamentais, que se traduz em isolamento social e privação de direitos básicos, como educação, cidadania e até o direito à vida. Este trabalho apresenta uma breve revisão bibliográfica norteada pela reflexão sobre o percurso da construção de políticas públicas voltadas para as pessoas com deficiência no Brasil. Objetivo: apresentar uma breve reflexão sobre o percurso da construção de políticas públicas voltadas para as pessoas com deficiência no Brasil. Relação com o eixo, GT: Este estudo está vinculado ao Eixo Temático 10 “Deficiência, Capacitismo, Psicologia Social” e com o GT 44: Psicologia Social, Deficiência e Anticapacitismo: desafios ético-políticos para a emancipação social. Essa escolha se dá por entendermos que na história da humanidade e do Brasil, a deficiência foi motivo de exclusão e formas diversas de segregação. Em todas essas situações manifesta-se a opressão daqueles que detêm o poder sobre os indivíduos em situação de vulnerabilidade, da invisibilidade à convivência social, como também por uma trajetória representada pelas medidas assistencialistas, que mantiveram as pessoas com deficiência isoladas nos espaços da família e/ou em instituições. (MAIOR, 2016). Esse trabalho apresenta sua centralidade na defesa dos direitos humanos das pessoas com deficiência no que tange o acesso a políticas públicas comprometidas com a luta anticapacitista e voltadas a sua não patologização, significa compreender o compromisso ético-político da psicologia para práticas voltadas para a defesa da emancipação humana e na construção de uma sociedade inclusiva, democrática e ética. Metodologia: Trata-se de um estudo de caráter bibliográfico, o qual consistiu numa breve análise que resultou na discussão que agora se apresenta. Esta análise tem subsídio em dados teóricos e em nossa prática profissional, enquanto psicóloga voltada para o desenvolvimento de crianças e adolescentes com alguma deficiência mental. Entende-se que compreender o tema da deficiência a partir das lutas sociais empreendidas na defesa das pessoas com deficiência aliada a luta anticapacitista, questionando o modelo biomédico que marginaliza e exclui e desafiando as políticas públicas para a construção de formas inclusivas que busquem a promoção da pessoa deficiente em todas as potencialidades. Resultados: Os resultados reportam às políticas públicas voltadas às pessoas com

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

deficiência, destacamos que sua trajetória histórica foi marcada por políticas de exclusão. Poucas ações foram voltadas para os deficientes no Brasil Império (1822-1889) e no período da Primeira República (1889-1930). Estas possuíam um cunho discriminatório e excludente, já que a deficiência era tratada como doença. No Brasil, a organização coletiva das PcD começou a se consolidar a partir da década de 1960, com a formação de agrupamentos e associações independentes de instituições, voltadas para o debate das dificuldades enfrentadas, todavia, esses movimentos ainda se mostravam enfraquecidos e sem voz na sociedade brasileira. Em 1975, foi aprovada pela ONU, a Declaração dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência. A Declaração promoveu debates e reflexões aos movimentos sociais em todo o mundo, voltados às garantias de direitos para essa população. (ONU, 1975). Nos anos 70, é constituída a organização do Movimento Político das Pessoas com Deficiência. Há nesse momento, um crescente debate sobre direitos iguais e inalienáveis como fundamento de justiça social (Brasil, 2010). Todavia, esses debates eram enfraquecidos, dado que no Brasil se vivenciava um período de repressão do regime militar, o que implicava no impedimento de avanços significativos das políticas públicas e as questões sociais eram silenciadas. Ao final dos anos 70, o regime militar já vivia um esgotamento em si mesmo, dado o avanço das lutas sociais em prol da democracia. O movimento "diretas já", que ocorreu entre 1983 e 1984, mobilizou a massa populacional descontente com o governo militar favorecendo a retomada das eleições direitas para a presidência da República e possibilitando a abertura para a construção de uma nova Constituição no Brasil promulgada em 1988. Importante ressaltar que até esse momento, não havia registros de garantias aos direitos das pessoas com deficiência em outra Constituição (Brasil, 2010). Portanto, os movimentos sociais em defesa das pessoas com deficiência ganharam maior visibilidade pós-ditadura, alinhando-se a outras lutas sociais, como as dos negros, mulheres, trabalhadores e populações periféricas e reivindicavam vida independente, autonomia nas escolhas pessoais, saúde e políticas públicas inclusivas. A primeira representação política no Brasil das pessoas com deficiência se deu por meio da Coalisão Pró-Federação Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes, em 1979, e contava com representantes de diversos tipos de deficiência e doenças causadoras de deficiência. (Brasil, 2010 apud Lima, 2024). Em 1986 foi constituída a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), que se destinava a prover ações inclusivas em âmbito nacional para as PCD (Brasil, 2016). A partir do texto Constitucional de 1988 o Brasil constitui a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), por meio do Decreto no 6.949/2009 (Brasil, 2009) e, só mais recentemente, aprovou a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) (Lei n. 13.146 de 06 de julho de 2015).

O governo Bolsonaro retoma discussões e pautas já superadas, como a da reforma sanitária buscando um retrocesso político com impacto significativo nos direitos sociais, e, portanto, a questão da deficiência vai novamente ser pautada por esse governo num viés da patologização das pessoas. Essa questão, volta a ser retomada em suas discussões sob um viés dos direitos e potencializadas das pessoas deficientes no Governo Lula. Michael Oliver (1990) ressalta que as formas de opressão pelas barreiras sociais obstaculizam a participação das pessoas com deficiência. O capacitismo configura-se como uma forma estrutural de opressão que categoriza indivíduos a partir da premissa de que pessoas com deficiências apresentam limitações inerentes, por possuírem corpos ou mentes divergentes do padrão hegemônico. Conforme Sassaki (2014, p. 10), o capacitismo fundamenta-se na comparação entre as supostas capacidades das pessoas sem deficiência e as presumidas limitações das pessoas com deficiência, associando semanticamente deficiência à incapacidade e desqualificação social. As lutas anticapacitistas tornam-se cada vez mais urgentes e necessárias, pois é importante

considerar a deficiência não pode estar atrelada aos modelos biomédicos, e, portanto, a valorosa luta contra a manutenção da opressão das pessoas com deficiência. Ademais assinala-se que, apesar das transformações nas políticas públicas, as pessoas com deficiência continuam enfrentando exclusão, desigualdade e discriminação, especialmente quando essas experiências se cruzam com outras categorias sociais como gênero e raça. Debora Diniz (2007) aponta a necessidade de se refletir sobre categorias de análise para a compreensão da deficiência, como a interseccionalidade e os marcadores sociais, a experiência da dor, a dependência e a interdependência inerentes à condição humana e a perspectiva do cuidado como uma questão de justiça. Na perspectiva interseccional, Kittay (2011) evidencia que a deficiência constitui apenas uma das múltiplas dimensões identitárias que configuram o sujeito social, as interseccionalidades podem intensificar processos de discriminação e exclusão social, uma vez que as opressões estruturais se entrelaçam e se reforçam reciprocamente. Desse modo, ressalta-se a importância da constituição de políticas voltadas para potencialização dos deficientes, enquanto pessoas de direitos. Conclusão: O estudo pretendeu demonstrar, ao longo do tempo, como as políticas públicas e os modelos teóricos contemporâneos vêm promovendo transformações significativas na compreensão da deficiência, consolidando uma abordagem crítica, inclusiva e centrada na valorização da diversidade humana. Sobretudo destaca fomentar a reflexão acerca dos desafios persistentes e da necessidade de reformas estruturais para a efetivação da inclusão social e da equidade de direitos no âmbito social. Desse modo, evidencia-se a necessidade da mudança fundada no deslocamento do modelo biomédico tradicional, que patologiza o corpo e a mente, para um modelo social que reconhece a deficiência como uma construção social entendendo a pessoa como sujeito de direito e potencialidades. Por fim, essa breve reflexão propõe que as políticas públicas brasileiras se pautem na garantia de direitos, equidade, autonomia e empoderamento às pessoas com deficiência.

Cidadania e prevenção ao uso de drogas: o Centro de Prevenção Comunitária do Espírito Santo

Nathalia Borba Raposo Pereira (UFES), Aline Borel Monteiro de Castro (IFES), Carlos Augusto Lopes (UFES), NNínivy Matos Ferreira (Rede Amor e Compaixão)

Introdução: O Centro de Prevenção Comunitária da Rede Abraço, programa do Governo do Estado do Espírito Santo, está localizado no "Território do Bem", região que reúne seis bairros e três comunidades de Vitória, capital do estado. A região é historicamente marcada por processos de estigmatização, desigualdades sociais, condições insatisfatórias de habitabilidade e altas taxas de violências, figurando entre as regiões com maior concentração de homicídios de jovens do estado. A população de pouco mais de 30 mil habitantes é de maioria negra, com baixa escolaridade e renda. Um levantamento feito na própria comunidade apontou a escassez de espaços culturais e de lazer na região. O Programa Rede Abraço é responsável pela organização da política sobre drogas no estado nos eixos: prevenção ao uso de drogas, cuidado e tratamento a pessoas com necessidades decorrentes do uso de drogas, reinserção social, e estudos, pesquisas e informações. A lacuna histórica de ações preventivas focadas na promoção de direitos e qualidade de vida e a centralidade de ações repressivas nas políticas sobre drogas contribuem para a reprodução de ciclos intergeracionais de exclusão, racismo estrutural, violências e pobreza. Nesse sentido, o Centro de Prevenção Comunitária é uma iniciativa motivada pela necessidade de desenvolver estratégias de prevenção para o público infantojuvenil amparadas em evidências, em boas práticas e nos direitos humanos. Objetivos: Nos moldes de um serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, o Centro de Prevenção Comunitária tem como objetivo se consolidar como um espaço inserido na comunidade onde crianças e adolescentes tenham a garantia de convivência segura e saudável, com atividades que promovam seu bem-estar e cidadania. Entre seus objetivos, também se encontram: a) fortalecer os fatores protetivos que diminuem a incidência do uso de drogas e danos associados e diminuir fatores de risco que contribuem para esse uso; b) proporcionar um espaço acolhedor onde crianças e adolescentes possam participar de atividades que contribuam para o seu desenvolvimento físico e emocional; c) trabalhar a aquisição de habilidades de vida que apoiam as crianças e adolescentes na tomada de decisões e na elaboração de projetos de vida; d) compor e fortalecer a rede socioassistencial e intersetorial do território, atuando de maneira integrada e harmoniosa com outros equipamentos; e, e) desenvolver potencialidades das famílias, oferecendo apoio, orientação e encaminhamentos para outros serviços da rede, quando necessário. Relação com o eixo temático: Acredita-se que o trabalho se aproxima mais do eixo temático "Assistência social, vulnerabilidades, violências e promoção de direitos humanos", uma vez que, ainda que não se trate de serviço componente do sistema único de assistência social, possui interface com este e outras redes, de modo intersetorial, além de ter como foco a promoção de direitos e o combate a vulnerabilidades e desigualdades. Orientação teórica: Além de pesquisas em estudos e artigos publicados sobre a temática, buscou-se apoio em publicações tais como as Diretrizes Internacionais sobre a Prevenção ao uso de drogas das Nações Unidas. A proposta do Centro de Prevenção Comunitária ampara-se na estratégia da redução de danos e nos direitos humanos, bem como na busca por promover projetos e políticas públicas capazes de articular proteção social, cidadania e fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e territoriais. Estratégias metodológicas: O serviço foi implantado em março de 2025, por meio de parceria com uma organização da sociedade civil, selecionada via Edital de Chamamento

Público e é voltado para crianças e adolescentes com idade entre 6 e 14 anos e seus familiares. São ofertadas atividades educativas, culturais, esportivas, apoio escolar, grupos com familiares e mobilização comunitária. Os atendimentos são realizados no contraturno escolar, de forma contínua e singularizada. A equipe técnica é composta por educadores sociais, psicólogos, assistentes sociais, pedagogos, arte-educadores e profissionais da educação física, operando com base na escuta, no afeto e no compromisso ético com a infância e juventude. O projeto conta com um sistema de monitoramento e avaliação permanente, com indicadores quantitativos (frequência, participação, permanência escolar, realização de oficinas) e qualitativos (percepção de bem-estar, vínculos estabelecidos, engajamento familiar e comunitário). Resultados: Com apenas três meses desde sua efetiva implantação, os resultados do Centro ainda não podem ser mensurados, mas o projeto conta com boa aceitação da comunidade e hoje já atende 120 crianças e adolescentes, atuando em sua capacidade máxima, o que sugere a necessidade de expansão futura. Conclusões: Com essa iniciativa, afirma-se a prevenção ao uso de drogas para além da evitação do uso de substâncias e/ou da redução de danos associados ao uso, mas como a efetivação de estratégias que possibilitem a criação de futuros diversos, fortalecimento de vínculos comunitários e afetivos e defesa de direitos e cidadania, principalmente de grupos populacionais historicamente negligenciados.

Compartilhar e Pertencer: Relato de Experiência em Grupo de Vivências LGBTQIAPN+ na Universidade

Paulo Sérgio Silveira Júnior (UFC), Ana Letícia Parente Bôto Mendes (UFC - Campus de Sobral), Thamyles de Sousa e Silva (UFC - Campus de Sobral), Iratan Bezerra de Saboia (UFC - Campus de Sobral), Marya Teixeira Soares (UFC - Campus de Sobral), Maria Clara Lima Pinto (UFC - Campus de Sobral)

Apresenta-se um relato de experiência construído a partir da condução do grupo "Compartilhar e Pertencer", vinculado ao Laboratório de Estudos das Desigualdades e Diversidades (LAEDDES) da Universidade Federal do Ceará – Campus Sobral, como parte do Projeto Um Estranho no Ninho. O grupo objetiva promover um espaço seguro dentro da universidade para o acolhimento e compartilhamento de vivências entre estudantes de cursos diversos do campus que se identificam como parte da comunidade LGBTQIAPN+.

Sobral foi uma das cidades afetadas pela política de expansão das universidades para o interior. Assim, o movimento de estudantes do norte do estado para a cidade passou a ser cada vez mais comum, nele também a oportunidade de fazer da vivência universitária algo diferente e significativo, com a possibilidade de entrar em contato com aquilo que se é ainda mais reprimido de forma intensa e costumeira em cidades menores (Araújo; Ribeiro, 2021).

Cabe enfatizar que a cidade natal da pessoa LGBTQIAPN+ pode se configurar uma "cidade-armário" (Carvalho; Macedo Júnior, 2017), em que o espaço público é negado para maneiras de viver e de se relacionar para além da norma cisheterossexual. Portanto, o distanciamento do núcleo familiar para buscar melhores oportunidades com o ensino superior pode possibilitar a pessoas da comunidade LGBTQIAPN+ um recomeço da vida social em que se experiencia mais liberdade para se ser quem é.

A realização do grupo se deu em sete encontros presenciais no segundo semestre de 2024, com a utilização do método de roda de conversa. Ele teve a presença de quatro extensionistas e de oito participantes inscritos com idades entre 18 e 29 anos. Cada encontro contou com uma temática pré-definida para guiar a discussão, introduzidas por meio de dinâmicas selecionadas com o intuito de facilitar a interação entre os participantes e contribuir com a formação de vínculos. Foram realizados sete encontros, no primeiro tivemos o objetivo de apresentar o grupo, construir vínculo entre todos, e estabelecer a forma de trabalho; no segundo discutiu-se as vivências anteriores à universidade através de desenhos que eles produziram; no terceiro utilizou-se uma caixa com um espelho a fim de instigar a fala sobre o presente; no quarto encontro foi discutido os estigmas através de frases comumente usadas para se referir à comunidade LGBTQIAPN+; no quinto foi discutido a sexualidade através de um curta-metragem e de uma poesia de Clarice Lispector; no sexto encontro o grupo refletiu sobre a realidade atual através de notícias de jornais; e, por fim, no último encontro todos produziram um mural coletivo retratando a experiência do grupo.

Assim, houve uma recepção positiva principalmente nas dinâmicas que possibilitavam um espaço para expressão a partir de composições artísticas, com destaque para as atividades com desenho como ferramenta para exteriorização e verbalização e para a confecção de um mural com colagens no fechamento do grupo, proposto com fim interventivo como material de exposição no campus.

A formação do vínculo também se deu pela maneira como o ambiente foi construído e organizado junto dos

participantes, a partir de elementos físicos e artísticos relacionados a como vivenciavam sua identidade de gênero e sexualidade. Em cada encontro, permaneciam nos relatos as maneiras como a relação com a própria identidade sexual e de gênero era afetada pelos eixos família, escola, amizades e igreja; e as violências sentidas a partir disso, cruzando-se muitas vezes com misoginia e machismo. Outro tópico relevante seria ainda a maneira como cada participante experienciou ou está experienciando o processo de assumir sua sexualidade para amigos e familiares.

Portanto, a realização desse grupo possibilitou que houvesse um espaço seguro para que falassem de suas vivências dentro e fora, antes e depois da universidade, permitindo criações de vínculos e autodescobertas entre os participantes a partir do contato com a pluralidade e diversidade do grupo, demonstrando a importância e a necessidade de ambientes de escuta e pertencimento para a comunidade no ambiente acadêmico.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Bruna Silva. Experiências e performances: o circuito de jovens homossexuais na cidade de Sobral-CE. Orientadora: Lea Carvalho Rodrigues. 2019. 105 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Programa Associado de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira/Universidade Federal do Ceará, Redenção/Fortaleza, CE, 2019.

ARAÚJO, Bruna Silva; RIBEIRO, Fernanda Maria Vieira. Cidades Pequenas, Pessoalidade E Família Na Perspectiva Do Armário Gay. Revista Homem, Espaço e Tempo, [S. l.], v. 15, n. 1, p. 83–96, 2021.

CARVALHO, Claudio Oliveira; MACEDO JÚNIOR, Gilson Santiago. 'Isto é um lugar de respeito!': a construção heteronormativa da cidade-armário através da invisibilidade e violência no cotidiano urbano / 'This is a respectful place!': the heteronormative construction of the closet-city throughout the invisibility. Revista de Direito da Cidade, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 103–116, 2017.

Conflitos de valores entre psicoterapeutas e pacientes na psicoterapia clínica: um recorte de gênero, sexualidade e raça

Luca Nomizo Rodrigues (USP), Laura Vilela e Souza (USP)

Quais são os efeitos produzidos em uma(um) cliente que, ao buscar psicoterapia, depara-se com uma(um) profissional da Psicologia cujos valores são conflitantes aos seus – por vezes, reproduzindo discursos misóginos, homofóbicos ou racistas, por exemplo? No contexto clínico, uma concepção Construcionista Social entende a neutralidade como impossível: pacientes identificam a comunicação de valores de suas(seus) psicoterapeutas, estando elas(eles) cientes ou não, e a própria estrutura da a psicoterapia reflete e reproduz contextos culturais compostos por tradições morais enraizadas em estruturas políticas. Assim, a concepção do ambiente clínico como um local de suspensão de valores e neutralidade dá lugar a um espaço de possíveis tensões e embates entre psicoterapeutas e clientes. A psicoterapia clínica, como todo produto cultural, envolve a interação entre diferentes sistemas de valores e, desse modo, deve ser entendida como um processo moral. A(o) psicoterapeuta, uma vez inserido nessa lógica, tem suas próprias concepções de bom e mau funcionamento, crescimento e estagnação, e o equívoco de que a psicoterapia é livre de valores é justamente o que enfatiza a necessidade de investigar os papéis desses valores na díade paciente-terapeuta. São relatados na literatura, por exemplo, casos de racismo de profissionais brancos para pacientes pretas(pretos), os quais relatam uma estagnação no o processo terapêutico pelo despreparo e pela insensibilidade das(os) profissionais a lidarem com questões raciais como fonte de sofrimento psíquico. Também são relatados casos de homofobia e de profissionais heterossexuais para pacientes homossexuais, com reprodução de discursos violentos e até mesmo a aplicação de terapia de conversão. Tais práticas dizem respeito aos valores individuais das(dos) psicoterapeutas, os quais podem não estar de acordo com os valores morais de seus pacientes e produzir neles efeitos negativos e até mesmo propiciar situações de violência clínica. Isso se agrava para populações atravessadas por recortes de raça, gênero e sexualidade, segundo o conceito de estresse de minoria, em que populações compreendidas como minorias sociais, devido a fatores como preconceito, discriminação e questões socioeconômicas pode levar a graves consequências psicológicas, como um maior risco de transtornos psicológicos, maior probabilidade de desenvolvimento de transtornos mais graves e crônicos e maior suicidalidade. Desse modo, a pesquisa dialoga diretamente com o eixo temático 12 – Gênero, Sexualidades e Intersecções – ao investigar como os conflitos de valores no campo clínico afetam, de modo particularmente significativo, sujeitos atravessados por marcadores sociais da diferença, como raça, gênero e orientação sexual. Este projeto, portanto, objetiva compreender os sentidos produzidos sobre os conflitos morais entre terapeutas e clientes a partir da análise dos discursos sociais que sustentam as diferentes moralidades em disputa, dando destaque aos casos de interseccionalidade entre raça, gênero e sexualidade. As(os) 8 participantes foram recrutadas a partir do Método Bola de Neve. Para a análise de dados, foi utilizado o método qualitativo de análise do discurso. Os resultados apontaram que variados assuntos relacionados ao conflito motivaram os conflitos em análise – incluindo raça, gênero, religião, sexualidade, opiniões políticas e uso de drogas recreativas. Os sentidos produzidos pelo paciente a partir do conflito incluíram situações de autodúvida, normalização, vulnerabilidade, desconhecimento sobre psicoterapia, atribuição do conflito à características da psicoterapeuta e à autorrevelação. Discute-se sobre os efeitos desses conflitos para os pacientes, incluindo a delimitação entre

moralidade e violência clínica, a autorevelação como possível abertura de margem para reprodução de violências e preconceitos, a produção de vulnerabilidades e a existência de uma posição de poder no ambiente clínico. Conclui-se que, majoritariamente, os valores das psicólogas estavam alinhados a perspectivas mais conservadoras, em contraste com as visões de mundo dos pacientes, mais progressistas; além disso, os efeitos desses conflitos não se limitam à esfera do desacordo moral, mas podem se configurar como faltas éticas ou mesmo violências clínicas — especialmente quando produzem sofrimento, silenciamento ou reforçam estruturas opressoras. Limitações do estudo incluem uma homogeneidade da amostra, justificada pela natureza de recrutamento dos participantes e pelo receio de possíveis participantes devido à natureza mobilizante do estudo, associadas a experiências prévias com outros profissionais da psicologia.

Construindo sentidos de família na Proteção Social Especial: experiências de psicólogas/os nos CREAS

Giovanna Carbonera Agrella (USP), Laura Vilela e Souza (USP - Universidade de São Paulo)

Introdução

Os sentidos de família são múltiplos e historicamente construídos, podendo ser compreendidos, sob uma perspectiva construcionista social, como produções discursivas situadas nas interações. Nesse enfoque, família não é concebida como uma entidade naturalizada, mas como um processo relacional, situado e continuamente construído. Com a Constituição Federal, o Brasil passou a ampliar seus discursos sobre família no âmbito da Assistência Social. Na Proteção Social Especial (PSE), os psicólogos dos CREAS acompanham famílias em situação de violação de direitos, demandando uma atuação psicossocial e interdisciplinar sensível às dinâmicas familiares e aos contextos de vida. No entanto, desafios na formação profissional e no próprio contexto do CREAS (complexidade das demandas, escassez de recursos, articulação intersetorial) impactam essa atuação.

Objetivo

Compreender os sentidos de família produzidos com psicólogas/os no CREAS e discutir suas implicações para as práticas profissionais.

Relação com o eixo temático escolhido

O estudo articula-se ao eixo "Assistência Social, vulnerabilidades, violências e promoção de direitos humanos", ao problematizar a atuação profissional na política de Assistência Social, especialmente no CREAS, e refletir sobre os sentidos construídos de família em contextos de violação de direitos e vulnerabilidades.

Orientação teórica

Foi adotado como referencial o construcionismo social, compreendendo o conhecimento como produzido nas relações, não como representação objetiva da realidade. A investigação é um processo relacional e colaborativo, que se constrói a partir do diálogo.

Estratégias metodológicas

Foram realizadas seis entrevistas semiestruturadas com psicólogas/os do CREAS de Ribeirão Preto (SP) via Google Meet, explorando definições de família, desafios, formação e implicações na prática. Os dados são analisados pela Análise Temática Reflexiva de Braun e Clarke, com foco na interpretação, valorização da reflexividade e do contexto de pesquisa. As etapas incluem familiarização com os dados, codificação, desenvolvimento e revisão de temas iniciais, definição e nomeação dos temas e, a produção do relatório. Trata-se de um processo não linear, que se orienta por uma pergunta fundamental: qual a história que desejo contar a partir das experiências compartilhadas pelas/os participantes?

Resultados

Das diversas narrativas construídas, um fio condutor se destacou: "boas práticas" como alicerce para construir um sentido humanizado de família. Assim, o tema escolhido como recorte da história compartilhada nas entrevistas foi "Vínculos e aproximação: práticas que produzem efeitos". As práticas serão abordadas a seguir.

A visita domiciliar foi mencionada como uma estratégia potente de aproximação nos territórios, favorecendo uma compreensão ampliada das dinâmicas familiares e comunitárias. Paralelamente, a escuta acolhedora foi descrita como condição fundamental para o estabelecimento de vínculos de confiança. Essa escuta se mostra ainda mais necessária diante da estigmatização vivida pelas famílias ao acessarem o serviço,

frequentemente atravessadas por experiências de violências. A fala de Jorge ilustra essa postura:"Eu acho que eu adotei como estratégia uma escuta acolhedora, tentar criar um vínculo com o usuário e não ver ele ali como um agente de violação de direitos, alguém violador, é ver ele mesmo como alguém que tá ali da mesma forma que eu, enfrentando alguma dificuldade do dia a dia, passando por um momento complicado, e não reduzir o usuário a violação que chegou pra gente assim...".

As práticas grupais também foram valorizadas, não apenas como espaços de troca e fortalecimento mútuo, mas como possibilidade de construção coletiva de sentidos sobre proteção social e superação de violações de direitos. Nesses encontros, o vínculo se estende para além do serviço, conectando os/as usuários/as às histórias e saberes da comunidade local. Destaca-se, entre as práticas mencionadas, a importância de considerar a história de vida das famílias para além da narrativa da violência, como disse Angélica: "Mas adotar uma postura mais franca, mais honesta, mais horizontal com os usuários. Então, de tá ali com eles menos naquela ânsia de resolver o problema, em mais em ouvir eles, sabe? De às vezes desfocar um pouco da violência, ver essa pessoa muito para além de vítima, sabe? Ou de agressor, né? Isso é uma coisa que eu vejo que faz muito sentido". Essa abordagem se contrapõe à compreensão da violência como um fenômeno exclusivamente intrafamiliar, deslocando o foco da responsabilização individualizada e abrindo espaço para o reconhecimento das múltiplas condições de vida dos usuários.

Conclusões

Práticas como visita domiciliar, escuta acolhedora, grupos e a valorização de narrativas para além da violência foram narradas como caminhos para a construção de sentidos de família mais humanizados e como ferramentas importantes para vinculação e aproximação com as famílias. Ao adotar tais posturas, os/as psicólogos/as entrevistados/as nos convidam a uma atuação mais sensível, não punitiva, e comprometida com a transformação das condições que produzem e sustentam as violências. As práticas apontam para uma psicologia que reafirma a dignidade e os direitos das famílias, e que se propõe investir em uma formação crítica e em pesquisas que explorem as complexidades do trabalho no âmbito da Proteção Social Especial, em especial nos CREAS.

Corpos que sentem: Uma leitura sobre afetos e o emocional de pesquisadoras negras

Carla Alessandra Moura de Souza (UEFS)

A presente pesquisa compreende os afetos enquanto elementos que são fundamentais para o desenvolvimento da subjetividade dos sujeitos, refletindo diretamente na forma como a vida deles se organiza e se expressa frente ao mundo. Dessa forma, levando em consideração o fato de que os afetos são atravessamentos que se originam tanto nas vivências individuais dos sujeitos quanto nas coletivas, a pesquisa entende que as interações sociais tem grande potencial para, de forma gradativa, inscrevem-se de modo inconsciente nas pessoas envolvidas nessas relações, de modo que vai corroborar para com a percede que essas trocas vão produzindo mudanças em suas formas de sentir, agir e existir. Partindo dessa perspectiva, a presente revisão de literatura se refere a proposta de uma reflexão teórica acerca do modo como o racismo, enquanto parte que compõe a estrutura social, cultural e histórica do Brasil, incide nos afetos, bem como interfere diretamente na produção e desenvolvimento do emocional e subjetividade de mulheres negras que atuam como pesquisadoras e que são cotidianamente afetadas.

Isso, evidentemente, com o intuito de analisar a forma com que os afetos se manifestam nos processos emocionais e sentimentais sentidos e apresentados por pesquisadoras negras, considerando os efeitos do racismo em suas trajetórias que vão desde o âmbito acadêmico a aspectos existenciais. Para mais, a pesquisa - que, oportunamente, se enquadra no eixo temático de número 11: Psicologia Social e Relações étnico-raciais - tem ênfase nas intersecções entre raça, gênero e afetividade; e reconhece que os afetos são também atravessados por marcadores sociais os quaim implicam diretamente no desenvolvimento da compreensão de que determinadas subjetividades são mais vulnerabilizadas a dores, inseguranças e sofrimentos, não por fragilidades pessoais, mas pelas violências simbólicas e materiais que atravessam suas existências cotidianamente.

No que se refere a fundamentação teórica, me utilizei dos escritos de autoras que discutem a centralidade dos afetos na produção da subjetividade, corroborando para a compreensão de que os corpos estão sempre em relação e que essas relações produzem variações em sua potência de agir. Destacando-se autoras como Lélia Gonzales e Ana Cláudia Lemos, que discutem os efeitos do racismo e do sexismo nas vivências de mulheres negras.

A metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica, com levantamento e análise de produções teóricas e acadêmicas que abordam a questão do racismo, dos afetos, e, subjetividade de pesquisadoras negras. Além disso, como estratégia, busquei desenvolver uma reflexão crítica que evidenciasse como os afetos são atravessados por experiências sociais e políticas, sendo, portanto, um campo legítimo de investigação científica.

Os resultados apontam que os afetos vivenciados por pesquisadoras negras são atravessados por um conjunto de experiências. Esses afetos, longe de serem apenas expressões individuais, são efeitos de processos sociais amplos que configuram as formas como essas mulheres percebem a si mesmas e o mundo ao seu redor. Com isso, a pesquisa pretende contribuir para a construção de espaços acadêmicos mais sensíveis, politizados e comprometidos com a transformação social, reafirmando que os afetos não são apenas reações emocionais, mas também produções políticas que denunciam e recriam modos de existência.

Crochê-Terapia: Tece(ndo) Resistências e Novas Subjetividades na Construção do Cuidado em Saúde Mental.

Rayssa Karoline Dias de Pinho (UFAM), Bianca Araújo de Lima (UFAM), Eduarda Helena Magalhães de Sousa (UFAM), Luana Gabrielly Angelim Galvão (UFAM), Maria Júlia de Souza Barbosa (UFAM), Myrela de Paula Mafra (UFAM), Yasmim Coimbra de Angiolis (UFAM)

A contemporaneidade, marcada por complexas demandas sociais e o ritmo acelerado influenciado pelas tecnologias digitais, impõe desafios crescentes à saúde mental, notadamente em ambientes de alta exigência, como o universitário. Neste contexto, emergem iniciativas que buscam reconfigurar as práticas de cuidado, explorando caminhos inovadores que integram arte, tradição e abordagens psicológicas. O projeto "Crochê-Terapia: Tecendo uma arte de cuidado", idealizado por acadêmicas de Psicologia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), surge como uma proposta de intervenção psicossocial que resgata o fazer manual ancestral do crochê, transformando-o em uma potente ferramenta terapêutica e de promoção da saúde mental.

O objetivo principal da iniciativa é, ao integrar práticas artísticas e manuais com o cuidado psicológico, constituir um espaço de insurgência ético-estético-política que fomenta processos de subjetivação, autonomia e fortalecimento, focando na promoção da saúde mental e na construção de vínculos, especialmente no contexto universitário e em comunidades específicas.

A pesquisa se fundamenta na Psicologia Social Crítica, compreendendo os processos de saúde-doença e subjetivação como construções históricas e sociais. O projeto também se ampara nas contribuições de Nise da Silveira, que utilizou a arte como instrumento para a expressão de conteúdos inconscientes, promovendo autocompreensão e melhoria da saúde mental. Outro recurso teórico e metodológico utilizado é o da Arteterapia, reconhecendo a arte como um campo de atuação que integra saúde mental e políticas sociais, promovendo bem-estar, autoestima, autoconsciência e fortalecimento emocional. A compreensão do cuidado assumida nas ações é inspirada em Heckert (2007), que concebe cuidado, ensino e escuta como elementos indissociáveis de uma experiência única e relacional, onde cuidador e cuidado se constituem mutuamente. Esta perspectiva holística e dialógica é central para a proposta de criar "novos mundos possíveis e fomentar alianças inovadoras", questionando certezas estabelecidas e desenvolvendo novas sensibilidades. A prática coletiva do crochê cultiva relações sociais, saberes e afetos, criando uma atmosfera cooperativa e solidária.

O projeto consiste em uma intervenção que integra o crochê ao cuidado psicológico, promovendo um ambiente de aprendizagem colaborativa e fortalecendo o espaço grupal de troca e desenvolvimento. A metodologia envolve encontros semanais e oficinas esporádicas, nos quais os participantes são incentivados a trabalhar com o crochê e a arteterapia. Durante os encontros, são promovidas rodas de conversa que abordam temas como saúde mental, luta antimanicomial e a valorização da identidade cultural amazônica, promovendo escuta ativa e trocas de experiências. A forma de ensinar e aprender proposta nas ações procura romper com a lógica de educação bancária (Freire, 2011), incentivando relações horizontais e a colaboração entre os participantes, onde aqueles com mais domínio da técnica auxiliam os iniciantes. Um diferencial do projeto é sua capacidade de adaptação e atuação em diversos contextos e para diferentes públicos-alvo, conforme as demandas e chamados para parcerias e intervenções. O projeto tem sido convidado a participar de eventos pontuais, aliando-se a outros projetos institucionais e interinstitucionais.

Adicionalmente, o projeto estabelece parcerias frequentes, como com o projeto "Chegadas e Partidas", utilizando o crochê como ferramenta de dignidade humana em exposições interativas e oferecendo acolhimento no processo de luto e cuidados paliativos. O mesmo ocorre com a Defensoria Pública do Estado, atuando junto ao sistema socioeducativo feminino, utilizando a intervenção artística como ferramenta de acolhimento das adolescentes. Outras ações também foram realizadas em articulação com estágios básicos em psicologia, especificamente na Fundação de Medicina Tropical e na Casa Miga (instituição de acolhimento à população LGBT+). Essa flexibilidade permite que o público-alvo se amplie, abrangendo estudantes universitários e a comunidade em geral, demonstrando o potencial de alcance e aplicabilidade das suas estratégias.

Os resultados preliminares das oficinas evidenciam a relevância do crochê como ferramenta de promoção da saúde mental e de insurgência psicossocial. Os participantes relataram melhora significativa no bem-estar e maior capacidade de lidar com as pressões do cotidiano, incluindo as demandas universitárias, além da redução na dependência digital. Portanto, a diminuição do estresse ao ressignificar o crochê como uma ferramenta de expressão e transformação, desafia a lógica produtivista e tecnológica, impulsionando uma insurgência estética. De tal modo, também se consolidando como um espaço de valorização da cultura amazônica ao resgatar e dar novos significados à prática do crochê, combinando o conhecimento tradicional com uma abordagem terapêutica. O engajamento dos estudantes de diversas áreas e a satisfação com os encontros fortalecem o senso de comunidade, indicando um potencial político da arteterapia com artes manuais para promover protagonismo e autoria entre os envolvidos.

A dimensão ética se manifesta na construção de um espaço de cuidado, onde a coletividade e o apoio mútuo são valorizados, se caracterizando como uma tecnologia leve (Merhy, 2002). A intervenção demonstra como as atividades manuais podem desconstruir a lógica padronizada, proporcionando um "desaceleramento produtivo" e um trabalho mais conectado ao sujeito. A proposta do Crochê-Terapia questiona as camadas sedimentadas do presente e promove outro modo de nos constituirmos.

Cuidando de quem educa: Ciclo de Apoio Psicossocial com educadoras populares do campo no Semiárido

Itana Pereira de Oliveira (UEFS), José Fernando Andrade Costa (Universidade Estadual de Feira de Santana)

O presente trabalho relata uma experiência extensionista em Psicologia Social desenvolvida no âmbito do Projeto CAT Conhecer, Analisar e Transformar a Realidade da Educação do Campo, uma ação universitária de base popular que atua há mais de 30 anos no Semiárido baiano. Buscou-se desenvolver uma ação que pudesse prevenir agravos e promover a saúde mental. O presente trabalho relata as ações desenvolvidas por estudantes de Psicologia entre setembro e outubro de 2024 com educadores do campo de dois municípios do semiárido baiano, Barrocas e Araci.

O objetivo principal deste resumo consiste em apresentar qual tipo de ação foi desenvolvida, os resultados alcançados e refletir sobre a sua relevância social na atual conjuntura, bem como sobre os limites e dificuldades enfrentadas. Tínhamos como proposta inicial realizar através do Ciclo de Apoio Psicossocial um momento de escuta e acolhimento, frente aos sentimentos, anseios e atravessamentos que estão no cotidiano dessas pessoas, buscando a conscientização acerca da importância da saúde mental e do autocuidado para as suas vidas. Considerando que a luta campesina é uma fonte histórica de aprendizagem e que a educação popular do campo é parte fundamental de um projeto de aliança dos povos, situamos esse relato no Eixo temático Psicologia Social e Educação, pois em sua proposta confere "especial atenção aos debates sobre projetos e experiências educativas de origem popular e comunitárias criados por populações subalternizadas, do campo e da cidade".

Adotamos os referenciais e pressupostos ético-políticos da Psicologia Social Comunitária latino-americana, especialmente no que se refere ao trabalho com grupos. Sabemos que as discussões em grupo podem fortalecer os vínculos entre os atores sociais, incentivando a troca de saberes e experiências, ou seja, o espaço construído vincula-se à oportunidade desses educadores, juntos, se apoiarem, e mobilizarem a consciência para os desafios do cotidiano, compartilhando estratégias de enfrentamentos e formas saudáveis de lidar com os problemas. É em grupo que os problemas pessoais podem ser compreendidos como problemas coletivos.

A estratégia metodológica utilizada partiu da proposta do programa CAT e da Psicologia Comunitária. O método do CAT articula três momentos: o Conhecer, buscando o reconhecimento das problemáticas existentes; o Analisar, visando a reflexão crítica; e, por fim, o Transformar, que é o momento de pensar em executar ações, sendo uma delas, no caso deste trabalho, o Ciclo de Apoio Psicossocial. A Psicologia Comunitária compõe a metodologia de modo que os encontros foram planejados a partir das demandas destacadas pelos educadores, desenvolvendo uma ação que fizesse sentido para aquelas pessoas.

Foi elaborado um formulário google para o levantamento de demandas. Nele continha sete sugestões de cuidados em saúde, em que os educadores poderiam assinalar três delas. Além disso, havia uma pergunta em que poderiam ser relatadas outras possíveis demandas. Após as respostas, os dados obtidos foram: saúde mental dos professores; sobrecarga de trabalho e gestão do tempo; autocuidado e autoestima. Portanto, planejamos os encontros para que abordassem essas três temáticas, tendo um ponto crucial atravessando os temas, a escuta empática. O ciclo ocorreu pela plataforma google meet, com duração de cerca de 1h e 30 minutos durante quatro dias. Os três primeiros foram com os educadores do município de Barrocas, e o quarto com os de Araci.

Destacamos os seguintes resultados: a participação de 76 educadores de 14 escolas do município de Barrocas, e 12 educadores de uma escola do município de Araci. Foi

perceptível que a participação ativa dos membros do grupo contribuiu para o alcance do objetivo do projeto, bem como para a potencialidade do momento de escuta e acolhimento. Ouvi-los foi um pilar para compreender de forma vívida os sentimentos que os educadores estavam colocando naquele espaço. Obtivemos através do debate um melhor entendimento por parte dos membros do grupo acerca da importância da saúde mental, da significância do cuidado de si e da consciência sobre as próprias emoções. Observamos também algumas queixas frequentes: a sobrecarga de trabalho, a falta de tempo para cuidar de si e a ausência de profissionais de Psicologia no âmbito da política de Educação, o que acaba gerando o sentimento de desamparo.

Por fim, consideramos que a reflexão aqui proposta contribui para o campo da Psicologia Social Comunitária na medida em que oportuniza refletir sobre a atuação em saúde mental comunitária. A ação possibilitou à extensionista atuar frente à promoção em saúde mental de educadores que visam em sua prática profissional uma educação do campo contextualizada, atentando-se aos desafios e lutas diárias enfrentadas por essas pessoas. O olhar a essas vivências foi uma ferramenta para pensar em uma ação significativa a partir do contexto de vida desses sujeitos, atuando pelo compromisso ético e político da Psicologia, buscando ativamente uma transformação social. As limitações e desafios referem-se às condições logísticas (encontro remoto) e à curta duração dos encontros. Por isso, seguimos construindo formas participativas de cuidado.

DA GALOCHA AO SALTO: Expressões de feminilidade nos múltiplos papeis vivenciados por agricultoras rurais

Antonia Camila Sousa Silva (FACULDADE IEDUCARE), Aqueme Siqueira de Sousa (Unyleya), Edna Gomes dos Santos (FACULDADE IEDUCARE)

Ainda no período colonial a mulher já se dividia entre o trabalho domiciliar e da lavoura, mas tendo como principal atividade a responsabilidade sobre o lar. A modernização instituiu o feminino no mercado de trabalho possibilitando que a vida da mulher alcançasse posições antes inimagináveis, ganhando mais autonomia e liberdade (Costa, 2007; Passold, 2018). O feminino que paira sobre o ser mãe, esposa, ser mulher em termos de beleza, postura e estética, é agora também, ser, reconhecidamente, trabalhadora (Xavier, 2021). Nesse ínterim, põe-se em voga, no imaginário social, o exercício da feminilidade, e nesse ponto ramificam-se as formas de exercê-la, pois a vida da mulher contemporânea a coloca em diferentes papeis, ela agora não é só trabalho, mas também lazer e autocuidado, que perpassado pela estética e bem-estar, se relaciona com autoestima e saúde, assim, a feminilidade também envolve vaidade e cuidados com a aparência física (Loch; Torres; Costa, 2021). Compreende-se então que feminilidade se trata de um amplo conjunto de características que envolve maneiras de ser, de agir, pensar e se expressar dentro de um padrão considerado como características femininas (Butler, 2009; 1996). Porém, para além de considerar os impactos negativos dos padrões estéticos, se compreende que embelezamento e autocuidado têm potencial positivo na qualidade de vida das mulheres (Silva et al., 2020). Nesse sentido, essa análise dispôs-se a compreender como o objeto simbólico beleza corporal, a vaidade e/ou práticas de embelezamento produzem sentido e se inserem no cotidiano das mulheres da zona rural, investigando como as agricultoras rurais exercem o "ser mulher", além do ambiente doméstico, da maternidade. Partindo da seguinte questão "como agricultoras rurais vivem e expressam a feminilidade em seus variados papéis sociais?", foi realizada uma revisão bibliográfica da literatura vigente, a partir de abordagem qualitativa e com características exploratórias seguindo os padrões dispostos por Markoni e Lakatos (2011) quanto as exigências para análise e interpretação nos moldes de um trabalho científico. As buscas foram realizadas nas bases de dados SciELO e PePsic por meio dos descritores "feminilidade", "mulheres trabalhadoras", "beleza" e "zona rural". A análise disposta nesse estudo não tem foco na crítica das imposições sobre o feminino, mas no reconhecimento dos marcadores sociais de feminilidade enquanto construtores do significado de "ser mulher", que em algum momento também conferem significados positivos relacionados a autoestima, satisfação em si própria e promoção de saúde mental. O feminino, a feminilidade e os afins desta esfera ganham características e significados distintos segundo o contexto em que se encontram, e por isso mesmo a mulher rural também tem suas próprias maneiras de viver e expressar feminilidade (Moraes; Sieber; Funari, 2020). As mulheres do contexto rural têm a agricultura como fonte de trabalho e renda, de modo que lhes permite o papel de principal responsável pelos recursos econômicos do lar (Funari et al., 2020), e haja vista a quantidade de mulheres brasileiras que chefiam sozinhas as suas famílias, isto contribui com empoderamento e autonomia (Marques; Silva, 2018). A partir disso, o trabalho rural, que é tão pejorativamente masculinizado, proporciona adição e fortalecimento de aspectos positivos para o feminino (Kilomba, 2019). Nesse cenário, é comum que, na lavoura, as mulheres trabalhem totalmente cobertas com roupas de manga comprida, chapéus, galochas e luvas, que não somente as protegem dos possíveis acidentes, mas também resguardam a beleza de suas unhas, pele e

cabelos (Federici, 2017). Nos momentos fora do trabalho rural, ao assumir outros papeis, as performances também se reajustam. No ápice do papel de mulher, "despida" das funções maternas e laborais, no desfrute de lazer e com foco no autocuidado pelo embelezamento, o corpo feminino ganha cores de batom e esmalte, recebe adornos variados entre brincos, anéis, bolsas e sapatos, que mais que identificar gênero, podem representar nesse momento fatores de promoção e manutenção de autoestima e saúde mental (Livramento; Hor-Meyll; Pessôa, 2013). Assim, o uso dos aparatos de proteção na roça, frequentemente associado a adornos de embelezamento, demonstra não uma contradição, mas uma forma única de gerar significado na vida das mulheres no campo (Bento, 2006). Diz sobre uma feminilidade que apesar das pressões das normas sociais, não é passiva, mas ativa e criativa, conforme declara Federici, "o corpo das mulheres é igualmente um espaço de possibilidades" (Federici, 2017, p. 34). Logo, reconhecer os gestos cotidianos de cuidado de si, incluindo escolhas estéticas e práticas corporais, também representa formas de afirmação, dignidade e resistência.

Da morte de deus à invenção do humano: conversações entre o pensamento afropindorâmico e a filosofia da diferença

Bibiana Scherer (UFPEL), Édio Raniere da Silva (UFPEL), Lucas Lima Ribeiro Gularte (UFPEL), Kalléu Schmidt Mendes (UFPEL), Manoela Moreda Neves Vergara (UFPEL)

O trabalho busca enunciar relações entre a noção de humanidade e as políticas colonialistas. Aproxima-se do eixo temático 02 - História, epistemologias e formação em Psicologia Social – na medida em que questiona conceitos naturalizados, como Homem/Humano/Humanismo, os quais encontram-se profundamente agenciados com os genocídios/epistemicídios do século XVI (Grosfoguel, 2016), e, ainda, com as violências sociais e ambientais produzidas e perpetradas desde a invasão das terras dos povos afropindorâmicos pelos europeus, até a atualidade. Por em questão esses conceitos é, portanto, questionar o que eles querem em nós. Quais mundos nos possibilitam, ou não, criar, sonhar, pesquisar, estar, fazer, devir com. Defendemos que desumanizar é fugir das armadilhas que nos capturam e violentam. Aquelas que nos fazem acreditar em uma suposta racionalidade e superioridade autoproclamada do ser humano (Hallé, 2022) sobre todas as demais vidas existentes. A primeira delas, a ficção de uma humanidade universal esboçada ao final do Julgamento de Valladolid, em 1550, direcionou a política e ciência colonizadoras. Segundo o bispo Bartolomeu de Las Casas, todos teriam a capacidade de receber a doutrina evangélica, única religião verdadeira, desde que ela fosse ensinada, quantas vezes fossem necessárias, de forma delicada, doce e suave. Ou seja, a dominação, que antes acontecia de forma explícita e violenta, se interioriza e sutiliza. É por meio de constructos teológicos como o prévio raciocínio e o livre arbítrio que a colonização ganhará força e tomará proporções globais. A segunda armadilha, complemento da primeira, ego conquiro (Dussel, 2008), é o cogito ergo sum de Descartes. "(...) bom senso ou razão, é por natureza igual em todos os homens; (...) Pois não basta ter o espírito bom, mas o principal é aplicá-lo bem" (Descartes, 1996, p. 5). Aqui, a natureza humana se desloca da natureza política aristotélica, antes exercida na polis, direito de poucos, para ser identificada e prometida a todos, garantido, assim, o controle e poder, mascarados como neutro, científico, benéfico e verdadeiro, de quem a criou. A imagem transcendente do deus euro-cristão, portanto, passa de um fora absoluto e metafísico para um dentro que será tomado como evidência empírica pelas psicologias modernas. Ou seja, ao não se sustentar mais como centro do universo e/ou da criação divina, o homem branco europeu buscou produzir sentido a partir de um centro de si mesmo, um self, uma identidade, uma interioridade. A imagem externa do deus onipresente, a partir da qual o conhecimento revelado se mantinha, foi sendo aos poucos interiorizada pelo cogito, dando lugar à um conhecimento como descoberta que irá recompor a antiga dicotomia entre humano e não humano. Neste contexto, o homem, ao se enxergar como centro do mundo, imagem e semelhança do seu deus, sente-se no direito de dominar e subjugar toda a natureza. O pensador Antônio Bispo dos Santos não estava interessado em ser universal, muito menos humano: "Nós somos os diversais, os cosmológicos, os naturais, os orgânicos. (...) Todos somos cosmos, menos os humanos. Eu não sou humano, sou quilombola. Sou lavrador, pescador, sou um ente do cosmos" (Bispo dos Santos, 2023, p. 29). Para ele, os humanos, eurocristãos monoteístas, são cosmofóbicos, ou seja, por terem sido expulsos do paraíso ao cometerem o pecado original, vivem com memórias de terror, desconectados da natureza. São seus criadores, não criaturas. A cosmofobia é o que não os deixa perceber, por exemplo, que os bichos, as montanhas, as árvores e os rios são os nossos parentes (Kopenawa & Albert, 2015). A morte de deus, mapeada por Nietzsche, em 1882, no aforismo 125 de A Gaia Ciência, é a

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

crise - ainda em curso - do pensamento que colocava o homem branco europeu como exceção diante de todos. Sua morte é, também, a morte do Homem (Foucault, 1999) e de suas narrativas heroicas (Le Guin, 2021), ao mesmo tempo que criadora de possibilidades para as estórias simpoiéticas (Haraway, 2023), as bolsas de ficção (Le Guin, 2021) e fabricação de milhares de paraquedas coloridos para a inevitável queda da humanidade que pensamos ser (Krenak, 2019). O método de dramatização (Deleuze, 2018) foi utilizado ao longo do trabalho.

Bispo dos Santos, A. (2023). A terra dá, a terra quer.

Deleuze, G. (2018). Nietzsche e a filosofia.

Descartes, R. (1996). Discurso do Método.

Dussel, E. (2008). Meditaciones anti-cartesianas: sobre el origen del anti-discurso filosófico de la Modernidad.

Foucault, M. (1999). As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas.

Grosfoguel, R. (2016). A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI.

Hallé, F. (2022). A vida das árvores.

Haraway, D. (2023). Ficar com o problema: fazer parentes no Chthuluceno.

Kopenawa, D., Albert, B. (2015). A queda do céu: palavras de um xamã yanomami.

Krenak, A. (2019). Ideias para adiar o fim do mundo.

Le Guin, U. K. (2021). A teoria da bolsa da ficção.

Nietzsche, F. (2012). A gaia ciência.

Dar nome ao que fere: uma prática educativa sobre violências estruturais no cotidiano escolar.

Jeovana Leticia Sousa da Silva (UNIFAMAZ), Carla Benedita de Carvalho Almeida (UNIFAMAZ), Letícia Vitória Ramos de Lima (UNIFAMAZ)

O presente trabalho foi desenvolvido no âmbito da disciplina de Projeto Integrador IV, do curso de Psicologia da Faculdade Metropolitana da Amazônia (UNIFAMAZ), entre os meses de abril e maio de 2025, tendo como tema as violências estruturais no espaço escolar, entendidas como formas de opressão, discriminação e silenciamento dirigidas a grupos minoritários ou socialmente marginalizados, como pessoas com deficiência, pessoas negras, LGBTQIA+, mulheres e pessoas acima do peso. Nesse sentido, Acosta (2019) aponta que a escola, ao tentar controlar e moldar corpos que fogem aos padrões normativos, como gays, lésbicas, pessoas trans, negras e com deficiência, frequentemente assume um papel semelhante ao das instituições prisionais, ao buscar disciplinar e normatizar comportamentos por meio da negação e invisibilização dessas identidades. A partir do diagnóstico realizado com a psicóloga escolar, identificou-se como problema central a dificuldade em aceitar as diferenças de crianças com deficiência, observando-se, nesse contexto, a presença de comportamentos como piadas homofóbicas e racistas, exclusão de alunos com deficiência nas atividades lúdicas e práticas de cyberbullying dirigidas a meninas. Diante disso, o presente trabalho teve como objetivo promover uma ação de conscientização e ampliação do conhecimento acerca das violências estruturais vivenciadas na sociedade e, especificamente, no ambiente escolar, voltada para discentes do 6º ano de uma escola pública, visando contribuir para a prevenção e o enfrentamento da reprodução dessas violências no contexto educacional. Este estudo está inserido no Eixo 6, Direitos Humanos e infâncias, juventudes, velhices, por abordar diretamente as violações de direitos experienciadas por crianças no espaço escolar, a partir de marcadores sociais como deficiência, raça, gênero, sexualidade e corpo. Ao discutir como a escola pode reproduzir violências estruturais e silenciar identidades dissidentes, a intervenção proposta busca promover a consciência crítica e o respeito à diversidade, contribuindo para a efetivação dos direitos humanos desde a infância. Como destaca Spink (2003), "a construção da realidade social é atravessada por relações de poder que definem quem pode falar, quem é ouvido e quem é silenciado", o que evidencia a relevância de criar espaços de escuta e valorização da diversidade desde os primeiros anos de escolarização. A metodologia adotada foi de abordagem qualitativa, dividida em duas etapas principais. Na primeira, realizou-se uma visita diagnóstica à escola, na qual, por meio de entrevista com a psicóloga, foram identificadas as principais demandas, como a falta de integração entre os alunos, a reprodução de comportamentos discriminatórios e a ausência de ações eficazes para combater tais práticas. Com base nesse diagnóstico, elaborou-se um planejamento de intervenção composto por atividades reflexivas e lúdicas. Para isso, os integrantes da equipe foram divididos em dois subgrupos: o primeiro ficou responsável pela exposição das violências estruturais por meio de um painel com legislações correspondentes a cada tipo de opressão; o segundo conduziu uma dinâmica com os discentes. Na atividade, os estudantes deveriam identificar, a partir de cartas previamente selecionadas, qual charge, situação ou frase se relacionava a cada tipo de violência, incluindo manifestações de gordofobia, racismo, misoginia, LGBTfobia e capacitismo, e, em seguida, organizar essas frases em uma tabela classificatória. Ao final, cada grupo leu sua tabela e justificou a categorização das situações. O painel permaneceu exposto na sala de aula, e brindes foram

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

distribuídos ao término da dinâmica. Essa proposta metodológica fundamenta-se na perspectiva dialógica e crítica de Paulo Freire, para quem "ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção" (Freire, 1996). Logo, ao propor a identificação e discussão das violências estruturais presentes na escolar, busca-se fomentar a reflexão crítica dos alunos sobre suas práticas e discursos. Os resultados da intervenção revelaram que alguns alunos conseguiram associar corretamente as situações às formas de violência, enquanto outros demonstraram desconhecimento de certos conceitos, como o termo "cota". Houve ainda relatos significativos, como o de uma criança que defendeu a inclusão de uma colega autista nas brincadeiras, alertando sobre as piadas maldosas e o incômodo gerado pelo excesso de barulho. Outro aluno relatou que, mesmo sendo menino, realiza afazeres domésticos como lavar a louça, contestando estereótipos de gênero. Conclui-se que a intervenção proporcionou um espaço de conscientização e valorização das diferenças, reforçando a importância de ações que enfrentem as violências estruturais, especialmente no ambiente escolar, onde frequentemente se dá o primeiro contato com práticas discriminatórias. Diante disso, é essencial que a escola se configure não apenas como espaço de transmissão de saberes acadêmicos, mas também como espaço de formação cidadã, garantindo a todos o direito à dignidade, ao respeito e à educação inclusiva. Sob essa perspectiva, Silvia Lane (1984) aponta que a Psicologia Social deve assumir um compromisso ético com a transformação da realidade, compreendendo o sujeito a partir de sua inserção histórica e das relações sociais concretas, o que reforça a relevância de práticas educativas comprometidas com a inclusão e a justiça social no cotidiano escolar.

Dialética civilização/barbárie e a constituição da subjetividade no mundo administrado

Thamiles Liana Maia Ribeiro

A função da cultura e do processo de socialização humana é a de, para além de proteger os homens das ameaças da natureza, estabelecer regras de relacionamento entre eles. A formação do indivíduo, que se dá por meio do processo de individuação, só pode acontecer a partir da formação cultural, permitindo a cada sujeito que se diferencie do seu meio social. A subjetividade, então, surge do movimento de interiorização da cultura, permitindo ao sujeito evidenciar características internas e particulares que o permitem pensar o próprio processo cultural em que foi inserido. Pode-se dizer, assim, que os mecanismos psicológicos são moldados e relacionados às leis e normas sociais estabelecidas pela cultura. Considerando esses fatores, Berger e Luckmann (1966) elucidam que, no processo de socialização primária, no qual a criança é integrada ao mundo social objetivo, esta também absorve perspectivas próprias da classe social à qual faz parte, no contexto de uma sociedade e modo de produção fortemente marcado pela divisão social do trabalho. De modo similar, Theodor Adorno elabora o processo de reificação e enfraquecimento do indivíduo no contexto do mundo administrado, em que este converte-se apenas em uma função determinada e tem sua espontaneidade suprimida por uma forma de organização social que tem como princípios a burocratização da vida e uma lógica instrumental e tecnicista. Diante dessas reflexões, esta pesquisa teve como objetivo analisar a relação dialética entre o processo civilizatório e o de barbárie, compreendendo as formas de desumanização que se estruturam em um movimento normalmente compreendido como avanço cultural e sistematização da vida em sociedade. Buscou-se entender como as regulamentações, os procedimentos formais, a obrigatoriedade e a institucionalização de tudo não são procedimentos emancipatórios como podem parecer, mas passam a operar como mecanismos de dominação e conformismo, pseudoformando sujeitos endurecidos e reprodutores de características presentes em um modelo de sociedade que incentiva a competitividade e o individualismo. Esta pesquisa articulou diferentes autores que se baseiam no método materialista histórico-dialético, usando conceitos e elaborações teóricas que, embora apresentem diferentes perspectivas, podem compartilhar de alguns pontos de vista semelhantes no que se trata da formação do sujeito histórico e social e seu processo de subjetivação. Sem desconsiderar as distinções e particularidades dessas diferentes ênfases teóricas, foi realizado um empenho para articular autores como T. W. Adorno, Silvia Lane, Herbert Marcuse e José Leon Crochík. Além disso, foram considerados também os aportes teóricos de Peter Berger e Thomas Luckmann, ambos inseridos na corrente da sociologia do conhecimento, oferecendo elementos importantes para o entendimento do processo de interiorização da cultura, especialmente com os conceitos de socialização primária e secundária. Além das referências supracitadas, esta pesquisa também integrou contribuições da psicanálise, se valendo principalmente das formulações de Sigmund Freud sobre conceitos como cultura, repressão, mecanismos de defesa do Eu e a constituição do aparelho psíquico. Essa articulação com a psicanálise permitiu aprofundar a análise da relação dos mecanismos psíquicos inconscientes com a internalização da cultura e das normas sociais, evidenciando que esses processos atravessam não somente questões comportamentais, mas os desejos e angústias dos sujeitos. Do ponto de vista metodológico, a presente pesquisa se caracteriza como teórica e bibliográfica, fundamentando-se em análises críticas preexistentes e conceitos sólidos e consistentes nas áreas da psicologia, psicanálise e sociologia,

possibilitando maior conhecimento, compreensão e sistematização de estudos anteriormente elaborados. Este trabalho situa-se no eixo temático 1 "Psicologia Social e Educação", que tem como objetivo analisar e problematizar as tendências políticas, econômicas e socioculturais que interferem na formação dos sujeitos e nos seus processos de subjetivação, bem como evidenciar a produção da barbárie no modelo de sociedade imperialista que se impõe nos dias atuais, que obsta a produção de uma visão de mundo e de indivíduo baseadas em emancipação e autonomia. O presente estudo se alinha a esses propósitos na medida em que pretendeu investigar o processo de subjetivação humana em uma sociedade profundamente marcada pela estratificação social e do trabalho, além de ter enunciado a produção da barbárie no projeto civilizatório da sociedade moderna. Silvia Lane (1984) elucida que a condição histórica e social do homem precisa ser considerada para a compreensão de seu comportamento, que carrega, inevitavelmente, valores e princípios da ideologia dominante que permeiam as relações sociais como um todo, perpetuando o processo de alienação. À luz dessa abordagem, a investigação realizada também compreende a subjetividade enquanto um produto histórico e cultural, que, apesar de interno ao indivíduo, continua fortemente marcada e determinada pelo meio externo.

Palavras Chave: socialização; subjetividade; civilização; barbárie.

Do saber que cala à criação que liberta: representações sociais e criação em oficinas

Leonardo Santos de Jesus (UFRB), Leonardo Santos de Jesus (UFRB), Michele Marcelo Silva Bortolai (UFRB)

As experiências com os saberes científicos são atravessadas por memórias, afetos e percepções, construídas ao longo da trajetória educacional. Este trabalho, ancorado na Psicologia Social, propõe uma análise das representações sociais desses saberes por estudantes do ensino superior das áreas de Educação e Saúde, a partir da produção de cordéis — linguagem popular que expressa vivências e saberes. Ao observar emoções, pensamentos e comportamentos presentes nessas narrativas, buscamos refletir sobre os modos de construção do conhecimento e os atravessamentos que marcam os processos formativos. A proposta se insere no debate crítico sobre práticas tradicionais de ensino, reconhecendo o cordel como experiência formativa situada, com sua elaboração partindo de conhecimentos de senso comum. O trabalho adota a Teoria das Representações Sociais (TRS), formulada por Serge Moscovici e desenvolvida por Denise Jodelet, entendendo-a como um conhecimento socialmente compartilhado que orienta práticas, posicionamentos e significados atribuídos a objetos sociais. A TRS dialoga com os estudos de Erving Goffman, ao revelar como os indivíduos interpretam e redefinem contextos interacionais, estigmas e identidades sociais. Esta pesquisa trata-se de um estudo qualitativo e exploratório, com dimensões interpretativas desenvolvidas a posteriori, mediante análise de conteúdo. O levantamento de dados foi realizado por meio de registros em diário de bordo, realizados pelo pesquisador durante a execução da oficina de produção de cordéis, conduzidas com base na questão indutora “De que maneira, ao longo de suas atividades cotidianas, vocês reconhecem a presença da química, e como ela se revela nas mais diversas práticas e interações que experimentam?”. O intuito da atividade foi promover espaços de expressão criativa e reflexão crítica acerca da objetivação dos saberes científicos no cotidiano, permitindo que os participantes elaborassem narrativas em linguagem poética e visual. A análise de conteúdo revelou duas dimensões principais: a afetiva (envolvendo emoções, sentimentos e valores) e a cognitivo-comportamental (manifesta em conhecimentos, significados, atitudes, práticas e evidências de preconceitos ou estigmas internalizados. Essas dimensões revelaram uma visão hegemônica da química - caracterizada por um saber técnico-formal, descontextualizado e construído como superior, neutro e incontestável. Essa representação opera como norma social internalizada, moldando o que é percebido como correto, legítimo e valorizado, tanto nas práticas escolares quanto nas formas de se relacionar com o conhecimento. Essa normatividade, reforçada pela escola e sustentada por sistemas de conhecimento institucionalmente validados, impacta os modos de aprender, se expressar e pertencer. Na dimensão afetiva, emergiram sentimentos de exclusão, frustração e insegurança diante de um modelo que valoriza o saber teórico-abstrato como padrão. Muitos estudantes demonstraram medo de errar e dúvidas sobre estarem “fazendo certo”, mesmo em um ambiente não avaliativo. Era comum que buscassem a validação dos pesquisadores, considerados em posição de autoridade, revelando uma expectativa internalizada de “correção” e dificuldade de confiar em suas próprias formas de expressão. Essa insegurança se expressava em hesitações, interrupções nas falas, olhares aos colegas em busca de aprovação e perguntas constantes aos pesquisadores. Tais comportamentos indicam uma retração subjetiva mais profunda, com efeitos psicológicos concretos. Foram identificados sinais de baixa autoestima acadêmica, como expressões de autodepreciação, ansiedade diante da exposição e

desmotivação. A ideia de que há um "jeito certo" de pensar e se expressar sobre química desmobiliza afetiva e cognitivamente os sujeitos. No plano comportamental, foi possível observar um campo de tensões entre retraimento e resistência. De um lado, os participantes adotaram posturas de silêncio, autoexclusão ou autocensura diante da autoridade do saber científico-escolar. De outro, houve deslocamentos epistêmicos nos quais a ciência foi reinterpretada a partir da subjetividade, das memórias e da linguagem. O cordel desempenhou um papel central nesse processo, por permitir a emergência de outras narrativas e modos de significação, desestabilizando — ainda que pontualmente — a rigidez das formas escolares de legitimar o conhecimento. Esses movimentos expressam intersubjetividades historicamente constituídas, atravessadas por afetos partilhados, exclusões repetidas e formas de resistência que ultrapassam decisões individuais. Ao mesmo tempo, os discursos internalizados sobre o lugar da química na sociedade operam em nível transubjetivo, moldando o que pode ser dito, quem pode dizer e de onde. Assim, os saberes científicos se revelam não como conteúdos neutros, mas como marcadores de pertencimento e autoridade, sendo apropriados, recusados ou ressignificados conforme os modos de subjetivação produzidos nas tramas sociais em que os sujeitos estão inseridos. Conclui-se, portanto, que as representações da Química revelaram um saber marcado pelo sentimento de exclusão, que gera insegurança, baixa autoestima e retração subjetiva. No entanto, ao criarem cordéis, alguns estudantes conseguiram romper com essas barreiras e reinscrever-se no campo do saber. Isso mostra que práticas mais sensíveis e expressivas podem abrir caminhos de pertencimento e ressignificação do lugar da química na sociedade.

"É muito fácil falar não estando no seu lugar": Reflexões sobre racismo e adoecimento psíquico a partir de práticas extensionistas nas escolas públicas de Fortaleza

Yasmim Gomes Melo (UECE), Jamilly Muniz Evangelista (UECE), Alessandra Silva Xavier (UECE)

Este trabalho possui como objetivo discutir os efeitos do colonialismo e do racismo na constituição da subjetividade de pessoas negras, enfatizando o período da adolescência, em razão da notória invisibilização no que diz respeito ao adoecimento psíquico desta população e que é propagado pelas práticas convencionais dos profissionais da área da saúde. Deste modo, buscou-se evidenciar a importância da prática extensionista enquanto uma possível ferramenta para o enfrentamento do racismo e do sofrimento gerado por ele em diversos aspectos, bem como a construção de espaços grupais promotores de saúde mental em escolas públicas do Ensino Médio em Fortaleza/CE. Por conseguinte, faz-se necessário apresentar que o Núcleo Interdisciplinar de Intervenções e Pesquisas sobre a Saúde da Criança e do Adolescente (NUSCA) é vinculado ao curso de Psicologia da Universidade Estadual do Ceará, vem sendo coordenado pela professora Alessandra Silva Xavier e conta com a participação de diversos estudantes também do curso de psicologia e de serviço social, no qual, vem atuando desde 2017 em parceria com diversas escolas da capital cearense. Mediante o trabalho do projeto, observou-se que a questão da racialidade e suas diversas nuances se apresentaram em diversos episódios relacionados à violência urbana, ambiental e outros. À vista disso, essa pesquisa foi fundamentada na corrente filosófica do materialismo histórico dialético desenvolvido por Karl Marx e Friedrich Engels (1845), tornando-se possível depreender que a história da humanidade consegue ser interpretada a partir da dialética, utilizando-se desse conceito a fim de compreender os processos sociais constantes da história e evidenciar a notória disputa entre as classes, no qual, torna-se válido ressaltar que embora esse sistema tenha passado por mudanças, é perceptível que sua estrutura predatória perdura. Diante do exposto, Moura (1983) argumenta que o modelo de capitalismo dependente, que sucedeu ao escravismo colonial no Brasil, trata a questão racial de forma descolada de suas origens históricas, evitando um enfrentamento direto com o legado escravista do país. Para o autor, esse sistema não apenas reconfigura símbolos herdados da escravidão em desfavor da população negra, mas também contribui para o apagamento de sua memória histórica e étnica, promovendo uma representação do sujeito negro como desvinculado de sua trajetória coletiva. Assim, situar historicamente a população negra é fundamental para reconhecê-la como agente social ativo desde o início da escravidão no Brasil. À face do exposto, é imprescindível recordar que o Brasil foi o último país do Ocidente a abolir a escravidão e que, em consequência disso, a população negra é cotidianamente afetada em seus diversos âmbitos, desde a gritante precarização da vida até o assassinato de integrantes desta minoria política. Neste sentido, é sabido que o racismo e a psicopatologia se interligam em campo de estudo para a compreensão das formas como o racismo estrutural impacta a saúde mental de populações racializadas (Damasceno e Zanello, 2018). A colonização resultou em uma obrigatória adesão da cultura de povos brancos, na religião, nas vestes e nos idiomas. Além dessas imposições sobre essa comunidade, houve a exclusão desses indivíduos enquanto sujeitos em sociedade, pois a teoria que por muito tempo se mostrou forte dentro de diversos círculos teóricos colocava a população africana, que foi escravizada, como seres inferiores à população branca e europeia (Silvério, 2021). Essa estrutura social impõe um modo de ser no mundo que desumaniza a população negra, negando-lhes a plena

existência e, consequentemente, impactando a sua saúde mental (ibidem). No contexto da psicopatologia, esse processo pode ser observado na forma como essa população vivencia estados de vulnerabilidade psíquica, muitas vezes diagnosticados sem uma consideração adequada das dinâmicas raciais subjacentes. Consequentemente, transtornos como depressão e esquizofrenia são frequentemente analisados sem que se leve em conta a violência racial cotidiana vivida por essas populações, resultando em diagnósticos reducionistas e intervenções ineficazes (Damasceno e Zanello, 2018). Diante desse cenário, uma abordagem antirracista na psicopatologia não apenas favorece diagnósticos mais precisos e intervenções mais eficazes, mas também contribui para a construção de um espaço terapêutico que seja acolhedor para todos, no qual sua cultura e história sejam valorizadas, além do reconhecimento do direito dessa população a uma saúde mental que não seja limitada por paradigmas eurocêntricos (Damasceno e Zanello, 2018). Por essa razão, pode afirmar-se que a luta por uma psicologia justa deve caminhar junto com as demandas por equidade racial, uma vez que a subjetividade humana é indissociável do contexto social no qual está inserida. Logo, é necessário que profissionais da saúde mental sejam capacitados para atuar com uma perspectiva interseccional, considerando as dimensões raciais, sociais e culturais que atravessam a experiência do sofrimento psíquico. Para tal, as práticas de extensão universitárias foram utilizadas enquanto importantes ferramentas para se pensar em estratégias de enfrentamento do racismo, assim, o NUSCA, vem articulando ensino, pesquisa e ação comunitária, bem como desenvolvendo atividades educativas em organizações públicas sobre saúde, direitos humanos, direitos da juventude e bem-estar. Para a realização destas práticas são utilizados diversos métodos, entre as metodologias empregadas destaca-se a utilização de tecnologias leves, como a realização de rodas de conversa, esses momentos coletivos possibilitam a articulação de debates profundos e compartilhamento de experiências. Em uma dessas rodas, foi trabalhada a temática da identidade racial, do racismo estrutural e das formas de identificação entre os participantes, o que resultou em uma participação ativa de todos os membros, com relatos marcantes de vivências pessoais. A discussão revelou como o preconceito racial se manifesta de maneiras diversas, desde pequenas mudanças de comportamento, como atravessar a rua ao ver uma pessoa negra, até situações de violência física explícita. Além disso, emergiu nas falas dos participantes uma certa hesitação em verbalizar a própria identidade racial, o que evidencia o impacto do racismo na subjetividade, dificultando inclusive o reconhecimento e a afirmação da negritude. Nesse contexto, a atuação do projeto representa uma prática promotora de resistência às desigualdades históricas e uma resposta às demandas de cuidado em saúde mental da população negra, contribuindo para a construção de uma atuação antirracista, popular e comprometida com os direitos humanos.

"E não posso ser eu uma mulher?": performances de gênero e interseccionalidades em Elas, Madalenas

Ágnes Souza Montanari (UFMG)

O catálogo "Elas, Madalenas" é uma produção impressa de 20 fotos que fez parte da mostra cultural de mesmo nome, que foi idealizada pelo fotógrafo Lucas Ávila e entrou em cartaz no ano de 2014, no Memorial Minas Gerais Vale de Belo Horizonte. O artista, na contramão daquilo que se espera da representação de corpos marginalizados, não quis retratar aquelas que "não transitam, mas transgridem gênero, então são travestis, transsexuais, drag queens, andrógenos, transformistas [...] todas aquelas pessoas que transgridem o gênero de origem" (ÁVILA, 2014) a partir do lugar comum do imaginário social de tráfico de drogas, prostituição e esquina.

A pesquisa documental do catálogo, que é a fonte primária, iniciou-se com a aproximação com a temática de gênero e sexualidade, que me colocou em contato com o Acervo LGBT+ Cintura Fina da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Dentre a gama de documentos do acervo selecionei o catálogo pela potência que reconheci em suas delicadas fotografias, nas legendas que acompanham algumas delas e na história por trás de sua construção.

O tratamento dos dados e a análise documental foram realizados a partir da interseccionalidade e do transfeminismo, aqui utilizados como ferramentas teóricas-analíticas para interpretar as negociações cotidianas que fazemos com as normas de gênero no convívio social de uma cultura que demanda a binariedade e promove a homogeneização dos corpos. Para isso, selecionei 5 imagens que suscitam elementos interessantes de serem trabalhados no que desrespeita a: performance de gênero; representação audiovisual de pessoas trans; transfobia, racismo e necropolítica; condições de envelhecimento da população T; e vulnerabilidade socioeconômica do grupo.

Letícia Nascimento, no livro Transfeminismo (2021), adapta a célebre frase de Sojourner Truth para "E não posso ser eu uma mulher?" (p. 15), indicando uma linearidade no que desrespeita à problematização de um ideal universal de mulher, mas também trazendo uma leitura acerca das opressões cissexistas destinadas especificamente a mulheres trans e travestis. Logo, o verbo "posso" entra como uma inquisição da possibilidade de sequer ter o direito de ser uma mulher. O transfeminismo, ao desvelar as estruturas de poder que sustentam o cissexismo, indica que o conceito de cisgeneridade opera como uma "máquina de guerra discursiva", expondo como corpos generificados se apropriam do direito de subalternizar outros corpos generificados, de modo que rejeitar as ideias essencialistas sobre sexo e gênero implica em termos como imperativo carnavalizar as fronteiras entre o biológico e o cultural, reconhecendo o gênero como performance e processo (NASCIMENTO, 2021).

Cabe perguntar, então, o que a Psicologia tem a ver com isso? A imposição de um único modo de existência - cisgênera - tem causado sofrimento e mantido pessoas trans desumanizadas, alienando sua consciência e bloqueando o desenvolvimento de sua identidade histórica (MARTÍN-BARÓ, 1996). Logo, tanto a teoria quanto a práxis da Psicologia precisam se pautar no questionamento de "a serviço de quem estamos?", sendo que o objetivo deve ser construir, juntamente com as maiorias populares, espaços de autodefinição e reexistência (COLLINS, 2019; MARTIN-BARÓ, 1997; SOUZA, 2011).

Por meio da articulação do transfeminismo e da interseccionalidade é possível vislumbrar como as performances de gênero fotografadas operam como

negociações entre os códigos dominantes e práticas contra-hegemônicas. A produção de autodefinição daí emerge como uma estratégia central para desafiar as imagens controladoras, conforme apontado por Collins (1997), permitindo que pessoas trans se posicionem como protagonistas de suas histórias e discursos.

Por esta razão, o eixo temático "13. Insurgências ético-estético-políticas: artes, tecnologias e subjetivação" conversa com esta proposta de articular o papel ético-político da Psicologia frente aos processos de subjetivação de pessoas dissidentes de gênero. Isso pode e deve ser elaborado cientificamente a partir da arte e da estética, que revela aspectos da nossa construção psicossocial de forma ímpar, algo que a psicanálise já vem trabalhando e sendo ferramenta de análise há muito tempo, mas que ainda tem escapado do foco de produções da Psicologia Social.

Apesar dos limites subversivos da arte, não há como negar que as pessoas retratadas nas fotografias fazem uma subversão política que busca romper com o script e com o status quo que a ordem policial designa, em que as atribuições impostas não contemplam sua complexidade e o transbordamento dos limites de gênero que vivenciam e expressam em seus corpos-performance, no construir, desconstruir e reconstruir de identidades e auto imagens (RANCIÈRE, 2009). A partir da arte, então, encontrou-se caminhos para discutir a imagem universal de mulher que atrela genital, sexo biológico e gênero através da complexidades das interseccionalidades.

Finalmente, o quefazer da psicologia deve estar orientado para a compreensão de que o sofrimento mental pode ser intensificado e/ou causado pelas privações de direitos e violências estruturais a que certos sujeitos são constantemente submetidos. O acolhimento psicossocial, portanto, precisa estar imbricado com a responsabilidade política e com a validação da repercussão dos marcadores sociais na experiência de pessoas trans.

Educação que cuida: Atuação psicossocial do NTE-26 nas escolas estaduais de Salvador e região metropolitana

Tâmara Rodrigues Pedro Bomfim (Secretaria de Educação do Estado da Bahia), Analy de Andrade Bispo Sousa (Secretaria de Educação do Estado da Bahia), Aline Silva de Jesus (Secretaria de Educação do Estado da Bahia), Juscimara Carvalho Pereira (Secretaria de Educação do Estado da Bahia)

Este trabalho têm por objetivo descrever as estratégias da equipe psicossocial do núcleo territorial de educação 26 que compõe o projeto Educação que Cuida para o fortalecimento da comunidade escolar do Estado da Bahia frente às estratégias do fazer da psicologia e serviço social. O trabalho compreende o Projeto Educação que Cuida, lotado nos Núcleos Territoriais de Educação (NTE-26), que se organizam nos 27 territórios de identidade do estado da Bahia.

A atuação contempla uma equipe multiprofissional composta por profissionais da psicologia e serviço social no campo da pedagogia. As práticas psicossociais realizadas por esta equipe se dá no território 26, que compreende a cidade de Salvador e Região Metropolitana, perfazendo um total de 252 unidades escolares estaduais.

Orientado pela Lei 13.935/19, que se refere à presença dos serviços de psicologia e assistência social nas escolas públicas. Essa normativa é fruto de grandes provocações da categoria de psicologia escolar brasileira e serviço social, por entender que no chão da escola pública, solicita-se a presença dessas ciências para uma melhor interação na comunidade escolar. Vale destacar as normativas 10.639/2003 e 11.645/2008 e outros marcos legais basilares.

Neste cenário, o projeto educação que cuida, nasce no Estado da Bahia, na contratação inicial de 104 psicólogos e assistentes sociais, que visam através de construções que se solidificam no coletivo, fomentar políticas públicas no cenário educacional baiano que buscam o fortalecimento de vínculos, estimular a subjetividade dos estudantes, promover espaços de escuta e ações que envolvem toda comunidade escolar.

O projeto Educação que Cuida tem por objetivo, fortalecer o processo de ensino e aprendizagem nas escolas estaduais, prevenir evasão escolar e violações de direitos. Essas práticas vão de encontro às situações de destruição da vida, buscam ser pontes de alianças entre os povos, que no caso, são todo o corpo escolar por meio da participação social que resiste às várias violações e lutam pela promoção de direitos humanos por meio da igualdade, respeito e dignidade.

O Projeto se compromete também a transposição do discurso de uma psicologia única, considerando assim novos conceitos e teorias para articulação da prática profissional conforme a realidade presente nos territórios e suas juventudes. Discussões críticas do campo da Psicologia escolar e educacional, Psicologia Social, Relações Étnico-raciais, entre outras temáticas, nos orientam a pensar o fazer diante esta perspectiva, Patto (2015), Moysés (2001), Fanon (2008), Gomes (2008), hooks (2013), Bock (2010), Nogueira (2021), Bispo (2023) entre outros. Neste diálogo, entendendo a psicologia enquanto um campo não neutro e imparcial, o trabalho realizado em conjunto entre psicólogas, assistentes sociais e educadores possibilita a interface de saberes que muitas vezes são compreendidos separadamente por serviços e pesquisas com populações escassas destes conhecimentos. Tal rachadura transforma questões complexas em recortes rasos e determinantes, alimentando o ideal que paira sobre a conjuntura social que não reflete a real potencialidade dos sujeitos.

Dessa forma, o Educação que Cuida se configura como uma prática insurgente no campo educacional, apostando na potência da coletividade, na escuta qualificada e na mobilização política como caminhos para a promoção de uma educação emancipadora. Ao articular os campos da Psicologia Social, Psicologia Escolar e Educacional e das Relações Étnico-raciais, este trabalho convida à reflexão crítica sobre os modos de fazer psicologia nos territórios, convocando profissionais e instituições a se comprometerem com práticas efetivamente transformadoras.

Entre a convivência e o medo: um estudo sobre sentimento de comunidade e (in)segurança pública

Deizy Silva de Souza Calado (UEFS), José Fernando Andrade Costa (UEFS)

O presente relato apresenta resultados de um levantamento sobre sentimento de comunidade e de (in)segurança pública em um bairro de Feira de Santana, Bahia. Em 2024, Feira de Santana foi o sexto município mais violento do país, com 74,5 mortes violentas por 100 mil habitantes, segundo o Anuário de Segurança Pública. A violência incide muito desproporcionalmente sobre corpos negros e a Polícia Militar da Bahia é a que mais mata jovens negros.

Nesse contexto, o Programa de Extensão "Ciclos de Ação Comunitária", vinculado à Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), atua em diferentes territórios buscando promover o fortalecimento psicossocial através de intervenções participativas. Elegeu-se o Conjunto Habitacional "Feira VI", situado na periferia do município e próximo ao campus universitário, como locus de atuação. O objetivo foi compreender as dificuldades dos moradores em relação à (in)segurança no bairro, visando o fortalecimento psicossocial e cidadania por meio de ações coletivas.

Foram realizadas atividades locais entre 2023 e 2025 como foco a compreensão e o enfrentamento dos desafios relacionados à segurança pública no bairro, com especial atenção ao fortalecimento comunitário e à promoção da cidadania ativa.

Em 2024, as moradoras (maioria mulheres estudantes) relataram sentimento de insegurança, descrevendo medo de assaltos, principalmente no trajeto casa-universidade. Tais relatos motivaram a criação do plano de trabalho "A Vida no Bairro: Problematizando Formas de Convivência e o Sentimento de (In)Segurança no Conjunto Feira VI".

Este trabalho vincula-se ao eixo "Assistência Social, vulnerabilidades, violências e promoção de direitos humanos" na medida em que aborda a vulnerabilidade social ao discutir as condições de insegurança vivenciadas no Conjunto Feira VI; problematiza a violência enquanto uma questão social e não como um problema individual; busca contribuir para a redução das violências, a partir de espaços de organização coletiva, visando o fortalecimento das redes de apoio da comunidade.

O principal referencial teórico é a obra da psicóloga venezuelana Maritza Montero, para quem a comunidade é espaço de construção de vínculos sociais, afetos e potencialidade política. Consideramos a percepção de insegurança no bairro não apenas como um problema de administração pública, mas como um fenômeno psicossocial complexo que gera prejuízos à vida em coletividade. Também problematizamos a lógica da produção de (in)segurança, tendo em vista a seletividade da violência e a interseccionalidade de sua incidência sobre determinados corpos.

A metodologia adotada segue os princípios dos Ciclos de Ação Comunitária, organizando-se em oito encontros que combinaram rodas de conversa, escuta ativa e, ao final, ações práticas. O processo iniciou com um diagnóstico participativo através de formulário online, que identificou a segurança como demanda prioritária. Os encontros subsequentes abordaram temas como infraestrutura, limpeza e lazer em relação ao sentimento de insegurança. Cada encontro foi planejado com base em estudos prévios e entrevistas com moradores, garantindo que as discussões refletissem as necessidades reais da comunidade.

Para subsidiar a discussão nos encontros foi realizado um levantamento sobre sentimento de comunidade, sentimento de segurança e mapa afetivo em relação ao

bairro. Foi utilizada uma versão adaptada do Índice de Sentimento de Comunidade (SCI-II) desenvolvido por McMillan e Chavis. Participaram do levantamento 148 respondentes, sendo: 88 participantes com identidade de gênero feminino (59,5%), 57 masculino (38,5%) e três pessoas não binárias (2%). Quanto ao perfil racial, a maioria respondente autodeclara-se como parda (n= 64, 43,2%) e preta (n=47, 31,8%). O perfil etário foi majoritariamente jovem, entre 18 e 30 anos (n= 95, 63,4%), mas com importante participação de moradores antigos, com idade superior a 51 anos (n=38, 25,6%). 59 participantes (39,9%) residem no bairro há mais de 10 anos.

O sentimento de satisfação com o bairro relatado foi de 3,55 em uma escala de 1 a 5. Quanto ao sentimento de segurança, 80 pessoas (54%) responderam que se sentem inseguras ou muito inseguras no bairro. Quando se faz o recorte de raça e gênero, a maioria das pessoas que têm esse sentimento são mulheres e pessoas negras. O mapa afetivo permitiu apontar os locais do bairro que são considerados mais apreciados e menos apreciados.

Por fim, existe uma necessidade de ação comunitária para atuar visando reduzir esse sentimento e produzir maior segurança e qualidade na convivência no bairro. Ao consultar os respondentes sobre o que poderia ser feito para melhorar a situação, a resposta imediata foi “mais policiamento” (n=74, 50%). Porém, 66 respondentes (55%) consideram necessárias outras medidas, para além da resposta policial. A partir disso, retomamos a proposta dos encontros do Ciclo de Ação e passamos a mapear estratégias comunitárias de segurança, como reforçar a auto-organização coletiva de mulheres e ampliar a relação entre Universidade e bairro. Concluímos problematizando o impacto do discurso da insegurança generalizada e da produção do inimigo interno como estratégias políticas presentes no cenário nacional.

Entre afetos e resistências: cinco anos de PIPA – Práticas Interseccionais e Participativas.

Gabriela de Moro Ferreira (UEMG), Letícia Cardoso Barreto (UEMG), Luísa Alvim Reis Almeida (UEMG), Valentina Salvestrini Napoli (UEMG)

O presente trabalho se trata de uma retrospectiva do grupo de pesquisa e extensão, PIPA – Práticas Interseccionais e Participativas, vinculado à Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG – Campus Divinópolis) e registrado no diretório de grupos de pesquisa do CNPq. O PIPA surgiu em 2020, no contexto pandêmico, constitui-se como um espaço de produção coletiva de conhecimento, formação política e atuação crítica no campo da Psicologia. Inspirado pelos fundamentos da Psicologia Social Crítica e por epistemologias feministas e interseccionais, o grupo propõe uma práxis comprometida com a transformação social a partir da escuta, da horizontalidade e do diálogo com os saberes produzidos nas margens. O grupo, busca compreender e enfrentar os efeitos das desigualdades estruturais que atravessam corpos, territórios e subjetividades.

Este trabalho tem como objetivo apresentar uma memória crítica e afetiva dos cinco anos de atuação do PIPA, destacando seus compromissos ético-políticos e os efeitos nas trajetórias pessoais, acadêmicas e coletivas de suas integrantes. Inscreve-se no eixo temático "Gênero, Sexualidades e Intersecções" por evidenciar como a articulação entre essas dimensões, a partir de uma prática política feminista, tensiona as formas hegemônicas de produção de subjetividade e de conhecimento no campo da Psicologia.

A atuação do grupo é sustentada teoricamente por autoras que formulam epistemologias a partir das margens e das dissidências como a interseccionalidade (Akotirene, 2019), que é central na compreensão de como os marcadores sociais (gênero, raça, sexualidade, classe, deficiência) operam de forma entrelaçada na produção de opressões e resistências. A crítica à colonialidade do saber e à matriz moderna-colonial de gênero, conforme elaborada por María Lugones (2008), orienta práticas que desafiam os limites do pensamento eurocentrado, masculino e branco. Outros aportes teóricos fundamentais incluem bell hooks (1995), Lélia Gonzalez (2020), Oyèrónké Oyěwùmí (2017), Donna Haraway (1995), Paulo Freire (2005), entre outros.

As estratégias metodológicas do grupo baseiam-se na investigação-ação participativa (Fals Borda, 1987; Montero, 2009), com encontros regulares que incluem rodas de conversa, estudos coletivos e planejamentos de ações. Essas atividades valorizam o saber situado, a escuta e a horizontalidade como fundamentos de uma práxis ética e transformadora. Para construção da memória apresentada neste trabalho, foram mobilizados registros escritos, postagens em redes sociais, documentos internos e relatos orais das integrantes. Atualmente, o grupo PIPA desenvolve duas pesquisas voltadas à temática do prazer e da sexualidade: "Tecnologias e Prazer Sexual: uma etnografia do mercado erótico em Belo Horizonte" e "É preciso fazer a revolução do clitóris: um olhar feminista para brinquedos eróticos e prazer feminino". Ambas utilizam o método etnográfico como estratégia para compreender como se constituem os circuitos de compra e venda de produtos eróticos, os efeitos do uso de vibradores e masturbadores na relação de mulheres e pessoas com vulva com o próprio prazer e os desdobramentos disso em suas percepções sobre sexualidade e em suas dinâmicas afetivo-sexuais. Além disso, o grupo tem se debruçado a investigar como as construções de gênero, sexualidade e prazer atravessam as experiências de mulheres e pessoas com vulva, articulando essas discussões à análise dos discursos e

dispositivos que regulam os corpos e os prazeres, a partir das contribuições teóricas de Foucault (2007), Dorlin(2021), Rubin(2017), Giddens(1993) e Butler(1993) que se aprofundam em atravessamentos interseccionais que marcam as vivências do prazer, reforçando o papel das historicidades entre as relações de poder.

As ações de extensão do PIPA constituem-se como práticas político-pedagógicas voltadas à construção coletiva do saber, fortalecendo os vínculos entre universidade e comunidade. Inspiradas na pedagogia freiriana (Freire, 2005), essas atividades promovem espaços de escuta, afeto e diálogo horizontal, abordando temas como sexualidade, trabalho sexual, deficiência, maternidade e saúde mental. Entre as experiências marcantes, destaca-se a roda de conversa com profissionais do sexo, que reuniu público diverso e suscitou debates sobre estigma, desejo e direitos. Ao articular saberes acadêmicos e populares, o grupo afirma a extensão como território de transformação, alinhando-se à proposta de "ecologia de saberes" (Santos, 2019) e ao compromisso com uma Psicologia engajada e situada.

Os resultados evidenciam que o PIPA se consolidou como espaço de formação política e coletiva, ampliando o entendimento sobre as formas pelas quais as opressões de gênero, sexualidade, raça, deficiência e classe se manifestam nas vivências cotidianas e nas estruturas institucionais. A experiência do grupo mostra a importância de uma psicologia engajada com saberes situados, insurgentes e afetivos, reafirmando o feminismo como prática cotidiana e epistemológica.

Ao completar cinco anos, o PIPA reafirma sua potência como experiência viva de psicologia feminista decolonial, comprometida com a produção de uma ciência crítica, dialógica e transformadora, atenta às múltiplas formas de existência e resistência. O grupo se inscreve como proposta concreta de articulação entre pesquisa, militância e extensão, contribuindo para a construção de um fazer psicológico que valorize a pluralidade dos saberes, das subjetividades e das formas de vida.

Entre capturas e invenções de si: fragmentos de uma autossociobiografia estudante-trabalhadora

Manoela Moreda Neves Vergara (UFPEL), Édio Raniere da Silva (UFPEL), Lucas Lima Ribeiro Gularte (UFPEL), Bibiana Scherer (UFPEL), Kalléu Schmidt Mendes (UFPEL)

A pesquisa emerge do desejo de problematizar os modos como os corpos são capturados por lógicas produtivistas e normalizantes disciplinadoras. Não se busca uma resposta única ou conclusiva, pois, através do percurso investigativo, se constrói uma bricolagem: uma forma de costurar afetos, experimentações sensíveis, teorizações e a vida da pesquisadora no campo das relações de trabalho, da universidade e dos atravessamentos da vida cotidiana. Dessa forma, trata-se de uma escrita que se pretende chegar ao corpo, respirando e hesitando, escapando às formas acadêmicas convencionais, justamente na tentativa de sustentar a insurgência de um corpo que se recusa a ser apenas uma força produtiva.

Ademais, o objetivo principal da pesquisa, é investigar de um ponto de vista ético-estético-político, como se criam resistências micropolíticas de corpos marcados pelo trabalho. De que maneira estes corpos escapam, desviam, colapsam e reinventam os modos de ser no interior de um sistema que os subjetiva pela produtividade, pelo desempenho e pelo controle? A fim de emergir uma cena, este trabalho busca um campo de experimentação, de produção de afetos, imagens e pensamentos.

De tal maneira, o eixo temático “Insurgências ético-estético-políticas: artes, tecnologias e subjetivação” tem relação com o trabalho posto, pois considera-se que toda produção de subjetividade é também uma produção estética, política e existencial. A partir disso, a escrita poética presente neste trabalho, busca evocar silêncios e excessos que se tornam estratégias estéticas de resistência e invenção de si e de mundos, pois a arte utilizada para tais expressões, se dá como forma de problematizar, pesquisar e inventar outras maneiras de viver.

Do que tange a orientação teórica, a pesquisa busca inspiração em autoras e autores como Félix Guattari, Gilles Deleuze, Baruch Espinosa, Suely Rolnik, Annie Ernaux e outros tantos que nos ajudam a pensar relações entre arte e psicologia social. Do mesmo modo, queremos destacar a importância de um agenciamento, em específico, entre o teatro e a psicologia social presente na composição dessa narrativa.

Em relação ao método, a pesquisa se dá como uma bricolagem (Raniere, 2014). Fazer bricolagem, ser “bricoleur”, se dá através do acolhimento de fragmentos, ruídos, contradições e afetos como legítimos materiais de investigação, assim compondo uma narrativa que não busca representar ou solucionar, mas sim criar um dispositivo de sentido através de memória. Sendo que para a narrativa da memória que aqui se busca expressar estaremos utilizando a noção de autossociobiografia de Annie Ernaux.

Por conseguinte, a pesquisa evidencia que o corpo-trabalhador pode resistir e inventar outros modos de re-existência, apesar das tentativas de captura pelo sistema neoliberal. Tornando-se, portanto, um corpo vivo, múltiplo e contraditório, mas acima de tudo, crítico.

Por fim, conclui-se que o corpo-trabalhador, como território de insurgência, implica deslocar o olhar da produtividade para a sensibilidade, como também, da normatividade para a criação e para uma poética viva. Estes movimentos são políticos e se desdobram em chacoalhar os modos hegemônicos de subjetivação, apostando em uma Psicologia que se deixa afetar e que se põe em risco, além de se reconhecer, nos pequenos gestos, a força de uma outra ética: a ética da invenção, da presença e do comum.

Entre o Controle e o Cuidado: Práticas Punitivistas, Necropolítica e a Escuta de Adolescentes em Conflito com a Lei

Jaíne Pinzetta Sordi (FSG), Manueli Tomasi (FSG)

A partir do atentado escolar envolvendo três adolescentes, ocorrido em abril deste ano, na cidade de Caxias do Sul (RS), este trabalho propõe reflexões sobre as interfaces entre violência escolar, medidas socioeducativas e a escuta de adolescentes em conflito com a lei. Contrapondo a lógica punitivista e disciplinar, a pesquisa analisa a ambiguidade das medidas socioeducativas e os dispositivos de controle e exclusão na sociedade, abordando o papel da instituição escolar e a atuação da necropolítica (Mbembe, 2017) na exclusão de jovens pertencentes aos grupos mais marginalizados da população. Partindo de marcadores sociais de raça e classe, discute-se a negligência sistemática dos direitos desses jovens, articulando o fenômeno da "dupla exclusão" (Aguiar, Freitas & Ramos, 2020) à necropolítica e as práticas punitivistas mascaradas de socioeducação. Com base nas análises de Achille Mbembe e Michel Foucault (1975/2014; 1978/2021), sobre biopolítica, poder disciplinar e a docilização dos corpos, examina-se como a exclusão da subjetividade atua em um Estado que exerce controle, sobretudo sobre os corpos negros. Por fim, propõe-se a escuta como dispositivo clínico-político que contribui para a responsabilização e prevenção da reincidência (Capanema & Vorcaro, 2012), rompendo com a lógica crime-punição que distancia as medidas socioeducativas de seus princípios de educação e proteção. Investiga-se, a partir de Foucault, as práticas disciplinadoras presentes nas medidas socioeducativas aplicadas à juventude considerada "perigosa", majoritariamente oriunda dos segmentos mais vulnerabilizados da sociedade. Busca-se articular esse debate ao conceito de necropolítica, evidenciando a atuação do Estado na exclusão desses jovens, e analisar a escuta como política pública que reconhece a singularidade e propõe alternativas de responsabilização e cuidado. O trabalho se insere no eixo "Debates intergeracionais: infâncias, juventudes, velhices", ao abordar adolescentes em conflito com a lei a partir de uma lógica punitivista, da violação de direitos e da aniquilação de singularidades. O debate sobre o sistema socioeducativo torna-se essencial para romper estigmas e implementar políticas públicas que valorizem o bem-estar e a escuta desta juventude. São jovens atravessados por exclusões históricas e discursos violentos, oriundos de uma sociedade que negligencia seus direitos e sonega seus deveres de cuidado e proteção, atuando segundo lógicas necropolíticas, contrapondo os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990). O estudo fundamenta-se nas contribuições de Michel Foucault, especialmente nas obras Vigiar e Punir: O Nascimento da Prisão (Foucault, 1975/2014) e Microfísica do Poder (Foucault, 1978/2021), a partir das noções de biopoder, dispositivos disciplinares e docilização dos corpos. Dialoga-se com o conceito de necropolítica (Mbembe, 2017), que permite pensar a gestão seletiva da juventude "perigosa" e do controle exercido pelo Estado, sobretudo sobre corpos negros e periféricos. Partindo do atentado em Caxias do Sul e das concepções de Foucault sobre a escola como dispositivo de poder, articula-se a pesquisa de Silva (2017), que investiga as causas da violência escolar, e a de Brasil et al. (2016), que evidencia a escola espaço de exclusão e exposição a vulnerabilidades vivenciado por muitos adolescentes em conflito com a lei, bem como demais autores para fomentar as reflexões propostas. Para discorrer a análise, utilizou-se especialmente as ideias dos estudos de Peixoto (2021), Aguiar, Freitas e Ramos (2020) e Capanema & Vorcaro (2012), que discutem as medidas socioeducativas, a dupla exclusão, e o papel da escuta como ferramenta de subjetivação. Adotou-se uma

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

abordagem qualitativa, de caráter exploratório e interpretativo, com levantamento bibliográfico, legislativo e documental. Foram analisadas obras teóricas, dados oficiais, legislações vigentes e pesquisas institucionais, com vistas à construção de reflexões críticas sobre as práticas socioeducativas, a lógica punitiva, a atuação da necropolítica e a importância da escuta. As análises evidenciam aspectos centrais da trajetória de grande parte dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, marcada por experiências de violência escolar e segregação social. Ao articular as contribuições de Foucault com o conceito de necropolítica, torna-se possível compreender como o biopoder opera na gestão seletiva da juventude, produzindo corpos dóceis e padronizados. O sistema socioeducativo contemporâneo detém estreita relação com os dispositivos de controle descritos por Foucault, revelando uma estrutura que inibe a subjetividade e impõe padrões de comportamento distanciados das realidades vividas pelos adolescentes. A expressiva presença de jovens negros e periféricos nesses espaços aponta para a seletividade racial e social das medidas, que, sob o discurso da reeducação, reproduzem lógicas punitivas e excludentes. Nesse contexto, a escuta permite que os adolescentes elaborem sentidos sobre suas trajetórias, expressando marcos das violências perpassadas e criando possibilidades de ressignificação que não se restrinjam à lógica punitiva do sistema. Ao valorizar a história e os saberes, a escuta rompe com a lógica da reincidência alienada e possibilita a construção de novas narrativas na trajetória dos jovens.

Entre o mal-estar e a diferença: BDSM à luz de crítica aos saberes normativos

Magdalena Ewa Markowicz (USU), André De Martini (USU)

Este trabalho é um relato de experiência estudantil baseada no desenvolvimento do projeto de pesquisa sobre o fenômeno de drop no BDSM na perspectiva de teorias psicanalíticas. O fenômeno drop (do inglês, em tradução livre: colapso, baixa, queda) é uma espécie de "ressaca" vivenciada por praticantes de BDSM em relação às práticas. No material científico, não há nenhum artigo na área da psicanálise e apenas um na área da psicologia que trata o drop como tema central. [1] Este artigo faz uma comparação entre drop e o processo de luto (SPROTT; RANDALL, 2016). Entretanto, trata-se de uma abordagem individualista e, como o BDSM é atravessado por tabus e preconceitos, sendo associado a patologias, é indispensável considerar fatores sociais e culturais que possam impactar a emergência de drop. A partir daí surgiu uma reflexão que é a base do trabalho "Entre o mal-estar e a diferença: BDSM e crítica aos saberes normativos" (MARKOWICZ, 2025, no prelo): como os saberes psi (psicologia, psicanálise e psiquiatria) contribuíram para essas construções que patologizam e culpabilizam os sujeitos e como (ou se) é possível criar outros caminhos. Essa pesquisa analisa o fenômeno drop a partir de uma perspectiva psicanalítica, lançando luz sobre processos psíquicos subjacentes, como o recalque, o mal-estar (Freud) e o desmentido (Ferenczi).

A metodologia usada envolveu entrevistas com as pessoas que praticam BDSM, nas quais o foco é entender os atravessamentos entre moralidade, preconceitos em relação ao BDSM, a sua patologização e drop. Michel Foucault, em sua crítica ao saber-poder, retrata como a medicina, a psicologia e a psicanálise participaram historicamente da construção de discursos que regulam o corpo e o desejo. O conceito de biopoder, desenvolvido por ele, refere-se ao modo como o poder ligado ao saber incide sobre a vida e produz normas e classificações sobre o que é saudável, normal ou patológico. "O que os vários terapeutas chamavam de natural era, na verdade, um valor moral disfarçado de médico"[2], assim começa um artigo de dois pesquisadores poloneses (INIEWICZ; NIEBUDEK, 2023), que reflete sobre o manejo e o diagnóstico de pessoas envolvidas em práticas BDSM e questiona a adequação e os possíveis vieses enfrentados pelos profissionais de área de saúde mental. O fato de o BDSM ter sido considerado uma patologia pelo DSM até 2013 é um exemplo desse processo.

Uma contribuição para a patologização do BDSM pode ser atribuída à propagação do termo perversão pela psiquiatria clássica, por autores como Krafft-Ebing e Havelock-Ellis, entre os mais reconhecidos (CECCARELLI, 2000). Freud nos "Três ensaios sobre a teoria da sexualidade" (FREUD, 2016), se distancia dessa visão e faz uma interlocução crítica, desconstruindo a ideia de perversão. Lacan, por sua vez, ao trabalhar em cima das obras freudianas introduz o termo perversão como uma estrutura e se distancia da compreensão da perversão como um desvio (CECCARELLI, 2000). Apesar dessas construções teóricas da psicanálise e graças à estigmatização das sexualidades não normativas pela medicina (MARQUES DA SILVA, 2016), o termo perversão se manteve no vocabulário comum, como aponta Calligaris "É comum darmos o nome de perversão a uma série de comportamentos sexuais listados dentro de uma forma mais ou menos aguda de reprovação moral." (CALL+G8IGARIS, 2022). Calligaris também discorda do uso de perversão com a conotação sexual e fetichista e propõe até abandoná-lo. Em sua obra "O grupo e o mal" (CALLIGARIS, 2022), ele introduz um conceito de perversão social que não tem ligação com as práticas BDSM.

Esse contexto histórico traz a perspectiva de que os experts da medicina são os proprietários do discurso

dominante. Isso tem grande relevância, pois, ao questionarmos quem são os experts, vale refletir quanto o saber por eles construído tem a ver com as experiências reais dos sujeitos. Visto que os experts, que definem o que é correto e o que é "normal", são figuras bem respeitadas e consideradas detentoras de saberes, essa idealização leva à ausência de um olhar crítico. Baremblitt propõe uma reflexão sobre o papel dos experts: "É, então, muito evidente que nossos coletivos estão, atualmente, nas mãos de um enorme exército de experts que acumulam o saber que lhes permite fazer com o que as pessoas achem que precisam e solicitem aquilo que os experts dizem que precisam e que os grupos e as classes dominantes lhes concedem." (BAREMBLITT, 2002). Este trabalho mostra a importância de incluir os sujeitos para que possam compartilhar sua própria história e, com isso, construir novas possibilidades de subverter as lógicas e explicar melhor, não só partindo da perspectiva da pesquisadora, mas também dos próprios sujeitos entrevistados. A crítica aos experts e o fato que certos sujeitos - como, neste caso, praticantes de BDSM - foram (e ainda são) injustamente patologizados pelos saberes teóricos nos convida a rever o lugar da psicologia e psicanálise para pensar: será que os profissionais estão de fato preparados para atendê-los?

Nesta lógica, o drop, então, pode ser compreendido para além do mal-estar do processo de luto, mas como a reação advinda da moral na sociedade, que oprimiu e chamou o sujeito de "não normal". A proposta de investigação sobre o drop, portanto, não visa corrigir os sujeitos que sofrem com esse fenômeno, mas compreendê-lo como expressão legítima de um campo de experiências ainda pouco escutado. Conforme lemos em texto de Mariana Liberato (LIBERATO, 2019) "Tal exercício, no âmbito da filosofia, refere-se não a uma legitimação ou justificação de verdades, mas sim a criação de conceitos. Esta criação impulsiona, portanto, não uma reflexão sobre algo, mas a constituição de um pensamento próprio, marcado pela produção de diferença e pela contraposição à representação.", é preciso criar os caminhos que possam ampliar os saberes trabalhando com os sujeitos invisibilizados e patologizados indo contra o discurso hegemônico e ortodoxo.

[1] Busca realizada em 04.10.2024, entre 6 sites de publicações científicas (scholar.google.com, link.springer.com, scielo.br, periodicos.capes.gov.br, bdtd.ibict.br, researchgate.net) e Google.com.

[2] Original: "What the various therapists called natural was actually a moral value in medical disguise". Haeberle E.J. The sex atlas, 1983.

Referências:

BAREMBLITT, Gregório. Capítulo VI – "Roteiro para uma intervenção institucional padrão". In: BAREMBLITT, Gregório. Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática. Belo Horizonte, MG: Instituto Gregorio Baremblitt, p. 90-107, 2002

CALLIGARIS, C.; O grupo e o mal: Estudo sobre a perversão social. São Paulo, Fósforo, 2022.

CECCARELLI, P. R. Sexualidade e preconceito. 2000. Rev. Latinoam. Psicopat. Fund., III, 3, 18-37.

LIBERATO, M.; COSTA, E.; BARROS, J. O sujeito como campo problemático: contribuições de Foucault e Deleuze. Rev. Polis e Psique, 2019; 9(1): 91 - 108.

FERENCZI, S.; Obras completas. Psicanálise IV. São Paulo, Martins Fontes, 1992.

FOUCAULT, Michel. Aula de 17 de março de 1976. In: FOUCAULT, Michel. Em defesa da Sociedade. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, p. 201-222, 2010.

GONDAR, J. Ferenczi como pensador político. Cad. Psicanál.-CPRJ, Rio de Janeiro, v. 34, n. 27, p. 193-210, jul./dez. 2012

FREUD, S.; ZWICK, R. O Mal-Estar Na Cultura. Porto Alegre, RS: L & PM EDITORES, 2010.

FREUD, S. Obras completas, volume 6 : três ensaios sobre a teoria da sexualidade, análise fragmentária de uma histeria (“O caso Dora”) e outros textos (1901-1905). 1a ed. São Paul+G8o, SP. Companhia das Letras, 2016.

MARQUES DA SILVA, V. L. A psiquatrização do sexo não normativo: BDSM e a 5ª revisão do Manual diagnóstico e estatístico de doenças mentais. Vivência: Revista de Antropologia, [S. l.], v. 1, n. 48, p. 25–37, 2016. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/vivencia/article/view/11754. Acesso em: 21 maio. 2025.

KOLMES, K.; STOCK, W.; MOSER, C. Investigating Bias in Psychotherapy with BDSM Clients. Journal of Homosexuality, v. 50, n. 2-3, p. 301–324, 2 maio 2006.

NIEBUDEK, A.; INIEWICZ, G. Between a role and identification. Understanding BDSM practices from practitioners’ perspective. Psychiatria Polska, v. 57, n. 1, p. 121–146, 28 fev. 2023.

SILVEIRA, M.; MORAES, M.; QUADROS, L. (org). PesquisarCOM: caminhos férteis para a pesquisa em psicologia. 1 ed. – Rio de Janeiro: NAU Editora, 2022.

SPROTT, R.; RANDALL, A. Black and blues: Sub drop, top drop, event drop and scene drop. Journal of Positive Sexuality, v. 2, n. 3, p. 53–61, 1 out. 2016.

Entre o Trabalho e o Futuro: Orientação Profissional e Projetos de Vida da Juventude Camponesa

Anna Lívia Bezerra de Sousa (UFPB), Lívia Leal Pereira (UFPB), Manuele Maria Gome dos Santos (UFPB), Manuella Castelo Branco Pessoa (UFPB)

O processo de construção de um projeto de vida é marcado por escolhas considerando as mediações sociais e históricas, atrelado a multifatores, possibilidades e configurações a depender das condições subjetivas e objetivas. Apesar da pouca visibilidade na literatura sobre a juventude rural, são identificadas diversas questões que atravessam suas relações entre trabalho e projeto de vida. O seguinte resumo consiste em um relato de experiência de uma pesquisa acerca da trajetória de elaboração dos projetos de vida de jovens que vivem em um assentamento na zona rural, localizado na Região Geográfica Imediata de João Pessoa. O plano de trabalho "Orientação profissional e projetos de vida da juventude camponesa assentada", vigente entre 2024/2025, surge pela demanda encontrada com os jovens que participaram da pesquisa na vigência anterior sobre como seria importante que os demais jovens também pudessem refletir sobre seus interesses e projetos de vida. Dado que, muitos se inseriram em atividades de trabalho que ali surgiam, sem necessariamente ter a oportunidade de refletir sobre suas reais aspirações. O plano de pesquisa objetiva-se por analisar processos de construção dos projetos de vida e sua interface com o mundo do trabalho da juventude trabalhadora rural do assentamento supracitado, buscando caracterizar-los, identificar suas trajetórias no mundo do trabalho, o acesso às políticas públicas e equipamentos de educação, formação, saúde, além de realizar um levantamento sobre suas habilidades e interesses, com base na orientação profissional. O debate sobre a permanência no campo pelos jovens e adultos é marcado por dilemas, por um lado, pela busca por oportunidades no mercado de trabalho e, por outro, pela permanência, a fim de continuar o legado familiar, aliado à necessidade de assegurar uma fonte de renda. É durante a juventude que o sujeito prepara-se para sua inserção no mercado de trabalho, demandando sua escolha profissional e a elaboração de um projeto de vida. Entretanto, a juventude brasileira encontra-se permeada em dificuldades num contexto de desemprego e precarização, acentuada pela falta de formação profissional e as constantes mudanças no mundo do trabalho. Atrelada a um contexto social desafiador e difíceis oportunidades de trabalho, a juventude campesina ainda enfrenta obstáculos como: o risco de abandonar a comunidade e a casa dos pais, carência de transporte coletivo, dificuldade de acesso a serviços de saúde e escolarização regular, carência de atividades culturais atrativas. Portanto, a escolha do Grupo Temático "Psicologia Social do trabalho no enfrentamento da precariedade do trabalho e na busca pela reinvenção da vida" e o eixo temático "Psicologia Social em interface com o trabalho", dar-se, pois estes propõem uma reflexão crítica acerca do dinamismo da relações de trabalho, atreladas a construção subjetiva dos sujeitos, os quais são imbricados em suas trajetórias de atividade, pelas relações de gênero, raça e classe. Além disso, por buscarem dialogar e refletir sobre as estratégias de reinventar os modos de viver em uma sistema que pressiona jovens a entrarem cada vez mais cedo no ambiente laboral, muitas vezes precarizado. Assim, com base na Psicologia Histórico Cultural (PHC), compreende-se a juventude enquanto o período de transição entre a adolescência e a fase adulta, tendo o trabalho como atividade guia a fim de conquistar autonomia. Esse conceito é crucial, visto que os jovens sofrem com a tensão entre as expectativas de cumprir as determinações da sociedade perante o mercado de trabalho, o conjunto de normas sociais e suas próprias projeções para o futuro.

Nesse sentido, a Orientação Profissional (OP), com base neste mesmo referencial teórico, apresenta-se como uma importante ferramenta para auxiliar o sujeito a refletir sobre suas escolhas profissionais de maneira contextualizada, considerando o jovem como sujeito que escolhe e é marcado pela historicidade, as condições sociais e afetivas que vivencia. Portanto, a OP busca compreender os porquês que mobilizam a juventude a ação para a transformação do projeto de vida diante um processo dialético entre os fatores subjetivos e objetivos.

Acerca da metodologia, a pesquisa, de caráter qualitativo, foi e está sendo elaborada junto à Associação de Agricultores e Agricultoras Agroecológicos da Várzea Paraibana, um coletivo de trabalhadores assentados que se estruturam com base na Economia Solidária. O projeto tem contato direto com a Associação e com os jovens envolvidos, tendo apresentado a proposta da pesquisa e solicitado permissão para coleta, análise e divulgação de dados. Foi, então, utilizado o Instrumento de Orientação Profissional, produzido pelo grupo de pesquisa na vigência de 2021/2022. O material, construído com base na perspectiva histórico-cultural, conta com o levantamento de habilidades e interesses da juventude, partindo da concretude dialética do que compõe sua realidade. Tendo como referência jogos pedagógicos da PHC, foram delineadas três áreas que compõe os itens que guiam a entrevista, sendo elas o que o jovem: (1) sabe fazer e gosta de fazer, (2) sabe fazer, mas não gosta, (3) gosta, mas não sabe, (4) não gosta e não sabe. O instrumento é aplicado como uma entrevista semiestruturada. Em um segundo momento, pretende-se realizar a devolutiva junto a uma entrevista aberta sobre projetos de vida de curto, médio e longo prazo. A pesquisa é de cunho interventivo e pretende compreender como o instrumento pode auxiliar a construção de projetos de vida, além de orientar sobre políticas públicas e cursos de formação que conversem com o projeto de cada jovem. O projeto ainda está em fase de coleta de dados, e a sua análise será descritiva, com auxílio do software MaxQDA.

Em relação aos resultados parciais, ao todo, foram realizadas duas aplicações do instrumento, com um participante do gênero masculino, pardo e com formação num curso técnico, enquanto a segunda participante do gênero femenino, parda e com ensino médio completo. Vale destacar que os dois realizaram processo de formação em instituições públicas de ensino. Ademais, ambos possuem idade na faixa etária entre 20/25 anos de idade e iniciaram suas trajetórias de trabalho antes da maioridade. Com isso, percebe-se que a inserção laboral precisou coexistir com os estudos. Todos os jovens relataram que trabalharam em atividades relacionadas à agricultura ou cuidado de animais precocemente, a fim de auxiliar a família na subsistência. Nota-se trajetórias de trabalho voltadas a atividades informais nas áreas de cuidado, na agricultura e comercialização em feiras. Outrora, o trabalho doméstico é ressaltado pela participante feminina como uma das atividades a qual mais realiza e sempre esteve presente em sua vida, inferindo mais horas de trabalho no dia a dia da jovem. Apesar de terem vivenciado a atividade laboral desde cedo, foi-se consolidando por eles a perspectiva de que o trabalho deveria ser fixo e amparado por contrato. Isso se deve à crença de que, sem um vínculo formal, não haveria compromisso real. A partir dos dados observados no instrumento, a área Trabalhado de cuidado e da saúde foi a área que os participantes mais apresentaram habilidades e interesse, seguido pelas áreas de Produção científica e acadêmica, Gestão com pessoas, dados e finanças. Apesar de possuírem habilidades e experiência na área de Atividades relacionadas à agricultura e criação de animais, não tem interesse em seguir com este tipo de trabalho. Já as áreas de Produção artística, supervisão e vendas, atividades de produção manual foram indicadas com menos habilidades e interesse. Após refletirem sobre suas habilidades e interesses, os participantes foram questionados sobre as áreas em que gostariam de atuar, revelando, predominantemente, interesse por formações superiores na área de cuidado e saúde, como enfermagem e nutrição. Ao expor seus planos para o futuro,

estruturados em metas de curto, médio e longo prazo, evidenciou-se que, inicialmente, a busca por estabilidade financeira, por meio do trabalho aliado à organização dos estudos para o vestibular, visando, a longo prazo, o ingresso no ensino superior. Seus relatos evidenciam a preocupação em escolher uma formação que possibilite conciliar trabalho e estudo, tendo em vista a impossibilidade de se dedicar exclusivamente ao processo educacional. Além disso, as reflexões realizadas durante a aplicação apontam que os participantes ainda não possuem um projeto de vida bem estruturado, em razão do acesso limitado à informação sobre os processos de ingresso à universidade, políticas de assistência estudantil, falta de condições financeiras e a rotina atual. Conclui-se, portanto, que a orientação profissional ofereceu a esses indivíduos um espaço fundamental para refletir, de forma contextualizada, sobre o planejamento e a efetivação de seus projetos de vida. Por meio de uma análise crítica, os jovens ampliaram seu autoconhecimento, identificando os aspectos subjetivos e afetivos que os impulsionam, ao mesmo tempo em que passaram a considerar as condições materiais que circundam suas realidades e influenciam suas escolhas. Ressalta-se a necessidade do acesso às informações sobre o ingresso no ensino superior, uma divulgação mais ampla e incentivo a criação de políticas de assistência e permanência estudantil. Essas ações são essenciais, considerando que as condições sociais e financeiras influenciam fortemente as escolhas dos jovens que buscam reinventar-se por meio do trabalho e da profissionalização.

Entre o virtual e a prática cotidiana: análise da relação virtual-social em jovens de Mogi das Cruzes

Adriano Francisco de Oliveira (CENTRO UNIVERSITARIO PIAGET), ADRIANO FRANCISCO DE OLIVEIRA (CENTRO UNIVERSITÁRIO PIAGET), Kelvin Fagundes Inacio (CENTRO UNIVERSITÁRIO BRAZ CUBAS)

Atualmente, a tecnologia difundiu-se em nosso cotidiano e se faz presente em diversas áreas da vida humana. Neste sentido, tendo se enraizado nas estruturas da sociedade, ela se torna parte do aparato social em que vivemos.

A tecnologia é ainda mais notória quando passamos a analisá-la a partir das interações e forma de comunicação; quer seja por meio de aplicativos de conversa instantânea, mensagens, chat ou redes sociais, a comunicação ocorre por meio da tecnologia quer seja por texto, voz, vídeo ou até mesmo emojis. Certamente, a tecnologia tem se inserido cada vez mais em nosso cotidiano; desde uma transação bancária a compras, viagens ou até mesmo na comunicação mais corriqueira, vemos a tecnologia colocar-se como intermediária. Junto isso, desde os tempos Aristotélicos o ser humano é visto como ser social, ou seja, é de sua natureza viver em sociedade, sendo que ele apenas se encontra ou se realiza nessa condição. Logo, a modernidade nos possibilitou formas e modos de viver como sociedade ou manifestar-se em redes virtuais que, em muitos, terá influência na própria vida social.

Atualmente, o Brasil está em terceiro lugar no ranking de países usuários do Instagram, com mais de 91 milhões de usuários ativos, perdendo apenas para Estados Unidos (130 milhões) e Índia (100 milhões). Dentre os usuários brasileiros, 58,5% são mulheres e 31,7% têm entre 25 e 34 anos. Além disso, mais de 95 milhões de fotos e vídeos são publicados diariamente na rede social, com mais de 4,2 bilhões de curtidas - forma de interação presente no aplicativo . Já mídias como Tiktoks contam com 74,1 milhões de usuários ativos em janeiro de 2022, frente a 116 milhões de usuários do Facebook no mesmo período. O X, antigo Twitter, aparece com 19,05 milhões de usuários. Para um país que no censo de 2022 contabilizou um total de 214 milhões de habitantes, nota-se que as redes sociais têm ocupado um considerável espaço na população brasileira.

Ao mesmo tempo, essa inserção nas redes sociais está repleta de controvérsias e pontos que precisam de atenção. Um dos pontos que tem sido potencialmente sinalizados é a formação de bolhas, ou seja, conforme os usuários vão expondo seus pontos de vista e tornando público seus posicionamentos, surgem as bolhas sociais, que dizem respeito à criação de pequenos círculos de discussão e acesso à informação, onde os participantes têm o mesmo posicionamento.

Em outras situações, podemos exercer comportamentos virtuais que não faríamos fora deste ambiente. Afinal, tendemos a ser os mesmos nas redes sociais e na chamada vida real? Se não somos, isso equivale a dizer que temos algum desvio de personalidade? Estaríamos diante de um dilema ético/moral? Nossa proposta é compreender um pouco mais dessa relação buscando oferecer possibilidades de respostas a partir da psicologia. Busca-se ainda como objetivos específicos analisar se os perfis de personalidade interferem na relação entre real e virtual. Para tal finalidade, serão entrevistados 20 participantes, entre 18 e 25 anos, que utilizam as redes sociais Facebook, Tiktok, Instagram ou X (antigo Twitter) diariamente. As entrevistas ocorrerão na clínica psicológica do Centro Universitário Braz Cubas. Antes do início da entrevista será aplicado o Neo FFI R visando compreender um pouco mais da personalidade dos participantes. Em seguida, será desenvolvida uma entrevista aberta com duração aproximada de 45 minutos. As entrevistas serão analisadas com apoio do Software estatístico ATLAS T.I. busca-se correlacionar padrões de resultados do NEO FFI IR com os do ATLAS T.I. Ao fim, tem-se a expectativa de melhorar a compreensão que temos entre comportamento real e virtual entre a população analisada.

Entre risos e vínculos: uma experiência da palhaçaria no projeto menino do rio

Lucas Souza de Araujo (FAMETRO), Jessé Sidney Bezerra Gomes (FAMETRO)

A infância, marcada por uma riqueza simbólica, afetiva e relacional, torna-se ainda mais complexa quando atravessada por condições de vulnerabilidade social e econômica, a partir de uma experiência realizada no projeto menino do rio, no Instituto Casa de Sara, que atua no acolhimento de crianças em situação de risco social. A atividade teve como proposta o uso da palhaçaria como estratégia de aproximação e construção de vínculo com crianças, utilizando o riso e o lúdico como linguagens de cuidado e escuta. Essa ação parte do reconhecimento e da importância de intervenções que considerem a subjetividade das crianças, respeitando a suas histórias e condições de vida, especialmente em cenários marcados por exclusão, negligência e violações de direitos humanos. Em contextos onde a vulnerabilidade social compromete o desenvolvimento integral da infância, o papel do psicólogo de ampliar para além da clínica tradicional, se adequando as demandas da população, exigindo criatividade, escuta sensível e compromisso ético com o cuidado e a dignidade humana. Compreender e Refletir sobre a utilização da palhaçaria como ferramenta de vinculação e acolhimento psicológico de crianças em situação de vulnerabilidades, a partir de uma experiência vivenciada no projeto menino do rio, Instituto Casa de Sara. A pesquisa se relaciona diretamente com o eixo temático “Assistência Social, vulnerabilidades, violências e promoção de direitos humanos”, pois se trata de uma intervenção voltada ao atendimento de crianças que vivenciam situações de risco e exclusão, muitas vezes desprovidas de espaços seguros para a expressão emocional e o desenvolvimento subjetivo. A ação realizada se insere no campo da promoção de direitos ao oferecer acolhimento afetivo e um ambiente lúdico, fortalecendo a resistência, vínculo e acolhimento, e espaço de presença e encontro genuíno. A orientação teórica da pesquisa está fundamentada na psicologia social crítica, especialmente nos aportes de Iganacio Martín-Baró e Lev Vygotsky. A psicologia social crítica compreende que os processos psíquicos estão atravessados por fatores históricos, sociais e culturais, e que o sofrimento não pode ser compreendido de forma isolada, mas sim como produto das relações e das estruturas sociais. Martín-Baró falava que a violência é um fenômeno social e individual. Dessa forma, ainda que diferentes indivíduos vivenciem situações violentas similares, as reações e efeitos não são idênticos, pois dependem de processos subjetivos inerentes ao ser humano. Com base nisso, vem a necessidade de uma compreensão, para a discussão de possibilidades de humanização que sirvam como intervenções eficazes para variadas situações. Já Vygotsky contribuiu com a dinâmica do aprendizado infantil que se desenrola através da mediação social e cultural dos adultos, a violência representa uma quebra na relação de confiança e apoio, distorcendo e prejudicando o seu desenvolvimento social, emocional e cognitivo, onde a criança pode acabar internalizando sentimento de culpa, vergonha ou desvalorização, afetando a sua construção de identidade. A metodologia utilizada foi o relato de experiência, tendo como base a interação direta e a escuta sensível durante as ações desenvolvidas no Instituto Casa de Sara. A intervenção constituiu em uma visita ao espaço na qual se realizou atividades lúdicas com elementos da palhaçaria, como improvisação, jogos, gestos cômicos e construção de personagens. Essas ações foram conduzidas por acadêmicos, membros da Liga Acadêmica de Políticas Públicas e Psicologia, da cidade de Manaus, com a proposta de utilizar o palhaço como forma de criação de acolhimento e vínculo, utilizando o corpo, o olhar e o riso como canais de comunicação e aproximação. O relato buscou sistematizar a vivência e refletir criticamente sobre os sentidos produzidos na interação

com as crianças, sem recorrer a análises estatísticas ou padronizadas, mas valorizando o conteúdo simbólico e relacional das experiências. Destaca-se um impacto positivo da intervenção na construção de vínculos afetivos com as crianças, que demostraram maior abertura, participação e espontaneidade nas interações após a presença dos palhaços. O ambiente lúdico criado permitiu que expressassem emoções e fantasias de forma mais livre e autêntica, promovendo momentos de leveza em meio a realidades marcadas por sofrimento. A palhaçaria se mostrou uma estratégia potente em atividades em grupo no contexto de vulnerabilidade, pois rompe com barreiras simbólicas e hierárquicas, criando espaços horizontais de encontro. Portanto, a experiência vivenciada reforça a importância de práticas psicológicas criativas e humanizadas no campo da assistência social, especialmente junto a crianças em situação de risco. Evidenciou-se que o riso e o brincar podem ser ferramentas éticas e políticas de cuidado, capazes de promover bem-estar e fortalecer os vínculos sociais e emocionais. A pesquisa aponta para a necessidade de uma psicologia que esteja presente nos territórios, sensível às realidades populares e comprometida com a transformação social, utilizando o afeto, a ludicidade e o vínculo como formas legitimas de cuidado.

Escolarização de mulheres na EJA em tempos de crises: um olhar a partir da interseccionalidade

Maria Cláudia Mota dos Santos Barreto (UNEB), Gilvanice Barbosa da Silva Musial (UFBA)

Este trabalho é resultante da pesquisa realizada no curso de Doutorado em Educação, a qual aborda a escolarização de mulheres em tempos de crises no contexto da Educação de pessoas Jovens, Adultas e Idosas (EJA). Neste texto, nosso propósito consiste em apresentar resultados parciais do estudo, mediante informações produzidas na pesquisa de estado do conhecimento e na imersão no campo empírico. Nomeamos de tempos de crises a confluência de tempos e de crises que atravessa(ra)m a sociedade brasileira nos últimos anos, as quais, embora não tenham sua origem na última década, nela se manifestam, sobretudo com a pandemia de COVID-19.

Analisando pesquisas com mulheres da e na EJA, percebemos que algumas categorias são cruciais para abarcar suas especificidades, para além da dimensão de gênero e sexualidade: raça/etnia, classe social, território e geração. Elas desembocam nos processos de escolarização e de garantia do direito à educação, na perspectiva da oferta, acesso e permanência. Francisca Lima, Andréia Wiese e Sonia Haracemiv (2021) discorrem que estudantes não reconhecem dificuldades concernentes ao fato de ser mulher na escola, pois depositam nelas próprias a responsabilidade de não ter finalizado a escolarização e não alcançarem melhores inserções laborais.

Em estudo semelhante, Maria de Fátima Carvalho e Carmem Eiterer (2021) constatam a naturalização das dificuldades enfrentadas pelas estudantes, como ausência de direitos trabalhistas, persistência da violência de gênero, além da discriminação de gênero e racial. Por outro lado, é recorrente a informação de que o pai/genitor e/ou o companheiro provocam o impedimento do acesso de estudantes à escola, reduzindo, historicamente, a educação da mulher ao aprendizado do trabalho doméstico.

Diante disto, utilizamos a interseccionalidade como ferramenta teórico-metodológica e analítica, entendendo-a como teoria social crítica situada entre a análise crítica e a ação social, conforme propõe Patricia Hill Collins (2022). Compreendemos que tais estudantes "se encontram na intersecção de diferentes vetores de opressão", como alerta Mara Vigoya (2023, p. 26), de modo que suas experiências auxiliam na análise do funcionamento de desigualdades e discriminações que assolam inúmeras mulheres.

Esta pesquisa é do tipo empírica, de abordagem qualitativa, na modalidade que se inspira na pesquisa participante, apresentando seus princípios e ancorando-se na definição de pesquisa solidária. A pesquisa participante tem como característica fundamental o compromisso e as repercussões da participação ativa das/os sujeitas/os vinculadas/os, segundo Carlos Rodrigues Brandão (2006). A pesquisa solidária requer incorporar espaços de trocas entre pesquisadoras/es na construção do projeto, trabalho de campo, estudos teóricos e processos de decisão (Brandão, 2014). Ela dialoga com a proposta libertadora de pesquisa, defendida por Paulo Freire (1986), uma vez que se conecta com o ato de conhecer, movimentando-se para não transformar grupos populares em objetos, mas considerando-os sujeitos do conhecimento da realidade.

O contexto de produção das informações foi um colégio público estadual do município de Salvador - BA, onde houve inserção durante três meses e o desenvolvimento da observação participante, com registros em diário de campo. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas

com mulheres de diferentes turmas da EJA, além de questionário socioeconômico e da construção de diários pessoais. Também foi realizada análise documental, acessando o Projeto Político-Pedagógico e informações dos murais e espaços da instituição. O material produzido foi analisado a partir da análise de conteúdo proposta por Laurence Bardin (2016). Para assegurar parâmetros éticos, a pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Faculdade de Educação (FACED) da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Os resultados apontam para particularidades de ser mulher e negra no Brasil, demarcando a existência da divisão racial e sexual do trabalho. As participantes são majoritariamente negras e exercem o trabalho doméstico e de cuidado no âmbito familiar desde a infância. Para muitas delas, este trabalho é realizado de modo remunerado fora da família, mas também, por vezes, em condição de exploração, em formatos que podemos perceber como análogos à escravidão. Tais situações consistem em motivo para exclusão da escola; paradoxalmente, também para posterior retorno em turmas de EJA. Quando almejam ingressar no Ensino Superior, o curso escolhido relaciona-se com atividades de cuidado; exercendo-as em diferentes espaços, surge a inquietação acerca de quem cuid(ou)a delas no cotidiano, sobretudo em momentos que requerem mais atenção.

O território desponta como essencial para compreender essas trajetórias, considerando suas peculiaridades no processo de escolarização. A localização geográfica de seus domicílios e dos lugares por onde transitam - trabalham, estuda(ra)m, passeiam – remetem aos legados concretos da escravidão e revelam facetas do racismo em suas diferentes expressões. Nilma Lino Gomes (2018, p. 22) argumenta que o racismo “opera não somente na estrutura do Estado, mas também na vida cotidiana das suas próprias vítimas”, de modo que a raça é “estrutural e estruturante para se compreender a complexidade do quadro de discriminação e desigualdades no Brasil” (Gomes, 2018, p. 26).

Refletindo sobre turmas de EJA, Miguel Arroyo (2017) assinala que elas são compostas por outras/os sujeitas/os e outros deslocamentos, que apresentam diferenças nas trajetórias humanas, de trabalhos e de transporte até chegar na escola; trajetórias que descortinam percursos sociais, raciais e de classes diversas. Neste contexto, outra informação extremamente relevante é que várias escolas em que essas estudantes estiveram inseridas foram fechadas nos últimos anos, processo que se intensificou com a pandemia da COVID-19, tanto no âmbito municipal, como estadual.

Nas turmas de EJA nos deparamos com mulheres em distintos momentos da vida, cujas experiências se traduzem em perspectivas de futuro e interesses de retorno à escola. Muitas delas, após criarem suas/seus filhas/os, recebem a incumbência de cuidar das/os netas/os; outras se negam a assumir tal responsabilidade. Então, questionamos quando mulheres podem recusar a atividade de cuidado, visto que socialmente lhe é atribuída desde a infância. O marcador geracional contribui para entender seus percursos dentro da escola (diante da diversidade nas turmas) e fora dela, conforme mencionado acima. Paulo Freire (2002, p. 79) discorre que “o sexo só, não explica tudo. A raça só, também. A classe só, igualmente. A discriminação racial não pode, de forma alguma, ser reduzida a um problema de classe como o sexismo”.

Miguel Arroyo (2017, p. 24) nos convida a circunscrever a EJA como tempo escolar que desafia a visão de suplência-reparação de trajetórias escolares truncadas, pois constitui-se em espaço-tempo de coletivos heterogêneos. Apreendendo pessoas jovens, adultas e idosas mediante suas histórias de tempos de viver, sobreviver e de trabalhos com inúmeros desencontros, torna-se incoerente, na perspectiva política, pedagógica e ética, buscar enquadrá-las na inflexibilidade dos tempos escolares. Esta reflexão nos inquieta, pois nos confrontamos com mulheres que retornam à escola depois de já ter concluído a escolarização e até curso

técnico; processo motivado pelo desejo de obter mais conhecimentos, de se preparar para um curso superior e como estratégia de socialização.

Diante dos resultados, embora ainda parciais e em análise, podemos refletir que a escolarização de mulheres da e na EJA, especialmente em tempos de crises, revela múltiplas barreiras pessoais, familiares e estruturais que prevalecem na sociedade brasileira. Fazendo uso da interseccionalidade, notamos que diversas categorias se entrelaçam para intensificar desigualdades educacionais e percalços nas trajetórias humanas e escolares de mulheres. Esta pesquisa busca construir contribuições para (re)pensar a oferta, o acesso e a permanência de estudantes na escola, principalmente no contexto de direitos constantemente ameaçados, adiados e negados.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. Passageiros da noite - do trabalho para a EJA: itinerários pelo direito a uma vida justa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

BARDIN, Laurence. Análise de Conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRANDÃO, Carlos R. A pesquisa participante e a participação da pesquisa: um olhar entre tempos e espaços a partir da América Latina. In: BRANDÃO, Carlos R.; STRECK, Danilo R. (orgs.). Pesquisa Participante: o saber da partilha. Aparecida, SP: Idéias e Letras, 2006. p. 21-54.

BRANDÃO, Carlos R. Educação popular e pesquisa participante: um falar algumas lembranças, alguns silêncios e algumas sugestões. In: STRECK, Danilo R.; SOBOTTKA, Emil A.; EGGERT, Edla (Orgs.). Conhecer e transformar: pesquisa-ação e pesquisa participante em diálogo internacional. Curitiba-PR: Editora CRV, 2014. p. 39-74.

CARVALHO, Maria de F. P.; EITERER, Carmem L. Projetos de futuro de jovens mulheres inseridas na educação de jovens e adultos no Alto Sertão da Bahia. Cadernos do Aplicação - Pesquisa e Reflexão em Educação Básica, Porto Alegre, v. 34, n. 1, jan./jun. 2021.

COLLINS, Patricia H. Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica. Tradução de Bruna Barros e Jess Oliveira. São Paulo: Boitempo, 2022.

FREIRE, Paulo. Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação. In: BRANDÃO, Carlos R. (Org.). Pesquisa Participante. 6 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986, p. 34-41.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GOMES, Nilma Lino. O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

LIMA, Francisca V.; WIESE, Andréia F.; HARACEMIV, Sonia M. C. As mulheres da EJA: do silenciamento de vozes à escuta humanizadora. Revista FAEEBA – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 30, n. 63, p. 131-150, jul./set. 2021.

VIGOYA, Mara V. Interseccionalidad: giro decolonial y comunitario. Buenos Aires: CLACSO; Amsterdam: TNI Transnational Institute, 2023.

Escrevivências de mulheres amazônidas na pós-graduação: entre atravessamentos e reinvenções

Amanda Soares Dantas (UFPA), Amanda Soares Dantas (UFPA), Leiliane Barbosa (UFPA)

Este trabalho parte de uma série de conversações entre duas pesquisadoras amazônidas, marcadas por trajetórias distintas, mas entrelaçadas pelo compromisso com a pesquisa como ferramenta de transformação pessoal e coletiva. Somos duas mulheres atravessadas por diferentes marcadores sociais: uma, preta e quilombola; a outra, branca e da capital paraense. Foi no encontro entre nossas experiências que surgiram inquietações comuns e contrastes evidentes: o que nos leva, apesar das desigualdades estruturais e institucionais, a insistir na permanência nos estudos, especialmente na pesquisa e na pós-graduação?

O estudo foi desenvolvido no contexto da disciplina "Escrevivência: letramento acadêmico contracolonial", oferecida pelo PPGSA na UFPA, sendo um espaço de formação e trocas que nos instigou a problematizar os modos hegemônicos de produção e validação do conhecimento acadêmico. A partir dessa experiência coletiva e formativa, construímos nossa investigação com base na metodologia da escrevivência (EVARISTO, 2005), compreendida não apenas como forma de escrita, mas como gesto político, ético e afetivo de narrar a si e ao mundo a partir de experiências situadas. Essa escolha metodológica nos permite tensionar a rigidez dos formatos acadêmicos e valorizar modos de produção de conhecimento que emergem da vida concreta, das margens e das brechas do cotidiano.

Nosso objetivo é refletir sobre os atravessamentos subjetivos, afetivos e estruturais que compõem as trajetórias de mulheres que, como nós, escolheram o estudo como caminho de reinvenção de si. Consideramos o ingresso e a permanência na universidade — especialmente na pós-graduação — como processos marcados por desigualdades de classe, raça, território e gênero. Ao mesmo tempo, reconhecemos nesses percursos um potencial de deslocamento e de resistência frente às opressões históricas que marcam a experiência de mulheres amazônidas.

Para além de nossas próprias narrativas, utilizamos como elementos de análise os relatos escritos por outras alunas da disciplina, os quais foram compartilhados no ambiente do curso como parte do processo formativo. Essas escrevivências coletadas revelam marcas profundas deixadas por trajetórias atravessadas por precariedades, deslocamentos, silenciamentos e, também, por redes de apoio, resistência e potência. As histórias reunidas evidenciam tensões entre o pertencimento e o não pertencimento, a valorização e o apagamento, a mobilidade e os enraizamentos. Essas contradições, longe de serem obstáculos à produção de conhecimento, tornam-se parte constitutiva de uma forma de fazer pesquisa que é também escrita de si e do mundo.

Ainda em andamento, este estudo tem apontado para a potência da escuta e da escrita como práticas de cuidado, elaboração e construção coletiva. Reafirmamos, com Conceição Evaristo, que escrever a partir da vida é gesto de afirmação e denúncia. Por meio da escrevivência, vislumbramos a possibilidade de produzir uma ciência socialmente implicada, que reconheça as marcas do corpo, da história e do território como parte essencial do processo de conhecimento.

Concluímos que a pesquisa, quando ancorada na experiência e na escuta sensível, pode se tornar espaço de elaboração subjetiva, crítica social e fortalecimento das redes de apoio entre mulheres. Em contextos marcados por apagamentos e desigualdades, escrever-se e narrar o mundo a partir da própria história é, também, uma forma de insurgência.

Palavras-chave: escrevivência; mulheres amazônidas; pós-graduação; subjetividade; epistemologias feministas.

Estágio em psicologia na atenção primária: apoio psicológico a vítimas de abuso sexual

Ester Aquino da Silva (IESPES), Eloísa Amorim de Barros (IESPES)

PALAVRAS-CHAVE: Estágio em Psicologia; abuso sexual; atenção primária

INTRODUÇÃO

O abuso sexual configura-se como uma das formas mais severas de violência interpessoal, cujos impactos podem ser profundos e duradouros, afetando a saúde física, emocional e social das vítimas (Faller & Everson, 2020). Apesar de sua gravidade, trata-se de uma violência frequentemente silenciada, seja por estigmas culturais, pelo medo de exposição ou pela ausência de acesso a serviços adequados de saúde e assistência (Ministério da Saúde, 2022).

Assim, o sistema de Atenção Primária à Saúde (APS) assume um papel estratégico no acolhimento de pessoas em situação de violência sexual. Como porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS), a APS possui potencial para identificar precocemente situações de abuso, oferecer suporte continuo e promover a articulação intersetorial com outros serviços da rede de proteção (Starfield, 2002; Organização Pan-Americana da Saúde, 2023).

Nesse contexto, destaca-se o desamparo psicológico vivenciado por muitas vítimas, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade social, que frequentemente não encontram suporte adequado na família, na comunidade ou nas instituições. A carência de recursos especializados e a limitação de profissionais capacitados para lidar com questões relacionadas à violência sexual agravam ainda mais o sofrimento psíquico, dificultando a expressão do trauma e a busca por ajuda.

Dessa forma, a APS, portanto, apresenta-se como um espaço privilegiado para a escuta qualificada e o cuidado integral, possibilitando a construção de vínculos, o fortalecimento da rede de apoio e o encaminhamento oportuno para serviços especializados. Ao assumir uma postura ética, empática e sensível, o profissional de Psicologia inserido na atenção básica pode contribuir significativamente para a superação do silêncio, a redução dos danos emocionais e a promoção da saúde mental dessas vítimas.

OBJETIVO

Este trabalho tem como objetivo relatar a experiência vivenciada durante o estágio supervisionado em Psicologia na Atenção Primária à Saúde, com foco no atendimento psicológico a pessoas em situação de abuso sexual. A proposta busca refletir sobre os desafios enfrentados, as estratégias utilizadas e o papel do psicólogo nesse contexto, contribuindo para práticas clínicas e comunitárias mais sensíveis e humanizadas.

Dessa forma, inserido no eixo temático “Psicologia comunitária e desigualdades sociais na produção de cuidado e na promoção da saúde”, o relato evidencia a atuação do psicólogo diante das desigualdades estruturais que limitam o acesso ao cuidado. O abuso sexual, além de uma questão de saúde pública, é um fenômeno atravessado por marcadores sociais como gênero, classe e idade, exigindo uma prática comprometida com a escuta, o acolhimento e a transformação social.

A experiência foi orientada pelos princípios da Psicologia Comunitária, que enfatiza o protagonismo dos sujeitos e o trabalho em rede, e fundamentada na escuta ativa, na teoria do vínculo e no cuidado integral, articulando dimensões emocionais, sociais e contextuais do sofrimento psíquico.

METODOLOGIA

Esse trabalho trata-se de um relato de experiência de natureza qualitativa e descritiva, desenvolvido durante o estágio curricular supervisionado em Psicologia, realizado em uma Unidade Básica de Saúde (UBS). Os atendimentos psicológicos foram realizados de forma individual, com foco no acolhimento emocional, escuta ativa e, quando necessário, encaminhamento para serviços especializados.

As observações foram sistematizadas por meio de prontuário dos pacientes e orientadas por supervisores da área, permitindo identificar estratégias de cuidado, limites institucionais e aprendizados gerados durante a prática.

RESULTADOS E DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Durante o estágio, foram realizados atendimentos a vítimas de abuso sexual, majoritariamente mulheres adultas, em situações de vulnerabilidade social. As demandas emocionais identificadas incluíram ansiedade, depressão, sentimento de culpa e vergonha, além de sintomas de transtorno de estresse pós-traumático (TEPT).

A escuta ativa mostrou-se uma ferramenta essencial para criar um espaço de acolhimento seguro, favorecendo a expressão das emoções e o início do processo de ressignificação da experiência traumática. Além disso, a atuação do psicólogo contribuiu para a mobilização de redes de apoio social, fundamentais na promoção da saúde e no enfrentamento do trauma.

“No atendimento a uma mulher jovem em situação de vulnerabilidade, vítima de abuso intrafamiliar, observei como o silêncio prolongado, motivado pelo medo e pela culpa, afetava sua autoestima e confiança. A partir do espaço livre para ela iniciar o que conseguiria falar naquele momento, foi possível construir um vínculo terapêutico que permitiu à paciente verbalizar sua dor, possibilitando encaminhamentos seguros e fortalecendo sua rede de apoio.”

Entre os desafios enfrentados, destacaram-se a escassez de recursos especializados, a sobrecarga dos serviços e a resistência inicial de algumas vítimas em buscar ajuda, reflexo da estigmatização social da violência sexual. O atendimento a vítimas de abuso sexual na APS exige do psicólogo não apenas competências técnicas, mas também sensibilidade ética, empatia e uma compreensão crítica das desigualdades que atravessam os sujeitos.

A experiência vivida revelou a importância da atuação em rede e da formação humanizada, capazes de fortalecer o cuidado integral e respeitoso às vítimas. Segundo Lima et al. (2021) reforçam que a APS pode ser um espaço potente para o acolhimento de vítimas de violência, desde que os profissionais estejam preparados para lidar com a complexidade das situações e com as limitações estruturais do sistema.

A Psicologia Comunitária, nesse sentido, oferece subsídios importantes para a atuação do psicólogo na promoção da saúde e no enfrentamento das desigualdades, ao priorizar o trabalho territorializado, interdisciplinar e comprometido com a transformação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este relato evidenciou que a atuação do psicólogo na Atenção Primária à Saúde é fundamental para o acolhimento e cuidado de vítimas de abuso sexual. A experiência de estágio permitiu compreender a importância de práticas humanizadas, baseadas na escuta ativa, no vínculo terapêutico e na articulação com a rede de proteção.

“Ao final do estágio, compreendi com maior profundidade o papel transformador do cuidado psicológico na vida de pessoas que enfrentam situações de violência, que por muitas vezes o silêncio será a possibilidade de estabelecer vinculo. A experiência reforçou meu compromisso ético com uma Psicologia sensível às dores humanas e atenta às desigualdades que impactam o acesso ao cuidado.”

REFERÊNCIAS

Carvalho, G. M., Silva, M. M. A., & Souza, E. R. (2021). A atuação do psicólogo na Atenção Primária à Saúde: desafios e potencialidades. Ciência & Saúde Coletiva, 26(1), 233–242.

Faller, K. C., & Everson, M. D. (2020). Contested Issues in the Evaluation of Child Sexual Abuse Allegations. Routledge.

Lima, A. M. S., Santos, L. C., & Ferreira, J. G. (2021). Violência sexual e atenção primária: desafios e possibilidades na atenção integral. Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil, 21(4), 1055–1062.

Ministério da Saúde (Brasil). (2022). Violência sexual: orientações para profissionais de saúde. Brasília: Ministério da Saúde.

Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). (2023). Respostas dos serviços de saúde à violência sexual na região das Américas.

Starfield, B. (2002). Primary care: balancing health needs, services, and technology. Oxford University Press.

Experiência Escolar e Integração Social: Um olhar para o desenvolvimento infantil na EDISCA

Gabriel da Silva Raulino (UNIFOR), Luiza de Andrade Braga Farias (UNIFOR)

A pesquisa teve como objetivo compreender o desenvolvimento infantil da linguagem na Escola de Dança e Integração Social para Criança e Adolescente (EDISCA). Entende-se que o desenvolvimento da criança é fundamental para a formação da identidade humana, que por sua vez constitui a formação social do sujeito. Dessa forma, compreende-se que a linguagem é expressa para além da oralidade, como uma potência comunicativa plural, polissêmica e central na infância.

Nesse sentido, a dança é compreendida como uma expressão artística que integra o movimento corporal à manifestação da linguagem. Marquez e Kunz (2020) discutem a dança como linguagem a partir das reflexões filosóficas de Merleau-Ponty, buscando analisar o fator comunicativo na constituição do sujeito em desenvolvimento. Assim, há uma proximidade entre arte e linguagem, articulada pela percepção, historicidade e expressão do fazer artístico, que é historicamente localizado, móvel e intransigente.

Nesse contexto, destaca-se o papel social da EDISCA, que promove atividades artísticas e aulas de dança para jovens oriundos de bairros periféricos de Fortaleza. Com destaque para o alto desempenho nas performances, majoritariamente de meninas negras, e pelas medidas adotadas para garantir o acesso e a permanência dessas crianças e adolescentes na escola — como o acompanhamento multiprofissional que garante acesso à cuidados da enfermagem, alimentação com alto valor nutricional, educação sexual, apoio psicopedagógico, dentre outros.

A metodologia adotada baseou-se na Observação Não-participante (ONP), um método etnográfico que possibilita o registro detalhado das interações, fundamental para estudos em psicologia. A pesquisa contemplou também a participação em palestras e supervisões que reforçaram a importância da liberdade e do apoio ao desenvolvimento infantil em contextos saudáveis. As observações foram realizadas tanto em sala de aula quanto em espaços lúdicos da EDISCA, cumprindo os critérios éticos de confidencialidade e a carga horária mínima exigida.

Os resultados indicam que a EDISCA exerce um papel social relevante ao valorizar o corpo periférico na arte clássica, especialmente diante da realidade da periferia de Fortaleza. Analisar essa instituição permite compreender como as experiências das crianças são atravessadas pelo cotidiano periférico, influenciando diretamente seu desenvolvimento humano. A segregação social e educacional na cidade de Fortaleza, dominada pelas divisões de classe, raça e gênero, reforçam a necessidade de discutir os marcadores sociais, políticos, econômicos e culturais que condicionam a visibilidade e o acesso dessas crianças à dança e às demais expressões culturais (Silva et al., 2022).

Por sua vez, a dança, enquanto linguagem, abre um campo de possibilidades para a expressão e construção artística. Conforme Marquez e Kunz (2020), a linguagem não deve ser entendida apenas como comunicação oral ou escrita, mas como um sistema que vai além da simples tradução ou interpretação de ideias preexistentes e cristalizadas. Na perspectiva fenomenológica, a linguagem é uma expressão incompleta e em constante transformação de significados que o sujeito produz para si, para o interlocutor e para o mundo.

De forma alinhada, a arte como linguagem gera significados que se expandem constantemente, refletindo nas inquietações e nos debates presentes na realidade

histórica do sujeito que dança. O corpo em movimento torna-se uma forma de expressão de sua trajetória, afirmando uma presença viva e atuante no mundo: Pauta-se, na realidade social defendida e promovida pela EDISCA, um corpo que dança a própria história. Essa trajetória é construída de forma acumulativa e por múltiplas camadas, guiada pelas necessidades subjetivas de um sujeito que está situado em um contexto histórico e geográfico específico, sempre em transformação e inacabado.

Por fim, a pesquisa alcançou seu objetivo ao compreender o desenvolvimento infantil a partir da análise da dança enquanto linguagem e reforçou a importância da EDISCA como um espaço de resistência e afirmação para crianças e adolescentes da periferia. Destaca-se o potencial das práticas artísticas e comunitárias para contribuir com a produção da subjetividade e o desenvolvimento infantil em contextos marcados por desigualdades sociais e educacionais.

Extensão e formação em Psicologia: sentidos atribuídos por participantes do Projeto Ohana em Santarém-PA

Jamille Maria Fernandes da Cruz (Centro Universitário da Amazônia - UNAMA Santarém), Fernanda Sousa Ribeiro (Centro Universitário da Amazônia - UNAMA Santarém), Milany Santos de Carvalho (Centro Universitário da Amazônia - UNAMA Santarém)

A extensão universitária, conforme dispõe o artigo 207, caput, da Constituição Federal do Brasil, é um dos pilares do ensino superior brasileiro, ao lado do ensino e da pesquisa, tendo como propósito favorecer o desenvolvimento e a aplicação das competências construídas ao longo da graduação. Por meio da prática extensionista, os estudantes têm acesso a um campo vivo de experiências e saberes, que possibilita a articulação entre teoria e prática e estimula uma postura crítica e investigativa, constituindo um espaço de transição entre a formação acadêmica e o exercício profissional (ROLLINO, 2017). Em cursos como a Psicologia, ela permite a aproximação dos alunos com realidades sociais diversas e o exercício da escuta, da empatia e da intervenção comprometida (COSTA NETO; AMPARO; CARVALHO JÚNIOR, 2020). Essa pesquisa tem como objetivo analisar os sentidos atribuídos à experiência do Projeto Ohana por estudantes de Psicologia que participaram de suas ações entre 2021 e 2025. Busca-se compreender os efeitos da extensão universitária na formação pessoal, ética e profissional desses alunos. O estudo se insere no eixo temático "Psicologia Social e Educação", ao tratar da extensão universitária como uma atividade que integra teoria e prática na formação em Psicologia. A experiência vivida no Projeto Ohana, conduzido por estudantes do curso, representa um espaço formativo que estimula a construção de saberes críticos, a escuta sensível e o cuidado com a comunidade, destacando o compromisso ético e político das intervenções sociais. Esta pesquisa se baseia na Psicologia Social Crítica e nos estudos sobre extensão universitária, dialogando com Freire (1985; 1996), que defende o diálogo entre saberes populares e acadêmicos para promover uma educação libertadora; com Martín-Baró (2011), que propõe uma psicologia voltada para a conscientização e a transformação da realidade; e com Lane (1981), que destaca que a forma como pensamos e agimos é construída nas relações sociais, e que a Psicologia deve contribuir para questionar desigualdades e promover mudanças. Esses autores ajudam a compreender a extensão universitária como um instrumento que une teoria, prática, promove escuta, reflexão crítica e contribui para a transformação social. O presente trabalho adotou uma abordagem qualitativa e exploratória, cujos dados foram coletados por meio de um formulário eletrônico, criado no Google Forms, composto por perguntas abertas. O instrumento foi respondido por nove estudantes de Psicologia que participaram do Projeto Ohana entre 2021 e 2025. As perguntas abordaram temas como aprendizados vivenciados, sentimentos despertados, transformações percebidas e mudanças na visão da Psicologia. As respostas foram avaliadas por meio da Análise Temática, conforme proposto por Braun & Clarke (2006), revelando cinco temas principais: (1) transformação pessoal; (2) formação prática; (3) compromisso social; (4) psicologia como cuidado e (5) afeto e vínculo. Os participantes relataram que o projeto foi um espaço de mudança em suas formas de pensar, sentir e agir. Frases como "Me encontrei ainda mais no curso e me trouxe um sentido maior para continuar" e "A psicologia é mais do que técnica — é enxergar o outro com empatia" ilustram a profundidade das experiências vividas. A escuta ativa, o contato com realidades antes desconhecidas e a prática da Psicologia em campo foram apontados como marcos formativos decisivos. Além disso, houve menções recorrentes ao impacto emocional das ações, como o contato com

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

crianças e idosos, a percepção da exclusão social e o sentimento de utilidade e pertencimento. Essas experiências confirmam o que Freire (1996) chama de "inéditos viáveis" — possibilidades de ser e agir que emergem quando o saber acadêmico se encontra com a realidade concreta, abrindo caminhos para transformações pessoais e sociais. Para os estudantes, o Ohana foi mais do que um projeto: foi um espaço de formação humana, ética e política, onde se construiu um olhar mais sensível sobre a Psicologia. Conclui-se que o projeto tem contribuído diretamente para a construção de uma formação universitária crítica, ética e sensível dos futuros psicólogos. As falas dos participantes evidenciam que a extensão universitária não é um complemento, mas uma dimensão formativa essencial. Ela permite ao acadêmico vivenciar na prática os valores, dilemas e compromissos da profissão, reafirmando a potência da extensão como espaço de produção de saberes, vínculos e subjetividades. Dessa forma, fortalece-se uma Psicologia comprometida com a realidade social e a transformação humana, articulando afetividade, criticidade e compromisso social no currículo da graduação em Psicologia.

Gênero e Colonialismo: extra dissidências para além do humano

Lucas Lima Ribeiro Gularte (UFPEL), Édio Raniere da Silva (UFPEL), Bibiana Scherer (UFPEL), Kalléu Schmidt Mendes (UFPEL), Manoela Moreda Neves Vergara (UFPEL)

Introdução: Mesmo em propostas tidas como dissidentes das formas tradicionais de gestão da diferença, seja na psicologia social ou nos movimentos sociais, novas identidades e pertencimentos são constantemente administrados sob novas formas de controle, mantendo intacto o jogo normativo. Este trabalho, contudo, parte de outro lugar: não busca forças ausentes ou travar batalhas contra o dado, mas inventar modos de existir que afirmam, em vez de negar. Mesmo aqueles que aparentemente não se encaixam acabam capturados pela necessidade de tornar seus corpos legíveis, permanecendo na lógica regulatória. Em vez de ampliar limites do reconhecível - implicando sempre permissão e controle - interessa aqui o irreconhecível: aquilo que explode a lógica da permissão, irrompendo como inexpropriável, uma existência que não pode ser apropriada, normalizada ou domesticada pelo olhar do outro. Afinal, a catequese muda de roupa, mas continua regulando desejos, corpos, identidades e rebeldias. Desse modo, seria possível questionar em que medida algumas narrativas sobre diversidade e inclusão operaram como mecanismos da colonialidade? Também seria possível inverter o problema: que é isso que nos habita quando não se faz necessário nenhuma identificação?

Objetivo Geral: Problematizar agenciamentos que operam entre o colonialismo e a identificação, dando ênfase a questões de gênero e sexualidade.

Objetivos específicos:

Afirmar existências que escapam à lógica humanista do reconhecimento.

Enunciar existências imanentes que não precisam tornar-se humanas para existir, habitando a contradição e o devir como potência própria: para além do humano, da identidade e do pertencimento.

Relação com o eixo temático escolhido: A proposta conecta-se diretamente ao eixo 12. "Gênero, Sexualidades e Intersecções", questionando a própria necessidade de categorias como gênero e sexualidade para reconhecimento e existência dos sujeitos. Com uma crítica às lógicas identitárias, problematiza os mecanismos de identificação, não para ampliar categorias existentes, mas para afirmar existências irreconhecíveis e não-domesticáveis pelo regime dominante.

Orientação Teórica: Apoia-se na Filosofia da Diferença (Spinoza/Deleuze) e em críticas à normatização de Despentes, no ecofeminismo de Starhawk, na sexualidade-acontecimento de Rolnik, no anarco-queer de Bædan e na contracolonialidade de Nego Bispo, compondo uma perspectiva imanente contracolonial.

Estratégias Metodológicas: A pesquisa se utiliza da cartografia (Deleuze & Guattari, 1997) para mapear e tensionar os mecanismos de identificação, inclusão e normatização nos debates contemporâneos sobre gênero e diferença. A análise reúne referências acadêmicas, manifestos e produções dissidentes, afirmando a potência do fora e das linhas de fuga em vez da busca por universalizações.

Resultados: O moralismo dos clubes "do bem" é insidioso exatamente por acreditar estar do lado “certo” da história. Como alerta Despentes (2023), mesmo certos feminismos, ao se tornarem vigilantes da dignidade e pureza, correm o risco de criar padrões morais, permitindo que corpos dissidentes sobrevivam apenas quando enquadrados em categorias reconhecíveis, aceitas e domesticadas. Ao invés de defender identidades fixas ou diversidade

controlada, interessa habitar o impuro, o contraditório, aquilo que jamais será apropriado pelo olhar moralista. Não há falta a suprir nem permissão a pedir: potência não é o que se recupera, mas o que se inventa em cada encontro, na composição imprevisível e relacional da vida (Starhawk, 1988). Sexualidade é invenção singular que escapa a normas e identidades fixas, uma experimentação constante e aberta (Guattari & Rolnik, 1986). A potência radical é viver sem nome ou forma fixa, em devir-imperceptível (Deleuze & Guattari, 1997), recusando qualquer reconhecimento prévio. Como Bædan (2014) e coletivos anarco-queer salientam, quando a dissidência se cristaliza em identidade, vira engrenagem do mesmo sistema: armário reciclado, vigilância e exclusão. Nesse ponto, o pensamento contracolonial de Nego Bispo (2021) abre horizonte mais radical: nomear é administrar, incluir é domesticar. O que não tem nome não precisa ser incluído. Não se trata de aumentar diversidade, mas parar de bloquear o diverso, subvertendo a necessidade de identificação e recusando radicalmente sua lógica colonizadora.

Conclusão: A conclusão provisória apresentada pela pesquisa busca expressar uma relação constitutiva que vem se estabelecendo entre o colonialismo e as identidades baseadas em reconhecimento. Não se trata de negar identidades, mas afirmar uma rebeldia da imanência, uma "extra dissidência", dispensando tanto o moralismo identitário quanto a ilusão humanista da inclusão. Não interessa aumentar categorias ou administrar diferenças, mas permitir que o diverso aconteça livremente. Fora não é erro ou ausência: é movimento, intensidade e devir. Trata-se de uma vida que não precisa de reconhecimento, visto que ela se compõe com aquilo que se afirma no encontro.

Referências Bibliográficas:

BÆDAN. Against the Gendered Nightmare. [S.l.]: 2014. Disponível em: https://theanarchistlibrary.org/library/baedan-against-the-gendered-nightmare Acesso em: 06 jun. 2025.

BISPO, Antônio. A terra dá, a terra quer. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo. 2021.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia. Vol. 3. Rio de Janeiro: Editora 34. 1997.

DESPENTES, Virginie. Teoria King Kong. Tradução de Márcia Bechara. São Paulo: n-1 edições. 2023.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. Micropolítica: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes. 1986.

STARHAWK. Dreaming the Dark: Magic, Sex, and Politics. Boston: Beacon Press. 1988.

Impactos dos discursos psicopatológicos no Instagram sobre a subjetividade de jovens de 18 a 24 anos: uma análise da influência da rede social na forma como compreendem sua saúde mental.

Lívia Maria Ferreira Braga (FACES), Rosana Maria Luz Fernandes (Faculdade Cathedral)

O presente trabalho investigou como os discursos psicopatológicos difundidos no Instagram influenciam a constituição da subjetividade de jovens entre 18 e 24 anos, estudantes do curso de Psicologia da Faculdade Cathedral. Considerando que o Instagram se consolidou como uma das principais plataformas de compartilhamento de informações sobre saúde mental, sobretudo entre jovens, observou-se a necessidade de compreender os possíveis efeitos da exposição contínua a conteúdos que, muitas vezes, apresentam uma linguagem diagnóstica generalizada e descontextualizada. Nesse cenário, tornou-se evidente o risco da patologização da vida cotidiana, marcado pelo uso frequente de termos clínicos para descrever experiências subjetivas comuns. Essa tendência pode favorecer o autodiagnóstico e a adesão a rótulos psicopatológicos sem mediação profissional, o que impacta diretamente a forma como os jovens compreendem suas emoções e elaboram suas vivências.

Diante disso, o objetivo do estudo foi analisar os possíveis impactos desses discursos na constituição da subjetividade de jovens usuários da plataforma, com foco na maneira como os conteúdos consumidos interferem na autopercepção, favorecem o autodiagnóstico e colaboram para a naturalização da lógica patologizante nas relações com o sofrimento psíquico. Ao considerar essas questões, o trabalho estabelece relação direta com o eixo temático “Mídia, cultura e tecnologias digitais”, uma vez que problematiza o papel das mídias sociais na produção de sentidos sobre saúde mental e subjetividade. Dessa forma, busca-se refletir sobre como a circulação de discursos nas redes digitais pode tanto promover acesso à informação quanto reforçar formas de adoecimento, contribuindo para a difusão de práticas medicalizantes e para a padronização de modos de existir.

Do ponto de vista teórico, a pesquisa foi orientada pela perspectiva da subjetividade desenvolvida por González Rey, a qual compreende o sujeito como um ser ativo, histórico e social, cuja subjetividade é constituída nas relações que estabelece com o mundo, com o outro e consigo mesmo. Essa abordagem permitiu compreender que os discursos psicopatológicos presentes nas redes não atuam de maneira neutra, mas operam como mediadores simbólicos na constituição do sujeito. Além disso, foram mobilizados autores que discutem o processo de patologização da vida e os efeitos da lógica biomédica no cotidiano, especialmente quando essa lógica é reproduzida nas plataformas digitais sem o devido cuidado ético e científico.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, com caráter descritivo e exploratório. Como estratégia de produção de dados, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com sete estudantes do primeiro semestre de Psicologia, com idades entre 18 e 24 anos, os quais relataram consumir regularmente conteúdos relacionados à saúde mental no Instagram. As entrevistas foram analisadas com base na técnica de análise de conteúdo temática, o que possibilitou a organização das falas em cinco categorias: uso da plataforma, impacto na autopercepção da saúde mental, autodiagnóstico, patologização da vida e subjetividade, além dos efeitos positivos e negativos dos conteúdos acessados.

Os resultados apontaram que o Instagram é amplamente utilizado pelos jovens como fonte de informação sobre

saúde mental, sendo percebido tanto como espaço de acolhimento quanto de insegurança emocional. Por um lado, os conteúdos compartilhados foram reconhecidos como capazes de gerar identificação, ampliar reflexões e incentivar o cuidado com a saúde emocional. Por outro, a maioria dos participantes relatou episódios de dúvida quanto à sua própria saúde mental e demonstrou preocupação em relação à possível presença de transtornos, mesmo sem orientação de profissionais da área. Em alguns casos, houve relato explícito de autodiagnóstico e de internalização de rótulos psicopatológicos, o que evidencia a influência direta desses conteúdos na construção da autoimagem e na forma como os sujeitos interpretam seu sofrimento. Assim, ficou evidente que o discurso psicopatológico presente nas redes digitais passa a compor o modo como os jovens elaboram suas experiências, promovendo, muitas vezes, uma leitura reducionista e normatizante da vida psíquica.

Com base nas análises realizadas, conclui-se que os discursos veiculados no Instagram influenciam significativamente a subjetividade dos jovens, operando como elementos que interferem na forma como os sujeitos compreendem seus afetos, organizam suas experiências e constroem sentidos sobre si. Esses discursos, ao circularem de maneira ampla e descontextualizada, contribuem para a normalização de práticas como o autodiagnóstico, além de reforçarem a lógica da medicalização do sofrimento. Embora o acesso à informação possa ser benéfico em muitos aspectos, é necessário reconhecer os riscos envolvidos na circulação indiscriminada de conteúdos que tratam da saúde mental. Por isso, torna-se fundamental pensar estratégias de enfrentamento à patologização da vida nas redes sociais, promovendo uma relação mais crítica, ética e consciente com o uso das mídias digitais. Dessa maneira, espera-se que a psicologia possa contribuir para a construção de práticas comunicacionais mais responsáveis, que considerem a singularidade do sujeito e os múltiplos atravessamentos sociais que compõem a experiência do sofrimento psíquico na contemporaneidade.

INDÚSTRIA CULTURAL E SAÚDE MENTAL: influências do capitalismo no meio online e na subjetividade humana

Anna Flávia Ayres de Lima (UNIFAMAZ), Leonardo Fabiano Sousa Malcher (UNIFAMAZ)

O conceito de Indústria Cultural, desenvolvido por Theodor W. Adorno e Max Horkheimer, foi elaborada em 1947 em "Dialética do Esclarecimento" com o objetivo de evidenciar que a lógica do sistema capitalista engendra o fato de que, quanto mais fortalecido, mais poder para impor as necessidades de consumo no mercado. Esta abordagem demonstra inclusive que, o que se vai sentir está pautado ou disciplinado no sentido de "domar" a população e, assim, criar a sua própria "Cultura" (Adorno; Horkheimer, 1985). Este processo, segundo os autores e corroborado por Lacombe (2019), favorece e produz também a alienação e a manipulação das massas sociais por meio de uma padronização de "produtos culturais". O trabalho realizado tem o objetivo geral de explorar os efeitos da Indústria Cultural no contexto das mídias e redes sociais e analisar os seus impactos na saúde mental e na subjetividade dos indivíduos. Justamente por isto, encaixa-se no eixo "mídia, cultura e tecnologias digitais", pois a padronização e a alienação promovida pela mídia online reflete no adoecimento e no sofrimento psíquico frente à necessidade de seguir padrões sociais que, na maior parte das vezes, é acompanhado da pseudo-individuação (Zuin; Pucci; Lastória, 2015). A metodologia é fundamentada na articulação da literatura da Teoria Crítica, principalmente as discussões propostas por Theodor W. Adorno, e dados de documentação indireta de fonte primária e secundária extraídos de artigos científicos e do Ministério da Saúde. Como resultados, percebeu-se que a alienação acometida pela Indústria Cultural é composta pela junção do padrão e da pseudo-individuação, fazendo o usuário, dentro das redes, agir com a convicção de que é por livre e espontânea escolha em seguir uma moda social mas, na realidade, ele está reproduzindo algo que lhe fora imposto com o objetivo de alcançar o status quo da aceitação social, havendo uma certa objetificação do indivíduo, passando a ser uma representação, ou reprodução, de objeto da Indústria Cultural (Brunelli; Amaral; Silva, 2019), assim, gera-se uma violência simbólica que passa a afetar a subjetividade humana ao retirar a alteridade e a capacidade de julgar, decidir e criticar, tornando o sujeito um ser generalizado, igual a todos (Caniato; Cesnik; Rodrigues, 2012). Não obstante, a pesquisa publicada pela ANAMT (Associação Nacional de Medicina do Trabalho) e realizada pela International Stress Management Association no Brasil (ISMA-BR), traz dados que refletem os sintomas da necessidade de produção maçante para conseguir acompanhar o ritmo e o padrão capitalista, em que 72% dos brasileiros no mercado de trabalho apresentam alguma sequela oriunda do estresse, 32% sofrem de Burnout e, das pessoas que possuem a síndrome, 92% continuam na prática laboral devido ao medo do desemprego. Conclui-se, então, que os impactos psíquicos da violência causada pela Indústria Cultural, geração de uma cultura mercantilizada e midiatizada, retira o pensamento crítico dos indivíduos-vítimas deste sistema, resultando no aumento do mal-estar psicológico advindo da ordem vigente já intrínseca nas mídias e redes sociais, neste contexto, a constante urgência de cada indivíduo em enquadrar-se nos referenciais da indústria, mesmo que indiretamente, em busca de ser socialmente aceito, resulta em ter a sua própria singularidade esvaída, tornando-se vulnerável para os quadros de baixa autoestima e Síndrome de Burnout. A Indústria Cultural, portanto, molda a sociedade, principalmente com o "passe-livre" pelas mídias sociais, deixando como única alternativa de se sentir feliz e livre se os indivíduos também se permitirem serem moldados por ela, mesmo que signifique renunciar a própria saúde e singularidade (Adorno; Horkheimer, 1985).

Interseccionalidade de gênero na pesquisa em psicologia social no Brasil: Uma revisão da literatura

Linda Stefanie Paiva Lourenço (UFPA), Jhulya Eduarda Castro dos Santos (UFPA), Antônio Junior dos Santos Tavares (UFPA)

Introdução: A interseccionalidade, enquanto ferramenta analítica que examina como diferentes eixos de opressão e privilégio se interconectam e se influenciam mutuamente, tem ganhado crescente relevância no campo da psicologia social no Brasil. Dada a complexidade das desigualdades históricas e estruturais que caracterizam a sociedade brasileira, marcadas por questões de gênero, raça, classe, sexualidade e outras categorias sociais, a lente interseccional se apresenta como fundamental para uma compreensão mais aprofundada dos fenômenos psicossociais. Objetivos: Esta revisão da literatura tem como objetivos principais: Identificar as principais temáticas investigadas pela pesquisa em psicologia social no Brasil que utilizam a interseccionalidade de gênero, analisar os referenciais teóricos mais frequentemente mobilizados nesses estudos, incluindo as influências do feminismo negro e do pensamento decolonial, sintetizar os principais resultados e contribuições dessas pesquisas para a compreensão das desigualdades e das experiências de sujeitos atravessados por múltiplas formas de opressão e identificar lacunas e tendências na produção científica sobre interseccionalidade de gênero na psicologia social brasileira. Métodos: A presente revisão foi conduzida através de uma busca sistemática em duas bases de dados relevantes para a psicologia e as ciências sociais no contexto brasileiro: o SciELO e o PePSIC, utilizando-se os descritores "interseccionalidade", "gênero" e "psicologia social". Os critérios de inclusão priorizaram artigos, dissertações e teses publicados em português que apresentassem explicitamente a interseccionalidade de gênero como referencial teórico ou metodológico central na investigação de fenômenos psicossociais no contexto brasileiro. Foram excluídos estudos que abordavam gênero de forma isolada ou que não se inseriam no campo da psicologia social brasileira. A análise dos materiais selecionados envolveu a leitura crítica e a categorização dos estudos de acordo com os objetivos desta revisão. Resultados: A análise da literatura revela um crescente interesse pela aplicação da interseccionalidade de gênero na pesquisa em psicologia social no Brasil. As principais temáticas abordadas incluem discussões nas áreas de saúde, violência de gênero, justiça e subjetividades como: investigação das experiências de saúde e doença de mulheres negras com condições específicas como a doença falciforme, revelando como raça, gênero e classe se entrelaçam na produção de vulnerabilidades e no acesso aos serviços de saúde (além de análise das políticas de enfrentamento ao HIV/Aids sob a perspectiva interseccional), estudos que demonstram a sobrerrepresentação de mulheres negras em situações de violência doméstica e a negligência da interseccionalidade de raça e gênero nos discursos e práticas do sistema de justiça (como estudos que analisam o encarceramento desproporcional de mulheres negras), análise da violência contra mulheres trabalhadoras domésticas diaristas, investigações sobre as experiências de transição de gênero de homens transexuais negros, e análise das memórias e narrativas de mulheres negras na literatura e na arte (slam), utilizando a interseccionalidade como lente para compreender a construção de identidades coletivas e as formas de resistência ao epistemicídio. Os referenciais teóricos mais mobilizados incluem o feminismo negro, com as contribuições de autoras como Crenshaw, Collins e Gonzalez, e o pensamento decolonial, que questiona a hegemonia epistêmica eurocêntrica e valoriza os saberes subalternizados. Metodologicamente, predominam as abordagens qualitativas, com o uso de entrevistas

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

semiestruturadas e narrativas para aprofundar a compreensão das experiências singulares e das dinâmicas de poder. Conclusões: A revisão da literatura demonstra a centralidade da interseccionalidade de gênero para a pesquisa em psicologia social no Brasil, oferecendo um arcabouço teórico e metodológico robusto para analisar as complexas imbricações das desigualdades sociais. Os estudos revisados contribuem significativamente para a visibilização das experiências de grupos marginalizados, como mulheres negras, homens transexuais negros e trabalhadoras domésticas, revelando como a articulação entre gênero, raça e classe molda suas vivências na saúde, no trabalho, na justiça e na construção de suas identidades. Apesar do avanço na produção científica, persistem lacunas importantes, como a necessidade de maior investimento em pesquisas que articulem a interseccionalidade com outras categorias sociais, como sexualidade, deficiência e geração. Além disso, é fundamental fortalecer o diálogo com as epistemologias subalternizadas e as lutas dos movimentos sociais para garantir que a pesquisa interseccional em psicologia social no Brasil permaneça crítica, engajada e comprometida com a transformação social e a justiça epistêmica. As tendências apontam para uma crescente sofisticação teórica e metodológica, com o potencial de gerar conhecimentos ainda mais relevantes para a intervenção psicossocial e a formulação de políticas públicas que considerem a complexidade das desigualdades no contexto brasileiro.

Palavras-chave: Interseccionalidade; Gênero; Psicologia Social.

Interseccionalidade e maternidade: quando a romantização exclui mulheres negras, pobres e solo.

Ana Paula Rodrigues Matos (UNITPAC), Agda Rodrigues Santos (UFNT)

Introdução: A maternidade é vista e retratada como uma experiência global de amor, realização e plenitude feminina. No entanto, essa romantização desconsidera as diferentes formas de vivenciar o maternar, principalmente por mulheres negras, pobres e que maternam sozinhas. Essa idealização social e histórica construída a respeito do maternar, impõe um modelo único e excludente, no qual silencia as vivências marcadas pela desigualdade, a ausência de suporte e por múltiplas opressões. Romantizar ao invés de acolher, marginaliza as mulheres que não se encaixam no padrão normativo e produz um ciclo de invisibilidade e culpabilização.

Objetivo: O trabalho tem por objetivo refletir sobre como a romantização da maternidade contribui para a exclusão simbólica, social e política de mulheres negras, em situação de vulnerabilidade social que exercem a maternidade de forma solo. A partir de uma perspectiva interseccional, visibilizar as experiências de mulheres negras com o maternar e os atravessamentos de raça, classe e gênero que as constituem.

Relação com o eixo temático escolhido: O eixo 12 — "Gênero, Sexualidades e Intersecções" — convoca produções que desvendem como relações de poder moldam sujeitos e corpos a partir de marcadores sociais entrelaçados. Nosso trabalho se insere nesse debate ao examinar a romantização da maternidade como dispositivo patriarcal e cis-heteronormativo que naturaliza a ideia de "mãe abnegada" e invisibiliza experiências que escapam ao modelo branco, conjugal e de classe média. Assim, o estudo adere ao eixo 12 porque revela, a partir da idealização da maternidade opera como mecanismo de dominação que legitima desigualdades interseccionais. Ao fazê-lo, propõe caminhos para políticas públicas antirracistas que garantam suporte material, simbólico e político a essas mulheres, contribuindo para estratégias coletivas de resistência às violências de gênero, raciais e de classe.

Orientação teórica: A pesquisa tem como teoria a Interseccionalidade de Patricia Hill Collins: compreende raça, classe e gênero como sistemas de opressão mutuamente constituídos, organizados em uma "matriz de dominação".A interseccionalidade, conforme desenvolvida por Patrícia Hill Collins, é uma ferramenta teórica que analisa como diferentes sistemas de opressão — como racismo, sexismo, classismo e heteronormatividade — atuam de forma entrelaçada e simultânea na vida das pessoas, especialmente das mulheres negras. Para Collins, essas opressões não são vividas de forma isolada, mas se combinam dentro de uma matriz de dominação que estrutura as relações sociais e políticas. A partir dessa perspectiva, a autora propõe uma escuta atenta às experiências situadas, valorizando os saberes construídos a partir da vivência de múltiplas marginalizações. A maternidade, assim como os demais papéis sociais atribuídos às mulheres, é construída dentro de uma sociedade marcada pelo patriarcado e pela hegemonia branca — ou seja, uma estrutura androcêntrica, cisheteronormativa e racista — que sustenta e perpetua os privilégios dos grupos dominantes.Romantização da maternidade: entendida como construção ideológica patriarcal que define uma "boa mãe" branca, heterossexual, de dupla renda e nuclear; essa norma opera como mecanismo de controle social sobre corpos e vidas de mulheres negras.

Estratégias metodológicas: Abordagem qualitativa e Análise de Conteúdo de Bardin (1977):

Pré-análise (imersão)

Elaboração de um memo analítico sobre impressões iniciais de raça, classe e gênero.

Codificação aberta (unidades de sentido)

Uso do software WebQDA para marcação linha-a-linha.

Construção de temas interseccionais

Agrupamento dos códigos em categorias analíticas que expressam articulações de raça, classe e gênero:

(a) Discursos sobre a "boa mãe": ideal eurocêntrico, julgamentos morais e resistências discursivas.

(b) Racismos cotidianos na maternagem: violências institucionais (creche, saúde), estereótipos e microagressões.

(c) Estratégias de sobrevivência e cuidado: redes de apoio informal, economia solidária e (auto)-cuidado

Resultados: Síntese conceitual sobre interseccionalidade, romantização da maternidade, maternidade negra solo. Portanto, compreender a maternidade negra solo exige reconhecer que o ideal romântico da mãe perfeita não é apenas inatingível para muitas mulheres negras: ele também é um mecanismo de exclusão simbólica, social e política que sustenta a matriz interseccional de opressão.

Conclusões: A perspectiva interseccional de Collins demonstra que políticas universais de família falham porque ignoram configurações familiares racializadas e precarizadas.Visibilizar experiências de maternagem negra é passo crucial para descolonizar políticas públicas: necessidade de creches 24 h, renda básica, proteção no mercado de trabalho e inclusão de vozes negras na formulação de programas sociais.

Interseccionalidade: lacunas e potencialidades na formação em Psicologia

Pedro Rian Pereira dos Santos (UNB), Hadassa Emanuelle Dolbeth Sales (UNB), Iago Ferreira Sampaio (UNB), Cláudia de Oliveira Alves (UNB)

Este trabalho apresenta resultados parciais de uma pesquisa que tem como objetivo compreender como a interseccionalidade tem atravessado a formação em Psicologia no Brasil, investigando experiências de estudantes e profissionais formadas. A interseccionalidade tem sido adotada em várias áreas do conhecimento por oferecer uma lente analítica sobre os marcadores sociais da diferença e as desigualdades produzidas historicamente por sistemas de opressão. No campo psi, conforme apontam Rosa e Andrade (2022), essas temáticas costumam ser debatidas de forma isolada e desarticulada. Ainda que relevantes, a fragmentação tende a reforçar representações de sujeitos universais, a partir da perspectiva de grupos dominantes.

Esta pesquisa investiga as compreensões teóricas e práticas de estudantes e profissionais de Psicologia sobre a interseccionalidade, considerando experiências acadêmicas a paritr do tripé ensino, pesquisa e extensão, e não acadêmicas (movimentos sociais, saberes populares, formações independentes). Revela como esses sujeitos resistem às abordagens tradicionais, articulando saberes insurgentes para uma formação que problematize opressões estruturais. Também identifica falhas no sistema educacional que ainda marginaliza a interseccionalidade, e busca caminhos pedagógicos que fortaleçam uma formação crítica e transformadora.

A pesquisa alinha-se ao eixo temático do GT 34, ao propor uma análise crítica da formação em Psicologia a partir da interseccionalidade como lente analítica e teoria social. Ao investigar como estudantes e profissionais de distintas universidades acessaram (ou não) a interseccionalidade em suas trajetórias, busca-se compreender como, por que e com quais efeitos ela pode ser integrada às estruturas curriculares. Reivindicamos a interseccionalidade como ferramenta pedagógica para uma Psicologia que forme profissionais que atuem nos atravessamentos entre opressão e resistência, produzindo outras formas de saber, cuidado e presença.

Esta pesquisa compreende a interseccionalidade como ferramenta teórico-metodológica para a análise das formas de opressão que estruturam a sociedade e operam na formação em psicologia. Conforme autoras negras feministas, marcadores sociais como raça, classe, gênero, sexualidade, deficiência e território, não atuam de forma isolada, mas se articulam na constituição das relações sociais e das instituições, inclusive nas universidades. A escassez de discussões teóricas e práticas sobre o tema revela a urgência de incorporar às estruturas curriculares epistemologias historicamente silenciadas. Esta pesquisa dialoga com referenciais da educação e da decolonialidade, buscando contribuir para a formação de profissionais que compreendam as posições sociais dos sujeitos. Estudos sobre interseccionalidade, crítica às epistemologias eurocêntricas e valorização constituem o alicerce teórico deste trabalho, que compreende a formação em Psicologia como campo atravessado por disputas políticas e epistêmicas.

Este estudo foi fundamentado em uma perspectiva pragmática, articulando dados quantitativos e qualitativos. Utilizou-se um questionário online com 135 participantes, entre estudantes e profissionais da área, composto por questões fechadas e abertas. As perguntas exploraram vivências em disciplinas, estágios, projetos de extensão e movimentos sociais, além de compreenderem a atuação profissional e o contato com saberes não institucionalizados. A análise qualitativa buscou apreender sentidos atribuídos à interseccionalidade e

modos como ela é (ou não) incorporada nas trajetórias formativas, a partir de análise temática.

Os dados parciais evidenciam lacunas e tensões na formação em Psicologia. Destaca-se a ausência de disciplinas obrigatórias que discutam criticamente os marcadores sociais da diferença de maneira articulada. Muitos relataram que temas como raça, classe, gênero e sexualidade aparecem de forma fragmentada ou relegada a disciplinas optativas e eventos extracurriculares. Além disso, emergem relatos sobre a invisibilização das produções contra-hegemônicas elaboradas por estudantes dissidentes. Evidencia-se uma estrutura acadêmica elitista que promove epistemicídio. Em resposta, as participantes revelam estratégias de resistência e redes de apoio afetivo-políticas, especialmente entre coletivos de estudantes cotistas e grupos organizados. Tais iniciativas contribuem para currículos alternativos e tensionam a ideia de uma formação neutra ou universal.

Os dados também apontam a necessidade de revisão da compreensão hegemônica de saúde mental presente nos cursos ainda majoritariamente clínico-individualizante e descolada de contextos históricos e estruturais. A ausência de formação em práticas psicossociais interseccionais foi apontada como limitação significativa, sobretudo para atuação em políticas públicas e contextos comunitários. Assumir a interseccionalidade como eixo estruturante da formação implica reconhecer os saberes produzidos nas margens e promover deslocamentos em direção a uma atuação mais justa, situada e comprometida com os direitos humanos.

Os dados reforçam a hipótese de que há uma lacuna significativa na formação em Psicologia quanto à interseccionalidade, tanto na dimensão teórica quanto nas práticas de ensino, pesquisa e extensão. A escassez de produções científicas, a ausência de diretrizes que contemplem a complexidade das existências marcadas por múltiplas opressões e a pouca inserção de epistemologias contra-hegemônicas no currículo evidenciam a urgência de repensar os modos de formar profissionais no Brasil. A interseccionalidade não deve ser entendida como um "acréscimo", mas como uma orientação epistêmica capaz de reorganizar as prioridades do campo, ampliando o compromisso ético da profissão com a justiça social. Esta pesquisa contribui para a construção de uma psicologia mais crítica, plural e comprometida com a transformação das estruturas que produzem desigualdades.

Linguagem como cuidado: uma proposta da Psicologia para o campo da migração

Laura Elvira Lopez Queslloya (CRP/MG), Jose Miguel Silva Ocanto (CRP/MG), Henrique Galhano Balieiro (CRP/MG)

A Comissão de Orientação em Psicologia e Migração (COPMIGRA), do Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais (CRP-MG), foi criada em 2020 com o objetivo de orientar e qualificar a atuação da categoria profissional frente às demandas da mobilidade humana internacional. Como parte das ações desenvolvidas por essa Comissão, apresentamos o Glossário de termos relacionados à migração, refúgio, apatridia e mobilidade humana, elaborado com o propósito de subsidiar práticas mais éticas, críticas e comprometidas com os direitos humanos. Este material tem como finalidade subsidiar profissionais da Psicologia na adoção de uma linguagem ética, não discriminatória e politicamente engajada, contribuindo para práticas mais acolhedoras e respeitosas no atendimento a pessoas em situação de mobilidade. A iniciativa surge no contexto do crescente fluxo migratório no Brasil e da ampliação da atuação da Psicologia junto a populações migrantes e refugiadas. O uso de determinadas expressões, frequentemente naturalizado no cotidiano profissional e institucional, pode reforçar estigmas, violências simbólicas e práticas excludentes. Diante disso, o glossário propõe uma reflexão crítica sobre termos como “crise migratória”, “migrante ilegal”, “deportado” ou “barreira linguística”, entre outros, oferecendo alternativas conceituais alinhadas aos direitos humanos, à interculturalidade e ao respeito à dignidade das pessoas migrantes. A proposta se insere no eixo temático “Direitos, movimentos sociais e desafios à Democracia” já que pretendemos evidenciar o papel da Psicologia na construção de práticas democráticas e na desconstrução de discursos que sustentam a estrutura de poder excludente, a xenofobia e o racismo institucional. O glossário é resultado de um processo coletivo e participativo desenvolvido pela COPMIGRA, A fundamentação teórica da proposta está ancorada na Psicologia Social Crítica e em epistemologias do Sul, que reconhecem os saberes produzidos pelas próprias pessoas migrantes e desafiam as perspectivas universalizantes e eurocentradas sobre a migração. Além disso, o material dialoga com os marcos normativos dos direitos humanos, como a Lei de Migração brasileira (Lei 13.445/2017), e com o compromisso ético-político da Psicologia com a promoção da cidadania e a equidade. Metodologicamente, a construção do glossário envolveu reuniões regulares entre estudantes e profissionais da psicologia que fazem parte da comissão, migrantes e brasileiras, com base em escutas de campo, debates internos, análise crítica de documentos e revisão participativa dos conteúdos. Cada termo selecionado é acompanhado de uma breve definição e de uma nota reflexiva que problematiza seus usos e possíveis substituições, incentivando o questionamento de termos cristalizados no vocabulário técnico e institucional. Como resultado deste trabalho, o glossário será disponibilizado em formato de folder e tem como proposta servir como instrumento pedagógico em atividades formativas, rodas de conversa, seminários e nas orientações realizadas pelo CRP-MG junto à categoria. Elaborado com linguagem acessível e formato compacto, o material foi pensado para alcançar ampla circulação, tanto em formato impresso quanto digital, fortalecendo a prática profissional comprometida com os direitos humanos e a interculturalidade. Conclui-se que o glossário não é apenas uma ferramenta terminológica, mas um dispositivo político-pedagógico que busca fortalecer a participação social, combater a produção simbólica da exclusão e ampliar o compromisso da Psicologia com a justiça social. Este pôster tem como objetivo apresentar essa iniciativa em sua fase de finalização, compartilhar o processo de construção coletiva do material e incentivar a criação de outros instrumentos que promovam práticas de linguagem ética, crítica e democrática no campo psicossocial..

Lugar de criança é na escola, por quê? Condutas paradoxais do UNICEF acerca da educação.

Júlia Teodósio Rodrigues Coelho (UFPA), Ananda Vitória Cardoso Rodrigues (UFPA), Flávia Cristina Silveira Lemos (UFPA)

A educação, enquanto uma entidade imaterial, adquiriu diferentes conformidades de existência consoante aos diferentes contextos sócio-históricos aos quais é referida. Logo, a educação é aqui compreendida como um terreno de saberes que se entrelaçam em enunciados formativos de discursos que por sua vez constituem regularidades de dizibilidades historicamente dispersas como regimes de verdades, capazes de produzir subjetividades. Em termos da então presente educação brasileira, a escolarização está prevista em lei constitucional como direito assegurado pelo Estado para todo cidadão. O Fundo das Nações pela Infância (UNICEF) nasceu na emergência de prestar assistência às crianças atingidas pela Guerra, instituindo-se no decorrer das décadas em mais de 190 países e territórios. Assim, o UNICEF se apresenta no país como uma organização de caráter humanitário, o qual embasa sua atuação no intuito de preencher as lacunas do Estado em garantir este direito à parcelas vulneráveis da população, que carecem de recursos sociais. Este escrito refere-se a uma pesquisa que objetivou descrever quais saberes-poderes delineiam as práticas destinadas à educação de crianças e adolescentes por esta organização em um recorte temporal pandêmico, nos anos de 2020 a 2022 e ainda, investigar quais efeitos são objetivados e obtidos a partir destas práticas. Conduzir esta investigação atrela-se à discussão de políticas sociais voltadas para essas crianças e adolescentes, a fim de questionar e dialogar quais tipos de infâncias são produzidas pelas diversas intervenções instauradas por diversos organismos governamentais, atrelados ou não ao Estado, sob a perspectiva interseccional e crítica da Psicologia Social. Enquanto pressupostos teóricos que orientaram este escrito, esta pesquisa partiu dos operadores metodológicos empregados por Michel Foucault, reunidos na arqueogenealogia e se apresenta como uma pesquisa documental como estratégia principal para seguir esta investigação, debruçando-se sobre os relatórios publicados pelo UNICEF em site público como arquivo-fonte, em um exercício de reconhecer o arquivo como um recorte que expõe permeios de historicidade. A análise dos documentos eleitos como fonte para esta pesquisa demonstrou a priori um incentivo e esforço significativo da organização em relação à educação - vale ressaltar que o UNICEF atua nas esferas sociais da criança cidadã: saúde, educação e segurança. Desta forma, foram identificadas duas intervenções predominantes, ambas com o intuito de manter as pessoas em idade escolar matriculadas em ensino regular. Os programas “Busca ativa escolar” e “Trajetória de Sucesso Escolar” ancoram-se nos altos índices de evasão escolar no Brasil de forma a legitimar sua presença e continuidade ao mapear e reconduzir jovens e crianças ao caminho escolar, permanecendo em vigor durante e depois dos anos pandêmicos de 2020 a 2022 de forma exclusiva, com poucas adaptações e novas iniciativas relevantes de modo que abarque os efeitos da pandemia na escolarização das crianças assistidas. Em estudo aprofundado dos relatórios, percebe-se como as condutas engendradas levam, para além de resguardar direitos, resguardar infâncias de juventudes periculosas. Visa ainda produzir infâncias proveitosas no contexto socio-econômico o qual o Brasil se insere, de maneira a conduzir a juventude para uma adultez laboral, produtiva e não-criminosa. Isto posto, este escrito conclui com um convite de levantar questionamentos em relação a conduta da organização para com a educação de crianças e adolescentes, sem deslegitimar sua atuação humanitária mas de maneira a exercitar de forma contínua os interesses encobertos e protagonizar outras infâncias omitidas historicamente.

Lugares e territórios das pessoas trans mais velhas: Uma análise feminista e interseccional

Liliana Graciete Fonseca Rodrigues (Centro de Psicologia da Universidade do Porto), Liliana Rodrigues (Centro de Psicologia da Universidade do Porto; União de Mulheres Alternativa e Resposta), Ana R. Pinho (Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto), Conceição Nogueira (Centro de Psicologia da Universidade do Porto; Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto)

Em Portugal, a 22 de fevereiro de 2006, na cidade do Porto, Portugal Gisberta Salce Junior, uma mulher trans brasileira, foi assassinada. Gisberta não era apenas uma mulher trans; Gisberta era também imigrante brasileira, seropositiva, toxicodependente, trabalhadora sexual e em situação de sem abrigo. A sua pertença a estes grupos sociais colocou Gisberta numa situação de extrema vulnerabilidade. Gisberta foi torturada por um grupo de jovens e posteriormente atirada para um poço. A sentença refere que esta tortura não "passou de uma brincadeira de mau gosto que terminou mal", negligenciando os reais motivos das agressões: a transfobia (Oliveira, 2015b; Panteras Rosa, 2006). Gisberta foi impossibilitada de envelhecer.

Não obstante a crescente produção científica sobre os processos de envelhecimento, as pessoas mais velhas trans continuam a ser invisibilizadas na academia nacional e internacional (Fernández-Rouco, Sánchez & González, 2012; Persson, 2009; Witten, 2004), o que dificulta a auscultação das suas vivências e dos lugares e territórios de maior vulnerabilização.

Para além da discriminação idadista, as pessoas trans mais velhas são também objeto de práticas transfóbicas, o que coloca em causa o exercício pleno dos seus direitos fundamentais (Fernández-Rouco, Sánchez & González, 2012).

A transfobia tem sido definida como uma forma de discriminação, violência, ódio e rejeição contra pessoas trans ou contra aquelas que rompem com as normas de género socialmente impostas (Jesus, 2012; Platero, 2014). Além disso, também tem sido conceptualizada como uma forma de opressão para todas as pessoas pelas imposições de género, que tem como resultado: numa forma da sociedade oprimir as pessoas trans; na opressão de pessoas trans sobre outras e/ou na opressão sobre si mesma por ser trans - nesta última aceção remetendo para a habitualmente designada "transfobia internalizada" (Creighton & Kivel, 1992; Lewis & Arnold, 1998; Platero, 2014). A transfobia internalizada pode também ser definida como o impacto da discriminação na forma de construir as subjetividades trans (Missé, 2014).

Enquanto problema à escala global, a transfobia não tem sido tratada com a devida atenção. Uma das maiores dificuldades no combate à transfobia consiste na resistência em reconhecer a relevância social das transexualidades (Platero, 2014), a qual se deve ao facto de inúmeros estudos sobre transexualidades estarem circunscritos ao modelo biomédico (e.g., Becerra-Fernández, 2003; García Siso, 2003; Gómez Gil & Antonio, 2006; Gómez-Gil, Trilla, Salamero, Godás & Valdés, 2009; Iglesias Hernández et al., 2010; Lawrence, 2010; Money, 1969; Sosa et al., 2004). Estes estudos têm contribuído para a estigmatização social das pessoas trans. Além disso, ao localizarem o problema nas

transexualidades, não questionam, nem problematizam as transfobias, pelo que têm originado referenciais negativos de intervenção que - em vez de acompanharem a pessoa na tomada da decisão sobre as suas identidades

- têm servido como um "guardião" dos sistemas de sexo/género (Coimbra, 1995; Platero, 2014).

Enformado por uma perspetiva feminista trans interseccional, este estudo visa discutir e problematizar o processo de envelhecimento das pessoas trans. Em particular, procura-se desenvolver uma leitura crítica acerca das experiências e lugares de discriminação das pessoas trans mais velhas, privilegiando propostas teóricas, ativista e políticas que conferem a este grupo social uma maior inteligibilidade.

Tendo em conta os objetivos delineados, foram realizadas entrevistas semiestruturadas a pessoas autoidentificadas como trans, transexuais e travestis no Brasil. Os resultados foram, num momento subsequente, analisados à luz da análise temática reflexiva (Braun & Clarke, 2006, 2019).

Esta investigação contribuirá, assim, para o aprofundamento da reflexão crítica acerca das vivências e dos processos de exclusão aos quais as pessoas trans mais velhas estão sujeitas, bem como visibilizará as suas necessidades e dificuldades a fim de repensar as políticas públicas dirigida a este grupo social.

Memórias de infâncias dissidentes: subjetivação de gêneros e sexualidades no interior de Mato Grosso

Hugo Higino Perez de Andrade (UNESP), Leonardo Lemos de Souza (UNESP)

O presente trabalho tem como objetivo apresentar análises parciais derivadas da tese de doutorado "Memórias de infâncias em narrativas dissidentes do sistema sexo/gênero: cartografando modos de existência na cidade de Jauru – Mato Grosso". A partir do mapeamento de processos de subjetivação de gêneros e sexualidades na infância, o interesse da pesquisa reside em compreender a maneira como a cisheteronormatividade compulsória, nos corpos das crianças, agencia a produção de infâncias desiguais. Por meio da narrativa das memórias de infâncias de homens gays adultos, são construídas narrativas autobiográficas em formato de autohistórias, as quais extrapolam a representação pitoresca da realidade, trazendo elementos pessoais, culturais e comunitários que expressam, por meio da afirmação identitária, a relação das crianças com determinada comunidade e as políticas de produção de subjetividades. Assume-se o horizonte da decolonialidade (pensamento e ação descolonial), no qual as teorias de fronteira e a esquizoanálise são articuladas para a construção do método de pesquisa. Mediante a desobediência epistêmica, é possível realocar a geopolítica e a corpo-política do conhecimento, de modo que o fenômeno a ser cartografado seja organizado fora das categorias eurocêntricas do saber. A partir da construção das autohistórias, são produzidos mapas nos quais é possível identificar processos de subjetivação de gêneros e sexualidades, bem como as relações de opressão e resistência oriundas da experiência infantil dissidente (LGBTI+) narrada no presente. A proposta metodológica reside na escolha consciente de misturar teorias, buscando atender às demandas apresentadas pelo objeto de pesquisa. Nesse sentido, por meio da produção de alianças afetivas, instaura-se uma diferença radical, na qual não se busca reivindicar igualdades entre os elementos. Tomando como referência diversas autorias, a proposta metodológica inova ao se constituir de maneira diversa e pluriversal, colocando em pé de igualdade sistemas de pensamento distintos do Sul e do Norte globais, buscando, assim, afirmar o direito epistêmico dos saberes produzidos em contextos não modernos. Compõem nosso escopo teórico-metodológico as contribuições de diversas epistemes e saberes, como: a esquizoanálise; as teorias de fronteira; a crítica feminista e os feminismos decoloniais; os estudos críticos de gêneros e sexualidades; a psicologia da infância; os saberes indígenas, entre outras autorias, que nos possibilitaram compreender os processos de subjetivação de gêneros e sexualidades na infância a partir do exercício cartográfico mestiço – especificação de um modo de produzir cartografias que borram e misturam as fronteiras teórico-epistemológicas entre o Sul e o Norte globais. A partir das primeiras cartografias, foi possível identificar uma centralidade de agenciamentos nos corpos das crianças, voltados à produção da infância ideal moderna, a qual atua como um dispositivo organizador das relações sociais e da produção de humanidades desiguais. Mediante a imposição desse modelo ideal de infância, produzido pela modernidade, uma teia complexa de dispositivos é acionada na construção do ideal de humanidade – Homem, branco, cisheterossexual, cristão, urbano e racional. Com base no agenciamento desse ideal de humanidade, infâncias dissidentes são expostas a contextos de violência autorizada, visando à normalização dos corpos e dos processos de subjetivação de gêneros e sexualidades alinhados à cisheteronormatividade. Destacam-se alguns territórios nos quais o agenciamento compulsório da cisheteronormatividade acontece, sendo eles: a família, a escola e a rua/igreja (representando a própria comunidade em que as crianças estão inseridas).

No território das famílias, o agenciamento atua principalmente na divisão binária entre os sexos. Nesse contexto, é possível observar a separação das brincadeiras permitidas com base na divisão de gêneros. No território educacional, a cisheteronormatividade incide no tratamento diferenciado dado às crianças consideradas desviantes, produzindo violência entre elas, tendo como agência a feminilização dos meninos gays, por meio da homofobia e do sexismo operado pelo modelo de infância moderna. Nas igrejas, a operação ocorre mediante a condenação da diferença sexual e de gênero, produzindo sentimentos de culpa e inferiorização nas crianças dissidentes do sistema sexo/gênero binário, a partir da retórica da salvação evocada pelo ideal moderno de humanidade. No espaço urbano, embora haja situações em que as crianças participem de brincadeiras sem discriminação, à medida que vão crescendo, a violência se manifesta por meio de xingamentos e linchamentos simbólicos praticados pelos grupos normativos contra os corpos desviantes. Até o presente momento, é possível apresentar apenas as categorias gerais de análise, tendo como objetivo final esmiuçar os processos de subjetivação de gêneros e sexualidades, a partir das relações de opressão e resistência vivenciadas pelas crianças dissidentes diante das violências estruturais enfrentadas em sua vida cotidiana.

MITOS YANOMAMI E SOFRIMENTO PSÍQUICO: Uma análise simbólica da violação territorial e cosmológica.

Danielly Valério Crestani (FACES), Rosana Maria Luz Fernandes (FACES)

A destruição da Terra Indígena Yanomami não impacta apenas os ecossistemas naturais, mas compromete também estruturas simbólicas, espirituais e afetivas fundamentais à vida desse povo. A floresta, para os Yanomami, não é apenas um espaço físico, mas um território sagrado, onde se organizam os vínculos de pertencimento, identidade e cuidado. A violação desse território afeta diretamente a saúde emocional e coletiva, produzindo sofrimento, desorganização simbólica e ruptura com os modos tradicionais de existência.

O presente trabalho tem como objetivo compreender os efeitos emocionais e simbólicos da destruição ambiental nas terras Yanomami, a partir da leitura de seus mitos fundadores, Omama e Hutukara, e da articulação com a Psicologia Ambiental. Busca-se refletir sobre como o rompimento com o território impacta a subjetividade desse povo e como essas vivências se conectam com as noções de solastalgia, apego ao lugar e territorialidade.

A pesquisa se insere no eixo temático "Questões socioambientais e contextos rurais e urbanos", pois considera que a devastação ambiental, além de uma questão ecológica, configura-se também como uma violação social, política e subjetiva. O estudo se alinha a debates que discutem os efeitos psicossociais da crise climática e da exploração capitalista em comunidades tradicionais, especialmente povos indígenas, evidenciando as consequências do garimpo ilegal, da negligência estatal e da precarização das condições de vida.

O referencial teórico articula conceitos da Psicologia Ambiental com os saberes cosmológicos Yanomami, partindo da compreensão do território como lugar simbólico. São mobilizados autores como Giuliani (2004), Albrecht (2005) e Martinez-Torvisco (1998), além dos escritos de Davi Kopenawa e Bruce Albert (2015), que permitem compreender a importância dos mitos para a sustentação da vida, da saúde e da espiritualidade Yanomami. A relação entre os mitos e a realidade atual permite identificar como o sofrimento psíquico vivenciado está diretamente ligado à perda do território, à degradação ambiental e à presença constante da morte simbólica e física no cotidiano.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com abordagem teórica e interpretativa, fundamentada na análise dos mitos fundadores do povo Yanomami e em documentos e estudos sobre a crise humanitária na Terra Indígena. A metodologia se baseia na análise temática, buscando compreender como o imaginário coletivo Yanomami traduz, por meio dos mitos, o impacto da destruição ambiental na organização emocional e espiritual da comunidade.

Os resultados indicam que a devastação da floresta representa, para os Yanomami, uma ruptura na ordem cósmica que sustenta a vida. A presença de Yoasi, figura simbólica da desordem, é interpretada como a reatualização do caos promovido pelo garimpo e pela exploração predatória. A separação da terra, o adoecimento da floresta e a perda de vínculos com os espíritos protetores produzem solastalgia, sofrimento psíquico e desorganização subjetiva. O impacto não se limita à saúde física, mas se estende à espiritualidade, à identidade coletiva e ao bem-estar emocional.

Nesse sentido, os efeitos da destruição ambiental sobre os Yanomami não podem ser compreendidos apenas como consequência ecológica ou sanitária. Trata-se de uma experiência de perda radical que compromete modos

de vida e formas de existência. O sofrimento psíquico que emerge não é um fenômeno individual, mas coletivo e histórico, atravessado por processos de violação territorial, colonização e silenciamento.

A Psicologia, especialmente em sua vertente social e crítica, tem papel fundamental na escuta e no reconhecimento desses saberes, contribuindo para a ampliação das práticas de cuidado e para a construção de políticas públicas comprometidas com os direitos dos povos indígenas. Reconhecer que o território é também saúde, memória e espiritualidade é essencial para promover um cuidado integral e comprometido com a vida em todas as suas dimensões. A destruição da Hutukara é, portanto, também a destruição de uma forma de viver e compreender o mundo. Escutar esse sofrimento é uma forma de resistir à sua invisibilização e afirmar o direito de existir dos que sempre cuidaram da terra.

Mulheres, bebês reborn e a gestão neoliberal do sofrimento psíquico: uma análise crítica

Maria Letícia Siqueira Monteiro (FAMETRO), Jessé Sidney Bezerra Gomes (FAMETRO)

A recente viralização de conteúdos nas redes sociais sobre mulheres adultas que cuidam de bebês reborns gerou reações públicas que, em muitos casos, reforçam estereótipos e apagam aspectos estruturais mais profundos do fenômeno. Essas mulheres são frequentemente representadas como psicologicamente frágeis, afetivamente carentes ou infantilizadas. No entanto, essas leituras desconsideram os contextos sociais, históricos e econômicos que atravessam tais práticas. Este trabalho, fundamentado na psicologia social crítica e em referenciais feministas interseccionais, propõe uma análise que ultrapassa a patologização individual, enfocando o modo como a lógica neoliberal individualiza o sofrimento psíquico ao mesmo tempo, em que silencia as dores reais vividas por mulheres pobres, negras, periféricas, mães solo e trabalhadoras precarizadas. O objetivo central da pesquisa é analisar criticamente os discursos que se formam em torno das mulheres que estabelecem vínculos afetivos com bebês reborns. Esses discursos frequentemente contribuem para a patologização da subjetividade feminina, reforçando uma racionalidade neoliberal que transforma a dor psíquica em responsabilidade individual. Pretende-se também evidenciar o apagamento das experiências concretas de sofrimento enfrentadas por mulheres socialmente vulnerabilizadas, que vivem maternagens marcadas pela precariedade e pela ausência de suporte institucional. Ao propor esse deslocamento da crítica do indivíduo para as estruturas, a pesquisa busca valorizar formas simbólicas de cuidado e escuta do sofrimento, especialmente entre mulheres marginalizadas. O estudo está vinculado ao eixo temático “Gênero, sexualidades e intersecções”, ao questionar como os discursos públicos sobre essas práticas reforçam normas cis heteronormativas e patriarcais de controle dos afetos femininos. Além disso, o trabalho contribui para visibilizar práticas que funcionam como estratégias de resistência subjetiva em meio a contextos de abandono social. A crítica à forma seletiva com que o sofrimento das mulheres é tratado expõe as operações de poder que regulam quais dores merecem ser reconhecidas socialmente e quais são ridicularizadas ou ignoradas. A fundamentação teórica se ancora na psicologia social crítica, nos estudos de gênero e nos feminismos interseccionais. Silvia Lane e Raquel Guzzo auxiliam na compreensão de como os processos de subjetivação se constroem em contextos históricos e materiais específicos. Bell Hooks é fundamental para refletir sobre as opressões cruzadas de raça, gênero e classe que impactam o cotidiano das mulheres negras e periféricas, sobretudo no campo do cuidado e da maternidade. Judith Butler contribui com a noção de performatividade de gênero, que permite analisar como certas práticas afetivas são normatizadas ou excluídas. Já Dunker et al., com a obra Neoliberalismo como Gestão do Sofrimento Psíquico, fornecem um referencial importante para entender como a dor é capturada por uma lógica de responsabilização individual, sendo retirada de seu contexto político e coletivo. Por fim, Byung-Chul Han ajuda a pensar sobre o esvaziamento das relações afetivas e do espaço do outro nas sociedades atuais centradas no desempenho e na produtividade. A metodologia adotada é teórico-reflexiva, com base em revisão bibliográfica qualitativa. A análise focaliza os discursos contemporâneos sobre as “mães de bebês reborns”, buscando evidenciar como práticas simbólicas de afeto são frequentemente deslegitimadas quando exercidas por mulheres. Em contrapartida, o sofrimento psíquico enfrentado por mulheres periféricas segue negligenciado nas políticas públicas e nos debates sociais, revelando uma hierarquização perversa das formas de sofrimento. A pesquisa, orientada pela psicologia social crítica e pelos feminismos interseccionais, pretende contribuir para um entendimento mais complexo da dor psíquica e das formas de enfrentamento desenvolvidas por essas mulheres. Os resultados indicam que a zombaria ou o

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

julgamento moral dirigido às mulheres que cuidam de bebês reborn funciona como um dispositivo simbólico de controle dos afetos femininos. Enquanto expressões simbólicas tradicionalmente associadas ao universo masculino são naturalizadas como hobbies colecionistas ou jogos de guerra, práticas de cuidado feminino são tratadas como patológicas. Essa diferenciação evidencia como o afeto feminino continua sendo regulado sob uma lógica patriarcal e neoliberal. Além disso, nota-se que o sofrimento psíquico real de mulheres negras, periféricas e mães solo é sistematicamente invisibilizado. A espetacularização midiática das práticas simbólicas serve, nesse contexto, como mecanismo de distração diante da ausência de políticas públicas e da omissão institucional frente à dor real de tantas mulheres. Conclui-se que é necessário deslocar a crítica do comportamento individual para uma análise mais ampla das estruturas que definem o que é considerado normal ou desviante. Ao escutar o sofrimento para além dos rótulos diagnósticos, é possível reconhecer práticas simbólicas de cuidado como formas legítimas de reconstrução subjetiva e resistência. Reduzir essas práticas à infantilização ou ao desequilíbrio emocional significa ignorar suas potências e as condições concretas em que surgem. Assim, este trabalho propõe uma escuta mais sensível e comprometida com as múltiplas formas de existência, resistência e cuidado construídas pelas mulheres em uma sociedade desigual.

.

Multidões Queer: programa enquanto dispositivo de permanência universitária para população LGBTQIA+

Sammara Kelly Cerqueira de Assis (UEFS), Diego Arthur Lima Pinheiro (UEFS), Beatriz Oliveira Ataide (UEFS)

O presente trabalho tem como objetivo relatar a experiência de participação no programa de extensão – voltado a gênero e sexualidade – Multidões Queer, vinculado à Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), cuja proposta consiste em ofertar atenção clínica e institucional à população LGBTQIAPN+ do município de Feira de Santana (BA) e região. Desenvolvido no Serviço-Escola de Psicologia da UEFS, o Multidões Queer realiza diversas atividades como atendimento, acolhimento, orientação e escuta clínica, além de promover ações emergentes conforme as demandas da comunidade. Sua proposta vai além de uma assistência psicossocial, o programa propõe uma crítica à formação tradicional em Psicologia, ao articular teóricos contemporâneos e práticas supervisionadas no campo da clínica ampliada e dos estudos de gênero. Essa articulação oferece aos estudantes a possibilidade de vivenciar experiências que integram teoria e prática de forma ética, crítica e socialmente comprometida. Ao mesmo tempo, estimula a reflexão sobre os papeis institucionais da psicologia e sua função diante de contextos de desigualdade e exclusão social. As intervenções clínicas do Multidões Queer não se fundamentam em paradigmas individualizantes – que responsabilizam o sujeito de forma isolada por seu sofrimento psíquico –, mas partem do entendimento de que o sofrimento psíquico está interligado em determinantes históricos, políticos e estruturais. Assim, sua proposta se ancora em práticas que exigem respostas coletivas, envolvendo diálogo com movimentos sociais e contribuindo para a construção de práticas clínicas alinhadas com os princípios da justiça social, da equidade e da dignidade humana. Além da atuação no campo clínico, o Multidões Queer destaca-se por seu papel no acolhimento e fortalecimento de estudantes LGBTQIAPN+ no contexto universitário. O ingresso de corpos dissidentes na universidade – fruto de políticas afirmativas como o sistema de cotas –, não garante por si só a permanência nem o reconhecimento em espaços ainda marcados por estruturas excludentes. Nesse sentido, o programa se configura como dispositivo de suporte fundamental frente às múltiplas formas de violência – discursivas, físicas e institucionais – que ainda afetam essa população no cotidiano acadêmico, oferecendo acolhimento, escuta qualificada e valorização da singularidade, fortalecendo e reafirmando essas subjetividades dissidentes. Para além de um serviço psicossocial, constitui-se como espaço de reconstrução de relações de solidariedade e de legitimação das diferenças, valorizando a diversidade como expressão legítima da experiência humana. Do ponto de vista epistemológico e metodológico, o programa fundamenta-se em três principais referenciais teóricos: a Teoria Queer, a Equizoanálise e a Análise Institucional. A Teoria Queer, com autores como Judith Butler e Paul B. Preciado, propõe uma desconstrução das normatividades cisgêneras e heterossexuais que historicamente estruturam as práticas científicas e sociais. Ao mesmo tempo, desafia os limites rígidos da identidade e convoca o reconhecimento da diversidade como um direito político. Já a Esquizoanálise e a Análise Institucional, inspiradas nas obras de Deleuze e Guattari, propõem uma prática clínica e institucional voltada à cartografia dos desejos, ou seja, à escuta dos modos de subjetivação que emergem em meio às relações de poder, normas sociais e fluxos institucionais. Tais abordagens sustentam a proposta do programa ao pensar para além de diagnósticos patologizantes e ao promover uma clínica que privilegia a multiplicidade, a autonomia e o protagonismo dos sujeitos

atendidos. A operacionalização dos atendimentos ocorre por meio de inscrição nas redes sociais do programa. A partir dessas inscrições, é realizada uma triagem inicial, considerando as demandas apresentadas, e, em seguida, são iniciados os atendimentos clínicos, que ocorrem semanalmente, acompanhados por supervisões quinzenais entre os participantes e o professor-orientador, sempre preservando o sigilo e os princípios éticos da profissão. Portanto, o Multidões Queer se configura como um espaço de resistência política no contexto universitário. Trata-se de uma prática transformadora que vai além da clínica tradicional, ao articular teoria, extensão e compromisso social. A experiência no programa contribui significativamente para a formação de uma psicologia que reconhece a centralidade dos corpos dissidentes e atua na produção de alternativas às práticas excludentes ainda vigentes na universidade e na sociedade como um todo. Sua relevância se dá, assim, tanto na oferta de cuidado clínico ético e humanizado quanto na formação de psicólogos mais preparados para lidar com as complexidades da diversidade sexual e de gênero em suas dimensões subjetivas, sociais e políticas.

"Narrevivências" de pessoas pretas

Valdiceia Miranda Machado Bouzada (Casa Afeto), Cristiane Miryam Drumond de Brito (UFMG)

O racismo impacta sobre a saúde mental da população preta, e esta presente não apenas nos territórios de desigualdade e escassez de recurso, como também compõe o campo acadêmico, espaço majoritariamente branco e eurocêntrico. Almeida (2021) considera o racismo como parte de um problema que se estruturou por meio de práticas que vêm sendo reproduzidas em novos espaços e com diferentes contornos, resquícios de uma herança colonial, que dita estruturas e padrões de normalidade. Igualmente ao racismo, tanto a loucura como a pobreza são dispositivos de exclusão criados para a segregação e perpetuação de privilégios, e consequententemente colaboram com o silenciamento de "vozes" e com a capacidade de dizer sobre si mesmo. O autoconceito que cada pessoa tem sobre si, as crenças sobre inferioridade e a internalização de estereótipos negativos criam sentimentos de desvalorização, os quais afetam a saúde social e psicológica. No que diz respeito a atuação da psicologia, não considerar os seus efeitos destas violências sob a subjetividade das pessoas, configura-se um ato de violência com o nome de cuidado, uma vez que os processos de adoecimento são coletivos e são frutos das relações que se produzem no campo das ocupacões, ademais a narrativa é um "ocupar-se de si", que possibilita a consciência da própria existência, permissão para transformações. Destarte, a relevvancia e a urgência por uma construção de conhecimento que rompa com esta realidade eurocentrica. Para tal, precisamos sonhar com cuidados politicamente comprometidos com uma ética que vislumbre o rompidemnto destas violências e promotora de práticas inclusivas, bem como capaz de porporcionar engajamento das pessoas com suas ocupações e em seus territórios existenciais. Objetivo: verificar configurações das experiências de racismo, discriminação, preconceito e a relação com a saúde mental de pessoas pretas usuárias de serviços voltados à saúde mental da cidade de Belo Horizonte, por meio da escuta de narrativas de seus cotidianos. Trajetória de pesquisa: é um estudo de natureza qualitativa. Foi realizado por meio do compartilhamento com 19 pessoas, sendo homens e mulheres pretas e pretos, usuários do Centro de Referência em Saúde Mental de Belo Horizonte. A coleta de dados se deu por meio de encontros individuais. As narrativas estão organizadas como "narreviências", parafraseando as "escrevivências" de Conceição Evaristo. Discussão: as narrevivências trazem um percurso de dor que atravessa um coletivo de corpos destituídos de um lugar social. As discussões dialogam em torno das relações familiares inter-raciais; do abandono familiar, da relação com os dispositivos de poder; da violência contra a mulher; das questões de raça e do discurso da democracia racial; da hipermedicalização; e, por último, não menos importante, a questão da neutralidade da pesquisa. Resultados: este estudo propõe reflexões que apontam para as responsabilidades dos profissionais de saúde em relação à manifestação das questões étnico-raciais e das opressões na prática clínica, assim como afirmam a importância de uma escuta eticamente racializada, atenta à violação de direitos e às ameaças cotidianas à saúde mental da população preta. Diante do exposto, torna-se inegável a necessidade de reconhecer o racismo como determinante social central no adoecimento psíquico da população preta, afetando não apenas os corpos, mas também suas possibilidades de existência, expressão e cuidado. As narrevivências apresentadas neste estudo revelam a urgência de deslocar a escuta clínica de um lugar neutro e universalizante para um espaço ético, implicado e racializado, capaz de acolher as complexidades das experiências de sofrimento marcadas por raça, classe, gênero e território. A psicologia, ao se omitir diante dessas violências estruturais, corre o risco de

se tornar cúmplice de um cuidado que adoece ao invés de cuidar. Assim, esta pesquisa reafirma a importância de práticas de saúde mental comprometidas com a justiça social, com a valorização das narrativas como ato político e com a construção de um saber que se faça a partir dos corpos e territórios historicamente silenciados. Que o sonho por uma psicologia antirracista não seja apenas horizonte, mas compromisso ético e prático de quem ocupa o campo da saúde mental.

O brincar como ferramenta antirracista: um relato sob a luz da Abordagem Centrada na Pessoa

Rebeca Rafaelly de Souza Costa (UNIFAMAZ), Alessandra Soares de Souza Costa (SEMEC), Amanda Pereira de Carvalho Cruz (UNIFAMAZ)

O Brasil sustentou-se por mais de três séculos na exploração da mão de obra escravizada. Embora a abolição formal da escravidão tenha ocorrido em 1888, seus efeitos ainda estruturam as relações étnico-raciais no país. A ausência de políticas reparatórias, somada ao racismo institucional e cotidiano, mantém a desigualdade racial como uma marca profunda na sociedade brasileira.

Nesse cenário, o letramento racial surge como prática pedagógica que vai além da transmissão de informações: promove deslocamentos de sentido e o questionamento de narrativas hegemônicas que silenciam, distorcem ou apagam as experiências negras e indígenas na história, cultura e cotidiano.

Por isso, o presente trabalho pretende relatar a experiência de implementação de um projeto pedagógico voltado ao letramento racial na educação infantil, a partir da Abordagem Centrada na Pessoa (ACP).

Sendo assim, está trabalho se insere eixo temático Psicologia Social e da Educação, pois relata experiências que rompem com as normas estabelecidas e buscam transformação e justiça social por meio do brincar antirracista, o qual considera os atravessamentos ético-políticos envolvidos na produção de subjetividades durante a infância.

Como referencial teórico, este trabalho se apoia na teoria da personalidade da ACP. Que parte da compreensão do organismo como base da formação da personalidade, destacando que cada indivíduo está inserido em um universo de experiências em constante transformação, sendo protagonista na forma como percebe e dá sentido ao seu mundo. Essa visão reforça que o desenvolvimento do self ocorre na interação contínua com o ambiente, sendo indispensável considerar os atravessamentos socioculturais e raciais nesse processo.

Nesse contexto, ao reconhecer as crianças como sujeitos ativos e criativos, é possível compreender o brincar como recurso para o desenvolvimento do self. Ele favorece a expressão da subjetividade, o fortalecimento da autoestima e o reconhecimento das identidades étnico-raciais desde a infância. Essa perspectiva se confirma na experiência relatada, em que o ambiente educativo foi intencionalmente construído como espaço seguro, respeitoso e acolhedor da diversidade.

Desse modo, o projeto foi desenvolvido na Unidade de Educação Infantil (UEI) Catalina III, em Belém do Pará, com duração de três meses, envolvendo 23 crianças do Jardim I, com idades entre quatro e cinco anos.

A proposta, fundamentada no campo de experiência “O eu, o outro e nós”, teve como foco o empoderamento da criança preta e a valorização das diferenças. Surgiu da observação das necessidades da turma, composta majoritariamente por crianças negras, muitas das quais apresentavam dificuldades em reconhecer-se positivamente, especialmente em relação ao cabelo e demais traços físicos.

Na primeira etapa, realizou-se uma roda de conversa sobre o brincar, utilizando como recurso uma boneca negra pertencente à facilitadora, o que favoreceu reflexões e trocas sobre identidade. As crianças compartilharam suas preferências lúdicas, como jogos de bola, super-heróis e bonecas.

Em seguida, foram apresentados dois bonecos negros (um menino e uma menina), com traços semelhantes aos

das crianças. Inicialmente deixados na sala sem introdução formal, despertaram curiosidade e vínculo espontâneo.

Na última etapa, os bonecos foram formalmente apresentados como "bonecos viajantes", que seriam levados para casa por cada criança. A experiência despertou cuidado, afetividade e senso de responsabilidade. No retorno à escola, os relatos fortaleceram vínculos, autoestima e identidade racial positiva.

Os resultados evidenciaram a potência do brincar como ferramenta de construção de subjetividades e fortalecimento da autoestima, especialmente quando atravessado por perspectivas antirracistas e de valorização da diversidade.

Logo no início, ao escolherem entre diferentes bonecos e bonecas, as crianças se guiaram pela identidade de gênero com a qual se identificavam. Esse gesto espontâneo mostrou como o brincar se conecta diretamente à forma como elas se percebem no mundo.

Com o passar das semanas, observou-se transformações simbólicas na expressão das crianças. Destaca-se o caso de uma menina negra que, após trocas em sala de aula sobre a beleza dos traços da boneca, passou a usar o cabelo solto e definido, chamando o novo visual de “penteado de cachinhos”. Essa mudança revelou a força da representatividade no fortalecimento da identidade e autoestima infantil.

O envolvimento das famílias também foi marcante. Ao levarem os bonecos para casa, as crianças compartilharam momentos de cuidado e afeto, fortalecendo os vínculos entre o projeto pedagógico e o ambiente familiar. Houve contribuições significativas, como roupas costuradas por uma avó e uma rede feita especialmente para acomodar o boneco. Vale destacar que nenhum boneco foi devolvido com danos, o que demonstra o vínculo afetivo e o senso de responsabilidade construído.

Ao refletir sobre a experiência relatada, o boneco deixou de ser apenas um brinquedo, tornando-se uma extensão simbólica das identidades infantis, um canal de expressão das emoções, vínculos e valores. Esses movimentos, ainda que sutis, reforçam que o brincar, quando atravessado por práticas antirracistas, torna-se espaço de reconhecimento, pertencimento e afirmação identitária, desse modo facilitando a construção do self na infância.

O direito ao acesso à cultura e ao lazer para famílias atípicas: um relato de trabalho do PRAIA UFMG sob a perspectiva da luta anticapacitista

Anna Gabriela Brasil Salama (PRAIA UFMG), Maria Luísa Magalhães Nogueira (UFMG)

O Programa de Atenção Interdisciplinar ao Autismo (PRAIA) é um projeto de extensão da Universidade Federal de Minas Gerais, coordenado pela professora Maria Luísa Nogueira, integrando uma equipe de profissionais e estudantes de diversos departamentos. Os objetivos do projeto são: fomentar divulgação científica; promover interdisciplinaridade nos diálogos sobre autismo; promover ações de acessibilidade para o acesso de autistas e suas famílias a cultura e lazer.

As políticas e esforços de inclusão da pessoa com deficiência no Brasil são regidos pela Lei nº 13.146/2015, a Lei Brasileira de Inclusão. Esse dispositivo se pauta em assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. Acontece que, no aspecto social e de exercício pleno dos direitos de um cidadão, a LDI ainda está longe de atingir seus objetivos. O texto de Frizon e Frizon (2020) sustenta que a acessibildaide é um direito fundante, e, por tanto, ao falar em direito à cultura implica-se, necessariamente, antes, em pensar recursos de acessibildiade. Nesta perspectiva, Gondim et. al. (Revista READ, 2024) considera insuficientes as políticas de inclusão em museus e centros culturais. À luz dessa crítica, este relato de trabalho relaciona-se com o eixo temático escolhido ao trazer a pessoa com deficiência como público alvo, e ter como pauta principal das ações realizadas a luta anticapacitista, buscando inclusão social e cultural de famílias atípicas.

Silvia Lane, ao refletir sobre psicologia social comunitária, fala sobre como as relações em comunidade tidas como "cotidianas" são na verdade essenciais para a construção de representações grupais e vínculos do indivíduo com a sociedade. Pais e seus filhos autistas enfrentam um afastamento do acesso a esses espaços: a preocupação com a inadequação de comportamentos, dificuldade de acesso às diretrizes de acessibilidade da LBI, ou mesmo o sentimento de não pertencimento são fatores que acompanham famílias inteiras. Isso colabora com a sensação de exclusão e estigma que tantas famílias latinas de pessoas com TEA, de acordo com estudo de Montenegro et. al. acerca dos estigmas percebidos por cuidadores de crianças autistas na América Latina e barreiras no acesso de serviços.

Essa distância do acesso à cultura e lazer é uma manifestação estrutural do capacitismo: são esferas da vida pública às quais todo cidadão deve ter acesso, e o descaso com o cenário atual mostra como há de fato uma lógica de subalternidade não só no planejamento e execução de políticas públicas. Olhando pela ótica da psicologia social, principalmente refletindo acerca do papel do psicólogo, conforme Martín Baró, é imprescindível que o profissional tenha um fazer voltado para a conscientização das injustiças através da crítica das estruturas de opressão e subalternidade. É nesse cenário que o PRAIA dialoga com a psicologia social, se comprometendo com um fazer anticapacitista, uma vez que luta pela existência de um espaço que não só forneça lazer e cultura para famílias atípicas, mas também celebre-as. A Sessão Azul é um dos principais eventos feitos com regularidade, uma sessão de cinema adaptada para as crianças com TEA: luzes menos contrastantes, som abaixado, e monitores capacitados para permitir que as crianças riam, brinquem, corram e se divirtam à sua forma. Ela acontece mensalmente e é aberta ao público espontâneo e divulgada nas redes do projeto. Diversas sessões adaptadas de visitação a exposições foram feitas em parceria com o CCBB-BH.

Houveram eventos em diálogo com a Faculdade de Música da UFMG e também em conjunto com a Faculdade de Educação. Esses eventos, desde sua concepção, priorizam as necessidades de alguém com TEA, e incluem conhecimentos sobre as mesmas no seu planejamento. Ademais, a conexão de diferentes áreas do conhecimento possibilita a promoção de experiências culturalmente ricas, e do lazer em si. Afinal, a criança autista merece se divertir, e seus familiares merecem ter um espaço onde não precisem se encolher e se adaptar à maioria. Além destas ações, um eixo importante é justamente a capacitação das equipes de equipamentos culturais - tais como CCBB-BH, Espaço do Conhecimento, BDMG Cultural, SESC Palladium, etc - para compreensão do TEA.

O resultado desse trabalho foi não só a abertura das possibilidades supracitadas, mas principalmente a articulação de uma rede de profissionais multicapacitados e a construção de uma comunidade de pais e filhos com vivências relacionadas. As relações construídas são caminhos de troca e diálogo que permitem às famílias atípicas a inclusão como cidadão na sociedade que lhes é direito. Destacamos que existem limitações no alcance do projeto, bem como questões de articulação institucional que ainda são desafios, porém o PRAIA UFMG continuará pautando sua atuação no olhar para a multiplicidade dessas famílias. Para o futuro do projeto, os planos são acolher e fornecer cada vez mais espaços de troca, para que a autoeficácia, autoestima, alegria e esperança possam estar sempre presentes

.

O fenômeno da literatura de autoajuda e a construção social dos sentimentos do sujeito contemporâneo

Isabela Gonzaga Pitteli (UNESP), Ari Fernando Maia (UNESP)

O presente trabalho elabora uma análise crítica de algumas das contradições do processo de subjetivação atual a partir de uma amostra da literatura de autoajuda. Esse trabalho é fundamentado na sociologia das emoções de Eva Illouz, em diálogo com algumas categorias da Teoria Crítica da Sociedade, como razão instrumental e indústria cultural. A partir da escolha do livro "Mulheres inteligentes, relações saudáveis: O livro que toda mulher deveria ler antes de se relacionar", de Augusto Cury, almeja-se realizar uma análise de conteúdo de modo a identificar as características atribuídas à subjetividade feminina pelo autor. A hipótese é que a literatura de autoajuda promove uma gestão neoliberal das subjetividades por meio de ideais de desempenho e felicidade. O objetivo geral da pesquisa em questão é identificar quais seriam as pautas específicas de uma emodity, nesse caso da literatura de autoajuda, e como ela procura gerenciar as dificuldades do indivíduo frente a um mundo cada vez mais incerto e inseguro; confrontar as pautas presentes no material analisado e a literatura crítica sobre a autoajuda. Especificamente, são identificadas as pautas presentes no material analisado mediante análise de conteúdo respondendo acerca das ferramentas e técnicas presentes na lógica de um produto de auto realização; identificar os perfis supostos para os espectadores alvos nas narrativas terapêuticas; compreender as relações entre o campo erótico/sexual e a liberdade econômica neoliberal. Esta pesquisa buscou no mercado literário de autoajuda brasileiro um best-seller nacional voltado para relacionamentos a fim de responder e analisar as questões mencionadas. O título selecionado foi: Mulheres inteligentes, relações saudáveis: o livro que toda mulher deveria ler antes de se relacionar, de Augusto Cury, influente obra de autoajuda direcionada ao gênero feminino. Augusto Cury é um fenômeno editorial no Brasil e em sua primeira década de publicação se tornou o escritor mais vendido no país segundo grandes meios de comunicação que contabilizam os números desse mercado.

Utilizamos no presente trabalho a análise de conteúdo temática, com os métodos de Bardin. Através da seleção de trechos do livro e da criação de categorias de análise, buscando identificar padrões de conteúdo e núcleos de sentido, a obra foi investigada. A análise está sendo focada nas seguintes categorias: a)"fetichização feminina"; b)"autopromoção do autor como autoridade que aconselha"; c)"superação do sofrimento através dos modelos do Autor"; d)"performance feminina"; e)"administração das emoções e gestão psíquica"; f)"método psicológico de resolver carências".

Nesse sentido, são generalizadas, pelo autor, certas características e temas centrais como se fossem específicos do "universo feminino", sem ressalvas ou recortes de classe, etnia, geracionais etc. Além disso, o autor se auto promove durante todo o livro, criando uma auto-imagem de superioridade intelectual através de teorias pseudocientíficas e histórias de superação que ele mesmo, como psiquiatra, acompanhou, supondo que as(os) leitoras(es) devem aceitar sua autoridade para indicar formas de agir, pensar e sentir. O autor também promove uma exaltação que generaliza o público femino, além de classificá-lo em categorias durante dois capítulos, contribuindo para sua fetichização.

Em síntese, até o momento, pode-se concluir que a literatura de autoajuda destinada ao público feminino impõe uma performance a ser seguida para sentir, pensar e agir, com a finalidade de permanecer em um relacionamento, ou o aperfeiçoar. Através da

naturalização de questões classificadas como parte do "universo feminino", o gênero literário em questão é uma ferramenta que pode mediar a constituição da subjetividade feminina, naturalizar os sentidos do ser mulher e gerenciar conflitos sociais como se fossem uma realidade psicológica. Dessa forma, a literatura é transpassada por um engodo ideológico que individualiza problemas que são sociais e históricos.

O Papel do Psicoterapeuta no Atendimento à Pessoa em Adoecimento Mental: Um Relato de Experiência

Marcelo Italo Brandão Nóbrega (FACES), Thiago Serrão Brasil (FACES)

O Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) é um serviço ambulatorial de saúde mental integrante do Sistema Único de Saúde (SUS), responsável por atendimentos individuais e em grupo a indivíduos com transtornos mentais severos e persistentes. Este relato de experiência, desenvolvido durante estágio curricular no CAPS-III Edna Marcellaro, busca elucidar o papel do psicoterapeuta frente ao adoecimento mental, analisando os impactos da doença na vida do sujeito e as estratégias terapêuticas empregadas. A Reforma Psiquiátrica brasileira, marcada pela desinstitucionalização e humanização do cuidado, fundamenta a atuação contemporânea nos CAPS, substituindo o modelo hospitalocêntrico por uma abordagem multifacetada e integral.

O estudo teve como objetivos elucidar os aspectos referente ao trabalho do psicólogo, do emprego da Psicoterapia com os usuários, e sobre os aspectos psicodinâmicos que permeiam a psique durante o processo de adoecimento severo.

Este presente trabalho se relaciona diretamente com o eixo temático 03. Psicologia Social e Saúde, escolhido por este trabalho abordar sobre a atuação crítica e ética no CAPS-III. Este estudo evidencia os desafios da prática psicoterapêutica em um contexto de precarização estrutural, como também explora a tensão entre o modelo biomédico tradicional e a perspectiva psicossocial, enfatizando a importância da multiprofissionalidade e da prática humanizada no cuidado e garantia a saúde mental da população. A análise dos processos de adoecimento mental severo frequentemente associados a traumas históricos, violência e exclusão social se relacionam com a patologização da vida, ao mesmo tempo que reforça a ideia de medicalização no cotidiano. Por fim, este trabalho também discute sobre a precarização das condições de trabalho e sobre a importância da união da equipe técnica contra o adoecimento laboral.

A pesquisa foi embasada em referenciais teóricos psicodinâmicos, destacando as contribuições de Jung (2013) sobre a relação terapêutica e a psicoterapia como um espaço dialético de transformação mútua. Ademaio, Fiorini (2004) aborda a articulação entre história de vida e sintomas psíquicos, como também a análise entre comportamento adaptativos e desadaptativos.. A perspectiva junguiana enfatiza a importância da individualidade do paciente e da postura ativa e complacente do terapeuta, enquanto a abordagem psicodinâmica destaca a ressignificação de traumas e o fortalecimento de mecanismos adaptativos. Por fim, também foram incorporadas discussões sobre espiritualidade como recurso terapêutico pouco trabalhado (Monteiro et al., 2019)mas que se demonstra presente, eficiente e aberto a análise crítica.

Este trabalho trata-se de um relato de experiência qualitativo, baseado em observações e sínteses reflexivas durante estágio no CAPS-III entre setembro e novembro de 2024. As atividades incluíram: Atendimentos individuais: Sessões de 50 minutos, focadas em escuta ativa, psicoeducação e intervenções psicodinâmicas; Acolhimentos diurnos e familiares: Espaços para discussão de dinâmicas familiares e suporte social; Oficinas terapêuticas: Atividades grupais para promoção de reinserção social. Portanto, este presente trabalha foca nas experiência do atendimento individual, sendo então analisadas e discutidas para serem correlacionadas com o referencial teórico psicológico. Assim sendo, a análise dos dados seguiu uma abordagem interpretativa, cruzando práticas observadas com a literatura especializada,

fazendo articulações lógicas e fundamentadas, não havendo descrição de casos.

Os resultados destra pesquisa demonstram que em sua maioria, os pacientes atendidos na unidade eram indivíduos com históricos de violência doméstica, abuso sexual e vulnerabilidade social, associados a diagnósticos como depressão, ansiedade, esquizofrenia e transtorno de personalidade borderline. Valendo destacar que, em sua maioria, os pacientes mais atendidos na unidade eram mulheres que compartilhavam de principalmente problemas conjugais como abuso psicológico, físico e sexual. As estratégias terapêuticas desenvolvidas durante as abordagens aos pacientes em sessões individuais e familiares focavam no Vínculo terapêutico; Questionamentos Socráticos; Desenvolvimento de habilidades sociais, autocontrole, autoconsciencia e autoimagem; Abordagem de recursos religiosos; Trabalho em equipe com a família e demais profissionais do CAPS.

Pode-se constatar que o adoecimento mental vai muito além de um complexo ou um simples diagnóstico; o adoecimento torna-se um processo subjetivo e completamente interligado à história de vida do sujeito. Dentro de todo este cenário, há um indivíduo que está ali para acolher e para receber todo esse contexto, este é o psicólogo e sua tarefa mais difícil é fazer um desconhecido lhe contar tudo aquilo que nunca foi contado antes. A partir disso, a Psicoterapia desenvolvida por um profissional ativo, compreensivo, flexível, acolhedor, racional e sensível são fundamentais para a efetividade do tratamento. A Psicoterapia age por mecanismos furtivos dentro do setting terapêutico, quanto mais para a vida diária do paciente, pouco a pouco o fazendo (re)avaliar as situações diárias e modificando comportamentos antes vistos como irresistíveis.

O Tempo e o Hoje: Ailton Krenak e Byung-Chul Han em o Resgate dos Velhos Titãs na Modernidade Tardia

Marco José Araujo Machado, Jéssica Ferreira Santos (FAMART), Henrique Lima Tenório (UNAMA)

Introdução: a antiga entidade que conhecemos como Tempo está agitada, não mais visitando o corpo humano, a natureza ou as coletividades que o habitam. A atual aceleração desenfreada do nosso cotidiano virou a regra. A modernidade tardia, sob a tirania do neoliberalismo, toca um ritmo exaustivo e artificial da existência. Nesse cenário, podemos ligar os saberes ancestrais de Ailton Krenak com a crítica filosófica de Byung-Chul Han para tentar vislumbrar o adoecimento psíquico contemporâneo.

Objetivo: propomos uma confluência dos saberes de Ailton Krenak e da crítica filosófica de Byung-Chul Han. Nosso objetivo é voltar a atenção a temas como a exaustão psíquica imposta pela lógica neoliberal e uma possível resposta no resgate de "velhos titãs" há muito esquecidos – os saberes não utilitaristas, as forças da natureza e os ritmos ecológicos – como alternativa para um mundo possível, menos utilitário e menos adoecido.

Relação com o Eixo Temático Escolhido: este trabalho se insere no eixo temático da crítica ao neoliberalismo na modernidade tardia, abordando o impacto desse paradigma no adoecimento psíquico e na relação humana com o tempo e a natureza. A discussão central dança em torno da aceleração desenfreada do nosso cotidiano e da tentativa de domesticar o tempo como uma engrenagem de um sistema que transforma a vida em mercadoria, propondo um contraponto através do resgate de saberes ancestrais e ritmos ecológicos.

Orientação Teórica: a orientação teórica deste trabalho se baseia no encontro do pensamento de Byung-Chul Han e Ailton Krenak. Byung-Chul Han, em Sociedade do Cansaço (2015), oferece um perspicaz diagnóstico da transição da sociedade disciplinar para um novo paradigma da sociedade de desempenho, onde a opressão é autoimposta. A positividade do "sim" constante, antes de libertar, aprisiona, e o adoecimento social é reflexo do colapso individual em uma cultura que valoriza o excesso, a performance e a produtividade contínua e ininterrupta alimentando a farta e insaciável fome neoliberal.

Enquanto, Ailton Krenak, em seu livro Futuro Ancestral (2022), convida à desaceleração e a repensar nossa relação com a natureza, seus rios e montanhas, e a (re)aprender a escutar seus ensinamentos. Ele se refere aos "ensinamentos de velhos titãs de outrora" que são muito mais do que uma metáfora poética: são entidades vivas, personificações de uma cosmopercepção de mundo que resiste à lógica do tempo linear do progresso. Na visão de Krenak, o adoecimento psíquico social não é exclusividade do ser humano, sendo igualmente um adoecimento geológico planetário, onde a Terra adoece da mesma forma que nossas subjetividades. Sua afirmação de que "A vida não é útil" desmonta o mito neoliberal da produtividade como fim, propondo um olhar para a "gratuidade" da existência, onde o viver não precisa de justificativa de desempenho, lucro ou mérito.

Estratégias Metodológicas: a metodologia utilizada neste trabalho consiste de uma análise textual discursiva e ensaio crítico, estabelecendo uma confluência entre os saberes ancestrais de Ailton Krenak e a crítica filosófica de Byung-Chul Han. A abordagem busca conectar as perspectivas desses dois autores, apesar de suas origens distintas, para vislumbrar o adoecimento psíquico contemporâneo sob a ótica da modernidade tardia e do neoliberalismo. A estratégia se concentra em identificar pontos de convergência e complementaridade em suas críticas e propostas de ressignificação do tempo e da existência humana.

Resultados: apesar da distância e das origens distintas – um líder indígena brasileiro e um filósofo coreano radicado na Alemanha – Krenak e Han compartilham de uma percepção complementar e acurada sobre uma das importantes crises da modernidade tardia. Ambos tecem importantes críticas à ideia neoliberal de progresso como linha condutora da existência. Eles propõem rupturas possíveis: Han, com a necessidade de reencontrar a negatividade e, consequentemente, a pausa; e Krenak, com a urgência de resgatar a reciprocidade e o encantamento com a natureza.

Enquanto Han oferece um diagnóstico de nosso tempo através de uma sociedade da exaustão, da "queima da alma", Krenak aponta possíveis caminhos que passam por um reencontro com saberes ancestrais. O conceito de "futuro ancestral" em Krenak aponta para uma "nova" ecologia da mente e da terra, onde a cura do sujeito está diretamente ligada à cura da natureza. É justamente essa insurgência contra o modelo de mundo imposto que nos adoece. As ideias de Byung-Chul Han e Ailton Krenak se entrelaçam e convergem em uma crítica/denúncia dos efeitos devastadores do neoliberalismo, propondo, cada um à sua maneira, alternativas de desaceleramento, na escuta de si e da Terra, e na valorização de saberes não hegemônicos.

Conclusões: a psicologia, em sua ciência e prática, precisa estar atenta a esses atravessamentos. Não podemos mais pensar somente em sintomas, precisamos repensar o próprio mundo que (re)produz materialmente seus adoecimentos. Os "velhos titãs" são objetos de um possível campo de estudo da psicologia e suas epistemologias ancestrais. Isso nos faz lembrar que nunca estivemos, de fato, distantes da terra em que pisamos.

O Vazio Assistencial na Atenção Primária: Reflexões a partir da Psicologia Social Crítica e da Perspectiva Decolonial na ESF Tapanã II

Yago Rodrigues Puget Leite (UNIFAMAZ), Bárbara Araújo Sordi (UNIFAMAZ), Giovanna Maria Garcez (UNIFAMAZ), Patrick Almeida Filho (UNIFAMAZ), Yasmin Leão Ferreira (UNIFAMAZ)

Este trabalho relata experiências do estágio curricular em Psicologia e extensão universitária na Estratégia de Saúde da Família (ESF) Tapanã II, localizado no bairro do Tapanã (bairro periférico da Capital Paraense, sendo o Segundo mais populoso da cidade) . Observou-se o fenômeno do "vazio assistencial", definido como a desassistência em saúde de populações no território adscrito que, por vulnerabilidade social ou dinâmica urbana excludente (Santos, 1996), não possuem cadastro ou acompanhamento regular na Atenção Primária à Saúde (APS), ficando à margem da cobertura. A situação reflete desafios na organização regional da saúde (Viana et al., 2018).

O relato tem como objetivo geral analisar criticamente o fenômeno do vazio assistencial na ESF TAPANÃ II, na periferia de Belém-PA, a partir da experiência de estágio curricular e extensão universitária, evidenciando seus efeitos psicossociais, suas raízes nas desigualdades socioespaciais e dinâmicas excludentes do território, bem como as estratégias de resistência construídas por moradores e profissionais, à luz da Psicologia Social Crítica e de perspectivas decoloniais.

A análise articula-se ao eixo "Saúde, Políticas Públicas e Direitos Humanos", mostrando como desigualdades socioespaciais e lacunas nos serviços comprometem os princípios do SUS (universalidade, integralidade, equidade), conforme preconiza a legislação (BRASIL, 1990). A compreensão da realidade fundamenta-se na Psicologia Social Crítica, para entender a subjetivação em contextos de exclusão (Guareschi, 2012), e em perspectivas decoloniais, que questionam a colonialidade do saber e poder na produção da vulnerabilidade em saúde (Hoepers e Netto, 2024).

A abordagem foi qualitativa, própria do relato de experiência (Minayo, 2014). Utilizou-se observação participante, acompanhamento de visitas domiciliares dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), rodas de conversa com a equipe e escuta de relatos de usuários. Analisaram-se documentos e dados territoriais para mapear áreas descobertas. Foi uma sistematização reflexiva da prática, buscando conhecimento situado sobre os desafios da APS em periferias, valorizando a experiência como saber (Bondía, 2002).

A vivência mostrou que o vazio assistencial liga-sea processos macroestruturais e condições de vida marcadas pela colonialidade. O crescimento urbano desordenado sem planejamento e investimento público contribui para áreas sem cobertura APS, aprofundando desigualdades (Santos, 1996). Limitações do SUS, como subfinanciamento e dificuldade em fixar equipes em áreas vulneráveis, agravam o quadro, gerando barreiras de acesso.

Além das barreiras concretas, o vazio assistencial produz efeitos subjetivos, especialmente nos mais vulneráveis. A Psicologia Social Crítica e a perspectiva decolonial (Hoepers e Netto, 2024) ajudam a entender como a ausência do Estado e a falta de reconhecimento como sujeito de direitos geram sentimentos de abandono, insegurança e descrença. Esses sentimentos, produzidos socialmente na interface entre condições materiais (classe, território) e exclusão, minam a autonomia.

Contudo, a experiência revelou resistências locais. ACS, lideranças e profissionais criam estratégias de enfrentamento: redes informais de cuidado, mobilização política e busca ativa por vulneráveis. Essas ações, vistas

pela Saúde Coletiva e Psicologia Comunitária Decolonial (Hoepers e Netto, 2024), mostram a importância da participação popular e laços comunitários para efetivar o direito à saúde e construir alternativas, desafiando a colonialidade.

Reconhecer o vazio assistencial como problema complexo, com raízes socioeconômicas e implicações psicossociais atravessadas pela colonialidade, é ação política fundamental. Dar visibilidade a essa realidade, como expressão das desigualdades estruturais, fortalece a luta por um SUS universal, equânime e integral (BRASIL, 1990), capaz de responder às necessidades de territórios periféricos (Viana et al., 2018). O relato reforça a importância de processos formativos (estágios, extensão) que colocam futuros profissionais em contato com realidades locais, construindo um olhar crítico, sensível às desigualdades e comprometido com a transformação social (Freire, 1996) e a defesa do direito à saúde sob perspectiva decolonial (Hoepers e Netto, 2024).

Hoepers e Netto, 2024).

Oficinas estéticas: desmedicalização e educação antirracista

Neiva de Assis (UFSC), Bruna Padovesi (UFSC), Hanna Isabel Corradini Alves (UFSC), Bruna Poliana de Souza (UFSC), Jéssica Santos Costa (UFSC)

O presente trabalho teve como foco a construção de atividades educativas com crianças e adolescentes que favoreçam o processo de escolarização e problematize o fenômeno da medicalização intimamente articulado com o racismo estrutural, bem como fortaleça a rede de garantia do direito à educação. O trabalho se relaciona ao eixo temático: Insurgências ético-estético-políticas: artes, tecnologias e subjetivação, por abordar a potência da vivência artística e das produções culturais na construção de subjetividades e coletividades, colaborando para a resistência e valorização da identidade e cultura negra. Esta proposta parte do entendimento sobre a importância da Psicologia envolver-se na construção e fortalecimento de espaços que permitam, simultaneamente, processos de singularização e de coletividades. Investimos nas vivências artísticas por possibilitarem que crianças desenvolvam novos olhares e diferentes modos de se relacionar tanto consigo mesmos quanto com outros (Assis & Zanella, 2012). É nesse contexto que se insere o presente trabalho, que tem como foco as experiências teórico-práticas do estágio em Psicologia Escolar e Educacional da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Realizado no Laboratório de Psicologia Escolar e Educacional (LAPPE) por meio do projeto "Oficinas estéticas: desmedicalização e educação antirracista" em parceria com o Grupo Mitos, coletivo cultural atuante no Morro da Queimada, no sul do país. A atuação do grupo, que emerge da luta pelo respeito à identidade negra e pela valorização da cultura afro-brasileira, oferece oficinas autogestionadas, como dança, percussão, apoio escolar e orientação profissional. No contato com a referida comunidade uma demanda frequente tem sido com relação ao processo de escolarização de crianças e adolescentes que não têm se apropriado dos conhecimentos socialmente construídos e sistematizados no espaço escolar, o fenômeno conhecido nas escolas por “crianças que não aprendem”. Dentre as diversas discussões no campo da psicologia educacional sobre a produção do fracasso escolar e a medicalização, destacamos a importância de incluir o racismo, infiltrado nas estruturas social, política e econômica da sociedade brasileira como marcador social que colabora ativamente na violação do direito à educação do povo negro – poucos realmente conseguem chegar ao ensino superior ou até mesmo concluir a etapa da educação básica. . A metodologia consistiu em observação participante, elaboração e realização de oficinas estéticas e rodas de conversas semanais com crianças e adolescentes matriculados na educação básica. As oficinas tinham como foco central desconstruir discursos sobre o não aprender, discursos medicalizantes que por vezes encobrem práticas racistas em contextos educativos. As atividades de contraturno escolar foram planejadas e definidas com as crianças e em reuniões com a equipe de estagiários e extensionistas e buscaram recuperar e favorecer a experiência de criar e imaginar por meio de oficinas mediadas por linguagens artísticas. Todo o trabalho teve como elemento central os temas pertinentes à missão do Mittos: ancestralidade, cultura afro-brasileira, direito à memória, educação das relações raciais. A experiência com o Grupo Mittos destacou a potência da arte e cultura como em processos de resistência e luta contra o racismo e apagamento da história afro-brasileira. Nos encontros realizados as crianças eram ouvidas, suas vivências eram compartilhadas, tinham significado e o que era produzido por elas era valorizado. Compreende-se a importância da psicologia na garantia de direitos constitucionais em contextos de desigualdade social.

Orientação Profissional com enfoque crítico-reflexivo: relatos de uma intervenção em uma escola de Belém

Erick Klaus Leão Furtado (UFPA), Fernanda Cristine do Monte dos Santos (UFPA), Fernanda Souza da Silva (UFPA), Marinice Nogueira Mendes (UFPA), Eric Campos Alvarenga (UFPA)

A Orientação Profissional é um serviço que objetiva ajudar os indivíduos a identificar suas aptidões e interesses, e desenvolvê-las a fim de facilitar o processo de escolha de uma profissão. Além disso, também possibilita o desenvolvimento de um pensamento crítico sobre o mercado de trabalho, bem como maior autoconhecimento por parte do orientando a partir de discussões sobre os elementos sociais, individuais, familiares e econômicos que o cercam e influenciam sua escolha. Assim, a Orientação profissional emerge como uma ferramenta capaz de promover reflexões que abarcam não apenas o campo profissional, mas também outras áreas da vida, podendo ser importante instrumento para a construção de um projeto de vida de adolescentes escolares, sobretudo daqueles presentes em escolas públicas. No entanto, urge a necessidade de desenvolver projetos e pesquisas no âmbito da educação pública, não apenas pela escassez de informações, mas, sobretudo, pela importância que a orientação profissional pode exercer na vida de jovens que se encontram diante de uma escolha importante de suas vidas, daí a importância deste trabalho. O objetivo deste trabalho é relatar a experiência de um projeto de orientação profissional com alunos de uma escola pública de Belém. Especificamente, buscou-se fomentar discussões sobre o autoconhecimento, contribuir com informações sobre o mercado de trabalho e o desenvolvimento de um pensamento crítico e reflexivo sobre este. Este relato de experiência está conforme o eixo temático "Psicologia Social em interface com o trabalho" por construir um espaço para desenvolver um pensamento crítico e consciente acerca do trabalho, suas relações e suas possibilidades. Para relacionar as temáticas "autoconhecimento" e "mercado de trabalho", buscamos embasar nossa atuação no modelo hexagonal criado pelo psicólogo norte-americano John L. Holland, que permite avaliar os interesses do indivíduo e, assim, classificá-lo em seis expressões de personalidade (ou tipos profissionais), sendo elas: Realista, Investigativo, Artístico, Social, Empreendedor e Convencional. Cada uma das seis dimensões do modelo conta com características próprias e está relacionada a um ambiente de trabalho com características ou requisitos similares. Este projeto fez parte de uma atividade da disciplina Psicologia Organizacional e do Trabalho do curso de Psicologia da UFPA. Foram realizados 4 encontros em uma escola pública de Belém, no horário de aula de uma de suas turmas. A experiência foi realizada com 10 alunos do nono ano, tendo cada encontro durado cerca de 1h30. No primeiro encontro, foram feitas as apresentações da equipe e dos objetivos da ida à escola, bem como um levantamento de quais eram as demandas de assuntos dos estudantes, e quais seus conhecimentos prévios. Este último, realizado por meio de um questionário elaborado pela equipe contendo perguntas de "sim" e "não". O segundo encontro foi destinado a discutir a temática "autoconhecimento" e o terceiro a temática "mercado de trabalho". Por fim, no último encontro, buscou-se integrar as temáticas abordadas nos dois encontros anteriores, além de ser novamente aplicado o questionário do primeiro dia e um questionário de feedback. As informações produzidas nos questionários, cujas perguntas avaliavam suas percepções de conhecimento acerca das temáticas de mercado de trabalho e autoconhecimento, sugeriram que cinco participantes aprenderam algo durante a intervenção. As respostas presentes no segundo questionário de três alunos demonstraram uma queda em relação aos seus questionários do primeiro dia e as respostas de um aluno

não mostraram mudanças nas quantidades de respostas. No que diz respeito aos retornos dos alunos, todos responderam positivamente em relação às oficinas e que elas foram úteis. Além disso, todos responderam que as oficinas possibilitaram que aprendessem mais sobre mercado de trabalho. Concluiu-se que a intervenção foi positiva, uma vez que possibilitou o contato direto com os estudantes, bem como com a dinâmica da escola e trouxe contribuições para o desenvolvimento de autoconhecimento e escolhas a serem feitas pelos participantes no mercado de trabalho. Além disso, a prática realizada na escola emergiu diversos desafios quanto à atuação da Psicologia, ao mesmo tempo que reverberou a potencialidade que a profissão possui. Considera-se também que o projeto mostrou na prática a sua relevância, à medida que era verificado o interesse e até mesmo o não acesso a determinados conteúdos quanto ao mercado de trabalho, a universidade e ao próprio conhecimento sobre si por parte dos estudantes.

Para além da cisheteronormatividade: Paternidade, adoção e as narrativas de casais homoafetivos.

Geovanna Rita Freire Matos (UNIR), Laísy de Lima Nunes (UFPB), Halanderson Raymisson da Silva Pereira (UNIR)

Historicamente, a instituição família tem ocupado um papel central na constituição subjetiva dos indivíduos, sendo mediadora entre sujeito e os contextos sociais que estão inseridos. As concepções de família, por sua vez, sofreram transformações ao longo do tempo, influenciadas por mudanças nas esferas econômica, social e cultural. Sob essa ótica, a família homoparental emerge nesse cenário como uma forma legítima de parentalidade, estruturada por vínculos afetivos e práticas de cuidado, desconstruindo o modelo tradicional cisheteronormativo e reafirmando a pluralidade das configurações familiares contemporâneas. Ao considerar os múltiplos arranjos familiares, este estudo teve como principal objetivo investigar e compreender os processos de construção da homoparentalidade masculina, a partir da escuta de casais homoafetivos que experienciaram a paternidade por meio da adoção. A pesquisa buscou compreender os sentidos atribuídos à parentalidade, os desafios enfrentados durante a adoção e os impactos dessa vivência nas dinâmicas conjugais, familiares e sociais, considerando o contexto de uma sociedade ainda estruturada por valores heteronormativos.

A pesquisa, realizada em 2024, foi aprovada pelo Comitê de Ética (parecer nº 6.700.575) e seguiu as diretrizes das Resoluções 466/12 e 510/16 do CNS. Os participantes foram recrutados por meio de divulgação em redes sociais. Realizaram-se quatro entrevistas semiestruturadas com dois casais homoafetivos masculinos que adotaram crianças. As entrevistas, presenciais e online, foram gravadas, transcritas integralmente e analisadas segundo a técnica de análise de conteúdo categorial temática (Bardin, 2016; Franco, 2008). A partir disso, foram definidos dois eixos temáticos: Motivações e Experiências no Caminho da Adoção; e Concepções de Gênero e Parentalidade.

O primeiro eixo temático aborda o desejo dos participantes em constituir uma família por meio da adoção, ancorado em um projeto comum. Além disso, relataram sobre o processo de adoção como um percurso longo, atravessado por cargas de intensas emoções, como ansiedade, angústia, culpa e incertezas. Diante dessa experiência, os participantes pontuaram sobre a importância do diálogo conjugal, do acompanhamento psicoterapêutico e do apoio de profissionais do serviço de adoção, como psicólogos e assistentes sociais, para enfrentar as dificuldades desse processo. No entanto, com base em suas vivências, os participantes evidenciaram episódios de preconceito e resistência, especialmente nos contextos jurídicos e institucionais.

O segundo eixo temático abordou a vivência da paternidade após a conclusão do processo de adoção. A chegada do filho promoveu transformações e reconfigurações profundas nas rotinas e nas dinâmicas conjugais, exigindo a construção de um novo equilíbrio entre as funções parentais e a relação de casal. Dessa forma, os participantes compartilham também a experiência da paternidade sendo influenciada pelas suas próprias vivências familiares e pela necessidade de ressignificar algumas práticas parentais. Os entrevistados relataram a importância do afeto, da presença, do cuidado emocional, destacando que a parentalidade é construída no cotidiano, na escuta e na intencionalidade. Diante dos relatos, compreende-se que a parentalidade emerge sobretudo do engajamento cotidiano com as responsabilidades parentais. Os papéis de mãe e pai, historicamente atribuídos a mulheres e homens de

maneira rigidamente binária, vêm sendo ressignificados ao longo do tempo, indicando que as funções parentais são construções sociais, e não atributos naturais ligados ao gênero. Os casais relataram vivências de tratamento diferenciado, especialmente por parte de profissionais, que reproduziam tais representações binárias dos papéis parentais, atribuindo a um o lugar da "mãe" e ao outro o de "pai", desconsiderando a especificidade e pluralidade da homoparentalidade.

Este estudo discute as dinâmicas da homoparentalidade a partir das expectativas sociais que insistem em reproduzir modelos tradicionais de gênero, mesmo em contextos familiares que os transcendem. Os modelos clássicos de masculinidade e de feminilidade dificultam o reconhecimento de formas plurais de parentalidade. As novas configurações familiares desafiam essas normativas, exigindo uma reavaliação dos papéis de gênero. A desnaturalização desses modelos é fundamental para uma prática psicológica mais inclusiva, que questione a reprodução acrítica de normas que invisibilizam as experiências homoparentais.

Além dos aspectos intrafamiliares, os participantes também relatam os desafios relacionados ao contexto social, como a recepção de olhares e comentários em espaços públicos e dificuldades de inserção escolar dos filhos, devido à ausência de representatividade e à manutenção de discursos normativos nas instituições educacionais. Nesse sentido, reforça-se a necessidade de promover práticas escolares inclusivas que acolham a diversidade dos arranjos familiares.

A partir das narrativas analisadas, é possível compreender que a homoparentalidade masculina não apenas amplia as possibilidades de exercer a paternidade, como também tensiona expectativas normativas ligadas ao gênero, à filiação e à constituição familiar. Ao desafiar os paradigmas tradicionais que associam a parentalidade a modelos biológicos e heteronormativos, esses arranjos mostram que a paternidade se constrói nas relações do dia a dia, com afeto, cuidado e reconhecimento social. Por fim, o estudo aponta para a importância de pesquisas futuras com amostras mais amplas e diversas, a fim de fortalecer a visibilidade dessas vivências, fomentar políticas públicas que garantam direitos e a compreensão das múltiplas formas de ser família na contemporaneidade.

A presente pesquisa articula-se de forma crítica e coerente ao eixo temático, ao propor uma reflexão sensível sobre as intersecções entre gênero, parentalidade e diversidade sexual nas configurações familiares contemporâneas. Ao dar centralidade à escuta de sujeitos cujas vivências têm sido, em grande medida, invisibilizadas pelas normas sociais dominantes, a investigação tensiona os modelos tradicionais de família e desafia os discursos cisheteronormativos que ainda sustentam práticas excludentes nos campos da Psicologia, da Educação e do Direito. Tal abordagem, sustentada por uma perspectiva decolonial e pelos princípios da Psicologia Social Crítica, busca não apenas ampliar os referenciais teóricos da profissão, mas também contribuir para a construção de práticas psicossociais mais inclusivas, comprometidas com os direitos humanos, a justiça social e a pluralidade de experiências. Ao evidenciar os desafios enfrentados por essas famílias em diferentes instituições e ao reivindicar políticas públicas mais sensíveis às diversidades, esta pesquisa se inscreve como uma contribuição ético-política ao fortalecimento da democracia participativa, à valorização dos saberes locais e à promoção de ações que reconhecem e reparam as violências simbólicas e estruturais que atravessam os sujeitos em contextos de vulnerabilidade.

Palavras-chave: Configurações familiares contemporâneas; Representações parentais; Direitos reprodutivos LGBTQIA+.

Pesquisa e Intervenções Comunitárias no Uso das TICs em Instituições Educacionais Brasileiras

Brunno Ewerton de Magalhães Lima (UFRJ), Brunno Ewerton de Magalhães Lima (UFRJ), Catalina Revollo Pardo (UFRJ), Mohammed Elhajji (UFRJ)

No contexto contemporâneo, as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) cada vez mais mediam inúmeras atividades humanas, contribuindo para a formulação de uma cibercultura (Lévy, 2010). A partir desse panorama, teóricos como Livingstone e Helsper (2007) elucidam a necessidade de formação para o uso dessas novas tecnologias, um conceito prático e teórico que denominam como Digital Citizenship Education (DCE). A DCE abrange uma educação midiática que promove a diversidade, o respeito aos direitos humanos e o fomento de uma sociedade mais justa e saudável no ambiente virtual. Acerca disto, nesta pesquisa adotou-se uma perspectiva teórica baseada em estudos nacionais e internacionais sobre a nova ecologia da aprendizagem digital (Coll, 2013), pautada na DCE (Livingstone & Helsper, 2007).

Com isto, o presente estudo tem como objetivo discutir intervenções psicossociais realizadas em instituições educacionais brasileiras sobre o manejo das TICs. Logo na atualidade, é fundamental a compreensão do uso das TICs, com a participação e escuta de atores-chave na educação e sociedade, para promover o desenvolvimento de políticas e práticas mais eficazes. Este estudo é de pesquisa-intervenção participativa, alinhada à visão de Fals-Borda e autores (1986), com cunho qualitativo. Seguindo o prisma de Groves e autores (2009), as intervenções foram realizadas com uma amostragem estratificada das instituições participantes.

A amostra é não probabilística por conveniência, composta por atores educacionais, incluindo docentes e discentes de instituições públicas brasileiras e Organizações Não-Governamentais (ONGs). Os procedimentos metodológicos seguiram os princípios do método Preparing, Engaging, Evaluating, Reflecting (PEER) conforme proposto por Holmes e O'Neill (2012), que incluem desde a preparação das atividades com as comunidades, alinhamento e construção das ações até a análise e avaliação dos dados coletados e das experiências durante a implementação das atividades por meio de formulários on-line preenchidos pelos participantes do programa. Além disso, foi adotado o uso de um diário reflexivo ao longo de todo o processo de intervenção, visando coletar percepções e afetações do campo de ação.

A análise de dados foi empregada a análise reflexiva de Whitehead e McNiff (2006), é fundamentada na ideia de que a reflexão crítica é essencial para a compreensão profunda e significativa das práticas e experiências vividas. Segundo os autores esta metodologia de análise encoraja os pesquisadores e participantes a explorarem seus próprios pensamentos, sentimentos e ações, examinando como suas perspectivas influenciam e são influenciadas pelo contexto social e cultural em que estão inseridos.

Como resultado, aproximadamente 1.519 pessoas foram impactadas, incluindo discentes, docentes, gestores escolares e responsáveis. A intervenção abrangeu 17 instituições, englobando instituições federais, estaduais e municipais, secretarias de educação, ONGs, escolas de samba e comunidades de favelas. Esses resultados revelam como, no contexto contemporâneo, é urgente e necessário promover a formação para o manejo das TICs.

O método PEER, seguindo a abordagem de Holmes e O'Neill (2012), aliado à pesquisa-intervenção participativa, desempenhou um papel na sistematização e na escuta de

diferentes atores psicossociais. Como discutem autores latino-americanos como Fals-Borda et al. (1986) e Freire (2014), a importância de uma educação participativa requer o envolvimento da comunidade na definição e execução das atividades, garantindo que as soluções propostas sejam culturalmente sensíveis e socialmente relevantes para aquele contexto sociocultural, conforme estabelecido por Coll (2013).

Os resultados obtidos nas temáticas discursivas sugerem como é fundamental reconhecer que o combate às fake news é um processo contínuo que requer o engajamento de todos os setores da sociedade, incluindo o governo, as instituições educacionais, a mídia e os próprios cidadãos. Para enfrentar as violências on-line, enfatiza-se a importância de promover valores de respeito e empatia tanto no ambiente digital quanto fora dele, refletindo a preocupação com a construção de uma sociedade inclusiva. Além disso, o estímulo ao comportamento empático e a facilitação do uso de canais de denúncia têm contribuído significativamente para interromper o ciclo de violência nas redes.

Por fim, como resultado das ações de bem-estar e saúde emocional on-line, reconhece-se a necessidade de os usuários terem autoconsciência para se autodiagnosticar em relação ao tempo, ao manejo e aos impactos emocionais dessas plataformas em sua rotina. Se ressalta a importância de suporte profissional e especializado em serviços de saúde mental, uma realidade que, conforme observado nas instituições, ainda é insuficiente em muitos casos.

Assim, o presente estudo visou estabelecer conexões e compartilhar intervenções psicossociais com as comunidades, adotando uma abordagem colaborativa e socialmente situada. Recomenda-se a realização de pesquisas adicionais para uma compreensão mais abrangente do contexto atual. Espera-se que as intervenções descritas neste trabalho sirvam como base para o desenvolvimento de novas iniciativas psicossociais, oferecendo espaços seguros e inclusivos para debates abertos e respeitosos sobre questões relacionadas às TICs. Portanto, trazer à tona a experiência do contexto brasileiro, que é tanto diverso quanto desigual, este estudo contribui para o reconhecimento e a valorização no movimento de cidadania digital na sociedade contemporânea.

PET-Saúde Equidade na formação em Psicologia: entre práticas interdisciplinares e responsabilidade social

Vinícius Santos Silva (UEFS), Lydia de Brito Santos (UEFS), Jamiley Dias Santana Moreira Gomes (Secretaria Municipal de Saúde de Feira de Santana), Bruna de Figueiredo Chahoud Bastos (Secretaria Municipal de Saúde de Feira de Santana), Érica Maria Granjeiro (UEFS)

Introdução: Para que o psicólogo possa atuar de forma comprometida com a responsabilidade social, é essencial que sua formação seja generalista, humanista, crítica, reflexiva, ética e transformadora (CFP, 2022). Experiências de ensino, pesquisa e extensão podem contribuir significativamente para esse processo formativo, sobretudo quando proporcionam uma aproximação entre futuros psicólogos e comunidades diversas. O Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde), por articular o Sistema Único de Saúde (SUS) às Instituições de Ensino Superior (IES), representa uma das estratégias formativas, promovendo a integração ensino-serviço-comunidade por meio de ações pautadas no ensino, na pesquisa, na extensão e na participação social (Ministério da Saúde, 2023).

Na sua 11ª edição, o programa adota a equidade como eixo estruturante e passa a ser denominado PET-Saúde Equidade, incorporando pautas sociais e favorecendo percursos formativos mais sensíveis às desigualdades estruturais e ao enfrentamento das iniquidades em saúde.

Objetivo: O presente trabalho pretende apresentar as contribuições do PET-Saúde Equidade para a formação de estudantes do curso de graduação em Psicologia, com ênfase no fortalecimento de competências técnicas, éticas e políticas a partir da inserção em práticas voltadas para o SUS, em contextos marcados pela diversidade e pela interprofissionalidade.

Relação com o eixo temático: A proposta insere-se no eixo temático Psicologia Social e Saúde, ao tratar da formação em Psicologia ancorada em experiências comunitárias, coletivas e interdisciplinares. O contato com práticas voltadas à promoção da saúde e ao cuidado em territórios socialmente vulnerabilizados propicia uma aproximação da Psicologia com seus fundamentos sociais e históricos, permitindo a construção de um olhar crítico e comprometido com a transformação das realidades.

Orientação teórica: A formação de profissionais em Psicologia comprometidos com a realidade social demanda referenciais teóricos que problematizam os determinantes sociais da saúde e as múltiplas formas de sofrimento que atravessam os sujeitos. O Código de Ética Profissional do Psicólogo estabelece que a atuação profissional deve ser pautada na responsabilidade social, considerando a realidade política, econômica, social e cultural. Além disso, atuando no combate a quaisquer formas de violência, crueldade e opressão (CFP, 2005). A Psicologia Social Crítica, neste sentido, oferece subsídios para compreender como desigualdades relacionadas a gênero, raça, classe e sexualidade se entrelaçam, produzindo efeitos concretos no modo como as pessoas vivenciam o adoecimento, o cuidado e a saúde. Collins (2021) destaca como essas categorias interagem de forma interseccional, gerando formas complexas de opressão que se reproduzem cotidianamente nas relações sociais.

Metodologia: Trata-se de um relato de experiência, de natureza descritiva e qualitativa, desenvolvido por um estudante do curso de Psicologia da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), com base na vivência no âmbito do PET-Saúde Equidade. As reflexões apresentadas foram construídas a partir da participação em momentos formativos, discussões interdisciplinares, atividades de planejamento coletivo e inserções em

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

espaços da rede de atenção à saúde. Essa abordagem permitiu uma análise crítica sobre os impactos do processo vivenciado na construção da identidade profissional e no fortalecimento das competências necessárias à atuação no campo da Psicologia.

Resultados: A participação no PET-Saúde Equidade possibilitou uma ampliação da compreensão sobre a atuação profissional em contextos de cuidado coletivo. Desenvolvendo competências relacionadas à escuta qualificada, ao trabalho interprofissional e à articulação com os saberes comunitários. Tais elementos contribuem para o desenvolvimento de uma prática profissional mais ética, crítica e voltada para os princípios do SUS.

A interação ensino-serviço-comunidade possibilitou o exercício do diálogo, da corresponsabilização e da construção conjunta de estratégias de cuidado. O reconhecimento da diversidade presente nos territórios e o enfrentamento das desigualdades em saúde foram aspectos centrais no processo de formação, favorecendo o fortalecimento de uma postura comprometida com os direitos humanos e a justiça social.

Além disso, a experiência permitiu o aprofundamento da compreensão sobre o papel da Psicologia na Atenção Primária à Saúde, evidenciando que sua atuação não se restringe ao espaço clínico individual, mas se estende ao campo das relações comunitárias, da educação em saúde e da promoção de autonomia dos sujeitos. A aproximação entre teoria e prática favorecida pelo programa contribuiu para a ressignificação de conteúdos acadêmicos, conectando-os às realidades vivenciadas nos territórios.

Conclusão: O Programa PET-Saúde Equidade pode ser considerado como uma estratégia formativa de grande relevância para o fortalecimento da Psicologia Social e para a formação de profissionais mais sensíveis às demandas coletivas em saúde. Ao promover a articulação entre ensino, serviço e comunidade, o programa oferece uma vivência concreta dos princípios do SUS e contribui para a construção de práticas comprometidas com a equidade, a integralidade do cuidado e a promoção da cidadania. Nesse sentido, a experiência no PET-Saúde Equidade representa uma oportunidade de qualificação da formação acadêmica, ao mesmo tempo em que reafirma o papel social da Psicologia como agente de transformação.

Plano local de prevenção do suicídio: o Comitê municipal de Cajuru-MG como estratégia de mobilização e articulação do trabalho intersetorial

Cristiane Santos de Souza Nogueira (CRP/MG)

Em 2022 os dados do DataSUS apontaram Minas Gerais como segundo estado do país com a maior taxa de suicídio (Ministério da Saúde, 2024). As taxas brasileiras vão na contramão do que o país havia proposto, quando se tornou signatário de convenções internacionais que pactuaram pela redução dos casos. O Carmo do Cajuru, a 119 km de Belo Horizonte-MG com população estimada em 23.479 (IBGE, 2022), apresentou em 2016 alto índice significativo de mortes por acidentes e autoagressão, com taxa de 9,99 por 100 mil/habitantes (BRASIL, 2017), ultrapassando a taxa nacional (Brasil: 6,3 por 100 mil/habitantes) e a taxa das Américas (9,6 por 100 mil/habitantes), ficando abaixo apenas da taxa mundial (10,7 por 100 mil/habitantes), segundo dados da WHO (2018). Dados do SINAN (2021) apontaram alto número de tentativas de suicídio e de óbitos em Carmo do Cajuru, sendo importante considerar que o comportamento suicida é subnotificado no país. Diante da ausência de políticas públicas consolidadas em âmbito federal e estadual para enfretamento do suicídio enquanto um problema de saúde pública, o SUS local de Carmo do Cajuru decidiu construir um plano de prevenção como iniciativa local.

Assim, em 2020 foi criado o Comitê Municipal de Valorização da Vida, Prevenção e Posvenção da Automutilação e do Suicídio de Carmo do Cajuru - MG com o objetivo de construir ações contínuas que envolvam a rede intersetorial e a comunidade local. O comitê está vinculado à Secretaria Municipal de Saúde e foi instituído como órgão de assessoramento com caráter consultivo, educativo, técnico-consultivo, multiprofissional e intersetorial para ações de prevenção do comportamento suicida e valorização da vida.

O presente trabalho apresentado se articula com o eixo temático escolhido uma vez que apresenta uma experiência de práxis, a partir do SUS local em articulação com a rede intersetorial em todas as suas esferas de participação, enfrentando o problema do comportamento suicida como problema de saúde pública, no viés da Saúde Coletiva, recusando explicações medicalizantes do sofrimento humano diante da complexidade dos modos de inserção de vida. O incentivo à convivência, o convite aos espaços coletivos fazem coro à promoção da cidadania e à luta pelo direito à sua saúde. Um comitê municipal, orquestrado pelo SUS local e conduzido de maneira dialógica, participativa e democrática em defesa da vida.

Trabalha-se com referências de domínio público, principalmente do Ministério da Saúde, Organização Mundial da Saúde, Conselho Federal de Psicologia para levantamento e atualização de dados e estratégias de prevenção do fenômeno. Como instrumentalização são usados autores que trabalham com avaliação e manejo da crise suicida, que suscitam o uso de metodologias ativas de aprendizagem além de referências da Saúde Coletiva e Atenção Psicossocial.

Como como foi criado em 2020, durante o período da pandemia de Covid-19 os membros do comitê se reuniam de forma remota, em reuniões bimestrais e somente no ano de 2024 foram iniciados os encontros presenciais e com frequência mensal. O comitê é composto por representantes da gestão da Secretaria Municipal de Saúde, da Atenção Primária em Saúde, Centro de Atenção Psicossocial CAPS I, Vigilância em Saúde, Conselho Municipal de Saúde, Pronto Atendimento, Conselho Tutelar, Centro de Referência de Assistência Social-CRAS, Centro de Referência Especializada em Assistência Social-CREAS, núcleo psicossocial das Escolas Estaduais do município, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, assistência farmacêutica da SMS e Líderes Comunitários. Os encontros acontecem com estudo de referências temáticas, análise dos fluxos de atendimento, levantamento de necessidades de intervenção nos setores. Assim, definem-se estratégias a serem

construídas, os atores envolvidos e o prazo para sua efetivação. Cada encontro se inicia com a leitura da ata da reunião anterior para avaliação e monitoramento das ações realizadas bem como para dar visibilidade às conquistas, desafios e potencialidades buscando sistematização dos encontros. As reuniões são dialógicas, circulares, buscando colaboração dos participantes para construções corresponsáveis que possam se efetivar como reais intervenções em cada serviço/setor de atuação representado. Os encontros ordinários contam ainda com participação de convidados como Polícia Militar, setor de comunicação da prefeitura, gestores de políticas públicas e lideranças comunitárias para levantamento de dados e replicação de informações relevantes ao fortalecimento da rede intersetorial além de contar ainda com a consultoria externa do Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais. As ações desenvolvidas visam tanto a prevenção universal quanto a prevenção seletiva. À medida que o comitê se consolida no município, está sendo continuamente construído o Plano Local de Prevenção de Suicídio e Valorização da Vida, bem como a composição do comitê.

Até junho de 2025, além das reuniões ordinárias, o comitê realizou:

• Construção do fluxograma de atendimento intersetorial de comportamentos suicidas no município;

• Criação de linha de cuidado de crises de saúde mental nas escolas da rede pública estadual;

• Criação de linha de cuidado em posvenção;

• Oficina para a rede intersetorial sobre notificação compulsória de comportamentos autolesivos conforme a Política Nacional de Prevenção e Enfrentamento ao Suicídio (BRASIL,2019)

• Ação de sensibilização sobre saúde mental, automutilação e comportamento suicida em todas as escolas estaduais do município;

• Construção de campanha de prevenção universal com o setor de comunicação da prefeitura de Cajuru;

• Oficina de classificação de risco e manejo do comportamento suicida para a Rede de Atenção Psicossocial-RAPS local;

• Instituição do Dia Municipal de Prevenção do Suicídio em 2023 pela câmara de vereadores de Carmo do Cajuru-MG;

Ainda que o suicídio seja um problema de saúde pública mundial, as intervenções locais têm se revelado como efetivas para enfrentamento desse fenômeno complexo e multifatorial. A análise da realidade local permite a construção de estratégias contextualizadas, utilizando os recursos disponíveis no território. O trabalho do Comitê Municipal de Valorização da Vida e Prevenção e Posvenção da Automutilação e do Suicídio de Carmo do Cajuru – MG tem se revelado como experiência legítima de uma práxis em movimento, em contínua construção e diálogo entre teoria e prática, onde a teoria é colocada em prática é refletidaque é teorizada, criando um ciclo contínuo de aprendizado e transformação, em defesa da vida e do cuidado em liberdade. Importante ressaltar que o plano municpal de saúde mental está sendo reestruturado a partir das ações impulsionadas pelo comitê, visando sua institucionalização com aprovação no Conselho Municipal de Saúde. Como continuidade, o comitê visa realizar apoiar ações concretas de vigilância e prevenção na comunidade, com atividades nas empresas do município, ações de sensibilização nas escolas municipais, aprimoramento dos dados epidemiológicos oficiais do município sobre comportamentos de violência autoprovocada, análise do número de tentativas e mortes por suicídio entre os anos 2020 e 2025. Será realizado levantamento de meios utilizados em tentativas e mortes por suicídio proposição de estratégias de controle de acesso, identificação de locais de tentativas de suicídio para sinalização dos mesmos. Tem-se discutido a ampliação de atividades para maior envolvimento da população em atividades sociais, garantia de acesso aos serviços de saúde mental para detecção e tratamento precoce de transtornos mentais, mas recusando abordagens que reforcem a medicalização da vida e reforçando a defesa e proteção dos Direitos Humanos.

ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos. Ensinar, Aprender, Apreender e Processos de ensinagem. In: ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos; ALVES, Leonir Pessate(Orgs.). Processos de Ensinagem na Universidade: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula. 6. ed.Joinville: Editora Univille, 2006, p. 15-44.

BRASIL. Ministério da Saúde. Prevenção do Suicídio Manual dirigido a profissionais das equipes de saúde mental. Brasília, 2006.

BRASIL. Portaria nº 3.088 de dezembro de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde. Brasília, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). Brasília, DF: Ministério da Saúde, [2017].

BRASIL. Lei nº 13.819, de 26 de abril de 2019.

BRASIL. DATASUS. Boletim Epidemiológico 33. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2021.

BOTEGA, N. J. Prática psiquiátrica no hospital geral: interconsulta e emergência. 2. ed. Porto Alegre: Artmed Editora, 2006.

BOTEGA, Neury. Crise Suicida Avaliação e manejo. Rio Grande do Sul, Artmed, 2023.

CECCIM, Ricardo Burg. Pacientes impacientes: Paulo Freire. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Caderno de Educação Popular e Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2007, p. 32-45.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). O suicídio e os desafios para a psicologia Brasília: CFP, 2013. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/12/Suicidio-FINAL-revisao61.pdf Acesso em: 8 abr. 2023.

COSTA-ROSA, Abílio da. Atenção Psicossocial Além da Reforma Psiquiátrica: contribuições a uma clínica crítica dos processos de subjetivação na saúde coletiva. São Paulo: Unesp:2013.

Merhy, E. E., & Feuerwerker, L. C. M. (2016). Novo olhar sobre as tecnologias de saúde: uma necessidade contemporânea. In: Merhy, E. E., Baduy, R. S., Seixas, C. T., Almeida, D. E. S., & Slomp Júnior, H. (Orgs.). Avaliação compartilhada do cuidado em saúde: surpreendendo o instituído nas redes (pp. 61-74). Rio de Janeiro: Hexis, 2016.

Oliveira, G. C. de ., Reis, S. C. C., & Borges, E.. (2024). Falando sobre o suicídio: prevenção e promoção de vida entre adolescentes. Fractal: Revista De Psicologia, 36, e6013. https://doi.org/10.22409/1984-0292/2024/v36/6013

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). Prevenção do suicídio: um manual para profissionais da mídia. Genebra, 2000..

Plataformas digitais como novas formas de controle na Indústria Cultural contemporânea

Marco César de Souza Melo (Faculdade 05 de Julho), Débora Cristina Vasconcelos Aguiar (UECE e UFC), Rita Helena Sousa Ferreira Gomes (UFC), Déborah Christina Antunes (UFCA)

O presente trabalho tem como escopo analisar a relação entre aspectos característicos da cultura digital e o conceito de indústria cultural definido por Theodor Adorno e Max Horkheimer. Partimos da hipótese de que as plataformas digitais se tornaram não apenas um novo espaço, um ciberespaço, de interação social, mas, ao mesmo tempo, ampliaram os instrumentos de exercício do controle da subjetividade resultando, assim, em novos contornos que redesenham a indústria cultural. Em artigo publicado em 2018, Deborah Antunes e Ari Maia salientam que a atividade em rede é monitorada, uma vez que os rastros de navegação deixados pelos usuários são armazenados e analisados no que é conhecido como Big Data e, posteriormente empregados em esquemas de controle. Este trabalho se relaciona ao eixo temático Mídia, Cultura e Tecnologias Digitais, por tratar da relação entre a cultura digital e a produção da subjetividade, especificamente no aspecto dos meios de dominação no sistema capitalista de produção. Nossa orientação teórica compreende os estudos em psicologia social crítica, com devido aprofundamento em teoria crítica da sociedade, principalmente por usarmos fontes e métodos dos pensadores da escola de Frankfurt e seus continuadores. Do ponto de vista metodológico, partimos do primado do objeto, que é o fenômeno do uso das plataformas digitais e redes sociais como meio de controle renovador da indústria cultural. No que diz respeito às fontes teórico bibliográficas, temos como referência os estudos de Maar, Bruno, Mayer-Schönberger, Han, dentre outros. Obtivemos como resultado o entendimento de que há em curso uma atualização da indústria cultural pelo aparecimento de novas ferramentas digitais de poder sobre a subjetividade. Os dados sobre nossa atividade online, por exemplo, são empregados para formulação de algorítimos que controlam o que é transmitido para cada indivíduo, traçando perfis de consumo de conteúdo, de produtos comercializados em rede e, até mesmo, de identificação ideológica e política. Essa nova roupagem indica um refinamento das técnicas de controle da subjetividade pela condução de conteúdos em rede em vista dos perfis de usuário: uma postagem que é mais curtida reflete um tipo de conteúdo que será continuamente enviado para quem o curtiu e, consequentemente é possível observar que isso se estende, como dito, para o campo do consumo de produtos e até ao espectro político ideológico influenciando, inclusive, eleições. Assim, o movimento de renovação da indústria cultural revela o aparecimento de novas técnicas de controle do ser humano pela produção de subjetividade. Byung-Chum Han, filósofo coreano, enfatiza que vivemos uma era de mudança de paradigmas, na qual as antigas técnicas de regime disciplinar dos corpos dão lugar à dominação pelo controle da subjetividade, o que resulta no conceito de psicopolítica. O autor afirma, ainda, que no regime neoliberal o que vale mais não é necessariamente a posse dos meios de produção de riqueza, e, sim, a posse das técnicas de poder e dominação perpetrados pelas novas plataformas digitais de comunicação. Os usuários das redes sociais são atraídos para a constante interação e para a produção e consumo voluntários de “conteúdos”. Essa arquitetura ao mesmo tempo prende e condiciona o indivíduo dentro de uma lógica operativa de dominação. Operativa, porque, segundo o autor, o principal responsável pela sujeição é o próprio usuário. Esperamos que essas reflexões lancem luz sobre o que vivemos atualmente e nos ajudem a pensar estratégias de resistência aos processos de assujeitamento.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

Povos indígenas e ensino superior, na perspectiva da inclusão social.

Raíssa Araújo Paulino (UFRR), Yasmin Maia Fernandes (UFRR), Ythauany Jamily Menezes Santana (UFRR)

Introdução: O acesso da população indígena ao ensino superior público é prejudicado por barreiras estruturais, que limitam o acesso desses povos às universidades. Segundo DIAS DA SILVA (2007), a presença dos indígenas no ensino superior é visto como "estranho", por isso surge a necessidade debater sobre as políticas de inclusão dessa população, com projetos que visem o cuidado com os Povos Originários, a caminhada para uma sociedade mais inclusiva se torna mais possível, assim juntamente à Associação Cultural Indígena do Estado de Roraima, Kapói, parte da população indígena que poderia ser prejudicada no processo de inscrição do Vestibular Indígena da Universidade Federal de Roraima, foram auxiliados nessa fase inicial do ingresso a universidade. Objetivo: Relatar a experiência vivenciada durante a atividade e apresentar os resultados obtidos a partir da escuta e observação voltada aos povos indígenas, com o objetivo de auxiliar pessoas indígenas a se inscreverem no processo seletivo destinado ao ingresso delas no ensino superior, do qual ao longo da história vivenciada por essa população foi negado devido aos estigmas que atingiram esses indivíduos ao longo do processo de formação da sociedade contemporânea brasileira. Método: Foi realizada uma seleção de voluntários, alunos da Graduação de Psicologia da Universidade Federal de Roraima e esses voluntários foram orientados a levarem notebooks que iriam auxiliar na realização da inscrição dessas pessoas. Quanto às pessoas que iriam se inscrever no Processo Seletivo, no caso as pessoas indígenas que tinham interesse, foi orientado aos mesmos que levassem todos os documentos necessários para realizar a entrada no processo, como por exemplo: Rani, RG, CPF e outros documentos complementares e assim foi possível finalizar a inscrição. Resultado: A atividade teve como principal resultado a inscrição efetiva de todos os indivíduos atendidos durante o processo de inscrição para o vestibular indigena, alcançando o principal objetivo da ação. Por conseguinte, o suporte oferecido foi de suma importância para os candidatos, visto que muitos deles tinham dúvidas a respeito da documentação, do site e outros itens exigidos como critérios de inscrição. Assim, a ação proporcionou um momento de acolhimento que a longo prazo promove o acesso ao ensino superior de forma mais equitativa e que contribui para a formação profissional dos candidatos. Portanto, a experiência foi positivamente avaliada pelos candidatos e pelos membros da equipe, fato esse que reforça o papel social da universidade, do curso de psicologia e seu compromisso na promoção da inclusão. Conclusão: As dificuldades do acesso ao ensino superior para a população indígena é calcada nas barreiras estruturais que esses indivíduos sofrem impedindo então esse acesso. Com projetos como os promovidos pela Kapói, que são voltados às pessoas que são vítimas de exclusão, é mais propício que a população indígena tenha acesso garantido ao ensino superior e que ocupem mais espaços como os do âmbito da educação, que por muito tempo foram negados a eles por faltas de políticas inclusivas que promovessem uma reparação histórica. Referências: SILVA, Rosa Helena. Inclusão e políticas afirmativas em educação para um Brasil pluricultural: reflexões sobre povos indígenas e ensino superior. Educação, Santa Maria, v. 30, n. 61, p. 93-107, 2007. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=84806105. Acesso em: 24 maio 2025.

Preocupações Éticas na Aplicação da Análise do Comportamento Aplicada (ABA) em Pessoas Autistas: Reflexões do Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região

Eduardo de Menezes Pedroso (CRP), Camila Andrade de Oliveira (CRP SP), Mayara Bonora Freire (CRP SP), Talita Fabiano de Carvalho (CRP SP)

A prática da Análise do Comportamento Aplicada (ABA) tem sido amplamente utilizada no atendimento a pessoas autistas no Brasil e no mundo. No entanto, sua aplicação intensiva e, por vezes, padronizada tem gerado importantes reflexões éticas. Este trabalho, desenvolvido a partir da análise das diretrizes do Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região (CRP-SP) e de revisão bibliográfica, problematiza a aplicação da ABA sob o viés dos direitos humanos, da neurodiversidade e da promoção da autonomia. O objetivo é discutir os riscos éticos associados a práticas terapêuticas que buscam moldar comportamentos autistas a padrões neurotípicos, frequentemente desconsiderando a subjetividade e o ritmo individual de cada pessoa. A crítica central recai sobre a imposição de modelos terapêuticos centrados no controle e na normalização do comportamento, em detrimento de abordagens inclusivas e acolhedoras.

A análise documental das manifestações do CRP-SP evidencia a necessidade de revisão crítica das práticas de ABA, sobretudo aquelas que impõem rotinas intensivas, com jornadas de até 40 horas semanais. Tais práticas, embora bem-intencionadas, podem se aproximar de um modelo manicomial ao suprimir a singularidade do sujeito autista e impor metas terapêuticas incompatíveis com sua autonomia. A pesquisa bibliográfica, por sua vez, indica um alinhamento crescente entre autores contemporâneos no sentido de rejeitar práticas coercitivas e propor intervenções que respeitem a diversidade neurológica (Silva & Mendes, 2020; Oliveira, 2019; Ferreira & Costa, 2022).

É importante ressaltar que a crítica à ABA não se dirige à metodologia em si, mas à sua aplicação descontextualizada e insensível à ética do cuidado. A Psicologia, enquanto ciência comprometida com os direitos humanos, deve atentar-se para os impactos subjetivos das intervenções e evitar práticas que reforcem a exclusão ou a adaptação forçada à normatividade. A centralidade da neurodiversidade como valor ético implica reconhecer o autismo como uma forma legítima de existência humana, que não precisa ser "corrigida", mas compreendida e acolhida.

Nesse sentido, este trabalho defende a atuação psicológica pautada por princípios inclusivos, que promovam o bem-estar, o desenvolvimento integral e a participação social das pessoas autistas. As diretrizes do CRP-SP apontam para a importância de garantir ambientes terapêuticos seguros, respeitosos e ajustados às necessidades e desejos de cada sujeito, afastando-se de intervenções padronizadas e centradas na performance.

Os resultados da pesquisa indicam ainda que há um movimento crescente dentro da Psicologia em prol de práticas mais éticas, inclusivas e críticas ao modelo de intervenção intensiva. Estudos como os de Ramos & Silva (2021) e Cruz (2020) destacam que a sobrecarga terapêutica pode levar ao esgotamento emocional, à perda da espontaneidade e à interiorização de sentimentos de inadequação por parte da pessoa autista. Tais efeitos contrariam os princípios de cuidado e proteção da dignidade que devem nortear toda atuação psicológica.

Como conclusão, reafirma-se a urgência de uma prática clínica e institucional que valorize a autonomia, a singularidade e o direito à diferença. A ética na Psicologia não pode ser reduzida a protocolos técnicos, mas deve ser

atravessada por compromissos sociais e políticos com a inclusão, a escuta e o reconhecimento da diversidade humana. A construção de intervenções baseadas na escuta qualificada, no respeito aos ritmos individuais e na coautoria com as pessoas autistas é uma tarefa coletiva e inadiável. Cabe aos profissionais e instituições refletirem continuamente sobre suas práticas e assumirem uma postura crítica diante de métodos que, ainda que legitimados por certas tradições, possam incorrer em violações de direitos.

Este trabalho, portanto, propõe uma Psicologia que se afaste da lógica da normalização e se aproxime de uma ética do cuidado e da liberdade, afirmando a potência da neurodiversidade como valor e horizonte para uma sociedade mais justa e acolhedora.

Produtos eróticos e prazer feminino: brinquedos eróticos e a desconstrução de saberes e práticas sexuais

Valentina Salvestrini Napoli (UEMG), Gabriela de Moro Ferreira (UEMG), Letícia Cardoso Barreto (UEMG), Luisa Alvim Reis Almeida (UEMG)

Este trabalho resulta de duas pesquisas que investigam as intersecções entre o mercado de produtos eróticos e os impactos na sexualidade, no sexo e no prazer de mulheres cis e pessoas com vulva. As pesquisas intitulam-se: "'É preciso fazer a revolução do clitóris': um olhar feminista para brinquedos eróticos e prazer feminino" e "Tecnologias e prazer sexual: uma etnografia do mercado erótico em Belo Horizonte". A primeira foi contemplado com bolsa de iniciação científica para a aluna Amanda Maria Pereira (Edital Fapemig 8/2024) e a segunda com bolsa produtividade para Letícia Cardoso Barreto (Edital PQ-UEMG 13/2024), agradecemos a ambas agências pelo fomento. Ambas partem de quatro questões centrais: (1) o crescimento do mercado erótico no Brasil, com presença expressiva de mulheres como empreendedoras, funcionárias, consumidoras e produtoras de conteúdo; (2) a ampliação de conteúdos informativos sobre sexualidade e prazer, como podcasts, séries e documentários; (3) a crescente visibilidade de figuras públicas – influenciadoras, sexólogas, ginecologistas – que relatam os benefícios do uso de brinquedos sexuais; e (4) a escassez de produção teórica sobre o tema, sobretudo sob uma ótica feminista. O mercado erótico tem se expandido no Brasil, especialmente após a pandemia de Covid-19. Esse crescimento ocorre simultaneamente a processos de deserotização e trivialização (WALTHER, 2017), tornando o consumo desses produtos mais aceitável e dissociado de estigmas ligados à prostituição e à pornografia (GREGORI, 2016). A maior parte do público consumidor é composta por mulheres cis heterossexuais, que buscam bem-estar, prazer e revitalização das relações afetivo-sexuais. A mídia contribui para esse movimento, com obras como "Sex and the City", "Cinquenta Tons de Cinza" e "De Pernas para o Ar". Durante a pandemia, declarações de celebridades como Anitta, ao mencionar o uso do sugador de clitóris, impulsionaram as vendas. Além disso, houve um aumento na produção digital, com podcasts e vídeos de profissionais discutindo práticas, produtos e seus efeitos. Apesar disso, há escassa produção acadêmica sobre o tema, muitas vezes centrada em práticas dissidentes como BDSM ou voltada a populações LGBTQIAPN+. Diante da ampla adesão aos produtos por mulheres e pessoas com vulva, torna-se urgente um olhar feminista e interseccional que considere como hierarquias de sexo, gênero, raça, classe e capacidade moldam experiências de opressão e possibilidades de prazer (RUBIN, 2017; COLLINS, 2022; PISCITELLI, 2008).

As pesquisas aqui apresentadas têm como objetivo 1) Compreender como o uso de vibradores/masturbadores afeta a relação de mulheres com o prazer sexual e suas implicações nas relações afetivo-sexuais; e 2) Analisar a organização do mercado de produtos eróticos em Belo Horizonte e seus impactos nas experiências sexuais. O projeto trata diretamente das construções sociais sobre sexo, sexualidade e gênero, uma vez que os produtos eróticos estão inseridos em discursos, práticas e representações que envolvem o corpo, o prazer e os vínculos afetivos. Esse mercado não é neutro: ele reflete, reproduz e tensiona normas de gênero, padrões de sexualidade e dinâmicas de poder. A partir das experiências de empreendedoras e consumidoras, observa-se como os significados do sexo e da sexualidade são socialmente construídos, especialmente por mulheres cis e pessoas com vulva, cujas vivências com prazer e desejo são moldadas por papéis de gênero. A pesquisa também permite entender como marcadores sociais – como gênero, orientação sexual, classe, raça e idade – se

cruzam e impactam formas de empreender e consumir. As estratégias de venda variam conforme o público-alvo: mulheres, homens, casais hetero e homoafetivos, entre outros. As trajetórias de quem atua nesse mercado são atravessadas por desigualdades que surgem dessas intersecções. Empreender e consumir produtos eróticos pode significar romper com tabus e desafiar normas conservadoras, com implicações sobre autonomia sexual, saúde e direito ao prazer.

Em termos teóricos, este estudo se alinha a perspectivas feministas da positividade do sexo, que não consideram as práticas sexuais intrinsecamente negativas para as mulheres (RUBIN, 2017), e revisitam criticamente o lugar da prostituição e da pornografia. Bozon (2004) vincula essa discussão às transformações culturais do século XX, quando se passou a distinguir o erotismo — associado ao amor e ao bom gosto — da pornografia — vista como vulgar. Piscitelli (2012) aponta a pluralidade dos debates feministas sobre prostituição, embora discursos abolicionistas sejam predominantes no Brasil. Tais discursos veem prostituição e pornografia como reforços da objetificação feminina e da violência de gênero (WHISNAT; STARK, 2004). Em contraposição, há correntes que reconhecem o trabalho sexual como forma de agência, alinhadas a uma lógica laboral e ao feminismo das prostitutas organizadas (BARRETO, 2015), compreendendo a exploração como consequência do estigma e isolamento (OSBORNE, 2002).

Apoiando-se em Malabou (2024), argumentamos que houve uma exclusão teórica do clitóris nas ciências, dificultando o acesso ao conhecimento e ao prazer feminino. Esse apagamento decorre de discursos misóginos que associam o prazer feminino ao perigo ou à patologia (STROMQUIST, 2018). A invisibilização da genitália feminina compromete o autoconhecimento e o direito ao prazer. Nesse contexto, destaca-se o "gap do orgasmo", que revela disparidades significativas: homens heterossexuais atingem o orgasmo em 86% das vezes sozinhos e 60% acompanhados, enquanto mulheres atingem 68% sozinhas e apenas 19% acompanhadas (PANTYNOVA, 2022). Isso se associa à centralidade da penetração e à desvalorização do prazer clitoriano, conforme as ideias de Freud. Colocar o clitóris no centro da discussão é revolucionário para o prazer feminino e para a subjetividade de pessoas com vulva. Malabou (2024) afirma que o clitóris, mesmo em corpos não femininos, ocupa simbolicamente o "lugar do feminino", unindo biologia e política. O prazer desvinculado da reprodução torna-se questão política, um prazer autônomo que precisa ser reivindicado. O prazer proporcionado por brinquedos sexuais ainda é percebido como ameaça às normas de gênero, relações e à feminilidade tradicional. Indagamos se o uso desses produtos pode estar vinculado a formas de "piranhidade" que desafiam o patriarcado e rompem com construções normativas sobre sexo e prazer (BOSCATTI; BARRETO, 2024).

A pesquisa etnográfica articula teoria e prática, como defende Mariza Peirano (1995), com interação intensa entre pesquisadora e sujeitos de estudo (FONSECA, 1999). Fundamenta-se nos princípios da psicologia social crítica e da epistemologia feminista, propondo uma pesquisa participativa desde a coleta até a análise dos dados. Está sendo realizada uma etnografia do mercado de produtos eróticos em Belo Horizonte, inspirada em pesquisas anteriores (WALTHER, 2017; PISCITELLI, 2013), e abrange contextos físicos e digitais. Foram realizadas 15 entrevistas com pessoas de diferentes faixas etárias, orientações sexuais, identidades de gênero e raças; espera-se alcançar 40 entrevistas até meados do ano. Também estão sendo analisados mais de 100 episódios de podcasts sobre prazer feminino, brinquedos sexuais e clitóris, conduzidos majoritariamente por mulheres especialistas, profissionais e usuárias. As análises iniciais indicam que o uso de brinquedos eróticos proporciona autoconhecimento, maior acesso ao prazer e benefícios à saúde física e mental. Em termos afetivo-sexuais, os dispositivos podem melhorar a vida sexual de casais antigos, mas também levar a uma valorização do prazer

solo, especialmente com o uso de sugadores de clitóris. Os podcasts apresentam informações variadas, algumas contraditórias, e discursos sobre possível "vício" no uso desses produtos, ainda que sem embasamento teórico ou empírico. A pesquisa traz reflexões relevantes sobre o prazer feminino e os discursos que o inibem ou promovem. A presença de múltiplas vozes em mídias como os podcasts revela a complexidade do tema e seus impactos. Ressaltamos a urgência de um olhar feminista sobre esse debate que, ainda que informalmente, tem transformado vidas afetivas e sexuais de mulheres e pessoas com vulva.

Psicoeducação na Atenção Básica: Promovendo Autonomia e Cuidado em Saúde Mental

Vithória Júlia Saraiva do Nascimento (FIBRA), Alana Figueiredo Pinheiro (FIBRA), Érica Catarine Ataíde Maia Mercês (FIBRA)

INTRODUÇÃO

No Sistema Único de Saúde (SUS), a Atenção Primária realiza a estratificação de risco para organizar o seguimento dos casos e seu redirecionamento entre os setores, atuando, dessa maneira, como porta de entrada (BELÉM, 2020). No primeiro nível de atenção, a UBS — baseada nos princípios da universalidade, integralidade e equidade — oferece um acompanhamento holístico pela equipe multidisciplinar e o psicólogo atua dando suporte e promovendo assistência a pessoas de todas as faixas etárias que necessitam de tratamento e cuidados específicos em saúde mental, além de promover ações de educação em saúde e oferecer escuta qualificada em contextos coletivos e individuais. Também é sua função encaminhar e acompanhar casos que demandem atendimento no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) (CFP, 2013). No entanto, foi possível observar, em uma Unidade Básica de Saúde (UBS), localizada na Região Metropolitana de Belém, em um território periférico palafitado, que, embora houvesse procura da população em buscar assistência no atendimento clínico, havia lacunas decorrentes da escassez de uma prática psicológica mais voltada à intervenção coletiva e à clínica comunitária. Logo, sob essa ótica, foi possível verificar como essa carência afeta diretamente a efetividade do cuidado psicológico, pois dificulta a promoção de autonomia dos moradores da comunidade bem como a falta de integração com a população.

OBJETIVO

Diante dessas lacunas, o referido trabalho tem como objetivo relatar a experiência das autoras durante o Estágio Obrigatório no contexto da atenção à saúde na Unidade Básica, delineando a prática de psicologia em saúde em consonância com a psicoeducação como dispositivo para o fortalecimento da autonomia e do protagonismo social da comunidade atendida.

GT E EIXO TEMÁTICO

Percebe-se, então, que essa reflexão dialoga diretamente com o eixo temático "Psicologia Social e Saúde", especialmente no GT 37: "Psicologia comunitária e desigualdades sociais na produção de cuidado e na promoção da saúde", visto que o trabalho faz uma articulação da psicoeducação na Atenção Básica com a necessidade de favorecer o cuidado coletivo, o empoderamento dos usuários e o fortalecimento de vínculos comunitários em territórios marcados por vulnerabilidades sociais. A experiência descrita neste trabalho exemplifica essas articulações, ao propor práticas de cuidado psicológico integradas ao cotidiano e às demandas comunitárias

ORIENTAÇÃO TEÓRICA

Segundo Campos (2000), a clínica deve considerar a subjetividade de cada indivíduo, sem separá-lo do contexto social, oferecendo um trabalho interdisciplinar baseado em projetos terapêuticos singulares que, com a devida orientação, buscam fortalecer a autonomia. Sob essa perspectiva, destaca-se que a integralidade é uma das bases do sistema de saúde brasileiro, fundamentando-se na ideia de que o cuidado em saúde deve ser completo, considerando o sujeito não como um ser isolado, mas composto de diversas camadas que o constroem, sendo elas: biológicas, sociais, históricas e psicológicas (BRASIL, 2004; AYRES, 2004). Nesse sentido,

discute-se a importância de a Psicologia atuar consoante a esse valor, tanto quanto alinhada aos princípios de assistir a todos, sem discriminação, e reconhecer as desigualdades sociais para compensá-las.

Ao abordar a realidade da comunidade, torna-se ainda mais evidente a necessidade de a prática psicológica estar em congruência com esses ideais, visto que se trata de uma região periférica em que os indivíduos se constroem ao redor das questões socioeconômicas desfavoráveis que abarcam os moradores dessa localidade, bem como ao redor do racismo estrutural, da vulnerabilidade social e da criminalização simbólica e institucional de seus moradores, conforme discutido por autores como Wacquant (2001) ou Silva (2020), que abordam o estigma associado à pobreza urbana. Diante disso, é necessário estar atento à adequação do serviço e adaptar as estratégias para cada contexto dos bairros assistidos, como já especificado anteriormente como uma das funções do profissional atuante do SUS. Em consonância com esse viés, a vivência na UBS contribuiu para a importante percepção de que compreender e conhecer o contexto histórico, cotidiano familiar e social da comunidade atendida é primordial para que os serviços em saúde mental na Atenção Básica sejam eficazes. Isso reforça a importância de estratégias territorializadas, sensíveis às dinâmicas sociais e históricas da população atendida.

Segundo Bock, Furtado e Teixeira (2008), a psicoeducação é compreendida como “um processo estruturado e sistemático de fornecimento de informações sobre transtornos mentais, estratégias de enfrentamento e habilidades de autocuidado, com vistas a melhorar o manejo dos sintomas, promover a adesão ao tratamento e fortalecer a autonomia dos sujeitos”. Tal ideia reforça como a psicoeducação pode ser um meio emancipatório, principalmente quando inserida em contextos comunitários, na qual o acesso à informação qualificada e à escuta acolhedora se torna essencial para promover a saúde e a cidadania. Na UBS as ações psicoeducativas foram estabelecidas como espaço de diálogos horizontais diretamente com a comunidade onde foi possível orientar e gerar reflexões sobre a realidade que os cerca. De acordo com a perspectiva freiriana (FREIRE, 2021) a verdadeira educação deve estar comprometida com a libertação dos oprimidos e com a transformação das condições sociais que produzem desigualdades, assim, a autonomia social não é apenas uma independência individual, mas sim uma emancipação coletiva, visto que o corpo social passa a se reconhecer como agentes de transformação social, capazes de intervir de forma crítica e coletiva em sua própria realidade.

ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

A atuação foi desenvolvida no âmbito do Estágio Obrigatório na área de Psicologia em Saúde no campo da Atenção Primária em uma Unidade Básica de Saúde situada em um território palafitado em Belém do Pará. As ações psicoeducativas foram realizadas por método qualitativo através de palestras informativas com apoio de folders em salas de espera. Tais atividades ocorreram no contexto de campanhas nacionais no mês de abril e de maio uma sendo referente ao “abril azul” - Dia Mundial de Conscientização do Autismo e a outra ao “maio laranja” - Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual Infantil no Brasil. As referidas ações foram essenciais para a promoção de informação, prevenção e fortalecimento de vínculos entre a comunidade, promovendo espaços de escuta e diálogo horizontal visando autocuidado e fortalecimento dos vínculos comunitários

RESULTADOS

As ações realizadas possibilitaram a criação de vínculos com os pacientes e permitiram o fortalecimento de sentimento de agente de transformação social, os usuários demonstraram grande participação durante as ações nas quais dialogaram juntamente com a equipe sobre suas experiências e vivências, reconhecendo as devidas situações de sofrimento psíquico. Além disso, foi

possível notar o desenvolvimento da consciência crítica acerca das angústias geradas especialmente pelos aspectos sociais e a ausências de políticas públicas efetivas. A psicoeducação nesse contexto se instalou como uma grande ferramenta de promover a autonomia social dos indivíduos fortalecendo os conhecimentos da comunidade acerca do enfrentamento das vulnerabilidades

CONCLUSÕES

Assim, é possível concluir que a psicoeducação e a autonomia social estão intrinsicamente ligadas, visto que a psicologia comunitária e a educação se configuram como um instrumento essencial na Atenção Primária, que visa além do cuidado mental, mas também leva em conta um espaço coletivo de saberes, promoção de saúde e emancipação coletiva. A atuação em campo de estágio possibilitou uma ótica do profissional da psicologia, que se insere com um papel transformador no corpo social visando ações integradoras e ajustadas com a realidade da comunidade. Ademais, foi possível perceber que o investimento em práticas que favorecem a autonomia dos sujeitos não se limita apenas em uma independência individual, mas em um dispositivo de emancipação coletiva viabilizando a consciência coletiva de refletir sobre seu próprio contexto e agir diante dele.

REFERÊNCIAS

AYRES, José Ricardo de C. M. Cuidado: trabalho e interação nas práticas de saúde. Rio de Janeiro: CEPESC; UERJ, 2004.

BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Princípios e diretrizes do SUS. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. SUS é referência de sistema universal de saúde no mundo, diz secretário-executivo do Ministério. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2024/novembro/sus-e-referencia-de-sistema-universal-de-saude-no-mundo-diz-secretario-executivo-do-ministerio. Acesso em: 5 jun. 2025

CAMPOS, Gastão Wagner de Souza. SUS: o espaço da gestão inovada e dos profissionais de saúde comprometidos. Ciência & Saúde Coletiva, v. 5, n. 2, p. 235–245, 2000.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) na Atenção Básica à Saúde. 1. ed. Brasília: CFP, 2019. Disponível em: https://site.cfp.org.br/publicacao/referencias-tecnicas-para-atuacao-de-psicologasos-na atencao-basica-a-saude/. Acesso em: 5 jun. 2025.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM. Protocolo do Programa de Saúde Mental na Atenção Primária à Saúde do Município de Belém. Belém: Secretaria Municipal de Saúde – SESMA, 2020.

SILVA, Simone da. A criminalização da pobreza: um estudo sobre a seletividade penal. São Paulo: Cortez, 2020.

WACQUANT, Loïc. As prisões da miséria. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

Psicologia e Políticas Públicas no Sudoeste Baiano: Experiências de egressos da UFBA

Marhaia Helen Nascimento Santos (USP), Lívia Botelho Félix (UFBA), Jaqueline dos Santos Cardoso (UFBA), Romildo Alves do Nascimento (UFBA), Mariana Martins dos Mártires Sena (UFBA)

O curso de Psicologia do Instituto Multidisciplinar de Saúde da Universidade Federal da Bahia está situado em Vitória da Conquista, região sudoeste da Bahia. Resultante do REUNI, recebeu sua primeira turma em 2010. Passados 15 anos de sua implantação, faz-se necessário acompanhar seus egressos, investigando: em quais contextos têm atuado? Quais desafios têm enfrentado no exercício da profissão? Quais os impactos da formação na inserção profissional, sobretudo nas políticas públicas? Pressupõe-se que profissionais de Psicologia constituem classe trabalhadora e, portanto, são impactados pela questão social decorrente da relação capital-trabalho. Ademais, sabe-se que o encontro da psicologia com as políticas sociais exige flexibilidade nos modos tradicionais de atuação e a busca por estratégias adequadas no sentido sociocultural, de modo a dirimir processos de captura e saturação que sufocam o trabalhador. Nesse sentido, o presente trabalho se vincula ao PIBIC/UFBA e objetiva investigar as experiências de profissionais de Psicologia egressos do IMS-CAT/UFBA nas políticas públicas. Especificamente, este estudo visou: a) mapear territórios e contextos da atuação dos psicólogos formados na referida instituição, refletindo os alcances e limites do fazer psi na interface com as relações capital-trabalho; b) identificar fatores psicossociais que (des)favorecem a inserção dos egressos nas políticas públicas; c) analisar processos identitários e psicossociais subjacentes à atuação profissional e formação no sudoeste baiano. Para alcançar os objetivos delineados, realizou-se um estudo de caráter exploratório-descritivo com abordagem quanti-qualitativa. A coleta de dados ocorreu entre os meses de dezembro de 2024 a março de 2025. O estudo combinou o uso de formulário on-line autoaplicável e manejo de 3 grupos focais presenciais. Da primeira etapa participaram 70 egressos do curso de Psicologia do IMS-CAT-UFBA e, da segunda, 9 egressos, totalizando 79 participantes. A análise do conteúdo está sendo realizada por meio da triangulação entre os resultados do formulário e as transcrições das entrevistas grupais. Este estudo foi submetido às regras do Conselho Nacional de Saúde e Comitê de Ética em Pesquisa. A análise preliminar demonstra que a instituição tem formado profissionais com experiências diversas, sendo que 80% deles exercem a profissão. Ademais, observa-se que grande parte deles (71,4%) são naturais da Bahia, sendo 45,7% de Vitória da Conquista e municípios circunvizinhos. 42,9% atuam no sudoeste baiano, isto é, a inserção no mercado de trabalho ocorreu na locorregião onde se formaram. Nota-se que o setor privado concentra grande parte dos profissionais (71,4%), seguido do setor público (39,3%) e terceiro setor (8,9%). No que se refere ainda ao setor público, 42,8% ocupa a função de psicólogo técnico, com expressiva inserção nas políticas de assistência social e saúde. Estes achados corroboram com as informações produzidas nos grupos focais, nos quais foram evidenciados os fluxos migratórios em torno da formação e atuação em Psicologia. Destaca-se que 35,7% dos participantes que responderam ao questionário nunca atuou nas políticas públicas, por fatores como falta de interesse e baixa remuneração, ao passo que 64,2% afirma que está atuando ou já atuou nesse setor. Dentre os desafios vivenciados na atuação nas políticas públicas, os resultados obtidos nos formulários e grupos focais indicam limitação de recursos e vagas, sobrecarga e desvalorização profissional. Por outro lado, os principais fatores identificados que favorecem a atuação dos egressos nesse contexto foram: compromisso com a coisa pública e acesso a direitos trabalhistas. Verificou-se que a

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

experiência formativa na graduação se apresenta como fundamental, de modo que, as atividades de ensino, pesquisa e extensão favoreceram a inserção profissional a posteriori, mitigando as disparidades entre teoria e prática profissional. A desvalorização profissional aliada a questões políticas, relacionais e econômicas emergiram como desafios principais enfrentados pelos egressos inseridos nas políticas públicas. Alguns participantes evidenciaram dificuldades em delimitar o papel do psicólogo em alguns serviços, a exemplo do hospital e Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), o que implica em tensionamentos sobre a identidade profissional em contextos distintos da tradicional clínica. Os participantes reiteram a importância da universidade estreitar laços com a sociedade e promover experiências ancoradas nas necessidades formativas em psicologia. A maioria dos participantes se inseriu na pós-graduação com o objetivo de qualificar seu trabalho e acessar determinados cargos e gratificações salariais. Conclui-se que o curso de Psicologia no IMS foi essencial em promover experiências nas políticas públicas e desenvolver competências que permitem a inserção nos diferentes contextos. Entretanto, ficam evidentes outras necessidades de cunho econômico-mercadológico, político-educacional e histórico-cultural que refletem em desafios para o profissional de psicologia. Reflete-se que a ampliação do mercado de trabalho nas políticas públicas apresenta diversas possibilidades para os egressos de Psicologia, representando lócus de realização pessoal e profissional. Ainda assim, tensiona saberes-fazeres, evidencia a precarização do trabalho e demanda o desenvolvimento de estratégias para lidar com os desafios emergentes nesse contexto. Finalmente, considera-se que o manejo de grupos focais favoreceu as trocas, ativando posicionamentos, memórias e afetos entre os egressos do IMS, que retornam e se desdobram no compromisso com o serviço público.

Psicologia e Reforma Agrária: Uma parceria possível

Luber Katia de Oliveira Neto (UNIR), Luanna Freitas Johnson (UNIR), Bárbara Letícia Dantas de Azevêdo Peres (UNIR)

A sociedade brasileira estruturou-se historicamente a partir da concentração fundiária, que tem suas origens na estratégia de colonização utilizada pela Coroa Portuguesa que implantou as Capitanias hereditárias, as Sesmarias e a Lei de Terras. Caracterizado pela concentração de grandes extensões de terras, o latifúndio é responsável pela concentração da estrutura fundiária, pela desigualdade social, pelo cultivo de monoculturas e pela degradação ambiental. A principal medida adotada para seu enfrentamento é a Política Nacional de Reforma Agrária com a criação de assentamentos rurais, com a finalidade de impulsionar a inclusão social e a geração de renda no campo, além de fortalecer a agricultura familiar e a produção de alimentos. Neste contexto, a Psicologia emerge como uma aliada na luta por direitos e cidadania, especialmente através de práticas sustentadas por um compromisso ético-político com as populações vulnerabilizadas. O objetivo desta pesquisa é sistematizar ações protagonizadas pela Psicologia em assentamentos rurais, visando o fortalecimento das comunidades beneficiárias da Política Nacional de Reforma Agrária. A investigação se ancora na Psicologia Social Comunitária, referencial teórico comprometido com a participação ativa das comunidades na construção da autonomia e da justiça social, e está alinha com o eixo temático 08 – Questões socioambientais e contextos rurais e urbanos, e com o GT 39 – Psicologia Social Crítica e Comunidades em processos de vulnerabilizações: Intervenções desde perspectivas contracoloniais, por abordar a importância de ações da Psicologia Social dentro de assentamentos rurais, territórios marcados pela luta da posse da terra, resistência frente ao agronegócio e fortalecimento da agroecologia, da educação do campo e cultura. Trata-se de uma revisão bibliográfica com levantamento nas bases da Scientific Electronic Library Online (SciELO) e no Portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), utilizando os descritores “assentamento”, “rural” e “psicologia”. Foram incluídos estudos publicados entre 2020 e 2025, em língua portuguesa, com acesso aberto e de produção nacional, haja vista tratar de política implementada pelo estado brasileiro. Identificou-se, assim, 12 artigos, lidos na íntegra, fichados e analisados com foco nas contribuições da Psicologia em quatro dimensões: educação, saúde, sustentabilidade, infância e juventude. Na dimensão educação encontrou-se

trabalhos tanto com atuação em escolas formais de ensino com jovens e adultos, quanto abordagens em Educação Popular, mas todos envolviam a coletividade, pois é nessas atividades que os sujeitos conseguem perceber e refletir sobre a realidade que os cercam, levando-os a aumentarem seu poder de ação e de ampliação das possibilidades de realizarem seus desejos, sejam eles coletivos ou individuais. No campo da saúde destaca-se as dificuldades encontradas pelos assentados para acessarem a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas (PNSIPCF), revelando barreiras estruturais. No eixo sustentabilidade, identificou-se a escassez de estudos sobre agricultores agroecológicos e suas relações com o território e os recursos naturais. Em infância e juventude, observou-se a exclusão de crianças e jovens dos espaços de decisão, bem como violências simbólicas e estigmatizações ligadas à condição de assentado, pois seus espaços institucionais são, em sua maioria, mediados pelos adultos, o que transforma esses espaços em lugares de invisibilidade para jovens e de cerceamento, homogeneização e até negação das infâncias, sem deixar de lado as violências físicas, psicológicas e simbólicas vivenciadas por crianças e jovens por carregarem o estigma social de assentado e

ser considerado uma classe inferior e a parte da população rural, esses fenômenos de violência evidenciam-se no cotidiano dos/as jovens, não somente em forma de ataques pessoais, como também de exclusão vivida em contextos diversos. Conclui-se que, apesar da relevância político-social dos assentamentos, a Psicologia ainda ocupa um espaço limitado nesse contexto. O estudo evidencia a necessidade de ampliar a produção teórica e prática da Psicologia voltada ao meio rural, reconhecendo as comunidades assentadas como sujeitos políticos, portadores de saberes e protagonistas na construção de um projeto de sociedade mais justo e igualitário.

Psicologia Escolar como campo político de resistência e inclusão de diferentes realidades: um relato de experiência

Marinice Nogueira Mendes (UFPA), Fernanda Cristine do Monte dos Santos (UFPA), Fernanda Souza da Silva (UFPA), Erick Klaus Leão Furtado (UFPA), Aline Beckmann de Castro Menezes (UFPA)

A Fundação Centro de Referência em Educação Ambiental Escola Bosque "Professor Eidorfe Moreira" (Funbosque), com sede na ilha de Caratateua - Belém - Pa, foi criada pela Lei 7.747/1995 com os valores pautados na Ética, liberdade, democracia, integridade, valorização, sustentabilidade e responsabilidade social. Com o objetivo principal de ofertar educação contemplando desde a Educação Infantil à Educação Profissional, com ênfase em cursos de formação técnica em manejo de fauna, flora e ecoturismo, capacitando assim os estudantes para gerenciar os bens da Amazônia, a Funbosque nasce de reivindicações populares dos habitantes da ilha aliado ao contexto de discussões sobre desenvolvimento sustentável na realização no Brasil da II Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Mendes, 2020). A Funbosque foi então declarada como "uma fundação com personalidade jurídica de direito público, regida por seu Estatuto, que será aprovado por Decreto do Poder Executivo Municipal, gozando de autonomia administrativa, financeira, patrimonial e de pessoal" (Lei Delegada Nº 002/1995, art. 3º). Reconhecendo as particularidades dos processos de aprendizagem e os atravessamentos de processos de subjetivação nesta fundação, este trabalho tem por objetivo descrever a experiência de visita técnica na Escola Bosque pelo estágio básico em Psicologia Escolar e Educacional na Universidade Federal do Pará. A relação deste relato de experiência com o eixo temático "Psicologia Social e Educação" se configura pela reflexão provocada pela vivência sobre a atuação em psicologia escolar e educacional diante de conflitos ético-políticos emergentes, bem como a fundamentação social na atuação da psicóloga no âmbito educacional frente às políticas que visam o desmantelamento das organizações educativas em comunidades subalternizadas. Considerando que é principalmente na graduação que o modo como o psicólogo irá atuar se constitui, é essencial a construção de uma perspectiva crítica em Psicologia Escolar e Educacional que direcione à compreensão do contexto escolar a partir de um olhar ético e político, que reflita como a lógica capitalista afeta as políticas públicas e as relações interpessoais no cotidiano escolar, nesse enfoque, o estágio se configura como ferramenta para apropriação conceitual em uma relação dialética entre teoria e prática (Nasciutti e Silva, 2014). A metodologia no estágio se deu através de apresentações teóricas, diálogos e visitas técnicas em diferentes espaços educacionais, incluindo a Escola Bosque. A visita técnica se deu na sede da Escola Bosque, um espaço que evidencia a unidade entre escola e meio ambiente e produz a sensação de acolhimento imediato ainda na recepção. Seguindo uma trilha entre diferentes vegetações, passando por uma ponte sobre um lago com peixes nativos, a turma foi guiada até um dos prédios da escola onde se deu o contato com as duas psicólogas da Funbosque. Dando início ao encontro foi explicitado que na vigência da visita, por ser Fundação, a Escola Bosque se constituía por cinco unidades pedagógicas em uma "realidade insular", onde a sede atendia 1.300 alunos nos níveis de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens, Adultos e Idosos, além de ofertar serviços de Assistência Social e contar com o Núcleo de Assistência Psicológica - NAP, para toda a comunidade escolar da Fundação. Com uma visita guiada pelos espaços foi possível conhecer a interação da escola com o ambiente nas estruturas das salas de aula com portas e janelas abertas a todo momento, na nomeação dos blocos educacionais como "bloco dos passáros" e

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

"bloco das lendas", no incentivo ao cuidado e preservação do meio ambiente, bem como na relação abordada pelas psicólogas entre a ambientação do bosque e a saúde mental dos alunos e da própria equipe profissional. Em contraste com o propósito de se relacionar com o ambiente de forma lúdica, a Escola Bosque passava naquele momento pelo processo de desmantelamento com a aprovação da Lei Municipal 10.143/2025 que visa a redução de custos públicos, a extinção da Fundação e incorporação desta à Secretaria Municipal de Educação. A retirada da autonomia administrativa e financeira da Funbosque compromete o desenvolvimento de projetos de educação e preservação ambiental, de modo que as psicólogas expressaram a preocupação de toda a comunidade escolar com os cortes nos serviços sociais, no número de funcionários e nos níveis de ensino na escola. Tal cenário reflete os ataques de ordem capitalista na retirada de direitos de um público subalternizado. Ainda com a iminência da COP 30 sediada em Belém em 2025, a Fundação que é referência em educação ambiental e contribui valorativamente na construção de subjetividades se encontra ameaçada. Perante o contexto, ressalta-se o movimento de resistência das psicólogas escolares e comunidade escolar contra precarização e retrocesso na política ambiental, educacional e cultural no Município, movimento esse que evidencia o caráter social de toda psicologia diante de lutas políticas e ataques às populações em situação de vulnerabilidades.

Psicologia na Atenção Básica e Gestantes com Deficiência: Qual a realidade em Salvador - Bahia?

Ana Júlia Matos de Jesus Santos (UNEB), Daniela Maria Barreto Martins (UNEB), Camila Barreto Bonfim (UNEB), Kátia Jane Chaves Bernardo (UNEB)

A Atenção Básica, porta de entrada para o Sistema Único de Saúde (SUS) que atua com foco na territorialização, inclui a Psicologia de modo complementar e multiprofissional, até o ano de 2023 com o Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB) e, posteriormente, com as Equipes Multiprofissionais na Atenção Primária à Saúde (eMulti). Assim, a Psicologia não está inserida na equipe mínima da Atenção Básica.

Especificamente com gestantes, a Psicologia pode, na Atenção Básica, promover o Cuidado a partir de uma relação horizontalizada com as usuárias nos grupos de Educação em Saúde e ações em Sala de Espera sobre tópicos que envolvem o período gravídico-puerperal, no Pré-natal e Pré-natal Psicológico, realizando acolhimento socioemocional e psicoeducação. Dessa forma, aborda-se os aspectos biológicos, psicológicos, emocionais e sociais decorrentes das transformações características deste período.

Em contraponto, frequentemente as gestantes com deficiência sofrem com capacitismo, exclusão e inacessibilidade na sociedade. Ademais, na Saúde, podem ter dificuldade em encontrar profissionais preparados para atendê-las, assim como materiais adequados para as suas especificidades. Dessa forma, é possível analisar suas vivências enquanto mulheres, pessoas com deficiência, e outros marcadores a partir da interseccionalidade, que abrange as desigualdades sociais estruturadas a partir das noções de raça, classe, gênero, etc.

Tendo em vista tais aspectos, este trabalho tem como objetivo mapear a percepção de gestantes e puérperas com deficiência acerca da importância da atuação da Psicologia na Atenção Básica para a gestação.

Além disso, compõe parte de uma pesquisa exploratória e quanti-qualitativa de Iniciação Científica desenvolvida entre os anos de 2023 e 2024 no contexto do Grupo de Estudos Multirreferenciais do Cuidado (GECUID) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), aprovada em Comitê de Ética da referida Universidade.

Também se relaciona com o eixo temático “Psicologia Social e Saúde” do 23º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social por abordar a importância da consolidação da atuação da Psicologia na Atenção Básica com gestantes com deficiência de forma a minimizar a precarização do Cuidado ofertado e promover a saúde integral destas mulheres durante o período gravídico-puerperal no Sistema Único de Saúde (SUS). Ressalta-se ainda que este é um tema pouco debatido, porém de suma importância para a saúde pública.

Neste sentido, utilizou-se a Psicologia Social Crítica como orientação teórica para o desenvolvimento deste trabalho, considerando a perspectiva social e histórica para o contexto brasileiro.

No que tange às estratégias metodológicas, foram aplicados questionários acerca do período gestacional em cinco mulheres com deficiência (auditiva, visual ou intelectual), sendo três gestantes e duas puérperas, assistidas na Atenção Básica em Salvador - Bahia. As participantes foram selecionadas deliberadamente devido às dificuldades encontradas em campo para compôr o número amostral, por exemplo, registros

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

inadequados e barreiras de acessibilidade. Estes dados foram inseridos em uma planilha de Excel para serem melhor analisados.

Obteve-se como resultado que nenhuma das cinco mulheres com deficiência que responderam aos questionários tinham tido contato com profissionais da Psicologia na Atenção Básica durante a gestação. Entretanto, todas concordaram, parcial (01) ou totalmente (04), que ações psicoeducativas seriam importantes para a compreensão da maternidade. Tais resultados podem estar relacionados com a falta da inserção da Psicologia na equipe mínima da Atenção Básica, de modo que há dificuldades em acessar esses profissionais, assim como a falta de acessibilidade gera percalços no acesso à saúde integral.

Na literatura, é possível encontrar correlações da importância da psicoeducação para a compreensão dos processos que envolvem a maternidade, especialmente à gestação, como o desenvolvimento da autonomia, prevenção e tratamento de psicopatologias e estabelecimento de uma relação saudável com as mudanças biopsicossociais da gestação.

Portanto, foi possível mapear a percepção de gestantes e puérperas com deficiência acerca da importância da atuação da Psicologia na Atenção Básica para a gestação, já que as participantes apontaram que ações psicoeducativas teriam efeitos positivos na compreensão do fenômeno da maternidade, apesar dos entraves de acesso a estes profissionais.

Psicologia Socioambiental da Hospitalização do Idoso

Lisa Naira Rodrigues de Sousa (UNIFOR), Renata Bezerra de Holanda Bessa (UNIFOR), Karla Patrícia Martins Ferreira (UNIFOR)

A hospitalização de pessoas idosas durante a pandemia de Covid-19 constituiu-se como uma experiência crítica, marcada por rupturas nos vínculos afetivos, perda de autonomia e exposição a ambientes impessoais e altamente controlados. Este estudo insere-se no campo da Psicologia Social e da Psicologia Ambiental, ao investigar os sentidos atribuídos à internação hospitalar por pacientes idosos e seus familiares, com foco na relação pessoa-ambiente como mediadora do sofrimento e da qualidade do cuidado.

A pesquisa teve caráter qualitativo, descritivo e exploratório, e foi conduzida em dois hospitais privados de grande porte na cidade de Fortaleza, Ceará. Participaram do estudo nove pacientes idosos hospitalizados e sete familiares, totalizando 16 entrevistados. Foram utilizados um questionário sociodemográfico e entrevistas narrativas, analisadas com base na Análise de Conteúdo Temática proposta por Bardin, complementada por uma nuvem de palavras gerada no software IRaMuTeQ, o que permitiu identificar os principais núcleos semânticos das experiências relatadas.

A análise revelou quatro categorias principais: (1) a influência do ambiente físico hospitalar na experiência da pessoa idosa; (2) o impacto da hospitalização nos vínculos familiares e na rede de apoio; (3) a percepção do cuidado e da relação com os profissionais de saúde; e (4) os aspectos psicológicos e emocionais da hospitalização.

No que se refere ao ambiente físico, foram identificados diversos fatores estressores: iluminação artificial intensa, ruídos constantes, temperaturas elevadas, mobiliário inadequado e reconfigurações emergenciais dos espaços hospitalares. Tais condições impactaram negativamente o conforto, a intimidade, o descanso e o senso de pertencimento dos pacientes. A ausência de ambiências restauradoras – conforme conceituado por Kaplan e Kaplan – e a falta de docilidade ambiental, no sentido de Lawton e Nahemow, intensificaram a vulnerabilidade emocional e dificultaram a adaptação dos idosos ao ambiente hospitalar.

O distanciamento físico dos familiares, imposto pelos protocolos sanitários, foi outra fonte significativa de sofrimento. Pacientes relataram sensação de abandono e desorientação, enquanto os familiares experimentaram impotência e sofrimento moral por não poderem acompanhar de perto o processo de cuidado. Essa ausência de copresença afetiva revelou a importância da família como tecnologia leve de cuidado, cuja ausência compromete a ambiência subjetiva e simbólica do hospital.

A relação com os profissionais de saúde foi vivenciada de forma ambígua. Por um lado, houve reconhecimento do esforço das equipes em um contexto de sobrecarga. Por outro, destacaram-se relatos de falhas comunicacionais, distanciamento afetivo e atitudes desumanizantes. A percepção de impessoalidade, aliada à rotatividade das equipes e ao uso de equipamentos de proteção individual, comprometeu o vínculo e aumentou a insegurança emocional dos idosos. Comentários depreciativos e condutas insensíveis por parte de alguns profissionais agravaram a percepção de desvalorização, afetando a autoestima e o senso de dignidade dos pacientes.

No âmbito emocional, os efeitos da hospitalização foram profundos. Os entrevistados relataram sentimentos de medo, solidão, angústia, desamparo e confusão mental. A desestruturação dos vínculos familiares, somada à impessoalidade do cuidado, dificultou a construção de uma experiência subjetivamente protetora. A

espiritualidade e os pequenos gestos afetivos surgiram como estratégias simbólicas de enfrentamento, operando como âncoras psíquicas em meio à experiência de sofrimento institucional.

A nuvem de palavras gerada com os relatos dos participantes reforçou os eixos simbólicos centrais da experiência hospitalar: o medo da doença, o desejo de retornar para casa, a presença da fé como recurso emocional e a centralidade do hospital como espaço de ruptura. Termos como “só”, “hospital”, “Deus” e “casa” sintetizam a tensão entre desamparo e esperança, solidão e pertencimento.

Conclui-se que a hospitalização de pessoas idosas demanda um olhar ampliado, que considere não apenas os aspectos clínicos, mas também os fatores ambientais, simbólicos e relacionais que atravessam o cuidado. A articulação entre Psicologia da Saúde e Psicologia Ambiental mostra-se fundamental para compreender os efeitos da ambiência hospitalar sobre o bem-estar subjetivo do idoso. Investir em ambientes restauradores, em tecnologias leves e em práticas institucionais sensíveis à subjetividade é essencial para a humanização do cuidado, especialmente em contextos de vulnerabilidade como o imposto pela pandemia. A pesquisa reforça a urgência de políticas públicas que reconheçam a centralidade da relação pessoa-ambiente na construção de experiências de cuidado mais dignas, seguras e afetivamente integradas.

Quando a fila fala e falha: Um estudo sobre queixas e encaminhamentos para atendimento psicológico de crianças e adolescentes na rede pública de saúde do distrito Oeste de Foz do Iguaçu (PR)

Thuany Breda (UNIOESTE)

Introdução

A Constituição Federal de 1988 foi um marco na organização da saúde no Brasil, ao criar o Sistema Único de Saúde (SUS). A partir dessa legislação, a saúde passou a ser reconhecida como um direito de todos, incluindo crianças e adolescentes, superando o modelo excludente que restringia o acesso a determinados grupos (BRASIL, 1988).

A população de crianças e adolescentes representa um recorte específico no acesso à saúde, garantido pelos artigos 7º e 11º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que asseguram proteção integral à saúde física e mental (BRASIL, 1990). O Sistema Único de Saúde (SUS), por meio das Leis Orgânicas nº 8.080/1990 e nº 8.142/1990, tem o compromisso de atender crianças, adolescentes e suas famílias, com responsabilidades sanitárias específicas para esse grupo (BRASIL, 2014). Apesar de os princípios do direito à saúde no Brasil estarem alinhados com as conquistas dos direitos humanos, a efetivação desse direito enfrenta barreiras significativas, exacerbadas pelas desigualdades sociais que dificultam o acesso igualitário e justo a esses serviços (GARBOIS, VARGAS & CUNHA, 2008).

As ações voltadas à atenção psicossocial de crianças e adolescentes no Brasil só se efetivaram no início do século XXI, com estratégias de rede ampliada (COUTO & DELGADO, 2015). Até então, mesmo com a Reforma Psiquiátrica, esse público era desassistido ou submetido a instituições de caráter disciplinar e excludente (REDEPQ - SMCA, 2023). Com a criação dos CAPSi (2002), iniciou-se o modelo de atenção psicossocial, aprofundado em 2004 com o Fórum Nacional de Saúde Mental Infantil e Juvenil, promovendo articulação intersetorial e participação da sociedade civil (BRASIL, 2004). A proposta visava integrar saúde, educação, assistência social e justiça, mas teve avanços limitados, especialmente após 2016, com retrocessos intensificados no governo Bolsonaro (REDEPQ - SMCA, 2023).

Historicamente, as políticas de proteção à infância no Brasil priorizaram o controle estatal e a institucionalização. Desde 1920, legislações como o Código Mello Mattos (1927), o Código de Menores (1979) e o ECA (1990) refletem essa trajetória, com ações marcadas pela exclusão de crianças pobres, infratoras ou com deficiência, vistas como “incapazes” (BRASIL, 2014).

Diante das concepções apresentadas, esta pesquisa propôs analisar a fila de referência para acolhimento de crianças e adolescentes na área de saúde mental no SUS, estas que estão aguardando por atendimentos oferecidos pelos psicólogos na atenção especializada do distrito Oeste da cidade de Foz do Iguaçu, no Paraná. Bem como, a pesquisa teve como objetivo analisar o perfil das queixas que levam crianças e adolescentes a buscar atendimento em saúde mental, além de compreender como esses encaminhamentos são realizados pelos profissionais de saúde. A delimitação do problema foi baseada nas seguintes questões: Quais são as queixas que motivam os encaminhamentos para o atendimento psicológico? Existem diferenças entre as queixas de crianças e adolescentes? Há predominância de algum sexo? Existe variação nas queixas entre os sexos? Como os profissionais descrevem as queixas durante o acolhimento e o encaminhamento?

Objetivo

Esta pesquisa teve como objetivo analisar a fila de espera para atendimento psicológico de crianças e adolescentes na atenção especializada em saúde mental do Sistema Único de Saúde (SUS), no Distrito Oeste de Foz do Iguaçu (PR), com foco na caracterização das queixas apresentadas nos encaminhamentos e na forma como esses encaminhamentos são realizados pelos profissionais de saúde responsáveis pelo acolhimento inicial.

GT: Psicologia Social e Saúde

Esta pesquisa investiga o acesso à saúde mental para crianças e adolescentes na rede pública, revelando fragilidades na atenção e práticas excludentes que intensificam desigualdades sociais. O estudo contribui para denunciar dinâmicas que precarizam o cuidado e limitam o acesso equitativo, alinhando-se ao objetivo do GT de discutir os retrocessos nas políticas de saúde mental no Brasil.

Orientação teórica (abordagens, teorias e conceitos que guiaram)

A pesquisa teve como base portarias do SUS, o Estatuto da Criança e do Adolescente, autores do desenvolvimento humano e da Psicologia Comunitária de Saúde, que considera o sujeito em relação ao território, às redes e aos determinantes sociais. Também se apoiou em críticas ao modelo biomédico e em autores que defendem políticas públicas pautadas na equidade, integralidade, participação social e nos princípios do SUS. Conceitos como sofrimento psicossocial, cuidado em rede, encaminhamento clínico-institucional e injustiça social no acesso à saúde orientaram a análise dos dados e a discussão dos resultados.

Estratégias metodológicas

Este estudo foi realizado na região Oeste na cidade de Foz do Iguaçu no estado do Paraná, Brasil. No que se refere a forma de abordagem, a pesquisa é descritiva, de delineamento transversal e natureza quantitativa. Tendo como base o método de coleta de dados secundários, ou seja, da base de dados pré-existentes alimentado pelos profissionais da Saúde do município que realizaram o acolhimento do usuário, sendo referenciado com a queixa (motivo) para a fila de: acolhimento psicológico infantil do distrito oeste, dados estes que são encontrados dentro do Sistema RP Saúde (Sistema que gerencia os dados de saúde).

Resultados

Os resultados desta pesquisa, realizada em Foz do Iguaçu, Paraná, foram organizados para facilitar a discussão e análise. O primeiro dado apresenta a amostra geral da coleta, com 93 usuários aguardando atendimento psicológico na fila do distrito Oeste do município. Desses, 82 são crianças (de 0 a 12 anos incompletos) e 11 são adolescentes (de 13 a 14 anos e 11 meses). A separação entre as faixas etárias foi feita conforme o que preconiza o ECA, que define a adolescência entre 12 e 18 anos (ASSIS, AVANCI & SERPELONI, 2020).

Observa-se uma diferença no número de encaminhamentos entre crianças e adolescentes, com uma maior quantidade de crianças na fila. Essa disparidade pode ser explicada pela organização administrativa da fila no município, onde a faixa etária adotadas por eles foram de 0 a 14 anos e 11 meses se concentra na fila infantil (esta analisada), enquanto os adolescentes acima de 15 anos são encaminhados para uma fila de atendimento psicológico que inclui adultos e idosos. Esse modelo pode gerar questões sobre a equidade no acesso à saúde mental, uma vez que, de acordo com o ECA, os adolescentes devem ser atendidos de forma prioritária (ASSIS, AVANCI & SERPELONI, 2020) e quando incluído em uma fila na qual também tem um público prioritário, como idosos, fica complexo definir critérios e prioridade.

Em relação aos dados por sexo, os encaminhamentos de crianças mostram distribuição equilibrada (47,56% feminino e 52,44% masculino), enquanto entre

adolescentes há grande predominância do sexo feminino (90,91%). Esse dado reforça a percepção de que o cuidado com a saúde é visto como uma questão feminina (Martins et al., 2020), o que pode explicar o menor número de encaminhamentos masculinos.

Foram identificadas 12 categorias de queixas, sendo a ansiedade a mais frequente (19,35%). Fernandes et al. (2014) estimam que 8% das crianças e adolescentes brasileiros apresentam sintomas ansiosos, evidenciando um problema de saúde pública. A OMS também aponta o Brasil como um dos países com maiores taxas de transtornos de ansiedade.

Além disso, a categoria de questões educacionais (18,28%) destaca-se pela alta demanda, principalmente relacionada a dificuldades de aprendizagem e repetência escolar. Isso reflete a necessidade de integrar saúde mental e educação, com um olhar atento às subjetividades dos alunos, como destacado por Pain (1985). Também foi identificada uma quantidade expressiva de encaminhamentos com dados genéricos (17,20%), o que pode dificultar a organização da fila de atendimento psicológico.

Se fez também importante comparar as queixas de crianças e adolescentes e revelou-se algumas diferenças significativas. A ansiedade, por exemplo, é mais prevalente entre os adolescentes (27,27%) em comparação com as crianças (18,29%). No entanto, questões como déficit de atenção e Transtorno do Espectro Autista são mais comuns entre as crianças. Este padrão pode estar relacionado ao número reduzido de encaminhamentos para adolescentes.

O objetivo desta pesquisa não é culpar os profissionais de saúde pelas dificuldades nos encaminhamentos para os serviços de Saúde Mental, mas sim destacar os impactos que esses encaminhamentos têm na manutenção do serviço, com a fila sendo um instrumento para mapear o perfil das queixas das crianças e adolescentes aguardando atendimento.

É essencial ter responsabilidade nos encaminhamentos para evitar associá-los à ideia de “tratamento” e prevenir a superlotação das filas, o que pode resultar em atrasos no atendimento psicológico e, consequentemente, no agravamento dos sintomas ou no desenvolvimento de futuras psicopatologias.

Conclusões

A pesquisa, além das reflexões realizadas, destaca a inadequação da separação entre as filas de atendimento infantil e adulto, especialmente no caso dos adolescentes, que ficam excluídos dessa divisão. A ausência de uma fila específica para essa faixa etária contraria o que é preconizado pelo ECA. É essencial reestruturar essa organização, garantindo a inclusão dos adolescentes, reconhecendo suas singularidades e capacitando os profissionais para um acolhimento e tratamento adequados.

O método utilizado foi eficaz na organização e análise dos dados, o que pode orientar futuras ações no SUS, tanto preventivas quanto interventivas. A pesquisa revelou uma lacuna no entendimento das demandas da adolescência, evidenciando a falta de um espaço definido nos serviços para essa faixa etária. Isso ressalta a necessidade de novas pesquisas que explorem mais profundamente as questões relacionadas à adolescência e à importância do matriciamento.

Queixa escolar: uma perspectiva social e histórica para o encaminhamento de escolares

Renato Batista da Silva (USP), Marilene Proença Rebello de Souza (USP)

O termo "queixa escolar" tornou-se mais prevalente no campo da Psicologia Escolar e Educacional a partir do início do século XXI para se referir aos encaminhamentos de alunos do sistema escolar formal, geralmente feitos por profissionais da educação, para atendimento psicológico relacionado a questões no processo de ensino-aprendizagem. A expressão passou a ser utilizada atrelada a um viés crítico de Psicologia e Educação em substituição a concepções individualizantes, culpabilizantes e medicalizantes expressas em outras terminologias como “criança-problema” e “criança com transtorno de aprendizagem”. Constitui-se, assim, como objetivo desta pesquisa de doutorado em andamento, analisar o movimento histórico da compreensão teórico-prática expressa na noção de “queixa escolar” no campo da Psicologia Escolar e Educacional, suas origens e apropriações. O trabalho proposto se relaciona com o eixo 1 do evento, Psicologia Social e Educação, posto que tem como objeto de investigação as influências e desdobramentos de uma compreensão social e histórica acerca do encaminhamento de escolares para atendimento especializado por profissionais da Psicologia. O método do conhecimento que inspira esta pesquisa é o materialismo histórico-dialético. A concepção teórica que embasa a investigação é a perspectiva crítica em Psicologia Escolar e Educacional que tem sido desenvolvida a partir das contribuições da Psicologia Histórico-Cultural. A coleta de dados está sendo realizada através de técnicas de pesquisa documental, bibliográfica e bibliométrica, em uma perspectiva historiográfica. Como fontes de dados, utiliza-se artigos, teses, dissertações, livros, anais de congressos e currículos de pesquisadoras/es na área de Psicologia Escolar entre 1989 a 2023, buscando identificar como o termo comparece na literatura especializada da área. Para a análise de dados, esta pesquisa se vale das categorias historiográficas de “circulação” e “apropriação”, além das categorias próprias do materialismo histórico-dialético, em especial, “historicidade”, “totalidade”, “contradição” e “dialética”. Como resultados preliminares, destacam-se os seguintes aspectos: a) o encaminhamento de escolares para atendimento especializado relaciona-se aos processos sociais de massificação da escolarização nas sociedades ocidentais; b) a Psicologia, enquanto profissão, assume historicamente a função social de propor compreensões e intervenções diante do fenômeno do fracasso escolar; c) o movimento crítico na Psicologia e nas Ciências Humanas que se desenvolve no contexto da luta contra a ditadura militar e do processo de redemocratização, em especial na Psicologia Escolar e Educacional e na Psicologia Social, influenciaram a apropriação do termo como expressão de concepções críticas sobre o fenômeno de encaminhamento; d) a acepção crítica da expressão “queixa escolar” é amplamente utilizada e desenvolvida pelo grupo de psicólogas e docentes do Serviço de Psicologia Escolar (SePE) do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo na década de 1990 e constitui fundamento de uma proposta de modalidade de atendimento atenta à dimensão social do processo de escolarização: a Orientação à Queixa Escolar (OQE); e) ainda na década de 1990, há usos da expressão “queixa escolar” por outros grupos acadêmicos que manifestam uma concepção não-crítica da compreensão sobre os encaminhamentos, com significado aproximado ao de “problema de aprendizagem” e uma perspectiva centrada mais no sujeito do que nas relações e no processo de escolarização; f) a partir dos anos 2000, ampliou-se a circulação do termo no meio acadêmico-científico e a concepção desenvolvida no SePE foi bem influente; g) a

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

investigação do processo de apropriação da expressão "queixa escolar" revela a existência de diversos significados e sentidos atribuídos a esta na literatura nacional em Psicologia; h) foram identificadas até o momento cinco propostas sistematizadas de atendimento de escolares relacionadas à concepção de "queixa escolar". Por fim, considerando-se o estágio atual da pesquisa, podemos afirmar que este trabalho traz elementos importantes na compreensão dos fundamentos históricos, teóricos e sociais das apropriações da expressão "queixa escolar", bem como seus desdobramentos no Brasil, e na reflexão sobre o avanço das práticas de profissionais de Psicologia em uma perspectiva libertadora e humanizadora.

Quilombismo e psicologia afroperspectivada: construindo novos saberes em saúde mental através do coletivo.

Jordôa Moreira Leite (UFBA), Denilson Coutinho Cardoso (UFPA)

O presente trabalho tem como objetivo apresentar um relato de experiência sobre como um projeto de extensão intitulado: formação em psicologia preta afroperspectivada e filosofias africanas, quebrou e tem quebrado barreiras construídas pela psicologia com sua grade totalmente branca e europeia. A ideia inicial do projeto começa a se desenvolver a partir de incômodos e questionamentos ao perceber como a graduação em psicologia foi marcada apenas por saberes brancos e europeus, e ao sair e se deparar com as questões de saúde mental da população negra, entendi que deveria me aperfeiçoar mais em outros saberes, e assim surgiu em 2022 a I turma da formação na Universidade Federal do Delta do Parnaíba – Piauí, sob a coordenação da Dra. Carla Fernanda de Lima. A metodologia da formação consistiu em encontros virtuais e presenciais no qual compartilhamos nossas perspectivas através das leituras de diferentes autorias, como por exemplo Vanda Machado (2019), Leda Maria Martins (2021), Muniz Sodré (2017), Lucas Veiga (2021), Carla Fernanda de Lima (2023), Nego Bispo (2026), Naim Akbar (1996), Amós Wilson (2022) e bell hooks (2021). Nos encontros presenciais fizemos dinâmicas em contato com a natureza como praias, praças e até mesmo uma ilha em Belém-Pará, pois na perspectiva dos povos quilombolas, africanos, e indígenas a natureza possui um papel central na sua relação com o ser humano e sua vivência no mundo. Atualmente o projeto de extensão criou outras raízes e frutos, fazendo parte também da minha pesquisa de doutorado, no qual acredito que seja um trabalho necessário, pois rompe as barreiras do padrão – desde os encontros, que podem ser online ou presenciais, além da bibliografia utilizada, afrorreferenciada, e das participações que majoritariamente foi formada por pessoas que se autodeclaram negras e com isso traz um novo referencial. A proposta da pesquisa em andamento é sobre se fortalecer e promover autoconhecimento para aqueles(as) que não tem essa vivência (ou que possuam interesse em ir contra o colonialismo, principalmente o colonialismo mental). É a partir deste pensamento que buscamos dar significado para o projeto de tese, pois o aquilombamento hoje pode ser vivido e representado de várias formas, e a proposta apresentada aqui não difere da definição trazida por Beatriz Nascimento (2018), porém nós ampliamos um pouco a discussão, entendendo que podemos nos aquilombar em diversos cenários. Desse modo, "o quilombo representa um instrumento vigoroso no processo de reconhecimento da identidade negra brasileira para uma maior auto afirmação étnica e nacional" (Nascimento, 2018, pág. 294). Já estamos na segunda turma da formação e o que fica a cada encontro é o termo confluência que seu Nego Bispo traz em "a terra dá a terra quer" (2018), pois tanto nos encontros virtuais quanto presenciais é possível perceber a energia que nos faz gingar em grupo. "Um rio não deixa de ser um rio porque conflui com outro rio, ao contrário, ele passa a ser ele mesmo e outros rios, ele se fortalece" (p.09). E foi assim também que saímos de cada encontro, com a cabeça fervendo de muitas informações novas, mas também fortalecidas – segundo os relatos dos participantes. A ideia é que cada pessoa que participou das duas turmas possa replicar o que aprenderam em outros espaços, ampliando assim o conhecimento sobre psicologia e relações raciais no Brasil.

Referências

DOS SANTOS, Antônio Bispo; PEREIRA, Santídio. A terra dá, a terra quer. Ubu Editora, 2023.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual: Possibilidade nos dias da destruição. Filhos da África, 2018.

Racismo na subjetividade de crianças e adolescentes negras: uma análise das práticas da RAPS Infanto-juvenil

Beatriz Souza Tavares (PUCSP)

Para pensar na construção do sujeito negro, coloca-se como fundamental apontar o racismo como determinante social, sendo fator direto na produção de sofrimento de pessoas pretas. Fanon (1952, p.22) coloca que "o negro é um homem negro; isto é, em decorrência de uma série de aberrações afetivas, ele se instalou no seio de um universo do qual será preciso removê-lo". Entendendo que é necessário libertá-lo dos estereótipos colocados pela sociedade como periculoso, inferior e insuficiente. No Brasil, além do conceito de raça ser associado a características biológicas como a cor da pele e os traços grossos, esta também foi definida como atributo "compartilhado por um determinado grupo social, tendo em comum uma mesma graduação social, um mesmo contingente de prestígio e uma mesma bagagem de valores culturais"(Souza, 1983, p.48).

Este trabalho tem como objetivo analisar as tentativas de inserção da pauta racial dentro do avanço da Reforma Psiquiátrica, a partir da visibilidade do tema em políticas, documentos, congressos e práticas dentro dos serviços de atenção psicossocial, com enfoque na infância e adolescência. Cabe como objetivo, também, colocar em pauta a experiência da autora em um CAPS Infantojuvenil na zona leste de São Paulo, o que permite uma análise, ainda que pontual, sobre aspectos concretos e desafios vividos no cotidiano.

Racismo e desigualdade social, são fatores estruturantes da sociedade brasileira, influenciando o modo como é construída a Reforma Psiquiátrica do país Passos (2018, p.13), aponta que "a naturalização da violência institucional sobre os corpos negros compõe o modelo manicomial", e acrescenta que o manicômio não depende da estrutura física da instituição, mas que a lógica se renova e se expressa por outras vias. O que se relaciona diretamente com o pensamento norteador de Basaglia que equipara os manicômios ao apartheid do negro guetos. Dentro do contexto brasileiro, a dificuldade da construção pessoal de raça se instaura com a disseminação do mito da democracia racial, associado ao processo de miscigenação e aos avanços dos privilégios da branquitude.

Se partirmos do princípio que o modelo manicomial tende a se reinventar ao longo do tempo, há contraposições a esse movimento, como o aquilombamento. Pensar em experiências desnorteadas, como o Aquilombamento nas Margens, é trabalhar com um entendimento diferente das compreensões coloniais de "desnorteado", cabendo desassociar essa conjuração ao sentido de desorientação, costurando com paradigmas da América Latina que se afastam do efeito colonial tão danoso para o campo da saúde mental brasileira (David, 2024).

Partindo das contribuições de Neusa Santos Souza (1983), entende-se o poder da ideologia dominante branca para a constituição identitária do sujeito negro. Uma vez que, no imaginário social todos os valores e representações afrodiaspóricas são negados, a única possibilidade de ascensão social seria a identificação com o branco, tornando este o modelo a ser seguido para "tornar-se gente".

A construção de um sistema capitalista e o fortalecimento da meritocracia contribuiram para o não olhar do negro para a sua própria subjetividade. Engolido por uma rotina desumana, diante de péssimas condições de vida, somada à sobrecarga mental e física, não há espaço para seu próprio reconhecimento e identificação dos demais, não há espaço para aquilombar. O sofrimento avança os aspectos psíquicos e vai pro materiais, constituindo gerações e gerações regadas a discriminação e segregação.

O modo como se vai produzindo cuidado em saúde mental para a população negra tem de partir do pressuposto que a manicomialização fundada pelo racismo avança na subjetividade do sujeito negro em caminho a constante

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

institucionalização dos corpos. Logo o ser antirracista converge com os ideais de ser antimanicomial.

Diante disso, é necessário abarcar os conhecimentos antecedentes que contribuíram e contribuem para a proposição de uma clínica que seja política, entendendo o sofrimento psíquico como efeito também da colonialidade. Inserindo constantemente as interfaces do racismo na construção de um Projeto Terapêutico Singular (PTS), para que assim se tenha uma compreensão antimanicolonial do sujeito.

Nesse sentido, é fundamental reconhecer que, no âmbito da saúde pública, ainda falta um olhar atento para os sofrimentos que se manifestam para além das crises agudas — como o sofrimento psíquico provocado pelo racismo, tema central deste trabalho. É imprescindível que se considere não apenas os episódios críticos, mas também as violências cotidianas que impactam profundamente o desenvolvimento subjetivo e psíquico dos indivíduos negros.

Dessa forma, destaca-se a importância de uma atenção especial às infâncias e adolescências negras, pois a discriminação racial atravessa a constituição subjetiva, sendo determinante para a forma como esses sujeitos se posicionam no mundo.

Por fim, ressalta-se a importância do resgate da identidade negra, por meio do fortalecimento dos espaços de aquilombamento. O fomento a esses espaços integra um plano de cuidado afro-diaspórico, essencial para a promoção da autoafirmação, do fortalecimento psíquico e da construção de vínculos e redes de apoio entre os sujeitos negros.

Relato de experiência da produção de ferramentas educativas para educação libertária e letramento de gênero

Giselle Palheta Vieira (UNIFAMAZ)

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta a construção do glossário "Glossário da Diversidade: Conceitos Introdutórios e Violência contra pessoas LGBTQIAPN+", em formato de jornal, e do documentário "Tentativas de Aniquilamento das Subjetividades LGBTIs: Um relato de vidas silenciadas", criados por estudantes de Psicologia, na disciplina Psicologia, Diversidade sexual e inclusão. O objetivo é mostrar como essas produções contribuem para a aprendizagem e o pensamento crítico sobre diversidade sexual. Diante do crescimento dos debates sobre a população LGBTQIAPN+ no meio universitário, especialmente na Psicologia, destaca-se a urgência de compreender subjetividades e violências vividas por esse grupo. Tais produções são essenciais para criar formas inovadoras de letramento de gênero, voltadas a pessoas LGBTQIAPN+, sujeitos leigos e estudantes, incentivando uma educação baseada na liberdade de expressão e na criatividade. As atividades propõem uma prática pedagógica libertária, rompendo com modelos tradicionais e valorizando a conscientização, o diálogo e a transformação social, ao destacar a importância de metodologias críticas e inclusivas no ambiente acadêmico.

OBJETIVOS :

Mostrar a relevância de produções acadêmicas artísticas durante o processo de aprendizagem, evidenciando o glossário e documentário como ferramentas educativas inovadoras para o letramento de gênero e sexualidade.

RELAÇÃO COM GT E EIXO TEMÁTICO :

Esta proposta se insere no GT " Gênero, sexualidade e educação: apostas decoloniais", dentro do eixo temático " Gênero, sexualidades e Intersecções", pois evidencia discussões de sexualidade, LGBTQIPN+ Fobia e educação pedagógica artística e libertária. Os trabalhos mostram relatos de violências e sofrimento psíquico, exemplos do entendimento e aceitação da sexualidade e conceitos principais acerca da comunidade LGBTQIPN+.

ORIENTAÇÃO TEÓRICA:

A fundamentação teórica é baseadas nas trocas de experiências durante as aulas da disciplina, Psicologia, Diversidade sexual e Inclusão, mais os materiais produzidos pelo próprio Conselho Federal de Psicologia, como o livro "Tentativas de Aniquilamento das Subjetividades LGBT+: Produção de Vidas Abjetas" (2022), e o material do "Glossário Antidiscriminatório", feito pela Coordenadoria de Combate ao Racismo e Todas as Outras Formas de Discriminação (2022), foram fundamentais para dar base aos projetos e estimular o pensamento criativo dos participantes do grupo.

ESTRATÉGIAS DE METODOLOGIA:

A construção dos trabalhos ocorreu entre 7 de março e 2 de abril de 2025, dentro das atividades da disciplina. Produzimos o "Glossário da Diversidade" em formato de jornal, com linguagem acessível, visual atrativo e estética jovial, abordando conceitos como identidade de gênero, cisnormatividade, heteronormatividade, bifobia, transfobia, queer e drag queen. Para facilitar a compreensão, incluímos exemplos de filmes e artistas famosos.

Simultaneamente, começamos a gravação do documentário em 26 de março, baseado no livro "Tentativas de Aniquilamento das Subjetividades LGBT+: Produção de Vidas Abjetas" (2022), com 9 relatos interpretados pelos estudantes. Buscamos fidelidade às histórias, respeitando as vivências e resistências compartilhadas. Também mesclamos a coreografia "Corpo

Silenciado", criada por uma integrante do grupo, gravada no dia 29 de março, representando as emoções e sensações presentes nos relatos.

RESULTADOS :

A produção artística dos trabalhos acadêmicos foi fundamental para o aprendizado dos estudantes, tornando o processo leve, envolvente e com forte engajamento. A entrega do glossário gerou sentimentos de orgulho e satisfação, refletindo o esforço coletivo e a importância de abordar um tema socialmente relevante com autenticidade. O documentário, foi o trabalho que mais demandou tempo e desempenho de todo o grupo, sobretudo no momento de gravar, e na seleção dos relatos que são diversos como de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexuais que compartilharam suas histórias de dor e resistência. Essas histórias foram distribuídas no vídeo de maneira cuidadosa, e interpretadas como tal, preservando ao máximo a oralidade e o modo como a pessoa se expressou no momento das entrevistas.

CONCLUSÃO:

A produção de ferramentas educativas libertárias como letramento de gênero em estudantes de psicologia, são necessárias para a construção do seu ser, trazendo reflexões críticas, de uma perspectiva totalmente diferente, revelando a individualidade e os potenciais dos universitários, adquirindo o conhecimento e senso crítico, com suas produções acadêmicas. A experiência evidencia a importância dos trabalhos acadêmicos em formatos inovadores e acessíveis dentro das universidades, especialmente no que diz respeito aos temas da diversidade sexual e da violência contra a população LGBTQIAPN+.

Palavras-chaves: Letramento de gênero; População LGBTQIAPN+; Ferramentas educativas; Educação libertária.

Relato de experiência de oficinas com famílias quilombolas acaraenses no âmbito do SUAS.

Hilma Sarah Carvalho da Silva (Prefeitura Municipal de Acará-PA), Daniele Thayse da Silva (Prefeitura Municipal de Acará)

1- Introdução:

O presente resumo tem por finalidade submeter para a inscrição de trabalho na modalidade de Pôster, no do 23 º Encontro da ABRAPSO que acontecerá em Manaus, no período de 3 a 7 de Setembro de 2025.

Será relatada a experiência vivenciada pela equipe do Serviço de Proteção e atendimento integral à Família do CRAS Quilombola do município da Acará-PA, que no período de fevereiro a agosto de 2024 realizou Oficina com Famílias, com a temática de empreendedorismo feminino que teve como público alvo mulheres quilombolas de quatro quilombos (Trindade I, Trindade III, Menino Jesus e São José), localizados na região do Baixo Acará, nas cercanias da rodovia Alça Viária, entre os quilômetros km 19 a 25. Esta rodovia fica 65 km da Capital do Pará, Belém.

Esta oficina atendeu continuadamente 20 mulheres, mas atingiu aproximadamente 50 usuárias, pois as restantes participaram esporadicamente das atividades propostas, de acordo com o local dos encontros,

2. Objetivo:

Propiciar espaço de reflexão, de aquisição de conhecimento e descoberta de talentos visando incentivar o protagonismo feminino e empreendedorismo. fomentando a emancipação e autonomia da demanda atendida, além de romper com preconceitos, estereótipos e formas violentas de interação.

3. Eixo Temático:

Esta oficina foi realizada no âmbito da política municipal de assistência social, sendo que utilizaram o princípio da matricialidade familiar e a identificação das habilidades das usuárias, visando incentivar a autonomia e a emancipação, superando as vulnerabilidades, discriminação e principalmente o racismo, relacionando-se com eixo cinco do 23 º Encontro da ABRAPSO.

4. Orientação teórica:

As orientações técnicas utilizadas foram os textos bases da Política Nacional de Assistência Social, visto que um dos objetivos foi oportunizar a autonomia desta demanda, que foi possível através da potencialidade

Utilizou-se ainda da Psicologia Social Comunitária, assim da Gestalt terapia e conceitos do Serviço Social.

5. Estratégicas metodológica:

Esta atividade foi facilitada por dupla de uma psicóloga e uma assistente social, autoras do presente trabalho, que selecionaram usuárias que se interessaram no assunto proposto: empreendedorismo.

Para iniciar as atividades foi realizado um planejamento participativo, onde dividiu-se o grupo em cinco subgrupo com as seguintes perguntas norteadoras:

1. o que esperam do grupo;

2. quais os assuntos de interesse.

Depois disso foi decidido em conjunto que as reuniões seriam quinzenais e os locais seriam rotativos entre as quatro comunidades participantes de propiciando fortalecimento de vínculos entre as comunidades participantes e com a equipe PAIF do CRAS Quilombola, estreitando as relações interpessoais.

Após o primeiro encontro e feito os cronogramas, a equipe foi em busca de parceria com a Sala do empreendedor do município, sendo que os assuntos referentes parte subjetiva como: auto estima, relações pessoais, etc. foram facilitados pela psicóloga e assistente social do PAIF e os que trataram de assuntos referentes a negócios e empreendedorismo foram ministrados pelos técnicos da sala do empreendedor.

Foi proposto café da manhã coletivo, que mostrou um instrumento para cada um delas, pois aproveitaram para testar novos produtos e sua aceitação pelas oficineiras. Esta estratégia foi utilizadas por todas as participantes.

6. Resultados :

Os resultados foram o fortalecimento dos vínculos comunitários, aperfeiçoamento da forma de empreender, aumento da autoestima, valorização de seus produtos, a importância da criação de rede empreendedora entre outros.

Outro ganho social foi a visibilidade dos produtos produzidos por cada empreendedora que propiciou que fosse conhecidas suas marcas tanto por outras comunidades como por públicos externos, visto que estão participando de várias feiras tanto na sede do município como de outras unidades municipais, assim com na capital do estado.

Além disto, ocorreu o fortalecimento do grupo de mulheres da Comunidade Quilombola Trindade III e a criação dos grupos Dandaras do Quilombo (Comunidade Quilombola São José), Pérolas do Quilombo (Comunidade Quilombola Trindade I) e União de Talentos (Quilombo Menino Jesus).

[1]Elas realizam feira em suas comunidades e em maio de 2025 reuniram-se para promover a I feira da Mulheres Empreendedoras do Jacarequara [1] (I FEMENJA).

.

Observa-se que estão agregando outras mulheres a este movimento, sendo que as autoras continuam monitorando as ações do grupo e apoiam quando solicitadas pelas mesmas.

É perceptível a autonomia delas, pois planejam e buscam parceiros para realizar seus eventos.

7.Conclusões:

Conclui-se que quando existe um vínculo fortalecido entre as facilitadoras e a demanda atendida é possível alcançar os objetivos proposto, mas é necessário criar espaço de escuta onde as usuárias são as protagonistas e que propicie uma construção coletiva

Relato de Experiência: A escuta como o desenvolvimento de vínculos para estruturar uma intervenção

Hector Rebelatto Libos (PUCPR), Beatriz Mello (PUCPR)

Sob a perspectiva de estudantes de psicologia do quinto período da PUCPR, discute-se, através de um relato de experiência de um projeto comunitário proposto pela instituição, como a necessidade de um convívio e uma escuta passiva se mostra como algo imprescindível na elaboração de intervenções inclusivas e eficazes em contextos que vão muito além do ambiente ideal do mundo acadêmico, e, a partir da discussão, espera-se repensar como a carga horária extensionista é elaborada e executada pelos educandos diante das demandas percebidas na prática.

O Projeto Comunitário compõe o currículo extensionista obrigatório dos cursos da modalidade presencial da PUCPR, compondo um total de 30 horas extensionistas com o objetivo de internalizar conhecimentos e práticas que vão além do contexto acadêmico. A universidade oferece diversas instituições de cunho comunitário como locais de visita para os estudantes realizarem algum tipo de intervenção.

Diante disso, os estudantes escolheram o instituto Casa do Bom Samaritano, no qual oferece abrigo e local de convívio para pessoas em situação de rua. O projeto escolhido é composto por 10 visitas em um período de dois meses, todo sábado das 14:00 às 17:00 e não tinha um objetivo específico além do convívio com os moradores da ala dos idosos. Além das 10 visitas programadas para a realização do projeto, foi realizada uma breve reunião prévia para os estudantes conhecerem a equipe e já iniciarem o planejamento de alguma prática.

A instituição da Casa do Bom Samaritano se caracteriza como um centro de convivência com objetivo de oferecer abrigo a pessoas em situação de rua. Em 2020 a instituição estabelece uma parceria com a Secretaria Municipal do Idoso para a modalidade de Acolhimento Institucional de Longa Permanência (ILPI) para Pessoas Idosas com idade igual ou superior a 60 anos, independentes ou com Grau de Dependência I.

A grande dificuldade encontrada no planejamento de uma intervenção era justamente o fato dos estudantes não conhecerem profundamente o público alvo do projeto. Para corrigir tal dificuldade, os estudantes optaram por um método etnográfico clássico para a coleta de dados; a escuta. Com a escuta passiva praticada, os moradores do abrigo se mostraram gradualmente mais abertos para trazerem relatos e demandas com que poderiam ser trabalhados.

Na terceira visita realizada pelo grupo de educandos, após a realização de escutas individuais como forma de aproximação, uma das residentes — uma idosa reconhecida como mulher trans — solicitou que fosse organizada uma roda de conversa, a fim de proporcionar a todos os idosos a oportunidade de compartilhar suas histórias com o grupo. Atendendo à solicitação, no encontro seguinte foi proposta a realização da atividade em um espaço externo, com cadeiras dispostas em roda. A participação foi inteiramente voluntária, sem obrigatoriedade de permanência ou de exposição de relatos, sendo o conteúdo das falas definido por cada participante, conforme sua vontade e julgamento sobre o que considerava importante em sua trajetória.

Durante os relatos, emergiram conteúdos marcados por intenso sofrimento psíquico, associados à violação de direitos decorrente da situação de vulnerabilidade social, assim como experiências de violências físicas, sexuais e institucionais. Também foram relatados episódios relacionados a dependência química e processos de

adoecimento vinculados ao luto por perdas significativas, além de vínculos familiares fragilizados, rompidos ou praticamente inexistentes.

A formação de vínculos não ocorre por meio de relações verticalizadas, nas quais uma das partes se posiciona como detentora do saber, assumindo uma autoridade que silencia as vozes dos demais. Ao contrário, na percepção dos educandos, o vínculo se constrói por meio da troca e partilha de conhecimentos e experiências, em um processo dialógico que reconhece e valida suas diferentes formas. Neste contexto, adotar uma postura de escuta ativa significa não apenas acolher o que é dito, mas também afirmar o direito daquele sujeito à fala, reconhecendo sua legitimidade e, sobretudo, respeito à sua voz e sua existência.

Para a elaboração de uma proposta de intervenção, é fundamental compreender quais aspectos demandam atenção, identificando os principais desafios enfrentados pelo público em questão. Isso inclui analisar as dinâmicas das relações interpessoais, os sofrimentos que foram vivenciados no cotidiano e, sobretudo, considerar o que os próprios idosos estão dispostos a realizar; tal abordagem deve respeitar suas limitações, mas também valorizar seus interesses e desejos individuais, a fim de evitar práticas impositivas que desconsiderem sua realidade concreta. Neste sentido, é essencial que a prática de intervenção seja planejada após a formação do vínculo, que promove uma relação segura e aberta para uma construção conjunta.

RELATO DE EXPERIÊNCIA: Atuação do PAIF nos grupos de Idosos do SCFV no CRAS Regina Justa Feijão - Sobral (CE)

Lays Nalda Silva Munins (PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRAL - SECRETARIA DOS DIREITOS HUMANOS E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL), Gleyce de Fatima da Costa Quaresma (PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRAL - SECRETARIA DOS DIREITOS HUMANOS E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL)

Resumo: Este relato de experiência versa sobre aspectos da materialidade da atuação profissional de parte da equipe técnica de referência, a saber uma Assistente Social e uma Psicóloga, do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Regina Justa Feijão em Sobral - CE, em diálogo com o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).

Presente nos territórios marcados pelas vulnerabilidades e riscos sociais, o CRAS Regina Justa Feijão fica localizado em Sobral, município situado no estado do Ceará, sendo um equipamento público de referência para nove bairros do munícipio. Nesta perspectiva, o CRAS Regina Justa Feijão realiza semanalmente 02 (dois) grupos do SCFV - ciclo de 60 anos, com idosos residentes nos bairros de abrangência da unidade: Vila União e Cidade Doutor José Euclides Ferreira Gomes Jr. (Terrenos Novos).

Os territórios de vivências dos participantes, vinculam histórias, estratégias de sobrevivência, pluralidade de pessoas, como também aos estigmas designados socialmente, com a estereotipação das violações de direitos cotidianas.

A coleta de dados deste relato de experiência foi realizada em Agosto de 2024, com ênfase na construção de um projeto interno da Secretaria dos Direitos Humanos e da Assistência Social (SEDHAS) de Sobral, para 1ª Edição do SELO SUAS +: EXPERIÊNCIAS QUE TRANSFORMAM VIDAS, ocorrido em Dezembro de 2024, e com a certificação das unidades CRAS.

Neste sentido, a experiência em discussão apresenta conexão com o eixo temático nº 05: Assistência Social, vulnerabilidades, violências e promoção de direitos humanos; considerando a prática profissional desenvolvida na política de Assistência Social em âmbito municipal, territorializada, com atores sociais que vivenciam amplas desproteções sociais e assim como diversas políticas públicas, o CRAS por meio dos serviços ofertados têm o desafio e papel fundamental no enfrentamento cotidiano das desigualdades, potencialização e exercício dos direitos humanos.

Deste modo, o exercício do Assistente Social nos diversos espaço ocupacionais, é marcado pelo processo histórico, bem como a busca cotidiana do rompimento com práticas alinhadas ao conservadorismo e assistencialismo, a partir da compreensão da inserção profissional na divisão social e técnica do trabalho, as normativas balizadoras e que conforme Sposati (2013, p.664): “a luta pelo reconhecimento de Direitos Humanos e sociais no âmbito da proteção social lhe imprime marcas significativas e aproximam o Serviço Social e a direção de seu projeto ético-político desse campo de prática.”.

O psicólogo no CRAS faz parte da equipe de referência definida pela resolução n. 17, de 20 de junho de 2011 (BRASIL, 2011). Observa-se que o dia a dia no equipamento cinge de conhecimentos que assegurem a proteção social, conversando com a singularidade de cada família. Na perspectiva do trabalho social com famílias, Azevedo et al. (2018, p. 14) explicam que: “O trabalho social com famílias tem a responsabilidade de fomentar habilidades que ampliem o conhecimento da família sobre os recursos do território, da cidade e das diversas políticas públicas”.

Neste contexto, as ações tem atuação planejada do PAIF através de Rodas de Conversa; Oficinas com Famílias; Ações Comunitárias realizadas no CRAS; bem como nos encaminhamentos/orientações necessárias a partir da compreensão das possibilidades de acesso aos direitos.

Quanto a interface com o trabalho social com famílias do PAIF, em um encontro avaliativo em Julho de 2024, em uma roda de saberes e escutas no grupo juntos as técnicas de referência do serviço, Assistente Social e Psicóloga, as participantes presente trouxeram relatos orais das atividades desenvolvidas, do acesso às informações de forma dinâmica sobre Cadastro Único; as rodas de conversa com orientações sobre campanhas mensais como Saúde Mental, Transtorno do Espectro Autista (TEA), Violências contra Pessoa Idosa; Oficinas sobre história e memórias dos territórios; e ainda do acesso a direitos como Passe Livre e Benefícios Assistenciais, foram conhecimentos de extrema importância desenvolvidos.

A existência dos grupos fundamenta-se para além das normativas legais, e a atuação da equipe técnica do PAIF nesses coletivos tem um direcionamento ante aos objetivos de proporcionar a difusão de informações quantos aos direitos sociais, viabilização do acesso às políticas públicas, a aproximação dos participantes com os serviços da política de Assistência Social, e o fortalecimento da convivência comunitária.

Referências Bibliográficas:

Azevedo, A. B., Blanes, D. N., Cariaga, M. H., Carneiro, M. L. N. C., Conserva, M. S., Corá, M. A., Gambardella, A. D., Scavazza, B., Silva, M. S. (Orgs.). (2018). Contribuições para o aprimoramento do PAIF: Gestão, família e território em abrangência. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/consulta_publica/Contribuicao%20para%20o%20Aprimoramento%20do%20PAIF%20final.pdf. Acesso em: 09 jun. 2025.

BRASIL. Resolução CNAS nº 17, de 20 de junho de 2011. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 jun. 2011. Disponível em: http://blog.mds.gov.br/redesuas/resolucao-no-17-de-20-de-junho-de-2011/ . Acesso em: 09 jun. 2025.

SPOSATI, Aldaíza. (2013). Proteção social e seguridade social no Brasil: pautas para o trabalho do assistente social. Serviço Social & Sociedade, 34(85), 663-687. DOI: https://doi.org/10.1590/S0101-66282013000400005 Disponível em: https://www.scielo.br/j/sssoc/a/WcYSGg6ys8ZbQfLwf9zCtkn/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 30 mai. 2025.

Relato de experiência: “Povos indígenas e ensino superior, na perspectiva da inclusão social."

Yasmin Maia Fernandes (UFRR), Yasmin Maia Fernandes (UFRR), Ythauany Jamily Meneses Santana (UFRR), Raíssa Araújo Paulino (UFRR)

Introdução: O acesso da população indígena ao ensino superior público é prejudicado por barreiras estruturais, que limitam o acesso desses povos às universidades. Segundo DIAS DA SILVA (2007), a presença dos indígenas no ensino superior é visto como “estranho”, por isso surge a necessidade debater sobre as políticas de inclusão dessa população, com projetos que visem o cuidado com os Povos Originários, a caminhada para uma sociedade mais inclusiva se torna mais possível, assim juntamente à Associação Cultural Indígena do Estado de Roraima, Kapói, parte da população indígena que poderia ser prejudicada no processo de inscrição do Vestibular Indígena da Universidade Federal de Roraima, foram auxiliados nessa fase inicial do ingresso a universidade. Objetivo: Relatar a experiência vivenciada durante a atividade e apresentar os resultados obtidos a partir da escuta e observação voltada aos povos indígenas, com o objetivo de auxiliar pessoas indígenas a se inscreverem no processo seletivo destinado ao ingresso delas no ensino superior, do qual ao longo da história vivenciada por essa população foi negado devido aos estigmas que atingiram esses indivíduos ao longo do processo de formação da sociedade contemporânea brasileira. Método: Foi realizada uma seleção de voluntários, alunos da Graduação de Psicologia da Universidade Federal de Roraima e esses voluntários foram orientados a levarem notebooks que iriam auxiliar na realização da inscrição dessas pessoas. Quanto às pessoas que iriam se inscrever no Processo Seletivo, no caso as pessoas indígenas que tinham interesse, foi orientado aos mesmos que levassem todos os documentos necessários para realizar a entrada no processo, como por exemplo: Rani, RG, CPF e outros documentos complementares e assim foi possível finalizar a inscrição. Resultado: A atividade teve como principal resultado a inscrição efetiva de todos os indivíduos atendidos durante o processo de inscrição para o vestibular indigena, alcançando o principal objetivo da ação. Por conseguinte, o suporte oferecido foi de suma importância para os candidatos, visto que muitos deles tinham dúvidas a respeito da documentação, do site e outros itens exigidos como critérios de inscrição. Assim, a ação proporcionou um momento de acolhimento que a longo prazo promove o acesso ao ensino superior de forma mais equitativa e que contribui para a formação profissional dos candidatos. Portanto, a experiência foi positivamente avaliada pelos candidatos e pelos membros da equipe, fato esse que reforça o papel social da universidade, do curso de psicologia e seu compromisso na promoção da inclusão. Conclusão: As dificuldades do acesso ao ensino superior para a população indígena é calcada nas barreiras estruturais que esses indivíduos sofrem impedindo então esse acesso. Com projetos como os promovidos pela Kapói, que são voltados às pessoas que são vítimas de exclusão, é mais propício que a população indígena tenha acesso garantido ao ensino superior e que ocupem mais espaços como os do âmbito da educação, que por muito tempo foram negados a eles por faltas de políticas inclusivas que promovessem uma reparação histórica. Referências: SILVA, Rosa Helena. Inclusão e políticas afirmativas em educação para um Brasil pluricultural: reflexões sobre povos indígenas e ensino superior. Educação, Santa Maria, v. 30, n. 61, p. 93-107, 2007. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=84806105. Acesso em: 24 maio 2025.

Relatos de combate à violência na Universidade Federal de Roraima

Miguel Francisco Fonseca de Castro (UFRR)

Uma universidade deveria ser um ambiente de ensino que provesse segurança para o melhor desenvolvimento de seus discentes, porém, casos de violência, tanto horizontais (entre alunos) quanto verticais (entre docentes e alunos) destroem a sensação de proteção dentro dos campi causando considerável angústia psicológica. Essa perspectiva só é reforçada pelos procedimentos lentos e muitas vezes ineficazes. Em virtude desse contexto objetiva-se relatar a experiência obtida em dois anos de participação em movimentos estudantis, primeiro como membro do centro acadêmico do curso de psicologia e posteriormente como integrante do DCE (Diretório Central dos Estudantes) da Universidade Federal de Roraima no cargo da diretoria de diversidade sexual e de gênero. A falta de mecanismos eficazes para lidar com as vastas e complexas demandas exigiram dos movimentos estudantis, no caso em particular, alunos de psicologia, auxiliar na orientação, acolhimento e acompanhamento de vítimas, contribuindo em um apoio coletivo para formação de um ambiente psicologicamente seguro e que permita o livre desenvolver dos estudantes. Como exemplifica a Comissão Parlamentar de Inquérito responsável pela investigação de violações aos direitos humanos no cotidiano de universidades paulistas (conhecida como CPI das Universidades) no seu relatório final (ALESP, 2015), no qual se compilaram relatos de violência das mais diversas formas, entre elas tortura e estupro. Tal CPI foi instaurada em meio a denúncias capitaneadas por coletivos de estudantes, principalmente de orientação feminista, à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo – Alesp (AGÊNCIA BRASIL, 2014; O GLOBO, 2014). Desse modo, o seguinte relato se vincula ao eixo temático da Assistência Social, vulnerabilidades, violências e promoção de direitos humanos. Durante o período descrito foram realizados o acompanhamento diversos casos de violência, indo desde crimes cibernéticos, até intimidação e perseguição. Mesmo com a criação da CPAPEV (Comissão Permanente de Acolhimento, Prevenção e Enfrentamento às Violências) na universidade, muitos discentes se sentem confusos quanto ao que fazer quando sofrem com algum tipo de assédio ou abuso relacionado a sua vivência nos campos, ou por não acreditar na eficácia dos mecanismos de justiça da instituição, preferindo não seguir com os procedimentos de denúncia. Uma vez que, como demonstra a pesquisa do Panorama da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas, publicada em 2022, apontam que os principais alvos de assédio são as mulheres, pessoas negras e LGBTQIA+, e considerando que de acordo com Priscila Silva de Souza e Carmem Lima Costa, a universidade, como uma instituição da sociedade, "reproduz as exigências sociais, a desigualdade de gênero e os valores machistas e patriarcais que nela imperam e, nessa lógica, é que o assédio se (re)produz" (2022, p. 495). Pela relação mais próxima com os acadêmicos e não estar tão atrelado a etapas burocráticas, os movimentos estudantis acabam sendo um meio de apoio buscado pelo público de alunos, ao se sentirem lesados com acontecimentos relacionados a suas experiências no espaço universitário. Identificando essa realidade os movimentos estudantis têm realizado um trabalho e acolhimento dessas demandas, ao receber o contato de um aluno buscando aconselhamento de como lidar com uma experiência de violência é realizado uma escuta e recolhimento de dados, deixando todo o relato registrado para evitar repetições desnecessárias. Assim apresentamos os principais meios de denúncia da instituição, ou externa, assim como, se a pessoa preferir não denunciar buscamos meios de facilitar sua permanência na universidade dependendo das circunstâncias de cada caso e da vontade das vítimas.

Para prestar esse auxílio foram realizados estudos sobre os mecanismos de justiça dentro da faculdade, quais são eles, como é sua funcionalidade e como os alunos podem entrar em contato, além desses estudos estamos sempre em contato com órgãos institucionais como o CPAPEV e coordenações de cursos. Se somando ao trabalho de orientação os movimentos também realizaram eventos sobre diversos temas permeando distintos temas de violência, um esforço feito com o propósito de conscientizar a comunidade acadêmica sobre a realidade descrita aqui, buscando assim prevenir nossos casos ou tornar a comunidade mais preparada para lidar com eles, pois, como afirma Saldanha em seu trabalho Contribuições Acadêmicas ao Enfrentamento da Violência Sexual nas Universidades Brasileiras "é preciso criar metodologias que nos permitam acessar a realidade da violência sem que as distorções causadas pelo medo da denúncia, pelo estigma social e pela distorção de informações causada pela naturalização cultural prejudiquem os resultados". Com esse trabalho espera-se apresentar o cenário de violência que permeia o espaço universitário, mostrando que, apesar dos esforços dos servidores responsáveis pelo mecanismo de enfrentamento a esses casos, ainda há a necessidade e aperfeiçoamento das medidas de proteção, para isso fomentando futuras pesquisas e projetos para a promoção da segurança nos diversos campi. Além disso, busca-se demonstrar a importância dos movimentos estudantis nesse contexto.

Representação Institucional no Controle e na Participação Social: Desafios e Estratégias da Psicologia

Talita Fabiano de Carvalho (UNESP), Camila Andrade de Oliveira (CRP-SP)

A atuação das representações institucionais nos espaços de controle e participação social é fundamental para o fortalecimento da democracia e a promoção de políticas públicas justas e inclusivas. A Psicologia, enquanto ciência comprometida com a garantia de direitos e a justiça social, tem um papel estratégico na formação e na atuação dessas representações, principalmente nos conselhos, fóruns, conferências e outras instâncias de deliberação coletiva. Este pôster busca refletir sobre a importância da presença qualificada e ativa das instituições nesses espaços, discutindo os desafios e as responsabilidades éticas envolvidas na representação institucional.

A Psicologia Social, como campo de atuação crítica e engajada, compreende a participação social como um instrumento de transformação social, resistência e ampliação de direitos. A proposta deste trabalho é analisar como as representações institucionais, ao se integrarem nos espaços de controle social, podem contribuir para a defesa de políticas públicas mais inclusivas e voltadas às necessidades das populações vulnerabilizadas, em especial aquelas que enfrentam desigualdades sociais, raciais e de gênero. Para isso, é necessário que as representações institucionais se comprometam com os princípios da equidade, escutem as demandas das populações marginalizadas e se articulem com os movimentos sociais em prol da democratização das decisões políticas. O debate sobre a responsabilidade ética dessas representações é central para garantir que a participação institucional não se restrinja a uma formalidade ou a uma presença simbólica, mas que efetivamente contribua para o controle social das políticas públicas, influenciando suas formulações e implementações. A Psicologia tem um papel crucial nesse processo, pois oferece uma perspectiva crítica sobre as dinâmicas de poder, desigualdade e exclusão presentes nas instituições, além de fornecer estratégias metodológicas para a escuta ativa e a articulação com as demandas dos movimentos sociais. Para abordar essas questões, o trabalho apresenta uma revisão da literatura teórica relacionada à Psicologia Social e à participação social, enfocando os princípios de equidade, respeito às diferenças e a responsabilidade das instituições em promover um controle social efetivo. A metodologia utilizada incluiu a análise de experiências concretas de atuação da Psicologia nos espaços de controle e participação, com destaque para ações realizadas em conselhos e fóruns voltados para a defesa de direitos, como o combate ao racismo, à violência de gênero e à exclusão social. Os resultados demonstram que, apesar dos avanços, existem desafios significativos para garantir uma representação institucional que atue de forma efetiva na transformação social. O compromisso com a escuta das populações vulnerabilizadas, o fortalecimento da articulação com os movimentos sociais e a constante reflexão ética sobre o papel das instituições são essenciais para que a participação social seja mais do que uma formalidade. Ao final, este trabalho conclui que a Psicologia, ao se engajar nos espaços de controle e participação social, contribui não apenas para a formulação de políticas públicas mais justas e inclusivas, mas também para a construção de uma sociedade mais democrática, equitativa e consciente de suas responsabilidades coletivas. Por fim, será apresentada a normativa adotada pelo CRPSP para instruir a participação e controle institucional dos seus representantes visando a estabelecer alinhamento, acessibilidade e alinhamento entre seus membros.

Reserva Multiétnica Filhos desta Terra: Sua criação através de uma retomada e a relação entre território e saúde mental

Raphaela Nochelli Braz (UFF), Carla Rafaela Donegá (Prefeitura Municipal de Guarulhos), Evelyn Sayeg (Associação Saúde da Família)

A presente pesquisa aborda - a partir do delineamento histórico do contexto dos povos indígenas brasileiros, desde a invasão portuguesa até os dias atuais, analisando a presença desta população nos contextos urbanos - a criação da Reserva Multiétnica Filhos desta Terra em Guarulhos e os impactos da mesma na saúde mental de seus habitantes. Havendo como objetivos o levantamento e reprodução da história de criação da Reserva, a análise dos diferentes fatores, positivos e negativos, que perpassam o território da Reserva hoje e quais as possibilidades e necessidades de intervenções no cuidado em saúde mental de seus habitantes, conceituando o que se entende por "saúde mental".

Sendo uma pesquisa que utiliza da triangulação de dados a partir das metodologias de Pesquisa Exploratória, Revisão Bibliográfica e Análise de Conteúdo, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com a equipe de saúde indígena do município.

A partir do tratamento de dados exposto anteriormente, foram criadas três categorias de análise, sendo elas: Potencialidades, Dificuldades e Conceituação de Saúde Mental. A categoria "Potencialidades" foi criada como forma de explicitar quais das ações existentes atualmente promovem - ou buscam promover - maior bem-estar geral para a população indígena de Guarulhos, sobretudo àqueles que residem na Reserva. Dentro dessa categoria foram incluídos os seguintes códigos com as seguintes ocorrências: Território e bem-estar (26), Saúde diferenciada (15), Tradição (14), Resistência política (5), Unidos, mas não apagados de individualidade (3), Registro e validação (2), Conexão com a juventude (1).

A categoria "Dificuldades" aponta quais fatores foram identificados nos discursos dos entrevistados como desfavoráveis no cenário da população atendida pela equipe, que promovem riscos ao bem-viver dos mesmos, sendo composta da seguinte forma: Deficiências dos órgãos públicos (17), Fragilidades dos avanços (13), Território e insegurança (11), Preconceito (6) e Violências nos serviços de saúde (4).

Por fim, a categoria "Conceituação de Saúde Mental" surge a partir da necessidade de compreendermos ao que nos referimos quando falamos "saúde mental", uma vez que compreendemos que este é um conceito subjetivo que será modulado a partir dos contextos em que o observarmos e analisarmos, sendo assim, procuramos entender a percepção dos participantes quanto ao termo. Ela obtém a seguinte formação: Saúde mental enquanto fator social para a equipe (10) e Saúde mental associada às patologias para a equipe (4).

Percebe-se, a partir dos dados levantados, que a Reserva é em si mesma uma potencialidade e uma dificuldade, por ser atravessada por diversas inseguranças e fragilidades, ao mesmo tempo em que representa um espaço para a manutenção das culturas ancestrais das diferentes etnias que ali residem, enquanto que a saúde mental é percebida pela equipe, majoritariamente, como parte de um contexto social, político e espiritual, complexo e intrincado, que interage de maneira diferenciada com o meio e com os indivíduos. Concluímos portanto que muito se avançou, mas ainda muito necessita ser conquistado para a garantia de direitos desta população que luta e busca aliados que lutem ao lado dela para alcançar aquilo que parece utópico: O básico.

A saúde mental é uma demanda complexa e, ainda que a equipe seja ampliada com a contratação de um profissional da psicologia - apontado como necessário no decorrer das entrevistas - são muitos outros fatores que também precisam avançar para que cheguemos em um patamar ideal. Cada passo adiante precisa ser celebrado e cada retrocesso precisa ser resistido e combatido.

Ter um território onde se possa exercer sua espiritualidade, viver na coletividade junto à outras pessoas indígenas - ainda que de etnias diferentes - estar em contato com a natureza, enfim, exercer o seu modo de vida tradicional, é um ganho e uma conquista que, mesmo com as adversidades, que não são poucas, ainda agrega ao bem-estar de uma população já muito fragilizada. A equipe de saúde que foi quem nos trouxe os dados necessários para o desenvolvimento da pesquisa existe, principalmente, porque a Reserva existe.

A produção deste texto não esgota as possibilidades - e a necessidade - de investigações sobre a temática, mas procura abrir possibilidades de adensamentos que podem ser melhor explorados em oportunidades futuras, tanto pelo impacto da temática na pesquisadora quanto pela relevância do mesmo para a população acompanhada.

Parece utópico imaginar que um dia os povos indígenas de modo geral tenham acesso às mesmas oportunidades que a população não indígena, acesso garantido à alimentação de qualidade, moradia, educação, saúde, enfim, meios de viver uma vida de qualidade ao invés de apenas sobrevivê-la, mas se não acreditarmos no utópico não somos capazes de continuar. E precisamos continuar, por não haver outra possibilidade além desta.

Resistências Femininas no Futsal Amazonense: Formação de Redes Coletivas na Perspectiva da Psicologia Social Crítica

Beatriz Nascimento Pereira (UFAM), Gisele Cristina Resende (UFAM), Emanuel Ugalde de Lima (UFAM), Wanderlan do Nascimento Silva (UFAM)

O futsal feminino no Brasil, embora represente um espaço de resistência e expressão para inúmeras mulheres, ainda permanece atravessado por profundas desigualdades estruturais. As barreiras enfrentadas pelas atletas vão além da quadra: envolvem disputas por visibilidade, reconhecimento e dignidade em um cenário esportivo ainda amplamente dominado por lógicas patriarcais, racistas e heteronormativas. Tal contexto já era esperado pela equipe da Self-E durante a construção do Programa Atividade Curricular de Extensão (PACE), visto a ascensão de discursos neofascistas. Nesse contexto, os coletivos femininos surgem como formas potentes de organização, resistência e criação de narrativas próprias. No entanto, a produção desses coletivos enfrenta desafios significativos: a ausência de apoio institucional, o silenciamento de vozes dissidentes e a naturalização de violências simbólicas e materiais contra mulheres, especialmente negras, periféricas, interioranas da região do Amazonas e LGBTQIA +. As interseccionalidades — gênero, raça, classe e sexualidade — se entrelaçam na experiência das jogadoras, mas que tinham dificuldades em expor esse lado por conta de toda vedação social, mas que com o tempo foi melhor desenvolvido e exposto durante o decorrer das oficinas e dinâmicas.

Este cenário exigiu uma análise que fez com que compreendêssemos o futsal e o próprio campeonato dos Jogos Universitários do Amazonas (JUA's) como válvula de escape, onde por mais que se exigisse muita cobrança física e principalmente mental, o coletivo se tornava uma grande rede de apoio pessoal para os enfrentamentos de problemas pessoais e sociais.

Nesse sentido, visualizou-se criar um projeto de pesquisa-ação-intervenção com as atletas do time de futsal feminino da UFAM, junto ao Programa Atividade Curricular de Extensão (PACE), desenvolvido pelos membros da Empresa Júnior de Psicologia Self Empreendedorismo, na UFAM, com os objetivos de investigar as interseccionalidades de gênero, sexualidade e raça no futsal, um esporte marcado por uma forte herança colonial-patriarcal; observar os marcadores da territorialidade da vivência de mulheres atletas amazônidas; além de promover práticas psicológicas nos termos da Psicologia Social Crítica, Feminista e Decolonial em forma de ação-intervenção que estimulasse a participação ativa tanto dos estudantes-pesquisadores quanto das atletas (também estudantes universitárias), objetivando proporcionar transformações sociais no sentido da valorização da feminilidade, da territorialidade amazônida, do unir-se no sentido de fortalecer-se e de perpetuar práticas coletivas de cuidado que deixassem repercussões durante e após o final do PACE.

O futsal carrega heranças coloniais-patriarcalistas da sociedade e momento histórico da criação do esporte — criado no Uruguai por uma Associação Cristã de Moços, um modelo de organização cristã fundada na Inglaterra e perpetuada através do neocolonialismo, no período entre-guerras, onde as cidades estavam emergindo e o espaço para a prática de esportes era limitado, ainda assim, foi criado por homens cristãos e àquele momento, pensado para homens. Essas heranças se observam no intervalo crônico de início da prática no Brasil em 1930 até a "autorização" da prática por mulheres pelo órgão que rege o esporte em âmbito mundial, a Federação Internacional de Futebol de Salão (FIFUSA) em 1983. O resultado desse legado sexista é o estabelecimento de um grande tabu em torno da prática esportiva feminina.

Como na grande maioria das práticas esportivas, a participação feminina nesse esporte foi rechaçada e sucateada, seja pelo próprio sexismo, que configura uma violência de gênero, seja por falta de investimento, ou por

invisibilização, visto que não era interessante que o feminino estivesse atrelado uma prática alinhada ao masculino em uma sociedade carregada de valores religiosos e neocoloniais, que visam reger os corpos e comportamentos da juventude, impondo modelos idealizados. Não obstante, em um recorte histórico recente, a prática feminina só foi incentivada quando pensada sob a lógica do capital de comercializar corpos sexualizados, com a imposição do uso de uniformes desconfortáveis para as atletas.

Nessa perspectiva, a prática psicológica do PACE foi pensada a partir de um prisma da Psicologia Social Crítica, Feminista e Decolonial, tendo em vista o jogar futsal feminino das mulheres integrantes do time feminino da UFAM como um ato de rebeldia, posto que é uma subversão aos padrões sociais impostos, além de ser um ato de resistência, dado que as competidoras jogam sem receber apoio financeiro da universidade e/ou de patrocinadores externos, em meio a todo preconceito, invisibilização e desafio de equilibrar vida pessoal, vida acadêmica e prática esportiva. Nesse aspecto, as intervenções foram pensadas em volta da valorização do unir-se para fortalecer-se, do reconhecimento da força da feminilidade, da territorialidade amazônida e da perpetuação de práticas coletivas de cuidado.

Sob este prisma, foi encontrado um marcador social muito claro no perfil dessas jogadoras: mulheres predominantemente negras (pretas e pardas), que se identificam como cisgênero e lésbicas. A partir desse momento, não havia a possibilidade de realizar intervenções que não considerassem as interseccionalidades e atravessamentos destes marcadores de gênero, raça e sexualidade, além disso, uma parcela das atletas eram de municípios do interior do Amazonas. Para essas intervenções, foram realizadas oficinas de manejo de emoções, estratégias de enfrentamento à ansiedade, rodas de conversa sobre feminilidade, sobre o produto do machismo no esporte como violência de gênero, gênero e sexualidade e dinâmicas de grupo para reconhecer e estabelecer nessa equipe uma rede de cuidado e proteção coletiva. A esse respeito, o PACE tem sido e continuará sendo até a sua conclusão, uma iniciativa de produzir uma transformação social que gera repercussões durante e após sua realização.

Diante disso, observou-se o enriquecimento do vínculo entre as atletas a partir das dificuldades enfrentadas pelo time, favorecendo o desenvolvimento da capacidade de expressão emocional no grupo e a ampliação do sentimento de cuidado coletivo entre as atletas, perante as diversidades apresentadas.Tais aspectos configuram-se como resultados segmentais do projeto, evidenciando impactos positivos nas dinâmicas relacionais e na construção de um espaço coletivo de apoio mútuo entre as atletas. Além disso, destaca-se a incorporação de um viés decolonial nas práticas do projeto pela valorização das vivências e narrativas provenientes dos territórios e contextos diversos das atletas.

A partir dessa concepção, o projeto compromete-se a debater as problemáticas deste grupo de trabalho (GT), por meio da construção de um espaço de afirmação e de escuta dos conhecimentos e das experiências compartilhadas entre as atletas femininas nortistas, especialmente no futsal, modalidade marcada historicamente por um caráter colonial e excludente. Adiciona-se, também, a necessidade do desenvolvimento de uma Psicologia Social Crítica, Feminista e Decolonial, que considere as especificidades regionais e de gênero existentes nesse grupo subalternizado. Essa ação evidencia o papel da Psicologia como meio de integração das atletas universitárias, além de estimular a permanência da juventude feminina na universidade e no cenário esportivo nortista, enfrentando as estruturas coloniais opressoras e a invisibilidade inerente ao esporte universitário feminino na região Norte do país.

Palavras-chaves:futsal feminino; psicologia social crítica;interseccionalidade;feminismo decolonial;

Sabedoria popular em jogo

Aliny Coêlho da silva, Luiza (Faculdade catedral), Ellie (Faculdade cathedral)

O presente trabalho intitulado Sabedoria Popular em Jogo trata de uma intervenção psicossocial realizada com idosos atendidos pelo CRAS União, na cidade de Boa Vista, Roraima, como parte de um projeto de extensão vinculado à disciplina de Gerontologia do curso de Psicologia. A iniciativa teve como principal objetivo a promoção do bem-estar, o fortalecimento de vínculos comunitários e a valorização da sabedoria popular por meio de práticas lúdicas e participativas.

O projeto foi fundamentado na Psicologia Social Crítica, especialmente nas contribuições de Silvia Lane (2013), Martín-Baró (2017) e Freitas (1998), que propõem uma atuação da Psicologia engajada com a realidade concreta dos sujeitos, comprometida com a transformação social e com os direitos humanos. A proposta partiu de uma compreensão crítica da velhice como construção social, histórica e política, distanciando-se de visões biologicistas e naturalizantes que reforçam estereótipos de fragilidade, passividade ou inutilidade atribuídos às pessoas idosas.

A partir dessa perspectiva, buscou-se desconstruir a representação hegemônica do idoso como alguém dependente e desvinculado da produção de saberes. Foi fundamental reconhecer os múltiplos marcadores sociais — como gênero, classe, raça e território — que atravessam o processo de envelhecimento e influenciam a vivência da velhice. Para isso, o projeto se inspirou na abordagem da interseccionalidade (Crenshaw, 2004), compreendendo que as vulnerabilidades enfrentadas por essa população são resultado direto de desigualdades estruturais, historicamente constituídas.

As atividades foram planejadas a partir de uma escuta ativa e respeitosa junto ao grupo de idosos, em visitas prévias ao CRAS. Durante esses encontros iniciais, a equipe observou o contexto cultural, histórico e afetivo dos participantes, identificando temas recorrentes em suas falas, como as memórias de infância, os ditados populares, a música e as histórias de vida. A partir desses elementos, foram elaboradas ações que resgatassem saberes tradicionais e fortalecessem o sentimento de pertencimento comunitário.

As principais dinâmicas realizadas foram: (1) Torta na Cara – um jogo de perguntas e respostas com foco em conhecimentos populares e experiências de vida dos participantes, e (2) Dança Coletiva – momento de expressão corporal e evocação de memórias afetivas por meio da música. Ambas as atividades tiveram como objetivo central criar um espaço lúdico, horizontal e acolhedor, em que os idosos se sentissem protagonistas de suas histórias, valorizados em suas trajetórias e respeitados em suas subjetividades.

A metodologia adotada foi participativa e construída coletivamente com o grupo. Não se tratou de uma intervenção imposta ou tecnicista, mas de uma prática situada, ancorada nas vivências concretas do território e na escuta das reais necessidades e desejos do grupo. Essa abordagem permitiu não apenas a valorização das narrativas dos idosos, mas também o fortalecimento dos vínculos comunitários, o estímulo à memória e o aumento da autoestima e do senso de pertencimento ao espaço do CRAS.

Dentre os principais resultados observados, destacam-se: o fortalecimento das relações afetivas entre os participantes; a ampliação do diálogo intergeracional; a valorização das histórias de vida e dos saberes tradicionais; o estímulo à autonomia; e a construção de um espaço de convivência mais participativo e inclusivo. Os idosos demonstraram entusiasmo, envolvimento e satisfação ao longo das atividades, expressando o desejo de continuidade do projeto em outras oportunidades.

Além disso, a experiência possibilitou uma reflexão crítica acerca do papel do psicólogo na interface com a Assistência Social. Como apontam Freitas (1998) e Lane (2013), o trabalho do psicólogo neste campo deve ir além de práticas assistencialistas, assumindo um compromisso ético-político com a comunidade e atuando de forma interdisciplinar e crítica diante das desigualdades sociais. Neste sentido, o projeto Sabedoria Popular em Jogo se alinha à proposta de uma Psicologia Libertadora, conforme defendida por Martín-Baró (2017), que busca combater os efeitos da exclusão social e promover a transformação das realidades coletivas.

A intervenção reafirma a potência das práticas lúdicas e culturais como estratégias de cuidado e promoção de saúde na velhice. Mostra que a ludicidade, quando utilizada com responsabilidade, sensibilidade e intencionalidade crítica, pode se tornar um recurso de resistência e de fortalecimento subjetivo para populações vulnerabilizadas. Também evidencia o quanto a atuação psicossocial pode ser transformadora quando conduzida a partir de princípios de participação, escuta e valorização dos saberes locais.

Diante da receptividade e do impacto positivo do projeto, propõe-se sua continuidade e ampliação para outras unidades do CRAS e demais instituições que atuem com a população idosa. Essa ampliação não deve ocorrer apenas como replicação técnica, mas como continuidade de uma postura ética e política na formação em Psicologia, que valorize a aproximação com os territórios, com os sujeitos e com suas histórias.

Conclui-se, portanto, que a experiência do projeto Sabedoria Popular em Jogo reafirma a importância de intervenções comunitárias pautadas na Psicologia Social Crítica, fortalecendo o papel da Psicologia na luta contra as desigualdades sociais e na defesa de práticas que promovam dignidade, respeito e protagonismo às pessoas idosas. Diante da receptividade dos participantes, o grupo propôs a ampliação do projeto para outras unidades e contextos.

Saúde dos cuidadores sociais: adoecimento, trabalho precário e SUS sob olhar da Psicologia Social.

Érika Moraes Sousa (Instituto Excelência de Gestão e Operacionalização - IE), Yuri Ramos Rodrigues (Instituto Excelência de Gestão e Operacionalização - IE), Rita Luana Castro Lima Castelo Branco (Instituto Excelência de Gestão e Operacionalização - IE)

Autora: Érika Moraes Sousa / CPF: 334426508-36 / Instituto Excelência de Gestão e Operacionalização - IE

Resumo

O presente trabalho discute os processos de adoecimento dos cuidadores sociais que atuam na unidade de acolhimento institucional do município de Tauá-Ce para crianças e adolescentes, considerando a precarização das condições de trabalho e seus impactos na saúde física e mental desses profissionais. A pesquisa se insere no eixo temático “Psicologia Social e Saúde”, propondo uma reflexão crítica sobre os desafios enfrentados por essa categoria e a importância da atuação da Psicologia Social na promoção de ações que valorizem e protejam a saúde dos trabalhadores.

Introdução

Os cuidadores sociais desempenham um papel essencial na proteção, cuidado e desenvolvimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. No entanto, apesar da relevância social dessa função, esses profissionais enfrentam um cotidiano marcado por jornadas extenuantes, sobrecarga emocional, baixa remuneração, ausência de suporte institucional e escassez de políticas públicas voltadas especificamente para suas necessidades. Esses fatores tornam os cuidadores vulneráveis a processos de adoecimento físico e psíquico, muitas vezes invisibilizados pelas estruturas institucionais.

Objetivo

O objetivo deste trabalho é analisar as condições de precarização do trabalho dos cuidadores sociais na unidade de acolhimento institucional e seus efeitos na saúde dos trabalhadores, a partir de uma perspectiva da Psicologia Social. Busca-se também refletir sobre o papel do Sistema Único de Saúde (SUS) e da Psicologia na construção de estratégias coletivas de cuidado e promoção da saúde mental no contexto das políticas públicas.

Relação com o Eixo Temático

A pesquisa está diretamente relacionada ao eixo temático “Psicologia Social e Saúde”, pois investiga como a precarização laboral afeta a saúde dos cuidadores sociais, categoria muitas vezes esquecida nas discussões sobre saúde do trabalhador. Além disso, aborda o papel das políticas públicas, especialmente o SUS, como instrumento fundamental para garantir os direitos e a saúde dessa população trabalhadora, bem como os processos de adoecimento frente às precarizações do trabalho; e as diferentes formas de atuação do SUS desde a Psicologia Social.

Orientação Teórica

A análise fundamenta-se na Psicologia Social Crítica e em referenciais interdisciplinares sobre saúde do trabalhador e políticas públicas. O conceito de precarização do trabalho é compreendido a partir dos estudos de Antunes (2018), que abordam a flexibilização e a insegurança nas relações laborais. Os processos de adoecimento são analisados com base em autores como Dejours (1992), que destaca a importância do sofrimento psíquico no contexto laboral, e Costa (2015), que contribui com reflexões sobre práticas institucionais de cuidado.

Estratégias Metodológicas

Trata-se de uma pesquisa de caráter teórico-reflexivo, baseada em revisão bibliográfica de literatura científica e análise de documentos normativos relacionados ao trabalho dos cuidadores sociais, às políticas públicas de saúde e às diretrizes do SUS. A escolha metodológica permite compreender, de forma crítica, as relações entre o contexto de trabalho institucional, o sofrimento psíquico dos trabalhadores e as possibilidades de intervenção da Psicologia Social.

Resultados

A análise revelou que os cuidadores sociais vivenciam um cenário de trabalho altamente desgastante, marcado por instabilidade, ausência de suporte emocional e de políticas específicas voltadas à sua saúde. Estudos de caso indicam que, em instituições onde se implementam práticas de cuidado voltadas aos trabalhadores – como supervisões, grupos reflexivos e escuta psicológica –, há redução nos índices de adoecimento, melhora na qualidade das relações de trabalho e no cuidado oferecido às crianças e adolescentes. Esses dados reforçam a importância de políticas públicas integradas e sensíveis às especificidades do acolhimento institucional.

Conclusões

Conclui-se que a valorização do trabalho dos cuidadores sociais e o fortalecimento de políticas públicas de saúde são fundamentais para garantir um cuidado ético e eficaz tanto aos acolhidos quanto aos profissionais que os assistem. A atuação da Psicologia Social, aliada ao SUS, revela-se estratégica na criação de espaços de escuta, acolhimento e transformação das condições de trabalho. É necessário reconhecer os cuidadores sociais como sujeitos de direito, cuja saúde deve ser uma prioridade nas políticas públicas de saúde do trabalhador. Ao articular teoria e prática, este trabalho defende uma abordagem coletiva e crítica da saúde, que ultrapasse a responsabilização individual pelo adoecimento e promova ações institucionais comprometidas com o bem-estar físico, emocional e social dos trabalhadores.

Referências

Antunes, R. (2018). O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. Boitempo.

Costa, P. F. (2015). Saúde do trabalhador: a relação entre adoecimento e as condições de trabalho no serviço social. Psicologia & Sociedade, 27(1), 100-110.

Dejours, C. (1992). A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho. Cortez.

Brasil. Ministério da Saúde. (2008). Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora.

SILVA, A. et. Al. Promoção da Saúde Mental dos Trabalhadores da Saúde: as práticas integrativas e complementares como estratégias de cuidado. Revista Ciência Plural, v. 8, n. 3, 2022.

Saúde Integral e interseccionalidade: Desafios no Cuidado à Dependência Química em Pessoas Trans

Larissa Rafaele de Oliveira Fujimoto

Tratar a dependência química em pessoas trans implica em uma ruptura epistemológica com os modelos tradicionais de cuidado, ainda ancorados em perspectivas cisnormativas e reducionistas. Essa população tem taxas desproporcionais de transtornos do uso de substâncias, fato que não pode ser apartado da violência estrutural que permeia suas experiências. Enquanto a medicina insiste na patologização das identidades trans, essa não aceita ver que o uso abusivo das drogas atua, muitas vezes, como mecanismo de sobrevivência à transfobia, ao não reconhecimento do trabalho e à negação do exercício de direitos básicos da vivência humana, como o não acesso à hormonização segura. Em vez de reconhecer essas vulnerabilidades, práticas clínicas e institucionais costumam atribuir recaídas a fatores morais ou individuais, desconsiderando as complexas redes de opressão que atravessam essas vivências.

Este trabalho tem como objetivo problematizar os desafios enfrentados no tratamento da dependência química em pessoas trans, a partir de uma perspectiva interseccional que articula determinantes sociais, identidade de gênero e políticas de cuidado em saúde.

A pesquisa se insere no eixo “Gênero, Sexualidades e Interseções”, ao abordar criticamente como as relações de poder moldadas por marcadores sociais como gênero, raça, classe e orientação sexual atravessam os modos de produção do cuidado e as experiências de dependência química em pessoas trans. A análise parte da compreensão de que a cisheteronorma, o patriarcado e o racismo estruturam formas de exclusão institucionalizadas que negam direitos básicos, como acesso à saúde integral, à hormonização segura e à moradia. Ao mobilizar perspectivas feministas, transfeministas e decoloniais, o trabalho contribui para o debate sobre estratégias de resistência às violências estruturais, visibilizando os saberes das pessoas trans como elementos fundamentais na construção de políticas públicas interseccionais, inclusivas e não-excludentes.

A interseccionalidade aparece aqui não apenas como um referencial teórico, mas como uma lente de análise necessária para revelar as camadas de opressão. Podem-se utilizar as mulheres tans negras como exemplo, pois elas estão expostas a ciclos de violência policial e prostituição compulsória, além de estarem sob os efeitos da desassistência médica, fatores que ampliam exponencialmente a vulnerabilidade à dependência química, 62% das pessoas trans em tratamento para uso de crack reportaram negligência nos serviços de saúde por suas identidades de gênero (Brasil, 2025).

Esse cenário expõe a falácia dos modelos universais de tratamento, que ignoram como raça, classe e territorialidade moldam percursos terapêuticos radicalmente distintos. Na prática clínica, essa lacuna se traduz em dinâmicas perversas. Grupos de Narcóticos Anônimos, embora valiosos para muitos, frequentemente reproduzem linguagens binárias (como a divisão por "homens" e "mulheres" nas sessões) ou atribuem recaídas a "falhas morais", desconsiderando determinantes sociais.

Este trabalho parte de uma experiência como estagiária no Ambulatório Meister, onde no mesmo local encontra-se um grupo de NA, localizado na Zona Centro Sul de Manaus. O levantamento incluiu experiências clínicas relatadas em estudos de caso, pesquisas com foco em narrativas e práticas voltadas à população trans em situação de vulnerabilidade.

Um relato coletado em pesquisa bibliográfica ilustra: "Quando disse que usava cocaína para aguentar 12 horas

de trabalho informal, me sugeriram orar mais, como se faltasse fé, não direitos". Tal narrativa explicita a urgência de protocolos que articulem redução de danos e justiça social, reconhecendo que a abstinência pode ser um privilégio inacessível para quem enfrenta insegurança alimentar ou falta de moradia.

Alternativas promissoras surgem em iniciativas como o NA em Manaus, localizado na zona-centro-sul, onde planos terapêuticos integram hormonização, conversas e discussões sobre racismo institucional. Essas experiências demonstram que a saúde integral para pessoas trans exige transcender a lógica medicalizante, incorporando dimensões como direito à cidade e reconhecimento jurídico da identidade de gênero.

Avançar na atenção integral à saúde de pessoas trans usuárias de drogas requer três eixos articulados: a descolonização dos saberes terapêuticos, incorporando os conhecimentos oriundos da vivência trans; o desenvolvimento de indicadores de saúde que captem a interseccionalidade, como a correlação entre recaídas e o não uso do nome social no SUS; e construção de redes de cuidado intersetoriais envolvendo saúde, movimentos sociais e universidades. A interseccionalidade, enquanto método e ética, exige que vejamos sujeitos em sua totalidade e não como diagnósticos fragmentados. Enquanto essa ética não se traduzir em políticas públicas efetivas, cada recaída continuará refletindo um fracasso coletivo.

Saúde Mental, Gênero e Narrativas: Experiências de Cuidado Coletivo no Projeto de Extensão "Diversas: Narrativa e Produção de Cuidado em Saúde Mental"

Clarice Cezar Cabral (UERJ), Nuria Malajovich Muñoz (Instituto de Psiquiatria - IPUB/UFRJ), Bruna Bouzada Romano (Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES)

O projeto de extensão Diversas: Narrativa e Produção de Cuidado em Saúde Mental busca produzir e disseminar conhecimento crítico sobre saúde mental, gênero e desigualdades a partir de referenciais teóricos da atenção psicossocial, estudos narrativos, feministas, queer, psicanálise e educação popular. Desenvolvido no IPUB/UFRJ e em serviços do SUS, o projeto oferece cuidado coletivo a grupos afetados por desigualdades relacionadas a marcadores sociais da diferença, como mulheres, pessoas trans e usuários/as do SUS, atuando em duas frentes principais: promoção da saúde mental por meio de atividades coletivas e educação permanente para estudantes e profissionais do SUS.

O objetivo geral do projeto é oferecer atividades coletivas de promoção da saúde mental e educação permanente baseadas em referenciais teóricos críticos, com foco no impacto das desigualdades sociais na saúde mental. Entre os objetivos específicos, destacam-se: desenvolver metodologias baseadas em práticas narrativas coletivas; ampliar o repertório teórico-metodológico de profissionais e estudantes; valorizar o conhecimento experiencial dos participantes; promover espaços de escuta e produção compartilhada de conhecimento; fortalecer práticas narrativas como forma de cuidado; ampliar o diálogo entre saúde mental e justiça epistêmica; e estabelecer parcerias para ampliar o alcance das ações.

Este trabalho se relaciona diretamente com o Eixo Temático 03 - Psicologia Social e Saúde, ao abordar a interface entre Psicologia Social, Saúde e Saúde Coletiva. O projeto problematiza processos de patologização e medicalização da vida, especialmente de grupos marginalizados, e propõe práticas participativas e politicamente situadas no campo da saúde mental. Além disso, discute a necessidade de fortalecer o SUS a partir de uma perspectiva crítica e decolonial, articulando saberes acadêmicos e populares na produção do cuidado.

Teoricamente, o projeto se ancora em referenciais diversos. Com Glória Anzaldua, Lelia González, bel hooks, Maria Lugones e outras autoras feministas e queer, acreditamos na potência de contar e escrever histórias coletivamente como via de emancipação política e subjetiva. A abordagem narrativa na saúde coletiva permite acessar as vivências individuais e coletivas, valorizando a experiência como elemento central para a criação de estratégias de cuidado. Segundo Ceccon et.al. (2022) a natureza interventiva desta abordagem possibilita implementar ações práticas enquanto gera conhecimento aplicado. Essa pluralidade teórica permite uma abordagem interseccional e comprometida com a transformação social.

Metodologicamente, o projeto utiliza estratégias inspiradas na educação popular como rodas de conversa temáticas, oficinas narrativas (com produção coletiva de relatos a partir de elementos disparadores), grupos de estudo com profissionais do SUS, registros das narrativas produzidas e parcerias com movimentos sociais e serviços da RAPS. Essas atividades buscam fomentar a construção coletiva de estratégias de cuidado, valorizando o protagonismo dos participantes e minimizando sofrimentos psíquicos gerados por opressões estruturais. O trabalho de reescrita da história contada é a via escolhida para introduzir a coautoria como caminho de construção de trajetórias singulares e parcerias inéditas no cuidado e na pesquisa.

Os resultados parciais do projeto incluem: o fortalecimento do protagonismo dos participantes, com relatos que evidenciam a redução de estigmas e a construção de redes de apoio; o impacto na formação profissional, com ampliação do repertório para atuação crítica no SUS; a produção de conhecimento como publicação de artigos e material de divulgação; e o estabelecimento de parcerias com serviços do SUS e outras universidades.

Conclui-se que o projeto Diversas demonstra a potência das práticas narrativas coletivas para desvelar o sofrimento social e despatologizar o olhar acerca do mal-estar. Além disso, fortalece a RAPS ao integrar saberes populares e acadêmicos, ampliando o conhecimento experiencial e o respeito a vidas e corpos singulares.

Histórias são formas de visitar mundos e intercambiar experiências, criando pontes entre o território afetivo e o cotidiano de vida das pessoas. A troca de experiências é uma fonte legítima de saber e cuidado, que costuma ser desconsiderada nas práticas em saúde. Pensar o cuidado como a construção coletiva de uma narrativa tecida à muitas mãos, é a nossa aposta e convite.

Saúde mental, Territórios e Juventudes: Relato de experiência do Centro de Referência das Juventudes/ES

Hemilly Fonseca Coelho (UFES), Lorrane Costa da Silva (UFES), Luizane Guedes Mateus (UFES)

Os Centros de Referência das Juventudes do Estado do Espírito Santo são espaços pensados para atender a população jovem, sob gestão da Secretaria de Estado de Direitos Humanos. Tem como objetivo a garantia de direitos das juventudes de 15 a 24 anos que residem em áreas consideradas de maior vulnerabilidade social. O público desses serviços são jovens majoritariamente negros, uma vez que o estado tem um número crescente de homicídios entre esse público (GOVERNO DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO, 2022). Nesse sentido, o projeto "Saúde mental, territórios e juventudes: práticas de cuidado nos CRJs" vinculado ao curso de Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo, surgiu como estratégia de aproximação dessa juventude, que ora é vista como "perigosa", ora é colocada como alvo de políticas de garantia de direitos.

O objetivo do projeto foi pautado na construção de espaços de diálogo em saúde mental por meio de oficinas e rodas de conversa. A proposta desenvolvida no território de São Pedro - Vitória, ES, baseou-se em uma perspectiva interseccional, abordando as questões de saúde mental a partir dos entrecruzamentos de raça, classe, gênero e diversidade sexual, com foco nas vivências dos jovens. O projeto direciona-se ao eixo temático "Direitos humanos e infâncias, juventudes, velhices" uma vez que o trabalho é desenvolvido com as juventudes desse território, que são atravessadas sistematicamente por múltiplas violências. Segundo (COSTA; BARROCO, p.67, 2021) o Brasil é forjado na e pela violência secular de um país à periferia do capitalismo e profundamente desigual. O que nós chamamos de "minorias políticas", Martín (1985) chama de "maiorias populares" (COSTA; BARROCO, 2021).

Sob esse viés, as vivências com os jovens de São Pedro dizem de uma juventude negra em situação de extermínio, convivendo com a ausência do poder público, que só se faz "presente" quando militariza o cotidiano, destinando à estas comunidades apenas as ações de segurança pública, uma forma de cuidado e "pseudo garantia de direitos" que produz a precariedade da vida (Butler, 2015) de jovens e seus familiares – vidas que passam a valer tão pouco que só serão lembradas nas páginas policiais, quando a espetacular cobertura midiática acerca da formação e estruturação das ditas facções criminosas se torna facilmente utilizada para invasões de residências e extermínio dessa parcela bem específica da população – classe, raça e gênero são bem delimitados quando os "autos de resistência" são lavrados.

Baseado no que foi vivenciado no território é impossível não relacionar ao conceito de interseccionalidade, "[...] inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidamente atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe" (AKOTIRENE, 2019). Nesse sentido, os jovens frequentadores do CRJ vivenciam cotidianamente o racismo, lidando com atravessamentos que o corpo sofre a partir da classe, gênero e cor, uma vez que violências, como o racismo, se caracterizam como "um conjunto de crenças ou representações sociais da diferença, é uma ação. Ação cometida contra suas vítimas e que pressupõe um sistema de acessos desiguais ao poder" (LIMA, 2020). Ademais, é importante que haja um olhar para as múltiplas violências que esse público sofre, em especial para as "violências simbólicas" (BARÓ, 1985/2012), mas também para as formas de resistência apresentadas por esses jovens que perpassam principalmente o campo da

escrita, desenvolvendo-se e apresentando-se por meio de slam e poesias.

Outrossim, as rodas de conversas, oficinas e momentos de descoberta sobre os territórios atuam como ferramentas metodológicas, a fim de compreender os processos psicossociais de exclusão social, mas também o motivo pelo qual esse público se tornou alvo da política dos Centros de Referência das Juventudes. Além disso, a iniciativa do projeto possibilitou a construção de uma rede de apoio psicológico, fortalecimento de vínculos com o espaço e cuidado integral para as demandas socioafetivas dos jovens. Abordando as violências e dificuldades enfrentadas por eles no cotidiano, como também questões que fomentem a arte e a própria existência. Dessa forma, foi possível desenvolver, junto aos jovens, estratégias de resistência às múltiplas violências vividas, em especial à estrutural, a fim de promover a vida em oposição à morte social e política que muitos enfrentam.

Referências

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. São Paulo: Jandaíra, 2019.

BUTLER, Judith. Vida precária: o poder do luto e da violência. Tradução de Henry Burnett. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

COSTA, Mariana Lins e Silva; BARROCO, Sonia Mari Shima. Violência e a práxis da psicologia: contribuições de Ignácio Martín-Baró. Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v. 13, n. 3, p. 66-86, 2021. Disponível em: http://doi.org/10.9771/gmed.v13i3.47181. Acesso em: 31 maio 2025.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Direitos Humanos. Metodologia dos Centros de Referência das Juventudes do Governo do Estado do Espírito Santo. 2022.

LIMA, M. E. O. O Que é Racismo? Em: Psicologia Social do Preconceito e do Racismo. [s.l.] Editora Blucher, 2020. p. 77–84.

Sentidos e Significados do Trabalho Informal para Pessoas em Situação de Rua: um Estudo Qualitativo em Psicologia

Laura Ribeiro França Costa (EBMSP), Marilda Castelar (EBMSP), Verena Souza Souto (EBMSP)

Introdução: O trabalho se configura, na atualidade, enquanto um dos principais meios para a inserção social. Logo, as constantes mudanças necessárias para a manutenção do atual sistema econômico acabam por modificar de forma violenta o modo das organizações trabalhistas, corroborando para o fortalecimento do meio informal. Sem vínculos ou direitos empregatícios, a população em situação de rua - atravessada pelos recortes de raça, gênero e classe - sente os impactos de tais mudanças no mercado de trabalho, a exemplo das dificuldades para conseguir um vínculo empregatício formal devido a baixa escolarização e necessidade constante de deslocamento. Além disso, são lidas socialmente enquanto pessoas desocupadas e "vagabundas", sendo alvo constante de preconceito e de não reconhecimento das atividades laborais que exercem, como a reciclagem.

Objetivo: ampliar as noções de trabalho envolvendo pessoas em situação de vulnerabilidade social, assim como compreender os aspectos que interferem em suas atividade

Relação com o eixo temático: A relação com o eixo "Psicologia Social em interface com o trabalho" se dá devido ao presente estudo propor debater sobre a situação de trabalho na atual sociedade capitalista neoliberal, focando na informalização e falta de direitos, pela perspectiva das pessoas que se encontram em situação de rua.

Orientação teórica: Como orientação teórica foi utilizado o conceito "dialética inclusão-exclusão", da psicóloga social Brasileira Bader Sawaia. O seu uso foi necessário para debater como o sistema capitalista neoliberal fomenta situações de vulnerabilidade social nas quais excluem uma parcela da população - em sua maior parte negra - do mercado formal, colocando a informalidade e a falta de garantias trabalhistas enquanto o único e possível meio para a sobrevivência. Ao mesmo tempo, o conceito citado também dialoga com a ideia de "exército de reserva" do economista Karl Marx, o qual defende o mesmo aspecto de que o desemprego e subemprego se põe enquanto uma artimanha do sistema econômico para uma maior obtenção de lucro.

Estratégias metodológicas: Trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva. Foram analisadas entrevistas semiestruturadas com população em situação de rua da cidade de Salvador-BA para conhecer os sentidos e significados do trabalho, inclusive informal, para esse segmento. O instrumento de coleta de dados foi feito através de um roteiro de entrevista que visou compreender como tais pessoas enxergam o seu modo de trabalho, assim como os desafios enfrentados. Com os dados obtidos foi feita uma análise de conteúdo, tendo como base a literatura pertinente

Resultado: A análise das entrevistas selecionadas trouxe para debate o aspecto de que o trabalho, ainda que informal, ocupa um lugar central na vida da população em situação de rua. É por meio dele que, para além de ser uma fonte de renda, essa população consegue enfrentar as adversidades geradas pelo contexto de extrema desigualdade na qual se encontram inseridas. Assim, o trabalho informal possui um sentido e significado de resistência e luta. Um caminho para a sobrevivência, não só física como também psicológica. É através dele que os laços de rua são estreitados, que ocupam o seu tempo e a sua mente, e que conseguem fazer suas pequenas aquisições. O recorte raça/cor também se mostrou como uma questão que dificulta a vida das pessoas em situação

de rua. Ao relatarem sobre a sua trajetória até chegarem nesta condição de rua, as temáticas principais giram em torno de uma falta de estrutura familiar, falta de acesso a uma educação de qualidade e o desemprego. Além disso, muitos dos preconceitos e violências que sofrem nas mais diversas instâncias estando em situação de rua acabam se amplificando pelo fato de serem negras(os). Ao analisar o conteúdo de cada depoimento, se faz notório o quanto cada uma(um) das(os) entrevistadas(os) necessita lutar diariamente com as consequências do racismo estrutural existente na sociedade brasileira. Apesar das(os) entrevistadas(os) terem demonstrado em suas falas a importância que dão ao trabalho informal que realizam, se faz importante registrar o modo precário como essas atividades são exercidas, como também sobre a falta de uma maior efetivação políticas e atuações mais ativas por parte dos órgãos governamentais para esse aspecto. Assim, ainda que existam políticas públicas que atuem diretamente com a população em situação de rua, fugindo de um viés assistencialista e de fato contemplando questões cruciais para tal realidade, os depoimentos dos entrevistados demonstraram o quanto elas acabam não se efetivando na prática.

Conclusão: A partir da análise realizada referente às entrevistas com a população em situação de rua, foi possível elucidar sobre os sentidos e significados do trabalho para esse segmento, compreendendo os diferentes tipos de trabalho desempenhado por estes trabalhadores, assim como os impactos que os estigmas racistas atravessam tais pessoas.

Sofrimento ético-político e invisibilidade: reflexões sobre a situação de rua em Campos dos Goytacazes

Thamyrys Ribeiro Machado (UEG), Esthefany Borges Soares (UFF), Beatriz Ferreira de Assis (UFF), Estefânia Carolina Gomes dos Santos (UEG)

A situação de rua representa uma das expressões mais crueis da desigualdade social no Brasil contemporâneo, revelando o fracasso estrutural do Estado em garantir direitos básicos à população. Em Campos dos Goytacazes/RJ, essa realidade se evidencia não apenas na presença crescente de pessoas em situação de rua, mas também na ausência de dados atualizados e de políticas públicas eficazes voltadas a esse grupo. Este relato de experiência surgiu a partir de reflexões desenvolvidas no contexto da formação acadêmica em Psicologia, por meio de uma disciplina que propôs a análise crítica de situações de vulnerabilidade social à luz da atuação profissional.

A escolha por relatar esta experiência decorre de um compromisso ético-político com a visibilidade de sujeitos historicamente marginalizados e da necessidade de refletir criticamente sobre a exclusão social que atinge pessoas em situação de rua. Ao evidenciar os atravessamentos provocados durante o processo formativo, busca-se contribuir para o debate sobre o papel da Psicologia na defesa dos direitos humanos, na ampliação da escuta e na afirmação da cidadania desses sujeitos.

A reflexão apresentada neste relato é sustentada por referenciais da Psicologia Social Crítica, especialmente na perspectiva de Sawaia (2021), que compreende a desigualdade como produtora de sofrimento ético-político, ao impor condições de vida que deslegitimam as experiências dos sujeitos e os culpabilizam por sua própria exclusão. Como aponta a autora, os esforços daqueles que vivem à margem são frequentemente sufocados por práticas sociais que operam como guardiãs de uma ordem normativa que ignora o sofrimento implicado na desigualdade. Essa lógica é reforçada por um imaginário social que, como aponta Souza (2015), opera com base em uma separação ontológica entre sujeitos, atribuindo inferioridade essencial a determinados grupos e sustentando a ideia de indivíduos e sociedades superiores. Compreender as pessoas em situação de rua sob essa ótica permite desnaturalizar sua exclusão e reconhecer a violência simbólica que sustenta sua invisibilidade nos discursos sociais e nas práticas institucionais.

A metodologia incluiu discussões em sala, leituras dirigidas, análise de materiais audiovisuais e a realização de entrevistas breves com pessoas em situação de rua, com o intuito de compreender suas vivências cotidianas. As entrevistas, de caráter formativo, foram conduzidas com escuta ética e respeito à autonomia dos sujeitos, sem fins de pesquisa científica.

As entrevistas e reflexões realizadas evidenciaram que a invisibilidade social vivenciada por pessoas em situação de rua em Campos dos Goytacazes produz impactos significativos tanto na esfera objetiva quanto subjetiva da vida desses sujeitos. Nesse sentido, o dado mais recente, de um censo municipal realizado em 2022, aponta a existência de 114 pessoas em situação de rua, número que, embora subestimado, já revela uma presença social relevante e, ao mesmo tempo, negligenciada. Para mais, a escassez de informações oficiais atualizadas também reforça o apagamento institucional e a ausência de políticas públicas eficazes. Relatos estes colhidos durante as entrevistas indicam um sofrimento cotidiano agravado pela ausência de reconhecimento e pelo estigma social. Muitos relataram a necessidade de recorrer a atividades informais e, por vezes, à venda de substâncias, como estratégia de sobrevivência. Também se evidenciou a

predominância de pessoas negras nessa realidade, o que reafirma a necessidade de compreender a situação de rua como resultado de múltiplas opressões estruturais que atravessam raça, classe e gênero.

Apesar da existência de políticas públicas voltadas a essa população, como a Política Nacional de Trabalho Digno e Cidadania para a População em Situação de Rua, instituída em 2024, observou-se que os sujeitos entrevistados não têm sido contemplados por tais ações. Essa dissociação entre a formulação normativa e sua efetivação no cotidiano revela uma inefetividade concreta das políticas públicas em Campos dos Goytacazes, contribuindo para a manutenção da exclusão social. A política, embora fundamental em sua concepção, não alcança a complexidade das demandas locais, o que suscita questionamentos sobre sua implementação e alcance real.

A experiência possibilitou problematizar a situação de rua como uma condição marcada por múltiplas formas de violência social, institucional e simbólica, que revelam os limites concretos da democracia brasileira na garantia universal de direitos. Mesmo diante de políticas públicas recentemente implementadas, como a Política Nacional de Trabalho Digno e Cidadania para a População em Situação de Rua, persiste um abismo entre a normatividade dessas propostas e sua efetivação no cotidiano de sujeitos que seguem excluídos do acesso a direitos básicos. A escuta ética e a análise crítica das vivências compartilhadas durante a experiência formativa expõem que a invisibilidade dessas pessoas é sustentada por estruturas sociais que naturalizam sua exclusão, reforçam desigualdades e silenciam suas demandas. Nesse contexto, a Psicologia é chamada a ocupar um lugar de compromisso com a escuta, a visibilidade e a promoção da cidadania, assumindo uma postura ética diante das injustiças que estruturam a vida em sociedade.

Subjetividades de mulheres negras no mercado de trabalho: pesquisa-documentário mediada por TDIC

Ronaldo Gomes-Souza (UFAM), Mariana Rosa Rocha da Silva (UFAM), Valexa Moraes de Barros (UFAM), Ruth Almeida Correia (UFAM)

Ao longo da história, a sociedade tem se consolidado majoritariamente em torno do trabalho. No entanto, o mercado de trabalho não é um espaço neutro, mas um campo que, historicamente, reproduz desigualdades estruturais. Mesmo fazendo parte de um dos grupos que mais sustentam a economia informal e o cuidado no país, as mulheres negras seguem sendo invisibilizadas nos debates sobre trabalho digno e cidadania. No Brasil, mulheres negras enfrentam vivências interseccionais de gênero, classe e raça, sendo frequentemente posicionadas em funções de menor remuneração. Esses fatores tornam-se determinantes na forma como as pessoas acessam e vivenciam o trabalho, resultando em trajetórias subjetivas e profissionais marcadas por desigualdades. O enfrentamento constante às desigualdades pode causar impactos psicológicos significativos, comprometendo tanto suas oportunidades profissionais quanto a construção de sua identidade nos espaços de trabalho. Ainda assim, é justamente dessa perspectiva que emergem estratégias de enfrentamento nesses espaços. Considerando tais processos e suas consequências, este trabalho propõe o seguinte questionamento: de que formas as desigualdades históricas e estruturais, atravessadas pela interseccionalidade de gênero, raça e classe social, moldam as vivências e subjetividades de mulheres negras no mercado de trabalho em Manaus? Vinculado ao projeto de Iniciação Científica em desenvolvimento na Faculdade de Psicologia da Universidade Federal do Amazonas que integra uma pesquisa mais ampla sobre as subjetividades de trabalhadores urbanos em Manaus, o estudo se justifica por sua relevância em evidenciar as subjetividades de mulheres negras no mercado de trabalho. A pesquisa tem por objetivo geral: Investigar as subjetividades de mulheres negras no mercado de trabalho através da pesquisa-documentário. O estudo busca compreender os impactos psicossociais dessas vivências, utilizando a pesquisa-documentário como tecnologia social capaz de fortalecer as vozes dessas mulheres, frente a essas interseccionalidades dentro do contexto laboral, mediada pelas tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC – com uso de smartphones para as gravações, uso de aplicativos e plataformas para comunicação, armazenamento, compartilhamento, edição, montagem e divulgação dos materiais videogravados e demais arquivos/documentos necessários, como WhatsApp, Google Drive, CapCut, Youtube, entre outros). Além disso, contribui para a construção de estratégias mais inclusivas no campo acadêmico, nas políticas públicas e nas práticas institucionais. Acredita-se que este trabalho se insere no contexto de tecnologias digitais, trabalho e subjetividades ao evidenciar, por meio da metodologia de pesquisa-documentário, as experiências de mulheres negras no mercado de trabalho e os atravessamentos de raça, classe e gênero que permeiam essas vivências. A pesquisa propõe uma reflexão crítica sobre as desigualdades estruturais acentuadas nas dinâmicas laborais contemporâneas, e como essas dinâmicas afetam as mulheres negras neste espaço. Ao utilizar o audiovisual como ferramenta de escuta, visibilização e resistência, o estudo contribui para o debate sobre subjetividades marcadas pela exclusão e aponta para a importância de práticas inclusivas e transformadoras, em diálogo com os objetivos e eixos propostos pelo GT. Com embasamento teórico nas formulações de Karl Marx sobre as relações de trabalho e exploração, e sustentado por estudos contemporâneos e dados atualizados sobre as condições

enfrentadas por mulheres negras no mercado de trabalho no Brasil, o referencial teórico desta pesquisa articula a crítica às dinâmicas de opressão e desigualdade no mundo do trabalho com uma abordagem interseccional. Ancorando-se também nas contribuições de Kimberlé Crenshaw sobre a intersecção estrutural de raça, gênero e classe, e dialogando com as reflexões de Patricia Hill Collins acerca do pensamento feminista negro, assim como as contribuições de Lélia Gonzalez para a compreensão do racismo na sociedade brasileira. Essa base teórica oferece suporte para a construção crítica do objeto de estudo e orienta a pesquisa em direção a uma compreensão situada e comprometida com a transformação social. Metodologicamente, se refere a um estudo do tipo descritivo-exploratório, com abordagem qualitativa, realizado por meio de entrevistas semiestruturadas videogravadas com cinco mulheres negras residentes em Manaus que estão atuando no mercado de trabalho, embasadas na pesquisa-documentário. Por se tratar de uma pesquisa que envolve seres humanos, este estudo está seguindo todos os aspectos éticos legais preconizados nas resoluções 466/12 e 510/16 e já foi aprovado pelo comitê sob número de registro: 78536124.7.0000.5020. Além disso, o processo de coleta e análise dos dados contará com o apoio de diferentes plataformas e aplicativos, que contribuirão para a edição, o armazenamento do material e a comunicação com as participantes da pesquisa. O Google Drive será utilizado como ferramenta de armazenamento em nuvem, permitindo o acesso ao conteúdo por parte do pesquisador, do orientador e dos demais integrantes do grupo de pesquisa. Outras ferramentas, como Google Classroom, WhatsApp e o aplicativo CapCut, também serão utilizadas nas etapas de construção do material, facilitando tanto a comunicação quanto a organização dos conteúdos. Para a análise dos dados, será empregada a técnica de Análise de Conteúdo proposta por Bardin. Como parte desse processo, adotou-se como procedimento a pesquisa-documentário, que reconhece a potência da imagem e da fala como formas de denúncia, resistência e ressignificação, promovendo interação entre pesquisador-documentarista e sujeitos-personagens e favorecendo a construção coletiva do saber. A pesquisa-documentário é conduzida em três etapas principais, com a participação ativa das mulheres envolvidas e o uso de recursos audiovisuais para registrar suas experiências de forma coletiva e ética. A primeira etapa consiste na pré-pesquisa, com levantamento teórico, seleção das sujeitas-personagens e planejamento das entrevistas e gravações. Na segunda etapa, ocorre a coleta de dados e o registro audiovisual das entrevistas, realizadas em locais seguros e previamente combinados, mediado pelas Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC – com o uso de câmeras, softwares, softwares de edição e plataformas digitais). A câmera será tratada como um "terceiro sujeito", o que exige planejamento na captação e na interação com as sujeitas-personagens. A terceira etapa envolve a análise, montagem e finalização do material filmado, assegurando que as participantes validem suas falas e possam solicitar alterações, mantendo a transparência e o respeito durante todo o processo. As participantes terão acesso ao material e poderão contribuir na edição do documentário, sugerindo cortes ou ajustes, garantindo uma representação fiel e ética de suas narrativas em um processo colaborativo e transparente. A duração e o número de encontros dependem da dinâmica entre as participantes e a equipe. As gravações são realizadas com celular e microfone, e ocorrem após a orientação sobre a pesquisa e a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e do Termo de Cessão de Uso de Imagem (TCUI), enviados por e-mail, WhatsApp ou entregues em formato impresso, conforme a preferência das participantes. Apesar de se tratar de uma pesquisa ainda em desenvolvimento, os resultados preliminares apontam que mulheres negras enfrentam desafios interseccionais no mercado de trabalho, marcados por estruturas de desigualdade que operam simultaneamente com base em raça, gênero e classe social. Esses atravessamentos não apenas as levaram a

questionar suas próprias capacidades para exercer determinadas atividades, como também moldaram a forma como são percebidas e tratadas em ambientes profissionais. Mesmo quando conseguem romper barreiras e alcançar posições de liderança ou cargos de maior prestígio, continuam sendo impactadas por estigmas e discriminações estruturais que as colocam em constante estado de resistências. Dessa forma, a compreensão das desigualdades e discriminações, adquiridas através das experiências, alimenta formas de resistência e solidariedade que desafiam a lógica excludente do mercado. O trabalho, nesse sentido, deixa de ser apenas um espaço de opressão para se tornar terreno de luta por reconhecimento e dignidade, uma batalha que vai muito além da esfera econômica, tocando o cerne do que significa existir como mulher negra numa sociedade estruturalmente racista e sexista. Espera-se que com essa pesquisa se busque contribuir com a produção científica sobre a inserção de mulheres negras no mercado de trabalho, evidenciando suas subjetividades, desafios e resistências. A pesquisa-documentário poderá sensibilizar diferentes espaços e fomentar debates e ações mais inclusivas e transformadoras na sociedade. Ao lançar luz sobre as vivências de mulheres negras no mercado de trabalho em Manaus, esta pesquisa não apenas evidencia as múltiplas camadas de desigualdade que atravessam suas trajetórias, mas também reafirma a potência de suas vozes, saberes e resistências. Por meio da pesquisa-documentário, propõe-se uma escuta sensível e engajada, que reconhece a centralidade da experiência subjetiva como ferramenta de denúncia e transformação social. Mais do que uma produção acadêmica, este trabalho se constitui como um gesto político e ético de visibilização e valorização de sujeitos historicamente marginalizados. Assim, ao evidenciar como o trabalho também pode ser espaço de luta, autonomia e reconstrução identitária, a pesquisa contribui para ampliar os horizontes do debate sobre justiça social, inclusão e saúde mental no contexto amazônido.

Palavras-chave: mulheres negras, trabalho, audiovisual, TDIC.

Território em Disputa: Uma Análise Psicológica da Resistência em uma Comunidade Camponesa de Rondônia

Fábio Rodrigues Carvalho (USP), Solange Struwka (UNIR)

Este trabalho analisa os sentidos e motivos que constituem a resistência de camponeses frente ao conflito fundiário em Rondônia, tomando como estudo de caso a comunidade do Seringal Belmont, localizada na zona periurbana de Porto Velho. O objetivo principal da pesquisa foi compreender como se desenvolvem e se transformam os sentidos e motivos da luta pelo território, a partir das vivências de sujeitos que ocuparam, resistiram e foram violentamente despejados dessa área, mesmo com decisão judicial favorável à sua permanência.

A abordagem teórico-metodológica adotada fundamenta-se na Psicologia Histórico-Cultural (PHC), referencial que concebe o desenvolvimento humano como historicamente constituído nas relações sociais e práticas culturais (Vigotski, 1935/2010).

A pesquisa fundamenta-se nos conceitos de vivência, sentido e esfera motivacional. O conceito de vivência, conforme Vigotski (1935/2010), é uma unidade de análise que reflete de maneira indivisível tanto aquilo que está acontecendo ao nosso redor, quanto a forma como vivenciamos individualmente. Isto significa que todas as características da nossa personalidade, desenvolvidas até aquele momento e as particularidades do meio são incorporadas na vivência, englobando tanto elementos do meio que se relacionam conosco quanto aspectos da nossa personalidade que se relacionam com a situação. Já o sentido, segundo Vigotski (1934/2009), é a significação pessoal que o sujeito atribui a uma situação ou relação social, sendo constituído no processo de internalização da experiência vivida. A esfera motivacional, por sua vez, está relacionada ao conjunto de necessidades individuais historicamente determinadas que mobilizam a ação do sujeito (Bozhovich, 1978).

A metodologia adotada combina observação participante com entrevistas que buscaram o resgate de aspectos da história de vida, realizadas com quatro membros da comunidade — dois homens e duas mulheres — que vivenciaram as etapas de ocupação do território, despejo e resistência.Os dados foram organizados em dois eixos temáticos: no primeiro eixo, identificou-se que os participantes compartilharam um histórico de exclusão social e precariedade urbana, tendo migrado para o campo como alternativa de sobrevivência e busca por dignidade. A posse da terra proporcionou, inicialmente, experiências de pertencimento, autonomia, segurança alimentar e reconexão com modos de vida comunitários e produtivos — sentidos que fortaleceram os motivos da permanência e integração à luta. Os sujeitos que participaram desde o início da ocupação tenderam a desenvolver vínculos mais sólidos com o território e com a coletividade, indicando a relevância das vivências partilhadas na constituição da subjetividade camponesa.

Já no segundo eixo, observou-se que o acampamento em frente ao INCRA — marcado por moradias improvisadas, insegurança alimentar, ausência de saneamento, ameaças e desmobilização institucional — produziu um ambiente de desgaste físico e emocional. A carência de uma experiência prévia de organização social estruturada gerou uma dependência de lideranças pontuais, enfraquecendo a participação coletiva e a distribuição das tarefas. Mesmo diante dessa conjuntura adversa, foi possível observar que, em alguns casos, os sentidos da luta se reconfiguraram, ampliando-se de uma motivação individual para uma consciência coletiva mais elaborada. Os sujeitos que partilharam vivências anteriores no território tenderam a preservar ou reconstituir o sentido coletivo da luta pela terra como forma de garantir não

apenas a sobrevivência, mas a dignidade e a autonomia frente à lógica destrutiva do capital.

A análise dos dados permite afirmar que os sentidos e motivos que sustentam a resistência camponesa não são estáticos ou homogêneos, mas se transformam em função da materialidade das condições de vida, das mediações sociais e das experiências compartilhadas. A resistência não é, portanto, apenas reação ao despejo ou à violência estatal, mas uma forma de produção subjetiva e política diante de uma realidade historicamente desumanizadora. Os processos de subjetivação que emergem da luta pela terra podem contribuir para a constituição de sujeitos sociais críticos, conscientes de sua inserção na totalidade social e capazes de intervir sobre ela.

A dissertação contribui ainda para o campo da Psicologia Crítica ao demonstrar que as análises subjetivas não se opõem às análises estruturais, mas se complementam quando ancoradas em uma perspectiva dialética. O estudo reforça a importância de a Psicologia engajar-se nas lutas populares concretas, não como mediadora técnica, mas como instrumento de análise e transformação da realidade social.

Referências

BOZHOVICH, L. El problema del desarrollo de la esfera motivacional en el niño. In: Estudio de la motivación de la conducta de los niños y adolescentes. Editorial Progreso: Moscou, 1978. p.9-41.

VIGOTSKI, L. S. A construção do pensamento e da linguagem. Tradução Paulo Bezerra. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1934/2009.

VIGOTSKI, L.S. Quarta aula: a questão do meio na pedologia. Tradução: VINHA, M. P. Psicologia USP, São Paulo, n.21, v.4, p.681-701, 1935/2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pusp/a/4VnMkhXjM8ztYKQrRY4wfYC/?lang=pt#. Acesso em: 12 maio. 2023.

Trajetórias interrompidas: uma análise do perfil e atuação das políticas públicas com jovens da periferia de Sobral

Thamila Cristina dos Santos da Silva (professora curso de psicologia FLF), Francisco Ivo Duarte de Sousa (UFC), Anne Graça de Sousa Andrade (FLF), Amanda Silva Mesquita (FLF)

A violência urbana é um dos principais desafios sociais contemporâneos no Brasil, afetando de forma desigual a população a depender de seus marcadores sociais e de seu território de pertencimento. Nas periferias urbanas, sobretudo em cidades do Nordeste, a violência letal contra adolescentes e jovens evidencia não apenas uma falha na garantia de direitos, mas a expressão de um projeto de sociedade excludente. Sobral, município cearense reconhecido nacionalmente por seus avanços em políticas públicas na área da educação e da saúde, enfrenta um crescimento preocupante nos índices de mortes violentas envolvendo jovens moradores de bairros periféricos. Esse cenário demanda uma análise profunda, que ultrapasse explicações individualizantes e considere os efeitos das desigualdades estruturais que configuram o cotidiano de parte significativa da juventude sobralense.

Este trabalho tem como objetivo analisar o perfil dos jovens vítimas de mortes violentas em Sobral entre os anos de 2018 e 2024, e discutir em que medida as políticas públicas de prevenção à violência implementadas no período alcançaram esses sujeitos. Para isso, adotamos uma abordagem metodológica baseada na análise documental dos relatórios produzidos pela Célula de Estudos de Mortes Violentas, vinculada à Unidade de Gerenciamento de Projetos de Prevenção de Violências (UGP-PV). Esses documentos oferecem dados fundamentais para a construção de um retrato sociodemográfico das vítimas, bem como para a compreensão do contexto territorial em que os homicídios ocorrem. A análise se articula ainda ao conjunto de ações intersetoriais promovidas pela UGP-PV, que visam à prevenção da violência por meio de intervenções comunitárias, educativas e protetivas.

De acordo com o Atlas da Violência (IPEA, 2025), o Brasil segue apresentando índices alarmantes de homicídios entre jovens, com destaque para a população negra, do sexo masculino, e com baixa escolarização, padrão que se repete em Sobral. Esses dados não são apenas números, mas revelam vidas interrompidas precocemente em função de violências que, como destaca João Paulo Pereira Barros (2024), se enraízam em processos históricos de racialização da pobreza e de seletividade penal. Os jovens mortos carregam em suas trajetórias marcas de exclusão social, escolar e institucional, vivendo à margem das políticas públicas ou acessando-as de forma fragmentada e insuficiente.

A perspectiva necropolítica de Achille Mbembe (2018) contribui para compreender como o poder de decidir sobre quem pode viver e quem deve morrer se distribui de maneira desigual no território urbano. A juventude periférica, sobretudo a juventude negra, é alvo de um regime de morte que se expressa tanto na violência direta (letais e não-letais), quanto na negligência do Estado em garantir condições básicas de vida. Trata-se, portanto, de um fenômeno que envolve tanto a presença violenta do aparato repressivo quanto a ausência estratégica de políticas de cuidado.

No caso de Sobral, a criação da UGP-PV representa um esforço institucional para enfrentar a complexidade da violência por meio de ações articuladas e territorializadas. No entanto, os dados analisados apontam para a persistência de lacunas significativas: muitos dos jovens vitimados não estavam inseridos em nenhum serviço de proteção, apresentavam histórico de evasão escolar e viviam em contextos marcados por múltiplas privações. Além disso, observa-se que as ações de prevenção, ainda

que promissoras, nem sempre conseguem dialogar com os desejos, saberes e formas de organização comunitária dos jovens periféricos.

Dessa forma, o estudo aponta para a necessidade de fortalecimento das políticas públicas a partir da escuta ativa das juventudes, do investimento contínuo em cultura, lazer, formação profissional e saúde mental, bem como do enfrentamento das desigualdades raciais e territoriais. Como reforça Barros (2024), pensar a juventude é também pensar em um projeto de sociedade que não aceite a naturalização da morte como destino. Ao articular dados empíricos e aportes teóricos críticos, este trabalho busca contribuir para a construção de políticas públicas de prevenção que reconheçam os jovens como sujeitos de direitos, de história, voz e potência.

Palavras-chave: juventudes; violência urbana; necropolítica; políticas públicas; Sobral

Transformações no Mundo do Trabalho: Contribuições da Psicologia Social do Trabalho para a Atuação Profissional

Maria Quitéria Castro de Brito (UFBA), Maria Augusta Costa dos Santos (UFAL)

Esta pesquisa é resultado de um Trabalho de Conclusão de Curso que teve como objetivo analisar os impactos das Reformas Trabalhista e da Previdência na saúde mental dos trabalhadores informais, na perspectiva da Psicologia Social do Trabalho e se utilizando da metodologia de análise de conteúdo (Bardin, 2011).

O estudo partiu da discussão sobre a construção social e histórica do conceito de trabalho, com ênfase nas transformações decorrentes do avanço do neoliberalismo, que se intensificaram no contexto das reformas no mundo do trabalho no Estado brasileiro.

A pesquisa foi de natureza qualitativa, exploratória e descritiva, baseada em revisão bibliográfica de publicações entre os anos de 2016 e 2021. Foram utilizados como descritores os termos “Psicologia Social do Trabalho”, “Reforma Trabalhista”, “Reforma da Previdência”, “Saúde Mental do Trabalhador” e “Trabalho Informal”, conectados pelo operador “e”, nas bases de dados SciELO, PePSIC, LILACS e Index Psi. A busca resultou em 239 artigos, dos quais seis foram selecionados por atenderem aos critérios demarcados inicialmente para a pesquisa, através da pré análise do material.

Os dados revelaram um processo crescente de sucateamento dos direitos trabalhistas e previdenciários, com destaque para a Reforma Trabalhista de 2017, que fragilizou vínculos empregatícios e ampliou a informalidade como alternativa ao desemprego. A Reforma da Previdência de 2019, por sua vez, foi apresentada como solução para a contenção do déficit fiscal, mas acabou por representar a desconstrução de direitos adquiridos, afetando desde jovens, até idosos, mas afetando principalmente mulheres e pessoas pretas, que são perfis históricamente marginalizados.

Essas mudanças geram impactos diretos na saúde mental dos trabalhadores informais. O trabalho, que historicamente foi compreendido como elemento fundador da pessoa humana, passa a ser um espaço marcado pelo sofrimento psíquico, pela insegurança e pelo desamparo. O adoecimento mental aparece como consequência das novas configurações laborais, que enfraquecem redes de proteção social e aumentam as exigências individuais em contextos de grande precariedade.

A pesquisa trouxe como uma possibilidade do Psicólogo Social Trabalho e Clínico Histórico-Cultural diante desse cenário três perspectivas:

Individualmente: Ressignificando o sofrimento através do acolhimento e intervenção oferecidos no serviço particular ou público

através dos Centros de Referencia em Saúde do Trabalhador e das clínicas escola para compreensão e fortalecimento da autonomia. Como profissional da psicologia: Conscientizando acerca do

fenômeno das reformas; se conscientizando acerca do contexto; observando em

perspectiva clínica, interdisciplinar e política; conscientizando o trabalhador sobre seus

direitos de acolhimento e cuidado em saúde mental. De forma coletiva: Através da organização de movimentos sindicais, mesmo em formatos de trabalhos informais.

Para a além, é necessário propor cada vez mais estudos que possam contribuir

ativamente com as discussões acerca da saúde mental dos trabalhadores e

trabalhadoras do Brasil. Incentivar pesquisas acadêmicas e institucionais em

que se busquem medidas de intervenção para prevenir o adoecimento psíquico e por consequência promover o bem-estar do trabalhador atuante nos formatos de trabalhos emergentes e acessar o espaço popular, visando primordialmente, os problemas enfrentados partindo das perspectivas dos próprios trabalhadores, ação que faz parte dos estudos no mundo do trabalho, partindo da perspectiva da psicologia social do trabalho.

Transtornos Mentais no Trabalho de Mulheres: Uma Análise de Dados do SINAN/MS

Jadir Dantas (UCDB)

Introdução: Se por um lado, a sociedade capitalista apresenta inovações tecnológicas cada vez mais elaboradas, por outro o mundo do trabalho vem passando por rápidas transformações que decorrem da precarização no trabalho manifestada em formas de trabalho informal, intermitente, subcontratado entre outros, que resultam em inseguranças, explorações ao trabalho, desregulamentações às proteções entre outros. Outrossim, a saúde mental no trabalho tem sido um tema de saúde pública que assume importância para a contemporaneidade, devido às crescentes situações impostas pelo sistema capitalista de produção. Todavia, estes ainda não recebem a devida visibilidade e atenção a políticas de enfretamento e proteção. Este trabalho apresenta um breve estudo sobre os transtornos mentais relacionados ao trabalho de mulheres. Optamos por utilizar o termo transtorno mental, devido à Portaria 5.201 do Ministério da Saúde (2024), que incluiu novas doenças, especialmente aquelas relacionadas ao trabalho, como Transtorno Mental, como de notificação compulsória e compreende seu conceito implicado na presença de comportamentos, vivências, rotinas, funções psíquicas e cognitivas alteradas em função dessas condições de trabalho, resultantes de fatores diversos que implicam no bem-estar mental do trabalhador. Nesse sentido, aponta-se para um sofrimento psíquico para quem adoece e que afeta diretamente as condições e produtividade no trabalho. Daí a importância e necessidade de políticas públicas que sejam constituídas como forma de proteção aos trabalhadores. Objetivo: Identificar a prevalência de Transtornos Mentais Relacionados ao Trabalho em mulheres a partir da análise do banco de dados do SINAN - Sistema de Informações de Agravos d Notificação da Secretaria Estadual de Saúde do Mato Grosso do Sul. Relação com o Eixo Temático Escolhido: O tema deste trabalho relaciona-se com o eixo 3 – Psicologia Social e Saúde, por acreditarmos que esta pesquisa poderá contribuir para a compreensão da relação entre trabalho e saúde mental de mulheres trabalhadoras, além de contribuir para a elaboração de estratégias de intervenção nos processos de trabalho, objetivando promover o bem-estar das mulheres trabalhadoras. Orientação Teórica: Ao estudar a questão dos transtornos mentais em mulheres trabalhadoras, utilizou-se da vertente sócio-histórica, pois compreende-se que os processos de precarização no trabalho, retrocessos e destituição de direitos tem implicado diretamente nas relações trabalhistas e no esgotamento por uma produção no trabalho desmedida. Desse modo, entende-se que perspectiva sócio-histórica nos apresenta uma concepção da totalidade social oferecendo possibilidades de uma análise mais complexa do mundo atual do trabalho. Estratégias Metodológicas: Como estratégicas metodológicas adotadas para esse breve estudo utilizou-se o banco de dados do SINAN-Sistema de Informação de Agravos de Notificação da Secretaria Estadual de Saúde do Mato Grosso do Sul, no período entre os anos de 2019 (pré-pandemia de COVID-19) a 2023 (pós-pandemia de COVID-19, ano no qual a OMS (Organização Mundial de Saúde) declarou o fim da emergência de saúde de importância internacional referente à doença, sendo feita uma análise descritiva da incidência e prevalência e da distribuição geográfica e temporal e dos que mais acometeram mulheres trabalhadoras neste período. Resultados: De acordo com a avaliação dos dados, foram analisados 451 registros, destes 334 (74,06%) são mulheres, cujos registros foram distribuídos na faixa etária de 20 a 49 anos, em 27 dos 79 municípios que compõem o Estado do MS). Os principais TMRT identificados foram: Episódios Depressivos; Transtorno de Ansiedade Generalizada; Reações Graves ao Estresse e Transtorno de Adaptação e Transtorno de Estresse pós-traumático. Também se aponta que do total

de notificações, apenas 128 tiveram o campo CNAE (Cadastro Nacional de Atividade Econômica) preenchido. Evidenciando essa questão como um dos grandes problemas que comprometem a qualidade do banco de dados, diminuindo sua confiabilidade enquanto ferramenta para a construção de políticas públicas resolutivas para as demandas da população. Dos dados que apresentaram o campo CNAE preenchido, que 74,76% das mulheres são trabalhadoras da administração pública em geral. Os fatores que mais comumente desencadearam os transtornos foram: a exposição a agentes tóxicos; ritmo de trabalho penoso; sobrecarga de trabalho; atividades estressantes; cobranças excessivas; preconceito e discriminação. Os sinais de transtornos mentais relacionados ao trabalho impactam a saúde psíquica e física da mulher trabalhadora, manifestando-se por choro fácil, tristeza, medo excessivo, doenças psicossomáticas, agitação, irritação, nervosismo, ansiedade, taquicardia e sudorese, de acordo com os impactos causados pela situação vivenciada no ambiente de trabalho. Conclusões: A análise revelou uma prevalência significativa de transtornos mentais relacionados ao trabalho feminino, destacando a depressão e a ansiedade. O estresse e o conflito trabalho-família são fatores de risco que podem ter aumentado a vulnerabilidade dessas mulheres, sobretudo nos anos de 2020 e 2021. Entende-se também que o período de ocorrência impactou diretamente a saúde dos trabalhadores, já que as ocupações predominantes eram da educação e da saúde e, portanto, as mais desafiadoras devido ao período pandêmico. A implementação de políticas de proteção social e o fortalecimento da rede de apoio à essas mulheres trabalhadoras são essenciais para a promoção da saúde mental da trabalhadora.

"Tudo, tudo, tudo, tudo que nóis tem é nóis": Relato de experiência do estágio não obrigatório em uma OSC no Ceará

Jamilly Muniz Evangelista (UECE), Aline Nascimento dos Santos (Escola de Saúde Pública do Ceará), Marília Tainan da Silva Lima (UECE), Iana Maria Alves de Abreu (Escola de Saúde Pública do Ceará), Mayara Luiza Freitas Silva (UECE), Ruth Maria de Paula Gonçalves (UECE)

Este trabalho possui como objetivo apresentar as percepções e resultados obtidos durante uma das práticas proporcionadas através do estágio não obrigatório dentro do curso de Psicologia da Universidade Estadual do Ceará (UECE). À vista disso, buscou-se exibir de forma generalizada um resumo das atividades ministradas e seus frutos, bem como as considerações acerca de tais, este estágio aconteceu em uma Organização da Sociedade Civil (OSC) cearense, durante os anos de 2023 e 2024. Fundada em em 1992, a EDISCA é estabelecida enquanto Associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, de interesse coletivo e de cunho artístico, cultural, educacional e organizacional. Diante do exposto, é necessário salientar que desde seu primeiro ano de funcionamento a Instituição possui como objetivo central assistir jovens em situação de vulnerabilidade e que residem em bairros de grande risco social, sendo estes: Serviluz, Castelo Encantado, Bom Jardim, Jangurussu, Conj. Palmeiras, Conj. Alvorada e outros. Hoje, a escola possui mais de 30 anos de história e se destaca enquanto agente de transformação social na vida de milhares de jovens que por lá passam/passaram. Em decorrência disso, há uma grande procura por vagas para ingresso na escola e atualmente, atende mais de 300 estudantes. Na EDISCA, são ofertadas de maneira gratuita os seguintes segmentos: Aulas de dança (balé clássico, jazz, força e flexibilidade), reforço escolar das disciplinas de Português e Matemática e os grupos psicossociais. A coordenação da instituição é construída pelas mãos da bailarina e diretora Dora Andrade, Cláudia Andrade e Andréa Soares, na qual, se fizeram presentes ativamente no meu processo de entrada no campo, na qual ressaltaram a importância do serviço de psicologia e da arte enquanto recursos necessários para a manutenção do cuidado físico e emocional dos educandos assistidos. Desse modo, faz-se interessante retomar o que Vigotski (1999) desenvolveu a respeito da arte e sua importância: "A arte é uma técnica social do sentimento, um instrumento através do qual incorpora ao ciclo da vida social os aspectos mais íntimos e pessoais do nosso ser. Seria mais correto dizer que o sentimento não se torna social mas, ao contrário, torna-se pessoal, quando cada um de nós vivencia uma obra de arte, converte-se em pessoal sem com isto deixar de continuar social." (Vigotski, 1999, p.315) Isto posto, é necessário salientar que a instituição possui como um dos seus objetivos pedagógicos desenvolver habilidades que tornem os educandos cidadãos plenos, éticos, protagonistas e construtores de sua própria história. Da mesma forma, promovem uma visão holística do ser, amparada por uma postura dialógica em busca do respeito mútuo e da alteridade entre os seres, na qual cada indivíduo é chamado a fazer parte da construção da proposta pedagógica de forma coletiva e cooperativa. Em referência ao que foi apresentado, torna-se importante ressaltar os princípios do atual Código de Ética profissional do psicólogo (Resolução N 010/2005), que são essencialmente fundamentados em uma atuação respeitosa, buscando promover liberdade, dignidade, igualdade e integridade ao ser humano, bem como enfatizando a responsabilidade existente da construção de justiça social (Resolução N 010/2005, p. 07). Dessa forma, foi possível beber da fonte da Psicologia Histórico-Cultural, de Vigotsky, que, por sua vez, assimilou as concepções materialistas e dialéticas, tão centrais para Marx, a fim de compreender o indivíduo a partir da sua construção histórica, social e também biológica. A partir dessa visão de mundo, a teoria vigotskiana concebe os seres humanos como sujeitos dialéticos, contextualizados em determinado período histórico e regidos por um aparato de significações culturais. O entendimento sobre

a cultura, trajetória pessoal e relações sociais são constituintes necessários para a visualização objetiva do sujeito enquanto um ser que é estruturado para além de sua patologia, pois de acordo com Vygotsky (1995, p. 104), "Não é importante saber só qual a doença tem a pessoa, mas também que pessoa tem a doença." Por conseguinte, foi reconhecido a importância de quais recursos literários e metodológicos para a construção e mediação das atividades que foram realizadas durante todo o período em que o estágio ocorreu, pois observou-se a importância de debater e construir materiais próprios acerca de diversas temáticas relevantes para crianças e adolescentes, como a violência de gênero, homofobia, racismo e suas diversas manifestações, insegurança alimentar, violência urbana, relação pessoa-ambiente e outros temas que despertaram o interesse dos educandos. Portanto, percebe-se que o processo de desenvolvimento, assim como o escolar/educacional, estão relacionados diretamente com o contexto histórico, social, econômico e cultural que o sujeito está inserido. Faz-se, portanto, necessário destacar que a relação entre o adoecimento mental e as políticas neoliberais devem ser entendidas como entrelaçadas, visto que a construção do processo de saúde necessita ser compreendida em sua totalidade e não enquanto algo exclusivamente individual, em decorrência de algumas pontuações apresentadas enquanto sintomáticas do nosso atual modelo de sociedade. Afinal, urge a necessidade de uma prática profissional que tenha como base uma concepção de educação/saúde politizada, fazendo jus ao compromisso político e social que precisa ser cumprido na psicologia.

Vamos falar sobre morte: uma análise das possíveis nuances influenciadoras do não-dito sobre a morte na sociedade ocidental do século XXI

Maria Júlia Aguiar Abadi (FACES), Leila de Carvalho Silva Saraiva (FACES)

Falar sobre a morte continua sendo um desafio na sociedade ocidental contemporânea, pois, embora seja uma realidade inevitável, permanece como um tema evitado, envolto em tabus e silêncios coletivos. Historicamente, percebe-se uma progressiva retirada da morte dos espaços públicos e do convívio social, passando a ser tratada de maneira isolada, privada e frequentemente medicalizada. Dentro disso, a dificuldade em dialogar sobre a finitude gera impactos significativos na saúde mental individual e coletiva, dificultando o enfrentamento do luto, a elaboração de perdas e a construção de relações mais saudáveis com a própria existência.

O presente trabalho tem como objetivo geral discutir as possíveis nuances que sustentam a evitação do falar sobre a morte na sociedade ocidental contemporânea. Portanto, também busca compreender como fatores históricos, socioculturais, biológicos, psicológicos e espirituais contribuem para esse comportamento evitativo e refletir sobre os impactos desse silêncio na saúde mental e no cuidado em saúde.

O trabalho se insere no eixo relacionado à Psicologia Social e Saúde, pois compreende-se que o silêncio sobre a morte não é apenas uma questão subjetiva, mas um fenômeno socialmente construído que impacta diretamente a saúde mental, a cidadania e o direito à saúde. O não-dito sobre a finitude gera adoecimento psíquico, amplia quadros de ansiedade, depressão e dificuldades no processo de luto, além de ser um reflexo dos processos de medicalização da vida e da precarização dos espaços de escuta, tanto no âmbito social quanto nos serviços de saúde. Portanto, este estudo dialoga com discussões que questionam práticas patologizantes e medicalizantes, propondo que o cuidado integral em saúde mental passa necessariamente pela inclusão do tema da morte como elemento legítimo nas práticas de cuidado, na promoção da saúde e no fortalecimento de redes de apoio.

O referencial teórico se apoia em autores que discutem a construção histórica e sociocultural da morte no Ocidente, como Ariès (2012) e Coulanges (2006), além de autores que problematizam o luto, o adoecimento psíquico e o impacto do silêncio sobre a finitude, como Kovács (1992), Worden (2013) e Tavares (2023). A compreensão da subjetividade, fundamentada em Bock (2018), permite analisar como os processos coletivos se entrelaçam com a construção subjetiva dos sujeitos. O trabalho também considera a espiritualidade como dimensão importante, com base em Gomes e Araujo (2021) e Freitas et al. (2020), e se ancora na Psicologia Social Crítica, que analisa como os contextos sociais, históricos e culturais moldam subjetividades e produzem sofrimentos.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza exploratória, com abordagem teórica e bibliográfica. Foram utilizados livros, artigos científicos e documentos acadêmicos que abordam a morte e a construção sociocultural da finitude, analisando-a a partir de cinco dimensões principais: histórica, sociocultural, biológica, psicológica e espiritual. Por fim, a análise interpretativa permitiu compreender como os discursos sociais sobre a morte foram sendo constituídos ao longo do tempo e de que maneira eles impactam os modos de viver e de cuidar.

Os resultados apontam que a evitação do falar sobre a morte diz respeito à uma construção sociocultural enraizada desde a Antiguidade, fortalecida durante a Idade Média pelos discursos religiosos e, posteriormente, reforçada pela lógica capitalista, pela medicalização da vida e pela busca incessante por juventude, produtividade e bem-estar. Na contemporaneidade, o silêncio sobre a morte impacta diretamente a saúde mental, dificultando o enfrentamento do luto saudável, gerando sofrimento psíquico e fragilizando redes de apoio e cuidado. Fatores

biológicos, como o instinto de sobrevivência, se articulam a processos sociais, culturais e espirituais que, quando não elaborados, produzem adoecimento e isolamento emocional. Assim, a negligência desse tema, tanto na sociedade quanto nos serviços de saúde, evidencia uma prática que desconsidera a integralidade do cuidado e da saúde mental, contribuindo para a precarização da escuta, da atenção e da elaboração de sofrimentos relacionados à finitude.

Em vista disso, o silêncio social sobre a morte não pode ser tratado como uma questão meramente individual, mas sim como uma construção coletiva que impacta diretamente o cuidado em saúde mental. A Psicologia, especialmente a Psicologia Social, tem um papel fundamental na promoção de espaços de fala e escuta, que ressignifiquem o morrer, o luto e a finitude, como parte essencial da vida. Falar sobre a morte não significa antecipar o sofrimento, mas, ao contrário, constitui uma prática de cuidado, que fortalece vínculos, potencializa a saúde mental, humaniza as relações e contribui para práticas de cuidado mais éticas, integrais e socialmente comprometidas. Assim, é urgente que as práticas em saúde, tanto no âmbito dos serviços públicos quanto nas relações sociais, incorporem o diálogo sobre a morte como parte da promoção de saúde, do fortalecimento dos direitos humanos e da construção de uma sociedade mais acolhedora e menos adoecida frente à finitude.

Vassouras e Gênero: Reflexões de Estágio sobre Sexismo e Identidade na Rotina de Limpeza Institucional

Dannyella Paiva Conceição (UNITPAC), Camila Oshima Pinheiro (UNITPAC)

Durante a graduação em Psicologia, busca-se integrar teoria e prática por meio de Estágios Básicos que incentivem o contato com diferentes áreas de atuação profissional, ao mesmo tempo em que promovem a quebra de estereótipos sobre determinadas áreas e grupos sociais. No presente trabalho, partimos da experiência vivida no campo de estágio da Psicologia Organizacional e do Trabalho (POT), no Estágio Supervisionado Básico V, desenvolvido no Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos (UNITPAC), em Araguaína, Tocantins. O problema identificado surgiu no primeiro contato com as funcionárias de limpeza da instituição a qual trabalhávamos, quando se evidenciaram demandas que iam além das questões organizacionais. Observou-se um grupo composto por mulheres negras, com histórico de desemprego prolongado, em situações de vulnerabilidade social e marcadas por experiências de discriminação racial e exclusão. Este cenário apontou a necessidade de repensar o enfoque do estágio, ampliando-o da POT para a Psicologia Social do Trabalho (PST), considerando as relações de poder e a historicidade dessas trajetórias. Este trabalho tem como objetivo discutir, a partir de uma experiência de estágio, a realidade de mulheres negras atuantes na limpeza de uma instituição de ensino superior, analisando como fatores como gênero, raça e classe social se interseccionam e produzem desigualdades no ambiente laboral. Busca-se também refletir sobre as possibilidades de intervenção e emancipação por meio da Psicologia Social do Trabalho. O trabalho está inserido no eixo temático da Psicologia Social e do Trabalho, com ênfase em questões de vulnerabilidade, desigualdade, raça e gênero nas relações laborais. O enfoque se alinha à proposta do GT ao problematizar como a atuação psicológica pode colaborar na transformação de realidades marcadas pela exclusão histórica. As discussões foram embasadas em uma perspectiva sócio-histórica, que compreende o patriarcado como um sistema organizador das relações sociais de poder, conferindo supremacia ao masculino e subordinando as mulheres (Narvaz; Koller, 2006). Zanello (2018) aponta que a valorização das diferenças biológicas implicou na divisão sexual do trabalho, reservando às mulheres as tarefas de cuidado e aos homens o espaço público e remunerado. Cortez et al. (2019) reforçam que o sexismo, ainda presente nas estruturas sociais, baseia-se na falsa superioridade biológica masculina. Lagarde (1996) define sexismo como um conjunto de comportamentos e ideias que sustentam a superioridade de um gênero em detrimento de outro, fortalecendo a dicotomia social entre o homem provedor e a mulher cuidadora. Neves (2013) destaca as dificuldades das mulheres em exercer sua autonomia nos ambientes de trabalho, mesmo quando demonstram igual capacidade aos homens. Quanto que tanto autora Grada Kilomba (2019) e bem como Bell Hooks (2020) trazem à tona a noção de interseccionalidade, evidenciando que raça e gênero são categorias indissociáveis, e que as construções racistas influenciam os papéis de gênero — e sua atuação no contexto social, a qual podemos pensar no campo organizacional — . Assim, a compreensão crítica dessas interações é essencial para a construção de práticas psicológicas emancipatórias voltadas à equidade. O estágio foi realizado com foco observacional e intervencionista, em um grupo de funcionárias de limpeza de uma Instituição de Ensino Superior. A princípio, a proposta era compreender a organização do trabalho e o clima laboral. Contudo, as demandas identificadas no campo redirecionaram a intervenção para aspectos psicossociais. As estratégias metodológicas adotadas

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

incluíram escuta ativa, rodas de conversa e dinâmicas de grupo, com o objetivo de promover espaços de fala, acolhimento e fortalecimento de vínculos entre as participantes, além de reflexões críticas sobre o papel social da mulher negra no mundo do trabalho. A partir das atividades desenvolvidas, observou-se que, embora haja a presença feminina nas organizações, muitas mulheres negras ainda são direcionadas a cargos subalternizados que reproduzem a divisão sexual e racial do trabalho. Essa estrutura reforça estereótipos sociais baseados em papéis de gênero, naturalizando a associação entre mulher negra e funções de cuidado e limpeza, o que remete a heranças históricas da escravidão. As participantes relataram vivências de racismo, exclusão social, dificuldades de acesso a redes de apoio e falta de reconhecimento profissional. Percebeu-se a urgência de práticas interventivas que considerem a historicidade das relações laborais e a articulação entre gênero, raça e classe como determinantes das desigualdades. A experiência de estágio revelou a importância de uma atuação da Psicologia que vá além da análise de desempenho e rotinas organizacionais, considerando os sujeitos em sua totalidade e inserção social. A Psicologia Social do Trabalho mostrou-se como um campo potente para a escuta e acolhimento das demandas invisibilizadas de grupos historicamente marginalizados. Concluímos que pensar intervenções no mundo do trabalho exige uma abordagem crítica e interseccional, que reconheça as opressões estruturais e busque caminhos para a transformação social. O trabalho da psicologia, nesse contexto, deve estar comprometido com a justiça social, com a valorização das subjetividades e com a promoção da dignidade de todos os sujeitos. A partir deste ponto, iniciamos uma pesquisa qualitativa com mulheres que atuaram em diferentes organizações, colhendo seus relatos sobre as manifestações de sexismo e misoginia que enfrentaram no dia a dia. Em geral, essas experiências fortalecem nosso olhar acadêmico e nos conecta a vozes reais, para além da teoria. As narrativas que surgiram deste trabalho reforçam a importância de espaços de escuta e análise sobre as desigualdades de gênero, não apenas como temas periféricos, mas também como fundamentos de uma formação verdadeiramente social.

Violência contra instituição de ensino durante a pandemia de covid-19: Relatos de exclusão

Fábio Alves Gomes (UEA), Júlio Ribeiro Soares (UFRN), Arthur Ribeiro Costa e Silva (UEA), Sebastião Rocha de Sousa (UEA)

A pandemia de COVID-19 expôs de forma aguda as profundas fissuras do sistema educacional brasileiro, com impactos particularmente devastadores na região amazônica. As desigualdades socioeconômicas preexistentes foram exacerbadas, criando desafios significativos para a garantia do direito à educação superior. Embora o discurso oficial tenha propagado uma narrativa de resiliência e adaptação por meio do ensino remoto emergencial, a realidade na Amazônia revelou um paradoxo: a tecnologia, proposta como forma de democratização do acesso, tornou-se um mecanismo de exclusão ampliada, reforçando disparidades sociais e educacionais históricas.

A falta de conectividade e a precariedade de infraestrutura impediram que muitos estudantes tivessem acesso às plataformas digitais, tornando o ensino remoto mais uma barreira do que uma solução. O conceito de "inclusão perversa" (Sawaia, 2014) é fundamental para entender como políticas educacionais aparentemente inclusivas podem, na prática, operar como dispositivos de marginalização. Na Amazônia, a ausência de condições materiais mínimas – como internet estável e dispositivos adequados – transformou o ensino remoto em um processo de exclusão.

O objetivo deste estudo é analisar os efeitos do ensino remoto emergencial no interior do estado do Amazonas, com foco no município de Tabatinga, localizado na tríplice fronteira entre o Brasil, o Peru e a Colômbia. A pesquisa busca compreender até que ponto as políticas educacionais adotadas durante a pandemia estão comprometidas com a superação das desigualdades ou se, ao contrário, perpetuam lógicas excludentes.

Este estudo se insere no eixo temático de Educação, Pesquisa e Transformação Social, refletindo sobre como as políticas educacionais podem promover ou obstaculizar processos de transformação social. Ao investigar as realidades da educação na Amazônia, o estudo discute como o ensino pode ser uma ferramenta de inclusão, ou quando mal aplicado, um mecanismo de reprodução de desigualdades.

A pesquisa se baseia no materialismo histórico dialético, que permite uma análise crítica das desigualdades sociais como manifestações de processos históricos e estruturais. A psicologia sócio-histórica contribui para entender como as condições materiais e sociais influenciam as práticas pedagógicas e a formação dos sujeitos. Juntas, essas abordagens permitem examinar as políticas educacionais não apenas como dispositivos institucionais, mas como reflexos de uma realidade social mais ampla.

A pesquisa adotou uma abordagem metodológica mista, combinando análise qualitativa e quantitativa. Foram selecionados 143 estudantes e 32 docentes da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), que participaram de questionários online e grupos focais. A coleta de dados envolveu a aplicação de questionários estruturados sobre condições de acesso à educação e as dificuldades pedagógicas enfrentadas, além de entrevistas semiestruturadas com 20 docentes, para compreender os desafios da transição ao ensino remoto e a falta de formação tecno pedagógica.

Além disso, grupos focais foram organizados para captar as experiências subjetivas dos participantes, oferecendo uma visão mais detalhada sobre as estratégias de adaptação, como o uso de rádios comunitárias e a

distribuição de materiais impressos, em resposta à falta de conectividade.

Os resultados indicam uma exclusão estrutural no acesso à educação. Cerca de 30,7% dos estudantes não tinham acesso regular à internet e dependiam de espaços públicos ou empréstimos de dispositivos. Entre os docentes, 86% relataram dificuldades graves em mediar aulas remotas devido à falta de formação tecno pedagógica adequada. Entre os estudantes, 30,7% não tinham acesso à internet e 92,3% consideravam sua conexão inadequada para o ensino remoto. A dependência de dados móveis (88,1%) e a falta de infraestrutura tecnológica agravaram as dificuldades, enquanto políticas públicas verticais, como a distribuição de chips ineficazes, evidenciaram uma "inclusão perversa", que perpetuou exclusões. Além disso, 78,9% dos estudantes avaliaram negativamente sua experiência no ensino remoto, citando frustração, isolamento e desafios emocionais, como ansiedade e depressão.

O estudo também destacou a inadequação das metodologias de ensino remoto e a falta de apoio institucional, com 71,2% dos alunos criticando o suporte oferecido pela universidade. A pandemia exacerbou vulnerabilidades pré-existentes, como insegurança alimentar e dificuldades de saúde mental, agravadas pelo isolamento geográfico e pela precariedade dos serviços públicos.

A pandemia de COVID-19 não deve ser vista apenas como uma crise passageira, mas como uma oportunidade para repensar as políticas educacionais na Amazônia. O estudo destaca a necessidade de uma reestruturação das políticas públicas, com o desenvolvimento de planos de inclusão digital que considerem as especificidades locais. É urgente que o ensino superior, pós-pandemia, incorpore metodologias híbridas que valorizem os saberes locais e as práticas pedagógicas informais, que se mostraram eficazes durante a crise.

As instituições de ensino superior, como a UEA, devem adotar uma postura mais ativa na luta pela democratização do ensino, tornando-se espaços de resistência e transformação social. Este estudo contribui para a reflexão sobre as desigualdades educacionais na Amazônia e propõe caminhos para uma educação mais equitativa e inclusiva, que respeite as diversidades regionais e culturais.

Violência de Gênero e Interseccionalidade: Contribuições da Psicologia Social no Enfrentamento.

Joanna Marques Balbino, Letícia de Mélo Sousa (Professora do Curso de Psicoligia, Centro Universitário Unifacisa)

A proposta deste trabalho é refletir criticamente sobre as contribuições da Psicologia Social no enfrentamento da violência de gênero, a partir de uma perspectiva interseccional que reconhece os marcadores sociais da diferença como raça, classe, território, sexualidade e identidade de gênero, como elementos centrais na constituição das subjetividades e das experiências de violência. Com base em uma abordagem qualitativa e crítica, pretende-se analisar práticas de acolhimento psicológico desenvolvidas em contextos institucionais e comunitários, especialmente em serviços públicos, casas-abrigo e coletivos feministas.

A escolha pela interseccionalidade como eixo teórico-metodológico fundamenta-se na compreensão de que a violência de gênero não afeta todas as mulheres e dissidências da mesma forma. O conceito, desenvolvido inicialmente por Kimberlé Crenshaw, permite evidenciar como as desigualdades estruturais se entrelaçam, criando formas específicas de vulnerabilidade para mulheres negras, periféricas, indígenas, trans, lésbicas e outras identidades historicamente marginalizadas. Essas intersecções produzem experiências únicas de exclusão, bem como desafios específicos no acesso à justiça, à saúde mental e à proteção estatal.

Nesse sentido, a Psicologia Social, quando comprometida com uma perspectiva ética e transformadora, não pode se limitar ao atendimento individualizado e descontextualizado. Ao contrário, deve posicionar-se de forma crítica diante das normativas sociais que sustentam a desigualdade de gênero, promovendo práticas que considerem o sujeito em sua complexidade e historicidade. A atuação psicossocial precisa, portanto, ir além da escuta clínica convencional, incorporando ações que favoreçam a escuta coletiva, a criação de redes de solidariedade, o fortalecimento da autonomia e a construção de estratégias políticas de enfrentamento.

A pesquisa proposta parte da análise de práticas já desenvolvidas por profissionais e coletivos que atuam na linha de frente do cuidado de mulheres em situação de violência, com foco especial nas narrativas de usuárias e profissionais que constroem cotidianamente essas intervenções. Serão analisados relatos de experiências vividas por mulheres em casas-abrigo, assim como práticas de acolhimento em coletivos feministas autônomos e serviços psicossociais que desenvolvem estratégias dialógicas e intersetoriais. O objetivo é compreender tanto os limites das abordagens institucionalizadas muitas vezes marcadas pela medicalização e pela despolitização da dor quanto os potenciais de ações territorializadas, sensíveis às realidades locais e ancoradas nos saberes populares.

Outro ponto central da análise é a crítica às práticas psicossociais que desconsideram as desigualdades estruturais e reproduzem, ainda que de forma velada, lógicas de silenciamento e revitimização. Tais práticas, ao despolitizarem a violência de gênero e reduzirem o sofrimento a uma dimensão exclusivamente subjetiva, acabam por responsabilizar a vítima e invisibilizar os mecanismos sociais que sustentam a violência. É necessário, portanto, resgatar a dimensão política da Psicologia Social, que tem entre seus fundamentos o compromisso com a transformação da realidade social e com a promoção dos direitos humanos.

A Psicologia Social, nesse contexto, é chamada a desempenhar um papel que não se restringe ao cuidado

individual, mas que se articula com a promoção de redes de solidariedade, o fortalecimento de políticas públicas e a valorização das lutas históricas dos movimentos sociais. Ao trabalhar de forma interdisciplinar e intersetorial, é possível construir intervenções mais eficazes e sensíveis às especificidades de cada sujeito, promovendo acolhimento e também resistência.

Além disso, o diálogo com os saberes produzidos nos territórios por mulheres, lideranças comunitárias, movimentos de base e agentes populares de saúde enriquece o fazer psicológico e contribui para uma atuação mais enraizada, afetiva e politicamente engajada. Essas experiências revelam que o cuidado pode ser também uma prática de denúncia, de conscientização e de construção de alternativas coletivas diante da violência.

Conclui-se que a Psicologia Social, ao incorporar a interseccionalidade como princípio epistemológico e ético, amplia significativamente sua potência de enfrentamento da violência de gênero. Essa abordagem permite compreender que a superação da violência não depende apenas de intervenções terapêuticas ou da responsabilização legal dos agressores, mas de uma mudança estrutural nas formas de organização da vida social, das políticas públicas e das instituições. O cuidado psicológico, nesse cenário, transforma-se em um ato político, que reconhece e afirma as subjetividades em suas múltiplas dimensões, promovendo uma escuta que acolhe, empodera e transforma.

Vivências Extensionistas em Psicologia com Adolescentes na USF: Grupos sobre Sexualidade na Adolescência

Gabrielle Leite Viana (UFES), Hemilly Fonseca Coelho (UFES), Júlia Bastos dos Reis Alvarenga (UFES), Célia Regina Rangel (UFES), Elisara Lícia Sant'Anna (UFES)

A adolescência é reconhecida como um momento na trajetória do desenvolvimento, onde ocorrem intensas transformações. Sendo assim, a atuação da Psicologia na Atenção Básica é considerada relevante para o fortalecimento da rede de apoio desse público. Nessa perspectiva, este trabalho relata a experiência de estudantes de Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo em um projeto de extensão voltado para adolescentes, realizado em uma Unidade Básica de Saúde da Família (USF) da Grande Vitória. Articulando-se intencionalmente com políticas públicas voltadas à efetivação de direitos humanos fundamentais e à proteção da dignidade humana – especialmente no que tange ao direito à saúde integral e à qualidade de vida preconizados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) –, a iniciativa busca promover transformação social e emancipação através da horizontalização das relações de saber-poder, da formação de vínculos significativos e do fomento à reflexão crítica, tanto dos adolescentes participantes quanto da equipe. O estudo foi desenvolvido por meio dos registros das atividades grupais realizadas no projeto, como as oficinas e rodas de conversa. As atividades no grupo promovem trocas e negociações, favorecendo a transformação social e a ampliação da rede de apoio, contribuindo significativamente para o público alvo e a formação das discentes. O relato descreve oficinas com o objetivo de trabalhar a temática da sexualidade com os adolescentes, expõe os desafios das discentes e articula as vivências cotidianas das extensionistas com os referenciais teóricos estudados. Considera-se que as intervenções com temas socialmente relevantes sobre a sexualidade, permitiram trabalhar representações sociais, estigmas, e formas de proteção, além de promover o desenvolvimento de habilidades sociais fundamentais, tais como empatia, alteridade e tolerância na relação com o outro, o que foi favorecido pela intervenção psicossocial, com metodologias participativas e reflexivas.

Metodologicamente, este estudo configura-se como um relato de experiência descritivo, detalhando as práticas extensionistas de três estudantes de Psicologia com adolescentes de 12 a 15 anos em uma USF da Grande Vitória durante o ano de 2023. O projeto é uma parceria entre a UFES e a Unidade de saúde, com coordenação de uma professora do curso de Psicologia. Os encontros semanais, com duração de 1h30, e participação média de 15 adolescentes, têm equipe de execução com a psicóloga, as três extensionistas de Psicologia e uma residente de Educação Física. Quanto às metodologias empregadas, destacaram-se as rodas de conversa e as oficinas, com uso de dinâmicas e recursos lúdicos para fomentar a participação e o diálogo. Os registros dos encontros foram feitos por meio de diários de bordo e atas. As intervenções sobre sexualidade foram iniciadas com o tema da gravidez na adolescência, utilizando o documentário "Meninas" (2005), para promover discussões sobre prevenção, consequências e a importância da empatia. Posteriormente, um jogo de tabuleiro foi desenvolvido para abordar de forma lúdica, tópicos como: métodos contraceptivos; ISTs; consentimento; papel masculino na gravidez. Durante o jogo, após uma introversão inicial, houve engajamento progressivo e o levantamento de diversas dúvidas. Foram ainda realizadas oficinas sobre orientação sexual e diversidade (LGBTQIA+), nas quais os adolescentes tiraram dúvidas, relataram experiências de bullying e incertezas pessoais, culminando em um espaço de respeito e representatividade. A temática do abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes foi

trabalhada a partir do Dia Nacional de Combate à Violência Contra Crianças e Adolescentes. Foi trabalhado o caso Araceli, que motivou a campanha, revelando que muitos desconheciam o caso e os diferentes tipos de violência. Discussões significativas emergiram, incluindo dúvidas sobre o abuso sexual direcionado ao público masculino e o compartilhamento de vivências pessoais, desmistificando a figura do abusador. Ao longo do processo, as extensionistas desenvolveram competências fundamentais como escuta sensível e ética, manejo de imprevistos e adaptação do planejamento às necessidades do grupo. Os adolescentes, por sua vez, demonstraram maior conscientização, empatia e tolerância. Constatou-se, portanto, que o grupo revelou-se um espaço de confiança e trocas positivas e produtivas, fundamental tanto para o desenvolvimento dos adolescentes quanto para a formação das graduandas. De fato, a prática comunitária permitiu aos estudantes vivenciarem diretamente o planejamento e condução de oficinas, dinâmicas grupais, articulação entre teoria e prática, contribuindo significativamente para o desenvolvimento de habilidades acadêmicas, interpessoais e técnicas. Ademais, o contato com a realidade da comunidade, a construção de vínculos e a colaboração com a equipe multidisciplinar foram aprendizados inestimáveis que ultrapassam o conhecimento teórico. Confirmou-se que o saber é construído em uma via de mão dupla, onde a problematização e a escuta mútua são essenciais. Por fim, o estudo aponta para a necessidade de ampliar pesquisas e publicações sobre práticas grupais com adolescentes em contextos comunitários no Brasil e reforça o papel da Psicologia na promoção da garantia de direitos.

Vulnerabilidade Social no SUAS: entre a indefinição conceitual e os desafios para a prática profissional

Wisney Batista dos Santos, Gustavo Henrique Carretero (UFMG)

1. Introdução

Este trabalho é oriundo de uma parte da pesquisa realizada da minha dissertação sobre o conceito de vulnerabilidade social empregado no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em relação a pessoas trans e travestis que utilizam essa política pública. No entanto, aqui neste resumo, pretende-se realizar um mapeamento das menções ao termo "vulnerabilidade social" nos documentos oficiais da Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 e a Norma Operacional Básica NOB/SUAS/2005, identificando as lacunas e contradições em sua conceituação. Frisando o processo de construção do conceito de vulnerabilidade social no Brasil e as importações realizadas ao longo do tempo antes da criação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS). A PNAS é o principal instrumento normativo do SUAS e que estabelece a "vulnerabilidade social" como eixo central para a organização dos serviços socioassistenciais. No entanto, uma análise dos documentos oficiais revela uma certa indefinição conceitual, sem deixar evidente o que é, e do que se trata este conceito. A PNAS, criada em 2004 e a Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS) criada de 2005 utilizam repetidamente o termo - aparecendo em expressões como "população em situação de vulnerabilidade social", "territórios de vulnerabilidade" ou "Taxa de Vulnerabilidade Social" – sem apresentar uma definição específica do que constitui esta condição. Esta ausência não é só de uma interpretação de significado, mas carrega implicações metodológicas e práticas. Como os profissionais do SUAS podem identificar, avaliar e intervir em situações de vulnerabilidade se não há um conceito definido sobre o que caracteriza esse fenômeno? O problema se agrava quando consideramos populações cujas vulnerabilidades transcendem a dimensão econômica, no caso de grupos que são atravessados por marcadores sociais, como gênero, raça e sexualidade. Os marcadores de identidade de gênero as colocam em situações de exclusão que não necessariamente apontam para uma especificação de renda. Isso nos leva ao cerne da questão: a falta de clareza conceitual na PNAS pode estar reproduzindo invisibilidades e reforçando desigualdades que a própria política pretende combater? Mas afinal, se não há uma definição, o que são trazidos nestes documentos?

2. Relação com o GT e eixo temático escolhido;

O GT 4 “alianças territoriais no SUAS: práticas psicossociais no enfrentamento às vulnerabilidades e violações de direito” foi escolhido como primeira opção de submissão deste trabalho, O GT oferece um espaço privilegiado para discutir os desafios concretos da PNAS e do SUAS, especialmente no que tange à operacionalização do conceito de vulnerabilidade social. O Interesse em discutir o conceito de vulnerabilidade social nos aproxima do fazer da psicologia social no campo da assistência, além de convidar a tensionar o conceito, procurando instrumentalizá-lo para mitigar violências. O espaço do GT permitirá aprofundar as conexões entre teoria e prática, discutindo como as noções de vulnerabilidade adotadas pelas equipes do SUAS podem reproduzir ou transformar desigualdade. Além de poder, debater melhor não só o fazer na assistência social, mas como aprofundar as noções de vulnerabilidade que estão presentes neste GT.

3. Estratégias Metodológicas

Para responder a esse objetivo, a pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, sob orientação da perspectiva da psicologia social crítica. Foi adotado a combinação de duas estratégias principais de análise, a análise documental

crítica e a alianças teóricas. Na análise documental foram selecionados os textos da PNAS/2004 e NOB/2005 em relação a palavras de "vulnerabilidade" e "vulnerabilidade social". Foram encontradas 27 menções aos termos selecionados nos documentos. Somando este primeiro procedimento realizo a aliança com a revisão teórica interdisciplinar entre a psicologia social crítica, que discute exclusão como processo multidimensional; e a sociologia de Ruben Kaztman, com seu conceito de estrutura de oportunidades. Dividindo as categorias de análise a partir dessa intersecção entre 1) a concepção implícita de vulnerabilidade na PNAS/NOB; e 2) as elaborações teóricas mais amplas;

4. Resultados

O termo "vulnerabilidade" e "vulnerabilidade social" não apresenta de fato uma definição, especialmente se tratando de um conceito tão amplo que foi construído ao longo de várias interpretações materiais no decorrer da história. A análise dos documentos revelou que a PNAS opera com uma concepção restritiva e instrumental de vulnerabilidade. Das 27 ocorrências do termo, 78% aparecem em contextos que associam vulnerabilidade à pobreza ou à falta de acesso a serviços básicos. Apenas 22% mencionam aspectos relacionais (como "fragilização de vínculos"), mas sem desenvolver como esses fatores se articulam com as dimensões materiais. Chama atenção o contraste com a NOB, que em sua página 134 afirma que "o conceito de vulnerabilidade social se fundamenta na PNAS/2004", mas não avança em sua definição - um paradoxo, já que a própria PNAS não conceitua o termo que serve de base. Contribuições da literatura crítica de Wanderley (2014) demonstram que a exclusão social, processo em que a vulnerabilidade seria estágio anterior, não se reduz à pobreza, envolvendo também rupturas de pertencimento simbólico e cultural; já seguindo Castel (1995), o conceito de desafiliação é introduzido a discussão, mostrando como a vulnerabilidade é processo histórico de erosão de proteções sociais, em que o sujeito está na sociedade como um desfiliado, isto é, excluído não só no nível econômico, mas material e cultural; enquanto Kaztman (2021) propõe o modelo de estrutura de oportunidades, onde vulnerabilidade resulta da interação entre, o acesso a recursos materiais (mercado); proteções institucionais (Estado); e redes de apoio (sociedade) e não um termo livre entre linhas de um documento.

5. Conclusões

A vagueza conceitual na PNAS não é acidental, mas reflete uma tensão política: definir precisamente a vulnerabilidade exigiria reconhecer responsabilidades estatais e investimentos específicos que conflitam com as recorrentes contenções de gasto. O SUAS, como política pública, tem como demarcador a vulnerabilidade social e o risco social, no entanto, emergem como contradição de um movimento emancipatório, em especial a perspectiva de oferta de uma instituição pública que visa a sua superação. A psicologia social tem contribuições cruciais a oferecer, propondo modelos multidimensionais de vulnerabilidade e integram a reformulação de formação dos profissionais do SUAS, capacitando-os para identificar as vulnerabilidades não óbvias (como as baseadas em gênero ou raça) e desenvolver estratégias intersetoriais.

Palavras-chave: Vulnerabilidade Social; PNAS; SUAS; Exclusão Social; Psicologia Social.

6. Referências bibliográficas

CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social. Petrópolis, Vozes, 1998.

WANDERLEY, M. B. Refletindo sobre a noção de exclusão. Em: SAWAIA, B. B. (Ed.). As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 8 ed. ed. [s.l.] Vozes, 2008. p. 16–26.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004 Norma Operacional Básica - NOB/SUAS. 2005. https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf

MINICURSOS

MC 01. 3º Minicurso Máquinas Automágicas – o papel das psicologias no capitalismo digital

Luis Henrique do Nascimento Gonçalves (USP)

Descrição: Proponente: Luis Henrique Gonçalves – Doutor em Psicologia Social (PUC-SP). Foi pesquisador em saúde digital pela Fiocruz de 2021 a 2024, com ênfase em infodemia e literacias digitais. Faz pós-doutorado (bolsista FAPESP) no Centro de Pesquisa sobre Comunicação e Trabalho (CPCT/ECA-USP). Pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas do Trabalho, Atividade e Subjetividade (NUTAS/PUC-SP) e do GT de Método e Categorias Teóricas na Pesquisa em Psicologia Sócio-Histórica da ANPEPP. Membro da Câmara de Conteúdos e Bens Culturais do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) e coordenador do GT Tecnologias Digitais e Subjetividade da ABRAPSO. O objetivo deste minicurso é apresentar e discutir a participação de diversos profissionais, áreas e teorias da Psicologia no desenvolvimento de tecnologias, mercadorias e narrativas que dão sustentação ao chamado capitalismo digital e a sua subjetivação. Ele se destina a estudantes, professores e profissionais de psicologia que se interessam pela relação entre tecnologias digitais e sofrimentos psicossociais (incluindo redes sociais e IAs "terapeutas"), desinformação, polarização, plataformização do trabalho, economia da atenção e consumo dentre outros. O minicurso participa da temática do XXIII ENABRAPSO caracterizando e relacionando esses aspectos com as crises do sociometabolismo capitalista, podendo assim contribuir com subsídios teóricos para a formação crítica e estratégias de resistência e luta. O capitalismo digital (ou de plataformas) pode ser compreendido aqui como uma categoria de análise que, por um lado, destaca as transformações no modo de produção capitalista que inserem novas modalidades de mercantilização, de mercadorias e formas de trabalho mediadas por ou realizadas em plataformas e dispositivos digitais e que são organizadas sob a lógica da financeirização. Por outro lado, o capitalismo digital não é "outro tipo" de capitalismo – "pós-industrial", "cognitivo", "imaterial" etc. Isso porque a exploração do trabalho, a propriedade privada dos meios de produção e de seus produtos (nuvens, IA, aplicativos, patentes etc.) e a forma-mercadoria continuam sendo estruturas determinantes desse sistema (HULS, 2014; ANTUNES, 2018; DANTAS, 2014, 2019; ABÍLIO, 2020/b; AMORIM e GROHMANN, 2021). Além disso, nesse capitalismo digital, o papel da ciência dá um duplo e intrigante salto. No aspecto objetivo, a ciência contribui decisivamente para uma relação entre força de trabalho e maquinaria que ora intensifica a exploração do trabalho (ABÍLIO, 2020/a) – dos entregadores de aplicativos à plataformização do trabalho do/a psicólogo/a –, ora o especializa numa simbiose entre engenheiros, matemáticos, big data e inteligência artificial (FUCHS, 2009, 2013; BUCHER, 2018; DANTAS, 2019). Este salto também permite o fenômeno da heteromação (EKBIA; NARDI, 2017) – a relação social mediada por tecnologias digitais que, por meio da falácia da automação, oculta e explora a complementaridade entre essas máquinas e o trabalho humano, rebaixando o valor deste último. Ela pode ser reconhecida no trabalho implícito de produção de dados por parte dos usuários (trabalhadores ou consumidores), bem como no trabalho oculto de treinamento de modelos de IA, rotulação de dados e moderação de conteúdos. Assim, atualiza-se a divisão entre trabalho manual e intelectual, com desdobramentos na divisão social, regional, racial e de gênero do trabalho, onde exploração e produtividade se combinam através de uma ferrenha, invisível e incompreensível gestão algorítmica (ANTUNES 2018, 2021). No aspecto subjetivo – foco deste minicurso –, a

realização dessas transformações na sociedade depende da produção de uma dimensão subjetiva da realidade que as naturalize (FURTADO, 2011). Segundo Larry Page (2011), fundador do Google, sua "ambição é transformar a experiência Google como um todo, tornando-a maravilhosamente simples, quase automágica, porque compreendemos o que você quer e podemos entregá-lo instantaneamente". Mas do que é feita e como funciona essa automagia? Como e para que as tecnologias digitais são tão necessárias e cativantes? Qual é o papel da Psicologia na realização e na crítica dessas máquinas automágicas? O minicurso propõe um percurso no qual desconstruiremos o fetichismo das máquinas automágicas analisando suas dimensões objetiva, ontológica, subjetiva e técnica. Especialmente, apresentaremos os psicólogos experimentais, comportamentais, cognitivistas e sociais mais influentes para a teorização e promoção desse fetichismo, a partir dos seguintes tópicos: Introdução O que são psicotecnologias?: história das tentativas tecnológicas de controle comportamental e suas origens epistemológicas ("uso humano dos seres humanos", behaviorismo, física social e neuromania); da "mente como computador" à ferramenta psicológica de Vigotski; aspectos neurocientíficos, memória e atenção; Economia política das TIC: crise estrutural capitalista e financeirização; do fim do Estado de bem-estar à ascensão das big techs e do solucionismo tecnológico; propriedade privada do intelecto geral; cooperação complexa; engenharia de demanda; o que são dados digitais; heteromação; economia da atenção; plataformização da sociabilidade. Teorias da Psicologia no design de interface, experiência do usuário e nas IAs Interação Humano-Computador e cognitivismo neoliberal: aspectos críticos de affordances, arquitetura de escolhas, paternalismo libertário, racionalidade limitada, viés cognitivo, sistemas 1 e 2, design de mecanismos e teoria da utilidade esperada. Mistificação das tecnologias digitais: antropomorfismo; gamificação, IA generativa (ChatGPT); probabilismo e dataísmo; fetiche da mercadoria. Modelo do Gancho: hábitos, nudges, gatilhos, recompensas variáveis, engajamento; Como a Psicologia Social pode enfrentar as máquinas automágicas? Desinformação, polarização política e regulação das plataformas e da IA Literacias, educação e competência crítica digital Debate: literacia como política, ou política como literacia?

Principais referências bibliográficas (ao final do minicurso será disponibilizada a bibliografia completa) ANDERSON, Chris. The end of theory: The data deluge makes the scientific method obsolete. Wired magazine, v. 16, n. 7, p. 16-07, 2008. ANTUNES, Ricardo. O Privilégio da servidão: O novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018. ARIELY, Dan. Previsivelmente irracional. Rio de Janeiro: Elsevier Brasil, 2008. ÁVILA, Flávia; BIANCHI, Ana Maria (Ed.). Guia de economia comportamental e experimental. Economia Comportamental, 2015. BEZERRA, Arthur Coelho; SCHNEIDER, Marco; SALDANHA, Gustavo Silva. Competência crítica em informação como crítica à competência em informação. Informação & Sociedade, v. 29, n. 3, 2019. BRUNO, Fernanda. Máquinas de ver, modos de ser: vigilância, tecnologia e subjetividade. Porto Alegre: Sulina, v. 123, 2013. BUCHER, Taina. If... then: Algorithmic power and politics. Oxford: Oxford University Press, 2018. CARDOSO, Paula. Performatividade, correlacionismo e a probabilização do futuro: a ordem das coisas na era do algoritmo, 2021. Disponível em: https://medialabufrj.net/blog/2021/03/dobras-42-performatividade-correlacionismo-e-a-probabilizacao-do-futuro-a-ordem-das-coisas-na-era-do-algoritmo/. Acesso em: 1/5/2021. CARR, Nicholas. The shallows: What the Internet is doing to our brains. WW Norton & Company, 2020. CESARINO, Letícia. O mundo do avesso: Verdade e política na era digital. São Paulo: Ubu Editora, 2022. CIALDINI, R. Influence: The Psychology of Persuasion. New York: Harper Collins; 1984. COMOR, E. (2011). Contextualizing and critiquing the fantastic prosumer: Power, alienation and hegemony. Critical Sociology, 37(3), 309-327. CONTE, R. et al. Manifesto of computational social science. Eur. Phys. J. Spec. Top. 214, 325–346 (2012). https://doi.org/10.1140/epjst/e2012-01697-8 COULDRY, Nick; MEJIAS, Ulises A. The costs of connection: how data is colonizing human life and appropriating it for capitalism. Stanford: Stanford University Press, 2019. CRAWFORD, Kate. Atlas of AI: power, politics, and the planetary costs of artificial intelligence. New Haven: Yale University Press, 2021. CUKIER, Kenneth; MAYER-SCHOENBERGER, Viktor. The rise of big data: How it's changing the way we think about the world. The Best Writing on Mathematics 2014, p. 20-32, 2013. DANTAS, Marcos. The Financial Logic of Internet Platforms: The Turnover Time of Money at the Limit of Zero. Triple C. Vol 17 No 1, 2019. DAVIS, Jenny L. How artifacts afford: The power and politics of everyday things. MIT Press, 2020. DE KERCKHOVE, Derick. A pele da cultura: uma investigação sobre a nova realidade electronica.

Lisboa: Relógio D'Água Editores, 1997. ECKER, Ullrich KH et al. The psychological drivers of misinformation belief and its resistance to correction. Nature Reviews Psychology, v. 1, n. 1, p. 13-29, 2022. EKBIA, Hamid R.; NARDI, Bonnie A. Heteromation, and other stories of computing and capitalism. MIT Press, 2017. ENGELBART, Douglas C. Augmenting human intellect: A conceptual framework. Menlo Park, CA, 1962, 21. ERICKSON, T. (2011) Social computing. Encyclopedia of human-computer interaction. http://www.interaction-design.org/encyclopedia/social_computing.html. Tom Erickson, da IBM. Acesso em: 3/3/2021. EYAL, Nir. Hooked: how to build habit-forming products. New York: Penguin, 2014. EYSENCK, Michael W.; KEANE, Mark t. Manual de Psicologia Cognitiva. 7ª edição. Artmed Editora, 2017. FERREIRA, Marcos et al. (Orgs.). Estamos sob ataque! : tecnologia de comunicação na disputa de subjetividades [livro eletrônico]. São Paulo: Instituto Silvia Lane, 2021. FIRTH, Joseph et al. The "online brain": how the Internet may be changing our cognition. World Psychiatry, v. 18, n. 2, p. 119-129, 2019. FOGG, BJ. Persuasive Computers: Perspectives and Research Directions. CHI '98 Proceedings of the Conference on Human Factors in Computing Systems. P. 225-232, 1998. FONTENELLE, Isleide Arruda. Prosumption: as novas articulações entre trabalho e consumo na reorganização do capital. Ciências Sociais Unisinos, v. 51, n. 1, p. 83-91, 2015. GERLITZ, Carolin; HELMOND, Anne. The like economy: Social buttons and the data-intensive web. New media & society, v. 15, n. 8, p. 1348-1365, 2013.GERLITZ; HELMOND, 2013. GONÇALVES, Luis HN (2020). O lugar do homem no mundo da mente estendida. Cognitio-Estudos, v. 17, n. 1. _____ (2021). Por uma agenda sócio-histórica para a pesquisa das psicotecnologias digitais. In: FERREIRA et. al. Estamos sob ataque! : tecnologia de comunicação na disputa de subjetividades [livro eletrônico]. São Paulo: Instituto Silvia Lane. GONÇALVES, Luis HN; FURTADO, Odair (2021/a). The fake simple exchange between Facebook and its prosumers. Socioscapes. International Journal of Societies, Politics and Cultures, v. 2, n. 2, p. 181-206. _____(2021/b). As dimensões subjetivas da mercadoria Facebook. In: Anais do XII seminário do trabalho: crise capitalista, precarização do trabalho e colapso ambiental. v. 1., p. 87-103. Marília: Projeto editorial Praxis. HAO, Karen. How Facebook got addicted to spreading misinformation. MIT Technology Review, 2021. KAHNEMAN, Daniel. Rápido e devagar: duas formas de pensar. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. KATZ, Elihu; BLUMLER, Jay G.; GUREVITCH, Michael. Uses and gratifications research. The public opinion quarterly, v. 37, n. 4, p. 509-523, 1973. KOSINSKI, Michal; STILLWELL, David; GRAEPEL, Thore. Private traits and attributes are predictable from digital records of human behavior. Proceedings of the national academy of sciences, v. 110, n. 15, p. 5802-5805, 2013. KRUG, Steve. Don't Make Me Think! A Common Sense Approach to Web Usability. Berkeley: New Riders, 2006. LEONTIEV, Alexis. O desenvolvimento do psiquismo. 2ª ed. -- São Paulo: Centauro, 2004. MACHADO, Débora. A modulação de comportamento nas plataformas de mídias sociais. J. Souza., R. Avelino., & S. Amadeu da Silveira, A sociedade de controle: Manipulação e modulação nas redes digitais, p. 47-69, 2018. MAIER, Maximilian et al. No evidence for nudging after adjusting for publication bias. Proceedings of the National Academy of Sciences, v. 119, n. 31, p. e2200300119, 2022. MALABOU, Catherine. What should we do with our brain?. Fordham Univ Press, 2009. MARX, Karl. O capital, Volume I, Capítulo VI (inédito). São Paulo: Ciências Humanas, 1978. _____. O Capital. Volume 1, 2ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013. MATZ, Sandra C. et al. Psychological targeting as an effective approach to digital mass persuasion. Proceedings of the national academy of sciences, v. 114, n. 48, p. 12714-12719, 2017. MICHIE, Susan et al. Developing and evaluating digital interventions to promote behavior change in health and health care: recommendations resulting from an international workshop. Journal of medical Internet research, v. 19, n. 6, p. e7126, 2017.MICHIE et al., 2017. MOROZOV, Evgeny. Big Tech: A ascensão dos dados e a morte da política. São Paulo: Ubu Editora, 2018. NADKARNI, A., & HOFMANN, S. G. Why Do People Use Facebook? Personality and individual differences, V.2, 52(3), p. 243–249, 2012. NADLER, Anthony; MCGUIGAN, Lee. An impulse to exploit: the behavioral turn in data-driven marketing. Critical Studies in Media Communication, v. 35, n. 2, p. 151-165, 2018. NODDER, Chris. Evil by Design: Interaction design to lead us into temptation. Indianapolis: John Wiley & Sons, Inc., 2013a. NORMAN, Donald A. Design emocional: por que adoramos (ou detestamos) os objetos do dia-a-dia. Rio de Janeiro: Rocco, 2008. O'NEIL, Cathy. Weapons of math destruction: How big data increases inequality and threatens democracy. Broadway books, 2016. OPEN SCIENCE COLLABORATION. Estimating the reproducibility of psychological science. Science, v. 349, n. 6251, p. aac4716, 2015. PENTLAND, Alex. Social Physics: How social networks can make us smarter. New York: Penguin, 2015. PICARD, Rosalind W. Affective Computing. MIT Press, Cambridge, MA, USA, 1997. POELL, Thomas; NIEBORG, David; VAN DIJCK, José. Platformisation. Internet Policy Review, 2019, 8.4: 1-13.POELL; NIEBORG; VAN DIJCK, 2019. RIKAP, Cecilia. Capitalism, power and innovation: Intellectual monopoly capitalism uncovered. Routledge, 2021. RITZER, George; JURGENSON, Nathan. Production, consumption, prosumption: The nature of capitalism in the age of the digital 'prosumer'. Journal of

consumer culture, 2010, 10.1: 13-36. SADOWSKI, Jathan. When data is capital: Datafication, accumulation, and extraction. Big data & society, v. 6, n. 1, p. 205, 2019. SANTOS, Vinícius Oliveira. Trabalho imaterial e a teoria do valor em Marx. São Paulo: Expressão Popular, 2013 SEAVER, Nick. Captivating algorithms: recommender systems as traps. Journal of Material Culture, ago., 2018.SEAVER 2018. SEVIGNANI, Sebastian. The development of informational needs and prospects of a needs-based critique of digital capitalism. Annual Review of Critical Psychology, Vol. 16, pp. 523-543, 2019 SIEGEL, Eric. Análise Preditiva: o poder de prever quem vai clicar, comprar, mentir ou morrer. Alta Books Editora, 2018. SILVEIRA, Sergio Amadeu. A noção de modulação e os sistemas algorítmicos. PAULUS: Revista de Comunicação da FAPCOM, 2019. SMITH, Edward E. Cognitive psychology: history. 2015. Artificial Intelligence 25 (3):247-253. SRNICEK, Nick. Platform capitalism. John Wiley & Sons, 2017. SUNDAR, S. Shyam; LIMPEROS, Anthony M. Uses and grats 2.0: New gratifications for new media. Journal of Broadcasting & Electronic Media, v. 57, n. 4, p. 504-525, 2013. TERRANOVA, Tiziana. Attention, economy and the brain. Culture Machine, v. 13, 2012. THALER, RH e SUNSTEIN, CR.. "Libertarian Paternalism". The American Economic Review 93: 175–179, 2003. _____. Nudge: Um Pequeno Empurrão. Alfragide: Lua de Papel, 2018. TURKLE, Sherry. Life on the Screen. Simon and Schuster, 2011. _____. Alone together: Why we expect more from technology and less from each other. Hachette UK, 2017.TURKLE, 2017. VAN DIJCK, José. Datafication, dataism and dataveillance: Big Data between scientific paradigm and ideology. Surveillance & society, 2014, 12.2: 197-208. VARGO, Stephen L. and Robert F. LUSCH 2004. 'Evolving to a New Dominant Logic for Marketing.' Journal of Marketing 68: 1–17. VIEIRA PINTO, Álvaro. O conceito de tecnologia. Volume 1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005a. _____. O conceito de tecnologia. Volume 1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005b. VIGOTSKI, Lev Semionovich. El problema del desarrollo de las funciones psíquicas superiores. Obras escogidas, v. 2, p. 11-46, 1997. _____. Teoria e método em psicologia. 3ª ed. - São Paulo: Martins Fontes, 2004. WARD, Jacob. The Loop: How Technology is Creating a World Without Choices and How to Fight Back. Hachette Books, 2022. WATSON, John B. Influencing the Mind of Another. (Coleção J. Walter Thompson: Advertising America), 1935. Adam Matthew Digital [arquivo digital de acesso restrito]. WESTRUP, Ana Carolina et al. Desinformação: crise política e saídas democráticas para as fake news. Veneta, 2020. WIENER, Norbert. Cibernética e sociedade: o uso humano de seres humanos. São Paulo: Cultrix, 1970. WU, Tim. The attention merchants: The epic scramble to get inside our heads. Vintage, 2017. YARKONI, Tal. The generalizability crisis. Behavioral and Brain Sciences, 2020, 1-37. YOUYOU, Wu; KOSINSKI, Michal; STILLWELL, David. Computer-based personality judgments are more accurate than those made by humans. Proceedings of the National Academy of Sciences, v. 112, n. 4, p. 1036-1040, 2015.YOUYOU; KOSINSKI; STILLWELL, 2015 ZAJONC, R. (2006) Mere exposure: a gateway to the subliminal. In Lichtenstein Sand Slovic P (eds), The Construction of Preference. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 464–470.

MC 02. A Amazônia frente ao avanço do capital: práxis de uma Psicologia que se soma às lutas e resistências coletivas

Solange Struwka (UNIR), Fábio Rodrigues Carvalho (USP), Daylan Maykiele Denes (USP)

Descrição: O território da Amazônia brasileira tem sido palco de intensas e aceleradas transformações em seu bioma, em sua economia e em suas dinâmicas sociais. A expansão de grandes projetos na região tem se caracterizado por um avanço sistemático sobre áreas historicamente ocupadas, cuidadas e produzidas por povos originários e comunidades tradicionais. Legitimado por narrativas ideológicas de "progresso" e "desenvolvimento", esse processo tem gerado impactos profundos e múltiplos: expropriação de terras e territórios por grandes latifundiários, migrações forçadas, empobrecimento da população, expansão de periferias urbanas, intensificação das violências e aprofundamento da exploração predatória da natureza e das populações tradicionais. Nesse contexto, colonialismo e capitalismo atuam de maneira articulada e contínua para desestruturar formas de vida que escapam à lógica dominante. Um território historicamente enriquecido por saberes indígenas, afro-amazônicos e camponeses é constantemente representado como vazio, improdutivo ou atrasado — uma operação simbólica que serve para justificar sua ocupação forçada e espoliação. Tal narrativa constitui uma estratégia de dominação que desumaniza os sujeitos locais, invisibiliza seus conhecimentos e nega a legitimidade de suas formas de existência. Nesse debate, a história da Amazônia é também a história da convivência, das trocas culturais e das resistências entre diferentes povos. Compreender o desenvolvimento das populações amazônicas requer reconhecer a interdependência entre indígenas que resistiram à colonização refugiando-se em áreas mais remotas; populações negras que formaram comunidades quilombolas como estratégia de resistência; e camponeses que, enraizados nas culturas da floresta, desenvolveram modos de vida profundamente articulados à lógica dos rios, das estações e dos ciclos naturais. A vida cotidiana desses grupos se organizava em torno das várzeas e das terras firmes, por meio de práticas sustentáveis de agricultura, pesca, coleta de frutos, uso medicinal das plantas, construção de moradias e fabricação de embarcações. A figura social amplamente conhecida como "caboclo" representa essa síntese cultural, sendo reconhecida como expressão viva da relação entre sociedade e natureza na região (Malheiro; Porto-Gonçalves; Michelotti, 2021). Diante disso, a discussão sobre o território e o uso das terras na Amazônia adquire centralidade estratégica. Como aponta Milton Santos (1988), o território não pode ser concebido como simples justaposição de sistemas naturais e humanos; ele é, sobretudo, produto de usos sociais, históricos e políticos. O espaço é transformado pelas práticas dos sujeitos — que constroem moradias, produzem alimentos, estabelecem redes de sociabilidade — e, ao mesmo tempo, constitui e conforma esses mesmos sujeitos. O território, portanto, é base da vida, do trabalho, da espiritualidade, da memória e da identidade, sendo atravessado por disputas de poder, vínculos de pertencimento e processos de resistência. A ocupação do território amazônico esteve historicamente entrelaçada aos projetos coloniais e às dinâmicas de expansão do capitalismo no Brasil. Ao longo do tempo, a região foi inserida em sucessivos projetos de exploração e integração ao mercado nacional e internacional, convertendo-se em uma das principais frentes de expansão da fronteira agrícola e extrativista. Os dois ciclos da borracha (1879–1912 e 1942–1945) marcaram momentos decisivos dessa tentativa de incorporação da Amazônia à lógica do capital. A extração do látex, voltada majoritariamente para o mercado externo, fomentou a formação de oligarquias políticas e econômicas locais e reconfigurou o território com base nas rotas de circulação e escoamento do produto (Michelotti; Malheiro, 2020). Atraídos por promessas de trabalho e melhores condições de vida, milhares de migrantes — sobretudo do Nordeste — foram deslocados para a região. Muitos permaneceram após o colapso dos ciclos econômicos, contribuindo para a

constituição de comunidades camponesas e ribeirinhas. Essas comunidades, ao se relacionarem com povos indígenas e quilombolas, deram origem a redes socioculturais complexas, formando novas territorialidades baseadas no uso compartilhado da terra, nos saberes locais e nas práticas de extração florestal (Marques, 2019; Malheiro; Porto-Gonçalves; Michelotti, 2021). Esse processo de expansão capitalista foi intensificado de maneira mais sistemática durante a ditadura empresarial-militar, nas décadas de 1960 e 1970. Nesse período, o regime instaurou uma série de instituições e programas voltados à ocupação e exploração da Amazônia, como a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), a Zona Franca de Manaus e o Plano de Integração Nacional (PIN). Sob a lógica da doutrina de segurança nacional, a região passou a ser tratada como uma fronteira a ser conquistada, assumindo uma posição estratégica tanto do ponto de vista geopolítico quanto econômico. Grandes obras de infraestrutura — como a construção das rodovias Transamazônica e BR-364 —, incentivos fiscais e projetos de colonização compuseram a chamada "Operação Amazônia" (Michelotti; Malheiro, 2020). Essas ações aprofundaram a lógica de ocupação predatória, marcada por práticas institucionalizadas de violência, repressão às populações locais e degradação ambiental — reafirmando, assim, um padrão histórico de desenvolvimento que associa progresso econômico à exclusão social e à destruição dos ecossistemas e das culturas amazônicas. Essa leitura da Amazônia como uma "frente pioneira" a ser conquistada e integrada ao restante do país orientou políticas que promoveram a conversão de extensas áreas naturais em territórios voltados à modernização agrícola e à expansão da agropecuária. Regiões como Rondônia, Pará e Mato Grosso tornaram-se focos de colonização estatal, especialmente entre as décadas de 1960 e 1980, marcando um processo de reconfiguração territorial violento, que desconsiderava os modos de vida tradicionais e os saberes acumulados por povos indígenas, afro-amazônidas e camponeses (Silva; Dandolini, 2018). Nesse contexto, a Amazônia passou a ser ideologicamente representada como um espaço vazio, atrasado e improdutivo, cuja "vocação natural" deveria ser redirecionada pelo Estado e pelo capital. Como apontam Malheiro, Porto-Gonçalves e Michelotti (2021), essa representação legitimou políticas de ocupação forçada e de transformação da floresta em mercadoria, reforçando desigualdades históricas e aprofundando os conflitos sociais. De acordo com Ianni (1979), a política de colonização da Amazônia promovida pela ditadura militar pode ser interpretada como uma forma de contrarreforma agrária. Em vez de promover a redistribuição de terras nas regiões de origem dos camponeses – como o Nordeste e o Sul do Brasil –, o Estado optou por estimular sua migração em massa para a Amazônia. Essa estratégia visava conter e deslocar os intensos conflitos fundiários que eclodiam nessas regiões, agravados pelo processo de modernização agroindustrial. A mecanização da agricultura e a consequente concentração fundiária expulsaram milhares de trabalhadores rurais de suas terras, forçando-os a buscar alternativas de sobrevivência nas novas fronteiras agrícolas da floresta. Ao chegarem à Amazônia, esses migrantes encontravam, em geral, um cenário hostil, sem garantias de acesso à terra, infraestrutura ou apoio estatal efetivo. O próprio Estado, por meio de suas políticas de colonização, incentivava práticas de desmatamento como forma de "comprovar" a ocupação produtiva da terra, legitimar a posse e, assim, garantir o acesso a lotes. Entretanto, essas áreas, frequentemente desmatadas por pequenos agricultores e posseiros, acabavam sendo posteriormente apropriadas por grandes latifundiários, favorecendo a expansão da agropecuária em larga escala e aprofundando ainda mais as desigualdades no campo (Malheiro; Porto-Gonçalves; Michelotti, 2021). Esse processo revela o caráter contraditório da ação estatal: ao mesmo tempo em que promovia o discurso de integração nacional e de desenvolvimento regional, consolidava uma estrutura fundiária excludente e reforçava o modelo de acumulação baseado na espoliação territorial e na destruição ambiental. Assim, a Amazônia tornou-se um território de deslocamento e conflito, em que os projetos de colonização operaram como mecanismos de controle social e de reorganização do espaço agrário sob os interesses do capital. Essa forma de ocupação da

Amazônia introduziu abordagens conflitantes sobre o território, tensionando os modos de vida tradicionais com os interesses do capital. A expansão dos grandes latifúndios voltados à criação de gado e às monoculturas intensificou a exploração da terra, consolidando uma lógica produtiva excludente. A transição para práticas mais capitalistas representou um profundo desafio para as populações locais, cujos modos de vida passaram a competir diretamente com a pressão pela expansão agropecuária e pela exploração predatória da floresta (Porto-Gonçalves, 2001). A construção do ideal de um "Brasil Grande" na Amazônia, estruturado a partir de grandes projetos de infraestrutura, corredores de exportação e incentivos ao agronegócio, consolidou uma estratégia de acumulação que Malheiro (2020) denomina como "nosso agro-minero-negócio". Essa lógica de apropriação sistemática de terras, matérias-primas e recursos públicos favoreceu a intensificação da extração de riquezas naturais e ampliou de forma significativa os impactos socioambientais na região. Tornou-se uma política de Estado, reproduzida e aprofundada por diferentes governos — desde a ditadura militar até gestões democráticas de variados espectros ideológicos —, evidenciando a centralidade da Amazônia na dinâmica de expansão do capital no Brasil. Além disso, durante os anos 2000, o consenso em torno das commodities foi estabelecido sob o discurso do desenvolvimento, o que reforçou o controle do capital agrário e mineral sobre a Amazônia. A região foi reposicionada como eixo estratégico para o crescimento econômico, transformando-se em peça-chave na pauta exportadora brasileira (Marques, 2019). A retórica desenvolvimentista ocultava a continuidade de práticas extrativistas, perpetuando o vínculo entre a exploração amazônica e as agendas políticas e econômicas hegemônicas. A construção das usinas hidrelétricas de Belo Monte (PA) e Santo Antônio (RO) exemplifica esse consenso. Ambos os projetos representam algumas das maiores intervenções de infraestrutura já realizadas na Amazônia, com profundos impactos sobre os territórios tradicionais e elevadíssimos custos socioambientais. O projeto de Belo Monte, originalmente planejado e aprovado durante a ditadura militar, foi interrompido nos anos 1980 devido à resistência das populações locais, mas foi retomado e implementado durante os primeiros governos do Partido dos Trabalhadores (PT), tal como o complexo hidrelétrico Santo Antônio, em Porto Velho (RO). O saldo desses empreendimentos foi a geração de lucros vultosos para consórcios privados, bancos financiadores e setores do agronegócio e da mineração, enquanto os prejuízos sociais e ambientais foram socializados entre indígenas, ribeirinhos e comunidades tradicionais. Na atualidade, o projeto AMACRO — acrônimo dos estados do Amazonas, Acre e Rondônia — configura-se como a mais recente frente de expansão da fronteira agrícola na Amazônia, sendo inspirado no modelo do MATOPIBA, região formada pelo estado do Tocantins e partes dos estados do Maranhão, Piauí e Bahia, onde ocorreu forte expansão agrícola a partir da segunda metade dos anos 1980, especialmente no cultivo de grãos. Por meio de políticas voltadas à ampliação do potencial agrícola e econômico da região, a AMACRO tem se consolidado como uma nova expressão do avanço do agronegócio na floresta, provocando impactos significativos, como o aumento do desmatamento, a apropriação indevida de terras públicas e a intensificação de conflitos territoriais (Craveira; Silva, 2024). Localizada nas áreas de fronteira entre os três estados, a região da AMACRO passou a destacar-se, especialmente desde 2015, pelos altos índices de desmatamento e pela consolidação de práticas fundiárias e produtivas predatórias. Esse processo atingiu seu auge em 2022, no contexto do desmonte das políticas ambientais promovido pelo governo Jair Bolsonaro, legitimando uma lógica de expansão que se ancora em rodovias estratégicas — como a BR-230 e a BR-319 — e que contribui para a reconfiguração do espaço regional (Vidal; Neto, 2023). Esse modelo de desenvolvimento, de caráter predatório, encara a natureza como um recurso ilimitado, desconsiderando os limites ecológicos e sociais da região. Este projeto, impulsionado pelo agronegócio, já cobre 45 milhões de hectares e avança rapidamente para ter mais área destinada à agropecuária do que de floresta, ameaçando 10% do bioma amazônico. Entre 2003 e 2022, a área agropecuária mais que dobrou, alcançando 7,2 milhões de hectares, superando o tamanho da Irlanda. Atualmente, em 13 dos 32 municípios da região, a

agropecuária já ocupa mais espaço do que a floresta e, segundo climatologistas, se nada for feito, a floresta perderá sua capacidade de regeneração até 2067 (Bispo, 2024). Paralelamente, a expansão da fronteira agrícola tem alimentado a especulação fundiária e intensificado os conflitos no campo. Dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) revelam que, apenas entre 2021 e 2022, foram registrados 12 assassinatos no campo em Porto Velho, capital de Rondônia — com trabalhadores sem-terra e posseiros como principais vítimas (CPT, 2022; 2023). Esses números denunciam a violência estrutural que acompanha o avanço do capital sobre os territórios amazônicos, revelando a face mais brutal da disputa pela terra. Essa lógica de ocupação e expansão reproduz um padrão historicamente recorrente nas frentes de colonização brasileiras: camponeses com poucos recursos, atraídos por políticas estatais de incentivo ao desmatamento e à ocupação, estabelecem-se com base em práticas agrícolas de subsistência e manejos tradicionais. Entretanto, com o avanço da lógica capitalista sobre o território, esses pequenos produtores tendem a ser expropriados por grandes latifundiários e corporações que impõem modelos de monocultura em larga escala. Tal dinâmica não apenas intensifica o desmatamento e a degradação ambiental, mas promove a expulsão sistemática de famílias camponesas, forçando-as a migrar para novas áreas de fronteira agrícola — onde o ciclo tende a se repetir (Vidal; Neto, 2023). Esse processo revela um modelo predatório de desenvolvimento, baseado na conversão da floresta em ativos econômicos, onde o valor da terra é definido por sua capacidade de gerar lucro e não por sua função social, ecológica ou cultural. Ainda assim, diante da violência e da espoliação, emergem com vigor as resistências populares na Amazônia. Povos indígenas, ribeirinhos, seringueiros, quilombolas e camponeses têm se constituído como sujeitos políticos na defesa de seus territórios e modos de vida, articulando saberes ancestrais, práticas de cuidado com a terra e formas de organização comunitária. A Psicologia, neste cenário, é chamada a assumir um papel ético e político, alinhado aos processos de resistência coletiva e à afirmação dos direitos territoriais. As reflexões de Martins (2016) contribuem para esse debate ao compreender a fronteira amazônica não apenas como um limite geográfico, mas como um espaço social de ambiguidade e experimentação, onde coexistem promessas de futuro e ameaças de destruição. Nessas zonas de transição — como as frentes de expansão da fronteira agrícola na Amazônia —, os sujeitos populares frequentemente são destituídos de sua historicidade e tratados como entraves ao desenvolvimento. São alvos de violências simbólicas e materiais que buscam apagar seus modos de existência, fragmentar suas redes de pertencimento e invisibilizar suas formas de organização. Compreender a produção do espaço amazônico e a constituição dos sujeitos que o habitam exige, portanto, uma Psicologia implicada nas lutas concretas dos povos da floresta, águas, campos e periferias urbanas. É preciso articular os aportes críticos da Psicologia Social reconhecendo que os processos subjetivos são constituídos pelas condições históricas, materiais e políticas. Nesse sentido, o presente minicurso propõe refletir e debater sobre os seguintes aspectos: que Psicologia é possível - e necessária - frente às disputas territoriais na Amazônia? Como intervir junto aos sujeitos em luta, sem reproduzir lógicas coloniais e desumanizantes? Como construir práticas de atuação que fortaleçam os vínculos comunitários, a memória coletiva, a conscientização, a identidade social e a resistência coletiva? É nesse ponto que a Psicologia é convocada a sair de seus limites tradicionais e a se engajar com os sujeitos históricos da região, não apenas como mediadora de danos ou reparadora de traumas, mas como aliada dos processos de resistência e de reconstrução coletiva. As contribuições de Ignacio Martín-Baró (2017; 1996) são centrais nessa proposta. Ao formular a Psicologia da Libertação, o autor denuncia os efeitos do colonialismo, do imperialismo, da repressão e da alienação sobre os povos latino-americanos, conclamando os psicólogos e psicólogas a romperem com o academicismo descomprometido e a se engajarem com os interesses dos oprimidos. Para o autor, a Psicologia deve reconhecer as raízes históricas do sofrimento social, contribuir para a denúncia das estruturas de opressão e promover a organização coletiva como caminho de transformação. Essa perspectiva reposiciona os sujeitos amazônicos não como vítimas passivas, mas como protagonistas de seus

territórios e histórias. A resistência na Amazônia não é apenas reativa — ela é afirmativa, criadora de mundos. Manifesta-se na retomada de terras indígenas e quilombolas; nas agroflorestas e sistemas agroecológicos; nas festas, nos cantos e nos saberes que mantêm vivas as memórias ancestrais; nas redes de apoio mútuo formadas diante da ameaça dos despejos; e nas alianças entre movimentos sociais, pesquisadores comprometidos, igrejas progressistas e educadores populares. Cada uma dessas expressões reafirma a Amazônia como território vivo, insurgente e múltiplo. Desta forma, no decorrer do minicurso, discutiremos experiências concretas de atuação psicológica em contextos de conflito territorial, em diálogo com comunidades, movimentos e organizações de base. Refletiremos sobre como práticas participativas, escuta sensível, produção de narrativas, valorização de saberes locais e construção coletiva de sentidos podem contribuir para fortalecer os sujeitos e suas formas de habitar o mundo. Destacamos a importância de uma Psicologia comprometida com a justiça socioambiental, os direitos dos povos e a defesa da diversidade cultural e ecológica da região. Por fim, apontamos que os conflitos na Amazônia não se reduzem a disputas fundiárias ou ambientais: tratam-se de confrontos entre projetos de mundo. Reconhecendo sua inserção histórica e política, a Psicologia pode contribuir para tornar visíveis as vozes silenciadas, afirmar os direitos dos povos amazônicos e participar ativamente na construção de futuros mais justos, plurais e humanizados.

Palavras-chave: Amazônia; Psicologia; Território; Resistência; Referências: CRAVEIRA, K. de O.; SILVA, F. B. A. AMACRO e Frentes Pioneiras na Amazônia: Desmatamento, Psicosfera e Questão Fundiária. Revista Geopolítica Transfronteiriça, [S.l.], v. 8, n. 2, p. 39-53, mar. 2024. Disponível em: <https://periodicos.uea.edu.br/index.php/revistageotransfronteirica/article/view/3354>. Acesso em: 29 ago. 2024. IANNI, O. Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1979. MALHEIRO, B. C.; PORTO-GONÇALVES, C. W.; MICHELOTTI, F. Horizontes Amazônicos: para repensar o Brasil e o mundo. São Paulo: Expressão Popular/Fundação Rosa Luxemburgo, 2021. MARTÍN-BARÓ, Ignácio. A desideologização como contribuição da psicologia social para o desenvolvimento da democracia na América Latina. In: LACERDA JR., F. (Org.). Crítica e libertação na Psicologia: Estudos psicossociais. Tradução de F. Lacerda Jr. Petrópolis: Vozes, 2017. p. 55-65. MARTÍN-BARÓ, Ignácio. O papel do psicólogo. Estud. Psicol. 1996, v.2, n.1, p.2-27. MARTINS, J. S. Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2016. MARQUES, G. de S. Amazônia: riqueza, degradação e saque. São Paulo: Expressão Popular, 2019. MICHELOTTI, F.; MALHEIRO, B. Questão agrária e acumulação por espoliação na Amazônia. Revista da ANPEGE, [S. l.], v. 16, n. 29, p. 641–680, 2020. DOI: 10.5418/ra2020.v16i29.12495. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/12495. Acesso em: 28 out. 2024. SANTOS, Milton. Metamorfoses do Espaço Habitado: fundamentos Teórico e metodológico da geografia. São Paulo: Hucitec,1988. SILVA, R. G. C.; DANDOLINI, G. Conflitos agrários e acesso à terra em Rondônia. Rev. Direito e Práx., Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 461-479, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2018/32712>. Acesso em: 14 set. 2023. VIDAL, B. S.; NETO, T. O. Desmatamento e as Frentes Pioneiras na Região da AMACRO. Revista Presença Geográfica, v. 10, n. 1, p. 30-43, 2023. Disponível em: https://periodicos.unir.br/index.php/RPGeo/article/view/7257. Acesso em: 14 nov. 2024.

MC 04. A Atuação da Psicologia com a População em Situação de Rua e Públicos Vulnerabilizados nas Políticas Públicas

Rodrigo Acioli Moura (ASSOPERJ), Daiane Gasparetto da Silva (UEPA)

Descrição: A proposta deste minicurso nasce da necessidade urgente de qualificar a atuação da Psicologia junto a pessoas em situação de rua e demais populações em contextos de vulnerabilidade social. Com base na publicação "Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) em Políticas Públicas para a População em Situação de Rua", elaborada pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) por meio do CREPOP, o minicurso se propõe como um espaço de formação, troca e reflexão sobre os caminhos possíveis para a construção de práticas mais humanas, éticas e comprometidas com a justiça social. O documento base organiza-se em quatro eixos, além dos anexos, que contém, igualmente, informações consideradas relevantes para a consulta da categoria e que emergiram, na maioria, do processo de consulta pública. O Eixo 1, Contextualização e Definição da População em Situação de Rua, aborda a definição e a caracterização desse grupo, enfatizando a importância de reconhecer a diversidade dentro desse grupo. Ele aborda as condições sociais, econômicas e políticas que levam as pessoas a essa situação, além de destacar a necessidade de um atendimento que respeite a dignidade e os direitos humanos, como preconiza o Código de Ética do Psicólogo. Ainda, apresenta os marcos legais da política, assim como, equipamentos da rede de serviços que atuam na garantia de direitos desta população. No segundo eixo, Resgate Histórico entre a Psicologia e a População em Situação de Rua, é feita uma análise histórica da atuação da psicologia em relação à população em situação de vulnerabilidade social. O texto explora como a psicologia social e comunitária se desenvolveu no Brasil, destacando a influência de saberes de diversas áreas do conhecimento e a produção de subjetividade nos contextos sociais da América Latina. A ideia central é que a prática psicológica deve ser informada por uma compreensão histórica e contextualizada. O Eixo 3, Práticas e Intervenções Psicológicas, apresenta as práticas e intervenções que podem ser realizadas por profissionais da psicologia com a população em situação de rua. Ele enfatiza a importância de um trabalho que não apenas atenda às necessidades imediatas, mas que também promova a autonomia e a participação ativa das pessoas atendidas, propondo que as intervenções sejam baseadas em uma escuta sensível e em um diálogo respeitoso, considerando as singularidades de cada pessoa. O quarto eixo, Modos de Resistência, tem como foco a resistência da população em situação de rua frente às adversidades. O texto destaca que, apesar das dificuldades, existem lutas por direitos, dignidade e reconhecimento. Este eixo enfatiza a importância de aprender com a população em situação de rua e de dialogar com ela, reconhecendo suas vozes e experiências como fundamentais para a construção de políticas públicas efetivas. Trazendo um processo inovador à metodologia do CREPOP, este eixo também contou com a escuta da população em situação de rua no processo de consulta pública. Esses eixos, juntos, oferecem uma perspectiva abrangente sobre a relação entre a psicologia e a população em situação de rua, destacando a necessidade de uma abordagem ética, respeitosa e comprometida com a transformação social. A população em situação de rua vive uma realidade marcada por múltiplas formas de exclusão. Essa condição não pode ser compreendida apenas pela ausência de moradia, mas deve ser reconhecida como expressão concreta das desigualdades sociais, econômicas, raciais e políticas que atravessam a sociedade brasileira. São pessoas que enfrentam, cotidianamente, o estigma, o preconceito e a negação de direitos fundamentais. Muitas vezes, também são alvo de violências institucionais e práticas higienistas, inclusive por parte de políticas públicas que deveriam protegê-las. Nesse contexto, a Psicologia tem um papel estratégico na construção de respostas que não reforcem essas exclusões, mas que ajudem a enfrentá-las. Atuando em diversos equipamentos da rede de políticas públicas — como Centros de Referência da Assistência Social (CRAS),

Centros de Referência Especializados (CREAS), Centros Pop, consultórios na rua, unidades de saúde e equipes de abordagem — psicólogas e psicólogos precisam desenvolver práticas que sejam, ao mesmo tempo, tecnicamente fundamentadas, éticas e sensíveis às realidades específicas de cada pessoa atendida. A atuação com esse público exige muito mais do que o domínio de técnicas. Requer uma escuta qualificada e aberta, que considere as histórias de vida, os sofrimentos acumulados, os vínculos rompidos, os traumas vividos e as estratégias de sobrevivência construídas por cada sujeito. É fundamental reconhecer que, para muitas pessoas em situação de rua, o contato com instituições e profissionais pode estar associado a experiências anteriores de violência, julgamento e rejeição. Por isso, o estabelecimento de vínculos de confiança é parte central do trabalho da Psicologia nesse campo. Outro ponto importante é o reconhecimento da potência e da agência das pessoas em situação de rua. Elas não devem ser tidas apenas como destinatárias de cuidados ou como sujeitos passivos, mas como protagonistas de suas histórias e de suas lutas por direitos. A Psicologia, nesse sentido, deve se aliar a essas pessoas, fortalecendo sua voz e sua presença nos espaços onde se definem políticas públicas e ações de cuidado. O minicurso busca justamente oferecer ferramentas para que psicólogas(os), estudantes e profissionais das políticas públicas possam desenvolver uma prática comprometida com esses princípios. Por meio de exposições dialogadas, análise de trechos das Referências Técnicas, estudos de caso, partilhas de experiências e construção coletiva de propostas, serão trabalhados temas como: a escuta como prática política e ética; os desafios da construção de vínculos em contextos de desconfiança; a importância do território e da presença ativa nas ruas; o cuidado intersetorial e em rede; a luta por políticas públicas inclusivas e o enfrentamento das violências institucionais. Além disso, o curso propõe uma abordagem crítica sobre o lugar da Psicologia nas políticas públicas. O foco está menos na aplicação de técnicas específicas e mais na reflexão sobre o compromisso social da profissão. Parte-se do entendimento de que a Psicologia precisa se posicionar frente às desigualdades e atuar como uma força que contribua para a transformação das condições de vida da população. Isso implica romper com práticas burocráticas e distanciadas, e investir em formas de atuação que reconheçam a complexidade da vida nas ruas e os limites das respostas institucionais existentes. Ao longo do minicurso, será enfatizado que a atuação profissional precisa estar sempre referenciada pelo Código de Ética da Psicologia, pelas normativas do Sistema Conselhos e, sobretudo, pelos princípios dos direitos humanos. A escuta, o acolhimento e o cuidado não podem ser dissociados do compromisso com a promoção da dignidade, da cidadania e do acesso à cidade. O trabalho da Psicologia não deve apenas aliviar o sofrimento imediato, mas também colaborar com a resistência a políticas excludentes e com a luta por uma sociedade mais justa. O público do minicurso inclui psicólogas(os), estudantes de Psicologia, trabalhadoras(es) da rede de políticas públicas e demais interessadas(os) em aprofundar o debate sobre a atuação da Psicologia em contextos de vulnerabilidade. Ao promover esse espaço de formação, o Conselho Federal de Psicologia reafirma seu compromisso com uma Psicologia que se coloca ao lado da população, que reconhece a força dos territórios e dos sujeitos que os habitam, e que busca construir respostas éticas, técnicas e politicamente comprometidas. O minicurso será realizado por meio de metodologias participativas, que valorizam a experiência das(os) participantes e estimulam o diálogo entre teoria e prática. Espera-se que, ao final do processo formativo, as(os) participantes se sintam mais preparadas(os) para atuar de forma sensível, ética e crítica, reconhecendo a complexidade dos contextos de exclusão e contribuindo para o fortalecimento de práticas que promovam o cuidado, a dignidade e os direitos da população em situação de rua e de outros grupos vulnerabilizados.

MC 06. A crítica da "vida danificada" – Introdução a Adorno e suas articulações com a Psicologia Social contemporânea

Bruno Carvalho Rodrigue de Freitas (FAM)

Descrição: A crítica da "vida danificada" – Introdução a Adorno e suas articulações com a Psicologia Social contemporânea Este mini-curso tem como objetivo oferecer uma introdução crítica ao pensamento do filósofo e sociólogo alemão Theodor W. Adorno, importante expoente da chamada Escola de Frankfurt, com ênfase na sua proposta de uma psicologia social crítica e suas possíveis articulações com a psicologia social contemporânea, especialmente no contexto brasileiro. O curso será desenvolvido em três horas, estruturado em blocos temáticos. Seu conteúdo é voltado a estudantes de graduação, pós-graduação, profissionais das políticas públicas e demais interessados nas interfaces entre filosofia, psicanálise e psicologia social crítica. Essa proposta é baseada no meu doutorado defendido este ano intitulado: "Sofrimento e crítica da sociedade em Adorno". A proposta pedagógica articula teoria e prática, filosofia e política, subjetividade e estrutura social, com o intuito de oferecer subsídios para uma compreensão ampliada e crítica das formas de sofrimento contemporâneas. Serão abordados aspectos centrais do pensamento adorniano, como a crítica da racionalidade instrumental, o conceito de vida danificada, a ideia de mímese e a releitura do inconsciente freudiano. O curso propõe-se como um espaço de reflexão e troca entre participantes, buscando criar condições para o desenvolvimento de uma escuta clínica e social sensível às formas contemporâneas de dor e resistência. O curso comporta entre 3 e 30 participantes e se insere diretamente no eixo temático 05 — "Assistência Social, vulnerabilidades, violências e promoção de direitos humanos". Tal vinculação se dá pela proposta de problematizar a atuação da Psicologia Social no contexto das políticas públicas, especialmente diante das desigualdades estruturais, violências institucionais, processos de exclusão e formas diversas de vulnerabilidade social. Ao abordar criticamente essas questões sob a luz da teoria crítica adorniana, pretende-se contribuir com o fortalecimento de práticas profissionais éticas, críticas e sensíveis à complexidade dos sujeitos em sofrimento. Estrutura do curso O curso será dividido em quatro blocos temáticos: 1. Sonhos entre Freud e Adorno Neste primeiro momento, será analisada a concepção de sonho como fenômeno psíquico e social, a partir do diálogo entre a teoria psicanalítica de Freud e sua releitura crítica por Adorno. Freud compreende os sonhos como uma realização de desejos inconscientes, enraizados em experiências infantis reprimidas. Os sonhos, organizados por mecanismos como a condensação, deslocamento e elaboração secundária, revelam desejos censurados pela consciência, cumprindo uma função protetora do sono e de elaboração simbólica. Adorno, por sua vez, reconhece o valor da teoria freudiana, mas propõe uma ampliação crítica: os sonhos também são atravessados pelas estruturas sociais e econômicas em que o sujeito está inserido. Em obras como "Minima Moralia" e em "Protocolo de sonhos", os sonhos aparecem como manifestações simbólicas da negatividade social, condensando angústias históricas e sofrimentos coletivos. Essa perspectiva não dissocia o inconsciente da realidade social, mas propõe compreendê-lo como um espaço em que as violências sociais são metabolizadas — ainda que de maneira fragmentária, cifrada e não verbalizável. Essa articulação entre inconsciente e sociedade tem impactos significativos para a prática da Psicologia Social. Sonhos relatados em atendimentos clínicos, institucionais ou comunitários podem ser interpretados não apenas como expressões de conflitos internos, mas também como manifestações dos traumas sociais e estruturais vividos por sujeitos em situação de

vulnerabilidade. Assim, o sonho torna-se um campo privilegiado de escuta do sofrimento social, especialmente em contextos como a Assistência Social, onde frequentemente se manifestam sintomas silenciosos de abandono, exclusão, violência e opressão. 2. A noção de vida danificada e sua relação com o trauma psicanalítico O segundo bloco será dedicado à análise do conceito adorniano de "vida danificada" (beschädigten Leben), que se configura como uma reformulação crítica da noção psicanalítica de trauma. Freud, em obras como O "Mal-Estar na cultura" e "Moral sexual civilizada e a doença dos nervos moderna", já apontava a relação entre trauma e repressão social. A moral sexual burguesa, a exigência de renúncia pulsional e as interdições do desejo eram entendidas como fontes fundamentais de sofrimento psíquico. Em alguns textos, Freud usa expressões como "sexualidade danificada" para se referir aos efeitos nefastos da repressão social sobre o psiquismo. Adorno retoma e aprofunda essa crítica, argumentando que o trauma, mais do que um evento excepcional, é constitutivo da subjetividade sob o capitalismo. Em sua filosofia, o sofrimento não é patologia, mas normalidade. A "vida danificada" refere-se a uma existência moldada por condições sociais opressoras que impossibilitam o florescimento humano. A racionalidade capitalista, ao transformar tudo em mercadoria — inclusive o tempo, os afetos e o corpo — produz sujeitos exauridos, instrumentalizados e mutilados em sua capacidade de sentir, pensar e desejar. Para Adorno, o trauma não é apenas psíquico: ele é histórico, social, político e, em muitos casos, corporal. Ele afeta também formas de vida não humanas, como os animais e a natureza, e se manifesta de maneiras difusas, como o cansaço crônico, o medo constante, a ansiedade paralisante ou a apatia generalizada. Essas formas de sofrimento podem ser lidas como sintomas de uma vida danificada, isto é, uma vida em que a subjetividade foi conformada sob a pressão constante da sobrevivência, da adaptação e da alienação. Essa concepção amplia as possibilidades da Psicologia Social ao propor um olhar clínico e social que reconheça as raízes coletivas do sofrimento. Profissionais atuando no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) encontram cotidianamente sujeitos cuja dor não se limita ao individual, mas expressa marcas de uma violência social sistêmica: racismo, transfobia, desemprego, insegurança alimentar, abandono institucional. A teoria da vida danificada nos permite enxergar esses sofrimentos como manifestações legítimas de uma subjetividade lesada por condições desumanas. 3. Ética, solidariedade e o reconhecimento da dor No terceiro momento do curso, discutiremos os aspectos morais e éticos do conceito de vida danificada e suas implicações para a Psicologia Social contemporânea. Adorno propõe uma ética da negatividade, que parte da recusa da barbárie e da rejeição à normalização da dor. A frase "Auschwitz começa onde quer que alguém olhe para um matadouro e pense: são apenas animais" revela sua concepção de ética: não uma lista de regras universais, mas a exigência radical de empatia e recusa da coisificação da vida. Essa ética se sustenta no reconhecimento do sofrimento alheio como ponto de partida da ação moral. Em vez de buscar prescrições normativas, Adorno propõe uma escuta sensível à dor, uma solidariedade não condescendente, mas crítica. Isso exige um deslocamento do olhar técnico para uma postura existencialmente comprometida com a dignidade do outro. A solidariedade, nesse sentido, não é ajuda assistencialista, mas partilha do sofrimento, recusa da indiferença, abertura ao vínculo. A Psicologia Social, nesse contexto, é convocada a desenvolver práticas que não apenas acolham o sofrimento, mas que o tornem inteligível em suas dimensões sociais e políticas. Isso implica práticas de escuta que não culpabilizem o sujeito por sua dor, mas que situem essa dor em um quadro estrutural de violências e exclusões. Ao promover a escuta crítica e a empatia mimética, o profissional da psicologia se torna agente de transformação social, contribuindo para a denúncia das condições que produzem sofrimento. 4. Mímese, animalidade e crítica ao trabalho O último bloco do curso será dedicado à discussão do conceito de

mímese e sua relação com a animalidade e a crítica ao trabalho. Em Adorno, a mímese é uma forma originária de relação com o mundo, baseada na sensibilidade e na capacidade de identificação com o outro — humano ou não humano. Ao longo da história ocidental, especialmente com o avanço da racionalidade instrumental, a mímese foi sendo progressivamente reprimida em nome da dominação da natureza, da produtividade e do controle técnico. Essa repressão teve como consequência não apenas a destruição do meio ambiente, mas também o empobrecimento da experiência humana. A animalidade, como dimensão sensível, instintiva e corporal do humano, foi reprimida, gerando sujeitos dissociados de si mesmos, do corpo e da natureza. A mímese, que poderia ser um caminho de reconexão com a vida, foi substituída pela adaptação funcional e pela competitividade. O trabalho, transformado em obrigação alienada, tornou-se lugar de sofrimento, vigilância e esvaziamento subjetivo. Essa crítica adorniana ao trabalho e à repressão da mímese é especialmente atual em tempos de uberização, informalidade extrema, precarização do cuidado e desmonte das políticas públicas. Os efeitos psíquicos da exploração do trabalho — ansiedade, depressão, burnout — são manifestações da vida danificada em sua dimensão produtiva. A Psicologia Social, ao se apropriar criticamente dessa análise, pode repensar suas intervenções junto a trabalhadores precarizados, populações em situação de rua, mulheres em jornadas extenuantes de cuidado, entre outros sujeitos atravessados por violências econômicas e simbólicas. Além disso, a mímese pode ser pensada como uma forma de resistência ética e política. Ela implica a capacidade de se afetar, de recusar a lógica da instrumentalização e de buscar formas de vida mais sensíveis, interdependentes e respeitosas com a diversidade das existências. Isso aponta para a possibilidade de alianças não apenas entre povos, mas também entre espécies, como propõe o título do encontro em que o curso se insere: “Aliança dos povos: Psicologia Social face à destruição de todas as formas de vida”. Pertinência com o eixo temático: Assistência Social, vulnerabilidades, violências e promoção de direitos humanos. A proposta deste mini-curso está diretamente vinculada ao eixo temático 05 do evento, na medida em que propõe uma reflexão crítica sobre as formas de sofrimento vividas por populações vulnerabilizadas no contexto das políticas públicas. O conceito de vida danificada permite compreender que as violências sociais não são desvios ou exceções, mas expressões sistêmicas de uma racionalidade que transforma vidas em meios descartáveis. Ao articular teoria crítica, psicanálise e prática em psicologia social, o curso oferece subsídios para uma atuação profissional sensível às múltiplas dimensões do sofrimento humano, capaz de reconhecer a historicidade das dores e a necessidade de sua superação ética. O curso pretende, assim, contribuir para a formação de profissionais comprometidos com os princípios do SUAS, com a garantia de direitos humanos e com a construção de práticas emancipatórias no campo da assistência social.

MC 07. A Psicologia no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) – Fundamentos, Desafios e Estratégias de Gestão

Neuza Maria de Fátima Guareschi (UFRGS), Isabel Maria Farias Fernandes de Oliveira (Conselho Federal de Psicologia (colaboradora)), Bárbara de Souza Malvestio (CRAS)

Descrição: O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é a política pública brasileira que organiza a oferta de proteção social para as populações em situação de vulnerabilidade e risco social. A psicologia, enquanto ciência e profissão comprometida com as transformações sociais e os direitos humanos, tem desempenhado um papel fundamental na consolidação e na efetivação do SUAS. Este minicurso visa apresentar os fundamentos teórico-metodológicos da atuação da psicologia no SUAS, refletir sobre os desafios enfrentados, e discutir estratégias políticas e éticas para gestores que pretendem fortalecer essa política pública essencial a partir da referência técnica elaborada pelo CREPOP, COMO AS PSICÓLOGAS E OS PSICÓLOGOS PODEM CONTRIBUIR PARA AVANÇAR O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS) – INFORMAÇÕES PARA GESTORAS E GESTORES. 1. Contextualização da Psicologia na Assistência Social A psicologia no SUAS surge como um instrumento histórico, forjado em meio às lutas sociais e compromissos éticos, com foco na pluralidade das subjetividades e nas múltiplas formas de ser e estar no mundo. Ela está voltada para defender direitos à cultura, identidade, territorialidade, ancestralidade e memória, compreendendo a interseccionalidade das opressões, ou seja, a interação entre racismo, patriarcado, opressão de classe e outros sistemas discriminatórios que estruturam desigualdades sociais. A trajetória da psicologia no SUAS está vinculada a uma série de processos históricos de luta contra o assistencialismo assistencialista, herança do Brasil escravagista e desigual, que impõe desproteção social não neutra quanto às condições sócio-econômicas e raciais. Esse cenário exige uma atuação da psicologia que vá além do serviço individual, rompendo com o estigma das práticas manicomiais e institucionalizantes associadas historicamente à pobreza e outras marcadores sociais como raça, gênero e etnia. 2. A Consolidação do Trabalho da Psicologia no SUAS O SUAS organiza suas equipes de referência conforme a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos – NOB-RH/SUAS, que define a composição mínima dessas equipes com profissionais de nível superior, orientados por códigos de ética e responsáveis pela oferta de serviços, programas e benefícios nos territórios. A psicologia integra essas equipes como componente essencial para a análise, planejamento e execução das ações de proteção social. Essas equipes atuam nos diferentes níveis de proteção, buscando entregar respostas adequadas às demandas singulares das populações, privilegiando abordagens que respeitam as identidades e singularidades das pessoas e coletivos. Para isso, a psicologia utiliza ferramentas teórico-metodológicas que apoiam a gestão democrática do SUAS, fortalecendo os vínculos comunitários e a participação social. 3. Desafios para a Psicologia no Cenário Atual do SUAS O contexto contemporâneo impõe desafios significativos para a psicologia no SUAS. Entre eles estão o aumento das vulnerabilidades sociais na pandemia, o desmonte sistemático das políticas públicas, o subfinanciamento crônico imenso provocado pela Emenda Constitucional 95/2019, e a precarização das condições de trabalho das(os) profissionais, que além disso enfrentam relações laborais conflituosas e assédio moral. Esses problemas impactam diretamente a qualidade da proteção social ofertada, colocando em risco a efetivação dos direitos sociais e a dignidade dos usuários do sistema. Além disso, evidencia-se a necessidade de uma atuação profissional fundada na ética, no compromisso com a justiça social, e na valorização do trabalho coletivo e interdisciplinar. 4. A

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

Psicologia como Agente de Transformação Social Ao assumir seu papel transformador, a psicologia não atua isoladamente, mas engaja-se em processos políticos e sociais que fortalecem a luta por direitos humanos e justiça social. A construção de políticas públicas de assistência social requer a participação ativa e crítica das(os) psicólogas(os), bem como a articulação política permanente entre trabalhadores, gestores e usuários do SUAS. A psicologia no SUAS promove o empoderamento dos sujeitos sociais, contribuindo para ampliar os horizontes da proteção social e para resistir a estruturas opressoras que historicamente marginalizam determinados grupos. A gestão é central nesse processo, exigindo ações sensíveis e inclusivas que valorizem as diversidades culturais, étnicas e sociais, e promovam o fortalecimento do sistema enquanto um espaço democrático e participativo. 5. Diretrizes para uma Atuação Ética e Qualificada no SUAS Para atingir o compromisso com a ética, o texto destaca que as ações de psicólogas(os) devem estar alinhadas com os princípios da interseccionalidade, reconhecendo as múltiplas opressões que incidem sobre a população usuária do SUAS. O trabalho deve ser realizado a partir de metodologias que fortaleçam os vínculos sociais e a autonomia dos sujeitos, combatendo o estigma e o preconceito via promoção da cultura, memória e identidade. Além disso, é imprescindível que as práticas profissionais dialoguem com os processos de controle social e a participação comunitária, que são bases para a efetivação das políticas públicas no Brasil. A gestão do SUAS deve assegurar condições adequadas de trabalho para as(os) psicólogas(os), incluindo suporte técnico, formação continuada, e ambiente de trabalho livre de assédio e precarização. 6. A Gestão do SUAS como Espaço de Participação e Controle Social A gestão do SUAS é um espaço estratégico para a construção de uma política democrática. Para tanto, gestores devem fomentar a participação ativa das(os) trabalhadores, dos usuários e da sociedade civil nos colegiados estaduais, municipais e nacionais de assistência social. A psicologia pode contribuir na mediação desse processo, fornecendo subsídios técnicos para o planejamento e a avaliação das políticas. A gestão sensível e ética demanda ainda a articulação política constante com vistas a fortalecer o SUAS, reconhecendo que cada elemento – trabalhador, gestor, usuário – tem papel indispensable na consolidação dessa rede protetiva. O trabalho da psicologia deve assim ser articulado, visando contribuir para a transformação social e o enfrentamento das desigualdades estruturais brasileiras. A ampliação da atuação da psicologia no SUAS representa uma importante conquista para a política pública de assistência social no Brasil. Contudo, vencer os desafios do subfinanciamento, das precarizações e das múltiplas vulnerabilidades sociais exige uma atuação ética, crítica e comprometida. Este minicurso destacou os aspectos centrais para compreender a inserção da psicologia nas equipes do SUAS, o compromisso com a interseccionalidade, a importância da participação social e do controle democrático, e o papel fundamental da gestão que deve garantir condições de trabalho dignas e fortalecer o sistema para que ele cumpra sua missão constitucional. Finalmente, o compromisso dos gestores e profissionais de psicologia nesta conjuntura é um compromisso histórico – de trabalhar na resistência aos retrocessos e de erguer um SUAS mais justo, plural e democrático, capaz de efetivar os direitos socioassistenciais e construir um país que respeite a diversidade e promova a equidade social.

MC 08. A psicologia social e a formação de agentes jovens de direitos humanos, direitos sexuais e reprodutivos em escolas e universidades

Luis Guilherme Galeao-Silva (USP), Diego da Silva Placido (USP)

Descrição: Este curso se destina a discutir o processo de formação de jovens nas escolas de ensino médio e instituição de ensino superior como agentes de práticas de direitos humanos e direitos sexuais e reprodutivos. Fruto da reflexão sobre a prática de 5 anos de orientação de professores e alunos em Iniciação Científica no Ensino Médio (IC-EM) e dois anos em orientação de alunos universitários em Iniciação Científica (IC) neste sentido formativo. As experiências formativas de IC-EM foram sustentadas e dialogadas com colegas de projeto temático FAPESP e as com IC foram, do mesmo modo, possíveis a partir de convênio com a Universidade do Sul da Califórnia. Trata-se de um desafio para a escola e a universidade tratarem da formação em direitos sexuais na práxis por ser um campo de intersetorialidade entre educação e saúde. Para tanto, pretendemos discutir de modo participativo três dimensões desta formação com exemplos práticos de nossa experiência formativa: (1) o processo de formação em direitos, (2) a centralidade da perspectiva dos participantes, no caso os os jovens na escola e na universidade, como exercício da autonomia de sujeitos de direitos e (3) saúde dos jovens e seu letramento em direitos como produto das ações concretas destes como protagonistas do processo de prevenção. (4) Depois destas, indicamos reflexões ético políticas destas experiências formativas como educação libertadora para a psicologia social. (1)O processo de formação em direitos é sabidamente um desafio na perspectiva de uma formação dialógica e crítica. Considerando o ensino a partir da pedagogia do oprimido (Paulo Freire) encaramos a tarefa como um exercício de dialogismo entre educando e educador. O ensino bancário dos direitos seria a mera transmissão cognitiva de conhecimentos que estariam ocos do seu significado como fomento a autonomia e o senso crítico. Esta armadilha pode ser enfrentada por meio do dialogismo em que os jovens trazem situações dilemáticas quanto aos direitos para o diálogo que permite a construção de práxis de enfrentamento das violações de direitos e aprendizado do respeito e reconhecimento aos sujeitos de direitos. Um exemplo deste debate foi a discussão sobre a educação sexual na escola. Foram discutidos os prós e os contras, sendo a posição dos jovens a garantia do direito à informação. E foi evidente a representação de que os responsáveis pelos jovens seriam contrários à inclusão da educação sexual no currículo escolar. A ação prática decidida pelos jovens foi fazer uma enquete com alunos, responsáveis e professores que mostrou que a maioria dos alunos, responsáveis e professores eram favoráveis à educação sexual, o que demonstra uma prática transformadora dos jovens a partir da experiência dialógica (2) A perspectiva dos participantes é central nas experiências formativas disparadoras desta reflexão a ser compartilhada. Os direitos sexuais como parte das lutas de reconhecimento que tiveram como marco a declaração dos direitos humanos indicam que autonomia para a escolha de ter ou não relações sexuais, o direito a contracepção entre outros são efetivados no cotidiano das pessoas. No cotidiano a perspectiva dos participantes das interações é indispensável tanto para o questionamento quanto o reconhecimento dos direitos e da não discriminação. Neste sentido é indispensável a relação entre saúde, direitos sexuais e o prazer (Sofia Gruskin). Os participantes da escola não só a constroem como cotidiano como a compreendem e resistem ou aderem a seus projetos. A perspectiva aqui é mais do que percepção de indivíduos e sim a sua própria reflexão e prática no mundo social e histórico. Assim, a perspectiva dos sujeitos de apreender as opressões é produto das experiências de vida. E tanto a escola quanto a universidade são

instituições chave na reprodução quer da alienação quer da consciência crítica. A reprodução da alienação ou da crítica estão necessariamente ligadas a reprodução de comportamentos de desrespeito ou de respeito e reconhecimento da pessoa humana. São nas práticas sociais vividas que os jovens traziam experiências de desrespeito e de reconhecimento e muitos contaram que só tiveram consciência de situações de assédio depois que desenvolveram uma consciência crítica quanto à misoginia e ao racismo. Suas ações concretas e cotidianas levaram a oficinas de consentimento na semana de recepção dos calouros, pois assim, subverteram a lógica hierárquica de veteranos e bichos como hierarquia alienante do reconhecimento e do respeito da autonomia. As frases marcantes desta ação eram Não é Não. Talvez também é não. Só o sim é sim. (3) A prevenção como práxis psicossocial é significativa na abordagem das experiências que motivam este diálogo. Os jovens como sujeito de direitos são autônomos para se insurgir contra o desrespeito e em suas próprias ações respeitarem as outras pessoas. Esta prevenção inserida no direito a saúde é uma superação da lógica biomédica do binômio organismo saúde. O quadro da vulnerabilidade e direitos humanos (Vera Paiva e José Ricardo Aires) preconiza a saúde é produto da relação entre o corpo e sujeito de direitos que são mediados por vulnerabilidades pessoais, vulnerabilidades programáticas e vulnerabilidades sociais, ou seja a desigualdade se expressa nestas dimensões. E essas também são dimensões interventivas e não apenas diagnósticas da desigualdade. A pessoa, sujeito de direitos e com consciência crítica da vulnerabilidade, se previne e ajuda na prevenção de outros, por exemplo, tomando vacinas. A sua vulnerabilidade é muito reduzida por iniciativas programáticas (efetivação de políticas públicas) que reduzem os efeitos práticos da desigualdade. Um exemplo da redução da vulnerabilidade programática é a distribuição gratuita de preservativos internos e externos que reduzem a disseminação de IST como a Aids. Os alunos questionaram sobre a não distribuição programática de preservativos na universidade. E estabeleceram como ação política pactuar com equipamentos do SUS da região a distribuição de preservativos no campus com indicativos da distribuição gratuita no SUS. Por fim, a vulnerabilidade social é reduzida por medidas de redução da desigualdade e garantia do reconhecimento de todos como sujeitos protegidos por direitos e detentores de dignidade. (4) Por fim, como reflexão final gostaríamos de destacar a dimensão psicossocial deste formação para direitos sexuais e prevenção como parte da luta social pela libertação da opressão. Levar essa luta às escolas e universidades se insere entre num campo de disputa política e de enfrentamento de ideologias. Disputar esses espaços se torna um dever ético e político da psicologia social, em especial, em tempos de crise do capital como neste momento histórico. Tanto na reflexão crítica da prática educacional emancipadora quanto na urgência de se criar práticas libertadoras e com participação daqueles que são diretamente afetados, aqui os jovens, estão na luta pela formação de consciência crítica e práxis social. O direito à dignidade e ao reconhecimento são garantidos tanto na normatividade ocidental quanto na ancestral e libertadora. Estes direitos são pilares da educação libertadora e deste modo estão inscritos nestas duas raízes a luta por transformação social. A psicologia tem o dever ético de ter um papel no conhecimento e na prática que deve contribuir para a efetivação desses direitos. O direito à dignidade e ao reconhecimento estão presentes na declaração universal dos direitos humanos, nas convenções internacionais. São indissociáveis dos direitos a não discriminação de mulheres, povo indígenas e por raça/etnia. Estão todos garantidos na Constituição Federal de 1988. Cabe aqui dizer que os fundamentos do código de ética profissional na psicologia estão assentados nesta matriz normativa. Entretanto, esta não incide sobre parte dos povos da América Latina e de outros territórios. Daí a necessidade de que na luta por libertação e descolonização da nossa normatividade recuperemos a ligação com dignidade e participação nas lutas por

libertação. A ancestralidade nos traz uma outra raiz da dignidade da pessoa, uma outra participação na comunidade de seres que inclui a natureza. Neste sentido, a psicologia como área de conhecimento e prática nascida no norte global tem se metamorfoseado em outros saberes e práticas na América Latina e assim assumido compromissos com a decolonialidade, a libertação, a memória de suas lutas e a comunidade de destino com a dignidade e libertação dos povos com direito a diferença e a igualdade. Em tempos de recrudescimento do autoritarismo é necessário lembrar a crítica dialética. Ao dizer "A exigência que Auschwitz não se repita é a primeira de todas para a educação" ao proferir essas palavras em seus texto Adorno não apenas esboçava um lamento histórico, na verdade deixou uma missão ética para as gerações que se seguiram, um alerta sobre os riscos da civilização quando se descola da crítica, da empatia e autonomia. Os retorno à barbárie narrados em seu texto não são obras de monstros irracionais, são resultados de estruturas sociais autoritárias e de obediência cega e da desumanização, todas produzidas por sujeitos "normais as regras" bem ajustados a uma sociedade que adoeceu. Neste cenário, a educação e os educadores têm como responsabilidade central a formação de sujeitos que serão capazes de resistir à barbárie, mas para isso é preciso uma reconfiguração profunda na forma como educamos. Sendo a educação uma ferramenta útil tanto para a barbárie quanto para a libertação, sua prática não deve manter um caráter neutro, em outras palavras, ou colabora com a opressão e a dominação ou busca ferramentas de libertação (Paulo Freire). A educação que almejamos tem autonomia e consciência crítica como antídoto contra o conformismo e a opressão. E para isto tem que ser feita de forma horizontal e dialógica e que não trate os indivíduos como objetos ou simples reprodutores de conteúdos em constante relação com seus pares e com respeito a pluralidade de conhecimentos.

MC 09. A qualificação do voluntariado em Psicologia: dever ético em contextos de Emergências e Desastres

Cristiane Santos de Souza Nogueira (CRP DE MINAS GERAIS)

Descrição: DURAÇÂO: 3 horas VAGAS: 50 DURAÇÂO: 3 horas VAGAS: 50 DURAÇÂO: 3 horas VAGAS: 50 Duração: 3 horas Número de vagas: 50 O voluntariado em contextos de calamidade pública é um dever ético e uma atuação humanitária que pode valorizar ainda mais a Psicologia enquanto ciência e profissão. Na prática, o voluntariado desordenado em emergências e desastres tem se configurado como um desafio diante do despreparo da categoria. As emergências climáticas globais convocam a categoria para atuações contextualizadas que respondam às questões socioambientais. As experiências de desastres socioambientais acompanhadas pelo Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais, como rompimentos de barragens minerárias, enchentes, averigua grande montante de voluntários nos territórios com atuação desqualificada e desarticulada, que pode aumentar o risco de situações de violência (roubos, assaltos, estupros), risco de produzir receio e afastamento da população local com os serviços prestados pela Psicologia enquanto ciência e profissão, além do risco de comprometer o vínculo das pessoas atingidas com a rede local para buscar ajuda, acolhimento. Tal desarticulação também corrobora para que o tempo de construção e oferta das ações e articulações não acompanhem o tempo com que as necessidades surgem nesses contextos. Para a ONU, um desastre é definido como uma séria interrupção no funcionamento de uma comunidade ou sociedade, causando uma grande quantidade de mortes, bem como perdas e impactos materiais, econômicos e ambientais que excedem a capacidade da comunidade ou sociedade afetada de fazer frente à situação. O conceito de desastre para a ONU é amplo e abrange tanto os eventos naturais, que causam danos significativos, como também os fatores que contribuem para a vulnerabilidade das comunidades e sua capacidade de resposta diante destes eventos. Resumindo, um desastre ocorre quando um evento natural ou humano causa danos e perdas que superam a capacidade de resposta e recuperação da comunidade afetada. Constata-se a necessidade urgente do Brasil em estabelecer políticas públicas, articuladas e intersetoriais, além do fortalecimento das políticas já existentes, capazes de garantir atendimento integral aos afetados, minimizando efetivamente o sofrimento decorrente desses eventos, evitando violações de direitos e aumento de desigualdades sociais, além de restabelecer direitos já violados. A atuação da Psicologia na Gestão de riscos, emergências e desastres é muito distinta da atuação clínica convencional, da realização de psicoterapias e requer domínio de outras habilidades. Assim, o minicurso proposto visa instrumentalizar profissionais e estudantes de Psicologia a partir de alguns temas relevantes a fim oferecer suporte adequado às necessidades emergenciais das populações afetadas, atentando também para a importância de salvaguardar a integridade física e mental destes profissionais atuantes nesses contextos. Primeiramente apresentar os princípios de fluxo organizativo, reconhecendo que o voluntariado necessita de gestão devendo o profissional se reportar à rede pública local onde ocorreu o evento, bem como aos órgãos oficiais que estiverem atuando no desastre. Para essa atuação é fundamental conhecer os dispositivos governamentais já instalados, as equipes multiprofissionais e os profissionais da Psicologia que já atuam no território pois são eles que poderão apontar as reais necessidades e possibilidades de atuação para os voluntários e profissionais que chegam ao território, buscando conhecer e adotar os protocolos de biossegurança adotados. Assim como o governo local, ou os entes federados nas três esferas de poder, a Defesa Civil é órgão responsável pela proteção da população e engendra as ações de gestão de risco, emergências e desastres nos territórios. Por esse motivo, voluntários e profissionais que atuam nesses contextos precisam conhecer quais as recomendações e plano de ação da Defesa Civil em determinado contexto. Assim, é

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

importante evitar improvisações e ações isoladas, atuando sempre que possível de maneira associada a outros grupos e garantindo assim oferta de maior cobertura às pessoas e territórios atingidos. Para isso, a psicóloga/voluntária deve se aproximar de organizações, conselhos de classe, de outros profissionais mais experientes para obter orientações, acessar materiais e publicações que possam qualificar a atuação profissional. A comunicação e orientação em emergências e desastres é uma importante estratégia de assistência que pode auxiliar na garantia de direitos das pessoas atingidas, sendo fundamental que profissionais se atualizem diariamente através de canais oficiais de informação como OMS, OPAS, Ministério da Saúde, Defesa Civil, Fiocruz, secretarias estaduais e municipais. Uma das formas mais potentes de atuação em contextos de emergências e desastres é levar informações atualizadas às populações em calamidade. Nesse ínterim, aprender a operar com a ferramenta dos Primeiros Cuidados Psicológicos fundamental visto se tratar de um conjunto de ações simples, humanas e eficazes, voltadas ao acolhimento de pessoas em situações de sofrimento emocional imediato decorrente de uma crise, emergência ou desastre. Essa ferramenta, validada e difundida pela Organização Mundial da Saúde, se difere da psicoterapia, não envolvendo escuta profunda nem diagnósticos, mas sim apoio, proteção e orientação, reduzindo e prevenindo o risco de transtornos mentais futuros. Outra importante estratégia de atuação é a familiaridade com algumas ferramentas virtuais e redes sociais para viabilizar a comunicação durante o processo de atuação. Assim a profissional deverá também avaliar em que situações cabem oferta de serviços de forma virtual ou presencial e quais as estratégias mais adequadas. A psicóloga deve ser orientar sobre os deveres do voluntário, conforme lei específica e sobre os direitos da população atendida, estabelecendo acordos e condições sobre o trabalho a ser desenvolvido, zelando pela produção e guarda de registros e documentos advindos do trabalho realizado, respeitando as normativas do sistema conselhos de Psicologia. Fundamental saber que o voluntariado tem momento de entrada e saída, sendo uma atuação temporária no território atingido. Desta forma, há que se ressaltar que trabalho tenha tempo para iniciar e terminar no contexto de emergência e desastre, ressaltando que finalizado esse momento o trabalho não pode passar a ser remunerado. Temas comumente não trabalhados na graduação em Psicologia carecem também de serem abordados como ferramentas imprescindíveis para atuação ética e responsável na gestão integral de riscos, emergências e desastres. Normas de biossegurança, uso adequado de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e protocolos de avaliação de cena. Os riscos psicossociais também precisam ser dimensionados, reconhecendo também os riscos para as pessoas que trabalham nesses contextos como forma de construção de estratégias de autocuidado tanto de maneira individual quanto coletiva. A Psicologia Social como um de seus objetivos, busca contribuir para o entendimento dos impactos de desastres socioambientais para as pessoas, comunidades, populações e territórios atingidos. Assim, contribuir na qualificação profissional para oferta de intervenções é papel da Psicologia Social. É dever ético da Psicologia a preparação da categoria como forma de defender direitos humanos de populações atingidas, reconhecendo que os desastres afetam, desproporcionalmente, as pessoas mais pobres no mundo e que a consolidação de práticas e políticas públicas em tais contextos devem contribuir para que as pessoas não permaneçam condicionadas a construírem saídas e enfrentamentos baseando-se apenas nas condições de sua resiliência. DATA DE ENVIO: 08 de junho de 2025. ALVES, R. B.; LACERDA, M. A. C.; LEGAL, E. J. A atuação do psicólogo diante dos desastres naturais: uma revisão. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 17, n. 2, p. 307-315, abr./jun. 2012. ALBUQUERQUE, B. S.; ZACARIAS, G. M. A Psicologia como aliada à gestão de risco em desastres. Revista Ordem Pública e Defesa Social, v. 9, n. 1, p. 109-120, jan./jun. 2016. BRASIL. Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9608.htm. Acesso em: 08 jun 2025. BRASIL. Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação

de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis nºs 12.340, de 1º de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências. BRASIL: Ministério da Saúde. Saúde Mental e Atenção Psicossocial na Rede de Atenção às Urgências do SUS: orientações para o cuidado com pessoas em sofrimento ou transtorno mental, em situação de urgência e emergência. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. Guia de preparação e resposta à emergência em saúde pública por inundação / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. – Brasília : Ministério da Saúde, 2017. BRASIL. Ministério da Saúde. Respostas Emocionais e Primeiros Cuidados Psicológicos. Brasília, 2024. BRASÌLIA. Fiocruz. Saúde mental e atenção psicossocial nas emergências e desastres: orientações para a atuação de profissionais de saúde. Brasília, Fiocruz, 2016. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Psicologia de emergências e desastres na América Latina: promoção de direitos e construção de estratégias de atuação / Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2011. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Nota Técnica sobre atuação da Psicologia na gestão integral de riscos e de desastres, relacionadas com a política de proteção e defesa civil. Brasília: CFP, 2016. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Referências Técnicas para a atuação de psicólogas(os) em emergências e desastres. Brasília: CFP, 2023. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Nota Técnica CFP nº 22/2024: Atualização das orientações para a atuação de psicólogas e psicólogos nas fases de preparação, resposta e reconstrução em desastres. Brasília: CFP, 2024. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2024/09/SEI_1812191_Nota_Tecnica_22.pdf. DÁRIO, P. P.; MALAGUTTI, W. Contribuições para atuação do psicólogo nos desastres hidrológicos. Journal of Management & Primary Health Care, v. 6, n. 1, p. 1-11, 2015. FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DAS SOCIEDADES DA CRUZ VERMELHA E DO CRESCENTE VERMELHO. Manual de intervenções psicossociais em emergências. Genebra: IFRC, 2009. Disponível em: https://pscentre.org. Acesso em: 15 abr. 2025. FREITAS, Carlos Machado de Guia de preparação e respostas do setor saúde aos desastres / Carlos Machado de Freitas, Maíra Lopes Mazoto e Vânia da Rocha. — Rio de Janeiro, RJ : Fiocruz/Secretaria de Vigilância em Saúde, 2018. Inter-Agency Standing Committee- IASC (2007). Diretrizes para Saúde Mental e Apoio Psicossocial em Emergências Humanitárias. Genebra: IASC, 2007. Disponível em: https://interagencystandingcommittee.org. Acesso em: 15 abr. 2025. LOPES, D. C. et al. Gestão de riscos e de desastres: contribuições da Psicologia. Florianópolis: CEPED/UFSC; Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2010. RIBEIRO, M. P.; FREITAS, J. L. Atuação do psicólogo na gestão integral de riscos e desastres: uma revisão sistemática da literatura. Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia, v. 13, n. 2, e14794, 2020. MACEDO, J. P., & ROZENDO, A. L. R. (2020). Psicologia das emergências: da intervenção à prevenção. São Paulo: Cortez. MÉDICOS SEM FRONTEIRAS. Diretrizes de Saúde Mental. Paris: MSF, 2013. Disponível em: https://www.msf.org/mental-health Acesso em: 15 abr. 2025. NOLASCO, L. Atuação do psicólogo em situações de desastre: reflexões a partir da práxis. Interface - Comunicação, Saúde, Educação, v. 19, n. 52, p. 313-322, abr./jun. 2015. Organização Pan-Americana da Saúde – OPAS. (2003). Emergências e desastres: guia para intervenções imediatas em saúde mental. OPAS/OMS. UFPB. Manual de Biossegurança. Departamento de Fisiologia e Patologia do Centro de Ciências da Saúde (CCS) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). João Pessoa, 2020.

MC 10. Alianças entre a Gestão Autônoma da Medicação (GAM) e a Redução de Danos (RD): caminhos de afirmação da vida

Indianara Maria Fernandes Ferreira (Travessias - Psicologia Clínica), Wamberto da Silva Medeiros (UFRN), Ana Karenina de Melo Arraes Amorim (UFRN)

Descrição: A Gestão Autônoma da Medicação (GAM) é uma estratégia e uma metodologia que surgiu inicialmente no Quebec/Canadá na década de 1990, a partir da articulação entre diferentes atores e movimentos sociais que se organizaram em torno de problemáticas em comum: a centralidade do uso de medicamentos psiquiátricos no cuidado em saúde mental. Esta centralidade, com efeito, resulta no consumo acrítico, excessivo e prolongado e por tempo indeterminado de drogas psicotrópicas (drogas prescritas), reduzindo o cuidado em saúde mental ao campo psiquiátrico e a terapêutica farmacológica, desconsiderando a construção de projetos de cuidado que ofereçam e/ou consideram a composição com outras estratégias e alternativas de cuidado. Isso acarreta, por exemplo, modelos de intervenção padronizados e generalizados baseados exclusivamente em hipóteses biomédicas (Rodriguez et al, 2001) nos quais os usuários pouco possuem autonomia ou participação ativa na construção e/ou decisões acerca do seu próprio tratamento/cuidado. Nesse sentido, a GAM é uma estratégia e metodologia que possibilita problematizar o lugar que as drogas psiquiátricas ocupam no tratamento, buscando a promoção de autonomia e a ampliação de práticas alternativas de cuidado em saúde mental, possuindo como materialidade um caderno-guia que foi traduzido e adaptado ao contexto brasileiro através de uma pesquisa multicêntrica (Campos et al., 2012), dando origem ao Guia Brasileiro da Gestão Autônoma da Medicação (GGAM-BR), tendo como bússola a Reforma Psiquiátrica Brasileira e o nosso Sistema Único de Saúde (SUS), derivando algumas mudanças no trabalho com esta ferramenta no contexto brasileiro (que pretendemos apresentar com maior profundidade durante a realização deste minicurso) tais como o uso da ferramenta a partir de grupalidades e/ou coletivos. Ressaltamos aqui as especificidades das experiências com a GAM no contexto brasileiro de saúde mental com ênfase nos espaços de cuidado direcionados a pessoas em sofrimento psíquico decorrente do uso/consumo de drogas, considerando que são múltiplos os modos de uso/consumo e as relações com as drogas, portanto, nem todo uso/consumo de drogas é de risco e ou problemático. Nestes cenários de cuidado, a centralidade do uso/consumo de drogas psiquiátricas adquire maior complexidade, visto que pessoas que usam/consomem drogas proscritas (lícitas e/ou ilícitas) são tratadas com drogas prescritas - gerando um contexto de consumo de múltiplas substâncias (prescritas e proscritas). É imprescindível ressaltar o atravessamento das engrenagens proibicionistas, da lógica antidrogas e da guerra às drogas na perspectiva de cuidado direcionado às pessoas que usam/consomem drogas, baseado no imperativo da abstinência, das lógicas asilares e hospitalocêntricas, com enfoque médico-psiquiátrico que reduz o uso/consumo de drogas – problemático ou não – ao significante doença, cuja principal resposta de tratamento é a abstinência, a internação e a prescrição de drogas psicotrópicas. Decorre assim um cenário no qual os problemas com drogas têm como principal resposta o consumo de outras drogas - e a linha que separa as drogas indesejáveis ou proscritas e drogas desejáveis ou prescritas é uma linha moral, política e capitalista num panorama caracterizado pela medicalização da vida e medicamentalização entrelaçados com os impactos do proibicionismo e da guerra às drogas que se expressam como engrenagens do projeto colonial-racista-capitalista que está na base da nossa sociedade. A partir do breve vislumbre dos traços que caracterizam as singularidades da GAM no Brasil,

captamos a ressonância altíssima das propostas ético-políticas do SUS, da Luta Antimanicomial e da Redução de Danos. Alguns trabalhos inspiradores vem ampliando o escopo da discussão para agregar drogas prescritas e proscritas, lícitas e ilícitas, com a afirmação de que a GAM pode ser uma estratégia ampliadora do paradigma da Redução de Danos (Ferreira, 2019; Avarca, 2021; Rodrigues, 2014; Medeiros, 2013), se afirmando como Gestão Autônoma de Múltiplas Substâncias (Ferreira et al., 2021). Para Lancetti (2014) a Redução de Danos é "uma política e uma prática de saúde pública definida como uma série de procedimentos destinados a atenuar as consequências adversas do consumo de drogas" (p. 77). Lancetti (2014) aponta que a Redução de Danos é conduzida por uma ética preocupada com a ampliação da vida, que potencializa a criação e enriquecimento de territórios existenciais e modos de vida múltiplos e autônomos. Estamos falando de uma ética do cuidado que conduz relações que permitem a expressão da diversidade de elementos e movimentos das vidas dos que usam drogas. Tal ética conduz uma prática com efeitos ao mesmo tempo clínicos e políticos, pela defesa e produção da vida, resguardando sua liberdade e autonomia, e isso só pode se dar a partir da contraposição radical às políticas proibicionistas que tendem a produzir a estigmatização, criminalização e, no limite, morte de usuários e comunidades. Deslocando o foco da substância para a vida das pessoas, abre-se a possibilidade de experimentação e fortalecimento de processos singulares, rompendo com as segmentaridades binarizantes como abstinência-recaída, usuário-ex-usuário que enredam tão comumente os olhares sobre drogas em nossa sociedade e ampliando os horizontes de possibilidade para as trajetórias de vida e de cuidado (Ferreira, 2019). A proposta da Gestão Autônoma da Medicação parece confluir com a ética de ampliação da vida proposta pela Redução de Danos, enriquecendo ambos os campos. Ao passo em que a GAM traz um amplo debate sobre as drogas psiquiátricas, ainda pouco ecoante nas pautas da RD, tradicionalmente mais focadas nas drogas proscritas (lícitas e ilícitas), a Redução de Danos auxilia na ampliação do horizonte proposto pela GAM, originalmente focada no debate sobre as drogas prescritas. Assim, nosso minicurso se dedica a habitar esse liame, dialogando sobre as diferenças e as possibilidades de composição entre a Gestão Autônoma da Medicação e a Redução de Danos. Utilizaremos uma metodologia expositiva e dialogada a partir de experiências práticas que serão compartilhadas através de diferentes meios (como slides, imagens e fotografias, cordel, fanzine e o próprio caderno-guia GAMBR) como dispositivos intercessores de construção coletiva de diálogo e reflexão, estimulando a participação ativa das/os participantes e a troca coletiva de experiências, saberes e aprendizados. Propomos adentrar num plano de composição entre a GAM e a RD a partir de experiências vividas nesse campo, das tessituras teóricas, metodológicas e práticas a partir destas, caminhando através das potencialidades desta composição para a produção de cuidado e de vida nestes cenários. Para tanto, esse minicurso será desenvolvido a partir de três momentos: I) Introdução, contextualização e apresentação do Guia-GAMBR de seus princípios norteadores tais como a concepção de autonomia e cogestão. No tocante a autonomia, a discussão se dará em torno da autonomia como experiência coletiva, conectiva e compartilhada, rompendo com um modelo individualista e fragmentado de produção e gestão do cuidado. No tocante a concepção de cogestão, a discussão se dará em torno de experiências com dispositivos grupais e coletivos; da produção de transversalidade e de práticas cogestivas e participativas dentro da GAM e da produção de cuidado compartilhado. II) Exposição e compartilhamento com os participantes do minicurso de experiências práticas com a GAM em serviços de mental, especificamente, em Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Outras Drogas (CAPS-AD) desde o processo de implantação de grupos GAM, acompanhamento da experiência e dos efeitos da experiência. Faremos isto através de diferentes matérias de expressão, tais como

fotografias, diários, falas e produções de materiais artísticos e de comunicação tal como o GAM-Zine, dentre outras, através das quais será possível uma aproximação prática com esta estratégia e metodologia. Concluiremos este segundo momento, ressaltando as potencialidades, os desafios e as singularidades das experiências GAM em contexto AD, ou seja, em contexto de uso/consumo de substâncias prescritas e proscritas; e III) Trabalharemos no minicurso as composições entre a GAM e a Redução de Danos, percorrendo o plano comum de seus princípios e de suas dimensões éticas, estéticas, clínicas e políticas que nos permitem afirmar que a GAM pode operar como dispositivo de RD em contextos de uso/consumo de múltiplas substâncias (lícitas, ilícitas, prescritas e proscritas) e que a RD pode contribuir com a GAM e operar como estratégia e prática de cuidado direcionada não apenas para drogas lícitas e/ou ilícitas mas também para drogas prescritas/medicamentosas. A partir disso, discutiremos como a experiência com a GAM em contextos AD nos permite reconhecer experiências singulares e cotidianas de usos/consumos/relações com múltiplas drogas que borram as fronteiras e as categorizações que separam as substâncias em prescritas e proscritas na lógica do cuidado em saúde, abrindo espaço para a ampliação e (re)invenção do cuidado de modo singular e coerente com as reais demandas de cuidado das pessoas assistidas nesses serviços. Assim, finalizamos o minicurso ressaltando a potência destas práticas como um dispositivo de gestão autônoma de múltiplas substâncias. Deste modo, este minicurso dialoga profundamente com o tema do 23º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social (ENABRAPSO), uma vez que as experiências aqui compartilhadas através desta atividade são experiências que afirmam a força dos encontros, da coletividade, da partilha, do enfrentamento à medicalização da vida e dos modos de viver, dos entrelaçamentos de diferentes lutas - como as lutas antimanicomiais e antiproibicionistas - como modo de resistência as engrenagens biopolíticas, necropolíticas, capitalistas, manicomiais, proibicionistas (dentre outras) que também atravessam as perspectivas e as práticas de cuidado em saúde mental e, especialmente, o campo de álcool e outras drogas. minicurso aqui proposto se relaciona e contribui com o eixo "03 - Psicologia Social e Saúde" uma vez que trata de uma atividade que trabalha questões relacionados aos processos de patologização e medicalização da vida e processos participativos na luta pelo direito à saúde e promoção de cidadania, visto que tanto para a GAM quanto para a RD estes são eixos imprescindíveis de trabalho se colocando também como horizonte ético a produção de transformações nesses quesitos. Deste modo, desejamos contribuir com a necessária tarefa de superar importantes desafios da atuação da psicologia social nas interfaces entre os campos da Saúde Mental, Drogas e Políticas Públicas, a saber, a medicamentalização do cuidado e a patologização da vida de pessoas que usam drogas, atrelados finamente a estigmas e ao status criminalizado de algumas drogas, reconhecendo que esses processos são parte das engrenagens do projeto colonial-racista-capitalista que estrutura a nossa sociedade. Faremos isto através do resgate histórico e conceitual que sustenta o movimento da Redução de Danos em nosso país, movimento que assenta uma baliza ética que ampliou significativamente os modos de ver e falar sobre as drogas e de cuidar das pessoas que se relacionam com elas, diversificando as possibilidades de atuação inclusive para a psicologia e em diálogo com outros movimentos sociais que transversalizam o campo da saúde. Apresentar a composição entre GAM e RD permite instrumentalizar as participantes do minicurso para práticas de cuidado e produção de saude em diferentes contextos enquantouma potente ferramenta para enfrentar os desafios apresentados. Nosso minicurso é um convite a diversificar nossos pensamentos e práticas em torno das drogas, levantando alternativas e insurgências frente a um momento histórico de avanço de lógicas reacionárias no campo das drogas e de remanicomialização da política pública de saúde mental no Brasil. Número de

participantes para este minicurso: 25 pessoas. Referências: Avarca, C. A. C. (2021) Drogas e autonomia em tempos de contrafissura. [Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da PUC-SP. https://repositorio.pucsp.br/handle/handle/24426 Campos, R. T. O., Palombini, A. D. L., Silva, A. D. E., Passos, E., Leal, E. M., Serpa Júnior, O. D. D., ... & Stefanello, S. (2012). Adaptação multicêntrica do guia para a gestão autônoma da medicação. Interface-Comunicação, Saúde, Educação, 16, 967-980. Ferreira, I. M. F. (2019). Gestão Autônoma da Medicação (GAM) e Redução de Danos no contexto potiguar: Uma composição possível? [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFRN. https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/288 91 Ferreira, I. M. F.; Feitosa, C., Amorim, A. K. M. A.(2020). Gestão Autônoma da Medicação (GAM) como dispositivo grupal: uma experiência de pesquisa-intervenção. Rev. Polis e Psique, 10(2), 225-226. https://doi.org/10.22456/2238-152X.103567 Lancetti, A. (2014). Clínica peripatética. (9ª Ed.). HUCITEC. Medeiros, R. G (2013). O Bem e o Mal-estar das Drogas na Atualidade: Pesquisa, Experiência e Gestão Autônoma. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFRGS. https://lume.ufrgs.br/handle/10183/107680 Rodrigues, S. E. (2014). Modulações de sentidos na experiência psicotrópica. [Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFF. https://app.uff.br/slab/uploads/2014_t_Sandro.pdf Rodriguez, L., Barrio, D., Corin, E., & Poirel, M.-L. (2001). Le Point De Vue Des Utilisateurs Sur L'Emploi De La Médication En Psychiatrie. Une Voix Ignorée, 22(2), 1–23.

MC 11. Arte como Resistência: Psicologia Escolar e Práticas Coletivas em Contextos de Desigualdade

Matheus Henrique da Silva Rocha (PUC-CAMPINAS), Aline Cristina Ferreira Grego (PUC-CAMPINAS)

Descrição: O presente minicurso tem como objetivo discutir e apresentar fundamentos teórico-metodológicos da Psicologia da Arte articulados à Psicologia Escolar na perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural. Em especial, buscamos apresentar possibilidades de utilização da Arte no trabalho da Psicologia em contextos marcados por desigualdades sociais. As experiências apresentadas estão vinculadas ao grupo de pesquisa "Processos de Constituição do Sujeito em Práticas Educativas – PROSPED", que há cerca de 18 anos atua em instituições educativas, especialmente escolas públicas. Nossa proposta se ancora na compreensão do desenvolvimento humano como um processo histórico, social e profundamente criativo. A partir dessa perspectiva, compreendemos que as ações devem ser, sempre, direcionadas ao coletivo, visando uma atuação mais crítica, acolhedora e transformadora nas condições de vida dos sujeitos em contextos educativos. Essas práticas psicológicas têm como principal objetivo a promoção do desenvolvimento humano. A realização deste mini curso se justifica ao reconhecermos que os processos de destruição da vida não se dão apenas no campo material, ambiental ou econômico, mas também nas formas de subjetivação, nas relações e nas experiências que compõem o existir coletivo. Assim, o minicurso se alinha diretamente ao tema central do evento — "Aliança dos povos: Psicologia Social face à destruição de todas as formas de vida" — e ao eixo Insurgências ético-estético-políticas: artes, tecnologias e subjetivação, que convoca a pensar as articulações entre arte, tecnologias e Psicologia como dispositivos de insurgência, criação poética e resistência política. Compreendemos que as práticas psicológicas, mediadas pela arte em contextos educativos são potentes para a invenção de outros modos de ser, conviver e transformar realidades. Concordamos com Sawaia ao dizer que "viver é mais que sobreviver. O homem tem necessidade, sim, de pão, mas igualmente de bons encontros potencializadores de liberdade, felicidade, criação e fruição do belo", ao lançarmos mão das materialidades artísticas na atuação em contextos educativos, possibilita-se, também, a possibilidade de colocar por alguns instantes a realidade em suspensão, e colocar o sujeito em acesso a outras realidades, que podem se tornar material concreto para sua ação no mundo. Os conteúdos do minicurso abordam a Psicologia da Arte em Vigotski, em diálogo com conceitos de imaginação e desenvolvimento humano. Discutiremos como diferentes linguagens artísticas — como música, fotografia, literatura, quadrinhos, cinema e artes visuais — têm a potência de afetar o sujeito de diferentes formas, possibilitando a mobilização de emoções, na ampliação da consciência e na criação de modos de existir. Ao pensar sobre o desenvolvimento humano nesta perspectiva, compreendemos que a imaginação, enquanto função psicológica superior, é o que possibilita pensarmos um sujeito revolucionário, que não se limita às condições impostas, mas que resiste diante da realidade. A nossa aposta, na utilização da Arte reside na potência de mobilizar os afetos, pois ao utilizarmos as materialidades artísticas como instrumento psicológica, ela precisa, necessariamente, produzir estranhamento nos sujeitos e, essa vivência contraditória é o que possibilita a construção de novas significações da realidade, de si e do mundo. Esse processo amplia as possibilidades de ação do sujeito na realidade. Trata-se, portanto, de reconhecer que a produção estética não é apenas uma representação do mundo, mas uma via ativa de intervir na realidade, abrindo possibilidades para que os sujeitos possam se apropriar de outros modos de existir. Assim, as práticas psicológicas mediadas pela arte se tornam, assim,

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

estratégias de resistência frente aos processos de desumanização presentes nos contextos educativos, que muitas vezes reproduzem a lógica da exclusão. A proposta do minicurso visa, portanto, oferecer uma formação que auxilie psicólogas(os), estudantes e profissionais da educação a construírem intervenções coletivas, criativas e politicamente implicadas com a transformação das realidades escolares. O minicurso está organizado em três momentos principais.No primeiro, realizaremos uma exposição dialogada sobre os fundamentos teóricos que sustentam a Psicologia da Arte e o desenvolvimento humano, situando historicamente a relação do humano com a arte. Além disso, abordaremos o caráter dialético da expressão artística, que é o que possibilita o estranhamento na apreciação. Essa relação entre forma e conteúdo é fundamental, pois é justamente na tensão entre o que é representado e como é representado que emergem sentidos capazes de provocar ressignificações na consciência, mobilizar afetos e ampliar as possibilidades de significação da realidade. E por fim, abordaremos o caráter ontológico da arte, Vigotski, em Psicologia da Arte diz: “a verdadeira natureza da arte sempre implica algo que transforma, que supera o sentimento comum, e aquele mesmo medo, aquela mesma dor, aquela mesma inquietação, quando suscitadas pela arte, implicam algo a mais, acima daquilo que nelas está contido. E este algo supera esses sentimentos [...] e assim se realiza a mais importante missão da arte”. Dessa maneira, compreender a arte como uma necessidade ontológica do ser humano nos permite reconhecer seu potencial não apenas como expressão, mas como mediação para o desenvolvimento, para a reconfiguração do psiquismo e para a invenção de novos modos de existir e resistir no mundo. No segundo momento, convidamos os participantes para uma vivência de apreciação estética e reflexão coletiva. Por meio do contato com diferentes materialidades artísticas — imagens, músicas, textos, pinturas, quadrinhos — os participantes serão provocados a refletir sobre suas próprias experiências, modos de sentir, de se afetar e de construir sentido. Por fim, no terceiro momento, apresentaremos dois relatos de práticas desenvolvidas em escolas públicas que ilustram a aplicação dos princípios discutidos. No primeiro relato, abordaremos uma intervenção realizada com estudantes do Ensino Médio e o segundo relato refere-se a uma experiência conduzida com professores. As práticas demonstraram a potência da arte na mobilização dos afetos e na promoção do coletivo no contexto educativo, em especial na escola pública. As atividades propostas no minicurso não têm como finalidade oferecer modelos prontos ou soluções aligeiradas para os desafios enfrentados no cotidiano escolar, mas sim fomentar a reflexão, o diálogo e a construção coletiva de alternativas que estejam enraizadas no território, na escuta sensível e no compromisso ético-político com a vida de cada sujeito implicado nos contextos educativos. Por fim, o minicurso é voltado para estudantes de graduação, profissionais da Psicologia, da Educação e demais interessados(as) na interface entre arte, psicologia e processos educativos e contará com 40 vagas. Entendemos que, ao propor práticas que se fundamentam na coletividade, na imaginação e na criação, reafirmamos o compromisso da Psicologia Social com a defesa radical da vida em sua pluralidade, com a superação das opressões e com a construção de alianças que potencializem resistências e reinvenções no cotidiano escolar.

MC 12. Atendimento às Mulheres em Situação de Violência: referências técnicas para atuação de psicólogas(os)

Alessandra Santos de Almeida (UFBA), Vanessa Pita Sousa (sERVI)

Descrição: O foco deste minicurso está na importância de um atendimento psicológico humanizado às mulheres em situação de violência que buscam as políticas públicas brasileiras, tendo como base a publicação do Conselho Federal de Psicologia: Referências Técnicas para atuação de psicólogas no atendimento às mulheres em situação de violência, elaborada no âmbito do CREPOP e lançada em 2024. De acordo com o Atlas da Violência (2025), elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), entre 2013 e 2023, 47.463 mulheres foram assassinadas no Brasil. É importante, ainda, fazer um recorte racial: quem são essas mulheres? Considerando o mesmo dado apresentado anteriormente, 30.980 dessas mulheres são negras, "isso representa 67,1% do total das vítimas, considerando os registros com causa definida do óbito" (Cerqueira et al., 2025, p. 57). "No Brasil, em 2023, o risco de uma mulher negra ser assassinada foi 1,7 vezes maior do que o risco de uma mulher não negra" (Cerqueira et al., 2025, p. 62). Ao considerarmos as agressões não letais contra as mulheres, o Atlas mostra que, em 2023, houve 275.275 de registros de agressões não letais, dos quais 64,3% são casos de agressão doméstica. Cabe destacar que 37,4% dos registros são de violência física, 30,3% são de violência múltipla e 10,1% são de violência psicológica. Em 2023, 58,5% das mulheres vítimas de violência doméstica eram negras. Mais uma vez, percebemos a importância dos recortes interseccionais. Ainda que nem todas os casos sejam de violência psicológica, é relevante pensar que, mesmo uma violência física ou sexual, traz impactos psicológicos para a vida dessas mulheres, que são acometidas pelo medo, pela insegurança e, também, por problemas de cunho psicológico, como ansiedade, depressão, síndrome do pânico, somatizações, entre outros. Além dos problemas psicológicos, essas mulheres também passam a desenvolver problemas de cunho social, como ter dificuldades para criar e fazer novos vínculos afetivos, já que, na maioria das vezes, o agressor é o marido. Nesse sentido, urge a necessidade de um atendimento psicológico específico e pensado para essas mulheres que são vítimas de violência. Até o momento falamos de uma realidade específica: mulheres cisgênero. Entretanto, considerando, mais uma vez, a importância dos recortes identitários, este minicurso também contemplará as mulheres transgênero, que também merecem atenção das psicólogas e dos psicólogos. O "Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024", de 2025, produzido pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), mostra que, em 2024, de 122 assassinatos de pessoas trans e travestis, 117 foram de mulheres trans e travestis. O Brasil é o país que mais mata pessoas trans no mundo. Além disso, existe um problema de subnotificação, considerando que muitas vezes notícias de assassinatos de pessoas trans são publicadas e reproduzidas, mas esses casos não são registrados nos órgãos responsáveis ou falta a informação da identidade de gênero das vítimas. Ainda, entre 2017 e 2024, 1179 pessoas trans foram assassinadas. O perfil das vítimas de transfobia em 2024 é similar aos outros anos: pessoas pobres, que dependem do trabalho sexual para sobreviver. Além disso, desagregando por raça, dentre os 86 casos em que foi possível determinar a raça/cor das vítimas no ano de 2024, "observou-se que pelo menos 67 casos, 78% das vítimas, eram pessoas trans negras" (Benevides, 2025, p. 75). Em 2024, foram registrados pelo menos 57 homicídios tentados, isto é, tentativas de homicídio de pessoas trans. No mesmo sentido, observou-se que "o perfil das vítimas, em sua grande maioria, não difere daquele que já foi identificado entre as vítimas de

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

assassinatos – jovens trans e travestis negras" (Benevides, 2025, p. 90). Outra intersecção que deve ser pensada são as mulheres com deficiência. Essas mulheres enfrentam outros tipos de violência. Conforme o Atlas da Violência, as taxas de violência contra pessoas com deficiência "são mais elevadas entre as mulheres em comparação aos homens, especialmente no caso da deficiência intelectual, em que o índice chega a 75,5 por 10 mil mulheres, contra 28,9 entre os homens. Essa diferença se repete nos demais tipos de deficiência: na deficiência física, as taxas são de 24,9 para mulheres e 10,3 para homens; na auditiva, 7,5 para mulheres e 3,3 para homens; e no visual, 2,2 para mulheres e 1,5 para homens" (Cerqueira et al., 2025, p. 94-95). Portanto, este minicurso considera a importância da interseccionalidade na compreensão das diferentes violências vividas pelas pessoas. Violência doméstica, racismo, violência contra a mulher, transfobia e capacitismo são violações dos direitos humanos e, muitas vezes, atuam de forma combinada. Nesse sentido, este minicurso visa fornecer uma formação dentro da área da Psicologia Social, no sentido de que oferece caminhos profissionais para que psicólogas e psicólogos possam atuar de forma ética e técnica, de forma crítica, alinhadas(os) com os princípios dos direitos humanos, junto a mulheres em situação de violência, considerando algumas premissas básicas deste atendimento humanizado: escuta ativa e não-julgamento; abordagem interseccional; rede de apoio integrada; articulação com serviços como delegacias da mulher, abrigos, CRAS, CREAS e defensoria pública para garantir proteção social; e cuidado com a segurança. O minicurso contará com aula expositivas e dialogadas, fomentando a participação das psicólogas e dos psicólogos nas discussões, considerando que é importante que haja um diálogo horizontal com a categoria, de forma a valorizar as experiências profissionais dessas psicólogas e desses psicólogos que também são marcados por diversas identidades. Conversando com o tema da ENABRAPSO, cabe pontuar que nenhuma forma de vida deve ser destruída pela violência, e evitar a destruição física e psicológica dessas vidas também passa pela Psicologia. O título do eixo 5: "Assistência Social, vulnerabilidades, violências e promoção de direitos humanos" nos remete muito ao papel da psicologia enquanto ferramenta de combate às violências em suas mais diversas formas ou combater as consequências psicológicas e sociais dessas violências, inclusive, da violência contra a mulher. Portanto, este curso destina-se a abordar as especificidades no atendimento psicológico de mulheres em situação de violência, tendo em vista que o conceito de mulher não é universal, considerando os aspectos clínicos deste atendimento, mas também as dimensões sociais e culturais. Proponente: Conselho Federal de Psicologia (CFP) / Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP)

MC 13. Ativismo Terapêutico: Construindo Pontes entre a Prática Clínica e as Mudanças Sociais

Emerson Fernando Rasera (UFU)

Descrição: 1. Justificativa da relação da atividade com o tema do encontro Em um país marcado por desigualdades estruturais, violências sistemáticas e retrocessos nas políticas públicas de cuidado, esse minicurso dialoga diretamente com o tema "Aliança dos Povos: Psicologia Social face à destruição de todas as formas de vida". O ativismo terapêutico representa uma ruptura com práticas psicológicas individualizantes, despolitizadas e descontextualizadas, reconhecendo que o sofrimento psíquico emerge em contextos sociais, históricos e políticos específicos que precisam ser considerados e transformados. O ativismo terapêutico busca enfrentar e transformar mentalidades, práticas e instituições reprodutoras de opressão. Esta perspectiva alinha-se à proposta do ENABRAPSO, ao reconhecer que bem-viver, saúde mental e dignidade são indissociáveis da justiça social e da transformação das relações de poder que estruturam nossa sociedade, frequentemente marcadas por lógicas neoliberais, colonialistas e excludentes. O minicurso explorará como profissionais da saúde mental podem integrar o ativismo à sua prática cotidiana, desenvolvendo intervenções que simultaneamente acolham o sofrimento individual e contribuam para fortalecer redes comunitárias, combater opressões estruturais e promover mudanças sociais. Esta abordagem ressoa com os temas transversais do Encontro, como as lutas antirracista, anticapacitista, antimanicomial, e pela diversidade de gênero e sexualidade, reconhecendo que estas são dimensões fundamentais para uma psicologia comprometida com a "aliança dos povos" e com a defesa de todas as formas de vida. A proposta se justifica ainda pela urgência de construirmos alternativas aos modelos hegemônicos de cuidado em saúde mental, que muitas vezes reproduzem as mesmas lógicas de exclusão, silenciamento e patologização das diferenças que caracterizam a vida social cotidiana. Em tempos de forte medicalização do sofrimento e de retrocessos nas políticas públicas, o ativismo terapêutico oferece ferramentas conceituais e práticas para resistir e criar possibilidades de existência mais dignas e solidárias. 2. Contribuição à formação/atualização em psicologia social Este minicurso pode contribuir para a formação em Psicologia Social de diferentes maneiras: a) ao superar dicotomias teórico-metodológicas pois questiona a falsa separação entre psicologia clínica e psicologia social, entre práticas terapêuticas e intervenções sociopolíticas, propondo uma visão integradora que reconhece a dimensão política da prática terapêutica e a dimensão psicológica da intervenção social. Esta perspectiva permite questionar a fragmentação do conhecimento e da atuação profissional, tão característica dos modelos formativos tradicionais. b) ao fomentar uma formação politicamente engajada à medida que rompe com modelos formativos pretensamente neutros, assumindo explicitamente um compromisso ético-político com a transformação social e com o enfrentamento das desigualdades. Ele pode contribuir para formar profissionais capazes de refletir criticamente sobre seu próprio posicionamento e sobre as implicações políticas de suas práticas, reconhecendo que nenhuma intervenção é neutra ou descontextualizada. c) ao valorizar metodologias participativas e dialógicas, sendo que o minicurso incorpora princípios dialógicos não apenas no conteúdo, mas na própria metodologia, enfatizando diferentes saberes e reconhecendo a importância da prática. Esta abordagem problematiza os modelos verticais de transmissão de conhecimento e promove uma aprendizagem colaborativa, baseada no diálogo e na construção coletiva. d) ao aproximar pesquisa e intervenção, conectando produção acadêmica e práticas profissionais, contribuindo para reduzir a histórica distância entre esses campos. Simultaneamente, ele valoriza os saberes produzidos na prática cotidiana e nos movimentos sociais, promovendo uma visão não-hierárquica e pluralista da produção de conhecimento. e) ao promover uma perspectiva interseccional que

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

reconhece como diferentes marcadores sociais como raça, gênero e sexualidade se entrecruzam na produção do sofrimento psíquico e nas possibilidades de acesso ao cuidado. Esta abordagem contribui para uma formação em Psicologia Social atenta à heterogeneidade das experiências e às especificidades dos contextos de intervenção. 3. Relação com o eixo temático escolhido O minicurso está alinhado com o eixo "Psicologia Social e Saúde" ao atualizar e aprofundar o debate sobre a inserção da psicologia na saúde pública brasileira, que desde os anos 1980 tem questionado modelos individualizantes e descontextualizados de cuidado. Esta discussão, que já se fazia presente nos debates da reforma psiquiátrica e da construção do SUS, ganha novos contornos e urgências no cenário contemporâneo. No contexto atual de avanço de perspectivas biologizantes e medicalizantes na saúde mental, associadas à crescente precarização dos serviços públicos, o ativismo terapêutico oferece uma importante contraposição. Ele resgata a dimensão social e política do sofrimento e afirma a necessidade de intervenções que reconheçam e abordem as determinações sociais da saúde. O curso abordará práticas que permitem operacionalizar esta perspectiva, como conversações públicas, terapia social, diálogos abertos, documentos coletivos, grupos de ouvidores de vozes e construção de redes comunitárias de apoio. Estas práticas exemplificam como a interface entre Psicologia Social e Saúde pode materializar-se em intervenções que integram o cuidado individual e a transformação das condições coletivas de existência. A proposta também dialoga com os debates contemporâneos sobre a reforma psiquiátrica e a luta antimanicomial, campos privilegiados de articulação entre a Psicologia Social e a Saúde. Ao explorar como psicoterapeutas podem engajar-se em práticas de ativismo, o minicurso valoriza a dimensão política do cuidado em saúde mental, contribuindo para o fortalecimento de uma atenção psicossocial comprometida com a cidadania e os direitos humanos. Além disso, o curso abordará como o ativismo terapêutico pode contribuir para o enfrentamento de desigualdades específicas no campo da saúde, como aquelas relacionadas a raça, gênero e sexualidade. Esta abordagem interseccional é fundamental para uma Psicologia Social e Saúde comprometida com a transformação da realidade brasileira e com a construção de práticas de cuidado mais inclusivas e equitativas. 4. Síntese da proposta de trabalho a ser desenvolvida O minicurso estará dividido em três módulos. Módulo 1: Fundamentos teóricos e contextuais do ativismo terapêutico - Este módulo inicial apresentará os fundamentos teóricos que sustentam a proposta do ativismo terapêutico, situando-a no contexto das discussões sobre o papel social da psicologia. Serão abordadas as contribuições do construcionismo social, as concepções de justiça social e os dilemas éticos envolvidos na integração entre prática clínica e ação sociopolítica. Módulo 2: Experiências e práticas de ativismo terapêutico - O segundo módulo focalizará experiências concretas de ativismo terapêutico em diferentes contextos. Serão apresentadas práticas/experiências ilustrativas e discutidas possibilidades de atuação tanto no âmbito do consultório quanto em espaços comunitários e movimentos sociais. Módulo 3: Desafios e construção de possibilidades - O módulo final será dedicado à análise crítica dos desafios enfrentados por profissionais que buscam integrar o ativismo à sua prática e à construção coletiva de estratégias de enfrentamento. Os participantes serão convidados a elaborar propostas iniciais de ação que possam ser implementadas em seus contextos específicos. A metodologia do minicurso será baseada nos princípios da educação popular e da construção dialógica do conhecimento, utilizando recursos como exposições dialogadas, discussões em pequenos grupos, análise coletiva de casos e construção colaborativa de propostas. Serão utilizados recursos audiovisuais e materiais para construção coletiva de propostas. 5. Número de vagas disponíveis para participantes O minicurso disponibilizará 25 vagas, número que permite tanto a participação ativa de todos os inscritos quanto a formação de pequenos grupos para trabalhos específicos (5 grupos de 5 pessoas). Esta configuração favorece o aprofundamento das discussões, a troca de experiências e a construção coletiva de conhecimento, mantendo a coerência com a proposta metodológica participativa e dialógica. Apoio: CNPQ

MC 14. Biopolíticas de gênero e garantia dos direitos sexuais e reprodutivos: implicações para a Psicologia Social

Fernanda Teixeira de Barros Neta (UFPA)

Descrição: Esta proposta de minicurso tem como objetivo abordar sobre os conceitos de direitos sexuais e reprodutivos e a relação com a práxis psicológica, operando uma análise crítica sobre estes direitos a partir da sua emergência genealógica no campo das ciências humanas. Para tanto, será realizado o debate da defesa da laicidade, tanto no Estado brasileiro, quanto nas práticas psis, visando contribuir para a construção de políticas públicas e mitigar práticas preconceituosas no campo dos direitos humanos. Entendemos que a proposta do minicurso dialoga com o tema do 23º Encontro Nacional, "Aliança dos Povos – Psicologia Social face à destruição de todas as formas de vida", ao radicalizar a implicação da Psicologia Social em práticas não preconceituosas, antirracistas e que visibilizem as mulheridades e corpos amazônidas diante dos entraves para assegurar e garantir os direitos sexuais e reprodutivos das pessoas com útero nas diversas políticas públicas, as quais, por vezes, operam uma política de morte. Pretende-se debruçar sobre a medicalização da sexualidade e do corpo das mulheres, articulada às biopolíticas de gênero, a partir de problematizações sobre as políticas e práticas de saúde da mulher, em específico, nos serviços que praticam o aborto legal previsto por lei, e nas práticas contemporâneas de governança reprodutiva impostas a corpos racializados sob o discurso de controle da natalidade. Este minicurso pretende problematizar a ideia subjacente dos direitos sexuais e reprodutivos como uma "escolha", meramente, individual. Atesta-se que necessidades sociais e questões estruturais (racismo, machismo, misoginia, sexismo) podem impedir uma real "escolha" sexual e reprodutiva. Liberdade pessoais requerem obrigações estatais de proteção social, de cuidado e acesso à saúde. Tais problematizações nos levam a compreender a reprodução humana não como um fenômeno biológico, natural, como quiseram nos fazer acreditar. Há interesses biopolíticos, coletivos, forças políticas que perpassam o tecido social – questões de gênero, de sexualidade, de raça, de etnia, de mercado, de Estado, de regimes morais, de corporações médicas, de organismos internacionais, de economia, de controles legislativos que monitoram e controlam os comportamentos reprodutivos. Foucault, no primeiro volume da História da Sexualidade já nos falava que, por volta do século XVIII, diferente de uma hipótese repressora, houve uma explosão discursiva em torno do sexo e da sexualidade. O sexo é uma categoria social impregnada de política, bem como, a concepção de gênero, de relações de gênero, são ferramentas política e analítica. No gênero a prática social se dirige aos corpos, outrossim, as instituições e as práticas sociais são constituídas e constituintes das relações de gênero. Desta forma, podemos e devemos conceber práticas de saúde generificadas. Este minicurso será ancorado nas epistemes feministas, na perspectiva decolonial e antirracista. A segunda onda do feminismo caracterizou-se por ter sido o momento do encontro do movimento com os estudos da mulher, com a história das mulheres ao tornar visível aquela que fora ocultada - pois havia uma invisibilidade da mulher enquanto sujeito, uma ausência feminina nas ciências, nas artes, nas letras. Lançou luz para temas e problemáticas que, até então, não habitavam o espaço acadêmico, ao abordar sobre o cotidiano da família, da sexualidade, do doméstico, das emocionalidades, trouxe o caráter político sobre as vidas femininas. A discussão acerca da maior autonomia reprodutiva e sexual das mulheres (de quais mulheres?), sobretudo a partir do advento da pílula anticoncepcional, foi uma das pautas veementemente defendidas. Feministas ocidentais preocupavam-se em quando, como,

quanto e se as mulheres queriam ter seus filhos. Contudo, foram as feministas e mulheres negras dos países do Sul e da América do Norte que expandiram as noções dos direitos sexuais e reprodutivos e passaram a falar em Justiça Reprodutiva ao abrir espaço para que emergissem discussões sobre: mortalidade materna e perinatal, mutilação genital feminina, esterilização compulsória e indesejada, violência sexual e infecções sexualmente transmissíveis (IST's), acesso ao aborto seguro; discriminação de gênero, violência ginecológica, violência obstétrica, direito ao prazer, dentre outras. Importa refletir que, tão importante quanto o direito a não ter filhos, é o direito a tê-los e a criá-los em condições dignas. No cenário atual das políticas de saúde no Brasil, no que tange aos direitos reprodutivos relativos ao processo de gestação, vigora a Rede Alyne, programa do governo federal lançado em 2024, substituindo a Rede Cegonha, a qual prevê acesso ao planejamento reprodutivo, atenção à gestação (pré-natal) e ao parto (humanizado e livre de violência obstétrica) e atenção ao abortamento. Ainda no rol de assistência aos direitos reprodutivos, há as políticas que preveem o acesso aos métodos contraceptivos (preservativos, dispositivo intrauterino, laqueadura, vasectomia, pílula anticoncepcional) e tem-se as Normas Técnicas de 2005 promulgadas pelo Ministério da Saúde – Norma Técnica de Atenção Humanizada ao Abortamento e Norma Técnica de Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes, as quais, respectivamente, abarcam a assistência ao abortamento, a profilaxia referente à violência sexual e o acesso aos serviços de aborto legal. Em que pese a existência de normas e leis, o acesso ao direito à interrupção legal da gestação segue sendo uma miríade, implicando em intenso sofrimento psíquico para as mulheres e pessoas com útero as quais buscam esta assistência. No Brasil, no que se refere à saúde reprodutiva da população negra, temos o dado histórico que as mulheres negras escravizadas exerciam uma maternidade imposta pela conjuntura de estupros, ao mesmo tempo que seus úteros funcionavam como um ventre produtor de mão-de-obra escrava, principalmente, quando da proibição do tráfico transatlântico. A essas mulheres lhe foram negadas o direito de maternar. Como uma forma contemporânea de violação dos direitos sexuais e reprodutivos, as mulheres negras foram vítimas de esterilização compulsória e cirúrgica na década de 80. E ainda hoje, como retrato da continuidade da violações desses direitos, segundo dados do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA, 2023) e do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM, 2021) do DATASUS, as gestantes negras apresentam: maior risco de ter um pré-natal inadequado, ausência de acompanhante durante o parto, peregrinação para o parto e maior possibilidade de receber anestesia local para a episiotomia; 71,4% das mortes maternas causadas por aborto inseguro e 61,2% das mortes maternas evitáveis são de mulheres negras. Em cotejamento a estes dados, temos que, segundo pesquisa da Fundação Oswaldo Cruz realizada entre 2011 e 2012, 55% das gestações não foram planejadas no Brasil. Dados atualizados do Fundo de População das Nações Unidas (UFNPA) de 2022 corroboram o exposto acima ao trazer o número de 21 milhões de gravidezes involuntárias em todo o planeta, anualmente. Destes, cerca de 60% desse total terminam em aborto. A criminalização do aborto opera como dispositivo de controle da sexualidade das mulheres, pois o significado da interrupção de uma gravidez questiona diretamente o imperativo da maternidade. É a própria figura da antinatureza. Todo esse pânico moral criado, asseverado por uma laicidade incompleta no Brasil, e a visão binária de certo x errado, contra ou a favor, escamoteia o fato de que o aborto é um evento comum na vida reprodutiva de pessoas com útero. Conforme a Pesquisa Nacional do Aborto (2022), cerca de meio milhão de mulheres já cometeram um aborto em idade reprodutiva de até 40 anos sendo que 67% têm filhos e 88% declararam ter alguma religião. Nota-se que o perfil das mulheres que abortam são as ditas 'mulheres comuns', diferente de toda uma estratégia discursiva que querem colocá-las como monstruosas, desumanas.

Compreendendo que saber, poder e subjetivação se enredam, e sendo a Psicologia um saber-subjetivação, trazemos para o debate as contribuições de Gonzaga (2019), a qual nos convida a implicar a psicologia para fenômenos reprodutivos demasiadamente biológicos – aborto, gravidez, maternidade, amamentação, esterilização compulsória, violências ginecológicas e obstétricas – que fora, até então, alheios à ciência e à profissão psicológica. Na sociedade patriarcal as funções reprodutivas não foram lidas como potenciais existenciais, afetivos e simbólicos. Quem escuta os "contratempos reprodutivos"? Engravidar ou não? Parir ou não? Amamentar ou não? É preciso saber ouvir as mulheres falarem sobre as hemorragias, sobre os alívios, sobre o medo da dor, do parto, sobre solidão, desamparo, sobre não desejo de amamentação, sobre como querem parir, sobre abortos. Desta feita, entendemos que ter acesso ao aborto legal é um fator de proteção psíquica e de redução de dano emocional. Esta proposta de minicurso dialoga com o eixo temático 12 "Gênero, Sexualidade e Intersecções" ao abordar a discussão acerca dos direitos sexuais e reprodutivos, da garantia dos direitos humanos e sociais, da defesa intransigente de um estado laico na construção de políticas públicas e no uso de epistemes feministas, mulheristas para a construção de práticas contracoloniais e antirracistas em psicologia social. A sugestão de vagas é de 15 a 20.

MC 15. Caminhos e encruzilhadas na descolonização do pensamento psicológico: em debate psicologias negro-a(me)fricanas

Elisabete Figueroa dos Santos (UNICAMP), Maisa Elena Ribeiro (UNICAMP), Ana Carolina Silva dos Santos (UNICAMP)

Descrição: Este minicurso será conduzido por três mulheres negras, pesquisadoras, psicólogas e militantes que buscaram problematizar que articulações e referências têm sido construídas pela Psicologia com foco nas populações negras e suas demandas e, se/como essas produções são apropriadas no Ensino em Psicologia. A partir dessas problematizações resgataremos subsídios e questões construídas nos embates à/da Psicologia a partir da América Latina - notadamente do Brasil -, África do Sul e Estados Unidos da América. Para tanto, em um primeiro momento será feita uma contextualização do racismo no Brasil e seus impactos psicossociais para a sociedade e para a formação em Psicologia. Para esse primeiro momento, as discussões estarão ancoradas em Lélia Gonzalez (2020, p. 84) quando orienta que "as condições de existência material da comunidade negra remetem a condicionamentos psicológicos que têm que ser atacados e desmascarados" dentre eles o mito da democracia racial e a ideologia do branqueamento. Diante disso, será refletido acerca dos impactos psicossociais do racismo e processos psicológicos de colonização e dupla consciência de Frantz Fanon (1979) e pacto da branquitude de Cida Bento (2022). A partir dessas reflexões seguiremos para discussão do racismo e processos de colonização do ensino em psicologia a partir de duas pesquisas de doutorado realizadas no grupo de Pesquisa DIS UNICAMP. A primeira analisou os Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) de cursos de Psicologia, tendo como foco as questões raciais (Espinha, 2017) e a segunda versa sobre as vivência de estudantes brancos e negros nos cursos de psicologia de IES privadas no Brasil, tecendo analises psicossociais e interseccionais (Ribeiro, 2025). Ambos estudos revelam o racismo institucional na formação em Psicologia, tanto pela ausência de autores negros e discussões de relações raciais nos currículos, quanto na pouca representatividade de pessoas negras dentre estudantes e professores. Tais aspectos repercutem em diversas manifestações do racismo de modo explícito e velado no âmbito interpessoal. Outra proposta, é refletir sobre o campo da Psicologia Social, para a América Latina, em especial a sociedade brasileira, no que tange a especificidade de sua formação social, histórica e cultural, discutindo um giro epistemológico para o campo ao abordar o conceito de Améfrica Ladina de Lélia Gonzalez, que nos ajuda a nomear e indicar onde se localiza as bases sociais e históricas da formação social brasileira e latino-americana, em articulação com as proposições críticas e políticas das quais esse campo do saber se propõe a desenvolver. A partir deste cenário, a justificativa para propor essa perspectiva de análise e participação dentro do debate científico-acadêmico, vem de encontro com a compreensão e a necessidade de materializar e historicizar nosso território, considerando que a chamada Améfrica Ladina, e em especial a sociedade brasileira, passou por longos períodos de colonização e escravização de povos indígenas e africanos, somadas as hierarquizações de gênero impostas pelo patriarcado, e ao ditame capitalista-imperialista. Com este panorama, Lélia coloca que a africanização do continente e seu racismo por denegação, presente nas sociedades latinas, são fundamentais para compreender os processos de dominação, já que mantem negros e indígenas nas condições mais subalternizadas das classes oprimidas por meio da ideologia do branqueamento. Assim, defende-se aqui que um giro no olhar sobre este território, a partir deste conceito de Améfrica Ladina, pode qualificar e reorganizar o trabalho

da Psicologia Social, em especial a brasileira, para os reais problemas e condições históricas e sociais que formaram as injustiças, as desigualdades sociais e opressões tão enraizadas e naturalizadas em nosso território, condizentes com o projeto ético-político e compromisso que devemos assumir enquanto ciência e profissão. Num segundo momento, tendo em vista problematizar que articulações e referências que têm sido construídas pela Psicologia com foco nas populações negras e suas demandas; e se/como essas referências (não) têm sido apropriadas no ensino de Psicologia, buscaremos resgatar brevemente os percursos e questões construídos nos embates à/da Psicologia rumo à descolonização de seus recursos teóricos e metodológicos. Para tanto, discutiremos subsídios de Psicologias produzidas em três países multirraciais e racistas, quais sejam Brasil, África do Sul e Estados Unidos da América. I) Estudos sobre relações étnico-raciais na Psicologia brasileira: os contornos da Psicologia no enquadre das relações raciais no Brasil são caracterizados por estudos sobre os efeitos do racismo para as subjetividades de pessoas pretas, na qual podemos incluir as produções de Neusa Santos Souza, Isildinha Baptista e Virgínia Bicudo - assentados sobretudo, no referencial da teoria psicanalítica; estudos críticos sobre as relações raciais, pautando a branquitude, que têm como referência pioneira as reflexões de Cida Bento; e a perspectiva afrocentrada, que enseja uma nova tendência teórico epistemológica. Por fim, figuram também nas (re)configurações das relações entre Psicologia e relações étnico-raciais as atuações de entidades da sociedade civil e do Sistema Conselhos. II) A Black Psychology afro-estadunidense: De acordo com Holiday (2009), o paradigma da Black Psychology compreende quatro tradições com focos e trajetos distintos: A tradição social contextual/multidisciplinar; a tradição empírica das ciências sociais; a tradição acadêmico-ativista negra; e a tradição afrocêntrica/afrocentrada. Na década de 1960, psicólogas/os pretas/os estadunidenses, mobilizadas/os devido ao período de efervescências pelos embates do movimento pelos direitos civis; depois de tentativas frustradas de pautarem as desigualdades éntico-raciais verificadas no país, suas repercussões subjetivas e os silenciamentos históricos da Psicologia majoritariamente branca, em eventos acadêmicos importantes como os encontros da American Psychological Association (APA); decidiram concretizar suas agendas, críticas e teorizações criando a Association of Black Psychology (ABPsi). Os principais pontos de comunicação e divulgação das pesquisas e conhecimentos produzidos pelas/os signatárias/os da Black Psychology são: a Convenção Anual da Black Psychology, que reúne há 54 edições profissionais de psicologia, pesquisadores/as, docentes e estudantes negros e negras e debatedores/as de relações étnico-raciais/africanidades dentro da área da Psicologia; e o Journal of Black Psychology, revista científica de excelência, com publicações regulares desde o ano de 1974. III) Contornos e nuances da Psicologia africana a partir da África do Sul: A partir de resoluções extraídas do International Congress of Psychology (2012) acontecido em Cape Town, delineou-se o nascimento da PAPU - Pan-African Psychology Union, tendo-se em vista o reconhecimento da necessidade de uma instância que fomentasse uma Psicologia conectada com os países africanos e suas demandas. Na assembleia inaugural da PAPU, estabeleceu-se para a entidade o funcionamento por meio de uma união colaborativa de países africanos, cujo intuito é promover o desenvolvimento da psicologia enquanto ciência e prática voltada para os países africanos e para o restante do mundo. A primeira reunião da PAPU aconteceu no contexto da primeira edição do Pan-African Psychology Congress, em 2014, na cidade de Durban (África do Sul). Essa movimentação, semelhante àquelas ocorridas no Brasil e nos Estados Unidos, esboça um processo de questionamento e tentativas de definição de ferramentas teóricas e práticas da Psicologia condizentes com as necessidades dos povos negros/africanos. Neste ínterim, questiona-se que psicologia tem sido (re)produzida no contexto africano, o que se pode entender como território africano e, por

consequência, o que é e de trata uma psicologia que se auto referencia como africana. É no esforço de dialogar com o questionamento de Augustine Nwoye (2015) "What is African Psychology the psychology of?" que Kopano Ratele, pesquisador sul africano, analisando as relações entre Psicologia e África (e africanos/as), propõe que existem quatro configurações principais de psicologias africanas: a psicologia na África; a psicologia cultural africana; a psicologia crítica africana; e os estudos psicológicos africanos. Essa proposta de mini-curso dialoga diretamente com o tema do encontro "Aliança dos Povos: Psicologia Social face à destruição de todas as formas de vida" , uma vez que busca explicitar os aspectos objetivos e subjetivos do racismo na construção da ciência psicologia e na sociedade, com foco no ensino superior e entidades nacionais e internacionais da Psicologia. Ao passo que a Psicologia, historicamente não traz a racionalidade como princípio na construção do conhecimento (Santos; Oliveira, 2023), esse silenciamento que toma o branco como universal, tem duas consequências: O primeiro é uma defasagem na compreensão e construção de formas de enfrentamento do racismo no âmbito da pesquisa e prática profissional em psicologia tanto nas metodologias hegemônicas quanto naquelas que se propõe a ser críticas, como no caso da psicologia social, que mesmo se contraponto aos saberes hegemônicos, historicamente tem privilegiado o determinante classe social, e colocando o determinante racial como aspectos secundários ou marginais das discussões teóricas, metodológicas e práticas profissionais. O segundo aspecto é a universalidade das teorias e epistemologias brancas, que silenciam e descredibilizam outras formas de vida e construção do conhecimento, como os saberes africanos, indígenas e afro diaspóricos. Neste sentido, quando nos propomos a apresentar, uma síntese e organização dessa produção negra, amefricana e africana, buscamos nos conectar teoricamente psicossocialmente com os saberes que estão em nós, mas que foram silenciados ou apropriados pelo racismo. Assim, compreendemos que a discussão que propomos realizar neste minicurso dialoga diretamente com dois grupos de trabalho do encontro: o GT 01: A psicologia social no campo dos estudos das relações etnicorraciais e o GT 32: Por uma Psicologia Social Contracolonial. Em um escopo maior, essas discussões então alinhadas ao eixo 11 "Psicologia Social e Relações étnico-raciais, uma vez que entendemos que o minicurso, traz problematizações e proposições no campo das relações étnico-raciais, denunciando os processos de colonização do conhecimento e prática psicológica, e anuncia possibilidades contra colônias a partir de epistemologias negras africanas e afro diaspóricas. O minicurso será oferecido em formato aula expositiva dialogada com utilização de diferentes recursos didáticos (imagens, questões problematizadoras, vídeos, depoimentos de pesquisas, relatos de experiências) visando fomentar a participação, sensibilização e debates sobre o tema. Será previsto a inscrição de até 20 pessoas.

MC 16. Caminhos para uma psicologia afropindorâmica, aterrada e escrevivente: uma travessia metodológica para a reexistência da subjetividade negraindígena brasileira

Keâ Costa

Descrição: ATIVIDADE PROPOSTA – ATÉ 40 PARTICIPANTES Propomos uma vivência metodológica intitulada Cosmodrama de Caboclo, fundamentada em uma instalação artística afropindorâmica. Esta prática busca abrir caminhos para uma travessia metodológica, ancorada nas cosmopercepções negroindígenas brasileiras, capaz de reorientar o cuidado à subjetividade que reexiste nos corpos dissidentes deste território. A instalação do cosmodrama será montada no centro da sala. Ao redor dela, os participantes compõem uma roda — lugar circular que simboliza o tempo espiralar e convoca o coletivo à escuta. A obra artística convida os presentes a escutar com os olhos e ver com as mãos, numa provocação sensorial que aciona a memória afetiva, corporal e ancestral de cada pessoa. Após esse primeiro contato, a atividade evolui para um momento de elaboração coletiva: cada participante será convidado a partilhar o que emergiu de sua memória diante da instalação. Em seguida, será apresentado como disparador o caso de Maria Mulambo da Kalunga (detalhado na seção de desenvolvimento), cuja história convida à reflexão sobre as práticas de cuidado dirigidas às pessoas negroindígenas nos espaços institucionais de saúde, educação e assistência. O diálogo se expande, então, para uma análise crítica: em que lógicas estão pautadas as escutas e os olhares das profissões do cuidado presentes na sala? A partir dessa pergunta, buscamos tensionar as práticas hegemônicas e promover um movimento de convergência entre essas lógicas institucionais e as cosmopercepções das pessoas atendidas, em especial aquelas herdeiras das epistemes afropindorâmicas. Para encerrar o minicurso, apresentaremos e discutiremos referências bibliográficas que podem aprofundar o cuidado psicossocial comprometido com a realidade negroindígena brasileira. Esta etapa será voltada ao fortalecimento das práticas profissionais dos participantes, possibilitando que levem consigo ferramentas, autores e metodologias capazes de sustentar um novo projeto de escuta, olhar e cuidado. O COSMODRAMA E AS PRÁTICAS DE CUIDADO NO CAMPO PSI (Desenvolvimento da atividade) No centro da roda, entre folhas, flores e ferro, habita o cosmodrama — lugar de escuta, de presença e de ancestralidade viva. É com ele que abrimos caminhos para pensar o cuidado, em especial no campo da psicologia social. A proposta principal deste minicurso consiste em pensar, junto a profissionais da saúde, educação e assistência social, como acontece a construção de interações de cuidado, pedagógicas e terapêuticas pautadas em epistemologias afroindígenas. Como disparador de interlocução entre os participantes, apresentamos a experiência de um programa de pós-graduação em psicologia e a prática do acolhimento e cuidado para além das salas de aula, em um serviço de saúde de Atenção Primária e no campo profissional da psicologia. Utilizar epistemologias de cuidado, pedagógicas e terapêuticas afroindígenas para contextualizar e promover um cuidar mais atento se faz necessário ao compreendermos que, para cada tempo, se constituíram diversos modelos psicoterapêuticos. Reconhecer outras epistemologias como fundadoras de culturas e subjetividades está entre os caminhos possíveis para uma sociedade menos preconceituosa e racista e para a construção de políticas públicas mais abrangentes e equânimes com a pluralidade étnica e cultural que compõe a sociedade brasileira. Outras epistemes, diferentes das hegemônicas, têm contribuído para a reformulação conceitual dos modos de operar o mundo — como, por exemplo, pensar a constituição de

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

nossa subjetividade a partir de um entendimento contextualizado com a linhagem ancestral ou cosmopercepção dos povos negros e indígenas. Nesse caminho, constroem-se gradativamente, a partir da cosmopercepção afroindígena, maneiras mais contextualizadas de promover saúde para as pessoas. Valorizam-se e desbloqueiam-se os saberes comunitários, devolvendo o sentido do cuidar para estudantes, professores, cuidadores e pessoas acolhidas. O pensamento e a formação do profissional de psicologia, como de toda intelectualidade brasileira, estão majoritariamente permeados pela ideologia racista do branqueamento, como nos mostra Moura (2019). Assim, faz-se urgente considerar os saberes e cosmopercepções dos povos e comunidades tradicionais, resgatando os modos de cuidado com as desarmonia do corpo-território e de construção de subjetividades. No contexto psicossocial brasileiro, tem acontecido uma busca — principalmente pelo povo negro — por acolhimento e cuidado contextualizados com as questões étnico-raciais. Fenômeno que parece estar atrelado à chegada expressiva do negro ao ensino superior, promovendo atualizações no campo do cuidado da população negra em nosso país. Paralelo a essa conjuntura social, alguns docentes universitários vêm desenvolvendo metodologias para responder às carências e lacunas abertas pelos séculos de negligências com a história das pessoas negroindígenas brasileiras. Neste caminho, apresentamos as produções de dois docentes universitários e de seus grupos de pesquisa, os professores Abrahão Santos e Luiza OLiveira, que vêm desenvolvendo investigações e práticas de cuidado fundamentadas nas epistemologias afroindígenas, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense (UFF-RJ), a fim de entender como vêm afirmando o sentido de pessoa para além do binarismo do pensamento ocidental branco e europeu, numa proposta de combate ao epistemicídio e promoção da liberdade às subjetividades negroindígenas. Essas construções vêm sendo nomeadas como psicologia aterrada (SANTOS; SILVA, 2018). Trata-se de fazer a psicologia encontrar uma episteme da identidade negra brasileira em seus diversos campos de atuação. A diretriz da psicologia aterrada é considerar as referências históricas coletivas dos saberes tradicionais e da oralidade; essa diretriz pode ser representada por uma das ferramentas — ou melhor dizendo, performances — desenvolvidas pelo laboratório Kitembo: o Cosmodrama; que tem em seu princípio a memória e a oralidade. Aportando-se no que diz Martins (2021), a grafia do saber não pode ser reduzida a uma escrita alfabética e linear, na qual não cabem as vidas dos povos negros e indígenas. Trata-se de uma grafia do conhecimento que tem em sua base o fundamento epistemológico de origem grega — as dicotomias sujeito-objeto, sujeito-natureza, sujeito-comunidade —, o que produz uma ideia de que a oralidade atrapalha a produção do saber, pois impede o desenvolvimento do pensamento. É preciso, pois, "encorpar" o saber, trazer à cena experiências corporificadas, que afirmem os saberes tradicionais e suas oralidades. Apesar de toda a repressão, o que a história nos ostenta é que, por mais que as práticas performáticas dos povos indígenas e dos povos africanos fossem proibidas, demonizadas, coagidas e excluídas, essas mesmas práticas, por vários processos de luta, restauração e reexistência, garantiram a sobrevivência de uma corpora de conhecimento que resistiu às tentativas de seu total apagamento. (MARTINS, 2021) O cosmodrama (SANTOS, 2023) expressa a riqueza natural da cosmológica negra e consiste em uma instalação estética que propõe um assentamento de saberes, memória e energias negro-indígenas na sala de aula, de modo a alterar as condições cognitivo-pedagógicas da ambiência acadêmica. O cosmodrama traz o valor da ancestralidade da resistência negra e indígena. Suscita o direito de existir como natureza e não como um elemento sintético. Uma de suas funções está no sentido de aterramento, produzindo um efeito contrário ao desterro dos povos africanos e ameríndios, imposto pelo epistemicídio nos espaços universitários. "Na estratégia

da dominação pelo desterro, o negro é o tempo todo desconstruído em sua identidade, o que torna terrivelmente angustiante ser negro no Brasil" (SANTOS, 2023a). A condição de existência do povo negro é acolhida e assentada a partir dos recursos naturais na composição do cosmodrama, que trazem memória e vitalidade ao corpo negro, legitimando outras cognições, racionalidades e intelectualidades diversas. A expressividade do cosmodrama ativa no espaço acadêmico os saberes do povo negro e indígena. Alunas/os negras/os, ao se depararem com o cosmodrama na sala de aula, identificam elementos de seu repertório cotidiano e de memória ancestral. As instalações de cosmodramas são estéticas que trazem histórias e lembranças, acessando a cultura ancestral, as relações sociais e familiares, e as manifestações de cuidado e cura necessários para a luta por liberdade e conquista de direitos — esse é o princípio inaugural da psicologia aterrada. Como os cuidados que se aprendem nos terreiros de candomblé, de umbanda, reinado, maracatu, batuque, terecô, jurema, sob o ensinamento de mães e pais de santo, de mestres e zeladores de diversas ascendências, acompanhados do estilo cognitivo do legado negro. Estilos de vida transmitidos pelos antepassados, pelos mais velhos e pela infância — haja vista que os mais novos são "espécie de mensageira da ancestralidade, de modo que a infância é um signo de continuidade dinâmica, que traz em si toda a potência da memória ancestral" (NASCIMENTO, 2012, p.47). Estilo de vida participante da pluralidade da formação da sociedade brasileira. O cosmodrama foi trazido para a sala de aula como uma flecha que subiu alto e desceu flamejante até se fincar no seio do monstro que produz conhecimento para os brancos; estava ali para lembrar do ferro, de quem inventou a forja, de quem trabalhou duro para construir esse país; como as pipocas que saltam transformando o milho em flor, instala-se na sala de aula do colonizador a memória da cura, do poder de cura nos corpos de nossa gente; e aquelas frutas ativadas a nos servir de alimento e alegria, acendem a urgente identidade e a etnicidade insurgentes no contexto colonial que traz até agora a modernidade. Tudo aquilo ali era uma prática pedagógica de enterreiramento da pessoa e tudo isso vinha emanado das energias ativadas que traziam o encantamento à sala de aula (SANTOS, 2023a, p.10). O que fazemos a seguir é o exercício de pensar uma prática, como a aqui descrita, que pode trazer transformações para a atuação de profissionais do campo psi. Isto é: como podemos relacionar uma metodologia de ensino da formação em psicologia, que considera os modos de vida dos povos negros e indígenas, com uma metodologia de cuidado na Atenção Primária à Saúde? Com o propósito de elucidar esse saber — vale dizer, de trazê-lo à visibilidade da formação psicológica — apresentamos uma experiência vivenciada em uma unidade de saúde da Atenção Primária, no SUS, na cidade do Rio de Janeiro. Uma mulher negra entra na unidade de saúde em um suposto surto psicótico, conforme o olhar da psicologia baseada em saberes eurocêntricos. Ela estava nua, sangrando em sua lua menstrual, com os olhos bem abertos e olhar penetrante, afirmando ser Maria Mulambo da Kalûnga — uma entidade da falange de Pombagiras da Umbanda e da Quimbanda. Logo foi abordada por profissionais que diziam que ela precisava estar vestida. A mulher respondeu com gargalhadas altas e firmes, dizendo que estava ali para dar ordens e não para receber, desviando o olhar daqueles primeiros que propuseram acolhê-la. Diante disso, outros profissionais da unidade — negros e com noção do aspecto de diversidade cultural que ali estava se manifestando — saúdam a senhora da falange cumprimentando-a com um "boa noite moça". A resposta de dona Mulambo veio prontamente: "boa noite pra quem é de boa noite, bom dia para quem é de bom dia!" Logo em seguida, Mulambo pede cigarro, como seria o óbvio caso a cena ocorresse na roça de umbanda. Os profissionais, conectados a outro repertório cultural, prontamente se organizam para recebê-la em uma sala. Deram-lhe o cigarro em sua boca, acenderam como um sinal de cortesia e gentileza de quem almeja receber em troca a atenção do bakulo, da protetora e benfeitora que viveu tempos atrás e retorna naquele corpo. A cobriram

com um lençol, daqueles de maca hospitalar, e abriu-se assim o caminho para uma longa e proveitosa interação de cuidado. Fumando, gargalhando e cantando como fazem os nzilas, mensageiros espirituais nas aldeias de umbanda, Dona Mulambo relata que a menina que a recebe está em apuros, precisa de cuidados e que sabia: "somente aqui com o povo do jaleco branco, sua menina receberia os contornos necessários". A entidade que veio de Kalûnga se despede e o cuidado integral, transdisciplinar e transaberes — cuidado da saúde física, psicológica, social e espiritual — aconteceu, ainda realizado a muito custo no SUS. Essa cena tratou-se de uma performance cosmodramática, em que histórias e memórias vivas dos profissionais de saúde negros presentificaram a cultura ancestral, as relações das comunidades negras, permitindo o cuidado necessário para que outras técnicas de saúde, que se seguiram, pudessem acontecer; esse é o princípio da psicologia aterrada. O procedimento de cuidado integral à saúde que aí se sucedeu nos faz reconhecer a importância de incluir, na formação de psicólogos/as e nas pesquisas, os saberes do sagrado das comunidades tradicionais. É como diz Santos: "O encontro que é necessário fazer para aumentar nossa potência de ação é o encontro de nós com nós mesmos, o encontro que aumenta a Força. A Força nos permite reelaborar existencialmente a vivência na desgramura, na desgramatura (vivência desgramada da diáspora) imposta violentamente aos que vieram de África e aos que já estavam na terra." (SANTOS, 2023b, s/p) A partir dessa vivência é possível reconhecer a cosmológica afroindígena como base cognitiva e de conhecimentos para o cuidado à saúde. Uma dinâmica que possibilita a estruturação significativa, para a reconstituição da saúde de um tipo de pessoa muito presente na sociedade brasileira. Fundamental para, em nosso tempo, tomarmos consciência dos sistemas culturais que ocupam o território brasileiro, pois "a cultura é estruturante também para a aprendizagem" (MACHADO, 2019, p.35) e para o cuidado. Exemplificamos uma vivência de psicologia aterrada, um cuidado agenciado por profissionais negros para uma pessoa negra. Encontramos neste tipo de gestão possibilidades de cuidado para um tipo de pessoa antes não escutada e não acolhida, por não dialogar com seu estilo de vida, com o modelo eurocristão imposto e praticado, historicamente, como verdade universal. Afirmamos que há maneiras de cuidar que se mostram no cotidiano urbano e periférico da sociedade brasileira, e que estão mantidas e praticadas há séculos pelas comunidades negras, de terreiros, quilombos e aldeias. São epistemologias e métodos que não podem mais ser desconsiderados. Santos (2023b), em seu artigo "Protagonismo negro e psicologia para a pessoa enterreirada", coloca que "nas concepções indígenas e negras, a força de vida, a vida ela mesma, ou toda a existência, em suas mais variadas modalizações, energias ou vibrações se dá em comunidade. Como seria trabalhar esse conceito-princípio com os afro-indígenas em diáspora, que chegam para receber a atenção na saúde pública, no Sistema Único de Saúde (SUS), por exemplo; ou o trabalho pedagógico de crianças e jovens nas escolas; ou o trabalho na assistência junto ao sistema jurídico e ao sistema carcerário?" (Santos, 2023b, s/p) Os saberes afropindorâmicos não são atemporais, mas trazem camadas distintas do tempo. "Sendo uma comunidade, o sujeito não existe apenas agora, no presente, pois o presente não é o único tempo do espaço comunitário" (PAVÓN-CUELLAR, 2022, p.52). O espaço, assim como o corpo, para os povos de cosmopercepção afroindígena, está povoado também pelos ancestrais e os seus antepassados já mortos. O presente consiste na manifestação contínua de um passado recente e longínquo, fonte de força e consciência. Considerar essa diversidade cultural nos possibilita compreender de modo mais amplo as complexidades das existências humanas periféricas, que se apresentam nos cotidianos da vida em sociedade e responder adequadamente e com respeito pela diversidade de nossa composição social. JUSTIFICATIVA Este minicurso propõe uma reflexão sobre a escuta, o olhar e a prática de cuidado no campo da psicologia social, ancorada em uma perspectiva

afropindorâmica, aterrada e escrevivente. Diante do cenário de destruição de todas as formas de vida — intensificada por lógicas dogmáticas, colonialistas e eurocêntricas ainda vigentes —, justificamos esta proposta como parte de uma travessia coletiva em direção ao bem viver, sustentada por práticas de cuidado que emergem de uma lógica contracolonial afropindorâmica. A partir de experiências, saberes e pesquisas desenvolvidas no Laboratório Kitembo (UFF – RJ), que estuda epistemologias contracoloniais e princípios metodológicos alinhados ao método quilombista — compreendido como conceito científico histórico-social da pessoa negra brasileira —, temos identificado a potência das metodologias afropindorâmica, aterrada e escrevivente como caminhos de reexistência. Elas são manifestações de políticas do cuidado enraizadas nas experiências cotidianas da população negraindígena brasileira, cuja sabedoria ancestral resiste e propõe outras formas de vida possível, que combatem a destruição de todas as formas de vida. A ancestralidade, como expressa por Leda Maria Martins (2021), alicerça-se em uma concepção africana de tempo, memória, encruzilhada e movimento. Esta cosmopercepção está viva nos cotidianos negros e indígenas, mas ainda é invisibilizada nas instituições de cuidado e nos espaços formais de ensino. Sua potência, entretanto, segue se manifestando como fundamento metodológico para práticas de cuidado integral, sendo um elo entre etnias, um fio que sustenta a permanência de outro pacto civilizatório, outra cognição, outra lógica de vida. Nesse sentido, a psicologia social, ao se aproximar das relações étnico-raciais brasileiras, se depara com a complexidade de modos de vida historicamente marginalizados: povos quilombolas, comunidades que vivem ou viveram nas florestas, pessoas de matriz africana e indígena, de umbanda e candomblé, ou das favelas metropolitanas — espaços atravessados por múltiplas etnias, culturas e resistências. Para garantir saúde e cuidado a essas pessoas, é urgente reconhecer e valorizar as ciências que as mantiveram vivas até aqui. Este minicurso pretende contribuir na formação e atualização em psicologia social ao ampliar o campo epistemológico e metodológico do cuidado, enfrentando o racismo e promovendo o bem viver. A valorização das sabenças afropindorâmicas constitui um ato político de contracolonização, combatendo o epistemicídio e a marginalização imposta às culturas negroindígenas. Reerguemos da base os saberes guardados na memória, no corpo e na oralidade, para reinscrevê-los em letra viva, traçando caminhos para que nossos descendentes encontrem trilhas seguras na travessia por cuidado, identidade e pertencimento. Defendemos uma psicologia que, como nossos corpos, luta pelo direito à ancestralidade. Chamamos esse movimento de psicologia afropindorâmica, aterrada e escrevivente — um saber que emerge da experiência da vida negra, da prática de cuidado cotidiano, da escuta sensível, do pertencimento e da reescrita de nós por nós. Este estudo nasce das experiências em territórios periféricos e da formação vivida na Atenção Primária à Saúde, bem como das aulas e reflexões construídas junto aos professores Abrahão de Oliveira Santos e Luiza Oliveira, no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense. O objetivo deste minicurso é manifestar essa ciência viva através da instalação artística denominada Cosmodrama de Caboclo, que ocupa e contracoloniza os espaços neutros das salas de aula, trazendo à tona a memória ancestral como epistemologia viva do cuidado à população negroindígena brasileira. CONSIDERAÇÕES FINAIS Este minicurso foi tecido como travessia, uma encruzilhada metodológica onde saberes ancestrais encontraram corpos vivos, territórios de memória e práticas de cuidado insurgente. Por meio da instalação artística Cosmodrama de Caboclo, criamos um espaço de escuta encarnada, onde o tempo deixou de ser linear e se espiralou na roda coletiva, convocando cada participante à presença, à sensibilidade e à rememoração. A partir da evocação de Maria Mulambo da Kalunga e da partilha de experiências ancestrais e profissionais, vislumbramos outras possibilidades de fazer cuidado — práticas que não negam as raízes, mas as

celebram como fundamentos de uma ciência viva, encarnada na psicologia afropindorâmica, aterrada e escrevivente. O cosmodrama não é apenas uma instalação estética, mas um campo epistemológico e político de reatamento com a força vital negraindígena, em diálogo direto com os aportes do Professor Abrahão Santos, das reflexões sobre o quilombismo de Abdias Nascimento, e da memória espiralar de Leda Maria Martins. Ao longo da experiência, revisitamos criticamente os fundamentos que regem as profissões do cuidado, tensionando os limites das racionalidades hegemônicas e abrindo passagem para o reconhecimento das cosmopercepções afropindorâmicas como epistemologias legítimas. As ferramentas ofertadas — entre elas, o próprio corpo, a escuta sensível, a oralidade e a memória coletiva — são agora devolvidas aos participantes como instrumentos de luta, resistência e transformação em seus territórios de atuação. Encerramos reafirmando que não se trata apenas de novas metodologias, mas de outro pacto civilizatório: um projeto de cuidado comprometido com a ancestralidade, com a reexistência de nossas identidades e com o pertencimento de nossos saberes. A psicologia que aqui se manifesta não nasce das teorias distantes, mas do chão da sala de aula ocupada, das práticas de cuidado nos serviços de saúde, das vivências periféricas e da força encantada que nos atravessa desde antes da colonização. Que cada pessoa presente neste minicurso leve consigo não só autores, conceitos e técnicas, mas também um sopro de encantamento, uma centelha de axé, e o compromisso ético de sustentar uma psicologia que fala a língua dos terreiros, das aldeias, dos quilombos e das periferias — uma psicologia que não apenas cuida, mas faz viver.

MC 17. Campesinato, Trabalho e Tecnodiversidade: encruzilhadas possíveis

Neiza Cristina Santos Batista (Embrapa), Juliana da Silva Nóbrega (UNIR)

Descrição: O trabalho aqui proposto está vinculado ao Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Movimentos Sociais e Políticas Sociais (TraMPoS - USP), ao GT 77 da ANPEPP- Trabalho e processos organizativos na contemporaneidade, à Incubadora de Cooperativas Populares da Unir (ITCP-UNIR) e à rede de inclusão socioprodutiva da Embrapa. Frente a esta composição, o minicurso propõe abrir um espaço reflexivo sobre o campesinato, trabalho e tecnodiversidade enquanto uma entre tantas encruzilhadas possíveis, estabelecendo um diálogo sobre as práticas e a organização do trabalho das famílias camponesas que, ligado a um modo de vida específico, é perpassado pela tecnodiversidade. Entender a forma de produção campesina e sua organização de trabalho requer uma compreensão do contexto histórico e social brasileiro em que se desenvolve. Como menciona Shanin (2008, p.28) Estudar os camponeses é importante, não só porque os intelectuais podem produzir conhecimento voltado para os interesses dos camponeses, mobilizar-se e lutar por eles, ou tentar fazer com que eles se mobilizem. Os camponeses podem nos ensinar uma variedade de coisas que nós não sabemos. A questão da flexibilidade de respostas em face dos desafios e crises econômicas é algo que o camponês pode ensinar àquele que não é camponês, muito mais do que o contrário, como se pode observar em inúmeras situações. Ao nos convidar a aprender com camponeses e camponesas, Shanin nos ensina sobre uma forma de organização do trabalho que valoriza a terra, a coletividade e a solidariedade, que mantém um equilíbrio entre trabalho e consumo e se difere da agricultura empresarial, sendo a única classe que não se separou entre força de trabalho e controle dos meios de produção. A flexibilidade e a autonomia dos camponeses são traços distintivos que permitem uma reprodução familiar sustentável, apesar das pressões capitalistas. Deste modo, visão sobre campesinato adotada neste curso reconhece o campesinato como integrado e marginal ao mesmo tempo, e ressalta a importância de aprender com eles, em vez de apenas tentar ensiná-los (Paulino, 2008, p. 233; Marques, 2008, p. 69). Assim contextualizado, o campesinato enquanto uma forma de produção exige parâmetros de análise diferenciados do trabalho exercido pelo proletariado, afinal “um modo de produção é [...] o modo historicamente singular como a sociedade se produz e não meramente o modo como a sociedade produz” (Martins, 2021, p. 20). Ignorar as singularidades desta forma de produção, reduzindo toda complexidade que a cerca a uma visão economicista, desfigura o processo histórico e ignora as contradições sociais que a movem. Ao adotar uma perspectiva que situa o campesinato dentro do contexto contraditório da reprodução ampliada do capital, é importante ressaltar que este modo de produção é permeado por relações de poder que moldam os processos de produção, circulação e consumo. Junto a estas reflexões, a crítica ao desenvolvimento, proposta por intelectuais do sul global, ampliam a discussão sobre o modo de produção camponês que, embasado na noodiversidade, caracteriza-se pela diversidade seja ligada ao conjunto de seres vivos existentes na biosfera (biodiversidade) quanto na valorização e acolhimento de diferentes cosmotécnicas (tecnodiversidade) que não podem ser analisadas de forma descontextualizada das singularidades presentes nas diferentes geografias, culturas, saberes e economias locais. Sob tais perspectivas, discutir o trabalho campesino requer uma abordagem interdisciplinar que vá além dos esquemas conceituais urbanos e colonizadores - construídos a partir do norte global - e a apropriação de saberes e técnicas enraizadas em valores e epistemologias locais. Nesta conjuntura, a crítica ao desenvolvimento promovida por intelectuais do sul global

- como a indiana Vandana Shiva, o senegalês Felwine Saar, o chinês Yuk Hui, o equatoriano Alberto Acosta e a brasileira Leda Maria Martins- apresenta conceitos fundamentais à compreensão do processo de monotonia empreendido pela Modernidade a partir de seu projeto de universalização que prevê a sincronização a um eixo global que invisibiliza e apaga a diversidade de epistemes no planeta, especialmente no sul global. Sublinhando a necessidade de reconhecer e valorizar a diversidade técnica e ecológica promovida pelos camponeses e, neste sentido, viabilizar um espaço de reflexão sobre o trabalho campesino sob uma abordagem interdisciplinar, este minicurso alinha-se à temática central do 23º ENABRAPSO por materializar uma possibilidade de aliança entre os povos face à destruição de todas as formas de vida. Deste modo, este minicurso se vincula ao Eixo 8 – Questões Socioambientais e Contextos Rurais e Urbanos, ao trazer uma reflexão crítica sobre o trabalho camponês e sua relação com a terra, a tecnologia e a resistência política. Além disso, contribui para a formação em Psicologia Social ao propor um diálogo com saberes marginalizados e pouco conhecidos neste campo científico, ampliando o repertório teórico e prático da área frente às crises ecológicas e sociais. Deste modo, o minicurso tem os seguintes objetivos: Analisar o campesinato enquanto um modo de vida e as particularidades do trabalho camponês como uma forma de produção não capitalista; Apresentar conceitos, defendidos por intelectuais do sul global, que embasam referenciais epistemológicos decoloniais e contracoloniais; A partir dos conceitos apresentados, coconstruir reflexões sobre possibilidades de contribuições à pesquisa e intervenção em Psicologia Social. Para o alcance de tais objetivos o minicurso será fundamentado no método de roda de conversa a partir do qual se estabeleça a participação ativa de todas as pessoas envolvidas e a construção conjunta do conhecimento, combinando a exposição dialogada com a apresentação de vivências das facilitadoras junto a movimentos sociais de luta pela terra e o diálogo coletivo, como descrito abaixo: 1ª Momento – O Campesinato para além das relações clássica de emprego: O campesinato enquanto modo de vida: a indivisibilidade entre trabalho e vida familiar; reprodução de um modo de vida. Características do trabalho camponês: forma de produção não capitalista; qualificação da força de trabalho; relação com a terra; reconhecimento pelo fruto do trabalho; autonomia. 2ª Momento – Saberes do sul global e a crítica ao desenvolvimento: Monoculturas da mente e noodiversidade. Biodiversidade, tecnodiversidade e cosmotécnicas. Afrotopia e Bem-Viver: alternativas ao desenvolvimento. Encruzilhada como conceito e operação semiótica. 3ª Momento – Psicologia Social, saberes do sul global e campesinato: O que a Psicologia Social pode aprender com o campesinato? Possibilidades epistemológicas a partir dos saberes do sul global. Que alianças são possíveis entre academia, instituições de pesquisa, movimentos sociais e comunidades rurais? Para que o minicurso seja efetivamente participativo, serão oferecidas 15 vagas para as pessoas participantes do 23º ENABRAPSO. Não são necessários pré-requisitos para a participação no curso e serão bem-vindas quaisquer pessoas interessadas no tema e que desejem contribuir para a consolidação desta área de pesquisa e intervenção.

Referências: Acosta, A. (2015). El buen vivir como alternativa al desarrollo. Algunas reflexiones económicas y no tan económicas. In Política y Sociedad, 52(2), pp. 299-330. https://revistas.ucm.es/index.php/poso/article/view/45203 Acosta, A. (2016). O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Autonomia Literária/Elefante. Batista, N.C.S. Roça e inovação: do empreendimento universal e racionalizante à emergência de uma assentopia local e singular [Tese de Doutorado em Psicologia Social, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade de São Paulo]. 2024. https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-11022025-175525/pt-br.php Chayanov, A. V. (1981). Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In J. F. S. Graziano, & V. Stolcke. A questão agrária (pp. 133-

163). Brasiliense. Hui, Y. (2020). Tecnodiversidade. UBU. Marques, M. I. M. (2008). Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica. In E. T. Paulino & J. E. Fabrini (Orgs.). Campesinato e territórios em disputa (pp. 49-78). Expressão Popular. Martins, J. de S. (2021). O cativeiro da terra. (9 ed.). Contexto. Martins, L. M. (2022). Performances do tempo espiralar, poéticas do corpo-tela. Cogobó. Martins, L. M. (2021). Afrografias da memória: o reinado do Rosário no Jatobá. (2 ed.). Perspectiva/Mazza. Nóbrega, J. S. (2013). A produção da vida como política no cotidiano: a união de terras, trabalho e panelas no "Grupo Coletivo 14 de Agosto", em Rondônia. [Tese de Doutorado em Psicologia Social, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade de São Paulo]. https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-31032014-122418/pt-br.php Oliveira, A. U. (1991). Questões teóricas sobre a agricultura camponesa. In A. U. Oliveira. A agricultura camponesa no Brasil (pp. 45-72). Contexto. Oliveira, A. U. de O. (2022). A questão agrária no Brasil. Leituras brasileiras. [Vídeo] YouTube. https://youtu.be/4hCL_pfSO_U?si=9UAIc_298EAJEGxO Paulino, E. T. (2008). Territórios em Disputa e Agricultura. In E. T. Paulino & J. E. Fabrini (Orgs.). Campesinato e territórios em disputa (pp. 213–238). Expressão Popular. Sarr, F. (2019). Afrotopia. N-1. Shanin, T. (2008). Lições Camponesas. In E. T. Paulino & J. E. Fabrini (Orgs.). Campesinato e territórios em disputa (pp. 23-47). Expressão Popular. Shiva, V. (2003). Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. Gaia.

MC 18. Cartografias transfluêntes: uma experiência do sensível com a Floresta Amazônica

Vinícius Campelo Pontes Grangeiro Urbano (UFRN), Josiane de Souza Medeiros (UFRN), Brígida Cavalcanti Alves (UFRN)

Descrição: O que pode um minicurso sobre cartografia e aliança dos povos frente à destruição de todas as formas de vida? Essa reflexão convoca as/os psicólogas(os) e as Psicologias em suas práticas, pesquisas, ensinos, intervenções a se aliançarem e realizarem transfluências com tudo aquilo que produz cuidado e vida, como nos ensinam Krenak, (2022) e Bispo dos Santos (2023), uma produção de mais vida nas vidas vividas como dispositivo ético-estético-político. É a partir desse dispositivo, da produção de mais vida nas vidas vividas, que costuramos, tecemos, cartografamos a proposta deste minicurso, tendo a cartografia como uma invenção para acolher, sustentar e afirmar as vidas. Para iniciar a proposta que será desenvolvida neste minicurso compartilhamos um prelúdio, uma ideia de cartografia. Cartografar remonta a uma tempestade, tempestade de escolher rotas a serem criadas, constituindo uma geografia de endereços, de registros de navegação, de paisagens... Dentro do oceano da produção de conhecimento, cartografar é desenhar, tramar movimentações em acoplamentos entre mar e navegante, compondo multiplicidades e diferenciações. Ao mesmo tempo, é sustentar uma postura ético-estética de acolher a vida em seus movimentos de expansão segundo implicações políticas do tempo, do perspectivismo, da contingência e invenção (Kirst et al., 2003, p. 91). Cartografar é o efeito de se perceber entre as instituições. É localizar o que nas máquinas sociais - sejam elas produtoras de vida ou não - produzem as capturas ou os movimentos das vidas. É avivar um corpo, situando-o no mundo concreto, mas também em um mundo virtual de desejos, permitindo vislumbrar caminhos à medida que os afetos, memórias e escritas vão ganhando passagem. Uma escrita, sobretudo, política e politizante, uma vez que dá dignidade aos efeitos que o corpo vai sentindo com/no mundo. Assim, este minicurso possibilita justamente esse transfluir que se materializa nas palavras, observações e esperançam dar vida a novos horizontes possíveis, resistindo a destruição diante da construção de uma intimidade com o mundo para além da conjuntura colonial-capitalista, afinal, ao cartógrafo(a) o que interessa são os agenciamentos maquínicos invisíveis/visíveis chamados de desejo, que tem a capacidade de juntar vidas, seja nas construções inesperadas ou na fixidez. Por isso, apostamos na realização coletiva de experimentações e escritas cartográficas que se agenciam diante da multiplicidade participantes-universidade-floresta-psicologia para inscrever com coragem aquilo que se anunciará a um coletivo, podendo causar alianças necessárias para esse futuro que devém. Escrita corajosa porque é preciso dela para revisitar memórias e experimentar o agora, frente a disposição de ir construindo um novo lugar em um passado-futuro-presente. A cartografia, longe de ser apenas uma ferramenta de escrita, se consagra como um modo operativo de investigação da realidade social, se valendo das categorias como: linhas, territórios, desejos, fluxos e instituições, assim, as/os profissionais cúmplices desse método investigativo na Psicologia, conseguem se valer desta ferramenta para investigar-intervir junto aos funcionamentos sociais produzidos em seus territórios de atuação. Aqui as linhas, que são derivadas dos modos de produção dos sujeitos com as intuições, se dividem em três - duras, flexíveis e de fuga - permitindo perceber as operações às quais as vidas são apreendidas no cotidiano ou como elas reinventam as suas intimidades. De desejos eruptivos, dispostos a produzir territórios completamente novos dentro do mesmo território, a desejos fascistas, dispostos a conservar as formas de poder e opressão ao

máximo, as/os profissionais consolidam um modo de análise junto aos territórios na medida em que vão construindo um mapa desses locais pretendidos para as suas atuações. Reinventar, criar, analisar e experimentar são palavras que podem ser colocadas no conjunto gramatical das/dos psicólogas(os) que se disponham a cartografar, é nesta direção que apostamos com este minicurso: Abrir caminhos na Psicologia para uma atuação viva, desejosa e desperta as subjetivações e resistências encontradas nos territórios, junto aos povos que ali estão. Assim, afirmamos esta proposta no eixo Insurgências ético-estético-políticas por acreditar haver uma potencialidade de contribuição para esse eixo em específico, uma vez que se tratando de operações de escritas de si e das afecções com outras vidas e territórios, a cartografia gramatiza toda uma costura teórica-prática para as experimentações com o espaço proposto para este minicurso. O efeito de alicerçar essas experimentações na escrita e observação cartográfica, se torna assim, uma produção ética tendo em vista a dignidade que é atribuída a experiência que cada uma/um partilha do lugar e estética por se tratar de um fazer sobre o sensível e político, por produzir disrupturas nos modos hegemônicos e universalizantes de se pensar e produzir uma investigação/pesquisa. O curso se dará dentro de uma das maiores áreas verdes urbanas, na cidade de Manaus, localizada na maior floresta e bacia hidrográfica do mundo, desse modo, convocaremos alguns elementos desse território para compor essa escrita cartográfica. Convidamos as/os participantes a imaginarem que esse curso se trata de uma viagem pela Amazônia e que a cartografia é a embarcação que transporta e movimenta suas/seus navegantes/participantes. No primeiro trecho dessa viagem navegaremos por alguns afluentes/conceitos das águas cartográficas como rizoma, linhas, fluxos, agenciamentos, corpo, experimentações. Ao fazer curva no rio, chegaremos ao segundo trecho da viagem que serão as experimentações cartográficas com nossos corpos e sentidos, onde as/os navegantes/participantes caminharão pela Universidade Federal do Amazonas para produzir cartografias com tudo aquilo atravessará o seu corpo (sentimentos, sons, imagens, cheiros, gentes, vidas). Ao fazer uma pausa na viagem, retornaremos para a nossa sala/barco para que juntes narremos sobre cada experimentação cartográfica, será o momento também de refletir e discutir sobre as atuações com a Psicologia e rechear ainda mais nossas práticas com esses mapas de vida em devir. Tendo em vista que a proposta metodológica do curso envolverá a produção de cartografias com nossos corpos, a partir de caminhadas pelo Campus da UFAM, a quantidade disponível de vagas para esse processo teórico-experimentativo será de até 12 pessoas. Frente a isto, oportunizaremos as/os interessados uma experimentação cartográfica do sensível, atentas(os) ao chão que pisa, ao que de vida e dureza for testemunhado durante as andanças propostas, ao encontro com o inesperado, a sentir as sensações e dizeres que a Floresta Amazônica sussurrará ou gritará, a imaginar e produzir mundos outros possíveis ou se aliançar as lutas e demarcações já em marcha. Referências: Bispo dos Santos, A. (2023). A terra dá, a terra quer. São Paulo: Ubu Editora. Kirst, P. G., Giacomel, A. E., Ribeiro., C. J. S., Costa, L. A., & Andreoli, G. S. (2003). Conhecimento e Cartografia: tempestade de possíveis. In T. M. G. Fonseca., & P. G. Kirst. (Orgs.), Cartografias e devires: a construção do presente. (pp. 91–101). Porto Alegre: Editora da UFRGS. Krenak, A. (2022). Futuro ancestral. São Paulo: Companhia das Letras.

MC 20. Corpo e autodefesa: por uma ética marcial de si

Fabio Dal Molin (FURG)

Descrição: Vivemos, segundo a ordem política e social, em Estado Democrático de Direito. Entretanto, de acordo com Agamben, é necessário buscar compreensão mais ampla e problematiza o conceito, já que "o retorno do estado de exceção efetivo em que vivemos ao estado de direito não é possível, pois o que está em questão agora são os próprios conceitos de "estado" e de "direito"." (2004, p.131-132). A democracia, esta entidade violentada desde o seu nascimento (a polis grega contava com poucos cidadãos e muitos escravos, por exemplo), é propagada e erotizada através do casamento do capitalismo com a mídia, e a cada dia, a cada manifestação, a cada ato de violência policial ou militar percebemos que a igualdade torna todos cada dia mais carcereiros e encarcerados uns pelos outros. Giorgio Agamben, o filósofo supracitado, diz que o Estado Soberano é aquele criado em um conjunto de leis e normas, mas ele mesmo encontra-se em posição de criar para estas normas sua exceção. O exemplo mais triste e cabal de tal exceção foram os campos de concentração nazistas nos quais o aparelho político e científico de um país foi colocado a serviço da destruição de cidadãos pelo simples fato de estes existirem. O projeto "Corpo, ética clinica: autodefesa" pretende abordar temas transversais entre as questões contemporâneas a respeito de saúde mental, transexualidade, feminismo, racismo e dominação masculina acoplados à psicologia, à filosofia e a psicanálise, tendo como ponto de partida o conceito de necropolítica. Propomos um convite ao aprofundamento das graves questões éticas e clínicas que envolvem o engendramento de sujeitos do genocídio, as vidas sacrificáveis. Nosso objetivo é a partir do debate, da leitura de textos contemporâneos e da criação de um espaço pedagógico livre e de convivência, capacitar e empoderar os estudantes da universidade pública para enfrentar a onda de violência institucional e retomar a ação política que proteja as populações alvo da exclusão e do extermínio. Em especial por nos aliarmos à Michel Foucault quando este centra sua análise, desde A história da Loucura até a História da Sexualidade, em como os dispositivos diagramáticos de poder engendram ideologias, protocolos, normas, práticas e modos de subjetivação incidentes sobre os corpos, tomando como ponto de partida o sacrifício ritual do corpo nos suplícios e chegando até os sofisticados mecanismos da biopolítica e docilização, entendida como o conjunto de estratégias de controle dos corpos livres. Agregamos às ideias de Foucault as noções de Estado de Exceção e vida sacrificável de Giorgio Agamben e a de Necropolítica, de Achille Mbembe, por concordar com este autor quando ele diz que os diagramas do poder não mais se interessam por controlar a vida, e sim por gerenciar o genocídio. No ano de 2020 foi lançado um livro que discute em termos práticos a reação à necropolítica e ao sacrifício: trata-se da versão brasileira do livro de Elsa Dorlin "Autodefesa: uma filosofia da violência" que produz uma genealogia das relações entre defesa, segurança, artes marciais e biopolítica, costurou os conceitos e a metodologia necessários para as análises que serão feitas neste projeto casos de extrema violência que demandam uma análise dos aspectos técnicos, táticos, éticos, estéticos e políticos envolvendo a defesa pessoal, a autodefesa e as artes marciais.Os agentes envolvidos nos brutais crimes de motivação racial analisados a seguir, para realizarem seu ofício precisam passar por cursos de capacitação e reciclagem que envolvem curso de tiro, uso da força e da arma de fogo e defesa pessoal, além de passarem por avaliações psicológicas periódicas, e tudo isso deveria garantir strictu sensu que seu trabalho seja de proteção do patrimônio e atenção ao público. A discussão a ser feita aqui diz respeito aos protocolos velados da segurança que são mediados pelo transgressão das leis e dos protocolos transversalizada pela segregação de raça e classe

característica da história do Brasil e configuram uma situação que o filósofo Giorgio Agamben chama de "estado de exceção" sendo a vítima, um homens negros pobres, um mero efeito colateral cuja ação de resistência, a ótica de seus algozes, justifica e torna acetável o sacrifício da suas vida s"homo sacer"vida nua, desprovida de direitos e de humanidade. Em 19 de novembro de 2020 João Alberto Silveira Freitas, homem negro pai de família, morador do bairro Passo D'areia foi brutalmente espancado por seguranças e teve o corpo imobilizado por um deles com o joelho em seu peito, vindo a falecer o estacionamento do supermercado Carrefour de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil, por asfixia. No dia seguinte, data comemorativa do dia da Consciência Negra n Brasil, a Rede Carrefour foi alvo de protestos no Brasil inteiro e o ato teve repercussão mundial Seis meses antes, na cidade de Minneapolis, Minessota, Estados Unidos acusado de tentar trocar uma nota falsa de 20 dólares, George Floyd, homem negro da mesma estatura que Freitas, foi imobilizado por um policial com o joelho em seu pescoço por 8 minutos, também vindo a falecer. O ato teve repercussão mundial. 3 de março de 1991, Los Angeles. Rodney King, um jovem trabalhador afro-americano de 26 anos, foi interceptado por três viaturas e um helicóptero de polícia que o perseguiam por excesso de velocidade. Ao se recusar a sair do veículo, foi ameaçado com uma arma de fogo apontada para seu rosto. Alguns segundos depois, ele obedeceu e se deitou no chão; sofreu muitos golpes com uma arma de eletrochoque O ato foi filmado por um morador de uma casa próxima em uma câmera de VHS, os agressores foram inocentados por legítima defesa e o ato desencadeou uma série de revoltas nos Estados Unidos O proponente do curso é psicólogo, psicanalista e cientista político, além de praticante de artes marciais há 25 anos formado pela Academia Sino Brasileira de Kung Fu. O curso pretende integrar a discussão ética, estética, politica e filosófica com um pensamento com o corpo e a performance, Ressaltamos que a autodefesa não compactua com a ideologia comercial, imediatista e neoliberal das oficinas e cursos de defesa pessoal, por entender que a pratica marcial demanda tempo, continuidade e dedicação, além dos aspectos decoloniais e políticos. Exerceremos o debate, a fala e a expressão corporal

MC 21. Crítica social e família: aportes para a Psicologia Social.

Daviane Rodrigues Ribeiro (CUFSA)

Descrição: A compreensão do processo amplo de formação humana pressupõe a relação entre indivíduos, instituições e grupos sociais. Nesse contexto, a família emerge como um grupo fundamental nos momentos iniciais da socialização. Os debates mais comuns sobre o tema costumam abordar o papel desempenhado pelo grupo familiar, as experiências que nele se desenvolvem e os papéis sociais ali aprendidos e exercidos. Nota-se, porém, um certo consenso em torno da abordagem dos processos psicossociais no âmbito familiar, marcado por uma visão predominantemente positiva da família. Parece prevalecer um saber psicológico hegemônico que reforça a imagem acrítica da família, resistindo ou impedindo a discussão sobre suas hierarquias, violências e a imbricação com interesses econômico-políticos específicos. Seja em discussões teóricas sobre suas definições e funções, seja em reflexões sobre intervenções e práticas, as perspectivas críticas sobre a família tendem a ocupar um espaço reduzido, com pouca abertura para tensionar o debate. Assim, a análise da família como grupo e instituição envolvida nos processos de reprodução social nem sempre recebe a devida atenção nas análises de processos psicossociais. Em geral, o modo como os processos psicossociais relativos à família são abordados sugere uma naturalização que oculta seu caráter histórico e social. Isso levanta questionamentos sobre como diferentes vertentes constituintes do campo psi contribuíram para a construção de uma ideologia da família — ou "familiarismo". De modo inicial, pode-se levantar algumas linhas problemáticas sobre essa relação: a continuidade entre individualismo e familiarismo; a hiper-responsabilização da família, obscurecendo complexidades sociais mais amplas; intervenções teórico-práticas que reduzem sofrimentos e violências ao binômio indivíduo-família; as tensões entre família e relações comunitárias; a vinculação entre familiarismo e aspectos político-econômicos. Tais problemáticas nos convocam a analisar as articulações contemporâneas entre a família, a moral, o campo psi e a ideologia neoliberal. Porém, se essas problemáticas parecem ganhar força e outras formas de expressão na atualidade, é válido lembrar que uma certa lógica normativa na forma como o campo psi tem pensado e atuado em relação à família não é necessariamente recente. Se quisermos um recorte temporal não muito distante, podemos remeter aos anos 1960, quando ocorreu um tipo de renovação de interesse pela família, sobretudo com ênfase nas intervenções de caráter terapêutico. Em geral, tratava-se de intervir na família como um espaço a ser regulado e melhor adaptado. As análises e teorizações desdobradas desse objetivo se mostraram voltadas, quase que exclusivamente, para o entendimento das dinâmicas familiares em termos psicológicos. De modo geral, a família como grupo e instituição social foi reforçada enquanto um dado inquestionável, pensada predominantemente em torno de binômios como estruturada × não estruturada, funcional × não funcional, adaptada × desadaptada. E tal lógica não esteve restrita ao campo das intervenções terapêuticas, mas também em espaços e dispositivos múltiplos, tanto privados quanto públicos. Ou seja, grande parte das concepções sobre a família no campo psi foi formulada em continuidade às tendências individualistas e psicologizantes tão presentes na ciência psicológica desde o final do século XIX. Nesse sentido, ao menos em parte, os estudos sobre família ajudaram a configurar o familiarismo, enquanto configuração ideológica que se vale de certa continuidade entre individualismo, reducionismo psicológico e reiteração de certas imagens e funções da família como inquestionáveis. Um movimento que vai da mônada individual à mônada familiar, que não é sem efeitos psicossociais e políticos. A partir dele, por

exemplo, é possível traduzir questões sociais complexas em supostas disfuncionalidades, desajustes e falhas inteiramente individuais ou familiares. Não se pode afirmar, porém, que o individualismo e o familiarismo são exclusividades do campo psi. Eles integram formas mais amplas de falseamento da relação entre indivíduo e as formas de vida predominantes na sociedade capitalista. Ao produzir reducionismo do social ao individual e familiar; ao contribuir para que características e processos mutáveis passem a ser lidos e defendidos como invariáveis, essas tendências atuam ideologicamente, reforçando modelos que servem à reprodução social e favorecem o conformismo. Esses apontamentos indicam que a presença do familiarismo no interior das ciências parcelares pode ter contribuído para que os estudos sobre a família fossem predominantemente caracterizados por pressupostos, compreensões e análises fortemente normativas e conservadoras. Afinal, grande parte das mudanças na teorização e nas práticas profissionais relacionadas à família só ocorreram em resposta às provocações e exigências dos movimentos sociais. Portanto, o mérito por essas mudanças não é algo que possa ser atribuído exclusivamente a um processo de revisão interna e própria às ciências parcelares e suas respectivas práticas profissionais. Nesse sentido, a atuação do movimento feminista foi uma das forças fundamentais que, junto a outros movimentos sociais — como o racial, de gênero, LGBT+ e de direitos humanos —, principalmente a partir dos anos 1960, passaram a questionar profundamente o campo científico a respeito de questões que também passavam pelo universo da família. Assim, pode-se afirmar que a produção de saberes e práticas menos apologéticas ao status quo é, em grande medida, devedora das críticas produzidas a partir do lugar dos grupos que vivem os atravessamentos de classe, raça, sexo-gênero e as realidades periféricas globais e nacionais. Lutas e saberes produzidos que mostraram os limites e as limitações impostas pelos modelos de família "estruturada" e "propícia ao desenvolvimento", por tanto tempo reiterados nas teorias psicológicas, educacionais, de assistência social, saúde e no âmbito jurídico. Como já foi posto em evidência, certos regimes de poder, controle e disciplinamento marcam os corpos e subjetividades e estão presentes nos discursos e práticas de diferentes ciências parcelares. Nessa perspectiva, as análises de Michel Foucault puseram em evidência como a família atua normativamente, integrando regimes de poder e exercendo disciplinamento de forma relevante. Com ênfase mais específica, Deleuze e Guattari denunciaram a forma expansiva e impositiva do familiarismo presente no interior da psicanálise. Os autores colocaram em questão um tipo de atuação capaz de conformar os conflitos e as formas de sofrimento social e individual a um certo script familiarista. Dessa crítica direcionada à psicanálise, pode-se desdobrar considerações críticas para a psicologia e para a psicologia social. Nota-se que o campo de crítica à família é composto por diferentes perspectivas e ênfases de análise, assim como um certo nível de diálogo com acontecimentos e práticas inerentes às relações sociais. Os anos 1930 também podem ser reconhecidos como um marco relevante na composição do campo crítico da família. Trata-se de um momento em que a articulação entre família e problemáticas políticas foi reconhecida como relevante para compreender a emergência de fenômenos políticos de caráter fascista. Autores como Wilhelm Reich, Erich Fromm, Max Horkheimer e Herbert Marcuse, para citar apenas alguns, suscitaram questões a respeito da relação entre autoridade e família, de processos psicossociais e formação individual mais disposta ao autoritarismo, dentre outros. Contribuições que se opuseram às leituras a-históricas sobre a família e mostraram seu fundamento social, fortemente vinculado e determinado pelo modo de produção capitalista. Com esses apontamentos, busca-se justificar a necessidade de retomar debates fundamentais sobre a família, confrontando os consensos acerca de sua suposta imutabilidade e caráter inquestionável. Afinal, uma série de fenômenos contemporâneos engendrados a partir da família e de temáticas dela desdobradas indicam a

ocorrência de continuidades e mudanças no modo em que os discursos sobre a família, na condição de familiarismo, têm impactado os mais diferentes âmbitos sociais. Ressalta-se o familiarismo, sobretudo com a intenção de levantar algumas hipóteses a respeito dos modos como a família tem atuado como parte da ideologia neoliberal e se articulado a tendências sociais conservadoras e reacionárias na atualidade. A ênfase na ideologia decorre do reconhecimento de que sua atuação é intensificada justamente nos momentos em que o descompasso entre as forças produtivas e os meios de produção explicitam a própria barbárie. Predominantemente, a ideologia transforma a realidade irracional em uma racionalidade necessária, justificada e explicitamente anunciada. Em outras palavras, não basta justificar guerras, extermínios populacionais e a devastação de diversas formas de vida. A ideologia engendra e favorece tendências objetivas e subjetivas inclinadas a pactuar e defender tal estado de coisas como racional e necessário. Daí a importância de debater a família sem ignorar sua condição ideológica no mundo em que vivemos hoje. Afinal, o resgate de problematizações a respeito da relação entre família e movimentos fascistas e das manobras ideológicas em torno da família, podem se fundamentais para a leitura de inúmeros acontecimentos políticos no Brasil marcado pelo avanço da extrema-direita. Como é notado, a família tem ocupado um lugar de destaque em parte das estratégias da extrema-direita nacional. Os ataques relativos aos processos educacionais e escolares, a autonomia de educadores em suas práticas de ensino foi, em larga medida, articulados à suposta defesa dos interesses da família. A cruzada moral e de difusão de pânico em relação aos debates de sobre gênero e sexualidade também. Por outro lado, a família também passou a ocupar certa posição de destaque no que se refere a questões políticas e econômicas. Nesse âmbito, pode-se notar a hiper-responsabilidade da família em relação a ampla gama de problemas sociais. Definições de políticas públicas centradas em concepções específicas e restritivas de família; intensificação de medidas privatistas de ataque e desmonte a serviços públicos, que dentre os efeitos, tende a aumentar a exigência financeira e psicossocial sobre as famílias, possíveis enfraquecimentos de vínculos comunitários e crescimento de vulnerabilidade social; defesa família e da propriedade como argumento para armamento da população, dentre outros. Assim, o cenário nacional coloca em evidência a necessidade de olharmos para a família e para o familiarismo em articulação com o avanço da extrema-direita e da ideologia neoliberal no Brasil. O minicurso se coloca na busca por elementos críticos que nos permitam reconhecer como a família se constitui e se mantém atrelada a condições sociais específicas, ganhando contornos convenientes aos interesses de dominação da sociedade afluente. O objetivo é fomentar questionamentos sobre os processos psicossociais contemporâneos em torno da família como grupo, instituição e ideologia, no interior do eixo "Psicologia Social e Educação", compreendendo a formação humana em seu sentido amplo e o papel determinante da família na relação entre indivíduo e sociedade. O minicurso funcionará como um convite ao debate, e espera-se estimular as pessoas participantes à reflexão sobre as implicações teórico-práticas dessas discussões e sua relevância para a Psicologia Social Crítica. As referências teóricas que informarão a exposição são aquelas provenientes do campo crítico sobre a família, destacando-se as contribuições da Teoria Crítica da Sociedade, sobretudo dos autores reconhecidos como componentes da primeira geração — Max Horkheimer, Theodor Adorno e Herbert Marcuse. Porém, pela condição e desafios próprios ao estudo e à crítica da família, pretende-se passar por diferentes referenciais que contribuam na articulação entre crítica da família e crítica social. Duração: 2h e 30min. Quantidade de vagas: 25

MC 22. Cuidado em Liberdade – Experiências Inovadoras na Rede de Atenção Psicossocial

Hugo Felipe da Silva Lima (FGV EPPG)

Descrição: A política de saúde mental no Brasil passou, nas últimas décadas, por importantes transformações em função da luta antimanicomial e da implementação da Reforma Psiquiátrica, cujo marco legal é a Lei 10.216/2001. Nesse contexto, o cuidado em liberdade passou a ser um princípio estruturante da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), buscando substituir o modelo hospitalocêntrico e excludente por uma lógica territorial, comunitária, intersetorial e centrada na promoção da cidadania. Ainda assim, os desafios persistem, sobretudo diante das ameaças de retrocessos, da descontinuidade de políticas públicas e da precarização do trabalho dos profissionais da área. Com o objetivo de fortalecer e visibilizar experiências que reafirmam o compromisso da Psicologia com a defesa da vida e da dignidade humana, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) lançou a Chamada Pública nº 004/2024, que convida psicólogas(os), instituições e serviços a relatarem práticas que materializam o cuidado em liberdade no cotidiano, realizando a I Mostra Nacional de Práticas Profissionais "A Psicologia na luta pelo cuidado em liberdade: ontem, hoje, sempre!". A partir desse cenário, propõe-se o presente minicurso, com o título "Cuidado em Liberdade – Experiências Inovadoras na RAPS", voltado a profissionais da Psicologia e de áreas afins, estudantes e trabalhadoras(es) da saúde mental que atuam ou têm interesse em aprofundar seus conhecimentos e práticas no campo da saúde mental pública e comunitária. O minicurso tem por finalidade articular fundamentos teóricos, análise de experiências reais e produção coletiva de propostas que contribuam para o fortalecimento da rede e da atuação crítica, ética e comprometida com os direitos humanos. O primeiro momento será dedicado à introdução ao conceito de cuidado em liberdade, explorando o histórico da Reforma Psiquiátrica, os princípios da RAPS e os fundamentos ético-políticos da Psicologia enquanto ciência e profissão comprometida com os direitos humanos. Será promovido um resgate da luta antimanicomial no Brasil e das conquistas e resistências que marcaram essa trajetória, a partir de marcos históricos e da escuta de narrativas que compõem o acervo da militância no campo da saúde mental. Além disso, serão analisados documentos de referência do CFP e das políticas públicas brasileiras. Ainda, os participantes conhecerão experiências inovadoras já desenvolvidas nos serviços da RAPS em diferentes regiões do país, a partir dos relatos inscritos ou inspirados pela chamada pública do CFP. Essas experiências incluem práticas como oficinas de arte e cultura, grupos terapêuticos baseados na escuta sensível e na ampliação da voz dos usuários, ações intersetoriais com educação, assistência social e cultura, além de estratégias de enfrentamento ao racismo, à LGBTfobia, à pobreza e outras interseccionalidades. A proposta é analisar os elementos que tornam essas experiências exemplos potentes de cuidado em liberdade, identificando seus métodos, princípios, impactos e desafios. O estudo de caso será a principal metodologia desse encontro, estimulando os participantes a dialogarem com os contextos reais de implementação e adaptação dessas práticas. Em seguida, a partir das inspirações trazidas pelos relatos de experiência e manifestações artísticas da Mostra Nacional, os participantes serão convidados a desenvolver, em pequenos grupos, propostas próprias de intervenção territorial, baseadas em princípios de cuidado em liberdade. Serão incentivadas propostas que articulem saberes técnicos e saberes populares, valorizem a cultura local, incluam a participação ativa de usuárias(os) e estabeleçam pontes entre serviços e comunidade. Nessa etapa, foi estimulada a produção de registros criativos,

como textos, colagens, desenhos, vídeos curtos ou outros formatos artísticos, valorizando a diversidade de linguagens e o protagonismo dos sujeitos envolvidos. Ao final, será realizada uma roda de conversa sobre os aprendizados e as potências da formação, com espaço para que cada participante elabore um plano pessoal de aplicação ou continuidade das ideias discutidas. Também será abordada a importância do registro das práticas e da inscrição em chamadas públicas e mostras, como forma de dar visibilidade, reconhecimento e sistematização ao trabalho desenvolvido nos territórios. O minicurso será conduzido por facilitadoras(es) com experiência na atuação em saúde mental, na formação de profissionais e na construção de políticas públicas. Serão utilizados recursos como textos de apoio, vídeos documentais, relatos da Mostra do CFP, atividades em grupo, ferramentas de criação colaborativa e dinâmicas de sensibilização. A avaliação será contínua, considerando a participação nas atividades, a elaboração coletiva das propostas e o envolvimento crítico e criativo ao longo do processo formativo. Entre os resultados esperados, destacam-se: o fortalecimento da compreensão sobre o cuidado em liberdade como diretriz ética e política na Psicologia; a ampliação da capacidade de análise crítica sobre as práticas existentes na RAPS; a valorização de experiências territoriais e inovadoras; o estímulo à produção e compartilhamento de práticas transformadoras; e o fortalecimento de uma rede de profissionais comprometidos com os direitos humanos e a saúde mental pública. Espera-se, ainda, contribuir para que mais profissionais se sintam motivados a participar de iniciativas como a Mostra Nacional promovida pelo CFP, reconhecendo o papel do Sistema Conselhos na valorização da atuação qualificada da categoria. A pertinência desta proposta formativa está diretamente alinhada ao espírito da Chamada Pública CFP nº 004/2024, que reconhece a diversidade e a riqueza das práticas psicossociais desenvolvidas cotidianamente nos territórios, muitas vezes de forma invisibilizada. Ao criar um espaço de reflexão, troca e construção coletiva, o minicurso se coloca como uma ação concreta de fortalecimento das políticas públicas e de afirmação da Psicologia como prática social transformadora. Mais do que um curso de formação, trata-se de um espaço de escuta, encontro e invenção de futuros possíveis, em que o cuidado em liberdade não é apenas um princípio técnico, mas um compromisso político com a vida em sua pluralidade. Em tempos de retrocessos e ataques à democracia, reafirmar o cuidado em liberdade é um ato de resistência e compromisso ético com a vida. Ao reunir práticas que rompem com a lógica manicomial e promovem autonomia, afeto e pertencimento, este minicurso fortalece o fazer psicológico alinhado à justiça social e aos direitos humanos. Que cada experiência partilhada se transforme em inspiração, e que cada participante se reconheça como agente ativo na construção de uma Psicologia que cuida, acolhe e transforma realidades — porque a liberdade também é terapêutica, e o cuidado, um direito inegociável.

MC 23. Da Sobrevivência à Existência: práticas anticapacitista e documentos escritos

Ana Tereza Da Silva Marques, Ione Aparecida Xavier (CRP)

Descrição: Este mini curso tem como proposta central promover uma reflexão crítica, ética e propositiva sobre as formas pelas quais o capacitismo se manifesta na prática profissional da Psicologia, com ênfase na produção de documentos escritos. Almeja-se deslocar o olhar tradicional e burocrático da escrita psicológica para uma prática comprometida com os direitos humanos, a dignidade, a autonomia e o protagonismo das pessoas com deficiência. O capacitismo é um sistema de opressão estruturante, que se ancora em normas corporais, cognitivas, comportamentais e comunicacionais, atribuindo às pessoas com deficiência um lugar de inferioridade, dependência ou insuficiência. Essa lógica capacitista atravessa a vida cotidiana de modo naturalizado, inclusive na elaboração de laudos, relatórios, pareceres, prontuários e outros documentos psicológicos, os quais, muitas vezes, reproduzem discursos patologizantes, reducionistas e desumanizantes. Tais documentos podem colaborar para a invisibilização de sujeitos, a negação de direitos e a perpetuação de violências simbólicas. Partindo da perspectiva anticapacitista, o curso convida à revisão crítica dos discursos, técnicas e práticas psicológicas que sustentam esse tipo de violência institucional. O anticapacitismo reconhece a pessoa com deficiência como sujeito pleno de direitos, produtor(a) de conhecimento e protagonista de sua própria história, rompendo com a lógica da tutela e do controle normativo. Além disso, propõe-se compreender as produções psicológicas não como registros neutros ou objetivos, mas como construções discursivas que carregam marcas históricas, sociais e ideológicas. A linguagem utilizada na escrita técnica pode reproduzir exclusões ou, ao contrário, afirmar direitos. Assim, torna-se imprescindível refletir sobre as palavras que escolhemos, os enfoques que damos e as vozes que autorizamos (ou silenciamos) em nossos escritos profissionais. O mini curso propõe uma mudança de paradigma: da "sobrevivência" – comumente associada a lógicas de assistência, dependência e comiseração; para a "existência", que implica o reconhecimento e a afirmação da pessoa com deficiência como cidadã plena. Documentos psicológicos devem refletir esse deslocamento, contribuindo para a afirmação de identidades, para o fortalecimento de autonomias e para a promoção do pertencimento social. Ao substituir expressões reducionistas por abordagens mais respeitosas e centradas na pessoa, o(a) psicólogo(a) contribui para a desconstrução de estigmas e para a construção de uma prática verdadeiramente comprometida com a justiça social. Essa postura exige um olhar atento não apenas para o conteúdo, mas também para a forma como escrevemos, garantindo que nossas palavras sejam instrumentos de reconhecimento e não de opressão. Ao final deste mini curso, espera-se que os participantes estejam mais preparados para construir documentos que não apenas relatem situações, mas que expressem o compromisso com o reconhecimento da diferença, a valorização da dignidade humana e a promoção dos direitos das pessoas com deficiência. Esta formação é, portanto, um convite a atravessar a fronteira da sobrevivência para afirmar a existência plena, por meio de uma escrita que escuta, respeita, representa e transforma. Objetivos Específicos Identificar e problematizar discursos capacitistas presentes na escrita psicológica; Promover o uso de linguagem inclusiva, acessível e não patologizante em documentos técnicos; Estimular a escuta qualificada, sensível e situada no contexto da diversidade humana; Fortalecer o compromisso com os direitos humanos das pessoas com deficiência; Contribuir para práticas profissionais mais éticas, justas, inclusivas e transformadoras. Metodologia A metodologia adotada será participativa, horizontal e

reflexiva, valorizando o conhecimento coletivo e a construção compartilhada de saberes. Serão utilizados os seguintes recursos: Exposições dialogadas com base em marcos legais, éticos e teóricos contemporâneos; Análise de documentos psicológicos, com foco na identificação de aspectos excludentes ou discriminatórios; Vivências e rodas de conversa para compartilhamento de experiências, escutas e trajetórias diversas; Sugestão de propostas de reescrita com base na perspectiva dos direitos humanos e do anticapacitismo, incentivando o exercício de uma linguagem afirmativa e ética. Público-alvo O mini curso é destinado a profissionais e estudantes de Psicologia, especialmente aqueles(as) que desejam aprofundar seu compromisso com os direitos humanos, a inclusão e a justiça social. Também é indicado para quem busca atualizar sua prática profissional à luz de referenciais ético-políticos contemporâneos e alinhados ao enfrentamento das desigualdades estruturais. Fundamentação Política e Ética A Psicologia, enquanto ciência e profissão comprometida com a promoção da dignidade humana, deve reconhecer, incorporar e dialogar continuamente com os princípios dos Direitos Humanos em todas as suas práticas, especialmente no que se refere à atenção às diversidades humanas. Isso inclui o compromisso ético-político com a equidade, a justiça social e a eliminação de todas as formas de discriminação, inclusive o capacitismo. Nesse sentido, é imprescindível que a atuação psicológica esteja alinhada à Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI – Lei nº 13.146/2015), que assegura e promove, em condições de igualdade, o pleno exercício de direitos por pessoas com deficiência, além de promover sua inclusão e participação social em todas as esferas da vida. A prática profissional também deve observar os princípios do Código de Ética Profissional do Psicólogo (Resolução CFP nº 010/2005), que orienta para o respeito à dignidade, à liberdade e à diversidade humana. Soma-se a isso a Resolução CFP nº 018/2022, que trata da atuação psicológica junto à pessoa com deficiência, reafirmando o compromisso com práticas não patologizantes, anticapacitistas e centradas na promoção de direitos. Essas normativas reforçam o papel ativo do(a) psicólogo(a) na construção de uma sociedade mais justa, igualitária e inclusiva. A necessidade de pertencimento está diretamente relacionada ao reconhecimento do direito das pessoas com deficiência de ocuparem, com legitimidade e protagonismo, todos os espaços sociais; seja na educação, no trabalho, na saúde, na cultura ou na formulação de políticas públicas. Pertencer não é apenas estar presente, mas ser reconhecido, ouvido e considerado em sua singularidade. Nesse contexto, o princípio "Nada sobre nós, sem nós" ultrapassa o campo simbólico: é uma diretriz ética e política que afirma a necessidade de participação direta e ativa das pessoas com deficiência nas decisões que lhes dizem respeito. Romper com a histórica lógica da tutela e da ausência é essencial para construirmos uma sociedade verdadeiramente inclusiva e justa. Para isso, a Psicologia precisa se comprometer não apenas com a escuta, mas com a escuta qualificada; aquela que acolhe, compreende e se transforma a partir do encontro com o outro. Assim, o curso reafirma o compromisso da Psicologia com práticas profissionais sensíveis às pluralidades, alinhadas ao respeito à diferença e ao enfrentamento das violências institucionais. Ao investir na formação crítica e ética de profissionais, contribui-se para que cada palavra escrita seja também um gesto de reconhecimento, resistência e transformação.

MC 24. Decolonialidade do ser mulher: a sexualidade em questão.

Luciana Fernandes de Medeiros (UFRN), Renata Meira Veras (UFBA)

Descrição: Nos últimos anos, temos visto avançar os discursos conservadores que cada vez mais contribuem para estreitar a nossa visão de mundo e buscar apagar determinados modos de vida e de viver a vida. A truculência de alguns governos em resolver seus problemas sociais atacando certos grupos populacionais, minimizando a crise climática e se alinhando a práticas religiosas dogmáticas, tem reforçado a animosidade e a separação entre as pessoas. Essas consequências se expressam, entre outros problemas, nas iniquidades de gênero, nos discursos misóginos que ganham força com o conservadorismo e na dificuldade em trazer à tona e aprofundar aspectos importantes da vida cotidiana, como, por exemplo, a experiência da sexualidade. Em pesquisa realizada recentemente (Medeiros, 2024), constatamos o quão as experiências pessoais e íntimas de algumas mulheres ainda são bastante invisibilizadas ao longo de suas vidas. Muitas participantes introjetaram os papéis tradicionais atribuídos à mulher, sobretudo o de cuidadora. Sendo assim, as mulheres, cis e heteroafetivas principalmente, parecem viver a vida somente para dar conta dessa tarefa que é cuidar dos filhos, do cônjuge, da casa. Tais papéis não incluem uma alterização de sua experiência de ser mulher, nem de sua sexualidade. Observamos que não tiveram uma real e efetiva educação sexual na adolescência, não aprenderam sobre seus corpos, e, por esse motivo, tiveram experiências sexuais sofridas na juventude. Também constatamos que as participantes consideraram o ser mulher muito mais como uma mãe do que como uma mulher que transa, que goza, que gosta. Esses resultados nos levaram aos conceitos de colonialidade e decolonialidade do ser mulher e da experiência de sexualidade. A colonialidade impõe modos de ser, naturalizando-os e universalizando-os, em detrimento de outras alteridades e outros modos de ser (Cabral, 2024). Os discursos normatizados e colonizadores perpassam nossa cotidianidade e acabam solapando as possibilidades de experiências diferentes e, quiçá, mais satisfatórias para a vida. Já a decolonialidade é o movimento de abertura, de dar voz a quem, por tanto tempo, ficou invisibilizado/a. No campo da psicologia social, dar voz aos excluídos e aos invisíveis tem sido um movimento constante, pois há muito sabemos como as violências e os sofrimentos psicológicos e existenciais são, muitas vezes, gerados, agravados e cronificados em função das desigualdades, da pobreza, do preconceito, dos discursos opressores. Como uma transgressão ao epistemicídio observada ao longo dos anos no campo da psicologia social, este minicurso tenciona abrir espaços de discussão sobre raça, gênero, classe e sexualidade. Assim, nossa proposta de trabalho se coaduna com o eixo 12, “Gênero, Sexualidades e Intersecções”, pois consideramos a importância de se colocar em pauta as desigualdades sociais, políticas e culturais que perpassam as construções de gênero e da sexualidade. Essas desigualdades aparecem, sobretudo, na tendência metodológica em universalizar as experiências, sem considerar suas interseccionalidades. Em geral, quando se fala na experiência de ser mulher, há uma tendência em se pensar no grupo específico de mulheres brancas, heterossexuais, cisgênero e de classe média que, tradicionalmente, aparece como o modelo universal de mulher. Por esse motivo, desconstruir essa ideia de modelo universal e problematizar as diversas possibilidades é o caminho que acreditamos mais efetivo para o movimento decolonizador. Um conceito importante a ser debatido é o de mulheridades (Nascimento, 2023), considerado como uma maneira de explicitar e valorizar a experiência de cada mulher e sua compreensão dentro do contexto social, cultural e existencial em que se encontra. No que concerne à experiência da sexualidade, consideramos que a pouca quantidade de debates sobre

o tema, bem como a dificuldade em valorizar as diferentes possibilidades de experienciá-la, é fruto de um modelo colonizador de vidas, que coloca a mulher apenas como objeto de prazer do outro e como procriadora. Consideramos, portanto, que as iniquidades de gênero e o projeto colonizador de existências perpassa pelos campos do gênero e da sexualidade. Para que a psicologia social crítica realmente contribua para uma mudança social significativa, sobretudo no campo dos feminismos e suas interseccionalidades, faz-se necessário trabalhar com as diferentes possibilidades de ser mulher e as experiências de sexualidade diversas. Assim, temos como objetivos promover um debate sobre as experiências de sexualidade da mulher, identificar discursos colonizadores e decolonizadores, bem como construir caminhos de cuidado. Para isso, realizaremos uma roda de conversa com os/as participantes. A roda de conversa é uma metodologia inspirada na educação libertadora de Paulo Freire (Sampaio, Santos, Agostini & Salvador, 2014). Partimos do princípio de que o conhecimento sobre si e a reflexão sobre os aspectos colonizados da existência, precisam ser refletidos de forma crítica por parte da própria pessoa, não algo que é imposto em conteúdos verticalizados sob a forma de palestras ou aulas conteudistas. A roda de conversa pressupõe um posicionamento de não saber por parte do(a) mediador(a) e a ideia é justamente abrir espaço para que as pessoas falem, expressem suas vivências, escutem unas às outras e, a partir daí, consigam elaborar e construir reflexões acerca da temática em tela. Assim, a roda de conversa tem como prerrogativa o espaço de fala, troca de experiências e debate em um movimento circular de "perceber, refletir, agir, modificar" (Sampaio, Santos, Agostini & Salvador, 2014, p.1301). Nessa perspectiva, a roda de conversa proposta terá três momentos. No primeiro momento, será proporcionado um momento de apresentação em que cada participante será convidado(a) a dizer seu nome e uma característica interessante do seu jeito de ser. No segundo momento, os(as) participantes serão convidados(as) a se dividirem em pequenos grupos (3 a 4 pessoas) para o debate de três perguntas sobre sua experiência de sexualidade: 01) Como aprendi sobre sexualidade? 02) Tive dificuldades para vivenciar minha sexualidade? Se sim, quais? 03) Consegui superar? Como? No terceiro e último momento, será realizado o compartilhamento das experiências e a construção de caminhos de cuidado através de duas perguntas-chave: 1) o que aprendi hoje? e, 2) a partir do que aprendi, como é possível vivenciar a sexualidade de maneira melhor? Com esse momento, esperamos contribuir para reflexões sobre o corpo, a sexualidade, as iniquidades de gênero e a visibilidade a esses temas tanto no âmbito pessoal como profissional. Planejamos o uso das três horas previstas para o minicurso e a participação de até 20 pessoas.

Referências: Cabral, A.M. (2024). Para além da iniquidade: por uma ecofenomenologia decolonial. In Alexandre Trzan e Christine Mattar (Org.), Psicologia, fenomenologia e questões decoloniais. Rio de Janeiro: Via Verita, p. 17-54. Medeiros, L. F. (2024). "Experiência vivida de ser mulher e suas interrelações com a sexualidade". Relatório de pesquisa não publicado. Nascimento, L. (2023). Transfeminismo. São Paulo: Jandaíra. Sampaio J, Santos G.C, Agostini M, Salvador A.S. (2014). Limits and potentialities of the circles of conversation: analysis of an experience with young people in the backcountry of Pernambuco, Brazil. Interface (Botucatu), 18, (Supl 2):1299-1312. DOI: 10.1590/1807-57622013.0264

MC 25. Desafios da práxis psicossocial no enfrentamento à violência contra a população em situação de rua

Jéssica Rodrigues Rosa (USP); Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu), Nilson de Jesus Oliveira Leite Júnior (UNICSUL)

Descrição: Nas últimas décadas, pautas relacionadas à população em situação de rua (PSR) têm ganhado destaque não apenas no campo do planejamento urbano, mas também nas políticas públicas de Saúde e Assistência Social - com especial atenção à garantia e manutenção de direitos -, além de presença crescente no debate acadêmico e científico. No Brasil, a PSR é tradicionalmente caracterizada como um grupo populacional heterogêneo, marcado por extrema pobreza, vínculos familiares interrompidos ou fragilizados, e a inexistência de moradia convencional regular, bem como pela utilização de logradouros públicos e unidades de acolhimento como espaços de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente (Brasil, 2006; Hungaro et al., 2020). Apesar de essa definição abranger elementos importantes que orbitam o fenômeno, é necessário compreender que, para além de sua condição material, a PSR vivencia um contexto de pobreza multidimensional e carrega consigo potências de existência e resistência diante das múltiplas formas de exclusão, violência, esquecimentos e sujeições impostas pelo capitalismo, pelo produtivismo e pelas políticas de extermínio social (Leite Júnior, 2024). Estimativas da última pesquisa censitária sobre a PSR em São Paulo apontam para a existência de aproximadamente 31.884 pessoas vivendo nesta condição – um crescimento de 31% em dois anos, o maior registrado desde o início da série histórica em 2000 (São Paulo, 2021). Não obstante, esses números ainda não contemplam a totalidade do fenômeno. Dados mais recentes do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome registraram 96.220 pessoas em situação de rua no CadÚnico apenas na cidade de São Paulo, em março de 2025, e 335.151 em todo o país (Brasil, 2025; Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua [POLOS/UFMG], 2025). Mesmo diante de sua expressiva presença, principalmente nos grandes centros urbanos, a PSR segue enfrentando um longo processo histórico de marginalização – seja no acesso a políticas públicas, nas possibilidades de ocupação livre do espaço urbano ou na garantia de direitos básicos e fundamentais, como saúde e moradia. A estes aspectos, soma-se o fato de que esse grupo é frequentemente vitimado pela violência, em suas mais diversas expressões: física, verbal, sexual, institucional e simbólica. Entre 2015 e 2017, mais de 17 mil casos de violência contra pessoas em situação de rua foram registrados no país, sendo que pessoas do sexo feminino, negras e jovens (15 a 24 anos) compõem a maior parte das vítimas (Brasil, 2019). Para além da violência física, são igualmente recorrentes processos de reprodução da humilhação social. Encaradas muitas vezes como “falhas” de uma sociedade tida como “rica em oportunidades para todos”, os indivíduos em situação de rua tendem a ser culpabilizados por suas dificuldades, na medida em que não teriam sido capazes de superar a condição de miserabilidade (Belcher; Deforge, 2012). Essa lógica gera uma imagem estereotipada da PSR, calcada em preconceitos, cuja consequência prática é a justificativa e a legitimação da violência (Euzébios Filho, 2023; Leite Júnior, 2024). Não por acaso, algumas das definições mais recentes da situação de rua caracterizam-na não apenas como uma violação extrema dos direitos à moradia adequada e à não-discriminação, mas também como uma violação dos direitos à vida, à segurança pessoal, à saúde, à proteção do lar e da família e à liberdade contra tratamentos cruéis e desumanos (United Nations, 2015). A intensidade e a repetição sequencial destes aspectos – que, não raro, repetem-se

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

cotidianamente para muitas dessas pessoas – acaba por deixar significativas marcas na saúde mental, conforme apontado por diversos estudos nacionais e internacionais (WHO, 2005; São Paulo, 2019). Como nos lembra Martín-Baró (1990), a saúde mental refere-se ao "caráter básico das relações humanas" (p. 73, tradução livre). Nesses moldes, ações que desumanizam as relações sociais, cristalizam relações de poder e ocultam diferentes formas de opressão e violências – relato comum entre esta população –, configuram-se em determinantes sociais que conferem risco à saúde mental (Leite Júnior; Santos; Euzébios Filho). Como consequência, a prevalência de condições que afetam a saúde mental da PSR é alta – sintomas depressivos, ideação suicida e uso abusivo de álcool e outras substâncias estão entre as queixas mais comuns, atingindo, em alguns estudos, cerca de metade dos indivíduos pesquisados (Vitorino; Vieira; Guimarães, 2024). Frente a este contexto, acreditamos que lançar luz sobre temas tão urgentes que orbitam a realidade da PSR vai ao encontro da proposta do ENABRAPSO, cujo tema é "Aliança dos povos: Psicologia Social face à destruição de todas as formas de vida". Para fazer frente a essa destruição, que assume como uma de suas inumeráveis formas a desumanização e extermínio da PSR, propomos o presente minicurso, cujo objetivo é discutir não apenas a realidade e os aspectos psicossociais que atravessam a vida nas ruas, mas também os desafios da atuação psicossocial nesse campo, a partir de uma Psicologia comprometida com a transformação social. Tal debate se justifica não apenas pelo crescente interesse na temática no campo acadêmico e político, mas também porque a PSR é usuária de muitas das políticas públicas nas quais a Psicologia se encontra inserida. Seja como ciência, seja como profissão, a Psicologia está em interface direta com as pessoas em situação de rua. Assim, refletir e problematizar essa aproximação e os atravessamentos torna-se tarefa necessária e urgente em espaços como o ENABRAPSO, no qual somos convocados a contribuir para a construção de uma Psicologia verdadeiramente territorializada e eticamente comprometida com os direitos humanos coletivos e com as maiorias populares. O minicurso contará com vinte vagas, duração aproximada de duas horas e meia, e buscará aproximar os participantes das discussões teóricas e práticas sobre o tema, bem como dos desafios da atuação psicossocial nesse campo. As atividades serão organizadas em três momentos: (1) apresentação dos participantes e compartilhamento de experiências com a PSR; (2) exposição de reflexões teóricas e práticas sobre o viver nas ruas – com ênfase na saúde mental em uma perspectiva psicossocial; e (3) debate final para sistematização coletiva das reflexões e construção de propostas de atuação. Pretendemos fomentar o diálogo e o compartilhamento de percepções e experiências, refletindo sobre práticas que vão além da mera garantia da sobrevivência e que contribuam para a construção de uma práxis crítica, ética e transformadora. Acreditamos que a importância da temática, associada a seu alinhamento com o tema do encontro, justificam a relevância desta proposta, voltada a profissionais e estudantes da Psicologia e da Assistência Social comprometidos com a justiça social, a dignidade humana e a transformação das realidades vividas pelas populações em situação de rua. Referências: BELCHER, J. R.; DEFORGE, B. R. Social stigma and homelessness: the limits of social change. Journal of Human Behavior in the Social Environment, v.22, n. 8, pp. 929-946, 2012. BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. 2º Censo da População de Rua e Análise Qualitativa da Situação dessa População em Belo Horizonte: meta 10 - realização de ações de atendimento psicossocial, de inclusão produtiva e capacitação para população em situação de rua. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal, 2006. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. População em situação de rua e violência – uma análise das notificações no Brasil de 2015 a 2017. Boletim Epidemiológico. Brasília, v. 50, n. 14, jun. 2019. Disponível em: <https://antigo.saude.gov.br/images/pdf/2019/junho/13/2019-010-publicacao.pdf>. Acesso em 14 mai. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Relatório de Programas e Ações. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/cidadania/. Acesso em 28 mai. 2025. HUNGARO, A. A. et al. Pessoas em situação de rua: caracterização e contextualização por pesquisa censitária. Rev Bras Enferm., v. 73, n. 5, 2020. Disponível em: <doi: http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2019-0236>. Acesso em 13 mai. 2025. LEITE JUNIOR, N. J. O. A dialética nas ruas: entre a humilhação social, a vergonha e a conscientização na práxis política de pessoas em situação de rua em São Paulo-SP. 2024. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-11092024-125724/. Acesso em: 28 mai. 2025. LEITE JÚNIOR, N. J. O.; SANTOS, M. R. S.; EUZÉBIOS FILHO, A. População em situação de rua e saúde mental: uma análise psicossocial da vida nas ruas. Boletim do Instituto de Saúde, v.25, n. 1, pp. 109-118. OBSERVATÓRIO BRASILEIRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS COM A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA [POLOS/UFMG]. Dados sobre a população em situação de rua. Disponível em em: https://obpoprua.direito.ufmg.br/moradia_pop_rua.html. Acesso em: 28 mai. 2025. SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. Pesquisa censitária da população em situação de rua, caracterização socioeconômica da população em situação de rua e relatório temático de identificação das necessidades desta população na cidade de São Paulo. Relatório Final, 2019. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/Produtos/Produto%209_SMADS_SP.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2025. SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. Pesquisa censitária da população em situação de rua, caracterização socioeconômica da população adulta em situação de rua e relatório temático de identificação das necessidades desta população na cidade de São Paulo. Relatório Completo do Censo, 2021. VITORINO, L. M.; VIEIRA, R. R.; GUIMARÃES, M. V. C. Prevalência de transtornos psiquiátricos de pessoas em situação de rua em um grande centro urbano no Brasil. Rev Bras Med Fam Comunidade, v. 19, n. 46, Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: < https://rbmfc.org.br/rbmfc/article/view/3697/1958>. Acesso em 13 mai. 2025. WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Regional Office for Europe's Health Evidence Network (HEN). How can health care systems effectively deal with the major health care needs of homeless people? Geneva: WHO, 2005.

MC 26. Descolonizar corpos e territórios: reconstruindo existências-Brasis

Edilaíse Santos Vieira (CFP), Alexander Morais de Oliveira (CFP)

Descrição: TEMA: Apresentação dos temas desenvolvidos pela Campanha Nacional de Direitos Humanos do CFP. Resumo: A proposta do minicurso "Descolonizar corpos e territórios: reconstruindo existências-Brasis" se inscreve como ação formativa comprometida com o tema central do 23º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social (ENABRAPSO), "Aliança dos povos: psicologia social face à destruição de todas as formas de vida". A destruição da vida não acontece apenas por meio da violência física e institucional, mas também por meio da negação simbólica, da exclusão epistêmica, da invisibilização de saberes, da colonização dos corpos e da terra. Ao convocar os povos para uma aliança, o ENABRAPSO convida a Psicologia Social a revisitar seus fundamentos, práticas e compromissos, reconhecendo que a vida pulsa em múltiplos Brasis, em existências plurais historicamente silenciadas, nas margens e nos centros desestruturados por projetos coloniais de controle. A Campanha Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia (CFP), que inspira este minicurso, propõe uma crítica contundente à colonialidade dos saberes e das práticas na Psicologia, ao mesmo tempo em que valoriza epistemologias afroameríndias, periféricas, populares e dissidentes. A campanha traz à tona a urgência de reconstruir a Psicologia Social brasileira a partir do reconhecimento das existências invisibilizadas: povos indígenas, comunidades quilombolas, populações ribeirinhas, negras, LGBTQIA+, pessoas com deficiência, juventudes periféricas e tantas outras que constituem os Brasis vivos, embora sistematicamente marginalizados. A escolha do título "Descolonizar corpos e territórios" não é metafórica — refere-se ao gesto radical de romper com a lógica universalizante, que desautoriza saberes outros e produz políticas públicas padronizadas e ineficazes frente à complexidade da vida real. Desse modo, o minicurso se propõe como um espaço de reflexão crítica e partilha de práticas psicossociais comprometidas com a descolonização dos modos de conhecer, intervir e cuidar. Com base nos conteúdos da campanha — especialmente os "Giros Descoloniais" realizados em diversas regiões do país e as "Prosas Descoloniais", série de podcasts com protagonistas de lutas sociais e territoriais —, serão debatidos os limites da Psicologia tradicional e as potências de uma práxis enraizada nos territórios, sensível às múltiplas formas de existência e de resistência. A proposta pretende fomentar uma escuta profunda das experiências, das lutas e dos saberes invisibilizados nos currículos acadêmicos e nas práticas institucionalizadas, propondo caminhos para a formação de profissionais capazes de dialogar com a realidade concreta dos sujeitos, respeitando seus contextos, histórias e modos de ser. A contribuição do minicurso à formação e atualização em Psicologia Social se concretiza ao oferecer aos participantes uma experiência de aprendizado situada, crítica e engajada. Não se trata apenas de conhecer os materiais da campanha, mas de tomar contato com os efeitos subjetivos e coletivos das opressões coloniais que persistem na estrutura das políticas públicas, no sistema de justiça, na assistência social e nos serviços de saúde mental. Ao mesmo tempo, o minicurso se constitui como prática de valorização de saberes comunitários e ancestrais, capazes de orientar práticas profissionais mais justas, inclusivas e territorializadas. A Psicologia Social, nessa perspectiva, deixa de ser uma prática normativa e passa a ser uma prática de escuta e articulação com os sujeitos e coletivos em luta por reconhecimento e dignidade. A atividade também se vincula diretamente ao eixo temático "Assistência Social, vulnerabilidades, violências e promoção dos Direitos Humanos", uma vez que propõe a análise crítica das práticas profissionais desenvolvidas

junto a populações em situação de vulnerabilidade, especialmente nos contextos onde a assistência social é mediadora do acesso (ou da negação) de direitos. Ao debater a descolonização como perspectiva metodológica e política, a atividade propõe o enfrentamento das múltiplas formas de violência — institucional, epistêmica, simbólica — que atravessam os serviços de proteção social, produzindo a patologização e o controle de corpos dissidentes. O minicurso contribuirá, portanto, para a formação de profissionais capazes de reconhecer e atuar contra essas formas de violência, comprometidos com a promoção de uma assistência verdadeiramente orientada pela justiça social, pela dignidade e pela equidade. A estrutura metodológica do minicurso será desenvolvida ao longo de quatro horas de atividades presenciais ou híbridas, em formato participativo. Inicialmente, será realizada uma exposição dialogada sobre a campanha do CFP e seus principais eixos temáticos, abordando fundamentos teóricos das epistemologias descoloniais e apresentando experiências concretas de atuação em Psicologia Social que se alinham a esse paradigma. Em seguida, os participantes serão convidados a escutar trechos de entrevistas, relatos e produções audiovisuais da campanha, especialmente os podcasts das "Prosas Descoloniais" e os registros dos "Giros" realizados em diferentes regiões do país. A escuta será acompanhada de rodas de conversa e exercícios de reflexão coletiva, buscando articular os conteúdos à prática profissional e acadêmica de cada participante. Num segundo momento, será desenvolvida uma oficina de intervenção territorial simulada, na qual os participantes trabalharão com situações reais ou ficcionalizadas, inspiradas nos contextos apresentados na campanha. A proposta é que os grupos construam estratégias de atuação psicossocial à luz das epistemologias descoloniais, valorizando o cuidado em rede, a escuta ativa, o protagonismo comunitário e a articulação intersetorial. Ao final do minicurso, será construída coletivamente uma "Carta Descolonial", reunindo compromissos ético-políticos e sugestões de práticas profissionais inspiradas na proposta da campanha. Essa produção será entregue digitalmente aos participantes e poderá ser compartilhada com instituições de ensino, conselhos profissionais e movimentos sociais, fortalecendo o diálogo entre academia, territórios e política pública. Serão oferecidas 30 vagas para o minicurso, a fim de garantir uma experiência formativa participativa e qualificada. Esse número permite a criação de pequenos grupos de trabalho, facilita o debate e possibilita o aprofundamento das trocas. A expectativa é reunir profissionais, estudantes e ativistas da Psicologia Social comprometidos com a transformação social, dispostos a revisitar criticamente suas próprias práticas e a construir novas formas de intervenção ética e situada. Assim, a proposta deste minicurso busca contribuir ativamente com os objetivos do 23º ENABRAPSO, afirmando que descolonizar a Psicologia é mais do que uma tarefa acadêmica: é uma urgência ética e política. É preciso reconstruir os Brasis em sua diversidade e potência, escutando os territórios, respeitando os corpos e reescrevendo com eles outras formas de vida possível. O convite é para que a Psicologia Social, ao lado dos povos, se desfaça da lógica universalizante e se reconheça múltipla, situada, sensível às dores e às alegrias daqueles que sustentam a vida mesmo sob ameaça constante de destruição. O desafio está posto: é tempo de aliança, reconstrução e descolonização.

MC 27. Desinstitucionalização de Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico: Relatório da Inspeção Nacional de Direitos Humanos do Sistema Conselhos de Psicologia

Clarissa Paranhos Guedes (CFP), Rogerio Giannini (CFP), Andreza Cristina da Costa Silva (CFP)

Descrição: TEMA: Apresentação do Relatório da Inspeção Nacional de Direitos Humanos do Sistema Conselhos de Psicologia, acerca do processo de desinstitucionalização realizados em HCTPs, à partir da Resolução CNJ 487/2023. COORDENAÇÃO: Clarissa Paranhos Guedes (CFP) O minicurso intitulado "Desinstitucionalização de Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico: Relatório da Inspeção Nacional de Direitos Humanos do Sistema Conselhos de Psicologia à luz da Resolução CNJ nº 487/2023" propõe-se como uma ação formativa essencialmente crítica, alinhada ao chamado ético-político do 23º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social (ENABRAPSO). O tema do Encontro, "Aliança dos povos: psicologia social face à destruição de todas as formas de vida", nos convoca a enfrentar os dispositivos institucionais e subjetivos que sustentam práticas excludentes, especialmente aquelas que incidem sobre os corpos e existências historicamente marginalizados. Nesse horizonte, a manutenção de mais de duas mil pessoas com deficiência psicossocial em Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTPs) e instituições congêneres não apenas revela o fracasso das políticas de saúde mental em garantir o cuidado em liberdade, mas também representa uma expressão brutal da destruição da vida em sua dimensão simbólica, social e política. A partir do Relatório da Inspeção Nacional de Direitos Humanos promovida pelo Sistema Conselhos de Psicologia, esta proposta de minicurso busca examinar, de forma articulada, os dados coletados nacionalmente por 19 Conselhos Regionais de Psicologia, que visitaram 42 instituições em todas as regiões do país. Nessas inspeções, foram identificadas violações de direitos humanos de natureza estrutural e interseccional: racismo institucional, violências de gênero, negligência às necessidades das pessoas com deficiência, ausência de Projetos Terapêuticos Singulares (PTS), desarticulação com a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), manejo inadequado de crises, contenções físicas e químicas abusivas, condições de insalubridade e precarização do trabalho. Esses elementos evidenciam que os HCTPs e instituições asilares funcionam ainda hoje como espaços de contenção e exclusão, pautados por uma lógica manicomial que se opõe frontalmente aos princípios da Reforma Psiquiátrica e aos direitos garantidos pela Constituição de 1988. No contexto desse cenário de violações sistemáticas, a Resolução CNJ nº 487/2023 emerge como um instrumento jurídico e político de grande importância, pois estabelece diretrizes para a desinstitucionalização de pessoas com transtornos mentais ou deficiência psicossocial que estejam submetidas a medidas de segurança. Essa normativa aponta para a necessidade de revisão das práticas judiciais, da construção coletiva de PTS e da articulação intersetorial entre os campos da saúde, da assistência social e da justiça. A proposta do minicurso, portanto, é promover uma análise conjunta dos achados do relatório do Sistema Conselhos de Psicologia e das implicações práticas da Resolução do CNJ, problematizando os desafios e apontando possibilidades para a construção de caminhos emancipatórios e antimanicomiais. A Psicologia Social, enquanto campo comprometido com a transformação das condições de existência e com a produção de subjetividades autônomas e solidárias, encontra na luta antimanicomial uma de suas principais frentes de atuação. Este minicurso se propõe a contribuir com a formação de psicólogas, psicólogos e estudantes a partir de uma perspectiva crítica e situada, que reconhece as múltiplas camadas de vulnerabilidade que incidem

sobre os sujeitos institucionalizados. Trata-se de compreender que a institucionalização manicomial não afeta de forma homogênea, mas está profundamente atravessada por desigualdades de classe, raça, gênero, deficiência e território. O relatório aponta, por exemplo, que 80,97% das pessoas institucionalizadas são homens, sendo a maioria concentrada na região Sudeste do país — dados que denunciam uma estrutura de exclusão seletiva e marcada pela reprodução de estigmas sociais. Ao longo de três horas de atividade, o minicurso articulará teoria, pesquisa e prática. Inicialmente, será realizada uma exposição dialogada com apresentação dos principais dados do relatório, possibilitando a análise crítica da realidade das instituições visitadas. Em seguida, será feito um debate sobre a Resolução CNJ nº 487/2023, com destaque para o papel da Psicologia na produção de laudos e pareceres, na construção dos PTS e na atuação em equipes interdisciplinares. Por fim, um exercício de análise de casos reais, estimulando a elaboração coletiva de planos de cuidado em liberdade e de estratégias de incidência profissional e política. A pertinência do minicurso em relação ao eixo temático "Assistência Social, vulnerabilidades, violências e promoção dos Direitos Humanos" é evidente, uma vez que a institucionalização prolongada constitui uma forma extrema de violência institucional, que atravessa e despotencializa os sujeitos em sofrimento psíquico grave. A ausência de políticas públicas efetivas, a negligência com os direitos das pessoas com deficiência e a omissão da assistência social na articulação de redes de cuidado fortalecem um ciclo de exclusão que precisa ser urgentemente interrompido. Ao discutir a responsabilidade da Psicologia frente a essas realidades, o minicurso reafirma a centralidade da atuação ética e política dos profissionais na promoção de práticas comprometidas com a liberdade, com a cidadania e com a vida digna. Além disso, o minicurso se propõe a fortalecer a capacidade crítica dos participantes ao discutir experiências exitosas de desinstitucionalização, evidenciando que é possível construir alternativas às internações prolongadas por meio do trabalho em rede, da articulação intersetorial e da escuta qualificada. A aposta em uma Psicologia que se insere nos territórios, que reconhece as singularidades dos sujeitos e que atua contra a lógica do isolamento institucional está no centro da proposta formativa. O material didático disponibilizado ao final da atividade incluirá trechos do relatório, textos de apoio, referências normativas e sugestões de atuação prática, de modo a sustentar a continuidade dos debates nos contextos de atuação dos participantes. Serão oferecidas 30 vagas para o minicurso, o que garante a viabilidade de uma metodologia participativa, com momentos de trabalho em grupo e trocas significativas entre profissionais e estudantes. A dimensão qualitativa da formação é priorizada, de forma a possibilitar a construção coletiva de propostas e compromissos ético-políticos orientados pelos princípios da Reforma Psiquiátrica, da luta antimanicomial e dos direitos humanos. Em resposta ao chamado do ENABRAPSO, este minicurso afirma a necessidade de descolonizar os modos de cuidado e de intervir nos processos de sofrimento psíquico. Desinstitucionalizar não é apenas retirar pessoas dos manicômios, mas transformar radicalmente as formas de produzir cuidado, de se relacionar com a diferença e de sustentar políticas públicas que reconheçam a complexidade das vidas humanas. Trata-se de afirmar, por meio da Psicologia Social, que toda existência merece ser vivida em liberdade, dignidade e em comunidade.

MC 28. Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos: Referências Técnicas para a atuação profissional

Mateus de Castro Castelluccio (Conselho Federal de Psicologia), Paula Rita Bacellar Gonzaga (UFMG), Claudia Natividade (MPMG)

Descrição: Propontente: Conselho Federal de Psicologia (CFP) / Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos. Só de falar essa frase, muitos tabus são reavivados e reativados. Falar de direito ao corpo é tocar em um espinhaço, porque, nesse âmbito, as violações dos direitos humanos foram, desde sempre, preocupantes. No período escravocrata, as mulheres negras não tinham direito ao seu corpo, porque as pessoas negras não eram consideradas humanas. Seus filhos não eram seus filhos, seus corpos também não. Muitas eram as mulheres negras escravizadas que cuidavam dos filhos brancos das senhoras brancas escravocratas, enquanto seus próprios filhos negros eram escravizados pela mesma senhora e pelo mesmo senhor escravocrata que tinha a posse da mãe. As mulheres negras não tinham direito à maternidade. Enquanto as mulheres brancas lutavam para poder dizer não à maternidade e não ao casamento, as mulheres negras tão pouco podiam ser mães ou formar famílias. Com o fim da escravidão, não houve mudanças. Os papéis sociais estavam bem delimitados. As estruturas racistas e patriarcais se mantiveram e se apegaram ao Estado, aos representantes do Estado e às políticas públicas. Hoje, o aborto, por exemplo, é permitido em três casos: 1) quando a gravidez é fruto de um estupro; 2) quando a mãe corre risco de vida na gravidez; e 3) quando o feto é anencéfalo. Mesmo nesses casos restritos, existe uma grande dificuldade de acesso a esse serviço pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Em 2020, houve indícios de que a ministra de Estado do então Ministério das Mulheres, Família e Direitos Humanos havia tentado impedir o aborto de uma menina de 10 anos que havia sido violentada no Espírito Santo. Há, também, casos de médicos que se negam a realizar tal operação. Lembremos também que existe uma diferença racial no que se refere a realização do aborto: o aborto é mais comum “entre as mulheres negras (pretas e pardas) do que entre as mulheres brancas. Entre as mulheres negras de todas as idades a probabilidade de ter feito um aborto é de 11,03% ao passo que entre as mulheres brancas é de 7,55%” (Diniz et al., 2023, p. 3090). Cabe destacar que esta pesquisa inclui todos os tipos de aborto, inclusive, os clandestinos. Dados do “DOSSIÊ: Mulheres Negras e Justiça Reprodutiva”, mostram que a mortalidade materna de mulheres negras é duas vezes maior que a mortalidade materna de mulheres brancas, dado que se repete no caso de internações por aborto e óbitos por aborto. O mesmo dossiê também mostra que maioria das pessoas beneficiárias do Bolsa Família são negras (o triplo das pessoas brancas) e que entre os 10% da população com maior rendimento no Brasil, 76,6% são brancas, ao passo que 75,2% dos 10% da população com menor rendimento são negras. Ou seja, “a cor/raça marca a classe das pessoas, havendo, portanto, uma intersecção entre os dois marcadores da diferença. Isso significa que o fato de uma pessoa ser negra define qual será a sua classe” (Duarte; Konageski, 2025, p. 102). Estes dados demonstram que as mulheres negras morrem mais em razão do aborto, o que indica que essas mulheres, em sua maioria pobres, realizam abortos inseguros, ao passo que as mulheres brancas possuem mais condição de pagar por um aborto clandestino com maior nível de segurança. Este dossiê vai além porque nos apresenta dados sobre violência obstétrica. Não estamos falando mais de aborto, mas sim de uma gravidez que se desenvolveu e chegou ao momento do parto. Contudo, nesse momento, a diferença de tratamento para com as mulheres negras é gritante. 37,3% das mulheres brancas recebem anestesia local

durante o parto. Em contraponto, 28,1% das mulheres negras recebem a mesma anestesia. A manobra de Kristeller, que é uma pressão feita sobre o útero para agilizar o trabalho de parto é mais comum entre as mulheres negras do que entre as brancas, ainda que essa manobra não seja mais recomendada, tendo em vista que é agressiva. O dossiê também mostra que o uso de procedimentos não farmacológicos para aliviar a dor é menor entre as mulheres negras. Infere-se que o "cenário é de violação de direitos, omissões, negligências e falhas dos serviços sociais que relegam as mulheres negras à mortalidade materna, aborto inseguro, violência contra as mulheres, violência obstétrica e impedimento ao acesso à saúde" (CRIOLA, 2021, p. 84). Durante a explanação anterior, estivemos falando de pessoas cisgênero. Existem outras vertentes para se pensar nos direitos sexuais e reprodutivos. Quais os direitos sexuais e reprodutivos têm as pessoas trans? A Teoria Queer mostra que os corpos trans foram e são patologizados, na medida que fogem à norma social de que o sexo biológico define a identidade de gênero. A própria transgeneridade, durante muito tempo, foi tratada como uma doença pela Medicina. Entretanto, esses corpos existem e negam o determinismo biológico (Bento, 2014). E esses corpos gestam. Quando se diz que pessoas gestam, incluem-se aí: mulheres cis, homens trans e outras identidades de gênero. Como os homens trans, por exemplo, são tratados quando precisam ir ao ginecologista? Como as mulheres trans são tratadas pelo urologista? Existe saúde reprodutiva e sexual para esses corpos? Estamos a passos lentos para alcançar esses direitos. Podemos pensar no processo transexualizador, hoje permitido no SUS. Percebe-se que a Portaria nº 1.707, de 18 de agosto de 2008, que instituiu esse processo, não inclui qualquer tipo de observação quanto a preservação de gametas das pessoas que passam por esse processo (Angonese & Lago, 2017). Ora, essas pessoas não têm direito à paternidade ou à maternidade? Podemos pensar também nos corpos de pessoas não-heterossexuais: lésbicas, gays, bissexuais entre outros. Na escola, o sexo normativo é ensinado, por se tratar do sexo que visa à reprodução. Aprendemos sobre o uso de camisinha que evita a gravidez e a transmissão de Infecções Sexuais Transmissíveis (ISTs). Mas e os gays cis? E as lésbicas cis? Como os adolescentes e jovens aprenderão que existe um sexo não normativo que também pode transmitir IST? Como eles aprenderão a se prevenir? Seguindo os pressupostos da Teoria Queer, a Teoria Crip pensa sobre a normatividade dos corpos sem deficiência e reivindica uma identidade para o corpo com deficiência, que muitas vezes é visto apenas sob o olhar médico como um corpo incompleto, que tem um problema a ser corrigido (Guerreiro, 2021). Pessoas com deficiência também podem ter filhos? Sim, o problema é que em razão do capacitismo, essas pessoas são vistas como assexuadas (Costa et al., 2021). O que isso tudo tem a ver com Psicologia? Primeiro, vamos pensar sobre o aborto. O aborto, como vimos, é feito independente de ser autorizado legalmente ou não e ele não é feito por prazer, mas por necessidade. Falta de condição econômica e psicológica para cuidar de um filho está entre um dos motivos para a interrupção da gravidez. Assim, as pessoas que realizam esse procedimento sofrem consequências emocionais e físicas, ainda mais se for realizado de forma insegura. Nesse sentido, essas mulheres precisam de cuidado, precisam ser ouvidas, precisam parar de sentir culpa e as psicólogas e os psicólogos possuem um papel fundamental. No caso do processo transexualizador, que é um direito das pessoas trans, cabe destacar que a Portaria nº 457/2012 (Brasil, 2012) indica a necessidade de realização de um acompanhamento terapêutico para as pessoas que passarão pelo processo transsexualizador. Por envolver tratamento cirúrgico e com hormônios e promover grandes mudanças físicas e emocionais, é essencial que psicólogas e psicólogos estejam envolvidos nesse acompanhamento. O minicurso contará com aulas expositivas e dialogadas, fomentando a participação das psicólogas e dos psicólogos nas discussões, considerando que é importante que haja um diálogo horizontal com a categoria, de forma a valorizar as experiências

profissionais dessas psicólogas e desses psicólogos que também são marcados por diversas identidades. O título do eixo 5: "Assistência Social, vulnerabilidades, violências e promoção de direitos humanos" nos remete muito ao papel da psicologia enquanto ferramenta de combate aos sofrimentos psíquicos, como forma de amenizar sofrimentos e consequências psicológicas de eventuais acontecimentos e processos. Portanto, este curso destina-se a abordar as especificidades no atendimento psicológico de pessoas atravessadas por diversos marcadores sociais no acesso aos direitos reprodutivos e sexuais, considerando os aspectos clínicos deste atendimento, mas também as dimensões sociais e culturais. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS ANGONESE, Mônica; LAGO, Mara Coelho de Souza. Direitos e saúde reprodutiva para a população de travestis e transexuais: abjeção e esterilidade simbólica. Saúde e Sociedade, v. 26, n. 1, p. 256-270, 2017. DOI: https://doi.org/10.1590/S0104-12902017157712. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sausoc/a/FqFGGyngpCS9xJp4zrZYBcL/?format=pdf&lang=pt. BENTO, Berenice. O que pode uma teoria? Estudos transviados e a despatologização das identidades trans. Revista Florestan, v. 1, n. 2, p. 46-66, 2014. Disponível em: https://www.revistaflorestan.ufscar.br/index.php/Florestan/article/view/64/pdf_25. BRASIL. Ministério da Saúde. PORTARIA Nº 457, DE 19 DE AGOSTO DE 2008. Ministério da Saúde, 2008. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/2008/prt0457_19_08_2008.html. COSTA, Laís S. et al. Direitos e saúde sexual das pessoas com deficiência. 3. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/pessoa-com-deficiencia/publicacoes/Guia_Direitos_e_SadeSexual.pdf. CRIOLA. Dossiê Mulheres Negras e Justiça Reprodutiva. Rio de Janeiro: Agência Malacacheta, 2021. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1eHGSM3DmKx1m9NbXEqrFBKRQQnZgeoBx/view. DINIZ et al. Aborto e raça no Brasil, Pesquisa Nacional de Aborto 2016 a 2021. Revista Ciência & Saúde Coletiva, v. 28, n. 11, p. 3085-3092. DOI: https://doi.org/10.1590/1413-812320232811.14062023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/rKQ6mrR8h8vTYkqhbWMfQWp/?format=pdf&lang=pt. DUARTE, Francilazaro Santos; KONAGESKI, Lorenzo dos Santos. A REPRODUÇÃO DO CAPITAL CULTURAL DA BRANQUITUDE NO CAPITALISMO DEPENDENTE: INFERÊNCIAS SOBRE A PROIBIÇÃO DO USO DE CELULARES NAS ESCOLAS BRASILEIRAS. Capim Dourado: Diálogos em Extensão, Palmas, v. 8, n. 1, p. 87–118, 2025. DOI: https://doi.org/10.20873/REPROCEL. Disponível em: https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/capimdourado/article/view/21288. GUERREIRO, Raquel de Oliveira. Fazer um corpo todo de escuta: uma travessia existencial. 2021. Tese (Doutorado em Psicologia Social e Institucional) - Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/251952.

MC 29. Discriminação racial na Saúde Pública: Políticas da Branquitude do Pacto ao Contrato

Mônica Mendes Gonçalves (USP)

Descrição: Resumo Embora a desigualdade venha historicamente se constituindo como uma categoria importante para pensar e analisar a saúde no Brasil, os processos de discriminação da qual decorre têm sido negligenciados na agenda de pesquisas na área (Baungarten, 2015). Elucidar os mecanismos concretos a partir dos quais se estabelecem as diferentes condições de saúde entre negros e brancos no Brasil é uma demanda premente na Saúde Coletiva. O presente minucurso, que se situa na intersecção entre o campo da saúde e o das relações raciais, pretende elucidar, dar forma e materialidade aos mecanismos que produzem esse quadro na atualidade. Logo, espera evidenciar como as desigualdades raciais na esfera da saúde são produzidas ativamente mediante escolhas programáticas decorridas dentro e fora deste campo. Propõe ainda compreender a articulação entre as três dimensões dentre as quais o racismo opera e se manifesta: interpessoal, institucional e estrutural, assim como o engendramento entre elas, a partir dos conceitos de Pacto Narcísico da Branquitude, de Maria Aparecida Silva Bento e Contrato Racial, de Charles Mills. Justificativa Raça e racismo são dimensões importantes da formação social brasileira e ainda assim, comumente negligenciadas no debate científico, o que se reproduz também na área da Saúde Coletiva. As perspectivas historiográficas e sociológicas mais adotadas na análise do campo têm afirmado que a raça deixou de ter importância desde os anos 1920, quando os ideiais eugenistas de nação, progresso e desenvolvimeto cederam lugar ao mito de democracia racial, absolvendo a raça da responsabilidade pelo adoecimento e atraso nacionais. Hoje, mesmo com o reconhecimento do racismo por parte do Estado e a implementação de uma política focal na saúde com a intenção de combatê-lo, os mecanismos através dos quais se perpetua seguem vigentes e operantes. Esse minicurso, neste sentido, atende a duas demandas: dar visibilidade a processos históricos que têm sido apagados, minimizados ou negligenciados na produção de conhecimento na Saúde Coletiva e elucidar alguns dos muitos mecanismos que tornam essa realidade possível até os dias de hoje. Por conseguinte, espera subverter a racionalidade através da qual os processos em saúde têm sido observados e oferecer outras ferramentas analíticas que permitam incidir de modo concreto sobre as operações pessoais, burocráticas e estruturais que reproduzem o racismo, visando seu enfrentamento. Este, por sua vez, só pode ser pensado e organizado considerando a contradição entre a forma Estado e as políticas de proteção, assim como a antinomia inerente a saúde como um direito frente ao capitalismo e ao racismo vigentes. Síntese da proposta de trabalho Este minicurso abordará algumas das múltiplas interfaces entre o campo da saúde e os sistemas raciais. Espera dar forma e compreensão a diferentes modos como o racismo impacta a saúde, tomada em uma dupla dimensão: como conjunto corporificado das condições de existência das pessoas e populações e como arranjo político e organizacional para atender as necessidades em saúde de diversos grupos. Portanto, parte do campo das relações raciais para analisar os conhecimentos, teorias e conceitos produzidos neste domínio, as práticas de assistência e cuidado, as condutas, as situações de saúde ou adoecimento de pessoas e populações e o ordenamento dos arranjos político-institucionais para intervir sobre isso. Sua ênfase principal são os mecanismos de discriminação racial na saúde, refletidos a partir da análise de relatos de pesquisa, casos extraídos do cotidiano nos serviços assistenciais em diferentes esferas da atenção em saúde. O exame dos casos revela situações de discriminação interpessoal, marcadas pelas políticas de invisibilidade a que estão submetidas pessoas negras, o que faz desaparecerem seus sinais, sintomas e mesmo suas necessidades enunciadas em saúde. Revela ainda a atuação do racismo institucional, ou seja, a exclusão de pessoas pela imposição de normas, regras de funcionamento, protocolos e regimentos burocráticos que discriminam sob um regime de aparente neutralidade e universalidade. Em uma última dimensão, desvelam a dimensão estrutural da discriminação racial, em que saúde e racismo se conjugam às estruturas

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

do Estado e formas do capital, determinando uma condição de vida pior para populações negras, assim como as escolhas programáticas segregacionistas no campo mediante alocação de verbas, recursos humanos, disposição geográfica e territorial de dispositivos de proteção. Logo, espera-se com o curso percorrer e desvelar as três dimensões dentre as quais o racismo opera: interpessoal, institucional e estrutural, assim como o engendramento entre elas. Na contramão dos trabalhos que enfatizam a clínica, aspectos interpsíquicos ou subjetivos, focando da díade profissional de saúde – usuário do sistema de saúde, e em oposição radical àqueles que compreendem a dimensão intrasubjetiva ou intrapsíquica como operacionalizadora do racismo a partir da introjeção desse sistema nos que dele padecem, aqui será enfatizada a dimensão política deste fenômeno: a forma como a discriminação racial está expressa na consecução das políticas assistenciais. Os itinerários percorridos consubstanciaram a política a ser analisada, partindo da objetividade para desvelar códigos comumente obliterados ou entendidos como parte normal dos tramites e fluxos em saúde, ou seja, da burocracia corrente e necessária para a operacionalização da política assistencial. Dois conceitos são fundamentais. O primeiro, pacto de branquitude, foi descrito e operacionalizado por Bento (2002). Observando os processos de trabalhos nas organizações, ela elaborou sobre os mecanismos conscientes e inconscientes através dos quais brancos escolhem a si próprios para ocupar lugares de poder e liderança, se mantendo no topo da hierarquia institucional. Na saúde, esse conceito nos ajuda a operacionalizar como pessoas brancas mobilizam maior empatia, suscitando medidas de cuidado e proteção, acessando, deste modo, maiores e melhores ofertas aos bens em saúde. O segundo, contrato racial, postulado por Mills (2023), descreve como os arranjos jurídicos dos Estados modernos e, portanto, os regimes políticos através dos quais são organizados regimes de direito, cidadania e proteção, atendem em verdade à supremacia branca. Na saúde, isso de manifesta em um regime tecnicista supostamente universalista, cuja provisão orçamentária e a distribuição de recursos atendem a uma lógica supremacista branca, todas asseguradas por regimes legais legítimos de austeridade, parceria entre público e privado e pactuação com o grande capital, representado no complexo industrial da saúde. Com este curso, espera-se evidenciar que a discriminação opera sob uma lógica dialética em negativo e em reverso, que agrega contradições supostamente inconciliáveis, condensadas na antítese cuidado e exclusão – que também poderia ser sintetizada no binômio branco e negro. Por isso, a exclusão racial na saúde opera sob uma elipse, como é próprio da branquitude, sustentada pela instituição de normas e formas institucionais burocratizadas, nas quais encontram meios de se perpetuar. Assim instituída, como lógica particular de dominação racial – observada tanto no plano individual, onde está a trajetória singular das pessoas negras em busca de saúde, como no plano macropolítico – exige que o racismo seja analisado nas ausências, lapsos e buracos, objeto fundamental de observação nesse curso. Além de discutir como a discriminação racial contra o negro na saúde está alojada e ganha forma aparente nos hiatos, exatamente onde não se produz cuidado, assistência e bem-estar, apontando as contradições que tornam o SUS, como política de seguridade e direitos, o princípio da universalidade na assistência à saúde e a pauta da saúde da população negra como um enorme paradoxo, espera-se com a delação deste conflito constitutivo do nosso sistema de saúde contribuir para o avanço na busca de outros marcos civilizatórios, laços políticos e horizontes existenciais em direção a essa tarefa enorme e necessária de construir uma saúde para todas as populações, o que passa necessariamente pela mudança geral nas condições de vida, trabalho e existência e enfrentamento das desigualdades, tarefas que devem ser perseguidas até serem efetivamente experimentadas. Vagas: 70

MC 30. Educação inclusiva e TEA no Brasil: fundamentos, políticas e práticas para uma atuação transformadora

Grazielle Torres Laurindo (UFMG), Maria Luísa Nogueira (UFMG)

Descrição: Acesso, permanência, participação e aprendizagem são pilares da política de educação no Brasil. Porém, até muito recentemente, as crianças com TEA nem mesmo estavam na escola. Dados do INEP mostram que, em apenas dois anos, entre 2022 e 2024, o número de alunos com autismo matriculados em escolas regulares mais do que dobrou, passando de 405 mil para 918,8 mil. Estamos atravessando a mudança do paradigma do modelo médico da deficiência e da segregação para o modelo social da deficiência e o paradigma da neurodiversidade, o que nos leva, não sem desafios e sem contradições ainda, à inclusão - à escola comum, de todos. Assim, pensar o Transtorno do Espectro Autista (TEA) e a inclusão escolar a partir de uma perspectiva da Psicologia Social é reconhecer que a exclusão sistemática de pessoas autistas – especialmente no campo da educação – constitui uma forma de destruição de modos de vida diversos e singulares. O tema do 23º Encontro Nacional da ABRAPSO propõe uma aliança dos povos frente à destruição de todas as formas de vida, e é nessa chave que este minicurso se insere, ao propor um debate crítico sobre o capacitismo nas escolas, a marginalização das infâncias neurodivergentes e a necessidade de práticas educativas comprometidas com a diferença e com os direitos humanos. A escola, ao recusar-se historicamente a incluir de forma efetiva as crianças autistas, ao incluí-las sem promover a acessibilidade necessária, reafirma uma lógica normatizadora que expulsa, silencia e invisibiliza modos outros de aprender, comunicar, interagir e existir. Isso se expressa, por exemplo, nas altas taxas de evasão ou exclusão de estudantes autistas da rede regular, muitas vezes em função da ausência de suporte adequado, da desinformação ou de práticas pedagógicas pouco acessíveis. De acordo com dados do INEP em 2024, 42,28% das matrículas da Educação Especial são de estudantes com deficiência intelectual (1.008.009), sendo 38,54% (918.877) matrículas de estudantes com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA). Porém, para pensarmos em permanência, quase 9 milhões de alunos matriculados no ensino superior no Brasil, apenas 0,7% do total de alunos matriculados nos cursos de graduação à distância e presencial são pessoas com deficiência. Dados específicos sobre TEA ainda são raros. O Mapa Autismo Brasil (MAB) é uma iniciativa que busca alcançar essas informações e em seu piloto, realizado no Distrito Federal, temos que 5, 65% dos autistas jamais estudaram, mas felizmente 94,3% iniciam a jornada escolar. No entanto, apenas 36,49% frequentaram somente a educação infantil. Dos que chegaram ao fundamental, somente 0,94% o completaram. E dos que chegaram ao ensino médio, somente 2,24% o completaram. Deste modo, fica evidente a evasão. Trata-se, portanto, de um processo de exclusão que não se dá apenas pela ausência física ou institucional, mas também – e talvez principalmente – por um não reconhecimento do valor da diferença, da pluralidade de formas de ser e de aprender. Em sentido contrário, o minicurso propõe-se como uma ferramenta de enfrentamento dessas formas de destruição simbólica e material, oferecendo subsídios teóricos e práticos para que profissionais da Psicologia, da educação e de demais áreas possam contribuir para a garantia do direito à educação das pessoas autistas. Essa garantia não se resume à matrícula ou ao acesso físico à escola, mas implica repensar o cotidiano escolar, seus métodos, linguagens e relações. Reconhecer a presença autista na escola exige o rompimento com modelos homogêneos de normalidade e produtividade, que muitas vezes reduzem o processo educativo à reprodução de conteúdos e à adaptação do sujeito à lógica escolar dominante. Em vez

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

disso, é necessário afirmar uma ética do cuidado, da escuta e da responsividade à diferença, entendendo que a inclusão não é um favor, mas um direito e uma responsabilidade coletiva. Assim, a proposta parte do reconhecimento de que a diversidade humana é parte constituinte da vida e deve ser preservada, afirmada e acolhida nas instituições sociais. A construção de alianças entre profissionais da Psicologia, famílias, educadores e pessoas autistas é fundamental para tensionar estruturas capacitistas e garantir condições para que as infâncias neurodivergentes não apenas sobrevivam, mas possam desenvolver-se em sua plenitude. A inclusão escolar de pessoas autistas é um tema cada vez mais presente na atuação de psicólogas e psicólogos sociais, que se deparam com os desafios concretos colocados pela presença desses sujeitos nos contextos educativos. Este minicurso pretende colaborar com essa formação, oferecendo uma abordagem crítica sobre o autismo e o capacitismo nas escolas. Para isso, vamos discutir o que é o autismo, como ele tem sido compreendido ao longo do tempo, quais são os principais desafios enfrentados pelas crianças autistas e por suas famílias, e de que maneira o capacitismo se expressa nas práticas escolares. A ideia é aproximar teoria e prática, partindo de situações reais vividas por profissionais, famílias e estudantes, e buscar caminhos para enfrentar essas exclusões. Essa aproximação com as vivências concretas é fundamental para romper com estereótipos e generalizações, permitindo uma escuta mais sensível às singularidades e às múltiplas vozes que atravessam o cotidiano escolar. Queremos contribuir para uma Psicologia Social sensível às diferenças, que escute os sujeitos envolvidos, e que atue junto a educadores, famílias e comunidades para transformar a escola em um espaço de acolhimento e aprendizado para todas as crianças. Essa transformação requer o enfrentamento explícito das violências sutis – e nem sempre sutis – que estruturam as relações escolares, incluindo práticas de silenciamento, infantilização, ausência de utilização de recursos e metodologias que reconheçam as especificidades do TEA, medicalização excessiva e responsabilização exclusiva das famílias. Em muitas escolas, ainda se observa a ideia de que o estudante autista deve "se adequar" à escola, e não o contrário. Essa ausência de co-responsabilidade reforça a exclusão e impede que a instituição educativa assuma seu papel transformador. O minicurso se insere diretamente no eixo temático 10 – Deficiência, Capacitismo e Psicologia Social, ao abordar os entraves e possibilidades para a efetivação da inclusão escolar de pessoas com deficiência, em especial do público autista. A escolha desse recorte temático não é aleatória: a inclusão das pessoas autistas nas escolas representa um dos maiores desafios e, ao mesmo tempo, uma das maiores potências para a reinvenção da educação em bases mais justas e plurais. Muitas vezes, a escola não está preparada para lidar com a diversidade de formas de aprender, comunicar e interagir que fazem parte da experiência autista. Essa despreparação, somada a preconceitos e desinformação, leva a práticas de exclusão – como a recusa de matrícula, a falta de adaptações e o isolamento de estudantes. Durante o minicurso, vamos discutir o que é o capacitismo, como ele opera no cotidiano escolar, e como podemos agir para enfrentá-lo. Queremos pensar estratégias que ajudem a construir escolas mais inclusivas, e refletir sobre como a Psicologia pode contribuir para isso. O capacitismo é entendido aqui como uma forma de opressão que naturaliza a exclusão das pessoas com deficiência e estabelece um ideal de corpo, mente e comportamento considerados normais. No ambiente escolar, isso se manifesta, por exemplo, na invisibilização das necessidades específicas dos estudantes autistas, na ausência de mediações adequadas e na reprodução de expectativas uniformes para todos os alunos. Enfrentar o capacitismo implica construir práticas educativas mais sensíveis, flexíveis e abertas ao diálogo com a diferença. Implica também rever os próprios referenciais da Psicologia, muitas vezes atravessados por lógicas classificatórias, normativas e patologizantes. O minicurso contará com até 20 vagas e será desenvolvido de forma dialógica e participativa. Seu objetivo central é discutir o

Transtorno do Espectro Autista (TEA) e suas implicações no contexto da educação inclusiva, evidenciando as políticas públicas vigentes, e apresentando subsídios teóricos e práticos para a atuação de profissionais da Psicologia Social e áreas afins. Espera-se, com isso, favorecer a troca entre participantes e a construção de um repertório coletivo de enfrentamento ao capacitismo no espaço escolar. A metodologia proposta parte do princípio de que o conhecimento se constrói na relação e na escuta mútua, valorizando as experiências e saberes que cada participante traz. Nesse sentido, o minicurso é também um espaço de resistência, em que se afirma a possibilidade de construir uma escola verdadeiramente comprometida com os direitos humanos e com a dignidade de todas as crianças, inclusive – e especialmente – aquelas que historicamente foram deixadas à margem.

MC 31. EN-CONTRA-CANTO EM TODO LUGAR: canto-coral como prática mobilizadora e criativa rumo ao bem viver

Claudia Regina Brandao Sampaio (UFAM), Flávia Carolina Silva Santos de Castro (UFAM)

Descrição: Tradicionalmente a Psicologia aborda a questão da música no escopo da Psicologia da Percepção ou no âmbito das práticas terapêuticas (musicoterapia e terapia ocupacional). No entanto, é na perspectiva de contemplar a variedade e potência da música, em especial do canto-coral ou canto coletivo nas práticas em Psicologia Social, que propomos este minicurso. Dentro das muitas possibilidades em que as expressões artísticas se entrelaçam com a psicologia, o canto consiste em uma modalidade de expressão que integra dimensões diversas, sendo, portanto, atividade fértil para produção de si, mobilizações subjetivas individuais e coletivas, elaboração de processos de sentidos e significados e criação, reconhecimento identitário e de alteridade. O canto-coral, ou canto em conjunto, agrega ainda o potencial da produção coletiva de uma expressão estética em que a polifonia (encontro de diferentes vozes) é a base de reconhecimento e construção. Tendo como ponto de partida o próprio corpo como instrumento, o canto possibilita um reconhecimento de si por meio de uma vivência emocional e emocionada imediata e profunda, em que aquele que canta conecta-se com sua própria história e com a história da humanidade, experienciando a dialética singular-particular-universal. Assim, o ato cantar conecta emoção, identidade, atividade e consciência em uma mesma experiência. Como foco de interesse do Laboratório de Intervenção Social e Desenvolvimento Comunitário (LABINS), a prática do canto-coral ou canto coletivo vem sendo pesquisada e realizada como modalidade de extensão desde 2009, com destaque os projetos “En-canta a Vida” e “Coral Canta Junto”. O primeiro consistia em promoção de fatores protetivos e direitos a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa enquanto o segundo surgiu da demanda de discentes, técnicos e docentes da Faculdade de Psicologia por espaços de integração e de promoção de atividades satisfatórias e promotoras de saúde, como forma de minimizar o estresse e adoecimento decorrente da natureza da atividade acadêmica. O Canto-coral é uma prática musical que envolve o encontro de participantes com finalidade de executar músicas utilizando a voz, com ou sem acompanhamento instrumental. A atividade é, pois, estruturada a partir da música produzida a partir do corpo (voz) como instrumento principal. Enquanto prática humana, a arte gera produtos nas muitas modalidades nas quais se desdobra, como a música, a dança, a pintura, a escrita, a fotografia, a escultura, o teatro, o circo e o cinema. É atividade dotado de recursos que promovem integração social, pertencimento, bem-estar e fortalecimento da identidade e reconhecimento da alteridade. Promove novos sentidos do viver e tem como elemento facilitador o fato de que pode ser realizado em contextos diversos, como escola, comunidade, trabalho, espaços de promoção de saúde, dentre outros. Realizado ao longo da história pelos mais diversos povos, o canto coletivo é reconhecido por possuir muitas funções como conexão identitária da coletividade, modos de transmitir oralmente narrativas diversas (individuais, coletivas, conhecimentos diversos), forma de conectar-se com o divino ou com a natureza, modo de conectar-se com os próprios sentimentos e elaborá-los, mobilização social, ritos, integração com outros seres e com a natureza. Tende a ser mais especificamente conhecida pelo resultado estético da produção musical vocal em conjunto, o que produz efeitos também sobre quem ouve (e não só sobre quem canta), contudo, a proposta do presente minicurso visa apresentar ferramentas teórico-práticas para o reconhecimento e a utilização do canto coral ou canto coletivo como dispositivo de mobilização com potencial promotor do desenvolvimento de recursos

diversos artísticos, criativos, cognitivos, de interação social, reconhecimento da diversidade, cooperação grupal, reflexividade, etc. O minicurso abordará o canto-coral como prática comunitária refletindo sobre como aproveitamos a experiência coletiva e estética de cantar junto enquanto aspecto que incide na dimensão ética do existir, de implicação consigo, com o outro e com todas as formas de existir, articulando-se, então, ao tema central do evento ALIANÇA DOS POVOS: PSICOLOGIA SOCIAL FACE À DESTRUIÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE VIDA. Como proposta contra-hegemônica, embora utilizemos o termo "canto-coral", este corresponde à uma modalidade socialmente construída que envolve cantar com o outro, encontro de vozes. A ideia é de que na experiência do reconhecimento de si e do outro, se possa ultrapassar o sentido de canto-coral como forma esvaziada para assumir um "canto coletivo", conectado, ressignificado. "En-contra-canto em todo lugar" expressa, deste modo, tanto o movimento da Psicologia Social de partir em busca e encontrar nas vozes individuais em qualquer contexto, uma confluência estética, a saber, um co-existir estético e ético em que vozes diferentes se encontrem, se estranhem, se reconheçam, se identifiquem e se entrelacem na construção de um produto coletivo novo e transformador. Enquanto construção estética, a música vocal produzida em conjunto apresenta um resultado de somatório de diferenças que se contrastam e se combinam em negociação constante, introduzindo o sentido de polifonia (pluralidade de vozes) como analogia à produção dos grupos sociais e podem ser instrumento de produção de sentidos belos e harmônicos. É contra-hegemônico também por tomar os elementos da música ocidental e trazê-los para uma nova dimensão e relação com outros saberes e formas de construção e expressão da música, a exemplo dos elementos encontrados no canto produzido pelos povos tradicionais. O curso, bem como a prática que ele propõe, não se destina a músicos (embora não os exclua) e não consiste em formar músicos, descobrir talentos ou ressaltar habilidades de qualidade musical dita superior. Propõe-se a gerar uma experiência coletiva, participativa que leve a uma experiência de Bem Viver, a partir do reconhecimento e valorização das subjetividades, do sentimento de pertencimento ao grupo e à natureza. O minicurso contará com duas facilitadoras que irão apresentar fundamentos teórico- práticos por meio de uma metologia que torna estas dimensões indissociáveis, ou seja, será no vivenciar a prática do canto que os aspectos teóricos serão destacados, bem como técnicas para a condução da atividade serão ensinadas. Como sustentação teórico- metodológica da proposta do minicurso, tomamos como fundamento perspectivas transdisciplinares ancoradas em dinâmicas sistêmicas, dialéticas, dialógicas, complexas, bem como o próprio pensamento decolonial, em especial na convergência de olhares diversos das transmodernidades, incluindo as cosmologias e bem viver das comunidades indígenas e/ou tradicionais da Amazônia. A atividade terá a duração de 3 horas e número máximo de 40 participantes. Tem como objetivo geral ensino e vivência de práticas de canto coral visando promoção do Bem Viver individual e coletivo entre membros de comunidades ou grupos sociais diversos. Como objetivos específicos propõe: - apresentar recursos da atividade musical em canto coletivo como prática contra-hegemônica e promotora de transformação de contextos sociais; - apresentar a atividade de canto como recurso de promoção de agencialidade, reflexividade e cooperação grupal; - apresentar o canto-coral como meio para ampliar modos de participação/ser-no-mundo/ser-com-o-outro.

MC 32. Entre contos e encontros: experiências, métodos e pedagogias de resistência contracolonizando o fazer pesquisa.

Emmanoel Holanda Melo Ferreira (UFRN), Giovanni Sampaio Queiroz (UFRN), Jucieli Polyanna Querino da Silva (UFRN)

Descrição: Conceitualmente, não há método decolonial, uma vez que toda metodologia de investigação é considerada como colonizadora em sua essência, pois reproduz a ideia de um sujeito suposto saber que, a fim de construir suas análises, extrai dados dos sujeitos, acrescido da ideia de que o campo é um espaço para extrair conhecimentos de forma unilateral e sem afetações entre tais sujeitos (Ocaña e López, 2018; Marques e Genro, 2016). Em movimento contrário à tais compreensões, as experiências, métodos e pedagogias de resistências e de insurgências caracterizam-se por compreender e valorizar um outro conhecimento, dando ênfase à metodologias de pesquisa e à uma ciência ética e politicamente comprometida com seu papel de transformação social (Moretti e Adams, 2011) Nessa perspectiva, há uma evidente conexão entre projeto educativo e projeto de coletividade, seja do ponto de vista da dominação colonizadora do saber, do poder e do ser (Lugones, 2014), seja de práticas que têm em seu horizonte a produção de conhecimentos emancipatórios em busca do Bem Viver (Acosta, 2016) como forma de aliança entre os povos. Desse modo, defendemos, portanto, a aposta na construção de um fazer pesquisa veementemente contrário às epistemologias (pre)dominantes e que se constitua a partir de outros caminhos. Defendemos um fazer pesquisa que se concentre na construção de pedagogias com as classes populares de modo insubmisso, dissidente e contra-hegemônico. Sabemos que, embora a educação não resolva sozinha as desigualdades entre opressores e oprimidos, ela certamente pode ser uma importante aliada nos processos de emancipação e insurgência. Nesse sentido, autoras e autores como Paulo Freire (1967), Davi Kopenawa (2015), Ailton Krenak (2020), Nego Bispo (2023) e Jota Mombaça(2021) compartilham em confluência uma crítica profunda ao modo como o saber acadêmico tem se constituído como hegemônico, universal e desvinculado das experiências concretas dos povos, dos territórios e dos corpos historicamente marginalizados. Suas vozes, embora distintas em origem e linguagem, confluem na construção de uma perspectiva contracolonial de produção de conhecimento e na defesa de metodologias participativas, enraizadas e insurgentes. Em comum, suas ideias denunciam que a produção de conhecimento não pode ser separada da vida, do território e da coletividade. Rompem com a ideia de que o saber válido é aquele produzido entre paredes brancas, em linguagem técnica e "neutra". Defendem o uso de metodologias participativas, que se envolvem e valorizam a experiência vivida; territorializadas, que respeitam os contextos culturais, históricos e ambientais dos sujeitos; e contracoloniais, que enfrentam os processos de silenciamento, apagamento e subalternização impostos pelas estruturas do saber ocidental. As metodologias participativas vão além de simples ferramentas, refletindo a maneira como abordamos os problemas e buscamos suas soluções a partir de diferentes leituras de mundo. Contrários(as) à mera integração de sujeitos à lógica acadêmica, tais expoentes do pensamento contracolonial brasileiro, propõem transformar os próprios fundamentos do que se entende por conhecimento, abrindo espaço para escutas plurais, para práticas que relacionam em complementariedade ciência, arte, política e espiritualidade. Suas vozes anunciam não apenas uma crítica, mas uma possibilidade: a de um mundo em que os saberes coexistam, dialoguem e resistam juntos — não como tolerância, mas como potência de vida. Ontologicamente, este modo de fazer pesquisa rompe

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

com os pressupostos dominantes, tradicionais das concepções bancárias que se estabeleceram no contexto da produção de conhecimento científico, com a separação dual entre as categorias teoria/prática, sujeito/objeto, pedagógico/político, consideradas basilares para a garantia de uma suposta racionalidade neutra e universal da ciência moderna que, na verdade, frequentemente incorporam a visão do mundo das pessoas que criaram essa ciência: homens ocidentais, membros das classes dominantes "e, podemos acrescentar, brancos" (Hirata, 2015, p. 62; Moretti e Adams, 2011; Chassot, 2018). Nessa perspectiva, devemos assumir no fazer pesquisa uma postura crítica à colonialidade, à defesa dos modos de vida não ocidentais e à valorização de cosmologias e epistemologias próprias dos povos e territórios com os quais nos envolvemos na produção de conhecimento. Ou seja, devemos nos afastar dos métodos tradicionais e das concepções bancárias de produção de conhecimento "pautadas na racionalidade moderna e produzidas pelo norte branco, burguês, capitalista, cis-heterossexual e cristão" (Fernandes, Souza e Filho, 2023). Nesse sentido, apesar do método não poder ser totalmente decolonial, podemos pensar esse fazer a partir de um compromisso social, ético e político como exercício de gerar movimentos afirmadores de vida, capazes de fomentar contágios e perturbações nos processos instituídos nas realidades as quais nos inserimos em nosso fazer ciência (Barros, 2006). Para tanto, é necessário desde já pensar que tais movimentos de afirmação da vida partem sempre de um saber localizado e, portanto, não-neutro. Nessa perspectiva, a função social das construções científicas críticas e não neutras a qual fazemos menção, dizem respeito à uma convocatória dos nossos corpos, enquanto pessoas-pesquisadoras, para produzir movimentos micropolíticos de erosão na dureza do cotidiano no qual nos inserimos. Somos convidados(as), então, a deslocar nossas perspectivas epistêmico-metodológicas de produção de saber científico para uma perspectiva contracolonial compreendendo o lugar de pesquisador não mais como um extrator, mas participante dos processo de produção de autonomia que são efeitos do pesquisar-com. Como nos ensina Nego Bispo (2023), devemos pegar as palavras do inimigo que estão potentes e enfraquecê-las, e, do mesmo modo, pegar as nossas palavras que estão enfraquecidas e potencializá-las. Para tanto, faz-se necessário incitar movimentos de agenciamento nas normas e micropolíticas civis por meio da construção de pesquisas contracoloniais significa alocar palavras, antes nunca ditas, num espaço de desvelamento de estigmas, relações de poder, conservadorismo e alteridade a grupos marginalizados. Sendo assim, esta oficina tem como objetivo possibilitar o compartilhamento de experiências de pesquisadoras e pesquisadores envolvidos(as) com o uso de metodologias contracolonias de pesquisa. Para tanto, nos serviremos metodologicamente da Tenda do Conto, uma metodologia participativa e dialógica de cuidado em saúde criada pela enfermeira Jacqueline Abrantes Gadelha, em 2008, no contexto de uma Unidade Básica de Saúde, do conjunto Panatis, na cidade de Natal – RN. Segundo Félix-Silva, Nascimento, Albuquerque, Cunha e Gadelha (2014), a concepção metodológica da Tenda do Conto parte do incentivo à autonomia desde o primeiro momento em que se faz o convite ao(à) participante, solicitando-lhe que escolha entre seus pertences um objeto que lhe afete ou que lhe remeta a um fato ou a uma história relacionada à experiência de vida e, caso não o encontre, pode ir de mãos abertas para pegar um dos objetos que esteja à exposição na tenda e, a partir dele, fazer seu conto, possibilitando, por meio da fala, o compartilhamento e a construção de um saber coletivo. A oficina irá dispor de até 15 vagas para participantes que queiram compor conosco esta construção coletiva. Para isso, solicitamos que cada participante possa se responsabilizar para que, no dia da oficina, possam levar algum objeto simbólico que lhes remeta às suas experiências de construir pesquisas em contextos contracoloniais. Outrossim, esta oficina tem relação com o tema do 23º Encontro Nacional da ABRAPSO, "Aliança dos povos: Psicologia Social face à destruição de todas as formas de vida", por sua

possibilidade de, através da tenda do conto, uma metodologia de compromisso ético-estético-político, construir um espaço dialógico de cuidado entre pessoas pesquisadoras. Assim, alinhando-se, também, ao eixo temático das Insurgências ético-estético-políticas: artes, tecnologias e subjetivação, haja vista haja vista a potência das narrativas e dos saberes sensíveis na produção de outros modos de conhecer, existir e pesquisar. A oficina propõe-se, portanto, como um território de partilha afetiva e crítica, de modo que as histórias contadas – e escutadas – possam tensionar os paradigmas hegemônicos da produção de conhecimento, afirmando epistemologias situadas, insurgentes e comprometidas com a vida em suas múltiplas formas. Por meio da tenda do conto, convocamos a imaginação política, o sensível e o comum como ferramentas de resistência e reinvenção dos fazeres em Psicologia Social.

MC 33. Entre redes e rupturas: vivência feminista no enfrentamento à violência contra as mulheridades

Nicole Soares Resende (PUCSP), Daniela Alves Calaça (UNICEUB), Mariana Serafim Xavier Antunes (psicoterapeuta)

Descrição: O presente minicurso propõe a criação de um espaço coletivo de formação, escuta e reflexão crítica sobre o enfrentamento à violência de gênero em contextos de atenção psicossocial e saúde pública, a partir de pressupostos da Psicologia Social Crítica e das epistemologias feministas interseccionais. A atividade tem como foco principal compreender os impactos da violência institucional sobre as trajetórias de mulheridades em situação de violência, reconhecendo os marcadores sociais da diferença como constitutivos dessas experiências. Ao propor uma abordagem que articula teoria, prática e sensibilidade, o minicurso se compromete com a conscientização crítica e a construção de estratégias de enfrentamento e cuidado enraizadas na ética do bem viver, na justiça social e na defesa radical das vidas subalternizadas. A proposta dialoga diretamente com o tema do Encontro – "Aliança dos povos: psicologia social face à destruição de todas as formas de vida" –, na medida em que compreende a violência de gênero como uma expressão da colonialidade do poder, do patriarcado e do racismo estrutural, que operam não apenas na violação direta dos corpos femininos e dissidentes, mas também na precarização dos serviços públicos, na institucionalização da dor e na negação sistemática dos direitos. A destruição das formas de vida não se dá apenas pela devastação ambiental, mas também pela invisibilização e silenciamento das existências que fogem à norma cisheteropatriarcal, branca e capitalista. O genocídio simbólico e material das mulheres negras, indígenas, periféricas e trans se conecta aos projetos de morte que estruturam o modo de produção dominante. Diante disso, convocamos a Psicologia Social Crítica a se posicionar ativamente frente aos processos de desumanização e necropolítica, reafirmando seu compromisso com a transformação social, a justiça racial e de gênero e a radicalização dos direitos humanos. Como destaca o GT 28, atividade co-relacionada a este minicurso, não basta denunciar a destruição das formas de vida: é preciso reflorestar mundos a partir das experiências das sujeitas que resistem e criam, cotidianamente, alternativas ao colapso ético e civilizatório. Assim, o minicurso se insere como uma prática insurgente e situada que aposta na potência dos saberes feministas contra-coloniais e na implicação subjetiva como caminhos para uma atuação comprometida com a dignidade e a diversidade da vida. No contexto do eixo temático "Gênero, sexualidades e intersecções", esta proposta contribui com uma abordagem que busca romper com visões fragmentadas ou universalizantes da experiência da violência. Em lugar de uma concepção abstrata da mulher como sujeito genérico, propomos uma escuta atenta às multiplicidades de experiências vividas por diferentes mulheridades, compreendendo que os atravessamentos de raça, classe, sexualidade, geração e territorialidade impactam diretamente as possibilidades de acessar e permanecer nas redes de proteção. O minicurso se orienta, portanto, pela perspectiva interseccional como ferramenta teórica, analítica e política, alinhada a autoras como Kimberlé Crenshaw, Lélia Gonzalez, Carla Akotirene, Patricia Hill Collins, Geni Núñez, entre outras. Esse referencial é essencial para tensionar a prática psicológica tradicional, ainda fortemente ancorada em modelos individualizantes, neutros e universais. No campo da Psicologia Social, a proposta contribui para a formação de profissionais e estudantes comprometidas com uma atuação crítica, ética e situada. Ao mobilizar os afetos, a corporeidade e a escuta coletiva, o minicurso promove um deslocamento nos modos de ensinar e aprender Psicologia, valorizando o conhecimento produzido nos territórios, nos coletivos e nas vivências concretas das participantessujeitas. Trata-se de uma proposta que se

inscreve na tradição da Psicologia Social Crítica brasileira, especialmente na vertente sócio-histórica, que compreende o compromisso social como fundamento epistemológico (Lane, 1984; Bock et al., 2007). Mais do que instrumentalizar tecnicamente para o atendimento em casos de violência, pretendemos fomentar uma prática profissional implicada com as lutas feministas e antirracistas, que reconheça o papel da Psicologia tanto na reprodução quanto na superação das violências estruturais. O minicurso será estruturado em dois momentos principais. No primeiro, as/os participantes serão convidadas/os a vivenciar o jogo "No Lugar Dela", desenvolvido pela Faculdade de Medicina da USP, que simula o percurso de diferentes mulheridades em situação de violência até o acesso à rede de atendimento. O jogo, de caráter lúdico e interativo, permite experienciar os dilemas, barreiras e violências que atravessam a busca por apoio institucional. Nele, as/os jogadoras/es percorrem trajetos diversos, sendo confrontadas/os com situações como o julgamento moral de profissionais, a medicalização da dor, o racismo institucional, a transfobia, a revitimização e a fragmentação dos serviços. Essa vivência, para além de um recurso metodológico, é compreendida como estratégia pedagógica para promover a empatia crítica, o reconhecimento dos atravessamentos estruturais da violência e a mobilização dos afetos como caminho para o aprendizado situado. No segundo momento da atividade, será realizada uma discussão coletiva a partir das experiências vivenciadas no jogo. A roda de conversa será conduzida por facilitadoras com formação em Psicologia Social Crítica e militância em coletivos feministas, que orientarãoconduzirão o debate a partir de disparadores temáticos. Entre os temas previstos, destacam-se: o papel da Psicologia no acolhimento e na denúncia da violência; os limites e potências das redes de proteção; a ética do cuidado na perspectiva feminista; o enfrentamento à violência institucional; e a construção de redes de apoio não institucionalizadas. O espaço será conduzido com sensibilidade, escuta ativa e respeito às experiências das pessoas participantes, reconhecendo que o tema pode mobilizar memórias, afetos e dores pessoais. Destacamos que o minicurso tem um limite de 23 vagas, com vistas a garantir um ambiente seguro, de escuta qualificada e de participação efetiva. A limitação também se deve à metodologia vivencial adotada, que demanda tempo e acompanhamento cuidadoso. A atividade é voltada a estudantes de graduação e pós-graduação, profissionais da Psicologia, e das áreas do direito e da saúdede áreas afins, militantes feministas, integrantes de coletivos populares e demais interessadas/os na temática. O minicurso será ofertado em um único turno de 4 horas, podendo ser adaptado conforme a programação geral do Encontro. Em termos de formação, o minicurso propõe uma experiência que articula conhecimento teórico, prática vivencial e reflexão crítica, fortalecendo a Psicologia Social como campo comprometido com a transformação social. A atividade problematiza os limites da atuação profissional diante das violências de gênero e propõe o deslocamento da escuta clínica para a escuta política, da neutralidade científica para o engajamento ético, da técnica para o afeto, da hegemonia dos saberes eurocentrados para os conhecimentos insurgentes das margens. Ao reconhecer a violência como um fenômeno estrutural e multifacetado, que perpassa as instituições, as subjetividades e os saberes, este minicurso contribui para a formação de psicólogas/os capazes de atuar com sensibilidade, coragem e compromisso com a vida. Em consonância com a proposta do Encontro, que convoca a Psicologia Social a se posicionar frente à destruição das formas de vida, reafirmamos aqui a necessidade de construir práticas que defendam e sustentem a vida das mulheridades, entendendo-as não como categoria essencializada, mas como multiplicidade de experiências situadas e em constante reinvenção. Reflorestar mundos, como propõe Geni Nunes (2023), é também cultivar espaços como este minicurso: férteis, afetivos, insurgentes e comprometidos com o cuidado radical.

MC 34. Entre Saberes e Territórios: práticas interdisciplinares no campo da saúde

Mayra Costa Rosa Farias de Lima (Fiocruz), Priscila Moreira Santana (ILMD/FIOCRUZ AMAZÔNIA), Michele Rocha de Araújo El Kadri (FIOCRUZ AMAZÔNIA)

Descrição: O trabalho em saúde, particularmente no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS), é atravessado por múltiplas determinações de ordem social, econômica, cultural e política. Tais complexidades requerem abordagens que superem a lógica fragmentária e tecnicista, demandando, assim, práticas interdisciplinares e reflexões ampliadas sobre os sujeitos, os territórios e os campos institucionais onde se produzem os cuidados. Nesse sentido, a presente oficina tem como objetivo proporcionar um espaço formativo de caráter dialógico, no qual os participantes possam articular conceitos fundamentais da saúde coletiva às suas experiências singulares de vida e atuação profissional. A interdisciplinaridade no campo da saúde configura-se como uma diretriz estratégica para a efetivação do cuidado integral, sendo frequentemente reafirmada nas diretrizes das políticas públicas em saúde. Entretanto, sua operacionalização nos serviços ainda se depara com desafios importantes, como disputas de saberes, hierarquias institucionais e a ausência de práticas colaborativas efetivas. Nesse contexto, a psicologia social oferece aportes teóricos e metodológicos que permitem uma compreensão ampliada dos processos de subjetivação implicados nas relações entre profissionais, usuários e instituições, enfatizando a escuta, a construção de vínculos e a análise crítica das condições concretas de existência. Contribuindo principalmente sobre os olhares do cuidado que implicam os determinantes de saúde e a saúde da população. A abordagem do território em saúde como eixo estruturante da oficina justifica-se por sua centralidade na organização do SUS e pela polissemia do conceito. O território é compreendido aqui não apenas em sua dimensão geográfica ou administrativa, mas como espaço vivido, simbólico e relacional, constituído por vínculos, memórias, redes de cuidado e disputas de poder. A compreensão do território enquanto categoria analítica e política permite situar a prática em saúde como uma ação socialmente situada, sensível às especificidades locais e aos modos de vida dos sujeitos. Adicionalmente, o conceito de campo em saúde, ancorado na teoria bourdieusiana, será mobilizado para analisar as dinâmicas institucionais, simbólicas e políticas que conformam o fazer em saúde. O campo é entendido como um espaço social estruturado por relações de força, no qual diferentes agentes — profissionais, gestores, usuários, instituições — disputam posições, legitimidade e capitais simbólicos. A leitura crítica das lógicas que regem o campo da saúde oferece subsídios para a problematização das práticas cotidianas e para a construção de estratégias de intervenção mais equitativas e transformadoras. Dessa forma, a oficina propõe-se a estimular a articulação entre conceitos teóricos e vivências pessoais, de modo a favorecer a produção de sentidos sobre o fazer em saúde, a partir da escuta, da troca de experiências e da valorização da pluralidade de saberes. A metodologia adotada será participativa, baseada em dispositivos de escuta sensível, narrativa e reflexão coletiva. Um espaço de formação que transcende a lógica da transmissão unidirecional de conteúdos, investindo na escuta, na afetividade e na potência das narrativas pessoais como dispositivos pedagógicos e políticos. Ao articular conceitos fundamentais da saúde coletiva com experiências singulares dos participantes, a oficina promove uma abordagem crítica e sensível do cuidado em saúde, contribuindo para a formação de sujeitos implicados com a integralidade, a equidade e a transformação das práticas. A ação interdisciplinar configura-se um dos campos de atuação do psicólogo social e do psicólogo da saúde, na medida em que a prática interdisciplinar depende da compreensão sobre a cultura e a identidade dos sujeitos que nela habitam e que constituem a multiplicidade das ações sobre o cuidado em saúde na importância de compreender os modos de vida e suas desigualdades. Em tempos de intensificação das desigualdades sociais e de desmonte de políticas públicas, torna-se cada vez mais necessário investir em

metodologias formativas que valorizem o diálogo entre os saberes técnico-científicos e os saberes da experiência, reconhecendo que o cuidado em saúde é, antes de tudo, uma prática situada, relacional e construída coletivamente. A interdisciplinaridade, o território e o campo emergem, nesse contexto, como categorias centrais para a análise crítica das condições de produção do cuidado, bem como para a construção de novas possibilidades de atuação no SUS. A justificativa desta oficina se dá principalmente pela compreensão dos territórios enquanto de atuação do psicólogo social, configurando-se como campo de atuação da psicologia da saúde configurando deste modo ações interdisciplinares de atuação. Deste forma esta oficina articula-se com o tema do 23º Encontro Nacional da ABRAPSO: "Aliança dos povos: Psicologia Social face à destruição de todas as formas de vida". Programação (Duração total: 3 horas) Quantidade de pessoas: 30 participantes inscritos 1. Acolhimento e contextualização (15 minutos) A oficina terá início com um momento de acolhimento e apresentação dos objetivos e da metodologia. Serão expostos o percurso previsto, os eixos temáticos e os pressupostos teórico-metodológicos que sustentam a atividade. 2. Exposição introdutória dos conceitos (30 minutos) A segunda etapa consistirá em uma exposição dialogada dos conceitos norteadores da oficina: Interdisciplinaridade no trabalho em saúde, com ênfase na contribuição da psicologia social para a análise das relações interprofissionais, dos processos subjetivos e das dinâmicas institucionais; Território em saúde, compreendido em sua dimensão simbólica, política e social, a partir de uma abordagem crítica que tensiona o modelo biomédico e normativo de organização dos serviços; Campo em saúde, enquanto espaço de disputas simbólicas e institucionais, onde se produzem práticas, saberes e estratégias em constante negociação. Essa exposição visa oferecer subsídios teóricos que serão retomados ao longo da oficina, especialmente nas atividades de escuta e compartilhamento de narrativas. 3. Apresentação dos participantes (1 hora) Na sequência, será realizada uma roda de apresentação, na qual cada participante será convidado a: Indicar seu nome, formação ou área de atuação; Compartilhar uma imagem, fotografia ou objeto que simbolize algo significativo em sua trajetória de vida; Relatar brevemente o sentido da escolha, evidenciando os elementos afetivos, sociais ou profissionais envolvidos. Tal dispositivo busca fomentar o reconhecimento mútuo, o vínculo entre os participantes e a valorização das dimensões subjetivas implicadas nas práticas em saúde. Cada participante terá 2 minutos para sua exposição. 4. Roda de conversa (45 minutos) A partir das falas e imagens apresentadas, será desenvolvida uma roda de conversa, mediada pela facilitadora, com os seguintes objetivos: Identificar atravessamentos entre as narrativas individuais e os conceitos teóricos discutidos; Analisar como as práticas em saúde se constituem a partir das experiências singulares dos sujeitos, em articulação com os territórios onde atuam; Problematizar as possibilidades e os limites da atuação interdisciplinar no campo da saúde, à luz dos relatos compartilhados; Estimular a escuta ativa e a construção coletiva de sentidos a respeito dos desafios e das potências do cuidado em saúde. A mediação será pautada por princípios éticos de respeito à diversidade. 5. Sistematização e encerramento (30 minutos) Ao final da oficina, será realizada uma sistematização dos principais pontos debatidos. Os participantes serão convidados a: Avaliar a oficina e refletir sobre os deslocamentos provocados; Retomar os conceitos apresentados e situá-los em suas práticas; Indicar possíveis encaminhamentos, desdobramentos ou novas inquietações decorrentes da experiência. O encerramento será marcado pelo agradecimento às contribuições de cada participante e pela reafirmação do compromisso com a construção de espaços formativos mais sensíveis, participativos e reflexivos.

MC 35. Escrita lesbo-feminista dos sonhos: sonhar é um ato político e comunitário

Cristiane Silva Furtado (UNIRIO), Luísa Escher Furtado (Revista Brejeiras)

Descrição: Este minicurso se ancora em nosso trabalho no âmbito dos movimentos sociais de mulheres lésbicas, onde a escrita acontece como forma de expressão e busca de visibilidade, rompendo silenciamentos e apagamentos, na produção de registro histórico de nossa existência enquanto identidade e movimento político. Buscamos produzir intercâmbio entre a produção acadêmica e os movimentos sociais, por meio do encontro entre essas diferentes linguagens e metodologias. Nosso objetivo é o de se apropriar da produção da escrita como linguagem dominante de nossa sociedade atual para reinventá-la e democratizá-la a partir de princípios feministas tais como coletividade, cuidado, escuta, oralidade, luta anti-racista e consentimento, desafiando as regras gramaticais e a colonialidade na língua. O trabalho consiste na apresentação de obras da literatura lesbofeminista presentes em livros, revistas, fanzines, manifestos, etc., no estímulo ao exercício da escuta entre diferentes participantes, suas tradições e seus saberes e exercícios de escrita individual e coletiva, à partir de técnicas de recorte e colagem. A atividade terá duração de 3h e o limite de vagas é de 20 pessoas. A proposta nasce da urgência de reivindicar os sonhos como prática política e epistemológica em diálogo transdisciplinar com o campo da Psicologia Social, entendendo os sonhos como recursos ancestral, cultural e subjetivo que tensionam as racionalidades normativas e eurocentradas que regulam o campo psi no Brasil. Articulada à temática central do Encontro — que propõe a visibilidade e a troca de saberes entre academia, movimentos sociais e gestão pública — a "Escrita Lesbo-Feminista dos Sonhos" propõe um espaço de experimentação coletiva onde os sonhos sejam convocados não apenas como fenômeno onírico, mas como ferramenta política e um dispositivo crítico de intervenção na vida social. É no campo do sonho que escapamos, muitas vezes, da prisão de mundo que nos foi oferecida. Por isso, compreendê-los como prática comunitária e coletiva é ativar a imaginação política enquanto recurso de resistência e criação. Ao tomar o sonho como campo legítimo de produção de sentido e reorganização de mundos possíveis, percebemos como essa dimensão tem sido lugar de resistência, existência e projeto de futuro para povos originários e tradicionais. Dessa forma, acreditamos que essa ampliação dos sonhos possa expandir nossa imaginação para além da colonialidade, do Cisheteronormatividade e do capitalismo. Ao articular essas reflexões ao campo lesbo-feminista, propomos reivindicar o lugar das sapatão enquanto dissidência histórica e política. Mulheres que, ao escolherem alianças prioritárias com outras mulheres, não apenas recusam a heterossexualidade compulsória, mas desestabilizam os alicerces afetivos, familiares e institucionais do mundo patriarcal. A existência lésbica, ao operar deslocamentos no regime cisheteronormativo, provoca fissuras nos modos de organização social e nos pactos de poder baseados na subordinação das mulheres ao masculino. Ao longo da história, as lésbicas foram apagadas das narrativas oficiais, silenciadas nos espaços acadêmicos e inviabilizadas nas políticas públicas. Mas, sobretudo, foram constantemente interditadas de sonhar outros mundos, pois sonhar, para corpos dissidentes, é um gesto perigoso. Permitir-se sonhar é inscrever-se como sujeito de desejo, de projeto e de futuro — e é justamente essa autorização política e coletiva que esse curso propõe tensionar e reivindicar. A "Escrita lesbo feminista dos sonhos" nasce então da compreensão de que sonhar é um ato político quando reivindicado pelas vozes dissidentes que historicamente foram expropriadas do direito de nomear seus desejos e de imaginar futuros. Mais do que pensar os sonhos como fenômeno individual e subjetivo, o nosso encontro propõe coletivizá-los, situando-os no campo político das alianças afetivas e da

produção de novos sentidos de pertencimento e comunidade. Para nós, sapatão, sonhar não é apenas vagar na fantasia, devanear, é estratégia de sobrevivência e reinvenção cotidiana. É projeto de mundo, é encantar-se junto ao mundo . Ao convocar as mulheres lésbicas para sonharem juntas, abrimos a possibilidade de construir pactos que escapem da lógica cisheteronormativa, instituindo outras formas de cuidado, de família, de sexualidade, de política e de afeto. O lesbo-feminismo, nesse sentido, é mais que uma identidade; é um projeto ético-político de reorganização do social, que tensiona as normatividades instituídas e propõe a centralidade das alianças entre mulheres como prática radical de enfrentamento e de reinvenção da vida. Produzimos uma prática epistemológica e política que atua no entrecruzamento entre Psicologia Social, saberes lésbicos, movimentos feministas e saberes ancestrais. Um espaço onde as práticas oníricas são legitimadas como forma de intervenção na vida social e como recurso metodológico para ativar a imaginação política em tempos de apagamento e controle. Contribuição na formação da Psicologia Social: Nossa contribuição para a formação e atualização em Psicologia Social tensiona os limites das epistemologias tradicionais que historicamente organizaram o campo psi no Brasil. Ao reivindicar os sonhos como dispositivo metodológico e político, a atividade propõe deslocar o olhar psicossocial para além das racionalidades normativas, que frequentemente capturam os sujeitos em categorias estabilizadas de identidade, sofrimento e intervenção. Nesse sentido, esse encontro se insere no campo da Psicologia Social crítica e latino-americana, comprometida com a produção de saberes situados, insurgentes e atentos às experiências coletivas de resistência e criação de mundos possíveis. A proposta atualiza os debates sobre os caminhos da formação da subjetividade e as práticas de cuidado no campo da Psicologia Social, ao articular saberes ancestrais, práticas de oralidade e experiências comunitárias de resistência. O reconhecimento das alianças afetivas e das estratégias coletivas de cuidado, forjadas nos movimentos sapatão e lesbofeministas, permite deslocar a centralidade do sujeito individual para práticas comunitárias de cuidado de si e dos outros, atualizando as discussões sobre ética, política e produção de subjetividades dissidentes. Ao propor a escuta de sonhos coletivos e a criação de pactos de imaginação política, contribui para a formação de profissionais e pesquisadoras comprometidas com a construção de saberes críticos e situados, capazes de intervir nos contextos de sofrimento e violência buscando não reproduzir a colonialidade do saber e do poder. A proposta da “Escrita Lesbo-Feminista dos Sonhos” se insere de forma orgânica no eixo temático “Aliança dos povos: Psicologia Social face à destruição de todas as formas de vida”, ao compreender que os processos de destruição ambiental e social que atravessam o planeta não são dissociados das violências estruturais que historicamente interditaram a existência de corpos dissidentes e suas formas de viver, amar e sonhar. Reivindicamos os sonhos enquanto tecnologia ancestral, subjetiva e coletiva, capaz de produzir fissuras nos regimes normativos e de organizar outros modos de vida em meio ao colapso. Sonhar, para as sapatão e demais dissidências, é um ato insurgente que restitui à imaginação política sua potência de criar mundos possíveis, reatualizando as alianças ancestrais e populares que sempre estiveram na base das resistências e reinvenções comunitárias. Ao propor a escuta, a oralidade e a coletivização dos sonhos como práticas epistemológicas e políticas, a oficina tensiona os limites da racionalidade ocidental moderna e reinscreve as subjetividades lésbicas e feministas na luta pelo bem viver. Nesse sentido, a atividade conecta-se diretamente às pautas de luta contracolonial: antirracista, antipatriarcal, anticapitalista e contra todas as formas de devastação e controle, alinhando-se ao chamado ético e político do eixo temático para forjar alianças radicais na defesa da vida humana e não humana, das ancestralidades dissidentes e das possibilidades de futuro. Assim nos inserimos no eixo temático, “gênero, sexualidade e intersecções”, que propõe o debate de

experiências que abordam os modos como o patriarcado e a cisheteronorma incidem sobre os corpos-experiências. Esta minicurso também visa partilhar conhecimentos e epistemes lesbofeministas, feministas, transfeministas e queer interseccionados aos debates antirracista e contracolonial, visibilizando estratégias de resistência às diversas formas de opressões e violências. Síntese da proposta de trabalho a ser desenvolvida A "Escrita Lesbo-Feminista dos Sonhos" será organizada como espaço coletivo de escuta, criação e partilha, estruturada em três momentos complementares ao longo de três horas de duração. O primeiro momento consistirá na apresentação de referências da literatura lesbofeminista, retiradas de livros, revistas, fanzines, manifestos, fotografias e outras expressões do referencial militante e poético, que evidenciam como, historicamente, as sapatão produziram seus próprios registros de escrita de si, memória, desejos e resistência frente aos apagamentos institucionais e sociais. Esta etapa busca provocar as participantes a vasculharem o inconsciente, suas memórias, conexões e sonhos diante desse repertório, ativando lembranças, imagens e desejos, criando pontes entre as narrativas apresentadas e suas próprias experiências subjetivas e coletivas. Aqui nos conectamos com a proposta de zami, um trabalho de biomitografia proposto por Audre Lorde, interpretado e reinterpretado por pensadoras e artistas como Tatiana Nascimento e Verônica Bonfim. Em seguida, realizaremos uma roda de conversa orientada pela escuta sensível, onde as participantes serão convidadas a partilhar sonhos — oníricos ou de futuro — reconhecendo essas experiências como territórios políticos e afetivos. Nesse momento, o sonho não será tomado como fenômeno individual, mas como linguagem coletiva, dispositivo crítico e recurso ancestral para tensionar as normas que regulam as possibilidades de existência e desejo das mulheres lésbicas e dissidentes. Esse será o momento de construção coletiva, subjetiva e política consciente, onde os sonhos se entrelaçam às histórias, às urgências e às potências das participantes, ativando a imaginação comunitária e insurgente que reside em cada uma. Por fim, o terceiro momento será dedicado à experimentação de escrita de poesia em dobra uma prática de escrita que é coletiva e individual simultaneamente em um processo memorialístico de registro de fragmentos sonhados e/ou narrados. Essa proposta de escrita poética se inspira em uma metodologia desenvolvida pela Coletiva Slam das Minas RJ, que ativa um gesto indisciplinado e experimental que visa desobedecer às normas gramaticais, acadêmicas, solitárias e coloniais que envolvem a prática da escrita, acionando princípios feministas de oralidade, e coletividade na produção textual fazendo circular as vozes e sonhos das participantes A metodologia da Oficina aposta na circularidade, na horizontalidade e no reconhecimento das experiências das participantes como ponto de partida para a produção de conhecimento. Assim, a oficina tensiona as separações entre teoria e prática, saber acadêmico e popular, subjetividade e política, afirmando o lugar das mulheres lésbicas como produtoras de sentido, história e na disputa política por outros projetos de mundos.

MC 36. Esquizoanálise e processos de subjetivação: trincheiras literárias diante das sujeições e dos microfascismos

Diego Frank Marques Cavalcante (UNIFESSPA), Igor do Carmo Santos (UFT)

Descrição: A Esquizoanálise é forjada a partir do encontro entre um filósofo (Gilles Deleuze) e um psicanalista (Félix Guattari). Entre as principais questões que pavimentaram esse encontro estão: a crítica à psicanálise edipiana, ao estruturalismo linguístico, ao capitalismo e seus dispositivos de sujeição do desejo. Nessa trama, o papel do esquizoanalista é, do ponto de vista destrutivo, "faxinar" os dispositivos de sujeição capitalistas-edipianos, bem como escapar dos buracos negros passionais do microfascismo. Por outro lado, a tarefa positiva da esquizoanálise é abrir as veias do desejo para encontros caosmóticos. Tais alianças, no entanto, devem ser produzidas com prudência, ou seja, a partir de uma ética da potência e da alegria, ao estilo espinosista. Neste minicurso, nosso propósito é dedebater, do ponto de vista da esquizoanálise, três modos distintos de subjetivação: paranóico-edipiano, passional-microfascista e artístico-literário. Para a esquizoanálise, o inconsciente não é um teatro edipiano, mas uma usina, ou seja, não é estruturado como linguagem a partir de um modelo familista, mas como produção de modos de existência singulares. O esquizoanalista é um mecânico, não um intérprete. A questão não é o significado ou mesmo o significante, mas como funciona? É nesse sentido que o desejo não é falta em relação a um modelo e suas transferências, mas produção de novas formas de existência. É uma questão de experimentação, não de interpretação. Assim, a esquizoanálise é uma análise da produção do desejo e de suas capturas: seja por sujeição paranoica edipiana, seja por capturas da máquina de Estado capitalista, seja por dispositivos microfascistas de destruição do outro e de si. Esses agenciamentos operam em nível de indivíduos, grupos ou até nações. Nessa trama, é preciso problematizar: qual o funcionamento do desejo em dados agenciamentos? Poético, potente e experimental? Um burocrata que goza com o poder da autoridade? Um paranoico que goza com a generalização de significantes? Um microfascista que se deleita perseguindo, violando e expulsando? Um desejo sujeitado à visibilidade das redes sociais? O papel da esquizoanálise é efetuar a raspagem dos dispositivos de sujeição e, ao mesmo tempo, abrir a vida para experimentações desejantes. Trata-se de privilegiar o devir e a produção da alegria e da diferença, ao invés do "ser" e suas sujeições identitárias. A cartográfia é o procedimento esquizoanalítico para investigar as mutações desejantes e seus indícios. Nessa trama, a noção de agenciamento é fundamental para pensar a cartografia na esquizoanálise. Ela substituiu a noção de sujeito derivada da filosofia de Descartes, bem como a de estrutura, derivada do estruturalismo saussuriano. O agenciamento é o cofuncionamento de linhas em um determinado território. Poder-se-ia simplificar as linhas do agenciamento em três tipos: a) molares-estriadas-segmentadas, que estão relacionadas à superfície de registro. São as linhas responsáveis pela conservação, ordenação, produção de binarismos e hierarquias, assim como centros e margens. Estão relacionadas às semióticas significantes e às máquinas concretas estruturadas; b) moleculares-flexíveis-migrantes. São as linhas emergentes dos devires. Passam entre os binarismos das linhas molares. Promovem a emergência de semióticas menores e das máquinas desejantes; c) de fuga- nômades-asignificantes. Estão relacionadas à abertura das máquinas e regimes semióticos para o caos. Essas linhas se relacionam com a tetravalência do agenciamento territorial: 1) formas de expressão (semióticas); 2) formas de conteúdo (máquinas concretas); 3) desterritorialização; e 4) reterritorialização. A abertura para o caos que dinamiza os territórios é intensificada nos encontros-acontecimento. O acontecimento é um encontro violento na medida que rasga os esquemas de representação, que são incapazes de controlá-lo em suas malhas significantes. É nessa trama que se intensificam as linhas de fuga e o contato com o caos e suas dimensões virtuais. Os modos de reterritorialização indicam que tipo de produção desejante

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

está operando no território. Uma reterritorialização negativa prioriza a conservação do território, seus binarismos, hierarquias, centralidades e margens. Produz-se todo tipo de "sacerdotes" e "bodes expiatórios" para semiotizar o caos e expulsá-lo sob a forma de um "bode". Trata-se da produção de anti-produção. Esses dispositivos semióticos são produção de um desejo sujeitado à conservação e à identidade. O muro branco é o conceito que Deleuze e Guattari utilizam para explicar o funcionamento das representações dominantes e sua lógica conservadora. Por outro lado, os autores destacam o cofuncionamento dos buracos negros, termo "roubado" da astrologia. É quando a linha de fuga mergulha nas profundezas passionais do "eu" marcado pela produção de ódio, impotência e destruição. Diferente do regime de signos significante, que sempre remete a um outro signo para expulsar a diferença, trata-se aqui da produção sucessiva de segmentos, uma sucessão de buracos negros, em vez de uma semiotização de sacerdotes e bodes expiatórios. São nesses buracos negros que se produzem os microfascismos, que se proliferam em nosso dia a dia. É mister enfatizar que esses processos nada têm a ver com uma posição "macropolítica": de direita ou de esquerda. A produção de desejo por destruição perpassa todos os campos: em reuniões de colegiado, congressos científicos, movimentos sindicais, igrejas ou mesmo em movimentos considerados revolucionários. Onde o poder se acumula, faz alianças com o ressentimento e a dita "cadela do fascismo" fecunda. É nessa trama que é preciso o cofuncionamento entre os regimes significantes e os de subjetivação passionais. É a dinâmica muro branco/buraco negro. Existe toda uma produção social de signos delirantes que ressoam com a produção de subjetivação microfascista. Os agenciamentos extremistas oferecem exemplos interessantes dessa dinâmica. A produção de delírios coletivos, como Jesus Cristo armado, chips na vacina, produção de percepções e memórias simulacros, como na "ditadura era melhor". Cofuncionando com esses delírios, há todo tipo de buracos negros que utilizam variações de "sacerdotes" e "bode expiatórios" para justificar seu desejo por destruição: comunistas, destruidores da família, fascistas, machistas, feministas ou porcos capitalistas. É nessa trama que se produz uma consciência-simulacro, que inventa um inimigo em comum, ao mesmo tempo em que se faz uma coalizão dos buracos negros: microfascismo generalizado. É nesse sentido que Deleuze e Guattari problematizam as ideologias como espécies de "crostas semióticas" que podem estar associadas à micropolíticas microfascistas. Portanto, é necessário levar a crítica ao próprio desejo. É nesse sentido que a primeira tarefa da esquizoanálise é negativa e destrutiva: "faxinar" os dispositivos de produção de controle edipianos que "entopem" as produções desejantes, bem como escapar dos gozos microfascistas de nossas paixões subjetivas. As raspagens das "estrias molares" bem como a fuga dos "buracos negros passionais" devem ser acompanhadas pelas tarefas positivas da esquizoanálise. Nesse contexto, a arte, especialmente a literatura, se apresenta como um campo estratégico de resistência e invenção. A literatura é entendida aqui não apenas como representação da realidade, mas como um dispositivo de criação de mundos, de afetos, de subjetividades e de linhas de fuga. Deleuze nos apresentou, em distintos momentos, como produzir pensamento em composição não apenas com a filosofia, mas com as ciências, as artes e a literatura, através de autores como Proust, Zola, Melville, Kafka e Artaud. Esses autores, assim como outros mais contemporâneos e brasileiros, como Lispector, Manoel de Barros, Carolina Maria de Jesus, Hilda Hilst e Conceição Evaristo, entre outros, são exemplos de escritores que intensificam o pensamento e nos ajudam a problematizar e desconstruir as formas hegemônicas de sentir, de pensar e de viver. A literatura, em sua potência ética, estética e política, permite cartografar e fabular outros modos de existência, romper com as formas rígidas do eu, com as identidades fechadas e com os dispositivos de dominação simbólica. A escrita literária é, nesse sentido, uma forma de resistência micropolítica. É a tarefa de minar a própria linguagem da maioria, produzindo um campo de luta, como trazem Deleuze e Guattari em Kafka: por uma literatura menor. Ao trazer a literatura como um campo privilegiado de análise e intervenção, interessa-nos o exercício de um olhar esquizoanalítico sobre textos literários, visando identificar, problematizar e criar linhas de fuga frente às formas microfascistas de subjetivação.

O trabalho com a literatura não se resume à interpretação simbólica ou psicológica de um texto, mas envolve a tarefa de um exercício de escuta do campo intensivo da linguagem, em seus ritmos, cortes, e fluxos de desejo e das potências que se expressam nas palavras. Essa dimensão de estudo é relevante no atual contexto político-social, marcado pela ascensão de discursos autoritários, pela disseminação de afetos reativos, pela criminalização da diferença e pelo esvaziamento das formas coletivas de resistência. A Psicologia Social, enquanto campo comprometido com a promoção da justiça social, dos direitos humanos e da saúde coletiva, encontra na esquizoanálise e na literatura ferramentas para uma prática crítica e inventiva. Uma prática que não apenas denuncia os mecanismos de opressão, mas que também aposta na criação de novas formas de vida e de relação. Neste minicurso, propomos pensar a literatura como um exercício ético-estético-político, que não deve ser apenas interpretada, mas para ser lida como uma cartografia de intensidades, como um dispositivo de experimentação. Ler textos literários não é apenas uma busca por um sentido perdido, mas como alguém que percorre um mapa e busca traçar caminhos: onde estão as linhas de fuga? Que devires estão em jogo? Como se produz resistência nas dobras da linguagem? Entendemos que há modos de produção de subjetividades no/com o modo literário e que, nele, temos de produção de resistências à captura, criando zonas de indiscernibilidade entre o real e o possível, entre o atual e o virtual, entre o individual e o coletivo, entre o pessoal e o político. Ele permite experimentar modos de existência não colonizados pela produção de afectos e perceptos. A literatura torna-se, assim, um espaço de resistência aos microfascismos, pois não se submete às regras identitárias, aos juízos morais ou às dicotomias binárias. Ao contrário, ela pode operar como dispositivo de reterritorialização intensiva. Durante o minicurso, propomos o exercício de leitura cartográfica de fragmentos literários, buscando ativar não os sentidos fixos dos textos, mas seus funcionamentos desejantes. O objetivo é construir, coletivamente, mapas de resistências poéticas e políticas, reativando a potência da linguagem como campo de produção de vida, e não de sujeição. Trata-se, portanto, de uma proposta que articula pensamento, arte e política sob uma perspectiva micropolítica de criação de mundos. Entendemos que essa proposta de minicurso está em consonância com os objetivos deste 23º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social (ENABRAPSO), que traz o tema "Aliança dos Povos: psicologia social face à destruição de todas as formas de vida, ao buscar compor-se com as práticas artísticas, mais especificamente a literatura, para a tarefa positiva de produção de vida e resistência às necropolíticas e colonialidades que nos assombram, extraindo força ativa dos corpos não-hegemônicos e submetendo-os às extrações das políticas neoliberais. Este minicurso está diretamente vinculado ao Eixo Temático 13 (Insurgências ético-estético-políticas: artes, tecnologias e subjetivação), pois busca promover reflexões sobre como a literatura possibilita planos para a produção de subjetividades, criação poética e resistência política, em diálogo com a Esquizoanálise, importante aporte teórico-metodológico da Psicologia Social contemporânea, que se faz cada vez mais presente em diversas práticas e intervenções dessa Psicologia brasileira que se associa com análises institucionais, com a clínica ampliada e política, com a Saúde Coletiva, epistemologias contracoloniais, além de práticas e resistências que favorecem a autoanálise e autogestão, contribuindo para a produção de espaços democráticos em diferentes contextos onde esse saber se manifesta.

MC 37. Histórias que se entrelaçam: Silvia Lane e os Boletins da Abrapso (1983-1986)

Maria Cristina Dancham Simões (UNIP), Gláucia Tais Purin (PUC-SP)

Descrição: O objetivo deste minicurso é oferecer uma experiência temporal/histórica de aprendizagem ativa e coletiva com 12 documentos intitulados "Psicologia e Sociedade: Boletins da Abrapso" (1983-1986), ressaltando a importância de Silvia Lane e da Abrapso. Para isso, iniciaremos com uma breve contextualização, situando a respeito história de Silvia Lane e sua relação com a psicologia social brasileira e latino-americana, história da criação da Abrapso (Associação Brasileira de Psicologia Social) e criação dos documentos "Psicologia e Sociedade: Boletins da Abrapso", que configuram o início do registro da produção da entidade, que após alguns anos passou a ser compilada pela "Revista Psicologia & Sociedade". Em seguida, proporemos uma dinâmica de aprendizagem ativa e colaborativa. Nesta abordagem, cada pequeno grupo terá acesso a 1 dos 12 documentos originais, poderá tocá-lo, lê-lo e fazer observações ou análises a respeito de seu conteúdo, respondendo a pergunta principal: "o que o documento revela?". Ao final da atividade pretende-se compartilhar com todas as pessoas as informações ressaltadas para que haja uma construção conjunta do conhecimento. A intenção é proporcionar um clima respeitoso e gentil com relação a dois aspectos: tanto a relação entre as pessoas, quanto o contato com documentos históricos e delicados. Resgatar a história é entender como chegamos, onde estamos. Já faz 42 anos que o 1º Boletim da Abrapso foi impresso, em 1983. Nele, a equipe editorial assume uma postura bem-humorada e declaram que tentaram criar: uma "adulta revista", mas falharam; logo buscaram um "adolescente jornal", no entanto, tornou-se impossível; por isso, diante da soberana realidade aceitaram sua condição de dar à luz um "bebê". Nessa toada, com modéstia, a equipe editorial assume os propósitos dos boletins serem "um espaço voltado ao debate da psicologia social, bem como um informativo das atividades da Abrapso e um elo de ligação entre seus membros". Desenvolvem ao todo 10 volumes intitulados "Psicologia e Sociedade: Boletins da Abrapso" em 1983, 1984 e 1985. E 2 volumes em 1986 intitulados "Psicologia e Sociedade: Revista da Abrapso". Neles, os interessados poderiam preencher a ficha de inscrição que era impressa no final dos documentos para associar-se a Abrapso, e contribuir financeiramente com a anuidade que era, na época, paga na moeda brasileira cruzeiros. Os pagamentos das anuidades, as cartas com textos, ou qualquer outra dúvida eram enviadas inicialmente aos cuidados de Silvia Lane e mais tarde aos cuidados do Centro de Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. É importante lembrar que naquele momento não havia smartphones, muitos menos e-mails. Nos primeiros boletins, os textos, eram enviados pelos associados à comissão editorial sem orientação de formatação, somente a partir do 4º volume solicitava-se que fossem enviados datilografados em máquina de escrever, com até 30 linhas. Apesar das dificuldades com financiamento dos boletins e revista, as impressões alcançaram de 200 para 500 exemplares por volume. Os conteúdos dos documentos eram bastante variados. Contavam notícias, avaliações e conclusões sobre os eventos e reuniões científicas que seus integrantes participavam no Brasil e em outros países. Divulgava-se futuros eventos na área da psicologia. Compartilhava-se notícias sobre trabalhos, grupos de discussão, resenhas bibliográficas, etc., que seus assinantes enviaram por correio. Compartilhavam sugestões de pesquisa, faziam perguntas aos associados, ou ainda, anunciavam a venda de anais de congressos e publicavam atas de assembleias da associação. Os assuntos administrativos e organizativos da associação fizeram parte do boletim tanto quanto os textos teóricos - ao longo de todos os 12 volumes. Inclusive, a equipe editorial publicou como anexo o Estatuto da associação, em 1986, no último volume destes documentos. No documento, consta que a aprovação do Estatuto ocorreu durante a assembleia realizada em uma reunião da SBPC, em 14/07/86. Acreditamos que os editores se referiram a 38º Reunião

da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, que ocorreu na Universidade Federal do Paraná (UFPR), nos dias 9 a 16 de julho de 1986, com o tema "Ciência e Tecnologia – uma necessidade nacional". Destaca-se, em diferentes volumes, vários textos que descrevem sobre cada encontro Regional da Abrapso e os Encontros Nacionais que ocorreram ao longo destes 4 anos. Há ainda, alguns volumes dedicados exclusivamente a compartilhar com os assinantes resumos de palestras que aconteceram em alguns destes eventos promovidos pela associação. Os temas abordados nos textos eram bastantes diversificados, apontando a relação da psicologia, a partir de várias abordagens teóricas, na interface com: tortura, saúde mental, ética, bandidagem, trabalho e classe, filosofia, linguagem, democracia, ciência, pesquisa, instituição e organização social, saúde, democratização, intersexualidade, socialização, vida na roça, educação, mulher, migrantes, intervenção comunitária, ensino de psicologia, entre outras. A época era marcada politicamente pela Ditadura Militar no Brasil, que encerrou apenas em 1985. Com isso, é possível ter uma dimensão da relevância, considerando a criticidade e coragem epistemológica e política empenhada nas publicações. Dentre os textos nestes 12 documentos, destacamos a autoria de Silvia Lane em 3 deles. O primeiro artigo, intitulado "Psicologia Social na 36º Reunião Anual da SBPC", na qual a autora relata observações sobre o evento, a mesa redonda "Dialética e Psicologia" e o simpósio "Psicologia Social Hoje", os quais integrou como palestrante, em 1984. O segundo texto, "Relato de viagem: a ida a Paris", Silvia conta sobre sua experiência como diretora de estudos associados na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (EHESS), em Paris, tendo convivido com Denise Jodelet e Serge Moscovici, em 1984. E por último, o terceiro escrito "Psicanálise ou Marxismo: dilema da psicologia social?" foi escrito mais tarde, em 1986, e integrou as palestras apresentadas durante o "6º Encontro Regional da Abrapso", ocorrido em São Paulo em 1986. Diante do exposto, compreendemos que as principais relevâncias e justificativas do minicurso estão no reavivamento da história da psicologia, psicologia social brasileira e da Abrapso como contribuição para a formação de estudantes e pesquisadores da área, ou interessados. Resgatar a história da participação de Silvia Lane na construção da Abrapso e dos Boletins da Abrapso é contar sobre a intenção e preocupação, o pensamento e ação de psicólogos brasileiros, em sua atuação na década de 1980. Época em que ainda estava sendo construída a profissão no Brasil, tendo sido formalizada legalmente apenas em 1962, que o clima político no país era de censura, violências e reformas, devido a Ditadura Militar, e que havia poucas referências teóricas e práticas para guiar os pesquisadores e profissionais.Segundo Silvia em entrevista: "Os textos eram todos norte-americanos ou franceses – essa era a literatura que nós tínhamos. O único livro em português era do Otto Kleineberg, em Psicologia Social". (COELHO, 2007, p. 11). Neste contexto, Silvia foi uma das principais idealizadoras da constituição da Abrapso, junto com outros colegas, reunidos no Congresso da Sociedade Interamericana de Psicologia (SIP), em 1979. Participou da comissão de criação do seu Estatuto e tornou-se sócia fundadora e 1º presidenta da associação, que atualmente é considerada a 2º maior entidade de psicologia, perdendo apenas pelo Conselho Federal de Psicologia. Entidade que continua ocupando um importante espaço não só de relações, mas também de posicionamento crítico frente a perspectivas naturalizantes e a-históricas de produção de conhecimento e intervenção política na sociedade brasileira. Daí a relação com o tema do 23º Enabrapso. Este minicurso consegue acolher até 50 pessoas.

Referências: Coelho, Maria Helena de M.. (2007). Sílvia por ela mesma. Psicologia & Sociedade, 19(spe2), 7–14. https://doi.org/10.1590/S0102-71822007000500003

Sawaia, B. (2002). Silvia Lane. Pioneiros da Psicologia. V. 8. Rio de Janeiro: Imago. Silva, Celia Maria M. F. (2012) Por uma psicologia social brasileira: Sílvia Tatiana Maurer Lane. 157 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

MC 38. Historicidade, Escrevivências e (Re)existências, Movimentos de afet(ações)

Sueli de Fátima Caetano Coppi (UNESP), Mariana Cunico da Silva (Secretaria Municipal de Educação Rio Claro), Juliana Maria Luccas Duarte Eigenheer (Unesp/IB Rio Claro)

Descrição: Vivemos em um país que assentou suas bases em estruturas coloniais, dentro de um imaginário eurocêntrico, patriarcal e heteronormativo. Principalmente nas políticas com o advento da República (1889). Tais bases políticas buscaram forjar uma história nacional ancorada no Mito da Democracia Racial. No qual as "raças" que compunham a nação (indígenas, europeus e africanos) conviviam em harmonia e igualdade, sem violências e discriminações. Mas como falar em igualdade diante de uma política higienista que visava o branqueamento da população brasileira? "Um defeito de cor" (Gonçalves, 2021), política do final do século XIX que dizia que para poder exercer cargos públicos e religiosos a pessoa negra teria que escrever uma carta ao Imperador pedindo desculpas pela sua cor, já que seu único defeito para exercer tal função seria a sua cor de pele. Ser negro/a é um defeito? Como falar em harmonia diante de uma política em que a plena libertação da sociedade brasileira se daria pelo aniquilamento dos corpos pretos e indígenas? Um perverso colorismo que tem no homem branco, caucasiano, o ser humano ideal- universal e todas as pessoas que estivessem fora desse padrão "mereciam/merecem" um menor valor social. Bento (2022), nos diz sobre a amnésia coletiva, presente no pacto da branquitude, que faz com que uma criança negra sinta vergonha ao ver outras crianças pretas pedindo dinheiro no farol e uma criança branca sinta orgulho do desbravador colonizador que "descobriu o Brasil", violentando corpos de homens e mulheres negras e indígenas. A modulação dos conhecimentos, durante gerações, foi oficializada a partir do que contavam os colonizadores, oralmente, por escrito, pelos quadros e obras de arte, disseram que o conhecimento só seria válido de uma forma e assim seguimos, o conhecimento escrito é o oficial. Mas quem escreveu a história? A história contada, mostrava e ainda mostra de forma enfática a desumanização do negro e indígena, sendo os negros, brutos, selvagens, bestiais, inferiores na condição humana, legitimando assim a escravização. Os indígenas selvagens, canibais, mulheres hipersexualizadas, homens preguiçosos, entre outras estereotipificações. E essas representações foram moldando nosso imaginário social. Em nosso país, uma terra ancestral indígena, houve um desenraizamento brutal, etnias exterminadas, desvalorizações da multiculturalidade, histórias foram queimadas, apagadas, silenciadas, acorrentadas e restaram como referências às histórias que negavam a condição humana da negritude e dos povos indígenas. E reproduzimos uma série de preconceitos, racismo e a manutenção de epistemicídio com um suporte teórico de nossa história brasileira. A proposta desse minicurso é compreendermos nossas histórias e reconhecermos o preconceito e racismo que operam sobre nossas vidas. Buscamos com o minicurso uma possibilidade de transformação de nosso imaginário, pensando em uma emancipação humana da condição imposta de alienação, da condição de povos subalternizados. Visualizando uma sociedade que vislumbre a luta pela dignidade humana para todos os corpos e por todas as formas de existências. Nesse sentido, em um movimento de descolonização, de contracolonização, adentramos nas encruzilhadas da Ancestralidade, Historicidade e Afetos, para que com esse minicurso possamos a escreviver através da(s) Arte(s), processos de (re)existências com fios envolvidos em corpos dissidentes e, pessoas subalternizadas, silenciadas e apagadas da história dita oficial (eurocêntrica-patriarcal-cisheteronormativa). À vista disso, buscamos tecer novos modos de existências em tessituras tingidas pela herança histórico-cultural e pelos olhares-cúmplices, dos(as/es) participantes desse

movimento de afet(ação). Nessa trama, os(as/es) convidados(as/es) serão envolvidos(as/es) em inquietações: Quais avenidas de opressos têm nos atravessados? Deste modo, a partir de jogos teatrais - Teatro do Oprimido, Literatura Afro-Brasileira, Fotografias e Técnicas de Colagens, com o referencial teórico de, Conceição Evaristo, Beatriz Nascimento, Silvana Mendes, Grada Kilomba e Lélia Gonzalez; os corpos reunidos serão provocados pelos fios ancestrais a construírem costuras de (trans)formações, tendo com fio condutor seus próprios corpos inseridos em uma historicidade ancestral a partir de uma literatura afro-centrada o que perpassará contextos estéticos e performances cênicas. Nesse contexto, a arte e a estética serão forças impulsionadoras a construção de novos modos de existência. Assim, o minicurso será dividido em 5 (cinco) momentos, sendo: 1º Momento - Espaço-afetações: Neste momento será construído e organizado, pelos responsáveis das afetações, o espaço-contexto estético, contendo tecido, livros, fotografias, objetos e poemas, com o propósito de mobilizar inquietações nos(as/es) participantes. 2º Momento - Coletivo-afetações: Partindo do pressuposto de (re)conhecer (re)existências, esse momento será constituído de jogos teatrais (Teatro do Oprimido), a experienciar costuras de relações entre todos os corpos. 3º Momento - Dramas-afetações: Este momento consistirá na performance de um conto da escritora afro-brasileira, Conceição Evaristo, pelos responsáveis das afetações. 4º Momento - Afeto-diálogos: Nas encruzilhadas da Ancestralidade, Historicidade e Afetos, os(as/es) participarem serão convidados(as/es) a dialogarem e tecerem novas existências, através da oralidade, em uma roda de conversa. 5º momento - Costuras de (trans)formações - Afetocolagens: Neste último momento do minicurso, os corpos reunidos serão provocados pelos fios ancestrais a construírem costuras de (trans)formações, através da Arte Afetocolagem, criada pela Artista Silvana Mendes. Deste modo, escrevivendo através da(s) Arte(s), processos de (re)existências com fios envolvidos em corpos dissidentes e, pessoas subalternizadas, a proposta dialoga diretamente com o Eixo 11 “Psicologia Social e Relações étnico-raciais”, ao propor uma práxis insurgente aos padrões neoliberais que persistem na lógica colonial de hierarquias raciais, de gênero e classe; e de tipificação dos corpos em prol da manutenção do status quo. Nesse sentido, em um movimento de (re)existência, almeja-se refletir novos modos de existências com um olhar analítico interseccional para a construção de uma sociedade ancorada na pluridiversidade e na emancipação dos corpos de todas formas perversas de dominação. Assim, a submissão ao eixo se justifica pela afinidade com os objetivos de fomentar análises críticas e interseccionais sobre as relações étnico-raciais, bem como de contribuir com práticas que rompam com uma psicologia universalista e opressora, em direção à construção de caminhos plurais, afetivos e coletivos. Buscando-se movimentos de alianças entre os povos, em ações que reconheçam os fios que envolvem todas as formas de vida. Para uma melhor organização das afetações, espera-se a participação de no máximo 25 pessoas. Caso haja a necessidade de recursos de acessibilidade por parte de algum(a/e) participante, solicitamos que a demanda seja comunicada com antecedência, a fim de que a equipe responsável pelas afetações possa providenciar os materiais acessíveis de forma adequada para o(a/e) participante em específico.

MC 40. Juventude, violência, educação e direitos sociais na América Amazônica

Gisele Cardoso Costa (UFAM), Edla Cristina Rodrigues Caldas (UFAM)

Descrição: Justificativa A considerar que historicamente a América Amazônica, composta por oito países latino-americanos (Brasil, Colômbia, Venezuela, Equador, Peru, Suriname, Guiana) e por uma colônia europeia de ultramar (Guiana Francesa), foi transformada em economia de enclave, tanto para atender a demanda por divisas dos chamados Estados Nacionais, quanto para atender a demanda por insumos na divisão internacional do trabalho, e que na contemporaneidade tal condição se acirra com a inserção subalterna da região na IV Revolução Industrial (Indústria 4.0), é urgente colocar em relevo quais são os possíveis desdobramentos sociais, políticos e educacionais que afetarão a juventude local. Sem uma ruptura efetiva com a estrutura do colonialismo, a Pan-Amazônia continua a apresentar sinais evidentes de um desenvolvimento desigual e combinado, caracterizado pela conexão da região com as mais sofisticadas cadeias produtivas globais, e ao mesmo tempo, distante não apenas das relações sociais de produção mais avançadas, como também das conquistas democráticas que o modo de produção capitalista fora obrigado a efetivar no centro do sistema, tais como a socialização efetiva do conhecimento correspondente à educação básica, o direito à saúde e a preservação da força de trabalho juvenil. Convocados para participarem como fornecedores de bens primários voltados à exportação, os povos amazônicos sofrem uma dupla destituição: a destituição territorial e a destituição de direitos em áreas urbanas. Por um lado, o degredo forçado contra as populações tradicionais (indígenas, quilombolas e ribeirinhos) abre espaço para as atividades mercantis diversamente violentas e interligadas, com destaque para a mineração ilegal (garimpo) e para a utilização do solo para plantio e comercialização de entorpecentes. Por outro lado, este mesmo movimento de expulsão das comunidades tradicionais resulta em um avanço transcurso de inchaço urbano no qual a população forçadamente deslocada é inserida em zonas periféricas, ao lado de frações da classe trabalhadora vitimizadas pela superexploração de sua força de trabalho em grandes cidades amazônicas como Manaus e Belém. É sob o espraiamento desta decomposição/recomposição social que explodem as mais variadas violências intramuros, nas quais está submetida especialmente a juventude das camadas populares, tanto nas pequenas cidades do interior, nas aldeias, assentamentos e zonas comunitárias, quanto nas periferias das grandes cidades como Manaus, Belém, Porto Velho, Rio Branco, Iquitos, Leticia e Pando. Perante a combinação impetuosa entre a superexploração do trabalho, o desterro permanente, precarização da vida e a necessidade de manutenção da ordem, é importante ainda destacar a função política e social do Estado na região. Se em outras regiões latino-americanas o caráter autocrático do Estado existe, mas quase sempre mediado por uma concepção jurídica de Estado Democrático de Direito, devido, sobretudo à organização política dos grupos subalternizados, na América Amazônica este mesmo Estado se apresenta quase exclusivamente como Estado de exceção. Não por outra razão que além dos aparatos estatais de repressão, cresce na Pan-Amazônia a presença de grupos paramilitares involucrados não somente com a comercialização de narcóticos, mas também com o controle territorial de zonas periféricos em grandes aglomerados urbanos, com o gerenciamento armado de atividades produtivas como o garimpo (narcogarimpo), com o controle das rotas de imigração para os Estados Unidos da América (EUA) e para a Europa, e com o supracitado desterro de população originárias para abertura de zonas integradas ao setor primário exportador, no qual predomina o extrativismo madeireiro, o extrativismo mineral, a plantação de soja, a plantação de

arroz, a plantação e refino da coca, a pastagem de bubalino e a pastagem de bovinos. Em meio a esta decomposição social constituída também por ausência de perspectiva de trabalho e de direitos trabalhistas, bem como por desencanto quanto a certificação escolar e acadêmica, de um modo geral, a juventude amazônica, em especial aquela que é produto do desterro, se recompõe socialmente mediante redes de sociabilidade que são instituídas em atividades ilícitas que é controlada pelos Estados Nacionais por meio de um dramático processo de encarceramento. Não por acaso, apesar da baixa densidade demográfica, de acordo com o Anuário de Segurança Pública (2023), quatro Estados que compõem a Amazônia Brasileira estão entre dez Estados com maiores taxas de pessoas encarceradas por cada 100 mil habitantes. Dados da Secretaria de Segurança Pública do Amazonas (SSP-AM) demonstram que o ato infracional análogo ao tráfico de drogas é a causa que mais leva os jovens a serem apreendidos em Manaus. De janeiro a agosto de 2021, 419 jovens foram apreendidos, dos quais 137 tiveram algum envolvimento com tráfico de drogas ilícitas; outros 93 por ato infracional análogo ao roubo; e 22 por ato infracional análogo ao furto. As meninas representam 7,2% desses jovens. No primeiro semestre de 2019 (período anterior às medidas de isolamento devido a pandemia de COVID-19), 1.551 jovens foram apreendidos, a maioria por ato infracional análogo ao tráfico de drogas também. É válido ressaltar que Manaus registrou 16.836 ocorrências de violência contra crianças e jovens (0 a 17 anos) em 2019. Em 2020, foram 8.845 ocorrências e até novembro de 2021 foram registrados 4.974 atos de violência tendo crianças e jovens como vítimas. Faz-se necessário relacionar esses dados, posto que evidenciam relação entre vítimas de violência e autores de violência (AMAZONAS, SSP/AM, 2021). Neste quadrante histórico, portanto, as políticas de ressocialização da juventude, políticas de natureza universal, previstas nas resoluções da Organização das Nações Unidas, das quais os países amazônicos são signatários, tais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (Resolução 217 A, de 10 de dezembro de 1948), o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (Resolução 2200 A, de e 16 de dezembro de 1966), a Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas ou Degradantes (Resolução 39/46, de de 10 de dezembro de 1984) e Convenção sobre os Direitos da Criança (Resolução 44/25 da Assembleia Geral, de 20 de novembro de 1989), podem assumir na América Amazônica um duplo sentido quanto à educação dos jovens privados de liberdade: a reinserção social dos sujeitos e, em alguns ou muitos casos, o primeiro contato efetivo desses jovens com a garantia de direitos elementares que lhes foram alijados em sua constituição individual e social. Por esta razão, a problematização das políticas de ressocialização da juventude exige também a problematização dos fatores econômicos, sociais e políticos que as determinam, com especial problematização da função histórica assumida pelo Estado na região que privilegia as ações de caráter coercitivos em detrimento de direitos sociais para os estratos mais jovens das camadas populares. Objetivo A considerar a justificativa acima, a presente proposta de minicurso tem por objetivo centrar expor como o padrão de reprodução do capital, constituído pela lógica do colonialismo-dependência, está intimamente involucrado na política de encarceramento da juventude amazônica pertencente às classes subalternas, e como tal condição exige pensar e repensar as políticas estatais de ressocialização por meio da educação aos jovens privados de liberdade. Público-Alvo Participantes do ENABRAPSO, comunidade acadêmica em geral e movimentos sociais Carga horária 2 horas Metodologia A metodologia que será adotada corresponde a uma exposição dialogada que ocorrerá mediante a utilização de recursos tecnológicos e didáticos. Além disso, após a exposição, os pontos centrais da exposição serão colocados para discussão e problematização do público presente.

MC 42. Letramento Racial: Psicologia Social e a prática da Psicologia Antirracista

Pedro Paulo Viana Figueiredo (UFAL), Maria Conceição Costa (ANPSINEP), Gioconda de Sousa Silva Lima (Anpsinep)

Descrição: Justificativa da relação da atividade com o tema do Encontro: Considerando o tema do encontro "A aliança dos povos: Psicologia Social face à destruição de todas as formas de vida", em nosso minicurso procuraremos trazer reflexões sobre possibilidades de reflexão a partir da Psicologia Social, no que diz respeito às práticas de uma Psicologia Antirracista tendo por foco o Letramento Racial como necessário para alcançarmos a justiça racial. Ou seja, admitindo a existência do racismo (e sua negação) como determinante de desigualdades sociais na experiência da construção de subjetividades no Brasil, há a necessidade de que se promova igualdade em termos raciais, elaborando ações que possam eliminar as hierarquias raciais existentes e as barreiras que impedem ou dificultam que os membros de grupos racializados acessem, de maneira individual e coletiva, direitos, recursos e espaços de poder e decisão (Vaz, 2023). Por Letramento Racial, compreendemos a capacidade de identificar como "a convergência entre processos históricos, representações culturais, mecanismos institucionais, comportamentos individuais, desvantagem econômica e ausência de representatividade criam obstáculos para a construção de um regime político baseado no tratamento igualitário entre todos os grupos raciais". (Moreira, 2024, p. 35). Desta forma, o Letramento Racial também implica estabelecer ações voltadas à transformação de percepções – e ações – equivocadas, baseadas nas representações de grupos racializados de maneira discriminatória em nossa sociedade. Torna-se, então, importante o Letramento Racial em nossa formação, pois trata-se de um ponto de partida relevante para um consenso sobre a necessidade de superação de práticas discriminatórias contra grupos raciais subalternizados, mas que é contingente a não apenas o comprometimento com sua eliminação, mas também com a compreensão dessas práticas (Moreira, 2024). Portanto, compreendendo que o Letramento Racial é uma ferramenta de potência no enfrentamento ao racismo – seja ele estrutural, institucional ou intersubjetivo – e um mecanismo de educação para a democracia a partir do reconhecimento de que há um pluralismo social e uma forma de combater o mito da democracia racial (Munanga, 2017) estabelecido na sociedade brasileira, reconhecemos que este é um tema ainda precário nas formações em Psicologia, por mais que haja previsão de que questões que envolvem as relações étnico-raciais sejam discutidas e incorporadas de maneira transversal ao longo da formação nas Diretrizes Curriculares Nacionais (CNE/CES, 2023), seja no que diz respeito à atuação de profissionais de Psicologia (CFP, 2002). Para isso, compreender a história das violações contra os povos originários e a população negra se faz sempre urgente, por isso reforçamos a ideia de que a importância do reconhecimento da identidade racial que marca esses povos nos levará a pensar sobre as práticas antirracistas na Psicologia. A proposta desse minicurso é apresentar a urgência de estarmos amparadas por um corpo teórico enegrecido e comprometido socialmente, refletindo situações/casos da prática profissional e antirracista. Contribuição à formação/atualização em Psicologia Social, A proposta do minicurso deverá contribuir oferecendo subsídios – teórico e práticos - para uma reflexão do tema amparado por um corpo teórico enegrecido e comprometido com a justiça racial e social, tendo como ponto de partida que trata-se de uma discussão ainda pouco reconhecida na Psicologia e que traz elaborações teóricas fundamentais para o fortalecimento da Psicologia Social comprometida com a luta Antirracista. Relação com o eixo temático escolhido: A relação com o eixo temático 11: "Psicologia Social e Relações Étnico-Raciais"

apresenta-se muito próxima, pois o minicurso refletirá sobre o processo de encontro que por séculos corre entre os povos indígenas e os povos negros para aqui sequestrados e os processos de subjetivação e sofrimento decorrentes disso. Assim, o tema das relações étnico-raciais a partir do tráfico e a escravização de corpos negros e violência colonial contra povos indígenas são a base que estrutura a formação da nossa sociedade, orientando as relações e subjetividades, dado que povos negros e povos indígenas compartilham os enfrentamentos das reiteradas tentativas de aniquilação de seus corpos, as tentativas diuturnas do adoecimento físico e mental. Síntese da proposta de trabalho a ser desenvolvido: Ao buscarmos referências e dados sobre as lutas e pautas defendidas pelos diversos povos negros e povos indígenas, as informações coletadas e processadas pelo censo do IBGE e/ou pelo Atlas da Violência (IPEA) nos levam a um lugar de encontro que vem perdurando pelos séculos. Povos indígenas que aqui já habitavam e povos negros que para cá foram sequestrados, permaneceram, no passar dos anos, ocupando os mesmos lugares onde compartilham a exclusão social e a desigualdade de acessos e possibilidades. O tráfico e a escravização de corpos negros e indígenas são a base que estrutura a formação da nossa sociedade, que orientam as relações e subjetividades. Povos negros e povos indígenas compartilham os enfrentamentos das reiteradas tentativas de aniquilação de seus corpos, as tentativas diuturnas do adoecimento físico e mental. O adoecimento causado pelo racismo deixa marcas para além do individual: são coletivizadas, assim como o são as tecnologias ancestrais de sobrevivência e garantia de vida. A Psicologia que há 62 anos atua de modo formal no Brasil, com práticas eurocêntricas e colonizadoras, e que em muito colaborou com as discrepâncias sociais ao validar argumentos racistas, classistas, transhomofóbicos; apenas há 23 anos reconheceu a importância de uma escuta atenta às relações étnico-raciais e compreendeu o racismo não apenas como estruturante da sociedade, mas também como a presença de um processo discriminatório e subjugação de grupos psicologicamente minoritários em suas práticas. Essa presença "recente" de uma discussão mais ampla e que considera a raça é percebida e demandada também dentro das diversas Instituições de Ensino Superior que a cada semestre formam centenas de nova(o)s profissionais da Psicologia a partir da cópia de um modelo (excludente) que precisa ser modificado. Diante disso e da importância do reconhecimento da identidade racial que marca esses povos, buscamos pensarmos juntas e compartilharmos sobre as práticas psis antirracistas. É nesse sentido que a proposta desse minicurso é, ao estarmos amparadas por um corpo teórico enegrecido e comprometido socialmente, discutirmos situações/casos da prática profissional, letramento racial e ação antirracista. Trazer essa prática, que já faz parte do nosso cotidiano, para perto da população geral num movimento de (também) contribuir para que a Psicologia chegue para todas as pessoas, de todas as raças e classes sociais. Além de implicar a categoria numa atuação ética e atenta às demandas e críticas sociais. Quantidade de vagas para participantes do Minicurso: 40 pessoas

MC 43. Lições de rebeldia: as contribuições de Maria Helena Patto para a Psicologia e a Educação

Lygia de Sousa Viégas (UFBA)

Descrição: LIÇÕES DE REBELDIA: AS CONTRIBUIÇÕES DE MARIA HELENA PATTO PARA A PSICOLOGIA E A EDUCAÇÃO Docente Responsável: Lygia de Sousa Viégas (UFBA) APRESENTAÇÃO O presente minicurso tem por objetivo geral apresentar as contribuições de Maria Helena Souza Patto para a Psicologia e a Educação brasileiras. Aposentada pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, Maria Helena Souza Patto é consagrada divisora de águas na Psicologia em interface com a Educação no país, considerando que sua obra criou rachaduras na psicologização ainda hegemônica, constituindo-se em verdadeiras lições de rebeldia. Dedicada às especificidades do Brasil, sua originalidade também se situa no movimento de descolonizar a Psicologia, ainda dominada por autores homens e estrangeiros, pensando uma realidade que não é a nossa. Desta maneira, o minicurso pretende atingir os seguintes objetivos específicos: apresentar a biografia da autora, em diálogo com os movimentos da psicologia e da educação; ressaltar os principais aspectos teórico-metodológicos constitutivos do pensamento da autora; tecer considerações relativas à construção de pesquisas na área; apontar algumas categorias analíticas centrais em sua obra. O minicurso dialoga com o tema do Encontro na medida em que a obra de Maria Helena Souza Patto é imbuída de munição teórico-metodológica densa na construção de alianças, bem como no enfrentamento ao papel que a Psicologia historicamente ocupou na necropolítica, a partir da produção de teorias e práticas nomeadas pela autora como pequenos assassinatos ou crimes de lesa cidadania. O eixo temático escolhido é Psicologia Social e Educação, com o qual a obra de Maria Helena Souza Patto, abordada no minicurso, tem afinidade histórica. Assim, aposta-se que o minicurso trará contribuições essenciais para pensar a relação entre psicologia e educação em âmbito escolar e não escolar. Na construção do minicurso trilha, inicialmente será ressaltada a relevância de Maria Helena Souza Patto para a Psicologia e a Educação brasileiras, a partir de uma breve biografia intelectual da autora, na qual o encontro com a desigualdade social e a formação política advinda de sua avó desde a infância alimentam sua produção teórica e metodológica futura. Sua biografia ainda é marcada por um importante movimento de autocrítica: partindo, no mestrado, de concepções ambientalistas da Psicologia, o encontro com autores críticos a fizeram romper radicalmente com tal perspectiva poucos anos depois, marcando sua produção de maneira significativa. De fato, a autora desencadeou uma crítica profunda e diligente da Psicologia, o que a levou ao estudo histórico mais detido, sobretudo do caso brasileiro. Tendo apresentado a autora em sua biografia intelectual, serão abordados os fundamentos teóricos de sua obra. Ganha destaque o materialismo histórico-dialético, no bojo do qual a autora também se desloca ao longo de sua trajetória: em seu doutorado, ela se situa no campo das abordagens crítico-reprodutivistas, para, em seguida, adotar abordagens dialéticas. Neste campo, são essenciais em sua obra os conceitos de ideologia e de crítica, além da ênfase na história e sua relação com o cotidiano, vistos nos movimentos de contradição. Dentre os autores que ela se referencia nesse campo, merecem destaque: Agnes Heller, Eric Hobsbawn, José de Souza Martins e Marilena Chaui. Ao materialismo histórico-dialético, a autora alia aspectos da Psicanálise, esta sempre acompanhada de profundas críticas ao flerte com essencialismos e mesmo com o racismo científico. Em seu percurso, a Psicanálise tende a comparecer sobretudo em sua articulação com a Antipsiquiatria e a Escola de Franfkurt, com quem vai buscar afinar a escuta dos

movimentos de submissão e rebeldia que constituem a realidade social e educacional. Nestes campos, os autores a quem ela mais recorre são Franco Basaglia, Frantz Fanon, Ronald Laing; e Adorno e Horkheimer. Apresentado o chão teórico no qual Maria Helena Souza Patto se situa, será possível adentrar mais especificamente nas contribuições da autora. Inicialmente, serão apresentadas algumas contribuições teórico-metodológicas para a construção de pesquisas qualitativas, sobretudo com a adoção de metodologias de trabalho de campo e análise de dados inovadoras à época. Em seguida, suas contribuições para o estudo histórico da Psicologia e da Educação no Brasil, no qual a autora mostra, de maneira intransigente, a vinculação entre estado, ciência e política na produção de um olhar inferiorizante e incapacitante para a população brasileira. Tais análises deixam explicitada a presença indelével do racismo científico no Brasil, ao qual Maria Helena Souza Patto intersecciona com a desqualificação dos pobres. Assim, o minicurso pretende enfatizar suas contribuições para o debate sobre a articulação da psicologia com os marcadores de raça e classe. Por fim, a autora ainda traz indispensáveis contribuições para pensar os processos de medicalização e psicologização da educação, em seus atravessamentos de raça e classe. Tratam-se de contribuições extremamente atuais e urgentes de serem aprofundadas, sobretudo em tempos nos quais certo corporativismo domina os debates no campo, deixando de lado o importantíssimo exercício de crítica e autocrítica tão estimulado pela aclamada autora. Esperamos, nesse sentido, contribuir com o aprofundamento da crítica à Psicologia brasileira, tarefa para a qual Maria Helena Souza Patto é companhia essencial. Ementa: A relevância de Maria Helena Souza Patto para a Psicologia e a Educação brasileiras. Breve biografia intelectual da autora. Fundamentos no materialismo histórico-dialético. As influências da Psicanálise, da Antipsiquiatria e da Escola de Franfkurt. Contribuições para a construção de pesquisas qualitativas. Contribuições para o estudo histórico da Psicologia e da Educação no Brasil. O debate sobre raça e classe na obra de Maria Helena Souza Patto. Escritos sobre medicalização. Metodologia O minicurso será realizado por meio de aula expositiva e dialogada, tomando por base a obra da autora. Além disso, será organizada uma lista de publicações de Maria Helena Souza Patto para auxiliarem no estudo dos temas debatidos no minicurso. Apresentamos, ao final, algumas destas referências, cientes de que, ao longo do curso, será possível abordar outras referências da autora para incrementar a formação. Número de vagas: 50 Referências AMBIENTE VIRTUAL MARIA HELENA SOUZA PATTO. www.mariahelenasouzapatto.site PATTO, Maria Helena Souza. Conceito de cotidianidade em Agnes Heller e a pesquisa em educação. Perspectivas: Revista de Ciências Sociais, São Paulo, v. 16, p. 119-141, 1993. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/775/636 PATTO, Maria Helena Souza. Teoremas e cataplasmas no Brasil Monárquico: O caso da Medicina Social. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, v. 1, Ed. 44, p. 180-199, mar. 1996. Disponível em: http://novosestudos.com.br/produto/edicao-44/#59155e8993897 PATTO, Maria Helena Souza. Para Uma Crítica da Razão Psicométrica. Psicologia USP, São Paulo, v. 8, n.1, p. 47-62, 1997. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0103-65641997000100004 PATTO, Maria Helena Souza. Para escrever a história da Psicologia: contribuição a partir de uma experiência. In: Seminário de Historiografia da Psicologia, 1, 2000, São Paulo-SP. Anais... São Paulo: GEHPAI/FAPESP, 2000, p. 81-96. Disponível em: https://mariahelenasouzapatto.site/wp-content/uploads/2022/05/Anais.pdf PATTO, Maria Helena Souza. Ciência e política na Primeira República: origens da Psicologia Escolar. Mnemosine, Rio de Janeiro, v. 1, n. 0, Especial de Lançamento, p.203-225, 2004. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/mnemosine/article/view/41357/28626 PATTO, Maria Helena Souza. Psicologia e ideologia: uma crítica à psicologia escolar. São Paulo:

Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2022a. Disponível em: https://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/924 PATTO, Maria Helena Souza. A Produção do Fracasso Escolar: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2022b. Disponível em: https://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/932 PATTO, Maria Helena Souza. Mutações do Cativeiro. São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2022c. Disponível em: https://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/918 PATTO, Maria Helena Souza. Exercícios de indignação. Escritos de Educação e Psicologia. São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2022d. Disponível em: https://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/910 PATTO, Maria Helena Souza (org.). A cidadania negada. Políticas públicas e formas de viver. São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2022e. Disponível em: https://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/913

MC 45. Lugar, conflito e mediação: mapeamentos possíveis e produção crítica interventiva à violência

Andrei Oliveira do Amaral (UESB)

Descrição: As cartografias sociais e temáticas vêm se afirmando como ferramentas potentes para a leitura crítica dos fenômenos sociais em seus territórios de ocorrência. Ao possibilitarem a distribuição e organização visual de dados e eventos, as cartografias não apenas ilustram, mas também sugerem relações entre o fenômeno e seu espaço de manifestação, favorecendo a formulação de hipóteses, o reconhecimento de padrões e a compreensão das dinâmicas sociais que os sustentam. Com caráter exploratório, este minicurso propõe uma introdução crítica à prática do mapeamento da violência urbana, não apenas como um exercício técnico, mas como um gesto ético e político que almeja a construção de leituras situadas e transformadoras da realidade local. O curso pretende pôr em perspectiva a importância e as possibilidades de se ilustrar graficamente eventos da violência em contextos urbanos, oferecendo uma iniciação prática ao uso de ferramentas como o QGIS, na versão 3.34.8, o cruzamento de dados do Processo Judicial Eletrônico (PJe) e a análise estatística e georreferenciada de eventos dolosos, tomando como exemplo um município do interior da Bahia. O mapeamento é aqui entendido como mais do que uma simples técnica de coleta e visualização de dados; trata-se de um meio pelo qual o/a pesquisador(a) se aproxima do fenômeno em sua singularidade e complexidade territorial, articulando variáveis sociais, culturais, institucionais e econômicas na leitura crítica do espaço. A análise espacial, nesse contexto, permite não apenas descrever a distribuição dos eventos, mas também sugerir intervenções e políticas públicas que estejam enraizadas na realidade concreta da comunidade investigada. Essa perspectiva assume uma dimensão estratégica, na medida em que reconhece que eventos como a violência e a criminalidade não estão aleatoriamente distribuídos no espaço urbano, mas concentram-se em áreas marcadas por desigualdades estruturais, carência de infraestrutura e exclusão social. Assim, o mapeamento se torna um recurso crucial na formulação de respostas mais eficazes e justas para o enfrentamento da violência, especialmente quando orientado por princípios de escuta comunitária, corresponsabilidade social e justiça territorial. Parte significativa da justificativa deste minicurso repousa na crítica à forma hegemônica com que o Estado tem operado suas intervenções nos territórios marcados pela violência. A presença estatal, frequentemente traduzida em ações repressivas e militarizadas, tende a ignorar a complexidade dos contextos locais e a invisibilizar as vozes das populações afetadas. Em oposição a essa lógica, o curso propõe a invenção, divulgação e ensino de métodos de vigilância popular, apoiados em uma concepção de pesquisa que não se limita ao caráter exploratório, mas que se compromete com a construção colaborativa do conhecimento e com a intervenção social crítica. A prática cartográfica, quando colocada a serviço da escuta e da ação junto às comunidades, torna-se instrumento de denúncia, de resistência e de visibilidade para experiências historicamente silenciadas. Assim, ao se propor como dispositivo pedagógico e político, o minicurso busca não apenas capacitar tecnicamente os participantes, mas ampliar sua compreensão sobre o papel da pesquisa e da ciência na transformação das realidades urbanas contemporâneas. Essa proposta se ancora também na articulação entre teoria e prática, entre saber técnico e saber situado. Ao mobilizar aportes da psicologia social e comunitária, da psicologia forense e criminal, da sociologia urbana e da análise institucional, busca-se ampliar o escopo de compreensão da violência urbana, reconhecendo-a como fenômeno complexo, multideterminado e historicamente condicionado. Mais do que quantificar ocorrências, o curso se propõe a qualificar o olhar sobre os territórios atingidos, promovendo uma leitura crítica que aponte para a urgência de respostas construídas em diálogo com os sujeitos que vivem a realidade do enfrentamento cotidiano da violência. Dessa forma, pretende-se que o processo de mapeamento

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

ultrapasse o campo da representação técnica e se converta em prática social transformadora, capaz de fomentar propostas de intervenção territorial que se sustentem em vínculos éticos com a comunidade e em compromissos políticos com a justiça social. Registrar e ilustrar os eventos de uma dada região exige, nesse sentido, responsabilidade ética, rigor metodológico e fidedignidade na representação da realidade vivida. O minicurso, portanto, não se limita à formação técnica para o uso de ferramentas de georreferenciamento, mas visa introduzir uma perspectiva crítica e engajada no uso da cartografia como instrumento de leitura e intervenção sobre o espaço urbano. A análise proposta, ao se debruçar sobre a distribuição espacial de homicídios dolosos em um município baiano, pretende demonstrar como esses dados podem ser integrados com indicadores sociodemográficos para evidenciar as vulnerabilidades que atravessam determinadas regiões e sugerir a necessidade de políticas públicas mais sensíveis às particularidades locais. Ao mesmo tempo, busca-se fomentar um olhar transversal que considere o papel das instituições públicas, das forças de segurança, dos equipamentos sociais e das formas organizadas de resistência e denúncia nos territórios. Mais do que um produto final, o trabalho a ser realizado neste curso se propõe como ponto de partida para a construção de um processo contínuo de retroalimentação entre os dados espaciais e as dinâmicas sociais do território. Essa perspectiva pressupõe que o mapeamento seja mobilizado não como um fim em si mesmo, mas como meio para a geração de conhecimento comprometido com a transformação. A densidade das informações que podem ser ilustradas nos mapas, aliada à capacidade de formulação crítica que os participantes poderão desenvolver, configura-se como potencialidade para a construção de contrastes instituintes frente ao instituído, permitindo a emergência de novas leituras e proposições sobre as formas de enfrentamento da violência urbana. Ao integrar saberes técnicos, afetivos e comunitários, o curso pretende contribuir para a formação de sujeitos implicados com a construção de práticas de vigilância popular e de políticas públicas mais justas, tornando mais visível e mais palpável a complexa tendência modernizadora do desmantelamento das formas de vida no contexto urbano brasileiro, e convocando novas formas de existência, resistência e cuidado com os territórios. Em um país como o Brasil, onde a desigualdade territorial atravessa de forma contundente o acesso a direitos, serviços e segurança, promover o debate qualificado sobre os espaços da violência é condição fundamental para qualquer projeto ético de sociedade. A escolha por trabalhar com dados abertos e ferramentas de software livre também faz parte de uma pedagogia política do curso, que visa democratizar o acesso às técnicas de análise espacial e fomentar a autonomia de sujeitos e coletivos que desejam intervir nos processos de violência que afetam seus cotidianos. Ensinar o uso do QGIS, por exemplo, não é apenas uma ação de formação técnica, mas também uma aposta na construção de capacidades locais de diagnóstico, denúncia e proposição de alternativas. Ao mesmo tempo, analisar a linguagem e os fluxos do Processo Judicial Eletrônico permite entender a produção institucional da violência e sua inscrição no campo jurídico, oferecendo elementos para desnaturalizar suas formas de reprodução nos sistemas de justiça e de segurança pública. Por fim, é importante destacar que o minicurso será estruturado de forma participativa, com momentos de exposição teórica, oficinas práticas, leituras dirigidas e análise colaborativa de um estudo de caso. A intenção é que os participantes possam não apenas aprender as ferramentas, mas refletir criticamente sobre os seus usos e implicações, produzindo, ao longo do processo, conhecimentos que dialoguem com sua realidade concreta. A proposta formativa é, portanto, dialógica, processual e aberta à escuta das experiências dos participantes, reconhecendo que todo saber é situado e que o espaço urbano é, antes de tudo, território de disputa, conflito e criação.

MC 47. Mapas Afetivos: Uma Proposta de Pesquisa-Intervenção em Políticas Públicas a Partir da Apreensão dos Afetos

Zulmira Áurea Cruz Bomfim (UFC), Fábio Pinheiro Pacheco (UECE), Andie de Castro Lima (Prefeitura Municipal de Caucaia)

Descrição: Este minicurso tem como objetivo apresentar o Instrumento Gerador de Mapas Afetivos (IGMA), enquanto uma metodologia de pesquisa e intervenção voltada para a apreensão da afetividade da relação das pessoas com os ambientes. O método dos mapas afetivos, também é desenvolvido a partir de aportes da psicologia social e ambiental e pode ser aplicado à políticas públicas visando enfrentar as vulnerabilidades sociais, ambientais, presentes na prática dos psicólogos em uma perspectiva multidisciplinar (Pacheco, 2018; Lima, 2025). Fundamentado a partir da imbricação teórica da Psicologia Social Sócio-Histórica e da Psicologia Ambiental de vertente Transacionalista, o IGMA é compreendido como uma ferramenta metodológica utilizada para captar, registrar e analisar os sentimentos e emoções (afetividade) das pessoas em relação a um determinado ambiente ou território. Desse modo, o permite a tradução dessas experiências subjetivas em uma representação visual, em que as impressões, histórias e vivências são desenhadas ou narradas, facilitando a compreensão coletiva e a reflexão sobre a relação emocional dos indivíduos com o espaço em que vivem ou frequentam (Bomfim, 2024). Essas indicações são, então, desenhadas no mapa da cidade ou do local específico, saindo da percepção pessoal para ganhar uma dimensão pública e coletiva. O IGMA é composto por duas etapas: uma qualitativa e outra quantitativa complementar. Na etapa qualitativa, o indivíduo é convidado a produzir um desenho representacional do ambiente pesquisado e, em seguida, responde a um inquérito com questões sobre o significado do desenho, os sentimentos envolvidos e as qualidades atribuídas ao espaço representado. O processo de criação dos mapas afetivos inclui desenhar, escrever e narrar experiências e sentimentos em um mapa, permitindo uma reflexão coletiva sobre questões que, antes, não podiam ser percebidas de forma tão evidente pelos indivíduos. Já na etapa quantitativa, o sujeito responde à Escala de Estima de Lugar, possibilitando a mensuração do grau de estima do indivíduo em relação ao lugar em questão (Bomfim et al., 2014). Os dados obtidos por meio do IGMA produzem mapas afetivos, sendo estes "[...] reveladores da afetividade e indicadores da estima da cidade" (Bomfim, 2024, p.222), os quais expressam a síntese da relação entre o sujeito e o ambiente, sendo categorizados em cinco imagens principais: Pertencimento, Agradabilidade, Insegurança, Destruição e Contrastes. A Agradabilidade caracteriza-se pela percepção positiva de qualidades ambientais, as quais são sentidas como agradáveis pelas pessoas, produzindo sentimentos de prazer. O Pertencimento refere-se aos pensamentos, às ações e aos sentimentos que denotam a identificação da pessoa com os lugares. A Destruição diz respeito às experiências nas quais o ambiente é tido como degradado, malcuidado e destruído. A Insegurança caracteriza-se pelo inesperado e instável, sobressaindo sentimentos de medo, insegurança e ameaça. Por fim, o Contraste compõe-se de sentimentos, emoções e palavras contraditórias, ambíguas, expressando vivências positivas e negativas, atribuídas simultaneamente ao ambiente. A combinação entre essas imagens afetivas configura a estima de lugar, que se apresenta uma "[...] forma específica de conhecimento, relativa ao aspecto de significado ambiental na dimensão de emoções e sentimentos sobre o ambiente construído" (Bomfim, 2024, p.218), que indica um processo de apropriação, de identificação e de ação-transformação por parte de seus habitantes. Assim, as imagens Agradabilidade e Pertencimento configuram uma estima

de lugar potencializadora, aumentando a potência de ação do indivíduo, podendo denotar maior implicação psicossocial e participação cidadã do sujeito. Já as imagens de Destruição e Insegurança refletem uma estima de lugar despotencializadora, repercutindo em uma potência de padecimento no sujeito, em que vivências negativas o levam a implicar-se negativamente com o ambiente e à servidão (Bomfim, 2024). A imagem de Contraste é transversal às demais, por denotar que as pessoas, no ambiente, podem afetar-se dubiamente ao mesmo tempo, pode direcionar-se tanto para uma estima de lugar potencializadora como despotencializadora (Bomfim et al., 2014; Bomfim, 2024). Tendo isso em vista, esse minicurso busca facilitar a aprendizagem e a criação autônoma, promovendo a compreensão do que são mapas afetivos e o uso dessa ferramenta metodológica como um meio capaz de auxiliar no processo de expressão de subjetividade dos sujeitos. O minicurso será dividido em duas partes: teórica e prática. Na primeira, serão apresentados conteúdos a respeito dos mapas afetivos, como a sua história e seus diferentes usos, destacando os contextos de utilização em contextos comunitários, educacionais, de saúde e assistência social, em diálogo com as políticas públicas. A segunda parte consistirá em uma atividade prática de construção dos mapas afetivos, permitindo aos participantes aplicar o conhecimento teórico de maneira prática e criativa. O conteúdo do curso pode ser resumido nas seguintes etapas: 1) Aplicação do instrumento com o grupo; 2) Caminhos de construção teórica-metodológica de apreensão dos afetos; 3) Síntese do processo de categorização voltado para a elaboração do mapa afetivo; 4 Mapas afetivos: pesquisa, diagnóstico psicossocial e dinâmica grupal em políticas públicas; e 5) Avaliação do curso. Ademais, para a realização do minicurso, além do projetor e computador para a explanação teórica, serão utilizados materiais básicos como folhas de papel, lápis de escrever, de cor, canetinhas coloridas e etc. O minicurso será realizado com até 30 pessoas. Por fim, salienta-se que esse minicurso se adequa ao eixo “08 - Questões socioambientais e contextos rurais e urbanos”, uma vez que o Instrumento Gerador de Mapas Afetivos foi desenvolvido para realizar análises de complexas relações socioambientais no contexto rural e urbano, debatendo processos de desigualdade, segregação, vulnerabilização e precarização das condições de vida, políticas de habitação e moradia, conflitos fundiários e territoriais e comunidades tradicionais, em diálogo com as políticas públicas. Assim, esse minicurso justifica-se neste evento por ser uma proposta que integra a temática principal que é engajar a psicologia social cada vez mais em discussões que requerem o compromisso ético-político de estudantes e profissionais de psicologia. Com efeito, entende-se que a formação proporcionada pelo minicurso não só apresenta um instrumento de pesquisa e intervenção a ser utilizado em diversos contextos, como também proporciona discussões a respeito das dimensões subjetivas e afetivas no planejamento, desenvolvimento e avaliação de políticas públicas em torno da relação pessoa-ambiente. Referências: BOMFIM, Z. Á. C. Cidade e afetividade: estima e construção dos mapas afetivos de Barcelona e São Paulo. Fortaleza: UFC Edições, 2024. BOMFIM, Z. Á. C.; NOBRE, B. H. L.; FERREIRA, T. L. M.; ARAÚJO, L. M. A.; FEITOSA, M. Z. S.: MARTINS, A. K. S. Affective maps: validating a dialogue between qualitative and quantitative methods. In: GARCIA-MIRA, R.; DUMITRU, A. (org.). Urban Sustainability: Innovative spaces, vulnerabilities and opportunities. A Coruña, Espanha: Instituto de Investigación Xoan Vicente Viqueira, 2014. p.131-148. LIMA, A. C. Mapas afetivos: tecnologia social para a gestão territorial em Assistência Social. São Paulo: Pimenta Cultural, 2025. PACHECO, F. P. Afetividade e implicações psicossociais vividas por moradores de uma comunidade ameaçada de desapropriação. 2018. 231f. Dissertação - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Fortaleza (CE), 2018.

MC 48. Masculinidades negras: clínica e malandragem.

Alessandro de Oliveira Campos (UNIFESP)

Descrição: Encontramos nas encruzilhadas uma complexidade de subjetividades que se afirmam e se negam simultaneamente. A encruza é um paradoxo constante. Esse é o início das implicações de raça e gênero como determinantes para o que chamamos de saúde mental do homem negro. Isso se relaciona com saberes ancestrais, cuidados, territórios e epistemologias anticoloniais. Saúde mental em uma perspectiva crítica deve lidar com o sofrimento enquanto presença constante na vida de grupos historicamente marginalizados, sem isso a potência crítica da justiça, e consequentemente da memória, se extinguem. Como não há justiça sem memória, é imprescindível o reconhecimento de que só há crítica no manejo de uma categoria conceitual e de ação que é também relacional, plural e diversa. Propomos uma atuação com as masculinidades – particularmente negras - denominada aqui como clínica da malandragem. Clínica essa, mais do que física, de um pensamento estratégico buscando intervenção. Já as masculinidades - muitas e variadas - atravessadas por recortes complexos e performáticos, caminham por especificidades da negritude, possuindo questões próprias comparadas às masculinidades convencionais. Aqui convencional como sinônimo de conservação, da manutenção de um status social, marcando a humanidade e seu ideal como branco, heterossexual, cis, econômica e politicamente garantidos em direitos e legitimações. A pluralidade de homens negros pode ser entendida por diferentes perspectivas, e ainda que precisemos considerar boa parte delas envolvendo dinâmicas de gênero, raça, classe, orientação sexual, idade, etc, essas particularidades são produzidas pelo que chamamos de alinhamentos e sobreposições. Alinhamentos em privilégios (como uma ontologia do que é o homem e consequentemente sua crítica) e sobreposições morais e de responsabilidades (o que pode esse homem e como existir). Isso indica a necessidade de falar sobre masculinidades - negras - dentro de uma perspectiva multifacetada, sempre buscando diferentes ângulos, mas sempre atentos as negligencias com as fragmentações que a colonização produz nas subjetividades. Com a invasão de Pindorama seguida da sua exploração, inaugura-se a modernidade européia e com ela os mitos raciais e as concepções de centro e periferia, que vão se desdobrando até os dias atuais com interpretações envolvendo sempre algum tipo de subalternidade como “terceiro mundo” e/ou “países em desenvolvimento” (Nadal, 2017). O capitalismo e o colonialismo são irmãos gêmeos, afinal a modernidade tem o racismo em sua origem e gene (Faustino, 2020). Os europeus chegam aqui com isso inacabado, faz parte de uma elaboração ideológica para amparar interesses econômicos primeiramente. Quando sabemos que os espanhóis e portugueses foram protagonistas da violência colonial em nossos territórios, a primeira justificativa posta por esses colonizadores para escravizar era que negros e índios não tinham alma ou eram pagãos e hereges, um argumento religioso com viés de verdade. Tentou-se assegurar a construção do não-humano para todos e tudo que era distinto do ocidental (europeu e consequentemente branco). Enquanto a violência se legitima juridicamente para fins de dominação, psicologicamente o ideal de ego se torna branco. A construção da crítica nesse contexto nos convida a reflexões que extrapolam o senso comum de todos os imediatismos envolvendo, como referenda Isildinha Baptista Nogueira (2021), a branquitude como ideologia ou a negritude como antítese. É nessa materialidade que se une o genocídio físico ao extermínio simbólico. Encontrar-se em um ponto crítico da existência e ter a oportunidade de manejar isso como estando na encruzilhada é um exercício de responsabilidade e autonomia. Perguntar-se qual o “melhor caminho” é estar

numa postura ruim e equivocada, pois a encruzilhada apesar de não ignorar as escolhas da razão, nos convida a ampliar inteligências, pressentimentos e intuições. Uma maturidade para saber que qualquer direção a tomar implicará em responsabilidades e consequências. Talvez considerar o caminho que "necessito" em lugar do "importante" possa ser mais útil. O bom nem sempre é o melhor, e o melhor nem sempre é o que precisamos. Numa encruzilhada pode-se ir para esquerda ou direita, para frente ou para trás, mas também para cima e para baixo. Por isso a encruzilhada ensina primeiramente sobre outra ontologia e epistemologia. O que ela é só pode ser compreendido com uma aceitação do como ela está no momento de seu surgimento. Enquanto o labirinto exige uma estratégia para lidar com a experiência de possíveis contradições sobre o caminho em busca da saída, a encruzilha nos convida a um tipo de pensamento e experiencia mais ampla e não dicotômica. Há circunstâncias no labirinto que exigem uma objetividade capaz de evitar seguir em círculos e se perder continuamente. Marcadores são exigidos para encontrar a saída: uma marca numa construção, um objeto já visto, uma árvore em particular na floresta, um galho que se quebra, uma pedra que se coloca no trajeto, enfim, algo que nos avise que o caminho é conhecido. As intersecções entre a justiça e a memória colocam essas possibilidades para a vida. Na encruzilhada, antes de decidir o caminho, pode-se ampliar esse tipo de objetividade. A memória que pode ser invocada para auxiliar a passagem pela encruzilhada extrapola a necessidade individual de mudar de posição, pois os caminhos carregam também as histórias daqueles que vieram antes de nós. Uma senda coletiva influenciada pela jornada de todos aqueles que atravessaram outras encruzilhadas anteriormente. A memória dos mortos é garantida pelos vivos, e esses por sua vez, são influenciados por aqueles que já se foram. Suas legitimações, pertencimentos e objetivos são composições da cultura, ou seja, extrapola os indivíduos vivos que pertencem a essa mesma cultura por terem mesmo origem e memória. Questões que dizem respeito não apenas a uma dada disciplina, mas também "à cultura em geral - os canais de comunicação e transmissão, a anatomia da tradição e a estrutura da memória cultural" (Assmann, 2011). Os homens negros representam a história encarnada de resistência a barbárie da escravidão. Por isso a encruzilhada deve ser evitada como uma presença deliberada pelo livre arbítrio. A colonização e a escravidão não foram escolhas para os africanos e indígenas, mas o que fizeram com isso foi fundamental para que um legado de sobrevivência - estando repleto de sagacidade - garantisse que tantas vidas continuassem a existir. Recusa-se uma segunda morte social pelo esquecimento. Culturas foram sequestradas através do Atlântico sendo reproduzidas e reinventadas nos territórios que passaram a ser habitados por essa multidão. Cada homem negro, ainda que esquecido, iludido ou enganado, é um mundo e um universo. A encruzilhada da saúde mental para as masculinidades negras implica em conquistas e renúncias. As masculinidades aqui também se apresentam como campos em disputas. O fato é que a relação entre o homem negro e a malandragem, o negro como malandro é uma questão bastante cara a essa população. As penas aplicadas aos homens negros por seus "crimes de vadiagem" imprimiram marcas profundas que ainda não foram sanadas. Os estigmas da violência que atravessam subjetividades negras é um demônio ainda a ser enfrentado em sua plenitude. Por essa razão o malandro precisa ser revisado e revisitado. "...há indícios de que tais características estejam sendo ultrapassadas. Elas se referiam à "tal malandragem que não existe mais", como já em 1978 Chico Buarque sugeria na Ópera do Malandro. Mas esta ultrapassagem não está se dando apenas para criar espaço para o político ladrão, para o assassino, para o traficante, para o contrabandista, para o empresário desonesto de hoje...O destino da malandragem não se resume a uma "derrocada diante da força opressora da modernidade", como imperfeitamente foi visto (Rosa: 2008: 108). Está desaparecendo, mas para recomparecer em novo lugar e com força nova." (Rodrigues 2018, p. 9) O

malandro não é mais exclusivamente sinônimo de bandidagem. Homens negros também são disciplinados, trabalhadores, confiáveis, comprometidos com suas paternidades, mantenedores de alegrias e dignidade. Ainda assim é trabalhoso para as masculinidades negras performarem em sua autenticidade escapando de estereótipos que envolvem hipersexualizaçao, violência e sexismo. Essa é sua batalha, inclusive para homens negros que não estão inseridos em nenhum contexto de cultura de terreiro ou da manutenção de símbolos e signos de matriz africana, como homens negros cristãos e que se definem conservadores. "Malandro" agora está cada vez mais sendo quem tem jogo-de-cintura, quem é astucioso, aquele que tem vivacidade, que é engenhoso, improvisador, matreiro, que tem ginga, jogo-de-corpo... Malandro(a) cada vez mais é pessoa ou comportamento malicioso, perspicaz, que habilita a driblar as dificuldades, a dar-se bem e a safar-se das adversidades, convertendo-as em favoráveis. Como malandro cada vez mais é adjetivado quem tem lábia, quem é sedutor, o come-quieto, o que sabe descobrir atalhos, quem é capaz de ardis e artimanhas, quem pode resolver problemas difíceis com pequenos truques ou "só na conversa". Malandro(a) está passando a ser principalmente quem transforma fraqueza em força, quem "verga, mas não quebra". (idem) E o lugar da clínica? A clínica psicológica, e mais amplamente a da saúde mental, é antes de tudo um pensamento. Uma estratégia que visa a construção de intervenções através de escuta e análise geradas no encontro e por observação das narrativas do outro. A clínica é um território político existência de relação. Dentro do recorte apresentado até aqui, a questão de gênero composta pelas masculinidades negras é um campo propicio para o exercício clínico. Os homens negros são protagonistas dessa construção da saúde mental e suas derivações, logo com direito a uma escuta comprometida e implicada com sua transformação. A relação entre clínica e política passa a ser um determinante na escuta psicológica pois todo manejo envolvendo as histórias de vidas desses sujeitos se constrói na dinâmica entre sociedade e história. Quando um homem negro fala toda sua geração e aqueles que o antecederam se fazem presentes. Ele nunca fala só ou apenas por si. Sua humanidade em resistência a negação imposta pela colonização, exigiu um conjunto de interpretações e atitudes no enfrentamento dos abusos. A esquiva e a sagacidade como expressões de sua inteligência, possibilitou - e, todavia, o faz – enganar ou amenizar, ainda que em partes e fragmentos, os códigos impostos pelas violências estruturais e os abusos do opressor. Ludibriar foi um modo de garantir seus valores e afetos que estavam, na visão do colonizador, errados e proibidos. Isso representa um acúmulo de pensamentos e comportamentos que se deram em algumas circunstâncias por tentativa e erro, mas também por uma transmissão geracional de sujeitos que foram capazes de garantir a preservação de uma cosmovisão própria e que sempre ansiaram por liberdade e nunca se conformaram enquanto coletividade a condição de subalternos ou não humanos. É então dever ético de uma saúde mental crítica reconhecer isso e igualmente um dever político atuar para a manutenção da memória do povo preto na garantia de justiça. A ausência de políticas públicas para homens negros é um sintoma latente desse aspecto. A decolonialidade implica a produção de algo novo (Fídias, 2022). Fundamento de malandragem é sempre novo na velha ordem. A conduta do malandro é inspirada na antecipação das imposições do poder e o homem negro que não a prática tende a ser mais facilmente sequestrado pelos emaranhados das tramas coloniais. Como aqui ninguém anda sozinho, é importante dizer de onde algumas influências centrais surgiram para que continuemos implicados nesse caminho. Uma delas vem da literatura. Antonio Candido em 1970 publica um artigo intitulado "A dialética da malandragem". Candido propõe uma leitura crítica da obra Memórias de uma sargento de milicias de Manuel Antônio de Almeida invocando a ideia de que é a obra fundante - e fundamental - sobre a malandragem na literatura brasileira. Outra influência para essa clínica foi a práxis de Antonio Lancetti, tendo

seu trabalho e uma vida dedicada a ações antimanicomiais, em 2008 publica um compilado de reflexões e ensaios que chamou de Clínica Peripatética. Igualmente relevante, Antônio Bispo dos Santos um quilombola, exímio comunicador e pensador ímpar da vida anti-colonial é fundamental nessa proposta com sua singular capacidade de expressar o necessário sem se distrair com o aparente importante. Por fim, Luiz Rufino e sua pedagogia das encruzilhadas em interlocução com o pensamento clínico e as estratégias de reconhecimento para uma saúde emancipatória. A realidade dessa Améfrica Ladina muito bem pensada por Lélia Gonzalez, e as expressões das brasilidades todas, é um constante fluxo de fracassos e conquistas, perdas e invenções, lutas e emancipações em contínua espiral. Essa proposta de minicurso tem como finalidade experimentar em grupo orientado na psicologia social uma jornada de autonomia, criatividade e responsabilidade. Um projeto ético-político amplo a respeito da urgente revisão dos caminhos que constroem as masculinidades. Uma experiência psicológica, pedagógica e política que possibilite com que homens possam cuidar de si e ensinar uns aos outros sobre estar no mundo de maneira mais propositiva, sagaz, útil e criativa. Referências bibliográficas Assmann, Aleida. Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011. Azevedo, José Fernando Peixoto de. Eu, um crioulo. São Paulo, SP: N-1edicoes; 2018. Barros, José d´Assunçao. Igualdade, desigualdade e diferença: em torno de três noções. Revista de Ciências Humanas, Florianópolis: EDUFSC. (39):199-218. 2006 Cândido, Antonio. Dialética da malandragem. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros. nº 8, 1970. Faustino, Deivison Nkosi. Prefácio. In: Alves, Míriam C. e Alves, A.C. Epistemologias e metodologias negras, descoloniais e antirracistas. Porto Alegre: Rede UNIDA, 2020. Fídias, Siqueira. As consequências da colonização e da escravidão e o contexto de descolonização. In A psicanálise em elipse decolonial. São Paulo: ed. N-1; 2022. Gonzalez, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, nº 92/93 (jan/jun). 1988. Lancetti, Antonio. Clínica Peripatética. Sao Paulo: Hucitec; 2008. Nadal, Paco Gómez. Indios, negros e otros indeseables: Capitalismo, racismo y exclusion en América Latina y El Caribe. Quito: Ediciones Abya-Yala; 2017. Nogueira, Isildinha Batista. Do Olhar do outro à sublimação de se constituir negro. In A psicanálise na encruzilhada: desafios e paradoxos perante o racismo no Brasil. Orgs. Camargo, E.D; Assuar, G. São Paulo: Hucitec, 2021. Rodrigues, José Carlos. Revisitando a malandragem. ALCEU - v.19 - n.37 - p. 6 a 15 - jul-dez./2018. Santos, Antônio Bispo. A terra dá, a terra quer. São Paulo: Ubu editora/Piseagrama, 2023. Simas, Luiz Antônio; Rufino, Luiz. Fogo no mato: a ciência encantada das macumbas. Rio de Janeiro: Mórula; 2019.

MC 49. Memória, existências e (re)existências: contribuições, implicações e método em Psicologia Social

Bernado Parodi Svartman (USP), Samir Perez Mortada (IFBA)

Descrição: Nosso tempo é especialista em criar ausências: do sentido de viver em sociedade, do próprio sentido da experiência da vida. Isso gera uma intolerância muito grande com relação a quem ainda é capaz de experimentar o prazer de estar vivo, de dançar, de cantar. E está cheio de pequenas constelações de gente espalhada pelo mundo que dança, canta, faz chover. O tipo de humanidade zumbi que estamos sendo convocados a integrar não tolera tanto prazer, tanta fruição de vida. Então, pregam o fim do mundo como uma possibilidade de fazer a gente desistir dos nossos próprios sonhos. E a minha provocação sobre adiar o fim do mundo é exatamente sempre poder contar mais uma história. Se pudermos fazer isso, estaremos adiando o fim. Ailton Krenak, em Ideias para adiar o fim do mundo. (2019, p. 13) Breve Introdução A luta pela memória é uma luta do presente. Está em voga, ativa e pulsante na conjuntura mundial. A disputa pelas versões do passado nos impõem a resistir frente a discursos negacionistas, distorcidos, que no extremo, apoiados em pobre relativização, negam, suprimem a barbárie sobre a qual assenta o poder hegemônico. Nega-se a brutal colonização afro-americana, nega-se o holocausto, no Brasil, sob o manto da frágil e precária Anistia de 1979, suaviza-se a memória da Ditadura Civil-Militar. Não é difícil notar os impactos, o estrago presente que herdamos assim. Este minicurso pretende apresentar elementos introdutórios sobre Memória Social, seu campo de estudos e pesquisas. Trará, de forma preliminar, autores centrais ao tema, como Walter Benjamin (2004) Theodor Adorno (Maurice Halbwachs (2006), Henri Bergson (2006), Paul Ricoeur (2010). Haverá interlocução com autores contemporâneos que refletem sobre o tempo (ARANTES, 2014; HAN, 2020; KOSSELEK, 2010, PIPER-SHAFIR, 2013). Serão aqui trazidos também orientações metodológicas para a pesquisa envolvendo entrevistas em Memória Social. Nesse sentido, terão destaque os trabalhos de Ecléa Bosi (BOSI, 1994; 2003) para os estudos nesse campo. Serão aqui também preciosas as contribuições de autores radicados e inspirados na experiência dos povos originários, a exemplo de Aílton Krenak (2019) e Daniel Munduruku (2020). Entende-se que tal perspectiva é incontornável para aquilo que se pretende enquanto método e resistência, enquanto crítica à nossa relação com o tempo. Memória e Psicologia Social O trabalho de Ecléa é pioneiro nos estudos de Memória Social no Brasil, tanto em seu objeto de estudo quanto em relação ao método (BOSI, 1994; 2003). Coloca o tema como foco de pesquisa, e desenvolve perspectiva singular para sua compreensão, passando pelos modos como se concebe preliminarmente o estudo, pela confecção do roteiro, pela leitura, exposição e interpretação das entrevistas. As contribuições da autora, seus apontamentos centrais, estarão presentes neste minicurso, servindo-nos como guia inicial e orientação metodológica central, contribuindo para a formação e atuação em Psicologia Social. Cabe marcar a compreensão da autora sobre memória e as implicações éticas dessa escolha. Ecléa utiliza em sua reflexão as lições de Bergson (1939/2006). Para este autor, percepção e lembrança são dois atos que se penetram sempre, trocam algo de suas substâncias e não existem isoladamente no mundo concreto. A percepção precisa do passado, que de algum modo se conservou no sujeito. O passado não atua sobre nós de maneira homogênea. Construímos esquemas de comportamento, que são a memória-hábito, necessária para a vida, mas também é a via pela qual o sujeito se aprisiona nos esquemas e convenções sociais. É responsável pelo nosso adestramento cultural, adquirida pelo esforço da repetição. Graças a ela sabemos “de cor”

os movimentos para comer, escrever, andar, dirigir um automóvel. Mas existem outras lembranças, independentes, que frequentemente entram em conflito com a memória-hábito. A lembrança pura traz um momento único da vida. Tem caráter evocativo, não repetitivo, assim como a matéria que tantas vezes origina o sonho e a poesia. A memória pura, do sonho e da poesia, está no reino privilegiado do espírito livre. Mas a memória relacionada ao hábito é um redutor do espírito livre e da vida subjetiva: vita activa X vita contemplativa ; memória-hábito X memória pura. A partir de Halbwachs (1968/2006; 1925), psicólogo social durkheimeano a quem Ecléa dedica sua tese, temos um contraponto com Bergson. Halbwachs sinaliza a relação entre a evocação da memória e o contexto social: como este seleciona, restringe, fortalece ou enfraquece a memória dos indivíduos. Diferente de Bergson, para Halbwachs a memória individual tem sua existência na medida em que é sustentada pelo grupo. Halbwachs relativiza o princípio bergsoniano de que o passado se conserva no espírito de maneira livre, autônoma. O sociólogo ressalta o papel da vida atual do sujeito no desencadeamento da memória: "Se lembramos, é porque os outros, a situação presente nos faz lembrar". (apud BOSI, 1994; p. 54). Cabe lembrar que Walter Benjamin é referência central nos trabalhos de Ecléa. O ensaio O Narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov (1994/1936) dispara ideias germinais que dão curso a diversas reflexões sobre memória, experiência e narrativa. Tomemos dele brevemente três orientações metodológicas para a pesquisa em memória social. Primeiro, não é fácil narrar, nem tampouco ouvir. Muito menos hoje. Ambos, narrar e ouvir, são trabalhos. O primeiro, artesanal. O segundo, de entrega, uma espécie de contemplação respeitosa semelhante à necessária para admirar uma obra de arte. Esse trabalho supõe certa afinidade e disposição para o outro; supõe confiança pelo menos, algo que supere um encontro mecânico ou apressado entre pesquisador e participante da pesquisa. Segundo, a narrativa estabelece um sentido para quem narra e para quem escuta. Há aqui efeitos no depoente, no pesquisador e nos leitores ou ouvintes que irão ler ou ouvir a entrevista. O ato de realizá-la e registrá-la já consiste, portanto, em intervenção psicossocial. Terceiro, a entrevista tem uma estrutura própria e singular. É uma totalidade, mas não é homogênea. Suas lacunas, fissuras, contradições, compõem sua totalidade, são elementos próprios e indispensáveis da narrativa que não devem ser tidos como falhas. São pontos importantes para as interpretações e sinalizam tensões sociais. A interlocução com os participantes do minicurso terá adiante, como foco e desfecho principal, a reflexão sobre a importância da memória como frente de luta e resistência dos movimentos sociais, no pensamento Decolonial (MIGNOLO, 2007), em especial no atual contexto de ascensão conservadora. Serão trazidos exemplos atuais de luta e disputa, de estudos em torno da memória e do passado, que marcam as tensões políticas do presente (KILOMBA, 2020; TAVARES, 2006; PANKARARU, 2014, entre outros). Em diversas frentes, sejam os povos originários, o movimento campesino, a resistência quilombola ou proletária, diversas iniciativas no campo da memória são visíveis e potentes, confrontando um violento ataque conservador que visa distorcer as leituras do passado conforme seus interesses atuais. São evidentes as tentativas organizadas de apagamento da memória dos oprimidos, a distorção ou apagamento da brutalidade das classes dominantes, a negação seja do genocídio sofrido pelos povos originários em suas diferentes formas, da brutalidade da escravidão, da tortura e da barbárie da ditadura Civil-Militar. A memória é um campo de lutas, de disputa, que não pode ser menosprezado pela Psicologia Social. O direito à memória e a participação social O direito à memória se apresenta como uma dimensão da memória na luta social. Como destacou W. Benjamin - a história é contada pelos vencedores - dos conflitos. No Brasil e na América Latina como um todo a vitória do conservadorismo e do reacionarismo nos conflitos sociais silenciou as pessoas que participaram das lutas libertárias. Deste modo, a memória passou a ser instrumento imprescindível para

recuperar a história das lutas sociais. O direito à verdade sobre as violações dos direitos humanos impulsionam esta construção normativa (ABRÃO, TORRELY, 2011) . Este por sua vez se ampara no direito à dignidade da pessoa humana que está consagrado na Declaração Universal dos Direitos Humanos, em outras normas internacionais e na Constituição Federal de 1988. Para psicólogos e psicólogas este direito se inscreve como atuação profissional junto a dispositivos de memória e reparação bem como no apoio ao sofrimento das vítimas, suas famílias e comunidades. Além dos afetados pelas ditaduras na América Latina, temos que considerar o direito à verdade das violações de direitos humanos dos regimes políticos ditos democráticos, mas excludentes de povos e parcelas da população da garantia da dignidade da pessoa humana. Também é campo do desenvolvimento de pesquisas posicionadas contra as opressões de classe, gênero e raça/etnia. Em todas as dimensões da memória social desenvolvidas neste minicurso está incluído o significado da participação social. Tanto a produção de registros quanto a sua comunicação dependem da participação de pessoas da comunidade (VÁZQUEZ, 2001). Os e as integrantes, organizações e movimentos sociais são fonte significativa de registros e a enunciação coletiva de relatos. As narrativas em público têm consequências para a reparação de violações de direitos (ABRÃO e TORELLI, 2001) e para a conscientização sobre as lutas sociais. Trata-se da elaboração coletiva do trauma que de outra forma permanece como uma fonte de humilhação social, ou seja, não bastam às práticas individuais da psicologia para facilitar a elaboração individual. O minicurso articula-se assim com o tema geral do ENABRAPSO - Aliança dos povos: a Psicologia Social face à destruição de todas as formas de vida. A resistência pela memória é necessária, integrada à luta social nas diferentes frentes em que ela se impõe. A luta dos povos originários, fortemente alicerçada na memória, relacionada estruturalmente com seu cotidiano, suas lutas, sua identidade, nos dá norte, nos posiciona frente ao avanço contemporâneo da barbárie. Mais especificamente, esta proposta se dirige ao eixo temático 4 – Direitos, movimentos sociais e desafios à Democracia. Pretende-se, em consonância com a proposta geral, refletir sobre as implicações da psicologia social na crítica, na construção de ações e na produção de conhecimento, especificamente referente a direito à Memória enquanto campo de lutas, de resistência e (re)existências, necessário, urgente no presente. REFERÊNCIAS ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo D. Democratização e Direitos Humanos: compartilhando experiências da América Latina. IN Justiça de Transição: manual para a América Latina. coordenação de Félix Reátegui. – Brasília : Comissão de Anistia, Ministério da Justiça ; Nova Iorque : Centro Internacional para a Justiça de Transição , 2011. ARANTES, Paulo. O novo tempo do mundo. O novo tempo do mundo: e outros estudos sobre a era da emergência. São Paulo: Boitempo, 2014, p . 27-97. BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obre de Nikolai Leskov. In: Obras Escolhidas: magia e técnica, arte e política. V. I. 7ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 197-221. BERGSON, H. Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. 3ª. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006. BOSI, E. Memória e sociedade: lembranças de velhos. 3ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. BOSI, E. O tempo vivo da memória: ensaios de Psicologia Social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. CENTRO DE MEMÓRIA SINDICAL. http://www.memoriasindical.com.br/home.php. Acessado em 10/04/2016. COSTA, A. O. Memórias das mulheres do exílio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. EDIP – Educação Intercultural e Sociedades Indígenas. Salvador: IFBA, 2020. Produções disponíveis em: https://www.facebook.com/educacaoindigenaepandemia . Acesso em: 08/10/2020. HALBWACHS, M. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2006. HAN, B-C. 2020. La desaparición de los rituales. Trad. De Alberto Ciria. Barcelona: Herder Editorial, 2020. KOPENAWA, D.; ALBERT, B. A queda do céu. Palavras de um xamã Yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015 KOSELLECK, R. Futuro passado: contribuição à semântica

dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC, 2006. KRENAK, A. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. MIGNOLO, W. La Idea de América Latina: la herida colonial y la opción decolonial. Barcelona: Gedisa Editorial, 2007. MST. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM-TERRA. Centro de Memória. Disponível em: http://www.mst.org.br/. Acesso em: 28/06/2021. MUNDURUKU, D. Literatura, ancestralidade e autonomia da cura. Live realizada em 26/08/2020. Disponível em: https://www.facebook.com/educacaoindigenaepandemia. Acesso em: 08/10/2020. PANKARAU, M; MARTINS, F. TAVARES, J. B. (Orgs.) Memórias da mãe terra: índios na versão dos índios. Brasília: Thydewá, 2014. PIPER-SHAFIR I. , Fernández-Droguett R. , Íñiguez-Rueda L. Psicología Social de la Memoria: Espacios y Políticas del Recuerdo In Psykhe vol.22 no.2 Santiago nov. 2013 RICOEUR, P. Tempo e Narrativa - volume 1. São Paulo: Martins Fontes, 2010. VÁZQUEZ, F. La memoria como acción social. Barcelona: Paidos, 2001. WEIL, S. A condição Operária e outros estudos sobre a opressão. BOSI, E. (org.). 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1982. TAVARES, F. Memórias do esquecimento: os segredos dos porões da ditadura. Rio de Janeiro: Record, 2005.

MC 50. Mulheres de cor: alianças afetivo-políticas contra a colonialidade do gênero

Franciele Alves dos Santos (UFRN), Candida Maria Bezerra Dantas (UNB), Maria da Graça Silveira Gomes da Costa (Universidade Federal do Sul da Bahia)

Descrição: Este minicurso nasce da experiência formativa do Grupo de Estudos Mulheres de Cor, vinculado ao Obdi.ver — Observatório de Gênero, Diversidade e Práticas Políticas do PPGPSI/UFRN — e propõe a criação de um espaço coletivo de escuta, aprendizado e confluência, a partir de ensinamentos de corpas de cor pretas, pardas, indígenas e mestiças no Brasil e na América. A atividade se propõe a explorar as possibilidades teóricas, políticas e afetivas do termo "mulheres de cor" como uma ferramenta de coalizão entre diferentes modos de ser marcada pela racialização de ancestralidade negra e indígena, entendendo essa expressão não como uma identidade essencializada, mas como um território comum de articulação entre experiências dissidentes em relação a gênero-raça. . Ainda que o termo "mulheres de cor" tenha sido forjado no contexto estadunidense por feministas negras e chicanas nos anos 1970, o minicurso se baseia especialmente na proposta de María Lugones, que retoma e ressignifica essa categoria à luz do pensamento decolonial. Para Lugones (2020), "mulheres de cor" nomeia uma ferramenta de coalizão contra as múltiplas opressões que incidem sobre mulheres subalternizadas. Não se trata de uma identidade que separa, mas de um gesto que aproxima, que convoca uma aliança intercultural entre mulheres pretas, pardas, indígenas, mestiças, caboclas, caiçaras entre outras, articulando-as não como vítimas, mas como protagonistas de um feminismo decolonial insurgente, criador de mundos e de práticas outras. Nesse sentido, a proposta se distancia de interpretações biologizantes ou fenotípicas da raça, compreendendo a racialização como uma tecnologia colonial de poder, que nega a humanidade a mulheres de cor historicamente. Que atravessa corpos, territórios, afetos e saberes, e cuja desmontagem exige alianças enraizadas em experiências concretas e em compromissos ético-políticos. A atividade também se orienta por uma crítica ao projeto moderno-colonial de universalização da categoria "mulher", que historicamente apagou as diferenças étnico-raciais e de classe, além de ter silenciado os modos outros de existir, resistir e conhecer que emergem das margens. Ao invés disso, a proposta se sustenta na escuta de vozes diversas que operam no contrafluxo da colonialidade do gênero, abrindo espaço para imaginar outras formas de ser, estar e fazer política. Por isso, o minicurso mobiliza o pensamento de autoras como Zora Neale Hurston, Gloria Anzaldúa, María Lugones, Lélia Gonzalez, Eliane Potiguara, Geni Núñez, Jota Mombaça e Silvia Rivera Cusicanqui — todas corpas cujas escritas se ancoram em territórios concretos, atravessadas por experiências liminares e por processos de resistência diante do racismo, do patriarcado, da cisheteronormatividade e do capitalismo. A proposta se articula diretamente ao tema central do Encontro, ao abordar de forma crítica e situada a consubstancialidade entre gênero, raça, colonialidade e modos de subjetivação a partir da possibilidade de produção de alianças. Ao explorar o conceito de "mulheres de cor" como uma aposta de coalizão, o minicurso contribui para ampliar o repertório epistemológico e político da Psicologia Social, especialmente no que se refere à construção de metodologias e práticas comprometidas com a descolonização do saber e da vida. Se vinculando mais especificamente ao Eixo 11: Psicologia Social e Relações Etnico-raciais, pois propõe uma discussão-prática implicada com as relações étnico raciais no Brasil, e a necessidade de enfrentar os efeitos do racismo estrutural e do racismo sofisticado, além das formas de silenciamento impostas às sujeitas e às coletivas racializadas — e é nesse sentido que a proposta contribui com a formação e atualização crítica da área, ao

tensionar os limites da categoria "mulher" e ao propor modos plurais de existência que escapam à normatividade moderna colonial de co-produção de gênero e raça. A atividade se relaciona diretamente com os eixos temáticos do Encontro que convocam reflexões sobre raça, gênero, práticas de resistência, interseccionalidades e epistemologias situadas. Mais do que uma análise conceitual, o minicurso propõe uma vivência de escuta e partilha, que aposta na potência da palavra encarnada, da memória ancestral e da experiência como territórios de elaboração coletiva. A confluência entre mulheres de cor aqui proposta não pretende produzir sínteses totalizantes, mas sim abrir espaço para fissuras na ordem colonial, deslocamentos resistentes e alianças afetivas baseadas no reconhecimento mútuo e na disposição ética de caminhar juntas, ainda que por trilhas distintas. Propomos trabalhar com 25 mulheres, durante as três horas de duração do minicurso, a metodologia será participativa e circular, fundamentada nos círculos de conversa, na leitura coletiva de trechos selecionados das autoras referenciadas e em exercícios de escuta ativa e compartilhamento de experiências. A proposta contempla três momentos articulados, que promovem a imersão nos textos, a partilha de saberes, memórias e afetos, e a construção coletiva de sentidos. O encontro se iniciará com um momento de acolhimento que valorize a presença integral das participantes, por meio de uma dinâmica de escuta afetiva. As participantes serão convidadas a se apresentarem em círculo, favorecendo um ambiente seguro e coletivo para a troca. Serão apresentadas as autoras base e o conceito central, e perguntas-gatilho serão ofertadas para guiar a reflexão ao longo do encontro. Em seguida, as participantes serão divididas em pequenos grupos para a leitura coletiva de trechos selecionados das autoras. Cada trecho será brevemente contextualizado e acompanhado de estímulos reflexivos via perguntas-gatilho. Essa etapa visa o compartilhamento de memórias, afetos e impressões provocadas pelas leituras. Na sequência, será conduzido um momento plenário em círculo ampliado para que as participantes compartilhem os ecos e cruzamentos das reflexões que emergirem. Por fim, propomos a construção coletiva de um "mapa de alianças afetivas" a partir das palavras e imagens que se destacarem como fios condutores da experiência coletiva. Essa etapa valoriza a convergência de saberes e afetos, reconhecendo a diversidade e o movimento das identidades e vivências. O minicurso se encerrará com um convite à continuidade da escuta e do diálogo para além do tempo restrito do evento, reafirmando o compromisso ético-político com a escuta e o cuidado. Dessa forma, o minicurso se configura como um espaço de aprendizagem coletiva que valoriza a experiência singular de cada participante como ponto de partida legítimo para a construção do conhecimento, promovendo o diálogo, o reconhecimento das múltiplas vozes e a criação de sentidos compartilhados sobre as diversas possibilidades de vivências de ser mulher de cor. A proposta aposta no compromisso da Psicologia Social com a escuta de vozes historicamente silenciadas e com a criação de dispositivos que desestabilizem as lógicas universalistas do ser e do saber. Ao colocar em circulação saberes ancestrais, insurgentes e encarnados, o minicurso convida à ampliação do campo epistemológico da psicologia e à invenção de práticas que estejam em consonância com os enfrentamentos de nosso tempo. Referência: Lugones, M. (2020). Colonialidade e gênero. In H. Buarque de Hollanda (Org.), Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais (pp. 52–83). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.

MC 51. Norte e Nordeste na Luta Antimanicomial brasileira: descentralizar memórias e revitalizar a luta

Laís Catarine Umbelino dos Santos (UFPE), Vitória de Amorim Almeida (UFPA), Ana Luiza Lopes Faleiro (ESTÁCIO BELÉM)

Descrição: O presente minicurso pretende explorar a história da Luta Antimanicomial nas regiões Norte e Nordeste, tendo como disparadores do debate as trajetórias de núcleos militantes pernambucano e paraense. Ao propor tal recorte, o minicurso demarca importante posição política ao intencionar fissurar dinâmicas coloniais existentes intra-território brasileiro, visto que o país apresenta desigualdades territoriais que reproduzem imposições e violências coloniais, como evidencia Oliveira (2008) ao expor que o desenvolvimento brasileiro se deu centralizando investimentos em regiões já desenvolvidas, concentrando pólos urbanos, complexos de saúde e maior desenvolvimento socioeconômico na região Centro Sul e Sudeste, em detrimento das regiões Norte e Nordeste. O referido autor ainda explicita que tais disparidades se tornaram possíveis por meio da ativa exploração de tais regiões em prol do desenvolvimento do mesmo Centro Sul e Sudeste, a exemplo de predatórias explorações de minério e grandes hidrelétricas no Pará, bem como o avanço da agropecuária em diversas regiões da Amazônia Legal; em Pernambuco, o avanço da extrema-direita e as articulações de desmonte da educação, saúde e segurança, intensificam cada vez mais o processo de coisificação do Nordeste, enquanto território apenas voltado a extração, sejam elas mineral, cultural e de saberes locais. Ademais, para além da nociva dinâmica exploratória posta, outro processo colonial se impõe no apagamento do pertencimento dessas regiões ao imaginário nacional, restrito novamente a um recorte territorial sudestino centrado. Diante disso, diversos momentos importantes da história brasileira são contados de forma incompleta, totalizando a história nacional apenas em um recorte territorial. Compreendemos com Benjamin (1941) os perigos da história universal dos vencedores, que se torna possível a partir de monumentos de barbárie, ou seja: o deliberado apagamento de múltiplas outras histórias que são desconsideradas e destituídas de possibilidade de narrativa. Aqui então, intencionamos recuperar narrativas antimanicomiais outras, que superem o restrito recorte sudestino-centrado, com intenção de provocar reflexões acerca de uma história nacional mais plural no campo da saúde mental. Partindo das trajetórias e experiências dos movimentos sociais Libertando Subjetividades (PE) e Movimento da Luta Antimanicomial do Pará (MLA/PA), o minicurso intenciona convocar o debate acerca da saúde mental antimanicomial em relação com o território, evidenciando tal articulação enquanto pressuposto da luta antimanicomial e em sua importância política. Afinal, como pensar cuidado em saúde mental descolado do território? E como atuar no território sem referências sobre ele? Proposto por pesquisadoras que também são militantes nos movimentos sociais em questão, o presente minicurso também intenciona destacar o importante papel político dos movimentos sociais enquanto agentes de mudança social, evidenciando a importância dos movimentos antimanicomiais ao processo de Reforma Psiquiátrica brasileira. Para além, considerando o avançado cenário do capitalismo em sua fase neoliberal, destacamos com alarme os retornos manicomiais postos em voga na política brasileira nos últimos governos, caracterizando o processo já nomeado de Contrarreforma Psiquiátrica. Iniciado a nível nacional ainda no segundo mandato do Governo Dilma, diante de polêmicas tais como a nomeação de Valencius Wurch (diretor e defensor explícito dos hospitais psiquiátricos) para a coordenação geral de Saúde Mental, Álcool e outras drogas, o processo se intensificou ainda mais nos cursos dos governos Temer e Bolsonaro. Ambos ampliaram financiamento público à comunidades terapêuticas, instituições já denunciadas enquanto dispositivos asilares de tortura e segregação aos moldes manicomiais. Diante

de tal processo, entendemos com David (2022) que a Reforma Psiquiátrica não reserva em si a radicalidade da luta antimanicomial, restringindo-se ao campo de mudanças legislativas, jurídicas e burocráticas, por isso passível de novas aberturas manicomiais a depender da condução política. O autor entende a luta antimanicomial enquanto os movimentos sociais que articulam a defesa do cuidado em liberdade, ancorado no território e centrado no sujeito, em sua autonomia e dignidade, para isso também se articulando com pautas transversais, tais como as lutas antirracista, antiproibicionista e feminista. Dessa forma, reconhece-se que foi a atuação da militância que proporcionou a realização de uma Reforma Psiquiátrica com perspectivas antimanicomiais no país. Desse modo, considerando o tema do presente evento e a preocupação do papel da psicologia social frente a defesa de todas as formas de vida, investigar múltiplas trajetórias de militância antimanicomial é um trabalho que se coloca aqui enquanto ferramenta para articular a manutenção e permanência da luta pela defesa de um cuidado em saúde mental digno, que ultrapasse os horrores historicamente impostos pela violência manicomial centrada no modelo hospitalocêntrico e biomédico, que aniquilou e permanece violentando tantas vidas. Analisando a história dos manicômios a partir da concepção de autores como Foucault (2022) e Basaglia (1968), é possível perceber a ausência de uma função de cuidado, exercendo, em realidade, função de controle social, gestão das camadas mais vulneráveis e miseráveis da população, bem como a gestão da população desviante considerada imoral: articulando marcadores de opressão de gênero, raça, classe, sexualidade, insanidade e qualquer desvio da norma. Sendo assim, é necessário reconhecer no manicômio e na lógica que o gere a ameaça para a vida plena em liberdade de ser, delineando-se a permanência da urgência em lutar pela substituição total de tais instituições, assim como de seu paradigma de atuação. Com Foucault (2022) compreendemos a origem do campo da psicologia em seu processo fundamentalmente normatizador de corpos, voltado para intervir em sujeitos considerados enquanto desviantes. A função-psi delineada pelo autor, então, explicita suas características autoritárias de gestão das normalidades, chancelada pelo selo científico e pela concepção social. Protegendo os sãos dos ditos loucos, que, em realidade, se apresentam enquanto corpos miseráveis e disruptivos por, em sua mera existência, denunciar as desigualdades impostas pelo sistema capitalista e colonial. Mais uma vez, falar em loucura e sofrimento mental é falar em marcadores sociais de gênero, raça, classe, sexualidade, território. A superação da lógica manicomial e da loucura enquanto patologia da liberdade, como apontam Pedro Costa e Kíssila Mendes (2021), a partir de uma perspectiva fanoniana, exige o reconhecimento de que a violação do sujeito é também uma violação estruturada pela sociedade capitalista e imperialista. Para Fanon (2022), a loucura não pode ser compreendida apenas como uma condição clínica, mas como sintoma de uma sociedade colonial, um efeito das múltiplas violências que atuam sobre os corpos racializados. Nesse sentido, é necessário afirmar que as instituições psiquiátricas, longe de promoverem cuidado, operam como ferramentas de manutenção de um projeto de mundo que possui a exclusão e as opressões enquanto marcas fundantes. A construção de uma nova ética do cuidado, portanto, só será possível se articulada à luta anticapitalista, antirracista e contracolonial, uma luta que recuse não apenas o manicômio materializado, mas também a lógica de segregação, tutela e silenciamento que o sustenta. É imperativa, assim, a construção de uma práxis de cuidado em liberdade, verdadeiramente libertária e revolucionária, que rompa com os dispositivos psíquicos e estruturantes do poder colonial. Nos termos de Walter Mignolo (2021), a construção de uma luta antimanicomial situada necessariamente na contracolonialidade, implica não só disputar a ciência pré-existente, mas de mudar os termos da conversa, compreendendo que o território é também produtor de conhecimento e cuidado. A construção de práticas e éticas outras, não virá da adaptação dos saberes e fazeres tradicionais ao modelo hegemônico, mas da firmação de epistemologias embebidas nas experiências dos povos historicamente resistentes à colonialidade. Dessa maneira, é preciso fortalecer a luta antimanicomial construída em outros territórios de saber e por práticas de cuidado que emergem de outras experiências, em que vida, corpo, liberdade e saúde não

são fragmentados, muito menos homogêneos/universais. Por isso, o presente minicurso justifica a sua realização ao defender o papel político da psicologia social em romper com a origem colonial presente na psicologia, partindo para a defesa de uma sociedade pautada na justiça social, ancorada na democracia e com garantia de direitos. A luta antimanicomial é uma pauta que segue urgente e se articula com a defesa da cidadania, das cidades habitáveis, de um futuro climático limpo, de moradia e alimentação dignas, do respeito e proteção às singularidades culturais e sociais dos inúmeros povos brasileiros. Com a proposta de discussão em questão, intenciona-se defender a importância da formação antimanicomial para que enquanto profissionais possamos retomar a vitalidade da luta antimanicomial e recuperar processos reformistas antimanicomiais, na luta pelo fortalecimento dos serviços públicos substitutivos originalmente previstos e ancorados com os territórios. Com inserção no eixo 04 - direitos, movimentos sociais e desafios à democracia, esse trabalho se delineia a partir das experiências e pesquisas militantes das autoras, destacando a importância da articulação entre psicologia social e movimentos sociais na defesa da democracia, que jamais será plena em um cenário de manutenção manicomial que sequestra e aniquila vidas de modo arbitrário e necrolítico (Mbembe, 2016). A proposta de trabalho a ser desenvolvida neste minicurso tem por objetivo o compartilhamento das histórias e resistências antimanicomiais produzidas a partir de narrativas nortistas e nordestinas, buscando evidenciar as experiências de resistência coletiva nos territórios, práticas de cuidado e perspectivas críticas às tecnologias e práticas manicomiais e coloniais que atravessam o campo da saúde mental brasileira. Considerando o encontro de narrativas do norte e nordeste acerca da experiência da antimanicomialidade em atuação militante, a metodologia proposta surge das articulações de recursos, sendo eles os audiovisuais, exposição dialogada e roda de conversa, de modo a construir com as pessoas participantes um espaço afetivo-crítico-reflexivo sobre memória, invisibilidades e resistência à lógica manicomial. Com duração em torno de 3 horas, a metodologia proposta será estruturada em 6 momentos: Acolhida inicial e escuta do grupo; Exposição dialogada – contribuições, singularidades e práticas de cuidado (breve introdução); Exibição de dois curtas dos núcleos Libertando Subjetividades/PE e MLA/PA; Trocas em pequenos grupos entre participantes; Debate do grande grupo; Encerramento de partilha coletiva para abertura de caminhos pela antimanicomialidade nortista e nordestina. A programação parte de uma acolhida inicial, convidando as pessoas participantes a se apresentarem a partir de suas experiências relacionadas à temática. Em seguida, propõe-se uma exposição dialogada sobre os aspectos históricos da Luta Antimanicomial e da Reforma Psiquiátrica brasileira, orientada pelas experiências produzidas nos territórios do Norte e Nordeste, de modo a situar os movimentos antimanicomiais nortistas e nordestinos como resistências cotidianas, ainda que invisibilizados nos registros hegemônicos. A partir das experiências do Núcleo Estadual da Luta Antimanicomial de Pernambuco – Libertando Subjetividades (PE) – e do Movimento de Luta Antimanicomial do Pará (MLA), será refletido, ainda na exposição dialogada, sobre os limites e desafios da Reforma quando não associada a práticas disruptivas com as lógicas coloniais, medicalizantes e racistas de cuidado que estruturam e sustentam o campo da saúde mental no país. Como parte da programação do minicurso, pretende-se fazer um cine-debate a partir de duas produções audiovisuais. A primeira produção é intitulada por “Eu boto fé no cuidado em Liberdade: Caminhos de expressão e construção da agenda do dia Nacional da Luta Antimanicomial em Pernambuco”, produzido por três militantes do Libertando Subjetividades (PE), tendo como base a música escrita pelo militante antimanicomial e amante da música, Rubens José da Silva. O vídeo foi elaborado a partir de registros realizados nas atividades da agenda construída em 2023, com destaque para as ações desenvolvidas em Recife. Inspirado pelo contato com o RAP em produções artísticas desenvolvidas em outros estados, foi decidido expressar a organização da luta antimanicomial a partir das singularidades do cenário pernambucano, incluindo coletivos e organizações parceiras, apontando os caminhos e princípios da luta articulada e fortalecida a partir da diversidade do campo antimanicomial e

antiproibicionista. A letra escrita por Rubens, teve por objetivo o desejo de representar os serviços substitutivos, os movimentos sociais, os usuários e os trabalhadores da RAPS, de modo a evidenciar o processo de construção coletiva da agenda do 18 de Maio mas não só. Representa também a construção da luta para além do mês de maio, a construção de um projeto de sociedade digna, sustentada na superação das desigualdades e na ruptura de todas as formas e lógicas manicomiais. Já a segunda produção é intitulada "Enclausurados pelo Capital: Uma luta antimanicomial", um documentário-denúncia, dirigido e roteirizado por duas estudantes e militantes do Movimento de Luta Antimanicomial do Pará (MLA). O trabalho dá rosto, voz e memória à resistência cotidiana contra a lógica manicomial em Belém do Pará. Com relatos impactantes de usuários e profissionais da saúde mental – também militantes – a obra costura as marcas históricas da exclusão psiquiátrica com os desafios atuais da política pública, revelando como o capital aprisiona corpos, subjetividades e políticas. É também uma carta coletiva de esperança: pela liberdade, pelo cuidado digno, pela radicalidade do afeto na luta antimanicomial. Este documentário revisita a trajetória da reforma psiquiátrica em Belém do Pará a partir da experiência de quem vive e constrói a luta antimanicomial na prática. "Enclausurados pelo Capital" denuncia o abandono das políticas públicas e o avanço da lógica privatista. Mais que uma narrativa, o filme é uma ferramenta de mobilização por uma saúde mental pública, crítica e em liberdade. Sendo assim, o cine-debate propõe-se como um espaço formativo e dialógico, essencial para refletir criticamente sobre a realidade da saúde mental no Brasil, com foco nas contradições do modelo manicomial ainda vigente e nos impactos das políticas neoliberais sobre os serviços públicos. A atividade pretende aproximar os participantes da luta antimanicomial como prática coletiva, interseccional e em constante construção histórica e social, fomentando a análise crítica do processo de institucionalização em saúde mental, valorizando as produções audiovisuais como ferramentas pedagógicas e de resistência, capazes de sensibilizar e mobilizar subjetividades para a transformação social. Ao longo do minicurso, serão feitas atividades em grupo para mobilizar o pensamento crítico, contracolonial e contra-hegemônico, para que possamos pensar em maneiras de romper com a norma pré-estabelecida e promover formas outras de cuidar e existir, dentro de uma perspectiva intersetorial e territorializada. A proposta se encerra com uma partilha coletiva, construindo a partir delas um mapa afetivo da luta, reafirmando o nosso compromisso ético-estético-político não só com o cuidado em liberdade, no território e popular, mas também traçando caminhos outros para a luta frente ao projeto manicomial e colonial vigente no nosso país, firmando o desejo por uma reforma verdadeiramente antimanicomial e contracolonialista. O minicurso terá como público-alvo estudantes, pesquisadores, profissionais e militantes, que se interessem e/ou atuem neste campo, onde serão disponibilizadas 25 vagas para participação no minicurso, considerando a proposta de ser um espaço de trocas que priorize a escuta, a partilha de experiências e a construção coletiva de saberes e práticas, valorizando a horizontalidade e o encontro com grupos.

REFERÊNCIAS BASAGLIA, F. As instituições da violência. 1968. IN: Escritos selecionados em saúde mental e reforma psiquiátrica. ORG: AMARANTE, P. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. BENJAMIN, W. Sobre o conceito de história. 1941 IN: Walter Benjamin, Obras Escolhidas - Mágia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985. COSTA, P; MENDES, K. Frantz Fanon, saúde mental e a práxis antimanicomial. Sociedade em Debate, v. 27, n. 1, p. 66–82, 23 abr. 2021. DAVID, E. Saúde mental e racismo: saberes e saber-fazer desnorteado na/para a Reforma Psiquiátrica brasileira antimanicolonial. 2022. 209 F. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022. FANON, Frantz. Os condenados da terra. Tradução de Lígia Fonseca Ferreira, Regina Salgado Campos. Rio de Janeiro: Zahar, 2022. FOUCAULT, M. O poder psiquiátrico. 1973. 2 Ed. São Paulo: Martins Editora, 2022. MBEMBE, A. Necropolítica. Revista do ppgav/eba/ufrj [online]. n. 32. 2016. OLIVEIRA, P. Desigualdade Regional e Território da saúde na Amazônia. Belém: EDUFPA, 2008. MIGNOLO, W. D. DESOBEDIÊNCIA EPISTÊMICA, PENSAMENTO INDEPENDENTE E LIBERDADE DECOLONIAL. Revista X, v. 16, n. 1. 2021.

MC 52. O Grupo em Cena: uma prática lúdica para trabalhar papéis emergentes nas ações coletivas

Isabela Marinho Maciel (Coletivo Articulando Redes), Marcia Mansur Saadallah (PUC Minas), Thaís Natiele Bessa de Miranda (UFC)

Descrição: O minicurso "O Grupo em Cena" nasce de uma prática metodológica construída a partir das experiências do Coletivo Articulando Redes, no campo da Psicologia Social Comunitária, com forte ancoragem na tradição latino-americana e na educação popular. Essa proposta teórico-prática se articula diretamente ao tema do 23º ENABRAPSO, especialmente no eixo "Assistência Social, vulnerabilidades, violências e promoção de direitos humanos", ao defender que o trabalho com grupos pode constituir-se como um espaço de elaboração subjetiva, fortalecimento comunitário e enfrentamento das opressões que atravessam os sujeitos e os territórios. O Coletivo Articulando Redes, formado por mulheres profissionais das áreas de Psicologia, Serviço Social e Comunicação, atua no fortalecimento das políticas públicas a partir de formações, assessorias, processos de mobilização comunitária e metodologias participativas que valorizam o coletivo como campo de construção de vínculos, saberes e práticas emancipatórias. Com forte atuação no âmbito do Sistema Único de Assistência Social, mais especificamente na Proteção Social Básica, junto aos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), o Coletivo Articulando Redes desenvolveu trabalhos com diversos grupos, buscando a mobilização e participação das usuárias e usuários da política em discussões que envolvem os territórios em questão. Além disso, promoveu formações e capacitações com profissionais da área, buscando a multiplicação de práticas mais coletivas. Apesar da centralidade do trabalho com grupos na Proteção Social Básica e Especial, sua implementação nos serviços da Política de Assistência Social enfrenta inúmeros desafios: a burocratização excessiva, a priorização da concessão de benefícios em detrimento dos serviços, a escassez de tempo e de formação continuada para as/os profissionais. Esses fatores contribuem para que os atendimentos individualizados se sobreponham a práticas coletivas qualificadas e contínuas. Como resultado, as ações grupais são frequentemente percebidas como atividades recreativas ou pontuais, deixando de ser reconhecidas como práticas estruturantes do SUAS e como dispositivos potentes de escuta, mobilização e transformação. A atuação do Coletivo Articulando Redes parte da convicção de que o trabalho com grupos não é uma técnica acessória, mas um fundamento ético-político que responde, diretamente, aos desafios de uma sociedade profundamente marcada pela desigualdade, pela individualização e pela responsabilização individual das vulnerabilidades. Acredita-se ser uma prática que favorece o encontro entre diferentes trajetórias, saberes e experiências, permitindo a construção de algo comum a partir da diversidade de cada pessoa. No SUAS, o trabalho com grupos revela-se como uma experiência fundamental de construção coletiva, na qual saberes, vivências e trajetórias individuais se entrelaçam, dando origem a algo maior do que a soma das partes. Em sociedades atravessadas pela lógica do capital, e, consequentemente, marcadas por relações individualizadas, que muitas vezes dificultam a construção de laços de confiança e cooperação, os grupos oferecem um espaço onde é possível experimentar outras formas de convivência. A escuta, o acolhimento e o apoio entre os participantes ajudam a reduzir o sentimento de isolamento e ampliam a percepção de que os desafios enfrentados não são apenas questões individuais, mas também atravessados por dimensões sociais e coletivas. Essa perspectiva dialoga com a tradição da Psicologia Social Latino-Americana, que, como afirma Silvia Lane (1990), compreende a subjetividade como uma produção histórica, relacional e social, permanentemente atravessada pelas contradições do mundo concreto. Nesse sentido, as dores, os sofrimentos e as vulnerabilidades que se manifestam nos sujeitos não

podem ser reduzidos a fenômenos individuais, mas precisam ser compreendidos como expressões das condições sociais, econômicas, culturais e políticas que moldam as trajetórias de vida. A partir desse entendimento, trabalhar com grupos não é apenas uma escolha metodológica, mas uma aposta na potência do coletivo como espaço de tomada de consciência e elaboração de sentidos. Ao longo do processo grupal, podem surgir sentidos de pertencimento e identidades compartilhadas, o que contribui para o fortalecimento da autoestima e para a elaboração de caminhos mais consistentes e coletivizados diante das dificuldades do cotidiano. Os vínculos construídos nesses espaços também tendem a ultrapassar os limites dos encontros, influenciando as relações nos territórios vivos onde as/os participantes vivem e circulam. Como nos lembra Pichon-Rivière (1981), um importante teórico da Psicologia Social, o grupo não é um simples agrupamento de indivíduos, mas um campo vivo, dinâmico, no qual se articulam afetos, tensões, desejos, resistências e aprendizagens. Para o autor, todo grupo se organiza em torno de uma tarefa, seja ela externa, quando explicitamente assumida, ou interna, quando se apresenta como implícita ao mobilizar os vínculos. A realização destas tarefas está sempre tensionada pela relação dialética entre o desejo de transformação e o medo da mudança, elementos constitutivos do campo grupal. É nesse campo que emergem os papéis grupais, que, segundo Pichon-Rivière (1981), são expressões simbólicas das necessidades do grupo, dos vínculos estabelecidos entre seus membros e das histórias subjetivas e sociais que cada sujeito traz consigo. O autor descreve alguns papéis fundamentais: o líder de mudança, aquele que impulsiona a realização da tarefa, mobilizando o grupo na direção da transformação; o líder de resistência, que tensiona esse movimento, trazendo o princípio de realidade e colocando freios às idealizações excessivas; o bode expiatório (ou boi-de-piranha), sobre quem recaem as ansiedades, as culpas e os conteúdos indesejáveis do grupo; o porta-voz, que verbaliza o não-dito, dando expressão às angústias e desejos coletivos; e as/os silenciosas/os, que, através da ausência de fala, espelham tanto as dificuldades de comunicação do grupo quanto os movimentos inconscientes de resistência. Como elabora Madalena Freire em sua obra "O que é um grupo": O líder de mudança é aquele que se encarrega de levar adiante as tarefas, enfrentando conflitos, buscando soluções, arriscando-se sempre diante do novo. O contrário dele é o líder de resistência, não podem existir um sem o outro. Os dois são necessários para o equilíbrio do grupo. (...) muitas vezes, o líder de mudança radicaliza suas percepções, encaminhamentos, na direção dos ideais do grupo, descuidando do princípio de realidade. Neste momento o líder de resistência traz para o grupo uma excessiva crítica (princípio de realidade exacerbado), provocando uma desidealização (desilusionamento), produzido assim um contrapeso às propostas do outro. O bode expiatório é quem assume as culpas do grupo. Serve-se de depositário a esses conteúdos, livrando o grupo do que lhe provoca mal-estar, medo, ansiedade, etc. Os silenciosos são aqueles que assumem as dificuldades dos demais para estabelecer comunicação, fazendo com que o resto do grupo se sinta obrigado a falar. Num grupo falante, se "queima" quem menos pode sobreviver ao silêncio. Aqueles que calam representam essa parte nossa que desejaria calar, mas não pode. (...) O porta-voz é quem se responsabiliza em ser a "chaminé" por onde emergem as ansiedades do grupo. Através da sensibilidade apurada do porta-voz, ele consegue expressar, verbalizar, dar forma aos sentimentos, conflitos que muitas vezes estão latentes no discurso do grupo (2009, [s.p.]) Observar os papéis que emergem no grupo não é uma prática neutra, nem meramente descritiva. É, antes de tudo, um exercício político profundamente comprometido com a produção de consciência, com o fortalecimento dos vínculos e com a transformação subjetiva e coletiva. Os papéis que aparecem em um grupo não são aleatórios, nem resultado de características individuais isoladas. Eles expressam, de forma simbólica, as tramas históricas, sociais e afetivas que cada pessoa carrega. Cada sujeito chega ao grupo trazendo consigo um repertório de experiências, de modos de se relacionar, de formas de se proteger, de resistir, de se fazer presente ou ausente. Esses modos, muitas vezes, são atualizações de padrões que foram construídos ao longo da vida, no convívio familiar, comunitário, escolar, institucional e social. Enrique

Pichon-Rivière (1981) nos alerta que, nos processos grupais, cada pessoa tende a ocupar, consciente ou inconscientemente, determinados papéis que refletem tanto sua história subjetiva quanto às necessidades inconscientes do grupo como totalidade. Esses papéis não são meras atribuições comportamentais, eles são lugares simbólicos que expressam funções dentro do campo grupal. Acontece ainda que esses papéis não são fixos, nem derivados exclusivamente da personalidade de cada integrante. Eles circulam, sendo ocupados, abandonados e retomados ao longo do processo, conforme as necessidades do grupo e as movimentações dos vínculos. Contudo, especialmente nos grupos populares e nos espaços de políticas públicas como o SUAS, é possível observar que, frequentemente, esses papéis se cristalizam, reproduzindo dentro do grupo as mesmas desigualdades, opressões e mecanismos de silenciamento que operam na sociedade mais ampla. Como afirma Castilho Pereira (1982), nos grupos os papéis são atravessados pelas marcas da classe, da raça, do gênero, da escolaridade e do território, funcionando tanto como estratégias de sobrevivência quanto como expressões das estruturas de exclusão. Por isso, a observação atenta dos papéis que emergem é uma das tarefas mais importantes de quem conduz ou facilita um grupo. E essa observação não é apenas sobre o que cada pessoa faz ou diz, mas sobre como ela se posiciona no campo grupal, como se vincula aos outros, como contribui ou dificulta a realização da tarefa, como sustenta ou reorganiza determinadas dinâmicas de funcionamento. Como aponta Lewin (1947), observar os papéis é, portanto, observar o grupo como um campo de forças, onde se desenham tanto os movimentos de abertura e transformação quanto os movimentos de fechamento, de resistência e de cristalização. Identificar esses papéis, nomeá-los e devolvê-los ao grupo, de forma cuidadosa, respeitosa e crítica, é um dos movimentos mais potentes que um processo grupal pode produzir. Porque é nesse momento que se abre a possibilidade da tomada de consciência: o sujeito se vê, vê o grupo e vê a si no grupo. E é nesse espelho simbólico que se torna possível compreender que aquele papel que se ocupa — seja o do silencioso, do que tudo resolve, do questionador, do que cuida, do que atrapalha, do que anima — não é uma essência, não é um destino, não é uma identidade fixa. É, sim, uma produção histórica, relacional e transitória, que pode — e deve — ser colocada em análise, ser deslocada, ser ressignificada. Diante desse quadro, o trabalho da facilitação assume uma importância central. A pessoa que facilita, longe de ser uma figura de controle, de condução autoritária ou de direção técnica, é aquela que sustenta um campo de possibilidades. Sua missão é criar as condições simbólicas, afetivas e metodológicas para que o grupo se enxergue, se pense e se transforme. A facilitadora não dita o caminho, mas desenha, junto com o grupo, às margens do percurso. Ela organiza o campo, cuida do ambiente afetivo e simbólico, protege a tarefa e, sobretudo, oferece ao grupo a oportunidade de se observar de dentro e de fora. É pela intervenção da facilitação que o grupo pode ser provocado a perceber quando certos papéis estão excessivamente fixados, quando há uma rigidez vincular que impede o avanço da tarefa, quando determinados sujeitos estão sendo convocados a ocupar, repetidamente, lugares que reproduzem lógicas de opressão, de silenciamento, de sobrecarga ou de invisibilidade. A função da facilitação é, portanto, disruptiva no melhor sentido da palavra: ela rompe com as naturalizações, questiona as cristalizações, abre frestas para que os sujeitos possam experimentar outras formas de estar no coletivo. William Castilho Pereira (1982) aprofunda essa reflexão ao afirmar que, especialmente nos grupos populares, os papéis que se cristalizam muitas vezes são efeitos diretos das estruturas de desigualdade. O papel de quem não fala, por exemplo, pode estar profundamente atravessado pela experiência de racismo estrutural, que sistematicamente deslegitima a palavra de pessoas negras. O papel de quem cuida de todos, mas não cuida de si, pode ser expressão direta da divisão sexual do trabalho, que historicamente atribuiu às mulheres a função de cuidado, muitas vezes à custa de seu próprio bem-estar. O papel de quem sempre tensiona, critica e resiste pode ser fruto de uma longa história de lutas comunitárias, onde desconfiar das instituições e das promessas de mudança tornou-se uma estratégia de autoproteção e de preservação. Desse modo, a facilitação se coloca como uma função

profundamente política. Não há neutralidade possível na condução de grupos. Facilitar é, também, reconhecer os atravessamentos de classe, de raça, de gênero, de território, de geração e de outros marcadores sociais que estão inscritos nos corpos e nas relações que compõem o grupo. É sustentar um campo em que esses atravessamentos possam ser nomeados, analisados, elaborados e, sobretudo, ressignificados, de modo que não se convertam em destinos inevitáveis, mas sim em material de trabalho para a construção de outros possíveis. Ao criar a oportunidade para que os papéis sejam desnaturalizados, a facilitação oferece ao grupo a chance de sair da repetição e de experimentar novas formas de vinculação. Isso não significa apagar os conflitos, as tensões ou as diferenças — ao contrário, significa trazer esses elementos para o centro do processo, tratá-los como matéria viva, como motor da transformação. A aprendizagem dialética, conceito central na teoria de Pichon-Rivière (1981), se dá exatamente nesse movimento: enfrentar os obstáculos que impedem a realização da tarefa, analisá-los, compreendê-los e, a partir disso, produzir novos sentidos, novos vínculos, novos modos de ser no mundo. É nesse contexto que nasce o jogo "O Grupo em Cena", desenvolvido pelo Coletivo Articulando Redes como uma estratégia metodológica que permite, de forma lúdica, acessível e profundamente potente, trabalhar com os papéis emergentes nos processos grupais. Inspirado na teoria do grupo operativo de Pichon-Rivière (1981), nas contribuições de William Castilho Pereira (1982) para a análise dos grupos populares e nos aportes de Paulo Freire (1987) sobre educação popular, uma dessas estratégias, que aqui será detalhada, foi o desenvolvimento de um jogo. A premissa central do jogo é simples, mas profundamente potente: brincar de ser o próprio grupo. Cada participante recebe, de forma sigilosa, uma carta simbólica que representa algum papel frequentemente presente nos grupos, como o que tudo resolve, quem nunca entende, quem questiona tudo, quem cuida de todo mundo, quem se cala, quem atrapalha, quem anima, quem sempre duvida. Esses papéis são inspirados tanto nas categorias propostas por Pichon-Rivière (1981) quanto nas leituras de Castilho Pereira (1982) sobre os grupos populares brasileiros. Durante uma simulação, que pode ser construída a partir de uma situação fictícia (uma reunião comunitária, uma assembleia, um encontro de planejamento, uma roda de conversa) ou real, cada pessoa atua a partir do papel que recebeu, sem revelá-lo previamente ao grupo. A proposta de realizar o jogo "O Grupo em Cena" como uma prática lúdica não se ancora apenas em uma decisão metodológica, mas numa compreensão epistemológica e política de que o lúdico, a dramatização e a encenação são dispositivos profundamente potentes para o desenvolvimento da consciência crítica, da elaboração subjetiva e da transformação coletiva. No campo da Psicologia Social, especialmente na tradição brasileira e latino-americana, o uso do lúdico não é visto como algo acessório ou secundário, mas como estratégia de produção de conhecimento, de mediação simbólica e de construção coletiva de sentidos. Paulo Freire (1987) já nos alertava que todo processo educativo precisa ser vivido como experiência dialógica, afetiva e profundamente vinculada ao mundo realmente experienciado pelas pessoas. Ao propor a pedagogia do oprimido, Freire aponta que não se educa a partir da mera transmissão de conteúdos, mas sim por meio de processos que envolvem corpo, emoção, fala, escuta, gesto e imaginação. Nas palavras do autor: "Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo" (FREIRE, 1987). O jogo, portanto, ao criar uma mediação lúdica entre os sujeitos e suas realidades, torna-se uma potente ferramenta freireana de educação popular, de produção de consciência e de fortalecimento dos processos de subjetivação crítica. Augusto Boal (2008), em sua obra A estética do oprimido, reforça que o teatro, entendido não como espetáculo, mas como prática social, é uma linguagem que permite que sujeitos historicamente silenciados se vejam, se escutem e se transformem a partir da encenação de suas próprias vidas. Para ele, "o teatro não é revolucionário em si, mas é, sem dúvida, um excelente ensaio da revolução" (BOAL, 2008, p. 139). Esse "ensaio" não é apenas metáfora: é, de fato, a possibilidade concreta de experimentar outras formas de estar no mundo, outros modos de se posicionar nos conflitos e nos

desafios da vida cotidiana. A dramatização, nesse sentido, é mais do que uma representação; é um dispositivo que convoca o corpo, o afeto e a linguagem para que o sujeito possa experimentar, de maneira simbólica e protegida, situações, papéis e vínculos que, muitas vezes, permanecem invisíveis ou naturalizados no cotidiano. Mendes e Toledo (2010), em estudo sobre dramatização e Psicologia Comunitária, destacam que "a dramatização opera como um mediador simbólico entre o sujeito e o contexto, permitindo não apenas a expressão, mas também a ressignificação dos papéis, das relações e das práticas" (MENDES; TOLEDO, 2010, p. 371). Essa mediação simbólica cria um campo fértil para que as/os participantes não apenas falem sobre seus papéis nos grupos, mas possam encarná-los, senti-los, experimentar seus efeitos e, a partir dessa experiência, construir um olhar crítico e transformador sobre si e sobre o coletivo. Como afirma Boal (2008), "ao agir seu problema, ao corporificá-lo, o indivíduo toma consciência não só da situação, mas de si próprio naquela situação" (BOAL, 2008, p. 138). Esse é um dos movimentos mais potentes da proposta: a possibilidade de sair da análise puramente racional e acessar uma camada de elaboração que envolve o corpo, a emoção e a vivência. Ao propor que as/os participantes "brinquem de ser o próprio grupo", a metodologia do jogo "O Grupo em Cena" não infantiliza, nem simplifica a complexidade do processo grupal. Ao contrário, convoca os sujeitos a ocuparem a cena, a experimentarem-se em lugares que, muitas vezes, são ocupados de forma inconsciente no cotidiano, e a elaborarem, coletivamente, os sentidos, os afetos e os desafios que esses lugares produzem. Como reforçam Mendes e Toledo (2010), "o jogo dramatizado, ao oferecer a possibilidade de deslocamento simbólico, favorece não apenas a análise da realidade, mas também a invenção de novas possibilidades de atuação no mundo" (MENDES; TOLEDO, 2010, p. 372). Trata-se, portanto, de um processo que combina análise crítica e criação, reflexão e invenção, denúncia e anúncio, como nos ensinou Freire (1987). A dinâmica que se estabelece é rica em tensões, desconfortos, surpresas e, sobretudo, espelhamentos. À medida que a interação acontece, emergem tanto os movimentos de colaboração quanto os de resistência, tanto os apoios quanto os bloqueios, tanto as escutas quanto os silêncios. É no corpo-a-corpo da experiência que se torna possível observar, quase como em uma lupa, como os papéis se organizam, se tensionam, se sobrepõem e se cristalizam no grupo. Ao final da dramatização, realiza-se uma roda de análise, na qual cada participante revela o papel que ocupou e compartilha como se sentiu nesse lugar. As perguntas que orientam esse momento são do tipo: "Foi confortável ou desconfortável estar nesse papel?", "Esse lugar se parece com algo que você já vive em outros grupos?", "Esse papel te protege, te limita ou te fortalece?", "O que esse papel diz sobre você e sobre o grupo?". A partir dessas questões, o grupo realiza uma metacomunicação, refletindo não apenas sobre o que aconteceu na atividade, mas também sobre como essas dinâmicas acontecem na vida real nos territórios, nas famílias, nas equipes de trabalho, nos movimentos e nos espaços institucionais. O que se observa, sistematicamente, é que esse processo abre um campo potente de elaboração. Muitas vezes, as pessoas reconhecem que ocupam, nos grupos, papéis que não escolheram conscientemente, mas que foram historicamente atribuídos a elas, seja pela sua trajetória social, seja pelos atravessamentos de gênero, raça, classe, geração, escolaridade ou território. Ao nomear esses papéis, ao olhar para eles com a mediação do grupo, torna-se possível produzir deslocamentos, abrir fissuras nas cristalizações e experimentar outras formas de estar no coletivo. Esse movimento de análise e elaboração é, como nos ensina Pichon-Rivière (1981), o núcleo da aprendizagem dialética. Aprender, no grupo, não é acumular informações, mas atravessar os obstáculos que impedem a realização da tarefa, compreender seus determinantes e, a partir disso, transformar tanto a si quanto a realidade compartilhada. É nesse ponto que a proposta do jogo se articula com os fundamentos da Psicologia Social Crítica latino-americana: não se trata de adaptar os sujeitos às condições opressoras, mas de construir, junto com eles, processos de conscientização, fortalecimento e transformação. A proposta metodológica do minicurso, portanto, é oferecer aos participantes uma experiência que articula, de forma inseparável, fundamentação teórica, vivência prática e elaboração

coletiva. Ao longo de três horas de encontro, realizaremos um percurso que se inicia com a apresentação dos fundamentos teóricos que sustentam a proposta, especialmente as contribuições de Pichon-Rivière (1981), Castilho Pereira (1982), Paulo Freire (1987) e Augusto Boal (2008) seguido da vivência do jogo "O Grupo em Cena" e, por fim, de uma roda de sistematização na qual construiremos, junto com o grupo, uma análise das potências, dos desafios e das possibilidades de aplicação da metodologia nos contextos profissionais, comunitários e institucionais de cada participante. (...) entendem-se as dramatizações como uma técnica com a qual é possível reconstituir eventos ou situações, de modo que é possível debater sobre regras que circunscrevem as atividades comunitárias. Ao se fazer uso das dramatizações, é pedido aos participantes do grupo que tragam à tona as contingências que determinam suas atividades; os procedimentos exigidos para realizá-las; e que se esclareça o uso dos instrumentos (materiais ou imateriais) que se fazem necessários. Também é possível dialogar sobre as relações estabelecidas entre os papéis desempenhados e, consequentemente, se preciso for, que existam reformulações diante de tudo o que foi visto (MENDES e TOLEDO, 2010). Trata-se, portanto, de um espaço de formação, mas também de cuidado, de escuta e de fortalecimento. Um espaço no qual se afirma, radicalmente, que ninguém deve enfrentar sozinho aquilo que é estrutural, e que o grupo, quando bem sustentado, bem cuidado e bem facilitado, é sempre um território possível de elaboração subjetiva, de produção de pertencimento e de invenção de contextos mais colaborativos. O minicurso é direcionado a até 25 participantes, considerando que a metodologia exige um campo de escuta, de confiança e de participação que permita que cada pessoa se sinta segura para se experimentar em outros lugares, para refletir sobre seus próprios papéis e para construir, junto com as demais, caminhos de transformação. Mais do que uma metodologia, "O Grupo em Cena" é uma aposta radical na potência do coletivo. Uma prática que se sustenta na convicção de que os sujeitos não são produtos acabados, mas seres em constante construção, e que os grupos — esses espaços tão humanos, tão contraditórios e tão cheios de possibilidade — são, talvez, uma das mais belas e potentes ferramentas que temos para sustentar, no presente, a invenção de futuros mais colaborativos. Referências BOAL, Augusto. A estética do oprimido. Rio de Janeiro: Funarte, 2008. CASTILHO PEREIRA, William César. Dinâmica de grupos populares. Petrópolis: Vozes, 1982. FREIRE, Madalena. O que é um grupo. In: GROSSI, Esther; BORDIN, Jussara (orgs.). Paixão de aprender. Petrópolis: Vozes, 2009. FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. LANE, Silvia T. M. A. Psicologia social: o homem em movimento. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990. LEWIN, Kurt. Fronteiras na dinâmica de grupo: conceito, método e realidade na ciência social; equilíbrios sociais e mudança social. Human Relations, Londres, v. 1, n. 1, p. 5–41, 1947. MENDES, Isabel Cristina R.; TOLEDO, Julia Aparecida A. Dramatização e psicologia comunitária: uma proposta de mediação simbólica. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 15, n. 2, p. 369-376, maio/ago. 2010. PICHON-RIVIÈRE, Enrique. O processo grupal. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

MC 53. O papel da Psicologia Social Crítica Latinoamericana para a comunidade LGBTQIAPN+: atualidade e ofensivas anti-gênero

Gustavo Henrique Mendes de Abreu (PUC MINAS), Paulo Roberto da Silva Junior (PUC MG)

Descrição: 1 - Introdução A relação entre oprimido e opressor é parte indissociável da base teórica e de atuação da Psicologia Social Latinoamericana, também chamada de Psicologia Social crítica devido ao seu comprometimento ético-político com as demandas de comunidades historicamente oprimidas. A Psicologia Social Latinoamericana tem um papel de ampliar conexões, saberes e práticas para o empoderamento da comunidade LGBTQIA+ ao passo em que fortifica o combate às opressões de gênero, desconstruindo fronteiras no trabalho quanto às vivências psicossociais desta comunidade. Este minicurso pretende contextualizar a Psicologia Social Crítica Latinoamericana com as demandas da população LGBTQIA+ e analisar os processos psicossociais que se apresentam nessa relação. Primeiro, será apresentado um breve histórico da Psicologia Social Crítica Latinoamericana e, em seguida, serão apresentados os desafios que a comunidade LGBTQIA+ está sujeita no contexto brasileiro, onde a Psicologia Social pode e deve atuar tomando partido dos oprimidos. Ao falarmos de intervenção social, é importante destacar que a Psicologia Social capacita profissionais a atuarem como defensores e agentes de mudança, promovendo a conscientização, a educação e a defesa dos direitos de comunidades oprimidas, no caso, a comunidade Queer. A formação dos profissionais de saúde é essencial para garantir um atendimento sensível, acolhedor e livre de preconceitos. A capacitação sobre questões de gênero, sexualidade e identidade de gênero é crucial para promover um cuidado respeitoso e inclusivo através da desconstrução de estereótipos e preconceitos, principalmente no contexto de ofensivas anti-gênero, que também são abordadas no minicurso. 2 - A Psicologia Social e o histórico de opressões contra a comunidade LGBTQIAPN+ a Psicologia Social desempenha um papel crucial na compreensão e no apoio à comunidade LGBTQIA+, fornecendo insights e intervenções relevantes para promover o bem-estar e a igualdade para essa comunidade ao passo em que oferece uma compreensão aprofundada das dinâmicas sociais que afetam esse grupo, incluindo o estigma, preconceito, discriminação e marginalização. Nesse sentido, identificam-se fatores de vulnerabilidade, como o impacto da discriminação na saúde mental, o estresse proveniente de situações de exclusão social e as dificuldades de aceitação e integração Mapeados os processos de opressão, a Psicologia Social Crítica deve, como compromisso ético-político, atuar na promoção da igualdade e inclusão. A Psicologia Social se engaja na promoção da igualdade e inclusão da comunidade LGBT, destacando a importância de políticas e práticas que reconheçam e respeitem a diversidade sexual e de gênero. Ao falarmos no sentido de saúde coletiva, importante lembrar das vulnerabilidades e desigualdades às quais população LGBTQIA+ está sujeita ao passo em que enfrenta desafios específicos relacionados à saúde devido à discriminação, estigma e exclusão social. O cuidado de saúde precisa considerar essas vulnerabilidades e desigualdades para garantir um atendimento adequado e respeitoso. O acesso limitado e barreiras no atendimento de saúde, principalmente à população trans, são desafios enfrentados pela população LGBTQIA+. O SUS tem o compromisso de garantir o acesso universal e igualitário aos serviços de saúde, incluindo a atenção integral às demandas específicas desse grupo. A implementação de políticas públicas que promovam a equidade e respeitem os direitos humanos da população LGBTQIA+ é fundamental. O SUS deve estar alinhado com tais políticas, garantindo ações afirmativas e estratégias de promoção da saúde específicas para essa comunidade. Ao falarmos de intervenção social, é importante destacar

que a Psicologia Social capacita profissionais a atuarem como defensores e agentes de mudança, promovendo a conscientização, a educação e a defesa dos direitos de comunidades oprimidas, no caso, a comunidade Queer. A formação dos profissionais de saúde é essencial para garantir um atendimento sensível, acolhedor e livre de preconceitos. A capacitação sobre questões de gênero, sexualidade e identidade de gênero é crucial para promover um cuidado respeitoso e inclusivo através da desconstrução de estereótipos e preconceitos. A condição de exclusão, vulnerabilidade e estigmatização que atravessa a vivência da comunidade LGBTQIA+ se articula com a proposição teórica, prática e ética da Psicologia da Libertação, que nasce na realidade latino-americana solicitando a superação das prerrogativas de pobreza, opressão e injustiça estrutural do sistema social estabelecido, daí vinda a temática abordada neste trabalho. Inspirada na Teologia da Libertação, Martín-Baró desenha a Psicologia da Libertação afirmando a opção preferencial por trabalhar com os sujeitos advindos de situações de pobreza coletiva e opressão estrutural, tendo em mente que esta é mantida mediante a aplicação de mecanismos violentos de controle e repressão social, algo diariamente vivenciado pelos membros da comunidade Queer brasileira, que tem impedido ou frustrado todo esforço histórico para mudar e mesmo reformar estruturas sociais mais opressivas e injustas, pressupondo a mudança das pessoas no processo de mudar a sua realidade. Numa sociedade capitalista marcada pela institucionalização da violência, inclusive a perpetrada contra as identidades e vivências sexuais, o confronto à sua perpetuação é deslegitimada ao passo em que é cristalizado, no indivíduo, o efeito de uma relação social disforme e desumanizadora, um efeito psicossocial chamado por Martín-Baró de trauma psicossocial. A sociedade controla e determina o discurso da sexualidade, desumanizando a imagem do LGBTQIA+ a partir da visão machista, patriarcal e estruturalmente opressiva que permanece silenciando e estigmatizando corpos que representam desejos e identidades desviantes da heteronormatividade. O Brasil registrou ao menos 273 mortes violentas de pessoas LGBTQIAP+ em 2022. Desses casos, 228 foram assassinatos, 30 suicídios e 15 outras causas, como morte decorrente de lesões por agressão. A média é de um morto a cada 32 horas. O número de pessoas LGBT+ assassinadas no Brasil em 2022 mantém o país no topo mundial entre aqueles que realizam pesquisas sobre esse tipo de violência. A opressão é palpável e visceral, ainda sendo importante destacar que, ainda em 1960, ser homossexual era considerado crime em praticamente todos os estados dos Estados Unidos e, em pleno 2010, ainda era considerado crime em mais de 73 países ao redor do mundo, sendo em 13 deles a punição a pena de morte. Até hoje, clínicas particulares, influenciadas principalmente pela religião, oferecem tratamento e “cura gay” nos mais diversos lugares do mundo. Sendo assim, fica clara a necessidade do apoio da Psicologia para a luta do movimento, pois é preciso que haja a descredibilização do determinismo biológico como argumento para a persistência da violência direcionada à comunidade Queer. A atenção da Psicologia é requisitada para que se quebre a visão homofóbica existente e que se dignifique a existência desse grupo como cidadãos com direitos garantidos na sociedade, algo que a Psicologia Social Latinoamericana possui em seu âmago como atuação no espectro ético-político. 3 - Momentos históricos da Psicologia em ação em prol da comunidade LGBTQIAPN+ Ao falarmos das articulações históricas entre a psicologia e a comunidade LGBTQIA+, é fundamental apontarmos alguns momentos chave. Em 1948, a OMS (Organização Mundial de Saúde), agência especializada em saúde e subordinada à ONU (Organização das Nações Unidas), oficializou mundialmente o entendimento da homossexualidade como uma doença. Naquele ano, a organização publicou a primeira versão da CID (Classificação Internacional de Doenças), onde lia-se, na seção de doenças mentais, que a homossexualidade caracterizava-se como um desvio sexual. A partir de 1970, a pauta da despatologização tornou-se prioridade dos primeiros grupos e organizações

políticas homossexuais do Brasil, sendo essa disputa fortalecida com a criação do Grupo Gay da Bahia (GGB) em 1980. O GGB promoveu, em 1981, uma campanha junto à sociedade civil, psicólogos e psiquiatras pela remoção do parágrafo que definia homossexualidade como "desvio e transtorno sexual" do Código de Saúde brasileiro. A despatologização ocorreu em 1985 em decisão do Conselho Federal de Medicina, mas a maior vitória viria em 1990, quando a OMS retirou a homossexualidade da décima edição da CID e afirmou categoricamente que "a orientação sexual por si mesma não pode ser considerada um desvio". Apesar da homossexualidade não ser mais considerada uma doença, alguns psicólogos continuaram prometendo uma suposta "cura", ou seja, terapias de reversão da homossexualidade. Em reação a tal absurdo, o CFP vetou em sua resolução de 1999 que profissionais da área promovessem tais "terapias", também direcionando, na mesma resolução, que os psicólogos se comprometam a combater o preconceito, discriminação e estigma contra a população LGBTQIAPN+. Conforme as diretrizes ético-políticas da Psicologia Social Crítica Latinoamericana, uma clara tomada de partido a favor de um grupo marginalizado objetivando a transformação via compromisso social. Outro marco histórico para a comunidade Queer, que envolveu o papel socialmente comprometido da psicologia, ocorreu em 2017, quando o Conselho Federal de Psicologia publicou a resolução CFP 01/2018, elaborado para ressignificar o valor do(a) trans e da travesti na sociedade ao orientar a atuação dos psicólogos referente a não considerá-las como patologias e, ainda, não reproduzir preconceitos bem como a obrigação da tomada de atitude em situações discriminatórias, como forma de proteção e apoio a autonomia do sujeito pela autodeterminação de expressões e identidade de gênero (CFP, 2019). Tal resolução fundamenta-se em princípios basilares da Psicologia Social Crítica Latinoamericana, uma vez que mostra-se ética e politicamente comprometida a tomar partido de um grupo oprimido visando a libertação e empoderamento social. 4 - Ofensivas anti-gênero: a atualidade da necessidade de ações contra a homostransfobia. A implicação ético-política da psicologia para a comunidade LGBTQIAPN+ mostra-se indispensável visto as atuais ofensivas anti-genero na política brasileira. Nos últimos anos, o Brasil tem enfrentado um avanço significativo de discursos e políticas anti-gênero, impulsionados por setores conservadores, religiosos e aliados do governo Bolsonaro (2019-2022), mantendo sua influência ideológica nos anos que se seguem a este período. Essas ofensivas visam restringir direitos LGBTQIAPN+, combater a "ideologia de gênero" nas escolas e limitar políticas públicas de diversidade. O movimento anti-gênero no Brasil está alinhado com uma onda global de conservadorismo, articulado por grupos evangélicos, católicos tradicionais e setores da direita política, tendo como narrativa central a oposição à suposta "ideologia de gênero", termo cunhado pela Igreja Católica numa tentativa de retorno à naturalização e biologização do gênero, usado para descreditar discussões sobre identidade de gênero e orientação sexual, especialmente em espaços educacionais. Atualmente, 342 projetos de lei anti-LGBT+ tramitam no Brasil. As principais pautas desses projetos anti-LGBT+ incluem a proibição da linguagem neutra, interferências em políticas de educação antidiscriminatória e a restrição do uso de banheiros para pessoas trans, temas que juntos representam 56% dos 437 projetos considerados prejudiciais à comunidade queer. Podemos citar como exemplos alguns projetos como o PL 620/2015, de Júlia Marinho (PSC-PA), que objetiva a alteração do Estatuto da Criança e do Adolescente para vetar a adoção conjunta por casal homoafetivo, alegando que a adoção é um "instituto funcionalizado para alcançar o superior interesse do adotando e não para garantir filhos a quem não os pode gerar"; o Projeto de Lei (PL) 925/2019, do Pastor Sargento Isidório (Avante-BA), que propõe a instituição do Dia Nacional do Orgulho Heterossexual, justificando que as pessoas LGBTQIA+ propagam uma ameaça de apagamento do ser heterossexual; e o Projeto de Decreto de Legislativo (PDC) nº 539/2016, de autoria do deputado

Pastor Eurico (PHS-PE), que autoriza psicólgos a realizarem a prática da Cura Gay. Temos também o Projeto de Lei 4893/20, do deputado Léo Mota (PSL), que tipifica como crime a conduta de quem, nas dependências das escolas da rede municipal, estadual e federal de ensino, adote, divulgue, realize ou organize política de ensino, currículo escolar, disciplina obrigatória, complementar ou facultativa ou ainda atividades culturais que tenham como conteúdo a “ideologia de gênero”, sendo que, na Câmara, já tramita o projeto Escola sem Partido (PL 7180/14), que, entre outros pontos, impede o uso dos termos “ideologia de gênero”, “gênero” ou “orientação sexual” em salas de aula. Essas iniciativas legislativas conservadoras fortalecem um clima de hostilidade contra as discussões de gênero, gerando impactos prejudiciais no cotidiano escolar — independentemente da aprovação ou não das leis. O ambiente educacional é diretamente afetado, com reflexos negativos nas relações entre docentes e discentes, bem como nos vínculos entre escolas e famílias. Ao disseminar desinformação, discursos alarmistas e pânico moral, movimentos como o Escola sem Partido e grupos anti gênero difundem a falsa narrativa de que as instituições de ensino estariam "proibidas" de tratar temas como identidade de gênero e diversidade sexual. Essa estratégia não só incita ataques virtuais contra educadores, mas também promove perseguições individuais a profissionais que abordam essas questões. Como consequência, cria-se um cenário de censura institucionalizada e autocensura docente, comprometendo a liberdade pedagógica e o direito à educação inclusiva. A imposição de uma agenda fundamentalista religiosa na educação ameaça os princípios de inclusão e diversidade, essenciais para um ambiente de aprendizado saudável e respeitoso. Trata-se de rompante violação dos Direitos Humanos, um dos baluartes da Psicologia Social Latinoamericana, negar a crianças e adolescentes o acesso a uma educação que reconheça e respeite as diversidades de gênero e sexualidade, bem como uma limitação do desenvolvimento cognitivo e social. A falta de uma educação inclusiva limita a capacidade dos estudantes de desenvolverem empatia, pensamento crítico e compreensão da diversidade humana, criando, assim, uma polarização social ao passo em que a promoção de visões fundamentalistas na educação dificulta o diálogo e a convivência respeitosa entre diferentes grupos sociais, materializando-se em violências psicossociais comunitárias. 5 - Justificativa A escolha de abordar o papel da Psicologia Social Crítica Latinoamericana para a comunidade LGBTQIAPN+ a partir de uma perspectiva histórica e decolonial se baseia na urgência de enfrentar as múltiplas formas de violência sistêmica que operam cotidianamente sobre corpos dissidentes, sobretudo LGBTQIAPN+, racializados e marginalizados, resultando em destruição de vida contra essa comunidade. Em um cenário marcado pela intensificação do conservadorismo, da violência política e da negação das diferenças, afirmar a comunidade Queer como potência de criação de novos modos de subjetivação com apoio da Psicologia Social Crítica Latinoamericana é posicionar-se radicalmente contra as formas hegemônicas de existência que impõem a cisheteronormatividade e o colonialismo. A ENABRAPSO 2025 tem como tema: “Aliança dos povos: Psicologia Social face à destruição de todas as formas de vida”, convocando a Psicologia Social a tomar parte nas lutas por justiça epistêmica, afetiva e existencial. Neste sentido, colocar a atuação da Psicologia Social Crítica Latinoameticana com a comunidade LGBTQIAPN+ no âmago da discussão é reconhecer que a perseguição a identidades de gênero diferentes da cisheteronormatividade colonial e destruição política e institucionalizada da vida pelo modelo conservador se dá também pelo apagamento de identidades e experiências não-normativas. Trata-se de afirmar que há resistência, reinvenção e criação de mundos possíveis a partir dos corpos e cultura Queer. Dessa forma, o minicurso propõe uma união entre campos praticos, teóricos e políticos de forma a romper com as imposições coloniais, patriarcais e institucionais que marginalizam corpos LGBTQIAPN+, abrindo espaço para uma Psicologia Social ético-

politicamente comprometida com a pluralidade dos povos, das subjetividades e das formas de existência e identidade. Trata-se de uma chamada para que a psicologia abrace a complexidade das existências Queer como parte fundamental da luta contra todas as formas de opressão identitária e de gênero que acarretam na destruição da vida destas comunidades oprimidas. 6 - Conclusão A Psicologia Social Crítica Latinoamericana fornece subsídios para combater discursos patologizantes, como a histórica classificação da homossexualidade e transsexualidade como doenças, e para legitimar identidades não-binárias e queer. Tendo apoiado movimentos pela despatologização das identidades trans e pela criação de políticas de saúde mental afirmativas, trata-se de uma abordagem que denuncia como a psicologia tradicional e a medicina reproduziram violências simbólicas e materiais contra a comunidade, como terapias de conversão e denuncia os danos causados por tentativas de "cura" da homossexualidade ou transexualidade. A partir da tomada de partido em prol do oprimido, a Psicologia Social Latinoamericana valoriza a agência política da comunidade LGBTQIA+, destacando a importância dos movimentos sociais (como o Stonewall e a Parada do Orgulho) na resistência à violência e a criação de redes de apoio comunitárias, como casas de acolhimento para jovens expulsos de casa por sua orientação sexual, embasando projetos de intervenção psicossocial. A implicação ético-política da Psicologia Social Latinoamericana direciona suas ações aos recortes de gênero, classe e raça, evidenciando e fortalecendo coletivos e pesquisas que articulam gênero, raça e classe, como os estudos sobre "transfeminismo negro" no Brasil, auxiliando na criação de contranarrativas midiáticas e educacionais, como materiais escolares que incluam famílias homoafetivas. Ao questionar o universalismo branco-eurocêntrico da psicologia, propõe epistemologias queer e dissidentes, bem como saberes indígenas e não-ocidentais sobre gênero ao passo em que vincula-se às lutas por Direitos Humanos. A Psicologia Social Crítica não apenas estuda a opressão, mas engaja-se na sua superação, colaborando para Políticas públicas, como o SUS para pessoas trans, formação profissional, como cursos de psicologia com disciplinas sobre diversidade e produção de subjetividades livres, onde ser LGBTQIA+ não seja um "desvio", mas uma possibilidade humana legítima.

MC 54. Oficinas de Prevenção Integral: capacitação de agentes-jovens em ISTs, gravidez, saúde mental e Covid-19

Thales Afonso dos Santos Corsino (USP), Valéria Nanci Silva (USP), Brisa Bejarano Campos (IP USP)

Descrição: Na última década, assistimos a retrocessos significativos nas bem-sucedidas políticas públicas de prevenção no campo das IST/Aids e de promoção da saúde reprodutiva, que afetaram especialmente adolescentes e jovens. Programas baseados em princípios de direitos humanos foram desaparecendo, políticas públicas que consideravam a diversidade das identidades sexuais e de gênero foram desmantelados, na contramão do crescimento da visibilidade dessa diversidade nos territórios escolares que acompanhávamos. Na emergência da pandemia da covid-19, que agudizou globalmente o cenário sindêmico de doenças infecciosas, assistimos ao negacionismo e à desinformação, somados à estigmatização e à discriminação advindas de governos conservadores que aprofundaram a moralização da sexualidade, a destruição de programas de prevenção sexual, o cuidado integral e, portanto, resultou na falta de acesso à educação sexual e preventiva e aos insumos de prevenção que cada vez mais estão sofisticados e diversos. O corte de investimentos em promoção da saúde e educação sexual aprofunda o sofrimento físico e psicossocial, inviabiliza projetos de vida e felicidade, e, negando direitos, mata, especialmente os corpos negros nas periferias. Nesse contexto, compromete-se a dignidade, a autonomia e a organização mais eficaz dos grupos que historicamente acumulam maior vulnerabilidade aos agravos de saúde sexual e reprodutiva, sobretudo de segmentos populacionais estigmatizados, marginalizados e racializados - pessoas LGBTQIA+, pessoas negras e mulheres nas periferias das cidades e do país. Respondendo a esse contexto e em consonância à convocação do 23º Encontro da ABRAPSO para uma Psicologia Social fundamentada pela aliança de povos - da terra ao asfalto, da mata à quebrada - relatamos resistência por meio da produção de estratégias alternativas às de destruição da vida de pessoas identificadas pelo conservadorismo autoritário como “sem direitos”. Como parte deste movimento, pesquisadores do Núcleo de Estudos para a Prevenção da Aids da Universidade de São Paulo (NEPAIDS/USP) desenvolveram e testaram, de 2020 a 2024, no âmbito do Projeto Temático FAPESP "Vulnerabilidades de jovens às IST/HIV e à violência entre parceiros: avaliação de intervenções psicossociais baseadas nos direitos humanos", uma metodologia de Oficinas de Prevenção Integral. Implementada junto a estudantes e professores de ensino médio e integrantes de organizações, a metodologia inclui 7 encontros. O modelo de oficinas, desenhado de acordo com princípios de ações baseadas em direitos humanos, supera a prevenção destacada/separada de cada agravo de saúde, por meio da concepção de “prevenção integral”. Nesse modelo, as pessoas participantes são capacitadas com informações de prevenção disponíveis, estimuladas a pensar/experimentar como encarnar na mesma cena de interação social/afetivo-sexual práticas de prevenção/proteção de infecções (como as ISTs/HIV, da Covid-19, da M-Pox), gravidezes não planejadas, violências sexuais e de gênero. Cabe ressaltar que os temas do assédio e do consentimento sustentaram nos primeiros anos da pandemia de covid-19 as brechas para tratar de gênero e sexualidade. Frente a essas especificidades, tal formação leva em consideração as escolhas e os desejos, bem como a ausência ou a presença de políticas públicas e serviços no território, ambas apresentadas por meio das cenas. Desse modo, pretende-se estimular competências transversais que não se limitem a um agravo específico. Por exemplo, se jovens compreendem as razões sociais, subjetivas e políticas e decidem utilizar a camisinha, podem aplicar essa

compreensão e competência a outras situações. Por outro lado, experiências de prevenção da Covid-19 demandam competências distintas que sejam mobilizadas na prevenção do HIV, da gravidez e de outros agravos. O objetivo no horizonte é formar pessoas que se assumam como sujeitos de direitos, reflexivos e criativos na produção de respostas para proteção da sua saúde e da saúde coletiva em tempos de crise climática para a qual se espera o surgimento concomitante de várias epidemias, uma sindemia que no plano pessoal exige prevenção concomitante a vários agravos. Aqui reside a contribuição deste curso para a formação em Psicologia Social, contextualizada às especificidades de territórios e seus agentes. A oficina visa a capacitação de agentes-jovens de prevenção integral que possam atuar em suas escolas, ONGs e em outros espaços comunitários, com autonomia para promover adaptações nos projetos e multiplicar saberes em suas comunidades também para outras faixas etárias. O método foi inspirado nas experiências do projeto "Fazendo Arte com a Camisinha", nas "Orientações Técnicas de Educação em Sexualidade para o Cenário Brasileiro" e na "Linha de Cuidado para a Saúde na Adolescência e Juventude para o SUS no Estado de São Paulo" e baseia-se em uma abordagem multicultural dos direitos humanos, dialogando com a pedagogia crítica de Paulo Freire, o Teatro do Oprimido de Augusto Boal e o psicodrama latino-americano. O uso das "cenas como unidade de análise" (Paiva, 2006) permite compreender as interações sociais que produzem maior ou menor vulnerabilidade ao adoecimento. A análise da cena — incluindo seus elementos simbólicos, afetivos, institucionais e territoriais — possibilita intervenções contextualizadas e emancipatórias, promovendo educação dialógica e protagonismo juvenil. As oficinas de prevenção integral se integram como uma das respostas e experiências práticas no contexto de crise social e sindêmica a serem debatidas no Eixo 12 - Gênero, Sexualidades e Intersecções. O minicurso objetiva tornar visível um modo de incorporar práticas psicossociais que consideram marcadores sociais da diferença (identidades sexuais e de gênero, raça, marcados, principalmente, pela dissidência de seus corpos), reconhecendo a interseccionalidade das violências e das discriminações que estruturam o cotidiano de jovens. A proposta do minicurso é apresentar os fundamentos teórico-metodológicos, os objetivos e a estrutura das sete sessões das oficinas, que são: 1) Sensibilização para os temas: discussão sobre direitos sexuais e reprodutivos, violências, gênero e juventudes. 2) Mapeamento dos rolês: cartografias dos espaços e interações de risco e proteção. 3) Roda-viva e decodificação da cena: análise dramatúrgica de situações cotidianas para compreensão das vulnerabilidades. 4) Corpo sexual e reprodutivo, métodos preventivos e redução de riscos. 5) Produção de estratégias para prevenção e promoção da saúde. 6) Saúde mental: discussão sobre sofrimento, escuta, cuidado e redes de apoio. 7) Consentimento: discussão sobre negociação das práticas sexuais. Cada sessão será apresentada com seus objetivos específicos, dinâmicas utilizadas e experiências concretas ocorridas em escolas públicas. A metodologia é fortemente centrada na comunicação grupal, na educação entre pares e na construção coletiva de soluções para desafios concretos vividos por jovens. Público-alvo: estudantes de graduação e pós-graduação, profissionais de psicologia, educação, saúde e assistência social, pesquisadores e militantes com interesse na interface entre juventudes, prevenção, saúde coletiva e direitos humanos. Carga horária: 3 horas. Número de vagas: 30. Proponentes: Equipe Projeto Temático número 2017/25950-2 - FAPESP/ NEPAIDS/USP. Instituição: Universidade de São Paulo. Financiamento do projeto de origem: FAPESP.

MC 55. Onde a Morte é Política, a Vida é Insurgência: Suicídio, Luto e Interseccionalidades na Experiência Negra

Sem Coordenado

Descrição: A morte nunca foi um evento puramente biológico. Em diferentes contextos históricos e políticos, a forma como se morre, quem morre, quem é enlutado e quem é esquecido são questões profundamente atravessadas pelas relações de poder que organizam a vida social. Partindo desta compreensão, esta proposta busca construir um espaço crítico de reflexão sobre os modos de morrer, o suicídio e os processos de luto a partir das experiências negras no Brasil contemporâneo. Nosso ponto de partida é reconhecer que, em sociedades estruturadas pelo racismo, pelo capitalismo neoliberal e pela cisheteronormatividade, a morte é politizada — ela é governada, administrada e distribuída de maneira desigual. A partir do conceito de necropolítica formulado por Achille Mbembe (2011), compreendemos que as dinâmicas sociais contemporâneas não apenas controlam a vida, mas operam sobre a gestão das mortes. A necropolítica, enquanto expressão radical do biopoder, designa a capacidade de determinar quem deve viver e quem deve morrer, naturalizando a exposição de certos corpos — notadamente corpos negros, indígenas, pobres, LGBTQIAPN+ — a condições extremas de vulnerabilidade, violência e morte precoce. Assim, a morte, longe de ser um evento acidental ou exclusivamente individual, é fabricada socialmente e administrada politicamente. Dentro desse contexto, o suicídio emerge não apenas como um gesto íntimo de desespero, mas como um fenômeno social e histórico, profundamente entrelaçado às estruturas de opressão. O ato suicida, muitas vezes tratado pelas abordagens tradicionais como uma questão individual de ordem biológica ou psicológica, é, na verdade, um sintoma extremo das condições desumanizantes impostas por uma sociedade que produz vidas precárias, vidas que não são reconhecidas plenamente como dignas de existir. Essa perspectiva crítica nos obriga a recusar explicações biologicistas, psicologizantes e moralizantes que isolam o suicídio do campo social e, consequentemente, culpabilizam as vítimas por seu sofrimento. Este projeto propõe, portanto, desnaturalizar a morte e o suicídio a partir de uma leitura interseccional que considere as múltiplas camadas de violência que incidem sobre corpos racializados, generificados e marginalizados. A interseccionalidade, como ferramenta analítica, nos permite compreender que raça, gênero, sexualidade e classe não operam de maneira isolada, mas produzem, em sua interação, experiências específicas de sofrimento, exclusão, morte e também de resistência. Ao discutir a produção social do morrer, dos processos de luto e das práticas de prevenção do suicídio, propomos centralizar a análise naquilo que Judith Butler (2021) denomina "vidas enlutáveis": aquelas cuja perda é socialmente reconhecida, digna de luto e de memória. Em contrapartida, existem vidas cuja morte é silenciada, banalizada ou mesmo legitimada pelo tecido social. A racialização da morte, nesse sentido, revela-se de maneira brutal: corpos negros, indígenas e dissidentes têm seu luto frequentemente desautorizado, assim como suas mortes são invisibilizadas ou justificadas pela lógica racista do abandono e da culpabilização. Construir um espaço de diálogo e reflexão crítica sobre estes temas é, portanto, também um ato ético-político de resistência. Em uma sociedade que mata antes da morte física pela exclusão, pela negação de direitos, pela desumanização, pensar modos de promoção radical da vida significa imaginar formas de cuidado, reconhecimento e dignidade para todos aqueles e aquelas cujas existências são cotidianamente ameaçadas. Ao descentrar o olhar biomédico individualizante e mobilizar perspectivas históricas, políticas e decoloniais, buscamos ampliar a compreensão sobre o suicídio e a morte, promovendo um

debate comprometido com a justiça social, a equidade e a produção de outras possibilidades de existência. É nesse movimento que se inscreve esta proposta: articular a reflexão sobre o morrer e o luto na experiência negra, evidenciando as marcas da necropolítica e as possibilidades de resistência que se abrem na promoção da vida como um ato radical e coletivo. Objetivos da proposta: Compreender o suicídio no entrecruzamento das dimensões biológica, psicológica, social e política; Analisar o impacto da necropolítica na produção social da morte, do morrer e dos processos de luto; Discutir as interseccionalidades de raça, gênero, sexualidade e classe na experiência da morte e do luto; Refletir sobre o conceito de "vidas enlutáveis" (Butler, 2021) e as desigualdades no reconhecimento social do luto; Problematizar práticas de prevenção do suicídio para além da culpabilização individual, em direção à promoção coletiva da saúde e da vida. Conteúdos Programáticos: Elementos para uma Compreensão Histórica e Política da Morte e do Suicídio O suicídio como ato exclusivamente humano; Síntese histórica das compreensões hegemônicas do suicídio no Ocidente; A construção ideológica da morte no capitalismo. Definições Científicas e Críticas sobre o Suicídio Comportamentos suicidas (ideação, tentativas, para-suicídios e suicídios consumados); A ideologização do suicídio pelas ciências biomédicas e sociais: biologicismo, psicologismo e sociologismo; A produção de sofrimento no capitalismo neoliberal. Necropolítica, Raça e Morte O conceito de necropolítica e o governo das mortes negras (Mbembe, 2011); Estatísticas raciais do suicídio e mortes evitáveis; A produção social do morrer precoce: juventude negra, sexualidades dissidentes e gênero. Luto, Reconhecimento e Interseccionalidades Quem são os sujeitos do luto? "Vidas enlutáveis" e vidas desumanizadas; Racismo, luto e silenciamento; Prevenção do suicídio ou promoção radical da vida? Procedimentos de Ensino: Aula expositiva e dialogada; Perguntas e problematizações; Rodas de discussão e análises coletivas. Referências AGUIAR, Gilberto O. O suicídio entre jovens negros na perspectiva Durkheimiana. Identidade, São Leopoldo, RS, v.17, 2012. BERNARDINO-COSTA, Jozé. A prece de Frantz Fanon: Oh, meu corpo, faça sempre de mim um homem que questiona! Civitas, Rev. Ciênc. Soc. 16 (3). Jul-Sep, 2016. BUTLER, Judith. A força da não violência: um vínculo ético e político. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2021. FANON, Frantz. Pele Negra, máscaras brancas: Tradução Renato da Silveira, Salvador: EDUFBA, 2008. NAVASCONI, Paulo V P.; MOSCHETA, Murilo S. O existente inexistente: a interseccionalidade de raça, sexualidades e suicídio. In: FRANÇA, F. F.; FELIPE, D. A. (org.). Gênero, sexualidade e raça: processos de interseção nos espaços escolares e não escolares. Campo Mourão: Ed. da Universidade Estadual do Paraná, 2018. p. 15-30. NAVASCONI, Paulo V P. Vida, adoecimento e suicídio: racismo na produção do conhecimento sobre jovens negros/as LGBTTIs. 2018. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2018. VERGÈS, Françoise. Um Feminismo decolonial. 1. Ed. São Paulo: Ubu Editora, 2020. WERNECK, Jurema. Iniquidades raciais em saúde e políticas de enfrentamento: as experiências do Canadá, Estados Unidos, África do Sul e Reino Unido. In: BRASIL. Fundação Nacional De Saúde. Saúde da população negra no Brasil: contribuições para a promoção da equidade. Brasília: Funasa, 2005.

MC 56. Pistas para uma artesania do cuidado nas políticas públicas

Marcos Paulo Cavalcanti dos Santos (CRP/PE - UNICAP), Luisa Marianna Vieira da Cruz (CRP-PE/ UNICAP), Maria Moniely Martins Ferreira (UFPE)

Descrição: O minicurso, com perspectiva teórico-vivencial, destina-se a refletir sobre as relações de cuidado oferecidas nas mais diversas políticas públicas, considerando os marcadores sociais, tais como as questões de raça, gênero, sexualidade e território. Assim, de forma mais específica, abordaremos as noções de cuidado vinculadas à garantia de direitos, além de desenvolver pistas coletivas para a ética do cuidado, com base nas Referências Técnicas do CREPOP (Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas) do Sistema Conselhos de Psicologia. Sendo assim, diante das atividades desenvolvidas no CREPOP, especialmente por seu papel técnico e ético, compreendemos a importância de empreender esforços para se pensar outras estratégias de cuidado, alinhadas com os relatos das profissionais de Psicologia inseridas nas políticas públicas em saúde, educação, assistência social e segurança, entre outras, que estão constantemente sendo provocadas pela elaboração de estratégias de cuidado atreladas à garantia de direitos, diante de um cenário marcado por tensões e desigualdades que afetam diretamente a vida de grupos historicamente subalternizados em detrimento de uma parcela da sociedade que mantém em seu poderio grande parte da riqueza produzida no país. É sabido que apesar dos esforços empreendidos por diversos profissionais da Psicologia, bem como do compromisso intransigente com os Direitos Humanos, muito ainda há no que avançar por uma ciência e profissão comprometida com a diversidade social, ambiental e cultural. Desse modo, a Psicologia Social, enquanto campo do conhecimento que se preocupa com as relações entre os indivíduos e a sociedade, assim como discute acerca das desigualdades estruturais e às diferentes formas de violência que perpassam as experiências de vida de diversos grupos sociais, se apresenta como um campo do saber que se aproxima das demandas advindas por uma parcela da população que historicamente foi, e ainda é relegada pela dita ciência moderna. Por isso, empreendemos para este minicurso, uma discussão decolonial acerca dessas temáticas. Principalmente entendendo que a maioria das opressões dos marcadores sociais coadunam na vivência de pessoas negras em nosso país. A oferta de cuidados, como um compromisso das políticas públicas, em alguns contextos é mitigada a essa população. Paradoxalmente, pessoas negras desempenham quase que, majoritariamente, papeis de cuidado em nossa sociedade. E essa relação, acaba por intervir em muitos campos da vida de quem é subalternizado, principalmente quando o preceito de cidadania não é amplamente garantido. Além disso, destacamos que quando não se leva em consideração as dimensões subjetivas, culturais e sociais das pessoas e em contextos mais amplos, pode, inclusive, se distanciar das realidades cotidianas e o cuidado se torna fragmentado e descontextualizado. E, em muitos casos, é comum desconsiderar o conhecimento que as comunidades possuem sobre suas condições de vida e suas necessidades de cuidado, limitando a ação a um modelo de intervenção vertical e, por vezes, alienante. É nesse cenário que se posiciona a importância desse minicurso, pois diante das complexidades das relações de cuidado, com suas especificidades e desafios, é fundamental refletir sobre as práticas que buscam mitigar os efeitos das violências, assim como também proporcionar uma transformação social. E a Psicologia pode contribuir para uma análise crítica das dinâmicas sociais ao promover ações que possam transformar as estruturas que sustentam as desigualdades e a violência. A forma como a Psicologia lida com essas questões pode, e deve, ir além da simples intervenção, e se constituir em uma prática comprometida com a desconstrução de hierarquias sociais e com a promoção da equidade. Para isso, é necessário que a atuação da Psicologia se conecte de maneira mais profunda e estratégica com as realidades dos grupos subalternizados, considerando não apenas as suas dificuldades, mas também suas potencialidades e capacidades de transformação. Nesse sentido, ao

focarmos nas políticas públicas, é importante destacar que estas devem ser pensadas, elaboradas e executadas de forma a garantir a efetividade dos direitos, respeitando e valorizando as especificidades de raça, gênero, sexualidade e território, e, sobretudo, combatendo todas as formas de discriminação e opressão que sustentam a marginalização e subalternização desses grupos. As políticas públicas devem ser vistas como ferramentas fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa, no qual a dignidade e os direitos humanos sejam respeitados em sua totalidade. No entanto, para que isso aconteça, é necessário que essas políticas se articulem com as vivências e necessidades dos sujeitos que as receberão, respeitando sua diversidade e seus contextos específicos. A prática de um cuidado que realmente seja efetivo precisa ser sensível aos aspectos subjetivos e culturais das populações atendidas, e estar atenta às diferentes formas de violência que essas populações sofrem diariamente. Desse modo, buscamos refletir sobre as práticas de cuidado não hegemônicas, na medida em que desejamos além mitigar os danos das violências sofridas, mas também contribuir para o desenvolvimento da autonomia das pessoas envolvidas. A noção de cuidado que será abordada no minicurso se articula com a garantia de direitos e a necessidade de uma atuação política/crítica da Psicologia. A psicologia social, em uso das estratégias de acesso aos direitos humanos e promoção de cuidado, se estabelece como uma possibilidade de atuação no campo da Psicologia capaz de se contrapor a um sistema que mantém e dissemina violências, bem como a destruição de algumas formas de vida. O papel da Psicologia, nesse contexto, vai além da assistência técnica e se articula com uma agenda de transformação social e política. A prática da Psicologia Social deve estar comprometida com a luta por uma sociedade mais inclusiva, equitativa e respeitosa, que promova o bem-estar de todas as pessoas. Quando se pensa neste minicurso, queremos propagar o compromisso ético-político de combate à destruição de todas as formas de vida, principalmente aquelas que historicamente foram caracterizadas à margem dos direitos. A provocação aqui é para fazer-nos refletir sobre as potencialidades do cuidar e de como esse cuidado está atrelado a uma rede que dialoga não só entre a sociedade, mas em todo o ecossistema que nos permeia. O cuidado, portanto, não é um ato isolado ou individualizado, mas sim um processo coletivo, que envolve múltiplos agentes e dimensões da realidade social. No tecido social, só conseguimos garantir que esses direitos sejam estabelecidos quando ocorre uma aliança entre a sociedade civil, os serviços e as políticas públicas. As políticas públicas, para serem eficazes, devem ser desenvolvidas com a participação ativa das comunidades e de profissionais comprometidos com a justiça social. Quando convidamos a dialogar, queremos dar espaço às vivências sobre um modo de vida heterogêneo, capaz de alinhar os processos de subjetivação a todo um cenário social que deve debater os marcadores sociais. O diálogo é essencial para a construção de um modelo de cuidado que seja verdadeiramente inclusivo e respeite as diversidades. A busca por um cuidado mais eficaz e sensível às especificidades dos grupos sociais que enfrentam desigualdades não pode ser realizada de forma isolada ou sob moldes eurocêntricos. Cada comunidade, cada grupo, possui suas próprias necessidades e saberes que devem ser reconhecidos e respeitados no processo de elaboração de políticas públicas e estratégias de cuidado. Ao longo deste minicurso, buscaremos construir reflexões coletivas que, por um lado, critique as formas hegemônicas de cuidado e, por outro, propõe alternativas baseadas na participação ativa, no respeito à diversidade e na construção de direitos para todos, considerando raça, gênero, sexualidade ou território. O cuidado deve ser uma prática que, ao invés de impor soluções externas, respeite as formas de organização social e de saberes presentes nas comunidades, atuando de maneira integrada e colaborativa com essas populações. Somente assim, poderemos avançar para um modelo de cuidado que seja, de fato, transformador e promova a justiça social em todos os seus aspectos.

MC 58. Práticas Antirracistas: O papel da Psicologia Social na luta contra o racismo

Fernanda França Fernandes (UFRJ)

Descrição: Este minicurso propõe uma reflexão crítica, interdisciplinar e engajada sobre o racismo enquanto fenômeno estrutural, institucional, interpessoal e subjetivo, a partir das ferramentas conceituais e metodológicas da Psicologia Social. Nosso objetivo é evidenciar como a Psicologia, historicamente implicada na reprodução de paradigmas eurocentrados, pode — e deve — se reorientar a partir de compromissos éticos, epistemológicos e políticos com a luta antirracista. Reconhecemos que o racismo não é um desvio ou um problema individual de caráter moral, mas um sistema de dominação que organiza profundamente as relações sociais no Brasil e em diversas partes do mundo. Ao longo de séculos, o racismo constituiu-se como tecnologia de poder colonial e moderna, sustentando a exploração, exclusão e silenciamento de populações racializadas, especialmente negras e indígenas. Suas consequências são observáveis tanto em indicadores socioeconômicos quanto nos atravessamentos subjetivos — como o sofrimento psíquico, a desumanização simbólica e a negação da identidade. Ao tratar de racismo estrutural, tratamos da base mesma sobre a qual as sociedades se organizam, naturalizando hierarquias, privilégios e violências. Quando a Psicologia negligencia essa dimensão, corre o risco de ser conivente com a perpetuação das desigualdades. Por isso, este minicurso se ancora na convicção de que uma Psicologia comprometida com a justiça social precisa se posicionar de forma ativa e crítica no combate ao racismo. O minicurso se justifica pela necessidade urgente de espaços formativos que problematizem as formas pelas quais o racismo impacta subjetividades e relações sociais, especialmente em um contexto em que o genocídio da população negra — em suas múltiplas dimensões — segue sendo uma realidade. Desde a exclusão de oportunidades à violência institucional (como a violência policial, o encarceramento em massa, o racismo na saúde e na educação), o racismo atinge não apenas corpos, mas também vidas e projetos de existência. Ao abordar as diversas maneiras pelas quais o racismo se manifesta — do preconceito mais sutil à exclusão explícita, da violência simbólica à violência letal — reconhecemos que essas práticas têm efeitos trágicos, ameaçando a vida e a dignidade de milhões de pessoas. Nesse sentido, o tema do Congresso, ao propor reflexões sobre a vida, as resistências e os processos de subjetivação, convoca a Psicologia Social a se posicionar de forma inadiável frente às violências raciais. O racismo, em sua complexidade, não pode ser compreendido sem a articulação entre as dimensões histórica, política, afetiva e simbólica das relações sociais. Por isso, a Psicologia precisa se comprometer com análises que reconheçam a permanência do colonialismo como racionalidade organizadora do presente; A branquitude como norma que define o que é legítimo, normal, científico e aceitável; O epistemicídio de saberes produzidos por intelectuais e comunidades negras e indígenas e a centralidade do enfrentamento ao racismo para qualquer projeto ético e democrático. Além disso, o minicurso parte do reconhecimento de que a luta antirracista deve ser necessariamente interseccional. Racismo, sexismo, classismo, capacitismo e outras formas de opressão se entrelaçam, exigindo abordagens que contemplem essas intersecções em qualquer proposta de transformação social. Nesse sentido, a Psicologia Social tem papel fundamental na análise dessas relações e no fomento a práticas emancipatórias. Nosso minicurso dialoga diretamente com esse chamado, pois propõe compreender o racismo a partir das dinâmicas sociais e afetivas que o sustentam, e construir práticas antirracistas capazes de fomentar contextos mais equitativos, inclusivos e seguros. Ao compreender que o

racismo é uma ameaça à vida e à subjetividade, entendemos que combatê-lo não é apenas uma tarefa política, mas também uma tarefa existencial e coletiva. Participar deste minicurso significa ampliar a capacidade de análise crítica, aprofundar a escuta ética e reorientar práticas a partir de referenciais mais justos e representativos. A formação em Psicologia Social, muitas vezes centrada em referenciais hegemônicos, precisa ser tensionada por outras epistemologias — como a psicologia negra, a psicologia comunitária crítica, uma psicologia contracolonial, além das perspectivas interseccionais — que evidenciam os atravessamentos de raça, classe, gênero e território na produção da subjetividade. Desta forma, o minicurso pretende contribuir com: A ampliação do repertório teórico-crítico sobre racismo estrutural, institucional, simbólico e epistêmico; A articulação entre teorias da Psicologia Social e práticas antirracistas nos contextos clínico, institucional, comunitário e educacional; A análise crítica da branquitude como estrutura de poder e norma invisível; A desconstrução de epistemologias eurocentradas que sustentam a exclusão de saberes, corpos e práticas não brancas; A promoção de estratégias ético-políticas para a atuação transformadora da Psicologia no enfrentamento das desigualdades raciais. Mais do que oferecer respostas prontas, o minicurso convida à escuta ativa, à responsabilização e à co-construção de práticas implicadas com o bem viver coletivo e a radicalidade da justiça social. A condução do minicurso será fundamentada em metodologias ativas e participativas, com ênfase no diálogo, na escuta sensível e na construção coletiva do conhecimento. Com base nas seguintes questões norteadoras: O que é o racismo e como ele se constituiu como base estrutural da sociedade brasileira? Refletiremos sobre os fundamentos históricos do racismo no Brasil e sua continuidade nos dias atuais, abordando a ideia de “racismo à brasileira” e o mito da democracia racial. Como as estruturas sociais e culturais influenciam as percepções e atitudes racistas? Discutiremos como normas, valores, mídias e instituições socializam práticas racistas e contribuem para sua naturalização. De que maneira a Psicologia Social pode contribuir para a compreensão e o combate ao racismo? Apresentaremos conceitos e abordagens críticas da Psicologia Social, com destaque para as representações sociais, identidade social, estereótipos, influência social e engajamento político. Quais são os principais conceitos e teorias que explicam os processos de discriminação e preconceito racial? Abordaremos tanto teorias clássicas (Moscovici) quanto abordagens contemporâneas (como Fanon, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Grada Kilomba, bell hooks). Como promover a conscientização e a mudança de atitudes racistas na sociedade? Analisaremos intervenções educativas, campanhas de sensibilização, processos formativos institucionais e práticas comunitárias. Quais estratégias e práticas antirracistas podem ser aplicadas no cotidiano e em ambientes institucionais? Compartilharemos metodologias participativas, experiências práticas e projetos inspiradores, especialmente voltados para a educação, saúde e políticas públicas. Dessa forma, serão utilizadas as seguintes metodologias: Roda de conversa, com base nas perguntas norteadoras; Análise de narrativas e casos reais, extraídos de contextos institucionais; Leitura compartilhada de textos de autoras/es negras/os, indígenas; Audiovisual e recursos culturais, como vídeos curtos, músicas e imagens; Curadoria de materiais antirracistas, com sugestões para aprofundamento. A metodologia prioriza o reconhecimento das experiências e saberes dos participantes, valorizando suas histórias e perspectivas. A intenção é criar um espaço horizontal, seguro e potente para a reflexão e a transformação. Bibliografia ANDERY, A.A. Psicologia na comunidade. In: LANE, S. & CODO, W. (Orgs.) Psicologia Social: o homem em movimento. 8.ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. p.203-220. BARROS, Regina Duarte Benevides de; JOSEPHSON, SILVIA Carvalho. A invenção das massas: psicologia entre o controle e a resistência. In: Ferreira, Arthur Leal; Jacó-vilela, Ana Maria. Portugal, Francisco Teixeira (orgs.). História da psicologia: rumos e percursos. RJ: Nau Editora,

2007. Cap 26 CARNEIRO, Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2011. FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Salvador: EDUFBA, 2008. GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. HOOKS, bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013. KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. São Paulo: Cobogó, 2019. LANE, S. O processo grupal. In: LANE, S. & CODO, W. (Orgs.) Psicología Social: o homem em movimento. 8.ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. p.78-98. MBEMBE, Achille. Necropolítica. São Paulo: N-1 Edições, 2018. MOSCOVICI, Serge. Representações sociais: investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2015. NASCIMENTO, Abdias do. O genocídio do negro brasileiro. São Paulo: Perspectiva, 1978. SILVA, Neusa Santos. Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro em ascensão social. Rio de Janeiro: Graal, 1983. SPINK, P. K.. Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista. Psicologia & Sociedade, v. 15, n. 2, p. 18–42, jul. 2003. SPINK, M. J. P., & Spink, P. K. (2005). A psicologia social na atualidade. In A. M. Jacó-Vilela, A. A. L. Ferreira, & F. T. Portugal (Orgs.), História da psicologia: rumos e percursos (p. 565). Rio de Janeiro: Nau Ed, 2007. cap 32 PEDRO, Rosa Maria Leite Ribeiro; MOREIRA, Mariana de Castro. Conhecer, intervir, partilhar: pistas para a pesquisa psicossocial na construção de mundos possíveis. Pesquisas e Práticas Psicossociais, São João del-Rei, v. 16, n. 2, p. 1–17, 2021. RIBEIRO, Katiúscia. (2020). O futuro é ancestral. Le Monde Diplomatique. Disponível em <https://diplomatique.org.br/o-futuro-e-ancestral/>

MC 59. Práticas Psicossociais no atendimento aos processos de escolarização: reflexões críticas não medicalizantes na educação

Mônica Cintrão França Ribeiro (CRP SP), Camila Andrade de Oliveira (CRPSP)

Descrição: A formação em Psicologia tem possibilitado ao longo dos anos reflexões sobre uma prática profissional no atendimento psicológico que busca romper com diagnósticos voltados aos problemas de aprendizagem em favor de intervenções nos processos de escolarização (Souza, 2020). A partir de uma perspectiva crítica, pretende-se problematizar uma prática clínica convencional e hegemônica no atendimento psicológico às queixas escolares, por compreender os problemas de escolarização como fenômenos psicopatológicos institucionais e não de pertencimento da criança encaminhada ou de sua família. São consideradas as relações interpessoais estabelecidas na escola como sendo adoecedoras e que podem levar aos problemas escolares (comportamento, aprendizagem), e não de pertencimento exclusivamente do aluno que é convencionalmente encaminhado aos consultórios psicológicos com as queixas escolares. Nesse sentido, as práticas psicológicas, sejam elas clínicas ou institucionais, estão voltadas a uma leitura dos processos de escolarização a partir de uma perspectiva sistêmica, que compreende as intervenções psicológicas no cotidiano da escola e as queixas escolares como resultado de funcionamentos escolares adoecidos, produtores de fracasso escolar (Patto, 2022). Este minicurso convida pesquisadoras(es), estudantes e profissionais da psicologia e da educação a pensarem, coletivamente sobre os procedimentos de avaliação psicológica realizados nos atendimentos aos alunos encaminhados pelas escolas aos consultórios de Psicologia e a produção de laudos psicológicos que selam o destino de crianças e adolescentes, produzindo a estigmatização e exclusão escolar e social. Aliado na direção de combater tais procedimentos, constata-se o aumento vertiginoso da prescrição e do consumo de medicamentos como instrumento de controle e no tratamento de supostos transtornos e distúrbios na área da saúde mental, bem como a epidemia de laudos psicológicos e psiquiátricos especialmente entre as crianças e adolescentes em idade escolar (Moysés e Collares, 2010). Cada vez mais a sociedade se vê afetada por processos medicalizantes que naturalizam problemas de ordem social, econômica, política, institucional e os atribuem a questões individuais. A infância e a juventude estão em risco, a realização cada vez mais precoce de cirurgias em jovens por culto a um determinado tipo de beleza, alarmantes usos de metilfenidato em vestibulandos ou estudantes pressionados por exigências acadêmicas, excessivos diagnósticos de TDAH, TOD, Dislexia e TEA, em decorrência de um suposto mal desempenho ou comportamento na escola, contenção química a adolescentes em medidas protetivas ou socioeducativas, capacitismo em relação às pessoas com deficiência (PcD), e a tantas outras esferas aonde vem se dando a busca pela captura das subjetividades por processos biologizantes e patologizantes - bioidentidades - e uma tendência ao silenciamento e apagamento das singularidades. O Conselho Regional de Psicologia de São Paulo por reconhecer a complexidade do fenômeno da medicalização propõe neste encontro um diálogo a partir de diferentes perspectivas profissionais e territoriais, considerando os marcadores de classe, raça, gênero e pobreza. Essa ação visa a contribuir nas políticas públicas de forma a eliminar qualquer forma de discriminação e preconceito, promovendo a diversidade e o enfrentando sobre essas práticas patologizantes e medicalizantes. Frente a isto, a proposta deste minicurso é discutir o que é o fenômeno da medicalização da vida e da educação, trazendo dados sobre o aumento dos diagnósticos e da compra de medicamentos; refletir sobre a produção da

saúde mental como mercadoria e os interesses da indústria farmacêutica frente ao processo de patologização da vida; analisar de maneira crítica os critérios utilizados nos diagnósticos psicológicos; problematizar a formação em Psicologia e apresentar propostas de intervenções para atuação nas políticas públicas de educação e assistência social. Apresenta-se, portanto, reflexões sobre a luta por uma educação não medicalizada e procedimentos não medicalizantes no atendimento psicológico a crianças e adolescentes, bem como a construção de uma escola como um espaço de aprendizagem e socialização, de inclusão social, de incentivo à pluralidade e respeito à diversidade (CFP, 2023). O plano é considerar uma formação de psicólogas e psicólogos para atuação em psicologia escolar e educacional que se coaduna ao eixo 'Psicologia Social e Educação' na medida em que propõe uma reflexão sobre o compromisso ético-político na produção de subjetividade no campo da educação que favoreça a saúde mental. Vale destacar o papel da escola qual seja, promover o respeito ao outro de forma a acolher e valorizar a diversidade de indivíduos e de grupos sociais com seus respectivos saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem discriminações de quaisquer naturezas, conforme postula a maior legislação educacional brasileira antirracista (Lei n. 9.394, 1996), alteradas pelas leis 10.639/2003 e 11645/2008 que tornou obrigatória a inclusão das contribuições das culturas afrobrasileiras e indígenas no currículo escolar. Como espaço de convivência social, o ambiente escolar proporciona que crianças e jovens formem suas primeiras interações sociais complexas para além da família de forma a interagir com grupos que possuam valores, crenças e percepções de mundo diferentes. Para Jesus (2018), o imaginário social, carregado de estereótipos sobre a população negra interfere nas relações entre os educandos entre si, como também entre estudantes e professores(as). A reprodução desse imaginário e das opressões raciais por parte dos professores (as) e o silenciamento face às manifestações das discriminações são fatores importantes para aumentar a desmotivação das crianças e adolescentes negras na escola. Corroborando com essa afirmação, Figueiredo (2021), entende que o ideário que perpassa a escola sob a sua pressuposta neutralidade e universalidade, configura-se como uma instituição excludente para os educandos negros e negras. A própria instituição de ensino vem descumprindo a sua maior legislação educacional antirracista, fruto da luta do movimento negro educador, conforme postulado por Gomes, 2021). Para problematizar o racismo à brasileira nos valemos dos estudos de Gomes (2012) Munanga (2005), Oliveira (2021) e para compreender as implicações das discriminações raciais no contexto escolar e na construção das subjetividades dos educandos dialogaremos com as contribuições de Calado (2024), Cavalheiro (2000) Gomes (2020). Dessa forma, abordaremos a perspectiva antirracista como eixo transversal e inegociável na formação e na prática profissional em psicologia escolar e educacional. Reconhecendo que os processos de medicalização e patologização da infância atingem de forma desproporcional crianças negras, é fundamental problematizar como o racismo estrutural atravessa as queixas escolares, os encaminhamentos e os diagnósticos. Tais processos operam como dispositivos de exclusão, perpetuando desigualdades históricas no acesso e permanência de estudantes negros no espaço escolar. Assim, o debate antirracista é imprescindível para a construção de práticas psicológicas comprometidas com a equidade racial, o enfrentamento das violências institucionais e a promoção de uma educação antirracista. Para dialogar sobre estes assuntos, neste minicurso serão apresentados estudos de casos, como disparadores para a reflexão sobre as intervenções realizadas por estudantes do último ano do curso de Psicologia de uma universidade na cidade de São Paulo, com base na perspectiva crítica, a partir de projetos e experiências nos estágios supervisionados em psicologia escolar e psicologia social. Essas atividades supervisionadas nos espaços escolares e comunitários buscam o

enfrentamento das especificidades de cada campo de estágio na formação de profissionais da Psicologia para atuação nas políticas públicas, especialmente no atual contexto de implementação da Lei 13.935/19, tendo como um dos eixos de estudo as Referências Técnicas para atuação de psicólogas/os na educação básica (CFP, 2019), documento produzido pelo Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) que foi criado em 2006 pelo Sistema Conselhos de Psicologia com objetivo de promover a qualificação da atuação profissional de psicólogas e psicólogos que atuam nas diferentes áreas das políticas públicas. Além disso, serão elucidados os procedimentos éticos e técnicos do exercício profissional em Psicologia, na produção de documentos escritos a partir dos atendimentos psicológicos realizados (CFP, 2019) e do Código de Ética Profissional da Psicologia (CFP, 2005). Palavras-chave: formação do/a psicólogo/a; medicalização; psicologia e clínica ampliada; políticas públicas; lei 13.935/19 Número de vagas: 30

MC 60. Círculos de Cultura – Paulo Freire: A Experiência do Instituto de Referência Negra Peregum

Sulamita Jesus de Assunção (USP), Thaís Fernanda Gonçalves de Lima (psicologa)

Descrição: APRESENTAÇÃO Em 2024, o Instituto de Referência Negra Peregum, em parceria com a Advocacia-Geral da União (AGU) e o Ministério da Igualdade Racial (MIR), lançou o Programa Esperança Garcia com o objetivo de fortalecer a inserção de pessoas negras nos cargos da Advocacia Pública Nacional. A iniciativa oferece 130 vagas distribuídas em todo Brasil, para graduadas/os em direito, priorizando a seleção de mulheres, população quilombola, pessoas com deficiência e população LGBTQIAPN+. As pessoas selecionadas têm acesso a uma plataforma de estudos e mentorias de preparação para concursos ao longo de três anos. Além disso, 30 participantes recebem uma bolsa mensal no valor de R$ 3 mil. RESUMO No cenário da aprendizagem, entende-se que assimilar conhecimento é um fenômeno complexo e interdependente, que vai além das funções puramente cognitivas. Isso significa que, para que os conteúdos sejam internalizados e as pessoas se desenvolvam em suas trajetórias educacionais e pessoais, é fundamental que outras esferas da vida sejam contempladas. Questões como moradia, alimentação, segurança financeira, cidadania, respeito, dignidade, rede de afetos e apoio, além da saúde emocional, são condições essenciais à aprendizagem. Por essa razão, o apoio emocional é um dos eixos fundamentais do Programa Esperança Garcia. Acolher as demandas emocionais das/os estudantes significa desenvolver estratégias que garantam o acesso a um direito básico, favorecendo o bem-estar e aprendizado. O presente minicurso propõe compartilhar e refletir criticamente sobre as estratégias de apoio emocional desenvolvidas no âmbito do Programa Esperança Garcia, durante o primeiro ano de implementação (2024-2025), a partir de dois dispositivos centrais: o Plantão Psicológico Individual e os Encontros GARCIA — Grupo de Acolhimento, Resistência, Cuidado, Integração e Apoio. O minicurso pretende apresentar a metodologia do Plantão de Atendimento Individual e a proposta de facilitação de grupos que se apoia nos princípios da Psicologia Social e Comunitária e na técnica freireana utilizada na intervenção psicossocial com grupos: os Círculos de Cultura. Essa abordagem colaborou para promover um espaço horizontal de diálogo, partilha, conscientização e transformação. Embora os Círculos de Cultura, concebidos por Paulo Freire, sejam amplamente reconhecidos como uma importante técnica para a intervenção psicossocial em grupos, a dimensão da facilitação de grupos dentro dessa prática ainda é pouco debatida e sistematizada. O minicurso propõe justamente apresentar e aprofundar essa dimensão pouco explorada, articulando a metodologia do Plantão de Atendimento Individual com a proposta de facilitação de grupos, apoiada nos princípios da Psicologia Social e Comunitária e na técnica dos Círculos de Cultura. Assim, o minicurso busca oferecer subsídios teóricos e metodológicos para a atuação profissional em variados espaços. Integrar metodologias de grupo na Psicologia Social e Comunitária que compreende os processos de reflexão crítica e transformação conectados às interações sociais e coletivas, que articula a proposta de diálogo através da circularidade da palavra e da valorização das narrativas, como proposto pelos círculos de cultura de Paulo Freire. Nesta apresentação, vamos aprofundar a metodologia freireana pouco discutida na Psicologia. Essa abordagem valoriza o diálogo e a construção coletiva do conhecimento, a partir das experiências das/os participantes. O método se estrutura em duas etapas fundamentais: a codificação, onde as vivências do grupo são representadas por meio de símbolos, imagens ou narrativas que expressam suas realidades, e a descodificação, que consiste na análise crítica e

problematização coletiva desses códigos para revelar outros sentidos e significados em torno das estruturas sociais, culturais e políticas. Ao explorar essa dinâmica, apresentaremos reflexões sobre as transformações provocadas pelo processo, os efeitos percebidos e depoimentos que evidenciam a importância desse espaço de cuidado, troca e escuta interessada para construção de novos sentidos sobre si e sobre a sociedade. A proposta se alinha ao eixo temático do encontro, pois reconhece a influência do contexto social e histórico nas trajetórias individuais, abordando os efeitos psicossociais do racismo na vida de estudantes negras e negros que enfrentam múltiplas barreiras ao longo de sua formação acadêmica. Esse horizonte contribui com a compreensão de saúde contextualizada nas dinâmicas de desigualdade, exclusão, racismo e violências. Nesse sentido, os espaços de cuidado aliados a uma perspectiva crítica de realidade, são principais para o acolhimento, problematização e produção de outros sentidos em torno de si e da sociedade. Ao compartilharem suas experiências, as/os estudantes reconhecem que muitos dos desafios que enfrentam são estruturais e não falhas pessoais. Isso favorece a construção de redes de apoio coletivo, fortalece o sentimento de pertencimento, estimula o diálogo, amplia a consciência crítica e fomenta processos de transformação e produção de saúde. Com isso, as frentes se complementam — grupal e individual, o Plantão Psicológico de Atendimento, por sua vez, inscreve a escuta clínica em uma perspectiva interessada e transformadora, fundamentada na articulação entre os marcadores de raça, território, gênero, classe, sexualidades e deficiência como dimensões indissociáveis da experiência subjetiva. A experiência com no Programa Esperança Garcia do Instituto de Referência Negra Peregum, devolutivas sobre o Plantão de Atendimento Individual e encontros GARCIA, avaliações, dados de relatório semestral, demonstram o efeito da frente de apoio emocional entre as/os participantes. No âmbito dessa frente, destacam-se aspectos importantes: O Fortalecimento emocional e autoconhecimento: Estímulo à reflexão sobre trajetórias pessoais atravessadas por variadas violências e injustiças sociais. A reflexão foi acompanhada pelo acolhimento e validação das experiências e emoções das/os participantes, favorecendo processos de fortalecimento e transformação. A expansão da compreensão sobre o autocuidado: Reconhecimento do autocuidado como possibilidade e direito da população negra é um processo contínuo, mas, ao longo deste ano, os encontros desenvolveram-se significativos nessa temática. Melhoria na saúde emocional: A frente de apoio emocional, colaborou para os aspectos de ansiedade, procrastinação e cobrança excessiva e outras questões emocionais que prejudicam a aprendizagem. Valorização do coletivo e da troca de experiências: Construção de vínculos e de uma rede de apoio mútuo. Compartilhamento de histórias pessoais que fortaleceram a sensação de pertencimento. Fortalecimento da autoestima por meio da identificação com os desafios e conquistas de outras pessoas no grupo. Impacto na rotina e no desempenho acadêmico: alívio do peso emocional que interfere na concentração e nos estudos. Criação de um ambiente mais leve e motivador para lidar com os desafios acadêmicos. Maior confiança e motivação para alcançar metas importantes, como a aprovação em concursos. Muitas/os participantes relataram que renovaram a “Esperança” para estudar e passar no concurso, a partir da participação no programa. O percurso realizado neste período evidencia o papel fundamental do apoio emocional na trajetória das/os estudantes, reafirmando a relevância de espaços de acolhimento, cuidado à saúde e fortalecimento voltados à população negra. Apresentar essa iniciativa é essencial para visibilizar essa ação e refletir sobre a proposta. Ademais, partilhar a organização dessa frente e as metodologias da psicologia neste campo, pode inspirar a criação de outros projetos e programas, que promovam além do bem-estar individual, o avanço coletivo na superação das barreiras estruturais que afetam a saúde e a trajetória acadêmica e profissional da nossa comunidade. SÍNTESE DA PROPOSTA DE TRABALHO: O

minicurso terá duração total de três horas e será organizado em três momentos principais: 1. APRESENTAÇÃO (30 minutos) Apresentação em dupla das/os participantes - uma pessoa conversa com a outra: Como eu chego, de onde eu sou, minha área de atuação, qual expectativa e interesse no encontro. Em seguida, uma pessoa apresenta a outra para o grupão. 2. Encontros GARCIA (1 hora) Descrição da metodologia dos encontros: base teórica na Psicologia Social e Comunitária e na técnica dos Círculos de Cultura de Paulo Freire. Apresentar Reflexão sobre as experiências grupais articuladas à teoria; apresentação das transformações observadas, efeitos percebidos; impactos subjetivos e sociais identificados, depoimentos das/os participantes. Pausa – 10 minutos 3. PLANTÃO Psicológico de Atendimento Individual (1 hora) Apresentação da estrutura e metodologia: espaço de escuta clínica emergencial, conduzida por psicólogas/os negras/os de diferentes regiões do país, com base em princípios da psicologia crítica e no compromisso ético com o cuidado racialmente sensível; depoimentos; transformações observadas, efeitos percebidos, impactos subjetivos e sociais identificados, depoimentos das/os participantes. FECHAMENTO (20 minutos): • Sistematização da compreensão das experiências e conteúdos apresentados • Compartilhamento e troca de estratégias ou espaços de cuidado em outras realidades (universidades, coletivos, projetos sociais); • Indicação de referências bibliográficas para aprofundamento. Quantidade de vagas 30 vagas, priorizando: • Psicólogas/os, educadoras/es e profissionais da saúde mental; • Estudantes de graduação e pós-graduação em Psicologia e áreas afins; • Pessoas envolvidas com ações afirmativas, permanência estudantil, coletivos de mulheres, LGBTs, negros, pessoas com deficiências, indígenas, quilombolas e outros. • Interessadas/os em práticas antirracistas de cuidado grupais ou individuais.

MC 61. Psicologia Africana

Maylla Monnik Rodrigues de Sousa Chaveiro

Descrição: A Psicologia Africana é uma disciplina enraizada nas experiências culturais, espirituais e históricas de povos afrodescendentes. Wade Nobles, um de seus fundadores, expõe a metáfora do descarrilhamento para situar qual é o nosso panorama atual enquanto povo negro. Estamos em movimento e fora dos trilhos, vivendo uma vida de acordo com os moldes e paradigmas do ocidente. Desse modo, este curso buscará apresentar ferramentas metodológicas para trabalharmos com psicologia africana de modo a oferecer suporte para que consigamos seguir nossa própria trajetória enquanto pessoas africanas em diáspora. Nas palavras de Nobles: A metáfora do descarrilhamento é importante, porque quando isso ocorre o trem continua em movimento fora dos trilhos; o descarrilhamento cultural do povo africano é difícil de detectar porque a vida e a experiência continuam. A experiência de movimento (ou progresso) humano continua, e as pessoas acham difícil perceber que estão fora de sua trajetória de desenvolvimento. A experiência vivida, ou a experiência dos vivos, não permite perceber que estar no caminho, seguindo sua própria trajetória de desenvolvimento, proporcionaria a eles uma experiência de vida mais significativa. (NOBLES, 2009, p. 284). A Psicologia Africana busca respostas para as seguintes questões: Qual seria a natureza do funcionamento natural do povo africano e afrodiaspórico na ausência da dinâmica racista? Reações e acomodações à opressão racial constituem integralmente o ser africano? (NOBLES, 2009). Desse modo, tal epistemologia busca compreender como se daria a constituição da subjetividade caso a dinâmica racista não estivesse presente. Com base nisso, o minicurso “Psicologia Africana” tem como objetivo desenvolver e fomentar reflexões sobre psicologia a partir de epistemologias afrocentradas. Para tal, busca-se compreender aspectos da elaboração de identidades em função dos efeitos do processo colonizador, além de propor ferramentas que indiquem uma postura de transgressão e desobediência epistêmica, vislumbrando a superação da colonialidade e dos eixos de opressão da sociedade por meio das potencialidades dos modos pluriversais de existência. A psicologia afrocentrada é um campo fértil para praticar sankofa, retornando ao passado para ressignificar o presente e construir o futuro. Voltada à potencialização da afro subjetividade de pessoas negras, com base na aplicação de ferramentas da ancestralidade africana, este modelo de psicoterapia, quando realizada por psicólogas afrocentradas e direcionada para pessoas negras, torna-se um espaço de aquilombamento e de fortalecimento ancestral. A fim de contribuir para a compreensão de como a ancestralidade africana pode emergir e ser acessada no decorrer do processo psicoterapêutico, este curso busca apresentar alguns componentes metodológicos para uma psicologia centrada em África, retomando nosso legado civilizatório na busca pela integração entre saúde mental, física e espiritual do povo negro. Nesse sentido, a psicologia que propomos é metaforicamente um portal do retorno, oferecendo elementos psicológicos para relembrarmos do nosso passado em perspectiva pré-colonial e nos esquecendo propositalmente do modo de existir nessa estrutura racista. Sobre esse ponto, o filósofo senegalês Cheick Anta Diop reflete sobre a importância de termos consciência histórica acerca de nosso legado civilizatório: É preciso conhecer a história dos outros, mas é preciso primeiro conhecer a si mesmo. Porque se não um povo que perde a sua memória histórica se torna um povo frágil, um povo sem união. É a consciência histórica que nos permite sermos um povo forte (DIOP, 1974, p. 93). A partir de tais elementos, o presente curso visa contribuir para o campo de estudos da Psicologia Africana no Brasil, apresentando ferramentas metodológicas para

intervenções no atendimento de pessoas negras. A metodologia para elaboração deste curso envolveu os seguintes procedimentos: 1) pesquisa teórica; 2) vivências nos contextos da psicologia clínica afrocentradas enquanto psicoterapeuta, supervisora e paciente, 3) observação participante em marchas para valorização da estética negra e empoderamento crespo desde o ano de 2014; 4) experiências com saberes ancestrais de terreiros de matriz africana; e 5) minhas próprias escrevivências como mulher negra. Tendo em vista esses aspectos, me situo simultaneamente enquanto pesquisadora-participante no desenvolvimento desta investigação. Nesse sentido, buscaremos construir críticas à supremacia racial branca que se instalou também no interior das formações em psicologia no Brasil. Conforme descrito por Carlos Moore (2007, p. 289): "Longe de recuar diante da educação e da ciência, e em vez de ser contido pelo acúmulo crescente de conhecimentos, o racismo adentra-se na ciência e converte-se em modo de educação". Em função disso, o racismo segue tendo suas práticas renovadas, oxigenadas pela força do conhecimento científico, e segue ressurgindo ainda mais rebuscado ao longo do tempo. Na esteira dessa análise, este curso volta-se à elaboração de discussões que visem romper com o racismo promovido pela psicologia, como ciência e profissão. Para tal, faz-se necessário criticar e combater o pacto narcísico da branquitude como dinâmica que possibilita o aprimoramento do racismo no interior da Psicologia. Maria Aparecida da Silva Bento é ativista, doutora em psicologia pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP), e uma das mais relevantes intelectuais e militantes do movimento negro brasileiro contemporâneo. Segundo Cida Bento: Esse pacto da branquitude possui um componente narcísico, de autopreservação, como se o "diferente" ameaçasse o "normal", o "universal". Esse sentimento de ameaça e medo está na essência do preconceito, da representação que é feita do outro e da forma como reagimos a ele (BENTO, 2022, p. 18). Este curso irá versar sobre o fortalecimento da saúde integral do povo africano em diáspora, passando pela consciência de como o racismo, enquanto processo histórico (MOORE, 2007), afeta nossas vidas e como podemos nos proteger dos pactos da branquitude (BENTO, 2022) Para lidarmos com novas possibilidades de existência, é preciso compreender os impactos do racismo sobre nossa subjetividade. Com todo esse cenário, as estudantes brancas/os, que são maioria em função do privilégio branco, seguem desenvolvendo pesquisas e produzindo saberes a partir de marcos ontológicos, epistemológicos e metodológicos coloniais. Por outro lado, estudantes negras/os sofrem racismo institucional e muitas vezes mal conseguem concluir a graduação ou a finalizam em sofrimento psíquico. Para Jurema Werneck (2013), o racismo institucional "é a falha coletiva em prover um serviço apropriado e profissional às pessoas por causa de sua cor, cultura ou origem étnica". Neste curso buscaremos também investigar alguns conceitos centrais para o campo de estudos em relações étnico-raciais, entre os conceitos estão: Raça e Etnia; Racismo, História e Ideologia; Epistemologias Afrocentradas e Contracoloniais; Efeitos Psicossociais do Racismo; Intervenção Psicossocial para promoção da igualdade étnico-racial; Movimentos sociais e políticas públicas de ações afirmativas; Estratégias para promoção da igualdade étnico-racial; Branquitude; Relações familiares interraciais; Epistemicídio; Nutricídio; Alisamento compulsório de cabelos crespos e racismo; Afro-subjetividade e Corporeidade.

MC 62. Psicologia e População LGBTQIA+ — Práticas Afirmativas e Compromissos Ético-Políticos.

Carla Isadora Barbosa Canto (Conselho Federal de Psicologia), Roberto Chateaubriand Domingues (Conselho Federal de Psicologia), Caní Jakson Alves da Silva

Descrição: COORDENAÇÃO: Isadora Canto e Roberto Domingues (CFP) Minicurso: Este minicurso tem como objetivo aprofundar os debates cruciais acerca da atuação da Psicologia no atendimento à população LGBTQIA+. Trata-se de uma iniciativa urgente e necessária diante da persistência — e, em muitos contextos, do crescimento — de discursos e práticas patologizantes, discriminatórias e excludentes voltadas a essas existências. A proposta visa fomentar uma prática psicológica que seja, ao mesmo tempo, ética, comprometida com os direitos humanos e afirmativa das diversas identidades e expressões de gênero e sexualidade. A Psicologia, enquanto ciência e profissão regulamentada, carrega a responsabilidade social de enfrentar desigualdades históricas e estruturais. No atual cenário político e cultural brasileiro, marcado por retrocessos e ataques aos direitos da população LGBTQIA+, é fundamental que a atuação psicológica contribua para o fortalecimento da cidadania e da dignidade humana, combatendo práticas que, mesmo sob o disfarce da neutralidade, acabam por reproduzir violências. Alinhado ao tema central do congresso — "Psicologia Social face à destruição de todas as formas de vida" —, este minicurso pretende evidenciar como os corpos e subjetividades LGBTQIA+ têm sido alvo de violências simbólicas, institucionais e físicas, que atentam não apenas contra a integridade individual, mas contra os próprios fundamentos de uma sociedade democrática. Em tempos em que a intolerância e o autoritarismo ganham espaço, a Psicologia deve se posicionar de forma clara e comprometida com a justiça social. Historicamente, a homossexualidade foi considerada uma patologia por sistemas médicos e psicológicos ocidentais. Essa visão foi amplamente disseminada até a segunda metade do século XX, sustentada por concepções normativas e moralistas sobre sexualidade. Foi apenas em 1973 que a Associação Americana de Psiquiatria (APA) retirou a homossexualidade de seu manual diagnóstico (DSM), simbolizando o início do processo de despatologização em nível institucional. A Organização Mundial da Saúde (OMS), por sua vez, só fez o mesmo em 1990 — um atraso que revela as resistências socioculturais enfrentadas nesse processo. A despatologização da homossexualidade e, posteriormente, das identidades trans, não foi uma simples atualização técnica: foi uma conquista histórica dos movimentos sociais LGBTQIA+ e de pesquisadores e pesquisadoras que desafiaram o status quo da ciência. Atualmente, entende-se que a diversidade sexual e de gênero é uma expressão legítima da experiência humana e não deve ser tratada como desvio ou anomalia. Qualquer tentativa de "correção" ou "reversão" dessas identidades, como as chamadas terapias de conversão, são não apenas antiéticas, mas também perigosas, podendo causar sérios danos psicológicos, como ansiedade, depressão, culpa e ideação suicida. No Brasil, o Conselho Federal de Psicologia assumiu papel central nesse debate ao publicar, em 1999, a Resolução CFP nº 1, que proíbe psicólogas e psicólogos de se engajarem em práticas que proponham a cura da homossexualidade. Esse posicionamento foi reafirmado e ampliado nos anos seguintes, especialmente diante de tentativas legislativas e judiciais de retomar práticas terapêuticas excludentes. A urgência do debate se intensifica diante dos alarmantes dados sobre violência com motivação LGBTfóbica no país. O Brasil figura, ano após ano, como um dos países que mais mata pessoas LGBTQIA+ no mundo. Segundo o relatório do Grupo Gay da Bahia, em 2023, foram registradas pelo menos 230 mortes violentas de pessoas LGBTQIA+, incluindo assassinatos e suicídios motivados por discriminação. A subnotificação é uma realidade, especialmente em casos envolvendo pessoas trans e travestis, cujas identidades muitas vezes não são reconhecidas nos registros oficiais.

As pessoas trans — especialmente mulheres trans e travestis negras e pobres — estão entre as mais vulneráveis à violência física, simbólica e institucional. A expectativa de vida dessa população no Brasil é de apenas 35 anos, o que evidencia a brutalidade do contexto social em que estão inseridas. Além disso, a exclusão no mercado de trabalho, a evasão escolar, o abandono familiar e a violência sexual são realidades recorrentes, que atravessam suas trajetórias desde a infância. A Psicologia, ao se calar ou omitir diante dessas violências, contribui para sua manutenção. Por isso, é essencial que a formação e a prática profissional estejam orientadas por uma postura crítica, antidiscriminatória e comprometida com a transformação social. A Psicologia Social tem papel fundamental na construção de práticas emancipatórias. Ao colocar em foco as dinâmicas de poder, os processos de exclusão e a historicidade das subjetividades, essa vertente da Psicologia nos convida a repensar o cuidado para além da dimensão clínica individual. O sofrimento psíquico da população LGBTQIA+ não pode ser compreendido isoladamente: ele está profundamente relacionado às estruturas sociais, culturais e políticas que produzem violência, silenciamento e marginalização. Assim, cuidar torna-se um ato político. E a psicoterapia, um espaço de acolhimento, escuta e afirmação, que fortalece a autonomia e a resistência subjetiva em diálogo com os direitos humanos e os movimentos sociais. No minicurso, serão abordadas com profundidade as principais normativas do Conselho Federal de Psicologia que orientam a atuação ética da profissão com a população LGBTQIA+. Dentre elas, destacam-se a Resolução CFP nº 01/1999, que proíbe práticas de reversão da orientação sexual; a Resolução CFP nº 01/2018, que estabelece diretrizes para o acolhimento de pessoas trans, travestis e transmasculinas; a Resolução nº 08/2020, que trata da atuação durante a pandemia com foco em populações vulnerabilizadas; a Resolução nº 08/2022, que regula a atuação em contextos institucionais com foco na proteção de direitos humanos; e a recente Resolução nº 16/2024, que apresenta avanços significativos no enfrentamento da LGBTfobia nas práticas psicológicas. Além dessas resoluções, será discutida também a Referência Técnica para Atuação com Pessoas LGBTQIA+, documento orientador para práticas pautadas na empatia, escuta qualificada e respeito às trajetórias diversas. Um dos objetivos centrais do minicurso é contribuir para a formação crítica de estudantes e profissionais da Psicologia. A ausência de conteúdos estruturados sobre diversidade sexual e de gênero na formação universitária ainda é um desafio significativo. Em muitas instituições, esses temas aparecem de forma pontual ou superficial, o que contribui para a perpetuação de práticas excludentes. O minicurso busca oferecer ferramentas teóricas e metodológicas para ampliar essa formação, fornecendo subsídios para que futuras(os) psicólogas(os) atuem de forma ética, responsável e sensível à pluralidade humana. Mais do que repassar conteúdos, a proposta visa vivenciar um processo formativo que mobilize afetos, valores e posturas. As atividades propostas favorecem a escuta ativa, a empatia e o compromisso com o Bem Viver — princípios essenciais para uma Psicologia verdadeiramente humanizadora. Em um momento em que o discurso científico é frequentemente relativizado ou atacado, torna-se ainda mais urgente afirmar o conhecimento produzido com rigor metodológico e compromisso social. A Psicologia não é neutra. Ao se posicionar contra práticas patologizantes e discriminatórias, ela reafirma seu papel na construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e democrática. A defesa da diversidade sexual e de gênero não é uma questão de opinião, mas de compromisso com os direitos humanos e com o reconhecimento da pluralidade das formas de ser e existir. Cabe à Psicologia, portanto, posicionar-se publicamente e agir com responsabilidade ética, técnica e política, promovendo uma escuta que reconheça e legitime as vivências LGBTQIA+ como parte integrante e inalienável da humanidade.

MC 63. Psicologia e Povos Quilombolas: referências para atuação profissional

Queli Cristina do Couto Araujo (CFP), Saulo Luders Fernandes (UFAL), Eliane Silvia Costa (UFBA)

Descrição: As comunidades quilombolas trazem em seu percurso histórico as raízes da resistência afro diaspórica, desde suas formações políticas na África até seu aterramento em terras brasileiras. De acordo com Munanga (1996), os quilombos africanos eram definidos como uma instituição de cunho militar com o intuito de resistir a conflitos presentes em seus territórios, os quais envolviam embates entre portugueses e, por vezes, pelejas ou uniões interétnicas. A luta contra a dominação exigiu e ainda exige da organização quilombola uma fusão de etnias. As diferenças que, em outra situação política, social e cultural poderiam produzir cisão e construção de barreiras — no quilombo, tornavam-se lugar de encontro e fortalecimento. As condições históricas, sociais e políticas objetivam desexistir, dessubjetivar, os Povos Quilombolas por meio de inúmeros vetores e dispositivos de controle, sobretudo os de racialidade (Carneiro, 2023). Se o violento processo colonial foi marcado pela intensa desterritorialização das pessoas negras, não devemos fechar os olhos para a manutenção das técnicas contemporâneas que tentam constantemente separar os Povos Quilombolas de seus territórios existenciais. Como afirma Nêgo Bispo (2018, p. 05, grifos nossos): “Os quilombos são perseguidos exatamente porque oferecem uma possibilidade de viver diferente”. E uma forma de expressar essa possibilidade de fazer diferente é a tradição da oralidade usada por essas populações, como forma de expressar e preservar as suas tradições, ritos, espiritualidade. A ancestralidade e oralidade integram a força dessas populações por meio de formas diversas e complexas de cultos que conferem: “forma aos modos de resistência/enfrentamento aos conflitos ambientais e aos problemas de não titulação das comunidades quilombolas” (Santos, 2019, p. 11). A oralidade se atualiza e ganha uma outra dimensão, a fim de seguir o movimento tradicional de transfluência e confluência que tem mantido os territórios quilombolas e tantas outras comunidades e povos tradicionais vivos e confrontando as violências coloniais. Falar, escrever, transmitir seus saberes para além das fronteiras de seus territórios torna possível a difusão e o conhecimento de seus modos de vida, além da mudança nos jeitos de compreender e de intervir nas e com estas populações. Em 2022 foi realizado, pela 1ª vez, o Censo Quilombola, com a participação ativa das comunidades por todo o Brasil. Estima-se que, no Brasil, haja cerca de 5.000 comunidades quilombolas (IBGE, 2023), demarcados ou em processo de demarcação. Porém, existem muitas comunidades que não estão passando por esse processo, para que, quiçá, tenham alguma segurança jurídica e sejam beneficiadas com políticas públicas fundiárias, de segurança alimentar, de preservação da cultura, entre outras destinadas, especificamente, para povos quilombolas, elas precisam ser formalizadas/titularizadas como quilombos. O território, representa um duplo movimento para o quilombo: resguarda a identidade de povos sequestrados de sua casa e que se reinventam em terras desconhecidas, ao mesmo tempo em que reconstrói essa identidade e a torna mais forte e abundante junto à terra e seus ciclos. Compreender a relação intrínseca e fundamental dos(as) moradores(as) com a terra como lugar de produção da vida, e não como mercadoria, se apresenta como um desafio necessário para pensar estratégias de ações em conjunto com as comunidades, sejam estas ações em políticas públicas, ou outras práticas experimentadas nos territórios. A partir deste censo, passamos a ter dados oficiais, ainda que sob questionamentos, sobre as centenas de comunidades espalhadas pelo Brasil, de suas necessidades e, sobretudo, de suas potencialidades na construção de suas vidas e resolução das suas necessidades. O aprimoramento da gestão de coleta e tratamento das

informações depende, em grande parte, da mobilização das próprias comunidades no processo de execução dos próximos censos quilombolas. Mas é certo que, com esses primeiros dados oficiais, o Estado brasileiro deve passar a se responsabilizar com a criação e oferta dos serviços que lhe cabem, direcionando orçamento específico e suficiente para suprir tais demandas. As políticas públicas são um intenso campo de disputas sociais (Telles, 1998). Isso significa que, por mais que exista uma prerrogativa constitucional, no caso do Brasil, para garantir justiça social, condições dignas de vida por meio da saúde, educação, alimentação, distribuição de renda e tantos outros elementos fundamentais à reprodução da vida, a sua plena execução está em uma arena de disputas políticas e econômicas que compõe a agenda do governo. O pretendemos destacar na discussão dessa temática neste minicurso, é a reflexão para uma atuação por meio de um território conceitual orgânico, no qual cada psicóloga(o), cada profissional pense e atue de forma particular em resposta aos problemas locais. Esses problemas, em certa medida, guardam um plano de fundo generalizável: aqueles que nascem com o processo colonial no século XV e perpetuam no nosso presente. Portanto, guarda em si a atualização da insistência e resistência, trilhando, ininterruptamente, em direção ao pluriverso. E a Psicologia, como uma profissão inserida em diferentes políticas públicas, tem parte importante neste movimento. Nita Tuxá, indígena psicóloga, nos lembra: “Nós somos a ciência que acolhe as pessoas, que atende e entende a necessidade de direitos humanos, que perpassa pelo direito ao território. A existência emana, perpassa pelo direito ao território: território-corpo e território- terra” (CFP, 2023). A partir da institucionalização das políticas públicas, com a efetivação da Constituição Federal de 1988, a Psicologia passou a ocupar lugares de atuação outrora restritos a pequenos círculos privados. Com a Lei Orgânica de Saúde (Lei 8.080/1990) (Brasil, 1990) e a Lei Orgânica de Assistência Social (Lei 8.742/1993 e regulamentações subsequentes) (Brasil, 1993), por exemplo, a Psicologia se inseriu em duas das maiores políticas públicas do país, o Sistema Único de Saúde (SUS) e Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Atualmente existe um movimento de lutas intensas para que a profissão também seja inserida nas políticas públicas da educação, podendo chegar a modalidade de educação quilombola. Com tal inserção se fez necessário refletir, por meio da elaboração técnica, metodológica e epistemológica, a atuação no campo das políticas públicas. A produção de sofrimento em função de situações de racismo tem sido um grande desafio na prática profissional, em diferentes equipamentos das políticas públicas. A posição de pensamento e análise na qual estamos partindo considera o racismo como um processo de múltiplas manifestações e características. Essa posição permite situar o racismo como matriz de entrelaçamento de todas as organizações sociais, institucionais, econômicas, ambientais e intersubjetivas. Portanto, é necessário discutir o racismo como um processo estruturante da modernidade, fazendo com que toda a tessitura social seja permeável por este modo de classificação racial hierarquizada da sociedade.

REFERÊNCIAS: BRASIL. LEI Nº 8080 DE 19 DE SETEMBRO DE 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, DF: [s.n.], 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm Acesso em: 23/11/2023. BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. LEI N. 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, DF: [s.n.], 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm Acesso em: 23/11/2023 CARNEIRO, Aparecida Sueli. Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não-ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023. CFP - CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Seminário Psicologia e território como direito humano: as vivências das mulheres do campo, florestas, águas e cidades. 14 ago. 2023. Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=fBB4IE8dL4Q Acesso em: 27/05/2025. IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2022: quilombolas: primeiros resultados do universo: segunda apuração. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=73104 Acesso em: 15/05/2024. MUNANGA, Kabengele. Origem e histórico do quilombo na África. Revista USP, n. 28, p. 56-63, 1996. Disponível em: https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i28p56-63 Acesso em: 17/05/2024. NÊGO BISPO - SANTOS, Antônio Bispo dos. Somos da terra. Cicatrizes da escravização, v. 29075, p. 22, 2018. SANTOS, Dayanne da Silva. Não se pode entrar em terra de encantado sem permissão: um estudo sobre a relação entre pessoas e encantados na luta pelo território quilombola Santa Rosa dos Pretos (Itapecuru-Mirim/MA). 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/CCH, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2019. Disponível em: https://tede2.ufma.br/jspui/handle/tede/2734 Acesso em: 15/05/2024. TELLES, Vera da Silva. Direitos sociais: afinal do que se trata?. Revista USP, n. 37, p. 34-45, 1998. Disponível em: https://revistas.usp.br/revusp/article/view/27023 Acesso em: 22/05/2024.

MC 64. Psicologia em Políticas Públicas de Segurança: desafios para o exercício profissional

Pedro Paulo Gastalho de Bicalho (CFP), Caíque Azael (CFP)

Descrição: A segurança pública é um dos temas mais sensíveis e relevantes para a construção de sociedades justas e equitativas. Ela envolve não apenas ações institucionais de policiamento, mas também um conjunto complexo de processos psicossociais que influenciam a percepção coletiva de ordem e justiça. Nesse contexto, a Psicologia desempenha um papel fundamental na compreensão e análise das práticas e intervenções voltadas para segurança pública, possibilitando um olhar mais amplo sobre as dinâmicas sociais e institucionais que compõem esse campo. O presente minicurso tem como objetivo principal possibilitar o desenvolvimento de diálogos a partir da apresentação e discussão do documento "Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) na política de Segurança Pública" – produzido pelo Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) do Conselho Federal de Psicologia - sob a perspectiva da garantia e promoção dos direitos humanos como um princípio ético fundamental da atuação profissional. Além disso, visa tecer considerações sobre os processos psicossociais, históricos e coletivos que se articulam na construção e modos de funcionamento das instituições que integram o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), promovendo análise de seus limites e potencialidades na busca por práticas transformadoras da Psicologia. Psicologia na Segurança Pública: Reflexões e Perspectivas A atuação da Psicologia no campo da segurança pública vai muito além da aplicação de avaliações periciais. Historicamente, muitas práticas dentro desse setor foram limitadas a perícias e avaliações criminais, o que restringiu consideravelmente a presença da Psicologia na formulação de políticas públicas mais amplas. No entanto, nos últimos anos, novos paradigmas vêm se consolidando, reconhecendo a necessidade de uma abordagem interdisciplinar e interprofissional, especialmente em um campo tão dinâmico quanto o da segurança pública. Dentro desse cenário, a interdisciplinaridade e a interprofissionalidade emergem como premissas fundamentais para a formulação de políticas e intervenções eficazes. Isso ocorre porque segurança pública não pode ser reduzida à repressão e ao controle, mas deve ser vista como um campo que envolve direitos humanos, saúde mental, trabalho e subjetividades. Por isso, o minicurso aposta na construção de interlocuções entre a Psicologia – como ciência e profissão – e áreas como criminologia crítica, direitos humanos e saúde integral, promovendo um debate mais rico e aprofundado sobre os desafios e possibilidades da atuação psicológica nesse setor. Sistema Único de Segurança Pública (SUSP): Limites e Potencialidades O SUSP é um modelo de gestão unificada para a segurança pública no Brasil, criado com o intuito de integrar ações entre diversas instituições e setores governamentais. Ele busca estabelecer uma coordenação mais eficiente das políticas de segurança, visando garantir maior eficiência especialemente na implementação de estratégias preventivas e promotoras de direitos e garantias. Contudo, sua efetividade depende da forma como os profissionais atuantes nesse campo compreendem as dinâmicas institucionais e os processos que permeiam a prestação dos serviços de segurança à sociedade. No minicurso, será realizada uma análise crítica sobre o funcionamento do SUSP, destacando a importância de compreender os fatores sociais e subjetivos que influenciam sua atuação. Isso inclui elementos como a relação entre segurança pública e direitos humanos, a percepção coletiva do medo e da insegurança, e o impacto das políticas de enfrentamento à criminalização de determinados grupos sociais. Principais Temáticas do

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

Minicurso Ao longo do minicurso, os participantes terão contato com diversas temáticas fundamentais para a compreensão da intersecção entre Psicologia e Segurança Pública. As principais abordagens incluem: • Transversalidades e bases para os limites e as possibilidades em Segurança Pública • Criminologia Crítica e Segurança Pública: Reflexão histórica e teórico-conceitual • Sistema Único de Segurança Pública (SUSP): Políticas Públicas e Psicologia • Profissionais da segurança pública e desafios da atuação • Acolhimento e escuta de pessoas em situação de vulnerabilidade • Políticas de atendimento e gerenciamento de crises • Intersetorialidade e interdisciplinaridade nas ações de intervenção Cada um desses tópicos será aprofundado de forma a promover reflexões críticas sobre o impacto das políticas de segurança na construção da subjetividade e na formação e manutenção da estrutura social. A Produção do Medo e a Criminalização de Sujeitos Minorizados Um dos aspectos centrais do minicurso será a análise da produção contemporânea do medo e da insegurança. Em diversas sociedades, o sentimento de insegurança é constantemente alimentado por discursos políticos e midiáticos que enfatizam a necessidade de controle e contenção. Isso, muitas vezes, resulta na implementação de políticas criminais baseadas na repressão, sem um devido olhar sobre os fatores sociais que originam os fenômenos da criminalidade. Além disso, o minicurso abordará a criminalização de grupos estatisticamente minoritários, discutindo como determinadas políticas públicas reforçam desigualdades e promovem o extermínio subjetivo como estratégia de contenção social. Isso será debatido a partir de estudos de caso e análises das tecnologias de segurança pública adotadas no Brasil. Conclusão Ao longo deste minicurso, exploraremos como a Psicologia pode contribuir de forma significativa para a Segurança Pública, rompendo com visões reducionistas e expandindo horizontes de atuação. Neste sentido, o conhecimento psicológico torna-se essencial para compreender os impactos das políticas de contenção, analisar criticamente a produção do medo e da insegurança, e propor caminhos que respeitem a dignidade e os direitos fundamentais das pessoas. Ao lançar luz sobre a criminalização de grupos vulnerabilizados e o papel das instituições na perpetuação de desigualdades, o debate promovido aqui não se limita ao espaço acadêmico, mas se estende ao cotidiano das práticas profissionais, influenciando políticas públicas e decisões estratégicas. Mais do que atuar na formação de estudantes e profissionais tecnicamente aptos, este minicurso busca inspirar agentes de transformação – indivíduos capazes de questionar modelos estabelecidos, repensar paradigmas e atuar com consciência crítica e compromisso ético. A Segurança Pública não deve ser apenas uma resposta às demandas imediatas da sociedade, mas uma construção contínua baseada na justiça social, na equidade e na valorização da vida. Ao final do minicurso, espera-se que os participantes tenham desenvolvido uma compreensão mais ampla e crítica sobre o papel da Psicologia nas políticas de segurança pública. Através do diálogo interdisciplinar e da reflexão sobre os desafios da atuação profissional, será possível vislumbrar novas possibilidades para a construção de políticas e práticas que respeitem a dignidade e promovam os direitos humanos. E, assim, que a Psicologia Social, junto às políticas públicas de segurança, seja produtora de alianças face à destruição de todas as formas de vida.

MC 65. Psicologia na Amazônia: caminhos e desafios para uma atuação comprometida com os territórios e seus povos

Robert Damasceno Monteiro Rodrigues (UFPA), Eveny da Rocha Teixeira (CRP-10), Leticia Maria Soares Palheta (Conselho Regional de Psicologia Pará e Amapá(CRP-10))

Descrição: O minicurso intitulado "Psicologia na Amazônia: caminhos e desafios para uma atuação comprometida com os territórios e seus povos" propõe uma reflexão crítica e situada sobre o exercício profissional da psicologia nos estados do Pará e Amapá a partir da experiência acumulada pelo Conselho Regional de Psicologia da 10ª Região (CRP-10) na execução do projeto "CRP-10 Ao Seu Lado". A atividade se justifica plenamente no contexto do 23º Encontro Nacional da ABRAPSO, cujo tema "Aliança dos Povos: psicologia social face à destruição de todas as formas de vida" convoca à denúncia e à reconstrução de práticas psicossociais diante do avanço da devastação socioambiental, da lógica colonial e da necropolítica nos territórios historicamente marginalizados. A Amazônia tem sido marcada por ciclos contínuos de espoliação e violência — sejam ambientais, simbólicas, epistêmicas ou políticas — que desconsideram as formas de vida de povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas e populações urbanas periféricas. Em meio a esse cenário, a Psicologia enquanto ciência e profissão não pode se furtar ao compromisso ético-político de estar com os povos, construir escutas atentas e reconhecer as cosmologias e modos de existência diversos que habitam as Amazônias. O projeto "CRP-10 Ao Seu Lado" surgiu como resposta prática e institucional a esses desafios, buscando aproximar o Conselho das realidades locais, descentralizar as ações de orientação e fiscalização e construir um canal efetivo de diálogo com psicólogas e psicólogos espalhados pelos 144 municípios do Pará e 16 do Amapá. Combinando reuniões técnicas, escutas qualificadas, ações de incidência política, visitas a equipamentos públicos, articulações com gestores, orientações e pesquisas com a participação do Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), o projeto tem possibilitado o reconhecimento das múltiplas formas de sofrimento, resistência e subjetivação em contextos marcados por intensas desigualdades. Desde 2023, o projeto já chegou em todos os municípios do Amapá e em dezenas de cidades do Pará em suas diversas regiões, permitindo, por meio do encontro com profissionais e comunidades, refletir sobre como fazer uma psicologia em sintonia com os territórios e as populações que os habitam, considerando a atuação nos mais diversos campos, como a saúde, educação, assistência social, jurídica, clínica, organizacional e na saúde. Da mesma forma, também buscamos compreender a atuação profissional da psicologia em contextos marcados pela presença de grandes projetos na Amazônia, como barragens, mineração, portos, hidrovias e ferrovias, bem como das violências provocadas pelo agronegócio, desmatamento e queimadas, a fim de pensarmos juntos com a categoria em diretrizes e direcionamentos para uma atuação comprometida não apenas com a qualidade ética e técnica do exercício profissional, mas também com a defesa intransigente dos direitos humanos. Nesse sentido, o minicurso contribui diretamente com a formação e atualização crítica da Psicologia Social ao problematizar o papel da psicologia na produção, legitimação ou combate das violências que atravessam os corpos e os territórios. Tomando como base as contribuições de Martín-Baró para a psicologia da libertação na América Latina, a psicologia social crítica e as epistemologias decoloniais, propõe-se pensar uma psicologia que não se restrinja à aplicação mecânica de técnicas, mas que seja capaz de historicizar o sofrimento, entender suas raízes e atuar de forma comprometida com a transformação das condições geradoras de opressão. Neste sentido, compreendemos

que a Amazônia não é um pano de fundo exótico: ela é corpo, é cultura, é existência concreta, e precisa ser compreendida em sua pluralidade de modos de vida, relações com a terra, com os rios e com o tempo. O projeto "CRP-10 Ao Seu Lado" revela, por exemplo, realidades como a de um município com apenas um CAPS para atender uma população afetada por garimpo ilegal, tráfico de drogas e prostituição infantil, ou como a de comunidades que, para acessar um serviço psicológico, precisam de longas travessias por rios e estradas de atoleiros. Também mostra como a escuta clínica precisa se reinventar para acolher lutos de cemitérios alagados por hidrelétricas, ou sofrimentos marcados pela destruição de vínculos com a natureza. Em todos esses contextos, emerge a urgência de se pensar uma psicologia que articule o clínico e o social, que seja capaz de dialogar com a ancestralidade, com os saberes populares e com as práticas comunitárias de cuidado. Ao compartilhar com os participantes os principais aprendizados e desafios enfrentados nas itinerâncias do projeto, o minicurso pretende oferecer pistas para uma atuação que compreenda o território como categoria analítica e política, que reconheça as relações de poder que atravessam as políticas públicas e que questione os próprios limites e possibilidades da formação em psicologia tal como historicamente constituída. Também pretende fomentar o debate sobre como tensionar as diretrizes e normativas institucionais do Sistema Conselhos para que se tornem mais sensíveis às especificidades das realidades amazônicas. A proposta está diretamente relacionada ao eixo temático "Questões socioambientais e contextos rurais e urbanos", pois se debruça sobre os efeitos da destruição ambiental e da desigualdade territorial na constituição de subjetividades e na produção de sofrimento psíquico, além de apresentar experiências concretas de atuação psicossocial em contextos não hegemônicos. Trata-se, portanto, de um espaço formativo que tensiona os limites da psicologia tradicional e propõe caminhos para a construção de uma psicologia plural, situada, implicada e radicalmente comprometida com a vida em todas as suas formas. O minicurso se alinha ainda ao esforço coletivo de reconhecer o protagonismo das populações amazônidas e das/os psicólogas/os locais na produção de saberes e práticas capazes de sustentar outras formas de viver, cuidar e resistir. Serão disponibilizadas 30 vagas para participantes, priorizando-se a criação de um espaço dialógico e horizontal, no qual as experiências e inquietações de todas as pessoas presentes possam ser acolhidas e elaboradas coletivamente. Ao final da atividade, espera-se que os participantes saiam provocados a repensar suas práticas e percursos formativos à luz da realidade dos territórios, que tenham acesso a subsídios técnicos e ético-políticos para atuar de forma sensível e engajada em contextos amazônicos (ou similares) e que se sintam parte de uma rede de psicologias comprometidas com a transformação social e a defesa da vida. Assim, a proposta do minicurso não é apenas apresentar uma experiência institucional, mas mobilizar os participantes para o exercício de uma psicologia que caminhe junto aos povos, de forma respeitosa, crítica e insurgente — em aliança com a diversidade de vidas, saberes e lutas que compõem as Amazônias.

MC 66. Psicologia, Migração e Direitos Humanos: incidência política e orientações para uma prática ética

José Miguel Silva Ocanto (CRP Minas Gerais), Laura Elvira Lopez Queslloya (CRP de Minas Gerais), Henrique Galhano Balieiro (CRP de Minas Gerais)

Descrição: Este minicurso propõe uma reflexão crítica sobre a atuação da Psicologia frente aos movimentos migratórios contemporâneos, considerando o agravamento das condições de vida e a intensificação dos deslocamentos forçados por motivos ambientais, econômicos, políticos e de violência estrutural. A escolha do tema parte da urgência em construir alianças ético-políticas com os povos em mobilidade humana, especialmente no contexto latino-americano, onde as desigualdades e os efeitos da colonialidade se expressam de maneira contundente e por vezes sutis, mantendo suas consequências desumanizadoras e objetificantes nos corpos desses sujeitos, marcados por diversas camadas de exclusão histórica, institucional e simbólica. A proposta dialoga diretamente com a temática central do Encontro – Aliança dos povos: Psicologia social face à destruição de todas as formas de vida – ao denunciar os dispositivos de exclusão e desumanização que afetam migrantes, refugiados e apátridas, sujeitos frequentemente invisibilizados nas políticas públicas, marcados por múltiplas formas de violência institucional, xenofobia, lgbtfobia, misoginia e racismo estrutural. O minicurso se propõe, assim, como um espaço de resistência e formulação coletiva de práticas psicológicas implicadas na defesa da vida, dos direitos e da dignidade humana das pessoas migrantes, refugiadas e apátridas. Esta proposta visa contribuir para a formação crítica de profissionais, estudantes e pesquisadores da Psicologia Social, oferecendo subsídios teóricos e práticos para a atuação ética e comprometida com os direitos das populações em mobilidade humana internacional. A abordagem desta proposta de minicurso parte de uma perspectiva contracolonial e interseccional, analisando os efeitos subjetivos da migração e os processos de sofrimento ético-político a que esses sujeitos são submetidos. Para além dos impedimentos e empecilhos que se constroem na tentativa de limitar os deslocamentos físicos, o reforço de fronteiras se manifesta em quadros de racismo, xenofobia e violência de gênero contra essas populações, bem como no reforço da ideia de imigrantes "indesejáveis" (Domenech, 2015). Tais efeitos se materializam, entre outras formas, na reprodução de epistemologias e práticas clínicas descontextualizadas, que frequentemente silenciam e desconsideram as experiências de sofrimento dos sujeitos migrantes ou os enquadram em modelos normativos de saúde mental, distanciados das realidades vividas por essas populações. Com base na experiência da Comissão de Psicologia e Migração do CRP-MG e nas práticas construídas pelo Coletivo de Profissionais que Atuam com Migrações (PSIMIGRA), a atividade trará discussões sobre a responsabilidade da Psicologia na garantia de direitos humanos, bem como sobre os limites e potências da escuta clínica especializada e da intervenção psicossocial em contextos de acolhimento. Dessa forma serão explorados temas como o papel da Psicologia nas políticas públicas, os atravessamentos da cultura, das linguagens e do pertencimento nos corpos dos sujeitos migrantes, no processo migratório e as estratégias para uma prática crítica, não patologizante e anti-discriminatória. A formação proposta para este minicurso não se limita à transmissão de conteúdos; para além disso, busca fomentar a problematização das próprias práticas e posicionamentos ético-políticos da Psicologia frente às populações em mobilidade humana internacional. Serão abordados temas como a importância da Psicologia no atendimento a migrantes e refugiados, os processos subjetivos e psicossociais envolvidos na migração e a

promoção da saúde mental entre populações migrantes. Além disso, discutiremos os princípios éticos no atendimento a migrantes e refugiados, a conduta profissional e responsabilidade social, bem como os aspectos políticos, seus efeitos e direitos humanos no contexto migratório. O curso também explora o papel da Psicologia nas políticas públicas de acolhimento, o trabalho em equipe multidisciplinar e as primeiras experiências de acolhimento no país de chegada. Utilizaremos a 1ª Cartilha Guia de Orientações e Informações sobre o Atendimento Psicológico a Pessoas em Situação de Migração e Refúgio, produzida por esta comissão CRP-MG, como material de apoio para discussão. Além das exposições teóricas, o minicurso incluirá discussão de casos e compartilhamento de experiências, reflexões, elaboração de estratégias de intervenção, assim como as recentes sugestões da comissão para atualização da Cartilha Guia. Além disso, a proposta se insere no eixo temático "Direitos, movimentos sociais e desafios à democracia", contribuindo para o debate sobre os retrocessos democráticos que afetam diretamente as populações migrantes, especialmente no que diz respeito ao acesso à saúde, à educação, ao trabalho, à moradia e à justiça. Nesse sentido, o minicurso reconhece a migração como um fenômeno político e denuncia o modo como o Estado-nação moderno, fundado em lógicas coloniais de exclusão, tem falhado em garantir direitos básicos a pessoas em situação de deslocamento forçado. A Psicologia Social, neste contexto, é chamada a posicionar-se frente às múltiplas formas de exclusão que atingem esses sujeitos e a produzir práticas comprometidas com a defesa da democracia e a justiça social. O minicurso busca, portanto, fortalecer alianças entre o campo profissional da Psicologia e os movimentos sociais migrantes, contribuindo para a construção de uma Psicologia Crítica que seja, efetivamente, popular, comunitária e plural para conseguir habitar a margem. Consequentemente, além da negação de direitos, a saúde mental das pessoas migrantes e refugiadas também é atravessada por essas lógicas e práticas excludentes, xenófobas e aporófobas. Em contraponto, com a orientação teórica da Psicologia Social Comunitária, acreditamos que o fazer ético da psicologia – como ciência-profissão – deve estar alinhado com a transformação social, o protagonismo dos migrantes em sua inserção na sociedade, e com políticas duradouras e interseccionais que possibilitem a ocupação de novos territórios e espaços sociais historicamente negados a essas pessoas. No entendimento da saúde mental na perspectiva integral e coletiva, apostamos no encontro comunitário com a diferença para a produção de uma psicologia crítica, ética e política, que coloca a diversidade e a pluralidade como valores humanos constitutivos a serem potenciados e preservados. Trata-se de afirmar uma Psicologia que se coloca em movimento junto aos sujeitos em mobilidade, que se desinstala de seus lugares tradicionais para se reinventar no encontro com a alteridade, e que reconhece, na escuta do outro, uma oportunidade de reconfiguração de si, de suas práticas e de seus compromissos. A presente proposta de minicurso se propõe a acolher no máximo trinta e cinco participantes, a fim de garantir a troca efetiva de experiências, o aprofundamento nas temáticas propostas e o fortalecimento de vínculos entre os participantes e as redes de apoio já existentes.

MC 67. Revisitação Teórica do conceito de Sofrimento Ético-Político e Impactos no Cuidado em Saúde Mental

Fátima Maria Araújo Bertini (UNILAB)

Descrição: O presente minicurso tem o objetivo de apresentar um panorama analítico do uso do conceito do sofrimento ético-político, refletindo acerca da epistemologia de sua construção, no decorrer dos 26 anos de existência na Psicologia e na Psicologia Social. O eixo temático escolhido foi Psicologia Social e Saúde, uma vez que abordará discussões sobre processos de adoecimento psíquico e relação com uma categoria conceitual da Psicologia Social para a construção de políticas públicas em Saúde Mental. O público-alvo da atividade são estudantes de graduação e de pós-graduação de diversas áreas do conhecimento, com interesse em Psicologia Social, Saúde Mental, Movimentos Sociais e Políticas Públicas. O conceito foi criado pela Profa. Bader Sawaia. A análise do sofrimento ético-político perpassa por questões fundamentais ligadas à vivência particular das questões sociais dominantes em cada época histórica e da situação de ser tratado como inferior. Pode-se perceber que, desde a criação do conceito, em 1999, o mesmo tornou-se importante nos estudos em diversas áreas, desde às Humanidades à área da Saúde, mediante à diversidade de temas associados, nos quais o conceito foi usado. A categoria do sofrimento ético-político foi construída a partir dos estudos sobre desigualdade social e subjetividade na perspectiva sócio-histórica e cultural. Fundamenta-se na concepção dialética entre a exclusão e a inclusão, sendo essa o motor de dominação de uma sociedade de produção do capital, o que produz uma dependência a um processo de consumismo, gerando sofrimento. Investigar o sofrimento ético-político é ir ao encontro da investigação da dimensão subjetiva de situação de exclusão social nas condições materiais da existência, na qual os sujeitos se encontram. Essa dimensão constitui a base para a reflexão de elementos que possam indicar fatores de riscos ao sofrimento psíquico. Além disso, as reflexões sobre esta categoria de estudo da Psicologia Social são prospectivas no que dizem respeito ao estudo da diminuição de impactos relacionados à situação de exclusão e promovem caminhos para a elaboração de políticas públicas que envolvam a maior qualidade de vida subjetiva. A análise do sofrimento ético-político constitui sobretudo a análise de fatores que diminuem a capacidade dos sujeitos de se manterem em uma situação de padecimento e impotência frente às dificuldades advindas das condições excludentes da produção do capital. E isso relaciona-se a menores níveis de qualidade de vida. Ao mesmo tempo em que se pretende apresentar este conceito e seu construto teórico, objetiva-se colocá-lo em perspectiva com o sofrimento psíquico e refletir sobre os impactos do seu uso no cuidado em saúde mental, seja no apoio matricial; ou no território, contextualizando os sujeitos na tecitura do contexto sócio-histórico e das condições de vulnerabilidade social, enquanto também como sujeitos capazes de produção de novas realidades e potencializadores de ação política e de liberdade. A relação entre saúde mental e sofrimento ético-político transcende o aspecto individual do sofrimento, inserindo-o em um contexto social e político mais amplo. O sofrimento ético-político é sentido pelos indivíduos na perspectiva relacional, que revela desigualdades sociais, injustiças e exclusões. Ele carrega um potencial ético-político ao expor as formas de espoliação humana e ao possibilitar a construção de dispositivos para superar essas condições. No campo da saúde mental, essa perspectiva implica em práticas que não se limitam ao modelo biomédico tradicional, mas que consideram o sofrimento como parte de uma vivência coletiva e social. O cuidado ético-político busca atender às demandas das classes menos favorecidas, promovendo autonomia,

conscientização e empoderamento dos indivíduos. Assim, o psicólogo atua como agente de integração social, ressignificando identidades e fortalecendo vínculos comunitários e familiares. A relação entre saúde mental e sofrimento ético-político está fundamentada na ideia de que o sofrimento psíquico não se limita aos sintomas da patologia, mas é profundamente influenciado por questões sociais e estruturais. O conceito de sofrimento ético-político, formulado por Bader Sawaia, refere-se à dor que surge da exclusão social, discriminação e desvalorização, colocando o indivíduo em uma posição de inferioridade e subalternidade na sociedade. O cuidado em Saúde Mental, quando compreende a saúde na sua dimensão ético-política, busca transformar a lógica de cuidado. Essa mudança propõe uma abordagem mais comunitária e integrada, em contraste com o modelo tradicional da patologização, em atenção à urgência de uma atuação comprometida com questões político-sociais. A discussão sobre a dimensão ético-política do sofrimento e do cuidado é fundamental para a prática psicológica contemporânea. No contexto da saúde mental, a reflexão a respeito do sofrimento ético-político nos leva a visualizar além do que é diagnosticado na patologia, pois no indica que as vivências de exclusão, violência, fragilidade nas redes de apoio e desigualdades sociais contribuem para o adoecimento psíquico. Essas experiências não apenas intensificam os sintomas, mas também moldam a forma como os indivíduos percebem a si mesmos e o mundo ao seu redor. A importância de se considerar o sofrimento ético-político na análise e no cuidado em saúde mental, coloca-nos a atenção no que está além da medicalização, vislumbrando as condições sociais que perpetuam o sofrimento psíquico. A rede de apoio em saúde mental torna-se de grande importância no cuidado em saúde mental. No que diz respeito a pacientes com alta vulnerabilidade social, este apoio da rede torna-se fundamental. Isso porque o acolhimento e o suporte auxiliam o indivíduo a enfrentar adversidades e a se sentir valorizado em um contexto de pobreza e subalternidade. Esses elementos cristalizam-se em estigmas e sensação de inferioridade, o que pode agravar o sofrimento psíquico na vinculação ao agravamento do sofrimento ético-político. Ao se pensar que a saúde mental, tentar superar o modelo manicomial, torna-se essencial a reinserção dos usuários no contexto familiar e comunitário, valorizando suas redes sociais e territoriais, além da necessidade da reconfiguração das práticas de saúde mental, com foco na autonomia, empoderamento e transformação social dos usuários, além da atuação ética e contextualizada. A presente proposta busca o fortalecimento da discussão sobre os afetos ético-políticos para promover o cuidado em saúde mental, garantindo que os indivíduos tenham relações que os potencializem e que contribuam para a sua liberdade. Por fim, como metodologia da presente proposta, tem-se a abordagem conceitual e epistemológica acerca da categoria do sofrimento ético-político, por meio da exposição dialogada e compartilhamento de experiências.

MC 68. Revisões de Literatura aplicada ao levantamento de vulnerabilidades na Psicologia e outras Humanidades

Jolorena de Paula Tavares (UFAM), Renan Vinicius de Freitas Guerra da Costa (UFAM), Iolete Ribeiro da Silva (UFAM)

Descrição: Este minicurso relaciona-se com a temática do evento, pois se apresenta como uma ferramenta que possibilita estudantes/profissionais/pesquisadores da Psicologia, Psicologia Social e demais áreas se apropriem de ferramentas de sistematização dos conhecimentos tradicionais e científicos existentes. Essa prática favorece a descoberta de lacunas, vulnerabilidades e potencialidades das técnicas/conhecimentos quando aplicados em determinadas populações de povos tradicionais — quilombolas, indígenas, amazônidas —, culminando no desenvolvimento de um saber crítico enraizado nas especificidades de cada território e das pessoas que vivem nele com vistas superar as problemáticas intercontinentais que o Brasil vivencia em cada cidade de suas cinco macrorregiões. Essa prática se relaciona com o eixo 02 - História, epistemologias e formação em Psicologia Social, pois, quando empregada corretamente, enriquecem a experiência formativa e contribui para a produção de pesquisas e materiais científicos com o menor risco de viés e maiores chances de replicabilidade da pesquisa em diferentes lugares. Essa atividade é prevista para ser ministrada em duas modalidades, sendo uma parte teórica e outra prática. Na primeira parte, realizar-se-á a diferenciação dos tipos de revisões (Narrativa, Integrativa, Escopo e Sistemática), mas o curso focará as explanações nas Revisões do tipo Escopo e Sistemática, pois se apresentam como os tipos mais adequados para sistematizar dados científicos em grande escala. Revisões são estudos bibliográficos, secundários, que auxiliam pesquisadores a analisar materiais já elaborados e buscar novas conclusões ou caminhos científicos. A revisão de escopo ou scoping review. Tavares (2024) aponta que esse tipo de estudo é indicado para desenvolver pesquisas que tenham questões amplas, que são diferentes desenhos metodológicos, com o intuito de procurar aspectos qualitativos para formular uma compreensão de um determinado fenômeno ou construto. São postuladas cinco etapas orientadas pelo que preconiza o protocolo PRISMA Extension for Scoping Reviews (PRISMA-ScR) (JBI, 2015). A primeira etapa envolve a construção da pergunta norteadora, a segunda é referente a identificação de estudos relevantes em bases de dados científicas que, em geral, são munidas de um vasto volume de produções científicas proveniente de universidades e de outras bases indexadas, podem ter estudos com acesso livre ou restritos, facilitando, assim, o alto grau de circulação dos dados científicos e é em meio a esses acervos que se pode realizar a extração de dados secundários para análise. A terceira etapa dedica-se à seleção dos estudos de acordo com critérios de inclusão e exclusão. Na quarta etapa, realiza-se a elegibilidade dos estudos que se relacionam com o objetivo da pesquisa/revisão, através da revisão por pares, e, por último, a quinta etapa trata-se da produção do relatório dos dados incluídos. Já a revisão sistemática, pode ser compreendida como um método que também visa proporcionar aos processos de busca, a seleção e exclusão de documentos por meio de critérios, além da avaliação da relevância, validação das seleções e aspectos de maior exatidão na pesquisa, considerando um problema a ser investigado exaustivamente, ou seja, até que se esgotam as possibilidades. Assim, sobre a metologia de uma revisão sistemática pode ser compreendida enquanto um multimétodo que incorpora à sua construção aspectos advindos de metodologias mistas, ou seja, quantitativas e qualitativas. Assim, como na revisão de escopo, ela segue os passos já descritos, porém incorpora a fase de avaliação de vieses e qualidade metodológica de cada estudo analisado/incluído e, quando possível, é recomendado a produção de uma meta-análise dos dados estatísticos. Considerando o exposto, pode-se afirmar que

a principal diferença entre esses dois tipos é que a revisão de escopo mapeia conceitos e identifica lacunas de um tema amplo, sem se preocupar em avaliar a qualidade dos estudos/pesquisas, enquanto a revisão sistemática responde a uma pergunta específica, sintetizando dados com métodos rigorosos e avaliação crítica de cada evidência encontrada. Por isso, uma é indicada para temas amplos e emergentes, enquanto a outra foca na síntese de evidências/técnicas. Posteriormente, no decorrer da aula, serão expostas estratégias para a construção da questão problema de uma revisão. Será dado foco à estratégia PICO (Paciente/Problema/População, Intervenção, Comparação e Outcome/Desfecho) e à estratégia PCC (População, Conceito e Contexto), além de explicitar sobre a importância do uso devido dos descritores booleanos (AND, OR, NOT) na hora de usar os descritores-chave nas bases de dados. Discorremos, posteriormente, sobre o protocolo Prisma-ScR, a base para o delineamento de ambos os modelos de revisões apresentados. Sendo assim, ele é entendido como roteiro para as revisões em diversas áreas. Ele ajuda a identificar as especificidades, avanços e limitações dos estudos que serão analisados. Assim, apresentar-se-á a estrutura base de um protocolo Prisma-ScR: Título, Objetivos, Métodos (Critérios de Elegibilidade [critérios de inclusão e exclusão]), Fontes de informação (Ex: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, SciELO, Periódicos Capes, Biblioteca Virtual em Saúde, OasisBr), Identificação dos Riscos de viés, Sínteses dos Resultados e Produção do relatório. Em seguida, será realizada a demonstração de revisões já realizadas pelos autores. Exemplo: I - O que dizem as produções científicas brasileiras da área da psicologia sobre a violência contra crianças na primeira infância no período de 2016 a 2023?; II - Qual a contribuição da Psicologia enquanto ciência e profissão para a compreensão e promoção da saúde da população de idosos?; III - Quais são as práticas parentais nacionais, exercidas por cuidadores desde a concepção da criança até os 5 anos de vida em comparação com as práticas parentais no mundo que potencializam a parentalidade saudável?; e IV - Quais práticas parentais na primeira infância em comunidades quilombolas?; e V - Quais são as estratégias de promoção da parentalidade entre pais de crianças de 0 a 5 anos identificadas na literatura de pesquisa? Ao final da apresentação de cada questão, será solicitado aos participantes que identifiquem a estratégia com que a pergunta foi formulada, PICO ou PCC? Espera-se obter como Respostas: I - Pessoa Idosa (P), Psicologia (I), Técnicas/subáreas da Psicologia © e Promoção da saúde (O); II - Cuidadores (P), Práticas parentais (I), Práticas parentais no mundo (C) e Parentalidade saudável (O); III - Crianças na primeira infância (P), Violência (C) e Psicologia (C); e IV - Quilombolas (P), Práticas Parentais (C) e Primeira Infância (C); e V - Pais das crianças (P), Estratégias de Promoção da Parentalidade (C), Primeira infância (0-5 anos) (C). Por fim, será realizado o convite para os voluntários que desejem propor ideias de construção de questões-problema de revisão através da PICO e da PCC, além da realização de reflexões positivas e negativas sobre o desenvolvimento desse tipo de estudo. É possível desenvolver essa atividade com cerca de 100 interessados, considerando que cada um pode escrever as respostas para si ou em grupo, caso desejem. Os recursos necessários para os participantes serão: folha (A4 ou caderno/agenda) e caneta/lápis. Para quem ministrará o curso, será: notebook, projetor, eletricidade e pincel para quadro branco, sendo esses materiais de fácil manuseio e aquisição.

MC 69. Ser lésbica, nortista e psicóloga: afetos, fronteiras e práticas de resistência na psicologia social amazônida

Hannah Maia Noronha (ABRAPSO RR), Ellie Cristina Silva Ribeiro (FACES)

Descrição: Hannah Maia Noronha - ABRAPSO RR; CDH/CRP20 Ellie Cristina Silva Ribeiro - Faculdade Cathedral; ABRAPSO RR Apresentação Este minicurso é proposto por duas psicólogas, lésbicas, que atuam na Psicologia Social, com enfoque em gênero, sexualidades e interseccionalidade, a partir da região Norte. Em um cenário em que essas temáticas ainda enfrentam apagamentos e resistências dentro e fora da academia - especialmente nos territórios amazônicos-, propomos uma partilha de saberes, práticas e afetos que emergem da luta por visibilidade, pertencimento e justiça social. Objetivos Propor uma reflexão crítica sobre a atuação da psicologia social a partir das vivências interseccionais de mulheres lésbicas da região Norte, considerando o território amazônico como lugar de produção de saberes e práticas de resistências — especialmente no contexto do ensino superior e da formação crítica em Psicologia. Justificativa Falar sobre as vivências de mulheres lésbicas na região norte é uma tentativa de diálogo interseccional entre feminismos, território e cultura, buscando unir a experiência e refletir sobre estratégias coletivas de resistência frente a cenários de destruição. A Psicologia Social brasileira tem um compromisso contínuo de se posicionar diante de questões de aniquilamento de subjetividades, processo que vem ocorrendo em diversos contextos do país, sobretudo na região Norte. Dessa forma, considerando que o encontro nacional da ABRAPSO ocorre na região pela primeira vez, faz-se extremamente oportuna a presente proposta de minicurso. As taxas de feminicídio do Atlas da Violência colocam o estado de Roraima, situado no extremo norte do Brasil, como líder do ranking, acompanhado de estados como Amazonas e Rondônia. O estado também se apresenta à dianteira em outros tipos de violência como abuso sexual de crianças e adolescentes. Considerando a quantidade populacional do estado, que é de menos de 1 milhão de habitantes, essas taxas se tornam ainda mais impactantes. Além disso, em 2024, a partir dos dados encontrados no Dossiê Assassinatos e Violências contra Travestis e Transexuais Brasileiras – ANTRA e no 18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, o Brasil registrou 291 mortes violentas de pessoas LGBTQIAPN+, especialmente de pessoas trans e travestis. A Região Norte concentrou 10 desses casos, representando 8% do total nacional. Na região, no ano de 2023, o Pará liderou o ranking dos crimes contra a comunidade LGBTQIAPN+, Rondônia aparece em 2º lugar, e Roraima, em 3º. Nesse contexto, é fundamental também considerar a invisibilidade como uma forma de violência, representando uma tentativa de apagamento da existência das pessoas LGBTQIAPN+. Grande parte dos estudos e políticas sobre gênero e diversidade têm como foco as experiências e realidades encontradas nas regiões Sudeste e Sul. O Norte é muitas vezes tratado como exceção — ou simplesmente ignorado. Especialmente quando nos referimos aos dados estatísticos sobre a população LGBTQIAPN+, estes são extremamente escassos e inconsistentes. Esta subnotificação sistemática acarreta grandes desafios no monitoramento de casos de violência LGBTfóbica. A invisibilização das existências LGBTQIAPN+ é significativa fora dos grandes centros urbanos, especialmente em contextos marcados por racismo ambiental, extrativismo, fundamentalismo religioso e precarização de políticas públicas. Para pensar estas questões, nos apoiamos sobretudo em autoras feministas contemporâneas. Rich (2012) aponta que a heterossexualidade, mais que uma experiência sexual ou afetiva, se trata de uma instituição ou regime violento que tem como principal objetivo o controle das mulheres. Neste sentido, assim como Wittig (2006), entendemos a

heterossexualidade como uma categoria política, uma vez que o "pensamento straight" incorpora uma tendência à universalidade, que estabelece uma relação de obrigatoriedade entre homens e mulheres. Assim, os esquemas regulamentadores da sexualidade reproduzem um mandato de heterossexualidade patriarcal que produz uma interpretação genérica e simplista da história, da cultura e da realidade social. A heterosexualidade, a partir desta perspectiva, é percebida como obrigatória, uma norma compulsória que desacredita, desqualifica e oprime qualquer outra forma de expressão da sexualidade, produzindo imaginários sociais com a ideia de que tudo o que foge desta categoria é percebido como o desviante, o detestável ou, inclusive, não visto. A imposição do regime heterossexual às mulheres atua, assim, de modo a convencê-las de que a orientação sexual direcionada aos homens é um elemento inevitável de suas vidas, ainda que em alguns casos possa ser insatisfatório ou opressivo, favorecendo a manutenção da dominação masculina ao assegurar o acesso físico, econômico e emocional dos homens sobre elas. Para isto, um de seus principais mecanismos é tornar invisível a possibilidade de existência de mulheres lésbicas, bissexuais, pansexuais. Estas, aparecem como sujeitas quase impossíveis de serem narradas. A heteronormatividade e suas tecnologias de governo, portanto, atuam de modo a construir vidas mais inteligíveis que outras, a partir de dispositivos de exclusão (Rich 2019; Luibheid 2020). Desta maneira, buscamos ir na contramão da tendência à universalização das mulheres, entendendo, desta forma, que as mulheres lésbicas experienciam violências, desigualdades e, também, possibilidades de resistência específicas. Diante desse cenário, o norte do país se caracteriza como um cenário conservador, fundamentalista, preconceituoso e bastante normativo. Muitas são as disputas por discursos, territórios, poderes e vozes. A heteronormatividade se impõe sobre os corpos, que, ao escapar dessas imposições, correm riscos de aniquilação. Neste território, encontramos políticos que legislam com êxito sustentados nos discursos de ódio, temos propostas de leis que proíbem discussões de gênero nas escolas, temos diversos mecanismos que operam no sentido de silenciamento de vozes coletivas que resistem às diversas opressões. O Estado não só tem sido omisso diante da realidade enfrentada pelas mulheres e pela comunidade LGBTQIAPN+, mas também é agente direto de diversas violências e violações de direitos. Estamos diante de um contexto em que ser mulher e ser LGBTQIAPN+ se torna extremamente perigoso, e essa vulnerabilidade aumenta ao fazer a interseccionalidade com outros marcadores como raça/etnia, orientação sexual e classe. Dessa forma, a presente proposta de minicurso se alinha ao compromisso da Psicologia, que ainda tem estado tímida nas discussões sobre essas temáticas. Paralelamente, o cenário de formação em Psicologia Social no estado de Roraima se encontra defasado, com pouco interesse de estudantes em temáticas sociais e pouco incentivo das instituições, tanto privadas quanto públicas, ao diálogo com a realidade concreta. Vivenciamos um processo de esvaziamento político da formação em Psicologia, com pouco ou nenhum posicionamento diante de processos de violência e destruição de subjetividades. Não podemos compactuar com uma Psicologia hegemônica cisheteronormativa que reproduz a submissão dos corpos e culpabiliza os indivíduos por contextos de violência históricos e estruturais. É neste sentido que buscamos encontrar na coletividade, uma maneira de enfrentamento desse cenário, uma possibilidade de resistência. A intenção é construir possibilidades, a partir do que já vem sendo feito em diferentes contextos e pensar novos caminhos de enfrentamento. O Norte resiste, apesar da tentativa de apagamento. Apesar das inúmeras tentativas de silenciamento e invisibilização, vozes dissidentes seguem criando, educando e ocupando espaços. Violência e invisibilidade não significam ausência de vida, de luta ou de potência, significam uma tentativa contínua de apagamento histórico e político. Este minicurso é, portanto, um convite a descentralizar o olhar, reconhecer o território como dimensão fundamental das

desigualdades e dar visibilidade às resistências que são construídas mesmo em meio ao descaso. Buscamos refletir sobre a possibilidade de constituição de outras formas de viver, experimentar o corpo e construir subjetividades. Formas transgressoras ou resistentes que gritam pela possibilidade de também existirem. Ao problematizar o caráter compulsório da cisheterossexualidade, pretendemos possibilitar a construção de outros espaços àquelas existências que são silenciadas ou tornadas identidades abjetas. Para isso, positivam-se práticas cotidianas "baseadas em carne viva e fatos reais" de sujeitos que escapam das amarras biológicas naturalizantes dos dispositivos de sexualidade e que constantemente reinventam seus corpos. Referências Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 18, 2024. Benevides, Bruna G. Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2025. Luibhéid, Eithne. 2020. Migrant and refugee lesbian: lives that resist telling. Journal of Lesbian Studies. 57-76. Disponível em: https://doi.org/10.1080/10894160.2019.1622935 Rich, Adrienne. 2019. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica e outros ensaios. A bolha Editora. Rio de Janeiro. Rich, Adrienne. 2012. "Heterossexualidade compulsória e existência lésbica". Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades (5). Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309
Wittig, Monique. 2006. "El pensamiento heterosexual y otros ensayos". Editorial EGALES, S.L. Barcelona.

MC 70. Sistema Conselhos e Psicologia Social Crítica: formação política e práticas de controle social

Drieli Venâncio da Silva Sousa (CRPCE), Jorge Luiz Pereira e Silva (crp11)

Descrição: Este minicurso propõe uma análise crítica do Sistema Conselhos de Psicologia como espaço de disputa política, exercício de controle social e construção coletiva de diretrizes ético-políticas para a profissão. Alinha-se ao tema central do ENABRAPSO 2025 ao enfatizar o papel da Psicologia Social Crítica na disputa institucional, no enfrentamento aos modelos conservadores de regulação e na afirmação de um compromisso radical com os direitos humanos. Com a promulgação da Lei nº 4.119/1962, que regulamenta a profissão de psicólogo no Brasil, e da Lei nº 5.766/1971, que institui o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia, instituiu-se um modelo de regulação profissional baseado na gestão colegiada e na participação democrática da categoria. O Sistema Conselhos de Psicologia compreende diversas instâncias: os Congressos Nacionais e Regionais de Psicologia, a Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças (APAF), o Conselho Federal (CFP) e os Conselhos Regionais (CRPs). Essas estruturas garantem não apenas a fiscalização do exercício profissional, mas também a formulação compartilhada de políticas e referências técnicas em diálogo permanente com a sociedade. Ainda assim, boa parte da categoria desconhece seu funcionamento político, reduzindo-o a um aparato burocrático. Esse distanciamento impede que psicólogas/os/es se percebam como sujeitos ativos nos processos decisórios da profissão. O desconhecimento mina a potência transformadora do Sistema e reforça sua captura por lógicas tecnocráticas ou corporativistas. Este minicurso nasce, portanto, da necessidade de ampliar a formação política de psicólogas/os/es, estudantes e profissionais das políticas públicas, fomentando o engajamento crítico e coletivo nos espaços institucionais da profissão. A atuação da Psicologia nesses espaços está longe de ser neutra ou uniforme. Disputas epistemológicas e políticas atravessam o Sistema Conselhos, exigindo posicionamentos firmes frente às desigualdades raciais, territoriais e de gênero. É necessário reconhecer e fortalecer experiências institucionais que, a partir de dentro dos Conselhos, enfrentam o racismo estrutural, tensionam o epistemicídio e propõem práticas anticoloniais e de justiça cognitiva. No CRP11, por exemplo, a criação da Comissão de Psicologia e Relações Étnico-Raciais, Povos Indígenas e Tradicionais, coordenada por uma das proponentes, constitui um campo de incidência política que reposiciona o Conselho como ator comprometido com os direitos humanos e com o enfrentamento da exclusão racial e epistêmica. De modo semelhante, a coordenação da Comissão de Psicologia e Assistência Social pelo outro proponente reforça o compromisso com o SUAS e com a defesa da seguridade social como campo ético e político da Psicologia. Ao incluir essas trajetórias como estudos de caso, o minicurso pretende apresentar não apenas a estrutura formal do Sistema Conselhos, mas também seus conflitos, contradições e potências instituintes. A proposta sustenta que compreender o Sistema é uma tarefa da Psicologia Social crítica, visto que a normatização das práticas profissionais não está separada da luta por reconhecimento, redistribuição e participação popular. Contribuição à formação/atualização em Psicologia Social A Psicologia Social Crítica, ao alinhar-se às lutas dos sujeitos historicamente oprimidos, requer uma leitura institucional que vá além das práticas clínicas ou comunitárias: é preciso analisar criticamente os dispositivos que regulam, legitimam ou silenciam determinadas formas de atuação. Os conselhos profissionais são um desses dispositivos, e sua análise exige uma abordagem situada, ética e politicamente engajada. Este minicurso busca preencher lacunas

formativas ao promover: A compreensão crítica do funcionamento político do Sistema Conselhos; A desconstrução da ideia de neutralidade técnica nos processos regulatórios; O debate sobre representatividade, composição dos plenários e atravessamentos de raça, classe, gênero e território; O compartilhamento de estratégias para participação efetiva em instâncias deliberativas; A valorização de práticas institucionais de enfrentamento às desigualdades e de produção de referências contextualizadas nos territórios, articuladas às lutas históricas dos movimentos sociais. Ao centrar-se nesses pontos, o minicurso contribui para consolidar uma Psicologia ética, crítica e implicada com a construção de políticas públicas enraizadas nas demandas reais da população. Pretende ainda fomentar o sentimento de pertencimento e responsabilidade coletiva diante dos rumos institucionais da Psicologia brasileira. Relação com o eixo temático escolhido Este minicurso se insere no eixo "Assistência Social, vulnerabilidades, violências e promoção de direitos humanos", ao discutir o Sistema Conselhos como uma instância política que opera na interface com as políticas públicas e no enfrentamento das desigualdades estruturais. A proposta parte da atuação direta de conselheiras e conselheiros em espaços como o SUAS e o SUS, destacando como as disputas institucionais atravessam temas como racismo, epistemicídio, exclusão territorial e de gênero. A partir de experiências situadas, o minicurso propõe reflexões sobre os limites e as potências da atuação crítica da Psicologia nos espaços de regulação profissional, evidenciando como esses espaços também podem se constituir como arenas de resistência, proteção de direitos e promoção da justiça social. Além disso, a proposta contribui para tensionar as fronteiras entre a Psicologia Social Crítica e o campo das políticas públicas, ao evidenciar que os conselhos profissionais não são espaços neutros de normatização, mas territórios tensionados por disputas ideológicas, onde se definem os sentidos da prática psicológica no enfrentamento das múltiplas formas de vulnerabilização social. Síntese da proposta de trabalho a ser desenvolvida O minicurso será realizado em três horas e dividido em três blocos articulados: 1. Exposição dialogada (1h) Histórico da regulamentação da Psicologia e do processo de criação dos Conselhos; Estrutura e funcionamento do Sistema Conselhos: CFP, CRPs, CNP e APAF; Diferenças e articulações entre Conselhos profissionais, Conselhos de políticas públicas e sindicatos; Disputas políticas e o papel da representação crítica. 2. Estudos de caso e experiências vividas (1h) Relatos das proponentes como conselheiras e representantes em instâncias como SUAS, Saúde Mental e Direitos Humanos; Dificuldades e potências da atuação institucional crítica; Estudo de caso: criação e atuação das Comissões de Psicologia e Relações Étnico-Raciais e de Assistência Social do CRP11. 3. Roda de conversa e sistematização coletiva (1h) Dinâmica em grupos em formato de roda de conversa sobre experiências com conselhos e desafios de representação; Debate sobre estratégias para fortalecer a presença crítica da Psicologia nesses espaços; Construção coletiva de propostas para ampliar a participação democrática no Sistema Conselhos. Metodologia: recursos audiovisuais, análise de documentos institucionais, materiais do CREPOP, roda de conversa e estratégias de escuta e sistematização coletiva. Quantidade de vagas 30 vagas

MC 71. Vigilância Popular em Saúde e Psicologia Social: estratégias para produção de saúde mental entre povos e comunidades tradicionais

Juno Pedro Albuquerque Almeida (Instituto Aggeu Magalhães - Fiocruz PE)

Descrição: Parte-se do pressuposto de que povos e comunidades tradicionais vivem em situação de conflito, sendo vulnerabilizados por seus modos de vida e relação com o território que são antagônicos às morfologias de vida e trabalho determinados pelo capitalismo, enquanto modelo social e econômico. As condições de vulnerabilização e conflito socioambiental encontram suas origens na formação histórica brasileira, tendo o colonialismo enquanto parte de seu projeto político e estrutura social, e têm sua continuidade uma vez que o modo de produção adotado e alimentado pelo Estado brasileiro é diametralmente oposto ao modo de vida e reprodução destas comunidades. Diante de legislações nacionais ineficientes e/ou não aplicadas, as disputas pelo território promovida pelos empreendimentos seguem produzindo a desterritorialização das comunidades originalmente ocupantes, com estratégias de ataque que vão desde intervenções sobre as possibilidades de relação com o ambiente à desapropriações forçadas Ocorre que os processos de vulnerabilização têm relação direta com o processo de saúde-adoecimento-cuidado. Isso porque compreende-se a saúde enquanto processo social que ocorre necessariamente a partir da relação humano-ambiente, e não a partir de uma ordem biológica apartada da realidade histórica Tal cenário determina os processos de saúde e adoecimento mental destas comunidades, o que demanda reflexão crítica sobre os caminhos de produção de cuidado em saúde mental, tanto entre as redes institucionais de saúde quanto entre os territórios a partir dos saberes e práticas tradicionais. A vigilância popular em saúde se apresenta enquanto crítica às estratégias tradicionais de produção de informação, planejamento e intervenção na saúde pública. A partir do protagonismo do povo, propõe o desenvolvimento de práticas de vigilância territorializadas, dialógicas, participativa e, principalmente, de horizonte emancipatório. A partir de autores como James Breilh, Paulo Freire, Martin-Baró, Silvia Lane, Lélia González e Frantz Fanon, propõe-se abordar no minicurso a interface entre os referenciais teórico-metodológicos da Vigilância Popular em Saúde e da Psicologia Social latino-americana enquanto estratégia de produção de saúde mental. Alimenta-se tal encontro com um posicionamento ético-político interseccional, anticolonial e antimanicomial, com vistas a incidência nos territórios tanto para a identificação dos fatores de sofrimento mental quanto para o desenvolvimento de estratégias de cuidado, inclusive pela via do resgate de saberes e práticas tradicionais e sua integração às redes institucionais de saúde. A interlocução entre vigilância popular em saúde e saúde mental se apresenta em fase de consolidação, apesar de o tema da saúde mental sempre aparecer enquanto dimensões impactadas pelos processos de deterioração da saúde destes grupos. Ao mesmo tempo, observa-se nas experiências que o próprio ato em si da vigilância popular, em suas diversas metodologias - seja na formação de agentes populares de saúde, ações de diagnósticos participativos, desenvolvimento de estratégias de produção de saúde, etc -, promovem saúde mental das pessoas e grupos envolvidos. Tal abordagem relaciona-se com o 23º ENABRAPSO por seu compromisso em fazer deste encontro caminhos reais para produção de saberes e práticas, principalmente no campo acadêmico, que sirvam às lutas dos povos contra a devastação socioambiental em curso e possua emancipação para construção de um novo mundo em harmonia com todas as formas de vida. Para que a Psicologia Social possa efetivamente contribuir com o cumprimento desta tarefa histórica, é preciso comprometimento com o estudo profundo sobre as especificidades dos povos e

comunidades tradicionais, a determinação social de seus processos de saúde-adoecimento-cuidado, e as possibilidades de sua intervenção técnica, superando paradigmas tradicionais que servem a interesses hegemônicos e realizando interface com outras áreas de conhecimento. Portanto, acredita-se que o minicurso poderá contribuir com o desenvolvimento de práticas e saberes em âmbito acadêmico, profissional gestor e assistencial, político e social da psicologia e áreas afins. A proposta introduz e atualiza os participantes quanto às ferramentas, conceitos e experiências da Vigilância Popular em Saúde, um campo pouco abordado na formação tradicional em Psicologia. Essa abordagem amplia a atuação do psicólogo social no SUS, nos territórios e nos espaços de luta por direitos. Proposta de trabalho: O presente minicurso tem como objetivo promover a reflexão crítica e o compartilhamento de saberes em torno da interface entre a Psicologia Social latino-americana e a Vigilância Popular em Saúde. Busca-se discutir as condições de vida de povos e comunidades tradicionais no Brasil, suas lutas históricas por justiça social e sanitária; os processos de saúde-adoecimento-cuidado psicossocial, considerando contradições , desafios e potencialidades da Psicologia, bem como apresentar experiências de atuação e pesquisa baseadas nestes referenciais. A metodologia adotada está ancorada em uma perspectiva dialógica, participativa e crítica, inspirada nos fundamentos da Educação Popular e da Psicologia Social libertária. A vivência de metodologias participativas contribui para a formação de sujeitos implicados ética e politicamente com a transformação social, a defesa de direitos e a valorização das vozes historicamente silenciadas. O minicurso será dividido em três momentos complementares: Mística de abertura – dinâmica inicial com foco no acolhimento, construção coletiva do espaço e valorização das experiências e saberes dos participantes. Esse momento busca fomentar o envolvimento afetivo e político com o tema, ancorando o processo formativo em práticas culturais e sensíveis à diversidade. Exposição dialogada – estrutura principal do encontro, composta por quatro eixos temáticos: 1. As condições de vida de povos e comunidades tradicionais: entre lutos e lutas; 2. De que Psicologia Social estamos falando e quais suas tarefas atuais; 3. O que é a Vigilância Popular em Saúde; 4. Potências do encontro: análise e troca de experiências. Essa etapa será conduzida com base em apresentações teóricas interativas, problematizações e estímulo à participação ativa. Debate coletivo – espaço aberto para trocas, relatos de experiências e construção de saberes em rede. Será promovida roda de conversa para aprofundar os temas discutidos e fortalecer vínculos entre participantes. Durante todo o minicurso, serão utilizados recursos audiovisuais, materiais didáticos digitais, mapas temáticos, ferramentas colaborativas e discussão de experiências. Também serão apresentadas experiências práticas e instrumentos utilizados na Vigilância Popular em Saúde, com enfoque na escuta ativa, mapeamento participativo e análise crítica da realidade. Público-alvo: estudantes, pesquisadores, profissionais e militantes que atuam ou têm interesse em áreas como saúde coletiva, psicologia, movimentos sociais, conflitos socioambientais, povos e comunidades tradicionais e direitos humanos. O minicurso será ofertado para até 30 participantes, garantindo um ambiente propício ao diálogo e à construção coletiva do conhecimento

MC 72. Violências contra as populações LGBTQIAPN+ no Brasil: desafios e estratégias de enfrentamento

Renita de Cássia dos Santos Freitas (UFSCAR)

Descrição: A proposta deste minicurso é traçar um panorama geral sobre a temática acerca das violências contra as populações LGBTQIAPN+ no Brasil. O conceito de necropolítica, desenvolvido por Achille Mbembe (2011), refere-se ao poder de decidir quem deve viver e quem pode ser deixado para morrer. Esse poder é exercido não apenas por meio do extermínio físico do sujeito, mas também, pela produção de condições sociais e materiais que tornam suas vidas precarizadas e descartáveis. No contexto brasileiro, a necropolítica se manifesta de maneira corriqueira sobre as populações LGBTQIAPN+, levando a aumentos alarmantes nos índices de violência, assassinatos, abandono institucional e negação de direitos básicos. Nos últimos anos, o Brasil tem sido apontado como um dos países mais perigosos para pessoas LGBTQIAPN+, principalmente para pessoas trans e travestis (IPEA, 2018). Essas violências não se dão de forma isolada, fazem parte de um sistema que vê essas vidas como menos importantes, gerando exclusão social, abandono familiar, dificuldade de acesso a oportunidades de emprego, cuidados de saúde, educação e segurança, produzindo assim, a morte simbólica e material dessa população. Nessa perspectiva, a necropolítica não se limita a ações diretas do Estado, mas opera também por meio das omissões institucionais, das práticas cotidianas e das subjetividades moldadas por regimes normativos (Mbembe, 2011). Essa compreensão coloca a psicologia diante de uma responsabilidade ética e política. O trabalho da/o/e psicóloga/o/ue, sobretudo no campo social e comunitário, não pode restringir-se ao atendimento clínico individual, ele deve estar orientado por uma práxis transformadora. Silvia Lane (1984) propõe o conceito de práxis como uma ação-reflexão crítica capaz de transformar as condições objetivas e subjetivas que produzem sofrimento. A práxis psicológica, nesse sentido, implica não somente na escuta e acolhimento das dores individuais, mas na intervenção sobre os determinantes sociais dessas dores, auxiliando na construção de caminhos coletivos de resistência e enfrentamento, reduzindo os danos decorrentes de opressões históricas e culturais e promovendo uma prática comprometida com a transformação social, fortalecimento comunitário e participação política. A partir da articulação entre necropolítica e práxis, a/o/e psicóloga/o/ue é chamada/o/e a ocupar uma posição ética: não como mera/o/e observador/a/e, mas como agente ativo na construção de um mundo onde vidas LGBTQIAPN+ possam se desenvolver de forma digna, em sua liberdade e potência. O enfrentamento de violências necropolíticas exige, portanto, que a psicologia vá além da clínica e se coloque ao lado das lutas sociais, afirmando-se como prática comprometida com a transformação das condições que produzem sofrimento e morte. Dado o exposto, o minicurso se propõe a contribuir para a formação e atualização em Psicologia Social na medida em que as trajetórias acadêmicas no país apresentam lacunas significativas no que tange aos estudos sobre sexualidades, gêneros e diversidades (Senem, 2015; Narvaz & Koller, 2007). A omissão desses temas no currículo formal dos cursos de Psicologia resulta em estudantes e posteriormente profissionais que podem concluir o curso com desconhecimentos, despreparos e com uma atuação dissonante às diretrizes éticas estabelecidas pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e respaldada no Código de Ética de Psicologia (Mizael, Gomes & Marola, 2020). Esse cenário traz como consequências a reprodução de concepções patologizantes, como as relacionadas às homossexualidades e transsexualidades, as quais já foram consideradas desordens mentais em classificações

sobre saúde e retiradas após movimentações políticas, sociais e científicas com foco na mudança de paradigmas. Para que se consolide uma prática comprometida a postura afirmativa, é imprescindível um espaço para estimular a reflexão e o questionamento dos padrões hegemônicos, permitindo um arcabouço teórico-prático que se alinhe a perspectivas de psicologias diversas, inclusivas e críticas às formas de legitimação e reprodução de estereótipos, preconceitos e discriminações contra as populações LGBTQIAPN+, bem como o reconhecimento do impacto dos estigmas em suas vidas (Bock et al, 2007). A atividade está alinhada ao eixo 12 sobre Gênero, Sexualidade e Intersecções ao promover uma discussão crítica sobre as múltiplas formas de violência que incidem sobre as populações LGBTQIAPN+ no Brasil, articulando os desafios vivenciados por esses sujeitos e as estratégias coletivas de resistência e enfrentamento desenvolvidas em diferentes contextos. O referencial teórico adotado ao lado de autoras como Kimberlé Crenshaw e bell hooks, e autores como Mbembe e Ilan Meyer para desmistificar concepções, aprofundar e (re)desenhar as possibilidades da Psicologia Social brasileira diante um cenário de ganhos e perdas em que as disputas estão postas a níveis local, regional, nacional e global. Considerando o objetivo principal de traçar um panorama geral sobre a temática acerca das violências contra as populações LGBTQIAPN+ no Brasil, este minicurso se divide em dois eixos: os desafios apresentados diante as distintas realidades brasileiras e as estratégias de enfrentamento nas esferas pública e privada. O primeiro eixo de conteúdo foca em contextualizar o público do 23º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social acerca do cenário brasileiro e das diversas violações de direitos, levando em consideração que a destruição das vidas de pessoas LGBTQIAPN+ no Brasil acontece de forma alarmante e sistemática: é o país com maior número de homicídios e suicídios dessa população no mundo, de acordo com dados divulgados pelo Grupo Gay Bahia (GGB) referente ao ano passado. Em um primeiro momento, faz-se importante sensibilizar e refletir por meio dos dados mais atualizados sobre as diversas formas de destruição das vidas das pessoas LGBTQIAPN+ no Brasil à luz de relatórios como o Atlas da Violência produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o Dossiê de Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil desenvolvido pelo Observatório de Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil, e o Dossiê de Assassinatos e Violências contra Travestis e Transexuais no Brasil da Associação Nacional de Travestis e Transexuais. Para além das destruições, é importante iniciar um trajeto sobre os importantes papeis desempenhados pelas alianças políticas, históricas e científicas na busca de denunciar as violações e suas repercussões. Nessa direção, definições e conceitos serão pontuados como os de gênero entrelaçando com interseccionalidades a partir de Kimberlé Crenshaw (1989) e bell hooks (2019), bem como os de orientação sexual e identidade de gênero para buscar os significados possíveis da sigla LGBTQIAPN+. As pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transsexuais, queers, intersexuais, assexuais, pansexuais e demais orientações sexuais e identidades de gênero estão sujeitas a uma gama de violências que se manifestam tanto num nível macro quanto em um micro. A fim de explicitar sobre essa gama, também serão descritas as definições de LGBTQIAPN+fobia e micro agressões. A primeira enquanto um dispositivo relacionado a violência estrutural, que se manifesta por meio de atitudes, discursos e políticas que buscam excluir, inferiorizar ou silenciar as pessoas que desafiam as normas cisheteronormativas de sexualidade e gênero (Coelho, Desidério, Rocha 2023). A segunda entendida como práticas cotidianas de discriminação velada que, mesmo quando não intencionais, reforçam desigualdades sociais e atingem especialmente sujeitos que já enfrentam exclusão estrutural, como mulheres, pessoas negras, LGBTQIAPN+ e pessoas com deficiência (Nadal et al, 2016). Para identificar as repercussões das violações e seus impactos na saúde física e mental das populações em foco, a Teoria do Estresse de Minoria (Frost & Meyer,

2023) será discutida, assim como esse conceito vem sendo estudado e articulado nas pesquisas brasileiras por meio do uso de escalas, sejam sobre Revelação da Sexualidade, Homonegatividade Internalizada e Experiências de Estigma (Costa et al, 2020), seja nas fundamentações da Terapia Afirmativa (dos Santos & Von Hohendorff, 2024). O segundo eixo traz um resgate histórico no que tange às estratégias de resistência e de enfrentamento tanto na esfera pública quanto na privada a partir das conquistas de movimentos sociais, desenvolvimento de serviços e dispositivos relacionados à proteção e garantia de direitos. Nessa seção, uma linha do tempo será usada para traçar os momentos históricos recentes em relação à garantia de direitos LGBTQIAPN+ no Brasil articulando documentos como as Referências Técnicas criadas pelo Conselho Federal de Psicologia e a Política Nacional de Saúde Integral LGBT (2013). Ainda nessa perspectiva, utilizar da lei nº 7.716/89 conhecida popularmente como Lei do Racismo para tratar sobre a decisão do Supremo Tribunal de Justiça em 2019 para equiparar crimes de homofobia e transfobia a racismo, bem como as definições de preconceito e discriminação adotadas, as condutas criminalizadas e as penas previstas. Também nesse viés jurídico, outra lei a ser discutida será a nº 11.340 (Maria da Penha) para as definições de violência e sua ampliação aos casais homoafetivos masculinos, mulheres trans e travestis. Com a base legal posta, o minicurso finaliza com a apresentação de possibilidades desenvolvidas como as de criação de liga acadêmica sobre Sexualidade e Gênero (Alves & de Faria, 2020), programas de prevenção a violência, atendimento clínico afirmativo (Catelan, & Sardinha, 2023), e os aspectos práticos dos Princípios de Yogyakarta e sua importância para a implementação de políticas públicas voltadas a promoção da igualdade e combate à discriminação por orientação sexual e identidade de gênero. O minicurso busca atuar como ferramenta política de formação e conscientização, acolhendo tanto quem inicia sua trajetória quanto quem já atua em defesa das pautas de diversidade sexual e de gênero. Por meio das reflexões propostas, espera-se fomentar ações que rompam com a naturalização da LGBTfobia e que impulsionem práticas profissionais e sociais voltadas à transformação das condições opressoras que atentam contra a dignidade e a vida das populações LGBTQIAPN+ no Brasil. Referências bibliográficas Alves, R. L. V., & de Faria, A. A. (2020). As ligas acadêmicas como suplemento da graduação em psicologia: uma experiência como coordenadora da LASG (2015-2016). Revista Psicologia, Diversidade e Saúde, 9(4), 422–432. https://journals.bahiana.edu.br/index.php/psicologia/article/view/2895 Bock, A. M. B., et al. (2007). Sílvia Lane e o projeto do "Compromisso Social da Psicologia". Psicologia & Sociedade, 19(2), 46–56. Brasil. (1989). Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Diário Oficial da União. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm Brasil. (2006). Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Diário Oficial da União. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm Brasil. Ministério da Saúde. (2013). Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Ministério da Saúde. https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf Catelan, R. F., & Sardinha, A. (Orgs.). (2023). Manual de gênero e sexualidade na psicoterapia: Fundamentos teóricos e intervenções clínicas. Sinopsys Editora. Coelho, G. G., Desidério, P. M. M., & Rocha, L. P. (2023). AFINAL, O QUE É A LGBTFOBIA?. Revista Brasileira De Sexualidade Humana, 34, 1115 . https://doi.org/10.35919/rbsh.v34.1115 Conselho Federal de Psicologia. (2018). Resolução CFP nº 01/2018: Estabelece normas de atuação para psicólogas(os) em relação às pessoas transexuais e travestis. CFP. Costa, A. B., Paveltchuk, F., Lawrenz, P., Vilanova, F., Borsa, J. C., Damásio, B. F., Habigzang, L. F., Nardi, H. C., & Dunn, T. (2020). Protocolo para avaliar o estresse de minoria em

lésbicas, gays e bissexuais. Psico-USF, 25(2), 207–222. https://doi.org/10.1590/1413-82712020250201 Crenshaw, K. (1989). Demarginalizing the intersection of race and sex: A Black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. University of Chicago Legal Forum, 1989(1), 139–167. dos Santos, B. D. S., & Von Hohendorff, J. (2024). Uma revisão integrativa sobre a terapia afirmativa no Brasil: Atualizações desde 2009. Cadernos de Psicologia, 4(2), 16–16. Frost, D. M., & Meyer, I. H. (2023). Minority stress theory: Application, critique, and continued relevance. Current Opinion in Psychology, 51, 101579. hooks, b. (2019). O feminismo é para todo mundo: Políticas arrebatadoras (A. S. Araújo, Trad.). Rosa dos Tempos. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2018). Atlas da violência 2018. IPEA. Lane, S. T. M. (1984). Psicologia social: O homem em movimento. Brasiliense. Mbembe, A. (2018). Necropolítica. N-1 Edições. Mizael, T. M., Gomes, A. R., & Marola, P. P. (2020). Conhecimentos de estudantes de Psicologia sobre normas de atuação com indivíduos LGBTs. Psicologia: Ciência e Profissão, 39, e182761. Nadal, K. L., Whitman, C. N., Davis, L. S., Erazo, T., & Davidoff, K. C. (2016). Microaggressions toward lesbian, gay, bisexual, transgender, queer, and genderqueer people: A review of the literature. The journal of sex research, 53(4-5), 488-508. Narvaz, M. G., & Koller, S. H. (2007). A marginalização dos estudos feministas e de gênero na psicologia acadêmica contemporânea. Psico, 38(3). Princípios de Yogyakarta sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. (2007). Documento adotado por especialistas em direitos humanos na Universidade Gadjah Mada, Indonésia, em 6–9 de novembro de 2006. Disponível em https://www.clam.org.br/uploads/conteudo/principios_de_yogyakarta.pdf Senem, C. J. (2015). Formação e sexualidade: um estudo a partir dos relatos dos estudantes de diferentes cursos de psicologia [Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho]. https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/126411/000841093.pdf?sequence=1 Quantidade de vagas para participantes do Minicurso: 40

MC 73. "Psicologia no enfrentamento à violência contra as mulheres: vozes dissidentes e saberes esquecidos"

Priscilla Messiane Santos (CRP - MG), Liliane Cristina Martins (Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais)

Descrição: A proposta deste minicurso intitulado "Psicologia no enfrentamento à violência contra as mulheres: vozes dissidentes e saberes esquecidos" surge da urgência de promover uma reflexão crítica e transformadora sobre o papel da Psicologia diante das múltiplas formas de violência que incidem sobre os corpos e subjetividades das mulheres no Brasil. Trata-se de um curso de formação que se estrutura como espaço de escuta, análise e produção de sentidos ético-políticos sobre a prática psicológica em contextos marcados pela desigualdade de gênero, raça, sexualidade e classe, considerando especialmente a situação de mulheres negras, lésbicas, periféricas e outras que ocupam lugares historicamente marginalizados nos discursos institucionais e acadêmicos. No Brasil, os dados sobre violência contra as mulheres seguem alarmantes. O feminicídio, a violência sexual, a violência psicológica, patrimonial e institucional ainda fazem parte do cotidiano de milhares de mulheres, em especial aquelas que vivem nas interseções do racismo, do sexismo, da lesbofobia e da transfobia. Embora o ordenamento jurídico brasileiro reconheça o direito das mulheres a uma vida livre de violência, a resposta das instituições, inclusive das profissões da saúde e da Psicologia, ainda está distante de uma atuação efetivamente comprometida com os direitos humanos e com a justiça social. A Psicologia, enquanto ciência e profissão, tem sido interpelada a rever suas práticas, teorias e fundamentos à luz das críticas feministas, antirracistas e anticoloniais que têm denunciado seus limites e silêncios frente às opressões estruturais. É nesse contexto que este minicurso se inscreve. Propomos um percurso de formação que parte do compromisso ético-político da Psicologia com a promoção da dignidade humana, conforme explicitado na Resolução CFP nº 018/2002, que estabelece princípios fundamentais de respeito à diversidade sexual e de gênero. Também nos apoiamos na Resolução CFP nº 001/1999 e na Resolução nº 01/2018, que tratam, respectivamente, da não patologização da homossexualidade e da promoção dos direitos de pessoas trans e travestis, evidenciando a necessidade de uma atuação pautada na equidade, na escuta qualificada e na valorização das múltiplas formas de existência, da Resolução CFP nº 08/2020, que normatiza a atuação da categoria frente às violências de gênero, e das Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) no Atendimento às Mulheres em Situação de Violência (CREPOP, 2024), o curso abordará os fundamentos ético-políticos da profissão e os desafios impostos pela naturalização da violência institucional, simbólica, epistêmica e quem em diversas situações somos nós profissionais de Psicologia que perpetramos estas violências. No entanto, o reconhecimento formal desses princípios não garante, por si só, a efetivação de práticas transformadoras. É necessário enfrentar o desafio de transformar a formação, a escuta clínica, as intervenções institucionais e o fazer cotidiano da Psicologia para que esses compromissos deixem de ser apenas normativos e se tornem ético-políticos no sentido freiriano do termo, como prática de liberdade e emancipação. Para isso, propomos colocar em primeiro plano os saberes e vivências de mulheres feministas lésbicas e negras cujas vozes têm sido sistematicamente apagadas ou secundarizadas nos currículos acadêmicos e nas políticas públicas. Autoras como Audre Lorde, bell hooks, Angela Davis, Lélia Gonzalez, Carla Akotirene, Patricia Hill Collins, Neusa Sousa Santos, Beatriz Nascimento e Sueli Carneiro trazem contribuições fundamentais para a compreensão

da violência como fenômeno estrutural e não meramente individual ou episódico. Ao denunciar a universalização da experiência branca, heterossexual e de classe média como parâmetro de humanidade, essas autoras nos convidam a repensar radicalmente o sujeito da Psicologia, a natureza das violências que enfrentamos e as possibilidades de cuidado e resistência. Audre Lorde, por exemplo, nos lembra que "as ferramentas do senhor não desmantelam a casa do senhor", denunciando como as instituições que deveriam proteger podem ser também produtoras de opressão. Sua crítica à branquitude e à heteronormatividade nos alerta para os riscos de uma Psicologia que se pretenda neutra ou técnica diante de contextos profundamente marcados por desigualdades. Já bell hooks, ao pensar a educação e a prática clínica como espaços de transgressão e amor, nos inspira a construir relações terapêuticas que sejam também políticas, onde a escuta não seja apenas um dispositivo técnico, mas uma ética da presença e do reconhecimento. Carla Akotirene, ao desenvolver o conceito de interseccionalidade no contexto brasileiro, mostra que nenhuma intervenção pode ser eficaz se desconsiderar os atravessamentos de raça, gênero, classe e sexualidade na constituição dos sujeitos. Ela convoca a Psicologia a sair da zona de conforto e se implicar nas contradições do mundo social, compreendendo que a clínica, o social e o político são inseparáveis. Nesse sentido, o minicurso propõe problematizar os modos pelos quais a Psicologia tem participado, consciente ou inconscientemente, da manutenção de estruturas de opressão, especialmente quando se omite frente às especificidades das violências que atingem mulheres lésbicas e negras. Muitas vezes, a violência lesbofóbica é naturalizada, invisibilizada ou reduzida a conflitos interpessoais ou familiares, sem que se reconheça sua dimensão política e estrutural. O conceito de heterossexualidade compulsória, formulado por Adrienne Rich, nos ajuda a compreender como a negação da existência lésbica é parte de um projeto social que visa controlar os corpos, os desejos e as formas de parentesco que escapam à norma. Monique Wittig, por sua vez, nos desafia a pensar a lesbianidade não apenas como orientação sexual, mas como posição política de enfrentamento ao regime heterossexual. Essas contribuições são fundamentais para repensar o modo como a Psicologia se posiciona diante das violências vividas por mulheres que não se enquadram nas normatividades de gênero e sexualidade. Além disso, é necessário enfrentar o racismo estrutural presente nas instituições de saúde, na justiça, na educação e nas próprias práticas psicológicas. A escuta da mulher negra lésbica, por exemplo, exige da Psicologia um deslocamento epistêmico, uma disponibilidade para reconhecer que os saberes tradicionais da disciplina são insuficientes – e, muitas vezes, coniventes – diante da complexidade dessas existências. É preciso, portanto, construir outras formas de saber, fazer e estar com essas mulheres, reconhecendo sua agência, sua potência e seus modos de resistir. O minicurso será desenvolvido de forma participativa, com exposições dialogadas, dinamizada por cenas apresentadas ao grupo. A intenção é que este encontro seja também um espaço de elaboração coletiva, onde seja possível articular teoria e prática a partir das experiências concretas dos participantes. A escuta das vivências, tanto profissionais quanto pessoais, será valorizada como parte essencial do processo formativo, pois acreditamos que é na partilha dos afetos e das histórias que se constrói um saber comprometido com a transformação. As discussões serão organizadas em torno de quatro eixos principais: (1) o papel da Psicologia no enfrentamento da violência de gênero a partir das resoluções do CFP; (2) a crítica feminista à heteronormatividade e ao racismo institucional; (3) a escuta psicológica como prática política; e (4) a construção de práticas antissexistas, antirracistas e anti-lesbofóbicas no cotidiano profissional. Ao final do minicurso, espera-se que as/os participantes estejam mais sensibilizadas/os e instrumentalizadas/os para reconhecer e enfrentar as múltiplas formas de violência que atingem as mulheres, especialmente aquelas que vivem nas intersecções do racismo e da lesbofobia. Mais do que transmitir

conteúdos, este curso se propõe a provocar deslocamentos, incômodos e reflexões que possam reverberar nas práticas profissionais e institucionais das/os participantes. A Psicologia, quando comprometida com os direitos humanos e com as lutas feministas e antirracistas, pode contribuir significativamente para a construção de sociedades mais justas, solidárias e plurais. Para isso, é preciso não apenas falar de violência, mas escutar, acolher e reconhecer as mulheres em toda a sua complexidade e diversidade. Em tempos de retrocessos e ataques aos direitos conquistados, esse minicurso também se afirma como um ato político: um espaço de resistência, formação e afeto. Um convite à Psicologia para que não se omita, mas caminhe junto com as mulheres que enfrentam diariamente as violências do patriarcado, do racismo e da lesbofobia. E, sobretudo, um chamado para que nossas práticas sejam tão radicais quanto os afetos e os saberes que nos movem. Porque como nos ensinou Audre Lorde, cuidar de si mesma – e das outras – não é um ato de indulgência, mas um ato de guerra política. E a Psicologia, se quiser ser ética, precisa estar desse lado da luta.

MC 74. Psicologia e a aliança dos povos da América Latina e do Sul Global

Bruno Simões (UNIFESP), Joice Becerra (Universidade Nacional Tres de Febrero)

A Psicologia, enquanto ciência e prática comprometida com o bem-estar humano, pode desempenhar um papel fundamental na construção da aliança dos povos da América Latina e do Sul Global, atuando como uma ferramenta para descolonizar mentes, fortalecer identidades coletivas e processar traumas históricos compartilhados. Ao invés de replicar modelos eurocêntricos, uma Psicologia social e comunitária crítica, enraizada nas epistemologias do Sul, pode ajudar a identificar e valorizar os saberes ancestrais, a resiliência cultural e os modos de vida comunitários que são patrimônio comum dessas regiões. Esta abordagem psicológica pode facilitar o diálogo intercultural, promover a saúde mental coletiva frente às opressões estruturais e contribuir para a formação de uma consciência solidária, essencial para um projeto de união política e econômica que priorize a soberania, a justiça social e o bom viver (Buen Vivir) para todos os povos.

LANÇAMENTO DE LIVROS

A aventura de Cida em Brankitudy

Pamela Cristina Salles da Silva (UFRRJ), Pamela Cristina Salles da Silva (PamSalles) (UFRRJ), Jonathas Oliveira (J.O.) (UEL)

A Aventura de Cida em Branktudy é uma obra infanto juvenil que apresenta a jornada simbólica de Cida, uma menina negra, cientista e curiosa, que viaja até o reino de Asile — mais especificamente à cidade de Branktudy, onde reina a branquitude como padrão normativo de conhecimento, comportamento e estética. Nesse território silencioso e impecavelmente ordenado, Cida percebe o apagamento das expressões naturais, culturais e afetivas. Com sua mochila mágica, repleta de panos coloridos, instrumentos musicais e criatividade, ela transforma a cidade com música, dança e cor, despertando nos habitantes uma nova percepção do viver.A narrativa se constrói em camadas: ilustrações sem texto, leitura escrita, narração oral via QR Code e diário da personagem. Esse formato multissensorial — que estimula a cosmopercepção — está diretamente alinhado aos valores civilizatórios afro-brasileiros propostos por Azoilda Loretto da Trindade. A obra se fundamenta em uma pedagogia decolonial da escuta e da imaginação, com referências em Marimba Ani, Neusa Santos Souza, Cida Bento, Barbara Carine e Nei Lopes.Publicada pela Rubi Editorial com selo do IPCN, a obra está em plena consonância com o tema do ENABRAPSO 2025 ao propor um deslocamento crítico das narrativas hegemônicas e afirmar as infâncias negras como produtoras de saber, cultura e cuidado. Vincula-se aos princípios da ABRAPSO ao defender práticas psicossociais sensíveis às dimensões étnico-raciais da subjetividade e comprometidas com os direitos humanos, a justiça social e os saberes da diáspora africana.

A Economia Psicoativa do Trabalho: variações do consumo de substâncias psicoativas na arena laboral

Sergio Dias Guimarães Junior (UFRJ), Sergio Dias Guimarães Junior (UFRJ)

O livro analisa o consumo de substâncias psicoativas no trabalho, propondo a Economia Psicoativa do Trabalho (EPT) como conceito central. A respeito dessa noção, trata-se de uma dinâmica a partir da qual substâncias psicoativas passam a ser mobilizadas como recurso destinado a responder variadas intenções e motivações nos contextos de trabalho em diferentes tempos históricos, variando em sua tipologia e formas de consumo por parte da classe trabalhadora e impactando de forma significativa os contextos laborais em nível individual e coletivo. Trata-se de um fenômeno geral, presente em diferentes culturas e períodos históricos e que, no entanto, não é passível de generalizações, uma vez que só é compreensível nas formas, arranjos, situações e contextos de trabalho específicos. Por meio de estudo qualitativo com trabalhadoras/es (traders) do mercado financeiro brasileiro, incluindo entrevistas, visitas exploratórias e diário de campo, identificou 3 categorias de consumo, a saber: autoassistência assistida, busca por hiper-atividade e produção de laço social. Conclui-se, portanto, que o fenômeno do consumo de substâncias psicoativas representa um importante marcador analítico através do qual é possível analisar tentativas, por parte da classe trabalhadora, de se (psico)ativar, se aprimorar, se maximizar na intenção de estar, de um modo ou de outro, a altura das exigências impostas pelo trabalho capitalista, assim como se anestesiar dos seus efeitos nocivos. Diante dos imperativos da concorrência generalizada, da ética do individualismo e do desmantelamento dos mecanismos de proteção social próprios ao tempo histórico neoliberal, recomenda-se que outros estudos possam avançar nas análises qualificadas acerca das manifestações da EPT na arena trabalhista e suas articulações com os processos crescentes de patologização e medicalização do sofrimento psíquico relacionado ao trabalho. Esses esforços representam uma necessidade ético-política para uma efetiva crítica da razão neoliberal na intenção de fornecer dados que possam permitir a compreensão crítica das relações entre saúde mental e trabalho e subsidiar a formulação de políticas públicas em prol da garantia de direitos sociais e proteção da saúde da classe trabalhadora.

Anais: I Mostra Nacional de Práticas Profissionais “A Psicologia na luta pelo cuidado em liberdade: ontem, hoje, sempre!”

Hugo Felipe da Silva Lima (FGV EPPG)

Os Anais da I Mostra Nacional reúnem práticas profissionais em todo o Brasil que reafirmam o compromisso da Psicologia com a Reforma Psiquiátrica, a luta antimanicomial e o cuidado em liberdade. A publicação valoriza experiências de diversos territórios do país, promovendo o intercâmbio de saberes, a visibilidade das ações na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e a defesa dos direitos humanos. Trata-se de um registro histórico que fortalece a atuação ética e transformadora da Psicologia no enfrentamento das desigualdades e da exclusão social.

Atuação de Psicólogas(os) junto aos Povos Quilombolas: Referências Técnicas

Queli Cristina do Couto Araujo (CFP), Conselho Federal de Psicologia (CFP)

As comunidades quilombolas trazem em seu percurso histórico as raízes da resistência afro diaspórica, desde suas formações políticas na África até seu aterramento em terras brasileiras. De acordo com Munanga (1996), os quilombos africanos eram definidos como uma instituição de cunho militar com o intuito de resistir a conflitos presentes em seus territórios, os quais envolviam embates entre portugueses e, por vezes, pelejas ou uniões interétnicas. A luta contra a dominação exigiu e ainda exige da organização quilombola uma fusão de etnias. As diferenças que, em outra situação política, social e cultural poderiam produzir cisão e construção de barreiras — no quilombo, tornavam-se lugar de encontro e fortalecimento.

As condições históricas, sociais e políticas objetivam desexistir, dessubjetivar, os Povos Quilombolas por meio de inúmeros vetores e dispositivos de controle, sobretudo os de racialidade (Carneiro, 2023). Se o violento processo colonial foi marcado pela intensa desterritorialização das pessoas negras, não devemos fechar os olhos para a manutenção das técnicas contemporâneas que tentam constantemente separar os Povos Quilombolas de seus territórios existenciais.

Como afirma Nêgo Bispo (2018, p. 05, grifos nossos): “Os quilombos são perseguidos exatamente porque oferecem uma possibilidade de viver diferente”. E uma forma de expressar essa possibilidade de fazer diferente é a tradição da oralidade usada por essas populações, como forma de expressar e preservar as suas tradições, ritos, espiritualidade. A ancestralidade e oralidade integram a força dessas populações por meio de formas diversas e complexas de cultos que conferem: “forma aos modos de resistência/enfrentamento aos conflitos ambientais e aos problemas de não titulação das comunidades quilombolas” (Santos, 2019, p. 11). A oralidade se atualiza e ganha uma outra dimensão, a fim de seguir o movimento tradicional de transfluência e confluência que tem mantido os territórios quilombolas e tantas outras comunidades e povos tradicionais vivos e confrontando as violências coloniais. Falar, escrever, transmitir seus saberes para além das fronteiras de seus territórios torna possível a difusão e o conhecimento de seus modos de vida, além da mudança nos jeitos de compreender e de intervir nas e com estas populações.

Em 2022 foi realizado, pela 1ª vez, o Censo Quilombola, com a participação ativa das comunidades por todo o Brasil. Estima-se que, no Brasil, haja cerca de 5.000 comunidades quilombolas (IBGE, 2023), demarcados ou em processo de demarcação. Porém, existem muitas comunidades que não estão passando por esse processo, para que, quiçá, tenham alguma segurança jurídica e sejam beneficiadas com políticas públicas fundiárias, de segurança alimentar, de preservação da cultura, entre outras destinadas, especificamente, para povos quilombolas, elas precisam ser formalizadas/titularizadas como quilombos.

O território, representa um duplo movimento para o quilombo: resguarda a identidade de povos sequestrados de sua casa e que se reinventam em terras desconhecidas, ao mesmo tempo em que reconstrói essa identidade e a torna mais forte e abundante junto à terra e seus ciclos. Compreender a relação intrínseca e fundamental dos(as) moradores(as) com a terra como lugar de produção da vida, e não como mercadoria, se apresenta como um desafio necessário para pensar estratégias de ações em conjunto com as comunidades, sejam estas ações em políticas públicas, ou outras práticas experimentadas nos territórios.

A partir deste censo, passamos a ter dados oficiais, ainda que sob questionamentos, sobre as centenas de

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

comunidades espalhadas pelo Brasil, de suas necessidades e, sobretudo, de suas potencialidades na construção de suas vidas e resolução das suas necessidades. O aprimoramento da gestão de coleta e tratamento das informações depende, em grande parte, da mobilização das próprias comunidades no processo de execução dos próximos censos quilombolas. Mas é certo que, com esses primeiros dados oficiais, o Estado brasileiro deve passar a se responsabilizar com a criação e oferta dos serviços que lhe cabem, direcionando orçamento específico e suficiente para suprir tais demandas.

As políticas públicas são um intenso campo de disputas sociais (Telles, 1998). Isso significa que, por mais que exista uma prerrogativa constitucional, no caso do Brasil, para garantir justiça social, condições dignas de vida por meio da saúde, educação, alimentação, distribuição de renda e tantos outros elementos fundamentais à reprodução da vida, a sua plena execução está em uma arena de disputas políticas e econômicas que compõe a agenda do governo.

O pretendemos destacar na discussão dessa temática neste minicurso, é a reflexão para uma atuação por meio de um território conceitual orgânico, no qual cada psicóloga(o), cada profissional pense e atue de forma particular em resposta aos problemas locais. Esses problemas, em certa medida, guardam um plano de fundo generalizável: aqueles que nascem com o processo colonial no século XV e perpetuam no nosso presente. Portanto, guarda em si a atualização da insistência e resistência, trilhando, ininterruptamente, em direção ao pluriverso.

E a Psicologia, como uma profissão inserida em diferentes políticas públicas, tem parte importante neste movimento. Nita Tuxá, indígena psicóloga, nos lembra: “Nós somos a ciência que acolhe as pessoas, que atende e entende a necessidade de direitos humanos, que perpassa pelo direito ao território. A existência emana, perpassa pelo direito ao território: território-corpo e território- terra” (CFP, 2023).

A partir da institucionalização das políticas públicas, com a efetivação da Constituição Federal de 1988, a Psicologia passou a ocupar lugares de atuação outrora restritos a pequenos círculos privados. Com a Lei Orgânica de Saúde (Lei 8.080/1990) (Brasil, 1990) e a Lei Orgânica de Assistência Social (Lei 8.742/1993 e regulamentações subsequentes) (Brasil, 1993), por exemplo, a Psicologia se inseriu em duas das maiores políticas públicas do país, o Sistema Único de Saúde (SUS) e Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Atualmente existe um movimento de lutas intensas para que a profissão também seja inserida nas políticas públicas da educação, podendo chegar a modalidade de educação quilombola. Com tal inserção se fez necessário refletir, por meio da elaboração técnica, metodológica e epistemológica, a atuação no campo das políticas públicas.

A produção de sofrimento em função de situações de racismo tem sido um grande desafio na prática profissional, em diferentes equipamentos das políticas públicas. A posição de pensamento e análise na qual estamos partindo considera o racismo como um processo de múltiplas manifestações e características. Essa posição permite situar o racismo como matriz de entrelaçamento de todas as organizações sociais, institucionais, econômicas, ambientais e intersubjetivas. Portanto, é necessário discutir o racismo como um processo estruturante da modernidade, fazendo com que toda a tessitura social seja permeável por este modo de classificação racial hierarquizada da sociedade.

OBS: a publicação está em fase final de diagramação, ainda não conta com capa. Até a data do evento estará disponível. Pedimos a compreensão.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. LEI Nº 8080 DE 19 DE SETEMBRO DE 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e

recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, DF: [s.n.], 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm Acesso em: 23/11/2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. LEI N. 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, DF: [s.n.], 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm Acesso em: 23/11/2023

CARNEIRO, Aparecida Sueli. Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não-ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CFP - CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Seminário Psicologia e território como direito humano: as vivências das mulheres do campo, florestas, águas e cidades. 14 ago. 2023. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=fBB4IE8dL4Q Acesso em: 27/05/2025.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2022: quilombolas: primeiros resultados do universo: segunda apuração. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=73104 Acesso em: 15/05/2024.

MUNANGA, Kabengele. Origem e histórico do quilombo na África. Revista USP, n. 28, p. 56–63, 1996. Disponível em: https://doi.org/10.11606/issn.2316- 9036.v0i28p56-63 Acesso em: 17/05/2024.

NÊGO BISPO - SANTOS, Antônio Bispo dos. Somos da terra. Cicatrizes da escravização, v. 29075, p. 22, 2018.

SANTOS, Dayanne da Silva. Não se pode entrar em terra de encantado sem permissão: um estudo sobre a relação entre pessoas e encantados na luta pelo território quilombola Santa Rosa dos Pretos (Itapecuru-Mirim/MA). 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/CCH, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2019. Disponível em: https://tede2.ufma.br/jspui/handle/tede/2734 Acesso em: 15/05/2024.

TELLES, Vera da Silva. Direitos sociais: afinal do que se trata?. Revista USP, n. 37, p. 34-45, 1998. Disponível em: https://revistas.usp.br/revusp/article/view/27023 Acesso em: 22/05/2024.

Caderno Caminhos: Saúde, Infâncias e Relações Raciais

Márcio Farias (AMMA Psique e Negritude), Clélia Prestes (AMMA Psique e Negritude), Marcos Amaral (AMMA Psique e Negritude)

A primeira edição do Caderno de Pesquisa Caminhos - com o tema “Saúde, Infâncias e Relações Raciais”, do AMMA Psique e Negritude: Pesquisa, Formação e Referência em Relações Raciais, reafirma o compromisso em articular pesquisa, formação e incidência política, contribuindo para o fortalecimento de um mundo mais justo e solidário. A metodologia que orienta este trabalho se ancora em uma perspectiva crítica e colaborativa, tecida a partir da articulação entre diferentes grupos de pesquisa, movimentos sociais e instituições acadêmicas. É um percurso que se insere no debate contemporâneo sobre políticas públicas e direitos fundamentais. Trata-se de um convite à reflexão e ao compromisso com a construção de um futuro em que crianças negras possam crescer livres, saudáveis e plenas em sua humanidade, com o intuito de fortalecer as redes que fazem da luta antirracista uma prática cotidiana e incontornável.

Ciclos de Ação Comunitária: relatos de uma metodologia extensionista em Psicologia Social Comunitária

José Fernando Andrade Costa (UEFS)

Este livro reúne relatos de experiência de extensão em Psicologia Social Comunitária desenvolvidas junto a comunidades do semiárido baiano, entre 2020 e 2024. Os Ciclos de Ação Comunitária são uma proposta metodológica de "fazer para transformar". Apresentamos em detalhes o método, a fundamentação teórica, baseada no princípio de ação-reflexão-ação, e diversos conceitos úteis para o trabalho comunitário, tais como: fortalecimento psicossocial (empoderamento), familiarização (vínculos), cidadania e bem-estar social. Cada "Ciclo de Ação" corresponde a oito encontros periódicos que visam atender a uma demanda de um grupo comunitário, com um final sempre aberto a outras possibilidades. Fazem parte do domínio das artes da convivência e do estar junto, enquanto práticas similares às rodas de conversa, oficinas, reuniões etc. Neste livro reunimos os relatos de 30 Ciclos de Ação realizados em nove municípios do semiárido baiano, envolvendo uma equipe de mais de 20 estudantes de graduação em psicologia e abrangendo diversas experiências, tais como: infâncias, adolescência, envelhecimento, maternidade, ruralidades, educação do campo e na cidade, comunidades quilombolas, desafios da vida universitária. Também abordamos temas como: racismo e antirracismo, saúde mental, teoria crítica, pragmatismo entre outros. Esperamos contribuir para o campo da Psicologia Social Comunitária a partir de nossa experiência coletiva e convidamos todas as pessoas a construir conosco ferramentas de transformação da realidade.

Cotidiano e práticas sociais: indagações sobre futuros possíveis

Luciana Kind (PUC Minas), Carla Guanaes-Lorenzi (USP), Jacqueline Brigagão (USP)

Trata-se de coletânea fruto de uma série de discussões do Grupo de Trabalho (GT) "Cotidiano e Práticas Sociais" da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (ANPEPP), durante e após a pandemia da Covid-19.

Como registrado pelos organizadores na apresentação da obra, o tema "futuros possíveis" foi abordado pelos/as autores/as de diferentes modos e em diferentes estilos narrativos. Ao longo do livro, ensaios teóricos e relatos inspirados em pesquisas se entrelaçam, trazendo inquietações e reflexões atravessadas, direta ou indiretamente, pelos ecos da pandemia.

A coletânea se insere no campo da psicologia social e destina-se a professores/as, pesquisadores/as e estudantes de graduação e pós-graduação interessados/as em refletir sobre cotidiano e práticas sociais, considerando alguns debates sociais contemporâneos. É composta por oito capítulos, distribuídos em três seções articuladas: (a) Indagações epistemológicas: o construcionismo social e o futuro; (b) Indagações metodológicas: novas possibilidades de investigação; e (c) Indagações ético-políticas: outros futuros para a vida.

Das Diversas Psicologias das Minas

Priscilla Messiane Santos (CRP - MG), Liliane Cristina Martins (UFMG/CRP), Lisandra Espíndula Moreira (UFMG)

Esta publicação decorre do trabalho de psicólogas que compõem a Comissão Mulheres e Questões de Gênero do Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais. O trabalho desta comissão está comprometido com a psicologia enquanto ciência e profissão que objetiva contribuir para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, tal como previsto no Código de Ética da Psicóloga/o/e.

Em uma sociedade fortemente estruturada pela opressão de gênero, articulada com outras formas de opressão, que produz inúmeras violências, se faz cada vez mais necessário que a psicologia se ocupe dessa problemática, acolhendo às meninas e mulheres em suas diversidades e construindo com todas elas formas de proteção, cuidado e resistência a este mundo calcado na violência branca e patriarcal; e é esse o compromisso deste livro.

Sendo assim, "Das Diversas Psicologia das Minas" reafirma o compromisso da psicologia pelo respeito e valorização da diversidade de ser e viver das mulheres e que implica na defesa de uma psicologia que parta dessa pluralidade de vidas, rompendo com concepções universalistas que hierarquizam possibilidades de vida.

A pandemia foi um período complexo que exigiu que os profissionais da psicologia se reinventassem. Ao mesmo tempo que o atendimento psicológico on-line foi um meio que possibilitou criar condições para o enfrentamento das reverberações dessa dura realidade, também promove discussões sobre questões éticas, de segurança e de confidencialidade. Dessa forma, Lara Carolina de Medeiros, Amanda Jonas Nascimento e Isael de Jesus Sena no capítulo "As paredes têm ouvidos: Retratos da psicoterapia on-line com mães solos durante e pós-pandemia" buscam refletir criticamente sobre o atendimento psicoterápico, mediado pelas tecnologias de informações, frente a mães solo, durante e após a pandemia, destacando os desafios enfrentados por esse público que é atravessado por diversos marcadores sociais.

Itaynara Tuxá, Débora Rodrigues Azevedo, Áquila Bruno Miranda, Claudia Mayorga, Maria Lidiany Tributino de Sousa e Shirley Aparecida de Miranda numa tentativa de rompimento das lógicas de subalternidade, hegemônicas e violentas que perpassam o ambiente acadêmico científico, no capítulo "Corpo-território de mulheres indígenas, quilombolas e negras que interrogam a universidade: tecendo encontros e nomeações para o bem viver" discutem sobre como produzir práticas de cuidado e bem viver, no espaço universitário, com e para pessoas indígenas, quilombolas e negras.

Em "Meu choro não é nada além de Carnaval: Reflexões sobre o racismo como interdição à maternidade de mulheres negras" as autoras Vivane Martins Cunha, Lisandra Espíndula Moreira e Paula Rita Bacelar Gonzaga abordam a negativa da maternidade de mulheres negras, levantando dois pontos centrais: a negação do luto vivenciado por mães negras quando seus filhos são mortos pela violência policial e na negação da maternidade dessas mães que, de alguma forma, rompem com a expectativa de normalidade de vida que culmina na retirada/afastamento compulsório de seus filhos.

Liliane Martins; Poliana Oliveira; Fabiola Rabelo e Mariana Viegas no artigo "Por um olhar interseccional sobre as (re)existências: o direito de existir enquanto mulheres negras diversas" trazem reflexões e considerações sobre a importância de trabalhar o termo interseccionalidade na psicologia, pensando políticas públicas que sejam capazes de abranger as mulheres diversas que somos,

considerando como os marcadores sociais de raça, gênero, sexualidade e poder se articulam e nos auxiliam na compreensão da diversidade e pluralidade que nossos corpos expressam.

Paula de Paula em seu artigo "Motivos estruturais que impedem a ascensão da mulher no esporte" a autora discorre sobre o quanto é difícil para as mulheres concorrerem em condições de igualdade no mercado de trabalho, à despeito da qualificação e competência para os cargos no esporte. Passando pela teoria marxista com o conceito do "valor do homem" e do conceito de Lacan "a mulher não existe" buscando demonstrar que os dois aforismos dialogam entre si e são importantes para o debate feminista atual, afastando a psicanalise de possíveis equívocos quanto a sua incompatibilidade com os estudos de gênero.

Ana Cristina e Tamara Aveline em seu artigo Aborto Legal no Brasil: O lugar da Psicologia na atuação frente a garantia dos direitos reprodutivos e sexuais, destacam o campo hospitalar como um espaço de desafios atravessados pelo biopoder. Reconhecem a potência de uma atuação profissional crítica, pautada em fomentar a autonomia e protagonismo das mulheres sobre seus corpos, pensando em uma prática da nossa ciência e profissão a partir do direito do aborto legal, acolhendo as mulheres que dele necessitam, destacando a importância do acompanhamento psicológico enquanto uma frente de enfrentamento as violências e negligências que insistem em acontecer quando se trata do corpo da mulher.

As autoras Denise Eliziana e Heliana Moura nos provocam a refletir pelo seu artigo, "Ser mãe e viver com HIV: Construção do cuidado e produção de sentidos na maternidade positiva, sobre a epidemia de infecção pelo HIV, que afeta diversos recortes populacionais, destes elas se mantiveram descrevendo sobre os atravessamentos que compõe a maternidade, o receio da transmissão do HIV para o bebê e em relação a sua saúde e a do seu filho. Por meio de um olhar subjetivo as autoras, abordam aspectos de políticas públicas de prevenção a transmissão vertical, direitos sexuais e reprodutivos e do vínculo mãe-bebê, pensando em através desta compreensão ampliar a perspectiva quanto a uma maternidade mais positiva.

Por meio de uma narrativa ficcional afro-brasileira, o artigo "Todas podem ser mãe e cuidar dos seus filho. Por que eu não?" pauta da retirada compulsória de bebês de mulheres/mães, a história de Figênia Firma Batista Silva tem sua trajetória analisada pelo fio condutor do uso de álcool, droga que é categorizada como lícita, permitida e difundida popularmente, porém que ao mesmo tempo é usada para criminalizar mulheres/mães que dela fazem uso, sendo a justificativa utilizada para violências praticadas pelo Estado. Desirèe de Oliveira Carneiro Silva, Jeanyce Gabriela Araújo e Cláudia Natividade fazem um convite para a luta contra o colonialismo que permanecem nas teorias e práticas psicológicas, nos provocando a valorizar os saberes ancestrais e repensar nossas práticas sob a perspectiva contracolonial.

Lorena Rodrigues e Priscilla Messiane em seu artigo "Atuação de psicólogas no contexto da educação com a população LGBTQIA: discussões entre experiências práticas, referências técnicas e teóricas" as autoras destacam a dificuldade de trabalhar as temáticas da diversidade de gênero dentro do âmbito escolar, fazendo uma discussão que traz suas vivências enquanto mulheres lésbicas e enquanto psicólogas e suas experiências dentro da psicologia escolar. Fazendo um contraponto entre o sistema conselhos de psicologia e seu compromisso ético com a garantia de direitos da população LGBTQIA+ e a proposta de uma educação enquanto prática de liberdade a partir de bell hooks e Paulo Freire.

De frente para o quarto de despejo: Contribuições do Pensamento social brasileiro para uma psicologia brasileira

Tadeu Mattos Farias (UFRN), Pedro Henrique Antunes da Costa (UNB)

De frente para o quarto de despejo: contribuições do pensamento social brasileiro para uma psicologia brasileira parte do diagnóstico de que há uma barreira na produção teórica e prática da psicologia brasileira no que diz respeito à reflexão sobre nossa realidade. Pouco se abordou, nesse campo, sobre a dinâmica, a constituição histórica, as profundas contradições e os diversos fenômenos da particularidade da formação social brasileira que expressam tais processos e rebatem nos cotidianos de psicólogas(os). Da sociogênese do sofrimento psíquico, passando pela atuação da psicologia na gestão da superexploração da classe trabalhadora, até as condições de inserção de profissionais da psicologia no mercado de trabalho e as práticas e teorias que buscam se colocar como alternativas àquelas hegemônicas, compreender o Brasil é um imperativo. A partir disso, trata-se de um livro que busca estabelecer diálogos com as contribuições de pensadores e pensadoras da realidade brasileira para refletir acerca da própria psicologia, bem como extrair desses diálogos contribuições para a prática científica e profissional psi.

As reflexões teórico-políticas sobre o caráter da formação social brasileira possuem larga tradição na intelectualidade nacional, sejam aquelas de cunho conservador, progressistas ou revolucionárias. São inúmeras(os) personagens que buscaram explicar o que define o ser brasileiro em seu processo de fazimento, os motivos para o "atraso" nacional frente às potências capitalistas, o subdesenvolvimento, as profundas desigualdades de classe, raça e gênero que marcam nossa realidade, as formas políticas que recorrentemente se voltam para um Estado autocrático, bem como as diversas lutas, insurgências e movimentos que buscaram e buscam superar os entraves para o desenvolvimento, a subordinação externa, e a possibilidade de emancipação para a população trabalhadora do país.

Ainda assim, ao longo do desenvolvimento da psicologia brasileira, disciplina que se propõe à compreensão do ser humano - apreendendo também as suas singularidades, que se fazem singulares nas/pelas mediações das particularidades de nossa formação social -, com raras exceções, todo esse acúmulo interpretativo parece passar ao largo. Por exemplo, no âmbito do pensamento social, são notórios os diálogos entre as diferentes disciplinas parcelares que constituem as ciências humanas, como a sociologia, a antropologia, a economia, a ciência política, dentre outras, mesmo aquelas que são caracterizadas enquanto "aplicadas", como o serviço social, ao passo que a psicologia pouco comparece - quando comparece - nesses debates. Quando resgatamos algumas das principais interpretações sobre nossa formação social e nossa gente ou os e as intérpretes mais proeminentes, com contribuições mais influentes, apropriadas e debatidas, o quadro de ausência da psicologia permanece, com algumas exceções que confirmam a regra.

Seguindo as pistas de Ignácio Martín-Baró (2011), a "miséria da psicologia" remete ao colonialismo do "garrote e da cenoura" ao qual o país foi historicamente submetido e que faz da psicologia dominante um instrumento também de dominação imperialista. Temos assim, uma psicologia que, no plano científico, tende à incorporação acrítica de teorias euro-estadunidenses ou modismos acadêmicos que obnubilam a rica tradição crítica do pensamento social brasileiro - e, em extensão, da América Latina como um todo - precedente, para "reinventar a roda" de forma panfletária. No plano prático, desenvolve-se uma profissão pouco ou nada vinculada às necessidades das maiorias populares e com profundas

dificuldades de um balanço crítico sobre os limites de sua atuação, muitas vezes hipostasiando seu valor social frente à máquina de produção de sofrimento do capitalismo local.

Dialogando com a incontornável Carolina Maria de Jesus (2014), e seu clássico Quarto de Despejo - que será abordado em um dos capítulos do livro -, a miséria da psicologia brasileira diz da sua contribuição para a produção do despejo, das nossas mazelas sociais, colocando-o em quartos que ela mesma se nega a visitar. Como se abordará em profundidade ao longo dos capítulos, a psicologia brasileira se fez hegemonicamente contribuindo para a produção de um Brasil desigual, ao passo em que esse mesmo Brasil ajudou a definir a psicologia como tal. Nesse sentido, adentrar neste quarto de despejo requer à psicologia se deparar consigo mesma e se autoanalisar enquanto contributiva a este despejo; o despejo e o quarto são da psicologia também; são a psicologia - por mais que não se findam nela ou se reduzem a ela. É fundamental, portanto, adentrar neste quarto de despejo, até para apreender o que dele produzimos e nele jogamos, o que dele é nosso. Mas esta entrada se põe como uma mediação necessária para a destruição de tal quarto (ou de tais quartos), o fim da produção destes despejos - pela própria psicologia.

Assim, o objetivo deste livro é agregar trabalhos que busquem diálogo entre autores e autoras do pensamento social brasileiro e a psicologia, com vistas a contribuir para a reflexão crítica sobre a própria psicologia, mas também buscar saltos qualitativos em sua produção, de forma a ser uma ferramenta para a libertação na realidade brasileira. E fazemos isso buscando expressar, mesmo que limitadamente, a riqueza de formas, cores, gêneros, espacialidades etc. que tem caracterizado o processo de se pensar o Brasil - para transformá-lo.

Para tanto, buscamos contribuições que partam das reflexões de pensadores(as) como: a já mencionada Carolina Maria de Jesus, Clóvis Moura, Heleieth Saffioti, Lima Barreto, Milton Santos, Paulo Freire, Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra, Darcy Ribeiro, Carlos Nelson Coutinho, Don L, entre outros(as), indo além dos muros da academia. Felizmente, a tradição do pensamento social no país é de uma riqueza imensa e não abarcamos aqui - nem o pretendemos - todo esse fértil campo de reflexão. Há incontáveis ausências nessa primeira aproximação, seja por desconhecimento e limitação dos organizadores ou por intercorrências da vida. Trata-se, então, de um esforço inicial de agrupar trabalhos com tal perspectiva que, com certeza, será desenvolvido, melhorado e superado. Nosso intuito principal é incentivar que psicólogas(os) busquem conhecer os pensamentos e temáticas aqui introdutoriamente abordados e que isso ajude a refletir suas práxis.

Para isso, o livro contém 11 capítulos, divididos em três partes, a saber: Diagnósticos do Brasil e da psicologia (brasileira); Diálogos teóricos: não seria a psicologia parte do pensamento social?; e Rupturas: para além da psicologia.

A partir do exposto, buscamos contribuir para alavancar ainda mais os movimentos que buscam suprimir lacunas na psicologia brasileira e dela com a realidade que supostamente abarca, demonstrando, inclusive, que quem se fecha em si, pouco ou nada sabe sobre o outro, a realidade - e sobre si mesma. Temos a esperança (num sentido freireano de esperançar como práxis ativa) de que, quanto mais a psicologia se confronte - ou seja confrontada - com os quartos de despejo de nossa realidade, muitos dos quais ela produz ou ao menos contribui para a sua manutenção, mais ela se questiona, ou é questionada, transformando a si no processo de se colocar a transformar a realidade.

Decoloniality in the Grassroots and The Re-emergence of the Black Organic Intellectual (Decolonialidade nas bases e o ressurgimento do intelectual negro orgânico)

Claudia Regina Brandao Sampaio (UFAM), Ornette Denardo Clennon (MEAP/MACTRI)

Este livro publicado em novembro de 2023, surge da parceria de mais de uma década de parceria entre a autora e o autor, ambos afrodescendentes, no exercício da pesquisa, docência e extensão universitária e ativismo em encontros em seus respectivos locais de atuação: Manaus (Amazonas/Brasil) e Manchester (Inglaterra/Reino Unido). O livro explora a relação entre os papéis do "intelectual orgânico" negro inserido na academia, e descreve como parcerias importantes e necessárias vem emergindo de práticas decoloniais construídas no cotidiano como resistência à concepção colonial que está no fundamento das universidades como segmento essencial do projeto da colonial da modernidade. Entre aproximações e contrastes, as vivências trazidas ao texto mesclam os processos decoloniais a partir dos direitos dos povos indígenas por meio de lentes como a Psicologia da Libertação, estudos críticos sobre raça no contexto brasileiro e estudos sobre a consciência coletiva da diáspora africana do Reino Unido. Através de estudos críticos interseccionais sobre raça, os autores fornecem uma estrutura teórica para apontar como uma epistemologia comunitária multifacetada e descolonizada pode ser produzida pela comunidade para a comunidade e, em forma de práxis, pode ser empregada na luta por justiça social, em especial dentro das comunidades. Traz para o debate conhecimento e ativismo com foco no papel do intelectual negro orgânico, oferece uma análise crítica de como o conhecimento descolonizado é gerado em ambientes comunitários e utiliza relatos trazidos pela autora e autor, em casos reais no Reino Unido e no Brasil. Ao longo dos capítulos, é apresentado uma ideia de como é uma práxis decolonial nas e com as comunidades. Autor e autora acreditam que sem examinar os contextos pessoais e locais do que significa decolonialidade, ela se torna um conceito muito abstrato e serve a muito pouco propósito na luta pela igualdade social nas nossas comunidades localizadas. Portanto, tomam deliberadamente como ponto de partida os conceitos que encontram junto aos amigos, colegas e parceiros comunitários. Seguindo uma abordagem quase autoetnográfica o livro se expande buscando absorver as experiências de outras testemunhas dos mesmos fenômenos que autor e autora descrevem pessoalmente. Como consequência destes pontos de partida, a pesquisa acadêmica e análises teóricas são, portanto, fundamentadas nas experiências das comunidades de pertencimento e atuação, à medida em que trilham caminhos em direção a uma práxis decolonial libertadora, personificada pelo Intelectual Negro Orgânico. O livro integra a série “Estudos Palgrave sobre Decolonização e Intelectualismo Orgânico Negro de Base”, que tem como proposta oferecer uma discussão em linguagem acessível, aberta, franca sobre questões decoloniais encontradas por aqueles que trabalham sobretudo em comunidades, comprometidos com o efetivo giro decolonial em todas as esferas do viver. A série pretende fazer isso sem perder em conta uma análise acadêmica e reflexão detalhadas das ideias especialmente útil para leitores acadêmicos. Para os acadêmicos, pretende-se que obtenham uma compreensão mais aprofundada de como a teoria decolonial se manifesta em cenários do mundo real. Para os não-acadêmicos, pretende instituir um novo lugar para a produção que muitas vezes se intitula acadêmica mas que é produzida somente e na intersecção com a comunidade. Para a Editora Palgrave MacMillan, a série tem como desafio transmitir a atividade intelectual negra vibrante e diversificada que ocorre em espaços comunitários que, em termos de epistemologia,

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

involuntariamente dão continuidade ao diálogo acadêmico decolonial em termos de aplicação a questões de justiça social do mundo real. Autora e Autor esperam que a conversa a qual consideram brutalmente franca entre colegas e amigos consista em uma janela para que estas experiências combinadas ajude a avançar a conversa sobre como continuamos a resistir a naturalização da negação de que os lugares acadêmicos foram e são forjados a partir da branquitude.

Palavras-chave: Práxis; Justiça social; Decolonialidade; Autoetnografia; Comunidades; Descolonização; Intelectual orgânico.

DESINSTITUCIONALIZAÇÃO. Da saída do manicômio à vida na cidade: estratégias de gestão e de cuidado,

Thaís Lopes Rodrigues (UFSCAR)

E-book disponível em: https://desinstitute.org.br/documento/desinstitucionali-acao-da-saida-do-manicomio-a-vida-na-cidade-estrategias-de-gestao-e-de-cuidado.pdf?x75331

Resumo da obra: A atual conjuntura política no Brasil e no mundo, dada a intensificação das forças de extrema direita, tem imprimido na nossa sociedade uma lógica de "incivilidade", com fragilização das políticas públicas, acirramento das desigualdades sociais e intensificação de uma cultura de intolerância promotora de violações de direitos.

Nesse cenário, as práticas de exclusão e a diluição dos processos de sociabilidade ocorrem mediante o fortalecimento da institucionalização e segregação de determinados grupos da sociedade. Em cárceres, instituições de tratamento forçado ou de permanência obrigatória, essa dinâmica produz efeitos nocivos para a vida das pessoas, além de onerar os cofres públicos.

No campo específico da saúde mental, a partir de 2015 até o ano de 2022, em meio aos retrocessos impostos pelo governo federal, preocupa-nos especialmente o recrudescimento de instituições com características asilares, entre elas, os hospitais psiquiátricos (HP) e de custódia e tratamento psiquiátrico (HCTP).

Por meio de mudanças de normativas, da ampliação do financiamento de instituições com características asilares e de desinvestimentos na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), imprime-se uma interrupção ou desaceleração dos investimentos federais na política de saúde mental e, consequentemente, nos processos de desinstitucionalização em curso no Brasil.

Por considerar a desinstitucionalização como o caminho para o enfrentamento das práticas de exclusão e de violação de direitos humanos das pessoas em sofrimento psíquico, esta publicação se propõe a funcionar como um instrumento provocador de reflexões e ações. Portanto este documento procura subsidiar diversos atores políticos, no território, para a realização de leituras e de ações necessárias quanto aos processos de desinstitucionalização de pessoas internadas em HP e HCTP.

Compreendem-se como o coletivo de atores nos territórios os tomadores de decisões de diferentes âmbitos (municipais e estaduais), a saber: trabalhadores, operadores do Direito, acadêmicos, gestores (Executivo), instâncias do controle social e movimentos sociais, usuários e familiares envolvidos diretamente em processos de desinstitucionalização.

A história brasileira revela que é nos municípios que a Reforma Psiquiátrica Antimanicomial acontece. Nesse sentido, faz-se necessário evidenciar nas várias localidades a condição das pessoas em sofrimento psíquico internadas em manicômios (especificamente HP e HCTP), as possibilidades de desenvolvimento de processos de desinstitucionalização e de mecanismos de interrupção de novas institucionalizações.

Este documento toma como base os amparos conceituais, legais e técnicos de diferentes áreas e de variadas experiências no âmbito da saúde mental. A sistematização do conjunto de estratégias, aqui reunidas, pode levar o leitor a olhar, problematizar a sua realidade e, ao mesmo tempo, projetar processos de desinstitucionalização. Parte-se do acúmulo teórico-prático da experiência brasileira e enfatiza-se o processo de construção da política de saúde mental, com seus

avanços e entraves ante a perspectiva da desinstitucionalização.

Com base nesse acúmulo, pretende-se subsidiar os diferentes atores políticos dos territórios para o desenvolvimento de um raciocínio analítico sobre suas realidades, do qual resultem ações concretas. A ideia é que as discussões apresentadas neste documento colaborem para a criação de arranjos locais no sentido de sustentar e dar continuidade aos processos de desinstitucionalização, considerando o cenário atual, os desafios e as possibilidades futuras na implementação de políticas

públicas.

Para articularmos a sua difusão em maior escala, decidimo-nos por elaborar um texto em formato digital para ampla divulgação eletrônica. A sistematização do documento em questão contempla: problematização, diretrizes, instrumentos normativos, possibilidades operacionais e recortes de experiências com a finalidade de abordar questões cotidianas encontradas nas diferentes realidades.

Para ampliarmos o acesso às informações reunidas no texto, optamos também por indicar para cada documento mencionado um endereço eletrônico e, para cada experiência prática, um link que a retrate por meio de documentos de referência, reportagens, vídeos ou trabalhos acadêmicos, sempre que disponíveis.

A elaboração deste documento foi discutida com pessoas de diversos segmentos da Reforma Psiquiátrica Antimanicomial, entre elas, gestores, profissionais, pesquisadores, trabalhadores e usuários.

No que se refere à metodologia aplicada, o processo deu-se em diferentes etapas, a saber: articulação e composição com colaboradores, pesquisa, escrita do documento, apresentação e validação do texto produzido nas várias fases. Tal metodologia teve como etapa embrionária, em outubro de 2020, a realização de duas rodas virtuais de conversas sobre processos

de desinstitucionalização. À época, o Desinstitute articulou a participação de pessoas com experiências diversas no tema, oriundas da gestão e atuação no Sistema Único de Saúde (SUS) e no sistema de Justiça, de diferentes locais do país.

Para os encontros, algumas perguntas norteadoras sobre como conduzir processos de desinstitucionalização foram encaminhadas e debatidas, com base nas vivências e referências de cada participante. Desses momentos, foi gerada uma relatoria que configurou a primeira sistematização das linhas de raciocínio do documento.

Em seguida, compusemos um grupo de trabalho para discussão e acompanhamento das etapas de elaboração do documento, que nomeamos grupo de discussão e acompanhamento (GDA). Para compor esse grupo, contamos com algumas pessoas que participaram das rodas de conversa do momento embrionário, mas ampliamos as participações para contemplar outros atores envolvidos com experiências municipais e estaduais de desinstitucionalização.

O principal objetivo do grupo foi estabelecer consenso sobre pontos que subsidiaram a construção coletiva do documento quanto a sua finalidade, linhas de discussão, difusão e seu uso prático na realidade.

A execução do trabalho com o GDA deu-se em três momentos. O primeiro encontro consistiu na apresentação e discussão de validação do desenho e finalidade do documento. O produto desse momento foi a elaboração de uma ementa, contendo uma matriz geral. O segundo encontro foi marcado pela realização de análise e de ajustes do texto produzido (produto parcial). Já o terceiro encontro consistiu na apresentação, discussão e validação do documento na sua versão final.

Tomando a ementa como norteadora, foi organizada uma pesquisa acerca dos principais marcos legislativos e

regulatórios do campo da saúde mental, realizada em bancos de dados científicos e oficiais.

A partir do primeiro encontro com o GDA e em comum acordo com esse coletivo, foram realizadas ainda outras duas rodas virtuais de conversa com usuários da RAPS de várias regiões do país. Formamos um grupo de 15 pessoas com diferentes inserções na rede e/ou na Luta Antimanicomial como também alguns profissionais de referência de moradores de serviços residenciais terapêuticos (SRT).

As rodas de conversas com os usuários buscaram responder às seguintes perguntas: “por que e para que fechar HP e HCTP?” e “por que desinstitucionalizar pessoas?”.

Assim nasceu um dos capítulos do documento, escrito com base nas narrativas do coletivo de usuários. Após uma potente e emocionante roda de conversa sobre as suas trajetórias, a transcrição dos diálogos foi organizada, priorizando as falas das pessoas e sistematizando os temas que foram discutidos por elas. Vale ressaltar que o texto produzido na sua versão

preliminar foi analisado pelos usuários, também autores do capítulo dois.

Compreendendo o tecimento metodológico da escrita desta publicação, o leitor encontrará neste documento as seguintes seções:

Capítulo 1 - A DESINSTITUCIONALIZAÇÃO NA POLÍTICA BRASILEIRA DE SAÚDE MENTAL: partindo do conceito norteador de desinstitucionalização, agregamos os principais marcos legais e normativos da Política Nacional de Saúde Mental e a contextualização até o ano de produção (2022);

Capítulo 2 - AS VOZES DOS USUÁRIOS E USUÁRIAS DA RAPS: as implicações do processo de desinstitucionalização na vida das pessoas inseridas nesse contexto,

em que elas apontam, com base em suas experiências, importantes perspectivas críticas a respeito do modelo manicomial e psicossocial;

Capítulo 3 - A OPERACIONALIZAÇÃO DOS PROCESSOSDE DESINSTITUCIONALIZAÇÃO: estratégias de gestão, em que podemos vislumbrar o planejamento, a implantação e as articulações necessárias para o fechamento dos HP e dos HCTP e a organização da rede de serviços territoriais para efetivação do cuidado em liberdade;

Capítulo 4 - O DIREITO À CIDADE: uma abordagem focal sobre estratégias cotidianas de cuidado, do hospital à cidade, pela perspectiva da restituição e garantia de direitos – acesso à moradia, trabalho e renda, cuidados em saúde e cultura;

Considerações Finais: destacamos alguns desafios para avançar com o desenvolvimento dos processos de desinstitucionalização no Brasil.

Os capítulos seguem uma lógica sequencial e complementam-se, mas a leitura de cada seção pode ser realizada de forma alternada, pelos assuntos de maior interesse do público leitor.

Diálogos Interdisciplinares em Psicologia e Educação

Maria Fernanda Diogo (UFSC)

O e-book Diálogos Interdisciplinares em Psicologia e Educação, organizado por Maria Fernanda Diogo e editado pela Pedro & João, foi idealizado pelas pesquisadoras e pesquisadores do Laboratório de Psicologia Escolar e Educacional (LAPEE), vinculado ao Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Os estudos deste coletivo, formado por docentes e discentes de graduação e pós-graduação, enfatizam as múltiplas dimensões dos processos educativos e de escolarização. Esta obra é a segunda publicação do grupo e foi escrita na forma de verbetes, buscando levar à leitora e ao leitor questões relevantes para pensar a interface Psicologia e Educação e sua imbricação na dinâmica social e histórica. A escrita dos 28 verbetes contou com parceiras e parceiros de instituições de ensino superior nacionais e internacionais, pessoas originárias de várias áreas do conhecimento. Todas as produções do grupo estão disponíveis no repositório da UFSC de forma gratuita, pois o conhecimento precisa ser acessado por quem o anseia.

Links para acessar e baixar gratuitamente a obra:

https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/254146

https://pedroejoaoeditores.com.br/produto/dialogos-interdisciplinares-em-psicologia-e-educacao/

ECOS DA LIBERDADE: Um encontro entre Frantz Fanon e Franco Basaglia

Rachel Gouveia Passos (UFRJ), Rachel Gouveia Passos (UFRJ)

Em 2024 e 2025, celebram-se os centenários de Franco Basaglia e Frantz Fanon, dois revolucionários cujas ideias ecoam na luta pela liberdade e dignidade humana. Este livro propõe um encontro inédito entre eles, explorando como suas trajetórias – Fanon, na luta anti-imperialista de descolonização na África, e Basaglia, na reforma psiquiátrica italiana – convergem na denúncia das estruturas de opressão que vinculam alienação psíquica a sistemas de exploração. Rachel Gouveia tece uma reparação histórica, evidenciando como ambos enxergaram a psiquiatria não apenas como prática clínica, mas como campo político: Fanon, combatendo o racismo e o colonialismo; Basaglia, desmantelando manicômios e a lógica de exclusão. A obra revela como violência, cuidado e emancipação se entrelaçam, destacando que a liberdade exige romper com instituições manicomiais e racistas. Ao reunir análises de leitoras e leitores contemporâneos de Fanon e Basaglia, o livro é um convite a pesquisadoras e pesquisadores a repensar fronteiras entre loucura, resistência e ação política na construção de sociedades livres. Gouveia ressalta a urgência desse legado: “A liberdade é uma luta constante, e tanto Fanon quanto Basaglia compreenderam a psiquiatria como possibilidade de libertação ou opressão”. Um chamado a quem ousa lutar por um mundo sem grades, físicas e simbólicas. Orelha, por Priscilla santos de Souza.

Educando no Colo: Antirracista

Vitória Maria da Silva Miranda (UFAM), Manuela Gomes Batalha (UFAM), Beatriz da Silva Moreira (UFAM), Maria Eduarda Delduque Pereira (UFAM), Edson Jader Ribeiro Cabo Verde Junior (UFAM), Marck de Souza Torres (UFAM)

Tornar-se mãe e pai envolve desafios que nem sempre são compreendidos, e, em sua maioria, são invisibilizados. No dia a dia dessa vivência, predomina o imaginário social de que essas identidades são naturais, o que reduz o espaço de reflexão sobre o tema e os incentivos para o desenvolvimento de habilidades que auxiliem na construção de ambientes seguros, protetivos e amorosos para as crianças e adolescentes. Esse e-book tem como objetivo auxiliar mães, pais ou cuidadores negros/as/es a compreender seu exercício de parentalidade, conhecer seus direitos e formas de promover uma educação antirracista desde os primeiros anos de vida de seus pequenos. Assim como a ABRAPSO, o Kunhãrumim no Colo pretende disseminar a justiça social e o respeito à diversidade, especialmente diante da diversidade dos arranjos familiares.

Epistemologia das drogas: teorias, conceitos e implicações prático-políticas

Kíssila Teixeira Mendes (UNDF), Pedro Henrique Antunes da Costa (UnB), Marcelo Dalla Vecchia (UFSJ), Telmo Mota Ronzani (UFJF)

O presente livro é resultado de uma articulação de psicólogos e psicólogas com histórico de inserção e atuação no campo de álcool e outras drogas, através do Grupo de Trabalho (GT) "Drogas e Sociedade", da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia e Pesquisa (ANPEPP). Mesmo com as formações plurais dos(as) participantes, em constante diálogo com outros campos e disciplinas do conhecimento, temos que a psicologia enquanto complexo particular do saber-fazer é, por princípio, limitada, fazendo com que nos deparássemos com a necessidade de ampliar e, ao mesmo tempo, aprofundar as contribuições e perspectivas abrangidas. Assim, os referenciais abordados transcendem a psicologia, numa direção ampla das Ciências Humanas. O resultado desse diálogo foi a compilação de nove capítulos, totalizando vinte e cinco participantes entre autores(as) e organizadores(as). Dessa forma, no presente livro, ensejamos apresentar algumas das principais formas de se compreender a temática das drogas, por meio de destacadas escolas teóricas e tradições de pensamento no âmbito das Ciências Humanas e Sociais, em seus diálogos com a Psicologia. A partir do exposto, cabe o questionamento: em meio a tal pluralidade conceitual e teórica, o que nos uniria, para além do próprio tema? Os capítulos e autores(as) que compõem o presente livro, por caminhos e compreensões diversas, são interpelados por uma posição ético-política que denuncia e se contrapõe ao conservadorismo hegemônico que configurou e constituiu o campo de álcool e outras drogas, cujos principais pilares são: saberes e práticas moralistas, preconceituosos e estigmatizantes, individualizantes, psiquiatrizantes, manicomiais e asilares e, mesmo, que partem de pressupostos irrealistas, como aqueles que tomam as drogas como males em si que devem ser extirpados da face da Terra – algo que nunca existiu e existirá; em suma, que se voltam para manutenção de um sistema que se assenta na exploração e opressão das maiorias populares e, nisso, acaba por se utilizar de certas compreensões e as consequentes abordagens às drogas como um de suas muletas sustentatórias. Considerando o exposto, acreditamos que a produção da presente obra possui relevância e, de certa forma, um caráter inovador no campo, oriundo da necessidade de se articular as ações concretas sobre a "questão" das drogas, mas que também se possa refletir sobre as visões de ser humano, mundo e sociedade, que, implícita ou explicitamente, embasam essas ações. Convidamos os leitores interessados pelo tema que façam uma reflexão sobre seus entendimentos e suas ações para produzir uma coerência entre a prática e os pressupostos sobre a problemática em questão. Por fim, o presente livro é voltado para pesquisadores, estudantes, militantes, trabalhadores das políticas sociais com algum tipo de interface com a temática das drogas, e demais indivíduos que se interessam pelo tema. Esperamos, assim, contribuir para o campo de álcool e outras drogas, considerando as próprias limitações e impossibilidades que uma obra como essa tem de ser acessada por todos(as) seus potenciais leitores, bem como de impactar na realidade, subsidiando, outras formas de compreensão e relação com as drogas: mais equânimes e humanas.

Escrevivências - Diálogos com a Psicologia e a Psicanálise

Luizane Guedes Mateus (UFES), Fábio Santos Bispo (UFES), Luziane de Assis Ruela Siqueira (UFES)

Esta coletânea foi composta com o objetivo de reunir, apresentar e difundir práticas de pesquisa e intervenção que utilizam o dispositivo das escrevivências, inventado pela escritora brasileira Conceição Evaristo, como uma perspectiva política de escrita. A ideia partiu da realização de um Seminário de Pesquisa envolvendo três programas de pós-graduação: o Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); o Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); e o Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pesquisadoras dos três programas já vinham construindo diferentes percursos metodológicos com as escrevivências no âmbito do Grupo de Pesquisa Infâmias Resistências, do coletivo Ocupação Psicanalítica e do Projeto comunitário Portal Favelas. Em um intercâmbio de práticas de pesquisa e intervenção, sentimos a necessidade de investigar mais profundamente as conexões possíveis e pertinentes entre o dispositivo de escrita e as perspectivas metodológicas e epistemológicas dos saberes da psicologia e da psicanálise. Não se tratava apenas de interrogar o método, mas de interrogar o nosso próprio campo para verificar em que medida haveria uma abertura para acolher os horizontes político-epistêmicos propostos.

Esquizossemiótica e psicologia da diferença: acordos discordantes entre Peirce, Deleuze e Guattari.

Diego Frank Marques Cavalcante (UNIFESSPA)

O que é uma mente esquizo? A Esquizossemiótica acopla ideias de Peirce, Deleuze e Guattari para conceituar esse problema. A Semiopsicologia da diferença está preocupada em investigar as consequências semióticas da mente esquizo em campos de observação delimitados. Nesta pesquisa, destacaremos a série de quadros “os retirantes”, de Cândido Portinari e sua conexão com o acontecimento seca. Os referidos quadros forjam blocos de sensações pictóricas dos retirantes e suas trajetórias. A Semiopsicologia da diferença é uma ciência engajada na pesquisa dos vestígios semióticos da produção desejante em máquinas concretas delimitadas. Esquizossemiótica é a junção entre as ideias de Peirce, Deleuze e Guattari com o objetivo de criar conceitos que auxiliem essa ciência. De acordo com Peirce, a psicologia é um estudo experimental da mente. Essa é uma potência diferenciadora de propósitos (finious) que possibilita um acoplamento entre quase mentes (território) em relação aos afetos do fora a-significante. É a mediação do signo que possibilita graus de repetição (ritornelo) que distinguem o território do fora caótico. Um acontecimento é um encontro irritante da mente com "o fora" que viola os signos conservadores e desterritorializa sua solda semiótica. A mente esquizo (produção desejante) é as fissuras semióticas em um território em acontecimento. O signo molecular é a emergência de meios singulares entre as quase mentes diferenciadas que reterritorializam inventivamente o território rasgado. Cada máquina acoplada ao agenciamento produz fluxos semióticos específicos. A Semiopsicologia da diferença investiga essas expressões singulares. Tomamos a obra de arte como um campo privilegiado de pesquisa. Nesse sentido, o livro adere a lógica editorial do ENABRAPSO, de forma específica, no esforço para investigar modos de subjetivação singulares, resistentes e dissidentes. Nessa trama, é mister o desenvolvimento de epistemologias da singularidades e dos modos de existência dissidentes.

Franco Basaglia e a crítica das "Comunidades Terapêuticas" no Brasil

Pedro Henrique Antunes da Costa (UNB)

Em 2024, comemoramos o centenário de Franco Basaglia (1924-1980). Psiquiatra italiano, militante, comunista , foi o principal nome do Movimento Anti-institucional italiano e do seu braço na Psiquiatria Democrática, vindo a ser uma referência no podemos caracterizar como Movimento Antimanicomial mundial. O presente livro, integrante da Coleção Comemorativa 100 anos de Franco Basaglia, faz parte dos esforços de resgate da práxis basagliana - não só de Franco, mas também de Franca Ongaro Basaglia -, para pensarmos a dinâmica presente do campo da saúde mental no Brasil, bem como das iniciativas de crítica e superação da lógica e instituições asilares-manicomiais, circunscritas ao atual estágio de desenvolvimento capitalista e suas particularidades no capitalismo dependente brasileiro, de gênese e via de desenvolvimento colonial.

Com esse resgate dos Basaglia pela Coleção, buscamos também fazer jus às trajetórias revolucionárias de ambos, que, por vezes, são apropriadas e recontadas por filtros asseptizantes e tecnicistas. A despeito de serem nomes incontornáveis para uma série de experiências que foram nomeadas como reformistas, no guarda-chuva de Reformas Psiquiátricas, a trajetória dos dois nos permite afirmar, com bastante tranquilidade, que são dois incontornáveis intelectuais e militantes que não se contentaram a melhorar aquilo que não era passível de ser reformado, a saber, a psiquiatra e sua instituição por excelência, o manicômio, afinal, eram expressões bastante pronunciadas e bem-acabadas das estruturas desumanizadas e desumanizantes (exploratórias, opressivas) da sociabilidade capitalista.

Por mais que em suas vidas Franco e Franca tiveram que mediar uma série de contradições impostas pela realidade, e que eram a própria realidade em movimento, o resgate basagliano no presente momento adquire ainda mais relevância quando nos deparamos com o seguinte cenário: por um lado, se intensifica o avanço barbárico do capital, nos confrontando com a possibilidade real do fim da humanidade; e, por outro, o melhorismo e o possibilismo capitalistas – que se expressam também na saúde mental, tendo as reformas como uma de suas manifestações –, ao mesmo tempo que nos legaram importantes avanços, sendo eles próprios conquistas, nos confrontam com seus limites intrínsecos, que, ao fim e ao cabo, são os limites do capitalismo. Vivemos, portanto, numa quadra histórica em que a radicalidade basagliana pode nos inspirar, nas particularidades do campo da saúde mental (álcool e outras drogas) brasileiro e para além dele, de modo a confrontarmos as inúmeras contradições vividas, nos marcos da radicalização de nossa práxis no mundo, rompendo com as narrativas do capitalismo como fim da história de um lado, e de outro, com o próprio movimento destrutivo do capital que visa impor a nós o nosso fim. Além disso, a radicalidade basagliana talvez nos inspire a sermos ainda mais radicais, colocando em marcha processos que ambos constataram não serem possíveis em seus contextos e tempos históricos ou não conseguiram efetivá-los.

Na presente obra, objetivamos enfrentar uma das principais contradições - senão a principal - do campo da saúde mental, álcool e outras drogas brasileiro no presente: as chamadas Comunidades Terapêuticas (CTs). Atualmente, as CTs estão no cerne do conjunto de contradições que retomam, fortalecem e institucionalizam processos de: manicomialização e psiquiatrização; privatização e mercantilização das políticas e dos processos de cuidado; e ofensiva não só conservadora, mas reacionária na saúde mental. As CTs fazem parte de uma dinâmica contraditória do desenvolvimento da trajetória brasileira na saúde mental, com elas próprias sendo parte destas contradições. Em conjunto, tudo isso tem conformado um processo de Contrarreforma Psiquiátrica que se contrapõe à Reforma Psiquiátrica brasileira, negando-a, e sendo também um ataque frontal ao Sistema Único de Saúde (SUS) e demais políticas sociais.

Inteligência Artificial e Psicologia

Laura Cristina Eiras Coelho Soares (UFMG)

A organização do presente livro partiu da condução de projeto de pesquisa de pós-doutorado – realizado sob orientação da Profa. Dra. Klelia Canabrava Aleixo no Programa de Pós-graduação em Direito na PUC Minas – sobre o tema da Inteligência artificial (IA) no judiciário brasileiro. Na condução da pesquisa foi possível observar a escassez à época de produções na perspectiva da psicologia brasileira sobre o tema da IA nos periódicos nacionais. Aliado à tal constatação foi possível notar a ampliação dos usos da IA por diversas áreas, tal como saúde, educação, segurança pública, dentre outras. Essa expansão não parecia estar sendo acompanhada de uma produção ética, técnica e política por parte da Psicologia entendida aqui como ciência e profi ssão. Paulatinamente, iniciou-se uma busca mais ampla de pesquisadores de diferentes formações e campos de atuação da Psicologia que estivessem pesquisando ou que tivessem interesse em investigar o tema da IA em articulação com a área da Psicologia a qual pertence.

A Psicologia possui um histórico de tensões e rupturas teóricas e epistemológicas, porém a edificação desse livro buscou agrupar diferentes olhares sobre o tema da IA partindo do pressuposto que o atual momento é de aproximação com o que poderá se constituir uma ruptura paradigmática na Psicologia em todas as suas esferas de formação e de atuação. A inserção da IA em diversas áreas da Psicologia provocará mudanças também na forma de conduzir e de pensar o processo formativo dos discentes nos diversos níveis de estudos e, portanto, o presente livro mobiliza essa reflexão sobre os desdobramentos das aplicações da IA. Assim, os capítulos tensionam a Psicologia em busca do movimento tentando escapar “entre crenças progressistas e angústias apocalípticas” (Rossi, 2000, p. 13), para que seja possível lançar um olhar para o presente-futuro já em curso.

O e-book é gratuito e encontra-se disponível para download do pdf no site da editora CRV: https://drive.google.com/file/d/1tIKmDhSmKwOIXwau2E76dsuRim-Bv5z0/view

Interlocuções e fazeres da psicologia na Amazônia

Solange Struwka (UNIR), Solange Struwka (UNIR), Marli Lúcia Tonatto Zibetti (UNIR)

O livro Interlocuções e fazeres da Psicologia na Amazônia, se origina dos diálogos construídos em diferentes momentos, contextos e fazeres de pesquisadores e pesquisadoras que têm na Amazônia seu espaço de vida e na Psicologia seu campo de estudos e intervenção.

A obra marca os dez anos do Grupo Amazônico de Estudos e Pesquisas em Psicologia e Educação (GAEPPE) que é vinculado ao Programa de Pós-graduação em Psicologia (PPGPSI) e ao Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Criado em julho de 2011, por mais de uma década o grupo vem se constituindo em espaço de formação de psicólogas e psicólogos, pesquisadoras e pesquisadores comprometidos/as com a realidade amazônica. Ao longo desses dez anos, constituiu-se em espaço de formação de quarenta e dois mestres(as), quarenta e sete estudantes de iniciação científica e duas pós-doutoras.

O trabalho desenvolvido pelos(as) integrantes do grupo assenta-se em uma concepção de Psicologia na qual os processos subjetivos e/ou psíquicos não podem ser estudados dissociados das condições materiais e das relações sociais estabelecidas em um dado contexto histórico e cultural. Por isso, os estudos e pesquisas do grupo exigem a compreensão dos determinantes históricos, sociais, econômicos, políticos e culturais presentes em nossa região, periférica e dependente. Os índices de pobreza entre a população brasileira apresentados pelo IBGE (2024)[2] relativos ao ano de 2021, indicavam que no Brasil, "[...] pelos critérios do Banco Mundial, 62,5 milhões de pessoas (29,4% da população do Brasil) estavam na pobreza e, entre elas, 17,9 milhões (8,4% da população) eram extremamente pobres". Quando esses direitos são analisados sob o recorte regional "As regiões Nordeste (48,7%) e Norte (44,9%) tinham as maiores proporções de pessoas pobres na sua população."

Aliado à desigualdade regional, acompanhamos o aumento exponencial da violência no campo, a invasão e privatização das terras e riquezas dos povos indígenas e das comunidades tradicionais e a consequente destruição da floresta. Nesse contexto, compreendemos como imperativo considerar essas condições históricas e concretas na produção de conhecimentos e na formação de profissionais na região. E, neste caminho, defendemos a construção de uma Psicologia na Amazônia a partir das demandas das populações locais e com elas construída.

Nesse sentido, as interlocuções que permitem a produção colaborativa desta coletânea foram desenvolvidas em diferentes eventos de divulgação científica, na participação conjunta nas seções regionais da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) e na Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE), bem como em projetos interinstitucionais como o Programa de Cooperação Acadêmica na Amazônia (PROCAD/CAPES). Essas vivências permitem os diálogos que sustentam a rede de pesquisadores(as) que investigam e atuam com os desafios da vida nessa região, a partir dos quais emergem as temáticas expressas nesta obra. Essas temáticas têm ocupado essa rede na busca de respostas aos desafios da realidade amazônica que, nesta obra, se materializam em torno dos seguintes eixos: Psicologia e políticas educacionais; Psicologia e questões étnico-raciais; Psicologia, gênero e participação social.

O eixo Psicologia e políticas educacionais reúne quatro textos. No primeiro, Direitos das crianças e adolescentes, UNICEF e racismos no Brasil: a gestão de riscos na biopolítica, Flávia Cristina Silveira Lemos e Anderson Reis de Oliveira abrem a coletânea buscando "pensar as práticas biopolíticas de racismo de sociedade e de Estado

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

para problematizar as táticas do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) no Brasil face às crianças e adolescentes, produzindo colonialidades dos seus corpos e subjetividades." Para isso, os autores apropriam-se dos textos e documentos com o objetivo de pensar as prescrições, normas e leis mobilizadas pelo UNICEF em relação ao racismo na vida de crianças e adolescentes.

Iolete Ribeiro da Silva, Fernanda Souza Ferreira, Eduardo Barbosa de Menezes Guimarães, André Luiz Machado das Neves e Camila Ribeiro da Silva assinam o texto Nas escolas que acolhem a violência, quem a combate? Os autores discutem as formas como as manifestações de violência no ambiente escolar impactam, diretamente, os processos de ensino e de aprendizagem, a permanência ou a evasão escolar. Segundo os autores e autoras, os movimentos de reconhecimento e combate à violência são influenciados pela forma como o conceito deste fenômeno é compreendido por educadoras/es, coordenadoras/es e gestoras/es. O não reconhecimento da violência a partir da omissão ou indiferença atua como permissão para que essas situações continuem a ocorrer. A partir de dados de pesquisa realizada em instituições de ensino do estado do Amazonas junto a estudantes LGBTs, são construídas reflexões sobre o enfrentamento à violência escolar. Esses dados apontam para a importância de ações formativas que possibilitem o desenvolvimento de pensamento crítico-reflexivo e da assunção de posicionamentos políticos por parte de educadoras/es.

Em Desenvolvimento rural, educação do campo e construção identitária, Aline Vitorino Nunes, Virginia Karla Rosas de Souza e Marcelo Calegare partem de abordagens críticas e comunitárias da Psicologia e adotam a teoria de identidade-metamorfose-emancipação para discutir as relações entre o contexto das políticas de Desenvolvimento Rural e da Educação do Campo com os processos identitários da população rural. Debatem e discutem o caráter das políticas e programas da Educação do Campo, com destaque para aquelas no Amazonas, e sua relação com a identidade camponesa/ribeirinha que, conforme seu delineamento, propiciam o fortalecimento dessas identidades ou o seu menosprezo e subjugação.

O texto Imigrantes latino-americanos no ensino superior em Rondônia e as políticas de apoio, de Maquézia Suzane Furtado dos Santos e Marli Lúcia Tonatto Zibetti, analisa elementos que contribuíram para o acesso e a permanência de imigrantes latino-americanos à universidade, no contexto da intensificação dos fluxos migratórios mais recentes que trouxeram a demanda por ensino superior de muitos jovens imigrantes em Rondônia. A pesquisa contou com a participação de cinco estudantes oriundos do Haiti, Venezuela, República Dominicana e Peru e os resultados indicam que cursinhos populares, ações afirmativas, bolsas e auxílios são medidas importantes para a inclusão no ensino superior, mas insuficientes para uma inclusão de qualidade. O texto aponta para a necessidade de ações específicas de apoio aos imigrantes para que possam efetivamente beneficiar-se da formação profissional oferecida pela universidade.

No Eixo II, Psicologia e questões étnico-raciais, são apresentados três textos. No primeiro, Camila Maria Figueiredo Malcher, Larissa Sales Pereira e Maria Lúcia Chaves Lima escrevem Crítica decolonial no fazer da psicologia na Amazônia: um relato de experiência com adolescentes de uma região portuária no centro-periferia de Belém, onde apresentam experiência exitosa com duas oficinas realizadas como instrumento para construção coletiva das dissertações de mestrado. Ambas possuem em comum o resgate da arte, música e teatro como formas de expressão corporal e intelectual, possibilitando "conhecer vivências, percepções e significantes dados às temáticas de relacionamentos afetivo-sexuais, maternidade, aborto, assédio e violência sexual fazendo emergir compreensão de que, periferia não é o que está distante do centro, mas um território excluído do acesso às políticas públicas".

Em seguida, o texto "Suicídios" indígenas no Brasil: o caso do povo Madijá no Estado do Acre", de Maria Vanda Alves da Silva, Patrícia da Silva, Andreia Baia Prestes – Raial Orotu Puri e Francisco de Moura Candido Apurinã – Ywmuniry revela uma face pouco conhecida do povo Kulina/Madijá no Estado do Acre, apresentada por dois pesquisadores colaboradores indígenas. Nele, levantam os possíveis fatores envolvidos nos atos de suicídio e sua contextualização na conjuntura da cultura indígena.

Em Inspirações de sonhares ameríndios para uma práxis política socioambiental revolucionária, Leandro Amorim Rosa discute "a práxis política socioambiental a partir de articulações entre a psicologia histórico-cultural e uma concepção de sonhos vinculada a cosmovisões ameríndias – predominantemente a cosmovisão yanomami." Nele, o autor busca as contribuições das cosmovisões ameríndias para a superação da forma predominantemente predatória de organização social ocidental.

O último eixo, Psicologia, Gênero e Participação Social, também é composto por três textos. No primeiro, Sentidos da participação de jovens LGBTI+ na luta pela terra em Rondônia, Wolembergue Lopes Gomes e Juliana da Silva Nóbrega relatam uma pesquisa que objetivou "compreender os sentidos produzidos pela participação da juventude LGBTI+ na luta pela terra em Rondônia". Destacam que o Movimento Sem Terra (MST) ampliou o contato com os jovens, o que tem contribuído para a construção de novas formas de se ler o mundo, constituindo-se em processos fundamentais para o reconhecimento das pessoas LGBT Sem Terra e de suas pautas.

No texto Ativismos contemporâneos: análise da organização de coletivos em uma capital amazônica, Lílian Caroline Urnau, Lua Clara Melo Fernandes e Jessi Silva Lima permitem um dimensionamento do trabalho de resistência e luta - algo tão necessário. Relatam um estudo sobre a formação e organização grupal de quatro coletivos na cidade de Porto Velho/RO, com o objetivo de "contribuir para a definição dessa forma específica de mobilização política e sua caracterização". Ponderam que se tratam de grupos localmente situados e fortemente vinculados aos territórios onde emergem, constituindo-se em "importantes pontes entre resistências locais e globais, acenando com outras perspectivas de futuro para seus lugares".

Por fim, Em busca de outras histórias: a potência da narrativa na escrita de/com mulheres, de Arthur Antunes Gomes Queiroz, Bruno Henrique Lins Andrade e Maria Ivonete Barbosa Tamboril, apresenta conteúdos em defesa do papel social que as mulheres têm ocupado – mas, nem por isso, reconhecidos. Apresentam arcabouços teóricos que os apoiaram na escuta de mulheres amazônidas durante entrevistas que realizaram e na análise dos conteúdos que relataram. Discutem a "relevância de uma escuta em pesquisa que considera a interseccionalidade, ou seja, atenta para as dinâmicas de classe, raça, gênero e outros marcadores sociais", num exercício contra-hegemônico às concepções vigentes.

Os profissionais e estudantes que contribuem com seus textos para esta coletânea integravam, no momento da escrita desses textos, cursos de graduação e/ou programas de pós-graduação em Psicologia em quatro universidade federais a saber: Universidade Federal de Rondônia, Universidade Federal do Amazonas, Universidade Federal do Acre e Universidade Federal do Pará. Esses pesquisadores e essas pesquisadoras têm em comum a convicção de que uma Psicologia que não tem consciência do lugar político que ocupa suas teorizações e fazeres é uma Psicologia alienada e servil à manutenção da ordem hegemônica, que massacra nossos povos e seus territórios, em especial, negros e negras, pobres, ribeirinhos, camponeses e indígenas. Por isso, as produções que compõem esta obra expressam o compromisso de seus autores e suas autoras em investigar questões que afetam de formas diferentes as pessoas que aqui vivem.

Neste sentido, esta coletânea dialoga profundamente a temática do Encontro Nacional da Psicologia Social "23º Encontro Nacional da ABRAPSO: "Aliança dos povos: Psicologia Social face à destruição de todas as formas de vida" ao apresentar pesquisas e práticas psicológicas comprometidas com as comunidades locais, a luta contra violências estruturais e a construção de alternativas emancipatórias a partir de territórios amazônicos, com destaque para estratégias de resistência contra a destruição de corpos e territórios, ecoando o chamado do encontro para uma práxis antirracista, anticapitalista e antipatriarcal. A obra, produzida por pesquisadores/as de universidades amazônicas, reforça ainda o compromisso de uma Psicologia enraizada nas lutas locais, oferecendo subsídios teóricos e metodológicos para enfrentar as múltiplas formas de destruição na região. Assim, a coletânea não apenas se articula com os debates urgentes do evento, mas também fortalece redes de resistência a partir da Amazônia, propondo alternativas à Psicologia hegemônica.

Interseccionalidades e produção de subjetividades: diálogos sobre racismo, sexismo e direitos humanos

Iolete Ribeiro da Silva (UFAM), Isabel Cristina Fernandes Ferreira (UFAM), Adria de Lima Sousa (UFAM), Regina Lúcia Sucupira Pedroza (UFAM)

As dinâmicas de poder que abarcam questões de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária, entre outras dimensões, não se apresentam – em uma determinada sociedade e em um certo período histórico – como entidades separadas entre si. Pelo contrário, essas categorias se entrelaçam e entrecruzam, operando de forma integrada. Ainda que nem sempre de modo perceptível, tais relações interseccionais de poder exercem influência sobre as mais diferentes nuances da vida em sociedade. Permeado pela necessidade premente de desvendar e reconstruir os alicerces de nossa sociedade surge este livro. Ele nasce, portanto, de uma urgência. Os capítulos reunidos neste livro são como prismas multifacetados, cada um iluminando uma faceta específica da complexa teia que entrelaça racismo, sexismo e outros desafios estruturais. Por meio da psicologia, da educação, da saúde, das políticas públicas e das experiências cotidianas, estas páginas revelam a invisibilidade de privilégios arraigados - como o da branquitude - e a importância crucial da formação de professores(as) para a desconstrução desses pilares opressores. Neste compêndio, o leitor percorre uma jornada desafiadora: a reflexão sobre como sistemas, políticas e atitudes perpetuam a marginalização e a desigualdade em diferentes espaços, como escolas, unidades de saúde, ambientes urbanos, entre outros. Os diálogos não apenas expõem, mas confrontam. Eles confrontam uma sociedade enraizada na hegemonia patriarcal, desvelam a teia do racismo estrutural que permeia nossas instituições e lançam luz sobre a importância fundamental da politização da educação O resgate da educação como agente de produção de si e a incessante busca por políticas públicas que abracem a análise interseccional se revelam como guias fundamentais para a efetivação dos direitos humanos e o desmantelamento das estruturas opressoras. Esta não é apenas uma obra que observa à distância; é um chamado à ação, convocando-nos a reconhecer que nossas escolhas são intrinsecamente políticas e que a transformação começa por uma conscientização profunda das intersecções que moldam instituições, bem como nossas vidas cotidianamente. Entender que as escolhas individuais são, em si, atos políticos, é o primeiro passo rumo a uma sociedade mais inclusiva e igualitária.

Assim, mergulhamos na teia invisível que envolve os lugares de privilégio, fenômenos arraigados nas estruturas de poder que moldam nossas interações sociais. O racismo estrutural, tão presente e insidioso em nossas instituições e práticas diárias, exige uma abordagem corajosa e incisiva. As lutas e conquistas das mulheres e pessoas LGBTQIAPN+, em suas diferentes nuances e entrelaçamentos, desafiam a ordem vigente. Minorias ocupando diferentes espaços, redefinindo narrativas e contribuindo para uma mudança significativa em nossa sociedade. A importância da formação antirracista e sensível à diversidade de gênero ecoa como um chamado imperativo à desconstrução de paradigmas enraizados e à construção de uma consciência coletiva que transcende fronteiras e limitações históricas. Esta obra busca questionar e também apontar caminhos para um mundo onde a igualdade e a dignidade sejam direitos universais, não apenas conceitos aspiracionais.

Intersexualidades: medicina, mídia e ativismo no Brasil

Anacely Guimarães Costa (UNESP)

Discute-se os enquadres da intersexualidade através do exame das representações biomédicas, midiáticas e do ativismo no Brasil. A intersexualidade tem sido nomeada pela medicina como “desordem do desenvolvimento sexual” para referir-se a um conjunto extenso de variações em que cromossomos, níveis hormonais, órgãos sexuais internos e externos estariam em desacordo com o regime binário de sexo/gênero. A hipótese é a de que intersexualidade e desenvolvimento entrelaçam-se e servem de meio de expressão recíproca em diferentes planos. A análise envolve reportagens divulgadas pela mídia brasileira, entrevistas com médicos em serviço especializado de uma capital do Nordeste, e com ativistas intersexo. A interpretação levanta múltiplos sentidos de desenvolvimento (biológico, sexual, social, econômico, político) interseccionados a marcadores sociais da diferença, através dos quais se produzem enquadramentos sobre a intersexualidade. Resulta em diferentes visibilidades, sofrimentos e narrativas no âmbito da regulação de corpos e identidades não-conformes ao regime binário sexual e de gênero.

Introdução ao método de História de Vida: Fundamentos, Pesquisa e Intervenção

Maristela de Souza Pereira (UFU)

O objetivo dessa obra é tanto circunscrever aspectos importantes relacionados ao método de História de Vida - situar suas bases teóricas, elementos do processo de sua produção como estratégia de pesquisa e de intervenção, aspectos metodológicos e reflexivos - quanto apresentar um vasto leque de possibilidades de trabalho com esse método. Inicialmente são tecidas considerações sobre os métodos biográficos, sendo discutidas as diferenças entre o método de História de Vida e outras perspectivas nesse campo, como a Biografia, Autobiografia, História Oral, Revisão de Vida, Pesquisa Narrativa e Testimonio. Também são abordados diferentes campos de saber que ensejaram seu surgimento e que utilizam o método de História de Vida. São apresentadas noções fundamentais para sua caracterização, passando pela memória, temporalidade, identidade, e suas relações com a narrativa, bem como analisadas as relações entre a história vivenciada e a história narrada, a produção de sentidos e os efeitos terapêuticos, a autonomia do sujeito que se narra e a implicação do sujeito que ouve a narrativa, e a dimensão dialética entre sujeito e sociedade. O livro também situa elementos importantes do ponto de vista metodológico, abarcando o planejamento da pesquisa em História de Vida, a realização da escuta, a transcrição e análise dos relatos, os aspectos éticos envolvidos e a finalização do processo através da escrita do livro da vida, que é entregue ao narrador. São esmiuçadas também as críticas endereçadas aos métodos biográficos e as dificuldades e desafios inerentes a esse modo de se pesquisar. Por fim, busca-se articular o método de História de Vida com estudos sobre o mundo do trabalho, no campo da Psicologia, buscando-se mais especificamente tecer pontos de contato com a Psicologia Social do Trabalho-PST e abrir novas possibilidade de diálogo nesse sentido.

Lançamento do livro: Educação, pobreza e desigualdade social: escritos de subversão.

Lygia de Sousa Viégas (UFBA)

Título do livro: Educação, pobreza e desigualdade social: escritos de subversão.

Nome completo das organizadoras: Hélio da Silva Messeder Neto, Lygia de Sousa Viégas, Elaine Cristina de Oliveira.

Editora: EDUFBA

Ano de publicação: 2025

Resumo da obra:

O presente livro nasce da experiência coletiva construída na Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, intitulada Iniciativa Educação, Pobreza e Desigualdade Social (EPDS). Envolvendo o tripé universitário (ensino, pesquisa e extensão), no âmbito do ensino, a EPDS ofereceu formação continuada de professoras da rede básica pública de ensino, em nível de Especialização, tendo como cursistas, em sua maioria, professoras mulheres cisgêneras negras e moradoras de bairros periféricos da cidade.

Para além da Especialização, durante dois anos, a EPDS realizou diversas atividades públicas debatendo temáticas importantes em torno da complexa relação entre educação, pobreza e desigualdade social. Buscando caminhar na contramão de perspectivas hegemônicas, como foco, estressamos teorias pedagógicas e psicológicas que subestimam a criança pobre e sua família, insistem em olhar para suas ausências e culpabilizam seu fracasso. Assim, a EPDS alimentou e foi alimentada de debates subversivos sobre temas como família, linguagem, educação, medicalização, gênero, sexualidades, raça, currículo, assistência e desigualdade social. E também serviu à mesa estratégias de enfrentamento construídas no chão da escola por professoras críticas e criativas, por meio do que tentamos romper com a história desqualificação com que são tratadas, a partir do mito de que o fracasso escolar resulta da incompetência docente, mito contra o qual nos pusemos ativamente.

Considerando a densidade das provocações ali realizadas, reunimos algumas delas neste livro. Dividido em 5 partes, são ao todo 21 capítulos, além da Apresentação, escrita pelos organizadores, e do Prefácio, de autoria de Gisele Costa (UFMA).

Transitando em diversos gêneros, há contos, cartas, poesias, pesquisas e ensaios, escritos por 26 autoras/es, sendo elas/es, sobretudo, docentes e estudantes da educação básica e universidade, além de incluir outros profissionais que atuam diretamente com a educação, situados, do ponto de vista geográfico, na Bahia, São Paulo, Brasília, Amazonas e Pará. Em destaque, ressaltamos o capítulo de Rute Fiúza, mãe de Davi Fiúza, desaparecido pela Polícia de Salvador desde 2014, intitulado “Escutem nossa voz”. Também merece destaque o último capítulo do livro, escrito por Maria Helena Souza Patto, professora que foi responsável pela aula inaugural da EPDS, disponível no youtube.

Com a mesma qualidade dos capítulos em destaque, os vários capítulos do livro buscam tensionar a perspectiva dominante e meritocrática sobre a pobreza que circula hegemonicamente, mesmo entre aqueles que se intitulam críticos, colocando no centro as complexas relações entre educação, pobreza e desigualdade social, sem esquecer que qualquer debate sobre a temática não pode abrir mão da dívida histórica colonizadora que temos com nosso povo, que nunca conseguimos sanar.

Publicado pela EDUFBA, com lançamento previsto para junho de 2025, o livro conta com a arte de Alexandre Leal na capa. A seguir, apresentamos a estrutura do livro, com suas partes, títulos de capítulos e autorias. Esperamos, com a publicação, trazer contribuições para a construção de uma realidade escolar que supere históricos problemas, cuja solução pede compreensão larga e profunda.

Título de cada capítulo com respectivas autoras.

Prefácio - Gisele Cardoso Costa

Apresentação - Hélio da Silva Messeder Neto, Lygia de Sousa Viégas, Elaine Cristina de Oliveira

Parte 1: GENTE É PARA BRILHAR E NÃO MORRER DE FOME: QUE PAÍS É ESSE? QUE POBREZA É ESSA?

O Brasil sob o governo Bolsonaro: entre a crise econômica e sanitária, tempos sombrios e de retrocessos nos direitos e liberdades democráticas - Sandra Maria Marinho Siqueira

Medicalização, pobreza e exclusão em tempos de retrocesso - Jaqueline Kalmus

Escutem nossa voz! - Rute Fiúza

Parte 2: PARA QUE O AMANHÃ NÃO SEJA O ONTEM COM OUTRO NOME: VISÕES NÃO SUPERADAS SOBRE POBREZA, FAMÍLIA E ASSISTÊNCIA

A Miséria do mundo acadêmico: a relação entre pobreza e fracasso escolar em Ralé brasileira - Lygia de Sousa Viégas

Educação, pobreza e desigualdade social: um ensaio sobre o conceito de "família" em diferentes perspectivas - Rui Massato Harayama

A assistência social no Brasil voltada para a infância e a família pobre - Meire Pereira Checa

Pobreza, escolarização e linguagem - Elaine Cristina de Oliveira, Lilian Santana dos Santos e Marcus Vinicius Borges Oliveira

Parte 3: A PLACA DE CENSURA NO MEU ROSTO DIZ "NÃO RECOMENDADO À SOCIEDADE": DESIGUALDADE E SEUS ATRAVESSAMENTOS DE CLASSE, RAÇA E GÊNERO NA ESCOLA E FORA DELA

Notas sobre uma escola para a vida - Cacio Romualdo Conceição da Silva

Uma visão por dentro do fracasso escolar - Edna Santos de Jesus

O Direito à educação frente à ofensiva reacionária antigênero: a escola democrática e a liberdade de ensinar na mira dos "defensores da família e da infância" - Rogério Diniz Junqueira

"O que é que tem em mim que tanto incomoda você?": estruturas de opressão e desobediências pedagógicas - Tito Loiola Carvalhal

Entre violências e respiros, produzindo sentidos: carta de uma estudante - Amana Simões

Parte 4: TEM SANGUE RETINTO PISADO ATRÁS DO HERÓI EMOLDURADO: EDUCAÇÃO PARA CONTAR A HISTÓRIA QUE A HISTÓRIA NÃO CONTA

Educação para os Direitos Humanos em tempos de retrocesso: apontando caminhos - Marcelo Domingues Roman

A ilusão do flautista mágico: o currículo em disputa para os filhos da classe trabalhadora - Hélio da Silva Messeder Neto

Resistir é um prazer - Marcia de Medeiros Assad

Dos contos de fada à realidade: potencialidade dos livros literários como recurso pedagógico para construção de visão de mundo na educação infantil - Maeve Pereira Rego

Parte 5: TUDO QUE NÓIS TEM É NÓIS: A ESPECIALIZAÇÃO EDUCAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL NA UFBA

Educação, pobreza e desigualdade social: a construção de um curso na contramão da medicalização - Lygia de Sousa Viégas, Elaine Cristina de Oliveira, Hélio da Silva Messeder Neto

Formação "Educação, Pobreza e Desigualdade Social": laços de resistência - Denise Silva de Souza

Narrativas de professoras sobre o Bolsa Família: entre a densidade e a delicadeza - Maria Izabel Souza Ribeiro, Thaís Seltzer Goldstein, Selma Cristina Silva de Jesus

Limites e possibilidades do programa Bolsa Família: uma discussão sobre as condicionalidades educacionais em Salvador-BA - Maria Izabel Ribeiro, Selma Cristina Silva, Thaís Goldstein, Emília Santos, Henari Lima, Kelly Silva, Taiane Santos

Pobreza, desigualdade social e educação escolar - Maria Helena Souza Patto

Luto é maré: as mortes da pandemia de covid-19 no Brasil

Márcio Bruno Barra Valente (ESTÁCIO BELÉM)

A pandemia do novo coronavírus (SARS-CoV-2) impactou os modos de viver e de morrer no mundo. No Brasil, foram mais de 700 mil pessoas mortas que deixaram milhões de brasileiros enlutados, vivenciando suas perdas em condições precárias em razão dos impactos causados pelo vírus e pela gestão da crise sanitária do governo federal, sob a gerência do presidente à época, Jair Messias Bolsonaro. Neste livro, nascido de uma tese de doutoramento do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Pará (PPGP-UFPA), são explorados os sentidos em torno das experiências de filhos adultos com a morte dos pais ou das mães. Participaram da pesquisa quatro pessoas: duas mulheres que perderam seus pais em 2020; um homem e uma mulher que perderam suas mães em 2021. Esses foram acessados de diversas maneiras: dois eram próximo do pesquisador - um amigo de infância e uma da graduação - enquanto outra chegou por uma indicação e a última se voluntariou ao saber sobre a pesquisa. Além disso, o pesquisador responsável pela investigação também é um enlutado, tendo perdido a mãe em 2020. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas, inspiradas pelo pensamento fenomenológico heideggeriano, a quais se organizaram a partir de uma pergunta disparadora: "Por favor, compartilhe comigo como tens vivido o luto desde a perda do teu pai (ou de tua mãe)". Outras perguntas foram oportunizadas a partir da interação entre pesquisador e participante. Não houve preocupações quanto ao tempo que cada encontro poderia durar, assim, a duração ficou entre 1h a 2h e 30 minutos. Tal decisão se deu em razão de um posicionamento metodológico e ético como cuidado diante do sofrimento alheio e condição importante para a emergência de um "deixou-se envolver" entre pesquisador, participantes e o enlutamento. Por isso, em cada encontro se buscou acompanhar os enlutados em suas afetações, esforços compreensivos e expressivas revoltas, permanecendo junto deles como uma testemunha do que vivenciaram e precisavam falar, desabafar, denunciar e/ou lamentar. Por fim, cabe destacar que a pesquisa que originou o livro foi aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa do Instituto de Ciências da Saúde da UFPA (Nº do Parecer: 5.452.525). Os sentidos possíveis foram organizados em três eixos distintos e complementares: (1) a experiência com a morte; (2) a experiência com o luto por covid-19; (3) a experiência com a gestão do governo Bolsonaro. Em linhas gerais, todos os filhos entrevistados vivenciaram seus lutos a partir de perdas ocorridas enquanto saúde pública colapsava, sendo súbitas, traumáticas e distantes do contato familiar. Tais enlutados não realizaram rituais fúnebres e de despedida satisfatórios, afetivamente, em razão das medidas de segurança contra o contágio e manejo dos corpos dos mortos da pandemia. Não obstante, tal situação foi apontada como desoladora e marcada por um sentimento de incompletude. A partir da investigações realizadas, descobrimos que parte das supressões que marcaram tais perdas foram definidas pelo Governo Bolsonaro sem respaldo científico, por exemplo, não existe nenhum registro de contágio por coronavírus pelo contato com o corpo de uma pessoa falecida por covid-19, no entanto, o acesso ao corpo - mesmo visual - foi interditado. Não foram destinadas aos enlutados políticas públicas voltadas ao suporte psicossocial nem alternativas de preservação dos corpos - uso de frigoríficos ou resfriamento - a fim de minimizar os impactos das supressões nos processos de enlutamento e proteger os desejos dos mortos e dos vivos, de modo a respeitar as tradições ancestrais, culturais e religiosas das famílias e grupos étnicos. Isso não foi possível porque o governo federal estabeleceu que os mortos deveriam ser sepultados ou cremados em até 24h. Os enlutados compreendem suas experiências a partir de sentimentos

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

de uma raiva, não apenas ligadas a frustração ou sentimentos de abandono tão esperados se tratando da experiência com a morte, mas alimentada pela ciência de se reconhecer vítima da violência radical promovida pelo Governo Bolsonaro. Isso se mostrou nas entrevistas quando os enlutados criticavam a postura do então presidente da república e outros agentes públicos em negar a existência do vírus, boicotar as medidas de segurança e políticas emergenciais, debochar dos mortos e seus enlutamentos; isso se intensificou também em razão das descobertas da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) em relação ao desinteresse recorrente e deliberado do Ministério da Saúde quanto às ofertas de venda das vacinas contra a covid-19 feitas pelas farmacêuticas, decisão que provocou o atraso na implementação do Plano Nacional de Imunização dada a demora na aquisição dos insumos e que acabou afetando a quantidade de vacinas adquiridas pela Governo Bolsonaro. Os impactos disso no processo de enlutamento se mostrou nas entrevistas na forma de dolorosos e infrutíferos questionamentos: "se minha mãe (ou pai) tivesse tomado a vacina antes?". Isso posto, concluímos que embora ainda não tenhamos um adequado distanciamento histórico para realizarmos conclusões mais estáveis e definitivas sobre os efeitos da pandemia no Brasil, certamente, podemos apontar o luto por covid-19 como uma nova manifestação do enlutamento. Esse tem a marca da precarização e rompimento de percursos esperados dos lutos tradicionais, por isso, exige novas compreensões e práticas de intervenções profissionais e políticas governamentais. Além disso, o luto por covid-19 não pode ser tematizado apenas como uma vivência privada, nesse sentido, deslocada do coletivo e despolitizada. Assim, argumentamos que a sua compreensão exige um entrelaçamento entre o privado, o coletivo e o político, em um só tempo. Além disso, precisamos encontrar formas de validar o luto das perdas na pandemia brasileira, não ignorando ou silenciando tal experiência, seja através da produção de pesquisa e de investimentos na rede de saúde pública e da assistência social que contemple as demandas das populações atingidas, seja pelo reconhecimento do Estado Brasileiro acerca dos crimes praticados na gestão da pandemia do governo Bolsonaro, e, pela promoção de ações afirmativas que contemplem os enlutados nas diversas necessidades provocadas a fim de essas possam se tornar restaurativas. Enfatizamos na necessidade de novas pesquisas e na criação de uma clínica psicológica do luto por covid-19. Por fim, dado o exposto, o livro se desdobra-se como uma investigação apurada e eticamente compromissada com a reparação dos sofrimentos infligidos aos sobreviventes, uma denúncia das ações escusas dos poderosos e uma defesa da memória dos mortos diante do negacionismo.

O brincar na favela da Maré - jogo de vida e resistência em território conflagrado

Adelaide Rezende de Souza (UERJ)

Esta obra, dotada de perspectiva audaciosa na forma de pensar e pesquisar a infância e a brincadeira, é resultado da tese de doutoramento de Adelaide, realizada no Programa de Pós-graduação em Psicologia, do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O estudo aconteceu no território do Complexo de Favelas da Maré, que constitui, produz e encena as brincadeiras das crianças nesse lugar, visto por muitos não apenas como distante e precarizado, mas empobrecido simbolicamente. É como se, em face da presença enigmática do brincar humano, a autora pudesse estabelecer em relação a seu tema uma tensão permanente entre o que se sabe sobre o brincar e a incomensurabilidade do não se saber sobre essa mesma temática. Afinal, de que é feito o brincar nesse território? Como brincadeiras, e outras atividades infantis, entretecem os sentidos e as esperanças de crianças e adultos na Maré? O desafio investigativo significou descolonizar a pesquisa sobre brincadeiras, pondo em suspenso o viés romantizado e burguês com que essa temática quase sempre foi investigada. Este trabalho não é tão somente um tratado científico singular sobre o brincar na infância, é um precioso presente que atesta o valor e a relevância do conhecimento produzido nas universidades públicas brasileiras na direção de que possamos nos conhecer como brasileiros e brasileiras, desvendar as difíceis questões que minam a nossa história e vislumbrar formas de resgatar a nossa dignidade e humanidade.

O feminicídio tem cor dialogo com movimento de mulheres negras no Brasil

Liliane Cristina Martins (CRP-MG)

O apagamento das mortes de mulheres negras, as várias formas de violências que passamos e os enfrentamentos que o movimento de mulheres negras organizadas tem feito guiaram a análise desta escrita através do feminismo negro. O aniquilamento de nossas subjetividades pela tripla opressão que nos assola diariamente, como o racismo, o sexismo e o machismo, vem se agravando ao longo dos anos sem que as políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres no Brasil, em específico a Lei Maria da Penha, se atente para a interseccionalidade na política. Abordando teoricamente o feminicídio e as várias formas de violência contra as mulheres negras, a solidão para além do campo afetivo, trabalhando interseccionalmente mulheres negras ativistas cis, trans, heterossexuais, lésbicas e bissexuais. Se aventure pelos diálogos realizados com sete mulheres negras de diferentes regiões do Brasil, mais especificamente de Belo Horizonte, Curitiba, Dourados, Recife, Rio de Janeiro e Amapá.

O Onírico IV - a universidade inesperada

Laura Barcellos Pujol de Souza (Editora do Jornal O Onírico), Christine Gryschek (UFRGS)

O Onírico – A Universidade Inesperada é a quarta edição do primeiro jornal oniropolítico do Brasil. É produzido por pesquisadoras, artistas e estudantes vinculadas à UFRGS e outras universidades, além de agregar sonhadoras de diferentes espaços descentralizados. O jornal nasce do desejo de escutar o sonho como uma linguagem coletiva, política e implicada.

Re(existindo) desde o ano de 2021, com publicações anuais, O Onírico é um periódico técnico-científico, mas, principalmente, opera como um instrumento de escuta do inconsciente coletivo, além de uma intervenção de arte e clínica no campo social.

Nesta edição a ser lançada, nos perguntamos: o que pode uma universidade que sonha? Em meio a colapsos ambientais, enchentes, apagões de sentido e crises políticas, a edição propõe a criação de uma onirotopia — um território poético onde o sonho se inscreve como força insurgente diante da destruição de todas as formas de vida.

Trata-se de um arquivo vivo e artesanal de rastros oníricos, cartas, notícias sonhadas e fabulações coletivas que emergem como resposta sensível aos impasses do tempo presente. "A Universidade Inesperada" é uma convocação a imaginar outras formas de existência e aprendizagem, onde a arte, o afeto e a escuta se tornam práticas de resistência e invenção.

Ao habitar os intervalos entre o delírio e a realidade, o jornal propõe um modo de fazer ciência e política que se deixa atravessar pela fragilidade e pela imaginação radical. Uma universidade que sonha é, antes de tudo, uma aliança entre mundos porvir.

Por psicologia(s) em movimento com povos indígenas: experiências com os Kaiowá e Guarani

Lucas Luis de Faria (UFGD)

O livro em questão é desdobramento da pesquisa de mestrado realizada na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), no Mato Grosso do Sul. A investigação e a elaboração da obra parte do incômodo do distanciamento da Psicologia diante da realidade de massacre dos povos Kaiowá e Guarani e destruição socioambiental protagonizada pelo agronegócio.

O desconforto com a realidade violenta contra os povos originários e as políticas racistas/etnocidas das monoculturas do agronegócio foi mobilizador da aproximação com as lutas Kaiowá e Guarani. Inicialmente com a participação nas Grandes Assembleias (geral), organizadas pelo Conselho Aty Guasu, e Assembleias das Mulheres, organizadas pelo Conselho da Kuñangue Aty Guasu. Posteriormente, o blog da Aty Guasu na internet tornou-se um espaço de diálogo através da leitura e análise dos comunicados publicados entre os anos de 2011 e 2013. Nos comunicados foram analisadas as dimensões de saúde, violência e resistência/re-existência, compondo o terceiro capítulo do livro intitulado de "Diálogos desobedientes e fronteiriços".

Os dois capítulos que antecedem são: "Oguata/Caminhada" e "Indígenas em movimento". Em "Oguata/Caminhada" é narrada parte da experiência de deslocamento entre os estados de Goiás para o Mato Grosso do Sul e o reconhecimento dos povos indígenas a partir do contato com os Kaiowá e Guarani. Esse é um acontecimento transformador que marca o entendimento de habitar - e formar-se em Psicologia - em território indígenas, bem como as exigência de elaboração de psicologias que estejam comprometidas ético-politicamente com os povos, que esteja em movimento com essas coletividades e suas organizações políticas, orientação fundamentada na proposta de Ignácio Martín-Baró.

Já "Indígenas em movimento", terceiro capítulo, é composto pelo estudo da história de mobilização do movimento indígena - ou dos indígenas em movimento, tal como propõe Daniel Munduruku - a partir da década de 1970 até 2019 no contexto brasileiro. Esse exercício de revisitar a história faz parte do entendimento da importância do processo histórico para a compreensão das dimensões sociais e políticas atuais, assim como identificar as especificidades e acontecimentos marcantes das articulações indígenas no Brasil.

O quarto e último capítulo, intitulado de "Ñe'e porã/Em busca das palavras boas", é uma síntese provisória dos (des)aprendizados com os povos Kaiowá e Guarani a partir das alianças afetivas, inter-epistêmicas e de luta política. As palavras boas - ñe'e porã - compõe as orientações Kaiowá e Guarani para o teko porã - bem viver - constituídas pela sabedoria, alteridade, solidariedade e reciprocidade com o(s) mundo(s) e seus habitantes humanos e mais-que-humanos. Essa e outras perspectivas Kaiowá e Guarani são potentes ensinamentos para Psicologia, e sociedade ampla, de modos saudáveis e respeitosos de relacionalidade, compartilhada por povos que habitam e cuidam de parte do território brasileiro - e outros territórios latino-americanos - há séculos.

Este livro, a partir da experiência de aliança afetiva e militante com os Kaiowá e Guarani, é uma convocação para psicologia(s) que se posicionem em movimento com os povos originários, solidarizando-se com suas lutas e reivindicações, rindo e chorando juntos, participando de manifestações e assembleias, sonhando com a destruição

não das vidas, mas daquilo que destrói as vidas - tal como o agronegócio - para que seja possível a vida em coletividade, diversidade e harmonia. Esse é o horizonte ético-político proposto por uma psicologia forjada desde os (des)aprendizados em terras sagradas e sangradas em busca das boas palavras (ñe'e porã) e das boas práticas.

O livro foi aprovado e publicado por edital da Editora da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (EDUNILA), sendo revisado e diagramado por profissionais da instituição. O projeto gráfico contou com a participação de estudantes indígenas do Colégio Estadual Indígena Teko Ñemoigo, do tekoha (território) de Ocoy, localizado nas proximidades de Foz do Iguaçu. Os/as estudantes produziram desenhos, sob orientação e supervisão do professor Gilmar Tupã Re Sapy Chamorro, que foram utilizados para ilustrar o livro.

Por uma Psicologia Política: transversalizando os Direitos Humanos na formação e na práxis cotidiana

Ruth do Prado Cabral (ULBRA), Isaura de Bortoli Rossatto (ULBRA PALMAS)

Vivemos em tempos nos quais a Psicologia, mais do que nunca, precisa assumir com radicalidade seu compromisso ético, político e social. A defesa dos Direitos Humanos não pode ser uma diretriz abstrata ou periférica; ela deve atravessar, com densidade e responsabilidade, a formação profissional, os espaços de atuação e os modos de compreender os sujeitos em sua complexidade. Este eBook nasce do desejo de tensionar silêncios, romper neutralidades e convocar a Psicologia brasileira a se reposicionar diante das múltiplas opressões que estruturam nossa sociedade.

A proposta aqui é apresentar uma Psicologia crítica, plural e situada, que reconhece que toda atuação é também uma ação política e comprometida com a Justiça Social. Cada capítulo deste material aborda uma dimensão urgente do debate em Direitos Humanos — desde o enfrentamento ao patriarcado e ao racismo estrutural até o atendimento ético de pessoas surdas, a luta anticapacitista, a denúncia da gordofobia, da LGBTfobia e da precarização do trabalho, na compreensão das singularidades vivenciais dos povos originários. Não se trata apenas de nomear vulnerabilidades, mas de refletir sobre os marcos teóricos, éticos e institucionais que precisam ser revistos para que se construa uma prática comprometida com a dignidade de todos os sujeitos.

Este material foi pensado especialmente para estudantes, docentes e profissionais da Psicologia que desejam ampliar sua visão crítica e humanizada, superando reducionismos clínicos ou tecnicistas, de forma que, sua construção se faz em uma perspectiva transteórica e política. Aqui, o Código de Ética Profissional, as resoluções do CFP e as vozes dos movimentos sociais dialogam com as experiências concretas de quem vive e resiste à margem da normatividade.

Esperamos que este eBook/livro funcione como instrumento de mobilização, formação e diálogo. Que ele possa inspirar a construção de uma Psicologia verdadeiramente transformadora — aquela que não se furta ao confronto com as desigualdades, mas que se posiciona como aliada na luta por justiça social, equidade e liberdade.

Práticas educativas e intervenções na/da escola

Rodrigo Toledo (PUCSP), Rodnei Pereira (Fundação Carlos Chagas)

O e-book "Práticas educativas e intervenções na/da escola" reúne contribuições de diferentes atores que atuam em escolas de educação básica ou na formação de futuros profissionais da educação. Os textos que a compõem são fruto de pesquisas científicas e relatos de práticas, produzidos por educadores, gestores escolares, psicólogas/os escolares, professores orientadores de estágio e pesquisadores atuantes em diversos níveis, etapas e modalidades de ensino. Os capítulos abordam o processo de escolarização, enfrentamento da violência na/da/contra a escola, práticas inclusivas, saúde mental, projetos e programas para a valorização do ensino e enfrentamento das desigualdades escolares. Por fim, o e-book representa um conjunto de esforços que destacam a relevância de práticas profissionais comprometidas com a transformação educacional e com a promoção de uma educação de qualidade social para todas e todos.

Processos Grupais e Intervenções Psicossociais: ações e reflexões

Bruna Suruagy do Amaral Dantas (MACKENZIE), Andréia De Conto Garbin (USP), Maria Aparecida Fernandes Martin (MACKENZIE)

O livro "Processos Grupais e Intervenções Psicossociais: ações e reflexões" apresenta discussões teórico-metodológicas, experiências e análises de práticas grupais, realizadas por estagiários do sétimo semestre do Curso de Psicologia, da Universidade Presbiteriana Mackenzie. O Estágio Específico de Práticas Psicossociais de Grupo, implementado em 2018, exigiu do corpo docente articulação, comprometimento, diálogo e disposição para organizar a estrutura do estágio, dada sua complexidade em virtude da quantidade de estagiários, instituições e supervisores envolvidos. Desde a implantação dessa disciplina no curso, foram formalizados convênios com múltiplos equipamentos sociais e de saúde, públicos e privados. A diversidade do campo de estágio tornou as intervenções grupais mais ricas e o processo de aprendizagem mais consistente. Os estudantes são distribuídos em diferentes instituições, dentre as quais podemos destacar o Centro para Crianças e Adolescentes (CCA), o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), a Casa de Acolhida Especial para Famílias (CAEF), a Casa de Convivência à população em situação de rua, o Serviço Integrado de Acolhida Terapêutica (SIAT), o Centro de Desenvolvimento Social e Produtivo (CEDESP), o Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDECA), a Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI), a Instituição de Acolhimento para migrantes, refugiados e apátridas. Essa obra discute teórica e metodologicamente os diversos processos grupais, ressaltando as trocas simbólicas e afetivas que se estabelecem nesses espaços democráticos. Compreende-se que as práticas grupais, devidamente manejadas, podem ampliar o diálogo, criar vínculos, potencializar capacidades, desenvolver consciências, expandir horizontes, fortalecer a identidade coletiva e favorecer o respeito à diversidade e à pluralidade democrática.

Psicologia & HIV/aids: A Clínica, a Terapia Antirretroviral (TARV) e os aspectos socioculturais e psicopolíticos do tratamento e prevenção

Felipe Cazeiro da Silva (UPE), Felipe Cazeiro (UPE)

O livro PSICOLOGIA & HIV/aids lança novas perspectivas críticas em torno da promoção da saúde no HIV/aids a partir da área da Psicologia e sua aproximação nesse campo. Traz reflexões críticas e originais a partir de campos teóricos interseccionais e decoloniais que vislumbram melhores respostas à epidemia no Brasil e para saúde global na interface entre o social, a saúde e a clínica. A partir de uma pesquisa qualitativa, o autor busca ainda compreender como os aspectos psicossociais (psicológicos e sociais) atravessam o processo saúde-doença do tratamento e prevenção (PrEP). Por sua linguagem dinâmica e seu conteúdo desafiador, essa obra é uma excelente fonte para a assistência integral à saúde. As narrativas de usuários de antirretrovirais (ARV) enriquem o trabalho elaborado e denunciam realidades invisíveis pelo modelo biomédico da saúde muito presente nas práticas e políticas de HIV/aids. Durante toda esta obra, são delineadas problematizações à respeito da biomedicalização da epidemia e para pensar a pessoa à frente da doença. Com isso, o autor traz orientações e reflexões para as práticas em saúde e, em especial, para profissionais da Psicologia.

Neste sentido, o livro vincula-se ao tema de encontro "Psicologia Social face à destruição de todas as formas de vida" por tratar de uma problemática política e social na área da saúde enfrentando necropolíticas para a vida de quem vive com HIV/aids, além de resgatar os princípios da ABRAPSO no que tange o respeito à vida e à diversidade, o acolhimento à liberdade de expressão democrática e o repúdio a toda forma de violência e discriminação.

PSICOLOGIA DA AMAZÔNIA: a trajetória do CRP-10 e o fazer profissional na região

Robert Damasceno Monteiro Rodrigues (UFPA), Eveny da Rocha Teixeira (CRP-10), Letícia Maria Soares Palheta (CRP-10)

O livro PSICOLOGIA DA AMAZÔNIA: a trajetória do CRP-10 e o fazer profissional na região representa um esforço da gestão do XI Plenário do Conselho Regional de Psicologia do Pará e Amapá (CRP-10) no sentido de sistematizar a memória do CRP-10, bem como os acúmulos, experiências e trajetórias da prática profissional da psicologia na região amazônica, com foco na atuação do conselho e de profisionais que se desafiam, todos os dias, a fazer psicologia em uma região recortada por inúmeras contradições. Começamos fazendo uma autocrítica: a psicologia na Amazônia, durante muito tempo, não reconheceu e nem buscou conhecer a região onde está inserida e nem os sujeitos dessa região. Este fato tem raízes profundas, que remontam à origem e desenvolvimento da psicologia, constituída desde o século XIX europeu a partir da universalização do sujeito abstrato, desdobrando-se em teorias psicológicas que se propunham resolver os problemas de toda e qualquer cultura a partir dos mesmos pressupostos e técnicas. Por outro lado, o sujeito da psicologia, tanto a(o) profissional psicóloga(o), quanto a população que acessa os seus serviços, são marcados, atravessados e constituídos por contradições que se fazem sentir nos níveis social, político, econômico, cultural e ideológicos; contradições que produzem subjetividades e que implicam não apenas um modo de olhar ou pensar, mas antes de tudo um modo de intervir, um fazer, uma prática profissional na Amazônia. Mas é muito recente o interesse da psicologia, tanto no campo da atuação profissional quanto da pesquisa acadêmica, pelo trabalho, por exemplo, junto aos povos indígenas, comunidades quilombolas, ribeirinhos e camponeses. Ao mesmo tempo, ainda existe um vácuo na psicologia sobre temas fundamentais à sua prática na região, como a questão dos grandes projetos, do garimpo ilegal, do agronegócio, da violência no campo, suas consequências e seus atravessamentos psicossociais. Assim, estamos falando de uma psicologia como prática na Amazônia que desconhece a região e os povos que nela habitam, que ainda reproduz estereótipos e teorias euro-norte-centradas, que ainda legitima lugares e papéis sociais de classe assentados sobre a ordem social capitalista. Mas isto representa o que sobressai da psicologia na região amazônica, quer dizer, a sua parcela hegemônica, do modo como se expressa na prática das(os) profissionais e, consequentemente, na realidade de suas atuações; existem, porém, psicólogas e psicólogos que buscam trilhar um caminho oposto a esta direção, a fim de construir uma psicologia a partir de concepções, teorias e necessidades assentadas sobre a experiência dos povos amazônidas. Este é um movimento que o CRP-10 tem buscado reforçar, principalmente no último período, tendo em vista a centralidade que os debates sobre a Amazônia têm ocupado nos cenários nacional e internacional e considerando a necessidade de afirmar um discurso da psicologia sobre e a partir da Amazônia voltado à sua defesa e da garantia de direitos dos seus povos. Neste livro, apresentamos o resultado do trabalho de conselheiras(os),

técnicas(os) e coordenadoras(es) do CRP-10, assim como de profissionais que estão colaborando com o conselho nas mais diversas regiões dos estados do Pará e do Amapá. Com este livro, portanto, pretendemos disponibilizar, para a categoria, o conhecimento de um pouco da história do CRP-10, reflexões teóricas sobre a prática da psicologia da Amazônia e trocas de experiência, a partir dos relatos de várias(os) psicólogas(os) que atuam em diversos campos. Para as(os) estudantes, acreditamos poder contribuir de modo complementar em suas formações, principalmente, a partir de visões – e do conhecimento sobre atuações – com viés crítico a respeito

do papel da psicologia na região amazônica. Para a sociedade, por sua vez, visamos ampliar as informações sobre a função do Conselho Regional de Psicologia, bem como, fomentar o debate a respeito da importância da profissão de psicóloga(o) para a garantia de direitos em nossa região. O livro, deste modo, é formado por um conjunto de textos, divididos em três partes, visando apresentar, respectivamente: 1. a trajetória do CRP-10 (um pouco de sua história, do CREPOP, de suas Comissões e Projetos); 2. saberes e fazeres em psicologia da Amazônia (com reflexões teóricas e sínteses extraídas da prática de profissionais/pesquisadoras(es)); e 3. relatos de experiência em psicologia da Amazônia (com as falas de várias(os) profissionais, sobre as suas práticas, que atuam em diversas regiões do Pará e do Amapá). Com isto, buscamos reafirmar o nosso compromisso com os princípios fundamentais do Código de Ética da Psicologia, principalmente com a defesa intransigente dos direitos humanos e do combate a toda e qualquer forma de exploração, opressão, discriminação, crueldade e violência.

Psicologia e populações vulnerabilizadas - contextos de formação e intervenção

Renata Meira Veras (UFBA), Sabrina Daiana Cúnico (UERJ), Juliana Fernandes-Eloi (UFC), Dóris Firmino Rabelo (UFRB)

O livro aborda a interação da psicologia com grupos considerados vulneráveis segundo o conceito de vulnerabilidade social, que vem sendo adotado por diversos campos do conhecimento, partindo do reconhecimento de uma psicologia alinhada com os direitos humanos e compromissada com as questões sociais. A partir de capítulos com aportes teóricos e práticos, o livro aborda questões relevantes para o atendimento ético e qualificado dessas populações, demarcando as possibilidades e limitações enquanto profissional de psicologia e difundindo práticas eficazes em diferentes contextos. Espera-se que a leitura ofereça subsídios de avaliação e intervenção para estudantes e profissionais de psicologia que atuam ou têm interesse no trabalho com pessoas que têm suas vidas marcadas pelo preconceito, pela desigualdade e ou pela exclusão social.

Psicologia Social da Saudade

Fátima Maria Araújo Bertini (UNILAB)

O livro Psicologia Social da Saudade é uma obra que propõe uma investigação crítica e aprofundada sobre a experiência da saudade enquanto fenômeno psicossocial, situado na intersecção dos afetos, e processos histórico-culturais. Longe de ser um mero sentimento individual, a saudade é aqui compreendida como uma construção social carregada de significados simbólicos, atravessada por estruturas de memória, identidade e pertencimento. Ao longo dos capítulos, a autora convida o leitor a refletir sobre como a saudade influencia nossas identidades, vínculos e narrativas de pertencimento. O livro oferece subsídios para repensar categorias como memória, tempo, afeto e identidade dentro do escopo da Psicologia Social contemporânea. Trata-se, portanto, de uma contribuição original para o debate acadêmico sobre os modos de sentir, lembrar e se vincular no mundo. A obra articula a concepção dos afetos a partir de Baruch de Espinosa com temas da Psicologia Social para pensar a saudade como um afeto que, ao mesmo tempo que diminui a potência de agir diante da ausência ou da perda, pode também aumentar essa potência, ao reinscrever os vínculos e os pertencimentos em novas formas de existência. Nesse sentido, a saudade é analisada como um campo de produção de subjetividade e de resistência. Inspirado na ontologia espinosana dos afetos, o livro investiga a saudade como uma modulação da potentia agendi — a potência de existir e agir — que emerge na relação entre os corpos, os modos de vida e as memórias partilhadas.

Psicologia, Educação e Direitos Humanos

Adria de Lima Sousa (UFAM/INPA), Iolete Ribeiro da Silva (UFAM), Maise Caroline Zucco (UFBA)

Esta publicação é um dos desdobramentos do I Encontro Nacional de Psicologia, Educação e Direitos Humanos na Amazônia (EDHAMAZONIA),Trata-se de uma coletânea de trabalhos e reflexões que perpassam os seis eixos temáticos: Psicologia e povos/comunidades amazônidas; Educação e enfrentamento à violência/discriminação; Relações Pessoa-Ambiente, Processos Educativos e Direitos Humanos; Interseccionalidades na Psicologia e Educação; Diálogos interdisciplinares e interseccionalidades (educação, psicologia e povos indígenas); e Educação, saúde e processos psicossociais. A obra reflete a diversidade temática do encontro, abordando desde uma concepção ecocêntrica de direitos humanos e a falência do conceito moderno, passando por debates interseccionais sobre gênero, sexualidade e deficiência na escola, até discussões sobre as trajetórias educativas de estudantes amazônicos e as estruturas familiares na Amazônia. Aborda ainda os direitos sexuais e reprodutivos de mulheres, estratégias de promoção da parentalidade, e reflexões sobre orientação profissional. Traz para o centro do debate a educação, resistência e os povos amazônicos, propondo uma produção de conhecimento alinhada à experiência local.Inclui análises sobre sustentabilidade e educação ambiental, os impactos da psicologia em grandes projetos na Amazônia e a atuação profissional na garantia de direitos de grupos vulnerabilizados. Também explora o sexismo e a violência de raça e gênero em plataformas virtuais e reflexões sobre a depressão na contemporaneidade, considerando seus contextos sociais e culturais. O livro busca promover reflexões profundas sobre os processos investigativos no campo da Psicologia, enfatizando a educação para os direitos humanos e divulgando pesquisas realizadas especificamente em contextos amazônicos, em total consonância com o escopo e os princípios da ABRAPSO.

Psicologias e Feminismos: poéticas imaginativas

Tatiana Machiavelli Carmo Souza (UFCAT), Marcos Ribeiro Mesquita (UFAL), Érika Cecília Soares Oliveira (UFF), Jaileila de Araújo Menezes (UFPE)

O que é o Feminismo para a Psicologia? O que é se localizar como psicóloga/o/e feminista? Como as epistemes e práticas psis encontram o(s) feminismo(s)? O que esse encontro produz? Partindo dessas questões suleadoras esse livro foi organizado como uma coletânea e conta com a participação de pesquisadoras/es da psicologia e outras áreas de interface, de diferentes territórios brasileiros, e buscando promover poéticas imaginativas sobre o(s) (des)encontros entre Psicologias e Feminismos.

As conversações entre essas duas áreas/ciências/campos têm feito eclodir novas práticas profissionais marcadas pelo compromisso ético-político com grupos historicamente subalternizados. Em uma "pororoca" teórico-prática, emergem novas formas de compreender as relações de gênero e étnico-raciais, acentuam preocupações ambientais e ecológicas, e possibilitam a construção de fazeres anticapacitistas.

Nossas inquietações se refletem no espelho de uma vida que se faz na coletividade. O espelho, presente em nossa capa, guarda o tempo e as memórias das lutas empreendidas pelos feminismos, suas conquistas, seus desafios, mas também reflete e aponta o futuro que queremos construir a partir desta relação, deste encontro, entre os Feminismos e as Psicologias. "É um espelho que reflete lá na frente", como diz o poeta, nos desafiando a construir poéticas imaginativas, subtítulo do nosso livro. E no movimento das ondas, ele vem, vai, vem... para a frente e para trás, ritmando o nosso começo, meio e começo.

Quimeras da socioeducação e o (não) lugar dos jovens Potencialidades da Educação em Direitos Humanos

Débora Cristina Fonseca (UNESP /Rio Claro)

Este livro revisita a trajetória de pesquisa e extensão desenvolvida por Débora Cristina Fonseca no campo da socioeducação com jovens pobres, marcados pelo fracasso escolar e pela exclusão, para discutir as potencialidades da escola frente à defesa de direitos humanos. A autora analisa as contradições do sistema educacional, socioeducativo e sociopenal e as formas perversas de culpabilização e eliminação daqueles que não se enquadram no modelo neoliberal de constituição da subjetividade. As reflexões apresentadas ao longo dos capítulos estão amparadas nos pressupostos da teoria sócio-histórica e têm como base a teoria vigotskiana e a compreensão dos processos de escolarização. A autora também apresenta o conceito de Educação em Direitos Humanos e suas possibilidades de transforma-ação do cotidiano escolar, oferecendo subsídios para o trabalho pedagógico em todos os níveis de ensino e indicando os caminhos para o desenvolvimento de sujeitos capazes de lutar por seus direitos e para a atuação preventiva contra os processos de abandono e exclusão escolar.

Referências Técnicas para atuação de psicólogas no atendimento às mulheres em situação de violência

Mateus de Castro Castelluccio (CFP), Conselho Federal de Psicologia (CFP)

Esta Referência Técnica fornece um material que oferece caminhos e indicações para que psicólogas e psicólogos possam atuar de forma humanizada, alinhadas(os) com os princípios dos direitos humanos, junto a mulheres em situação de violência, considerando a multiplicidade de identidades de mulheres existentes: mulheres negras, mulheres trans, mulheres com deficiência; para permitir, que todas as formas de vida possam viver dignamente.

O documento organiza-se em quatro eixos, além dos anexos, que igualmente contêm informações consideradas relevantes para a consulta da categoria e que emergiram, em grande parte, do processo de consulta pública. Em síntese, a RT contempla:

Eixo I: Intitulado "Dimensão ético-política da área Específica em Foco", é apresentada uma síntese das principais perspectivas acerca dos estudos de gênero, feminismos e movimentos feministas e de mulheres que orientaram o trabalho da comissão, bem como são exploradas as peculiaridades das vivências de violência em diferentes contextos. Versa, ainda, sobre marcos legais nacionais e internacionais, além de publicações de entidades da categoria e outros recursos adicionais que possam ser úteis aos leitores deste documento, disponíveis, de modo mais detalhado, nos Anexos I, II, III e IV.

Eixo II: Intitulado "A Psicologia e a Área em Foco", compila dados de natureza empírica, estatísticos e marcos teóricos, cuja relevância foi para a compreensão abrangente do fenômeno da violência contra as mulheres, apontando para especificidades brasileiras, assim como proporcionando reflexões sobre o lugar da Psicologia no enfrentamento de qualquer forma de opressão e violações cotidianas que aviltam a dignidade e os direitos das mulheres.

Eixo III: Intitulado "A Prática da Psicologia e a Rede de Atenção e Proteção à Mulher", situa, exemplifica e debate o fluxo de atendimento na Rede de Atenção e Proteção à Mulher, além de exemplificar situações práticas para a organização do trabalho de psicólogas(os) em contextos de violência contra as mulheres.

Eixo IV: Intitulado "Condições de trabalho das mulheres que atendem mulheres nas Políticas Públicas", a ênfase é dada à mulher psicóloga e as condições de trabalho e atuação profissional diante das fragilidades trabalhistas atuais e dos contextos e determinantes explorados ao longo de todo o documento. É importante ressaltar que a problemática das violências contra as mulheres articula-se com diversas outras formas de violações de direitos humanos, especialmente ao tomarmos como referência analítica uma perspectiva interseccional. Logo, no tocante ao racismo, LGBTQIA+fobia e capacitismo, por exemplo, o CFP e os CRPs têm intensificado, nos últimos anos, suas ações de combate. Entendemos que são algumas temáticas cujo debate é necessário para o campo das políticas públicas, especialmente para o atendimento das mulheres em situação de violência. Todavia, compreendemos também que diversas outras formas de opressão e violência incidem sobre a temática da violência e que, em tais casos, é imperativa a constante reflexão da categoria acerca dos fenômenos que perpassam a atuação.

Em suma, a referência que apresentamos deve estar à disposição da categoria, especialmente para aquelas e aqueles profissionais que desejam trabalhar na esfera de políticas públicas, com o intuito de ser uma referência

também para os contratantes das psicólogas e dos psicólogos, no sentido de auxiliá-los no conhecimento sobre as contribuições específicas da Psicologia nessas esferas. O material possui ainda teor para universidades e outros centros de formação, de modo a orientar o preparo dos futuros profissionais, já sintonizados com os impasses, avanços e lacunas presentes nas estruturas sociopolíticas contemporâneas que reproduzem formas de violência.

NOME COMPLETO DAS AUTORAS: Conselho Federal de Psicologia (CFP), Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), Candida Maria Bezerra Dantas, Cleciane Cruz dos Santos, Cleyanne Alves, Guilherme Welter Wendt, Itaynara Rodrigues Silva - Itaynara Tuxá, Jaqueline Gomes de Jesus, Mariana Borelli Rodrigues, Marianna Rodrigues Vitório, Vanessa Pita Sousa - Wafina Kuti e Vanina Miranda da Cruz.

"Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) em Políticas Públicas para a População em Situação de Rua"

Rodrigo Acioli Moura (ASSOPERJ)

O Conselho Federal de Psicologia apresenta à categoria e à sociedade a publicação "Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) em Políticas Públicas para a População em Situação de Rua". Este material foi desenvolvido pelo Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) com base no diálogo entre o Sistema Conselhos de Psicologia e as(os) profissionais da área.

A Psicologia tem um papel fundamental na defesa dos direitos e na promoção da dignidade das pessoas em situação de rua e de outros grupos em contextos de vulnerabilidade. Esses públicos enfrentam dificuldades diárias relacionadas à falta de moradia, à pobreza, à exclusão e ao preconceito. Muitas vezes, são vistos com estigma e têm seus direitos negados ou desrespeitados, inclusive nos espaços que deveriam acolhê-los.

A presença de psicólogas(os) nas políticas públicas contribui para a construção de práticas mais humanas, comprometidas com o cuidado e o respeito às vivências e trajetórias dessas pessoas. Isso exige escuta atenta, construção de vínculos de confiança e a valorização das estratégias que cada pessoa desenvolve para sobreviver. O trabalho da Psicologia deve se adaptar às singularidades de cada indivíduo e buscar sempre o diálogo, reconhecendo a população em situação de rua como protagonista de sua própria história.

Outro ponto importante é o compromisso com a defesa dos direitos humanos. O apoio psicológico não deve se limitar ao atendimento individual, mas também fortalecer a luta por inclusão, justiça social e acesso a políticas públicas de qualidade. O exercício profissional precisa estar alinhado a referências éticas e científicas, ao Código de Ética da Psicologia e às normativas que orientam a atuação da categoria em diferentes contextos.

Este documento não pretende ditar técnicas ou modelos fixos de atuação. Seu objetivo é fortalecer o compromisso da Psicologia com práticas que promovam cidadania, dignidade e transformação social. Acreditamos que o trabalho da Psicologia, quando comprometido com a escuta, o cuidado e a justiça, pode contribuir de forma significativa para enfrentar desigualdades e afirmar direitos.

RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS EM POLÍTICAS PÚBLICAS: Reflexões sobre Educação, Saúde e Territórios negros

Jéssifran Silveira Rosa (UFSCAR), Mariana Martha de Cerqueira Silva (UFSCar), Rosana Batista Monteiro (UFSCar), Loudes de Fátima Bezerra Carril (UFSCar)

O presente livro discute direitos sociais de povos negros e comunidades tradicionais, como os quilombolas. A obra visa proporcionar uma compreensão das questões sociais e destacar o papel da educação na mudança social, relacionando-se diretamente com a luta da psicologia social frente à destruição, via diversas formas de violências, da existência da população negra no país. Com contribuições de diversos autores, são abordados episódios de resistência e desafios na implementação de políticas públicas em educação, saúde e territórios negros, corroborando os princípios democráticos. Nesse contexto, a educação antirracista, sobretudo na formação dos profissionais da educação e saúde, é apresentada como uma ferramenta político-pedagógica para promover reflexões sobre a história e a cultura afro-brasileira.

Este livro é um convite aos leitores a explorar o complexo universo das relações étnico-raciais, um tema fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A obra resulta das Atividades Curriculares de Integração Ensino, Pesquisa e Extensão (ACIEPE) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), reunindo vozes de docentes e discentes dedicados à promoção da equidade racial e à análise crítica sobre o papel da educação.

Os capítulos estão organizados em três eixos: educação, saúde e territórios negros. Esta estrutura oferece uma compreensão abrangente das questões enfrentadas pelos grupos negros e facilita a análise crítica das políticas públicas existentes. Tais discussões têm sido cruciais para desenvolver uma consciência social que respeite a diversidade étnico-racial do Brasil e contribua para superar as profundas desigualdades persistentes em nosso sistema educacional.

Cada capítulo apresenta experiências concretas e reflexões teóricas que permitem ao leitor uma imersão nas lutas pelo reconhecimento e valorização histórico-cultural. Relatos sobre o impacto das políticas de ação afirmativa na trajetória de mulheres negras evidenciam tanto as barreiras ainda presentes quanto as conquistas que inspiram a continuidade dessas iniciativas. A análise da educação escolar quilombola destaca a necessidade urgente de práticas educacionais que respeitem e contemplem a singularidade das comunidades quilombolas, reforçando a conexão entre território, identidade e resistência.

Este livro vai além de documentar um compromisso acadêmico; constitui-se num apelo à ação, convidando educadores, estudantes, psicólogas(os), profissionais da saúde e interessados na construção de um Brasil mais plural e democrático a refletirem e atuarem em favor da justiça social. Ao longo desta obra, os leitores serão instigados a avançar na criação de uma atuação profissional que não apenas ensine, mas também emancipe, contribuindo para a transformação social.

Saúde, Infâncias e Relações Raciais

Nathália de Souza Machado dos Reis (AMMA PSIQUE E NEGRITUDE), Clélia Prestes (AMMA Psique e Negritude), Márcio Farias (AMMA Psique e Negritude), Marcos Amaral (AMMA Psique e Negritude)

O livro Primeira Infância e Relações Étnico-Raciais é fruto do projeto de pesquisa "Relações étnico-raciais e primeira infância: aspectos psicossociais, educacionais e culturais", uma realização do AMMA Psique e Negritude. O projeto foi realizado entre 2022 e 2024, com a participação de 6 grupos de pesquisa de diferentes regiões do Brasil. As pesquisas valorizaram formas de "pensar", "saber" e "agir" não hegemônicas e ainda invisibilizadas nesse campo, contribuindo para o enfrentamento das desigualdades raciais, potencialização de resistências políticas e promoção de saúde nas primeiras infâncias. A pesquisa e este livro colaboram com o preenchimento de uma lacuna de produções sobre a primeira infância e saúde, no que tange a aspectos raciais, culturais e territoriais. A promoção de saúde nas infâncias, interseccionada pela raça, gênero e classe social, precisa ser um ponto de destaque nas ações intersetoriais envolvendo políticas públicas, meio acadêmico, profissionais da saúde, educação e assistência social, dentre outras áreas.

Semiopsicologia da Diferença & Arte: Semioses desejantes na pintura moderna

Edimar de Oliveira Lima Junior (UNIFESSPA), Diego Frank Marques Cavalcante (UNIFESSPA), Matheus Carneiro Silva (UNIFESSPA), Éricka Vitória Feitoza Pires (UNIFESSPA)

A semiopsicologia da diferença é o estudo empírico dos rastros semióticos desejantes em máquinas concretas bem delimitadas, as semioses desejantes. O desejo aqui é pensado no escopo da Esquizoanálise, proposta por Deleuze Guattari. A Semiótica, por sua vez, na perspectiva de Charles Sanders Peirce, é uma disciplina que estuda os signos e seus processos de significação. Tomaremos a pintura moderna como intercessora para investigar esses fluxos semióticos singulares. Essas expressões são tomadas como contraefetuações inventivas dos acontecimentos. Trata-se de criar um plano de referência com o propósito de correlacionar os signos desejantes nos quadros (variáveis agenciadas) com acontecimentos (variáveis agenciantes). A partir derelações, supõe-se:upor: como o signo desejante transforma acontecimento em pintura? Interessa à semiopsicologia da diferença inferir os meios singulares que indicam a mutação psíquica. Investigamos esses processos nas obras de Edgar Munch, Egon Schiele, Henri Matisse, Anita Malfatti, Pablo Picasso, Salvador Dalí e Di Cavalcanti. Nessa trama, investigação da arte desponta como resistência à angústia dos modos de existência capitalista, por exemplo, nas obras de Munch; como forja de novas formas de existência diante das enfermidades, nas janelas de Matisse; ou mesmo na produção de um modo “subjetivação mulato”, como nas pinturas de Di Cavalcanti. Nesse sentido, a obra tem aderência às temáticas do ENABRAPSO, seja em relação às epistemologias menores e decoloniais, seja na arte como forma de resistência e produção de subjetivação.

Subjetividade, trabalho e saúde: aproximações entre práticas e saberes nos contextos amazônico e latino-americano

Robert Filipe dos Passos (UFAM), Ronaldo Gomes-Souza (UFAM), Ana Cláudia Leal Vasconcelos (UFAM), Roberta de Lima (UFAM)

Esta obra é resultado das pesquisas e intervenções do Laboratório de Psicologia, Trabalho e Saúde (LAPSIC/UFAM) e parceiras(os) nacionais e internacionais, trazendo avanços transdisciplinares, críticos, reflexivos, contra-hegemônicos e inovadores acerca dos desafios históricos, culturais, éticos, político-econômicos, de saúde mental e psicossociais do trabalho na contemporaneidade. O livro foi organizado pelo LAPSIC e é também uma celebração aos seus 15 anos de pesquisas e intervenções sobre trabalho na Amazônia. A obra estrutura-se em três eixos: Tempo, destacando a trajetória histórica do LAPSIC; Território, enfatizando a especificidade da pesquisa na região amazônica; e Trabalho, categoria central para compreender subjetividade e sociedade. Esta obra articula-se robustamente com o tema do XXIII Encontro da ABRAPSO, uma vez que apresenta uma série de reflexões que são resultado de pesquisas, intervenções e experiências outras desde a Psicologia do Trabalho em íntima relação com a Psicologia Social mediante o avanço do capitalismo na Amazônia e América Latina. Além disso, entendemos que esta obra dialoga com os objetivos da ABRAPSO, desde o esforço em congregar pessoas que desenvolvem a Psicologia Social no Brasil (e na América Latina) orientando estudos, ensino, investigações e práxis neste campo, divulgação destas ações, promoção de integração deste conhecimento com outras áreas, e, no incentivo e apoio institucional ao desenvolvimento de práticas no campo social.

Tessituras para descolonização da psicologia: grupos feministas como dispositivos para contracolonialidade

Bárbara Araújo Sordi (UNIFAMAZ), Bárbara Araújo Sordi (UNIFAMAZ)

O livro "Tessituras para descolonização da psicologia: grupos feministas como dispositivo de contracolonialidade", de Bárbara Araújo Sordi, tem como objetivo investigar como grupos de estudos feministas podem funcionar como dispositivos de promoção de uma psicologia feminista contracolonial em universidades. Para isso, a autora realizou uma pesquisa fundamentada no método da cartografia e acompanhando de forma imersiva o desenvolvimento do “Coletivo Relações de Gênero, Feminismos e Violências”, criado na Universidade da Amazônia. A metodologia envolveu observação participante, análise de vivências, como círculos de diálogo e relatos das integrantes. Os principais resultados indicam que a experiência grupal proporcionou a descolonização dos corpos e afetos das participantes, permitindo o reconhecimento de marcadores de gênero, raça e classe nas suas vivências cotidianas e na formação acadêmica. O grupo operou como um espaço de fortalecimento político-afetivo, incentivando uma prática psicológica crítica e sensível às desigualdades estruturais, apresentando-se como diferencial nas práticas de estágio e de atuação profissional. A pesquisa conclui que tais dispositivos são potentes para fissurar a psicologia tradicional, hegemonicamente eurocentrada, e promover uma psicologia feminista comprometida com a transformação social e a justiça epistêmica.

Violências de gênero contra as mulheres e a prática profissional da Psicologia

Darlane Silva Vieira Andrade (UFBA), Suzana Maiara Costa (CRP/BA), Vanessa Oliveira Cordeiro Silva (CRP/BA)

O e-book a ser lançado tem o título "Violências de gênero contra as mulheres e a prática profissional da Psicologia", foi produzido e publicado pelo Conselho Regional de Psicologia 3a. Região - Bahia no ano de 2025. A publicação tem 115 páginas, e possui o formato de cartilha estendida. Propõe colaborar para orientação de profissionais da psicologia para atuação com violências de gênero contra as mulheres em consonância com o Código de Ética da(o) Profissional Psicóloga(o) (CFP, 2020) e normativas que tratam da temática, principalmente a Resolução do Conselho Federal de Psicologia Número 08, publicada em 2020 que "Estabelece normas de exercício profissional da psicologia em relação às violências de gênero". A publicação pode ser utilizada como material de conhecimento sobre o tema e orientação para profissionais de outras áreas também, estudantes e demais pessoas interessadas. O e-book apresenta conceitos e a situação das violências de gênero contra as mulheres a partir de dados censitários e de estudos científicos sobre o tema, dando um enfoque feminista e interseccional ao conteúdo; destaca as violências contra mulheres em sua diversidade, apresentando também orientações para a prática profissional da psicologia e um mapeamento de locais especializados no atendimento a mulheres vitimadas pela violência de gênero em Salvador e Região Metropolitana. O e-book é dividido em três partes: a primeira "O que é violência de gênero contra as mulheres?" apresenta a proposta da publicação, destacando como a problemática das violências contra as mulheres é uma violação de direitos humanos, um problema de saúde pública e que importa para a psicologia; apresenta dados atuais sobre as violências contra as mulheres, o conceito de violência de gênero com base na perspectiva feminista e na Lei Maria da Penha, bem como as diferentes formas de violência (física, psicológica, moral, patrimonial, sexual, simbólica e política), destacando a violência psicológica que na nossa cultura é pouco visibilizada e de difícil indentificação, pela sua naturalização. A segunda parte "Quem são as mulheres violentadas?" apresenta quem são as mulheres violentadas a partir do lugar de gênero e outras identidades sociais que acentuam vulnerabilidades. Neste sentido, são apresentados conceitos, dados e orientações sobre violências de gênero e mulheres lésbicas, trans e travestis; violências de gênero e classe social, olhando para como os mulheres de diferentes classes sofrem violência e as especificidades das mulheres pauperizadas e de classes mais abastadas; violências de gênero e raça que acometem principalmente mulheres negras na nossa sociedade que é forjada no racismo produzido ao longo do processo de colonização; as violências contra mulheres indígenas, destacando o conceito de etnia e a situação da invisibilidade dos povos indígenas e seus territórios; violência de gênero e geração, com apresentação desta categoria analítica e informações sobre como as violências podem atingir mulheres de diferentes idades, e as especificidades principalmente das idosas e crianças; e mulheres com deficiência, que se constitui um grupo muito vulnerabilizado em função das suas (in)capacidades intelectuais, físicas ou psíquicas. A terceira parte "O que fazer na atuação com mulheres em situação de violência?" apresenta orientações para a atuação profissional com a pauta, partindo de normativas do Conselho Federal de Psicologia, que inclui a Resolução 08/2020 e a Nota Técnica de orientação profissional em casos de violência contra a mulher: casos para a quebra do sigilo profissional (CFP, 2026), que destaca também a notificação compulsória. Para orientações sobre a atuação na clínica e identificação de violências de gênero contra as mulheres neste contexto, são apresentadas referências à

integração sociocultural como uma ferramenta teórica e metodológica relevante. Por fim, apresenta orientações sobre onde buscar apoio especializado para atendimento a mulheres violentadas, informando sobre o funcionamento em rede dos serviços que operacionalizam as políticas públicas de enfrentamento às violências contra as mulheres. São apresentados contatos localizados na Bahia, mas também se indica onde buscar conhecer o funcionamento dos serviços que compõem a rede em outras localidades. O livro é uma produção coletiva e foi organizado por Darlane Silva Vieira Andrade e Suzana Maiara Costa, integrantes do Grupo de Trabalho Relações de Gênero e Psicologia da Comissão de Mulheres e Relações de Gênero do Conselho Regional de Psicologia da Bahia - 3a Região (CRP-03). Ao final da publicação as autoras são apresentadas, informando sobre o campo de atuação e pesquisa de cada uma, mostrando que todas contribuem em diferentes espaços, incluindo a militância, para a defesa dos direitos e vida das mulheres. Essa publicação tem temática alinhada com a proposta do 23o. Encontro da Associação Brasileira de Psicologia Social "Aliança dos povos: psicologia social face à destruição de todas as formas de vida", na medida em que os estudos e atuação com as questões de gênero de um modo interseccional encontra espaço na psicologia social para contribuir com reflexões e ações de combate às violências e preservação da vida das mulheres, sendo esta uma questão multifacetada e que impacta diretamente no futuro do planeta. O e-book será disponibilizado no site do CRP-03 www.crp03.org.br

Violências em Contexto Escolar: Construindo Reflexões Críticas no Brasil

Fábio Alves Gomes (UEA), Marck de Souza Torres (UFAM), Fabrício dos Anjos (Polícia Civil do Estado do Amazonas), Júlio Ribeiro Soares (UERN)

A obra Violências em Contexto Escolar: Construindo Reflexões Críticas no Brasil reúne análises multidisciplinares que exploram as diversas manifestações de violência no ambiente escolar, abordando suas raízes estruturais, impactos e estratégias de enfrentamento. Os capítulos convergem na compreensão da violência como um fenômeno complexo, entrelaçado com desigualdades sociais, discriminações de raça, gênero, classe e deficiência, além de políticas educacionais excludentes.

O livro inicia discutindo as múltiplas formas de violência que permeiam a escola, desde agressões físicas e verbais até violências simbólicas e institucionais, com destaque para os ataques a professores e a negligência do Estado. A seguir, problematiza a violência sexual contra crianças e adolescentes em contextos regionais, como o amazônico, onde a carência de estudos e a cultura do silêncio agravam o problema.

Um eixo central da obra é a crítica à negação de uma educação de qualidade como violência estrutural, especialmente para a classe trabalhadora, com currículos esvaziados e priorização de habilidades socioemocionais em detrimento de conhecimentos científicos e emancipatórios. Essa análise dialoga com relatos de intervenções práticas, como a experiência em uma escola pública de São Paulo, que evidenciam a violência como fenômeno multicausal e demandam ações coletivas, formação docente continuada e práticas pedagógicas baseadas em direitos humanos.

A obra também enfrenta as respostas neoliberais à violência escolar, que individualizam os conflitos e ocultam determinações sociais, propondo, em contrapartida, um modelo de educação crítico e inclusivo. A Psicologia Escolar é destacada como aliada essencial nesse processo, atuando na desnaturalização de violências simbólicas, como racismo, LGBTfobia e capacitismo, e na promoção de ambientes que acolhem a diversidade.

Capítulos específicos dedicam-se a grupos historicamente marginalizados: estudantes trans, cujas trajetórias escolares são marcadas pela transfobia; pessoas com deficiência, cujas narrativas são frequentemente reduzidas a perspectivas normativas; e crianças indígenas, vítimas de violência simbólica pela imposição da língua portuguesa em detrimento de suas línguas maternas. A perspectiva interseccional é reforçada pelo relato de pesquisadoras negras, que articulam vivências pessoais e análise do racismo estrutural na escola, defendendo a educação como espaço de resistência e resgate identitário.

Em síntese, a obra defende a transformação da escola em um ambiente de diálogo, respeito e justiça social, por meio de políticas públicas inclusivas, formação docente crítica e práticas pedagógicas que contestem as estruturas de opressão. Seus capítulos, embora diversos em focos e metodologias, compartilham o compromisso com uma educação emancipatória, capaz de enfrentar as violências não como casos isolados, mas como expressões de um sistema que precisa ser radicalmente repensado e superado.

ENABRAPSO VAI ÀS RUAS: 31º GRITO DOS EXCLUÍDOS E EXCLUÍDAS DE MANAUS

O 31º Grito dos Excluídos e Excluídas, realizado em Manaus em 2025, inscreve-se em uma trajetória histórica de mobilizações nacionais que visam denunciar desigualdades estruturais, convocar a sociedade para a defesa de direitos e fortalecer processos democráticos comprometidos com a justiça social. Criado no contexto das reflexões da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e ampliado ao longo dos anos por movimentos sociais, pastorais e coletivos populares, o Grito se consolidou como um espaço de resistência, visibilidade política e articulação entre diferentes sujeitos sociais. Sua edição em Manaus assumiu contornos particulares ao direcionar o olhar para as crises socioambientais que atravessam a Amazônia urbana, em especial a degradação dos igarapés, fundamentais para o equilíbrio ecológico, a memória territorial e a vida cotidiana de milhares de pessoas.

A escolha do tema "Cuidar da Casa Comum e da Democracia é luta de todo dia" sintetiza uma denúncia e, simultaneamente, um chamado político. A casa comum — expressão incorporada em debates ambientais contemporâneos — remete à interdependência entre vida humana e ambiente, enquanto a democracia, entendida como prática cotidiana, aponta para a necessidade de participação ativa e corresponsável da sociedade civil na construção de alternativas frente às múltiplas formas de exclusão. Em Manaus, onde o avanço desordenado da urbanização, a ausência de saneamento básico e a vulnerabilização de territórios periféricos se entrelaçam, o Grito se torna espaço de formação, diálogo e defesa coletiva da vida.

Nesse contexto, a participação da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) ganha relevância particular. Historicamente comprometida com a defesa dos direitos humanos, com a análise crítica das desigualdades e com a construção de práticas científicas situadas, a ABRAPSO compreende que a crise socioambiental amazônica produz impactos diretos sobre a saúde mental, os vínculos comunitários e as formas de pertencimento. Assim, sua atuação no Grito não constitui apenas uma ação de apoio institucional, mas reafirma a necessidade de que a Psicologia Social se posicione diante das injustiças ambientais que moldam modos de vida e experiências subjetivas.

A relevância social do evento emerge de múltiplas dimensões. O Grito amplia o debate público sobre vulnerabilização ambiental, racismo ambiental e despossessão de territórios, temas que são historicamente negligenciados nas políticas urbanas de Manaus. Além disso, promove a articulação entre coletivos periféricos, pastorais, grupos ambientais, universidades e instituições públicas, fortalecendo redes de solidariedade e resistência. Para a ABRAPSO, participar desse processo significa intensificar seu compromisso ético-político na defesa de práticas democráticas e no enfrentamento das desigualdades que atravessam a cidade, reconhecendo que a Psicologia Social tem papel fundamental na leitura crítica dos fenômenos socioambientais.

Neste relato, fundamentado em referenciais como Acselrad (justiça ambiental, despossessão, vulnerabilização), Alier (ecologismo dos pobres), Beck (sociedade de risco), Bourdieu (campo e capital simbólico), Freire (conscientização e práxis), Krenak (crítica ao modelo civilizatório), Little (ecologia política amazônica), Porto e Pacheco (racismo ambiental), além de autores amazônicos como Machado, Taveira, Santos, Barro e Valente, busca-se compreender o Grito como fenômeno complexo e territorialmente situado. Esses referenciais permitem analisar a participação da ABRAPSO não como

ação pontual, mas como inserção política e científica em um processo de defesa da vida e dos bens comuns.

Assim, o objetivo deste relato é descrever e analisar a participação da ABRAPSO no 31º Grito dos Excluídos e Excluídas, ressaltando sua relevância social, sua implicação político-institucional e sua contribuição para o fortalecimento da Psicologia Social crítica na Amazônia.

Contexto Socioambiental e Marcos Teóricos

A história do Igarapé do Mindu constitui um dos eixos centrais para compreender a formação das desigualdades socioambientais em Manaus. Antes de se tornar referência na pauta ambiental, o Mindu integrava um mosaico de pequenos sítios, áreas de cultivo e espaços comunitários que se distribuíam pela zona centro-sul. Nas décadas de 1940 e 1950, registros apontam a existência de chácaras, igapós preservados, trilhas de circulação e uma intensa presença de vegetação nativa, acompanhada por usos sociais e religiosos, como a construção da Gruta de Lourdes no antigo Sítio da Pedreira (Manaus, 1996). Esse território foi sendo progressivamente transformado em função da expansão urbana, intensificada pelos ciclos econômicos da borracha, da Zona Franca e do crescimento populacional impulsionado pela migração rural.

Nas décadas de 1970 e 1980, o Mindu sofreu uma intensificação dos processos de assoreamento e ocupação desordenada, com a abertura de avenidas, construção de conjuntos habitacionais e ausência de políticas consistentes de saneamento. Machado (2012) demonstra que, no período de quarenta anos analisado, o Mindu foi submetido a sucessivas intervenções urbanas que resultaram na redução da mata ciliar, no despejo de resíduos sólidos, no aterramento de trechos do leito e na perda da qualidade da água. O crescimento urbano sem planejamento produziu uma segmentação territorial marcada pela desigualdade: bairros de maior renda receberam infraestrutura, enquanto áreas periféricas permaneceram expostas a riscos e alagamentos. Esse processo, descrito por Acselrad (2010) como despossessão ambiental, evidencia que a degradação dos igarapés não é mera consequência do "crescimento da cidade", mas resultado de decisões político-institucionais que retiram condições básicas de vida de populações específicas.

A criação do Parque Municipal do Mindu, em 1993, e posteriormente do Corredor Ecológico Urbano do Mindu (CEUM), representou uma vitória histórica dos movimentos comunitários e ambientalistas. No entanto, autores amazônicos como Taveira (2011) e Valente (2018) mostram que a proteção legal não foi suficiente para impedir pressões imobiliárias, lançamentos de esgoto e intervenções fragmentadas que não consideram a bacia hidrográfica como unidade socioambiental. Mais recentemente, Barro (2023) e Santos (2022) reforçam que o Mindu permanece como território de risco, expondo moradores à poluição, enchentes recorrentes e ausência de saneamento básico, o que confirma os mecanismos de vulnerabilização (Acselrad, 2011) e a distribuição racializada dos impactos ambientais (Porto, Pacheco, 2021).

A densidade histórica do Mindu permite inserir o caso no quadro teórico mais amplo que sustenta este relato. A justiça ambiental (Acselrad, 2004) oferece um ponto de partida ao denunciar a alocação desigual dos riscos, benefícios e proteções ambientais. O ecologismo dos pobres (Alier, 2020) complementa essa perspectiva ao dar centralidade às lutas comunitárias que emergem em defesa da água, da floresta urbana e do direito ao território. A noção de sociedade de risco (Beck, 2011) ilumina a fabricação social de perigos urbanos, revelando como a modernização produz danos ambientais que recaem sobre grupos vulnerabilizados.

Outros referenciais ampliam essa compreensão. A crítica de Krenak (2019) ao modelo civilizatório moderno permite situar a degradação dos igarapés como parte de uma ruptura mais ampla entre humanidade e natureza. A ecologia política amazônica de Little (2022) destaca que conflitos ambientais são disputas territoriais enraizadas em histórias locais de resistência. A conscientização freireana (Freire, 1992) oferece fundamento ético para compreender o caráter educativo da participação social. Bourdieu (2011) contribui para entender o deslocamento

estratégico do campo científico para o território, ao analisar como o capital simbólico da ABRAPSO é mobilizado no espaço público.

Assim, o Mindu não é apenas cenário de degradação ambiental, mas território que sintetiza desigualdades históricas, disputas sociais, modos de vida ameaçados e resistências coletivas. Os marcos teóricos utilizados permitem analisar a atuação da ABRAPSO como gesto político-científico situado em uma realidade concreta, marcada por vulnerabilização e produção social dos riscos ambientais.

Procedimentos Metodológicos

A elaboração deste relato fundamentou-se em uma abordagem qualitativa crítica, ancorada na tradição da Psicologia Social latino-americana e nos princípios da pesquisa implicada. A escolha metodológica considera que a participação da ABRAPSO no 31º Grito dos Excluídos e Excluídas não se configura apenas como um evento isolado, mas como um processo social, político e formativo que exigiu acompanhamento contínuo, registro sistemático e análise reflexiva das práticas e decisões coletivas.

a) Inserção, implicação e lugar de fala institucional

A metodologia adotada reconhece que a ABRAPSO participou do processo enquanto sujeito coletivo, com representantes que ocuparam espaços de decisão, planejamento e execução. Isso implica assumir uma postura metodológica reflexiva, em que o pesquisador não está externo ao fenômeno observado, mas inserido nele. Inspirada na perspectiva freireana de práxis e na ecologia política de Little, esta pesquisa entende que observar é também participar, e participar é também produzir conhecimento.

A inserção institucional ocorreu desde o início de 2025, quando a associação foi convidada a compor o grupo organizador do Grito. Representantes da ABRAPSO integraram as reuniões preparatórias, contribuindo com o planejamento das atividades, com a articulação interinstitucional e com a formulação da Carta Compromisso. Essa presença contínua permitiu compreender tanto a dinâmica organizativa quanto os sentidos produzidos pelos diferentes coletivos envolvidos.

b) Procedimentos de coleta e sistematização dos dados

A coleta de dados ocorreu por múltiplas estratégias complementares: a) Observação participante em todas as reuniões preparatórias, coletiva de imprensa, abertura no Parque do Mindu e caminhada no Parque dos Gigantes; b) Documentos institucionais (atas, materiais de divulgação, minutas da Carta Compromisso, layout); c) Imagens, vídeos e registros audiovisuais que compõem o acervo do Grito e da ABRAPSO; d) Publicações jornalísticas e materiais produzidos pela Arquidiocese de Manaus durante o período de mobilização;

Esses materiais compõem um corpus analítico robusto que permitiu a reconstrução do processo desde suas etapas iniciais até a realização final do ato. A sistematização seguiu princípios de análise temática e dialógica, articulando o material empírico aos referenciais teóricos sem subordinar a experiência à teoria, mas permitindo que ambas se iluminassem mutuamente.

c) Critérios éticos e cuidados metodológicos

Considerando que o Grito envolve movimentos sociais, pastorais e comunidades diversas, adotaram-se cuidados éticos fundamentais:

- preservação da identidade individual dos participantes;
- foco analítico nos processos coletivos, e não em indivíduos;
- respeito às narrativas produzidas pelos movimentos, evitando apropriação indevida da experiência alheia;
- reconhecimento das assimetrias entre campo científico e movimentos sociais, mitigado pelo compromisso colaborativo da ABRAPSO;

- validação interna das análises, com devolutivas à diretoria da associação e revisão dos sentidos produzidos.

A abordagem metodológica adotada compreende o Grito como fenômeno complexo, situado no entrelaçamento entre território, desigualdade ambiental, ação coletiva e política urbana. Assim, o método não busca apenas descrever etapas, mas compreender processos, sentidos e efeitos sociopolíticos da participação da ABRAPSO.

Relato Analítico da Experiência

A análise da participação da ABRAPSO no Grito dos Excluídos e Excluídas revela um processo que se estendeu por meses e produziu efeitos institucionais, políticos e formativos significativos. Desde o início do ano de 2025, a ABRAPSO esteve presente em todas as reuniões preparatórias, acompanhando debates, contribuindo com sugestões metodológicas e articulando instituições parceiras. Essa participação prolongada permitiu observar a complexidade organizativa do evento, marcada pela diversidade de movimentos sociais, pastorais, comunidades periféricas e coletivos ambientais envolvidos na construção da Carta Compromisso e das ações públicas.

O envolvimento da ABRAPSO desde as primeiras etapas explicitou tensões produtivas: o esforço em não ocupar o protagonismo dos movimentos sociais; o cuidado em posicionar-se como instituição parceira; e o compromisso de contribuir com análise crítica, sistematização e produção conceitual. A cada reunião, a ABRAPSO realizava devolutivas internas para a diretoria, garantindo que a participação fosse pautada por decisões compartilhadas e alinhadas à ética coletiva. Esse movimento interno expressa a práxis freireana, que articula reflexão, diálogo e ação transformadora.

Durante a coletiva de imprensa realizada em 26 de agosto, a presença da ABRAPSO ampliou a visibilidade da pauta socioambiental, inserindo a Psicologia Social no debate público sobre a crise dos igarapés. A associação destacou a necessidade de compreender o Mindu não apenas como questão ambiental, mas como expressão de vulnerabilização social, racismo ambiental e desigualdade territorial. Esse posicionamento repercutiu positivamente entre jornalistas, lideranças comunitárias e instituições parceiras, que reconheceram na ABRAPSO uma aliada qualificada.

A abertura do Grito, realizada em 29 de agosto no Parque do Mindu, constituiu um momento simbólico central. A complexa história do igarapé — marcada por despossessão ambiental (ACSELRAD, 2010), racismo ambiental (PORTO; PACHECO, 2021) e disputas territoriais (LITTLE, 2022) — conferiu densidade à ação. A participação da ABRAPSO nesse ato reforçou o reconhecimento de que a defesa dos igarapés é inseparável da defesa da vida, da saúde pública e da dignidade humana.

No dia 5 de setembro, durante a caminhada no Parque dos Gigantes, o lugar político da ABRAPSO tornou-se ainda mais visível. A fala da presidente da associação no carro de som demarcou o compromisso ético-político da Psicologia Social com a democracia, o território e os direitos humanos. A presença ativa da ABRAPSO na caminhada consolidou alianças interinstitucionais, fortaleceu a confiança entre coletivos e deu visibilidade à crítica socioambiental construída no interior da associação.

A experiência também evidenciou aprendizagens importantes para a ABRAPSO. O contato direto com movimentos sociais e pastorais ampliou a compreensão sobre a relação entre território, injustiça ambiental e sofrimento social. A participação permitiu observar como a degradação dos igarapés impacta a saúde mental, os vínculos comunitários e a autoestima coletiva, produzindo efeitos psicossociais que reforçam a relevância da Psicologia Social crítica.

Além disso, a inserção da ABRAPSO no Grito possibilitou que estudantes e profissionais vivenciassem um processo formativo intenso, no qual teoria e prática se entrelaçaram continuamente. Ao atuar em um território marcado por conflitos socioambientais, a ABRAPSO reafirmou seu papel como instituição que produz conhecimento situado, apoiado em alianças sociais, análise rigorosa dos

fenômenos e compromisso ético com a transformação das condições de vida na Amazônia.

Considerações Finais

A participação da ABRAPSO no 31º Grito dos Excluídos e Excluídas reafirma o sentido profundo da Psicologia Social como campo ético-político-científico comprometido com a defesa da vida, da democracia e dos territórios. A experiência vivenciada ao longo de 2025 evidenciou que a intervenção da Psicologia Social nas lutas sociais não é acessória, mas estruturante para compreender processos de vulnerabilização, desigualdade e resistência que atravessam a Amazônia. Em um cenário marcado pela degradação histórica dos igarapés — especialmente o Mindu — a atuação da ABRAPSO tornou-se um gesto de posicionamento público diante das injustiças ambientais que moldam a vida cotidiana de amplos segmentos da população manauara.

O percurso analisado demonstra que a ABRAPSO não esteve no Grito como mera observadora, mas como sujeito coletivo que reconheceu a profundidade política do território onde o ato se inscreveu. Ao lado de movimentos sociais, pastorais, comunidades e instituições, a associação assumiu a responsabilidade ético-científica de contribuir para a produção de sentidos sobre o sofrimento socioambiental e seus impactos. A presença na coletiva de imprensa, na construção da Carta Compromisso e na caminhada final ampliou o alcance simbólico da Psicologia Social, reforçando que o conhecimento acadêmico deve dialogar com as lutas concretas.

O Grito constituiu um espaço formativo no qual estudantes, profissionais e pesquisadoras vivenciaram a práxis freireana de articulação entre reflexão e ação. Ao inscrever-se nas margens do Mindu, a ABRAPSO renovou seu compromisso com a justiça ambiental, a igualdade de direitos e o fortalecimento das resistências amazônicas, entendendo que cuidar da Casa Comum é um imperativo cotidiano. A participação no Grito projeta horizontes de continuidade e reafirma o compromisso da ABRAPSO com práticas político-científicas que contribuam para a construção de alternativas coletivas de resistência na Amazônia.

Referências

ACSELRAD, H. Justiça ambiental: práticas, discursos e movimentos. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004.

ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

ACSELRAD, H. Vulnerabilidade, riscos e injustiças ambientais. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

ALIER, J. M. O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Contexto, 2020.

ARQUIDIOCESE DE MANAUS. Carta Compromisso “Água e Lixo Não Combinam”. Pastorais Sociais, Manaus, 2025.

BARRO, A. Poluição e contaminação do Igarapé do Mindu: revisão bibliográfica e diagnóstico ambiental. Manaus: UFAM, 2023.

BECK, U. Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34, 2011.

BOURDIEU, P. A miséria do mundo. Petrópolis: Vozes, 2011.

FREIRE, P. Pedagogia da esperança. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GRITO DOS EXCLUÍDOS E EXCLUÍDAS. Jornal do 31º Grito dos Excluídos e Excluídas. Manaus, 2025.

IPAAM – Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas. Relatório técnico sobre a bacia do Igarapé do Mindu. Manaus: IPAAM, 2008.

KRENAK, A. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LITTLE, P. Ecologia política e antropologia ambiental na Amazônia. Manaus: EDUA, 2022.

MACHADO, A. L. S. Cidades, águas e desigualdades: estudo sobre o Igarapé do Mindu. Manaus: EDUA, 2019.

MACHADO, A. L. S. Diagnóstico socioambiental do Igarapé do Mindu: transformações ao longo de 40 anos. Manaus: UFAM, 2012.

MANAUS (Município). Parque Municipal do Mindu e Corredor Ecológico Urbano do Mindu: histórico e diretrizes de gestão. Manaus: Prefeitura Municipal de Manaus, 1996.

MANAUS (Município). Plano de Manejo do Parque Nascentes do Mindu. Manaus: Secretaria Municipal de Meio Ambiente, 2016.

PORTO, M. F.; PACHECO, T. Racismo ambiental: vulnerabilidade, desigualdades e saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2021.

SANTOS, M. F. S. Diagnóstico socioambiental do Igarapé do Franco e sua relação com o Igarapé do Mindu. Manaus: UEA, 2022.

TAVEIRA, R. A. Corredor Ecológico Urbano do Mindu: desafios e perspectivas de gestão ambiental. Manaus: UFAM, 2011.

VALENTE, J. F. Gestão ambiental do Parque Municipal do Mindu e do CEUM: limites e potencialidades. Manaus: SEMMAS/UFAM, 2018.

ESPAÇOS DE ACOLHIMENTOS E CUIDADO

Subcomissão de Acolhimento



As Ações de Acolhimento e Cuidado são dedicadas às participantes do evento, oferecendo escuta, apoio e cuidado. Nosso compromisso é de contribuir na realização do 23ºENABRAPSO a partir da promoção de um ambiente seguro, com relações marcadas pela afetividade e respeito, fortalecendo o bem-estar coletivo durante todas as atividades. Nossa aposta é de que que estas ações contribuam na construção de um evento que esteja permeado por relações orientadas pelo acolhimento, cuidado e compromisso ético e político com as diferenças, que marcam a riqueza e pluralidade de nossa região, país e profissão.

Objetivos das ações: Contribuir na realização do 23ºENABRAPSO a partir da promoção de um ambiente e relações amparadas na escuta sensível e apoio diante de situações que possam surgir no decorrer do evento que demandem acolhimento, contribuindo assim para o bem-estar individual e coletivo; Estabelecer um canal de comunicação direto com a equipe de acolhimento junto as participantes do evento; Oferecer um ponto de referência para apoio em casos de necessidade; Escutar demandas, dúvidas ou situações de conflito de forma ética e respeitosa; Promover o cuidado integral, valorizando a diversidade e a coletividade; Estabelecer diálogo direto com o *Espaço Saúde: encantarias, cuidados ancestrais e resistência*; e Encaminhar, quando necessário, para outros setores ou apoios do evento as demandas acolhidas.

Ações do espaço:

1. Um ponto fixo de acolhimento (CSPA-Fapsi);

2. Equipe trabalhando por escala, garantindo presença durante todo o evento;

3. Possibilidade de contato direto via WhatsApp (92 84851832);

4. Um espaço simbólico de cuidado, onde escuta, acolhimento e afeto se entrelaçam para fortalecer cada vivência.

Espaço Saúde: Encantarias, Cuidados Ancestrais e Resistência



Em meio aos debates e reflexões do 23ºENABRAPSO 2025, o *Espaço Saúde: Encantarias, Cuidados Ancestrais e Resistência* se abre como um território de respiro, cura, cuidados e reconexão. Inspirado na potência das medicinas tradicionais e de terreiro, este espaço celebra os saberes ancestrais de povos indígenas, afro-brasileiros e de outras comunidades que, há séculos, cultivam modos de cuidado enraizados na relação com a natureza, com o corpo e com o espírito. Mais do que um espaço de práticas, este é um convite à vivência. Aqui, ervas, rezas, benzimentos, massagens, rodas de conversa e momentos de silêncio se entrelaçam como formas legítimas de produzir saúde, memória e resistência.

Objetivo Geral: Criar um território de cuidado e resistência no 23º ENABRAPSO 2025, por meio da valorização e vivência de práticas integrativas ancestrais, com foco nas medicinas indígenas e de terreiro, reconhecendo seus saberes como legítimos, potentes e fundamentais à construção de outras epistemologias de saúde e bem-viver.

Objetivos Específicos: Criar um espaço de escuta e acolhimento coletivo, promovendo o bem viver durante o evento por meio de rodas de conversa, rituais e práticas integrativas que respeitem a diversidade espiritual e cultural das pessoas participantes; Fortalecer vínculos entre saberes populares, acadêmicos e comunitários, aproximando terapeutas, psicólogas/os, lideranças tradicionais e participantes do 23º ENABRAPSO em experiências compartilhadas de cuidado e reflexão; e Valorizar e visibilizar saberes tradicionais de cura oriundos de povos indígenas e de matriz africana, reconhecendo suas práticas como formas legítimas de produção de saúde, conhecimento e resistência cultural.

Atividades realizadas: Vivências com medicinas da floresta e ervas de terreiro; Práticas integrativas e populares de cuidado; Rodas de conversa e escuta sensível; Espaço de refazimento, meditação e acolhimento; Conexões entre ciência, espiritualidade e território.

Por quê um Espaço Saúde no 23º ENABRAPSO 2025?

Porque falar de psicologia social e políticas públicas é também (re)conhecer os modos plurais de cuidar de si, dos outros e do mundo. É abrir brechas para que outras epistemologias e práticas ganhem visibilidade, voz e corpo. É reconhecer que a saúde não se esgota nos protocolos biomédicos, mas pulsa nos saberes compartilhados, nos gestos de afeto e nas lutas por justiça social. Este é um convite para desacelerar, sentir e habitar o corpo com presença.

Para reconhecer outras formas de produzir saúde — com a terra, com os encantados, com os nossos. Venha com respeito, curiosidade e presença. Nos vemos entre Encantarias, Cuidados Ancestrais e Resistência.

Espaço Cunhantãs & Curumins



Neste 23º ENABRAPSO 2025, reconhecemos que mães, pais e cuidadoras/es fazem parte fundamental da construção de um evento plural e inclusivo. Pensando nisso, teremos um espaço especialmente preparado para acolher as crianças que acompanham participantes durante os dias do congresso: *o Espaço Cunhantãs & Curumins.*

Nosso compromisso é oferecer um ambiente seguro, afetuoso e criativo, no qual as crianças sejam cuidadas com atenção e respeito, ao mesmo tempo em que se sintam integradas à experiência do congresso. A proposta é ir além do cuidado cotidiano: queremos que as atividades desenvolvidas possibilitem às crianças se reconhecerem como parte deste encontro, ampliando horizontes, explorando a ludicidade e estabelecendo vínculos com o contexto amazônico e os temas que perpassam o evento.

Objetivos: Contribuir para a realização do 23º ENABRAPSO oferecendo um espaço de acolhimento seguro e afetivo às crianças; Desenvolver atividades que dialoguem com os eixos do congresso, aproximando as crianças das temáticas discutidas; Valorizar a diversidade, o brincar e o pertencimento, estimulando a curiosidade e o respeito às diferenças; Oferecer apoio às mães, pais e cuidadoras/es, garantindo tranquilidade e confiança para sua participação no evento; Promover vivências em espaço seguro que considerem o contexto amazônico, fortalecendo laços com a cultura, a natureza e os saberes locais; Integrar a proposta do espaço às demais ações do congresso, reafirmando o compromisso ético-político da psicologia com o cuidado, a coletividade e a pluralidade.

O que as crianças encontraram no *Espaço Cunhantãs & Curumins*?

1. Um espaço fixo de acolhimento e cuidado, localizado no CSPA – Faculdade de Psicologia (FAPSI), andar térreo, Setor Sul, campus da UFAM;

2. Equipe formada por estudantes e voluntárias/os, atuando em escala para garantir presença durante todo o evento, sob coordenação de professoras e psicólogas;

3. Atividades lúdicas, educativas e culturais inspiradas no contexto amazônico, como contação de histórias, oficinas artísticas e brincadeiras coletivas;

4. Lanche coletivo para as crianças participantes, organizado em cada turno de atividades.

Mostra de pesquisa-documentário "Subjetividades Amazônidas"

Foi um espaço dedicado à exibição de produções que articularam Psicologia Social, arte e ativismos através de linguagens cinematográficas e multimídia. A mostra é produto do método da pesquisa-documentário, desenvolvida na disciplina de "Tópicos em subjetividade e pesquisa-documentário" do Programa de Pós-graduação em Psicologia (PPGPSI) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). A (co)produção foi realizada com diferentes comunidades amazônidas e os e os discentes da disciplina. A curadoria e a Supervisão das pesquisas foram realizadas pelo professor Dr. Ronaldo Gomes-Souza.



Veja aqui a proposta da atividade

O objetivo foi articular ensino, pesquisa e extensão, documentando as subjetividades e afetos dos sujeitos-participantes e pesquisadores-documentaristas, de forma democrática, transdisciplinar e coletiva, proporcionando mais visibilidade política, autonomia e saúde mental aos envolvidos. Todas as pesquisas da mostra são de Classificação: Livre e estão descritas abaixo:

Histórias, Nossas Histórias (11:46)
Correalização: Maria Eduarda Souza Freitas e Samanta Pimentel da Costa

Manaus de todas as cores (08:48)
Correalização: Eliane Oliveira dos Santos Alves e Lilianny Carvalho de Oliveira Costa

Sofrimento Psíquico e Assédio Moral na Universidade (13:01)
Correalização: Kézia Sousa Lima

Desenhos infantis: o caderno (13:34)
Correalização: Lilianny Carvalho de Oliveira Costa

Vendo Vozes (12:03)
Correalização: Gisele Pereira da Silva

Junta Panela (16:10)
Correalização: Caroline Stefany Marques de Sousa e Jovana Nogueira Bruno

A criança entre nós (15:35)
Correalização: Sara Evelyn Mota da Silva

Trabalhadores Venezuelanos em Manaus (10:11)
Correalização: Lucas Victor da Silva Leal de Azevedo

Vivências de trabalho voluntário em Manaus (30:52)
Correalização: Edson Lucas S. Aquino

SITE E FOTOS DO 23º ENABRAPSO



https://www.encontro2025.abrapso.org.br

Drive de Fotos